Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE História

História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos

UNISINOS – São Leopoldo – RS / 15 a 20 de julho de 2007

ANAIS

Apresentação

É com grande satisfação que a Associação Nacional de História saúda todos os participantes, em especial seus associados de todos os cantos do país, membros da comunidade de historiadores, colegas de outras especialidades e profissões e demais visitantes, para aquele que é o maior e mais importante evento da área no país, o Simpósio Nacional de História.

Rico momento para a troca de experiências profissionais, ponto convergente de diferentes orientações existentes no interior da disciplina e da profissão, o XXIV Simpósio Nacional segue sendo uma experiência ímpar de crescimento pessoal e intelectual para as novas gerações de historiadores. Com efeito, há poucos eventos acadêmicos e científicos em que seja possível encontrar, lado a lado, jovens aspirantes à profissão e vários dos mais renomados profissionais da área do país e do exterior. Esta rara possibilidade acabou transformando o Simpósio Nacional da ANPUH em etapa obrigatória, a cada dois anos, no percurso de jovens e outros não tão jovens historiadores de nosso país.

O evento de São Leopoldo dá seqüência a uma tradição que, apenas nos últimos dez anos, já produziu alguns encontros muito importantes. Assim, os simpósios de Belo Horizonte (1997), Florianópolis (1999), Niterói (2001), João Pessoa (2003) e Londrina (2005) ajudaram a consolidar este que é hoje uma das atividades mais esperadas do calendário acadêmico não só da História, mas das Ciências Humanas no Brasil e na América Latina. Neste ano, serão quase 2.700 trabalhos sendo apresentados e discutidos no espaço de uma semana, mais de dois terços deles de associados da entidade, oriundos de suas diferentes seções regionais; 518 jovens pesquisadores de iniciação científica estarão aqui expondo seus pôsteres para o conhecimento da comunidade e cerca de 1.800 pessoas freqüentarão os 36 mini-cursos ora oferecidos pelo evento.

Esperamos que o XXIV Simpósio Nacional de História atenda positivamente às suas expectativas. Ele é o fruto de um esforço concentrado da Comissão Organizadora, da Seção RS da ANPUH e de seus diferentes parceiros, especialmente as grandes e pequenas universidades do Rio Grande do Sul. Pela primeira vez nesse estado em 46 anos de história da ANPUH, o Simpósio Nacional é o resultado de nossos melhores e mais intensos esforços. Esperamos que os colegas apreciem a programação e que desfrutem dias agradáveis e intelectualmente produtivos no campus da UNISINOS, em São Leopoldo, nestes dias de inverno de 2007.

Coordenação Geral do Evento

Comissão Organizadora

Diretoria Nacional – ANPUH
Eni de Mesquita Samara (USP) - Presidente
Flávio M. Heinz (UNISINOS) - Vice-Presidente
Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ-UERJ) - Secretário-Geral
Frederico Alexandre Hecker (UNESP/Assis) - 1º. Secretário
Ana Maria Monteiro (UFRJ) - 2º. Secretário
Antônio Carlos Amador Gil (UFES) - 1º. Tesoureiro
Almir Bueno (UFRN) - 2º. Tesoureiro

Diretoria Regional – ANPUHRS
Benito Schmidt (UFRGS) - Presidente
Elisabete Leal (UFRGS/CNPq) – Vice-Presidente
Haike K. da Silva (UNISINOS/CNPq) – 1º. Secretário
Cláudio de Sá Machado Jr. - 2º. Secretário
Marluza M. Harres (UNISINOS) - 1º. Tesoureiro
Sílvia Rita de Moraes Vieira (Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre) - 2º. Tesoureiro

Comissão Organizadora Local
Flávio M. Heinz (UNISINOS) - Coordenação
Haike K. da Silva (CNPq/Unisinos) – Secretaria Geral
Benito Schmidt (UFRGS)
Elisabete Leal (UFRGS/CNPq)
Cláudio de Sá Machado Jr.
Marluza M. Harres (UNISINOS)
Sílvia Rita de Moraes Vieira (Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre)
Anderson Vargas (UFRGS)
Sandra Careli (FAPA)
Helder G. Silveira (PUCRS)
Sirlei Gedoz (UNISINOS)
Véra Barroso (FAPA)
Marcus Vinicius Bebber (UNISINOS)

Comissão Regional de Apoio
Cláudio Pereira Elmir (UNISINOS)
Maria Cristina Bohn Martins (UNISINOS)
Temístocles César (UFRGS)

Organização do CDROM:
Elisabete Leal (UFRGS/CNPq)

Desenvolvimento CDROM:
César Kieling

Projeto gráfico original
Flávio Wild

Equipe de revisão:
Benito Schmidt (UFRGS)
Elisabete Leal (UFRGS/CNPq)
Sandra Careli (FAPA)
Temístocles César (UFRGS)
Tiago Luís Gil (UFRJ)
Véra Barroso (FAPA)
Daniela S. Barcellos (UFRGS)
Luis Antonio de Oliveira(FAPA)
Miguel dos Santos(FAPA)

Programação Geral

Domingo - 15/07/2007
12h30min – 19h: Credenciamento
19h: Abertura, conferência

Segunda-Feira - 16/07/2007
8h30min – 10h30min: Credenciamento
10h30min – 12h30min: Discussões Políticas I
12h30min - 14h: Almoço
14h - 18h: Simpósios Temáticos
18h - 19h: Lançamentos de livros, Atividades culturais
19h - 20h30min: Discussões Políticas II

Terça-Feira - 17/07/2007
8h30min – 10h30min: Mini-cursos, Reuniões administrativas
10h30min – 12h30min: Conferências
12h30min - 14h: Almoço
14h - 18h: Simpósios Temáticos
18h - 19h: Lançamentos de livros, Atividades culturais
19h - 20h30min: Discussões Políticas III

Quarta-Feira - 18/07/2007
8h30min – 10h30min: Mini-cursos, Reuniões administrativas
10h30min – 12h30min: Conferências
12h30min - 14h: Almoço
14h - 18h: Simpósios Temáticos
18h - 19h: Lançamentos de livros, Atividades culturais
20h30min: Festa por adesão

Quinta-Feira - 19/07/2007
8h30min – 10h30min: Mini-cursos, Reuniões administrativas
10h30min – 12h30min: Conferências
12h30min - 14h: Almoço
14h - 16h30min: Simpósios Temáticos
16h30min - 20h30min: Assembléia Geral da ANPUH

Sexta-Feira - 20/07/2007
8h30min – 10h30min: Mini-cursos, Reuniões administrativas
10h30min – 12h30min: Simpósios Temáticos
12h30min - 14h: Almoço
14h - 18h: Simpósios Temáticos
18h - 20h30min: Conferência de encerramento

Conferências

Domingo - 19h30min: conferência de abertura

Eni de Mesquita Samara (USP)
"A História, novos domínios e/ou deslocamentos?"

Terça-feira – 10h30min:

Hebe Mattos (UFF)
"O olhar do historiador: territórios e deslocamentos"

Lucia Maria Lippi de Olveira (FGV/RJ)
"Cruzando fronteiras: os estudos da imigração"

Hilda Sabato (UBA/Argentina)
"Historia, política, historia política. La formación de las naciones en Iberoamérica"

Quarta-feira – 10h30min:

Jeffrey Lesser (Emory Univ./EUA)
"Etnicidade, Identidade Nacional e Luta Armada"

Alberto da Costa e Silva
"A história da África de uma perspectiva brasileira: problemas e desafios"

Silvia Regina Petersen (UFRGS)
"História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos"

Quinta-feira – 10h30min:

Eliana Dutra (UFMG)
"Deslocamentos interdisciplinares. Da Literatura à Filosofia, da Memória à História"

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN)
"O Tempo, o Vento, o Evento: história, espaços e deslocamentos nas narrativas de formação do território brasileiro"

Federico Navarrete (UNAM/México)
"A invenção da etnicidade nos Estados-nação americanos do século XIX ao século XXI: uma proposta téorica"

Sexta-feira – 18h: conferência de encerramento

Maria Stela Bresciani (UNICAMP)
"Multiplidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade: um desafio para o historiador"

Discussões políticas

Segunda-feira - 10h30min Discussões Políticas I
Novos espaços de atuação profissional do historiador
Eni de Mesquita Sâmara (USP), Marieta Ferreira (FGV-RJ) e Luciano Fiqueiredo (UFF)

Segunda-feira - 19h: Discussões Políticas II
Ensino de história e formação do professor
Marlene Cainelli (UEL), Lana Mara de Castro Siman (UFMG/PUCMG), Ana Maria Monteiro (UFRJ) e Manoel Luís Salgado Guimarães (UFRJ)

Terça-feira – 19h – Discussões Políticas III
A destruição legal e ilegal do patrimônio histórico
Paulo Knauss (UFRJ), Zita Possamai (UFRGS) e Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)

Comunicações

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História Política, Cultura e Imaginário : dimensões teórico-metodológicas

Maria Eloisa Cavalheiro*

Resumo: A grande novidade da denominada Nova História Política, se comparada àquela história "tradicional" do século XIX, que se encontra situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração é, fundamentalmente, em termos da abordagem do papel do Estado. A cultura política é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e as instituições de poder vinculadas a ele, mais diretamente. Já em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, do imaginário político enfim, fato que demonstra a vitalidade da ciência política no interior da produção historiográfica será também objeto de análise, buscando identificar a ação dos homens no campo político. A imprensa, como fonte histórica, tem também um papel fundamental no sentido de permitir captar as aspirações e decepções que envolvem relações de poder, bem como influenciar a opinião pública.
Palavras-Chave: História Política, Cultura, Imaginário.

Abstract: The great news of the denominated New Politic History, if compared with that "traditional" history of the 19th century, which is found in relation to the sources, to the narrative pattern of the events, to the proposed long duration work is, fundamentally, in terms of the approach of the State role. The politics culture is that one which involves elements related to the State and the institutions of power bonded to it, more directly. Once in terms of the politics parties, of the election runnings, of the politics ideologies, of the imaginary politics, so, the fact that demonstrates the vitality of the politics science in the interior of the historygrafic production will also be the object of analysis, searching to identify the action of the men in the politic field. The media, as a historic source, has also a fundamental role in the sense of allowing to notice the aspirations and the deceptions that involve relations of power, as well as to influence the public opinion.
Key-Words: Politic History, Culture, Imaginary.

Introdução

Sob o enfoque da Nova História Política, a Cultura, o Imaginário Político e a Imprensa serão os objetos de análise nesse estudo, na medida em que o político, o Estado e suas instituições, serão abordados sob uma perspectiva mais ampla de caracterização do poder. Pretendemos apresentar uma análise teórica reflexiva com base em diversos autores que trataram dessas temáticas.

* Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo, UPF-RS, Doutoranda em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Docente na UPF.mecavalheiro@yahoo.com.br

O ponto de partida é o conceito de cultura, que na vertente alemã designou os costumes específicos de sociedades individualmente examinadas, modos de vida de mudança lenta, em oposição à civilização definida como urbana.

Para Levy-Strauss as diferentes culturas humanas não devem induzir a uma observação fragmentária ou fragmentada, pois a originalidade de cada cultura reside no modo particular como todos os homens resolvem os seus problemas e perspectivam valores, que são aproximadamente os mesmos, porque sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, arte, conhecimentos, crenças religiosas, organizações sociais, econômicas e políticas. (LEVY-STRAUSS, 1987:56).

A cultura opera como mediadora simbólica que ordena e disciplina o corpo social, se constitui num elemento de coesão, pois deve ser o ponto de partida de uma análise mais sólida na obtenção de mecanismos que promovam o uso e a aplicação racional das medidas políticas e econômicas. (SOSNOWSKI, 2000: 272-273).

A cultura é composta de estruturas psicológicas as quais os indivíduos ou grupos guiam seu comportamento, já que a participação desses num sistema cultural é limitado, porque nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de uma cultura. A participação dos indivíduos contribui para a existência da idéia de nação e ocorre de fato como representada em sua cultura nacional. Nesse sentido a cultura nacional atua como fonte de significados culturais e de representações, podendo ser formadas e transformadas servindo para adaptar as comunidades em seu modo de vida.

1 História e História Política: o marxismo e o grupo dos *Annales*.

Quando se aborda o termo história, em termos contemporâneos, se alude ao marxismo e ao grupo chamado de *Annales* que foram sua primeira vertente. Os historiadores filiados a esta vertente escrevem uma história científica e racional. Seu ponto de partida se fundamenta no método hipotético dedutivo, sendo que fora de tal atitude o saber histórico não responderia às demandas surgidas da práxis social humana, nem seria adequado no enfoque da temporalidade histórica como objeto.

Afirma Viscardi que a História Política não se constitui em um método, mas numa abordagem temática da História. Embora a produção de trabalhos no campo da História Política tenha diminuído com o advento da Escola dos *Annales* e da Escola Marxista, a História Política pode contribuir para se aprofundar os estudos históricos. (VISCARDI, s/d: 84:97).

A história política aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, também tem relações com os outros domínios; não se constitui num setor separado, mas é uma modalidade da prática social. (RÉMOND, 1996: 13-36).

Ao longo do século XIX e início do século XX, a história política era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática do que qualquer outra coisa. A dimensão política era admitida a partir e através do Estado, uma história que se centrava nas batalhas, nas guerras e negociações envolvendo os diferentes Estados. (DOSSE, 1992).

Revel coloca que a grande novidade da década de 1930 foi a reorganização das ciências sociais na França em torno da história, que passaria por um processo de reconstrução de seu objeto de estudo, constituído a partir de então pelo próprio homem. Não mais, o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana. (REVEL, 1992).

A segunda vertente dessa crítica à produção historiográfica do século XIX foi definida pela corrente marxista, que havia declarado guerra em particular à história política produzida até então. Segundo Bourdieu, o econômico surgia como o elemento determinante e definidor das relações de produção, questão chave para a análise e compreensão das relações entre os homens no interior da sociedade. (BOURDIEU, 1989).

Vale destacar que a crítica à História Política, seria ainda composta por uma terceira vertente, propondo um novo olhar das ciências humanas na década de 1970. Revel lembra que a partir de Foucault a construção do saber na área de ciências sociais passou a ser caracterizado pela estratégia de construção de "unidades parciais, locais, definidas". O homem passou de figura central a objeto transitório, datado. (REVEL, 1992: 18: 26).

Vários autores têm dedicado suas análises em favor de uma reavaliação da história política no contexto atual da historiografia. De um lado temos, por exemplo, a contribuição de Hespanha, envolvido num trabalho de reatualização dos métodos e objetos pertinentes aos estudos relativos ao poder e às instituições políticas no interior da sociedade de Antigo Regime português. (HESPANHA, 1994).

Rémond se coloca como grande expoente dessa corrente no caso da França. A marca dessa corrente é a identificação de um campo específico do político, com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa lugar de

destaque para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, possibilitando detectar as continuidades no tempo de longa duração. (RÉMOND, 1996).

Todo o pensamento político do passado está retratado nas categorias de Mannheim, mas, a mudança social imposta pelo projeto generalizado dos homens, de estruturar seu regime de conveniência num tipo de sociedade industrial requer transformações profundas nas relações reais de poder no interior das sociedades desse tipo, já que o próprio pensamento político teria de ser reformulado em perspectivas inteiramente novas.(MANNHEIM, 1968).

O termo político foi usado, durante séculos, para designar a esfera de atividades humanas que se refere, de algum modo, ao Estado. O *conceito de política*, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de *poder*. O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, e essa relação de poder é expressa de várias maneiras, nas quais se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política, como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência. Há várias formas de poder do homem, e o poder político é apenas uma delas.

Bourdieu entende o campo político como campo de forças e, campo de luta, onde os agentes dos subgrupos estão em constante disputa para transformar a relação de forças, já que o capital que está em jogo é o poder. Como em todos os campos sociais, o campo político tem seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e suas vanguardas, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução. (BOURDIEU, 1998: 171).

Os agentes desse campo concorrem produzindo produtos políticos, tais como problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos, para sensibilizar aqueles, que devem estar aptos a votar, escolher e ter opinião. O campo político está para o da opinião pública, e, por isso, a luta dos agentes, individuais ou coletivos, gira em torno do capital simbólico acumulado no transcorrer das lutas e no acúmulo de trabalho e de estratégias investidas, que se consubstanciam no reconhecimento e na consagração. (BOURDIEU, 1998:171).

1.1 História Regional

A história regional não se constitui em um método e nem possui um corpo teórico próprio, sua proliferação coincide com o advento das escolas dos *Annales*. Existem várias abordagens diferenciadas e os estudos regionais produzidos no Brasil tiveram e têm grande

importância para um melhor entendimento da história de nosso país, mas a partir dos avanços metodológicos decorrentes da evolução da história, algumas mudanças na forma destas abordagens podem ser implementadas, por exemplo, para o espaço regional que consiste numa construção abstrata elaborada no decorrer do tempo por atores coletivos que a ele se relacionam direta ou indiretamente.

Bourdieu estabeleceu critérios de delimitação regional, como exemplo as divisões regionais e o comportamento regionalista de alguns grupos políticos. O autor partiu do pressuposto de que o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e, foi sendo reconhecido e legitimado a posteriori. A delimitação regional seria estabelecida por quem nela vive, compondo o imaginário daqueles que a ela se referem já que, cultura regional é um produto da construção humana. (BOURDIEU, 1989).

Nos estudos do regional, o conceito de cultura política pode ser muito útil, onde pode ser abordado sob um novo enfoque, percebendo como foi formado e qual a sua importância no imaginário coletivo de uma população.

2 História e Imaginário Político

Raoul Girardet é autor fundamental para o aprofundamento do estudo do imaginário político. O mito político para ele é uma deformação ou uma interpretação recusável do real, mas possui uma função explicativa de uma sociedade pelo papel mobilizador que exerce. Os estudos acerca do imaginário não constituem uma disciplina com objeto e método unificados, trata-se de variada gama de abordagens disciplinares, acessadas por diferentes métodos. Entretanto, o que reúne tantos interesses é o estudo das representações, ou seja, as configurações simbólicas, os imaginários que formatam as maneiras de pensar as práticas sociais que instituem o homem e o seu meio. (GIRARDET, 1987).

O homem difere dos outros animais porque sua relação com o mundo não é imediata, é mediada por processos de pensamento. Entre o universo físico e o homem, existe a dimensão simbólica que institui o homem e o seu mundo. O homem não lida diretamente com as coisas e sim com símbolos, com os significados atribuídos às coisas pela sua cultura. A ambiência cultural é formadora do simbolismo tanto a nível lógico quanto ao nível do significado, aliás, ambos os níveis se interpenetram mais do que se distinguem.

Ao invés de lidar com as próprias coisas o homem lida com os simbolismos que tecem os seus mundos. O mundo do homem não é um mundo de fatos é um mundo

imaginário, a razão, a linguagem lógica e conceitual, a ciência, a arte, a religião e os sentimentos são dimensões imaginárias. Não há contraposição entre o real e o imaginário porque o real é construído socialmente, o real, portanto, é a interpretação que os homens atribuem à realidade através das incessantes trocas entre as objetivações e as subjetivações. É necessário salientar que o imaginário, a ideologia, a ilusão, a utopia, a ciência, a ficção, o maravilhoso, o fantástico, o sonho, o profetismo, a fábula e a possessão, entre outras, são noções estigmatizadas ou naturalizadas do homem.

3 História e Imprensa

A imprensa colabora com o pesquisador por ser um veículo de propaganda e porta voz de partidos, além de ser formadora de opinião em massa. Os jornais se constituem num meio de comunicação muito utilizado pelos historiadores, tanto do passado como da atualidade. Segundo Becker, a opinião pública é uma história em profundidade, pela qual se deve entender uma história que tem como finalidade perceber de maneira mais precisa e segura a atitude e os comportamentos dos homens confrontados com os acontecimentos. O estudo da opinião pública participa de uma abordagem total da história e busca apreender comportamentos e atitudes da população, garantindo, assim, uma destacada importância como fonte histórica. (BECKER, 1996: 191-198).

A imprensa é fonte relevante para reconstrução do poder em períodos históricos, recuperando "no calor da hora" o conhecimento de personagens envolvidos na política. Corrobora no sentido de divulgar as aspirações e decepções que envolvem as relações de poder, e também, pode influenciar a opinião pública acerca das particularidades da política. É uma produtora considerável de informações que esclarecem as atitudes e os comportamentos ao noticiar reuniões políticas, número de participantes, relatos de manifestações e de movimentos grevistas, ou ao citar apenas as informações simples e diretas; torna-se, pois, um testemunho de época, escrito, se possível, no momento do acontecimento.

À imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos do que acontece ao seu redor, mas, ao fazê-lo , termina registrando o que no futuro servirá de fonte material aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado. Nessa concepção se constata a presença cotidiana da imprensa abordando temas vinculados a partidos, divulgando os princípios doutrinários e seus programas governamentais, bem como o contexto administrativo. Os jornais analisam em suas páginas as

relações dos partidos, das elites, da população e das oposições; participam ativamente abordando questões sociais e discutem amplamente tais questões.

Conclusão

Com este artigo, se procurou apresentar algumas linhas de analise e de interpretação que possam contribuir para o debate sobre História Política, Cultura e Imaginário, e também a ação dos homens no campo político. Para uma adequada compreensão se deve ter atenção para algumas questões que são relevantes para o entendimento do Estado e suas Instituições, bem como dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, do imaginário político. As questões delineadas visam o entendimento do processo histórico e também, a escolha do processo de analise mais adequado para conhecer a evolução do pensamento histórico e, sua relação com a ciência política.

Em primeiro lugar se destacou o conceito de cultura, e se pode inferir que é um recurso fundamental do Estado para lograr a coesão de sociedades, moldadas de acordo com a cultura de uma comunidade, desestruturando assim particularidades, referências. Abre-se, então, um complexo processo de reconfiguração das culturas, que podem se manifestar como fragmentadas e transitórias, favorecendo o encontro e a fusão das culturas tradicionais. A cultura transita por um mundo de costumes, valores, mentalidades, crenças, gostos, comidas, canções, narração ou modas das regiões. Nessa relação, os perfis culturais mudam, mudando seus referentes tradicionais, costumes e visões originárias, para ir se organizando em função de códigos simbólicos que provêm de repertórios culturais muito diversos.

Em segundo lugar, a ciência política relaciona de maneira complexa à questão da distribuição do poder, pois, qualquer política para ser adotada pelo Estado, deve apontar caminhos que mesmo permeado por concepções dialéticas, ou seja, contraditórias é passível de uma aproximação de interesses que contemple de forma principal os indivíduos.

Nesse sentido, uma das maiores dores de cabeça do Estado, além do mau gerenciamento das políticas, é o sentimento de cobrança da população, uma vez que esta já não tem mais paciência e tempo de esperar que as soluções venham a passo lento. Urge que sejam tomadas medidas mais emergenciais em relação à questão política, todavia, juntamente com essas providências deverá ser adotada uma postura mais adequada aos novos tempos, pois para uma sociedade de hoje, é totalmente irrelevante que sejam adotadas políticas redundantes e arcaicas, que visam tão somente a arrecadação de votos e o benefício de algumas minorias dispostas em redutos eleitoreiros.

Assim, para finalizar, a questão do poder político, que se traduz mais ou menos diretamente na de saber a que interesses o Estado é sensível, a ênfase se dá no caráter efetivamente decisório dos cidadãos e na ampliação da esfera da política que é um importante sinalizador neste sentido.

Portanto, em terceiro lugar estão as ações da política sobre a atuação do Estado que só poderão se iluminar quando a opinião pública estiver condicionada, através da contribuição da imprensa, para aceitar idéias, símbolos e conceitos novos e mais amplos do interesse da sociedade, para que as configurações simbólicas, e também os imaginários que formatam as maneiras de pensar as práticas sociais que instituem o homem e o seu meio, se tornem práticas eficazes. Valorizar a cultura histórica e, política, é fator essencial para a existência de um Estado e também de uma sociedade, já que a História Regional é útil como método de estudo de processos econômicos, sociais e políticos.

Referências

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**.Lisboa: Difel, 1998.

DOSSE, François. **História em Migalhas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HESPANHA, Antônio Manoel. **As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político**. Portugal Século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LEVY-STRAUSS, Claude. **Race et histoire**. Paris: Folio, 1987.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**.Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.

REVEL, Jacques. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 1992.

SOSNOWSKI, Saúl. "Apuestas culturales al desarrollo integral de América Latina". In: KLIKSBERG, Bernardo e TOMASSINI, Luciano (orgs). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires, 2000.

VISCARDI, Ribeiro M. Claudia. **História, Região e Poder: A busca de interfaces metodológicas**. Lócus: *Revista de História.* Juiz de Fora, v.3, n. 1, s/d.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Echo Americano: Discursos visuais de modernidade.

Clarisse Ismério*

Resumo: O *Echo Americano* foi um jornal ilustrado que circulou entre os anos de 1871 a 1872, e atualmente, faz parte do acervo de Jornais Raros do Museu de comunicação Social Hipólito José da Costa. O objetivo dos articulistas do jornal era promover a modernização do Brasil do II Império através de um projeto civilizador que difundia um conjunto de práticas e condutas sociais que visavam a reprodução da tecnologia e cultura européia. A meta era modernizar, educar e redefinir a corte Brasileira sob a orientação dos modelos: dos ingleses deveríamos copiar o progresso industrial, comercial e científico; da França a cultura, as artes e o estilo cortesão. Apesar dos atrasos, o Brasil era visto pelos articulistas do jornal como o *Império do Futuro*, essa visão ufanista era justificada através da natureza brasileira, das riquezas naturais e pelo gosto pelo belo.
Palavras-chaves: Jornal, Modernidade, Cultura, Discursos Visuais, Civilidade.

Abstract: The *Echo Americano* was a illustrated journal that circulated between the years 1871 and 1872 and, nowadays, is part of the accumulation of the Rare Journals of the Social communication Museum Hipólito José da Costa. The objective of the article writers of the journal was to promote a modernization of the II Empire Brazil through a civilized project that spread a set of practices and social conducts that aimed the reproduction of the European technology and culture. The purpose was to modernize, educate and redefine the Brazilian court under the Models' orientation: from England they should imitate the industrial, commercial and scientific advance, and, from France, the culture, the arts and the courtier style. Despite of delays, Brazil was seen by the article writers of the journal as the *Future Empire*. This proud vision was justified because of the Brazilian Nature, the natural riches and the taste by the Beauty.
Keywords: Journal, Modernity, Culture, Visual Discourse, Civility.

O jornal ilustrado *Echo Americano*[1], cuja tiragem compreende os anos de 1871 a 1872, era um periódico difusor da cultura européia, preconizando a monarquia como forma ideal de governo e, ao mesmo tempo, que difundia um projeto de modernização do Brasil.

Trazia em suas páginas discursos visuais de obras de arte, arquitetura e projetos urbanísticos das principais cidades européias. Tais discursos funcionavam como instrumentos educativos do projeto civilizador.

O Segundo Império Brasileiro organizava-se através de uma sociedade de corte, nesta perspectiva o jornal colocava-se como órgão difusor de civilidade, que visava educar e controlar essa

* Doutora em História do Brasil, Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Pesquisa financiada pela FAPERGS, Bolsa Recém-Doutor (01/06/2000 – 31/05/2001).
[1] Pertence ao acervo de jornais raros do Museu de Comunicação Social do RS "*Hipólito José da Costa",* no qual são encontrados jornais dos anos de 1814 a 1925.

sociedade ainda jovem, através de propostas de civilidade extraídas de sociedades mais "velhas", como no caso, a Inglaterra e a França.

O jornal ilustrado *Echo Americano* era impresso em Londres, e segundo seus editores, isto se devia à tecnologia de impressão dos artigos e das reproduções das imagens que só este grande centro podia oferecer.

Não era novidade a estreita ligação existente entre o Brasil e a Inglaterra, iniciadas com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Segundo Sodré durante o II Império os jovens brasileiros iam estudar na Inglaterra, pois queriam adquirir uma cultura mais adiantada e conquistar títulos na corte. Os políticos e os economistas brasileiros também eram influenciados pelo modelo inglês (SODRÉ, 1998: 159).

Muito antes do *Echo Americano* ser lançado, Hipólito José da Costa, que dá nome ao Museu de Comunicação do Rio Grande do Sul, fundou em 1808 o jornal *Correio Brasiliense* também editado em Londres e vendido no Brasil, tendo uma grande aceitação, circulou até 1823. Assim, percebemos que não é estranho a existência de um jornal como o *Echo Americano,* produzido por brasileiros em Londres, que procurava difundir no Brasil valores da cultura européia.

O jornal ilustrado era transportado por barcos a vapor para circular de 15 em 15 dias no Brasil, Portugal e colônias portuguesas, circulou nos anos de 1871 e 1872. O primeiro número data do dia 9 de Maio de 1871. Era vendido pelo preço de 600 rs no Brasil e 300 rs em Portugal.

Constituía-se de duas partes, uma nacional e outra internacional. Era um jornal escrito na página 2 em francês ou inglês, nas demais era escrito em português. Até o número 7 os artigos culturais e comerciais eram escritos em inglês. Do número 8 em diante os artigos culturais passaram a serem escritos em francês (língua erudita), embora os anúncios comerciais continuassem em inglês (língua popular e comercial).[2]

A grande importância deste jornal é o fato de ser ilustrado, pois no segundo Império poucos sabiam ler. Conforme o senso de 1872 os índices de analfabetismo eram bastante elevados, sendo que os dados destacam que compreendia 99,9% da população de escravos e 80% na população livre, ao incluir as mulheres o número subia para 86% (ALENCASTRO, 1997: 475).

Através dos dados do senso percebemos a relevância do jornal, que foi criado com o propósito de informar os leitores sobre as novas técnicas desenvolvidas nas formas de comércio, na indústria, nas ciências e nas artes, tudo isso com o intuito de desenvolver o Brasil.

---

[2] Esta característica do jornal estava ligada diretamente com a guerra Franco-Prussiana, resultante de problemas de delimitação de fronteiras referente ao território da Alsácia-Lorena em 1871. A guerra trouxe a destruição da cultura francesa abrindo espaço ao "barbarismo". Uma vez restabelecida a ordem às coisas voltam ao normal, reestruturando a cultura francesa e sua influência sobre os demais países.

As imagens presentes no *Echo Americano* criavam um conjunto de percepções cognitivas que levam o leitor a uma experiência de vida significativa. Ao usar discursos visuais buscava educar o leitor analfabeto através dos valores e das experiências que levavam a construção de uma civilidade.

Dentre as muitas imagens, e dos mais variados temas que o jornal reproduzia, encontramos as alegorias do comércio, das ciências e das artes, que fazem de maneira figurativa a representação dos temas centrais da modernização proposta pelo *Echo Americano* para o Império Brasileiro. [3]

Figura 1- Alegorias do Comércio, Ciências e Artes. Fonte**: Echo Americano**, 24 de junho de 1871, n.º 4. p. 56.

As artes, definidas como literatura, pintura e escultura, tinham um lugar privilegiado entre os assuntos abordados, pois o grande objetivo do *Echo Americano* era difundir a arte européia através de suas reproduções e assim influenciar os artistas brasileiros.

Considerava-se uma verdadeira *escola ou jardim de arte*, estando repleto de símbolos que permitem reconstruir o imaginário e a mentalidade da época. Foi criado para

[3] As alegorias seguem a influência greco-romana. O comércio foi caracterizado pelos símbolos distintivos do deus Hermes ou Mercúrio, o gorro alado e o caduceu. Hermes era o deus do comércio e o mensageiro dos deuses, é símbolo da inteligência industriosa e realizadora. O gorro alado evidencia a agilidade e elevação. O caduceu é um bastão em torno do qual se entrelaçam duas serpentes, representando a dupla face do universo, o benéfico e o maléfico, o antagonismo e o equilíbrio cósmico. Os símbolos presentes na alegoria mostram a agilidade e os dois lados do comércio. A âncora simboliza o comércio marítimo, podendo também aqui tentar evidenciar o comércio entre Brasil e Inglaterra.A alegoria das ciências foi representada como uma mulher pensando e as artes como uma das musas gregas. Na mitologia as musas eram as divindades inspiradoras da poesia e das artes. Ao todo eram nove, sendo que cada uma tinha sua especialidade: Caliope, era da poesia épica e da eloqüência; Melponeme, a tragédia; Tália, a comédia; Polymia, a poesia lírica; Erato, a poesia erótica; Clio, a historia; Euterpe, a música; Terpsycore, a dança e Urânia, a astronomia.

influenciar a formação cultural de grande parte da população do Brasil do segundo reinado, pois deveria entrar tanto na casa do rico como do pobre: "E o Echo Americano terá entrada na choupana do pobre, e na casa do rico, pela modicidade do seu preço" (ECHO AMERICANO, 1871: 2).

Pretendia ser um divisor de águas da imprensa nacional, tanto pelo conteúdo como pelas imagens que trazia. Seria uma luz que guiaria com passos certeiros ao progresso do Brasil.

O estilo neoclássico marcou fortemente a arte do século XIX no Brasil, sendo que os pintores de maior destaque foram Vitor Meireles e Pedro Américo Leal. Pintaram grandes painéis históricos, fortemente marcados pela teatralidade. Foram responsáveis pelos "retratos" de D. Pedro II. A escultura ficou restrita a arte cemiterial e dos prédios públicos, sendo o maior escultor do período, Rodolfo Bernardelli.

Além de manter o neoclássico como estilo artístico no II Império, também se manteve a mentalidade de que para atingir o refinamento, a sociedade de corte brasileira deveria seguir como modelo à sociedade européia, especialmente a estética francesa de civilidade.

Para os articulistas do *Echo Americano* as obras de arte serviam como modelo para estudos. Assim, utilizavam as páginas do jornal para estampar quadros e esculturas de grandes artistas. As obras de arte, estátuas e quadros de estilo neoclássicos, eram reproduzidas através de fotos e depois passadas para desenho, para que pudessem ser apreciados pelo público em geral e servirem de inspiração na produção da arte local. Pois, como vimos anteriormente, o *Echo* se autodenominava como uma *"escola ou galeria de artes"*.

Um tema bastante comum era mostrar o público europeu visitando as galerias de arte. Era uma forma de mostrar que o povo europeu prestigiava as artes e por isso eram refinados e sua cultura era invejável.

Tal empenho de mostrar obras de arte e o que elas causavam no público era necessário, porque no Brasil não existia um desenvolvimento nas artes visuais como existia na literatura.

A arquitetura do período também era de inspiração neoclássica, assim como a artes plásticas, o jornal se propunha a mostrar a bela arquitetura européia para que fosse modelo de inspiração para os nossos arquitetos.

Imagem 2 - Obras da arquitetura européia. Fonte: Echo Americano, 9 de junho de 1871, p. 44 .

O *Echo Americano* trazia como proposta a difusão de um projeto civilizador no Brasil, cujas bases estavam alicerçadas na cultura européia ao mesmo tempo em que reivindicava a modernidade do país. A modernidade só seria conquistada através da educação, saneamento, melhoria dos transportes, projetos na área do urbanismo, construção bibliotecas e fundação de Institutos de Pesquisa. Essas eram consideradas, segundo os articulistas do jornal, as premissas básicas para o país ser civilizado.

Em 1850 foram tomadas medidas que visavam mudar a estrutura política e econômica do Brasil e assim inseri-lo dentro do contexto da modernidade. Tais mudanças foram oriundas do Bill Aberdeen, de 1845, imposto pela Inglaterra ao Brasil através do qual o governo inglês se arrogou o direito de apresar os navios que traficavam escravos. Como resultado, em 1850, através a Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos foi proibido no Brasil, mas o contrabando continuou até 1856.

Com o fim da exportação dos escravos ocorreu uma liberação de capital para outras áreas da economia, que produziram um aumento nas atividades comerciais. Em decorrência surgiram bancos, pequenas indústrias e empresas de navegação.

Outras medidas também foram tomadas, tais como: a promulgação das Leis de Terras, a centralização da guarda nacional e a aprovação do primeiro código comercial. Todas visando colocar o Brasil dentro da proposta de modernização capitalista que se desenvolve de maneira bastante lenta.

Internacionalmente o Brasil era representado por seus grandes vultos, os filhos da terra que construíam a civilidade do país. A capa que ilustra o primeiro número do *Echo Americano* trazia a figura de Carlos Gomes rodeado por instrumentos musicais, como se fosse um deus da música, um Orfeu brasileiro.

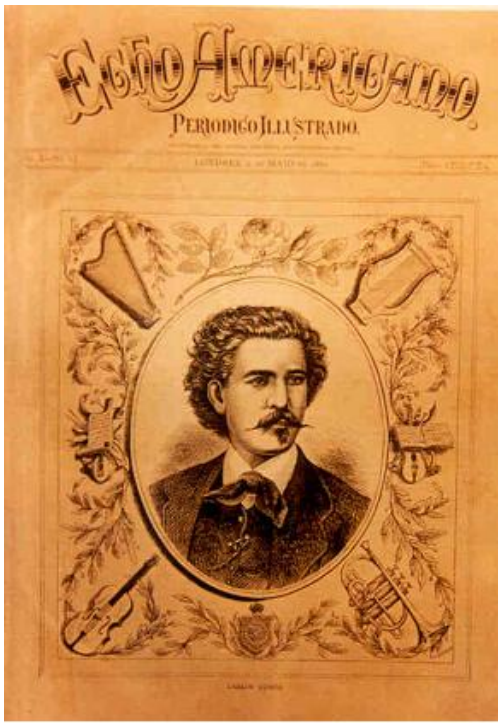

Imagem 3 - Capa que homenageia Carlos Gomes, Fonte: Echo Americano, Londres, 9 de maio de 1871.

No interior do jornal encontra-se um artigo sobre o compositor, no qual relata-se sobre a qualidade da música brasileira argumentando que os lundus e as modinhas eram cultivados e valorizados, considerados manifestações da alma popular. Os lundus cuja, base musical era africana, nasceram da cultura popular, mas logo foram incorporados pela elite local, para serem dançados nos salões de baile da corte carioca. As modinhas tiveram sentido inverso, saíram dos saraus para serem incorporadas pelo povo.

Segundo o artigo, faltava para a cultura brasileira uma forma de representação musical mais elitizada, que fosse fruto do verdadeiro talento artístico nacional. Dessa forma, mostrar os valores e símbolos primitivos do Brasil com grande estilo, servindo de modelo de fecundidade criadora, como no caso referido mostrou Carlos Gomes ao compor a ópera *O Guarani*, consagrada nos palcos italianos.

O artigo apresentava a biografia do maestro para que os leitores pudessem se deleitar com suas conquistas e ao mesmo tempo ter como exemplo de homem este filho da terra, que mesmo sendo de origem humilde soube aprimorar seus dotes e destacar-se como grande artista aclamado na Itália. Mas destacava que a maior criação do talento de Carlos Gomes foi *O Guarani*, ópera em 4 atos. O sucesso ocorreu por retratar um tema exótico aos olhos dos europeus, mostrando a natureza exuberante e dadivosa do Brasil, superior às demais.

> *A inspiração ardente e original de um filho das recônditas florestas do novo mundo, revelando-se a um publico ávido de sensações e dos deslumbramentos de uma arte bebida nas fontes de uma ciência desconhecida, devia produzir sem duvida assombroso efeito, e dar a um tempo idéia opulenta do artista, e da maravilhosa natureza que lhe serviu de iniciadora (ECHO AMERICANO, 1871: 6).*

Delineava a mentalidade de que a natureza dadivosa e edificante do Brasil seria a grande musa inspiradora dos artistas, prova disso, era a aclamação de Carlos Gomes nos palcos europeus, através de sua ópera que mostrava as riquezas naturais do país e todo seu potencial artístico. Contribuindo para a construção do mito de que a natureza era, como hoje ainda é, nosso maior patrimônio.

A "musa" natureza adornava a capa do número dois, que retratava a cascata da Floresta da Tijuca, passando a ser um símbolo que identifica o Império do Cruzeiro como um país soberano de riquezas naturais inesgotáveis.

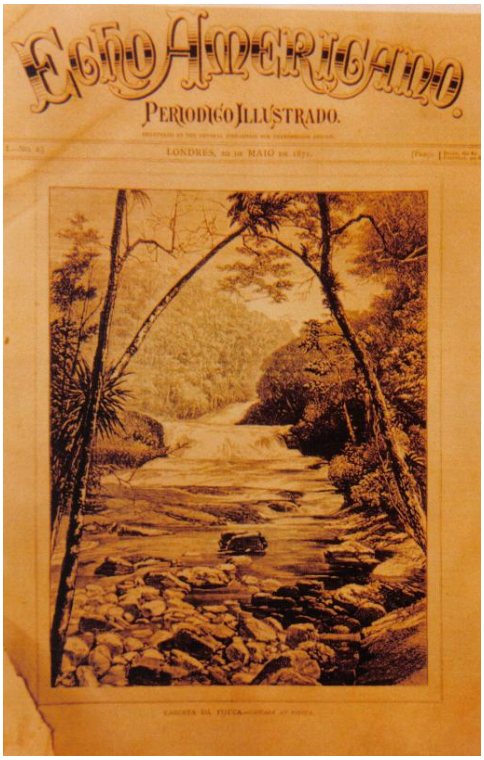

Figura 4 - Cascata da Floresta da Tijuca. Fonte: *Echo Americano*, n.º 2, Londres, 20 de maio de 1871.

A tendência de supervalorizar a natureza era uma das características do Romantismo Brasileiro, que buscou através da temática indianista valorizar a identidade nacional e ao mesmo tempo um diferencial frente às outras nações. Portanto, sob um prisma nacionalista e idealizador, construiu-se uma natureza idílica e paradisíaca, a qual era habitada por índios e nobres guerreiros, todos valentes formadores de nossa nacionalidade.

Seguindo esse raciocínio, a capa da terceira edição mostra os índios coroás ou kaingang, como hoje são conhecidos. Assim, são retratados com roupas impostas pela cultura do homem branco "civilizado". Andar nu, segundo a visão do civilizador, era um ato de selvageria. Portanto, era natural que o jornal valorize o aldeamento e a aculturação dos indígenas, pois essa proposta visava uma melhoria de vida para estes povos "não civilizados". Ao mesmo tempo em que em outra edição apresentava outra imagem sob a ótica do europeu, ou seja, a partir de uma visão idealizada.

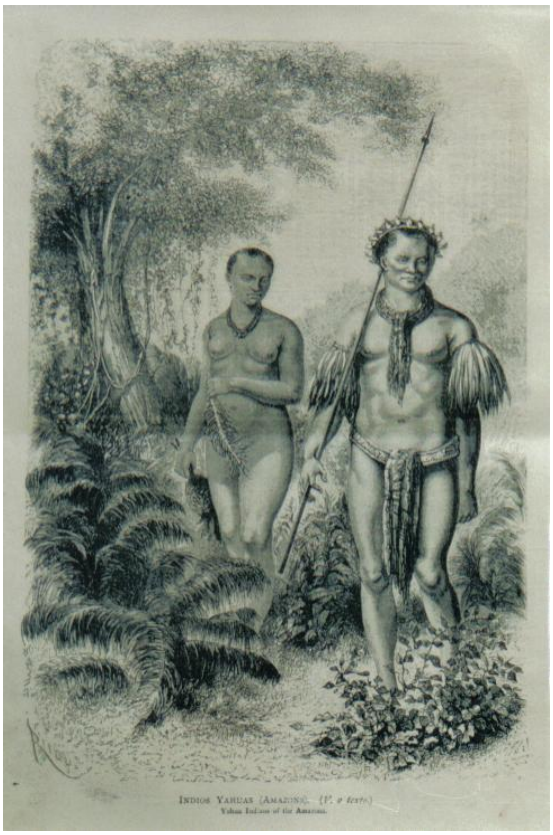

Figura 5 - Índios Coroás ou Kaingang e Yahuas, Amazonas Fonte: Echo Americano, n.º 3, Londres 9 de Junho de 1871. *Echo Americano*, Londres, 2 de dezembro de 1871, n. 15, p. 265.

Existia na época um abismo entre a imagem do índio idealizado pela literatura e artes e a do índio real. A representação do indígena nas artes e na literatura foi construída a partir de atributos e qualidades que o tornavam um guerreiro aos moldes dos cavaleiros medievais, sendo valorizados pela lealdade, valentia, nobreza de caráter e pureza. Tais características são encontradas tanto na construção da figura de Peri, protagonista do romance *O Guarani* (1857), de José de Alencar, como na a ópera de Carlos Gomes como em todas as representações lúdicas sobre os índios.

Em contrapartida, o índio real era tachado de preguiçoso, ladrão, sem caráter, em fim, um selvagem que deveria ser reduzido e educado aos moldes da cultura do branco civilizado.

Um personagem que freqüentemente foi retratado no jornal *Echo Americano* foi o Imperador D. Pedro II. Tais representações serviam como propaganda política para criar uma imagem positiva do governante junto ao seu povo, pois era representado como um homem ilustrado ou como um grande estadista.

A figura do imperador D. Pedro II era bastante questionada por seus súditos. Já em sua juventude era motivo de críticas, quando em 1849 surgiu a idéia de compará-lo com Jorge III da Inglaterra, e assim dirigir uma polêmica contra o poder pessoal do rei. Em 1859, passou a ser alvo da imprensa satírica, o primeiro periódico a satirizá-lo foi o *Charivari Nacional,* sendo seguido por outros (HOLANDA, 1972: 60).

Os constantes desentendimentos entre os partidos Liberal e Conservador, e a acusação do poder pessoal do Imperador culminam com a queda do gabinete em 1868, em plena guerra do Paraguai. Todos esses sintomas mostravam que o país estava diante de inúmeras contestações, sendo que a de maior impacto foi em 1870 com a criação do Partido Republicano que defendia o fim da Monarquia. O partido era formado por liberais e republicanos tradicionais.

Diante deste quadro era natural que os articulistas do *Echo Americano* tentassem difundir para o povo que na Europa a imagem de D. Pedro II era ligada ao progresso, à justiça e a modernidade. O Imperador era representado como um grande estadista, que tinha todas as respostas e decisões certeiras para solucionar os conflitos internos e externos em que o Brasil estivesse envolvido. Uma imagem difundida para que o Império brasileiro fosse bem visto pelos europeus e pelos próprios brasileiros.

Para Ribeiro, essa idéia estava ligada ao antigo sonho português de tornar-se grandioso frente às monarquias européias. Herdamos o sonho de grandeza quando D. Pedro I tornou o Brasil independente de Portugal e construiu o Império Brasileiro. Essa idéia foi fortalecida pela extensão territorial e pelas doutrinas políticas vigentes na época (RIBEIRO, 1995: 45).

Segundo a autora, D. Pedro I entrou para o imaginário brasileiro como libertador do Brasil do jugo português e fundador da nação e do Império brasileiro. Já D. Pedro II teria encarnado a figura do próprio Estado. Quando menino era o "anjo salvador", mas logo essa imagem foi substituída pela do homem barbudo ostentando as insígnias do Estado,

caracterizando a altivez e virilidade, uma representação que marcou a maioria dos seus "retratos". Em apenas um o imperador aparece ostentando uma farda, personificando um soldado da pátria pronto na defesa da Guerra do Paraguai (RIBEIRO, 1995: 102-103).

A imagem da barba deu ares de sabedoria e equilíbrio ao imperador. A partir de 1870, a barba passou a ser branca, associando a imagem de patriarca, um condutor de homens. O imperador era o símbolo vivo do Estado (SCHWARCZ: 1998).

Durante um longo período no Brasil predominava a mentalidade de que existia uma divisão setorial do trabalho nos países, ou seja, algumas nações eram predestinadas a desenvolver a indústria e outras a agricultura. Como no Brasil a economia era baseada na agricultura, era forte a idéia de que no mercado mundial sua posição era de exportador de matérias primas.

Os cafeicultores, donos de grande parte do capital financeiro do país, não tinham interesse em desenvolver o setor industrial, preferiam reinvestir na agricultura. Faltava, segundo Francisco Iglesias, uma mentalidade associativa e empresarial, pois grande parte dos homens públicos estavam ligados às questões da terra (IGLÉSIAS, 1995: 186).

A industrialização era um dos vetores que deveriam conduzir o Brasil ao progresso e a civilização. Os articulistas do *Echo Americano* apontavam os alguns motivos pelos quais o Brasil não era um país industrial, como a falta de investimentos do governo, ausência de mão de obra livre e especializada.

Apesar das críticas, apostavam no desenvolvimento futuro, pois matéria prima era abundante no Brasil, e esta era a base para que se pudesse desenvolver um projeto industrial, embora ainda faltasse investimento e trabalhadores qualificados. Mas afirmavam que: "Tendo conseguido este resultado, o Brasil tem em si elementos para competir tanto na industria, como em literatura, ciências e nas artes com as nações mais adiantadas de ambos os continentes" (ECHO AMERICANO, 1971:2). Apesar de tudo, o Brasil, na visão do jornal, era predestinado ao desenvolvimento.

A partir da análise dos discursos visuais e escritos presentes no jornal *Echo Americano*, que circulou entre os anos de 1871 a 1872, observamos que trazia como proposta principal um modelo de projeto civilizador para o Brasil Imperial. A meta era modernizar, educar e redefinir a corte Brasileira através dos moldes da cultura européia. Dos ingleses deveríamos copiar o progresso industrial, comercial e científico. Da França a cultura, as artes e o estilo cortesão.

O jornal foi criado para desenvolver novas técnicas ligadas ao comércio, indústria, ciências e arte. As artes eram o principal tema do *Echo Americano*, tanto que se considerava

uma verdadeira escola de artes, pronta para dar aos brasileiros o que de melhor existia nas coleções européias.

O *Echo Americano* reforçava a importância do sistema monárquico para o Brasil. Da mesma maneira que procurava transmitir ao povo brasileiro e à Europa uma imagem favorável do imperador, servia como propaganda favorável do governo num período que se encontrava mergulhado numa profunda crise interna.

Apesar dos atrasos, o Brasil era visto como o *Império do Futuro*, essa visão ufanista era justificada através da natureza brasileira, das riquezas naturais e pelo gosto pelo belo. Denotava o mito da superioridade e predestinação do Brasil, desde que desenvolvesse seu projeto civilizador e alcançasse a modernidade. Os discursos visuais presentes no *Echo Americano* estavam repletos de imagens e mitos que influenciaram e reforçaram uma mentalidade que preconizam o Brasil como o país do futuro, gigante pela própria natureza.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 2, São Paulo: Ed. Schwartz, 1997, p.475.

*Echo Americano***,** Londres, 1871 a1972.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. A História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. I e II, 1995.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. Do Império à República. 4.ª ed., São Paulo: DIFEL, vol. 5, 1972.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil. 1500-1964.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Ana Eurydice B. **Os Símbolos do Poder. Cerimônias e Imagens do Estado Monárquico no Brasil.** Brasília: UnB, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson W. **Panorama do Segundo Império**. Rio de janeiro: Graphia Editorial, 1998.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Primeiras Imagens de Alexandre, o Grande, em Roma

Marilena Vizentin*

O objetivo desta comunicação é, em linhas gerais e à luz da tradição textual, fornecer uma primeira sistematização da introdução do mito de Alexandre, o Grande, em Roma, bem como sua interpretação e apropriação pelos dirigentes romanos. Levando-se em consideração que a figura do Conquistador perpassa vários séculos de história[1] e que as fontes antigas que lhe fazem referência são inúmeras, além de se tratar de tema já especulado por obras consagradas (como, por exemplo, GOUKOWSKY, 1978 e 1981; TREVES, 1953; BIEBER, 1974, entre muitos outros), é importante frisar que a leitura da imagem de Alexandre feita pelos romanos dá margem a interpretações pouco exploradas pela historiografia especializada, principalmente aquela que concerne à investidura de características tidas como romanas ao imperador macedônio. Tais características serviriam, numa primeira instância, seja para dar vazão aos anseios da elite política, seja para que ele próprio, Alexandre, fosse compreendido e aceito pelos demais grupos que compunham a sociedade de então. O mito de Alexandre o Grande seria, pois, introduzido em Roma como sinônimo de poder, e por muitos séculos sua interpretação sofrerá alterações significativas, pois muitos foram os que dele fizeram uso.

O período dessa influência estende-se, como já apontado, por cerca de cinco séculos, de maneira que um recorte se faz absolutamente necessário. Como em cada época é perceptível uma variação na recepção romana da imagem alexandrina, esta análise procurará enfatizar aqueles momentos em que o debate em torno dessa influência adquire maior significado. Por ora, traçaremos um panorama geral da presença de Alexandre no mundo romano anterior ao Principado.

É preciso reconhecer, antes de qualquer consideração outra, que a existência de um "mito" de Alexandre pressupõe uma elaboração e um desenvolvimento que visam ao atendimento de certos propósitos. Parte da historiografia vê essa elaboração como tendo sido engendrada pelo próprio Alexandre (GOUKOWSKY, 1978 e 1981 e SCHWARZENBERG,

---

* Marilena Vizentin é mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e desde 2002 atua como Editora Assistente da Editora da USP.

[1]. Em Roma, a primeira *imitatio Alexandri*, como se verá mais adiante, se dá com Cipião. Essa imitação estende-se até Alexandre Severo, no século II (Ceausescu, 1974, p. 168).

1975, por exemplo), com objetivos claramente políticos. Ele deixou-se, nesse sentido, nomear filho de Zeus ou de Júpiter, porque assim se aproximaria da concepção que os próprios egípcios tinham da realeza; o mesmo em relação aos trajes orientais que costumava exibir depois da conquista da Pérsia, pelo simples fato de que, agindo desse modo, se tornava familiar àqueles que deveria governar.

Outros autores encontraram indícios de que essa criação tenha se dado apenas depois de sua morte (BIEBER, 1974 e POLIGNAC, 1999), quando os Ptolomeus, principalmente, passaram a fazer uso da imagem de Alexandre para firmar-se no poder. Seja qual tenha sido a época da elaboração desse mito, porém, o fato é que sua existência era sensível, a ponto de ter sido introduzido no mundo romano.

A primeira notícia que se tem de Alexandre em Roma está ligada à atuação do rei do Epiro, Alexandre Molosso, irmão da mãe de Alexandre, Olímpia, junto aos tarentinos, na ocasião em que estes empreendiam guerra com os bruteus (Justino, *Epítome das Histórias Filípicas de Pompeyo Trogo* XII, 2, 1). Disposto a ajudar os tarentinos nessa luta, o Molosso coloca-se, tal qual o Conquistador, como aquele a quem estaria destinada a formação de um grande império no Ocidente, da mesma forma que o fizera Alexandre, o Grande, no Oriente (Tito Lívio, *História de Roma* IX, 19). Por essa razão, é com certo receio, para não dizer medo até, que os romanos acolhem, neste primeiro momento, a imagem de Alexandre, pois o encaram como uma ameaça à sua soberania.

Por essa mesma época (fim do século IV a.C.) há notícias de uma suposta embaixada romana empreendida rumo ao Oriente, cujo intuito era render homenagens a Alexandre (mencionadas por Clitarco, na *História de Alexandre Magno* e, posteriormente, por Arriano, na *Anábase*). Há poucos elementos concretos de que esse episódio tenha de fato ocorrido, de modo que a introdução desse tema (o contato do Oriente com o Ocidente) deve ser vista apenas como o desejo, por parte de determinados círculos, de que Alexandre fosse tido como o *cosmocrator* por excelência, devendo, nesse sentido, aos olhos dos romanos, aparecer como um chefe de Estado bastante prestigioso e admirável. O fato de ser apresentado como um governante dotado de atributos especiais, portanto, contribui, de alguma maneira, já nesse período, para uma certa "idealização" de sua imagem, pois acaba por se tornar "qualquer coisa de irreal, de misterioso" (MARQUAILLE, 1996, p. 5).

Na literatura latina propriamente dita, o nome de Alexandre é citado pela primeira vez em Plauto (MOSTELLARIA, vv. 775-777), que faz menção a ele como símbolo da glória militar. Na literatura grega, contribuem para uma visão favorável de Alexandre os escritos de Ptolomeu, Aristóbulo e Clitarco. Por meio desses textos, os romanos têm contato então com

um soberano corajoso, generoso e, sobretudo, "universal", uma vez que foi o primeiro a conseguir agregar sob uma mesma égide diferentes povos e nações. Trata-se de uma visão heróica de Alexandre, e é por esse viés que Roma permitirá a sua entrada na vida na cidade. Apesar do temor que ele representava da volta do regime monárquico, sua condição de herói patriótico o alçava à condição de modelo desejável, especialmente depois das vitórias alcançadas na luta contra Cartago.

É a partir dessa situação que Cipião, o Africano, será o primeiro a proceder a uma verdadeira *imitatio Alexandri*, e é Tito Lívio quem aponta para os indícios dessa imitação (XVIII, 39). Ao se fazer coroar como Júpiter Capitolino, é a Hércules que Cipião se reporta, numa clara referência à descendência divina de Alexandre. Outro *topos* considerado como elemento constitutivo da *imitatio Alexandri* é o da sua concepção. Segundo Plutarco (*Vidas Paralelas*, "Alexandre" 2), Olímpia, mãe de Alexandre, teria sido fecundada por uma serpente, encarnação mesma do divino, na noite de suas núpcias. O reflexo exato dessa lenda é reproduzido por Tito Lívio (XXVI, 19), ao relatar os passeios de Cipião no Capitólio, quando este tinha de tomar alguma decisão importante.

Além dessas, Tito Lívio menciona várias outras situações em que ficam patentes as correlações de Cipião com a lenda do Conquistador, pelo que é muitas vezes seguido de Políbio (*Histórias*). Em todas elas, a aproximação que o general romano pretende fica muito evidenciada: "a de um desejo de divinização que experimentarão, por sua vez, as grandes figuras da Roma republicana" (MARQUAILLE, 1996, p. 10). O Alexandre mítico admirado pelos romanos como herói digno de respeito passa a ser caracterizado, a partir de Cipião ainda, como personagem histórico atuante, alguém que, além de ter promovido mudanças fundamentais na Grécia e no Oriente, imprimiu sua própria personalidade ao regime político e social em vigor. Em vista disso, portanto, aquele Alexandre outrora reverenciado passa a ser considerado, como dito anteriormente, uma ameaça do ponto de vista político, pois suscitou no Senado romano o perigo da tirania (CEAUSESCU, 1974, p. 153).

Com a incursão de Roma rumo ao Oriente, a imagem de Alexandre tornar-se-á cada vez mais dúbia e controversa: se por um lado suas façanhas militares serão admiradas pelos generais romanos, entre eles Mário e Sula, por outro estará sempre em xeque o seu desejo de divinização, de subserviência dos súditos, de concentração de poderes, aspectos estes irreconciliáveis com o *mos maiorum* romano.

Depois de Cipião, é Pompeu quem vai buscar se aproximar da imagem do macedônio, o que acabou lhe valendo, inclusive, o cognome "Magno" (Plutarco, "Pompeu" 19 e 22). Fala-se mesmo de um "tropismo" por parte de Pompeu, tamanha a recorrência das

situações alusivas à vida e aos feitos de Alexandre. Dentre estas, podem ser citadas, entre outras, a semelhança física associada à juventude (Plutarco, "Pompeu" 2), também apontada em "Pompeu" 33 e por Plínio, *História Natural* VII, 95 e XXXVII, 14; as façanhas, especialmente em relação à fundação de numerosas cidades, e a popularidade do general junto a seus soldados. A conseqüência natural dessas aproximações será a assimilação de Pompeu, tal como Alexandre, a Hércules e a Dioniso, o que o levará a desempenhar as funções de um verdadeiro *cosmocrator*, papel este que, pela primeira vez, enfatizará muito mais o luxo e a suntuosidade oriental do império alexandrino do que suas pretensas qualidades de agregação de diferentes povos sob um único comando.

A *imitatio Alexandri* empreendida por Pompeu ficará marcada, todavia, pela necessidade da vitória como elemento essencial do poder, ou seja, pela "idéia de que a vitória militar confere a certos indivíduos da elite a plenitude do poder num país conquistado e lhe dá o direito a um *status* sobre-humano" (MARQUAILLE, 1996, p. 19), idéia esta que vai ao encontro da imagem oferecida pelo *imperator* romano, grandemente aproveitada pelos imperadores ao longo do Principado.

Esta não é, por exemplo, uma questão que estará presente na imitação pretendida por Marco Antônio, apesar de tanto ele como Pompeu terem se voltado para Alexandre em função das incursões romanas no Oriente. Com Marco Antônio, Roma terá oportunidade de conhecer um novo Alexandre, muito mais místico do que ele certamente teria sido.

Marco Antônio, ao contrário de Cipião, que reconheceu as características de um personagem histórico em Alexandre, vê no Conquistador muito mais o seu caráter divino do que o humano. Uma das atitudes que toma, ao enveredar por esse caminho de interpretação, é fazer-se aclamar como o próprio Dioniso (Plutarco, "Antônio" 24).

Ademais, faz-se representar como Alexandre em suas cunhagens monetárias (valendo-se, mais uma vez, entre outros, do *topos* da serpente); procura reorganizar o Oriente tal como Alexandre o fizera; passa a igualar suas vitórias às do Conquistador; assim como aproximar o valor dos chefes militares romanos às conquistas realizadas pelo macedônio. Tal como Cipião, são o fausto e a suntuosidade oriental que estarão em destaque, além do indelével desejo de divinização. O objetivo de Marco Antônio, na prática, era fazer crescer a zona de influência de Roma no Oriente valendo-se seja de elementos romanos, seja de orientalizantes, o que, em última instância, foi muito mal compreendido pelas elites da capital do mundo, especialmente daquela que compunha o Senado. Some-se a isso a ativa propaganda de Otávio em prol da soberania romana e chega-se à conclusão de que, para aqueles que representavam Roma naquele momento, o modelo escolhido por Marco Antônio

consistia num equívoco, pois entendem isso, uma vez mais, como ameaça à sua acalentada soberania e a seus costumes. É a partir desse momento, depois de ter sido consagrada por seu uso no caso de Marco Antônio, que "a terminologia depreciativa foi aplicada a Alexandre", pois "os meios senatoriais romanos viam e incriminavam justamente os príncipes que, abandonando o comportamento cívico, agiam como *domini*" (CEAUSESCU, 1974, p. 163).

Como decorrência, portanto, da propaganda infligida pelo partido de Otávio em seu combate ideológico contra Marco Antônio, surgem as primeiras reservas, de fato, à figura alexandrina, reservas que estarão grandemente presentes nos escritos de Cícero, como em *Dos Deveres*, II, 15, 53 e em *Tusculanae Disputationes* V, 91. Todas elas atacam o aspecto moral da vida de Alexandre. Para Cícero, trata-se de um homem de paixões nefastas e de vida desregrada, características essas que não condizem com as atividades de um general. Cícero pode ser considerado, a bem da verdade, o primeiro a expressar os anseios da corrente estóica, filosofia adotada pelos círculos senatoriais já no século I d.C. e abertamente contrária à idéia de que Alexandre fosse tomado como exemplo a ser imitado por um bom governante.

Da análise de suas obras, no entanto, infere-se uma certa oscilação em sua opinião relativamente a Alexandre. Se, por um lado, reprova a ausência de valores morais no Conquistador, como se pôde observar, por outro admira a sua incontestável atuação nas campanhas militares que empreendeu. Nas *Filípicas* (V, 48), exalta que o valor de um homem não está nos anos vividos, mas sim nos atos que praticou, e, como exemplo disso, cita o fato de Alexandre ter morrido com apenas 33 anos, ao passo que o prestigioso cargo de cônsul, em Roma, só podia ser atingido aos 43; em *Acadêmica*, II, 3, reconhece o valor militar de Alexandre; e, finalmente, só para ficarmos em apenas mais uma passagem, em *Ad Familiares*, II, 10, 3, expressa o orgulho de ter sido nomeado *imperator* no mesmo local da Batalha de Isso, onde Dario havia sido batido por Alexandre. A grande dicotomia fica, portanto, evidente no fato de Cícero, ao mesmo tempo em que admira os feitos de Alexandre, reprova-os, pois estes não foram praticados dentro do tempo esperado, ou seja, não seguiram o *cursus honorum,* tão caro aos romanos. "A imagem do *cursus* é, pois, a imagem da ordem, incondicional ao equilíbrio do sistema político romano" (MARQUAILLE, 1996, p. 25), daí as reservas expressas por Cícero. Alexandre, embora digno de admiração pelos seus feitos, não poderia servir de modelo aos romanos, pois não tinha ascendência moral para isso.

Será a partir de Júlio César, todavia, que as reservas à imagem de Alexandre ganharão maior relevo, pois a aproximação, no caso do conquistador da Gália, se dará explicitamente em prol da realeza, regime este, como já afirmado várias vezes, por séculos repudiado pelos romanos.

Nas *Vidas Paralelas*, de Plutarco, em que são comparadas as vidas de Alexandre e de César, os pontos de encontro entre os dois personagens são inúmeros. Dentre eles, destacam-se o amor pela glória, a clemência e o desejo comum de seguir adiante[2]. Tais aproximações são, como seus temas em si mesmos revelam, bastante favoráveis a ambos, o que também pode ser inferido a partir do conhecimento que se tem da simpatia de Plutarco seja por Alexandre, seja por César, mas notadamente pelo primeiro. Paralelos como esses podem ser encontrados em outras fontes ainda, como em Suetônio ("Vida de César" VII), que prossegue com a mesma comparação em LXI, embora, nesta passagem, a alusão seja menos explícita, pois a semelhança aqui é marcada pela montaria de ambos os generais. Somem-se, ademais, Apiano (*Bellum Civile*, II, 21, 149) e Dião Cássio (*História Romana*, XLIII, 45, 3), cujas obras aproximam também, de alguma forma, César a Alexandre.

Em todas essas alusões, sobressaem-se as idéias de valor militar e da preferência dos deuses, que César procurará dosar em sua atuação como *dictator*, dentro dos limites de Roma, e como *imperator*, ou, melhor dizendo, *rex*, no âmbito das províncias. Ao tentar suplantar o prestígio quase sobrenatural do *imperator* e elevar seu poder quase que à aura mística de Alexandre, o *rex* por excelência, César volta, porém, a afligir os romanos com a ameaça do regime monárquico, o que resultou, de fato, na sua morte. Quando Cícero, portanto, admoesta Alexandre em seus escritos, na verdade é a César que ele se dirige, pois acreditava que a sombra do macedônio estivesse rondando os projetos deste, e que a realeza representada por Alexandre não poderia inspirar senão grandes males para o povo romano. Assim, à imagem do herói digno de admiração sobrepõe-se a do *rex* e, com ela, tudo aquilo que Roma não desejava para si.

César foi, apesar de tudo e de seus contemporâneos, aquele que, até aquele momento, mais teria se aproximado do projeto de Alexandre. Seu objetivo não era apenas o de uma mera *imitatio*, mas mais o de uma *emulatio*, pois, ao mesmo tempo em que imitava, buscava suplantar o modelo original, estabelecendo, assim, um novo paradigma. Tal como Alexandre, César entendia o Império Romano como algo que deveria estar em constante mudança e expansão. Sua grande dificuldade foi não apenas as reservas que alimentavam o imaginário do povo romano em relação ao regime monárquico, como também a idéia de assimilação, ou helenização, a que teriam, de algum modo, de aceder. Caberá aos imperadores posteriores, por sua vez, completar esse quadro, contribuindo com novos elementos que pudessem estabelecer um cânone da imagem de Alexandre em Roma.

---

[2]. Como nas seguintes passagens, respectivamente: "Vida de Alexandre", 4 e "Vida de César", 17; "Vida de Alexandre" 12 e "Vida de César", 34; "Vida de Alexandre" 26 e "Vida de César", 58.

Ao longo desses três séculos, aqui rapidamente esboçados, a imagem alexandrina aparecerá, assim, matizada por inúmeras cores e constrangida por diversos símbolos. Cada um a seu modo dará à figura do macedônio uma tonalidade diferente sem nunca, no entanto, trair completamente o desenho original. Herói, conquistador, vencedor do Oriente, Dioniso reencarnado, Alexandre nunca foi o mesmo. Tenha sido ele condenado ou adulado, o fato é que acabou parte da memória romana, impregnando-se nos âmbitos político, literário e artístico. E é assim que ele será apresentado ao novo regime político que se instaura ao final do século I a.C., regime este que dele fará tantos usos quanto possíveis são as interpretações de seu mito.

De Otávio Augusto a Alexandre Severo, último imperador ainda a estabelecer ligações com o modelo alexandrino, a imagem do Conquistador introduzida no mundo romano e que até então sofrera múltiplas alterações, continuará a desempenhar papel importantíssimo na caracterização dos dirigentes da Cidade Eterna e, ao longo do Principado, também estabelecerá relações bastante díspares com cada um deles[3]. É Otávio Augusto, todavia, quem melhor caracterizará a figura de Alexandre, trazendo-o muito próximo do que teria sido na realidade. Ele "reintroduzirá Alexandre, em Roma, de forma oficial, mas como a de um rei civilizado que conquistara as terras bárbaras, longe da imagem anti-romana criada pelos diádocos. A habilidade de Augusto estará em colocar tudo, inclusive Alexandre, sob a égide da cultura latina, da tradição senatorial" (QUARANTA, 1998, p. 34).

Apesar de um início tumultuado, em que contribuiu sobremaneira para a degradação da imagem de Alexandre, visto a interpretação que Marco Antônio havia feito dele, aos poucos se percebe uma grande admiração por parte deste *princeps* em relação ao Conquistador. As referências a ele são incontáveis, assim como incontáveis são as atitudes de Otávio em prol de uma restauração da figura do macedônio.

Um dos primeiros sinais dessa empatia, largamente mencionada na historiografia, foi registrada por Dião Cássio (LI, 16, 5) e também por Suetônio (*Vida de Augusto*, XVIII).

Depois disso, à medida que os anos avançam e a lembrança de Marco Antônio se torna mais tênue, com a consolidação do Principado e a aceitação, por parte do povo romano, de que a concentração de poderes nas mãos de um único homem não desencadearia, necessariamente, a morte do todo social, a imagem do herói protetor ressurge das cinzas republicanas e ganha corações e mentes. Não é o "glamour" que Otávio Augusto anseia para seus atos, tal como Marco Antônio, ao invocar a lembrança de Alexandre, mas sim a

[3] Impossível não se remeter, a este respeito, à Atas do IV Colóquio Internacional da Sociedade Internacional de Estudos Neronianos (Sien), organizada por Croisille, 1990.

restauração do Alexandre histórico, um homem cujo maior feito foi ter promovido a aproximação do Ocidente ao Oriente. Por essa via, Otávio Augusto não imita Alexandre, mas cultiva sua imagem fazendo dela a sua própria, dando assim a medida do seu próprio poder. "Admiração não é sinônimo de *imitatio* declarada e manifesta" (QUARANTA, 1998, p. 34).

Otávio Augusto não se furtará, todavia, assim como seus antecessores, a evocar uma certa similitude no que diz respeito aos *topoi* característicos do mito de Alexandre, embora nunca tenha incorporado os maneirismos dos imitadores deste. Assim, sua ascendência divina será posta em destaque (SUETÔNIO, "Vida de Augusto" 4 e 94), da mesma forma que suas conquistas (VIRGÍLIO, *Eneida*, vv. 801-805), entre outros. No caso de Virgílio, mesmo que o nome de Alexandre não seja mencionado sequer uma única vez em toda a *Eneida*, é evidente a proximidade entre as personagens. Este "silêncio" será interpretado como uma forma encontrada por Augusto para suplantar o modelo original, estabelecendo sua superioridade em relação a Alexandre (MARQUAILLE, 1996, cap. 2, p. 8). Veja-se, a título de exemplo, Horácio, que não hesitará em opor a grosseria de Alexandre ao bom gosto de Augusto (*Ep.* II, 1, 232).

Será Augusto também quem inaugurará uma "arte oficial" sobre Alexandre. A partir da imagem que dele pôde observar em sua visita a Alexandria, colocará estátuas do Conquistador no fórum romano, além de conservar efígies e outras lembranças (QUARANTA, 1998, p. 40). Sua intenção era fornecer uma imagem mais objetiva de Alexandre, reconhecendo nele seus defeitos, mas também suas qualidades. Com Augusto, portanto, a *imitatio* e a imagem deixam de se confundir, ficando marcada, nesse sentido, a ascendência do romano sobre o macedônio.

Depois de Augusto, apenas Trajano conduzirá de maneira racional a inspiração que Alexandre sempre provocou. Com ele, o Conquistador voltará novamente a ser retratado como um soberano ideal, já que, nesse meio tempo, prevalecera a corrente estóica senatorial, absolutamente contrária à idéia de alguma aproximação com o Oriente helenizado, pontuadas por imitações fanáticas e caricaturais da parte de alguns imperadores (como Calígula e Nero, entre outros). Após Trajano, o mito deixa então de ser apenas um componente do quadro de mentalidades romano e passa a atingir o Estado no que ele tem de mais essencial.

Bibliografia citada

BIEBER, Margarete. *Alexander the Great in Greek and Roman Art*. Chicago, Argonaut, 1974, entre muitos outros.

CEAUSESCU, Petre. "La double image d'Alexandre le Grand à Rome. Essai d'une explication politique". *Studii Clasice*, XVI, 1974.

CÍCERO. *Dos Deveres*. Trad. de Angélica Chiapeta. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

CROISILLE, J. M. (org.). *Neronia IV. Alejandro Magno, Modelo de los Emperadores Romanos*, Bruxèlles, Latomus, 1990, pp. 266-276.

GOUKOWSKY, Paul. *Essai sur les origines du mythe d'Alexandre*. Nancy, 1978 (I) e 1981 (II).

MARQUAILLE, Celine. "Les vicissitudes de l'*imitatio Alexandri* où la force d'une image contre Rome". In John J. Popovic, *Alexander the Great of Macedon from History to Eternity*, 1996 (versão eletrônica).

PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Trad. de Gilson César Cardoso. São Paulo, Paumape, 1992.

POLIGNAC François de. "From the Mediterranean to Universality? The Mythe of Alexander, Yesterday and Today". *Mediterranean Historical Review*, vol. 14, n. 1, jun. 1999, pp. 1-17.

QUARANTA, Ettore. *A Imagem de Alexandre na 'Anábase' de Arriano.* Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1998.

SCHWARZENBERG, Erkinger. "The Portraiture of Alexander". In *Alexandre le Grand. Image et Réalité.* Genève, Vandoeuvres/ Fondation Hardt, 1975, pp. 223-268.

SUETÔNIO. *A Vida dos Doze Césares.* Trad. de Sady-Garibaldi. São Paulo, Editouro, s/d.

TITO LÍVIO. *História de Roma.* Trad. de Paulo Matos Peixoto. São Paulo, Paumape, 1990.

TREVES, Piero. *Il Mito di Alessandro e La Roma d'Augusto*. Milano/ Napoli, Riccardo Ricciardi, 1953.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Monteiro Lobato - A ação da Igreja Católica de Taubaté: a cidade, a escola e a imprensa como campos de tensão

Mauro Castilho Gonçalves*

No dia 12 de abril de 1959, na 14ª sessão solene da Câmara Municipal de Taubaté, o professor Anísio Teixeira proferiu um discurso em homenagem a Monteiro Lobato, na "VII Semana Monteiro Lobato"[1]. O discurso de Teixeira, de treze páginas, apresentou um Lobato nacionalista, defensor das riquezas do Brasil, muitas vezes incompreendido. Destacou suas realizações, particularmente no campo da editoração, elevando-o como uma das mais importantes inteligências brasileiras.

O trecho, a seguir, apresenta a interpretação que Teixeira fez de Lobato, no que se refere à sua influência como intelectual no Brasil pós 1ª Guerra Mundial:

> *Monteiro Lobato parece-me, neste sentido, o homem mais significativo que sucedeu à primeira guerra mundial, no Brasil e que se estende até 1950 (...) A fazenda constitui a primeira oportunidade de não ver o Brasil como simples espetáculo e sim como um drama em que participa e de que também é ator (...) É o Brasil que passa a ser a sua própria vida: literatura, arte, fama, trabalho, riqueza, tudo para ele passa ser o Brasil (...) Tenho para mim que tudo isso era Lobato à procura do seu país, à procura do seu povo (...) A primeira guerra mundial deveria encerrar o ciclo da subordinação total da nação ao estrangeiro (...) Lobato é o primeiro escritor da fase de plena tomada de consciência do país (...) Colonizar o Brasil não com italianos, mas com brasileiros. Reponta-lhe a necessidade de redimir o brasileiro (...) O desastre completo traduz-se no Jeca Tatú, primeiro mergulho profundo na triste realidade nacional (...) O problema brasileiro começa a brotar dentro dele. Funda uma empresa tipográfica e uma editora.*[2]

---

[1]* Universidade de Taubaté - Doutor

Cf. Atas da Câmara, 12/04/59, p. 4-17. A partir de 1952, a Câmara Municipal de Taubaté passou a organizar anualmente homenagens, em sessões solenes, no mês de abril, a Monteiro Lobato. A VII Semana Monteiro Lobato foi divulgada pelos jornais da cidade. Queremos destacar o jornal *A Tribuna* que anunciou em primeira página a presença do educar baiano em Taubaté. Cf. *A Tribuna*, 14/4/1959, p. 1. Também merece nossa atenção, um dado histórico, para nós significativo. Na IX Semana Monteiro Lobato, a organização do evento convidou Dom Isaías Fernandes Sucasas, bispo da Igreja Metodista do Brasil, para proferir palestra na sessão de abertura da referida Semana.

[2] Cf. Atas da Câmara, 12/04/1959, fls. 4-17.

A amizade de ambos já vinha de algumas décadas. Nos anos 20, encontraram-se nos Estados Unidos, quando Teixeira entrou em contato com a filosofia de Dewey. Na volta ao Brasil, trouxe em sua bagagem uma carta escrita por Lobato, apresentando-o a Fernando de Azevedo.

> *Fernando. Ao receberes esta, pára! Bota para fora qualquer senador que te esteja aporrinhando. Solta o pessoal da sala e atende o apresentado, pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida. O Anísio viu, sentiu e compreendeu a América e te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. Ouve-o, adora-o como todos os que o conhecemos o adoramos e torna-te amigo dele como me tornei, como nos tornamos eu e você. Bem sabes que há uma certa irmandade no mundo e que é desses irmãos, quando se encontram, reconhecerem-se. Adeus. Adeus. Estou escrevendo a galope, a bordo do navio que vai levando uma grande coisa para o Brasil: o Anísio lapidado pela América. (GERIBELLO, 1977:26)*

A correspondência de Lobato endereçada a Fernando de Azevedo revela-nos que ele construiu uma sólida amizade com Anísio Teixeira, a qual se estendeu até a sua morte, o que justifica o teor do discurso proferido por Teixeira, em Taubaté, no ano de 1959. E mais ainda: Lobato interpretou a permanência de Anísio nos Estados Unidos como uma riqueza que a nação e a educação brasileira não deveriam descartar. Fernando de Azevedo, um intelectual que participara ativamente das reformas do ensino, desde meados dos anos 20 do século passado, deveria, segundo Lobato, receber de braços abertos aquele que trazia consigo a carga do "fenômeno novo no mundo": a América.

Por outro lado, Anísio Teixeira entendia o que Lobato havia significado no campo da literatura, da editoração e da política no Brasil. Ambos assumiam posições políticas e ideológicas contrárias aos setores mais influentes da Igreja Católica, embora representantes, todos eles, dos interesses de diferentes frações das elites dominantes.

O discurso de Anísio Teixeira na Câmara Municipal de Taubaté no final dos anos 50 do século XX auxilia-nos a introduzir o que efetivamente objetivou esta pesquisa. Consideremos, em primeiro lugar, que parcelas importantes da cidade reservaram um lugar especial para o legado de Lobato. Foi proposta legislativa a criação da "Semana Monteiro Lobato", fato que iria mobilizar escolas, intelectuais, partidos políticos e outras instituições culturais. As comemorações em torno da pessoa e obra de Lobato iniciaram-se no ano de 1953, no mês de abril - ano do seu nascimento -, e foram oficializadas pelo projeto de Lei nº

90/52, que solicitava verba anual de Cr$ 30.000,00 para os eventuais gastos.[3] A primeira semana aconteceu em abril de 1953. A partir do ano seguinte, a igreja católica local iniciou, de maneira implacável, uma campanha contra a obra e o pensamento lobateano.

Por outro lado, contatamos, no rastreamento que realizamos na imprensa, que as escolas católicas da cidade posicionaram-se contra a realização das referidas homenagens ao autor de *Urupês*. O jornal diocesano *O Lábaro*, por exemplo, passou a publicar os posicionamentos contrários a Lobato. No âmbito escolar, em 1 de abril de 1954, o Instituto Diocesano Santo Antonio - instituição de ensino de meninos, dirigida por padres seculares e conhecido como IDESA[4], - divulgou nota negando-se a participar das comemorações na Escola Normal e Colégio Estadual Monteiro Lobato da II Semana Monteiro Lobato:

> *Taubaté, 26 de março de 1954. Ilmo. Sr. Professor Antônio de Freitas Malaman, DD. Diretor da Escola Normal e Colégio Estadual 'Monteiro Lobato' – Taubaté. Sr. Diretor: Coerentes com os princípios que determinam a finalidade e traçam as atitudes do Ginásio Diocesano 'Santo Antônio', aos quais são contrários aqueles expandidos na vida e na literatura de Monteiro Lobato, cumpre-nos comunicar-lhe que não aderimos à Semana Lobateana e que não participaremos oficialmente das solenidades e atos e competições da referida Semana. Apresentamo-lhe, no entanto, com os protestos de nossa súbita consideração, cordiais agradecimentos pela gentileza do convite e pela distinção e honra da sua visita. Deus guarde V.S. a) Cônego Eurico de Oliveira Gallicho. (O Lábaro, 1/04/19543, p. 1)*

O jornal conclui a matéria divulgando que outras escolas católicas de referência na cidade seguiram o mesmo posicionamento: o Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora do Bom Conselho e o Ginásio Taubateano:

> Conforme apurou nossa reportagem, idêntico é o ponto de vista do Ginásio e Escola Normal 'Nossa Senhora do Bom Conselho, educandário também marcado por uma orientação essencialmente católica. Ao que consta, o mesmo ponto de vista deverá caracterizar o Ginásio Taubateano que, na sua breve e já gloriosa existência**,** tem dado provas claras do espírito profundamente cristão, não só dos seus alunos, mas também de sua digna diretoria . (O Lábaro, 1/04/19543, p. 1)

[3] Atas da Câmara, 2/12/1952, fl 11.

[4] O Ginásio Diocesano Santo Antonio foi fundado por Dom Epaminondas, bispo da recém-criada diocese de Taubaté, no ano de 1910. Ao lado do Seminário Diocesano Santo Antonio e do jornal *O Lábaro*, o IDESA transformou-se no mais significativo empreendimento criado para organizar política e religiosamente a igreja católica de Taubaté, no início do século XX. Uma síntese da história dessa instituição, do seminário e seus respectivos reitores, ver *O Lábaro*, 21/2/1960, p. 2-3.

Para a igreja católica de Taubaté, era necessário formalizar a campanha contra a obra de Lobato. *O Lábaro*, na edição do dia 6/5/1954, inaugurou uma coluna que durou do mês de maio à primeira edição do mês de junho de 1954.

A intenção era desqualificar, do ponto de vista ético-religioso, a obra do escritor. Uma coluna semanal denominada *Lobato à luz de Lobato*, serviu para demonstrar que a campanha das chamadas "boas leituras" ganhava corpo no interior da urbe taubateana. Assim justificou-se o semanário a respeito:

> *Uma das funções da imprensa é esclarecer os seus leitores desfazendo valores atribuídos a falsos ídolos ou valorizando princípios que certas mentalidades vesgas não enxergam. Há pouco realizou-se em Taubaté a II^{a} Semana Monteiro Lobato. Apesar de toda encenação planejada e anunciada, a tal semana não obteve o êxito pretendido. Vista com objetividade, com isto deverão concordar os mais acirrados propagandistas lobateanos. Medíocre, embora, a realização pretende impingir em nosso meio uma valorização indébita do que chamaríamos: 'o mito Lobato'. Dentro da missão que nos compete junto à esta porção do rebanho de Cristo, aqui estamos para por os pingos nos ii., demonstrando com objetividade o ponto de vista que esposamos: Lobato, embora um grande valor literário, é um espírito anti-cristão e anti-nacionalista. Sob este prisma estigmatizar esta propaganda absurda e ridícula que se faz em torno do seu nome, com a qual, indiretamente, se procura distilar nas almas o vírus da impiedade e do anti-patriotismo. Para que a imprensa diocesana não seja acoimada de facciosismo, procuraremos nestes artigos, demonstrar a nossa tese pela própria obra de Lobato. Somente um espírito ingênuo poderá disfarçar ou negar o valor objetivo deste processo lógico de demonstração. (O* Lábaro, 06/05/1954, p. 4)

Na primeira sessão, o jornal, à luz das correspondências de Lobato com Godofredo Rangel, conclui que o escritor seria um "barqueiro sem fé". Optou em analisar os dois volumes denominados "A barca de Gleyre". Para o jornal, Lobato seria um "homem sem fé; anti-cristão a despeito da grita de seus defensores gratuitos". (*O Lábaro*, 06/05/1954, p. 4)

Uma semana depois o jornal em questão publicou a segunda coluna de "Lobato à luz de Lobato". Prosseguiu em sua análise de trechos das correspondências entre Lobato e Godofredo Rangel. Neles, segundo o semanário, seria possível detectar explicitamente os posicionamentos críticos, irônicos e ateus do escritor.

Na terceira, quarta e quinta colunas, o jornal analisa a obra *Mundo da lua e Miscelânia*, editada em 1946. Nela, Lobato, segundo *O Lábaro*, explicitou ainda mais seus posicionamentos anti-cristãos e agnósticos. O semanário católico não poupou críticas ao que ele chamava de "ateísmo lobateano". Na verdade, estava em jogo uma campanha sistemática de criação de uma leitura católica da obra de Lobato.

A década de 50 foi particularmente especial para a igreja católica local que, por meio de seu jornal, atacou o legado lobateano. Em 1953, deu-se o início das "semanas Monteiro Lobato" e a igreja como um todo investiu pesadamente na campanha da boa imprensa e das boas leituras, como vimos nos capítulos anteriores.

Nesse clima, a obra do escritor taubateano foi o alvo primordial. Em abril de 1956, *O Lábaro*, retomando um artigo lançado em 1955 pelo boletim *A reconquista*, que *O Estado de São Paulo* lançou, acusou Lobato de defender o ateísmo e de negar as "verdades católicas", além de aproximá-lo à ideologia bolchevique:

A campanha era incisiva e explícita. Em novembro de 1958, Geraldo Marcondes Cabral publicou o artigo *Porque os livros de Monteiro Lobato não prestam.* Segundo o articulista, a obra infantil de Lobato pregava a ridicularização dos idosos. Tal seria a razão, segundo Cabral, da inutilidade dos escritos lobateanos. Em todos os sentidos o pensamento do escritor era atacado. Campanha que *O Lábaro* e as escolas católicas lideraram na cidade.

Por outro lado, não faltaram na cidade vozes e práticas favoráveis à preservação da memória lobateana. O fato do legislativo municipal preocupar-se em oficializar uma comemoração anual a favor de Lobato, indica o caráter paradoxal presente no interior da urbanidade. Na verdade, a cidade estava na pauta das principais discussões políticas e culturais.

Esse paradoxo torna-se mais explícito quando pensamos na idéia do contraste estabelecido pelo jornal *O Lábaro* em função, de um lado, das comemorações da semana santa e, de outro, das festividades em torno da memória de Lobato. O paralelo estabelecido nos revela um campo de tensão.

A incidência deste debate que invadiu a imprensa taubateana nesta década merece um destaque especial, pois nos revela um campo de atrito no que se refere à formação das elites letradas da cidade. De um lado, setores católicos insistindo na repercussão negativa da obra de Lobato. De outro, uma campanha favorável.

No sentido de evitarmos uma discussão maniqueísta, o que estava em jogo eram paradigmas opostos preocupados em construir hegemonia no interior da cidade. As contradições emergiam na medida em que os projetos eram colocados em pauta, principalmente por meio da imprensa escrita e no interior da escola. Frações de uma mesma classe que buscavam conquistar espaços políticos na cidade.

O jornal *A Tribuna* foi o principal meio de comunicação que investiu favoravelmente na preservação da memória de Lobato. Na gênese das discussões em torno da oficialização das semanas Monteiro Lobato, esse diário posicionou-se, desde o início, ao lado da deliberação do legislativo. Na edição do dia 14/3/1953, em editorial intitulado "Marco de civismo", o jornal conclamava a população a aderir a I Semana Monteiro Lobato. Alguns dias antes, em artigo, o Professor Bartholo, titular de Geografia do Colégio Estadual e Escola Normal Monteiro Lobato, defendeu o posicionamento nacionalista de Lobato a favor da exploração do petróleo, reagindo às críticas levadas a cabo pelo jornalista Assis Chateaubriand que acusou Lobato de vinculação à ideologia comunista.

Com o título "Encerrada com brilho invulgar a I Semana Monteiro Lobato", o mesmo jornal contrastou com a perspectiva imprimida pelo semanário católico *O Lábaro*. Na mesma edição *A Tribuna* divulgou uma carta redigida por Arthur Coelho, amigo de Lobato que conviveu com o escritor nos Estados Unidos, com sugestões para incrementar ainda mais os eventos comemorativos e suas apreciações positivas em relação à pessoa de Lobato e sua convivência com a intelectualidade norte-americana. (*A Tribuna*, 14/03/1953, p. 3; 6)

Um ano mais tarde, na edição de 4/5/1954, ano que *O Lábaro* inaugurou a coluna "Lobato à luz de Lobato", *A Tribuna*, mais uma vez, elogiou a repercussão positiva da II Semana Monteiro Lobato e divulgou o voto favorável do cirurgião Antonio da Gama Rodrigues que, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, parabenizou as homenagens consubstanciadas nessa II Semana.

O símbolo Lobato serviu para outros interesses que passamos a expor neste momento. O mesmo jornal liderou, na cidade, uma campanha favorável à construção de um novo prédio do tradicional Colégio do Estado, conhecido por Monteiro Lobato ou "Estadão". É importante destacar que o antigo prédio estava necessitando de uma reforma estrutural, porém havia outros interesses vinculados à especulação imobiliária na cidade.

A construção de uma escola poderia fornecer à região possibilidades concretas de desenvolvimento. É o que pensava parcela das elites da cidade infiltradas no legislativo, no executivo e no setor imobiliário. *A Tribuna*, como dissemos, iniciou a campanha, provavelmente influenciada por esses setores.

No dia 25 de fevereiro de 1954, o jornal divulgou notícia relativa à questão em pauta. Intitulada "Colégio Monteiro Lobato – o eterno motivo", a matéria expressava-se favorável à construção do novo prédio. Para tanto, o jornal entrevistou o Professor Bhartolo,

lente de Geografia daquela instituição e uma das mais importantes lideranças intelectuais do colégio. O referido professor, com sua entrevista acabou por construir uma definição original de Taubaté. Sua leitura sobre a cidade pautava-se na disputa que os grupos hegemônicos travavam entre si para lotear os espaços mais significativos da *urbe*. O mesmo professor não estava isento nesta disputa. Participava ativamente, como sujeito político, das discussões. Neste sentido, foi protagonista de uma importante disputa no coração da cidade.

A localização geográfica da escola estava submetida a uma discussão de fundo político e imobiliário. Próximo à região da construção do novo prédio, havia um prostíbulo que deveria ser transferido para outra área menos "nobre" da cidade. Ao mesmo tempo, o prefeito municipal na ocasião, Félix Guisard Filho, pertencente uma tradicional oligarquia, manteve contatos diretos com o governador do estado de São Paulo, no sentido de pressioná-lo a construir a nova escola em uma de suas propriedades. O professor Bhártolo, revela na entrevista algumas das fraturas internas dos setores hegemônicos. A escola, mais uma vez, aparece como o fio que conduz o debate e as divisões. Ao mesmo tempo a cidade produz um debate que articula cultura urbana e cultura escolar. (*A Tribuna* 25/02/1954, p. 6)

A escolarização serviria como instrumento de ampliação do domínio territorial da cidade pelas forças políticas que viam, na especulação imobiliária, uma alternativa eficaz de consolidação dos poderes político e econômico. Ao mesmo tempo, era vista como sinal de moralização da região, afetada por uma casa de prostituição.

O professor sugeriu que a cadeia pública – que se localizava na Praça Santa Terezinha, próxima centro - fosse transferida e, em seu lugar, "construído o monumento educacional da cidade". Sua sugestão não foi acatada. O novo colégio do estado foi construído na região onde imperava o domínio da família Ribeiro da Cunha que, mais tarde ocuparia o poder executivo da cidade.

A questão da moralização do local onde seria construído o novo prédio para o colégio do estado foi debatida no interior do legislativo municipal. O vereador Agnaldo Miranda apelou pelos "bons costumes e pela moral", pois, segundo ele, desejava atender às reclamações de algumas famílias residentes próximas ao prostíbulo da Vila Carlos de Campos, região próxima ao terreno onde, em 1957, fora construído o novo prédio do Colégio Estadual e Escola Normal Monteiro Lobato.

O novo arcano forjado pelas elites políticas e policiais da cidade passou a ser a Vila de Santa Fé, distante do centro da cidade e, ainda, não corrompido pelo especulação

imobiliária. O labirinto de que fala Benjamin (1989), característica da grande cidade ou, no caso, a cidade em pleno processo de urbanização, ocultará as mazelas impostas pelo ideário do mercado.

No caso das famílias residentes na região do prostíbulo da Vila Carlos de Campos, o vereador Agnaldo Miranda, signatário do abaixo-assinado, apresentou as reivindicações dos reclamantes à casa legislativa e solicitou providências urgentes[5]. As argumentações contidas naquele documento revelam-nos representações importantes. A idéia da higienização moral, aliada à firmeza e patriotismo da ação nos remete a projetos de sociedade que marcaram a nação brasileira, particularmente nas décadas de 20 e 30.[6]

No caso do tradicional Colégio do Estado e sua Escola Normal, sua transferência para uma área a ser urbanizada significava a valorização imobiliária da região. Em artigo publicado em *A Tribuna,* um articulista, usando das iniciais DAC, pergunta: "Quando teremos o Colégio?" (*A Tribuna*, 05/02/1952, p. 2-3).

Eis as diversas formas como a marca "Monteiro Lobato" foi utilizada pelas elites letradas e capitalistas da cidade. A Igreja Católica local e as outras frações das elites dominantes, para fazer valer seu projeto de sociedade, tentaram criar sua própria visão de Lobato, aperfeiçoando o discurso e transformando a escola e a imprensa como agentes históricos que intervém nos processos e episódios.

Referências

A TRIBUNA. Taubaté, 1950-1960.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ. **Atas**, 1950-1960.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Obras Escolhidas III. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GERIBELLO, W.P. **Anísio Teixeira: análise e interpretação de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977.

O LÁBARO. Taubaté, Diocese de Taubaté, 1950-1960.

[5] Atas da Câmara, 31/10/950. Em *A Tribuna,* 19/2/1952, p. 1, uma manchete de primeira página anunciava o suicídio de uma prostituta na cidade. Tratava-se de Maria Benedita da Silva que ateou fogo em seu próprio corpo. As evidências indicaram caso amoroso, pois a mesma mantinha relações com um comerciário da cidade, "que tendo ameaçado deixá-la, mostrava-se disposto a cumprir a ameaça, o que levou-se a suicidar-se".

[6] Sobre esta questão, ver Carvalho (1998) e Herschmann & Pereira (1994).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Produções Midiáticas Televisivas e Ensino de História: Representações Sociais e Conhecimento Histórico

André Chaves de Melo Silva*

Resumo: Esta pesquisa tem como meta a compreensão das formas pelas quais o uso das imagens em movimento (fílmicas e televisivas) nas aulas de História pode interferir na construção do conhecimento histórico dos alunos do Ensino Médio por meio de possíveis alterações em seu conjunto de representações sociais. Para tanto, será utilizada uma metodologia desenvolvida especificamente para essa pesquisa a partir da união de métodos historiográficos, recursos etnográficos, pesquisa participante, conceitos de representações sociais e decupagem, usada para o cinema e para a televisão. A iniciativa procura contribuir com respostas às dúvidas dos professores de História sobre a validade do uso de filmes e séries de televisão (produtos midiáticos constituídos de imagens em movimento), buscando evidenciar alternativas de trabalho prático, em sala de aula, que possam contribuir para o aprimoramento da Didática da História.
Palavras-chave: Education – History - Media

Abstract: This research has as goal the understanding of the forms for which the use of the images in movement (of movies and televising) in the lessons of History can intervene with the construction of the historical knowledge of the pupils of Average Ensino by means of possible alterations in its set of social representations. For in such a way, a methodology developed specifically for this research from the union of History methods, Ethnographic resources, participant research, concepts of social representations and "decupagem" (division), used for the cinema and the television. The initiative looks for to contribute with answers to the doubts of the professors of History on the validity of the use of films and series of television (media products consisting of images in movement), searching to evidence alternatives of practical work, in classroom, that can contribute for the improvement of the Didactics of History.
Keywords: Educação – História – Mídia

Essa pesquisa de doutorado tem como objeto a análise das formas como o uso de imagens em movimento, também chamada de fílmicas ou televisivas, nas aulas de História, pode interferir na construção do conhecimento histórico feita em sala pelos alunos do Ensino Médio, os quais, longe de serem sujeitos passivos, elaboram constantemente seus conhecimentos.

* Historiador e Jornalista, Mestre em Educação e Doutorando em Educação da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de São Paulo (USP). Professor de Jornalismo da Universidade São Judas Tadeu (USJT) e assessor de pautas da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da USP.

Para tanto, escolhemos os conceitos relacionados ao processo de colonização, incluindo o bandeirismo, presente na série de televisão *A Muralha* (TV Globo, 1999), como instrumentos para investigarmos quais são as representações dos estudantes sobre o tema e de que forma as imagens, utilizadas nas aulas e previamente contextualizadas pelo professor, podem contribuir ou não para o desenvolvimento do conhecimento histórico do aluno.

A escolha da série *A Muralha* e dos conceitos relativos ao processo de colonização do Brasil, especialmente a questão do bandeirante, presente nos programas do Ensino de História – que apresentam as entradas e bandeiras como as grandes responsáveis pelo desbravamento do interior do Brasil, garantidoras da grandeza do território nacional – se deve ao fato da figura do bandeirante ter sido identificada por diversos autores que viveram na virada do século XIX para o XX como o antepassado direto dos paulistas, colocando-o como um dos elementos centrais dessa identidade cultural regional. Na Era Vargas, esse conceito foi ampliado para a identidade nacional brasileira, a qual "absorveu" no plano ideológico as características atribuídas aos bandeirantes e aos paulistas, de empreendedores, fortes, capazes de promover a "grandeza da nação". Sendo assim, pretendemos, também, descobrir se esse conjunto de representações criadas e utilizadas enquanto elementos da identidade paulista e brasileira, constantemente disseminados pelo Ensino de História e pela produção fílmica da época continua presente na memória coletiva a partir da análise das representações dos alunos.[1]

Além disso, ao analisarmos as novas representações que podem surgir a partir de uma produção televisiva, devemos levar em conta a hipótese de que, além de descontruir, a nova construção, pela velocidade ou natureza das imagens em movimento, pode também levar à banalização desse novo conhecimento. Pois, como afirma Elias Tomé Saliba:

> *"Nunca se deve subestimar a experiência pessoal e social das pessoas e dos grupos humanos, quaisquer que elas sejam. É certo que vivemos cada vez mais num universo midiático, permeado pelas imagens, num universo onde cada vez mais substituímos nossas experiências reais pelas representações dessas experiências. (...) A indústria cultural chega até a incorporar algumas experiências sociais, promovendo não raro, desdobramentos e repercussões; mas, depois, pelo seu próprio metabolismo de iconização e repetição infinita, a representação destrói, esvazia ou banaliza essas experiências. (...) Isto não significa que as representações suprimiram completamente nossas experiências, homogeneizando nossas reações*

[1] Para mais informações sobre a construção do bandeirante enquanto símbolo paulista e sua posterior utilização como elemento formador da nacionalidade brasileira, o que incluiu inicialmente uma produção historiográfica específica, comprometida com esses objetivos e, posteriormente, a utilização da produção fílmica e do Ensino de História em sua disseminação, ver: ABUD, Kátia Maria. O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições - A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante; MORETTIN, Eduardo Victorio. Cinema e História: uma análise do filme "Os Bandeirantes" e SILVA, André Chaves de Melo. Ensino de História, Cinema, Imprensa e Poder na Era Vargas (1930-1945).

> *ou inibindo nossas expectativas, embora seja necessário reconhecer que nossas experiências e nossas práticas tenham se alterado drasticamente." (SALIBA, 1997: 117-118)*

A importância dessa pesquisa vem da possibilidade de seus resultados se tornarem uma contribuição para a compreensão dos efeitos da utilização pelos professores de História de imagens em movimento (fílmicas e televisivas) em suas aulas, buscando estabelecer hipóteses de práticas em sala de aula que levem em consideração o universo de representações sociais dos alunos e de que maneira esse conjunto se altera diante desse trabalho educativo, cada vez mais necessário diante das mudanças sociais contemporâneas, entre elas o aumento do consumo de imagens em todas as esferas da vida social. Sendo assim, analisaremos o papel da imagem na construção do conhecimento histórico em sala de aula.

> *"(...) o filme é uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente. A construção da História nos documentários ou na ficção fílmica é mais do que uma interpretação da História, pois o ato de engendrar significados para o presente lança o realizador (ou os realizadores) da ficção cinematográfica em possíveis ideológicos que ele não domina em sua totalidade. Portanto, construir a História na narrativa fílmica pode implicar, inclusive, destruir significados estáveis, desmontar sentidos estabelecidos, desmistificar ilusões ou mitos já cristalizados. Porque ressaltar o aspecto de construção subjetiva da História na narrativa fílmica significa reconhecer a memória coletiva como terreno comum da ficção e da historiografia." (SALIBA, 1997: 119-120)*

A percepção do filme como documento histórico é relativamente recente e se baseia nas mudanças introduzidas pela *École de Annalles* na concepção do conhecimento histórico e nas formas de produzi-lo.

Ao sofrer influência do mundo acadêmico o Ensino de História passou a incorporar as novas concepções sobre o uso da produção fílmica, superando, de forma extremamente lenta, a concepção do filme enquanto simples ilustração de aula e substituindo-a pela concepção do filme enquanto documento.

> *"Digno de nota é também o conservadorismo em relação à produção histórica entendida como reprodução da verdade, quando a concepção da História acadêmica já passava por transformações e a concepção de ensino continuava sendo considerada mera transposição, uma linguagem simplificada da verdade contida pela narração histórica. Isso apesar da aceitação pelos mesmos professores dos novos paradigmas da Escola Nova em relação à aprendizagem. (...) A produção fílmica passou a ser considerada de importância para a construção do conhecimento histórico e do saber escolar a partir da década de 70." (ABUD, 2003: 184 e 188)*

Metodologia:

A escolha de alunos do Ensino Médio ocorreu pelo fato de que a série escolhida, *A Muralha*, demanda para sua utilização em sala de aula estudantes em uma faixa etária maior, fator necessário para a melhor compreensão do conjunto de representações e informações utilizados na produção dessa obra.

Para tanto, estamos utilizando recursos metodológicos historiográficos e educacionais, além de métodos de pesquisa relacionados à etnografia, à pesquisa participante e à decupagem, técnica de análise filmica vital para detectarmos quais são os conjuntos de temas ou representações da série, os elementos envolvidos nesse processo de produção, incluindo os significados das linhas e entrelinhas, conhecimentos prévios sem os quais não poderemos analisar a interação dos alunos com a obra, o que também incluirá entrevistas.

Coletaremos dados por meio de observações de uma turma do Ensino Médio de escola pública, que tenha um projeto que envolva o uso de imagens nas aulas de História ou que, no mínimo, esteja estudando a colonização do Brasil. Nessa fase da pesquisa, que deverá ocorrer de forma paralela à leitura das fontes escritas e da decupagem da série e do filme, faremos uma seleção de um grupo de alunos que deverá assistir posteriormente às imagens da série de televisão, seguindo métodos etnográficos e de pesquisa participante desenvolvidos e aplicados por pesquisadores como Justa Ezpeleta e Elsie Rockwell. [2]

Objetivos:

Entre as representações estudadas, estamos buscando analisar qual é a representação dos alunos sobre os motivos que levaram as pessoas do passado a tomar certas atitudes e se a mesma se altera após o contato com as imagens da série. Estamos trabalhando, portanto, seguindo os conceitos de conhecimento "provisório" e "definitivo" dos adolescentes sobre o conhecimento histórico, o que gera em suas relações um elemento de incerteza que permite identificar o conceito de probabilidade, pelo qual os jovens relacionam conhecimentos prévios com outros, apreendidos por acaso ou no dia a dia.[3]

Esses conceitos foram estabelecidos a partir do final da década de 1960 por uma série de estudos sobre o pensamento histórico dos jovens. Isso significa que esse estudo busca compreender quais são os sentidos e valores que se relacionam com as explicações históricas dadas pelos jovens a partir do provisório e do definitivo, na medida em que a progressão de

[2] Para mais informações sobre recursos etnográficos e pesquisa participante ver: EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante e A construção social da escola; e ROCKWELL, Elsie. Reflexiones sobre el processo etnográfico.
[3] BARCA, Isabel. O pensamento histórico dos jovens.

idéias nos alunos com relação à compreensão do processo histórico é um fator comprovado. Como as vivências de experiências sociais ocorrem incessantemente, o mesmo processo se dá na relação com diferentes estímulos e recursos, entre eles a imagem em movimento, a qual, apesar da enorme velocidade e da tendência a ser aceita pelo espectador como manifestação da verdade, quase incontestável, não anula completamente a absorção de sentidos, visto que esse processo não ocorre de maneira linear, como muitos acreditam.

É a compreensão desses mecanismos de inteligibilidade e construção de novos conhecimentos que interessam à pesquisa, cujos resultados poderão colaborar para melhorar o trabalho dos professores de História com relação ao uso de imagens fílmicas e televisivas, recursos que inundam o cotidiano social e cuja instrumentalização no processo de ensino se faz cada vez mais necessária diante da premissa de que o bom trabalho educativo se dá a partir da compreensão do ambiente social e dos valores no qual os estudantes estão inseridos.

Apesar de um dos grandes desafios dos pesquisadores que analisam as imagens em movimento ser o mapeamento dos sentidos explícitos e implícitos nas obras fílmicas e televisivas, bem como seus efeitos na sociedade, especialmente na Educação e na História, nossa grande meta é a compreensão de como ocorre o processo de recepção cultural pelo público, especificamente, pelos alunos, entrando na esfera do consumo e da recepção como práticas produtoras de sentidos que não se limitam à simples assimilação da cultura hegemônica.

A partir dessa premissa, essa pesquisa também procura descobrir se há ou não modelos de progressão do conhecimento histórico pelos alunos do Ensino Médio na medida em que suas representações devem sofrer alterações no contato com as imagens em movimento, no caso televisivas, objeto dessa pesquisa.

A escolha da série *A Muralha* permitirá a pesquisa das representações dos alunos sobre o processo de colonização brasileiro, especialmente o bandeirismo, e a constatação se essas concepções consideram o mesmo como um elemento fundamental na identidade nacional ou paulista, idéia disseminada durante a Era Vargas a partir da utilização da Educação, com destaque para o Ensino de História, em conjunto com a produção midiática, incluindo os cinejornais (forma mista de cinema, jornalismo e propaganda governamental) produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).[4] Caso essa relação ainda esteja presente, esse dado nos permitirá analisar em que medida a Educação e a produção

[4] A questão do uso do Ensino de História e da produção midiática enquanto instrumentos de construção e disseminação de uma nova identidade nacional foi analisada na dissertação de mestrado intitulada Ensino de História, Cinema, Imprensa e Poder na Era Vargas (1930-1945).

midiática tem papel fundamental na criação e disseminação de certas concepções, as quais, talvez, ainda continuem influenciando nosso conceito de identidade.

Se constatarmos a validade desse elemento buscaremos, também, analisar de que forma o bandeirante aparece nos atuais programas do Ensino de História com relação às formas como a temática estava presente nos programas da disciplina na época, estabelecidos pelas Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942). Interessa-nos, nesse aspecto, verificar se há ou não mudanças na própria concepção do bandeirante ao longo das últimas décadas dentro do ensino e de maneira essas mudanças e permanências se fazem presentes na sala de aula, pautando a construção das representações dos alunos e, também, as representações utilizadas na construção das imagens da série e em que medida essas representações se inserem na atual concepção de identidade paulista e nacional, procurando evidenciar as diferenças (caso existam) com a concepção de identidade criada durante a Era Vargas, da qual muitos elementos ainda se fazem presentes na memória coletiva e no cotidiano social.

A análise não se limita aos programas, pois, na medida em que a pesquisa envolve a utilização de imagens e as representações inseridas em sua criação, faremos o mesmo processo de análise comparativa que será desenvolvido a partir dos programas com a contraposição entre a série *A Muralha* e o filme *Os Bandeirantes*, de Humberto Mauro, além dos cinejornais que trazem essa temática, como estratégia para descobrirmos se a série traz novas concepções do bandeirismo ou se ela é mera depositária de representações criadas e sistematizadas no início do século XX.

> *"Os meios de comunicação passaram para o senso comum a imagem do bandeirante: um homem destemido, de uma raça privilegiada, que levou o progresso e anexou ao Brasil regiões muito distantes que hoje compõem o 'imenso' território nacional. Os meios de comunicação transmitiram (e continuam transmitindo) a imagem que os historiadores construíram, ao produzir o conhecimento histórico sobre as bandeiras." (ABUD, 2003:182)*

Dessa forma, esperamos que a pesquisa contribua no entendimento dos processos de construção do conhecimento histórico em sala de aula a partir do uso pela Didática da História das imagens em movimento (filmes, documentários e produções televisivas) e da operação de mudanças em representações, além de eventuais permanências, incluindo nesse processo a questão da identidade ou auto-imagem dos indivíduos e de um povo.

Referências bibliográficas:

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições - A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante**. Tese def. na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), 1985.

_____. *A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino*. In: **História**, São Paulo, SP, 22 (1), 2003.

_____. *Colonização e Sentimento Nacional: A Leitura dos Programas de Ensino e Livros Didáticos de História na Era Vargas*. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1. Leitura e escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970: actas**. Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.

AMARAL, Maria Adelaide e Saraceni, Denise. **A Muralha** (Série). TV Globo, 1999.

BARCA, Isabel – **O pensamento histórico dos jovens**. Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia do Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho, 2000.

EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo, Cortez, 1986.

_____. *A construção social da escola*. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1994.

FERRO, Marc. *O filme: uma contra-análise da sociedade?*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Trad. Terezinha Marinho. RJ, Francisco Alves Ed., 1976, pp. 199-215.

MORETTIN, Eduardo Victorio. **Cinema e História: uma análise do filme "Os Bandeirantes"**. Dissertação def. em 1996 na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

POSTIC, Marcel. **O imaginário na relação pedagógica**. RJ, Jorge Zahar, 1993.

ROCKWELL, Elsie. **Reflexiones sobre el processo etnográfico**. Centro de investigacion y estúdios avanzados del Instituto politécnico nacional. México, 1985.

SALIBA, E. T. *As imagens canônicas e o Ensino de História*. In: SCHMIDT, M. A., CAINELLI, M. R., FALCÃO, A. R. e BRUZZO, C. (orgs.). **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. UFPR/Aos Quatro Ventos, Curitiba, PR, 1999.

_____. *Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens*. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 1997.

SILVA, André Chaves de Melo. **Ensino de História, Cinema, Imprensa e Poder na Era Vargas (1930-1945)**. Dissertação defendida em março de 2005 na Faculdade de Educação (FE) da Universidade de São Paulo (USP).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dialogos sobre o outro: a igualdade e a discriminação nos discursos dos deputados constituntes de 1823

Ruth M. Chittó Gauer*

Proponho analisar os discursos de alguns Deputados Constituintes de 1823, partindo da premissa do autor[1], em sua tese central, manifesta-se radicalmente contrario a Heidegger quando afirma: "a relação ao outro consiste certamente em querer compreendê-lo, mas a relação (da alteridade) excede essa compreensão". Significa "que outrem não é, primeiramente objeto de compreensão e, depois, interlocutor". Não se trata de uma forma dialógica especial, comparável com aquela que foi proposta por Buber, além de outros. Para Levinás, este nível de intersubjetividade permanece insuficiente para romper as amarras ontológicas e para garantir a radicalidade da relação com a alteridade. A ser assim, questões históricas importantes necessitam serem reinterpretadas entre elas o conteúdo de vários discursos de Deputados Constituintes de 1823 muitos deles representantes da intelectualidade brasileira do início do século XIX. As discussões sobre nacionalidade mantidas durante o período que a Assembléia manteve o debate sobre quem seriam as pessoas consideradas brasileiras, constituem um material fundamental para a reflexão sobre alteridade. Priorizo alguns fragmentos das falas dos seguintes deputados: Carneiro da Cunha, Montezuma, Almeida Albuquerque, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Pereira da Cunha, Ferreira França, Lopes Gama, Carvalho e Melo, Antônio Carlos de Andrada, Silva Lisboa, Maciel da Costa.

A manutenção do modelo igualitário ganha espaço na mesma proporção que os regimes totalitários e de exceção se aprofundam. Quanto maior a exceção maior a igualdade, por mais paradoxal que possa parecer. DUMONT[2], sugere que o nacional socialismo tenha revelado a essência – mesmo que essa opinião possa causar algum, mas não suficiente incômodo mal estar – da sociedade contemporânea. A atomização do indivíduo fez com que prevalecesse uma tensão contraditória. Por um lado, a emancipação gerou o individualismo

* Professora do PPGH/ PUCRS. E-mail chitto@pucrs.br.

[1] LÉVINÁS, Emmanuel. *Entre Nós.* Ensaios sobre a alteridade. Coordenação da tradução Pergentino Pivatto. Pretrópolis, Vozes 1995. p. 13.

[2] DUMONT, Louis. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.* Rio de Janeiro Rocco, 1985.op. cit. p. 270-274.

arrebatado, por outro, uma coletivização ao extremo, isto é, o nivelamento de todas as diferenças, conduziu à pior das tiranias. Esse fato eliminou o caráter carismático do vínculo social e abriu a possibilidade de eliminar os laços de solidariedade que unia as comunidades e estruturava a sociedade. A ausência de laços de solidariedade implicam na abertura da exclusão em nome da ordem igualitária totalizadora. Os perigos precisam ser eliminados, limpos depurados para que a totalidade se faça no conjunto da sociedade. Partindo da premissa que a democracia tem por base uma igualdade constituída pelo direito o que pressupõe a exclusão do desigual, (diferente), em nome da ordem, cabe aqui lembrar que nesse caso a força política se sustenta na medida em que se purifica colocando distancia entre a ordem e a desordem, entre a pureza e o perigo[3] com a tentativa de eliminação do estranho, do desigual, impedindo que ele se torne um perigo ameaçador da homogeneidade. Se representação e identidade constituem, nas palavras de Franco de Sá[4], a força de uma democracia, não e possível falar de democracia que prescinda da identidade. É Jaques Derridá quem tenta pensar "a democracia por vir" através do apelo de uma outra fraternidade. Para ele a desnaturalização estava em obra na própria formação da fraternidade. A presença de qualquer grau de homogeneização e de exclusão daquele que não é homogêneo implica na configuração de uma totalidade. Na contemporaneidade a soberania do estado passou a ser a soberania do direito. Hans Kelsen defendeu, na sua teoria pura do direito, a identidade entre o estado e a própria ordem legal, a partir desta constatação ao exercício da soberania, a democracia apresenta-se como a soberania da ausência de soberania. Para o autor, este entendimento da soberania democrática do direito é clara. É, seguindo essa reflexão, que o autor analisa as tese de Schmitt, onde explora profundamente a relação entre o ocaso da soberania política e a emergência do conceito de guerra humanitária enquanto guerra discriminante ou criminalizante, isto é guerra total, exemplo de regime de exceção.

Fica evidente que a política da igualdade potencializa a violência de várias formas: eliminando todo e qualquer outro, o diferente, o sujo, o impuro o anormal o doente, enfim tudo o que causa estranheza, perigo, que lembra sujeira e desordem. O tecido social precisou ser impermeabilizado a tal ponto que a sua proteção torna difícil pensar em ruptura que permitam a contaminação. As praticas políticas adotadas na modernidade, em nome da

[3] DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo.* São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 56.
[4] SÁ, Alexandre Franco de. *Metamorfoses do poder.* Coimbra Ariadne Editora, 2004. (Coleção Sofhia 002).P. 34, 51-52.

igualdade, que visava a eliminação das hierarquias medievais, estavam pautadas na prescrição de condições de controle dos comportamentos individuais e coletivos. Essa pretensão de controle social nada mais é que a submissão da ação pelo comportamento, a ação enquanto possibilidade de criação e o comportamento pautado pela previsibilidade. A perspectiva da previsibilidade encontra-se vinculada a lógica binária e dual típica do pensamento moderno. Reafirma o paradigma do "ou isto ou aquilo", do sujo e do limpo, do modelo e do antimodelo. No entanto o pensamento moderno estruturou uma forma de exclusão que obscureceu a possibilidade de preferência. Poderíamos preferir a inclusão e não a exclusão, ou seja: isto, aquilo, além de outros.

A lógica da exclusão foi a base para a construção de termos como "classe", "raça", "gênero", entre outros, que serviam à identificação dos sujeitos. Hoje esses termos dissolvem-se. As dimensões de territorialidade que circunscreviam os espaços sociais romperam-se e a ordem das coisas, tal como pensada na modernidade embasada na premissa da inclusão e da exclusão deixou de ser a norma. Por intermédio de alguns fenômenos contemporâneo, dá-se um processo de "despurificação" das identidades sociais, a retenção de uma essência identitária - esforço nostálgico de afirmação – é cada vez menos viável. Podemos observar que todas as práticas culturais estão sob o contato contínuo entre o local e o global, fato esse que impede a simples questão que pautou a inclusão exclusão ao mesmo tempo em que impossibilita pensar uma igualdade tal como defendida pelos direitos humanos. Alguns exemplos mais marcantes podem ser apontados: os discursos dos deputados apontam para esses problemas que se inserem no paradoxo da modernidade. Esses fatos suscitam questões que focalizam aqueles processos que são produzidos na articulação das diferenças em geral. Há uma intensa negociação nesses "entre-lugares", lugares de negociação em andamento, locus do "aqui e agora". A soma das partes envolvidas e suas demandas não implicam num único resultado, mas implementam múltiplas negociações e sobredeterminações (como o dispositivo irrefreável de Foucault)[5], muito utilizado pelos deputados de 1823.

Os debates promovidos na primeira Assembléia Constituinte sobre a cidadania não terminariam com os problemas relacionados aos índios, aos negros e à população de baixa renda, era necessário que se definisse a situação dos portugueses residentes no Brasil. Inicialmente havia se definido que seriam considerados brasileiros " todos os portugueses

[5] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis : Vozes, 1986.

residentes no Brasil antes de 12 de outubro de 1823[6]". O deputado Carneiro da Cunha discordou da demarcação de uma época para se classificar como brasileiros os portugueses residentes no Brasil, argumentava que "uns se retiraram para Portugal antes e outros ficaram esperando pelo resultado final da mudança política; e outros não quiseram declarar-se e se ausentaram, fingindo negócios, e estão agora regressando". Havia no entanto uma questão básica para esse deputado, ele defendia a não-extensão dos direitos de cidadania aos portugueses, fica muito evidente a sua recusa quando se refere a esse direito dizendo: "400 brasileiros morreram no Maranhão, no Pará e no combate de Caxias, sendo assim, não era justo oferecer direitos iguais aos portugueses que derramaram nosso sangue, mesmo depois de declarada a aclamação de D. Pedro continuaram a sustentar a causa de Portugal[7]".

Montezuma[8] defendia a posição de que se concederia a cidadania somente aos portugueses que renunciassem à cidadania portuguesa, além de manifestarem o desejo de continuar residindo no Brasil e de jurarem a Constituição do Estado. O deputado Almeida Albuquerque também opinou sobre a não-concessão da cidadania aos portugueses, pois segundo sua posição eles haviam feito muito mal à causa brasileira e cita: "(..) na Bahia, ainda depois da saída de Madeira, ficou muita gente que tinha feito guerra ao Brasil e que derramou o sangue de nossa gente". A defesa do parlamentar era que se concedesse cidadania apenas aos bons portugueses que apoiaram a causa brasileira. Com a presença de deputados portugueses na Assembléia, como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, houve muitos constrangimentos; os parlamentares Pereira da Cunha, Ferreira França, Lopes Gama e Carvalho e Melo procuraram evitar que se diferenciasse os portugueses que pegaram em armas dos que não pegaram em armas. Pereira da Cunha, na defesa dessa posição, argumentou apelando para a generosidade dos brasileiros e disse: "Nós formamos uma só família portuguesa (..) este país não é só nosso, ele foi pelos portugueses conquistado aos índios seus habitantes aos quais subjugamos por força de armas e de estratagemas." A defesa de Pereira da Cunha foi aprovada por maioria dos parlamentares, e "os portugueses que eram domiciliados no Brasil antes de outubro de 1822, que expressa ou tacitamente se houveram ligado à sociedade brasileira seriam considerados cidadãos brasileiros".

---

[6] ANAIS do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro, 1877. T. 2-14.
[7] ANAIS do Parlamento Brasileiro. Op. cit.
[8] ANAIS do Parlamento Brasileiro. Op. cit. T. V. p. 225-227.

O parágrafo 6° do artigo 5°[9] considerava brasileiros os escravos que haviam obtido carta de alforria. Esse parágrafo levou a Assembléia a assistir a um grande debate que sem dúvida explicitou as diferentes idéias sobre a questão da Alteridade refletida na questão da escravidão e consequentemente sobre a visão de nacionalidade de muitos deputados. Pedro J. da Costa Barros, deputado pelo Ceará, apresentou uma emenda considerando o direito de cidadania a apenas os ex-escravos que tivessem emprego ou ofício. Assim argumentou sua posição:

> *"Eu nunca poderei conformar-me a que se dê o título de cidadão brasileiro indistintamente a todo escravo que alcançou carta de alforria.* ***Negros boçais, sem ofício, nem benefício, não são, no meu entender, dignos desta honrosa prerrogativa; eu os encaro antes como membros danosos à sociedade à qual vêm servir de peso, quando não lhe causem males".***

Palavras vindas de um representante que na Constituinte de 1823 não demonstrou apenas a sua discriminação em relação aos negros, mas sim sua cosmovisão. A cidadania era representada através do trabalho, ou seja, o emprego ou o ofício é que dariam à condição de reconhecimento da cidadania, Para além destas questões os problemas da negritude, para o deputado, ultrapassa a concepção do direito, envolve a compreensão sobre a alteridade para se poder tentar captar a visão que o Deputado manifestou sobre o outro.

Para melhor compreendermos a complexidade vivida pelos parlamentares da Assembléia de 1823, se faz necessário pensar na divisão do controle político entre o poder do Estado e dos particulares. O controle dos escravos, mercadoria dos proprietários, a não ser em casos de insurreição e de assassinato, casos em que o Estado intervinha, ficava a cargo dos particulares (proprietários). Os antigos laços morais entre senhor e escravo continuaram a ser mantidos mesmo após a alforria.

A heterogeneidade das falas sobre a escravidão demonstra, em nosso entender, que ao lado de uma linguagem que explicita o discurso do direito natural, na sua forma moderna, há o discurso que se presta à defesa da manutenção da escravidão e o do não reconhecimento do outro. Costa Barros, além de outros deputados, defendeu a manutenção da escravidão e o fez atacando a teoria do direito natural. Sua visão de nacionalidade - honrosa prerrogativa - distingue-se da visão de Antônio Carlos, além de outros deputados, que enfatizava ser essa um "direito e não uma honraria para alguns".

---

[9] ANAIS do Parlamento Brasileiro. Op. cit. T. V. p. 227-29

Ferreira França[10] argumentou que o parágrafo só poderia passar se "os nossos escravos fossem todos nascidos no Brasil". Como, segundo a posição do parlamentar, a maioria havia nascido na África, e estando os estrangeiros excluídos da participação nos direitos de cidadania, a conclusão era a de que os escravos livres nascidos na África não teriam esse direito. O deputado Muniz Tavares propôs que se votasse o parágrafo sem discussão, pois os debates da Assembléia Francesa haviam provocado os acontecimentos de São Domingos. O argumento lembra o massacre ocorrido em São Domingos, e reflete a insegurança e o medo que o debate trazia. Esse argumento, na realidade, relacionava-se as contradições que a escravidão trazia ao projeto de Constituição. Nas palavras do deputado Padre José de Alencar[11] percebe-se o problema:

> *"É esta lei que nos inibe de fazer cidadão aos escravos, porque além de serem propriedades de outros, e de se ofender por isso este direito se os tirássemos do patrimônio dos indivíduos a que pertencem, amorteceríamos a agricultura,* ***um dos primeiros mananciais da riqueza da nação, e abriríamos um foco de desordens na sociedade, introduzindo nela um bando de homens que saídos do cativeiro, mal poderiam guiar-se por princípios de bem entendida liberdade".***

Almeida Albuquerque[12] propunha excluir o direito de cidadania aos ex-escravos porque eles professavam religiões desconhecidas e não eram cristãos; para o deputado, os negros eram "pagãos ou idólatras". Reforçando a oposição, o deputado Almeida Albuquerque afirmava que para ele "escravo liberto é sinal de Vadio". A oposição à concessão de cidadania aos negros alforriados não teve argumentação suficiente para alcançar êxito.

A defesa dos alforriados, realizada principalmente por Silva Lisboa e Antônio Carlos, foi vencedora. Eles defendiam a liberdade e a igualdade, associando ambas as questões, pretendiam estendê-las a todos os homens livres e defendiam a abolição da escravidão; propunham a participação de todos os cidadãos e não apenas dos cidadãos ativos. A Casa repudiava essa proposta, e os opositores diziam que os exaltados estavam propondo uma oclocracia, ou seja, um governo em que preponderaria a plebe. A idéia de que os direitos políticos eram indispensáveis às condições de nacionalidade era muito clara para os deputados que defendiam a abolição e a extensão desse direito a todos os homens livres. Poderia um homem ser brasileiro e não gozar de direitos políticos, mas não poderia gozar de direitos políticos sem que fosse brasileiro nato ou naturalizado. Daí por que a oposição defendia a idéia de que a sociedade política, os cidadãos ativos, fossem os nacionais, porque dentre o

[10] ANAIS do Parlamento Brasileiro. Op. cit. P. 208-248.
[11] ANAIS do Parlamento Brasileiro. Op. cit.V. III, p. 133.
[12]. ANAIS do Parlamento Basileiro. op. cit. t. V, p. 225-267.

todo da nacionalidade, reuniriam as capacidades e habilitações que a lei constitucional exigia; era colocar a diferença na própria lei, criando assim, duas nacionalidades em uma nacionalidade, isto é, hierarquizando a própria concepção de nacionalidade legislando a diferença.

A defesa de Silva Lisboa[13], no sentido de impedir que se fizesse tais diferenciações, foi uma demonstração de profundo conhecimento de direito constitucional; defendendo a igualdade entre as diferentes etnias e condições sociais, argumentou que já bastavam as odiosas distinções existentes pela diferença de cor. A defesa das idéias liberais foi a tônica de seu discurso; julgava justo e liberal não admitir restrições a concepção de cidadania. Afirmou: "Quando se trata da causa liberal não é possível guardar silêncio," lembrando as lições de Montesquieu, que advertia aos legisladores que guardassem a simplicidade das leis, declarando ainda que não era de boa razão não dar o direito de cidadão a quem adquiriu a liberdade civil pelo modo e título legítimos estabelecidos no país. Condenava a desvinculação entre a situação dos alforriados e dos demais cidadãos:

> *"Para que se farão distinções arbitrárias dos libertos pelo lugar do nascimento e pelo préstimo e ofício? Uma vez que adquiram a qualidade de pessoa civil merecem igual proteção da lei e não podem ter obstáculos de arrendar ou comprar terras, exercer qualquer indústria, adquirir prédios, entrar em estudos políticos, alistar-se na milícia e na marinha do Império. Ter a qualidade de cidadão brasileiro é, sim, ter uma denominação honorífica, mas que só dá direitos cívicos e não direitos políticos? Os direitos cívicos se restringem a dar ao homem livre o jus a dizer: tenho uma pátria, pertenço a tal cidade, sou sujeito à vontade de ninguém, mas só ao império da lei".*

Para Silva Lisboa eram cidadãos brasileiros todos aqueles que reuniam dois caracteres: "o de terem nascido no Brasil e o de serem livres". A condição de ser livre não foi definida por ele, mas pela própria legislação escravista que ele tanto condenou. A divisão proposta por parte de um grupo de parlamentares, como acima descrevemos de dividir a sociedade brasileira em "cidadãos ativos, cidadãos não ativos e os não-cidadãos", diferenças e hierarquias que além de colocarem em diferença a "boa sociedade" eram vistas como naturais e portanto eternas, foi violentamente criticada por Silva Lisboa, Antônio Carlos além de outros Egressos de Coimbra. A consciência que esses brasileiros tinham da sociedade brasileira, do que significava o momento histórico que eles vivenciavam e a responsabilidade de delinearem-se as primeiras instituições políticas do novo Estado-nação é demonstrada nas defesas dessas instituições, para que elas nascessem dentro dos modelos de organização

[13] ANAIS do Parlamento Basileiro. op. cit. P. 225-267.

política da época. O mundo se uniformizava; no que diz respeito à organização política dos povos, se fazia necessário realizar uma autoprodução com independência, que gerasse uma transformação histórica do sistema, de suas partes, das relações que mantinham e das funções que se cumpriam.

Após essa colocação de Silva Lisboa, o debate da Assembléia foi intenso; a oposição de Maciel da Costa[14] tentou derrubar a posição de Silva Lisboa, argumentando que se espantava ao ver que os africanos "apenas obtenham sua carta de alforria que é um título que simplesmente o habilita a dispor de si e de seu tempo, passa, *ipso facto*, para o grêmio da família brasileira, para nosso irmão". Continuou na argumentação sobre sua discordância em conceder os direitos de cidadania aos alforriados; a emancipação política da Nação não deveria incluir negros como irmãos dos cidadãos brasileiros. Qualquer medida que visasse garantir direitos aos alforriados foi violentamente atacada pelos opositores a implantação de uma igualdade e liberdade constitucional. Maciel da Costa buscou o exemplo dos Estados Unidos para derrubar a posição do grupo liderado por Silva Lisboa: "Senhores não queiramos ser mais filantrópicos que os americanos; eles procuraram, como sabemos, acabar com a escravidão, mas não querem nada deles para os negócios da sociedade americana, antes desejam desembaraçar-se deles, nisso trabalham". Dar aos alforriados o direito de cidadania (súdito) era, para o deputado, uma questão filantrópica e não um direito.

[14] ANAIS do Parlamento Brasileiro. op. cit. P.225-227

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cinema marginal e flanâncias juvenis pela cidade.[1]

Edwar de Alencar Castelo Branco[*]

A cidade, na sua proliferação de objetos, signos e vestígios, remete a
um passado com todos os futuros que ele soterrou.
Peter Pal Pelbart

Resumo
Neste trabalho, o centro do argumento consiste na idéia de que num momento em que a realidade brasileira tendia a uma crescente complexificação, em razão do também crescente processo de mundialização, jovens cineastas propunham intervir nessa realidade com o intuito de provocar uma ampliação conceitual no campo artístico, formulando não apenas novos objetos, mas uma nova relação com aquilo que seria o objeto da arte. Os filmes em estudo expressariam um movimento sub-reptício e astucioso, através do qual fragmentos da juventude brasileira compunham, face às formas dominantes de pensamento no período, suas artes de fazer. As fontes consistem em seis filmes rodados entre 1972 e 1974 nas cidades de Teresina e do Rio de Janeiro.
Palavras-chave: História, Cinema, Cidade.

Abstract
This work, from the analysis of film in not-commercial format, reflects about the existing tensions between the visible city, configured in the talk town planner, and the express, subjective cities in the routine practices of his consumers. The center of the argument consists of the idea of that the film in study configure a semantic guerrilla that planned to perform news readings of the urban space from the location and occupation of the places of the city by means of tactical movements. The body of springs is composed for six film of the "spectrum Torquato neto" rolled between 1972 and 1974 in the cities of Teresina and of the Rio de Janeiro.
Key-Words: History, Movies, City.

Introdução

Pensar especulativamente o tripé história, cinema e cidade não constitui tarefa fácil. Em parte porque nos acostumamos, ao longo do tempo, com a idéia de que o paradigma que assegura o pensamento – o qual, por sua vez, asseguraria também que nós existimos – é a fundação da cidade segundo uma razão universal e solitária, negativa do acaso, do tempo e da história. Esta cidade como imagem do pensamento, herdada de Descartes, nos conforta

[1] Este texto é um subproduto da pesquisa "Fotogramas mal-ditos, discursos in-fames: Super oito e contestação juvenil no NE do Brasil", desenvolvida com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
[*] Doutor em História e Professor Adjunto na Universidade Federal do Piauí.

exatamente porque, ao mesmo tempo em que expressa o sujeito da cidade, o *eu* do *cogito*, assegura a vitória da razão (PELBART, 2000). Ao propor um estudo sobre a cidade como expressão do desejo, estou me apropriando historicamente de filmes em superoito para fixar na linguagem uma das dimensões acontecimentais da história.

Já constitui lugar comum a idéia de que as manifestações da arte brasileira, notadamente aquelas eclodidas a partir de 1964, configuram um importante instrumento para se perceber a emergência de uma arte pós-moderna no país (PEDROSA, 1986). Entre os anos sessenta e setenta o campo artístico brasileiro experimentaria profundas rupturas, o que resultaria na geração de novos objetos, tais como a Poesia Concreta, o Cinema Novo, o Poema Processo, a Tropicália, a Poesia Marginal, etc. Todos esses novos objetos contribuiriam, conjugadamente, para um reposicionamento do papel social da arte e dos artistas, chegando mesmo a forçar a constituição de um novo acordo tácito (ZÉ, 2003) entre consumidores e produtores das obras de arte. Os apontamentos que se seguirão são resultantes de um esforço que visa uma reflexão sobre a inventividade de cineastas do início da década de 1970. Trata-se, do ponto de vista deste trabalho, de sujeitos que, sob o impacto da pós-modernidade (CASTELO BRANCO, 2005), buscavam, através da linguagem filmográfica, ressignificar o mundo à sua volta e especialmente confirmar seu lugar na cidade. Os filmes que serão tratados aqui expressariam, à luz da teoria que se está utilizando, um movimento sub-reptício e astucioso, através do qual fragmentos da juventude brasileira compunham, face às formas dominantes de pensamento no período, suas artes de fazer (CERTEAU, 1994).

Um dos aspectos a se destacar no universo em estudo diz respeito ao fato de que por mais diversos que possam ter sido os lugares nos quais a atividade juvenil atuou, a cidade acabou por figurar como o palco privilegiado no desenvolvimento dessa guerrilha semântica. Ao apropriar-se da cidade, os cineastas experimentais em estudo favoreciam o estabelecimento de novas sensibilidades urbanas, configuradas a partir de uma nova semantização sobre a experiência da cidade. *Davi vai guiar* (COUTO FILHO, 1972) representa um bom exemplo de uma deliberada flanância investigativa pela cidade. Trocadilho com o nome do principal protagonista – Davi Aguiar –, o título remete às intenções centrais do filme: utilizar as noções de guia e contra-guia para, a partir de um deslocamento sobre a cidade de Teresina, ir dando visibilidade e afrontando os instrumentos panópticos de controle do espaço urbano, como os sinais de trânsito. A cidade que emerge na tela, composta por um cenário bucólico que revela pacatos bate-papos de final de tarde nas calçadas, é repentinamente submetida a uma vertigem expressa por motocicletas e automóveis que deslizam por suas ruas em alta velocidade. Ao som ao mesmo tempo agressivo e

melancólico da banda de rock *Pink Floyd* o protagonista sorri quase furiosamente, enquanto, cabelo ao vento e a pretexto de guiar sua motocicleta, arrasta os olhares na contramão. O argumento do filme se concentra em um esforço para ler os signos da cidade a partir de uma afronta aos regulamentos. Urubus, por exemplo, são apropriados como instrumento de uma estética minoritária, problematizadora da própria noção de belo. O destaque, entretanto, em *Davi vai guiar* tanto quanto em *O Terror da vermelha* (ARAÚJO NETO, 1972) é dado às tabuletas de trânsito, as quais são consumidas sempre no sentido da negação.

O gesto de subverter os regulamentos do trânsito, os quais, como se sabe, são expressivos de um fragmento do discurso urbanista, configurariam uma escrita alternativa de Teresina. Como já foi percebido, o gesto de caminhar pela cidade – ao que equivale deslocar-se na cidade – constitui uma atividade enunciativa, através da qual os caminhantes, delinquentemente, subvertem a cidade idealizada pelas estratégias do discurso urbanista, revelando, em seu interior, "as práticas microbianas, singulares e plurais", as quais constituem efetivamente a cidade ao praticá-la (CERTEAU, 1994: 175). A subversão caminhante, expressa em *Davi Vai Guiar*, não se faz apenas no sentido da negação, mas principalmente da bricolagem. Esta bricolagem multiplica as possibilidades da cidade através de uma operação sub-reptícia de ultrapassagem de seus limites. Veja-se, a esse respeito, o modo como Couto Filho (2006) iguala a sua atividade fílmica a uma apropriação de Teresina:

> *Eu quis fazer um filme em que eu filmava Teresina filmando todos os malucos, todos os doidões de Teresina da década de 1970. Então eu filmei os meus amigos, filmei o grande bar da época, que era o Gellati, que ficava aqui na Frei Serafim. Filmei o subúrbio, filmei gente fumando maconha, filmei meus amigos hippies, filmei os cabeludos, as meninas de mini-saia, as namoradas, as namoradas dos meus amigos, usando como pontuação do filme um pensamento bem característico que era um inspetor de polícia.*

Observe-se que a cartografia sentimental perceptível no fragmento transcrito procura recobrir a cidade de Teresina com significados ao mesmo tempo íntimos, subjetivos, e alternativos em relação aos parâmetros que regulam as imagens positivas da cidade. Mas é muito provável que *Tristeresina*, a metáfora com a qual Torquato Neto recobriu sua cidade natal, ofereça o mais apropriado argumento para se pensar as cidades virtuais expressas nos filmes em estudo. Esta metáfora, que articula as noções de resina, tristeza e sina, constitui uma das cartelas de abertura de *O Terror da Vermelha* (ARAÚJO NETO, 1972). Nela, o autor contrapõe seu corpo a um painel em duas dimensões, dividido em quatro partes, no qual é possível ler, em primeiro plano, as expressões RESINA e SINA e em segundo plano, manuscrito e repetido inúmeras vezes, a palavra triste. A fricção das palavras opera diferentes resultados – triste resina, triste sina e tristeresina – todos utilizados taticamente como

significados com os quais o poeta recobriria sua cidade natal. No filme, as perambulações de um assassino perseguindo suas vítimas pelas ruas de Teresina são utilizadas para uma investigação sobre o caráter formal do cinema.

Rodado em 1972, "O terror da vermelha" representa um dos lances finais da conturbada trajetória artística de Torquato Neto. Hoje uma das maiores cidades do país[2], com perto de um milhão de habitantes, Teresina era, no início dos anos setenta, uma típica cidade intermediária entre as cidadezinhas de interior e as metrópoles dos grandes centros. Por um lado era a capital do Estado, com todo o burburinho que esta condição impunha; por outro, era uma pacata cidade existindo preguiçosamente às margens dos rios Parnaíba e Poty. Mas para Torquato Teresina era, antes de tudo, uma cidade onde "não acontece nada, onde nunca passou um filme de Godard e onde cabeludo não entra na escola nem nas casas das famílias" (ARAÚJO NETO, 1982: 339). O filme seria "matéria de memória de uma só pessoa em equipe percorrendo roteiro de lugares, quintais, paisagens-plano geral (id. Ibid.).

Esta exposição de seus lugares de memória Torquato utiliza como pretexto para apresentar a linguagem como algo instituinte da realidade, o que pode ser exemplificado com a intrusão de elementos plásticos e poéticos avessos à ficção cinematográfica contemporânea, como cartelas com as expressões "vir – ver – ou – vir – aqui", as quais irrompem inesperadamente em diferentes quadros do filme. A irrupção, por sua vez, permite ver um percurso afetivo de Torquato Neto por Teresina e, mesmo, por sua existência, o que se revela na citação de outros filmes, como o *Nosferato*, de Ivan Cardoso.

Nesta atividade de filmar a cidade de Teresina, mapeando lugares de memória e desconstruindo o discurso utópico urbanista (CERTEAU, 1994), o filme *Coração materno* (BARRADAS, 1974), de Haroldo Barradas, é aquele que revela mais nitidamente a grande influência dos tropicalistas sobre a primeira geração de cineastas experimentais no Piauí. Seu principal argumento é a apropriação da música homônima de Vicente Celestino (1894-1968), cuja releitura feita por Caetano Veloso, no disco *panis et circensis*, de 1968, a recolocou nas paradas de sucesso. Com o benefício da tragicidade expressa pela música – a qual narra o brutal assassinato de uma velhinha por um filho apaixonado que pretende dar o coração materno de presente à amada – o filme problematiza as relações entre pais e filhos e revisita as sociabilidades juvenis, procurando desconstruir a noção de amor romântico. No trajeto entre a amada que lhe pede o coração da mãe como prova de amor e a velhinha tipicamente católica que seria esfaqueada e esfolada, o protagonista cartografa Teresina, correndo loucamente por suas ruas, enquanto as tomadas constituem uma visão panorâmica da capital

[2] Teresina, de acordo com o último levantamentos do IBGE, é a vigésima primeira maior cidade do Brasil.

piauiense no início dos anos setenta, permitindo revisitar sua arquitetura e reconhecê-la em suas sociabilidades pré-modernas.

Mas de todos os filmes em estudo *Miss Dora* (OLIVEIRA, 1974) é aquele que apresenta a dicção mais clara quanto ao esforço de síntese das marcas identitárias dessa geração em relação à cidade de Teresina. Articulado em torno do bar *Gelatti*, principal ponto de encontro de parte da juventude teresinense no início dos anos setenta, o filme toma *Miss Dora*, espécie de diva dos superoitistas, como centro de um enunciado que procura significar o espaço daqueles jovens e colocar em destaque o momento de emergência do corpo feminino erotizado no cenário público. O bar *Gelatti* não expressaria, do ponto de vista da leitura que se está fazendo do filme, apenas o espaço de convergência de parcela da juventude teresinense, mas uma metáfora da cidade que aqueles jovens desejavam consumir num momento em que liberadores como a pílula anticoncepcional e a mini-saia exigiam a fundação de novos lugares de sujeito.

No âmbito deste conjunto de filmes que está sendo tratado dois deles testemunham a diáspora a que foram submetidos estes cineastas a partir de 1973. Trata-se de *Porenquanto* (GALVÃO, 1973) e *Tupi-Niquim* (PEREIRA, 1974). Expressando as primeiras peripécias dos jovens cineastas piauienses após a diáspora que os espalhou por diferentes cidades do Brasil, *Porenquanto*, rodado no Rio de Janeiro em 1973, permite ter uma visão ao mesmo tempo romântica e trágica dos morros da capital carioca. A trama retoma a temática do *serial killer* – presente, aliás, em quase todos os filmes dessa geração –, o qual, munido com uma foice, cepa cabeças ao mesmo tempo em que dá visibilidade à natureza – ainda preservada – que compõe o morro. Além de permitir pensar as matérias de expressão que compunham algumas subjetividades juvenis na época, o filme também é útil para indagar sobre as metáforas que, do ponto de vista de seus jovens realizadores, constituíam o humano. *Porenquanto* sinalizaria o intervalo entre Teresina e o Rio de Janeiro.

Em *Tupi-Niquim*, rodado igualmente no Rio de Janeiro em 1974, a metáfora central é aquela que remete a um Brasil cindido entre o centro e a periferia – ou, se preferir, entre o litoral e o sertão –, o que está expresso logo no início com cenas mostrando a travessia de uma ponte que liga distintos lugares. A trama se desenvolve a partir do estranhamento de um sujeito recém chegado ao Rio de Janeiro. Este estranhamento, articulado em torno de um amor platônico e passional do protagonista por uma espécie de diva da cidade, oferece um bom instrumento para se pensar o multiculturalismo brasileiro e o processo de captura de subjetividades jovens por instrumentos como a mídia. O filme expressa metaforicamente o encontro, promovido pelo cinema, das cidades subjetivas de seus realizadores. O diálogo entre

Teresina e o Rio de janeiro não é visível apenas no esforço para forçar a semelhança – o que se expressa na aparência dos fotogramas e na escolha dos enfoques –, mas principalmente na forma de mostrar os consumidores da capital carioca – piauienses recém chegados àquela cidade – como *outsiders*. O Rio de Janeiro mantém-se sempre inatingível, restando àquele que chega degluti-la através de uma operação que, pelo recurso à violência – expressa sempre através de um *serial killer* – obrigue-a a ser outra coisa. Consolidadas marcas identitárias dos cariocas, como a Garota de Ipanema, o Aterro do Flamengo e a Baía da Guanabara, são sequencialmente focadas como algo deslumbrante, fugidio e repulsivo. A remessa a uma matéria expressional nativa e minoritária – conforme expresso no título *Tupi Niquim* – é reforçada pela constante reafirmação das diferenças entre o *outsider*, vestido à moda *hippie*, e os *insiders*, sempre com paletós e gravatas. A absorção do estrangeiro na cidade dá-se através de sua cooptação pelas drogas. Num final tragicômico o *Tupi Niquim* é enforcado com os cordões da vestimenta do Frei Caneca, como se fosse tragado pela fascinante paisagem da Baía da Guanabara.

No universo que está sendo tratado o uso do super-8 transcendia o simples recurso a uma técnica emergente nas décadas de sessenta e setenta e incidia sobre um esforço, por parte dos jovens cineastas em estudo, para utilizar este objeto não apenas como um novo recurso técnico, mas como um instrumento de transgressão. Neste caso, a atividade de consumir um produto comercial – as bitolas de uso doméstico – era assumido como uma atitude de bricolagem, de inventividade, de criação e de produção. Isso por que os sujeitos, mesmo estando inseridos numa sociedade orientada pela lógica do mercado, não consomem de maneira passiva os produtos da indústria cultural. Estes homens ordinários assim o são justamente porque, através de uma bricolagem inventiva, conseguem se apoderar delinquentemente dos códigos culturais e reinventar o cotidiano que pretendem usar. No limite, o ordinário se faz exatamente no esforço para reconduzir as práticas e as línguas à vida cotidiana, trazendo a linguagem de seu uso filosófico de volta ao seu uso ordinário (WITTGENSTEIN, 2005: 48).

A produção superoitista, vista em termos de sua época, representaria um esforço de parte de seus realizadores para abrir brechas e ocupar espaços alternativos não apenas no âmbito da produção artística, mas em seus próprios lugares de vivência. A partir dessa produção marginal é possível entender a época em estudo como um período de redefinição de valores e de conceitos em vastos campos. Torquato Neto, que além de ser um dos cineastas em estudo foi um dos idealizadores movimento tropicalista (FAVARETTO, 2000), ao assumir a editoria da coluna *Geléia Geral* no jornal carioca *Última Hora*, entre o final de

1971 e o início de 1972, transformou aquele espaço numa espécie de trincheira da arte experimental, especialmente do cinema marginal. Isto acabaria fazendo com que o poeta d'*Os últimos dias de paupéria* catalisasse, em torno de si, a fúria dos adversários do cinema marginal, especialmente a fúria de Glauber Rocha. De todo modo, coube a Torquato teorizar os parâmetros da produção fílmica marginal em sua relação com a realidade brasileira dos "anos de chumbo", valendo-se do espaço que tinha em *Última Hora*. Relativamente àquilo que Torquato pensava especificamente em relação ao papel do cinema e especialmente em relação às utilidades do super-8 como instrumento de uma guerrilha semântica que refundasse sua época, o excerto transcrito a seguir configura uma bela síntese:

> *Quero liquidar com todas as teorias de montagem, tempo, gramática fílmica, etc. Isso tudo já se transformou numa linguagem. Eu quero liquidar essa linguagem e partir de volta a um aproach bem primitivo, como uma criança. Sem conceituações. Buñuel falou que qualquer tipo de filme já é uma resposta a um princípio onírico, uma espécie de sonho. De maneira que eu quero agora romper com os conceitos estruturais e começar de novo (...). Acredito que a estrutura dos signos no cinema é mais importante do que a montagem. A montagem reprime as imagens e os signos (...). Qualquer filme é a projeção de um sonho reprimido. E eu quero que esse sonho seja liberado, seja livre, sem nenhum limite. O cinema agora é feito por cineastas, "filmakers", e eu quero que ele seja feito por todo mundo. Super oito... Oito crianças... Isso será o cinema liberto (ARAÚJO NETO, 1982: 186).*

O discurso torquateano configura-se como emblema do confronto que reúne ao mesmo tempo e sobre a mesma atmosfera fragmentos de uma gramática fílmica baseada nos cânones da sétima arte e uma nova enunciação que busca uma renovação de forma a solapar as certezas da teoria do cinema. Desse modo, os filmes em super-8 produzidos na ambiência dos anos setenta podem ser entendidos como importantes instrumentos de intervenção na rede de significados instituídos e controlados pela sociedade, uma vez que estes empenharam-se no sentido de ampliar os limites deste ambiente fechado que é a época, implicando no cinema o novo acordo tácito já referido.

Fontes citadas:

Filmes:

O TERROR DA VERMELHA. T. Neto, Teresina, 1972. 28 minutos. Cor/Som.
DAVI VAI GUIAR**.** Couto Filho, Teresina, 1972. 18,5 minutos. Cor/Som.
PORENQUANTO**.** C. Galvão, Rio de Janeiro, 1973. 26 minutos. Cor/Som.
TUPI-NIQUIM**.** Pereira, Rio de Janeiro, 1974. 17 minutos. Cor/Som.
CORAÇÃO MATERNO**.** Barradas, Teresina, 1974. 14 minutos. Cor/Som.
MISS DORA**.** Oliveira, Teresina, 1974. 13 minutos. Cor/Som.

Bibliografia:

NETO, T. **Os últimos dias de paupéria.** São Paulo: Max Limonad, 1982.
BARTHES, Roland. **A Aventura Semiológica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTELO BRANCO, E. de A. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália.** São Paulo: Annablume, 2005a.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer.** Petrópolis: Vozes,1994.

COUTO FILHO, D. Entrevista concedida a J. H. Monteiro em 06/02/2006.

FAVARETTO, C. **Tropicália, alegoria alegria.** 3 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2000.

HOLANDA, H. B. de. **Poetas rendem chefe de redação (II).** Jornal do Brasil, Coluna B. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1983.

PEDROSA, M. **Mundo, Homem, Arte em Crise.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

PELBART, P. P. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ZÉ, T. *Tropicalista lenta luta*. São Paulo: Publifolha, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Origem e evolução do pensamento *tercerista* uruguaio: 1940-1973

José Pedro Cabrera Cabral

Resumo:

A origem do pensamento *tercerista*, ou terceira posição, dentro da esquerda democrática uruguaia remonta à década de 1940. A sua influência no meio intelectual permeou várias correntes da esquerda nacional até o Golpe Militar de 1973. Surgiu como uma posição, em matéria internacional, a partir de um movimento revisionista dentro da historiografia nacional, e rapidamente adquiriu outras dimensões, principalmente pelo aporte de intelectuais, tais como Carlos Quijano, Roberto Ares Pons, Carlos Real de Azúa, Arturo Ardao, entre outros. A este movimento revisionista somou-se parte do movimento estudantil centrado na Federação de Estudantes Universitários do Uruguai – FEUU. Constituiu-se em uma corrente que pensou um modelo "nacional", dentro da esquerda democrática, para o país, e que influenciou, de diversas formas, várias gerações de uruguaios.
Palavras-chave: Pensamento *tercerista,* esquerda democrática, nacionalismo revolucionário.

Abstract

The origin of the *tercerista* thought, or third position, inside of the Uruguayan democratic left retraces to the decade of 1940. Its influence in the half intellectual permeated some chains of the national left until the Military Blow of 1973. It appeared as a position, in international substance, from a revisionist movement inside of the national historiographya, and quickly it acquired other dimensions, mainly for arrives in port it of intellectuals, such as Carlos Quijano, Roberto Ares Pons, Carlos Real de Azúa, Artuto Ardao, among others. To this revisionist movement part of the centered studanty movement in the Federacy of University Students of Uruguay – FEUU was added. One consisted inside in a chain that thought a "national" model, of the democratic left, for the country, and that it influenced, of diverse forms, some generations of Uruguayans.
Keywords: *Tercerista,* left thought democratic, revolutionary nationalism.

1.Antecedentes e bases do *tercerismo*

Desde a metade da década de 1940, surgiu um movimento revisionista na historiografia uruguaia do qual participaram intelectuais que não eram historiadores, como Carlos Quijano, Arturo Ardao e Carlos Real de Azúa. Juntamente com historiadores como Pivel Devoto, Ares Pons, Oscar Bruschera, Carlos Reyes Abadie, Benjamin Nahum e José Pedro Barrán, eles lideraram o processo revisionista, que perdurou até a década de 1970.

Doutor em História. Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Campus de Xanxerê.

No início da década de 1950, a produção historiográfica dessa corrente foi abundante e se alimentou pelo descobrimento de novos e importantes documentos referentes à independência nacional e regional, à formação do Estado-Nação e, fundamentalmente, à personalidade de José Gervasio Artigas, com especial foco nos alcances democráticos e radicais de seu pensamento político-social e a sua concepção federalista. Esse revisionismo voltou-se para a análise do modelo de desenvolvimento do país e da região, principalmente a partir das questões inerentes à integração regional.

A esse movimento revisionista somaram-se os jovens universitários agrupados na Federação de Estudantes Universitários do Uruguai – FEUU, que, a partir da metade da década de 1940, mobilizada pelo contexto internacional em volta da II Guerra Mundial[1] e da bipolaridade resultante da Guerra Fria, constituiu-se em um centro de irradiação do pensamento *tercerista*. Os intelectuais uruguaios formados nesse período ingressaram no corpo docente do ensino médio, e muitos deles foram jornalistas na imprensa montevideana.

O *tercerismo* uruguaio foi, no seu começo, essencialmente um posicionamento em matéria internacional que admitia a possibilidade da participação no seu seio de ideologias diversas em política interna. A natureza do *tercerismo*, ou da terceira posição, implicou em um divisor de águas dentro da esquerda, visto que diferenciou os adeptos do comunismo e suas orientações pró-soviéticas, mantendo as características mais marcantes da esquerda democrática – entre outras, o antiimperialismo e o socialismo.

No âmbito estudantil, o *tercerismo* definiu um perfil ideológico próprio, com conseqüências sobre a política interna, que acabou sendo adotado pela maior parte de seus seguidores e que a FEUU definiu, em 1950, nos seguintes termos: "Por uma democracia política, econômica e social que não esteja ao serviço de uma classe ou de um grupo, e sim dos povos. Igualdade absoluta de direitos, coletivização da produção, supressão do governo de classes. Contra todo totalitarismo e contra todo imperialismo." (FEUU, 1950: 6)

Pode-se definir a composição social dessa corrente dizendo que predominou nela a pequena-burguesia ilustrada e idealista. Sem desconhecer as vinculações que manteve com certos setores da "elite" do proletariado, especialmente no campo do sindicalismo autônomo,

[1] No âmbito estudantil, nos anos de 1943-1944, a *Tercera Posición* teve sua concretização orgânica. Os centros de estudantes agrupados na FEUU pronunciaram-se, em uma linha antifascista, contra a direção anglo-saxona e russa da guerra. Para distinguir-se dos fascistas e dos "aliados" incondicionais, os componentes dessa nova tendência adotaram a denominação de *Tercera Posición.*

concentrou-se nela um numeroso núcleo da *intelligentsia*[2], expressão que designou, segundo Ares Pons, aqueles que aspiravam a pensar com independência (PONS, 1956: 8).

Desde o ponto de vista de sua composição política, na sua primeira fase, recebeu um forte impulso de setores de extrema esquerda, como o anarquismo e o trotskismo. Prontamente, operou-se um processo que incorporou afluentes de diversas origens. Elementos de formação democrático-liberal radicalizados, oriundos dos partidos tradicionais, e também setores ligados ao catolicismo que não se identificavam com o binômio URSS-USA.

2.A evolução do pensamento da terceira posição

O *tercerismo* se formulou a partir de correntes difusas, carentes de coesão, que permitiriam identificá-lo como partido ou sistema de idéias. Mesmo assim, entre seus pressupostos, além de sua posição internacional, aparecem como denominadores comuns de seus grupos: o repúdio ao capitalismo em suas manifestações extremas; a rejeição ao Estado tentacular e policial; o sentimento de interesse público unido à defesa da significação espiritual e à dignidade do indivíduo (PONS, 1968: 64).

Um dos pontos centrais do pensamento *tercerista* uruguaio foi o imperialismo. A postura antiimperialista caracterizou, sobremaneira, esta vertente da esquerda. Mas uma particularidade deve ser assinalada: ela diferenciou-se do conceito clássico da esquerda do período, visto que o *tercerismo* criticava tanto o imperialismo capitalista como também – e com o mesmo rigor – o imperialismo soviético.

Desde a perspectiva *tercerista*, o imperialismo relacionava-se com toda forma de dominação econômica que os países dominantes exerciam sobre os outros, fossem estes do bloco capitalista ou do bloco soviético. Real de Azúa afirmava que o *tercerismo* englobava todas as formas de dominação: "[...] todas as influências irreversíveis que determinados países exercem sobre outros, sob o rótulo comum do imperialismo, são desprezíveis e afirmam nossa total posição antiimperialista." (AZÚA, 1996: 662).

Por outro lado, desde finais da década de 1940, pode-se observar, na obra de Carlos Quijano, dois aspectos principais. Por um lado, a significação atribuída por ele aos acordos econômicos regionais, como sinônimos de um caminho a percorrer para a unidade continental; e por outro, a importância crescente que foi conferida ao fator político, como

[2] O termo originalmente identificou a intelectualidade russa da época czarista, e logo se universalizou, aplicando-se sempre a setores que participavam de um caráter similar. Arthur Koestler mencionou, como exemplos de grupos de *intelligentsia*, a "estudantada" nacionalista da Alemanha pós-napoleônica, os boêmios de Montmartre e, finalmente, se atém às definições que dá o Oxford Dictionary na sua terceira edição, de 1934: "Aquela parte de uma nação que aspira a pensar com independência".

metodicamente prioritário com respeito ao econômico, sem deixar de ser este o fundamento último de qualquer forma de união e integração.

Muito antes que acordos regionais fossem ensaiados em diversas partes de "Nossa América", Quijano foi fervoroso partidário dos mesmos. Ele sistematizou diversas idéias antecipadas por outros economistas da região. Teve a forte concepção de que a integração era uma fórmula por excelência para que o Uruguai pudesse desenvolver-se no contexto de uma ampla integração econômica no âmbito do *Rio de la Plata*. Na concepção de Quijano, existiam três opções políticas para a América: o *pan-americanismo*, o *latino-americanismo* e os acordos regionais.

Quijano entendia que essas três opções políticas necessariamente tinham que ser excludentes. Praticando uma delas, não se podia tentar a outra. Sua concepção apontava para uma saída pelo caminho da integração econômica regional. "Destas três políticas, uma – o *pan-americanismo* – é, queira-se ou não, o servilismo. Outra, a segunda, é hoje uma utopia. A única viável e realista é a última." (QUIJANO, 1940: 5)

Por sua vez, Carlos Real de Azúa sintetizava os fundamentos do *pan-americanismo* como uma concepção dogmática das formas da democracia clássica: "[...] opostas ao 'totalitarismo' e focadas nas fórmulas do desenvolvimento com liberdade." (AZÚA, 1996: 606) No âmbito econômico, criticou os postulados da livre empresa e da iniciativa privada. No sócio-cultural e religioso, os valores da civilização cristã e ocidental, correlativamente afirmados na suprema *indeseabilidad* do comunismo. Para o autor, este era o conteúdo da doutrina *pan-americanista*.

A esse componente doutrinário, Azúa acrescentava o postulado da exemplaridade dos Estados Unidos, como modelo a seguir por outras repúblicas do continente, e a efetiva irrupção da sociedade de massas que essa situação pressupunha: a vigência do ideal "moderno" do bem-estar material e do alto consumo. Azúa denunciava a contundente persistência das técnicas de expansão imperialista sob a máscara dos "planos de ajuda", os "projetos de desenvolvimento" e das "alianças para o progresso" (AZÚA, 1996: 608).

Deve-se recordar que, desde 1948, a América Latina obteve "reconhecimento" mundial, inaugurando, nesse ano, um processo de institucionalidade internacional com a formação da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal. Nesse momento, no marco do sistema interamericano, começou-se a colocar, em um segundo plano, a concepção pan-americana. Daí em diante, institucionalizaram-se: em 1949, a União de Universidades da América Latina – Udal; em 1961, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – Alalc; em 1964, o Parlamento Latino-Americano – Pala; em 1969, a Comissão Econômica de

Coordenação Latino-Americana – Cela; e em 1973, o Sistema Econômico Latino-Americano – Sela.

Mas um outro fato, ocorrido na América Latina, marcou definitivamente o pensamento *tercerista* e toda a esquerda no continente: o triunfo da Revolução Cubana. A partir dela, o *tercerismo* dividiu-se, no período imediato ao triunfo da Revolução (1959-1961), em duas correntes: por um lado, os que reivindicavam a construção de um modelo socialista com base nos postulados social-democratas; e por outro, os que visavam a este processo a partir da luta armada.

A postura do setor identificado como esquerda democrática representou a maioria dentro do *tercerismo* da época, apoiando o processo revolucionário de Cuba na sua totalidade (entre 1959 e 1961), e os que visaram à luta armada como método para a construção do socialismo constituíram, a partir da segunda metade da década de 1960, as duas organizações armadas mais expressivas do país: o Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros* e a Organização Popular Revolucionária 33 Orientais.

Uma nova fração dentro do *tercerismo* se produziu a partir de 1961, no momento em que o presidente cubano Fidel Castro se declarou marxista-leninista e manifestou sua aliança com o bloco soviético. Quijano escreveu um editorial no Semanário *Marcha*, em 08 de dezembro de 1961, no qual manifestou sua surpresa – mas não sua condenação – pelo fato de o líder cubano ter se declarado marxista. O que foi seriamente criticada era a adesão cubana ao bloco soviético. Esse seria o motivo da nova dissidência dento do *tercerismo*.

Quijano foi pioneiro na crítica ao chefe de Estado cubano. Ele considerou a adesão ao bloco soviético como um verdadeiro retrocesso no processo revolucionário da América Latina e do Terceiro Mundo, como um todo. O editorialista do *Marcha* afirmou: "Com diretivas internacionais não é possível fazer revoluções nacionais, e o que a América Latina necessita é isso: uma revolução nacional." (QUIJANO, 1961: 2) A posição de Quijano – e do *tercerismo* como um todo – não implicou em retirar seu apoio ao processo cubano, mas levou a uma intensa polêmica dentro do meio intelectual e político uruguaio.

Uma semana depois do editorial anterior, Quijano voltou ao tema cubano. Para Quijano, a Revolução Cubana era o ponto de partida de um processo de libertação nacional para toda a América Latina, mas esse processo deveria se inserir no quadro dos países e povos integrantes. "Uma revolução antiimperialista aqui, na América, deve desembocar no socialismo. Mas se radicalizar não significa aderir a Moscou. Socialismo é equivalente a regime soviético?" (QUIJANO, 1961(b): 2). Sua crítica ao alinhamento soviético era contundente.

O socialismo proposto pelo *tercerismo* – no seu setor majoritário – era a expressão de uma esquerda democrática que reivindicava a construção de um modelo autenticamente "nacional". A crítica aos modelos externos, com duas linhas, por sua vez, opostas: por um lado, o modelo soviético, expressamente repudiado; e por outro lado, o modelo cubano – posterior ao alinhamento de Castro. Eles representavam experiências não desejadas. A firme convicção de um socialismo autóctone foi uma característica desta linha de pensamento.

Como foi assinalado por Arturo Ardao (1966: 7), a terceira posição não se definiu nunca como nacionalista, e sim com a firme convicção de que se necessitava criar um modelo "nacional" para a construção do socialismo. Esse modelo não poderia aceitar receitas prontas (de nenhum lado); mas qualquer proposta direcionada ao âmbito "nacional" tinha uma enorme conotação internacionalista, no sentido de que os processos de libertação nacional entendiam-se de abrangência continental.

Real de Azúa esclarece muito bem o conceito de nacionalismo do *tercerismo*: "Nacionalismo não é localismo. O localismo é a tendência a não ver mais do que existe em nosso redor. Um nacionalismo maduro, contrariamente, não escapa à necessidade de contemplar o universal. Mas o contempla desde uma perspectiva própria, e não a dos outros." (AZÚA, 1996: 96) Esse tipo de nacionalismo, Azúa o chamou de "nacionalismo revolucionário ou marginal". Justamente a obra de Real de Azúa constituiu-se na contribuição mais expressiva na teorização do conceito de nacionalismo levantado pelo pensamento *tercerista*.

O pensamento *tercerista* evolucionou a partir da década de 1960, com intensas polêmicas localizadas em organizações políticas que, sob a influência da Revolução Cubana, postularam uma maior radicalização de suas respectivas ideologias, plataformas políticas e estratégias que, gradativamente, durante o transcurso da década, se direcionaram para: 1) a constituição de organizações que reivindicaram a luta armada; e 2) a unificação da esquerda democrática a partir da formação da Frente Ampla, em 1971.

3. Considerações finais

O pensamento *tercerista* uruguaio caracterizou-se, fundamentalmente, por uma firme postura antiimperialista e por sedimentar as bases do que poderia ter sido um modelo nacional para a construção do socialismo. Bases essas que não tiveram continuidade – nem teórica, nem politicamente –, visto a diversidade de correntes político-ideológicas que esta

corrente albergou e que levaram a um fracionamento da esquerda, o que impossibilitou a elaboração de um projeto político para o país.

Mesmo assim, a importância dessa corrente de pensamento dentro da esquerda nacional imprimiu, de forma profunda, alguns pressupostos que perduraram e caracterizou a esquerda "independente" até o Golpe de Estado, em 1973: em primeiro lugar, um antiimperialismo que criticava também o modelo soviético; em segundo lugar, a impossibilidade de se pensar um modelo nacional a partir dos postulados pró-soviéticos (e isto incluía uma séria crítica ao Partido Comunista); e em terceiro lugar, a convicção de que um modelo "nacional" deveria seu autóctone e não seguir modelos externos.

Os pressupostos do *tercerismo* permearam, de distintas formas, todos os setores da esquerda independente entre as décadas de 1950 e 1970, e, particularmente, aos setores que na metade da década de 1960 viram na luta armada uma opção para a construção do socialismo no país. De igual forma, percebe-se a presença do pensamento *tercerista* na consolidação da Confederação Nacional de Trabalhadores – CNT, em 1965, e, posteriormente, na formação da coalizão de esquerda Frente Ampla, em 1971.

Por outro lado, o âmbito intelectual uruguaio, em particular a historiografia, como também as ciências humanas e sociais, foi fortemente influenciado pelo pensamento *tercerista* entre as décadas de 1960 e 1970. Observa-se uma ampla produção nessas áreas do conhecimento, voltada para uma revisão crítica das concepções anteriores e marcada, no essencial, pela procura de um modelo nacional, independente, antiimperialista e fundamentalmente contextualizado no cenário continental das lutas pela libertação nacional.

4. Referências

ARDAO, Arturo. Tercerismo y Nacionalismo. **Semanario Marcha.** Montevideo: 1º. de abril de 1966.

AZÚA, Carlos Real de. Imagenes del Tercerismo (II). In: **Tercera Posición, Nacionalismo Revolucionario y Tercer Mundo.** Montevideo: Camara de Representantes, Vol. III, 1996.

FEUU. **Jornada.** Montevideo: outubro de 1950.

PONS, Roberto Ares. Sobre la Tercera Posición. In: **Revista Nexo.** Montevideo: nº. 3, agosto-setembro de 1956.

_____. **La *Intelligentsia* Uruguaya.** Montevideo: Banda Oriental, 1968.

QUIIJANO, Carlos. Panamericanismo, no; acuerdos regionales, si. In: **Semanario Marcha.** Montevideo: 26 de julho de 1940.

_____. Las declaraciones de Fidel Castro. In: **Semanario Marcha.** Montevideo: Editorial, 08 de dezembro de 1961.

_____. Digamos nuestro mensaje. In: **Semanario Marcha.** Montevideo: Editorial, 15 de dezembro de 1961, (b).

Ricardo Levene e Max Fleiuss – Idéias Jurídicas e História.
Diálogos Intelectuais e Circulação Cultural e de Idéias.

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva[1]

Resumo: O trabalho se insere numa pesquisa sobre reconhecimento e legitimidade no campo intelectual. Nele refletimos acerca da conjugação entre idéias jurídicas e história na produção de uma reinterpretação da história latino-americana no final do século XIX e início do século XX. Partimos dos empreendimentos do intelectual argentino Ricardo Levene, parte do campo jurídico e do historiográfico, num diálogo intelectual com o Brasil. Este foi em muitos momentos representado pela relação com Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB. Utilizando correspondências, convênios intelectuais e atas de congressos de história, demonstramos aqui a possibilidade de construção dialógica do conhecimento a partir de um processo de circulação cultural que põe em contato diferentes áreas, indivíduos e idéias.
Palavras-chave: Idéias Jurídicas – História – Circulação Cultural

Abstract: The paper is inserted in a research about recognition and legitimacy in the intellectual sphere. In that, we reflect about the conjugation between juridical ideas and history in the production of a reinterpretation of Latin-American history in the end of the 19th century and the beginning or the 20th century. We start from the endeavors of the argentine intellectual Ricardo Levene, part of the juridical and historiographical sphere, in a intellectual dialogue with Brazil. This was in many cases represented by the relationship with Max Fleiuss, perpetual secretary of IHGB. Using correspondences, intellectuals conventions and history congresses minutes, we demonstrate here the possibility of knowledge dialogical construction starting from a cultural circulation process which put in contact different areas, individuals and ideas.
Keywords: Juridical Ideas – History – Cultural Circulation

Este trabalho faz parte de uma tese de doutorado iniciada no primeiro semestre de 2007 na Universidade Federal Fluminense. A elaboração do projeto se deu a partir de reflexões surgidas durante o curso de mestrado, na mesma universidade, no qual fora analisada a trajetória individual e o pensamento político e social do rábula – posteriormente advogado – e intelectual Evaristo de Moraes. Este viveu no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e início do XX, período que consideramos como de passagem à modernidade no Brasil. Pertencente ao campo jurídico e também preocupado com a escrita da história do Brasil, Evaristo nos suscitou problemas relacionados à formação do pensamento intelectual e a suas implicações na produção do conhecimento histórico no país. A partir de um trabalho de pesquisa nas instituições do Rio de Janeiro, então Capital Federal, pudemos mapear ao menos parte do que era lido e citado não apenas por ele, mas pela esfera intelectual brasileira do

1 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

período. Isto nos levou à percepção da existência de um processo de circulação cultural e de idéias através do qual estes indivíduos analisavam a realidade brasileira baseados em leituras estrangeiras; sem cópias, mas com releituras criativas do que era então formulado sobre a realidade social. Com esta preocupação, nos questionamos a respeito da importância deste processo nas práticas historiográficas, na formação do pensamento intelectual, nas idéias formuladas sobre o país e em suas implicações no poder e nas idéias políticas. O trabalho baseia-se, portanto, numa pesquisa inicial realizada durante o ano de 2006 na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Arquivo Nacional e no Real Gabinete Português de Leitura. Por outro lado, os rumos da pesquisa nos apresentaram um diálogo intelectual promovido com intelectuais argentinos, o que nos levou a Buenos Aires e ao levantamento de material na *Biblioteca Nacional de la República Argentina*, no *Instituto de Historia del Derecho de Buenos Aires* e na *Academia Nacional de Historia Argentina*.

Na tese, cujo desenvolvimento, conforme referido, fora apenas iniciado, partimos de um problema amplo que relaciona Brasil e Portugal e Argentina e Espanha na elaboração destes diálogos intelectuais de modo a pôr intelectuais brasileiros, portugueses, argentinos e espanhóis em contato em vista da produção do conhecimento histórico sobre seus países. Focalizamos aqui indivíduos, pertencentes ao campo jurídico, ao historiográfico ou a ambos, que consideramos referenciais para a discussão. São eles: os portugueses Fidelino de Figueiredo e Teófilo Braga, os brasileiros Sílvio Romero, Manuel Bomfim e Max Fleiuss, o espanhol Rafael Altamira e o argentino Ricardo Levene. Através de seu trabalho intelectual defendemos a idéia de que há uma relação de alteridade desenhada entre ex-colônias e ex-metrópoles na interpretação da história de seus países. Isto se dá em meio a busca de reconhecimento no trabalho intelectual, pois, como lembra Todorov[2], é a partir do contato com o outro e da leitura que este produz sobre nós que legitimamos nosso próprio trabalho e nossas idéias; seja concordando ou discordando deste outro, é a partir do diálogo com ele que a produção do conhecimento se faz possível.

No texto que aqui apresentamos tangenciaremos estas questões, mas teremos como foco de análise o diálogo intelectual desenhado entre Ricardo Levene e Max Fleiuss. Um intelectual argentino e um brasileiro com importantes atuações em instituições históricas de seus países que se mantiveram em contato na tentativa de produção de um conhecimento que

2 TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine.* Paris : Éditions du Seuil, 1989. Cf. também sobre o tema HAROCHE, Claudine. *Les paradoxes de l'égalité : le cas du droit à la reconaissance*. In : KOUBI, G. e GUGLIELMI, G. *L'égalité des chances*. Paris : La Rècouverte, 2000, p. 25-35 e, da mesma autora, *Le comportement de déférence : du courtisan à la personnalité démocratique*. In : *La déférence*. Communications – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Centre d'Études Transdisciplinaires (Sociologie, Anthropologie, Histoire). Paris : Seuil, 2000, p. 5-26.

não se isolasse em si mesmo. Levene, para além disto, é também um dos nomes mais representativos no campo da história do direito argentino. Objetivamos exemplificar como história e direito se encontravam entre o final do século XIX e início do XX em meio a diálogos intelectuais oriundos de um processo de circulação cultural e de idéias, como estudado por Carlo Ginzburg[3], que marca a produção do conhecimento num período de afirmação do campo intelectual e de sua conseqüente busca por legitimidade. Na abordagem do tema, o trabalho engloba questões em torno da história do direito, da cultura jurídica, da cultura política e da história do poder e das idéias políticas. Além disto, direcionamos um olhar para a América do Sul e para as relações históricas, políticas e intelectuais entre seus países, principalmente no que se refere à relação entre Brasil e Argentina, que atualmente se constitui num importante empreendimento da política externa brasileira.

Considerado por Ricardo Levene um grave erro na América Latina, o isolamento intelectual deveria, segundo ele, ser rompido, afastando-se de esforços individuais, a fim de que fosse desenvolvido "o trabalho solidário em universidades, academias, institutos, ou a união das inteligências"[4] (LEVENE, 1937: 30). Este deveria se tornar um empreendimento conjunto na releitura do processo de construção da América e na resignificação de sua história de modo a lhe fortalecer e conferir unidade e sentimento de nacionalidade. Mais do que isto: Levene defendia a necessidade de afirmação de uma solidariedade latino-americana no entendimento do passado colonial que as unia; defendia a construção de uma identidade intelectual latino-americana que permitiria a produção dialógica do conhecimento no continente. Isto lhe conferiria união na busca de obtenção de reconhecimento e legitimidade para o campo intelectual. Esta intenção de Levene é por ele bem expressada no discurso de abertura do II Congresso Internacional de História da América realizado em julho de 1937 em Buenos Aires, no qual definia como objetivo do evento defender e preservar "o patrimônio moral de sentimentos e ideais solidários dos povos irmãos da América"[5].

Diante desta concepção de produção do conhecimento histórico é que Levene, figura representativa do campo jurídico argentino, fundador do campo da história do direito

---

3 GINZBURG, Carlo. *História da Arte Italiana*. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. e PONI, C. (org). *A Micro-história e outros ensaios.* SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989. Ginzburg inspira-se em BAKTHIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais.* SP: Hucitec, 1987. Do mesmo autor, cf. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.

4 LEVENE, Ricardo. *Política Cultural Argentina y Americana*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1937. No original: "Estamos em uma nueva etapa: el trabajo solidario en universidades, academias, institutos, o la unión de las inteligencias con el concurso de especialistas munidos de un concepto general y directriz".

5 Atas do II Congresso Internacional de História da América, Buenos Aires, 5 a 14 de julho de 1937, v. I. Acervo: Biblioteca Nacional de la República Argentina. Trecho no original: "(...) el patrimonio moral de sentimientos e ideales solidarios de los pueblos hermanos de América".

em seu país[6], do *Instituto de Historia del Derecho de Buenos Aires* e responsável pelo desenvolvimento dos estudos de história do direito indiano[7] na América, irá se empenhar na elaboração de um contato intelectual com instituições brasileiras. Contará para isto com o auxílio de Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e responsável pelo relacionamento do Instituto com instituições e intelectuais estrangeiros. Encontrando-se em eventos, como o congresso acima referido realizado em Buenos Aires, Levene e Fleiuss também mantiveram contato por meio de correspondências que traziam assuntos pessoais, trocas de elogios pelo empenho intelectual e planos para a organização de empreendimentos que aproximassem a história e a intelectualidade brasileiras e argentinas. Em 22 de outubro de 1925, por exemplo, Levene escreve a Fleiuss agradecendo-lhe o envio de um exemplar de seu trabalho "História Administrativa do Brasil"[8] e do mais recente número da Revista do IHGB[9]. Tece elogios a ambas as publicações e recebe resposta de Fleiuss expressando o prazer que a amizade do intelectual argentino lhe causa e prometendo-lhe enviar outras publicações assim que possível. Fleiuss encerra a carta-resposta expressando respeito e amizade pelo colega. Diz: "Distinga-me sempre com as suas ordens e creia na inalterável amizade de quem saudosamente se subscreve"[10].

Em relação ao II Congresso de História da América de 1937, Levene escreveu a Fleiuss a fim de comunicar-lhe ser ele membro titular do evento, em razão de sua condição de sócio correspondente da *Junta de Historia y Numismática Americana*[11], e pedindo-lhe sua adesão e colaboração. Na carta, Levene ainda nos oferece sua visão dos rumos da escrita da história da América no período e transparece sua preocupação em que as instituições históricas dos países da América reúnam-se em vista de promoverem o estudo e a releitura de suas histórias. Por isto, o congresso então organizado seria de grande importância na promoção das relações intelectuais latino-americanas. Tudo isto pensado por um indivíduo que era parte, ao mesmo tempo, do campo jurídico e do campo historiográfico na Argentina. Para ilustrar, vejamos o trecho da carta em que estas proposições se apresentam mais claras:

---

6 Cf. ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Historia, Derecho y Sociedad. En torno a la concepción jurídica de Ricardo Levene*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1987.

7 Entende-se por direito indiano o que Levene via como o direito dos indígenas da América Hispânica, valorizando-se suas formas de organização, ritos e tradições.

8 FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. RJ: Imprensa, 1923.

9 Cf. carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss em agradecimento a remessas de publicações. 22 de outubro de 1925. Acervo: IHGB.

10 Carta-resposta de Max Fleiuss a Ricardo Levene. 1925. Acervo: IHGB.

11 Empreendimento dos intelectuais argentinos na busca de aproximação entre a intelectualidade da América Latina, fundada em 1893 e transformada na atual Academia Nacional de Historia em 1938. A Junta reunia também intelectuais europeus como correspondentes. Ricardo Levene foi seu presidente entre 1927 e 1931 e entre 1934 e 1938.

> *Trata-se de um momento de excepcional significado para a cultura da América. Em seus Estados, autoridades e homens de estudo, se ocupam preferencialmente em estreitar suas relações intelectuais. A História é o gênero científico, filosófico e literário que tem brilhante tradição neste continente. Agora assistimos a um novo florescimento, com o esplendor de instituições e academias e aparição de historiadores representativos da cultura de cada um dos Estados.*[12] *(LEVENE, 1937)*

A colaboração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também será solicitada por Levene na produção da coletânea "*Historia de la Nación Argentina*"[13]. Encomendado pelo governo argentino e por ele organizado, o trabalho objetivava promover a análise e a resignificação da história do país de modo a valorizar sua própria cultura e, simultaneamente, os aspectos positivos do colonialismo espanhol na América. Visão da qual em muito se aproximava Fleiuss quanto à presença portuguesa no Brasil. Além disto, considerando o que seria "o espírito de solidariedade"[14] existente entre Brasil e Argentina, Ricardo Levene solicita a Max Fleiuss que produza um capítulo de aproximadamente 20 páginas tratando do tema "*El Brasil y su descobrimiento*". Demonstra, com isto, preocupar-se em conhecer a história do seu país inserida numa relação com seus vizinhos e, ademais, em promover o conhecimento da história destes na Argentina. A busca de aproximação e diálogo intelectual com o IHGB reflete a opinião de Levene de que as instituições históricas possuiriam importante papel na organização, no desenvolvimento e na difusão dos estudos históricos e na valorização da cultura do país de maneira que investimentos conjuntos entre estas instituições de diferentes países se tornassem uma "política internacional americana"[15] (LEVENE, 1946: 45). O IHGB e a *Junta de Historia y Numismática Americana*, em sua opinião, seriam referenciais neste sentido e dois dos principais incentivadores da união entre os países latino-americanos.

Os empreendimentos de Ricardo Levene, contudo, demonstraram-se bem mais amplos no que se refere ao diálogo intelectual com o Brasil na revisão da história, de modo a reunir em sua atividade intelectual direito e história. Não foi a toa que Levene teorizou acerca do direito indiano na América. Afinal, era um intelectual do campo jurídico que se voltava

---

12 Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss acerca da organização do II Congresso Internacional de Historia da América em Buenos Aires, 1937. Acervo: IHGB. No original: "Trátase de un momento de excepcional significado para la cultura de América. En sus Estados, autoridades y hombres de estudio, se ocupan preferentemente en estrechar sus relaciones intelectuales. La Historia es el género científico, filosófico y literario que tiene brillante tradición en este Continente. Ahora asistimos a un nuevo florecimiento, con el esplendor de instituciones y academias y aparición de historiadores representativos de la cultura de cada uno de los Estados."

13 LEVENE, Ricardo (org). *Historia de la Nación Argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862)*. Buenos Aires: El Ateneo, 1962. 10 volumes.

14 Ofícios de Ricardo Levene ao IHGB solicitando colaboração para a produção da coletânea *Historia de la Nación Argentina*. 29 de janeiro de 1935. Acervo: IHGB.

15 LEVENE, Ricardo. *La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad*. Buenos Aires: Calpe Argentina, 1946.

constantemente para o estudo da história do seu país e do continente, procurando ressaltar sua própria cultura e seu passado, mesmo que, como um hispanista, não escapasse à valorização da presença e das supostas contribuições dos espanhóis em sua construção. Para ele, era preciso construir autonomia, obtendo reconhecimento e legitimidade diante da ex-metrópole, mas antes de tudo reconhecendo o que pertence à sua própria história. Os estudos de direito indiano se encontravam inseridos nesta perspectiva. Reuniam, portanto, história e idéias jurídicas através de um olhar que, ao menos em parte, relativizava uma relação entre dominantes e dominados e implicava, assim, numa subversão de relações de poder construídas durante séculos. Quiçá seu diálogo intelectual com os demais países latino-americanos, e aqui enfatizamos aqueles promovidos com o Brasil, tenham contribuído para o desenvolvimento de uma percepção do outro e de suas diferenças.

Pensar uma cultura latino-americana implicava numa revisão do que vinha sendo ensinado e aprendido acerca da história da América. Porém, se o objetivo é produzir conhecimento através do diálogo intelectual entre países seria preciso que esta revisão fosse feita em conjunto com outros países. Posteriormente este empreendimento seria expandido para o Uruguai, a Bolívia, o Paraguai e a Venezuela. Mas, será primeiramente com o Brasil e, mais especificamente, com o Itamaraty, em 1933, que será assinado um convênio para revisão dos textos de ensino de História e Geografia. O convênio fora assinado entre os governos do Brasil e da Argentina e teve Ricardo Levene como membro da comissão revisora. No texto do documento que o oficializa, o empreendimento é justificado pela necessidade de se "estreitar as relações de amizade" que unem os dois países e de se expurgar destes textos "tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a adversão a qualquer povo americano"[16] (CONVÊNIO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA, 1933).

Levene ainda se empenhou, a partir de 1937, na criação de uma *Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano*. Acreditando na busca de uma verdade histórica, na valorização do trabalho do historiador, em especial no ensino da história, e na necessidade, principalmente no contexto das duas grandes guerras, de convivência pacífica e de respeito e colaboração mútuos entre os países latino-americanos, ele trabalhou na tradução de Gilberto Freyre, Ruy Barbosa, Pedro Calmon, Rodrigo Octávio e Oliveira Vianna, dentre outros. Sua iniciativa encontrou eco no Brasil quando, a partir de 1938, o Ministério das Relações Exteriores passou a incentivar a formação de uma Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português. A primeira obra traduzida foi a *Síntesis de la Historia de la*

16 Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia, 1933, passim. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Civilización Argentina[17] de autoria do próprio Levene. O objetivo era difundir as obras e os autores do país vizinho entre professores, intelectuais e jornalistas, alcançando, através de escritas mais sintéticas, leitores comuns que fugissem a um grupo restrito de intelectuais[18].

Em suma, demonstramos brevemente, através da relação entre Ricardo Levene e Max Fleiuss e, mais amplamente, da relação de Levene com o Brasil, a necessidade de desenvolvimento de um diálogo intelectual que permitisse o conhecimento mútuo entre Brasil e Argentina. Esforço que favoreceria a conjugação do trabalho intelectual entre realidades sociais e políticas distintas, mas com um passado colonial próximo. Com isto, pudemos exemplificar a partir de um diálogo intelectual específico o quanto direito e história estiveram unidos na releitura da história do Brasil e da Argentina entre o final do século XIX e o início do século XX. Não é a toa que Ricardo Levene, que desenvolveu o campo da história do direito na Argentina, seja atualmente considerado também um dos principais nomes no campo historiográfico no país e tenha mantido intenso contato intelectual com o IHGB, representado especialmente na figura de Fleiuss. Demonstramos ainda ser por meio da produção dialógica do conhecimento que se caracteriza, então, o trabalho intelectual, já que não se pensa sozinho, mas sim inserido nas questões que uma determinada época apresenta e num processo de circulação cultural e de idéias que faz com que intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, nacionalidades e idéias se mantenham em constante diálogo, mesmo que num sentido de discordância. Enfim, conforme referido, este texto se constitui num pequeno recorte de uma tese de doutorado que ainda se encontra em seu início, e, portanto, em reflexões prévias extraídas da leitura de fontes documentais. Objetivamos, deste modo, mais suscitar a curiosidade a partir de dados já identificados do que apresentar respostas.

Fontes:

Atas do II Congresso Internacional de História da América, Buenos Aires, 5 a 14 de julho de 1937, v. I.

17 A tradução para o português se encontra depositada na Biblioteca do Itamaraty. A referência completa é: LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. A Noite, 1938.

18 Sobre a criação das Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhano e da de Autores Argentinos traduzidos ao Português, cf. LEVENE, Ricardo. *La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad*. Op. cit. e *Política Cultural Argentina y Americana*. Op. cit. Cf. Também ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Ricardo Levene y la biblioteca de autores brasileños traducidos al castellano*. Lisboa: IV Congresso das Academias da História Ibero-Americana, 6 a 13 de novembro de 1994, v. II. p. 705-719.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss em agradecimento a remessas de publicações. 22 de outubro de 1925.

Carta-resposta de Max Fleiuss a Ricardo Levene. 1925.

Carta de Ricardo Levene a Max Fleiuss acerca da organização do II Congresso Internacional de Historia da América em Buenos Aires, 1937.

Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia, 1933.

Ofícios de Ricardo Levene ao IHGB solicitando colaboração para a produção da coletânea *Historia de la Nación Argentina*. 29 de janeiro de 1935.

FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil.** RJ: Imprensa, 1923.

LEVENE, Ricardo. **Política Cultural Argentina y Americana.** Buenos Aires: M. Gleizer, 1937.

_____. **La cultura histórica y el sentimiento de nacionalidad.** Buenos Aires: Calpe Argentina, 1946.

_____. **Síntese da História da Civilização Argentina.** RJ: Of. Graf. A Noite, 1938.

_____ (org). **Historia de la Nación Argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862).** Buenos Aires: El Ateneo, 1962. 10 volumes.

Referências bibliográficas:

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. **Ricardo Levene y la biblioteca de autores brasileños traducidos al castellano.** Lisboa: IV Congresso das Academias da História Ibero-Americana, 6 a 13 de novembro de 1994, v. II.

_____. **Historia, Derecho y Sociedad. En torno a la concepción jurídica de Ricardo Levene.** Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1987.

BAKTHIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais.** SP: Hucitec, 1987.

GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. e PONI, C. (org). **A Micro-história e outros ensaios.** SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa.** SP: Companhia das Letras, 2004.

HAROCHE, Claudine. **Le comportement de déférence : du courtisan à la personnalité démocratique. In : La déférence.** Communications – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Centre d'Études Transdisciplinaires (Sociologie, Anthropologie, Histoire). Paris : Seuil, 2000.

KOUBI, G. e GUGLIELMI, G. **L'égalité des chances.** Paris : La Rècouverte, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine.** Paris : Éditions du Seuil, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Canto orfeônico ,Villa-lobos e as manifestações culturais do período getulista(1930-45)

Arnaldo Daraya Contier*

Resumo:
Villa-Lobos criticava o ensino da música voltado exclusivamente para a elite burguesa e tentava divulgar a *Arte-Culta* entre todos os segmentos sociais. Essa relação música / disciplina / trabalho / nacionalismo foi veementemente defendida por Villa-Lobos através do ensino do canto orfeônico nas escolas públicas, tornando-se um tema constante em todos os seus depoimentos e artigos durante os anos 30. Consciente ou inconscientemente, muitos hinos, marchas, canções entoados pelos orfeões escolares transfiguraram-se numa arma de propaganda do varguismo.
Palavras-chave: canto orfeônico; propaganda; nacionalismo musical.

Abstract:
Villa-Lobos criticised the music style which was exclusively of the bourgeoisie. He tried very hard to disseminate the Cultural-Arts for the masses. This relationship music / discipline / work / Nationalism was extremely defended by himself. This became a constant theme in all his articles and presentations during the thirties. He finally promoted a social cultural conscience and pride of the Brazilian Music.
Keywords: community music singing / political advertisement / Brazilian musical Nationalism

Em seu retorno de Paris, Villa-Lobos organizou, em São Paulo, as chamadas exortações cívicas, que consistiam na apresentação de uma série de concertos em cinqüenta e quatro cidades, interrompida pela eclosão da Revolução, em outubro de 1930. Em São Paulo, o compositor encontrou um ambiente propício à concretização do seu projeto de colorações cívico-patrióticas, tendo recebido um apoio incondicional do interventor João Alberto, nomeado por Getúlio Vargas, favorecendo, assim, o prosseguimento de suas práticas artístico-educacionais.

Nessas excursões promoveram-se canções e músicas instrumentais de fortes matizes nacionalistas, buscando-se formar um novo público para a música brasileira, distante das elites burguesas que freqüentavam os teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Durante essas excursões, Villa-Lobos proferia diversas conferências, entrando em contato

* Professor Titular de História Contemporânea da Universidade de São Paulo. Professor Titular de História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisador do CNPq-nivel de produtividade categoria Sênior. Apoio: CNPq.

com os prefeitos, para apoiarem a realização desses concertos, cedendo salões dos prédios das prefeituras ou das paróquias ou coretos nas praças públicas. Nessas ocasiões, Villa-Lobos executava violoncelo, tendo como parceiros João de Souza Lima, Nair Duarte Nunes, Lucília Villa-Lobos, Anita Gonçalves. Antes de cada audição, tecia comentários sobre a vida e a obra de cada compositor, abordando inclusive problemas sobre morfologia e orquestração.

Essas excursões, reiniciadas em janeiro de 1931 pelo interior do Estado de São Paulo, alcançaram ampla receptividade por parte do público, fortalecendo, assim, os ideais cívico-patrióticos de Villa-Lobos, inclusive demonstrando que o seu projeto sobre a música nacionalista era viável e dependia de apoios irrestritos do Estado em suas esferas municipais, estaduais e federais. Agora, Villa-Lobos já havia se conscientizado sobre o sentido elitista das músicas apresentadas nos concertos patrocinados pelas prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro em seus teatros municipais, em face da ampla receptividade das peças corais e instrumentais executadas em praças públicas, salões paroquiais ou cinemas: "... dar concerto nas capitais e cidades do interior num momento em que todas as crises – social, econômica, política e até mesmo artística – chegam quase ao extremo (...) além de semear o gosto pela música pura, pela verdadeira arte, senão elevadas intenções cívicas e patrióticas (...) para elevar o Brasil no conceito das grandes nações, e talvez quem sabe para despertar o triste letargo de uma raça sonâmbula..."(VILLA-LOBOS,H,1937:370)

Anteriormente a cada apresentação da exortação cívica, Villa-Lobos distribuía panfletos contendo alguns dados informativos, almejando esclarecer a opinião pública sobre a importância em decretar a independência da arte musical brasileira em face aos principais pólos culturais e hegemônicos de países europeus. Neste momento histórico, o compositor tomou consciência da propaganda como uma arma eficaz na divulgação da "nova arte", apoiando-se, de um lado, num discurso pedagógico; e, de outro, nas práticas políticas nacional-populistas.

Em suas peregrinações pelo interior paulista, Villa-Lobos incentivava o público a participar efetivamente desses eventos, cantando hinos cívicos e cantos folclóricos, tendo como ponto nodal o ideal de Nação coesa, sem conflitos sociais ou político-ideológicos. de 1929-30 representava o "caos" cultural e social. e idealistas, como, por comércio, lavoura.

Efetivamente, a propaganda dirigida às massas no sentido de atraí-las para a figura de Villa-Lobos ou de Getúlio Vargas (pós-outubro de 1930), acabou se tornando um novo recurso eficaz para a sacralização da *brasilidade* nos campos da música e da política. Os sentidos nacionalista e cívico, de colorações romântico-conservadoras desses espetáculos, aliados a um momento de intensa euforia, com a derrota de Washington Luís, contribuiu para

fixar a imagem de Villa-Lobos como um compositor nacionalista junto aos redatores dos principais jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e do público, em geral. O sucesso de crítica e de público alcançado numa exortação cívica realizada no Parque Antártica, por exemplo, animou Villa-Lobos a repetir esse tipo de evento no campo da Associação Atlética São Bento, um dos mais amplos recintos fechados existentes na cidade de São Paulo.

Com a Revolução de 30, apesar de Villa-Lobos manter elos políticos com as facções agrárias opositoras a Getúlio Vargas, o novo interventor de São Paulo – João Alberto –, um amante da música erudita, apoiou o projeto educacional villalobiano, dando prosseguimento, assim, às suas excursões pelo interior do Estado.

Com a vitória de Getúlio Vargas e com o apoio de João Alberto, Villa-Lobos caracterizou essa conjuntura toda como o momento capaz de promover uma *ruptura radical* com o passado histórico: "... a revolução, trazendo à tona tudo o que necessita remodelação urgente, não deixará, estou certo, de considerar os aspectos da educação artística do brasileiro, pois, não negará, também esses 40 milhões de homens que formam a nação, e que aspiravam à liberdade e ao uso de direitos políticos estão habilitados também a ter a 'sua' arte (...) desde a Grécia Antiga até a Alemanha, a França, a Rússia de hoje e outros países, a arte tem sido a luz que ilumina e põe em relevo a obra de progresso dos povos..."(VILLA-LOBOS,O Jornal:8.ll.;1930)

Em 1931, exibiu-se nos principais estádios de futebol da capital paulista, atraindo grandes conjuntos corais.

De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo* (26 de maio de 1931), o público presente no estádio de futebol congregava segmentos representativos de todas as camadas sociais .No campo, propriamente dito, a massa incontável de cantores civis e militares munidos de bandeirolas... Essas novas práticas artístico-culturais propostas por Villa-Lobos atingiram, pela primeira vez na História, um novo público consumidor de suas músicas: as massas urbanas. E, paulatinamente, o autor das *Bachianas* passou a sonhar com um Novo País, um novo público apoiar, sem reservas, as suas músicas, propondo um amplo projeto pedagógico-educacional capaz de trazer-lhe sucesso, ainda não alcançado nos anos 20.

As exortações cívicas realizadas nos estádios do São Bento, Palestra Itália, entre outros, foram apoiados pelo Estado e pelas empresas privadas. Villa-Lobos sempre procurava enfatizar o aspecto grandiloqüente dessas manifestações. Durante as suas apresentações, vestia um blusão azul, brilhante, conforme modelo copiado dos figurinos russos: "... o fascínio que o azul exercia sobre Villa-Lobos era impressionante. Não era, porém, qualquer

azul, mas uma tonalidade carregada, o chamado azul-rei. Houve um longo período que suas camisas eram todas azuis. Mas que azul!"(LENHARO.A.,1986:58-9)

Durante os anos 20, o ensino do canto orfeônico era considerado deficiente pelos pedagogos e pelos artistas, sendo as músicas "... mecanicamente executadas, quando não ensaiadas por audição, com repertório inadequado às vozes e possibilidades dos cantores"(BARRETO:,1973:56) O projeto educacional de Villa-Lobos sobre o ensino de canto orfeônico nas escolas foi inspirado nas práticas didático-pedagógicas adotadas pelas escolas alemãs, sob a República de Weimar (1919-1933). Após um breve estadia em Colônia, em 1925, Villa-Lobos entusiasmou-se com o costume de o povo cantar em coro, fundamentando-se num repertório inspirado num "rico" patrimônio folclórico: "... o costume admirável de cantar em coros ainda não penetrou nos povos latinos, sendo um hábito antigo na raça teutônica..."(VILLA-LOBOS, Folha da Noite:311.1925) *P'ra Frente, ó Brasil* foi escrito obedecendo à forma de uma canção marcial para coro masculino e duas vozes desiguais, com acompanhamento militar: "... este ritmo de tambor será executado obstinadamente durante toda a marcha (...) como um toque de alvorada, o advento da música nacionalista veio despertar as energias raciais adormecidas. Como um toque de clarim na madrugada clara de uma vida nova, os hinos e as canções patrióticas aprendidas com alegria nas escolas espalharam-se festivamente pelos céus do Brasil. E os seus ecos longínquos acordaram o homem incrédulo, levando-lhe ao coração palavras de fé, serenidade e energia – *P'ra Frente, ó Brasil!*"(VILLA-LOBOS,DIP:s.d.:59-60)

Um mês após o Golpe de 1930, Villa-Lobos, entre outros compositores e intérpretes, como Luciano Gallet, Lorenzo Fernandez, Bidu Sayão, solicitaram do governo medidas enérgicas visando apoiar e desenvolver uma "arte nacional". Para esses músicos, o Estado transfigurou-se num único agente capaz de fornecer e consolidar uma arte de fortes matizes nacionalistas.

Heitor Villa-Lobos defendeu, com veemência, a intervenção enérgica do Estado no campo educacional. Exigiu a criação de um órgão de censura, que deveria coibir e controlar a execução de músicas estrangeiras nas emissoras de rádio ou nas salas de concerto; defendeu a cassação de obras nacionais ou estrangeiras consideradas de "péssima" qualidade estética; sugeriu um forte controle das autoridades em face da localização das canções folclóricas. Na realidade, Villa-Lobos já estava percebendo os "perigos" da indústria do entretenimento (rádio, disco, cinema), capazes de colocar em xeque os seus ideais educacionais e o seu projeto de Arte Culta, preso às concepções do modernismo nacionalista aflorado durante os anos 20. consolidou, com rapidez, durante os anos 30.

Para o compositor de *P'ra Frente, ó Brasil*, a concretização de seu projeto dependia de "... um Governo Forte e perfeitamente esclarecido dos problemas sociais e educacionais do seu povo..." "O canto orfeônico é o elemento educativo destinado a despertar o bom gosto musical, formando elites, concorrendo para o levantamento do nível intelectual do povo e desenvolvendo o interesse pelos feitos artísticos nacionais. É o melhor fator de educação cívica, moral e artística. O canto orfeônico nas escolas tem como principal finalidade colaborar com os educadores para obter-se a disciplina espontânea dos alunos, despertando, ao mesmo tempo, na mocidade um são interesse pelas artes em geral (MARIZ,1982:70)

A luta pela implantação do programa do canto orfeônico não ocorreu harmoniosamente entre os pedagogos e os burocratas do Ministério da Educação e Saúde. Em 1932, Villa-Lobos enviou um contundente Oficio a Getúlio Vargas, exigindo uma série de medidas para "salvar a música nacional", em face da invasão norte-americana e mexicana: competia ao Estado apoiar e desenvolver todas as artes nacionais, apontando o excessivo número de músicos desempregados e sugeria a criação de um órgão oficial para cuidar desses problemas: o Departamento Nacional de Proteção às Artes.

Getúlio Vargas, fortemente interessado no ideal de desenvolvimento do senso de civismo e brasilidade nas crianças, aprovou a criação da Superintendência da Educação Musical e Artística (S.E.M.A.), visando implantar o ensino do canto orfeônico nas escolas municipais do Rio de Janeiro (Decreto nº 1.890, de 18 de abril de 1932).

Na realidade, a regulamentação do ensino do canto orfeônico iniciou-se no dia 12 de fevereiro de 1932. Conforme o Decreto Municipal nº 3.763, de 1° de fevereiro de 1932, a Direção Geral de Instrução passou a incorporar o Serviço Técnico e Administrativo de Música e Canto Orfeônico. Nesta ocasião, Villa-Lobos foi nomeado o seu principal responsável.

A imprensa desse momento histórico manifestou-se sob os ângulos mais diversos a respeito da nomeação de Villa-Lobos como o novo superintendente desse órgão. Para alguns jornais, Villa-Lobos iria reeditar, no Rio de Janeiro, as suas experiências das exortações cívicas realizadas em São Paulo (1930-31):: ele vai movimentar o Rio concentrando milhares de soldados, estudantes, operários (...) vive atualmente, um tanto retraído e revoltado por causa da orientação da nossa música popular, que se vai americanizando, sensivelmente, em detrimento da feição característica que sempre possuíram as nossas canções típicas" Para outros redatores, Villa-Lobos buscava somente a sua autopromoção.

Villa-Lobos inseriu-se nos meandros burocráticos do getulismo (1931-45). Em seu relatório apresentado ao Ministro Capanema, em 1940, o compositor admitia ter solucionado

dois problemas-chaves: 1º) utilização da música como um "fator de civismo e disciplina" e 2º) a concretização de um projeto que havia contribuído para a formação da "consciência nacional" no povo brasileiro.

No dia 10 de março de 1932, sob a deliberação de Anísio Teixeira (Diretor Geral da Instrução Pública), foi criado o Orfeão dos Professores, sob a orientação da S.E.M.A..

Esse orfeão representava o símbolo de coesão e harmonia sociais, mas, sobretudo, visava incutir nos decodificadores de suas mensagens musicais o ideal de "disciplina", de "nacionalidade", ou seja, todas as classes sociais irmanadas num único corpo social. Almejava-se, através desse conjunto coral, irradiar uma idéia de um Brasil sonoro, coeso e harmonioso. Villa-Lobos incumbiu-se da tarefa de regê-lo, pessoalmente, procurando assim, através de um *exemplo prático*, indicar a concretização do seu sonho nacionalista através dessa micro-instituição, institutos e escolas secundárias"

No intervalo de um concerto programado para o dia 7 de setembro de 1932, Villa-Lobos leu um texto-manifesto, onde defendia o seu ideal da arte como veículo de propaganda de um regime político: "... Avante, brasileiros! Todos os povos fortes sabem cantar em coro. Nas horas tristes e nos momentos felizes (...) Só a educação resolverá os problemas brasileiros"

Nos teatros Municipal e João Caetano, Villa-Lobos organizou concertos gratuitos, visando conquistar um público mais "popular". Em geral, os convites eram distribuídos nas portas das fábricas e escolas. Numa de suas convocações, o compositor inspirou-se nos panfletos de colorações nacional-populistas distribuídos em suas exortações cívicas paulistas: "... Operários !!! Parem !!! Descansem o corpo! Alimentem em poucos minutos o seu espírito, a sua alma, no domingo de música dos operários, dia 28 de abril próximo, às 17:00 horas. Cinqüenta minutos de sensações artísticas! No teatro João Caetano não haverá bilhetes nem porteiros. As portas estarão abertas, de lado a lado, como vive na sua intimidade, porque o silêncio será mantido pela própria emoção. Trabalhadores, venham pois, assistir, ao menos como experiência, o que o Orfeão dos Professores do Distrito Federal lhes oferecerá. Até domingo! H. Villa-Lobos"(FOLHETO,:s.d.)

Consciente ou inconscientemente, através da intensa propaganda do seu projeto pedagógico, caracterizado por fortes colorações políticas, Villa-Lobos defendia os ideais da "Nação coesa"; "Nação harmoniosa", ou seja, o princípio político da colaboração de classes, e, assim, sob essa perspectiva, o canto orfeônico contribuiu, em parte, para uma despolitização dos segmentos médios da sociedade brasileira.

O "sucesso" conjuntural desse projeto, durante os anos 30, em especial, durante a vigência do Estado Novo (1937-45), prendeu-se a um discurso emotivo, de colorações romântico-conservadoras, disseminando, implicitamente, o ideal de *disciplinarização da sociedade*, fundamentado num determinado tipo de militarismo, através da utilização de ritmos (marchas, hinos) como representações de uma sociedade organizada.

Walter Benjamin percebeu com nitidez o mecanismo social e a manipulação das massas exercida pelo totalitarismo. Em sua *Carta de Paris* (1936), caracterizou os valores sociais, psicológicos e institucionais da arte fascista. No caso brasileiro, a música de Villa-Lobos, escrita para os orfeões escolares ou para grandes concentrações cívicas, pode ser considerada como uma *arte de propaganda*, a serviço da ditadura getulista. E, paralelamente, esse projeto visava reunir, num único local – estádio de futebol, por exemplo –, grandes concentrações de massas populares. Em geral, muitas canções interpretadas por 60.000 pessoas, por exemplo, simbolizavam metaforicamente o corporativismo estadonovista: bombeiros, policiais civis, estudantes, operários...

As músicas executadas pelos orfeões escolares visavam submeter, passivamente, as massas populares lideradas pelo Caudilho (Getúlio Vargas), sob o ângulo político e, pelo próprio Villa-Lobos, sob a instância musical: "... o brasileiro precisa fundamentalmente de *disciplina*. Produto de uma formação racial complexa, em pleno período de caldeamento, sujeito às flutuações morais e psicológicas mais desencontradas, o brasileiro é facilmente sentimental.

O trabalho de Villa-Lobos sobre a música tornou-se amplamente difundido e conhecido pelos segmentos sociais dominantes e dominados, graças às concentrações orfeônicas, que aglutinaram de 10 a 60 mil vozes, aproximadamente, nos estádios de futebol ou praças públicas da Capital Federal. através das letras das músicas ou de suas estruturas rítmico-melódicas.

As comemorações de 7 de setembro – aniversário da independência política do Brasil,– tornavam-se cada vez mais grandiloqüentes e burocraticamente mais organizadas, envolvendo, de um lado, militares, políticos, burocratas, religiosos, e, de outro, crianças e adolescentes das escolas públicas e privadas, bombeiros, escoteiros, policiais, operários. Por exemplo, em 24 de outubro de 1932 (aniversário da chamada Revolução de 30), Villa-Lobos organizou, no Rio de Janeiro, o primeiro grande "espetáculo" cívico-artístico, reunindo o Orfeão dos Professores (250 vozes) e dezenas de orfeões escolares (15.000 vozes). Essa audição pública foi muito elogiada pela imprensa, motivando-o a prosseguir na organização desse tipo de atividade até o término do Estado Novo, em 1945.

Esses espetáculos cívico-artísticos representavam a pujança econômica do Brasil, ora exaltando o mar "brasileiro"; ora representando os coqueirais das praias nordestinas ou as "ondulações da bandeira sob os efeitos das ventanias".

O DIP apoiou a divulgação da música nacionalista, visando transformá-la num eficaz instrumento de propaganda do governo do Estado Novo. Em 1937, a música nacionalista reinava com exclusividade, transformando-se no *som oficial* deste novo Brasil.

Por outro lado, a música popular sofreu fortemente a ação da censura por não se enquadrar no ideal de disciplina e de trabalho, pilares de ideologia do novo.

Fundamentalmente, o DIP tinha amplos poderes para defender a cultura brasileira, visando centralizar e coordenar a propaganda em todo o território nacional e também no exterior, para exercer censura em qualquer manifestação cultural ou artística, apoiar festas populares de cunho patriótico e ainda para subsidiar exposições e concertos, entre outras atividades.

A partir destas colocações, poder-se-ia perguntar: o velho sonho dos nacionalistas e modernistas estaria se concretizando mediante a criação do DIP em pleno Estado Novo?

Conclusões

Em síntese, as idéias de Villa-Lobos não refletiam, com nitidez, os embates político-partidários aflorados no Brasil durante os anos 30. Por essa razão, o projeto sobre o canto orfeônico incidia no campo de uma história das sensibilidades ou da histórica cultural. Os seus conceitos de "Nação"; "disciplina"; "trabalho" ora aproximavam-se dos matizes totalitários do pensamento de um Plínio Salgado, por exemplo, ora harmonizavam-se com os ideais democráticos dos escolanovistas, como Anísio Teixeira. Entretanto, em especial, no momento em que Villa-Lobos assumiu o cargo burocrático-político de uma ditadura, implicitamente através dos seus ideais de "disciplina", propunha uma militarização da sociedade, compactuando com o clientelismo, a demagogia nacional-populista da propaganda varguista. responsáveis pela divulgação de uma propaganda oficial, almejando atingir um novo tipo de público consumidor – as camadas médias e o proletariado. E, paralelamente, transformando o compositor-intelectual num elo de ligação entre o Estado Novo e as massas populares: De acordo com Villa Lobos, a música é muito mais do que tudo isso: é a própria voz da nacionalidade, cantando na plenitude da sua pujança e da sua força, a alegria pelo trabalho construtor, a confiança no futuro da Pátria e na grandeza de seu destino".

Bibliografia

BARRETO, Ceição de Barros. **Organização e técnica de coro.** Canto coral. Petrópolis, 1973,p.56. (Álbum de reco.H.rtes.Museu Villa-Lobos).

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política.** Campinas, Papirus, 1986, p. 58-59.

MARIZ,Vasco. **Heitor Villa Lobos. Compositor brasileiro.** Rio de Janeiro:Zahar,1982.p.70.

VILLA-LOBOS,H. **Folha da Noite** (In; ÁLBUM de Recortes.Museu Villa Lobos), 8 set....1925.

VILLA LOBOS,H. **O Jornal** (Álbum de recortes. Museu Villa-Lobos),8 nov. 1930.

Id.8 set.1932.

VILLA-LOBOS, Heitor. S.E.M.A. Relatório Geral. In: **Boletim Latino Americano de Música**. Montividéu,1937,p.370.

VILLA-LOBOS, H. Folheto, s.d. (Museu Villa Lobos).

_____ **A musica nacionalista no governo Getúlio Vargas.** Rio de Janeiro: DIP, s.s.,p.59-60.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A gênese da modernização do setor açucareiro: os engenhos centrais no Brasil.[1]

Roberta Barros Meira[*]

Resumo: O objetivo deste trabalho é propor uma discussão acerca da importância da política de desenvolvimento dos engenhos centrais no Brasil, na segunda metade do século XIX, mas especificamente durante os anos de 1785-1889.
A lei nº. 2687 de 1875 tinha como objetivo desenvolver os engenhos centrais e, portanto, o Governo Imperial garantiria os juros para todas as companhias que construíssem engenhos centrais, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados.
Esse sistema baseava-se na separação da agricultura e da fábrica. Porém, no Brasil, a maioria desses engenhos centrais faliu. Apesar disso, os engenhos centrais criariam as bases tecnológicas para a introdução das usinas.
Palavras-chaves: Engenhos centrais; modernização; indústria açucareira brasileira;

Abstract: The main purpose of this article is to present facts to demonstrate the importance of the politic to promote and develop the Central Sugar factories in Brazil, in this second half of XIX century, more specifically during the ages 1875-1889.
A general law nº. 2.687 in 1875, was meant to develop this Central Sugar factories and the government had authorized to provide funds to all companies which built central sugar factories, giving them the most advanced machineries and fabrication methods.
That system was based on a separation of agriculture and manufacturing. However, in Brazil, the most of this central sugar factories was failure. Despite this fact, this system created the technological bases to the introduced of the "usinas".
Keywords : Central Sugar factories; Modernization; Brazil's sugar industry;

Este trabalho tem como objetivo analisar as conseqüências da política imperial voltada para a implantação dos engenhos centrais no Brasil. Assim, nosso enfoque principal serão as políticas estatais voltadas para o setor açucareiro realizadas no período entre 1875-1889.

O ano de 1875, no Brasil, destaca-se por uma profunda crise financeira, produzindo o acerbamento das dificuldades enfrentadas pela produção açucareira. As demandas desse setor agrícola levaram a aprovação do decreto legislativo nº. 2687, de 6 de novembro de 1875, autorizando a fundação de bancos de crédito real e engenhos centrais.

O projeto do engenho central defendia separar a fase industrial da agrícola na produção açucareira, como forma de implantação dos mecanismos técnicos que

[1] O presente artigo representa parte de uma pesquisa ainda inconclusa de mestrado em História Econômica (FFLCH-USP), financiada pelo CNPQ.
[*] Mestranda em História Econômica (FFLCH-USP).

possibilitariam um menor custo na produção e o melhoramento da qualidade do açúcar. Assim, como muitos produtores de açúcar não tinham condições financeiras de montar a custosa estrutura dos engenhos centrais, as concessões seriam dadas às companhias.

A divisão entre a parte agrícola e industrial no primeiro momento foi vista por técnicos, representantes da agroindústria açucareira e por estadistas como algo extremamente benéfico e natural que ajudaria a aperfeiçoar tanto a lavoura quanto a fábrica, visto que cada parte teria mais tempo e capital para investir em seu determinado setor, ambos obsoletos. Defendiam também que o apoio governamental era de fundamental importância para a obtenção de capital.

Na teoria, o principio básico dessas fábricas centrais era o mesmo. O engenho central em si era o setor industrial, com as novas máquinas e processos desenvolvidos com a revolução industrial. Pelo que se desprende dos relatos da época, a matéria-prima seria comprada a peso dos fazendeiros e transportada através das estradas de ferro ou rede fluvial.

Por mais que se queira minimizar os efeitos das informações sobre os engenhos centrais, as vantagens do novo sistema terão uma influência grande nas decisões tomadas na época. Os benefícios principais eram: a extração de 20% mais de matéria sacarina do que o antigo sistema; a matéria extraída por esse sistema renderia de 9 a 10% de açúcar em vez de 5%; a qualidade do açúcar era muito superior ao fabricado pelo sistema tradicional; o senhor de engenho e lavrador, livres dos cuidados do fabrico, dedicarão toda a sua atenção, meios e forças, ao aumento da plantação; melhorará a sorte do senhor de engenho que receberá 25 a 30% mais pela sua cana em dinheiro na entrega e mais benéfico seria para os pequenos produtores, que não tem como comprar os maquinismos.(Ribeiro, 1874:17)

Essa separação entre a parte fabril e a agrícola perpassava também pela questão do fim da escravidão. Na fábrica, o uso das máquinas oferecia uma alternativa mecânica para a mão-de-obra escrava. A importância de tais considerações prende-se a necessidade de explicar a boa vontade do Estado em relação aos engenhos centrais. Nesse sentido, a crise do trabalho servil obrigava o Governo Imperial e os senhores de escravos a pensarem em uma nova organização de trabalho e aplicá-la o mais rápido possível. Assim, a Câmara dos deputados, as Assembléias provinciais e os ministérios relacionados à questão iam elaborando projetos. Nesse quadro, era fundamental que o governo subsidiasse a transição para o trabalho livre.

A manifestação mais evidente do espírito esperança trazido com as idéias das fábricas centrais se consubstancia na manifestação imediata de apoio dada pelos senhores de engenho pernambucanos. No seu estudo sobre a produção de açúcar no Nordeste, Eisemberg

aponta que no inicio dos anos 70, um presidente da província considerava os engenhos centrais como o *"remédio salvador"* e a *"salvação da indústria açucareira"*. Os agricultores os tinham como *"a taboa de salvação a que se devem agarrar"* e reclamavam *"a profícua admissão das fábricas centrais, com suas máquinas poderosas e aparelhos aperfeiçoados"*, que realizariam *"uma verdadeira revolução do sistema de trabalho"*. Um presidente da ACA manifestou a esperança de ver engenhos centrais *"em toda comarca, em qualquer freguesia, em qualquer localidade"*. (Eisenberg,1977:11)

A importância de tais considerações prende-se a necessidade de especificar as reações dos produtores de açúcar. Na documentação anterior a instalação propriamente dita dos engenhos centrais no país, percebe-se que os senhores de engenho eram favoráveis a introdução do novo sistema, não só pela publicação dos altos lucros, mas também pelas vantagens que os fornecedores de cana teriam com a implantação dessas centrais.

Assim, a prolongada crise do açúcar sobrepujaria pelo menos em um primeiro instante a secular união entre a fábrica e a lavoura na agroindústria açucareira. Os dados divulgados sobre os preços pagos pelas centrais pela matéria-prima superavam em muito os ganhos momentâneos desses senhores de engenho. No fervilhar das idéias não se pensou que a transmutação de um sistema de produção alienígena poderia não dar certo no país, as cifras falaram mais alto.

Explica-se em boa parte esse entusiasmo pela publicação, na década de 1860, de livros de várias autoridades brasileiras na produção de açúcar recomendando os engenhos centrais. A bem sucedida experiência das Índias Ocidentais Francesas, nas Ilhas de Martinica e Guadalupe, era impressionante: um empresário revelou que os engenhos coloniais franceses, estavam tendo lucros médios anuais de 25% e em Martinica chegava a 31 por cento. Referências entusiásticas aos engenhos centrais de construção britânica, do Egito, surgiram pela década de 1870. Os agricultores maravilharam-se por somente 17 engenhos centrais egípcios produzirem tanto açúcar quanto todos os 1.500 engenhos pernambucanos, em 1873. (Eisenberg, 1977:112)

> *"O rendimento dos engenhos centrais da "Martinica", moendo cana inferior a potencia de seus maquinismos, tem sido de quatro libras esterlinas por caixa de açúcar. O engenho la Renty tem produzido 27% sobre o capital avaliado; Point Simon produz 33% ao ano e François entre 36 e 48. O estabelecimento de fábricas centrais fez duplicar o produto do açúcar naquela ilha, subindo de 38.009 a 80.000 caixas". (BRASIL. Congresso, Câmara dos deputados, Comissões de fazenda e especial,1875).*

Seguindo os apontamentos do "Parecer" de 1875, foi elaborado o projeto de lei nº. 94, que sofreu prolongada discussão por parte de Gomes de Castro, Costa Pereira, Ferreira Viana, Cunha Leitão, Augusto Chaves, Rodrigo Silva, os quais o defendiam, e Martinho Campos que o julgava oneroso aos cofres públicos. Em 30 de agosto, o projeto passou e foi referendado pelo barão de Cotegipe, como lei nº. 2.687, em 6 de novembro de 1875. (Viveiros,1946:115-116)

Eul -Soo Pang afirma que nem todos apoiaram o plano de garantia de 7% de juros sobre o capital realizado, embora houvesse precedentes importantes na construção de estradas de ferro. Na Câmara, muitos deputados, especialmente os da zona do café, opuseram-se vigorosamente. (Pang, 1979:42)

Sabiamente, a primeira parte do decreto tentava solucionar um dos principais entraves da lavoura e acenava para os produtores de açúcar com o tão esperado credito a juros mais módicos. Assim, a primeira parte do decreto garantia os juros de até 5% ao ano e autorização de letras hipotecárias emitidas por um Banco de Crédito Real, que se fundar sobre o plano traçado na lei nº. 1.237 de 24 de setembro de 1864.

A segunda parte da lei tratava especificamente da regularização dos engenhos centrais no Brasil. Nesse caso, o Governo Imperial garantiria juros de 7% até o capital realizado de 30.000:000$ às companhias que se propusessem a estabelecer engenhos centrais para fabricar açúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados.

Como um dos maiores problemas era a escassez de capitais, os estadistas do império apoiar-se-iam na solução adotada para o caso das ferrovias, ou seja, o sistema de garantia de juros. Grosso modo delineado, esse sistema verificava o capital que seria necessário ao empreendimento, garantindo uma taxa regular e fixa de juros. Dessa forma, se o empreendimento fosse deficitário, a garantia de juros assegurava o rendimento do capital empregado. Se desse lucro, a garantia poderia ser dispensada, desde que os dividendos que atingissem a 10%.

Porém, poucas fábricas foram montadas sobre esta base, e a lei nº.2687 não deu o resultado esperado.

Em 24 de dezembro de 1881, José Antônio Saraiva, presidente do Conselho de Ministros e Secretário Interino dos Negócios da Agricultura, assinava um novo decreto modificando o precedente. Apesar da redução a 6% da garantia, esse decreto teve melhores resultados. Vinte concessões foram imediatamente concedidas, e uma primeira companhia

estrangeira era fundada, a '"Central Sugar Factories of Brazil". O impulso chegou a incentivar a instalação de alguns engenhos centrais sem garantias de juros. (Perruci, 1978: 227)

> *"Mudaram, porém, as condições financeiras dos mercados, tornando-se procurada para emprego de capital a garantia de juro, e o governo, tendo até ai restringido as concessões dessa natureza, julgou oportuna a ocasião para expedir algumas, a principio pelo tipo da garantia sobre o juro anual de 7 % e depois pelo tipo da de 6%, que parece satisfatória, nas circunstancias atuais, para atrair capitais."* [2]

Ao acompanharmos as principais leis para regulamentar os engenhos centrais no curto período de sua existência, percebemos que o Governo percebeu as falhas e tentou barrar as especulações e a má administração através de uma legislação que foi se especializando, com o decorrer do tempo.

Nesse sentido, alertado pelo grande número de concessões caducas, especulações e problemas que iam desde falta de fornecimento a problemas no maquinário, o Governo Imperial aprova o decreto nº. 8.357, de 24 de dezembro de 1881, para as concessões de engenhos centrais, com garantia de juros ou fiança do Estado. Por esse regulamento se fixavam as bases da garantia de juros, sendo arbitrada uma garantia de 500:000$000, se o engenho tiver capacidade para moer diariamente até 200.000 quilos de cana e fabricar, durante a safra, calculada em 100 dias, até 1.000.000 de quilos de açúcar; 750:000$000, se a capacidade se elevar até o duplo; e 1.000:000$000, se a capacidade se elevar até o quádruplo (artigo 2º.). Em casos excepcionais esses limites poderiam ser ultrapassados.

Um outro ponto do decreto tentava impedir a concorrência dos engenhos centrais dentro de zonas restritas. Portanto, de acordo com o item 6º, do artigo 6º, se preceituava a *"preferência na concessão de outros engenhos centrais que hajam de ser fundados dentro do mesmo município, com a garantia do Estado*".

Seguindo essa mesma linha de normatização, em 1884, instituíram-se as instruções para os engenheiros fiscais. Para facilitar o trabalho, o decreto nº. 9307, de 14 de outubro de 1884, distribuiu em três distritos as províncias do Império.

Um novo regulamento foi aprovado pelo decreto nº. 10.100 de 1º de dezembro de 1888, na qual reduzia-se a garantia de juros de 7% para 6% e a proibição de transferir as concessões, salvo depois que a fábrica já estivesse em construção e com a autorização do Governo. Tentava-se limitar as especulações, mesmo que essas medidas tenham sido tomadas um pouco tarde.

---

[2]Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 18ª legislatura pelo Ministro e Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Antonio Saraiva. Brasil, Typographia Nacional,Rio de Janeiro,1882, p. 35.

A partir desse decreto, o Governo Imperial, também, passou a exigir dos concessionários à determinação da extensão da cultura de cana em cada localidade, considerando a área ocupada pelas lavouras fundadas em condições naturais e outros que lhe assegurem desenvolvimento; e a força, capacidade e sistema dos aparelhos sendo preferido o da difusão a juízo do Governo, e atendida a economia do espaço coberto, do pessoal da fábrica e do combustível.

Afora isso, o Governo Imperial estabeleceu prêmios, na tentativa de incentivar tanto os proprietários dos engenhos centrais, quanto os fornecedores de cana, pois esses engenhos tinham um aproveitamento muito baixo e as canas eram de péssima qualidade.

> *"Art. 11º - Serão direito ao preço de 10:000$000 a 20:000$000, ajuízo do Governo, as empresas que de cada 100kg de cana produzirem 12 de açúcar de todas as qualidades.*
> *"Art.12º - O primeiro lavrador que, por meios do aperfeiçoamento da cultura, conseguir aumentar a riqueza sacarina do fornecimento anterior, devendo as mesmas analises preceder ordem do Governo".*

Finalmente, o Governo passa a exigir um relatório bem mais completo, numa tentativa de finalmente conseguir impulsionar os engenhos centrais. Nestes termos, nas petições para concessão de garantia ou fiança deveriam ser declarados: Os municípios escolhidos para situação da fábrica, com informações gerais acerca da produção de cana, açúcar e álcool, quantidade de água potável, lenha e outros combustíveis, e viação externa ou interna; Capacidade da fábrica ou sistema projetado; Extensão aproximada e sistema das vias férreas e de outros meios de transporte destinados à ligar à fábrica aos estabelecimentos agrícolas; meios para a realização da empresa;

Apesar dessas novas exigências, o Governo Imperial continuou a não intervir nos contratos entre fornecedores de cana e as companhias de engenho central.

> *"Art. 21º - Nos contratos com a empresa é livre aos proprietários agrícolas, plantadores e fornecedores de cana, ajustar as condições de fornecimento e a modo da indenização, podendo esta consistir em dinheiro, segundo o peso e qualidade da cana, ou em quantidade de açúcar de qualidades determinadas;"*

Ora, percebe-se através das mudanças na legislação o quão problemático se tornou o relacionamento entre os engenhos centrais, os fornecedores de cana, os pequenos produtores de açúcar e o Estado. Apesar da garantia de juros e dos benefícios dados pelo Governo Imperial, a política dos engenhos centrais quase não se desenvolvia. Assim, várias concessões caducaram por não cumprir os prazos estipulados pelo Governo. Neste particular, já em 1878,

Henrique Augusto Milet, no Congresso do Recife, apontava que não havia sido levantado ainda nem um engenho central *"com que nos acenam a tanto tempo, cuja multiplicação é condição si ne qua nom da solução da solução do magno problema do trabalho livre e sem os quais não se pode salvar a imensa maioria dos nossos atuais produtores de açúcar" (Milet, 1881:17).*

De qualquer forma, percebe-se havia uma concordância quase unânime dos agricultores do Congresso nesses assuntos. A verdade é que prevaleceu a tese que deveriam as centrais, separar a parte industrial da parte agrícola. Além disso, os senhores de engenho apontavam a necessidade de *"fazer leis em que se regulem as relações entre proprietários e lavradores, e entre locatários e locadores, ou melhor – um código rural. (Milet, 1881:9)*

È de lembrar, no âmbito específico do Nordeste, que esses senhores de engenho eram os herdeiros de uma arquitetura e técnicas coloniais e extremamente defasados frente às tecnologias dos outros grandes centros mundiais. Os antigos engenhos precisavam passar por mudanças, se modernizar para continuar a existir, como coloca *Milet: "salvar a lavoura da cana é, portanto necessidade que se impõe aos poderes sociais, pois é questão de vida ou morte para esta província e as limítrofes do norte e do sul". (Milet, 1881:17)*

Admitir o apoio dos senhores de engenho à política dos engenhos centrais, não é negar todo o autoritarismo e poder desses senhores de engenho. Não há como não lembrar que o Nordeste era o expoente máximo da "sociedade patriarcal do açúcar", ou seja, os senhores de engenho controlavam política e economicamente as comunidades sob o seu domínio.

Mas, há que se ter em conta, ademais, o alto preço desses equipamentos. Não era fácil mobilizar o capital necessário no Brasil e os grupos sociais dominantes não tinham como arcar com as novas tecnologias, vistas como necessárias para a recuperação do mercado externo.

Alega-se, que havia interesses contrários aos engenhos centrais, principalmente dos senhores de engenho nordestinos, representados pela SAAP. Neste caso, não podemos deixar de afirmar que estamos nos referindo a um primeiro momento. Se os sonhos dos engenhos centrais não eram uma unanimidade, a maioria dos seus representantes, fossem eles do Sul ou do Norte do Império, acompanharam as tendências gerais de um pensamento que poderia ser dito como quase universal, ou seja, nada mais benéfico e racional que a separação da lavoura e da fábrica, isto é, os engenhos centrais. Neste caso, essa seria a única forma de reviver os tempos áureos da indústria açucareira nacional.

Já sabemos que isso não ocorreu. Mas, nesse período em análise, as criticas foram poucas e de forma geral tarde demais esse homens perceberam as conseqüências negativas

para a economia açucareira. O sonho dos engenhos centrais iria se esvair aos poucos no pesadelo do acirramento da crise.

Os senhores de engenho perceberam que o melhor sistema era o dos engenhos tradicionais, ou seja, era necessário o domínio da parte fabril e da agrícola. Assim, imbricaram-se as novas tecnologias trazidas com as centrais e o velho amanho dos nossos bangüês: a cultura e a fábrica novamente reunidas. A denominação continuaria até 1909, mas das características do sistema de engenhos centrais não havia mais nada. A integração vertical ocorrida em todo o país transformaria esses engenhos centrais em usinas. A verdade é que antes mesmo do fim do Império, terminava a era dos engenhos centrais.

Por fim, poderíamos dizer que apesar dos reveses e do incessante bater do martelo dos leiloeiros no final do império, a agroindústria açucareira brasileira daria um salto, como coloca brilhantemente Gileno Dé Carli.

> *"da indústria de bangüê a vapor, a água e de almajarra, para as centrais (...) batalha entre dois tipos de açúcar, entre o açúcar 'bruto', seco e molhado, de pampa, batido ou retame e o açúcar demerara, cristal, grã-fina e refinado." (Dé Carli, 1942:81)*

Fontes e Bibliografia

A – fontes primárias:

BRASIL. Congresso, Câmara dos deputados, Comissões de fazenda e especial. **Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar apresentados a Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas comissões de fazenda e especial nomeada em 16 de abril de 1875**, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1875

Decreto nº. 2687 de 6 de novembro de 1875. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1875/1888. Biblioteca do Arquivo Nacional

Decreto nº. 8.357, de 24 de dezembro de 1881. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1875/1888. Biblioteca do Arquivo Nacional.

Decreto nº. 9307, de 14 de outubro de 1884. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1875/1888. Biblioteca do Arquivo Nacional.

Decreto nº. 10.100 de 1º de dezembro de 1888. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1875/1888. Biblioteca do Arquivo Nacional

DIAMANTI, Henri. Nota sobre a indústria açucareira no Brasil. Apud. PERRUCI, Gadiel. **A República das Usinas.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978

Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 18ª legislatura pelo Ministro e Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Antonio Saraiva. Brasil, Typographia Nacional,Rio de Janeiro,1882.

MILET, Henrique Augusto. **A lavoura de cana de açúcar.** Pernambuco, 1881.

B- Bibliografia

DÉ CARLI, Gileno. **Aspectos de economia açucareira.** Rio de Janeiro, Editores Irmãos PONGETTI, 1942.

EISENBERG**,** Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

PANG, Eul Soo. **O Engenho Central de Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história: 1875-1891.** Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, IHGB, 1979.

RIBEIRO, Joaquim Fernandes. **Publicação demonstrando aos lavradores e mais interessados as vantagens das fábricas centrais de açúcar.** Bahia, Typ. do Diário, 1874.

VIVEIROS, Jerônimo de. O açúcar através do periódico “o auxiliador da Indústria Nacional”. In: **Revista Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro: IAA, abril-1946.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do pré-urbano ao urbano: a cidade missioneira colonial e seu território.

Arno Alvarez Kern*

"E, mais uma vez, nós - historiadores e arqueólogos - somos surpreendidos com a riqueza dos novos panoramas desta nossa história, sempre nova e sempre renovada" (Kern 1998: 150).

Resumo. Este é um estudo das aglomerações urbanas ibero-americanas coloniais fundadas por missionários no Rio da Prata, na transição das aldeias ao urbano, a partir de suas origens históricas indígenas e européias. Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem indícios sobre o crescimento e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.
Palavras-chave: Arqueologia urbana, Missões coloniais.

1. Introdução.

Pretender explicitar a noção de cidade exige que possamos entender os conceitos de *polis* grego, de *civitas* em Roma, de *cité* no mundo medieval, bem como os de *pueblo* e de cidade utilizados na época moderna. Significa também compreender em primeiro lugar aquilo que nenhuma conceituação simplista pode satisfazer. Ao afirmarmos que a cidade é uma aglomeração dos que não vivem do trabalho na terra ou que ela é um conjunto de edificações de caráter público e privado que se ordenam acompanhando ruas, apenas destacamos uma das possíveis características ignorando todas as demais variáveis. Tentar, entretanto, esta definição tem o mérito de levar em consideração alguns elementos fundamentais, discernir aspectos mais ou menos evidentes, estabelecer algumas importantes variáveis que podem nos servir de eixos norteadores para o nosso pensamento. Se estas variáveis forem combinadas, podem ser altamente esclarecedoras, estabelecendo algumas características mais importantes.

2. A cidade e os homens.

* Historiador e arqueólogo. Professor Titular dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Pesquisador nível 1A do CNPq. EMail: aakern@pucrs.br. Site: www.proprata.com.

Devemos destacar em primeiro lugar a idéia de que a cidade é composta por homens na história, ou seja, organizados em relações sociais duráveis e comunidades estruturadas, mas em contínuas mudanças ao longo de um processo histórico. Nos documentos históricos que nos falam dos primórdios de uma cidade, predominam as referências aos seus habitantes: os "parisii", os "atenienses" e os "guaranis" como os integrantes de Paris, de Atenas ou dos *pueblos de índios* missioneiros. Este fato não nos deve, entretanto, enganar: o critério quantitativo do número total de habitantes não é suficiente para definir se uma aglomeração urbana é ou não uma cidade. Não apenas temos dificuldades de calcular a quantidade de habitantes por falta de documentos, mas também algumas cidades com um número grande de residentes nunca receberam o título oficial de cidade. Os povoados missioneiros, maiores em alguns casos do que a maioria das cidades coloniais platinas, nunca receberam oficialmente o título oficial de cidade. Por outro lado, centenas de pequenas cidades com menos de 10.000 habitantes, fizeram parte muitas vezes de uma rede importante, ligadas entre si (como os trinta povoados missioneiros) ou a centros urbanos administrativos ou comerciais. Nem sempre é o número dos habitantes que define a cidade, mas quase sempre o seu dinamismo e a variedade de suas atividades (Kern 1998b, 11-93, Roux 2004: 16).

Por outro lado, estes grupos de homens não se apresentam como simples residentes. A cidade é antes de tudo formada por uma comunidade de cidadãos, na expressão de Aristóteles. Eles são indivíduos com certas prerrogativas e algumas vantagens, mas também com obrigações e imposições que os distinguem dos não-cidadãos: prerrogativas políticas, jurídicas e religiosas; vantagens sociais, obrigações militares e imposições fiscais (Lonis 2003: 25-27).

Esta comunidade constrói em conjunto uma história comum com seus heróis míticos e lendas de fundação. Ela estabelece toda uma série de costumes e normas que organizam esta vida em comum desejada por todos os cidadãos: cultos coletivos e procissões festivas a divindades protetoras.

a) As cidades e seus espaços:

Considera-se uma cidade "uma comunidade de considerável magnitude e elevada densidade de população que abriga em seu seio uma grande variedade de indivíduos especializados em tarefas não agrícolas, incluindo-se neste uma elite culta", na definição de Gideon Sjoberg (Morris 1984:17). Poderíamos ainda acrescentar a produção de um excedente alimentar

Devemos salientar a maneira como se organizam os espaços urbanos e rurais, em uma dupla dimensão, na qual cidade e território formam um conjunto inseparável. A própria cidade é um território muito particular, ou melhor, uma combinação de territórios (Roncayolo 1993:19). Ela organiza o seu território a partir do qual ela satisfaz as suas necessidades quotidianas e suas fontes de alimentação. Nestes espaços se implantam seus poderes de dominação, se extraem serviços e se obtém rendimentos a partir de impostos ou de comércio. A organização do território exige a implantação de uma rede de relações sociais, cujos encontros e desencontros ocorrem nas áreas de mercado, nos espaços público e administrativo, nas zonas de ação e atração.

A implantação de uma cidade implica no domínio sobre um determinado território. Uma aglomeração urbana, fortificada ou não, tem que se apoiar em um território não necessariamente extenso, mas do qual ela retira os meios de subsistência e a partir do qual organiza a sua defesa, por sua posição estratégica ou pela inacessibilidade de sua acrópole. Esta dupla dimensão cidade-território se organiza em um espaço cívico para os seus cidadãos e é sentido fisicamente por todos os que a habitam. É um espaço urbano no qual podemos observar diversos pontos de referência que terminam por dar o sentido a uma identidade consciente. No espaço rural o território se materializa pelos caminhos que levam aos pequenos santuários ou capelas, pelas florestas onde se pratica a caça e a coleta (mel, frutos e raízes), nas terras cultivadas onde a atividade agrícola se desenvolve ao sabor das estações, nos lugares de pesca e coleta de moluscos (arroios, lagos ou litorais marinhos). No espaço urbano o território é marcado pelas muralhas, pelos templos ou igrejas, pela acrópole ou pelos espaços sociais que se denominaram de agora, fórum ou praça maior, ao longo do tempo.

A cidade inexiste sem um cenário físico, sem uma paisagem, sem um território: ela é antes de tudo uma cidade-estado, mesmo que não necessariamente independente. A cidade é uma entidade que gostaria de ser soberana sobre o seu território e independente em relação aos demais estados que a circundam. Entretanto, independente ou não, ela procura escolher seu próprio regime político (autoritário ou democrático, aristocrático ou tirânico), se organiza com uma legislação própria, não admite ofensas aos seus deuses ou heróis míticos, luta para defender-se de ataques à sua integridade territorial.

b) As funções sociais desenvolvidas na e pela cidade:

A cidade é um palco onde uma série de atividades se desenvolvem, não necessariamente ligadas à terra e que, de uma certa maneira, nos permitem esclarecer sobre quais são as funções urbanas (Roux 2004:17-18), mas também quais são as funções pré-

urbanas ainda remanescentes. Uma delas, e a não menos importante, é a função religiosa. Não podemos imaginar as cidades greco-romanas sem seus templos nem os povoados missioneiros sem as suas igrejas face à praça maior. E, não podemos esquecer, quase todas as iconografias da época medieval nos mostram torres sineiras das igrejas aparecendo por trás das muralhas medievais. Outra função primordial é a da distribuição da justiça e exercício da administração local. Na cidade, há toda uma dimensão da civilização que está estreitamente ligada ao mundo do comércio, da produção artesanal e das trocas, e que poderíamos resumir como: saberes, justiça e poderes. E, finalmente, a função das atividades produtivas e de troca. Se a variedade de suas atividade e o seu dinamismo são características da cidade, impossível esquecer que o papel do comércio e do artesanato sempre foi um aspecto dos mais importantes.

As cidades não têm apenas características próprias, mas igualmente problemas comuns. Se as cidades concentram atividades não diretamente ligadas às atividades agrícolas, como fazer para resolver os problemas de abastecimento de alimentos, de água, de matérias primas? Elas são verdadeiros centros de consumo, pois concentram atividades não rurais e, ao mesmo tempo, seu artesanato exige a vinda de matérias primas do mundo externo.

E finalmente, é necessário também salientar que faz parte desta identidade das cidades o olhar dos outros. Como as demais sociedades a vêem a partir de um contexto internacional ou regional complexo, com o qual a cidade jamais deixa de interagir? Simples aldeia, pequena cidade, cidade-estado soberana, capital de um império, etc., são muitas as representações que a cidade pode despertar e os demais grupos de homens, camponeses das zonas rurais ou cidadãos de outras aglomerações urbanas próximas, podem vê-la de maneiras muito diferentes.

A história e a arqueologia procuram desvelar o quotidiano, aquilo que parece o banal da vida comum urbana: os comportamentos sociais, os ritos, os gestos e os costumes. Se, por um lado, os elementos materiais da cultura parecem mudar mais lentamente, os novos modos de vida dos habitantes das cidades se alteram mais rapidamente, o que fornece este quadro sempre contrastante do tradicional e do moderno, em cada cidade e em cada época. A cidade desperta também, sentimentos contraditórios, pois seus próprios habitantes podem elogiar os novos saberes e técnicas que nelas se desenvolvem e condenar a perversão moral e as contradições entre ricos e pobres.

Para concluir, não esqueçamos: a idéia de cidade implica em considerar, em primeiro lugar, que a sua existência na história se deve a uma decisão dos homens de viver em conjunto. Em segundo lugar, no estabelecimento de profundas raízes em um território

escolhido. E, finalmente, pela aceitação de sua identidade pelas demais sociedades que coexistem no mesmo contexto histórico.

A possibilidade de analisar e interpretar os importantes processos de longa duração desta história das cidades somente é possível a partir dos dados que tanto a Arqueologia como a História nos fornecem. Partindo do estudo da dinâmica das interações sócio-culturais destes aglomerados pré-urbanos ou urbanos, bem como da sua persistência no tempo histórico, podemos analisar as ações e as reações que caracterizam este complexo processo de fundação e de desenvolvimento posterior. Podemos observar, no lento e dinâmico passar do tempo histórico, a emergência de sínteses culturais complexas, nas quais a persistência de aspectos do modo de vida dos cidadãos das *poleis* greco-romanas não é menos importante do que as tradições da *cite* na Idade Média e as novas manifestações urbanas da era moderna. Nos povoados missioneiros, por exemplo, "... complexos processos de transculturação ocorreram em todos os níveis da organização social, na economia, na política, na cultura, de maneira a fazer com que os indígenas guaranis abandonassem os seus padrões tribais neolíticos. (...) Entretanto, podemos compreender como foram assimiladas as novas práticas trazidas pelos missionários, assim como reinterpretados e reacomodados os novos traços culturais importados" (Kern 1991: 445-65).

3. Do pré-urbano ao urbano: a emergência e o desenvolvimento das cidades e de seus territórios.

Interpretar a transição das formas pré-urbanas às formas urbanas significa, antes de tudo, tentar compreender quando uma etnia e seus grupos sociais tornam-se sedentários e passam a se identificar em termos de uma identidade comunitária. A resposta a esta questão não é nada simples, nem para arqueólogos e nem para historiadores. Entretanto, existem alguns indícios sobre o crescimento populacional e o desenvolvimento destas novas aglomerações urbanas que podem ser obtidos na documentação histórica e na cultura material remanescente.

A arqueologia nos permite observar uma série de evidências, por exemplo, a ampliação do número de sítios arqueológicos históricos em uma região e, em cada um deles, o maior número de edifícios públicos e religiosos, de restos de habitações e de fossas de detritos, de utensílios metálicos forjados e de recipientes cerâmicos feitos no torno de oleiro. A arqueologia do espaço, nestes sítios, nos permite perceber não apenas edificações mais estáveis, mas também novas formas de organização: torres, muralhas, templos ou igrejas, palácios, espaços públicos e oficinas artesanais, por exemplo.

A documentação escrita de época nos permite perceber menções a, por exemplo, confrarias religiosas, atividades artesanais, regulamentos administrativos, levantamento de habitantes ou de casas para o pagamento de impostos, etc.

Todas estas inovações e modificações são extremamente importantes, sem dúvida. Entretanto, não podemos ignorar que nas etapas iniciais os ambientes rurais ainda predominam. As aglomerações urbanas, cidades ainda em gestação, deverão durante muito tempo ser uma minoria em meio a sociedades rurais. Alguns dos exemplos típicos são os povoados e cidades nascidos das aventuras coloniais e dos conflitos militares: as cidades novas greco-romanas, as *bastides* medievais, muitas aldeias do novo mundo.

Uma cidade é, antes de tudo, uma complexa realidade que se materializa em uma paisagem. Esta realidade física pode ser reconhecida por uma série de componentes: a aglomeração urbana, o centro histórico, os bairros, os subúrbios (f*aux bourg*: o falso burgo das cidades medievais), os campos cultivados, os terrenos de pastagem, as pedreiras das construções, as minas, seus açudes para a contenção da água, seus bosques para o aprovisionamento em madeira, seus rios e arroios, com pontes e portos. Em alguns casos a cidade se protege: uma série de muralhas pode dividir a zona urbana da zona rural e uma série de postos de guardas de fronteira pode fazer face aos territórios vizinhos pertencentes a outras cidades, amigas ou inimigas.

O centro urbano é o coração da cidade e quase sempre o núcleo histórico do qual ela nasceu. Ele pode dispor seus prédios públicos e séries de habitações de maneira anárquica, ao sabor das sucessivas ampliações ocorridas. Mas, no caso das fundações militares ou coloniais, seu traçado urbano obedece ao rigoroso planejamento. Nestes casos, as ruas se organizam segundo um plano ortogonal, na forma de um tabuleiro de xadrez, separando quadras ou quarteirões onde as casas individualizadas se instalam, com seus quintais e pomares ao fundo, e a fachada das habitações voltadas para as ruas onde circulam pedestres, carroças e cavalos.

No centro histórico existe um espaço policêntrico (Lonis 20003: 102), o espaço cívico, no qual se exerce o poder político das cidades. Ele é formado pelos edifícios religiosos (santuários, templos e igrejas), por muralhas e fortins, pelas praças públicas (ágora, fórum, *plaza mayor*). Mas, é também onde os cidadãos exercem suas prerrogativas cívicas e desempenham os seus deveres.

A partir deste centro cívico, cidadãos foram convocados e milícias se prepararam para marchar, pois as cidades fizeram sempre as suas guerras a partir deste local onde a sua

etnia ou sua identidade comunitária tem seus mitos enraizados. São múltiplas as causas das guerras: devido à exigüidade de seus territórios, à falta de alimentação, à necessidade de buscar escravos ou simplesmente para se defender dos ataques externos, provocados por outras sociedades que compartilham as mesmas paisagens e o mesmo contexto histórico. Na cidade grega, os exércitos são os cidadãos em armas que participam da defesa. Mas, nos povoados missioneiros platinos, "não é paradoxal que a Missão, que se propõe à cristianização, à oração e à paz, seja obrigada a se armar e a ter tropas?" (Kern 1998).

As cidades necessitam também alimentar seus cidadãos, inicialmente dos recursos de seu território em uma auto-suficiência que pode ser quase total. Entretanto, muito cedo, as relações mercantis se instalam, estruturas portuárias substituem os simples ancoradouros, mercadores e navios começam a singrar lagos, rios e mares. Busca-se solucionar os problemas de insuficiência de alguns produtos ou aproveitar a produção excedente para atender necessidades de mercados distantes.

Estamos perante um paradoxo interessante: "o pequeno mundo que constitui a *polis* é dividido desde a origem entre duas exigências: voltar-se sobre si mesmo para garantir sua independência e afirmar a sua identidade, mas ao mesmo tempo abrir-se para o mundo exterior, para assegurar a sobrevivência" (Lonis 2003: 123).

Neste pequeno universo, é lícito que possamos questionar se as atividades voltadas para o trabalho são obrigação de todos os cidadãos, ou se existem formas de trabalho servil ou escravo? Sabemos que existe uma variedade muito grande de formas de trabalho agrícola, uns realizados pelos homens, outros pelas mulheres. Outras formas de trabalho caracterizam as atividades desenvolvidas da pecuária, nas oficinas artesanais, nas minas e nas pedreiras.

Teriam as cidades do passado desenvolvido políticas econômicas? Talvez não no sentido que damos hoje a este conceito. Entretanto, todas as administrações públicas, mesmo de pequenas cidades, demonstraram preocupações econômicas (Lonis 2003: 135-6), com a "res pública" (a coisa pública).

Finalmente, é necessário destacar que as cidades, mesmo com recursos humanos e econômicos ilimitados, foram personagens históricos muito frágeis. Mas podem elas ser estudadas por nós desde sua obscura origem e mal documentada formação, até atingir importância ímpar em seu pleno desabrochar.

Novas leituras e releituras dos documentos nos permitem escrever novas páginas de uma produção sempre renovada da história dos espaços citadinos. "Pretendemos constituir séries comparáveis de vários indicadores que permitem a delimitação dos diferentes aspectos do fenômeno urbano, dos fluxos econômicos, dos movimentos populacionais, dos ciclos das

construções e das modificações, das estratificações sociais e culturais; relacionam em seguida todos estes dados com uma localização, reconstituem a produção, o crescimento e os usos diversificados dos espaços urbanos, a ligação entre as paisagens citadinas e os meios culturais que representam" (Roche 1990: 94).

4. Conclusões.

As sociedades urbanas do passado nos deixaram um rico e variado legado cultural. Não se trata apenas de estruturas arquitetônicas remanescentes ou de uma rede viária urbana. As comunidades citadinas do passado nos deixaram como herança igualmente um modo-de-ser urbano, com suas características estruturas sociais e um sistema de valores morais e ideológicos (Roux 2004: 190). Ser um cidadão e viver em uma cidade, no passado da história ocidental foi ter o sentimento de pertencer a uma comunidade e de se sentir, de uma certa maneira associado aos assuntos políticos. Ser cidadão sempre foi, também, estar envolvido com tudo o que é feito ou dito no âmbito da cidade e poder afirmar a sua participação e a sua responsabilidade. Se pensarmos bem, ainda hoje isto é ser um cidadão (Lonis 2003: 291).

Bibliografia.

KERN, Arno Alvarez. "Sociedade barroca e Missões Guaranis: do confronto à complementaridade". **Actas (I Congresso Internacional do Barroco, Universidade do Porto, Portugal)**, 1991.

KERN, Arno A. "Análise do plano urbano das Missões jesuítico-Guaranis". **Anais VI Jornadas Internacionais sobre as missões jesuíticas (UNIOESTE)**, 1998.

KERN, Arno A. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1998b.

LONIS, Raoul. **La cité dans le monde grec.** Paris : Nathan Université, 2003.

MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana. Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1984.

ROCHE, Daniel. "Cidade". In: LE GOFF, J. CHARTIER e REVEL, J. **A nova história.** Coimbra: Editora Almedina, 1990.

ROUX, Simone. **Le monde des villes au Moyen Âge.** Paris : Hachette, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Paco Ignacio Taibo II. *Pancho Villa – una biografía narrativa.*

Cidade do México: Planeta, 2006, 884 p.

Waldir José Rampinelli*

O México se prepara para comemorar o centenário de sua Revolução, considerada por vários historiadores daquele país não apenas um evento nacional, mas de alcance latino-americano. Alguns líderes do processo revolucionário, como Emiliano Zapata e Venustiano Carranza, se referiam em seus discursos e escritos à influência regional desta primeira revolução social da América Latina, no século XX.

A historiografia mexicana sempre dedicou um grande espaço à Revolução, mas a partir das décadas de 1960 e 1970 começam a surgir novas interpretações deste evento, assim como o resgate de alguns de seus personagens, até então marginalizados e tratados de forma preconceituosa. O livro do historiador Adolfo Gilly (*La revolución interrumpida*. México: El Caballito, 1971), por exemplo, mostra não apenas como o processo revolucionário é o resultado de um extraordinário avanço de um capitalismo primário-exportador que aprofundou a dependência do país em relação aos centros desenvolvidos, agudizando uma guerra de classes, mas também a periodização completa do ciclo revolucionário de 1910 a 1920 e sua correlação com a conjuntura mundial. Para Gilly, a *curva da revolução* ocorreu em dezembro de 1914, quando as forças camponesas tomam a capital do país, e não em fevereiro de 1917 com a nova constituição. Se para a história oficial a Revolução Mexicana termina em 1917, para outros ela vai até 1920, com a retirada de Villa e o assassinato de Zapata um ano antes.

O historiador mexicano Paco Ignacio Taibo II acaba de lançar o livro *Pancho Villa – una biografía narrativa*, no qual desconstrói toda uma carga de preconceitos contra este personagem, alimentada e estimulada durante décadas. Enquanto as estátuas de Zapata proliferaram pelo sul pobre do México, as de Villa sofreram todo tipo de resistência no norte desenvolvido. Quando se construiu uma em sua natal, Chihuahua (1956), o escultor, por ordem do governador, mudou o bigode e a testa. Na inauguração, as autoridades não só

* Departamento de História. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

omitiram o seu nome nos discursos, como também na placa de bronze. Falou-se apenas do "combatente da Divisão do Norte", cabendo ao povo que assistia gritar: *Viva Villa, cabrones!*

Na Cidade do México, só em 1969 apareceu o primeiro monumento ao *Centauro do Norte*. Em setembro do mesmo ano houve uma longa discussão na Câmara dos Deputados, com ampla repercussão na imprensa, sobre se o nome de Francisco Villa poderia ser escrito com letras de ouro naquele recinto, tal como dezenas de outros líderes e heróis. Somente no mês de novembro se chegou à permissão, passando a história oficial a aceitar mais um mito popular.

Paco Ignacio, em seu trabalho, mostra as várias etapas pelas quais passou Villa ao longo do processo revolucionário. Na primeira (1911-1912), Pancho se alia a Francisco I. Madero, filho de um oligarca do norte, que levanta o país contra o ditador Porfírio Diaz sob o lema *sufrágio efetivo, não reeleição*. Villa não apenas ajuda a mobilizar o estado de Chihuahua, mas também convence o líder sobre a radicalidade da Revolução. "Pois se é assim", disse Madero, "vamos fazer". Mais tarde, quando Madero já estava na presidência e Villa na prisão, este não deixou de ser fiel àquele, inclusive chamando-lhe a atenção para o golpe de Estado que se avizinhava.

Assassinado Madero, o prófugo Villa começa a sua segunda etapa de revolucionário (1913-1915), a mais importante, por sua definição política, ideológica e social. Ele não apenas se alia a Álvaro Obregon, vindo da burguesia agrária, e a Venustiano Carranza, rico fazendeiro do norte, para derrotar o novo ditador Victoriano Huerta, reconhecido por ambos como o grande estrategista do exército irregular da Divisão do Norte. Villa busca apoio na população do país, prometendo uma mudança em sua estrutura política, agrária e social. A expropriação das grandes fazendas, a cobrança de impostos forçados das companhias mineiras estadunidenses e a pressão sobre os banqueiros visam ao financiamento de seu exército, mas também à distribuição de bens e víveres a toda uma população faminta. Para Villa, diz Paco Ignacio, "é chegada a hora dos pobres, que agora a revolta terá que enfrentar, sem titubeios, os grandes fazendeiros e os militares" (p.177).

O decreto de 12 de dezembro de 1913, expropriando a oligarquia nortenha, apresenta as seguintes justificativas: por sua cumplicidade nos complôs, golpes de Estado e quarteladas; por seu caráter de defraudadores do erário público e dominadores da sociedade durante 50 anos através do engano e da força, "É chegada a hora de prestar contas" e como "a posse de seus bens somente serviu para comprar traidores e assassinar presidentes", decidimos "cortar o mal pela raiz" (p. 251). Villa, então, lista as famílias e seus bens a serem tomados. Mais tarde seria decidido o destino das expropriações. De imediato, uma parte da terra seria

doada para as viúvas e órfãos da Revolução; outra, para os combatentes; e uma terceira seria devolvida aos legítimos proprietários, já que a mesma fora roubada pelos latifundiários. Isso era a Revolução... Na medida em que ela avança, Villa vai deixando atrás de si grandes conquistas sociais, como a construção de escolas e hospitais, o controle dos preços de alimentos e as pensões para as viúvas e os órfãos.

Quando a Revolução de ativa se transforma em passiva, pactuada por uma nova burguesia agrária consubstanciada na aliança Obregón-Carranza com o apoio da classe operária, Villa entra em sua terceira etapa (1916-1920) com a guerra de guerrilha, passando a ser um *fora da lei*, perseguido pelos poderes constituídos mexicanos e pelo governo de Washington. O *Centauro do Norte*, então, radicaliza ainda mais suas ações para não perder o apoio social dos camponeses. Conhecido como o novo Robin Hood, não apenas tira dos ricos para dar aos pobres, mas também procura mobilizá-los. Em 1918, na região de Chihuahua, tem-se um verdadeiro poder dual: o do governador e o de Pancho Villa. As tropas do exército mexicano perseguiam os *rebeldes* e os camponeses que os apoiavam. Grande parte deles foi levada à força para as cidades grandes, vindo a morrer de fome, minando assim as bases de apoio a Villa.

Pancho Villa, perseguido pelo governo mexicano e boicotado pelo estadunidense que não mais lhe permite a venda de armas, aposta na conquista do apoio popular. Quando prende camponeses que lutam ao lado do governo, poupa-lhes a vida fazendo-lhes ver que, por serem *gente de abajo*, estão do lado errado; outras vezes, fuzila-os, não admitindo que um peão de fazenda lutasse pelo seu patrão. O general Felipe Ángeles, seu grande amigo, reunia as pessoas nos povoados falando-lhes de luta de classe, de sua condição de explorados, do capitalismo, da necessidade de humanizar a guerra e respeitar a vida dos prisioneiros.

Villa pensava em um país onde todos vivessem bem. Quando governou Chihuahua adotou como lema *fechar cantinas e abrir escolas.* O historiador Friedrich Katz chegou a chamá-lo de governador revolucionário, já que em apenas um mês abrira cinqüenta escolas em uma cidade com apenas 40 mil habitantes. Embora não tivesse um plano de reforma agrária como o defendido por Zapata, pensava nas *colônias militares*, onde os camponeses vivessem juntos, trabalhassem juntos e desfrutassem juntos de uma vida melhor. O socialismo para Villa não consistia em uma sociedade sem classe, mas em uma maior igualdade entre as pessoas. "É justo que todos aspiremos a ser mais", dizia ele, "porém, também que todos possamos valer pelos nossos feitos" (p. 793).

No calor das batalhas de Celaya, em maio de 1915, o governo villista emitirá vários decretos, assinados por Pancho e Escudero, constituindo um programa social avançado.

Obrigam, por exemplo, que em todas as minas do país sob o controle villista seja pago um salário em prata, ouro ou dólar. Estabelece-se o cambio oficial do dólar em relação ao peso em dois por um; proíbem-se as famosas *tiendas de raya*, ou seja, as vendas de produtos alimentícios aos camponeses pelo próprio fazendeiro; decreta-se o salário mínimo de um peso diário e defende-se a liberdade de culto e o fim da perseguição religiosa. Villa, no entanto, detestava o clero, pois foram os grandes apoiadores ideológicos da ditadura porfiriana. Quando tomava as cidades não os matava, mas expulsava. Depois da tomada de Zacatecas prendeu um grande número de padres professores lasallistas, tendo o cônsul francês intercedido por eles. Alguns dias depois recebeu o diplomata um oficial villista muito educado que lhe comunicava que os curas poderiam continuar a trabalhar na cidade, conquanto que, ao invés de aulas de religião, passassem a ensinar as Leis da Reforma (as mesmas que durante a república juarista despojava a Igreja de seus poderes) e trocassem as missas por atos cívicos. Diante da negativa dos padres, Villa cobrou um resgate de 100 mil pesos, metendo-os em um carro de carga ferroviária e enviando-os aos Estados Unidos. Gregório López y Fuentes, em seu livro *Tierra – la revolución agrária em México*, descreve em detalhes a visita de um *curita* a uma fazenda do Estado de Morelos, por volta de 1910. Sem dúvida, a aliança entre o dono das almas e o dono das terras mantinha uma ditadura quase que perfeita.

Quando Villa assina um acordo de paz com o governo em 28 de julho de 1920, que alguns chamam de rendição, recebe a fazenda de Canutillo para morar, transformando-a em uma casa de todos os villistas. Além de uma escola diurna com 400 alunos, havia uma noturna para alfabetizar os adultos. Os salários dos trabalhadores eram os mais altos da região, participando muitos deles dos lucros das vendas dos produtos.

O Manifesto de San Andrés Villa (1916) foi, possivelmente, o documento mais genuinamente de Pancho. Sem a ajuda de intelectuais, tendo apenas um secretário a sua disposição, tratou de política interna e externa. Defende eleições livres no México com pena de morte para os que fraudarem o voto do povo; que os caudilhos – e ele incluído – não poderão se candidatar, pois dispõem de grupos armados, tornando ilegítimas as eleições; que deputados e senadores que usarem de seus cargos para fazer negócios duvidosos "que redundem em proveito próprio com prejuízo da coletividade" serão passados pelas armas; e propõe a volta das Leis da Reforma do juarismo, uma bandeira dos intelectuais villistas.

No entanto, o mais importante do manifesto é o seu programa antiimperialista: abolição da dívida pública e proibição aos estrangeiros de serem proprietários de terras no

México; nacionalização das minas estrangeiras e das ferrovias, e o fechamento da fronteira com os Estados Unidos para promover a indústria nacional; supressão do telégrafo a 18 léguas da fronteira. Chega a falar, mais tarde, em uma entrevista para o *New York World*, sobre a abertura de um fosso entre os dois países, "tão largo e profundo que nenhum americano poderia jamais vir a roubar terra mexicana, ouro ou petróleo". (p.675).

Quando Lázaro Cárdenas nacionalizou o petróleo, em 1938, por certo haverá de ter se lembrado as palavras de Villa sobre a proteção das riquezas do país diante do vizinho voraz.

O antiimperialismo de Villa se tornou público quando Washington reconhece o governo de Carranza, proíbe a venda de armas à Divisão do Norte (até então as empresas estadunidenses haviam auferido grandes lucros com a venda de armas e alimentos) e permite a passagem de tropas mexicanas por território estadunidense para combater as de Villa na cidade fronteiriça de Água Prieta. Daí a famosa invasão a Columbus, nos Estados Unidos, que motivou a entrada de uma expedição punitiva no México de tropas do exército vizinho, as quais fortaleceram ainda mais a guerra de guerrilhas de Villa, agora não mais contra o ditador Carranza, mas também contra as forças do general Pershing. Villa tornara-se o inimigo comum dos invasores estrangeiros e do governo constitucionalista, mas, caso o exército de ocupação não saísse do México, Pancho poderia converter-se em herói nacional em vida.

Villa calculava ter participado de aproximadamente 1.300 batalhas, algumas delas famosas, como a conquista de Ciudad Juárez, conhecida como o *trem de Tróia*. As tropas villistas, depois de assaltarem uma locomotiva carregada de carvão, obrigaram o telegrafista a se reportar à cidade de origem dizendo que os revolucionários haviam bloqueado o caminho. Recebeu ordens o maquinista de pôr imediatamente a locomotiva em marcha à ré, não sabendo a estação central que os vagões de carga já transportavam o exército de Pancho. Em cada povoado que passava, o telegrafista local era forçado a dizer a Ciudad Juárez por que estava o trem regressando. Uma vez passada a mensagem, o telégrafo era cortado. Assim, o *trem de Tróia* meteu no coração da cidade o exército completo da Divisão do Norte. Mais tarde Villa diria que na Ciudad Juárez ele não teria entrado de trem, mas que ela lhe havia caído do céu. Juárez tornou-se a meca do villismo.

Ramón Puente, um de seus colaboradores, assim definiu Villa: "Coragem até a temeridade; desprendimento até a gastança; ódio até a cegueira; raiva até o crime; amor até a ternura; crueldade até a barbárie; tudo isso é Villa em um dia, em um momento, em todos os momentos da vida"(p. 564). Paco Ignacio diz que "Villa era o produto das forças mais obscuras da sociedade porfiriana, porém não daquelas superficiais, mas destas mais profundas

que faziam de um camponês pobre um condenado a uma vida de presídio, carne de troca nas grandes fazendas, carne de canhão do exército, operário faminto das novas minas e das indústrias" (p. 44).

O livro de Paco Ignacio Taibo II sobre Villa, e conseqüentemente sobre o villismo e a Revolução Mexicana, desfaz preconceitos, corrige equívocos históricos e mostra como a ala radical do movimento armado foi vencida por uma burguesia agrária nascente que teve o apoio decisivo dos Estados Unidos.

O autor apresenta mais de 400 fotografias, algumas delas inéditas, ao longo do livro, corrigindo legendas e cometendo alguns exageros em suas interpretações. Faz falta no livro um índice remissivo de nomes e datas, tendo em vista a extensão da obra e a necessidade de recorrer a alguns deles para rever e analisar fatos. O leitor está diante de uma grande obra, de um grande historiador e escritor, sobre um grande líder da Revolução Mexicana.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reflexões acerca da participação popular na República Romana: a contribuição da multidisciplinaridade

Gisele Oliveira Ayres Barbosa*

Resumo: A República Romana era uma democracia na qual o poder era exercido pelos cidadãos que realmente iam escutar os discursos e votar ou um governo dominado pela aristocracia como tem sido dito há um longo tempo? O objetivo deste trabalho é apresentar algumas das mais recentes teorias que os autores têm elaborado para responder a esta pergunta e como outras disciplinas como a Arqueologia, a Topografia e a Sociologia vêm ajudando os historiadores em seus estudos.
Palavras-chave: República Romana, política, participação popular

Abstract: Was the Roman Republic a democracy in which power was exercised by the citizens who actually came do listen the speeches and vote or a government dominated by the aristocracy how it has been said for a long time? The aim of this work is to present some of the most recent theories authors have elaborated to answer this question and how other disciplines like Archeology, Topography and Sociology have been helping the historians in their studies.
Keywords: Roman Republic, politics, popular participation

Este trabalho tem como objetivo apresentar um breve retrospecto das discussões recentes acerca da participação popular no governo da República Romana e mostrar como a multidisciplinaridade, constantemente presente no estudo das sociedades antigas, vem contribuindo para estes estudos.

O debate ganhou novo fôlego a partir do final do século XX e vem tendo prosseguimento neste início de século XXI com a publicação de novas obras as quais apresentam interpretações variadas sobre o tema.

A Arqueologia, a Topografia, a Numismática, a Ciência Política e a Sociologia entre outras, aliadas a um olhar historiográfico mais atento às fontes de cultura material vêm contribuindo para ajudar a desvendar o intrincado jogo da política romana do final da República. A importância desta multidisciplinaridade reside principalmente na limitação das fontes escritas que possuímos sobre o período. Diz-se freqüentemente que o final da República Romana é bem servido em termos de documentação, mas isto é apenas

* Mestre em História Social pela UFRJ, professora de História Antiga na USS e UGB e 1ª Secretária do IHGV

parcialmente verdadeiro, pois quase a totalidade das fontes escritas que possuímos são provenientes da elite. Os outros atores que compunham o cenário político não nos deixaram seu testemunho, o que faz com que o estudo do período a partir de fontes exclusivamente literárias seja de certa forma limitador. Contudo, estas fontes serviram de base para o trabalho dos historiadores durante muito tempo.

Já no fim do século XIX, Mommsen destacava as três principais instituições políticas romanas – Senado, magistratura e comícios – e os dois partidos que se opunham, *optimates* e *populares* (MOMMSEN: 1962). O poderoso Senado era principalmente um órgão consultivo que cuidava da política externa romana, o que era muito, pois Roma vivia o apogeu de seu movimento expansionista; os magistrados eleitos geralmente por um ano dividiam entre si o "poder executivo" e os comícios (assembléias) votavam as leis, elegiam os ditos magistrados e julgavam crimes de Estado. Pela sua força, os senadores e suas famílias tinham papel destacado na vida política romana e compunham o grupo conhecido como "aristocracia senatorial", "partido senatorial" ou *optimates* (os "ótimos", como eles mesmos se intitulavam). A imensa oposição formava o "partido popular" que, apesar do nome, não possuía uma composição uniforme nem um programa estabelecido e menos ainda uma organização partidária definida.

Estudos posteriores aos de Mommsen, contudo, ainda nas primeiras décadas do século XX, passaram a contestar a existência de partidos políticos organizados, destacando o supremo controle da aristocracia sobre as instituições políticas romanas (GELZER,1912; MUNZER, 1920. Op. Cit. MILLAR, 1998). A partir daí, a visão de uma República dominada por um grupo de aristocratas corruptos e ávidos pela manutenção de seu poder, cuja ambição crescia ao mesmo tempo em que se ampliavam as fronteiras do território romano, foi a que predominou durante todo o século XX. Na base destas relações e atuando como elemento explicador das mesmas estavam os tradicionais laços romanos de patronato e clientela aplicados a uma nova ordem política e social.

Por volta de 1950, a inglesa Lily Ross-Taylor publicou uma série de trabalhos nos quais estudava as instituições de governo (mais particularmente as assembléias) e o comportamento político romano do final da República. Para tal, confrontava fontes escritas com referências arqueológicas, topográficas e geográficas mostrando, por exemplo, como a repartição geográfica das assembléias afetava o caráter e o desempenho das mesmas (ROSS-TAYLOR, 1977: 58).

A obra de Ross-Taylor fornece esclarecedoras informações acerca do funcionamento das assembléias e do papel da oposição, mas mantém a visão de uma

República dominada por uma elite, a aristocracia senatorial, e mergulhada numa desorganização partidária. Todos os grandes chefes políticos, fossem *optimates* ou *populares* provinham da aristocracia sendo que, enquanto os primeiros trabalhavam para manter a oligarquia, os segundos queriam o estabelecimento de um poder pessoal mas nenhum dos dois eram legítimos representantes do povo (ROSS-TAYLOR,1977:58).

Em 1998, o inglês Fergus Millar, em sua obra intitulada *The Crowd in Rome in the Late Republic* causou polêmica ao apresentar sua interpretação inovadora sobre tema. Millar destacou o caráter democrático da República Romana na qual, segundo ele, o povo tinha um papel importante e uma influência institucionalmente incorporada através de sua participação nas assembléias (MILLAR,1998:35). Com base na análise dos discursos dos líderes políticos, defendia a idéia da existência de uma genuína preocupação com a opinião pública e de um voto competente para avaliar as complexas questões concernentes a objetivos políticos específicos e aos princípios constitucionais republicanos do governo (MILLAR, 1998: 101-105). A tão falada corrupção e compra de votos ao invés de depor contra, sustentaria esta hipótese, pois só se tenta obter votos a qualquer preço num regime em que efetivamente o voto tem valor. As idéias de Millar foram determinantes para suscitar um debate, ainda em andamento, sobre o caráter democrático ou não da República Romana no qual se pergunta se o povo tinha um poder efetivo ou se era marginalizado pela elite, como sempre se acreditou.

Entre os principais críticos de Millar estão o inglês Henrik Mouritsen, o americano Robert Morstein-Marx e o alemão Karl Joachim Hölkeskamp.

Dentro do tema proposto para este Simpósio, *A Multidisciplinaridade no Estudo das Sociedades da Antigüidade: Pesquisas, Territórios e Deslocamentos*, procuraremos a seguir mostrar como os três autores acima citados utilizam a multidisciplinaridade no desenvolvimento de seus trabalhos a fim de fundamentar suas posições a respeito da participação popular na República Romana.

Mouritsen publicou em 2001 a obra intitulada *Plebs and Politics in Late Republican Rome* na qual contesta a visão de uma República democrática defendida por Millar. Afirma que, embora o potencial democrático das assembléias fosse grande, este nunca foi exercido em sua plenitude. Fundamenta sua tese principalmente no estudo do funcionamento das assembléias. Com base em dados arqueológicos e topográficos, analisa a localização, o espaço físico, a estrutura e o número de assentos dos comícios na tentativa de determinar quantos votantes cabiam em cada lugar. Os números que obtém – ainda que reconhecidamente impossíveis de serem apurados com exatidão - são para ele insignificantes

se comparados à população da Cidade de Roma[1] cuja maioria vivia na indiferença política a qual beneficiava e era alimentada pela elite (MOURITSEN, 2001: 41). Conclui assim que havia um contraste marcante entre o potencial democrático destas instituições e seu formato limitado o qual, na realidade excluía as massas que elas formalmente apresentavam (MOURITSEN, 2001: 37).

Na esteira desta discussão acerca do verdadeiro caráter do Estado Romano está a obra de Robert Morstein-Marx, intitulada *Mass Oratory and Political Power in Late Roman Republic*, publicada em 2004. Morstein-Marx também não comunga com a idéia defendida por Millar de uma República Romana democrática em cujo centro estavam os comícios, mas por outras razões que não as defendidas por Mouritsen. Ao contrário deste, que se fixa no funcionamento dos comícios, Morstein-Marx enfoca os discursos dos políticos proferidos nas *contio*[2] e em como esta fala influenciava na distribuição do poder entre o povo e o Senado. A não participação popular não era resultado da indiferença política, mas do fato de o cidadão comum não ter acesso a certo tipo de informação o que limitava sua atuação política. Não havia educação política formal, apenas informal e em conseqüência disso o nível de conhecimento político do povo era a memória de longo prazo e as informações passadas pelos oradores se tornavam, assim, de importância vital (MORSTEIN-MARX, 2004: 70-71). Este "monopólio" de informações se constata pelo fato de que nos comícios não havia um debate real entre os presentes: às vezes ocorria um conflito, mas não um debate (MORSTEIN-MARX, 2004: 37).

A importância da informação não estava só no desenrolar dos comícios, mas começava antes, na própria convocação, pois apenas o interesse garantia o comparecimento da audiência e os mecanismos de convocação faziam com que não fossem todos que pudessem estar presentes (MORSTEIN-MARX, 2004 :41). Na análise desta informação, o autor dedica especial atenção ao espaço físico onde se reuniam as assembléias, aos monumentos e as moedas. Esmiúças as evidências arqueológicas, numismáticas e literárias para visualizar o Rostra e outros locais de encontro associados às *contio* para determinar a medida em que a localização física de uma *contio* pode ter influenciado a oratória praticada no local e sua percepção pela multidão. Acredita por exemplo que a "elevação dos oradores"

[1]No *Comitium*, primeiro local de votação, cabiam 3600-3800 pessoas; no *Fórum* cabiam 10.000 pessoas o que não queria dizer que fossem 10.000 votantes até porque o local era também o centro comercial de Roma; o *Septa* podia acomodar cerca de 70.000 votantes, mas as evidências literárias acerca do comparecimento efetivo levam à conclusão que mesmo em assembléias eleitorais raramente se atingia um número acima de 10.000 (MOURITSEN, 2001: 33-37).

[2] Assembléias não eleitorais dos cidadãos romanos as quais serviam para anunciar as novidades políticas advindas do Senado, sugerir mudanças na legislação e preparar julgamentos.

(como no Rostra) em relação à audiência reflete e certamente ajuda a construir uma hierarquia política (MORSTEIN-MARX, 2004: 51) e sugere que os variados locais de realização das "contio" eram espaços ideologicamente contestados no qual ocorriam polêmicas muitos significativas que provavelmente moldaram politicamente os cidadãos romanos, mas as quais não podem ser precisamente definidas (MORSTEIN-MARX, 2004: 57). Outro exemplo está na estrutura do *Forum* central: seu formato inclinado, cuja área inferior o orador tinha que cobrir com sua voz e gestos, deve ter tido uma influência decisiva no estilo da oratória que se praticava naquele lugar (MORSTEIN-MARX, 2004: 271-272).

Quanto à análise das moedas e monumentos, Morstein-Marx os encara como um veículo de difusão da História Política Romana entre o povo principalmente pelas imagens sofisticadas e citações contidas nos *denarii*. Muitas destas imagens eram manifestadamente populares, o que fazia da cunhagem um instrumento de propaganda política junto ao eleitorado (MORSTEIN-MARX, 2004: 84-86).

Ainda que reconheçamos o peso desta informação, não se pode deixar de considerar que as inscrições as quais em muitos casos eram cruciais para o entendimento das imagens não significavam nada para a parte iletrada da plebe e portando acabavam se dirigindo exclusivamente aos nobres (KORENJAK, 2004).

A terceira interpretação que apresentaremos acerca do papel do povo na República Romana é a do alemão Karl-Joachim Hölkeskamp contida em seu livro publicado também em 2004, *Rekonstruktionen einer Republik*.

A análise de Hölkeskamp está centrada na aristocracia, seu comportamento e seus valores e a disciplina que o auxilia nesta análise e a Sociologia. Para explicar a ação dos *optimates* o autor recorre a uma interpretação sociológica: dentro da hierarquia desta aristocracia não hereditária a competitividade era um elemento necessário para que esta funcionasse efetivamente como um grupo. O que estava em disputa nesse caso era a ascendência sobre o *populus romanus*, pois o apoio dos aristocratas rivais ou associados a eles estava fora de questão. Assim, os comícios eram a oportunidade de os aristocratas se promoverem diante do povo e não o indicativo de uma cultura política democrática, conforme Millar sugere. Pelo contrário, teriam um papel importante na manutenção e reprodução de uma cultura política aristocrática, pois atuavam como elemento inferior na hierarquia da comunicação. O consenso aristocrático acerca da tradição coletiva que representavam como os "melhores" fazia com que mesmo aqueles arruinados financeiramente mantivessem suas posições ainda que precariamente (HÖLKESKAMP, 2004).

A leitura dos autores acima citados nos deixa claro a inexistência de um consenso acerca da importância da participação do povo na República Romana. Traçar um panorama completo e acabado da política da República Romana é uma tarefa inviável assim como o é pretender esgotar seu entendimento mas, por outro lado, é inegável que os estudiosos da civilização romana em geral e do regime republicano da Cidade em particular possuem hoje à disposição um número muito maior de informações do que possuíam até em pouco tempo atrás. Grande parte destas informações foram obtidas, conforme já foi dito, através de estudos multidisciplinares aplicados à História e algumas destas interpretações variadas acabam por ser visões diferentes de uma mesmo quadro que, às vezes, ao invés de se excluírem, se complementam.

O debate ainda em andamento se encontra aberto a novas contribuições. Uma fonte de cultura material não analisada pelos autores anteriormente citados, mas que, em nosso entendimento merece ser considerada quando se trata da participação dos romanos na vida política são as inscrições parietais encontradas em Pompéia. Os "cartazes eleitorais" inscritos nas paredes demonstram a importância da opinião pública e a presença da política no cotidiano daquelas populações. Na análise destas inscrições, Pedro Paulo Funari (1997) lembra que entre os propugnadores destas candidaturas há referências a cocheiros, fruteiros e galinheiros entre outros. Ainda que essas inscrições fossem patrocinadas por membros da elite a simples citação destas figuras demonstra que as mesmas faziam parte de um espaço público e eram aceitas como supostos autores de discursos públicos (FUNARI, 1997).

O assunto chama a atenção e motiva pela atualidade do tema e pela possibilidade de estabelecimento de um diálogo passado-presente. Roma era democrática? Uma pergunta de tal complexidade não admite uma resposta única e acabada. Talvez tenha existido uma democracia romana imperfeita assim como eram imperfeitos os homens que a construíram. Um olhar atento sobre os limites democráticos das sociedades clássicas capacita os contemporâneos a um olhar também mais atento sobre os atuais regimes e governos. A colocação de Morstein-Marx no quinto capítulo de sua obra de que não havia uma verdadeira democracia, pois não havia oportunidade de um debate ideológico real entre os votantes antes do voto (às vezes, havia um conflito, mas não um debate) soa pelo menos curiosa ao pensar em quantas vezes utiliza-se o mesmo argumento – ausência de consciência e discussão política – para minimizar regimes democráticos da atualidade. A leitura das obras permite notar como as experiências próprias dos autores com seus regimes de governo estão presentes

nos estudos[3] estabelecendo uma ligação curiosa entre sociedades modernas e antigas tão distantes no tempo e no espaço, mas ao mesmo tempo tão próximas pelas influências que legaram. Em termos de estudos de Antigüidade no Brasil, com certeza, também há muito que contribuir a partir de vivências políticas próprias em um trabalho que ainda está por ser realizado.

Referências Bibliográficas:

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e Política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual: 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Propaganda, Oralidade e Escrita em Pompéia.* In: **História,** São Paulo, 17/18, 198/1999. São Paulo: IX Reunião da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, set-1997. Pp. 115-126.

GRUEN, Ernest. **The Last Generation of the Republic**. Berkely: Los Angeles,1974.

KORENJAK, Martin. Review of MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass Oratoy and Political Power in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass Oratoy and Political Power in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MOURITSEN, Henrik. **Plebs and Politics in Late Republican Rome.**Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MOMMSEN, Theodor. **História de Roma.** Tradução de Antônio Olinto. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

MILLAR, Fergus. **The Crowd n Rome in the Late Republic**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

O'NEIL, Peter. Review of HÖLKESKAMP, Karl-Joachim, **Rekonstruktionen einer Republik**. Munich: Oldenblourg, 2004.

ROSS-TAYLOR, Lily. **La politique et les parties à Rome au temps de Cesar**. Paris: François Maspero, 1977.

_____. **Roman Voting Assembleies from the Hannibalic War to the Dictatorship of Ceaser**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1966.

[3] Morstein-Marx faz referências às democracias inglesas e norte-americanas (MORSTEIN-MARX, 2001: 228-229); Hölkeskamp alerta que o debate acerca da República Romana é internacional e conclui seu livro celebrando a modernidade da História Antiga como disciplina (HÖLKESKAMP, 2004:114)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O tempo do progresso nas narrativas jornalísticas: uma história da imprensa fluminense

Leticia Cantarela Matheus*

Resumo: O artigo representa uma tentativa de elaboração de uma história do jornalismo no Rio de Janeiro, tendo em conta o trabalho de temporalização efetuado por meio das narrativas postas em circulação midiaticamente. Trata-se de meta-narrativas que realizam uma espécie de historiografia das práticas jornalísticas voltada para o público geral. O *corpus* é composto por edições comemorativas de periódicos fluminenses com mais de 100 anos. Nessas edições, são verificadas as articulações temporais das histórias do jornalismo, dos títulos celebrados e do Brasil, de modo a evidenciar as trajetórias e explicações que os periódicos atribuem a si bem como sua inscrição nos quadros temporais contemporâneos às edições.

Palavras-chave: História do Jornalismo – Narrativa – Temporalidade

Abstract: This paper shows an attempt to write a history of Rio de Janeiro's journalism, having in account the temporalization work made by putting midiatic narratives in circulation. These narratives built a kind of journalism historiography addressed to general public. The *corpus* is composed of special issues of centenarian newspapers in Rio de Janeiro. Based on these issues, it is possible to realise temporal articulations regarding journalism, enterprises and even Brazilian histories, in order to evidence explanations and importance attributed to newspapers as well as the way they inscribed theirowns on temporal squares.

Key-words: Journalism History – Narrative – Temporalization

Este artigo é fruto de um esforço em procurar questões interdisciplinares entre História e Comunicação. Ele parte de uma pesquisa, em fase inicial, que tem por objetivo contribuir para uma história do jornalismo que vá além de um inventário de periódicos, seus fundadores e datas de falência. A pesquisa tem como horizonte compreender o papel da representação no processo histórico, tendo em vista os diferentes modos de simbolização em permanente disputa.

Ela procura investigar histórias do jornalismo fluminense contadas por três periódicos centenários do Estado do Rio, seu significado e sobretudo entender as bases simbólicas sob as quais essa sociedade elaborou o *status* jornalístico. A que necessidades correspondeu e corresponde esse conjunto de práticas comunicacionais? Em função de que expectativas o jornalismo tomou as formas que tomou nos últimos dois séculos no Rio?

* Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense.

Nesta pesquisa, são analisadas meta-narrativas publicadas em edições de aniversário. Nelas, as empresas jornalísticas configuram narrativamente uma ou múltiplas trajetórias, procurando se explicar, apresentando publicamente argumentos acerca de sua relevância.

Desfiando as tramas narrativas elaboradas por jornalistas em diferentes épocas, é possível perceber a relação entre esse conjunto de práticas comunicacionais e as noções compartilhadas de tempo. Não se trata, portanto, de estudar as representações jornalísticas do tempo, mas investigar o poder de temporalização do jornalismo bem como a própria inserção dos periódicos nos quadros temporais de uma dada sociedade.

Jornais centenários do Rio de Janeiro

Procurando as edições comemorativas de aniversário dos principais jornais do Rio de Janeiro, independentemente da época em que circularam, a pesquisa limitou-se aos periódicos mais longevos: **Jornal do Brasil** (116 anos), **O Fluminense** (129 anos) e **Jornal do Commercio** (180 anos), os três em circulação.

As edições comemorativas exibem algumas características especiais em relação aos produtos noticiosos diários. Elas estão na fronteira entre duas frentes discursivas. Ao mesmo tempo em que se voltam para o público geral, são, antes de tudo, celebrações das empresas de comunicação e da imprensa enquanto instituição e por isso falam também aos profissionais que nela atuam. Contam histórias que refazem o percurso de jornais e dos jornalistas. Elaboram passados da atividade jornalística, suas múltiplas memórias em disputa e sua significação na época da publicação.

A excepcionalidade discursiva dessas edições, entretanto, vai além da questão do leitor projetado. O conjunto referencial sobre o qual os jornais tratam, sob o prisma noticioso, costuma estar ancorado em acontecimentos recentes, sobretudo nos diários. Entretanto, essas edições apresentam enredos elaborados com base em passados mais remotos.

Além disso, elas representam uma exceção no que concerne à temática do fluxo de notícias, principalmente pelo fato de tornarem o próprio jornal notícia. São, afinal, celebrações, momentos de suspensão do tempo noticioso para que o periódico se auto-referencie de modo explícito. Esses meta-discursos permitem visualizar o entendimento que os jornalistas tinham de sua inserção no tempo histórico. Como eles se revelaram? E qual a necessidade dessa exibição?

Ribeiro (1995) afirma que nesses espaços, que ela chama de lugares de auto-referenciação, o jornalismo "tenta construir uma imagem de si próprio e através dela se legitimar" (*idem*, *ibidem*: 12). Em algumas oportunidades, esses lugares representaram publicações inteiras (**Jornal do Brasil**, 100 anos, 1º de abril de 1991, e **O Fluminense**, 100 anos, 7 de maio de 1978), produzidas de tal modo que se apresentaram como uma espécie de grande retrospectiva histórica, válida para ser consumida em qualquer época e orientada por uma espécie de pedagogia do uso documental do jornal:

> *Com o suplemento especial do 'Produto Fluminense', enfeixado em 8 cadernos, e mais o tablóide em policromia com a história dos '100 Anos de O FLUMINENSE', estamos dando hoje aos leitores uma visão do desenvolvimento do Estado do Rio e contando a nossa epopéia de 36 mil edições.*
>
> *Aliás, estes 90 cadernos-extras se completam numa documentação analítica, e por vezes, crítica, de uma terra ligada a seu jornal. São reportagens, depoimentos e pesquisas para serem guardados e consultados em termos quase enciclopédicos. Um século de jornal fiel à sua missão e à própria História do Estado do Rio. (O Fluminense, 07/05/1978: primeira página)*

Os jornais entrelaçaram narrativamente suas trajetórias à vida do país e até do mundo. Transmitiram a idéia de que todos os acontecimentos relevantes do Brasil e do mundo estavam contidos nas páginas do periódico e, conseqüentemente, na sua própria história, como se as duas se confundissem. Por exemplo, em sua edição centenária (1º de outubro de 1927), o **Jornal do Commercio** afirma que "vem evoluindo com a própria evolução nacional" (primeira página).

Segundo Ribeiro (1995), o jornalismo justifica sua relevância social pela história:

> *A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa "aura". O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra, legando às sociedades futuras um testemunho sem igual. A mídia é a testemunha ocular da história. (Idem, ibidem: 27)*

O testemunhar da história pode ser entendido como o fato de a articulação das narrativas se dar de tal forma que elas fornecem um efeito de simultaneidade entre as histórias do jornal e do Brasil. Certamente, como conclui Ribeiro (*op. cit.*), a interpretação do sentido histórico está em disputa pelos dois campos (BOURDIEU, 2004): a historiografia e o jornalismo.

A noção que se tem da história, em uma sociedade altamente midiatizada, é fruto de permanente disputa. Segundo Zelizer (1992), o jornalismo lutaria para se investir de uma

autoridade de enunciador de verdade, tendo em vista a competição com outros campos. Passa essa luta pelo domínio do tempo, sendo o jornalista um historiador do imediato?

Nora (1976) acredita que desde o século XIX tem cabido cada vez mais aos meios de comunicação determinar o acontecimento histórico, ou seja, aquilo que irrompe do emaranhado cotidiano. O autor constata uma ansiedade característica do nosso tempo em enxertar sentido histórico nos fatos cotidianos, em um permanente esforço interpretativo do imediato, diante do qual os meios de massa se afirmariam.

Mas, para isso, eles se valem de que tipos de temporalidades? Seriam elas contraditórias com as da historiografia? É, afinal, no tempo que se dá a disputa entre esses campos? Ou é a própria disputa fruto de uma dada consciência histórica, ancorada em uma dada temporalidade?[1] Em última instância, é preciso perguntar qual a relação entre o papel desempenhado pelos meios jornalísticos atualmente e as temporalidades que operam e com as quais são operados.

Para Barbosa (1999), a mídia trabalha presentificando o passado. Sob o imperativo da novidade, ela estende o presente ao máximo, rompendo os laços fundadores entre passado/ presente e futuro. E esses laços são a condição inexorável para a consciência histórica.

Entre tempo e narrativa

Segundo Chesneaux (1986), experimentamos cotidianamente o tempo de múltiplas maneiras a partir de complexos arranjos, dentre os quais participa a mídia com seu tempo-mundializado. A mídia faria parte de um tempo instaurado pelo capitalismo através de um longo processo de padronização da medição do tempo, com os relógios, os fusos horários, entre outros instrumentos que permitiram e permitem uma referência temporal única para o sistema produtivo, de transportes, entre outros.

Pomian (1984) explica também que a tecnologia da impressão está no centro de um longo processo de registro do tempo, ou seja, de sua instrumentalização. Nesse sentido, o próprio periodismo cotidiano está intimamente ligado à crença em um suposto domínio do tempo, no planejamento do futuro e no conhecimento científico da história. Como essa instrumentalização aparece nas narrativas jornalísticas? Como estudar o tempo na narrativa?

Quem fornece a solução é Paul Ricoeur (1994), para quem há reciprocidade entre narratividade e temporalidade. Sua concepção deriva da junção entre reflexões de Santo Agostinho acerca do tempo e de Aristóteles sobre a representação.

---

[1] Consciência histórica e temporalidade *cf.* HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

Agostinho percebeu que "os lapsos de tempo não se encaixam simplesmente uns nos outros segundo quantidades numéricas, os dias nos anos, os anos nos séculos. De um modo geral, os problemas relativos à extensão do tempo não esgotam a questão do tempo humano" (*idem, ibidem*: 128). Por isso, Ricoeur foi levado a pensar que o tempo só se torna humano na medida em que é articulado de modo narrativo, ou seja, que só se realiza narrativamente.

Interessado na ontologia do tempo, Agostinho (2005) afirma que, se o passado não mais existe e o futuro ainda não chegou, há, então, somente o presente: o presente das coisas presentes, o presente das coisas passadas e o presente das coisas futuras. O passado enquanto memória, o futuro enquanto esperança e projeto e o presente enquanto ação.

Mas, novamente, outro paradoxo: se só o presente existe, como percebê-lo se o instante é sem espessura? Ricoeur conclui que aquilo que impede que o tempo *não-seja* é o dizer do tempo. O caráter aporético do tempo se resolve, portanto, poeticamente, pois é na narrativa que reconfiguramos nossa experiência temporal. Ricoeur (1994) adota essa compreensão e articula-a com a *mimese* aristotélica para pensar que o que fornece espessura ao instante é a narrativa, ou seja, que o tempo é humanizado pela linguagem.

"É pela intriga que reconfiguramos nossa existência confusa informe e, no limite, muda" (*idem, ibidem*: 12). Ou seja, graças às intrigas (enredos) reconfiguramos o tempo, isto é, nossa existência prática. Por seu turno, a inteligibilidade narrativa se dá somente pela inteligibilidade temporal. Ou seja, a *mimese* fornece a mediação entre tempo e memória.

Vetores de progresso

As observações preliminares levam a crer que haja um posicionamento geral dos três periódicos estudados como vetores de progresso, ou seja, vetores de um tempo projetado para o futuro. Esse posicionamento, ou seja, essa inscrição temporal, seria voltada para dois públicos: aquele formado pelos jornalistas e os leitores em geral.

Aos primeiros, as edições especiais se constituiriam em instrumento/ suporte de memória. Por outro lado, ao promoverem o compartilhamento de um mesmo passado entre jornalistas e seu público, as edições inscreveriam os periódicos como mediadores do tempo. Teleologicamente, produziriam uma ilusão retrospectiva, de modo a explicar, *a posteriori*, intenções do passado e instaurando futuros e ritmos no presente.

De modo claro, o **Jornal do Commercio** se considera um fator de desenvolvimento do país. Na sua edição centenária, associa, por exemplo, a evolução da

medicina ao advento da imprensa no Brasil e atribui a ela a entrada do país no fluxo da história universal:

> *Enquanto pelo velho mundo da Eurasia fervilhavam as ondas dos povos e raças, que durante séculos ali representavam o drama da [e]volução humana, traçando as páginas históricas da Humanidade, as vastidões da America jaziam arredadas de tudo isso, no torpor da anabiose, como elemento fecundável á espera do germe fundador.*
>
> *[...] Decretada a abertura dos portos, suspensa a prohibição de haver fabricas e manuffacturas, fundada a typographia official [...] promptamente desenvolveram-se commercio, indústria, artes, letras e sciencias, de mais a mais se emancipando dos monopolios do reino... (Jornal do Commercio, 01/10/1927: 55)*

Já o **Jornal do Brasil** acentua um papel de guardião das liberdades de imprensa e individual, sobretudo na sua edição centenária (1991). A temporalidade é vetorial progressiva, elaborando seqüências causais. O jornal enfoca a simultaneidade dos tempos de sua história e da história nacional, reivindicando autoridade com base em sua longevidade e, conseqüentemente, poder para instaurar determinadas relações com o passado, fundando tradições:

> *No nosso Brasil onde tudo é novo, onde as instituições adquirem com alguns lustros fóros de tradição, onde as coisas e os homens passam tão depressa, onde a viagem da evolução apaga todos os rastros de tanta coisa e de tanta gente, os cincoenta anos da labuta jornalística, hoje completados pelo **Jornal do Brasil**, já são por si só um galardão raro, precioso, na vida de uma folha carioca. (Jornal do Brasil, 09/04/1941: primeira página)*

Na mesma página, o diário ensina aos "não-iniciados" sobre o significado da data:

> *Cincoenta anos de existência completa hoje o Jornal do Brasil. O feito talvez não se revista de sua expressão maxima para os que vivem fóra das lutas e atividades jornalísticas. Os que conhecem, entretanto, as dificuldades que dia a dia salteiam o trabalho de uma folha diaria, sabem que meio seculo de vida representa, de certo, vitoria, e não pequena. Considere-se o panorama desses cincoenta anos, desde o período inicial, quando o Jornal do Brasil apareceu, sob responsabilidade de uma elite de intelectuais, para participar das pelejas que acompanharam os primeiros tempos do regime republicano. (Jornal do Brasil, 09/04/1941: primeira página)*

Ainda que haja diferentes linhas editoriais, essas narrativas indicam uma linealidade temporal progressiva, direcionada para um futuro supostamente previsível e, por isso, controlável, mas ela adquiriria configurações próprias em cada periódico de acordo com sua inserção histórica.

Conclusão

Embora cada um dos títulos conte uma história do jornalismo com diferentes contornos, a análise inicial leva a crer que eles se constituam em instrumentos de temporalização, a partir de seu poder de narratividade cotidiana, ao moverem as fronteiras do passado, do presente e do futuro, de acordo com o presente.

Nesse sentido, os diários se inseririam no tempo histórico como mediadores do tempo. Seriam capazes de, ao articularem os tempos, fornecerem noções de decadência ou progresso, indicando aquilo que declina, aquilo que ascende, promovendo hierarquizações dos fenômenos, dilatando ou compactando o tempo, dizendo de acelerações ou retrações, fornecendo efeitos de rupturas com passados ou de inserções em futuros.

A mediação do tempo pelo jornalismo, em sua forma hegemônica, dar-se-ia de modo vetorial para o futuro, conformando um tipo de racionalidade, que, por sua vez, favoreceria certas formas de organização social. Ao nos orientarmos para o futuro, e de forma cada vez mais acelerada, abandonamos outras temporalidades e outros ritmos, ampliando os abismos cognitivos e sociais também por meio dos distanciamentos temporais que produzimos.

A despeito de a idéia de progresso ter fundamentado uma série de doutrinas nos últimos séculos (NISBET, 1985), é importante entender progresso aqui como uma percepção temporal de ruptura com o passado, de superioridade do presente em relação a ele e de direcionamento para um "futuro melhor" (LE GOFF, 1997: 303). A organização do discurso se projeta para o futuro e fornece um sentido de corte radical entre a sociedade em que vivemos e a sociedade que deveria, segundo a tese de alguns, existir, como se entre uma e outra não houvesse ligação prática no hoje.

A quantos passados deixamos de pertencer performativamente? Em quantos futuros somos inseridos todos os dias na mídia? Enquanto tudo passa, a história muda, só o jornal permanece. Suas meta-narrativas nos dizem que é o jornal que dá estabilidade à existência, guardião da consciência cotidiana.

Os jornais se fazem, assim, necessários, por se constituírem em ordenadores temporais, com ritmos e sentidos que favorecem certos modos de organização social. Daí, talvez, a constante preocupação, mobilização e fé de certos grupos sociais no jornalismo, como, por exemplo, os intelectuais.

Por outro lado, é preciso ter cuidado para não realizar uma leitura simplista da relação entre os ideais de uma época e aquilo que foi posto em prática, sobretudo nas

diferentes camadas sociais e nas diferentes dimensões da cultura. Por isso, ainda que a noção de progresso possa ter pautado temporalmente o fazer jornalístico, não é possível descartar que há estratificações de ritmos, de tempos que se entrelaçam e se chocam. (VOVELLE, 1991) E é justamente essa "respiração fina" (*idem, ibidem*: 282) a principal contribuição que o campo da História pode dar à pesquisa em Comunicação.

Referências

BARBOSA, Marialva. **Meios de comunicação, memória e tempo: a construção da "redescoberta do Brasil".** Pesquisa de pós-doutorado em Comunicação Social. Laboratoire d'Anthropologie des Institutions et des Organisations Sociales – Laios/Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field*. In: **Journalistic Field.** Cambridge: Polity Press, 2004.

CHESNEAUX, Jean Marie. **Habiter les temps**. Paris: Bayard Éditons, 1986.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

LE GOFF, Jacques. *Passado/Presente*. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1. Portugal: Imprensa Nacional, 1997. Pp. 293-310.

NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Distrito Federal: Editora UnB, 1985.

NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In: LE GOFF, JACQUES e NORA, PIERRE (orgs.). **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editores Ltda., 1976. Pp. 179-193.

POMIAN, Krysztof. **L'Ordre du temps.** Paris: Gallimard, 1984.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico.** Dissertação de mestrado. ECO/UFRJ, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** Campinas (SP): Papirus Editora, 1994, tomo I.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2005. Pp. 211-284, livros 10º e 11º.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, 2ª edição.

Periódicos pesquisados:

Jornal do Commercio – maio de 1908
junho de 1908
setembro de 1908
outubro de 1928
edição especial de 1º de outubro de 1908

Jornal do Brasil – maio de 1908
setembro de 1908
julho de 1908
abril de 1941
edição especial de 1º de abril de 1991

O Fluminense – maio de 1928
maio de 1978
edição especial de 8 de maio de 1978

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No território masculino: as personagens cômicas femininas

Vera Regina Martins Collaço*

Resumo: Nesta comunicação tenho por objetivo analisar a dramaturgia encenada pelo Grupo Teatral *João Dall Grande Bruggmann*, vinculado à União Operária (UBRO), de Florianópolis, ao longo das décadas 1930 e 1940. Do conjunto textual encenado o foco de atenção está voltado para os textos cômicos. E num recorte mais preciso a análise se volta para a compreensão do papel e da relevância das personagens femininas no *corpus* cômico encenado por este grupo, com o intuito de trazer à tona as imagens e representações do feminino transpassadas por esta dramaturgia e que deveriam reverberar no público feminino da União Operária.
Palavras-Chave: Comédia, teatro operário, pedagogia

Abstract: My objective in this paper is to draw on the dramaturgy used by the group João Dall Grande Bruggman, from Florianópolis, during the 30s and 40s of last century. This group was linked to the Workers Union. Within their performances my focus will be in the comic texts. A further focus will be to investigate the relevance of the female characters in their work, aiming to bring out the female images which could have had some resonance in the female spectators of the Workers Union.
Keywords: Comedy, Workers Theatre, Pedagogy

O conjunto cômico encenado pelo grupo da União Operária apresenta, pelo menos, dois desequilíbrios bastante visíveis, com relação à organização do material textual, isto é, quanto à distribuição das cenas e das falas entre as personagens. Num olhar quantitativo percebe-se que as mulheres ocupam um espaço menor nesta dramaturgia. Poucos são os textos que possibilitam a cena ser ocupada apenas para o diálogo entre mulheres, em contraposição as inúmeras cenas construídas a partir do diálogo estabelecido entre dois ou mais homens. E mesmo nas cenas em que o diálogo se estabelece a partir da relação entre homens e mulheres, o predomínio quantitativo das falas é masculino, e não apenas em maior número, mas também na sua importância, na qualidade desta fala no desencadear da ação ou pelas "verdades" nelas contidas.

Predomina nesta dramaturgia cômica a exaltação dos valores burgueses de família e da instituição que a constitui e a solidifica, o casamento, bem como questões relativas a dinheiro. Seus enredos giram em torno de namoros, amores contrariados, casamentos, o

* Doutora em História Cultural. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Centro de Artes.

cotidiano familiar, a convivência com os criados, dificuldades financeiras e heranças. Neste sentido, este corpus textual pode ser dividido em dois grandes blocos temáticos: problemas no casamento e amores que se canalizam para o casamento, enaltecendo, conseqüentemente, os valores implícitos a esta instituição, segundo a moral burguesa, ou seja, a virgindade, a fidelidade e o respeito à instituição matrimonial. Estes textos fazem à defesa do casamento monogâmico e indissolúvel, dentro da perspectiva cristã de família, e cujo fim essencial é o de gerar, criar e educar a descendência.

As primeiras informações sobre as personagens, de um texto dramático, aparecem, normalmente, após o título, numa listagem nominal. Estes primeiros dados fornecem um quantitativo com relação ao número de personagens que compõem o universo dramático. Neste sentido, as pequenas comédias possuem um número menor de personagens, em média três ou quatro, enquanto que as comédias maiores são compostas de oito a dez personagens. Deste quantitativo aparece outro indicativo que se refere à distribuição destas personagens por gênero, e neste aspecto o conjunto cômico é constituído, majoritariamente, por personagens masculinas. Apenas na comédia *Não me Contes esse Pedaço* se inverte esta predominância masculina. O texto é construído em torno de cinco mulheres e quatro homens. O equilíbrio aparece nos textos *Cala a Boca, Etelvina*, constituído de cinco homens e cinco mulheres e no texto *O Visconde de Rosa Branca*, que tem dois homens e duas mulheres.

Os autores das comédias aqui analisadas fornecem poucas informações sobre a individualidade destas personagens, e quando o fazem, estes dados se referem, geralmente, ao estado civil – casado (a), viúvo (a), solteiro (a), não tendo neste conjunto nenhuma personagem "separada" ou desquitada - às relações de parentesco, ao nome, idade e muito raramente à atividade profissional.

Nestas comédias os sujeitos que conduzem a ação, que protagonizam os textos, são personagens masculinas, pai, filho, marido, sogro, possível amante, pretendente ou namorado, e o objeto de seu querer é a realização amorosa, ou seja, uma figura feminina. A este querer soma-se também, em alguns destes textos, a busca por dinheiro, seja através do casamento ou de outros mecanismos como o jogo. A exceção fica por conta do texto *A Sogra*, que tem em Quitéria, a sogra, a personagem principal. Mas esta personagem está longe de ser um modelo de feminilidade, pois o autor ao zombar desta figura a fez pensar e agir como homem, ou seja, mandando e demandando no marido de sua filha. "Quitéria – [...] A natureza enganou-se comigo. Eu nasci, mas foi para homem!" (PIRES: 408)

Como estes textos têm sua intriga centrada em questões amorosas, os oponentes, ou seja, as personagens antagonistas, que se opõem à concretização do desejo dos

protagonistas, são em sua maioria outros homens, que também tem por meta o mesmo objeto de querer, ou que se opõem ao querer dos protagonistas. Mesmo no texto *A Sogra,* cuja protagonista é uma mulher os seus antagonistas são homens, que não aceitam sujeitar-se ao seu querer.

Se o texto didascálico já é sucinto em apresentar dados sobre o trabalho masculino, no caso das personagens femininas este dado inexiste, ao lado dos seus nomes. Quando há alguma indicação, esta se refere: *Clara – mulher de Fernando*, *Amélia – filha de Baldoméro*, ou seja, se define o papel da mulher a partir de sua relação de dependência da personagem masculina. Estas personagens femininas, portanto, são construídas a partir de discursos masculinos, que determinam quem são e o que devem fazer as mulheres. Em nenhum dos textos, aqui analisados aparece à figura feminina em atividades profissionais. Seu espaço restringe-se ao mundo doméstico e sua função básica é a de ser dona-de-casa. Neste sentido devem ser compreendidas as personagens femininas que atuam como criadas em casas mais abastadas, elas não estariam exercendo uma profissão e sim executando tarefas domésticas.

A mulher, portanto, teria "sua área de atuação no lar" e deixaria para os homens as preocupações econômicas. Este modelo estava mais relacionado com as mulheres de classe média, pois como observa Rachel Soihet (1997:285), "as mulheres dos segmentos populares sempre trabalharam, tanto na cidade como no campo [tais estereótipos se pautam] na invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico".

Quanto à representação do papel da "mãe" aparece em dupla imagem: mãe-esposa e mãe-sogra. Estas "mães-esposas" aparecem em relacionamento com suas filhas solteiras e, principalmente, com os seus maridos, e são caracterizadas como mulheres que desejam mandar nos filhos e no marido, ou seja, querem assumir o papel que estava destinado aos pais-maridos.

> *Juvêncio Cobra (puxando-a pelo braço) – Rosa! Ó Rosinha!... Tem modo...*
> *Rosa Cobra (voltando-se furiosa e agarrando uma forma de sapato) – É revoltante esta violência! Vou mostrar com quantos paus se faz uma canoa.*
> *Juvêncio (entrando apressado debaixo da mesa) – Mulher! Olha o que fazes ...*
> *Rosa – Raspa-te daí, que eu quero por tua cara na forma...*
> *Juvêncio (sério) – Rosa! Ó Rosa! Diga-me uma coisa: quem manda em casa? É o marido ou a mulher? (cara de choro)*
> *Cecília (para a mãe) – Mamãe! Mamãe! Respeita a presença de um estranho...*
> *Rosa (para a filha) – Também tu, lambisgóia?! Já viu pinto entrar em briga de galos?! (deixa a forma cair). (SIQUEIRA: 8)*

Estas mães-esposas quando extrapolam o seu papel social, são retratadas como ardilosas e enganadoras, como é o caso de Rosa Cobra, que fez todo este escarcéu, que é diário, porque o marido estava comprando bilhetes de loteria e jogo do bicho, mas ela também

quando sozinha com o "agente lotérico" faz a sua fezinha, às escondidas de seus familiares. Ou ainda como a mãe Gertrudes, do texto *Não me Contes esse Pedaço*, que ensina uma de suas filhas, Nair, a ser dissimulada e parecer o exemplo de castidade e candura para conseguir "agarrar" um marido.

A exceção a este protótipo autoritário de mãe-esposa está na personagem Rosa, de *O Interventor*. Ela é aparece como mãe e esposa dedicada aos desejos e caprichos de seu marido, e sua participação na trama é de conciliar, harmonizar ou amenizar os possíveis conflitos familiares. Com conseqüência, é uma figura que não aparece na cena, se coloca como pano de fundo.

Se as mães-esposas aparecem com um perfil distorcido, quando desejam ou vão além de sua "esfera própria", as "mães-sogras" são retratadas como o pesadelo vivo de seus genros. Horácio Nunes Pires dedica um texto inteiro a ridicularizar e a demonstrar os malefícios que a sogra causa aos jovens casais. Fernando, recém casado com Mariquinhas, caracteriza sua sogra como: "As sogras têm sete fôlegos, como os gatos. [...] Sogra não morre. [...] A sogra é a serpente do paraíso conjugal. [...] A febre amarela. [...] A sogra é o demônio do lar doméstico: decompõe o genro e ensina a filha a decompor o marido". (PIRES:400-401)

O saber da mãe velha ao ser transmitido para a filha recém-casada é o motivo de desespero de Fernando.

> *Fernando – Quando me casei, minha mulher era dócil, meiga, obediente, desprovida de vaidades, inimiga do luxo. Mas porque?... Porque se achava longe da mãe. [...] Mas, logo que minha sogra voltou, as coisas começaram a mudar. Principiaram os enfados [...] as respostas tortas. Depois vieram as exigências. (PIRES: 400-401)*

A sogra representava o elemento esclarecedor e cúmplice da filha-esposa, e com isso desequilibrava a estrutura de poder do marido. "Aliás era comum os maridos culparem as sogras pelas rebeldias e desobediências das esposas. [...] a esposa permanece a 'santa', porém 'ingenuamente' se deixa influenciar pela 'bruxa' que é a sogra". (PEDRO, 1990:114)

Esta desqualificação da sogra do marido

> *Serviam para reduzir a influência desta sobre a filha. Ao desqualificar os saberes da velha mãe, e ao ridicularizá-las estão, ao mesmo tempo, denunciando o seu poder. [...] Nos parece que, diante das dificuldades de impor sobre as mulheres toda a sua 'natural autoridade' os homens culpavam as sogras, e pelo menos na imaginação, através das páginas dos jornais [e das peças de teatro], vingavam-se. (PEDRO, 1990:115-116).*

Quanto as jovens esposas, mesmo quando não estavam sob a influência da sogra, tendiam, nestes textos, a apresentar certa rebeldia transgressora que provocava situações de

conflito no casamento, e cuja origem, na visão destes autores-homens, estava na falta de autoridade dos maridos para conter estes desvios comportamentais de suas esposas, e isto ocorria porque os homens, "Alberto – [...] Amo minha mulher o mais que é possível amar-se! E esta quase adoração que lhe consagro, faz com que seja ela e não eu quem mande nesta casa!... É preciso por cabo a isto!" (SANTOS JUNIOR: 5). Na perspectiva destes autores, os homens devem amar suas esposas, mas sem perder sua autoridade, e devem exigir que esta seja o que se espera de uma boa esposa, pois, "entre os deveres familiares das mulheres – e acima de tudo – estava o de serem permanentemente agradáveis a seus maridos. [...] Acima de tudo, exigia-se que a esposa dedicasse toda a sua atenção ao marido, demonstrando que vivia apenas para ele". (BESSE, 1999:79).

A esposa-mulher que não se adaptasse ao seu papel social estaria sujeita ao abandono, a solidão e a miséria. A rebeldia destas esposas se manifesta em sair, constantemente, segundo a perspectiva de seus maridos, de casa com ou sem o seu consentimento, em serem vaidosas demais, ou como a personagem Clotilde que se envolve numa sociedade protetora dos animais e não numa associação de caridade, que seria o "correto" e o desejo de seu marido, ou ainda na intransigência e no excesso de nervos, como os da personagem Zulmira, de *Cala a Boca, Etelvina*. Tudo isso pode arruinar a felicidade de um jovem casal.

Quanto às jovens solteiras, todas elas possuem como ponto em comum o desejo de se casar. E, embora todas desejem poder escolher os seus futuros maridos, essas jovens se adaptam ao projeto paterno, que acaba direcionando suas escolhas. A única exceção está no texto *Grande Manobras*, no qual a personagem Mariquinhas não aceita a imposição paterna. "Mariquinhas – Meu pai, eu só me casarei por minha vontade. [...] Quero casar-me, e hei de casar me com o sr. Malaquias, e já o previno, meu pai, que si quiser obrigar-me, fujo de casa". (PIRES: 349).

Algumas das jovens deste conjunto cômico apresentam um comportamento "moderno", como ficar namorando no quintal, nas janelas de casa, ir ao cinema e fazer passeios para serem vistas e olhar os rapazes, usar gírias e expressões francesas, e, principalmente, querer escolher seus maridos. Embora "modernas" e namoradeiras, estas jovens não colocam em risco a sua "pureza", ou seja, sua virgindade, pois isso colocaria a perder a sua honra e o seu desejo de casamento. Estas jovens são traçadas como sonhadoras, influenciadas pelo cinema e pelos romances, mas, no fundo, todas possuem um só desejo, o de casar-se, e o príncipe encantado acaba sendo, na maioria dos casos, o homem escolhido por seus pais.

A aceitação quase unânime, por parte destas jovens, do projeto paterno, se deve ao seu desejo de casar e na crença de que o amor pode nascer da boa convivência com o marido. Essa realidade se afirma na voz de uma mãe-esposa, ao aceitar o encaminhamento que o marido dá a filha do casal. "Rosa – [...] Eu também quando era moça não queria casar com o Luiz e no entanto, depois de casada, acabei gostando dele" (SANTOS JUNIOR: 2-3).

Ainda procurando reforçar que a escolha paterna é acertada, em dois destes textos se apresenta a jovem solteira que aceita, sem grandes vontades, a escolha paterna, e logo a seguir, depois de casada, está totalmente apaixonada por esse marido. Ou seja, na perspectiva masculina dos autores destes textos, as mulheres são sonhadoras demais, e cabe aos homens, primeiro ao pai e depois ao marido, dar-lhes o norte, o encaminhamento na vida, pois às mulheres dependem do cérebro e do braço masculino, devido a sua fragilidade e incapacidade de tomar decisões, pois elas são eternas crianças.

O universo feminino é, ainda, acrescido pela figura da criada doméstica. Esta personagem não possui nem a dimensão e nem a interferência na ação de seu correlato masculino. Elas podem ser cúmplices da patroa, mas sempre com vistas a melhor servir ao patrão. Enquanto os criados procuram sempre tirar proveito da situação em que lhes colocam os seus patrões, mas são construídos como pessoas de bom caráter e honestas, as criadas apresentam um perfil mais conservador que os criados, e reprovam as condutas "modernas" de suas patroas: "Rosa (só) – [...] A senhora sair de trem de aluguel, sem dizer nada ao senhor!" (PONTES).

A exceção a este perfil de criada aparece no texto *Cala a Boca, Etelvina!* A criada, Etelvina, que forma par romântico com outro criado, o Manoel, num contraponto ao casal burguês que protagoniza a comédia, é uma das responsáveis pelas cenas mais hilariantes que ocorrem no texto, devido a uma série de equívocos, pelo seu linguajar, repleto de gírias e mal elaborado, e pelos seus modos, principalmente à mesa. "Libório – [...] Mas se meter a faca na boca, lamber os dedos, deitar-se em cima da mesa... - Etelvina – O sr. pensa que eu não sei comer numa mesa? Lá na cozinha, com as outras, é que a cousa é a bessa. Mas, quando a zona é distinta, o macaco é outro". (GONZAGA: 19)

Apesar do seu "esforço", não consegue esconder sua condição social diante daqueles a quem ela representa o papel de patroa.

> *Baronesa – [...] Onde foi o Adelino encontrar esta menina?*
> *Macário – [...] Ele me mandou dizer que se casava com uma moça de boa família, pobre, sim, mas honesta e muito bem educada.*
> *Baronesa – Quanto a honestidade, nada posso ainda dizer; mas a respeito de educação, o que me parece é que ela a recebe no meio da rua.*

> *Macário – E uma das mais baixas. Não viu os seus modos agora na mesa?*
> *Baronesa – E a linguagem que ela fala? Eu nunca ouvi coisa igual. (GONZAGA: 51)*

Etelvina também sonha em casar e ter condições similares à classe média. Para tanto, deseja também ter criadagem ao se casar. Ela critica sua patroa por exigir demais dos criados. E afirma que quando tiver criados agirá diferentemente. Mas o autor, ao zombar deste desejo de ascensão social, mostra o comportamento de Etelvina, quando "representa" o papel de patroa. "Adelino (desesperado) – Que é que você foi fazer, rapariga? Etelvina – Não fiz nada de mais. A Maria saiu fora da linha e eu sapequei-lhe o braço ... Foi só isso" (GONZAGA: 56).

Na perspectiva desses autores cômicos os segmentos populares não tinham a menor capacidade de adquirir um mínimo de postura, hábitos e de comportamento das classes mais ricas, mesmo quando colocados em outro contexto social, pois lhe faltava o essencial, uma boa educação.

Nas narrativas conservadoras e moralistas, a exemplo destas comédias se recompensa às personagens que agiam conforme os padrões impostos pelo grupo social dominante e se castiga as que transgridem as normas e padrões de valores e comportamentos considerados atípicos e inconvenientes.

Para que possa atingir o seu fim moralizador de corretor de desvios, a personagem cômica deve afrontar o "marco moral de su momento histórico y que, por outro lado, quede claramente el marco legal de los valores ideales de esa sociedad. Es decir, 'lo que no debe hacer' enfrentando a 'lo que si debe hacer".(ALATORRE, 1986:68).

Ao defender os valores éticos e morais da burguesia estes textos apresentam personagens transgredindo em aspectos fundamentais a moral dominante, no momento histórico em que foram encenados na União Operária. Sua transgressão pode colocar em risco o "caráter sagrado" do casamento, da família, da honra, do valor do trabalho, e do dinheiro que deve ser ganho, honestamente, e pelo trabalho.

O texto *A Sorte Grande* é o que expõe, deste conjunto textual, o maior número de transgressões desejadas e executadas por um grupo de personagens. Dentre os inúmeros desvios apresentados pelas personagens – o marido desejar separar-se de sua esposa, não considerar a mulher como companheira de vida, a mulher mandar no marido, os pais concordarem num casamento sem amor para sua filha – a maior transgressão da família Cobra é ser viciada em jogo – loteria e do bicho – e de Juvêncio Cobra o seu desamor pelo trabalho,

a ponto de queimar sua casa e sua oficina ao se pensar rico, e, ainda mais, o seu desejo de ganhar dinheiro, ficar rico, através do jogo e não pelo esforço de seu trabalho.

Por isso sua punição, bem como de sua família, foi exemplar, pois ele não ganhou na loteria, ou seja, não tirou a sorte grande, tudo não passou de uma armação do pretendente rico, "filho do capitalista", que desejando casar com Cecília Cobra, mas impedido por ser rico, elabora uma trama do falso bilhete premiado junto com o vendedor de loteria. Juvêncio não o aceitava como genro porque temia ser rejeitado no futuro, por este genro, pelo fato de serem pobres. Como punição ele perde tudo – a casa, a oficina, tem que ficar com sua mulher e ainda aceitar que sua filha case com o "filho do capitalista", de quem agora, depende economicamente.

Quanto às mulheres que apresentam certa rebeldia transgressora, sejam jovens esposas ou as moçoilas solteiras, ao correrem o risco de perder sua segurança representada pela figura masculina, do pai ou do marido, retrocedem em suas condutas e aprendem que o seu papel social é o de serem boas donas de casa e, principalmente, o de serem obedientes aos desejos de seus pais ou de seus maridos. E às sogras, estas perversas criaturas, são punidas com puxões de orelhas, purgantes, e com a devida autoridade do marido e do genro, que devem impor-lhe limites muito estreitos.

Ao lado dessas personagens "desviadas", esse corpus textual representa personagens virtuosas, respeitosas das leis e valores morais e comportamentais que a sociedade burguesa considera adequados, e seus exemplos se contrapõem aos vícios e erros das personagens transgressoras e, conseqüentemente, são recompensadas ao final do texto, seja pelo casamento ou pela harmonização no ambiente familiar, e no caso dos homens, por adquirirem o domínio da casa e a autoridade ante suas esposas.

Referências Bibliográficas:

ALATORRE, Claudia Cecília. **Analisis del drama.** México: Gaceta, 1986.
ÁREAS, Vilma. **Iniciação à Comédia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
BERGSON, Henri. **O Riso: ensaio sobre a significação do cômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
GOMES, Affonso. **Casar para Morrer! – O morto vivo!** São Paulo: C. Teixeira, 1922.
GONZAGA, Armando. **Cala a Boca, Etelvina!** São Paulo: Livraria Teixeira, 1940.
JUNIOR, Santos. **Choro ou Rio.** (xerox).
MAGALHÃES, Paulo de. **O Interventor.** Rio de Janeiro: SBAT, 1931.
PEDRO, Joana. *O lugar da sogra na família moderna.* IN: **Revista do Instituto Histórico e**

Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase. Nº 9. Florianópolis, 1990, p. 104 a 119.
PIEDADE, M. **A Espada do General.** Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1905.
PIRES, Horácio Nunes. A Sogra. IN: **Bastidores.** Florianópolis: Gab.Typ. Catharinense, 1898.
_____. A Prima. IN: **Bastidores**. Florianópolis: Gab. Typ. Catharinense, 1898.
_____. Grandes Manobras. IN: **Bastidores**. Florianópolis: Gab. Typ. Catharinense, 1898.
PONTES, J. Vieira. **O Visconde da Rosa Branca.** (xerox).
SANTOS, Miguel. **Não me Contes esse Pedaço.** Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Coelho, 1937.
SEROMENHO, Luiz F. de Castro. **Ressonar sem Dormir.** São Paulo: Livraria Teixeira, 1956.
SIQUEIRA, Pe. F. M. de. **A Sorte Grande.** Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 1951.
SOIHET, Rachel. *História das Mulheres.* IN: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275 a 311.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Movimento Sionista e a Intelectualidade Sul-rio-grandense - 1945-1952.

Carlos Eduardo Bartel*

Resumo: Este artigo analisa as estratégias utilizadas por emissários sionistas e demais militantes para a difusão do nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul, no período de 1945 a 1952. A participação e o envolvimento de intelectuais gaúchos nesse movimento facilitou a propagação e a circulação das idéias sionistas no Estado sulino.[1]
Palavras-Chave: Movimento sionista - intelectuais – Rio Grande do Sul

Abstract: This paper analyses the strategies used by foreigners Zionists emissaries and others Zionists militants, from 1945 to 1952, aiming the Jewish nationalism diffusion at Rio Grande do Sul. The participation and the involvement of Brazilian southern intellectuals with the Zionist activity helped to spread the Zionist ideas at the southern state.
Key words: Zionist activity – intellectuals – Rio Grande do Sul

As idéias sionistas foram trazidas para América em diferentes períodos por imigrantes judeus e emissários sionistas vinculados à Organização Sionista Mundial. Mesmo não se referindo diretamente ao Brasil e nem sendo originalmente produzida neste país, tais idéias foram defendidas e divulgadas em terras brasileiras por judeus e não-judeus, dentre estes muitos intelectuais - definidos aqui pelo próprio contexto estudado, visto que considero como intelectuais aqueles que são reconhecidos dessa forma pelos demais, principalmente pelos meios de comunicação impressos, em especial jornais de grande circulação.[2]

Para elaboração deste artigo, foram analisados documentos institucionais e particulares, jornais, revistas, fontes orais, bibliográficas e livros produzidos por memorialistas étnicos. A relação das fontes de pesquisa encontra-se listada ao final do texto.

---

* Mestre em História - Estudos Históricos Latino-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) São Leopoldo/RS.

[1] Este artigo foi produzido em decorrência de uma pesquisa que analisou o movimento sionista no Rio Grande do Sul, tendo como referencia os emissários sionistas estrangeiros que vieram ao país com o intuito de cooptar militantes para a causa sionista, angariar recursos financeiros e propagar e difundir o nacionalismo judaico entre os judeus radicados no Brasil. Cf. BARTEL, Carlos Eduardo. **Os Emissários Sionistas e o Nacionalismo Judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

[2] Durante o período abordado, jornais que circulavam diariamente em Porto Alegre, como o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, definiam alguns de seus entrevistados, analisados neste artigo, como intelectuais.

O surgimento da idéia sionista e sua difusão da Europa para o Brasil e o Rio Grande do Sul

Theodor Herzl, idealizador do sionismo político, expôs ao mundo suas principais premissas através do livro *O Estado judeu*, publicado em Viena, em 1896. Neste, ele referia: "...as tentativas de colonização, feitas por homens verdadeiramente bem intencionados, não deram, [...] os resultados que eram de esperar, conquanto tenham constituído experiências bem interessantes". Segundo Herzl a questão judaica não era um problema social ou religioso, mas sim "uma questão nacional" e, para resolvê-la era "preciso [...] fazer dela uma questão política...". (HERZL, 1998: 47-48; 52). Dessa forma, conforme seu ponto de vista, o problema do anti-semitismo só seria resolvido através da criação de um Estado nacional judaico.

Em 1897, suas idéias foram discutidas no primeiro Congresso Sionista Mundial, sendo neste montada a estrutura burocrático-administrativa do movimento, através da fundação da Organização Sionista Mundial. Nos anos seguintes o projeto desenvolveu-se lentamente, devido o desinteresse por parte de judeus influentes na política Européia e em decorrência da morte de Herzl, em 1904.

Após vinte anos, já sob a liderança de Chaim Waizmann, a idéia sionista entrou em nova fase ao ser reconhecida como legítima pela Inglaterra, através da Declaração Balfour, em 1917. No entanto, no período entre-guerras, o movimento enfrentou novas dificuldades com à ascensão nazi-fascista na Europa, retomando suas atividades sem interferência após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando ocorre em diversas partes do mundo uma rápida propagação do projeto herzeliano, reforçado pelo genocídio nazista.

Essas idéias chegaram ao Brasil nos primeiros anos do século XX, trazidas por imigrantes judeus provenientes do leste europeu, sendo atualizadas por levas imigratórias que desembarcavam no continente americano, as quais forneciam informações sobre o desenvolvimento do sionismo no velho continente.

Na década de 1920, com a fundação da *Organização Sionista do Brasil* no Rio de Janeiro, o movimento se institucionaliza, sendo o sionismo brasileiro representado pela primeira vez em 1921, em um "Congresso Sionista Mundial por um de seus membros dirigentes, Júlio Stolzenberg [líder sionista 'carioca'] que na qualidade de delegado,

apresentou um relatório das atividades desenvolvidas pelo movimento no Brasil" (MALAMUD, 1983: 27).[3]

No Brasil o projeto sionista sofreu interferência da ditadura varguista (1937-1945) que tornou ilegal o movimento em 1938. Ao final do Estado Novo as atividades sionistas voltaram a legalidade, momento em que emissários, representando diferentes tendências do sionismo internacional, passaram novamente a percorrer o território brasileiro com o intuito de propagar[4] a causa nacionalista entre os *judeus-brasileiros.*[5]

Os agentes sionistas tinham como objetivo formar uma consciência nacional judaica, cooptando para o movimento judeus radicados no país, os quais eram vistos como contribuintes de recursos financeiros para a causa e como futuros cidadãos para o Estado israelita imaginado. Para atingir este objetivo, a estratégia utilizada pelos agentes e demais militantes do movimento, foi a de promover campanhas para arrecadar fundos e realizar atos públicos, como palestras, festas, comícios e demais eventos, os quais ocorreram em diversas cidades brasileiras, como Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, dentre outras.

Os atos públicos contaram com a presença de intelectuais, políticos e demais cidadãos, judeus e não-judeus. Através dessas atividades, propagava-se o ideal sionista, fazendo com que o movimento adquirisse notoriedade e legitimidade perante a opinião pública. Ao lembrar destas manifestações, um judeu de Porto Alegre, em entrevista concedida ao Departamento de Memória do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall/RS (ICJMC), mencionou o seguinte:

> *Havia manifestações públicas, ...lideradas por muitos elementos que hoje já são pessoas de idade e que naquela época eram jovens, tinham dezoito, vinte anos e foi em prol do reconhecimento do Estado de Israel, em prol da proclamação do Estado de Israel. Depois da proclamação, havia manifestações na imprensa, no rádio e passeatas também pedindo o apoio da comunidade total gaúcha e brasileira para que Israel fosse reconhecido como um Estado, apesar de proclamado ainda não tinha relações diplomáticas, e aquela campanha de esclarecimento da opinião pública nacional, do massacre do holocausto que houve naquela época é o preço que os judeus tinham pagado pela incompreensão da humanidade por não ter dado refúgio porque, lamentavelmente, as portas de todas*

[3] Samuel Malamud, memorialista étnico do judaísmo brasileiro, foi a partir dos anos 1930 um dos principais líderes do Sionismo no país. Em seu livro **Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial** (1983), apresenta importantes informações, contribuído dessa forma para a construção desta história no Brasil.

[4] A definição de propaganda é entendida aqui em seu sentido literal, ou seja, como a difusão ou propagação de princípios, idéias, conhecimentos e/ou teorias.

[5] A denominação de judeus-brasileiros, utilizada neste texto, refere-se aos judeus (imigrantes e seus descendentes) radicados no Brasil, independente de terem nascido ou não no país.

> *as nações, não só da América Latina, praticamente se fecharam quando os judeus tentaram fugir do nazismo.[...] No Brasil houve vários movimentos após a guerra, após 1945. Houve esses movimentos tanto do setor judaico e uma pequena minoria de elementos não judaicos... (WAINSTEIN, 1990: s/p).*

Em novembro de 1945, o jornalista *carioca* Aron Bergman[6] visitou o Rio Grande do Sul com o propósito de fundar no Estado uma instituição local vinculada a Organização Sionista Brasileira e Mundial. A Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul (OSU/RS) foi a responsável pela promoção e realização da grande maioria das manifestações públicas e demais eventos envolvendo intelectuais sul-rio-grandenses.

A intelectualidade sul-rio-grandense e a propaganda sionista

Maurício Pecis, o primeiro presidente da OSU/RS ficou no cargo até junho de 1946, sendo substituído por Maurício Seligman, médico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Sob a liderança de Seligman foram realizados diversos atos públicos que contaram com a participação de prestigiados políticos e intelectuais sul-rio-grandenses. Dentre estes, é possível destacar nomes como: Athos Damasceno, Érico Veríssimo, José Pereira Coelho de Souza, Herbert Caro, Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho, dentre outros, que ao defenderam e se posicionarem a favor das idéias sionistas no Estado gaúcho.

A OSU/RS, seguindo orientações do Rio de Janeiro, formou no Estado um *Comitê de Propaganda de Emergência* a fim de representar a comunidade judaica local em protestos contra o governo britânico, por limitar a entrada de judeus na Palestina. Um destes atos públicos ocorreu em Porto Alegre através de um comício realizado em 8 de julho de 1946 nos salões do Círculo Social Israelita.

No comício, Seligman em seu discurso mencionou: "...queremos que 100 mil judeus da Europa, sejam admitidos imediatamente na Palestina. [...] Os ingleses reforçam seus destacamentos militares, levam crianças e velhos para os campos de concentração, fazendo

[6] Nesse período, Aron Bergman era vice-presidente da Organização Sionista Unificada do Rio de Janeiro. Cabe ainda referir que ao longo do ano de 1945, lideres e militantes sionistas de Porto Alegre reuniam-se, invariavelmente no Círculo Social Israelita, em torno do Comitê Pró-Palestina. Cf. notícia publicada no jornal Correio do Povo: Comitê Pró-Palestina lidera o movimento de livre imigração dos judeus sobreviventes na Europa para a Palestina. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 Nov. 1945 p. 3.

reviver o malfadado nazismo, que eles combatiam há pouco". E, ao encerrar o mesmo, referiu:

> *Aqui estamos hoje reunidos, respirando liberdade e conforto, amparados por leais amigos que, não fazendo parte da comunidade judaica, vem nos dar seu apoio de homens amantes da liberdade, tolerantes e cheios de solidariedade humana neste momento decisivo para o povo judeu. Nós também somos brasileiros, estamos integrados nos problemas brasileiros. Queremos ver o Brasil cada vez mais prospero e respeitado. [...] Nós queremos que a Palestina seja um lar nacional para os judeus que para lá queiram ou se vejam obrigados a ir.*
>
> *Creio supérfluo apresentar-lhes Érico Veríssimo e o Dr. Coelho de Souza, nossos, amigos e vossos conhecidos, que nos honram com sua presença e cuja palavra ouviremos esta noite.*
>
> *Também agradeço o comparecimento de representantes da imprensa e dos nossos amigos não judeus que aqui se encontram, cuja presença nos honra e nos conforta.*[7]

Além dos dois intelectuais que "dispensavam apresentações", palestraram no mesmo evento Yoschua Auerbach, judeu nascido na Palestina, residente em Curitiba, o acadêmico Salus Laks, o advogado Isaac Siminovich, Jacob Kutz e Sidor Belarsky, apresentado como "cantor de fama mundial".[8]

Os nomes de J. P. Coelho de Souza e Érico Veríssimo aparecerem em diversos livros de memorialistas étnicos e também em muitos depoimentos de membros da coletividade judaica do Rio Grande do Sul, conforme visto. Um destes depoentes lembra que em relação aos "trabalhos de orientação e explicação" dirigidos à população, "o General Ramiro Souto e o sr. Coelho de Souza eram bastante eficientes..., quer dizer, tanto em atos públicos, como pela imprensa escrita e falada [...] ...eram elementos de respeito, de gabarito" (BAS, 1990: s/p).

Sobre estas atividades, outro entrevistado refere:

---

[7] Cf. Documentação do Arquivo Particular Maurício Seligman (Atividades Comunitárias Judaicas) localizado no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall – ICJMC. A relação de Érico Veríssimo, J. P. Coelho de Souza, abordada a seguir, e também de Manoelito de Ornellas com o movimento sionista, é de fácil constatação, visto que seus nomes aparecem em diversas entrevistas do Acervo de História Oral do ICJMC, além de livros, jornais, documentos, etc. Sobre essas atividades ver também a documentação do Arquivo Particular Josef Szulin Halpern (ICJMC) e da Coleção Samuel Malamud, localizada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

[8] Sobre este encontro um periódico judaico noticia o seguinte: "A coletividade israelita de Porto Alegre, em protesto às brutais atitudes britânicas em Eretz Israel, assim como, não judeus conscientes, participaram no dia 8 de julho, num grande comício, no amplo salão do C.S.I onde se fizeram ouvir diversos oradores, destacando-se o Dr. J.P. Coelho de Souza, escritor Érico Veríssimo e o acadêmico Pinheiro Machado, que vieram dar sua solidariedade aos judeus, participando nestes protestos. Neste dia, o comercio israelita de Porto Alegre cerrou os seus expedientes às 16 horas, participando no grande protesto". Cf. Protesto. HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 12, ano II, Abril-Junho de 1946. Periódico localizado no Arquivo Particular Josef S. Halpern - ICJMC.

> *O Coelho de Souza que nós até organizamos homenagens a ele, a ponto da biblioteca do Círculo Social Israelita, que naquela época era em cima do cinema Baltimore, passou a se chamar Biblioteca Coelho de Souza.*
>
> *O Mem de Sá , o Coelho de Souza, o professor Martins Costa, o promotor Araújo, muitos líderes, todos lideres do partido Libertador [PL], mas amigos nossos, que até hoje são amigos. O doutor Rubem Maciel e outros, nós inclusive tínhamos tanta intimidade com eles que uma vez fizemos um Comício pró, de apoio, a declaração do Estado de Israel, no cinema Carlos Gomes e que só eles subiram a tribuna, [...] foi por nós organizado, mas foram só chamados os não judeus que estavam na tribuna fazendo discursos inflamados, declarações... (MALTZ, 1991: s/p).*

A título de exemplo, acerca da relação entre intelectuais e israelitas, cabe referir que Érico Veríssimo e J.P. Coelho de Souza mantinham estreito vínculo com a comunidade judaica porto-alegrense, desde a década de 1930. O primeiro estabeleceu relações profissionais e de amizade com muitos judeus através de suas atividades na Editora e Livraria do Globo.[9] Érico inclusive visitou Israel em 1966, a convite do Ministério de Negócios Estrangeiros israelense, sendo seu diário de férias transformado no livro *Israel em Abril* (1969).[10] Já, o segundo, fervoroso ativista brasileiro durante a ação estatal, promovida pelo Estado Novo, conhecida como *campanha de nacionalização*, manteve parceria com os judeus ao combater grupos integralistas e nazistas no Rio Grande do Sul.[11]

Em relação à participação dos intelectuais não judeus no movimento, um dirigente sionista daquele período, ao recordar às comemorações acerca da fundação do Estado de Israel em Porto Alegre, lembra que os judeus se reuniram no Círculo Social Israelita, onde foi organizada uma sessão solene na qual compareceram muitos amigos da coletividade israelita. Neste sentido, o depoente menciona: "quem organizou naquela época foi o Dr. Maurício Seligman e [estavam presentes] pessoas que sempre... compareciam, tinha por exemplo o Érico Veríssimo, o Coelho de Souza..." (EIZIRIK, 2000: s/p).

Após a proclamação do Estado judeu, e em meio às festividades em Porto Alegre, o jornal *Diário de Notícias* promoveu nos dias 19, 20 e 21 de maio de 1948 uma enquete perguntando: "Deve ou não ser sustentado o Estado de Israel?",[12] sendo a mesma justificada da seguinte maneira:

---

[9] No livro **Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul** (1984), de Moysés Eizirik, memorialista étnico e dirigente sionista nas décadas de 1940 e 1950, encontram-se algumas entrevistas realizadas pelo autor, na qual três entrevistados tornam visível esta aproximação. Ver em especial as páginas 150, 159 e 161.

[10] Na obra **Israel em Abril**, Érico em algumas passagens fala acerca de sua relação com os judeus de Porto Alegre e de seu encontro naquele país com velhos amigos do Rio Grande do Sul. Ver em especial as páginas 75 e 276.

[11] J. P. Coelho de Souza em 1941, inclusive publicou um livro sob o título: **Denúncia: o Nazismo nas escolas do Rio Grande**, no qual faz um elogio a comunidade judaica sul-rio-grandense.

[12] No último dia da enquete a pergunta foi "Deve ou não ser mantido o Estado de Israel".

> *O mundo civilizado [grifo meu] esta com os olhos postos no Oriente Próximo. A luta que se trava entre judeus e árabes transcende de seu aspecto racial ou local. Representa para a humanidade – que ainda confia em seus líderes – a prova de fogo da Organização que criou pensando em restaurar a paz e a concórdia entre os homens: a ONU.*
>
> *Eis porque a atenção universal esta concentrada na Terra Santa, acompanhando emocionada o drama que ali se desenvolve. Sobre ele o DIÁRIO DE NOTÍCIAS procurou conhecer o ponto de vista de nossos intelectuais – escritores, livreiros, editores, jornalistas, professores, universitários -, objetivando, exclusivamente, trazer ao debate público o problema crucial do momento, sem que isso importe em endossar quaisquer das opiniões livremente emitidas e por nós recolhidas com puro espírito jornalístico.*[13]

A pergunta foi feita a três grupos sociais – intelectuais, políticos e profissionais liberais. No entanto, limito-me aqui a analisar apenas as manifestações do primeiro grupo de entrevistados, formado por doze intelectuais.[14]

Com o objetivo de mostrar algumas idéias e valores expressados que contribuem para a análise e para caracterizar o contexto estudado, foram selecionadas, dentre muitas, algumas frases e opiniões emitidas pelos intelectuais na enquete de 19 de maio.

Neste sentido, Moysés Vellinho ao ser entrevistado mencionou: "a divisão da Palestina resultou de um ato solenemente aprovado pela Organização das Nações Unidas", e que "o próprio mundo árabe, confuso e inorganizado [sic], metido ainda num feudalismo retardatário e opressivo, só têm a lucrar com os padrões de alta civilização que os judeus repatriados assentaram no deserto". Seguindo a mesma linha, Manoelito de Ornellas, apresentando-se como "cristão e democrata" referiu que reconhecia "os sagrados direitos do povo de Israel sobre as terras da Palestina" como reconhecera "sempre os direitos dos povos da Síria, do Iraque e do Líbano de constituírem as suas pátrias, independentes, livres e soberanas".

Por sua vez, Coelho de Souza, dizendo-se favorável ao reconhecimento Israel e motivado por "nossa tradição de solidariedade humana e democrática ético-social", acrescentou: "se o governo do Gen. Dutra não reconhecer imediatamente o novo Estado de Israel, será esse mais um de seus desacertos, e mais uma vez revelará a sua lamentável tendência direitista". Já, o escritor Reinaldo Moura, referia: "...só desejo que as potências não façam sujeira com os judeus, povo da inteligência de vanguarda, e detentor, agora, de todo o direito no caso da formação de seu Estado nacional".

---

[13] Enquête: Deve ou Não Ser Sustentado o Estado de Israel? **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 19 Maio de 1948. Última pág. e continuação p. 8.

[14] São eles Érico Veríssimo, Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas, Coelho de Souza, Henrique Bertaso, Reinaldo Moura, Fay de Azevedo, Herbert Caro, Antônio Acauan, Maurício Rosenblatt, Athos Damasceno e Telmo Vergara Cf. Enquete: Deve ou Não Ser Sustentado o Estado de Israel? **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 19 Maio de 1948. Última pág. e continuação p. 8.

Ao final das entrevistas, constava ainda um "apelo ao Presidente Dutra", enviado pelos intelectuais. O telegrama assinado por eles e por outros intelectuais, continha o seguinte texto:

> *Diante da injustificada e brutal agressão de que esta sendo vítima o novo Estado Judeu, pedimos ao governo brasileiro o imediato reconhecimento do Estado judaico legalmente constituído com o apoio do representante brasileiro, e insistimos na urgente utilização da influência do Brasil na ONU em defesa da paz internacional e existência do Estado de Israel. Respeitosas saudações.*[15]

Em relação aos intelectuais entrevistados, cabe referir que todos foram favoráveis ao reconhecimento do Estado de Israel. Destes, dois eram judeus: Herbert Caro e Maurício Rosenblatt e três, Érico Veríssimo, J. P. Coelho de Souza e Manoelito de Ornellas, mantinham contato com militantes sionistas de Porto Alegre, participando freqüentemente de atividades públicas promovidas pela OSU/RS.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi demonstrar que o vínculo entre intelectuais e judeus sul-rio-grandenses se inscreve em uma ampla rede de relações que por diferentes razões (profissionais, político-partidárias, amizade, negócios, etc.) propiciou a aproximação e a interação social entre judeus e não-judeus.

Neste sentido, é possível afirmar que projeto sionista obteve êxito ao contar com a colaboração e a participação de diversos e diferentes grupos sociais. Dessa forma, os emissários sionistas encontraram no Rio Grande do Sul um contexto favorável para difusão e circulação de suas idéias.

Por sua vez, os intelectuais agregaram ao sionismo valores como justiça, civilização, progresso, democracia e liberdade, fazendo com que o movimento fosse visto com simpatia pelos demais e conquistasse adeptos e colaboradores tanto dentro, quanto fora do grupo judaico. E, ao se posicionarem a favor do nacionalismo judaico e defenderam essa idéia publicamente, emitindo suas opiniões através da imprensa e por meio de atos públicos, os intelectuais tornaram o movimento notório e legítimo perante a opinião pública sul-rio-grandense.

[15] Ibidem. Cabe ainda dizer que a campanha de Reconhecimento do Estado de Israel pelo Brasil ocorreu em importantes cidades do país (como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo), movimentando diversos meios – políticos, intelectuais e populares - judeus e não-judeus.

Referências Bibliográficas:

BARTEL, Carlos Eduardo. **Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

EIZIRIK, Moysés. **Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo (UPF), 2005.

GRINBERG, Keila (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUTFREIND, Ieda. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

HERZL, Theodor. **O Estado Judeu: Ensaio de uma Solução da Questão Judaica.** Tradução de David José Perez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

LIA, Cristine Fortes. **Bons Cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945).** (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Curso de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -PUCRS. Porto Alegre, 2003.

MALAMUD, Samuel. **Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial.** Rio de Janeiro: Bloch, 1983.

Fontes Orais:

BAS, Isaak. Entrevista n. 311. 0. Acervo de História Oral do ICJMC. Porto Alegre, 01/08/1990.

EIZIRIK, Moysés. Entrevista n. 290. 0. Acervo de História Oral do ICJMC. Porto Alegre, 14/03/1990.

EIZIRIK, Moysés. Entrevista concedida a Ieda Gutfreind. Núcleo de Estudos e Integração de Pesquisas em História Oral (NEIPHO)/ PPGH-UNISINOS. São Leopoldo, 16/08/2000.

MALTZ, Jaime. Entrevista n. 389.0 Acervo de História Oral do ICJMC. Porto Alegre, 23/05/1991.

WAINSTEIN, Bóris. Entrevista n. 046. 2. Acervo de História Oral do ICJMC. Porto Alegre, 1990.

Jornais e Periódicos comunitários :

Correio do Povo, anos de 1945 a 1952.

Diário de Notícias, anos de 1945 a 1952.

Folha da Tarde, anos de 1945 a 1948.

HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 12, ano II, Abril-Junho de 1946.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Vale dos sinos, primeiras décadas do século XX: histórias de atenção à infância

Beatriz T. Daudt Fischer*

De um modo geral, ao longo dos tempos, a infância pobre foi vista como ameaçadora para o futuro da ordem social. (ALVIN, 1988 e RIZINNI, 1989 e 1991); desta forma, em termos de investigação histórica, as produções têm também se vinculado a estudos sobre crianças em situação de risco. (QUINTEIRO, 2002). Ou conforme KUHLMANN, (1988 p. 16) em relação a esta temática "a história da assistência, ao lado da história da família e da educação têm se constituído como principais vertentes, independente de enfoque e método". Não é dessa perspectiva, entretanto, que aqui se propõe o presente projeto, mas muito mais no sentido que alguns outros estudos sobre a história da infância têm recentemente apontado. Produções como as de ARIÈS (1978), GÉLIS (1991), NARADOWSKI (2001); ou mesmo sobre a história da infância no Brasil, analisada por FREITAS (2001), DEL PRIORE (1992), KUHLMANN Jr. (2000), GONDRA (2002), GUIRARDELLI Jr. (1997), entre outros, vem alertar para outras dimensões de pesquisa. Inspiradas nestes estudos, a perspectiva que aqui se assume é a de encarar a Educação Infantil como produzida por discursos e práticas ao longo de determinado tempo e espaço, relacionando políticas e intervenções operacionais atravessadas por redes de poder, em instâncias escolarizadas ou não.

Pesquisar a rede de conexões aí imbricadas exige do investigador a compreensão dos elementos constitutivos da história da educação (QUINTEIRO, op cit, p. 38), enfocando Educação Infantil não como objeto natural, mas como construção social, centrada nas relações de poder (FOUCAULT (1987; 1995). Partindo de discursos que circulam no presente, a investigação tem buscado reconstituir trajetórias de sujeitos e instituições que operaram em diferentes instâncias.

Quanto ao campo empírico, elege-se Novo Hamburgo - município originalmente de imigração alemã, situado no Vale do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre/RS - fundamentalmente devido ao fato de ser este um município que incorpora as características de uma região industrial que cresceu seguindo o modelo capitalista de

* Professora doutora; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Agência financ. FAPERGS.

desenvolvimento, evidenciando aos poucos contrastes gritantes entre as camadas sociais. Considerando que o atendimento à criança de zero a seis anos esteve diretamente relacionado à mãe operária por determinado período do século XX, interessa à pesquisa verificar esta questão com acuidade. Com relação ao recorte temporal, delimitou-se o século XX, desde a data possível de dados aos dias de hoje. Como nos demais cantos do país, somente a partir de 1988 a Constituição reconhece o acesso à educação em creche e pré-escolas como um direito das crianças. Ou seja, é dever do estado efetivar a garantia do "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade." (Cap. III, Art. 28,inciso IV). Desta forma, até 1988, embora instâncias do sistema de ensino articulassem alguns procedimentos na área do pré-escolar (escolas estaduais, municipais e particulares criaram classes de "jardim e pré"), as políticas efetivas de atendimento a criança de zero a seis estiveram geralmente associadas a práticas de assistencialismo. Cinco Ministérios tentavam dar conta de diferentes demandas: Ministério do Interior, da Justiça, do Trabalho, da Saúde, além do ministério da Educação, processaram programas e convênios, administraram verbas e interesses político partidários em nome do atendimento à criança. Como apropriadamente afirma FARIA (1995): "grandes políticas para os pequenos". Como decorrência, em Novo Hamburgo tais políticas concretizaram-se em instâncias de ações diversificadas, fazendo aflorar lutas permanentes em torno de jogos de poder que tinham "o bem-estar da criança" como enunciado eficaz, sustentando práticas ao longo de décadas.

O fato de, em termos públicos, o atendimento à infância ter sido de responsabilidade diversa faz com que a presente investigação tenha encontrado dificuldades para localizar determinadas fontes documentais. Informações coletadas permitem afirmar que nesta comunidade, entre as décadas de 50 e 80 aproximadamente, a atenção à criança foi de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, com algumas articulações envolvendo a já referida LBA. A busca por dados, entretanto, deparou-se concretamente com porão escuro e inúmeros documentos empilhados (e empoeirados) aguardando não só autorização para serem consultados como, inclusive, condições de pesquisa.

Neste município, na década de 30 do século passado, instala-se o primeiro Grupo Escolar da cidade. Há referência no periódico pioneiro do município, jornal denominado *O 5 de abril*, permitindo saber que foi neste estabelecimento que se instituiu, na rede pública estadual, a primeira classe de atendimento à criança menor de sete anos, quando a legislação atribuía escolaridade obrigatória somente a partir desta idade. Embora sobre esta escola

encontraram-se no jornal notícias datadas de 1930[1], aqui destacaremos a informação mais antiga que se conseguiu localizar referente ao tema que interessa aos propósitos desta pesquisa. Vale frisar que a descrição evidencia o contexto que então vivia o país, quando crianças de tenra idade cantam o Hino Nacional em plena festinha de Páscoa:

> *O jardim de infância recentemente instalado, anexo ao grupo escolar D. Pedro II, conta já com avultada matricula de petizada. Os garotos ali vão fazer os primeiros ensaios para sua formatura moral e intelectual. O grupo sob a inteligente direção da professora D. Carolina Carvalho, promoveu às 9h de quarta feira última a Festa de Páscoa, no jardim de infância para deleitar os pequeninos. A interessante festa foi assistida pela Delegada Regional de Ensino, senhorinha Nair Maria Becker, professora e alunos do Grupo Escolar, obedecendo a seguinte ordem: Hino Nacional pelos pequenos; Distribuição de chocolates e balas com pequenas lembranças (segue o restante da programação). Em nome do corpo docente do grupo, a professora Srta. Diamantina Pirillo, fez calorosa saudação de agradecimento à delegada D. Nair, pelo seu amparo moral e material para a instituição do jardim, sendo-lhe oferecido, pela menina Celi Kuechler. Em retribuição, obsequiou os pequeninos e também os grandinhos com saboroso bolo. A parte final do programa constou do canto do Hino Nacional pelos presentes..." (Jornal O 5 de Abril, 05/04/1942, p.2, não grifado no original).*

No que diz respeito a turmas de jardim de infância e de pré-escola deste estabelecimento, verificou-se um vácuo em termos de documentação ou mesmo de fontes orais ao longo de sua primeira década. Conseguiu-se localizar uma professora que lá atuou em classe de jardim de infância nos idos de 1952:

> *Aí eu cheguei e era assim: a professora mais antiga tinha direito de escolher o turno. Quando a diretora distribuiu, ninguém quis o Jardim de infância. Tinha gente com curso de Jardim de infância e disse "não quero mais". Ninguém queria. A diretora me disse: Branca, tu não aceitas a classe de Jardim? Eu pensei: "Pegar jardim?" Eu tinha vindo da 5ªsérie... Mas essa vaga era de manhã. Aí então eu fiquei com o jardim de infância.*

Dando continuidade ao seu depoimento, ficou mais explicitada a razão porque naquele momento trabalhar com os pequenos não era uma preferência entre o colegiado de professoras, já que numa única sala de aula podia haver 55 alunos, como foi neste caso relatado[2]. Perguntada sobre a idade das crianças, ela respondeu que havia crianças de idades diversas: "algumas nem tinham feito 3 anos e a gente tinha que preparar outras para o

[1] Serão atacados, segunda-feira próxima, com todo rigor, as obras de adaptação do edifício situado à rua 1º de Março, destinado ao Grupo Escolar, prestes a ser instalado (*O 5 de Abril*, 06/06/1930, p. 2).

[2] O número elevado de crianças nas salas de Jardim de Infância parece constituir-se uma prática na época: "A professora Maria Pechmann, ocasionalmente auxiliada por Marta Pechmann, em 1948, tem 50 crianças sob seus cuidados no Jardim de Infância" (Sarlet, op cit, p. 111, referindo-se à Fundação Evangélica, que trataremos a seguir.)

primeiro ano [para a alfabetização]". Além disso, ainda complementa: "e na turma tinha uma menina excepcional". Entretanto, pelas rememorações fica evidente que o trabalho era de qualidade: "Eu sei de pessoas que tiraram os filhos de escola particular e foram pra lá (...) Mas eu fiquei doente, sabe? Eu fiquei doente do sistema nervoso (...) E depois o estado não tinha verbas naquela época para colocar mais professoras (...) e a minha mãe [professora na mesma escola] já estava esperando a aposentadoria, ela vinha na hora do recreio e ficava, assim, ajudando a controlar as crianças, porque eles se espalhavam no meio do pátio, entre os balanços... tinha que cuidar, né? Aí ela dava uma olhadinha pra mim". Significativo constatar que, conforme o depoimento da entrevistada, não havia uma orientação pedagógica específica para tais classes, cabendo à professora definir seus encaminhamentos e linha a seguir.

Mas é na rede privada de ensino que os dados acusam a experiência pioneira em termos de atendimento à infância no município. A pesquisa localiza no ano de 1931 a primeira notícia sobre o assunto. Duas são as fontes que levam a tal constatação. Na obra de SARLET (1993), encontramos as seguintes referências:

> *De 1928 a 1931, serviu em Hamburgo Velho[3] o pastor Ulrich Schliemann. Como aquela foi uma época de criação de novas escolas e novos cursos, também na Fundação Evangélica, em 1931, ele sugeriu às senhoras do "Evangelischer Frauenverein" de Hamburgo Velho à criação de um "Kindergarten", uma vez que na Fundação Evangélica havia uma diaconisa, especializada em educação pré-escolar, e que poderia orientar o trabalho. As senhoras puseram mãos à obra. Uma casa para abrigar as crianças foi construída junto à casa paroquial e, em junho de 1931, com 30 crianças, sob os cuidados de Edith Schmidt e a orientação da diaconisa, foi inaugurado o Jardim de Infância. Para cuidar das crianças durante o ano seguinte, foi convidada a senhorita Maria Pechmann (p.108).*

Outra fonte que confirma o acontecimento é o periódico da cidade, quando noticia:

> *Jardim de Infância: A sociedade de Senhoras da comunidade Evangélica está ultimando a installação de um jardim de infancia (Kinder Garten) par o próximo anno. O referido Jardim poderá ser visitado por menores de 4 a 7 annos. Quer pela excelentes installações com que o novo Recreio Infantil está dotado, quer pelos cuidados de suas educadoras, saberão, certamente, os srs. Paes matricular seus filhos, dando-lhes assim os primeiros rudimentos e sobre tudo proveitosa segurança (O 5 de Abril, 11/12/1931, p.2)[4].*

A pesquisa de SARLET (op cit), entretanto, refere que em anos imediatamente subseqüentes, por razões econômicas, aquela experiência pioneira não consegue se manter

[3] Trata-se do bairro que deu origem ao município.

[4] Conforme já verificado em parágrafos anteriores, respeita-se a grafia conforme consta nos originais.

conforme havia sido sonhada: "Após estes dois primeiros anos, minguaram os recursos da Associação das Senhoras Evangélicas. Não havia como ampliar o Jardim de Infância e nem como manter a diaconisa especializada. As senhoras decidiram doar o Jardim de Infância com suas instalações à Fundação Evangélica em 1934" (p.108).

Constata-se, porém que, paradoxalmente, este fato provocado por carência de recursos vai servir como desencadeador de um espaço histórico de formação de professoras para Educação Infantil: a Fundação Evangélica virá a se constituir como uma das instituições mais importantes e decisivas no processo de discussão e preparação de profissionais desta área em todo Vale dos Sinos e até mesmo no Rio grande do Sul[5]. A etapa fundacional deste processo, de fato teve sua gênese em 1910, "quando da inauguração da nossa Escola de *Alt- und Neu Hamburg*. Por iniciativa do Pastor Pechmann, na ocasião foi fundado o primeiro grupo de senhoras evangélicas, então ligado ao *Gustav Adolf Verein, Obra Gustavo Adolfo*. Uma das metas era a colaboração na educação e formação de moças" (op cit, p. 108). E logo a seguir complementa:

> *Em março de 1934, teve início o primeiro "Curso para formação de Professoras de Jardim de Infância", na Fundação Evangélica. Com isto foi concretizado um antigo projeto, pois já no início do século haviam sido detectadas estas necessidades. De 1934 a 1937, formaram-se nove professoras. As cinco alunas de 1938 acabaram não se formando, em decorrência das dificuldades surgidas com o Corpo docente de língua alemã, então proibida por motivo da "Campanha de Nacionalização" (idem, p. 108).*

Um documento significativo datado de 10 de dezembro de 1938, hoje incorporado ao acervo da instituição, consiste na cópia do diploma da aluna Ruth Mater, cujo cabeçalho diz: *Evangelisches Stift in Hamburgo Velho*, e em seguida: *Zeugnis über die Befähigung als Kindergärtnerin*. Ou seja, *Fundação Evangélica de Hamburgo Velho.* Seguido de: *Diploma de Jardineira de Infância*. Entre os demais dados que constam do documento, destaca-se a confissão religiosa da aluna, *evangelischen Bekenntnisses* (evangélica), a data do exame final, seguido da nota Sehr gut (Muito Bom). Antes das sete assinaturas da *Die Prüfungskommission* (Comissão Examinadora), consta também em língua alemã: *A Senhorita Ruth Mater está apta para desempenhar a função de Diretora de Jardins de Infância e de educacionista nos lares*.

[5] Além de ser pioneira na edificação de Cursos na modalidade de Estudos Adicionais (complementares ao Curso regular de Magistério), é nesta instituição que acontece anualmente, desde 1980, o Simpósio de Educação Infantil, reunindo em média 400 a 500 educadores/as em torno de pesquisadores/as e especialistas que discutem temas contemporâneos emergentes.

Conforme se pode deduzir, e conhecendo o contexto da época, todo um ritual e rigor estavam presentes nesta formação. Em termos de filosofia pedagógica, SARLET (op cit) dá conta que o trabalho nesta instituição era inspirado nas idéias de Froebel e de Kerschensteiner, tanto no Curso de Formação como na sala de aula do Jardim de Infância que ali se oferecia[6]. Vale lembrar que não eram diferentes das idéias que norteavam também a orientação nos Jardins de Infância em outras instituições do país (KUHLMANN, 1998).

Ainda em relação às iniciativas de instituições privadas no município em estudo, é importante verificar que no ano imediatamente seguinte à instalação deste Jardim de Infância sob a orientação da comunidade de orientação evangélica, uma escola privada católica também decide abrir-se para tal experiência, anunciando no jornal local: "*Collegio São Luiz: As aulas deste estabelecimento terão início também no dia 1º de março próximo. Annexo funcionará sob os cuidados de rvma. Irmãs, um bem installado Jardim de Infancia, onde serão aceitas creanças desde a idade de 3 annos*" (*O 5 de Abril*, 26/02/1932). Cabe continuar investigando a fim de verificar que elementos de contexto levam as duas instituições a tomar tais iniciativas quase ao mesmo tempo. Não estaria engendrando-se um tipo de modernização urbano-industrial, buscando edificar-se um *ethos de civilidade* pautando, como diz FREITAS (2002, p. 351) numa nova disciplina social, remodeladora e em todos os aspectos, saudável, tendo como ponto de partida, a criança? Obviamente há que acrescentar que as duas principais ordens confessionais da cidade também disputam espaço e influência naquele momento. Estas e outras questões merecem ser perseguidas na próxima etapa de investigação.

Olhando mais precisamente para o ano de 1942, alguns dados indicam que decisões podiam surgir independente de regulações oficiais, vindo a determinar práticas aliando iniciativas públicas e privadas. É o caso relatado pela professora Celita:

> *Eu estava na porta do bar, parada e ela (uma professora sua conhecida) passou e me convidou se eu queria trabalhar com ela no bairro África: Escuta, Celita, e se nós criássemos um Jardim lá? Aí eu disse: Bem, vamos na prefeitura para sabermos se podemos ou não podemos fazer isso (...) Eu fui, pedi uma audiência com o prefeito - era o Odon Cavalcanti - aí ele disse: vocês podem, mas vamos primeiro de casa em*

[6] Diz o texto literalmente: Froebel (1782/1832) afirmava que três fatores devem concorrer para a formação do ser pela educação: a espiritualidade, as ciências naturais e a linguagem, pois a ciência do homem é essencialmente a da linguagem, porque se a espiritualidade manifesta o ser, a natureza manifesta a essência da força e a ação, a linguagem manifesta a vida como tal e como um todo. Igualmente as idéias de Georg Kerschensteiner (1854/1932) tiveram influência nesse trabalho: toda pedagogia deve repousar essencialmente numa filosofia de vida. A Educação tem por objetivo a formação do caráter, com suas qualidades fundamentais: a força da vontade, independência e capacidade de decisão, firmeza e tenacidade, clareza do juízo, firmeza dos sentimentos, o impulso indo a traduzir a profundeza e a duração dos movimentos da alma no sentido dos valores (Sarlet, op cit, p. 109).

> *casa saber quantas crianças têm para fazer um levantamento (...) Deu sessenta e poucas crianças, que as mães precisavam trabalhar e não tinham onde deixar os filhos (...) Nós trabalhávamos na Igreja ainda. Era uma capelinha, tinha a nave, ela trabalhava com a turma na nave da Igreja e eu trabalhava na Sacristia com os pequenos...*

Finalizando, ressalta-se uma das idéias inspiradoras desta empreitada: a lembrança do passado pode despertar em nós "o eco de um futuro perdido do qual a ação política deve, hoje, dar conta". Assim refere-se GAGNEBIN (1994), inspirado em Walter Benjamin, para quem a história tem na rememoração do passado um meio de presentificar o futuro. E é precisamente sob esta dimensão que se processa a presente pesquisa. Ou seja, valer-se de discursos, seja em torno das ações cotidianas, seja em torno das políticas de Educação Infantil acumulados ao longo do tempo, analisando-os a partir das questões que se colocam hoje, na tentativa de compreender como se constitui a educação voltada para a infância no presente, quem sabe entendendo os programas e propostas como associados a uma racionalidade de governamento social dos cidadãos.

No conjunto já podem ser visualizados alguns fatos coincidentes, algumas práticas que se assemelham, permitindo desenhar pequenos universos discursivos. Na etapa a seguir, tais recorrências merecem ser problematizadas com maior profundidade, esboçando-se redes articuladas entre si e entre instâncias de poder envolvidas.

Bibliografia

ALVIM, M.R. B e VALLADARES, L. do P. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n°26, 1988.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas I - Magia e Técnica.** Arte e Política. São Paulo, Brasiliense, 1997.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo, Contexto, 1991.

FARIA, Ana Lúcia (Org.) Grandes políticas para os pequenos. **Cadernos CEDES**, Campinas, Papirus,1995.

FISCHER, Beatriz T. D. **Professoras: Histórias e discursos de um passado presente**. Pelotas, Seiva Publicações, 2005.

_____ Ponto e contraponto: harmonias possíveis no trabalho com histórias de vida. In: **A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria.** ABRAHÃO, Maria Helena M. B. (Org). Porto Alegre, EDIPUC/RS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. *11ª. E*d. Rio de Janeiro : Graal, 1995.

FREITAS, Marcos C. e KUHLMANN Jr. Moisés (Orgs.), **Os intelectuais na história da infância**, *São Paulo, Cortez,2002*

GAGNEBIN, J. **História e narração em Walter Benjamin.** São Paulo, Perspectiva, 1994

GÉLIS, J. A individualização da criança, In ARIÈS, P. ; CHARTIER, R. (Orgs.) **História da vida privada**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GONDRA, JOSÉ. (Org.) **História, Infância e escolarização**. Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 2002.

GUIRALDELLI Jr., Paulo (Org.) **Infância, escola e modernidade**, Curitiba, Editora da UFPR, São Paulo, Cortez, 1997.

KUHLMANN Jr. Moisés. **Histórias de educação infantil brasileira**. Revista brasileira de Educação, mai/ago, 2000.

KUHLMANN Jr., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

NARODOWSKI, Mariano**.** *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna.* Bragança Paulista, EDUSF, 2001.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação no Brasil - um campo de estudos em construção, In FARIA, Ana L., **Por uma cultura da infância**, Campinas, Autores Associados, 2002.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **Menores institucionalizados e meninos de rua: Os grandes temas de pesquisa da década de 80.** São Paulo, Cortez, 1991.

RIZZINI, Irene. Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, Rio de Janeiro, n° 3, 1989.

ROCHA, Eloisa A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia**. Florianópolis, UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicação, 1999.

SARLET, Erica. **Ainda hoje plantaria minha macieira.** São Paulo, Editora Sinodal, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Jovens Turcos e o Projeto de Modernização Profissional do Exército Brasileiro

Fernando da Silva Rodrigues*

Resumo: No início do século XX, dentro do Exército Brasileiro havia entre a maioria dos oficiais um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional. No Alto Comando Militar havia a percepção da necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado em que se encontrava. Podemos dizer que dentre as providências importantes tomadas, foi à ação modernizadora dos Jovens Turcos movimento divisor de águas dentro de um Exército por demais ligado ao modelo teórico cientificista, um Exército que buscava a sua profissionalização.
Palavras chaves: Instituição – Política - Modernização.

Abstract: At the beginning of century XX, inside of the Brazilian Army a common denominator had enters the majority of the officers: a delayed Institution was the Brazilian Army, the used armament was diversified making it difficult the instruction and the maintenance, the installations and the quartéis were precarious and were low the destined budgets the Institution for the National Congress. In the High Military Command it had the perception of the necessity of more immediate actions with the objective to operate significant changes of this state where if it found. We can say that amongst the important steps taking, it was to the modern action of the Young Turks movement watershed inside of a beside the point on Army to the scientific theoretical model, an Army that searched its professionalization.
Key-Word: Institution – politics - modernization.

No início do século XX, dentro do Exército Brasileiro havia entre a maioria dos oficiais um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional. No Alto Comando Militar havia a percepção da necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado que se encontrava. Segundo o Marechal Odylio Denys[1], foram providências importantes tomadas

* Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador do Arquivo Histórico do Exército, e Professor da Universidade Iguaçu
[1] DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 8-9.

para as futuras mudanças: a Lei de Reorganização do Exército de 1908[2]; a reorganização do Estado-Maior do Exército[3] mais compatível com a preparação da guerra; a criação de Grandes Unidades permanentes[4], no início chamadas de Brigadas Estratégicas, posteriormente substituídas pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria; a Lei do Serviço Militar Obrigatório de 1908[5]; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento; e o reaparelhamento das fábricas. Todas essas providências foram tomadas no governo do Presidente Afonso Pena (1906 – 1909), que pela situação de prosperidade econômica do país, depois do período de saneamento do Presidente Campos Sales (1898 – 1902), pode criar as condições para reformas estruturais de profundidade[6]. No período o Ministro Guerra era o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1906 - 1909), responsável pela aplicação dessas significativas mudanças renovadoras da Instituição. Podemos perceber ainda, que o Marechal Hermes da Fonseca, quando comandante do 4º Distrito Militar, promovera as primeiras grandes manobras do Exército, em 1905, nos campos de instrução de Santa Cruz, quando ficou evidenciado faltar tudo á tropa. Como Ministro da Guerra, além de organizar as grandes unidades e os seus quadros, dividiu o país em regiões de inspeção, e reforçou as guarnições do sul e do Mato Grosso[7].

Ainda segundo Denys, no orçamento do Ministério da Guerra para o ano de 1906, foi registrada uma emenda que permitiu mandarem oficiais brasileiros que desejassem ir a qualquer país da Europa com o objetivo de aperfeiçoarem seus conhecimentos em Escola ou Corpo de Tropa, durante dois anos. A falta de coordenação das atividades acabou fazendo com que os interesses Institucionais se dispersassem sem que pudesse ter sido feito um trabalho que beneficiasse o Exército, ao invés de beneficiar os interesses individuais.

A 15 de novembro de 1910, assumiu a chefia do Estado brasileiro o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca que havia sido Ministro da Guerra do Presidente Afonso Pena.

---

[2] ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil. Lei Nº 1860, de 04 de janeiro de 1908. O título IX desta Lei trata da reorganização do Exército – do Art. 105 ao Art. 139.

[3] O Estado-Maior do Exército foi criado pela Lei Nº. 403, de 24 de outubro de 1896, publicada na Ordem do Dia da Repartição do Ajudante-General do Exército Nº 778, de 31 de outubro de 1896, cuja função era preparar a Instituição para a defesa da Pátria, para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas á organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne á instrução e disciplina da tropa. ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996, Esclarecimentos indispensáveis e pág. 23.

[4] ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil. Decreto Nº 7.054, de 06 de agosto de 1908, cria cinco Brigadas Estratégicas e três Brigadas de Cavalaria.

[5] ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil. Lei Nº 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regula o alistamento e o sorteio militar, e reorganiza o Exército.

[6] É importante registrar que somente dois pontos do plano do Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, teve êxito: a constituição de grandes unidades e a aquisição de armamento.

[7] PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. Organização e Administração do Ministério do Exército. Brasília: Bibliex, 1994. p. 100.

Logo depois de eleito presidente (1º de março de 1910), o Marechal voltou á Alemanha. Após o retorno do Marechal Hermes da Fonseca da Alemanha, o qual fora convidado pelo *Kaiser* Guilherme II, para visitar as instalações do Exército alemão e assistir às grandes manobras militares em Tempelhoff, abriu-se a possibilidade para que oficiais brasileiros fossem recebidos nos Corpos de Tropas alemães, para servirem como arregimentados, para um estágio de dois anos, acompanhando a instrução militar em todas as suas fases, e que regressariam ao Brasil em fins do ano de 1912.

Segundo Odylio Denys, o regresso dos oficiais que estagiaram na Alemanha em 1912 serviu para dar maior intensidade à nova orientação profissional no Exército. Foram eles os elementos que lançaram a campanha renovadora da Instituição. Para tanto, fundaram a Revista *A Defesa Nacional* e foram distribuídos conforme solicitação ao Ministro da Guerra, General-de-Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30 de maio de 1912 a 15 de novembro de 1914), pelos Corpos de Tropa das suas respectivas Armas, recebendo em um primeiro momento por parte de oficiais mais antigos a denominação de "Jovens Turcos"[8], como maneira de depreciar esses militares e suas ações dita renovadora. De apelido pejorativo no início, terminou com o tempo servindo de símbolo de uma causa. A nova geração de oficiais brasileiros formados a partir do Regulamento das Escolas Militares de 1905, com ênfase na prática, iria aderir com entusiasmo aos novos conhecimentos trazidos pelos oficiais ex-estagiários na Alemanha.

Com relação às publicações, o espaço principal foi o Boletim do Estado Maior do Exército e a Revista *A Defesa Nacional*, revista de assuntos militares fundada em 1913, pelos seguintes militares: Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brasilio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade, ou seja, dos doze membros, apenas os quatros últimos não eram ex-estagiários no Exército Alemão, mas sim, adeptos da nova campanha de renovação do Exército. Os redatores iniciais da revista foram os Primeiro Tenentes: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis.

Na Revista *A Defesa Nacional* apresentaram farto material sobre seus estudos e análises executados na Alemanha, tais como: traduções de Regulamentos militares, guias de instrução, notas, relatórios, tudo tendo como único objetivo facilitar a compreensão dos

[8] Referência aos jovens oficiais da Turquia de Mustafa Kemal que buscaram transformar e levar a modernização ao estagnado Exército daquele país.

ensinamentos militares aprendidos no exterior. Ao que parece, a divulgação, no meio militar, acabaram atraindo a atenção de oficiais, que o Marechal Odylio Denys chamou de "oficiais de espírito progressista", alguns superiores hierarquicamente ao grupo que se estabelecia nesse espaço de difusão da idéia de transformação renovadora.

No entanto, ao analisarmos o Editorial do primeiro número publicado por esse grupo de oficiais do Exército Brasileiro, em 10 de Outubro de 1913, nos surpreende o discurso registrado, o qual esclarece um pouco daqueles personagens que na História e na Política nacional atuariam nas transformações que ocorreriam no país, desde as crises política dos anos 1920, até os anos 1940, mais precisamente com os limites dessa pesquisa, em 1945.

Iniciando o seu discurso, parece que temos na construção do título, "A Defesa Nacional", o objetivo de estabelecer os interesses do grupo, ou seja, iniciar uma literatura militar renovadora da Instituição no país, mas por outro lado estabelecer o interesse na defesa do território contra os problemas externos e internos. Ao longo do discurso vão colocando-se na condição de servidores dos interesses gerais do povo brasileiro, representante dos interesses da sociedade, e da coisa pública.

Em outro ponto do editorial, discursam a partir de uma posição norteadora de que existiria no mundo uma dominação estabelecida através do eixo centro-periferia. No caso brasileiro, algumas características o colocam na condição de periferia, ou país atrasado materialmente e racialmente, condição essencial para que o Exército não exerça suas funções puramente militares como no caso dos grandes povos ou das nações mais desenvolvidas do mundo. Em nações subdesenvolvidas ou nascentes como eles preferem colocar, onde os elementos mais variados se fundem apressadamente na formação de um povo, o Exército, seria a única força verdadeiramente organizada no interior de uma sociedade desestabilizada política e socialmente. Logo, seria dever do Exército, além dos fatores profissionais, tornarem-se fator decisivo de transformação política e de estabilidade social.

Só o que foi expresso nesse primeiro momento já seria suficiente para entender que esse grupo de militares, dois terços dos quais estagiou no Exército alemão, estavam impregnados pelas idéias de uma modernização executada pelo Estado, como única forma de modernização do Exército brasileiro. No Editorial, criticavam abertamente o regime liberal instituído que não aceita as intervenções militares na evolução social dos povos, como no trecho abaixo extraído do editorial do primeiro número da Revista *A Defesa Nacional*[9]:

[9] ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista A Defesa Nacional. Nº 1. Editorial, p.1.

> *"é um facto histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grao já elevado de civilisação ellas conseguem emancipar-se da tutella da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira funcção."*

Ainda com relação à política, tratam como questão a condição de que o Exército precisa estar aparelhado e preparado para a função conservadora e estabilizadora da ordem política, estando preparado para corrigir perturbações internas que são tão comuns nas sociedades em transformação.

Com relação à política externa, tratam também da questão como um problema a ser resolvido, não menos complexo que a política interna. Colocam como pauta da discussão, a situação de fertilidade do país, com suas imensas costas marítimas e imensas linhas de fronteiras terrestres, espaços próximos a outros países em formação que por si só já possuem suas agitações política e processos de desenvolvimento do Estado. No entanto o mais interessante é o fato de colocarem como evidências e admitir como hipóteses a possibilidade do Brasil naturalmente ter aspirações a um desenvolvimento integral, o qual teria como obstáculos as jovens nações do outro lado das fronteiras terrestres. Podemos avaliar essa colocação como pretensas aspirações de controle das fronteiras do Estado brasileiro. Com relação a possíveis intervenções externas, se colocam na posição defensiva e de alerta principalmente contra os países fronteiriços, pois com relação a futuros conflitos internacionais esse dia poderia estar próximo, e não saberíamos de que lado viria o perigo, podendo vir do Norte, do Sul, do Oriente, ou mesmo do Ocidente. O Brasil deveria contar apenas com sua própria força, com sua organização militar, que segundo os autores do Editorial, ainda estava muito abaixo do necessário, devendo dar maior ênfase à sua efetiva modernização. O Editorial nos revela os interesses em difundir um terceiro aspecto dessa questão, a de que o Exército, em um país como o Brasil, não é só fator de transformação político-social, e nem o principal elemento da defesa externa, mas teria igualmente uma função educativa e organizadora da massa geral de cidadãos.

De acordo com a Constituição brasileira, de 1891, era cidadão todo brasileiro com as seguintes qualidades e direitos: serem eleitores os maiores de 21 anos, que não fossem mendigos, analfabetos e praças de pré; igualdade perante a lei; direito de associação sem o uso de armas; inviolabilidade de sua casa; livre manifestação de pensamento; e direito a propriedade. Logo, deveríamos pensar que "cidadãos" estariam expressando no editorial do primeiro número da Revista, talvez a idéia de uma massa disforme na sociedade brasileira que

necessitasse de educação (militar) e organização. Ainda, pode-se perceber nesse pequeno trecho, o interesse na formação de uma elite Institucional que teria o dever de conduzir as massas de "cidadãos" brasileiros.

Continuando a análise, percebemos que para o grupo prevalece a idéia de que um bom Exército é uma escola de disciplina, justamente para preparar para a disciplina social. Portanto, assim, como a hierarquia militar muita das vezes representa uma hierarquia social, disciplina e hierarquia são o alicerce de sustentação da organização militar. Para os militares, as suas relações internas têm como princípio básico à hierarquia, que tem a ver com o escalonamento, com a existência de instâncias superiores e inferiores, numa sucessão regular, é o princípio da graduação dos elementos num conjunto, por referência ao próprio conjunto, aquela que marca o tempo de serviço na Instituição, que dirige toda a vida da Instituição. Determina as condutas e a estrutura, relações de comando e comandado, sistematiza a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeia o modo como às relações de poder deve se estruturar. Além disso, a hierarquia determina como os conhecimentos e as informações são produzidos e circulam pelo interior da força[10].

O Exército subsistiu com base nos princípios da disciplina, da hierarquia, da autoridade e da ordem e na existência de um cerimonial próprio. A disciplina se preserva na obediência que o inferior deve prestar ao superior, ou na integral observância dos regulamentos militares. Com relação ao princípio da disciplina, podemos dizer que ela se tornou o fim a que se destinava a Instituição Militar; e a hierarquia, o meio para se atingir este fim. A disciplina é um instrumento de sobreposição de uma vontade individual a uma vontade coletiva, é o eixo de ligação e de união do efetivo militar.

Além de instituir a base da renovação militar através da disciplina, os editores trabalham também com a idéia de que o Exército é uma escola de trabalho, de sacrifício e patriotismo. Patriotismo esse que se torna um instrumento para inserir na sociedade interesses coletivos, dentro de uma sociedade que vive sob a égide do individualismo, e sob a influência do liberalismo, conforme se percebe no trecho abaixo[11]:

> *"(...) Um exercito bem organisado é uma das creações mais perfeitas do espírito humano, porque nelle se exige e se obtem o abandono dos mesquinhos interesses*

[10] LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia Volta Volver*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 52-53.
[11] ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista A Defesa Nacional. Nº 1. Editorial, p. 2.

> *individuaes, em nome dos grandes interesses collectivos; nelle se exige e se obtem que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfigure na abstração dever; nelle se exige e se obtem o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de pátria.*
> *Comprehende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relevo, fortalece aquillo que há de nobre e de heróico, e de sublime no barro comum – tem que exercer forçosamente uma influencia salutar sobre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades."*

O patriotismo do discurso é acompanhado com aspectos bastante interessantes no final do trecho acima descrito. Entendemos como o estabelecimento de uma mentalidade elitista de um grupo que se diz superior aos demais do país, e que tem por pura finalidade a intervenção na transformação do indivíduo e da sociedade. Talvez tenhamos aqui a origem do pensamento elitista e autoritário no meio militar que se consolidará nos anos 1930 e 1940, sob a influência dos regimes totalitários. Pensamento esse que toma como base o desenvolvimento dos Exércitos nas sociedades desenvolvidas européias, civilizações e sociedades tão antigas em sua formação, que segundo os redatores, servem como modelo para um país como o Brasil, que tem por necessidade a formação e transformação de uma sociedade considerada retardada e informe.

Logo, no discurso são estabelecidas como necessidade fundamental, à construção de um Exército que corresponda às suas legítimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, aspirações que devem ser acompanhadas da instalação de um modelo político que estabelecerá as transformações desejadas.

No final do discurso, temos a colocação das condições em que a Instituição se encontra, ou seja, de um Exército que não corresponde as suas necessidades, apesar das várias tentativas de mudanças que vinham acontecendo desde o 15 de Novembro de 1889, no entanto, segundo conclusão do Editorial da Revista, o país estava completamente indefeso. Daí para frente, o objetivo principal das publicações dessa revista voltada para a literatura militar, seriam as críticas ao sistema estabelecido com forte embasamento na formação teórica, e que deveria sofrer sua verdadeira transformação rumo a uma formação militar mais prática. Para eles, o progresso seria obra dos dissidentes, dissidência com ordem, a princípio sem o uso da força, com total disciplina e com a lenta mais eficaz virtude da espera da disseminação das suas novas idéias que fossem lançadas através dos Corpos de Tropas.

A Revista *A Defesa Nacional* tornou-se um meio de divulgação dos ideais de renovação do Exército. Desde o início, seus redatores procuraram obter colaboração de seus superiores hierárquicos, como forma de estabelecer uma relação com a legalidade na veiculação de suas publicações. A ida do Tenente Estevão Leitão de Carvalho para o Gabinete

do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria (15 de novembro de 1914 á 15 de novembro de 1918), abriu espaço para consolidar a divulgação dos interesses profissionais desses ex-estagiários do Exército alemão.

Conforme o Marechal Odylio Denys[12], os resultados satisfatórios obtidos na instrução da tropa após o recebimento daqueles oficiais que estagiaram na Alemanha, viu o Alto Comando do Exército a necessidade da uniformização da instrução em todo o Exército, a partir da Escola Militar do Realengo como lugar de difusão de uma nova forma profissional de se trabalhar na Instituição. Para tanto, era preciso formar uma nova geração de oficiais capazes de serem bons instrutores nos corpos de tropa, disciplinadores, e estarem em condições de bem apresentar as organizações militares que fossem servir. O que percebemos é que transparece no discurso desse momento a preocupação com as aparências e com a boa apresentação da tropa e relação aos civis.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. In: CARVALHO, J. M. **As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CIDADE, Francisco de Paula. ***Síntese de três séculos de literatura militar brasileira.*** Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

GRUNENNVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Exército**. Brasília: ENAP, Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

SODRÉ, Nélson Werneck. **História Militar do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TREVISAN, Leonardo N. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993.

[12] DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 14.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um Modesto Rabiscador de Notas Cinematográficas: Paulo Fontoura Gastal e a Construção de Espaços Culturais na Década de 1940 em Porto Alegre.

Eduardo de Souza Soares[1]

Resumo: Com nossa comunicação, pretendemos discutir a atuação de um importante personagem da vida política e cultural de Porto Alegre: P. F. Gastal, profundo conhecedor e estudioso da sétima arte, dizia ser um "modesto rabiscador de notas cinematográficas". Em sua atividade intelectual, deixou registrada a angústia quanto aos rumos da cultura local frente ao avanço da influência norte-americana. Responsável maior pela fundação do Clube de Cinema em 1948, aproveitou bem o prestígio adquirido ao promover diversificados eventos, encontros em que os grandes nomes da arte gaúcha em suas diferentes expressões sempre estiveram presentes. Em plena Guerra Fria, em uma sociedade marcada pelo "way of life", a voz dissonante de Paulo Fontoura Gastal nos leva a refletir sobre as experiências e memórias desta cidade.
Palavras-Chave: P. F. Gastal – Comunismo – Cinema.

Abstract: With our communication, we intend to discuss the behavior of an important character of the political and cultural life of Porto Alegre: P. F. Gastal, a profound and studious well-known of the seventh art, he told that he was "a modest scribbler of movie notes". In his intellectual activity, he let registered his anguish about the direction of the local culture in front of the north-american influence. The great responsible by the foundation of the Movie Club in 1948, used his prestige to promote a big variety of events, meetings in which the great names of the local art in its different expressions were always present. In the middle of the Cold War, in a society marked by "way of life", the dissonant voice of Paulo Fontoura Gastal give us the opportunity to reflect about the experience and memories of this city.
Keywords: P. F. Gastal – Communism – Cinema.

Um Pouco de P. F. Gastal:

Gastal tinha dezenove anos quando começou a escrever. Intelectual habilidoso, não é difícil perceber sua paixão pelo cinema ao estar diante de qualquer um de seus textos. Intitula-se um "modesto rabiscador de notas cinematográficas", mantendo sempre um diálogo franco com os seus leitores, respondendo cartas, apontando defeitos nas salas de cinema e adiantando algumas novidades em que breve seriam vistas nas telas. Charles Chaplin sempre esteve presente em seu olimpo particular, graças a esta paixão, não só adotou entre seus

[1] Eduardo Soares é formado em História pela PUCRS, é especialista em História Contemporânea pela FAPA e atualmente é mestrando do curso de História da PUCRS como bolsista do CNPq.

pseudônimos o personagem Calvero, que Carlitos interpretara em Luzes da Ribalta, como também conservou um bigodinho típico e uma bengala pouco confortável que exibira até o final de sua vida.

Estabelecido em Porto Alegre por volta do ano de 1946, e reconhecido por sua famosa assinatura, Gastal defendia a maior de suas teses, a de que o cinema continuava sendo "o mais importante meio de expressão do nosso tempo". Seus textos para a Revista do Globo tentavam unificar informação com uma linguagem clara e de fácil acesso, adaptando seu estilo às exigências de uma publicação quinzenal e de grande circulação. Responsável agora por artigos de maior visibilidade, começava a criticar abertamente o cinema americano ao passo que descobria e defendia o cinema soviético, nascido das ruínas da guerra e com forte conteúdo político e ideológico, opiniões no mínimo "estranhas" em se tratando de um periódico que, desde o berço, sempre esteve comprometido com os interesses da elite política.

> *Consta que foi dentro da própria Livraria do Globo, no ano de 1928, em uma das tantas reuniões de sábado entre os homens de letras e da política, que Getúlio Vargas, então presidente do Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado pelo seu secretário do Interior e Justiça, Oswaldo Aranha, teria sugerido a José Bertaso a publicação de uma revista moderna, digna de representar a Capital do Estado (DALMÁZ, 2002:33).*

As idéias que Gastal defendia nas páginas da Revista do Globo contrastavam em muito com o momento em que o país se encontrava. É preciso lembrar que em plena segunda metade da década de 1940, o Brasil do governo Dutra abertamente defendia uma postura de alinhamento com o governo norte-americano, que iniciara uma violenta campanha anticomunista. Para boa parte da sociedade brasileira, o novo presidente representava a defesa da Constituição, mas quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era convenientemente esquecido.

O PCB surgia em 1946 como o quarto partido do país. Com considerável representatividade, elegera em seus quadros senadores, deputados e vereadores em pontos estratégicos como São Paulo e o Distrito Federal. Calcula-se que em 1946 o partido contava com algo entre 180 e 200 mil militantes. Era o início de uma época marcada pela repressão ao Partido Comunista, fruto do peso de concepções retrógradas endêmicas à sociedade, do crescimento deste partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências, onde o Brasil automaticamente alinhou-se aos Estados Unidos, desprezando os

interesses nacionais ao romper com a União Soviética, comprovando assim a ingerência de seus governantes.

Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por dois deputados do PTB, o Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro do Partido Comunista. A decisão controvertida baseou-se no texto da Constituição, onde era vedada a existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariassem o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. No mesmo dia do fechamento do PCB, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em vários sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Embora fosse real a influência dos comunistas em muitos sindicatos, era evidente que, em nome do combate ao comunismo, o governo tratava de quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrários à sua orientação, baseada na ótica do novo conflito mundial que iniciara oficialmente naquele ano.

> *A festa de confraternização dos vencedores do nazi-fascismo durou muito pouco tempo. A China e a Grécia se tornaram o campo de confrontação de uma guerra civil. A hegemonia dos Estados Unidos e o equilíbrio europeu eram ameaçados pela ocupação direta ou indireta dos países do leste da Europa pela União Soviética. Confirmavam-se desse modo as suspeitas pessimistas sobre as intenções de Stálin. Em resumo, as esperanças da paz mundial desembocaram no que se convencionou chamar de "guerra fria" (FAUSTO, 2003:402).*

Eram os primeiros passos da Guerra Fria que atingiam não só o Brasil, um momento onde a população mundial assistia a uma caminhada rumo à Terceira Guerra Mundial. E esta é a grande contradição deste artigo, como entender o homem que, não só amava o maior ícone do anticomunismo norte-americano, como criticava abertamente o cinema hollywoodiano, elogiando e defendendo um cinema soviético marcadamente político? O posicionamento de Gastal, ao admirar e, por vezes, defender os inimigos dos Estados Unidos, estaria relacionado a algum tipo de postura ideológica ou suas análises não passavam de simples considerações estéticas acerca das películas "subversivas" conforme a ótica da opinião pública e de setores conservadores da sociedade norte-americana?

Nesse exato instante, julgamos necessária uma pequena pausa para refletir sobre uma palavra em especial, ideologia. Não somos pretensiosos o bastante para discutir com maior profundidade os muitos significados deste termo, certamente seria necessária uma análise muito mais cautelosa do que esta a que nos propomos. É exatamente por esta razão que, com base em alguns pressupostos da definição de Norberto Bobbio, adaptamos este

conceito conforme os limites desta comunicação. Portanto, ideologia designa "um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos e coletivos" (BOBBIO, 2000:585).

Ao pensar a atuação de P. F. Gastal, mais precisamente à luz de nossa hipótese, onde apontamos para um quadro em que este intelectual era no mínimo "simpático" ao ideário do partido comunista, ideologia representa "um sistema de idéias conexas com a ação, que compreendem tipicamente um programa e uma estratégia para a sua atuação, e destinam-se a mudar ou defender a ordem pública existente" (BOBBIO, 2000:587). Além disso, tem a função de manter conjuntamente um partido ou outro grupo empenhado na luta política. A distância com o passado não mais nos permite saber se Gastal fora ou não comunista, mas nossa pesquisa nos habilita a afirmar que certamente ele não estava satisfeito com a ordem vigente, e seu trabalho nitidamente pretendia questionar o mundo em que vivia.

Não são muitas as obras que resgataram as memórias de Gastal, mas pelo menos duas merecem a nossa lembrança, a de Tuio Becker em *Cadernos de Cinema de P. F. Gastal* e a de Fatimarlei Lunardelli em *Memória e Identidade: A Crítica de Cinema na Década de 1960 em Porto Alegre.* Ambas, de alguma forma, registram imagens de suas vivências ao lado do crítico ou tentam, através de seus textos, recuperar o seu pensamento. Nossa única ressalva incide sobre a falta de "combatividade" do autor, ele sempre é citado como um homem de grande talento, altamente capacitado para as tarefas que exercia, mas nada além disso. Nossa perspectiva transcende esta aparente superficialidade, pois identificamos alguns traços na biografia de Gastal que nos permitem reviver um sujeito que, com grande habilidade, soube questionar as mazelas de seu tempo, participando ativamente desta sociedade.

Um bom exemplo destes pequenos avanços propostos por nossa pesquisa, encontramos no relato de um militante histórico e membro do PCB, João Aveline. Absolutamente fiel aos princípios que orientavam o "partidão", ativista social que atuou em boa parte de sua vida na clandestinidade, em seu livro de memórias, onde registrou episódios que verdadeiramente marcaram sua vida, escreve algumas páginas em respeito às vivências do amigo. Lá, mais do que em qualquer outro relato, fica evidenciada a tecla em que insistimos a bater, o caráter combativo e, usando uma palavra muito sugestiva do autor, de militância política exercida por P. F. Gastal em sua vida profissional.

> *Aconteceu a greve dos trabalhadores nos veículos da Caldas Júnior. Tudo porque a empresa, no plano inclinado da decadência, célere no caminho da falência, financeiramente exaurida, nem dinheiro tinha para pagar seus funcionários. Entre eles o P. F. Gastal, que, mais uma vez, noutro terreno, no das lutas sociais, mostrou qualidades de cidadania, defendendo seus direitos e de seus companheiros. Foi demitido (AVELINE, 1999:78).*

Este é um relato que de forma alguma poderíamos desconsiderar. Mas arriscaríamos ir um pouco mais além, não apenas apresentando memórias de antigos amigos e colegas de profissão, mas relembrando os caminhos de sua vida profissional. Graças ao trabalho incessante do historiador e jornalista João Batista Marçal, incansável no esforço de preservar a história da imprensa operária no Rio Grande do Sul, descobrimos que P. F. Gastal não circulara somente nos periódicos tradicionais de Porto Alegre como o Correio do Povo e a Revista do Globo, prática comum entre os intelectuais independentemente de suas preferências políticas, como o próprio exemplo de João Aveline confirma, mas também em um órgão do Comitê Municipal do PCB, *Libertação*, sendo um de seus mais importantes secretários.

> *Órgão do Comitê Municipal do PCB. Apareceu em 14 de abril de 1945. Lema: "Democratização, Progresso, Pela Organização Unitária do Povo". [...] A Libertação era um tipo de revista, publicado semanalmente, e estava vinculada ao MDP – Movimento Democrático Progressista, do qual o professor Rubens Maciel era o principal dirigente. Esse órgão era impresso sob a responsabilidade da Editora Libertação S/A. Porta-voz também dos Partidários da Paz (MARÇAL, 2004:158).*

Encontramos ainda, vestígios de uma produção aparentemente inédita de P. F. Gastal, comprovando que, mesmo não compondo o corpo diretivo como em Libertação, houve colaboração com outro importante veículo do Partido Comunista, a *Revista Horizonte*. Tendo aparecido em Porto Alegre em março de 1949, representou com extrema habilidade o ideário do "partidão", compondo uma importante fonte de estudos por registrar questões culturais e ideológicas da atuação da esquerda na cidade. Era uma revista mensal pertencente aos intelectuais gaúchos do PCB. Com sucessivos intervalos, circulou até 1956. São estes caminhos e descaminhos na vida deste crítico de cinema, que nos levam a crer que seu envolvimento com o ideário da esquerda era algo presente em sua vida.

Nasce o Clube de Cinema:

A cidade de Porto Alegre respirava cinema nos já distantes anos 1940. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, frutificara uma semente plantada no Estado Novo, o gosto pelos

filmes de origem norte-americana. Trata-se de uma preferência por narrativas lineares, que não exigissem do público grande capacidade intelectual para interpretá-las. Os personagens criados pela indústria hollywoodiana determinavam em grande medida a conduta dos jovens porto-alegrenses. Mas nem tudo estava perdido neste tempos de "way of life". Graças ao trabalho de Gastal e de outros importantes nomes da intelectualidade gaúcha, em 1948 seria criado um novo centro de discussões, o Clube de Cinema de Porto Alegre.

> *Os aficionados de um cinema padrão mais elaborado irão reunir-se em grupos para degustar as especialidades colocadas no mercado. Nasce, na cidade, o Clube de Cinema de Porto Alegre, em 13 de abril de 1948. O Clube - como era tratado pelos íntimos -, irá girar em torno de uma grande figura: o jornalista P. F. Gastal. (GASTAL, 1999:72).*

Paulo Fontoura Gastal ainda não trabalhava no Correio do Povo quando fundara o Clube de Cinema. Contudo, foi justamente graças ao trabalho dos cineclubistas, especialmente ao do seu presidente que, apenas para ilustrar este trabalho com um exemplo significativo, Monsieur Verdoux, o novo filme de Charles Chaplin, recebeu algum tipo de divulgação e mais, uma interpretação coerente, visto que o sentimento de anticomunismo era muito intenso em determinadas parcelas da população, não deixando a película ilesa dos reflexos da caça às bruxas. De acordo com Carla Rodeghero, entendemos o anticomunismo como "um conjunto de idéias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo" (RODEGHERO, 2003:28).

O anticomunismo nos remete quase que automaticamente para uma discussão ainda mais ampla, afinal, ao pensar a Porto Alegre do final da década de 1940, mais especificamente no momento em que a nova película de Carlitos chegara na cidade, o acirrado debate estabelecido em torno do filme, conseqüência das perseguições que seu criador fora vítima nos Estados Unidos, leva-nos a definir outro conceito, imaginário. Como afirma a autora, o imaginário, entendido como uma representação global ou um conjunto orgânico de representações, "interfere nas práticas dos indivíduos ou instituições, forjando sentidos, identidades, definindo comportamentos, inculcando valores, atribuindo méritos, corroborando ou condenando atitudes" (RODEGHERO, 2003:29), dele derivando uma poderosa força de instauração ou de legitimação do social. Estando claro o conceito, voltemos ao Clube de Cinema.

Foi com a criação do Clube de Cinema que os porto-alegrenses passaram a ter acesso a um conhecimento mais aprofundado sobre a especificidade do cinema, sua história, sua linguagem, seu sistema de realização, a importância de cada membro dentro de uma equipe de filmagem, enfim, todo o universo que outrora fora desconhecido para a maioria. Sua principal finalidade era desenvolver o estudo, a defesa e a divulgação da arte cinematográfica, nada parecido com os "fãs clubes" norte-americanos, verdadeiros cultos aos atores, aliás, Gastal afirmava que este era um erro que os porto-alegrenses não correriam o risco de ver repetir. Fiéis à linha francesa de pensamento, os cineclubistas iriam valorizar os diretores e as grandes obras.

> *O grupo fundador era um misto de jovens sonhadores, cheios de energia, e veteranos inquietos, profissionais consagrados, empenhados em contribuir para a coletividade. Gastal tinha vinte e seis anos, enquanto Plínio Moraes chegava aos quarenta; Araújo era um jovem de vinte e cinco e Fernando Corona um senhor de quarenta e sete. O vice Goidanich completara vinte e oito anos. Esta mistura respaldou e deu legitimidade para o empreendimento. A sociedade, através de seus intelectuais proeminentes, apoiou a iniciativa (LUNARDELLI, 2000:34).*

Nesta mesma época, mais especificamente no ano de fundação do Clube de Cinema, como demonstrativo do sentimento de resistência contrário à aculturação do "way of life" norte-americano, surgia em Porto Alegre um outro movimento histórico. Com a proposta de "recriar" o homem do campo, nascia o primeiro Centro de Tradições Gaúchas, o CTG 35. A recriação na cidade de um espaço de cultura rural marca profundamente a representação do gaúcho, gerando um mercado de bens materiais e simbólicos na música, na literatura e no próprio cinema, onde os filmes do cantor regionalista Teixeirinha, na década de 1970, traduziam este sentimento de melancolia e saudade do homem que perdera suas raízes frente a uma cultura estranha à sua.

O Clube de cinema desempenhou importante papel social e cultural, na medida em que funcionou como foco irradiador da cultura cinematográfica. Enquanto entidade constituída, e por reunir uma importante liderança cultural local, conquistara legitimidade para estabelecer contatos que trouxeram para Porto Alegre as mais diversas produções cinematográficas. Muitas foram as oportunidades em que os cineclubistas foram levados exclusivamente pela curiosidade, pouco importando a excelência das produções, afinal, o prazer em desvendar novos horizontes na arte cinematográfica era maior. Pólo atrativo de importantes nomes do cinema nacional, os encontros muitas vezes serviam de palco para que os cidadãos desfrutassem de palestras e seminários.

O que garantia ao Clube seu fácil acesso junto aos porto-alegrenses e, me arrisco a dizer, a adoção de algumas posturas "perigosas" em se tratando do final da década de 1940, época marcada pela coerção imposta pela Guerra Fria, a lembrar os elogios ao cinema soviético, a crítica áspera ao cinema norte-americano e a admiração por Charles Chaplin, era a importância de P. F. Gastal. O crítico alcançara sucesso e prestígio junto à população graças às funções que assumira no Correio do Povo, a partir de 1949, permitindo-lhe um bom trânsito entre as autoridades do período bem como uma escassa liberdade que soube aproveitar graças ao talento que lhe era nato.

> *O Clube de Cinema de Porto Alegre é um espaço de excelência, e um espaço alternativo à hegemonia do cinema americano pós-Segunda Guerra. Isto não significa que o Clube tenha uma convivência atribulada com os exibidores locais. Ao contrário, várias casas cedem suas instalações para as sessões que acabam por se consolidar nas manhãs de domingo, sem ônus para a agremiação. Também as fitas são cedidas graciosamente pelas distribuidoras, demonstrando que a convivência é mais do que cordial, e que os próprios exibidores reconhecem o trabalho educativo e de formação de platéias, realizado pelo Clube. O lugar de Gastal, no Correio do Povo, também foi determinante para esta política de boa vizinhança (GASTAL, 1999:76).*

O final dos anos quarenta significa o momento áureo das salas de cinema em Porto Alegre. Nessa época, há o maior número de cinemas na cidade, alguma coisa em torno de cinqüenta casas e vinte e oito distribuidoras, totalizando aproximadamente mil funcionários. Destacava-se o chamado "circuito de Darcy Bittencourt", dono de importantes salas de exibição como o Roxy, o Rex, o Coliseu, o Garibaldi, o Tália e o Cinema Rio. Época do chamado cinema familiar, na rede da família Castello incluíam-se ainda o cinema Imperial, o Castello, o Ritz, o Rosário, o Marrocos e o Marabá. Este é um universo que ainda merece ser mais bem estudado, é preciso reconhecer que estes espaços representavam palcos de grandes discussões, e certamente Paulo Fontoura Gastal foi um maestro ao tentar conduzir os gaúchos nos encantos da sétima arte.

Referências Bibliográficas:

AVELINE, João. **Macaco Preso para Interrogatório: Retrato de Uma Época**. Porto Alegre: Age, 1999.
BARTHES, Roland**. Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
BAZIN, André. **Charlie Chaplin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
BECKER, Tuio. **Cadernos de Cinema de P. F. Gastal.** Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996.
BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. São Paulo: Unb, 2000.

CARONE, Edgard. **O PCB 1943 a 1964**. São Paulo: Difel, 1982.

CARRERAS, Martinez**. Introducción a La Historia Contemporánea**. Madri: Istmo, 1986.

CHAPLIN, Charles. **Minha Vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

DALMÁZ, Mateus. **A Imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945).** Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GASTAL, Susana. **Salas de Cinema: Cenários Porto-Alegrenses**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1999.

GOIDANICH, Hiron. **Nas Primeiras Fileiras**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

GUBERN, Román. **McCarthy contra Hollywood: La Caza de Brujas.** Barcelona: Anagrama, 1970.

HAINING, Peter. **The Legend of Charlie Chaplin**. New Jersey: Castle, 1982.

KOUTZII, Jacob. **A Tela Branca**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

LUNARDELLI, Fatimarlei. **Quando Éramos Jovens: História do Clube de Cinema de Porto Alegre. P**orto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

MCDONALD, Gerald. **The Films of Charlie Chaplin**. New Jersey: Citadel, 1977.

MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PECEQUILO, Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** Passo Fundo: UPF, 2003.

SADOUL, Georges. **A Vida de Carlitos**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

SCHILLING, Voltaire. **América: História e Contradições do Império**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVEIRA, Walter. **Imagem e Roteiro de Charles Chaplin**. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1970.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reflexões metodológicas: a produção do laudo multidisciplinar sobre conflito agrário ambiental no entorno da rebio poço das antas – uma abordagem marxista

Ana Maria Motta Ribeiro*

I- **A experiência de ensino, pesquisa e extensão, de caráter multidisciplinar,** foi realizada pelo GT Ecosocial[1] da UFF que representou o trabalho conjunto de núcleos de pesquisa (Observatório Fundiário Fluminense, Estágio de Vivência em Assentamentos Rurais, Laboratório de Engenharia Agrícola e Núcleo de Referência Agrária); de diferentes departamentos (Sociologia, Geografia, Engenharia Agrícola e Direito), Institutos e Centros de Estudos - portadores de diferentes práticas profissionais, vinculação institucional e experiências em relação a pesquisa, desde conteúdos, objetos, enfoques e métodos até modos de atuação para levantamento de fontes de financiamento.

Constituição do grupo de pesquisa e extensão:

1. Tomando como base a unidade da experiência de trabalho em universidade pública: a imposição da relação entre pesquisa, ensino e extensão comum a todos. O acaso acidental, que articulou professores na oferta de uma disciplina à convite do Observatório Fundiário Fluminense, e acrescida a vontade política da Reitoria, dadas as difíceis condições de financiamento e apoio à pesquisas institucionais fora das agências de fomento oficiais -tipo CAPES, CNPQ , FAPERJ ou FUNDAÇÃO FORD.

Coordenadores:Mônica Cox, bióloga, com mestrado em geografia e doutoranda do CPDA;Dario Prata - engenheiro agrícola;Wilson madeira - advogado com mestrado em

[1] CRIADO POR PORTARIA (UFF/GAR 2599 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2002) PELO REITOR DA UNIVERSIDADE, TORNOU-SE UM GRUPO DE TRABALHO DE PESQUISA E EXTENSÃO DIRETAMENTE LIGADO AO GABINETE - DADA SUA CONDIÇÃO INTERINSTITUCIONAL - PARA RESPONDER A SOLICITAÇÃO DE DOIS MINISTÉRIOS: DES. AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE, COM OS QUAIS A UFF FORMALIZOU A ASSINATURA DE UM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

* PROFESSORA DO DEPTº DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E COORDENADORA DO OBSERVATÓRIO FUNDIÁRIO FLUMINENSE-UFF.

ciências jurídicas e doutorado em letras,Ana Maria Motta Ribeiro- socióloga com mestrado no CPDA, e doutoranda da UNICAMP e do CPDA.

2. Partindo de uma demanda - por fax - do Ministério Público ao departamento de engenharia agrícola (sugerindo a confirmação das preocupações do ibama que interpôs ação civil pública [2] contra o incra, impedindo o assentamento de famílias já cadastradas para fins de reforma agrária na área em função de suposto impacto negativo ao meio ambiente e a reprodução do mico leão dourado, animal em extinção), e isso no semestre em que a sociologia oferecia um crédito para alunos desse curso e atuava na área do conflito com trabalho de campo. O contato telefônico passado ao professor da sociologia desencadeou a operacionalização da demanda em termos multidisciplinares, aparentemente "complicando" o que parecia simples.

Também nesse semestre, coincidentemente, a disciplina sociologia rural estava sendo oferecida em módulos multidisciplinares o que permitiu o conhecimento mútuo de professores de diferentes áreas, a leitura de textos básicos e clássicos indicados por cada um, e a formação qualitativa de uma equipe de alunos de ciências sociais, história, direito, geografia e engenharia agrícola. (Estes alunos cresceram ali, assim como mais outros tantos alunos que entraram imediatamente para outros programas partilhando essa experiência e a mesma unidade de observação ou temas correlatos que brotaram nesse processo).

O convívio nesse semestre dentro da prática docente criou na verdade a condição principal de articulação da equipe e as bases para uma empatia com os grupos sociais e com o mico leão dourado – os reais atingidos por esse conflito agrário ambiental.

II - Como entendemos a multidisciplinaridade:

1. A partir do conceito de "totalidade significativa/unidade do diverso" (Marx, O Método da Economia Política, in, Os Pensadores):as dialéticas do passado e do presente, da aparência e da essência, o concreto pensado, a maturidade do real para ser conhecido...)

2. Fazendo uma crítica à justaposição de saberes e ofícios combinados enquanto uma espécie de divisão social do trabalho.(E. Durkheim): o novo conhecimento está no cruzamento - não necessariamente consensual- desses diferentes enfoques, na **invenção** de

[2] INTERPOSTA PELA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, PROCESSO Nº 98.001.0661-8.

técnicas, métodos e experiências de olhar científico sobre a realidade para superar impasses inerentes ao trabalho da pesquisa - a diversidade de agentes sociais envolvidos e a dimensão histórica densa do passivo ambiental do Vale do São João, o que impunha a necessidade de uma abordagem de processo, ou externos, como um prazo de seis meses para cobrir tanta complexidade.

3. Reconhecendo que existe um lugar de independência acadêmica - que nunca se confundirá com neutralidade da ciência - ficção indesejada para quem pretende operar no campo da objetividade- mas que se espera seja o lugar representado pela universidade pública na condução de uma experiência como essa, e que deve ser regiamente defendida, e por isso a empatia precisa ser metodologicamente problematizada. E empatia não significa perda da capacidade de discernimento em nome de uma opção política pela direção do movimento social, no caso do MST, que se torna um ente abstrato e não necessariamente presente no sentido concreto no dia a dia daquelas populações e se revela, igualmente como parte do objeto de estudo.

4. Aprendendo e deduzindo que existe uma hierarquia de conhecimento determinada pelo recorte do objeto que deverá determinar a posição de coordenação da **multidisciplinaridade,** acima de histerias, competições ou corporativismos. Só se pode falar sobre isso, imagino, em cada caso e em cada experiência desse tipo de trabalho em particular.

No caso desse estudo sobre um conflito agrário ambiental, apoiados por indicação de especialista em laudos antropológicos(Eliane Cantarino Dwayer) -parâmetros identitários de populações tradicionais, que lidam com conflitos como objeto, soubemos que a direção teórico metodológica da pesquisa deveria caber às ciências sociais no sentido de definir o recorte e a metodologia e principalmente deveria orientar a interpretação dos dados para conclusão, considerando-se que cada especialidade em separado pode chegar á conclusões não apenas distintas como contraditórias e o inegável acúmulo histórico das ciências sociais, em particular da especializada em questões rurais e em estudos relativos á conflitos fundiários, que lhe concede essa primazia. Isso significa que coube á sociologia, dentre outras tarefas, o privilégio da definição da hipótese que orientaria todo o trabalho e suas diferentes aptidões de conhecimento[3]:

[3] ATUALMENTE, QUANDO O GT FOI CONVIDADO A REALIZAR OS ESTUDOS PARA VIABILIZAR O ASSENTAMENTO (APLICAÇÃO DAS INDICAÇÕES DO TAC) TAL COMO NOSSO LAUDO SUGERIU , JÁ TINHAMOS APRENDIDO QUE NESTE CASO DEVERÁ CABER ÁS CIÊNCIAS MAIS EXATAS (ENG. AGRÍCOLA) OU ÁS QUASE EXATAS-GEOGRAFIA/AGROECOLOGIA , A COORDENAÇÃO DESSA NOVA FASSE DO TRABALHO, CONSIDERANDO A HIERARQUIA ESTRATÉGICA E MAIS RELEVANTE DAS DESCOBERTAS E ACUMULOS DESSAS ÁREAS SOBRE ESSA NOVA FORMA DE

Tendo em vista a alta demanda por terras por parte de grande contingente de trabalhadores sem terra e a alta concentração fundiária do país, a vantagem de se estabelecer, em áreas de proteção ambiental, a conjugação das políticas de preservação ecológica com as políticas fundiárias de assentamentos humanos desde que de forma planejada e controlada pelo estado e pela sociedade civil - especialmente referindo-se aos beneficiados, os quais na realidade, serviriam como um amortecimento que impediria futuras degradações por articularem preservação do ambiente com as suas próprias condições de reprodução.

Caberia ao direito o levantamento e exposição para a equipe das leis afetas ao nosso objeto assim como a crítica jurídica do conceito de reserva biológica. A elaboração ou invenção de uma tecnologia de intervenção que provocasse a construção da negociação - solução do conflito, atuando na pesquisa de documentos, localizando-os através de entrevistas com procuradores, arquivistas, fóruns, cartórios, ou através da extensão dando às partes um cenário/ambiente nas reuniões, uma forma - as atas lidas e assinadas, e uma cobertura legal. Finalmente resgatando, criando, ou produzindo, documentos que antes não existiam -as atas ou documentos produzidos a partir da pesquisa: no incra e em cartórios ou no ibama.

Caberia á geografia levantar as condições de existência física e cultural das populações humanas (e com a vantagem da formação de nosso coordenador nessa área, em biologia), da população animal, além de localizar mapas, elaborar mapas a partir de dados das pesquisas do direito ou da sociologia, problematizar a intervenção técnica do estado em relação ás condições de produção agrícola existentes , levantar as origens dos acampados e assentados em relação aos saberes para agricultura, reconhecer e identificar as propostas de uso e ocupação do espaço em litígio pelos diferentes atores com interesses em confronto (seqüestro de carbono, corredores florestais, unificação das reservas biológicas ou agroecologia e agrofloresta como forma de resistência política para os atingidos) e em relação aos erros técnicos do incra apontados na pesquisa do direito e da engenharia agrícola. Finalmente e sobretudo a geografia deveria ensinar à equipe sobre o conteúdo técnico da agroecologia e do conceito de corredores florestais a ponto de convencer primeiro a equipe e depois apostar nessa indicação como encaminhamento do laudo.

Caberia á engenharia agrícola o levantamento dos grandes problemas estruturais do ambiente - hídricos, de solo, de clima, o conhecimento da história física do solo e das condições atuais (corte sincrônico) da degradação ambiental praticada segundo a forma de

INTERVENÇÃO.

ocupação da região - em grandes ,médias e pequenas propriedades, e por tipo de utilização produtiva - pecuária ou agricultura, segundo recorte proposto pela sociologia.

Além de um levantamento das práticas de sobrevivência cotidianas verificadas nas comunidades humanas - cidades e acampamentos ou assentamentos quanto ao lixo, a água potável ao uso de eletricidade , de equipamentos industriais.e, finalmente a realização, com apoio metodológico da sociologia, de um DRP – Diagnóstico Rápido Participativo nas comunidades do assentamento Sebastião Lan I, e do acampamento Sebastião Lan II, na beira do rio São João.

Nos dividimos em quatro módulos de intervenção, realizamos seminários internos periódicos para trocar informações, nivelar as diferenças de vocabulário técnico e olhares (enfoques) e definir a direção da pesquisa.

Convidamos especialistas sobre questões que emergiam do processo de pesquisa e extensão de modo a agilizar o conhecimento e contornar o fator tempo e oferecemos, cada um disciplinas formais com abertura de vagas para os diferentes cursos que iam qualificando os alunos bolsistas e ampliando a formação de maior numero de alunos nas equipes nesse modelo multidisciplinar.[4]

Apresentamos a primeira versão de nossos relatórios numa das reuniões de negociação quando fomos criticados e apresentamos o relatório final para representantes das autoridades demandantes do grupo de cooperação técnica.

Estratégias da pesquisa/extensão multidisciplinar:

O uso do método da pesquisa ação (Carlos Brandão):

-definir a empatia como condição do trabalho de campo visando economizar tempo e garantir o reconhecimento de um campo de interesses de modo explícito.

-produzir as negociações políticas que reproduzem os atos de contraposição de interesses como estratégia de observação e, simultaneamente, de construção participativa da

[4] CRIAMOS UMA FORMA DE INTEGRAÇÃO DE MAIS ALUNOIS SEM BOLSA MAS COM DIREITO Á CRÉDITO NA DISCIPLINA "PRÁTICA DE PESQUISA" QUE CHAMAMOS DE "MOEDA-CRÉDITO, O QUE PERMITIU VINCULAR UM GRUPO DE ESTUDANTES MAIOR AO PROJETO.

negociação pela presença de novos atores e da ampliação do campo de interesses e compromissos.

Realizamos seis reuniões nas quais o GT Ecosocial atuou na montagem das pautas, conduzindo a apresentação de demandas, versões e propostas de modo planejado e tomando o conflito como objeto: nas duas primeiras reuniões os painéis foram apresentados por órgãos públicos face a questão do conflito (secretarias de agricultura, de assistência social e de meio ambiente dos dois municípios(silva jardim e Casimiro de Abreu), policia florestal; nas três seguintes as versões das partes em conflito: a associação dos amigos do rio são João que havia colocado uma outra ação no min público contra os assentamentos ibama - representado pela gerência da rebio, e da ong de apoio - a "mico leão dourado"/ e a versão das populações assentadas e acampadas atingidas; na ultima reunião, a universidade apresentou seu relatório preliminar e o detalhamento dos estudos parciais. Em todas as reuniões redigíamos uma ata que era lida, e assinada por todos na reunião seguinte, depois de destaques.

Cada uma dessas reuniões de dia inteiro (almoçávamos juntos) era organizada em um local diferente com um rodízio de responsabilidade (custos e organização): escolas, bibliotecas municipais, secretarias estaduais, universidade ou incra.em todas as reuniões, os acampados em situação crítica mais evidente, montavam uma espécie de altar com seus produtos agrícolas que ao final eram distribuídos entre todos. Na reunião em que deveriam apresentar suas demandas e sua versão, organizaram um painel de fotos mostrando como era precária a produção quando começamos as reuniões e como evoluiram para um plantio bem calculado e expressivo tornando a paisagem do "brejão" (nome da área que ocupam) de ressequida em cada vez mais verde, além de conseguir superar um racha interno. Também fizeram por conta própria um vídeo com a característica de não ter som e de ser apresentado com uma locução "ao vivo". Por seu lado o ibama, na figura do chefe e funcionários da rebio, apresentou um video mostrando o uso de agrotóxicos e a prática das queimadas entre os acampados.

Nossa proposta:

Tornando-se claro o interesse fundiário da rebio de modo mais significativo do que a preocupação com a preservação ambiental, depois de sucessivas tentativas de encaminhamentos que sempre convergiam para a retirada dos acampados sem nenhuma proposta compensatória aceitável mas sem concluir pela sua presença negativa ao ambiente

vis a vis a permanência dos pastos que afetavam muito mais a reprodução do mico leão e depois de uma disposição explicita e acordada perante testemunhas dos acampados no sentido de "perderem" uma parte de seus pequenos lotes para garantir a reconstituição das matas ciliares além de seu aceite em permitir o reflorestamento que viabilizaria a constituição de um corredor florestal ligando as duas Rebios - Mico Leão e União, onde a população de micos poderia se reproduzir em liberdade, chegamos ás nossas conclusões.

A universidade - o GT Ecosocial definiu sua proposta no laudo: pela manutenção dos acampados, pela criação do corredor florestal com a participação dos acampados e pela articulação entre incra e ibama no acompanhamento desse processo. Sugerimos que o Ministério Publico assinasse então um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta com o INCRA, nesse sentido.

No miolo do Laudo colocamos nossas análises e dados levantados e, na elaboração do livro sobre essa experiência (que está no prelo), dividimos em duas partes: na primeira o laudo e na segunda um conjunto de reflexões, sobretudo da sociologia e do direito, que retratam nosso processo de compreensão crítica, nossas questões e as evidências levantadas.

Resumo da experiência:

quanto ao projeto: multidisciplinaridade, teoria crítica, os cinco sentidos em uso e as razões afetivo-existenciais que atravessam o trabalho, além da questão da empatia com o objeto e das artimanhas para driblar o tempo de pesquisa segundo o tempo da necessidade político-burocrático

Quanto à consideração epistemológica principal:

Toda realidade em estudo é sempre de natureza multifacetada, mas, quando o recorte do objeto exige observação simultânea sobre vários níveis, tempos e práticas contrapostas, além do fato do exercício da pesquisa poder vir a sofrer, eventualmente, a contingência de uma temporalidade política fora do ideal da maturação para o conhecimento, me parece que fica imposta a necessidade da multidisciplinaridade na perspectiva da teoria crítica, única eficaz no sentido de revelar determinações não aparentes e fundantes da produção da dinâmica social e com aptidão para "dar conta" de um reconhecimento estratégico que possa conduzir à "dúvidas essenciais" - espécie de matriz geradora e

reprodutora de novos conhecimentos e saberes e dúvidas, impossíveis de serem criadas e concebidas por outra via.

Final da história:

Quando chegamos na área em 2001, os sem terra estavam acampados há cinco anos, desde 1997 , o incra demorou mais quatro para encaminhar e assinar o TAC, depois convidou o GT Ecosocial em 2005 para realizar o estudo de viabilidade para começar os PDAs – Planos de Desenvolvimento Agrário, e assentar essa comunidade, depois de um ano quer dizer, até hoje, e cerca de quatro ou cinco textos de propostas apresentados e de umas quatorze reuniões sem que qualquer técnico tivesse lido uma linha de texto, soubemos informalmente, por pessoas que conhecem alguns técnicos do incra, que a EMATER realizará tais estudos e a UFF está descartada. Sentimos pela descortesia da superintendência e sua falta de ética com relação a UFF, mas esperamos, em nome de todo nosso esforço, que seja quem for, viabilize esse assentamento e nossas propostas.

A boa notícia: o mico leão saiu da extinção! A pior notícia: os sem terra continuam acampados.

A melhor notícia: dizem que não desistem, desafiando toda a nossa multidisciplinaridade acadêmica. OBA!!!!!!

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os conceitos fundamentais de Antero de Quental sobre a decadência ibérica no período moderno

André Nunes de Azevedo

A questão da decadência foi a questão fundamental que acompanhou a trajetória da nação lusitana durante o transcurso do período moderno. Desde 1580, data de sua assimilação pela Coroa espanhola, até a sua vinculação à União Européia, em fins do século XX, Portugal percebeu-se em decadência e pôs-se a refletir sobre tal fato. Contudo, a sensação de decadência que acompanhava a nação lusitana, ante o avanço da modernização de outros países europeus, ganharia uma nova projeção com o fenômeno da "aceleração da modernidade" durante o século XIX. A modernização política fora disseminada pela revolução francesa, iniciadora de um movimento de liberalização das nações européias e com os embates de classes crescentes no Velho continente; a filosofia ganhara novo impulso com a afirmação tanto do iluminismo como do romantismo; a ciência e a tecnologia desenvolviam-se com rapidez inaudita, traduzindo-se na rápida expansão da malha ferroviária, nas inovações das máquinas, inventos e das conquistas no campo das ciências naturais e, por fim, a economia capitalista avançava com a consolidação de um mundo cada vez mais urbano e fabril. Tais fenômenos ampliavam o distanciamento de um país que insistia em sua tradição católica e fidalga diante de uma Europa moderna e decidida quanto aos rumos que desejava assumir. Nunca o contraste entre a modernidade e a tradição ibérica fora tão contundente para Portugal quanto na segunda metade do século XIX.

Uma palestra proferida por Antero de Quental, em 1868, com o título de "Causa da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos" consiste em uma tentativa de compreensão das razões da decadência de Portugal e Espanha sob uma perspectiva histórica. Nela, Quental defende que após uma época de grande destaque das nações ibéricas no cenário europeu, Portugal ingressaria em três séculos de profunda decadência, a saber, os séculos XVII, XVIII e XIX. A conferência consiste basicamente em apresentar o fulgor ibérico na antigüidade e no medievo, para, posteriormente, identificar o que considera as três causas da decadência dos povos ibéricos e discutí-las. No final do trabalho, o autor aponta o

que julga que estaria reservado ao futuro de Portugal, sendo isto sua possibilidade de ingressar na Europa moderna.

A conferência, tornada ensaio, começa com o autor afirmando, antes de analisar a grandeza e o declínio da Península Ibérica, que a decadência de Portugal é o único grande fato incontestável do historiador que se presta a compreender a história do país. Logo em seguida, dá nota de seu historicismo de maneira irônica, afirmando que antes de qualquer tentativa de regeneração, Portugal deve reconhecer a decadência que marcou o seu passado nos últimos três séculos.

Antero de Quental lista três pares opostos entre a Europa e a Península Ibérica. Eles conferem a consciência da gravidade e a tensão própria do contraste entre modernidade e tradição na Portugal de 1870. Esses três pares seriam: a) a existência da contra-reforma em Portugal e o desenvolvimento da liberdade de pensamento, ciência e alta cultura na Europa, b) o absolutismo luso e as liberdades políticas existentes no Velho continente e c) uma economia viciada nas mercadorias das colônias em contraste com uma economia capitalista industrial pujante presente na Europa.

O conceito de decadência ocupa um papel fundamental nesta obra de Antero de Quental. Faz-se presente no próprio título da conferência e é tido como o principal objeto de sua reflexão. Para um intelectual como Quental, líder dos escritores ascendentes da Geração de 70, a escolha das palavras-chave com as quais operará as suas idéias não é resultado do mero acaso. A palavra, em princípio mero significante, é continente de uma gama de significados e o conceito que denota, é decisivo para a articulação das idéias fundamentais que sustentam a hipótese do intelectual sobre uma dada questão.

Muito embora a busca da compreensão de um conceito histórico deva estar para além de uma história da língua, pois não deve perder de vista a história social, o uso da mesma não pode ser prescindido, pois joga um papel fundamental como índice do conceito, este mais amplo, mais rico em seus significados.[1] Assim, faz-se fundamental perceber o conceito de decadência através do estudo lexicográfico do mesmo, que conferirá dimensões relevantes de significação.

[1] Reinhart Koselleck. Le Futur Passé: Contribution à la Sémantique des Temps Historiques, Op. cit. p. 110.

O mais conceituado dicionário da época em Portugal, o lexicógrafo de Antônio Moraes da Silva, de 1877, assim exprime o verbete decadência:

> *"Decadènci**a** - s.f. (do françês decadence) Descaimento de força, vigor, poder; e fig. Decadência do Império, do valimento, dos validos, da agricultura, das artes, das ciências, do comércio: decadência do pulso; no que vai enfraquecendo etc (decadência, declinação. Syn.). Decadência é o começo de ruína, de destruição, o estado de uma coisa que caminha para a sua ruína: declinação é o estado de uma coisa que se enfraquece, que vai em diminuição, que tende para o seu fim.. Assim dizemos a decadência dos bens, dos Impérios; a declinação do dia, da idade. (decadência, ruína. Syn.).Diferem estes dois vocábulos, em que o primeiro prepara o segundo que ordinariamente é o efeito do primeiro, v.g. a decadência do Império Romano anunciava a sua total ruína: diz-se das artes, que elas caem em decadência; e de uma casa, que ela cai em ruína".*[2]

Dentre as significações menos imediatas presentes no texto e que denotam a idéia de decadência na língua portuguesa, pode-se destacar a concepção da decadência não como a ruína, mas como "o estado de uma coisa que caminha para a sua ruína". A decadência seria tão somente o início da ruína, mas ainda não ela mesma. Mais adiante, o dicionarista esclarece este aspecto fundamental do termo quando compara a sinonímia imperfeita que marca a relação das palavras decadência e ruína: "Diferem estes dois vocábulos, em que o primeiro prepara o segundo que ordinariamente é o efeito do primeiro". Desta feita, o conceito de decadência revela uma imperfectibilidade na essência mesma de sua ação, na direção que cumpre a mesma, ação de queda, de ruína. O conceito de decadência porta um telos, que poderá vir, ou não, a cumprir-se, mas que, contudo, estará sempre inacabado em seu porvir.

Assim, tem-se revelado o caráter estratégico da seleção deste conceito por Antero de Quental, um intelectual que não acredita na ruína, na condenação histórica da Ibéria por força de sua crença teleonômica no vir a ser de um socialismo utópico em Portugal. Desta forma, o conceito de decadência é precisamente adequado aos propósitos políticos do líder da Geração de 70, pois revela o diagnóstico de um descaimento de vigor que não obstante a sua força, não compromete as possibilidades de uma regeneração futura da nação lusitana.

Após a publicação do Dicionário de Caldas Aulete, surge uma nova edição do dicionário Moraes, a 8a., de 1890[3], na qual apenas uma discreta menção aos poetas da decadência romana aparece destoando do texto do verbete da 7a. edição. Posteriormente, em

---

[2] Antônio Moraes Silva. Diccionario da lingua portugueza (A - E). 7ª edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1877. Verbete Decadência.

[3] Antônio Moraes Silva. Diccionario da lingua portugueza. Vol. I (A-E). Lisboa: Editora-Empreza litteraria fluminense, 1890.

1899, o dicionário de sinônimos de Henrique Brunswick é editado. Nele, os sinônimos decadência/decaimento assim aparecem notados:

> *"Decadência. Decaimento - Querem os dicionaristas que estes vocábulos sejam sinônimos perfeitos, o que logo se nota não ser exato, posto que se a cada passo lemos e dizemos: a decadência de Portugal, a decadência das letras, a decadência dos costumes, e também o decaimento de Portugal, o decaimento das letras, o decaimento dos costumes, distinguimos entre estas expressões sentidos claramente diferentes. Com o vocábulo decadência consideramos que Portugal, as letras, os costumes, vão caindo, vão cada vez a menos, tendem a arruinar-se ou a corromper-se; ao passo que com decaimento consideramos o estado de ruína a que chegaram Portugal, as letras, os costumes. Mil vezes dizemos o decaimento das forças, nunca porém ouvimos dizer a decadência das forças daquele doente; o mesmo se nota ao dizer que fulano está em decadência, nunca podendo dizer-se - pelo menos com relação a sua fortuna - que ele está em decaimento.*
> *Há pois sinonímia entre decadência e decaimento, mas essa sinonímia está longe de ser perfeita.*
> *Decadência é o estado do que vai cair, do que tende a arruinar-se. Esta palavra indica principalmente o princípio, a iniciação deste movimento, e só se diz das nações, das sociedades, das coisas moraes, daquelas que se tem grande apreço e das pessoas.*
> *Decaimento diz-se do que se considera já em estado muito avançado de ruína, e cuja a ruína completa não se fará esperar muito tempo. Diz-se do que é físico e do moral".*[4]

A idéia de regeneração era estratégica no desenvolvimento das idéias de Antero de Quental, o conceito de regeneração é revelador quanto aos propósitos políticos deste intelectual português, empenhado em redimir Portugal de sua história .

A palavra regeneração, originada do latim "regeneratio", figura em dicionário desde o primeiro lexicógrafo da língua portuguesa, com Raphael Bluteau, em 1721. Na época abrangente do texto de Quental, ela aparece na 7a. edição do dicionário Moraes. Posteriormente, esta idéia ganha um novo contorno com o surgimento do dicionário de Caldas Aulete que, em 1881, nota assim a palavra regeneração, vejamos:

> *"Regeneração- s.f. A reparação ou renovação de uma parte destruída ou arruinada. Reprodução; restauração; suprimento, substituição: a regeneração de certos humores. Revivificação. Reforma, renovamento moral, reabilitação: Era ainda uma verdade, que um simples homem não podia encarregar-se da regeneração moral do universo. (Mont' Alverne). A regeneração dos costumes. Renascimento, nova vida dada pelo batismo e pela penitência. Partido político monárquico e conservador de Portugal que sucedeu ao partido cartista em 1851. F. do latim regeneratio".*[5]

Este texto de Aulete apresenta-se mais rico em significações. Primeiro, remete a idéia de sanar algo que fora arruinado, destruído. Isto é reforçado pela idéia de revivificação.

[4] Henrique Brunswick. Dicionario de synonymos da lingua portugueza. Lisboa: Editora de Francisco Pastor. 1899. Verbete Decadênmcia/Decaimento.

[5] Caldas Aulete. Diccionario contemporâneo da língua portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Verbete Regeneração.

Fazer reviver o que um dia existiu e que então encontrava-se destruído. Posteriormente, após abordar alguns exemplos, o autor lança mão da palavra reabilitação, o que indica que o que desejava-se resgatar não havia fenecido, mas apenas se prejudicado, necessitando, portanto, de recuperação diante de seus problemas. Assim, neste sentido, aquele que regenera, o faz diante de algo que não se extinguiu, que de alguma forma ainda existe e que, por isso, ainda pode ter seus caracteres originais resgatados. Já no primeiro sentido abordado, o de revivificar, teríamos mesmo a possibilidade de fazer reviver algo que, embora houvesse existido um dia, havia, de alguma maneira, extinguido-se.

Com efeito, em Caldas Aulete, a idéia de regeneração divide-se entre o resgate daquilo que não se esvaira de todo, sendo apenas comprometido em parte - *reabilitação* em Aulete e *restauração* em Moraes - e o de fazer reviver algo - *revivificação* em Aulete e *renascimento* em Moraes. A idéia de regeneração utilizada por Antero de Quental para o propósito da análise da trajetória histórica de Portugal é contemplada no segundo sentido atribuído a *regeneração* pelos dicionaristas - *revivificação/ renascimento* -, pois trata-se aí de fazer reviver, renascer algo que foi abandonado pelas opções históricas feitas pela nação lusitana. No entanto, tal abandono não supõe a morte fenomenológica daquilo que foi abandonado. A existência do ser-aí, da presença de uma tradição, é um fato em qualquer sociedade, e adquire um sentido mais amplo na forma de compreensão do tempo histórico na Portugal do século XIX.

Filme como história ou História como filme?

Eduardo José Afonso*

O presente trabalho de Vonderau "Historiography and Film: a dangerous Liaison?, faz parte de edição que publica "papers" – cadernos de papers - e que tem por intuito discutir questões polêmicas. O número 21, cujo tema é "Film as History/History as Film, foi publicado em Berlim, em novembro de 1999, com a participação de dois integrantes - Stephan Michael Schroeder e Erik Tängerstad - do colóquio ocorrido na Itália em abril do mesmo ano.

Patrick Vonderau prefacia este exemplar dos cadernos de papers polemizando o tema. Para ele, *o filme pode ser visto relacionado à história da sociedade na qual foi produzido. O filme pode funcionar como história: como fonte ou documento e não apenas como história estética, mas como história no geral. Vice e Versa, história pode ser apresentada como filme: "filmes históricos" competem com as convencionais produções escritas historiográficas na aceitação do público, desde que a televisão e o cinema tornaram-se acessíveis a todos.*

O tema dos cadernos: Filme como História e História como filme, segundo Vonderau, não está relacionado apenas a dois campos de pesquisa e sim a uma mudança de ponto de vista que está relacionada a diferentes interesses, ou campos disciplinares.

Pergunta Vonderau, ainda no prefácio: De onde veio a idéia de que o filme pode ser adequado/inadequado como recurso ou fonte histórica? O que é um "filme histórico", em que ele pode ajudar? Há alguma evidência de que ele pode ser suscetível para propaganda? Em que sentido filme pode desafiar as noções tradicionais da historiografia de identidade e representação?

Neste ensaio Vonderau apresenta uma pequena introdução sobre esta discussão, e destaca os limites e os progressos do debate que a história iniciou ao tomar o filme como objeto de estudo. O foco da atenção repousa na análise dos conceitos teóricos sobre a especificidade do filme como mídia/meio.

O segundo participante é Stephan Michel Schöder que ao analisar o filme dinamarquês (Den lille Hornbloeser – O pequeno trombeteiro, de 1909) questiona, em que sentido o filme no geral pode ser visto como um meio para a história? Distanciando-se criticamente da definição convencional de "filme histórico" ele busca a historização da definição.

A terceira participante desta edição é Claudia Beindorf que desenvolve sua leitura

do filme sueco *Rid i natt! (Ride this night! , 1942)* contra a ação da política de neutralidade Sueca durante a Segunda Guerra Mundial. Sob sua perspectiva, o filme de 1942 trás indícios sobre a situação sueca dos anos 40. Ele tenta verificar esta tese através daquilo que chama de *parábola como estilo narrativo* do cinema.

O quarto participante é Erik Tängerstad reflete sobre a relação entre "historia" e o "passado" e entre "identidade" e "representação" em historiografia. Ele ilustra sua reflexão com o file de Peter Greenaway *Death in the Seine* (Morte no Sena) (1988), o filme que segundo sua opinião pode desafiar conceitos metodológicos e epistemológicos convencionais da história.

Os quatro ensaios posicionam os autores dentro do debate em questão assim como dentro das premissas básicas do projeto de pesquisa "A Construção Cultural das Comunidades", que dá sentido a esta publicação.

Em seu ensaio - "Historiografia e Filme: Uma ligação perigosa?" - nesta edição, Patrick Vonderau , trabalha com a opinião de autores, ligados ao tema "História e Filme" , quase todos acadêmicos e unidos tanto pela história quanto pela preocupação em valorizar esta "mídia" - o filme - como fonte para a história. Ele o divide em quatro partes.

Inicia a primeira parte, destacando, que *"o debate teórico sobre a relação entre filme e história é quase tão antigo quanto a enquete que discute a relação do filme com a realidade."* Enceta, então, esta discussão , indo buscar no passado as primeiras posições que pensadores, ligados ao cinema, ou não, tomaram com relação ao filme.

O primeiro problema a influenciar a discussão entre filme e história até hoje, é a idéia que se fez, e que ainda se faz, tanto do filme quanto da fotografia, que o se capta é a pura verdade - como dizia Fox Talbot "a fotografia é o lápis da natureza"-. Esta discussão, iniciada no século XIX, quando surgiu a fotografia e o cinema , naquele momento muito adequada, inclusive aos preceitos positivistas - documento como verdade -, imprime hoje uma marca que afasta o historiador do filme e vice e versa.

Vonderau destaca, nesta primeira parte, ao criticar as considerações de August Wolf, - escritas no ano de 1921 - que a valorização excessiva do filme como verdade e como principal instrumento histórico – o filme histórico monumental – dificulta uma aproximação entre os acadêmicos das comunicações com os da história. Na medida em que valoriza este instrumento sem examiná-lo criticamente, passa por cima de conceitos e métodos da historiografia.

A segunda parte do texto, nosso autor, tenta mostrar que há um descompasso entre desenvolvimento tecnológico e história. Começa por usar uma obra escrita de D.W. Griffith,

publicado em 1924, "O filme em Cem anos", que é um trabalho de previsão sobre o poder da mídia audiovisual e termina por se apropriar das idéias de um professor de história de uma escola técnica da Califórnia, Robert Rosenstone, que valorizando mais os meios de comunicação do que a função da história como ciência, decreta a morte da história.

Segundo Vonderau a história tem revisto suas posições porque entre outras razões tem sido derrotada em seu próprio território, pela TV e pelo cinema. Isto, segundo ele, foi também causado pelos estudos de mídia e filme que com sua institucionalização integrou a história como uma área temática, assim como foi o caso de outras disciplinas acadêmicas de arte e cultura.

Ainda segundo nosso autor quando a história tenta trabalhar com o filme os resultados são satisfatórios. Para ele, os filmes podem ser usados em aulas de forma a ilustrar conceitos abstratos da história, além disso, contribuem para o envolvimento emocional do estudante, que auxiliará seu engajamento acadêmico com a história. Diz ainda, que o contato com o filme serve não só como importante função pedagógica, mas também como estimulador das discussões historiográficas e acrescenta ainda, que o filme pode ser usado como metáfora no auxílio do esclarecimento das considerações metodológicas da história.

O trabalho de Michele Lagny , "Film history or history expropriated", também dá consistência às afirmações de Vonderau. Ela usa a metáfora das imagens do filme como argumento para questionar a idéia de verdade factual e o uso dos múltiplos pontos de vista. "a História é como uma imagem, Ela requer como numa fotografia ou nas imagens em movimento, uma opção pela seleção de quadros e luzes. Como no filme, ela requer um processo de edição".

As tentativas de integrar o filme às áreas de história geral, segundo Vonderau, têm mostrado vantagens apesar de não terem atendido as expectativas centrais. As razões, segundo ele são:

1)O filme é visto, nos estudos sobre sua função, apenas como uma ocasião para mediar informação entre as duas disciplinas. Os estudos sobre filmes têm, há muito, desenvolvido uma consciência do método historiográfico, enquanto a ciência histórica usualmente tem grandes dificuldades com a terminologia dos estudos dos filmes e a formação da teoria. O fato da história ter-se ocupado com o filme não permitiu que estes estudos ainda estivessem abertos ao público.

2)Enquanto os filmes são abertos o suficiente, em seus significados estruturais, podendo ser entendidos fora de seu contexto específico, os estudos históricos somente são aceitos pela "mass-media" se forem adaptados à tecnologia da "thin

description" da infotainment.

3)Muitos historiadores ainda não encontraram uma resposta satisfatória para a questão do valor atribuído pela história para filmes que representam o passado. Aqui a resposta deve ser revista constantemente.

Sem dúvida alguns pontos destacados, aqui, são relevantes. As considerações de Patrick Vonderau, aqui apresentadas, porém, deixam muito claro que seus pontos de análise partem da visão de um acadêmico ligado às comunicações. Sabemos que sua formação não é de historiador, apesar de ter-se doutorado em história - isto deve ser levado em consideração -. O que se apresenta, aqui é um destaque à importância do poder dos áudios-visuais, como instrumento de formação e uma crítica à história, que é apresentada de forma muito superficial, com relação à sua resistência em aceitar esta característica dos filmes hoje em dia.

Ainda nesta segunda parte, Vonderau, chama a atenção do historiador, para a importância dos filmes comuns preteridos até a década de 70, pelos documentários. Havia uma suspeita, por parte dos historiadores de que os filmes comuns falseassem a história. Hoje já se assume, como Marc Ferro, "que o filme, imagem ou não da realidade, documentário ou ficção, história real ou pura invenção é história".

Com tom de provocação usa dois historiadores para manter a discussão, que é a tônica principal deste ensaio, História X desenvolvimento tecnológico. Marc Ferro, que como já vimos pela citação acima, segue o modelo da Nova História, a *escola dos Annales* e Robert Rosenstone, professor norte-americano, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, acadêmico defensor da pós-modernidade e que define a história , como ela é hoje , como um instrumento ultrapassado.

Enquanto Ferro defende a idéia de que cada tipo de filme pode ser percebido como documento, a partir do contexto em que foi criado, Rosenstone, acredita ter encontrado na estética pós-moderna dos filmes históricos experimentais, um novo e original meio de representação da história.

A apropriação das idéias de Ferro e Rosenstone na argumentação de Vonderau, a respeito da História como filme e o filme como História, nos leva a alguns debates metodológicos com os quais a história tem-se ocupado, principalmente, aqueles que levam em conta a questão do status do filme como fonte.

Segundo Vonderau todos os filmes podem ser vistos pelos historiadores como documentos em seus contextos de origem. Um historiador pode, desde que reconheça um filme como histórico, afirmar ou defini-lo como uma "descrição do passado escrito".

Na terceira parte do texto Vonderau poe em cena os dois historiadores citados, Marc Ferro e Robert Rosenstone de forma a estabelecer um contraponto entre suas teses.

Marc Ferro, como um seguidor da escola dos Annales faz a crítica do cinema que é visto, sempre, como se a câmera fosse uma meio de representação do mundo sem a interferência humana (posição apontada por Vonderau no início do texto). Ele usa o filme histórico para problematizar o fazer história. Segundo suas perspectivas críticas a história é controlada por interesses da classe dominante. O filme histórico, então, deve ser usado como pressuposto para uma "contra-análise da sociedade". É possível captar as relações com a ideologia dominante, assim como a memória histórica e social presentes no filme e que serão captadas a partir dos lapsos que o filme apresenta contrariamente às intenções dos produtores.

> *"Esses lapsos de um criador, de uma ideologia ou de uma sociedade constituem significado privilegiado que podem caracterizar qualquer filme assim como sua relação com a sociedade. Descobri-los, entender como eles concordam ou discordam da ideologia, ajuda a descobrir o que está latente atrás daquilo que é aparente, ajuda a ver o não visível pelo significado do visível".*

Robert Rosenstone também centra suas considerações teóricas sobre o mesmo objeto, ou seja, "camera-centred understanding" . O tema de Rosenstone , porém, não está baseado, somente, no filme histórico, "mas no novo tipo de história possível , feita pela mídia ou por meio do filme. As novas formas de pensar o passado".

Em consonância com Ferro, Rosenstone defende a idéia de que o exame do audiovisual, como mídia, serve como fronteira para a prática da historiografia; para ele, a história, hoje, é mais viva fora das escolas e universidades do que dentro delas. , "o filme está fora do controle dos historiadores. O filme mostra que não somos donos do passado. O filme criou um mundo histórico cujos livros não podem competir, pelo menos em popularidade". Neste sentido decreta a morte da história tradicional e declara sua ressurreição. ***"A história pós-moderna nasceu e está viva e bem. Ela existe não nas páginas, mas na tela, e é a criação dos cineastas e videomakers"***.

Ao contrário de Ferro, que defende a idéia de que os "filmes históricos são transcrições fílmicas de uma visão da história concebida por outros" Rosenstone sustenta a posição de que o filme é "história como visão". Esta posição que fundamenta sua tese - de que os filmes são o que mais representativo existe na historiografia pos—moderna - é baseada na analogia entre técnica do filme e percepção humana. Neste sentido ele define o filme histórico como "uma forma de pensar que utiliza elementos outros que as palavras escritas, ou seja, o som, a visão, o sentimento e a montagem". Como aponta Vonderau, há problemas na defesa

desta posição, pois o filme em si não sente nem conduz a idéia da história como pensamento, mesmo que possua um "observador-camera", identificado com um narrador, o que resolveria a questão, que é central para a história quando se ocupa com o filme, o da autoria.

Há, também, um ponto levantado por Rosenstone - quando enfatiza a história como visão – que deve ser alvo de crítica, segundo Vonderau; aquele da montagem como primeiro significado de expressão da linguagem do filme. Neste sentido, para Rosenstone, a câmera teria uma função representativa e a montagem uma construtiva do signo do cinema. Segundo Vonderau ambas atividades de representar e construir não começam no primeiro momento da gravação do filme. "A total negação dos aspectos da *mise-em-scene,* dirige-nos apenas ao conceito de estilo do filme não justificando sua posição quanto a função da história no "paraíso" da mass-média.

Para Patrick Vonderau, se levarmos em conta a sua lógica de argumentação alegórica, perceberemos que Rosenstone rejeita não somente a historiografia tradicional como, também, o cinema. Para ele, tanto um quanto outro nos fazem crer que o que fazem, ou mostram, é a representação da pura realidade. "O mascaramento de seu próprio discurso é usado conscientemente para iludir o espectador". Há que estabelecer, portanto, segundo Rosenstone, uma linha divisória entre "filmes sérios" e "filmes não-sérios", para ele, estes filmes sérios "recusam-se a ver a tela como uma janela transparente num mundo real".

Continuando sua análise sobre a postura metodológica de Rosenstone, Patrick Vonderau aponta que a crítica aos filmes de Hollywood, feitas por ele levam-no a crer na produção de filmes - aqueles que ele reputa sérios, por exemplo -, desvinculados de sua função, que é a orientada para o lucro e como resultado de um trabalho coletivo.

Visto que o autor (Rosenstone) nunca trabalha com a teoria do filme ou a história do filme em seu argumento, a impressão que temos, ainda segundo Vonderau, é que seus conceitos de filme são, no final, somente componentes de um discurso hermético. Seus estudos sobre o filme e seus objetivos são obviamente vistos como uma ameaça existencial, não como um desafio para o historiador.

Finalmente as observações de Rosenstone tem como seus pontos de partida o conhecimento da contingência do trabalho do historiador. No entanto na última página de página da coleção de seus ensaios seu ensaio ele declara sua crença inabalável no método empírico, retornando, desse modo, ao *status quo* ante suas considerações meta-históricas.

A quarta parte do texto é guardada por Patrick Vonderau para suas considerações finais. Ele inicia o parágrafo justamente conclamando, tanto ao historiador quanto aos acadêmicos estudiosos do filme que procurem chegar a um consenso quanto ao seu objeto de

estudo, o filme. Destaca a importância da interdisciplinaridade como elemento importante para formulação de questões científicas.

Para Vonderau pode-se dizer que todos os filmes, históricos, ou não, comerciais ou não, podem ser interpretados, ou vistos como documentos históricos. Como estudioso da arte defende a idéia de que se pode atribuir ao filme, num contexto específico, a função de iluminar as idéias contemporâneas sobre o presente e o passado. Para ele, lidar com o filme histórico, teoria do filme, e análise dele mesmo será sempre indispensável para o historiador. Finalmente, acrescenta ele, qualquer estudo deve começar pela crença de que o filme permite que se debruce sobre ele e o veja como um instrumento possível de problematização. Em comparação à outros documentos, o filme é dispensável na construção da história como ciência, porém, quando ele é o objeto de análise, deve, sem dúvida estar presente.

Conclui seu ensaio, então, propondo um modelo heurístico - com cinco pontos - que poderá ser desenvolvido com vistas à construção da história com o filme ou a história no filme. Provavelmente um método que poderá ser usado tanto por aqueles que se dedicam, na academia, ao estudo exclusivo do filme e do cinema quanto ao historiador.

1)Contexto e estudo do filme como documento.
2)Discussão sobre a produção concreta do filme e a recepção da história
3)Análise do estilo do filme em questão
4)Sobre a especificidade de sua (do filme) narração
5)Construção de uma série de referências intertextuais com outros filmes.

Finalmente há que reconhecer, também, que o debate teórico fundado na relação da história com a mídia do áudio-visual pode ser entendido tanto como preocupação da cultura quanto, especificamente da auto-observação do historiador na pósmodernidade.

Considerações

O texto, apesar dos problemas da versão do alemão para o inglês, foi muito bem escolhido, pois, se à primeira vista provoca indignação, principalmente com relação às teses de Robert Rosenstone, logo em seguida, quando é possível um mergulho mais fundo em seu conteúdo, nos leva a perceber a sua importância. Ele põe à nu uma questão presente, que não se pode negar, e que, ao mesmo tempo, é vista marginalmente às grandes questões dos debates teórico-metodológicos da história.

O desafio está posto, principalmente porque diante do discurso atual, de que

vivemos um tempo onde a comunicação se faz mais pela imagem do que pelas palavras, é preciso, mais do que nunca entender o que isto significa tanto para o ser humano quanto para o futuro da história.

Concordo com Patrick Vonderau quando destaca a importância da interdisciplinaridade na formulação de questões científicas com relação a este objeto de análise que é a mídia áudio-visual. O "Grande Medo", porém, é perdermos a capacidade de nos indignar e de estabelecermos a crítica diante de posturas tão claras como as que tomou e toma Rosenstone, ou seja, a decretação da morte da história, e que representam o que há de mais "moderno" dentro da ideologia da globalização. Sem dúvida esta tendência vem a reboque daquela proposta por Fukuyama, com "o fim da História".

Marilena Chauí, em sua participação no seminário nacional sobre "o silêncio dos intelectuais", nos esclarece com muita propriedade a questão colocada acima. Para ela a ideologia da "modernidade", ou do pós-moderno, trás consigo, subliminarmente posicionada, a dependência do saber em relação ao poder econômico e a transformação da experiência do espaço e do tempo (e aí estamos nos referindo à história). Assim comenta neste trecho:

> *"Além da dependência das universidades e dos centros de pesquisa em relação ao poder econômico, é preciso lembrar que esse poder se baseia na propriedade privada dos conhecimentos e das informações, de sorte que estes se tornam secretos e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes. Tanto a produção quanto a circulação das informações estão submetidas a imperativos que escapam do controle dos produtores do saber e do controle social e político dos cidadãos.*
> *A nova situação do saber como força produtiva determina a heteronomia do conhecimento e da técnica, que passam a ser determinados por imperativos exteriores ao saber, bem como a heteronomia dos cientistas e técnicos, cujas pesquisas dependem do investimento empresarial.*
> *Ora, a autonomia racional era a condição tanto da qualidade do saber como da autoridade do intelectual engajado para criticar a ordem vigente. (...)*
> *Destaca-se também (...) o surgimento da ideologia pós-moderna. Assistimos, hoje, a uma transformação sem precedentes na experiência do espaço e do tempo, designada por David Harvey como a 'compressão espaço-temporal', ou seja, o fato de que a fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informação, a compressão do espaço - tudo se passa aqui, sem distâncias, diferenças nem fronteiras - e a compressão do tempo - tudo se passa agora, sem passado e sem futuro. Na verdade, fragmentação e dispersão do espaço e do tempo condicionam sua reunificação sob um espaço indiferenciado e um tempo efêmero, ou sob um espaço que se reduz a uma superfície plana de imagens e sob um tempo que perdeu a profundidade e se reduz ao movimento de imagens velozes e fugazes.*
> *Paul Virilio fala em acronia e atopia, ou a desaparição das unidades sensíveis do tempo e do espaço da percepção, sob os efeitos da revolução eletrônica e informática. A profundidade do tempo e seu poder diferenciador desaparecem sob o poder do instantâneo. Por seu turno, a profundidade de campo, que define o espaço*

> *perceptivo, desaparece sob o poder de uma localidade sem lugar e das tecnologias de sobrevôo. Vivemos sob o signo da telepresença e da teleobservação, que impossibilitam diferenciar entre a aparência e o sentido, o virtual e o real, pois tudo nos é imediatamente dado sob a forma da transparência das aparências, apresentadas como evidências. Nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente vivido como instante fugaz".*

Retomo, portanto, aqui, o destaque para a importância de um texto como este. Ele não só nos permite a discussão da relação da História com a produção audiovisual, como nos dá subsídios para, a partir de tema presente no mesmo trabalho, refletirmos sobre a supervalorização da tecnologia nos destinos da humanidade. Tal qual na obra de Mary Shelley, escrita na primeira metade do século XIX, estaríamos diante de um Frankenstein?

A nova dinâmica da comunicação da globalização, do neoliberalismo, que confunde o real com virtual, se não for pensada, questionada e enfrentada, nos afastará do ingrediente primeiro que nos caracteriza, que é o senso crítico. Neste sentido, o grande mérito do texto de Vonderau não é somente a proposição do tema, mas também, a indicação deste particular que se encontra em suas entrelinhas.

Reconheçamos, pois, a contribuição de Michele Lagny - que usa a metáfora das imagens do filme como argumento para questionar a idéia de verdade factual -, e de Marc Ferro, em sua análise do filme como elemento denunciador da ideologia presente - que serviria para "Uma Contra-Análise da Sociedade" -, assim como a proposição de um modelo heurístico - que poderá ser desenvolvido com vistas à construção da história com o filme ou a história no filme – construído por Patrick Vonderau. Mas não deixemos de lado o desafio da interdisciplinaridade que nos permite a manutenção da dialética na construção do saber, assim como a vigilância diante de discursos escamoteadores de interesses outros, que não aqueles da valorização de tudo que é humano.

Bibliografia

CHAUÍ, Marilena, **Intelectual engajado: um ser silente ou animal em extinção?** Síntese da conferência que deu para o ciclo 'O Silêncio dos Intelectuais'. Folha de São Paulo - Setembro /2005.

FERRO, Marc. O Filme: Uma Contra-Análise da Sociedade? IN: FERRO, Marc. **Cinema e História** São Paulo:Paz e Terra.1992, 79-118.

FALBE-HANSEN, Rasmus. *The filmaker as Historian.* P.O.V.: **a Danish Journal of Film Studies**, Aarhus, nº16, December 2003.

ROSENSTONE, Robert A. History in images/history in words: Reflections on the possibility of really putting history onto film IN: **American Historical Review**, 93 (1988:5)

VONDERAU, Patrick. **Historiography and Film: a dangerous Liaison?** IN: VONDERAU, Patrick (ed.) Film as History/History as film, Berlim, 1999 (Working Papers: "Gemenskaper Gemeinschaften" 21).

WHITE, Hayden. Historiography and Historiophoty.*IN:* **American historial review 93**, *no.5 (December 1988): 1193-1199*

WIECHMANN, Maria Helena. **A Construção do conhecimento a partir de fontes cinematográficas: análise dos filmes "Cabra marcado para morrer" – 1981 e "A espiral" – 1975.** Dissertação de mestrado: 01/1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros: entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880 – 1920).

Camila Bueno Grejo*

Durante a segunda metade do século XIX, a Argentina passou por um processo de modernização que a colocou, em poucos anos, entre os países mais ricos do mundo. Todo esse desenvolvimento, aliado à possibilidade e esperança de ascensão social se tornou um meio propício à promoção da imigração que acarretou um vertiginoso crescimento populacional.

Foi em meio ao desenvolvimento econômico e à aspiração ao progresso que, no final do século XIX e início do século XX, se destacaram alguns intelectuais preocupados em pensar a realidade nacional. Dentre eles, Carlos Octavio Bunge (1875-1918) e José Ingenieros (1877-1925), os quais buscavam, em meio a tais mudanças, integrar o imigrante europeu à sociedade argentina, utilizando, para isso, teorias raciais e apelações biologistas a fim de criar uma consciência nacional[1].

Este trabalho, ainda em fase inicial, busca compreender as relações que podem existir entre Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros, partindo da análise de sua produção intelectual do início do século XX. Estes homens exerciam profissões consideradas importantes - tais como medicina e direito - pertenciam à classe dominante e, por assim dizer, possuíam influência política, chegando a ocupar cargos administrativos no governo. Além disso, contavam com um objetivo em comum: construir a "nação argentina" – no sentido estrito do termo – o que implica dizer que aqueles que não se encontravam unidos pela origem – no caso, os imigrantes - deveriam adotar a mesma língua e as mesmas tradições do país que os acolheu.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sob orientação do Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired.

[1] É importante esclarecermos que pretendermos nos referir aos intelectuais argentinos do século XIX como sendo cientificistas, diferentemente do que ocorre na quase totalidade da historiografia argentina, que os denomina como positivistas. Assim o faremos por entendermos que positivismo está contido em um conceito mais amplo: o cientificismo. Oscar Terán pode ser tomado como exemplo de autor que já se dirigiu aos intelectuais argentinos de finais do século XIX e início do XX como positivistas (ver: TERÁN, Oscar. Positivismo y nación em la Argentina. Buenos Aires: Ponto Sur, 1987.). No entanto, num trabalho mais recente, Terán reconheceu haver alguns deslizes nas aplicações positivistas dos intelectuais argentinos do período. (ver: TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880 – 1910). Derivas de la "cultura científica"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.).

A figura de Bunge teve muitas faces – advogado, professor, literato, estudioso de direito, de educação e de sociologia – e, apesar de ter nascido no ano de 1875, acabou sendo incluído na "Geração de 80", devido à sua precoce maturidade intelectual[2]. De toda sua produção intelectual nos vale destacar: *La educación* (1901), *Principios de psicología individual y social* (1903) e *Nuestra América* (1903).

Nuestra América está constituída por uma análise sociológica psicobiológica, que procura diagnosticar um dos males latino-americanos: a "politica criolla" dos caudilhos latino-americanos. A psicologia do hispano-americano deriva de fatores étnicos (raciais), físicos e econômicos. Bunge se dedicou, sobretudo, à importância do primeiro fator. Compreender a política hispano-americana, isto é, seu caudilhismo, seus ditadores criollos, exigia uma previa diferenciação dos grupos étnicos que compunham a estrutura social. Era preciso, assim, no caso hispano-americano, estudar as características de grupos tão diferentes como os espanhóis, os índios, os negros e os mestiços.

José Ingenieros naceu em Palermo, na Itália e a imigração de sua familia para a Argentina pode ser explicada pelo fato de seu pai, um profesor e periodista italiano, ter se vinculado à Primeira Internacional e dirigido um periódico socialista. Cursou medicina e direito na Universidade de Buenos Aires, desenvolvendo sua atividade política junto ao Partido Socialista Argentino entre 1895 e 1899[3]. Na faculdade de medicina teve, como profesor, José Maria Ramos Mejía - responsável por despertar em Ingenieros o interesse pelas ciências naturais, biológicas e sociais, ensinando – lhe as primeiras noções da filosofia cientificista.

Sua faceta sociológica ficou marcada a partir da publicação de *Sociologia Argentina* e culminou quando, terminada já a década de 1910, são lançados os dois volumes de *La evolución de Las ideas argentinas*. Ele foi, ainda, fundador da primeira revista filosófica propriamente dita de publicação argentina. A *Revista de Filosofia* circulou em Buenos Aires entre 1915 e 1929, podendo ser considerada como um produto tardio do cientificismo biologista na Argentina e um testemunho da duração desse fenômeno na cultura argentina, o qual se identificava com o novo clima de idéias que se formou a princípios da

[2] A influência exercida pela "Geração de 80" na vida cultural argentina deve ser assinalada, pois, de acordo com a visão dos intelectuais do período, o país deveria ser transformado em uma nação soberana e próspera. Porém, isso só se tornaria possível com a realização de um ininterrupto progresso proporcionado, em grande medida, pela filosofia positivista e pelo cientificismo em que se formaram intelectualmente quase todos os intelectuais do período.

[3] O Partido Socialista Argentino foi fundado em 1985 por Juan B. Justo.

década de 1880. [4] Dentre suas obras mais significativas podemos citar: *El hombre mediocre, Sociologia Argentina, La simulación de la lucha por la vida*, *Las fuerzas morales.*

Em *Sociologia Argentina*, Ingenieros fundamenta sua ideologia cientificista e traduz a visão que tem com relação ao fenômeno imigratório na Argentina. Para ele, a formação da nacionalidade argentina – e de todos os países povoados por raças de cor – é em sua origem um simples episódio da luta de raças e justifica a "teoria das raças" dizendo que "a superioridade dos brancos é aceita até pelos que negam a existência da luta de raças". [5] Nesse sentido, acreditava que, por meio da imigração, poderia ser incorporada ao país uma massa enorme de europeus que iriam contribuir para o aumento da produção nacional e, cujos filhos, determinariam o predomínio definitivo das raças brancas sobre a mestiçagem causada pelo período colonial.

A partir disso, podemos afirmar que, numa tentativa de controle social, tanto Bunge quanto Ingenieros fizeram-se adeptos do darwinismo social, sendo que a incorporação das teorias de Charles Darwin às ciências sociais foi uma de suas estratégias. De acordo com a teoria da Seleção Natural, proposta por Darwin, os seres vivos se adaptavam com o tempo e se mantinham em constante processo de adaptação a um ambiente continuamente em formação. E, de acordo com a concepção cientificista, os seres humanos também passariam pelo processo de adaptação, do qual se sobressairiam as "raças superiores", fato que esclarecia não somente a existência de diferenças físicas, mas também de diferenças sociais entre os homens.

Outra fonte teórica do pensamento cientificista latino – americano em finais do século XIX pode ser encontrada em Gustave Le Bon, principalmente em seu livro *Lois psychologiques de l'evolution des peuples* onde ele desenvolve seu conceito de "alma nacional". Segundo Le Bon, "cada raça tem uma constituição física tão marcada como sua constituição anatômica (...), as características psicológicas se transmitem regular e fielmente por herança. Este conjunto (...) constitui o que por direito pode chamar – se de caráter nacional" [6].

Nessa conjuntura, nos vale atentar às teorias de Roger Chartier e Michel de Certeau a respeito do fenômeno da manipulação dos conceitos. De acordo com estes autores,

---

[4] Destaquemos que a *Revista de Filosofia*, junto com a edição da coleção de livros *La Cultura Argentina*, faziam parte dos projetos intelectuais de Ingenieros derivados de seu afã organizativo da cultura nacional argentina logo de sua estadia, entre 1911 e 1914, na Europa. PODGOMY, Irina. *Revista de Filosofia. Cultura, ciencias, educación.*Universidad de La Plata: Argentina.

[5] INGENIEROS, José. Sociologia Argentina. Buenos Aires: Editorial Tor, 1956.

[6] Gustave Le Bon, *Lois psychologiques de l'evolution dês peuples,*Paris, 1909; citado por Patrícia Funes (2003: 5).

a incorporação da dominação pelo receptor não exclui a possibilidade de desvios, pois a eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico – culturais dos receptores. Por isso, o efeito não é unívoco e uma mesma mensagem pode ser interpretada de diferentes formas, produzindo ações diferentes[7]. Isso explica porque idéias como as de Le Bon, Darwin e o próprio conceito do positivismo comteano podem ser consideradas "deturpadas" no contexto latino-americano. Na Argentina, por exemplo, as elites intelectuais tomaram conhecimento de tais conceitos adaptando – os para serem utilizados de acordo com sua realidade e seus interesses.

Enfim, o desenvolvimento das ciências biológicas, de uma maneira geral, ao longo do século XIX fez surgir a possibilidade de contar com critérios considerados definitivamente científicos para explicar o ser humano. O darwinismo, o organicismo spenceriano, a antropologia física, ofereceram aos analistas raciais perspectivas que resignificaram a velha preocupação pelo tema.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa podem ser classificadas como pertencentes ao pensamento social argentino expresso por Bunge e Ingenieros, tendo sido elencadas por compartilharem de uma certa contemporaneidade, pois foram produzidas no início do século XX. Nesse sentido, o recorte temporal proposto neste trabalho está situado entre 1880 e 1920, por entendemos que um recuo e um avanço no tempo histórico serão necessários para que haja uma melhor compreensão do tema proposto. [8] A escolha desses dois autores se justifica, ainda, pela relação existente entre eles, uma vez que Bunge e Ingenieros viveram num mesmo país, num mesmo período e pertenciam à mesma elite intelectual. Um exemplo disso pode ser comprovado quando da publicação da primeira edição de *Nuestra América*, de Bunge, em Buenos Aires. Nesse momento, Ingenieros publicou um artigo na *Revista de Derecho, Historia y Letras,* no qual fez uma crítica favorável ao trabalho de Bunge, a qual foi retomada e lançada como parte integrante do livro *Sociologia Argentina* de 1909. [9] Bunge, por sua vez, também fazia publicações na Revista de Filosofia – dirigida por Ingenieros -, geralmente na seção de filosofia, cultura e nacionalidade argentina.

---

[7] CHARTIER, Roger. *A História cultural. Entre praticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. DE CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

[8] A data de 1880 se explica por ser um período de pleno desenvolvimento dos ideais cientificistas e, dentre eles, do racismo cientifico. E, 1920, por se tratar de um momento em que a visão racial hierarquizada tende a passar do terreno explícito a uma persistência implícita e subjacente.

[9] As considerações de Ingenieros a respeito da obra de Bunge foram retomadas por ele quando foi publicada a 6ª. edição da obra, da qual ele é responsável pela Introdução.

Outro aspecto que desperta muito interesse no período em questão é o fato de ter existido na Argentina, desde os anos de 1880, uma dupla problemática em torno da modernidade e do projeto nacionalizador. Esse projeto coincidiu com a disputa simbólica pela elaboração de um arco de crenças e valores nacionalistas propostos para funcionar como o alicerce de uma sociedade vista como excessivamente heterogênea. A este contexto podemos relacionar uma preocupação que pode ser evidenciada em Carlos O. Bunge, José Ingenieros e seus contemporâneos cientificistas: o dilema estabelecido entre raça e nação.

Essa visão da sociedade argentina como algo heterogêneo deve-se ao fator imigratório. Aqui, é importante ressaltarmos que, no caso argentino - como bem nos lembra Lília A. Bertoni -, os imigrantes não somente eram mão-de-obra vital para uma economia em expansão, estrangeiros a se incorporar a uma sociedade com diferentes graus de integração e conflito, potenciais cidadãos de um sistema político em transformação e integrantes de uma nação em formação, mas, ao mesmo tempo, eram membros de outras nações distintas, também em formação, e por isso mesmo, requeridos pelos Estados nacionais de origem, extremamente zelosos de sua população.[10] Segundo María Inés Barbero e Fernando Devoto, no ano de 1869 a população agentina contava com menos de 2 milhões de habitantes; entretanto, em 1914, a mesma atingira quase 8 milhões. Nesse ínterim, a Argentina recebeu mais de 4 milhões de imigrantes – especialmente italianos e espanhóis – entre 1880 e 1910. [11]

Nesta busca pela consolidação do Estado Nacional foi implementado um sistema educacional público e de âmbito nacional, do qual despontou a disciplina 'História Argentina', cujo intuito se relacionava intimamente com a necessidade de se criar um espírito patriótico dentro do país. Os livros escolares correspondiam aos propósitos da elite que comandava o processo político do momento. Por isso, durante 1880 e 1890, o ensino da 'História Nacional' já era concebido como meio para assimilar os imigrantes e promover a consciência nacional. [12]

As primeiras obras historiográficas argentinas tinham como principal objetivo legitimar o presente, definindo as origens da nação. Esses trabalhos, surgidos no século XIX, buscavam criar a idéia de que a Nação era um dado cujas origens se encontravam assentadas

---

[10] BERTONI, Lilia A. "¿Para qué una nacionalidad? El surgimiento Del nacionalismo en la Argentina de fines del siglo XIX". In: *Cuadernos Americanos*, México, v. 6, n. 66, p.182, nov.-dez./1997.

[11] BARBERO**,** Maria Inés e DEVOTO**,** Fernando. *Los Nacionalistas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

[12] BERTONI, Lilia A. "¿Para qué una nacionalidad? El surgimiento Del nacionalismo en la Argentina de fines del siglo XIX". In: *Cuadernos Americanos*, México, v. 6, n. 66, p.179 – 188, nov.-dez./1997. FRANCO**,** Stella M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868 – 1912).* São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2000.

num passado distante e cujas particularidades se delineavam desde o período colonial; neste contexto podemos enquadrar as obras de Bunge e Ingenieros. [13]

Cabe-nos, ainda, atentar para o fato da quase inexistência de trabalhos sobre o tema de pesquisa que nos propomos discutir. No levantamento bibliográfico realizado, foram encontrados alguns estudos relacionados à nossa proposta, sendo relevante dizermos que, dentre estes, a maioria designa os intelectuais argentinos de final do século XIX e início do século XX como positivistas – posição da qual discordamos. Como um exemplo disso, podemos citar autores como Ricaurte Soler (Positivismo Argentino), Patricia Funes e Waldo Ansaldi (1Cuestión de piel. Racialismo y legitimidad política em el orden oligárquico latinoamericano), Adan Anderle (El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina), dentre outros. Contudo, se faz interesante que expliquemos a posição adotada por Oscar Terán, o qual já classificou de positivistas aos intelectuais em questão (Positivismo y nación em la Argentina), mas reviu sua posição e, em trabalhos recentes tem se referido aos mesmos como cientificistas (*Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880 – 1910). Derivas de la "cultura científica).* Devemos, ainda, chamar a atenção para o fato de que este tema tem ressurgido recentemente, ou seja, as pesquisas que o envolvem são contemporâneas e, por isso, podemos afirmar que ainda há muito a ser descoberto. Procuraremos, então, contribuir para a ampliação dos debates acerca das questões envolvidas, tendo em vista a importância do papel desempenhado por estes intelectuais em um momento histórico específico no debate racial e da nação.

[13] FRANCO**,** Stella M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868 – 1912).* São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Cidadão Produtivo Emancipado: o desafio da totalidade social

Maria Ciavatta*

Resumo: Abordamos, de modo abreviado, a questão da totalidade social como exigência de uma visão emancipatória e como desafio teórico na produção do conhecimento. O desenvolvimento do tema se faz a partir da história como processo e a história como método dentro da crise dos referenciais teóricos na sociedade capitalista atual.
Palavras-chave: cidadão produtivo emancipado – história - totalidade social

Abstract: We approach, in shortened way, the question of the social totality as requirement of a emancipated vision and as theoretical challenge in the production of the knowledge. We developed the subject from history as process and history as method inside of the crisis of the theoretical reference in the current capitalist society.
Key words:emancipated productive citizen - history - social totality

Introdução

O tema é parte das pesquisas que desenvolvemos sobre a formação do cidadão produtivo e as políticas educacionais para o ensino médio técnico, nas a partir da década de 1980. Buscamos compreender em que sentido os processos de formação integrada entre o ensino médio e a formação profissional podem contribuir para a formação do cidadão produtivo que seja também um cidadão emancipado..

Neste texto, abordamos, de modo abreviado, a questão da totalidade social como exigência de uma visão emancipatória e como desafio teórico na produção do conhecimento. O desenvolvimento do tema se faz a partir da história como processo e a história como método dentro da crise dos referenciais teóricos na sociedade capitalista atual.

A reconstrução histórica e seus conceitos fundamentais

Partimos de duas proposições principais. Em primeiro lugar, o método não se separa da construção do objeto. Significa que os fenômenos podem ser apreendidos de diferentes formas pelos pesquisadores, dependendo de sua visão de realidade e de como concebem a produção do conhecimento sobre essa mesma realidade. Em segundo lugar, baseamo-nos na afirmação de que a reconstrução histórica de um fenômeno deve estar voltada

* Universidade Federal Fluminense, Doutora em Ciências Humanas (Educação), apoio CNPQ e FAPERJ.

para a história como processo e a história como método (Labastida, 1983). Na primeira afirmação, trata-se da história como realidade ontológica, a vida dos homens em sociedade (Marx, 1979); na segunda asserção, trata-se de reproduzir os processos históricos no nível do pensamento, como concreto pensado, na reflexão teórica (Marx, 1977).

A (des)ordem capitalista - No plano histórico, precisamos distinguir as mudanças ou rupturas, que mudam a natureza das relações sociais e do modo de produção vigente, das mudanças que trazem alterações, porém, mantendo a velha ordem social. Essa distinção nos permite compreender as aparências das sociedades capitalistas com seu halo de sedução e o horror da destruição e a essência do fenômeno ou a natureza intrínseca do capital que é a exploração do trabalho, a sua própria reprodução e acumulação em um processo permanente e sem limites, tanto o permitirem as forças sociais em confronto (Mészáros, 2002), .

Como mostra Jameson (1994), a realidade contraditória em que se move a história leva a que todos os referenciais se encontrem em crise face às mudanças bruscas sem precedentes das relações sociais capitalistas e socialistas. Vale dizer, nossas categorias analíticas não dão conta de apreender as mediações e determinações constitutivas das relações sociais. Mas a crise não significa o fim do capitalismo e dos referenciais funcionalistas e positivistas ou críticos.

A situação de crise do capitalismo explica o retorno, com o nome de neoliberalismo, às concepções do liberalismo conservador, estruturadas de forma sistemática na apologia à liberdade do mercado e a crítica a todas as formas políticas que visem a igualdade.

Esta compreensão e, de certa forma, este pressuposto, não desconhece as tensões e problemas que o próprio materialismo histórico oferece desde sua gênese (Anderson, 1985; Konder, 1992) e, sobretudo, os diversos descaminhos trilhados ao longo de mais de século e meio dos quais o economicismo e o viés estruturalista são os mais candentes. Também não ignora as dificuldades intrínsecas de operar analiticamente com as categorias fundamentais do materialismo histórico. O que não significa ignorar a existência de outros referenciais críticos ou não ao capitalismo. Uma leitura atenta das análises positivistas e funcionalistas nos indica um intenso embate interpretativo da realidade por diferentes grupos ou frações da classe burguesa e seus intelectuais, muitos dos quais naturalizam as relações capitalistas, perdendo a possibilidade de entender as funções e disfunções internas destas relações e o que as produz.

Mediante poderosas redes de comunicação, afirma-se que estamos iniciando um novo tempo do qual estamos defasados e ao qual devemos nos ajustar irreversivelmente - o tempo da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva e de

reengenharia. Este ajustamento pressupõe conter e restringir a esfera pública e ampliar a esfera privada, o que deve efetivar-se de acordo com as leis da competitividade do mercado mundial.

Mediante a nova base técnica do trabalho, de base eletrônica, produzem-se *robots*, máquinas informatizadas que, como nunca, podem aumentar a produtividade e a qualidade, prescindindo de milhões de braços e cérebros e ampliando a exploração e a precarização dos trabalhadores empregados. O capital dinheiro, descola-se cada vez mais de sua referência real e torna-se fictício, especulativo, permitindo, aos que tem o manejo das informações, auferir ganhos extraordinários, mesmo que seja às custas milhares de trabalhadores em todas as parte do mundo, particularmente nas nações da capitalismo periférico (Frigotto e Ciavatta, 2006).

Caminhos da totalidade social [1] - A aproximação com a realidade e seu reconhecimento como um saber tem gerado diferentes lógicas de construção do conhecimento. Historicamente, os pensadores dedicaram-se a tentar explicar o que é a realidade, como o ser humano acolhe e incorpora em si a realidade, como o sujeito que conhece alcança o objeto que se dá a conhecer.

Quando falamos em aproximação da realidade através da reconstrução histórica, duas questões preliminares estão postas: primeiro, recusamos todo dogmatismo e as concepções evolucionistas da história; segundo, recusamos toda visão cética e fragmentada do mundo e o relativismo como ponto de partida. Aos sistemas explicativos fechados ou funcionais, a uma visão fragmentada da realidade propomos a busca das articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, relativas a determinados objetos de estudo.

Neste sentido, a totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais. Não sendo apenas uma concepção mental, o conceito de totalidade social tem um referente histórico, material, social, moral ou afetivo de acordo com as relações que constituem determinada totalidade. Consequentemente, as totalidades são tão heterogêneas e tão diversificadas quanto os aspectos da realidade

A compreensão do termo totalidade esbarra em várias distorções. Uma é sua aproximação semântica com totalitarismo, de esquerda ou de direita, evocado, justamente, como um cerceamento absoluto à dignidade humana. Outra dificuldade é a compreensão equivocada de que totalidade tem o sentido de tudo, o que inviabiliza um processo sério de conhecimento. Para Eagleton, o descrédito teórico da idéia de totalidade é esperado em uma

[1] Outros elementos dessa discussão encontram-se em Ciavatta, 2001.

época de derrota política da esquerda, como a que se viveu a partir dos anos 1990, após da *débacle* do comunismo. Neste sentido, a negativa da totalidade pode ser mais uma posição estratégica de natureza política do que uma elaboração teórica, e está ligada à perda do sentido da atividade política (Eagleton, 1997:.29-32).

No sentido marxista, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado, mas aberto a novas determinações , que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade onde seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados como alguns processos analíticos podem fazer crer. Neste sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural, etc..

A esta lógica de construção do objeto científico denominamos lógica da reconstrução histórica. Ela pretende ser uma lógica sócio-cultural que supere a lógica economicista, a lógica pós-moderna e outras abordagens que buscam ignorar a história como produção econômica e cultural da existência humana. Nesta concepção, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, o que significa compreender a história como processo; e reconstruí-lo a partir de uma determinada realidade que é sempre complexa, aberta às transformações sob a ação dos sujeitos sociais, o que significa utilizar a história como método.

Compreender a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência (Cardoso, 1981). É Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo. Essa compreensão teórica vai tomando forma ao longo da vida, desde a juventude, de modo que o conhecimento e a luta política vão definindo uma nova forma de interpretar os fatos, em um processo reflexivo sobre a realidade do conhecimento e das relações vividas pelos homens de seu tempo (Vilar, 1987).

A exigência da totalidade social na concepção do cidadão produtivo emancipado

O homem, sujeito e objeto na produção do conhecimento, não é um indivíduo isolado, mas um sujeito social que realiza a história e nela se realiza. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (...)” (Marx, 1979:37-8).

Totalidade não significa todos os fatos, e todos os fatos reunidos não constituem uma totalidade. O conhecimento dos fatos isolados, mesmo quantificados, é insuficiente para explicar o todo. "O conceito de totalidade, tomado em si mesmo, destituído de suas dimensões processuais, apresenta uma alçada puramente formal, e quando aplicado à realidade torna-a formal e abstrata" (Bornheim, 1983:310).

Do ponto de vista metodológico, como apreender o real nas suas múltiplas faces, na sua complexidade, que não se esgota no objeto singular? Mas, também, cabe perguntar como não se perder num universo indefinido e confuso sob o argumento da busca da totalidade social de um fenômeno? O exame do papel mediador dos processos sociais, articulados em uma determinada totalidade é um primeiro passo no esforço de distinguir certas parcelas do real nas suas múltiplas determinações. A categoria da particularidade (Lukács, 1968) é um segundo passo nessa direção, no sentido da historicização dos fenômenos..

A formação do cidadão produtivo - A pesquisa nos permitiu identificar as duas lógicas presentes no mundo do trabalho e da educação. A produção capitalista tem uma lógica própria, que difere da lógica da educação. Há uma contradição entre a *lógica da produção capitalista* que tem base no lucro, na exploração do trabalho, no tempo breve em que deve ser realizar a atividade produtiva, no corte de custos, no aumento da produtividade do trabalho, na competitividade, na mercantilização de toda produção humana. A *lógica da educação* tem a finalidade de formar o ser humano e deve pautar-se pela socialização do conhecimento, o diálogo, a discussão, o tempo médio e longo da aprendizagem, a humanização, a emancipação das amarras da opressão, o reconhecimento das necessidades do outro, o respeito à sua individualidade, a participação construtiva e a defesa dos direitos de cidadania (Ciavatta, 2006).

A primeira é a lógica presente no conceito de cidadão produtivo à luz da teoria da mais-valia[2], que distingue a produção de valores de uso e de valores de troca. Marx, estabelece um longo debate crítico mostrando qual é a compreensão de produtividade e de trabalhador produtivo no pensamento dos fisiocratas, dos mercantilistas e dos teóricos do capitalismo, Smith, Ricardo, Sismondi.(Marx, 1985) Todos esses autores vão disseminar idéias vulgares ou parciais do que seja trabalho e trabalhador produtivo que, em última análise, encobrem o sentido forte e efetivo de produtividade e de trabalhador produtivo para o capital.

[2] Esta reflexão tem por base Frigotto e Ciavatta, 2006.

Dentro das condições do trabalho assalariado, os produtos assumem o valor de troca, gerando mais-valia para a acumulação e a reprodução do capital. Mas os seres humanos produzem, também, para a própria vida, para a reprodução da existência na vida diária, na criação estética, no cuidado amoroso do outro. Produzem, então, valores de uso que não são objeto de extração da mais-valia. Neste sentido, os trabalhadores também são produtivos e podem se distanciar da lógica funcional da produção capitalista.

A luta da classe trabalhadora e de seus intelectuais ao longo de dois séculos do capitalismo, foi buscar, sistematicamente, não só desmascarar o falseamento das noções de produtividade e de trabalhador produtivo, mas lograr conquistas importantes em termos de regulamentação do capital, de por freios à super-exploração, de conquistar tempo livre para si mesmo – o que hoje, está sendo, progressivamente, ocupado pelo consumo e pelo divertimento que remuneram o capital através da indústria cultural..

Quando buscamos elementos da formação do cidadão produtivo emancipado na educação de nível médio técnico, temos de definir o que entendemos por emancipação e buscar reconhecer seus indicadores sociais, políticos e educacionais. Na presente pesquisa assumimos a formação integrada entre a educação geral e a formação específica, ou entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou a superação da divisão e da hierarquia das classes sociais em uma sociedade desigual como a brasileira, a garantia e a regulamentação do trabalho como elementos que sinalizam a possibilidade de emancipação dos trabalhadores rumo a uma vida digna e humanizada.

A emancipação do cidadão produtivo - O termo emancipação é de uso corrente nos setores progressistas, mas é escassa sua elaboração teórica. Alguns o remetem ao filósofo italiano Giambattista Vico que viveu de forma quase anônima no século XVIII (1668-1744), durante o Iluminismo ao qual, formalmente, não aderiu. Era anti-cartesiano e seu pensamento é dado como historicista. Sua única obra *Scienza Nuova* serviu de inspiração a outros filósofos, a exemplo de Herder. "Vico elegeu a história como o único conhecimento objetivo accessível ao homem enquanto artífice de si próprio".[3] O sentido etimológico do termo latino *emancipare* tem o mesmo sentido em português – assim como em espanhol e em italiano. Não há ambigüidade em seu sentido estrito: emancipar é tornar livre, libertar ou libertar-se, tornar ou tornar-se independente, dar liberdade ou libertar-se do jugo, da escravidão, da tutela de outro ou do pátrio poder. A emancipação, nesse sentido, supõe que o ser humano seja sujeito "artífice de seu próprio agir" e que ele se liberte em todos os aspectos de sua vida.

[3] Notas biográficas de Maria Agostinelli. http://www.liberliber.it/biblioteca/v/vico/index.htm. Acesso em 02/07/2006.

Há um viés corrente no uso do termo que sua redução ao estatuto legal da emancipação. Há a falta de uma perspectiva de totalidade social na concepção do cidadão, do ser humano produtivo e na sua possível condição de emancipado. A ambigüidade do termo está no sentido político e histórico em que a libertação ocorre, nas condições da liberdade a que se tem direito. Um exemplo recorrente é a libertação dos escravos no Brasil que foi jurídica, nos termos da lei e, na prática, historicamente, foi o abandono dos escravos à sua própria condição, no geral, de iletrados e desprovidos dos recursos materiais e de cultura política e educacional para assumir a própria liberdade. A evidência histórica é que eles, dificilmente, foram sujeitos e protagonistas de sua liberdade e, sim, foram sujeitados a novas opressões.

Em outra vertente conceitual da formação do cidadão produtivo[4]. Trein recupera o sentido de cidadania coletiva em Marx para fins de superação da cidadania burguesa. Como crítico do capitalismo e do liberalismo, Marx argumenta sobre as inconsistências do projeto liberal burguês na sociedade ocidental e da realidade prático-teórica que impede a emancipação completa do ser humano e limita o exercício da liberdade "que o mantém preso à idéia liberal de que é livre quem em sua vontade não está submetido a interferências e coerções" (Trein, 1994:126-7).

Marx busca superar a perspectiva liberal burguesa de emancipação política posta pela Revolução Francesa, em que a defesa dos interesses da cada classe através da representação do Estado indica que a emancipação política constituiu-se em emancipação da sociedade civil em relação à política. A emancipação política torna-se a garantia das desigualdades existentes na sociedade civil, que é entendida como desigualdade da ordem natural. "O homem não se libertou da religião, ele obteve a liberdade religiosa. Ele não se libertou da propriedade. Ele obteve a liberdade de propriedade. Ele não se libertou do egoísmo do ofício, ele obteve a liberdade de ofício" (Marx, 1991:50).

No pensamento marxiano, o conceito de cidadania tem uma complexidade maior e está ligado ao coletivo ao qual o homem pertence. O homem individual deve se reconhecer com ser genérico, como gênero humano: "somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas "próprias forças" como forças *sociais* e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (Marx, op. cit.:52, grifos do autor).

Trein (op.cit. p:133-37) Para que a própria cidadania possa ser exercida, o homem deve recuperar em si o universal, o cidadão abstrato, a relação entre ele e o todo, a totalidade

[4] Elemntos desta reflexão constam, originalmente, de Frigotto e Ciavatta, 2003 e 2006.

da sociedade da qual faz parte, em uma condição de 'co-pertencimento' à sua condição de indivíduo e de cidadão (Trein, op. cit.:133-137).

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985

BORNHEIM, Gerd A. **Dialética**. Teoria e práxis. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Boitempo, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo**. A cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006.

JAMESON, F. *Espaço e imagem* - Teorias do Pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994.

KONDER, *L.* **O futuro das filosofia da práxis.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1992.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LABASTIDA, Jayme. *O objeto da história.* ***Nova escrita*,** Ensaio, São Paulo, 5 (11/12): 161-175, 1983.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *A questão judaica.* 2a. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Lisboa: Paulo: Estampa, 1977.

MÉSZAROS, Istvan. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002**.**

TREIN, Eunice S. **Trabalho, cidadania e educação:** entre o projeto e a realidade concreta, a responsabilidade do empenho político. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994 (Tese de Doutorado em Educação).

VILAR, Pierre. *Marx e a história.* In: HOBSBAWN, Eric J. **História do marxismo.** Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Resgatando nossa história: educação ambiental e patrimonial de Ponta Grossa

Maria Aparecida Carbonar*

Resumo: Este estudo visa resgatar a memória de Ponta Grossa, no Paraná, através da leitura dos patrimônios fornecendo subsídios para conhecer e valorizar sua história.
Palavras-chave: Memória, História, Patrimônios.

Abstract: This study seeks to rescue the memory of Ponta Grossa, in Paraná state, through the reading of their historical and natural patrimonies, providing subsidies to knowing and valuing its history.
Keywords: Memory, History, Patrimonies.

Segundo o dicionário Aurélio, PRESERVAR é defender, proteger, resguardar, manter livre de corrupção, perigo ou dano. Portanto, se faz necessário preservar para garantir o conhecimento da nossa própria história.

Trabalhar com a diversidade do Patrimônio Cultural em sala de aula é um desafio compensador. Reconstruindo os sonhos, o modo de pensar e os costumes de nossa sociedade, utilizando da pesquisa, da construção de texto e poesias, da história oral e de saídas de campo proporcionando aos educandos temas que os levem a refletir sobre seu papel na construção histórica é dever de todo educador. Caminhos para que haja preservação são vários e, para que esta se efetive, é preciso uma consciência coletiva que movimente e articule os interesses de conservação da memória.

Seguindo essa linha de pensamento, realizamos um projeto com os alunos do 3º ano do 1º ciclo das escolas municipais, em parceria com o professor Edílson Carlos Kordel, priorizando os patrimônios naturais e edificados de nossa cidade, com o objetivo de levarmos os educandos a refletir sobre a formação de nossa memória além de despertar sua consciência preservacionista.

Nossa atual Constituição apresenta em seu artigo 216, seção II que:

> *"Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...".*

Também a Lei Orgânica de Ponta Grossa, no seu artigo 161, tem referências aos patrimônios:

* Professora de História da Rede Municipal e Estadual de Ensino. Especialista em Educação Patrimonial. UEPG.

> *"Constituem patrimônio cultural do município de Ponta Grossa, e como tal passíveis de proteção e tombamento, as obras, os objetos, os documentos, as edificações, os sítios arqueológicos e paisagísticos que contemplem a memória cultural dos segmentos e incentivo de atividades culturais".*

Como sabemos, a memória não só faz com que compreendamos o presente através do passado, como também proporciona uma antevisão do futuro. Através da educação escolar, poderemos ressaltar a importância da preservação da cultura como identidade de

um povo. Esta consciência se dá através de conteúdos presentes na grade curricular das escolas ou do desenvolvimento de projetos, fomentando discussões sobre o patrimônio, estreitando-se mais os laços de cumplicidade no construir o conhecimento, sendo que este pode partir de qualquer tipo de cultura, etnia, idade, religião, grupo, época.

A escolha do tema patrimônio de Ponta Grossa para realizarmos essa leitura enraizou--se e descobrimos "verdades e mitos" sobre seu passado. Não se resumiu a interpretação desse passado, mas criou o sentido do presente e as expectativas do futuro, que permite sermos reconhecidos como integrantes desse processo histórico. A memória enlaçou-se nesse contexto e teve sua evocação, pois ela é social na medida em que narramos nossas experiências e a transmitimos aos nossos descendentes. Como afirma Antonio Pedro Manique e Maria Cândida Proença:

> *"Se o conhecimento histórico é indispensável na construção da identidade, sob o ponto de vista pedagógico didático é importante ter em conta o tratamento da memória longa das populações, que nos permite explicar diferentes ritmos de evolução, o estudo da memória coletiva de diferentes grupos de pertença, a pesquisa das memórias locais nos seus diferentes âmbitos e durações, a reabilitação da memória do trabalho, numa sociedade ocidental que sempre ignorou ou desprezou o trabalho manual, e a memória do tempo curto, do acontecimento, que caracteriza o estudo da história do século XX." (MANIQUE & PROENÇA, 1994; P.20)*

Neste sentido, encontramos no estudo dos patrimônios locais - tanto naturais quanto históricos - a oportunidade de motivar os alunos para estas atividades de pesquisa e de apropriação de conhecimento.

Partimos para a prática escolar investigando como nossos alunos viam a questão ambiental e edificada, se conheciam os patrimônios tombados e sua importância para o desenvolvimento de nossa cidade. Para uma melhor compreensão dividimos o projeto em duas fases: Na parte de educação ambiental destacamos as principais características existentes em cada um dos locais pesquisados. Iniciamos com o estudo referente à oitava maravilha do mundo moderno:

*Arenitos de Vila Velha: esculpidos em tempos pré-históricos, por mãos da natureza. Tendo sido em eras remotas fundo de oceano que depois de recuado as deixou expostas aos agentes do intemperismo como a chuva, o sol, o vento, que foram ao longo do tempo esculpindo formas majestosas que alguns atribuem ao misticismo lendário. Além dos arenitos, as Furnas e a Lagoa Dourada fazem parte do mesmo contexto que não pode ser dissociado e nem mesmo deixado de ser visitado por aqueles que a um deles se dirigem. O Parque estadual de Vila Velha foi criado em 12 de outubro de 1953 e "tombado" em 1966.

*Rio São Jorge: seu trajeto muitas vezes se esconde em gargantas misteriosas e lendárias, outras vezes rola deslumbrante em forma de cachoeira.

*Recanto Botuquara: é um lago que já forneceu água para Ponta Grossa. Em 1976 foi construída a represa com uma área de 30 mil metros.

*Represa de Alagados: é ponto de atração em dois aspectos: Por ser ponto de captação de água e luz para abastecimento da cidade e por sua beleza. Sedia o Iate Clube.

*Furnas Gêmeas: são imensas crateras de arenito, porém secas e com vasta vegetação e rica fauna. Encontra-se na região de Itaiacoca.

*Cascata Mariquinha: também localizada em Itaiacoca. O visitante precisa ter disposição para abrir e fechar sete porteiras existentes no caminho. Fica na propriedade de Antônio Sinigoski.

*Rio Verde**:** formado pela junção dos rios Cascavel e Mandioca, suas águas oscilam entre quedas espumantes sobre rochas.

*Buraco do Padre: também em Itaiacoca. Sua cascata tem cerca de 30 metros de altura. Era local de meditação dos jesuítas dos Campos Gerais.

*Capão da Onça: localizado em Itaiacoca. Seu nome se deu pelos contos dos antigos moradores que afirmavam ser o lugar esconderijo de uma onça que para lá levava suas presas.

*Cavernas Olhos D'Água: é uma formação de calcário com cerca de 1 km de extensão, é formada por rochas da idade pré-cambriana. Em alguns trechos é necessário rastejar para passar de uma galeria a outra.

Com o conhecimento adquirido com essas pesquisas sobre os patrimônios naturais aliamos aos oriundos da comunidade em que eles estão inseridos para despertar a conscientização ambiental de seu habitat. Percebemos o interesse gerado através de comentários sobre suas ações ambientais e das mudanças em atitudes simples como: não jogar papel no chão, não poluir nem desperdiçar as águas, não provocar queimadas e até a questão da poluição sonora em sala de aula foi amenizada.

Os educandos relataram que faziam cobranças em casa com respeito às atitudes ambientais dos membros de suas famílias, colocando em prática o que aprenderam durante as exposições na sala. Isso mostrou que o trabalho realizado não ficou estanque no ambiente escolar, mas expandiu-se para a comunidade entorno, resultando em comentários positivos por parte dos professores das escolas envolvidas no projeto.

Aproveitando a descrição dos patrimônios naturais princesinos, procuramos enfatizar a importância da preservação do meio em que eles estão inseridos. Sua escola, sua rua, seu bairro, etc, desenvolvendo o sentido da cidadania participativa, na qual, pequenos atos se transformam em grandes ações. Esse trabalho é uma das sementes que produzirão frutos de respeito, proteção e valorização do meio-ambiente.

Oriá (1993; 266) apresenta a necessidade de "propor que o Patrimônio Histórico Cultural seja apropriado enquanto objeto de estudo do ensino de História, a fim de desenvolver em nossos alunos a consciência preservacionista da memória histórica, enquanto referencial de nossa identidade e construção da cidadania."

Seguindo essa linha de pensamento, partimos para a segunda etapa de nosso trabalho levando aos alunos a conhecer a história dos patrimônios edificados de Ponta Grossa para valorizar e ajudar na sua preservação. Com pesquisas bibliográficas e visita "in-loco", os levamos às raízes da história princesina, buscando a reflexão sobre a espeficidade de tais edificações para a preservação de nossa memória. Entre as edificações de destaques elencamos:

*Capela Santa Bárbara: construída em 1729 pelos jesuítas que habitavam a região da sesmaria de Itaiacoca.

*Estação Paraná: construção datada de 1894, hoje abriga a Casa da Memória.

*Estação Rio Grande – São Paulo: construída em 1898, carinhosamente chamada de "Estação Saudade", abriga atualmente a Biblioteca Municipal.

*Proex: construída em 1906, era moradia de Guilherme Nauman, que instalou seu comércio de ferragens, depois teve outras ocupações e hoje é ocupado pela UEPG para programas de extensão.

*Mansão Vila Hilda: construída na década de 20, no século XX, é dividida em três níveis: o porão, o pavimento principal e os torreões.

*Colégio Regente Feijó: datado de 1927, se consolidou na memória pontagrossense como marco do desenvolvimento da história da região.

*Museu Campo Gerais: começou a ser construído em 1924 e só terminou em 1928, quando ali funcionou o antigo Fórum da cidade o qual funcionou nessa dependência

até 1982, quando então abrigou o Museu para guardar a memória vinculada aos Campos Gerais.

Temos ainda tombado como patrimônios: Casa de Ernesto Vilela, o Prédio 26 de Outubro, o Clube 13 de Maio, a Casa do Divino, a Chaminé da Olaria 12 de Outubro. Ressaltamos ainda as fachadas arquitetônicas presentes em nossas ruas, herança da diversidade étnica que aqui se instalou. Portanto, a arte está presente nas ruas, cabe a nós darmos seu devido valor, olhar com olhos de historiador e valorizar nossa cultura.

Se agirmos dessa forma e procurar mostrar aos alunos que ele é agente do processo histórico, não cairemos no mesmo erro de algumas pessoas como quando foi demolida nossa antiga Catedral (em 1977) para a construção de uma nova em seu lugar (que ainda não está pronta) ou quando demoliram a antiga Adriática para construir "um nada" em seu lugar.

Para não errarmos de novo buscamos conscientizar nossos alunos de seu papel na história e os inspiramos para lutar pelos patrimônios ainda existentes em nosso município. Assim, a História deixa de exigir as fontes exclusivamente escritas ou documentadas para socializar com a História oral e a História de vida.

Existem pessoas que se vão muitas vezes sem serem notadas, valorizadas ou terem registrado as suas memórias. Quanta coisa os "velhos" têm para nos contar, quantos "causos" eles conhecem, que talvez pudessem nos ajudar a reescrever a História e a entendê-la melhor. As pessoas mais velhas podem contextualizar as suas experiências aos mais novos permitindo o acesso à identidade cultural da cidade, bem como as perspectivas de permanência/mudança de suas estruturas.

Ao trabalhar com projetos, a memorização cedeu lugar à adoção de procedimentos passíveis de compreensão pelos educandos e ao trabalhar com a memória, a história deixou de ser fruto dos dominantes criando uma identidade coletiva sendo uma conquista de todos os que dela participaram. Trabalhar o tema Patrimônio Cultural é gratificante. Ele pode estar articulado com todas as disciplinas do ensino básico e deve assegurar a preservação dos mesmos, desenvolvendo nos alunos o respeito e a valorização de suas origens e de sua história.

Referências bibliográficas:

CONSTITUIÇÃO NACIONAL BRASILEIRA.

LANGE, Francisco L. Paulo- **Os Campos Gerais e Sua Princesa**. Curitiba: Copel, 1998.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA.

LUPORINI, Teresa Jussara (org)- **Catálago das Fontes de Educação Brasileira localizada no Paraná (Região dos Campos Gerais: Castro, Palmeira, Piraí do Sul e Ponta Grossa).** Ponta Grossa, UEPG, 1997.

ORIÁ, José Ricardo- Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **IN: Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUHD. v.13, nº25/26, ago./93.

MANIQUE, Antonio Pedro & PROENÇA, Maria Cândida- **Didática da História.** Lisboa: texto Editora, 1994.

MEIHY**,** José Carlos. S. Bom- **Manual da História Oral**. São Paulo: ed.Loyola, 1996.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo, ed. Abril, edição 173, junho/julho 2004.

ULLER**,** Adriana Salviato & CARBONAR, Maria Aparecida & ULLER, Waldir- Preservação do Patrimônio Local: Uma Questão Mundial? **Retratando nossa Realidade em Ponta Grossa**. 1ª ed.Apucarana: Gráfica Diocesana, 2001.

ZÓBOLLI, Graziella- **Práticas de Ensino: Subsídios para a atividade docente**. São Paulo, ed. Ática, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mulher, família e negócio: o papel da mulher no sertão da ressaca[1]

Idelma Aparecida Ferreira Novais*

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação da mulher na vida socio-econômica da Imperial Vila da Vitória (atual Vitória da Conquista, Ba.), no século XIX. Busca também identificar os fatores que ocasionaram a existência de lares chefiados por mulheres, originando assim, a organização matrifocal. Com base em inventários, testamentos e petições identificamos algumas funções exercidas pelas mulheres nesse período, entre elas as de serem proprietárias, produtoras, comerciantes e chefes de família.
Palavras-chave: *Economia; sociedade; organização matrifocal.*

Abstract:
This article does have by objective analyze the participation from the chick in life socio economic from the Imperial Vila da Vitória (he acts Vitória da Conquista, Ba.), at the 19th century. He picks as well detect the suit than it is to bring about the existence as of homes leadership by wenches, generating as soon, the organization matrifocal. Based on inventories, testaments and appeals we identify a few functions exercise off the wenches in that period, amidst they the as of he shall be landlady, producer, businessmen and bosses as of family.
Key words: Economics; society; collation matrifocal.

Ao analisar os documentos do século XIX, percebemos a predominância da figura masculina. A mulher aparece de forma periférica e sempre representada por um homem, sendo este marido, procurador, fiador. Assim fica difícil conhecer a participação feminina nesse período, onde o patriarcalismo ditava as normas sociais. Dessa forma, é comum encontrarmos em inventários e petições da década de 40 do século XIX, as seguintes frases: *Diz o Capitam José Lopes Moitinho (...) que tenho afiançado a tutela que D. Honorina de Souza Fonseca, viúva de João Ferreira Portella, assinava para reger e administrar os bens dos órfãos seos.* Porém D. Honorina de Souza Fonseca contraiu a segunda núpcia com José

[1] Refere-se a Região do Sudoeste da Bahia, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. Pesquisando sobre a origem do nome "Ressaca", Ruy Medeiros conclui ser um termo de uso da geografia popular sinonimizando "funda baía de mato baixo circundada por serra" e que foi aplicado às terras existentes entre os rios Pardo e das Contas. Assim esclarece: "o viajante que palmilhar o Planalto da Conquista perceberá as fundas baías de campo, algo como vago refluxo a desenhar o semi-círculo da ressaca, só que não no mar. Uma ressaca de Chão". Medeiros, RH. Relatos da Conquista. Vitória da Conquista, 1988 (texto inédito. Citado por Souza, Maria Aparecida S de. *A Conquista do Sertão da Ressaca:* povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 19.

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob a orientação da Prof. Dra. Maria José Rapassi Mascarenhas. E-mail: idelmafn@yahoo.com.br.

Antonio Andrade e o Capitam José L. Moitinho se recusou a permanecer como seu fiador., e assim passou a ser representada por seu novo marido e com a seguinte frase: *José Antonio Andrade, por cabeça de sua mulher D. Honorina de Souza Fonseca*[2].

Como podemos observar D. Honorina de Souza Fonseca, ao recorrer a justiça, aparece sempre com um homem para representá-la, seja como fiador ou marido. Outra coisa que dificulta a interpretação dos documentos é o fato da maioria das mulheres não saber ler ou escrever, e os documentos em que elas aparecem diretamente, geralmente é escrito por outra pessoa, e sempre homem. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é ir além dessas representações em que a mulher aparece sempre como um ser frágil e que precisa da tutela do homem para sobreviver e tentar conhecer a sua atuação nessa sociedade da Imperial Vila da Vitória.

Até o momento, os estudos sobre o Sertão da Ressaca, no século XIX, apresentam a prevalência do masculino, sempre como desbravador, conquistador, agente das atividades econômicas, controlador dos cargos administrativos e jurídicos. A mulher está sempre a sua sobra, atuando na administração da casa e nos cuidados com os filhos.

É uma sociedade que, se olhada de cima para baixo nos levará a uma conclusão: as atividades econômicas eram exclusivas do masculino, a mulher estaria então afastada dessa atividade e apenas situada no universo do lar, filhos e casa como responsabilidades únicas. Porém, a mulher atuar como chefe de família não é um fenômeno novo, isso era fato corrente no século XIX. Dessa forma, o objetivo aqui é identificar os fatores que ocasionaram a existência de lares chefiados por mulheres, bem como a sua participação e influência na sociedade e economia no século XIX, na Imperial Vila da Vitória.

Maria Odila Leite da Silva Dias afirma em sua pesquisa que em São Paulo, no século XIX, existia um número elevado de mulheres como chefes de família, em decorrente da ausência dos maridos, que geralmente viajavam como tropeiros, ou para trabalhar nas áreas da mineração e as mesmas ficavam cuidando das roças e do pequeno comércio. Outro fator que a autora cita é o fenômeno da viuvez e a preferência pelo não recasamento, além do grande número de mulheres solteiras, principalmente pobres e sem dotes e que muitas vezes se transformavam em concubinas e em mães solteiras. Geralmente essas mulheres possuíam um, dois ou três escravos para ajudá-las nas atividades e no sustento da casa, originando assim a organização **matrifocal** dos grupos familiares, onde *nos domínios concentradamente femininos, de mulheres pobres, a liderança das mães, das senhoras mais velhas, era o que as*

[2] AFJM, Caixa Diversos 1844-1846: Inventário de João Ferreira Portella, 1846.

amparava em meio à tensões racionais e às continuas rupturas de condição e situação de vida a que se viam repetidamente expostas. (DIAS, 1995, p. 180-181).

Segundo Kátia Mattoso, a cidade de Salvador reunia toda espécie de varejistas e revendedores serviam uma população numerosa. Eram livres para fixar os preços, mas tinham que ter uma autorização para comercializar, pagando imposto e esses comerciantes *zanzavam o dia todo, ladeira abaixo, ladeira acima, os tabuleiros equilibrados na cabeça (...) fosse a mulher que vendia o mingau de tapioca ou a baiana de saia rodada e muitos colares que chegava de tardinha para oferecer acarajé, doce de banana ou de goiaba. Vendia-se de tudo nas ruas de Salvador, de carvão a legumes(...).* (MATTOSO, 1992, p. 494).

De acordo com Maria Isaura P. de Queiroz, as virtudes da mulher sertaneja eram a *coragem, e o espírito das aventuras e do pioneirismo dos maridos, esposavam as disputas dos clãs, lutando ao lado dos seus (...) a mulher sertaneja era obediente, mas não escrava; e desaparecido o homem, não raro tornava-se chefe de família.* (QUEIRÒS, 1977, p.38). Fato que se observa muito bem no Sertão da Ressaca, uma vez que pesquisas mostram a participação da mulher como chefe de família. Com todos esses exemplos citados acima, percebemos que os autores nos mostra uma nova visão do papel feminino na sociedade do século XIX: a de uma possível mulher como sendo uma pessoa decidida, capaz de gerenciar os seus negócios, administrar e sustentar a família.

Com essas informações podemos encontrar, mesmo que de forma periférica, nos testamentos, inventários e petições da Imperial Vila da Vitória, e assim, tentamos desvendar uma faceta da história local, tendo como personagem principal a mulher.

Uma coisa interessante ocorreu com o inventário e testamento do Capitão Lourenço Gonçalves Quaresma, casado com Anna Senhorinha de Jesus[3]. De acordo com o testamento, O Capitão Lourenço Gonçalves Quaresma, diz não possuir filhos, nem legítimos nem naturais. Porém no inventario analisado, foi encontrado uma petição, onde o Alferes, Floriano Gomes Cardoso, cunhado do Capitão Lourenço, requer o reconhecimento da paternidade como também do direito a herança de Lidora, com idade de 16 anos, e apresentada como filha do Capitão Lourenço Gonçalves Quaresma e tida como sobrinha. Assim, segundo consta na petição,

[3] Foram encontrados dois testamentos e dois inventários, um na Caixa Diversos de 1842, com 121 folhas, e com um monte-mor de 35:750$960. O outro foi encontrado depois, na Caixa Inventários de 1840-1841, com 182 folhas, e com o monte-mor d no valor de 38:452$814, tendo também algumas informações a mais. Assim por esse documento apresentar mais informações, este será analisado neste trabalho. Gostaria de esclarecer, que a existência de documentos duplicados poderia ocorrer, pois geralmente se fazia uma copia do original.

> *Diz o Alferes Floriano Gomes Cardoso(...) que o Capitam Lourenço Gonçalves Quaresma faleceu a mais de deiz mezes com solene testamento no qual se vê na décima nona verba a instituição de herdeiros, entre os quais há órfãos menores e como prova a certidão junta em Nº 2º onde se vê a filha tutelada do suplicante de nome Lidora com idade de 16 annos, instituída, que pela ordem do livro 1º-titulo 88.88 6 e 8. O suplicante tem direito a requerer o respectivo inventário (...) Esta posse Civil produz todos os efeitos da natural, e cujos princípios o suplicante na qualidade de pai tutor de sua filha, herdeira do finado Capitam Lourenço Gonçalves Quaresma.(...) ter andado o misteriozam, entre a viúva, testamenteira e Juiz Municipal, a pontos de lhe ser este processado pelo mesmo mistério, com excluzão dos inventariados, que não foram lembrados muito menos ouvidos.(...)*[4].

Como podemos observar no documento acima, O Capitão Lourenço G. Quaresma tem uma filha natural, que é criada por sua irmã e cunhado, e apresentada a sociedade como sobrinha, geralmente filha de uma concubina, e deixada em segredo para proteger a sua imagem como também a da sua mulher Anna Senhorinha de Jesus. Mas devido a morte o *mistério* é revelado e a herdeira requer o seu direito à herança. Na partilha Lidora é considerada herdeira. Porém pode ser que o Capitão Lourenço possa ter deixado outra filha natural, pois ao analisar o seu testamento, o mesmo deixa uma verba beneficiando a filha de uma ex-escrava, possivelmente sua amante. Segundo o testamento, *Deixo a Cesariana, filha da crioula Clara, que foi escrava do finado meu pai, huma parte de terras no valor de 50$000 na parte que tenho na Fazenda Taquara, dez cabeças de gado, quatro egoas e huma negrinha*[5] É curioso como ela recebe tantos bens, assim cabe um questionamento: Cesariana não seria sua filha e a Crioula Clara sua concubina? E a afirmação de não possuir filhos naturais fosse uma forma de preservam sua mulher Anna Senhorinha de Jesus da sociedade e de esconder os seus casos extra-conjugais.

Com essa verba beneficiando Cesariana e a crioula Clara, foi formado então um novo lar, matrifocal, com pequena propriedade, poucos animais e uma escravinha, e que para sobreviver, elas deveriam trabalhar na propriedade, comercializando os seus produtos, uma vez que não há aí a presença masculina, tocada por Clara com o seu status de liberta e mãe solteira.

Ana Senhorinha de Jesus, natural da Imperial Vila da Vitória, mesmo não sabendo ler e escrever - como declara no seu testamento - mostra ser uma mulher ativa e atenta as disposições testamentárias e do inventário de seu marido, como fica claro na petição apresentada por ela, pedindo para que o Alferes Joaquim Gonçalves Quaresma, irmão e testamenteiro de Lourenço Gonçalves Quaresma, para que o mesmo prestasse contas dos produtos e animais por ele comercializados, e a mesma alega ser prejudicada com a venda

[4] AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 1841.
[5] AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: testamento de Lourenço Gonçalves Quaresma, 1838.

desses animais e afirma que o testamenteiro, seu cunhado *a que se tem declarado incompetente* e que *a venda feita pelo testamenteiro prejudicou a herança* e pede que o mesmo preste contas e *por isso seja servido mandar ouvir ao mesmo e os interessados (...) para todo o tempo constar não só o nome dos animais vendidos, como os preços em poder do mesmo testamenteiro*[6].Ao todo foram 25 mulas, 7 cavalos, 216 cabeças de gado e 2 jumentas no valor total de 5:094$000 de réis.

Com a viuvez, Anna Senhorinha de Jesus passou a administrar os bens herdados do marido, no total de 18:715$739 da meação do total de 38:452$814, uma fortuna considerável para o período e região. Durante a sua vida, mostrou competência para administrar os seus bens, ampliando-os em apenas sete anos, pois quando faleceu, em 1848, o monte-mor do seu inventário era de 20:772$340. Fortuna essa que deixou aos irmãos e sobrinhos, uma vez que não possuía filhos e continuou com sua condição de viúva até a sua morte[7]. No seu testamento deixou a sua terça para Theotonio Gomes Rozeira em remuneração pela qualidade de seu *procurador e por me ter servido e administrado os meus serviços desde o falecimento do meu marido que desde entam com todo o zêlo, e actividade se me tem prestado e bastante cuidado*[8].

Contudo, é importante analisar que, mesmo tendo um procurador e administrador, Anna Senhorinha de Jesus sempre esteve a frete dos negócios e os termos *me tem servido,* mostra que Theotonio Gomes da Rozeira seguia as suas ordens, como ela mesma afirma *e administrando os meus serviços com todo o zêlo e bastante cuidado*[9]. Anna Senhorinha de Jesus supervisionava os serviços, as produções, e o comércio de suas terras. Mas o fato de ter uma pessoa de confiança para realizar as tarefas mais pesadas, não tira dela o ônus de trabalhar e gerir a sua própria fortuna.

O seu inventário mostra que ela não foi só proprietária de terras e de escravos, mas atuou como comerciante, negociando os animais e produtos de suas propriedades como também aparece como credora, de várias pessoas da Imperial Vila da Vitória, de um total de 790$680 em credito. Desse valor, 310$320 se refere a uma escrava hipotecada a Estevão Balbino Lopes. Além disso, possuía plantações da cana, algodão e mandioca, como também beneficiava esses produtos com o a posse de um alambique, casa de farinha e rodas, prensas e escaroçadeiras de algodão, tenda de ferreiro e de carpina e muitos outros instrumentos de trabalho que movimentavam as fazendas, descritas no seu inventário como de *criar e plantar,*

[6] AFJM, Caixa Inventário 1840-1841: Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma, 1841
[7] AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Anna Senhorinha de Jesus, 1848.
[8] AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Testamento de Anna Senhorinha de Jesus, 1848.
[9] AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Testamento de Anna Senhorinha de Jesus, 1848.

e que contribuía ativamente para impulsionar a economia local. Possuía muitas jóias e vivia em conforto considerável[10].

Já situação diferente é a de Dona Rita Esmeria de Jesus, moradora na Imperial Vila da Vitória, ficou viúva de José Thavares de Carvalho, com 5 filhos órfãos e menores, entra com uma petição em 27 de novembro de 1846, para pedir a administração dos bens deixados pelo marido, bem como a tutela dos filhos menores. Para isso apresentou um fiador *abonado* e morador na mesma vila Antonio Thavares de Carvalho, seu cunhado. De acordo com o documento, a mesma foi ao juiz de Órfãos Agostinho Ferreira do Espírito Santo, justificar o seguinte:

> *1º Que a suplicante conserva no estado de viúva, em que vive honestamente e administrar sua família e bens que possui; 2º Que a suplicante tem a capacidade mesma para bem administrar o legados de seus filhos órfãos e para cuidar na sua educação e ensino; 3º [11]Que o seu fiador Antonio Thavares de Carvalho he morador neste município, e que possui bens móveis e de raiz, que excedem os legados dos todos os seus filhos e que tem toda capacidade de ser seu fiador.*

Podemos observar duas coisas importantes com essa petição: uma que as mulheres tinham que apresentar à justiça um pedido formal para continuar com a guarda dos filhos, e regendo a herança deixada pelo marido, ainda tinha que apresentar um fiador para *ampará-la, e dar a sua proteção,* além de mostrar que era honesta e capaz de administrar a herança e os filhos; a segunda, que essas mesmas mulheres eram responsáveis diretas pela manutenção da casa, da administração da herança e da criação dos filhos. O fiador, só aparecia para garantir uma exigência formal da lei. Mas no dia a dia, a mulher era a responsável direta. Vemos aqui outro caso de matrifocado, onde a mulher se torna chefe de família.

Já Prócopia Carolina da Glória, moradora na Imperial Vila da Vitória e filha dos finados Manoel Gonçalves Vianna e de D. Anna Joaquina de S. José, Órfão de pai e mãe, solteira, entra com uma petição solicitando a sua emancipação, uma vez que já completara 19 anos, bem como o direito de gerir os seus bens, alegando possuir juízo e capacidade, além de ser única ascendente que existe e, portanto, única herdeira. Para isso, Prócopia Carolina da Glória, justifica

> *Que nesta idade tem a precisa aptidão e idoneidade para reger seus bens que fazem a cidadão maior ou emancipado, juízo e capacidade pelo que se acha na razão de obter de V. S. alvará de suprimento de idade para elle ser havido por emancipada ou declarada maior e no exercício de seus direitos (...)[12].*

---

[10] AFJM, Caixa Diversos 1847-1848: Inventário de Anna Senhorinha de Jesus, 1848.

[11] AFMJ, Caixa Diversos, 1844-1846: Petição de Rita Esmeria de Jesus, 1846.

[12] AFJM, Caixa Diversos, 1844-1846: Petição de Prócopia Carolina da Glória, 1846. Tanto nas petições, inventários e testamentos, sempre o inventariante ou testamenteiro terá que paga as contas e o Selo Imperial, sendo o valor relacionado de acordo com o valor da herança.

Para conseguir administrar os seus bens, Prócopia Carolina da Glória teve que recorrer a justiça e provar que era capaz e que tinha a idade suficiente, porém ao dar a sentença, o juiz ainda exigiu que ela pagasse o selo e as contas pela qual utilizou os serviços da justiça. Nesse caso, há a formação de um lar, gerido por uma mulher solteira, e além de trabalhar para manter a herança e sobreviver, teria que se apresentar de forma honrosa perante a sociedade, para futuramente poder arrumar um bom casamento.

Laura Joaquina da Encarnação, moradora no Distrito dos Poções, termo da Imperial da Vitória, proprietária, negociante e credora, recorre a justiça para cobrar a divida do finado João da Costa Nepomuceno. Assim, move uma ação de Libello Civil contra João Manoel do Livramento, na qualidade de herdeiro habilitado do falecido, João da Costa Nepomuceno, em 30 de junho de 1846, para que o mesmo pagasse, com dinheiro ou com os bens do seu irmão pois o falecido

> *Tomou quando vivo emprestadas à Autora no ano de 1843 duas vaccas, e duas novilhas; bem como que precizando de um poldro da segunda muda, que a autora possuía, esta lhe cedeo para com o seo producto lhe comprar umas novilhas, e foi o poldro servido pelo dito Nepomuceno, que falleceo ser ter pago a autora, não só as duas vaccas, e duas novilhas, como o referido poldro. (...)*
> *Nestes termos, e seguindo a regra de direito espera a autora que seja o R. João Manoel do Livramento, condennase a pagar pelos bens da herança de seo fallecido Irmão João da Costa Nepomuceno, a quantia dita de 150$000, e custa*[13].

As mulheres também recorriam a justiça quando se sentiam ameaçadas e lesadas com o seu patrimônio, como foi o caso de Anna Gonçalves da Costa, moradora na Fazenda Caximira, na Imperial Vila da Vitória, na qual presta queixa contra João Francisco Gomes, Daniel Ferreira Facos e João Ferreira, seus vizinhos, por invasão e roubo de sua propriedade. Segundo Afirma Anna Gonçalves da Costa, a propriedade foi comprada por ela a João Francisco Gomes e que pertence a mesma, como consta na escritura que esta apresentou e que *já tendo a suplicante feito seus benefícios, plantações, bananeiras, caza coberta de telhas com seus aseçorios, porta com chave*[14]. De acordo com a queixa

> *Pela meia noite do dito dia 16 (de fevereiro de 1846) aprezentarão se aos suplicados armados com faca, espeingarda, aterradura com ameaças para tomar lhe forçozamente por via própria, as terras da suplicante e propriedade, arrombando-lhe sua caza, tirando as telhas da cubertq, atingindo a suplicante para fora da posse de seu terreiro fazendo muita violência por uso de armas para perpetração do roubo (...)*[15].

Anna Gonçalves da Costa, pequena proprietária, que cultivava algumas plantações, e disso sobrevivia. Porém, percebemos que nesse período a mulher também sofria ameaças e violência, como foi descrita. Trata-se também do jogo de poder, onde o homem procura

[13] AFJM Caixa Diversos 1844-1846: Petição de Laura Joaquina da Encarnação, 1846.
[14] AFJM Caixa Diversos 1844-1846: Queixa Crime de ANNA Gonçalves da Costa, 1846.
[15] Idem.

exercer o seu domínio pelo uso da violência. Mas existiam mulheres que mesmo sofrendo ameaça, recorriam a justiça para buscar os seus direitos e exigir que a lei fosse cumprida a seu favor. Observando a queixa, não podemos analisar se Anna Gonçalves da Costa possuía escravos, ou se morava sozinha, para mais informações será necessário buscar outros documentos, que até o momento não foi possível. Mas não aparece a descrição de outra pessoa, morando na casa na hora da invasão, e nem que estivesse ausente no momento em que ocorreu a violência.

Com tudo isso exposto acima, podemos perceber a importância da mulher nesse período como agente econômico e social importante. Mas existe muito mais a descobrir, as pesquisas estão no início e outras descobertas podem ser feitas.

Fontes:

- Arquivo do Fórum João Mangabeira (AFJM) – Vitória da Conquista – Ba.

- Testamentos;
- Inventários;
- Petições.

Referências bibliográficas:

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. . **Bahia século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os Cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SOUZA, Maria Aparecida S. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e ocupação de terra no interior da Bahia.** Vitória da Conquista: UESB, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras nos anos 1960.

Jean Rodrigues Sales*

Resumo
O objetivo principal desta comunicação é analisar as relações entre as esquerdas comunistas brasileiras e a revolução cubana entre 1959 e 1974. Trata-se de entender em que medida essa revolução influenciou o debate ideológico dos comunistas brasileiros e quais os desdobramentos para as suas formulações teóricas e prática política. A conclusão geral é a de que o processo revolucionário cubano esteve presente, sobretudo, no debate a respeito da definição da luta armada contra a ditadura militar e na adoção da bandeira do socialismo por uma parte dessa esquerda. Foi importante ainda na crise que se abateu após 1964 sobre as organizações que já existiam antes do golpe militar, que vieram a se fragmentar e dar origem a diversos grupos da Esquerda Revolucionária.

Palavras-chave: Revolução Cubana - Comunismo brasileiro - Esquerda Revolucionária.

Résumé
Le but principal de cette communication est d'analyser les rapports entre la gauche communiste brésilienne et la révolution cubaine entre 1959 et 1974. Il s'agit de comprendre à quel point cette révolution a influencé le débat idéologique des communistes brésiliens et quelles sont les conséquences pour ses formulations théoriques et la pratique politique. En général, on peut conclure que le processus révolutionnaire cubain était surtout présent dans le débat sur la définition de la lutte armée contre la dictature militaire et dans l'adhésion d'une partie des mouvements de gauche au socialisme. Elle a aussi joué un rôle important pendant la crise qui s'est abattue après 1964 sur les organisations préexistantes au coup militaire, qui se sont fragmentées à ce moment-là et qui sont à l'origine de divers groupes de la Gauche Révolutionnaire.

Mots-clés: Révolution cubaine - Communisme brésilien - Gauche Révolutionnaire.

O impacto da revolução cubana

A vitória da revolução cubana causou grande debate no Brasil. Para alguns autores, o evento pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas brasileiras. Marco Aurélio Garcia, ao comentar a trajetória do conceito de revolução no país, vê no reflexo da revolução cubana na década de sessenta o marco que delimitaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelo impacto da revolução russa, que se estendera até fins

* Doutor em História. Pós-doutorando na Universidade de São Paulo (USP). Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jeanrodrigues5@yahoo.com.br. Esta comunicação tem como base a minha tese de doutorado (SALES, 2005).

dos anos cinqüenta, para uma segunda fase, identificada pelo surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em grande parte, pelos valores e pela teoria da revolução cubana (GARCIA, 1997).

Em meio a um ambiente de impasse econômico e de rearticulação política, a revolução cubana colocaria questões importantes para esquerda comunista brasileira. Ainda para Garcia, ela reabre para a esquerda latino-americana três temas que estavam cristalizados em seu pensamento, tendo recebido até então pouca contestação. A primeira questão diz respeito à atualidade do socialismo nos países do continente. Até os anos sessenta a idéia hegemônica era a de que a revolução seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, e na qual a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário. Em segundo lugar, a revolução cubana questionava a idéia que tomara força no comunismo internacional, sobretudo a partir de 1957, sobre as possibilidades da transição pacífica ao socialismo. Por fim, o fato de ter sido dirigida não por um partido comunista, mas sim pelo Movimento 26 de julho, de Fidel Castro, colocava na ordem do dia a discussão sobre o papel da vanguarda revolucionária (GARCIA, 1979).

As questões suscitadas incidiram diretamente no debate sobre a revolução brasileira nos anos sessenta, particularmente em sua perspectiva de esquerda. Assim, o processo de luta político-ideológico aberto no interior das esquerdas brasileiras, que vai ser responsável pelo surgimento dos grupos revolucionários no período, está vinculado, "ainda que de maneira nem sempre perceptível, à revolução cubana e seus desdobramentos na América Latina" (GARCIA, 1979).

Nesse caminho, tomamos a influência da revolução cubana como um dos elementos que caracterizaram as definições políticas e ideológicas da esquerda brasileira nos anos sessenta. Seja pelo apoio e filiação a muitos aspectos do projeto revolucionário cubano (caso da Nova Esquerda), seja pela crítica à aspiração cubana de irradiar seu modelo revolucionário para o continente (como pode se ver nos casos do Partido Comunista Brasileiro - PCB - e do Partido Comunista do Brasil - PC do B), seja ainda pela tentava de adequar o foquismo à realidade brasileira (como foi o caso de muitas organizações da esquerda revolucionária após o golpe militar de 1964). Em todos os casos, a discussão em torno do significado da revolução cubana aparece como um problema fundamental para a definição de sua identidade política.

Ao tomar a influência do modelo revolucionário cubano como um dos elementos definidores do projeto político da esquerda comunista nos anos sessenta (seja pela afirmação ou negação dessa influência), estamos partido do pressuposto de que as referências feitas

pelas organizações a este modelo não se tratam de mera retórica. Entendemos que essas referências impregnavam a própria linha política das organizações e, nesse sentido, também a sua prática.

Dessa forma, a questão principal é desvendar como se deu historicamente as relações e a influência da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras, particularmente sobre o seu projeto político. Assim, mesmo considerando os aspectos mais amplos que essa relação possa comportar, a prioridade nessa comunicação será o entendimento de sua incidência no debate ideológico e na elaboração da linha política das organizações comunistas brasileiras.

Nesse sentido, vale adiantar, acreditamos que essa influência aparece de diversas maneiras, menos como tentativa de cópia mecânica do que aconteceu em Cuba. Nenhuma das organizações pesquisadas, nem mesmo aquelas que são normalmente apontadas como tipicamente foquistas, jamais admitiram que queriam transplantar para o Brasil a experiência cubana. Entretanto, isso não significa dizer que, em muitos aspectos e de formas variadas, tais organizações não tenham se inspirado no processo revolucionário cubano.

Entre as formas que essa influência assumiu, está a de uma inspiração política ampla, servindo para fortalecer bandeiras socialistas e antiburocráticas, sobretudo antes do golpe de 1964. Neste caso, dois exemplos importantes são os da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e da Ação Popular (AP) que, ao surgirem no início dos anos 1960, se apoderaram dessas bandeiras para elaborar os seus programas políticos e, ao mesmo tempo, criticarem o PCB. Duas outras características da influência de Cuba sobre os comunistas brasileiros são as da interferência no debate ideológico das organizações no encaminhamento de suas estratégias políticas e na tentativa dessas organizações adaptarem as idéias centrais do foquismo à realidade política e geográfica brasileira. Houve ainda uma ligação direta com a revolução cubana que se deu através dos militantes brasileiros que fizeram treinamento guerrilheiro em Cuba.

A atração pelas idéias cubanas, e o foquismo em particular, não se dava ao acaso. Entre outros motivos, deve-se destacar que a teoria do foco guerrilheiro partia do pressuposto de que as condições objetivas estavam prontas para o desencadeamento do processo revolucionário nos países da América Latina e que, portanto, conforme os ensinamentos marxistas, faltariam apenas as condições subjetivas. Estas, por sua vez, poderiam ser criadas pela ação dos guerrilheiros. Além disso, ele subordinava o fator político ao fator militar, fazia uma crítica ácida ao burocratismo e à corrupção que tomara conta de muitos partidos comunistas latino-americanos e propunha que o foco guerrilheiro se responsabilizaria pelo

início da luta, surgindo a partir dele o embrião do partido revolucionário (GORENDER, 1998: 89). Essas idéias, particularmente após o golpe de 64, foram ao encontro de muitas das aspirações da esquerda revolucionária brasileira.

Além dos aspectos mencionados acima, há outros elementos que nos ajudam a entender como a revolução pôde irradiar a sua influência para além da esquerda tradicional, ou comunista. Para Emir Sader, entre outras coisas, ela serviu como "legitimação da heterodoxia política e ideológica" no continente, na medida em que foi dirigida pelo grupo 26 de Julho, quebrando assim o pretenso monopólio dos partidos comunistas na direção dos movimentos revolucionários no continente. Ela articulou ainda em seu processo duas bandeiras em voga no período: "antiimperialismo e anticapitalismo". Enfim, vale lembrar do uso da guerra de guerrilha, que tanta influência teve na América Latina na década de 1960 (SADER, 1991: 167-171).

Com essa configuração a revolução cubana chegou às esquerdas brasileiras. Claro que a apreciação e as leituras que fariam da revolução em cuba variaram de acordo com as modificações que passavam a política brasileira, os grupos comunistas e a própria política externa cubana. Entretanto, de uma forma geral, havia duas leituras sobre a vitória da revolução cubana. Uma "suave", comandada pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, "ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular"; outra, dos grupos da esquerda revolucionária, que "colocavam ênfase no caráter socialista que assumiu rapidamente o processo revolucionário cubano e a estratégia armada como caminho de resolução da questão do poder na sociedade" (SADER, 1991: 176).

Ainda em relação às influências da revolução cubana sobre as esquerdas brasileiras, é necessário ressaltar que para o movimento estudantil de uma forma geral, e particularmente em suas lideranças, o exemplo cubano mostrava o horizonte da luta armada para aqueles jovens que ingressavam na Nova Esquerda e que não queriam repetir, em sua avaliação, o mesmo erro que o PCB cometera ao não se preparar para uma resposta eficaz ao golpe militar de 1964. Essa questão é importante pelo fato de o movimento estudantil ter sido, na segunda metade da década de sessenta, o grande "fornecedor" de militantes para as organizações da esquerda revolucionária. Disso decorre a necessidade de considerar que a revolução cubana, ao mesmo tempo em que causava discussões no interior das organizações, também influenciava diretamente o setor que mais fornecia militantes para os grupos revolucionários.

Uma revolução, diversas interpretações

Uma primeira conclusão a que chegamos diz respeito ao relacionamento da ortodoxia comunista brasileira com a revolução cubana. Diferente do que se tem visto na historiografia sobre o PCB e o PC do B, pudemos perceber que a questão cubana esteve presente no debate ideológico dos dois partidos no decorrer dos anos sessenta. Dessa forma, não se pode reduzir a dimensão internacional do PCB a seu relacionamento com a URSS, nem a do PC do B a seu alinhamento político à China.

No caso do PCB, a revolução cubana foi imediatamente saudada como a corporificação no continente da teoria apregoada há décadas pelos comunistas. Ou seja, a América Latina teria conhecido uma revolução democrático-burguesa que logo teria passado para fase socialista, processo no qual o Partido Comunista Cubano teria desempenhado um papel fundamental. Essa apreciação do significado do processo revolucionário cubano, que com dificuldade tentava esconder os aspectos heterodoxos da revolução cubana, logo foi questionado por setores partidários. Inicialmente de forma sutil, mas logo ganhando grande força, sobretudo com a crise aberta em suas fileiras após o golpe de 1964.

Com a chegada dos militares ao poder em abril de 1964, amplos setores do PCB responsabilizaram a política partidária pela derrota dos movimentos sociais diante dos militares e passaram a buscar novos caminhos de atuação. Nesse momento, o modelo revolucionário cubano foi visto por muitos militantes como um exemplo que poderia servir ao Brasil, principalmente no que concerne à utilização da luta armada contra a ditadura militar. A discussão que tomou conta do partido levou à saída de centenas de militantes que deram origem a muitas das organizações da esquerda revolucionária brasileira, que tinham em comum uma clara influência do foquismo na elaboração de sues projetos políticos.

O PC do B, por sua vez, que naquele momento era aliado dos chineses, via na revolução cubana um exemplo da falência da política dos partidos comunistas ligados a Moscou. Alegava que os revolucionários cubanos tinham demonstrado definitivamente que a revolução não aconteceria na América Latina sem o uso da violência e que a aliança com a burguesia nacional era absolutamente desnecessária. Apesar disso, após o golpe ele também sofreu cisões que tiveram em sua origem as discussões sobre a luta armada contra a ditadura. A cisão sofrida pelo partido, que deu origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV), foi buscar no ideário cubano a inspiração para a luta armada, ainda que complementada com elementos do maoísmo.

Como podemos perceber, a revolução cubana esteve no centro do debate que originou a Nova Esquerda brasileira, na medida em que contribuiu para engrossar a crítica ao modelo tradicional de partido comunista, levando a cisões no PCB e no PC do B. Mas a sua importância não se resume a isso. Ao mesmo tempo em que a influência cubana se fazia sentir no interior da esquerda tradicional, ela desempenhava um papel marcante na estruturação de grupos como a AP e ORM-POLOP. Nos primeiro caso, o exemplo cubano serviu para justificar a proposta heterodoxa de socialismo feita pela AP, que procurava se distanciar do socialismo real, propondo um *socialismo com humanismo.* No caso da ORM-POLOP, a revolução cubana serviu para fortalecer a sua proposta de uma revolução imediatamente socialista, que contrastava com a bandeira da revolução por etapas empunhada pelo PCB e PC do B. Após o golpe, entretanto, principalmente a ORM-POLOP, sofreria cisões que tinham na origem a atração exercida pelo foquismo.

O golpe de 1964 e a eclosão da luta armada

O golpe militar de 1964 representou um momento de inflexão para as esquerdas brasileiras, sobretudo para os comunistas, causando um amplo debate entre as organizações sobre as causas da derrota do movimento popular e, principalmente, o caminho que deveria ser seguido na nova situação política aberta com a chegada dos generais ao poder. Nesse momento, é de se destacar que praticamente todas as organizações comunistas que existiam no período anterior a 1964 sofreram cisões a partir de discussões em torno do tema da definição de uma nova estratégia política.

Assim, o PCB sofreu diversas cisões que deram origem a grupos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outras. Do PC do B saíram militantes que criaram o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR). A AP teve pelo menos duas divisões importantes, a primeira deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e a segunda a Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML). Da ORM-POLOP, por sua vez, saíram militantes que criaram o Comando de Libertação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Partido Operário Comunista (POC).

Nas cisões e na definição do novo caminho de luta diante da instauração da ditadura militar, a temática da revolução cubana ganhou grande força. Pode-se afirmar que todos os grupos que pegaram em armas contra a ditadura militar na segunda metade dos anos sessenta dialogaram com as idéias cubanas. Nesse diálogo, uns se aproximavam mais das

idéias que emergiam de cuba, outros menos, mas todos trataram do tema na definição de sua estratégia política, principalmente no que diz respeito ao caminho armado.

O que mais atraia as organizações da esquerda revolucionária no foquismo era a crença de que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas sem a presença de um partido comunista tradicional como dirigente. Acreditava-se que esse era o caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, tarefa esta que a presença do *foco guerrilheiro* se encarregaria. Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder. Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas.

As Ligas Camponesas e o primeiro ensaio de luta armada

Normalmente quando se fala em influência cubana sobre as esquerdas brasileiras, se pensa imediatamente na luta armada contra o regime militar na segunda metade dos anos sessenta e início dos anos setenta. A predominância dessa temática se justifica pela vinculação patente de muitos grupos da esquerda revolucionária com os cubanos. Entretanto, vale lembrar que as idéias cubanas já circulavam e influenciavam as esquerdas brasileiras desde antes do golpe. Além das questões que já tratamos acima, a história das Ligas Camponesas pode ser tomada como um dos melhores exemplos do tipo de relação que setores das esquerdas brasileiras estabeleceram com a revolução cubana antes de 1964.

Inicialmente, as Ligas Camponesas, que surgiram no interior de Pernambuco por volta de 1955, tinham como objetivo principal promover a assistência entre os seus associados e lutar pela promoção de uma reforma agrária no país. A mudança em suas propostas pode ser identificada entre 1961 e 1962, quando muitos de seus membros fizeram viagens a Cuba. Os dirigentes das Ligas criaram vínculos importantes com Fidel Castro, o que possibilitou ao grupo brasileiro se tornar pioneiro no envio de militantes para fazer treinamento guerrilheiro na ilha de Fidel.

Após fazerem o treinamento guerrilheiro, alguns militantes das Ligas iniciaram a organização, no interior de Goiás, de campos para treinamento guerrilheiro. Em novembro de 1962, o grupo de Dianópolis viu chegar durante a noite um contingente do exército na fazenda, causando a fuga dos militantes que lá se encontravam. As versões sobre a dissolução dos campos são controversas. Para alguns, as autoridades já sabiam o que se passava na região e vinham a tempo vigiando as atividades do grupo. Para outros, a descoberta não passou de

uma coincidência, uma vez que o exército procurava armas contrabandeadas pelos latifundiários de Goiás, chegando por acaso à fazenda onde estavam os militantes.

O caso da aproximação de setores das Ligas Camponesas de idéias oriundas da revolução cubana, e, principalmente, a criação dos campos de treinamento guerrilheiro durante o governo de João Goulart (1961-1964) demonstram que a opção ou a simpatia de uma parte da esquerda brasileira pela luta armada antecede o golpe militar de 1964. Isso coloca em xeque uma interpretação que tem privilegiado a hipótese de que a luta armada no Brasil surgiu exclusivamente como resposta ao golpe de 1964, ou ao fechamento da ditadura com o Ato Institucional número 5. Não se trata de negar a importância do golpe militar como fator de desencadeamento da luta armada nos anos sessenta, mas sim de não obscurecer o debate interno das próprias organizações que surgiram antes de 1964, que não descartavam a utilização da luta armada para a transformação da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas:

GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias*. In: ARAÚJO, Ângela (org.). ***Trabalho, cultura e cidadania.*** São Paulo: Scritta, 1997.

GARCIA, Marco Aurélio. *Como surge a esquerda armada brasileira.* In: **Em Tempo**, n. 81. São Paulo: 13 a 19/09/1979.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

SADER, Emir. *Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira*. REIS FILHO, Daniel Aarão et al. ***História do marxismo no Brasil, vol. I.,*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

Batuques e curas: Pai Caetano em ação (Vila Rica – 1791)

André Nogueira*

Resumo: A presente comunicação objetiva discutir como nas Minas do "século do ouro" muitos africanos e seus descendentes realizavam práticas de cura como meio de angariar pecúlio e visibilidade social. Para tanto usaremos o caso do negro angola Caetano da Costa, enredado numa devassa civil e preso na cadeia de Vila Rica por conta de suas curas e calundus, vistos pelas autoridades civis como feitiçaria.
Palavras-chave: curas – calundus – devassa civil.

Abstract: This paper discusses how in the Minas Gerais of the "Gold Century" many Africans and their descendents made cures to had gains and social visibility. To this we use the tale of Caetano da Costa, prisoner in the Vila Rica's jail because of his cures and calundus, saw by the civil authorities as witchcraft.
Keywords: calundus – cures – inquires.

...usava de feitiçarias mágicas e indústrias enganosas contra a nossa santa religião e que por isso o mandara prender e lhes achara várias relíquias misturadas com outras coisas indecentes. Dessa maneira que, inicialmente, tomamos conhecimento das ações do negro angola Caetano da Costa, ou Pai Caetano, conforme aparecia respeitosamente na fala de algumas pessoas que testemunharam contra seus feitos. Corria o ano de 1791, quando o capitão e juiz ordinário Manuel Francisco Andrades resolveu mandar confinar o negro Caetano na cadeia de Vila Rica e confiscar seus objetos rituais, abrindo contra ele uma devassa civil. (Arquivo Histórico do Pilar – AHP. Emenda por feitiçaria: Caetano da Costa. Auto 9470; códice 449).

O caso de Pai Caetano é bastante fértil para pensarmos como o domínio da arte de curar e a manipulação do sobrenatural proporcionavam nas Minas do século XVIII um importante meio de obter recursos materiais, afirmação e respeito social para muitos africanos e seus descendentes. Ainda que esses agentes fossem constantemente alvos de perseguição – tanto de autoridades religiosas como laicas – e angariassem para si igualmente o medo e a repulsa de muitos moradores de suas comunidades. Interessa-nos também repisar algumas das práticas de nosso personagem, principalmente os calundus por ele presididos, cerimônias bastante freqüentadas por uma clientela que buscava fortuna e a cura para os males do corpo.

Na fala das testemunhas não deixa de chamar atenção, inicialmente, a quantidade de predicados imputados ao negro Caetano, sendo qualificado de *curador, pai, amo, matador*

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; Tutor de História da Educação I e II do Consórcio CEDERJ – Pedagogia (Unirio).

com feitiços, calunduzeiro, feiticeiro mágico e enganador[1]*, perverso e mau.* Essa variedade de adjetivos e impressões nos dá preciosas pistas da multiplicidade de suas ações e da forma com que diferentemente era visto pelas pessoas que habitavam seu meio social. Cumpre dizer que esse misto de reconhecimento e repulsa não era exclusividade de nosso negro angola. Nas devassas eclesiásticas, norteadas principalmente pelo bispado de Mariana, encontramos diversos casos em que sentimentos tão variados como respeito, aquiescência, reprovação e medo emergem das expressões usadas pelos acusadores e padres responsáveis (NOGUEIRA, 2005:55-57).

A despeito disso, a forma com que Caetano da Costa era reconhecido, ou mesmo admirado, por várias pessoas certamente serviu como elemento multiplicador de sua fama com intensidade poucas vezes vista em casos dessa natureza. Dois acontecimentos no mínimo inusitados corroboram essa realidade. O crioulo José da Silva, morador da rua do Padre Faria, resolveu simplesmente abandonar sua ocupação de faisqueiro e *se ajuntou com esse dito preto Caetano para o servir no que ele lhe mandasse e que o dito Caetano era seu amo*, conforme aparece na fala surpresa do sapateiro Manuel Ferreira. Outra testemunha ao alertar várias pessoas acerca dos erros que incorriam ao buscarem os préstimos de Pai Caetano, recebera em troca além de ameaças de morte por parte do "feiticeiro" a hostilidade e a reprovação das pessoas avisadas, que por acreditarem em seu poder *querem mal a ele testemunha.* (AHP. Emenda por feitiçaria...fls.8 e 11).

Merece igualmente ser sublinhado o tempo e a incrível mobilidade espacial que se apresentam nas páginas da devassa. A notoriedade de Caetano da Costa como "feiticeiro e curador" fora garantida graças a anos de ação. O negociante de escravos Manoel de Magalhães afirma que sabia de seus feitos há nove anos, já o capitão Luiz Pinto da Fonseca arredonda para uma década *o tempo que tem conhecimento do preto Caetano.*(AHP. Emenda por feitiçaria...fls. 4v e 6). Quanto à desenvoltura com que transitava para realizar seu diálogo com o sobrenatural, Pai Caetano também não deixa de chamar atenção. Ao longo de sua devassa são citadas várias casas por ele alugadas, além da menção de sua atuação na freguesia de S. Bartolomeu, termo de Vila Rica e que dista cerca de quinze quilômetros do centro da cidade; Cachoeira do Campo, a dezoito quilômetros e na freguesia de Catas Altas, a longos trinta e sete quilômetros de Vila Rica (FERREIRA, 1885:54). Com isso, podemos imaginar a capacidade em nada desprezível de circulação de nosso personagem, o que sugere a possível existência de alianças com moradores dessas áreas e de suas cercanias e/ou indícios de que os

[1] A insistência com que essa expressão aparece – com especial destaque na abertura da devassa – nos alerta sobre os "filtros culturais" que de forma tão freqüente impregnam esse tipo de documento. (GINZBURG, 1989: 18-25).

"negócios" caminhavam bem até a sua prisão, gerando renda para sustentar esse trânsito. Tais suspeitas são confirmadas pelos depoimentos das testemunhas. O crioulo Manuel Ferreira comenta que Pai Caetano *não tinha outro ofício além do de ser feiticeiro,* já Jerônimo Dias, homem branco, menciona o fato de por suas práticas costuma receber *dádivas de ouro lavrado* de seus clientes.

Mas, afinal, que tipo de contato com o sobrenatural Caetano da Costa exercia? Quais seriam as práticas por ele realizadas que lhe garantia tanta fama, reconhecimento, temor, a produzir uma quantidade tão diversificada de impressões? Por que diversas pessoas lhe davam *dádivas* e *ouro lavrado*? Para tentar descortinar suas ações podemos começar sublinhando o arsenal mágico absolutamente fantástico que nosso negro angola manipulava e que aparece minuciosamente arrolado no *auto de exame* que abre seu julgamento, sendo aqui parcialmente reproduzido:

> *...= dois patuás ou bolsas de uma pele de bicho que parece ser de lagarto cozidos e descozido-a [sic] se lhe achou dentro delas um relicário encostoado [sic.] em latão com um vidro de uma banda com várias relíquias que disse o preto Caetano por Agnos Dei [sic.] (...) = duas laminazinhas [sic.] de estanho com vidros e revistas de várias imagens = um registro em pergaminho de S. Francisco = um ossozinho [sic.] com dentes que parece ser de peixe ou de outro bicho = um pouco de incenso (...) um escapulário ou bentinho de estamenho (?) e constavam a maior parte dos ditos papéis de várias orações escritas de mão [sic.], o que não eram escritas nem em latim nem em português e três delas com vários lhe digo várias cruzes uma com uma imagem de Nosso Senhor crucificado outras e santos em português (...) = uma oração escrita com litra redonda = duas bulas de defuntos = uma oração escrita em litra de mão com sete almas pintadas no fim dela digo com cinco almas pintadas no fim dela no qual é as sete almas do purgatório pedindo-lhe lhe [sic.] façam tudo o que Caetano tiver no centro e lhe de fortuna (...) = uma oração de São Caetano = um livro encadernado com o título Triunfo Eucarístico = uma imagem do Senhor crucificado de latão em uma cruz de pau de meio palmo de cumprido [sic.] = dois cavalos marinhos, um com um cobre de cinco réis atado com uma linha no pescoço e outro com dente de onça = uma pedra que parece ser de mármore (...) = duas meadas de gramadas cramezires [sic.] engranzadas = um toco de vela... (AHP. Emenda por feitiçaria...fl.2-2v).*

O farto material descrito lança luz para pensarmos no intenso hibridismo cultural que embalava suas práticas, cunhado a partir da utilização simultânea e das mesclas de diversos elementos do catolicismo – por si só possuidor de múltiplas vivências – com traços oriundos da África, ou "das Áfricas", como sugere Eduardo Paiva, tendo em vista o contado cotidiano com grupos étnicos variados, tudo isso aclimatado a partir das características e demandas da nova morada: uma sociedade urbana, mineradora e escravista do século XVIII. (PAIVA, 2001:66; SLENES, 1991).

Essa significativa quantidade e qualidade de objetos rituais manipulados por Caetano da Costa ainda nos permite imaginar como seria intensa a circulação desse universo

material mágico-religioso, que deveria envolver uma intrincada rede de compras, vendas e trocas – físicas e simbólicas – entre os mais diversos habitantes das Minas.

No que versa sobre seus feitos, a fala das testemunhas destaca três que são lembrados de forma mais insistente: os malefícios que causavam mortes, as curas e os calundus.

Numa das noites em que os "batuques" de Caetano da Costa quebraram o silêncio de Vila Rica, o curioso crioulo Francisco da Costa se *puzera a vigiar pelo buraco da fechadura*, delatando posteriormente várias pessoas que conhecia. Ao saber do sucedido, o negro angola prontamente *disse que o dito crioulo não havia de ver nem contar mais nada e com efeito logo o dito crioulo entra a queixar* [sic.] *de dores de barriga que em pouco tempo veio a morrer.* (AHP. Emenda por feitiçaria...fl.4v). Em outro momento, Pai Caetano dá cabo de ninguém menos que sua própria mulher, que ao acusá-lo e repreendê-lo para acabar com seus *enganos diabólicos* e suas *danças de calundus*, recebeu como resposta que *não havia de durar muito*, morrendo pouco depois, *quase de repente.* (Ibidem. fl. 12v.).

As falas das testemunhas como *morreu sem ferimento algum* ou *quase de repente* acusam a crença no poder de produzir malefícios do negro Caetano. À primeira vista pode parecer paradoxal, uma vez que o mesmo também é descrito como curador, mas ao longo dos setecentos impera como valor a idéia de que essas pessoas que manipulavam o sobrenatural poderiam simultaneamente curar ou provocar doenças, ao sabor de seus interesses (RIBEIRO, 1997: 38-52). Tais ações eram vistas indiscriminadamente aos olhos das autoridades civis e religiosas como feitiçaria, mesmo as práticas de cura, dado que não estavam associadas aos meios oficiais.

A despeito da descrição dos assassinatos desferidos pelos seus malefícios, são as práticas de cura que mais diretamente habitavam a fala das testemunhas. As habilidades de Pai Caetano como curador mostravam-se algumas vezes em ações individuais, em que nosso personagem – como vários outros negros que circulavam nos arraiais do ouro – era chamado até a casa de pessoas enfermas e geralmente com vomitórios e purgas à base de ervas e outras substâncias consideradas terapêuticas tratava de seus clientes. Contudo, são indisputavelmente os calundus, cerimônias coletivas nas quais o negro angola também realizava suas curas, que mais chamam a atenção das testemunhas. Nada menos de dez em onze pessoas reconheceram o negro angola como calunduzeiro, realizando suas cerimônias em vários endereços, como as casas por ele alugadas, a casa de Felícia crioula e ainda em lugares mais ermos como a chácara no Taquaral e *paragens remotas para não serem persentidos* [sic.] *e poderem fazer melhor o seu saber* (AHP. Emenda por feitiçaria...6v). Porém, há aqui uma interessante

idiossincrasia: apesar do reconhecimento de Caetano como reputado calunduzeiro, poucas são as pessoas que sabiam efetivamente o que acontecia nessas cerimônias. Novamente o rumor público falaria mais alto e as informações tornam-se bastante reticentes. Somente três indivíduos tinham realmente o que contar, sendo inclusive testemunhas oculares.

O pardo Manuel Ferreira tratou de queixar-se ao capitão Antônio Vieira de Carvalho sobre o que havia observado da janela de sua casa, acrescentando que fora tomado de *tal pavor que se lhe arrepiaram os cabelos*:

> *... de noite fora de horas se ajuntam na dita casa várias pessoas de homens e mulheres e que apagam as luzes e entram a tocar em uns catacos [sic.] fazendo um sussurro fúnebre e falando algumas vozes dizendo estas palavras = levantates [sic.]e respondiam = não posso que estou com as pernas mortas =(AHP. Emenda por feitiçaria...fl.5v).*

Já João Moreira, crioulo forro, descreve de modo mais detalhado o propósito dos calundus encetados por Pai Caetano, e como se utilizava dos mesmos para ganhar a vida:

> *...o dito negro Caetano da Costa morando vizinho dele testemunha costumava trazer enganadas muitas pessoas de todas as qualidades que dizendo-lhes que curava e adivinhava e dava fortuna (...) e indo um pardo que ele testemunha não conhece o procurá-lo para lhe adivinhar aonde estava uma besta que lhe tinha desaparecido (Ibidem fl.10v)*

Enfim, o curioso Miguel do Rosário chegou a entrar em uma das casas que o negro angola alugou por ocasião de uma *busca* para recuperar *uma quarta de ouro lavrado* que havia recebido de Ana por ocasião de uma cura que não foi realizada com sucesso. Tornando-se com isso o dono da descrição mais consistente acerca de seus calundus

> *E que sabe pelo ver que o mesmo usa de uns bonecos a que um chama de Dona Crentina [Crestina?] (...) quando faz as suas danças de calundus que entra a tocar uma biola [sic.] e ao som do dito toque que os ditos bonecos dançam e que além disso usa nos ditos calundus de imagens de Santo Antônio e de crucifixos e com velas acesas(Ibidem fl.8v).*

Somadas essas três descrições mais pormenorizadas a outras falas de testemunhas que relataram mais por "ouvir dizer", é possível fazermos uma análise acerca dos componentes dos calundus norteados por Pai Caetano. Primeiramente, nos chama atenção o fato do caso aqui estudado aproximar-se, em alguns aspectos, de outras denúncias existentes nas Minas. Sendo assim, os calundus eram definidos tipicamente – ou arquetipicamente – como rituais coletivos que envolviam cânticos e danças objetivando a realização de adivinhações e curas conseguidas geralmente graças ao transe. (MOTT, 1992:76).

Contudo, casos como os de Caetano da Costa nos permitem pensar que a despeito de aparecerem, à primeira vista, como rituais possuidores de certa "regularidade", vista através da insistência com que são lembrados alguns de seus elementos, temos razões para

crer que os calundus continham significativas variações em suas práticas, apresentando-se, assim, como cerimônias muito mais complexas (SOUZA, 2002:314-317) e somando vários outros componentes rituais aos que geralmente eram denunciados por seus algozes, que muitas vezes tinham apenas uma visão parcial e fragmentada dos acontecimentos.

Não há como negar, por outro lado, a forte influência nos calundus presididos por Pai Caetano de uma série de valores oriundos da África Centro-ocidental, bastante ligados ao complexo cultural *ventura/desventura*, no qual ganha ênfase a necessidade de garantir o bem-estar e a saúde a partir de rituais marcados pela dança, música e o transe. Um outro aspecto que deve ser sublinhado é o personalismo que envolvia as ações desses indivíduos que detinham o poder de contato com o sobrenatural, afirmando-se como verdadeiros líderes carismáticos, característica inegável em nosso personagem (SLENES, 1991-1992:58; THORNTON, 2004:325).

Os *bonecos* presentes nos calundus do negro Caetano talvez possam igualmente nos permitir uma leitura a partir dos referenciais da "cultura banto", se é que esta expressão é possível. O missionário capuchinho Antônio Cavazzi, que percorreu na segunda metade do século XVII várias regiões da África Centro-Ocidental, era dono de uma capacidade de narração bastante minuciosa, podendo nos fornecer algumas pistas para entendermos a importância desses objetos mágicos nos rituais dessas regiões que, não raro, envolviam práticas de cura (MONTECUCCOLO, 1965:88). Embora não possamos perder de vista a diferença de tempo e a diáspora para o Novo Mundo que, como já dito, eram responsáveis por modificações e acréscimos consideráveis nessas práticas, uma vez realizadas em contextos diversos, como o caso aqui estudado nos permite vislumbrar (MINTZ e PRICE, 2003:78).

O hibridismo cultural que permeava as práticas de Pai Caetano continua pulsante em seus calundus. Desta forma, dividia espaço com os destacados bonecos que dançavam ao som dos tambores crucifixos com velas acesas e uma imagem de S. Antônio. Quem diria, o "santo de casa" lisboeta, tão solícito com a camada senhorial que constantemente requeria seus préstimos de hábil capitão-do-mato – um desdobramento lógico da capacidade do santo de encontrar "coisas perdidas" – e possuidor de um sem número de patentes militares e atribuições políticas (VAINFAS, 2003:32-33) era por vezes freqüentador de destaque em rituais que envolviam africanos no Brasil. A escolha de S. Antônio em meio a enorme corte celeste para a presença no calundu do negro angola Caetano da Costa não parece em nada fortuita. Uma explicação possível nos é dada por Mary Karash. Segundo a autora, a popularidade que o santo possuía, especialmente entre os negros bantos, estaria associada ao

complexo cultural *ventura/desventura*, tão caro ao pensamento religioso da África Centro-Ocidental (KARASH, 2000:367).

De "pai" a "feiticeiro assassino", passando por curador e *dador de fortuna*, esse caso nos permite vislumbrar com incomum clareza de detalhes os sentimentos variados que marcavam o convívio social de pessoas a quem era reconhecido algum tipo de poder sobrenatural, e como tal tornava-se um importante meio de afirmação perante a comunidade e ganho de vida. Pelo menos até o momento em que esses indivíduos esbarrassem com diversas ações coercitivas.

Referências bibliográficas:

FERREIRA, Francisco Ignácio. **Diccionário Geográphico das Minas do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KARASH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana.** Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MONTECUCCOLO, João A. Cavazzi de [1683]. **Descrição histórica dos três reinos do Congo,Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

MOTT, Luis. *O Calundu-angola de Luzia Pinta (Sabará – 1739).* In: **Revista do IAC** V.2 N. 1 e 2, 1992. Pp. 73-82.

NOGUEIRA, André. *Doença ou feitiço? O patológico e o sobrenatural nas Gerais do século XVIII.* In: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. v. 33. Ano 18, 2005, Pp.51-59.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

RIBEIRO, Márcia. **A ciência dos trópicos.** A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SLENES, Robert. *"Malungo, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil*. In**: Revista da USP**. São Paulo: USP, 1991-1992. Pp. 48-67.

SOUZA, **O diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____ . *Revisitando o calundu*. *In:* GORENSTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria L. Tucci. **Ensaios sobre a intolerância. Inquisição, marranismo e Anti-semitismo (homenagem a Anita Novinssky).** São Paulo: Humanitas, 2002. Pp. 293-317.

VAINFAS, Ronaldo. Santo Antônio na América portuguesa: religiosidade e política In: **Revista USP**. Nº. 57, 2003. pp. 28-37.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Idéias Jurídicas e Direitos Civis de Imigrantes no Segundo Reinado

Gizlene Neder*

Resumo: Este trabalho enfoca o debate em torno dos direitos civis de estrangeiros residentes do Brasil em meados do século XIX. Analisa especificamente a polêmica entre Carlos Kornis Totvárad, jurista húngaro que residiu no Rio de Janeiro entre 1854 e 1862, e os intelectuais do campo do direito no Brasil. O tema do casamento civil para os não católicos mobilizava o campo intelectual, e contou, ainda, com a participação do clero. A polêmica foi travada através da publicação de livros e de artigos de opinião. Vincula-se a projeto de pesquisa desenvolvido desde 2005 (CNPq), intitulado "Direitos Civis e Questões Diplomáticas no Segundo Reinado".
Palavras-chave: casamento civil, imigração, cultura religiosa.

Abstract: This issue focuses the ideological debate on civil rights of immigrants in Brazil in middle of nineteenth century. Particularly, it focuses the debate involving Carlos Kornis Totvárad, a Hungarian lawyer that lived in Rio de Janeiro between 1854 and 1862, and Brazilian lawyers; the debate involved also the clergy. The polemic was carried on throughout books and articles. This paper concerns to the research, developed since 2005 (CNPq), entitled "Civil Rights and Diplomacy in the Second Reign".
Key words: civil marriage, immigration, religious culture.

1. Este trabalho analisa a história das idéias políticas no Segundo Reinado, a partir dos intelectuais do campo do direito, tendo em vista os aspectos subjetivos presentes na cultura política e seus efeitos no processo político-decisório, em torno das tensões e conflitos diplomáticos relacionados aos direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil, em meados do século XIX.

Na ausência de um código civil moderno, duas questões mobilizaram as representações diplomáticas estrangeiras junto ao governo brasileiro: a definição jurídica da nacionalidade de filhos de estrangeiros nascidos no Brasil (e suas implicações jurídicas relacionadas à herança e tutela, no caso de morte dos pais estrangeiros) e os casamentos mistos (aqueles referidos ao casamento de católicos e acatólicos), que constituíam um

* Professora do Departamento de História da UFF. Projeto de Pesquisa "Direitos Civis e Questões Diplomáticas no Segundo Reinado" (CNPq). Texto para o Simpósio Temático "Instituições, Poder e Justiça", XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH), UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

constrangimento aos direitos de estrangeiros residentes no Brasil de religião não católica, uma vez que os registros civis (nascimento, casamento, morte, testamento) eram realizados pelo poder eclesiástico.

Além dos fóruns institucionais imperiais (parlamento, ministérios da justiça e do exterior, Igreja, etc.), a questão foi tratada num debate político, através da imprensa, entre um daguerreotipista húngaro exilado no Brasil (Carlos Kornis Totvárad), que havia sido professor de direito penal na Universidade de Peste e os intelectuais do campo do direito brasileiros aferrados às concepções canônicas sobre o casamento como um sacramento.

Com o controle da Igreja sobre os registros civis, sobretudo a questão do casamento (visto como um sacramento e indissolúvel) contrasta com a prática das igrejas reformadas européias. Para estas igrejas, a investigação de questões matrimoniais estava sujeita às autoridades judiciais e ao pastor cabia declarar que o casamento foi dissolvido depois de publicar o julgamento da autoridade competente. Trabalhando com a documentação histórica a respeito destes temas tão candentes, constatamos, entretanto, que a questão do casamento, e sua dissolução, não constituiu o único ponto de tensão relativamente aos direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil. A ausência de uma definição legal sobre estes direitos implicou sérios prejuízos em termos da tramitação de heranças, que motivaram várias reclamações das legações estrangeiras junto ao governo brasileiro. Nessa questão das reclamações acerca da demora, desvio, seqüestro de bens quando submetidos a inventário (ao invés de sua transmissão aos sucessores), nos levam a indagar sobre a especificidade da questão em tela. A reclamação dizia respeito a uma prática recorrente em torno dos direitos dos estrangeiros, ou seria uma prática mais generalizada que afetava toda a sociedade brasileira? Se a inoperância, jogo de empurra, demora e outras mazelas mais da história da justiça no país era uma prática comum, atingia, portanto, toda a sociedade brasileira. Tudo indica que sim, pois não podemos deixar de mencionar o empenho de José Tomás Nabuco de Araújo pela reforma e modernização do judiciário, quando ministro da justiça. Aspecto bem detalhado por Joaquim Nabuco no "*Um Estadista do Império*". Os imigrantes tinham em suas legações diplomáticas um canal de pressão por seus direitos (dependendo da força política de seu país no 'concerto das nações'). A quantidade de protesto dirigido ao governo brasileiro pelas legações diplomáticas pode sugerir que havia abusos de poder dos agentes do judiciário (sobretudo dos magistrados) que eram perpetrados contra os direitos civis de estrangeiros. Contudo, tanto o acesso à justiça quanto a correlação de força social e política da sociedade brasileira como um todo face ao poder judiciário era bastante desfavorável. E os estrangeiros, sobretudo aqueles oriundos de países fortes política e economicamente como a Inglaterra e a

França tinham em seus representantes diplomáticos um aliado. Freqüentemente, as legações estrangeiras contratavam advogados para estes imigrantes. Carlos Kornis Totvárad recebeu várias incumbências para emitir pareceres jurídicos.

A análise da documentação histórica nos leva a abduzir que o pomo das tensões estava localizado na questão do casamento (visto como um sacramento, numa perspectiva do direito canônico – portanto indissolúvel e controlado pela Igreja Romana). Esta posição era fortemente defendida por segmentos católicos ultramontanos que, no Brasil, tinham muita força política e ideológica na temporalidade em que desenvolvemos nossa observação. Seus antagonistas mais expressivos, no entanto, não eram tanto os protestantes (como tudo nos levaria a concluir). Foram os intelectuais situados no campo do catolicismo ilustrado (dentre eles nomes expressivos como Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco, Tavares Bastos, por exemplo) que defenderam a solução jurídica, no campo do direito civil, pelo casamento misto – possibilidade de casamento entre católicos e não-católicos, referida à autoridade civil e não eclesiástica.

Não que os protestantes não realizassem uma oposição ou mesmo uma pressão política sobre o governo imperial. Constatamos que não só manifestaram-se publicamente defendendo suas posições em relação ao casamento quanto mobilizaram seus governos para pressionarem as legações estrangeiras no Brasil para que atuassem junto ao governo brasileiro.

Apesar da hegemonia conservadora no Congresso de Viena, e embora tenha sofrido uma derrota militar em 1815, a França participou da política dos congressos; vários dos encaminhamentos de arbitragens internacionais tiveram por base a codificação francesa napoleônica, no campo do direito civil. A representação diplomática francesa no Rio de Janeiro se fez presente na defesa dos interesses de franceses residentes no Brasil, tendo como argumentação tanto as convenções dos congressos, quanto do próprio direito civil francês (NABUCO, 1975: 891-895). Embora derrotada e encolhid**a** em suas fronteiras, a França continuou a exercer uma liderança no processo de expansão e consolidação do liberalismo, que seguiu rumo em direção das duas margens do Atlântico (NEDER & CERQEIRA FILHO, 2002). Especialmente as inovações ensejadas pelo Código Napoleônico (1804), que modernizou as leis civis e serviu de parâmetro para o debate em torno da reforma do direito civil (NEDER & CERQUEIRA FILHO, 2001), foram muito combatidas pela Igreja Católica Romana, mormente pelo seu seguimento ultramontano. Este embate ideológico entre liberalismo (e modernidade), *versus* conservadorismo clerical (de corte ultramontano) chegou ao Brasil e esteve na base das disputas no campo do direito. Não é pouco relevante registrar

que o francês era a língua diplomática protocolada nos ofícios de várias legações dirigidas ao governo brasileiro. Somente a legação inglesa utilizava sua língua materna. Demais legações usavam o francês e eventualmente o latim.

Este é o enquadramento dos problemas que envolveram, por décadas, os principais intelectuais do campo jurídico, parlamentares e o próprio imperador. José Thomaz Nabuco Araújo e Augusto Teixeira de Freitas destacaram-se neste debate. O primeiro foi ministro da justiça e encomendou ao segundo, em nome do imperador, um projeto de código civil. O jurista húngaro radicado no Rio de Janeiro atuou, ideologicamente e juridicamente, ativamente no debate, manifestando-se publicamente através de jornais que acolhiam a causa dos estrangeiros. Estes jornais vocalizavam os interesses de protestantes, o que valeu a Totvárad a "acusação" de heresia protestante, sendo ele católico romano ilustrado (NEDER & CERQUEIRA FILHO, 2006).

Carlos Kornis Totvárad atuou ainda emitindo pareceres jurídicos, sobretudo para as legações estrangeiras no Brasil, além de inúmeras outras atividades que aqui desempenhou, sendo a mais conhecida publicamente a sua atividade como daguerreotipista; prestou seus serviços de daguerreotipista até para o Imperador. Ensinou línguas: latim, alemão e francês. Suas aulas eram anunciadas em jornais e almanaques; importou vinhos da Hungria para o Brasil, valendo-se de uma ampla rede de contatos com a comunidade húngara exilada na Europa e nas América do Norte, após o fracasso da revolução liberal húngara de 1848.

Contra ele, escreveu nada mais nada menos que Augusto Teixeira de Freitas. A favor dele, tentaremos identificar as forças do catolicismo ilustrado no Brasil, entre elas, o próprio imperador D. Pedro II. Sua participação no debate sobre o casamento civil no Brasil desbordou para Portugal, pois Totvárad responde publicamente a um jornal português que também o atacou politicamente.

Sua intervenção no debate ajudou ideologicamente o fortalecimento da posição favorável a uma maior abertura política no país; ajudou, sobretudo, o acolhimento dos estrangeiros não católicos, interferindo diretamente no contexto de formulação, debate e promulgação da lei de 11 de setembro de 1861, que instituiu o registro de casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professavam religião diferente da do Estado. Esta lei só foi regulada, entretanto, em 17 de abril de 1863, mas já a esta altura, Carlos Kornis Totvárad havia retornado à Europa.

2. Totvárad era um exilado húngaro que havia fugido de seu país após o fracasso das revoluções liberais de 1848. Em 1849, a Hungria havia sofrido uma intervenção armada da Rússia, a favor da Áustria, de quem pretendia separar-se. Antes de chegar ao Brasil, aprendera o ofício de daguerreotipista. Passou por vários países da Europa, tendo ido parar em Nova York, de onde partiu para o Brasil. Na Hungria, participou ativamente da revolução liberal e da guerra de independência, ocupando o delicado cargo de promotor público junto á corte marcial, por poucos dias o que valeu-lhe uma condenação à morte pelas forças de ocupação austríacas; executado "*in effigie*". Entre os trinta e seis condenados à forca junto com Totvárad encontrava-se o próprio regente da república liberal húngara, Lajos Kossuth (HANÁK, 1973).

Totvárad fazia daguerreótipos, mas não deixou de comprometer-se com o debate do campo jurídico, uma vez que havia sido professor de direito criminal na Universidade de Peste na Hungria. Sendo católico-romano, sofreu críticas dos intelectuais brasileiros do campo jurídico e religioso. Seus argumentos foram desqualificados em três sentidos: 1) no campo religioso, espalhava-se uma névoa de informações contraditórias que o colocavam como não-católico; 2) no campo lingüístico, encontramos outro argumento usado contra o jurista húngaro; o fato de não dominar a língua portuguesa (nenhuma ressalva era feita, tendo em vista tratar-se de textos de um autor cuja língua materna não era a que ele se expressava no debate). Entretanto, em seu texto não notamos tantos erros graves, nem lingüísticos, nem jurídicos (!); 3) por fim, no campo étnico-nacional, pois Totvárad foi tratado como oriundo de país de "língua bárbara", o magiar.

A forma desabrida como entrou no debate, e a energia e seriedade com que formulava seus argumentos deixam entrever um enorme engajamento político e social do autor. Entrevemos, também, que todo o processo por ele vivido (exílio, discriminação, ataques políticos) nas duas margens do Atlântico (Hungria, Europa, EUA e Brasil) implicou enorme sofrimento humano.

No Brasil, Totvárad viveu entre 1854 e 1862. Nestes oito anos de permanência no Brasil, meteu-se em vários empreendimentos: fez daguerreótipos (como afirmado acima), prestou assessoria jurídica para legações estrangeiras no Brasil, importou vinhos da Hungria, ensinou as línguas que sabia, sobretudo, o latim; e publicou artigos em jornais e o livro acima mencionado. Neste ínterim, adquiriu cidadania brasileira.

Quando voltou à Europa em 1862, Carlos Kórnis Totvárad viajou com passaporte brasileiro (ÓNODY, 1977).

Tentando resguardar-se da desqualificação de seus argumentos jurídicos, Carlos Kornis Totvárad publicou, ainda, um manual de latim. Visava, com isto, qualificar seus conhecimentos de latim, considerados à época importantíssimos para o entendimento do direito. Ou seja, o domínio do latim qualificava, sobretudo, para a compreensão do direito, canônico, por suposto. O modo como Totvárad se apresenta na folha de rosto deste manual de gramática latina é indicativo de sua condição de jurista e exilado: "*Ex-professorem júris universitatis Hungaricae pestiensis, actu daguerreotipistam hic loci*". Ou seja, ex-professor de direito na universidade húngara de Peste, exercendo funções de daguerreotipista. Suas precauções justificavam-se pois seus escritos sobre o casamento civil e os EUA (de onde vinha Totvárad) foram atacados anonimamente no Jornal do Comércio de Lisboa. Os EUA foram chamados de "terra dos filibusteiros" e Torvárad de "finório". O jurista húngaro mostrou-se especialmente aborrecido com o epíteto de "finório", sentindo-se moralmente atacado. Claramente, ele recebia ataques no plano pessoal, atribuindo-lhe um menos – relacionado à filosofia moral (ou seria teologia moral?). De fato, sua inserção no debate foi intelectual e política. Sua posição em relação ao debate no campo religioso era católica ilustrada; seu engajamento político e ideológico era extremamente comprometido e sério com os ideais nacionalistas e liberais do meados do século XIX. Não apenas na Hungria, como relatamos acima; quando esteve nos EUA, participou da criação de associação de exilados húngaros naquele país; fundou um jornal e militou pelas redes de sociabilidade destes exilados nas duas margens do Atlântico. A indignação com que reagiu ao xingamento de "finório" expressa bem o sentimento de injustiça vivenciado por Tótvárad.

Felizmente, contamos com o trabalho de Oliver Ónody para o IHGB, de 1979, "*Um jurista e historiador húngaro no Brasil no século passado*". Dominando o idioma, Onódy levantou aspectos da biografia de Tótvárad na Hungria; levantou também sua participação na imprensa húngara, na Hungria e no exílio. De fato, a atuação e a labuta de Tótvárad eram grandes; seu engajamento e mobilização revelam um homem muito ativo; comprometido social e politicamente.

Embora os argumentos do campo das idéias jurídicas e políticas estejam reunidos no livro sobre o casamento civil, Totvárad deixa-nos, neste prefácio, algumas pistas sobre os sentimentos que o envolveram, e comoveram. Encontramos uma evidência de um ressentimento, sobretudo pela desqualificação moral de sua língua materna, o magiar (húngaro) que foi considerado pelos juristas e religiosos brasileiros como sendo uma língua bárbara. Esta a motivação do preparo de um livro de gramática em latim. Algumas referências

à idéia de progresso através da educação podem, também, ser colhidas nesta introdução. O autor fala-nos de que o bom entendimento do texto dos antigos pode ser alcançado pela boa educação. Entendemos esta sua afirmativa como uma indireta aos intelectuais brasileiros, pois no prefácio do livro "O casamento civil" o autor alude explicitamente ao fato de que considerava os argumentos urdidos pelos brasileiros não se encontravam bem fundamentados, jurídica, histórica e teologicamente; faltava aos juristas brasileiros mais conhecimento, mais educação. Notável também a lista de livros apresentada na abertura do livro sobre o casamento civil, onde Totvárad teve o cuidado de citar obras de autores católicos e que se encontrassem nas bibliotecas públicas no Rio de Janeiro. Os três ou quatro títulos não conhecidos foram devidamente anotados como sendo obra que não se encontrava à disposição dos leitores brasileiros.

Notável, também, sua preocupação de afirmar-se católico-romano e de encaminhar no sentido de defender a separação entre Igreja e Estado nos negócios civis. Sua lide foi adotada e publicada por jornais que defendiam os interesses e dos direitos de estrangeiros no Brasil (sobretudo de não-católicos) e, por isso, sua condição religiosa não ficou esclarecida junto aos leitores brasileiros.

A polarização ideológica entre os jurisconsultos brasileiros, em meados do século XIX, dividia-se entre liberais, que, como Nabuco de Araújo, aceitavam encaminhar a reforma da codificação civil, e ultramontanos, que dificultavam as reformas, tendo em vista a preservação do casamento como sacramento. Identificamos uma vitória dos ultramontanos, pelo menos até 1863, quando se regulamentou, por fim, a legislação aprovada em 1861 que protegia juridicamente os direitos civis (decorrentes de casamentos aqui realizados) de estrangeiros não católicos. Até então, os direitos civis dos imigrantes estrangeiros, como um todo, foram prejudicados para além das questões referidas ao casamento. Possibilitou-se, assim, uma zona indefinida relacionada à sucessão e herança, por exemplo, que facilitava vários abusos de poder de autoridades inescrupulosas.

Fonte Bibliográfica:

Carlos Kornis Totvárad. *Institutiones Grammaticae Latinae*, Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1857.

Carlos Kornis Totvárad. O Casamento Civil; ou O Direito do poder temporal em negócios de casamentos. Discussão jurídico-histórico-theológica, 2 volumes, Rio de Janeiro:Livraria Universal de E. & H. Laemmert, 1858.

Referências Bibliográficas:

HANÁK, Peter e outros. **History of Hungary**, Budapeste: Corvina Books, 1991.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**, Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1975.

NEDER, Gizlene & CERQEIRA, Gisálio. "O Atlântico como Pátria", in **Convergência Lusíada**, 19, Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002, pp. 146-161.

NEDER, Gizlene & CERQEIRA, Gisálio. "Idéias Jurídicas e Pensamento Político no Brasil: Entre Dois Catolicismos", in **Anais do II Encontro do Instituto Brasileiro de História do Direito**, Niterói, agosto de 2006.

NEDER, Gizlene & CERQEIRA, Gisálio. "Os Filhos da Lei", in **Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS),** volume 16, no. 45, fevereiro de 2001, pp. 113-125.

ÓNODY, Oliver. "Um Jurista e Historiador Húngaro no Brasil no Século Passado", in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 316 – julho/setembro – 1977, pp. 283-358.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A contribuição dos imigrantes italianos na expansão da escola pública paranaense

Elaine Cátia Falcade Maschio*

Resumo: O presente trabalho analisa as iniciativas empreendidas por imigrantes italianos em prol à expansão da escola pública paranaense no final do século XIX. Procura compreender o processo de abertura de escolas públicas nas primeiras colônias italianas do estado, buscando identificar os sujeitos que fizeram parte daquele processo e reconhecer os anseios daqueles pela escolarização na língua nacional. Para este estudo, foram privilegiadas fontes documentais como: ofícios, requerimentos, legislação, relatórios e regulamentos de ensino. As reivindicações empregadas pelos primeiros imigrantes italianos que se estabeleceram no estado para assegurar a educação de seus filhos em idioma nacional, contribuíram significativamente para a expansão e constituição do sistema de ensino público paranaense.

Palavras-chave: Imigrantes Italianos; Expansão; Escola Pública.

Abstract: The present paper analyzes the initiatives undertaken by italian immigrants in favor of the expansiom of the public school in the state of Paraná in the end of the XIX century. It tries to understand the process of opening of public schools in the first italian colonies of the stat, trying identify the subjects that were part of that process and to recognize the wishe of them foruse of portuguese at schools. For this study, documental sources were privileged such os: forms, official correspondences, legislation, reports and teaching regulations. The revindications used by the first italian immigrants that settled down in the state to assure their children's education in portuguese, contributed significantly to the expansion and constitution of the educational public system in Paraná.

Keywords: *Italian Immigrants; Expansion; Public School.*

A inserção de imigrantes italianos no Paraná ocorreu a partir do ano de 1872. Um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871, mobilizou a entrada de um número significativo de imigrantes italianos que inicialmente foram instalados na Colônia Alexandra, localizada no litoral do estado, especificamente em Morretes.

* Mestre em Educação, Faculdade Internacional de Curitiba.

No entanto, problemas como: superlotação, clima quente, insetos, doenças, falta de alimentação, entre outros; tornaram precárias as condições de sobrevivência daqueles imigrantes colocando em evidência o estado lastimável da colônia.

Neste ínterim, o então Presidente da Província Adolfo Lamenha Lins rescindiu o contrato com o empresário Tripoti e promoveu diretamente a imigração e a reimigração daqueles colonos. No ano 1877, criou a Colônia Nova Itália em Paranaguá, a fim de remover os imigrantes que não desejassem mais permanecer na Colônia Alexandra e, também, instalar outros novos imigrantes italianos que continuavam a chegar. De acordo com (AZZI, 1987:213), em 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca de 2.000 colonos italianos, estimulados pelo sacerdote italiano Ângelo Cavalli.

Embora permanecendo por pouco tempo em funcionamento, as colônias supracitadas desenvolveram-se socialmente com: comércios, igrejas, cemitérios, atendimento médico, e principalmente, escolas. No entanto, foram afetadas por problemas que descaracterizaram imediatamente sua função. Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba das colônias Alexandra e Nova Itália. Insatisfeitos, os imigrantes ali instalados desejavam a transferência para o planalto curitibano, uma vez que julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas de prosperidade citadas nos contratos assinados na Itália.

Alguns imigrantes dirigiram-se à Curitiba e assim instalaram-se no centro urbano da capital ou em colônias já existentes que abrigavam imigrantes de outras etnias, como as colônias Abranches, Argelina, Órleans; outros avançaram ainda mais, e fixaram-se na região dos Campos Gerais (Ponta Grossa). Entretanto, a grande maioria instalou-se em novas colônias governamentais localizadas nos arredores de Curitiba. Essas colônias foram formadas através da compra de terras pelo então Presidente Provincial Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, tais como as colônias: Antonio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade e Alfredo Chaves.[1]

Segundo (VECHIA, 1998:120) havia dois perfis de imigrantes, aqueles que se estabeleceram no centro urbano de Curitiba, principalmente na região do Largo São Francisco, Mercês, Pilarzinho e Bogorrilho eram, na sua maioria, profissionais liberais que exerciam profissões diversas como comércio, carpintaria, marcenaria entre outros; por outro lado, os que se fixaram nas colônias eram camponeses que dedicavam-se exclusivamente à agricultura.

[1] As colônias Dantas (Água Verde) e Santa Felicidade apesar de serem criadas no mesmo ano e cumprirem a mesma finalidade - a instalação dos colonos removidos das colônias do litoral - não foram formadas através da compra de terras pelo governo, mas através da compra particular de terrenos pelas próprias famílias imigrantes.

A organização social e cultural desses imigrantes foi marcada por ritmos distintos. O primeiro grupo estabeleceu vínculo com a sociedade curitibana já organizada, freqüentavam a igreja, usufruíam o comércio local e seus filhos freqüentavam as escolas públicas centrais da capital. Já o segundo grupo de imigrantes, os camponeses *contadini*, organizaram as colônias de modo semelhante às comunidades rurais de sua região de origem. Tinham que implantar através da reivindicação ao governo ou particularmente: assistência médica, religiosa e escolar. Condições sociais mínimas para iniciar a vida na nova pátria.

Na questão educacional, a principal diferença entre esses dois grupos foi a reivindicação pela escola. Enquanto os imigrantes que se estabeleceram no centro da capital enviavam seus filhos às escolas públicas curitibanas, que por serem centrais - sem levar em conta a precariedade que afetava o ensino da época em todo o estado - ofereciam uma regularidade maior, aqueles que estabeleceram nas colônias, regiões mais afastadas, tiveram que lidar com a falta de escolas.

Sendo assim, a constituição do processo escolar público nas colônias foi marcada pela reivindicação de escolas por parte dos imigrantes, as quais serviram também à população brasileira, uma vez que nas localidades onde foram abrigadas as colônias não existiam escolas apesar da presença de famílias brasileiras.

A situação do ensino público paranaense na segunda metade do século XIX era muito precária, aliás, a escola pública brasileira neste período era caracterizada por escolas isoladas. A precariedade do funcionamento desses estabelecimentos era complementada pela baixa freqüência dos alunos e a falta de profissionais de educação. No caso paranaense, o ensino no século XIX não era diferente. Caracterizava-se por poucas escolas, que funcionavam com precariedade material e de pessoal e com baixa freqüência escolar, tendo um número muito alto de crianças em idade escolar fora da escola. Havia em toda a província do Paraná, no ano de 1882, apenas 133 escolas públicas; dessas somente 91 funcionavam com uma média de 20 alunos. Havia cerca de 25.500 crianças que não freqüentavam a escola primária (RELATÓRIO, 1882:3).

A situação de precariedade do sistema escolar e de falta de escolas públicas no território paranaense refletia-se também nas colônias de imigrantes no século XIX. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonos, os quais muitas vezes, diante da demora da assistência por parte do governo quanto à educação, incumbiam-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em outros casos, principalmente na etnia italiana, os imigrantes pressionavam o governo para a abertura de escolas públicas nas colônias.

Convém lembrar que se nem mesmo a população paranaense tinha acesso a escolas públicas providas para seus filhos, quanto menos o imigrante, os quais os governantes, desde sua vinda, depositavam expectativas de mão de obra para trabalho e de crescimento econômico da Província com o intuito de não despender mais gastos públicos com essa população.

A precariedade da instrução pública na Província do Paraná, segundo (WACHOWICZ, 1984:42), devia-se à falta de interesse do governo pela disseminação da escola, alegando problemas financeiros, falta de professores habilitados e a baixa condição econômica da população paranaense, condicionando a uma fraca freqüência de alunos nas escolas existentes.

Podemos observar essa situação em um relatório que descrevia a situação da imigração no Paraná destinado ao governo em 1891, cuja autoria não foi possível localizar, mas possivelmente tenha sido redigido pelo então chefe da imigração e colonização da época, a precariedade do ensino encontrada pelos imigrantes era semelhante nas demais escolas da Província paranaense.

Segundo o documento, o qual descrevia o processo imigratório tendo duas folhas dedicadas à informação sobre o ensino nas colônias de imigrantes, a escola teria sido o "benefício" que menos recebeu atenção do governo.

> *Tem sido completamente abandonado, esquecido, amesquinhado o ensino primário em escolas promíscuas. É igual a reclamação por parte dos immigrantes por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma cara escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em grande número.[?] amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que elles criem os filhos como "bestias".*
> *Merece ser este assumpto tomado em consideração: traduz elle uma providencia de grande alcance futuro para estas pequenas victimas do infortuno, afastados quase sempre dos centros populares e impossibilitados, por falta de dinheiro, de saírem do núcleo para procurar nas cidades e villas uma escola. Si o Estado não lh'os der, não serão esses menores outros tantos mendigos, [?] e criminosos em embrião, material disponível para importunar a caridade pública, povoar as [?] das igrejas, atravancar as calçadas, apparecendo moléstias e vindo mais tarde encher o recinto das prisões?*
> *Não é o Estado, indirectamente, responsável pela miséria e conseqüente desregrado proceder d'esse bando de analphabetos?*
> *Onde o asylo em que os órfãos, filhos de indigentes brasileiros ou estrangeiros, se abrigem, como um redento, dos perigos da [?] e encontrem uma salutar escola, além da instrucção intellecttual, religiosa, civil, os incentivos do trabalho que há de oferecer como honesto meio de vida e instrumento de bem estar social? (OFÍCIO, 1890:109-111).*

Ao descrever a precariedade do ensino nas colônias, o autor do documento ressalta a semelhança desta situação em escolas promíscuas em toda a Província. É possível observar,

na citação acima, que havia a preocupação, por parte do relator, com as conseqüências que a precariedade do ensino poderia causar às futuras gerações. O documento alertava que a escola deveria ser um lugar civilizador, onde, muito mais que instruir, caberia formar moralmente a criança, moldar costumes, evitando a desordem social.

Este pensamento, ao que parece, era o mesmo entre os imigrantes, que reclamavam e criticavam a falta de assistência escolar por parte do governo. Alegavam que o governo queria que seus filhos fossem criados como *bestias*, (dialeto italiano) o que quer dizer bestas, ou ainda, ignorantes.

Qual a importância então atribuída à educação escolar pelos imigrantes a qual justificaria seus esforços e iniciativas para implantação do ensino institucionalizado?

Embora sendo colonos lavradores, a preocupação em relação ao ensino esteve presente entre os imigrantes desde os primeiros pedidos feitos durante a sua instalação nas colônias.

A escola caracteriza-se como uma instituição civilizadora e humanizadora. A falta dela geraria o risco da desumanização, da permanência na condição de ignorante. O papel atribuído à escola seria o de moralizar costumes, conformar dos corpos e transmitir o conhecimento.

Considerando que a escola tinha um papel fundamental para esses imigrantes, podemos inferir que eram alfabetizados e cônscios da importância da escola, porque provinham de regiões de forte tradição escolar (KREUTZ, 2000:348). Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada.

Os indícios para a sustentação dessa hipótese podem ser encontrados em alguns aspectos relacionados ao grupo, como a procedência desses imigrantes da região do Vêneto, localizada ao norte da Itália. De acordo com (LUCA, 1909 apud HUTTER, 1972:149-150), grande parte dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, particularmente para o Paraná, provinham daquelas regiões italianas que, embora fossem eminentemente agrícolas, contavam com baixos índices de analfabetismo em relação às regiões da Itália meridional. Segundo o autor, enquanto os italianos emigrados das províncias centrais e meridionais apresentavam índices de analfabetismo em torno de 46,65%, os italianos emigrados das províncias setentrionais apresentavam porcentagem inferior, em torno de 11,00%.

Considerando que parte desses imigrantes emigrados para o Sul do país e, especificamente para as Colônias analisadas, eram alfabetizados e provenientes de uma cultura letrada, o interesse pela escola estava ligado à preocupação da transmissão e manutenção dessa cultura. (VECHIA, 1998: 209) e (WACHOWICZ, 1984:74) também

partem desse pressuposto quando afirmam que os imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas tinham a preocupação, fortemente manifestada, de reivindicação por escola.

Além deste, outro aspecto deve ser considerado: a iniciativa de reivindicação pela escola pública. Segundo as considerações de (KREUTZ, 2000:348), a preocupação de manter escolas étnicas não era tão latente na etnia italiana como entre alemães e poloneses, entre outros. Este autor afirma ainda que:

> *Entre as quatro etnias de imigrantes [alemães, italianos, poloneses e japoneses] com maior número de escolas étnicas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com suas respectivas organizações comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha peso maior. Isso teria ajudado a que reivindicasse mais cedo o acesso à escola pública (KREUTZ, 2000:360).*

Neste sentido, pode-se afirmar que o posicionamento da maioria dos imigrantes italianos que se estabeleceu em toda a região sul foi de pressionar o governo para a criação de escolas públicas.

Se as escolas particulares mantidas pelos imigrantes serviam para suprir a falta de escolas públicas nas colônias devido à própria precariedade que o ensino enfrentava naquele período, por que ainda estes imigrantes solicitavam uma escola pública e o ensino no idioma nacional. Para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despender na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas.

Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos junto àquela sociedade. Poderiam eles *far la mérica* (fazer a América), ditado que circulava entre os imigrantes italianos.

É importante lembrar, que o principal fator que levou os italianos a deixarem o país e avançar o além-mar em busca de melhores condições de sobrevivência foi a crise econômica estabelecida na Itália no final do século XIX. A condição de degradação das formas de sobrevivência do camponês italiano vêneto gerou um sentimento de ódio pela pátria, que para eles, os havia abandonado. Tentar uma nova vida adaptando-se a nova pátria poderia

configurar uma possível explicação para os anseios quanto ao interesse pela escola em idioma nacional.

Nesse contexto, o processo de escolarização nas primeiras colônias de imigrantes italianos no Paraná, teve sua constituição a partir de escolas públicas. De modo particular, pode-se considerar que a presença da imigração italiana, além de contribuir econômica, social e religiosamente, contribuiu também para viabilizar a implantação e a expansão da institucionalização do ensino primário no estado.

1. Aspectos da criação das primeiras escolas públicas nas colônias.

A Colônia Novo Tyrol foi a primeira a contar com a criação de uma escola pública. Um abaixo assinado enviado pelos imigrantes viabilizou a abertura de uma escola pública na colônia para atender tanto os filhos dos colonos como os filhos de brasileiros. A primeira escola pública foi criada no dia 21 de fevereiro de 1879 e teve como professor o italiano Giovani Batista Marcone.

O professor Marcone dominava a leitura e escrita da língua portuguesa, criando até mesmo um método de ensino próprio. Afirmava que com seu método os alunos conseguiriam aprender o português em apenas três meses. Neste sentido, freqüentavam a escola alunos italianos e inclusive brasileiros (CÓDICE, 1879:67).

Os imigrantes da Colônia Alfredo Chaves reivindicaram a escola de modo semelhante. Enviaram ao então Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo assinado, datado de 11 de julho de 1882, contendo 67 assinaturas, dentre as quais as de alguns brasileiros, reclamando a falta de aulas públicas na colônia e alegando seu esquecimento pelo governo. Solicitavam a criação de uma escola pública, informando haver na colônia um número muito alto de crianças - cerca de 140, de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade - e, ainda, muitos filhos de brasileiros que necessitavam receber educação (REQUERIMENTO, 1882:58-59).

A primeira escola pública teve como professor o brasileiro Antonio José de Souza Guimarães, que havia cursado a Escola Normal da Capital.

O mesmo ocorreu na Colônia Antonio Rebouças, um abaixo assinado enviado pelos colonos no dia 19 de fevereiro de 1880 viabilizou a abertura da primeira escola pública na colônia.

Na Colônia Santa Felicidade e Colônia Dantas (Água Verde), a escola funcionou nos primeiros anos a pós a fundação das colônias em caráter particular com professores designados pela própria comunidade. Somente nos anos de 1884 e 1885 as escolas colônias

passaram a ser públicas e contarem com a subvenção do governo. A primeira escola da Colônia de Santa Felicidade teve como professor Girolamo Giareta e a da Colônia Dantas a professora Giacomina Stofella, ambos italianos.

Diante deste cenário, podemos inferir que o movimento exercido pelos imigrantes para pressionar o governo na criação de escolas públicas contribuiu também, significativamente, para a expansão do ensino primário em todo o Paraná. Pois, segundo (SOUZA, 2000:61), apenas os Estados que adotaram o imigrantismo sofreram um processo de expansão da escolarização primária.

Nas colônias onde se estabeleceram imigrantes, o número de escolas em funcionamento era superior ao de outras localidades, por contarem com escolas particulares e públicas. As iniciativas dos imigrantes, abrindo ou reivindicando escolas, foram fundamentais na disseminação do ensino no território paranaense, principalmente para a expansão da escola pública.

Referências Bibliográficas:

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.

DEAP. Correspondência do Governo, Códice, fl.67,1879.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimentos, AP. 677, fls. 58 e 59, 1882.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 886, fls. 109 e 110, 1890.

DEAP. Relatórios da Instrução Pública do Paraná, 1882 a 1890.

LUCA, Paolo Emílio de. *Della emigrazione europea ed in particulare de quella italiana, parte prima*. Torino, 1909. In: HUTTER, Luci Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889).** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972. Pp.149 – 150.

SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

KREUTZ, Lucio. *Educação de Imigrantes no Brasil*. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. Pp. 347-370.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba** (1853-1889). Tese de doutoramento em História. São Paulo: USP, 1998.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Experiência de Sapateiras no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca nos anos 1980[1]

Vinícius Donizete de Rezende[*]

Resumo: As mulheres trabalhadoras ocuparam posição de destaque no processo de industrialização do município de Franca-SP, compondo cerca de 40% da força de trabalho empregada no setor calçadista. Neste trabalho, buscou-se interpretar a participação das operárias no cotidiano do Sindicato dos Sapateiros nos anos 1980, período de formação do *novo sindicalismo* em Franca, bem como a incorporação de suas reivindicações específicas ao conjunto mais amplo das lutas da categoria.
Palavras-chave: História do trabalho, História de Mulheres, Sindicalismo.

Abstract: Women workers occupied a remarkable position in this process of industrialization of the city of Franca-SP, composing about 40% of the work force used in this shoemaker industry. We had as our main objectives to analyse the participation of women workers in the Shoemakers' union in the decade of the 1980s, the period of the formation of *new unionism* in Franca, and to interpret the incorporation of their specific claims in the wider context of workers' struggles.
Keywords: Labor History, History of women, Trade Unionism.

A interpretação do fator gênero no processo de formação da classe trabalhadora adquiriu importância ao longo dos últimos anos. No presente texto, buscou-se analisar um desses aspectos, a participação feminina no meio sindical. Interpretou-se a experiência de trabalhadoras que na década de 1980 fizeram parte da diretoria do Sindicato dos Sapateiros de Franca, cidade localizada no interior do estado de São Paulo e principal produtora nacional de calçados masculinos. Para tanto, trabalhou-se com depoimentos orais e documentos sindicais.

As eleições para a diretoria da entidade eram trienais. Entre 1967 e 1982[2], foram realizadas cinco eleições, sendo que apenas em 1976 uma mulher, Heloisa Martins Tristão, tomou posse como diretora da entidade; Heloisa era suplente e não ocupou cargos na administração. Inexistem estatísticas a respeito do número de filiados entre os anos de 1950 e

---

[1] Este texto é parte do 4º Capítulo da dissertação *Anônimas da História: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP)*. 252 f. Dissertação (Mestrado em História)- FHDSS, Unesp, Franca, 2006. Financiamento: Capes e Fapesp.

[*] Doutorando em História Social pela Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva. Bolsista FAPESP.

[2] STIC. *Livro de Atas de Posse*. Aberto no dia 24 de outubro de 1967. Não foram localizados nos arquivos da entidade os livros de atas de posse dos anos anteriores.

de 1980; assim, não foi possível estabelecer uma proporção entre homens e mulheres. Contudo, o fato de que apenas uma mulher tomou posse como diretora, entre 1967 e 1982, pode ser um indício da pouca participação das trabalhadoras no cotidiano do sindicato, apesar de estarem presentes desde o início do processo de industrialização e representarem cerca de 40% da força de trabalho empregada na fabricação de sapatos.

Nos anos 1980, muitas trabalhadoras começaram a participar de forma mais ativa da política sindical. Alguns depoimentos indicaram que a repercussão das greves dos metalúrgicos do ABC atraiu jovens sapateiras para a militância partidária e sindical, pois as propostas do *novo sindicalismo* e do Partido dos Trabalhadores transformaram-se em paradigmas a serem seguidos. Os movimentos grevistas expressavam a revolta operária contra a exploração no mundo do trabalho. Após a vitória da Oposição Sindical Sapateira em Franca, no ano de 1982, foram realizados grandes movimentos paredistas.

As trabalhadoras estiveram presentes nesses movimentos e isso contribuiu para que algumas ingressassem nas chapas que venceram as eleições sindicais na década de 1980. Entre os vinte e dois membros da Chapa 2 que tomaram posse no dia 25 de outubro de 1982, havia apenas uma mulher. Maria José da Costa não esteve presente na reunião para a distribuição de cargos da diretoria e não ocupou nenhum cargo na administração da entidade.[3] A ausência de seu nome nas atas de reuniões de diretoria indica que ela, provavelmente, fez parte do grupo que abandonou a direção antes do final do mandato.

Se a participação efetiva de trabalhadoras no evento conhecido como *virada sindical* foi pouco significativa, na eleição de 1985 o tema das mulheres e o sindicato, ao menos oficialmente, ganhou destaque. Contudo, dos vinte e dois candidatos à reeleição, havia apenas duas mulheres, Léia Rezende e Lucy Joazeiro. Nos panfletos de campanha da Chapa 1 as duas militantes eram definidas nos seguintes termos:

> ***Léia***
> *Há anos participa do movimento popular e tem um profundo senso de organização. Participa da Chapa pois não podemos entender uma Diretoria sem a presença das mulheres que nesses últimos anos têm se destacado nas lutas da classe trabalhadora. Léia ajudou na organização do I Congresso dos Sapateiros de Franca. [1984]*
> ***Luci*** *[Lucy]*
> *Todos a conhecem. "A mulher também está na luta por melhores condições de trabalho", foram palavras pronunciadas por Luci na grandiosa assembléia do dia 31 de janeiro de 1985. Tinha que estar conosco.*[4]

Nesse mesmo panfleto, foi publicado um texto, de autoria de Léia e Lucy, que afirmava a necessidade das sapateiras se unirem à luta da categoria. As trabalhadoras

[3] STIC. Livro de Atas de Posse. Ata de Eleição do presidente e distribuição de cargos. 26 de outubro de 1982.
[4] STIC. *Boletim de Campanha da Chapa 1*. n. 0, Junho de 1985.

deveriam exigir de seus patrões igualdade salarial, disponibilização de creches e berçários para poderem deixar seus filhos, respeito por parte dos superiores hierárquicos; em síntese, deveriam lutar para a construção de uma sociedade com igualdade entre homens e mulheres.[5] Entretanto, ao rememorar os acontecimentos do período, Lucy afirmou ter a impressão de que foi convidada a participar da chapa como uma estratégia para conquistar o voto feminino, pois após a vitória eleitoral teve um papel secundário no cotidiano da entidade, a qual permaneceu sob o controle de um pequeno grupo de dirigentes, do qual as trabalhadoras não fizeram parte.

> *Eu acho que pra eles, enquanto homens... era importante ter mulheres na diretoria, porque tinha e tem muitas mulheres sapateiras. E uma diretoria só de homens não era muito interessante.*
> *Então, acho que foi mais por essa questão, pra figurar! Por isso tinha duas mulheres na diretoria. Então eu tenho essa impressão, que era mais pra transparecer essa abertura!!![6] [grifos nossos]*

Na eleição de 1988, a chapa que concorreu à reeleição não teve oposição e foi composta por vinte e quatro membros, dos quais três eram mulheres. Léia manteve-se como diretora efetiva, e ingressaram Everalda de Souza e Maria das Graças, a qual abandonou o cargo antes do fim do mandato. Portanto, nas três eleições ocorridas na década de 1980 houve a participação de cinco mulheres na composição das chapas vitoriosas; três tornaram-se diretoras efetivas e afastaram-se do trabalho nas fábricas para se dedicarem à administração da entidade. Nenhuma ocupou os principais cargos: presidente, tesoureiro e secretário geral.

As trajetórias das sapateiras que se tornaram sindicalistas ofereceram subsídios para a compreensão dos elementos motivadores que conduziram alguns trabalhadores à militância sindical. Léia, Lucy, Maria das Graças e Vera foram militantes de movimentos sociais ligados à Igreja Católica. A presença nesses movimentos contribuiu para que freqüentassem a entidade, para que participassem das greves dos anos 1980, e para que fizessem parte das chapas que disputaram as eleições do período. Indica a importância que os princípios da Teologia da Libertação em conjunto com a repercussão do movimento sindical dos metalúrgicos do ABC tiveram para a formação do *novo sindicalismo* em Franca.

Esse modelo de sindicalismo teve grande rejeição por parte dos industriais da cidade. Foram comuns os relatos a respeito de casos em que as trabalhadoras foram coagidas para que retirassem suas candidaturas, ou de perseguições durante o tempo em que foram

[5] Ibidem.
[6] Depoimento de Lucy Lene Joazeiro ao autor no dia 12 de fevereiro de 2005.

diretoras de base do sindicato. Léia relatou que em 1985, após a divulgação da chapa que iria disputar a reeleição, sofreu perseguições por parte dos gerentes e do proprietário da empresa.

> Depois [do registro da chapa] os gerentes vieram e falaram até na cabeça do pessoal, falou na minha cabeça, tentando me tirar. E eu falei *que não ia sair não. Aí já começou o gerente pegar no pé. Meu patrão, o Humberto Coelho, o dono do Paragon, aquele era enjoado! Aí ele chegou a me xingar... chamou a gente de desgraça, que onde se via entrar na diretoria. [...] O chefe chegou a falar que o patrão tinha pedido pra me demitir, que não era pra mim entrar e tal, que era pra sair fora da diretoria, que ia ser melhor pra mim. Mas eu falei que não ia sair e pronto, e foi até ganhar e continuar.*[7]

Após a reeleição, Léia continuou a trabalhar na fábrica. Porém, foi vítima de perseguição por parte da chefia, que tinha por objetivo forçar sua saída da empresa. Num primeiro momento, ofereceram-lhe o cargo de chefe de seção, com o objetivo de distanciá-la dos demais trabalhadores. Como ela não aceitou, passou a receber advertências e suspensões, resultando na sua demissão sob a alegação de Justa Causa. Depois de sua demissão, passou a trabalhar no atendimento ao público no sindicato. Esse caso exemplifica o receio que os industriais tinham de manter no interior de suas empresas um dirigente sindical identificado com um modelo de sindicalismo que defendia o confronto aberto entre trabalhadores e empregadores. Os diretores de base poderiam fomentar conflitos no cotidiano de trabalho, estimular os trabalhadores a recorrerem à entidade para exigir o cumprimento de seus direitos, bem como, representar uma ameaça constante de eclosão de greves no interior das indústrias.

A experiência das trabalhadoras no Sindicato dos Sapateiros demonstrou que o período foi marcado por ambigüidades entre discurso e prática dos dirigentes sindicais. Em primeiro lugar, ocorreu um distanciamento entre os diretores afastados do trabalho fabril e aqueles que continuaram no chão de fábrica como operários. Foram comuns os casos de diretores de base que se afastaram da entidade antes do fim do mandato. Esses casos podem indicar o limite do discurso de fortalecimento da presença do sindicato no interior das fábricas, pois até mesmo os sindicalistas que se mantinham em contato direto com o mundo do trabalho distanciaram-se da entidade.

A principal questão a ser analisada no momento é a da complexidade da relação entre o discurso de luta por igualdade entre homens e mulheres e a prática diária dos diretores no interior do sindicato. Essa análise será centrada em três elementos: a incorporação de reivindicações específicas das trabalhadoras às campanhas salariais, o discurso em defesa da dignidade das trabalhadoras no boletim *O Sapateiro* e os relatos das sindicalistas a respeito do cotidiano na entidade.

---

[7] Depoimento de Léia Maria de Rezende Silva ao autor nos dias 06 e 08 de março de 2005.

O número absoluto de trabalhadoras sindicalizadas no país, entre 1970 e 1978, cresceu 176,3% (GITAHY, et. al., 1982: 101). Segundo as autoras, esse crescimento seria reflexo da efervescência dos movimentos populares do período, que abriram espaço para a emergência de uma política sindical voltada para as operárias. No Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo (1978), ganharam destaque as denúncias das especificidades da condição operária feminina, ligadas aos temas da divisão sexual do trabalho e da opressão sexual na fábrica. No Congresso das Metalúrgicas de São Paulo (1979) apareceu a reivindicação de extensão da licença-maternidade de três meses garantidos pela CLT para seis meses. Contudo, essas reivindicações ocuparam um lugar limitado no conjunto das lutas da categoria. No Congresso Nacional dos Metalúrgicos de 1979, apenas três itens levantados nos congressos de mulheres apareceram: salário igual para trabalho igual, licença maternidade de seis meses e creches nos locais de trabalho ou próximas destes (GITAHY, et. al., 1982: 113).

Estas características indicam que a questão das especificidades das mulheres operárias ocupou posição secundária desde a formação do *novo sindicalismo*. No caso dos sapateiros de Franca, o principal elemento das campanhas salariais foi a negociação em torno do reajuste salarial da categoria. Entretanto, diversas questões compuseram a pauta de reivindicações, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho; a eleição democrática das CIPAS; férias remuneradas em dobro para que os trabalhadores pudessem realmente gozar o descanso anual; a não cobrança de material de trabalho; entre outras.

Ao mesmo tempo, questões ligadas às trabalhadoras foram incorporadas nas pautas de negociações. Na *Campanha Salarial de 1985*, por exemplo, reivindicou-se o afastamento compulsório das gestantes por 120 dias; estabilidade desde o início da gravidez até 180 dias após o término do afastamento; direito de sair dez minutos mais cedo do trabalho na manhã e à tarde; direito de ausentar-se do trabalho por uma hora e meia em cada período, sem prejuízo salarial, para poder amamentar. Reivindicou-se também remuneração igual para trabalho igual.[8] Em 1987, 1989 e 1990, a Convenção Coletiva garantiu o direito de estabilidade às gestantes, com o compromisso de pagamento de salários e demais benefícios desde o início da gravidez até 60 dias após o término do afastamento compulsório.[9] Contudo, o direito de estabilidade das gestantes, em diversas ocasiões não foi cumprido, dando origem a processos trabalhistas para assegurar o cumprimento da lei. As questões relativas a salário igual para trabalho igual e creches nos locais de trabalho ocuparam espaço apenas formal nas pautas de reivindicação, não se efetivando na prática.

[8] STIC. *Campanha Salarial/85 – Força e União.*
[9] STIC. *O Sapateiro*, n. 30, fevereiro de 1987. Convenção Coletiva de Trabalho – Vamos continuar tirando sapato do patrão; STIC. *O Sapateiro*, n. 85, fevereiro de 1989; STIC. *O Sapateiro*, n. 106, dezembro de 1989.

A discussão a respeito da desigualdade entre homens e mulheres também foi incorporada no boletim da categoria. A primeira referência ao tema, após a eleição de 1985, se deu em 1986 com o anúncio do *I Encontro de Mulheres*; os temas do evento seriam: "A mulher e a constituinte", "A mulher e a sociedade" e "A mulher e o Sexo".[10] Em maio de 1987, em função do dia das mães, foi dada atenção especial às mulheres trabalhadoras no boletim. Além de convocarem as *mães* a se sindicalizarem – mães e não trabalhadoras –, publicou-se um pequeno texto de autoria de Leon Trotski, no qual o autor afirma que sem igualdade entre maridos e esposas não seria possível estabelecer a igualdade social e econômica.[11] No ano de 1988, foi realizado em meio às comemorações do Dia Internacional da Mulher, o *II Encontro da Mulher Trabalhadora*. Em 1990, pela primeira vez no período, fez-se referência à questão da dupla jornada de trabalho, ao ser publicada a charge abaixo ilustrando a realidade das trabalhadoras, que além de trabalharem na linha de produção, eram responsáveis pelos trabalhos domésticos.

[12]

Apesar da incorporação desses temas na imprensa operária, existiram ambigüidades no discurso dos responsáveis pelas publicações. Um exemplo foi a convocação das *mães*, e não as trabalhadoras, para se sindicalizarem, fruto da mentalidade de que o papel social primordial das mulheres na sociedade continuava a ser o da maternidade. O mesmo ocorreu quando se publicou notícias referentes ao recebimento de abonos pelos trabalhadores. Nessas ocasiões, o trabalhador era convocado para levar os documentos de seus dependentes: mulheres e filhos, o que reforça a concepção de que a esposa continuava a ser concebida como dependente de seu marido. No Caderno de Reivindicações da Campanha Salarial de 1986, após a reivindicação do pagamento de férias em dobro, que possibilitariam ao trabalhador desfrutar as férias, publicou-se a seguinte charge:

[10] STIC. *O Sapateiro*, n. 20, agosto de 1986.
[11] STIC. *O Sapateiro*, n. 32, maio de 1987.
[12] STIC. *O Sapateiro*, n. 112, março de 1990.

[13]

Trata-se de uma imagem comum: um homem na praia paquerando uma mulher. Ao seu lado é apresentada outra mulher, provavelmente sua esposa, a qual está irritada devido ao ato de seu marido. E se fosse a situação contrária? A imagem de uma mulher, com o marido ao lado, paquerando outro homem, seria aceita com a mesma naturalidade? Dificilmente. Entretanto, para os responsáveis pela publicação a imagem expressa e enaltece a virilidade do trabalhador. Em conjunto, tais questões indicaram a incapacidade que alguns dirigentes sindicais do período tiveram em romper completamente com determinadas concepções – mentalidade patriarcal – presentes no processo de formação desses indivíduos enquanto sujeitos sociais.

A incoerência entre o discurso de igualdade entre homens e mulheres e a prática centrada na desigualdade foi expressa também nos depoimentos das sindicalistas do período. De acordo com os relatos, as mulheres sindicalistas estiveram em uma condição inferior no que se refere à administração da entidade. Não por acaso, nenhuma delas ocupou posição de destaque na composição interna da diretoria.

Vera foi a sindicalista que teceu as mais duras críticas aos líderes do *novo sindicalismo* em Franca. Após ser afastada do trabalho na fábrica, foi colocada para realizar serviços de atendimento ao público, afirmando ironicamente que era um tipo de serviço condizente com as tarefas executadas por mulheres. "Eu entrei e eles me colocaram pra fazer homologações, atendimento ao público, porque lá é uma loucura, aquele entra e saí o dia inteiro. *Essas coisas, sabe, que mulher também faz, né*!"[14] Esse fato indica a distinção entre homens e mulheres no que se refere aos assuntos políticos. Como afirma Leite, as mulheres "sentem-se marginalizadas na vida sindical e partidária, onde geralmente atuam de forma auxiliar e complementar (é comum, nas assembléias e reuniões políticas, que os homens dirijam os trabalhos e que as mulheres secretariem, etc.)" (LEITE, 1984: 129).

A divisão sexual do trabalho no interior da diretoria parece ter sido uma questão corriqueira. De acordo com Lucy, o machismo não seria tão explícito, porém se expressava em questões como organização de festas junina e do dia das crianças, uma vez que esse

[13] STIC. *Pauta de Reivindicações de 1986*.
[14] Depoimento de Everalda Aparecida de Souza Flores ao autor no dia 04 de fevereiro de 2005.

trabalho era delegado exclusivamente às mulheres. Vera foi mais enfática, relatando que eram alvo de piadinhas: "- 'Ah, dia das crianças, tem que fazer isso, tem que enfeitar, isso é coisa de mulher!' Putz, era o pessoal da CUT, os caras deviam ter uma cabeça boa, mas não tinham. Se diziam os revolucionários, mas eram os revolucionários de merda!"[15]

Diferentes pesquisas a respeito da participação de mulheres no meio sindical constataram que as piadas de cunho sexual foram uma constante no cotidiano fabril e sindical. Oliveira afirmou que à rígida disciplina no cotidiano fabril, acrescentaram-se pitadas (piadas) de violência a muitas trabalhadoras, tanto pelas chefias, como por colegas homens. As piadas e gracejos transitavam pelo tema do sexo e do corpo como objeto.

> *O julgamento do "desvio" da trabalhadora, em relação à maternidade idealizada e ao tradicional lugar de esposa vem expresso nas piadinhas ditas pelos companheiros dos sindicatos:*
> *"E suas filhas quem cuida?" "E seu marido não liga de você participar?" "Tá precisando encontrar um esposo." "Quem mexe com o sindicato fica pra titia ou é sapatão." (OLIVEIRA, 1999: 106-107)*

Não por acaso, todas as trabalhadoras que participaram do Sindicato dos Sapateiros na década de 1980 eram solteiras. O casamento e a maternidade poderiam se constituir em mais um elemento a dificultar a participação sindical das mulheres. Além da dupla jornada de trabalho, as mulheres poderiam se deparar com a resistência de seus maridos e/ou companheiros em relação à militância sindical.

Em síntese, as mulheres tiveram pouca participação no cotidiano do sindicato. Se por um lado houve a abertura para a discussão da desigualdade sexual no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, por outro lado, verificou-se certos limites em tais avanços. Muitos diretores não superaram a formação paternalista da sociedade em que viviam, o que resultou na incapacidade de se construir relações sociais igualitárias no próprio cotidiano sindical. Esse fato indica a manutenção de fragmentações e divisões no interior da classe operária, no caso específico, tendo por origem a construção social de papéis distintos para mulheres e homens.

Referências Bibliográficas:

GITAHY, Leda; HIRATA, Helena; LOBO, Elizabeth; MOYSES, Rosa Lúcia. Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-1980). **Revista de Cultura e Política**. Cortez/CEDEC, n. 08, p. 90-116, 1982.

[15] Ibidem.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A Operária Metalúrgica: estudo sobre as condições de trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: HUCITEC/CUT, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Cidade-Personagem na Dança-Teatro de Pina Bausch

Solange Pimentel Caldeira*

Resumo: Ler as representações da cidade contemporânea, percebendo a utopia em ruína e os traços infernais das megalópoles em que se vive, faz parte da operação poética de muitos artistas. De tema privilegiado pelos modernos, a cidade torna-se problema, vê-se de repente no centro das atenções. Transforma-se em espetáculo, hipótese a ser investigada. É esta hipótese que Pina Bausch[1] explora, numa espécie de polifonia que toma a personagem-cidade como objeto de pesquisa, como personagem que não tem fala, mas que é falada pelo discurso dos outros, pelos desdobramentos do discurso do narrador. Na cidade da ficção de Bausch, a relação espaço-tempo dos percursos opressivos dos personagens, sem nome e sem futuro, é marcada pela ausência de respostas, pela impossibilidade da linguagem e da fabulação.
Palavras-chave: Pina Bausch - personagem-cidade - Dança-teatro

Abstract: To read the representations of the city contemporary, perceiving the inferno's utopia in ruin and traces of megalopolis where if it lives, is part of the poetical operation of many artists. Of privileged subject for the modern, the city becomes problem, is seen suddenly in the center of the attentions. It is changed into spectacle, to be investigated hypothesis. It is this hypothesis that Pina Bausch explores, in a species of polyphony that takes the personage-city as research object, as personage who does not have speaks, but that she is spoken by the speech of the others, for the unfolding of the speech of the narrator. In the city-solitude of the fiction of Bausch, the relation space-time of the overwhelming passages of the personages, without name and future, is marked by the absence of answers, the impossibility of the language and the fantastic report.
Keywords: Pina Bausch - personage-city - dance-theater

Ao olhar as grandes cidades, chamam a atenção o tráfego, as edificações, o movimento das pessoas, as diferentes combinações de informações e signos que permitem ao pensamento sociológico, político, econômico e cultural uma série de associações. Em nível mais profundo, tem-se de reconhecer que tais associações condensam um rigoroso espaço simbólico.

---

* Doutora em Teatro. Professora Adjunta da Universidade Federal de Viçosa.

[1] Pina Bausch (1940-) coreógrafa e bailarina alemã. É diretora da *Tanztheater Wuppertal Pina Bausch* com sede em Wuppertal. A compania tem um grande repertório de peças originais e viaja regularmente por vários países.As coreografias são baseadas nas experiências de vida dos bailarinos e conjuntamente feitas. Várias coreografias são relacionadas a cidades de todo o mundo de onde a coreógrafa retira idéias necessárias para seu trabalho. Rompeu com formas tradicionais da dança, utilizando-se de ações paralelas, contraposições estéticas, repetições propositais e uma linguagem corporal incomum para a época. É considerada um dos ícones da Dança e do Teatro do século XX e XXI.

Quando o artista se debruça sobre a memória coletiva, povoada por descontinuidades, desejos, sonhos, abre caminho para alimentá-la quanto às prospectivas para o tempo que está por vir. Pensar, apresentar cidades através da arte, é percebê-las no alargamento da imaginação, que deve contribuir para a apropriação do tempo, do espaço, da vida e do desejo daqueles que as habitam. A arte, ao fazer uma reflexão sobre a cidade, em perspectiva dialógica, pode contribuir para apontar a emergência da realidade urbana, de formas de sociabilidade pautadas pela apropriação e fruição de espaços e temporalidades múltiplas.

De acordo com Michel de Certeau, o cotidiano da cidade é um espaço/tempo de práticas invisíveis ao olhar totalizante, onde as multidões desenvolvem táticas e usos através de práticas de espaço que remetem a uma forma específica de maneiras de fazer, a uma outra espacialidade, não cartográfica, mas poética, mítica, antropológica. As redes dessas escrituras compõem uma história sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços. Esta cidade-conceito de Certeau se define por uma tríplice operação de produção de um espaço próprio, de estabelecimento de um não-tempo, e de criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade.

A alternativa para o desenvolvimento de um outro conhecimento da cidade exige o traçar de um outro caminho, com o objetivo de chegar ao espaço vivido, de uma inquietante familiaridade, o espaço-tempo do homem. É essa prática de espaço, é esse espaço vivido, que Pina Bausch observa e (re)apresenta. É essa 'personalidade' urbana que motiva suas reflexões artísticas, onde o espaço é existencial e a existência é espacial.

São os passos pela cidade, caminhos estipulados não pelo arquiteto urbano, mas pelo homem que vive a cidade, que formam sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade. Transformando o agir, os caminhos e caminhares, em leitura, a arte de Pina Bausch aponta, através da observação das especificidades das formas de agir, a maneira de estar no mundo.

Cada lugar é um lugar, cada cidade é uma história, é um 'corpo'. É preciso buscar, criar uma nova organização do pensamento, sentir esse 'corpus' urbano, e então hierarquizar, classificar, separar, recortar, agrupar. A importância do retorno dos contatos corporais é enfatizada, ao mesmo tempo em que se salienta a perda da inscrição espacial do corpo. A questão da corporeidade que nos toca a todos abrange três corpos: o corpo territorial do planeta e da ecologia, o corpo social e o corpo animal ou humano. Daí a necessidade de nos situarmos em relação ao próprio corpo, em relação ao outro e, finalmente, em relação ao mundo.

As sociedades ocidentais, nas relações interpessoais, escolheram a distância e, entre os cinco sentidos, privilegiaram o olhar, relegando o olfato, o toque, a escuta e o gosto. Em meio à discussão entre humanismo e pós-humanismo, pergunta-se se a tão aludida valorização do corpo no rompimento de todos os seus limites o libera realmente ou se apenas vive-se tempos de hiperbolização das disciplinas foucaultianas.

Nas configurações discursivas e corporais que deslocam o humano, o humanismo e as humanidades, está a escrita de Pina Bausch, apontando em representações, tornando inteligível muito do que realmente nos interessa e que evitamos reconhecer. Ao contrário do que possa parecer, os corpos bauschianos não são escravos das grandes narrativas, o corpo bauschiano é causa e efeito das relações pós-modernas de poder e prazer, virtualidade e realidade, sexo e suas conseqüências. O corpo é uma tecnologia, uma tela, uma imagem projetada; é um corpo sob o signo da Aids, um corpo contaminado, um *tecnobody* um *queer body*, um corpo fílmico, virtual.

A desmaterialização do corpo pós-moderno, as desconformidades do apelo ao grotesco, as formas híbridas e protéticas do contemporâneo são, desta forma, manifestações da quebra dos limites da espacialidade corporal da modernidade e apelam para um repensar o imaginário em suas formas. É dentro desse contexto que está a escritura corporal do *tanztheater* de Pina Bausch. Impossível negar-se a influência de uma Alemanha pós-holocausto, impossível não se perceber em sua obra o caos do século XX.

Eminentemente urbana, é essa sociedade em decadência, feita de erros, guerras e desumanização, que se faz tema. A cidade é a grande protagonista, envolvendo e determinando as relações. As práticas cotidianas indicam uma 'historicidade' social em que os sistemas de representações ou os procedimentos não aparecem mais como quadros normativos, mas como instrumentos manipuláveis.

A partir da segunda metade do século XX, começamos a assistir a uma descontextualização/ recontextualização pelas formas de compressão espaço-temporal em heterotopias[1] espetaculares (FOUCAULT,1984:768). O espetáculo é o signo descontextualizador que se tem vindo a sobrepor ao organismo. A cidade pensada e praticada segundo o princípio do espetáculo implica uma mudança na política da diferença. As cidades industriais transformaram-se em metrópoles, em regiões urbanas polinucleadas, deixando, cada vez mais, de ter sentido uma diferenciação entre centro e periferia.

[1] Conceito cunhado por Michel Foucault: contraposição múltipla, laica, histórica, real e concreta à irrealidade absolutizante das utopias, definidas como posicionamentos sem lugares reais. As idéias que apresentou deram forma e base às escritas contemporâneas sobre a natureza do espaço.

É esta deslocalização da noção de centro e de periferia que a metáfora do espetáculo utiliza para transformar qualquer *aqui e agora* num palco hiper-real e espetacular que se torne centro do mundo. Todos os locais parecem constituir-se como potenciais nexos espaço-temporais do programa de sedução-espectáculo / consumo-resgate e é essa potencialidade, que a cidade-espetáculo vai gerindo, que Pina Bausch questiona e reflexiona em seu *tanztheater.*

Ler as representações da cidade contemporânea, percebendo a utopia em ruína e os traços infernais das megalópoles em que se vive, faz parte da operação poética de muitos artistas. As artes, filhas desse tempo de subtração dessas certezas, são também filhas das megalópoles que põem em questão a própria concepção de urbano arquitetada pelo mundo moderno. De tema privilegiado pelos modernos, a cidade torna-se problema, quando se constata que a era das cidades ideais caiu por terra. Observa-se o momento em que o mundo se torna eminentemente urbano; em que se agudizam as tensões entre o local e o global; em que se desestabilizam as marcas identitárias; em que as relações sociais parecem mais desterritorializadas; em que o fato social se mistura com o estético.

O olhar plural, nesse momento, procura representar a experiência urbana da contemporaneidade, considerando o espaço urbano como o lugar privilegiado de intercâmbio material e simbólico do habitante.

O sujeito que lê e interpreta as cidades, subtrai das narrativas urbanas a idéia de utopia, a visão una, organizada e totalizante do país, as marcas identitárias exclusivas e singulares da própria cidade. Paradigmáticas neste sentido são as obras de Pina Bausch que têm as cidades como personagem protagonista. A cidade, personagem secundária da vida transforma-se em espetáculo. É esta hipótese que Pina Bausch explora, numa espécie de polifonia que toma a personagem-cidade como objeto de pesquisa.

Na impossibilidade de ser sujeito, a personagem que não tem fala, é falada pelo discurso dos outros, pelos desdobramentos do discurso do narrador.

Bausch parece querer demonstrar que a verdade da cidade é uma construção discursiva da multiplicidade de vozes que circulam pelo espaço, inclusive a dos espectadores anônimos que se divertem com o espetáculo do cotidiano. Sem abolir a aparência de uma significação em cena, as obras de Bausch apontam para um paradoxo: como a protagonista requer uma legibilidade, uma carga semântica diferenciada, é como se estivesse a reinstaurar sua significação.

A promessa de significação se concretiza quando apresenta a cidade enquanto "teatro de uma guerra de relatos" (CERTEAU, 1997:37); levantando um repertório de temas

contemporâneos: a proliferação das diversas formas de violência atreladas à cultura do medo, às relações de poder, à cidade da memória e à memória da cidade – que se tece com o tema da nostalgia de uma cidade mítica perdida e a impossibilidade de resgate na cidade atual.

São as relações do universo mítico com o urbano, que Bausch abre à contemplação e reflexão, ela apreende e expõe elementos da vida da metrópole, momentos em que o indivíduo se vê excluído do convívio humano e sem possibilidade de comunicação com seus pares. Na cidade-solidão da ficção de Bausch, as relações de espaço-tempo, tornam-se opressivas no percurso de personagens sem nome e sem futuro, marcados pela ausência de respostas, pela impossibilidade da linguagem e da fabulação.

Esses temas apontam semanticamente para a subtração: o *tanztheater* fala de ausências e perdas, daquilo que se busca pela memória, com certeza o mais forte elemento articulador de seus temas urbanos, que aponta para outra questão básica que Bausch dramatiza: até que ponto, em tempos pós-utópicos da crise dos grandes paradigmas ideológicos, é a memória que oferece identidade à cidade e aos homens?

"A arte na cidade contemporânea só pode aludir ao que ali nos escapa ao que ali não tem lugar" (CERTEAU, 1997:37). É por esse viés que tais narrativas dão destaque ao papel fundamental atribuído à memória, que abre caminho à atualização da temática da "nostalgia", realizada plenamente em seu belo sentido etimológico: a dor da perda.

Perda, ausências, subtrações, que fazem desembocar em "distopia": lugar, estado ou situação hipotética, em que as condições e as qualidades de vida são penosas. Ao lado da memória, a distopia estabelece um código comum que possibilita articular os textos de Bausch. Nostalgia/ distopia são um binômio que marca outra tendência da ficção contemporânea, que se alimenta, romanticamente, da nostalgia projetada num passado idealizado, quando os mitos se desgastam, no momento em que se sabe que a era dos ideais caiu por terra.

A narrativa quer desentranhar do presente, resíduos de significados de uma cidade perdida, de uma cena que foi sendo esgotada pela corrosão. Enquanto anda e olha, cada bailarino registra a cidade polifônica em sua superfície chapada. Cidade dividida, não-compartilhada, perversa, onde Bausch enfoca a corrosão do diálogo, a perda dos referenciais de sua cartografia afetiva, a violência da destruição da memória da cidade mítica.

Em seu projeto de articular o texto, a cidade e a memória, o escritor andarilho percebe a perda da alma encantadora. Deseja em seu processo de escrita redescobri-la, reinventar-lhe uma cena legível, com todas as promessas de significação. O projeto de Bausch mantém simultaneamente o tom nostálgico e a desilusão pós-utópica, ao alimentar o

desejo de tornar legível o espaço urbano, salvando em sua escrita as promessas de significação que a cena pós-moderna permite.

É por esta ótica que a cidade e suas representações na dança-teatro de Bausch, não são meros reflexos especulares da realidade, mas condicionam escolhas estilísticas e temáticas. Seu trabalho permite perceber claramente que "não se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve, ainda que haja uma relação entre eles" – como disse Ítalo Calvino (CALVINO, 1992:26). A realidade urbana construída deriva da grande cidade moderna, mas deságua no domínio do não-lugar: cidades sem face, sem nome, rarefeitas, que se podem tornar toda e qualquer uma.

Essas narrativas contextualizam-se numa época em que, contraditoriamente, as cidades voltam a pensar em si mesmas, quando se deseja reverter a decadência de centros urbanos com a recuperação do papel das cidades, que o italiano Aldo Bonini chamou de "renascimento das cidades" (CANCLINI, 1997:39), quando ganha força a noção de multiculturalidade, ou seja, a coexistência de múltiplas culturas urbanas no espaço que chamamos, todavia de urbano.

É neste estado de coisas que tais narrativas, constroem o cenário das cidades como espaço público e arena cultural. Ao mesmo tempo em que revelam, permitem detectar que a cidade determina o cotidiano, dá forma aos quadros de vida e é o presente turbulento, de velhos medos. Estar nela, ou procurar lê-la através de 'escritura' que a leu, é engendrar respostas para o processo de autodescoberta de cada um. É justamente a alma mítica das cidades, com seus encantos e problemas, que se expressam no desejo de seus habitantes, a fonte poética que alimenta e conduz Pina Bausch, em cada uma de suas obras que têm a cidade como protagonista.

"Cidades são como pessoas, é preciso se apaixonar para descobri-las" (KATZ, 2000:15). É assim que Pina Bausch fala sobre o tipo de produção que inaugurou em 1986, ao aceitar um convite do Teatro Argentina para criar um espetáculo sobre Roma. *Viktor* viria a ser apenas a primeira de suas declarações de amor àquela cidade, complementada 12 anos mais tarde com *O Dido*, a segunda co-produção sobre Roma.

Em 1980, o *Tanztheater* de Wuppertal teve cortes no orçamento. Para suprir esses cortes, foi necessário arranjar co-produtores para os espetáculos. O projeto das *residências* foi a solução encontrada e deu tão certo que passou a fazer parte do planejamento da companhia.

A cada um ou dois anos, é feita uma residência em um lugar e dela resulta uma coreografia. O repertório é vasto, tem início com *Bandoneon,* inspirado na cidade de Buenos

Aires (1980), porém Bandoneon não foi uma co-produção, e continua em seqüência, em peças inspiradas em cidades-países: *Viktor* (Roma, 1986), *Palermo, Palermo* (Itália, 1989), *Tanzabend II* (Madri, Espanha, 1991), *Ein Trauerspiel* (Viena, 1994), *Nur Du* (Estados Unidos, 1996), *Der Fensterputzer* (O Limpador de Vidraças - Hong Kong, 1997), *Masurca Fogo* (Lisboa, Portugal, 1998), *O Dido* (Roma, 1999), *Wiesenland* (Budapeste, 2000), *Água* (Brasil, 2001), *Nefés* (Turquia, 2003), *Ten Chi* (Tóquio, 2004), *Rough Cut* (Seul, 2005).

O método é simples e se repete em todas as cidades eleitas. Conta Regina Advento, bailarina brasileira, integrante da companhia de Bausch, da experiência com a peça *Masurca Fogo.*

> *"Saímos pela cidade em busca de algo que nos parece comum, dessa forma, cada um captou uma coisa em Lisboa e Pina reuniu em uma coreografia. O público poderá entrar em conexão com vários aspectos de Masurca. A obra é alegre e otimista, fala sobre o amor e a sensualidade. Também, durante o processo de criação, houve uma passagem pelo Brasil, que resultou na escolha de uma valsa de Radamés Gnatalli e um samba de Baden Powell para compor a trilha sonora que ainda conta com fados de Amália Rodrigues e Alfredo Marceneiro, músicas típicas de Cabo Verde." (DUNDER, 2000:46)*

Masurca Fogo é um espetáculo que lida com contraste de ritmos e gestos. O cenário conta com enormes rochas vulcânicas, inspirado na *Ilha do Fogo*, no arquipélago de Cabo Verde, onde a dança tradicional é a *masurca* - daí o nome. No começo de 1998, a companhia esteve na ilha, depois rumaram para Lisboa, onde passaram três semanas, percorrendo a capital portuguesa colhendo impressões e material de pesquisa.

Quando Pina recebeu o segundo convite do Teatro Argentino para outra criação sobre Roma, conta que titubeou:

> *"A questão que eu me colocava era se eu teria ou não alguma outra chance de me apaixonar de forma diferente pelo mesmo lugar e aceitei porque percebi que é exatamente isso que sempre acontece com todos nós, que há muitas e não apenas duas maneiras de sentir os lugares porque eles são organismos vivos tal qual pessoas, com quem podemos levar uma vida inteira sem esgotar as descobertas." (KATZ, 2000:15)*

Mas há algo mais que a interessa dos lugares, são as pessoas: "Não são as paisagens e sim as pessoas dessas paisagens que me atraem porque são as paisagens dentro dessas pessoas que contam como material para a pesquisa que desenvolvo" (DUNDER, 2000:46).

Além das pessoas, também os animais. Há muitos deles espalhados em vários de seus espetáculos. Em *Masurca Fogo*, além do leão-marinho (encarnado por um bailarino) e sua voz (gravada), há os flamingos e os búfalos em vídeo e uma galinha ao vivo. "Claro que a natureza me interessa e eu adoraria ter tempo para ir a muitos desses lugares privilegiados,

mas o meu material de trabalho básico são as pessoas, tanto na rua quanto dentro da minha companhia, esse é meu foco" (KATZ, 2000:15). E continua:

> *"As questões centrais dos seres humanos não variam tanto assim de lugar para lugar, mas, de fato, há algo no modo como elas são enunciadas nas pessoas que ganha cor local. O mais curioso é que essa particularidade também não é uma só, partilhada igualmente por todos, e sim, ao contrário, embora preserve algo que nos permite identificá-la nos diferentes modos como se expressa em cada um. Tenho tido o privilégio de encontrar pessoas tão especiais ao longo destes anos, que fica difícil concordar que elas são especiais por serem dos lugares onde as encontrei. Vejo que nelas, que pertencem a lugares os mais estranhos um ao outro, há algo de semelhante, como se o muito particular, aquilo pelo qual nós nos distinguimos de todos os outros, fosse também aquilo que nos une a eles." (KATZ, 2000:15)*

Acreditando que os lugares ganham identidade por intermédio das pessoas que lá estão, Pina Bausch assume a temática do urbano e dos corpos quotidianos em suas montagens. Interessa a ela ir ao lugar, perceber as pessoas que lá estão.

> *"Eu acredito que as formas de contato pessoais, presenciais, as que dependem fundamentalmente da afetividade, vão sobreviver e proliferar com mais qualidade, embora pareça que tudo será virtual num futuro bem próximo porque, na verdade, estamos apenas no início de algo que ainda não sabemos direito como vai nos modificar e que, embora pareça muito desenvolvido e consolidado, ainda é ralo." (KATZ, 2000:15)*

Seu modo peculiar de tentar compreender o urbano de cada um tem, porém, um fator comum, que ela crê como universal: a busca eterna da felicidade, do amor.

> *"Tudo o que fiz e faço acontece porque acredito que o que modifica as pessoas e o mundo, aquilo que é capaz de nos mover é o amor e caso não acreditasse profundamente nisso e no fato de que a dança é capaz de comunicar essa crença, não poderia ter feito nem tampouco fazer o que faço." (KATZ, 2000:15)*

Assim, a Lisboa de *Masurca Fogo* não é feita só de fados, mas de valsas brasileiras de Radamés Gnatalli, percussão de Baden Powell, Marcos Suzano, misturadas com K.D.Lang, música de Cabo Verde, Duke Ellington, Lisa Ekdahl, Ben Webster e mais Tupi Nago, Vince Guaraldi, Mecca Bodega, Quarteto Alexander Balanescu, Nicolette, música de tambores portugueses de Rui Jr., um tango com Gidon Kremer e, é claro, dois fados de Amália e Alfredo Marceneiro. Assim, como todas essas sonoridades se auto-organizam como Lisboa, as pessoalidades dos intérpretes dessa companhia conservam seus traços e, ao mesmo tempo, produzem uma textura que traz a assinatura de Pina Bausch.

Como encontramos o Brasil dentro de *Masurca Fogo*, pode ser que venhamos a descobrir a África que ainda temos ou somos pelos olhos de Pina Bausch. Ela confia no acaso. Sobre *Água*, coreografada depois da residência no Brasil, comenta: "Nunca estive na África e encaro Salvador como a minha introdução também a esse outro lugar que, por enquanto, é um vazio para mim." (KATZ, 2001:7)

Não se trata de uma edição autoral de materiais também autorais, mas de outro tipo de organização. Para entender melhor isso, vale prestar atenção no cenário de Peter Pabst, que ocupa boa parte do espaço do palco, em *Masurca Fogo*, com um relevo vulcânico cuspido por uma arquitetura que entende a sua função como a de criar e não como a de organizar os espaços. Explica Peter Pabst: "Existem dois cenários prontos, um com o tamanho do palco de Portugal, onde estreamos que foi trazido ao Brasil, e um outro, menor, com o tamanho do nosso palco de Wuppertal" (DUNDER, 2000:46).

O modo suave e carinhoso de tratar as pessoas, a intensidade do olhar de Pina Bausch, com que cerca qualquer interlocutor, talvez espante quem busca uma encarnação do mundo povoado de dificuldades com que tem nos abastecido com seus espetáculos. Mas esta qualidade da sua atenção é responsável por suas singulares e mágicas leituras das 'cidades', que apresenta em suas obras. Diz ela:

> *"Lembro da vez que estávamos na Índia e que paramos numa praça e, de repente, surgiram algumas meninas vestidas de branco e segurando velas, numa espécie de procissão que ia parando para dançar de casa em casa. Simplesmente fomos atrás dela, como se fosse a coisa mais natural do mundo aquilo acontecer naquele lugar e àquela hora, tarde da noite, e andamos por cerca de três horas com eles, atravessando lugares e seguindo juntos, e essa aparição poderosa que nos arrebatou representa um pouco aquilo que busco quando exploro um lugar e que é basicamente, contar com a chance de encontrar o que não está na superfície, mas que justamente nos permite rasgá-la." (DUNDER, 2000:46)*

E completa, explicando seu conceito de cidade:

> *"As cidades são como cebolas, feitas de camadas que se ligam e que podem ser abordadas de vários pontos distintos. Mesmo quando se permanece no mesmo anel dessa cebola, sempre se vê aquilo que fica ao redor a partir de um lugar diferente porque, como o ser humano está sempre se modificando, isso permite que quando volta ao mesmo lugar, ele não seja mais o mesmo." (DUNDER, 2000:46)*

E nessas cidades, em camadas que se interpenetram, estão os corpos, corpos pós-holocausto, pós-tecnos, pós-humanos. Corpos que se transformam sem que se perceba, como atingidos pela radiação de um mundo em decomposição, ou irradiação de um mundo mítico ancestral.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **Imaginarios urbanos.** Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997. P.39.

DUNDER, Karla. *Pina Bausch traz Masurca Fogo ao Brasil.* In **Marie Claire**. Nº 117. Dezembro. 2000. P.46.

FOUCAULT, Michel. *Des espaces autres* . In **Architecture, Mouvement, Continuité**. N° 5. Outubro, 1994. Pp.752 – 762.

KATZ, Helena. *Pina Bausch coreógrafa.* In **Jornal da Tarde**. SP**,** 15 de dezembro de 2000. P. 15

KATZ, Helena. *Pina Bausch.* In **Jornal da Tarde**. SP, 7 de maio de 2001. P. 7.

O uso da imagem nas aulas de História

Ricardo Barros

Estabelecer a relação entre mídia e educação. Essa é uma das minhas preocupações como pesquisador. Num primeiro momento, fiquei fascinado pela internet e procurei conhecer de que forma a rede mundial de computadores poderia interferir no ensino de História. Percebi, entretanto, que para a maioria dos professores que trabalham nas escolas públicas, foco das minhas preocupações, a internet era algo ainda distante. Decidi então, me ater à realidade da sala de aula. Nesse sentido, após algumas reflexões, resolvi estudar o uso da imagem nas aulas de História do ensino fundamental. Para isso, procurei analisar as imagens comumente utilizadas nos cursos do ensino básico. Parti do pressuposto que a sociedade atual se apresenta bastante influenciada pela mídia. Crianças e adolescentes em idade escolar têm enorme contato com a televisão, com os videogames, com jornais, revistas ou mesmo com a Internet, como evidenciam diversas pesquisas acerca do tema. Contudo, quando entram na sala de aula, pouco dessa linguagem – a linguagem da imagem - é utilizada pelos professores. Isso gera um aparente conflito entre os estudantes e o sistema formal de educação presente em muitas unidades. Os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporam a leitura e análise da imagem como fator importante do aprendizado de História. De acordo com o documento, espera-se que o aluno do ensino fundamental seja capaz de "dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais".[1] Na escola, todavia, poucos docentes se utilizam da imagem e o texto escrito ainda predomina no ensino de História. Boa parte dos alunos considera o texto muitas vezes desinteressante, difícil de ser compreendido e com um pequeno apelo para a leitura, como pude comprovar através de entrevistas com alunos de escolas públicas localizadas na cidade de São Paulo.

Avaliar se o professor de História do ensino básico, em especial do ensino fundamental, utiliza a imagem no processo de ensino, possibilitando aos alunos lê-las, compreendê-las e interpretá-las, isso é o que pretendo avaliar.nesse texto. Na dissertação de mestrado que apresentei na Faculdade Educação da Universidade de São Paulo em março de 2007, tentei avaliar como se dá a utilização e a apropriação que o professor de História faz da imagem na sala de aula.

[1] Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – História – P. 43

Uma das razões que explica a não utilização da imagem pelos docentes de História é a formação superior. A historiografia tradicional, de influência positivista tinha um apego formal ao documento escrito. Essa tradição, que marcou boa parte da produção historiográfica do século XX, deixou uma herança perversa quanto a questão da utilização do documento escrito nos cursos de formação de professores de História. Há, no ensino superior, uma grande valorização do texto escrito em detrimento de outras linguagens. Nas entrevistas que realizei com os professores para esta pesquisa, pude perceber que poucos tiveram contato com cursos ou com uma bibliografia que lhes permitisse o desvendamento da imagem e sua leitura. Como conseqüência notei que os docentes de História formados há mais de dez anos e que atuam nas escolas públicas estaduais, que na maioria, foram os sujeitos da minha pesquisa, pouco se utilizam de outras possibilidades que não o texto escrito. Quando se utilizam do livro didático[2], por exemplo, não se preocupam em analisar ou desvendar as imagens presentes no material. De acordo com as entrevistas que realizei os professores de História não tiveram, na sua formação, cursos ou um aparato teórico que lhes permitisse compreender e utilizar a imagem. Os currículos das faculdades freqüentadas por muitos dos professores entrevistados não têm cursos específicos sobre imagens. Todavia, em algumas disciplinas dos cursos superiores a imagem é analisada segundo critérios empíricos. Assim, alguns professores relatam que em cursos de Antiguidade ou Idade Média, seus professores exibiam transparências sobre objetos de cultura material ou manifestações iconográficas para "ilustrar as aulas"[3]. Isso, entretanto, pouco se repetia em outros cursos da formação superior.

Em seu artigo "Imagem, História e Semiótica", o pesquisador Eduardo Neiva nos chama atenção para o fato de o professor de História encarar a imagem como um obstáculo. "Surpreendentemente, a imagem é encanto e enigma" (NEIVA, 1986). Ela não é vista como um documento, uma fonte, mas como mera ilustração do texto escrito. Se quisermos, entretanto, fornecer subsídios para que nosso aluno leia as imagens devemos também definir o que entendemos por leitura e por imagem. Até que ponto a imagem é compreendida a partir do mundo do leitor? Afinal, aquele que lê, o faz de um determinado lugar social, com seu repertório e com suas vivências. Isso permite a alunos e professores a criação de significados diversos e particulares e nos leva ao conceito de representação.

---

[2] A partir da implantação do Programa Nacional do Livro Didático, em 1985, a utilização do material didático nas escolas públicas tornou-se mais constante, na medida em que os governos adquirem o material das editoras em grande quantidade, seguindo muitas vezes o interesse do mercado, mas também dos professores que são consultados quando da escolha dos títulos.

[3] A presença do verbo ilustrar está presente numa grande quantidade de falas dos professores quando questionados sobre a utilização da imagem. A maioria parece entender a imagem como mero adendo do texto escrito.

O papel das representações na História é relativamente novo, apesar de sua origem estar ligada à História dos Annales, surgida em 1929 e que contou com historiadores de grande importância como Marc Bloch e Lucien Febvre. Foi no interior das discussões da Escola dos Annales que Roger Chartier, desenvolveu suas idéias sobre as representações. Para Chartier, elas são modos pelos quais *"em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler por diferentes grupos sociais."* (CHARTIER, 1990:16). A teoria das representações permite, outrossim, a interdisciplinaridade. Assim, ela estabelece diálogo entre ciências como a Educação, a Sociologia e a Psicologia Social, o que permite ao pesquisador compreender seu objeto sob vários aspectos. Na sociedade atual, na qual as categorias espaço-temporais são cada vez mais imediatas, as relações sociais mais fortuitas e a produção cultural mais midiatizada, os meios de comunicação de massa apresentam grande importância e os símbolos e representações são, em grande medida, as bases nas quais o sujeito realiza sua mediação com o real.

Partindo do conceito de representação de Roger Chartier, pretendi, na minha dissertação de mestrado, compreender a fala dos professores quanto a utilização da imagem na sala de aula.. Quando perguntado como ele faz uso da imagem com seus alunos, diversas concepções tenderam a emergir – o conceito de História, de memória, de identidade nacional. Na Educação, a teoria das representações está ligada a uma determinada crítica a uma idéia mecanicista de aprendizagem. O aprender e o ensinar, desse ponto de vista, supõe uma articulação constante entre professor e aluno. O professor não é mais aquele que detém exclusivamente o conhecimento, mas aquele que também está em constante processo de aprendizagem.

Para outro estudioso das representações sociais, Serge Mocovici "nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações 'superimpostas' aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vacuidade e as fazem parcialmente inacessíveis. Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos".(MOSCOVICI, 2003: 33). Para esse autor, nós pensamos através da linguagem e nosso comportamento se apresenta condicionado por convenções estabelecidas pela cultura. As representações, na visão de Moscovici, nos são impostas. Nesse sentido, as imagens e representações surgem de sistemas prévios, anteriores, que refletem algo que já foi produzido em épocas passadas. Isso não significa que as representações surjam e desapareçam

em si mesmas. A sociedade é dinâmica e constantemente cria novas representações para se realimentar.

Emile Durkheim já havia proposto que a Sociologia estudasse as representações coletivas. Para ele era importante compreender os aspectos culturais da sociedade através de manifestações como a linguagem, as tradições populares, as lendas etc. Analisar sua dinâmica para compreender como se originam, se excluem e se misturam. Todavia, Durkheim vê as representações de forma estática, como suporte para a compreensão de outros fenômenos. Moscovici, ao contrário, vê as representações como fenômeno social e dinâmico em constante processo de criação e recriação. As representações não só incorporam idéias como também a experiência vivida por diversas sociedades. Portanto, os grupos sociais antes de serem receptores passivos, formulam suas próprias idéias, criam suas formas de ver o mundo e encontram soluções para os problemas colocados. Contudo, as representações devem ser vistas como uma forma específica de compreender e comunicar. A representação não é a linguagem da observação, nem tampouco a linguagem da lógica. Ocupa um meio termo entre essas duas modalidades de comunicação.

A representação é necessariamente um sistema de classificação. Aquilo que não tinha nome passa tê-lo. Mas, ao colocar um nome em uma pessoa ou coisa, fazemos uma avaliação ou rotulação do ser ou do objeto. Ao nomear, colocamos toda nossa visão de mundo, nossa teoria de natureza humana e de sociedade. Limitamos o indivíduo a um conjunto de comportamentos e regras, ditados pela linguagem. Para isso, utilizamo-nos dos diversos paradigmas presentes em nossa mente e adaptamos o sujeito ou objeto a um deles. Dessa forma, a neutralidade no fenômeno da representação não tem lugar.

O conceito de representação é fundamental para compreender a fala dos professores, todavia, ele não deve ser utilizado como única estratégia para a compreensão do discurso. Os teóricos do ensino de História têm se preocupado também com a questão da consciência histórica. Para Gadamer:

"Numa civilização em que a consciência coletiva é comandada pelo progresso da ciência, o aperfeiçoamento da tecnologia, a crença na riqueza e o ideal do lucro – e talvez também marcada pelos presságios de que esse sonho chega ao fim – a novidade e a inovação encontra-se precisamente em uma situação crítica, pois o antigo já não oferece mais verdadeiras resistências, nem encontra defensor. Tal é provavelmente o aspecto mais importante da consciência histórica caracterizada como burguesa: não que o antigo deva ser relativizado, mas que o novo, por sua vez relativizado, torne possível uma justificação do antigo." (GADAMER, 1998)

Rüsen, outro estudioso da questão da consciência histórica, avalia que é no ensino de História que as questões da consciência devem ser mais debatidas e analisadas. Para ele a disciplina História permite ao estudante compreender a relação passado – presente – futuro e se compreender como um ser temporal. Devido a isso, a História deveria desenvolver a consciência histórica nos alunos. Entretanto, os estudantes deveriam fazer de sua História parte do seu equipamento mental e não deixá-la apenas como uma informação inerte. Rüsen acredita que a identidade nasce da consciência histórica. A formação de valores sociais ou nacionais está intimamente relacionada a esse tema. Para ele, nossa concepção sobre nosso lugar no tempo e como nos relacionamos com o passado dependem do quadro conceitual com o qual operamos.

Quando lidamos com pesquisas de campo tentando observar o grau de consciência histórica de nossos entrevistados é fundamental que façamos uma grande quantidade de perguntas que cerquem o tema sobre vários ângulos. Assim, teremos uma idéia acerca da consciência histórica dos sujeitos da pesquisa. Na pesquisa que realizei a questão da consciência histórica acabou emergindo na análise das obras que foram apresentadas aos professores.

Partindo da teoria da representação e da noção de consciência histórica pretendi abordar a utilização da imagem nos cursos de História do ensino fundamental, ciclo 2, ou seja, 5ª a 8ª séries, bem como o discurso dos professores . Para isso, procurei, através de entrevistas e freqüentando escolas e as aulas de professores de História do ensino fundamental, avaliar qual a noção que o docente tem da imagem. O que é imagem para esse professor que estou analisando? Quais são as diferentes modalidades de imagem? Qual a visão que os professores têm das imagens presentes nos livros didáticos ou em outras obras ou materiais comumente utilizados no ensino de História? Como ele as utiliza na sua prática cotidiana?

A primeira parte da pesquisa consistiu em conhecer as unidades escolares, suas características administrativas e seu projeto pedagógico, analisar os professores em sua atuação nas salas de aula e aplicar um questionário, cujo principal objetivo foi conhecer melhor as características do grupo a ser analisado.

Para a segunda parte, selecionei imagens que diziam respeito à formação e consolidação do estado nacional brasileiro e que, portanto, são bastante conhecidas e estão presentes em muitos materiais e livros didáticos que têm como principal tema a História brasileira. A escolha dessas imagens deveu-se ao fato que elas constantemente apareciam na fala dos professores na primeira fase da pesquisa, em experiências positivas que eles relatavam. Escolhi então, obras de dois pintores do século XIX, cujas biografias se

entrelaçavam em muitos momentos de suas vidas e foram figuras fundamentais para a produção artística nacional no período do Império. Refiro-me a Pedro Américo e Victor Meirelles. As obras escolhidas foram:

1. de Pedro Américo (1843 – 1930) – *"Independência ou Morte", "A Batalha de Avaí" e "Tiradentes Esquartejado".*

2. de Victor Meireles (1832 – 1903) – *"A Primeira Missa no Brasil", "A Batalha de Guararapes e "Juramento da Princesa Isabel".*

Essas obras foram exibidas em um computador portátil que, devido as suas dimensões pôde ser transportado com facilidade às escolas. Todavia, na medida em que percebi que esse recurso tecnológico poderia trazer algum estranhamento aos professores, recorri a livros didáticos que contivessem as reproduções das pinturas citadas. Também não descartei as reproduções em papel. Acredito que o suporte interfere na interpretação da obra. A reprodução do quadro de Pedro Américo *"Independência ou Morte",* por exemplo, ganha uma dimensão diferente quando está reproduzido no livro didático e outra quando surge na tela de um computador. A variação do suporte na apresentação aos docentes passou a ser importante nessa pesquisa, na medida em que professores e alunos certamente irão se deparar com as imagens em diferentes suportes. Acredito que essa discussão é importante, porém, não tive a intenção de aprofundá-la no trabalho, por não ser um dos objetos da dissertação de mestrado. Descrevi, todavia, essas informações para explicar as estratégias de apresentação das imagens aos professores, dentro da metodologia empregada. Nessa fase da pesquisa mostrei aos professores definições de imagem me apoiando em textos que abordassem o tema.

Nesse sentido, uma das obras mais pertinentes sobre o assunto e que usei como base da pesquisa, é o livro de Martine Joly, Introdução a análise da imagem, que analisa o conceito de imagem em todas as suas dimensões, incluindo sua historicidade. Joly afirma que vivemos em uma civilização da imagem, entretanto, não sabemos como lidar com ela, ainda mais quando nos deparamos com as imagens virtuais, preparadas em computadores, que permitem ao espectador entrar num novo mundo sem sair do próprio quarto. O objetivo principal da obra, portanto, é ajudar o leitor a realizar a leitura das imagens de forma consistente. A relação entre imagem e texto é também outra preocupação da autora. O trecho a seguir elucida essa questão:

"As imagens mudam os textos, mas os textos, por sua vez, mudam as imagens. O que lemos ou ouvimos a respeito das imagens, a maneira como a literatura, a imprensa, a sinalização apropriam-se delas, trituram-nas e apresentam-nas determina necessariamente a abordagem que fazemos dela." (JOLY, 1999)

A autora, portanto vê a interferência do texto sobre a imagem e dela sobre o texto escrito. A maneira como uma imagem aparece na página de um livro, sua disposição ou a presença ou ausência de um texto ao lado dela pode mudar a compreensão que se faz da imagem. Ela aqui não é vista como um adendo do texto, como aparece na fala de muitos professores que foram entrevistados para esta pesquisa, mas como algo que poderia sofrer influências dele.

A obra de Martine Joly teve aspecto importante na minha pesquisa, pois a partir dela mostrei definições teóricas de imagens aos professores e eles puderam escolher aquelas que achavam mais pertinentes à sua compreensão e à sua prática cotidiana junto aos alunos.

Outro texto que utilizei para fundamentar minhas idéias foi o de Joan Ferrés – Televisão e Educação, no qual o autor nos chama atenção para o fato da escola não permitir ao aluno interpretar os símbolos da cultura de seu tempo. Ferrés questiona por que o aluno não aprende a desvendar as imagens da TV, do cinema, das revistas e dos jornais. Em pesquisas realizadas nos EUA e na Europa, crianças em idade pré-escolar e das séries iniciais, dedicam mais de um terço do tempo que permanecem acordados para assistir televisão. Na Europa, os jovens na mesma faixa escolar, dedicam 25 horas semanais para os programas televisivos, de acordo com investigações transcritas na obra do autor. No Brasil, a realidade não é muito diferente, o aparelho de televisão está na sala, no quarto, na cozinha de pelo menos 92% dos lares brasileiros, segundo dados do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa Estatística). É, portanto, um mobiliário doméstico e social, dos mais valorizados no nosso país. A criança brasileira passa diante da TV em média 3,5 horas diárias – o expectador de TV reage de alguma forma às provocações da TV e a sua forma de representar o mundo. A UNESCO possui um estudo ainda mais abrangente. De acordo com as conclusões da pesquisa o tempo que as crianças gastam assistindo a televisão é 50% maior que o tempo dedicado a qualquer outra atividade, como ajudar à família, brincar, fazer a lição de casa, ficar com os amigos ou ler.

Como conclusão da minha pesquisa de mestrado pude constatar que os professores de História do ensino fundamental nas escolas públicas estaduais da região central da cidade de São Paulo, que foram os principais sujeitos dessa pesquisa, utilizam pouco ou pouco sabem utilizar imagens, no ensino de História. Esse fato pode ser explicado pelo baixo repertório do profissional sobre a imagem, em todas suas manifestações, nomeadamente sobre a História da Arte brasileira, em especial.

Além disso, observa-se que os cursos superiores freqüentados por tais profissionais não possuem, na sua grade curricular, disciplinas que lhes possibilitem operar com imagens, adequadamente.

Há, portanto, uma incompreensão dos professores, e da própria instituição escolar, sobre como trabalhar a imagem como recurso pedagógico, a fim de estimular o aprendizado do aluno em sala de aula. A escola acaba por perpetuar o texto escrito como única linguagem possível. Na medida em que os professores descartam a utilização da imagem em seus cursos, estabelece-se um conflito. Este conflito expressa-se na diferenciação que o aluno dará aos diversos conceitos aprendidos na escola e, em especial, na disciplina de História.

Bibliografia:

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

GADAMER, Hans Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1998.

FERRÉS, Joan. **Televisão e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, Papirus, 1999, 2ª edição.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais – Investigações em Psicologia Social**. São Paulo: Vozes, 2005, 3ª edição.

NEIVA, Eduardo. *Imagem, história e semiótica*. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: número 1, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Didática cívico-castilhista: livros de historiografia e geografia para as escolas elementares do rio grande do sul (1896-1902)

Maximiliano Mazewski Monteiro de Almeida*

Resumo
O objetivo desta comunicação é, na especificidade sul-rio-grandense, compreender e explicar como desenvolveu-se a produção dos livros didáticos de história e de geografia durante a Primeira República. Investiga-se o papel dos agentes partícipes: os representantes do Estado para a instrução pública, os autores dos livros didáticos e o livreiro responsável pela publicação do material. A atual pesquisa justifica-se pela ausência de estudos sobre os livros didáticos de História e Geografia regional, utilizados nas escolas elementares do Rio Grande do Sul. **Palavras-chave:** livros-didáticos; instrução pública; historiografia.

Abstract
The objective of this comunication is, at the specify case of Rio Grande do Sul, to understand and to explain how was made the production of History and Geography schooll's books. The present historical investigation atent to paper the agents envolvied: the State's representants for public education, the authors of school's book and the responsable bookseller by publication of those materials. The current research is justify by noexistence of studies about this regional school's books of History and Geography disciplines, used on the elementary schools of Rio Grande do Sul.
Key-word: school's books; public education; writting of history.

Ao recorrer à historiografia brasileira, para o que explicar por livro didático, encontrou-se no estudo de Arlete Medeiros Gasparello a seguinte proposição: "trata-se de um objeto cultural, que expressa, em sua materialidade, um espaço de relações, como resultado concreto das inter-relações dos diversos agentes, interesses e saberes que participaram do seu processo de fabricação[...]"(GASPARELLO, 2004. p.29). A partir desse enunciado, procurar-se-á trazer à luz os agentes partícipes do processo de materialização do objeto de pesquisa: os representantes do Estado nas instituições administrativas do ensino público, os autores dos livros didáticos e o livreiro responsável pela publicação do material. Além disso, descobriu-se que os autores dos livros didáticos pesquisados desempenharam funções no Estado republicano, o que permite considerá-los como colaboradores doutrinários da propaganda castilhista.

* (Mestrando) Pontifícia of Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em História - CNPq. Orientação: Profª. Drª. Maria Helena C. Bastos. e-mail: max_mazewski@yahoo.com.br.

Para justificar os limites cronológicos, o ano de 1896 corresponde à apresentação e edição da primeira obra historiográfica aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, de autoria de José Pinto Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. O marco temporal final, 1902, está relacionado com a estabilização do quadro dos livros didáticos de historiografia adotados, sendo que, naquele ano, houve uma última substituição que oficializara o Compêndio de Geografia, de João von Franckenberg, para o uso no ensino público. A documentação pesquisada cessa, em 1903, as informações[1] quanto à adoção de livros didáticos pelos órgãos institucionais responsáveis. Essa historiografia oficial ultrapassou, em muito, os limites cronológicos desta comunicação [2].Os livros didáticos trabalhados foram selecionados a partir de um conjunto de obras adotadas sob os pareceres do Conselho Escolar da Secretaria de Instrução Pública, vinculado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul.

O livro de Guimarães[3] é como um livro de leituras, com poesias, crônicas, descrições de fauna e flora, de geografia e cultura regional. Somente recebeu registro no "livro de adoções" em 1899, apesar de ter sido aceito no ano de 1896, sob parecer do extinto Conselho Diretor de Instrução Pública.

Maia[4] apresentou seu livro, em 1897, ao Conselho Escolar e o dedicou ao ensino de história nas escolas elementares, cuja primeira edição e respectivo ato de adoção são de 1898. Da mesma forma, Martins[5] ofereceu ao ensino elementar seu livro *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul*, editado e adotado, oficialmente, em 1898.

Entendemos o *castilhismo* como doutrina, prática política e contexto histórico de sua elaboração e aplicação, no espaço específico e local do Rio Grande do Sul, ocorrendo durante o período da Primeira República, produto intelectual da interpretação pessoal de Júlio de Castilhos dos enunciados positivistas, aceito e praticado por seus correligionários ao longo do governo do PRR no Estado; como texto de propaganda jornalística e discurso político, cientificista, que assumia publicamente seu conteúdo doutrinário e ditatorial.

---

[1] A partir de 1903, não há mais registros encontrados de novas obras historiográficas aceitas, ou substituídas no ensino público. Os livros adotados foram reeditados.

[2] É, por exemplo, a última edição de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico,* de João Maia, foi em 1927. O consumo desse livro, nas escolas elementares, ocorreu, pelo menos, por trinta anos.

[3] José P. da Fonseca Guimarães era irmão de João Pinto da Fonseca Guimarães, deputado da Constituição estadual de 1891 e diplomata. Também, foi professor da Escola Normal, Diretor da Biblioteca Pública do Estado do RGS e diplomata no Chile.

[4] João Cândido Maia trabalhou como jornalista de A Federação, sendo nomeado Inspetor da 7ª Região escolar em 1898(Instrução Pública. Relatório, 1899). Também, foi sócio-fundador e Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RGS.

[5] Henrique Martins lecionava Geografia como Lente-Catedrático do Colégio Militar.

Os documentos produzidos pelos órgãos da *Instrucção Pública* castilhista, foram considerados como fontes *não intencionais, administrativas e culturais*.

Os relatórios do Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, à Presidência do Estado, em 1896, informavam sobre a carência de livros de história e geografia do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, dedicados ao ensino público elementar:

> *Sobre história do Brazil ainda não encontrei um compêndio que satisfaça as necessidades do ensino. [...] Sobre esta matéria, penso, devemos procurar um compêndio de chronologia, contendo os factos principais de nossa história[...] Continuo a comentar a falta de uma Geographia e História do Estado, escriptas de acordo com as modernas exigencias do ensino.(Relatório, 1896, p. 296).*

As "modernas exigências" referem-se às necessidades de adaptar o material de ensino para o emprego do método intuitivo, ainda em voga no Brasil daquela época, e que seria instituído, de forma obrigatória, nas escolas públicas e elementares[6] através do Decreto nº 89 de 2 de fevereiro de 1897. Esse mesmo decreto que reorganizou a da instrução pública, no estado do Rio Grande do Sul, sob a ditadura de Júlio de Castilhos, substituiu o então Conselho Diretor de Instrução Pública pelo Conselho Escolar.

Na ata da primeira reunião do Conselho Escolar, em 20 de dezembro de 1897, encontra-se, além do termo "livro didático"[7], a indicação dos critérios de avaliação de uma obra para ser aceita naquelas escolas públicas:

> *Sr. Duplan apresentou a seguinte indicação considerando que para approvação e adopção de um livro didático nas aulas sustentadas pelo Estado são dados igualmente importantes_ o formato, a encardenação, o papel, a impressão, correção e preço_ além do valor intrínseco da obra quanto ao methodo, divisão da materia e exposição. (AHRGS, Instrução Pública. Livro-56, p. 2).*

A educação cívica, para a qual destinava-se o ensino de história, tomou parte no processo de aprimoramento da formação política dos educandos. O ensino cívico propunha a qualificação de um eleitorado, crítico o suficiente, para rejeitar as propostas políticas que divergissem do republicanismo do PRR e repreendido o bastante para não questionar suas práticas fraudatórias eleitorais.

---

[6] O grau do esnino elementar correspondia aos primeiros anos após a alfabetização, e o período desta, no geral, o ensino primário abarcava o grau elementar e os cursos preparatórios de estudos para o ingresso no ensino secundário.

[7] Nosso objetivo quanto à terminologia *livro didático* não é, apenas, de evitar um anacronismo na utilização de tal conceito, durante a Primeira República, no Rio G. do Sul, mas, também, não recorrer a analogias errôneas com o emprego de vocábulos como *manual escolar*, *compêndio*, ou *livro de leitura,* para tais objetos auxiliares do ensino elementar. (CHOPPIN, 1998).

A metodologia de análise documental, nessa pesquisa, foi empregada com o propósito de compreender a adoção de livros didáticos e a sua conseqüente produção, segundo a contribuição dada pelo historiador Julio Aróstegui.

> *A análise documental na historiografia, também aqui como em qualquer outra investigação social, tem aspectos instrumentais e aspectos epistemológicos. Como em toda a ciência normatizada é preciso efetuar sempre um trabalho de depuração dos dados, do qual constitui uma das tarefas próprias do contexto metodológico da observação[...]. A análise documental poderia ser definida como o conjunto de princípios e operações técnicas que permitem estabelecer a confiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de determinado processo.(ARÓSTEGUI, 2001, p. 393).*

O autor José Pinto da Fonseca Guimarães descreveu a metodologia e a técnica empregadas na confecção de seu livro: "É este, pois, um trabalho de compilação e addaptação[...]Esforcei-me para que elle saísse limpo de erros, exacto, singelo e com cunho eminentemente didáctico." (GUIMARÃES, 1896, p.101).

O leitor deve ser doutrinado para aceitar a versão da verdade dos vencedores da "degola", como a exposição "clara", científica da realidade. São essas metáforas, os elementos valorativos da história, dos atos e seus "heróis" militares, um recurso literário, o rebuscamento de floreios romantizados, modernistas. As narrações de batalhas e lutas refletia o ambiente político de emprego da violência como solução prática para combater suas oposições partidárias e caudilhescas.

Mesmo contrariando as normas de avaliação do Conselho Escolar, o trabalho manuscrito de João Maia, apresentado em 1897, recebeu o parecer final do Inspetor Geral favorável à adoção. Foi, após isso, solenemente adotado e documentado pela administração republicana. Vejamos o registro efetuado no Livro de Atos de Adoção de Livros:

> *Ato n.º 4. [08 de março de 1898.] Mandado adoptar para o ensino das escolas elementares do Estado o livro 'História do Rio Grande do Sul', por J.[João Cândido] Maia[...] approvado em manuscripto pelo Conselho Escolar em sua 8ª Sessão de 29 de dezembro de 1897, destinado ao ensino elementar, porquanto está bem impresso em bom papel e em formato próprio[...] O mesmo inspector Geral, tendo sido autorizado pelo Conselho a verificar na impressão da referida_ História_ o cumprimento das alterações e corrigendas propostas determina que o dito livro seja presente ao mesmo Conselho Escolar em sua próxima reuniao para os devidos fins, sem prejuiso da distribuição pelas escolas no corrente anno.(AHRGS, Instrução Pública. Livro - 195, p. 3).*

As obras didáticas adotadas para o ensino, sob o castilhismo, percorriam diferentes locais da estrutura administrativa da Instrução Pública. Primeiramente, eram apresentados à sessão do Conselho Escolar. Passando, a seguir, às mãos dos membros da comissão encarregada de avaliá-las, formada por uma tríade de inspetores presentes à sessão. Caso aprovadas, eram enviadas à impressão gráfica nas oficinas escolhidas pelo livreiro Rodolpho

José Machado[8], ou outro, eventualmente designada, que possuísse contrato com o Estado para o fornecimento de material escolar.

O historiador Roger Chartier descreve as diferenças entre os papéis de editor e livreiro; o primeiro passou a existir como agente da modernidade, distanciado-se dos espaços de produção e distribuição, um profissão predominantemente intelectual, enquanto que o livreiro, figura historicamente anterior a do editor, estava vinculado ao comércio de livros, podendo possuir uma oficina tipográfica ou encomendar o serviço de um terceiro, mas, sobretudo, detinha seu próprio catálogo de livros.

> *Todas as dimensões da história da cultura impressa podem se associar à figura do editor, à prática da edição, à escolha dos textos, ao negócio dos livros e ao encontro com um público de leitores[...] Já não se confunde com o negócio do livreiro nem com o trabalho do impressor, embora nessa época haja editores que possuem livrarias e oficinas tipográficas. A nova definição do ofício firma-se na relação com os autores, na escolha dos textos, na seleção das formas do livro e, finalmente, nos leitores. Desta maneira, a edição se estabelece como uma atividade autônoma e um ofício particular. (CHARTIER, 2001, p.45).*

O Rio Grande do Sul também contava com seu livreiro, cujo catálogo de livros recebeu o acréscimo de novos títulos, ofertados através dos atos de adoção do Conselho Escolar. Na folha primeira do *Livro de registro de contratos com fornecedores de móveis escolares*, em manuscrito, está registrado:

> *Aos dez dias do mês de fevereiro do anno de mil oitocentos e noventa e oito, nesta secretaria as onze horas de manha[na presença do Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates] compareceu o livreiro desta praça o cidadão Rodolpho José Machado e único proponente ao fornecimento, no corrente exercício de objetos necessários(...)e disse que vinha assinar o contrato.(AHRGS, Instrução Pública. livro 196, p. 1.).*

A primeira condição do contrato consistia de uma longa lista de materiais diversos, entendida como as "amostras, que serviam para arrematação", como livros de "Henrique Martins_Chorographia a 2$000, Franckemberg_História do Brazil a $800", ou materiais como "tinta francesa preta 1lt a 3$000", tinteiros, penas, lápis, resma de papéis de diferentes tipos (de linho), entre outros, de forma separada para às aulas públicas e à secretaria[9]. Havia, entre outras, a agarantia contratual da preferência do Estado ao cidadão Rodolpho José Machado na

---

[8] Sobre contrato firmado pelo Estado com o livreiro Rodolpho José Machado "*celebrado, em 1891, para o fornecimento de livros e demais objetos de expediente das aulas*" (Relatório, 1897. p.301). este continuou a ser renovado até 1904, após esse ano, diferentes "livreiros" alternaram-se no fornecimento do material escolar ao Estado. O Estado castilhista para por, em prática, sua proposta pedagógica, assumiu o papel de editor, reforçando seu papel de agente da modernização dasociedade sul-rio-grandense, ao selecionar os textos transformados em livro impresso.

[9] Para o uso da Secretaria há até a oferta de um canivete "Ranger" de quatro lâminas, cabo madreperolado a 12$000. O item de maior valor é um "globo-mundi", de 30 cm de diâmetro, a 36$000 oferecido às escolas. O último e sexto item referia-se à forma de pagamento, que seria feita pelo "*Thesouro do Estado à vista do recibo do Almoxarifado lançado em a nota do pedido e rubricado pelo diretor da Secretaria.*"

compra de seus materiais e "caso houver livros que não tenham similares na relação constante da 1ª condição e que tratem de matéria cujo ensino seja exigido pelo programa das escolas primarias*"*. (AHRGS, Instrução Pública. Livro – 196, p. 4).

Bibliografia:

ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica, teoría y método.** Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

BOUVERESSE, Jacques. **Prodígios e vertigens da analogia: o abuso das belas letras no pensamento.** Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHOPPIN, Alain. *Os manuais escolares na França e a formação do cidadão*. Trad. Julieta Beatriz Ramos Desaulniers. In: **Veritas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol.43. Dezembro 1998. pp. 183-192.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil(sua história).** Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1985.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Trad. Gizele de Souza. In: **Revista brasileira de história da educação.** Nº1, jan./jun. 2001. (?) p.9-43.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana M. de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. Tese.

Fontes documentais manuscritas:

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro-55. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895*.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro-56. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904*.
- AHRGS. Instrução Pública. Livro – 196. *Livro n°1 - Registro de contratos com fornecedores de móveis escolares.*
- Instrução Pública Arquivo Hist. do Rio G. do Sul. Livro -195. *Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino. 1897/1898*.
- AHRGS. Instrução Pública. *Livro do Registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuídos às Escolas, 1898 a 1904*.

Fontes documentais impressas:

- Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do

Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 31 de julho de 1896.

- Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 1897.
- Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Livraria o Globo. 1898.
- Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas Typographicas de Emilio Wideman & Filhos. 30 de julho de 1899.
- FRANKENBERG, João von. *Compendio de Geographia Elementar para uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul*. 1ª edição. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1902.
- GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca. *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. 1ª ed. Porto Alegre: Livraria Americana, 1896.
- MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. 1ª.ed. Porto Alegre: Liv. Rodolpho José Machado / Typographia de César Reinhardt, 1898.
- MARTINS, Henrique. *Elementos de Chorografia do Brasil*. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1896.
- MARTINS, Henrique. *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. 1ª edição. Porto Alegre: Livraria e officinas a vapor de Franco & Irmão,1898.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mitologia, Semiótica e Antiguidade Clássica: uma proposta de abordagem dos 'Discursos' de Dion Crisóstomo

Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi*

Resumo: O tema central da abordagem é a aplicação da análise semiótica como metodologia de análise histórica do mito presente nos *Discursos* de Dion Crisóstomo, filósofo bitiniano que viveu entre 40 e 115 d.C sob o Império Romano.
Unitermos: Mito, Semiótica, Dion Crisóstomo.

Abstract: The central theme of this article is the application of the semiotical analysis as methodology of historical analysis of the mith present in the Dio Chrysostom's *Discourses,* bitinian philosopher that lived between 40 and 115 A.D in Roman Empire.
Keywords: Mith, Semiotics, Dio Chrysostom.

Ao abordar a temática do mito na Antigüidade Clássica, é certo que se evoca uma questão complexa e que, por isso apenas serão indicados alguns caminhos que podem ser seguidos. Antes de começar uma discussão sobre o mito na Antigüidade, deve-se pensar em que se constitui o mito. Adotando o mito como uma fala, uma narrativa, infere-se que a linguagem é o veículo do mito.

O mito será entendido aqui no seu aspecto pragmático, isto é, na sua função. Assim, a interpretação do mito está na razão direta de como ele atua na sociedade e, por isso, a interpretação é variável. Segundo Eliade, "O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares (ELIADE, 1991, p. 11.)"

W. Jaeger aborda o mito como forma excepcional:

> *Falamos do valor educativo dos exemplos criados pelo mito... O mito contém em si este significado normativo, mesmo quando não é empregado expressamente como modelo ou exemplo... O mito serve sempre de instância normativa para a qual apela o orador. Há no seu âmago alguma coisa que tem validade universal. Não têm um caráter meramente fictício, embora originariamente seja, sem dúvida alguma, o sedimento de acontecimentos históricos que alcançaram a imortalidade através de uma longa tradição e da interpretação enaltecedora da fantasia criadora da posteridade (JAEGER, 1986, p. 66.).*

* Doutora, docente do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Assis.

Desse modo, para discutir o mito como expressão do pensamento dos homens, as idéias propostas por Jaeger serão levadas em conta com mais atenção. O mito será entendido como sendo a narrativa daquilo que se pretende que seja, enquanto expressão do pensamento de uma dada sociedade.

Roland Barthes propõe igualmente o modelo de mito, segundo o qual,

> *...o mito é um sistema de comunicação, é uma mensagem. Eis por que não poderia ser um objeto, um conceito, ou uma idéia: ele é um modo de significação, uma forma...já que o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. O mito não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais mas não substanciais(BARTHES, 1999, p 131).*

Com efeito, a abordagem do mito deve levar em conta as condições teóricas propostas por Jaeger e Barthes. Outro aspecto fundamental que age efetivamente para a manutenção do mito, diríamos sobrevivência do mito, como referência de comportamento da sociedade, é a memória. A memória um aspecto fundamental para a compreensão da composição e da função do mito e o aspecto histórico subjacente à construção também deve ser evocado. Segundo Barthes, preocupado com a relação história- mito e história-mitologia, "[é] a história que transforma o real em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter um fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da "natureza" das coisas" (BARTHES, 1999, p 132).

Aceitando-se a análise de Barthes, tem-se como posto que a palavra, instrumento de transmissão do mito, tem seu significado relacionado com a idéia de preservação, de conservação de algum tipo de informação, retenção nos quadros mentais de muito do que foi produzido pela sociedade. Assim, a construção do mito na memória tem, ao mesmo tempo, um caráter social-individual e social-coletivo, já que é o indivíduo que faz o seu registro e a acumula e é o coletivo que a recupera.

O mito era o grande mestre dos gregos em todas as questões do espírito e de comportamento social. Com ele, aprendiam moralidade e conduta, as virtudes da nobreza, sobre raça, cultura e até mesmo política. Está aí uma das razões porque a história, na Antigüidade Clássica, em boa parte foi tida com base principalmente na poesia épica, podendo-se comparar então as duas formas de narração do passado. No entanto, a fonte de seus escritos é a mesma, a memória coletiva, perpassada pela via da oralidade. Existe na constituição da prática política grega ligada a aspectos existenciais e a representações que, de certa forma, caracterizam-se como referência da dominação. A retórica é tida como uma dessas representações, na medida em que reproduz fundamentalmente de modo organizado e

articulado a filosofia grega. E entenda-se também que toda a educação grega, como elemento institucional de dominação, está alicerçada na formação filosófica. É na ação pedagógica que o mito é utilizado como recurso de retórica para a argumentação e transmissão do pensamento dominante -enquanto convencimento e fixação de preceitos históricos, éticos e morais.

Os usos do mito lançam olhares seletivos sobre a verdade e ao longo do tempo, com a transmissão oral ou escrita, seus componentes são comprovados ou não pela prática cultural. Assim, os acontecimentos "míticos" acabam sendo superados pelos acontecimentos "históricos", cujas evidências mostram-se racionais em relação ao mito. Deve-se pensar no mito, portanto, enquanto veículo de informações. A questão não é, pois, "acreditar" nos mitos, mas, sim, entendê-los com seus exemplos e a sua constituição. A função dos mitos na formação do cidadão grego é a de incutir no imaginário da *polis* a credulidade, a participação e a função de uma pequena parcela da população, parcela essa constituída dos *homoioi*. É esse o fundamento da construção cultural do mito no mundo mediterrâneo antigo, especialmente com a combinação helenística desembocando no mundo de domínio romano após o século III a.C. O mito, em suas práticas e representações, pode ser trabalhado como comunicação literária, recurso que é dos mais comuns quando se trata de compreender o pensamento do segmento social.

Para melhor compreender e analisar os aspectos da linguagem literária, veículo dos mitos gregos, deve-se procurar uma teoria lingüística que ofereça subsídios teóricos e práticos para a análise.

O trabalho com o discurso literário significa navegar pela teoria lingüística, mesmo considerando que a tarefa do historiador não tenha por objetivo a análise lingüística. Todavia, é preciso entender o mecanismo da linguagem, a sua estrutura funcional e as várias formas de análise que oferecesse elementos observáveis para compreender o momento e a forma em que o discurso foi produzido, o seu alcance na manutenção e afirmação na relação entre opinião pública e o *status quo*.

Entendemos aqui a semiótica como uma teoria geral de signos[1] e com esse entendimento abriu-se ainda mais o leque de opções. A aplicação da teoria semiótica fundamenta, pois, a análise histórica na medida em que a construção da história também é feita sobre *signos* [2]. Embora muitos signos tenham estruturas comuns, cada um apresenta

[1] Entendendo como signos toda e qualquer coisa que substitua ou represente outra organizada sob a forma de linguagem, verbal ou não-verbal.

[2]Vamos entender signo também como sinal, vestígios, indícios. O historiador trabalha com todo elemento que pode representar um determinado momento social, num determinado tempo e espaço.

referentes e significados diferenciados e, ainda mais, cada um dos signos pode significar algo além deles mesmos constituindo, assim, outros signos.

A imagem reúne os ícones que mantêm uma relação de analogia qualitativa entre o significante e o referente. O diagrama utiliza uma analogia de relação, interna ao objeto. A metáfora trabalha o paralelismo qualitativo. É basicamente a metáfora que nos interessa como aplicação na análise do discurso literários míticos, porque a metáfora é uma figura de retórica que utiliza elementos socioculturais e individuais para estabelecer a relação analógica de qualidade entre os ícones.

Quando se trata da leitura de um historiador, as imagens produzidas historicizam-se, pois procurar compreendê-las contextualmente é mais do que um hábito, é um compromisso. Quando se chega a esse momento, já estão superados o ceticismo e a ignorância. O leitor avança num *logos* escolhido, já deu todas as chances ao texto, "[v]isto em seus níveis múltiplos, suas diversas linhas melódicas, suas rupturas também, retomadas, impasses, e como a expressão de uma ou de várias estratégias narrativas" (HARTOG, 1999, p. 16.).

O contato com a relação identidade-alteridade permite encontrar no texto lido toda a sua consistência, sua respiração, e vê-lo animar-se e ser posto em movimento. Semelhanças, vocabulário, cadência, memória, esquecimento, vida, morte, paixões, mitos, antimitos, heróis, anti-heróis são componentes indispensáveis ao texto literário, na medida em que ele representa igualmente, via de regra, a viagem realizada pelo autor. A mescla "do realmente acontecido" com o que "deveria acontecer" ou "teria acontecido" está presente na relação autor-texto quanto ao enredo. No caso de textos produzidos na Antigüidade Clássica, é de se observar que essa viagem acontece quase sempre da epopéia à história, envolvendo figuras heróicas, míticas, lendárias, com defeitos e virtudes humanos, entretanto de traços semidivinizados. Há, por assim dizer, uma narrativa que se coloca à frente do leitor e cabe a ele fazer essa identificação.

A metáfora e a alegoria (alegoria é um conjunto de metáforas) são utilizadas pela linguagem verbal para suprir a ausência de um signo que não transmita, na sua essência, a totalidade de uma qualidade. Para se entender a metáfora é necessário ter como referência a palavra em uma moldura, ou seja, em seu contexto. Um dos principais veículos da metáfora é o mito, embora a literatura e a poesia sejam também seus grandes meios.

No mito, a principal figura de linguagem é a alegoria, que é, nada mais nada menos, uma cadeia de metáfora e simbolismos. Os mitos estão entranhados de alegorias e figuras de linguagem que representam o momento sócio-cultural de sua produção.

Para Benjamim, a reabilitação da alegoria será uma reabilitação da história, da temporalidade e da morte na descrição da linguagem humana. Além disso, ele condena a redução do símbolo e da alegoria a uma mera redução dos termos a uma relação entre aparência e essência. Enquanto o símbolo aponta para a eternidade da beleza, a alegoria ressalta a impossibilidade de um sentido eterno e a necessidade de perseverar na temporalidade e na historicidade para construir significações transitórias.

O sentido, os inúmeros sentidos que se pode decifrar, só pode ser arbitrário, pois, mesmo se porventura encontrasse o "verdadeiro" sentido, não seria reconhecido. A escrita e a alegoria somente são ditas "arbitrárias" para uma posição que mantém a afirmação da possibilidade de um saber necessário, transparente e imediato. Se, como a alegoria o manifesta, o sentido da totalidade se perdeu, isto se deve também, e mais ainda, ao fato de sentido e história estarem intimamente ligados.

A interpretação alegórica, essa produção abundante de sentido, a partir da ausência de um sentido último, expõe as ruínas de um edifício do qual não se sabe se existiu, um dia, inteiro; o esboço apagado e mutável desse palácio frágil orienta o trabalho crítico.

Uma proposta de interpretação alegórica

Com o que já foi visto em relação à concepção de mito e uma possível metodologia aplicada para análise, pode-se propôr uma análise alegórica de um dos discursos de Dion Crisóstomo, filósofo grego do II século D.C..

O primeiro Discurso da obra de Dion Crisóstomo, como também os três seguintes, tem como tema a monarquia, e por evidência interna acredita-se que tenha sido entregado primeiro a Trajano em Roma logo após ele ter se tornado imperador.

A concepção de Dion sobre o verdadeiro rei[3] é grandemente influenciada por Homero e Platão. O verdadeiro rei teme os deuses e assiste sobre os seus súditos tal como Zeus, o deus supremo, assiste sobre todo o gênero humano. Ao final está uma descrição da escolha feita por Hércules, que é o grande modelo dos Cínicos.

[3] Chamar-se-á de rei, nesse momento, as figuras de *basileus* e de *princeps*.

Para abordar as alegorias utilizadas por Dion Crisóstomo, a análise da última parte do Primeiro Discurso é um bom exemplo, onde as figuras de linguagem vão ser o veículo de convencimento e de resgate da memória coletiva na medida que o autor retoma os mitos gregos para justificar o momento político que o seu grupo social está presenciando.

> *"(...)Hermes veio então a Tebas onde o rapaz Hércules estava sendo criado, e lhe falou quem era ele e quem o tinha enviado."*

Hércules, no imaginário grego, é tido como o deus civilizador que tirou os gregos da *barbárie* mostrando-lhes o mundo da razão, civilizado, e Hermes é o mensageiro dos deuses e guia dos homens, representando a união entre o céu e a terra. Hércules representa ainda o ideal do heroísmo do homem que se torna, finalmente, merecedor de passar do nível mortal ao imortal.

> *"Então, o conduzindo, levou-o sobre caminhos desconhecidos e secretos para os homens até que ele chegou a uma montanha diferente e muito alta cujos lados eram terrivelmente íngremes com precipícios e com um desfiladeiro profundo de um rio que a cercava (...) Para qualquer um que lançasse um olhar para cima o pico pareceria único; mas era de fato duplo e sobre uma única base; e os cumes realmente estavam distantes um do outro."*

Hermes, ao mostrar as montanhas, proporciona a Hércules a visão única de dois sistemas de governos diferentes embora, para aqueles que o vêem de baixo não saibam distingüí-lo um do outro. Esta distinção sobre os sistemas de governo tirania e monarquia só pode ser feita por aqueles que os conhecem e sabem identificá-lo.

> *"Um deles levou o nome Cume Real e era sagrado ao Rei Zeus; o outro, Cume Tirânico, foi nomeado depois de gigante Tifão. Havia dois caminhos a eles, cada um tendo um."*

Pode-se ver neste trecho acima as relações feitas entre as figuras mitológicas de Zeus e Tifão e a Monarquia e a Tirania. A Monarquia, representada por Zeus, é o local sagrado. Zeus é o verdadeiro pai dos deuses e dos homens, o senhor do céu e da terra. Zeus está mais próximo do homem do que seus antepassados, ele encarna a força que rege o céu e a terra, não estranha ao homem, mas integrada a ele. Esta é a postura que deve ter o bom governante, o zelador da humanidade. Já o gigante Tifão, representa o irracional, o monstruoso. É a personificação da ira, sua aparência é colossal, um monstro de cem cabeças de dragão que vomitam fogo. É a própria irracionalidade e fúria, sua morada são as entranhas

da terra. Tendo Tifão como representante da tirania, a imagem provoca temor naqueles que o aceitam, pois significa estar passível de qualquer ação insana.

> *"Agora, como eu disse, à maioria das pessoas os dois cumes parecem ser praticamente um e não dividido, já que eles os vêem de longe; mas de fato o Cume Real era tão alto sobre os outros que estava sobre as nuvens no próprio puro e sereno éter, considerando que o outro é muito mais baixo, estando na mais espessa das nuvens, embrulhado em escuridão e névoa. Hermes então explicou a natureza do lugar a Hércules enquanto o conduzia para lá."*

A distinção entre a monarquia e a tirania pode ser feita pela transparência dos atos de seus governantes. A monarquia pratica ações claras, proporcionando a todos uma visão administrativa, sobre os negócios do estado. Já a tirania pratica atos escusos, escondendo as ações administrativas daqueles que a permeiam. Neste trecho, pode-se detectar uma crítica velada aos governos de Nero e de, principalmente, Domiciano. Dion Crisóstomo viveu em Roma no período de governo de Vespasiano (69-79 d.C.) até Domiciano, quando foi expulso em 82 d. C. por este último em uma perseguição aos filósofos, dos quais Dion fazia parte. Domiciano é conhecido por sua tirania em relação à postura de seu governo, promovendo perseguições políticas contra a aristocracia romana, contra os cristãos e contra escritores e filósofos.

> *"Mas quando Hércules, jovem ambicioso que era, desejou ver o que estava dentro, ele disse; 'Siga, então, que você também poderá ver com seus próprios olhos, coisas escondidas dos tolos.' Ele o levou então primeiro ao cume mais alto e lhe mostrou para uma mulher assentada em um trono resplandecente. Ela era bonita e imponente, vestida em manto branco, e continha em sua mão um cetro, não de ouro ou prata, mas de uma substância diferente, pura e muito luminosa - uma figura para todo o mundo como a figura de Hera. O seu semblante era radiante e cheio de dignidade, de forma que toda pessoa boa poderia ver isto sem medo, mas nenhuma pessoa má poderia contemplá-la mais do que qualquer homem com olhos fracos pode olhar o orbe do sol; composto e firme era o seu porte, e o seu olhar não oscilou."*

A descrição que Dion faz sobre a primeira visão que Hércules tem da monarquia reflete luminosidade e clareza que só pode ser vista pelos sábios. A singularidade da monarquia está presente na medida que se tem a descrição de bens materiais como uma substância mais pura do que o ouro mas que não figura pela sua riqueza mas pelo seu brilho, e que também está refletido na veste, pura, branca, sem máculas. O semblante da monarquia demonstra a sabedoria e o equilíbrio no caráter, a sensatez que deve estar presente na monarquia.

> *"Então indagando a Hermes qual das deidades era ela, ele respondeu, ' Oh, é a divina Senhora Realeza, a criança do Rei Zeus'. E Hércules regozijou e criou coragem na sua presença."*

A influência de Zeus na monarquia é reforçada na medida em que se busca a descendência e o seu cuidado. A expressão "criança de Zeus" reflete a necessidade de zelo e proteção permanente pela divindade.

> *"Então Hércules perguntou pelas mulheres que estavam com ela. 'Quem são elas? ' disse ele; ' como os homens decorosos e imponentes, iguais em semblante!', 'Veja,' Hermes respondeu, 'aquela que se senta à sua direita cujo olhar é feroz e gentil, é Justiça, beleza incandescente e resplandecente. Ao seu lado a Ordem Cívica que está como ela mas difere ligeiramente em aparência. Do outro lado uma das mulheres que excedem a beleza, delicadamente vestida, e benignamente sorridente; eles a chamam de Paz. Mas aquele que está perto da Realeza, só ao lado do cetro e um pouco à frente deste, um homem forte, grisalho e orgulhoso, tem o nome de Lei; porém ele também foi chamado de Justa Razão, Conselheiro, Coadjuntor, sem o qual não são permitidas às mulheres ter alguma ação ou até mesmo pretendê-la.(...)"*

Neste último e longo trecho temos a descrição dos elementos que devem acompanhar a Monarquia para que o bom governante desempenhe o seu papel a contento, sob a proteção de Zeus. A justiça, a ordem cívica, a paz e a legislação devem estar sempre ao lado da monarquia para que haja plenitude no desenvolvimento de um governo ideal. Aquele que Dion Crisóstomo chama de *Basiléia*.

Após a descrição da monarquia, Dion Crisóstomo descreve o outro cume, fazendo referências à tirania. Como exemplo e proposta de análise de um discurso sob a teoria já exposta, acredita-se que haja ainda muitos elementos a serem reforçados. No entanto, sob o prisma proposto, que é a (des)construção de uma imagem criada em cima de elementos mitológicos para se reforçar um momento político em que se procura resgatar a memória coletiva em um determinado tempo e espaço definidos, acredita-se que tenha sido feita uma análise que busque compreendê-los.

A leitura de um dos *Discursos* de Dion Crisóstomo ou qualquer outra obra literária que traz componentes míticos, em sua qualidade apenas não provoca um entendimento satisfatório de seus elementos intertextuais. Ao se buscar uma contextualização, um resgate do momento em que foram produzidos, o entendimento desses elementos passa para um segundo nível provocando uma reação no leitor, fazendo com que este comece a refletir sobre os elementos expostos através das alegorias criadas pela retórica do discurso literário e mítico. E, enfim, em um terceiro momento, cria-se uma outra imagem, diferente da primeira, através de uma interpretação e de uma construção analítica que pretende fazer com que os elementos que permaneceram no imaginário do leitor interajam com os elementos apresentados pelo

discurso, embora estes mesmos elementos sofram, cada um a seu momento, influências socioculturais e individuais de seu tempo.

Referências

BARTHES, Roland. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. O discurso da História. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. trad. Antônio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1984. -(Coleção Signos 44). p. 121-130.

_____. **Mitologias**. Trad. Rita Buongermino e Pedro de Souza. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOWERSOCK, Glen W. **Augustus and the Greek world**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

_____. **Greek sophists in the Roman Empire.** Oxford: Clarendon Press, 1969.

_____. **Le Culte des Souverains**. Entretiens Hardt 19. Geneva, 1973, 177-206.

_____. "Augustus and the East: The Problem of the Succession". In: MILLAR, F. e

BRANCACCI, A. **Rhetorike philosophousa: Dione Crisostomo nella cultura antica e bizantina**. Naples, 1986.

CHRYSOSTOM, Dion. **Orations.** Trad. J.H. Cohoon. Cambridge/London: Harvard University Press/William Heinemann, 1971. Vol. I.

DESIDERI, P. **Dione di Prusa: un intelletuale greco nell' impero Romano**. Messina, 1978

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989.

FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo.** trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro:Zahar, 1983.

_____. **Uso e Abuso da História.** Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUHRMANN, Christopher. **Theory versus Practice: Plutarch, Dio Chrysostom, and Local Politics in the Early Roman Empire** in http://www.camws.org/meeting/2003/abstracts2003/fuhrmann.html.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

JONES, C.P. **The Roman world of Dio Chrysostom**. Cambridge MA, 1978.

LE GOFF, J. **História e Memória**. trad. Nilson M. Louzada. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

MOLES, J.L. **'The career and conversion of Dio Chrysostom'**, JHS, 98, 1978, 79-100.

OLIVEIRA, Andrea Lúcia Dorini de. **Princeps e Basileus** nos *Discursos* de Dion Crisóstomo (96 a 117 d. C.) . Tese de Doutorado. Assis, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2001.

OLIVEIRA, C.R. **Mito, Memória e História**. Assis: UNESP, 1997. Tese de Livre-Docência.

RUSSELL, D. A. **Dio Chrysostom. Orations VII, XII and XXXVI**, Cambridge, 1992.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. P.42.

SIDEBOTTOM, H. 'Studies in **Dio Chrysostom On Kingship**', DPhil thesis. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SWAIN, S., "Dio and Lucian," in **Greek Fiction. The Greek Novel in Context**, edd. J. R. Morgan & R. Stoneman, London, 1994, pp. 166-180.

_____. **Hellenism and empire: language, classicism and power in the Greek world**, A.D. 50-250. Oxford: Oxford University Press, 1996, 187-241.

_____. (ed.). **Dio Chrysostom: politics, letters, and philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WHITMARSH, Tim. **Greek Literature and the Roman Empire. The Politics of Imitation**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** Campinas, Papirus, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino profissional obrigatório de 2º grau nas décadas de 70 e 80 e as aulas dos professores na disciplina História.

Eliane Mimesse Prado*

Resumo: Este estudo pretendeu identificar as aulas dos professores de algumas escolas estaduais paulistas na disciplina História. As aulas tiveram sua carga horária semanal reduzida e, assim, conseqüentemente, seus conteúdos suprimidos. Essas aulas compuseram a grade curricular dos cursos profissionais obrigatórios de ensino do 2º grau, instituídos na década de 1970. Apesar da obrigatoriedade poucas foram as escolas estaduais que cumpriram a legislação. Os professores apresentaram na prática uma lenta mudança nos conteúdos por eles ensinados e nas metodologias desenvolvidas com os alunos. Fez-se uso de fontes bibliográficas e de fontes primárias, essas últimas compostas por relatórios de estágios de observação produzidos pelos alunos da disciplina Prática de Ensino ministrada nos dois últimos semestres do curso de Licenciatura em História da Universidade de São Paulo.
Palavras-chaves: ensino, prática dos professores, história da educação.

Abstract: The intention of this work was to identify the practice of teachers in some São Paulo state schools in the subject of History. The classes had their weekly schedule reduced, there fore, their contents supressed. These classes composed the curricular grading of the obligatory professional courses of learning in second degree, instituted in the 1970 decade. Despite the obligation, litlle was the number of state schools that accomplished the legislation. The contents taught by them and in the methodologies developed with the students. There were the use of bibliografical sources and primary sources, the latter composed by reports of observation produced by the students of the Practical discipline of teaching lectured in the two last semesters of the course of licenciature in History of the University of São Paulo.
Key-words: teaching, teaching practice, history of education

O ensino profissional nas séries do 2º grau tornou-se obrigatório a partir da implantação da Lei n.º 5.692/71. A justificativa do grupo de trabalho que a elaborou remeteu à necessidade de se preparar os estudantes para o mundo do trabalho, caso não fossem admitidos no concurso vestibular. Após a publicação dessa citada Lei, todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau, públicos ou privados, deveriam, a partir de 1972, oferecer o ensino profissional. Esta obrigatoriedade foi uma forma de conter o número de alunos que ingressariam no ensino superior, porque, com a união do primário ao ginásio, a tendência seria a ampliação do número de estudantes nas séries subseqüentes e,

* Doutora em Educação, professora do PPGE da Universidade Tuiuti do Paraná.

conseqüentemente, muitos destes tentariam cursar o ensino superior, que, por sua vez, não dispunha de vagas suficientes para todos. A profissionalização já existia, em algumas escolas técnicas de 1º grau, profissionalizavam seus alunos nas duas últimas séries e nas séries do 2º grau. Com a obrigatoriedade, o ensino profissional tornou-se a única opção.

O *Guia Metodológico para cadernos MEC – História*, publicado em 1971 e dedicado ao ensino de 2º grau, defendia a opção pelo ensino profissional a partir da 3ª série, que poderia profissionalizar ou preparar para o vestibular. De fato, esta sugestão não foi totalmente colocada em prática pelas escolas públicas. O que ocorreu foi a predominância das disciplinas do núcleo comum nas duas primeiras séries, deixando a parte diversificada para as duas séries posteriores. E o curso voltado somente para o vestibular deveria ser extinto.

Dois níveis de habilitações de 2º grau foram estipuladas pelo Conselho Federal de Educação no Parecer nº.45. Uma correspondia às habilitações plenas e outra, às parciais; as plenas formavam técnicos e as parciais, auxiliares. Nos cursos correspondentes aos setores primário e secundário, a grade curricular deveria cumprir uma carga horária maior que a dos cursos do setor terciário. Uma possibilidade existente era destinada ao aluno que quisesse cursar disciplinas do núcleo comum e "reforçar a sua escolaridade, com vistas a continuar seus estudos", segundo a Resolução n.º 2 do Conselho Federal de Educação.

As escolas públicas estaduais de 2º grau não dispunham de recursos físicos e humanos para oferecer a formação profissional pretendida pela legislação. Para tanto, seria necessário contratar professores e ampliar sua carga horária, reorganizar e construir novas instalações nos estabelecimentos, adquirir equipamentos específicos de acordo com as habilitações, matricular e manter alunos nas habilitações. Como houve reação contrária por parte dos estudantes a esta obrigatoriedade no ensino, com a publicação da citada Resolução n.º 2, permitiu-se aos concluintes da 3ª série do 2º grau candidatar-se ao prosseguimento de estudos no nível superior, sem a necessidade de cursar outras disciplinas.

As dificuldades de implantação do ensino profissional e a impossibilidade de colocar em prática os objetivos desse ensino — o imediato ingresso dos concluintes no mercado de trabalho e na universidade —, contribuíram para a criação de outras possibilidades de formação, como as recomendadas no Parecer n.º 76 do Conselho Federal de Educação, que permitia ampliação da carga horária das disciplinas de "educação geral, computando, quando necessário e justificável, parte de sua carga na de formação especial, como disciplinas instrumentais".

No estado de São Paulo, a implantação do ensino profissional teve início nos estabelecimentos de ensino privados e públicos municipais, que deveriam, em 1972,

apresentar ao órgão competente um plano de trabalho para a organização didática e administrativa a ser implantada nas séries do ensino de 2º grau. Os estabelecimentos estaduais que já mantinham cursos técnicos deveriam providenciar as mudanças curriculares até 1974; os outros precisavam elaborar uma revisão de seus currículos para a implantação do ensino profissional.(MESQUITA, 1979) Mas neste setor as providências foram adiadas por falta de materiais e equipamentos apropriados e pela estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Educação. Só com a reforma administrativa desta Secretaria, em 1976, teve início a implantação do ensino profissional de 2º grau.

Algumas decisões foram tomadas para atenuar a demora no cumprimento da implantação do ensino profissional no 2º grau, no período de 1972 a 1977. Em 1976, a Resolução n.º 38 da Secretaria de Estado da Educação permitiu que o currículo da 1ª série do 2º grau fosse composto apenas por matérias da parte de educação geral. Assim, a opção profissional seria adiada para a 2ª série, e a própria Secretaria teria mais tempo para planejar e organizar os novos cursos profissionalizantes. (MESQUITA, 1979)

As habilitações profissionais para o 2º grau deveriam ser instaladas e funcionar regularmente a partir de 1977. Neste ano, portanto, a 1ª série ainda contaria com as disciplinas da parte geral, e os alunos teriam de optar por uma habilitação quando ingressassem na série seguinte, em 1978. Mas, ainda no início daquele ano, foi criada uma nova habilitação no estado de São Paulo, denominada *Formação Profissional Básica*, que conseguiu sanar as dificuldades de implantação do ensino profissional na maioria das escolas estaduais de 2º grau, pois estas tiveram suas disciplinas adaptadas à situação existente, e os estudantes que ingressaram neste nível de ensino em 1978 cursaram as novas disciplinas neste ano e concluíram o curso com o certificado da modalidade de habilitação. A *Formação Profissional Básica*, instituída pela Deliberação n.º 3 do Conselho Estadual de Educação, abrangia as três áreas necessárias às habilitações profissionais (ciências biológicas, exatas e humanas). Sua instalação foi indicada a todos os estabelecimentos de ensino de 2º grau estaduais que não possuíssem condições de oferecer habilitações profissionais plenas ou parciais, nas escolas em que os estudantes demonstrassem interesse em cursá-la e nas que mantivessem apenas a habilitação específica de 2º grau para Magistério. Os alunos concluintes teriam a possibilidade de complementar seus estudos, caso optassem pelo curso intensivo equivalente às 4ª séries das habilitações plenas.

Na grade curricular dos setores primário e secundário, as aulas de História foram distribuídas nas duas primeiras séries, sendo três horas-aulas na 1ª série e duas horas-aulas na 2ª série. No setor terciário, as aulas de História eram três semanais, nas três séries, e a

disciplina mudava de denominação nas duas últimas séries, para História Administrativa do Brasil.(MESQUITA, 1988)

Portanto, as habilitações do ensino profissional ofereciam nas modalidades plenas, parciais e na *Formação Profissional Básica*, nos setores primário e secundário, aulas semanais da disciplina História na grade curricular das duas primeiras séries; apenas o setor terciário da nova modalidade continha aulas de História nas 3ª séries. As habilitações plenas e parciais, respectivamente, que tinham maior número de alunos matriculados nas escolas estaduais paulistas em 1977 eram: habilitação específica de 2º grau para Magistério; técnico em contabilidade; técnico em mecânica; auxiliar em patologia clínica; desenhista de arquitetura; e desenhista mecânico. Na Região Metropolitana de São Paulo, em 1978 e 1979, com a criação da *Formação Profissional Básica*, a preferência foi pelo setor secundário, que tinha grade curricular com disciplinas da parte específica similares às da grade curricular de um curso de 2º grau regular.

Com a publicação da Lei n.º 7.044/82, alterou-se a redação da Lei n.º 5.692/71 referente à qualificação profissional implícita às séries do 2º grau: a expressão "qualificação profissional" foi substituída por "preparação para o trabalho". Assim, as habilitações profissionais, até então obrigatórias no 2º grau, tornaram-se opcionais, e a preparação para o trabalho poderia levar à habilitação profissional, dependendo da escolha do estabelecimento de ensino. Conviveriam estabelecimentos que ainda mantinham as habilitações profissionais e os que não mais as ofereciam. De 1983 em diante, a maior parte das escolas estaduais com o curso de *Formação Profissional Básica* alteraram a grade curricular, suprimindo e substituindo algumas disciplinas a partir da 1ª série, para, com o passar dos anos, alterar a das outras séries. A Lei n.º 7.044/82 possibilitou a inserção na parte diversificada de disciplinas como Filosofia, Sociologia e Psicologia, uma em cada série do 2º grau, com o argumento de que preparavam para a formação geral e para o trabalho. No 1º grau, as disciplinas profissionalizantes foram extintas, como no caso de Educação para o Trabalho. Outras disciplinas da grade curricular de 1º e de 2º graus foram substituídas. (PALMA FILHO, 1996)

A Secretaria de Estado da Educação, com a Resolução n.º 38, estabeleceu diretrizes para viabilizar as mudanças, dentre as quais: redefinir a função da escola para aplicar a proposta educacional, rever as formas de organização da escola para melhor adequá-las às suas funções possíveis e repensar a ação educativa de forma a torná-la eficaz para a consecução dos seus objetivos e da construção de uma escola democratizante.

Foram várias as dificuldades para a implantação do ensino profissional nas séries do 2º grau, nas escolas paulistas. Os estabelecimentos estaduais não tinham infra-estrutura suficiente

para oferecer tais cursos, e, por isso, criaram maneiras de efetivar a determinação legal, como a "intercomplementaridade" de estabelecimentos e a *Formação Profissional Básica*. A disciplina História correspondia às duas primeiras séries do ensino de 2º grau entre 1972 e 1976. Quando foi criada a nova habilitação, a disciplina passou a ser ministrada nas duas primeiras séries e na 3ª série do curso do setor terciário, entre 1977 e 1982. Com o fim da obrigatoriedade do ensino profissional, a partir de 1983, as aulas de História retornam às três séries do 2º grau regular. Mas, na prática, as escolas estaduais de São Paulo ainda mantiveram alguns poucos cursos profissionalizantes, como habilitação específica de 2º grau para Magistério, técnico em contabilidade e técnico em secretariado, pois já tinham os respectivos equipamentos e o corpo docente necessários, e a *Formação Profissional Básica* permaneceu, principalmente no setor secundário, pela boa aceitação por parte dos alunos. As discussões nos órgãos superiores sobre a forma de aplicar a "preparação para o trabalho" no 2º grau adiaram sua introdução no sistema de ensino paulista até 1988. (MESQUITA, 1988)

De acordo com o levantamento efetuado a partir dos relatórios de estágios de observação, no período de 1972 a 1988, predominou o estágio nas primeiras séries do 2º grau, muitas vezes porque o professor que ministrava as aulas nas 8ªs séries era o mesmo das 1ªs séries. Os estágios efetuados nas duas primeiras séries do 2º grau e também nas 3ªs séries coincidiram com o período da implantação e permanência da habilitação básica de ensino profissional, entre 1977 e 1982. Nesses anos percebeu-se a existência de uma breve influência dos programas oficiais e de alguns manuais didáticos nas metodologias de ensino e nos conteúdos das aulas de História ministradas entre os de 1972 e 1985.

As propostas oficiais para o ensino de História.

Na década de 1970, o ensino de História no 2º grau tinha suas diretrizes estabelecidas pelos *Guias Metodológicos* divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura, que orientavam os professores sobre os conteúdos e os métodos mais adequados a estas séries. O *Guia Metodológico para cadernos MEC – História*, lançado em 1971, pretendia colaborar com a aplicação dos conteúdos dos *Cadernos MEC: História Geral 1 – Antiga e Medieval* e *Cadernos MEC: História Geral 2 – Moderna e Contemporânea*, já publicados. Os professores que elaboraram este e outros volumes assinalavam a necessidade de uma formação cultural ampla do professor de ensino médio, além de adequada "preparação pedagógica ajustada às necessidades da renovação da escola de nível médio em face da realidade nacional".

Esse *Guia* traz considerações sobre a profissionalização nas séries do ensino médio, a redação e organização dos objetivos do planejamento escolar, a importância do estudo da história nestas séries, formas adequadas de se abordar um fato histórico, como escolher o melhor e mais interessante livro didático, quando fazer uso de mapas, atlas e recursos audiovisuais, como coordenar uma discussão temática em sala, qual a importância das atividades extraclasses e quais os modelos de avaliações mais adequados para a disciplina História. Todos os itens citados são acompanhados de exemplos com conteúdos específicos da disciplina.

Segundo as recomendações do Conselho Federal de Educação, as aulas de história deveriam ser desenvolvidas para a unificação da história universal com a do Brasil, destacando a história das civilizações do continente americano e a história contemporânea e complementando este conteúdo com a história dos outros continentes, especialmente a Ásia e a África. O mesmo Conselho Federal recomendava a existência da disciplina, com os conteúdos sugeridos, em todas as séries da escola de nível médio, sem incluir a terceira colegial, que teria seu "currículo construído de acordo com as solicitações do vestibular", caso houvesse a manutenção de cursos regulares.

Não houve a elaboração de um guia paulista específico para o ensino de história nas séries do ensino de 2º grau. Nos relatórios de estágios do período de 1972 a 1976, os conteúdos abordados são de história geral e história do Brasil, e tratam apenas da 1ª e da 2ª séries. Os conteúdos sugeridos pelo Conselho Federal sobre a inserção de história dos povos do continente americano e de outros continentes não foi contemplada nas aulas observadas. Os relatórios de estágios na 3ª série passam a ser citados apenas em 1977. Isto talvez se explique pelo fato de que os estágios eram realizados nas poucas escolas com cursos profissionalizantes, que apresentavam em sua grade curricular as disciplinas básicas concentradas principalmente nas duas primeiras séries e as da parte profissional nas outras séries.

Em 1980, foi publicada uma *Proposta Curricular de história e geografia para o 2º grau* cuja novidade era introduzir conteúdos de história da América. A equipe que a formulou tinha como objetivo a integração dos conteúdos, das sugestões programáticas e didáticas das séries de 1º e 2º graus. Essa *Proposta* traz, para cada série, os objetivos, a sugestão de programas e de conteúdos e uma extensa bibliografia. No fim do volume, encontram-se idéias de atividades para o professor aplicar usando livros, explicitando modos de desenvolver a leitura e formas de comparar textos, usar enciclopédias, quais temas estudar,

como elaborar levantamentos bibliográficos, redigir trabalhos, produzir e utilizar mapas e gráficos, desenvolver dissertações, relatórios, debates e apresentações de pesquisas.

Os conteúdos nesse *Proposta* foram separados de acordo com os temas: história e geografia da América para a 1ª série, história e geografia do Brasil para a 2ª série. Nos conteúdos da 2ª série, deveriam ser inseridas história geral e geografia geral moderna e contemporânea para, necessariamente, complementar as explicações sobre a história do Brasil.

Em 1981, foi publicada a *Coletânea de documentos de história da América para o 2º grau — 1ª série*, com a finalidade de ampliar as opções de material didático usado pelos professores, contribuir com a implantação da *Proposta Curricular* e dar continuidade ao trabalho desenvolvido com as séries do 1º grau. Nesta *Coletânea*, a equipe responsável procurou enfocar o homem como agente do processo histórico, optando pelo estudo temático dos países latino-americanos. Ao apresentar ao leitor os documentos — alterados sem mudar o sentido original, visando à melhor compreensão dos alunos —, explicam-se suas origens e os prováveis motivos de sua redação. No início de cada unidade, há informações sobre os autores de cada documento e, no fim, além de se fazer sugestões metodológicas, arrolam-se os pontos relevantes que o professor poderia destacar e apresentam-se questões para os alunos responderem. Os conteúdos da *Coletânea* foram divididos em três unidades que tratam respectivamente do sentido da colonização européia, do caso norte-americano na América inglesa e da América Latina a partir da independência.

Ao comparar os conteúdos citados nos relatórios de 1982, 1985 e 1986, nas 1ªs séries do 2º grau, e as sugestões de conteúdos para o desenvolvimento das aulas com documentos, pode-se estabelecer uma relação, já que alguns dos conteúdos citados são de história do Brasil e os documentos relacionam a história da América com a história do Brasil. Mas as informações constantes nos relatórios não são suficientes para estabelecer-se uma correlação entre as aulas e o uso dos documentos. Pode-se apenas vincular os conteúdos dos documentos com um determinado livro didático de história da América citado por um dos relatórios.

Apesar de todos os incentivos oficiais às mudanças metodológicas em sala de aula, em um dos relatórios de 1985 uma professora comenta que utilizava as sugestões da *Proposta Curricular de História e Geografia*, mas ainda demonstrava, de acordo com o estagiário, "uma grande preocupação com nomes e datas". Nota-se, desta forma, por esse e outros relatos que a implantação da profissionalização obrigatória, trazendo consigo a

conseqüente redução de carga horária da disciplina não alterou efetivamente a metodologia dos professores, nem os conteúdos considerados por eles relevantes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n.º 5692, de 11/08/71.
_____. Lei n.º 7044, de 18/10/1982.
_____. **Guia Metodológico para Cadernos MEC – História**. Rio de Janeiro: MEC: FENAME, 1971.
_____. Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 45, de 12/1/72.
_____. _____. Resolução n.º 2, de 27/1/72.
_____._____. Parecer n.º 76, de 23/1/75.
MESQUITA, M. A N. de. **O ensino de 2º grau no Estado de São Paulo na vigência da Lei Federal nº. 5692/71**. Dissertação (Mestrado). FE/USP,1979.
_____. **A preparação para o trabalho na escola pública de 2º grau no Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado). FE/USP, 1988.
PALMA FILHO, J. C. **As reformas curriculares do ensino estadual paulista no período de 1960 a 1990.** Tese (Doutorado). PUC/SP, 1996.
PRADO, E. M. **As práticas dos professores de História nas escolas estaduais paulistas nas décadas de 1970 e 1980.** Tese (Doutorado). PUC/SP, 2004.
RELATÓRIOS de estágios de observação - Licenciatura em História. FE/USP.
SÃO PAULO. **Proposta Curricular de História e Geografia para o 2º grau**. São Paulo: SEE: CENP, 1980.
_____. **Coletânea de documentos de história da América para o 2º grau.** São Paulo: SEE: CENP, 1981.
_____, SEE. Resolução n.º 38, de 30/1/76.
_____, CEE. Deliberação n.º 3, de 10/2/77.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os espaços públicos urbanos brasileiros entre a escravidão e a modernidade.

Arnaldo Ferreira Marques Júnior*

Resumo:
Ao longo do século XIX as elites brasileiras procuraram implantar no país os novos equipamentos e hábitos que surgiam nas maiores cidades do Ocidente. Contudo, a simples importação de melhoramentos como bondes, paralelepípedos, iluminação a gás, água e esgoto encanados, não foi suficiente para modificar as formas tradicionais de uso dos espaços públicos urbanos no Brasil, tidos como locais de passagem e de trabalho. A explicação para tal persistência se encontra na manutenção da escravidão, a qual implicava em uma rígida segregação social dos espaços. Para exercitar a sociabilidade ao ar livre, símbolo dos novos tempos, em lugar dos bulevares elegantes as camadas dominantes implantaram parques públicos porém fechados, excludentes, onde podia passear sob o abrigo de grades e agentes da "ordem".
Palavras-chave: história urbana, reforma urbana, espaço público.

Résumé:
Au cours de XIXe siècle, les élites brésiliennes ont cherché à pourvoir le pays des nouveaux équipements et des nouvelles habitudes que surgissaient dans les plus grandes villes de l'Occident. Cependant, la simple importation des améliorations techniques comme les tramways, les pavés, l'éclairage au gaz, la canalisation des eaux et des égouts ne fut pas suffisante pour modifier les formes traditionnelles d'usage des espaces publics urbains au Brésil, considérés comment des lieux de passage et de travail. Cette persistance s'explique par la manutention de l'esclavage, responsable d'une très rigide ségrégation sociale des espaces. Pour exercer leur sociabilité en plein air, symbole des nouveaux temps, plutôt que d'ouvrir des boulevards élégants, les couches dominantes ont fait construire des parcs publics fermés et exclusifs, où il leur était possible de se promener sous la protection des grilles e des agents de «l'ordre».
Mots-clés: histoire urbaine, travaux urbains, espace public.

Na Cidade de Santos, considerada já o principal núcleo portuário da Província de São Paulo, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo captou, c. de 1865, dezenas de cenas urbanas, que posteriormente reproduziu em um álbum vendido a viajantes e colecionadores. Uma dessas fotografias retrata o Largo da Misericórdia e seu chafariz. A Igreja da Misericórdia fora demolida há décadas, persistindo o nome por puro atavismo, ao passo que o chafariz – o maior da cidade e denominado oficialmente "da Coroação" em homenagem ao início do Segundo Reinado – era então relativamente recente: havia sido inaugurado por D. Pedro II em 1846.

"Largo do Chafariz" (Santos-SP, Brasil) c.1865. Autoria de Augusto Militão de Azevedo. Reproduzido de BARBOSA *et al*, 2004: p. 133.

Mais do que o simples registro da aparência daquele logradouro público santista, a fotografia de Militão nos revela um flagrante de seu cotidiano.

No largo desolado, árido, sem árvores ou qualquer outro tipo de vegetação à vista, um pequeno grupo humano foi retratado: há pelo menos dez pessoas circundando o chafariz e, até onde podemos ver, todas elas são negras e estão singelamente vestidas. Uma mula está estacionada junta a elas. Ao lado de um degrau sobressalente, aparentemente improvisado, onde subiu uma criança, jaz deitado um barril. Mula, barril, negros: trata-se sem dúvida de um flagrante de trabalho, envolvendo pessoas pobres, possivelmente escravos.

Nada nessa cena é casual: nem a aridez do lugar, nem a ausência de pessoas brancas. Em que pese o inevitável subjetivismo do fotógrafo ao enquadrar seu tema, o fato é que inúmeras fontes e estudos insistem em apontar os espaços públicos urbanos brasileiros do oitocentos como preferencialmente ocupados pelas camadas mais pobres, notadamente pelos escravos negros. As famílias brancas mais abastadas – as mesmas que compunham as Câmaras Municipais e decidiam os destinos da urbanização da cidade – evitavam as ruas, principalmente as mulheres, que as percorriam a pé apenas em situações especiais, como nas procissões religiosas ou para ir à missa.

Esses costumes, que os viajantes muitas vezes confundiam com atavismos islâmicos da cultura ibérica[1], são explicados de outra forma pela historiografia. Maria Odila Dias, ao analisar a condição feminina na cidade de São Paulo do século XIX, dá uma primeira explicação para a ausência da mulheres no espaço público:

> *"A tão propalada clausura das donas sempre ausentes era um costume imposto pelo espaço urbano ainda precário, por ruas mal calçadas sobre as quais era difícil andar, onde os homens armados, tropeiros e seus camaradas improvisavam disparadas a cavalo e tiroteios; rente ao muro das casas, amontoava-se o lixo; as ruas eram espaço de escravos e escravas domésticos levando os "tigres", buscando água nas fontes, com muito vozeiro, às vezes com arruaças e brigas de faca. Não é de admirar que fosse raro sair à rua..." (DIAS, 1984: 67-68).*

Mas não seria apenas a precariedade dos espaços urbanos e a falta de 'modos' de alguns de seus ocupantes a causa maior do distanciamento que a elite guardava deles. Havia algo sem dúvida mais profundo que distinguia o Brasil dos países europeus, onde uma nova forma de sociabilidade urbana era praticada em espaços públicos.

A própria Maria Odila Dias completa, logo a seguir, a resposta à essa questão, ao afirmar que:

> *"O abismo e a desigualdade do meio escravista, dificultava a adoção de costumes mais burgueses e acentuava a necessidade de aparato, ostentação, resguardo e distância social, próprio das grandes senhoras, que mal se deixavam ver. (...) Sair de casa implicava elaborado ritual de palanquins, liteiras e redes lavradas (...). Havia uma hierarquia rígida do espaço social e a peculiaridade dos poucos e raros senhores de terra era o quase nunca aparecerem em público; passavam a vida intramuros, visitando-se uns aos outros, em rituais elaborados de pares e iguais." (DIAS, 1984: 68).*

Era sem dúvida a escravidão o fator fundamental a afastar as elites das ruas. A necessidade de reproduzir no cotidiano a dominação senhorial materializava-se, no meio urbano, na recusa do espaço público como '*locus*' de sociabilidade possível aos homens livres da elite dirigente. Enquanto espaço do trabalho braçal, isto é, dos negros, as ruas tornavam-se indignas das classes "superiores", que deviam evitá-las o máximo que pudessem.[2]

---

[1] Diz Paulo César Marins: "A inexistência de convívios burgueses na maioria das cidades e vilas brasileiras foi, por exemplo, associada por grande parte grande parte dos viajantes à herança mourisca de reclusão". Conf. MARINS, 2001: 30.

[2] Diz Paulo César Marins: "A longínqua tradição islâmica de decoro era fator certamente menos significativo do que a imperiosa necessidade de legar os serviços externos aos escravos, apanágio da condição senhorial tanto quanto as aparatosas visitas a igrejas ou os raros eventos sociais." Conf. MARINS, 2001: 30.

Em meados do século XIX as cidades brasileiras passaram por um acelerado processo de transformação, contudo a persistência da escravidão fazia com que a mesma elite que procurava modernizar os espaços públicos urbanos segundo modelos vindos da Europa fosse também a classe que encarava ruas e praças como locais hostis, povoados por 'outros' sociais herdados dos tempos da colônia. No caso citado do Largo da Misericórdia, esta contradição tornou-se mais aguda nas décadas que se seguiram à inauguração do chafariz, quando se inicia o processo de modernização das principais cidades brasileiras, gerando formas e significados próprios de organização do espaço urbano enquanto perdurou a escravidão.

A primeira fase desse processo de modernização urbana se deu pela introdução dos *melhoramentos*. Vamos encontrá-los em toda a parte: nos discursos oficiais, nos editoriais dos jornais, nos livros técnicos, nas campanhas eleitorais e, ao menos no Brasil, nos nomes de inúmeras empresas. Materializados principalmente nos novos serviços proporcionados pela Segunda Revolução Industrial, tais como ferrovias urbanas, carris (bondes), gás, água e esgoto encanados, os *melhoramentos* podiam porém tomar a forma de qualquer iniciativa que visassem modernizar nossos hábitos e condições tradicionais.

Mesmo o verde podia ser considerado *melhoramento*: na 5.ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Santos, ocorrida em 23 de março de 1869 o vereador José Teixeira da Silva Braga Júnior levou ao conhecimento de seus pares a seguinte indicação:

> *"Em benefício da salubridade publica, recreio dos habitantes e embellesamento d'esta cidade, indico para que, adoptando nós a idéa que hoje se vê dominante em todas as cidades do mundo civilizado, tratemos da arborização das nossas praças. Esta idéa trará sem dúvida grande melhoramento para a nossa cidade, que deve ir marchando a tomar o lugar que de direito lhe compete." (Atas da CMS, Livro de 1864-1869, folhas 282 e 283).*

A clareza dos propósitos perseguidos pelo edil não poderia estar melhor explicitada: a cidade dos *melhoramentos*, entendida como "*dominante*" no mundo "*civilizado*" – o mundo que sobrepujava o arcaico universo do atraso – exibia entre suas inovações modernizadoras, uma "*idéa que **hoje** se vê*", a qual, portanto, não se via *antes*..., a arborização dos logradouros públicos, notadamente das praças. Santos deveria implantar tais melhoramentos se quisesse integrar o rol das cidades civilizadas, passando assim a ocupar "*o lugar que de direito lhe compete*".

Mas Braga Júnior foi além. Aos conceitos simbólicos, ideológicos, de "civilização" e "mundo civilizado", o vereador acrescenta justificativas concretas que

transportavam a idéia do *melhoramento* proposto ao seu significado elementar, utilitário. As árvores que fossem plantadas nas praças serviriam a três funções muito bem definidas, úteis à cidade: "*salubridade publica*", "*recreio dos habitantes*" e "*embellesamento [da] cidade*". Higiene, lazer e estética.

Se a higiene e a estética diziam respeito aos preceitos sanitários e paisagísticos do oitocentos, o lazer sem dúvida remetia às novas formas de sociabilidade que iam se implantando nos chamados "países centrais" da Europa, onde desde meados do século XVII os divertimentos galantes vinham rompendo os limites dos palácios da aristocracia e invadindo os espaços públicos urbanos.[3] Foi nesse processo que, não apenas muitos jardins palacianos urbanos foram abertos à freqüência pública, como também implantaram-se parques inteiramente novos, criados pela burguesia ascendente que deles iria usufruir. O símbolo máximo do novo parque burguês, que a partir da segunda metade do século XIX serviu de modelo a todo o Ocidente, foi sem dúvida aquele introduzido em Paris pelo engenheiro Jean-Charles Alphand a partir de 1855, dentro das reformas empreendidas pelo prefeito parisiense George Eugène Haussmann, Barão de Haussmann, entre 1854 e 1870.[4]

Esses parques burgueses apresentavam quase sempre uma feição 'à inglesa', romântica, a qual apresentava-se como um simulacro da natureza, exibindo lagos e riachos sinuosos, grutas, ilhas, cascatas, alamedas em 'nó' e vegetação densa[5]; configurando uma opção à jardinagem "clássica" – também conhecida como 'francesa' –, caracterizada pelo uso de linhas geométricas em canteiros e espelhos d'água, arbustos aparados, tudo disposto em rigorosa simetria. O jardim francês servia basicamente para emoldurar os grandes palácios absolutistas, reproduzindo em vegetais e tanques a arquitetura barroca que o cercava.

O parque inglês, ao contrário, ao tentar imitar um bosque natural, negava a arquitetura do entorno e mesmo a cidade que o abrigava, afastando-se delas o máximo possível. A densa vegetação devia encobrir a vista dos edifícios das ruas vizinhas, assim como abafar os ruídos urbanos, para o que contribuía o murmurar das fontes e cascatas artificiais.

---

[3] O Brasil participou timidamente da primeira fase da implantação de parques abertos ao público, ainda no âmbito de uma sociedade aristocrática, com os Passeios Públicos das cidades Rio de Janeiro (1783), Belém (1805), e Salvador (1813). Conf. SEGAWA, 1996: 87, 114 e 120, respectivamente.

[4] A Paris do Segundo Império serviu de modelo não apenas aos centros urbanos de países periféricos, mas também para muitas das cidades européias. Donatella Calabi, por exemplo, trata da importação do modelo parisiense pelas principais cidades italianas no texto intitulado "O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: o mito da modernização" **in** SALGUEIRO (org.), 2001: 103 e seguintes.

[5] Fabio Robba e Silvio Macedo denominam a estética do jardim francês de "linha clássica", enquanto a do jardim de gosto inglês recebe o nome de "linha romântica". Conf. ROBBA e MACEDO, 2002: 56 e 72, respectivamente.

Quando os melhoramentos tornaram-se uma necessidade no Brasil, exigindo a modernização de nossas cidades, a persistência da sociedade escravista em plena segunda metade do oitocentos proporcionava um motivo a mais para justificar a escolha do fechado parque em estilo inglês nas ações de arborização urbana executadas nesse período. Com efeito, em que pese os bondes que trafegavam pelas vias públicas, os lampiões a gás, o encanamento subterrâneo ou mesmo o calçamento de muitos locais, o fato é que no último quartel do século XIX as ruas e praças do Império brasileiro continuavam a desempenhar o papel de '*locus*' do trabalho braçal, constituindo assim o território dos escravos e pobres, imprestável por definição à sociabilidades das elites.[6]

Encarados como solução possível ao impasse representado por uma sociedade intrinsecamente excludente que ansiava, porém, criar espaços públicos onde pudesse vivenciar uma sociabilidade "moderna", inspirada nos países europeus, os parques ou jardins públicos 'à inglesa' espalharam-se pelas cidades brasileiras nas últimas décadas da monarquia, ao contrário dos bulevares haussmanianos, desconhecidos entre nós antes da extinção da escravidão.

Era esse modelo que o vereador santista José Teixeira da Silva Braga Júnior tinha em mente quando em 1869 defendia a arborização das praças da cidade.

A iniciativa de Braga Júnior, efetivamente posta em prática, surtiu a princípio um efeito limitado: o primeiro parque público "moderno" foi implantado em Santos apenas seis anos depois, entre 1875 e 1876. Tratava-se do Jardim Público do Largo da Coroação, nova denominação do antigo Largo da Misericórdia retratado por Militão anos antes. Esse parque 'à inglesa', gradeado e dotado de um lago com ilha e coreto, servia entre outras coisas para abrigar apresentações musicais, antes executadas pelas ruas da cidade, não sem conflitos. O caráter excludente desse e de outros parques que se projetavam para Santos fica claro na indicação que o vereador Ignácio Wallace da Gama Cochrane faz à Câmara Municipal em 12 de junho de 1875, tencionando adicionar ao Código de Posturas santista o seguinte texto legal:

---

[6] A tese defendida por pesquisadores como Ana Lúcia Lanna e Paulo César Garcez Marins, segundo os quais grande parte da vida urbana no período final da monarquia e início da república era praticada na rua, não está em contradição com minha afirmação. Ao contrário, o fato das camadas populares usarem cotidianamente as ruas como extensão de suas casas apenas reforça o ideal elitista de 'fuga' da rua. Conf. LANNA (1996), notadamente página 103 e seguintes, e o artigo de Paulo César Marins **in** SEVCENKO (1998), notadamente pp. 137 e 138.

> *Artigo unico. Nos jardins d'esta cidade serão observadas as seguintes disposições:*
> *§ 1.ª Fica prohibido o ingresso nos mesmos jardins de pessoas descalças*
> *§ 2.ª É igualmente prohibido pisar-se na grama, colher flôres, tirar plantas ou danmifical-as por qualquer forma.*
> *§ 3.ª Os contraventores incorrerão na multa de 10$000 ou soffrerão trez dias de prisão, sendo escravos. (Atas da CMS, Livro de 1875-1880, folha 16).*

Formulada no momento em que a municipalidade executava o ajardinamento do Largo da Coroação, esta proposta apresenta a nítida preocupação de resguardar a integridade de um equipamento público então inédito, posto à disposição de uma população acostumada a, nas ruas, pisar onde quer que fosse e arrancar livremente a vegetação. Porém, há na indicação de Cochrane uma outra questão, apresentada sutilmente. Trata-se da proibição do ingresso de "pessoas descalças", a qual implicava, na prática, na interdição à entrada de escravos nos jardins, dado que, por mais bem arranjadas fossem as suas roupas, os cativos tradicionalmente andavam descalços, sendo a ausência de sapatos uma marca evidente da condição de escravo.[7] A cidade dos *melhoramentos*, "civilizada", devia ser o espaço dos homens e mulheres livres.

Os jardins públicos que se implantaram no Brasil do final do oitocentos eram portanto espaços públicos muito peculiares, pois apesar de situados em plena área urbana e abertos à população em geral, na verdade representavam um refúgio da cidade escravista. Não apenas sua disposição formal, simulacro de bosque, negava a cidade circundante, como as grades de ferro que invariavelmente os cercavam serviam para criar um mundo à parte, onde a vulgaridade das ruas "negras" não podia penetrar e a hierarquia necessária à manutenção da ordem escravista não corria o risco de ser quebrada.

Esta 'fuga' empreendida pelas elites do Império se manifestou, aliás, em escala ciclópica, tomando nada menos que a dimensão de uma cidade inteira: Petrópolis. Criada a partir de 1843, quando o jovem imperador D. Pedro II mandou construir um palácio e um povoado no alto da Serra da Estrela, Petrópolis conheceu rápido desenvolvimento, passando de povoado a cidade em apenas quatorze anos. A causa de tanto sucesso não era apenas a busca do conforto climático que a cidade serrana proporcionava durante o verão, enquanto a Corte "fervia"; nem tampouco o medo das doenças que acompanhavam o calor litorâneo. Colonizada deliberadamente por alemães, a cidade imperial permitia à elite passear

---

[7] Luís Felipe de Alencastro desenvolve esta questão em seu artigo "Vida privada e ordem privada no Império" **in** ALENCASTRO, 1997: 78.

livremente pelo espaço urbano sem ter de misturar-se à multidão de negros que povoava as ruas da Capital.

Jeffrey Needell cita em seu "*Belle Époque tropical*" as impressões do inglês Pearce Edgcumbe sobre Petrópolis, a qual visitou em 1887: "Petrópolis é uma elegante estação de águas (sic), (...); a população está notavelmente livre da cor escura e, em geral, orgulha-se de seu aspecto europeu." (NEEDELL, 1993: 179).

Toda Petrópolis era, por assim dizer, um imenso jardim público, o "Parque" arquetípico que povoava os sonhos de nossas elites escravistas.

Não por acaso, apenas poucos anos após ter sido abolida a escravidão, irrompem pelas praças e largos das cidades brasileiras os 'jardins', espaços abertos dotados de vegetação pouco densa, que não mais representam a fuga da cidade hostil mas, ao contrário, fundem-se com as ruas e edifícios do entorno[8], partícipes de uma nova sociedade e de uma nova utopia urbana.

O conjunto das *reformas urbanas* executadas no período pós-escravista apontam para questões que vão muito além da paisagem. Mais do que tudo estava em curso a implantação de um novo conceito de cidade e das formas pelas quais os citadinos interagiam com ela. A extinção da escravidão eliminara a inexorabilidade de uma rua "negra" contraposta às casas "brancas", enquanto o maciço fluxo migratório europeu propiciava um considerável 'branqueamento' da mão-de-obra urbana, notadamente nos estados situados ao sul do Rio de Janeiro. A elite brasileira podia agora "modernizar-se" radicalmente, seguindo os modelos de vida urbana mais "avançados" da Europa. As modificações por que passam as praças atestam bem esse processo de profundas transformações.

As *reformas urbanas*, ao intervirem tanto na trama urbana quanto nas edificações públicas e privadas, produziram um novo território, fazendo do espaço público um cenário destinado ao passeio e ao convívio "civilizado" dos habitantes da cidade. Os novos jardins que as reformas urbanas implantaram acompanharam essa transformação. Longe de isolar-se da cidade, estes jardins eram exógenos, pensados enquanto elementos da paisagem urbana, interagindo diretamente com os edifícios que os cercavam. Se o lazer ao ar livre em meados do oitocentos ocorria encarcerado em espaços gradeados, no início do século XX era a própria cidade, saneada e embelezada – "modernizada" –, que surgia como cenário de lazer e maravilha.

---

[8] A passagem do modelo dos parques fechados para o de jardins abertos constitui o eixo central de minha dissertação de mestrado, intitulada "*Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano*". Conf. MARQUES JR., 2006.

Com efeito, ao cidadão do início do novecentos eram oferecidos, enquanto equipamentos ideais de lazer ao ar livre, não mais a cascata e a alameda sombreada, isoladas da suja e tumultuada cidade circundante, mas sim a vista das fachadas geminadas de suntuosos palacetes; as reluzentes vitrines das novas lojas; os canteiros de flores coloridas que os emolduravam; as confeitarias, cinemas e cafés que se abriam para as novas ruas; as potentes luzes elétricas que permitiam sua fruição a qualquer hora. Um cenário onde a sociedade local não apenas podia, mas devia atuar como personagem principal.

Referencias bibliográficas:

ALENCASTRO, Luis Felipe de. "Vida privada e ordem privada no Império". In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.) **História da vida privada no Brasil**. **Vol. 2 - Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, Livro de 1864-1869.

BARBOSA, Gino Caldatto *et al*. **Santos e seus arrabaldes: Álbum de Militão Augusto de Azevedo.** (primeira edição em c.1865). São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX: Ana Gertrudes de Jesus.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos; 1870-1913.** São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX.** São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras"**.** In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil, Vol. 3 - República: da Belle Époque à era do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES JR., Arnaldo Ferreira. **"Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano: a Praça Visconde de Mauá em Santos – 1740-1940".** São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 2006.

NEEDELL, Jeffrey D.. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROBBA, Fabio e MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP / IOESP, 2002.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos.** São Paulo: EDUSP, 2001.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cartas alfabéticas em tupi - Memória indígena em Pernambuco século XVII

Bartira Ferraz Barbosa[1]

RESUMO: Este artigo pretende discutir a memória indígena do século XVII, em Pernambuco, contida em cartas alfabéticas escritas por líderes indígenas de diferentes povos existentes na costa do Nordeste brasileiro.

ABSTRACT This paper aims at discussing the memory of native Brazilians in the early 1700 in Pernambuco, through alfabetic letters that were written by indian tribe leaders of different groups that lived in the northeast coast of Brazil.

A ocupação indígena pré-histórica da região Nordeste foi o ponto de partida para a transformação do espaço geográfico em espaço indígena. A partir de leituras sobre a presença de populações de caçadores-coletores do holoceno e de grupos indígenas ceramistas e agricultores percebe-se que, nesta região que veio compor a capitania de Pernambuco, viviam em unidades sócio-políticas com seus territórios e fronteiras diferentes culturas indígenas no período pré-histórico. Com base em pesquisas arqueológicas, o numero de sítios pré-históricos, entre escavados e localizados, demonstra que houve uso da terra nas diferentes regiões do espaço geográfico da capitania de Pernambuco. As atuais pesquisas apontam para uma densa ocupação nas regiões do agreste. O que não significa que foi, necessariamente, diferente para as regiões do litoral, da Zona da Mata ou do Sertão. Como se sabe, a ocupação do litoral ocorrida durante os séculos XVI e XVII, para a construção do espaço político-

[1] Bartira Ferraz Barbosa é doutora em História pela USP, pesquisadora sobre cultura e trabalho indígena no Brasil e professora da Universidade Federal de Pernambuco.

econômico que servisse ao sistema mercantil português provocou a transformação dos espaços indígenas nesta região e a destruição da maior parte dos sítios arqueológicos.

O estudo sobre o confronto de interesses de diferentes povos indígenas e portugueses e a conformação de novos territórios e espaços – os portugueses em um novo espaço colonial e os nativos em novas fronteiras sócio-culturais e áreas geográficas – retomou antigos documentos e informações conhecidas. Nesta busca, a pesquisa proporcionou o encontro de documentos inéditos como os mapas holandeses de Johan Vingboons do século XVII, guardados no Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, recentemente restaurados, [2] e as cartas escritas por lideres indígenas, em parte, transcritas para a língua portuguesa.[3]

Pesquisados documentos, crônicas, cartas, assim como, a cartografia européia do século XVI ao XVIII, para ao Região Nordeste, verificamos que, no geral, a documentação aponta mais informações sobre o litoral do Brasil colônia do que sobre os sertões. A documentação também reflete a aplicação de uma política colonial portuguesa que não respeitou a população indígena mais se utilizou da sua organização de territórios e fronteiras existentes. No entanto, muitos grupos ou povos indígenas indicados pela cartografia portuguesa, holandesa e francesa, são nela apresentados sem fronteiras e sem formas de ocupação definidas, o que também vale para a maior parte da documentação manuscrita e impressa. Por isso, muitos dados da pesquisa histórica não poderiam ser entendidos se não se

---

[2] O Atlas de Johan Vingboons datado do século XVII tem mapas importantes para o estudo do período colonial brasileiro, utilizo dois mapas dele para localizar territórios indígenas deste período como podem ser visto anexos.

[3] Cartas em tupi encontradas na coleção Briefen en Papieren – vol. 1645 – Fundo Guerra Holandesa.

procurasse respostas em pesquisas antropológicas, lingüísticas e arqueológicas, relativas aos nativos do período Pré-histórico e Proto-histórico, desta região.

Entre os principais cronistas para a étno-história das populações nativas existentes na capitania de Pernambuco, dos séculos XVI e XVII, figuram Hans Staden, que participou da luta contra nativos Caetés pela defesa da vila da Igarassú no ano de 1548 (Staden 1945:79) e o padre Martinho de Nantes[4], franciscano, francês, que estabelece ação missionária pelos sertões. Seus textos publicados, no século XVII e início do XVIII, respectivamente, revelam que houve resistência de diferentes grupos indígenas à implantação do espaço colonial, mas, que estas ações foram minadas por outros grupos nativos, aliados dos portugueses. O período foi de muitos conflitos, guerras, escravidão e alianças para nativos. Relatos de viagem, documentação manuscrita e cartográfica do período e pesquisas arqueológicas sobre esta região são indispensáveis para a reconstrução da superposição do espaço colonial sobre os espaços indígenas. A documentação cartográfica, dos séculos XVI e XVII, demonstra o trabalho dos pesquisadores da época quanto ao processo de reconhecimento geofísico dos territórios conquistados. Nela, também está refletido o processo de conquista das terras indígenas através de alianças, guerras e destruição de aldeamentos nativos. Observamos, ainda, que o uso de termos indígenas na documentação em geral, como o termo tapuia, pouco esclarece sobre seu verdadeiro sentido. Muitos termos e nomes apareceram, durante o período colonial, partindo de interpretações e aproximações da visão dada, sobretudo, por grupos nativos da costa.

---

[4] Nantes, Padre Martinho de. Relação de uma missão no rio São Francisco. Brasiliana, vol. 368, editora Nacional, São Paulo, 1979.

Na capitania de Pernambuco, um conjunto heterogêneo de grupos e povos indígenas como os caetés, tabajaras e cariri viviam ainda em luta pela estabilização e controle de seus territórios, durante o século XVI. No entanto, não estavam sujeitos a uma autoridade comum e suas fronteiras dependiam dos seus movimentos em conseqüência do estado de conquistas e perdas de terras em guerras e alianças políticas. A inexistência de marcos, muralhas e cercas como fronteiras, ou mesmo, a não ocupação física da terra por aldeias ou campos de plantio contínuos não significava a inexistência de poder e domínio sobre ela. Aldeias inteiras podiam migrar para áreas com terras mais férteis ou, segundo outro critério, que garantisse uma melhor sobrevivência. Para os grupos nativos de agricultores a terra para o plantio da mandioca, por exemplo, precisava ser rica em nutrientes, em fonte de água, em mata para caçar, colher lenha, entre outros fatores que justificava a permanência em áreas, por dois a quatro anos, sem o uso da coivara.

Os nativos caetés, temidos pelos portugueses no inicio da colonização da capitania de Pernambuco, formavam um conjunto de aldeias de número inexato, mas, que estavam localizadas ao longo da costa da capitania de Pernambuco. Seu idioma e cultura, segundo percepção, datada do século XVI, se assemelhavam aos dos tupinambás, portanto, eles também faziam parte do tronco lingüístico tupi. Aldeias e guerreiros caetés controlavam um território vasto com fronteiras, ao sul, na margem direita do rio São Francisco, onde, iniciavam as terras dos tupinambás e, ao norte, no canal de Santa Cruz com os potiguares, nativos, também, de cultura tupi, até a chegada de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania Nova Lusitânia.

A mesma origem lingüística e cultural, como a dos outros povos acima citados, não foi para os caetés elemento definidor de alianças. A documentação refere-se à existência de relações diferenciais, hostis e pacíficas, entre eles. Os laços de alianças entre nações e grupos de povos tupis, como os tupinambás, tabajaras, potiguares e caetés, e, ou, entre estes e outros grupos indígenas de troncos lingüísticos diferentes, eram tecidos por relações de troca, casamentos e por participação comum em atividades guerreiras. Relações que, também, valeram para nativos e portugueses, ou nativos e outros europeus, que pela costa estabeleceram seus contatos (Fausto 1992:384).

Outros documentos, do período colonial, de conteúdo rico em informações sobre as transformações ocorridas no espaço indígena da capitania de Pernambuco, durante a primeira metade do século XVII, permitiram leituras sobre o poder da elite indígena guerreira que desenvolve papel fundamental no estabelecimento da estrutura colonial portuguesa assim como, sobre a desintegração de grupos nativos e seus espaços originais. Leituras que partem de uma coleção de cartas escritas, durante o século XVII, por lideres indígenas, entre eles, assinam várias cartas os lideres Pedro Poty e Filipe Camarão permitem que vozes nativas invadam esta discussão como testemunhos dessa época com suas opiniões e sugestões para um novo mundo em um novo arranjo político se formava. Não são para nós heróis ou traidores, deles importam suas posições e consciência sobre o processo colonial português e sobre a ocupação holandesa.

Este conjunto documental - a correspondência indígena setecentista - apresenta mais que apenas notícias sobre o período colonial. Na voz dos líderes indígenas, novos

personagens dessa história, com poder sobre espaços nativos cada vez menores, são abordados temas também encontrados em documentos portugueses e holandeses da época. Seus escritos trazem sentimentos de perdas irreparáveis. Estes novos testemunhos de autores, quase a margem da história, deixaram mais que visões e sentimentos de uma época. Em suas cartas escritas em tupi estão a saudade do passado pré-contato com o mundo europeu, as dificuldades da vida sob domínio português ou holandês e a esperança em um futuro para os diferentes grupos indígenas e suas culturas apesar da guerra.

As cartas originais em tupi 'dormem' em arquivos na Holanda ainda pouco exploradas por pesquisadores brasileiros. Delas temos cópia apenas de uma parte do seu conjunto no arquivo nacional no Rio de Janeiro, onde, foram depositadas cópias manuscrita de seis cartas em tupi transcritas pelo pesquisador José Higino, no século XIX, dos originais existentes em arquivo na Holanda. Também, se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro uma carta original em tupi, do mesmo período das outras seis transcritas, sendo esta assinada com data de 10 de agosto 1645 pelo Capitão Mor Camarão. Esta documentação, ainda pouco lida e sem uma tradução atualizada do seu conjunto, provoca-nos para um futuro estudo ou, melhor, um trabalho de fôlego para que os originais fiquem conhecidos.

Encontramos uma das cartas dos lideres indígenas traduzida para o português e mais dois documentos de conteúdo rico em informações sobre a situação dos espaços indígenas, na primeira metade do século XVII, publicados por Pedro Souto Maior, em Revista do IAHGPE. [5] Estes documentos referem-se a diferentes espaços indígenas e indicam

[5] Maior, Pedro Souto. Dois Índios notáveis e parentes próximos. In revista do IAHGCE. Fortaleza 1912.

relações entre eles e seus líderes. Entre mais de cem nativos, que assinam o primeiro documento publicado por Pedro Souto Maior, estão Pedro Poty e Antonio Paraupaba, aliados dos holandeses, como uma das lideranças indígenas, da época.

As cartas indígenas, memória valiosa, por trazer informações sobre o andamento das negociações quanto à guerra entre portugueses e holandeses, são, ainda, mais importantes por trazer dados sobre a participação dos nativos no processo colonial em que o poder dos lideres nativos também pode ser avaliado. Os cargos administrativos ou posto de regedor, isto é, de capitão-mor ou 'governador dos índios' com honras de general de brigada, que equivale a um comandante de regimento, chamado de terço pelos portugueses, podem ser observados nesta documentação quanto à participação dos mesmos em batalhas e negociações de guerra. Seus cargos e honrarias antecedem as assinaturas nos documentos.

Pedro Poty, um importante líder indígena, representava para nativos e holandeses aliados o mesmo que Filipe Camarão, seu parente próximo, representou para os portugueses. Poty recebera várias cartas em tupi de Filipe Camarão e de outros nativos que tentavam induzi-lo a que se passe para o lado dos portugueses; motivo pelo qual se estabeleceu uma das mais ricas correspondências do período da guerra holandesa em Pernambuco e capitanias anexas. Como resposta a uma das cartas recebidas de Filipe Camarão, Pedro Poty escreve uma carta em tupi que, entre as demais já traduzidas, pode ser a de maior significado e representação da memória indígena sobre a consciência dos problemas trazidos com a conquista européia de parte do Nordeste do Brasil como questões sobre alianças, dependência, sobrevivência e lealdade. Parte da carta segue abaixo:

"Eu me envergonho da nossa família e nação ao me ver ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes, de quem tenho recebido tantos benefícios.

É tolice o imaginardes que nos illudis tão facilmente com essas palavras vãs, e até fico pensando que, não ousando nos vir visitar como soldado procurais usar essas falsas imposturas.

Fica sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer. Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão nos escravizar. Os cuidados que dizeis ter por mim e o favor que os portugueses nos dispensariam não são mais que histórias contadas para nos iludir.

Por minha parte só tenho um sentimento, e provem de não me virdes visitar aqui.

Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os holandeses (entre os quais fui educado).

Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos.

Eles nos chamam e vivem conosco como irmãos; portanto, com eles queremos viver e morrer. Por outro lado, em todo o país se encontram os nossos escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os houvesse libertados.

Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Bahia da traição, ainda estão bem frescos na nossa memória.

E o que pode dar melhor a conhecer os seus desígnios tirânicos do que a crueldade cometida recentemente contra os nossos em Serinhaem depois de concedido o quartel?

Aquele sangue clamará a Deus por vingança, já tendo, todavia, o meu irmão Antonio tirado uma boa desforra no Rio Grande.

Não, Filipe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinarem ou escravizarem tanto a vós como a nos todos.

Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado afim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viverem juntos neste país que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família.

Sobre isso aqui estamos todos de acordo; portanto, vinde vos unir a nós e garanto-vos que os holandeses vos farão os mesmos benefícios que nos fazem.

Não tenhais a menor duvida: os portugueses terão de se escapulir; esses bandidos hão de desaparecer como o vento.

Sou cristão e melhor do que vós; creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa.

Aprendi a religião cristã e a pratico diariamente, e se vós a tivésseis aprendido, não serviríeis com os pérfidos e perjuros portugueses, que apesar das promessas do rei e do juramento feito por ele, depois de roubarem os bens dos holandeses, vem atacar traiçoeiramente a esses e a nós mesmos; mas hão de receber o castigo de Deus.

Vinde, portanto, para o nosso lado, e afastai-vos dos perjuros e traidores, que não poderão se sustentar aqui, donde brevemente os expulsaremos a força e também da Bahia.

Deveis saber que os seus feitos no sul não têm a mínima importância: quem tem mais gente fica senhor do campo.

O Pontal foi entregue por traição, mas os holandeses o retomarão com valor, pois deveis reconhecer que o mar domina o Brasil.

Têm vindo bastantes socorros da Holanda para a nossa manutenção, e esperamos a toda hora uma grande armada extraordinariamente forte, a qual juntaremos os navios aqui existentes e então poremos mão a obra.

Em suma, os holandeses aproveitarão a ocasião para se apossarem de todo o Brasil, pois o rei de Portugal se acha sem recursos ou forças.

Os da Bahia perderam seus navios na Bahia de Tamandaré, e não têm meios para adquirirem outros.

Não me faleis sobre a fraqueza dos holandeses. Estive e me eduquei no seu país. Existem lá navios, gente, dinheiro e tudo em tanta abundancia como as estrelas no céu; e disso tem vindo para cá alguma coisa.

Tem sido também Poe meio de sues navios e tropas que esse D. João se tem sustentado, há quatro anos, no trono, e tem podido reinar, sendo para esse fim ajudado pelo príncipe de Orange e Estados Gerais, dando-lhes ele, entretanto, tão mal pago.

Não entendi a frase em que dizeis "que eles terão compreendido a deslealdade que aqui se seguirá".

Eles puderam tomar ao rei de Castela e de Portugal e conservar não só este país, mas também as Índias Orientais e muitas outras terras, e agora não ireis julgar certamente que eles devam ceder tudo a esse novo D. João.

Abandonai, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos portugueses e vinde juntar-vos conosco; garanto-vos que vos dareis bem. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros que nos reconhecem e tratam bem na nossa terra.

Os bandidos portugueses até agora nada têm conseguido senão por traição.

> *Se o Capitão-mor fosse vencido no campo, na Várzea, parecia ter alguma importância; mas surpreender a noite uma casa, onde se encontra uma quantidade de pessoas desarmadas, não é coisa de que valha a pena gabar-se.*
> *Não pude encontrar nas vossas cartas menção alguma sobre a maneira como fostes tratado em Itamaracá no dia 24 de setembro e como vos correu tudo por lá; mas parece que quereis vir a mim como amigo.*
> *Se tivésseis vindo e ficado aqui no quartel junto conosco, não se teria dado o que se deu.*
> *Nada conseguiremos por meio de cartas, portanto não mais me escrevais.*
> *Não quero receber tais cartas.*
> *Em suma, vos queixareis ainda desta guerra e estais iludido por essa corja de celerados perjuros e per versos, que tanto tem seduzido a vós e a todos os nossos amigos e oprimido tão tiranicamente os nossos. Adeus.*
> *No meu acampamento, 31 de outubro de 1645.*
> *Assinado: O Regedor e Comandante do Regimento de Índios na Parahyba, Pedro Poty*

A memória contida nesta correspondência sobre a desintegração dos espaços indígenas e sua repercussão nas sociedades nativas das Capitanias da Paraíba e de Pernambuco trata de um enfoque em áreas e tempos restritos, dando-se ênfase à atuação de lideres indígenas e de grupos nativos. No entanto, o testemunho do pequeno e do local permite um aprofundamento de questões e relações entre o particular e o geral como entre indivíduos e grupos indígenas e o conjunto da sociedade colonial. Importa ainda como base para uma relação deste passado com o presente e o futuro das sociedades indígenas ainda existes no Brasil.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Bartira Ferraz. Paranambuco-Espaço e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco, séc. XVI-XVII. Tese de Doutorado defendida na USP,Pós-Graduação em História Econômica, em 2003.

FAUSTO, Carlos. 1992. "Fragmentos da história tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento étno-histórico." In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.): *História dos índios do Brasil*.São Paulo: Companhia das letras, FAPESP. MAIOR, Pedro Souto. "Dois Índios notáveis e parentes próximos". In: Revista do IAHGCE. Fortaleza, 1912.

NANTES, Padre Martinho de. 1979. *Relação de uma missão no rio São Francisco.* São Paulo:Brasiliana.

STADEN, Hans. Hans Staden Suas viagens e cativeiro entre os índios do Brasil. Texto ordenado por Monteiro Lobato. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945.

Documentos

IAHGPE-Instituto Histórico Geográfico de Pernambuco. Atlas de Johan Vingboons datado do século XVII tem mapas importantes para o estudo do período colonial brasileiro.

AN - Arquivo Nacional-Rio de Janeiro. Cartas em tupi encontradas na coleção Briefen en Papieren – vol. 1645 – Fundo Guerra Holandesa.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura, Colonização e Alteridade no Alto São Francisco.

Gilberto Marcos Martins[1]

Resumo: O artigo mostra como se deu o processo de colonização da região do Alto São Francisco. Que representações e visões de mundo tinham os colonizadores e como se relacionavam com o desconhecido, com a alteridade. Mostra como o colonizador ia se tornando colono e sendo tragado pelo espaço do desconhecido através do isolamento em que acabava vivendo, o que o levava a criar um universo bem particular, mas que não lhe tirava a condição de súdito fiel.

Palavras-chave: Colonização – alteridade - imaginário

Résumé: L'article montre comme il a fait le processus de colonization de la région de Haut Saint Francisco. Que representations et visions du monde avaient les colonisateurs et comme ils avaient rapporté avec l'étranger, avec la visage de l'autre. Montret il comme le colonisateur on revient de colon, et en étant avalés parf l' espace de l' inconu à travers l' isolement dans lequel il doit vivre et cela lui portrait à créer un univers bien privé, mais cela ne lui délivrait pas la condition de fidèle sujet.

Mots clé : Colonisation – visage de l'autre – imaginaire.

Introdução

Numa colônia cujas fronteiras eram móveis e provisórias, a expansão e as fontes de povoamento eram extremamente importantes. O aventurar-se num sertão inóspito e desconhecido era uma empresa arriscada; muitos o faziam tendo em vista a riqueza rápida que daí poderia advir, mas haviam outras motivações como propagar a religião católica; mostrar poder através da distribuição de sesmarias, exterminar quilombos. O gosto pela aventura e pelo desconhecido tornavam-se elementos comuns dessas empreitadas, também revelavam as representações e os símbolos que regiam o cotidiano daqueles homens.

O que se pretende neste artigo é analisar o relatório de uma expedição feita em 1769 à região do Alto São Francisco e saber quais eram seus reais objetivos, como se relacionavam com o diferente e qual era a sua visão da alteridade.

---

[1] Mestre em História Social – Coordenador e professor do Curso de História da Fac. Fil. C. e Letras do Alto S. Francisco.

Notícias de uma Viagem: O Outro em Questão

No ano de 1769 realizou-se uma expedição à região das nascentes do São Francisco e vizinhanças, sob liderança de Inácio Correia Pamplona. A presença de músicos e poetas na expedição não deixou de ser uma surpresa. A declamação de versos, poemas e as músicas serviam para abrandar o medo frente ao desconhecido, e a angústia de levar a civilização onde ela ainda não se fazia presente. À medida que a busca do áureo metal se fazia, o espaço geográfico das Minas Gerais se ampliava e a riqueza cultural e artística gerada pelo esplendor aurífero acabava espalhada. Mas ia sendo adaptada em cada paragem à maneira de seus transportadores.

A raridade de habitações fazia-os viajar léguas sem encontrar ninguém. O Alto São Francisco, na segunda metade do século XVIII, estava em um dos pontos mais afastados da civilização, na fronteira com o desconhecido. As poucas fazendas tinham suas divisas indefinidas, confrontavam com matos, rios, córregos e campos extensos que serviam de abrigo para escravos foragidos.

Rumo à nascente do São Francisco, não havia gente de "qualidade": "Aqui não achamos gente de qualidade alguma, ma(i)s que um pobre velho, que deitava em vezinho retiro(,) compunha-se este sítio de duas casas de capim (...), ameaçada(s) dos tempos para a última ruína". (ANAIS ..., 1988: 57). O que vem revelar o imaginário dos membros da expedição, para ser gente de qualidade era preciso comungar de seus valores e visão de mundo. Bastava viver isolado e em locais distantes para ser inferiorizado e visto como fora dos padrões de civilidade.

Quanto aos moradores na região do Piumhi, a visão não foi diferente: "Seguiu-se o montarmos a cavalo (…), e mais pessoas, (...) em companhia dos quais chegamos ao mesmo Piuí ". Aqui foi o Senhor Mestre de Campo ver o lugar da capela, "que achou feita corral (sic) de gado se enfadou contra a gente tão bárbara e indômita (...) por não conservarem um templo em o qual tributassem a Deus os devidos cultos". (ANAIS ..., 1988 : 58). A distância dos centros onde funcionava a administração colonial fazia com que as pessoas também se sentissem afastadas dos valores políticos e religiosos. A falta de atendimento espiritual contribuiu para que a capela se tornasse um estábulo. Essa situação mostra como aos poucos o colonizador ia sendo tragado pelo universo que ele próprio tentava subjugar.

As regras e leis coloniais viram-se afrontadas em um espaço onde a liberdade reinava conforme a vontade dos raros habitantes, isso acontecia não por serem rebeldes, mas

por viverem isolados. Não se tem nenhuma notícia de qualquer tipo de revolta ocorrida na região, o que é um indicador de que aqueles habitantes se viam súditos fiéis, mas a sua maneira.

> *O poder metropolitano se manifestou na sociedade colonial de diferentes maneiras: na esfera pública, no nível das instituições, e na esfera particular, nas práticas quotidianas (...). A base da dominação era a aceitação generalizada do poder real (...). Por outro lado, a reprodução do poder não se dava sem antagonismos. À medida que a coroa submetia e organizava (...), instituía uma sociedade, mas esta sociedade não era sua expressão direta e, enquanto procurava forjar uma identidade entre colonizador e colonizado, restava sempre espaço para a afirmação da alteridade. A sociedade colonial não era reflexo direto da ação metropolitana.* (FURTADO, 2006: 15-16)

A expedição tinha como objetivo imediato a exploração do Rio São Francisco e da paragem intitulada as Perdizes,"por ser a mais conveniente para a feitura e levantamento da ponte". As dificuldades eram grandes e assim foram descritas:

A 11 de setembro saímos (…) levando diante de nós bastantes escravos com foices, machados(,) e eixadas, para romperem os matos(,) e abrirem neles picadas e fazerem pontes nos corgos(,) e Ribeirões para poder passar a cometiva, e neste dia(,) rompendo e picando matos com munto trabalho, chegamos às margens do rio de São Francisco, sem cavalo algum, a pé todos (ANAIS ..., 1988: 59).

Iniciou-se a construção de um caminho para facilitar a entrada dos que quisessem povoar aqueles sertões: "despachou o Senhor mestre de Campo(,) várias pessoas para darem princípio a um caminho novo, (...) para ficar mais suave a entrada dos que quisessem povoar".(ANAIS ..., 1988: 60).

Aparecem pessoas fazendo requerimento de terras e se dizendo moradores nas mediações:

> *[…] em que pediam a(s) três léguas de terra (;) em cada um deles perguntava(-) lhe o Senhor Mestre de Campo, já que não tinham mandado para a ponte escravo algum, que haviam de mandar para a continuação da estrada nova algua pessoa, ou para a feitura da capela mor da Igreja da Senhora Santana de Bamboí (;) respondiam que não tinham senão um ou dois negrinhos, que um estava doente(,) e um são, tratando deste(;) dava-lhe o Senhor Mestre de Campo rezão (sic), e de repente lhe variava(,) o assunto da conversa em muito diversa matéria (…) lhe perguntava o Senhor Mestre de Campo(,) se tinha cada um deles com que fabricarem as ditas três léguas de terras(,) que requeriam(…) lhe diziam um tinha oito negros, outro dez, e outro doze*. (ANAIS ..., 1988: 64).

O texto anterior mostra que nem sempre a terra era ocupada seguindo os trâmites legais, muitos pedidos de sesmarias eram na verdade uma forma de legalizar a posse já tomada há algum tempo. Pela conversa entre os requerentes e o mestre de campo percebe-se que a verdade quanto às posses dos sesmeiros variava de acordo com a situação. O que coloca em dúvida o que os sesmeiros citavam nas petições.

Enquanto Pamplona se ocupava da construção de pontes, estradas e capelas enviava grupos de homens para verificar a presença de negros, mas não tiveram êxito :

> *(...) chegou José Cardoso(,) e José Vieira de Faria(,) que eram os capitães capatazes da última bandeira que do sertão faltava de proporem as diligências em que no dito sertão se tinham ocupado com a notícia de negros(,) que tinham morto(,) dos que lhe tinham fugido e de um que trouxeram amarrado (...).* (ANAIS ..., 1988: 64-5).

A partir da Serra da Marcela[2], uma novidade aparece, até aqui os nomes dos rios e dos acidentes geográficos já existiam, mas, a partir daí Pamplona passa a dar nomes a alguns rios.

A região do Alto São Francisco na primeira metade do século XVIII foi ocupada por negros foragidos que se organizavam em quilombos trazendo desalento para os primeiros sesmeiros ali estabelecidos. Realmente alguns infortúnios ocorreram na região: "[…] aquela fazenda era do sargento mor fulano Paulista, que morava em Pioí, (...) com casas de vivenda, (...) Enginhoca de farinha de mandioca, (...) escravos, roças corrais(,) e gados, e que o mudar(-) se dali (h)á vinte e tantos anos foi porque os calhambolas lhe mataram cinco escravos". (ANAIS ..., 1988: 74).

Não se pode atribuir unicamente aos negros a explicação para o pouco interesse pela região até meados do século XVIII. A mesma possuía atributos que não atraíam o colonizador, entre eles, a falta ouro. A presença de negros foragidos era evidente, mas é preciso questionar se esses redutos de ex-escravos eram realmente perigosos.

> *[...] marchando para a parte do sertão a explorar os corgos(,) e Ribeirões para ver se tinha ouro, todo esse dia lhe levou na referida deligência, e à noute por ficar mui distante do alojamento se arrancharam(;) ó pé da referida Serra escalvada (,) adonde viram muito perto de si(,) e para diversas partes três fogos, e julgando (...) que eram muntos negros que se avezinhavam à nossa cometiva(,) reciaram o ir explorá (-) los e reconhecê(-) los por mais que o Mestre de Campo a isso os persuadia (,) sempre lhe replicaram com apresentação de um grande perigo e que os quilombos eram muitos para aquela parte segundo os sinais dos mesmos fogos (...) e que havia para ali quilombo que se compunha de mais de duzentos negros.* (ANAIS ..., 1988:71).

Parece mais correto entender que, o medo e um conceito já preestabelecido sobre como era o negro aquilombado criou quilombos extremamente ferozes e ameaçadores, sendo que na realidade não passavam de pequenos grupos de negros, que fugiam sempre que percebiam a presença do colonizador. Na região do Quilombo do Ambrósio, assim se fala sobre os negros, no relato da expedição de Pamplona:

---

[2] Parte da Serra da Canastra que fica nas proximidades dos municípios de Córrego Danta, Luz e Dores do Indaiá

> *Aqui mesmo divulgaram dous homens do campo a notícia de que acharam rastos de negros, que nos andava(m) espreitando(,) deste sussurro se levantou entre o po(u)vo bastante receio, entrando cada qual a marmurar (sic) conforme o valor e cobardia de que era adornado. Nesse mesmo dia nos fomos arranchar a um corgo, que fica perto do mesmo quilombo (Ambrósio), e aí se prencipiou engrossar a mormuração do receio dos negros que ficou no ribeirão acima declarado (...) com facilidde se introduziram em todos os mais o mesmo receio e temor.* (ANAIS ..., 1988: 68).

Sempre que se aproximavam de um quilombo o encontravam sem ninguém, mas as evidências da presença dos negros estavam ali, no fogo que avistavam ao longe durante a noite, nos vasilhames encontrados, nas roças plantadas e nos mantimentos que vez ou outra eram encontrados em estoque.

Outro objetivo que merece mais atenção é a procura por ouro. Além de promover a ocupação efetiva do Alto São Francisco, Pamplona e seus companheiros estavam atrás de riquezas. "Entrou o Senhor Mestre de Campo a distribuir à gente de sua cometiva(,) a metade para fazerem em todos os corgos e Ribeirões circum vezinhos (sic) (,) miúdos exames (...) para se perceber se haviam alguas mostras de ouro(…)". (ANAIS ..., 1988: 69).

Referindo-se à região por onde estava passando assim disse o Senhor mestre de Campo:

> *Que (...) estava em ato de posse naquele lugar, a que tinha vindo por mando do (...) Conde de Valadares(,) governador e capitão (...)das Minas Gerais, para repartir aquelas terras a quem lhas pedir, quem tivesse que requerer o fizesse(,) que o dito Senhor estava pronto para lhe deferir com retidão. (...). A todos satisfez o dito Senhor Mestre de Campo (...) dizendo que a todos dava por empossados naquele ato das paragens que tinham requerido, e (...) que cada um cuidasse em povoar o que tinha pedido(...).* (ANAIS ..., 1988: 78).

Tornam-se claras as intenções de Pamplona em sua viagem pelos sertões do Campo Grande, primeiro procurou-se o ouro, investigou-se sobre a presença de quilombos e por fim deu-se início à povoação. A justificativa imediata para tais concessões era "que (…) se não podia avançar mais sertão, sem que primeiro se povoasse aquele, para que os que fossem ficando mais distantes, tivessem nos daquele lugar socorro de mantimentos para com mais suavidade se irem estabelecendo".(ANAIS ..., 1988: 78).

Enquanto se estabeleciam nas terras que lhes eram concedidas, aqueles homens preenchiam o espaço que consideravam desconhecido e fora dos padrões de civilização e acabavam tragados por ele. Deixavam de ser colonizadores para se tornarem colonos. Afastados dos centros da administração colonial, passavam a viver segundo suas próprias leis, mas acreditando serem súditos fiéis, pois traziam consigo representações construídas nos locais onde as regras coloniais vigoravam. Os valores da civilização colonial foram penetrando pelo interior da colônia, mas nunca de forma linear e homogênea.

Cultura e Colonização: Fronteiras e Cotidiano

Os valores culturais da sociedade mineradora eram paradoxais nas selvas e campos, onde a sociedade organizada nos moldes coloniais, ainda não existia. Era comum as expedições que iam à caça de quilombos terem seus recitadores de poemas e músicos, além da presença de padres para celebrarem as missas.

O contraste entre o desconhecido e a civilização é marca característica da expedição, mostrando uma face do cotidiano dos caçadores de quilombolas e metais preciosos. Não eram apenas homens destemidos e sertanistas semifacinorosos que entravam para o sertão na busca de ouro e escravos foragidos, ou na esperança das sesmarias como recompensa. Com eles vinha toda uma carga de representações e visões de mundo.

A presença de escravos - músicos revela um dos aspectos civilizadores mais intrigantes dessa entrada. Munidos de seus respectivos instrumentos (tambores, violas, flautas transversais, trompas), os músicos a cada amanhecer, tocavam e cantavam suas letras, entoando ave-marias, ladainhas ou Te Deum Laudamus.

> *assim que os doublés de assassinos de escravos fugidos e descobridores de ouro partiam para a lide diária, embalados pelo som mavioso produzido por outros escravos, que naquele momento mostravam-se cordatos e afeitos ao universo cultural dos brancos. Além da música, também a religião imprimia sua marca no cotidiano incerto. A cada alvorada, junto aos cânticos vinham as missas.* (SOUZA, 1999: 119)

Música, missas e preces disciplinavam os homens rudes, desvendando a outra face da truculência "civilizadora" da comitiva[3]. Por esses atos, era devolvida a dimensão humana a sertanistas às voltas com a barbárie. Ritualizava-se a entrada aventurosa dos civilizados nas brenhas habitadas por possíveis inimigos bárbaros e foragidos.

Enquanto uns andavam atrás de córregos auríferos e outros batiam matos na demanda de quilombos, "o capelão confessava homens e batizava crianças, procurando sanar os prejuízos espirituais decorrentes do abandono a que se viam fadados os moradores daquelas fronteiras". (ANAIS ..., 1988: 83-85).

> *Mais surpreendente ainda do que a orquestrinha itinerante de escravos negros a tocar instrumentos de sopro e de corda para as bandas da Picada de Goiás, seja a prática igualmente cotidiana de versejar. (...) "Poetas da roça" ofereciam versos "por sobremesa"- pobres, malfeitos, destituídos de maiores preocupações estéticas e acusadores de um gosto duvidoso".* (SOUZA, 1999: 121-2)

---

[3] Antes que um destacamento partisse (...) ouvia missa e, por fim, erguia "a santíssima cruz (...) para ser reverenciada" . (ANAIS da Biblioteca Nacional, 1988: 62). Assim , reeditava-se , nos descampados do Alto São Francisco, a prática lusitana consagrada na circunavegação da África e repetida por todo o império nos cem anos seguintes, do Brasil à Índia. Em nenhum dos dias da jornada se descuidaram os entrantes de rezar o terço ao cair da tarde (...). mais uma vez, reeditava-se na situação de fronteira o providencialismo luso dos tempos da expansão. (SOUZA, 1999: 120-121).

Os conquistadores do Alto São Francisco traziam consigo uma mistura de valores. Esse era o perfil de muitos dos aventureiros empenhados na perseguição a negros e a pepitas de ouro, atraídos pela possibilidade de obter terra abundante, sem maior dispêndio. Movidos por seus sonhos e ambições realizavam o interesse da metrópole, mas acabavam engolidos pelo espaço que tentavam dominar.

É perceptível a tensão entre o desconhecido e o civilizado, uma certa retórica que celebrava a primazia da sociedade organizada sobre a natureza, a idéia de que tesouros haviam permanecido ocultos para se revelarem por meio da ação colonizadora.

Todo esse contexto em evidência revela arranjos culturais complexos e contrastantes, trama variada tecida com tradições díspares. A entrada deliberadamente impositiva de Pamplona consolidava a colonização fronteiriça e, (...), levava a norma ao espaço ainda desordenado do Alto São Francisco; do seu rastro normativo e repressor, (...), iam se destacando práticas menos óbvias e conscientes, referidas ao universo da cultura. (SOUZA, 1999: 124)

Essas práticas serviam para amenizar o semifacinoroso dia-a-dia, marcado pela busca de quilombolas, tendo um sentido nem sempre encontrado nas ações praticadas. É intrigante a concomitância do gosto pela música e pela poesia, contrastado com o pânico latente de um ataque quilombola. A aventura e o desconhecido acabavam se tornando sinônimos do processo de colonização e imposição das regras coloniais a uma região até então praticamente fora da administração colonial.

Nas regiões auríferas mais antigas e urbanizadas, brotou a melhor floração do setecentos brasileiro. Isso que nos faz entender, o fato de os colonos mineiros, terem carregado para as zonas de fronteiras (incultas e cheias de negros e índios bravios) hábitos, que sem os quais não podiam mais viver: "Hábitos de polidez e de civilização que, num aparente paradoxo, conviviam e contrastavam com o seu reverso de crueldade, rudeza e exploração". (SOUZA, 1999: 133)

Vinham dando nomes às serras, aos rios e criando pequenas povoações, que tinham como referência uma pequena igreja. O domínio da região foi fazendo com que o diferente se tornasse cada vez mais comum, pois ia sendo incorporado de forma inconsciente, enquanto se acreditava expulso para lugares longínquos, único espaço onde a alteridade poderia florescer até se defrontar com as normas coloniais.

Perdidas, na imensidão das terras concedidas, iam sendo levantadas capelas. Pequenos vilarejos formavam-se ao redor dos templos religiosos, o que sem dúvida é a marca mais característica da ocupação da região.

CONCLUSÃO

Analisando o relato da expedição de Pamplona pode-se perceber como era o cotidiano de um grupo em missão itinerante de conquista e civilização, que elementos compunham suas vidas e universo. Ao mesmo tempo é possível resgatar a visão que aqueles homens tinham do desconhecido, seus medos e seu imaginário. O outro, o diferente era criado antes mesmo de existir e sempre associado ao perigo. O que criava a fé nos perigos e colocava o desconhecido como ameaça era a idéia de que deveria haver uma grande ameaça.

O êxito da empreitada estava sempre na dependência do domínio do desconhecido. Subjuga-lo equivalia a destruir quilombos, prender quilombolas, distribuir terras, batizar pagãos, criar igrejas e vilarejos, construir pontes e abrir caminhos, enfim, incorporar a região ao império colonial português e ser integrado de forma espontânea e inconsciente ao espaço que se tentava dominar. Nascia daí um universo com representações estranhas às normas coloniais, mas que em momento algum afrontava as regras da colônia .

REFERÊNCIAS

ANAIS da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v.108, 1988. P. 47-113.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **O Povoamento do Alto São Francisco: Reforma Agrária numa experiência Histórica**. Revista de História e Arte n. 03, Belo Horizonte, 1963.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro:Zahar. 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Nacional, 1938.

SOUZA, Laura de Melo e. **Norma e Conflito: Aspectos da História de Minas no Século XVIII.** Belo Horizonte : UFMG, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

União Européia e MERCOSUL: Perspectivas e Possibilidades de Segurança e Defesa na Integração Regional

Marcelo Carreiro da Silva*

Resumo: Através de uma análise comparativa com a União Européia e seu pioneirismo em suas propostas e estudo de integração de defesa e segurança, o estudo pretende traçar possibilidades reais para a implementação, à longo prazo, da integração da segurança e defesa regionais, no âmbito do MERCOSUL, como uma inevitável futura fase nos planos sul-americanos de integração regional.

Abstract: Through a comparative analysis with the European Union and its pioneering proposals and integrations studies in security and defense, the study aims to track real possibilities to the deployment, in the far future, of an integrated security and defense, in the framework of the MERCOSUL, as an unavoidable future step in the South American plans of regional integration.

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, observamos no cenário mundial a intensificação do liberalismo comercial e econômico, impulsionado como nunca graças aos avanços das telecomunicações e da informática.

Tal globalização tem lugar ainda atualmente, sem perspectivas identificáveis de abandono desse novo sistema intermodal e em rede, consagrada por Friedman na imagem de uma "planificação" do mundo[1]. Atendendo a esse novo paradigma, todos os países vêem se adequando à nova realidade internacional através de reformas e incentivos à produtividade, visando nichos de mercado específicos num ambiente de intensa e generalizada competitividade global.

Pari passu à equalização dos mercados no plano internacional, com suas vantagens e desvantagens específicas, outro fenômeno pode ser observado: o aprofundamento

---

* Proposta de pesquisa apresentada à UFRJ em 2007, selecionada pelo programa Pro-Defesa, em sua pós-graduação em Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional.

[1] FRIEDMAN, Thoman L. The World Is Flat. Penguim Books. Londres, 2005.

e intensificação de arranjos regionais, que permitem a seus membros um vetor de inserção maior no mercado global.

Tal regionalização ocorre de forma uniforme pelo globo, através da criação e desenvolvimento de organismos como a União Européia, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARECOM) - e, na América do Sul, o Mercado Econômico do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Nesse contexto de ênfase em organismos regionais como concentradores de poder locais, criando global players com maior poder de negociação em um cenário global, a geoestratégia regional de defesa abandona seu caráter fronteiriço, onde países vizinhos buscavam equilíbrios e estratégias nacionais em busca de uma supremacia estratégica regional. Em seu lugar, surge um novo palco geopolítico, consideravelmente mais amplo - a defesa regional, plurinacional e supranacional.

O Estado da Arte

Tomando o processo de regionalização como despido de perspectivas de reversão e sendo de amplitude mundial, torna-se clara a tendência de aprofundamento e desenvolvimento de organismos regionais. Nesse aspecto, a União Européia e o MERCOSUL são destaques, embora o processo se encontre longe de estar restrito apenas a ambos os casos.

Sabendo-se que MERCOSUL e UE tendem a prosseguir em seu projeto de integração regional, espera-se o mesmo aconteça quanto à defesa e segurança regionais, que tende a ganhar impulso cada vez maior, conforme a unidade do bloco se fortifica e conforme a integração regional se aprofunda.

A fase final para uma integração regional completa é o bloco regional ser transformado em ator internacional, ou seja – a presença individual de seus membros no palco internacional ser substituída pela política externa do bloco. Esse é precisamente o objetivo do regionalismo: o surgimento de um ator global com relevância e poder maiores que qualquer um de seus países-membros tomados individualmente.

A UE caminhava explicitamente nesse sentido, até ser fracionada com a Segunda Guerra do Golfo (2003), quando seus países-membros abandonaram uma posição homogênea na condenação à guerra. Com isso, o projeto de unificação de políticas externas

sofreu forte abalo, não só de forma técnica, mas mesmo entre a opinião pública dos países-membros. Contribuiu para isso o rechaço à tentativa de estabelecimento de uma constituição para o bloco, onde defesa e política externa desempenhavam papel de destaque.

Entretanto, é de se notar que o processo de criação de uma política externa comum à UE não foi abandonado – muito pelo contrário, encontra-se entre as medidas a serem discutidas na próxima tentativa de dotar a UE de uma constituição. A demanda pela unificação da política externa é estrutural, natural à evolução institucional do bloco, não estando evitada nem resolvida com os recentes problemas na discussão do tema.

Estabelecer uma política externa comum implica, dentre outras coisas, a adoção de uma agenda comum de segurança e a unificação da defesa, dotando o bloco de um poder militar capaz de acompanhar e sustentar as decisões de uma política externa unificada. A diplomacia demanda um poder militar de dissuasão que a conceda relevância – daí o estabelecimento de uma força de defesa conjunta ser conseqüência do estabelecimento de uma política externa comum.

Conseqüência natural da maturidade dos blocos econômicos, a regionalização da defesa e a criação de forças militares supranacionais é um tema atual, cuja relevância só fará crescer. Na UE o tema se encontra em avançada discussão e implementação - e no MERCOSUL já são detectáveis os primeiros movimentos nesse sentido.

Proposta

Partindo dos pressupostos apresentados, proponho o estudo comparativo entre MERCOSUL e UE no tocante à segurança e defesa regionais, focando as possibilidades e perspectivas que o campo de segurança e defesa oferecem a ambos os blocos regionais.

Como a UE encontra-se sensivelmente mais desenvolvida em sua integração, é natural que ela possua preponderância nesse campo: a UE discute sua segurança regional e a criação de uma força de defesa supranacional desde o tratado de Maastricht, ainda em 1992.

Observando o desenvolvimento pioneiro do tema na UE, podemos tomar bases para análise do MERCOSUL, identificando como se daria uma possível integração entre seus membros no quesito segurança e defesa. Comparando uma realidade regional com a outra, podemos ter visões gerais sobre o tema, assim como a observação das especificidades de cada

bloco no tocante à criação de um órgão de defesa comum e a execução de políticas de segurança únicas para toda a região.

Dando atenção absoluta ao caso do MERCOSUL, a UE será tomada como guia e exemplo, numa tentativa de, baseando-se na experiência européia, seus acertos e erros, avanços e contratempos, possamos identificar as capacidades e gargalos específicos do MERCOSUL, criando um mapeamento das potencialidades dessa integração estratégica.

O título, provisório, espelha a preocupação em produzir um estudo em especial útil ao MERCOSUL em seu processo de integração, fomentando o incipiente debate sobre o aspecto geoestratégico da integração sul-americana: "União Européia e MERCOSUL: Perspectivas e Possibilidades de Segurança e Defesa na Integração Regional".

Objetivos

É esperada a identificação de possibilidades na implantação e funcionamento da defesa e segurança regional, através dos seguintes tópicos:

Propostas para a complementaridade de políticas de defesa nacionais, em especial quanto à indústria bélica regional, visando à implantação em longo prazo de uma força regional;

Escopo e amplitude de uma força de defesa regional do MERCOSUL;

Possíveis caminhos e opções para a implantação efetiva de uma integração regional em defesa e segurança;

Reavaliação da defesa nacional frente a uma defesa regional - o papel do teatro nacional frente ao surgimento teatro geoestratégico regional;

Estrutura da integração de defesa;

Estabelecimento de estratégias de segurança comuns;

Identificação de pontos estratégicos a serem defendidos numa política regional de defesa;

Possíveis usos de uma força de defesa regional em teatros externos ao bloco - em especial realizando missões de state building e peace making.

Portanto, o objetivo é a capacitação teórica para a provável futura implantação de um projeto regional de defesa e segurança, aprofundando e estimulando a discussão ainda incipiente no Brasil sobre o tema.

Resultados e Impactos Esperados

O estudo pretende apresentar uma análise pratica, aprofundada e real sobre as capacidades do MERCOSUL quanto à sua integração militar e de inteligência, permitindo um progresso planejado no tema, capacitando soluções reais e a médio/longo prazo.

Acima de tudo, é esperada a popularização do tema, com o estudo proposto atuando como ponto de partida para uma ampla discussão político-militar que coloque a integração regional como um processo mais amplo que o atual, assim como inevitável ao futuro da América do Sul.

Mais ainda, é esperado que a produção acadêmica volte-se para o tema, incentivando os setores civis, políticos e militares brasileiros a contemplarem e planejarem um futuro geoestratégico para o MERCOSUL que amplie seu atual status de mercado comum, aprofundando sua integração para o benefício de todos.

Atuando como um roadmap para a integração, o estudo capacita uma abordagem prática ao tema, ainda que suportado por uma teoria consistente. Com isso, pode ser tomado como uma proposta real para a integração, guiando discussões futura do tema.

Relevância e Viabilidade

Excetuando-se eventuais e raros exercícios em conjunto realizados pelas forças armadas da América do Sul, uma maior integração das forças de defesa e segurança ainda não foi apresentada, embora por mais de uma vez tenha-se sinalizado nesse sentido. Portanto, o estudo apresenta uma análise atual, de relevância considerável para o planejamento de possíveis desenvolvimentos profundos para o MERCOSUL.

O MERCOSUL vive atualmente um falso dilema: ou aprofunda-se ou desaparece como ambicioso projeto de integração regional, capaz de projetar a região no cenário internacional e alavancar o comércio e o desenvolvimento de seus membros. Ora, o dilema é falacioso porque, frente a seus óbvios desafios, ao MERCOSUL só há a opção de

expandir-se, aprofundar-se e amadurecer institucionalmente. Involução, com a perda de suas potencialidades, não é uma opção real à seus membros.

E exatamente conseqüência desse processo de maturação institucional será, cedo ou tarde, o estabelecimento de políticas comuns de defesa e segurança. Uma demanda geoestratégica da integração regional que se tornará inevitável conforme o processo de integração avança. Para isso, é pressuposta a discussão profunda do tema, que o estudo atual pretende estimular.

Quanto à viabilidade, o estudo é factível de ser realizado, ainda que a quantidade de material específico sobre o tema seja rara, senão raríssima. Boa parte do estudo deverá ser original, ainda que fartamente amparada em dados oficiais e estudos associados indiretamente aos temas apresentados.

Como independe de dados sigilosos oriundos dos órgãos de inteligência dos países do MERCOSUL, baseando-se em informações públicas e materiais não-classificados, o estudo pode ocorrer sem previsão de problemas de acesso à informação – ainda que apresente análises estratégicas ao interesse nacional brasileiro.

A multidisciplinaridade do estudo contempla áreas diversas, como geopolítica, direito internacional, estratégia, geografia e história, garantindo um público-alvo heterogêneo, no qual se sobressaem os estrategistas militares e os especialistas em relações internacionais, com o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores tidos como principais interessados diretos no desenvolvimento e conclusões do estudo.

Referências Bibliográficas

RIBEIRO, Fábio Pereira. *Cooperação Estratégica em Inteligência Formação da Defesa Regional: um Contribuição dos Serviços de Inteligência.* Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP, ano 5 Vol.1, 2006

COSTA, Darc. *Segurança e Defesa: Uma Única visão Abaixo do Equador*. Escola Superior de Guerra, 2001

MIYAMOTO, SHIGUENOLI. *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum?*. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 16, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100007&lng=es&nrm=iso>, em 24 de Janeiro de 2007.

MONTEIRO, Raymundo. *Uma Percepção Sobre a Defesa e a Segurança Hemisférica*. ESG in IV Encuentro Nacional dfe Estudios Estratégicos, Buenos Aires, 2001.

TEIXEIRA DA SILVA, F.C.. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século II*. Rio de Janeiro. Ed Campus, 2005.

Hermenêutica e História Cultural

José Adilçon Campigoto. *

RESUMO: Estudo sobre a produção dos sentidos a partir de textos sobre o sistema de faxinais enfocando as relações entre o método histórico e a interpretação sociológica. Com base na hermenêutica gadameriana e na perspectiva da história cultural, propõe-se a superação dos problemas relativos à pesquisa de origem, aqui considerados como entraves para a investigação histórica.
PALAVRAS-CHAVE: Faxinais – hermenêutica – história cultural.

ABSTRACT: Study on the production of the meaning from texts on the system of 'faxinais' focusing the relations between the historical method and the sociological interpretation. On the basis of the Gadamer's hermeneutics and in the perspective of cultural history, considers it overcoming of the relative problems to the origin research, considered here as impediments for the historical inquiry.

WORDS KEY: Faxinais - hermeneutic - cultural history.

A produção do conhecimento histórico e a arte da interpretação, na perspectiva das reflexões de Hans-Georg Gadamer, estão intimamente relacionadas. Podemos observar tais ligações enfocando, por exemplo, o sistema de faxinal.[1]

Atualmente, o empenho de cientistas pertencentes a várias áreas do conhecimento na investigação e no reconhecimento legal dos chamados grupos marginais - os faxinais são assim considerados - apresenta-se como desafio aos historiadores da cultura. A questão é que estes grupos, atualmente, são postos em destaque por suas especificidade tais como: a forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais, o cultivo da vida comunitária e a preservação de certa memória comum.

No caso dos faxinalenses, a que tenho me dedicado mais recentemente, os estudiosos do assunto afirmam tratar-se de acontecimento singular por causa de sua forma organizacional. Distingue-se tal sistema dos outros pelo uso coletivo da terra para a criação de animais (v CHANG, 1985).

De fato, podemos dizer que a manutenção de certo espaço para a criação de animais pertencentes a pessoas que não são as proprietárias legais da terra pode ser uma das suas características básicas. Talvez por esta razão, vários cientistas sociais e sócio-

* Professor do departamento de história da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná. Membro do Grupo de Estudos em História Cultural.

[1] Modo de utilização em comum das terras para a criação de animais existente na região sul do Brasil e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos chamados povos tradicionais.

ambientalistas insistem na singularidade cultural e histórica deste sistema e, então, iniciam-se certos desafios para a escrita da história destes povos na perspectiva cultural. Afirma-se, por exemplo, tratar-se de agrupamentos humanos instituindo territórios sociais ou que podem ser classificados como povos tradicionais, ou ainda, podem ser considerados sob a categoria de comunidades performáticas e assim por diante.

No âmbito da política, o decreto estadual n°. 3.446, do governo do Paraná, regulamentou os faxinais como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), seguindo as mesmas diretrizes de utilização das Áreas de Proteção Ambiental (APAS), no ano de 1997. O mesmo decreto criou mecanismos de repasse de ICMs Ecológico às populações residentes nestas áreas. Além disso, os representantes destes grupos foram incluídos na Comissão Nacional de Povos e Populações Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente, no ano de 2005.

Precisamos considerar, entretanto, que conforme Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAPAR), apenas quarenta e quatro das mais de uma centena das áreas mapeadas são consideradas como remanescentes, ou seja, mantém a organização social típica do sistema e a paisagem de matas de araucária; cinqüenta e seis, estão desativadas; e cinqüenta e duas estão extintas. Os números apresentados indicam a trágica história dos faxinais, e remetem à trama na qual a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo representam os vilões. Vemos, assim, o desenrolar da construção do sentido, mas há neste processo de constituição evidente paradoxo: o aceleramento da derrocada dos faxinais significa a sua epifania, a sua a manifestação, ou seja, a sua emergência como objeto histórico. Portanto, se trata de compreender a construção do sentido histórico, isto é, investigar como se conta a história dos faxinais (e por extensão, dos povos excluídos) num momento que representa a aceleração do seu desaparecimento.

Como historiador interessado na cultura popular e que não quer deixar-se levar pelas armadilhas da linguagem, devo considerar-me parte deste movimento, ainda mais, sendo a chamada história cultural campo bastante amplo e pouco definido. A perspectiva histórica, ou o exercício hermenêutico de compreensão dos fenômenos implicam considerar que acontecimentos do tipo criação de animais em comum não surgem por passe de mágica. Por esta ordem de razões, o sistema de faxinal é relacionado, por exemplo, às terras comunais (v DE CAMPOS, 1991) que, se diz, foi prática comum na Ilha de Santa Catarina desde a chegada dos imigrantes açorianos. Afirma-se, também, que as terras comunais fazem parte da tradição açoriana e que tal forma de uso popular da terra descende do arquipélago dos Açores e de Portugal. (v FIGUEIREDO, 2005). Afirma-se, ainda, que o ager publicus, ou o costume

de usar pastagens em comum, existia entre os romanos e os povos germânicos. O caso mais conhecido, talvez, diga respeito aos ingleses e foi celebrizado pelo estudo de Carl Marx sobre a transformação das terras de uso comum em propriedades privadas, processo que se estendeu entre os séculos XVI e XVIII.

Há, no entanto, os que argumentam serem as culturas indígenas do sul do Brasil o berço de origem dos faxinais. Sabe-se que os ameríndios usavam a terra coletivamente e, então, algumas questões nada desprezíveis tornam-se inevitáveis: porque estabelecer relações entre os faxinais e a origem européia? Não estaria funcionando, aí, certo mecanismo de menosprezo aos povos nativos? Não seria este caso típico de um maquinismo cultural colonialista incorporado e reproduzido, até o presente, pelo historiador colonizado?

Há, no entanto, os que argumentam serem as culturas indígenas do sul do Brasil o berço de origem dos faxinais. Man Yu Chang afirma que os traços básicos da cultura faxinalense estavam presentes na região da mata com araucária antes da política de incentivo à imigração européia implementada nos séculos XIX e XX. Segundo C. L. Löwen Sahr e F. Iegelski, a origem dos faxinais vincula-se à população existente na região no século XVIII, ou seja, os caboclos. Aqui, os imigrantes dos séculos XIX e XX apropriaram-se da cultura cabocla, e do contato originaram-se os faxinais ucranianos e poloneses. Ora, sabemos da inexistência de culturas puras. Percebemos, então, a pesquisa da origem dos faxinais como esforço de constituição do sentido.

Do ponto de vista hermenêutico, o sentido se completa sempre que a compreensão se efetua. Além disso, o ato de compreender segue uma dinâmica estável: o movimento que vai da parte ao todo e do todo à parte. Assim, sempre que os investigadores - intérpretes dos faxinais - vinculam a cultura faxinalense às raízes européias adotam o velho continente como a totalidade histórica. Afirmação deste conjunto e a confirmação desta procedência podem ser examinadas como fenômenos da escrita da história eurocêntrica, espécies de armadilhas da linguagem contornáveis pela utilização da perspectiva hermenêutica. O olhar hermeneuta evidencia os procedimentos relacionados à compreensão por meio da apreciação dos termos implicados na questão que, neste caso, podem ser: cultura, história, origem, sujeito e sociedade.

Uma boa entrada para a discussão destes fragmentos de sentido talvez seja o século XIX, mas não a ocasião e nem o contexto do surgimento da história ciência. Mais esclarecedor e menos genético será averiguar o grande questionamento enfrentado pelos defensores e praticantes do conhecimento histórico, isto é, a polêmica do método. Trata-se de acontecimento decisivo porque, então, se apresentava outra forma de compreensão, alternativa

e, até contrária, à investigação das origens e à função desempenhada pelo sujeito histórico na construção deste saber aprimorado no continente europeu.

Ponderemos, inicialmente, que a palavra história significava e significa algo mais do que o tempo vivido e a disciplina ou área do conhecimento voltada para a investigação do passado. Antes de tudo, trata-se de um procedimento cuja aplicação permite a visão perspectiva da trajetória temporal do objeto e seus condicionamentos aos diferentes períodos do tempo. A idéia básica consiste em que a estrutura lógica do objeto implica a sua modelação. Tal princípio foi combatido por Emile Durkheim e seus seguidores que insistiram na inutilidade da investigação das origens. Assim, os adeptos do método histórico depararam-se com outra totalidade compreensiva, isto é, o reino do social como o chamou Durkheim.

Durkheim, como se sabe, dedicou-se à defesa da aplicação do método analítico ao campo das ciências humanas. A principal tese de sua teoria sociológica, o princípio da determinância social, derivou exatamente da aplicação de seu método preferido aos fenômenos humanos. Consistia no isolamento das partes do todo para estudá-las e examiná-las, separadamente, com o fim de estabelecer conexões entre elas. A análise - nome do método - efetuava-se a partir das conexões estabelecidas entre a totalidade pré-determinada e os seus elementos. (DURKHEIM, 1978: 78) Isto significava dizer que o fenômeno social deveria ser estudado como elemento em separado, o que abalava as certezas do método histórico que se fundamentava no procedimento de compreender o passado a partir das intenções dos sujeitos históricos[2]. Contra essa tese Durkheim escreveu que a dureza do bronze "... não reside no cobre, no estanho ou no chumbo que serviram para o formar e que são corpos moles e dúcteis, mas sim na sua mistura..." (DURKHEIM, 1978: 78).

A metáfora do bronze, aplicada à sociedade, significa dizer que o social tem certa propriedade intangível aos usuários do método histórico uma vez que eles se dedicam a investigar os elementos anteriores à formação dos fenômenos. Tratava-se de inversão completa de certo procedimento além da demonstração soberba a respeito dos limites inerentes ao saber histórico. A conseqüência imediata era de que o procedimento histórico tornava-se supérfluo para o estudo dos fenômenos sociais, uma vez que, "... para compreender a maneira como uma sociedade se representa a si própria e o mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos particulares". (DURKHEIM, 1978: 79) A proposta de Durkheim, representada pela metáfora do bronze, desprestigiou o reinado da fonte

[2] Os historiadores da escola metódica utilizavam o método hermenêutico psicológico para a interpretação dos documentos. Por este procedimento, o sentido correto de um texto aparece quando descobrimos o que se passava na mente de um autor no momento em que escrevia.

escrita ao mesmo tempo em que atirou a recuperação das intenções do sujeito histórico ao plano da insignificância. Era a demonstração clara de que a sociedade pode ser compreendida sem o recurso às evidências intencionais deixadas na história pelos sujeitos concretos.

De fato, o conceito de documento escrito vincula-se profundamente à noção de sujeito porque, segundo o método da crítica das fontes, o procedimento básico utilizado pelos historiadores metódicos, para saber da validade de certo texto se faz necessário perguntar pelo indivíduo que o produziu. Parte-se do pressuposto de que autores sérios e confiáveis não produzem escritos duvidosos e mal intencionados.

Este princípio da confiabilidade no testemunho representava a possibilidade da reconstrução exata dos acontecimentos passados e, por conseguinte, a certeza de atingir os fenômenos na sua originalidade, ou seja, de captá-los na pureza dos seus nascedouros. Era a proposta da história ciência, também conhecida como historicismo. Leopold von Ranke, dito pai do historicismo germânico,escreveu sobre a falta de registros escritos de escritores reconhecidos e de testemunhos autorizados entre os ameríndios. Indicava, assim, a possibilidade remota de se investigar a origem da formação dos sistemas estatais indígenas. Pareceu decretar a impossibilidade da gênese americana, mas não negou a probabilidade da escrita da história das Américas porque a instituição estatal serviria como evidência suficiente para narrar os acontecimentos posteriores ao "descobrimento" (v. HOLANDA, 1979: 108).

O que Ranke escreveu sobre a gênese da Europa, no entanto, evidencia a função desempenhada sujeito histórico na construção do saber historicista. Na parte que trata da unidade dos povos romanos e germânicos e de sua evolução, afirma que

> ... no início de sua aventura, logo no começo da migração dos povos, o rei visigodo Ataulfo concebeu a transformação do mundo latino em um reino godo, do qual se proclamaria Cezar e onde conservaria as leis romanas... Dessa união nasceram seis grandes povos; em três predominou o elemento românico: no francês, no espanhol e no italiano. Em três, o germânico: no alemão, no inglês e no escandinavo. (HOLANDA, 1993: 65).

A gênese da Europa, como se vê, encontra-se na mente do sujeito chamado rei Ataulfo. Portanto, o sujeito histórico e a origem são partes constituintes do procedimento investigativo sobre a origem. Tal constatação nos permite compreender mais claramente as dificuldades e as divergências dos pesquisadores, e investigadores (diga-se que a maior parte deles não é composta por historiadores) em relação à origem dos faxinais. Estaria a grande gênese do sistema faxinal situada no pensamento de algum sujeito que viveu há muito tempo, encarnada em alguma tribo ancestral européia ou era prática exercida pela ancestralidade ameríndia? Problema da gênese, mas não há como defender a tese de que a perspectiva durkheimiana foi ignorada. As fontes indicam que se procura a gênese nas sociedades:

açoriana, germânica, inglesa, cabocla ou indígena, embora, talvez fosse melhor nomeá-las como culturas. De qualquer modo, a sociedade é tomada como totalidade compreensiva e isto pode derivar da proposta metodológica durkhemiana.

Assim, a o método da análise social representou um marco na relação entre a história e as ciências sociais, e digamos na difusão da perspectiva da totalidade social e das categorias de análise durkheiminianas que podiam ser tão facilmente confundidas com a alguns conceitos marxistas. O autor de As formas elementares da vida religiosa formulou a seguinte advertência: "... é preciso evitar ver esta teoria da religião como simples restabelecimento do materialismo histórico: isso seria desprezar demais nosso pensamento" (RODRIGUES, 1993: 171). O lembrete de Durkheim vinha no sentido de esclarecer que a religião, assim como outras representações sociais, é produto, não da organização das forças produtivas, mas da síntese das consciências individuais, ou seja, a consciência coletiva. Isso separava as duas propostas, mas a aproximação se deu no sentido de que o sujeito histórico, tal como o concebiam os praticantes do método história, tornou-se detalhe insignificante para a compreensão das relações sociais ou econômicas, isto é, tanto na perspectiva economicista quanto na sociologista durkheiminiana.

O conceito de fato social, por exemplo, era extensivo ao passado, o que afrontava diretamente o procedimento metódico dos historiadores 'tradicionais', porque, na visão durkheiminiana assim como na marxista tradicional ou estruturalista, já não importa o nome do sujeito que inventou a religião ou o capitalismo. Não interessa saber o nome da personalidade que extraiu a mais valia pela vez primeira, nem a identidade do sujeito que criou o primeiro tribunal da justiça. Pode-se falar, portanto, de certa escrita da história sem sujeito, ou pelo menos, da narrativa em que o sujeito nomeado e documentalmente referido tornou-se detalhe de importância menor. Podemos dizer, também, que a crítica marxista em relação à neutralidade política pretendida pela escola metódica, assim como as proposições sociológicas durkheiminianas sobre a determinância do social expuseram as fragilidades do método história. Evidenciaram o caráter ilusório e inexeqüível do projeto de reconstrução do passado tal qual efetivamente aconteceu, porque a história fundada nos feitos e ancorada em personalidades históricas revelou-se como narrativa sobre a parte ínfima dos sujeitos históricos; isto é, evidenciou-se como a narração sobre aqueles que deixaram textos escritos ou, como o registro da memória daqueles sobre os quais estas inscrições se referiam. A escrita da história dos faxinais enfrenta, assim, o problema do sujeito fundador porque não há muito sentido numa pergunta do tipo: qual o nome da pessoa que inventou o sistema de faxinal.

Quando se toma a sociedade como totalidade genética simplesmente se substitui a figura do sujeito fundador por alguma noção um tanto bizarra do tipo "sujeito coletivo". [3] Assim, a gênese pode ser recomposta, mas a perspectiva hermenêutica nos conduz à seguinte questão: será mesmo necessário procurá-la?

A resposta, quando se adota o pressuposto de que o faxinal é a parte da totalidade histórica, será afirmativa simplesmente porque a compreensão, o sentido das coisas se completa sempre que relacionamos alguma parte ao seu todo. O método história, às vezes displicentemente chamado de historicismo, repousa neste dispositivo básico de construção e reprodução dos sentidos históricos: a história é o todo; os fatos ou acontecimentos representam as partes. Sempre que relacionamos algum fragmento ao conglomerado do qual foi extraído o sentido evidencia-se. Temos aqui, outro problema inerente à pesquisa da origem: é preciso deixar claro em toda a sua extensão (do fim ao começo), que o pedaço e todo têm a mesma natureza, pois não havendo como ajustá-los, não será possível efetuar a inclusão.

O método história, às vezes displicentemente chamado de historicismo, repousa neste dispositivo básico de construção e reprodução dos sentidos históricos: a história é o todo; os fatos ou acontecimentos representam as partes. Sempre que relacionamos algum fragmento ao conglomerado do qual foi extraído o sentido evidencia-se. Temos aqui, outro problema inerente à pesquisa da origem: é preciso deixar claro em toda a sua extensão (do fim ao começo), que o pedaço e todo têm a mesma natureza, pois não havendo como ajustá-los, não será possível efetuar a inclusão.

Evidentemente a compreensão histórica é uma entre outras perspectivas a possibilitar o estabelecimento das conexões que nos permitem a captação e construção dos significados; ela exerce certo fascínio, por tradição, que não deriva somente da academia e da intelectualidade; deslumbra muitos investigadores.

Podemos dizer o mesmo da interpretação sociológica durkheiminiana, à qual nos referimos anteriormente, das proposições derivadas do materialismo dialético (principalmente daquelas em que o aspecto econômico é tomado como a totalidade) e de outras, que não vem ao caso citar. Trata-se de recurso trivial, mas, ao mesmo tempo, indica uma forma de responder aos desafios do non sense. A averiguação das raízes aponta o mundo europeu,

[3] O personagem chamado Smigol, da trilogia Senhor dos Anéis, encarna a figura do sujeito coletivo uma vez que sendo o último sobrevivente de sua espécie refere-se a si mesmo sempre na primeira pessoa do plural.

principalmente grego, como contexto original dos procedimentos e da sensibilidade histórica, mas a perspectiva genealógica indica um marco inerente ao próprio discurso histórico.

O século XIX e o início do XX, de Ranke, de Durkheim, de Marx, de Simiand, de Seignobos,e de tantos outros intérpretes da história, nossa porta de entrada, foi o palco de uma dispersão como diz Foucault. Foi época das pesquisas de origem, do resgate do sujeito e do esforço para determinar as identidades, portanto. Tempo de reações frente ao sentimento do vazio, ao choque trágico, à tomada de consciência sobre o tempo que se esvai e sobre a fraqueza da memória. Personagens letárgicos perguntavam-se pelos deuses que puderam habitar os templos vazios diante de seus olhares. Mais que isso, estes europeus, por mais reflexivos que se mostrem não sabem o que são. Ignoram que raças se misturaram para formar seus corpos, para constituir seu sangue; procuram pelos papeis que poderiam exercer; eles não têm individualidade. O século XIX só poderia ser virtualmente historiador. (FOUCAULT, 1979: 32). A pesquisa da origem, desde então, é uma tentativa de esconjurar o esquecimento.

A crença de que na origem encontra-se a essência pura dos fatos, no entanto, aniquilou-se por demonstrações, sempre mais evidentes, de que as coisas não possuem essência. A confiança na grandiosidade dos surgimentos originais transformou-se em descrédito por meio da descoberta gradual de que todo início é insignificante e quase imperceptível. É a metáfora nietzscheniana da careta e do macaco que estão no início de tudo o que é humano. O inquérito da linhagem defrontou-se, assim, com outra das suas mais poderosas críticas: a genealogia nietzscheniana. A proposta sociológica durkheiminiana não foi alternativa eficaz porque, apesar de possibilitar a compreensão do social sem a recorrência à origem, excluía a figura do sujeito. O mesmo diga-se do economicismo. São perspectivas que nos permitem perceber o recurso à intencionalidade, a pesquisa da origem e a construção de totalidades como procedimentos recorrentes para a construção dos sentidos. As tentativas de esconjurar a grande amnésia que mitiga a memória dos começos, no entanto, persistem, retornam e reaparecem, muitas vezes, na forma do resgate do sujeito histórico.

Temos observado que os faxinalenses contam histórias sem sujeito, porque não apresentam o nome do fundador, do inventor do sistema de faxinais. A história cultural na perspectiva hermenêutica caracteriza-se como atitude filosófica no sentido de evitar as armadilhas da linguagem porque se sustenta na evidência de que o sentido é sempre construído a partir do horizonte já dado.

BIBLIOGRAFIA

CHANG, M.Y. *Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

DE CAMPOS, Nazareno José. *Terras Comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Trad. Margarida G. Esteves. São Paulo: Abril cultural, 1978. (Os pensadores).

FIGUEIREDO, *Aline. Terras comunais urbanismo*. Encontrável em: http://www.arq.ufsc.br/urbanismo1/2005-1/final/final_af.pdf.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições graal. 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Leopold von Ranke: História* . São Paulo: Ática , 1979

NERONE, Maria M. *Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997*. Assis, 2000. 286 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista.

MARQUES, C. L. G. *Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná.Guarapuava, 2004*. (Relatório Técnico) Instituto Ambiental do Paraná.

OCHOA G, Ana Beatriz. Métodos. Encontrável em: http://www.monografias.com/trabajos11/metods/metods.shtml#HISTO

RODRIGUES, José Albertino. (Org.) *Durkheim.* 6ª ed. São Paulo: Ática, 1993

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Fernando Teixeira da. *História e ciências sociais: zonas de fronteira*. In, Revista História. V. 24 nº. 1, São Paulo: Unesp, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nelson Rodrigues leitor de Gilberto Freyre: aproximações entre *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e a dramaturgia de Nelson Rodrigues

Henrique Buarque de Gusmão[1]

***Resumo*:** Neste trabalho, estão colocadas as primeiras perguntas que guiam a minha pesquisa de doutorado. Investigo relações e apropriações construídas entre a obra de Gilberto Freyre e a dramaturgia de Nelson Rodrigues, tendo em vista elementos comuns às duas obras e entendimentos próximos no que diz respeito ao processo de formação da família e da civilização brasileira. Em ambas as obras, pode-se perceber a análise de excessos de violência física, sexualidade e sensualidade (marcas da *hybris*), assim como a análise da entrada de padrões de civilização importados que também se impõe pela marca da violência da repressão. Entre estes dois campos, constroem-se tensões muito produtivas para se pensar a formação da identidade brasileira, os padrões de civilização importados, a própria noção de civilização e a questões do discurso teatral na segunda metade do século XX.
Palavras-chave: Nelson Rodrigues, Gilberto Freyre, civilização.

Abstract: In this work, the first questions that guide my research are done. I investigate relations and appropriations constructed between Gilbert Freyre's and Nelson Rodrigues's texts, in view of two author's common elements about the process of formation of the brazilian family and civilization. In both the workmanships, we could perceive the analysis of excesses of physical violence, sexuality and sensuality (marks of the hybris), as well as the analysis of the entrance of imported standards of civilization that also is imposed by the mark of the repression's violence. Between these two fields, important tensions are constructed to think the formation of the brazilian identity, the imported standards of civilization, the notion of civilization and the questions of the teatral speach in the second half of century XX.
Key-words: Nelson Rodrigues, Gilberto Freyre, civilization.

Estou iniciando, este ano, o meu processo de doutoramento pelo PPGHIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste texto, exponho minhas primeiras questões, problemas e hipóteses que desenvolverei ao longo dos quatro anos de pesquisa, questões estas ligadas às possibilidade de relação entre as obras de Gilberto Freyre e Nelson Rodrigues.

Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, em seu livro Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos, apresenta um quadro bastante completo da relação que Freyre constrói entre autores e idéias estrangeiras (especialmente ingleses, que muito o impressionam em suas viagens) e a realidade brasileira. É a partir destas relações que Freyre faz, já de volta ao Recife, longas pesquisas sobre o passado colonial que resultam em sua primeira obra: Casa-

[1] Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação da Profa. Dra. Andréa Daher.

grande & senzala, caracterizada pelo próprio autor como "o drama da formação da família brasileira" (Pallares-Burke, 2005: 407). O grande impacto que este livro provocará no ambiente intelectual brasileiro e na própria historiografia está ligado ao elogio que Freyre faz à miscigenação. A partir de um longo trabalho em arquivos coloniais, e fazendo uso de uma longa lista de intelectuais estrangeiros, o autor fará um detalhado retrato do ambiente da casa-grande colonial, do grande engenho de açúcar e percebe que a mistura de etnias e culturas foi o que tornou possível o sucesso da ocupação da colônia portuguesa. Diante das dificuldades apresentadas pela terra e pelo momento histórico, somente a mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade dos portugueses em contato com índios e africanos pôde garantir o sucesso da ocupação do território. Estas características garantiram um certo "equilíbrio de antagonismos"[2] necessário para a criação da sociedade colonial.

O elogio da miscigenação gerou, muitas vezes, diversas críticas a Gilberto Freyre, posto ter sido muito associado à idéia de "democracia racial". Ricardo Benzanquen de Araújo, em seu livro Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, discute como o otimismo da mistura de culturas não exclui a profunda violência do sistema escravista que contagia o ambiente social criado na obra de Gilberto Freyre, afirmando que:

> *da mesma maneira que encontramos em* Casa-grande & senzala *um vigoroso elogio da confraternização entre negros e brancos, também é perfeitamente possível descobrirmos lá numerosas passagens que tornam explícito o gigantesco grau de violência inerente ao sistema escravocrata, violência que chega a alcançar os parentes do senhor, mas que é majoritária e regularmente endereçada aos escravos. (Benzaquen de Araújo, 1994: 45)*

Benzaquen identifica, no ambiente social da casa-grande criado por Gilberto Freyre, uma tensão entre flexibilização e violência entre culturas, relacionada a uma característica que marcaria esta realidade: a hybris[3]. A casa-grande freyreana seria caracteriza por um ambiente de excessos, principalmente sexuais, que aproximam o português da negra e da índia e que gera um "clima extremamente orgiástico" (Benzaquen de Araújo, 1994: 63), um ambiente de "culto à obscenidade" (Benzaquen de Araújo, 1994: 68). Se a violência do senhor de engenho, a sua preguiça, o trabalho do escravo, a violência para com o negro

[2] Esta idéia, fundamental na obra de Freyre, é também influência de autores ingleses, como Alfred Zimmern, Herbert Spencer e Franklin Giddings, estando esta relação bastante bem construída no livro citado de Pallares-Burke.

[3] Apresentada, pelo autor, como excesso, desmedida, a partir de um determinado entendimento do conceito grego.

(extravasada para a própria família do senhor) seriam excessivas, o ambiente sexualizado das casas-grandes também o seria. Assim, "apesar da mestiçagem, da tolerância e da flexibilidade, o inferno parecia conviver muito bem com o paraíso em nossa experiência colonial." (Benzaquen de Araújo, 1994: 46) Benzaquen analisa, ainda, que figuras que poderiam representar um certo grau de repressão e tentativa de disciplinarização destes ambientes (como os padres jesuítas), não conseguiriam ter força suficiente naquele momento. Sendo assim, monta-se na casa-grande colonial um clima altamente sexualizado, onde senhores se relacionam com escravas, meninos com cabras ou com crianças negras e até mesmo o incesto pode ser encontrado.

Indo adiante, Benzaquen analisa a obra de Gilberto Freyre Sobrados e mucambos. Pesquisando, agora, a sociedade imperial brasileira, Freyre percebe um determinado "projeto civilizador" [4] ganhar força no Brasil com a chegada da família real. Para o autor, a mineração já teria acentuado um certo caráter repressor e disciplinarizador na sociedade brasileira, uma vez que a Coroa portuguesa fez-se aqui mais presente. A chegada da Corte, entretanto, traz novos hábitos, novos produtos, novas expressões culturais que entrarão em choque com o "clima quase delirante, assinalado pelos mais imoderados apetites, que definia a casa-grande." (Benzaquen de Araújo, 1994: 59) O surgimento da figura do bacharel[5], por exemplo, é entendida como o surgimento de uma figura moralizadora que impõe novos hábitos de civilidade ao seu ambiente social, ligado a um "ideal de comedimento, de cultivo espiritual e de vida de gabinete." (Benzaquen de Araújo, 1994: 121) Benzaquen faz uma interessante análise do papel da hybris nesta nova realidade constituída. Da mesma forma que os engenhos apresentavam "exageros de natureza sexual" (Benzaquen de Araújo, 1994: 128), os sobrados, agora, apresentarão um excesso de disciplina, de rigor no encaminhamento deste "processo civilizador", "o excesso agora [...] torna-se de pureza e não de miscigenação". (Benzaquen de Araújo, 1994: 161) O "gélido e requintado mundo dos sobrados" (Benzaquen de Araújo, 1994: 181) acabaria levando, ao contrário do que acontecera no engenho colonial, a um afastamento entre as culturas e etnias.

Haveria, então, uma interessante tensão na obra de Freyre tomada numa continuidade. Sempre marcada por excessos, as ordens sociais construídas nas duas obras – Casa-grande & senzada e Sobrados e mucambos – apresentariam um choque no que diz respeito à oposição entre sexualidade violenta, onipresente e civilização disciplinarizadora,

---

[4] Cf. Benzaquen de Araújo, Ricardo. *Guerra e Paz, Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 108.

[5] A figura do bacharel também é citada e analisada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, livro que deverá ser também utilizado e analisado na pesquisa.

castradora. Essa tensão é marcada, evidentemente, pela hybris, apresentando, porém, alguns escapes. Em Sobrados e mucambos, Freyre percebe no ambiente dos mucambos "a humildade, a singeleza, a integração com a natureza, a naturalidade, a solidariedade, em uma palavra, a fraternidade postulada pela ordem franciscana". (Benzaquen de Araújo, 1994: 166) O franciscanismo, ideal bastante importante para Freyre, é encontrado em sua obra como uma possibilidade de controlar as tensões e os excessos que marcariam o processo histórico brasileiro.

Esta oposição entre padrões de civilidade e hybris será pensada também a partir das reflexões de Jean Starobinski, que, ao buscar a origem do termo civilização, depara-se com uma gênese conjunta da idéia de civilização e de "falsa civilização". A civilidade, que é entendida juntamente com o conceito de polidez, está ligada tanto a um conjunto de hábitos e padrões de comportamento, como à criação de critérios para julgar e à imposição violenta do progresso. Deste modo, uma acepção de civilização, a partir de Starobinski, é ligada ao processo de construção de hábitos polidos (na longa duração) que, uma vez concluído, pode hierarquizar povos e culturas. Outra acepção, tão antiga quanto a primeira, é claramente crítica em relação à falsidade destes hábitos, à valorização excessiva da aparência, o que já aponta para a idéia de decadência da civilização. Nesta análise, é importante que se pense a idéia de civilização junto com a de decadência, ou surgimento de padrões de civilidade europeus junto com a decadência de uma certa espontaneidade da hybris dos engenhos.

Traçando uma trajetória diferente da de Freyre, Nelson Rodrigues mudou-se do Recife para o subúrbio do Rio de Janeiro ainda muito novo. Desde criança, Nelson cultivou uma profunda ligação com o jornal, tendo trabalho no Última Hora e em O Globo. A literatura dramática, entretanto, dará maior destaque ao autor. Entre 1941 e 1978, escreveu dezessete peças teatrais. Apesar do estrondoso sucesso da montagem de seu segundo texto, Vestido de noiva (considerada um dos marcos do teatro brasileiro moderno), os textos seguintes de Nelson enfrentaram sérios problemas com a censura e com a Igreja, apesar de terem despertado cada vez mais o interesse de artistas, encenadores e companhias teatrais.

Para Paulo Francis, Nelson Rodrigues era um "talento em captar emoções embaixo da cintura" (Francis In: Rodrigues, 1981: 414). De fato, especialmente em seus textos teatrais, o tema da sexualidade tem grande importância. A partir da análise deste tema, pode-se começar a pensar as primeiras relações entre Rodrigues e Freyre. Nelson Rodrigues, além de leitor, foi um grande admirador de Gilberto Freyre. Em diversos momentos de sua obra, podem ser encontradas referências entusiasmadas e elogiosas a Freyre, chegando até mesmo a declarar o seguinte: "Se me perguntassem quais são os brasileiros mais inteligentes

que conheço, eu responderia: – Gilberto Freyre, Gilberto Freyre e Gilberto Freyre." (Rodrigues, 1997: 73).

Tendo em vista esta relação, pode-se observar que a tensão encontrada nos livros de Gilberto Freyre, como apresentei anteriormente, parece ressurgir nos textos de Nelson, em um outro ambiente social. A maior parte de suas peças se passam no Rio de Janeiro, tendo, muitas vezes, apartamentos, casas burguesas ou suburbanas como cenário. Neste cenário, é possível perceber uma série de personagens atordoados pelo excesso sexual, pela força do desejo sexual. É curioso observar que estes personagens parecem remeter a um ambiente como o da casa-grande freyreana. Patrício, personagem de Toda nudez será castigada, relembra sua iniciação sexual com uma cabra como o início de uma vida marcada pelo constante desejo sexual. Edmundo, de Álbum de família, sonha com a possibilidade de viver num mundo em que só existisse sua família, onde todo o tipo de relação poderia existir entre seus membros. Diversas prostitutas vivem em ambientes orgiásticos e altamente sexualizados, que encantam o imaginário de homens e mulheres.

Por outro lado, há uma série de personagens e situações em que a interdição e o controle à sexualidade impõem-se numa relação tensa com o impulso sexual. Tias que cheiram as cuecas dos sobrinhos, impulsos sexuais reprimidos em direção à mãe, à irmã, ao pai, elogio à feiúra e ao enjôo diante de qualquer atitude sexual são exemplos destes personagens e situações. Essas são algumas pistas, então, de que o excesso sexual e o excesso de civilidade burguesa, na oposição já apontada por Gilberto Freyre, serão reconstruídos na dramaturgia de Nelson Rodrigues.

Um exemplo desta tensão entre excessos de sexualidade e de padrões de civilidade pode ser visto em Os sete gatinhos. Neste texto, o pai de família – Seu Noronha –, seria regido por padrões morais tão fortes que chega a proibir o uso do papel higiênico em casa. Ele se mobiliza para que a família garanta um casamento digno à filha mais nova que estudava em um colégio interno. Quando a filha é expulsa da escola e aparece grávida em casa, Seu Noronha passa por uma enorme desestabilização e decide parar de trabalhar e criar um "bordel de filhas" (Rodrigues, 1981: 228), sob o seguinte argumento: "se [sua filha] foi de um, pode ser de todos!" (Rodrigues, 1981: 229) Ou seja, ou o ambiente familiar seria marcado pelos mais rígidos padrões de comportamento, ou deveria entrar no profundo desregramento.

No entanto, assim como Freyre, Nelson Rodrigues também encontra uma espécie de válvula de escape para esta tensão na qual seus personagens estariam colocados. Adriana Facina já aponta para a possibilidade do amor[6] como a forma de se sair desta

[6] Amor este que não é entendido exatamente como o amor romântico, mas como um amor que leva à redenção.

oposição violenta de uma sexualidade que, como em Casa-grande & senzala, "aproxima-se aparentemente da mais pura animalidade" (Benzaquen de Araújo, 1994: 63) e uma sexualidade marcada pelos excessos de normatização.

Nesta oposição entre uma sexualidade animalizada e padrões de civilização normatizadores, entretanto, na análise dos dois autores, não se quer criar uma oposição simplista entre expressão e repressão sexual. Pelo contrário, pode-se pensar tanto os excessos de expressão sexual como os excessos de pudor dentro do funcionamento de um mesmo dispositivo: o dispositivo da sexualidade, utilizando a expressão criada e desenvolvida por Michel Foucault em História da sexualidade I: a vontade de saber. Tendo criado diversos mecanismos de saber e poder sobre a expressão sexual, a sociedade burguesa fez com que se falasse e se pensasse muito sobre o sexo para criar mecanismos microfísicos de poder. Desta forma, a partir do entendimento deste dispositivo como um elemento teórico da pesquisa, pode-se pensar a aparente oposição de maneira mais complexa.

Sendo assim, a proposta de minha pesquisa consiste em analisar a apropriação, por parte de Rodrigues, de figuras, categorias e formas narrativas das obras de Freyre, particularmente Casa-grande & senzala e Sobrados e mucambos. De modo a entender essa relação, de maneira mais específica, coloco as seguintes questões, organizadas em três blocos, segundo critérios conceituais:

1) A questão da hybris: quais as relações que se estabelecem entre o ambiente altamente sexualizado construído por Gilberto Freyre em Casa-grande & senzala e os excessos sexuais presentes nos personagens de Nelson Rodrigues? De que forma as referências a esses excessos sexuais, em Gilberto Freyre, são reconstruídos em Nelson Rodrigues?

2) A questão da "civilização" (e o seu corolário, a da "decadência"): como é construída a relação entre o "processo civilizador", no Brasil, e a promiscuidade dos engenhos coloniais em Gilberto Freyre? Como Freyre caracteriza este "processo civilizador"? Quais figuras estão envolvidas neste processo? Como essas figuras são reconstruídas na obra de Nelson Rodrigues? Como os excessos dos padrões de civilidade são construídos em Nelson Rodrigues?

3) A questão do conflito (e da regulação do conflito): como o conflito, sob a forma da tensão entre hybris e disciplina e entre civilização e decadência, aparece nos dois autores? O que ele gera para suas respectivas obras, sobretudo do ponto de vista das formas narrativas específicas do teatro e da teoria social? Enfim, que possibilidades de dissolução

para a tensão aparecem nas respectivas obras, tais como o franciscanismo dos mucambos, em Freyre, e o amor ou os finais felizes, em Rodrigues?

Por fim, um último comentário sobre novas questões que ainda estão em elaboração na pesquisa. A crítica a padrões de civilidade importados e ao sufocamento de uma realidade marcada por excessos, pela sensualidade e pela violência que aparece nas duas obras pode ser relacionado, também, com um determinado discurso teatral que ganhou muita força na segunda metade do século XX. Antonin Artaud, Jerzy Grotowski, o Living Theatre e mesmo Constantin Stanislavski (morto no final dos anos 1930), pensam um teatro que resgate uma certa força perdida pela civilização, um homem que renasça através do teatro com todas as possibilidades que a civilização lhe sufocaria. Desta forma, ficam como propostas estas últimas questões: a leitura e apropriações que Nelson Rodrigues faz da obra de Gilberto Freyre pode estar relacionada com este discurso libertário de importantes nomes do teatro no século XX? Mesmo estando diretamente ligado a outras tradições e convenções teatrais, Nelson Rodrigues pode ser pensado, a partir das questões que expus neste trabalho, em conexão com o teatro de vanguarda da segunda metade do século XX? Como seu nome, a partir de sua leitura de Freyre e de seu entendimento do processo histórico brasileiro, pode-se ligar a nomes como Artaud, Grotowski e o grupo Living? São perguntas que ficam para um amadurecimento futuro.

Bibliografia

ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. *Guerra e Paz, Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Vol. I: Uma história dos costumes; Vol. II: Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol. I: 1990 e Vol. II: 1993.

FACINA, Adriana. *Santos e canalhas*: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

____. *Sobrados e mucambos*. Rio de janeiro: Record, 2000c. (l.ed. 1936).

____. *Ordem e progresso*. Rio de janeiro: Record, 2000d. (l.ed. 1959).

GROTOWSKI, Jerzy. *Em busca de um teatro pobre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUSMÃO, Henrique Buarque de. *"Só toca em mim casando!"*: Reinvenções da moralidade burguesa na dramaturgia de Nelson Rodrigues (1941-1978). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Monografia de bacharelado em História.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

RODRIGUES, Nelson. *Teatro completo 1, 2, 3 e 4*. Organização e introdução de Sábato Magaldi. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *A vida como ela é...* O homem fiel e outros contos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Flor de obsessão*: as 1.000 melhores frases de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

STANISLAVSKI, Constantin. *El trabajo del actor sobre sí mismo*. El trabajo sobre sí mismo en el processo de las vivencias. Buenos Aires: Quetzal, 1994.

_____. *A construção da personagem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOPORKOV, Vasily Osipovich. *Stanislavski in rehearsal*. Nova Iorque: Routledge, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *Nelson Rodrigues e o fundo falso*. Brasília: MEC, Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rodagem, a cidade e seus personagens: processo de modernização do escoamento da lavoura de Cacau e a desestruturação de núcleos urbanos entre os anos de 1935 e 1955.

Khalil . A. B Nogueira.[1]

REUMO: Os objetivos deste trabalho estão centrados, no estudo da rede urbana e da necessidade de novas vias de escoamento da produção da lavoura cacaueira no período de 1930 a 1955 e dos seus impactos políticos, sociais, culturais e estruturais no Sul Baiano. Tratará, do plano rodoviário do Instituto do cacau, da criação da Viação Sul Baiano, do processo de desestruturação de núcleos urbanos e do surgimento de uma nova classe de trabalhadores na região, os rodoviários.
Palavra-chave:Instituto do Cacau; Cidade; Sul baiano.

Abstract:: The objectives of this work are centered, in the study of the urban net and the necessity of new ways of draining of the production of the cacaueira farming in the period of 1930 the 1955 and of its impacts politicians, social, cultural and structural in the Bahian South. It will treat, of the road plan of the Institute of the cacao, the creation of the Bahian South Means of transportation, the process of desestruturação of urban nuclei and of the sprouting of a new classroom of workers in the region, the roads.

Keywordes: Institute of cacao; City; South baiano.

A cidade representa um modelo simbólico grandioso para a realização de estudos referentes à sociedade e as marcas e transformações impostas por esta sobre o meio que a circunda. Seus equipamentos, em especial a rede viária, possibilitam ao historiador visualizar a dinâmica social, cultural e política responsáveis pelos elementos formadores e articuladores da rede urbana. Estudar e entender o desenvolvimento do espaço urbano mostra-se relevante para compreender o processo de formação do dispositivo viário e sua configuração territorial, o qual faz o controle da circulação de pessoas e mercadorias.

As abordagens atuais sobre a cidade demonstram que os sistemas de transporte promoveram uma verdadeira reviravolta. Trens e automóveis permitiram a circulação rápida entre o centro e a periferia, criando uma nova concepção de cidade e de espaço. O transporte

[1] Universidade estadual de Santa Cruz

barato permitiu o desenvolvimento de zonas ecológicas especificas, reservando um distrito central de negócios, uma área industrial e zonas residenciais.

Desde do início do século XX já se cogitava alterações no modelo de transporte no Brasil. Na Bahia este interesse mostra-se mais forte a partir da década de 1920, onde uma verdadeira reviravolta ocorreu no sistema viário em decorrência de uma grande euforia rodoviarista.

O primeiro plano rodoviário, em forma de legislação foi aprovado pela assembléia Legislativa do Estado da Bahia em 31 de agosto de 1917. O plano autorizou a construção de estradas de rodagem ligando centros produtores a mercados consumidores ou rios navegáveis, estradas de ferro e portos marítimos. O plano, que não foi devidamente implementado, tinha uma constituição centralizadora na forma de uma "estrada de cintura" contornando a Bahia de todos os Santos, da qual partiriam outras "estradas de penetração" ou "regionais" e destas, outras linhas de interconexão ligando povoados do interior com as ferrovias. O resultado direto desse plano foi o início da construção da primeira estrada de rodagem moderna da Bahia, ocorrida no ano seguinte, a estrada de rodagem da Capital Feira de Santana, considerada desde então a principal conexão de Salvador ao Sertão. A estrada teve seu trecho final inaugurado somente em 1929, o que prenunciava grandes transformações no ímpeto rodoviarista, o qual na década de 1930 alastrou-se como febre política.

Em 1932, o plano rodoviário do Instituto do Cacau da Bahia toma corpo, tendo como metas traçar e executar estradas para vencer distâncias de até 60Km, visando interligar os centros de produção com pontos de embarque marítimo, fluvial ou ferroviário.

A construção de rodovias passou a ser a prioridade única para os transportes nos anos 30. Deste modo, desde 1910 o governo estadual vinha adotando a prática de conceder uma série de vantagens a particulares que se interessassem não só pela construção, mas também pela exploração de linhas regulares de transporte por automóvel. Ficando esta intenção demonstrada com as leis 828, de 1910, 1.227 de 1917, 1.458 de 1920, 2.059 de 1928, além do decreto 10.910, de 1938.

As concessões feitas, tanto a cidadãos quanto a empresas, davam a estes direitos e vantagens como: prazo de 30 anos para a exploração; isenção de impostos estaduais; preferência para a aquisição de terras devolutas marginais à estrada; subvenção quilométrica e outras mais.

Desta forma, fica evidenciada a importância dos mecanismos para o escoamento, os quais sempre exerceram grande influência na economia da região cacaueira, possibilitando avanços e recuos no desenvolvimento regional. Inicialmente motivada pela

facilidade de navegação fluvial e posteriormente pelo surgimento de uma rede rodoviária construída pelo Instituto do Cacau na década de trinta.

A cultura cacaueira, no inicio limitava-se às margens dos Rios Pardo, Jequitionha e Rio de Contas, estendendo-se apenas às distâncias vencíveis pelas tropas de burro numa jornada. As embarcações fluviais concentravam o produto nas cidades ribeirinhas como Canavieiras, Belmonte, Itacaré e Ilhéus de onde era coletado e transportado por mar para Salvador (SANTOS, 1955).

Desde 1917, quando se implantou no estado o transporte rodoviário, já se compreendia que entre os mais importantes problemas da zona sul do estado, destacava-se o transporte, fator essencial para a circulação da riqueza regional, o cacau, e para o desenvolvimento social, político e administrativo.

Os mais variados meios de comunicação colocavam a importância da modernização dos meios de transporte para o desenvolvimento regional, sobretudo no que se referia às transformações benéficas para a zona cacaueira e principalmente para a cidade de Canavieiras, a qual estava praticamente isolada em virtude da decadência do transporte fluvial.

> "Apoiado no conceito de Jean Raymond da escola de Altos Estudos Urbanos, de Paris de que 'a beira das vias de comunicação nasceram às cidades' e de que 'o começo da cidade, é a estrada' O articulista analisa o papel civilizador das estradas para que dele se compenetrem as administrações, principalmente, as municipais, certas como é que as estradas constituem para o desenvolvimento progressivo da vida dos municípios..."(Jornal, O Independente, ano I Canavieiras, sábado 4 de junho de 1932).

As estradas de rodagem, no tocante ao município de Canavieiras vêm a se apresentar como uma tábua de salvação, o comentário de Jean Raymond, exemplifica esta necessidade das vias de comunicação para o nascimento das cidades, entretanto o caso de Canavieiras não mais era o do nascimento e sim o de sobrevivência e sustentação do desenvolvimento, caso contrário estaria fadada ao isolamento, e por conseqüência o esvaziamento.

> "... Quem quiser remontar o curso da historia humana, há de observar que os caminhos, quer terrestres, fluviais ou marítimos, marcam o ritmo da civilização. Sem eles não se multiplicaria as relações humanas, não se desdobrariam, entrelaçando-se os interesses morais e materiais das coletividades, não circularia o comércio, não existiria nem a cooperação nem a solidariedade entre os homens.
>
> Elas assinalam o roteiro das necessidades sociais. Por isso, toda a estrada representa um esforço social e não uma obra

> individual arbitrária ou caprichosa. Quando se rasgam vias de acesso e penetração, através de regiões desertas, nestas se leva o germe, com as possibilidades de povoá-las, fecundá-las e torná-las úteis. Depois, nos antigos sertões interiores, à margem das estradas o transito vai fundando povoações, as vilas, as cidades. Onde não existem laços de comunicação não pode existir comunhão, esse espírito solidário coletivo que sob o impulso dos interesses comuns, gera as iniciativas progressistas...". Jornal, O Independente, ano I Canavieiras, sábado 4 de junho de 1932).

Fica evidenciada a importância da abertura e conservação por parte das municipalidades das rodagens, e da manutenção de políticas rodoviárias sob pena destas municipalidades se isolarem, estacionarem ou retrocederem obstruindo pela paralisia mental da rotina as fontes de expansão geral e as correntes de civilização locais. Para ele as municipalidades se esquecem de que a vida não é mais do que co-existência e de que tanto as sociedades, como o individuo, não se bastam a si mesmos. Como a China, que trancou as portas a todo o movimento civilizador, quando despertou, estava atrasada de vários veículos.

Neste momento o Instituto do Cacau da Bahia apresenta-se como o grande promotor do desenvolvimento regional, como um grande aglutinador de forças e esforços em prol do desenvolvimento, sendo o maior responsável pela abertura e manutenção de estradas de rodagem no sul baiano no período em questão.

> "...Verdadeira como estes conceitos, é oportuno que se cante hosanas com toda a expansão d'alma, ao já vitorioso Instituto do Cacau da Bahia, pelo mobilitante e patriótico rumo que tomou colocando acima de todas suas preocupações e de todas os seus encargos, este de abrir estradas, como fonte mais fecundas para expansão das nossas riquezas" (Jornal, O Independente, ano I Canavieiras, sábado 4 de junho de 1932).

A comparação entre os levantamentos do censo dos anos de 1920 e 1940 mostra o elevado número de municípios que conheceram perda de população, as quais partiam muitas das vezes com passagens fornecidas pelo Estado."As próprias frentes de trabalho, com o objetivo de construir estradas, criadas pelo governo no decorrer dos sucessivos anos secos na década de 30, ajudaram na partida dos sertanejos, inclusive para outras regiões baianas"(FREITAS, 2000: 24 – 37).

Os anos de isolamento somados às enchentes e às flutuações no preço do cacau fez com que Canavieiras e o seu principal porto fluvial responsável pela ligação com o interior, entrassem em um processo acelerado de declínio político e econômico, o que vinha a dar matizes mais acentuadas ao objetivo de buscar recursos para a construção da estrada de

rodagem, a qual viria fazer a ligação deste município aos grandes centros regionais de Itabuna e Ilhéus.

Entretanto, as lutas pela revitalização de antigos meios de escoamento não se mostraram nulas como fica demonstrado no projeto do vereador Antônio Martins Pereira Lima, apresentado em sessão da Câmara Municipal, de 20 de julho de 1935, o qual autoriza o prefeito a despender até a quantia de 20.000$000 para a construção do porto de Jacarandá. Contudo, os maiores apelos eram concentrados nos pedidos de construção de estradas e para a conservação das já existentes.

Eram muitas também as notas de repúdio e críticas ao mau uso do dinheiro público, ou mesmo do uso deste para a construção de estradas em propriedades particulares, ou mesmo do desvio da construção de rodagens da proximidade de distritos importantes para beneficiar outras áreas, sem levar em consideração as populações destas localidades as quais eram relegadas e esquecidas.

Canavieiras, neste período tem na construção das estradas o veículo necessário para o seu crescimento o que lhe permitiu evitar a ruína decorrente do colapso da Navegação Baiana. A necessidade revelava-se em virtude do rendimento dos serviços técnicos de uma campanha produtiva dependente de uma rede de transportes rápidos e eficientes, que permitisse o contato com o maior número possível de produtores.

Em 1937, o Instituto de Cacau da Bahia apresentou o relatório dos serviços na zona sul nos municípios de Canavieiras e Belmonte. Os estudos para construção estavam a cargo do engenheiro Edson Castro para o trecho do Secador (próximo a Camacan), o qual fora iniciado e concluído em novembro de 1936, sendo, no entanto, realizados despesas no ano de 1937, com implantação das variantes propostas pelo engenheiro Enéas Gonçalves no valor de 1:775$000. A construção deste traçado foi iniciada em 1937, não sendo construído em dezembro devido a grande falta de trabalhadores, deve-se salientar que neste ano em virtude da alta do cacau para atrair trabalhadores teve-se que elevar os valores das diárias de 4$000 para 5$000.

Com o crescente aumento do fluxo de veículos que escoavam a produção de cacau, que de um ano para o outro apresentou uma diferença de mais de 10.000 sacos, foi acelerado o processo de abertura e melhoramento do trecho Mascote-Vargito, o qual enfrentava problemas relativos ao encascalhamento prejudicando assim o trafego. As despesas para a construção e melhoramento do trecho para o ano de 1937 foi de 195,951$300.

Desta forma, fica evidenciado que com a construção da estrada de rodagem Mascote-Itabuna, e posteriormente, Vargito-Canavieiras, a qual teve como responsável o Sr.

Francisco Martins, a vila de Jacarandá acentua seu processo de decadência perdendo a sede do distrito para Santa Luzia a qual recebe o nome de vila.

No ano de 1953, foram transferidos para o povoado de Santa Luzia, a escrivaninha de paz e o oficio do registro tendo como escrivão interino, Anacleto Vitor Ribeiro, que permaneceu no cargo até 1958, quando tomou posse Gersom Filemon Lacerda. Filemon, em 1959, foi nomeado para o cargo de escrivão de paz do distrito de Jacarandá, termo de Canavieiras, sendo afastado em 12/07/78 (COSTA,1968).

Como Jacarandá, muitos outros povoados tiveram seu desenvolvimento barrado pela modernização das formas de escoamento da produção de cacau, isto evidencia como a mudança nos meios de transportes é capaz de contribuir para o estacionamento ou regresso dos núcleos humanos, como no exemplo de Banco da Vitória, a qual foi pouco a pouco perdendo a antiga importância, se tornando um magnífico exemplo de povoado sacrificado pelo progresso.

Jacarandá, como Banco da Vitória e mais uma dezena de povoados tiveram em virtude do isolamento, seus núcleos urbanos esvaziados. Em 1950, existiam seis aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Canavieiras 6.579 habitantes, e a vila de Jacarandá 773, Mascote 694, Ouricana 173, Vargito 143 e Potiraguá 1.828, neste ano o povoado de Santa Luzia consta na relação com uma população de aproximadamente 630 habitantes. Nos anos seguintes, Jacarandá perde população para Santa Luzia, esvaziamento este iniciado em 1950, quando aproximadamente 80% de sua população migram para o povoado vizinho (IBGE).

O município de Canavieiras neste período enfrentava dificuldades em relação à administração e beneficiamento destas localidades, bem como o de controlar as forças políticas gestadas nestes núcleos, muito das vezes distantes do controle do poder local e que conseguiram uma certa independência, as quais com o passar dos anos foram responsáveis pela emancipação política e administrativa de várias delas em conseqüência do enfraquecimento da sede do distrito.

No decorrer do ano de 1950 continuam os apelos de políticos e representantes de sindicatos objetivando o melhoramento da estrada de rodagem de Canavieiras e principalmente a estrada da Boa Vista do Jacarandá - Vargito, como fica evidenciado no pedido de Swaldo Rios no jornal Rio Pardo:

> "É péssima a situação das estradas de rodagem em Canavieiras. O operoso deputado pessedista o Swaldo Rios, que na reunião ao diretor local para a escolha dos candidatos a prefeito e vereadores, solicita como sempre no cuidar dos

> interesses desta terra que tem defendido com devotamento manteve prolongada conferencia com Sr. Octavio Mangabeira a respeito da péssima situação que se encontravam as estradas de rodagem neste município, especialmente, entre Boa Vista e Mascote, onde já não há tráfego regular de ônibus e o de caminhões se fez em precaríssimas condições de segurança e por custo elevadíssimo. O Sr. Governador prometeu tomar providencias junto ao departamento de estradas de rodagem a fim de que o transporte de cacau não venha também a ser prejudicado como acentuou aquele deputado. Ainda nessa conferencia o Sr. Oswaldo Rios tratou da conclusão da rodovia Canavieiras-Vargito, prometida para o ano corrente mas que, com reduzido progresso do serviço somente se poderá esperar esse benefício para fins de 1951 ou meiados de 1952" (Jornal Rio Pardo, Canavieiras 23 de julho de 1950, n°1 ano I).

Em 1955, já em avançado processo de decadência e esvaziamento, devido à perda de suas representações políticas, as quais migraram ou para Mascote, Camacan ou Santa Luzia, o núcleo urbano da antiga Vila fluvial, passa por um processo de partilha em virtude do falecimento de D. Sofia Chaussé Peltier decretando definitivamente o seu destino(NOGUEIRA, 2002).

A exemplo de Jacarandá, algumas localidades baianas tiveram em virtude do declínio do transporte fluvial, decretado o seu quase desaparecimento, tais como Xique-Xique, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e tantas outras. Outras cidades rodoviárias nasceram, cresceram ou consolidaram suas posições com a construção de estradas, como foram os casos de Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus, Barreiras, Teixeira de Freitas e Itabuna (FREITAS, 2000:24-37).

Evidencia-se então a importância do estudo das transformações processadas nas cidades do sul baiano decorrentes da necessidade de modernização no processo de escoamento da lavoura do cacau e dos implementos estruturais de conexão entre os vários núcleos urbanos que a compunham. Os quais promoveram transformações políticas, culturais e econômicas em uma sociedade, cujo alicerce era a monocultura.

A urbanização como processo, e a cidade, forma concretizada deste processo, marcam profundamente a civilização contemporânea, sendo muitas vezes inimaginável algum período histórico onde esta não esteve presente (MUNFORD,1998).

Entender a cidade atual, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicar a extensão da sua urbanização, sobretudo no tocante à região sul da Bahia, exige uma volta às suas origens.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

CARLOS, Ana Fani A. A Cidade. 4ª ed – São Paulo. Contexto, 1999.

COSTA, Alcides. Jacarandá e Salobro: ensaio histórico, ed Mensageiro da Fé LTDA., 1968.

COSTA, José Fialho. Conjuntura Cacaueira do Sul da Bahia. Salvador: Bureau, 1992.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. "Eu vou para a Bahia": a construção da regionalidade contemporânea. Bahia Analise & dados, Salvador – BA SEI v.9 nº 4 p. 24 – 37. Março 2000.

MUNFORD, Lewis. A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas/ Lewis Munford: [tradução Neil R. da Silva}. – 4ª ed. – são Paulo: Martins fontes,1998.

NOGUEIRA, Khalil Augusto Botelho. Vida e Morte de um Povoado no Sul da Bahia: Jacarandá –1887-1937. Monografia (Graduação em História), Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002.

SANTOS, Milton. Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico. Ed. Artes Gráficas, 1955.

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 13ª ed. – São Paulo: Brasiliense,1995.

SPOSITO, Maria E. B. Capitalismo e Urbanização. 13ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

Jornal, O Independente, canavieiras/Ba.

Jornal Rio Pardo, Canavieiras/Ba

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Teatro do Oprimido na Aula de Literatura

Érica Rodrigues Fontes[1]

Resumo: Este trabalho resulta de observações feitas a partir de um projeto que objetivou uma melhor absorção de conteúdos literários por alunos de literatura lusófona da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill. As observações foram feitas de agosto de 2004 a maio de 2006. Este artigo concentra-se no resultado concernente ao trabalho desenvolvido com dois contos do escritor moçambicano Mia Couto, "O fogo" e "A princesa russa". No ensino dos mesmos foi usada a metodologia do Teatro do Oprimido, que divide a sociedade no binário Oprimido/Opressor, para estudar as relações presentes nos textos e a partir de então sugerir uma interpretação mais profunda dos mesmos.

Palavras-chave: Teatro do Oprimido, *Performance* de Literatura e Metodologia de Ensino na Sala de Aula

Abstract: This report springs from observations made during a project that aimed at a better learning of literature by Lusophone Literature students at the University of North Carolina at Chapel Hill. The observations were held from August 2004 to May 2006. The article focuses on the results concerning the work developed with two of Mia Couto's short stories: "The Fire" and "The Russian Princess". The methodology of the Theater of the Oppressed, which divides society in the binary Oppressed/ Oppressor, was used to teach these two texts, analyzing how characters relate and developing a deeper interpretation of them.

Key Words: Theater of the Oppressed, Performance of Literature, Classroom Methodology

O presente relato é o resultado de observações feitas a partir de um projeto que objetiva a melhor absorção de conteúdos literários pelos alunos de literatura da graduação. O projeto, iniciado no mês de agosto de 2004, terminou em maio de 2006. As experiências relatadas foram feitas nas turmas de Português 40 (Introdução à Literatura Lusófona), da qual fui instrutora, no período supracitado, na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill. Para desenvolver o meu projeto resolvi unir a minha experiência teatral (escrevi minha tese de doutorado sobre teatro político, especificamente sobre alguns dos grupos contemporâneos do Teatro do Oprimido de Augusto Boal) e docente. Neste artigo me concentrarei apenas no resultado concernente ao trabalho desenvolvido com dois contos do escritor moçambicano Mia Couto, "O fogo" e "A princesa russa".

[1] Bolsista PRODOC da CAPES junto à Universidade Federal do Piauí

Há pelo menos dois fatores que favorecem a utilização do método teatral de Boal nesta aula de literatura: as circunstâncias políticas e sociais sob as quais os textos tratados foram escritos e o fato do Teatro do Oprimido ser um tipo de teatro que tem como proposta final a discussão de problemas sociais. É no Teatro Fórum, uma das técnicas do Teatro do Oprimido, onde há o incentivo à discussão de problemas sociais, que a participação da platéia pode ser mais claramente notada. Nas aulas supracitadas, usei a idéia geral do Teatro do Oprimido, que divide a sociedade no binário Oprimido/Opressor (todos os jogos e exercícios deste tipo de teatro são moldados a partir desta mentalidade) para estudar as relações presentes nos textos e a partir de então sugerir uma interpretação mais profunda do mesmo.

"O fogo", de Mia Couto trata da deprimente estória de um pobre casal que não possui mais nenhuma perspectiva de vida. Até seus filhos já lhes foram tomados, o que é mencionado no final do conto. Nos momentos iniciais, a mulher é apresentada como um ser vazio. Seu marido é quase desprovido de um corpo. A partir daí, ao se tornarem conscientes de sua própria desgraça, que não mostra perspectiva de melhora, o marido se esmera em pensar numa solução para a situação: ele decide que vai começar a cavar suas covas. O marido começa a cavar a cova da mulher primeiro, com medo de algo acontecer que possa impedi-lo de levar o processo adiante. Pouco depois, o marido chega à conclusão de que é inútil deixar uma cova aberta, se nada vai ser feito com ela: o próximo passo é, portanto, matar a mulher. Os dois marcam a data para o assassinato, mas o marido morre antes, não conseguindo completar o feito.

Para uma análise teatral deste conto, a aula foi dividida em quatro partes. Na primeira parte, a turma foi separada em dois grupos diferentes, com dois leitores voluntários, que leram respectivamente a primeira e segunda parte do conto. Enquanto o **GRUPO A** ouvia ou fazia a leitura da primeira parte do conto, o **GRUPO B** esperava do lado de fora da sala e vice-versa. Uma música de fundo salientava o caráter triste do texto, enquanto a leitura era feita e todos, menos o leitor, mantinham seus olhos fechados. Posteriormente às duas partes da leitura do conto, os dois grupos se encontraram para debater os pormenores da estória. Depois deste ponto, direcionamos nossa atenção à dicotomia Opressor/Oprimido e como isso se aplicava ao texto. Foi através deste procedimento que muitos alunos se deram conta de que a opressão maior do texto "O fogo" vai muito além da relação conjugal dos dois suicidas. Esta opressão está numa esfera invisível, social e politicamente apresentada. A partir desta conclusão, o marido passa de

Opressor a igualmente Oprimido por Opressores tão abstratos quanto à pobreza, depressão e tédio.

Em "O fogo", o grande dilema da discussão foi a dicotomia pobreza e tédio. No entanto, depois que as diferentes cenas que tratavam das duas diferentes questões foram montadas e algumas substituições ocorreram, a turma chegou à conclusão de que a pobreza era muito mais opressora do que o tédio, pois o segundo pode ser mais facilmente combatido por pessoas de todas as classes sociais.

Neste primeiro dia de aula, percebi que muitas destas questões jamais seriam tratadas se não tivéssemos utilizado este método. O sucesso desta primeira experiência foi o que me motivou a prosseguir com a aplicação dos exercícios do Teatro do Oprimido em outros textos.

Os temas de "A princesa russa" são bastante similares aos de "O fogo", a partir do momento em que pensamos na natureza opressora dos dois. A estória narra a confissão de Fortin, assimilado negro e criado de Iúri e Nádia, que possuem uma mina na cidade moçambicana de Manica. O foco da estória é a relação entre o criado e sua patroa e as descobertas pelas quais os dois passam a partir do contato de suas diferenças. Enquanto Nádia tem a pele alvíssima, Fortin é negro. Enquanto ele é homem, ela é mulher. Enquanto ele pode ir e vir, ela deve ser mantida em casa, cultuando um relógio russo de família, que representa sua ligação com tradições e com a terra natal.

Nádia tenta contatar o mundo exterior através de Fortin: ela vai ao seu quarto e se impressiona com as condições de vida dele, e quanto mais se aproxima deste homem, mais quer sair de sua casa, pedindo a ele que a leve para outros lugares na redondeza. Quando Iúri descobre a respeito de suas saídas, passa a proibi-las, o que gera o momento mais crítico da narrativa. Um dia Nádia espera o marido chegar da mina, quebra o relógio russo e dança longamente sobre os cacos de vidro, cortando-se e enchendo o cômodo de seu sangue. A estória termina com a fuga de Fortin para a cidade de Gondola e o enlouquecimento gradual de Nádia.

Quando pedi aos alunos que escolhessem o momento que demonstrasse uma intensa emoção e que exagerassem essa emoção em uma cena teatral, todas as duplas optaram por escrever sobre o episódio da quebra do relógio. Duas das cenas apresentadas são descritas a seguir.

Na primeira cena, um pouco chocante para toda a turma, um aluno se pôs de pé e tomando uma cadeira, jogou-a no chão, com fúria. Essa cena levou-nos a debater sobre o

caráter frustrante da prisão residencial de Nádia e a fúria que foi expressa pela quebra do relógio.

A segunda cena foi, contudo, bastante diferente. O segundo aluno não se utilizou de nenhum objeto para fazê-la e apresentou uma dança que se assimilava a uma dança russa folclórica, com vários movimentos simultâneos dos membros inferiores e superiores. Sua expressão facial, no entanto, apresentava uma felicidade quase macabra. Perguntei a toda a turma a sua opinião sobre a cena e, para minha surpresa, eles me mostraram algo que eu não tinha percebido: esse momento é psicologicamente para Nádia um momento limite entre a normalidade e a loucura, o que foi claramente ilustrado no rosto do segundo aluno.

Para Boal, o Teatro só pode ser do Oprimido se ele (o Oprimido) participar do seu processo. Da mesma forma, pelas experiências vistas até a presente data, percebo que a literatura só se torna objeto de intensa discussão se o aluno puder entrar no contexto do livro, participando da vida dos personagens como se fosse a sua própria, o que é exemplificado com o exercício aplicado em "A princesa russa." Um outro fator a motivar a discussão é a transferência do contexto do conto para o contexto do leitor ou espectador, aplicando uma realidade literária a uma realidade social, tal como visto na análise de "O fogo". Somente a partir de um profundo envolvimento com a obra literária pela sua imaginação, o aluno contribuirá com um avanço no campo interpretativo da mesma, relacionando-a com suas próprias questões e fazendo-a parte da sua vida.

Bibliografia

Bendelak, Olivar. "Substituting the Oppressed." Trans. Stephan Tobler. Metaxis 2. Aug. 2002: 46.

Boal, Augusto. Técnicas latino-americanas de teatro popular: uma revolução copernicana ao contrário. 2nd ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

---. Theater of the Oppressed. Trans. Charles A. and Maria-Odilia Leal McBride. New York: Theater Communications Group, 1985.

---. Entrevista pessoal. 16 July, 2003.

Couto, Mia. Cada homem é uma raça. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

---. "The Fire." Voices Made Night. Trans. David Brookshaw. Oxford: Heinemann, 1986. 1-5.

Eco, Umberto. Eco, Umberto. The Role of the Reader: Explorations in the Semiotics of Texts. Bloomington: Indiana U P, 1979.

Playing Boal: Theatre, Therapy, Activism. Ed. Mady Schutzman and Jan Cohen-Cruz. London: Routledge, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A violência contra mulheres legitimada pelas práticas sociais e culturais

Maria Clarice Rodrigues de Souza[1]

RESUMO: A violência é um termo de múltiplos significados, e vem sendo utilizado para nomear desde as formas mais cruéis de tortura até as práticas mais sutis de violência que tem lugar no cotidiano da sociedade. No presente trabalho, na perspectiva do gênero, discutimos a violência contra as mulheres, perpetrada pelos homens e amparada por toda uma sociedade patriarcal, o que a torna uma das mais invisíveis e menos reconhecidas do mundo. Como método de pesquisa trabalhamos com a História Oral, que se tornou de extrema importância aos estudos dos historiadores pela construção da memória daqueles que historicamente foram marginalizados pela nossa sociedade. Gostaríamos de trazer ao debate a face oculta dessa violência muitas vezes não vista pelo fato de ser institucionalizada socialmente, mostrando situações cotidianas onde a definição do paradigma feminino coloca a mulher como alvo da arbitrariedade do sexo oposto.

Palavras-chave: Violência, Mulheres, Sociedade.

ABSTRACT: The violence that's a term of multiples significance , & comes being used to name after the shapes cruelest of torture but also the practices subtle of violence that you have place into the daily from society. Into the present I work, on perspective of the class, discuss the violence contra the women , perpetrator bristles men & assist for all an association patriarchal , the one to the she becomes one of the invisible & less we have recognized of the world. I eat method of research we work with the Oral history , that if turned out of extreme importance to studies from the historian by building from memory of those who historically have been Kept out of society by our society. We should like of bringing the discussion the face occult of that violence often no view at fact of being institutionalized socially , showing situations daily where the definition of the paradigm female it puts the woman I eat clear from abuse of the sex opposite.

Key- words: Violence, Women, Society.

A violência contra as mulheres tem merecido atualmente, início do século XXI, um destaque maior por parte da mídia. Muito se tem falado sobre o tema, mas o que realmente tem sido feito para mudar os dados alarmantes que mostram tal violência como parte integrante do cotidiano de muitas mulheres? O objetivo desse trabalho é mostrar através de algumas entrevistas realizadas com pessoas que interagem diretamente com tal assunto, como essa violência é vista por estes personagens reais e como a sociedade impõe alguns modelos a

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profª. Dra. Vera Lúcia Puga.

determinado grupo de pessoas e como essas acabam por acata los ainda que sejam extremamente prejudicadas. O que pretendemos é mostrar como a violência contra as mulheres é legitimada pela sociedade sendo aceita e tolerada como algo inerente à mulher e ainda considerada por muitos como uma "inconveniência tolerável" é como se a esse crime fosse dado características de relações naturais entre pessoas do sexo feminino e masculino que vivem em guerra, esquecendo que, não são diferenças biológicas entre homens e mulheres que determinam o emprego da violência, mas, construções culturais e sociais impostos a esses, reforçados por patriarcalismos que estabelecem relações de dominação e violência entre os sexos. Como procedimentos metodológicos entrevistamos até agora sete mulheres que sofreram ou sofrem violência doméstica, destas apenas duas nos permitiram retratar suas vidas, ainda que o discurso de todas as entrevistadas baseia-se nos mesmos princípios. Sempre que formos mencioná-las utilizaremos os códigos MA1 e MA2. Entre os agressores foram três entrevistados, sendo permitida apenas uma transcrição, com autoridades policiais duas ex-delegadas que responderam pela Delegacia de Mulheres de Montes Claros e todas elas nos permitiram usar suas falas.

Dentre essas representações sociais impostas pela sociedade, tomamos como exemplo o casamento, existe um embasamento para tal, no qual a sociedade em geral instiga a mulher a querêlo, e esse muitas vezes é visto pelas mulheres como válvula de escape, pois deixarão a tutela do pai, para se tornarem companheiras do marido, ou ainda para se verem livres de lares nos quais muitas vezes são subordinadas a regras de opressão. Foi o que constatamos na fala de MA2:

> *(...) eu casei assim, mais por eu morar na casa dos outros, então, a gente, eu sofria muito, porque eu perdi meu pai eu era muito pequena né, então minha mãe ela sofria muito com nós então ela me deu prá esse pessoal que é o pai da minha patroa né, que me criou desde pequena então eu casei porque eu sofria muito lá aí eu pensei, vou casar prá sair de casa né, então eu ficava livre né, eu ia ter minha casa né, aí eu ia mandar e tudo.*[2]

O interessante é que para isso os costumes sociais destituíram as mulheres da oportunidade de ganharem o seu próprio sustento, de modo que o casamento era a única chance de terem uma vida decente, ou seja, o papel que restava à mulher é o de esposa e mãe e o espaço de expressão destes papéis é o casamento. Assim, a mulher só é valorizada, só adquire uma identidade quando se casa. Se para a mulher o casamento significa felicidade e realização, para o homem ele será a possibilidade do exercício da "proteção da esposa"

[2] Fala de uma mulher vítima de violência doméstica. Entrevista realizada em 28/07/2006.

defendida pelo cristianismo, mas que se manifesta através de domínio e subjugação. Aqui cabe citar o discurso no qual a Igreja Católica se baseava,

> *(...) e reiterava, acerca da inutilidade das preocupações sobre a superioridade ou igualdade entre homens e mulheres, enfatizando a prioridade de se investigar as funções sociais para as quais estes demonstravam aptidões. E no caso das mulheres, revelava averiguar "se precisam como os homens o âmbito do mundo para exercício de suas faculdades, ou simplesmente o estreito recinto do lar doméstico, cujos deveres são difíceis de cumprir" encaminhando sua argumentação, em termos de uma indução explícita, para última solução. Fato que se pode verificar, ao acentuar que as mulheres têm uma função especial que corresponde às leis de seu sexo, "sublime tanto nas dores que lhe são inerentes como nos resultados de ter filhos". Sua atuação primordial na família mais que no trabalho, constituía-se "numa ciência que absorve todos os dias, horas, minutos...". A desobediência a esta norma, em decorrência da propaganda equivocada em prol da participação feminina na esfera pública, resultaria na diminuição das "mulheres honestas para aumentar as cínicas falanges das que não o são". E, para finalizar, apelava no sentido de deixar a mulher no interior da família, de onde não deve sair, a mulher feliz, altiva, ornada com a dupla coroa, o amor do marido e dos filhos.* (SOIETH, 1997: 07-08)

Como sublinha Pateman em sua obra: O Contrato sexual "o casamento é uma obra que está a serviço do patriarcado. No casamento a mulher estará sob o controle absoluto do homem" (PATEMAN, 1993-246).

Essa análise acerca do pensamento da sociedade sobre o casamento se fez necessária para que possamos demonstrar o porquê da aceitação de muitas mulheres de serem tratadas como mero objeto por seus maridos, as entrevistas concedidas revelam como as mulheres foram socializadas para sofrerem em silêncio, tudo por amor a família, aos filhos, tudo pelo papel imposto por uma sociedade patriarcalista e tradicional. Como retrata o trecho retirado da entrevista realizada com MA1:

> *(...)nesse intervalo que eu casei com dezessete anos, foi dezessete anos de só sofrimento, eu apanhava dele, eu resisti ao casamento entendeu , e eu nunca tive coragem de denunciar ele, nunca... nada, eu num sei porque eu num denunciei ele, acho que foi por causa dos filhos eu num tinha...por causa dos filhos, porque ele gosta muito dos filhos, ele pode não gostar de mim, mas dos filhos dele ele gosta demais (...)mas mesmo assim eu insistia em ficar casada e também por causa da família , tudo por causa da família (...)eu sacrifiquei minha vida pelos meus filhos (...)sofria mas tinha que ficar né, mas eu guentei, na época tinha que agüentar né por causa de pai , porque os pai né naquela época tinha que casar e ficar ali sofrendo mas tinha que ficar hoje em dia não fica , casa se não dá certo é só separar , minha filha mais velha mesmo já separou, meu pai me obrigou ficar com ele sabe(...).*[3]

Uma contradição encontrada nas entrevistas concedidas se refere a uma crença presente no senso comum e muitas vezes também para a justiça, de que as mulheres que se mantêm em relacionamentos conjugais abusivos o fazem devido à dependência financeira em relação ao companheiro. Como afirma a ex-delegada da Delegacia da mulher,

[3] Fala de uma mulher vítima de violência doméstica. Entrevista realizada em 19/07/2006.

> *(...) a dependência econômica da maioria das mulheres que chega na delegacia, porque só chega aqui a parte pobre(...)é também a dependência econômica como eu já disse que faz com que elas retirem a denúncia(...) .* [4]

O interessante é que os enunciados como os da delegada somente reforçam a idéia de dependência e submissão das mulheres. Porém, em nossa prática pudemos constatar que, na verdade, este não é o fator primordial, já que uma parcela significativa das entrevistadas não contava com o apoio financeiro de seus parceiros, pois estes muitas vezes são negligentes neste aspecto. Como afirma MA1,

> *(...)**eu trabalhava, sempre trabalhei**, nunca deixei de trabalhar mesmo esperando neném , eu nunca dependi dele mas mesmo assim eu insistia em ficar casada(...)eu dava assistência prós meus meninos como se fosse o homem que tivesse saído de casa, **porque ele não trabalhava**, eu fiquei dando despesa, na época eu trabalhava e fiquei dando despesa prós meus filhos, ele não trabalhava aí eu tinha que sustentar ele , sustentava mesmo como sustento até hoje(...).*[5]

E MA2,

> *(...) **porque eu que trabalho e coloco tudo dentro de casa ele não me ajuda com nada, ele não sustenta nada**(...) a vida inteira eu trabalhei, tem 13 anos e três meses que eu trabalho só com essa menina aqui e ainda lavava roupa prá fora(...).*[6]

A manutenção dessa idéia nos parece mais relacionada com o modelo ocidental de mulher desejada pela sociedade, ou seja, um sujeito submisso e voltado para o esposo e os(as) filhos(as) e cujo papel de "rainha do lar" lhe atribui a responsabilidade pela união familiar, sendo-lhe negado o direito de tomar decisões a nível pessoal, como a opção de terminar um relacionamento, uma vez que sua identidade é a de esposa e mãe e não de mulher.

Nas entrevistas concedidas ocorrem dois pontos relacionados à questão da separação. O primeiro se refere à agredida conseguir depois de dezessete anos de casada se separar do marido, mas ela deixando a casa e os filhos, no entanto, percebemos que ela só toma essa atitude por causa dos filhos e não por si mesma; como afirma MA1

> *(...)aí depois de dezessete anos eu cansei de tanto sofrimento eu apanhava muito dele e me separei dele, nesse intervalo que eu casei com dezessete anos, foi dezessete anos de só sofrimento, eu apanhava dele (...), **eu só decidi separar dele quando minhas meninas foram crescendo e ficando moça elas não deixava mais que ele batia em mim então ele batia nelas**, aí minha menina mais velha mesmo sabe, uma vez machucou o pé por causa dele, ele correndo atrás dela prá bater, por causa minha , aí eu que tive que sair de casa, eu que sai de casa , sai sozinha e os meninos ficou (...).*[7]

---

[4] Fala da ex delegada da Delegacia das Mulheres em Montes Claros.
[5] Grifo Nosso.
[6] Grifo Nosso.
[7] Grifo Nosso.

A Segunda entrevistada, MA2, no entanto, não teve a mesma coragem de enfrentar as normas ditadas pela sociedade, preferiu se fechar, mesmo tendo também como vítimas da agressão do marido os filhos, continuou a silenciar sua história de dor e sofrimento para não transgredir as normas impostas:

> *(...)ele batia ne mim e eu sempre escondia né, num querendo falar com vergonha né, com vergonha assim de falar né e o povo perguntava e eu sempre arranjava uma desculpa né, falava que eu era tinha machucado e tudo e ficava (...)porque eles não sabia que eu apanhava, às vezes minha irmã , ficava sabendo que eu apanhava mas ela não podia fazer nada né , às vezes ela via aqueles machucão e sabia que aquilo não era queda como eu falava(...) ele chegava ficava batendo em mim batia nos menino que era pequeno os menino não dava conta de acudir(...) eu nunca pensei em me separar dele a gente que é criada na casa dos outros sofrendo a gente é muito acanhada né e acha que as vezes a gente faz as coisas e a culpa vai cair em cima da gente , que a gente tá errada né, se a gente separa o povo fala: a mulher que tá errada , desrespeitou o marido né então por causa disso por ver esse lado do respeito eu fiquei vivendo a vida toda com ele, hoje ele tá doente eu tenho dó de sair né (...) já estamos casados a 28 anos mesmo, vai fazer 29 agora no mês de agosto, hoje o povo de hoje não vive mais né e viver uma vida dessas eles não guenta mais eu nunca me separei por um lado por respeito né com meus pais de criação , então eu nunca tive coragem de sair de casa sabe, fico com vergonha de separar né , olhando o lado assim né sempre as vezes a culpa só cai pro lado da mulher né nem que a gente seja honesta direita né e muita gente não reconhece não sabe a situação dentro de casa né , já pensa da gente outra coisa né (...).*

Outro dado encontrado que confirma o que temos pesquisado é o alcoolismo visto como fator primordial para as relações de violência, como confirma a ex delegada "(...)Mas 99% dos motivos apresentados pelos agressores é o alcoolismo(...),em especial no âmbito da família". Essa justifica também é usada pelas mulheres, como afirma MA2, já MA1 vê o álcool apenas como uma forma de encorajamento.

> *(...)acho que ele batia em mim por causa da cachaça , ele me batia e falava que não gostava de mim , ele me batia quando ele bebia (...)eu acho que na verdade ele bebia como desculpa , a bebida era desculpa para fazer o que ele fazia, quantas vezes ele são aí queria bater ne mim(...).* MA1

> *(...) aí ele bebia, chegava dentro de casa e me batia, fazia ruindade comigo né(...)tudo por causa da bebida sempre assim sempre eu falo a violência dentro de casa por causa da bebida , chega quebra tudo(...)ele é alcoólatra assim sabe, ele pega os trem e vende tudo prá comprar pinga, troca os trem a troco de cachaça (...)Eu acho que a violência dele é só por causa da bebida mesmo(...).* MA2

Os agressores também afirmam que o álcool é o propulsor do crime, como relata um agressor:

> *(...)eu tinha bebido um pouco, aí quando eu caí eu levantei aí puxei o revólver quando eu fiz assim acerto bem na minha cunhada ela entrou na frente da minha esposa aí no ela caí eu já tava desesperado fui dá mais dois tiro na mulher minha foi uma tentativa e um homicídio aí eu acertei minha esposa, feriu minha esposa e acertei minha cunhada que morreu na hora(...).*[8]

[8] Fala do agressor. Entrevista realizada em 19/07/2006.

Outro ponto que queremos aqui destacar é a tentativa de construção de um "lugar de fala" uma posição social dos agressores, como homens de bem, os quais jamais se envolveram em brigas de rua ou praticaram qualquer outro tipo de violência que não seja a doméstica, como forma de minimizar suas atitudes. Esse lugar ou essa atitude acaba sendo aceita pelas esposas em suas falas.Primeiramente no relato de MA1,

> *(...)meu pai me obrigou ficar com ele sabe porque Clarice, porque ele fora da cachaça é uma ótima pessoa com os outros lá fora entendeu todo mundo fala que ele não parece que era ruim , claro ué quem sabe que ele é ruim é eu que apanho dele todo dia , ele era bom demais, todo mundo gosta dele, todo mundo, mas o pior dele é dentro de casa(...).*

E também MA2,

> *(...)o que eu acho interessante é que com os de fora ele é ótima pessoa tem hora que eu fico pensando se eu for falar pros outros, vão pensar que eu é que sou ruim , ele não briga, não é brigador de rua, eu acho que essa violência dele tem um pouco a ver com a criação dele porque o pai dele também bebia e era violento e batia na mãe dele e os irmãos dele também eram violento e fala que era por causa da bebida, mas ele com gente de fora ele é ótimo não briga com ninguém de fora, só briga comigo e com os filhos.*

Em entrevista realizada com os agressores o que despertou atenção foi a banalidade que é mostrada por eles ao mencionarem seus crimes. É como se esses crimes não houvesse a necessidade de condenação, é algo tão simples que não precisaria vir à tona. Se houve briga foi porque a mulher provocou, geralmente culpam a mulher pelos seus atos e sabem que a maior parte da sociedade comunga do mesmo pensamento. Retratam o crime com frieza, a vida da mulher para eles parece não ter o mesmo valor que suas próprias vidas.

Cabe destacar a tranqüilidade do agressor e dos irmãos de que nada vai acontecer, que pelo fato de ter tentado assassinar sua esposa a justiça será mais condescendente com ele:

> *(...)minha esposa recuperou tá tranqüila, não tem nada não, ela me denunciou aí depois eu fui no fórum e assinei os papel da separação, aí meus irmão falou que eu posso ficar tranqüilo que os advogado já tá mexendo com tudo, não tem mais nada não, aí a justiça agora né.*[9]

No que tange a entrevista concedida pela ex delegada da Delegacia da mulher observa-se que a mesma participa do pensamento e das atitudes da sociedade eivada de preconceitos e baseada no patriarcalismo. Não adianta acreditarmos que por ser uma mulher a responder pela violência contra as mulheres, seu parecer será diferente daqueles dados pelos homens da nossa sociedade, isso não acontece porque até o presente momento o que temos encontrado através de nossas pesquisas é que a mulher possui uma herança cultural que dificilmente rompera com esse ciclo de superioridade masculina que é transmitido ao longo de

[9]Fala do agressor.

gerações, sucessivamente. A certeza da necessidade de luta pelas mudanças da mentalidade com relação à violência contra as mulheres se faz urgente e inadiável. Aqui expomos apenas uma gota no oceano de injustiças e aceitabilidades sociais que se perpetuam por uma sociedade castradora. Como diria Michael Foucault:

> *seria ingenuidade acreditarmos que a lei é feita para todo mundo e em nome de todo mundo, que é prudente reconhecer que ela é feita por alguns e se aplica a outros; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem que sanciona outra.* (FOUCAULT, 1997-243)

É difícil se chegar a uma conclusão, ainda que parcial sobre um tema tão instigante e até mesmo revoltante quando muitas são as dúvidas acerca do que se fazer para contribuir com eficácia para a erradicação, ou pelo menos a diminuição da violência contra as mulheres. No entanto, automaticamente nos remetemos à idéia de que, não estamos aqui para sermos juizes de uma sociedade que nada mais representa do que a continuação de gerações anteriores. Podemos sim, trabalhar com a intenção de mobilização em torno da violência contra as mulheres. E para que isso ocorra há de se trabalhar com toda uma cultura patriarcal existente em nossa sociedade que é passado de geração em geração não só pelos homens, mas também pelas mulheres que são socializadas e frutos dessa sociedade. Mulheres que se fecham, que temem falar, que se calam, não por medo do marido ou quaisquer outros agressores, mas exatamente pela sociedade que discrimina tais relações, ignoram a, fazem de atitudes tão insuportáveis algo natural, reduzem nas a chacotas, a "inconveniências toleráveis".

Constatamos que essas mulheres sentem dentro de si uma dificuldade enorme de reagir não por medo de seus agressores, mas, por não querer transgredir as regras impostas às mulheres pela cultura e pelo gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir-nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1997. P.243.
PATEMAN. Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
SOIHET.Rachel. *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*. 1997. P.07 e 08.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A aventura da modernidde ao som do foxtrote

Francisco A. Rocha*

Resumo: A experiência de modernidade, após a Primeira Grande Guerra, terá, na estética musical do *jazz* e na experiência do cinema, um dos seus signos mais representativos. No final dos anos 1920, o advento do filme sonoro permitirá a fusão das imagens visuais e sonoras, celebrando, assim, determinado ideal de modernização, cujo modelo refere-se ao triunfo da civilização norte-americana. O presente trabalho discute esses aspectos, a partir do filme *Voando para o Rio* (1933).
Palavras-chave: música, cinema, modernidade.

Abstract: The modernity experience after the WWI will have in the aesthetic musical of the jazz and in the experience of the movies, one of its more representative signs. In the end of years 1920 the advent of the sonorous film will allow the fusing of the visual and sonorous images. This made possible the celebration of a modernization's ideal based on the triumph of the North American civilization. The present work argues these aspects, based on the film Flying down to Rio (1933).
Keywords: music, movies, modernity.

I. Voando para o Rio

No entrecruzamento cinema e música, compreende-se o sentido de determinado repertório musical que esteve intimamente ligado à dança, no momento em que o cinema e os bailes difundiram-se como significativas práticas sociais, articuladas a uma experiência singular de modernidade. Com o advento do filme sonoro, no final da década de 1920, os filmes não se constituíam apenas em uma moldura através da qual o público fruía as imagens. O encanto desse aparato técnico, a partir de então, traduzia-se na experiência de ver e ouvir. Nas décadas em que os grandes estúdios de Hollywood viveram o seu apogeu, aproximadamente do final dos anos 1920 a meados dos anos 1950, as produções hollywoodianas catalisaram, em suas trilhas sonoras, parte significativa da produção musical do período. O apelo dos filmes, além de centrado no *star system*, tinha nas canções, compostas ou não intencionalmente para as películas, um

* *Doutorando em História Social* - FFLCH-USP. Obs. O presente texto refere-se à pesquisa que venho desenvolvendo sobre a música das grandes orquestras, a prática dos bailes e o cinema, na metrópole de São Paulo, entre meados dos anos 1930 e 1950.

atrativo a mais de sedução do público. Assim, a beleza dos astros fascinava tanto quanto

as composições que, com seus arranjos e interpretes, enlevavam a escuta das platéias nas salas de cinema. O sotaque musical da estética hollywoodiana, nesse contexto, filiou-se à linguagem jazzista, pelo menos a uma forma híbrida e diluída de *jazz* que, após a Primeira Guerra Mundial, além de tornar-se sinônimo dos EUA, alastrou-se pelo mundo ocidental como a música mais exuberante e alegre para dançar. Mesmo quando se tratou de incorporar outros gêneros às trilhas sonoras das películas, os ritmos latinos, por exemplo, os arranjos, comumente, estetizaram as canções dentro da matriz jazzista. Esse momento da música no cinema consagrou o par romântico Fred Astaire e Ginger Rogers, como a expressão de sua síntese. As imagens dos dançarinos mesclaram-se, com suas elegantes coreografias, às imagens sonoras da musicalidade consagrada pelo cinema. Por exemplo, canções como *Night and Day* (Cole Porter) e *Cheeck to Cheeck* (Irving Berlin) foram apresentadas ao público na voz de Fred Astaire, em filmes nos quais ele contracenou com Ginger Rogers, respectivamente em *Alegre e Divorciada* (1934) e *O Picolino* (1935). A partir do sucesso nas salas de cinema, esses dois foxtrotes incorporam-se ao repertório das orquestras de dança.

É em *Voando para o Rio – Flying Down To Rio* (produzido em 1933, pela RKO – Radio-Keith-Orpheum, um estúdio subsidiário da Radio Corporation of América, a RCA) que Astaire e Rogers atuariam juntos pela primeira vez. Embora, atores coadjuvantes nessa película, a performance da dupla, quando dançam o "samba" *The Carioca*, chamou a atenção do público, corroborando para o sucesso do mítico casal da era de ouro do cinema. No ano seguinte, assumiram o papel principal em *Alegre Divorciada*, o cartaz do filme anunciava os astros como *The King and the Queen of The Carioca.*

Determinados elementos, presentes nessa produção da R.K.O, são significativos das representações que Hollywood iria fomentar no imaginário de nossa sociedade no alvorecer da era de ouro do cinema. Tais representações referem-se a certo ideal de modernidade que se depreende do jogo de imagens e sons articulados à narrativa desse filme. A começar pelo fato de que, a película, produzida dentro de um novo conceito, relacionado à abordagem da América Latina pela cinematografia hollywoodiana, sinalizava o curso das mudanças da política do "grande irmão do norte" frente aos vizinhos do sul.. Sutilmente, o campo dessas relações assumia uma outra feição nos primeiros anos da década de 1930. Nesse contexto, Hollywood comparece como instrumento eficaz da propaganda em prol de certo ideal pan-americano. Não por acaso, a R.K.O esmerou-se na edição das imagens que apresentam a capital da república brasileira. Importante sublinhar que o roteiro do filme tem como cenário a conexão Miami-Rio de Janeiro. Assim, a cidade carioca foi retratada com a moldura de uma metrópole vibrante, cosmopolita e moderna; portanto, em consonância com o esforço de

nossas elites em esculpir um retrato do Brasil, condizente com o imaginário civilizado, subscrito pela visão eurocêntrica.

Mas se as imagens visuais ajustavam-se a esse novo matiz, não menos importante eram as imagens sonoras. Em *Voando para o Rio*, três números musicais estruturam o enredo do filme: o foxtrote, *Flying down to Rio*; o samba, *The Carioca* e o tango, *Orchids in the moonlight*, tais números aludem à interligação EUA-Brasil-Argentina. Eis como o ideal do pan-americanismo começava a se desenhar no início da era Roosevelt. Como veremos mais adiante, esse script musical operou dentro de um sentido alegórico, implícito aos interesses das corporações norte-americanas, a Pan American Airways e a RCA, na América do Sul.

Segundo o crítico do jornal Correio Paulistano, *The Carioca*, interpretada pelo grupo brasileiro Turunas e pela cantora norte-americana Etta Motten, tornou-se responsável pelo sucesso retumbante do desembarque do samba nas terras do Tio Sam.

> *A última novidade que lhes mando deste país (de onde cedo vou partir triste por não poder ficar mais tempo) é que o samba está dominando Nova York.*
> *- Como assim?*
> *- É o que lhes digo. Enquanto aí no Brasil se faz campanha contra esse hino nacional do morro, Nova Iorque está como se diz na gíria amorosa americana "crazy about it" - apaixonada por ele. Não lhe chama Samba, porém, chama-lhe "Carioca".*
> *Foi o caso que apareceu aqui uma fita de cinema chamada "Flying down to Rio" - "Voando para o Rio". Trata-se de uma orquestra que, mal sucedida em Miami, no sul, deliberou embarcar de avião e tentar melhor fortuna aí, no Copacabana Palace (Hotel Atlântico, no filme). Quando os músicos chegam ao hotel observam que o povo só gosta de uma dança local chamada Carioca (o samba) e há então na fita uma exibição curiosa da dança.*
> *O samba da fita "Flying Down to Rio" é admirável. Não há exagero algum em eu lhes jurar, como juro, em público e rezo, que noventa por cento das orquestras de dança de Nova Iorque (e há milhares) o repetem, agora, dez vezes por dia. Chegou, como disse Machado de Assis de certa música "à consagração do assobio". Até os guris de colégio assobiam a "Carioca".(FONSECA , 1934:7)*

II.Alegorias da dominação

A análise de Ella Shohat e Robert Stam, sobre a imagem da América Latina no filme musical, chama atenção para o fato de que a estrutura do gênero cinematográfico articulou-se à construção de alegorias afirmativas da hierarquia étnica eurocêntrica. Assim, afirmam os autores:

> *O musical favoreceu uma divisão do trabalho por etnia, ao apresentar um modo de narrar relativamente "realista" ligado aos personagens brancos em oposição a números musicais implausivelmente lúdicos de latinos – já que o delicioso modo de ser destes últimos ofereceria uma licença narrativa para a exibição exótica. (SHOHAT & STAM, 2006: 331-332)*

O exemplo do número musical "genuinamente" brasileiro, *The Carioca*, apresentado em *Voando para o Rio* opera nessa lógica, sobretudo quando a canção é coreografada pelo grupo de dançarinos negros. A exceção, nesse quadro, refere-se à coreografia realizada por Astaire e Rogers. O estilo da dubla sobrepõem-se aos movimentos até então desenhados pelos outros dançarinos, não por acaso, eles serão o centro do espetáculo. Não se trata aqui do par romântico exibir sua maestria em apreender os passos da nova dança e, tampouco, de celebrá-la em sua singularidade, mas, trata-se, sim, da afirmação da competência de um estilo capaz de reinventá-la, transfigurando-a em uma dança moderna. A cena de Astaire e Rogers destaca-se, dessa forma, do cenário "exótico", onde se realiza a apresentação de *The Carioca*, para se identificar com o cosmopolitismo do Rio de Janeiro, até então mostrado. Mas, a síntese da representação do moderno expressou-se com o balé aéreo no encerramento da película, cuja trilha sonora ficou por conta do foxtrote – *Flying down to Rio*. Nesse ponto, referendava-se a aura de modernidade que o gênero assumia no imaginário da época. Observamos que, após a Primeira Guerra Mundial, o *jazz hibrido* com seus desenhos estilizados à foxtrote encarnou os signos da América triunfante de Henry Ford, e passou a representar a tradução sonora do espírito da jovem nação, cujo progresso econômico e militar havia ultrapassado a Europa. Antes de comentarmos a cena do balé aéreo é importante fazermos algumas considerações sobre o que mencionamos ser o sentido alegórico presente no filme.

Nos filmes realizados em contextos multirraciais, afirmam Ella Shohat e Robert Stam, existe uma tendência em direção à alegoria. Aqui referida aos textos que metaforizam a esfera pública, mesmo quando narram histórias aparentemente privadas, fazendo com que aí fiquem entrelaçados o pessoal e o político, o privado e o histórico. Resguardados em violar princípios de pureza e ordem social, a grande maioria das histórias de amor nas comédias musicais, afirmam Shohat e Stam, evita qualquer insinuação de miscigenação. A exceção apareceria nas produções hollywoodianas que refletem a cobiça econômica por parte das corporações norte-americanas. Ora, esse é o caso de *Voando para o Rio*.

A comédia musical tem como pano de fundo o triângulo amoroso envolvendo o galante milionário Roger Bond, aviador e líder da orquestra Yankee Clippers, interpretado por René Raymond; Dolores Del Rio, no papel da sedutora brasileira Belinha de Rezende, filha de um rico aristocrata carioca que irá contratar a orquestra de Roger para inaugurar o seu novo empreendimento, o Copacabana Palace, no filme, Hotel Atlântico; e, por fim, Julio Ribeiro, com quem Belinha está prestes a se casar, cujo papel coube ao ator brasileiro, Raul Roulien. Importante dizer que Júlio é o melhor amigo de Roger e intermedia a vinda de sua orquestra

para o Brasil. Fred Astaire (Fred Ayres) e Ginger Rogers (Honey Hale) participam como integrantes dos Yankee Clippers. Dentro da chave de compreensão do sentido alegórico inscrito na narrativa da película, o desfecho realiza-se com a união matrimonial entre a brasileira e norte-americano, metaforizando, assim, os interesses imperialistas da Pan American e, também, da RCA com seus empreendimentos na área da telecomunicação. Tais corporações, na época, expandiam seus negócios no continente sul-americano.

O diálogo entre Belinha e Roger, na cena em que o casal encontra-se numa romântica ilha do Caribe, é bastante sugestivo. Ela diz respeito ao momento em que o cenário transfere-se de Miami para o Rio de Janeiro. Roger em seu avião monomotor viaja com Belinha até Porto Príncipe, onde ela deverá embarcar para o Brasil. Porém, um defeito mecânico obriga-os a pousar numa ilha do mar caribenho. Nessas circunstâncias, o galã aviador percebe um momento ideal para conquistar a irresistível latina. Em relação à personagem latino-americana, questões ligadas à moral, à tradição de sua família aristocrática, ao seu compromisso já firmado com o noivo brasileiro refreiam o desejo que a impulsiona para os braços do *band leader*. Para o norte-americano, as questões são de ordem tática. Trata-se de avaliar o método mais indicado para sair-se bem no empreendimento de sua conquista. Pesado os prós e os contras, a música lhe parece o meio infalível para avançar em seu objetivo. O problema é qual música poderia tocar a alma do seu objeto de desejo. Olhando Belinha, Roger compara sua beleza a uma orquídea, acrescenta-se aí o esplêndido luar da ilha tropical e teremos o tema da canção: *Orquídeas à luz do luar.*

Tais metáforas colocam em cena as tensões entre a tradição e a modernidade. O norte-americano, apresentado como protótipo do homem moderno, age segundo a mentalidade que prescreve a prática desvencilhada dos valores morais sustentados pela tradição. É a América liberal, idealizada como modelo de civilização e progresso. Em contraposição, a latino-americana tem seus desejos cerceados pela mentalidade sustentada pelos "ranços pré-modernos" do seu mundo. Em meio essa trama, o galã vai investir em seu plano. Ele movimenta-se orientado por um arguto senso de oportunidade. A música é apenas um artifício de sua estratégia. Resta saber, qual a mais adequada. No interior do seu avião monomotor, Roger dispõe de uma pianola. Soam os primeiros acordes da composição, a melodia mescla-se aos sons da ilha e tudo se harmoniza em uma atmosfera romântica. Belinha aos poucos sede ao encantamento daquela música que se irradia do interior do avião.

Subitamente, tomada pela consciência de seus valores morais, Belinha se afasta de Roger. Segue então o diálogo. O texto é lapidar como revelação do sentido alegórico expresso no enredo do filme.

-Minha vida já está comprometida. (B)
-Não me fales como no século XVIII, quando uma regra familiar poderia se impor à felicidade... (R)
-As coisas se fazem assim no meu país. (B)
-Então farei algumas mudanças radicais nos costumes do seu país. (R)
-Meu noivo já construiu para mim uma bela mansão na Baia do Rio. (B)
-Mas você me quer! (R)
-Você diz com muita segurança. (B)
-E eu te quero! (R)
-Não sabes nem como eu me chamo. Vamos esquecer essa noite.
Estou disposta que não me vejas nunca mais. (B)
-Nem que tenha que vasculhar o país de norte a sul. Terei você. (R)
-Não permitirei... Você fará o que eu te digo. (B)
-Você crê? Nada me impedirá... Nem tua família, nem teu noivo, nem o exército, nem a marinha, nem toda a sul América me impedirá. (R)

III.O balé aéreo ao som do foxtrote

Expressão do moderno, o galã norte-americano tem o seu personagem construído a partir de determinados signos que, naquele momento, afirmam o ideal de modernidade. A começar pelo fato de dispor, como meio de locomoção, de um aeroplano. Essa condição de aviador lhe confere o poder, de aventurar-se em novas experiências de espaço e tempo. Ele, senhor de si, controla o aparato técnico que lhe permite o domínio da velocidade. Tais insígnias configuram a aura do seu glamour. Pois, como analisa Paul Virilio, a revolução tecnológica que estabeleceu o primado da velocidade na civilização ocidental moderna, tende a dividir o mundo entre aqueles que capitalizam a velocidade, *esperançosos* a quem é permitido esperar pelo amanhã, pelo futuro e os *desesperançosos*, *imobilizados pela inferioridade de seus veículos técnicos, vivendo e subsistindo num mundo finito*. (VIRILIO, 1996:57). Mas, a máscara do personagem completa-se com a do músico, o *band leader*, identificado com o que havia de mais cosmopolita na época: o *jazz*. Assim, suas composições fascinam pela pertinência a um campo de representações simbólicas. Em outras palavras, sua arte define-se pela dialética que estabelece com o capital simbólico resultante da síntese aviador/músico. Aliás, tal síntese, no filme, projeta-se no próprio avião. Lembremos, o objeto símbolo do progresso moderno, o monomotor do nosso personagem, está equipado com um piano. Essa insólita conjunção - avião/piano - expressa relações simbólicas de certo sentido da

música, nesse particular contexto cultural. O avião e a música articulam-se numa espécie de síntese em *Voando para o Rio.* Tal qual o personagem do filme, na escolha de um tema musical adequado para empreender a sedução do seu objeto de desejo, trata-se de pensar uma estética musical que, através de suas imagens sonoras, mescle-se como trilha desse objeto, ou melhor, da sua representação como signo da mobilidade. Ou seja, que música – com seu ritmo, cadência, melodia, harmonia, timbre – pode emprestar sua poética para coreografar o deslocamento da aeronave? A resposta que o filme nos oferece é: o foxtrote. Pelo menos, o gênero insere-se no apoteótico balé aéreo referente às seqüências finais da película.

Enquanto os Yankee Clippers, na sacada do Hotel Atlântico (Copacabana Palace), sob a batuta de Fred Astaire, executam *Flying down to Rio*, as bailarinas, transportadas nas asas dos aviões, apresentam nos céus de Copacabana um moderno balé aéreo. O clichê do anúncio do filme sublinhava exatamente essa cena apoteótica, como a grande sensação da produção da R.K.O: *Lindo demais para ser feito na terra, ele foi filmado no céu maravilhoso do Brasil!* Cabe ainda sublinhar que a letra do foxtrote, implicitamente alude a certa mensagem publicitária da Pan American e da RCA.

Voando Para o Rio [1]

Um velho marinheiro, num tempo antigo cantaria uma velha canção.
Navegando para o rio através de um mar bravio
Um novo marinheiro, em nossa época, cantaria uma nova canção
Voando para o Rio, venha comigo.
Enquanto adoráveis garotas brasileiras capturam seus olhos
Sob a luz de milhões de estrelas no céu
Meu Rio, Rio... Voando para o Rio, onde há ritmo e rima
Hei amigo , gire, faça girar aquela velha hélice.
Vamos para o Rio, vamos ganhar tempo / Você vai amá-lo, voando alto sobre ele
Olhe para o Rio de um firmamento azul
Passe um rádio para o Rio de Janeiro
Com um grande alô, assim eles saberão e estarão por lá.
Nós vamos voar para lá
Hei Rio, tudo estará bem. Nós vamos cantando e voando até você

A seqüência de imagens finais do filme nos mostra, portanto, o fantástico balé nos céus de Copacabana. A cena, construída a partir da utilização de efeitos especiais, possibilitou fundir tomadas aéreas da cidade do Rio de Janeiro, com as cenas de estúdio, nas quais as

[1] ***Flying down to Rio,*** composição de Edward Eliscu/ Gus Kahan/ Vincent Youmans. Obs.: optamos por citar a tração da letra. Todos os números musicais do filme são cantados em inglês.

bailarinas realizam uma coreografia presas nas asas dos aviões. O recurso dava uma sensação realista às imagens. Aqui, a aventura da modernidade era celebrada através do espetáculo da esquadrilha de aviões ao som do foxtrote – *Flying Down To Rio.* Diferentemente do apelo erótico do número musical do samba – *The* Carioca, cuja tônica recaia na moldura exótica, a erotização agora jogava com a sensualidade de "deslumbrantes garotas", surfando nas asas dos modernos aeroplanos.

Imagem 1 – Seqüências finais do filme *Voando para o Rio* (1933)
O erótico bailado aéreo nos céus do Rio de Janeiro. Na imagem de baixo, os aviões sobrevoam o Copacabana Palace.

Referências bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O "gigante brasileiro" na América Latina: ser ou não ser latino-americano.* In: Carlos Guilherme Mota, org. VIAGEM INCOMPLETA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA (1500-2000): A GRANDE TRANSAÇÃO. São Paulo, SENAC, 2000.

FONSECA, Goudin da. O Samba de "Voando Para o Rio" dominando Nova Iorque. *Correio Paulistano*, 10.07.1934, p.7.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *O Rio de Janeiro que Hollywood Inventou*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira.* 5ª ed. São Paulo, Brasiliense. 2001.

SHOHAT Ella & STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica.* São Paulo, Cosac Naify, 2006.

STOWE, David W. *Swing Changes: Big Band Jazz in New Deal America.* USA, Havard University, 1998.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política.* São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A derrota da Light: estudo sobre os serviços de iluminação na cidade de Salvador, Bahia, na virada do século XIX

Alexandre Macchione Saes[1]

Resumo: O presente artigo discute os conflitos entre o capital nacional e o capital estrangeiro em torno das concessões de energia elétrica na cidade de Salvador, Bahia, na transição do século XIX para o século XX. Dividida geograficamente entre cidade alta e cidade baixa, Salvador acabou por comportar em um curto período dois grupos rivais como concessionários para os serviços de energia elétrica: a empresa nacional Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com a direção de Guilherme Guinle, e a empresa norte-americana The Bahia Tramway, Light & Power Co., sob o comando de Percival Farquhar. O artigo busca analisar os conflitos entre as empresas e as articulações entre empresários e a Câmara Municipal na consolidação do oferecimento dos serviços urbanos para a capital baiana.
Palavras-chave: Salvador, Cia. Brasileira de Energia Elétrica, Percival Farquhar.

Abstract: This paper discusses the conflicts between national and foreign capital regards electric utilities concessions in the city of Salvador, Bahia, at the turn of the 19th centurty. Geographically sprawling on two levels, called upper city and lower city, Salvador staged during a short period two rival groups as concessionaries of electric power services: the national enterprise "Companhia Brasileira de Energia Elétrica", led by Guilherme Guinle, and the North-American "The Bahia Tramway, Light & Power Co.", guided by Percival Farquhar. To that end, this paper analyzes the conflicts between those enterprises and the articulations between entrepreneurs and the Salvador's Town-Council toward the consolidation of those urban services in the capital of Bahia State.
Keywords: Salvador, Cia. Brasileira de Energia Eletrica, Percival Farquhar.

Salvador na transição do século XIX para o XX era uma cidade de contrastes. Como terceira maior capital brasileira, com 232.396 habitantes em 1899, e antiga capital da colônia portuguesa, Salvador ainda concentrava uma elite enriquecida pelo comércio de importação e exportação, pelo extinto tráfico negreiro e pelas emergentes empresas urbanas e indústrias. Não é para menos que foi em Salvador que circulou a segunda linha de bondes elétricos do Brasil, no ano de 1897, ficando atrás somente da capital da república, a cidade do Rio de Janeiro. E ainda, foi em Salvador que se instalou o primeiro e revolucionário elevador público do mundo, em 1873: o Elevado Hidráulico da Conceição, hoje conhecido como Elevador Lacerda (SAMPAIO, 2006: p.183). Entretanto, tais aspectos modernos não

1 Doutorando em História Econômica – UNICAMP, bolsista FAPESP.

condiziam com a outra Salvador, que sofria com a decadência e estagnação da economia regional, com grande parte da população local empobrecida, e como a capital do Estado que precisava lutar diariamente contra surtos epidêmicos.

De qualquer maneira, foi neste ambiente de contrastes, de uma elite poderosa e de uma população pobre, de uma arquitetura onde inovações como o Elevador Lacerda e deteriorados cortiços viviam lado a lado, que a empresa nacional Companhia Brasileira de Energia Elétrica (ainda como Guinle & Co.) e estrangeira Light (na liderança de Percival Farquhar) estenderam os conflitos das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro[2] para Salvador. Estas eram as três maiores cidades brasileiras do período, além de centros com importância econômica regional e nacional. No caso específico de Salvador, mesmo não fazendo mais parte do centro dinâmico da economia nacional, a capital baiana mantinha um dos principais portos da região, exportando acima de tudo açúcar, fumo e cacau.

Em meados do século XIX, "*embora duplamente periférica, a Bahia foi capaz (...) de criar uma rede de articulações e trânsito urbano e interurbano à sua própria imagem, para servir a seus desígnios*" (SAMPAIO, 2006: p.159). Esse era o início do processo de modernização da cidade, acompanhando as demandas do processo de urbanização, a cidade de Salvador foi palco da formação de companhias locais de transporte que começavam a articular a cidade. Neste contexto que foram criadas as empresas: Cia. Transportes Urbanos (1864), Cia. Trilhos Centrais e Cia de Veículos Econômicos (1869) e Cia. Linha Circular da Bahia (1883). Até a década de 1890, essas empresas ainda mantinham serviços arcaicos, com bondes movidos a tração animal, mas que já eram suficientes para facilitar demasiadamente a ligação entre regiões. Para auxiliar na articulação da cidade, entre cidade baixa e alta, foram inaugurados dois elevadores: o Elevador Hidráulico da Conceição em 1873 (atual elevador Lacerda) e o Elevador Hidráulico do Taboão em 1896; e três planos inclinados: Isabel e Gonçalves em 1889 e Pilar em 1897.[3]

Em 4 de junho de 1898, o intendente de Salvador, Antônio Araújo decretou a Lei n.330, no sentido de estimular a substituição dos bondes de tração animal para carros elétricos. As empresas teriam três anos para realizar a substituição e a unificação de bitolas nos padrões determinados pelo Conselho Municipal, e desta maneira, renovariam a concessão por mais trinta anos.[4] Contudo, a mudança de tecnologia requereria das companhias locais

2 Sobre os conflitos em São Paulo e no Rio de Janeiro ver: HANSEN, Cláudia & SAES, Alexandre. "Poder Municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX". *História Econômica & História de Empresas*. ABPHE. Volume I, 2007 (no prelo).

3 O trabalho de Consuelo Sampaio, *50 anos de urbanização...* é uma excelente síntese sobre a formação das empresas de transporte em Salvador durante o século XIX.

4 Arquivo Coelba, T.5.4.009, 13 de dezembro de 1899.

grandes somas de capital que dificilmente estas teriam disponíveis. Não é para menos que, o projeto de eletrificação das linhas de bonde começou a ser colocado em prática em 1896, somente quando a empresa alemã Siemens & Halske foi contratada para este fim pela Companhia Carris Elétricos (sucessora da Cia. Veículos Econômicos). Além de deter a tecnologia para a eletrificação, a empresa alemã tinha o capital necessário para tal investimento. Assim, em 14 de março de 1897, a Siemens inaugurava em Salvador, na cidade baixa, a segunda linha de bondes elétricos do Brasil (MORRISON, 1989: p.61).

Na cidade alta, entretanto, desrespeitando a Lei n.330, a Companhia Linha Circular (CLC), que havia absorvido a Transportes Urbanos e se associado a Trilhos Centrais, mesmo eliminando a concorrência na cidade alta, em 1905, ainda não havia elaborado seu projeto de eletrificação. Finalmente, em 25 de setembro de 1906, por meio da pressão da Lei n.810, que reafirmava os preceitos da Lei n.330, e com a aquisição da CLC pela empresa Guinle & Co. (empresa representante e com suporte da produtora de materiais elétricos, a norte-americana General Electric) com investimentos de 780:000$000 réis,[5] a cidade alta pôde começar a comemorar a eletrificação de suas linhas.

Os negócios referentes a iluminação pública e particular e distribuição de energia elétrica normalmente estavam diretamente relacionados com os serviços de transporte urbanos. As primeiras usinas de geração de eletricidade eram criadas com o intuito de fornecer energia para a tração dos bondes elétricos, de onde eram extraídas as principais receitas das companhias, e aproveitando-se da geração da energia, as empresas estendiam seus serviços para o fornecimento de iluminação e distribuição de energia.[6] Portanto, foi após a construção da infra-estrutura para servir o sistema de transporte urbano, que a cidade teve uma grande expansão na distribuição de energia elétrica e na iluminação pública.

Legalmente não havia uma regulamentação federal sobre as concessões de energia elétrica. As poucas leis federais que genericamente balizavam esse novo negócio que se estendia por todo o Brasil no início do século XX eram a Lei n.1.145 de 31 de dezembro de 1903 e o Decreto n. 5.407 de 27 de dezembro de 1904. O governo federal, em nome do Presidente Rodrigues Alves e do Ministro de Obras Públicas Lauro Müller, apenas estimulava a implantação de energia elétrica, garantindo aos concessionários a isenção alfandegária, licença de até no máximo de 90 anos e autorização para aproveitamento dos rios.[7] De qualquer maneira, eram as Câmaras Municipais que detinham o poder sobre as concessões de

5 Arquivo Coelba, T.5.4.035, 14 de fevereiro de 1905.
6 Vide o exemplo da receita da The Bahia Tramway Light & Power Co. em 1910: Transporte (32 mil libras), Iluminação pública (9 mil libras). Arquivo Coelba T. 11.5.001.
7 Arquivo Coelba, T.12.5.030.

transporte urbano, iluminação e distribuição de energia.

Até o final do século XIX, a concessão dos serviços de iluminação pública da cidade de Salvador estava nas mãos da empresa britânica Bahia Gaz Company Limited. A empresa britânica atuava segundo o contrato assinado pelo empresário José de Barros Pimentel, em 31 de dezembro de 1857. A Bahia Gaz Co., entretanto, iniciou seus serviços cinco anos depois, em 1862, recebendo assim trinta anos de direto para usufruir a concessão. A companhia possuía dois gasômetros em uma fábrica, de onde o gás era distribuído para ruas e praças de Salvador. Sendo o custoso carvão importado da Inglaterra, a empresa logo perdeu sua rentabilidade, e sem a devida manutenção, a Bahia Gaz passou a receber seguidas críticas quanto à má qualidade do serviço.[8]

O contrato deveria terminar em 1892, e os empresários ingleses não demonstravam vontade de renovar a prestação de serviços para Salvador, porém, diante o contesto de instabilidade política e crise financeira frente a Proclamação da República, a não havia condições para municipalidade assumir a responsabilidade por tal serviço, e por isso, ofereceu por seguidas vezes a renovação do contrato para a Bahia Gaz Co. Assim, por mais uma década o serviço de iluminação foi arrastado e manteve-se em péssimo estado na cidade de Salvador com a concessão dos ingleses (SAMPAIO, 2006: 122-6).

O imbróglio referente à concessão de iluminação só foi resolvido nos primeiros meses do século XX. Eram três as empresas que concorriam na disputa para tal concessão: a alemã Siemens & Halske (que compraria a Carris Elétricos), a norte-americana General Electric (que associada a Guinle & Co. compraria a Companhia Linha Circular), e finalmente a belga Compaigne d'Éclairage de Bahia. A companhia belga, com sede em Bruxelas, foi vitoriosa na concorrência, assinando o contrato com a Intendência Municipal em 29 de abril de 1901, com privilégio de cinqüenta anos para o fornecimento de iluminação a gás e adquirindo as propriedades da antiga Bahia Gaz Co.

Pelo contrato de 29 de abril de 1901, a luz elétrica oferecida pela d'Eclairage teria o custo de 500 réis o quilowatt/hora, um terço em papel moeda e dois terços e ouro, que no câmbio de 1906, elevaria o preço para 755 réis papel. Enquanto isso municípios, como Niterói, eram iluminados por 95 réis o quilowatt/hora.[9] Pensando neste fato, em 06 de março de 1907, Guinle & Co., propôs a Intendência fornecer serviços por 200 réis papel, sendo que com previsão de redução do preço assim que a geração de energia por força hidráulica fosse ativada. Para tanto, exigia a revisão do contrato de 29 de abril e 4 de maio de 1901, celebrado

8 Arquivo Municipal de Salvador. Câmara – Caixa: Iluminação da cidade (1831-1889).
9 Arquivo Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 11 de junho de 1906.

entre o Conselho Municipal com a Compaigne d'Eclairage de Bahia para ampliar as zonas de atuação da empresa nacional.[10]

Em menos de cinco anos, da confirmação do contrato da d'Eclairage com o município e da proposta de redução dos custos do serviço de iluminação pela Guinle & Co. o cenário das concessões havia se transformado por completo. Aproveitando-se da regulamentação dos serviços de bondes elétricos tanto a Siemens, na cidade baixa, quanto a General Electric, na cidade alta (por meio da Guinle & Co.), começavam a fornecer iluminação elétrica em Salvador. Ambas empresas se beneficiavam que o contrato celebrado pela d'Eclairage e o Conselho Municipal de Salvador garantia privilégio apenas do fornecimento de iluminação a gás, sem legislar sobre serviços de iluminação elétrica.

A Compaigne d'Eclairage de Bahia, prevendo a perda de parte de seu mercado, entrou com um protesto no Conselho Municipal em 18 de abril de 1906 contra a pretensão das Companhias Trilhos Centrais e Linha Circular de iluminar com luz elétrica a zona percorrida.[11] Contudo, passados alguns meses, a d'Eclairage sofreria uma grande derrota: a Lei n.817 de 25 de setembro de 1906, determinava a unificação dos direitos para a Siemens & Halske com aqueles existentes para a Companhia Linha Circular, isso é, além de poder servir a iluminação das vias atendidas, a empresa teria isenção de impostos alfandegários.[12]

A empresa alemã acabou usufruindo pouco de seus direitos, afinal, em 5 de novembro de 1907 era assinado o termo de transferência dos negócios da Siemens & Halske (por seu diretor Emil Hayn) para a The Bahia Tramway, Light & Power Company (diante o representante da empresa norte-americana, Odilon Octaviano dos Santos).[13] Essa transação seguia um acordo previamente realizado na Cidade do México (1903) e no Rio de Janeiro (1904) entre a Siemens e a Light, em que a Siemens passava as concessões de serviço para a empresa norte-americana, enquanto esta última se comprometia a utilizar todos os equipamentos da empresa alemã (ARMOSTRONG, 1988: p.89).

Assim, em 1905, Percival Farquhar organizou a The Bahia Tramway, Light & Power Co., em Portland, Maine por 3,5 milhões de dólares de capital social e 3,5 milhões de dólares em bônus, como uma espécie de subproduto da Light do Rio de Janeiro, fundada juntamente com Frederick Pearson e Alexander Mackenzie (GAULD, 2006: p.125).[14] Em 3 de abril do ano seguinte, Farquhar já tinha autorização do Presidente Rodrigues Alves, pelo

10 Arquivo Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 06 de março de 1907.
11 Arquivo Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 18 de abril de 1906.
12 Arquivo Coelba, T.22.4.001, 24 de outubro de 1907.
13 Arquivo Coelba, T.23.4.005, 5 de novembro de 1907.
14 O valor do capital da Bahia Light em réis (taxa de câmbio média de 1907 a 3,1) era de 10.850:000$000 réis; praticamente o valor da receita do Estado da Bahia em 1907, de 12.744:739$210.

decreto n. 5.957, para funcionar em Salvador. Farquhar um ano antes, em 1906, também já havia adquirido a Compagnie d'Eclairage de Bahia, deixando esta responsável pelos serviços de iluminação enquanto a Light cuidaria do transporte. Em pouco tempo a empresa já demonstraria grande rentabilidade, remetendo lucros para o exterior, em 1907, de 56 mil libras, excluindo a quantia de 17 mil libras recebidas da d'Eclairage (GAULD,2006: p.130).

Neste mesmo período de instalação e início de funcionamento da Bahia Light, a empresa de Guinle & Co. havia adquirido a Companhia Linha Circular e passava a implantar o sistema de bondes elétricos. A energia elétrica era produzida pela pequena usina termelétrica da Preguiça, de 4 mil kw, mas o suficiente para a CLC fornecer energia para os bondes e transmitir o excedente para terceiros (BARROS, 1982: p.32). Contudo, no projeto de Guilherme Guinle, diretor da empresa em Salvador, era imprescindível iniciar a construção de usinas hidroelétricas para baratear e ampliar a produção de energia elétrica. Neste sentido, em 1907 já estavam em operação as obras para a construção da usina de Guinle & Co. no Rio Paraguaçú, no salto de Bananeiras no município de São Felix, aprovados pelo Decreto Estadual n.389 de 27 de março de 1906, com base no Art.7, sobre a exploração industrial da energia elétrica, da Lei n.634 de 28 de dezembro de 1905. Pouco depois, ampliava-se o contrato para os saltos de Marcela e Gameleira em Cachoeira.[15]

A divisão geográfica da cidade de Salvador assegurou uma pequena paz entre a Light e a Guinle & Co. Respectivamente divididos nos mercados da cidade baixa e alta, só em 1909 que os conflitos entre as duas empresas pareceram se acirrar na capital baiana. Em parte, o acirramento era reflexo do crescente conflito entre as duas empresas nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas também respondia a ampliação dos serviços da Guinle & Co. (que neste ano passou a ser chamada de Companhia Brasileira de Energia Elétrica)[16] que sobrepujavam aqueles serviços oferecidos pela d'Eclairage.

O Conselho Municipal percebendo que a d'Eclairage relutava em promover melhorias e mantinha seus altos preços para o fornecimento de energia elétrica, determinou um aditamento ao contrato celebrado entre a companhia e a municipalidade em 29 de abril de 1901: pela Lei n.17 de 16 de julho de 1910, ao mesmo tempo em que o Conselho Municipal transferia as vantagens de isenção aduaneira existentes para outras empresas, exigia a redução do preço do fornecimento de iluminação da empresa de Farquhar.[17] Nesta altura, entre 1905 e 1910, a Compaigne d'Eclairage já devia cerca de 15 contos de réis entre não pagamento de

15 Arquivo Público do Estado da Bahia. Relatório de Presidente de Estado. José Marcelino de Souza, 1906.
16 A Cia. Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) foi constituída em 27 de maio de 1909, pelos sócios da Guinle & Co. Na Bahia, Decreto Estadual n.720, de 10 de março de 1910, aprovou a transferência das concessões para a exploração dos serviços de energia elétrica da Guinle para a CBEE.
17 Arquivo Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 23 de setembro de 1910.

impostos e multas por falta de reparos em suas instalações, que geravam constantes reclamações em jornais e por parte da população.

A Compaigne d'Eclairage, consequentemente, a Bahia Light, não aceitava realizar o pagamento dos valores devidos, principalmente levando em consideração o prejuízo da empresa no incidente ocorrido no ano anterior. Em 05 de outubro de 1909, um bonde da Light atropelou e matou um cego, causando certa inflamação da população. O engenheiro Willian Mitchell, diretor responsável da Light em Salvador, dirigiu-se ao local no intuito de acalmar a situação, entretanto, sua presença gerou ainda maiores revoltas; as versões são inúmeras, desde que ao chegar de bonde, Mitchell passou por cima do cadáver, ou que ele na tentativa de acalmar os ânimos disse que "vida de brasileiro se paga com cem mil-réis", ou finalmente, que já ao chegar ao local do acidente foi recebido por pedradas pela população (BARROS, 1982: p.33). De qualquer maneira, o resultado foi uma marcha popular contra os bens da Light, com a destruição de bondes e aparelhos de iluminação. Dias depois, a Light anunciava prejuízos em torno de 13 contos de réis.[18]

Enquanto o impasse entre o Conselho Municipal e a Bahia Light crescia, a então Companhia Brasileira de Energia Elétrica - CBEE, continuava oferecendo seus serviços de iluminação elétrica por preços até cinco vezes menor que a concorrente. Em 9 de março de 1911, a CBEE entrou com uma petição no Conselho Municipal para que autorizasse a venda de sua energia para a Compaigne d'Eclairage, por 100 réis, para que esta pudesse repassar para o município por menores preços. Mas já era tarde, o Conselho Municipal estava decidido encampar os bens da companhia de iluminação, considerando que este ato era um ato de soberania, para a defesa do serviço de utilidade pública, e ao pagar a indenização devida a empresa, seria um ato legal.

Longas discussões tomaram jornais e os debates do Conselho Municipal,[19] tanto sobre a constitucionalidade da ação dos vereadores, quanto sobre o valor da indenização. Em 05 de julho de 1911, diante a Lei n. 906, finalmente, o Intendente Carneiro Rocha sancionou a lei de encampação não só da d'Eclairage, mas como da Bahia Light também. Em 1913, a Comissão de Justiça aprovava o valor da indenização de 20.238:095$238 réis,[20] e efetivamente as propriedades da Bahia Light passava para as mãos da municipalidade, entretanto, faltava o município arrecadar tal valor para efetuar o pagamento.[21] Era a primeira

18 Diário de Notícias, 9 de outubro de 1909.
19 Os debates sobre a encampação da d'Eclairage foi iniciado no Conselho Municipal, em 27 de março de 1907. Contudo a Bahia Light foi absorvida neste processo apenas depois de 1911. Arquivo Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 27 de março de 1907.
20 Arquivo Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 16 de janeiro de 1914.
21 Em 1915, a dívida do Município com a Light representava cerca de 1/3 de toda a dívida municipal. Arquivo

grande derrota da Light, que no mesmo período da encampação em Salvador, formava a Brazilian Traction Light and Power, unindo as bens sucedidas empresas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A indenização a ser paga a Bahia Light levou longos anos para ser consolidada, e Percival Farquhar continuaria alegando o resto da vida que o valor total não havia sido atingido. No que diz respeito aos serviços de iluminação e distribuição de energia elétrica, a Intendência mostrou-se incapaz de realizar tais operações, passando para a concorrente de Farquhar, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, em 1921, o restante da concessão de energia elétrica da cidade. A CBEE, naquele momento, já havia inaugurado a primeira grande usina hidroelétrica da Bahia, e se tornava concessionária monopolista no nos setores de iluminação e transportes urbanos na cidade de Salvador.

Finalmente,

> "*a Bahia Tramway faliu porque negligenciou a construção de uma resistente aliança com grupos locais. Diferentemente das companhias do Rio de Janeiro e de São Paulo, a empresa baiana não foi dirigida por um homem do calibre de Alexander Mackenzie, para realizar alianças políticas e com a elite local, e assim, prevenindo o isolamento da empresa e o possível ostracismo*" (McDOWALL: 1988, p.213).

Bibliografia:

ARMSTRONG, C. & NELLES, H. *Southern exposure: Canadian promoters in Latin America and the Caribbean: 1896-1930*. Toronto: University of Toronto Press, 1988.

BARROS, Geraldo M. *Guilherme Guinle: 1882-1960.* Rio de Janeiro: Agir, 1982.

GAULD, Charles A. *Farquhar, o último titã.* São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

HANSEN, Cláudia & SAES, Alexandre. "Poder Municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX". *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*. ABPHE. Volume I, 2007 (no prelo).

McDOWALL, Duncan. *The Light. Brazilian Traction, Light and Power Company Limited: 1899-1945.* Toronto: University of Toronto Press, 1988.

MORRISON, Allen. *The tramways of Brazil: a 130-years survey.* N.Y: Bonde Press, 1985.

SAMPAIO, Consuelo. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

Municipal de Salvador. Atas do Conselho Municipal, 21 de janeiro de 1915.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Práticas de ensino de EMC na região Oeste de Santa Catarina

André Luiz Onghero[1]

Resumo: Com este artigo, procuro abrir o debate e possibilitar uma análise sobre as práticas de ensino da Educação Moral e Cívica. Para isto, utilizo os depoimentos de professores que lecionaram esta disciplina na região Oeste de Santa Catarina. As entrevistas permitem conhecer diferentes narrativas sobre as experiências destes professores, que revelam diferentes formas de ministrar as aulas, avaliar os alunos e realizar as atividades extra-classe, assim como suas formas particulares de interpretar a própria experiência.

Palavras-chave: Educação Moral e Cívica; Práticas de ensino; Memórias de professores.

Abstract: With this paper, I intend to open the discussion and allow an analysis about the teaching practices of Moral and Civic Education. To do it, I used testimonies of teachers who worked with that school subject in the West of Santa Catarina. The interviews allow knowing the different narratives about that teacher's experiences, that show different ways of teaching, valuations and outside classroom activities, and their own way to interpret their own experience.

Keywords: Moral and Civic Education; Teaching practices; Teacher's memories.

O presente texto é constituído a partir de pesquisa, em andamento, para dissertação de mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp/SP, com a orientação da Profa Dra Maria do Carmo Martins. Possibilita a análise e debate sobre as práticas de professores e professoras de Educação Moral e Cívica que atuaram em escolas da região Oeste de Santa Catarina.

Foram utilizados depoimentos obtidos por meio de entrevista oral, com um professor e seis professoras que trabalharam nos municípios de Chapecó, Pinhalzinho e Saudades, na época, sob a coordenação da 11ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), posteriormente denominada UCRE (Unidade de Coordenadoria Regional de Educação), sediada em Chapecó/SC. A realização de tal estudo na região Oeste de Santa Catarina busca compreender como tal prescrição educativa, relacionada a determinados aspectos políticos, foi desenvolvida nesta região, caracterizada por uma ocupação relativamente recente (primeiras décadas do século XX) constituída principalmente por colonizadores vindos do Rio Grande

[1] Mestrando pela Faculdade de Educação da Unicamp/SP, bolsista CAPES.

do Sul, descendentes de europeus. Grupos que se dedicavam principalmente à extração da madeira e à agricultura com mão de obra familiar.

Nas décadas de 1960 e 1970, a região apresentou significativo progresso econômico relacionado ao desenvolvimento das agroindústrias, que trouxe modificações na produção agrícola e crescente urbanização das cidades. Enquanto a nível nacional a Ditadura Militar foi instaurada e ocorreram manifestações de grupos contrários àquele regime, na região Oeste de Santa Catarina, não foram registradas manifestações de oposição e os grupos políticos locais buscaram se adequar àquela conjuntura partidária e defender os interesses locais de integração à nação e desenvolvimento econômico.

Em relação à Educação Moral e Cívica (EMC), tanto como disciplina e prática educativa, vinha a reforçar os principais valores tradicionalmente cultivados pelas famílias: o trabalho, o respeito às autoridades, a obediência, a família e a moralidade cristã. Além disso, como prática educativa, promovia comemorações cívicas que envolviam a escola e também a comunidade, como era o caso do desfile de Sete de Setembro. Em tais ocasiões a escola afirmava sua importância diante daquela comunidade mostrando-se formadora de comportamentos cívicos que os integravam a nação brasileira, mesmo que possuíssem uma cultura diferente. Como disciplina[2], a EMC apresentava entre seus conteúdos, além dos valores já mencionados, informações sobre a estrutura política[3], sobre os símbolos nacionais e a história de pessoas consideradas como exemplos a serem seguidos pelos estudantes. Assim, propunha-se a formar o "bom estudante" que se tornaria um "bom cidadão".

Mesmo trabalhando conteúdos previamente determinados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) e pelo Conselho Federal de Educação (CFE), nas suas aulas, os professores relataram formas diferentes de trabalhar, tal fato pode ser revelador de que, mesmo naquela época marcada pelo autoritarismo dos governos militares, havia certa autonomia na atividade educacional.

---

[2] Instituída como disciplina obrigatória em 1969 pelo Decreto-Lei 869/69, a EMC deveria estar presente em pelo menos uma das séries do ciclo ginasial (5ª a 8ª séries) o 1º grau e uma das séries do 2º grau. A escola era responsável por definir quais séries teriam a disciplina, e os depoimentos revelam que as escolas da região incluíam a disciplina em diferentes séries, observando-se uma maior freqüência da disciplina na 7ª série e na 1ª série do 2º grau. Como prática educativa, estaria presente em todas as séries.

[3] Conteúdos relacionados a estrutura política e símbolos nacionais faziam parte também da disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que mesmo sendo uma outra disciplina com livros didáticos específicos, na legislação, estava relacionada à EMC e deveria atender aos mesmos princípios filosóficos. Era ministrada geralmente para 8ª série e 1ª e 2ª série do 2º grau, dependendo da escola.

Nos relatos sobre as aulas, as professoras Ires Frozza e Ivone T. Ulsenheimer manifestam um discurso crítico, marcado pelas suas opiniões atuais, que diferem daquelas da época em que foram professoras de EMC.

> *(...) a gente só repassava conteúdo. (...) era assim ó: entrava na sala, bom dia, boa tarde, o conteúdo: ó, hoje nós vamos estudar isso aqui, peguem o livro. Porque os alunos tinham livro de Moral e Cívica e tinham livro de OSPB. Peguem o livro na página tal e começava a falar aquele conteúdo. Desse jeito era dado o conteúdo e hoje não, hoje você conversa, você parte daquilo que o aluno sabe (...) e deixa o aluno falar. Na época os alunos não falavam né, a gente não deixava eles falar. (Ires Frozza)*

Este depoimento revela uma prática educativa onde o papel do professor era apenas repassar, transmitir o conteúdo aos alunos. O conteúdo já vinha pronto, nos livros didáticos utilizados. Ao aluno cabia a tarefa de ler o livro, ouvir a professora, e decorar aquelas informações para responder a questionários e provas. O relato da professora é crítico em relação a esta forma de aula, afirmando que atualmente as aulas são diferentes, com a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e diálogo entre professores e alunos.

Outra forma de aula foi relatada por professores que manifestaram um parecer positivo sobre a própria atuação como professor de EMC. Para eles as aulas de EMC eram momentos de diálogo, de discussão de idéias, de produção de conhecimentos que adquiriam significado e influenciaram positivamente as atitudes posteriores daqueles alunos. Assim, o professor Rubim Melz afirma que fazia o planejamento no início do ano, mas que, no decorrer das aulas adequava o andamento do conteúdo à cada uma das turmas.

> *Olha, as aulas a gente preparava no começo do ano, fazia o projeto pro ano inteiro (...) mas a gente sempre tinha mais coisas assim pra dialogar com os alunos. (...) Em todas as salas onde a gente entrou a reação do aluno sempre foi diferente, e a gente trabalhou sobre essa diferença que o aluno trazia para colocar o conteúdo de uma outra maneira. (...) os alunos gostavam da aula, (...) eles podiam falar também, dar sua opinião. (Rubim Melz)*

Para o professor, o respeito às diferenças da turma fazia com que as aulas fossem sempre diferentes, segundo ele, havia muito diálogo e participação dos alunos, colocando suas dúvidas e opiniões. A professora Emília Clara Tormem, conta que os alunos participavam bastante nas aulas, segundo ela, alguns assuntos despertavam mais o debate entre os alunos, entre eles, assuntos relacionados à família e os problemas cotidianos. Então eram debatidos nas aulas assuntos como desemprego e até mesmo o comportamento dos familiares.

> *Olha, a gente debatia bastante sobre moral, sobre assim as vezes... pais de alunos, (...) eles traziam pra sala de aula... esses problemas. Então a gente tentava, né, falar como é que ele devia agir, né, como as pessoas deviam agir. Mesmo na escola,*

> *né, entre alunos, que as vezes brigavam, né. Então a gente, aí dentro de Educação Moral a gente tentava... abrir os olhos dos alunos mostrando qual é o certo, né, o que não é certo, o que é certo (...). A gente tentava mostrar o lado certo. (Emília Clara Tormem)*

A intenção de ensinar para a vida aparece nos depoimentos da maioria dos entrevistados. Segundo a professora Edi Swertz, "(...) as aulas eram boas, a gente procurava assim, nesse momento, (...) preparar o aluno pra vida". Através do estudo de textos, "procurava extrair uma lição pra vida". Para ela, a "Organização Social e Política que falava mais, estudava mais por exemplo assim, a estrutura social e política do país (...) Então: congresso, leis (...). Mas a Moral e Cívica, ela era mais voltada assim, pra formação pessoal, moral, ética, do aluno"(Edi Swertz).

Outra forma de dar aulas de EMC e OSPB foi descrita pela professora Marilene Grando Marchiori. A diferença das suas aulas começava na forma de planejar e elaborar o programa da disciplina.

> *Quando eu assim, a gente se efetivou que daí a gente tinha que seguir aqueles planejamentos, vinha o planejamento da Secretaria de Educação pra gente seguir, mas eu tive sorte que todas as escolas que trabalhei, os diretores eles não eram, eles eram indicados, era cargo de confiança, mas eles deixavam total escolha pra gente fazer e na... como os livros de EMC eram poucos, a gente procurava assim, montar o programa através de livros. (Marilene Grando Marchiori)*

Destacando que teve apoio dos diretores das escolas que trabalhou, a professora conta que elaborava os próprios planejamentos. Neles, optava por outros livros, além dos livros de EMC e OSPB, procurando abordar os conteúdos de forma crítica.

Procurava utilizar suas aulas para debater política e expressar a vontade de mudança na política brasileira da época, inclusive tentando argumentar e convencer os alunos da possibilidade de mudança através da organização política e do voto.

> *A gente conseguia mudar a cabeça dos alunos, ver que... que não era só ARENA, que não era só aquele regime, que a gente podia mudar, mudar as coisas a partir da escola. E daí a gente usava muito essas aulas de EMC e OSPB, pra fazer esse trabalho. (...) As vezes a gente pegava aquelas aulas e só trabalhava em política em conscientização política e partidária. (Marilene Grando Marchiori)*

Observando estes trechos do depoimento da professora pode-se perceber a diferença em relação aos outros depoimentos. Politicamente identificada com a "esquerda", a professora procurava discutir com os alunos a situação política e partidária. Em relação aos direitos e

deveres, o enfoque se mostrava diferente daquele dado por outros professores no sentido de que a professora incentivava a organização de classe e participação em manifestações.

> *Então a gente também discutia muito direitos trabalhistas, porque eles trabalhavam de dia e muitos direitos trabalhistas não eram respeitados então a gente a... como é que a gente estudava e discutia que a gente tava no sindicato, eles se organizavam. Eram assuntos, do dia a dia, da realidade, né, que a gente trabalhava. (Marilene Grando Marchiori)*
>
> *A gente vinha muito aqui na praça, me lembro que a gente saía dos colégios, dispensava as aulas, a gente vinha aqui pra praça, era de noite, era de dia, então a gente já combinava com os alunos (...) E a gente tinha muito essa, tinha que se organizar, que a gente tinha que pertencer a um partido, que a gente era trabalhador, que só assim a gente ia conseguir mudar esse Brasil. (Marilene Grando Marchiori)*

Outras vezes a professora utilizava o tempo das aulas de EMC e OSPB para trabalhar os conteúdos de História e Geografia, outras disciplinas que ela lecionava.

> *E daí eu usava essas aulas também, as vezes como eu te falei, usava elas se precisasse, se tinha conteúdos importantes de Geografia e História, que precisava de uma aula de, daí eu já avisava: "Olha, na próxima aula você traga o material assim...". As vezes até pra completar, era por unidades né. (Marilene Grando Marchiori)*

Analisando os diferentes depoimentos, que relatam diferentes práticas nas aulas de EMC pode-se concluir que mesmo diante das prescrições curriculares elaboradas e determinadas por uma legislação específica, os professores tinham certa autonomia nas suas aulas, aspecto abordado por Sacritán (1998):

> *Por mais intervencionismo que a administração queira fazer e por precisas que suas orientações pretendam ser, normalmente os professores não podem encontrar nas disposições oficiais um guia preciso para sua ação. As prescrições curriculares costumam se referir a conteúdos e orientações pedagógicas que podem ser determinantes, no melhor dos casos, para a elaboração de materiais, se se ajustarem a elas, ou para realizar o controle do sistema, mas mais dificilmente costumam ser reguladoras da prática pedagógica dos professores de uma forma direta. (SACRISTÁN, 1998, p.117)*

A autonomia dos professores pode ser observada nos depoimentos que revelam diferentes práticas, diferentes maneiras de abordar os assuntos, de utilizar materiais, de se relacionar com os alunos e até de posicionamento político dentro da sala de aula. porém, a autonomia não era total, havia vários fatores condicionantes e limitadores, como a falta de material nas escolas e a relação com a direção da escola.

As diferentes práticas descritas pelos entrevistados estão associadas a diferentes tipos de avaliação. Segundo Sacristán (1998), o ensino se realiza num clima de avaliação, que seriam uma forma de controle da dinâmica cotidiana do ensino mesmo quando não se manifesta nos freqüentes procedimentos formais.

> *Um aluno sabe que o avaliam quando lhe perguntam, quando lhe supervisionam tarefas, quando o professor lhe propõe uma linha de trabalho cotidiano, quando o desaprovam. Em toda essa dinâmica e clima, desde a perspectiva do aluno, configura-se um critério acerca do que se entenderá por aprendizagem valiosa de qualidade. (SACRISTÁN, 1998, p.311)*

A principal forma de avaliação dos alunos eram as provas escritas, que podiam ter questões objetivas e subjetivas, todos os professores afirmavam utilizar as provas como forma de avaliação, mas para alguns, era a única: "Só prova, não tinha outra coisa. Avaliava só prova" (Ires Frozza).

A professora Marilene Grando Marchiori afirma que as provas eram necessárias para avaliar os alunos, mas que também eram avaliados os trabalhos em grupo e a participação dos alunos nas atividades.

> *A gente tinha também que fazer (...) as provas. (...) Tinha que cobrar né, os conteúdos. E também a gente dava nota né, pros trabalhos de grupo, pelo... as pessoas assim que tinham coragem (...) de liderar o grupo, e ela... chegava, a gente dava um assunto, o grupo chegava naquela conclusão e daí aquela pessoa que, que quisesse expor, né, a conclusão, então a gente dava nota mais alta, pra ele. Mais pra incentivar os outros também. (Marilene Grando Marchiori)*

Já o professor Rubim Melz procurava fazer das avaliações, momentos de reflexão e de desenvolvimento da comunicação escrita.

> *A gente dava então uma série de questões (...) podia escolher uma que melhor se adaptava e... fazia texto. (...) Ao mesmo tempo aprendiam a escrever e explicar alguma coisa por escrito (...). (Rubim Melz)*

Portanto, nestas provas havia a proposição de algumas questões, que deveriam ser respondidas e explicadas através de redação, fazendo o aluno refletir sobre o assunto e não apenas citar nomes de governantes ou leis.

A cobrança dos conteúdos nas provas também podia assumir um caráter mais formal do que propriamente educativo. Para a professora Edi Swertz, a prova escrita não tinha muita importância, era apenas uma formalidade, enquanto a avaliação priorizava as atitudes dos alunos, o que se justificava, segundo ela, pelo fato daquela disciplina estar tratando sobre valores morais, éticos e cívicos.

Se os relatos sobre as aulas e avaliações revelaram práticas que não eram exclusivas da EMC. Porém, a realização de atividades extra-classe constitui um diferencial entre a EMC e as demais disciplinas, pois se relaciona também com seu caráter de prática educativa, que se expandia para além da sala de aula e envolvia a escola em geral e até mesmo a comunidade. Entre as atividades extra-classe, havia as "horas cívicas", que se realizavam periodicamente, em intervalos de uma semana ou quinze dias e eram momentos em que se hasteava a bandeira, executava o hino nacional e os alunos apresentavam números como jograis e declamavam poesias. Mas alguns depoimentos afirmam que algumas vezes essas atividades assumiam um aspecto meramente formal e não conseguia tornar a escola um ambiente cívico.

Na década de 1980, com o processo de democratização, as correntes políticas de oposição à Ditadura Militar se fortaleceram e nas escolas da região, vários professores começaram a se manifestar, utilizando inclusive as "horas cívicas" para criticar a situação política da época.

> *(...) A gente sempre procurava fazer uma hora cívica assim mais crítica (...) e mostrar que naquela hora cívica não era só venerar bandeira, hino nacional, as autoridades, mas que na hora cívica a gente também podia protestar e mostrar assim pros alunos e pros pais que muitas horas cívicas eram feitas pra comunidade (...) civismo era também a gente reivindicar (...) A gente queria mostrar os direitos políticos que a gente tinha que não eram respeitados, os direitos trabalhistas que a gente tinha que não era respeitado; a valorização pro magistério pro professor, pro aluno, mais verbas pras escolas. Então a gente dava dentro das horas cívicas, trabalhar isso, mostrar isso e como a gente fazia nas escolas a semana da pátria a gente procurava sempre assim com cartazes, faixas bem críticas. (Marilene Grando Marchiori)*

Havia os Centros Cívicos, organizações estudantis que, de acordo com a legislação, foram implantados nas escolas em substituição aos Grêmios Estudantis. Os depoimentos confirmam sua existência nas escolas, sua atuação em atividades como horas cívicas e campanhas de arrecadação de donativos, promoções esportivas e comemorações. Entre as comemorações, o desfile de Sete de Setembro é relembrado em detalhes que demonstram o empenho dos professores e alunos na sua realização. O desfile era um momento que envolvia não só a escola, mas também as famílias dos alunos e a cidade em geral.

A análise dos depoimentos de professores possibilita novas abordagens sobre a história da EMC. Nos fragmentos apresentados percebe-se que os professores trabalhavam a disciplina de formas diferentes. Como parte de uma pesquisa em andamento, este texto não pretende ser conclusivo, mas contribuir no debate sobre as práticas e história das disciplinas escolares.

Depoimentos orais:

- Entrevista concedida ao autor dia 11/04/2006 pela Sra. Ires Frozza.
- Entrevista concedida ao autor dia 13/04/2006 pelo Sr. Rubim Albino Melz.
- Entrevista concedida ao autor dia 20/06/2006 pela Sra. Ivone Terezinha Ulsenheimer.
- Entrevista concedida ao autor dia 04/07/2006 pela Sra. Edi M. Hermes Swertz.
- Entrevista concedida ao autor dia 07/11/2006 pela Sra Therezinha Bellina Souza.
- Entrevista concedida ao autor dia 28/11/2006 pela Sra Emília Clara Tormen.
- Entrevista concedida ao autor dia 28/11/2006 pela Sra Marilene Grando Marchiori.

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In.: Teoria & Educação, 2. 1990. pp.177-229.

ECKERT, Ivo. *Bonito, Pinhal, Pinhalzinho: a saga dos pioneiros*. Florianópolis: Ed. do autor, 2002

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. São Paulo, Dissertação (Mestrado). PUC-SP, 2006.

FLOSS, Waldir José. *Eleições e Poder Local: As Disputas em Pinhalzinho – 1961 a 1992*. In.: Cadernos do CEOM. Ano 10 n°10 set/96. Editora Grifos. Chapecó-SC. 1996.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate.* In.: Revista brasileira de história. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol.13 n° 25/26 set.92/ago.93. p.33-54.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima V. *A história da Educação Moral e Cívica: um álbum de fotografias da sociedade brasileira.* UFMS – Campo Grande. Dissertação de mestrado. 1998

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A contribuição dos imigrantes italianos na expansão da escola pública paranaense

Elaine Cátia Falcade Maschio*

Resumo: O presente trabalho analisa as iniciativas empreendidas por imigrantes italianos em prol à expansão da escola pública paranaense no final do século XIX. Procura compreender o processo de abertura de escolas públicas nas primeiras colônias italianas do estado, buscando identificar os sujeitos que fizeram parte daquele processo e reconhecer os anseios daqueles pela escolarização na língua nacional. Para este estudo, foram privilegiadas fontes documentais como: ofícios, requerimentos, legislação, relatórios e regulamentos de ensino. As reivindicações empregadas pelos primeiros imigrantes italianos que se estabeleceram no estado para assegurar a educação de seus filhos em idioma nacional, contribuíram significativamente para a expansão e constituição do sistema de ensino público paranaense.

Palavras-chave: Imigrantes Italianos; Expansão; Escola Pública.

Abstract: The present paper analyzes the initiatives undertaken by italian immigrants in favor of the expansiom of the public school in the state of Paraná in the end of the XIX century. It tries to understand the process of opening of public schools in the first italian colonies of the stat, trying identify the subjects that were part of that process and to recognize the wishe of them foruse of portuguese at schools. For this study, documental sources were privileged such os: forms, official correspondences, legislation, reports and teaching regulations. The revindications used by the first italian immigrants that settled down in the state to assure their children's education in portuguese, contributed significantly to the expansion and constitution of the educational public system in Paraná.

Keywords: *Italian Immigrants; Expansion; Public School.*

A inserção de imigrantes italianos no Paraná ocorreu a partir do ano de 1872. Um contrato firmado entre o Presidente da Província, Venâncio José Lisboa, e o empresário Sabino Tripoti, no ano de 1871, mobilizou a entrada de um número significativo de imigrantes italianos que inicialmente foram instalados na Colônia Alexandra, localizada no litoral do estado, especificamente em Morretes.

* Mestre em Educação, Faculdade Internacional de Curitiba.

No entanto, problemas como: superlotação, clima quente, insetos, doenças, falta de alimentação, entre outros; tornaram precárias as condições de sobrevivência daqueles imigrantes colocando em evidência o estado lastimável da colônia.

Neste ínterim, o então Presidente da Província Adolfo Lamenha Lins rescindiu o contrato com o empresário Tripoti e promoveu diretamente a imigração e a reimigração daqueles colonos. No ano 1877, criou a Colônia Nova Itália em Paranaguá, a fim de remover os imigrantes que não desejassem mais permanecer na Colônia Alexandra e, também, instalar outros novos imigrantes italianos que continuavam a chegar. De acordo com (AZZI, 1987:213), em 1877, desembarcaram no Porto de Paranaguá cerca de 2.000 colonos italianos, estimulados pelo sacerdote italiano Ângelo Cavalli.

Embora permanecendo por pouco tempo em funcionamento, as colônias supracitadas desenvolveram-se socialmente com: comércios, igrejas, cemitérios, atendimento médico, e principalmente, escolas. No entanto, foram afetadas por problemas que descaracterizaram imediatamente sua função. Inúmeras reclamações chegavam a Curitiba das colônias Alexandra e Nova Itália. Insatisfeitos, os imigrantes ali instalados desejavam a transferência para o planalto curitibano, uma vez que julgavam terem sido enganados pelas falsas promessas de prosperidade citadas nos contratos assinados na Itália.

Alguns imigrantes dirigiram-se à Curitiba e assim instalaram-se no centro urbano da capital ou em colônias já existentes que abrigavam imigrantes de outras etnias, como as colônias Abranches, Argelina, Órleans; outros avançaram ainda mais, e fixaram-se na região dos Campos Gerais (Ponta Grossa). Entretanto, a grande maioria instalou-se em novas colônias governamentais localizadas nos arredores de Curitiba. Essas colônias foram formadas através da compra de terras pelo então Presidente Provincial Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, tais como as colônias: Antonio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade e Alfredo Chaves.[1]

Segundo (VECHIA, 1998:120) havia dois perfis de imigrantes, aqueles que se estabeleceram no centro urbano de Curitiba, principalmente na região do Largo São Francisco, Mercês, Pilarzinho e Bogorrilho eram, na sua maioria, profissionais liberais que exerciam profissões diversas como comércio, carpintaria, marcenaria entre outros; por outro lado, os que se fixaram nas colônias eram camponeses que dedicavam-se exclusivamente à agricultura.

[1] As colônias Dantas (Água Verde) e Santa Felicidade apesar de serem criadas no mesmo ano e cumprirem a mesma finalidade - a instalação dos colonos removidos das colônias do litoral - não foram formadas através da compra de terras pelo governo, mas através da compra particular de terrenos pelas próprias famílias imigrantes.

A organização social e cultural desses imigrantes foi marcada por ritmos distintos. O primeiro grupo estabeleceu vínculo com a sociedade curitibana já organizada, freqüentavam a igreja, usufruíam o comércio local e seus filhos freqüentavam as escolas públicas centrais da capital. Já o segundo grupo de imigrantes, os camponeses *contadini*, organizaram as colônias de modo semelhante às comunidades rurais de sua região de origem. Tinham que implantar através da reivindicação ao governo ou particularmente: assistência médica, religiosa e escolar. Condições sociais mínimas para iniciar a vida na nova pátria.

Na questão educacional, a principal diferença entre esses dois grupos foi a reivindicação pela escola. Enquanto os imigrantes que se estabeleceram no centro da capital enviavam seus filhos às escolas públicas curitibanas, que por serem centrais - sem levar em conta a precariedade que afetava o ensino da época em todo o estado - ofereciam uma regularidade maior, aqueles que estabeleceram nas colônias, regiões mais afastadas, tiveram que lidar com a falta de escolas.

Sendo assim, a constituição do processo escolar público nas colônias foi marcada pela reivindicação de escolas por parte dos imigrantes, as quais serviram também à população brasileira, uma vez que nas localidades onde foram abrigadas as colônias não existiam escolas apesar da presença de famílias brasileiras.

A situação do ensino público paranaense na segunda metade do século XIX era muito precária, aliás, a escola pública brasileira neste período era caracterizada por escolas isoladas. A precariedade do funcionamento desses estabelecimentos era complementada pela baixa freqüência dos alunos e a falta de profissionais de educação. No caso paranaense, o ensino no século XIX não era diferente. Caracterizava-se por poucas escolas, que funcionavam com precariedade material e de pessoal e com baixa freqüência escolar, tendo um número muito alto de crianças em idade escolar fora da escola. Havia em toda a província do Paraná, no ano de 1882, apenas 133 escolas públicas; dessas somente 91 funcionavam com uma média de 20 alunos. Havia cerca de 25.500 crianças que não freqüentavam a escola primária (RELATÓRIO, 1882:3).

A situação de precariedade do sistema escolar e de falta de escolas públicas no território paranaense refletia-se também nas colônias de imigrantes no século XIX. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonos, os quais muitas vezes, diante da demora da assistência por parte do governo quanto à educação, incumbiam-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em outros casos, principalmente na etnia italiana, os imigrantes pressionavam o governo para a abertura de escolas públicas nas colônias.

Convém lembrar que se nem mesmo a população paranaense tinha acesso a escolas públicas providas para seus filhos, quanto menos o imigrante, os quais os governantes, desde sua vinda, depositavam expectativas de mão de obra para trabalho e de crescimento econômico da Província com o intuito de não despender mais gastos públicos com essa população.

A precariedade da instrução pública na Província do Paraná, segundo (WACHOWICZ, 1984:42), devia-se à falta de interesse do governo pela disseminação da escola, alegando problemas financeiros, falta de professores habilitados e a baixa condição econômica da população paranaense, condicionando a uma fraca freqüência de alunos nas escolas existentes.

Podemos observar essa situação em um relatório que descrevia a situação da imigração no Paraná destinado ao governo em 1891, cuja autoria não foi possível localizar, mas possivelmente tenha sido redigido pelo então chefe da imigração e colonização da época, a precariedade do ensino encontrada pelos imigrantes era semelhante nas demais escolas da Província paranaense.

Segundo o documento, o qual descrevia o processo imigratório tendo duas folhas dedicadas à informação sobre o ensino nas colônias de imigrantes, a escola teria sido o "benefício" que menos recebeu atenção do governo.

> *Tem sido completamente abandonado, esquecido, amesquinhado o ensino primário em escolas promíscuas. É igual a reclamação por parte dos immigrantes por não terem nos núcleos, onde se acham estabelecidos, uma cara escola para os filhos seus, digamos de passagem, são sempre em grande número.[?] amargamente do governo e em sua rude linguagem dizem que o Estado quer que elles criem os filhos como "bestias".*
> *Merece ser este assumpto tomado em consideração: traduz elle uma providencia de grande alcance futuro para estas pequenas victimas do infortuno, afastados quase sempre dos centros populares e impossibilitados, por falta de dinheiro, de saírem do núcleo para procurar nas cidades e villas uma escola. Si o Estado não lh'os der, não serão esses menores outros tantos mendigos, [?] e criminosos em embrião, material disponível para importunar a caridade pública, povoar as [?] das igrejas, atravancar as calçadas, apparecendo moléstias e vindo mais tarde encher o recinto das prisões?*
> *Não é o Estado, indirectamente, responsável pela miséria e conseqüente desregrado proceder d'esse bando de analphabetos?*
> *Onde o asylo em que os órfãos, filhos de indigentes brasileiros ou estrangeiros, se abrigem, como um redento, dos perigos da [?] e encontrem uma salutar escola, além da instrucção intellecttual, religiosa, civil, os incentivos do trabalho que há de oferecer como honesto meio de vida e instrumento de bem estar social? (OFÍCIO, 1890:109-111).*

Ao descrever a precariedade do ensino nas colônias, o autor do documento ressalta a semelhança desta situação em escolas promíscuas em toda a Província. É possível observar,

na citação acima, que havia a preocupação, por parte do relator, com as conseqüências que a precariedade do ensino poderia causar às futuras gerações. O documento alertava que a escola deveria ser um lugar civilizador, onde, muito mais que instruir, caberia formar moralmente a criança, moldar costumes, evitando a desordem social.

Este pensamento, ao que parece, era o mesmo entre os imigrantes, que reclamavam e criticavam a falta de assistência escolar por parte do governo. Alegavam que o governo queria que seus filhos fossem criados como *bestias*, (dialeto italiano) o que quer dizer bestas, ou ainda, ignorantes.

Qual a importância então atribuída à educação escolar pelos imigrantes a qual justificaria seus esforços e iniciativas para implantação do ensino institucionalizado?

Embora sendo colonos lavradores, a preocupação em relação ao ensino esteve presente entre os imigrantes desde os primeiros pedidos feitos durante a sua instalação nas colônias.

A escola caracteriza-se como uma instituição civilizadora e humanizadora. A falta dela geraria o risco da desumanização, da permanência na condição de ignorante. O papel atribuído à escola seria o de moralizar costumes, conformar dos corpos e transmitir o conhecimento.

Considerando que a escola tinha um papel fundamental para esses imigrantes, podemos inferir que eram alfabetizados e cônscios da importância da escola, porque provinham de regiões de forte tradição escolar (KREUTZ, 2000:348). Assim, a escola era representada como uma instituição que deveria ser preservada para a manutenção da cultura letrada.

Os indícios para a sustentação dessa hipótese podem ser encontrados em alguns aspectos relacionados ao grupo, como a procedência desses imigrantes da região do Vêneto, localizada ao norte da Itália. De acordo com (LUCA, 1909 apud HUTTER, 1972:149-150), grande parte dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, particularmente para o Paraná, provinham daquelas regiões italianas que, embora fossem eminentemente agrícolas, contavam com baixos índices de analfabetismo em relação às regiões da Itália meridional. Segundo o autor, enquanto os italianos emigrados das províncias centrais e meridionais apresentavam índices de analfabetismo em torno de 46,65%, os italianos emigrados das províncias setentrionais apresentavam porcentagem inferior, em torno de 11,00%.

Considerando que parte desses imigrantes emigrados para o Sul do país e, especificamente para as Colônias analisadas, eram alfabetizados e provenientes de uma cultura letrada, o interesse pela escola estava ligado à preocupação da transmissão e manutenção dessa cultura. (VECHIA, 1998: 209) e (WACHOWICZ, 1984:74) também

partem desse pressuposto quando afirmam que os imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas tinham a preocupação, fortemente manifestada, de reivindicação por escola.

Além deste, outro aspecto deve ser considerado: a iniciativa de reivindicação pela escola pública. Segundo as considerações de (KREUTZ, 2000:348), a preocupação de manter escolas étnicas não era tão latente na etnia italiana como entre alemães e poloneses, entre outros. Este autor afirma ainda que:

> *Entre as quatro etnias de imigrantes [alemães, italianos, poloneses e japoneses] com maior número de escolas étnicas, os italianos foram os que menos vincularam a escola com suas respectivas organizações comunitária e cultural, sendo que a igreja tinha peso maior. Isso teria ajudado a que reivindicasse mais cedo o acesso à escola pública (KREUTZ, 2000:360).*

Neste sentido, pode-se afirmar que o posicionamento da maioria dos imigrantes italianos que se estabeleceu em toda a região sul foi de pressionar o governo para a criação de escolas públicas.

Se as escolas particulares mantidas pelos imigrantes serviam para suprir a falta de escolas públicas nas colônias devido à própria precariedade que o ensino enfrentava naquele período, por que ainda estes imigrantes solicitavam uma escola pública e o ensino no idioma nacional. Para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despender na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas.

Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos junto àquela sociedade. Poderiam eles *far la mérica* (fazer a América), ditado que circulava entre os imigrantes italianos.

É importante lembrar, que o principal fator que levou os italianos a deixarem o país e avançar o além-mar em busca de melhores condições de sobrevivência foi a crise econômica estabelecida na Itália no final do século XIX. A condição de degradação das formas de sobrevivência do camponês italiano vêneto gerou um sentimento de ódio pela pátria, que para eles, os havia abandonado. Tentar uma nova vida adaptando-se a nova pátria poderia

configurar uma possível explicação para os anseios quanto ao interesse pela escola em idioma nacional.

Nesse contexto, o processo de escolarização nas primeiras colônias de imigrantes italianos no Paraná, teve sua constituição a partir de escolas públicas. De modo particular, pode-se considerar que a presença da imigração italiana, além de contribuir econômica, social e religiosamente, contribuiu também para viabilizar a implantação e a expansão da institucionalização do ensino primário no estado.

1. Aspectos da criação das primeiras escolas públicas nas colônias.

A Colônia Novo Tyrol foi a primeira a contar com a criação de uma escola pública. Um abaixo assinado enviado pelos imigrantes viabilizou a abertura de uma escola pública na colônia para atender tanto os filhos dos colonos como os filhos de brasileiros. A primeira escola pública foi criada no dia 21 de fevereiro de 1879 e teve como professor o italiano Giovani Batista Marcone.

O professor Marcone dominava a leitura e escrita da língua portuguesa, criando até mesmo um método de ensino próprio. Afirmava que com seu método os alunos conseguiriam aprender o português em apenas três meses. Neste sentido, freqüentavam a escola alunos italianos e inclusive brasileiros (CÓDICE, 1879:67).

Os imigrantes da Colônia Alfredo Chaves reivindicaram a escola de modo semelhante. Enviaram ao então Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, um abaixo assinado, datado de 11 de julho de 1882, contendo 67 assinaturas, dentre as quais as de alguns brasileiros, reclamando a falta de aulas públicas na colônia e alegando seu esquecimento pelo governo. Solicitavam a criação de uma escola pública, informando haver na colônia um número muito alto de crianças - cerca de 140, de ambos os sexos, menores de 14 anos de idade - e, ainda, muitos filhos de brasileiros que necessitavam receber educação (REQUERIMENTO, 1882:58-59).

A primeira escola pública teve como professor o brasileiro Antonio José de Souza Guimarães, que havia cursado a Escola Normal da Capital.

O mesmo ocorreu na Colônia Antonio Rebouças, um abaixo assinado enviado pelos colonos no dia 19 de fevereiro de 1880 viabilizou a abertura da primeira escola pública na colônia.

Na Colônia Santa Felicidade e Colônia Dantas (Água Verde), a escola funcionou nos primeiros anos a pós a fundação das colônias em caráter particular com professores designados pela própria comunidade. Somente nos anos de 1884 e 1885 as escolas colônias

passaram a ser públicas e contarem com a subvenção do governo. A primeira escola da Colônia de Santa Felicidade teve como professor Girolamo Giareta e a da Colônia Dantas a professora Giacomina Stofella, ambos italianos.

Diante deste cenário, podemos inferir que o movimento exercido pelos imigrantes para pressionar o governo na criação de escolas públicas contribuiu também, significativamente, para a expansão do ensino primário em todo o Paraná. Pois, segundo (SOUZA, 2000:61), apenas os Estados que adotaram o imigrantismo sofreram um processo de expansão da escolarização primária.

Nas colônias onde se estabeleceram imigrantes, o número de escolas em funcionamento era superior ao de outras localidades, por contarem com escolas particulares e públicas. As iniciativas dos imigrantes, abrindo ou reivindicando escolas, foram fundamentais na disseminação do ensino no território paranaense, principalmente para a expansão da escola pública.

Referências Bibliográficas:

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.

DEAP. Correspondência do Governo, Códice, fl.67,1879.

DEAP, Correspondência do Governo, Requerimentos, AP. 677, fls. 58 e 59, 1882.

DEAP, Correspondência do Governo, Ofícios, AP. 886, fls. 109 e 110, 1890.

DEAP. Relatórios da Instrução Pública do Paraná, 1882 a 1890.

LUCA, Paolo Emílio de. *Della emigrazione europea ed in particulare de quella italiana, parte prima*. Torino, 1909. In: HUTTER, Luci Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880 – 1889).** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1972. Pp.149 – 150.

SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

KREUTZ, Lucio. *Educação de Imigrantes no Brasil*. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. Pp. 347-370.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba** (1853-1889). Tese de doutoramento em História. São Paulo: USP, 1998.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A memória política e eclesiástica de Paulo Stuart Wright

Eduardo Guilherme de Moura Paegle *

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo discutir a memória política e eclesiástica de Paulo Stuart Wright. O referido esboço biográfico de Paulo Stuart Wright, permite realizarmos um debate acadêmico envolvendo a sua fé religiosa (presbiteriana) e a sua fé política (socialismo), sendo bastante incomum essa associação no campo evangélico nas décadas de 1950, 1960 e 1970.
Palavras-chaves: Paulo Stuart Wright, ditadura e igreja presbiteriana.

Resumé: Ce travail a pour objectif discuter la mémoire politique et ecclésiastique de Paul Stuart Wright. Une esquisse biographique de Paulo Stuart Wright, qui nous permet faire un débat académique, où sa foireligieuse (presbytérienne) et sa foi politique (socialiste) sont discutées ensemble, une association pas tellement commune au champ évangélique des périodes de 1950, 1960 et 1970..
Mots-Clés : Paulo Stuart Wright, dictature et EglisePresbytérienne

Introdução

A presente comunicação busca discutir a memória política e eclesiástica de Paulo Stuart Wright. Por ser uma liderança política em Santa Catarina das forças socialistas e sendo também evangélico, já que ele foi ligado a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), trouxe na sua militância, controvérsia sobre as suas posturas,seja pelo viés eclesiástico (IPB), seja pelo viés político (ditadura militar).

Paulo Stuart Wright

Paulo Stuart Wright, por ser filho dos missionários estadunidenses teve oportunidade de estudar nos EUA, aonde se formou em Sociologia Política.

Ao regressar ao Brasil, Paulo Stuart Wright participou ativamente das múltiplas atividades como nos sindicatos e na conscientização dos jovens presbiterianos, influenciados pelo pastor Richard Shaull[1], chegando inclusive a participar da experiência na Vila Anastácio, em São Paulo, onde o convívio dele e de sua esposa permitiram vivenciar as péssimas condições dos operários.

---

* Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
[1] Richard Shaull foi pastor presbiteriano. Oriundo dos EUA trabalhou no Brasil na década de1950 e 1960, sendo considerado um dos precursores da Teologia da Libertação.

A contribuição de Paulo Stuart Wright, que levava para a Vila Anastácio e a UCEB, com a idéia de responsabilidade social, combinava o aspecto engajado e militante com os seus estudos. Conseguia também gradativamente um espaço político fora das estruturas eclesiásticas, seja na organização dos sindicatos da FECOPESCA e na política partidária, seja no PTB, PSP e na AP.

Sua ida para Florianópolis, em 1960, permitiu ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial do Estado (IOESC), a convite do governador Celso Ramos (PSD). Paulo Stuart Wright torna-se membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, conforme documentado a seguir. "Recebe-se a carta de transferência o irmão Paulo Wright e a sua esposa Sra. Edimar Rickli, vindos da Igreja Presbiteriana da Lapa (E. São Paulo) os quais se resolve incluir no rol de membros da Igreja." (Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis,1961:57).

Para poder concorrer a deputado estadual em 1962, Paulo Stuart Wright deixou o PTB e ingressou no PSP, com o objetivo de defender os interesses da FECOPESCA. Conseguiu se eleger em 06 de outubro de 1962 com 2.144 votos, tornando-se o único deputado evangélico de seu partido na Assembléia Legislativa de SC.

No campo eclesiástico, Paulo Stuart Wright buscava participar ativamente da IPB, seja escrevendo artigos na revista "Mocidade", conscientizando e politizando os presbiterianos, mantendo diálogos com setores progressistas da Igreja Católica (sobretudo a JUC), sendo professor da Escola Dominical da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, secretário-geral da UCEB e da ACA, levando sempre uma idéia social para o cristianismo, na qual a visão de Richard Shaull muito lhe agradava, sobretudo a experiência na Vila Anastácio. Tanto as suas visões sociais quanto ecumênicas, certamente não eram bem vistos nos setores conservadores da IPB, no sentido político-religioso.

Paulo Stuart Wright foi eleito prebítero,conforme a seguir:

> *Foram então eleitos presbíteros da Igreja Presbiteriana de Florianópolis os irmãos Dr. Hurí Gomes Mendonça com trinta e seis votos; Arony Natividade da Costa com vinte e oito votos e Dr. Paulo Stuart Wright com vinte e dois votos. Ao término da reunião foram os presbíteros Dr. Hurí Gomes Mendonça e Dr. Paulo Stuart Wrught agradecendo a honra que lhe emprestara.* (Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis,1964:102.).

Não sabemos até que ponto a Igreja Presbiteriana de Florianópolis não quis indicar o nome de Paulo Stuart Wright para o presbiterato, com um possível receio de politizar as

questões e sua visão dentro da estrutura institucional, ou mesmo restrições aos seus pensamentos com uma visão menos denominacional e mais ecumênica, e comunista, não conservadora.

Segundo o pastor Osvaldo Hack ao se referir á Paulo Stuart Wright, afirmara que

> *(...) ele (Paulo) tinha se envolvido demais politicamente, ideologicamente, e que a igreja não deveria entrar por este lado. Pela definição porque a Igreja Presbiteriana tem uma posição apolítica, como igreja. Ela permite que os seus membros participem de política, se candidatem, discutam política. Eu, pessoalmente posso me posicionar, mas a Igreja em si, não. Essa foi à dificuldade: porque o Paulo, como presbítero da igreja, envolveu a igreja. Foi o mesmo problema que ele teve em Joaçaba. Ele envolveu a igreja de Joaçaba. (AQUINO, 2003:56-57.).*

A análise do pastor Osvaldo Hack ao entender que a eleição de Paulo Stuart Wright a deputado estadual catarinense em 1962, colocava a Igreja Presbiteriana de Florianópolis em dificuldade, pois ao politizar a defesa de sua candidatura não poderia transformar o púlpito em palanque, usando a estrutura eclesiástica. Reconhecemos, contudo, que esta não era uma prática política de Paulo Stuart Wright. Numa igreja minoritária, no contexto religioso florianopolitano predominantemente católico, isso poderia expor a própria estrutura eclesiástica da IPB, numa época em que a invisibilidade pública entre os evangélicos era regra.

Nessa visão, a Igreja não apoiara oficialmente a candidatura de Paulo Stuart Wright para a Assembléia Legislativa de SC, pois poderia haver mais candidatos, o que possibilitaria hipoteticamente divisões na estrutura, por apoiar em candidato em detrimento do outro. O próprio Osvaldo Hack afirmara que:

> *(...) Na minha época nós tivemos candidatos para vereador. Nós tínhamos dois candidatos, um deles foi até eleito. (...) Mas nós não fazíamos propaganda na igreja. A igreja sabia que eles eram candidatos, um deles foi até eleito. (...) Mas nós não fazíamos propaganda na igreja. Apenas anunciava que eram candidatos, e que cada um tivesse a liberdade do voto. Então, talvez, porque o Paulo se envolveu demais; como deputado – como líder, ele ocupava uma posição muito estratégica na Assembléia. O voto dele decidia as bancadas, porque ele era o único do partido dele. (AQUINO,2003:57.).*

Imagine a situação de um deputado estadual como Paulo Stuart Wright, comunista, único membro do PSP na Assembléia Legislativa e que representava uma espécie de voto de minerva nas decisões legislativas catarinenses, além de ser o único deputado de uma igreja minoritária como a IPB no contexto religioso, com dupla cidadania brasileiro-estadunidense e que agora tinha sido eleito presbítero na própria Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nas vésperas do golpe de 1964.

De fato, com o Golpe de 1964, tanto para o Estado quanto para a Igreja, Paulo Stuart Wright era a pessoa errada no lugar errado. Nesses casos, o instinto de sobrevivência da IPB enquanto instituição foi mais forte do que na defesa dos seus membros, o que levou a uma dupla cassação: na esfera civil, a cassação de deputado estadual; e na esfera eclesiástica, a sua cassação como presbítero.

Num contexto de defesa do Ocidente cristão contra o comunismo ateu, não é de se estranhar que na medida em que essa bipolarização era forçada seja pelos setores conservadores das igrejas (tanto protestantes quanto católicas), bem como a concepção de Segurança Nacional, isolavam uma personalidade política como Paulo Stuart Wright.

Na visão de Jaime Wright, irmão de Paulo Stuart Wright, que também foi pastor da IPB, a referida instituição "Em vez de ser o fermento para levedar a massa, como ensina o Evangelho, ao contrário, a Igreja permitiu que fosse levedada pelo regime militar. Ela se corrompeu, e passou a exercer repressão junto com os pastores, congregações e igrejas." (AQUINO,2003. p.33).

A visão de Jaime Wright era diametralmente oposta ao caráter "apolítico" na qual se referiu o pastor Osvaldo Hack. Para Jaime Wright, o discurso de Rm. 13.1-2, buscou a legitimação de uma IPB conservadora politicamente e teologicamente e que não se opôs ao Estado, mesmo em período de ditadura.(AQUINO,2003:33-34.).Os evangélicos oram cooptados pela ditadura militar vigente. (CAVALCANTI,1985:215-216).

A cassação de Paulo Stuart Wright como parlamentar catarinense, logo se transformou em pressão do Estado pós-Golpe de 1964, para a IPB, ao não permitir o seu exercício de presbiterato. As pressões exercidas pelo almirante e comandante Murilo Vale Silva, sediado em Florianópolis sobre a Assembléia Legislativa foram fundamentais para a cassação no parlamento catarinense.

> *A decisão de cassar o ex-deputado foi apressada depois que a Assembléia Legislativa recebeu, no dia 4 de maio de 1964, um ofício do Secretário de Segurança Pública Jade Saturnino Magalhães, e no dia 5, um dossiê preparado pelo almirante Murilo Vasco do Vale Silva, do 5º Distrito Naval sobre as ligações políticas de Paulo Stuart Wright. Mas a decisão definitiva pela cassação do ex-deputado somente ocorreu (inclusive com os deputados abrindo mão do prazo de 48 horas, para que uma comissão decidisse o ato).* (Jornal O Estado,1979:3).

Ernesto Geisel mandou um telegrama para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O teor do telegrama.

> *N. 28, As. Sec. De 4\564. Parágrafo único artigo décimo. Ato Institucional transferiu ao Senhor Presidente da República, mediante proposta Conselho de Segurança Nacional e prazo sessenta dias, contar quinze de abril próximo passado, atribuições previstas referido artigo. De outro lado, artigo novo decreto n.53897, vinte e sete de abril último, determinou como competentes para provocar do Conselho de Segurança Nacional, mediante representação, respectivos membros, chefes, poderes, Estados e secretário geral do Conselho. Considerando a gravidade da sanção, a qual devem fundar-se razões de relevância relacionados ao interesse; paz e honra nacional, venho lembrar vossa excia. conveniência de representações aqui referidas, quando tenham se encaminhadas de justificação necessária e até dez dias antes findo prazo já aludido para exame Conselho Segurança Nacional.* (Jornal O Estado,1979:3)

A cassação de Paulo Stuart Wright já era esperada, desde 4 de Abril de 1964.. Nesta data, foi criada uma comissão parlamentar especial, composta pelos partidos (exceto o PSP), compostas pelos líderes dos partidos. Com o depois conhecido como o AI-1, a interferência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo seria usual no regime militar.

Devido à concepção de Segurança Nacional, durante o mês de maio foram realizadas três reuniões extraordinárias sobre o caso de Paulo Stuart Wright. O resultado óbvio foi à cassação unânime dele, no dia 09 de maio às 14:00, com a votação dos deputados, sem a mínima possibilidade de defesa do acusado. Dois dias depois, o Diário Oficial do Estado publicava:

> *Resolve – Art.1. – Fica, na conformidade que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o art. 10, do Ato Institucional, por infringência do parágrafo 5. e parte final do art.141, da Constituição Federal e dos artigos 14 e 15, da lei n. 38, de 4 de abril de 1935 (Lei de Segurança Nacional), cassado o mandato do Deputado Paulo Stuart Wright do Partido Social Progressista (P.S.P.). Art. 2. – Esta Resolução entrará em vigor da sua publicação, resguardada as disposições em contrário.* (Diário Oficial do Estado de SC,1964:8).

As justificativas partidárias para a cassação de Paulo Stuart Wright foram as seguintes:

> *1)A UDN vota a favor da cassação, pois estão demonstradas as relações do referido deputado com elementos subversivos; a) O PTB, em convenção realizada para formar a lista de deputados de 1962, resolveu excluir o nome de Paulo Wright, já naquela época conhecido, integrante de extrema esquerda; b) O Partido Social Progressista, que o acolheu na sua legenda e permitiu a eleição de Paulo Wright, expulso-o tão logo tomou conhecimento das suas ligações com o comunismo; c) Pregou da Tribuna da Assembléia, nos comícios e sindicatos das mesmas idéias do conhecido agitador padre Alípio de Freitas e dos ex-deputados Leonel Brizola, Max Costa Santos, Neiva Moreira e outros elementos ligados à subversão; d) o dossiê da Secretaria de Segurança Pública e as averiguações sumárias procedidas pelo Comando Militar trazem provas suficientes para dar cobertura ao óbvio que a prova não necessita. (Jornal O Estado,1979:3).*

Interessante, perceber que a cassação ocorrera doze dias após a vinda do embaixador dos EUA à Florianópolis. Não há dúvidas da interferência do Estado sobre a Igreja Presbiteriana de Florianópolis (IPF), que estava sob investigação do 5º Distrito Naval. Dia 08 de março, Paulo Stuart foi eleito presbítero. Com o golpe de 1964, a igreja pastoreada pelo rev. Eny Luz de Moura, recebeu um documento lido no Conselho no dia 13 de maio do 5º Distrito Naval, contendo as seguintes informações:

> *Cumpre-se informar que o Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, dessa Assembléia Legislativa, eleito sob a legenda do PSP, comunista militante, tanto o seu procedimento e atitudes em face dos problemas nacionais, coerentemente com as suas idéias. Está perfeitamente integrado no movimento de transformação pela violência, do regime estabelecido e afirmado na Constituinte da República. A linha de ação do Deputado em causa é facto público e notório, que essa Assembléia sobejamente conhece, o que coloca em posição falsa, diante da Lei Electoral, da Constituição e da Lei da Segurança. Na documentação anexa, parte do existente nos vários inquéritos e sindicâncias em andamento encontrará V. Excia. elementos que caracterizem as ligações do referido Deputado com agitadores conhecidos, alguns sem ideologia, simplesmente corrompidos pelo poder do dinheiro do povo, criminosamente usado.*(Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis,1964:104).

Enquanto os dois presbíteros eleitos (Hurí Gomes Mendonça e Arony Natividade da Costa) foram empossados, Paulo Stuart não só não foi empossado, como excluído do rol de membros da igreja, sem nenhuma possibilidade de argumentação, desrespeitando o básico direito de defesa constitucional da IPB.

Além disso, na 10º Reunião do Presbitério de Florianópolis, realizado justo na cidade-natal de Paulo Stuart Wright (Herval D´oeste) nos dias 13 a 17 de janeiro de 1965, registrou:

> *O Presbitério aprova as atas do Conselho de Igreja de Florianópolis com as seguintes observações: a) As atas n.910 e 911 foram lavradas com caneta esferográfica. Já estão consideravelmente apagadas e em pouco tempo não poderão ser lidas. b) A ata n. 910, fôlha 104 linha 15 verso é eliminado um membro do ról da igreja, sumáriamente, sem ser ouvido, e sob, a acusação, de fora da Igreja, de ser o mesmo, comunista. Caiu – Que o Conselho reestude o assunto.* (Ata da 10º Reunião Ordinária do PFLO, 1965:57.).

A expressão final citada "Que o Conselho reestude o assunto", referindo-se a eliminação de Paulo Stuart Wright do rol de membros da IPB estava riscada, e ao lado a expressão "caiu", escrita em letra diferente do texto, mostrando uma interferência posterior no texto, provavelmente revelando o medo do Presbitério de Florianópolis de uma interferência do Estado, devido ao fato do parlamentar catarinense cassado por ter exercido a sua militância comunista.

Após o Golpe de 1964, Paulo Stuart Wright fugiu para o México (depois Cuba) clandestinamente junto com o padre Alípio de Freitas. Retornou ao Brasil em 1965, sendo que viveu até 1973, ligado a AP, continuando a fugir dos órgãos de repressão militar.

Paulo Stuart Wright foi preso no dia 04 de Setembro de 1973, em São Paulo, ao descer numa estação de metrô, onde estava em companhia de Osvaldo Rocha e Pedro Calmon. A data, próxima do sete de setembro, era comum a atuação das forças de repressão, na qual Paulo Stuart Wright foi preso, torturado e morto, quando "desaparecimento político" virou sinônimo de extermínio.

A partir dessa data, ocorreu uma disputa pela memória de Paulo Stuart Wright. Primeiro, a busca pelo corpo, jamais encontrado, apesar do empenho do seu irmão, o pastor Jaime Wright.

O pastor Jaime Wright junto com Dom Paulo Evaristo Arns fez uma busca incessante por Paulo Stuart Wright. Jaime Wright recebeu três telefonemas afirmando que "Paulo caiu", como de um bilhete escrito pelo preso político Otto Filgueiras, datado de 13 de maio de 1975, falando que ouvira o Comandante do II Exército, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, afirmando que tinha assassinado. (revista Istoé,1978:24-32).

Considerações Finais

A memória de Paulo Stuart Wright foi reconhecida como nome de rua em Florianópolis, ao lado da Igreja Metodista do Estreito; nome do plenarinho da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; revogação da cassação da mesma Assembléia em 1985, criação de dois Centros Democráticos, um em Joaçaba e outro em Florianópolis; dois filmes, um de 1987, chamado "PSW – uma crônica subversiva" e outro de 2005 "Paulo companheiro João", além da revogação de Paulo Stuart Wright, como membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, em 1999, conforme relatado a seguir:

> *Considerando, que a decisão do Conselho da Igreja, composto por homens crentes, da vida nacional, em que a repressão gerou insegurança, medo e terror em toda a sociedade brasileira. RESOLVE: Tornar sem efeito a punição imposta ao senhor PAULO STUART WRIGHT, restaurando "post mortem" sua condição de membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, inscrevendo-o no seu rol, bem como rejeitar o veto à eleição ao Presbitério de nossa Igreja.*[2](Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis,1999)

Paulo ao tornar-se desaparecido político, usou, assim, como o reformador João Calvino (este ao fugir das perseguições religiosas) usou vários codinomes diferentes: João, Jim, Miller, entre outros. (AQUINO, 2003:34.).

[2] *Ata da Igreja Presbiteriana de Florianópolis.*n.1284. 19 out. 1999.

De certa maneira, houve dois "Palcos", ele mesmo e outro que foram disputados pela sua memória, que variou do "subversivo comunista", de forma pejorativa, ao cristão idealista e revolucionário do outro. A memória pública e eclesiástica de Paulo Stuart Wright, sem dúvida, coloca a segunda hipótese como verdadeira, após o distanciamento cronológico da ditadura militar.

A partir do contexto político do país, a disputa pela memória de Paulo Stuart Wright foi inevitável. Produziu-se de um lado, a valorização de uma memória oficial, à favor de uma visão politicamente e eclesiasticamente conservadora e de outro lado, uma invisibilidade de uma memória ligada a Teologia da Libertação.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Maria Elizabeth. **Personnas – Gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64.** São Paulo:M.E. Aquino, 2003.

Ata da 10°Reunião Ordinária do PFLO. 13-17 jan.1965.doc. 57.

Atas da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. 23 ago.1961,p.57; 10 fev.1964.p.102;104;8 mar. 1964.p.103-104;19 out. 1999.

Bíblia de estudo de Genebra. São Paulo e Barueri: Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

CAVALCANTI, Robinson.**Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica.**São Paulo: Nascente, 1985.

Diário Oficial do Estado de SC.11 maio. 1964.p.8.

Jornal O Estado.11 ago.1979.p.3

Revista ISTOÉ.27set. 1978.p.24-32.

SHAULL, Richard. **Surpreendidos pela Graça. Memórias de um teólogo: Estados Unidos, América Latina e Brasil.** Rio de Janeiro: Record,2003.

WRIGHT,Jan Delora. **O coronel tem um segredo: Paulo Stuart Wright não está em Cuba.** Petrópolis: Vozes,1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória das Colônias Alemãs na Bahia so Século XIX

Lucelinda Schramm Corrêa*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo resgatar a memória de algumas colônias alemãs estabelecidas na Bahia do século XIX, com destaque para a sua região sul. A implantação de colônias germânicas deve ser inserida no contexto da política do estado português, depois brasileiro, de expansão da fronteira agrícola, e a sua conseqüente territorialização. Para além de incrementar a economia buscava substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, com a formação de uma classe média rural de origem européia. De acordo com a crença das autoridades políticas e intelectuais dos oitocentos, além do branqueamento da população, quase que totalmente composta por elementos não-europeus, ou mestiços, haveria o "aprimoramento moral" tendo em vista a "superioridade moral" dos imigrantes germânicos.
Palavras-chaves: Colônias alemãs, Bahia, Século XIX

Abstract: The goal of this work is to rescue the memory of a few German colonies established in the state of Bahia during the 19th century, with emphasis for its southern region. The implementation of German colonies should be understood in the context of the Portuguese, and later Brazilian, state's politics of agricultural frontier expansion, and consequently of its territory. Beyond of developing the economy, it was an attempt of replaces the slave workforce with free labor, with the formation of a rural middle class of European origin. According with the common belief of the authorities and intellectuals of that time, besides the "whitening" of the population, almost completely composed by elements of mixed or no European origin, it would also provides its "moral improvement", in view of the "moral superiority" of the German immigrants.
Keywords: Germany colonies, Bahia, 19th century

> *O passado nos rodeia e nos satura, toda cena, todo enunciado, toda ação conserva conteúdo residual dos tempos passados...Séculos de tradição suportam cada instante de percepção e de criação, permeiam não somente os artefatos e a cultura mas as células de nossos corpos. (LOWENTHAL, 1985)*

A memória é parte fundamental de qualquer trabalho referente a espacialidade humana. Da mesma forma a memória contribui para o estabelecimento de categorias espaciais, "intermediando o espaço objetivo, que se dá aos sentidos, e o espaço subjetivo, que é produzido e processado a partir das experiências imediatas e das experiências prévias".(HOLZER, 2000) Assim, buscamos neste texto resgatar uma memória de colônias alemãs localizadas na Bahia no decorrer do século XIX[1].

* Doutora em História Econômica (USP), Universidade Federal Fluminense

[1] A não inclusão da mais importante dentre todas, a Colônia de Leopoldina, decorre do fato dela ter sido o objeto central de tese de doutoramento apresenta pela autora: **A torturante ausência de uma presença. A imigração**

A presença germânica no espaço baiano no decorrer do século XIX tem sido pouco estudada pelo mundo acadêmico. Entretanto, o fenômeno migratório de alemães para a Bahia não pode ser caracterizado como um fato isolado, pois ao longo do século ocorreu uma expressiva entrada de elementos de origem germânica no espaço baiano. E, mais ainda, a colônia Leopoldina, que pode ser considerada como uma das mais antigas, senão a mais antiga, dentre as colônias estrangeiras estabelecidas no Brasil, localizava-se na região sul da Bahia[2].

A instalação de colônias integradas por germânicos se insere numa política pública do Estado português/brasileiro mais ampla, que buscava atingir os mais variados objetivos, dentre os quais citamos a diversificação agrícola, a ocupação dos espaços vazios, a formação de uma classe média rural, e o branqueamento da população.

Devemos assinalar que as informações sobre estes empreendimentos são escassas e disponibilizadas por poucas fontes, e que em muitas das vezes há contradições entre os dados apresentados pelas fontes primárias e os demais. Os principais instrumentos de pesquisa foram os manuscritos encontrados na Biblioteca Nacional, documentos depositados no Arquivo Nacional, entre eles os referentes as Sesmarias da Bahia, documentos disponibilizados pelo Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras desenvolvido pela Universidade de Chicago (EUA), e textos de Handelmann, Accioli, Vilhena dentre outros.

Segundo Edelweiss, apud Maximiliano de Wied-Neuwied, ao início do século XIX encontrava-se residindo, entre o Prado e Porto Seguro, o inglês Carlos Frazer e o alemão Feldner. Já von Martius descreve a Fazenda Almada de propriedade de Peter Weyll, a Fazenda Luisia de F. Schmid e Castel Novo pertencente a Borell, todas localizadas na comarca de Ilhéus. Antes do fim do período colonial em 1822, já haviam sido fundados dois empreendimentos de cunho colonial na comarca de Porto Seguro: Leopoldina e Frankental (ou Jacarandá?)[3].

Entre os vários outros empreendimentos coloniais fundados na Província da Bahia ao longo do século XIX temos:

Almada:

Almada era o último povoado que se encontrava, ao início do século XIX, quando se subia o rio Taipe, que lança um braço, em direção ao norte, para um grande lago que se

alemã na Bahia do século XIX. Um estudo de caso. Tese de Doutoramento. São Paulo: PPGH/USP, 2003.

[2] Estava localizada no município de Viçosa, hoje Nova Viçosa, no vale do rio Peruípe.

[3] Nos documentos levantados aparecem as duas denominações.

estende por duas milhas entre lindas montanhas.

Von Martius em seu relato de viagem descreve a sua chegada a Fazenda Almada de propriedade de P. Weyll, alemão, situada a sete léguas na direção W-NW da Vila de São Jorge dos Ilhéus. Segundo o autor, Weyll integrou inicialmente a colônia alemã instalada por Freyreiss (Colônia de Leopoldina) às margens do rio Mucuri, na Província de Porto Seguro, e que após a morte do fundador transmigrou, e fundou a Fazenda Almada. Cita outros colonos alemães, vizinhos da Fazenda Almada. F. Schmid, de Stuttgard, na Fazenda Luisia e Borell, de Neuchatal, em Castel Novo. (SPIX, 1981: 179)

De acordo com o relato de Saint-Hilaire várias são as fazendas e casas no seu curso inferior:

> Nas fazendas do Taípe, cultiva-se mandioca, arroz, cana-de-açúcar etc. mas, conforme eu já disse, não se produz mandioca em quantidade bastante para fornecer à vila de Ilhéus, prova manifesta da indolência e da falta de indústria dos habitantes. (..). O café dá muito bem nas margens do rio, e, mesmo assim, plantam muito pouco. (SAINT-HILAIRE, 1822: 337)
> (...)Já era noite quando cheguei a Almada, último povoado que se encontra quando se sobe o Taípe. Fui recebido da maneira mais amigável possível pelo Sr. Weyl, proprietário havia pouco chegado da Holanda. (SAINT-HILAIRE, 1838: 337)

Há, portanto, divergências entre os autores quanto à grafia do nome e a nacionalidade do proprietário da Almada. Para von Martius é o alemão P. Weyll. Já Saint-Hilaire, além de o considerar holandês, dá outra grafia ao nome.

Entretanto Edelweiss reforça a perspectiva de von Martius:

> Em Ilhéus o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied encontrou o primeiro colono germânico, Pedro Weyll, estabelecido no Almada e pouco antes chegado da Holanda. Não menciona outros imigrantes, embora dois anos mais tarde, em dezembro de 1818, Martius tenha encontrado mais dois e dê a entender que ali já se achavam por ocasião da passagem de Wied-Neuwied. Eram eles: um alemão de Stuttgard, chamado Schmid, na colônia Luísia, e um suíço, Borell, de Neufchâtel, na de Castelo Novo. O sr. Schmid estava então com visita, um conterrâneo. O sr. Scheuermann, que da Bahia o fora ver. Como Martius foi da Bahia a Ilhéus acompanhado de um sr. Schlüter, natural de Hamburgo, encontravam-se então no Almada, além dos srs. Weyl e Borrel, três alemães, dos quais dois visitantes de Salvador. (EDELWEISS, 1974: 595)

A dúvida quanto a grafia e a nacionalidade do proprietário da Fazenda Almada não pode ser dirimida, pois no Registro de Estrangeiros foi encontrado nenhum nome semelhante.

Colônia de São Jorge dos Ilhéos, ou São Jorge de Itabuna

Em Ilhéus, por volta de 1818 Pedro Weyll juntamente com seu sócio Saueracker[4],

[4]Também não encontramos seu nome na Relação de Estrangeiros.

adquiriram terras à margem esquerda do rio Cachoeira em Ilhéos, e 1822 estabeleceram, de acordo com Handelmann, uma colônia de lavradores alemães.

> Em 1818 receberam dois especuladores, Peter Weyll e Saueraker, uma concessão de terras pouco distantes de São Jorge dos Ilhéos, para onde elles, quatro annos depois, levaram um certo número de colonos, na maioria Alemães (1822); eram ao todo 161 pessôas, uma parte dos quaes não destituídos de recursos, que agora caíam em plena tempestade da revolução brasileira, especialmente da guerra da independência bahiana, e que assim foram completamente estorvados, motivo por que na maioria se dispersaram por todos os lados. Aos poucos restantes concedeu o Imperador Pedro I recursos em dinheiro e mais auxílios, de sorte que á margem esquerda do riacho Cachoeira surgiu, de facto, uma pequena colônia, que se occupa especialmente com a cultura do cacau; todavia, sempre permaneceu de pouca monta e actualmente é povoada na maioria por brasileiros natos. (HANDELMANN, 1931: 457)

De acordo com Edelweiss:

> Foi uma das tentativas mais bem, realizadas, pela escolha dos homens. Havia entre eles pedreiro, carapina, ferreiro, padeiro e alfaiate, os ofícios indispensáveis numa comunidade isolada. Foi denominada Colônia São Jorge dos Ilhéus.
> Entretanto, a situação tornou-se angustiosa, quando em 1823, chegou novo grupo pela galera hamburguesa Ana Luiza, para cuja recepção não houve preparo algum. Também à escolha destes imigrantes parece não ter presidido o mesmo cuidado. Gerou-se desordem, a inação, a fome. Irromperam epidemias e muitos sucumbiram, em breve tempo, às febres e doenças outras. Em 1827, a maioria já havia morrido ou se dispersara. Dos que resistiram às primeiras dificuldades destas duas levas, alguns prosperaram, principalmente depois de receberem ajuda governamental, Maximiliano da Áustria, o futuro imperador do México, ainda visitou a colônia, em 1860, mas, infelizmente, não publicou a parte do diário em que fixou as impressões específicas que teve dos colonos e descendentes quarenta anos decorridos da chegada.
> De alguns poucos os nomes correm ainda hoje na região. São os Berbert, os Holenwerger, os Lorenz, os Schaun, os Sellmann, os Weyll e outros, que mourejaram espalhados nos rincões mais distantes da velha comarca dos Ilhéus, ou foram atraídos por outras partes do Estado. (EDELWEISS, 1974: 597)

Também encontramos referência a esta colônia em Ribeiro quando menciona que

> (...) o governo atendeu ao pedido de socorro das autoridades de Ilhéus, na Bahia para que oferecesse auxílio a 93 alemães, que tinham sido trazidos de Frankfurt para empreendimentos particulares e abandonados à sua própria sorte. (RIBEIRO, 2002: 159)

Com relação a estes acontecimentos, quatro documentos[5], com data inicial de abril de 1828, referem-se a solicitação de ajuda feita pelos colonos, mais especificamente de ferramentas que, aparentemente, não chegaram às mãos dos colonos:

> Ill^{m} alemães de Ilheos Ill^{m}. Ex^{m}. Sr. Presidente desta Província em 7 de Agosto 1829.
> Em observância do que V. Exª. me ordena pelo officio dê 30 do mês passado tenho informar que representando o Juiz Ordinário da Villa dos Ilheos (?) da ferragem mencionada encaminhei a V. Exª. uma representação, em vista della resolveo V. Exª. pelo Officio de 17 de Julho de 1827 que fossem as mesmas ferragens remettidas para essa Cidade, e como mencionado en'esta deliberação ao mesmo

[5] *Ofícios referentes ao pedido dos colonos alemães da Comarca de Ilhéus, para que lhes fossem dadas ferramentas. Valença e Ilhéus. 1828/1829*. 4 doc. 4 f. FBN. Ms. II – 34, 5, 54.

> Juiz Ordinário no primeiro de Agosto do mesmo anno nenhuma resposta tive, maniffesto algum aquella rezolução, instei em 26 de Junho do anno passado pela execução do que V. Exª. Ordenou, e então recebi o Officio junto da Camara de data de 30 de Setembro, a respeito do qual dei resposta da copia junta de data de 3 de novembro do anno passado, em virtude da qual encaminho agora a V. Exª. a Camara a reprezentação que me manda V. Exª. informar, o que satisfaço como o expedido sobre o que rezolverá V. Exª. o que for servido. Nenhuma informação escrita posso dar a V. Exª. do estado da Colônia Alleman porque não tendo me sido possivel ainda ir nela, não tenho podido obter informação alguma official apezar doa atos exigidos como V. Exª. notará no fim da cópia da resposta que enviei a Câmara, porem tenho ouvido que daquella Colônia apenas existem alguns visto por ter morrido e se despovoado a maior parte, a lavoura creio não tem prosperado, e se alguma existe he esse muito pequeno ponto, porem a Camara daquella Villa satisfara melhor visto que não querido dar me informações que pedi. Deus Guarde V. Exª. felizmente. Valença 22 de Junho de 1829.
> O Ouvidor da Camara de Ilheos Francisco de Souza Paraizo.

Há, portanto, contradições entre o relatado por Edelweiss e Ribeiro e os documentos encontrados relativos aos fatos. O mesmo não ocorre com relação ao descrito no Relatório Provincial–Bahia de 1847, como se pode ler à página 19:

> Antes de 1822 veio de Francfort para a villa dos Ilheos huma colonia de Alemães convidados por certo fazendeiro da mesma Nação. Estes infelizes forão abandonados em pouco tempo; e a maior parte delles sucumbio á fome e á miseria , apesar de S. M. a finada Imperatriz, de saudoza memoria, mandado soccorrer com dinheiro estes desgraçados quando soube do triste estado a que forão reduzidos.

Também temos notícia de que:

> (...) Pedro Weyll e Sauerracker obtiveram terras em Ilhéus e em 1822 estabeleceram 161 alemães, à margem do Cachoeira, iniciando plantação de cacau. Tudo isto, porém, quase fracassou, degenerando no regimen escravista ou pela dispersão, logo que faltou a subvenção e os adiantamentos em dinheiro. (CARVALHO apud LEMOS, 1993: 31)

Em 9 de maio de 1823, José Bonifácio[6] (SILVA, 1880: 538) oficiou a José Joaquim Carneiro de Campos sobre a colônia de Ilhéus, e na sua conclusão solicitava a Assembléia Constituinte deliberasse sobre tão importante assunto e estabelecesse "(...) uma medida geral, que para o futuro sirva de legislação para o fomento de tão importante objeto" (Idem). Entretanto, a Assembléia foi dissolvida pelo Imperador pouco depois, e nenhuma ação pôde ser tomada.

Os colonos sofreram fortes privações e este núcleo colonial acabou por, nas palavras de Handelmann, "(...) na sua maioria se dispersaram por todos os lados.(...) de sorte que á

[6] Tendo a Câmara da Villa de São Jorge de Ilhéus, em ofício de 31 de março do corrente ano, representado a Sua Majestade o Imperador que dois alemães ali estabelecidos não cumpriram a promessa, que haviam feito de dar terras e meios de subsistência a 98 pessoas, que mandaram vir de Francfort, sucedendo ficarem aqueles colonos desgraçados e morrendo à mingua; e que no dia 19 do dito mês desembarcaram ali mais 28 famílias com 161 pessoas. (SILVA, 1880: 538)

margem esquerda do riacho Cachoeira surgiu, de facto uma pequena colonia, que se occupa especialmente com a cultura do cacau(...)" (HANDELMANN, 1931: 457-458). Sua situação precária foi agravada pelos conflitos decorrentes do processo de independência, onde a Bahia se destaca pelo longo período de belicosidade entre "portugueses" e "brasileiros".

Colônia Sancta Januária.

Poucas referências foram encontradas sobre esta colônia: Handelmann, Edelwiess, Ribeiro (2002: 159), no Relatório Provincial-Bahia-1847 e em documentos depositados na Biblioteca Nacional[7].

Esta colônia foi formada por imigrantes irlandeses, num total de 222 indivíduos, segundo Handelmann (1931:458)[8], que tomaram parte de uma rebelião no Rio de Janeiro e foram, por ordem do imperador D. Pedro I enviados, no ano de 1828, para a povoação de Taperoá, próximo de Boipeda, e instalados às margens do rio do Engenho. Mas, apesar dos montantes investidos pelo governo brasileiro, assim se deduz pela leitura dos documentos, os colonos em pouco tempo se dispersaram. No Relatório Provincial (1847: 19) lê-se que "em 1829 ou 1830 outra colonia tentou-se estabelecer no termo da nova Boipeba; alguma despesa fez o governo, nada porem, se obteve e os Irlandeses que a compunhão forão se dispersando e acabarão na miséria".

Belmonte

Sobre esta colônia temos pouquíssimas informações. Para Handelmann (1931: 458) ela foi fundada no rio da Salsa, braço do rio Jequitinhonha, na altura de Belmonte, em 20 de agosto de 1818, e que já não mais existia no ano de 1827. A Decisão Nº 5-Brazil: Resolução de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 24 de Fevereiro de 1815[9] por sua vez, "Determina a maneira porque se hão de fazer as medições, concessões das sesmarias aos colonos mandados povoar as margens do Rio Grande de Belmonte"[10] o que leva a crer que a doação das sesmarias foi concedida aos colonos em 1815 e, que a instalação da colônia

[7]*Ofícios da Câmara Municipal de Valença e outros documentos relativos aos colonos irlandeses. Valença, 1828/1829*. 8 doc. 10 f. FBN. Ms. II – 33, 20, 57.

[8]Já Edelweiss dá um total de 100 famílias de imigrantes. Op. cit. p. 599.

[9]Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc., expedidas ao governador e mais tarde Vice–Rei do Rio de Janeiro de 1662 a 1821.Publicações do Arquivo Nacional.

[10](...) se digne Sua Alteza Real ampliar para toda aquella Comarca as providencias da Carta Regia de 13 de maio de 1808 (...) pois que o rio Grande de Belmonte, que muito a este se avantaja, exige a mais prompta povoação e cultura das suas margens, para maior facilidade, segurança e commodo dos seus navegantes, (...) Sua Alteza Real haja por bem ordenar que o mesmo Ouvidor assigne a cada um dos mesmos colonos o mencionado quarto de légua de terrra em quadro de sesmaria, o qual elle fará medir e demarcar na cornformidade do sobredito alvará Alvará de 25 de Janeiro de 1809.

ocorreu entre esta data e a citada por Haldemann.

Colônias Carolina, Moniz, Theodoro e Rio Branco.

No ano de 1872 foi celebrado um contrato entre o governo imperial o conselheiro Policarpo Lopes de Leão e o comendador Egas Moniz Barreto de Aragão[11] para a introdução de imigrantes do norte da Europa. Para o estabelecimento das colônias foram adquiridas terras nas proximidades do rio Pardo (Carolina) e em Comandatuba, na comarca de Porto Seguro, no lugar denominado Porto do Mato à margem do rio Poxim (Moniz) e, em Una, às margens do rio Una na comarca de Ilhéus, onde foram estabelecidas as demais colônias.

O primeiro grupo de imigrantes alemães, num total de 155 indivíduos, partiu de Antuérpia, no navio Wangerland acompanhados por um sacerdote, um mestre-escola, um médico, um boticário e um enfermeiro. O Relatório Provincial-Bahia-1873 diz-nos que existiam "approximadamente 1.600 colonos (...) Em sua maior parte, são da nacionalidade alleman, havendo, no entanto, um grande numero de polacos". Segundo o mesmo relatório o estado da colônia se não é por "ora satisfactorio, não é também desanimador; ellas tendem a prosperar". Entretanto ressalta que os imigrantes polacos são "demasiadamente exigentes e turbulentos".

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura-1874 (1874: 257) dos imigrantes introduzidos nas colônias parte retornou para Europa, outros foram se estabelecer em núcleos coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e apenas 283 permaneceram sendo 104 em Moniz, 133 em Theodoro (1874: 258),[12]29 em Rio Branco e 20 no núcleo Carolina. Porém não cita os motivos da dispersão dos imigrantes. Mais adiante, diz da inconveniência da manutenção do núcleo Moniz (Idem: 258) por serem seus terrenos de qualidade inferior, devendo seus moradores ser transferidos para o núcleo Theodoro, ou para lotes de terras no antigo aldeamento de S. Fidelis, próximo à cidade de Valença.

Em 1876, os núcleos Moniz e Theodoro já se encontram extintos, bem como o de S. Fidelis, restando apenas o núcleo Rio Branco, "para a qual forão transferidas as famílias allemãs restantes d'aquelles núcleos" (Relatório Provincial-Bahia, 1876: 107). A colônia Rio Branco pelo relatório aparece como próspera com plantações em larga escala, lotes demarcados e casas provisórias. O Relatório Provincial-Bahia, 1877 (1877: 61-63) trata das

[11]O Decreto 5117 de 19 de Outubro de 1871 autoriza *o* "(...) o Conselheiro Polycarpo Lopes e o Commendador Egas Moniz Barreto de Aragão a importarem por si, ou por uma companhia que organisassem até dez mil emigrantes agricultores e trabalhadores ruraes, de procedência do norte da Europa, em execução do respectivo contracto, que celebraram com o Governo Geral, em 5 de fevereiro daquelle anno, e da lei provincial n. 1247". Cf. Relatório Provincial-Bahia, 1872, p. 45.

condições da colônia Rio Branco em detalhes (1877: 61-63). Um ano depois o Relatório Provincial reporta que a colônia acha-se extinta, tendo seguido para o Rio de Janeiro "a seo pedido os collonos allemães que a constituião. Esses colonos, em numero de 76 entre homens, mulheres e meninos, seguirão d'esta capital no dia 21 de abril findo" (Relatório Provincial-Bahia, 1878: 43)

Existem, portanto, discrepâncias entre os Relatórios Provinciais e do Ministério da Agricultura pois, de um ano para o outro, colônias consideradas com crescimento satisfatório são extintas.

Documentos posteriores demonstram a insistência no estabelecimento de projetos imigracionistas, com destaque para os voltados para a introdução do trabalho livre sob a forma de parceria. O assunto não deve ser alongado tendo em vista que foge aos objetivos deste trabalho, mas deve ser ressaltado que a presença destes diversos núcleos coloniais corrobora uma das hipóteses iniciais da pesquisa desenvolvida, que consistia no pressuposto que os projetos imigracionistas implantados na região sul da Bahia não poderiam ser considerados "espasmódicos", pois temos a presença de um "continuum" temporal de aproximadamente um século, estendendo-se dos anos 10 do século XIX até o seu final.

Fontes:

Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc., expedidas ao governador e mais tarde Vice–Rei do Rio de Janeiro de 1662 a 1821. Publicações do Arquivo Nacional.
Ms. II – 33, 20, 57. FBN.
Ms. II – 34, 5, 54. FBN.

Fontes Impressas:

HANDELMANN, Henrique. **História do Brasil**. [1ª ed. 1859]. Trad. pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Nacional, 1931.
SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, 1835–1852**. 6º vol. Bahia: Imprensa Oficial do Estado. 1940.
VILHENA, Luís dos Santos. **Na Bahia do Século XVIII**. Vol. II (Livro II). Bahia: Editora Itapuã, 1969, e **Recopilação de notícias Soteropolitanas e Brasílicas contidas em XX cartas**. Edição organizada por Brás Amaral e publicada pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1927.

Bibliografia:

CARVALHO, Austricliano. *Brasil Colônia e Brasil Império*, Tomo I. In LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil, 1824 – 1830**. Porto Alegre: Palmerinca, 1993.

EDELWEISS, Frederico G. *A secular presença da Alemanha na Bahia*. In **II Colóquio de Estudos Teutos-Brasileiros**. FREYRE, Gilberto (Org.). Recife: Ed. Universitária/UFPe, 1974.
HOLZER, Werther. **Memórias de viajantes: Paisagens e lugares de um novo mundo**. GEOgraphica, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano II, nº. 03, Niterói/RJ,UFF/EGG, 2000.
LOWENTHAL, D. **The past is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1779-1853). **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo (1822)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço dos Homens**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Discursos Parlamentares do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva**; publicados por João Corrêa de Moraes. Rio de Janeiro: Typ. de Molarinho e Mont'Alverne. 1880.
SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Spix e Martius**. 4ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
WIED, Maximilian, Prinz von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

Internet:
http://wwwcrl.uchicago,edu/info/brazil/pindex.htm.
Relatório Provincial-Bahia-1847
Relatório Provincial-Bahia-1872.
Ministério da Agricultura-Bahia-1874.
Relatório Provincial-Bahia-1876.
Relatório Provincial-Bahia-1877.
Relatório Provincial-Bahia-1878:

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Estado Novo e a concepção de esporte no Decreto Lei 3199 de 1941

Écliton dos Santos Pimentel
Fernando Marinho Mezzadri *

Resumo: O Esporte como negócio está profissional e empresarial. Essa lógica sempre esteve presente, ou sofreu modificações? Este artigo analisa o Esporte no Decreto Lei 3199 de 1941, em etapas: atualidade; início no Brasil e advento do Decreto Lei 3199/41; construção dos Estados para Norbert Elias; Estado Novo, Esporte e Decreto Lei 3199/41. Sendo o Decreto Lei o início do controle da sociedade pelo Esporte, as mudanças ocorridas no tempo nem sempre alteraram a estrutura esportiva. Então, necessária a análise das legislações surgidas após o Estado Novo. Apesar das questões levantadas, não pode ser ignorada a relação entre poder governamental e constituição da sociedade e dos indivíduos.

Palavras – chave: Esporte.Estado.Legislação esportiva.

Abstract: Sport as business is professional and with characteristic of private company. Was this logical conception always present or suffered modifications? This article analyses the Sport conception in the Act 3199/1941, in stages: present time; beggining in Brazil and advent of Decree 3199/41; construction of the States according to Norbert Elias; New State, Sport and Decree 3199/41. As the Decree is the beggining of the control of society through Sport, the changes that occured in time had not always modified sporting structure. Then, it is necessary to analyse the laws that appeared after the New State. Despite the raised questions, it cannot be ignored the relation between government power and formation of society and individuals.

KeyWords: Sport.State.Sports Law.

Introdução

Atualmente, o Esporte é uma manifestação social poderosa. O Esporte como *negócio* tornou-se novo paradigma. O Esporte profissional, por exemplo, está cada vez mais competitivo, empresarial. Os interesses avolumaram-se, e o Estado, na tentativa de harmonizá-los utiliza-se da legislação esportiva. Contudo, a tônica *"profissional"*, de *"negócio",* sempre esteve presente, ou o conceito de Esporte sofreu modificações na sociedade, no Estado e, por conseqüência, na legislação esportiva no decurso dos períodos históricos? Nesse sentido, este artigo pretende verificar a concepção de Esporte predominante

* Rede CEDES. Universidade Federal do Paraná

no Decreto Lei 3199 de 1941, promulgado durante o governo de Getúlio Vargas. Para tanto, o artigo foi dividido em etapas: Breve análise das características do Esporte na atualidade, levantando-se a seguinte questão: a concepção de Esporte adotada atualmente é a mesma dos períodos históricos anteriores? Na seqüência, início do Esporte no Brasil e advento do Decreto Lei 3199 de abril de 1941. Em terceira etapa, abordagem da construção dos Estados para Norbert Elias. Depois, análise da concepção de Esporte durante o Estado Novo, notadamente a concepção trazida pelo Decreto Lei 3.199/41. Por fim, as considerações finais.

O fenômeno Esporte na atualidade

O Esporte é um fenômeno analisado sob variados enfoques. GEBARA explica que "o que se verifica no esporte á a constituição de uma elite de atletas em escala mundial com um conjunto de marcas multinacionais a defender" (GEBARA, 1995: 129). Ao abordar o aspecto consumo, entende que o Esporte moderno, nas práticas e consumos, é uma oferta (novos esportes, novos equipamentos) destinada a encontrar uma certa demanda social (dada pelas transformações dos estilos de vida). Por fim, analisa o papel da televisão que, segundo seu entendimento, tem forte influência universal, como no caso do futebol, definindo a função da mídia pela espetacularização do evento esportivo, colocando-o na dimensão tanto do cotidiano quanto do acontecimento único e universal, como os Jogos Olímpicos (GEBARA, 1995: 131). PRONI refere-se a dois processos: *mercantilização das práticas e espetacularização dos eventos*. Nesse sentido enfatiza "os impactos da crescente exposição de alguns esportes na mídia especializada, assim como os efeitos dos patrocínios e do marketing esportivos sobre a organização de competições e sobre os rumos do esporte" (PRONI, 1995: 144). Ao abordar o papel da mídia defende que "não há como pensar o esporte moderno sem fazer referência às transformações propiciadas pela penetração dos meios de comunicação e do grande capital na produção e difusão de eventos esportivos" (PRONI, 1995: 145).

As abordagens admitem o crescimento atual do Esporte. Contudo, surge a questão: a concepção de Esporte sempre foi a mesma? Para tentar responder, realiza-se a análise da concepção de Esporte em um período histórico específico, qual seja, no governo de Getúlio Vargas, através do Decreto Lei nº 3199 de 1941, que cuidou de regulamentar as manifestações esportivas no país durante o referido governo.

Breves comentários sobre o advento do Decreto Lei 3199/41 no Governo Vargas

De meados do século XIX (período aproximado da introdução do Esporte no país) até o Estado Novo o Esporte desconheceu a interferência do poder governamental. Toda organização e estruturação provinham das entidades organizadas pela sociedade civil, sendo atividade social e não atividade de governos. O primeiro ato governamental de relevo ocorreu com a promulgação do Decreto Lei 1212 de 08 (oito) de abril de 1939 que fundou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, visando a formação de técnicos esportivos (CARVALHO, 1985: 19). Em seguida, é promulgado o Decreto Lei 3199 de 14 (catorze) de abril de 1941. Na década de 30, em pleno Estado Novo, o governo percebeu no Esporte um instrumento de projeção externa, capaz de garantir-lhe *status* no cenário internacional, intervindo diretamente e promulgando o Decreto Lei 3199/41, que nos capítulos I e II (artigos 1º até 11) estabeleceu as bases organizacionais do Esporte em todo o país, criando o Conselho Nacional de Desportos (CND) e os Conselhos Regionais de Desportos (CRD), estrutura com caráter monopolizante e centralizador, pois não permitia a livre organização, a livre iniciativa, atrelando, a partir de então, os clubes criados e organizados pela sociedade civil às determinações do poder central, o que, gradativamente, enfraqueceu a participação dos clubes no que concerne à estruturação e organização das práticas esportivas e de lazer no país.

A Construção dos Estados para Norbert Elias

Sobre a teoria de Norbert Elias MEZZADRI, além de discutir, a atual organização do Esporte e Lazer no Brasil a partir da legislação, realiza explicações históricas e teóricas fundamentando-se em conceitos da teoria do processo civilizador, buscando definir Estado e utilizar-se dos conceitos de *identidade "nós"*, *identidade "eu"* e também do conceito de *interdependência* (MEZZADRI, 1998: 38-47). Segundo o autor, a formação dos Estados modernos ocorre através de processos de longa duração e a efetivação desses Estados acontece quando se estabelecem como instituições burocráticas fundadas nas regulamentações das Leis. Para ELIAS, são também pontos fundamentais na constituição dos Estados: o controle gradual da violência entre os indivíduos e o monopólio dos impostos.

A organização, funcionalidade e estruturação do Estado não seguem modelo fixo, ocorrendo de maneiras distintas em períodos diferentes e seguindo a configuração de cada sociedade no interior de cada Estado. Contudo, de um modo geral, os Estados passaram a

interferir mais diretamente no processo de civilização, pois criaram mecanismos de controle das ações de seus indivíduos, ocorrendo um controle interno mais eficaz dessas sociedades. Por isso, para ELIAS, um dos elementos do processo de civilização foi a formação do Estado:

> *[...] o que significa dizer* ***o aumento da centralização política e administrativa*** *e da pacificação sob o seu controle, processo em que a* ***monopolização*** *do direito de utilização da força física e da imposição de impostos, efetuada pelo Estado, constitui um componente decisivo. [ELIAS, 1992: 3. Grifos nossos].*

É possível perceber, então, dois pólos que se interligam: um Estado institucional centralizador e organizador das ações dos indivíduos, mas por outro lado a sociedade auxiliando diretamente na construção do Estado através das configurações existentes entre seus indivíduos. Nas palavras de MEZZADRI :

> *Em conjunto com as questões institucionais dos Estados, encontramos presentes os indivíduos, elementos determinantes dos processos formativos e representantes dos grupos sociais. As ações dos indivíduos e dos grupos sociais estavam centradas em seus "habitus", costumes, comportamentos e configurações existentes na sociedade que estavam inseridos (MEZZADRI, 1998: 39).*

Nesta linha de raciocínio, explica que Elias relaciona as ações dos indivíduos nos grupos sociais como configurações de uma identidade: a *"identidade nós",* que pode ser representada tanto pela macro estrutura do Estado, quanto por instituições menores: igrejas, famílias, escolas e também **as entidades esportivas.** Os chamados *"Estados Nacionais"* surgem a partir do século XVIII com maior organização e delimitações dos espaços, em que a *"identidade nós"* é representada por configurações de caráter nacional, por um lado pré-determinadas pelos governantes do poder central, mas por outro lado também pelos interesses dos indivíduos integrantes desse mesmo Estado. Observa-se, na formação do Estado Nacional uma organização dos indivíduos em grupos sociais comuns vivendo sob uma circunscrição institucional, ou seja, a nação, com mecanismos para que os indivíduos vivam atrelados às ações de uma administração central, sem deixarem de participar, através de suas

configurações, na estruturação desse Estado Nacional. Trata-se da existência de via de duas mãos:

> *Verificamos a partir destas questões, a existência de uma via de duas mãos, de um lado o governo comanda algumas ações dos indivíduos (uma posição de cima para baixo) na outra ponta, a sociedade representada pelos indivíduos com seus "habitus", comportamentos, configurações, exigindo outras ações dos governantes (perspectiva de baixo para cima), o equilíbrio dos interesses entre os governantes e os indivíduos, consolidada o processo de desenvolvimento do Estado Nação (MEZZADRI, 1998: 40).*

No presente artigo se tentará identificar a via de duas mãos na regulamentação do Esporte durante o Estado Novo através do Decreto Lei 3199/41. Para tanto, necessária uma breve análise da regulamentação do Esporte através do Decreto Lei 3199/41.

O Estado Novo, o Esporte e o Decreto Lei 3199/41

Sobre a chamada *"Era Vargas"*, MEZZADRI explica que até a elaboração do Decreto Lei 3199/41 a presença do Estado na área esportiva era insignificante, pois o Esporte não possuía uma regulamentação única, sendo desenvolvido sem sistematização apropriada (MEZZADRI, 2000: 40). Destaca que para entender o processo de desenvolvimento do Estado e do Esporte é necessário entender como o Estado Novo administrava o país. Para tanto, fundamental entender a forte centralização, a questão da identidade nacional e o destaque à coletividade. Houve a transferência do modelo liberal de administração, para um modelo centralizador, interferindo diretamente na vida cotidiana dos indivíduos, inclusive nas práticas esportivas. O governo, naquele momento, estava se cercando de projetos em várias outras áreas: saúde, trabalhista, educação, e também no Esporte. Quanto à questão da identidade nacional, MEZZADRI explica que a nova organização institucional buscava identificar o caráter nacional da *"identidade nós"* brasileira, identidade estabelecida pelos padrões e entendimentos do Estado Novo (MEZZADRI, 2000: 40). Nesse contexto, defende que a regulamentação esportiva por parte do governo federal estabeleceu uma relação em duas

direções – pois a maneira como o governo Getúlio Vargas constituía sua administração tinha possíveis interlocuções com a sociedade e os indivíduos:

> ***Cabe destacar que essas ações representavam em muito, o sentimento da sociedade, pois as configurações daquele período indicavam para um Estado mais presente e determinante****. Na linha das regulamentações institucionais, destacamos em particular as integrações, sistematizações e os planejamentos das práticas do Esporte e do Lazer (MEZZADRI, 2000: 41. Grifos nossos).*

Assim, o Esporte, naquele período, foi eficaz instrumento para fortalecer a centralização, a identidade nacional, a coletivização e as concepções ideológicas de Estado. Segundo MEZZADRI:

> *Como o país estava passando por um momento da construção da identidade-nós nacional, existiram através das legalizações do Esporte e Lazer mecanismos de interferências nas institucionalizações e nas práticas das atividades****. A utilização das práticas esportivas por parte do governo, contribuiu para que o governo pudesse alcançar alguns dos objetivos propostos*** *(MEZZADRI, 2000: 41. Grifos nossos).*

Na construção das redes de interdependência entre a sociedade, os indivíduos e o Estado, no caso do Esporte, então institucionalizado, foi observada a posição de cima para baixo, ou seja, a posição tomada pelo governo federal na perspectiva da construção da identidade nacional projetada a partir dos interesses do governo. Essa aparente posição tomada com relação à institucionalização do Esporte através da regulamentação, ou seja, de cima para baixo, é segundo MEZZADRI, apenas uma das possíveis abordagens sobre a questão: a construção da *"identidade nós"* nacional. Contudo, não leva em conta os outros conceitos da teoria de Norbert Elias: a vida cotidiana dos indivíduos e nem o *"habitus",* o que, segundo o autor, possibilita a visão de baixo para cima (MEZZADRI, 2000: 41).

VERONEZ, inicialmente explica que a partir dos anos 1930 houve uma mudança no padrão de intervenção do Estado na sociedade e, em especial, no setor esportivo, mais

intensamente a partir do período da Era Vargas conhecido como Estado Novo (VERONEZ, 2005: 159-160). Antes disso, segundo o autor, diversas modalidades com suas regras estabelecidas já eram praticadas, campeonatos com rígidos regulamentos ocorriam periodicamente, vários clubes já tinham sido criados e estavam regimentalmente ordenados, enfim, a esfera esportiva já estava perfeitamente integrada à vida cotidiana na sociedade brasileira, portanto, já possuía uma história, cuja trajetória havia despertado o interesse das massas e da intelectualidade nacional. Por isso, o entendimento do autor parece convergir com a idéia de MEZZADRI no que concerne à dupla relação entre Estado e sociedade (VERONEZ, 2005: 158-159).

Para tentar entender a relação de duas vias entre Estado e sociedade, necessário focalizar o Esporte na direção da legislação brasileira que organizou estas atividades, levando se em conta a tradição nacionalista inserida no Brasil a partir do Estado Novo, mas principalmente, discorrendo mais detalhadamente sobre o processo da estruturação do Esporte nas implicações do Estado brasileiro na construção de sua *"identidade nós"*.

Inicialmente, segundo MEZZADRI a regulamentação da Lei auxiliou na construção de uma *"identidade nós"* nacional, pois a bandeira do Estado Novo era de consolidar a base nacionalista, seja pelo âmbito geral ou específico (MEZZADRI, 2000: 41). Possivelmente, neste caso, a *"identidade nós"* da sociedade, representada pelo Estado, era bastante presente nas configurações dos indivíduos e o Esporte cumpriu seu papel neste processo, qual seja, fortalecimento do Estado. Com base na Lei é possível visualizar e entender os valores morais ditados pelo governo e a posição centralizadora e autoritária, de cima para baixo estabelecendo uma nova organização social; sendo possível delimitar o espaço para a criação da identidade nacional *"nós",* vinculada à prática esportiva. No artigo 3º, por exemplo, encontram-se algumas questões que aproximam o Esporte das delimitações da "*identidade nós"* nacional (BRASIL. Decreto Lei 3199 art. 3º): a disciplina exigida na prática do Esporte; a interferência dessa disciplina na cultura e nas energias da juventude brasileira; a formação dos indivíduos através dos princípios amadores da dignidade, da lealdade e da educação; o Esporte como meio de defesa da identidade da nação, quando dos confrontos internacionais.

Esses são pontos da Lei que provocaram certa identificação com a busca do caráter nacional e do civismo na sociedade. Percebe-se nítida intenção do governo, imposta na legislação e que auxiliou na construção da identidade nacional. Mas a questão levantada permanece: a forma centralizadora utilizada e suas possíveis inserções nos costumes e *"habitus"* dos indivíduos.

Outro ponto de destaque, notadamente nos artigos 1º e 2º, ponto indicado na teoria do processo civilizador, é a evidência na centralização do poder político e administrativo. Na direção da teoria de Elias, o poder surge como meio de controlar o ato da violência nas ações dos indivíduos seja através do controle da sociedade no todo, seja através das regras existentes nas práticas esportivas. A questão da centralização pode ser visualizada nos artigos, que destacam a formação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e dos Conselhos Regionais (CRD). Todas as estruturações esportivas passavam pelas mãos do governo federal, que autorizava ou não o funcionamento das mesmas. Até nas administrações regionais a centralização estava contemplada (BRASIL. Decreto Lei 3199 art. 1º e 2º). Os artigos evidenciam o poder do Estado Novo frente à organização e delimitação dos objetivos para o Esporte. O Conselho Nacional de Desportos (CND) era o encarregado da fiscalização das práticas e das entidades esportivas, cabendo ainda ao governo indicar o presidente e conselheiros, atitude própria da centralização do poder governamental. Como os pressupostos básicos do CND eram a fiscalização e a orientação das atividades esportivas por intermédio de pessoas de elevada expressão cívica, passava-se a idéia da construção da identidade nacional através do Esporte. Os termos *"fiscalizar"* e *"orientar"* as atividades esportivas, já demonstram a iniciativa do controle da sociedade, passando a idéia da construção da *"identidade – nós"* cívica e nacional. Este é mais um ponto em que se pode observar a tentativa de interferência governamental na sociedade brasileira, sendo o Esporte normatizado, entre outras funções, no auxílio do controle social, prestando um serviço na relação do poder político e administrativo.

Para que o desenvolvimento do Esporte, como foi planejado pelo governo federal, pudesse ser levado à frente, as atividades esportivas estavam estruturadas na organização, fiscalização e incentivo do Esporte amador, universitário, juventude, marinha, Exército e Forças Públicas, nos termos do artigo 11 do Decreto – Lei 3199/41 (BRASIL. Decreto Lei 3199 art. 11). Todos esses segmentos encontravam-se atrelados ao poder do Estado. Assim, normalmente, as atividades realizadas a partir da regulamentação eram desenvolvidas por meio de competições esportivas, e nem sempre tinham características de aproximarem-se do contexto da sociedade. As ações propostas pelo governo nem sempre alcançavam um equilíbrio entre poder e os costumes, *"habitus"* dos indivíduos e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Percebe-se que a utilização por parte do governo federal na década de 40 ultrapassou o âmbito da legislação, mas estava também presente no cotidiano da sociedade. Fica evidente a estreita ligação entre Estado e Esporte. Encontrava-se embutida na legislação a proposta do

governo e, por conseguinte, o conceito de Esporte empregado na época: *disciplina, moral, civismo,* tornando-se o Esporte um mecanismo importante para a formação de um Estado forte.

Considerações finais

O presente artigo iniciou tentativa de compreensão da estruturação do Esporte no Brasil e da concepção de Esporte adotada pelo Estado no Decreto Lei 3199/41. Para tanto, realizaram-se considerações sobre o Esporte na atualidade; o advento do Decreto Lei 3199/41; o entendimento do conceito de Estado na teoria do processo civilizador e formação do Estado, presentes em Norbert Elias. Por fim, estabeleceu-se uma análise sobre a concepção de Esporte no Decreto Lei 3199/41. Mas uma questão permanece: até que ponto todas essas ações interferiram nos *"habitus"* esportivos dos indivíduos e na construção da *"identidade nós"* nacional, servindo para incluir os indivíduos em uma prática esportiva emancipadora e incorporação de "habitus" dos mesmos? Sendo o Decreto Lei 3199/41 o início do desenvolvimento do controle da sociedade através do Esporte, décadas se passaram até haver algumas mudanças na normatização, mas as mudanças ocorridas no decorrer do processo, nem sempre alteraram significativamente a estrutura do Esporte nacional. Por isso, na tentativa de entendimento do contexto esportivo e das concepções de Esporte em períodos históricos posteriores ao Estado Novo, necessária análise, em artigos subseqüentes, das legislações esportivas surgidas após esse período. As questões levantadas no presente artigo são passíveis de inúmeras discussões, mas o que não pode ser ignorada é a relação que existe entre o Estado (entendido como poder governamental) e a constituição da sociedade e dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Alcírio Dardeau. El derecho y el deporte en Brasil. **Mensage Olímpico**, v.0, n.11, 1985.

BRASIL. DECRETO LEI FEDERAL 3.199 de Abril de 1941.

ELIAS, Norbert**. A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

GEBARA, Ademir. Esportes: cem anos de história. In: ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3, 1995. **Anais...** s.I., 1995.

MEZZADRI, Fernando Marinho. O Estado e a legislação do esporte e lazer no Brasil: da Lei 3199/41 ao projeto Pelé. **Revista Treinamento Desportivo**, vol.3, 1998.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais**. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A espetacularização do esporte: uma visão estrutural da história. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3, 1995. **Anais...** s.I., 1995.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas -1906-1937

Fernanda Barros – UEG/UFU

Esta investigação no ramo da História das Instituições Escolares é um estudo bibliográfico e documental, utiliza fontes primárias, secundárias e também da História Oral para o estudo da História do Lyceu de Goyaz e sua organização educacional entre os anos de 1930-1937.

O interesse pelo estudo do Lyceu de Goyaz surgiu do contato com o NEPHE – Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Este núcleo vinculado ao HISTEDBR,

> Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", cuja origem data de 1986, surgiu, como sugere o seu nome, com a preocupação de investigar a História da Educação pela mediação da sociedade. O que indica a busca de uma compreensão global da educação em seu desenvolvimento (SAVIANI, 1998, p. 14).

As pesquisas produzidas pelo núcleo "centram-se no sentido de compreender o papel desempenhado pelo conjunto dessas instituições escolares, como formadoras e propagadoras de concepções educacionais" (ARAUJO, 2002, p. 13).

O contato feito através da revista "Cadernos de História da Educação, v. 1" coordenada pelos professores doutores: Carlos Henrique de Carvalho, Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho, José Carlos Souza Araújo e Wenceslau Gonçalves Neto, que apresenta propostas e resultados de pesquisas em História da Educação realizadas no Triângulo Mineiro, forneceu-me subsídios de pesquisa na área de História das Instituições Escolares. Além do referido periódico também o livro "Novos temas em História da Educação Brasileira" e o "II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais", realizado na cidade de Uberlândia de 6 a 9 de maio de 2003, avivaram ainda mais as pretensões em fazer parte do seleto grupo de pessoas que pesquisam a História da Educação no Brasil.

No evento, além das conferências e mesas-redondas, extremamente esclarecedoras, foram apresentadas pesquisas ainda em andamento sobre o Estado de Goiás. Uma delas de URZEDO e ALVES FILHO (2003, p. 106), intitulada "Grupos escolares em Minas Gerais e Goiás: tempos diversos, objetivos comuns" e outra de VALDEZ (2003, p. 8) sob o título

"Relatórios, ofícios, cartas, listas, revistas e outros: fontes para a História da Educação em Goiás", influenciaram- me na escolha da referida instituição goiana de ensino que hoje conta com 156 anos de história.

Estudos sobre a trajetória do Lyceu de Goyaz revelaram a importância desta instituição para o povo goiano como referência de ensino. Conforme afirmação de BRETAS:

> *A vida do Liceu era a vida da cidade. O coração da cidade pulsava na casa de Corumbá. Se o Liceu não ia bem, atacado de qualquer mal, também a cidade sentia os mesmos sintomas, apatia, nervosismo, tristeza, indisciplina, ou, ao contrário, alegrias, euforia, glórias. O sino do Liceu que marcava o início e o término de cada aula, era o relógio da cidade. Os bons professores, os bons alunos eram respeitados e homenageados. Os maus, tratados com frieza ou desdém. Tudo o que ocorria ali era comentado e julgado pelo povo (BRETAS, 2001, p. 483).*

Observa-se que esta instituição passou por diversas transformações desde a sua criação em 1846 e instalação em 1847 até os dias atuais.

> *Desde sua instalação, em 1847, até o ano de 1904, o Liceu foi sempre o mesmo, sem progresso, passando por altos e baixos em sua administração, em seu funcionamento, ora melhor, ora pior, ora ameaçado de extinção, animando ou desanimando cada governo que entrava. Acompanhou a apatia da Capital, que também não progredia, com uma população que não passava de oito mil habitantes, pobre, estagnada e sem bons prognósticos de desenvolvimento futuro (BRETAS, 2001, pp. 472-473).*

Os altos e baixos, porém nunca cessam, e mesmo depois de 1906, quando foi equiparado ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), a instituição ainda passou por momentos difíceis, desequiparação, reequiparação, transferência da cidade de Goiás para a cidade de Goiânia, abertura de sucursal na cidade de Goiás, volta à antiga casa de Dr. Corumbá, tudo isto num verdadeiro clima de guerra que se instalava entre os moradores de Goiás cada vez que havia alguma destas mudanças efetuadas.

No Estado de Goiás até 1929 o Lyceu era a única instituição de ensino secundário. Nesse ano o Ginásio Anchieta de Bonfim foi instalado e o Ginásio Municipal de Ipameri achava-se em fase de organização (BRETAS, 2001, p. 576). Mesmo com o advento destes dois ginásios o Lyceu por ser equiparado ao Ginásio Nacional contava ainda com o maior número de alunos e com uma organização interna melhor do que os demais, permanecendo com a posição de destaque no cenário educacional goiano que sempre teve desde sua criação.

Para ampliar o conhecimento sobre esta instituição, trabalhamos com as seguintes questões: como era organizada a instituição em pauta no período compreendido entre os anos 1930-1937? As transformações por que passaram o Lyceu guardam quais relações com as mudanças políticas ocorridas no Estado de Goiás? Após 1930 Goiás tentou se adaptar política e economicamente à nova conjuntura política instalada no Brasil com a Revolução de 1930.

Na gestão de Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor do Estado, as pretensões de inserir o Estado de Goiás no cenário nacional se avivaram, porém de forma lenta. O Lyceu de Goyaz como objeto desta investigação está sendo analisado em toda a sua trajetória histórica, numa tentativa maior de responder à problemática já explicitada.

O Lyceu de Goyaz, situado na cidade de Goiás, primeira capital do Estado homônimo, conta com 156 anos. Criado pela lei n. 9 de 17 de junho de 1846, levado pela avalanche de criação de Liceus no país, funcionou na cidade de Goiás até o ano de 1937, quando foi transferido para Goiânia, onde continuou como único Lyceu do Estado até o ano de 1994. Entretanto os vilaboenses, desde 1937, reivindicavam a sua volta para a Cidade de Goiás, o que só veio acontecer por um ato do governador Íris Rezende Machado (1991-1994) no ano de 1994 e hoje Goiás conta com dois Lyceus: o Lyceu de Goiânia e o Lyceu de Goyaz.

Em 1930, desencadeou-se no Brasil a chamada Revolução de 30. Este movimento, comandado pelos partidos da Aliança Liberal muda a vida política do país e repercute em todos os estados brasileiros. Em Goiás, a Revolução nomeou um governo provisório composto por três membros, entre eles Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que foi nomeado interventor três semanas depois. (PALACÍN, 1989, p. 104).

O governo de Pedro Ludovico tem como meta primordial, a solução dos problemas de desenvolvimento do Estado; "O Relatório de 1933, por exemplo, coloca como problemas essenciais, a serem solucionados pelo governo: transporte, *educação*, saúde pública, exportação (PALACÍN, 1989, p. 105)".(grifos nossos)

A partir de 1930 a educação ganha um incentivo maior por parte do governo, e conta com uma organização mais definida e estabilizada em termos de ensino.

Nancy Ribeiro, em sua obra "Tradição e renovação Educacional em Goiás", elucida melhor esta afirmação:

> *Assim como na educação nacional o empirismo pedagógico tem sido substituído pela adoção de métodos científicos, idêntica transformação vem ocorrendo no ensino em Goiás que, paulatinamente, depois de 1930, tem-se voltado para o emprego de métodos didáticos hauridos da teoria científica, tendo por vanguarda a Capital, como seria de se esperar (SILVA, 1975,p. 267).*

Em 1937, o Lyceu de Goyaz, por ato do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, é transferido para a nova capital do Estado de Goiás, a cidade de Goiânia, transformando novamente a organização da instituição.

Em Goiás, a História da Educação ainda é um campo pouco lembrado pelos pesquisadores em Educação e em História. A realização desta pesquisa poderá trazer inúmeros benefícios, tanto aos goianos que terão mais um capítulo da sua História

desvendado, quanto para a História da Educação Brasileira e seus futuros pesquisadores que poderão contar com mais uma fonte de dados sobre a História das Instituições Escolares.

Esta pesquisa tem como objeto uma instituição educativa e para tanto é necessário que se tenha clareza em relação aos conceitos e categorias de análise que envolvem este campo de pesquisa em História da Educação.

A instituição é conceituada por autores das ciências sociais. Para a sociologia:

> *O termo instituição designa um elemento da vida social em que orientações de valor e interesses característicos, concentrando-se em aspectos sociais importantes, geram formas características de interação social ou as acompanham. Seu uso acentua fenômenos sociais 'importantes' relações de 'significância estrutural estratégica' (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986, p. 613).*

Como categoria, esta proposta utiliza a Instituição Escolar, e o seu estudo visa descrever sua trajetória interna e também envolve as relações desta com toda a sua comunidade, com relações travadas em todos os seus níveis estruturais: religiosos, políticos, econômicos e culturais.

Décio Gatti Júnior, afirma que:

> *Historiar uma instituição educativa, tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. Nesse mesmo sentido, implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 74).*

Uma instituição escolar é antes de tudo formada por grupos de interesses comuns ou não, e para que estes possam coexistir construindo uma unidade é necessário que a "diferenciação individualizante", não interfira no seu reconhecimento de objeto formador de indivíduos. Indivíduo este que "não pode chegar a ser humano se não se apoiando no campo social" (GARAY, 1998, p. 122).

O Professor Justino Magalhães, pesquisador da Universidade do Minho, é uma das referências quanto ao estudo de Instituições Educativas e à abordagem que se deve adotar para o estudo. Afirma ele que, "A construção da história de uma instituição educativa, [...], conferir uma identidade cultural e educacional. Uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional" (MAGALHÃES, p.14).

Seguindo pressupostos teórico-metodológicos bem definidos a História das Instituições Educativas pode conseqüentemente deixar de ser feita pela abordagem *meso* e passar a ser feita por uma abordagem monográfica que implica uma visão de conjunto

(MAGALHÃES, p. 10). Ao historiador compete aprofundar em um aspecto de seu objeto para que responda sobremaneira a problemática levantada. Para tanto algumas categorias de análise devem ser levadas em consideração neste estudo.

Os pressupostos adotados devem se basear nas relações existentes entre escola e sociedade, pois é a escola de uma forma ou de outra elitista e seu corpo docente é *formado* para ensinar a esse público.

Embora o estudo das instituições educativas se desenvolva sob uma perspectiva monográfica, não é possível que deixemos de analisar a sua estrutura em torno da problemática que se levanta em uma proposta de pesquisa, "com relações de poder e de comunicação no plano interno" e "enquanto estruturas abertas ao exterior" (MAGALHÃES, p. 9).

Em relação à delimitação periódica que se processou na elaboração deste projeto foi possível determinar os sujeitos envolvidos no processo educacional da instituição em estudo.

Para tanto, serão abordados todos os níveis da organização educacional das turmas que freqüentaram o Lyceu nos anos de 1930 a 1937, em especial as turmas que se formaram no ano de 1936 e de 1937.

Os dados empíricos coletados na instituição em questão mais precisamente referirem-se às turmas de formandos nos anos 1936 e 1937 que tiveram seus estudos iniciados dentro da delimitação periódica proposta, sendo selecionados até o momento 6 (seis) ex-alunos. São eles: Mauro Borges Teixeira, Aurican Ramos Caiado, Geraldo Fonseca, Rainero de Queiroz, José Peles e José Sócrates Gomes Pinto.

O trabalho a obter-se com esses sujeitos é descritivo, uma vez que os dados surgem na forma de palavras e imagens sendo, portanto, necessário analisá-los em toda a sua riqueza, mantendo-se, sempre que possível, a fidelidade à linguagem em que foram registrados na hora da transcrição.

As fontes selecionadas para este estudo são do tipo, escritas, iconográficas e orais.

Há uma diversidade de documentos acerca do Lyceu de Goyaz que se encontram em três arquivos distintos.

O primeiro deles é o Arquivo Histórico Estadual, mantido pela AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, na cidade de Goiânia. Neste, encontram-se os Diários Oficiais do Estado, que já tiveram nomes como Semanário Oficial e Correio Oficial. Constam do arquivo também o principal jornal goiano do início do século: *Folha de Goyaz*.

O segundo arquivo é o Gabinete Literário de Goiás, na Cidade de Goiás onde estão arquivadas obras históricas sobre o Estado de Goiás e os periódicos *A RAZÃO*, jornal escrito

pela oposição política da cidade o início do século XX e o *GOYAZ – Órgão Democrata*, fundado por Feliz de Bulhões e considerado o jornal oficial do Estado.

O Centro de Referência Histórico das Escolas da Cidade de Goiás, o terceiro destes arquivos, é mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, e faz parte de um projeto maior dessa secretaria, *Viva e Reviva Goiás,* que possui a proposta de reunir em centros como esse da Cidade de Goiás os arquivos das escolas do Estado, extintas ou não.

Nesse Centro de Referência estão os documentos do Lyceu de Goyaz e da Eschola Normal Oficial (estas grafias são utilizadas até os dias de hoje). Dentre os documentos estão 1560 pastas com dossiês de alunos, nelas estão históricos, registros de nascimento, fotos, recibos de pagamento de matrícula e outros documentos referentes à situação do aluno na instituição. Ademais, livros de registros internos da instituição, tais como: termos de exames, registros de matrícula, atas de reunião, atas de exames finais, livro de ofícios expedidos e recebidos, livros de médias e faltas de alunos, termos de visita de inspetores, boletim de primeira prova parcial, livro de protocolo, diários de classe, boletim de prova oral, lições professadas de Geografia, boletim de média, livro de caixa, folha de pagamento de vencimentos dos empregados administrativos, livro de pagamentos dos docentes, boletim de média de argüições e trabalhos práticos.

Outras fontes de consulta serão obras gerais acerca da história do Estado de Goiás e também sobre a educação no Estado.

Em relação às fontes orais, já foram citados os nomes dos ex-alunos da instituição a serem entrevistados. Nos contatos diretos com estes, seja em conversas informais para melhor conhecimento do problema em estudo, seja naqueles em que se pretende compreender informações retiradas dos documentos utilizar-se-á a análise em profundidade.

O interesse será o de compreender, com maior riqueza de detalhes, o que os referidos alunos pensam e como desenvolveram os seus quadros de referência.

Bibliografia

ARAUJO, J. C. S e outros (2002). O Núcleo de Estudos e pesquisas em História e Historiografia da educação da universidade Federal de Uberlândia: trajetória de pesquisa e contribuição na formação de jovens pesquisadores. **Revista Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 1, p. 11-16.

BAHIA HORTA, J. S. (1994). **O Hino, o sermão e a ordem do dia;** regime autoritário e educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ.

BRETAS, G. F. (2001). **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG.

BUFFA, E. (2002). História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, J. C. S. & GATTI JÚNIOR, D. (org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, pp. 25-38.

CERTEAU, M. et alli (1996). **A invenção do cotidiano**. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis: Vozes.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1986). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

GATTI JÚNIOR, Décio (2002). História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico. **Revista Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: UFU, v. 1, n. 1, pp. 73-76.

GARAY, L. (1998). A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões. In: BUTELMAN, I. (org.). **Pensando as instituições**: teorias e práticas em educação. Porto Alegre: Artmed, pp. 109-136.

GOUBERT, P. (1992). História Local. **História e Perspectivas**. Uberlândia: EdUFU, n. 06, pp. 45-57.

INACIO FILHO, G. (2003). **A Monografia na Universidade**. 6ed Campinas: Papirus.

MAGALHÃES, J. (s.d.) **Contributo para a história das instituições educativas –** entre a memória e o arquivo. Universidade do Minho (mimeo).

MEIHY, J. C. S. B. (1996). **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola.

NAGLE, J. (2001). **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

PALACÍN, L. e MORAES, M. A. de S. (1989). **História de Goiás**: 1722-1972. 5ed Goiânia: UCG.

PEIXOTO, A. C. (1983). **Educação no Brasil** – anos vinte. São Paulo: Loyola.

ROMANELLI, O. O. (1986). **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes.

SAVIANI, D. (org.) (1998). **História e História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SEVERINO, A. J. (2000). **Metodologia do trabalho científico.** 21ed São Paulo: Cortez.

SILVA, N. R. de A. e. (1975). **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente.

URZEDO, M.F.A. & ALVES FILHO, E. (2003). Grupos escolares em Minas Gerais e Goiás: tempos diversos, objetivos comuns. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. II Uberlândia, 6 - 9 maio 2003. **Programação e Caderno de Resumos.** Uberlândia: UFU.

VALDEZ, D. (2003). Relatórios, ofícios, cartas, listas, revistas e outros: fontes para a História da Educação em Goiás. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. II Uberlândia, 6 - 9 maio 2003. **Programação e Caderno de Resumos.** Uberlândia: UFU.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Levantamento do Patrimônio e Educação Patrimonial na Vila de Santo Amaro, distrito de General Câmara, RS.

André Luis R. Soares*
Sérgio Célio Klamt**[1]

Resumo: No ano de 2006 a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, através do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA, realizou uma atividade de salvamento arqueológico na Igreja Matriz da Vila de Santo Amaro, datada de 1787. A Vila de Santo Amaro possui, além da igreja, mais de 14 prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Por outro lado, além dos prédios terem caráter e importância histórica, algumas instituições, como a Irmandade de Santo Amaro, funciona desde 1814, mantendo a religiosidade da população de origem açoriana. Este trabalho apresenta as atividades de Levantamento do Patrimônio e as ações de educação patrimonial desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.
Palavras chave: patrimônio- educação patrimonial – Santo Amaro do Sul.

Resumé: Dans l'année de 2006 l'Université de Santa Cruz do Sul - UNISC, à travers le Centre d'Enseignement et de Recherches Archéologiques - CEPA, il a réalisé une activité de sauvetage archéologique dans l'Église Matrice du Village de Santo Amaro, datée de 1787. Le Village de Santo Amaro possède, plus de 14 immeubles tombées par l'Institut du Patrimoine Historique et Artistique National - IPHAN. D'autre part, outre les immeubles avoir caractère et importance historique, autres institutions, comme la Fraternité de Santo Amaro fonctionne depuis 1814, en maintenant la religiosité de la population d'origine açoréenne. Ce travail présente les activités d'Enquête du Patrimoine et les actions d'éducation patrimoniale développées par le Noyau d'Études du Patrimoine et la Mémoire - NEP, attaché à Pró-Reitoria de Extensão de l'Université Fédérale de Santa Maria - UFSM.
Mot -clé: Patrimoine - d'éducation patrimoniale - Santo Amaro do Sul

O Centro de Memória do município de Venâncio Aires promoveu a restauração do prédio da Igreja Matriz de Santo Amaro, no município de General Câmara, Rio Grande do Sul. Através de parceria com o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, o prédio da Igreja foi alvo de pesquisas e salvamento arqueológico em seu interior. Paralelamente ao salvamento, o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória - NEP da Universidade Federal de Santa Maria realizou atividades de educação para valorização do imóvel, datado de 1787.

[1]* Prof.Dep. de História da UFSM, coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP, Pró-Reitoria de Extensão- PRE – UFSM. Projeto com recursos do CNPq.
** Prof. da UNISC, coordenador do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA – Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

O local abriga um grande número de prédios históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e percebemos que grande parcela da Vila – e mesmo da região - não reconhece a importância cultural do local. Isto nos levou a iniciar uma proposta de inserção dos patrimônios no cotidiano escolar da municipalidade (Fotos 1 e 2).

Ao mesmo tempo em que o patrimônio material é desconhecido pelos moradores da comunidade e região, o local é um dos primeiros redutos de colonização açoriana no Estado. Considerando que esta colonização data dos meados do século XVIII (a partir de 1752), tem-se preservado, além de um conjunto de prédios edificados do período colonial, um conjunto significativo de festividades, cultos e aspectos religiosos relevantes e únicos para a compreensão dos primeiros imigrantes trazidos pela coroa portuguesa ao sul do país.

A igreja matriz de Santo Amaro do sul é datada de 1787, e a irmandade de Santo Amaro data de 1814, uma das mais antigas do Estado do RS ainda em atividade. Em face da falta de conhecimento por parte dos munícipes da importância histórica da cidade, iniciamos ações de levantamento, registro e valorização dos bens imateriais, que ainda não são reconhecidos pela comunidade. Ademais, além do levantamento, registro e documentação do patrimônio imaterial da localidade, buscamos utilizar nossa experiência em educação patrimonial para introduzir os resultados da pesquisa no currículo escolar e junto à comunidade.

Neste sentido, os trabalhos já efetuados de valorização do patrimônio material executados no local obtiveram excelente aceitação por parte da comunidade e da escola local. Ao mesmo tempo, introduzir esta temática no cotidiano escolar propiciará a valorização e continuidade da tradição religiosa e cultural açorianas, ainda presentes no local.

Foto 1: Igreja Matriz de Santo Amaro

Foto 2: Prédio Histórico tombado pelo IPHAN

Breve Histórico da Localidade

O Rio Grande do Sul, situado no extremo do Brasil Meridional, teve uma ocupação tardia em relação a outras regiões brasileiras. A princípio a região não oferecia nenhum atrativo econômico para os padrões mercantilistas (século XVI), que justificassem tal procedimento. Somente a partir do século XVII a região é alvo de incursões por parte dos jesuítas (Espanha) e bandeirantes (Portugal).

A atuação dos bandeirantes não contribuiu de forma efetiva para a ocupação do território riograndense, visto que não foi estabelecido nenhum povoado português na área. Além do que, a reativação do tráfico negreiro (bastante lucrativo para os portugueses) motivou o abandono da caça ao índio na região sul. No entanto, o que veio a ser um passo importante para a ocupação do atual do Rio Grande do Sul foi o estabelecimento pelo Império Português, em 1680, da Colônia do Santíssimo Sacramento, localizada à margem esquerda do Rio da Prata.

A passagem de lagunistas e vicentinos em direção a Colônia de Sacramento, permitiram os primeiros contatos com rebanhos de gado da Vacaria del Mar, iniciando o comércio de couro e sebo, sendo a carne em sua maior parte desprezada.

A partir de 1750 as estâncias propagaram-se pelo interior do Rio Grande do Sul, mas na Depressão Central, o empuxo principal do povoamento foi dado pelas necessidades militares. A defesa do território e a manutenção das possessões lusas justificam a expansão do povoamento na região, a partir da fortificação de Rio Pardo, situada na confluência dos Rios Pardo e Jacuí, dando origem assim, a atual cidade de Rio Pardo.

> O povoamento da parte sul do Vale iniciou, fundamentalmente, com a cidade de Rio Pardo. Sua origem, vinculada aos interesses da expansão portuguesa em ocupar o território entre Laguna e Sacramento, se materializa enquanto posto avançado da primeira rede de núcleos urbanos que os portugueses começavam a criar, nesse período, ao longo da calha do rio Jacuí. Nesse sentido, a distribuição pela Coroa Portuguesa, na terceira década do século XVIII, de sesmarias entre os açorianos buscava garantir a permanência do domínio português na região, através do abastecimento e da consolidação desses núcleos de povoamento. (SILVEIRA e HERMANN, 2001, pg.221)

O local denominado hoje como Santo Amaro destaca-se, então, como uma das primeiras vilas açorianas no Estado, representativa no cenário português do Século XVIII, porque, se por um lado a presença de um fortim e de uma Igreja revelam o estabelecimento de

uma colonização, por outro, é o primeiro passo para a tomada das Missões Jesuíticas Guaranis, na época um território Espanhol.

A partir da expedição portuguesa de demarcação, sob a responsabilidade de Gomes de Freire de Andrada (Capitão-General do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo e de todo o sul do Brasil), que tinha por objetivo a colocação dos marcos de fronteira entre as terras de Espanha e Portugal (Tratado de Madri), foram criados, segundo Vogt:

> (...) dois depósitos de armas e munições nas bordas do rio Jacuí: um, situado na margem esquerda da confluência dos rios Pardo e Jacuí, no local hoje chamado Alto da Fortaleza; outro, em Santo Amaro. Um ano depois, em virtude da excelente e estratégica localização para a defesa dos interesses lusos no Sul, Gomes Freire ordenou a construção de um forte no lugar onde se situava o depósito de Rio Pardo. (2001, pg.81-82). [**grifo nosso**]

Este forte era, além do ponto de apoio de víveres e munições das tropas portuguesas, o princípio de uma colonização lusa no Brasil Meridional. Embora a data de construção do forte e da vila seja ainda controversa, os documentos apontam para datas entre 1752 e 1770 para sua fundação. Devemos ressaltar que a documentação sobre o tema é bastante escassa e na maioria das vezes controversa, principalmente no que se trata a funcionalidade do depósito de armas e munições de Santa Amaro, tratado por alguns autores como armazém ou como fortim de paliçadas. Mesmo assim, a Igreja Matriz de Santo Amaro e outros prédios atestam não somente o valor histórico, mas principalmente a riqueza em termos do patrimônio edificado.

> Era um Templo com largas dimensões físicas; opulentos detalhes arquitetônicos; invejável riqueza de ornamentos tais como imagens de santos magistralmente talhadas; alfaias de fino lavor; candelabros de cristal; turíbulo e demais utensílios de ouro; um púlpito elevado à parede lateral direita. Isto fazia da Igreja de Santo Amaro um monumento de arte comparado às Igrejas de Ouro Preto. (Pereira Rodrigues, 1994, p. 67)

Ainda devemos lembrar que é incontestável a importância da Vila de Santo Amaro como patrimônio nacional. Além de representar um dos poucos locais com o traçado urbanístico original do século XVIII, possui um conjunto de mais de dez prédios tombados pelo IPHAN em torno da praça e da Igreja. Prédios que permitem ao visitante visualizar uma

cidade inteira, com forte colonização açoriana, mas também elementos de sua cultura, através da culinária, festas católicas e história. No entanto, estes patrimônios estão esquecidos da população, e o resgate é urgente uma vez que a localidade perde a cada dia seus habitantes mais antigos.

Ainda, as festividades e outros aspectos da cultura imaterial, como a religiosidade, a culinária, os saberes e rituais permanecem vivos, mas quase esquecidos, frente ao avanço da globalização, a perda do imaginário social e a ressignificação dos cultos, o que coloca como urgente o registro, documentação e resgate das memórias das pessoas que ainda detém este conhecimento.

Os resultados do levantamento do Patrimônio

Além dos diversos prédios já tombados ou reconhecidos pelo IPHAN, existe um potencial de patrimônio imaterial e cultural ainda não totalmente explorado. Para fins deste trabalho, vamos apresentar somente as festividades que acontecem em razão do santo padroeiro da vila, Santo Amaro.

Com uma programação que inclui novenas, terços e romaria, as festas de Santo Amaro são iniciadas com pelo menos uma semana antes da data do padroeiro (15 de janeiro, festejado impreterivelmente neste dia, sem transferência de dia da semana). Acompanhamos as atividades do ano de 2007, quando as ações vinculadas a "Festa de Santo Amaro" iniciaram com as novenas uma semana antes do dia do santo. No dia anterior ao dia 15, uma procissão sai da sede do município, em General Câmara, e dirigi-se a Igreja Matriz, em um percurso de aproximadamente 17 quilômetros, no qual são proferidos cantos, rezas e durante o qual se agregam outras pessoas que vêem pagar promessas ou são devotas do santo (Foto 3).

Foto 3: Início da Romaria de Santo Amaro, onde o estandarte do Santo é levado da sede do município até a Igreja matriz.

Um fato curioso e, que ao mesmo tempo justifica a romaria de Santo Amaro como Patrimônio imaterial da região, deve-se a saída esporádica dos romeiros que, em horários alternados, percorrem o trajeto. Mesmo com a prefeitura de General Câmara organizando um posto e um horário para a saída da Romaria, vários romeiros seguiram seu caminho de acordo com o seu costume, mantendo a tradição.

Durante o trajeto percorrido, ocorrem diversas atividades em torno da Igreja Matriz, com exposição e venda de produtos e artesanatos, nos moldes das antigas feiras. Ao mesmo tempo, acontecem diversas rezas e cantos na própria Igreja, que este ano, em virtude de reformas no seu interior, aconteceram do lado de fora, em um altar construído para o evento (Foto 4).

Foto 4: Terno de Reis, que reúne diversos grupos da região para os cantos de graças, de penitência ou adoração.

À noite, quando os romeiros chegam, a vila está às escuras, e por isso os romeiros trazem velas, em uma "procissão luminosa", como chamam os realizadores da procissão. Durante todo o trajeto agregam-se mais pessoas, e com gritos de "Viva Santo Amaro", dirigem-se ao salão paroquial onde será realizada a missa de graças (foto 5).

A procissão mobiliza pessoas de todo o vale do Rio Pardo, como atestaram nossas entrevistas. Pagadores de promessas, fiéis, ex-moradores da Vila e pessoas ligadas à Irmandade reúnem-se todos os anos a fim de pedir, agradecer, rezar, enfim, manifestar de forma plena sua fé e religião. Observa-se que a comunidade de Santo Amaro possui pouco mais de 800 pessoas, mas a romaria e a festa reúnem mais de três mil pessoas, inclusive de outros estados do país (Foto 6).

Foto 5: Procissão Luminosa. **Foto 6:** Romaria em torno da praça da vila de Santo Amaro.

Existem vários elementos presentes na procissão que seriam dignos de nota, mas o limite deste trabalho não o permite. O uso da *opa*, pequeno colete vermelho que usam os membros da irmandade, a origem da mesma, as jóias que ornavam o altar, entre outras, serão objetos de outro artigo. O que cabe salientar aqui é a permanência de diversos elementos da cultura açoriana que estão sendo perpetuados, com suas dinâmicas próprias, mas com traços de permanência inegáveis. Sobre este patrimônio estamos nos debruçando em atividades de educação patrimonial.

A educação patrimonial

As atividades de educação patrimonial estão em andamento desde março de 2006. Vamos relatar a primeira etapa, que foi desenvolvida durante as atividades de escavação arqueológica no interior da Igreja Matriz.

Como citado anteriormente, a comunidade pouco conhecia as atividades que estavam sendo desenvolvidas, e, para piorar, as histórias sobre tesouros ou riquezas enterradas no interior da igreja ampliavam a curiosidade, mas, não diminuíam a ignorância a respeito do verdadeiro propósito dos investigadores. Assim, as atividades de arqueologia foram acompanhadas por ações de educação patrimonial, tanto no sentido de esclarecimento das atividades em andamento como de esclarecimento à comunidade sobre a restauração do prédio e a importância dos vestígios arqueológicos.

As ações iniciais podem ser assim discriminadas:

1. Diálogos com a comunidade, visitantes e turistas durante as obras de escavação arqueológica da Igreja Matriz de Santo Amaro;
2. Palestras, oficinas e levantamento dos patrimônios com os professores da Escola Estadual Rio Grande do Sul, na vila de Santo Amaro.

As atividades de educação patrimonial podem ser compreendidas em etapas no qual o público alvo deve ser informado, levado a observar o que se deseja valorizar, registrar de alguma forma (oral, escrita, etc.), explorar o patrimônio para que assim possa se apropriar

do mesmo (Horta, Monteiro e Grunberg, 1999). Desta forma, as ações de valorização do patrimônio com a comunidade ou com os visitantes passavam por um diálogo induzido nos quais as pessoas eram levadas a refletir sobre os bens culturais, sua importância e relevância, para assim compreenderem seu conteúdo histórico, artístico, arqueológico ou qualquer outro que se deseja valorizar (foto 7).

No caso dos educadores da Escola Estadual, as ações foram voltadas a três níveis de envolvimento, uma vez que nenhum dos professores reside ou é originário da localidade.

Em primeiro lugar foi realizado o contato com a direção da escola e esta demonstrar interesse nas atividades; após a concordância e cooperação com a direção escolar, realizaram-se palestras com os educadores e educandos de algumas séries para esclarecer os conceitos utilizados, considerando patrimônio como o universo socialmente eleito para a conservação, preservação ou ligado à memória.

Uma das discussões que todo diálogo provoca ao se tratar de patrimônio é a dualidade entre a preservação e a depredação, ou da conservação *versus* o abandono. A partir disso, criamos uma oficina para sensibilização de educadores, denominada "oficina de caixa de espuma" (Oliveira e Soares, 2006).

Sumariamente, os educadores são levados a reconhecer alguns objetos que estavam depositados em uma caixa com flocos de espuma. Os educadores recebem uma ficha para descrever que objeto são, qual composição, idade, origem, uso, etc. Basicamente trata-se de uma classificação breve, mas a partir das informações coletadas, podemos reconstruir o conhecimento dos educadores, que percebem que, em boa parte das vezes, a destruição ou o abandono ocorre por falta de informação. Neste sentido, e tendo construído os conceitos amplos de patrimônio, passamos a uma "ficha de percepção do patrimônio" (Oliveira e Soares, 2006), no qual os educadores são solicitados a preencher uma ficha no qual constem os diversos elementos culturais a serem preservados, a partir dos elementos que constroem a identidade local (Foto 8).

Foto 7: visita guiada para educandos

Foto 8: palestra com educadores

Resultados e conclusões

Este projeto foi contemplado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, embora ainda não tenham ocorrido os repasses para sua realização. Assim, as atividades ocorreram durante as etapas de escavação, de fevereiro a agosto de 2006, bem como entrevista com os moradores durante as comemorações da Festa de Santo Amaro, de 13 a 15 de janeiro de 2007.

Embora não tenhamos conclusões, uma vez que o levantamento ainda não foi concluído, percebemos uma grande vontade por parte dos moradores, professores e estudantes em resgatar a história, as memórias e as histórias de vida daqueles que construíram e constroem a vila atualmente.

Em nossa perspectiva de trabalho não é suficiente o resgate histórico e os personagens que, no passado, fizeram com que Santo Amaro "entrasse na História". A população atual, com seus problemas, suas memórias e suas dúvidas são tão importantes quanto àqueles que construíram a cidade no passado. O levantamento e o resgate continuam, tendo sempre em vista que o maior patrimônio são as pessoas e seus patrimônios individuais, até mesmo antes do coletivo.

Temos como meta implementar um projeto no qual as pessoas possam ser valorizadas para, assim, valorizar sua história, seu espaço, suas memórias. Neste sentido, toda a comunidade será protagonista da escrita de sua História, e não somente a Vila patrimônio da nação, tombada pelo poder público. Outros projetos estão em andamento, mas a educação patrimonial começa com o resgate da auto-estima da comunidade, para que a partir daí outros elementos possam ser igualmente valorizados e preservados.

Bibliografia

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras;GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz Guia Básico de Educação Patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, museu Imperial, 1999.

OLIVEIRA, Fabiana de; SOARES, André L. R. Levantamento do patrimônio no município de Itaara e inserção do tema no currículo escolar. In: Revista Educação Patrimonial, site http://educacaopatrimonial.com.br/educacaopatrimonial/itaara.htm, último acesso em 24 de fevereiro de 2007.

SILVEIRA, R. L. ; HERMANN, E. As cidades e a urbanização do vale do rio pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. (org.) Vale do rio pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VOGT, O. P. Formação social e econômica da porção meridional do vale do rio pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. (org.) Vale do rio pardo: (re)conhecendo a região**.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

WEIMER, Günter (org.) Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estudo de alguns elementos identificadores da desigualdade entre escravos de comunidades cativas do sudeste brasileiro do século XIX.

Carlos Engemann

Comunidade e desigualdade

A historiografia da escravidão vem utilizando com uma freqüência cada vez maior o conceito de comunidade para descrever o convívio dos negros cativos e suas experiências. Hebe Mattos dedica um capítulo à análise da diversidade na "comunidade escrava", descrevendo fatores de identidade geradores de coesão e quesitos de hierarquização, promotores de discórdia.[1] José Roberto Góes nos fala de uma comunidade que transcende as fronteiras do plantel e promove uma conexão entre várias escravarias, como observado em Inhaúma, uma Freguesia do Rio de Janeiro.[2]

Ainda José Roberto Góes e Manolo Florentino analisando os escravos do Comendador Vallim, na Fazenda do Bananal, identificam a existência de uma comunidade de cativos, à qual atribuem uma lógica organizadora pautada no parentesco. Esta proliferação, da qual citamos apenas alguns exemplos, é, a bem da verdade, uma conseqüência lógica da superação do dilema da família escrava. João Fragoso e Ana Lugão vão ainda mais longe, não apenas falando de uma comunidade escrava, mas deduzindo a existência de um processo que levaria a escravaria de turba à comunidade.[3]

As comunidades escravas tornaram-se também para nós, um *lócus* privilegiado de reflexões por serem as mais abrangentes disposições sociais até então imaginadas para os cativos. Entendemos, aqui, comunidade como um conjunto de indivíduos que partilham símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço socialmente ordenado.[4] A partir

---

[1] MATTOS, Hebe M. *Das cores do Silêncio* – os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

[2] GÓES, J. Roberto. "Cordeiros de Deus: tráfico, demografia e política no destino dos escravos" in :PAMPLONA, Marcos A. (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro:Access. 2001.

[3] FRAGOSO, J. L. e LUGÂO, A. M. "Um empresário brasileiro do oitocentos". In CASTRO, H. M. e SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1995. pp 197-224.

[4] Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1987. passim.

daí, é possível deduzir que os plantéis, principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro. Desse modo, os laços tenderiam a se ampliar propendendo ao enfeixamento do conjunto de seus membros.

É possível até que a construção da comunidade fosse uma espécie de gradiente, a favor do qual caminharia toda escravaria dentro de suas limitações. Se assim for, a comunidade teria um vértice relacional interno e outro externo, que demandarão investigação. Não se está a identificar um como vértice horizontal (intracativeiro) e o outro como vertical (senhor-escravo), uma vez que dentro da própria condição cativa a diferença e a hierarquia também se instalavam. Por isso mesmo, há que se dissecar as relações de modo mais preciso, já que era oscilando entre as relações internas e as externas que os cativos construíam suas estratégias de ascensão social.

Nesta transformação de turba a grupo dotado de complexidade orgânica existe muito mais do que a junção em esquadras, tão característica da organização do trabalho nas *plantations*. Há o trabalho, não só o dispensado ao senhor e sob seu controle, mas também o que se consome em seus próprios cuidados, este que dá origem às diferenças materiais e imateriais entre os que partilham o amargo pão do cativeiro.[5] Há o coabitar que, se a princípio enseja a cooperação entre os confrades, também é capaz de juntá-los de modo desigual.

Para averiguar alguns dos elementos indicativos desta desigualdade tomamos alguns dos maiores plantéis do sudeste brasileiro, reconstruídos via inventários. Assim, estaremos trabalhando com os plantéis dos seguintes grandes proprietários: Com. Manuel de Aguiar Valim, Pascoal Cosme dos Reis, Barão de Piabanha, Barão de São Roque, Baronesa de Paraíba, Com. João Corrêa Tavares, Damazo José de Carvalho, Inácio Pereira Nunes, José Joaquim de Abreu Castelo Branco, Luíza Maria Assunção, Manoel Joaquim de Oliveira, Maria Jacinto de Macedo e Porcina de Paula Dias.[6] Além destas, teremos nas mãos os dados da Real Fazenda de Santa Cruz e do Camorim, a primeira pertencente à Sua Majestade e a segunda aos beneditinos do Rio de Janeiro.

---

[5] Ver FRAGOSO, J. Luis e RIOS, ANA M. Lugão. "Um empresário brasileiro do oitocentos". In CASTRO, H. M. e SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1995. pp. 197-224.

[6] Agradecemos profundamente a generosidade do Prof. Dr. Manolo Florentino e da Profa. Dra. Ana Lugão pela concessão de dados para os nossos estudos.

Moradia e desigualdade

A princípio, o que os nossos dados permitiram foi vislumbrar um espaço físico, quiçá esquálido, sob posse dos escravos. Sendo este espaço, ainda que diminuto, um âmbito privado, em certo sentido se constituía como uma fronteira para o cativeiro que se mantinha confinado do lado de fora. Se realmente, nessas comunidades se gozava de diferentes espaços, as senzalas, "domus" do cativo, seriam um bem, tanto do ponto de vista concreto, quanto do simbólico, da maior importância. Se, por hipótese, os senhores se dispuserem a consentir na construção e na manutenção de unidades que para além do simples abrigo, eram também lares, para conter a tensão, reduzir a possibilidade de conspiração, refrear a putativa promiscuidade, ou qualquer motivo semelhante, numa escravaria de maior porte o tal motivo será ainda mais pungente.

Mas não é apenas isso. Se por um lado a posse de um domicílio, ainda que com todas as suas limitações poderia ensejar um desejo em se constituir família, talvez pudesse também promover diferenças entre elas. Se observarmos o número de valores diferentes atribuídos aos diferentes lances de senzalas poderemos perceber que nem sempre havia uniformidade.
Do ponto de vista arquitetônico, é certo que as senzalas poderiam existir de diversas formas. No caso das grandes escravarias, onde o número de cativos excede ao que se poderia imaginar confinado num galpão comum, há indícios diretos em pelo menos três listas da existência de domicílios ou senzalas familiares.

As unidades domiciliares de que falamos são, a bem da verdade, pequenos edifícios ou subdivisões de edifícios maiores. Robert Slenes apresenta um bem fundamentado estudo sobre as formas das senzalas em *Na Senzala Uma Flor*.[7] Neste trabalho, Slenes mostra duas modalidades básicas de senzalas: uma em forma de galpão, dividida em cubículos, e outra como cabanas individuais. Em linhas gerais, o que se constata é que o mais comum era os solteiros ocupando em conjunto os cubículos de uma senzala-galpão e os casados coabitando um cubículo ou desfrutando de sua própria cabana. Por si só esta constatação já nos indica uma diferenciação no seio das escravarias visitadas pelos viajantes consultados por Slanes. Os

[7] SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999. passim.

casados seriam donos de um quinhão de privacidade, em geral negado aos solteiros. Ainda que parco, este tipo de posse, certamente fazia diferença.

Quanto às construções de senzalas nas propriedades que estudamos, temos para o caso da Real Fazenda de Santa Cruz um registro iconográfico deixado por Jean-Baptiste Debret. Embora este não seja muito claro, a impressão que se tem é de que lá as cabanas eram a habitação mais freqüente. Os escritos sobre a fazenda, que freqüentemente se referem a "vila dos escravos" ou "às cabanas dos escravos", também apontam nesta mesma direção, assim como o relato de Serafim Leite. Segundo este autor, quando da expulsão dos jesuítas, havia em Santa Cruz cerca de trezentas e sessenta moradias de dois tipos diferentes: taipa e alvenaria.[8]

Em outras propriedades dava-se um fenômeno deveras semelhante. A avaliação feita das senzalas quando da constituição dos inventários nos permitem saber, para alguns casos, o número de lances de senzalas e o valor de cada lance.[9] Vejamos o que nos sugerem estas informações.

O que os dados expostos a seguir podem estar indicando não diz respeito a um "conforto" relativo para os cativos. Não conhecemos o tamanho de cada lance de senzala para compará-los entre si e avaliar o espaço por escravo como um índice de qualidade de vida. O que se busca aqui é uma noção do uso de certa privacidade entre os cativos. Na medida em que o número deles por lance de senzala era menor, apresentava-se uma indicação de qualidade de vida, não pelo espaço possuído, mas pelo espaço dividido. Dito de outro modo, nesse caso a qualidade de vida cresce não pela quantidade de espaço disponível – algo impossível de se avaliar até o momento – mas pelo ganho no convívio seletivo. Nos casos mais extremos, a média de co-habitantes não chega a três por lance, o que daria uma mãe e seus dois filhos ou um casal com um filho. Mesmo os que não possuíam este tipo de vínculo, dividiam o espaço de sua convivência com um número menor de companheiros, lhes facultando um grau um pouco maior de "privacidade".

O gráfico 20 nos permite entrever um curioso quadro. Quanto maior o percentual de aparentados, maior tendia a ser o número de "tipos" de senzalas. Explicamo-nos: um dos itens

[8] LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jasus no Brasil*. Tomo VI. Rio d Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. pp. 59

[9] O lance de senzalas é um conjunto de moradias construídas a partir da subdivisão de um mesmo prédio. Cf. Figura 1.

do inventário era o valor de cada lance de senzalas, ou melhor, de cada grupo de lances de senzalas. Por esta informação é possível perceber que eles podiam ser agrupados segundo sua avaliação de valor. Se imaginarmos que isso se traduzia num conjunto de atributos tais como estado de conservação, complexidade da construção, materiais utilizados, enfim, estado material, estaremos diante de mais um diferencial intracativeiro. Se levarmos às últimas conseqüências, estaremos falando de escravos mais ricos e, portanto, de outros mais pobres. Pode parecer absurdo, mas convém lembrar que em Santa Cruz uma família de escravos possuía dois escravos.

Sabendo que o volume da amostragem é de pequena monta, arriscamos apenas a supor que essa diferenciação poderia se instaurar, dentre outros fatores, pela qualidade, ou estado material, da moradia que se habitava. O que estamos postulando como emergente das informações que sacamos desse conjunto de inventários é que a qualidade da moradia refletia o *status* do cativo entre seus pares. Como, ademais, se dá em qualquer outro lugar.

Tabela 1: Percentual de Escravos Aparentados, Número de Valores Atribuídos aos Lances Senzalas e Media de Escravos por Lance de Senzala (1862-1873).

Proprietário	% Aparentados	Número de valores para os lances de senzalas	Número de lances de senzalas	Média de escravos por senzalas
Barão de Piabanha (1869)	16,8	1	14	10,2
Com. João Corrêa Tavares (1873)	17	1	27	16,5
Manoel Joaquim de Oliveira (1862)	27,2	2	18	8,8
Barão de S. Justa - Faz. da Serra (1872-73)	31,8	1	17	6,3
Porcina de Paula Dias (1873)	45	2	10	12,6
Baronesa de Paraíba (1873)	50,5	3	44	8,8
Barão de S. Justa - Faz. S. Fidélis (1872-73)	58	2	59	2,5
Barão de S. Justa - Faz. Santana (1872-73)	58	3	19	6,7
Barão de S. Justa - Faz. S. Justa (1872-73)	68,3	4	61	2,6

Fonte: Inventários *post morten*, Arquivo Navional, RJ.

Gráfico 1: Percentual de Escravos Aparentados e Media de Escravos por Lance de Senzala (1862-1873).

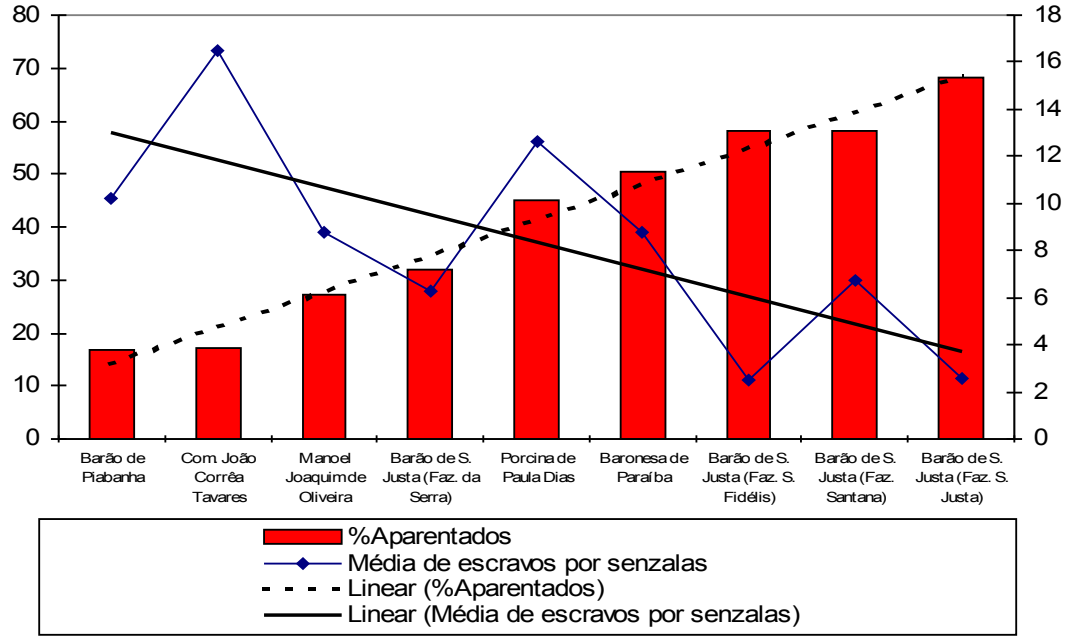

Fonte: Tabela 12

Gráfico 2: Percentual de Escravos Aparentados, Número de Valores Atribuídos aos Lances Senzalas (1862-1873).

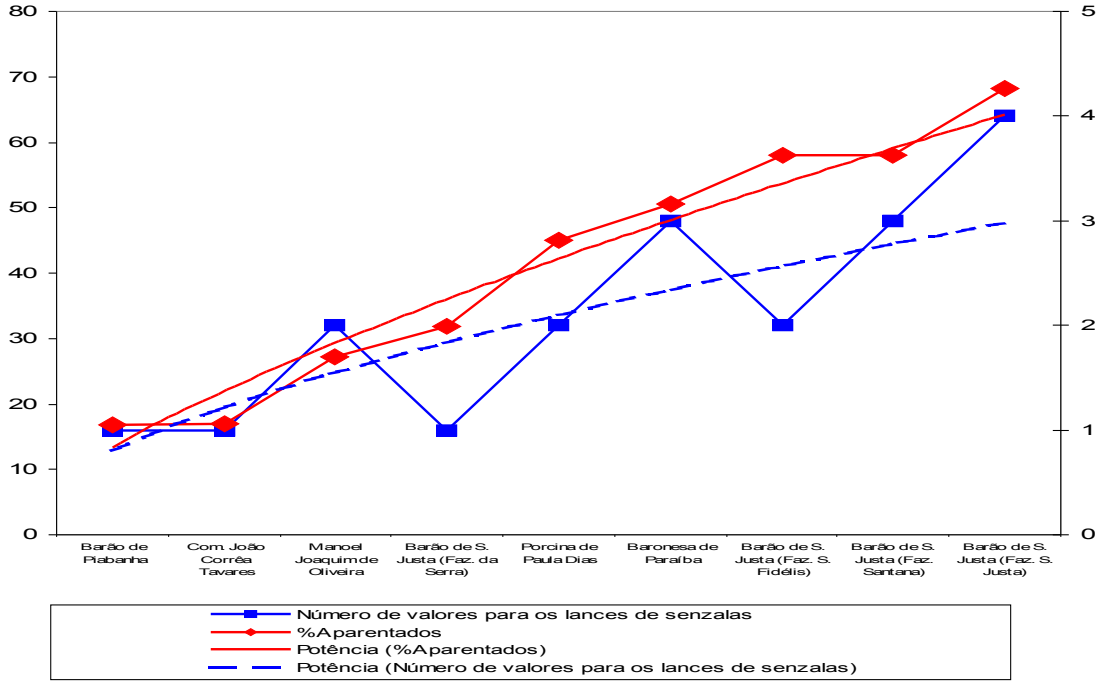

Fonte: Tabela 9

Desta sorte, a complexificação progressiva das comunidades cativas proporcionavam espaço individual e hierarquização pela posse e administração deste espaço. O estranho é que a comunidade favorecia o acesso a um espaço diferenciado do espaço comunitário, provendo alguns cativos mais afortunados de um bem, em geral, inerente aos que não padecem do infortúnio da escravidão: a privacidade.

Trabalho e desigualdade

Stuart Schwartz nos mostra como determinados tipos de ocupação costumavam render ao escravo tempo extra para cuidar de sua própria produção, além de uma diferenciação social advinda da sua capacidade de gerir os seus próprios investimentos.[10] Seja por isso, seja por se tratar de um trabalho melhor que o ordinário, o fato é que em torno de 1817, havia 174 cativos com ocupação que lhe exigia uma habilidade a ser aprendida, e desses, 70 escravos, ou seja, mais ou menos 40%, cuidavam para que outro membro de sua família seguisse a mesma trilha. A hereditariedade da posse de um ofício em quase metade dos casos, aponta para o possível significado de bem de família. Embora difícil de ser preservado, os que o podiam se articulavam para mantê-lo.

Outra ordem de diferenciação: nos relatórios de distribuição das tarefas da Real Fazenda de Santa Cruz, aparecem também os escravos "a dispor diariamente" (1815) e "nas esquadras ambulantes" (1817), o que equivale dizer, os que cuidam dos serviços mais pesados e não-especializados dentro da Fazenda. Em ambos os casos eles representam 40% da mão-de-obra classificada como braços para todo serviço. Mais uma vez em ambos os relatórios, aproximadamente 80% são mulheres; para ser mais exato, em 1815 as mulheres representam 76,5% e em 1849 são 80%. No Camorim, de onde também dispomos de informações bastante precisas, não é muito diferente. Entre 1864 e 1867, os homens "da enxada" oscilaram entre 14 e 15, respectivamente, enquanto suas companheiras de labuta não foram menos que 39, sendo que em 1864 chegaram a 51 mulheres. Em ambos os casos, o que se revela aqui é um padrão de distribuição sexual no trabalho semelhante ao que Klein encontrou para as grandes plantações do Caribe e Brasil. Segundo as pesquisas do autor, a distribuição etário-sexual da força de trabalho tinha diferenças muito sutis entre as diferentes regiões e cultivos.[11]

Mas não apenas em plantéis estatais e religiosos poderia se encontrar uma tal configuração. O Barão de São Roque, outro grande cafeicultor do Vale do Paraíba, parece, em algum momento de sua vida, ter adquirido escravas em quantidade. Em sua propriedade

[10] SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. pp. 89-122.
[11] KLEIN, Herbert S. *Escravidão na América Latina e Caribe*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987.

temos uma distribuição bastante equilibrada quanto à origem: 126 locais, 105 africanos e 100 do tráfico interprovincial. No entanto, o número de mulheres ultrapassa o de homens em cerca de 1/5: são 150 homens para 181 mulheres.

Na divisão por sexo, os locais revelam uma superioridade feminina de 73 contra 53. Os africanos, como indica a lógica do tráfico, apresentam um número maior de homens: são 59 africanos e 46 africanas. Mas na escravaria oriunda do tráfico interprovincial é que encontramos a maior desproporção: apenas 38 homens para 62 mulheres. Ainda que possivelmente condicionada por uma oferta reduzida, pois já se iam mais de vinte anos de ausência do tráfico atlântico, o Barão de São Roque não achou desperdício de dinheiro investir em braços femininos, que passaram a compor a maioria da sua força de trabalho efetiva. Eram 106 homens da "roça" e 124 mulheres que padeciam no mesmo trabalho.

Na casa a diferença é ainda maior 28 mulheres andavam as voltas com a manutenção da morada do Barão em companhia de apenas 7 homens. Mais uma vez, os ofícios são privilégio dos homens, já que quase todos os 39 cativos assinalados com alguma profissão que não "roça" ou "doméstico" são homens. Coube às mulheres uma cota um pouco maior no eito nas terras do Barão de São Roque. No entanto, este último plantel pode indicar uma divisão territorial diferenciada para a ascensão de homens e mulheres. Se aos homens cabia o *status* de um ofício, às mulheres poderia se descortinar a possibilidade de trabalhar na lida doméstica, por certo também mais amena que a roça.

Mas, de um modo geral, é possível imaginar as mulheres escravas destes plantéis, se pondo a trabalhar pesado, certamente mais pesado do que gostariam, dada a escassez de homens gerada pelo deslocamento da mão-de-obra especializada ou por compras diferenciadas, ou ainda pelo grau de especialização de seus companheiros. A elas era negado o acesso à praticamente todos os ofícios, exceto a musica e o parto. Poderiam ter trabalhos específicos como ser ama, trabalhar na olaria, ou no fabrico de manteiga, trabalhar na casa ou nos teares. Mas, não eram consideradas detentoras do ofício de seu trabalho.

O corpo e a desigualdade

Outro indicador sensível da diferenciada vida em comunidade poderia ser o estado de saúde dos cativos. Se as estratégias coletivas compreendiam um cuidado mútuo para que fosse aliviada a canseira inerente à existência humana, algo deveria se refletir na configuração do estado físico desses cativos. As variáveis que podem ter contribuído na alteração do padrão de seu estado de saúde são diversas, indo desde a qualidade, variedade e quantidade de seus alimentos, até um esforço mais equacionado no trabalho e cuidados mútuos.

Mas não estamos falando de epidemias, doenças que atingem e matam de imediato ou abandonam o abatido em poucas semanas. Estas são registradas em menor número nos inventários pelo seu caráter transitório e, quando não mata, tende a ser menos debilitante em suas seqüelas. Nos inventários, para a avaliação do preço, tende a ressaltar-se doenças de longo percurso. São, em verdade, deformidades ou deficiências permanentes que são acusadas, ou pelo menos aquelas doenças que se arrastam por longas convalescenças. Eram estas as que debilitavam permanentemente o cativo e por isso interferiam no seu valor de mercado, grosseiramente poderíamos dizer que assinalava-se o cativo que era doente e não o que estava doente.

De certo modo, esta divisão também parece ter se encaixado na comunidade cativa. Como dito anteriormente, é possível que as grandes escravarias fossem mais suscetíveis aos surtos, assim como os escravos urbanos. No entanto, podemos perceber que, no que respeita as debilidades físicas registradas nos inventários, quanto maior o percentual de escravos aparentados menor tendia a ser o índice de escravos doentes.

Grosso modo, o que o gráfico 4 ilustra é a possibilidade de um quadro geral de cuidados familiares, e possivelmente inter-nucleares, refletidos na baixa proporção de portadores de moléstias mais duradouras. Os plantéis com mais de quarenta por cento de escravos enlaçados por algum tipo de solidariedade parental tem, em geral, menos de cinco por cento de escravos registrados como padecentes de alguma moléstia. Por outro lado, nenhum dos quatro plantéis com menos de quarenta por cento de aparentados teve registro de cativos doentes inferior a dez por cento.

A bem da verdade, o que podemos entrever nestas informações não é exatamente a desigualdade no cativeiro, mas um sintoma de sua existência. De fato, se a comunidade existiu, existiu para benefício de seus membros. Ao que parece, uma das vantagens de se viver em comunidade era uma chance menor de um certo tipo de problema físico. Menos coxos, menos tísicos, menos cegos, menos quebrados das costas ou da virilha, enfim, quanto mais complexa era a formação comunal, menos acometidos por doenças diretamente mencionadas nos inventários.

Tabela 2: Percentual de escravos doentes e de aparentados (séculos XVII a XIX).

Proprietários	Aparentados	Doentes
José Joaquim de Abreu Castelo Branco (1839)	25	12,5
Inácio Pereira Nunes (1857)	26,5	11,4
Damazo José de Carvalho (1834)	35,4	25,3
Porcina de Paula Dias (1873)	35,7	14,3
Barão de São Roque (1872)	43,2	0,3
Maria Jacinto de Macedo (1835)	48,2	32,4
Luíza Maria Assunção (1870-72)	71,3	3,9
Chuao (século XVII)	78,4	1,8
São Cristóvão (1760)	93,2	4,3
Pascoal Cosme dos Reis (1850-52)	95,8	18,5
Chuao (século XVIII)	97,9	4,9
Chuao (século XIX)	99,9	2,0
Fazenda de Santa Cruz (1791)	99,9	1,7

Fonte: Inventários *post morten*, Arquivo Navional, RJ.

No entanto, não podemos afirmar que isso significasse que a homeostase fosse mais freqüente, visto que um outro tipo de enfermidade poderia grassar nas comunidades: epidemias. Temos que levar em conta, ainda que os cuidados oferecidos pelos senhores e as doenças simuladas podem estar interferindo nos resultados da amostra. Em primeiro lugar, algumas fazendas possuíam enfermarias, senzalas destinadas à convalescença de cativos. Tais cuidados eram patrocinados pelo proprietário, ainda mais em tempos de alta dos preços no mercado de braços. Em segundo, se, como postulamos, o trabalho nas comunidades era mais ou menos acordado entre senhores e cativos, a incidência de enfermidades simuladas poderia ser um tanto menor nestas.

Gráfico 5: Percentual de Doentes e Aparentados (séculos XVII a XIX).

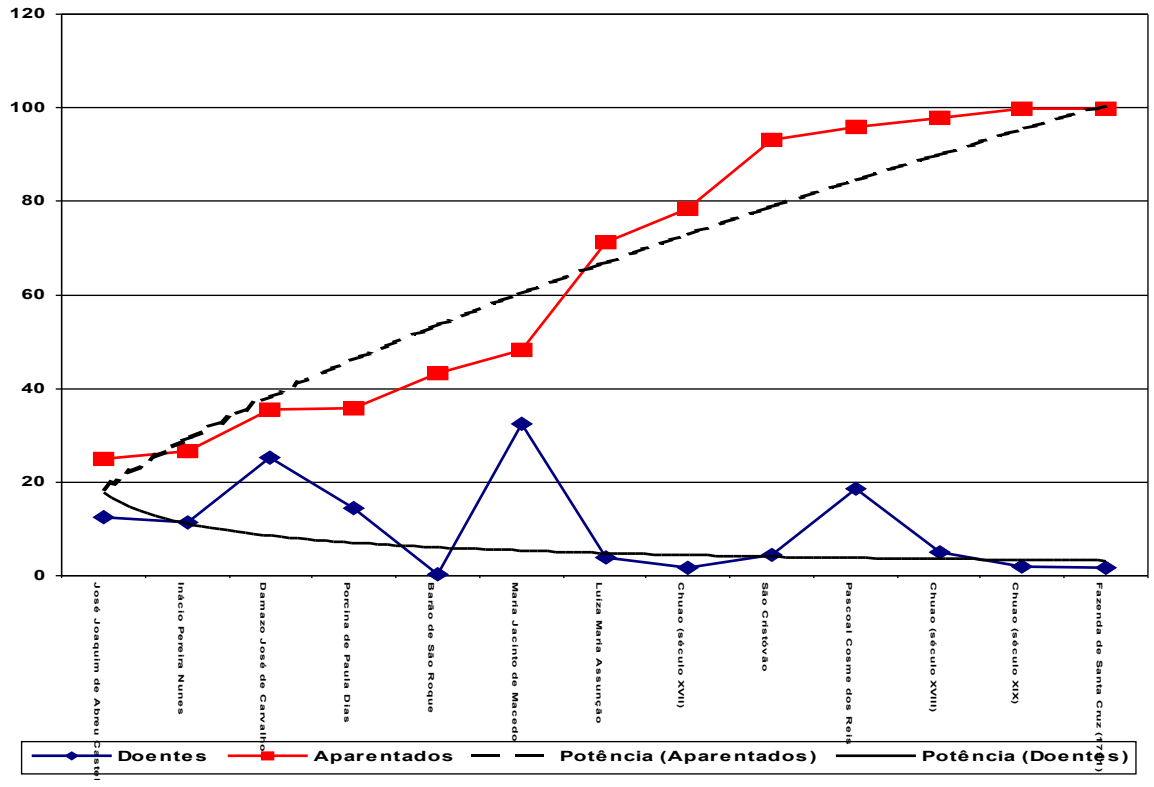

Fonte: Tabela 2

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Cidade Verde": múltiplos olhares sobre a cidade de Teresina.

Francisco Alcides do Nascimento*

Resumo
Esta comunicação reflete sobre a cidade de Teresina, capital do Piauí, nos meados do século XX, período em que a capital piauiense, num movimento similar ao ocorrido em outras cidades do mesmo porte, passou por múltiplas e variadas intervenções arquitetônicas e espaciais. Esse processo modernizador entretanto, não seria recebido sem conflito, uma vez o idealizado embelezamento urbano - preconizado por urbanistas e intelectuais - tropeçava numa realidade configurada por ruas onde se enfileiravam casebres de pau-a-pique cobertas com palha de coco babaçu. Na tentativa de capturar o processo há pouco mencionado, tomou-se as crônicas publicadas em diários locais como fontes privilegiadas, uma vez que se considerou os cronistas como observadores mais atentos ao cotidiano da cidade.

Palavras-chave: História, cidade, Teresina, modernização

Abstract
This work reflects upon the city of Teresina, capital of Piauí, Brazil, in the middle of twentieth century, period in which the capital of Piauí passed through a multiplicity of varied architectural and special interventions, in a similar movement occurred in other cities. This modernization process, however, was received with conflicts because the idealized urban adornment – spread by urbanists and intellectuals – came up against a reality of streets with pau-a-pique shacks covered with babaçu coconut straw. Trying to capture the process mentioned this work used the chronicles published in local news as a privileged source, taking the chroniclers as better observers of the daily routine of the city.

Keywords: History; city; Teresina; modernization

Esta comunicação tem como proposta refletir sobre cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, nos meados do século XX, período em que a capital piauiense, num movimento similar ao ocorrido em outras cidades de mesmo porte, passaria por múltiplas e variadas intervenções arquitetônicas. Este processo modernizador, entretanto, não seria recebido sem conflito, uma vez que o idealizado embelezamento urbano–preconizado por urbanistas e intelectuais–tropeçava numa realidade configurada por ruas onde se enfileiravam casebres de pau-a-pique cobertas com palha de coco babaçu. O conflito acima referido nos

* Doutor em História, é Professor Adjunto na Universidade Federal do Piauí. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, é líder do GT *Cidade: tempo e espaço*, do CNPQ. A pesquisa conta com o apoio do CNPq.

remete às múltiplas cidades contidas em Teresina. Uma multiplicidade que insiste em ser reduzida ao uno no âmbito dos discursos que dizem a cidade.

Cronistas são tomados neste artigo como os observadores mais atentos ao cotidiano da cidade. Mais atentos do que a maioria da população e, por sua atuação, com maiores e melhores condições de ecoar a cidade. Cronistas que se aventuraram pelas trilhas da escrita e decidiram compartilhar suas apreensões e desejos, gestados a partir de olhares distintos, com os leitores dos jornais; cronistas que toda semana tinham o privilégio de entrar em muitas casas, formar opinião.

Há pelo menos dois anos, com apoio do CNPq, vem sendo desenvolvida pesquisa sobre a cidade de Teresina, com a qual se pretende desfraldar as múltiplas cidades contidas na capital piauiense e, ao mesmo tempo, entender o tenso processo de modernização autoritária que a cidade viveu especialmente entre as décadas de cinqüenta e setenta. O trabalho prevê o tratamento de um largo leque de fontes, mas o interesse maior é pelas fontes hemerográficas, existentes no Arquivo Público do Piauí, (Casa Anísio Brito). As fontes orais e documentos oficiais bem como as imagens registradas por repórteres fotográficos também fazem parte dos indícios que ajudaram na tentativa de captura daquele tempo.

Sobre o aspecto urbanístico, Teresina é avaliada "[...]uma cidade bonita e que atrai simpatias dos visitantes". Todavia destaca que a vida noturna da cidade deixa muito a desejar. Nesta área só escapam os cabarés:

> *[...] cidade de vida noturna quase morta, pouco servida de casas de diversão no centro urbano. Os dois cinemas que possui têm muito a desejar. Não há respeito dentro deles por causa de elementos mal educados que parece que vão ali fazer molecagem e não assistir aos filmes. As gritarias ensurdecedoras e as piadas inconvenientes são comuns em nossos cinemas.*
> *Dois cinemas são insuficientes para nossa capital. Precisamos mais de dois na artéria central da cidade, mas cinemas modernos, confortáveis, com ar refrigerado e mobiliário decente (ESTADO DO PIAUÍ, 1963, p.4).*

A Prefeitura Municipal de Teresina, por seu turno, em nota oficial publicada no jornal *Estado do Piauí,* aponta os esforços no sentido de manter a cidade limpa, todavia, do ponto de vista dos administradores municipais, a população não ajudaria:

> *[...] o prefeito vem, ultimamente, envidando todos os esforços no sentido de manter permanentemente limpos os passeios e os leitos das vias públicas.*
> *Nesse sentido, porém, o Serviço de Administração está encontrando sérias dificuldades, para levar a bom êxito essa determinação.*
> *É que, alguns proprietários ou inquilinos menos esclarecidos, ao invés de colocarem o lixo no interior dos prédios, ou em suas entradas, portões ou*

> *corredores, em recipientes estanques, põem-no pelas esquinas das ruas, no chão, em flagrante desrespeito às disposições do Código de Postura do Município.*
> *Essa prática causa péssima impressão aos que nos visitam*
> *O Prefeito espera a cooperação do povo e esclarece que tomará as providências legais contra o abuso(MONTEIRO, 1950, p.3).*

É facilmente perceptível que elite a intelectual e política, através dos seus representantes e com base em saberes divulgados por médicos sanitaristas e urbanistas responsabilizam os pobres pelas mazelas da capital do Piauí, acusando-os de agirem de forma incivilizada. O foco daqueles saberes está direcionado aos "setores perigosos", uma vez que suas práticas cotidianas não se coadunam com as práticas burguesas.

Outra crônica que tem como tema a Praça Saraiva, um dos mais tradicionais logradouros públicos da capital, historiciza o processo de urbanização daquele local, mas todo o discurso tem como intenção central apoiar o Prefeito de Teresina no processo de afastamento de grupos populares que ali trabalhavam no atendimento ao público, vendendo, frutas, garapa de cana e comida preparada sob a sombra dos oitizeiros:

> *O povo que tudo quer invadir e muitas vezes, abusivamente, fez da Praça Saraiva, há muito tempo, local de mercado, pensões ambulantes, fazendo comida, café, montando garapeiras debaixo das árvores, já começou a ser afastado moderadamente pelo Prefeito Petrônio Portella, que ali já permitiu posto de automóveis, que serve à imensa população flutuante que transita a toda hora nos carros de linhas interiores e do Ceará e Pernambuco.*
> *A Praça Saraiva é, enfim, um dos pontos pitorescos da cidade e não se pode encobrir o zelo administrativo por parte do nosso dinâmico Prefeito [...](ESTADO DO PIAUÍ, 1961, p.5).*

O foco central da crônica, mesmo que de forma indireta, é a higienização da praça. Por outro lado, é emblemático que o cronista lembre ato do prefeito permitindo a instalação de um estacionamento de *automóveis de praça*, como eram chamados os carros de aluguel.

Nessa linha de higienização da cidade, a Prefeitura de Teresina publica uma nota explicando a transferência de recursos financeiros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no valor de 7.000.000, 00 milhões de cruzeiros. Tais recursos deveriam ser aplicados na eliminação das casas de palha, nas quais morava a maioria da população pobre de Teresina.

O crescimento da população e a expansão da cidade provocaram o colapso dos sistemas de abastecimento de água e energia elétrica. O telefone continuou sendo um artigo de luxo, mas, idéia de modernização da sociedade atravessa as mentes e corações dos políticos e intelectuais de direita ou de esquerda. Resolver.

Muitas ações são desenvolvidas no sentido de colocar o Piauí no caminho do desenvolvimento, segundo a visão dos atores sociais que atuavam em Teresina entre as quais

encontra-se a adequação do campo de pouso de Teresina para receber aviões de grande porte. Em matéria que recebeu o nome de *Aeroporto de Teresina,* um cronista destaca:

> *Prosseguem com ritmo intenso os trabalhos do nosso aeroporto que, segundo palavra oficial, em outubro deste ano, estará pronto e entregue ao tráfego dos mais pesados aviões.*
> *Já está sendo espalhado o asfalto, bem assim adiantadas as bases da grande pista, superior a mil metros de extensão.*
> *A Comarca trabalha com segurança e eficiência para dotar-nos de um grande campo de pouso à altura da capital piauiense, no setor aéreo de cargas e passageiros.*
> *O presidente Jânio Quadros dissera aos piauienses que lhes daria em breve tempo um aeroporto, à capital de seu Estado, e agora se confirma a firmeza da palavra presidencial (ESTADO DO PIAUÍ,1961, p.01).*

Até o final da década de 1950, a cidade se expandiu para o norte e para o sul, mas essa expansão atravessou o rio Poti, com a construção do primeiro vão da ponte de concreto armado sobre o rio, ligando a principal avenida da cidade, a Frei Serafim, à BR-343, rodovia que liga Teresina à Parnaíba, iniciando de forma intensiva a ocupação da zona Leste

No início da década de 1970, foi instalada a Universidade Federal do Piauí, após o Jóquei Clube, em direção ao nordeste da cidade, hoje bairro Ininga. É desse mesmo período a montagem de outro projeto que visava, com o apoio da Universidade Federal do Piauí, promover o desenvolvimento piauiense:

> *E na mesma ordem de idéias, o Governador Alberto Silva fala do Projeto Piauí, um projeto de desenvolvimento apoiado na própria Universidade do Piauí, o qual será efetivado sob a direção do antropologista Prof. João Ribeiro Moreira.*
> *Esse cientista contará com a colaboração de vinte e cinco técnicos de diversas especialidades: Informática, Economia, Sociologia, Estatística, Psicologia e outros. Durante 3 meses essa equipe fará o diagnóstico da problemática local e apontará o caminho a segui r (IDEM.).*

Data desse período também a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal, estabelecendo, por exemplo, uma área mínima para os lotes dos bairros da zona leste. A dimensão dos lotes urbanos era superior à dos bairros mais antigos da cidade.

Pode-se perceber também a presença do Estado, "como indutor da dinâmica urbana", nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, vale destacar a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública. Tal política promoveu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, produzindo a expansão da malha urbana, como informa Façanha:

> [...] em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para conjunto habitacional do Parque Piauí, com o

> total de 2.294 unidades, na zona Sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizada na zona Norte(FAÇANHA, 2004, p.180).

É neste quadro que as favelas começam a ganhar destaque em Teresina. Apesar da política habitacional iniciada na década anterior, naquele momento,essa questão não mereceu a atenção do poder público, a não ser através da violência policial, usada para a expulsão da área ocupada. Segundo Antonia Jesuíta de Lima, "o fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia." (LIMA, 1996, p.47).

A imprensa local noticia sistematicamente as intervenções realizadas na malha urbana:

> *O Prefeito de Teresina está executando um avançado plano urbanístico, o qual transforma a Capital piauiense numa moderna, evoluída, bela e atrativa cidade. As Avenidas Maranhão e Poti, ligadas à Avenida Miguel Rosa, formarão o anel de contorno da cidade e se constituirão, em si mesmas, artérias das mais belas do País.*
> *Uma verba de 3,6 milhões de cruzeiros será aplicada na urbanização de Teresina, segundo projeto do urbanista Alexandre Costa (ESTADO do Piauí, 1971, p. 3).*

Sobre a construção do anel viário da cidade, uma nota que tem como objetivo central informar à população os feitos do Prefeito Joel Ribeiro registra que

> *A construção do anel viário da cidade, abrindo e asfaltando várias avenidas que vieram descongestionar o trânsito de nossa Capital, preparando-a para se integrar num todo, atraindo os bairros ao Anel Viário recém-construído. Foi um projeto de alta visão administrativa, que descortinará o desenvolvimento e a expansão da cidade.*
> *Constituem o elenco do anel viário a pavimentação das Avenidas Miguel Rosa, Maranhão e José dos Santos e Silva e trecho da Barão de Castelo Branco. Integrou-se ao sistema viário a conclusão definitiva ao trecho compreendido entre a Avenida Joaquim Ribeiro e BR-316. A pista da Avenida Miguel Rosa foi duplicada, no trecho compreendido entre a Rui Barbosa e a Avenida Frei Serafim(ESTADO do Piauí,1971, p.04).*

Em entrevista concedida ao jornal O Globo, do Rio de Janeiro, Alberto Tavares Silva, governador do Piauí (1971-1975), destaca que estava recebendo o apoio do governo federal para o seu plano de atuação no Estado. Vivia-se ainda a euforia do crescimento econômico, provocada pelo chamado "Milagre Brasileiro". Em nível local, o eixo da política do governo volta-se para dinamizar a economia piauiense. Fala-se na integração do território do Piauí ao restante do país e, com base nesse discurso, é construída a rodovia "Transpiaui", com a intenção de ligar Parnaíba, no litoral, a Corrente, cidade localizada no extremo sul do Piauí, limite com a Bahia à época. Essa rodovia tinha outro objetivo, que era permitir a ligação do Piauí a Brasília, pelo interior. A euforia da conquista da Copa do Mundo em 1970, no auge da ditadura militar, incentivou ao governador a construir um estádio de futebol com capacidade

para 70 mil pessoas. É desse período também a construção de um hospital que tem suas atividades voltadas para o atendimento de pessoas acometidas por doenças infecto-contagiosas.

A cidade recebe um terminal ferroviário que foi chamado de "Pólo Petroquímico de Teresina". É perceptível até este momento que o Estado, na condição de agente construtor e modelador do espaço urbano tem uma atuação decisiva na construção do espaço, regulando sua própria ação e a dos outros agentes, e ainda consumindo grandes faixas de terra, como aquelas empregadas na construção do estádio de futebol e do terminal ferroviário.

As duas praças centrais de Teresina, a Pedro II e a Rio Branco, têm os seus traçados originais modificados. Sobre a Rio Branco, Arimátea Tito Filho traça o seguinte perfil:

> *Aqui tens a praça Rio Branco, o coração comercial da cidade. De manhã, mulatas, morenas, louras casadas e solteiras, brotos, coroas e matronas circunspetas praticam o entra-e-sai, visitando as dezenas de casas comerciais existentes na praça e nas ruas vizinhas. Senhores sisudos, estudantes, gente de todo naipe - paqueram, conversam, trocam dedos-de-prosa e contam as últimas sempre com um aumentozinho – o aumentozinho maledicente. Encontro de poetas, de jornalistas, de intelectuais. De tarde, a partir das 16 horas, a movimentação é intensa. De noite, a praça fica deserta, como cidade abandonada de cinema de bandido norte-americano (TITO FILHO, 1970, p. 57).*

O Palácio de Karnak, sede do governo, recebeu uma intervenção na sua arquitetura e jardim, assinada por Bule Marx. A principal Avenida de Teresina, a Frei Serafim, sofreu uma intervenção que modificou o desenho da calçada central, sendo asfaltadas as duas pistas de rolamento, as quais antes eram calçadas com paralelepípedos de cor escura. O asfalto parecia, ao olhar dos administradores, uma "coisa" moderna. A Frei Serafim recebeu também iluminação diferente daquela já existente:

> *A CEPISA iniciou a instalação de novas lâmpadas incandescentes na iluminação pública de Teresina. O destaque da informação está em que as novas lâmpadas, que já estão sendo instaladas pela CEPISA, tiveram fabricação especial, com o filamento reforçado, para maior durabilidade (ESTADO do Piauí, 1971, p.4).*

O cronista Arimátea Tito Filho, em crônica sobre a Avenida Frei Serafim, localiza e historiciza o logradouro público:

> *Por trás da igreja, a avenida espaçosa a que uns dão o nome do frade [Frei Serafim de Catânia], outros dão o nome de Getúlio Vargas. Um avenidão de trânsito intenso. Pedestre nela come fogo para a travessia. De manhã e de tarde por ali passam veículos do mais variado formato. Carros feios e bonitos. Ciclista como praga. Talvez Teresina tenha mais bicicleta do que a capital da Suécia, onde até o rei anda de bicicleta. De noite a movimentação é a mesma - mas um novo quadro surge, a partir das 22 horas: o trottoir. As garotas apresentam-se para o*

> *amor, geralmente o amor começa motorizado e há de acabar nos castelos escondidos dentro dos matos que circundam os bairros, como em Brasília. Um paraíso de afeto, esta tranqüila Teresina (TITO FILHO, 1971, p.* 59).

Embora o cronista aparentemente tenha a pretensão de apenas relatar práticas e atitudes do cotidiano de um dos logradouros públicos mais bonitos da cidade, termina denunciando alguns aspectos interessantes, tais como o número de bicicletas que circulavam pela avenida.

Outro aspecto sobre o qual trata é o da ressignificação dos espaços. A avenida Frei Serafim, depois que recebeu iluminação com lâmpadas de vapor de mercúrio, uma nova passarela central e cobertura asfáltica, transformou-se em ponto de encontro. Homens dirigindo automóveis circulavam pela avenida em busca de parceria para "encontros amorosos". Dessa forma, a cidade é, por excelência, palco das contradições. O poder público empurrou mulheres de vida livre que moravam e trabalhavam na Avenida Miguel Rosa e imediações para a periferia (MOURA, 1976) da cidade, longe dos olhares dos visitantes, das senhoras conservadoras e das jovens pudicas. No entanto a principal avenida de Teresina, depois das 22h, era transformada em lugar por onde circulavam prostitutas e homossexuais em busca de parceiros para encontros amorosos.

É do período a abertura da Avenida Miguel Rosa. Para a construção dessa avenida, o coordenador de planejamento da Prefeitura de Teresina informa em nota oficial que foram deslocadas para o bairro Poti Velho mais de 270 famílias da área cortada pelo traçado da avenida, "[...] tudo se processando normal [...] sem o mais leve incidente" (O DIA, 1970, p.1).

A possibilidade de o representante da Prefeitura mentir ou omitir sobre as tensões provocadas pela transferência da população de uma área próxima ao centro comercial da cidade para um bairro onde as enchentes dos rios Parnaíba e Poti freqüentemente atingiam os moradores é muito grande. Os moradores sempre reagiram, especialmente aqueles cujas casas eram próprias.

Para receber moradores da avenida Miguel Rosa que tiveram suas casas demolidas, a Prefeitura Municipal de Teresina construiu casas num loteamento chamado Buenos Aires, local bem afastado da área central da cidade, sem nenhuma infra-estrutura, ou seja, não tinha água, energia elétrica, posto de saúde e muito menos transporte coletivo.

Na duplicação da pista da avenida em apreço, o novo traçado atingiu pequenos prostíbulos espalhados pela região, sendo que as mulheres que ali trabalhavam foram deslocadas para uma região distante. Algumas manifestaram preocupação com a sobrevivência, mas não esqueceram de lembrar que a casa, dali por diante, lhes pertencia.

Marshal Berman (1986) defende que os ideais modernizantes construídos nos países subdesenvolvidos, para se concretizarem, tornam-se rudes, ásperos com aqueles que se contrapõem à sua efetivação. Esse aspecto é facilmente perceptível no processo de modernização de Teresina, desde o inicio do século XX. A cidade, ao ter o seu espaço urbano modernizado e com maior visibilidade, expulsa os mais pobres para áreas periféricas, sem criar meios para atender às suas demandas.

As praças, o jardim do Palácio de Governo e as calçadas centrais da Avenida Frei Serafim foram dotadas, pelo engenheiro Alberto Silva, de fontes luminosas de onde saíam jatos d'água movidos por motores elétricos, sendo iluminadas por luzes coloridas, passando esse adorno a fazer parte da paisagem de Teresina.

O impacto dessa novidade na paisagem de Teresina junto aos moradores da cidade ainda precisa ser avaliado. Como nos lembra Ítalo Calvino, "[...] jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles"(CALVINO, 1990, p.59). Pode-se dizer, entretanto, que, no universo das crianças, as fontes luminosas incrementaram suas fantasias. Entre os adultos que tiveram suas casas demolidas para dar lugar às novas avenidas construídas, é necessário descobrir como eles representaram as fontes luminosas e também a nova iluminação dos principais corredores da cidade.

Referências e fontes:

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad.Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Iioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
O Dia, Teresina12. dez. 1970.
ESTADO do Piauí. Teresina, 1961, 1963, 1971.
FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Desmistificando a Geografia**: espaço, tempo e imagens. Teresina: UFPI, 2004.
LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela Cohebe**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996, p.47.
MELO, Alcília Afonso de Albuquerque. **Arquitetura em Teresina**: 150: da origem à contemporaneidade. Teresina: Halley, 2002.
MONTEIRO, Acésio. **Aviso**. Teresina, 25 mar. 1950.
PREFEITURA Municipal de Teresina. Nota Oficial. **O Dia**, 12 dez., 1970.
ESTADO do Piauí. Teresina, 1961, 1963, 1971.
TERESINA. **Estado do Piauí,** Teresina, 1963.
TITO FILHO, Arimatéa. **Teresina meu amor**. Teresina. COMEPI, 1973.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um percurso de reflexão e pesquisa acerca da cultura material/imaterial das cidades

Mirza Pellicciotta

A vida nas cidades brasileiras carrega particularidades que, em grande medida, se originam das singularidades da população brasileira.

Submersas em um contexto amplamente identificado como de "terceiro mundo", nossas cidades testemunham a vitalidade de uma sociedade diversa (em sua composição étnica) e desigual (em sua estruturação social), de grande riqueza cultural, mas também de profundas adversidades oriundas da condição de pobreza.

As particularidades das cidades brasileiras começam por sua juventude: o fenômeno de intensificação da urbanização (de médio e grande porte) no Brasil data dos anos 1940, período no qual cerca de 70% da população ainda vivia em áreas rurais ou em pequenas cidades espraiadas pelo território, registrando-se nesse período a concentração do primeiro milhão de habitantes na cidade de São Paulo.

Nas décadas seguintes, a população urbana passaria a se adensar e a experimentar uma significativa transformação social e cultural, encontrando-se registrados em um vasto número de obras literárias e artísticas relatos dramáticos do contato entre migrantes e a "cidade grande", um universo de valores, referências, hábitos e formas de vida até então desconhecidos e que, em pouco tempo, se revelariam refratários aos saberes "interioranos" e "sertanejos" deste país não urbanizado.

No Brasil, o fenômeno de urbanização comumente associado à modernização e ao desenvolvimento econômico, social e cultural, fez-se acompanhar por uma trajetória dramática de fraturas e desenraizamentos de grandes contingentes populacionais que, pouco a pouco, se viram transformar em uma massa urbana de *cidadãos anônimos*.

O MUNDO URBANO PELO VIÉS SOCIAL

O processo acelerado de urbanização no Brasil, a partir da década de 1940, traduziu-se em uma experiência de urbanidade singular e marcante; as cidades brasileiras transformaram-se em verdadeiros espaços de encontros e desencontros de uma cultura diversa em transformação. Inúmeras levas de migrantes, oriundas dos mais variados espaços interioranos, com seus repertórios culturais específicos, deixaram a terra e os pequenos povoados para se fixar na "cidade grande", enfrentando ali novos desafios de sobrevivência, entre eles a fragmentação e transformação de seus próprios referenciais e valores culturais. Mas essa presença também exerceu uma contínua e permanente interferência na definição dos padrões e dinâmicas da cidade, ganhando forma uma urbanidade particular e complexa.

Estudar o fenômeno de urbanização no Brasil exige desvendar e conhecer esses percursos de desenraizamento e migração que nas últimas décadas venceram a distância entre campo e cidade; mais do que isso, trata-se de resgatar e compreender — na contramão de sua ocultação — os significados desse processo, presente em meio ao complexo conjunto de saberes, relações, projetos e intervenções que, em espaço e tempo específicos, deram origem à cultura material e imaterial de nossas cidades.

Em um país no qual se faz recorrente considerar edifícios, praças e monumentos como "protagonistas" da história das cidades (a despeito das populações mantidas no anonimato), o que pode significar resgatar o mundo urbano através de seus reais construtores? De fato, a construção de um projeto voltado para recompor elementos de *memória social* na ou da cidade busca, antes de tudo, lançar um outro olhar sobre o mundo urbano através de um processo contínuo de *reconhecimento e desvendamento* de seus testemunhos e representações sociais, culturais e ambientais para, através deles, resgatar *marcas individuais e coletivas* da mesma construção. Por outro lado, elucidar essas marcas permite-nos reforçar as *possibilidades* da experiência urbana frente às trajetórias de perdas e recomeços, de interferências e conquistas vividas por uma imensa população em trânsito, podendo-se afirmar que a inexistência de referências claras desses processos ofusca e afasta os atores sociais da percepção de sua própria obra histórica, agravando-se os mecanismos de exclusão social que também operam na memória coletiva ou através dela.

EM PROL DO DESVENDAMENTO DAS AÇÕES SOCIAIS

Para estudar, refletir e compreender a *produção social* do espaço urbano necessitamos de ferramentas de pesquisa suficientemente sensíveis para *identificar* e *articular* as diferentes maneiras de trabalhar, habitar, alimentar-se, vestir-se, rememorar e atribuir sentido ao mundo, ferramentas que se acham presentes em meio aos repertórios, tradições e saberes das populações urbanas.

Neste breve relato, procuraremos descrever uma trajetória específica de reflexão e pesquisa sobre a cultura material/imaterial das cidades brasileiras, em especial, da cidade de Campinas, que ao longo de vários anos ganhou forma; trajetória que se foi definindo com o estudo e a percepção das singularidades dos testemunhos urbanos, ou ainda, que nasceu da necessidade de propor instrumentos e metodologias capazes de recolher, sistematizar e analisar referências acerca dos caminhos contraditórios e dinâmicos da própria formação e transformação das cidades. Essa proposta deveria ainda se mostrar atenta às *camadas de tempo* e às *dinâmicas de sobreposição, intercalação e ruptura* dos processos históricos.

Os fundamentos dessa metodologia de investigação foram ganhando forma através de uma sucessão de projetos; na verdade, cada um deles ofereceu oportunidades diferentes de vislumbrar e estudar as cidades, permitindo-nos identificar fenômenos culturais, sociais, econômicos e políticos muito singulares. Nesse sentido, trabalhamos sob a ótica da formação de uma região (antigo norte de Goiás),[1] da constituição de um território mais desagregado (oeste de São Paulo)[2] e de uma cidade específica (Campinas),[3] percursos de uma investigação que nos permitiu pensar sobre o caráter histórico da *construção* das cidades, ao mesmo tempo que sobre a urgência de zelar e construir ferramentas de preservação histórica do universo urbano de novos formatos.

---

[1] Desafio de pesquisa que surgiu das prospecções arqueológicas do "Projeto Peixe Angical" na região sul do Estado de Tocantins (antigo "norte de Goiás"), ocasião em que realizamos o estudo "O alto e médio Tocantins em tempo e espaço de transformação". "Projeto Peixe Angical" da Empresa Documento Arqueologia e Antropologia, sob coordenação da professora Erika M. Robrahn-González, 2001-2002.

[2] Pesquisas para o "Projeto Taquaruçu-Sumaré. Linha de transmissão 440 kv", trabalho de levantamento de subsídios históricos para prospecção arqueológica em 30 municípios do oeste do Estado de São Paulo que nos permitiu produzir o texto "Os sertões do Paranapanema". "Projeto Taquaruçu-Sumaré. Linha de transmissão 440 kv" da Empresa Documento Arqueologia e Antropologia, coordenado pelos arqueólogos Erika M. Robrahn-González e Paulo Eduardo Zanettini, 2000.

[3] Trabalhos de concepção e implantação do Museu da Cidade de Campinas (1990-1992). Coordenação de Estudos Historiográficos do Projeto de Implantação do Museu da Cidade, da Secretaria Municipal de Campinas, entre os anos 1990-1992.

A cidade de Campinas, de maneira especial, abriu-nos um campo de investigação interessante, em função do caráter que as pesquisas assumiram: essa cidade se configurou objeto de estudos, preservação e educação patrimonial *no interior do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal*.[4] Com os trabalhos de pesquisa e análise histórica focados na região central do município, realizamos levantamentos, articulações e discussões de dados em torno de seus marcos de fundação, transformação e desenvolvimento com o objetivo de balizar um entendimento ao mesmo tempo amplo, articulado, instigante e motivador de uma trajetória de descobertas e desvendamentos da cidade por seus moradores e visitantes.

Formada, na atualidade, por pouco mais de um milhão de habitantes, essa malha urbana também se fez multiplicar no curso da década de 1940, concentrando-se grande parte de sua população em regiões cada vez mais distantes do centro urbano. Orientada pela passagem de três grandes rodovias, há varias décadas Campinas fez-se marcada pela presença de uma cidade de trabalhadores diferenciada de uma cidade urbanizada e "histórica", perpetuando-se vários marcos de segregação cultural, social e espacial herdados do século XIX. Por outro lado, sua população instalada inicialmente nos arrabaldes, depois na periferia e agora em suas novas centralidades, permaneceu presente, compartilhando e intervindo de diferentes maneiras no mesmo centro histórico, situação que nos levou a focar a região central em seus marcos de fundação, transformação e desenvolvimento, mas à luz das questões e desafios trazidos pela população da "nova cidade".

CONHECER PARA PRESERVAR E RECONHECER

Esta proposta — ao mesmo tempo de estudo, preservação e educação patrimonial associada ao turismo — pretendeu, desde a origem, resgatar e problematizar a trajetória histórica de Campinas por meio da identificação, na região central, de diferentes áreas de constituição histórica (sub-regiões) e da presença de diferentes "camadas de tempo" a embaralhar seus testemunhos. Por outro lado, o programa "Conheça Campinas" também assumiu, desde o começo, o propósito de ampliar e qualificar a circulação através do reconhecimento e fortalecimento de significações e sentimentos de pertencimento à cidade por meio da construção de um *leque integrado de produtos turísticos* fundamentados em um mesmo corpo de referências, fontes e reflexões acerca da cidade. Em nosso entender, o desafio de aliar leituras aprofundadas da formação, transformação e desenvolvimento do território a conceitos e ferramentas do turismo nos permitiria *interagir* de maneira inusitada com o espaço social e, em especial, na medida em que nós conseguíssemos "jogar luz" sobre marcos e referências sociais e culturais que, apesar de obscurecidos ou dispersos no interior da cidade, se tornavam fundamentais ao processo de apropriação dos bens simbólicos por seus moradores e visitantes.

Esses estudos nos levaram a resgatar do século XVIII os registros de um primeiro tempo histórico — referências que espacializamos na forma dos antigos "campinhos" (clareiras abertas na mata fechada), localizando-os em meio à malha urbana. Das últimas décadas do século XVIII ao final do século XIX, resgatamos as marcas de um segundo tempo, período histórico em que atividades agrícolas extensivas, associadas a uma crescente dinâmica de mercado, promoveram a expansão de canaviais e depois cafezais, estabelecendo-se as marcas essenciais de vida urbana — transformações que permitiram a edificação de uma primeira malha urbana, hoje conhecida como "centro histórico". Como terceiro tempo, buscamos identificar outro momento da transformação urbana: aquele caracterizado pela

[4] Programa "Conheça Campinas", atividade desenvolvida inicialmente pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo da PMC entre 2002 e 2004 e, mais recentemente, pela Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da PMC (2005-2006).

expansão das atividades agroindustriais, responsáveis, entre outros processos, pela formação dos primeiros bairros nos arrabaldes da cidade — na prática, os primeiros bairros de trabalhadores e pequenos agricultores, hoje incorporados pela malha urbana central. No quarto tempo, demarcamos a expansão urbana contemporânea, que, a partir da década de 1930, assumiu uma intensa dinâmica urbana potencializada pela complexidade capitalista — território que ganharia forma orientado pelas rodovias, instalação de fábricas e criação de loteamentos urbanos muito distantes da região central da cidade.

Em conjunto às demarcações de tempo, procuramos também nos aproximar de uma outra esfera de percepções: as impressões e representações deixadas por cronistas, viajantes, estudiosos e habitantes sobre a cidade, referências que nos permitiram resgatar e dialogar com uma nova dimensão de significações e representações da cidade. De fato, os espaços também constituem dimensões simbólicas — dimensões permeadas por significações em transformação (ou permanência) no tempo, por testemunhos e projetos de vida revelados no espaço.[5]

Por meio da associação desses estudos com as ferramentas do turismo (mapas, placas de sinalização, informativos impressos e digitais, guias), procuramos então ampliar as formas de olhar e compreender a cidade em diferentes espaços e tempos, ou ainda, valorizar, articular e preservar marcas e testemunhos da cultura material no universo urbano. Os produtos desenvolvidos foram: um mapa turístico cultural,[6] um site,[7] um programa de rádio, a requalificação turística de um mirante,[8] um livro didático[9] e um sistema de sinalização patrimonial na região central (centro histórico)[10] — produtos que procuraram oferecer aos

---

[5] No mês de outubro de 2004, o "Sistema de Sinalização Turística do Patrimônio Histórico-Cultural da Região Central de Campinas" foi aprovado com louvor pelo CONDEPACC (Conselho de Preservação Municipal) e em novembro, o mesmo conselho tombou seus arquivos digitais como acervo sob guarda do Museu da Imagem e do Som. O projeto aguarda a confecção do mobiliário capaz de instalá-los nas ruas e praças de Campinas.

[6] O Mapa Turístico Cultural de Campinas presta-se a oferecer ao morador e visitante da cidade orientações de circulação por meio das marcas históricas de constituição do território urbano. O mapa encontra-se estruturado na proposta de zoneamento patrimonial, apresentando marcas alusivas aos quatro tempos históricos e aos processos de expansão e consolidação do território; de forma associada são apresentadas referências de instituições e espaços históricos, culturais, ambientais, de lazer e entretenimento. Os moradores e visitantes da cidade encontram também no *link* "Conheça Campinas" (no portal da Prefeitura de Campinas) e no programa de rádio "Conheça Campinas" (Rádio Educativa) dados mais específicos acerca das mesmas instituições e espaços urbanos.

[7] "Conheça Campinas" encontra-se no site www.campinas.sp.gov.br; veja também o mapa digital "Conheça Campinas"

[8] O projeto "Janelas da Cidade" oferece visitação em um mirante — "Torre do Castelo" (caixa d'água de 22 metros, construída no início dos anos 1940 em ponto estratégico da malha urbana) — equipado com sinalização interna capaz de analisar a evolução da malha urbana e rural de Campinas (projeto de requalificação turístico-cultural em parceria com a Sanasa).

[9] O livro *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica* oferece subsídios didáticos aos professores para a realização de estudos do meio na região central da cidade. Construído por uma equipe de professores da Secretaria Municipal de Educação, as informações recolhidas pelo programa foram novamente trabalhadas e ampliadas a partir de uma perspectiva educativa. A equipe que construiu e redigiu esse livro foi coordenada pelo professor Ângelo Emílio da Silva Pessoa, contando com a participação de vários docentes da rede municipal de ensino.

[10] O sistema oferece um contato mais pleno com o corpo de referências, fontes e reflexões levantados pelo programa. Projetado para instalar, em meio ao território urbano, um conjunto de suportes voltados a resgatar, informar, articular, propor e orientar a circulação de moradores e visitantes por entre espaços tantas vezes deteriorados em seus marcos de formação, esse sistema tem placas componentes que buscam sensibilizar e convidar as pessoas a conhecer edificações, ambientes e costumes ainda presentes na vida urbana, considerando que a memória e a história constituem direito e condição primordial de acesso à cidade. Composto por 16 painéis, 4 placas intermediárias e 33 placas de monumento, esse projeto foi concebido com base em um rigoroso levantamento e cruzamento de dados, identificação e seleção de fontes documentais, iconográficas e de cultura material que, em seu total, dão acesso a cerca de 300 imagens raras, a fragmentos documentais de 70 autores e a informações turísticas de mais de 150 atrativos. Confeccionados em aço, vidro e lona estampada com imagens,

moradores e visitantes da cidade um contato diferenciado com uma ampla gama de aspectos materiais e imateriais fundamentais à compreensão, identidade e valorização da história urbana, em especial, vivenciada na região central de Campinas no curso do tempo.

Os resultados dessa experiência ainda estão em curso, mas um aspecto já podemos observar: a população da cidade vem incorporando seus resultados, suas referências e articulações com grande satisfação, disseminando-se os conteúdos pelos mais diversos grupos e espaços sociais. O Programa "Conheça Campinas" pertence a Campinas.

---

mapas, fragmentos documentais, textos explicativos e sugestões de circulação, os 16 painéis informativos (também chamados por nós de MUPI — Mobiliário Urbano para Informação) visam articular o atrativo à área envoltória que lhes confere significado, procurando fornecer dados importantes de sua constituição e transformação, além de informações específicas de outros atrativos próximos e correlatos. Em paralelo, quatro placas intermediárias buscam analisar aspectos das áreas de fronteira da malha central, enquanto 33 placas de monumento fornecem dados específicos de edificações e monumentos. A equipe que integrou o Projeto de Sinalização foi formada por Mirza Pellicciotta (coordenação de projeto, de pesquisa histórica e da produção de textos), Eros de Marconsini e Vizel, Fabíola Rodrigues, Marcelo Moraes, Antonio Carlos Lorette, Fabiana Bruno, Marta Fontenele, Ângelo E. Silva Pessoa, Carolina Galzerani e Grupo Memória, História e Educação da Faculdade de Educação da Unicamp.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por uma história da "criminalité"

José Ernesto Pimentel Filho*

Resumo: O presente trabalho explana sobre as condições de emergência do termo "criminalité" no debate social francês durante o século XIX. Visa apresentar as condições teóricas e metodológicas para viabilizar uma pesquisa acerca dos diferentes sentidos da palavra *"criminalité"* na cultura francesa do século XIX, estando aquela palavra presente no documento de Estado, ou na opinião científica e pública. O projeto foi elaborado no curso dos dois últimos anos (2005 e 2006) e a pesquisa está em andamento com previsão de término para o final de 2009.

Palavras-chaves: Criminalidade – França – Século XIX

Résumé : Ce projet a pour but la présentation des répères téoriques et métodologiques pour une recherche sur les diférents sens du mot "criminalité" dans la culture française au XIXe siècle. Il s'agit de comprendre l'émergence de ce mot, soit dans les documents d'État, soit dans l'opinion publique en France. Le projet a été fait pendant les deux dernières années (2005 et 2006) e la recherche est en cours. On doit fini cette recherche en 2009.

Mots-clets *: Criminalité – France – XIXème Siècle*

Pour une histoire de la criminalité (1830-1900)

Le débat criminel en France au XIXe siècle

La vie européenne est au prise avec des données massives et avec l'émergence de tout ce que peut être décrite comme une « population ». Ce processus peut bien être étudier au XVIIe, mais surtout il est une realité du XVIIIe siècle (FOUCAULT, 1991, pp. 133-136). La statistique est envisagée par des cercles politiques plus hauts comme un moyen culte et éficace dans la connaissance de la population gouvernée par eux. Le débat statistique a fait présence à la fin de l'Ancien Régime et s'est bien dévéloppé au XIXe et XXe siècle. La statistique criminel est devenue un instrument pour maîtriser les affaires d'État (LECUIR, 1974 ; PERROT et ROBERT, 1989 ; PERROT, 1987).

L'année de 1827 est remarcable: c'est la date de la parution du premier volume du **Compte Général de la justice criminelle**. Il publiait des données judiciaires attachées au criminel. C'était une inovation importante en ce que concerne la consolidation et la légitimité du champ judiciaire dans des bases modernes. Sa structure technique est accomplie entre 1830 et 1835. Ainsi ce document a permit la difusion éditoriale la plus ample que possible des événements criminels. Bien que l'opinion des spécialistes en statistiques puisse relativiser ce fait, le Compte est devenu en France et à l'étranger une source fiable pour la sociologie et la criminologie. Donc il a obtenu la reconnaissance internationale. Le regard statistique est l'un des plus importants aspects de la production de la criminalité et des ses réprésentations dans le corps social. Il est même attaché au concept d'éxistence du social et de l'opinion publique dans un contexte d'une alphabétisation croissante (KALIFA, 1995 ;2000).

À partir du débat publique on voit l'accumulation des commentaires traitant des tendences dangeureuses dans certains secteurs de la population. On fait la répartition des catégories, on établi une géographie et on fait des croisements divers avec d'autres champs de pouvoir et de savoir. Ça peut renforcer des préjugés concernant l'émotion des femmes, la condamnation du jeune du sexe masculin et le choix des professions et des classes dangereuses. Il se peut voir aussi l'élection de régions du retard où la barbarie devient un lieu commun dans le discours. (CHEVALIER, 1984, pp. 593-670.)

Le passage du XVIIIe vers le XIXe siècle enfante l'observation sociologique associée au contrôle criminel. On constate l'usage très repandu des données quatitatives. C'est l'émergence même du corps social et de l'individu qui fait figure:

> *L'idée que les faits rélatifs « à l'homme, considéré soit comme individu, soit comme membre du corps social » (Quételet, 1832) sont passibles d'une approche scientifique, c'est-à-dire quantifiée et susceptible de calcul, voire de prévision, est énoncée dès la fin du XVIIIe siècle, notamment dans les travaux de Condorcet dont l'Essai sur l'application de l'analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix (1785) est tout à fait précurseur*. (PERROT, 1987, p. 128.)

Des nouvelles relations sont faites :

> *Un grand souci d'applications pratiques, de faire servir la science à la solution des problèmes de la vie sociale anime ces groupes. Les polytechniciens – tels Charles*

> *Dupin, Bergery – organisent des cours à l'usage des industriels et des ouvriers, rédigent de petits traités d'éducation économique, téchnique et arithmétique. De nombreuses revues techniques, des traductions d'ouvrages industriels anglais sont publiés. Christian, directeur des Arts et Métiers, fait paraître en 1819 un Plan de technonomie, étonnante tentative d'organisation rationnelle des opérations industrielles. Les médecins étudient les consommations urbaines (ainsi Benoiston de Chateaunneuf), les maladies professionnelles, l'influence de la détention sur la santé. Dès 1821, Villermé fonde la démographie sociale en mettant en lumière la mortalité différentielle des quartiers de Paris selon leur degré d'aisance. (PERROT, 1987, p. 129.)*

En plus, les principes d'ordre social ont bésoin d'une nouvelle invention dans la condition postérièure à l'Ancien Régime. Quels sont les accords établis à la base de la nouvelle société ?

La figure de la *"criminalité"*

Néanmoins, Il faut donner rélève à quelques aspects rélatifs au processus de perfectionnement technique et à la validité des statistiques du Compte Général. L'impact du Compte Général comme un standard pour le monde occidental n'a pas été si déterminant comme il paraît. Ça devient chaque jour une question complexe. Bruno Aubusson de Cavarlay (1998), qui a travaillé avec le chercheur André Davidovitch (1961), dit que le succès français s'est dû à une opération de publication.

En fait, l'éficace de la publication a eu un tel impact que le mot « criminalité » a pris un sens tout à fait particulier. Aujourd'hui on trouve des explications comme telles: *"Ensemble des infractions criminelles commises dans un milieu donné, à une époque donnée"* (**Larousse Référence Électronique**) ; *"il se dit aussi de l'Ensemble des actes criminels. La criminalité augmente sans cesse"* (**Dictionnaire de l'Académie Française, 8ème édition**, 1932-) ou encore *"ensemble des infractions à la loi pénale"* (**Alexandria** dictionnaire). En fait, cette définition a été enfanté par le débat criminel du XIXe et on remarque une forte importance de la réussite éditoriale du Compte général dans la difusion d'un semblable concept. Avant ce débat là, le sens du mot criminalité parlait de la *"qualité"* (**Dictionnaire de l'Académie Française, 6ème édition**, 1835) *ou du "caractère de ce qui est criminel"* (**Alexandria** dictionnaire). Les écrits de Guerry et Quetelet ont donné popularité à

une nouvelle aception du mot à partir du moment où ils ont fait usages des données de la justice criminelle.

Cavarlay (1998) a mis en relièf cette question sans l'étudier du point de vue d'une recherche large et sans lui donner une attention spécifique. Mais l'hypothèse y est déjà présente. Il voulait comprendre l'absence d'un sens précis pour le mot criminalité quand il avait déjà bien établie une statistique criminelle (voir de la page 169 à la 172). En 1834, le Compte général parle d'un mouvement de la criminalité. On parle de deux types de données : "*En même temps qu'elle fait connaître le mouvement de la criminalité, la statistique donne la mesure de la répression*" (CAVARLAY, 1998, p. 170).

Vers 1890 le dictionnaire encyclopédique Larousse dépose son intégrale fidelité au succès officiel : *"Encyclopédie: Criminalité en France. La criminalité est constatée uniquement par les Comptes généraux de l'administration de la justice criminelle, publiés chaque année depuis 1826 par le ministère de la Justice"* (CAVARLAY, 1998, p. 171).

Références

CAVARLAY**,** Bruno A. de. "De la statistique criminelle apparente à la statistique judiciaire cachée", in: **DÉVIANCE SOCIÉTÉ.** Paris, 1998, 22(2) 155-180.

CAVARLAY, Bruno A. de; HURÉ, Marie-Sylvie e POTTIER, Marie-Lys. **La justice pénale en France: Résultats statistiques (1934-1954).** Paris: Institut d'Histoire du Temps Present, 1993. (Les Cahiers de l'IHTP, nº 23, Série "Justice".)

CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXe. siècle.** Paris : Hachette, 1984.

DARMON, Pierre. (1991) "A tumultuosa saga do criminoso nato", in: DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DAVIDOVITCH**,** André. "Criminalité et répression en France depuis un siècle (1851-1952)", in: **REVUE FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE.** Paris, 1961, (11): 30-49.

FOUCAULT, Michel. (1987) **Vigiar e punir.** 9ª ed., Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KALIFA, Dominique. ”Introduction” e ”L’irrésistible essor du récit de crime” in: **L’encre et le sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque.** Paris : Fayard, 1995.

KALIFA, Dominique. **Les Crimes de Paris: Liex et Non-liex du Crime à Paris au XIXe siècle.** Paris: Bilipo, 2000, p. 39.

LECUIR, Jean. “Criminalité et ‘Moralité’ : Montyon, Statisticien du Parlement de Paris“, in : **Révue d´Histoire Moderne et Contemporaine**, Paris, t. XXI, pp. 445-493, jul.-set. 1974.

PERROT, Michelle et ROBERT, Phillipe. « Introduction », in : **COMPTE GÉNÉRALE DE L’ADMINISTRATION DE LA JUSTICE CRIMINELLE EN FRANCE PENDANT L’ANNÉE 1880 ET RAPPORT RELATIF AUX ANNÉES 1826 À 1880.** Genève, Paris: Slaktine Reprints, 1989, p.2.

PERROT, Michelle. *“Delinqüência e sistema penitenciário na França no século XIX”*, in: PERROT, Michelle. **Os excluídos da História.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. “Premieres Mesures des Faits Sociaux: Les Debuts de la Statistique Criminelle en France (1780-1830)”, in: BÉDARIDA, F. **Pour une histoire de la statistique.** Paris : INSEE ; ECONOMICA, 1987, p.125.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Federico García Lorca: teatro na Espanha republicana

Luciana Ferrari Montemezzo*

Introdução

Em 18 de agosto de 1936 foi assassinado o poeta e dramaturgo espanhol Federico García Lorca (1898-1936), vítima do regime de exceção que começava a se impor na Espanha e que, em outubro de 1936 (poucos meses depois do assassinato) levou o general Francisco Franco ao poder.

Desde alguns anos antes, alertada pelo crescimento ameaçador da forças de esquerda na Europa, sobretudo depois do sucesso da Revolução Russa (1917), a direita espanhola vinha tentando sufocar a frágil coalizão de esquerda que teimava em organizar-se no país. De um lado, as forças mais tradicionais (latifundiários, Igreja e exército), buscavam manter a ordem vigente, calcada no analfabetismo da grande maioria do povo e na instrução elitizante de uma minoria, fundamentalmente acolhida por instituições católicas. De acordo com BROUÉ (1992: 19-21)

> Na essência, a Espanha do início do século XX permanece um país agrícola, onde a esmagadora maioria, 70% da população ativa, se dedica à agricultura com meios técnicos rudimentares (...) Não é menos verdadeiro que a terra da Espanha pertence a um punhado de oligarcas e que o camponês espanhol profundamente miserável tem fome de terra. (...) A Igreja da Espanha oferece uma imagem conforme à desse mundo rural medieval. (...) com seus 11.000 domínios, a Igreja espanhola não está longe de ser o maior latifundiário do país, ela domina, além disso, quase totalmente o ensino, com escolas confessionais onde foram educados mais de 5 milhões de adultos (...) O exército não é menos característico. (...) refúgio da jovem geração das classes dominantes decadentes que esperam tudo do Estado, mesmo crendo-se depositárias de uma missão nacional, o Exército é uma força social que busca o apoio de uma classe dominante ferida de morte (...)

De outro lado, um grande número de intelectuais e profissionais liberais que se irmanavam aos clamores das classes menos privilegiadas – em que se destacavam os operários e dos mineiros, com seus sindicatos – lutando por consolidar uma Espanha mais igualitária e menos desumana. O comando do ditador Primo de Rivera (1923-1931) não era

* Doutoranda em Teoria e História Literária/UNICAMP, professora assistente/ UFSM.

suficiente para conter o grande número de opositores, dispostos a alterar a situação econômica e social excludente em que o país se encontrava. De acordo com MOA (2001: 18)

> La suave dictadura de Primo de Rivera prosiguió la revitalización en lo intelectual y económico, pasando por primera vez España a acercarse de la Europa rica, pero fracasó políticamente, de modo que su final, a los siete años escasos, dio paso a un novo período de agitaciones y al advenimiento de la II República, en abril de 1931.

Quando os republicanos tomaram o poder, tinham, além de propostas políticas e econômicas, um claro projeto intelectual. A companhia de teatro universitário *La Barraca* 'proyecto netamente republicano' (GIBSON: 1997: 17), era um dos braços do regime que tencionava pôr a arte a serviço da justiça social.

1. *LA BARRACA*: o teatro em praça pública

Sob a direção de García Lorca, o projeto *La Barraca* recebia uma subvenção estatal para levar o teatro aos lugares mais afastados, especialmente àqueles onde não havia salas ou auditórios próprios para a representação cênica. A boléia do caminhão transformava-se, então, em um palco perfeito. Todos os simpatizantes da causa tinham lugar no projeto. "Não raro, estudantes que não logravam aprovação como atores descobriam que podiam ser muito úteis ao teatro de outros modos – como eletricistas, carpinteiros, maquiladores ou motoristas" (GIBSON: 1989: 367).

A proposta do grupo era retomar os clássicos espanhóis do *Século de Ouro* e encená-los em praça pública, de graça, o que garantiu ao grupo, simultaneamente, a consagração popular e a antipatia das alas mais reacionárias. Segundo GIBSON (1989: 376) , o jornal republicano *Luz* chamava a atenção para a recepção ambivalente:

> Imaginem uma aldeola castelhana, agrupada em torno de uma igreja (...) De repente chegam dois ônibus e um caminhão, e deles se derramam jovens despenteados de dezoito a vinte anos de idade, vestidos de macacão. Alguém grita: 'Comunistas!' Suspeita, hostilidade, silêncio. Algumas vendas chegam a recusar-lhes comida. Mas finalmente as desconfianças serenaram.

Empenhado em trabalhar com o teatro de acordo com as diretrizes republicanas, Lorca montou, em 1933, a peça *Fuenteovejuna*, de Lope de Vega, sob uma perspectiva bastante ousada para a época. Ainda de acordo com GIBSON (1989: 399-400)

> A peça, tendo como tema a exploração dos camponeses por uma oligarquia corrupta e brutal, era ideal para a Barraca (...) e foi a produção mais "republicana" e politicamente engajada da companhia. Lorca tomou liberdades. Para tomar a mensagem da peça mais pertinente à sociedade rural contemporânea, que em muitos aspectos pouco mudara desde o século XVII, quando Lope escrevera, eliminou as referências aos chamados reis católicos, Fernando e Isabel, e vestiu

> seus camponeses com as roupas que eles costumeiramente usavam nos anos 30. (...) *Fuenteovejuna*, com sua combinação de arte dramática, canto, dança e mensagem social, de todo o crescente repertório da Barraca foi o espetáculo que suscitou a acolhida mais vibrante por todo o país.

As alterações propostas pelo diretor foram consideradas pela crítica de direita uma afronta aos Reis Católicos, figuras históricas de importância quase mítica na cultura espanhola. A montagem da *Barraca* atualizava o contexto proposto por Lope e conseguia mostrar que o tema da corrupção não tinha temporalidade definida na história da Espanha.

Como a consolidação do poder de Fernando e Isabel tinha se dado em Granada, a cidade tinha se tornado uma espécie de ícone da intolerância. No entanto se, em 1492, Granada foi o último território a se render à reconquista territorial, nos anos 1930, era forte reduto fascista. Problematizar a situação histórica da província era uma maneira de destacar todo o mal de que o extremismo religioso, aliado ao anseio pelo poder político, fora capaz. Segundo o próprio García Lorca[1], a tomada de Granada pelos reis católicos

> Fue um momento malísimo, aunque digan lo contrario en las escuelas. Se perdieron una civilización admirable, una poesía, una astronomía, una arquitectura y una delicadeza únicas en el mundo, para dar paso a una ciudad pobre y acobardada; a una "tierra de chavico" donde se agita actualmente la peor burguesía de España.

Não só os recortes e as inovações em âmbito textual – o que promoveu uma espécie de releitura dos clássicos espanhóis– mas também a subvenção estatal ao projeto punham em ebulição uma crítica direitista que tentava, lançando mão todos os argumentos possíveis, frear a expansão das atividades da *Barraca*.

Em 1934, a frágil República começava a ceder espaço às forças tradicionais que sempre atacara. Numa tentativa de acomodação das forças políticas, acolheu no governo representantes do CEDA, partido de direita, o que lhe deu um novo contorno. A partir daí, as subvenções para *La Barraca* foram sendo paulatinamente cortadas.

Mesmo assim, a Frente Popular conseguiu um resultado favorável nas eleições de fevereiro de 1936. A vitória aumentou ainda mais a ira da direita, que não havia deixado de conspirar desde que se instaurara a República. No entanto, o massivo apoio popular não foi suficiente para conter os militares; ao contrário, fomentou-lhes a necessidade de banir toda a manifestação que questionasse a manutenção da sociedade retrógrada que era a Espanha de então. O pavor pela expansão de ideais libertários e a satisfação com os resultados obtidos pelos regimes nazi-fascistas na Alemanha e na Itália foram também importantes na tomada do poder por uma junta militar em 1936 e que acabou por derrotar a República em 1939.

---

[1] Na já citada entrevista para *El Sol*.

2. A Trilogia Dramática da Terra Espanhola

Aparentemente alheio à má repercussão causada no meio político tradicional pelas atividades de *La Barraca*, García Lorca seguia trabalhando intensamente em suas próprias obras. O dramaturgo produziu, durante o período republicano, um teatro repleto de agudas críticas à opressão e à imobilidade social espanhola. A condição dos espanhóis que viviam nas áreas rurais, longe do desenvolvimento que a Europa experimentava, condenadas ao analfabetismo e à solidão, tornou-se o tema preferido do autor nos anos 1930. Embora partissem de uma ambientação regional e histórica, os temas abordados passaram a alcançar uma profundidade universalizante, fato que garantia a Federico cada vez mais notoriedade e fama no meio artístico e literário mundial. É certo que as preocupações com a condição sócio-econômica espanhola, seus costumes arraigados e toda uma tradição patriarcal autoritária marcaram historicamente os textos. No entanto, as personagens são muito mais do que meros eixos em uma engrenagem com um único fim, uma vez que a condição humana – com todas as suas mazelas -, é sempre transcendente na obra lorquiana pós 1929[2]. Nas peças *Bodas de Sangue* (1933), *Yerma* (1934) e *A Casa de Bernarda Alba* (1936), denominadas pelo próprio autor de *Trilogia Dramática da Terra Espanhola*, os ideais artísticos e políticos que moviam a produção de García Lorca ficam ainda mais evidentes.

2.1 - Bodas de Sangue

Partindo de uma notícia extraída de um jornal granadino, o autor criou o universo ficcional que relata o trágico fim de uma noiva que, no dia do casamento, foge com seu ex-namorado, abandonando a casa paterna e o futuro marido, entregando-se ao amor e aos instintos do sangue que, já sabe de antemão, serão os causadores da tragédia.

O casamento, nesse contexto, não está baseado no amor, mas sim no interesse em manter e aumentar o poder monetário das famílias. No passado, a Noiva teria se casado com Leonardo, não fosse ele pobre. Em uma conversa entre ambos, na manhã do casamento, Leonardo a acusa de não ter se casado com ele por causa de dinheiro.

[2] Em 1929, Federico esteve em Nova Iorque, e vivenciou toda a crise causada pelo *crack* da bolsa. A experiência nova-iorquina foi fundamental para o poeta, e adquiriu destaque na volta à Espanha, quando Lorca vinculou-se à causa republicana.

Nessa época, a Espanha – e mais especificamente a Andaluzia – era dominada por grandes latifúndios, que concentravam a riqueza em detrimento de uma grande massa de minifúndios empobrecidos. De acordo com MOA (2001: 19)

> La España de entonces era fundamentalmente rural. Casi el 70% de la población vivía en núcleos menores de 20.000 habitantes (…). Destacaban por su pobreza las provincias gallegas del interior, *varias de las andaluzas*[3], las extremeñas, las canarias, correspondientes a zonas de latifundio o de minifundio extremado, coincidentes con altos índices de analfabetismo y malas comunicaciones. Entre un 25 y un 30% de la gente no sabía leer ni escribir, pero entre Ávala, provincia sin analfabetos, y *Granada, donde pasaban seguramente del 60%*[4], la diferencia era enorme.

O medo das reformas que a Segunda República estava disposta a implementar motivou, sem dúvida, a reação das elites rurais às quais Lorca já vinha atacando em suas peças. De acordo com MARTÍN (1989: 243)

> Conviene recordar, para medir la justeza de um enfoque rural de la realidad española, que, en los años treinta, la ocupación mayoritaria de la población activa seguía siendo la agricultura y que, en definitiva, fue el miedo a una verdadera reforma agraria – tras el triunfo del Frente Popular – lo que echó la burguesía terrateniente en brazos del ejército antirrepublicano.

A concentração da riqueza e todas as conseqüências daí advindas parece ser a origem da infelicidade espanhola: casamentos de interesse, insatisfações sem par, e a coletividade imperando sobre o indivíduo, em nome de uma falsa moral muito bem calcada na religiosidade cristã.

2.2 – Yerma

Yerma é uma mulher conflituada entre o desejo de ser mãe - que não consegue realizar – e a aparente tranqüilidade do casamento. Tal desejo está ligado à fertilidade da terra, que se opõe à secura das relações pessoais. O drama da mulher infértil – ou não fecundada – se expande e o leitor é levado a duvidar do que parece ser o senso comum: será mesmo Yerma infértil, ou será seu marido, tão preocupado com os bens materiais e o trabalho, o culpado pela inexistência da prole? Não será, também, o casamento de conveniência, *yermo*, portanto, incapaz de produzir frutos?

Se a crítica contida em *Bodas de Sangue* não tinha sido completamente absorvida - graças à harmoniosa mescla de elementos telúricos, trágicos e poéticos e a uma peculiar simbologia -, a estréia de *Yerma* foi uma afronta direta à elite. A menção explicita à realidade,

---

[3] Grifo meu.
[4] Idem.

desta vez a uma famosa romaria[5], mais que uma afronta às tradições populares espanholas e suas crenças, foi uma ofensa ao catolicismo em sentido amplo.

2.3 – A Casa de Bernarda Alba

A tensão social causada pelos enfrentamentos entre os dois pólos opostos que se alternaram no poder desde 1931 é representada alegoricamente em *A Casa de Bernarda Alba*. Segundo GIBSON (1989: 486) Federico já vislumbrava a situação de exceção que estava se configurando na Espanha, pois

> Não terá sido por acaso que Lorca escreveu uma peça tendo por tema o despotismo, numa época em que qualquer um com um mínimo de senso enxergava a possibilidade muito definida de um golpe de direita na Espanha. Bernarda, com sua hipocrisia, seu catolicismo inquisitorial e sua determinação de suprimir a liberdade dos outros, representa uma mentalidade muito conhecida do poeta.

A peça está ambientada em uma localidade rural. A ação ocorre no espaço interno da casa de Bernarda Alba, matriarca de 60 anos que vive com suas cinco filhas solteiras, a mãe e duas empregadas. Ainda de acordo com GIBSON (1989: 486), o poeta estava absolutamente convicto dos objetivos que tinha para sua peça, pois

> (...) ao chamar a peça *La casa de Bernarda Alba* e não simplesmente *Bernarda Alba*, Lorca enfatiza o ambiente em que a tirana existe e age, e explicita essa intenção no subtítulo definitivo, "Um drama de mulheres nas aldeias da Espanha". Ao definir a peça como "um documentário fotográfico" o poeta indicava ser ela uma espécie de reportagem, com ilustrações em preto e branco, sobre a Espanha intolerante, sempre pronta a esmagar os impulsos vitais do povo, aqui representados pelas filhas de Bernarda e também pelas criadas.

Devido à morte de seu marido, Bernarda impõe às filhas um luto forçado, impedindo-as de saírem de casa por oito anos seguidos, segundo reza a tradição familiar. Alheia ao conflito travado entre suas filhas – que tem por pivô o jovem Pepe Romano, futuro marido da filha mais velha –, Bernarda julga ter sob controle os sentimentos e as ações das filhas. Embora alertada pela criada de que algo está prestes a explodir, Bernarda ignora os indícios da rebelião interna que vai tomando conta de sua casa. Inconformadas com o fato de que Pepe, de 25 anos, se case com Angústias, de 39, as demais irmãs tecem comentários maldosos em relação aos interesses financeiros que promoverão a união. Angústias, filha do

[5] Todo dia 05 de outubro, desde o século XVII até hoje, ocorre em Moclín (município da província de Granada) *Romería del Cristo del Paño*, acontecimento que recebe inúmeros fiéis. O público é composto, na sua grande maioria, por mulheres estéreis, que desejam curar-se e ter filhos.

primeiro casamento de Bernarda, é a única rica entre as irmãs. Por isso, Pepe quer se casar com ela. Adela, de 20 anos, se envolve com Pepe. Afirma GIBSON (1989: 486) que Adela

> (...) é sem dúvida a mais revolucionária das mulheres de Lorca, rejeitando o código de honra fundado na manutenção a todo custo das aparências e no credo da superioridade masculina. Adela afirma seu direito absoluto à própria sexualidade (...)

Quando se dá conta da disputa, já é tarde demais. Tentando dissuadir Adela do propósito de manter seu romance com Pepe, Bernarda confessa tê-lo assassinado. Desesperada, Adela comete suicídio. A tragédia que se instala no ambiente doméstico é prontamente sufocada pela matriarca, que exige das demais filhas segredo diante dos fatos:

> E não quero choro. A morte deve ser encarada frente a frente. Silêncio! *(Para outra filha.)* Mandei calar! *(Para outra filha.)* Lágrimas, quando estiverem sozinhas. Nos afundaremos todas em um mar de luto! Ela, a filha mais nova de Bernarda Alba, morreu virgem. Ouviram? Silêncio, já disse! Silêncio![6]

Lançando mão de personagens-tipo, representantes de condutas sociais claramente marcadas, o último drama rural lorquiano consegue agudizar ainda mais a crítica iniciada por *Bodas de Sangue* e desenvolvida em *Yerma*. Cada uma das personagens tem um comportamento diferente do das demais, o que destaca sobremaneira várias nuances da sociedade espanhola. Assim como fazem o Estado e a Igreja, Bernarda Alba cerceia a liberdade de suas filhas – representantes do povo, reprimido e assustado, incapaz de enfrentar o sistema que o sufoca, embora desejoso de mudanças e liberdade -, esconde sua mãe e oprime os empregados. De acordo com FOUCAULT (2004: 247)

> Geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como um sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição.

Sob essa perspectiva, não somente as instituições públicas são responsáveis pela opressão do indivíduo. Há que se destacar, também, o imenso poder que emana do núcleo familiar, instituição privada que fortalece as bases do sistema político autoritário que está prestes a dominar a Espanha que Lorca retrata. Assim, a última peça escrita por García Lorca evidencia que o poder político que o Estado e a Igreja demandam oferece a Bernarda a credencial necessária para reproduzir em microcosmo o despotismo observado em macroescala. Para a filha que ousou ultrapassar os padrões de comportamento impostos, resta a morte: castigo que, como o que vitimou próprio autor da peça, é imputado àqueles que ousam desacomodar a ordem vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[6] Minha tradução, p. 51.

BROUÉ, Pierre. *A Revolução Espanhola* (1931-1939). São Paulo: Perspectiva, 1992.

EDWARDS, Gwynne. El teatro de Federico García Lorca. Madri: Gredos, 1983.

GARCÍA LORCA, Federico. *Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1972.

GIBSON, Ian. *Federico García Lorca*. São Paulo: Globo, 1989.

_____. *El asesinato de García Lorca*. Barcelona: Plaza y Janes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004.

MARTÍN, Eutimio. *Federico García Lorca*: Antología Comentada. Madri: Ediciones de la Torre, 1989.

MOA, Pío. *El derrumbe de la segunda república y la guerra civil*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Experiências de Trabalho na EFCB (1889-1899)

Glaúcia Cristina Candian Fraccaro

Estrada de Ferro Central do Brasil

A inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, então D. Pedro II, foi mesmo um momento solene na história do Brasil. Toda sociedade da Capital do Império foi convidada a participar da abertura do tráfego, em 29 de março de 1858, que aconteceu com um passeio imperial. A festa refletia o orgulho da estrada que ligaria a Capital do Império à Província de São Paulo. A companhia figurou até 1865 como uma empresa privada com investimentos do capital inglês, mas isso não ocorreu por falta de capacidade do Estado em gerenciar uma empresa como esta. O incentivo à iniciativa privada significava um ensaio para que o Brasil começasse a desenvolver o capitalismo nos moldes europeus, e este seria o começo de um "espírito de associação", capaz de "imprimir grande desenvolvimento à nações"[1].

A Estrada D. Pedro II tinha a finalidade de ligar dois mundos muito diferentes: a produção escravista fluminense e o mercado mundial capitalista, particularmente o inglês. Este aspecto marcou a companhia ainda por muito tempo.

A concepção da Central do Brasil como uma empresa foi marcada pela difícil tarefa de coadunar o esforço em modernizar o capitalismo no Brasil com a acumulação de riquezas advinda quase que exclusivamente da produção cafeeira, mantida pela mão de obra escrava. Entretanto, este aspecto, que El Kareh chamou de "contradição", também marcou a experiência de trabalho na estrada de ferro.

O Trabalho na Estrada – A formulação da disciplina e a busca de direitos

A administração da empresa e do trabalho era rigidamente estabelecida a partir de regulamentos. Na tabela podemos perceber a divisão do trabalho em seis setores e a centralização das decisões na pessoa do diretor.

[1] Figueira, Op. Cit., p. 30

Tabela 1. Quadro da Administração da EFCB

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	TRÁFEGO	CONTABILIDADE	LOCOMOÇÃO	VIA PERMANENTE
1ª Divisão	**2ª Divisão**	**3ª Divisão**	**4ª Divisão**	**5ª Divisão**
Diretor	Subdiretor	Subdiretor	Subdiretor	Subdiretor
Estação Central	Estação Central	Estação Central	Engenho de Dentro	Rua Senador Pompeu
Tesoureiro Fiéis Pessoal do escritório Secretário Intendente	Pessoal do escritório Inspetores Condutores Bagageiros Guarda-freios Agentes de estação Ajudantes Fiéis Bilheteiros Conferentes Telegrafistas	Auxiliar Técnico Pessoal do escritório Guarda-livros Pessoal do escritório Ajudantes	Pessoal do Escritório Ajudantes de mestres Torneiros Ferreiros Serralheiros Fundidores Pedreiros Carpinteiros Modeladores Pintores Consertadores Maquinistas Correeiros Guardas Professora	Engenheiros Ajudantes Armazenistas Mestres de linha Encarregado de sinais Encarregado de canteiros Carpinteiros Pedreiros Caldereiros Calceteiros Serventes Guardas Feitores Trabalhadores de turma

Adaptado de Manuel Fernandes Figueira, *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 636.

A divisão e organização do trabalho marcavam a fundação de uma empresa que representava a modernidade da economia brasileira em moldes quase fabris. O cotidiano de trabalho revelava era, muitas vezes, conflitos entre subordinados e superiores que em muito remetiam a lógica senhorial.

Algumas práticas de desmandos de agentes, que inclusive feriam os regulamentos, eram mais que comuns no dia-a-daia de trabalho da estrada. Estes funcionários impetravam aos empregados tarefas estranhas ao serviço regular exigido pela empresa, por vezes pequenos favores, em paga pela manutenção de uma relação cordial. Isso acontecia, por exemplo, na Estação de Sapopemba, onde os guardas eram obrigados a pastorarem as vacas que pertencia ao agente[2].

O guarda-chave Calixto também fora vítima de seu agente. Na estação de Ressaquinha, contou o que assina como A. Amaral, que "este paupérrimo pai de oito filhos teve a infelicidade de cair no completo desagrado do agente", e por isso, foi demitido. O autor da nota afirmou que o agente cometia muitas irregularidades por distrair os guardas "em seus

[2] Gazeta de Notícias, 03/06/1890, p. 3.

servicinhos particulares" e que, para isso, recebiam benfeitorias[3]. Contra este agente, em 1891, já havia sido aberto um inquérito pelo diretor, a fim de averiguar os negócios que fazia com particulares, mas em nada deu resultado[4].

O, então ex-diretor, José Ewbank da Câmara denunciaria um caso ainda mais grave. O agente da estação do Sítio confessou usar a mão de obra dos empregados da estrada nas propriedades rurais que possuía localizadas perto da estação. Depois da confissão do agente, os empregados, que são de livre nomeação e demissão dele, foram chamados a depor. Um deles assim declarou:

"– Como se chama? Pergunta Dr. Ewbank.

– Victorino.

– Qual é seu serviço?

– Eu só faço carga e descarga.

– E que mais?

– Mais nada, não senhor.

– Mas quem é então o cozinheiro da turma, não é você?

– Sou sim senhor.

– Então é você quem cozinha?

– Sim... senhor.

– E por que não falou a verdade? Se continua mando prendê-lo. Que é que você faz mais?

– Mais nada.

– Cozinha só, não faz mais nada?

– Sim senhor.

– A que horas principia e a que horas termina?

– Principio às 8 da manhã e acabo às 9.

– Da manhã?

– Sim senhor, da manhã.

– E que faz depois disso?

– Mais nada.

– Sabe trabalhar de carpinteiro?

– Não senhor.

[3] Gazeta de Notícias, 29/03/1892, p. 3.
[4] Gazeta de Notícias, 15/02/1891, p. 3.

– Veja lá. Não sabe trabalhar de carpinteiro?

– Não senhor.

– Estou informando que você trabalha de carpinteiro.

– É que... eu... sim, senhor, eu não sei... eu prego uns pregos... umas coisas...

– É curioso de carpinteiro que você quer dizer?

– É sim, senhor.

– Já fez algum trabalho particular para o agente?

– Não senhor.

– Nunca fez trabalho nenhum de carpinteiro para o uso particular do Sr. agente?

– Não, senhor.

– Entretanto, o senhor agente confessou que você já fez trabalhos particulares para ele."

É certo que a publicação de notícias como essa mostrava a antipatia causada pelos agentes entre os empregados da estrada e, talvez, até entre os membros da comunidade e do comércio de cada estação, que dependiam de seus serviços para reaverem suas bagagens, encomendas e mercadorias negociadas diariamente. Entretanto, este inquérito revelou os abusos de trabalho praticados pelos superiores, evidenciando uma relação de trabalho que muitas vezes se assemelhava a uma relação senhorial.

Os abusos e desmandos dos superiores preenchiam o cotidiano do trabalho na EFCB. Mas não era só nesse aspecto que podemos perceber as marcas que a recém abolida escravidão deixara na empresa capitalista. Assim como o trabalho escravo fora duradouramente mantido tendo como dois de seus pilares o castigo exemplar e a adoção de medidas paternalistas[5], o trabalho nos trilhos da Central recebia tratamento semelhante, em novas práticas. Ao passo que o sistema disciplinar marcava a forte hierarquia dentro da estrada em regulamentos punitivos, as medidas paternalistas figuravam na concessão de alguns direitos a empregados de um setor caro a economia da época.

Foi no regulamento instaurado no Governo Provisório que os artigos que regulavam as faltas dos empregados foram incluídos. As faltas disciplinares, que não constituíssem em crimes, deveriam ser punidas com as seguintes penas: simples advertência, repreensão em ordem de serviço, multa de até um mês dos vencimentos, suspensão de até trinta dias e demissão. Além de estabelecer as punições, o regulamento de 1890 também acrescentava em suas "Disposições Gerais", o artigo 107:

[5] Sidney Chalhoub, Op. Cit., p. 47.

> "Todos os empregados deverão comunicar logo a seus chefes imediatos, e quem caiba providenciar de pronto, quaisquer acidentes ou ocorrências extraordinárias que se derem na estrada e suas dependência".

Contudo, nem todos se adequavam à forte disciplina da estrada, e por vezes, chegavam a abrir mão dos postos que conquistaram virando notícia de jornal. Foi assim com o guarda-salão Francisco Fernandes da Silveira, que não se sujeitou ao castigo de trinta dias de suspensão e uma transferência imposta para o interior impetradas pelo chefe do tráfego da Central do Brasil[6]. Silveira não seria o único. O conferente do Meyer, logo que recebeu a notícia de sua demissão, deixou os serviços imediatamente, não esperou nem ao menos ser substituído, o que causou transtornos ao serviço[7].

As disposições regulamentares quanto à condução do trabalho certamente fizeram surgir nos empregados da Central do Brasil uma perspectiva de fazer valer as regras, não só as coercitivas, como também aquelas que os beneficiavam. Desde 26 de fevereiro de 1890, o direito a aposentadoria já entrava em vigor e foi assim que passou a ser comum que pedidos de aposentadorias da Central do Brasil entrassem para a ordem do dia da Comissão de Justiça da Câmara, feitos pelos próprios empregados solicitando a devida interpretação da lei. Foi o caso de Bento José Ribeiro, o mestre de oficinas de limadores cujo pedido de aposentadoria, depois de 53 anos de serviço, foi publicado na Gazeta de Notícias de 05 de janeiro de 1897, e que em 1903 ainda tramitava na Comissão de Fazenda e Indústrias[8].

A proximidade com o Poder Público, aqui demonstrada pela conquista da aposentadoria, refletiu em um menor peso dedicado a embates diretos como as greves. A paralisação dos serviços, até 1899, nunca chegou a ser bandeira de mais de uma categoria e raramente durava mais que algumas horas ou até a chegada da polícia.

O episódio mais violento protagonizado pelos trabalhadores da Central do Brasil aconteceu em 1891. Os antecedentes do conflito não tinham relação com uma greve ocorrida no mês de novembro. Às cinco da tarde do dia 28 de dezembro, um grupo de maquinistas e foguistas bebia na Taverna Jacaré, na Rua Conselheiro Magalhães Castro, nas imediações da Estação do Riachuelo. A imprensa não se deteve em explicar este desentendimento, mas o que

---

[6] Gazeta de Notícias, 26/08/1893, p. 3.
[7] Gazeta de Notícias, 14/02/1897, p. 3.
[8] Figueira, Op. Cit, p. 859.

se sabe é que o inspetor de quarteirão Luiz Faustino da Silva, que morava em outra rua próxima à taverna, mandou prender alguns componentes do grupo[9].

Sem alguma razão aparente, os maquinistas e foguistas dirigiram-se a uma casa ao lado da Taverna Jacaré, que pertencia ao Tenente Leite. Pelo que se conta, destruíram móveis e objetos da residência do tenente e agrediram sua esposa. Da casa do tenente, foram à outra, que pertencia a um certo senhor Miranda, 3º oficial da Estrada de Ferro, e lá teriam espancado também a esposa dele. O inspetor de quarteirão os seguiu até outra taverna e afirmou que, nela, continuaram a praticar as mesmas "cenas de devastação". De acordo com ele, sem proferir nenhuma palavra, foi recebido na taverna a tiros disparados pelos empregados da Central e aos gritos de "Mata que é polícia!", ficando ferido na perna. Do grupo, foram presos três guarda-freios, que ainda não tinham entrado na história do inspetor. No flagrante autuado pelo delegado, o número de presos chegava a 16, logo soltos a pedido do partido operário, com exceção de dois outros que continuaram detidos[10].

O grupo conseguiu mais adeptos na Estação do Riachuelo e ficou à porta do posto policial aguardando a soltura dos guarda-freios, "manifestando seu descontentamento"[11]. As praças da polícia dissolveram o grupo, por temer que se levantassem contra o posto. Foi este o estopim do conflito, o início de uma renhida luta que seria transferida para a Estação do Riachuelo momentos depois.

Os presos fugiram e se esconderam na Estação do Riachuelo. Lá foram protegidos não só pelos companheiros de trabalho, como também pelo agente da estação, que se negou a entregá-los a polícia[12]. Os empregados da Estrada de Ferro tomaram a estação de assalto quando se viram encurralados pela polícia. Às dez da manhã, alguns praças ainda eram perseguidos pelas ruas e os empregados, nas janelas da estação, arremessavam contra a cavalaria pedras, garrafas e tiros. O jornal O Paiz publicou com indignação que estas atitudes não podiam vir do pessoal da Central, que "sempre deu provas de cordato pacífico", "concorrendo para o desenvolvimento da prosperidade da primeira via férrea do Brasil".

Na Estação Central, ao mesmo tempo desses acontecimentos, o serviço mal corria. Alguns homens andavam pelos trilhos armados de paus e aos gritos de "Mata a polícia!" outros diziam aos passageiros e passantes que esmagariam estes inimigos "a pão"[13]. O pânico

---

[9] Gazeta de Notícias, 30/12/1891, p. 1; O Paiz, 29/12/1891; Gazeta da Tarde, 29/12/1891, p. 1; Jornal do Brasil, 29/12/1891, p. 1. Estes periódicos afirmaram que não foi possível averiguar os motivos das prisões.
[10] Todas as informações foram retiradas da Gazeta de Notícias, 30/12/1891, p. 1.
[11] O Paiz, 29/12/1891, p. 1.
[12] O Paiz, 31/12/1891, p. 1.
[13] O Paiz, 31/12/1891, p. 1.

tomou conta das ruas, inúmeras carroças ficaram paradas em frente à estação sem serviço. Em meio ao tumulto, muitos se aproveitaram para saquear os armazéns da Estrada[14].

Os conflitos recomeçaram às nove da noite. Um trem de passageiros se aprontava para sair quando começou um tiroteio entre quarenta homens e alguns praças da polícia. Nem a presença do diretor Crockat de Sá e do chefe da linha controlou a situação, que só teve fim quando a polícia invadiu a estação e ocupou definitivamente o local, efetuando prisões dos que ainda se escondiam por lá[15]. Afirma-se que a estação ficara em destroços, tendo sido achado um morto nos armazéns de bagagens, além dos muitos feridos[16].

O episódio custou o posto de Crockat Sá, diretor da Estrada, que foi substituído por um engenheiro militar, o Tenente Coronel Antonio Geraldo de Souza Aguiar, ex-comandante do corpo de bombeiros. Ele tomou posse no primeiro dia do ano com a responsabilidade de retomar a regularidade do tráfego da Estrada, com problemas não só causados pelo último conflito, mas que já vinham de longa data prejudicando o transporte de mercadorias. Foi com o intuito de mudar esse quadro de irregularidades no serviço e de indisciplina dos empregados, em especial este último aspecto, que o governo federal escolheu um militar como diretor da Estrada. A nomeação do engenheiro tinha por objetivo mais do que resolver, militarizar os problemas da Central do Brasil[17]. Foi assim que as greves ficaram extintas até 1894. O arrefecimento dos conflitos, desde a administração de Souza Aguiar, mostrou que as relações de trabalho e a articulação de interesses dos empregados da Central do Brasil formavam uma trama mais complexa.

Um acidente na Estação Central chocou a todos na estrada de ferro. Por volta das onze da noite, uma máquina disparou desde a Estação de São Diogo e com grande velocidade entrou na Central, onde apanhou um vagão de cargas de e foi de encontro à sala de telégrafos. As máquinas e os aparelhos ficaram inutilizados. Um telegrafista morreu na hora, outros dois ficaram feridos. Como o desastre não pareceu casual, diversos empregados foram presos[18].

João Luiz da Silva era o foguista responsável pela máquina e nela afirmou que estava trabalhando quando o guarda-chave lhe pediu que fosse ao desvio. Silva contou que foi com surpresa que viu sua máquina disparada pelos trilhos. Graciano Martins aprontava o vagão quando viu que outra vinha com grande velocidade em sua direção, só tendo tempo de apitar e de saltar. Nesse momento, outro foguista, Roque Augusto de Oliveira, que morava na Rua João Caetano, que dá de fundos para a linha da Central ouviu os apitos e saltou na

[14] Figueira, Op. Cit., p. 357.
[15] O Paiz, 31/12/1891, p. 1.
[16] Gazeta de Notícias, 31/12/1891, p. 1.
[17] O Combate, 05/02/1892, p. 1.
[18] Gazeta de Notícias, 27/02/1895, p. 1; Jornal do Brasil, 27/02/1895, p. 1.

primeira máquina para evitar o estrago. Oliveira afirmou no inquérito que o acidente não teria acontecido se os freios tivessem sido apertados, o que levantou a suspeita de que teriam os foguistas providenciado o acidente[19]. João Luiz da Silva e Graciano Martins foram indiciados como suspeitos.

As duas últimas greves noticiadas na imprensa, também foram marcadas pela curta duração e forte repressão, mas nesse caso, vinda da própria diretoria. Ao primeiro sinal de greve dos carvoeiros da Via Permanente, Engenheiro Paulo de Frontin (1896-1897) demitiu a todos[20]. Em outra tentativa da Via Permanente, três meses depois, os feitores e as turmas foram multados em quinze dias e suspensos até segunda ordem[21].

Enquanto Frontin estava a frente da Central não era mesmo um bom tempo para se formular greves de trabalhadores. Diferente das administrações que primavam por medir forças com os trabalhadores, como foi a de Souza Aguiar, Frontin fazia valer a letra do regulamento, outra tática de sucesso que conseguiu conter possíveis greves até 1900, mas ainda assim não impedia as ocorrências de "desastres propositais", ou suspeitos como o relatado acima. Em 1897, alguns descarrilamentos suspeitos ainda aconteciam na linha da Central do Brasil: "Havia um dormente atravessado na linha no quilometro 672 e vinte chapas e um pára-choques em cima dos trilhos do quilometro 229"[22]. O último que se teve notícia no recorte até 1899, foi neste mesmo ano. Uma máquina em Lafayette pôs-se sozinha em movimento por dois quilômetros[23].

Ainda assim, as formas encontradas por esses operários para fazer valer seus interesses variavam de acordo com o contexto vivido. As greves, já efêmeras no início da República, não configuraram o recurso principal dos operários em manter seus interesses na ordem do dia. A paralisação dos serviços esbarrava na disciplina aplicada pela direção da estrada, militar ou burocrática, e na forte repressão policial, como aconteceu em 1891, na Estação do Riachuelo. Mas isto pode ser problematizado, alguns acidentes causados por empregados paravam os serviços da ferrovia mesmo que nenhum trabalhador tenha se declarado em greve.

Dessa forma, outros recursos foram utilizados por estes trabalhadores. Desde 1889, a proximidade que tinham ao Poder Público por se tratar de uma empresa custeada pelo Estado, marcou na experiência dos trabalhadores da Central do Brasil uma prática que não as

[19] Gazeta de Notícias, 28/02/1895, p. 2.
[20] Gazeta de Notícias, 15/01/1897, p. 3.
[21] O Paiz, 11/04/1897, p. 2.
[22] Gazeta de Notícias, 16/02/1897, p. 3.
[23] Gazeta de Notícias, 29/04/1899, p. 1.

greves, que era a de recorrer às leis e aos que as escreviam. Assim, por pressão aos deputados, conquistaram estes empregados o direito de aposentadoria, já garantido a todos os funcionários públicos, quase trinta anos antes da Lei Eloy Chaves, de 1923. Foi esta experiência que, às vésperas da virada do século, criou nos empregados da Central do Brasil a perspectiva de que deveriam fazer valer as regras a seu favor, assim como a disciplina valia para mantê-los no trabalho.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Sinologia em perspectiva

André Bueno*

Resumo: Este artigo busca apresentar uma perspectiva geral da sinologia e sua importância no campo da história.

Palavras-Chave: Sinologia – China Antiga – Orientalismo.

Abstract: This article searchs to present a general perspective of the sinology and its importance in the field of history.

Keywords: Sinology – Ancient China – Orientalism.

No contexto acadêmico moderno, a China tem sido tratada como um objeto emergente de interesse – embora este seja um caso muito mais específico para o Brasil, onde não temos, aparentemente, uma longa tradição sinológica – do que em outros países da Europa (incluso Portugal) e dos Estados Unidos. Um dos primeiros problemas apresentados como uma objeção básica ao estudo da China tem sido o seu tratamento enquanto entidade cultural e histórica. Ao entrarmos numa universidade de história ou filosofia, nos deparamos com uma série de cursos obrigatórios que visam cobrir todo o período de formação do Ocidente, desde a antiguidade, até os dias de hoje. Nosso país encontra-se, pois, inserido nesta genealogia de saber, o que nos permite, por conseguinte, isolar e tratar a China como uma civilização a parte de nossos conteúdos – ou seja, em primeiro lugar, ela é tida como um corpus civilizacional completo e praticamente ahistórico, que não está inserido em nenhuma de nossas fases históricas (exceto, raramente, em história antiga ou contemporânea); em segundo lugar, a história asiática, mesmo representando mais de metade do mundo pensante, é considerada desnecessária para nossa formação humanística. Podemos aprender – ou ao menos, esta é a nossa ilusão- um amplo conjunto de teorias e métodos históricos explicativos que serão mais do que suficientes caso um dia, por acidente, nos interessemos por esta "misteriosa" civilização asiática.

Este primeiro ponto põe em xeque, pois, a consideração que temos sobre nossas práticas de saber; se elas podem (e se são) suficientes para estudar a Ásia e compreendê-la de

**Professor Adjunto de História e Filosofia da FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Paraná.

modo necessário, porque não a estudam? Em segundo lugar, se estas mesmas formas valem tanto para o Ocidente quanto para o Oriente, devemos crer que elas se consideram, de algum modo, *universais*. Se são universais significam, portanto, que foram feitas e servem para entender o papel do ser humano no mundo; logo, o ser humano pode ser aceito com um ser único, separado apenas por laços culturais, mas de características inequivocamente igualitárias.

Se isto ocorre, no entanto, podemos supor então que em outras partes do mundo, em épocas diferentes das nossas, estes mesmos seres humanos não foram capazes de pensar o mesmo que nós? Não teriam eles descoberto o mesmo aparato intelectual e científico que julgamos exclusivamente nossos? E se descobriram, como o saberemos, se não os estudamos? Ou ainda, se eles são tão culturalmente diferentes (como alguns afirmam), não seria justamente esta a razão para tentar entender o porquê seres humanos como nós chegaram a conclusões tão diferentes no campo do saber? Não é justamente a busca por estes objetos culturais novos tão cara a história, antropologia, filosofia, entre outras ciências humanas (e podemos estender o comentário as ciências exatas, médicas e biológicas igualmente)?

Há aqui uma contradição flagrante: se a definição dos objetos históricos envolve uma série de características peculiares – diferença, singularidade, ineditismo, curiosidade, fascínio, potencial explicativo, etc – aparentemente a China guarda todos estes atrativos. No entanto, justamente por todas estas condições ela é negada pela academia – e no caso do Brasil, tal ótica ainda é ilustrada por uma série de críticas intelectualmente estreitas e xenófobas. Ou seja, a China não é negada apenas por ser difícil, ou distante; é necessário negá-la para afirmar uma hierarquia de poder que determina, a priori, o que um aluno deve ou não estudar. A sondagem de um objeto como a China pode criar uma enorme dificuldade para um especialista, quando ele descobre que concepções históricas ou intelectuais que ele julgava serem exclusivamente suas não o são mais – o "oriente misterioso" pode tê-las atingido antes, o que aparentemente desmoraliza o papel criativo daqueles que descobriram X ou Y idéia. Podemos ainda somar a este problema desafios de caráter extremamente prático, tais como "porque a China, mesmo destruída no final da segunda guerra, tem hoje uma economia muito mais desenvolvida que a do Brasil, que não foi invadido"? Tal resposta chega a ser embaraçosa para nós, posto que a dificuldade em respondê-la não é apenas teórica ou conceitual – o fato é que não sabemos praticamente nada sobre esta civilização, e a ausência de informações nos torna incapazes de articular respostas satisfatórias. Como bem afirmou o sinólogo inglês Raimond Dawson,

> *Não me parece que necessitemos investigar profundamente o lugar que a China ocupa em nossos programas de estudo escolares para nos darmos conta de que a educação tem feito muito pouco para permitir que a grande massa [...] possa formar uma idéia aproximadamente verdadeira da China. (DAWSON, 1970:229)*

Por conta disso, o estudo da China tem sido apenas esporadicamente realizado, em condições que determinam a sua importância para explicar *problemas nossos*, e não propriamente para entender esta cultura. A China é um "espelho distante", uma civilização ilustrativa para modelos que queremos testar e aprovar. Ela surge sem um caráter próprio, senão aquele que queremos negar -e por isso, ela se apresenta fragmentária ao nosso conhecimento, assustadora em suas possibilidades e contradições.

Nesta comunicação, portanto, buscarei analisar alguns dos aspectos que tornam necessária uma revisão sobre o nosso modo de proceder em relação à China, o que constitui essencialmente esta campo a que denominamos *Sinologia*. Estudá-la pode ser mais do que apenas uma opção – é possível, por uma série de razões intelectuais e pragmáticas, considerá-la como indispensável para a nossa formação profissional e humana, mas como fazê-la? Como afirmou Jacques Gernet,

> *Quando se fala da China, pensa-se que os milênios contam pouco. Mas não nos iludamos – só uma evolução prodigiosa pode conduzir das idades neolíticas à formação de um vasto império centralizado, comparável ao de Roma, porém muito mais povoado e muito mais avançado no campo da técnica. Além disso, pelo fato de a China estar longe de nós, a sua história não tem, ao mesmo tempo, o privilégio de ser menos rica e menos complexa. A grande quantidade de trabalhos especializados [...] tudo isto serve para tornar ainda mais difícil o trabalho do divulgador. Ele deveria, sem dúvida, reter apenas o que é mais evidente, mas também interrogar-se sobre aquilo que pudesse ter valor explicativo e permitisse marcar as grandes articulações da História [...} (GERNET, 1969: 7-11).*

A Sinologia com área de saber

Apesar do nome, a Sinologia não é, no sentido estrito, uma ciência. Embora algumas vezes a tenhamos chamado de "ciência das coisas chinesas", não podemos admitir que a civilização chinesa é um objeto de análise completamente diferenciado de outras sociedades existentes para que se justifique, por conseguinte, a criação de uma área científica com fins específicos de estudá-la (KUIPJER, 2000).

No entanto, a mesma China impõe desafios notavelmente singulares e problemáticos com relação às ciências humanas, biológicas ou mesmo exatas que buscam porventura estudá-la. Afinal, como a historiadores ocidentais, por exemplo, lidam com a

incorporação da historiografia tradicional chinesa, cujos avanços foram notáveis e sem a qual é absolutamente impraticável estudar o passado chinês? Como a medicina ocidental trata com um outro tipo de medicina cuja eficácia é comprovada, mas que possui um sistema de funcionamento que nos é desconhecido? A física, a matemática e a astronomia têm percebido a importância de muitas descobertas chinesas na evolução destas ciências, mas a dificuldade da língua impõe mais uma barreira na compreensão de como estes conhecimentos foram elaborados e construídos. A China, enfim, exige um tratamento especial, que acidentalmente a diferencia em qualquer campo de estudo constituído como área de saber no Ocidente.

Assim sendo, os ditos "departamentos" de sinologia no Ocidente tendem sempre a estar ligados a algum tipo de cadeira em especial (história, literatura, etc.), mas nunca restritos a ela. A formação de um especialista em cultura chinesa exige, de qualquer modo, um certo conhecimento da língua, do pensamento filosófico e científico, dos costumes, hábitos, da evolução histórica, enfim....de fomentar uma base que habilite o sinólogo a trafegar em áreas diversas do conhecimento - e que normalmente extrapolam as funções básicas de um historiador ou literato.

Todavia, a Sinologia é um dos campos mais propícios à experiência interdisciplinar do conhecimento. Quando o mentor da sinologia francesa moderna Édouard Chavannes (1865-1918) iniciou, no final do século XIX, a construção dos expedientes teóricos e metodológicos pelos quais esta área se desenvolveria, seu intuito primeiro foi o de incorporar, de forma equânime, todas as possibilidades de investigar a história e a cultura chinesa através dos estudos lingüísticos, da arqueologia, da filosofia, arte e – principalmente – do domínio das visões chinesas sobre estes mesmos tópicos. Seu principal seguidor, Marcel Granet (1884 - 1940), foi responsável pela adição dos métodos de pesquisa sociológicos no estudo do passado chinês, dando uma contribuição fundamental para a quebra do eurocentrismo que tradicionalmente guiava os orientalistas ocidentais (ESCARRA, 1937:10-13).

No contexto europeu, este quadro evoluiu em sentidos diferentes, tendo cada país adaptado, de uma forma ou de outra, o contexto da sinologia as suas linhas diretivas de funcionamento. Tal tendência caracteriza, por exemplo, o porquê da ampla importância dada pelos alemães ao estudo da arte e pensamento chinês, bem como dos ingleses em torno da ciência, da economia a da tradução de clássicos, etc... Obviamente que estes limites não são precisos nem absolutos, mas demonstram que a sinologia conta, apesar de tudo, com uma

certa liberdade de ação, uma relativa autonomia que a permite trafegar por diversas áreas do conhecimento de modo mais flexível, dadas as suas necessidades específicas, e ainda que ela seja influenciada pelos interesses de uma determinada sociedade ou comunidade científica.

Podemos afirmar, enfim, que a Sinologia não é uma ciência. Mas o conjunto instrumental que permite dominá-la só pode ser alcançado através de uma experiência cultural e interdisciplinar única, que dificilmente pode ser obtida através das temáticas mais comuns encontradas dentro das próprias ciências ocidentais.

Ferramentas Sinológicas – o estudo da Língua

Como vimos, a qualificação de um estudioso qualquer como *sinólogo* - independente de sua área de atuação – exige uma formação específica onde o aprendizado da língua chinesa torna-se peça fundamental no entendimento desta cultura.

A língua chinesa, por ser ideográmatica – ou seja, não sendo composta por letras como no alfabeto, mas por símbolos independentes que expressam idéias e palavras completas– possui um potencial singular de poder ser compreendida sem que se saiba pronunciar seus vocábulos, o que lhe propiciou uma vasta difusão e aceitação em grande parte da Ásia. Além disso, a história da escrita chinesa, tal como conhecemos hoje, tem uma tradição milenar documentada e coerente, que lhe garante uma base poderosa de sobrevivência - seja através d'uma conexão íntima com o passado, seja pelas suas inúmeras possibilidades de emprego.

Por conta disso, para compreender o pensamento e os sistemas de idéias chineses, é de certo modo indispensável que se tenha algum domínio desta língua – ainda que instrumental. Claro, o chinês antigo (ou "clássico") possui certas convenções que não são mais utilizadas atualmente: até o início do século XX, por exemplo, havia uma diferença significativa entre o chinês escrito e o falado – algo semelhante ao emprego do "vós sois" em português, que ainda conjugamos na cartilha, mas que não usamos mais no cotidiano – no entanto, estas diferenças podem ser facilmente aprendidas, ou resolvidas de forma ainda mais singela com o uso de um bom dicionário. Tal condição mostra a presença que esta escrita alcança na vida dos chineses, posto que as possibilidades históricas e culturais por ela geradas aproximam muito mais os chineses de seu passado do que a relação latim-português, por exemplo, atrai os brasileiros. Não se está a aprender outra língua de antigamente – os chineses

estudam *a mesma língua* que seus ancestrais já utilizavam pra escrever, e isso é algo desconhecido para os ocidentais.

No entanto, a escrita tradicional foi construída sobre um sistema trabalhoso de representação, e cada um dos ideogramas é composto, muitas vezes, por um número exaustivo de linhas e traços. Por conta disso, as representações artísticas da caligrafia chinesa buscaram sintetizar os ideogramas em representações simplificadas, ou associativas, sobre as quais se aplicou então uma inédita experiência gráfica. Esta experiência foi aproveitada largamente na criação do Chinês simplificado, utilizado na China continental e em vários órgãos de difusão espalhados pelo mundo, bem como no meio acadêmico. Sua principal virtude é a de construir os ideogramas através de um número bem menos de linhas e traços, estabelecendo também processos associativos de idéias que incorporam tanto a fonética quanto as experiências da caligrafia artística. A grande crítica que se faz a este sistema tem sido a da ruptura com o passado, posto que os textos mais antigos precisam, de certo modo, serem "traduzidos" da escrita tradicional para a moderna. No entanto, o processo não é tão complexo quanto parece, e muito do que se tem dito em torno da disputa "tradicional x simplificado" tem mais conotação política do que propriamente cultural. Senão vejamos:

- Para nós ocidentais, discutir a primazia de um sistema sobre o outro é tão absurdo quanto alguém vir e interferir no processo de construção da língua portuguesa, por exemplo. Ninguém realmente aceitaria com sério a proposta de nós voltarmos a falar em galego antigo, ou ainda, de praticar formas verbais como o já citado "vós sois". Este é um problema exclusivamente chinês, que diz respeito à necessidade de educar – literalmente – bilhões de pessoas. Além disso, a língua e a linguagem evoluem, e crer que podemos interferir neste processo por causa de nossos anseios ou projeções sobre a "herança oriental" é arbitrário, absurdo e de certa forma, imperialista.

- As dificuldades são específicas para aquele que quer aprender chinês. Se por um lado o tradicional abre portas, seu aprendizado é mais difícil; enquanto isso, o simplificado pode ter uso mais restrito, mas tudo depende do quanto ou com o que o sinólogo pretende dialogar. Além disso, quase todos os documentos da China antiga encontram-se traduzidos nas duas versões – ou seja, para historiadores, literatos, cientistas, etc. o material básico para formação sinológica encontra-se a disposição em qualquer sentido.

Creio, portanto, que o tipo e a intensidade do aprendizado dependem exclusivamente do que o especialista pretende atingir da cultura chinesa. Quanto ao modo de

escrita a se aprender (tradicional ou simplificado), a disponibilidade, bem como a qualidade do professor, são os fatores decisivos na construção da base lingüística que o estudante irá construir para si.

Ferramentas de pesquisa

As fontes para o estudo da China moderna (entendida aqui como a época pós-imperial, a partir de 1911) são de fácil acesso para os acadêmicos ocidentais, o que torna desnecessário apresentá-las. Muitas se encontram, inclusive, traduzidas, condição que facilita em demasia sua divulgação. A base que constitui a cultura chinesa não pode, contudo, ser encontrada nestes textos. Deve-se ter algum conhecimento de certos escritos, tratados e livros que usualmente são pouco traduzidos, divulgados ou mesmo conhecidos, dada sua antiguidade e/ou especificidade.

Do mesmo modo, a arqueologia tem legado para o estudo da civilização chinesa uma quantidade profusa e abundante de materiais para estudo, que em muito tem contribuído para a reconstituição da história chinesa. No entanto, devemos lembrar que esta é uma civilização letrada, cuja herança escrita não pode de modo algum ser deixada de lado. Na verdade, tanto a arqueologia como a documentação textual tem mais se apoiado do que se excluído no caso chinês, o que torna esta civilização ainda mais singular em relação ao estudo da antiguidade ocidental européia.

A primeira das coleções que um especialista deve conhecer é a *Siku Quanshu*, ou *Coleção dos quatro ramos literários*. Esta coleção, composta por mais de três mil livros (1501 volumes, divididos em 3460 livros, organizados em 44 áreas diferentes, exatamente), foi compilada no período de 1773 a 1782 e abrange grande parte da produção literária desde a época de Confúcio (séc – 6, -5). Ela inclui textos de todos os tipos, como história, ciências, filosofia, medicina, agricultura, enfim, todo um conjunto de vastos saberes acumulados durante quase dois milênios. As fontes surgidas após a sua edição foram agrupadas em dois complementos também significativos, mas de menor monta, intitulados *Wan Wei Bie Cang* (*Coleção de Wanwei*, 120 volumes) e *Si Bu Cong Kan* (*Coletânea dos quatro ramos literários*, 150 volumes), ambas produzidas no século +19. Uma última coleção deve ser citada, a enciclopédia *Gu Jin Tu Shu Ji Cheng* (*Coleção de livros do passado e do presente*, 79 volumes), realizada em 1708 e similar às enciclopédias que conhecemos no Ocidente.

Existem versões modernas destes textos, produzidas eletronicamente e que facilitam em muito seu acesso. Estas coleções fornecem uma estrutura fundamental para o estudo da sinologia.

No mais, podemos recorrer ainda aos trabalhos de especialistas ocidentais cuja produção pode ser considerada, qualitativamente, como um bom indicador para o estudo da História ou da Cultura Chinesa. A *História da China* produzida por Cambridge é uma destas coleções ao qual podemos recorrer com segurança. O mesmo se dá com a obra de sinólogos como Marcel Granet ou da grande enciclopédia chinesa de Jacques Gernet intitulada *O Mundo Chinês*, recentemente atualizada. Para um bom indicativo de traduções chinesas antigas, podemos recorrer ao livro organizado por Michael Loewe, *Early chineses texts*. Outro bom livro é *Introduction to research in chinese source materials* de Alvin P. Cohen, publicado pela universidade de Yale.

Conclusão

A sinologia é, portanto, uma área desafiadora de construção do saber. Em meio a um certo desânimo acadêmico ocidental, representado pelo aparente esgotamento de temáticas, o estudo da história chinesa apresenta ainda um ineditismo instigante, um ar de descoberta corroborado pela existência deste objeto histórico vivo que é a própria China. Como civilização que se constrói e se reproduz continuamente, a cultura e a sociedade chinesas nos dão uma oportunidade única de aprendizado, que não deve ser subestimada pelo contexto eurocêntrico desta nossa fase da história.

Referências bibliográficas:

BARMÉ, G. *On New Sinology* in **Chinese Studies Association of Australia Newsletter**, No. 3, Australian National University, 2005.

COHEN, A. **Introduction to research in chinese source materials**. Yale: Yale University press, 2005.

DAWSON, R. **El camaleon chino**. Madrid: Alianza, 1970.

ESCARRA, J. **La Chine et as civilization**. Paris: Armand Colin, 1937.

GERNET, J. **China Antiga**. Lisboa: Arcádia, 1969.

GERNET, J. **O Mundo Chinês**. Lisboa: Cosmos, 1979.

KUIPJER, H. *Is Sinology a Science?* in **China Report,** Vol. 36, No. 3: Nova Delhi, 2000, pp. 331-54.

LEYS, S. **Ensaios sobre a China**. Lisboa: Cotovia, 2006.

LOEWE, M. **Early chinese texts**. Califórnia: California Institute of the East, 1994.

OLIVEIRA, F. *Sinologia: a Falta de Continuidade* in **Macau Hoje**. Macau, 2006 disponível em http://www.hojemacau.com/news.phtml?today=27-04-2006&type=culture

TWICHETT, D. et alli. **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986-2004 (10 volumes)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Trajetória do povo Terena no século XX

Sandra Cristina de Souza*

Atualmente, os povos indígenas remanescentes estão espalhados em cerca de 70 países. Mais de 150 milhões vivem na Ásia; dois terços na China e Índia. Há pelo menos 3 milhões na América do Norte e 30 milhões na América Central e do Sul.

Como observou em 1987 a Comissão Independente sobre Assuntos Humanitários Internacionais (ICHI), os povos indígenas são sempre os mais miseráveis dos miseráveis, tanto nos países desenvolvidos quantos nos mais pobres.

Considerando este quadro, estudos que tratam da história desses povos são importantes para amenizar o apagamento histórico dessas populações. Pretendemos estudar os Terena em Mato Grosso (desde 1977 dividido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, este último o território ocupado pelos Terena). Sua trajetória durante boa parte do século XX (das demarcações oficiais, a partir de 1904 a conscientização de suas próprias formas de luta com criação de órgãos de defesa, como a fundação da UNI (União das Nações Indígenas) em 1979, em Aquidauna, local que agrega a maior população Terena hoje existentes. Num ambiente tão hostil, quais as formas de resistência à violência em relação a sua cultura e a sua própria sobrevivência. Vivendo na fronteira entre o mundo do não-índio, como construir sua própria forma de ser e existir, num mundo em rápida mudança como o é o do século XX?

Os Terena descendem do grupo lingüístico Aruak/Txané, da Tribo Guaná, inicialmente dividida em várias sub-tribos, originários da região do Chaco, das quais algumas atravessaram o Rio Paraguai no séc. XVIII, sendo localizados pelos missionários às margens do Rio Miranda no séc. XIX.

Pretendemos analisar o processo histórico que produziu as alternativas e estratégias que permitiram a sobrevivência do povo Terena e a continuidade de sua reprodução cultural. Qual foi a trajetória deste povo, em específico, no sentido da recuperação de seu território, valorização de sua língua e afirmação étnica? Como se deu a incorporação dos mestiços para a formentação de seu crescimento demográfico? Como

* Docente do Curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade de São Paulo.

aconteceu a interculturalidade entre os conceitos religiosos (transição da figura do koixomuneti para o do padre/pastor), de saúde (medicina natural para a alopática; parteira para o hospital), de linguagem (cultura oral para cultura escrita – na escola e na igreja)?

As instituições marcadamente de "fricção" entre cultura indígena e cultura não-indígena são a igreja e a escola. A igreja no período que vai do aldeamento (a partir da primeira década deste século) até os dias atuais apresentou-se nas aldeias divididas em várias "interpretações" de cristianismo: catolicismo, protestantismo tradicional e pentecostal.

As duas primeiras ramificações religiosas tiveram um projeto educacional definido:quais as suas particularidades? Qual a relação entre o ensino protestante, católico eleigo (este último oferecido pelo SPI a partir da década de 40) com o processo de recuperação demográfica e a manutenção da língua materna? Este questionamentos pretendo realizar a luz dos trabalhos de pesquisa que têm sido realizados nas últimas décadas e em outros dados levantados durante a coleta de dados nos arquivos em anexo.

O Povo Terena habita os limites de Mato Grosso do Sul, atualmente suas aldeias estão situadas nos municípios de Aquidauana, Miranda, Nioaque, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Anastácio, Sidrolândia e Rochedo, com um população aproximada hoje de 23.000 indivíduos. Existe ainda uma aldeia Terena no município de Bauru, denominada Araribá, constituída por indígenas qu eforam levados para aquela região no período de aldeamento (primeiras décadas deste século) pelas equipes de Rondon.

Durante meados do século passado e início deste, muitas foram as formas de envolvimento entre indígenas Terena e a sociedade não-indígena.

Com o aldeamento, e a criação do SPI, os Terena passam a ter uma assistência efetiva por um órgão governamental.

A partir de 1912 inicia-se o trabalho das missões protestantes com a visão de alcançar este povo através da escolarização. Em 1936, o SPI inicia suas atividade escolares na aldeia Bananal, que hoje pertence a Aquidauana, onde controem uma escola, ensinando em português. Como estas instituições atuaram no sentido de *integrar* o Terena, e qual a leitura que este povo fez de sua atuação, no sentido de transmudá-la em benefício de sua sobrevivência cultural, alheia aos seus objetivos integracionistas/proselitistas? Pretendemos discutir estas questões.

Através deste trabalho pretendo demonstrar que apesar de toda as espoliação e preconceito sofridos pelos indígenas e particularmente os Terena, já em contato bastante acentuado com a comunidade não-indígena, ainda conseguem manter uma identidade Terena,

ou seja o "sou-índio-Terena", ainda que em algumas aldeias, existam poucos falantes da língua materna.

Mostrar também através da análise de sua História durante parte do século XX, do aldeamento até o surgimento da UNI, quais os mecanismos que o povo Terena construir para desenvolver em sua memória coletiva a prioridade de sobrevivência cultural, mesmo utilizando as armas do outro-dominador (religião, política, educação-formal, medicina alopática).

A análise de documentos das várias missões que trabalharam com os Terena e documentos do próprio SPI, poderão nos mostrar como seus projetos e ações contribuíram para a construção de mecanismos de sobrevivência por parte dos próprios Terena.

As fontes orais, com indígenas, demonstrarão como o povo Terena sentiu em seu cotidiano as ações do Estado não-indígena, atuando tanto legislativamente, como através das missões religiosas. A escolha dos depoentes obedecerá requisitos que posteriormente serão afixados, de acordo com o avanço das pesquisas documentais escritas.

A coleta de dados documentais escritos se dará em arquivos e bibliotecas públicos e particulares, inicialmente no Arquivo do Museu Nacional, Arquivo Estadual de Mato Groso e Arquivo Estadual de São Paulo. Serão analisados também periódicos e jornais, bem como trabalhos etnográficos sobre o povo Terena.

Posteriormente se fará a classificação dos dados obtidos com base na pertinência ao tema e relevância a condução da pesquisa.

A análise dos dados será feita com base em uma leitura detalhada e reflexiva sobre os mesmos.

A adequação da utilização das fontes orais para a pesquisa que ora busco realizar é bastante eficaz, já que trabalhando com um grupo não-hegemônico como o são os Terena, este tipo de fonte pode me dar conta das *"mil maneiras de burlar a ordem vigente"*[1],

Trabalhar com história oral na pesquisa sobre a História do Povo Terena é de fundamental importância (ainda que não suficiente, enquanto evidências únicas) para "equilibrar a distorção implícita" em outras fontes documentais, já citada anteriormente, sobre a sua relação com o mundo não-indígena.

A decisão de utilizar as fontes orais partiu do princípio de sua adequação ao objeto desta pesquisa, a Tribo Terena, com uma cultura baseada na oralidade, e cuja história ainda está por ser escrita, como diz Alessandro Portelli: *"o testemunho oral gera novas*

---

[1] Certau, Michel, *Op. Cit.*

histórias, e a criação de novas histórias, por sua vez, pode literalmente, contribuir para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados"[2]

Pretendemos conhecer melhor os motivos fixados na memória coletiva para "simular" estas transformações afim de "conhecer" o outro (não-índio), e assim burlar o "integracionismo", objetivo dos órgãos indigenistas, com duplo objetivo: diminuir a discriminação e sobreviver enquanto etnia. Sobre esta simulação Darci Ribeiro no prefácio da obra "Do Índio ao Bugre" de Roberto Cardoso de Oliveira, observa:

> "*O difícil é identificá-los como índios, uma vez que se vestem, se penteiam, trabalham e vivem como os sertanejos pobres da região. (...) Índios assim, tão pouco indígenas, fogem ao interesse do etnólogo clássico, interessado precisamente naqueles grupos intocados que melhor conservam as singularidade da cultura tradicional. (...) Todavia, eles oferecem um interesse científico igual, senão maior que as tribos isoladas, porque somente seu estudo nos poderá levar a uma compreensão melhor do processo pelo qual povos tribais se integram em sociedades nacionais e como e por que resistem, como no caso Terena, a fundirem-se na população regional.(...) Recomendam-se, ainda, os estudos de grupos em grau avançado de integração pela contribuição que podem dar no tratamento de problemas de sobrevivência da populações tribais."*

Segundo Leonardi, não foram poucos os autores que se detiveram sobre o tema "índio" sob a ótica de sua extinção. Esta tese da inevitabilidade da extinção dos povos indígenas esteve como pano de fundo de muitas análises sobre o tema. Como podemos perceber pela análise de um observador da comunidade Terena em 1863, Moreira Neto, que mostra um quadro bastante pessimista em relação a continuidade da existência da comunidade indígena Terena:

> *"... Não há muito o que se esperar dos índios. As diversas tribos de Guanás*[3] *que habitam os distritos de Miranda e Albuquerque já nos prestam valiosos serviços e vivendo, como vivem, entre nós, é de presumir-se que as novas gerações serão mais restáveis e não tardarão fundir-se nas massas da população..."*[4]

---

[2]PORTELLI, Alessandro, Op. Cit.

[3] Como apontado anteriormente, os Terena descendem do grupo lingüístico Aruak/Txané, da Tribo Guaná, inicialmente dividida em várias sub-tribos, originários da região do Chaco, nas proximidade do Rio Paraguai.

[4]ASSIS, Edgar Carvalho - Op. Cit. pág. 43

Para Carmem Junqueira a questão de não se valorizar a história dos povos indígenas está intimamente ligada à ênfase da etnologia as *"análises sincrônicas, conjugada à seleção de dados que reforçam à visão da sociedade como estrutura estável [que] impediu o registro acumulado desses acontecimentos, por vezes ambígüos que apontavam para a mudança."*[5] Dessa forma, os estudiosos da questão indígena concluíram *"erroneamente que as sociedades indígenas estavam fora da História, perdendo-se o tecer de sua história."*[6]

Através da coleta e análise dos dados encontrados em arquivos públicos e particulares e seu cotejamento com entrevistas de indígenas pretendemos conhecer, ainda que parcialmente, a memória construída sobre o processo de convivência interétnica da população Terena com a não-indígena, buscando nela os processos historicamente construídos para a viabilidade de sua sobrevivência, num ambiente altamente discriminatório.

[5] Junqueira, Carmem – "Mito e História" In: Seki, Lucy (org.) – Lingüística Indígena e Educação na América Latina,
[6] idem

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Viagens folclóricas e etnográficas no Brasil: duas perspectivas de época na composição de acervos musicais

Nilton Silva dos Santos*

A década de 1930 foi rica em pesquisas e estudos afro-brasileiros, particularmente, na área musical, com a Missão de Pesquisas Folclóricas, capitaneada por Mário de Andrade. A Missão de Pesquisas, que teve em Oneyda Alvarenga a musicóloga responsável, percorreu diferentes estados brasileiros e recolheu exemplares musicais de variados estilos, no ano de 1938, como o Xangô, o Tambor de Mina, o Babuçuê, a Pajelança, o Praiá, o Côco, o Samba e o Carimbó e o Bumba-meu-boi, dentre outras formas de manifestação musical de então.

Mário de Andrade, importante intelectual modernista brasileiro, seguindo as pistas da época e as discussões em torno da importância das manifestações populares, encabeça a iniciativa de recolhê-las e coordena desde São Paulo a Missão de Pesquisas Folclóricas que faz gravações, particularmente, em Pernambuco e na Paraíba.

Como observa Elizabeth Travassos, tratando do contexto d'Europa e suas repercussões, uma "grande voga de coleta de poesia e música popular varreu" o continente europeu desde o final do século 18 tendo, ainda hoje, importantes reflexos. "Escritores, poetas e músicos dedicaram-se ao colecionamento de canções da tradição oral. Elas ensinavam sobre o passado remoto da música ou a história de culturas específicas, ao mesmo tempo em que podiam servir de exemplo inspirador para os artistas do presente" (p. 7).

Como bem discute a autora, ao estabelecer uma comparação entre as trajetórias de Bela Bartók e Mário de Andrade, a iniciativa de coleta destas manifestações do povo representavam uma valorização do "primitivo sobre o civilizado e do natural sobre o artificial", trazendo importante impulso na coleta destas formas de expressão oral.

Mário de Andrade durante uma viagem de coleta musical ao Nordeste brasileiro, entre dezembro de 1928 e março de 1929, afirma em seus cadernos de campo, cadernos estes que posteriormente tornar-se-ão o livro O Turista Aprendiz que, "o certo é que jamais neguei

* Doutor em Antropologia Cultural (IFCS/UFRJ); e-mail: ninisants@gmail.com

as tradições brasileiras, as estudo e as procuro continuar a meu modo dentro delas" (*apud* Travassos: p.8). Eis o espírito que o animará em sua passagem pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, no período compreendido entre 1936 e 1938, e que se torna o motor da iniciativa pioneira da Missão de Pesquisas Folclóricas.

Mário reuniu em torno do Departamento de Cultura municipal paulista o recém chegado casal Claude e Dina Lévi-Straus, fundando em homenagem a estes a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), responsável pelas investigações de campo e que, posteriormente, se configuraram no importante acervo hoje depositado no Centro Cultural São Paulo.

Houve um viés fortemente pragmático na condução das pesquisas, pois como observou Andrade em artigo para o Jornal Síntese, da cidade de Belo Horizonte, em outubro de 1936, "nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores que vão à casa recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnorteado pelo progresso invasor" (...).

Este pragmatismo pode ser demonstrado também nas negociações feitas pelos pesquisadores, junto à polícia da cidade de Recife, que fechou alguns terreiros de Xangô e Catimbó, recolhendo os assentamentos dos orixás e material de culto às delegacias, na espera para que fossem queimados. A bem sucedida mediação estabelecida pela equipe de campo da Missão com as autoridades pernambucanas permitiu "ir à busca dos terreiros e dos especialistas religiosos que pudessem identificar os artefatos rituais" (Amoroso: p. 70). A equipe conseguiu mesmo "autorização para filmar um ritual, ações – o ritual e sua documentação etnográfica – que transcorrem sob escolta policial em um bairro do Recife, nos informa Marta Amoroso. São recolhidos também os acalantos, cantiga de ninar, canto de pedinte para pedir esmolas e uma série de cantos de trabalho, como os dos carregadores de piano, de carregar pedra, de engenho, aboios e cantos de casa de farinha, por exemplo, além de farto material iconográfico.

Na imprensa local informava-se o uso de tecnologia de microfones, dos gravadores e dos discos de acetato trazidos especialmente de São Paulo para registrar "as puras vozes raciais que o tempo apagará" (*apud*, Amoroso:p.71). No sítio do CCSP[1] somos informados na seção Material Multimídia que "dos 237 discos de acetato levados pela Missão de Pesquisas Folclóricas, 169 foram utilizados para as gravações no aparelho de marca Presto Recorder, com agulhas de safira. Neles, foram registradas aproximadamente 1.500 melodias. Número tão grande de linhas melódicas é justificado, em parte, pela presença de vários

[1] O endereço que possibilita o acesso ao material da Missão de Pesquisas Folclóricas do CCSP [http://www.centrocultural.sp.gov.br/mario2/]

bailados ou grupo de cantigas entoados tendo, como pano de fundo, uma história ou narrativa maior. São numerosos também os cocos e os desafios. E a classificação de todas as melodias trazidas é tarefa complexa da musicologia".

Com relação às fotos e filmes ficamos sabendo que "as 674 fotos feitas pela Missão de Pesquisas Folclóricas foram tiradas, quase todas, por Luís Saia. Os negativos, de 6 x 6 cm, e positivos, têm hoje a numeração 93 a 767 no Arquivo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga.

As fotos em geral acompanham cenas dos assuntos pesquisados, mesmo que filmados, mas, principalmente, registram os rostos dos informantes, músicos, cantadores e artesãos entrevistados.

Nos filmes feitos pela missão, 16 mm, preto e branco, mudos, foram registradas cenas de algumas danças cujos cantos foram gravados. Estes registros complementam-se, na pesquisa, com as entrevistas dos informantes e as fotografias de cenas das coreografias.

No Recife, durante o Carnaval, filmou-se trechos de frevo e maracatu, e, também em Pernambuco, Tacaratu, cenas de Praiá. Da Paraíba, provém a maioria dos filmes com trechos de Barca, Cabocolinho, Coco e Catimbó, de Itabaiana; Reis de Congo, de Pombal; Bumba-meu-boi, de Sousa; vaqueiros na pega dos bois, de Patos.

No Pará foi filmado o grupo que apresentou o Babaçuê e São Luís do Maranhão está representado nas cenas de Tambor-de-Crioula e Tambor-de-Mina."

Este grandioso e importante acervo está sob a guarda da Prefeitura Municipal de São Paulo em seu Centro Cultural. "Importância, aliás, que já fora reconhecida pela Biblioteca do Congresso de Washington que, no início da década de 40, copiou para si todos os fonogramas gravados em 1938", podemos ler no sítio do Centro.

Gostaria de sublinhar que <u>todos os fonogramas</u> foram integralmente copiados pela Biblioteca do Congresso americano... Esta cópia possibilitou o lançamento de um cd chamado The Discoteca Collection, editado pela The Library of Congress, editado em 1997, que contém 23 canções originalmente recolhidas pela Missão.

No início deste ano o CCSP realizou uma exposição multimídia deste material com a duração de dois meses, aproximadamente. No mais, este riquíssimo acervo etno-histórico está disponível na Discoteca Oneyda Alvarenga, sendo pesquisado por mestrandos e doutorandos, além de servir, como fonte de inspiração, para outras expedições de pesquisa como a recentemente coordenada pelo etnomusicólogo Carlos Sandroni.

Nos anos 1990, sob a coordenação do cineasta Beto Villares e do antropólogo Hermano Vianna, realiza-se pelo Brasil uma outra viagem que recolhe imagens e sons – compila 108 canções em uma caixa com quatro cd's, um livro de fotos, uma série de quinze programas para a televisão e um sítio na internet.

A coleção resultante, chamada de ***Música do Brasil***, é composta por mais de 100 estilos musicais registrados, provenientes das cinco regiões brasileiras, divididos por suas finalidades. Temos "Música dos homens, das mulheres e das umbigadas", "Música dos mares e terras", "Música dos santos" e "Música das coisas, dos bichos e dos vegetais".

A idéia fundamental norteadora do projeto "Música do Brasil nasceu de um desejo simples: poder ouvir músicas jamais gravadas de difícil acesso", explica Hermano Vianna, na página de internet do projeto. "Após um ano de viagem e muita pesquisa, essa busca transformou-se em uma seleção de quatro CD's e 110 músicas, agrupados por temas ligados às raízes culturais do Brasil", continua o sítio.

São depoimentos, entrevistas e 183 fotos "inesquecíveis" e o livro Música do Brasil combina, em 224 páginas, a "diversidade rítmica nacional". Os textos são do antropólogo Hermano Vianna e as fotos realizadas por Ernesto Baldan. Hermano divide, ainda, com Beto Villares, a direção musical do projeto.

Um aspecto que deve ser mencionado aqui é o de que na barra inicial do sítio na internet temos a seguinte disposição dos elos (*links*) possíveis: home, músicas por artista, músicas por estilo, produtos e contato. Ora o aparecimento da palavra <u>produtos</u> já aponta uma iniciativa que pretende chegar à um determinado público por intermédio de alguns objetos materiais como a caixa com quatro cd's e livreto, os programas televisivos e o livro de fotografias, além do proprio sítio na internet. Este propósito de "veiculação" dos "extraordinários músicos anônimos" do Brasil é destacado pelo presidente do grupo Abril Entretenimento, senhor Victor Civita Neto, responsável por um dos maiores grupos de comunicação da América Latina.

H. Vianna e Beto Villares na apresentação da caixa de cd's registram sua dívida ao projeto pioneiro de Mário de Andrade e seu projeto de dar continuidade à outras poucas iniciativas, além da do modernista. "Este projeto quer dar continuidade, portanto, aos esforços pioneirosdas coleções da Missão de Pesquisas Folclóricas (planejada por Mário de Andrade nos anos 30), de Luís Heitor Corrêa de Azevedo (anos 40), de Marcus Pereira (anos 70), do Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro (anos 70 e 80, lançada pela Funarte).

Vianna e Villares se apresentam, sobretudo, com a preocupação de veicular músicas que estão vivas, longe, portanto, de uma idéia de "resgate" ou de recuperar "sobrevivências" populares ou, ainda, de evitar aquelas supostamente "contaminadas" pelas músicas tocadas nas rádios e pelo pop. "Essas músicas estão vivas, e vida sempre significa transformação, confusão, complexidade, mudança. [Essas músicas] dialogam com as outras músicas que trafegam por todas as mídias, por todas as redes de comunicação, absorvendo elementos, mas também exportando idéias, células rítmicas, melodias". Em certo sentido, elas também estão ligadas em redes, umas com as outras, e com o mundo pop (p.5 e 6).

Eis um ponto que separa, de certa maneira, a preocupação pretérita de "salvar" as expressões musicais populares desta de pô-las em novas redes e âmbitos de interação sócio-cultural. Para a Missão de Pesquisas Folclóricas estava-se indo de encontro de manifestações do "povo" antes que elas desaparecessem. Já em Música do Brasil não se espera encontrar o popular imaculado, inviolado mas assumisse como premissa a idéia de trânsito e circulação da cultura.

Outro ponto quanto ao projeto envolvendo Música do Brasil tem a ver com o fato dela ser uma iniciativa, desde o início, realizada com o financiamento de uma importante empresa de comunicação da América Latina, a Abril Entretenimento.

Ela se conformou, no final das contas, em uma realização que foi pensada para ter um objetivo/sentido, qual seja, o de estar disponível no mercado consumidor de bens culturais. Os "produtos" são parte prevista no planejamento da empreitada. Há, em outras palavras, um interlocutor presente desde o início para Música do Brasil, qual seja, o mercado de bens simbólicos.

Nos dois projetos, devemos destacar ainda, as fotos e filmagens da Missão de 1938 e as de Música do Brasil destacam o rosto do povo, dos brincantes que oficiam suas manifestações. Sua indumentária, instrumentos, mestres e aprendizes, rituais são registradas pelas duas iniciativas. Em certa medida, podemos concluir, há a assunção de que é o "povo do Brasil", em sua diversidade cultural o protagonista destes eventos.

Quais serão as próximas viagens que pesquisadores e investigadores farão pelo Brasil em busca das sempre renovadas expressões "autênticas" do povo? Quando "responde[rá] a roda outra vez"?

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

O que e como ensinar:
práticas de escolarização em primeiras letras na Bahia-1870/1889

Ione Celeste Jesus de Sousa

Este texto trata de estratégias de implementação de uma escolarização pública na Província da Bahia, nas duas últimas décadas do Império, caracterizada pela expansão das aulas públicas primárias, ainda que isoladas e separadas por sexo, enquanto constituídoras de um poder e um saber da Instrução Pública, através de dispositivos como os concursos públicos para provimento de professores; a instalação de *Conselhos Municipaes de Instrucção*, *Inspetorias Parochiais e Inspetorias Litterarias* ; a instauração da obrigatoriedade de envio de relatórios por parte de professores e presidentes e *inspetores litterarios ou parochiais*. As práticas de escolarização foram se constituindo em um novo saber, apoiado em normas e regras sobre como e o que ensinar, com crescentes tentativas de disciplinarização do *saber-fazer* dos professores, via a implementação de Regulamentos de Ensino; de programas oficiais, explicitados em pontos e memórias de concurso; em pareceres sobre métodos de ensino; em elaboração e edição de livros; na escritura de cartilhas, compêndios, *syllabarios e* translados, com o objetivo de uniformizar o quê e como ensinar: espaço e de um tempo escolar, separados do espaço/tempo comum a sociedade em geral. Assim, paulatinamente os locais para a existência de uma escola deixou de ser opção do professor/a para ser uma atribuição da burocracia escolar, de preferência separado do seu local de moradia, contrariando o costume da escola estar na casa do professor/a.

Conjuntamente o *Tempo Escolar* foi sendo cada vez mais delimitado por determinações da Diretoria Geral de Instrução, que buscou fixá-lo uniformemente em todas as aulas via a orientação de delimitar cursos e séries, versus a antiga prática oficial de multiséries; pela organização e divisão dos conteúdos em diversas disciplinas, com momentos específicos em cada uma das sessões que constituíam as aulas; pela normatização de horário regular e uniforme de início e fim das sessões de aulas; pela atribuição à Diretoria Geral de Instrução da prerrogativa sobre a permissão ou negação de concentrar a aula em sessão única. Enfim, pela implantação de um *Tempo Escolar* próprio, tendo no relógio de parede seu signo e significante de uma nova disciplina de tempo.

Essa escolarização visava criar um cidadão disciplinado, via a incorporação de um conjunto de representações sociais, entre outras a dignificação do trabalho; o culto do amor a Pátria, configurada no Monarca e na presença da sua efígie; a adoção e prática da religião católica, representada pelo crucifixo. Em inúmeros ofícios de professores e *inspetores litterarios/parochiais* estes três objetos - o relógio de parede, o busto do monarca e o crucifixo - encabeçaram os pedidos de utensílios escolares, antes mesmo dos livros e demais materiais exclusivamente "didáticos".

Consideramos que essa estratégia buscou forjar experiências para a construção de um sujeito cidadão, minimamente instruído, educado, higienizado, religioso e moralmente bem formado no amor ao trabalho - em todas as suas expressões- e imbuído do intuito e da responsabilidade do *progresso do paiz*. Enfim, um sujeito que, na expressão repetida por todos os gestores dessa educação escolarizada - fosse útil a si e a Sociedade.

Entretanto, a escolarização neste período não foi um movimento de mão única, uma imposição das elites às classes populares - ao povo. Este afluía e muito a abertura de novas aulas, para ambos os sexos inclusive, pois ainda que sempre correspondendo a um terço das aulas masculinas, as escolas para meninas também apresentaram crescimento constante, e estatisticamente maior.

Várias foram as razões para o povo procurar as escolas, porém, não foi a menor delas o vislumbre de que as habilidades de *ler, escrever e contar as 4 primeiras operações* eram a cada dia mais valorizadas no escasso mercado de trabalho, principalmente o urbano, permitindo problematizar sobre os usos da escolarização pelos povo.As evidências apontaram que exatamente nestes usos da instrução ocorria um desencontro entre os interesses do povo e dos dirigentes. O Estado, representado pela crescente burocracia da instrução pública, desejava implementar uma escolarização literal, escalonada em séries, conteúdos, espaços e tempos, nos quais o aluno, enquanto educando, percorresse seus vários graus sistematicamente. Mesmo aqueles que deveriam ter uma educação limitada ao grau inferior, o ensino primário ou elementar – os pobres- deveriam seguir o programa instituído de três anos mínimos, ao final dos quais prestaria o exame final correspondente, ritual cada vez mais importante, e sobre o qual a Direção da Instrução Pública investiu poderes simbólicos.Estaria apto então a participar da cidadania como trabalhador habilitado pela instrução, pelo oficio e pela educação moral.

Esses três anos eram o mínimo aceitável. Em um oficio de retratação do Professor Benvindo Alves Barbosa, contra acusações dos presos da Casa de prisão com Trabalho, ele informou ser este período o discutido e acatado em Conferência Pedagógica, da qual fora delegado em 1878. Na prática, veremos pelos registros deixados pelos sujeitos da instrução pública da província da Bahia, este período era geralmente mais elástico, pois os/as professores/as continuavam arbitrariamente a estabelecer *per si* quando o aluno estava "*prompto*" aos exames. Podemos afirmar que uma das disputas da escolarização no seu fazer-se[1] foi exatamente impor uma temporalidade mínima padrão para os alunos submeterem-se aos exames do curso primário / elementar.

Porém, o dia-a -dia do mundo do trabalho era muito mais rápido em relação ao *Tempo*. Por exemplo, os menores de quatorze anos, e portanto aptos a freqüentar uma aula primária diurna, fosse um/a garoto/garota das camadas populares, adentrando à escola aos sete anos regulamentares, não poderiam esperar os *normais* quatro ou cinco anos para prestar exames. Os ofícios para a vida prática deviam ser aprendidos aos sete /dez anos, fossem crianças livres ou os ingênuos.

Assim, a prática corrente que as evidências explicitam era colocar a criança na escola para aprender a ***ler, escrever e contar***, habilidades básicas da instrução/ letramento, e que nomeia este capítulo, pela sua presença fundamental nas experiências daqueles que frequentaram escolas no período pesquisado, valorizadas na vida cotidiana em diversos ofícios e ocupações. A estratégia popular era logo que o sujeito dominasse minimamente estas habilidades, fosse desligado da escola, tendo seu destino resolvido a seguir - ser trabalhador/a. Porém, essa estratégia abortava os projetos das elites dirigentes da instrução pública, pois a pretendida *educação moral e religiosa* era interrompida. Daí, um profundo descompasso entre povo e governo, ou na expressão de Ilmar MATTOS, entre o governo da casa e o governo da rua, que lastreou boa parte dos debates e ações da instrução pública deste final de regime.

---

[1] FARIA FILHO, L. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Revista Educação e pesquisa. v.30 n.1 São Paulo; jan./abr. 2004. Issn 1517-9702, versão impressa . Neste artigo, FARIA FILHO trabalha o processo da escolarização, via o acompanhamento da constituição de culturas escolares, e chama a atenção para este seu caráter de fazer-se, declaradamente inspirado em THOMPSON, Edward sobre a formação da classe operária, a quem também seguimos, principalmente nas proposições presentes no texto *Tempo, disciplina e capitalismo industrial*. In: Costumes em comum.SP: Cia das Letras;1997.

Além desta questão mais prática dos usos da instrução, foi preciso atentar para outros significados, como o que pode ter sido o letramento para as classes populares quando efetuado sobre as premissas da Diretoria da Instrução Pública, ou seja, como um conjunto de práticas de culturalização expressas pelo termo Educação Moral. Esta, também, era constituída de regras e normas que frontalmente contradiziam boa parte das vivências populares, como o uso do *Tempo e do Espaço*; da linguagem permeada por falares afro-brasileiros, índio-brasileiros e de sotaques locais, versus alunos-mestres e alunas-mestras vernacularizados nas escolas normais, passando por todas as pequenas disciplinas da escola, que buscavam exorcizar brincadeiras e atividades ligadas muitas vezes às práticas religiosas e de trabalho destas crianças e seus parentes, até questões como as roupas apropriadas e *decentes* para os exames escolares. Foram estas questões que buscamos acompanhar neste último capitulo, nos rastreio de experiências de instrução e educação de pobres na Bahia

Na primeira secção," **Tempo e Espaço: o relógio, o crucifixo e o busto do Monarcha**", trabalhamos as estratégias de constituição de um *saber* escolarizado, via a divulgação de modelos e métodos de práticas de ensino uniformes; da exigência de uso e da distribuição de livros e outros materiais escolares, sob a estrita chancela da Diretoria da Instrução Pública; da constituição de um novo tempo escolar e seu controle pela atribuição e redistribuição de competências e horários das matérias; assim como de uma nova concepção de espaço escolar pela construção de prédios escolares específicos , e pela constituição de novas sensibilidades sobre o local da escola. Usamos como fontes pedidos de livros, mobília, penas , lousas e outros materiais escolares; ofícios de oferecimento e pareceres sobre livros; charges de jornais, além da burocracia da diretoria da Instrução Pública.

Tratamos da expansão da escolarização através dos relatórios e *fallas* dos Presidentes da Província – basicamente os do Barão de São Lourenço, de 1870; o de Freitas Henriques, de 1872; o de Eduardo Freire de Carvalho, de 1873; de Araújo Bulcão,de 1881, por terem realizado ou implementado reformas de ensino. Também usamos os Relatórios dos Diretores de Instrução Pública: João Jose de Oliveira Barbosa, de 1863; Pe.Francisco José da Rocha, de 1873; Cônego Emiílio Lopes Freire Lobo, de 1878 e 1879; e os do Monsenhor Romualdo Maria de Seixas Barroso, nos anos de 1881 a 1884.Além destes documentos da

burocracia da Diretoria da Instrução Pública, ofícios e correspondências diversas de *inspetores parochiais e litterários*, assim como ofícios de professores e pais de alunos .

Na segunda secção, ***O que queria Felippa Maria de Jesus e seu "escaldado cérebro"?*** , rastreamos os possíveis significados da instrução pública para os populares, o povo, assim como algumas experiências dessa educação que emergiram dos registros das aulas. Foi fundamental nessa parte a leitura do *lado podre* da diretoria de instrução pública, ou seja, os ofícios de reclamações, representações, processos e queixas contra professores, assim como suas respostas.

Também, os inquéritos sobre a existência de aulas "particulares"; pedidos de instalação de aulas; de subvenção para aulas particulares que aceitassem alunos/as pobres; mapas de aulas; atas de exames de final de ano; e as listas de alunos "*pobres*", aos quais eram distribuídos livros, além dos já citados relatórios dos Presidentes da Província, e dos Diretores Gerais da Instrução Pública.

Essas fontes, principalmente os relatórios e ofícios de professores e *inspectores litterarios*, cobrem toda a província, expressando a expansão das aulas primárias públicas, o que permitiu defender a argumentação que o desejo era realmente escolarizar a Bahia, seu povo, os pobres.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Do *Guairá* ao *Iguassu*: território e paisagem fazendo a nação

Liliane da Costa Freitag*

Resumo: Nesse texto a natureza do extremo-oeste paranaense é seu personagem de primeira grandeza. Analisa sua existência a partir da elaboração de discursos: narrativas construídas por viajantes brasileiros em torno de suas trajetórias percorridas entre Guaíra a Foz do Iguaçu no final do século XIX e início do século XX. As narrativas compõem o acervo da literatura de viajem existente sobre essa região fronteiriça produzida em um período que colocava em relevo necessidade do reconhecimento de suas fronteiras internas: "sertões da nação." Nessa análise a identidade territorial é entendida a partir de uma dinâmica que se re-afirma e se modifica a partir de práticas sociais e de representações que lhe atribuem sentidos. Sua essência é, portanto, social pois (o espaço) não é formado apenas por objetos geográficos, naturais e artificiais: é a composição de todos esses aspectos acrescido da sociedade envolvente : a nação.

Palavras-chave: Paraná – viajantes - extremo-oeste.

Abstract: In this text the nature of parana extremity-west is its personage of first largeness. It analyzes its existence from the elaboration of speeches: narratives constructed for Brazilian travellers around its trajectories covered between Guaíra the Estuary of the Iguaçu in the end of century XIX and beginning of century XX. The narratives compose the quantity of the literature of travel existing on this produced bordering region in a period that placed in relief necessity of the recognition of its internal borders: “sertões of the nation.” In this analysis the territorial identity is understood from a dynamics that if it reaffirms and if it modifies from practical social and of representations that they attribute to it sensible. Its essence is, therefore, social therefore (the space) is not formed only by geographic, natural and artificial objects: it is the composition of all these aspects increased of the involving society: the nation.

Key-words: Paraná – travellers - extremity-west.

No século XIX e nos primeiros anos do século XX, muitos territórios paranaenses, em especial as terras a oriente do rio Tibagi até as margens do rio Paraná, em sua região de fronteira internacional, encontravam-se diluídas em uma história comum às imensas solidões interiores do país. Delas, pouco se conhecia e as informações que se tinha e que lhes davam vida destacavam seus aspectos geográficos: natureza "bela", porém "selvagem". Em um sentido generalizante era um local limite: "sertões do Iguassú ou ainda: sertões do Paraná". (IVANO, 2000: 22). [1]

[1] Conforme Ivano (2000) O Estado Português, antes mesmo de "tocar" essas terras, sabia que os "sertões" eram vastos espaços distantes da costa onde os navegadores construíam suas embarcações. O sertão, lugar extremo, ignoto, longínquo, segundo a mentalidade da época, se estendia para além de Lisboa, para além dos oceanos.

Para o referido autor, nem mesmo a nova racionalidade sobre os usos do espaço construída pelo século XX teria conseguido apagar com esta consistente imagem da paisagem paranaense. O tão propalado progresso, importante projeto desses "novos tempos" que procurava romper com as barreiras que o impediam, contribuiu para a construção de uma aura negativa sobre os supostos espaços vazios da República. O novo projeto civilizador impunha, portanto, o reconhecimento desses espaços interiores como uma forma de reelaborar novas bases para a formação da nacionalidade. Certamente que a afirmação da brasilidade construída no decorrer do Império a partir das idéias imagens do território apregoadas pelo romantismo ainda se sustentava. Entretanto, as representações do Brasil pitoresco, debatiam-se em influências mais céticas: a República propunha fazer dos sertões, antes, entidade quase mítica, intocável e isolada, um espaço integrado ao todo nacional. [2]

Não é nossa intenção o debate historiográfico em torno da emergência da categoria sertão, basta pontuarmos para o momento que, ao longo do século XIX, seus significados, foram alimentados e re-alimentados por discursos e práticas em especial, pela retórica contida no interior das inúmeras narrativas de viajantes nacionais e ou estrangeiros em suas diferentes motivações. Dessas narrativas uma imagem ainda persiste do sertão: área remota, isolada, "fim do mundo."

No Paraná, o início do período republicano foi marcado por generosas sugestões acerca dos seus territórios vazios, como generosas foram às descrições ufanistas sobre o Estado. No fervor do projeto paranista, as referências para a natureza e para as belezas idílicas de seus sertões eram proclamadas. A geração ou gerações desses intelectuais discursavam esse composto de palavras de ordem e propaganda. Fazer elogios ao território, equivalia atrair investimentos, expandir a fronteira agrícola bem como criar de um sentimento de pertencimento ao estado e seus habitantes. Disseminar essas idéias representava colocar o Estado, aparentemente de economia marginal, exportadora de erva-mate e madeira, em sintonia com as transformações pelas quais passava o país. Buscava-se assim, nos primeiros anos do regime republicano tecer alguns capítulos da história do Estado a partir da sua rica geografia, de suas riquezas e de sua população em sua diversidade étnica. [3]

---

[2] Discussões acerca das bases para a nacionalidade no início do século XX encontram importantes contribuições em OLIVEIRA (1990, a,b,).

[3] Keinert (1978). O autor constrói uma leitura acerca dos fundamentos desse movimento a partir da dinâmica do capitalismo. A partir dessa, procura explicar conseqüências do relacionamento existente entre regionalismo e anti-regionalismo no Paraná. Para Pereira (1998) esse movimento surge "no início do século em Curitiba em

Como exemplo de uma imensidão interior localizada em território paranaense, as terras a extremo-oeste do Estado permanecerão até as primeiras décadas do século XX, também imersas na representação do sertão, quer seja pela sua diminuta e esparsa população de nacionais, quer seja pelas características de sua economia voltada notadamente ao Rio Paraná, e em conseqüência para o Prata. [4]

"o pharmaceutico é paraguayo; o médico é espanhol; o chefe de contabilidade e o do deposito são allemães. [...] a peonada é paraguaya ou argentina". (NOGUEIRA, 1920: 115). E mais a frente: "Precisamos <<nacionalisar>> de facto aquellas paragens do territorio nacional", proclama o narrador! Lá é um lugar "onde quasi só se houve falar castelhano e guarani e onde há vastos latifundios em mãos dos estrangeiros." (IDEM, 1920:159)

Delineia-se nas advertências do autor, não só uma rede de interesses que os relatos eram urdidos, como também os argumentos de que essa extensão de terras, subocupada por paraguaios, argentinos e escassos indígenas, seriam proveitosamente revertidas em benefício do país se colonizadas por laboriosos e civilizados brasileiros. Ademais, fica evidente que se pretendia incorporara região à ordem urbana, ao mundo da racionalidade. Ocupar o espaço com matizes nacionais era, portanto, uma forma de atualizá-lo com o país. Assim, esses sertões paranaenses, espaços obscuros inclusive na cartografia, tornam-se objetos de descrição de inúmeros viajantes brasileiros tais como André Rebouças, Cândido Ferreira de Abreu e José Maria de Brito. O conjunto de seus dizeres procura enumerar os atributos da terra. Essa atitude, ao que me sugere, reflete dois olhares sobre a natureza: seu encantamento e formas de civilizá-la. Um relato que merece destaque foi produzido por Nascimento (1903). Nesse relato, descreve o trajeto que fizera à foz do Iguaçu seguindo o próprio rio em 1903. Além desses, Nestor Borba em companhia de Telêmaco Borba no final de 1875, também produziram um rico relato sobre a região. Ambos percorreram o trecho entre Curitiba e a

---

uma época de efervescência cultural em função do surto da erva mate. Época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais." (PEREIRA, 1998:76). Souza (2002) questiona a noção de Paranismo como forma de explicar ou significar "tudo sobre o Paraná." Para o historiador não há uma historiografia do Paranismo e sim estudos esparsos e fragmentados elaborados momentos diversos. Conforme ele, se considerarmos a máxima "tudo é Paranismo," existiria uma historiografia paranista.

[4] Freitag (2001) destaca que até a década de 1930 esse território estava ocupado por estrangeiros, proprietários de vastas extensões de terras, as quais congregavam em torno de si trabalhadores, também estrangeiros e escassos indígenas. A entrada dos primeiros teve início no final do século XIX, atraídos pela grandeza dos ervais e das matas que extraíam erva-mate e madeira que eram remetidos aos mercados do Prata. Esse território, estava, portanto, integrado à Argentina e ao Paraguai pelas intensas, relações comerciais que detinha com Buenos Aires, Corrientes, Possadas e Missiones. Outra contribuição encontra-se em WACHOWICZ (1987).

Colônia do Jataí, as margens do rio Tibagi, seguindo de canoa pelos rios Tibagi, Paranapanema e Paraná até atingir as quedas. [5]

Essas e tantas outras narrativas são partes de um corpus documental mais amplo de relatos de viagens a esses territórios paranaenses. Cada um deles, é um valioso testemunho na construção da identidade paranaense na medida em que eles,contém certas representações de regionalidade que funcionam como referência básica para o imaginário em torno do próprio Estado na época em que foram forjados. I

Os sentidos atribuídos ao território, encontraram, a nosso ver, nas narrativas que pretendo percorrer, importantes pontos de ancoragem. Esse encaminhamento concorre para pensarmos esse espaço enquanto região, que não existe a priori. Como um construto de diferentes agentes coletivos elaboradas no decorrer do tempo e que, portanto, não se deu separado de qualquer intenções e controles. Seguindo essa linha teórica, defino os discursos em torno do Paraná como um discurso regionalista, ou melhor, como o "discurso performativo" que para Bourdieu (1989) procuram impor como legítima uma determinada visão do que vem a ser o Paraná.

Esses relatos compõem o que chamamos de discurso regionalista a medida que também fundam ou tendem a afirmar um ponto de origem, criando sentidos, projetando-se e instalam-se no imaginário social Portanto, quando alguém se lança na empreitada de narrar os espaços percorridos, está, em verdade, construindo, a partir de atos de nomeação, uma imagem, ou ainda, um mundo social. Os relatos a seguir possuem como epicentro de suas narrativas cachoeiras (em conseqüência a natureza) e o trajeto entre os territórios de Guaíra e Foz do Iguaçu pelo trecho navegável do Rio Paraná - temas esses pelos quais os narradores procuraram pensar um Paraná no sentido mesmo de pensar o Brasil. Esses relatos são indícios da possibilidade de existência da relação entre espaço, narrativa e memória. O espaço narrado, nessa perspectiva surge como resultado de uma prática que se encontra na base de uma relação existente entre narrativa e historiografia. Mais ainda, surge como uma fonte e como um ato histórico e que contêm historicidade(s) própria(s) a(s) quais seus narradores nos permitiram ver através de suas lentes.

[5] O primeiro, tornou-se sertanista e atuou na guerra do Paraguai. A narrativa daí produzida preencheu um grande número de páginas em que a marca foi a ânsia em explorar os "vazios "dos mapas, descobrir plantas e terras, nomeando-os e descrevendo-os.Ver demais discussões em torno do tema em Denipoti e Berberi (1999).

Coronel José Cândido da Silva Muricy, nascido em 1863, filho de médico homônimo, fora cadete da Escola Superior de Guerra, no golpe que derrubara a monarquia brasileira, o que assegurou-lhe, em um certo sentido, uma rápida ascensão militar. Denepoti e Barberi (1999) chamam atenção para o fato de que muito embora não fique claro que tenha nomeado as imensas quedas d'água do rio Iguaçu, ele, "juntamente com o alferes Edmundo, foram os primeiros a verem-na no período republicano."(DENEPOTI e BARBERI, 1999: 4). Esse jovem viajante, em 1892 aos 33 anos, cumpria tarefa de abastecer com víveres à recém implantada Colônia Militar da foz do Iguaçu.[6] Esse, bem como tantos que cursaram esse trajeto foi invadido pela sensação de isolamento: "penosissima viagem" [...] asperrimo sertão, o maior e o mais bruto do estado". (MURICY, 1896:4).

Suas palavras realimentam a imagem sertão – ilha – solidão, posto que para ele a região simulava um universo encerrado em si e fechado ao restante do mundo a exemplo das palavras que seguem:

> *de Catanduvas em diante o caminho é horroroso; o solo muito accidentadoe o matto apresenta-se em toda sua pujança, mostrando na desmedida grossura de troncos colossaes, que conta por dias os seculos da existencia. Além disso tem-se de atravessar manchas de léguas de extensão, só de taquerussús, por um verdadeiro túnel cortado nas enormes touceiras. Caminha-se horas inteiras; sem se ver uma nesga siquer de céo. Quasi que toda a viagem foi feita debaixo de chuva, que tornava os caminhos que não são bons horrorosos. Dáhia a cançar quasi toda a tropa, a ponto de serem tropeiros obrigados a viajara pé para porem cangalhas nos animaes que monatava. Levemos 34 dias para atravessar o sertão. Os generos que levavamos acabaram e fomos obrigados a lançar mão da farinha que ia para a colônia.* (IDEM:17-18)

A sensação isolamento narrada acima no meio da solidão do lugar percorrido possui um sentido que passava pelo seu entendimento do que, para ele deveria vir a ser o próprio país. Visão de acordo com um tempo para o qual a natureza, símbolo da brasilidade, passou a ser tratada como um espaço passível de intervenção social para a implantação de novos espaços de produção e sociabilidade. Essa narrativa comporta assim a idéia de um lugar cuja negatividade advém de seu próprio território.

Em 1905, Manoel de Azevedo da Silveira Neto, funcionário do Ministério da Fazenda, chegava a cidade de *Iguassú,* na época, Colônia Militar como responsável pela

[6] Localizada na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, como parte do projeto de integração e segurança nacional essa Colônia fora oficialmente criada em 1888.

instalação de uma Mesa de Rendas Federais. Após percorrer longo trajeto, reeditou sua saga em uma série de conferências públicas. A primeira delas, apresentada em um colóquio denominado *Sabados literários* dirigia-se a um seleto público de intelectuais no Rio de Janeiro no ano de 1910. Essa palestra, ilustrada pelo recurso fotográfico, veio a público financiada pelo governo paranaense e serviu sobremaneira como instrumento de divulgação das belezas naturais e das potencialidades do Estado para o progresso da Nação. Em uma narrativa recheada de tons ufanistas, o viajante descortinou uma paisagem interior procurando demonstrando que, conquistar essa extensa região desconhecida, representava sobretudo, vencer o mistério que a cercava para revelar a nação que pulsava no interior do Brasil:

> *Rumo aos saltos do Iguassú. Munidos de farnél e preparos de pouso, cavalgamos os nossos animais, na séde da antiga Colonia do Igassú, e partimos por invios atalhos, florestas adfentro, dorso curvado para evitar o galho pendente ou o espinheiro agresssivo da picada. A'frente um camarada, facão em punho, abria o matagal* [...] *Atravessamos cautelosamente* [...] *galgamos a barranca oposta e abrimos vereda para frente pregozando a nova emoção que nos aguardava.* (NETO, 1939: 142)

Júlio Nogueira, professor, especialista em lingüistica, ao final de 1919, ao sair do Rio de Janeiro, no gozo de suas férias, percorreu o Estado de Santa Catarina, as cidades de Buenos Aires e Montevidéu, adentrou pelo Prata, até o *porto Iguassu*, último domínio brasileiro. De lá, seguiu a trilha navegável do Rio Paraná, até as quedas do *Guairá.* Durante o percurso, reteve as minúcias, de quem, na passagem, intencionalmente as colheu.

Cada um desses viajantes, com exceção do José Cândido da Silva Muricy, percorreu em itinerário próprio o curso das águas, do Rio Paraná. Todos, no entanto, se colocaram de frente as quedas d'água do *Iguassú,* ponto de extrema brasilidade. Na realidade, chegar até os Saltos de Santa Maria, (Cataratas do Iguaçu) constituía a grande expectativa dos três viajantes. Atingir esse último domínio brasileiro - representava redescobrir o Brasil para si e ao mesmo tempo para os brasileiros. [7]

Julio Nogueira foi o narrador que melhor expôs a sensação de que ali se encontrava uma região, que parecia estar de costas para o restante do Estado**:**

[7] A rota mais comum para se chegar ao *Iguassú*, e dali alcançar o *Guairá* iniciava-se no Rio Grande do Sul, prosseguindo via Montevidéu, Buenos Aires, Rosário, Corrientes e Posadas; as quatro últimas na República da Argentina; e daí subindo o Rio Paraná até o a foz do Rio Iguaçu ou *Porto Iguassú*, na linguagem da época, sobretudo, em navios argentinos ou paraguaios.

> *entre Guarapuava a Foz do Iguaçu o percurso era feito em 72 horas de automóvel. Esse meio de transporte, entretanto , é no momento carissimo, por causa do desgaste material ocasionado pelas condições ainda imperfeitas daquella via. Até hoje a viagem, tem sido feita [...] por estrada de ferro, via Uruguayana, de onde, transposto o riu Uruguay, continúa, em paso de Los Libres, pela estrada de ferro argentina até Posadas e dahi, pelo alto Paraná, até a Foz do Iguassú.* (NOGUEIRA, 1920: 6)

Cada narrador, apesar da distância que os separava no tempo, animava-se pela possibilidade de colocar-se, mesmo que diminuto, diante da imensidão das águas:

> *Obra monumental da natureza* [...] *um espetaculo interessante. A paysagem que d'ahi descortinava-mos, era bonita. Tinhamos um grande sentimento de sermos tão poucos a admirar obra tão bella da natureza: e como ahi, em diversos outros pontos do nosso estado, tivemos alem d'esse sentimento , o de não encontrarmos algo a quem communicar as impressões que nos iam n'alma.* (MURICY, 1896:45).

Interessante destacar que duas décadas mais tarde, Julio Nogueira, orientado por esse mesmo rumor, também afirmava estar diante do mais belo espetáculo de sua vida. E, nos trajetos assim representado, os viajantes marcaram um lugar oeste nos confins do Paraná, linha limite para a civilização. Nesses diferentes percursos, há alguns temas intimamente entrelaçados. **O primeiro** refere-se à mata verdejante, cujo exotismo enchiam os olhos dos narradores. O imaginário construído sobre as matas, carregaria consigo **o lugar - sertão**, extensão de um Brasil abandonado que deveria ser recuperado pelo **progresso,** e não menos importante, o encantamento ao tocar os pés no último domínio, diante das imensas quedas d'água, que a anteriormente desvelamos nessas esparças passagens.

> *Nésse canto tão longe das autoridades brazileiras. Tão longe, perdidos isolados no meio déssas solidões, entristece-nos o alegre cantar do passarinho, doe-nos no intimo o triste gemor da jurity [...] ao cahir da tarde. Amedronta-nos o monotono ruido das cascatas, encommoda-nos o farfalhar das folhas, embaladas pelo vento, tudo enfim nos causa uma desagradavel impressão, porque tudo insensivelmente se alia ao nosso isolamento. É preciso muita força de vontade e quasi nenhuma amor á vida, para não desanimar, no meio d'esse sertão, onde não se encontra um habitante, um ente que em caso de necessidade venha em nosso socorro..* (Muricy, 1896)

Os atributos citados nessa epígrafe, em uma primeira "mirada," são sugestivas pelas representações regionais que carregam consigo. Extraídas ao longo da narrativa de José Cândido Muricy, sem nenhuma consideração das páginas que se encontram, essas colocações

expressam apropriações do espaço elaboradas ao longo das demais narrativas aqui destacadas. Assim refazer os percursos desses viajantes significou, de algum modo, transitar por um mapa demarcado por oposições: em um extremo, pela negatividade posto que ali não havia indústrias, comércio, meios de comunicação, ou brasilidade, em outro, pela positividade contida na exuberância de suas matas.

Como o escritor-viajante de Süssekind, (1999) que ao dizer "o Brasil não é longe daqui" demonstra a sensação de "não estar de todo" esses viajantes também revelaram uma inadequação ao lugar encontrado. No entanto, acrescentaram que ali, apesar de tudo, com certeza estava o Brasil. Suas idéias miragens apoiadas no real ao comportarem também dimensões do sonho e ilusões do espírito, recolocaram em evidência representações do espaço paranaense contribuindo para a construção de uma memória social para o país. Os textos aqui destacados, ao cunharem individualmente um espaço a conquistar também expressaram uma "sensibilidade coletiva a respeito da organização espacial do país, resultado do processo de conquista." (ARRUDA, 2000:17). Aliás, apesar de produzidos em momentos diferentes (1892, 1905, 1919) e, de suas distintas estruturas, essas, contribuíram para pensar o Brasil em seu processo de formação e que se mostra ainda inacabado a procura da sua conclusão.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Gilmar, **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.

BARBIERTI e DENIPOTI, **Relatos de Viagem de Guaíra a Foz do Iguaçu (1870-1920).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas, migrações internas e a construção de um espaço vital (1937-1954)** São Leopoldo, 1997. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

IVANO, Rogério. **Crônicas de fronteira imagem e imaginário de uma terra conquistada**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista. UNESP, Assis: São Paulo, 2000.

MURICY, José Cândido da Silva. **Á foz do Iguassú. Ligeira descripção de uma viagem feita de Guarapuava á Colôna da Foz do Iguassú em novembro de 1892**. Impressora paranaense: Jesuíno Lopes &cia. Rua Riachuelo, n. 19, Curityba, 1896.

NASCIMENTO, Domingos. **Pela Fronteira**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1903.

NOGUEIRA, Julio. **Do Rio ao Iguassú e ao Guairá**. Rio de Janeiro: Typ. Editora Carioca, 1920.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVEIRA Neto. Manoel de Azevedo da. **Do Guairá aos Saltos do Iguassú**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

WACHOWICZ, Rui C. **Obrageros, mensus e colonos**: História do oeste paranaense. 2.ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

SÜSSEKIND, Flora**. O Brasil não é longe daqui: o narrador a viagem**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

O espaço dos mortos na cidade dos vivos

André Luiz Rosa Ribeiro*

O presente trabalho insere-se nesse campo de investigação, explorando as intervenções urbanas postas em prática em São Jorge dos Ilhéus, nas décadas finais do século XIX e primeira metade do século XX, relacionando-as com características mais gerais do processo histórico por que estava passando a região cacaueira do sul baiano, no período. Trata-se da fase de consolidação da economia do cacau e de definição da identidade regional. Buscou-se estudar a relação existente entre a memória, entendida como um fenômeno construído coletivamente, e o sentimento de identidade.

A região cacaueira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação de uma memória coletiva que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica do sul baiano, por elementos das mais diversas procedências agrupados em núcleos familiares e políticos. Essa memória, que desempenhou um importante papel nas lutas entre grupos pela hegemonia local, desenvolveu-se a partir das representações produzidas como meio de legitimação do poder social e político, presentes nas narrativas memorialistas, na literatura e na arquitetura urbana e cemiterial, foco desse estudo.

O estudo das representações permite apreender a homogeneidade e continuidade das idéias formadas ao longo das gerações e também os momentos de ruptura. Permite identificar o que se quis que fosse preservado e o que foi relegado ao silêncio. A constituição da memória impõe operações de segregação, a sua manutenção, exige a exclusão daquilo que possa contradizer ou contestar a imagem que está sendo formada. Assim, a estruturação da memória coletiva está associada ao contexto social, em particular às lutas políticas. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das principais preocupações dos grupos e indivíduos que dominam sociedades históricas.

A manipulação do imaginário é especialmente importante num contexto de mudança social, como o que viveu a sociedade ilheense a partir das últimas décadas do século XIX. Nele, diferentes grupos de uma elite agrária disputavam a hegemonia na região. O

* Faculdade Santo Agostinho – FACSA.

embate incluiu a expressão simbólica da representatividade social e política na feição urbana e na arquitetura cemiterial. Os novos ricos do cacau, em busca de um reconhecimento social condizente com a sua condição econômica, buscaram construir a imagem de uma Ilhéus moderna e progressista, construídas pelos homens feitos por si. Com isso, estavam consolidando a idéia de que as plantações de cacau tinham sido abertas unicamente pelo esforço de pequenos proprietários e suas famílias, que depois se tornaram prósperos cacauicultores. Esta visão silencia sobre a lavoura cacaueira no período anterior à década de 1890 e sobre o papel desempenhado pelos fazendeiros e comerciantes pertencentes à elite tradicional,que investiram no desenvolvimento do espaço regional, além de desconsiderar o uso inicial da mão-de-obra escrava.

A arquitetura cemiterial pesquisada é a do cemitério oitocentista de Nossa Senhora da Vitória, o maior e mais antigo cemitério a céu aberto do sul da Bahia, que abriga sepulturas e jazigos que se destacam não somente pela quantidade mas também por sua qualidade artística. O cemitério municipal da Vitória, resultado de uma política administrativa e urbana orientada para o embelezamento do espaço e uso racional do solo, expressa os confrontos e alianças entre grupos no contexto estudado.

O estudo tem como pano de fundo um quadro do sistema social no qual a produção artística e arquitetônica serviu como um elemento, entre outros, na luta pelo poder simbólico e material. Buscou-se abordar as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas no contexto de formação da região cacaueira, focalizando os mecanismos baseados nas relações familiares e nas práticas de construção de memória, utilizados na afirmação do poder de determinados grupos.

Os documentos pesquisados para compor esse quadro fazem parte dos acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo do Fórum Epaminondas Berbert de Castro, Arquivo da Diocese de Ilhéus, Arquivo Municipal de Ilhéus, Arquivo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz e em arquivos particulares. Foram consultados os acervos das Bibliotecas Municipais de Ilhéus e Itabuna, Bibliotecas dos Mestrados em História e em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Biblioteca do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz e da biblioteca particular do escritor Raimundo Pacheco Sá Barretto, o que

possibilitou a leitura da maior parte da vasta produção de obras de memorialistas e de estudos científicos sobre a região cacaueira da Bahia.

De muitas formas, o processo de investigado se expressa nas reformas urbanas levadas a efeito em Ilhéus. As mudanças radicais implementadas na cidade visavam construir uma Ilhéus ideal, a "Capital do cacau". Em poucas décadas a pequena vila litorânea, de feições coloniais onde predominava o barroco, é transformada em uma das mais modernas cidades do nordeste brasileiro, símbolo do progresso e da civilidade. Esse processo esteve associado à construção de mitos fundantes da região cacaueira do sul baiano. Analisar o papel simbólico da arquitetura e a maneira pela qual se difundiu em determinado contexto histórico é uma forma privilegiada de compreender as mudanças e contradições no corpo social. A documentação aqui inclui fotografias da cidade de Ilhéus no período de estudo, leis municipais e códigos de posturas elaborados pelas administrações locais, e artigos de jornal sobre as intervenções urbanas.

Uma das principais intervenções teve por objetivo a transformação do espaço cemiterial ilheense. Desse processo resultou uma paisagem na qual foi se impondo como um novo além: a memória dos indivíduos e dos grupos. Os cemitérios são um importante domínio para a observação e análise, a partir da cultura material, de fenômenos da dinâmica social. As sepulturas, e o aparato que as acompanha (estátuas, símbolos, material e epitáfios), constituem uma documentação ímpar para a investigação histórica. A pompa e a singeleza traduzem as desigualdades e fornecem um mapa social do espaço da morte, de acordo com o tipo de sepultura (perpétua ou comum, vertical ou horizontal), a qualidade e diversidade do material empregado, o seu tamanho e localização espacial (zonas privilegiadas ou periféricas), a qualidade e diversidade do material empregado. Também a forma dos funerais, o luto, os epitáfios e necrológios remetem a características da sociedade estudada.

As fontes iconográficas presentes nos cemitérios, além da sua qualidade estética, se apresentam como signos a serem decifrados, permitem olhar o passado sob um novo prisma. Analisadas como índices de época, criados para representar a percepção de mundo dos seus construtores, são fontes importantes para o estudo das sociedades, oferecendo significativas informações sobre o seu cotidiano e imaginário coletivo. Formas e estilos na arquitetura e na escultura respondem a circunstâncias sociais. Por esta razão, é adequado

procurar, nesses tipos de artefato, elementos que iluminem nossa percepção da sociedade que os produziu.

A análise do cemitério de Nossa Senhora da Vitória foi iniciada com o reconhecimento topográfico do terreno e do seu traçado. Em seguida procedeu-se à quantificação e catalogação das sepulturas construídas no período delimitado pela pesquisa, tendo sido analisados um total de 355 jazigos perpétuos. A dimensão dos túmulos foi analisada por área ocupada em metros quadrados, com base em padrões estabelecidos pelo Código de Posturas Municipal: Padrão Pequeno (PP), túmulos com área menor a 2 metros quadrados; Padrão Médio (PM), túmulos com área entre 2 e 4 metros quadrados; Padrão Grande (PG), túmulos com área entre 4 e 6 metros quadrados; e Padrão Superior (PS), túmulos com área superior aos 6 metros quadrados estipulados como limite ao espaço ocupado. A princípio, considerou-se que a dimensão seria melhor expressa pelo volume. Entretanto, por este de muito mais difícil cálculo devido à diversidade de formas das sepulturas, e após constatar que os maiores túmulos em volume eram também os maiores em área ocupada, decidiu-se adotar esta última como critério de tamanho.

A datação dos túmulos foi dividida em três períodos: o primeiro, entre os anos de 1880 a 1900, fase dos túmulos datados mais antigos e início da consolidação econômica do cacau como principal produto da pauta de exportação da Bahia; o segundo, entre 1910 e 1930, fase da ascensão social da nova burguesia baiana ao poder político local; e o terceiro, entre 1940 e 1950, fase final do fenômeno do coronelismo regional e ampliação da presença de novas camadas sociais nas construções tumulárias.

Ao final do século XIX, Ilhéus experimentava a expansão da lavoura do cacau, que tornava o sul baiano a principal região econômica do estado. A camada social dominante dividiu-se entre fazendeiros tradicionais e novos ricos, agrupados em núcleos políticos de cunho familiar, estes últimos em busca de representatividade e reconhecimento por parte da sociedade local, que correspondesse a sua situação econômica.

Em seus discursos, os diferentes grupos da elite cacaueira acabaram por difundir, cada um, a sua visão de mundo. Isto não seria feito apenas por meio do discurso escrito, inacessível para a maioria da população, possuidora de baixos níveis de educação formal. Os sinais mais universais como as imagens e os símbolos foram fartamente utilizados, havendo

mesmo um grande investimento de capitais, pois a disputa no terreno do simbólico e alegórico é parte integrante da luta política buscando influenciar no imaginário popular.

A manipulação do imaginário social foi particularmente importante em um período de profundas mudanças sociais, como as ocorridas na sociedade ilheense nas primeiras décadas do século XX, contexto da ascensão da lavoura cacaueira à condição de principal produto de exportação da Bahia. Esse fenômeno foi levado a efeito principalmente pelo grupo dos novos ricos do cacau, em sua tentativa de manipular os sentimentos coletivos com o objetivo de criar um novo conjunto de valores sociais, urbanísticos e políticos e, em decorrência disso, uma nova sociedade liderada pelos homens feitos por si.

Com base no mito do progresso, foi dada uma nova feição urbana à cidade de São Jorge dos Ilhéus, tornada símbolo das mudanças sociais trazidas pela consolidação econômica da lavoura cacaueira. Os mentores das reformas projetaram a eliminação de todos os elementos do passado que não se adequassem ao ideário progressista, demonstrando um total desprezo pelos elementos do passado que não contribuíssem para a edificação da cidade ideal, a "Capital do cacau" e "princesa do sul". Os mais abastados membros da burguesia regional dedicaram-se com afinco a deixar sua marca em monumentos urbanos, prédios e túmulos, que constituem verdadeiros discursos. Sua construção obedeceu não só a idéias políticas, mas também a concepções estéticas segundo as quais a arte deve ser a idealização da realidade.

O que está em jogo na memória é o sentido da identidade individual e coletiva. A memória serve para manter a coesão dos grupos que compõem uma sociedade, para definir sua complementaridade, mas também estabelecer as oposições em relação uns aos outros. O fenômeno de secularização dos cemitérios criou condições de possibilidade para que também o culto dos mortos fizesse parte do processo de constituição de identidades e distinção dos indivíduos, famílias e grupos sociais e políticos. As diferenças estabelecidas entre a monumentalidade dos jazigos perpétuos e as sepulturas comuns eram análogas à distância entre os palacetes construídos pelos grandes fazendeiros e comerciantes e as casas populares dos bairros periféricos. Nas elites econômicas, o empenho na demonstração de status se verificava sobretudo entre os recém enriquecidos.

Uma análise dos ritos fúnebres em geral revela mais nuances de como as camadas mais favorecidas da população ilheense podiam utilizar o momento da morte para expressar os seus valores. Os cortejos, o luto, os rituais de sepultamento, anúncios e necrológios

também constituíram formas de perpetuar a memória individual ou familiar e auxiliavam a construir uma imagem ideal da existência do morto, da prosperidade regional e seus agentes.

As elites cacaueiras acabaram por transferir para o cemitério as hierarquias sociais nas quais eram dominantes. Passou a ser cada vez mais importante para o indivíduo e sua família possuir uma concessão perpétua, considerada como uma propriedade inalienável e transmissível aos descendentes, um verdadeiro marco do prestigio social e das afetividades familiares. Os túmulos erguidos no cemitério da Vitória, símbolo da riqueza material da cidade e da própria região produtora de cacau, constituem, desta forma, documentos da trajetória econômica e social da região.

Abordar um tema difícil e instigante como a produção arquitetônica e iconográfica, e sua relação com a memória e a identidade de uma cidade, é um grande desafio. Muito ficou para ser feito. Esta é, pois, uma primeira tentativa de compreender o lugar dos mortos na construção da memória e de hierarquias sociais na cidade dos vivos.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Representações sociais presentes na crônica esportiva

Miguel A. de Freitas Jr.*

Resumo: Este artigo apresenta uma proposta metodológica, que visa auxiliar no trato da crônica esportiva como uma fonte literária privilegiada para se perceber os sentimentos presentes em um determinado momento social. Para atingir este objetivo, trabalhou-se com a crônica intitulada: "Complexo de Vira-latas", de autoria do dramaturgo Nelson Rodrigues. Apresentou-se um quadro teórico, que pode subsidiar a análise deste tipo de documento. Este quadro foi criado levando-se em consideração que é fundamental respeitar o momento da produção literária; quem a produziu; a quem se destina e se algo significativo foi omitido. Entende-se que a riqueza deste tipo de análise está no processo tenso criado entre a indeterminação presente no futebol, a liberdade de criação do autor da crônica e a flexibilidade do conceito de verdade estabelecido pela Nova História Cultural. Percebeu-se que através deste tipo de documentação é possível analisar vários dos dilemas presentes na nossa sociedade e que o futebol é um objeto que possibilita a determinação de singularidades presentes na cultura brasileira.

Palavras-chave: Literatura – história – futebol.

Abstract: This article presents a methodological proposal, that seeks auxiliary in the treatment of the chronicle sportiv as a privileged literary source to notice the present feelings in an of-finished social moment. To reach this objective, one worked with the entitled chronicle: " Complex of Tykes ", of playwright's Nelson Rodrigues authorship. He/she came a theoretical picture, that can subsidize the analysis of this document type. This picture was created taking itself in consideration that is basic to respect the moment of the literary production; who produced her; to who is destined and if something significant it was omitted. One understands each other that the wealth feels analysis type it is in the process tense servant among the present indetermination in the soccer, the freedom of the author's of the chronicle creation and the flexibility of the established truth concept for the New Cultural History. It was noticed that is possible to analyze through this documentation type several of the present dilemmas in our society and that the soccer is an object that makes possible the determination of present singularities in the Brazilian culture, in other words, it assisted in the definition of the one that is be Brazilian, transforming the identity in something concrete, and disclosing for the world the virtues of your people, that were expressed through the players of the Brazilian Selection.

Key-words: Literature – history – soccer.

Introdução

* Professor Adjunto de Fundamentos Sociológicos e Antropológicos da Educação Física e dos Esportes na UEPG, Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná. mfreitasjr72@ibest.com.br

Após a Segunda Guerra Mundial, muitas "verdades" históricas foram colocadas em xeque. A sociedade se deparou com reivindicações de vários grupos emergentes, dentre os quais se destacaram os movimentos dos negros, dos homossexuais, das mulheres, das populações minoritárias... Ao levantarem novas questões, estes grupos acabaram criando uma crise para as Ciências Sociais e Humanas, que não encontraram em seus consagrados métodos, instrumentos que lhes permitissem compreender o que estava acontecendo. Estes acontecimentos acabaram legitimando o processo de esgotamento que vinham sofrendo os modelos clássicos que visavam explicar os fatos como verdades absolutas.

Dentro da historiografia especificamente houve uma guinada hermenêutica, fazendo com que se buscassem respostas em lugares inusitados e/ou que fossem realizados estudos de indivíduos que anteriormente eram desprezados. Em síntese, foi necessário repensar a função da história, seja nos seus modelos explicativos, nas suas fontes documentais, nos seus objetos de análise... Para Chartier criou-se o tempo da dúvida:

> *"Este é o momento de um questionamento da função da história, do que é, hoje, a história como disciplina, e da perda de um certo número de certezas, a perda principalmente, do valor estruturante dos paradigmas até então em utilização"*[1].

Neste sentido, entende-se que para realizar uma análise da história do esporte/futebol brasileiro é necessário distanciar-se de todas as contingências que possam induzir as certezas e posicionamentos definitivos. O que nos remete para questões metodológicas bastante delicadas, tendo em vista a incipiência desta abertura para novos temas e fontes de pesquisas.

Busca-se neste estudo, apresentar algumas possibilidades metodológicas que possam auxiliar na utilização da literatura como uma fonte privilegiada, que pode ajudar a revelar os sentimentos presentes em uma parcela da sociedade de uma determinada época. No Brasil, é recorrente a necessidade de pensar a especificidade vivida para conseguir determinar quem somos, o que somos e porque somos desta ou daquela maneira. Durante muito tempo isto foi tarefa dos intelectuais, que buscavam respostas a partir da singularidade brasileira, para isto utilizavam a literatura, o cinema, a fotografia, o esporte o teatro..., como formas de representar os acontecimentos do cotidiano.

---

[1] CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

Para poder realizar o exercício teórico proposto neste artigo, trabalhou-se com uma das crônicas mais significativas (no que se refere a questão da identidade nacional), escrita pelo dramaturgo Nelson Rodrigues e intitulada: "Complexo de Vira-Latas".

A Crônica

A crônica foi analisada levando-se em consideração que ela é um documento de época, escrita no "calor" dos acontecimentos. Sendo uma fonte marcada pelas ideologias do jornal/autor, consequentemente do seu universo cultural. Verificou-se que muitas das crônicas escritas sobre o futebol, além de tratar das questões tributárias do esporte, acabaram se tornando um espaço para a reflexão sobre a identidade, as afirmações e os dilemas nacionais.

Entre os autores que escreviam crônicas esportivas de cunho sociológico[2], escolheu-se como interlocutor deste estudo, o cronista Nelson Rodrigues[3]. Devido a sua significância neste campo[4]. Como indica Antunes:

> *"... Nelson discorreu sistematicamente sobre o significado do futebol no Brasil e de como uma nação inteira se identifica com esse jogo, podendo mesmo ser explicada por meio dele. Talvez sem perceber ou mesmo sem pretensão de formular teorias sobre o assunto, Nelson construiu uma interpretação da brasilidade pelo futebol"*[5].

---

[2] Recentemente descobriu-se que muitos intelectuais escreviam sobre o futebol para diferentes jornais. Entre eles destacam-se: Carlos Drummond de Andrade - escreveu no Jornal Correio da Manhã, entre os anos de 1954 e 1969 e também no Jornal do Brasil, entre 1969 e 1984. José Lins do Rego, escreveu no Jornal dos Sports, entre 1945 e 1957. Mário Rodrigues Filho, escreveu a partir de 1928 no Jornal A Manhã, ainda em 1928 acompanha seu pai que abre um novo Jornal, chamado A Crítica, em 1931, vai para o Jornal O Globo, em meados de 1931 ele lança o seu próprio jornal esportivo que durou apenas oito meses, em 1936 ele compra o Jornal dos Sports, onde escreve até a sua morte em setembro de 1966.

[3] Nelson Rodrigues nasceu na cidade do Recife - PE, em 23 de agosto de 1912, morreu em 21 de dezembro de 1980, no Rio de Janeiro. Era o quinto filho dos catorze que o casal Maria Esther Falcão e o jornalista Mário Rodrigues tiveram. Uma boa definição deste cronista é proporcionada pelo seu filho, na introdução do livro "O Profeta Tricolor", ao mostrar que: Nelson Rodrigues será eternamente lembrado como o dramaturgo maior, pai do moderno Teatro Brasileiro; como romancista; como cronista de costumes; como alguém que valorizou e deu encanto todo especial ao folhetim; como um frasista de mão cheia e suas metáforas; como criador de diversas personagens que povoam nossa literatura, mas, como marca igualmente indelével, está o cronista esportivo e, sobretudo o ferrenho defensor do Fluminense... FILHO, Nelson Rodrigues (org.). **O profeta tricolor:** cem anos de Fluminense. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[4] Entre as várias funções desempenhadas por Nelson Rodrigues em sua vida como cronista esportivo, na década de 50 destaca-se a sua passagem como redator em jornais cariocas de grande circulação, como o Jornal dos Sports e o Jornal Última Hora. Além de possuir uma coluna fixa, na revista Manchete Esportiva, que era a revista esportiva de maior circulação nacional naquele momento.

[5] ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Com o Brasileiro não há quem possa!:** Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2004. p210.

Atualmente houve uma redescoberta deste autor, que passou a ser fonte de vários estudos[6], os quais realizam análises principalmente sobre a questão da identidade brasileira, tendo o esporte como eixo norteador. Para quem realiza este tipo de abordagem, é fundamental levar em consideração os cuidados apresentados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, quando este relata que:

> *"...Uma investigação efetivamente inspirada pela preocupação de romper com a ideologia carismática da criação e da leitura criadora, deveria tomar precauções para não se deixar impingir, no momento da definição do seu objeto, os limites em que se move a biografia, o que implica na decisão de tomar como unidade uma obra individual ou a obra de um autor particular ou mesmo um aspecto particular de uma ou outra. Antes é preciso situar o corpus constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição intelectual do grupo de agentes que o produziu. Em outros termos, é necessário determinar previamente as funções de que se reveste este corpus no sistema das relações de concorrência e de conflito entre grupos situados em posições diferentes no interior de um campo intelectual que por sua vez, também ocupa uma dada posição no campo do poder"*[7].

Este tipo de preocupação acabou nos remetendo a elaboração de um quadro teórico (provisório) que pudesse auxiliar na análise dos documentos. Este quadro foi sendo construído a partir de categorias que emergiram da análise das fontes.

Quadro teórico de análise[8]

Localização global do texto no contexto em que ele foi produzido

O final da década de 50 e início da década de 60 é um momento de mudança no discurso político brasileiro. Neste processo de transição, vive-se o esgotamento do nacional

---

[6] Entre os estudos produzidos recentementes sobre este autor vale a pena conferir: MARQUES, José Carlos. **O futebol em Nelson Rodrigues:** o óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas. São Paulo: EDUC, 2000. VOGEL, Daisi. **Uma leitura do tempo e do espaço na obra de Nelson Rodrigues.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em de Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1997. ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Com o brasileiro não há quem possa.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1999.

[7] BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbolicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974, p. 185.

[8] Por uma limitação espacial, está sendo exposta somente a idéia central de cada categoria. Buscou-se não reduzir o número de categorias, por entender que esta metodologia pode vir a auxiliar outros estudiosos que estejam trabalhando com este tipo de fonte.

populista varguista e a entrada do discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK), que estava amparado principalmente nos estudos produzidos pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)[9].

A idéia de desenvolvimento econômico normalmente estava associada a idéia de riqueza nacional construída pela industrialização - nação desenvolvida é necessariamente nação industrializada. Por isso, era fundamental criar um homem maior que a natureza e livre de suas determinações. Se a natureza tem lógica própria, vencer a natureza implica em impor a ela a lógica do homem, aquela que através do trabalho e da técnica lhe permite superar a "condição de pobreza" que a natureza coloca. Foi com base nestes pressupostos que JK apresentou o seu Plano de Metas como base de sua Plataforma de governo. Prometendo fazer o país crescer 50 anos em 5 de governo.

- Quem está falando

Neste artigo optou-se em trabalhar com uma das crônicas de Nelson Falcão Rodrigues[10], ou simplesmente Nelson Rodrigues como ficou conhecido no mundo literário. Este autor nasceu em Recife, no ano de 1912 e morreu no Rio de Janeiro em 1980. Começou sua carreira de jornalista aos treze anos de idade, tendo uma trajetória ligada a família e principalmente a atuação do seu irmão Mário Filho[11].

É importante salientar que devido a um problema de saúde (tuberculose), Nelson Rodrigues perdeu 30% da visão, devido a uma questão de vaidade ele não aceitava usar óculos e tal fato fazia com que ele não conseguisse assistir plenamente um jogo realizado no Maracanã. Porém, isto não era problema para ele, pois de acordo com os princípios de Nelson "no jogo de futebol o pior cego é aquele que só vê a bola"[12].

---

[9] O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em julho de 1955 como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Foi um dos núcleos mais importantes da elaboração da ideologia nacional-desenvolvimentista que marcou a política brasileira desde a morte de Getúlio Vargas (1954) até a deposição de João Goulart (1964). Entre os seus fundadores estão Hélio Jaguaribe, Candido Mendes, Nelson Sodré... A esse respeito cf. BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves (coord.). DHBB – Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Cpdoc, 1984.

[10] Nelson Rodrigues escreveu várias crônicas de futebol à partir de 1940, até a sua morte aos 68 anos de idade. A partir de 1955 ele passou a escrever diariamente sobre esportes, inicialmente no Jornal dos Sports, escrevendo durante 11 anos neste jornal.

[11] A respeito da vida de Nelson Rodrigues, vale a pena conferir: CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico:** a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

[12] *Ibidem.*

Realizar um estudo tendo a crônica esportiva como referência central, é algo que só se tornou possível, devido as premissas estabelecidas na Nova História Cultural, que colocou em xeque o conceito de verdade, como sendo algo absoluto e único. Abrindo espaço para a utilização de conceitos como o de Representação, no qual o indivíduo tem a possibilidade de contar os fatos a partir daquilo que ele viu, ou seja, não há uma verdade e sim várias possibilidades de se reconstituir um mesmo acontecimento.

A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. As representações dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando a reflexão.

A força da representação não se dá pelo seu valor de verdade, ou seja, da correspondência dos discursos com o real. Tal pressuposto implica em eliminar do campo de análise o entendimento entre o real e o não real, uma vez que a representação tem a capacidade de substituir à realidade que representa, construindo um mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem. A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações apresentam múltiplas configurações, pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos sociais. Aquele que tem o poder (simbólico) de dizer e fazer crer tem o controle da vida social, o que implica que este indivíduo/grupo vai tentar impor os seus valores, normas, projetos ideológicos ... que podem orientar o gosto, a percepção, definindo limites, autorizando comportamentos e os papéis sociais.

- Em nome de quem está falando

Nelson Rodrigues escrevia diariamente em uma coluna chamada "Nelson Rodrigues dá Bom Dia". Inicialmente as suas matérias estavam localizadas no canto direito, de uma das páginas do Jornal (não ocupando um lugar destaque). Este fato vai paulatinamente sendo modificado, começando com a vitória brasileira no campeonato mundial de 1958 e consolidando-se com a conquista do bi-campeonato em 1962. Momento em que suas crônicas passa-

ram ocupar três colunas centrais da página 4 ou da última página, vindo sempre acompanhadas de uma charge sobre o tema tratado.

O Jornal dos Sports foi criado com o nome de "Rio Sportivo" sendo naquele momento um periódico que ia para as bancas duas vezes por semana. Administrado por Argemiro Bulcão, que após meses a frente do jornal, visualizou uma possibilidade de ampliar e fortalecer a imprensa esportiva. Por volta de 1930 Argemiro propõe parceria a Ozéas Mota, dono das oficinas onde eram impressos os jornais. Eles lançam então o Jornal dos Sports, ficando com ele até 1936, momento em que Mário Filho e Roberto Marinho, tornaram-se proprietários deste Jornal[13].

Na década de 50 o Jornal era dirigido por Mário Rodrigues Filho. Após a derrota na Copa do Mundo de 1950, a sua linha editorial diminuiu a exaltação ao brasileirismo. Através da influência dos escritos de Nelson Rodrigues, o jogador torna-se "um ser místico", deixando de ser um herói militar e passando a realizar grandes façanhas dentro do campo. São criados mitos como Pelé, Garrincha, Zito, Zagalo... Destacam-se as crônicas de Vargas Neto, Nelson Rodrigues e Mário Filho.

Quais as relações que são estabelecidas entre: emissor e receptor

As crônicas de Nelson Rodrigues sempre foram marcadas pela forma com que ele descrevia os fatos, utilizando-se constantemente de hipérboles para não deixar dúvidas sobre as "suas verdades".

Seu texto tem uma aproximação com a dramaturgia (teatro), sendo expresso de forma poética. Ele utiliza uma linguagem popular (contrário de erudito), apresentando um certo caráter funcional, através de exemplos vivenciados no cotidiano, de onde ele retira as imagens que darão suporte para os seus argumentos: *"... Só imagino uma coisa: - se o Brasil vence na Suécia, se volta campeão do mundo! Ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, rebentaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício[14]"* .

[13] Jornal dos Sports. **Uma seqüência para a história.** Disponível em: <http://www.jsports.com.br/superman/js/história.html>. Acesso em 15 jun. 2006.

[14] RODRIGUES, Nelson Falcão. Complexo de vira-latas. In: CASTRO, Ruy. **À sombra das chuteiras imortais:** crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O início da sua crônica era sempre através da palavra "amigos", como se fosse uma espécie de conclamação aos seus leitores, e a partir daí ele mantém um dialogo persuasivo, revelando certa intimidade e confiança no destinatário.

As crônicas deste autor são marcadas pela multiplicidade de sentidos, fator fundamental para quem escreve a crônica jornalística, pois ele necessita criar as imagens para o leitor. No caso específico do espetáculo esportivo, estas imagens não tem um planejamento prévio, pois dependem do que acontece no desenrolar do jogo para a sua construção emotiva. Cabe salientar que a crônica futebolística sobrevive da emoção, algo que Nelson aprendera com o teatro, pois para ele a vida era um drama que podia ser expresso no palco, na rua, no campo de futebol...

Uma das características centrais da crônica de Nelson Rodrigues é a utilização de metáforas como uma forma de transferência do sentido da palavra, não na sua forma denotativa, mas na relação que se torna possível estabelecer através do efeito de sentido:

> *"Por 'complexo de vira-latas' entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer eu nós nos julgamos os maiores é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Já na citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: - e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: - porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos. Eu vos digo: - o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: - para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão"*[15].

A idéia de inferioridade dos brasileiros frente ao estrangeiro, já havia sido destacada no projeto romântico brasileiro do século XIX. A originalidade de Nelson Rodrigues está no contexto em que ele trabalha esta idéia, utilizando-se de um ambiente não convencional - campo de futebol, para relatar sobre a cultura nacional e internacional. Para Nelson: "Ser ou não ser vira-latas?" Era uma das principais dificuldades em definir o nosso caráter nacional. Esta questão mal resolvida dificultava as nossas conquistas nos diferentes âmbitos sociais.

O autor busca convencer os seus leitores através do seu discurso. Para isto, ele utiliza-se de uma criação imagética, através da exposição de posicionamentos metafóricos que

[15] RODRIGUES, Nelson Falcão. Complexo de vira-latas. **Jornal dos Sports.** Rio de Janeiro, p.4.

acabam potencializando o sentido, quebrando a linearidade do texto, criando novas apreensões visuais e sintáticas, através de imagens totalmente inusitadas. Nelson constrói um cenário que lhe permite estabelecer um discurso político através da crônica esportiva, pela qual ele mostra que não conseguimos definir quem somos, pois somos locais, mas utilizamos referencias universais, ou seja, nós brasileiros não somos burgueses como os europeus, mas também não podemos nos representar através do primitivismo, pois para ele já superamos este estágio da civilização, só não conseguimos acreditar. A riqueza de suas crônicas está nesta tensão entre o que somos e o que idealizamos ser.

Conclusão

Na História Cultural, a relação com a literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de revelar o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. Fala-se do acontecido e do não acontecido, tendo a realidade como referente a confirmar, a negar, a ultrapassar, a deformar. Neste estudo, verificou-se que a relação entre o jogo e da atuação dos jogadores, foi reproduzido nas crônicas de acordo com a bagagem cultural e ideológica de Nelson Rodrigues, ou seja, elas demonstram uma das possibilidades de se representar fatos sociais ocorridos em um determinado momento e que foram expressos por um intelectual de significativo capital simbólico, fato este que muitas vezes nos leva a cristalizar determinados acontecimentos como sendo verdades inquestionáveis, que se mitificam no imaginário coletivo.

O estudioso que se vale da literatura como fonte pesquisa, deve levar em conta que a sua preocupação não pode ser a determinação de um fato, de um personagem real passado, ou conferir se algo terá ocorrido da forma como foi retrato. Pois se estes forem os seus objetivos, não é esse tipo de documento que se deve subsidiar a análise.

Porém, se a opção de trabalhar com a História Cultural como uma forma de resgatar as representações passadas, o reduto das sensibilidades e o investimento primário na significação do mundo, a Literatura é uma fonte realmente especial, que pode dar ao historiador aquele algo a mais que outras fontes não fornecerão.

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, seus preconceitos, medos e sonhos. Porque se fala disto e não daquilo em um texto. O

que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido. Para além das disposições legais ou códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.

A literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita. Ela é tomada a partir do autor e da sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época.

Neste sentido, pode-se perceber através das fontes que o futebol foi um elemento fundamental para a internacionalização do Brasil. Servindo inicialmente como um catalisador da formação do ideário nacional, apresentando um brasileiro que não se aceitava e uma crônica esportiva que tentava mostrar as características brasileiras através de uma diferenciação dos europeus. Neste sentido, criou-se uma situação paradoxal, pois no futebol todos os países do mundo gostariam de ser como os brasileiros, porém os brasileiros invejavam o comportamento e as atitudes dos europeus, situação que Nelson Rodrigues chamou de "Complexo de Vira-Latas".

Para este autor, a derrota voluntária que o brasileiro se colocava voluntariamente frente ao estrangeiro, impedia que ele assumisse a sua identidade. Porém, após a conquista do campeonato mundial de 1958 (na Suécia), o Brasil descobriu-se e os brasileiros passaram a se orgulhar de si e da sua nação. Entendeu-se que o futebol-arte, que a molecagem, a ginga, a malandragem e a miscigenação eram elementos centrais da brasilidade, que teve como símbolos o Negro Pelé e o mestiço Garrincha que mesmo com uma deformação nas pernas, mostrou aos brasileiros que devemos nos aceitar como somos e que se formos determinados, acreditando no nosso potencial, nada impedirá o nosso sucesso.

Para Nelson, não foi somente uma questão de renovar as tradições do esporte, mas de cultivar uma imagem de um país vitorioso que conseguiu vencer o trauma do fracasso. Situação que o estimulou a cunhar a expressão "A Pátria de Chuteiras", frase que expressa o orgulho em ser Brasileiro.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Com o Brasileiro não há quem possa!:** Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico:** a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

RODRIGUES, Nelson Falcão. Complexo de vira-latas. In: CASTRO, Ruy. **À sombra das chuteiras imortais:** crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Nilton. **Minha bola, minha vida.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Las narraciones históricas y la representación del pasado*

Rosa E. Belvedresi**

En la filosofía de la historia actual parece haberse impuesto una forma de "idealismo lingüístico"[1], representado por posiciones que desmitifican la supuesta transparencia del lenguaje y rechazan, por lo tanto, la importancia de su función representativa, remarcando la dimensión retórica del texto como "artefacto". Pretenden así problematizar las fronteras entre lenguaje y realidad. En este sentido se insiste en que en lugar de mirar al pasado *a través* de las narraciones, las narraciones deben verse ellas mismas como objetos, proponiendo lo que Kellner ha denominado "getting the story crooked"[2].

En cierto sentido podría decirse que estas tesis representan una amenaza escéptica para el conocimiento histórico. En particular, porque al remarcar las similitudes estructurales de los "relatos", en general (sean los de ficción o aquellos que pretenden hablar sobre lo que en realidad ocurrió), también parecen querer hacer desaparecer las diferencias entre unos y otros[3].

Este enfoque narrativista (o textualista, como prefieren algunos) nos deja la sensación incómoda de que la historia ha perdido su objeto de estudio. Si los historiadores estuvieron orgullosos de tratar de determinar científicamente qué fue lo que ocurrió, el paradigma narrativista ha dejado en claro que aunque los historiadores se propongan hablar del pasado, éste parece escabullírsele de entre las manos. Así que, en lugar de la preocupación

---

* La presente es una versión preliminar de la ponencia a ser leída. Retomo aquí algunos trabajos míos anteriores, en especial: "Historia, representación y perspectiva" (publicado en: **Epistemología e Historia de la Ciencia (Selección de trabajos de las XVI Jornadas)** Universidad de Córdoba, 2006) y "Retórica y narración histórica" (inédito, leído en el V Coloquio Internacional Bariloche de Filosofía, 2000).

** Univ. Nac. de La Plata y Gral. Sarmiento – CONICET.

[1] Cfr. Lorenz, C.: "Historical Knowledge and Historical Reality: a Plea for 'Internal Realism'", **History and Theory**, 33, 1994 (297-327).

[2] Con esa expresión Kellner hace referencia a "un modo de *lectura*. Significa mirar al texto histórico en un modo tal como para hacer más evidente los problemas y decisiones que forman sus estrategias, por más ocultas o disfrazadas que puedan estar. Es un modo de mirar honestamente hacia *otras* fuentes de la historia, que no se encuentran en archivos ni en bases de datos de computadoras, sino en el discurso y la retórica", Kellner, H.: **Language and Historical Representation. Getting the Story Crooked**, Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1989, p.vii.

[3] Hay que reconocer que esta similitud ha sido defendida incluso por Ricoeur, por lo que también en este caso, pueden verse las tensiones que recorren su obra –en particular **Tiempo y narración**- en relación al riesgo de identificar historia y literatura.

por cuestiones referidas al contenido empírico de una narración, o su adecuado uso de las fuentes admitidas, lo que aparecerá en el centro de la escena será el interés en los recursos retóricos que los historiadores usan para construir sus narraciones sobre el "pasado".

Como consecuencia de las tesis narrativistas, la cuestión de si la narración histórica representa al pasado aparece como un tópico central, el que a su vez significa una doble pregunta: ¿la narración histórica refiere al pasado?, y al hacerlo, ¿propone una representación adecuada (verdadera) del pasado real?

Conviene recordar que esta cuestión se inserta en la problemática más general de la relación entre el lenguaje y aquello extra-lingüístico sobre lo que el lenguaje habla (o pretende hacerlo). Un antecedente clásico al respecto lo constituye la teoría pictórica del 1º Wittgenstein para la cual la proposición es una "figura de la realidad" (Tractatus, 4.021,), de modo que "*si* es verdadera, la proposición *muestra* cómo se comportan las cosas. Y *dice que* se comportan así" (4.023). De ahí viene, entonces, la idea de que la representación involucra una relación de isomorfismo entre el lenguaje y la realidad. Una postura como esta resulta hoy en día insostenible, la epistemología ha avanzado en definir a la representación sin apelar necesariamente a una relación de semejanza o mímesis entre la representación y lo representado[4].

En este contexto, la narración viene a introducir un elemento problemático adicional en cuanto no resulta una mera suma de proposiciones, cada una de las cuales es verdadera. La narración tiene una manera peculiar de organizar su contenido informativo dado que no está formada por la sucesión de proposiciones unidas por el conector "y". Esto responde a las que podríamos llamar sus características estructurales, a saber, su organización en tres momentos: comienzo o introducción, medio o desarrollo y fin o cierre narrativo. Es a su vez típico de la narración el ser construida desde un punto de vista retrospectivo, desde el final.

La problemática acerca del valor representacional de las narraciones históricas debe verse en dos respectos: en primer lugar, el problema epistemológico más general acerca de la crisis de la concepción representacional clásica del conocimiento (punto sobre el cual no

[4] Así por ejemplo pretendería hacer Ricoeur con la noción de "representancia" (cfr. pp. 359-369 de su **La mémoire, l' histoire, l' oubli**; París, Seuil, 2000). En una dirección opuesta, J. Topolsky rescata para el nivel de la construcción teórica de la narración el que deba "reflejar la estructura de la realidad", y ser así "más o menos fiel a (isomórfica con) la realidad", ("Conditions of truth of historical narratives", **History and Theory**, XX, 1, 1981), p.59.

voy a ahondar aquí); y, en segundo lugar, la cuestión de si la narración representa el pasado, lo que exige clarificar qué representa y cómo lo hace. Este último punto involucra una importancia adicional ya que en general se entiende que la defensa del valor representacional de la narración histórica es la condición para poder distinguir racionalmente entre relatos históricos y relatos de ficción.

Fue quizás L. Mink quien identificó en el carácter narrativo una nota diferencial esencial de la comprensión histórica, en la medida en que aquél permite dar cuenta del cambio histórico, tal como lo manifiestan expresiones como "sociedad preindustrial" o "decadencia y caída". La narración es la forma en la que hacemos comprensibles las muchas y sucesivas interrelaciones presentes en un desarrollo, y no una mera cuestión técnica, ya que permite "poner juntos" un número de elementos en un único complejo de relaciones concretas, lo que Mink caracteriza como "comprensión configuracional" (configurational comprehension). Se plantea así el problema de en qué sentido puede decirse que una narración es verdadera o falsa, ya que contiene muchas relaciones de ordenación, y muchos modos de combinar esas relaciones. Según Mink, esta característica hace más viable definir a una narración como coherente o incoherente, que como verdadera o falsa. Lo que denomina la "función cognitiva" de la narración consiste no sólo en relacionar una sucesión de eventos sino en corporizar un conjunto de interrelaciones de tipos muy diferentes como un todo único[5].

Tanto para Mink, como para Danto, el énfasis puesto en el carácter complejo de la narración como una totalidad, como un modo de organizar el conocimiento, impacta profundamente en el concepto de eventos o acontecimientos que forman parte de las narrativas[6]. En ambos, las descripciones de los eventos o acontecimientos dependen de las narraciones en las que están incluidos, específicamente, del lugar que ocupen en el desarrollo de esas narraciones. Dicha inclusión depende fundamentalmente del interés del historiador, las descripciones de los eventos no son el material crudo a partir del cual se construyen las narraciones, más bien dichas descripciones son una abstracción de una narración. En este punto, para Mink, la cuestión problemática reside en la incompatibilidad entre el concepto de narración y el de representación histórica. En efecto, para hacer compatibles ambos, haría

[5] Estoy resumiendo las tesis de Mink de su artículo clásico: "Narrative Form as a Cognitive Instrument", en: **Historical Understanding**, (Ithaca, Cornell University Press, 1987).
[6] Uso de manera indistinta los términos "evento" y "acontecimiento", sin entrar en especificaciones en relación a sus significados

falta sostener la idea de la Historia Universal, es decir, la idea de que hay una realidad histórica determinada que es el referente para todas nuestras narrativas de lo que realmente ocurrió, la Historia Universal permanecería así como el relato no contado al que las narraciones históricas se aproximan. Así, el pasado puede hacerse inteligible sólo como sujeto de los relatos que contamos.

Los desarrollos de Danto, por su parte, concluyen con la imposibilidad de contar con una crónica ideal (en la medida en que ésta no podrá estar compuesta por "oraciones narrativas"[7]), lo que finalmente involucra la consecuencia de que es imposible formular descripciones completas, cerradas, de los acontecimientos, ya que estas descripciones varían conforme los acontecimientos que sólo posteriormente ocurrirán que obligarán a re-describir los acontecimientos previos. Incluso, qué sea un acontecimiento depende del peculiar lugar que ocupe en un relato o del modo en que se relacione con una "estructura temporal". Por lo tanto, se sigue como consecuencia la imposibilidad de narrar sin interpretar. De aquí se extraen dos conclusiones relevantes para el tratamiento del valor de la narración como representación: la *descripción* de un acontecimiento es *dependiente* de la trama narrativa en la que se inserte, y no es posible poseer descripciones completas de ningún acontecimiento.

A pesar de que pueda resultar una observación obvia, conviene reafirmar que de su dependencia de la narración que lo tiene por tema, no se sigue que el pasado real se *reduzca* a una construcción lingüística. Que el mundo es dependiente de nuestros marcos conceptuales, no implica que no exista un mundo ontológicamente independiente de nosotros. El narrativismo parece sostener que la tesis de la dependencia lógica (entre narración y descripción) es idéntica a la de dependencia ontológica (entre texto y realidad), y de ahí concluirá que no hay criterios por los cuales se pueda juzgar la adecuación empírica de una narración (dado que no hay nada externo a la narración que pueda ser comparado con ella). Basta un paso más para sostener la inconmensurabilidad entre narraciones o la reducción del debate entre ellas a una discusión retórica. Finalmente, las narraciones aparecerán como propuestas de interpretaciones del pasado que mantienen determinadas relaciones "intertextuales" entre ellas (Ankersmit)[8].

---

[7] En la medida en que estas oraciones refieren a dos acontecimientos separados en el tiempo pero describen sólo el primero de ellos, sólo pueden formularse luego de que ambos acontecimientos referidos han efectivamente tenido lugar, cfr. Danto, A: **Analytical Philosophy of History**, (Cambridge, Cambridge University Press, 1965).

[8] Cfr. Lorenz, K.: **Konstruktion der Vergangenheit. Eine Einführung in die Geschichtstheorie**, (Köln, Weimar, Wien, Böhlau, 1997), pp. 177-187.

Las tesis narrativistas concitaron una particular atención de parte de los historiadores cuando se pusieron en juego en relación a la interpretación de hechos particularmente traumáticos, los que podrían caracterizarse como "catástrofes sociales". Por un lado, estos hechos supondrían un *límite* a la representación, por tratarse de hechos cuyo horror los vuelve irrepresentables, de modo que cualquier intento de exponerlos en una forma narrativa implicaría el riesgo de "disciplinarlos" o "embellecerlos", cuando en realidad debieran mantener su carácter "sublime" (White). Por otro lado, la elección de la perspectiva o punto de vista desde el cual el relato ofrece la representación del pasado resulta un tema central al momento de valorar dicha representación. Las controversias acerca de los modos en que se debe mantener viva la memoria del pasado reciente son un buen ejemplo de las discusiones acerca de cómo, y desde qué punto de vista, representar un pasado cuando éste involucra situaciones especialmente horrorosas.

Puede no discutirse la verdad empírica del enunciado "El 24 de marzo de 1976 hubo un golpe de estado en la Argentina"; por ejemplo, Ankersmit dirá que la verdad de este enunciado puede determinarse sin problemas por adecuación, mientras que la cuestión problemática será la de la verdad de la narración como totalidad. El problema fundamental es que por detrás de estas tesis hay una versión extremadamente simplista de lo real, y finalmente, un criterio de verdad que sólo parece ser el de adecuación. Cuando Ankersmit dice que el predicado "verdadero" no puede aplicarse a una narración sino a las oraciones que la constituyen, parece finalmente querer decir que la verdad es la relación uno a uno que se establece entre una oración y un hecho del mundo al que esa oración refiere. Es entonces una idea casi pictórica de la verdad, y una visión atómica de los hechos.

¿Cuándo podríamos afirmar que la narración histórica es una representación del pasado? Como respuesta sumaria podríamos señalar la exigencia de que cumpla con estas tres características: que esté compuesta por proposiciones verdaderas, que proponga una versión o imagen verosímil del pasado, y, finalmente, que formule un relato que sea seguible para un lector informado. Sin embargo, hará falta insistir en un cuarto requisito que involucra, digamos, el compromiso ontológico de una narración histórica, compromiso que no existe como tal para la narración literaria. Incluso el propio Ankersmit admitirá que: "la representación en la ficción no nos compromete a la existencia de lo que representa, ni

siquiera a la posibilidad de su existencia"[9]. De modo que, adicionalmente a las tres características mencionadas, una cuarta será que la narración dé información *sobre*, y permita conformarnos una imagen (metafóricamente hablando) *de*, un pasado *efectivamente* ocurrido. Es decir, que tenga valor referencial, en cuanto se propone para dar cuenta de un pasado que *efectivamente* ocurrió.

Conviene volver a insistir en este punto en que la descripción de los sucesos o acontecimientos de los que las narraciones históricas hablan resultan, en una medida importante, de la organización que ofrece la propia narración (Danto). Disiento en suponer que esto sería una imposición que, de algún modo, subvertiría la naturaleza del pasado. Seguramente determinar qué fue lo que ocurrió resulta tal vez el punto crítico de toda investigación histórica, no sólo porque se trata de establecer con fidelidad la existencia de un hecho, sino porque la tarea de conceptualizarlo ya involucra un aspecto constructivo difícilmente desdeñable. Los denominados "hechos históricos" aceptados consisten en su gran mayoría en construcciones teóricas, no tanto porque resulten un invento de la historiografía, sino porque al hablar de ellos hemos incorporado tantas categorías de análisis que han "cristalizado", de modo tal que damos por supuesto que "Revolución de mayo" denota un fenómeno definido cuya caracterización no habría cambiado a lo largo del tiempo. Sin embargo, las primeras caracterizaciones de un fenómeno histórico provienen muchas veces de sus mismos contemporáneos, y otras veces forman parte de una tradición intelectual heredada que se acepta casi sin cuestionamientos[10], conformando de este modo un elemento insoslayable para el análisis historiográfico posterior, en el cual esas primeras caracterizaciones pueden cambiar drásticamente, aún cuando se mantenga la denominación original para el fenómeno en cuestión. Así, "los historiadores nunca se aproximan al pasado sin la mediación de muchos encuentros previos con reconstrucciones históricas, y que mucho del esfuerzo de la práctica histórica es situar la nueva obra en la tradición de discurso que ha habido antes"[11].

---

[9] Ankersmit, F.: "Representación histórica", (en: **Historia y tropología. Ascenso y caída de la metáfora**, México, FCE, 2004), p.203. Cfr. **Narrative Logic. A Semantic Analysis of the Historian's Language**, (The Hague, Martinus Nijhoff Publishers, 1983), p. 199.

[10] Véase por ej. el análisis que hace Koselleck de "Modernidad" en el artículo del mismo nombre en **Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos**.

[11] Zammito, J.: "Ankersmit and historical representation", (**History and Theory**, 44, II, 2005), p. 163.

Lo que estoy señalando aquí tiene vinculaciones obvias con la teoría de Ankersmit de las "sustancias narrativas", es decir, conceptos que permiten poner bajo un mismo nombre lo que en realidad es un complejo de eventos que se extienden a lo largo del tiempo cuya denominación no está exenta de carga teórica ("Renacimiento", "Revolución de Mayo", "Modernidad"). Ankersmit dirá más, ya que según él, estos conceptos "no se refieren a la realidad histórica en sí, sino a interpretaciones narrativas del pasado"[12]. De esta manera, las narraciones históricas no hablan *sobre* el pasado, sino sobre estas sustancias narrativas.

En contra de esta posición, insisto en que se puede afirmar que la narración histórica *representa* al pasado, lo que significa, dicho laxamente, que le permite al lector formularse una "imagen"[13] relativamente precisa de lo que pudo haber *efectivamente* ocurrido, para lo cual tanto las proposiciones que la narración contiene, como las relaciones que establece entre ellas, deben estar o bien debidamente fundadas en la interpretación de la evidencia disponible, o bien debe explicitarse que son presunciones, dada la ausencia o incompletitud de la evidencia. En la medida en que la representación que la narración provee es a su vez una *interpretación* no tiene sentido suponer que exhibe el pasado "*tal como* efectivamente ocurrió", ya que es altamente probable que en la narración el historiador, incluso en el nivel de la más pura descripción, utilice categorías no disponibles para los contemporáneos o testigos directos (si es que "el pasado tal como ocurrió" está de alguna manera contenido en sus testimonios).

La expresión que hizo famosa Ranke deberá entenderse del siguiente modo: la narración representa lo que *efectivamente* ocurrió al interpretar la evidencia por medio de la formulación de un relato seguible de lo que *pudo* haber ocurrido. No estoy muy convencida de que esto quiera decir que la representación histórica finalmente sea un "sustituto" del pasado real (lo que creo que me obligaría a aceptar la autonomía radical de la narración respecto de aquello que representa), sí me gusta otra caracterización que da Ankersmit, siguiendo las reflexiones estéticas de Danto, en cuanto a que la representación nos "distancia" de la realidad, y, al hacerlo, nos permite tomarla como objeto. En este caso la realidad que se nos enfrenta como objeto en una representación es la realidad histórica, el pasado real. Según

[12] Ankersmit, F.: "El uso del lenguaje en la escritura de la historia", p. 166 (en **Historia y tropología**, ob.cit.). Estas sustancias narrativas son, en verdad, una reelaboración de los conceptos coligatorios de Walsh.
[13] Insisto en que estoy usando el término de manera metafórica sin comprometerme con la carga visual que involucra.

Danto: "la representación artística se enlaza por lógica con el acto de distanciar la realidad", agrega Ankersmit: "en tanto no se representa la realidad, permanecemos como parte de ella y no podemos darle contenido alguno a la noción de realidad […] sólo hay realidad en la medida en que nos opongamos a ella"[14]. Aplicando esto al caso de la representación del pasado, diríamos que la narración histórica nos permite tomar al pasado como objeto al ponérnoslo enfrente, si no fuera así, no podríamos siquiera hablar de él como lo hacemos normalmente.

En realidad, no se trata más que de admitir algunas tesis epistemológicas que se aceptan sin discusión para otras ciencias fácticas, como es el caso, por ej., de que los datos suponen siempre algún nivel de interpretación. Esto significa, sencillamente, que sin un marco teórico, más o menos explícito, más o menos sofisticado, no hay reconstrucción o narración del pasado posible. Como toda ciencia fáctica, la historiografía científica se caracteriza por tener una base empírica en relación a la cual testear sus construcciones teóricas. Esta base empírica no es el pasado en su totalidad, ni siquiera un acontecimiento en su absoluta pureza, puesto que ambos forman parte ya de un nivel de construcción que requiere el uso de algún instrumental teórico sofisticado. La contrastación de las narraciones, en cuanto teorías, sólo puede realizarse por una evaluación de los criterios de selección, admisión e interpretación de la evidencia histórica. Tales criterios son en última instancia internos a la comunidad de historiadores, y tienen que ver con la posibilidad de fijar marcos comunes para argumentar respecto de las diversas narraciones propuestas. En este sentido puede decirse que las narraciones son objetivas, en cuanto resultan ser argumentativamente defendibles. Como tales, *pretenden* ser verdaderas, y, por ende, son potencialmente falsables.

Un punto que me gustaría aclarar es que la discusión en torno a las narraciones aceptables no implica sólo sopesar argumentos empíricos, sino que involucra cuestiones acerca de cuáles son las categorías teóricas con las que identificar los hechos de los cuales tenemos evidencia. Así, en el ejemplo que di antes, la afirmación contiene el término "golpe de estado" que supone una carga teórica particular, esto es, al menos una teoría política que dé un marco de significado a esa expresión. Pero también se ponen en juego criterios morales, o

[14] Ankersmit, "Representación histórica", p. 222. Estoy tomando algunos elementos de la propuesta de Ankersmit que son útiles a mi argumento, y dejo de lado algunas tesis más provocativas que no me interesa discutir aquí.

normativos en sentido amplio, cuando se discute el valor de una narración. Por ej., no es una cuestión superficial definir el punto de vista desde el cual está justificado dar cuenta narrativamente del pasado.

Este punto de vista no es sólo el de la retrospectiva temporal. Si, como lo señala Ankersmit, "el conocimiento histórico 'general' que una narratio ofrece de (parte del) pasado es esencialmente una definición de un específico 'punto de vista' desde el cual se nos invita a ver el pasado"[15]; deberá señalarse que este punto de vista no resulta primariamente de un interés cognitivo de poder ofrecer "la mejor perspectiva" sino del juego más sutil que recorta el o los sujetos que vendrían a oficiar de "narradores" para el lector, o bien de sus interlocutores "aceptables". Es claro que este no es punto que vaya a saldarse en términos puramente epistemológicos, ya que lo que está en juego es otra cosa. La discusión puede parecer que gira alrededor de la verdad, o de la calidad de una narración, pero en realidad, es una discusión respecto de a quién se legitima al darle la voz narrativa. Es cierto que el estilo de la historiografía moderna "hace aparecer a los acontecimientos como hablando por sí mismos", como H. White ha señalado correctamente, pero al hacerlo en verdad está rescatando algunas miradas por sobre otras. Así, los acontecimientos resultarán narrados desde la perspectiva *de* los dominadores (por ejemplo, desde el punto de vista europeo en detrimento del punto de vista de las culturas precolombinas[16]), *de* los triunfadores (como en el caso de la historiografía consagrada acerca de la 2º Guerra Mundial[17]), o *de* las víctimas (como es el caso de los sobrevivientes de los campos de concentración nazis[18]).

La elección de esta perspectiva conlleva un componente de compromiso político ineludible. Considero que dicha elección puede justificarse, ya que no comparto la idea de que las consideraciones morales, normativas o políticas deban reducirse a simples preferencias estéticas; pero para ello, dicho compromiso debe hacerse explícito. De otro modo se oculta un

[15] **Narrative Logic**, pp.25-6.

[16] El que se haya instalado durante tanto tiempo el "descubrimiento" de América como objeto historiográfico, o la caracterización de "nuevo mundo" para el continente americano, es una buena muestra de cómo se impone una perspectiva por sobre otras.

[17] Es notable la dificultad que supone, por ejemplo, rescatar el punto de vista de Hitler sobre las situaciones en las que estuvo involucrado, sin caer en una discusión justificatoria y sin aventurar necesariamente una lectura revisionista del pasado.

[18] La perspectiva de las víctimas no es homogénea y no resulta valorada del mismo modo según sean los regímenes o gobiernos involucrados y las circunstancias políticas; para un análisis del valor diferencial que tendría el testimonio de un sobreviviente de un campo de concentración nazi frente al de un sobreviviente de un campo de concentración soviético, véase Todorov, T.: **Los abusos de la memoria**, (Buenos Aires, Paidós/Asterisco, 2000).

elemento que resulta esencial en la aceptación que pueda tener una narración propuesta. Por supuesto que dicho punto de vista no es último ni está a salvo de crítica, pero casi siempre resulta del condicionamiento político que el presente impone en el trato con el pasado, en cuanto el presente define la agenda de preguntas con la que nos dirigimos al pasado, y la amplitud o estrechez de esa agenda nos abre a un panorama más o menos rico de lo que ocurrió en el pasado. Así, en el caso del pasado argentino reciente se ha comenzado a narrar ya no sólo desde la perspectiva de la víctima o el sobreviviente del terrorismo de estado, sino también se han hecho explícitas sus historias previas: la militancia política, la elección de la lucha armada, etc., etc.. Para que ello sea posible debió darse un cambio en la sociedad en la consideración política de esas víctimas, cambio que luego hizo posible la aparición de esta nueva perspectiva desde la cual contar el pasado y que amplía nuestra comprensión de lo que pudo haber ocurrido[19].

Por último, quiero señalar que, como en otras disciplinas, es posible hablar de un progreso en la comprensión histórica, es decir, creo que entendemos mejor a los hombres y mujeres del pasado. No se trata sólo de que este progreso puede entenderse cuantitativamente, efectivamente sabemos más acerca del pasado, tenemos más información, porque tenemos mejores métodos para hallarla e interpretarla. Se trata más bien de que nos hemos vuelto más conscientes de cómo nuestros marcos conceptuales y nuestra experiencia de hombres y mujeres contemporáneos permean nuestra comprensión del pasado. El desafío para la ciencia histórica es el de evitar transformarse en una mera extensión del sentido común, y ser capaz de producir explicaciones convincentes de lo que ocurrió a través de las narraciones que propone, explicaciones que sean un aporte original a nuestra comprensión del mundo humano (no sólo del pasado, sino también del presente).

[19] Para un análisis de cómo las víctimas del terrorismo de estado en Argentina fueron cambiando del status de víctimas "pasivas" a "combatientes", y la modificación que eso involucraba en la representación que la propia sociedad se hace de sí misma, véase Vezzetti, H.: **Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**, (Buenos Aires, Siglo XXI, 2002).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Kanjire X Estado:
um etno-desporto Kaingang e a colonização brasileira no século XIX

José Ronaldo Mendonça Fassheber*

Resumo: Esse artigo destaca alguns relatos construídos desde século XIX até as primeiras décadas do século XX, por viajantes, missionários e militares em relação ao Kanjire. Sendo tradicionalmente praticado pelos índios Kaingang, tratava-se de um jogo de guerra que foi paulatinamente desaparecendo de suas práticas corporais em decorrência do processo civilizador ocidental. Essa pesquisa quer contribuir para a sistematização de dados antropológicos e históricos do Etno-desporto desse grupo indígena para assim compreendermos melhor o universo de sua cultura e as transformações em suas práticas. O Kanjire é uma prática corporal abandonada pelos Kaingang e silenciada em sua memória. Em seu lugar, diferentes práticas coletivas passaram a fazer a metáfora dos jogos de guerra, como o Futebol, renovando a identidade corporal Kaingang.

Palavras-chave: Jogo Kanjire - Etno-Desporto - Índios Kaingang.

Abstract: This article detaches some stories constructed since century XIX until the first decades of century XX, for travelers, missionaries and military in relation to the Kanjire. Being traditionally practiced for the Kaingang Indians, one was about a war game that was gradually disappearing of its practical corporal in result of the occidental civilizing process. This research wants to contribute for the systematization of anthropological and historical data of the Etno-sport of this indigenous group and thus to understand better the universe of its culture and the practical transformations in its. The Kanjire is one practical corporal abandoned for the Kaingang and silenced in your memory. In its place, different practical collective they had started to make the metaphor of the war games, as the Soccer, renewing the corporal identity of the Kaingang.

Key-words: Kanjire Game - Etno-Sport - Kaingang Indians.

Atualmente existe uma grande preocupação dos Kaingang[1] em recuperar a prática de seus jogos. Os jogos de tabuleiro – realizados em rodas de indivíduos sentados utilizando pedras e sementes de diferentes espécies de milho e pinhão e danças. Bodoques (ou estilingues) são brinquedos que nas mãos de crianças em todas as Terras Indígenas que conheci. Já o arco e flecha, confeccionado atualmente para a venda de artesanato, é pouco usado em jogos ou caças. A escalada do pinheiro, ainda hoje praticada por esse grupo, aparece em algumas descrições sendo reconhecida como "esporte nacional" Kaingang (em

* Ms Antropologia Social. Dr. Educação Física. PQI/CAPES UNICENTRO/UNICAMP.

[1] Grupo indígena Jê Meridional, cuja territorialidade tradicional abrangia os três Estados da região Sul do Brasil, São Paulo e o território de Missiones na Argentina.

Weiler, 1981 apud Renson, 1992 e em Helm, 2003 - comunicação pessoal). Na década de 1930 Curt Nimuendaju (2001) havia visto e anotado a rapidez dos meninos Kaingang do Ivaí ao exercitarem esta modalidade.

Não inventariaremos todos os jogos praticados pelos índios e pelos Kaingang em particular. Aqui nos dedicaremos em especial a um etno-desporto[2] Kaingang: o Kanjire – e seu derivado Pinjire. Jogo de guerra praticado pelos Kaingang, a muito destacado pela literatura produzida por missionários, militares e etnógrafos. Na memória do referido grupo este assunto não tem destaque e já há muito tempo perdeu – se o interesse por essa narrativa. Ao nosso ver, os sentimentos de pudor e vergonha contribuíram para esse silenciamento. Esses jogos que imitavam a guerra e preparavam seus corpos para elas contribuíram para a identificação do grupo como beligerante. Da mesma maneira o grupo fora identificado desde a suspensão de sua humanidade por D.João VI em Carta Régia de 1908[3].

No caso de registros de base etnográfica – e especificamente sobre os Jogos tradicionais – Telêmaco Borba (1908) coletou os seguintes jogos: o Kanjire que simula um campo de batalhas, 02 grupos frente a frente, arremessam-se mutuamente os tocos estocados pelas mulheres, que também recolhem os feridos; e o Pinjire, que é semelhante ao anterior, só que feito à noite quando os tocos são acesos. Resultados do jogo são descritos: grandes ferimentos, contusões, olhos furados e dedos quebrados, mas nenhuma inimizade. Assim descreveu que os Kaingang...

> *[...] costumam fazer um exercício e divertimento que chamam caingire, que parece, e realmente é, um verdadeiro combate, comquanto não resulte das offensas nessas occasiões recebidas nenhuma inimizade. Para fazer este divertimento, preparam um largo terreiro, cortam grande quantidade de cacetes curtos, que vão depozitando nas duas extremidades deste;convidam os de outros arranchamentos para se divertirem; aceito o convite, preparam também seos cacete, e, carregados com elles, vêm se aproximando cautelosamente do logar do divertimento; alli chegados, sahem-lhes os outros a combater; arremessam-se mutuamente os cacetes com grandes vozerias, simulando um verdadeiro combate, até que um dos grupos abandona o terreiro, soffrendo por essa causa, grandes vaias e apupos. As mulheres, cobertas com uma especie de escudo feito de cascas de arvore, vão juntando os cacetes que são arremessados, e depositando-os junto aos combatentes; quando algum desses cae mal ferido, ellas o retiram do terreiro e tratam. Nestas luctas sempre há grandes ferimentos, contusões, olhos furados e dedos quebrados; mas, dahi não procede nenhuma inimizade. Os que sahem mais mal tratados, em peiores circumstancias, são considerados os mais valentes*

[2] Definimos Etno-Desporto como "a prática das atividades físicas tanto sob a forma de jogos tradicionais específicos e a *mimesis* que dinamiza estes jogos, quanto sob a forma de adesão ao processo de "*mimesis* do esporte global" da sociedade ocidental. Em outros termos, é a capacidade de cada povo indígena de adaptar-se aos esportes modernos, sem, contudo, perder sua identidade étnica" (FASSHEBER, 2006: 31).

[3] E cuja, humanidade por benevolência, fora devolvida no ano seguinte, 1809.

> *(turumanin), e como taes gabados. [...] Também uzam este divertimento de noite e chamam-lhe pingire porque os cacetes são accesos em uma das extremidades; dá o mesmo resultado que o cangire, apenas com o accrescimo das queimaduras. Exercitam-se desde pequenos na lucta corporal; o que derriba um, tem de supportar a prova de todos os outros que queiram experimentar, até que, exhausto de forças, succumba a seo turno. Todos os outros seos brinquedos e divertimentos são sempre mais ou menos grosseiros e brutaes*. (BORBA, 1908: 17-18) [grifos e grafias no orginal]

Segundo Renson (1992), os Kaingang possuíam estruturas organizadas, duelos de pedras ou tochas que freqüentemente terminavam em morte, sem maiores mágoas ou desejos de vingança entre as partes. Os Kaingang consideravam-no um divertimento quase infantil. Na década de 1930, Piza descreve o treinamento infantil para a caça e principalmente para a guerra em jogos semelhantes:

> *Desde a tenra idade que as crianças se dedicavam ao exercício do arco e do tacape [...] os jovens se divertiam com uma espécie de jogo de guerra, imitação de briga verdadeira, que não passava, afinal, de troca violenta de lambadas, dadas com talos de palmito em qualquer parte do corpo*. (PIZA: 1938: 209)

Nas guerras Kaingang, a noção de força – Tare[4] – e a hierarquia de forças entre as metades clãnicas[5] Kamé e Kaĩru estão novamente descritas pela literatura. Horta Barbosa (1947), então diretor do SPI, em conferência realizada em São Paulo na década de 1920 descreve o embate entre grupos Kaingang:

> *Estando os guerreiros armados com os 'cá', enormes e pesados porretes de madeira fortíssima, avançavam, de um lado e de outro, estendidos em linha, os Camens dos dois partidos, soltando gritos e insultando-se mutuamente, dando pancadas no chão ou nas árvores, tudo com o fito de atemorizarem os contrários e incentivar a própria coragem; enquanto isso, os Canherucrens ficavam em outra linha, à retaguarda, brandindo os 'cá' e juntando seus gritos aos dos da vanguarda. Num dado momento, chegada a exaltação no auge, começava o recontro, e os combatentes, ora defendendo-se, ora atacando, a manejarem os porretes em paradas parecidas com as do conhecido 'jogo do pau', trocavam-se pancadas terríveis que, se colhiam a cabeça do adversário, estendiam-no morto no chão, se a uma perna ou braço, quebravam-no. Nisto os Camens iam se retirando para a retaguarda e sendo substituídos pelos Canherucrens; a pugna tornava-se então mais encarniçada, referviam os golpes tremendos, aumentava o clamor das vozes e o solo se ia juntando de mortos e estropiados* (BARBOSA, 1947: 66).

---

[4] Noção explicativa dada pelos Kaingang para a construção de sua identidade corporal, i.e., de sua noção de auto-afirmação e pertencimento e diferenciação das demais culturas. Diz respeito a critérios físicos, mas também à organização social dos Kaingang, ao mito de origem, ao sistema de nominação, ao uso de remédios-do-mato.

[5] Como os demais povos Jê, os Kaingang tem organização social dualista, i.e., um sistema de classificação em metades que estabelecem relações de reciprocidade e complementaridade.

Embora seja a descrição de um embate beligerante, o relato de Barbosa aproxima-se sobremaneira dos jogos beligerantes que veremos abaixo. É de 1867 o primeiro registro de tais jogos, feito pelo alemão Franz Keller:

> *Como prova ou illustração do caracter bellicoso d'esses índios, não devo finalmente deixar passar sem reparo os jogos que em certas occasiões arranjão entre os habitantes de differentes Ald.tos. Os de S. Pedro d'Alc.ra p.ex. convidão os de S. Jeronymo, e chegando esses no dia marcado encontrão uma arena asseiada e um monte de porretes curtos de madeira dura e pesada, pontudos em ambas extremidades que repartem entre si, e divididos os combatentes, começão a lançar os porretes uns aos outros com tanta força que freqüentemente resultão feridas serias. Apezar das prohibições, não quizêrão largar tão bárbaro passa-tempo [...]* (KELLER, 1974: 19).

Loureiro Fernandes (1941) coletou informação dos Kaingang, descrevendo a utilização de "clavas-bastões" com os quais eles guerreavam contra os colonizadores. O manejo da clava-bastão era ensinado e exercitado pelas crianças para ter Tare:

> *Costumavam fazer um exercício de caráter belicoso a que denominavam candjire. Após a prática, os que tomavam parte eram felicitados e proclamados turumanin, isto é, bravos e fortes. Afirmam outros que esses jogos eram praticados à noite; lançavam então uns contra os outros bastões em chamas. Além de contusões, produziam queimaduras. Davam-lhe o nome de pindjire, o que quer dizer – jogo de fogo. Com estes jogos de armas, tinham em mira se adextrarem para a guerra, a qual em outros tempos era freqüente, quer entre os próprios Kaingang, quer contra elementos de outras tribus*. (FERNANDES, 1941: 185).

O trabalho de compilação de Metraux (1946) faz referências a estes jogos de guerra, utilizando-se do trabalho de Borba:

> *O esporte favorito do Kaingang adulto é uma batalha de zombarias entre os membros de duas comunidades, que jogam pequenos pedaços de madeira ou, à noite, brasas um no outro. Embora possam se ferir e até mesmo matar, as casualidades não são ressentidas e não chegam a exigir vinganças. Este esporte é praticado em campo aberto onde pilhas de bastões foram previamente depositadas. As mulheres protegidas com 'escudos' de casca, correm entre os jogadores a fim de apanhar e alcançar os bastões aos seus homens*. (METRAUX, 1946: 36).

Essas descrições não são homogêneas: aparecem-nos com diferenças na dinâmica do jogo – formas de condução, número de participante, quem participa, papel das mulheres, jogo das crianças –, o que nos leva a admitir que mesmo em um jogo "tradicional" indígena, há por certo, transformações. Essas transformações são indicativas que as culturas não são estáticas, portanto a *mimesis* do jogo tradicional ocorre em relação ao tempo e à distância entre diversos grupos Kaingang na dimensão de seu território cultural.

Com a colonização, várias manifestações culturais Kaingang se tornaram proscritas. Tal como a interrupção dos rituais do Kiki, considerados demoníacos, ocorre a suspensão de jogos de caráter beligerante. Os efeitos do treinamento das técnicas do Kanjire eram usados como estratégias de combate à colonização, como sugere a descrição feita por Debret (1978) sobre os "bugres" do Rio Grande do Sul, em sua viagem pictórica pelo Brasil entre 1816 e 1830:

> *Acostumados a atirar em objetos imóveis, quando querem imolar um passante deixam-no afastar-se até uma certa distância; em seguida, para pará-lo, chamam sua atenção com certos ruídos e no momento previsto em que o viajante se imobiliza, apontam e matam-no infalivelmente*. (DEBRET, 1978: 65).

Daí é possível crer que as tentativas de interrupção deste jogo tradicional começaram tão logo os tais jogos começaram a ser descritos como vimos na afirmação de Keller em 1867 (1974: 19): "Apezar das prohibições, não quizêrão largar tão bárbaro passa-tempo". Sobre essa persistência em jogar o Kanjire, uma anciã reclamou a Telêmaco Borba:

> *Você não quer que a gente se divirta mais com este brinquedo, mas hoje nós não temos mais guerra com vocês para nos exercitar; sem este brinquedo, nossos homens hão de se tornar fracos e medrosos como mulheres, o que não convém, porque no mato ainda há muita gente brava, que pode nos atacar e a vocês; se não estivermos exercitados, como nos defenderemos? E, de mais, este brinquedo que você vê, no meu tempo, era próprio só de crianças; os homens tinham outros mais sérios, nos quais sempre se dava alguma morte; mas, por essa causa nunca brigávamos e sempre fazíamos o enterro como amigos* (BORBA, 1908: 17-18).

Partindo da teoria do processo civilizador de Elias (1994), esses embates de risco foram sendo regrados e simbolizados, guiando-se para uma direção de apaziguamento, mas não para o fim das violências. Desta maneira, as práticas do Kanjire e Pinjire, - bárbaras para o colonizador, e quase infantis para os Kaingang, - foram excluídas paulatinamente de seu cotidiano.

Entretanto, o fato dos jogos Kanjire e Pinjire se assemelharem às guerras não quer dizer que eram jogos sem regras, pois não há sociedades que não controlem socialmente seus indivíduos. Como nos mostra Geertz, a cultura é mais bem vista como "um conjunto de mecanismos de controle [...] para governar o comportamento" e que "o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos" (GEERTZ,1986: 56).

Se o Kanjire e o Pinjire não são jogos sem regra, não é possível classificá-los no modelo Eliasiano de competição primária. Nessa classificação existe um "não-jogo" com ausência do consenso de regras, o chamado "modelo de competição primária", que estamos a analisar acima. Existe ainda, o que o autor reconhece como "modelos de processos de

interpenetração com normas", e suas redes interdependentes mais estreitas. Este último se subdivide em categorias que variam de acordo com o número e o papel de cada participante da competição encaixando-se nos esportes modernos de regras institucionalizadas e universais.

Para Elias a competição primária é anômica e seus exemplos maiores são as guerras em si. Se, por um lado, for possível concordar com a afirmação eliasiana de que guerra não é jogo, por outro lado, não há como não ressalvar que mesmo essas guerras têm, entre os adversários, regras, pois até nestes casos existem mecanismos de controle.

É possível crer que o que não existe, de fato, é o consenso de regras em uma guerra. Ao contrário, pelo que pudemos observar nessas descrições, as regras existem, se vistas do ponto de vista Kaingang. Havendo regras, portanto, poderíamos encaixar melhor o jogo de guerra - Kanjire e Pinjire diferentes das guerras Kaingang em si - dentro dos demais modelos de competição, mas não como competição primária.

Todavia, os dados históricos apresentados anteriormente são insuficientes para podermos fazer uma classificação mais precisa a partir dos outros modelos eliasianos. E, contemporaneamente, a memória dos Kaingang para estes jogos sempre ficou vaga, mesmo entre os anciãos. Tommasino conseguiu algumas informações dos anciãos Kaingang do Tibagi (PR) que se lembravam desta diversão "que praticavam com sabugos acesos que jogavam uns nos outros" (TOMASINO, 1995: 289). Consegui no máximo um "ouvi falar dos antigos", ficando na dúvida se não há latente, um necessário e envergonhado silêncio imposto por décadas de refreamento de tais jogos, já que eram considerados como de comportamentos violentos.

A diferença parece estar no que a Europa definia como o comportamento a ser civilizado. Percebe-se aqui um processo civilizador no sentido que Elias (1994) lhe empresta e há um processo de re-representação que se trata da mimesis que essas culturas nativas de todo canto do planeta adotaram (e adotam) para estabelecer uma "segunda natureza", na direção civilizadora. Há, pois, uma *mimesis* civilizadora[6]: "as atividades humanas [consideradas na Europa como] mais animalescas [da Europa e de qualquer estranho] são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha" (ELIAS, 1994: 193-194).

[6] E também uma mimesis descivilizadora, quando o colonizador realiza a *mimesis* da selvageria imputada aos chamados selvagens, onde não é mais possível reconhecer a cópia e o original.

Entretanto, o esquema conceitual de cultura e civilização de Elias em nada se parece com o esquema evolucionista proposto por Lewis Morgan. Antes de pensarmos em estágios cumpridos (Selvageria > Barbárie > Civilização, sendo os nativos ameríndios e outros considerados selvagens e civilizados os europeus), a civilização é processual, não planejada e imprevisível, pois não caminha em linha reta.

Elias não fala em sociedades "selvagens", termo que o evolucionismo social habituou-se a referir os indígenas, sobretudo pejorativamente pela "selvageria" do comportamento. Não podemos relacionar a barbárie aos indígenas. Entendemos o que Elias chama de processos civilizadores como sendo processos ocidentalizadores. Essa idéia pode ser corroborada por Lévi-Strauss: "todas as civilizações reconhecem, uma após a outra, a superioridade de uma delas, que é a civilização ocidental" (LÉVI-STRAUSS, 1993: 349).

Ora, não vemos hoje, por exemplo, diversos povos nativos seguindo padrões muito semelhantes de formação acadêmica? Não vemos muitos esportes modernos cada vez mais difundidos e praticados em todas as nações? Não estamos afirmando que os comportamentos e as culturas européias apenas influenciaram o mundo. O contrário também ocorreu, com os "novos mundos" influenciando as culturas européias, sobretudo em hábitos alimentares – afinal o fumo é ameríndio e a batata é incaica – e de higiene corporal – já que o banho diário foi apreendido dos índios.

Também não estamos afirmando que todos os indivíduos estão incluídos neste processo da mesma forma. E nem que a adesão às instituições não passe necessariamente por um processo de ressignificação. Em relação aos comportamentos, poderíamos entender que sua difusão não se deu meramente pela cópia destes ou daqueles modelos de comportamento. Ao contrário, na incorporação do Futebol, p.e., os modelos são geradores de outros modelos, que se ressignificam e se reorganizam à medida que se impõem sobre culturas diferentes da européia[7]. E estes, por sua vez, vão sendo "tradicionalmente" e "renovadamente" difundidos pela educação desde os meninos, através das gerações.

Daí, ao longo do século XX, a encorporação do Futebol ter soado como boa metáfora das guerras e do etno-desporto Kaingang. Etno-Desporto mimético com novas configurações de uma sempre renovável identidade.

[7] Por não se tratar de um caminho de mão única, segundo Elias (1994), em relação às classes sociais, padrões de comportamento foram transmitidos não só a de cima para baixo, mas conforme a mudança no centro de gravidade social, de baixo para cima.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, H. Epidemias entre os Kaingang. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, 1954.

BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Imprensa Paranaense. Curitiba, 1908.

DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Tomo I Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____ . **O Processo Civilizador** (02 Vol.). Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FASSHEBER, J. R. M. **Etno-Desporto Indígena**: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang Campinas: PPG/FEF, 2006. Tese de doutoramento.

FERNANDES, L. **Os Caingangue de Palmas**. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, 1941.

FERNANDES, R. Dom João VI e os Kaingang: da morte ao esquecimento dos índios do sul do Brasil. **Revista Porto e Vírgula**. Porto Alegre, Março de 1998.

GEERTZ, C. **A interpretacão das culturas**. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.

KELLER, F. Noções sobre os Indígenas da Província do Paraná. **Boletim do Museu do Índio**. Rio de Janeiro, Antropologia, N° 1:9-29, 1867.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

METRAUX, A. The Caingang. In: **Handbook of SouthAmerican Indians**. Vol 1: The Marginal Tribes. V. I (3): 445-475. Washington, Smithsonian Institute, 1946.

PIZA, M. Notas sobre os Caingangs. R**evista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. N° 35: 199-209. São Paulo, 1938.

RENSON, R.; VAN MELE, V. **Traditional Games in South America**. Schorndorf: Hofmann, 1992.

TOMMASINO, K. **A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em Movimento. PPGAS/USP, 1995. Tese de doutoramento.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Método Histórico e Dialética na Interrupção em Walter Benjamin

Renato da Silva Melo

A concepção de história benjaminiana empenha-se, em primeiro lugar, pelo método da interrupção dialética, que revela o fato histórico na sua atualidade - ao paralisar o tempo, a revolução se legitima na história ao estabelecer a não-linearidade dos acontecimentos; e em segundo lugar, pela revolução do método na qual a crítica corrosiva da palavra deve subverter o discurso estabelecido. A revolução, segundo perspectiva de Benjamin, deve estabelecer novas transformações, alicerçadas em novas visões de mundo, mas tematizada na história significativa dos vencidos.

Walter Benjamin recusa a idéia de progresso cumulativo na história, introduzindo o conceito alternativo de uma revolução enquanto forma secularizada de redenção. Benjamin pensa na Revolução como instante de recuperação das forças que foram dominadas na história. Neste sentido, o fato do proletariado poder alcançar uma idéia mais clara da sua situação, sendo por isso o sujeito histórico capaz de unir teoria e *práxis*, conforme Lukács, (LUKÁCS, 1989, p. 35) configura-se por excelência nas teses de Benjamin. Para isso, o conceito de interrupção (*Stillstand*) da história serve de veículo. A interrupção força a história a significar além do *continnum* historicista ou social-democrata, ela revela a situação dos dominados e dominadores no momento da ação e por que os últimos venceram. Ao nos assenhorearmos dos acontecimentos do passado, devemos confrontar esse passado com o "tempo de agora"(*Jetztzeit*). Nesse confronto, o tempo homogêneo do sofrimento, herdeiro de uma narrativa caracteristicamente causalista, se mostrará estático. Desta forma, perceberemos que a causalidade estabelecida entre os fatos, sentida e apreendida como uma sucessão cronológica, não é uma necessidade inevitável. Como escreve Benjamin, nenhum fato é, por si só, mesmo que seja causa de outros, um fato histórico. Alguns fatos se tornam fatos históricos, devido ao arranjo que a história e o historiador lhe dão muito tempo depois. O historiador consciente se recusa a ver os fatos correrem entre os dedos como se fossem as contas de um rosário, pois tem em mente a configuração que sua época formou da anterior. (BENJAMIN, 1990, p. 704) Serve-se do "tempo de agora" para paralisar a homogeneidade opressora inserida no tempo de um crescente *infinitum*. Fazer a história do passado nos

termos do presente significa fundar a história passada na atualidade. Isso não significa interpretar o presente a partir da história passada a fim de estabelecer uma continuidade entre passado e presente. O passado redimido dos vencidos ilumina a luta do presente, assim como esta luta presente é que propicia o clarão revolucionário, o *Stillstand* que ilumina o passado com uma nova luz e permite sua redenção. Presente e passado se esclarecem recíproco e dialeticamente. Com a perspectiva benjaminiana em que a história é uma construção, a "dialética na interrupção" poderá criar significados a partir do tempo saturado de "agoras".

A história, como salto para fora da linha contínua, longe do tempo homogeneizador, demarca a concepção de revolução de Benjamin. Ao paralisar o tempo, ao interromper a continuidade cegante, a revolução se legitima na história ao estabelecer a não-linearidade. Como é possível pensar na revolução num tempo concebido como natural que tudo recobre? A revolução pode mostrar os contrastes do vivido, pode mostrar que, na interrupção, a história dos vencidos pode significar. No ensaio "Para a crítica da violência", (BENJAMIN, 1967) a revolução dimensiona a figura da redenção. Tem-se um messianismo sem Messias, pois o que é histórico e humano não se baseia em nenhuma ciência ou garantia. A revolução, ao estabelecer a redenção, quer indicar que redimir é restituir as coisas de que fomos privados, não por descuido de outras gerações, e sim pelos mecanismos de violência daqueles que se impuseram sob o signo do poder. Restituir o que nos foi roubado é a redenção sem Messias, é a revolução que quer nos devolver as forças para atuar fora de uma equação causalista a partir do "tempo de agora". É fundamental neste momento transformar o agora pleno por meio da corpórea presença de espírito. (MATOS, 1993, p. 68)

A imobilização do instante ajuda os revolucionários a redimir os vitimados pelo progresso, tal como ilustra o anjo de Paul Klee. O *Angelus Novus* aparece num primeiro momento desestruturando o que era harmonioso. Esse anjo novo interrompe ordens e ligações para liberar o potencial da redenção. A metáfora do anjo, significando uma alegoria moderna da história, ajuda a compreender o método de Benjamin. Onde os historiadores tradicionais vêem uma "cadeia de acontecimentos" que levam ao progresso, o anjo nos mostra apenas um monte de escombros que crescem "dispersos aos nossos pés". É nestes restos de civilização, nestas ruínas, que o materialista histórico deve se ater para resgatar a história dos oprimidos. A redenção está imersa nesta história apagada catastroficamente pelos dominantes. Os olhos "arregalados" do anjo estão direcionados para o passado, embora o vento forte do progresso

sopre impelindo-o para o futuro. (BENJAMIN, 1990, p. 697-8) Esse progresso, herdeiro do iluminismo, paradoxalmente, fomenta novas formas de mito ao estabelecer-se como o único discurso verdadeiramente racional. (ADORNO e HORKHEIMER, 1996, p. 42) O progresso se paga com uma racionalização subjugadora apontando para o desaparecimento do sujeito autônomo nas malhas de uma sociedade totalizadora administrada. O século XX teria testemunhado, de formas significativas e catastróficas, o quanto o uso de uma razão acrítica pode favorecer o retorno do mito. Na metáfora benjaminiana do anjo, devemos perceber que as ruínas, onde se encontra a história por fazer, são o que leva ao céu. Esta imagem teológica se apresenta como caminho para uma historiografia que pretende a redenção dos oprimidos. A anti-história do *Angelus Novus* tem a intenção de corrigir os deslizes da história tradicional.

Ao contrário do marxismo vulgar, que via a revolução como um processo natural e inevitável, Benjamin verá, na interrupção da linearidade homogênea, a possibilidade de uma origem que conduz a uma nova história, ao apontar para matrizes construtivas. De maneira ousada, ele pensa numa tradição dos oprimidos que não descansaria sobre o nivelamento da continuidade positivista, historicista ou social-democrata. Esta equação se estabeleceria nos saltos e na interrupção. A representação da descontinuidade na história é o fundamento da autêntica tradição, que tem nos oprimidos da história os sujeitos do conhecimento.

O marxismo presente em Benjamin possui um caráter pessimista, mas um pessimismo revolucionário que nada lembra uma resignação fatalista. Isto é explícito no seu artigo sobre *O Surrealismo*. Por outro lado, nos textos *Experiência e pobreza*, *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução* e *Autor como produtor* sobressaem aspectos de um otimismo particular (dessa maneira destoante no que diz respeito à Escola de Frankfurt) ao conceber um potencial dialeticamente revolucionário na progressão das forças produtivas. Dessa forma, ocorre um contraste com as "teses". Aqueles textos, escritos entre 1933 e 1935, refletiam a afeição à política praticada na então União Soviética, consubstanciados no plano qüinqüenal de predomínio industrializante e produtivista. Deve-se ressaltar, no entanto, que estes textos são ambíguos. Quando se tem uma referência de diagnóstico progressista, este se apresenta moderado, possibilitando uma nova barbárie, que pode representar destruição, mas também recomeço em novas linhas libertadoras. O texto sobre a *Obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*, além de demarcar o fim da arte aurática e o início da arte reproduzível, mostra uma estética positiva da distração e percepção. Esta estética pode-se

tornar emancipadora do homem, bem como estabelecer uma nova percepção difusa e ao mesmo tempo perspicaz do sujeito que vai ao cinema. O amigo de Benjamin desde a juventude, Gershom Scholem, criticou o texto citado acima: "critiquei sobretudo a segunda parte, cuja filosofia totalmente forçada e inaceitável do filme como a forma de arte revolucionária do proletariado não tinha qualquer ligação compreensível com a primeira." (SCHOLEM, 1989, p. 206) O próprio livro de Scholem cita a resposta de Benjamin: "A ligação filosófica que você perdeu entre as duas partes do seu estudo, a revolução há de fornecê-la de maneira mais eficaz do que eu". (*Idem*, p. 206)

Walter Benjamin também percebe a tradição cultural como importante fator de identidade e emancipação. O lembrar e o rememorar se comprazem na tradição, lugar em que o tempo não possui valor econômico. Os dias de festa, relembrados na tradição, buscam salvaguardar do momento que passou os dias significativos. A volta ao passado com a incumbência de pedir um outro devir proporciona uma história que é escrita no presente para o presente. Dessa forma, quebra, com a intensidade devida, o fluxo da continuidade cronológica que marca o tempo da história dos dominadores. A cronologia, que concebe o tempo como progresso, serve-se do relógio como instrumento de medida. No entanto, Benjamin distingue o tempo marcado pelo relógio do tempo marcado pelo calendário. O tempo do relógio é o espaço "homogêneo e vazio" que o historiador tradicional preenche com os fatos. O tempo do calendário não se desenvolve mecanicamente. Ao contrário, marca a existência com os dias de recordação, capturam o tempo no ponto de concentração. Assim, os momentos lembrados subitamente se tornam atuais. As revoluções possuem a característica peculiar de estabelecer um novo calendário. O dia em que começa o calendário funciona como um impulsionador do tempo histórico. A revolução, ao marcar um novo dia no calendário, interrompe o tempo *continuum* da história, estabelece o aqui e agora reflexivo, e demarca, para a consciência dos trabalhadores, o "tempo de agora" que paralisa a homogeneidade dominadora. A revolução faz parar o tempo naquele instante e serve como parâmetro de comemoração para as classes oprimidas, porque, naquele dia, os opressores não venceram. Este dia é comemorado como dia de festa, cuja lembrança faz retrocederem os dias de felicidade. É por isso que Benjamin diz que os calendários são monumentos de uma consciência histórica. A significação está marcada no calendário para a rememoração futura, dia de festa. Contra essa rememoração está a lembrança do tempo do relógio. Este marca o

tempo de forma homogênea e, por isso, na anedota de Benjamin, foi alvo dos trabalhadores na Revolução de Julho: espalhados por toda Paris, os trabalhadores, simultaneamente e independentes entre si, atiraram contra as torres em que estavam os relógios para estagnarem o tempo e parar o dia. (BENJAMIN, 1990, p. 701-2) Enquanto o calendário possui a característica de demarcar a interrupção do tempo, o relógio registra o tempo *continuum* da infinitude apaziguadora e conformista da história. O operário, ao olhar no calendário o dia da revolução, transforma-se num Josué e comemora o dia. Apesar do estado melancólico de Benjamin, ele sabia que a felicidade era o emblema para a libertação.

Para Benjamin, deve-se buscar um conceito de história que se refira ao "estado de exceção". Este estado de exceção (que é também uma referência ao fascismo, oposto ao "estado de direito", democrático) é o que a tradição nos legou da história dos oprimidos. É a interrupção temporal, que força os fatos significativos do passado oprimido a significar. O oposto, o tempo contínuo, apreendido numa causalidade por etapa dos momentos históricos, é o que impõe significações. Ao considerar o progresso como norma, a social-democracia não percebeu que a luta contra o nazi-facismo se tornava mais obscura. (BENJAMIN, 1990, p. 697) Contra uma concepção de história que provoca o "assombro" do fascismo, o antídoto deve ser o conceito de paralisação historiográfico. O assombro quer dizer que os adeptos do progresso se espantaram com a violência e a barbárie da Guerra e do fascismo, como se um retrocesso fosse impossível, ou exceção à norma da evolução; daí a revolução como verdadeiro estado de exceção.

Surge a necessidade de resgatar o sentido do historiador materialista histórico: através da dialética, construir uma totalidade a partir de uma constelação de objetos. A partir da tensão do encontro da época passada com a presente, o materialista histórico encontra o signo de uma chance revolucionária. Deve-se ressaltar, no entanto, que a metodologia benjaminiana de construção histórica não deve ser confundida com a simples substituição de narrativa, o que de bom grado a historiografia marxista vulgar desempenhou. Deve-se abster de um discurso exaustivo como empreendeu tantas vezes uma historiografia tradicional, pois o conhecimento do passado não é um fim em si mesmo, mas um momento de rever os pressupostos latentes de uma história que não significou para os oprimidos. A partir da precisão e lisura históricas, o pesquisador comprometido com a busca da verdade do passado deve interromper a história que hoje se conta e inserir na narrativa peculiar os silêncios e

"fraturas eficazes". Perscrutar as virtualidades da liberdade histórica impõe-nos o compromisso de conhecer o passado, não com os interesses meramente especulativos ou conformistas de uma historiografia tradicional. Esse conhecimento do passado não deve tampouco se transformar em fardo inexorável. Deve, antes de tudo, sinalizar para o presente a necessária transformação. O passado deve ser pesquisado, mas não com o sentido de arquivar o que se passou ou muito menos consolar os humilhados de hoje, prometendo gloriosos amanhãs. Deve-se distanciar também de abordagens utópicas que vêem o passado como uma espécie de paraíso onde se encontra um manancial de imagens, idéias, lugar de sentido no futuro. (GAGNEBIN, 1994, p. 120) A crítica corrosiva da palavra deve subverter o discurso estabelecido e propugnar novas transformações alicerçadas em novas visões do futuro.

Qual o objetivo de Walter Benjamin ao pretender um método de escrita que se atém à ruptura, e ao salto para fora de uma história contínua? Ao se utilizar um método que subverte o objeto, que se concentra nas rupturas da história, Benjamin, além de se contrapor ao historicismo, promove uma crítica impiedosa a todos os dogmatismos que invertem a história dos trabalhadores, vislumbrando seus fracassos como epopéia vitoriosa. Quando se procura fazer apologia de um fracasso, além de esvanecer a verdade construída, promove-se o discurso elitista dominante ao *status* de fato representativo fiel da realidade. Ao atacar a homogeneidade tranqüila e sem saltos da história, Benjamin penetra o véu ludibriador da ideologia burguesa que esconde, por detrás dos fatos gloriosos, a história dos vencidos, soterrada nos escombros da cultura burguesa.

Ainda em relação à subversão, quando se propõe a analisar o método de interrupção no teatro épico de Brecht, Benjamin tem em mente contrapor-se a uma teoria da arte burguesa que a vê apenas como representação idealizada da sociedade. A redenção benjaminiana almeja salvar a história dos oprimidos, mas não pode coadunar com uma narrativa conduzida pelo encadeamento das palavras e frases bem colocadas. Deve fazer valer, na construção histórica, uma escrita abrupta, em que arrisca sua própria decomposição. A história contínua e habitual comemora sempre a vitória dos poderosos, as façanhas dos vencedores. O tratamento dado aos temas oficiais já tinha sido criticado por Baudelaire:

> *A maioria dos poetas que trataram de assuntos realmente modernos contentou-se com temas estereotipados, oficiais – estes poetas preocuparam-se com nossas vitórias e nosso heroísmo político. (...) Mas existem temas da vida privada muito*

> *mais heróicos. O espetáculo da vida mundana e de milhares de existências desordenadas; vivendo nos submundos de uma grande cidade*. (BAUDELAIRE *Apud* BENJAMIN, 1971, p. 18)

É este olhar voltado para os temas que circundam os fatos oficiais, e que muitas vezes explicam a realidade com mais vigor, que chamou a atenção de Benjamin para a poesia de Baudelaire. Mas igualmente os marginais de Poe e Balzac sobressaem na crítica de Benjamin, por romperem a escrita linear dos temas burgueses: "Os poetas encontram na rua o lixo da sociedade e a partir dele fazem sua crítica heróica". (BENJAMIN, 1971, p. 19) As ruínas e o lixo da sociedade industrial são a matéria prima do historiador que quer escrever a "história a contrapelo". A história que serve aos desejos de uma sociedade classista, ao fazer apologia de suas conquistas, com freqüência, tende a recobrir os momentos revolucionários do rumo da história.

A representação da história com o modelo habitual, apologética e na forma épica, não consegue enxergar os lugares nos quais a transmissão se interrompe. E isto impossibilita perceber que as arestas e asperezas do caminho podem se transformar em trilhas que oferecem novas descobertas para o historiador cauteloso. Aquele que quer ir além da história dos vencedores deve distinguir as arestas e saliências que aparentam obstáculos, pois podem servir de apoio na luta contra o fluxo constante da história que tudo iguala. A história oficial nivela os obstáculos, impedindo, assim, que a transmissão do conhecimento dos vencidos possa significar. O valor cultural da história dos oprimidos está na interrupção, na subversão que atualiza o instante, no "tempo de agora". O método, segundo a interrupção benjaminiana, faz desabrocharem as contradições da história etapista e causalista. O projeto histórico de Benjamin mostra-nos que dois acontecimentos distantes na ordem cronológica podem ser semelhantes segundo as suas diferenças reveladoras, possibilitando o processo de significação. Eis a revolução operada em sua obra, não de forma sistemática, o que condiz com seu pensamento, mas levemente esboçada em seus escritos e construções epistemológicas originais. Se para Goethe há apenas uma poesia, a verdadeira, para Walter Benjamin há apenas uma maneira de escrever a história, também a verdadeira.

Referências bibliográficas:

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Conceito de Iluminismo*. In: **Os Pensadores**. Trad. de Zelj Loparic, et all. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Über den Begriff der Geschichte*. In: **Gesammelte Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Modernidade*. In: **Tempo brasileiro**, trad. de Heidrum Krieger Mendes da Silva. Rio de Janeiro, jan-mar, 26-27, 1971.

BENJAMIN, Walter. *Para la crítica de la violencia*. In: **Ensayos escogidos**. Buenos Aires: UR, 1967.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Perspectiva, 1994.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad. de Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MATOS, Olgária C. F. **A escola de Frankfurt**. São Paulo: Moderna, 1993.

SCHOLEM, Gershom. **Walter Benjamin**: a história de uma amizade. Trad. de Geraldo Gerson de Souza, Natan Norbert Zins e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

La historia como memoria

Acerca de la historia contemporánea y las formas sociales del recuerdo

Daniel Brauer*

Abstract: En el presente trabajo me ocupo de la relación entre la historia contemporánea o historia del presente (*Zeitgeschichte*) y las formas sociales del recuerdo. Entre ellas distingo la evocación del pasado que (1) tiene que ver con la identidad colectiva y su celebración en actos públicos de recordación como la conmemoración, el homenaje, las fechas patrias, etc.. La memoria colectiva esta teñida de *normatividad* y en esto también se diferencia de la historiografía con pretensión de objetividad científica. Estos actos pueden calificarse tanto como ceremonias de evocación como de identificación, en ellos se incorporan los ideales que definen la construcción de la epopeya identificatoria . El segundo (2) fenómeno concierne a tres formas de la memoria social que llamo el recuerdo icónico, el recuerdo fantasmagórico y el recuerdo cristalizado.
Cuando de lo que se trata es de estudiar las formas de la memoria colectiva no es posible prescindir de la analogía con el recuerdo personal. A la inversa también Freud, que ha elaborado una serie de conceptos en torno a la memoria que han resultado fructíferos en su aplicación a la sociedad - más allá de que esta transposición analógica sea controversial - como el de 'trauma', o el de 'recuerdo encubridor', se inspiró en la arqueología para pensar la presencia simultánea en la mente, de estratos que corresponden a diversas épocas de la formación de la identidad.
Pero también el recuerdo personal se presenta como un fenómeno complejo – un conglomerado de imágenes y sentido que se presenta en el interior del sujeto como un objeto a la vez cercano y ajeno. Resultado de la inteligencia, pero también de la imaginación en forma análoga a la obra de arte el recuerdo requiere ser interpretado, pero tampoco se agota en la forma que lo entendemos.

El intento de dar cuenta del pasado, ante todo para fijarlo y entender lo sucedido no es algo exclusivo de la actividad del historiador, por el contrario, este se inscribe en un contexto amplio de prácticas sociales, culturales y políticas. Más aún, el trabajo historiográfico, tal como hoy lo conocemos constituye un fenómeno histórico relativamente nuevo y en proceso de evolución.

Podría decirse que la forma en que una comunidad se entiende a si misma, aquello con que se identifica y concibe su destino, resulta ininteligible si no se tiene en cuenta el sentido que le atribuye a acontecimientos significativos de su historia cuya representación está

*Universidad de Buenos Aires / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

presente antes que en un texto historiográfico en lo que genéricamente a partir de Maurice Halwachs se ha dado en llamar la memoria colectiva. Pero que incluye un espectro muy amplio de prácticas sociales.

El pasado se nos presenta de diversas formas. La primera que nos viene a la mente es el recuerdo, pero también se establece en objetos que consideramos simplemente viejos, se hace patente en antiguas fotografías, se organiza metódicamente en el archivo, nos apela en el monumento, el museo, pero también está presente en lo que llamamos tradiciones, y es evocado en ceremonias conmemorativas, conjurado en prácticas religiosas, e incluso transmitido, como ha mostrado Paul Connerton[1], en "prácticas corporales" y claro, por supuesto también en los textos de historia.

Ahora bien, la historia se ha establecido como una disciplina académica, al menos desde el siglo XIX, que pretende establecer una imagen de los acontecimientos del pasado elaborada de acuerdo a ciertos ideales de objetividad, imparcialidad y cientificidad. Pero hay un ámbito en el que las dificultades y controversias en relación al posible cumplimiento de esos ideales se hacen particularmente notorias.

Me refiero a la llamada 'historia contemporánea', o sea cuando a la empresa de dar cuenta del pasado reciente de una sociedad dada a la que generalmente pertenece el historiador. Aquí nos enfrentamos a una paradoja que consiste en que precisamente cuando se trata de establecer lo sucedido en un período cercano y se disponen seguramente de más datos documentales que de otra época, ya que además en muchos casos se cuenta con testimonios de personas vivas, restos materiales y actualmente incluso material fílmico y periodístico tanto más difícil resulta obtener una visión de los acontecimientos que pueda ser reconocida por los contemporáneos mismos como 'objetiva'.

Difícilmente suceda algo parecido en otras ciencias empíricas en las que la abundancia de datos en todo caso es considerada un beneficio y no un problema. De ahí que la historia contemporánea sea considerada en general por los historiadores como una disciplina controversial y de hecho en las escuelas apenas si está presente. -en todo caso en menor medida que el Imperio babilónico, la Grecia clásica o la llamada "Conquista de América".

Las razones que suelen darse para explicar esta paradoja son atendibles y quisiera mencionar aquí dos de ellas. En primer lugar, la *falta de perspectiva*.

---

[1] Connerton, Paul: **How Societies Remember**, Cambridge University Press 1989, véase esp. caps 2 y 3, p. 72 en adelante.

Con esto me refiero al hecho, de que los acontecimientos que pretende narrar este tipo de historia todavía están de alguna manera en curso, ya que sus consecuencias continúan vigentes y aún es incierto su final, de modo que su sentido no puede establecerse o sólo tentativa y parcialmente. Sería algo así como juzgar una melodía antes de que concluya su ejecución o se llegue al final de la partitura – es en el contexto de un proceso acabado que los hechos adquieren sentido. En segundo lugar, se considera, que el historiador está demasiado *involucrado en los acontecimientos mismos como para estar en condiciones de juzgarlos*. Su percepción de lo sucedido esta fuertemente cargada de una valoración que la convierte en una toma de partido. Pero, si bien es cierto que distintas teorías acerca de evolución de las dinastías egipcias difícilmente puedan provocar controversias del tipo de las que puede generar una peculiar historia de los campos de exterminio nazis o de la Guerra de Malvinas, no cabe duda que es otro el interés que despiertan y que si esto fuese así no deberíamos considerar a la **Guerra del Peloponeso,** escrita por su contemporáneo, Tucídides como una obra maestra que aún no ha sido superada.

Con todo, a pesar de estas objeciones se admite por otro lado, que la tarea de hacer una historia del presente resulta ineludible a pesar de su complejidad.

La dificultad reside en que la historia contemporánea o del presente, a diferencia de otras historias converge con otras formas de elaborar la experiencia histórica. Me refiero a la llamada memoria colectiva o social, y a la memoria biográfica.

Mientras que la historia consigna lo que pasó el recuerdo biográfico da cuenta de lo que 'nos pasó'.

El concepto de memoria está en auge, más aún se ha convertido en un término de moda en la discusión contemporánea y no sólo en ámbitos académicos- tanto es así que recientemente un historiador alemán sostenía que pronto pasará al olvido. El fenómeno resulta complejo. Por un lado, tiene que ver con una apropiación inmediata del pasado, que se suele contrastar a la narración histórica aséptica que si bien tiene una pretensión de objetividad no involucra necesariamente al lector. Tanto en la memoria ya sea de lo vivido o en la asimilación de los recuerdos de otros con los que podemos identificarnos hay una primacía de la perspectiva del sujeto en primera persona más que una exposición de sucesos acontecidos. Por otra parte, lo que se recuerda no sólo concierne al pasado sino que lo recordamos en cada

caso ahora y nos parece digno de ser rememorado en función del momento actual. Los actos de conmemoración están datados en el presente.

Hay una dimensión de nuestra biografía que atañe a nuestro carácter de partícipes en un mundo común y tienen que ver como suele decirse, con la historia que 'nos toca vivir'. En tanto con-temporáneos de una serie de acontecimientos, nuestros recuerdos personales adquieren una dimensión histórica.

Creo que es necesario distinguir aquí dos modos diferentes de elaboración del pasado histórico en la memoria, que suelen confundirse.

La llamada "memoria colectiva" fue postulada por Halwachs en el marco de la sociología de Durkheim y en contraposición a la concepción de Bergson de la memoria como un fenómeno constitutivo de la conciencia personal. La idea de una 'memoria colectiva', en la que los "esquemas" de Bergson devienen "cuadros sociales de la memoria" ha demostrado ser un concepto fructífero, redescubierto en los últimos años, para comprender los modos en que se organiza la memoria de una sociedad - pero no por eso deja de ser una noción compleja. Ante todo porque –como lo establece mismo Halwachs- no hay algo así como un sujeto supraindividual unitario al que pudiésemos atribuir su uso. ¿Quién es aquí el que recuerda? ¿Una sociedad, un pueblo, una Nación? Cabe preguntarse entonces ¿cuáles son los modos de existencia de la memoria de una comunidad? Su presencia se da en forma dispersa en distintos grupos sociales[2], que compiten por la versión más adecuada de los hechos desde sus perspectivas particulares, en algunos casos tratando de imponer su visión de los mismos a la sociedad como un todo, en segundo lugar, los esquemas sociales con que son procesados los datos históricos también se modifican con el tiempo, de modo es necesario diferenciar distintas formas de la memoria intersubjetiva, ante todo lo que con Jean Assmann, podemos llamar la "memoria cultural"[3], que tiene una continuidad y duración mayores, ya que su función es precisamente la de construir y consolidar una identidad colectiva, de la "memoria política", cuyas fluctuaciones llevan a un proceso de reescritura de los recuerdos en marcos conceptuales diferentes y cambiantes.

---

[2] Véase el interesante artículo de Robert Frank acerca de la memoria de los "años negros" en la Francia contemporánea: *La France des années noires: la mémoire empoisonnée*, en; **La mémoire entre histoire et politique**, ***Le cahiers fran◊ais***, n° 303, Paris 2002, p. 56 y sigs..

[3] Jean Assmann, **Das kulturelle Gedächtnis**, Munich 1992.

Sin duda, son siempre sujetos particulares los que ejercen la memoria y el olvido. Con todo, tiene sentido distinguir formas sociales del recuerdo y en la medida en que también aquí nos topamos con una memoria selectiva – ya que no todo puede, ni vale la pena ser recordado- y preguntarse acerca de sus criterios.

En lo que sigue trato de diferenciar aspectos de la memoria colectiva que aunque estrechamente vinculados entre sí, son heterogéneos pero configuran el horizonte conceptual en que se inscribe la historia del presente.

El primero (1) tiene que ver con la identidad colectiva y su celebración en actos públicos de recordación como la conmemoración, el homenaje, las fechas patrias, etc.. Ceremonias sociales del recuerdo que traen a la memoria los hitos más importantes de la historia común. No puedo dejar de mencionar aquí la monumental obra de Pierre Nora acerca de lo que llama"lugares de la memoria"[4],que tienen que ver con monumentos, símbolos y conmemoraciones que fijan la historia común del Estado-Nación. En ellos se superponen la evocación fáctica de lo sucedido con los ideales que representan. Es que la memoria colectiva esta teñida de *normatividad* y en esto también se diferencia de la historiografía con pretensión de objetividad científica. En sus dos modalidades extremas: la veneración y la indignación estos actos pueden calificarse tanto como ceremonias de evocación como de identificación,– así el homenaje a los "héroes de la patria". Este aspecto normativo es el encargado de fijar la identidad de los individuos con el conglomerado social del que forma parte – un proceso de socialización a través de la incorporación de los ideales que definen la construcción de la epopeya identificatoria .

El segundo (2) fenómeno concierne a tres formas de la memoria social que llamo el recuerdo icónico, el recuerdo fantasmagórico y el recuerdo cristalizado.

Cuando de lo que se trata es de estudiar las formas de la memoria colectiva no es posible prescindir de la analogía con el recuerdo personal. A la inversa también Freud, que ha elaborado una serie de conceptos en torno a la memoria que han resultado fructíferos en su aplicación a la sociedad - más allá de que esta transposición analógica sea controversial - como el de 'trauma', o el de 'recuerdo encubridor', se inspiró en la arqueología para pensar la presencia simultánea en la mente, de estratos que corresponden a diversas épocas de la formación de la identidad.

[4] Pierre Nora (Compilador): **Les Liex de Mémoire**, Gallimard, Paris s. a..

Pero también el recuerdo personal se presenta como un fenómeno complejo – un conglomerado de imágenes y sentido que se presenta en el interior del sujeto como un objeto a la vez cercano y ajeno. Producto generalmente espontáneo de la conciencia y de circunstancias externas a ella, no necesariamente resulta transparente para el propio individuo. Resultado de la inteligencia, pero también de la imaginación en forma análoga a la obra de arte el recuerdo requiere ser interpretado, pero tampoco se agota en la forma que lo entendemos.

Al intentar escribir la historia del presente el historiador parte de un transfondo más o menos sobreentendido de ideas y recuerdos. Su modo de comprensión tiene continuidad con el presente mismo. En efecto, comprender la realidad política implica inscribir los acontecimientos en un marco de inteligibilidad que posee un espesor temporal mínimo - el hecho aislado carece de explicación. Comprender lo que ha acontecido o está aconteciendo no es algo puntual sino que tiene carácter episódico, es decir, forma parte de una historia que puede llegar a ser contada, aún cuando su desenlace sea incierto. Podrá hablarse aquí de la memoria del presente en contraste con la memoria del pasado tal como queda consignada en un texto historiográfico.

La memoria colectiva como la individual se organiza en torno a *escenas* clave, algo así como nudos en la secuencia de acontecimientos a partir y desde los cuales éstos adquieren un nuevo sentido. Así hablamos hoy del 11 de septiembre, o como muestra Hugo Vezzetti en su interesante libro acerca de la memoria de los años de plomo en Argentina, el juicio a las juntas militares clausura un período y se convierte en el acontecimiento fundacional de la nueva democracia[5].

Si bien es cierto que a diferencia del 11 de septiembre la desaparición criminal de personas no era algo que para la mayoría de los ciudadanos podía representarse en una imagen emblemática. Es más, la política de terror de Estado consistía en borrar toda huella de lo que sucedía, pero al mismo tiempo en hacer de alguna manera presente esa ausencia como amenaza permanente.

A diferencia de la historia que se ocupa de establecer el sentido de una secuencia de acontecimientos de largo alcance, tanto la memoria individual como la social constituyen algo acotado, limitado a las vivencias de una generación o a lo sumo a experiencias

[5] Hugo Vezzetti, **Pasado y Presente.** *Guerrra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Siglo XXI, Buenos Aires 2002.

transmitidas en forma directa de una generación a otra acerca de eventos que continúan determinando aspectos de la vida actual. Pero las "escenas" de la memoria histórica, si bien nos presentan las condiciones de inteligibilidad que resultan indispensables para entender un acontecimiento, no por eso agotan el sentido de lo vivido o transmitido. Por el contrario requieren ser interpretadas y analizadas retrospectivamente una y otra vez ante el riesgo de ser manipuladas y tergiversadas.

En un brillante ensayo acerca de **Los abusos de la memoria**[6], Todorov distingue entre dos tipos de la misma (p.30). La primera, denominada por el autor memoria "literal" daría cuenta de acontecimientos históricos en su absoluta singularidad. La segunda, llamada por Todorov "memoria ejemplar" permite la comparación con otros hechos del presente y de esta manera ser objeto de la reflexión moral.

Por mi parte, quisiera en lo que sigue introducir y dar cuenta de tres conceptos vinculados a la noción que he denominado más arriba memoria del presente. El primero es la noción de recuerdo icónico, el segundo la noción de recuerdo fantasmagórico y por último, lo que llamo el recuerdo o la memoria cristalizada.

Por recuerdo "icónico" entiendo la presencia de un acontecimiento pasado en la memoria colectiva que va más allá de la singularidad del tiempo y circunstancia en que tuvo lugar para adquirir por su propio peso un carácter simbólico, convirtiéndose en escena de referencia de otros acontecimientos futuros, pasados o posibles. Un ejemplo de esto ha sido sin duda la Revolución Francesa para otras revoluciones civiles o la Revolución Rusa para otras revoluciones sociales. Se trata de acontecimientos que se convierten en objetos de análisis y discusión no por un mero interés cognitivo acerca de cómo sucedieron en realidad las cosas, sino porque la reflexión acerca de ellos resulta constitutiva para la comprensión del presente y el diseño de políticas prácticas. La posibilidad de comparar las intenciones de los actores históricos con las consecuencias de sus acciones y de comparar a su vez lo sucedido con acontecimientos análogos que han tenido o pueden tener lugar en escenarios diferentes, forma parte de una reflexión retrospectiva que se ocupa de interpretar el sentido del presente a la luz del pasado y a la inversa, reinterpretar el pasado en función de experiencias presentes. Es en este sentido que Kant habla de la Revolución que acababa de tener lugar en Francia como de un "signo" histórico.

[6] Tzvetan Todorov, **Los Abusos de la Memoria**, trad. del francés de Miguel Salazar, Paidós, Barcelona 1995, véase esp. p. 33 en adelante..

El recuerdo en estos casos se convierte en "icono" porque se sustrae a la sucesión y se presenta como escena detenida y fijada, matriz de sentido de lo anterior y lo posterior.

Prefiero hablar aquí de "recuerdo icónico" y no de "recuerdo ejemplar" porque me parece que con esta noción Todorov vuelve sin darse cuenta de alguna manera al topos clásico de la historia como "maestra de la vida" que ofrece una serie de ejemplos de vicios y virtudes.

Mientras que el "recuerdo icónico" da cuenta de algo para lo que a veces no disponemos de un concepto adecuado y no es un ejemplo de nada sino un objeto más o menos opaco que debe ser reapropiado una y otra vez, al modo de una obra de arte abierta, cuyo sentido sirve de base a múltiples interpretaciones posibles pero excede a cada una de ellas- recuperando de esta manera la irreductible singularidad que en el recuerdo ejemplar se diluye. El llamado "Holocausto" por ej. designa una serie de acontecimientos cuyo sentido debe ser una y otra vez dilucidado como para aplicarlo y contrastarlo a la vez con situaciones análogas.

La otra categoría no excluyente con la primera, es el concepto de "recuerdo fantasmagórico", aquello cercano a lo que Ricoeur llama la "memoria herida", aunque no coincide con ella[7]. Podría pensarse también aquí como lo hace Ricoeur, que en esto sigue a Todorov, en la noción psicoanalítica de "trauma", del mismo modo podría mencionarse aquí el concepto de "estigma" de la sociología de Goffmann. Se trata en realidad de un recuerdo que no necesita ser evocado para hacerse actual porque ha sido desterrado del pasado y acosa el presente como el fantasma del padre de Hamlet. Si bien no puede haber memoria sin recuerdos este es un recuerdo que no depende de la facultad de evocación de la memoria sino que cohabita el presente. No es una 'memoria herida' sólo por lo que pasó sino también por lo que todavía no tuvo lugar.

Inhóspito y pendiente se niega a ser archivado, porque más que recuerdo es un recordatorio y una advertencia que contiene en sí un reclamo de justicia, al mismo tiempo que el anhelo por una promesa no cumplida. Su territorio no es el pasado sino el futuro. Este tipo de recuerdo ha sido exiliado de la memoria porque forma parte de una historia aún inacabada.

Me refiero a acontecimientos tales como el llamado Holocausto, o en nuestro caso la "desaparición" de personas durante la dictadura militar, o la Guerra de Malvinas. Se trata de objetos del recuerdo que tienen un modo de pervivencia diferente en el presente y que requieren para aquellos que han sido víctimas o testigos de los hechos, particulares

[7] Veáse Paul Ricoeur, **La lectura del tiempo pasado: Memoria y olvido**, trad. de Gabriel Aranzueque, Arrecife, Madris 1999, pag. 31 y sigs..

condiciones de rememoración que a veces pueden tener lugar no en la cercanía sino recién muchos años después que los hechos fueron consumados.

Así el llamado Holocausto necesitó más de cincuenta años para pasar de ser un recuerdo fantasmático y privado, exiliado de la historia europea y alemana en particular, hasta convertirse para la opinión pública, o sea más allá de un reducido grupo de intelectuales, en un recuerdo icónico del siglo XX y comienzos del XXI.

Pero no es sólo el carácter terrible del contenido material de ciertos recuerdos lo que está en juego y requiere ser elaborado para poder desprenderse de él como sucede en el marco de la teoría psicoanalítica en el trabajo del duelo a fin de reconciliar de esta manera al paciente o la víctima con su destino. A diferencia del recuerdo traumático que subyace a la noción de 'memoria herida' de Ricoeur el énfasis esta puesto en el reclamo de una acción política, como asignatura pendiente para poder hundir en el pasado una realidad y transformarla en el recuerdo doloroso de algo que ya no es. Con razón caracteriza Antoine Garapón a la acción de la justicia como una "inversión moral del tiempo"[8]. Pero no son aquí la víctima de un acto criminal o el paciente que ha sufrido un trauma los detentadores del recuerdo fantasmagórico que se instala en la conciencia colectiva y la acosa, sino la sociedad toda, víctimas, testigos y los enfermos de indiferencia frente a una dimensión de su propia identidad. El 'recuerdo fantasmagórico' es un recuerdo que no abandona el presente, como el fantasma del padre de Hamlet, porques es parte de un proceso de justicia aún no cumplida que no depende de la cronología.

Por último, entiendo por "recuerdo cristalizado" un tipo de rememoración colectiva que consiste en "sacralizar" lo acontecido transformarlo en la "historia oficial" de un suceso que no admite otra interpretación y se vuelve mito fundacional o tragedia incomparable, objeto de una ceremonia ritualizada, cortando de esta manera los lazos con el presente y con ello también la vigencia de ese recuerdo mismo que se vuelve tan apto para recordar como para olvidar.

Esta noción es muy cercana a lo que Todorov llama "memoria literal", sólo que aquí se trata de una secuencia de hechos que también puede haber sido interpretada y comparada con otras, pero que termina siendo canonizada y se vuelve un estereotipo. Es que el mecanismo que consiste en transformar el recuerdo fantasmagórico en recuerdo cristalizado

[8] Antoine Garapón, *La justicia y la inversión moral del tiempo*, en el volumen colectivo: **¿Por qué recordar?**, edit. por Françoise Barret Ducrocq, Granica, Barcelona 2002, pag. 91 y sigs..

o coagulado - como forma de inmunización de una identidad colectiva que no se hace cargo de su pasado sino que pretende depositarlo en un archivo ajeno al presente - es un peligro también válido para toda forma de memoria, aún cuando la función del recuerdo icónico es llamar precisamente la atención acerca de la distancia nunca salvable del todo entre lo recordado y su interpretación.

Del mismo modo que la historia es reinterpretada una y otra vez en la medida no sólo en que se presentan nuevos documentos sino también por el cambio generacional de quienes la escriben y la modificación de los instrumentos conceptuales con que se interpretan los datos del pasado, tampoco la memoria es algo definitivo. El recuerdo no puede separarse del proceso de su evocación y esta se da en contextos diferentes, en situaciones distintas de la biografía y es reinterpretada una y otra vez por el sujeto a la luz de acontecimientos posteriores.

La lectura de una narración de historia contemporánea, y me refiero con esto a una historia que abarca las generaciones cercanas implica también un involucramiento diferente por parte del lector que encuentra fragmentos de la base empírica en sus propios recuerdos que van siendo resignificados en la medida que comprende el contexto en que se dieron.

También la memoria es algo así como un *work in progress,* una obra en construcción nunca acabada, que no puede ser separada de un proceso cognitivo en el que una sociedad pretende entenderse a sí misma. El recuerdo nos apela - volver a visitarlo no siempre es una excursión inofensiva.

Es a partir de una confrontación de memorias fragmentadas con multiplicidad de datos y documentos, con versiones divergentes de cómo fueron los hechos que el historiador del presente arma un todo coherente en el que se muestra una realidad que no pudo ser percibida por nadie en particular y que sólo se manifiesta a través de la narración histórica. Ésta tiene por objetivo por cierto establecer cómo sucedieron las cosas, pero también dar cuenta de la vigilia del recuerdo.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Movimentos sociais e luta pela democracia no Brasil

Marieta de Moraes Ferreira*

Resumo: O objetivo dessa comunicação é apresentar os primeiros resultados de um projeto sobre os movimentos sociais e processos de organização partidária durante a ditadura militar no Brasil. O foco principal de nossas preocupações é estudar as origens do Partido dos Trabalhadores (PT) tomando como perspectiva a ótica de seus fundadores. Para tanto elegemos como fonte privilegiada um conjunto de entrevistas realizadas com militantes de movimentos sociais, de diferentes regiões do país que participaram da fundação do partido. A idéia que orienta a pesquisa é procurar construir uma narrativa sobre a memória da fundação do PT a partir do relato daqueles que vivenciaram esse processo e que, ao contar suas histórias de vida relatam igualmente a trajetória do partido. Como estamos tratando de relatos de cunho autobiográfico, deve ser lembrado que estão datados pelo presente, reconstruindo um passado individual ou coletivo, conhecido direta ou indiretamente. Mais uma vez: a proposta é recuperar uma construção memorialística dos depoentes e, ao mesmo tempo, enfatizar a riqueza que esses relatos trazem sobre uma história das lutas contra a ditadura militar no Brasil.

Esse estudo é um desdobramento do convênio de cooperação entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC/FGV) e a Fundação Perseu Abramo (do Partido dos Trabalhadores), cujo principal objetivo é a constituição de um acervo de história oral sobre as lutas iniciais para fundação do PT.

Primeiramente, é preciso mencionar a conjuntura em que foram produzidos esses depoimentos. As entrevistas começaram a ser realizadas no início de 2005 com a perspectiva de produzir a recuperação da memória do partido quando se aproximava a comemoração dos 25 anos de sua fundação. Neste último ano, o Partido dos Trabalhadores atravessou grave crise interna sendo vários de seus dirigentes acusados de corrupção e compra de votos. Esse episódio iniciado em julho de 2005, provocou grandes dissensões e um desgaste muito grande junto à sociedade, rompendo com a imagem de um partido que se distinguia dos demais pelos seus compromissos éticos. Esse episódio levou a uma interrupção temporária, uma vez que vários dos depoentes resolveram adiar suas entrevistas e, assim, a própria continuidade do projeto ficou ameaçada.

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do CPDOC/FGV.

A proposta do projeto é produzir um acervo que reúna um conjunto de depoimentos permitindo assim recuperar os momentos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Como ponto de partida, selecionamos um conjunto de nomes representativos por suas atuações nos diferentes estados brasileiros que pudessem através de suas narrativas recuperar os vários tipos de movimentos sociais que desaguaram na criação de um novo partido. Os depoentes são possuidores de experiências políticas muito distintas. Há no conjunto de depoentes uma variedade de perfis: intelectuais renomados, líderes sindicais de São Paulo, líderes camponeses, lideranças das favelas urbanas, etc. Esta escolha teve por objetivo, justamente, propiciar o contato com diferentes visões que conviviam na época, e ainda convivem no presente, sobre a fundação do PT.

A ditadura militar e a criação do Partido dos Trabalhadores

A ditadura militar instaurada em 1964 não dissolveu o Congresso. Contudo, em 1965, todos os partidos políticos tenham sido extintos e substituídos por dois: ARENA, que apoiava o governo, e o MDB, que lhe fazia oposição. O sistema de partidos políticos foi reestruturado em 1979, quando a anistia foi concedida. Novos partidos foram criados e a oposição se tornou mais fragmentada: o Partido dos Trabalhadores emergiu do movimento operário de São Paulo e o novo PDT optou por fazer a conexão com o PTB pré-1964.

O Partido dos Trabalhadores foi criado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980. Sua origem pode ser localizada no movimento social de trabalhadores, com base na classe operária, e não a partir de bases congressuais ou de partido preexistente. Com a emergência das grandes greves operárias, localizadas no principal pólo industrial brasileiro (o ABC paulista), a partir dos anos de 1978, criou-se um foco de grande mobilização política e de contestação do regime militar. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo então presidido por Luis Inácio da Silva, o Lula, passou a desempenhar um papel chave no contexto das lutas sociais naquela conjuntura.

Em 1979, uma comissão informal lançou uma carta de princípios e deslanchou conversações com políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Poucos aderiram ao partido, mas o movimento por sua criação era irreversível, atraindo outros dirigentes sindicais identificados com o “novo sindicalismo”, militantes de agrupamentos de esquerda

dispersos, intelectuais, participantes de movimentos sociais diversos e membros de comunidades eclesiais de base (CEBs).

Após diversos encontros pelos estados, em 14 de outubro de 1979 o Partido dos Trabalhadores (PT) foi oficialmente estruturado com a formação de uma comissão nacional provisória, em encontro que reuniu cerca de cem pessoas em São Bernardo do Campo. Em 10 de janeiro de 1980, foi lida no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo a primeira versão do manifesto de lançamento do partido. No mês seguinte, cerca de quinhentas pessoas reuniram-se no Colégio Sion, também em São Paulo, para assinar o manifesto como fundadores do PT. Em 22 de outubro, o PT entrou com o requerimento de seu registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nos primeiros anos da década de 1980, o Partido dos Trabalhadores enfrentou o desafio de obter seu registro definitivo empenhando-se na formação de comissões municipais e ampliando seu quadro de filiados. As eleições legislativas e para os governos estaduais de 1982 foram uma etapa estratégica nesse processo, pela exigência de obtenção de um coeficiente eleitoral mínimo (5% do total nacional de votos e 3% dos votos em pelo menos nove estados). As maiores expectativas depositaram-se em São Paulo, berço do partido e estado em que o PT dispunha de seu principal nome para a disputa das eleições majoritárias. Deu-se nesse contexto o lançamento da candidatura de Lula ao governo do estado, em 1982.

Os objetivos maiores da campanha eram a ampliação da divulgação do programa e das propostas do PT entre os eleitores brasileiros e a consolidação do partido, em aliança com os movimentos sociais na oposição à ditadura militar. Ampliar as bancadas do partido nos legislativos era outro objetivo importante. Em São Paulo, apesar da consciência da fragilidade do novo partido, havia algumas expectativas em relação ao sucesso eleitoral da candidatura de Lula.

Os discursos de campanha de Lula tiveram como eixo central o acesso da classe trabalhadora ao poder, associando a luta pela ampliação dos direitos de cidadania ao conteúdo de classe das propostas do partido, expresso no *slogan* “Trabalhador vota em trabalhador”. O *slogan* explicitava também a tentativa de Lula e do partido de se diferenciar do restante das oposições.

O principal instrumento de propaganda eleitoral na campanha de Lula para o governo estadual foi o comício. Na reta final da campanha, Lula conseguia reunir cem mil

paulistanos em um comício e público superior a 20 mil pessoas em algumas cidades do interior. No plano nacional, o PT conquistou apenas 3,3% dos votos e alcançou o índice de 5% somente em São Paulo e no Acre, elegendo oito deputados federais (seis em São Paulo) e 12 deputados estaduais em todo o país. O partido não teve problemas com o registro porque a exigência do coeficiente eleitoral mínimo foi transferida para as eleições de 1986.

Desde sua fundação O PT procurou se distinguir dos demais partidos existentes. A novidade do partido segundo seus fundadores residia na defesa da autonomia dos movimentos e organizações populares e, sobretudo, em seus objetivos políticos pautados numa orientação socialista e democrática, ao lutar pela livre organização dos trabalhadores, ao propor o combate aos instrumentos de repressão do regime militar, ao defender a alteração da estrutura fundiária no país, ao combater a política salarial (de arrocho) e ao defender uma política social efetiva. Com o propósito de manter também uma democracia interna e abrigar diferentes grupos de esquerda o partido desde sua origem se compôs de diferentes tendências políticas.

A partir de 1982, primeira eleição disputada pelo partido, os resultados eleitorais demonstraram um crescimento continuado embora até o ano 2000 esses números tenham sido modestos, tanto no que se refere a eleições para o Poder Executivo quanto para o Legislativo.

A eleição presidencial de 1989, dez anos após a fundação do partido e a primeira após o regime de exceção, foi um ponto importante da vida política partidária. No primeiro turno foram derrotados todos os candidatos dos partidos anteriormente fortes, eleitoral e congressualmente. Passaram ao segundo turno Fernando Collor de Melo (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). Collor de Melo elegeu-se com 35.089.998 votos (53% do total de votos válidos); Lula obteve 31.076.364 votos (47%).

Novamente candidato à presidência da República em 1994, Lula perdeu para Fernando Henrique Cardoso, sustentado pela aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ainda no primeiro turno. Nas eleições presidenciais de 1998 o Partido dos Trabalhadores se coligou, entre outros, com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo Lula como candidato à presidência e Leonel Brizola como candidato à vice-presidência. Como no pleito anterior, Lula foi derrotado no primeiro turno, obtendo 31,71% dos votos válidos.

Em meados dos anos 1990, após a conquista de várias prefeituras e de dois

governos estaduais, o partido passou a conviver com um novo, mas esperado, conflito: ser governo. A distância entre um programa partidário e sua execução é sempre grande; mas é ainda mais acentuada e dramática quando se trata de um partido ideológico-programático. Isto porque a ação governamental tem como característica o pragmatismo, a tomada de decisão em circunstâncias variáveis e, com freqüência, pouco previsíveis; a justificativa e a orientação da ação se dirigem para a maioria do eleitorado e não para a militância e eleitorado do partido no governo. Ser governo é, atualmente, o grande desafio do PT.

Na primeira década desse novo século XXI seria a grande virada do Partido dos Trabalhadores. As eleições presidenciais de 2001 novamente levariam Lula a lançar sua candidatura e disputar as eleições. Depois de derrotado em três pleitos, finalmente Lula foi eleito no segundo turno, presidente da República, com 61,271% de votos válidos, derrotando o candidato do PDSB José Serra. Nesta disputa o PT elegeu ainda 3 governadores; 10 senadores e 91 deputados federais.

Em 2006, foi reeleito em segundo turno. Ele foi o candidato mais votado no primeiro turno, conquistando 48,61% de votos válidos. No segundo turno teve 60,8% dos votos válidos na disputa travada com Geraldo Alckmin (PSDB)

Trajetórias, memórias políticas, lutas sociais e ditadura militar

Do conjunto de 25 nomes selecionados, já foram realizadas 15 entrevistas, totalizando 45 horas gravadas. As entrevistas são conduzidas visando perceber a relação entre a trajetória pessoal de cada entrevistado e sua inserção na história política e social brasileira. A proposta que orienta a tomada do depoimento está voltada para captar aspectos da infância, formação, origens familiares e início na militância política. Uma segunda parte acompanha o ingresso do entrevistado no PT, as primeiras lutas do partido, as primeiras disputas eleitorais e as experiências com a participação na política parlamentar. Não faz parte das intenções do projeto acompanhar toda a trajetória do PT, até porque muitos dos depoentes ou não ocupam lugar de destaque, ou não integram mais a agremiação.

A partir desse conjunto de depoimentos já coletados podem-se aferir as possibilidades de pesquisa que o material oferece:

1. Traçar marcos cronológicos importantes para a compreensão dos movimentos sociais;
2. Detectar o registro da atuação de personagens chaves que merecem menção ao longo das narrativas, e as redes de relação que se estabeleceram entre os militantes do movimento;
3. Identificar os eventos chaves que marcaram a memória de cada um;
4. Conhecer diferentes formas de atuação e de mobilização durante as últimas décadas por atores e testemunhas desse processo;
5. Perceber as relações entre os diferentes grupos de militantes engajados nas lutas contra a ditadura e posteriormente na construção do próprio partido;
6. Compreender as relações entre os militantes e os poderes públicos.

Um segundo aspecto que merece a nossa atenção neste trabalho é a análise de alguns aspectos relevantes que compõem essa memória coletiva dos movimentos sociais. Os elementos recorrentes que aparecem nos permitem, ainda que em primeira análise, periodizar as narrativas em três momentos chaves:

1. (1964-1978) - as lutas sociais travadas em defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo restabelecimento das liberdades democráticas.
2. (1978-1982) - o processo de aproximação dos militantes de várias regioes do país, possuidores de diferentes experiências políticas em prol da fundação do PT.
3. (1982-1989) - o início da vida partidária e as primeiras experiências partidárias e eleitorais.

A partir dessa periodização podemos detectar ainda que elementos comuns são partilhados por esses depoentes. Um primeiro ponto destacado por todos é o momento fundador, que engloba alguns eventos chaves como as greves do ABC paulista, e a reunião do Colégio Sion, em São Paulo onde é assinada ata de fundação do partido.Essa fase de

construção do Partido é relatada como de muitas dificuldades e desafios mas também como uma Idade de Ouro onde a crença na possibilidade de "mudar o mundo" era algo muito forte.

Um segundo ponto que emerge a partir da análise dos depoimentos é a construção do partido como uma experiência inteiramente nova de militância política e a crença de poder fazer política no PT de uma nova forma. Essa fase de construção do partido é relatada com muito orgulho e as palavras *esperança* e *utopias* são recorrentes

Em todos os relatos a figura de Lula é sempre retratada como excepcional, como um personagem que reunia qualidades e atributos especiais para exercer o papel de nova liderança política dos movimentos sociais neste momento de transição da ditadura para a democracia. Entre as qualidades referidas são mencionadas carisma, honestidade, acuidade política, senso de oportunidade e capacidade de negociação.

Uma mulher negra e favelada

Dentre os depoimentos coletados, uma trajetória que nos pareceu interessante para apresentar foi a de uma mulher, negra e favelada, que a partir de sua militância política e seu ingresso no PT foi eleita vereadora, deputada federal, senadora , vice-governadora, assumiu o governo do estado por nove meses, e finalmente ocupou o Ministério de Desenvolvimento Social.

Benedita da Silva nasceu numa favela na zona sul do Rio de Janeiro, em 1942 . Foi estuprada aos 12 anos de idade e enfrentou inúmeras dificuldades materiais para sobreviver exercendo as mais diferentes atividades, desde vendedora ambulante até empregada doméstica. Ao longo desse percurso, Benedita da Silva dedicou-se `a luta por melhores condições de vida na sua comunidade organizando uma associação de moradores que batalhasse contra o processo de remoção das favelas na cidade e conquistasse equipamentos urbanos básicos como água , esgoto, moradia para ela própria e seus vizinhos. Na conquista desses objetivos, Benedita destacou-se pela sua capacidade de mobilização e espírito de luta transformando-se numa liderança popular reconhecida no movimento das comunidades de favelados.

Alguns trechos de sua entrevista podem elucidar melhor alguns momentos de sua trajetória.

O ingresso na militância política numa favela carioca

"Eu comecei minha militância muito cedo, no envolvimento com a comunidade; mas o meu envolvimento foi na área educacional. Nós tínhamos o método Paulo Freire, que foi o método aplicado na comunidade, para ajudar na organização da comunidade; e, a partir daí então, eu comecei a conversar com as pessoas, com os vizinhos, formar grupos."

"Mas eu queria que (...) vissem a situação nossa na comunidade: com a casa caindo, não podia consertar, não podia fazer casa de tijolos, tinha que ser aquela casa de barro... Nós sofremos coisas tremendas mesmo. Ficamos exilados no nosso próprio país, na nossa terra, na nossa comunidade."

Uma atuação ativa em várias esferas das lutas comunitárias

"Eu fui secretária, eu fui presidente da associação, eu fui vice, eu fui tudo. (...) Não só de Chapéu Mangueira. Eu fui fundadora do departamento feminino das favelas. Eu fui fundadora da Federação das Favelas (Faferj)."

O engajamento na fundação do PT

"Até que chegaram para nós e começaram a conversar conosco, se nós não queríamos ajudar a criar um partido, e que, esse partido, nós íamos ter vez e voz e...aquela coisa. E eu já estava meio cansada daqueles políticos [de outros partidos] também, porque nos deixaram na mão; no período duro do Brasil, nós ficamos praticamente na mão."

"Até que veio essa proposta do PT que nós questionamos bastante. Mas, acabamos indo em São Paulo."

"Então, foi um grande movimento. E esse movimento fortaleceu muito, muito, a que essa base popular, que não era sindical, entrasse para o Partido dos Trabalhadores. Foi uma coisa muito interessante."

A importância da liderança de Lula

"Então, essa minha entrada para o Partido dos Trabalhadores, quer dizer, eu sou fundadora, (mas) eu não deixei de questionar... Jamais pensei que eu fosse ser uma das pessoas mais apaixonada por Lula. Jamais pensei que ele fosse mexer tanto com a minha vida."

"Quando a gente vê aquele homem [Lula], a gente pensa: não, você tem um compromisso. Ele é a tua cara. Ele é a tua imagem e semelhança. Como é que você vai ficar aqui no Chapéu Mangueira parada, quando tem um trabalhador... Então, 'Benedita, levanta, vamos lá'. Você não é disso. Você é para construir."

O primeiro cargo legislativo

"E fui escolhida de modo altamente democrático, não é. Porque o PT disse que eu seria candidata, eu disse: não, eu vou reunir minha comunidade, vou reunir a favela inteira. Aí reuni as favelas e disse assim: "Olha, o PT quer me lançar candidata, candidata a vereadora. Eu queria saber quem é que vem comigo, quem é que não vem."

"1982 foi marcante, a minha ida para a Câmara de Vereadores. Lá, nós tivemos a oportunidade de defender, naquela época, os interesses da comunidade carente. Eu me lembro que, quando eu tomei posse, eu disse: "Mulher, negra, favelada, assim eu prometo." Me chamaram de demagoga. E eu disse: "Eu não sou mulher? Não sou negra? Não sou favelada? Aonde está a demagogia?" E comecei a ter enfrentamentos ali porque a casa não estava acostumada a receber pessoas com aquele perfil."

O PT como escola de política

"Eu me lembro que o meu discurso, meu discurso não mudava. Eu me lembro que, quando eu fui a uma reunião, é claro que eu tinha total conhecimento das articulações políticas, ideológicas, passavam pelas comunidades, mas não ao nível de aprendizado mesmo, por isso eu chamo o PT de uma grande escola, então tinha dia que eu ia para a reunião, saía

com uma dor de cabeça (enfática), porque eu não entendia nada, sabe, falavam tão difícil para o meu intelecto que eu... eu ficava assim...confusa."

"Mas era difícil, para você entender, para você botar uma proposta... Aí, depois, nós começamos a disputar.(...)

E foi muito bom eu ter ficado, foi muito bom ter construído; houve um crescimento político enorme. De verdade, como nós teríamos essa projeção, se não fosse esse instrumento partidário e esse instrumento fosse o Partido dos Trabalhadores? Porque nós já conhecíamos outros partidos, nós já tínhamos lidado com partidos, não é, e sabíamos, realmente, que houve... quer dizer, é um partido diferente."

Considerações finais

Neste trabalho procuramos apontar as possibilidades de uso para pesquisa que esse material pode ter, destacando algumas questões que foram recorrentes nas entrevistas tais como: o ingresso do depoente na militância política, a articulação dos diferentes grupos para a formação do PT, o papel de Lula como liderança capaz de aglutinar forças tão diversificadas e o significado do partido para os movimentos sociais e para a consolidação da democracia no Brasil. Como a pesquisa encontra-se em fase inicial e grande parte das entrevistas já realizadas, não foi ainda processada, não foi possível trabalhar o material de maneira mais aprofundada. De toda forma esse exercício com apenas uma entrevista nos indica a importância da montagem desse acervo de história oral, que uma vez processado ficará disponível para a consulta dos pesquisadores na internet, ampliando significativamente seus usos.

Um desafio desse projeto é tratar-se de uma iniciativa de um partido político que convidou historiadores para participar da realização e divulgação dos depoimentos. Assim, é, sem dúvida, um projeto de memória político-partidária, mas que ao utilizar a metodologia de História Oral propõe um uso ampliado desse acervo, para além de sua utilização como mero instrumento laudatório. Dessa forma, a produção desse conjunto de fontes para o estudo da história do Partido dos Trabalhadores contribuirá para a preservação da memória dos movimentos sociais, tornando-se uma referência de fundamental importância para a consolidação das lutas pela cidadania no país.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Por que Lula?** O contexto e as estratégias. Rio de Janeiro: Record, 2006.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion (orgs.). **Rememória**: Entrevistas sobre o Brasil do século XX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar.** Rio de Janeiro: Rocco, 3ª edição, 1998.

Partido dos Trabalhadores: trajetórias. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2002.

Partido dos trabalhadores: resoluções de encontros e congressos – 1979-1998. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Teoria e debate - Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo. Ano 19, Nº 64. Novembro/Dezembro de 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Discursos sobre Doença e Cura na Igreja Universal do Reino de Deus

Rangel de Oliveira Medeiros[1]

Resumo: O presente trabalho trata de analisar o fenômeno da "guerra espiritual" inserido no discurso e prática da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), bem como das argumentações utilizadas pela liderança da igreja em torno da temática e de como a ação de "espíritos malignos" pode afetar a vida de uma pessoa, além disso, analisamos também a oferta de cura e resolução de problemas por parte da IURD a partir da perspectiva da guerra espiritual.
Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus – Guerra Espiritual – Doenças.

Abstract: The present work intends to analyze the phenomenon of "Spiritual War" in the religious discourse from the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG), as well as of the arguments used for the leadership of the church around the thematic one and of as the action of "malignant spirits" can affect the life of a person, moreover, we also analyze promises of cure and resolution of problems for UCKG from the perspective of the Spiritual War.
Keywords: Universal Church of the Kingdom of God – Spiritual War – Diseases.

Pesquisas anteriores já apontam o caráter sincrético e a apropriação que a Igreja Universal do Reino de Deus faz de elementos simbólicos presentes em outros grupos religiosos (SANCHIS, 1994). Conforme observa Almeida: "A guerra santa travada consegue, (...) conjugar um sincretismo invertido com a idéia de pluralismo religioso. E, como conseqüência, a Igreja Universal combate aquilo que, em parte, incorporou" (ALMEIDA, 2003:240).

Dentro desta lógica sincrética a estratégia iurdiana de atribuir a "demônios" problemas como crise financeira, desemprego e doenças, parece ser bastante eficaz. Entretanto a forma como isto é feito é bem refinada, nomeiam-se esses "demônios" e "suas seitas" fazendo com que muitas pessoas acabem se identificando de alguma forma.

> *Uma vez participante dessas falsas seitas, a hierarquia começa a ser seguida. Filha-de-santo, mãe-pequena, mãe-de-santo, babá, e por aí vai. (...) Tanto no "alto" espiritismo como no "baixo", seja lá qual for o rótulo usado, a pessoa é encaminhada sorrateiramente até envolver-se totalmente com o mundo dos espíritos. Umbanda, quimbanda, Candomblé, Kardecismo, Bezerra de Menezes, esoterismo, etc., são apenas nomes de seitas e filosofias usadas pelos demônios para se apoderarem das pessoas que a eles recorrem, ora buscando ajuda, ora por mera curiosidade* (MACEDO, 2001:37).

[1] Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente cursando o doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, Bolsista do CNPQ.

Macedo vai além e no intuito de atingir mais pessoas, especialmente aquelas que não praticam nenhuma dessas religiões, estabelece novas formas de ação dos "demônios". Para ele "O fato de nunca ter ido a uma reunião espírita e de professar uma religião cristã não impede que os demônios se apoderem das pessoas. Em muitos casos, um espírito foi o "senhor" do corpo do pai ou da mãe que faleceu e procura agora se apossar do filho ou da filha para continuar a sua obra maligna. (MACEDO, 2001:39)" Portanto para Macedo a possessão é hereditária, pode ser herdada independente da vontade do possuído .

Edir Macedo procura deixar bem claro que absolutamente ninguém está livre de ser "possuído" por um demônio. Além de herdar, a pessoa pode vir a ser possuída devido à "trabalhos e despachos" feitos por outra pessoa, "Se um trabalho ou despacho é feito em nome de uma pessoa que não tem o Espírito Santo na sua vida, fatalmente terá maléficos resultados" (MACEDO, 2001:40). Podem ser "possuídas" também por "envolvimento com pessoas que praticam o espiritismo" (MACEDO, 2001:41), por ingerir "comidas sacrificadas a ídolos" (MACEDO, 2001:42) e muitos ainda "por rejeitarem a Cristo" (MACEDO, 2001:43).

> *Um senhor chegou até nós afirmando sofrer de um problema no estômago há 10 anos. Disse que foi submetido a cinco operações cirúrgicas, mostrou a cicatrizes, e nada, absolutamente nada o curava. Sentia dores fortíssimas e nem ao menos podia tocar com os dedos na região do estômago. Os médicos não resolveram o problema e sua situação era insuportável.*
> *Ao receber a oração da fé, o demônio foi expelido de sua vida. Era um espírito maligno que o fazia sofrer do estômago, simplesmente por causa de uma comida "trabalhada" que aquele homem ingeriu* (MACEDO, 2001:42).

Vale ressaltar que Macedo usa basicamente o mesmo discurso dos seus inimigos na "guerra espiritual" para acusá-los e desqualificá-los. O inimigo predileto onde o bispo busca suas argumentações é o Espiritismo kardecista, possivelmente por este apresentar uma obra escrita vasta e bem organizada, diferente, por exemplo, da Umbanda. Segundo Macedo, os "demônios" geralmente causam três tipos de doenças: mentais; físicas e espirituais. Cabe comparar, por exemplo, o que ele diz em relação à "perturbações mentais" provocadas por espíritos:

> *Os demônios atacam a mente das pessoas de duas maneiras: 1. No intelecto. Provocam o ego, a inteligência. Apelam para a razão e procuram incutir uma explicação científica, filosófica ou material, porém nunca espiritual. Sabem que os seres humanos são vaidosos e orgulhosos. Começam despertando suas mentes para*

> *fenômenos do espiritismo e do ocultismo, levando-os a pensar que a verdade se esconde em experimentos, envolvimento com os espíritos, estudos esotéricos e coisas desse tipo. O fim é o mesmo, de acordo com o que já temos comentado: acabam em sanatório ou consultório de psiquiatria, tendo suas mentes danificadas ou totalmente estragadas pela lavagem cerebral sofrida no espiritismo.*
> *2. Ataque direto. Agem sem piedade, transtornando a mentalidade do ser humano; se alojam no seu cérebro e convidam outros da mesma falange para tomarem parte na destruição. Há casos em que uma verdadeira legião se aloja na mente de uma pessoa para possuí-la e desgraçá-la* (MACEDO, 2001:97-98).

Comparando com o que escreveu Allan Kardec à respeito do mesmo tema, percebemos certas aproximações em ambos os discursos. Evidentemente Macedo apropriou-se do discurso espírita e usou-o contra o próprio Espiritismo. Esta apropriação do discurso espírita facilita sobremaneira a adesão de pessoas que foram espíritas ou simpatizaram de alguma forma pela doutrina espírita, como a extensa gama de leitores de livros "psicografados". Vejamos o que diz Kardec sobre perturbações mentais:

> *Todas as grandes preocupações do espírito podem ocasionar a loucura; as ciências, as artes, e a própria religião fornecem seus contingentes. A loucura tem por princípio um estado patológico do cérebro, instrumento do pensamento: estando o instrumento danificado, o pensamento é alterado. (...) Havendo uma predisposição à loucura, esta toma o caráter da preocupação principal, que se torna, então, uma idéia fixa. Essa idéia fixa poderá ser a dos Espíritos, naqueles que deles se ocupam, como poderá ser a de Deus, dos anjos, do diabo, da fortuna, do poder, de uma arte (...). É preciso não confundir a loucura patológica com a obsessão Esta não se origina de nenhuma lesão cerebral, mas da subjugação que Espíritos malfazejos exercem sobre certos indivíduos, e tem por vezes as aparências da loucura propriamente dita* (KARDEC, 2003:71-73).

Podemos observar que de certa forma Macedo está referendando, ao menos em parte, as afirmações de Kardec. O próprio Kardec reconhece que "espíritos obsessores" podem provocar perturbações semelhantes à loucura. Um crente da Universal com passagem pelo Espiritismo pode perfeitamente passar a entender "espírito obsessor" como "demônio", tornando a adaptação de crenças bem simples, sem haver, ao menos neste caso, grandes disparidades entre os discursos. Mesmo em questões mais elementares, como a existência ou não de "demônios", Macedo mais uma vez apropria-se do discurso kardecista e reconhece a existência destas entidades, nos moldes semelhantes ao do Kardecismo: comparemos os discursos, começando pelo que diz Kardec em relação aos "demônios":

> *O Espiritismo não admite os demônios no sentido vulgar da palavra, mas admite os maus espíritos que não valem melhor e que fazem igualmente o mal, suscitando maus pensamentos: somente ele diz que esses não são seres à parte, criados para o mal e perpetuamente devotados ao mal, espécie de parias da criação e carrascos do*

> *gênero humano; são seres atrasados, ainda imperfeitos, mas aos quais Deus reserva o futuro* (KARDEC, 2003:97).

Macedo segue uma linha de pensamento semelhante, mas devemos perceber que há diferenças conceituais importantes, enquanto Kardec afirma que os "espíritos maus" podem evoluir e melhorar, Macedo diz que os "demônios" são essencialmente maus por natureza e atuam há milênios, desde o princípio dos tempos. E por serem, nas palavras de Macedo "espíritos sem corpos (...) sempre, na história da humanidade satanás arranjou um jeitinho para conseguir entrar no corpo do homem e usá-lo como lhe convém" (MACEDO, 2001:26):

> *Os deuses famosos na Antiguidade, tanto no Egito, quanto na Mesopotâmia, bem como os da mitologia africana, são na realidade demônios que nunca deixaram em paz o homem, seu alvo principal. Os demônios, em sua maioria, personificam os males, atuam como espíritos sem cor, sexo, dimensões, enfim, sem corpos. Procuram seres vivos para através deles se exprimirem, e o homem é o seu principal alvo. Como não possuem corpos, vivem se apossando daqueles que não tem cobertura de Deus; são inimigos de Deus e do homem, por ser este a coroa da criação divina* (MACEDO, 2001:20).

Cabe fazermos agora uma comparação entre o que diz Kardec a respeito de "espíritos inferiores" com o que acontece nas manifestações mediúnicas da Umbanda e como a IURD se apropria destas características, inclusive no momento dos cultos. Para Kardec, os espíritos têm níveis diferentes de acordo com sua aprendizagem em vida e o seu nível de evolução:

> *Reconhece-se a qualidade dos Espíritos pela sua linguagem; a dos Espíritos verdadeiramente bons e superiores é sempre digna, nobre, lógica, isenta de contradições; nela transparecem a sabedoria, a benevolência, a modéstia e a moral mais pura; ela é concisa e sem palavras inúteis. Nos espíritos inferiores, ignorantes ou orgulhosos, o vazio das idéias é quase sempre compensado pela abundância de palavras. Todo pensamento evidentemente falso, toda máxima contrária à moral sadia, todo conselho ridículo, toda a expressão grosseira, trivial ou simplesmente frívola, enfim toda marca de malevolência, presunção ou arrogância, são sinais incontestáveis de inferioridade num Espírito.*
> *Os Espíritos inferiores são mais ou menos ignorantes; seu horizonte moral é limitado, sua perspicácia restrita. Eles não têm das coisas senão uma idéia freqüentemente falsa e incompleta e estão, por outro lado, ainda sob a influência dos preconceitos terrestres que tomam, algumas vezes, por verdades; por isso, eles são incapazes de resolverem certas questões. Eles podem nos induzir ao erro voluntária ou involuntariamente, sobre o que eles próprios não compreendem (...) encontram-se no mundo dos Espíritos, como sobre a Terra, todos os gêneros de perversidades e todos os graus de superioridade intelectual e moral* (KARDEC, 2003:123-124).

A partir desta citação podemos inferir que o próprio Kardec admite a possibilidade dos espíritos terem uma natureza má e fazerem mal aos vivos, além da possibilidade de induzir as pessoas ao erro. Por conta da adaptação do discurso kardecista feita por Macedo, o discurso espírita acaba corroborando os ataques feitos por Macedo ao Espiritismo Kardecista e a outras religiões mediúnicas. É importante destacar que Macedo associa os "demônios" aos "espíritos" mencionados por Kardec, a associação que Macedo faz é perceptível, por exemplo, quando ele diz que os "demônios" "são somente espíritos que andam à procura de corpos para se expressarem através deles" (MACEDO, 2001:34).

Percebemos também a apropriação por parte de Macedo de elementos que são mais comuns na Umbanda. No tocante à "possessão", Birman observa que "os umbandistas são, portanto, súditos de vários senhores e dividem o seu tempo, o seu corpo e a sua pessoa trabalhando para todos, tentando conciliar essas vontades diversas entre si e consigo mesmos. (BIRMAN, 1985:25)", Macedo, por sua vez diz que a possessão demoníaca "é a habitação de um ou mais demônios no corpo de uma pessoa, exercendo-lhe controle e influência, com prejuízos para as funções mentais e físicas. Nesse caso, os demônios agem no interior da pessoa, de dentro para fora" (MACEDO, 1999:61). Portanto, mais uma vez a IURD não nega as crenças de uma de suas "inimigas", mas as reafirma resignificando-as e as utiliza para proveito próprio, a fim de imputar a Umbanda a capacidade de causar males que só a IURD "pode resolver" com a expulsão dos demônios, males físicos, como as doenças, questão que trataremos adiante.

Não podemos deixar de mencionar que existe uma diferença fundamental entre os cultos afro-brasileiros e as igrejas cristãs na forma de encarar a possessão. Enquanto nas igrejas cristãs, como a IURD, por exemplo, as entidades que estão "possuindo" um corpo devem ser expulsas, nos cultos afro-brasileiros procura-se conviver com essas entidades (BIRMAN, 1985:15).

O interesse de Macedo em atacar o Espiritismo e outras religiões mediúnicas está no fato de Macedo acreditar haver no Brasil um grande número de praticantes destas religiões, Macedo acredita haver um número muito maior do que o mencionado no censo oficial[2]:

[2] Macedo menciona 40 milhões de espíritas sem especificar o tipo de espiritismo, no entanto o Censo 2000 do IBGE menciona um total de 2262401 praticantes declarados do espiritismo, 397431 da Umbanda e 127582 do Candomblé, perfazendo um total de 2787414, bem menos que os 40 milhões mencionados por Macedo.

E mais uma vez Macedo exime de culpa o praticante daquilo que ele considera um "pecado", ao dizer "espíritas que estão sendo enganados", ou seja, nas palavras de Macedo, a culpa não é do indivíduo, mas dos "demônios" que os enganam.

E esses "demônios" têm nome. No momento do culto quando são feitos os "exorcismos", o pastor sempre pergunta ao "possuído" o nome da entidade que "está em seu corpo", quem "responde" é a própria entidade, e o nome respondido é geralmente de uma entidade da Umbanda, um dos inimigos preferenciais da IURD, a Universal utiliza os mesmos nomes comuns na Umbanda para nomear seus cultos, só que de forma inversa, pois o "bem" é o "oposto" do mal. Por exemplo, na Umbanda e bastante conhecido o exu "Tranca-ruas", a Universal, em suas chamadas na TV para os cultos da "Sessão Espiritual do Descarrego" se refere a esta cerimônia como uma cerimônia de "Abre-caminhos", aliás, o termo "descarrego" também é proveniente da Umbanda[3]. Além disso, na Umbanda é forte a presença da Mãe-de-santo e do pai-de-santo como sacerdotes, e de outras entidades que representam uma figura paternal, como os pretos-velhos. Seguindo essa linha, a IURD passa a se referir a Deus por diversas vezes como "Pai das Luzes".

Segundo Ortiz, é observada também na própria Umbanda o dualismo entre "bem" e "mal":

> *Em princípio existem quatro gêneros de espíritos que compõem o panteão umbandista; podemos agrupá-los em duas categorias: a) espíritos de luz: caboclos,k pretos-velhos e crianças – eles formam o que certos umbandistas chamam de "triângulo da Umbanda"; b) espíritos das trevas – os exus. Esta divisão corresponde à concepção cristã que estabelece uma dicotomia entre o bem e o mal; enquanto os espíritos de luz trabalham unicamente para o bem, os exus, em sua ambivalência, podem realizar tanto o bem quanto o mal, mas representam sobretudo a dimensão das trevas* (Ortiz, 1978:65).

É bastante visível a aceitação destas "obras malignas" como trabalhos "demoníacos" durante os testemunhos. A IURD tem uma cerimônia específica para tratar com a "possessão". É a "Sessão Espiritual do Descarrego".

> *O culto tem levado milhares de pessoas, todas as semanas, a exercitarem a fé no Pai das Luzes, e grandes milagres ocorrem na vida daqueles que, verdadeiramente, crêem em Jesus. O bispo Célio Lopes ministra esse encontro de fé com determinação, clamando pela cura, pela libertação e transformação na vida das pessoas. (...) Durante a Sessão, são feitas orações especiais, onde homens e mulheres que serviam às trevas e hoje servem ao Pai das Luzes, em uma só fé,*

[3] BIRMAN, Patrícia. **O Que é Umbanda**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985, p. 49.

> *fazem uma corrente de oração repreendendo todos os encostos que trazem maldições na vida das pessoas. A população participa dessa reunião, e muitos pais e mães de encostos, ao chegarem à IURD, ficam surpresos quando verificam que por um longo período foram possuídos e enganados por esses espíritos malignos, chegando muitas vezes a dar conselhos e consultas, sempre impondo uma falsa bondade. Muitos chegam com desejo de suicídio, vícios, doenças que os médicos não descobrem a causa, visão de vultos, audição de vozes, enfim cheios de problemas espirituais. Porém, ao assistirem à Sessão Espiritual de Descarrego, ouvirem a Palavra de Deus, exercitam a fé, e milagres acontecem. Elas recebem orações fortes e saem fortalecidas para enfrentarem o mal e obterem a vitória em nome do Senhor Jesus* (FOLHA UNIVERSAL, 2003: nº 586).

O discurso iurdiano normalmente mantém um tom respeitoso ao referir-se às outras igrejas pentecostais[4], entretanto deixa claro, ainda que com certa sutileza, a "superioridade" da IURD em lidar com os problemas enfrentados pelas pessoas, especialmente a "possessão", negando, portanto, a eficácia das outras igrejas, mesmo as pentecostais, em ter tantos poderes como a IURD para "expulsar demônios":

> *Conheci uma senhora, membro de uma igreja evangélica por 18 anos consecutivos. (...) tinha testemunho exemplar e exercia cargos na igreja. (...) Quando orei, aquela senhora se entortou e se tornou bastante agressiva, falando palavras desconexas e fazendo gestos estranhos. Percebi que ela estava completamente endemoninhada. Na conversa que tivemos posteriormente, em meu escritório, ela declarou ter sido uma crente fiel durante todos aqueles anos e não sabia explicar o acontecido. Foi um caso muito sério, pois por três meses, aquela senhora manifestava em seu corpo os mais estranhos demônios, até ser totalmente libertada, tornando-se, posteriormente, uma fiel obreira da Igreja* (FOLHA UNIVERSAL, 2003: nº 586).

Além de oferecer "libertação" às pessoas, na concepção de Macedo, uma igreja tem de oferecer uma "imunização" eficaz contra o mal, ou seja, nesta concepção, só está realmente imune quem pertence a IURD e pratica seus preceitos, sendo que as outras igrejas não podem oferecer está "imunidade":

> *A Verdadeira Imunização*
> *Para alguém se tornar verdadeiramente imune contra toda macumba, olho grande, inveja, etc., a única solução é seguir as pisadas do Mestre Jesus. Talvez o leitor confabule: "Mas eu freqüento uma boa igreja evangélica, já me batizei, participo de todos os programas da igreja e ainda sou atingido!". Embora todas essas coisas sejam boas, não bastam. Infelizmente, vemos pessoas que as praticam, mas vivem vitimadas pelas hostes infernais* (MACEDO, 2001:113-114).

---

[4] Ecumenismo. **Plenitude**, Rio de Janeiro, n.61, p. 31, maio/1997. "Hoje, pode-se dizer que existe um certo ecumenismo entre evangélicos, havendo um forte intercâmbio entre membros de diversas denominações".

Retribuindo os ataques que a IURD sofre das outras igrejas pentecostais sobre os abusos cometidos nos cultos de exorcismo, Macedo adverte que, se uma igreja não consegue oferecer os mesmos produtos oferecidos pela IURD, como, por exemplo, a "libertação", esta igreja é "fraca":

> *Podemos considerar uma igreja forte se ela estiver alistada para a luta contra todas as potestades infernais. Uma pessoa endemoninhada não pode sair da igreja do jeito que entrou. Se na igreja o poder de Deus sobre os demônios não for exercitado, ela se transformará em um clube ou uma escola bíblica. Evangelho é poder, e poder tem de ser exercido para a derrota de satanás e a glória de Deus!* (MACEDO, 2001:116).

E nem mesmo as igrejas protestantes históricas escapam dos ataques de Macedo, que também são chamadas de "fracas" por não adotarem práticas semelhante à da IURD:

> *As chamadas igrejas clássicas ou tradicionais que começaram fundamentadas no poder de Deus, mas, com o passar dos anos, deram lugar à tradição dos homens, são exemplos de igrejas que podemos chamar "fracas". Muitas se transformaram em verdadeiros clubes sociais e vivem da promoção de festinhas musicais, apresentações artísticas, shows e coisas desse tipo* (MACEDO, 2001:121).

Ainda segundo outra fonte da IURD, a Revista Plenitude, em artigo publicado em 1996, "como se não bastasse, o diabo está se infiltrando em igrejas evangélicas (seu alvo predileto) com suas doutrinas diabólicas" (PLENITUDE, 1996: N. 59, p. 8).

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Ronaldo de. A Guerra das Possessões. In: ORO, Ari Pedro. et al. **Igreja Universal do Reino de Deus:** Os Novos Conquistadores da Fé. São Paulo: Paulinas, 2003.

BIRMAN, Patrícia. **O Que é Umbanda**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

Censo 2000. **IBGE.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/religiao_Censo2000.pdf > Acesso em 20/julho/2003.

JORNAL FOLHA UNIVERSAl, nº 586, 5 out. 2003.

MACEDO, Edir. **Doutrinas da Igreja Universal do Reino de Deus.** Volume 2. 1ª ed., Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 1999.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias:** deuses ou demônios? 15ª ed., Rio de Janeiro: Gráfica Universal, 2001.

ORTIZ, Renato. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**: Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978.

Revista Plenitude, Rio de Janeiro, n.61, maio/1997.

Revista Plenitude, Rio de Janeiro, n.59, p. 8, maio/1996.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à "cultura católico-brasileira". In: ANTONIAZZI, Alberto. et al. **Nem Anjos Nem Demônios:** Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Os dilemas da práxis revolucionária:

Uma introdução à trajetória da Social-democracia alemã na Segunda Internacional

Fernando Silva dos Santos[1]

Resumo: Este artigo busca analisar a influência da Social-democracia alemã na história do movimento operário no período da Segunda Internacional (1889-1914), a importância da difusão da teoria marxiana na formulação das estratégias da luta da classe trabalhadora e o debate interno entre seus expoentes teóricos acerca dos dilemas suscitados pela prática revolucionária. O autor analisa os efeitos da ascendente trajetória do Partido social-democrata alemão (SPD) e da concepção das idéias do que conhecemos como Marxismo da Segunda Internacional.

Palavras-chave: Social-Democracia – Socialismo - Segunda Internacional - Movimento Operário.

Abstract: This paper analyzes the influence of the German Social-democracy in the history of the labor movement in the period of Second International (1889-1914), the importance of the diffusion of the Marxist theory in the formulation of the strategies of the struggle of the working class and the internal debate among your theoretical exponents concerning the dilemmas raised by the revolutionary practice. The author analyzes the effects of the ascendancy path of German social-democratic Party (SPD) and of the conception of the ideas of what we know as Marxism of Second International.

Key-words: Social-democracy – Socialism - Second International - Working movement.

"O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras haveremos
[de atravessá-las
Rompê-las ao meio, cortando-as
Como uma quilha corta
[as ondas."

Maiacoviski

A social democracia alemã – devido ao seu grau de organização – assumiu naturalmente o posto de liderança da Segunda Internacional e com isso, a responsabilidade de responder às questões do movimento operário diante de uma nova forma de capitalismo, ou

[1*]Aluno do curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de História, Direito e Serviço Social (Franca – SP).

args3(0).Value = "file:///D:/ANPUH/trabalhos/anpuh2007_1380.pdf"

seja, interpretar as mudanças sociais, científicas e tecnológicas, as quais refletiam em todo o conjunto da sociedade no final do século XIX e inicio do Século XX.

Nesse contexto, percebemos a inegável influência do pensamento marxiano sobre toda uma série de intelectuais socialistas, quadros do partido social-democrata alemão, parte da própria ciência burguesa e, até mesmo, sobre o processo político de transformação da classe operária na Europa do século XIX. No entanto, essas influências tornaram-se mais visíveis a partir do final da década de 1870. Sobre o tema, o sociólogo Oskar Negt nos explica:

> *Uma difusão significativa e uma reelaboração teórica do marxismo só começaram por volta do final dos anos 70 do século passado. Na Alemanha, é a época das leis anti-socialistas, quando o número dos membros e dos eleitores do partido social-democrático aumenta até assumir proporções imponentes; na Europa, vê-se a formação de toda uma série de novos partidos social-democráticos e o movimento sindical realiza grandes avanços.* (NEGT, 1982, p. 126)

A crescente importância e participação política e parlamentar da classe operária tornaram-se fundamentais para a sua organização como classe e reconhecimento como tal. Contudo, a relação do movimento operário e a teoria socialista, sobretudo a teoria marxiana, desenvolveram-se de forma independente e contraditória, pois, a base material exerceu uma fundamental importância no desenvolvimento teórico. Porém, a teoria, por sua vez, não foi o que determinou esse movimento.

No entanto, como analisar as influências da participação da classe operária e de seus representantes no Reichstag e como a participação nos mecanismos institucionais contribui para as alterações no movimento da consciência da classe operária?

Para compreender melhor esse movimento, as pistas de Marx no *Prefácio à Contribuição à critica da economia política* são preciosas, "não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência". (MARX, 1980, p.301)

Podemos observar isso através do desempenho do próprio Partido social-democarata alemão (SPD), que mantém sua trajetória ascendente, mesmo depois de criada a lei de exceção contra os socialistas, entre os anos de 1878 e 1890, a *kulturkrampf,* no período do chanceler Bismarck.

Quadro 1: A evolução eleitoral do Partido Social-democrata alemão (1871-1912)

Ano	Votos	Porcentagem de votos	N° de Deputados
1871	124.000	3,3	2
1874	351.000	6,5	10
1877	493.00	7,1	13
1878	473.00	7,69	9
1881	311.000	6,1	13
1884	549.000	9,7	24
1887	763.000	10,9	11
1890	1.427.000	19,7	35
1893	1.786.000	23,28	44
1898	2.107.000	27,18	56
1903	3.010.00	31,7	81
1907	3.258.000	28,9	43
1912	4.250.000	34,8	110

Fonte: CARONE, Edgard. *A II Internacional pelos seus congressos. (1889-1814).* São Paulo: Edusp, 1993.

Sem sombra de dúvidas, o período que compreendeu o último quartel do século XIX, foi responsável pela difusão da teoria marxiana, que estava sendo elaborada desde o período da Liga dos Comunistas devido à influência crescente que Marx e Engels exerceram sobre o processo de organização política da classe operária.

Essa influência ganhou impulso através da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872), que em seu período de atividades, objetivou a cooperação entre as organizações da classe trabalhadora dos diversos países da Europa Ocidental e teve suas atividades comprometidas após a derrota da Comuna de Paris. Outro fator foi "a fragmentação e o choque entre seus representantes, sobretudo marxistas e anarquistas." (BOTTOMORE, 2001 p. 196).

args3(0).Value = "file:///D:/ANPUH/trabalhos/anpuh2007_1380.pdf"

A Segunda Internacional foi fundada efetivamente no Congresso Internacional de Trabalhadores em julho de 1889 em Paris. Teve sua base essencialmente formada no movimento dos trabalhadores europeus, numa grande diversidade ideológica. Sobre o assunto, Marek Waldenberg nos relata:

> *Mesmo quando a fonte de inspiração ideológica delas era estranha ao marxismo, como o anarco-sindicalismo influenciado pelas idéias proudhonianas, não renunciaram geralmente a se dizer ligado também ou, sobretudo à Marx.* (WALDENBERG, 1982, p. 223-224).

No interior da organização durante este período, podemos identificar algumas tendências que começaram a ganhar força, são elas: a marxista ortodoxa, que possui a obra de Karl Kautsky inclusa, assim como, a contribuição de August Bebel; a revisionista que tem como principal expoente o autor Eduard Bernstein, que em seus artigos publicados no *Die Neue Zeit*[2] procurou rever os aspectos que considerava como superados, dogmáticos, não científicos ou ambíguos do marxismo; a ala sindicalista revolucionária, que surgiu originalmente no âmbito do socialismo francês; e por último a *Neue Linke*[3], considerada como a esquerda que se formou nos anos de 1910-1914 dentro da social-democracia alemã, tendo como principal liderança Rosa Luxemburgo.

Ainda sobre a divulgação da teoria marxiana no período da Segunda Internacional, outra polêmica é levantada, como a própria denominação "Marxismo da Segunda Internacional".

Para Franco Andreucci em *A divulgação e a vulgarização do marxismo*, nos lembra que:

> *É difícil dizer quando e onde surgiu a expressão 'marxismo da segunda internacional', mas não estaremos longe da verdade se supusermos que a origem dela está nos anos da primeira guerra mundial.* (ANDREUCCI, 1982, p. 16)

O rompimento de Lênin com a Internacional – que ainda não se chamava Segunda – nos fornece pistas de como se iniciou a hierarquização da organização, que após 1914 passasse a ser mencionada tal como conhecemos hoje.

O período que se seguiu entre a Terceira Internacional, ainda não concebida, mas já convocada, e a Primeira, cuja origem, mencionamos *an passant*, delimitou no tempo e

---

[2] Revista teórica da social-democracia alemã que foi publicada em Stuttgart de 1883 a 1923.

[33] Nova esquerda.

espaço o início de uma polêmica teórica que se iniciou no movimento operário internacional e entre seus dirigentes.

Entre críticos e defensores do período da Segunda Internacional, encontramos em Lênin, numa referência feita em um texto de 1913 sobre as profundas modificações na linha e orientação política, na qual o movimento operário estava envolvido:

> *Por toda parte estão se formando partidos socialistas, de base proletária, que aprendem a se servir do parlamentarismo burguês, a criar sua imprensa cotidiana, suas instituições educativas, seus sindicatos, suas cooperativas. A doutrina de Marx alcança uma vitória completa e se difunde em extensão.* (ANDREUCCI, 1982, apud, p. 18)

Anos depois, Lênin reformulou sua posição a respeito da Segunda Internacional, referindo-se a temas como a extensão e expansão geográfica do movimento operário, no entanto, devido ao seu embate direto contra Karl Kautsky, Plekhânov e similares, Lênin não fez referência ao marxismo. Em suas palavras:

> *A segunda Internacional (1890-1914) foi a organização internacional do movimento operário, que se desenvolvia em extensão, mas não sem um temporário rebaixamento do nível revolucionário, não sem um temporário fortalecimento do oportunismo, que levou ao vergonhoso colapso dela... A Segunda Internacional foi a época da preparação do terreno para a difusão ampla, de massas, do movimento, em um bom número de países.* (Ibidem, p. 16)

Essa supressão da referência ao marxismo que Lênin adotou a partir de então, foi decorrente da distinção que o mesmo fez entre o patrimônio organizativo da Segunda Internacional e também da Social democracia Alemã em particular, acusando-a de traição e oportunismo de seus dirigentes. Essa acusação recaiu diretamente em Kautsky, no qual Lênin não poupou críticas, responsabilizando-o pela deformação do marxismo e pelo aberto repúdio ao caráter revolucionário do marxismo que algumas correntes passam a adotar.

Lênin sublinhou as conotações ideológicas das principais correntes do socialismo no período da Segunda Internacional como: os oportunistas, isto é, tanto os que partiam de premissas do revisionismo bernsteiniano como os independentes delas, que haviam desenvolvido uma política marcada pelo pragmatismo reformista; a esquerda, da qual os bolcheviques eram os maiores representantes; e finalmente, os ortodoxos, com destaque para Kautsky, que Lênin chama em *Imperialismo, estado e Revolução* de o renegado.

args3(0).Value = "file:///D:/ANPUH/trabalhos/anpuh2007_1380.pdf"

No interior da Segunda Internacional, sobretudo, na social-democracia alemã, o amplo debate acerca da divulgação e interpretação da teoria marxiana, a conquista de poder político, a socialização dos meios de produção e a questão da consciência de classe, seguiram caminhos diferentes. Isso é o que notamos ao analisar o desenvolvimento teórico dos três principais representantes da social-democracia no período: Karl Kautsky, Edward Bernstein e Rosa Luxemburgo.

Segundo Andreucci, houve, a partir de meados dos anos de 1930, uma pausa na reflexão histórica sobre o marxismo e grande parte dos problemas relativos ao marxismo da Segunda Internacional como: o papel de Kautsky e do kautstkismo, da social-democracia alemã na derrota da Segunda Internacional, da redução do marxismo a ideologia de partido, da relativa paralisia do marxismo teórico, do suposto conúbio com o darwinismo, do positivismo que *"dá lugar a uma versão mecanicista e determinista do marxismo".* (ANDREUCCI, 1892, p.23).

A maior parte dos juízos formulados sobre o marxismo da Segunda Internacional, tal como hoje entendemos, foi retomada e amplamente discutida a partir do final dos anos de 1950, na figura de teóricos como Karl Krosch, Georg Lukács, Arthur Rosemberg e Antonio Gramsci.

Ainda a respeito do marxismo da Segunda Internacional, Ernesto Ragionieri nos dá uma definição:

> *Por marxismo da Segunda Internacional, entende-se em geral uma interpretação e elaboração do marxismo, que reivindica um caráter científico para sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas.* (Apud. ANDREUCCI, 1982, p. 24)

Aqui Ragioneri indica um possível ponto comum entre as correntes teóricas no interior da organização.

Mas, seria possível falar em um bloco teórico coeso e homogêneo diante de um ambiente no qual o desenvolvimento das forças produtivas materiais e as condições objetivas sugeriam a necessidade de uma ação revolucionária por parte da classe operária, mas que, no entanto, parece não fazer parte dos planos das direções da Segunda Internacional, do SPD e até mesmo dos Sindicatos? O debate entre Kautsky e Lênin, Bernstein e Rosa Luxemburg,

Max Adler e Plekhânov, entre outros, seria capaz de conduzi-los a um modelo unificado para a ação do movimento operário?

No entanto, não será possível abordarmos aqui com maiores detalhes as tendências concebidas no interior da Segunda Internacional e da social-democracia alemã, assim como um maior aprofundamento do seu caráter cientifico. Contudo, não é possível compreender os desdobramentos e as conseqüências desse período sem adentrar nesse riquíssimo terreno da história das idéias.

Por fim, essa é sem dúvida uma tarefa que necessita de uma compreensão mais abrangente das polêmicas iniciais no interior das organizações, seja a Internacional, seja o SPD e até mesmo nos sindicatos, pois sua contextualização é de fundamental importância para entendermos o movimento da história do movimento operário.

Referências bibliográficas:

ANDREUCCI, Franco. *A difusão e vulgarização do marxismo*. In: HOBSBAWM, Eric. J. **História do Marxismo.** Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERTELLI, Antonio Roberto. **Marxismo e transformações capitalistas.** Do Bernstein-Debatte à República de Weimar: 1899-1933, São Paulo: IPSO IAP 2000

____. **Revisionismo e ortodoxia no marxismo.** São Paulo: IPSO/IAP, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARONE, Edgard. **A II Internacional**. São Paulo: Anita/Edusp, 1993.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

IASI, M. Luis. **Processo de consciência.** 2ª Ed. São Paulo: CPV, 2001.

LENIN, V. I. **O trabalho do Partido entre as massas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

____. **Que fazer?** Lisboa: Estampa 1973.

args3(0).Value = "file:///D:/ANPUH/trabalhos/anpuh2007_1380.pdf"

____. **Sobre os sindicatos.** São Paulo: Livramento, 1979.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Porto: Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO. Rosa. **Reforma social ou Revolução?** .

____. **Greve de massas, partido e sindicato (1906).** São Paulo : Kairós, 1979.

____. **A revolução russa.** Petrópolis : Vozes, 1991

MARX. K. **A Guerra civil na França.** São Paulo: Global, 1986.

____. **O Capital - Critica da economia política.** 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

____. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Global, 1986.

____; ENGELS, F. **Obras Escolhidas.** Vol. I e III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

NEGT, Oscar. *O marxismo e a teoria da revolução no último Engels*. In: HOBSBAWM, Eric J. **História do Marxismo**. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Desenvolvimentismo e Pragmatismo no governo Geisel:
II Plano Nacional de Desenvolvimento e diversificação das relações exteriores

Henrique Zeferino de Menezes.*

Resumo: Esse artigo busca fundamentalmente explicar as relações existentes entre o II PND e a política externa brasileira do governo Geisel. Mais especificamente demonstrar de que maneira a diversificação das relações exteriores brasileiras correspondia à estratégia desenvolvimentista do período.

Palavras-chave: Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - Diversificação das Relações Exteriores - governo Geisel.

Abstract: This article basically aims to explain the relations beteween the Second National Development Program and the Brazilian foreign politics during Geisel's govermment. More specifically to demonstrate how the diversification of the Brazilian foreign affairs corresponded to the development strategy of the period.

Keywords: Second National Development Program - diversification of the Brazilian foreign affairs - Geisel govermment.

Introdução

A política exterior brasileira, desde o nascimento da república, trafega constantemente, como afirmam alguns analistas, entre períodos de aproximação estreita com os Estados Unidos e momentos de certo distanciamento estratégico com relação a esse país. O *americanismo*, típico de alguns momentos da história diplomática brasileira, nem sempre se revestiu das mesmas características nos diversos momentos em que se apresentou como vetor condicionante da política externa brasileira. Permutava-se entre um alinhamento cego, automático à grande potência mundial, e uma estratégia de barganha para com os norte-americanos. Tentativas de universalização da política externa brasileira, ou seja, de ampliação

* Bacharel em História e em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de pós-graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Bolsista CAPES.

das relações estratégicas do país, são também uma marca constante da história diplomática nacional. A política externa independente dos governos de João Goulart e Jânio Quadros, a política externa implementada durante o governo do General Geisel, por exemplo, retratam essa disposição de desassociar o bom desempenho externo do país das relações com os Estados Unidos ou qualquer outro parceiro estratégico[1]. É certo que qualquer enquadramento das experiências históricas da diplomacia brasileira dentro de conceitos abstratos acaba por esconder suas peculiaridades – assim como minimizam as condicionantes políticas, econômicas e sociais do momento – e estancar o ímpeto investigativo dos historiadores.

A entrada de Geisel à presidência da República marca, por um lado, o início do fim da ditadura militar no Brasil, com a iniciativa proposta já no seu discurso de posse de um *gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático.* Por outro lado, coincide com o fim abrupto do maior ciclo de crescimento econômico experimentado pelo país no período de 1968-73. A crise econômica que se abatera sobre o sistema internacional com a elevação vertiginosa dos preços do petróleo passou a afetar diretamente a dinâmica econômica tanto de países desenvolvidos como do mundo em desenvolvimento. O governo brasileiro, por sua vez, lança mão de uma estratégia peculiar de desenvolvimento econômico para o período. O *Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento* insere-se na história brasileira como o último grande plano de investimento e crescimento econômico nos moldes das experiências do século XX, calcadas na ampla participação governamental, em nítidos programas de substituição de importações e na vasta captação de recursos e endividamento externos. De acordo com o discurso da equipe econômica, tinha-se como objetivo uma reestruturação da matriz industrial do país, com a intenção de superar os desequilíbrios das contas externas através da incorporação de bens de alto valor agregado na pauta brasileira de exportações[2].

O que se percebe nesse momento é uma completa simbiose entre a estratégia desenvolvimentista nacional – corporificada no plano – com a política externa. Nas palavras do chanceler brasileiro de que "a diplomacia do Brasil está, coerentemente, voltada com rigor para o desenvolvimento econômico e do setor externo da economia do país (...)[3]" pode-se

[1] Letícia Pinheiro (2000) apresenta detalhadamente essa característica da diplomacia brasileira. Segundo a autora, dois paradigmas acompanharam a histórica da diplomacia brasileira: o já citado *americanismo* e o *globalismo.* Esses dois grandes paradigmas eram ainda subdivididos em pragmático ou ideológico.
[2] Ministério do Interior, 1975.
[3] AZEREDO DA SILVEIRA. Discurso no National Foreign Trade Council. Nova Iorque, 1975. In. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Ano 02 vol.06, 1975.

comprovar a participação do Itamaraty na execução do projeto desenvolvimentista nacional. O *pragmatismo responsável*[4], com ficou conhecida a estratégia adotada pela chancelaria brasileira no período, tinha na diversificação das relações políticas e comerciais exteriores uma de suas fundamentações. A diversificação das relações exteriores se insere na estratégia, como modo de se minimizar a dependência do país em relação ao mercado norte-americano, consolidando os mercados já tradicionais dos produtos brasileiros e ampliando o escopo de parceiros comerciais do país[5]. Essa minimização da dependência para com os Estados Unidos passava por dois eixos: comercial, uma vez que o país adotava um programa de ajuste recessivo enquanto implementava novas formas de protecionismos contra os produtos brasileiros; e político-estratégico, buscando desfigurar outras formas de "dependentismos" do país em relação ao vizinho das Américas e reforçar a imagem de um Brasil potência. (SOARES DE LIMA, 1982).

A Crise Internacional da década de setenta e a estratégia de ajuste brasileira.

A década de setenta representou uma grande inflexão nas relações econômicas internacionais. Assistiu-se nesse momento o desmanche do sistema monetário de Bretton Woods com o fim da conversibilidade de ouro em dólar declarada unilateralmente pelos Estados Unidos e a livre flutuação das taxas de câmbio em 1973. Nesse ano os grandes países exportadores de petróleo, coordenadamente, elevaram em quatro vezes o preço da commodity. O choque do petróleo desestruturou as contas externas da imensa maioria dos países, assim como promoveu um surto inflacionário internacional. (EICHENGREEN, 2000; GILPIN, 2002) As economias em desenvolvimento foram as que mais sofreram com a elevação dos custos na importação do petróleo, porque essa resultou numa deterioração significativa dos termos de troca com os países exportadores de bens manufaturados. (DAVIDOFF CRUZ, 1999; CARNEIRO, 2002).

Enquanto as grandes economias passaram a adotar políticas restritivas ao crescimento para controlar os déficits em suas balanças de pagamentos, o Brasil adotou uma

[4] O termo foi cunhado pelo próprio presidente e foi incorporado em sues discursos e pronunciamentos sobre a estratégia diplomática a ser empregada no seu governo. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Ano 01 vol.01, 1974.

[5] É pertinente lembrar que no momento da implementação do plano os Estados Unidos eram os maiores importadores de bens industrializados do Brasil. Ver tabela II.

estratégia peculiar para solucionar sua crise externa. A adoção do II PND teria as respostas para o enfrentamento da crise. Ao mesmo tempo em que pretendia sustentar os níveis de crescimento experimentados durante o regime militar, buscava-se uma estratégia heterodoxa para restabelecer o equilíbrio das contas externas. A reestruturação da matriz produtiva, visando a modificação da pauta de exportações do país, aliada a diversificação das relações comerciais do Brasil, trariam a ascensão do país ao mundo desenvolvido assim como a estabilidade do balanço de pagamentos.

As interpretações sobre o plano são díspares, assim como sobre os seus resultados. De um lado, têm-se aqueles que o interpretam como uma válvula de escape às necessidades de reformas recessivas na economia brasileira. A coesão social interna durante o regime militar seria mantida através da repressão política e da legitimidade via ciclos de crescimento econômico. O advento do II PND, num contexto internacional de recessão econômica e taxas inflacionárias elevadas seria mais uma estratégia de legitimação e sustentação do regime militar às custas da irresponsabilidade financeira e debilidade futura do Estado. De outro lado, há os que vêem o II PND como instrumento real para um ajuste estrutural profundo na economia brasileira. Ao mesmo tempo funcionaria como solução às distorções nas contas externas do país direcionando a base produtiva brasileira à industrialização intensiva, tornado-a internacionalmente competitiva. Ainda no campo das interpretações sobre o programa, pode-se perceber uma terceira vertente, crítica, que compreende as estratégias de ajuste de longo prazo na realização do plano, mas que sustenta uma visão de que seus resultados não teriam alcançado o objetivo fundamental: a saber a superação das vulnerabilidades externas do país. Isso, uma vez que a transformação da matriz industrial brasileira fora acompanhada de uma deterioração das contas externas do país, graças ao elevado grau de endividamento. (CARNEIRO, 2000).

Independente das possíveis interpretações, o que se assistiu foi um intenso programa de inversões públicas e privadas que deram sustentação a um amplo programa de crescimento econômico. A diplomacia brasileira teria, por sua vez, sustentado internacionalmente a estratégia da equipe econômica de ajuste das contas externas brasileiras, realizável através da implementação de uma estratégia de *substituição de exportações*. (SILVA, 2003). Serão, em seguida, apresentados argumentos que demonstram de que maneira a execução do II PND e a estratégia de diversificação das relações exteriores contribuíram

para a ampliação da participação de bens industrializados na pauta de exportações do Brasil; diminuição da dependência em relação ao mercado norte-americano; e, conseqüentemente, para a maior amplitude da participação do comércio exterior brasileiro e melhoria a longo prazo da balança comercial.

A estratégia de diversificação das relações exteriores

O choque dos preços do petróleo e a conseqüente estagnação econômica na década de 1970 impuseram sérias conseqüências para as economias em desenvolvimento. Isso devido à deterioração das contas externas e das relações de troca entre esse grupo de países e as economias desenvolvidas. Concomitantemente, os Estados Unidos, principais parceiros comerciais do Brasil, iniciaram uma nova política comercial protecionista calcada na aplicação de barreiras não tarifárias a produtos brasileiros[6]. O Brasil, por sua vez, paralelamente à consecução do II PND, iniciara uma estratégia de ampliação das relações exteriores do país se voltando para parceiros não-tradicionais e países que não se encaixariam nos parâmetros ideológicos do regime militar (especificamente os países comunistas do Leste Europeu e a China.), fortalecendo ainda os laços tradicionais.

Essa estratégia, como apregoado pelo discurso oficial, objetivava, fundamentalmente, resultados políticos – com a intensificação de relações estratégicas com países em desenvolvimento – e econômicos. Esses últimos, de maior importância para esse texto, se resumiam basicamente: na ampliação das relações comerciais em áreas não privilegiadas pela diplomacia brasileira, visando aumentar as exportações brasileiras e as importações de máquinas, tecnologia e matérias-primas vitais. Países da África[7] e da Ásia tornaram-se compradores de bens manufaturados, assim como o Brasil ampliou suas relações com o Oriente Médio e países do Leste Europeu na expectativa de melhoras nas relações comerciais com essas regiões assim com para ter acesso à petróleo e tecnologia da Europa socialista. (Ver tabela II).

[6] A Lei de Comércio americana de 1974 era uma das grandes preocupações da equipe diplomática brasileira. Em contrapartida o Brasil propunha nos principais fóruns multilaterais a criação de normas mais específicas para regulamentar as relações comerciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

[7] A questão africana foi tema extremamente importante no governo Geisel. Com interesses difusos na região que se concentravam na própria questão econômica, mas também em expectativas políticas, o Brasil tomou medidas significativas com relação à região. Manteve uma política anti Apartheid forte e reconheceu prontamente os governos revolucionários de caráter socialista em Angola e Moçambique.

A América Latina foi palco também da estratégia pragmática da diplomacia brasileira. A maior aproximação com os vizinhos americanos buscava, como mencionado nos discurso do chanceler e o do próprio presidente, manter uma situação de estabilidade permanente na região do Prata, assim como estabelecer vínculos mais próximos com os países amazônicos[8]. (MRE, s.d.).

Tabela I

PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRA (1973-1981) em US$ 1.000

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
1. Produtos Primários	**5.036.376**	**5.437.033**	**6.508.810**	**7.432.041**	**6.432.810**	**7.027.128**	**9.378.605**	**9.578.462**
Café	980.358	934.303	2.398.226	2.624.944	2.294.712	2.326.176	2.772.919	1.760.610
Tradicionais	2.152.792	2.321.658	1.584.167	1.837.508	1.880.202	2.197.223	3.202.884	3.109.774
Outros prod. Primários	1.903.226	2.181.072	2.526.417	2.969.589	2.257.896	2.503.729	3.402.802	4.708.078
2. Produtos Industrializados	**2.720.015**	**3.024.318**	**3.238.452**	**4.410.213**	**6.048.769**	**8.057.753**	**10.485.411**	**13.340.757**
2.1. Semimanufaturados	633.630	645.113	789.521	1.026.884	1.435.564	1.915.057	2.091.063	2.096.846
Óleo de Mamona	128.425	51.872	76.625	87.497	110.022	106.600	89.002	46.627
Ferro-ligas em bruto	49.023	48.502	78.111	80.515	124.956	168.229	180.979	225.193
2.2 Manufaturados	2.086.385	2.379.205	2.448.931	3.383.329	4.613.205	6.142.696	8.394.348	11.243.911
Caldeiras/ Instrum. Mecânicos	269.091	407.154	373.689	587.196	768.694	970.317	1.381.759	1.546.361
Prod. Siderúrgicos Manufat	72.493	69.534	77.086	101.266	213.760	446.183	624.809	800.642
3. Transações Especiais	**194.605**	**208.593**	**381.041**	**277.921**	**177.365**	**159.496**	**268.385**	**373.816**
Total (1 +2+ 3)	**7.950.996**	**8.669.944**	**10.128.303**	**12.120.175**	**12.658.944**	**15.244.377**	**20.132.401**	**23.293.035**

Elaborado pelo autor: Fonte. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990.

Entretanto, as relações com os Estados Unidos se aproximaram, em alguns momentos, do conflito. As divergências entre os dos países se processaram tanto na esfera político-militar como nas questões comerciais. Rapidamente, pode-se destacar as querelas envolvendo a Acordo Nuclear para a produção de energia atômica entre Brasil e Alemanha. A entrada de Carter na presidência dos Estados Unidos acirrou as divergências entre os países e

[8] A assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em maio de 1978, é um exemplo do ativismo brasileiro na região.

acabou culminando na renúncia por parte do Brasil do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos. (SOARES DE LIMA & MOURA, 1982; SOUTO MAIOR, 1996).

> *"O acordo nuclear e a questão dos Direitos Humanos tornaram-se assim questões não negociáveis para o governo Geisel, uma vez que a pressão norte-americana nestas duas áreas passou a ser considerada como uma ingerência inaceitável em questão afetas à soberania nacional."* (SOARES DE LIMA & MOURA, 1982:354)

No que tange às questões econômicas, os problemas se concentraram nas medidas protecionistas adotadas pelo governo norte-americano, que barravam a entrada de bens manufaturados do Brasil no mercado dos Estados Unidos. A maior competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, facilitada ainda mais pelos incentivos às exportações concedidos pelo governo produzia pressões internas nos Estados Unidos, assim como acirrava a competição entre os países por mercados extracontinentais. A exposição de Lessa (1995) é esclarecedora.

> *"(...) o Brasil surge no período como 'novo personagem' no mercado internacional, apresentando um perfil de exportações muito diversificado (em termos de pautas e de destino de seus produtos) e, por isso, já entra em condições de atrito com supridores tradicionalmente estabelecidos nos mercados internacionais. Ao buscar novos mercados para o escoamento de sua produção, o Brasil depara-se, por um lado, com a força de setores tão tradicionais quanto decadentes da economia norte-americana (siderúrgico, por exemplo) e, por outro, desenvolve uma estratégia comercial heterodoxa, ao oferecer produtos com tecnologias e preços adaptáveis aos clientes, sem as restrições políticas ou ideológicas que acompanhavam as linhas de fornecimento norte-americanas"* (LESSA, 1995: 28-29).

Considerações Finais: a mudança na estrutura do comércio exterior

Como se pode perceber no trecho acima, o Brasil buscou estreitar laços como países que tradicionalmente não pertenciam ao rol de parceiros políticos e econômicos do país. As divergências com os Estados Unidos e as expectativas do governo de sustentar níveis elevados de crescimento econômico, atrelando-o às necessidades de estabilização das contas externas, deram as fundações para as estratégias dotadas pelo governo Geisel: o II PND e a política externa do pragmatismo responsável. Essa estratégia conjunta, como será apresentado

a seguir, produziu resultados extremamente satisfatórios no que se refere ao comércio exterior[9]. Como se pode perceber na tabela I, as inversões na cadeia produtiva brasileira tiveram resultados significativos na formação da pauta de exportação do Brasil. Entre 1974 e 1981[10], a participação de produtos industrializados na pauta de exportações do Brasil teve um acréscimo de 490%, sem que houvesse uma diminuição nas exportações de bens primários. Já em 1979, os bens industrializados ultrapassaram, na participação nas exportações, os primários.

No que se refere ao destino das exportações de bens industrializados brasileiros (Ver Tabela II), os Estados Unidos aumentaram o volume de importações constantemente (de US$ 793.380.000 para US$ 1.888.657.000 em 1979). Entretanto, a participação das importações norte-americanas no total das exportações de bens industrializados do Brasil caiu de 24 para 20%. Destacam-se as participações dos continentes asiático e africano, com crescimento de 680 e 590% respectivamente. A balança comercial brasileira apresentou uma melhoria após o ano de 1974, mas manteve uma certa estabilidade. O ano de 1981 marca a definitiva virada de sinal da balança, após a completa maturação dos investimentos do II PND e da triplicação do valor exportado pelo país. (Ver tabela III)

Tabela II
EXPORTAÇÃO DE BENS INDUSTRIALIZADOS POR REGIÃO (1974-1981) em US$ 1.000.

Produtos Industrializados	**1974**	**1975**	**1976**	**1977**	**1978**	**1979**	**1980**	**1981**
América	**1.652.736**	**1.778.449**	**1.895.101**	**2.552.525**	**3.470.686**	**4.419.232**	**5.608.859**	**7.067.516**
ALADI	691.244	946.509	783.621	1.094.411	1.394.678	2.209.798	3.165.455	3.805.922
EUA + Porto Rico	793.380	633.579	853.586	1.243.112	1.786.612	1.888.657	2.102.343	2.813.246
Europa	**952.069**	**935.751**	**1.119.589**	**1.431.889**	**1.690.523**	**2.393.126**	**2.961.713**	**3.340.721**
COMECON	65.340	85.169	92.078	136.449	196.556	263.066	372.379	442.465
CEE	784.389	709.814	888.725	1.138.339	1.306.049	1.913.803	2.259.612	2.669.459
Ásia	**278.964**	**400.638**	**372.237**	**556.045**	**738.077**	**1.057.227**	**1.674.978**	**1.901.026**
Oriente Médio	52.757	86.764	38.534	37.733	52.373	193.241	237.842	712.081
África	**262.818**	**297.522**	**195.589**	**314.451**	**535.320**	**590.194**	**1.020.136**	**1.544.638**
Oceania	**33.056**	**21.543**	**35.156**	**27.944**	**68.954**	**72.087**	**109.309**	**144.222**

[9] É pertinente reafirmar que o II PND não sanou as vulnerabilidades externas do país, uma vez que o alto grau de endividamento gerou uma crise profunda após 1979, com o segundo choque de preços do petróleo e principalmente após a elevação drástica nos juros internacionais.

[10] A data de 1981, apesar do governo Geisel terminar em março de 1979, se refere ao momento final de maturação dos investimentos do II PND. Daí a utilização desse período para retratar mais fidedignamente os resultados do plano.

Outros	0.049	0.076	0.454	0.791	0.437	0.381	1.292	1.445
Total	**3.179.692**	**3.433.979**	**3.618.126**	**4.883.645**	**6.503.999**	**8.532.247**	**11.376.287**	**13.999.579**

Elaborado pelo autor: Fonte. *Idem.*.

Tabela III
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA. (1974-1981) em US 1.000

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Importações	12.641.320	12.210.340	12.676.321	12.023.412	13.683.146	18.083.861	22.955.169	22.090.580
Exportações	7.950.996	8.669.944	10.128.303	12.120.175	12.658.944	15.244.377	20.132.401	23.293.035
Saldo	-4.690.324	-3.540.396	-2.548.018	96.763	-1.024.202	-2.839.484	-2.822.768	1.202.455

Elaborado pelo autor: Fonte. *Idem*.

Referências bibliográficas:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, Ed. Fundação IBGE, 1990.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise:** a economia brasileira no último quartel do século XX. São Paulo, Ed. UNESP, Ed. UNICAMP, 2002.

DAVIDOFF CRUZ, Paulo. **Dívida Externa e Política Econômica:** A experiência brasileira nos anos setenta. Campinas, Ed. UNICAMP, 1999.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital:** Uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília, Editora UnB, 2002.

SOUTO MAIOR, Luis Augusto. O Pragmatismo Responsável. In. GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (org). **Sessenta Anos de Política Externa** *(1930-1990)*. São Paulo, Ed. Cultura, 1996.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Realizações do Governo Geisel (1974-1978): Visão Global**. Brasília, Ed. IPEA, 1979.

LESSA, A. C. M. *A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)*. In: **Revista Brasileira de Política Internacional,** Vol. 38, n.01, 1995.

MINISTÉRIO DO INTERIOR DO BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo**. Brasília, Serviço gráfico IBGE, 1975.

MINISTÉRIO DAS RELAÇOES EXTERIORES DO BRASIL. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Vários números.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio de Teoria e Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. In: **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, vol. 22, n 2, 2000.

SILVA, Heloisa C. M. *Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979.*In. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Vol.46, n.01, 2003.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. & MOURA, Gerson. *A Trajetória do Pragmatismo*. In **Dados: Revista de Ciências Sociais.** Vol.26, n.03, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Imagem e alteridade: Pierre Verger nos anos 30

Cláudia Maria de Moura Pôssa*

Resumo: O tema aqui abordado é a formação estética de Pierre Verger. No decorrer da investigação de doutorado sobre sua obra fotográfica, um dos resultados do estudo foi recuperar os momentos de formação do fotógrafo, com o objetivo de compreender a quais demandas respondeu o seu trabalho, tanto demandas pessoais quanto demandas coletivas, relativas ao grupo de pessoas com as quais convivia e ao contexto cultural ao qual pertencia. Só se pode compreender a fotografia de Verger dentro da história da fotografia, francesa e brasileira, a partir de múltiplas relações e conexões.

Palavras-chave: história da fotografia – etnografia – Pierre Verger.

Résumé : Le sujet ici abordé est la formation esthétique de Pierre Verger. Pendant la recherche de doctorat sur son oeuvre photographique, un des résultats de l'étude fut récupérer les moments de formation du photographe, dans le but de comprendre quels exiges son travail a répondu, tant demandes personnelles autant de demandes collectives, relatives au groupe de personnes avec lesquelles il coexistait et au contexte culturel à auquel il appartenait. On peut seulement comprendre la photographie de Verger dans l'histoire de la photographie, la française et brésilienne, à partir de relations et de connexions multiples.

Mots Clef : histoire de la photographie – ethnographie – Pierre Verger.

Introdução

Pierre Verger, autor polifacético com notáveis trabalhos nos campos da antropologia, etnografia, história e fotografia dispensa apresentações. O núcleo do trabalho de Verger está formado pela convergência entre a descrição da cotidianidade e do universo simbólico e imaginário que envolve culturas diversas, em especial, a cultura negra da África e do Brasil. Sua obra fotográfica consta de um fundo de cerca de sessenta e dois mil negativos em sua grande maioria realizados entre 1932 e meados da década de 50, período em que atuou quase exclusivamente como fotógrafo.

* Doutora pela Universitat de Barcelona, Professora da Universidade Federal da Bahia.

Para se chegar às raízes da maneira de Verger fotografar, para se chegar a uma compreensão do seu universo fotográfico é importante identificar os principais marcos do seu caminho, pois, em seu caso, é inegável o entrelaçamento da vida com a obra. O estudo de suas imagens implicou pensar como ocorreu seu envolvimento com a fotografia nos anos 30. A geração de Verger foi marcada pelas vanguardas européias e, para se ter uma leitura mais aguda da sua produção fotográfica, importa entender esse cenário de base. Em outras palavras, há que buscar entender o trabalho de Verger à luz da efervescência do período.

A obra de Verger é uma poderosa síntese de impulsos e idéias artísticas diversas, então em curso. Em linhas gerais, percebe-se três influências na sua formação como fotógrafo: experiências com o grupo que se reunia em torno de Jacques Prévert, personalidade artística ligada ao surrealismo, o trabalho junto ao grupo de etnólogos do *Musée du Trocadero*, mais tarde *Musée de l'Homme*, e a sua participação junto ao grupo de artistas gráficos e fotógrafos do *Studio Zuber*. Havia uma afinidade essencial entre essas diferentes influências, como se verá mais adiante, que Verger soube equacionar à sua maneira, implicando numa articulação arriscada e difícil entre a linguagem poética e a experiência de um mundo múltiplo.

Primeira influência: o surrealismo e o ambiente francês do entre guerras

A formação de Verger como fotógrafo se deu num ambiente marcado pelo surrealismo, movimento artístico essencial para se compreender o período entre guerra no caso francês. O surrealismo além de movimento artístico teve também efeitos morais e espirituais. As marcas do surrealismo não são somente relativas à estética, mas a concepções de vida. Abriu espaço para a valorização da expressão espontânea, da intuição, da atitude de revolta e não somente no campo da arte.

Verger conviveu com figuras de destaque ligadas ao surrealismo e em sua obra estão marcados valores do movimento com os quais se identificava tais como a presença de um "pessimismo produtivo", a valorização operativa do cotidiano, a busca da "beleza convulsiva", do "acaso objetivo" e da "adivinhação".[1] O mundo surrealista foi para Verger além de uma escola um estado de espírito, uma forma de apreender a realidade rompendo com a visão burguesa e conservadora de seu meio de origem. Recuperar isso na formação de

[1] Esses valores do Surrealismo estão bem colocados por Maurice Nadeau em sua história do movimento (NADEAU, 1993).

Verger é decisivo para compreender as suas escolhas. Verger pode ser incluído entre os que respiraram o ar surrealista da época.

É importante ressalvar que ele jamais aderiu oficialmente ao movimento, pois não admirava algumas concepções intelectuais predominantes entre os integrantes do surrealismo. Sua influência vinha de um "*rameau originel du surréalisme*", ligado a Jacques Prévert).[2] Verger fez parte da *bande Prévert* e se relacionou com os integrantes do chamado *Groupe Octobre*, grupo de teatro reunido em torno de Prévert.[3] A proximidade de Verger ao grupo indica que partilhava de uma visão crítica e irônica da sociedade.

A influência de Jacques Prévert foi mais intensa na época em que Verger se iniciava na fotografia. O convívio com o grupo de Prévert e com o correlato *Groupe Octobre* foi uma ocorrência mais diletante, menos profissional, que as demais influências, mas que teve conseqüências ativas posteriores e duradouras, sendo decisiva para a sua concepção estética. Prévert aportou ao movimento surrealista um tom menos hermético. Sua forte personalidade, sua repugnância a teorizações, seu anti-intelectualismo, seu senso de humor, sua imaginação, seu gosto pelo popular contagiavam todos que o cercavam. Prévert fez parte das atividades de "*contre attaque*" ao surrealismo oficial de André Breton.[4] Pode-se relacionar indiretamente Verger com esse grupo dissidente que se reuniu também na revista *Documents*, refúgio de numerosos ex-surrealistas e surrealistas excomungados pelo ramo oficial, dentre os quais o próprio Jacques Prévert.[5] Se para os surrealistas do grupo ligado a Breton a imaginação é o que importava, para os integrantes da *Documents*, a realidade já tinha componentes suficientes para estudo.

Interessava a Verger, mais que o surrealismo onírico, a realidade em suas estranhas apresentações. Como Brassaï, Verger poderia ter dito que "*rien n'est plus beau que la réalité*". Do surrealismo Verger reteve a percepção que a poesia está nas ruas, coincidindo nisso com Cartier-Bresson. Em sua fotografia compareceu a idéia surrealista de abolir os

---

[2] Conforme depoimento de Michel Leiris, Prévert e Desnos são figuras originais dentro do movimento, aportando algo mais popular (PRÉVERT, 1993:19-20).

[3] O *Groupe Octobre*, grupo de teatro militante, de esquerda, atuou de 1932 a 1936.

[4] O "*Second Manifeste du Surréalisme*", publicado na revista *La Révolution Surréaliste*, n° 12, em dezembro de 1929, representou a expulsão de alguns surrealistas do grupo de Breton e provocou, como resposta, a publicação de "*Un cadavre*", em janeiro de 1930, com a participação de Prévert com o texto "*Mort d'un Monsieur*" (NADEAU, 1993).

[5] A revista *Documents*, dirigida por Georges Bataille, teve 15 números, publicados em 1929 e 1930.

limites entre arte e vida, entre objetos e acontecimentos, entre o intencional e o fortuito, entre o profissional e o amador, entre o nobre e o vulgar.

A postura crítica de Verger também pode ser vista na sua vinculação a uma outra associação, a *AEAR*, *Association des Écrivains et Artistes Révolutionnaires*, grupo nascido de idéias de surrealistas e ligado ao partido comunista.[6] Os fotógrafos ligados a essa associação reconheciam na fotografia não somente uma dimensão criativa individual, mas também uma dimensão coletiva e política de denúncia social.

Segunda influência: *Studio Zuber* e ambiente editorial gráfico

É importante lembrar aqui que Verger, enquanto filho de Léopold Verger, dono de uma das maiores empresas gráficas francesas da época, conhecia de perto os processos de impressão e, desde muito pequeno, tinha contato com imagens impressas. Ao voltar-se para a fotografia não era um analfabeto em imagens. Conhecia e admirava a nova geração de gravuristas e circulava pelos estúdios fotográficos mais conhecidos de então, em contato tanto com as obras como com os artistas. Era representante de conhecidos artistas gráficos como Cassandre, Carlu, Loupot e outros.

Verger nesse ambiente editorial gráfico teve contato com uma outra variante da vanguarda francesa, a *nouvelle vision*, uma corrente das artes gráficas que estava próxima do design e do estilo alemão da Bauhaus, da chamada nova objetividade. Verger fez parte do *Studio Zuber* convivendo de perto com artistas como Pierre Boucher e René Zuber, que mesclavam diferentes técnicas, atuando simultaneamente como fotógrafos e como grafistas. O estúdio agrupava uma equipe de pessoas amigas que ali faziam trabalhos comerciais, basicamente publicitários, enquanto se dedicavam a experimentações e buscas artísticas pessoais. A publicidade estava em forte correlação com a imprensa gráfica e com as fotos de reportagem. Uma atmosfera de intensa criatividade onde os fotógrafos muitas vezes mesclavam os distintos modos de trabalhar com a imagem sem aparente oposição. Buscava-se um máximo de expressividade na tentativa de fotografar o mundo de maneira inédita.

[6] A sugestão da associação foi lançada por André Breton em novembro de 1930, com a idéia de aproximar o marxismo e a psicanálise. A *Association des écrivains et artistes révolutionnaires* aparece anunciada em *L'Humanité* em 5 de janeiro de 1932 (BAQUÉ, 1993).

Pierre Boucher, reconhecido por Verger como o responsável por suas primeiras lições fotográficas, tem um trabalho claramente marcado tanto pelo surrealismo como pela *novelle vision*. Boucher, que também participou da *bande Prévert*, serviu de referência para Verger em vários aspectos, dentre os quais o de vivenciar a fotografia como uma viagem coletiva que captava algo em movimento. Outro aspecto, uma afinidade com a abordagem do corpo humano, tratado, nos nus de Boucher, sem preconceitos.

René Zuber foi um dos fotógrafos franceses mais atingidos pelas idéias da nova objetividade alemã.[7] Dessa vertente, Verger captou uma certa concepção gráfica que se revelava nas fotos de objetos e detalhes. E é a partir dessa influência que se deve entender o interesse fotográfico inicial de Verger. Na época de sua aproximação à fotografia, conforme consta no livro *50 Anos de Fotografia*, Verger estudou os efeitos fotográficos da luz, vivenciando uma experimentação de texturas e brilhos, o que compôs uma fase de alteração do olhar, que chamou de "olhar míope" e que também chamou de fase da descoberta da matéria (VERGER, 1982:13). As fotos tomadas de muito perto, muitas vezes quase abstratas, eram uma das tendências da *nouvelle vision*.

A profissionalização de Verger como fotógrafo ocorreu via influência do *Studio Zuber*. Verger iniciou-se como repórter, em 1934, de uma maneira surpreendente, convidado para integrar a equipe enviada pelo jornal *Paris-Soir* para uma viagem ao redor do mundo. Essa experiência foi bastante decisiva para o fotógrafo no sentido de crítica do *métier* do repórter e de adoção de uma postura de independência em relação aos órgãos de imprensa e permite compreender a participação de Verger na criação da agência fotográfica *Alliance Photo* , agência precursora da *Magnum*, ao lado dos fotógrafos ligados ao *Studio Zuber*, o que viabilizaria sua opção de fotógrafo viajante.

Terceira influência: Museu do Trocadero

Quanto à etnografia, a matriz de formação intelectual de Verger esteve ligada às idéias da equipe que se reunia no Museu do Trocadero. O ambiente do museu, então bastante vivo, era, desde o final dos anos 1920, um ambiente de mudanças que culminaram na criação do *Musée de l'Homme*. Nos anos de formação de Verger, era uma constante a atração dos artistas e intelectuais pelos mundos distantes, mostrados nas exposições internacionais de

[7] Além do trabalho fotográfico de Zuber ser bastante marcado pela idéias da nova objetividade alemã, ele publicou vários textos se posicionando em relação a esse novo olhar, alguns republicados (BAQUÉ, 1993).

Paris e apresentados via museu de etnografia. A ligação de Verger com a antropologia pode ser constatada bem cedo, já em suas primeiras fotos de viagens e quando atuou como colaborador do museu e conviveu de perto com o grupo de estudiosos, como encarregado do laboratório fotográfico.

Verger se aproximou dos estudos culturais, em projeto comum com Alfred Métraux, Michel Leiris e outros. A influência e a troca de idéias com os antropólogos do *Musée du Trocadero* foi uma constante ao longo da vida do fotógrafo. O convívio com os etnólogos contribuiu certamente para que Verger encontrasse o caminho que melhor o levaria ao Outro.

Aqui novamente pode ser lembrada a revista *Documents* que reunia não só dissidentes do surrealismo mas, também, os etnógrafos da equipe do museu. Nessa revista havia, pode-se dizer, uma etnografia surrealista ou um surrealismo etnográfico, como se queira.[8] A etnografia ocupava um papel central na revista e podem ser feitas conexões entre as propostas da antropologia desses anos e as propostas de *Documents*.[9] A revista tinha uma oposição clara ao ponto de vista simplesmente estético e nela se discutia a questão importante advinda do debate antropológico sobre o documento etnográfico e as viagens de coleta de material de estudo. Na revista foi publicado um artigo de Michel Leiris, intitulado "*L´oeil de l´ethnographe*", em que sugere a seus amigos artistas uma solução para sair do impasse estético em que se encontravam: viajar, mas não turisticamente, pois assim fariam viagens "*sans coeur, sans yeux et sans oreille*", mas viajar etnograficamente para alargar o universo do humano e assim esquecer os hábitos medíocres da sociedade burguesa européia (DOCUMENTS, 1991: vol.2, p. 413).

Considerações finais

Esses três grupos com os quais Verger se relacionou tinham numerosas afinidades, não existindo entre eles fronteiras nítidas. Várias das pessoas que freqüentavam o *Studio Zuber* também eram ligadas ao grupo de Prévert, tinham gosto pelas expedições e

[8] No próprio nome da revista já está presente esta mescla de campos. Os primeiros números de *Documents* aparecem com os subtítulos: "*Doctrine Archéologie Beaux-Arts Ethnographie*" e, posteriormente, "*Archéologie Beaux-Arts Ethnographie Variétés*".

[9] Já no primeiro número de *Documents* há um texto intitulado "*Le musée d'Ethnographie du Trocadéro*", de Georges Henri-Rivière, pertencente à equipe do museu, onde se questiona a preocupação prioritária de um museu etnográfico com o valor estético dos objetos expostos.

atração pelas viagens. Por sua vez, o grupo do *Musée du Trocadero* se mesclava também com o grupo ligado a Prévert e ambos se reuniam nos mesmos lugares da Paris de então.

Um importante ponto em comum entre essas três influências que marcaram a formação de Verger é que, tanto o surrealismo, como a etnografia do *Musée de l'Homme*, como também a vanguarda dos estúdios, faziam uma discussão sobre a imagem. Debatia-se a função da imagem enquanto discurso, seja pela via da crítica corrosiva das antigas representações, seja pela renovação estilística e profissional. Aqui entra o documento como uma questão central.

Uma segunda confluência, era a discussão sobre a alteridade. Verger se afastou da centralidade parisiense, viajando para conhecer outras culturas. Fez suas primeiras fotos num empreendimento etnográfico e de experimentação. A fotografia revelou uma face nova de Verger, revelou, inclusive para ele mesmo, a qualidade etnográfica de seu olhar, reconhecida logo por um especialista como Métraux ao ver as fotos feitas na Polinésia.[10] As imagens tomadas não se limitavam a memórias pessoais, a um registro amador. Configuravam incursão consciente pela fotografia enquanto linguagem. O enquadre e o incidir da luz não eram deixados ao acaso mas, claramente, escolhas do autor.

Os itinerários de Verger uniam a experiência de viver à experimentação estética. As viagens eram, para ele, uma necessidade de se distanciar do mundo urbano parisiense em que viveu até os anos 1930. Através das viagens Verger reconstruía seu mundo. Nas fotos registrava modos de viver em contraste com o mundo representado pela burguesia francesa. Verger se distanciava não só geograficamente mas porque se diferenciava e transformava seu mundo.

Há um componente surrealista no gosto de Verger pelas viagens, pelo evadir-se. As cartas e fotos que trocou com seus amigos mostravam como sua busca era comum a toda uma geração "surrealizada". Nas viagens, Verger, fotograficamente, alargava seu olhar, consolidava a comunhão com a cultura local, expressava sua admiração pela diferença e sublinhava a dignidade dos povos mais simples. A máquina, companheira inseparável do viajante, era um passaporte que intermediava o contato com o Outro.

Verger não era apenas um espectador, aprendeu a ver e traduzir em imagens pessoas e povos diferentes, atento às possibilidades da fotografia. A sua câmera adquiriu a

[10] No site da Fundação Pierre Verger (www.pierreverger.org/br) é possível visualizar algumas das imagens desse período assim como outras fotografias de Pierre Verger.

capacidade de expressar a poesia visual, de reter a alegria e a espontaneidade do cotidiano do Outro. Os retratos recolheram a dignidade de cada personagem captando olhares e gestos. Como se por meio das fotos existisse uma busca de contato com o Outro, que viria a constituir um traço do seu estilo pessoal.

A relação de Verger com a fotografia antecipa questões que assumiram importância no final do século XX e que levam à necessidade de diálogos entre campos diversos e ao questionamento das fronteiras entre disciplinas tais como história, antropologia e artes. Ao mesmo tempo que as ciências humanas necessitam de novas formas de lidar com as imagens, a criatividade e a arte em geral, os artistas aprendem a lidar de forma mais aprofundada com as teorias culturais. Há toda uma discussão sobre o documento e a invenção de um certo tipo de observação etnográfica que tem muito a ver com o trabalho de Verger. A resposta dada por Verger, quanto a ser a fotografia uma prática artística ou uma prática científica, aponta para uma combinação singular. O jeito como ele fotografava poderia ser assimilado como uma prática artística. Por outro lado usava os resultados fotográficos como fontes de estudo, como documentos.

Apostando no potencial das fronteiras disciplinares fluidas, nas possibilidades da fotografia para compartilhar, produzir, mostrar, narrar, a obra de Verger aponta para a possibilidade de diálogos férteis entre as diversas áreas. O fotógrafo não só se apropria do que é do Outro como pode transferir para terceiros o que lhe é próprio. Apesar do aspecto literal e transparente da fotografia, ela revela mas também oculta, provocando indagações permitindo pensar as relações entre o dentro e o fora, entre o subjetivo e o objetivo, entre o que define o outro e o eu, entre o que é realidade e o que é ficção, no sentido de construção. Em outras palavras, a fotografia também discute a tensão entre o que é realidade e o que é imagem.

Referências bibliográficas:

BAQUÉ, Dominique. **Les Documents de la Modernité: Anthologie de textes sur la photographie de 1919 à 1939**. Paris: Éditions Jacqueline Chambon, 1993.

BLANCHOT, Maurice. *Reflexões sobre o Surrealismo*. In: **A Parte do Fogo**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

BOUCHER, Pierre. **PhotoGraphiste**. Paris: Contrejour; Centre National des Lettres, 1988.

BOUQUERET, Christian. **Des années folles aux années noires. La Nouvelle Vision Photogaphique en France: 1920-1940**. Paris: Marval, 1997.

CLIFFORD, James. *On Ethnographic Surrealism*. In: **The Predicament of Culture**. Cambridge, Massachusetts, & London: Harvard University Press, 1988.

DOCUMENTS: Doctrines Archéologie Beaux-Arts Ethnographie, vol. 1: 1929, n°s 1 a 7; vol. 2: 1930, n°s 1 a 8. Paris: Jean Michel Place Ed., 1991. [reprodução dos números da revista dirigida por Georges Bataille].

FLEIG, Alain. **Photographie et Surréalisme en France entre les deux guerres**. Neuchâtel: Editions Ides & Calendes, 1997. (Étant donné, L'âge de la lumière, 1).

GARRIGUES, Emmanuel (org.). **L'Ethnographie: numéro spécial Ethnographie et Photographie**. Société d'Ethnographie de Paris, número 109, año CXXXIII, tomo LXXXVII, 1, Paris, primavera de 1991.

JACQUES Prévert et ses amis photographies. **Journal des Expositions**. Paris: Fondation National de la Photographie., nº 3, marzo 1981. Suplemento.

NADEAU, Maurice. **Historia del Surrealismo**. Montevideo: Editorial Altamira; Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

PRÉVERT, Jacques. **Paroles**. Paris: Éditions Gallimard, 1993. [Edição comentada por Danièle Gasiglia-Laster].

PÔSSA, Cláudia. **Estudio de la obra fotográfica de Pierre Verger**. 2006. 425f. Tese (Doutorado em Belas Artes) – Universitat de Barcelona, Espanha.

VERGER, Pierre. **Exposition 37**. Paris: Éditions Arts et Métiers Graphiques, 1937.

_____. **South Sea Islands**. Londres: George Routledge & Sons, 1937. [introdução de Robert Burnet]

_____. **50 Anos de Fotografia**. Salvador: Editora Corrupio, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Diagnósticos, terapêuticas e distinção social na formação social brasileira

Flavio Coelho Edler*

Este texto constitui ainda um esboço de uma pesquisa que ainda está em fase preliminar de construção teórica e desenvolvimento empírico. Ela parte de uma constatação que se traduz numa insatisfação. No campo da saúde, as ciências sociais, quando discutem as relações entre a medicina e o mercado, quase sempre restringem seu foco à ingerência do chamado complexo médico-industrial - as indústrias farmacêuticas, de insumos e equipamentos médicos – na prática médica: um elemento estrutural, que circunscreve e manipula a relação do médico com seu paciente. Por outro lado, a crítica acadêmica contemporânea costuma enfocar o consumo e o consumismo, ora como uma prática conspícua, ora como um culto ao supérfluo. Aqui, quase sempre aprendemos com teorias hedonistas, denunciatórias e utilitaristas que supõem um consumidor marionete, presa das artimanhas dos publicitários, ou consumidores que competem invejosamente, sem motivo sensato.

Seguindo a hipótese de Mary Douglas[1], para quem o consumo é algo ativo e constante no mundo em que vivemos e nele desempenha um papel central como estruturador dos valores que constroem identidades, regulam relações e definem mapas culturais, nos propomos a pensar as práticas terapêuticas – o uso de certos remédios, manipulações e dietas – e a atribuição (e aceitação) de diagnósticos como parte integrante do processo de distinção social e construção de identidades coletivas no contexto da escravidão brasileira.

Terapêutica e representação social no Império

As desigualdades sociais e culturais, herdadas do período colonial e acentuadas até o limite com a escravidão, se refletiam também no uso dos remédios. O acesso aos produtos das farmácias, boticas e drogarias, muitos deles importados, eram quase sempre uma prerrogativa dos brancos ricos. Os setores subalternos, formados pela imensa população de pobres e escravos, contavam com remédios caseiros, fórmulas feitas com ervas nacionais e

* PPGHCS – Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz
[1] DOUGLAS, M. e ISHERWOOD, B. ***O Mundo dos Bens***. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

outros produtos recomendados ou administrados por curandeiros, mezinheiros, barbeiros e sangradores.

No período monárquico, os médicos brasileiros já reconheciam o fato de que as doenças se distribuíam desigualmente entre os setores sociais. Havia doenças de negros e doenças de brancos. Doenças de rico e doenças de pobre. A opilação (ancilostomíase) era uma dessas doenças amplamente condicionadas pelas péssimas condições de vida a que estavam expostos escravos e sitiantes das lavouras de cana ou café, como bem assinalou o doutor Cruz Jobim (1802-1878), diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em estudo que fez sobre "*as moléstias que mais afligem a classe pobre do Rio de Janeiro*", publicado em 1841, na *Revista Médica Brasileira*, órgão da Academia Imperial de Medicina.

Entre a ciática, doença de cavaleiros, e a opilação, uma ampla gama de doenças compunha o inventário de representações simbólicas que serviam para distinguir os atributos e vícios privativos da classe senhorial, do restante dos hábitos, gestos, insígnias e estilos de vida das camadas remediadas. Ao lado dos tipos de habitação, alimentos, divertimentos, trajos, devoções e gostos estéticos, as doenças e os remédios ajudavam a confirmar a rígida hierarquia da sociedade patriarcal e escravita. O banzo e os vícios de comer terra, barro, cinza e pó de café; o de mascar tabaco, de fumar maconha e beber cachaça, eram associados a gente de classe, raça e religião "inferiores". As doenças que deles resultavam eram "vergonhosas". As doenças venéreas, de que se gabavam os rapazes brancos de famílias senhoriais das regiões agrárias – lembra Gilberto Freyre – eram insígnias que revelavam a virilidade precoce e o domínio sobre as mulheres. O biólogo Louis Couty[2] (1854-1884) registrou, em 1883, que ao contrário dos "*homens louros e de olhos azuis"*, os negros e mestiços não se queixavam *"nem do fígado, nem do baço, nem dos pulmões*", nem morriam "*dos nervos, nem de histeria*". Com o abrandamento da escravidão, além do uso do rapé e de outros hábitos de brancos, acabaram se transferindo para as camadas populares e à "gente de cor" o direito de ostentarem doenças consideradas privativas da elite, como o direito de serem anêmicos, o direito de sofrerem de reumatismo, o direito de morrerem do coração e de febre amarela. Direitos considerados biológica ou naturalmente superiores.

[2] COUTY, Louis**. O Brazil em 1884. Esboços Sociológicos**, Brasília, Mec, 1984

Como observou Gilberto Freyre[3], foram vários os remédios de negro, de caboclo, de matuto, de caipira, ou sertanejo, que eram desprezados pelos "civilizados" como indignos de gente fina ou delicada. Nas áreas mais requintadas em cultura européia, alimentos, bebidas e remédios caros, importados da Europa, constituíam indícios que expressavam a ostentação senhorial. Para essa "gente superior de raça fina", os remédios rústicos pareciam produzir maior dano que as próprias doenças. Nos anúncios de jornais eram freqüentes os remédios recomendados para "pessoas delicadas", "fidalgas" ou "nobres". Isto explica porque a dinâmica da moda se instalou na terapêutica, afetando o comércio, o consumo e o preço dos remédios. O "Elixir tônico anti-cholérico de Guilhié", o remédio Le Roy, indicados inicialmente para as senhoras e os fidalgos, acabariam, depois de certo tempo, desprezados por ambos e vendidos em garrafas só "para as roças e para os negros". Já em 1835, Xavier Sigaud (1796-1856), no artigo "*A moda dos remédios ou os remédios da moda*", publicado no *Diário de Saúde*, comentava sobre o término do longo reinado das sanguessugas, que chegaram a ser importadas aos milhares por ano, e à época já não gozavam de ampla adesão. Referiu-se, também, ao novo prestígio do "*calomelano, agente universal da terapêutica ingleza*' que tornara "*a ganhar sua influência*". Ao mesmo tempo em que sob a influência do nativismo e do caboclismo do período das Regências, o "*barbatimão, o Angelim, o guaranhem*" e outros produtos das matas brasileiras, tomavam o "*merecido lugar na therapêutica*", em oposição às drogas européias, como a emetina, estricnina, a salicina. Para Sigaud, "*a classe inferior da sociedade gosta e gostaria sempre dos purgantes, e entre estes os drásticos serão os mais queridos. Os proletários e os escravos adorarão sempre os tônicos, e o álcool será sempre o emblema de sua predilecção. Para a classe remediada ficão os minorativos e os anti-phlogisticos para os ricos.*"

Medicina erudita e Medicina Popular

Não apenas os remédios e drogas entravam e saíam de moda. O famoso *Formulário e Guia Médico* do doutor Chernoviz, que gozou de amplo prestígio nas farmácias do Império e era apreciado pelos médicos de então, já na Primeira República foi duramente criticado como repositório de crendices integrado ao universo popular de cura. Em Dom

[3] FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 5ªed. 1977, p. 379-420.

Casmurro, de Machado de Assis, o protagonista recorda-se de como o agregado José Dias apareceu pela primeira vez na sua fazenda de Itaguaí, "*vendendo-se por médico homeopata*." Levava consigo "*um Manual e uma botica*" e curou um feitor e uma escrava de umas "*febres*" que ali se instalaram. Ao recusar um ordenado, dizia que "*era justo levar saúde à casa da sapé do pobre*."[4]

No romance Inocência, Visconde de Taunay constrói um personagem que à semelhança de José Dias, recorreria ao famoso manual como alternativa ao distante, dispendioso e longo curso de medicina. Cirino, servente de Botica numa localidade pequena onde "*de simples boticário a médico não há mais que um passo*," foi, aos poucos "*e com o tempo, criando tal ou qual prática de receitar e, agarrando-se a um Chernoviz, já seboso de tanto uso, entrou a percorrer, com alguns medicamentos no bolso e na mala da garupa, as vizinhanças da cidade à procura de quem se utilizasse dos seus serviços*". Logo receberia o tratamento de doutor. (...) "*Toda a sua ciência assentava alicerces no tal Chernoviz*".(...) "*Noite e dia o manuseava; noite e dia o consultava à sombra das árvores ou junto ao leito dos enfermos*". De acordo com o narrador, apesar de conter "*muitos erros, muita lacuna, muita coisa inútil e até disparatada*", (...) "*no interior do Brasil é obra que incontestavelmente presta bons serviços, e cujas indicações têm força de evangelho*"[5].

Outro personagem, o *Bento* do conto *O lobisomem* de Raymundo Magalhães[6], retrata bem o perfil semelhante. Além de negociante de gêneros alimentícios, seu Bento

> *"era muito entendido em assuntos de medicina caseira. Como na terra não havia médico nem boticário, ele desempenhava o papel de curioso: com o auxílio do seu bojudo Chernoviz, aconselhava remédios a quantos recorriam à sua experiência, e dizia-se que estava só para tratar das doenças do mundo... Jalapa para estes, batata para aqueles outros, eram os seus remédios prediletos. Se não fizessem bem, não podiam fazer mal. Custavam pouco, mas esse pouco bastava para ir vivendo folgadamente, em meio à sua vasta clientela."*

Nestes exemplos, o uso do manual, embora transcendendo os limites da auto-ajuda e fazendo-se instrumento de comércio, permanece representado dentro do escopo

[4] ASSIS, Machado de. ***Obras completas***, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 8ªed., 1992. p.814
[5] TAUNAY, Visconde de. ***Inocência***, 19ª ed. , São Paulo, Ática, 1991cap. 1
[6] MAGALHÃES, Raymundo. "O lobisomem" in MONTEIRO, Jerônimo. ***Panorama do conto Brasileiro***, vol. 8, Ed. Civilização Brasileira, 1959, p.34-51

científico imaginado pelo autor. Como bem delimita *seu Bento*, o exercício de sua arte restringia-se às *doenças do mundo*. Mas não é difícil de imaginar as apropriações heterodoxas que resultaram em combinações ecléticas incorporando o receituário científico às concepções mágicas e holistas presentes no saber médico popular.

O personagem de Taunay, por exemplo, indiferente à fronteira traçada pelo médico polonês, transita impunemente entre a medicina erudita e o universo da magia, usando como salvo conduto justamente o Chernoviz. Assim, "*num dia de capricho*", Cirino (...) "c*omeçou a viajar pelos sertões povoados a medicar, sangrar e retalhar, unindo a alguns conhecimentos de valor positivo, outros que a experiência lhe ia indicando ou que a voz do povo e a superstição lhe ministravam*". Em Urupês, Monteiro Lobato, ao retratar o Jeca - arquétipo da ignorância e preconceito do habitante do mundo rural brasileiro - cujo "*mobiliário cerebral*" repleto de superstições, se constituiria de um banquinho de três pernas para receber os hóspedes, pois "*três pernas permitem o equilíbrio; inútil, portanto, meter a* quarta, o que ainda o obrigaria a nivelar o chão", trata sua medicina de "ritual bizantino", "noite cerebral", da qual

> *"pirilampejam-lhe apozemas, cerotos, arrobes e eletuários escapos à sagacidade cômica de Mark Twain", e compara-a a um "Chernoviz não escrito, monumento de galhofa onde não há rir, lúgubre que é o epílogo". (...) "Quem aplica as mezinhas é o "curador", um Euzébio Macário de pé no chão e cérebro trançado como moita de taquaruçú. O veículo usual das drogas é sempre a pinga – meio honesto de render homenagem à deusa Cachaça, divindade que entre eles ainda não encontrou heréticos."*[7]

Despojado de seu fundamento científico e racionalista, o receituário terapêutico que fora utilizado pela medicina acadêmica ao longo de todo o século XIX, era então representado como integrando aos sistemas mágicos e religiosos predominantes no universo popular de cura. O uso das sanguessugas e de certas ervas curativas indicadas inicialmente para as senhoras e os fidalgos, então já largamente associado ao repertório popular de cura, seria, desde princípios do período republicano, combatido como uma herança restrito cultural nefasta difundida por curandeiros boçais.

[7] LOBATO, Monteiro. ***Urupês***, São Paulo, Brasiliense, 1972, p.151

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

Classificação, o ideal moderno de ordenar o Mundo

Ricardo Alexandre Santos de Sousa[1]

Resumo: A Modernidade vem acompanhada inevitavelmente da intenção de atribuir ordem ao Mundo e à natureza por meio da classificação. A taxonomia que emerge juntamente com as ciências do séc XVIII tem a intenção clara de classificar, ordenar o mundo e controlar o caos que seria o grande inimigo do pensamento moderno. Essa prática ordenadora, no entanto tem conseqüências não somente no saber científico, mas na sociedade em geral, já que o ideal ordenador coloca à margem aquilo que não se encontra passível de uma classificação clara.

Palavras-chave: Modernidade – classificação – taxonomia.

Abstract: Modernity is inevitably together with the intention of attributing order to the World and nature by classification. The taxonomy that emerges together with the sciences of the eighteenth century has the clear intention of classifying, commanding the world and controlling the chaos that would be the great enemy of modern thought. This practice, however, not only has consequences in the scientific knowledge, but in the society in general, as the ideal of order sets aside everything which is not available for a clear classification.

Keywords: Modernity - classification - taxonomy.

As grandes alterações no campo das ciências que a Europa experimentou a partir do Renascimento, bem como a descobertas de novos continentes levaram o homem a travar contato com um mundo diverso que transformou profundamente a vida dos povos. As novas tecnologias, o contato com novas civilizações, bem como as profundas mudanças político-econômicas faziam urgir no homem europeu uma necessidade de atribuir ordem ao mundo que se lhe descortinava.

Ao atribuirmos nome a algo que nos é novo não o fazemos, no entanto, sem classificarmos tal objeto, a partir de determinadas categorias que nos parecem familiares.

> *"Classificar significa separar, segregar. Significa primeiro postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois que cada entidade tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõe a algumas outras entidades*;" (BAUMAN. 1999: 9).

A taxonomia que emerge juntamente com as ciências do séc. XVIII, ao tentar dar nome às coisas, seja na botânica, na zoologia, na física ou ciências naturais procura antes de

[1] Mestrando da Casa de Oswaldo Cruz (COC); bolsista da CAPES.

tudo atribuir ordem ao novo e o faz segundo um determinado olhar, ou perspectiva. A questão central é "que tipo de mundo é esse?" e "qual o meu lugar nele?" (KNIGHT.1981: 13).

Classificar, portanto, é uma atividade eminentemente humana e que conseqüentemente não estará isenta de falhas, enganos ou modelos que ao tentarem controlar o fluxo da vida acabem por impor à realidade certos moldes que nem sempre se encaixam.

Na perspectiva Platônica as coisas teriam uma essência que as uniriam em determinado grupo. A cor vermelha, por exemplo, em todas as suas variações ou tonalidades guardaria em si uma qualidade essencial do vermelho.

No entanto, há cores que podem ficar no limite, como o laranja que em certas situações poderia ser classificado como vermelho e em outras não. São justamente esses elementos que se encontram à margem que tornam difícil o intento classificatório do ser humano.

As ciências não estariam isentas destas incertezas na forma de classificar. A química, ao classificar um elemento como metal ou não metal, em alguns casos pode fazê-lo com certa segurança, mas alguns elementos não se portam da forma esperada pelos cientistas. Um destes exemplos se deu quando em 1807 Humphry Davy isolou a base do potássio utilizando corrente elétrica e pode observar esse elemento flutuando em água e se decompondo tão violentamente que o hidrogênio liberado se incendiava. Esse tipo de reação colocou Davy num dilema quanto à classificação, pois uma das características tidas como essencial de um metal no séc. XIX é a de que esse fosse pesado o bastante para não flutuar. Davy a princípio chamou a substância pelo nome neutro de "potagen", alguns dias de trabalho a mais foram necessários para conferir-lhe a possibilidade de classificar a substância como um metal rebatizando-o como "potasium" e posteriormente "potassium" (*id*: 18).

Darwin, que revolucionou a taxonomia após Linnaeus, também passou por problemas para classificar determinados organismos – até 1830 eminentes naturalistas classificavam os cirripédios como moluscos e também Darwin dedicou muitos anos de sua vida estudando esses organismos, após ser chamado atenção por T. V. Thompson para o fato de que as larvas dos cirripédios tinham uma aparência muito mais próxima de camarões e que somente em sua idade adulta é que se fixavam. Parecia-lhe estranho que um indivíduo adulto parecesse numa posição mais baixa em sua escala natural do que suas larvas. Além disso, chamava-lhe atenção o fato de que determinada espécie de machos adultos terem

aparentemente passado por um processo degenerativo que o reduzira a uma bolsa de espermas acoplada à fêmea. Observando tais seres Darwin e Thompson puderam classificar tais cirripédios não mais como moluscos, mas como crustáceos. E, além disso, concluir que a natureza não dá saltos, mas existe uma muito pequena gradação entre as espécies se torna fundamental para o pensamento evolucionista (*ibid:* 13 –14).

Como vemos classificar não é uma tarefa simples, e muito menos isenta de falhas. Lavoisier e seus associados, em fins do séc. XVIII levaram avante a reforma da nomenclatura química, de forma a fazer uma divisão clara entre o saber científico e a especulação leiga. Elementos seriam assim nomeados conforme suas propriedades, por exemplo, o termo oxigênio teria como significado "gerador de ácido" ao passo que hidrogênio "gerador de água". No entanto, um quarto de século após, se poderia perceber a formação de acidez sem a presença do suposto gerador, o oxigênio. Sendo assim, uma nomenclatura que se encontra estabelecida acaba, não intencionalmente, eternizando um engano. (*ibid:* 24).

Se as sociedades humanas mudam ao longo do tempo, os modelos classificatórios também tendem a mudar. Segundo Mauss e Durkheim escrevendo em 1903 sobre modelos classificatórios primitivos, afirmavam que a classificação espelha o modelo social. (*ibid*:29). Talvez a relação não seja tão direta quanto uma imagem refletida no espelho, mas certamente, o ser humano busca símbolos e significados que lhes sejam familiares. Tais símbolos são de alguma forma transpostos para a natureza como forma de interpretá-la e, depois de naturalizados, são novamente transportados para a sociedade como um aval de que a estrutura social se encontra em harmonia com o fluxo natural da vida.

No séc. XVII a perspectiva classificatória em geral seria baseada na "Grande Cadeia do Ser", a qual postula que as criaturas seriam como elos de uma corrente que inicia com os minerais, vegetais, animais, homens e anjos. Um modelo que apresenta bastante similaridades com o etos do *Ancien Régime.*

John Ray, Botânico do Trinity College em 1662 volta-se para o modelo Aristotélico onde elege similitudes anatômicas para agrupar determinadas espécies em famílias. Ao retornar ao modelo Aristotélico Ray preparou o caminho para que mais tarde Linnaeus, considerado pai da taxonomia moderna, elaborasse um sistema classificatório o qual reconhecia como criado artificialmente e que enfim incluía o homem juntamente com os animais na 10ª edição de seu *Systema naturae* na classe *Mammalia.*

Linnaeus conseguiu através de suas tabelas sistematizar a taxonomia de modo a permitir certa unificação da linguagem científica, o que torna seu trabalho bastante importante. Sua maneira de classificação seria basicamente calcada em características morfológicas e ainda que o sistema sexual das plantas tivesse grande destaque na forma como estas seriam classificadas em suas tabelas, tal característica não era analisada segundo sua forma funcional, até mesmo porque muitas das espécies estrangeiras por ele estudadas e classificadas era feito a partir de plantas secas ou mesmo de pinturas feitas por viajantes.

O Sistema de Linneaus, no entanto não se referia somente às plantas, que eram sua especialidade, mas incluía três reinos da natureza: os animais, os vegetais e os minerais; os quais eram separados entre si segundo a perspectiva de que "minerais crescem; plantas crescem e vivem e animais crescem, vivem e sentem". Toda a estrutura dos seres baseava-se evidentemente no princípio da fixidez das espécies, o que somente no século posterior seria questionado a partir da análise de fósseis de grandes animais extintos.

Não cabe nesse resumo, e nem é objeto de nosso trabalho descrever os modelos taxonômicos e suas modificações ao longo da história, mas perceber a necessidade da perspectiva moderna de ordenação do mundo, como forma de controlar a natureza.

Nomes como Cuvier, que a partir de fósseis de animais pré-históricos elaboram uma teoria de sucessões de catástrofes como forma de explicar as diferentes formas de vida encontradas em camadas diferenciadas de sedimentação; ou Agassiz que em sua obstinação classificatória descreveu mais de 1700 espécies em seu *Recherches sur les poissons fossiles* e em sua viagem à Amazônia o número de espécies seria consideravelmente ampliado.

Lamarck com o evolucionismo rompe com a fixidez das espécies, colocando em discussão de forma bastante radical o quadro classificatório no século XIX, bem como Charles Darwin com o lançamento de seu controvertido *Origem das Espécies* em 1859.

A grande questão, no entanto, continua sendo a mesma "que tipo de mundo é esse?" e "qual o meu lugar nele?" Essa é uma questão que emerge com a Modernidade e a disposição do homem moderno de ordenar o Mundo. Os problemas enfrentados por Darwin na classificação dos cirripédios por ele estudados que os deixavam à margem da classificação entre molusco ou crustáceo ou ainda o problema similar enfrentado por Davy ao deparar-se com um elemento que se comporta como metal em alguns aspectos e em outro não, são problemas eminentemente Modernos. Na medida que a Modernidade tem dificuldade de lidar

com aquilo que é ambíguo, ou seja, aquilo que é passível de mais de um tipo de classificação, ou que se encontra à margem de qualquer forma de classificação.

Segundo Zigmunt Bauman a ordem e o caos são gêmeos modernos, pois por mais que se tente ordenar a vida classificando e determinando assim o lugar e a fronteira para cada objeto e ser. Criam-se novas ambigüidades como conseqüência imediata da criação de novas fronteiras, na medida que o fluxo da vida não se deixa conter por tais fronteiras.(BAUMAN. 1995: 13).

O desejo ordenador do homem moderno pode ter, no entanto, conseqüências drásticas na medida que pensarmos o híbrido, o mestiço, o de difícil classificação como insurgente contra a ordem e propagadores do caos e se a questão fundamental é realmente, como mencionamos qual o nosso lugar na natureza, à medida que o próprio homem começa a ser classificado em raças diferenciadas como pretenderam os fisiologistas do séc XIX, tais raças passam a ter um valor diferenciado entre si e a mistura delas seria a insurgência contra o ideal moderno ordenador.

Esse tipo de pensamento racial se reflete em grande parte dos pensadores do séc XIX e deve ser entendido dentro de um contexto maior que é o ideal ordenador moderno opondo-se ao caos e que teve conseqüências bastante graves para a humanidade que viveu fenômenos como eugenia, segregacionismo e sistemas políticos totalitários que pensavam o Estado como um jardineiro pronto a cultivar as "plantas desejáveis" e arrancar as "ervas daninhas", como foi o caso do Nacional Socialismo.

O Brasil como país onde o intercurso entre as "raças" se deu de forma sistemática tornou-se alvo de análise de alguns cientistas oitocentistas que em geral pensavam como inviável a construção de uma nação mestiça civilizada nos trópicos e isso em grande parte por o elemento mestiço ocupar um lugar de difícil classificação dentro do esquema de raças biológicas definidas naquele momento.

Viajantes como o conde francês Joseph Arthur de Gobineau que esteve na corte do Império Brasileiro de 1869 a 1870 ou o suíço Luis Agassiz que juntamente com sua esposa americana Elizabeth Cary Agassiz e um grupo de jovens cientistas em expedição à Amazônia de 1865 a 1866, apesar de suas diferentes vinculações científicas proclamavam a uma só voz a inviabilidade do império dos trópicos, caso não se tomasse providências legais que facilitasse a imigração de colonos europeus para nossas terras. Isso pode ser entendido como uma faceta

do ideal ordenador da modernidade e sua prática classificatória delimitadora como a força motriz para tais iniciativas.

Referências bibliográficas:

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

KNIGHT, David. **Ordering the world** – a history of classifying man. London: Burnett Books Limited, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

A classe operária na produção acadêmica brasileira

Igor Guedes Ramos*

Resumo: Este artigo apresenta os resultados preliminares de um estudo historiográfico de textos produzidos por acadêmicos brasileiros, entre as décadas de 1960 e 1980, que pensaram a classe operária brasileira. A intenção deste estudo é perceber a forma como se organizam as representações em diferentes correntes de análise da classe operária, discutir como o momento e as condições históricas interferem nas concepções de história e nas representações a propósito de um determinado objeto de análise; compreendendo, assim, a constituição de campos analíticos em diferentes períodos acadêmicos como conseqüentes de um quadro sócio-cultural nacional.

Palavras-chave: Historiografia - Classe operária e Representações.

Summary: This article shows the preliminary results of a historiography study of texts produced by Brazilian academics from 1960 to 1980, which approached the Brazilian working class. The objective of this study is notice the form as the representations are organized in different currents of analysis of the working class, it discusses as the moment and the historical conditions interfere in the history conceptions and in the representations on a certain analysis object; understanding, in this manner, the constitution of analytical fields in different academic periods as consequence of a national sociological and cultural scenes.

Key-words: Historiography - working class and Representations.

Ao estudar a bibliografia da classe operária brasileira, talvez, a primeira impressão que se tenha, é da existência de um número bastante grande de abordagens dadas ao assunto. Levando-se em consideração que o processo de industrialização do Brasil iniciou-se no final do século XIX e, conseqüentemente, o surgimento da classe operária, isto nos oferece um pouco mais de um século de possíveis estudos a respeito do assunto. Porém, esse período de possíveis estudos não explica a diversidade de análises e formas de como a classe operária manifesta-se nos trabalhos acadêmicos.

Por outro lado, se levarmos em consideração os significados atribuídos à classe operária no decorrer do século XX, percebe-se que a classe carregou um fardo bastante grande; como, por exemplo, ser responsável direta pela possível revolução que levaria ao fim da sociedade de classes, portanto, do capitalismo e da História, dentro da concepção marxista-

* Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Londrina-PR.

leninista. É fácil, então, presumir que o debate a respeito do assunto é bastante carregado de caráter político e suscetível aos desdobramentos sócio-culturais.

O caráter político emana, em parte, da relação existente entre os campos culturais (político e erudito, neste caso) na medida em há uma necessidade de politizar os conceitos teóricos e ou de teorizar a política, ou seja, colocar a "prova" as categorias de análise e buscar a constituição de uma sociedade condizente com os conceitos teóricos. Do outro lado, o Estado brasileiro, no decorrer do século XX, independente de sua orientação política (liberal ou conservador; democrática ou ditatorial) não tenta romper sua relação com os intelectuais. Pelo contrário, busca absorver o discurso intelectual a seu favor, mesmo que esse discurso seja contrário a sua existência:

> *Nem o Estado Novo de Getúlio Vargas, nem mesmo o Estado autoritário dos militares deixaram de tentar cooptá-los [intelectuais] ou, em todo caso de levá-los em conta. E mais ainda: em todas as épocas, ou quase, os governantes parecem querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com freqüência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado.* (PECAULT, 1990: 10)

A sociedade, a partir de suas práticas sociais e culturais, pode demonstrar a pertinência das teorias elaboradas pelos intelectuais e até mesmo propor outras reflexões, como já observou Cornelius Castoriadis; "quando se considera o processo do desenvolvimento do conhecimento tal como ele se desenvolve com história, mais freqüentemente foi o desdobramento do material que levou a uma revisão ou uma ruptura das categorias" (CASTORIADIS, 1986: 23). Assim, tanto a relação dos intelectuais com a política do Estado, como as práticas sociais incidem diretamente na formação de representações de classe operária e de concepção de História.

Os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil foram produzidos por não-acadêmicos, ou seja, advogados, sindicalistas, políticos de esquerda, militantes em geral vinculados ao próprio movimento operário brasileiro. Estes estudos são de caráter cronológico e contam os feitos da classe operária brasileira; suas greves, congressos, publicações, em especial de sua parcela organizada, tendo como função principal legitimar a classe, o sindicato e/ou o partido.

No período anterior a 1960, que abarca parte dessa produção militante, a classe operária possui uma imagem de trabalhadores dominados e apáticos no pensamento nacionalista; e como uma organização "embrionária" na vertente comunista.

Na década de 1950, surge um modelo de análise da sociedade brasileira que aborda a dinâmica da transição da sociedade rural para a urbana, ou seja, o seu processo de modernização.

> *A preocupação com a modernidade cedo se transformou, para parte dos pensadores, em uma preocupação com as forças sociais emergentes na rápida industrialização brasileira, isto é, com os grupos e classes que pudessem transformar as bases sociais e políticas do país. A presença operária propunha-se como uma destas forças, sendo, a um só tempo, decisiva e subalterna.* (PAOLI, 1983: 134)

Dessas reflexões emergem, no início da década de 1960, autores que vão pensar o lugar da classe operária no desenvolvimento da sociedade brasileira. Surgem estudos que comportam preocupações teóricas sistematizadas, sociólogos elaboram grandes sínteses explicativas do movimento operário brasileiro, baseadas na tradição marxista-leninista, preocupando-se com os desajustes dos trabalhadores à sociedade industrial, ausência de consciência de classe, o controle do Estado sobre o sindicalismo e a hegemonia do anarquismo no movimento operário da Primeira República.

Entre autores dessa corrente encontramos Juarez Brandão Lopes (1964), que pode ser considerado pioneiro nas análises sociológicas do movimento operário; com análises empíricas das fábricas, traçando as grandes características da classe operária pós-1930, pensando a origem rural do operariado, seus padrões de ação coletiva e sua instabilidade na profissão.

Outro exemplo é Leôncio Martins Rodrigues (1966), que constitui o modelo de análise mais acabado da síntese sociológica, dividindo o movimento operário em pré e pós 1930; mantém as linhas de pensamento de Lopes, porém acrescenta estudos do pré-1930; aborda a alienação do trabalhador brasileiro a sua própria realidade, sua origem estrangeira e a inexistência de qualquer projeto político coletivo.

Ainda, como representante dessa corrente, encontramos Azis Simão (1966), diferencia-se por ser "o único dos trabalhos acadêmicos desse período em que a análise histórica está fundada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo"

(BATALHA, 2003), amplamente baseada na pesquisa de jornais e publicações do movimento operário. O autor entende a classe operária pré-1930, como capaz de constituir princípios organizativos a partir de suas condições materiais, porém é impotente no plano político-sindical; fato que se agrava profundamente no pós-1930, com a tutela do Estado.

Em linhas gerais, a classe operária brasileira, aparece no pensamento desses autores, da seguinte forma:

> *[...] são trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto, tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado.* (PAOLI, 1983: 141)

O golpe militar de 1964 marca o início de grandes mudanças no pensamento intelectual. O Estado, autoritário e repressor, reordena a sociedade e encerra com as vias institucionais de exercício político, sobrepujando as ações das classes populares e trazendo de volta o tema da "eterna exclusão" que foi submetida à classe operária. Ocorre o fim do otimismo desenvolvimentista e o colapso do projeto nacional-democrático, o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro expõe sua total inépcia em se tornar independente e em modernizar e democratizar a sociedade. A esquerda militante pré-golpe, que se imaginava preparada ideologicamente, é posta sob crítica cerrada e o tema "Reforma" ou "Revolução" polariza o debate intelectual a respeito da ação da vanguarda socialista; o PCB (Partido Comunista Brasilerio), antigo "monólito" da esquerda começa um processo de fragmentação que desemboca na criação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outros. O mundo intelectual é desvirtuado:

> *Já não há evolucionismo no qual o intelectual possa se basear para construir, por conta da sociedade, a representação da unidade nacional. [...] Assistimos à redefinição progressiva do campo intelectual, com o advento dos cientistas sociais e do marxismo universitário. É evidente que há nisso a marca de uma retirada, como também dificuldades para teorizar a ação política. Os adeptos da luta armada têm suas razões; só que já não são os intelectuais consagrados que as fornecem [...] O Estado autoritário não lhes fornece mais um ponto de fixação, mas também não pode impedir que eles se considerem porta-vozes da sociedade diante do Estado.* (PÉCAUT, 1990: 254-255)

No início da década de 1970, Francisco Weffort; nos textos "*Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968.*"; publicado no caderno Cebrap, 1971 e *"Sindicatos e Política"* sua tese de livre-docência defendida em 1975 na USP; motivado por

essa outra realidade, aborda outras temáticas e qualifica politicamente a classe operária, como capaz de questionar a subordinação que o Estado lhe impõe, a partir de seus movimentos sindicais.

Essa década é marcada, também, pela introdução da história acadêmica no campo dos estudos operários, os historiadores brasileiros foram influenciados pelos "brasilianistas" (acadêmicos norte-americanos especializados em Brasil), como Michael Hall, Sheldon Leslie Maram e John W. F. Dulles; tendo contribuído principalmente para a utilização e organização rigorosa de um vasto número de fontes, como a documentação reunida por Edgard Leuenroth. Deste modo, "inaugura entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício de historiador, mas que até então eram pouco seguidos" (BATALHA, 2003: 151).

Assim, surgem estudos como de Maria Cecília Baete Neves (1973) e de Boris Fausto (1976), que mantém elementos da produção sociológica anterior, busca qualificar ação e a organização operária, mas tem tendência a julgar negativamente o movimento operário do início do século XX, como desprovido de luta política.

Publicado em 1982, o estudo de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, carrega as características dessa corrente, pois é um trabalho embasado em uma ampla pesquisa em periódicos da imprensa operária e social, produzindo uma grande síntese da história operária entre 1890 e 1920, também, caracteriza negativamente o movimento operário por este pleitear reivindicações econômicas e não políticas.

Os autores desse período tendem a qualificar as orientações sindicais e partidárias como essenciais para o entendimento do movimento operário, pois são elas que definem o nível de consciência da classe, como sendo ou não capaz de desempenhar uma luta política que leve a revolução proletária.

O final da década de 1970, no Brasil, foi o auge de todo um processo de reorientação do saber sobre o marxismo e sobre a classe operária, fatores internos e externos contribuíram para isso, como fatores internos temos:

Em primeiro lugar, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista traz de volta à cena as manifestações operárias. Vistos anteriormente como personagens subordinados ao Estado e apagados após 1964, os trabalhadores iniciam outras táticas de luta:

> *[...] 'a própria racionalidade que o capital imprimiu ao processo de produção foi a arma utilizada pelos trabalhadores'. O capital não contava que suas práticas organizativas (de expropriação) pudessem 'propiciar um saber' para o desencadeamento da luta e para o questionamento da organização mesma do processo de trabalho. É este elemento novo da resistência operária que as greves de maio de 78 explicitam.* (MARONI, 1982: 50)

A greve do ABC apresenta uma espontaneidade e uma criatividade que parte diretamente do operário no seu cotidiano. Esses operários criaram formas de ação externas ao sindicato, que não podem ser apropriadas ou substituídas por este e diferem de outros períodos, pois politizam e reorganizam todos os espaços que o capital se instala, particularmente a fábrica.

Em segundo lugar, no decorrer da década de 1970 o debate acadêmico cresce muito de volume e produção. Pois ocorre a diminuição da repressão política, gerando o crescimento dos movimentos de contestação aberta à ditadura; apoio das instituições científicas, como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) alargando o campo de debate acadêmico; o aumento de programas de pós-graduação em todo o país, com o conseqüente aumento de dissertações sobre a classe operária; "muitos dos participantes da aventura armada reintegram-se às instituições e aos debates [; e, ainda, com] a promulgação da anistia, voltam os exilados e se reintegram sem grandes dificuldades" (PÉCAUT, 1990: 292).

Como fatores externos, temos toda uma variedade de movimentos sociais e mudanças nas categorias de análise que influenciam os acadêmicos brasileiros, como: Os abalos sofridos pelo conjunto "soviético", como a destalinização na URSS e em outros Estados da Europa Oriental, a ruptura de relações entre China e URSS, que acabou por provocar uma grande desilusão entre os pensadores marxistas e uma devida rejeição pelos regimes comunistas. O grande radicalismo dos movimentos estudantis, como o maio de 1968 na França, fez com que aumentasse muito o debate a respeito do marxismo e, ainda, em alguns paises, como França e Itália, os estudantes foram acompanhados por movimentos da classe operária de grandes proporções, que não se via há muitos anos.

Trabalhos feitos no exterior, também, contribuíram muito para a mudança das temáticas e metodologias de abordagem da classe operária, no final da década de 1970, no Brasil; como por exemplo, os estudos de Edward P. Thompson (1964), sobre a formação da

classe operária inglesa, pensando-a como uma categoria que se define ao longo do processo histórico, não podendo ser pensada através de um modelo estático:

> *Las clases acaecen al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro del conjunto de relaciones sociales, com uma cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiências en formas culturales. De modo que, al final, ningún modelo puede proporcionarmos lo que debe ser la verdadera formación de clase em una determinada etapa Del processo. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que outra, y clase se define em su efectivo acontecer.* (THOMPSON, 1967: 38)

Todos esses desdobramentos sociais, políticos e das categorias analíticas influenciaram os estudiosos brasileiros da classe operária, suscitando uma outra corrente de análise no final da década de 1970; trazendo ao primeiro plano de importância questões até então marginalizadas.

Os estudos sobre os grandes momentos de luta operária e a organização dos sindicatos e partidos, deram lugar à condição de existência diária e ao cotidiano operário. Autores como Margareth Rago (1986) e Cristina Campos (1988), entendem os primeiros anos do movimento operário brasileiro, a partir das relações de dominação e resistência existentes no cotidiano do trabalhador e, principalmente, na luta do trabalho contra o capital no interior da fábrica, ou seja, a ênfase não está mais nas grandes estruturas de dominação e resistências, mas numa esfera local e micropolítica.

A diversificação das fontes foi um ponto importante para essa mudança de enfoque, os documentos judiciais, policiais e arquivos de empresas, deram lugar à história oral e a documentos pessoais do operariado. Muito facilitada pela organização e publicação de inventários dos acervos reunidos desde a década anterior, por instituições públicas e privadas.

Deste modo, a partir de meados da década de 1980, estudos que seguem essa corrente de análise e temática passam a ser corrente na historiografia brasileira. O que acaba por gerar uma fragmentação da história da classe operária, ou seja, ela passa a ser entendida a partir da resistência cotidiana no interior da fábrica, ou da luta da mulher operária, do negro operário, ou ainda, dos discursos de dominação e resistência, a respeito desses mesmos temas.

Nos últimos 50 anos, a classe operária foi pensada e tratada de formas diferentes pelos acadêmicos brasileiros, havendo uma grande variedade de correntes teóricas e temáticas sobre o assunto. Entendemos que essa variedade, nas categorias de análise da classe, é

resultado da mudança da concepção de História e das representações de classe operária entre os acadêmicos, proveniente do próprio processo histórico.

Na medida em que a sociedade produz os preceitos – movimentos sociais, discursos, representações – necessários para que exista uma mudança nas categorias de análise, estas por sua vez, moldam-se na tentativa de responder as questões, os desejos e as ansiedades, da sociedade a qual se relaciona, ou seja, a prática histórica é relativa à estrutura sócio-cultural.

Referências Bibliográficas:

BATALHA, Cláudio H. M., *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências.* In FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).** São Paulo: Difel, 1986, 4ª. Ed.

CAMPOS, Cristina H. **O sonhar libertário.** Campinas: Pontes, 1988.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HARDMAN, F. Foot e LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** São Paulo: Global, 1982.

LOPES, Juarez Brandão. **Sociedade industrial no Brasil.** São Paulo: Difel, 1964.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

NEVES, Maria Cecília Baeta. *Greve dos sapateiros de 1906: notas de pesquisas.* In: **Revista de Administração de Empresas**, jun. 1973.

PAOLI, Maria C. *Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH-USP, n.º 6, setembro, 1983.

PAOLI, Maria C. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros*. In: LOPES, J. Sergio Leite (org.). **Cultura e identidade**: Aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAGO, L. Margareth. **Do cabaré ao lar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986, 2ª. Ed.

RODRIGUES, Leôncio M. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado.** São Paulo: Editora Ática, 1981.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta e consciencia de clase.** Barcelona: Grijalbo, 1967.

WEFFORT, Francisco. **Sindicato e política.** Tese de livre docência. São Paulo: USP, 1975.

O Homem: um universo em miniatura

Raquel de Fátima Parmegiani

A narrativa do *C Ap* vai, versículo a versículo do *Ap*, envolvendo seus leitores/ouvintes em um drama escatológico: a morte que aproxima-se inexoravelmente; a vida considerada como um prazo concedido ao homem para emendar-se de seus erros fazendo penitência na busca da *Salvação*; e a inapelável e definitiva chegada do *Juízo Final.*

Este drama veio de encontro com um contexto cultural em que o cristianismo teve que conviver com uma religiosidade[1] que caracterizava-se, em certa medida, pela presença da cultura folclórica e, pela diversidade de opiniões sobre seus dogmas – heresias como o adpcionismo. Dentro deste quadro, a obra expressou-se como um anseio da Igreja por englobar todo o universo vivido pelos homens e mulheres para os quais destinou-se. O texto bíblico – *Ap* - foi aqui, utilizado na formação da normatização de um universo cristão.

Como parte de um trabalho de evangelização, o *C Ap* nos permite vislumbrar como estes homens experimentaram sua realidade, como pensaram a sua relação com o mundo, e foram determinando o que seria ser cristão, ao definir as fronteiras nas condutas ou atitudes consideradas incompatíveis com a vinculação do fiel a Cristo.

É certo dizer que o cristianismo em Astúrias esteve muito próximo a uma religiosidade de viés monástico - os monges foram os principais agentes evangelizadores desta região conforme tratamos no capítulo anterior. Por conseguinte, o Beato nos encaminha a um de modelo de cristão ligado a figura do monge. O ideal monástico e o imaginário[2] ligado a literatura apocalíptica, cruzam-se na obra, portanto, frente a uma iminente espera do *Fim dos Tempos* que acompanhou a sociedade do Norte peninsular durante os anos da sua produção.

---

[1] Estamos entendendo religiosidade em um sentido generalizado, ou seja, uma realidade transcendente com a qual pode-se ver relações de ordem cultural, e determinar comportamentos individuais e sociais de caráter ético ou moral. CONDE, Francisco J. *La religiosidade Medieval em Espana. I. Alta Idade Média (séc. VII-X).* Oviedo: Universidade de Oviedo, 2000, p. 9.

[2] Estamos entendendo por imaginário um: *conjunto de imagens, verbais e visuais, que uma sociedade ou um segmento social constrói com o material cultural disponível para expressar sua psicologia coletiva. Logo, todo imaginário é histórico. Coletivo, plural, simbólico e catártico. Não pode ser confundido com a imaginação, atividade psíquica pesssial que ocorre, ela própria, de acordo com as possibilidades oferecidas pelo imaginário.* FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média. Nascimento do Ocidente.* São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 183.

Para o autor, faltavam em suas contas catorze anos para que este fato ocorresse. No entanto, devemos nos lembrar que a apropriação que faz do *Ap* está intricada à tradição patrística, para a qual esta espera significou algo a ser vivenciada na história da humanidade e em cada cristão individualmente.

Neste ínterim, investigar pelo uso que o autor fez dos elementos narrativos da literatura apocalíptica – mais especificamente a idéia de *Salvação e Juízo Final* – no processo de cristianização do Norte peninsular, nos leva a indagar pelo conceito de escatologia na qual o autor deteve-se. Na linguagem teológica moderna, este conceito nos remete a doutrina das coisas últimas, isto é, o corpo de crenças relativas ao destino final do homem e do universo. A palavra "escatologia" não é atestada no *NT* nem nos textos patrísticos, porém seu conceito fundamental está na base da mensagem destes documentos. [3]

Não há nos autores modernos um acordo sobre os conteúdos que o termo escatologia deve compreender. Oscila-se, com efeito, entre posições que limitam-se a quatro elementos – Parusia, ressurreição, milenarismo, juízo – e definições mais amplas que acrescentam temas como a morte, a condenação, o purgatório, o fim do mundo, a bem-aventurança.

A acepção que será usada neste trabalho é a tradicional. Por conseguinte, o termo indicará um conjunto de eventos finais que referem-se ao fim do homem – tanto individual: escatologia individual; quanto à escatologia da humanidade: escatologia coletiva – e ao fim do Cosmos: escatologia cósmica.

As idéias de escatologia que envolveu o Beato nos levam, primeiramente, a pensar o ser humano na sua relação com o universo. Vendo a si mesmo como um microcosmo, ou seja, um universo em miniatura, o homem na Alta Idade Média hispânica, inclusive o ritmo da sua vida, fazia parte da ordem da natureza e de Deus.

O tema da correspondência entre os dois universos ocupou um espaço considerável nas obras de autores hispânicos como, por exemplo, Isidoro de Sevilha, quem parece ter sido o primeiro autor latino a traduzir, empregar e comentar as palavras microcosmos e macrocosmos. Temos em sua obra uma dinâmica em que os movimentos

---

[3]. PIKAZA, Xavier. SILANES, Nero. (dir.). *Dicionário teológico: o Deus cristão*. São Paulo: Paulus, 1988, pp. 264-280.

circulares do macrocosmo acompanham e calculam o tempo dos dias, meses, estações do ano e também a existência do microcosmo humano[4]:

> *O mundo está composto de elementos visíveis, que certamente podem ser investigados. O homem, em compensação, integrado por um conjunto de elementos, de certo modo vem a ser um compendio, outro mundo criado.*
> *A razão de ser do mundo há que examiná-la partindo do mesmo homem. Com efeito, como o homem, pela prolongação da vida tem seu fim, assim também o mundo, ao dilatar-se no tempo, vai esgotando-se; porque assim como o homem, o mundo, onde parecem aumentar, ai um e outro diminuem.* [5]

A ausência de oposição radical entre o homem e o entorno natural, como vislumbramos no texto acima, corria paralela também com a ausência de oposição entre natureza e cultura. A natureza, na concepção medieval, era a criação de Deus. Devemos ter presente que o primeiro fator com que nos deparamos ao nos aproximarmos da perspectiva do homem religioso medieval na Alta Idade Média é que o mundo foi criado por Deus, e que a própria existência do mundo quer dizer alguma coisa, ele não é algo inerte, sem objetivo e sem significado.

Eliade chama nossa atenção para o fato de que para o homem religioso o *Cosmos* é uma prova de santidade, pois ele foi criado por Deus e, Ele mostra-se aos homens por meio da vida cósmica. É por essa razão que, a partir de certo estágio de cultura, o homem se concebe como um microcosmo. Ele faz parte da Criação de Deus, ou em outras palavras, ele reencontra em si mesmo a santidade que reconhece no *Cosmos*.[6]

A atitude do homem até a natureza não expressou na Alta Idade Média Ibérica, portanto, uma relação sujeito/objeto, mas uma situação na qual o sujeito encontrava-se integrado ao mundo exterior e o percebia como sujeito. O universo era visto com as mesmas qualidades possuídas pelo homem, não existindo fronteiras que claramente os limitasse; como obra divina, esta tornar-se-ia a imagem exemplar da existência humana. Porém, Eliade nos lembra que esta existência "aberta" para o mundo não seria uma existência inconsciente, enterrada na natureza. A "abertura" para o mundo permitiria ao homem religioso conhecer-se

---

[4] FONTAINE, J. *Isidoro de Sevilla. Gênesis y originalidade de la cultura hispânica em tiempos de los visigodos. Madrid: Ediciones Encoentro, 2002,* p. 212.
[5] ISIDORO DE SEVILHA. Sentenças. I, VII, 1-2. In: *Santo Padres españoles.* Madrid: BAC, 1971, v. II.
[6] ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano. A essência das religiões.* São Paulo: Martins fontes, 1999, p.135.

conhecendo o mundo – e esse conhecimento seria precioso para ele porque tratar-se-ia de um conhecimento religioso, referir-se-ia ao Ser.[7]

Com efeito, a tradição monástica a que o Beato pertenceu trazia na idéia da oração interior justamente esta busca do conhecimento do Ser, ou seja, a purificação do espírito por meio do esvaziamento do coração e da alma que o guiava pelo ritmo vital do corpo até tornar a ser o espelho do macrocosmos ao readquirir sentido numa ordem universal - em si "encerrar as portas dos sentidos" para escutar a voz divina, o que ligava-se a uma praxe de higiene mental; o próprio corpo deveria fazer pulsar o Nome impronunciável (Deus) pelos lábios.

Para os antigos, a voz era gerada pela alquimia dos fluidos internos, coagula-se nos órgão vitais, perto do coração e do diafragma, precisamente onde reside o *thumós* (que é a força, energia, ira, impulso instintivo); ela refletia-se no microcosmos - corpo humano - o ato musical com o qual a voz de "Aquele Que É" criou na origem, por meio da sua expiração úmida e quente. Na complexa topografia da interioridade do microcosmos, os meandros mais íntimos do corpo, as cavidades úmidas e fecundas permitiam que a voz brotasse aos jorros, abrindo o Eu ao exterior. [8]

E assim, encontrando seu próprio prolongamento no mundo, o homem descobria o universo dentro de si. Era como se um se espelhasse no outro [9]. Como resultado, este microcosmo não era só uma pequena parcela do todo, nem um dos elementos do universo, mas uma espécie de cópia reduzida que o reproduzia. A vida humana foi, portanto, entendida pelo Beato em um plano duplo; desenrolava-se como existência humana e, ao mesmo tempo, participava de uma vida trans-humana, a do *Cosmos* ou de Deus. Daí a imbricação entre escatologia individual e cósmica.

Acrescenta-se na obra, a esta idéia, uma visão bíblica da história universal que entendia o tempo como linear - da criação até o fim do mundo - e, por assim dizer, vetorial, posto que não voltaria a circular sobre si mesmo, ao menos numa perspectiva de uma história total da *Salvação*, distribuída em seis idades sucessivas. O tempo da *história sagrada* era assim, o de toda história humana, tanto coletiva como individual.

---

[7] ELIADE, M. *Op. cit.* p. 137.

[8] *O sopro dos pulmões, o bater do coração e o pulsar do sangue, tanto nas teologias primitivas como em grande parte da metafísica européia, estão unidos pela mesma ligadura metafórica e conceptual que dá coerência à imagem da voz vital do mundo, do som que faz vibrar e fecundar o universo*. BOLOGNA, Corrado. *Op. cit*. p. 72.

[9] GURIEVICH, Aron. *Las categories de la cultura medieval.* Madrid: Taurus Humanidades, 1990, p. 79.

Na medida em que o corpo foi uma metáfora privilegiada da sociedade e do mundo, também eles estavam envolvidos na mesma decadência. O homem inclinava-se até o seu fim percorrendo as diferentes idades, assim como o mundo do cristianismo medieval, segundo esta teoria, teria entrado na velhice. Neste sentido, é possível encontrar na obra do Beato uma relação direta entre fim do homem e o fim do mundo:

> *Todo católico deve entender, esperar e temer, e considerar estes 14 anos como uma hora: e de dia e de noite, em cinza e cilício, chorar tanto pela sua própria destruição como do mundo, e não interessar-se excessivamente da contagem do tempo; e sobre o dia do fim do mundo(...) apenas Deus, conhece. Pense cada um sobre o próprio fim (...) pois quando sai cada um do mundo, é então o fim do mundo(...).*[10]

Todas as coisas estariam contidas no homem e nele residiria toda a natureza das coisas. Ele seria parte considerável da criação total e, se seu grau de existência seria superior a todas as outras criaturas era porque se acercava mais da imagem divina. O microcosmo não deixaria de conservar uma superioridade sobre o macrocosmo, dado que só encontraria seu fim em si mesmo. Esta antropologia religiosa não renunciava, entretanto, em inserir profundamente o homem neste mundo, ao qual encontra-se ligado por todas as fibras do seu corpo, posto estar encerrado no centro da criação. Trata-se de um ser nascido, destinado ao menos a uma morte física; e como tal arrastado pelas ondas de todos os ciclos dos tempos: os ciclos naturais dos astros e os ciclos religiosos de um calendário.

Fontaine afirma que a tomada de consciência da correspondência que ligava de maneira indissolúvel o homem ao tempo e ao Cosmos, equilibraria e iluminaria a fé de modo indispensável em uma religião de criação e de encarnação. Esta tomada de consciência manifestaria, com efeito, a compatibilidade possível, e inclusive desejável, entre esta religião e a cultura antiga no que concerne a explicação do mundo [11]. Ao entende-lo como obra de Deus, portanto, o homem na Alta Idade Média o coloca como figurante do drama cristológico: *(...) com o canto da multidão dos anjos anuncia-se a salvação dos homens, e a voz da multidão de anjos é a aclamação e o testemunho de toda a criação que manifesta o agradecimento a nosso Senhor pela liberação dos homens da desgraça da morte.* [12]

---

[10] BEATO DE LIÉBANA. *Comentario ao Apocalipse*, IV, 145-150.
[11] FONTAINE. *Op. cit.* p. 221.
[12] BEATO DE LIEBANA, *Comentário ao Apocalipse.* III, 515-520.

É necessário destacar que, ao contrário da concepção antiga de mundo que via o homem e o universo como um todo harmonioso, aqui esta dupla era apresentada com uma realidade dualística. O mundo, assim como o homem não poderia ser "belo" porque estava manchado pelo pecado e submetido ao juízo de Deus; o ascetismo cristão os rechaçava, posto que estava submetidos ao " *poder do Maligno*" (1 Jo 5, 19). Por isto, o abandono do mundo era, ao menos em parte, a necessária conseqüência do amor por Deus.

Como resultado desta dualidade, a noção de "Cosmos" cinde-se no *C Ap* em duas noções opostas: a *Civitas Dei* e a *Civitas terrena*. Esta última se aproximava da noção *Civitas Diaboli*. Os homens e mulheres que liam estas páginas, portanto, viam-se em uma encruzilhada: um caminho conduzia à cidade espiritual do Senhor, a Jerusalém e, o outro a cidade do Anticristo, a Babilônia[13]. Este conflito tinha lugar tanto na história da Igreja, na sua relação com o mundo, quanto na própria alma do homem:

> *Duas partes, pois, em Adão e desde Adão são prefiguradas, para advertência do futuro: uma que confessou haver pecado e vive; e outra que não se desliga dos laços do demônio, que o submeteu (...) Desde o mesmo momento que começou Adão a engendrar a ambas as partes, vemos que uma e outra oferecem sacrifícios a Deus: mas uma, sacrifícios gratos; a outra, desagradáveis.*[14]

A idéia das *Seis Idades da Vida* e do *Mundo*, que podemos encontrar em autores como Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha, estrutura assim, o fluxo da *história da Igreja* narrada no *C Ap*. Seis períodos da história do mundo encontrariam seu final num tempo de repouso infinito, coincidindo a sétima idade com o último dia da Criação, no qual o próprio Deus repousou. No começo da sétima idade, os homens encontrariam seu repouso no além. Este esquema estabelecia uma correspondência perfeita entre a descida do Cristo na terra (a Sexta idade) e o sexto dia da Criação, aquele durante e o qual Deus "*Criou o homem à sua imagem e semelhança*":

> *(...) o mundo deverá terminar nos anos 6000, do que se deduz a idade do mundo, e para indicar o sétimo a ressurreição de todos os santos. E assim como o sexto dia fez o homem, e de suas costelas, que são as costas, foi feita a mulher, e destes dois cresceu e se encheu a terra, assim deve-se entender a Sexta Idade do mundo, como o sexto dia que nasceu o primeiro homem, Adão, da terra nova, assim também Cristo, o segundo Adão, nasceu de uma nova Virgem (...). E assim como da Costela de Adão, quando dormia, foi feita à mulher, e encheu-se a terra; assim também do*

[13] GURIEVICH, A. *Op. cit.* p. 80.
[14] BEATO DE LIÉBANA. *Comentário ao Apocalipse.* II, 220-225.

> *segundo Adão, Cristo, dormindo do sonho da paixão, de sua costela, foi feita a Igreja, para encher a terra celeste do Paraíso (...).E assim como, acabado o sexto dia, nada lemos que haverá feito o senhor, se não cessou suas obras, e que descansou; assim também cremos que o sexto milênio – acabado ou não? – leve ao dia da ressurreição (...).* [15]

Todo este esquema carregava um simbolismo cristão que orientava a vida do homem preparando-o para o *Juízo Final*. A interpretação do Beato das idades da vida, não conhece a idéia de declínio, mas funde-se numa progressão contínua dos valores morais e espirituais, cujo apogeu coincide com a idade da velhice, a qual corresponde à época em que, percorrida o trajeto de penitência que deveria ser a vida de cada homem na terra, este nasceria como *novo homem*, ou seja, apto à viver junto a Deus. O sétimo dia, aquele em que Deus descansou, não encontra paralelo completo nas idades do homem sobre esta terra, mas remete-se ao repouso eterno após a morte.

Neste ínterim, o autor encaminha seus leitores/ouvintes a ver no batismo e na constante penitência – a adesão aos valores cristãos – a passagem de um modo de ser a outro, de uma existência a outra, que lhes garantiria a *Salvação.* Convém precisar que todos os rituais e simbolismos de *passagem*[16] exprimem uma concepção específica da existência humana: uma vez nascido, o homem ainda não estaria acabado; deveria nascer uma segunda vez, espiritualmente; e assim, tornar-se *homem completo* passando de um estado imperfeito, embrionário, a um estado perfeito – de uma *velha criatura* a uma *nova criatura*. Um homem só seria completo depois de ter ultrapassado e, em certo sentido abolido, sua humanidade "natural", sua vida primeira, por meio da experiência da morte e ressurreição em Cristo, o que permitiria a ele renascer para uma vida superior - a vida cristã: *(...) crucificamos com Cristo o homem velho, para poder ser nele transformado em novos (...).*[17]

Assim, a perspectiva da narrativa do *C Ap* aloca o ideal de humanidade num plano sobre-humano – a Igreja em sentido escatológico, constituída por um grupo de eleitos. Fazer parte desta comunidade significaria, na vida cotidiana do fiel, ao mesmo tempo, uma mudança religiosa e cultural. Seu intuito era fazer chegar às consciências, as exigências e as sanções da vida moral cristã. O *C Ap* significou, pois, uma contribuição por parte do autor, para a

---

[15] BEATO DE LIÉBANA. *Comentário ao Apocalipse*. IV, 95-110.
[16] Pode-se dizer que a existência humana chega à plenitude ao longo de uma série de ritos de passagem, em suma, de iniciações sucessivas. ELIADE, M. *Op. cit.* p. 147.
[17] BEATO DE LIEBANA. *Comentário ao Apocalipse.* IV, 100.

elaboração de uma cultura cristã ibérica elementar em uma região em que esta religião ainda confrontava-se com outras formas de compreensão do sagrado.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Currículo: seleção, concepção e práticas de Ensino de História

Edinalva Padre Aguiar*
Selva Guimarães Fonseca**

Resumo: Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado C*urrículo e ensino de história: entre o prescrito e o vivido. Vitória da Conquista-BA, Brasil (1993/2000)*, cujo objetivo foi analisar os currículos de História prescritos e vividos no ensino médio, como ocorria o processo de seleção curricular, as concepções dos professores/as sobre currículo e a influência do currículo oficial sobre o vivido. A metodologia da pesquisa inspirou-se na abordagem qualitativa. As entrevistas foram baseadas no modelo da história oral temática e os entrevistados/as concordaram em ter seus nomes e narrativas divulgadas. Além disso, foram utilizadas diversas fontes escritas como indicações curriculares, diários de classe, leis, decretos etc. Os resultados apontaram que a relação entre o currículo oficial e o vivido na sala de aula é permeada por conflitos. Algumas vezes eles se aproximam outras se distanciam.

Palavras-chave: Currículo - Ensino de história - Práticas docentes.

Abstract: This article is part of Master Dissertation which study was the curriculum and the teaching of history at the secondary school level in the city of Vitória da Conquista, Bahia, Brazil, during tue years 1993-2000. Its objective was to analyze the curriculi of history teaching as it is prescribed and as it is actually carried out in secondary school education, how curricular selection process ocurred, and the teachers perceptions about the curriculi and its influency of the prescribed curriculi in that actually used by the teachers. The research used a qualitative methodolgy.The thematic oral history inspired the carrying out of interviews and the teachers that were interviwed agreed to have their names and narratives mentioned. The research also used several written sources as class diaries, decrees and acts. It was concluded that the relationships between the official curriculum and the one actually used in the class were mediated by tensions, proximites and distances between the two durricular dimensions.

Key words: Curriculum - History teaching - Teaching practices.

Discutindo a seleção curricular

Durante muitos anos, a escola básica, no Brasil, foi considerada por muitos docentes e pesquisadores mera reprodutora da idelologia dominante, um dos aparelhos ideológicos de Estado, visão inspirada na teoria reprodutivista, difundida no Brasil pelas obras de Bourdieu e Passerron e também de Althusser. O desenvolvimento do campo de investigação das pesquisas educacionais, bem como as revisões no campo da historiografia a partir dos anos 1970 ampliaram as análises vinculadas à história da educação e ao ensino de

História. O campo de investigação na área curricular foi dinamizado, sobretudo, a partir do debate internacional motivado pela Nova Sociologia da Educação (NSE).

Inspirados nos estudos culturais, alguns estudiosos, como André Chervel e Ivor Goodson, passaram a ver a transposição didática como algo que se limita a reproduzir e hierarquizar conhecimentos. Começaram então, a defender a idéia que a escola é produtora de uma cultura própria, a denominada cultura escolar, que não é uma produção puramente endógena, portanto, não pode ser vista isoladamente. Ela se estabelece em uma relação de mão dupla, onde, ao mesmo tempo, em que é influenciada pela cultura geral, a influencia.

Ao redefinir o lugar da cultura, retirando-a da superestrutura, e, ao deixar de vê-la de forma reificada, as conceituações sobre currículo foram modificadas. Para Silva (2001: 17), nas concepções trazidas pelos estudos culturais, a cultura pode ser desmontada. Ela se dá em um contexto de relações sociais, que, por sua vez, se estabelecem em meio a negociações, conflitos e poder.

De acordo com esse autor, assim como a cultura, o currículo deve ser entendido, como: "prática de significação" uma vez que ele é uma forma de compreender o mundo, de torná-lo inteligível, de dar sentido a ele; "prática produtiva", pois, como foi construído, pode ser recriado, desconstruído a todo tempo. Por ser produzido no interior dos grupos sociais e nas relações entre eles e indivíduos, deve ser visto, ainda, como "prática social". Sendo resultado dessa prática, onde o poder de um grupo se manifesta sobre outro, o currículo também expressa "relação de poder". Produzindo e nos produzindo, é ele responsável por formar "identidades sociais".

Diante disso, analisar como ocorre a produção da cultura escolar, tendo como uma de suas vertentes a escolha do que será ou não ensinado, nos leva a perceber que esse processo não é destituído de neutralidade, pois, além de produtora de conhecimentos, a escola é cenário de relações sociais, é espaço de transmissão de saberes que, ao longo do tempo, foram consolidados e validados socialmente e evidenciam, nas palavras de Forquin (1992: 29), "zonas de sombra", aquilo que quase sempre é esquecido ou não é considerado importante o suficiente para ser transmitido. Às sombras, evidenciadas pelo autor, poderíamos acrescentar o seu oposto, ou seja, a luz, a fim de afirmar que a "tradição seletiva"[1] consolidou alguns conteúdos a tal ponto, que a legitimidade de sua transmissão não chega a ser questionada.

[1] "[...] seleção feita por alguém, com sua particular visão sobre o conhecimento legítimo e a cultura, uma seleção que no processo de privilegiar o capital cultural de um grupo desprivilegia e de outro" (WILLIAMS, Raymond apud APPLE, 1999, p. 77).

Selecionar os conhecimentos que serão evocados ou esquecidos no tempo da escolarização pode representar um "território de disputa", que se instala entre os representantes de políticas públicas mais amplas e os/as que atuam, cotidianamente, no interior das escolas. Entretanto, esse embate nem sempre é permanente, pois algumas vezes a escola aceita o oficial sem maiores questionamentos e, utilizando mecanismos próprios, o reproduz em parte ou no todo.

Nesse processo de seleção, os/as docentes ocupam um papel central, pois são eles/as efetivamente, e a despeito do que diz o currículo oficial, os/as responsáveis por essa seleção, resignificação, transcriação e transmissão em sala de aula. Ou seja, são eles/as, juntamente com os educandos/as, os principais atores/atrizes do currículo vivido.

A análise do currículo vivido nos remete àquilo que é "gritado", que aparece em demasia, mas também ao que é silenciado, ao não dito. Opostos que ajudam a formar jovens e adultos em nossas escolas.

O campo do currículo relaciona-se às disputas de poder. O papel da escola, mediado pelo processo ensino-aprendizagem, pode ser o de legitimador da ideologia do Estado, dos interesses do capital dos grupos dominantes, ou um local de "subversão" da ordem estabelecida, dos embates políticos, das lutas pela valorização da educação.

Currículo: como os/as docentes o concebem

Segundo Moreira, é possível afirmar que, na década de 1990, no Brasil, as reformas curriculares executadas pelo Estado não aproveitaram significativamente as tendências que predominavam no campo das teorias curriculares, que, influenciadas pelos estudos culturais, pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo, abordavam temas como:

> *[...] o nexo poder-saber no currículo, a transversalidade no currículo, novas organizações curriculares, as interações no currículo em ação, o conhecimento e o cotidiano escolar como redes, o currículo como espaço de construção de identidades, o currículo como prática de significação, a expressão das dinâmicas sociais de gênero, sexualidade e etnia no currículo, o multiculturalismo* (MOREIRA, 2000: 118).

Porém, a dinamização nesse campo não foi suficiente para superar o distanciamento entre o que é produzido na teoria e o cotidiano vivido na escola, tampouco possibilitou a construção de currículos que contemplem as especificidades brasileiras.

Essa variedade nas teorias curriculares é expressa por Silva, que elenca quatro concepções acerca do currículo:

> *1) a tradicional, humanista baseada numa concepção conservadora da cultura [fixa, estável, herdada] e do conhecimento [como fato, como informação], uma visão que, por sua vez, se baseia numa perspectiva conservadora da função social e cultural da escola e da educação; 2) a tecnicista, em muitos aspectos similar à tradicional, mas enfatizando as dimensões instrumentais, utilitárias e econômicas da educação; 3) a crítica, de orientação neomarxista, baseada numa análise da escola e da educação como instituições voltadas para a reprodução das estruturas de classe da sociedade capitalista: o currículo reflete e reproduz essa estrutura; 4) a pós-estruturalista, que retoma e reformula algumas das análises da tradição crítica neomarxista, enfatizando o currículo como prática cultural e como prática de significação.* (SILVA, 2001: 13)

Ainda que as concepções sobre currículo apareçam, aqui, segmentadas, e algumas sejam contraditórias entre si, em nossas práticas cotidianas, muitas vezes elas se mesclam num estranho amálgama. De acordo com o mesmo autor, depois das teorias críticas e pós-críticas, o currículo pode ser pensado de formas variadas, pois "[...] nossa imaginação está agora livre para pensá-lo através de outras metáforas, [...], para vê-lo de perspectivas que não restringem àquelas que nos foram legadas pelas estreitas categorias da tradição" (SILVA, 2002: 147).

Embora o campo do currículo seja amplo e rico em estudos e pesquisas, nas narrativas dos professores/as entrevistados/as, ficaram evidenciadas pouca reflexão e conhecimento acerca das teorias curriculares, mas uma experiência curricular intensa. Talvez por ser currículo um termo polissêmico, pela complexidade e plasticidade que envolve sua conceituação e escolha as concepções de currículo não são unânimes.

Para a professora Lígia, por exemplo, currículo é:

> *Todo um histórico de vida. É uma coisa flexível que você está sempre sendo criado, sempre inovado. Também é uma relação de conteúdos que você trabalha. Eu vejo currículo como uma coisa ampla, vai desde um projeto de vida, como também uma proposta que vai sendo trabalhada em uma determinada área.*

A professora Janilde o definiu como: "um meio de nortear o ensino". O professor Marlúcio percebe o poder imanente à escolha do currículo e seu papel formador de identidade ao afirmar:

> *Para mim currículo não é só a escolha dos conteúdos que serão apresentados aos alunos. Eu acho que currículo é muito mais. Ele envolve uma discussão sobre ensino na escola. Ele passa por uma questão política, de interesse de cada grupo, de quem está nele envolvido. É o processo de organização, de discussão sobre as orientações de uma determinada disciplina, de um determinado grupo de disciplinas que formam uma pessoa.*

Esse professor entende que o currículo extrapola o próprio assunto trabalhado.

A professora Silvone entende que "é difícil definir currículo, porque envolve tudo o que acontece na escola e no ano letivo. Envolve tudo da escola e também está relacionado à vida do aluno".

Para o professor Genilson, a idéia do que seja currículo deve contemplar a diversidade da sociedade em que vivemos. De acordo com sua opinião, currículo é

> *um referencial que dá margem para que possamos construir informações. Eu não vejo currículo apenas como um emaranhado de conteúdos, ou só como elencar conteúdos. Eu o vejo a partir de uma série de elementos outros que são importantes, como discutir diferenças e semelhanças, propor respeito às diferenças e conseguir promover um ensino com intencionalidade.*

De acordo com a professora Maria do Carmo, currículo é:

> *a escola perceber a necessidade e discutir uma estratégia de trabalho e efetivar essa estratégia, de forma que ela possa satisfazer os anseios da comunidade escolar. Criar linhas de trabalho seria o ideal, porém na prática temos uma grade curricular montada, onde nós professores não temos a oportunidade de optar só a executamos.*

Embora considere a complexidade que envolve a seleção curricular, a professora Rosemary entende currículo como "a seleção do conteúdo que vai ser trabalhado com o aluno em sala de aula" e conclui achando "que essa seleção é feita de acordo com aquilo que se julga ser mais interessante e necessário ser trabalhado". Questionamos: a quem cabe fazer o julgamento do que deve ou não ser ensinado? A esse respeito, Forquin (1992: 45) faz uma consideração arguta: escolher é fato, justificar as escolhas, é necessário.

As afirmações denotam que o currículo não se esgota na instrução formal. Como práxis, ele envolve um campo teórico, mas é também prática socializadora e conscientizadora sobre formas de ser e estar no mundo.

Segundo Apple (1999: 35), "conceitos não permanecem estáveis por muito tempo. Eles têm asas, por assim dizer, e podem ser induzidos a deslocar-se de lugar para lugar". Assim sendo, não podemos buscar homogeneidade na definição de currículo. Ao conceituá-lo as vozes dos colaboradores/as evidenciaram sua polissemia.

Currículo oficial e vivido: tensões, aproximações e distanciamentos

As narrativas nos levaram a perceber que, mesmo havendo uma "sugestão curricular" oficial no Estado da Bahia, os professores/as que atuaram na década em foco,

1990, pouco a seguiam. Havia, portanto, um distanciamento entre o prescrito e o vivido. Constatamos que existia uma diversidade nas formas de elaboração e prática do currículo, gerando uma fragmentação e uma dispersão em relação ao ensino de História. De modo geral, cada professor/a realizava o seu trabalho de maneira isolada, sem dialogar com os colegas da própria unidade escolar. Para Nóvoa (1995: 22), isso resulta do fato das escolas dedicarem "[...] pouca atenção ao trabalho de pensar o trabalho [...]" e tem como conseqüência a redução no potencial tanto do professor/a como da escola.

Em relação ao currículo oficial, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino médio, instituídos nos últimos anos da década de 1990, não chegaram, imediatamente, às escolas. Isso só ocorreu, nas escolas investigadas no Estado da Bahia, efetivamente, a partir dos anos 2000. Os professores/as fazem breves referências aos PCNs. Contraditoriamente ao esperado pelo Estado, essas definições ainda são pouco consideradas em suas práticas e no processo de seleção curricular. Esses "prescritores" não são diretamente utilizados, isso ocorre por meio dos recursos didáticos que são organizados de acordo com os parâmetros legais.

Além da realidade da sala de aula e do currículo oficial, outra questão deve ser considerada no processo de seleção curricular: se os professores/as de História não se mantiverem atualizados, correm o risco de trabalharem com saberes históricos escolares e abordagens distantes das novas investigações e descoladas das produções historiográficas. Nesse sentido, consoante com a própria ciência histórica que, constantemente, tem reelaborado suas explicações sobre o passado, reinventando-o e tentando responder a novas indagações, as concepções sobre currículo, a formação dos alunos e alunas, requerem novas práticas escolares.

Devemos estar atentos a essas questões porque

> *no espaço da sala de aula, é possível o professor de história fazer emergir o plural, a memória daqueles que tradicionalmente não têm direito à história, unindo os fios do presente e do passado, num processo ativo de desalienação. Mas também pode, inconsciente ou deliberadamente, operar o contrário, apenas perpetuando mitos e estereótipos da memória dominante* (FONSECA, 2004: 35).

Nosso mundo de certezas ruiu, vivemos a era das dúvidas, das suspeitas. É preciso (re)pensar o ensino de História e, dentro dele, a elaboração do currículo e as finalidades do processo educativo, a fim de que sejam mediadores na construção de sociedades mais democráticas e de respeito à pluralidade.

Não entendemos que o currículo seja o único território de disputas e de possíveis alterações da realidade escolar. Temos consciência de que "as condições de trabalho dos professores, nomeadamente os constrangimentos institucionais também constituem entraves às práticas inovadoras" (ESTEVE, 1995:107) e que a educação formal nos vincula "[...] a formas prévias de reprodução, mesmo quando nos tornamos criadores de novas formas" (GOODSON, 2003: 106). O que estamos advogando é que o professor/a (re)conquiste sua autonomia na elaboração curricular. Uma autonomia politicamente comprometida com mudanças sociais e com bases éticas, entendendo que essa elaboração deve ser pautada na reflexividade e na constante reavaliação/ressignificação, uma vez que não devemos considerá-la definitivamente pronta.

As narrativas dos professores/as nos revelam que existem aproximações entre o currículo vivido em sala de aula e o que é definido pelos órgãos estatais. Essas aproximações se dão de diversas formas.

Distanciam-se, entretanto, quando atentam para a realidade do cotidiano, quando "adaptam" o oficial às necessidades da sala de aula e às singularidades do grupo de alunos, quando tentam perceber e trabalhar na "relação com o saber" que os alunos/as demonstram de maneira clara ou tácita.

A zona de fronteira entre aproximar-distanciar acaba compondo um cenário permeado por tensões do ponto de vista epistemológico, pedagógico e político, quando a escola e seus agentes não validam o conhecimento proposto pelo oficial. Nesse caso, os principais protagonistas da relação ensino-aprendizagem buscam outros caminhos e outros conhecimentos que sejam significativos para sua cultura pessoal e social.

Pensar sobre a fabricação do currículo e na forma como ele é vivido em sala de aula, é pensar no *como* e no *porquê* das escolhas. E transcender a isso é analisar o tipo de formação que está nele embutida, considerando o que ele diz, mas também o que cala. Isso demanda exercício de permanente reflexão que deve ser enfrentada por todos os professores e professoras.

Referências bibliográficas:

APPLE, Michael W. **Conhecimento oficial:** a educação democrática numa era conservadora. 2. ed. Tradução de Maria Isabel E. Bujes. Petrópolis: Vozes, 1999.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António. (Org.). **Profissão professor.** Portugal: Porto Editora, 1995.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. 2. ed. Campinas: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

GOODSON, Ivor F. **Currículo:** teoria e história. 6. ed. Tradução de Attílio Brunetta. Petropólis: Vozes, 2003.

MOREIRA, Antonio Flavio B. Propostas Curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, n. 73, p. 109-138, 2000.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: _____. (Org.). **Profissão professor.** Portugal: Porto Editora, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Livros e leituras em Pernambuco no século XVIII

Gilda Maria Whitaker Verri*

Resumo: As reformas pombalinas no sistema educacional aumentaram a circulação de livros e leituras. Além da religião, autores e títulos disseminaram novos temas em Pernambuco.

Palavras-chave: Livros e leituras – História do livro – História cultural.

Abstract: The Pombal's educational reform increased the flow of books and spreading themes to new areas. Besides religion, authors and titles established new readings in Pernambuco.

Keywords: Books and readings – History of books – Cultural history.

Na segunda metade do XVIII os livros estavam sujeitos à trajetória interna definida pela aliança entre a Igreja e a Coroa Portuguesa. Primeiro pela *Real Mesa Censória,* depois pela alfândega, passavam todos os pedidos para embarque ou desembarque de livros para o ultramar. As medidas coercitivas atingiam os domínios portugueses, e a "censura designava um julgamento, pelo qual se condenava uma ação ou obra, contendo uma correção ou reprimenda feita por um superior ou pelo público" (FURETIÈRE, 1995:18).

As reformas pombalinas no sistema educacional propiciaram a circulação e a difusão de novas idéias na colônia. Correspondências, viagens, intercâmbios com sociedades científicas, eram atividades dos letrados daquém e dalém-mar. Notícias em periódicos e folhetos circulavam, notando o historiador Banha de Andrade que o Padre Monteiro, em 1762, estava "entre os assinantes da *Gazeta Literária do Porto",* em Pernambuco (ANDRADE, 1965: 1-9).

Quais autores[1] foram autorizados para leitura no ultramar? Quais os títulos lidos em uma sociedade sem imprensa, no século do Iluminismo europeu? As respostas firmaram-se em Lisboa, no conjunto de manuscritos preservados, relativos a 1769, 1795, 1796, 1799, contendo um total de 650 referências.[2] Dois inexplicáveis intervalos, um de 24, outro de três

* Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em História.

[1] "A personagem do autor constitui ainda uma novidade no final do século", escreve Michel VOVELLE, na "Introdução" de *O homem do Iluminismo.*

[2] Conforme pesquisa desenvolvida entre 2000-2005 (VERRI, G. M. W., 2006)

anos, demonstraram falta de informações. Mas as infovias das bibliotecas nacionais de Portugal e França possibilitaram reconhecimento de autores, composição de títulos, tamanhos de livros, informações tipográficas, ou nome de oficinas, cidade em que foi dado ao prelo, ano dado a correr. Protocolos de descrição e formas de controle bibliográfico propuseram nova dimensão ao conjunto de obras enviadas para pessoas, ou para bibliotecas conventuais, sinalizando possibilidades de acesso aos textos, com repercussões até os dias atuais.

Dois manuscritos compulsados, de janeiro e fevereiro de 1769, solicitaram de forma emblemática, autorização para enviar a Pernambuco, a *Bíblia* de Du Hamel. Versão vulgata, difundida em 1706, traduzida pelo oratoriano, cientista, filósofo e teólogo francês, Jean-Baptiste Du Hamel, tratado nas petições como autor (VOVELLE, 1997:23). Em fevereiro, os negociantes Valle e Perez solicitaram o envio de onze livros, dos quais cinco mencionavam o nome do responsável pela obra, incluindo o tradutor tomado como autor. A questão sugere um breve entendimento sobre o sentido de autoria, ou do nome daquele estudioso ou filósofo que escrevera ou compilara o texto sob encomenda, fruto da generosidade do soberano. Seria, portanto, o *letrado,* na acepção de Voltaire, responsável pela obra, visto que *autor* seria aquele a viver da própria pena, exposto "à ganância dos livreiros, à inveja dos colegas, ao juízo dos néscios. Contrário à profissionalização do ofício de escritor, que implica uma dependência insustentável em relação às regras do mercado literário" (CHARTIER 1997:117-153). Talvez Valle e Perez tenham sido precursores do uso do nome de quem escrevera a obra, entendido por autor, para atender exigência da Mesa, conforme ordenado a Joaquim Joze Marques: "declare o nome dos Authores mencionados no catalogo incluzo".[3]

Na remessa constavam "Colleção das palavras familiares" e "Elementos de Rethorica do Padre Antonio Pereyra"[4], para cursos sobre eloqüência ministrados pelos Oratorianos. Teólogo, canonista, o oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo, um "brilhante polemista também especialista em didática latina" (FRANCO) exercia a função de Deputado Ordinário da Real Mesa Censória. Estava ligado à escola de Nossa Senhora das Necessidades, símbolo de qualidade no ensino. Escrevera *Novo methodo de grammatica latina para uso das escholas da Congregação do Oratório*, o que fez Inocêncio da Silva anotar "como este methodo é tido por impróprio para o ensino e vicioso por sua redundância" (ANDRADE, 1965**:**1-9). Reimpresso, "dividido em duas partes" foi enviado um exemplar[5]

[3] PORTUGAL. IANTT. RMC, Cx 161-1795.
[4] Disponível em: < http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>
[5] Revogado o sistema de ensino dos jesuítas, o alvará de 28 de junho de 1759 impôs a obrigatoriedade do *Novo methodo.*

por mais dois portadores. O Padre Figueiredo fora responsável por traduções da vulgata latina da *Bíblia Sagrada*, enviadas entre 1795-99 por seis portadores, incluindo um padre. A divulgação de suas obras estendeu-se até 1799, quando vieram *Principios da historia ecclesiastica,* e *Reinado do amor*.

Simão Pires Sardinha, vivendo na Corte, sócio correspondente da Academia de Ciências, arqueólogo, mineralogista, sargento-mor, enviara Resposta de Pascoal José de Mello contra a censura do compendio Historia Juris Civilis Lusitani, do Padre Figueiredo. Tratava-se de exposição e parecer contrário dado à obra História do Direito Pátrio, de Mello Freire, do Real Colégio das Ordens Militares e lente substituto em Coimbra.

Intelectual próximo ao marquês de Pombal, o Padre Figueiredo teve um exemplar de quase todas as obras ao alcance dos leitores da Província. Algumas pertenceram ao Bispo Dom Thomaz da Encarnação Costa e Lima, cônego regrante de Santo Agostinho, primeiro brasileiro em Pernambuco a sentar-se na cadeira episcopal entre 1774-84. Em testamento, deixara: *Novo Testamento de Jesus Christo*, traduzido segundo a vulgata, com várias anotações históricas, dogmáticas e morais. Mais, *Livro dos Salmos* e *Antonii Pereriae de non definita in Concilio Tridentino*[6], não referidos nas petições.

De 1769 três petições foram preservadas, contendo 20 títulos, dos quais 15 eram de teologia, incluindo um *Breviarium*. Foram: *Compendio da historia ecclesiastica*, Berti, *Theologia Univers,* Charmes, *Panegiricos, e outros sermões,* Flechier, *Sermons,* de Massilon, Bispo de Clermont. Berti e Fléchier reapareceram em 1796, reenviados por Domingos Torres.

Mencionado "Genuensis, Lógica" por Valle e Perez indicava que escritos de Genovese tinham repercussão entre oratorianos, por isso solicitado por mais três portadores num total de 12 exemplares. *Elementorum artis lógico* fora impresso em Veneza, cidade que ainda se mantinha como centro do saber clássico, onde Aldus Manutius começara a imprimir "alguns dos volumes mais belos da história da imprensa" (MANGUEL, 1997:161). Genovese era conhecido pela *Lezioni di Commercio o sia d'Economia Civile,* obra completa sobre economia política, sem registro de exemplares em Pernambuco. As obras de Genovese, inclusive *Elementa physicae experimentalis,* foram transportadas por M. Correia, Cavaleiro da Ordem de Cristo. Roque de Moura portou seis *Elementorum metaphisicae*. Marcos de Oliveira enviou duas *Instituições logicas escritas para uzo da mocidade*. As *Lições de metafysica feitas para uso dos principiantes* comprovaram o sucesso do autor, com petições assinadas por quatro mercadores e um padre da Casa do Espírito Santo, com pedido para enviar dez livros.

[6] Disponível em: < http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe>

Se Genovesi conseguira fazer circular em Pernambuco 14 exemplares reproduzidos de sua pena, se vivendo do escrito, talvez pudesse ser chamado autor, segundo considerações da época. O iluminista, que "representava a opinião da Coroa" (PAIM, 1977:9) com ampla divulgação em Coimbra, era antes um pensador/professor. Porque, além dos "primeiros e simplicíssimos preceitos do filosofar" (GENOVESI, 1977: 21), orientava o leitor a adotar um método de estudo, explicando como interpretar o escritor no seu tempo, dando sentido às palavras na língua original. As práticas de leitura propiciariam a verdade em seus diversos ângulos quaisquer fossem as obras.

Em 1769, chegou o *Catecismo de Montpellier*. Traduzido pelo Bispo Colbert, para o Bispado de Coimbra e ensino obrigatório da doutrina cristã aos meninos em escolas do reino e domínios, servia para ensinar a ler, escrever e contar, em fins do século XVIII e meados do XIX. As *Instrucções geraes em forma de catecismo* eram de François Gouget. Cinco exemplares aportaram em quarto remessas[7]. Na mesma lista estava a quase enciclopédia, *Recreasão filozofica, ou dialogo sobre a filozofia natural, para instrucção de pesoas curiozas, que não frequentárão as aulas*, do oratoriano Teodoro de Almeida. Três exemplares foram remetidos. Depois, chegaram três títulos do autor: *Tesouro de paciencia nos Chagas de Jesu Christo, Gemidos da Mai de Deos aflita,* enviado por um portador e um padre. *O feliz independente* chegou por três portadores, com acréscimo: *Entretenimentos do coração devoto com o Santíssimo Coração de Jesus.*

Entre os 37 títulos registrados em 1795 contaram-se 20 relativos à religião. *Paraiso de Divinas Flores, ou Horas Lusitanas,* escrito por Santos Neto, contendo ofício de defuntos, salmos penitenciais, ladainha de todos os santos, preces e orações cotidianas. Foi também autorizada a remessa de outro devocionário, organizado por Frei Sarmento, *Horas marianas,* contendo calendário dos santos, indulgências para quem rezasse o pequeno *ofício* [*officium parvum*] dedicado à Maria. Era "aprovado pela Santa Igreja e exposto na lingua portugueza para os Cavalleiros das Ordens Militares, e para todas as pessoas, que por sua devoção o quizerem rezar". Três portadores e um padre refizeram a remessa, um exemplar por portador[8]. *Horas portuguesas,* de Vilela e *Horas Portuguezas,* de Carneiro vieram com oito portadores.

Obras de utilidade destinadas à preparação das escolas maiores, conforme recomendações feitas por Ribeiro Sanches (2003) foram recebidas a partir de 1795: *Geografia moderna precedida de hum pequeno tratado da esfera, e globo terrestre,* de Silva

[7] Constava do testamento do D. Thomaz da Encarnação.
[8] A larga difusão das *Horas marianas* faria notar que, em Canudos (BA), Antônio Conselheiro as trazia sempre consigo (CUNHA, 1986:122).

Rego, enviada por dois negociantes. Incluído também *Novo atlas para uso da mocidade portuguesa* e a segunda edição: *Atlas moderno para uso da mocidade,* enviada por quarto portadores, incluindo o *Diccionario geografico,* de Cardoso, mais *Descripção topografica e historica da cidade do Porto, Successos de Portugal*, e *Do sitio de Lisboa.*

Sobre a História chegaram *Histórias proveitosas e instructivas*, com apêndice: *Tractado de geographia.* O presbítero secular da Congregação do Oratório, Joze Nunes remeteu Lucius Florus, *Historiae romanae res memorabiles.* Outros portadores enviaram *Historia do Imperio da Russia no tempo de Pedro o Grande*, *Historia universal*, do Abbade Millot, e *História dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes no novo mundo.* Mais *Historiarum liber accuratissima* e *História do descobrimento e conquista da India pelos Portuguezes,* de F. Castanheda. Por interesse de algum leitor, a encomenda feita a Joaquim Guimarães, *Revolução e estado actual de França*, sem autoria, continuou a despertar leitores, tanto que o pedido foi renovado pelo Padre Mattos e mais dois portadores, incluído *Histoire du clergé pendant la révolution françoise,* do Abade Barruel, enviado por Frei Manoel da Conceição. O movimento revolucionário ocorrido na Europa era conhecido pelos religiosos vivendo em conventos de Olinda. O viajante Tollenare disso teria certeza ao encontrar frades em 1816 porque "foi preciso fazer frente ao guardião e a um outro frade, aos quais nenhuma das circunstâncias da nossa Revolução francesa era estranha; as suas infindáveis controvérsias demonstravam a sua erudição e o desejo de se instruir" (TOLLENARE, 1978:26).

Entre 1796-99 as Biografias obtiveram espaço, atraindo leitores. Joze Antonio da Silva, provável comerciante, foi o grande incentivador de História e Biografias: *Historia da vida do Papa Ganganelli Clemente XIV da Ordem de S. Francisco*. *Historia do Imperio da Russia no tempo de Pedro o Grande*. Ainda: *Panegyrico historico do Serenissimo Senhor Infante Dom Manoel,* de Barbosa Machado. *Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira e Affonso d'Albuquerque*, de Oliveira. *Historia do Imperador Carlos Magno,* de Jeronymo de Carvalho. *Historia dos judeos*, de Flávio Josefo. *Vida de D. João de Castro IV Viso-Rey da Índia,* de Andrada também enviada por outro portador e um padre. *Elogios historicos dos senhores reis de Portugal*, do cisterciense Bernardo de Brito. *Chronica do Emperador Clarimundo,* de João de Barros. *Vida do glorioso S. José Calasans da Mãi de Deos,* do Padre Carvalho. *Vida de Jesus Christo Senhor Nosso,* do Padre Castro. Foram acrescentados: *Compendio chronologico das vidas dos papas*, e *De la vida, y acciones de Alexandre el Grande*, de Quinto Curcio Rufo. *Vida del ilustrissimo y excelentissimo señor Don Juan de Palafox y Mendonza,* de Gonzalez de Rosende.

No traçado das datas, em 1795 destacaram-se *Discursos juridicos em que se contem varias materias uteis aos principiantes com os assentos da Casa da Supplicação,* escritos por Almeida e Amaral Botelho. A Casa da Suplicação criada no século XVI era um dos três tribunais instituídos pela monarquia portuguesa para julgar recursos ligados diretamente ao poder real, portanto, o leitor estaria entre os magistrados ou as autoridades estabelecidas na cidade. No ano seguinte, dois portadores transportaram *Elementos do Direito Natural*, compostos por Burlamaqui.

Para classes de contar vieram: *Taboada curiosa,* de João Garrido. *Proposições de principios fundamentaes d'arithmetica,* de Viterbo. Joze Antonio da Silva remeteu 20 exemplares de *Elementos de Arithmetica,* de Bézout, obra de grande uso na Europa e Estados Unidos, com tradução de Monteiro da Rocha, impressa em Coimbra[9], por ordem do Marquês de Pombal, adotada no curso técnico-militar da Companhia de Guardas-Marinhas criado em 1782, e nos cursos para professores e alunos das escolas menores. Roque de Moura, como procurador de F. Lima, presbítero do hábito de São Pedro, clérigo secular, professor de retórica, portou *Institutiones philosophicae, ac mathematicae ad usum scholarum piarum*, de Corsini e *Philosophia universalis,* de Du Hamel, título remetido duas vezes.

Em 1796, o *Vocabulario portuguez e latino* do Padre Bluteau mereceu atenção de Antonio Soares e do Padre Joze Nunes, que transportaram dez exemplares. Acrescentado do *Diccionario poetico,* de Cândido Lusitano, pseudônimo de Francisco Joze Freire. Do mesmo autor, o *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas* foi remetido por um padre e dois portadores. Para o novo método de ensino da gramática latina estavam Aristoteles, Cicero e Quintiliano, Ovídio, Phedro, Quintiliano, Salústio, Terencio, Horácio. Mais, *Novo methodo da grammatica latina,* de Venâncio da Costa, e *Grammatica latina, tratada por hum méthodo novo e fácil,* de Luís Antonio Verney.[10]

Pelas aprovações aos requerimentos do Padre Antonio de Mattos, de João Gomes de Lima, foram trazidos em 1796 e por dois portadores em 1799, *Elementos da civilidade e da decencia para instrucção da mocidade de ambos os sexos*, em três partes: Elementos da civilidade e da decência. Arte de agradar na conversação. Tratado dos principais fundamentos da dança. Em *De Civilitate Morum Pueriliam,* Erasmo propôs um código de condutas, de convivência, em sociedade. Daí o conceito de civilidade. Estudando as leituras no Antigo Regime, Roger Chartier (2004: 45-89) buscou atualizar o significado nos dicionários clássicos franceses, da *Academia* (1694), de *Furetière* (1690), de *Richelet* (1680). Encontrou traços

[9] Edições impressas em Coimbra: Imprensa da Universidade, 1773, 1784, 1795, 1801, 1805, 1816, 1826, 1842. Ver VALENTE, W. R.

[10] Expressamente recomendada pela Real Mesa Censória.

comuns ao conceito, que compreendia a honestidade em comportamentos sociais, em ações e conversações, passando por um código de polidez que começaria a ser ensinado desde a infância (CHARTIER, 2004: 45-89). Assim, civilidade ou etiqueta entrara para o currículo das escolas no contexto das reformas pombalinas.

As belas-letras chegaram em 1799 trazidas em três ou seis exemplares: *Obras poéticas,* de Bocage, *Viagens de Gulliver,* de Jonathan Swift[11], *Robinson Crusoé,* de Daniel Defoe, *Fabulas,* de Esopo, *Aventuras de Telêmaco,* de Fénelon, *Hermínia,* de Soares Franco, *Marilia de Dirceo,* de Gonzaga, *Lances de zelos e amor* e *Don Quixote de la Mancha,* de Cervantes.

Na segunda metade do século XVIII, os livros em Pernambuco formaram, em grande parte, a "biblioteca do bom vigário", como Chartier (2004:181) denominou o conjunto de bíblias, catecismos, sermões, epístolas, instruções para confessores, espiritualidade, como *Imitação de Cristo*, vida dos santos e folhinhas de reza. Em vilas e cidades, religiosos ou letrados exercitaram as leituras determinadas pela Real Mesa Censória. Talvez alguns títulos chegassem sob capas, trazidos por marinheiros ou viajantes com informações que aproximavam as distâncias e provocavam surpresas, indignação ou concordância com idéias, fatos ou acontecimentos registrados ou narrados. Pouco ou quase nada as petições informaram sobre as profissões, atividades dos portadores, ou destinos dos livros arrolados em ínfimas quantidades. Como se desenvolveram as práticas de leitura ou como os métodos de apropriação do conhecimento eram repassados, interpretados, aplicados, são questões não totalmente resolvidas, carentes de documentação não localizada em Pernambuco.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, A. B. de. Contribuição dos portugueses para a formação do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, 1965, Coimbra. **Actas**.

BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU. **Oficio do desembargador e ouvidor geral da Capitania de Pernambuco,** Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leite ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo

[11] Livro proibido de circular em Portugal a partir de 27.07.1801. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Historia/historia.htm>

e Castro, enviando cópia do inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, D. Thomaz da Encarnação. Cx. 151, D. 10961.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Edusp, 1978.

CHARTIER, R. O homem de letras. In: VOVELLE, M. (Org.) **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.

CODIGO Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal. Brasília: Senado Federal, 2004. [Ed. fac-similar]

CUNHA, E. da. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Alpiarça, PT: Passagens, 1997.

FRANCO, J. E. **Quem influenciou o marquês de Pombal?** Disponível em: < www.realgabinete.com.br/colóquio/3_coloquio_outubro/paginas/12htm>

FURETIÈRE, A. Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français, tant vieux que modernes, et les termes des sciences et des arts. La Haye: P. Husson, 1727. Apud NEGRONI, B. **Lecture interdites:** le travail des censeurs au XVIIIe siècle, 1723-1774. Paris: A. Michel, 1995.

GENOVESI, A. **A instituição da lógica.** Rio de Janeiro: PUC, 1977.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PAIM, A. Introdução. In: GENOVESI, A. **A instituição da lógica.** Rio de Janeiro: PUC, 1977.

SANCHES, A. N. R. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

SILVA, A. D. da. **Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações.** Lisboa: Maigrense, 1825-1830.

TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais.** Recife: SEC, 1978.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1999.

VERRI, G. M. W. **Tinta sobre papel:** livros e leituras em Pernambuco no século XVIII. Recife: Edufpe, 2006.

VILHENA, L. dos S. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

VOLTAIRE, F.-M. A. **Dicionário filosófico.** São Paulo: M. Claret, 2002.

VOVELLE, M. **O homem do Iluminismo.** Lisboa: Presença, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Condomínios horizontais: a ilusão de viver juntos e isolados ao mesmo tempo

Cláudio Travassos Delicato*

Resumo: A opção de moradia em bairros fechados, nas cidades, será tratada considerando a preocupação com segurança como justificativa. O medo orienta muitas práticas cotidianas e uma série de mecanismos se desenvolve para criar a sensação de segurança entre os moradores. Disciplina e vigilância são conceitos que emergem nessa questão e a noção de panoptismo é muito útil para entendermos aspectos fundamentais da organização funcional de um condomínio horizontal.
Palavras-Chave: Cidades – Condomínios horizontais – Panoptismo.

Abstract: The option of living in closed districts in the cities will be dealt with, considering the preoccupation with safety as a justification. Fear directs many daily practices and a series of mechanisms is developed to create the sensation of safety among the residents. Discipline and vigilance are concepts which emerge in this question and the notion of panoptism is very useful to help us to understand the fundamental aspects of the functional organization of a horizontal condominium.
Keywords: cities – horizontal condominium – panoptism.

Separar áreas para moradia de forma distinta, para diferentes camadas sociais da população, nas cidades em geral é uma tendência de fácil verificação. Abordaremos a questão salientando a opção pela moradia em bairros fechados em razão da preocupação com segurança. O medo orienta muitas práticas cotidianas, nas cidades cada vez mais segmentadas, e uma série de aparatos se desenvolve para criar a sensação de segurança entre os moradores de um condomínio horizontal. Disciplina e vigilância são conceitos que emergem pela análise de espaços micro-comunitários desse tipo. Em tais empreendimentos, conforme palavras de um morador, existe a possibilidade de se "viver completamente junto e isolado ao mesmo tempo" (DELICATO, 2004: 91). A noção de "panoptismo" (FOUCAULT), de pan-óptico, aquilo que permite uma visão total, está diretamente relacionada a disciplina e

* Graduado em Arquitetura e Urbanismo, UEL – Universidade Estadual de Londrina (PR); Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura), UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Marília (SP); Mestre em Ciências Sociais, UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Marília (SP).

vigilância e conseqüentemente é muito útil para entendermos um aspecto fundamental da organização funcional de um condomínio horizontal.

Com espaços públicos vistos como "zonas proibidas" (CALDEIRA, 2000), principalmente pela parcela da população que opta pela moradia em bairros fechados, a segregação social assume uma forma em que separam-se, por muros e tecnologias de segurança, habitantes que moram próximos mas são de diferentes estratos sociais tendendo a não circular ou interagir em áreas comuns. Atributos da cidade que seriam de âmbito público, como saneamento, iluminação, pavimentação, arborização, entre outros, e especificamente segurança, passam a ser tratados de forma diferencial, evidentemente privativa. Nos condomínios horizontais, o tratamento do que seria público como privilégio é assumidamente demarcado por muros que transformam em espaço privado elementos que poderiam ser de uso comum.

Esse "novo conceito de moradia", segundo Tereza Caldeira, "articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços". Conclui: "a residência enclausurada, fortificada e isolada, um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais é a imagem mais sedutora e que confere o maior status" (2000: 265).

Embora a principal justificativa possa ser "o medo do crime violento", morar em um condomínio horizontal confere "status" (CALDEIRA, 2000: 211-259). O local de moradia entendido como símbolo de status e estilo de vida, significa atribuir a uma necessidade básica, morar, uma característica que permite a distinção e prestígio. Assim, "às diferentes posições no espaço social" correspondem diferentes posições no espaço físico (SANTOS, 2000) que, em função do medo e da necessária "evidenciação do status adquirido", é demarcado por muros em seus limites.

Pensar como a escala micro-comunitária, altamente seletiva dos condomínios horizontais, muito eficiente na redução dos medos da "multidão" (o desconhecido) e da "heterogeneidade" (o diferente), pode conduzir a conformação de cidadelas e a impossível pretensão de autonomia, serve para imaginarmos o deslocamento dos espaços públicos nas cidades. Existe a ilusão de que os espaços coletivos internos do empreendimento são substitutos do que um dia foi espaço público. A rua interna privada é um simulacro da rua pública antiga onde "as crianças podiam brincar e os pais podiam deixar as portas de casa abertas". Imaginar poder recriar uma versão idealizada de um estilo de vida passado em um espaço artificialmente tranqüilo, controlado e perfeitamente planejado para a felicidade de pessoas semelhantes é o ilusionismo compartilhado por grande parte dos moradores.

Central nesse novo conceito de moradia, e interligado ao ideal micro-comunitário, é a sensação de segurança que os moradores, em grande maioria, alegam desfrutar quando optam por essa forma de morar. Basicamente, sob uma carga de medo, de certa forma construído e alimentado a partir da repulsa ao resto da cidade, os moradores de um condomínio horizontal submetem-se a doses extras de regras de convívio e esquemas de vigilância. Muitos enxergam o rigor imposto como uma boa maneira para se aprender a conviver e, conseqüentemente, seria um ótimo local para educar os filhos, para discipliná-los. Na micro-comunidade constituída no e pelo condomínio teríamos o que Michel Foucault denomina como "recursos para o bom adestramento":

> *"O poder disciplinar é [...] um poder que em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar', ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzí-las, procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes"* (1986: 153).

Os regimentos internos de condomínios horizontais, em geral, estipulam desde normas construtivas (recuos frontais, recuos laterais, áreas mínimas e máximas de construção, tipo de pavimento nas calçadas, etc) até regras como o tipo de cão que o condômino pode manter em sua residência. Embora no caso das normas construtivas, por exemplo, tenhamos um refinamento de muitas normas já existentes nas cidades, como código de obras, lei de uso e ocupação do solo, lei de zoneamento, etc, no condomínio, em função da menor escala, o rigor de aplicação de regras tende a ser muito maior. Ou seja, quem opta por esse tipo de moradia vislumbra um local onde regras existem e devem ser cumpridas.

A ordem é um conceito freqüente em qualquer assunto relativo aos condomínios horizontais. A preocupação com o controle e o rigor normativo supera qualquer legislação municipal vigente. O objetivo é manter um padrão de ocupação e uso expresso por detalhes como o tipo de cão permitido. Se nas ruas públicas da cidade admite-se um sujeito passeando com seu mimoso Pit Bull defecando a torto e a direita, sem coleira, rosnando e até mordendo quem cruzar a sua frente, dentro do condomínio com suas ruas privadas o enfoque é outro e esse espaço coletivo privativo é visto como contíguo à moradia. Uma outra relação é estabelecida e quem ousar desrespeitá-la será advertido e ou punido.

Essa outra relação estabelecida entre os moradores é permeada basicamente pela vigilância constante a que todos estão sujeitos. Os melhores condomínios são aqueles que melhor permitem a vigilância. A vigilância pelos próprios moradores no sentido de que todos podem conhecer hábitos e horários comuns cria, nas palavras de um morador que resume o

motivo para morar no local, a sensação de união e isolamento concomitantes. Vive-se isolado porque, sendo uma casa, têm-se um espaçamento mínimo entre uma residência e outra de forma diferente do que acontece em edifícios de apartamentos, por exemplo, onde constantemente percebe-se o vizinho. O isolamento com o exterior também é comemorado, pois só entra no condomínio quem o residente permite (existiria um grande incômodo quanto a vendedores, pedintes e pregadores de cultos nos bairros abertos). Por outro lado, vive-se junto porque todos se conhecem, participam dos mesmos problemas e benefícios do condomínio e também, de forma diferente do apartamento, os encontros entre os moradores não seriam forçados como os que acontecem nos corredores, escadas e elevadores de um prédio comum.

A ilusão de viver junto e isolado é em parte mantida por um conjunto de aparatos que possibilitam um grande controle sobre tudo e todos no condomínio de forma camuflada. Aparentemente, os moradores percebem maior privacidade (no sentido de isolamento) quanto mais dissimulado for o esquema de vigilância interno e quanto mais ostensivo for o controle de acesso ao condomínio.

Portanto, a vigilância opera em diversas esferas distintas, mas que se completam. Existe o vigiar ostensivo, representado pela portaria, cancelas, crachás para visitantes, adesivos nos carros, câmeras, sensores de alarmes, sistemas de iluminação, funcionários do condomínio, que em conjunto com os muros e cercas elétricas satisfazem o morador dando-lhe a sensação de estar em segurança. A outra esfera é o vigiar dissimulado, possível pela forma de implantação das residências, arruamento, limites sobre cercas e vegetação em frente às casas, tudo feito para facilitar a visão sobre as pessoas e o movimento no condomínio. Além disso, o regimento interno estipula penalidades e a fiscalização depende muito da vigilância de um condômino sobre o outro e dos zeladores e porteiros sobre os condôminos. A obediência às regras é proporcional à certeza de que se não forem cumpridas o infrator será penalizado. O círculo fecha-se. Imagina-se que a ordem está garantida.

Uma série de práticas emerge em um condomínio horizontal de acordo com o padrão de vigilância incorporado ao cotidiano de seus moradores. A vigilância e o regimento interno com as penalidades previstas estão atrelados às marcas de distinção que um morador em tais empreendimentos busca. Assim como a cidade setorizada, a vigilância e junto com ela a regulamentação denotam os instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo homogêneo,

mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares (FOUCAULT, 1986: 164).

Nesse sentido, o panoptismo, a técnica de manter sob vigilância uma quantidade de pessoas em espaços limitados, é plenamente desenvolta em um local como o condomínio horizontal. Segundo Foucault:

> *"o Panóptico [...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens [...]. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, [...]. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado* (1986: 181).

O panoptismo é sofisticado e banalizado na mesma proporção em que as cidades deixam de ser territórios do cidadão, do exercício da cidadania e cada vez mais se recortam em nichos cujos habitantes não se reconhecem no conjunto maior. A economia de mercado aprofunda de modo contundente o processo de individualização, de isolamento, de esfacelamento dos mais tênues fios que adensam as relações sociais (SALLA, 2000: 55). Os esquemas de vigilância, proteção pessoal e patrimonial e repressão crescem exponencialmente. A segregação espacial nas cidades entrelaça-se com políticas públicas e grandes investimentos privados em segurança. Há uma crescente preocupação com a violência e um proporcional aumento de gastos com segurança:

> *"no final do séc. XX, quase todas as esferas da vida social, íntimas ou públicas foram investidas e pensadas tendo como foco as questões de segurança. A segurança, e com ela a polícia, está na ordem do dia em termos das preocupações de qualquer cidade, em qualquer quadrante do mundo. Mesmo em países como o Brasil, nos quais a pobreza e o desemprego assumem dimensões alarmantes, as pesquisas de opinião têm apontado a crescente preocupação das pessoas com a violência e com o crime (SOUZA, 2000: 59).*

Em uma reportagem de capa da revista Época (periódico semanal de veiculação nacional), menciona-se que, de acordo com um trabalho realizado por Ib Teixeira, economista, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, em 2002 os governos federal e estaduais gastaram R$ 47 bilhões em segurança. Empresas e cidadãos comuns desembolsaram outros R$ 55 bilhões em guardas particulares, armas e equipamentos que vão de câmeras a carros blindados. O montante gasto corresponde a 10% do produto interno bruto (PIB). Como

comparação, de acordo com a pesquisa, em 1997 os gastos com segurança corresponderam a 5% do PIB (FERNANDES, 2003: 56).

Na mesma matéria cita-se o conceito de medievalização, formulado pela professora de arquitetura da Universidade Federal Fluminense, Sônia Ferraz, assim explicado:

> *"Como o Estado é incapaz de garantir a segurança dos moradores, as ruas se tornam terra de ninguém, ao estilo das estradas da idade média. Os bandoleiros assaltam quem passa e seqüestram os ricos para pedir resgates. Quem é mais abonado contrata um exército particular de seguranças. E os cidadãos transformam suas moradias em verdadeiras fortalezas para impedir a invasão inimiga".* (FERNANDES, 2003: 56)

A medievalização corresponderia também aos aparatos digamos mais toscos, análogos à fechadura das casas nos burgos, como cercas elétricas, muros coroados com espirais de aço cortante e demais itens já mencionados anteriormente. O historiador Jacques Le Goff, em "Por amor às cidades", diz:

> *"o que é notável na idade média, e que reencontraremos mais tarde, existindo ainda em nosso Código Penal, é a defesa do domicílio, e, sobretudo do domicílio urbano. Existem ainda muitas casas de madeira, mas a casa tende a ser de pedra. Ela é o lugar onde se identifica uma família, ao passo que as casas camponesas não são absolutamente guardadas pelos mesmos sentimentos e os mesmos materiais. Arrombar uma casa, adentrá-la para roubar, e principalmente uma casa fechada, é algo grave. Tanto que na cidade os burgueses e os citadinos se trancam cuidadosamente à chave"* (1988: 76).

O panoptismo completa e sofistica os esquemas de segurança e possibilita a ilusão da não necessidade de transformar os aparatos em uma segunda pele dos indivíduos. No caso dos condomínios, muitos moradores deixam carros abertos, brinquedos das crianças nos jardins em frente às casas, portas destrancadas, pois afastados, à primeira vista todos os mecanismos de proteção, cria-se a sensação de liberdade dentro dos condomínios. A vigilância não ostensiva, permitida, repita-se, pela própria forma de implantação das residências não incomoda e é facilmente incorporada pelos moradores em geral.

Concluindo, embora os muros ostensivos dos condomínios horizontais em um primeiro momento justificam-se pelo medo da violência, sinalizam que se a preocupação com a segurança é grande, o patrimônio cercado também pode ser. Ou seja, como sinal de status a ostentação de aparatos de segurança é um ótimo índice. Só existe a tranca se houver algo de valor. Nada como a tranca para aparentarmos ter algo de valor. A segregação espacial nas cidades é ampliada então não somente em relação à maniqueísta separação dos que têm em

relação aos que não têm, mas também em relação dos que querem aparentar que têm dos outros moradores na cidade.

Rerências bibliográficas:

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

DELICATO, Cláudio Travassos. **Faces de Marília: a moradia em um condomínio horizontal**. Marília: UNESP, 2004. 111 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

FERNANDES, Nelito e MENDONÇA, Ricardo. *O preço do medo*. In: **Revista ÉPOCA** nº 263, 02 de junho de 2003;

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Lígia M. Poudé Vasallo. Petrópolis: Vozes, 1986.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

SALLA, Fernando. *A retomada do encarceramento, as masmorras "High-Tech" e a atualidade do pensamento de Michel Foucault*. In: **Cadernos da FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências**, UNESP – Campus de Marília/SP, v. 9, n. 1, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**, 5ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SOUZA, Luís Antonio Francisco. *Tendências atuais nas áreas de segurança pública e de polícia: revisitar Foucault ou uma nova sociedade do controle?* In: **Cadernos da FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências**, UNESP – Campus de Marília/SP, v. 9, n. 1, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A soberania brasileira no Atlântico Sul

Fernanda das Graças Corrêa[1]

Resumo: Este trabalho analisa a construção de submarinos nucleares a fim de incentivar a comunidade científica a repensar este reaparelhamento naval em termos de desenvolvimento, independência tecnológica, segurança e defesa nacional futura, refletindo sobre a atual conjuntura político-econômico-estrtégica internacional, as novas necessidades do mercado mundial e a canalização dos interesses exclusivamente brasileiros, garantindo assim, a soberania brasileira no Atlântico-sul.

Palavras-chave: História Política – História Militar - Poder Naval.

Abstract: This work analyzes the construction of nuclear submarines in order to stimulate the scientific community to rethink this naval equipment replacement in development terms, technological independence, security and future national defense, reflecting on the current international politician-economic-strategic conjuncture, the new necessities of the world-wide market and the canalization of the exclusively Brazilian interests, thus guaranteeing, the Brazilian sovereignty in the Atlantic-south.

Key-words: Politics History - Military History - Naval Force.

A visão político-estratégica do Atlântico-sul

Este trabalho propõe a análise do reaparelhamento naval, focando a construção de submarinos nucleares brasileiros, como uma possível via estratégica do poder nacional para garantir a soberania brasileira no Atlântico Sul.

O fim da Segunda Guerra Mundial e o avanço tecnológico permitiram que a cada dia aumentasse o conhecimento sobre o potencial das riquezas marítimas, direcionando a humanidade a um novo ordenamento jurídico e a uma nova consciência político, social e econômico e estratégica da parte sul do oceano Atlântico.

O Atlântico Sul é um direito e um privilégio naturalmente brasileiro, e as riquezas marítimas localizadas nas suas profundezas tornam irremediáveis a tomada de consciência sobre a sua utilização e, principalmente, a sua proteção.

O que caracteriza um país estrangeiro ser considerado uma ameaça à ordem nacional é a sua capacidade bélica e os argumentos que este utiliza dentro de seu próprio território. Sendo assim, torna-se crucial na pós-modernidade, diante da dependência mundial político-econômica do petróleo e de seus derivados, e do enriquecimento de urânio por

[1] Mestranda em História Comparada, com ênfase em Defesa e Segurança Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Pró-Defesa.

potências politicamente instáveis, o poder nacional aliar-se ao poder naval para encontrar meios disponíveis, sejam recursos financeiros e/ou armamentos, a fim de reforçar a soberania brasileira, defender os interesses econômicos e disponibilizar soluções pacíficas para as futuras e prováveis querelas no Atlântico Sul.

O Brasil é um país tradicionalmente pacífico, e por isso mesmo não pôde contar com muitas experiências de guerras. Mesmo que não houvesse armamentos, conflitos não iriam deixar de existir. O Brasil esperou muito tempo para encontrar e explorar suas riquezas naturais, e não se pode garantir que interesses e interferências externas possam tentar se aproveitar dessas riquezas, sem que o país esteja preparado para a sua defesa. Não é por inexperiência bélica que um país do tamanho do Brasil não possa se armar. Também não podemos garantir que países estrangeiros cobicem as riquezas naturais brasileiras, haja visto os vários problemas de invasão à Amazônia, como a questão das patentes de remédios japoneses feito à base de ervas medicinais amazônicas, ou o próprio desmatamento, sendo esse mais um problema interno do que externo.

A Amazônia Azul é a nova riqueza do país.

O Brasil firmou a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, na Jamaica. A Convenção entrou em vigor, internacionalmente, no dia 16 de novembro de 1994. O Brasil apresentou à Comissão de Limites das Nações Unidas pleitos sobre o prolongamento da plataforma continental. Nesse prolongamento o país teria direito à exploração e à explotação dos recursos do solo e subsolo, mas não teria direitos sobre os recursos vivos da parte líquida. O Brasil incorporaria uma área de cerca de 900.000 km2 à jurisdição nacional. Somando as áreas já adquiridas com essa incorporação, o limite brasileiro equivaleria à uns 4.400.000 km2. Essa área corresponderia à metade do território terrestre brasileiro. Visto que o Brasil não tem nenhum problema com fronteiras, ele se torna o único país da América do Sul a ter a permissão do prolongamento de sua plataforma continental. O Governo Federal e a Petrobrás vêm a anos recolhendo dados para pleitear esse prolongamento.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe definitivamente, em seu Artigo 21, a utilização da energia nuclear para fins que não sejam exclusivamente pacíficos. Países como os Estados Unidos têm sido veementes em atencionar às Nações Unidas sobre os perigos de uma corrida armentista na América Latina, caso permita que o Governo brasileiro construa armamento nuclear.

Se o Brasil não se preparar, é fato que seremos obrigados a conviver com nações explorando nossas riquezas adjacentes à Plataforma Continental Jurídica Brasileira, sem a participação do Governo e de empresas brasileiras.

Tão importante quanto delimitar as fronteiras brasileiras à leste, é garantir a soberania brasileira na Amazônia Azul. É importante que se mantenha uma constante vigilância. Esta ação recai sobre a tarefa constitucional da Marinha do Brasil em patrulhar as suas águas jurisdicionais. Assim sendo, ao contrário do que vem ocorrendo com as Forças Armadas, é fundamental disponibilizar mais recursos e permitir a renovação dos meios flutuantes. A preparação de meios navais, neste contexto, deve ser encarada como a solução mais coerente, em vista das ameaças esperadas e dos custos envolvidos.

A produção de navios e a capacidade de ter frota própria é uma necessidade estratégica do Governo brasileiro para não só defender a soberania nacional de futuros e prováveis contendas na parte sul do oceano Atlântico como dar os primeiros passos em direção ao desenvolvimento e a independência tecnológica do país.

A concepção estratégica prevalente para o Brasil, que possui entre as principais condicionantes, o orçamento de defesa limitado, é a de possuir meios capazes, não de derrotar qualquer adversário, mas para propor uma maior reflexão sobre a ação do possível agressor e para impor um custo elevado a uma eventual opção militar que, por ventura, este deseja tomar, dissuadindo agressões e incentivando a solução pacífica das controvérsias.

A construção de submarinos nucleares brasileiros e a política dos armamentos nas discussões teórico-metodológicas das relações internacionais

Um dos principais projetos priorizados pela Marinha de Guerra e pelo Programa Nuclear brasileiro é a construção de um submarino nuclear inteiramente brasileiro. Os submarinos nucleares, além de gerarem energia própria independente da atmosfera, podem permanecer submersos muito mais tempo, além de serem extremamente rápidos se comparados com as outras opções do Governo Federal.

A possibilidade do Governo brasileiro desenvolver e construir um reator nuclear para ser utilizados em submarinos começou a ser cogitada em pela Marinha de Guerra na década de 70. A Marinha do Brasil passou a trabalhar no desenvolvimento do ciclo do combustível e do reator a partir de 1979.

O Projeto da Instalação Nuclear à Água Pressurizada faz parte do Programa Nuclear da Marinha. Este projeto teve por objetivo construir o reator nuclear, do tipo Pressurized Water Reator (PWR), o qual será empregado em sistemas de propulsão naval. A

construção do reator nuclear e o protótipo do submarino foram obtidos em 2006. O reator e o ciclo do combustível nuclear estão localizados no centro experimental Aramar, em São Paulo. Ambos estão sob a supervisão do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, em Iperó.

A construção de submarinos nucleares brasileiros faz parte da política dos armamentos. Esta representa o instrumento com que os Estados desenvolvem a sua estratégia. As armas podem até ser usadas, mas na maioria dos casos, basta apenas serem exibidas para obter a adequação da vontade do adversário ao objetivo prefixado. Generalizando, a estratégia é a programação a longo prazo do uso de instrumentos políticos e militares na condução de conflitos internacionais. A estratégia não se concretiza apenas no uso da violência material, há meios de coagir o inimigo por via de ações indiretas, como o próprio estrategista britânico Liddell Hart, que defendia que para um Estado conquistar os seus objetivos pela guerra é necessário que modifique a vontade do inimigo, de acordo com sua própria política. Na vontade humana residem a origem e a mola-mestre do conflito. Quem já viveu a guerra na frente de combate não pode deixar de procurar evitar qualquer derramamento de sangue desnecessário. Em lugar de atribuir importância excessiva a um instrumento, que as circunstâncias podem tornar ineficiente, é mais sábio escolher e aplicar os que sejam mais adequados, mais penetrantes e mais econômicos, para subjugar a vontade do adversário, com um custo menor e sem maiores prejuízos para os problemas de pós-guerra. Sendo assim a vitória mais decisiva não tem valor, se para obtê-la, a nação tiver que ser sangrada até a morte. Hart ainda apóia Lenine, que afirmou que a estratégia mais segura na guerra é aquela que pretende retardar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne seu desencadeamento um golpe ao mesmo tempo possível e fácil. Ele apela para o desgaste e/ou para a guerra psicológica.

Mas, foi com Carl Von Clausewitz que a estratégia deixa de ser uma técnica a serviço do interesse militar para ser ciência subsidiária das relações internacionais. Segundo ele, a guerra é a continuação política por outros meios. A guerra é um ato de violência destinado a compelir o seu oponente a realizar seus desejos. O Estado promove a guerra para atingir seus objetivos políticos. Uma das razões primárias da existência do Estado é a proteção de seus cidadãos, portanto, a guerra poderia ocorrer para proteger um país da ameaça oferecida por outro Estado. Assim a disputa por um determinado território ou o interesse econômico são também outras motivações que podem conduzir a guerra.

Uma analogia histórica permite perceber que a passagem do mundo medieval para o Estado moderno se fez através da racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas e materiais.

O Estado policêntrico medieval, ou seja, determinado pelas associações pessoais dos senhorios feudais, passou por um processo de racionalização do poder político e dos avanços e da mudança de necessidades do homem medieval, para um Estado focalizado em si, que sentia a necessidade de se legitimar criando regras e garantindo uma hierarquização e submissão ao poder político, centralizado e corporificado na figura do Estado. O território que antes abrangia uma definição geofísica adquire uma definição política. Em definição geral, o Estado é apenas um ordenamento político, surgido na Europa a partir do século XIII até fins do século XVIII ou início do século XIX. Para o sociólogo alemão Max Weber, o caráter da centralização se faz através do monopólio da força legítima, numa instância tendencialmente unitária e exclusiva. Nasce a aí o Estado territorial institucional, vulgo Estado Moderno.

A visão realista do Estado territorial institucional se realiza na supremacia do poder político sobre o poder social e econômico. Dessa maneira, o poder político apesar de nascer das relações sociais, é o determinante da centralização do poder. A unidade de comando, a territorialidade do mesmo, o seu exercício através de um corpo qualificado de auxiliares são exigências de segurança e de eficiência para os estratos de população que de uma parte não conseguem desenvolver suas relações sociais e econômicas no esquema das antigas estruturas organizacionais e por outra individuam, com clareza, na persistência do conflito social, o maior obstáculo à própria afirmação.

No realismo, todos os Estados devem estar prontos para fazer a guerra; e somente assim, através da força, é que a segurança poderia ser alcançada. Dentro desta perspectiva, da questão da segurança internacional, retorna-se a questão do armamento. Este passou a ser referência de segurança, destinando-se a garantir a manutenção da ordem e da paz.

Com a crise do Estado moderno, a esfera da legitimidade passa a ser a esfera da legalidade. O mesmo poder liberal que legitimou o Estado moderno, o derrubou. O bem-estar deixa de ser função declaradamente fiscal e político-econômica para ser um processo gradativo de integração social. O Estado moderno passa neste momento a sofrer fortes críticas e a buscar a superação da questão do poder.

O realismo do Pós-Primeira Guerra Mundial nasce resgatando as idéias de realistas clássicos, como Maquiavel e Hobbes, como uma reação à falha empírica do idealismo dos intelectuais modernos ao permitir que se florescesse a violência, o nacionalismo e agressão internacional, principalmente a partir da 1ª Guerra Mundial, e com o insucesso da Liga das Nações. Diante desses erros, houve uma reação intelectual Pós-Segunda Guerra Mundial vinda de muitos realistas como o historiador-diplomata Edward Hallett Carr, o teórico Hans Morgenthau, e o teólogo protestante norte-americano Reinhold Niebuhr. Ambos

promoveram críticas à corrente internacionalista liberal, que predominou no período Pós-Primeira Guerra Mundial, dando um passo decisivo na definição do realismo como linha interpretativa das relações internacionais.

Para Edward Hallett Carr o que importa na relação entre os Estados é o poder. Ele defende que somente os Estados mais fortes e mais bem preparados se matem no sistema internacional. Ao defender o neo-realista, afirma que o poder econômico está subordinado ao poder político. Todo Estado está dirigido para a guerra como seu último recurso de sobrevivência. A força militar é aquela que garante a sobrevivência do Estado, ao passo que a força econômica é complementar e está subordinada aos objetivos da política do Estado. Ela apóia a existência deste, além de ser um importante mecanismo de dominação em relação a outros Estados; porém, sempre submetida ao objetivo primário das preferências políticas deles.

Hans Morgenthau investiga as relações entre as nações e as forças que envolvem esse relacionamento. Para ele só se alcançaria a paz mundial por um mecanismo de equilíbrio de poder. A política internacional independe da economia ou do direito, ela tem suas próprias lógicas e leis. Para ele, o poder não se limita ao exercício da violência física, mas ele reconhece que no cenário internacional, o exercício desse poder torna-se fundamental para entender a força política de uma nação. Morgenthau considera ainda que os chefes de Estado agem de maneira racional em busca da realização de interesses nacionais.

Reinhold Niebuhr vincula a luta pelo poder entre os Estados à natureza do homem. Parte da concepção bíblica do homem como um ser denegrido pelo pecado original. Toda política externa que se apóie em princípios morais universais, ignorando a natural vontade de poder do homem, só pode ser considerada hipócrita e contraproducente, porque ao invés de promover a paz, estimula a guerra. Alguns historiadores como o historiador norte-americano George Kennan consideram Reinhold Niebuhr o pai de todos os teóricos realistas norte-americanos.

Tanto Niebuhr quanto Morgenthau afirmam como princípios do realismo contemporâneo que é a natureza humana que está na origem do comportamento político dos Estados e que nas relações internacionais não há lugar para considerações de ordem moral. Muitos cientistas, como Raymond Aron e Kenneth Waltz, criticaram o trabalho de Morgenthau, justamente, por julgar falta de cientificidade em seus trabalhos. A crítica dos neo-realistas aos realistas contemporâneos se concentra em dizer que esses não provêem uma explicação funcionalmente útil para a causa das crises. Para os neo-realistas, o realismo só aponta como solução para as crises a busca da hegemonia de poder por que o sistema

internacional cria seus próprios incentivos para agressão. Por outro lado, os realistas vêem os neo-realistas sem realismo em suas propostas de como conduzir a prática das relações diplomáticas, um academicismo desvirtuado da realidade que proclama o pluralismo como substituto da hegemonia, sem perceber que o pluralismo leva à fragmentação, e que a fragmentação destrói tudo o que a hegemonia tenta preservar: a organização do sistema internacional.

Raymond Aron apesar de julgar falta de cientificidade nos trabalhos de Morgenthau, corrobora com os realistas ao afirmar que para uma guerra poder ocorrer entre os Estados, a segurança nem sempre é a prioridade. Muitos indivíduos sacrificam suas vidas em busca da glória, e em última instância a sobrevivência. Os indivíduos ambicionam ser poderosos, sendo capazes de impor sua vontade aos vizinhos e rivais, de influenciar o destino da humanidade e o desenvolvimento da civilização. Tal como Tucidides ao afirmar que não foi a riqueza e o potencial bélico que determinaria a vitória na guerra travada contra Esparta. Embora Esparta não tivesse sua riqueza, ela estruturou sua sociedade com bem menos magistrados que Atenas, e estava sempre pronta para a guerra.

Em meio as suas críticas e a crise pela qual passava mais uma vez a corrente realista, ela ganhou vida através do teórico britânico Kenneth Waltz. Este procura recobrar o brio analítico do realismo introduzindo mais rigor no dispositivo conceitual e, ao mesmo tempo, depurando a idéia de Morgenthau de que o comportamento dos Estados no meio internacional constitui uma projeção da natureza humana. Kenneth Waltz designa o que a natureza humana possui de demasiado amplo e vago. “Seu princípio é propriamente ontológico: cada ser é, em sua determinação e fundamento, a negação de outros. A mera existência das entidades políticas territoriais obriga cada Estado a zelar pela própria segurança e a antecipar por razão estratégica a ação dos iguais” (WALTZ, 2004).

O núcleo de sua teoria realista é constituído pela estrutura do sistema internacional. A estrutura é constituída, segundo o mesmo, por unidades autônomas e iguais, que são os Estados. A característica mais importante desta estrutura é a anarquia determinada pela desigual distribuição do poder, o que leva as unidades que a compõem a usar todos os meios disponíveis para garantir sua segurança. Diferentemente de Morgenthau, para quem o Estado se comporta sempre voltado para aumentar seu poder, Waltz argumenta que o objetivo do Estado consiste em apenas sobreviver, razão pela qual procura maximizar sua segurança. O neo-realismo tem como enfoque de seu estudo o sistema internacional, diferente do realismo que tem como canal o Estado.

O reaparelhamento naval, tendo como foco de estudo a construção de submarinos nucleares inteiramente brasileiros, tendo como finalidade a prevalência da soberania brasileira no Atlântico Sul segue a linha neo-realista de Kenneth Waltz. Esta busca solucionar a problemática que está em torno desta construção, valendo-se dela como uma questão de sobrevivência do Estado, na ausência de um órgão que o represente no sistema internacional. Os realistas clássicos como Maquiavel, Tucidides e Thomas Hobbes, e os neo-realistas como Raymond Aron e Kenneth Waltz concordam que a sobrevivência é a maior paixão que o homem pode ter, e por ela ele dispõe de todos os meios possíveis para permanecer vivo.

Referências bibliográficas:

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e Segunda Guerra Mundial: um Envolvimento Forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio, 2002.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

BARROS, José D' Assunção**. Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CAMINHA, Herick Marques**. História Administrativa do Brasil: Organização Política e Administrativa da República.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1990.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **História Marítima**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CARR, Edward H. **Vinte Anos de Crise 1919 – 1939**. Londres: Macmillan Press, 1981.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HART, B. H. Liddell. **As Grandes Guerras da História**. (?) : Ibrasa,1982.

JAGUARIBE, Hélio. **O Novo Cenário Internacional: Conjunto de Estudos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MACHIAVELLI, Nicoló. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

MOREIRA, Neiva. **Ação Naval no Atlântico-Sul**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1951.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: Editora da UnB, 2003

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência.** Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SARFATI, Gilberto**. Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva 2006.

SCHIERA, Pierangelo. **"Estado moderno"** In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. (orgs.)

SILVA, Guilherme. GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. São Paulo: Manole, 2005.

SOROS, George. **A Crise do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VIDIGAL, Armando A. F. **Conflitos no Atlântico-Sul**. Rio de Janeiro: EGN, 1985.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Gradiva, 2002.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra: Uma análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Revista da Associação Brasileira de Engenharia Militar**. Edição 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A mediação jornalística e seus desvios: a mistificação do "jornalismo verdade"

Sylvia Moretzsohn[1]

Resumo: Este artigo procura fundamentar o caráter político da mediação jornalística associado ao conceito de "quarto poder" e demonstrar que certos procedimentos corriqueiros no exercício profissional, como a prática do disfarce e o uso da câmera oculta, embora freqüentemente saudados como exemplo de prestação de serviço público, representam de fato um desvirtuamento desse papel de mediador.

Palavras-chave: jornalismo e mediação - jornalismo e "quarto poder" - jornalismo e câmera oculta.

Abstract: This article aims to point out the political role of journalistic mediation linked to the concept of "fourth branch" and tries to demonstrate that some current professional practices, such as the use of false identities and hidden cameras, though usually praised as a model of public service, actually mean a perversion of that mediation role.

Keywords: journalism and mediation - journalism and "fourth branch" - journalism and hidden cameras.

A posição singular que o jornalista ocupa na sociedade, o papel e as responsabilidades de que está investido como mediador, são comumente associados ao velho conceito de "quarto poder". Velho e mistificador, pois, sobretudo nesses tempos de grandes conglomerados de comunicação, fica difícil falar na imprensa como "os olhos e ouvidos da sociedade". Porém é essa mediação que legitima a atividade jornalística em sua demanda pelo acesso à informação e lhe confere credibilidade, fruto do compromisso decorrente desse imperativo categórico fundamental com a "verdade dos fatos", e que por isso mesmo se expõe à contestação quando descumprido.

Preservar esse imperativo categórico sem mascarar o lugar da fala – portanto, assumindo a componente ideológica inerente a todo discurso – seria um passo decisivo para romper com a mistificação e finalmente conciliar o jornalismo com seu ideal histórico, iluminista, de esclarecer os cidadãos. A prática dominante vai previsivelmente no sentido oposto, reiterando o mito e sacralizando-se a si mesma como uma atividade que, por ser exercida em nome da "sociedade", não pode sofrer qualquer limitação.

Este artigo procura fundamentar o caráter político da mediação jornalística e demonstrar que certos procedimentos corriqueiros no exercício profissional, como a prática

[1] Doutora, professora na Universidade Federal Fluminense.

do disfarce e o uso da câmera oculta para revelar "toda a verdade", embora freqüentemente saudados como exemplo de prestação de serviço público, representam de fato um desvirtuamento desse papel de mediador.

O caráter político da mediação jornalística

Numa das raras vezes em que se referiu ao jornalismo, Arendt (1992: 322) enfatizou a relevância do conceito de "quarto poder":

> *O dizer a verdade dos fatos abrange muito mais que a informação diária suprida pelos jornalistas, posto que sem eles nunca poderíamos nos orientar em um mundo em contínua mudança e, no sentido mais literal possível, nunca saberíamos onde nos encontraríamos. É claro que isso é da mais imediata importância política; porém, se a imprensa tiver de se tornar algum dia realmente o "quarto poder", ela precisará ser protegida do poder governamental e da pressão social com zelo ainda maior que o poder judiciário, pois a importantíssima função política de fornecer informações é exercida, em termos estritos, exteriormente ao domínio político; não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão.*

A conclusão desse argumento tem fundamental importância para a análise aqui proposta:

> *Aquele que diz o que é –* légei tá eónta *– sempre narra uma estória, e nessa estória os fatos particulares perdem sua contingência e adquirem algum sentido humanamente compreensível. (...) A função política do contador de estórias (...) é ensinar a aceitação das coisas tais como são. Dessa aceitação, que também poderia ser chamada veracidade, surge a faculdade do julgamento que (...) "no fim, teremos o privilégio de apreciar e reapreciar"* (Arendt, 1992: 323).

Noutras palavras, desse processo resultaria a possibilidade de esclarecimento, de "pensar por si", nos termos consagrados por Kant (1784 [2003]) no famoso ensaio em que expressava o ideal de autonomia do iluminismo. Porém é necessário examinar os fundamentos desse raciocínio que aponta o cumprimento de uma função política a partir de um lugar exterior ao campo político e que, por isso, não está, ou não deveria estar, submetido a qualquer ação ou decisão. Como diz Arendt (1992: 323), "o ponto de vista exterior ao domínio político – isto é, à comunidade à qual pertencemos e ao convívio de nossos semelhantes – caracteriza-se nitidamente como um dos vários modos de existência solitária", entre os quais estariam "a solidão do filósofo, o isolamento do cientista e do artista, a imparcialidade do historiador e do juiz e a independência do descobridor de fatos, da testemunha e do relator".

Essa "imparcialidade" será implicitamente associada à do jornalista. Mas então elide-se o conflito igualmente inerente entre esses requisitos e as condições de objetivação

dessas atividades, certamente em decorrência do sentido mais amplo de terem como objeto a política, mas também por uma circunstância que é estrutural no capitalismo: sua própria condição de assalariado, ou "trabalhador por conta de outrem".

Da mesma forma, dizer que o trabalho de informar "não envolve, ou não deveria envolver nenhuma ação ou decisão" é, antes de mais nada, ignorar a ação ou decisão prévias que orientaram o percurso de escolha das próprias informações a serem relatadas fidedignamente; além disso, é desconsiderar todo o processo discursivo que resultará nesses relatos através dos quais o jornalismo se materializa, o que implica desconsiderar o próprio jornalismo como discurso. O que não elimina, evidentemente, aquilo que o pensamento relativista insiste em pôr em dúvida, ou mesmo negar: o caráter coercivo de toda verdade, que Arendt (1992: 296-297) reitera nesse mesmo ensaio.

O repórter disfarçado: a mediação desvirtuada

É esse compromisso com a verdade factual – isto é, com a objetividade – que legitima a mediação jornalística. É por estar investido desse papel de mediador que o jornalista se credencia a estar onde o público não pode estar, e por isso pode obter as informações de que esse público (supostamente) necessita. Porém, freqüentemente ocorre – e não se trata aqui de períodos ditatoriais, mas de tempos de vigência de regras democráticas – que esse acesso seja obstruído, sob os mais diversos argumentos ou subterfúgios: afinal, proteger-se faz parte da lógica do poder. Então o jornalista se acha no direito de utilizar outros procedimentos que não os convencionais para alcançar a informação, sempre aludindo ao argumento de que está agindo no interesse da sociedade. O que já rendeu frases famosas, como a do veterano jornalista Armando Nogueira, que, numa entrevista à revista *Playboy* (janeiro de 1988) declarou: "O jornalista é o único ser capaz de olhar com altivez por um buraco de fechadura. Quem está ali, bisbilhotando, é a sociedade inteira".

Junte-se a isso a mística de sacerdócio que envolve a profissão, que Fernando Pessoa (1982: 284) certa vez afirmou e o próprio Vaticano confirmou, ao classificar o jornalismo como uma profissão sagrada (Foley, 2000), e que é cultivada no discurso recorrente de jornalistas que justificam a atividade como "uma paixão insaciável" transformada numa razão de viver (García Márquez, 1996).

Complete-se o quadro com a figura-síntese do herói dos quadrinhos, o jornalista como o Super-Homem, e teremos aí, nos mais distintos níveis do imaginário social, uma profissão muito particular, que não poderia ser submetida a qualquer tipo de constrangimento legal.

Seria impossível condensar aqui o debate já travado a esse respeito, que envolve o cerne da questão ética. Baste-nos a observação de Cavalcanti Filho (2005) sobre a necessidade de limites legais à atividade da comunicação[2]. Citando as regras mais gerais estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, ele recua ao *Bill of Rights* da Constituição americana para identificar a origem ideo-político-geográfica dessa "lenda" de que "não pode haver qualquer limitação ao poder de informar", mesmo porque ao longo do século XX a própria Suprema Corte estabeleceu limites à livre expressão. Desfaz alguns preconceitos, como os de que "um acesso democrático ao fato deve ser imediato, amplo e incondicional", ou o de que "é inconstitucional ou antidemocrática toda regra que não autorize o acesso imediato a toda informação". Por fim, demonstra que o segredo, associado automaticamente a uma prática condenável e suspeita, é, ao contrário, um elemento fundamental para o convívio democrático:

> *A sociedade contemporânea, de alguma maneira, relaciona informação e democracia. É um erro. Democracia é, freqüentemente, não informar. Padres não revelam o conteúdo da confissões. Médicos e advogados estão submetidos a reserva legal. Nenhum país informa efetivos de forças armadas, planos militares, documentos sobre fronteiras, correspondências de outros países. A polícia não informa a hora em que vai fazer uma operação, em um bairro qualquer. É assim em toda parte* (Cavalcanti Filho, 2005).

Mas esse tipo de reflexão dificilmente ultrapassa o ambiente acadêmico, de modo que os mitos em torno do jornalismo se preservam. E, com eles, a ausência de uma discussão sistemática acerca dos seus procedimentos, de tal maneira que ora o repórter se anuncia como tal – reiterando a conquista de uma legalidade que remonta ao "quarto poder" –, ora se disfarça em qualquer outra identidade conveniente, afirmando-se assim como um profissional que não pode conhecer limites para atuar.

Dizer que o jornalista se traveste como reação a uma arbitrariedade ou a alguma manobra sutil que sonegue o acesso à informação é apenas uma pequena parte da verdade. Às vezes trata-se realmente uma extrapolação do que deveriam ser os limites do exercício profissional, como no caso do respeito ao segredo de justiça – embora disso se faça muito pouco caso no Brasil, como o demonstra a divulgação indiscriminada de gravações ilegais de conversas telefônicas, sobretudo quando sua autenticidade ainda não é comprovada[3]. O mais

---

[2] O que contraria o argumento básico em torno do qual são produzidas as reportagens sobre o tema, que convenientemente ocultam a presença cada vez mais forte dos próprios meios de comunicação na vida social. No contexto específico, o discurso de Cavalcanti Filho é um contraponto à campanha de contestação que a mídia brasileira conduzia, na época, a projetos de lei como os do Conselho Federal de Jornalismo e da Agência Nacional para o Audiovisual (Ancinav), acusados de tolherem a liberdade de expressão.

[3] É claro que essas extrapolações envolvem, em regra, a cumplicidade de fontes interessadas na divulgação dessas informações, mas, no Brasil, raramente provocam espanto. Um exemplo dessa banalização ocorreu em 12

importante, porém, é que essa tática do disfarce carrega consigo elementos que reforçam o mito do jornalismo como instrumento de revelação da "verdade", identificada aí como a exposição da "vida como ela é", capaz de fornecer um "retrato sem retoques" da realidade, apagando o trabalho de mediação.

Muhlmann (2004) associa essa prática, desenvolvida com a popularização dos jornais no século XIX, ao papel do repórter como "testemunha-embaixador" – testemunha representante do público, o que é outra forma de nomear o "quarto poder" –, que conduzia a uma presença intensa do "eu" na redação jornalística. Ao mesmo tempo, porém, nascia a preocupação com a informação circunscrita aos "fatos". Esse paradoxo, segundo a autora, seria resolvido por um certo "empirismo ingênuo" – Muhlmann (2004: 24) fala em "positivismo sensualista" – segundo o qual o "eu" não despertaria suspeição desde que deixasse falar seus sentidos e não corrompesse a experiência vivida (o "eu vejo") pelas opiniões, pelo "eu penso que". Ou seja, o jornalista "sente", não "pensa", os sentidos (e não a razão) são o instrumento da verdade, e a verdade é algo que se "vê".

Essa tradição costuma render matérias cujo impacto é maximizado pela classificação recorrente de "jornalismo verdade", o que curiosamente não provoca qualquer estranheza, embora obviamente desqualifique qualquer "outro" jornalismo. Rende também grandes reportagens, como aquela que resultou no livro *Cabeça de turco*, produto de dois anos em que o jornalista alemão Günther Wallraff assumiu a identidade de um turco para denunciar as condições a que estavam submetidos esses imigrantes na Alemanha. Relatos feitos "por dentro", como se a experiência vivida prescindisse de qualquer teoria.

Ao comentar o sucesso de um livro em que a diretora de um conhecido presídio francês expunha "cenas da vida comum" no interior da instituição, Wacquant (2001: 142) comentou que aquela narrativa "não surpreenderia quem já teve algum contato com a realidade do encarceramento" e ironizou:

> *(...) nem os jornalistas nem as autoridades (...) acharam de bom alvitre ler as pesquisas recentes em ciências sociais sobre o tema, embora existam excelentes,* baseadas em observações de campo acuradas e metódicas e não em impressões

---

de abril de 2004, quando o Jornal Nacional, da TV Globo, exibiu reportagem gravada por câmera oculta com o encontro entre Jossiel Conceição, acusado do assassinato de um casal de americanos residente na Barra da Tijuca (Todd e Michele Staheli), e seus defensores. Na abertura da matéria, o repórter diz que a gravação foi autorizada pelos defensores e pela Justiça.

> passageiras e pessoais. *É de se perguntar para que o Estado paga sociólogos. (...)* (Destaque meu).

A crítica às "impressões passageiras e pessoais" não pode ser tomada como queixa de sociólogo ansioso por ser capturado pelos holofotes da mídia. Elas revelam a simplificação corrente no trabalho jornalístico, seja na orientação das próprias reportagens, seja na valorização de testemunhos do mesmo tipo. O alto grau de comunicabilidade freqüentemente se esgota na descrição de situações capazes de comover o público, sem alcançar um nível de argumentação que leve a questionar por que as coisas são como são. Além disso, diferentemente do que seria coerente com o exercício profissional, este exemplo indica que o jornalismo não apenas não bebe na fonte da sociologia crítica como pretende substituir toda e qualquer sociologia.

Resta apontar um equívoco decorrente da valorização dessas "impressões passageiras e pessoais" da "experiência vivida". Um exemplo é particularmente eloqüente: o de uma pauta sugerida pelo editor de texto da então nascente revista *Realidade* ao repórter José Hamilton Ribeiro:

> *– Você vai ser preto por um mês.*
> *A proposta dessa reportagem – eu me submeteria a um tratamento médico que me deixaria preto e, como preto, viveria normalmente durante um mês –, uma proposta entusiasmente e irrecusável, ia ser* uma das características da nova revista: matérias nascidas em grande criatividade e para serem "vividas" profunda e corajosamente. E depois transcritas com toda "verdade" possível. *Daí o nome:* Realidade (Ribeiro, apud Faro, 1999, p. 99. Destaques no original).

Apesar das tentativas junto a um dermatologista da USP, o repórter não conseguiu ficar – muito menos, *ser* – preto nem por um dia, e a pauta acabou caindo. Mas o que importa não é isto, mesmo porque tantas outras pautas de idêntica inspiração foram e vêm sendo realizadas e premiadas, o que revela por si o padrão de qualidade adotado para o jornalismo. O que importa é assinalar justamente essa concepção de "criatividade" e a aposta na "vivência" como valor de verdade. Além disso, caberia destacar que um repórter disfarçado poderia precisar mesmo de muita coragem para viver determinadas situações; quanto à profundidade da experiência, seria preciso alguma reserva: por mais que esteja imbuído de sua *persona* – isto é, por melhor que seja seu desempenho como ator –, o repórter sabe que retornará ao seu *status* original, o que, só por isso, já deveria pôr em causa o sentido de autenticidade do seu relato.

Há, porém, situações de aberta ilegalidade, como a que uma repórter carioca protagonizou por orientação de seu chefe, também estimulada por uma pauta criativa, entusiasmante e irrecusável: fazer-se passar por criminosa para ficar presa na mesma cela de

Paula Tomás, já então separada do marido, Guilherme de Pádua, e, como ele, acusada pelo assassinato da atriz Daniela Perez, com o objetivo de relatar "por dentro" – embora por um período de apenas 48 horas – o cotidiano de uma celebridade do mundo do crime.

A câmera oculta e o mito da transparência

Valorizada especialmente nesses tempos em que tanto se fala de transparência como supremo valor ético, a câmera oculta representa o ponto culminante dessas variadas estratégias de travestimentos. A mística da força reveladora da imagem, nesse caso, é fundamental.

Porém o ideal da transparência esconde muitas coisas: de saída, os interesses empresariais dos próprios jornais e das fontes que os alimentam, e o processo de seleção das informações que nos são oferecidas. Além disso, sugere a necessidade de exposição imediata dos fatos, como se a simples exposição bastasse para esclarecer o público.

Assim se ocultam as relações de poder que direcionam o foco dessa câmera, a vasculhar determinados ambientes propiciadores de evidências às vezes fáceis de variados tipos de ilegalidades mais ou menos escandalosas. *Determinados* ambientes: nunca uma reunião reservada da Fiesp ou do Planalto, a não ser que interesses políticos assim o imponham; jamais uma reunião privada na Rede Globo.

Tampouco se revela o processo de elaboração discursiva: as imagens mostram personagens à vontade, comportando-se "naturalmente", sem as defesas próprias de quem sabe estar sendo entrevistado, e entrevistado para a televisão. Mas essas "evidências" são falseadoras, tanto porque elidem a existência do jogo de representações inerente às relações sociais como porque encobrem as interferências contidas nessa mediação oculta: o comportamento do "repórter sem rosto", as perguntas que não vão ao ar, o não revelado estímulo a que a fonte adote atitudes que configurarão o ilícito a ser comprovado.

Com uma agravante: a fragilidade jurídica de tais "provas" anula os resultados práticos aguardados pelo público (a punição exemplar, o prazer de ver aquele corrupto na cadeia), mas a atuação legal acaba sendo mais um argumento de descrédito do Judiciário, bem à maneira dos filmes policiais americanos nos quais a existência da lei é o principal empecilho para que se faça justiça: afinal, todos "viram" aquele escândalo na televisão. Se o Estado não toma providências, é porque de fato não se pode esperar mais nada dele.

Referências bibliográficas:

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. O drama da verdade (ou discurso sobre alguns mitos da comunicação). In **Observatório da Imprensa** nº 311, 11 de janeiro de 2005. Disponível em http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=311CGL003. Acesso em 13 de janeiro de 2005.

FARO, J.S. **Revista Realidade, 1966-1968.** Tempo de reportagem na imprensa brasileira. Canoas, Ulbra/AGE, 1999.

FOLEY, John P. Ética nas comunicações, 30 de maio de 2000. Disponível em http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/pb05062000.htm#publico02. Acesso em 10 de junho de 2000.

KANT, Immanuel (1784 [2003]). Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?. Disponível em http://gutenberg.spiegel.de/kant/aufklae/aufkl001.htm. Acesso em 3 de junho de 2004.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. Jornalismo, a melhor profissão do mundo. Texto apresentado na 52ª assembléia geral da Sociedade Interamericana de Imprensa. Los Angeles, 7 de outubro de 1996.

MUHLMANN, Géraldine. **Une histoire politique du journalisme:** XIX-XX siècle. Paris: PUF, 2004.

PESSOA, Fernando. Argumento do jornalista. In **Obras em prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1982

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres.** A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2004.

Imagens femininas das igrejas de Florianópolis refletidas no outro: a produção dos discursos sobre o corpo da mulher

Cristiane de Castro Ramos Abud*

Resumo: O objetivo deste texto é propor uma reflexão crítica, evidenciando os discursos produzidos pelas imagens femininas de vitrais e esculturas, de três igrejas de Florianópolis, demonstrando a memória, os vestígios, marcas destas imagens, materializadas nos corpos femininos, através das condutas, costumes, práticas, comportamentos das mulheres desta cidade. Atribuindo historicidade a estas imagens, enquanto discursos permeados por relações de poder e saber que constituem um certo tipo de corpo e imagem do feminino. Tomando o olhar como um problema, algo a ser desvelado, questionando como se constituiu aquilo que hoje se apresenta ao nosso olhar? Como essas imagens se apresentam e se refletem em nós?Qual o sentido do feminino para a salvação da alma, corpo e da própria sociedade? Evidenciando o caráter histórico e cultural do corpo construído, também, através de imagens religiosas femininas, produzindo uma genealogia do corpo, seja o nomeando, classificando, higienizando, purificando; no limite entre o sagrado e o profano.

Palavras-chave: Corpo – Imagem – Poder.

Subject: The objective of this text is to consider a critical reflection, evidencing the speeches produced for the feminine images of stained glasses and sculptures, of three Florianópolis' churches, demonstrating the memory, the vestiges, marks of these images, materialized in the feminine bodies, through the behaviors, customs, practical, women's behavior of this city. Attributing historical to these images, while speeches permeated for relations of power and to know that they constitute a certain type of body and image of the feminine one. Taking the look as a problem, something to be disclosed, questioning as if constituted what today it is presented to our look? How these images present and reflect in us? Which the direction of the feminine one for the salvation of the soul, body and of the proper society? Evidencing the historical and cultural character of the constructed body, also, through feminine religious images, producing a genealogy of the body, either nominating, classifying, being hygienic, purifying; in the limit between sacred and the profane one.

Keywords: Body - Image – Power.

É final de tarde e, após subir vários degraus da igreja feita com pedras em mosaico, ouve-se o ruído das portas em madeira maciça que se abrem para um longo corredor, coberto por um tapete vermelho. Ao fundo o olhar fixa a imagem de cristo crucificado, ao seu redor estão anjos, esculturas de santas vestidas com seus longos mantos, velas que iluminam o altar coberto com uma toalha branca, castiçais, a bíblia. Quando chega-se ao centro do

* Mestranda do curso de História, pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Formada em Pedagogia pela FACED-UFRGS.

corredor, cercado pelas cadeiras onde sentam os fiéis, o corpo é iluminado por longos raios coloridos de sol que refletem as imagens contidas nos vitrais do alto da igreja.

Vindas de todos os lados as imagens atravessam o corpo, o tornando imaterial, frágil, transparente, difuso; quase santo. Transformando-o em algo mais puro, divino e limpo, após o anúncio da frase: "Isto é o meu corpo, isto é o meu sangue." Este corpo que, ao longo de sua história; desde que foi nomeado como tal, foi algo de imagens simbólicas e mitos religiosos, saberes e discursos que o constituíram como necessário à sociedade hegemônica e masculina.

A arte cristã sempre representou a imagem de Deus como um homem jovem, magro, branco, de olhos claros, com o tórax forte, e a de Maria, como uma mãe jovem, que não envelheceu, pele branca e macia, magra, cabelos pretos e longos, olhos claros. A Igreja, sabiamente, escolheu a imagem mais temida e poderosa para quem devemos respeito e adoração- nós mesmos. Estes discursos religiosos que, através de seus símbolos, produziram e legitimaram um tipo de sujeito social.

A Igreja sempre foi o marco referencial das cidades, realizando atividades de assistência social, festejos, auxílio a doentes e enfermos. Fortalecendo-se como aparato cultural de poder que ordenou espaços, sujeitos e comportamentos, ou seja:

> *A partir de sua estratégia de legitimação, tentou estabelecer critérios de normatização e de disciplinarização dos corpos ao veicular uma proposta de higienização social abalizada por uma discursividade médica que não ferisse os princípios da moral cristã e que fosse capaz de transitar pelas esferas das decisões públicas* (SOUZA, 1998, p.06).

A busca incessante por um corpo e alma sã, perfeitos e ideais, exigiram vigilância, penitência de hábitos cotidianos- dietas, jejuns e limpezas espirituais e alimentares. Formando-se uma dietética sobre o corpo, com a proibição de banhos após as refeições, regimes alimentares, evacuações contra os excessos alimentares, descansos após o almoço. Um regime para se livrar de epidemias, como os "exercícios, as relações sexuais, os alimentos, as bebidas, os sonos- todos sendo medidos" (FOUCAULT, 1994, p.93).

Um corpo observado constantemente, seja pelos olhos da igreja ou da sociedade, para torná-lo dócil, aceitável e socializado. Imprimiu aparatos de poder para controlar, acobertar e silenciar o diferente, imoral, neste sentido:

> *O discurso religioso da oficialidade local falou insistentemente, intentando principalmente atravessar os corpos, perscrutando seus recantos mais íntimos,buscando controlar as suas possibilidade de transgredir; um corpo que*

> *serviu de arcabouço para os debates que envolveram pontos que diziam respeito à conduta sexual dos indivíduos* (CARVALHO, 2003, p.72).

Estas práticas de normatização e vigilância, podem ser evidenciadas a partir da década de 50, quando a Igreja Arquidiocesana de Florianópolis foi responsável pela administração de hospitais, hospícios, asilos, leprosários, instituição de ensino que produziram um determinado tipo de sujeito, consciência e verdades sobre si e os outros.

Um corpo carregado por inscrições, códigos, cicatrizes, condutas, marcas afirmadas, construídas e transformadas, através de relações de poder que definiram sujeitos e suas identidades. Identidades que transitam entre a imagem do Bem e do Mal, entre o sagrado e o profano. Figuras opostas, entre o ser Maria ou Eva, Santa ou Maria Madalena.

As igrejas analisadas que contêm essas imagens são:

- Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro (Catedral Metropolitana), localizada no centro da cidade, construída entre 1753 a 1773, com elementos de origem colonial, altares em estilo neoclássico, uma elaborada porta de madeira na capela de Nossa Senhora das Dores, vitrais que representam a "Fuga para o Egito" e de Nossa Senhora do Desterro-Padroeira da paróquia. Na parte superior da igreja, à esquerda, o grande vitral central é referente ao "Puríssimo Coração de Maria" ladeado pela Imaculada Conceição e a Encarnação do Verbo. A catedral é patrimônio histórico tombado pelo município e Estado.
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário, também localizada no centro da cidade, foi fundada em 1750 por ex-escravos, pertencentes a irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Possui estilo barroco, na fachada principal alinham-se quatro janelas, porta e, cantaria de pedra, no interior da igreja há imagens de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Clara, entre outras. A irmandade realizava cursos de alfabetização, criou a associação em defesa da mulher carente.
- Igreja Santo Antônio, foi construída em 1921 pelos religiosos da Ordem Franciscana, com inspiração em modelos românticos, as janelas são alongadas em arco, com tradição medieval. Possui um jardim na entrada lateral da igreja, lembrando o claustro medieval.

> No seu interior segue-se o modelo neo-romântico, com janelas altas, composta por vários vitrais que dão um luminosidade mística à todo o ambiente.

As imagens de corpos femininos dentro destas igrejas, como instituições investidas de poder, demonstram o papel de importância destes locais durante os séculos XVII e XVIII. O uso destas imagens insere-se aqui como instrumento de análise de si, como um texto a ser lido e que possibilita o mapeamento de um conjunto de representações e de subjetivação que são postos em prática pelos discursos sobre o corpo da mulher. Tornando o ver, o olhar como um problema, ou seja, indagando como se constituiu aquilo que hoje se apresenta ao nosso olhar?

Imagens, que, através das vestes que as cobrem dos pés ao pescoço;dando-lhes a impressão de levitarem, demonstram olhares de submissão, humildade, benevolência; gestos de acolhimentos ou súplica; espaços de pobreza; cores neutras nas suas vestes e rostos demonstrando votos de pureza, obediência e castidade.

As esculturas presentes nessas três igrejas de Florianópolis, são identificadas como do sexo feminino, apenas por algumas características físicas, como formato do rosto, cabelos, contorno do corpo, pois a silhueta das partes íntimas; como seios e nádegas não é evidenciada. São corpos magros, com cores claras; quase sem "vida", mas angelicais e puras com um olhar doce.

Assim, a imagem de Maria representa o ideal de mulher forjado pela Igreja Católica e materializado nas atitudes e condutas das mulheres- submissão, fidelidade e obediência:

> *O próprio mito de criação cristão informa que a mulher é responsável por toda desgraça humana, que por ter dado ouvido à voz da serpente, todos os conflitos sociais- deste período até a contemporaneidade- existem em decorrência dela, por sua culpa: graças a este episódio, ela é obrigada a ser submissa ao homem, e eternamente pagar por sua dívida irremediável e milenar* (LEMOS, 2006, p.2).

O mito da boa mãe, boa esposa e parideira que, freqüentemente, aparece nos finais de novela vinculados pela TV para as personagens puras e ingênuas. Este ideal de corpo, livre de pecados, impurezas, alimentos que, atualmente, leva muitas jovens a tornarem-se bulímicas ou anorexias, na busca pelo perfeito, belo, divino; noivas que reproduzem o manto de Maria ao vestirem véu e grinalda quando se casam.

Há, também, a imagem de Maria derrotando o pecado, ou controlando-o por algum tempo, como na escultura da Igreja Nossa Senhora do Rosário, onde Maria aparece

pisando em uma cobra-a serpente, que está abaixo de seus pés. Não permitindo que a morda, envenene ou penetre em seu corpo através de seu manto sagrado.

Algumas características são permanentes nas formas e cores das imagens femininas, como: vestimentas douradas simbolizando majestade e vitória; o branco presente no manto de Maria, significando vitória e purificação; o rosa presente em várias vestimentas, indica sabedoria; o castanho ou marrom, símbolo de humildade e o verde esperança. A admiração por Jesus Cristo é representada pelos gestos das mãos estendidas.

Imagens estas que evidenciam relações de poder e de gênero, na medida que produzem uma cultura, sujeitos e subjetividades, assim, "as cores, as formas,a luminosidade e as texturas deixam de ser inerentes para ganharem significados e sentidos diversos nesta interlocução." (DA ROS, 2006, p.103).Um olhar que socialmente é educado, manipulado para um certo tipo de ver e sentir o corpo feminino.

Este corpo, portanto, mutável, provisório, inconstante, penetrável, explorado, reduzido a objeto de consumo histórico, cultural e ideológico. Ao mesmo tempo, padrões da sexualidade feminina são, inescapavelmente, " uma produção do poder dos homens para definir o que é necessário e o desejável- um poder historicamente enraizado" (WEEKS, 1999, p.56). Todos esses sentimentos, atitudes, valores, constituem o corpo feminino em um processo de fabricação do que é certo ou errado para a sexualidade feminina, seus discursos, valores, vontade, do que é tido e dito como "coisa de mulher" e é fabricado especificamente para este público em um processo de fertilização de seus corpo e mentes.

A realidade, portanto, é forjada através de práticas culturais, símbolos que atribuem significado e valor ao mundo dos homens. A imagem, enquanto meio de comunicação destes valores, é entendida aqui como fonte de evidência histórica para rever o passado, representando imaginários sociais e mentalidade coletivas. Imagens estas que devem ser decodificadas pelo historiador, analisando-se o contexto social ao qual se inserem e se tornaram marcantes e antagônicas, fazendo-as "falar" explorando as possibilidades interpretativas que elas nos oferecem.

Exercer a análise da imagem é decifrar sua aparente neutralidade e inocência, trazendo a tona suas contradições e intenções. Imagens que sempre perpassam o Belo e o Mal, transformando-se em estereótipos e práticas que manipulam e governam corpos, a moral e os costumes dos sujeitos, assim, pode-se :

> *Ter em mente que o sagrado e o profano não são propriedades das coisas, mas atitudes e significados atribuídos pelos homens diante das coisas, espaços, tempos,*

> *ações. Significados tecidos em símbolos que respondem à necessidade do ser humano em viver num mundo que faça sentido* (AQUINO,s.d.,p 1).

Ao olhar para estas imagens femininas busco refletir sobre os discursos produzidos por elas, suas técnicas de subjetivação, disciplinamento e controle do corpo feminino. Tendo o olhar atravessado por relações de gênero que, abalam a aparente inocência e neutralidade das imagens artísticas femininas das igrejas, atribuindo-lhes sentido, história, conflitos, rupturas, permanências. Indagando se agora podemos vê-las da mesma maneira que antes? Em que medida as mulheres assumem estes discursos? O que estas imagens nos dizem ou nos permitem dizer? Para quem e como elas se refletem? Quais são seus efeitos nos corpos femininos?

Afinal de contas, o sujeito não existe, sendo efeito e potência dos discursos e símbolos da sociedade que o criou. Não pretendo cometer nenhum sacrilégio, mas apenas perguntar: O que há por baixo do manto de Maria?

Referências bibliográficas

AQUINO, Maurício. *A imagem e o vagão: o(s) sentido(s) dos símbolos na devoção de Nossa Senhora Aparecida do Vagão Queimado*. www.cfh.ufsc.br/~larc/projetos.htm. Artigo capturado em setembro/06.

BROWN, Dan. **Anjos e Demônios**. RJ: Sextante, 2004.

CARVALHO, Maristela Moreira. **As vontades de saber e as relações de poder na "pastoral da sexualidade" da arquidiocese de Florianópolis: continuidades e rupturas no discurso da oficialidade católica (1960-1980).** Florianópolis, UFSC, 2003. Dissertação de Mestrado.

DA ROS, Silvana Zanata (org.). **Imagem: intervenção e pesquisa. Florianópolis**: Editora da UFSC, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. Vol2. O uso dos prazeres**. RJ: Graal, 1994.

LEMOS, Fernanda. A mulher como sujeito de sua própria história. **IHU On-Line. Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 2006, 5p.

SILVA, José Cipriano. **Igrejas-Grande Florianópolis**. Florianópolis, 2002

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira. **O corpo educado**. BH:Autêntica, 1999.

SOUZA, Rogério Luiz. Catolicismo e Projeto de Higienização em Santa Catarina (1945-1965). **Revista Fronteiras: Revista Catarinense de História: Florianópolis**, UFSC, v.6, p.41-51, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memórias do Espírito Santo no século XIX:
Entre os discursos políticos e a história econômica

Enaile Flauzina Carvalho*

Resumo: A utilização de documentos oficiais como cartas, relatórios e, incluindo entre esses as Memórias Estatísticas, acabam por fornecer além de informações pertinentes, uma dúvida com relação à veracidade dos fatos neles narrados. A grande questão consiste na correlação existente entre o autor do documento, sua ocupação em cargos públicos e o contexto em que escreve. Aqui farei a análise de alguns documentos oficiais escritos no início do século XIX, como forma de cientificar o Governo Geral acerca da situação política, econômica e social da Capitania, depois Província do Espírito Santo. A proposta do artigo é evidenciar o quadro mercantil capixaba, identificando a produção agrícola de subsistência, o consumo de gêneros importados e a comercialização dos produtos excedentes para outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Memórias – Oitocentos – Economia.

Abstract: The use of official documents such as letters, reports and Statistic Memories provide us relevant information, however it brings up an issue regarding the events' veracity. The fact is that the correlation between the document's author, his job on public service and the writing context is relevant. The following essay analyzes some official documents written on the beginning of the 19th century, as a way to notify the General Governament about the political, economical and social situation in the province of Espírito Santo. The article's purpose is to emphasize the mercantile scenario in Espírito Santo by that time, identifying the self-sufficiency agriculture production, the use of imported itens and the surplus production trade with other regions in Brazil.

Keywords: Memories – Eighthnghundreds – Economics.

Como Capitania Régia[1] o Espírito Santo inicia a segunda década do século XVIII com sua administração subordinada ao Governo da Bahia e seu foro judicial sujeito ao Ouvidor do Rio de Janeiro. A situação foi modificada em 1732 e 1741 com criação de uma Ouvidoria independente do Rio de Janeiro, na Vila da Vitória. Em termos administrativos, continuava a submissão ao governo da Bahia, que se limitava a tomar as medidas apenas no sentido de proteção e impedimento ao acesso as minas de ouro de Minas Gerais.

* Universidade Federal do Espírito Santo, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Bolsista do Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Vitória (FACITEC).

[1] [...] a 6 de Abril deste ano, em que foi passada a escritura de compra feita por D. João V, pela quantia de 40.000 cruzados, passando-se a mesma em Lisboa, à rua da Atalaia, nas casas do Desembargador José Vaz de Carvalho, que era Procurador da Fazenda Real e do Desembargo do Paço, em virtude da Ordem do Conselho Ultramarino datada de 18 de Junho de 1715, e de outra Consulta de 12 de Fevereiro do ano de 1716, sendo Tabelião que lavrou a dita escritura Manoel dos Passos de Carvalho. Assim acabou-se em Cosme Rolim de Moura o direito particular à Capitania do Espírito Santo, que ficou pertencendo ao Estado, mas tendo existido em poder dos donatários por espaço de 193 anos (DAEMON, 1879:149).

O contexto internacional desfavorável, acrescido do declínio da produção aurífera na colônia, suscitou um renovado interesse da coroa lusitana em dar novo impulso ao desenvolvimento do Espírito Santo. O projeto do Conde de Linhares, D Rodrigo de Souza Coutinho de 're-colonização' do Brasil, com a descoberta de novas fontes de riquezas adaptava-se plenamente com o interesse de saneamento da crise econômica portuguesa.

Na Descrição da Capitania do Espírito Santo do século XIX, o Padre Simão de Vasconcelos faz uma contextualização histórica do Espírito Santo apresentando espécies vegetais apreciadas pela medicina da época. Seu discurso valoriza e qualifica de forma positiva as riquezas naturais da Capitania capixaba, evidenciando a preocupação do Estado Português em criar novas alternativas economicamente viáveis na colônia, a partir do Oitocentos, conforme o projeto de D. Rodrigo para o Brasil.[2]

Extinto os governos dos Capitães-mores, através de Carta Régia expedida por D. Rodrigo em 12 de maio de 1798, em agosto do mesmo ano foi nomeado como governador da Capitania capixaba Antonio Pires da Silva Pontes Leme, que assumiu o cargo dois anos após a nomeação.

Nascido em Mariana, intelectual ilustrado com estreita amizade com o Conde de Linhares e Doutor em matemática, Silva Pontes tomou posse em 1800 com sua administração subordinada ao Governo da Bahia. Segundo informações fornecidas pelo próprio governador ao vice-rei, as exportações de algodão, açúcar e milho provenientes do Espírito Santo para Bahia e Rio de Janeiro, continuavam a ocorrer em princípios do século XIX (LEAL, 1977:05).

O historiador Estilaque Ferreira dos Santos acrescenta que durante seu governo, Silva Pontes ambicionou reavivar a navegação direta com Portugal aproveitando a ligação com Minas Gerais para com isso estabelecer "[...] a centralização das exportações da região no Porto de Vitória e era um projeto fundamentado essencialmente no desenvolvimento de Vitória e de sua região" (SANTOS, 2005:48).

Quanto sua administração no Espírito Santo como um todo, Estilaque assevera que, apesar da falta de condições para por em prática todas suas idéias e projetos: "Com Silva Pontes, portanto, pela primeira vez, a administração centralizada em Vitória formulava um

[2] Na segunda metade do Setecentos, passou a se desenvolver investigações em torno da História Natural no Reino e nas colônias, com ações coordenadas pelo governo Português – mobilização de naturalistas portugueses ou nascidos nas colônias (América, Ásia ou África) a fim de estudar as possibilidades de desenvolvimento dos setores agrícolas e minerador – que receberam a denominação de Viagens Filosóficas. A gerencia do Estado nas pesquisas era estimulada pela crise do antigo sistema colonial e a necessidade de se explorar novas alternativas economicamente viáveis nas colônias (NEVES, In: PRADO (org.), 1999; MUNTEAL FILHO. In: PRADO (org.), 1999).

claro projeto de desenvolvimento regional, centrado em Vitória, mas com os olhos postos no desenvolvimento integral do território da antiga "Capitania"" (SANTOS, 2005:49).

Em 1804 toma posse o segundo governador subalterno à Bahia, Manoel Vieira de Albuquerque Tovar. Foi durante sua administração criada a Junta Real da Fazenda desvinculada da Bahia em 1809 e, no ano seguinte, finda a dependência administrativa e militar.

Em termos econômicos, Tovar promoveu a cultura do anil e do café; além de evidenciar a capacidade exportadora de produtos como açúcar, algodão, farinha de mandioca, milho, arroz e aguardente; constando também nesse período a saída de navios com madeiras para a construção naval com destino a Portugal e ao Rio de Janeiro (LEAL, 1977:05-06).

Todavia, em Ofício de Francisco Manoel da Cunha, escrivão da Junta da Real Fazenda, dirigido ao conde de Linhares sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811, fica evidente o pessimismo do narrador com a gerência do Governador Tovar.

Cunha lamenta a situação do comércio feito pelo Rio Doce, curso d'água incrustada em região considerada por ele, como inóspita por falta de povoados e plantações nas margens. Seu relato deseja chamar a atenção do Conde de Linhares para a forma despótica como o governador Tovar vinha destruindo as conquistas do seu antecessor, descrevendo a situação econômica da Capitania como sendo desastrosa e em ligeiro recuo.

Nas informações que Cunha prestou ao Conselheiro de Estado, Antonio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca, escrita também em 1811, verifica-se o desanimo do narrador com o fim da alfândega e da navegação direta feita entre a Capitania com a Europa e a África. Fica expressa sua preocupação com relação à navegabilidade dos rios do Espírito Santo, que não permitiam o escoamento da produção por via fluvial, e sugere como solução para o problema a abertura de estradas mais seguras contra os ataques indígenas e a necessidade de formação de povoados na região.

O que se tem noticia da hostilidade entre Tovar e Cunha, que chegou às vias de fato em 2 de março de 1811, mesmo ano dos relatos desaprovando a administração do governador; foi declaração solene, de reconhecimento público e evidentemente provado, de crime de desfalque dos cofres públicos praticado por funcionários da Junta da Real Fazenda, sendo um dos acusados o próprio escrivão. Francisco Manoel da Cunha acabou fugindo juntamente com Jose Francisco de Melo, também acusado, e mais três escravos (DAEMON, 1879:213-214).

No ano de 1812, foi nomeado para o governo da Capitania Francisco Alberto Rubim, primeiro governo independente ao da Bahia.

Na Memória de Tomás Antonio Tovar de Vila Nova Portugal, ministro à época de D. João VI, estão relatados os limites geográficos das vilas e arrabaldes do Espírito Santo de 1816, além de prestar informações sobre a quantidade de engenhos e engenhocas, de igrejas e da população de cada povoado espírito-santense. Através de seus dados estatísticos, fica evidenciado a existência de transações econômicas favoráveis e saldo demográfico positivo, contrariando as informações de Cunha.

A Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1817, do então governador Francisco Alberto Rubim, apresenta dados quantificáveis sobre a população e a produção da Capitania, informa também sobre os administradores anteriores e suas políticas. Um trecho da mesma Memória, Rubim dedicou à Vila da Vitória situando-a geograficamente, descrevendo suas qualidades de centro urbano bem localizado. Sobre a Capitania, menciona a possibilidade de exploração madeireira nas matas virgens e em minas de ouro, ferro, enxofre e salitre, localizadas em regiões próximas à comarca (RUBIM, 1817:03-04).

Sobre possibilidades de se desenvolver uma produção manufaturada, Rubim dizia entusiasmado que a produção da seda era de qualidade superior a da Pérsia e com variedade de cores. Talvez por vislumbrar aí uma opção economicamente vantajosa para a Capitania capixaba, sendo remetidas ao Governo Geral amostras extraídas do casulo bombix – meada de seda, varas de tecido e renda de seda – em decorrência de sete anos de estudos realizados por Antonio José de Vieira da Vitória servindo-se de amostras e informações prestadas pelo governador Rubim. No entanto, Vieira da Vitória teve seu trabalho perdido por não ser considerado importante para a indústria têxtil (DAEMON, 1879:241).

O projeto voltado para o desenvolvimento, mediante ligação com Minas Gerais acabou se consolidando em 1820 após grandes investimentos e com resultados aquém do esperado. Até porque os comerciantes mineiros não encontrando na Província mercado consumidor para seus produtos (gado e outras mercadorias) e acabaram por abandonar aquela rota comercial tão almejada anteriormente, por mineiros e capixabas (SANTOS, 2005:51-52).

Uma das explicações para o fracasso do comércio empreendido pelos mineiros recai para a concorrência com os produtos locais, devido a existência de uma produção de gêneros de subsistência, agrícola e pecuária, no Espírito Santo que além de conseguir abastecer a população possuía um excedente a ser comercializado com as outras Províncias.

Apesar das iniciativas sem resultados durante seu governo, como foi o caso de seu empreendimento em produzir seda e a via comercial de acesso a Minas e, mesmo longe de ser uma unanimidade perante a população, Rubim foi retratado por Daemon, em seu livro sobre a

Província do Espírito Santo, como sendo "o que mais trabalhou para desenvolvê-la" (DAEMON, 1879:247).

O último governador nomeado para o Espírito Santo antes da Proclamação da Independência foi Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos que tomou posse em março de 1820, dois meses após ser criada a Alfândega provisória do Espírito Santo, destinada a importação de gêneros nacionais e estrangeiros.

Baltazar deu prosseguimento à política de seu antecessor, preocupado em descobrir e explorar novas fontes de riquezas, além de promover a colonização do interior capixaba. Informou o então governador, através de Ofício de 1820 ao Príncipe Regente, D. Pedro, sobre as riquezas da Capitania e a necessidade de se colonizar as margens das estradas para Minas Gerais que seguiam o curso de rios e córregos. Seu pedido foi atendido no sentido de colonizar o percurso até Minas e catequizar e aldear os índios Puris, além de serem concedidas licenças para mineração (DAEMON, 1879:250).

Em 29 de setembro de 1821, finda a política de governo absoluto dos governadores nomeados com a criação das Juntas Provisórias, ficando as províncias a partir daí, sujeitas ao Governador Geral do Brasil. Com a eleição de um governo provisório, Baltazar de Souza deixou o governo do Espírito Santo em 1822.

Após a independência do Brasil, em 1823 começaram a serem eleitos pelas Juntas Provisórias, os primeiros Presidentes de Províncias no Brasil, sendo eleito para o cargo no Espírito Santo seu antigo Ouvidor, o bacharel Inácio Acioli de Vasconcelos.

Ignácio Accioli de Vasconcelos nasceu no final do século XVIII na vila das Alagoas (atual Marechal Deodoro) na época pertencente a Capitania de Pernambuco. Formou-se bacharel em direito canônico pela Universidade de Coimbra, onde participou como soldado voluntário na 2ª Companhia de Fuzileiros do Corpo Acadêmico.

Acioli permaneceu no cargo de Presidente da Província até 1829, e assumiu pela segunda vez a administração do Espírito Santo, o vice-presidente e Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.

Em sua Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828, Acioli enviou ao Governo Geral um relato destacando a fertilidade da terra às margens dos rios e lagos dizendo que "com bem pouco trabalho se podiam tornar estes terrenos excelentes para as lavouras e criação, o que se não faz ou por indolência, ou pela abundância de terras" (VASCONCELOS, 1978:25). No entanto, destaca ser miserável o estado dos habitantes da Província, apesar das inúmeras possibilidades de exploração das terras virgens com indústrias de mineração e madeireira e dos rios através da pesca e navegação.

Sobre os recursos naturais ainda não pesquisados, Acioli compartilha com o antigo governador Rubim, da necessidade em se viabilizar novas fontes de riquezas, atendendo as orientações ilustradas do final do Setecentos. Diz ele que retirando os poucos territórios ocupados "[...] quase tudo o mais são matas virgens, e riquíssimas em madeiras de toda qualidade e de outros mil produtos incógnitos até esta época, e só habitada por feras e selvagens" (VASCONCELOS, 1978:26).

A propósito da população, Acioli de Vasconcelos assevera ser superior ao número informado nos sensos de 1824 e 1827, 35.353 e 35.879 habitantes respectivamente, principalmente com relação ao número de escravos. Sobre as fontes de renda, informa que grande parte da população era composta por proprietários de bens rurais e urbanos, outra característica dos capixabas do século XIX – concentração de rendas vinculadas a produção da terra e comércio praticado no meio urbano.

Na mesma Memória, o presidente confirma ser a agricultura a principal atividade produtiva dos capixabas, prevalecendo a lavoura da cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, arroz, feijão e tendo início o cultivo do café, tudo ainda feito de forma rudimentar com a utilização de ferramentas simples no trabalho da lavoura, carros de boi e canoas no transporte das mercadorias. Acioli afirma que os gêneros produzidos excedem as necessidades da população, propiciando a exportação dos mesmos para outras partes do Brasil (VASCONCELOS, 1978:30-323).

Outra atividade produtiva coadjuvante a agricultura abordada nesta Memória, foi a criação de animais de diferentes espécies (bovino, eqüino, muar, caprino, suíno, ovino e aves), empregados no transporte e comercialização na própria Província.

O comércio, ativo nesta época, era composto de importações de gêneros que faltavam no Espírito Santo e exportações dos víveres abundantes na região. Importavam-se produtos como farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho, vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, fazendas secas, escravos, etc., com o pagamento feito em dinheiro ou por escambo chegando ao ano de 1827 ao valor de 183:510$750 (cento e oitenta e três contos, quinhentos e dez mil e setecentos e cinqüenta reis). Entre os produtos exportados nos anos de 1826 e 1827 constam: farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, traçados, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes e café (ainda insipiente), no valor total de 195:500$000 (cento e noventa e cinco contos e quinhentos mil reis).

Pela comparação dos valores, percebe-se um comércio com pequeno desequilíbrio entre importações e exportações, favorável a Província. Fato esse em decorrência das exportações ocorrerem em dois anos seguidos e serem compostas de mantimentos de

subsistência; enquanto as importações, com notícias apenas para o ano de 1827 forneciam basicamente, produtos mais requintados e considerados supérfluos – excetuando os escravos, gênero de primeira necessidade para o trabalho.

Concluindo, as Memórias acabaram por retratar uma visão política desenvolvimentista e preocupada em criar novas alternativas econômicas. Tanto Vila Nova Portugal, quanto Rubim e Acioli de Vasconcelos demonstraram existir no Espírito Santo do século XIX perspectivas favoráveis em termos de produção e comércio. O pessimismo de Cunha, fruto de suas desavenças com o governador Tovar, não impediu que o mesmo admitisse que o problema da decadência poderia ser sanado com uma administração voltada para melhorias na Capitania, como foi o caso do governo de Silva Pontes. A ligação dessa elite política com o Estado imperial consolidou em diversos momentos, a entrada de novos investimentos para a região.

Com relação à elite econômica, essa acabava por, através de cargos e alianças, a se estabelecer também como elite política como foi o caso das famílias dos Monjardino, Ribeiro Pinto, Tovar, Batalha, Pinto Homem de Azevedo Coutinho, onde seus membros figuraram em cargos políticos.

Em termos econômicos, esses documentos comprovaram a autonomia do Espírito Santo no início do século XIX com relação à subsistência, além de permitir sua classificação de Capitania/Província voltada para produção e exportação de gêneros alimentícios e entreposto comercial, posicionando-a frente a algumas regiões do Brasil como fornecedora de alimentos.

Creio que o discurso da decadência foi utilizado devido à inoperância do sistema colonial em terras capixaba. Além disso, os políticos, autores das Memórias, compartilhavam com a visão portuguesa de lucratividade da Coroa através das exportações do açúcar, não considerando, a produção para o abastecimento interno da colônia como preponderante economicamente para o Estado, portanto, não reconhecendo ser relevante a produção e comercialização de gêneros alimentícios para a subsistência do mesmo sistema.

Referências bibliográficas:

CUNHA, Francisco Manoel da. **Ofício dirigido ao conde de Linhares sobre a Capitania, hoje Província do Espírito Santo – 1811**. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasil. Rio de Janeiro: 1849.

CUNHA, Francisco Manoel da. **Informação sobre a Capitania ao ministro de Estado Antonio de Araujo e Azevedo – 1811**. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1842.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879. [compilação e atualização ortográfica: Maria Clara Medeiros Santos Neves; Revisão: Reinaldo Santos Neves].

LEAL, Eurípedes Franklin. **Economia colonial capixaba**. Vitória: Revista Cuca Cultura Capixaba, 1977.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Política e Natureza no Reformismo Ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho.** PRADO, Maria Emilia (org.). **O Estado como Vocação:** Idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999. Pp. 81-110.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. **Intelectuais Brasileiros nos Oitocentos:** A constituição de uma "família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emilia (org.). **O Estado como Vocação:** Idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999. Pp. 09-32.

PORTUGAL, Tomás Antônio de Vila Nova de. **Capitania do Espírito Santo** – Julho de 1816. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: lata 21, documento 22.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história:** até ao ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **O território do Espírito Santo no final da era colonial**. In: BITTENCOURT, Gabriel. **Espírito Santo**: um painel de nossa história. Vitória: Edit, 2002.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX:** a gênese do pensamento político capixaba. Dimensões – Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº. 17, 2005.

VASCONCELOS, Inácio de. **Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828.** Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELOS, Simão. **Descrição da Capitania do Espírito Santo**. Transcrição de Maria Clara de Medeiros Santos Neves. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 16, documento 9, n.º 1-2.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os movimentos sociais do campo e seus grandes líderes de 1945 a 1964

Gleyson Assis*

Na formação de uma liderança, é imprescindível levar em conta o contexto social em que os indivíduos se acham inseridos, a fim de promover uma análise mais abrangente dos fatores formadores de um líder. Deste modo, faz-se necessário um breve panorama histórico da época em que viveram.

Com o fim do Estado Novo, 1937 a 1945, e com a Constituição de 1946, o Brasil viveu ares democráticos, onde os indivíduos gozavam de liberdade de manifestação, de organização, de associação, de defesa, de direito de trabalho e de escolha de seus representantes; era a garantia institucional assegurada pela democracia. Essas eram as expectativas dos homens que viveram esse cenário de democracia brasileira, que é um processo, e naqueles tempos enfrentava o ranço elitista proveniente da política dos bacharéis e as marcas da constituição de um mundo bipolar, na chamada Guerra Fria.

A constituição de 1946 garantiu alguns direitos requeridos, mas proporcionou duas vertentes de discussão sobre a grande participação do povo nessa democracia.

> *Uns rejubilavam-se, pois não havia precedentes na história política brasileira, pelo tamanho, em termos proporcionais e absolutos, daquele colégio eleitoral – 17% (7,5 milhões) da população comparada aos 5% (1,8 milhão) de eleitores nas eleições presidenciais de 1930. Outros se atemorizavam com o ineditismo da participação popular, o 'povo', 'massa amorfa e desorganizada' que, invariavelmente votava nos "políticos demagogos e manipuladores".* (REZNIK, 2004:18).

Para além dessa dicotomia em relação à participação do povo, existia uma vinculação de qualidades específicas do sistema democrático, através de intolerância ou de violência, que era algo marcante na história do Brasil, mesmo que pareça contraditório com um regime democrático.

> *A situação é inédita no país. Mesmo sob todo cerceamento policial e legal durante o governo Dutra, nunca, até então, tantas associações haviam sido criadas, com um contingente populacional expressivo se manifestado abertamente. Com todos os percalços da democratização pós-45, ela criou as possibilidades legais e emocionais para uma nova cultura cívica, que valorizasse a participação, a associação, e a expressão das insatisfações.* (Idem, 2004:79)

* Mestrando de História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) / Faculdade de Formação de Professores (FFP).

Essas características estavam relacionadas diretamente como o momento histórico mundial, já que, a partir de 1945, pós II Guerra Mundial, o mundo estava divido em dois blocos, de um lado o bloco ocidental capitalista e do outro bloco oriental socialista.

Nesse ambiente "democrático-autoritário", nem todos conseguiram exercer sua cidadania, porque uma grande parcela da sociedade ficava excluída por ser analfabeta; isso incapacitava o direto de votar e outros direitos. Outros tinham suas liberdades cerceadas pela intolerância política vigente, já que não admitiam as divergências ideológicas de indivíduos ou grupos. Com esse intuito foi organizada a Polícia Política [1], objetivada pelas várias leis de Segurança Nacional.

A participação do Brasil na Segunda Grande Guerra (1939-1945) e seu envolvimento em conferências internacionais criaram no país uma enorme discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países considerados de 3º mundo ou atrasados. Essa discussão perpassava tanto o bloco socialista quanto o bloco capitalista. Desta maneira, a Reforma Agrária passou a ser considerada uma das soluções do desenvolvimento econômico em várias perspectivas, já que surgiram vários projetos, de desenvolvimento liberal (capitalista) e de desenvolvimento social (socialista). Portanto, a bandeira pela Reforma Agrária estava imbuída na dinâmica da *Guerra Fria*, que dividia o mundo entre Ocidente e o Oriente.

Diante desse cenário de discussão sobre a importância da Reforma Agrária Brasileira, tanto em termos de direitos sociais como em forma de desenvolvimento econômico, surgiram várias iniciativas de mobilizações das massas camponesas no Brasil, que tinham como liderança o Partido Comunista do Brasil (PCB), que se destacou nas organizações das lutas no interior do país, principalmente, no tempo de sua legalidade, entre 1945 a 1947. Deste modo, os comunistas reuniram milhares e milhares de camponeses em torno de várias Ligas espalhadas pelo território nacional.

Após a proscrição do Partido Comunista e do fim das primeiras Ligas Camponesas, em 1947, reduziram-se as organizações de trabalhadores rurais no Brasil, já que foram difíceis as condições do PCB agora na clandestinidade. Com isso, o PCB centrou suas forças nos grupos urbanos, que tinham menos se desarticulado com a proscrição. Nesse novo contexto, principalmente, entre 1948 a 1954, muitos grupos, sobretudo os camponeses, tiveram que "caminhar sozinhos". Esses movimentos de "independências ideológicas" do

[1] "Polícia Política é uma especialização das atividades da polícia para prevenção -visando ao conhecimento, à classificação e ao controle- e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que podem exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. Responsável pela defesa do Estado e do regime, funciona nos limites de tolerância permitidos pela agenda formulada para a segurança nacional." *In* (REZNIK, 2004: 24)

campesinato não foram algo que se proliferou pelo país e, sim, algo de impactos significantes, esporádicos e em lugares distantes.

Para elucidar essa nova conjuntura no campo, podem-se destacar quatro importantes acontecimentos que marcaram a ação dos camponeses dessa época, são eles: o território livre de Trombas e Formoso; a Guerrilha de Porecatu; a Revolta de Dona Noca e o primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas.

A Revolta de Trombas e Formoso, ocorrida em Goiás, teve repercussão de 1948 até 1964, e foi um conflito entre fazendeiros e camponeses em Goiás.

> *"Em 1948, com a estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu se valorizam. Esta estrada iria fazer parte da futura Rodovia Belém–Brasília, iniciada a construção da capital em 1956. No ano seguinte da chegada da estrada a Uruaçu, os camponeses originários do Maranhão e do Piauí, mas que viviam em Pedro Afonso, no norte de Goiás, também chegaram à região, em grupo, liderado por José Porfírio, e ali formaram posses numa área de terras devolutas."* (MARTINS, 1990: 71 e 72.)

José Porfírio liderou o confronto da revolta contra os fazendeiros, que venceram a primeira batalha e começaram, em 1952, um processo de grilagem das terras. Mas os camponeses resistiram e como conseqüência a mulher e o filho, recém – nascido de Porfírio são arrancados de sua casa, para que ela fosse queimada, do que resultou a morte da mulher dias depois.

Apesar da ação da Polícia Política, o conflito de Trombas e Formoso teve uma enorme repercussão para a história da luta camponesa, pelo grau de enfrentamento e pela forma truculenta da ação da polícia. Desta maneira, Trombas e Formoso constituiu território *livre* com governo próprio, facilitando, posteriormente, a criação do Município de Formoso com José Porfírio como deputado Estadual.

Todavia, esta liberdade durou até o golpe de 1964, "tendo os líderes fugidos e presos, e em 1970 torturados. José Porfírio foi preso em 1972, no Maranhão, durante combate na Guerrilha do Araguaia. Solto em 1973, desapareceu, havendo suspeita de seqüestro e assassinato." (MARTINS, 1990: 73)

Já a Guerrilha de Porecatu iniciou-se em 1950, na margem esquerda do Rio Paranapanema, que dividia os Estados de São Paulo e Paraná. O conflito começa em Porecatu, com combates sangrentos entre posseiros e latifundiários, no norte do Paraná.

Em 1950, o levante armado de Porecatu, liderado por Jacinto, um artesão rural e imigrante nordestino, organizou um forte movimento de apoio aos guerrilheiros que estavam em conflito do outro lado do Rio Paranapanema. O movimento estava sendo abastecido com

alimentos, armas e munições, por antigos núcleos do Partido Comunista, no Paraná (em Londrina e Apucarana) e em São Paulo (em Assis e Presidente Bernardes). A guerrilha teve, como uma das lideranças, o camponês José Billar.

Em junho, havia ainda de 300 a 400 camponeses armados, emboscados nas matas, de onde saíam apenas para atacar. Foram desarmados por uma força policial de 250 homens, mas apesar disso o movimento teve no seu momento de dissolução a ingerência do comitê regional do Partido Comunista, que constatou que não havia mais condições para a permanência do movimento armado. As lutas prosseguiram, com muitos mortos e feridos, até janeiro de 1951, quando assumiu no Paraná um novo Governador disposto a resolver o problema.

A Revolta de Dona Noca inicia-se em 1951, no interior do Maranhão e foi uma revolta distinta do movimento que estava ocorrendo na mesma época na capital do Estado, São Luís, que tinha como liderança o jornalista Neiva Moreira e a comunista Dra. Maria Aragão. A revolta tinha como liderança a prefeita do município de São João dos Pastos, Joana da Rocha Santos, de apelido Dona Noca, que lutou ao lado dos operários, dos camponeses e estudantes contra a posse do governador eleito, Eugênio de Barros. Dona Noca viajou ao Recife, onde comprou armas e munições e as conduziu pessoalmente para o interior do Estado do Maranhão.

Desta forma, organizou-se ali uma milícia de centenas de camponeses e nomearam um estudante de direito o comando da revolta, com o título de "General Bastos". Em pouco tempo, a milícia camponesa conquistou várias cidades, como: Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, depois do assalto ao povoado de Mangas (às margens do Rio Parnaíba), ameaçaram ocupar o Piauí. (MORAIS, 2002:16)

No entanto, depois de trinta dias de revolta entre as cidades de Barão de Grajaú e São João dos Pastos, no Morro do Mutum, a revolta de Dona Noca foi derrotada por forças policiais.

O primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas realizou-se em agosto de 1954, com a coordenação do Partido Comunista de Pernambuco, na cidade de Limoeira, tendo como uma das Lideranças o operário Pedro Renaux Leite. O Congresso foi um dos esforços das organizações camponesas, que estavam fora da legalidade, na busca de se institucionalizarem legalmente. Apesar do enorme número de camponeses, a polícia política acabou violentamente com o congresso.

No apoio aos trabalhadores do Congresso, que foram fortemente reprimidos, o sindicato rural de Goiana (PE), apesar de não ter a mesma linha de pensamento dos

congressistas, ocupou a cidade de Limoeira com milhares de trabalhadores agrícolas "armados" de foices, facões e enxadões, em prol dos seus companheiros rurais, tendo como liderança o camponês João Tomás e o bancário José Raimundo da Silva, ambos do PCB. O grupo expulsou da cidade as autoridades policiais, mas essa vitória durou pouco: a polícia retornou e acabou com o movimento.

Portanto, pode-se perceber que o período de 1948 a 1954 foi uma fase marcada como gênese dos movimentos sociais do campo, ainda que de maneira um pouco isolada, ou seja, sem aquelas profundas ligações e articulações que irão marcar as características das Ligas Camponesas de Francisco Julião e a ULTAB e Contag de Lyndolpho Silva, no período posterior, de 1955 a 1964.

As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais (meeiros, foreiros, arrendatários e pequenos proprietários), que tiveram fortes atuações no período de 1955 até o fim do governo de João Goulart, em 1964. O movimento começou com a organização, no dia 1º de janeiro de 1955, da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Realizado por 140 famílias de foreiros que viviam em uma área de quinhentos hectares de terras do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão – entre a região do agreste com a zona da mata de Pernambuco - esse engenho não estava mais exercendo suas atividades açucareiras.

Depois da criação das Ligas, o filho do dono do Engenho da Galiléia se sentiu ameaçado por causa da organização do grupo e abriu mão do aumento do foro e passou a ameaçar os trabalhadores para uma possível expulsão. Com isso, os trabalhadores rurais, para se defender na Justiça, procuraram um advogado de Recife chamado Francisco Julião Arruda de Paula. Ele teve sua vida acompanhada pelas autoridades, como mostra esse documento da Polícia Política:

> *Francisco Julião nasceu em 16-02-1915, em Bom Jardim, no Estado de Pernambuco, de família de grandes latifundiários. Aos 13 anos, matriculou-se no Instituto Carneiro Leão, depois se matriculou na faculdade de Direito de Recife, de onde se bacharelou em 1939.* [2]
>
> *Julião se destacou por ter produzido uma original declaração de princípio em prol dos trabalhadores rurais, em 1945, que era a "Carta aos foreiros de Pernambuco."*

Francisco Julião aceitou defendê-los e o processo prosseguiu até 1959, quando o Governador Cid Sampaio mandou para a Assembléia uma proposta de desapropriação do Engenho baseado no projeto do deputado Carlos Luís de Andrade (Partido Socialista), que

[2] Documento do Departamento Estadual de Segurança Pública, intitulado *Roteiro das atividades subversivas do Deputado Francisco Julião e de suas Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro de 1963. O documento se encontra nos arquivos do APERJ pelas seguintes referências: Notação: 1585; Título: Movimento Camponês (Ligas); Número original: 13231; Período: 1951-1965; Folhas: 020-024.

determinava a expropriação do Engenho da Galiléia. Esse ato levou a notoriedade dos trabalhadores nas terras do Engenho da Galiléia.

A partir dessa vitória, Francisco Julião tornou-se a principal liderança nacional dentro das Ligas Camponesas; sua atuação se espalhou pelo Brasil e pelo mundo. Em um momento em que o mundo, depois da Revolução Cubana (1959), se alertava para o "perigo" de surgirem outros focos revolucionários análogos, surgem no Nordeste brasileiro várias mobilizações rurais associadas e inspiradas nas Ligas. Esse temor chamou atenção da opinião pública norte-americana e da polícia política brasileira para o Nordeste do Brasil, já que era uma das mais extensas áreas de pobreza do ocidente.

Um grupo que se destacou na luta contra essa miséria alarmante do nordeste brasileiro foram as Ligas Camponesas. Elas foram

> *como um grito de alerta e de protesto que atraiu para Pernambuco a atenção do mundo e para seus núcleos mais expressivos visitas ilustres, como Robert Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., Sargent Shriver, Jean-Paul Sartre e Iuri Gagarim, entre outros. A televisão e a imprensa, em diversos países do mundo, transformaram Julião e as Ligas em símbolos do Terceiro Mundo emergente. Nessa época, as aproximações de Julião com Cuba foram notórias, especialmente após viagem que realizou àquele país em 1960, acompanhando Jânio Quadros, e em 1961, seguido por uma centena de militantes*. (CAMARGO, Tomo III: 3122-3124)

As Ligas Camponesas surgiram em uma conjuntura de democratização brasileira onde liberalização política e o desenvolvimentismo eram lemas nacionais. Deste modo, projetavam suas reivindicações por Reforma Agrária pelo país. Apesar desse clima democrático, que se fazia presente, nas manifestações camponesas, elas estavam sendo monitoradas passo-a-passo pela polícia política. Esse cerceamento de liberdade ficou mais acentuado a partir de 1964, após o golpe dos militares onde a *democracia* deixou de se fazer presente no cenário brasileiro e as ligas foram duramente reprimidas, mas os sindicatos continuaram existindo, no entanto, sob a tutela do Governo Militar.

Por outro lado, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – foi uma organização criada em 1954 pelos trabalhadores agrícolas e com ajuda dos comunistas do PCB e tinha como objetivo organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Essa ligação do PCB e a ULTAB surgiu num contexto de mobilização nacional dos trabalhadores em favor do aumento do salário mínimo, principalmente, dos trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná.

A ULTAB se destacava como um dos principais setores dos movimentos ligados ao campo, vinculado ao PCB, e suas propostas para resolver o problema agrário estavam de acordo com a proposição governamental.

O maior movimento da ULTAB, que teve repercussão nacional, ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, e foi denominado I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. O próprio Presidente João Goulart esteve presente no Congresso, junto com vários ministros, parlamentares e o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Os principais líderes fundadores do movimento que tiveram renomes nacionais foram: Jofre Correia (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás), o Jornalista Nestor Vera e, principalmente, Lyndolpho Silva, que era:

> *Militante comunista desde 1946, quando se filiou ao PCB. Inicialmente, militou na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido secretário do Comitê Distrital de seu partido naquela região. Sua experiência política no campo começa em 1952, com o trabalho entre os posseiros da região de Campo Grande, Santíssimo e Senador Camará, dentro da área sob responsabilidade daquele Comitê. Na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, é eleito 1º Secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (**ULTAB**), entidade que passará a presidir em 1959. Em dezembro de 1963 deixa a presidência da **ULTAB** para presidir a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (**CONTAG**).* (SANCHES, 2000: 09)

Devido à sua postura e suas lideranças, em 1963, a ULTAB conseguiu que o Ministério do Trabalho aprovasse o Estatuto do trabalhador Rural, que veio regulamentar o trabalho no campo. Em fevereiro de 1964, Nestor Vera, um dos principais líderes da ULTAB, foi eleito para a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Todavia, após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, o movimento foi fortemente reprimido.

A partir desses fatores contextuais, percebe-se também que a história dos agentes de mediação e dessas entidades, bem como do movimento camponês no período 1945-1964, ocorre paralelamente e confunde-se forçosamente com a biografia política de várias lideranças e das organizações políticas às quais estavam ligadas.

Enfim, conclui-se que, nesse período peculiar brasileiro, os movimentos sociais do campo obtiveram suas transformações em sujeitos históricos nas elaborações de suas diferentes identidades e na afirmação de direitos instituídos ou não.

-

Referências bibliográficas:

ASSIS, N. ASSIS. **Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964**. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

CARMARGO, Aspásia de A. *A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)* In: FAUSTO, Boris. **HGCB – Historia Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Republicano: Sociedade e Política. Tomo III, 3º Vol. Bertrand Brasil.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). **O camponês e a história**: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4)

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. Editora Loyola, 1990.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminho e Descaminho dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1991. 3º Edição.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As Lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Rio de Janeiro: Editora Fase, 1989.

MINC, Carlos. **A Reconquista da terra**: Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicados rurais em tempo de revolução* In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano** – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAIS, Clodomir dos Santos. *A Historia das Ligas Camponesas do Brasil*. In: STEDITE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional** – A Polícia Política no pós II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SANCHES, Luiz Elias. **Lyndolpho Silva**: biografia de uma militância. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000.

SANTIAGO, Vandeck. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Perfil Parlamentar Século XX. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"It" da mulher moderna: um outro olhar sobre o corpo e práticas femininas da mulher araguarina.

Gilma Maria Rios*

Resumo: O objetivo desse artigo é compreender e nos fazer compreender como Araguari, cidade o interior mineiro, viveu mudanças e conviveu com permanências sobre os corpos femininos no período de 1940 a 1960. No interior dessas transformações, homens e mulheres pertencentes à sociedade araguarina passaram a viver novas práticas sociais que estavam desestabilizando o "cotidiano familiar tradicional de nossos antepassados". Entre essas mudanças temos as mulheres "com e sem it", possibilitando novas perspectivas que formaram opiniões e reconstituíram práticas sociais, fazendo com que as pessoas passassem a sentir e pensar de maneira diferente às veiculadas através de mediadores, como rádio, imprensa e cinema. Nesse sentido, o "It da mulher moderna" propagado pela mídia, era visto em Araguari, como a "desgraça dos casais" e um "cancro social".

Palavras-chave: corpo – mulher araguarina – práticas sociais

Abstract: The aim of this article is to understand and make understand how people in Araguari, a town in the country of Minas Gerais, lived with changes and tough conceptions about the female body from 1940 until 1960. Inside this transformations, men and women from the araguarina society started living new social practices that destabilized the "traditional daily routine of our ancestors". Among these changes are the women "with or without It", enabling new perspectives which formed opinions and rebuilt social practices, making people feel and thing in a different way from that spread by the mediators as radio, press and cinema. So, "the modern woman's it" disseminated by the media was seen in Araguari as "the disgrace of the couples" and a "social cancro".

Key words: body – woman from Araguari – social practices

Como podemos perceber, não apenas na produção intelectual, mas sobretudo no cotidiano, a história das mulheres com a apropriação da categoria gênero, nos últimos anos vem levantando questões até então consideradas acessórias ou mesmo irrelevantes social e politicamente, abrindo, explorando e mapeando novos caminhos, ampliando novos sistemas de pensamento, criando conceitos na tentativa de estabelecer um novo olhar sobre um tema negligenciado pela educação e cultura patriarcal: representações do feminino.

Invariavelmente interpeladas e retratadas pelos meios de comunicação – publicações, fotos, filmes – as mulheres tornaram-se alvo de um discurso normativo que, persistindo no que elas deveriam ser, construiu uma imagem que contribuía para a naturalização de estereótipos. Por isso, esse artigo tem como objetivo compreender e nos fazer compreender como Araguari, cidade do interior mineiro, viveu mudanças e conviveu com

* Doutora pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Presidente Antônio Carlos/ campus Araguari – MG. Contatos: riosmaria@ig.com.br

permanências sobre os corpos femininos no período de 1940 a 1960. Interrogando os tipos de discurso, de representações e imagens sobre o corpo feminino, construídos pelos artigos veiculados pelo jornal local "Gazeta do Triangulo" e as revistas "Ave Maria" e "Ventania" que circularam pelo espaço social local ao longo desse período, pode-se chegar à finalidade proposta pelo presente trabalho.

As profundas transformações sócio-econômicas das últimas décadas dilataram, de forma considerável, a visibilidade social da mulher. De "rainha do lar", a mulher atual vem apropriando-se, cada vez mais, de papéis de destaque na esfera pública. Tal realidade é, sem dúvida alguma, uma conquista que passa por tensões, ambigüidades e conflitos evidenciados nas conquistas alcançadas pelas mulheres.

Um exemplo disso é a permanência da abordagem pela mídia em reproduzir

> *[...] a crença no singular da condição feminina, terminam por reafirmar, explícita ou implicitamente, a possibilidade histórica de uma identidade feminina, pautada na natureza universal da mulher, ou seja, para alem dos tempos e lugares, e, contraditoriamente, para além da própria história. (ENGELS, 2003: 08).*

Descobre-se que é difícil esboçar um perfil único de "uma mulher araguarina" se considerarmos os fatores tempo, lugar, classe, raça, idade etc. A percepção dessa disparidade é o primeiro passo na apreciação para a desconstrução dos estereótipos. Desconstruir, "mostrando como se deu tal processo, com a reiteração de práticas discursivas e não discursivas produz efeitos nos corpos, comportamentos e relações sociais" (RIOS, 2005: XII); de modo a revelar como as representações que instituem tais práticas integram o imaginário social, como forças reguladoras da vida em sociedade, uma vez que informa sobre a realidade e, ao mesmo tempo, estabelece um apelo a comportar-se de determinada maneira.

Assim, desconstruir o sujeito,

> *Não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica somente que suspendemos todos os compromissos com aquilo a que o termo "sujeito" se refere, e que examinamos as funções lingüísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas. (BUTLER, 1998:34)*

Desconstruir o "sujeito" construído na perspectiva essencialista, binária e fixa, é suspender todos os compromissos com aquilo a que o termo "sujeito" se refere, isto é, o sujeito universal, absoluto, racional, livre e referente, que ocupa a posição de centro das identidades sociais, sexuais e de gênero. Nessa desconstrução alteram-se, redefinem-se, realizam-se e redistribuem-se as posições do sujeito e as relações de poder. Uma

desconstrução que, finalmente, desestabiliza representações cristalizadas no imaginário social e rompe com o regime de verdade acerca das assimetrias nas relações entre os sexos.

Essa desestabilização ocorre quando os "papéis socialmente construídos para o homem e para a mulher em uma determinada sociedade se modificam e chegam até se confundir, tornando os limites entre o tipicamente masculino e o tipicamente feminino quase imperceptíveis." (MARSON, 1995/1996:70)

Busca-se, assim, com a utilização da categoria gênero, o questionamento do discurso historiográfico centrado na perspectiva essencialista e universal que desconhece o diferente e o singular.

Vale ressaltar que, quando essa autora refere-se à desestabilização dos padrões normativos de papéis e de comportamentos sociais, ela se reporta às imagens/valores/normas/significações materiais e simbólicas que instituem o real em seus aspectos social e individual. O questionamento do sujeito universal, sem dúvida, possibilitou a ampliação do foco sobre a história das mulheres, colaborando para a emergência de críticas e tensões que propiciariam a utilização de gênero como categoria para analisar as relações históricas de gênero, esse saber que "estabelece significados para as diferenças corporais e sexuais". (SCOTT, 1992:228)

Ante o duplo propósito de compreender e nos fazer compreender como Araguari, cidade do interior mineiro, viveu mudanças e conviveu com permanências sobre os corpos femininos com o intento de dar visibilidade à presença de mulheres comuns, enfocando suas relações com seus corpos e sexualidades, bem como seus comportamentos, implicam considerar as experiências das mulheres araguarinas em suas dimensões concretas/práticas e imaginárias, atentando para a natureza construtora e construída de gênero, como representação e auto-representação.

Com efeito, observa-se que as "mulheres modernas" de Araguari foram constituídas através das práticas sociais de lazer, sociabilidade, consumo e prazer, possibilitadas pela prática costumeira de seguir o exemplo propagado pelas estrelas e astros de Hollywood: a "Meca do pecado". Ao analisá-las, percebe-se como foram construídas, graças à interpelação de diferentes práticas discursivas e não discursivas, com forte poder de convencimento, de absorção.

O traço comum dos periódicos laicos e religiosos foi de identificá-las como marcas da "imoralidade" e responsáveis pela "crise da família". Daí terem sido freqüentemente lançados pela imprensa local, artigos escritos pelos setores mais conservadores da sociedade, quase sempre ligados, direta ou indiretamente, à Igreja Católica

e/ou ao seu pensamento, ao seu esquema de interpretação e significação do mundo, que classificavam e percebiam as "mulheres modernas" como ameaça aos costumes.

Significativamente, a reportagem do jornal Gazeta do Triângulo, de 09/01/1944, ao retratar a sociedade araguarina da época, contrapõe justamente à idéia de moderno a de retrocesso, no que tange à dimensão moral, aos costumes, às tradições e condutas sociais:

> *Os costumes sociais vão se modificando dia a dia. Caminhando a passo de gigante a dissolução campeia descaradamente, em todas as classes sociais. Já não mais respeitam os cabelos brancos que as austeras figuras do passado ostentam; já não se medem conseqüências ao ferir o pudor público ... Bebendo exemplos criminosos nas películas cinematográficas, a geração de hoje se contaminou e se presta a toda sorte de cinismo. Cérebros vasios, sem outra preocupação se não o da vaidade, a classe burguesa dá à proletária maus exemplos.Essa liberdade excessiva que é dada à mulher, nesta época, tem acarretado lagrimas amarga a muitos lares honestos. Onde o elemento frágil prevarica, desmorona-se o pedestal sublime da honra, da grandeza moral. (BRANDÃO, 1944: 03)*

Tem-se, aí, nesse trecho do artigo da Gazeta, a expressão do pensamento conservador, moralizante e tradicional, quando reafirma seus valores em luta com os valores modernos, receoso de ver sua solidez desmanchar-se no ar, diante das mudanças incontornáveis instauradas pela modernidade. Mudanças relativas às artes, ciências e, sobretudo, à religião, à moral, aos valores, à visão de mundo até então informada pelo sistema de pensamento cristão católico de laicização, liberdade de expressão, pensamento e ação, cultura de consumo e de comunicação de massa são responsáveis pela dissolução dos costumes, pela ruptura com as tradições e inversão dos papéis.

Enfim, esta narrativa explicita um olhar armado, preconceituoso, que tem a intenção de, através do discurso, mostrar o lado negativo da conduta feminina que estava transgredindo as regras, desafiando a ordem e sinalizando para a emergência de outro padrão de conduta social condizente com os "tempos modernos" e laicos.

Controlá-las compreendia, assim, responsabilidade dos pais e, ao apontar o "excesso de liberdade" do "elemento frágil", o autor chama a atenção para a necessidade de controlar principalmente a conduta das adolescentes e jovens da sociedade araguarina. Contrapondo-se a condutas "modernas", a reiteração discursiva opera no sentido de ressaltar a importância de preservar as mulheres daqueles excessos, via confinamento no lar. Esse era visto como o procedimento mais seguro para afiançar a estabilidade dos costumes, necessária à manutenção da posição de subordinação das mulheres naquela sociedade.

Não é outro senão o significado de inferioridade conferido às mulheres e ao feminino, ao defini-las como "cérebros vazios", "sem outra preocupação que não a da vaidade". É justamente, em razão dessa ausência, ou desse excesso, a prescrição do controle

sobre sua conduta, sobre seus corpos e sua sexualidade. Seu comportamento deveria ser pautado na "grandeza moral", entendida como o que se baseia no recato, obediência, submissão, discrição, renúncia e, sobretudo, castidade. Isso porque "honra" e "grandeza moral" associavam-se a todos esses "atributos femininos", principalmente à proibição da prática da sexualidade antes do casamento.

Afinal, ser casta, ter sua sexualidade interditada, não é senão "revelar como opera o dispositivo da sexualidade ao fazer do sexo e da sexualidade o eixo e o motor da vida social" (FOUCAULT, 1992: 92). Construir um silêncio sobre a sexualidade, negá-la sobre um corpo que se aparenta assexuado, interditá-la, controlá-la, não é senão afirmá-la em sua plena operacionalidade, em seu pleno exercício de poder e controle sobre os sujeitos.

Ponderações como essa do jornal Gazeta do Triângulo tinham como objetivo inculcar preceitos segundo os quais as jovens, desde a infância, deveriam cuidar de si, e que existem limites que elas não poderiam transpor; frisava-se constantemente que, se deixar de se "guardar" um único momento, ficariam "mal faladas", e isso resultaria não encontrar um moço de "boa família" para desposá-las.

O discurso da mídia que circulava pelo espaço social araguarino desqualificava as mulheres que não se enquadravam nos deveres morais, como a castidade antes do casamento e a fidelidade após, e condicionava a sexualidade feminina ao instinto maternal. Nesses textos, o discurso em torno do corpo tenta apresentá-lo como uno e homogêneo, de onde despontam representações estereotipadas da natureza da mulher: a passiva e sexualmente inocente e a mulher perigosa sexualmente, identificada com "Eva, a pecadora".

Assim, em torno do casamento/leito conjugal "constrói-se a fronteira do permitido/proibido, com normas que desqualificam as sexualidades periféricas". (MATOS, 2003: 119)

Gradativamente os artigos vão se diversificando e os discursos, embora mantendo os objetivos principais, vão acumulando outros elementos argumentativos como beleza, moda, cinema, baile, cigarro, moça perfeita, concursos de beleza etc, procurando envolver a sociedade como um todo numa "cruzada", em que pai/mãe teria um papel central, com o apoio da Igreja, Escola e clubes desportivos.

Os discursos em questão reiteradamente associavam as mulheres "modernas" à futilidade, pela crescente "imoralidade do cinema", preocupação com a beleza e descaso para com a família: marido e filhos. Deste modo, tais falas compreendiam uma rede intricada de significados permeada por mecanismos de ajustes e de contínuas reformulações, em que a edificação dos perfis das mulheres se fez através da tessitura de uma teia onde estiveram

presentes as relações de poder que controlavam os corpos, através de um processo dinâmico em que tais perfis se faziam e se desfaziam, consolidando diferenças e valorizando a presença das mulheres, positivamente, dentro do lar; fazendo com que elas se reconhecessem dentro da esfera familiar. Porém, enquanto posicionava as mulheres no centro da família, privilegiava e reforçava o papel dos homens no espaço público, enfatizando sua masculinidade.

Observa-se imagens similares no artigo do Jornal Gazeta do Triângulo de 11/06/1939, no qual o autor discute que as mulheres sonhavam o tempo todo em se tornarem mais belas, mais encantadoras, mais sedutoras, ou seja, com "It".

Ter "IT" é uma expressão dos anos 20, inventada nos EUA pela escritora Elinor Glyn que a dedicou à estrela de cinema Clara Bow e que, ao chegar por aqui na época, ficou incorporada ao nosso vocabulário por várias e várias décadas; ocasião em que o produtor B.P. Schulberg, magnata da Paramount, comprou de Glyn o direito de produzir um filme alcunhado de "IT" e de atribuir a expressão especificamente a Clara.

No Brasil ganhou o significado "o não sei 'Q' das mulheres", mas segundo Elinor Glyn "seria um estranho magnetismo, físico ou espiritual capaz de tornar uma pessoa irresistível para ambos os sexos, sem que essa pessoa tivesse consciência do seu poder de atração". (CASTRO, 2006: 260)

Aos olhos dos conservadores da moral tradicional, Clara era a encarnação da flapperette, no Brasil, "melindrosa": moça moderna, de cabelos curtos e boquinha de coração, que fumava, bebia e "pintava o sete". O "It" consolidou-a como a atriz mais popular de seu tempo e fez com que milhões de garotas no mundo inteiro copiassem o seu jeito de vestir, andar, maquiar e gesticular.

Detalhe importante, em Araguari "It" era explicado como um "misto de graça e pecado. É a voz do sexo ... É a capacidade de atrair uma pessoa do sexo oposto ... ou desgraça dos casais" (NEVES, 1939:07). Nessa perspectiva, a magia de sedução do sexo feminino fez com que milhões de garotas, no mundo inteiro e de Araguari, copiassem o jeito de vestir, andar, maquiar e gesticular das "beldades hollywoodianas".

Consoante com o pensamento tradicional patriarcal, os discursos giram em torno da ameaça da devassidão moral, causadora de irreparáveis danos sociais. Assim,

> *[...] a capital do cinema dita a moda ao resto da nação, não só nesse louco desenfreio dos divórcios, mas também no vestir e no estilo de viver, a tal ponto que um divórcio em Hollywood é assunto de primeira página em todos os jornais do país, e há portanto uma tendência irresistível de repetir os mesmos fatos criminosos e mundanos por aqueles que se acham em iguais ou parecidas circunstâncias.(SALAMERO,1949: 12)*

A batalha em torno do "despudor" e o "desenfreio", identificam as mudanças no comportamento das mulheres, expressas em práticas de sociabilidade vistas pelo padre Salamero como às avessas do modelo cristão de conduta. Ao fazer denúncia contra a "imoralidade", que "reina nos espetáculos nos cinemas, nos teatros, nas modas, nas diversões", aponta para uma realidade social, cujo cotidiano modificara-se em termos de condutas, valores e costumes. Com a ampliação e criação de novos espaços de sociabilidade e de lazer, estabeleceram-se outras formas mais modernas e livres de relações entre os sexos e com os corpos.

Tratar as novas formas de convivência social e de relação com os corpos como "verdadeiro cancro social" era contrapor-se às mudanças que estavam ocorrendo no pós-guerra; era deixar aflorar, mesmo de forma sub-reptícia seus desejos ocultos, em revelar aspectos diversos dos padrões desejados, particularmente no que tange ao uso do corpo e à sexualidade.

Tantas preocupações, regras e advertências evidenciavam práticas outras vivenciadas por mulheres que, com maior ou menor ousadia, contestavam os padrões estabelecidos ao fumar, exibir o corpo, usar roupas sensuais, discordar dos pais, confrontar, secreta ou abertamente, a moral sexual, trocar beijos "hollywoodianos" com os namorados no "escurinho do cinema" e em lugares de pouco movimento e iluminação.

Enfim, dentro desse esquema de pensamento publicado pela imprensa local, não é outra senão a concepção de possibilidades de transgressões, de liberação dos desejos, sexuais ou não, sinalizando para práticas e comportamentos que fugiam ao controle.

Ante um modelo institucional que oferecia como possibilidades a virtude cerceadora ou o pecado punível, havia mulheres que resistiam ao controle pretendido pela Igreja e pela família, adotando comportamentos e práticas mais condizentes com suas próprias necessidades. Um novo conceito sobre o corpo se esboçava onde a vontade pessoal teria mais importância que a reputação da família.

Essa foi uma época em que o poder de sedução das estrelas e astros de cinema marcou toda uma geração de mulheres e homens, atuando como um dos instrumentos de difusão de novos padrões de comportamento, de propagação de novos valores, exemplo de modelo para a construção de sua auto-imagem, na sociedade araguarina.

Referência Bibliográfica:

Referência bibliográficas

BRANDÃO, Ascanio. Coisas que não convém dizer.... *Revista Ave Maria*, São Paulo, n.391, ano VII, 1944, p. 03.

BUTLER, Judidt. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "Pós-modernismo". In: *Cadernos Pagu*. Campinas:UNICAMP/NEG, n.11, 1998, p.34.

CASTRO, Ruy. *Um filme é para sempre*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MARSON, Melina I. Da feminista "macha" aos homens sensíveis. In: *Cadernos AEL* – mulher, história e feminismo. Campinas: Arquivo EdgardLeuenroth, ¾ 95/1996.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Edunesp, 2003.

NEVES, Berilo. Mulheres com e sem "it*". Gazeta do Triangulo*, Araguari, 11 jun. 1939, p. 07.

RIOS, Gilma M. *Mulheres "modernas", mulheres "perigosas": gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/Mg (1940-1960)*. 2005. 227f. Tese – Doutorado em História – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SALAMERO, Luis. A adoração da carne, raízes do divórcio. *Revista Ave Maria*, São Paulo, n.38, ano LI, 1949, p. 08.

SCOTH, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: Edusp, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Debates sobre a música popular: as intervenções dos intelectuais - anos 60/70

Priscila Gomes Correa*

Resumo: A "consolidação" da música popular urbana no Brasil como linguagem privilegiada, a partir de sua inserção no mundo do consumo, provocou questionamentos e debates a respeito dos sentidos da arte/mercadoria sob um contexto de desenvolvimentismo e massificação cultural. Diante disso, neste trabalho, apresentamos algumas considerações sobre esses debates, em especial aquele despertado pelo movimento Tropicalista, justamente por abarcar a cumplicidade entre artistas e críticos.

Palavras-chave: Música Popular; Tropicalismo; Intelectuais

Abstract: La "consolidation" de la musique populaire urbaine au Brésil comme langage privilegiée, à partir de son insertion dans le monde de la consommation, a provoqué des questionnements et des débats concernant les sens de l´art/marchandise sous un contexte de massification culturelle. En face de cela, dans ce travail, nous présentons quelques considérations sur ces débats, en particulier celui réveillé par le mouvement Tropicalista, pour embrasser la complicité entre des artistes et des critiques.

Key-words: Musique Populaire; Tropicalismo; Intellectuels

Em períodos de grande agitação política ou cultural, como ocorreu no Brasil entre as décadas de 1960/70, observa-se a intensificação das intervenções dos intelectuais. Elaboram-se interpretações diversas sobre eventos e desenvolvimentos da sociedade; e identidades, culturas ou paradigmas ideológicos são reavaliados pelo universo da crítica. Pode-se dizer que a música popular começou a despertar a atenção redobrada dos intelectuais sobretudo a partir da Bossa Nova. Em 1960 o musicólogo Brasil Rocha Brito escreveu um balanço intitulado *Bossa Nova*, no qual procurou abordar a concepção musical do movimento por meio de uma "apreciação técnica", mas já identificando que "nunca antes um acontecimento ocorrido no âmbito da nossa música popular trouxera tal acirramento de controvérsias e polêmicas, motivando mesas redondas, artigos, reportagens e entrevistas, mobilizando enfim os meios de divulgação mais variados" (CAMPOS, 1993:17).

Além da variedade de enfoques teórico-metodológicos que a incipiente "história da música no Brasil" suscitava, o interesse da crítica estava ligado notadamente aos aspectos discursivos da canção popular, motivando debates sobre suas subjacentes propostas políticas

* Doutoranda – FFLCH-USP

ou culturais. E, como observou Arnaldo Contier, uma das hipóteses para esta efervescência intelectual seria "o debate em torno da arte politicamente engajada" (CONTIER, 1991:163). A propulsão da Indústria Cultural assimilou essa antiga controvérsia, os artistas estariam vinculados a posições "engajadas" ou "alienadas" frente a "nova" realidade. E, de fato, muitos compositores e cantores tomaram para si uma missão de cultura, fazendo-se intelectuais ao intervir sobre o terreno do político, compreendido no sentido de debate sobre a *cité*.

Contudo, a situação política brasileira pós-1964 provocou ainda mais confusões sobre o papel da arte sob a sociedade de massas, e foi precisamente a penetração popular da canção que a teria revelado como veículo ideal para a divulgação de determinados ideais e ideologias. Alguns artistas oriundos da Bossa Nova iniciaram um amplo movimento que desembocou na chamada *Canção de Protesto*. Vinícius de Moraes, Carlos Lyra, Edu Lobo, Nara Leão, entre outros, começaram a abordar os problemas sociais do país. Essa reversão temática, do "amor, o sorriso e a flor" para questões libertárias e participantes, nascendo e proliferando sob o debate, aprofundou o olhar crítico sobre a canção popular, enfatizando seu aspecto verbal e até mesmo sobrepujando as questões estéticas que num primeiro momento dominaram o debate sobre a Bossa Nova.

O fato é que de uma forma ou de outra a massificação cultural parecia exigir posicionamentos, e as controvérsias daí decorrentes não se restringiam ao Brasil. Os conhecidos questionamentos sobre a "cultura de massas", como os propalados pelos teóricos de Frankfurt, ainda estavam em curso. Umberto Eco tratou, então, de esclarecer que "o universo das comunicações de massa é – reconheçamo-lo ou não - o nosso universo" (ECO, s/d:11). Destarte, Eco identificou duas atitudes comuns frente à "cultura de massas", a de aprovação (intelectuais "integrados") e a de recusa (intelectuais "apocalípticos"), mas que poderiam constituir as duas faces de um mesmo problema, em que também os textos apocalípticos poderiam ser o "mais sofisticado produto oferecido ao consumo de massa" (ECO, s/d:9).

No Brasil esse tipo de polêmica abrigou outros matizes, inicialmente não estavam em questão somente as manifestações oriundas da Indústria Cultural, mas também sua associação à processos culturais estrangeiros. Antes de se contrapor à "qualidade" de seus produtos, contestava-se a sua suposta ameaça às "tradições" culturais genuinamente brasileiras. Essa relação com a cultura universal sempre foi foco de controvérsias, pois entre a recusa, assimilação ou transformação das influências externas, os intelectuais brasileiros tentavam, em verdade, refletir sobre uma inconfundível miscelânea. Sob esse aspecto, na

década de sessenta, os intelectuais estavam se voltando para as indagações dos modernistas como Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

No entanto, mesmo que essa diversidade de contraposições presente nos discursos tenha inevitavelmente refletido sobre o trabalho dos artistas, a música popular não se ofereceu, como observou José Miguel Wisnik,

> *como um campo dócil à dominação econômica da indústria cultural que se traduz numa linguagem estandardizada, nem à repressão de censura que se traduz num controle das formas de expressão política e sexual, nem às outras pressões que se traduzem nas exigências do bom gosto acadêmico ou nas exigências de um engajamento estreitamente concebido* (WISNIK, 2004:176-177).

Assim, Wisnik conseguiu sintetizar as principais preocupações dos intelectuais entre os anos 60/70, mas sem esquecer da existência da obra (música popular) em si, lembrando-nos que não se trata de um mero sintoma, de uma simples resposta ao contexto intelectual.

Mas essa maleabilidade para se interpretar a música popular foi sendo conquistada aos poucos, sobretudo depois que o tema adentrou para o campo das investigações acadêmicas. Um processo de construção do conhecimento que permaneceu por muito tempo restrito ao universo da crítica, cujas indagações norteiam até hoje muitos trabalhos, visto que tanto intelectuais quanto artistas buscaram construir a "cultura brasileira", deixando reflexões seminais. Ademais, como constatou Daniel Pécaut, "esses intelectuais e seu público, os artistas contestadores e sua platéia formam um conjunto que tem uma presença política certa, com seus próprios modos de sociabilidade e identificação" (PÉCAUT, 1990:255), ou seja, essas relações e referências presentes nos discursos sobre a música compõem também uma cultura política de ação na sociedade.

Entre os artistas/intelectuais que propuseram interpretações sobre a música popular urbana ainda no "calor da hora", isto é, entre as décadas de 60 e 70, destacam-se Walnice Nogueira Galvão, Augusto de Campos, Julio Medaglia, Affonso Romano de Sant ´anna e Caetano Veloso. A maioria dos autores desse "universo da crítica", "estiveram ou estão vinculados ao exercício de profissões próximas à produção e à difusão da música, fato que facilita o contato direto com o material musical, com a linguagem, a crítica e, principalmente, com o cotidiano dos músicos populares" (MORAES, 2000:207). A partir disso, a indústria fonográfica percebeu rapidamente que o consumo era potencializado pelas disputas de "movimentos", assim estimulando os embates através de estratégias promocionais, pois "os 'movimentos' musicais deveriam ser bem configurados a partir de

'rótulos' reconhecíveis e direcionados a faixas de públicos específicas" (NAPOLITANO, 2001:277).

Aliás, muito da atração que os festivais de música exerciam sobre o público advinha dessa espécie de partidarismo, formavam-se verdadeiras torcidas semelhantes às dos clubes de futebol: MPB *versus* Jovem Guarda ou MPB *versus* Tropicália. Tudo isso acabava refletindo nas interpretações sobre a música, redundando em comprometimentos, na maioria das vezes, involuntários, mas em determinados casos se era parcial de maneira declarada e proposital, como veremos com Augusto de Campos. Evidentemente que os estudos e pesquisas sobre a música popular urbana não se restringiam às polêmicas, muito menos estas se limitavam aos temas que abordamos até aqui. Mas são com estas generalizações que começamos a identificar algumas motivações subjetivas para as reflexões artísticas e teórico-metodológicas. Se Augusto de Campos propôs uma abordagem baseada na Teoria da Informação e Affonso Romano de Sant´anna nas conexões com a literatura; os compositores também fizeram suas intervenções não só por meio de entrevistas e artigos, mas sobretudo pelas canções. Canções que, por sua vez, eram interpretadas pelos críticos e passavam, conseqüentemente, pelo debate.

Entre os diversos debates, optamos por abordar mais detidamente aquele sobre o movimento Tropicalista, justamente por abarcar a cumplicidade entre artistas e críticos. A problemática começou a se configurar em 1965/66, quando Caetano Veloso se manifestou por meio do artigo *Primeira feira de balanço*, destacando que era preciso rever o legado de João Gilberto, o qual teria conseguido combinar inovação e tradição dando "um passo à frente", sendo preciso retomar essa "linha evolutiva". Tal idéia acabou norteando os rumos da obra de Caetano e do movimento Tropicalista, cujo marco foi o lançamento do LP *Tropicália* em 1968.

Envolvendo diversos artistas (Caetano, Gil, Mutantes, Tom Zé, Gal Costa, Rogério Duprat e, por associação, Zé Celso, Hélio Oiticica, Augusto de Campos, Nelson Motta, entre outros) esse movimento realizou uma espécie de revisão crítica da cultura brasileira no âmbito da linguagem, da informação e do consumo, despertando, como se esperava, reações de oposição. Através dessa revisão, esse grupo legitimou sua atuação, pois estabeleceu antagonismos com um outro movimento ou ideologia considerado dominante, realizando releituras de suas problemáticas e mostrando suas inconsistências. Por isso, "a singularidade do tropicalismo se revela na situação em que apareceu, quando comparada com a ideologia de *protesto*" (FAVARETTO, 1996:127).

A estratégia básica usada para atrair as atenções foi o emprego do imprevisto, do choque e da ruptura extrema com o *status quo* adquirido pelo adversário, colidindo, por conseguinte, com o próprio público, do qual também se visava uma parcela. Certamente, tratava-se de uma atitude de risco, nem sempre atraindo olhares positivos, dependendo da validade conjuntural (ou histórica) da nova proposta. Assim, o tropicalismo realizou a crítica através da *invenção* e do *estranhamento*, trabalhando a consonância entre música, poesia, dança, canto e roupa, ao adotar, inclusive, materiais da Indústria Cultural sob a *forma* das propostas das vanguardas artísticas. Construiu assim uma alegorização da realidade que provavelmente não despertaria polêmicas na década seguinte, pois os ruídos, as guitarras as roupas exóticas e coloridas estavam assimilados, dado que difundidos pela Indústria Cultural.

Entretanto, nessas condições, não ocorreria a decodificação do sentido crítico de um movimento como o Tropicalismo, a ambigüidade decorrente da colagem ou da "enumeração caótica" não seria facilmente perceptível. Pelo contrário, essas "técnicas" poderiam ser traduzidas como inserção *a-crítica* na chamada *cultura de massas*, um voltar-se para si na contemplação do individual. No entanto, esse movimento surgiu em 1968 quando o ato da apropriação na arte contemporânea, ainda era encarado em suas ambigüidades, exigindo reflexão. Portanto, identificar o lugar histórico do movimento é fundamental, só assim faz sentido a justificativa de Augusto de Campos: "naquele tempo, você era a favor ou contra", ao colocar-se na linha de frente da "fuzilaria" em favor da Tropicália.

A partir disso, Augusto de Campos, do grupo dos poetas concretos, escreveu diversos artigos acerca da música popular, publicando no início de 1968 uma coletânea de artigos "*O Balanço da Bossa*", na qual defendia uma visão evolutiva da música popular, que o "grupo baiano" (Caetano, Gil, Gal, Torquato, etc.) estaria concretizando. Ora, nesse mesmo ano o movimento tropicalista se estruturou, divulgando-se através de discos, *happenings*, shows, e da televisão; e entre seus "teorizadores" estava Augusto de Campos, que explicava as músicas e atividades tropicalistas, definia conceitos e objetivos, interpretava e construía as "engrenagens", logo adotadas pelos artistas: "afinal, não era nada que viesse desmentir ou negar a nossa condição de artista, nossa posição, nosso pensamento, não era. Mas a gente é posta em certas engrenagens e tem que responder por elas" (FAVARETTO, op. cit:21) salientou Gilberto Gil.

Desse modo, semelhante ao que ocorria nas artes plásticas, os críticos interpretavam para o público o sentido das atividades artísticas, por isso pode-se dizer que Augusto de Campos atuou no movimento ao se propor, por exemplo, interpretar as experimentações ao vivo (efêmeras) realizadas pelos tropicalistas, os *happenings*. Essa arte do

precário e do passageiro exigia uma análise para materializar seus efeitos, tratando-se de uma manifestação de contexto que provoca diversas reações no público: *"Não gostei. Não entendi nada"*. "É a própria estética que entra em crise, para dar lugar a uma possível "lógica de preferência", que seria a estética da sociedade de massa ou de consumo em massa" (PIGNATARI, 1971:234).

Por isso foi de grande importância a atividade do crítico para o movimento, e as considerações acima esclarecem "a lógica de preferência" na qual se inseriu Campos quando escreveu o artigo "É Proibido Proibir os Baianos" publicado no *Correio da Manhã* em 30/10/68. Esse artigo parece-nos muito sugestivo, pois, tratando-se de uma clara tomada de posição, o autor realiza uma síntese das influências e objetivos do movimento. O pretexto é o incidente com Caetano Veloso ocorrido, semanas antes, nas eliminatórias do *III Festival Internacional da Canção* no TUCA (Teatro da Universidade Católica), no qual Caetano ao apresentar sua canção "É proibido proibir" foi severamente repudiado com vaias pelo público, realizando um *happening* de protesto contra esta reação. Campos, que estava presente nesta apresentação de 15 de setembro, escreveu o artigo supracitado em favor de Caetano repudiando a reação do público, num texto na mesma linha do discurso proferido por Caetano na ocasião, porém com maior embasamento teórico.

Nesse artigo, Augusto de Campos evidencia, primeiramente, os possíveis sustentáculos das idéias, "incompreendidas", dos tropicalistas, que aplicam o método antropofágico de Oswald de Andrade, partem da contribuição de João Gilberto, e "voltam a pôr em xeque e em choque toda a tradição musical brasileira, bossa-nova inclusive, em confronto com os novos dados do contexto universal".(CAMPOS, op. cit:262). Assim, a tropicália desmistifica a tradicional música brasileira ao colocar em conflito seus principais elementos a partir de novos dados obtidos com a associação à musica de vanguarda. Assim, Caetano e os baianos levam toda esta "implosão informativa" para o consumo, pois produzem informação ao violarem o código de convenções que o rege. Essa violação ocorre em conseqüência da criação de uma nova linguagem que associa diversos elementos sonoros e visuais. Caetano, Gil e os Mutantes ao atuarem dessa forma foram intensamente vaiados, mas souberam se apropriar da ocasião, inserindo tudo num *happening*, assim produzindo informação nova a partir do *estranhamento*.

Contudo, diz Campos, esta mensagem não foi apreendida pelo público que estava preso a preconceitos ideológicos (*conservadores, stalinistas e nacionalóides*). Assim, o autor deixa claro quem é o seu interlocutor, parte da esquerda e os adeptos da *canção de protesto*, aqueles que ainda se pautam na oposição entre participação e alienação, dicotomia anulada

pelos tropicalistas ao tentarem despertar "a consciência da sociedade repressiva que nos submete", mas esse público estaria alienado a essa condição, a negando.

Campos tenta, portanto, pôr a nu a incoerência desse público que vaiou Caetano, por meio de um argumento semiótico, justificando, destarte, seu ataque direto aos "protestistas". Ademais, acaba justificando a vaia tanto por meio da Teoria da Informação quanto pela comparação com grandes artistas do início do século que também, em seu tempo, foram vaiados e incompreendidos (Maiakovski, Schonberg e Debussy, entre outros), mas que enfim eram grandes gênios inventores. Como o público desses artistas o de Caetano no TUCA cometeu o erro de dispensar informação criativa, por estar preso à redundância cultural e integrado inconscientemente a preconceitos e ao Sistema.

De tal maneira, justifica-se o movimento tropicalista ao mesmo tempo em que se desatualiza qualquer oposição naquele momento, pois ao colocar o grupo como vanguarda ("'É proibido Proibir' ficará como um marco de coragem e de integridade artística") desloca-se seu julgamento para o futuro. Por isso recusa o uso do sufixo "ismo" que historiciza o movimento, daí a preferência pelo termo "protestistas" em referência aos ditos adversários, encerrando esse grupo dentro do chamado *Sistema*, ou seja, nos limites do previsível. Por esse mesmo viés de desqualificação, remete-se ao público dos festivais, que seria especificamente de universitários e não o "povo", colocando em dúvida o caráter popular do festival. Por outro lado, à "música popular de vanguarda" elaborada pelos tropicalistas, não se aplicaria mais o termo "popular" com sua definição corrente:

> *são eles, hoje, indiscutivelmente, cantando simples ou menos simples, com ou sem pretensão, a vanguarda viva da música popular brasileira, talvez já não tão "popular", na acepção meramente quantitativa do termo, mas - a partir deles cada vez mais inventiva.* (CAMPOS, op. cit.: 292).

Diante disso, a complementaridade entre o texto de Campos e o discurso proferido por Caetano Veloso no TUCA reforça a nossa idéia de *mão dupla* entre crítica e tropicália: "o problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira". Esta frase do discurso de Caetano foi, como vimos, reanimada por Campos, e tamanha parcialidade do crítico foi comentada, posteriormente, até pelo próprio Caetano: "na defesa ostensiva dos tropicalistas, Augusto de Campos deixara ver não apenas como se desenvolvera sua combatividade, mas também como esta mesma combatividade criara-lhe limitações" (VELOSO, 1997:225) Limitações que estavam ligadas ao próprio critério básico que passou a fundamentar as críticas de Campos: *a inovação.*

Referências Bibliográficas

CAMPOS, A. de *Balanço da bossa e outras bossas*. São Paulo, Perspectiva, 1993

CONTIER, A. D. Música no Brasil: História e Interdisciplinaridade. Algumas Interpretações (1926-1980). *Anais do XVI Simpósio da ANPUH* de 1991

ECO, U. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, s/d

FAVARETTO, C. *Tropicália, Alegoria, Alegria*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1996

MORAES, J. G. V. de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. *Revista Brasileira de História*. SP, v.20, nº39, 2000

NAPOLITANO, M. *"Seguindo a Canção": engajamento político e Industria Cultural na MPB (1959-1969).* São Paulo, Annablume: Fapesp, 2001

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990

PIGNATARI, D. *Contracomunicação.* São Paulo, Perspectiva, 1971

VELOSO, C. *Alegria, alegria.* Rio de Janeiro, Pedra Q. Ronca, 1977

VELOSO, C. *Verdade Tropical*. São Paulo, Cia das Letras, 1997

WISNIK, J. M. O Minuto e o milênio ou Por Favor, Professor, uma década de cada vez. In. *Sem Receita*. São Paulo, Publifolha, 2004

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Como se deve escrever a história do Brasil": uma leitura de von Martius

Neuma Brilhante Rodrigues[1]

Resumo: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu concursos para incentivar a produção de seus membros. Entre esses, o vencido por von Martius viria a ser o mais célebre. O presente texto propõe que a escolha do famoso escrito de von Martius foi devida à sua síntese de idéias que já guiavam, mas de modo assistemático, as produções daquele Instituto.

Palavras-chave: Historiografia – IHGB – von Martius

Abstract: The Brazilian Institute of History and Geography promoted several contests to advance the production of it's members. Amongst them, the awarded paper from von Martius became the most celebrated. The present text dispute that it's choice was a consequence of the ideas in the paper that captured the IHGB non-methodized guidelines rather than it's innovation or methodological integrity.

Key-words: Historiography – IHGB – von Martius

A fundação e o encaminhamento dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estavam intimamente ligados ao momento histórico vivido pelo país: tramas políticas, assim como preocupações quanto à construção da unidade brasileira e o contato com as idéias européias sobre o conhecimento histórico, informavam os intelectuais e políticos que, reunidos e legitimados pela tutela daquela instituição, pensavam o país.

A escrita de uma história geral do Brasil fora discutida já no primeiro ano daquela agremiação. O marechal Raimundo José da Cunha Mattos, fundador do Instituto junto com Januário da Cunha Barbosa, apresentou o tema já na primeira sessão, nos seguintes termos:

> *[...] continuarei a sustentar que ora não convém, nem é possível escrever de um só jato a história geral do império do Brasil, que seja digna dele e faça honra aos membros desse instituto, que de tal tarefa houverem de ser encarregados. (RIHGB, 1863/XXVI:122)*

Em decorrência do debate e, possivelmente, por se sentir realmente incapacitada de levar a cabo essa grande tarefa, a mesa diretora do IHGB resolveu abrir um concurso para a escolha do melhor plano para a escrita da história do Brasil, cujas normas foram publicadas no tomo II da Revista.

---

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, bolsista CNPq.

Passados anos do seu lançamento, a comissão responsável premiou a proposta apresentada por Karl Friedrich Philipp von Martius, que teve como único concorrente o diplomata russo Júlio Wallestein, com o trabalho intitulado "*Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil"* (RIHGB, 1882/XLV:159-160).

Wallestein propôs, de modo breve e superficial, a escrita de uma história essencialmente política e dividida por décadas, de modo muito próximo do que já havia sido apresentado por Januário da Cunha Barbosa em sessão e publicada no primeiro número da Revista. Consistia na divisão da história do Brasil em dois grandes blocos: antes e depois da chegada dos portugueses. Diante da falta de fontes, a história antiga brasileira não poderia ser escrita por décadas, restringindo-se a uma apresentação descritiva das nações indígenas que habitavam o Brasil. Quanto à história moderna, o autor compartilhava da preocupação de muitos sócios sobre a impossibilidade da escrita da história contemporânea de forma objetiva e imparcial. Diante dessa dificuldade, a tal História Geral do Brasil teria como seu marco final no ano de 1822. Sobre essa proposta, o comitê responsável pelo resultado do concurso – formado por Francisco Freire Allemão, monsenhor Manoel Joaquim da Silveira e Thomás Gomes dos Santos –, diria apenas que o concorrente não devia ter entendido bem em que consistia o concurso (RIHGB, 1847/IX). Ou seja, sua proposta não era, de fato, digna de ser discutida. O parecer não revela de modo mais claro o que desqualificava a proposta de Wallestein.

Escrito em Munique em 1843, o texto "*Como se deve escrever a História do Brasil"* fora publicado em 1844. Nascido em Erlange, na Bavária, atual Alemanha, von Martius integrou a comitiva que veio ao Brasil quando do casamento de d. Pedro I e dona Maria Leopoldina, viajando pelo interior do Brasil entre 1817 e 1820. Médico por formação, esse naturalista estava especialmente interessado na flora brasileira. Além de suas pesquisas em botânica, que resultaram em um reconhecido trabalho denominado *Flora Brasiliensis*, von Martius também se dedicou ao estudo das doenças e da organização dos indígenas, que sobre os quais publicou "*O estado de direito entre os autóctones do Brasil"* [2]. Voltando à Europa, foi professor da Universidade de Munique e, posteriormente, diretor do Jardim Botânico daquela cidade. Respeitado conhecedor do Brasil, foi um dos sócios correspondentes fundadores do IHGB.

O naturalista e médico Von Martius, já então um reconhecido membro da 'república das letras', iniciara sua proposta com a afirmação de que a singularidade brasileira

[2] MARTIUS, Karl Friedich Philipp von. *O estado de direito entre os autóctones do Brasil.* EdUSP: São Paulo, 1982.

como nação viria da miscigenação de sua população, constituída da mistura do negro, do índio e do branco.

> *Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. (RIHGB, 1953/CCIXX:187)*[3]

As três raças participaram na formação da população, mas a influência de cada uma dependia do seu número e de sua «força moral», concluindo que:

> *Disso necessariamente se segue que o português que, como descobridor, conquistador e senhor, deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente, que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. (...) O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica. (p.188-189)*

Mas como defender a idéia do "Brasil mestiço" diante de uma elite que se via como desdobramento da civilização européia nos trópicos? Lançada sua tese principal e tendo consciência da resistência que sua proposta enfrentaria, von Martius seguiu como principal estratégica a desqualificação científica daqueles que à ela se opusessem:

> *Sei muito bem que brancos haverá que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia; mas estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma historiografia filosófica do Brasil. Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda têm, as raças índia e etiópica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo. (P.188)*

O naturalista demonstrara com isso estar a par das pretensões do IHGB quanto à sua imagem de lugar imparcial para produção do conhecimento, e de seus sócios como homens de ciência, cujo trabalho teria como um dos principais suportes a imparcialidade. O naturalista alemão continuava apelando para recorrências religiosas e humanitárias: aceitar a participação das 'raças inferiores' seria, antes de tudo, um ato de filantropia.

> *Portanto, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas que, nesse país, são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim. (p. 189)*

Para Martius, portanto, a história brasileira deveria procurar na miscigenação os matizes do desenvolvimento 'natural' do Brasil, correlacionando passado, presente e futuro. A

[3] As citações a seguir são todas desta edição, que a partir de agora será identificada apenas pelo número de sua página.

miscigenação se apresentava como o cerne da abordagem metodológica que visava apreender a realidade brasileira, mas seria, também, o resultado final de um processo histórico.

Para compreender o papel das raças na formação da população, era necessário o estudo de cada uma delas, englobando o período anterior ao contato, o contato em si e a dinâmica das relações posteriores.

O primeiro dos troncos raciais a ser trabalhado em *Como se deve* ...foi o indígena, cuja "natureza primitiva" deveria ser compreendida para, só depois, ser estudado em suas relações com os brancos e negros. As investigações historiográficas sobre os indígenas deveriam obedecer ao seguinte método:

> *Em primeiro lugar, devemos considerar o indígena brasileiro em suas manifestações exteriores, como ente físico, e compará-lo com os povos vizinhos da mesma raça. O passo imediato nos levará à esfera da alma e da inteligência destes homens; a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua atividade espiritual e como ela se manifesta por documentos histórico. (p. 191)*

Von Martius propunha um trabalho 'etnográfico', baseado na observação direta e, principalmente, no estudo da língua, visto como o "documento mais geral" e "significativo". Compartilhando das idéias de degeneração do homem americano, defendidas, sobretudo, por Buffon e De Pauw, von Martius acreditava que os índios brasileiros constituíram resquícios de uma antiga civilização, contando com um número bastante reduzido no momento do contato com os europeus, o que facilitara a conquista. A existência desta civilização decadente teria como um dos principais indícios o uso da língua Tupi na maior parte do território brasileiro, chegando a alcançar outros países

A esses tópicos seriam acrescidas questões referentes às regras de conduta seguidas nas tribos, e nas relações intertribais; o conhecimento indígena relativo aos fenômenos naturais e ao uso das plantas; por fim, os seus hábitos e costumes em geral. O próprio von Martius publicou a respeito desses aspectos o já citado *O estado de direito* .... Por fim, sugere estudos comparativos entre os indígenas de diferentes regiões da América.

O segundo tronco a ser comentado foi o português. Seguindo a mesma lógica usada com as questões indígenas, o autor sugeriu estudos que englobassem o mundo português na Europa e a sua implantação na América. Nesse sentido, era preciso compreender a dinâmica do Império ultramarino português, no qual o Brasil esteve inserido, destacando que a conquista e colonização da América não podiam ser explicadas a partir da lógica colonialista que começavam a ser praticadas a partir dos finais dos oitocentos. O estudo da legislação lusitana, principalmente no que se refere à organização dos municípios, era essencial para a compreensão dessa ocupação do território americano.

As relações eclesiásticas e monacais também mereceram o destaque de von Martius. Aliás, o autor via na atuação das ordens religiosas no Brasil um fator essencial no processo de civilização do país, e chamou a atenção para a potencialidade dos arquivos dessas ordens como fontes privilegiadas para a história colonial, principalmente os dos jesuítas:

> *A atividade com que os jesuítas se ocupavam em missões, facultou-lhes meios para que possuíssem as mais variadas e, em grande parte, muito importantes notícias sobre a vida doméstica e civil, assim como sobre as línguas e outros conhecimentos dos índios. Muitas destas notícias ficariam até hoje sem serem aproveitadas e jazem dispersas nos arquivos da ordem ou nas bibliotecas a que estas tocaram depois da supressão desta ordem religiosa. (p. 197)*

A idéia de continuidade entre o mundo português e o brasileiro era especialmente enfatizada em relação à permanência de uma mesma tradição intelectual:

> *(...) pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso da poesia, retórica e todas as demais ciências de Portugal, mostrar a sua posição relativa às mesmas do resto da Europa e apontar qual a influência que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil. (P.198)*

Portanto, se o Brasil era um país indiscutivelmente mestiço, seu público-alvo era apresentado como pouco atingido pela miscigenação, na medida em que fazia parte das "classes elevadas", onde a mescla das raças apenas começava a ser ensaiada. Além disso, esta elite estava a salvo de qualquer efeito degradante do processo, visto que acompanhava de modo mais direto e sistemático o pensamento e o meio de vida europeus, civilizados. Portanto, se, por um lado, a concepção do Brasil como um país mestiço – positiva ou negativamente – qualificava o país e o distinguia dos demais, mantinha-se a idéia dos brasileiros como, antes de tudo, herdeiros diretos do mundo luso e, portanto, das luzes da civilização européia.

> *[...] achará o historiador um atrativo variadíssimo na narração das numerosas viagens de descobertas e incursões dos diferentes pontos do litoral para os desertos longínquos do interior (os sertões), empreendidas em procura de ouro e pedras preciosas, ou com o fim de cativar e levar como escravos os indígenas. (P.199)*

Assim, von Martius chamava a atenção dos seus leitores para o último aspecto das atividades da população branca importante para o desenvolvimento da história nacional: as entradas e bandeiras. Esse movimento de exploração fora essencial para a manutenção de um certo espírito aventureiro português, responsável pela ampliação do território brasileiro e pelo descobrimento de importantes fontes de riquezas.

O último grupo racial a ser destacado por von Martius foi o negro.

> *Não há dúvida que o Brasil teria tido um tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros. Se para o melhor ou para o pior, este*

> *problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido ocasião de ponderar todas as influências que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população. (P.200)*

Com essas palavras, von Martius iniciou sua argumentação sobre o terceiro e último "tronco" racial brasileiro. O tratamento dado a esse grupo se diferencia em relação aos demais por sua brevidade. Enquanto aos índios e brancos foram reservadas algumas páginas, aos negros seriam dedicados apenas dois parágrafos. A abordagem de Martius sobre os negros em si seria bastante genérica:

> *Mas, no atual estado das coisas, mister é indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, etc., etc., se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brasil. (P.200)*

Escrever sobre a participação negra na formação e construção de um 'espírito nacional brasileiro' era particularmente complicado. A implantação e manutenção da sistemática escravização africana exigiram a elaboração de pressupostos de inferioridade intrínseca das populações negras.

Um ponto que considero particularmente interessante diz respeito à idéia da existência de influências mútuas entre o Brasil, as possessões na África e Portugal. Ficaria claro que von Martius não percebia o movimento de colonização apenas no sentido metrópole-colônia, mas via a possibilidade de refluxos de idéias, pessoas e mercadorias entre as diversas partes do mundo português:

> *Sendo a África visitada pelos portugueses antes da descoberta do Brasil e tirando eles deste país grandes vantagens comerciais, é fora de dúvida que já naquele momento influía nos costumes o desenvolvimento político de Portugal. (...) Dever-se-á mostrar que movimento imprimiam na indústria, agricultura e o comércio das colônias africanas para com as do Brasil, e vice-versa. (...) Enfim, será conveniente indicar qual a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal. (P.201)*

Se, para von Martius, o encontro das raças constituía o eixo central da compreensão histórica do Brasil, era necessário estudar como esse encontro se deu ao longo do território. Considerando a imensidão do país e a pluralidade de sua geografia e população, o autor sugeriu estudos de história regional. A divisão em regiões por esse viajante bávaro teve por base a similitude do meio e a caracterização da ocupação pelos europeus, mas cujo estudo demonstraria pertença de tais partes à uma unidade maior, à nação brasileira. Para tal, as viagens científicas seriam essenciais:

> *Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita e colocá-los em um verdadeiro nexo pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de*

> *Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte, outras conjunturas históricas.* (P.203)

Por último, o naturalista apresentou uma série de considerações sobre o papel político da escrita da história. Essa, vista por ele como "mestra da vida", deveria fornecer dados para a compreensão e atuação no presente, a fim de firmar um futuro desejável.

> *O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. (...) Para eles, pois, deverá ser calculado o livro* [da história do Brasil], *para convencê-los por uma maneira destra da inexeqüibilidade de seus projetos utópicos (...) e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravo. (...)* Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. *(P.204)*

A proposta de von Martius se constituía em um projeto centralizador, monarquista, filosófico, pragmático e, apesar de ter como sua base fundamental a questão da miscigenação racial, era essencialmente branca. Portanto, era uma síntese dos ideais presentes do IHGB desde sua fundação, o que pode ser explicado pelo contato que von Martius estabelecera com o IHGB desde a sua fundação, e dos da instituição com as idéias européias acerca do conhecimento. Além de ser leitor da Revista desse Instituto, ele manteve correspondência com Januário da Cunha Barboza – primeiro secretário – estando, portanto, a par do posicionamento do Instituto em relação às suas pretensões políticas e acadêmicas.

Ao observar os primeiros números da Revista do IHGB, se percebe que muitas das perspectivas apresentadas por Martius haviam sido anteriormente vislumbradas pelos próprios membros do IHGB. Januário da Cunha Barboza e José Silvestre Rebelo escreveram sobre as relações entre brancos, negros e índios no *Programa: Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas...*(RIHGB, 1839/I:123-133). O visconde de São Leopoldo desenvolveu, no mesmo tomo, a idéia da existência de uma tradição de letras no Brasil, fundada no período colonial, à qual o IHGB estaria ligado. No tomo seguinte, Cunha Barboza escreveria sobre a possibilidade de "civilização" do indígena por meio da catequese, dando especial atenção à atuação dos jesuítas. Em 1841, por sua vez, foi publicada uma carta de Varnhagen na qual defendia o estudo da língua indígena e da organização de dicionários e gramáticas. A questão da construção de uma nação brasileira a partir da amálgama das raças já era problematizada por Bonifácio no contexto da Independência.

Em geral, o projeto de von Martius foi visto por vários autores como o condutor principal da escrita da história brasileira no século XIX, tendo Varnhagen como seu principal seguidor. Entretanto, acredito ser difícil pontuar o lugar de sua influência, pois, ao meu ver, o projeto de von Martius foi premiado muito mais por seu papel sintetizador das idéias que já

direcionavam os trabalhos do IHGB, mas que se encontravam dispersas, do que pela existência nele de pressupostos inovadores ou pelo rigor metodológico de sua proposta.

Portanto, ao comparar esses temas desenvolvidos por seus sócios ao longo dos primeiros anos do IHGB com os presentes na proposta de Martius, verifica-se uma grande coincidência.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Migrações para São Paulo pós Segunda Guerra Mundial. Desafios de normatização da diversidade.

Odair da Cruz Paiva*

Abstract: This communication centers in the experience of work with relative documentation immigration for São Paulo between 1947-1980. The access to the registers on the immigrants entered in this period presented many challenges to the researchers, amongst them, its spalling, volume and diversity. Approximately 60,000 registers inform data as nationality, region of origin and destination, sex, profession, religion, companies employers and wages. The meeting of this documentary set in a data base, its classification, organization and insertion of the information in a data base, had been the found alternatives to make possible the rescue, analysis and quantification of collective profiles or individual trajectories. A multidiscipline look, involving sociologists, historians and professionals of computer science was fudamental for the consolidation of the computerization proposal documentary.
Key Words Documentantion, Immigration, Data Base
Palavras-Chave: Documentação, Imigração, Informatização

Considerações Preliminares

Parte da história da imigração pós II Guerra Mundial para o Estado de São Paulo está inscrita em vários conjuntos documentais depositados no acervo do Memorial do Imigrante em São Paulo. *Avisos de Chamada, Curriculum Vitae, Pedidos de Mão-de-Obra Qualificada, Fichas de Registro de Imigrantes e de Colocação em Empresas* e mesmo por documentos pessoais, fazem parte desse conjunto cujo acesso apresenta muitos desafios aos pesquisadores que se interessam pelo tema da imigração nesse período. A reunião desse conjunto documental e, conseqüentemente, sua classificação, organização e inserção das informações num banco de dados, foram as alternativas encontradas para possibilitar o resgate, análise e quantificação de perfis coletivos ou de trajetórias individuais, dada a desorganização do arquivo.

Embora já incorporados como ferramenta importante na organização de acervos em arquivos, museus, centros de documentação ou bibliotecas, o uso dos recursos da informática continua sendo um desafio na medida em que as especificidades dos acervos e a

* Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

multiplicidade de demandas que incidem sobre as informações inviabilizam a utilização de soluções padronizadas. Um olhar multidisciplinar, envolvendo sociólogos, historiadores e profissionais de informática foi fundamental para a consolidação da proposta de informatização documental que fez parte das atividades desta pesquisa.

O objetivo dessa é apresentar os desafios da construção de um banco de dados que fosse compatível com as características particulares desses registros e, ao mesmo tempo, flexível, para possibilitar o atendimento de demandas diferenciadas de pesquisadores interessados nas informações contidas nessa documentação.

Um breve histórico sobre a Hospedaria de Imigrantes da Capital e seu acervo documental.

A antiga Hospedaria de Imigrantes da Capital, construída entre 1886 e 1887 no bairro do Brás e inaugurada em 1888, recebeu aproximadamente 1.900.000 imigrantes - oriundos da Europa, Ásia e Oriente Médio [1] - entre o final do século XIX 1978 (PAIVA, 2000 a). Recepção, triagem e encaminhamento eram algumas das principais atribuições da Hospedaria de Imigrantes. Ligada à Secretaria da Agricultura e um dos instrumentos da política de mão-de-obra para o campo, de suas dependências saíram grande parte dos *braços* para o trabalho nas fazendas de café e algodão no interior paulista entre o final do século XIX até os anos 1950. A partir dos anos 1950, o crescimento das atividades industriais em São Paulo alterou, em grande parte, o perfil dos trabalhadores nela alojados; de camponeses a trabalhadores urbano-industriais, os serviços foram atualizados mas mantiveram-se os objetivos originais: recepção, triagem e encaminhamento.

A riqueza, variedade e volume desses registros fazem com que o acervo documental da Hospedaria seja uma referência importante para estudos sobre a história dos deslocamentos populacionais para São Paulo. Desde 1998, o Memorial do Imigrante, instalado no antigo prédio da Hospedaria de Imigrantes, e ligado ao Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria de Estado da Cultura, tem sob sua responsabilidade a guarda, preservação e divulgação do patrimônio da antiga Hospedaria. A maior parte do acervo compõe-se de documentação textual identificada, em linhas gerais, como segue: *Listas de Bordo. Vapores aportados e saídos de Santos.* a) Imigrantes Entrados (1888 – 1978). *Livros de Registro de Imigrantes e Migrantes Alojados na Hospedaria – Hospedaria do Bom Retiro*

[1] O total de imigrantes entrados no Estado de São Paulo entre 1827 e 1960 - segundo estatísticas oficiais - foi de 2.600.000. A Hospedaria de Imigrantes recebeu 73% deste total.

e Hospedaria do Brás. 109 Livros de Registro que abrangem o período entre 1882 e 1930. *Processos Administrativos da Secretaria da Agricultura e Fichas de Registro de Imigrantes; Pedidos de Mão-de-Obra Qualificada; Avisos de Chamada; Curriculum Vitae.* (Documentação referente à imigração pós II-Guerra Mundial). (PAIVA, 2000 b).

Estima-se ainda outros 10.000 documentos referentes a *Avisos de Chamada, Pedidos de Mão-de-Obra Qualificada e Curriculum Vitae*. Do ponto de vista cronológico, este grupo documental se divide em duas fases: entre 1947 e 1951 há uma preponderância de refugiados de guerra (oriundos fundamentalmente do Leste Europeu); após este período até o final dos anos 1970, o perfil modifica-se com a entrada de trabalhadores de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses) inseridos nas atividades industriais em São Paulo.

A diversidade documental do acervo do Memorial do Imigrante coloca desafios que vão de questões ligadas à preservação dos documentos até as dificuldades em disponibilizar as informações presentes nos diversos grupos documentais aos pesquisadores e mesmo a um público mais amplo. Levando-se em consideração a realidade do acervo do Memorial do Imigrante, podemos considerar que disponibilizar as informações constituiu um dos maiores desafios. Desde 1995, quando do início do *Projeto de Informatização dos Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes*, a incorporação dos recursos da informática na montagem de um banco de dados que pudesse armazenar integralmente as informações constantes nos livros de registros representou um passo importante para se produzir um conhecimento institucional próprio e de acordo com as demandas específicas da documentação.

Produção da documentação e dinâmica imigratória do pós-guerra.

A entrada de imigrantes no país pós II Guerra Mundial, pode ser considerada como resultado da retomada da política imigratória após o *intermezzo* das décadas de 1930/40. Historicamente identificada pela ênfase na absorção de trabalhadores para a agricultura, a imigração neste período caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais. A maior parte desses fixaram-se em São Paulo, dada a ampliação e modernização do parque industrial. A dinamização de novos ramos da produção, como a indústria automobilística, a eletro-eletrônica e a químico-farmacêutica, produziu novos postos de trabalho e novas ocupações,

criando assim, um mercado de trabalho ligado direta e indiretamente aos setores mais dinâmicos da economia.

A dinâmica de inserção desses imigrantes, por intermédio dos acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais criou formas de registro as mais variadas. O maior grupo documental constitui-se das *Fichas de Registro de Imigrantes.* Estas foram produzidas a partir das necessidades de identificação dos imigrantes chegados na Hospedaria de Campo Limpo Paulista e, após 1951, na Hospedaria de Imigrantes da Capital. Por estas *Fichas,* além da identificação, também era feito o acompanhamento da *vida profissional* do imigrante, bem como os integrantes de sua família.

Outro grupo de documentos constitui-se dos *Curriculum Vitae*. Estes foram produzidos na Europa a partir das informações recebidas pelo *Escritório do Brasil* no CIME em Genebra. Traduzidos e enviados ao Brasil, eles informaram aspectos considerados importantes da vida profissional do imigrante e que potencialmente poderiam ser valorizados no Brasil. Os *Curriculum* arquivados no acervo do Memorial do Imigrante expressam um universo significativo dos imigrantes aceitos no mercado de trabalho industrial paulista. Entre o envio do *Curriculum* e sua eventual aceitação, foram produzidos dois outros conjuntos documentais. Um deles são os *Avisos de Chegada*. Como o próprio nome já explicita, trata-se de um documento que informava a data de chegada do imigrante, a forma de transporte (naval ou aéreo) e o seu destino.

Outro conjunto documental é composto pelos *Pedidos de Mão-de-Obra Qualificada.* Após terem seus *Curriculum* aprovados, as empresas enviavam ao Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa (órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores) o referido *Pedido*, informando as condições de aceitação do imigrante.

Assim, o fluxo de documentos pressupunha, em muitos casos, a produção dos seguintes grupos documentais e na seguinte ordem: *Curriculum, Pedido de Mão-de-Obra, Aviso de Chegada e Ficha de Registro.* A sobreposição de diferentes conjuntos documentais no registro do mesmo imigrante trouxe, como teremos oportunidade em apontar no item seguinte desse texto, problemas de várias ordens no cotidiano dos trabalhos de informatização dessa documentação.

Desafios na normatização da diversidade.

Consideramos que todo o esforço em inserir informações em uma base de dados informatizada, potencialmente, produz problemas que são atinentes ao próprio sentido do

trabalho. Reunir, organizar e classificar informações de conjuntos documentais que, em sua origem, foram produzidos para o atendimento de demandas e interesses particulares e, cuja *lógica produtora* respondia a questões pragmáticas do cotidiano daquele trabalho, nos obriga a refletir sobre os desafios da *normatização da diversidade.*

Assim, devemos considerar a existência de três tipos de dificuldades quando da criação de bancos de dados que tem por finalidade a coleta de informações de documentos históricos e que, posteriormente, serão analisados, reorganizados, ou comparados com informações oriundas de outras fontes. São elas: a) Arquivos que possuem tipos documentais diversos mas que compõem um mesmo conjunto temático. Trata-se de arquivos que agregam documentos em formas variadas, produzidos, não necessariamente pela mesma fonte e que, dada a recorrência da(s) mesma(s) informação(ões) ou sua complementaridade, constituem-se como conjuntos diversos, porém, *orgânicos.* b) A existência de um vivido da documentação que é, também, produtor de *informações discrepantes* - para sermos menos críticos com as gerações pretéritas – como registros que confundem os gêneros, erros em datas, em nomes de localidades, etc. Seguir à risca a máxima positivista de *respeito ao documento* e, ao mesmo tempo, alimentar com informações confiáveis e se possível precisas, constitui um desafio a ser superado cotidianamente. c) A necessidade em se *antecipar* ao pesquisador, futuro usuário desse banco de dados. Questões como: a quem interessa essas informações?, qual sua forma de aplicação?, são questões pertinentes e conduzem à uma tarefa complexa que, entretanto, não deve ser executada à exaustão, na medida em que não há como se ter uma antevisão da totalidade das necessidades de pesquisa.

Como afirmamos anteriormente, os registros sobre a entrada de imigrantes no período pós II Guerra Mundial estão inscritos em tipos documentais diversos. A primeira dificuldade para a criação de um banco de dados com essa documentação reside no fato de que existem múltiplos registros sobre o mesmo imigrante distribuídos em documentos com estruturas variadas. Isto impede a escolha de um formato padrão, que tenha como modelo, por exemplo, o tipo documental mais volumoso.

Para ilustrar: a maior parte constitui-se das *Fichas de Registro de Imigrantes*, produzidas a princípio, na Hospedaria de Campo Limpo para o registro dos imigrantes deslocados e refugiados de guerra no período 1947-1951 e, em seguida utilizadas para os imigrantes entrados nas décadas de 1950 a 1970. Encontramos nessas fichas as seguintes informações: Nome; Naturalidade; Nacionalidade; Data de Nascimento; Filiação; Data de Chegada no Brasil; Nome do Vapor; Data da Entrada na Hospedaria; Composição Familiar; Empregador; Endereço; Profissão; Salário; Data de Admissão; Endereço de Residência.

A produção de um banco de dados que levasse em consideração as necessidades de armazenamento dessas informações não representaria qualquer desafio ao menos do ponto de vista técnico. No entanto, muitas das informações sobre o mesmo imigrante, constantes nas *Fichas* estão, também, presentes em outros conjuntos documentais, como o caso dos *Curriculum Vitae*, produzidos pelo C.I.M.E entre os anos 1950 e 1980. Neles encontramos: Nome; Profissão; Nacionalidade; Idade; Estado Civil; Escolarização; Línguas; Endereço de Residência; Data de Nascimento; Naturalidade; Experiência Profissional. Estes *Curriculum* representam parte significativa do conjunto documental, e, conseqüentemente, dos registros sobre a imigração no pós II Guerra Mundial, possuem uma estrutura que permite um *cruzamento* direto com as informações das *Fichas.*

Porém, ambas as séries possuem particularidades como os campos denominados *Experiência Profissional* e *Escolarização* no caso dos *Curriculum* e os dados variados sobre o empregador, no caso das *Fichas.* Estes dados, por não serem comuns a ambas as series documentais, precisam ser agregados para compor o perfil da experiência pretérita do imigrante (na Europa), dada pelo Curriculum e da experiência no Brasil, registrada pelas *Fichas.*

Nesse sentido, quanto mais grupos documentais a serem incorporados ao banco de dados – e portanto, quanto mais diversidade – maiores são as possibilidades de se cruzar informações semelhantes, mas também a necessidade em se agregar novas. Isto representa um desafio pois, as possibilidades de informações semelhantes serem discordantes entre si são, diretamente proporcionais, à maior variedade de tipos documentais. São comuns nomes grafados de forma diferente, discordâncias com relação à datas de nascimento; nomes de vapores, composição familiar, etc. Procedimentos padronizados precisam ser criados para dar conta dessas discrepâncias e dar confiabilidade ao banco de dados.

Por outro lado, quanto mais variados os tipos documentais, mais necessária à agregação de novos dados; isto supõe uma base de inserção de dados ampla que contemple as especificidades de cada tipo documental. A definição sobre quais informações devem adentrar à base de dados, representa, por seu turno, uma escolha sempre difícil e que depende de uma reflexão coletiva quando da concepção do banco de dados.

Outro conjunto de dificuldades – que em certa medida deriva do que expomos anteriormente - reside no fato de que muitas informações são discrepantes; nacionalidade, profissão, nome do imigrante, etc, estão, por vezes, grafadas de forma variada e mesmo contraditória. Este último conjunto de dificuldades aponta para o fato de que a produção documental, na origem, obviamente, não considerou sua apropriação e utilização futura para

os fins que construímos no tempo presente para elas. A dinâmica cotidiana que produziu estes dados – e inclusive os *erros* – possuía e possui sempre uma *lógica outra* que não condiz com as necessidades de sua redução a dados num banco de dados.

Tornou-se folclórico entre os pesquisadores que trabalhavam no *Projeto de Informatização dos Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes*, a constatação dos *dias de cachaça*. Eram dias nos quais os índices de *erros* produzidos pelos funcionários quando do registro das informações dos imigrantes alojados era significativo. Nesses dias, o índice de homens registrados como mulheres, ou de alemães registrados como espanhóis aumentavam consideravelmente. O problema a ser superado era como *manter o respeito ao documento* mesmo tendo claro o equivoco da fonte produtora. A alternativa foi a de criar campos de *tradução* que serviam tanto para atualizar grafias antigas quanto *corrigir erros* sem ter que alterar o registro no documento original.

A montagem de um banco de dados deve considerar, portanto, esse dado do vivido, do cotidiano produtor da documentação, como forma a permitir que o *erro* faça parte do processo e também sirva como um alerta no sentido de que os *dias de cachaça* podem não estar apenas no passado, mas também no cotidiano de quem (re) transcreve as informações.

Por fim, há que se considerar os diferentes *interesses* que incidem sobre as informações inscritas nos documentos. Este terceira dificuldade é tanto maior quanto mais variados forem os dados e amplas suas possibilidades de utilização. Aqui também há um aspecto particular da *normatização da diversidade.* No caso da documentação pós Segunda Guerra, os registros desse deslocamento populacional interessam a princípio e de forma mais direta a um público constituído por pesquisadores provenientes do meio acadêmico (historiadores, sociólogos, demógrafos, economistas, geógrafos, etc). À este *público*, além do acesso aos dados, é necessário disponibilizar um arquivo organizado para que os documentos originais possam ser consultados.

Também há que considerar uma demanda crescente constituída por um *público leigo.* Informações que antes eram quase que exclusivamente de uso de pesquisadores ou estudantes universitários hoje são utilizadas por familiares de imigrantes que *perderam a memória* da trajetória de imigração de seus ancestrais. Esta perda da memória em muitos casos, inviabiliza a constituição de árvores genealógicas, processos de espólio, aposentaria e mesmo – o que tem sido muito comum nas últimas duas décadas – pedidos de dupla cidadania.

Esta multiplicidade de *interesses* informaram a montagem do banco de dados e as possibilidades de resgate e cruzamento de suas informações. De registros individuais ao

resgate em conjunto de populações agregadas por nacionalidades, profissões, regiões de origem ou destino e a constituição de quadros estatísticos, gráficos comparativos, dentre outros, foi necessário um trabalho com uma equipe multidisciplinar para a constituição do banco de dados da qual historiadores, sociólogos, bibliotecária e técnicos em informática fizeram parte. Assim, o programa POS2WAR foi concebido para viabilizar o resgate (quantitativo e qualitativo) das informações registradas.

Considerações Finais

Os desafios de normatização da diversidade não são prerrogativa exclusiva desse trabalho. Sua superação advém da prática cotidiana assentada muitas vezes no velho *ensaio e erro*, mas também e, fundamentalmente, da troca de experiências. Há sempre uma certa universalidade naquilo que é particular e, neste sentido, a sua visibilidade é fundamental para equacionar os problemas produzidos no cotidiano desse tipo de trabalho. Procurou-se nessa comunicação apontar os desafios da informatização de documentos históricos sem que fosse necessário adentrar em questões técnicas. Esta opção, espera-se, tem seu lado positivo, qual seja: o de revelar alguns problemas *universais* que ocorrem em propostas de trabalho congêneres e, assim, abrir as possibilidades para o debate. Alternativas particulares, procedimentos específicos, normatizações e orientações são elementos que compõem o cotidiano desse tipo de trabalho.

Referências Bibliográficas:

PAIVA, Odair da Cruz. ***Breve História da Hospedaria de Imigrantes e da Imigração para São Paulo.*** São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 2000 a, V.1. 56 p. (Série Resumos 7)

PAIVA, Odair da Cruz. Refugiados de Guerra e a Imigração para o Brasil nos anos 1940/50. In: ***Travessia Revista do Migrante.*** São Paulo: V.37, p 25-30, 2000b

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modernização no Primeiro Reinado e as Instituições de Controle Social: a Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1822-1840)

Lea Maria Carrer Iamashita*

Resumo: Este trabalho analisa o projeto modernizador na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Historiciza a construção do aparato jurídico e institucional criados para a efetivação do projeto, priorizando a análise das Posturas Municipais da cidade e a ação da instituição Câmara Municipal. A ação modernizadora emanada do Estado Monárquico, centrada em iniciativas políticas, disciplinadoras e civilizadoras revelou-se um processo tensionado, atravessado por conflitos entre sociedade e Estado, entre classes e inter grupos. A ação política dos grupos populares explicitou-se nas resistências e agenciamentos junto às autoridades para defesa dos seus interesses.
Palavras-Chaves: Projeto Moderno, cidade, ação política.

Abstract: This dissertation analyses the modern project in the city of Rio de Janeiro, in the first half of the XIX century. Therein, it analyses the construction of the juridical apparatus institutions created to put into effect the project, by looking at the Municipal laws of the city and the actions of institution Town Hall. The modern action emanated from the Monarchist State, centralized in political initiatives discipliner and civilizir revealed a tense process, brought about by conflicts between society and State, between classes and even in each class. The political action of the popular groups were made explicit in the opposition and strategies that combined with the authorites in defense of their interests.
Key words: Modern project, city, political action.

No presente estudo, buscamos historicizar o processo de ordenamento social da sociedade carioca, inserido no projeto Modernizador do Primeiro Reinado, tendo por referências o aparato legal e institucional e a sua aplicabilidade.

Naquele momento de organização do Estado após a Independência, de estruturação de suas bases jurídico-institucionais, de seu esforço quanto ao ordenamento do corpo social, a lei que embasa e "costura" toda essa atividade foi um meio onde outros conflitos sociais foram travados. Com efeito, as queixas/confrontos explicitam-se de um lado e de outro, entre Estado e Sociedade, entre e inter classes e grupos, ante a reconfiguração de funções, papéis, atribuições, competências dos poderes público e privado, estabelecida pelos aparatos legal e institucional. Explicitam-se inclusive na própria constituição do arcabouço jurídico, nos avanços e recuos de sua construção e implementação, onde podemos observar a práxis da vida social sendo objeto de regulamentação legal, ora assumida, ora alterada, ora confrontada.

* Doutoranda da Universidade de Brasília. O artigo é parte das pesquisas da dissertação de mestrado da autora.

O projeto político de instauração da Monarquia – de construção do Estado Moderno, incluiu ações civilizadoras e disciplinadoras de forma a efetivar o ordenamento social, segundo a lógica racionalista da modernidade. Com efeito, o projeto de civilizar e disciplinar, bem como a implantação de ações nesse sentido, explicitam-se não apenas nas leis maiores e gerais, como na Constituição de 1824, como também nas leis locais, como os Códigos de Posturas Municipais das Cidades, que tratavam das prescrições quanto à normalização das condutas cotidianas da população, ordenadoras das relações sociais e do espaço urbano.

Além da construção de uma legislação moderna, embora vincada por traços da tradição do Antigo Regime, o projeto modernizador contemplou a remodelagem das instituições públicas de controle social, visando garantir o enquadramento dos indivíduos no novo padrão de civilização de conduta. Dentre estas instituições, destacamos neste artigo a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, cujas ações foram significativas no controle da ordem pública, enquadrando o "mundo da desordem" no "mundo da ordem". Isto porque, ao propor e aprovar as Posturas Municipais, a instituição participava do projeto ordenador do Governo Imperial, ao mesmo tempo em que era a instância legítima para receber queixas e representações dos populares contra as ações das autoridades. Criavam-se, assim, espaços para negociação e adequações que atenuavam as tensões geradas pelos embates entre os múltiplos interesses sociais envolvidos.

A Câmara Municipal propunha e aprovava as Posturas Municipais, leis específicas para a regulamentação das condutas sociais, do uso do espaço urbano, das relações de trabalho, da comercialização de produtos, da fabricação de artigos, da construção de prédios e praças, além de zelar pelo cumprimento daquelas, através de diligências e averiguações por meio da atividade dos fiscais de freguesia.

O trabalho empreendido pelos fiscais de freguesia constitui um dos pontos chave para a compreensão da política de controle social. Nomeados pelos vereadores e auxiliados pelos soldados do corpo permanente, que eram convocados sempre que se apresentasse necessária a realização de patrulhas e diligências, em torno da vigilância estrita da população. Incumbidos da tarefa de identificar as pessoas, os lugares e tudo que neles se passavam, os fiscais eram como os olhos da Câmara, aos quais nada poderia escapar. (SOUZA, 2002:70)

Se atentamos para as nuanças em torno da atuação da instituição "Câmara Municipal", ainda no período colonial, é porque tal historicização nos aponta para a gênese da formação da cultura política dos "localismos" de que nos fala Sérgio Buarque em "Raízes do Brasil", baseada no particularismo, patrimonialismo, e personalismo.(HOLANDA, 1995)

Ao contrário do definido em lei, permanecia ainda uma cultura na qual as instâncias pública/privada não estavam separadas, distintas, mas imbricadas e, em algumas situações, até mesmo invertidas, isso é, o poder privado exercendo atribuições da competência do público, como segurança, abastecimento e justiça.(NOVAIS, 1997:16)

Na maioria das fontes pesquisadas, constituídas por queixas e representações, ao mesmo tempo em que se reivindica igualdade de tratamento para os cidadãos, que se faça valer a mesma lei para todos, que cessem as prerrogativas daqueles que resistem a respeitar a justiça dos "novos tempos", e tratam as "coisas públicas" como direitos privados, apela-se para a permanência de privilégios oriundos das concessões do período colonial.

A interferência dos interesses privados atravessa o ordenamento da cidade do Rio de Janeiro, expressa nas queixas e representações da população ao Imperador, bem como na ação dos fiscais, delegados e juizes que atuavam em tese, em nome do poder público. As representações expressam não só uma oposição, um enfrentamento quanto à modernização, haja vista o tom de indignação dos reclamantes quanto à atitude das autoridades administrativas, judiciárias e policiais que, segundo aquelas fontes, ora não cumprem a lei com impessoalidade, são arbitrárias e violentas, ora são exemplos do não cumprimento da lei. No conjunto de fontes consideradas na pesquisa ficam evidentes as dificuldades do Governo Imperial em implantar sob os princípios liberais, o ordenamento racional, e impessoal do corpo social. As dificuldades evidenciam-se não só na resistência das pessoas definidas como "desordeiras e incivilizadas" como também àquelas autoridades que de longa data estavam acostumadas a agir com pessoalidade, clientelismo e nepotismo, muitas vezes, considerando-se eles mesmos acima da lei que deviam fazer cumprir. Afinal, na tradição da cultura política colonial, a lei e o direito, como "cosmologia hierarquizada e fechada" que eram a prática burocrática, fiscal e administrativa era a de tratamentos diferenciados segundo a posição social dos sujeitos envolvidos.

Ressalta-se, ainda, mais um complicador que era justamente a ingerência do Imperador, nos casos de litígios e queixas, entre interesses privados e o poder público. Como representante máximo desse poder, e pairando acima dele, graças ao poder moderador, poder-se-ia dizer que o Imperador era o expoente máximo do referido impasse, das ambigüidades que atravessavam o projeto político modernizador da sociedade brasileira organizada sob um governo monárquico centralizado, pois investida na racionalidade do funcionamento da administração pública, na impessoalidade de leis gerais, comum a todos, sem, contudo, abrir mão da política de privilégios e concessões de sua função como "árbitro" paternalista da nação. Entende-se, assim, porque muitas das representações de vendeiros de líquidos e secos

chegavam até a Mesa do Desembargo do Paço para consulta ou definição por meio de comissão de médicos, técnicos e farmacêuticos do Imperador, ou, então, eram objeto de apreciação do próprio físico mor do Império que dava ciência à sua majestade das ocorrências do comércio. Não por acaso, a ocorrência de uma grande quantidade de representações dos súditos diretamente ao Imperador, que como imagem simbólica de um pêndulo, mediava os conflitos entre partes, entre súditos e Estado.

Essa interferência direta do Imperador na administração municipal, no encaminhamento de queixas e representações reforçava as contradições e ambigüidades entre poderes e competências pública e privada, respondendo pela deslegitimação do poder público, provinciais e locais, que o próprio projeto modernizador queria fortalecer. Assim é que, em documento endereçado ao Imperador, o escrivão lhe informa sobre a representação dos vendeiros de líquidos e secos que chegara até a Mesa do Desembargo do Paço, contra o Conselheiro Físico-mor do Império, Sr. Manoel de Paula. Tal informação é complementada pela representação constituída de 16 páginas e 73 assinaturas dos recorrentes. Os queixosos alegam estarem fatigados por sofrerem arbitrariedades e pressões e que, para se verem livres de tal flagelo,

> *desejam encontrar no infatigavel zelo do bem público, nato da Paternal Clemencia com que Vossa Majestade Imperial rege os seus súditos aquelle efficas antidoto que tão imperiosamente exige os males e vexações que os supplicantes soffrem da fisicatura mor esperando que Vossa Majestade Imperial seja servido dignar-se ter em consideração as suas humildes súplicas.*[1]

O motivo da queixa é os abusos, arbitrariedades e o peso das condenações dos queixosos, ou ainda o propósito da Fisicatura-mor e de seus delegados em locupletar-se.

Os requerentes alegam ainda que os abusos desse ramo da administração pública são costumeiros, daí pungentes súplicas terem sido levadas à presença do "*Augusto Pai de Vossa Majestade Imperial*". Estiveram desde então, momentaneamente, livres destas "*sanguessugas, e que agora parecem surgir sequiozos da sua apathia para saturar sua ansiedade e cubiça".* Finalmente, os queixosos concluem a representação com a observação: *"Que se poderá presumir nos lugares remotos aonde essas autoridades não encontram de prompto diques e barreiras ao seu despótico procedimento!"*

O encaminhamento do processo é feito com a característica já assinalada da interferência do Imperador, que determina, por meio da Portaria da Secretaria de Negócios e Justiça, Palácio do Rio de Janeiro, de 15/06/1825, que o físico-mor se explique a respeito das referidas representações.[2]

---

[1] Série **Documentos do Império**, anos 1820 a 1826, cód. 2343, Arquivo do Senado Federal, Brasília-DF.
[2] Idem.

As resistências das autoridades públicas, como os vereadores das Câmaras Municipais, em atender às reivindicações dos indivíduos/grupos que se sentiam lesados com aquelas prescrições "localistas", derivava tanto de uma tradição em que as Câmaras tinham efetivo poder de legislar e zelar pela administração, abastecimento público da cidade, poder que estava sendo comprometido com a ingerência do poder central em suas competências, como da resistência em romper com suas práticas clientelísticas e pessoais, que as diretrizes de uma administração impessoal e moderna enfrentavam. Tal foi a situação que envolveu João Pires da Silva em relação ao monopólio da cachaça na Vila de São Salvador dos Campos de Goytacazes. Utilizando-se de recursos legais, reivindicou o cumprimento da Constituição em vigor, por entendê-la acima das leis menores, locais, e enviou uma Representação à Câmara do Senado do Rio de Janeiro, em 3/05/1834, queixando-se das Posturas Municipais de sua Vila. Estas Posturas acabavam de ser enviadas pela Vila de Campos à Câmara do Rio de Janeiro para aprovação, apesar de estarem vigorando desde 11/12/1832, e estarem sendo motivo de muitas demandas. Argumentando estarem as mesmas em oposição à Constituição e também à lei de 1° de outubro de 1828, o requerente anexa à representação a cópia das Posturas que contesta, e outros vários documentos *"para que sirvam de reflexão aos senhores da Camara do Senado"*.

Observa-se que o cerne de sua reclamação residia justamente no fato de a Câmara Municipal de sua Vila reservar para si o monopólio da cachaça, alegando que os rendimentos com o comércio desta bebida faziam falta ao município; ou seja, a queixa é de que a Câmara proibia a venda de aguardente a miúdo sem licença do administrador competente ou que só concedia a quem ela resolvesse conceder a graça, na velha prática clientelística. A alguns não concedia a licença "de jeito nenhum". E mais, cobrava pela licença, o que era inconstitucional.

Os comerciantes alegam que tal atitude é vergonhosa, pois além de ser inconstitucional, não é de direito da Câmara. Trata-se de visível oposição às competências das Câmaras, redutos de poder local, que aqueles se recusam a submeter, não obstante aquelas teriam sido também incorporadas no projeto modernizador, como uma das instituições integrantes da administração imperial, responsáveis pela internalização das prescrições legais e decorrente controle social. Assim, o documento indica a atuação de grupos/indivíduos questionando como as posturas municipais, leis menores, poderiam prevalecer sobre a Constituição e a Lei Imperial de 1828, leis maiores.

Outro cidadão da mesma Vila, Manoel da Silva Santos, tendo sido autuado pelo fiscal da Câmara por vender aguardente sem licença, recorreu ao Tribunal Supremo de

Justiça, ganhou a causa e a fez publicar sob o título *"Monopolio da Caxaça",* para conhecimento de todos na vila. [3]

O documento acima é de grande interesse no sentido de revelar a tensão que presidia o processo de modernização da sociedade e de estabelecimento das competências entre o poder público e o privado que se expressa nos confrontos entre os poderes locais e central, entre proprietários e comerciantes e a ação da Câmara Municipal que os representava, entre os costumes e a legislação, entre tradição e modernidade. No caso em questão, foi o procurador da Câmara da Vila de Campos que alegou "*posse imemorial*" do direito de cobrar pelas licenças, e não os queixosos, cidadãos que buscavam legitimar, pelo costume, suas práticas usuais.

A produção e a circulação destas representações, sentenças e decisões judiciais indicam-nos que os cidadãos não confiavam na Câmara, mas sim na pessoa do Imperador, evidenciando assim, resquícios da tradição da cultura Ibérica. A confiança no Imperador inscreve-se portanto na cultura do paternalismo, pois, onde não se assegurava o exercício de uma cidadania ativa, restava o tratamento benevolente por parte do rei.

Na mesma direção podemos refletir acerca do documento no qual os moradores da Freguesia do Irajá solicitaram a demissão do fiscal Manoel Souza e Castro, em 15/05/1839, alegando práticas de desonestidade, prevaricação e por agir o próprio fiscal contra as prescrições da Postura Municipal, justamente ele, uma das autoridades que deveria zelar pelo seu cumprimento.

> *Dizem os moradores da Freguesia do Irajá abaixo assinados que achando-se a mesma em estado de agitação cauzada pelo Fiscal actual Manoel Vianna de Souza e Castro, pelo motivo de ter na tarde do dia 3 para o 4 do corrente celebrado na sua taberna huma Orgia com a população que pôde ajuntar um triumpho da absolvição que obteve no jury, os gritos tomultuozos de Vivas e Morras, o estrondo de foguetes e outros fogos de artifício que por toda a noite atirou em menoscabo das posturas municipais, e em perigo iminente de arderem as mesmas cazas de palha de Famílias pobres da sua vizinhança poz a todos os habitantes na maior consternação por parecer que da venda ou taberna do Fiscal hia surgir alguma Revolução. Nos dias seguintes quasi todos os Inspectores da Freguesia de Quarteirão derão a sua demissão porque as Auctoridades da Freguesia havião perdido a força moral... Por tanto os Supps vem requerer a V.V.SS ... destituição do actual Fiscal Manoel Vianna de Souza e Castro, o qual se acha desmascarado e convencido, de crimes torpes como sejão a embriaguês, a dezonestidade pública, a prevaricação*.(...) [4] Seguem-se ao final do documento, 38 assinaturas dos moradores.

Tal requerimento aponta para algumas práticas significativas da cultura política e administrativa do período. Uma delas, a da ação coletiva de um grupo de cidadãos formulando denúncias e exigindo providências do governo, ou seja, colocando em prática o

[3] Série **Documentos do Império**, ano1834, cód. 4868, Arquivo do Senado Federal, Brasília-DF.

[4] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - cód.: 49-1-8, folha 53, 15/05/1839.

que lhes assegurava a lei. Outra, a de própria atuação dos cidadãos no controle social, que inclui a vigilância destes sobre o desempenho do serviço público. Além destas, também o da costumeira interpelação direta ao Imperador para que este usasse de seu poder e autoridade para solucionar uma questão local, uma vez que a trama de interesses localizados inviabilizava qualquer solução por parte das autoridades no nível do poder municipal ou provincial. Finalmente, o exercício do cargo público como se fosse um atributo particular, privado, haja vista as arbitrariedades, desonestidades e falta de decoro presidindo a atuação de quadros da burocracia, certamente porque cientes de que seus atos não seriam objeto de ação judicial e muito menos que seus privilégios fossem cortados.

Desse desempenho dos funcionários da Câmara, ou de algum deles, resulta a desmoralização e a desconfiança da sociedade nestes funcionários. O fiscal Manoel Vianna de Souza é exemplar no sentido de que, ao invés de zelar pelo cumprimento das Posturas Municipais, ele era um dos que transgredia suas prescrições, expondo ao risco a vida de várias pessoas, e apenas para comemorar sua absolvição de um processo no qual era réu. Deparamos com petições fundamentadas na defesa do bem público, na aplicação impessoal da Lei, ora detratando autoridades governamentais pelo descaso no cumprimento da lei, ora acusando o poder privado de poderosos proprietários e altos funcionários da administração imperial pelo uso particular do poder público e pelo egoísmo e a ganância dos novos tempos.

Portanto, as dificuldades em proceder a um ordenamento racional e impessoal foram de diversas ordens e não só em relação aos "desordeiros sociais", afinal, era costume de longa data viver numa sociedade onde autoridades e "*gente de mor qualidade*" tinham tratamento diferenciado, estando muitas vezes acima da lei, e uma vivência em que o interesse particular desafiava o público, ou, nos termos atuais, o avanço do âmbito privado sobre o público era ação considerada legítima e "natural".

Referências Bibliográficas

HESPANHA, Antônio Manuel. Lei e Justiça: História e Prospectiva de um Paradigma. In: ***Justiça e Litigiosidade*: História e Prospectiva**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque, **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer, **"Ordem" no mundo da "desordem": o projeto modernizador e o cotidiano popular (Rio de Janeiro 1822-1840),** 2005, 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade de Brasília.

NOVAIS, Fernando. In; Novais, Fernando A.(dir.) e Laura de Mello Souza (org), **História da Vida Privada no Brasil**: **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 1.

SOUZA, Juliana Teixeira, **Cessem as apostas: Normatização e controle social no Rio de Janeiro do Período Imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841-1856),** 2002, 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- UFRJ, Rio de Janeiro.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Médicos-educadores no sertão do Brasil nos anos 1910

Liane Maria Bertucci*

Resumo: A idéia de um novo Brasil, que resultaria da efetiva integração do território e da população, inclusive a chamada sertaneja ou interiorana, ganhou contornos nítidos nas primeiras décadas do século XX. A viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna, médicos que, em 1912, percorreram parte do interior nordestino e de Goiás, foi marco das expedições sanitárias que percorreriam diversas áreas do território nacional nos anos seguintes e que tinham como meta obter informações, estudar e tentar resolver os problemas nacionais relacionados à saúde. Nos relatos feitos por Neiva e Penna são marcantes as observações sobre as pessoas: seu cotidiano, enfermidades e práticas de cura. Entre as soluções para os problemas que arrolaram, a instrução e (re)educação do homem e ações governamentais coordenadas (centralizadas), aparecem como pré-condições para as mudanças desejadas.

Palavras-chave: sanitarismo, educação, ciência médica

Abstract: The idea of a new Brazil got clear outlines in the 20th century first decades, and had as result the effective integration of the country's territory and population, even people from hinterland. In 1912, doctors Arthur Neiva and Belisário Penna travelled around Brazil's Northeast interior and Goiás state, a remarkable expedition followed by many other ones that covered different regions of the country for years. Such expeditions had as main aim research, information collecting, as well looking for solutions to national health problems. In Neiva and Penna's travelog, descriptions of people show up their everyday, diseases, and cure practices. Among solutions for the identified problems, instruction and (re)education of people, as well as coordinated governamental actions (centralized ones), are considered prerequisite for desired changes.

Key words: sanitation, education, medical science.

Na segunda metade do século XIX, as novas teses da medicina bacteriológica, da biologia experimental, ganhavam adeptos e motivavam debates entre médicos de diferentes partes do mundo. Essas idéias que cada vez mais influenciavam o fazer médico-científico coincidiram no Brasil com o fim da escravidão negra e a instauração do governo republicano, que substituía uma monarquia que parecia pouco eficiente para satisfazer ideais de *modernidade* e *progresso* delineados nas décadas anteriores entre grande parte da elite política e intelectual do país, entre muitos cafeicultores, comerciantes e empresários.

Neste período, diferentes idéias eugênicas que circulavam no país desde meados do Oitocentos ganharam singulares traduções.(MARQUES, 1994; SCHWARCZ, 1993: 141-238;

* Professora-doutora da Universidade Federal do Paraná

SEYFERTH, 1996; STEPAN, 2004) Essas teses, implementadas nas primeiras décadas do século XX, pretendiam não só melhorar a constituição física e mental do brasileiro através do branqueamento, da miscigenação com o *superior* branco europeu, mas também difundir novos hábitos de higiene e saúde entre os brasileiros através da educação. Assim, conhecimento científico e educação do povo eram anunciados como meios privilegiados para a sonhada constituição do *povo brasileiro* e a transformação do Brasil em uma *nação moderna*.[1]

Neste contexto, a partir de meados dos anos 1910, ganhou destaque a tese que, através do cuidado com a saúde e a educação, o homem (mestiço) que há séculos habitava o interior do país poderia ser salvo do triste destino que aparentemente lhe estava reservado.[2] Descendentes das uniões dos primeiros europeus que aportaram na América portuguesa com índios e negros, esse habitante do Brasil jazia abandonado, ignorante e doente, e precisava ser resgatado: os conhecimentos da moderna ciência experimental tornavam tal feito possível. Chamado sertanejo, caboclo ou caipira, esse habitante do país vivia disperso de norte a sul do Brasil.

Em março de 1912, a pedido da Inspetoria de Obras contra a Seca, órgão do governo federal, os doutores Arthur Neiva e Belisário Penna partiram do Instituto de Manguinhos, do Rio de Janeiro, com destino a Salvador (Bahia) e daí para o interior, para o sertão, região semi-árida, de poucas matas (em geral, apenas nas margens dos rios, ribeirões e lagoas). Foram 7 meses percorrendo extensas áreas dos estados da Bahia (norte), Pernambuco (sudoeste), Piauí (sul) e Goiás (de norte a sul). Pioneiros na denúncia do estado de penúria, ignorância e enfermidade em que viviam os habitantes daquela região, a divulgação das memórias da viagem de Neiva e Penna representaram impulso decisivo para o movimento sanitarista nacional [3], que mobilizou médicos, educadores, médicos-educadores, engenheiros, políticos, intelectuais e grande parte da opinião pública brasileira no final dos anos 1910.

Nas memórias da viagem, publicadas 4 anos depois, ao mesmo tempo que analisavam o clima, solo, vegetação e animais, Neiva e Penna observavam os habitantes da terra, dispersos por uma região em que os centros urbanos pontuavam imensas áreas praticamente desabitadas, a maioria vivendo em extrema miséria, doentes.

---

[1] Sobre a relação nação-raça na virada do século XX, veja HOBSBAWM, 2002. Sobre modernidade e progresso e sua relação com industrialização e com o conhecimento científico, cf. BENJAMIN, 1975; BRESCIANI, 1985

[2] Significativa nesse contexto foi a diminuição no número de imigrantes: influenciada pela queda nos preços do café/número de cafezais nos primeiros anos do século XX; pela Primeira Guerra Mundial; por relatos como o Relatório Rossi, que denunciavam as péssimas condições de vida dos trabalhadores em São Paulo, e pelo Decreto Prinetti que proibia a imigração subvencionada de italianos. Doenças, principalmente as epidêmicas, também assustavam os estrangeiros. Cf.RIBEIRO,1993

[3] Sanitarista (a maioria médico ou engenheiro), denominação pela qual higienistas passaram a ser conhecidos ao fazerem da política de saúde pública (que envolve atenção múltipla com homens, lugares e coisas) sua principal preocupação.

Impaludismo, raiva, bócio, doença de Chagas, enfermidades nervosas e dos olhos (como o tracoma), difteria, pneumonia, ancilostomíase, febre amarela. Segundo o diagnóstico dos doutores, o homem do interior do Brasil não vivia, mas sobrevivia e muito mal. Era preciso curá-lo e, principalmente, educá-lo. Segundo Neiva e Penna, devido ao abandono e ignorância em que se encontrava aquela população, eram as pouco eficientes terapêuticas populares e a nefasta prática do curandeirismo os recursos utilizados pelo sertanejo. Afirmavam: "Em localidades onde há médicos, estes são consultados em último caso; primeiramente apelam para as rezas e as medicações [populares] em uso." (NEIVA;PENNA, 1999:162)

Mal educado, abandonado à própria sorte, o sertanejo usaria uma terapêutica tão exótica quanto ineficiente. Alho, sal, álcool, limão; raspas de troncos de árvores, frutos, infusões de folhas ou resinas de plantas nativas. No combate às enfermidades e acidentes com animais peçonhentos (especialmente cobra) a utilização de substâncias que a tradição popular consagrava, e os médicos consideravam inócuas, era grande. Outro aspecto que chamou a atenção dos médicos foram as crendices relacionadas à cura, que pululavam por toda parte. Assim, por exemplo, para combater mordida de cão com raiva colocavam na boca da vítima a chave do sacrário de uma igreja e tratavam o local da mordedura com a ponta queimada de chifre de veado. Rezas variadas e amuletos diversos também faziam parte do arsenal terapêutico, onde a crença no *mau olhado* de alguns indivíduos era, segundo Neiva e Penna, "verdadeiramente espantosa", mesmo entre "as pessoas de maior cultura" (NEIVA;PENNA, 1999:161-162).

Associadas em geral a ignorância e miséria, as crendices e práticas populares de cura não seriam, portanto, o simples resultado da falta de educação, afinal eram compartilhadas por "pessoas de maior cultura", como diziam os próprios doutores. Desta forma, o que emergia das memórias de Neiva e Penna eram práticas há muito arraigadas no cotidiano das pessoas, ricas e pobres, que as reelaboravam e empregavam no dia-a-dia. Muitas das práticas do sertão, como a ingestão de urina pelos doentes de raiva ou a utilização do alho e do limão contra várias moléstias (NEIVA; PENNA, 1999:162-163), lembravam uma medicina de outros tempos, quando medicamentos oficiais tinham nos excretos humanos e de animais componentes certos e poderosos, e quando a distância que separaria a cozinha do laboratório ou do consultório médico não era ainda tão grande. (BERTUCCI, 2004: 220-226)

Assim, muito das práticas populares de cura que gozavam de grande prestígio entre os sertanejos eram o resultado da diversidade, trocas e novas criações de saberes de diferentes origens (de índios, brancos e negros) e épocas. Valores e crenças que haviam sido

incorporados e reorganizados de forma singular por indivíduos de classes e grupos sociais diferentes, em um movimento contínuo de idéias que ganhavam significados diversos e inéditos ao longo dos anos (GINZBURG,1993;CHARTIER,1990). Sob essa perspectiva, ganhariam outro entendimento diferentes práticas observadas por Neiva e Penna.

Entretanto, para os dois médicos a questão era outra: era preciso acabar com o que classificavam de "ignorância" que, com várias intensidades, infestava o interior do Brasil, só assim as doenças poderiam ser tratadas e uma população saudável surgiria. Seriam os cuidados médicos dos problemas de saúde e a educação da população que colaborariam, definitivamente, para forjar *o povo* brasileiro, pois o que existia no sertão não seria mais que o resultado de séculos de abandono, que havia resultado em miséria física e intelectual das pessoas. Era preciso mudar com urgência.

Observando o dia-a-dia das pessoas, Neiva e Penna, classificaram a alimentação dos homens da região de "insuficiente e má". A base de charque de bode e, às vezes, de gado bovino, farinha, leite e rapadura. Os mais pobres comeriam ainda menos: mel, coco e pequenos animais. Descalços, com roupas "o mais rudimentar possível" (com exceção do vaqueiro, vestido de couro dos pés a cabeça, para se proteger dos espinhos da flora do sertão), viviam os sertanejos em casas mal iluminadas e feitas, em geral, de pau-a-pique (que favorecia a proliferação do transmissor da doença de Chagas, o chamado barbeiro) cobertas de ramos de palmeiras ou, nas áreas mais secas, de telhas de barro; com poucos cômodos e o chão de terra batida. As únicas moradias que, longe das cidades, tinham alguma cor diferente do barro eram as dos fazendeiros: caiadas de branco, com paredes reforçadas e chão de tijolo. Mesa de madeira, alguns bancos, redes e arcas de couro e madeira eram todo o mobiliário, inclusive na maioria das casas dos donos de grandes fazendas (NEIVA;PENNA,1999:164-167).

Vivendo em pequenos ajuntamentos de casas ou em fazendas, a maioria dos homens do sertão, sem correio, telégrafo ou jornal, dispunha de transporte precário, o deslocamento de carga e pessoal era feito, em geral, em lombo de burros ou jumentos. A instrução escolar era muito deficiente e o analfabetismo era altíssimo, chegando a 90% no norte de Goiás. Professores itinerantes, que temporariamente se instalavam em fazendas, ensinavam não mais que ler, escrever e contar.Nas cidades maiores poucas escolas públicas e algumas mantidas por particulares garantiam o ensino de forma mais regular e com um pouco mais de conteúdo (NEIVA; PENNA,1999:170-174).

Isoladas, as populações daquela parte do Brasil tinham uma vida rotineira, pouco criativa ou inovadora, "praticamente impermeáveis ao progresso", como afirmavam Neiva e

Penna. Para os dois médicos a mais importante causa dessa situação era a falta de contato com 'outros mundos', o que a imigração poderia ajudar a resolver. Era preciso incentivá-la. Desta forma, acreditavam, seria o contato com os imigrantes que poderia concorrer de maneira decisiva para o fim de práticas ancestrais, arraigadas na população local, pois os forasteiros seriam difusores do diferente e do novo. Vindos de outras terras, trariam outros costumes e idéias que implodiriam rotinas de séculos, em geral ultrapassadas, muitas delas perniciosas. Contestavam a tese, que chamavam "absurda", da incompatibilidade entre o clima da região e a colonização estrangeira, pois nas margens dos rios, local para ser habitado e explorado, o clima era "perfeitamente compatível com a vida humana de estrangeiro pertencente a qualquer raça." (NEIVA;PENNA,1999:175)

Pontuando nas memórias de Neiva e Penna, comentários como: "no sul [de Goiás] o elemento branco já predomina e os habitantes são mais vigorosos", indicam quanto a tese do branqueamento permeava a proposta do resgate eugênico do brasileiro do interior. Entretanto, na reabilitação do sertanejo predominava a importância de seu contato sociocultural com populações estrangeiras (que poderia até resultar em uma bem-vinda miscigenação). Afirmavam: "(...) sem o auxílio do estrangeiro, cuja iniciativa, operosidade e tirocínio, todo o continente americano deve quase tudo do progresso que possui, sem este concurso, será inútil esperar o milagre da transformação do sertão do nordeste...." (NEIVA;PENNA,1999:167;181)

Mas para os médicos, além da introdução do novo, representado principalmente pelo imigrante, era necessária uma ação plural que colaborasse para o conhecimento efetivo da área (suas potencialidades e limites) e para a educação do sertanejo, o que permitiria inclusive o cuidado racional e científico da saúde dos homens do sertão. Como realizar essa gigantesca tarefa ? Nas memórias reunidas no texto **Viagem científica** o apelo a atuação constante e enérgica do governo é notório. Mas não de governos locais, divididos por interesses particulares que atravancavam soluções maiores. Era o governo da república brasileira, da república que pretendia forjar uma grande nação, que teria a possibilidade única de olhar para a região e seus problemas como um todo, ultrapassando fronteiras estaduais. Era o governo da União quem poderia implementar medidas diversas sob uma direção geral que, a médio e longo prazo, transformariam o sertão e seus habitantes em parte efetiva do país chamado Brasil. (NEIVA; PENNA,1999:178-179)

Mas, miséria, doença e falta de educação não eram problemas exclusivos da região percorrida pela expedição de 1912. Nas páginas finais do relato **Viagem científica**, Arthur Neiva e Belisário Penna afirmavam que, conhecendo praticamente todo o Brasil, era com pesar, mas com "um dever de consciência e de patriotismo", que alertavam que a maior

parte das áreas dos estados brasileiros, excetuando as capitais e alguns poucos municípios: "são vastos territórios abandonados, esquecidos dos dirigentes, com populações vegetando na miséria, no obscurantismo, entregues a si mesmas (...)". (NEIVA; PENNA,1999: 222)

Era imprescindível agir. Além da edição em 1916 das memórias da expedição de Neiva e Penna, que causou grande impacto nas elites brasileiras, publicações forma feitas em jornais e revistas, e comentários sobre o sertão se difundiram e multiplicaram entre a população.(PENNA,1918) Em 1917, a Academia Nacional de Medicina criou uma comissão para estudar e apresentar sugestões para o saneamento do interior do país. Miguel Couto, Miguel Pereira, Carlos Seidl, Afrânio Peixoto, Carlos Chagas e Aloysio de Castro concluíram: o ideal seria a criação de um Ministério, para centralizar as diferentes ações necessárias no vasto território nacional, mas conscientes das dificuldades políticas que a proposta enfrentaria entre vários dirigentes estaduais, municipais e também entre deputados e senadores federais, aconselhavam a criação de um Conselho Superior de Higiene, que coordenaria as principais medidas de interesse nacional.

Como afirmaria Belisário Penna no livro **Saneamento do Brasil** de 1918: "Não permite a constituição licenciosa, que nos infelicita, a intervenção da União nos estados e municípios, para a defesa da saúde dos seus habitantes, sem que preceda a requisição dos primeiros. Isso é positivamente um disparate." (PENNA,1918: 91)

A criação do Conselho Superior de Higiene ficou apenas na sugestão, mas algumas propostas que embasavam sua organização, feitas por médicos que estavam entre os mais renomados do país, mereceram a atenção do governo federal, que organizou o Serviço de Medicamentos Oficiais, para compra, revenda ou distribuição do quinino para o combate à malária, e criou Postos de Profilaxia Rural para combater a malária e a ancilostomíase.(HOCHMAN,1998:119-120) Determinações pontuais, mas indícios do crescimento do movimento sanitarista, que culminou com a criação, em 1918, da Liga Pró-Saneamento do Brasil, dirigida por Belisário Penna.

Os resultados de movimentação tão ampla viriam nos anos seguintes. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, foi um dos sinais mais visíveis de mudanças que, mesmo limitadas pela constituição nacional e traduzida em ações pouco coordenadas, eram a expressão de transformações na maneira de perceber o país e na forma de governá-lo.

A tomada do governo federal por Getúlio Vargas, em outubro de 1930, impulsionada por idéias (inclusive as sanitárias) e movimentos sociopolíticos que circulavam e agitavam o país nas décadas anteriores, representou para muitos a possibilidade de

efetivação daqueles projetos de saúde e educação que há anos eram discutidos no Brasil. A criação, ainda em novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública concretizou ideais acalentados há mais de uma década.

Foi Gustavo Capanema, ministro entre 1934 e 1945 que, especialmente com as atividades facilitadas pela ditadura instaurada em novembro 1937, fez do Ministério um órgão centralizador e organizador de ações médico-educacionais no país. Com a Reforma de 1937, antes mesmo do golpe de estado, Capanema começou a delinear mudanças. Criou Delegacias Federais de Saúde em todo o Brasil e instituiu as Conferências Nacionais de Saúde e as de Educação idealizadas como locais privilegiados para os debates de possíveis soluções para problemas nacional naquelas áreas, e também como espaços legitimadores da política do ministério — as primeiras conferências aconteceriam em 1941, ano em que seriam criados os Serviços Nacionais de Saúde. (HOCHMAN,2005:132-137)

Os Serviços Nacionais de Saúde marcam a intensificação da presença de órgãos federais de saúde nos estados da União. Os Serviços tinham, em seu conjunto, o objetivo de atingir a totalidade da população brasileira, com atuações específicas quando e onde fossem necessárias — a educação sanitária, a fiscalização da medicina e o serviço de bio-estatística, com caráter explicitamente nacional, traduziam de forma privilegiada a proposta que se implementava. Com estruturas administrativas próprias, independentes entre si, os Serviços estavam sob a supervisão direta do Ministério. Eram eles: da Peste; de Tuberculose; de Febre Amarela; do Câncer; de Lepra; de Malária; de Doenças Mentais; de Educação Sanitária; de Fiscalização da Medicina; de Saúde dos Portos; Serviço Federal de Bio-Estatística, e Serviço Federal de Águas e Esgotos. (HOCHMAN,2005: 134-135)

Conhecer para sanear o país, controlar aqueles que deveriam curar, interiorizar o combate às enfermidades e educar o povo. As ações orquestradas de forma hierárquica e vertical pelo Ministério da Educação e Saúde Pública pareciam realizar, enfim, o ideal do movimento sanitarista dos anos 1910, e até dos que, antes dele, sonhavam com a integração nacional. Limites às liberdades individuais, intervenções políticas nos estados e restrições constitucionais à autonomia dos membros da federação: o governo Vargas aparentemente havia removido os obstáculos que poderiam impedir a construção da moderna e saudável nação brasileira. A constituição que Belisário Penna havia chamado de "licenciosa" fora substituída por outra, o poder estava nas mãos do governo federal e medidas poderiam ser "impostas por leis e regulamentos",como sonhara o sanitarista. (PENNA,1918:91;107)

Entretanto, os resultados concretos da proposta de ação múltipla e nacional que se implementava foram limitados: dificuldades para delinear estratégias e financiar soluções para

os problemas de saúde do país tornaram-se evidentes, tais como: o orçamento federal deveria custear a campanha de combate à tuberculose ou deveria ser criado um seguro obrigatório para financiá-la ? Onde começar a campanha contra a tuberculose, nas áreas rurais ou nas cidades ? Como realizar a educação sanitária em país continental ? (HOCHMAN et al, 2000:185-187)

Mas, mesmo com seus impasses, a gestão Capanema imprimiu uma forma de gerir as questões da saúde pública nacional — forma centralizada, verticalizada, coordenada e implementada por especialistas — que adentrará as décadas seguintes, carregando, ainda que de forma diluída, os ideais de homens que no começo do século XX sonharam com um 'novo Brasil' e publicaram livros, artigos e relatórios onde esboçavam teses para construção de uma nação integrada, saudável, educada — o Brasil moderno.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975

BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004

BRESCIANI, M.S. Metrópoles: as faces do monstro urbano. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, nº 8-9, p. 35-68 set. 1984-abr.1885

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**.São Paulo: Companhia das Letras, 1993

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec, 1998

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). **Educar em Revista** Curitiba, nº 25, p.127-141, jan.-jun 2005

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. A I Conferência Nacional de Saúde : reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo.In:Gomes, A. de C.(org.) **Capanema: o ministro e seu ministério** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p.173-193

MARQUES, V.R.B. **A medicalização da raça** Campinas: Ed.Unicamp, 1994

NEIVA, A.; PENNA, B. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás** (1916) Ed. Fac-similar. Brasília:Senado Federal, 1999

PENNA, B. **Saneamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918

RIBEIRO, M.A.**História sem fim...Inventário da saúde pública**. São Paulo:Ed.Unesp,1993

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças** São Paulo: Companhia das Letras,1993

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização.In:Maio, M.C.;Santos,R.V.(org.) **Raça, ciência e sociedade** Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 1996, p.41-58

STEPAN, N. Eugenia no Brasil, 1917-1940.In:Hochman,G.;Armus,D.(org.)**Cuidar, controlar, curar** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.331-391

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Machado de Assis e o Espiritismo: uma análise dos elementos espíritas presentes em contos machadianos

Elaine Cristina Maldonado*

Este texto se propõe a analisar, a partir de três contos machadianos, citações que o autor fez sobre o espiritismo em sua obra, trazendo à tona os elementos espíritas inseridos nos enredos destes contos e fazendo um contraponto com o que a doutrina de Allan Kardec explica sobre tais elementos.

Comecemos, pois, com uma questão do Livro dos Espíritos, uma das obras básicas da doutrina e primeiro dos livros de Allan Kardec a ser publicado no Brasil, em 1875.

No referido livro, a questão de número 392 diz o seguinte: "Por que perde o espírito encarnado a lembrança de seu passado?"

E a resposta:

> *Não pode o homem, nem deve, saber tudo. Deus assim o quis em sua sabedoria. Sem o véu que lhe oculta certas coisas, ficaria ofuscado, como quem, sem transição, saísse do escuro para o claro. Esquecido de seu passado, ele é mais senhor de si.*[1]

Um dos personagens de Machado de Assis, José Maria não faz caso desse ensinamento e teima em nascer com a lembrança de sua vida passada. Este é o ponto de partida do conto "A Segunda Vida", incluído no livro Histórias sem Data.

A história se passa na sala de Monsenhor Caldas, para quem José Maria narra seus infortúnios. O padre, logo de início reconhece nele um louco, e pede que a seu criado chame a polícia.

E José Maria vai narrando história:

> *Como ia dizendo a Vossa Reverendíssima, morri no dia vinte de março de 1860, ás cinco horas e quarenta e trez minutos de manhan. Tinha então sessenta e oito annos de edade. Minha alma voou pelo espaço, até perder a terra de vista.*[2]

Curiosa mente, José Maria morre em 1860, a data mais usada para determinar a chegada do espiritismo no Brasil. Ele morreu, subiu aos céus, ali encontra Jó, por meio de

---

[1]* Unesp/Assis (Mestranda), profelayne@yahoo.com.br
Kardec, Allan. O livro dos Espíritos.Rio de Janeiro: FEB,1981, p.215.
[2] ASSIS. Machado de. Obra Completa.Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1959, vol.III, p. 215.

quem fica sabendo que havia completado mil encarnações, ou, como José Maria diz, um milheiro de almas, e como prêmio, deveria reencarnar novamente.

Embora relutante no início, ele aceita renascer, mas faz uma exigência: quer nascer experiente. Jó lhe diz que isto é um disparate, mas ele teima e vence. E continua:

> *Renasci no dia cinco de janeiro de 1861. Não lhe digo nada da meninice, porque ahi a experiência teve só uma forma instictiva. Mamava pouco, chorava o menos que podia para não apanhar pancada.*[3]

E o conto continua, narrando a confusão que se tornou a vida de José Maria, tomado pelo medo advindo das lembranças da outra vida. Não chorava quando criança para não apanhar, não come em uma festa por que se lembra de duas indigestões que teve na outra vida, tem medo de se casar e ter filhos aleijados...

Por fim se casa, mas em tudo está presente o medo, as lembranças ruins da outra vida o atormentam. Diz ele ao Monsenhor Caldas:

> *A minha segunda vida é assim uma mocidade expansiva e impetuosa, enfreada por uma experiência virtual e tradicional. Vivo como Eurico, atado ao próprio corpo.* [4]

O conto continua mostrando claramente que José Maria, apesar da eloqüência, traz claros sinais de loucura e delírios.

Por fim, no auge do delírio, quando já estava para avançar no Monsenhor Caldas, ouve-se pelas escadas passos e sons de espadas. José Maria vai preso.

Este conto, não traz em nenhum momento a palavra "espiritismo", mas faz crítica clara à doutrina. Machado de Assis buscava mostrar a questão das várias vidas do seu ponto de vista, recheando tudo com a mais fina ironia. De que adiantava lembrar-se da vida passada, se essas lembranças tolhiam qualquer aventura na vida presente?

O espiritismo ensina que a alma não deve se lembrar de sua encarnação passada para os eu próprio bem, e Machado de Assis, embora ao que tudo indica quisesse criticar a doutrina, mostrando que seus adeptos podiam facilmente descambar para a loucura acaba por demonstrar nesse conto que a doutrina de Kardec está certa nesse ponto, pois, se José Maria enlouqueceu com as lembranças de vida passada que lhe atormentavam a existência presente, isto prova que é melhor que o homem não se lembre de nada.

Muito provavelmente esta não foi a intenção de Machado de Assis ao escrever este conto, mas, ainda que indiretamente, ele acaba confirmando um preceito da doutrina com ela.

---

[3] Idem, p. 219.
[4] Ibidem, p. 220.

Outro ponto que nos chama a atenção na história de José Maria é a sua loucura, ela parece fazer parte de certo consenso que havia entre os que criticavam o espiritismo na época: o de que o espiritismo tornava as pessoas loucas.

A loucura, aliás, é um ponto central na obra de Machado de Assis, que diversas vezes abordou o tema em suas crônicas ou o incluiu em seus romances. Basta lembrar do Dr. Simão Bacamarte, personagem central do conto "O Alienista", que primeiro considera loucos todos os que têm comportamento fora dos padrões e os interna no sanatório que mandou construir. Depois decide que louco é todo aquele que nunca comete nenhum ato impensado, e prende a todos os que eram "normais" até então gerando revolta na população. Por fim, o Dr. Simão solta a todos os pacientes e declara que ele é o único louco da cidade, internando-se no próprio sanatório.

Este exemplo ilustra bem a importância do tema loucura na obra machadiana, e podemos citar aqui outro ainda mais significativo, que associa o espiritismo com a loucura, ou melhor, o coloca como agente causador desta. Nesta crônica, publicada no Diário do Rio de Janeiro em 7 de junho de 1889, Machado de Assis diz que seu amigo, José Basílio Moreira Lapa, espírita, envia-lhe previsões feitas por ninguém menos que Nostradamus.

Esta crônica classifica o espiritismo por etapas. A primeira, na qual Machado de Assis diz estar seu amigo, seria aquela em que há uma inclinação ao obscuro, mas o indivíduo ainda dispõe de razão, o problema seria que nessa fase os espíritos respondem menos às evocações. E continua em sua análise:

> *A segunda fase do espiritismo é muito melhor. Depois de 4 ou 5 anos (prazo da primeira), começa a pura demência. Não é vagarosa nem súbita, um meio-termo, com este característico: o espírita, à medida que a demência vai crescendo, atira-se-lhe mais rápido.*[5]

E continua salientando que, quanto maior o grau de demência do evocador, mais prontamente os espíritos atendem aos chamados: "Basta saber que, para a melhor evocação e o mais fácil trocar de idéias, é preferível o maníaco ao são; e o doudo varrido ao maníaco."

No Livro dos Espíritos, há uma passagem em que Kardec defende a doutrina das acusações de que ela provocaria a loucura em seus seguidores:

> *Todas as grandes preocupações do espírito podem ocasionar a loucura: as ciências, as artes, a própria religião fornecem seus contingentes. A loucura tem por causa primeira uma predisposição orgânica do cérebro que o torna mais ou menos acessível a certas impressões (...) Digo, pois, que o Espiritismo não tem nenhum privilégio sob esse aspecto; mas, vou mais longe: digo que, bem compreendido, é um preservativo contra a loucura.*[6]

---

[5] Idem, ibidem, p.552

[6] KARDEC, Allan. Op.cit. p. 35.

Em outro conto, Machado de Assis, porém, o tema da loucura não está tão explícito como no caso de José Maria.

Neste conto, intitulado Uma Visita de Alcibíades, o Conselheiro X, narra em carta ao Comissário de polícia sua aventura no que ele chama de "um grande passo na história do espiritismo" ao evocar e receber em sua sala Alcibíades, personagem grego, cuja biografia foi escrita por Plutarco, e que o Conselheiro X estava lendo após o jantar.

O "grande passo" na realidade, segundo o Conselheiro X, foi ter recebido Alcibíades "redivivo" e não seu espírito.

Este conto, intitulado foi publicado a primeira vez em 1876, mesmo ano da tradução de "O livro dos Espíritos" por João Carlos Travassos para a Livraria Garnier e teve duas versões, a primeira, publicada no Jornal das Famílias, e a outra, que usam para este estudo, foi publicada, com várias modificações, no livro Papéis Avulsos.

Curioso com a vida de Alcibíades, o Conselheiro se pergunta o que ele pensaria da vestimenta moderna. "Que impressão daria ao ilustre atheniense o nosso vestuário moderno?"[7]

Querendo satisfazer sua curiosidade, ele resolve testar sua recém adquirida fé no espiritismo, como ele mesmo diz uma recreação:

> *Sou espírita desde alguns mezes. Convencido de que todos os systemas são pura nihilidades, resolvi adoptar o mais recreativo d'elles (...) Determinei, portanto, evocar o atheniense; pedi-lhe que comparecesse em minha casa, logo, sem demora.*[8]

Para surpresa do Conselheiro, Alcibíades comparece de pronto, porém, não em espírito, como seria de se esperar, mas em carne e osso.

O diálogo travado então entre os dois vai desde a curiosidade de Alcibíades com a Grécia moderna até seu desejo de ir ao baile com seu interlocutor.

Informado, porém de que suas vestimentas causariam espanto nos convivas, Alcibíades decide ir "à moda do século" e, estupefato com os costumes atuais, acaba por cair fulminado no chão do Conselheiro X. "Corri ao ilustre atheniense, para levantá-lo, mas, (com dor o digo), era tarde; estava morto, morto pela segunda vez".[9]

E termina a carta solicitando ao comissário de polícia que vá até sua casa e providencie que o corpo seja levado ao necrotério.

---

[7] ASSIS, Machado de. Obra Completa. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar. Vol. II, p. 280.
[8] Idem, p.281.
[9] ibidem, p. 291.

A primeira versão desse conto, que, como dissemos, saiu publicada no *Jornal das Famílias*, traz como personagem principal a desembargador Álvares, que narra a história da vista de Alcibíades numa roda de salão, entre risos e ironia.

Ubiratan Machado nos dá uma interessante explicação para essa atitude do personagem machadiano de tratar o espiritismo como um divertimento de salão:

> *Nesta perspectiva, de pouca seriedade das palavras do narrador, a história assume um indisfarçável tom de galhofa. A violência da sátira ao espiritismo não está na loucura do personagem. O desembargador é um homem cordato. Machado ainda não concluíra que o espiritismo fosse uma fábrica de loucura. Por enquanto, Kardec e seus discípulos não passavam de tolos joviais. E para estes, basta a mordacidade e a ironia. O contista veria o espiritismo, então, como um simples motivo, entre gente sensata, para urdir uma história de salão, destinada a encher os ócios de uma noite de festa. Nada de mais sério.*[10]

Na segunda versão, ampliada, esse tom de galhofa desaparece. O conselheiro realmente acredita que Alcibíades materializou-se em sua casa e narra toda a história como se ela realmente houvesse ocorrido. Talvez Machado quisesse nisso fazer uma alusão aos espíritas declarados que, enquanto os incrédulos acham sua crença um grande absurdo, mantém-se firme em suas convicções.

Estes dois contos, expostos de forma resumida neste texto, ilustram o interesse de Machado de Assis pelo tema espiritismo e, mais uma vez, seu conhecimento sobre os preceitos da doutrina. È indubitável o conhecimento machadiano sobre os principais pontos da doutrina de Allan Kardec e a atenção que ele dispensou a ela em sua trajetória faz crer que seu interesse era grande.

Quanto o conto "Uma Visita de Alcibíades" foi publicado, como já o dissemos, o espiritismo estava conseguindo seu primeiro grande triunfo, a publicação de "O Livro dos Espíritos". Mais tarde, com a criação da FEB (Federação Espírita Brasileira) em 1883, a doutrina finalmente consegue sua institucionalização e sua separação , pelo menos oficialmente, dos cultos afro-brasileiros.

Digo oficialmente por que, para a população de forma geral, as sonâmbulas, cartomantes e curandeiros continuam por muito tempo a fazer parte de sua rotina. Em todos os jornais podiam-se encontrar anúncios de mulheres oferecendo seus serviços.

No conto "A Cartomante", publicado em 1881, por exemplo, a trágica história do casal de amantes que acaba assassinada pelo marido traído traz como pano de fundo a mania de Rita, a esposa adúltera, em consultar a cartomante para saber o futuro.

A história se passa em 1869, quando, como já dito, as sonâmbulas e cartomantes proliferavam no Rio de Janeiro. Como diz Sylvia Damazio: "No Rio de Janeiro, em toda

[10] MACHADO, Ubiratan. Os Intelectuais e o espiritismo.Rio de Janeiro: Lachartre, 1983, p.144.

metade do século passado (século XIX), anúncios ofereciam os serviços adivinhatórios de mulheres que caíam em transe hipnótico em troca de módicas quantias"[11].

Rita, a personagem de Machado de Assis, era uma mulher ingênua e deixava-se impressionar pelos dizeres da cartomante. Assim, quando Camilo, o amante, recebe um bilhete de Vilela, o marido, pedindo-lhe que compareça sem demora em sua casa, o medo de ter sido descoberto o atormenta e , influenciado pelas palavras anteriores de Rita, que dizia que a cartomante tudo sabia, resolve, no caminho para a casa de Rita e Vilela, consultar a mulher, afinal, que perdia ele com isso?

Assim que se senta a mulher embaralha as cartas e começa a "adivinhar" o que o traz ali:

> *- Vejamos primeiro o que o traz aqui. O senhor tem uma grande susto...*
> *Camilo, maravilhado, fez um gesto afirmativo.*
> *E quer saber, continuou ela, se lhe acontecerá alguma coisa ou não...*
> *- A mim e a ela. - explicou vivamente ele.*[12]

A cartomante então lhe tira todas as dúvidas. Diz que nada lhes acontecerá, mas que era preciso que tivessem cuidado; porém o "terceiro" nada sabia. Fala do amor dos dois, da beleza de Rita, deixando Camilo extasiado.

Ele a paga e sai encantado, feliz. Todas as suas preocupações haviam se dissipado. Toma novamente o tílburi e segue, sem medo de nada. A cartomante tinha adivinhado o motivo da consulta, e suas palavras tinham lhe acalmado o coração.

> *Daí a pouco chegou à casa de Vilela. Apeou-se, empurrou a porta de ferro do jardim e entrou. A casa estava silenciosa. Subiu os seis degraus de pedra, e mal teve tempo de bater, a porta abriu-se, e apareceu-lhe Vilela.*
> *— Desculpa, não pude vir mais cedo; que há?*
> *Vilela não lhe respondeu; tinha as feições decompostas; fez-lhe sinal, e foram para uma saleta interior. Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: — ao fundo sobre o canapé, estava Rita morta e ensangüentada.*
> *Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão.*[13]

A cartomante falhara, ludibriara Camilo com sua experiência em atender jovens enamorados. Assim como no conto "*A Segunda Vida*", não há em nenhum momento a menção à palavra espiritismo, mas, dado que nesta época todos eram alvos de críticas comuns: espíritas, curandeiros, cartomantes, sonâmbulas, este conto serve como base para se analisar de que maneira Machado de Assis via essas modalidades de fé.

---

[11] DAMAZIO, Sylvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 61. (grifo meu)
[12] ASSIS, Machado. Contos Escolhidos. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 58.
[13] Idem. p.60.

Suas críticas sobre a doutrina espírita são formuladas na medida em que os acontecimentos se sucedem ou, numa interpretação minha, na medida em que o espiritismo vai alcançando maior repercussão e aceitação.

Tudo leva a crer que com o passar do tempo as críticas foram abrandando não por uma aceitação da doutrina, mas, quem sabe, porque o interesse arrefeceu, a novidade passou e já não era tão interessante falar sobre espiritismo após a institucionalização da doutrina. Possivelmente era o interesse de Machado de Assis pelo conflito que o levava a constantemente se voltar para a doutrina dos espíritos.

O fato é que, tendo aceitado ou não a doutrina, criticando ou apenas questionando, as crônicas, contos e romances do Bruxo do Cosme Velho trazem um material riquíssimo para se estudar a história do espiritismo no Brasil.

Ao questionar o espiritismo, ironizando-o como é uma de suas características, Machado de Assis levantava questões que, ao que parece, não buscavam desmoralizar a doutrina, mas instigar no leitor um questionamento a fim de compreender o que essa nova forma de crença pregava.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado. *Obra Completa.* Rio de Janeiro, Editora José Aguilar Ltda, 1959. 3 volumes.

ASSIS, Machado. *Contos Escolhidos*. São Paulo, Martin Claret, 2001.

DAMAZIO, Sylvia. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador.* São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; MIRANDA, Leonardo Affonso de. (Orgs.) *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história.* São Paulo, Paz e Terra, 2003.

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o espiritismo de Castro Alves a Machado de Assis.* Rio de Janeiro, Antares, 1997.

VIEIRA, João Marcos Wegellin. *Memória Espírita: papéis velhos e histórias de luz.* Rio de Janeiro, Edições Léon Denis, 2005.

CANDIDO, Antonio. [*et al*]. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.* Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sêneca e o Cristianismo

José Joaquim Pereira Melo[1]

Poucos foram os pensadores do Mundo Antigo que receberam uma valorização tão positiva dos primeiros autores cristãos quanto Lúcio Aneu Sêneca (4-65).

Ao contrário de seus críticos, que na maioria dos casos se opunham ao seu pensamento e à sua prática política, os cristãos adotaram uma postura diferenciada e se voltaram para as suas idéias, suas sentenças e sua doutrina, orientação que gerou em alguns deles a idéia comum e aceita de um Sêneca pagão como precursor do cristianismo, e em outros, a de um Sêneca às vésperas da convenção ao cristianismo.

Esta construção pode ser entendida por três fatos significativos: o irmão mais velho de Sêneca conheceu Paulo de Tarso; a visão senequiana sobre a divindade permitia pensar que acreditava num deus único, criador e senhor do mundo e dos destinos humanos; e a moral defendida por Sêneca era muito parecida com a moral postulada pelos cristãos (MANJARRÉS, 2001).

O cotejamento feito por intelectuais da Igreja primitiva entre Sêneca e o cristianismo pode ser dividido em duas fases: na primeira aparecem como principais representantes Tertuliano (?-220) e Lactâncio (240-320) 325; e na segunda, São Jerônimo (?-420) e Santo Agostinho (?-430).

A importância desse relação pode ser dimensionada pelo suposto espitolário entre Sêneca e Paulo de Tarso. Essa correspondência apócrifa, comentada pela primeira vez por São Jerônimo em 392, apresenta uma linha argumentativa na qual parecem repercutir as idéias senequianas sobre os primeiros pensadores cristãos. No entanto, faltam evidências históricas de que o filósofo pagão e o apóstolo cristão se conheceram, até mesmo de que Sêneca conheceu a doutrina cristã, uma vez que esta, no seu alvorecer, foi ignorada e desprezada pelos setores dominantes da sociedade romana da qual ele fazia parte.

Mas esse quadro não afetou a simpatia que esses pensadores cristãos nutriam por Sêneca, a ponto de encontrarem nele inspiração para redefinir suas idéias e reordenar sua doutrina. Em muitos dos casos, eles reproduziram seus escritos e idéias sem ao menos citar

[1] DFE/PPE/UEM

seu nome (USCATESCU, 1956b).

Clemente de Alexandria (145-216) foi admirador de Sêneca. Em *O Pedagogo,* onde ele aponta regras de vida a respeito do comportamento pessoal, da relação entre marido e mulher, da educação dos filhos, evidencia-se a influência de Sêneca e de outros seguidores da Estoá (ULLMANN, 1996).

Tertuliano, mesmo acreditando que muito pouco tinha que se aprender com os pensadores clássicos, fez uma exceção a Sêneca, evocando-o em algumas de suas reflexões. Por exemplo, em sua discussão sobre a alma, lembrou colocações senequianas contidas em *Dos benefícios.*

> *Aqui, pues, obtemos también aquí como conclusión que todas las qualidades del alma son inherentes a su sustancia como con naturales, y con ella crecen y se se desarrollan desde el instante en que ella se origina. Como también dice Séneca, a menudo "nuestros subyecen en nosotros las semillas de todas las artes y idades, y el maestro Dios desde lo oculto produce los ingenios, de las semillas subyacentes también ocultas durante a infancia, que son igualmente la inteligencia (Acerca del alma, XX, 1).*

Como entender que Tertuliano recorra a Sêneca, se ele rejeitava o pensamento clássico? Como entender essa exceção, quando as suas referências ao mundo intelectual a que Sêneca pertencia eram demasiadamente duras e chegavam aos limites da agressão? Como entender essa predileção exatamente pelo homem que esteve ao lado de Nero, quando este inaugurou a perseguição aos cristãos primitivos?

Para José Luís García Garrido, uma questão parece clara: possivelmente existisse, naquela época, uma tradição comum e aceita de que o pensamento e a prática senequiana não eram conflituosos com o cristianismo, mas se aproximavam da doutrina ensinada por Cristo. Acrescente-se a possibilidade de já estar circulando, nessa época, a suposta correspondência apócrifa entre Sêneca e Paulo de Tarso.

Mas, para o mesmo García Garrido (1972), para além de especulações dessa natureza, boa parte da simpatia demonstrada por Tertuliano ao pensamento senequiano, muito provavelmente, decorreria de questões de ordem pessoal. Uma das reflexões preferidas de Sêneca, e que mais chamou a atenção de Tertuliano foi a distinção que ele fazia entre corpo e alma. Tertuliano, ao abrir um fosso entre o espírito e a materialidade humana, ao levar às últimas conseqüências a rigidez de seu ideal ascético, ao mesmo tempo em que desconhecia e negava a importância do corpo para o homem e para o cristianismo, acabou fora da Igreja e adotou o montanismo. A partir disso, pode-se entender a simpatia com que Tertuliano brindou Sêneca, que dedicou sua vida demonstrando a supremacia absoluta do espírito sobre a matéria.

Isto posto, vale destacar que, embora coincidentes nesse aspecto, Tertuliano e Sêneca tinham por fim harmonizar dois aspectos diametralmente distantes. Isto se explica pelo conhecimento que Tertuliano tinha da doutrina estóica, o que, por sua vez, não elimina a possibilidade de as principais fontes estóicas conhecidas por Tertuliano serem senequianas. Os pontos estóicos que Tertuliano adotou como seus, por seu turno, não o são totalmente, denunciam uma aproximação com o pensamento senequiano.

Um século mais tarde, Sêneca continuou sendo uma exceção do pensamento clássico entre os pensadores cristãos. A postura de Lactâncio não deixa lugar a dúvidas. No livro *Instituições divinas*, ele faz menções elogiosas a Sêneca, mas não deixou, como era costume, de fazer considerações sobre a inconsistência do pensamento clássico. Assim, essa obra de Lactâncio contempla Sêneca com inúmeros adjetivos, advérbios e locuções, que põem em evidência sua simpatia por nosso pensador. Embora Lactâncio dirija algumas críticas a Sêneca, isso não compromete sua admiração pelo filósofo. Dentre as reflexões senequianas destacadas por Lactâncio estão suas apreciações sobre a virtude, sobre o comportamento do sábio e sobre Deus. Juntem-se a isso suas denúncias sobre vícios, paixões e comportamentos considerados ímpios. Atenção também foi dada ao aspecto formativo proposto por Sêneca. Evidencia-se, desse modo, que Lactâncio conhecia com certa profundidade a obra senequiana, especialmente algumas de suas reflexões que não chegaram até os nossos dias, mas que gozaram de prestígio entre os autores da época.

Nesse diálogo estabelecido pelo cristianismo com Sêneca, o nome de São Jerônimo assumiu papel significativo. A sua autoridade intelectual chancelou muitos tratadistas cristãos a investigar a respeito de Sêneca.

Muitas das citações feitas por São Jerônimo têm relação com as questões ascéticas, em razão da importância que ele atribuiu a esse aspecto, o que reflete o apreço que tinha por Sêneca. No livro *Adiversus jovinianum,* que se constitui na chave da ascética jeroniana, Sêneca é mencionado muitas vezes, especialmente por ser autor de *Do matrimônio*, outra reflexão senequiana perdida no tempo. Ao tratar desse livro, São Jerônimo também chegou a se referir a Sêneca como "nosso amigo", mesmo no momento em que era um obstinado combatedor do pensamento que considerava. Essa dupla postura deixa clara a vinculação ainda pulsante do santo com o mundo clássico (GARCÍA GARRIDO, 1972).

Aponta também para essa direção um sonho que muito o atormentou. Durante uma noite febril, São Jerônimo teve uma alucinação de que fora arrebatado em espírito e levado ao tribunal celeste. Interrogado sobre sua religião declarou ser cristão. O Juiz o interpelou, dizendo não ser verdadeira a sua resposta, pois São Jerônimo seria ciceroniano.

Assim, o erudito e atormentado São Jerônimo viveu dividido entre as letras clássicas e as letras sagradas e, no que diz respeito à primeira, não dispensava Sêneca. Mesmo após uma noite de vigília e orações, voltava-se para o pensamento clássico (HAMMAN, 1980), entre cujos privilegiados possivelmente estaria Sêneca.

Essa situação vivenciada por São Jerônimo aponta uma evidência insofismável: seus gostos pessoais não se alinhavam totalmente com as posições dos apologistas. Ao que tudo indica, o remorso não foi o suficiente para levá-lo a um esquecimento proposital do pensamento senequiano, que para ele se diferenciava dos demais pensamentos clássicos.

Nessa escalada, devemos também uma parada em Santo Ambrósio (?-397). Em seu livro *De oficis*, muitas considerações afloraram a influência estóica, especialmente do pensamento senequiano. Embora nesta e em outras das suas reflexões, se evidencie o destaque a Cícero (106-146 a. C), Sêneca, nem por isso, é desmerecido. A explicação para a aproximação de Santo Ambrósio com Sêneca passa pelo fato dele ter sido um dedicado leitor de Lactâncio, que foi um assíduo leitor de Sêneca.

Santo Agostinho, um dos maiores pensadores do cristianismo, foi o primeiro cristão a criticar Sêneca com certa severidade. Por isso, é difícil identificar a influência verdadeira, direta e efetiva de Sêneca no seu pensamento. Além disso, o nome do filósofo é pouco citado nos escritos do santo. Um dado, porém, é efetivo. Santo Agostinho conhecia algumas das reflexões senequianas, mesmo uma desaparecida, a exemplo *Das superstições.* Neste caso, ele sabia que ram escritos de um autor e filósofo clássico, de um homem preocupado com as questões literárias, que tinha uma formação completa. Em posse desses dados, não poderia ter pensado que a doutrina defendida por ele tinha um caráter cristão.

Das reflexões que Santo Agostinho deixou sobre Sêneca, a maior está contida no capítulo X, do Livro VI, em *A Cidade de Deus*, intitulado "Liberdade de Sêneca, que repreende mais acremente a teologia civil que Varrão a fabulosa", onde oferece uma posição bastante favorável ao pensamento desenvolvido por Sêneca.

Segundo Santo Agostinho, nesse livro, hoje perdido, Sêneca se posicionou não apenas contra alguns ritos e superstições, mas contra todas as práticas pagãs:

> *É certo não haver faltado de todo, mas apenas em parte, a Ênio Sêneca, que floresceu em tempo de nossos apóstolos, segundo conta em alguns documentos, a liberdade que faltou a Varrão para abertamente censurar a tecnologia civil, a mais parecida com a do teatro. Teve a liberdade na pena; não teve na vida. Com efeito, no livro que compôs Contra as Superstições crítica com muito maior profusão e com muito maior veemência a teologia civil e urbana que Varrão a fabulosa e teatral (A Cidade de Deus, VI, 10, 1).*

Com base nessas informações, Santo Agostinho entendeu ter levantado a posição

de Sêneca sobre o cristianismo, além de acreditar que ele tivesse vivido no tempo dos apóstolos. Apesar das qualidades que viu nele, o que não inviabilizou a sua crítica, o filósofo não havia vivido conforme propunha em suas reflexões (OROZ RETA, 1966).

Na continuidade do seu raciocínio, fez uma avaliação a esse respeito.

> *Faltou a Varrão semelhante liberdade. Atreveu-se apenas a criticar a teologia poética. Não se atreveu com a civil, que Sêneca lançou por terra. Se, todavia, atendemos à verdade, são piores os templos, onde se fazem tais coisas, que os teatros, onde as fingem. Assim, a conduta que Sêneca prescreve ao sábio nos mistérios a teologia civil não é adesão de consciência, mas a profissão puramente exterior. O sábio, diz, observará todas essas práticas para obedecer à lei, sem acreditá-las agradáveis aos deuses (A cidade de Deus, X, 3).*

No capítulo XI, do livro VI, que tem por título "Pensamento de Sêneca acerca dos judeus", da mesma obra *A Cidade de Deus*, Santo Agostinho, também conhecedor do tratado perdido, comenta o desafeto senequiano pelos judeus e o modo pelo qual a eles se referia: "péssima raça" (VI, 11), e da crítica aos seus rituais, passíveis de manipulações da sua divindade.

> *Alguns conhecem as causas de seus ritos. Mas a maioria do povo pratica-os, ignorando-lhes o porquê. Mas sobre os sacramentos dos judeus, por que e como foram instituídos por autoridade divina e como, depois, quando a mesma autoridade divina julgou oportuno, os retirou do povo escolhido, a quem se revelou o mistério da vida eterna (Idem).*

Dessas informações que Santo Agostinho obteve de Sêneca, devidamente registradas na *A Cidade de Deus,* infere-se que o filósofo não tenha se preocupado com os cristãos em *Das Superstições.* Ao encontro dessa idéia fala o santo: "não se atreveu a mencionar os cristãos, já inimigos declarados dos judeus, nem para falar bem, nem para falar mal, porque não os louvaria, contra a velha usança romana, nem os censuraria, talvez contra a própria vontade" (Idem).

Apesar das alusões ao pensamento de Sêneca, não é fácil identificar a sua influência na obra de Santo Agostinho, muito menos falar de uma presença direta. Por outro lado, pode não ser absurdo falar de uma possível influência doutrinária, mas o mesmo não acontece quando se considerar meras coincidências (OROZ RETA, 1966).

De tudo isso, uma coisa é certa, Santo Agostinho conheceu a obra de Sêneca e, mesmo que este não tenha alcançado a mesma influência de Cícero (106-43 a.C.) na obra do santo, seu pensamento rondou a sua vida.

Com São Jerônimo, pode-se pensar que teve início a vinculação definitiva da ascética cristã com a educação. Desde então, a influência de Sêneca se restringiria àqueles aspectos mais relacionados à formação do homem, em detrimento das suas reflexões teórico-metafísicas (GARCÍA GARRIDO, 1972).

Mesmo que as questões acima levantadas possam esbarrar em algumas oposições, algo se apresenta bastante claro, o Sêneca procurado, lido e discutido entre os cristãos da época não era o Sêneca literato, ensaísta ou tragediógrafo, mas o Sêneca preocupado com a moral e com a formação, cujo principal objetivo era regenerar o homem por meio do processo formativo, que, por extensão, refletiria na sociedade.

Referência

AGOSTINHO, Santo. A cidade de Deus. Petrópolis: Vozes, 1999, vol.I.

GARCÍA GARRIDO, José Joaquim. Sêneca en el pensamiento pedagógico da la Antiguidad cristiana y del medievo. Revista española de pedagogía. Madrid: vol. XX, n.118, p.193-205, abr-jun. 1972.

HAMMAN, A. Os padres da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

MANJARRÉS, Júlio Mangas. Sêneca o el poder de la cultural. Madrid. Debate, 2001.

OROZ RETA, José. Séneca en San Agustín. IN: Estudios sobre Séneca. Octava semana española de Filosofía. Madrid: Consejo Superior de Invesgaciones Científicas, Instituto Luis Vives y Socied Española de Filosofia, 1966, p.331-351.

TERTULIANO. Acerca del alma. Madrid: Ediociones Akal, 2001.

ULLMAN, Reinholdo Aloysio. O estoicismo romano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

USCATESCU, Jorge. Sêneca, nuestro contemporâneo. Madrid: Editorial Nacional, 1965.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Emilio Willems e os estudos sobre os imigrantes japoneses

Priscila Nucci[1]

Resumo: Analisa-se a produção de Emilio Willems, que teve papel destacado nos rumos dos estudos sobre a aculturação da população de origem japonesa no Brasil. Seus textos apontam a possibilidade de existência de preconceito racial contra os imigrantes japoneses e seus descendentes por parte dos brasileiros e mostram uma atuação contra os discursos preconceituosos, presentes em parcelas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Emilio Willems, imigração japonesa–Brasil, preconceito racial.

Abstract: We analyzed in this paper Emilio Willems´ texts that had an important role in development of the Japanese's acculturation researches. His texts points to the potential existence of the Brazilian's race prejudice against the Japanese immigrants and theirs descents, and shows an actuation against the discourses on race prejudice, presented in parts of the Brazilian society.

Key-words: Emilio Willems, Japanese immigration-Brazil, race prejudice.

Analisa-se a produção de Emilio Willems, que lecionou na USP, na Escola Livre de Sociologia e Política e desenvolveu suas pesquisas na área de Ciências Sociais, preocupando-se, nas décadas de 1930-40, com a produção de estudos sobre a assimilação e aculturação dos alemães e dos japoneses e seus descendentes no Brasil (Corrêa, 1987; Seyferth, 2004). Estes trabalhos representaram uma nova abordagem para as análises científicas das populações de imigrantes no país.

As populações de origem japonesa no Brasil foram objetos das pesquisas lideradas por Willems e H. Baldus no Vale da Ribeira de Iguape. Entretanto, as pesquisas foram interrompidas durante a II Guerra Mundial e não chegaram a produzir resultados tão extensos como os elaborados por Willems sobre a aculturação e assimilação dos alemães no país (Willems, 1940).

O livro sobre as populações japonesas era mais descritivo, e apresentou dados sobre a conservação ou modificação da cultura do grupo estudado. Teve como base questionários respondidos por alunos de origem japonesa e professores de escolas públicas nas áreas de colonização em São Paulo, e averiguou o andamento da sua aculturação. O autor

[1] Doutora em Sociologia e Mestre em História Social do Trabalho pelo IFCH – Unicamp. Este *paper* é baseado em parte de minha dissertação de mestrado (Nucci, 2000), cuja pesquisa foi financiada pela FAPESP.

apontou o etnocentrismo de seus informantes, mas não se aprofundou em pontos dos depoimentos que apontavam as relações tensas das populações de origem japonesa com o resto da sociedade e com as medidas de nacionalização efetuadas pelo governo, ou em que os informantes apresentaram concepções preconceituosas sobre os japoneses e seus descendentes (Willems, 1948, p. 84-5, 87-8, 90-1).

Willems apresentou uma reflexão sobre a miscigenação, marcando a diferença entre este conceito e o de assimilação, e refutou as idéias que confundiriam os dois processos e considerariam a miscibilidade dos imigrantes como índice de assimilação (Ibid., p. 104).

A miscigenação estaria condicionada às diferenças raciais, culturais e de classe social. As diferenças raciais poderiam adquirir significados culturais e sociais para os grupos em contato, dificultando a miscigenação; mas neste momento, Willems não conseguiu avaliar se isto ocorreria entre japoneses e brasileiros (Ibid., p. 105-7). Entre os motivos contra os casamentos mistos apontou a prevenção dos japoneses contra casamentos com pessoas de classe social inferior (Ibid., p. 108). Também enfatizou as oposições dos brasileiros quanto a casamentos com japoneses. Em inquérito realizado em escolas normais de São Paulo, com maioria de mulheres jovens de classe média, verificou a pouca aceitação deste tipo de casamento (Ibid., p. 111), o que poderia contribuir para uma tendência negativa de miscigenação. Percebeu indícios de preconceito racial, mas não suficientes para considerá-lo genuíno. Afirmou que a miscigenação dependeria do processo de aculturação, e apontou para indícios de preconceito racial de ambos os lados. Concluiu, no entanto, ser impossível afirmar sua existência. Enfatizou as diferenças culturais e sociais, eleitas como motivos impeditivos daquele processo em maior escala.

Schaden comentou o livro de Willems numa resenha, marcando as diferenças entre esta obra e a produção feita até aquele momento, caracterizada pela visão etnocêntrica e por pesquisas sem organização científica. Willems representava os novos rumos nos estudos sobre a colonização estrangeira no Brasil por seus trabalhos acerca dos colonos de origem alemã (Schaden, 1949, p. 253). Com o estudo sobre a imigração japonesa, apresentaria uma contribuição preliminar em que se examinavam as mudanças ocorridas na cultura destes colonos.

Schaden enfatizou as manifestações valorativas dos informantes da pesquisa, indicou sua importância para a compreensão dos contatos culturais, e apontou a influência da atitude dos brasileiros no ritmo das mudanças culturais e da assimilação (Ibid, p. 254-5). Ao comentar o tema dos aspectos sociológicos da miscigenação, justificou sua existência no trabalho pela presença de idéias que relacionavam inapropriadamente a miscibilidade dos

imigrantes e o processo aculturativo, e pela percepção da não aceitação do cônjuge japonês servir como um "argumento ponderável contra a opinião corrente de que não existe preconceito racial no Brasil" (Ibid., p. 255-6).

O reconhecimento de indícios de preconceito racial, e principalmente contra a população de origem estrangeira foi raro. Entretanto, nota-se que existia a possibilidade de pesquisas sobre o tema entre alguns intelectuais, enquanto os que pesquisavam o tema do negro, em geral, negavam o racismo ou a existência de preconceito racial no Brasil, naquele momento (cf. Pierson, 1951).

Existe outra faceta da produção de Willems, os artigos publicados em *O Estado de S. Paulo,* e parcialmente reproduzidos na *Revista de Imigração e Colonização (RIC),* periódico do Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Tais artigos inseriram-se no debate científico, embasados na teoria e métodos das Ciências Sociais, denunciando os preconceitos racistas e nacionalistas por detrás das restrições aos japoneses e outras populações estrangeiras. Eles são importantes, por explicitarem o posicionamento do autor quanto ao racismo praticado pelos intelectuais brasileiros, e por reconhecerem este racismo. Dividem-se entre os que obtiveram espaço na *RIC* após serem publicados originalmente em *O Estado de S. Paulo*, e os artigos circunscritos ao jornal.

Num deles, publicado na *RIC,* o autor criticou os estudos sobre os japoneses feitos no Brasil. Segundo Willems, alguns publicistas, desejando dar cunho científico aos seus artigos, apresentariam um "cozido de idéias que julgam 'antropológicas' ou sociológicas' e que, revestidas de uma linguagem complicada, geralmente se destinam a predispor o público contra a imigração 'amarela'" (Willems, 1946). A antipatia contra os japoneses seria revestida com uma "roupagem pseudocientífica, tão distante da verdade como o é o racismo de um Gobineau ou Lapouge das modernas teorias antropológicas sobre raça". O autor considerava baixo o nível dos artigos, por apresentar como um "*exame objetivo dos fatos* [...] um racismo mais ou menos dissimulado que [...] nada tem que ver com verdadeira ciência". Na concepção da imigração japonesa como fator de degenerescência para a raça o autor localizou a "crença, [...] refutada pela genética, de que a hibridação enfraquece a 'raça'". Denunciando a incoerência dos racistas brasileiros, lembrou que todas as raças seriam produtos da mestiçagem (Ibid., p. 276).

Denunciou o racismo científico baseado nas teorias do século XIX, a "mística racista", que daria um cunho mais de superstição do que ciência para a argumentação dos racistas brasileiros, e a incoerência das teorias sobre degenerescência racial (Idem). Em alguns momentos utilizou-se do termo raça entre aspas, ressalvando seus limites.

Comentou a polêmica sobre a proibição da imigração "amarela", relembrando que um dos contendores defendia-se contra a "acusação de ser racista observando que não alimentava preconceito racial nenhum, mas que 'o Brasil deveria conservar o caráter branco de sua civilização'". Questionou a ligação feita entre civilização e a cor da pele de seus portadores, e indicou as ligações destas relações com o nazismo (Ibid., p. 277). Também se posicionou contra a tese do condicionamento biológico da cultura, e preocupou-se em explicitar o método pseudocientífico de autores preocupados com o tema da assimilação das populações estrangeiras, os quais não dominariam os métodos de observação e pesquisa das Ciências Sociais (Idem). Estes iriam para as zonas de colonização estrangeira pressupondo a existência do fenômeno a ser investigado, tentando juntar observações que provassem a existência dos "quistos". Outra crítica de Willems a estes estudos referiu-se à escolha de fontes, à profundidade da pesquisa, e ao tempo utilizado nelas. Aqui há uma referência ao trabalho de Neiva e Lima Camara publicado na *RIC* (Camara e Neiva, 1941). A recepção positiva destes estudos precários, que se tornam base para a discussão e da legislação, foi criticada (Willems, 1946, p. 277).

O termo "quisto" e a idéia da não assimilação do imigrante japonês foram refutados por Willems. A assimilação seria um processo social, e nunca biológico (Idem). Negou que os japoneses fossem inassimiláveis e enfatizou que sua assimilação seria somente mais lenta que a dos grupos europeus. Enfatizou, também, a precariedade das comparações feitas entre a imigração japonesa e a européia, e a nocividade de uma assimilação muito rápida, que traria desajustamentos pessoais aos imigrantes.

Percebem-se alguns movimentos argumentativos: a desqualificação, como não-científicos, dos artigos dominantes nas revistas e jornais, bem como de seus métodos, terminologia e objetivos; a comparação dos seus paradigmas científicos com os dos cientistas racistas do século XIX e com os de seus seguidores nazistas; a separação destes estudos do campo científico da antropologia e da sociologia; e, por último, a constatação da falta de espaço para estas ciências nos debates mais importantes sobre a imigração japonesa, espaço quase que totalmente tomado pelos "racistas e pseudo-sociólogos".

Em outro artigo, o objetivo foi a crítica à seleção de "lavradores europeus" (Willems, 1947a). A prática dos "planificadores de gabinete", segundo o autor, não consideraria os repertórios técnicos e econômicos dos imigrantes, e assim, não poderia prever o "acaboclamento" dessas populações em contato com a realidade do meio rural brasileiro, bem diferente do meio europeu e das suas necessidades técnicas (cf. Seyferth, 1999).

Willems sugeriu um novo parâmetro de seleção imigratória, diverso dos parâmetros do CIC, ao defender o tipo de trabalhador agrícola da Europa Oriental e da Ásia, pela sua maior adaptabilidade às condições "semi-primitivas" do Brasil, apoiando a vinda de lavradores de zonas industrializadas pela sua suposta resistência à tendência de desagregação social. Percebe-se, assim, um fator de seleção imigratória baseado não em características genéticas de uma dada população, mas nas características culturais afins dos imigrantes com o meio brasileiro. Para ele, o homem seria um ser cultural cujas aquisições de ordem cultural teriam uma importância adaptativa maior que a dos caracteres genéticos (Willems, 1947a, p. 99-101).

Retomou, também, o tema da assimilação, afirmando que seria um processo social-psicológico e não um processo biológico, como afirmavam os interessados em questões imigratórias. Entre eles dominariam os equívocos, um tipo de pensamento "pré-lógico", preconceitos raciais e nacionais. Willems inclusive afirmou a existência de "determinismos místicos", semelhantes às idéias nazistas de sangue e solo, no Brasil – o que dito após o final da II Guerra Mundial e do Holocausto poderia provocar uma forte reação nos leitores. Os japoneses aparecem em seu texto no momento em que aponta os preconceitos raciais dos brasileiros contra eles, e as expectativas falsas quanto aos efeitos assimilatórios da miscigenação (Willems, 1947b, p. 101-103).

Os artigos apresentaram argumentos contrários aos dos intelectuais do CIC (cf. Nucci, 2000). Houve a proposição de novos critérios de seleção imigrantista que desprezavam os imigrantes europeus e valorizavam os asiáticos pelo seu repertório técnico mais afim com as condições da agricultura brasileira; a afirmação de preconceitos raciais no Brasil em relação ao casamento com japoneses, e ao mesmo tempo em que afirmou a assimilação independente da miscigenação. Willems também denunciou a legislação brasileira e suas discriminações contra os estrangeiros naturalizados (Willems, 1947c). Nos artigos de jornal transcritos na *RIC,* elaborou uma defesa científica das populações de origem estrangeira no Brasil, e estabeleceu novas formas de percepção dessas populações.

No pós-guerra, apesar da continuidade da publicação de textos antinipônicos, e de artigos que ainda se preocupavam com a formação nacional brasileira nas seções principais da *RIC,* artigos como os de Willems expressavam idéias que chamavam a atenção dos quadros da revista. Entretanto, nem todos os artigos de Willems publicados em *O Estado de S. Paulo* foram selecionados para publicação na revista. Eles representavam opiniões mais enfáticas contra os intelectuais do CIC, afirmando a inadequação metodológica e conceitual de seus trabalhos. Sobressaem, por exemplo, as seguintes idéias: a existência de minorias que

"perpetuam padrões xenófobos", "extremamente influentes e capazes de dominar a opinião pública em momentos decisivos" e a idéia da estranheza da criação do CIC e de sua revista num período de baixa imigratória, em que o êxodo de grupos estrangeiros excedia a entrada, o que tornava tão impróprio que "assuntos de colonização estrangeira [... fossem] debatidos como se tivessem importância imediata de ordem prática". Isto seria próprio de um período de prevenções exageradas contra os imigrantes. Como exemplo, citou o anteprojeto de lei sobre imigração e colonização de 1943, que visava promover a imigração, mas exigia, sob a pena de deportação, que o imigrante aprendesse em três anos de residência no Brasil, a língua, fatos e instituições da vida brasileira. Para o autor, tais argumentos sobre imigração e colonização fariam parte de uma sucessão histórica de controvérsias sem fundamento (Willems, 1947d, p. 5).

A desqualificação dos argumentos antinipônicos apresentou-se quando o autor discriminou os estudos feitos no Brasil sobre os temas da imigração e da colonização. Existiriam estudos baseados em especulações sem base objetiva, retiradas de argumentos de outros "publicistas igualmente desprovidos de credenciais científicas"; estudos de "inspeção" ou reportagens realizados por pessoas sem preparo e por fim, um pequeno número de trabalhos de nível científico sobre a imigração e a colonização, que não teriam obtido repercussão prática ou interesse, pois, eles se contraporiam aos preconceitos correntes (Willems, 1947f, p. 5).

Ao pensar sobre as possíveis contribuições das Ciências Sociais aos problemas da imigração e da colonização, o autor reafirmou o desconhecimento geral sobre estes problemas e a necessidade de investigações preliminares, elaboradas e executadas por "instituições familiarizadas com pesquisas de natureza psicológica, econômica, sociológica e antropológica". A "tarefa permanente e principal" da pesquisa sociológica e antropológica seria a assistência que prestaria à execução de projetos de imigração e de colonização (Willems, 1947e, p. 5).

O exemplo dos Estados Unidos nas pesquisas sociológicas e antropológicas surge como um modelo do que deveria ser feito no Brasil. Apesar da pesquisa científica neste país não ter impedido medidas baseadas em preconceitos raciais, as ciências sociais formariam uma "espécie de frente única contra semelhantes preconceitos" (Idem). Não se reivindicaria somente uma inserção das ciências sociais nos projetos de imigração do Estado: seriam, também, frentes contra o preconceito racial, na esfera intelectual.

Ao discutir o racismo na política imigratória, o autor pediu cautela no uso do conceito de raça. O conceito de "etnia" também seria utilizado erroneamente em certas

apreciações do problema imigratório, através do "princípio da 'defesa étnica' em cujo nome se preconizam medidas restritivas e, não raro, a exclusão [...] de grupos considerados ameaças à 'integridade étnica' do país". Esclareceu que no Brasil duas concepções diferentes do termo "defesa étnica" predominariam: a de defesa dos costumes e instituições e a outra, a de defesa da formação de uma "'raça mais homogênea'" através de um regime de quotas imigratórias. A segunda concepção de defesa étnica defenderia uma "falácia racista" que deveria ser combatida, pois "com quotas ou sem quotas, o povo brasileiro jamais será uma raça", assim como nenhum outro povo. Ademais, a necessidade de uma "raça mais homogênea" e de um país mais "branco" não faria sentido num país que se dizia isento de preconceitos raciais. Willems foi muito perceptivo quanto ao caráter discriminatório do branqueamento e das leis de cotas imigratórias, e quanto às suas relações com a "crença numa pretensa superioridade da raça branca" (Idem). Denunciou as ligações entre racismo e eugenia, ao citar as prevenções contra os japoneses no Brasil. A imigração japonesa fora combatida com a alegação de que "o cruzamento de japoneses com brasileiros introduziria um novo elemento racial contrário à 'estabilidade racial', às tendências de homogeneização já prevalecentes" (Idem).

As denúncias do racismo e as tentativas de delimitar o território, os métodos e os objetivos da sociologia no Brasil revestem-se de importância neste contexto de embates de concepções científicas e políticas. Os artigos de Willems representaram um momento de denúncia e de reivindicação de espaço e de novo tratamento para temáticas como a imigração e a colonização, reelaboradas pelas Ciências Sociais, mas também significam uma tentativa de reinterpretar positivamente os japoneses.

Referências Bibliográficas

CAMARA, A.L. e NEIVA,A.H. 1941. Colonização nipônica e germânica no sul do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, II (1): 39-119.

CORRÊA, M. 1987. *História da Antropologia no Brasil.* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 127 p.

NUCCI, P. 2000. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil*: textos e silêncios. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 153p.

PIERSON, D. 1951. O preconceito racial segundo o estudo de 'situações raciais'. *Sociologia*, XIII (4): 305-324.

SCHADEN, E. 1949. Emilio Willems – Aspectos da Aculturação dos Japoneses no Estado de São Paulo (1948). *Sociologia*, São Paulo, XI (2): p. 253-256.

SEYFERTH, G. 2004. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 10 (22): 149-197.

____.1999. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana* 5(2):61-88.

WILLEMS, E. 1940. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 343 p.

_. 1946. O Problema da Imigração Japonesa. *Revista de Imigração e Colonização*, VII (2): 276-278.

_.1947a. Problemas de Imigração. Critérios de Seleção. *Revista de Imigração e Colonização*, VIII (4): 99-101.

_. 1947b. Problemas de Imigração. Aspectos Básicos da Assimilação. *Revista de Imigração e Colonização*, VIII (4): 101-103.

_.1947c. Problemas de Imigração. A Naturalização. *Revista de Imigração e Colonização*, VIII (4): 105-107.

_.1947d. Problemas de Imigração - I. Vícios do Passado. *O Estado de S. Paulo*, 21/09, p. 5.

_.1947e. Problemas de Imigração - III. A contribuição das ciências sociais. *O Estado de S. Paulo*, 19/10, p. 5.

_.1947f. Problemas de Imigração - II. O estudo dos fatos. *O Estado de S. Paulo*, 07/10, p. 5.

_.1948. *Aspectos da Aculturação dos Japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo, FFCL-USP/ Boletim LXXXII - *Antropologia* nº 3, 115 p.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reflexões pertinentes ao estudo da intelectualidade: Retratando Dyonélio Machado

Marines Dors*

Resumo: Para o estudo dos intelectuais sugiro o uso de alguns preceitos de interpretação da Sociologia e Antropologia. Aponto como pertinente, no método da História Intelectual, uma abordagem sociopolítica, englobando conceitos como "rede de sociabilidade" e "campo intelectual", formulados, respectivamente, por Sirinelli (1996) e Bourdieu (1992). Amparada também nas teorizações de Miceli (1977 e 1979) sobre o campo intelectual brasileiro, faço o exercício de esboçar a trajetória intelectual de Dyonélio Machado (1895-1985).

Palavras-chave: Intelectual – rede de sociabilidade – campo intelectual.

Abstract: In order for intellectual people on this study, I recommend the use of some precepts provided by the interpretation of Sociology and Anthropology. In the Intellectual History I point out a sociopolitical approach, as pertinent, including concepts, namely, "sociability network" and "intellectual field", respectively, formulated by Sirinelli (1996) and Bourdieu (1992). Also supported in Miceli's theorizations (1977 and 1979) on the Brazilian intellectual field, this paper makes an attempt to outline Dyonélio Machado's (1895-1985) intellectual trajectory.

Key words: Intellectual - Sociability Network - Intellectual Field.

Sobre a História Intelectual

A História Intelectual por vezes, classificada como história das idéias, é uma área em formação, um domínio pluridisciplinar. Nela encontram-se objetos e métodos bastante diversificados, hesitando ora entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais e, entre uma análise de obras e idéias. A História Intelectual e seu objeto de estudo foram, durante muito tempo, relegados ao "purgatório dos subobjetos da história" e, recentemente, mudaram de *status* nas representações coletivas: "... foi quando começou a ser desacralizado que o intelectual pôde se tornar um objeto da história sobre o qual o historiador não mais hesitou em lançar sua rede" (SIRINELLI, 1996: 240).

No estudo dos intelectuais, como adverte H. Rodrigues Silva, ao historiador compete buscar na Sociologia e Antropologia alguns preceitos de interpretação que permitem

* Mestranda em História/ UNISINOS, Licenciada em História/ UPF e professora da rede municipal de ensino de Passo Fundo. Contato: marimaisdors@zipmail.com.br

ultrapassar os limites de uma análise embasada apenas em termos políticos. Apontamos como pertinente uma abordagem sociopolítica, englobando conceitos como "rede de sociabilidade" e "campo intelectual", formulado, respectivamente, por Sirinelli e Bourdieu.

Sirinelli (1996: 248) expõe que os grupos de intelectuais organizam-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes que fundam uma vontade e um gosto de conviver. A sociabilidade será aqui entendida, em equivalência ao artigo de Gomes (1993:64), "como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um domínio intermediário entre a família e a comunidade cívica obrigatória". Logo, as redes de sociabilidade são compreendidas como formando um grupo permanente ou temporário, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual o indivíduo escolha participar.

É preciso acrescentar que a noção de sociabilidade está revestida de um duplo sentido. Um contido na idéia de rede, remete às estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que tem como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e trocas intelectuais; outro, secretado nas redes que estruturam as relações entre os intelectuais. O espaço da sociabilidade é "geográfico" e também "afetivo", encontrando-se vínculos de amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, conflito/competição, além da "marca de certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos sociais" (GOMES, 1993:65).

A noção de campo intelectual, inserida na formulação teórica mais geral é definida como um campo social como outro qualquer, em que existem lutas, estratégias, interesses e lucros, possuindo, obviamente, formas específicas. O campo intelectual está conexo a um campo político específico. Neste campo político, os sistemas de relações definem o estado do campo intelectual, através da formação de um sistema de posições estéticas e políticas dos intelectuais, estabelecidas a partir dos indivíduos e dos grupos e, reunidas num sistema de tomadas de posição concorrentes (BOURDIEU, 1992).

O conceito de campo intelectual é determinado pela sua posição relativa ao campo do poder, ao qual está adstrito, em que pese a sua autonomia, em virtude de sua função e estrutura. O campo intelectual é visto como sistema de posições predeterminadas abrangendo, assim como os postos de um mercado de trabalho, classes de agentes providos de propriedades de um tipo determinado. Para Bourdieu (1992: 192), os intelectuais são frações dominadas na classe dominante, com uma imagem confusa em função "da ambigüidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante" e, isso ocorre tanto em relação à

sua posição como à sua função. Eles mantêm relações com os burgueses e com o povo, atuando em virtude do mercado e, como vendedores de uma mercadoria.

Sobre os intelectuais – definições e engajamento

Said (2005: 27), alerta que em virtude da "profusão de estudos sobre intelectuais tem havido demasiadas definições do intelectual, e pouca atenção tem-se dado á imagem, às características pessoais, à intervenção efetiva e ao desempenho, que, juntos, constituem a própria força vital do verdadeiro intelectual". Portanto, cremos que a definição do intelectual deve ser "de contornos fluídos e se transforma com o tempo indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida" (GOMES, 1993: 64). Chamamos intelectuais, de maneira genérica, a um "conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de idéias" (BOBBIO, 1997: 109).

Em *A traição dos intelectuais*, Julien Benda (1999) faz uma dura crítica a intelectuais que, ao final do século XIX, começaram a fazer o jogo das paixões políticas. Propondo-nos a compreender as palavras de Benda citamos a interpretação de Said (2005: 23), com a qual concordamos visto que o sentido do discurso combativo e da obra conservadora de Benda está marcado pela "figura do intelectual como um ser colocado à parte, alguém capaz de falar a verdade ao poder, um indivíduo ríspido, eloqüente, fantasticamente corajoso e revoltado, para quem nenhum poder do mundo é demasiado grande e impotente para ser criticado e questionado de forma incisiva".

Mas "o intelectual isolado não existe. Ser um intelectual é pertencer conscientemente e de alguma maneira a coletividade dos pares: é ler os jornais, é estar a par dos debates, é fazer ouvir sua voz no 'pequeno mundo' dos intelectuais" (LECLERC, 2005: 73). Nessa acepção é alusiva a reprodução feita por Sirinelli (1996: 252) sobre as frases redigidas por Sartre no dia posterior a morte de Camus[1]. Posto que, os intelectuais são grupos de características visivelmente delimitadas que se reconhecem entre si até mesmo quando se afrontam, falando uns com os outros até mesmo quando pretendem dirigir-se ao público (BOBBIO, 1997: 81). Assim, todo intelectual, como qualquer ser humano, é limitado por uma sociedade e, espera-se que seja ouvido e suscite debates e até controvérsias, já que todo intelectual tem sua audiência (SAID, 2005).

[1] "Estávamos brigados, ele e eu: uma briga não é nada – mesmo que não se veja nunca mais o outro –, apenas uma outra maneira de viver junto e sem se perder de vista no pequeno mundo estreito que nos foi dado. Isto não me impedia de pensar nele, de sentir seu olhar na página do livro, no jornal que ele lia, e de me dizer: 'Que será que ele diz disso? Que será que ele está dizendo disso neste momento? '" (Sartre apud SIRINELLI, 1996: 252).

"A busca do reconhecimento como fenômeno interpessoal contribui para assegurar a mediação entre o individualismo do intelectual e o caráter coletivo da ação e da visibilidade dos intelectuais enquanto grupo para a sociedade global" (Leclerc, 2005: 70-71). A comunidade intelectual é composta, portanto, de redes de interconhecimento e ainda, de inter-reconhecimento.

Sirinelli (1996: 242) garante que se deve defender uma definição de intelectual de geometria variável, porém baseada em invariantes que desembocam em duas acepções de intelectual: uma ampla e sociocultural, e outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. Esta segunda definição ampara-se na idéia de engajamento na vida da cidade, como ator, testemunha ou consciência. Nesta definição, é sublinhada sua "especialização" reconhecida pela sociedade em que vive – capaz de legitimar e até privilegiar sua intervenção no debate da cidade – especialização esta que o intelectual coloca a serviço da causa que defende.

Para Leclerc (2005: 97-98), existem algumas formas concretas de engajamento, a saber, a) a produção de textos engajados, polêmicos, na elaboração da obra e numa atividade profissional; b) a participação regular em manifestos e petições.

O engajamento e a vocação[2] aparentemente estão entrelaçados, de acordo com Said, o intelectual é o indivíduo dotado de uma vocação para a arte de representar, enunciar e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para um público. E tal vocação adquire relevância a partir do momento que é reconhecida pelo público, englobando compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade (SAID, 2005: 25 e 27).

Ajustando a lente: constituição do campo intelectual Brasileiro e Rio-grandense

Durante a República Velha (1889-1930), desenvolveram-se condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, inclusive na forma literária. Concomitantemente, constitui-se um campo intelectual relativamente autônomo, em decorrência, das exigências impostas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação. Miceli (1977: 14) adverte que, os pesquisadores, da intelectualidade brasileira, não devem expurgar esse momento de expansão do campo intelectual no Brasil, pois seria o mesmo que desconhecer as condições sócio-históricas em meio às quais se formou o campo intelectual atual.

[2] A vocação é classificada como o sentimento íntimo e profundo de uma missão a cumprir, a serviço da coletividade para o bem dos indivíduos e da humanidade, informa Leclerc (2005: 19).

Em complemento, o autor nos lembra de que neste período a vida intelectual era sobrepujada pela grande imprensa, compelindo os intelectuais a elaborar textos e obras seguindo os padrões da imprensa francesa. Notoriamente, com sua análise, Miceli (1977: 15) demonstra que o estudo do campo intelectual brasileiro, no seu período de formação, possibilita compreender as modalidades com que a produção literária contribui para o trabalho de dominação e captar alguns dos determinantes sociais da atividade intelectual.

Miceli dá continuidade a sua análise, em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945),* abordando as relações entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil, bem como as estratégias utilizadas para alcançar as posições recém criadas, nos setores público e privado. Nesta conjuntura os intelectuais dependiam das redes de relações sociais e familiares. De acordo com Miceli: 1) os letrados têm origem oligárquica, mas a situação material familiar está em declínio, mantendo-os vinculados às classes dirigentes por meio de parentescos ou apadrinhamentos; 2) o ingresso nas carreiras intelectuais liga-se ou a trunfos resultantes da posição na linhagem ou de efeitos que provocam *handicaps* sociais, biológicos ou ainda estigmas corporais. Sendo assim, a probabilidade da reconversão, depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais por ser o único com que ainda podem contar para evitar um rebaixamento social. "O êxito relativo das famílias de 'parentes pobres' deve-se às estratégias de reconversão que coincidiram com um momento determinado de expansão do mercado de postos disponíveis que favoreceram seus interesses" (MICELI, 1977: 23).

Contudo, a partir de 1930, esses intelectuais devem ter outros distintivos, como diplomas que acentuam a concorrência no campo intelectual, à diferenciação e a hierarquização das posições internas em relação às origens sociais dos recrutados. Portanto, as opções que o mercado de trabalho apresentava eram: organizações partidárias e instituições culturais; o mercado do livro; e o serviço público.

A carreira de romancista foi consolidada nos anos 30, quando o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção. Às categorias de escritores que investiram nessa carreira, são: letrados da província; afastados dos centros de vida cultural e literária; autodidatas; sem recursos para se sobressair nos gêneros de maior prestígio como a poesia e a critica literária.

Por meio de suas generalizações, Miceli (1979), identifica as características sociais dos romancistas analisando a condição social dos personagens principais dos romances da década de 1930, percebendo que muitos retratam a própria ambigüidade da trajetória dos autores.

Encerrando as alusões aos textos de Miceli, que faz uso das memórias dos intelectuais, cabe a referência a notada impossibilidade de desvencilhamento das "leis inerentes à produção intelectual", pois ele constata que alguns autores elaboram suas próprias memórias, visando promover uma autoconsagração; todavia, aos autores que se consagraram, há grande possibilidade de tornarem-se objeto de "culto póstumo através de biografias" (Miceli, 1979: xxiv-xxv).

Em relação ao contexto Rio-grandense – de 1920 até 1960 – Coradini (2003) explica que a função do intelectual está ligada ao processo de surgimento de projetos e do planejamento para o desenvolvimento nacional. Até 1930, no Rio Grande do Sul, intelectuais se aglutinavam em torno de jornais e revistas, como a Revista do Globo fundada em 1929.

Coradini esboça algumas considerações sobre a emergência dos intelectuais no Rio Grande do Sul, entre elas destacam-se: o reconhecimento das atividades intelectuais associadas ao jornalismo e a literatura, embora os intelectuais do período fossem profissionais liberais ou ocupantes de cargos públicos, também são engajados politicamente; a ausência de uma instituição pública de produção cultural, atividades culturais estavam vinculadas a igrejas e a instituições escolares com uma dimensão religiosa significativa notava-se também o contraponto ideológico positivista; as diferentes formas de associação entre conflitos políticos e instituições vinculadas à cultura.

Dyonélio Machado (1895-1985): em foco a trajetória de um intelectual riograndense

As considerações acima nos permitem focalizar Dyonélio Machado definindo-o como um membro da intelectualidade. Tal afirmativa pode ser justificada pelo fato de que o personagem foi criador e transmissor de idéias, inclusive pelo exercício da escrita, além de indivíduo engajado na vida da cidade, visivelmente, em todas as suas esferas de atuação. Portanto serão, aqui, brevemente, mencionadas as peculiaridades da trajetória deste intelectual.

Dyonélio Tubino Machado nasceu em Quaraí, em 21 de agosto de 1895. Seus pais foram Elvira Tubino Machado e Sílvio Rodrigues Machado. Órfão de pai ainda menino, precisou ajudar a mãe com as finanças, vendendo bilhetes de loteria, conforme narra em suas memórias, organizadas e publicadas postumamente.

Dyonélio Machado pode ser visto como um caso exemplar de "rejeição institucional"[3] e social. No âmbito político, por exemplo, esteve preso, inaugurou a Lei de

[3] A expressão é empregada por Grawunder, 1997.

Segurança Nacional. Já no que diz respeito à literatura, estreou no romance com *Os Ratos*, obra que lhe rendeu um prêmio, que, embora merecido, não lhe fora concedido integralmente[4].

Desde 1915 publicou ensaios, crônicas, contos, em jornais e revistas e livros na área de política, medicina e ficção, em plena vida e maturidade literária, chegou a passar 20 anos sem publicar. Seu primeiro livro de contos tinha o título *Um pobre homem*[5].

O escritor publicou suas obras com imensa dificuldade na década de 1970. Nos anos 80, voltou à obscuridade em que permaneceu até morrer, deixando textos inéditos. O aval da crítica reconhecendo a obra literária composta pelo escritor deu-se num contexto tardio, uma vez que permanecera na "marginalidade" literária durante quase toda a sua existência[6].

Desde menino, Dyonélio redigiu artigos para periódicos, o primeiro, publicado em Quaraí, chama-se *O Martelo.* Publicou em revistas como: *Máscara* e *Revista do Globo*. Entre os jornais com os quais contribuiu, seja como editor, redator, entrevistado ou, assunto de matérias, estão: *Tribuna, Tribuna Gaúcha, A Libertação* (ligados ao Partido Comunista do

---

[4] Dyonelio escreveu a obra em vinte noites. Contudo, afirmou ter pensado nela durante nove anos. O romance foi escrito em dezembro de 1934, concorreu ao Prêmio Machado de Assis, do qual foi o vencedor. A comissão julgadora e a editora decidiram reunir os demais lugares ao primeiro prêmio, contemplando, assim, além de Dyonelio, Érico Veríssimo, Marques Rebelo e João Alphonsus (Grawunder, 1995).

[5] Referencias completas da obra do intelectual:
MACHADO, Dyonelio. *Política contemporânea: três aspectos*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia., 1923.
___. *Um pobre homem*. Porto Alegre: Globo, 1927.
___. *Uma definição biológica do crime*. Porto Alegre: Globo, 1933.
___. *Os ratos.* 4 ed. Porto Alegre: Bels, 1973.
___. *Eletroencefalografia*. Porto Alegre: Globo, 1944.
___. *Desolação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.
___ . *Os fundamentos econômicos do regionalismo*. Revista Província de São Pedro. Porto Alegre: 1(2), 1945.
___. *O louco do Cati*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1984.
___. *Prodígios*. São Paulo: Moderna, 1980.
___. *Endiabrados*. São Paulo: Ática, 1980.
___. *Nuanças*. Porto Alegre: Moderna, 1981.
___. *Sol subterrâneo*. Porto alegre: Moderna, 1981.
___. *Ele vem do fundão*. Porto Alegre: Ática, 1982.
___. *Fada.* Porto Alegre: Moderna, 1982.
___. *Deuses Econômicos*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Leitura S.A., s/data.
___. *Passos Perdidos*. Porto Alegre: Moderna, 1982.
___. *Memórias de um pobre homem*. Porto Alegre: IEL, 1990.
___. "Neurose Traumática". In: Arquivos do Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. V.4, 1943.

[6] No artigo publicado pela Revista ZH, do jornal Zero Hora, em 19/08/1979, p. 14, Danilo Ucha reflete sobre as censuras enfrentadas por Dyonelio: "... uma oficial em decorrência de nunca ter escondido suas idéias marxistas e de ter estado preso... e, uma especial, criada só para ele, no meio editorial e intelectual...". Logo adiante, ressalta a idéia da marginalidade literária: "O fato de ter sido marginalizado por editores e pelo mundo acadêmico e intelectual das décadas de 40 e 50 por suas posições ideológicas é que teria levado Dyonelio Machado ao comportamento de hoje... deve ter contribuído para que o escritor criasse uma terceira censura, a auto-censura, que o leva a dizer que possui vários livros prontos, na gaveta, mas não entrega nenhum aos editores..."

Brasil – PCB, no RS), *Diário de notícias, Correio do Povo, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, Movimento, Razão, Jornal da Sociedade de Psiquiatria do RS e Zero Hora.*

Merece consideração, igualmente, a trajetória política, iniciada na década de 1920 no Partido Republicano Rio-Grandense – PRR. Porém, no ano de 1934, Dyonélio ingressou no PCB para "não mais sair".[7]

Foi eleito para presidente suprapartidário da Aliança Nacional Libertadora – ANL, seção RS, instalada no dia 5 de julho de 1935, no Teatro São Pedro. Participou e leu o manifesto no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, que ocorrido em 1945, no Teatro Municipal de São Paulo, quando: "Foi a primeira vez que se furou a censura do DIP[8], contra a opressão do fascismo".[9]

Em 1947, foi eleito Deputado Constituinte à Assembléia Legislativa do Estado, com 1.876 votos. Dyonélio, inicialmente, elegeu-se como suplente; tornou-se o líder da bancada comunista. No entanto, aproximadamente um ano depois, o partido foi posto na ilegalidade e os mandatos da maior bancada comunista da história do RS foram cassados.

Dyonélio faleceu em 19 de junho de 1985, em Porto Alegre. Cinco dias após sua morte, a família recebeu a notícia de que o escritor fora agraciado pelo governo francês com a comenda *Ordre des Arts et des Lettres*, entregue a Adalgiza Machado, sua esposa.

No ano de 1995, foram proferidos, na Assembléia Legislativa do Estado do RS e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre[10] discursos homenageando o centenário de nascimento do intelectual[11]. Assim, por meio de prêmios, publicações científicas, artigos em periódicos, pronunciamentos do poder legislativo e, reedição de obras, chega o reconhecimento ao intelectual, mesmo que tardio.

Bibliografia

BENDA, Julien. "A traição dos intelectuais". In: BASTOS, E. R. e RÊGO, W. L. *Intelectuais e política. A moralidade do compromisso.* São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999. p.65-121.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder***.** São Paulo: UNESP, 1997.

[7] A continuação da citação é interessante: "com três livros publicados, jornalista, escritor e médico de renome, na casa dos quarenta anos, com tudo para acomodar-se, Dionélio se joga na militância revolucionária".(MARÇAL, 1986: 78-79).

[8] Departamento de Imprensa e Propaganda.

[9] *Movimento*, 24/11/1975, p.17.

[10] Pronunciamento da vereadora Maria do Rosário na Câmara de Vereadores de POA, em homenagem ao centenário de Dyonélio Machado, 10 de agosto de 1995.

[11] Ver Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 76ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de agosto de 1995.

BOURDIEU, Pierre. "Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe". In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.183-202.

___ . "O campo científico". In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

CORADINI, Odaci Luiz "As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversão das elites culturais e políticas no Rio grande do Sul (1920-1960)". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 32, 2003. p.125-144.

GAGLIETTI, Mauro José. "Os discursos de Dyonélio Machado e Raul Pilla: o político e suas múltiplas faces". Porto Alegre, PUC/RS, 2005. Tese (Doutorado).

GOMES, Ângela de Castro. *Capanema:* O ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

___ . *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

___ . "Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.6., n.11, 1993. p.62-77.

GRAWUNDER, M. Z. Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonélio Machado. Porto Alegre: IEL, 1997.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos*: a vida de 31 militantes da classe operária. Porto Alegre: Tchê, 1986.p.75-81.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e Letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977.

___ . *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1930-1945).* São Paulo: Difel, 1979.

OSÓRIO, Cláudio M. da Silva. "Dr. Dyonélio, um médico". In: *Caderno Porto & Vírgula.* Porto Alegre: v.10, 1995. p. 61-66,

SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Helenice Rodrigues. "A história Intelectual em questão". In: LOPES, Marco Antônio (org.) *Grandes nomes da história intelectual.* São Paulo, Contexto, 2003. p. 15-25.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p.231-269.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o sagrado e o profano: a confissão sacramental e os padres libidinosos banidos para o Brasil

Geraldo Pieroni*

Resumo: Estudo dos processos inquisitoriais referentes ao crime de *Solicitatio*, isto é, delitos cometidos pelos padres que durante a confissão sacramental, solicitavam os penitentes que participassem de "atos libidinosos torpes e desonestos". Privilegiaremos os confessores "solicitadores" que tiveram suas penas culminadas com o degredo para o Brasil (séculos XVII e XVIII). Este trabalho permite enxergar matizes da cultura e representações referentes ao discurso comportamental sócio-religioso dos portugueses que vieram degredados para o Brasil. As abordagens das fontes primárias (manuais de confissões e processos inquisitoriais) serão analisados sob a ótica da circularidade dos discursos, entre o sagrado e o profano, e suas diversidades na construção da cultura religiosa portuguesa e brasileira.

Palavras-chave: Inquisição, padres confessores, castigos

Resumé: Cette étude porte sur les procès de l´Inquisition portugaise des prêtres condannés au bannissement vers le Brésil. Le confessionnal, en vogue au XVIe siècle, fut inventé pour assurer à la confession le secret et la discrétion. Le pénitent s'y tient à genoux, le prêtre y est assis; ils sont séparés l'un de l'autre par une cloison comportant une ouverture qui souvent était munie de treillage. Mais, la confession sacrée pouvait aussi être une piége pour les prêtres qui sollicitait ses pénitents dans l'acte de la confession. Plusieurs confesseurs renversaient le but de l'aveu sacramentel. En tant que instrument de sujétion à la Règle, ils devient un instrument du propre désir parce que il manque à son devoir, séduit par le discours que lui-même provoque et de censeur il se transforme en agent du péché. Voilà le crime du confessionnal. Son nom*? De sollicitatione ad libidinem in actu confessionis*.

Na primeira metade do século XVII, época áurea da atuação da Inquisição em Portugal, heréticos e pecadores de todas as qualidades e gêneros eram então perseguidos pelos tribunais do Santo Ofício. Entre eles estavam os clérigos libidinosos que durante o ato sacramental da confissão solicitavam seus penitentes para realizações de atos indecorosos. Muitos deles tornaram-se prisioneiros e foram castigados pelos juizes da fé. Era comum neste período que os condenados fossem expulsos de suas comunidades e enviados para outros territórios onde eles eram penitenciados e, em seguida, reintegrados ao seio da Igreja. Nosso

* Geraldo Pieroni. Doutor em História pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV), professor na Universidade Tuiuti do Paraná.

estudo tratar-se-á de alguns desses eclesiásticos que foram degredados para a América portuguesa durante o período colonial.

Évora, 30 de março de 1636.

Manuel de Sea, comissário do Santo Ofício e cura da Sé de Portalegre, registrou nos cadernos da Inquisição de Évora que Violante Tavares, mulher de João de Almeida, nobre da cidade, denunciou à Mesa Inquisitorial que o padre Gaspar Fernandes, da Companhia de Jesus, a solicitara durante a confissão sacramental para praticar com ele alguns atos torpes e indignos de serem atuados dentro da Igreja (COELHO, 1987:278).

Violante Tavares tinha 25 anos quando delatou, no tribunal do Santo Ofício, suas aventuras no confessionário da igreja de Santa Maria do Colégio da Companhia de Jesus, aonde residia o padre Gaspar. Ela tinha 17 anos quando começou a freqüentar o confessionário "aberto na parede da sacristia da igreja".

Padre Gaspar, segundo a narrativa desta jovem, lhe havia dito, nesta ocasião, "palavras brandas e fora de propósito", declarando-lhe seu amor e tentando explicar-lhe a grande atração que ela exercia sobre ele. Com "requebros e amores, gabando a ela testemunha de formosa", o nosso confessor galante chegou mesmo a afirmar-lhe que "nunca vira mulher de tantas partes e perfeições e que, por seu amor iria ao cabo do mundo e faria todos os extremos" (COELHO, 1987:278).

Tais declarações apaixonadas tornavam-se cada vez mais intensas, a ponto de o padre ousar pedir à sua penitente, "com muitas palavras afáveis e amorosas" (COELHO, 1987:278), que colocasse uma de suas mãos num dos largos orifícios do confessionário.

Violante declarou aos inquisidores que ela não queria aceitar tal proposta, mas "por se ver livre de suas importunações, meteu ela, testemunha, a mão por uma das aberturas e frestas do confessionário, as quais eram de bastante capacidade" (COELHO, 1987:278).

O padre "lhe tomou a mão com a sua e lhe fez muita festa da parte de dentro do dito confessionário, chegando-a a seu rosto, beijando-a com muita brandura, metendo-a em sua própria boca e usando de muitas outras molicias". O confessor "não largou a mão a ela testemunha senão depois que mostrou ter satisfeito de seu apetite sensual" (COELHO, 1987:278).

Os inquisidores concluíram, depois do relato da penitente, que o padre Gaspar Fernandes havia cometido um crime gravíssimo, um pecado comparado à heresia, pois ele havia profanado o santo sacramento da penitência, solicitando esta mulher e consumando sua cupidez num local sagrado.

Eis aí o crime do confessionário; "a mais sutil máquina que o demônio podia imaginar contra o sacramento da Penitência" (COLIN,1992:167). Seu nome? *De sollicitatione ad libidinem in actu confessionis.*

O confessionário, grande voga do século XVI, foi inventado para assegurar à confissão, o segredo e a discrição: "esta curiosa edícula que nos parece hoje tão arcaica, era então o último grito da moda" (COLIN,1992:172). O penitente se apresentava de joelhos diante do confessionário. O padre estava sentado; eles ficavam separados por uma divisória contendo uma abertura que, freqüentemente, era coberta por uma grade (THÉO,1989:955). Todavia, o confessionário do padre Gaspar, da igreja de Santa Maria do colégio Jesuíta de Portalegre, era munido de amplas "aberturas e fendas", sem nenhum *craticulum* que pudesse impedir a passagem de uma mão afetuosa.

A confissão pessoal e auricular podia, portanto, transformar-se numa "sutil máquina" que virava ao avesso o objetivo do sacramento. Este receptáculo destinado ao perdão divino podia, às vezes, ser transformado num "quiosque do amor" (COLIN,1992:167), a igrejinha de Satã. Se o confessor não estivesse muito atento e decidido, ele podia não mais agir como o mensageiro da clemência divina, mas transformar-se em um instrumento de solicitação ao pecado.

Relatar os próprios pecados é a condição indispensável para a confissão sacramental. Confessando, o penitente demonstra que ele não quer ser identificado com o pecado. Mas para receber a graça divina, esta confissão deve ser precisa, objetiva e clara; é necessário se auto-acusar das faltas graves, uma a uma. O padre devia, com apurada metodologia, ajudar o penitente a revelar seus erros, em profundidade, discernindo todos os aspectos, como um "obstetra espiritual" (DELUMEAU,1992:22), pois, freqüentemente, o fato de revelar suas misérias podia gerar no penitente, a complacência ou o escrúpulo (THÉO,1989:955). Para estimular os fiéis a freqüentarem com regularidade o confessionário, Jean Pierre Camus (1582-1652), bispo de Belley e amigo de São Francisco de Sales, exortava-os com as seguintes palavras: "não existe música mais harmoniosa aos ouvidos de Deus que as notas piedosas de uma santa confissão" (DELUMEAU,1992:519).

Desta forma, a tradição da Igreja oferece a seus fiéis o caminho da salvação, mas em troca exige a confissão detalhada dos pecados. O sacerdote torna-se o distribuidor da misericórdia de Deus que assegura a felicidade eterna aos contritos.

O clero beneficiava-se de uma lei própria estabelecida pelo Direito canônico. Todavia, quando se tratava da s*ollicitatio ad turpiam*, eles eram julgados pelos tribunais inquisitoriais. O papa Clemente VIII, no dia 12 de janeiro de 1599, autorizou a Inquisição em

Portugal a se ocupar dos sacerdotes que, na confissão sacramental, solicitavam mulheres penitentes para atos desonestos (BNL,1634).

O Regimento inquisitorial de 1640 incorporou no seu conteúdo o direito de se ocupar dos crimes dos solicitantes. O delito é tratado no capítulo IX, título V: "Dos que solicitam os penitentes no sacramento da confissão"(REGIMENTO,1613). Neste Regimento nenhuma punição explícita é atribuída aos padres cortesãos, esta tarefa era reservada diretamente aos inquisidores que, segundo a "qualidade, a pessoa e as circunstâncias" do crime, aplicavam os castigos aos desviantes.

O Regimento de 1640 declarava:

> *Por Breves dos Summos Pontíficies Pio IV e Gregório XV pertence ao S. Ofício privativamente conhecer o crime dos que solicitam na confissão, e castigar os culpados nelle. Portanto, se algum confessor no acto da confissão sacramental, antes, ou immediatamente depois delle, ou com ocasião e pretexto de ouvir de confissão, no confessionário ou no lugar deputado para a ouvir, ou em outro escolhido para esse effeito, fingindo que ouve de confissão, commetter, solicitar, ou de qualquer maneira provocar actos illicitos e desonestos, com palavras ou com tocamentos desonestos para si ou para outrém as pessoas, que a elle se forem confessar, assim mulheres como homens (...), [*e se este*] "indigno ato" for provado por testemunhas, este padre seria então castigado segundo os breves apostólicos e de acordo com a qualidade e as circunstâncias dos seus atos. As punições podiam ir desde a suspensão dos direitos eclesiásticos até à condenação às galés para os solicitantes relapsos, isto é, para os reincidentes (REGIMENTO, 1640).*

Para evitar as armadilhas do confessionário e para melhor instruir os padres nesta difícil tarefa de perdoar os penitentes, vários manuais do confessor foram escritos e publicados. Estes guias de teologia moral são geralmente elaborados apoiando-se sobre os dez mandamentos da lei de Deus, os sete pecados capitais e os sete sacramentos da igreja. Com discernimento, o confessor entra nos detalhes da vida pecaminosa do penitente: avareza, blasfêmia, cupidez, ódio, crueldade, ingratidão, falso testemunho, hipocrisia (THÉO,1989:829) e, ao mesmo tempo, ele devia instruí-los nas regras da boa conduta cristã através dos sete sacramentos: batismo, confirmação, reconciliação, eucaristia, casamento, ordem, unção dos enfermos. E ainda, as quatro virtudes cardinais: justiça, temperança, prudência e fortaleza (THÉO,1989: 825.946-968).

O Espelho dos penitentes, escrito por João da Fonseca e editado em Évora, em 1687, revela a identidade da teologia moral do confessionário que os padres e os fiéis deviam manusear para se instruírem acerca da eficácia deste salvífico sacramento:

> *Aqui se te oferece aos olhos (benévolos do autor) um espelho pelo qual podes apurar tua consciência e reformar tua vida por meio de uma confissão bem feita, nele acharás as condições necessárias para te dispores a fazê-la como convém, para que te oferece um copioso interrogatório, que te pergunta e mostra o que cometeste contra os mandamentos da lei de Deus e da Santa Madre Igreja para que, examinando por ele tua consciência, a possas purificar com uma verdadeira confissão, e purificado de tuas culpas possas gozar da união com Deus por meio da*

> *graça, que no sacramento da penitência se comunica, e da paz interior de tua alma, e da alegria, que dela nasce, que é só a verdadeira, que a do mundo toda é falsa e mentirosa(FONSECA,1687:4).*

Vários são os manuais do confessor publicados em Portugal na época da Inquisição: 57 edições no século XVI; 20, no século XVII e, ainda, 4 no século XVIII.

O mais antigo tratado de penitência português do qual temos conhecimento é aquele escrito em 1489 por um autor desconhecido. Neste manual, encontram-se as perguntas principais que permitem aos sacerdotes conhecer as circunstâncias que conduziram o fiel ao pecado: Quem? O que? Onde? Por quem? Quantas vezes? Por que? Como? Quando?

Uma vez todas estas perguntas respondidas, o conjunto das circunstâncias determinava a gravidade do pecado: venial ou mortal. Esta bateria de perguntas, este minucioso interrogatório, era comum a todos os manuais do confessor e representava um verdadeiro instrumento pedagógico para estabelecer as circunstâncias do pecado (DELUMEAU,1992:92).

A Igreja, no século XVII, principalmente devido à sua longa experiência penitencial, tinha pleno conhecimento de que o ato da confissão particular podia ser uma espada de dois gumes. O Manual dos Confessores e Penitentes, editado em Coimbra no ano 1552 mostrava-se particularmente sensível a esta delicada situação. A confissão auricular podia induzir o padre confessor que, pela "graça do sacramento", era o depositário da indulgência celeste, a transformar-se em um sacrílego pecador, um profanador do sacramento. O sacerdote, mesmo estando separado do penitente por uma grade ou divisória, na realidade, estava fisicamente muito próximo do confidente. Este último, com sinais de contrição e de arrependimento, colocava-se de joelhos diante dele, os olhos baixos e a cabeça levemente inclinada: "Ai de mim, pecador! Ai de mim, miserável!...lembrai-vos, senhor, que sou terra, que sou pó, que sou cinza... Desatai as prisões de meus pecados antes que me levem arrastado para o inferno..."(FONSECA,1687:10). Tal proximidade, o silêncio da igreja ou da sacristia, o fato de escutar e de falar em voz baixa sobre assuntos ao mesmo tempo delicados e excitantes, podia provocar, no confessor e no penitente, o desejo da carne. O Manual de Confessores e Penitentes de 1552, comentado por Azpilcueta Navarro, professor sucessivamente de Cahors, Toulouse, Salamanca e Coimbra (NAVARRO:10), estava bastante consciente de que o fato de instruir, pregar e confessar obrigava a ler, ver, escutar e pronunciar algumas palavras que provocavam a excitação e, às vezes, também a polução. Neste caso, se tal polução fosse involuntária, o pecado não existia; porém, se fosse

intencional, o pecado estava consumado (SEQUEIRA:68.70), pois o confessor havia se deleitado com tais obscenidades para si ou para o seu penitente (FONSECA,1687:84).

Para estas mulheres solicitadas, era muito difícil denunciar seus ousados confessores. Isabel Rodrigues acusou o padre Botelho 11 anos depois de ter sido solicitada por ele. Talvez ela tenha escondido este fato, a fim de preservar sua honra e evitar represálias familiares.

Nas terras do Brasil, entre estes padres que solicitavam seus penitentes durante, antes ou depois da confissão, identificamos alguns que foram degredados em outras províncias do próprio Brasil ou que, da colônia foram enviados para outros territórios ultramarinos do império português. O padre Bernardo Borges, vigário do Rio de Janeiro, foi condenado ao degredo em Angola por 10 anos. Padre Pedro Homem da Costa, 51 anos, residente na Paraíba; padre Antônio Esteves, de Pernambuco, 45 anos; padre Antônio Alvares Puga, 46 anos; padre Manuel Pinheiro Oliveira, 53 anos, vigário de Congonhas nas Minas Gerais; e um certo padre Francisco do Rio de Janeiro, 52 anos. Todos foram expulsos de suas paróquias e proibidos, por toda a vida, de voltarem a elas. A única exceção foi o solicitante de Congonhas que, por sua vez, em vez de interdição perpétua, recebeu a pena de exílio por 8 anos. Outros foram degredados num outro Convento distante do local de seus pecados, como foi o caso de dois freis pernambucanos: José de Jesus Maria, 62 anos e Manuel de Jesus, 50 anos (ANT, Livro 435).

A célebre Bahia de Todos os Santos parecia, também, ser a Bahia de todos os diabos. Na ocasião da segunda visitação do Santo Ofício no Brasil, em 1618, o padre Baltasar Marinho foi denunciado por Madalena de Góis que declarou aos inquisidores visitantes que, durante a confissão, o padre havia lhe proposto de "dormir carnalmente" com ela, mas que, indignada e muito escandalizada, ela não quis mais se confessar com ele. Padre Baltasar foi também acusado de solicitar duas outras mulheres, e, ainda mais, de ter tentado cometer atos sodomítigos com os filhos da própria Madalena de Góis (ABN, 1927:106).

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em 1707 evidenciam, além do medo das penas do Inferno, a necessidade da reconciliação com Deus, profundamente ofendido pelos pecados dos homens. O confessionário era, então, o lugar da redenção das almas corrompidas, era o símbolo da absolvição divina. A salvação dependia da confissão sincera, pois, segundo os bispos reunidos na Bahia em 1707, a contrição perfeita representava uma dor e um ódio em relação aos pecados, pois tais ofensas à Deus eram dignas de punição, uma vez que Deus devia ser amado acima de todas as coisas pela sua infinita bondade. Os

penitentes deveriam prometer firme intenção de jamais ofendê-lo (CONSTITUIÇÕES, Livro I).

Os bispos das Constituições Primeiras recordavam o espírito tridentino da Contra Reforma, detalhando, nas suas decisões constitucionais, o caráter obrigatório da confissão e a interdição aos padres de confessarem os penitentes, sobretudo as mulheres, em lugares menos visíveis como o coro, o batistério ou a sacristia. A confissão das mulheres deveria ser feita por padres que tinham mais de 40 anos e que sabiam evitar as perguntas curiosas e inúteis "para que com elas lhes não dêem ocasião a novos pecados" (CONSTITUIÇÕES, Livro I).

Se os processos dos padres solicitantes são relativamente parcos, as listas dos padres denunciados, sobretudo no século XVIII, estão repletas: os padres e freis de nome "Antônio" são 244, mas apenas 21 apresentaram-se à Mesa. Os "Francisco" solicitantes são 175, dos quais 23 foram submetidos à um julgamento. Os "João" são 185, dos quais somente 17 foram condenados pelos juízes do Tribunal da fé. Entre os 209 "José", 29 foram processados. Todavia, o recorde, e não podia ser diferente, são os "Manuel": 280 dos quais, apenas 27, o que representa menos de 10%, apresentaram-se à Mesa para serem julgados. Entende-se porque os processos são pouco numerosos (BNL:271).

S*ollicitation ad turpiam* correspondia ao comportamento geral dos padres portugueses na época da Inquisição? Não se pode fazer a balança pesar mais de um lado do que do outro, já afirmava Delumeau (1992:9). O presente é um estudo dos padres solicitantes condenados com o degredo no Brasil; portanto, nossa amostra é bastante específica. No entanto, vale algumas considerações: entre os séculos XVI e XVII, o número de clérigos aumentou vertiginosamente em Portugal; e, sobretudo, os conventos se multiplicaram. Na metade do século XVII podia-se contar cerca de 25.000 clérigos regulares e seculares e mais de 30.000 seculares para uma população de quase 2 milhões: havia um eclesiástico ou religioso para 36 habitantes (SERRÃO:36). O alto clero estava presente nas altas esferas da administração real. A Igreja era considerada proprietária de bens: no século XVII, cerca de 95% do solo peninsular pertencia à nobreza e ao clero. A maioria dos bispos e abades eram provenientes de famílias de "qualidade" os inquisidores pertenciam à nobreza. É verdade que o baixo clero permanecia medíocre e mal formado; os seminários, estabelecidos pelo Concílio de Trento, não existiram em número suficiente para responder a todas as demandas. A formação se fazia localmente e, com freqüência regular , o baixo clero era acusado de possuir pouca dignidade e muitos costumes que deixavam à desejar (HERMANN, MARCADÉ,1989:325-326).

Entre estes milhares de eclesiásticos, sem dúvida alguma, pode-se encontrar uma considerável porcentagem de homens que escolheram o sacerdócio não somente como uma profissão tradicional de distribuidores de sacramentos, mas como uma verdadeira vocação. Portanto, eles testemunharam, com coerência, os votos que a Igreja exigia deles: a pobreza, a obediência e a castidade. Todavia, o Santo Ofício não estava minimamente preocupado com estes "bons e santos padres", conseqüentemente não podemos encontrá-los nas listas e processos dos réus; além do que não é o objetivo deste trabalho. A Inquisição, na realidade, era uma instituição criada para a repressão e para a catequização dos desviantes que maculavam a pureza da religião católica.

Referências Bibliográficas

ABN. **Anais da Biblioteca Nacional** – vol.49, Rio de Janeiro, 1927.

ANTT, Inquisição de Lisboa, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 435.

B.N.L., **Sala dos Reservados**, cod. 105A, fls 84-87: *Coletório de Bulas e Breves Apostólicos, Cartas, Alvarás e Provisões Reais que contém a instituição e progresso do Santo Ofício em Portugal*, 1634.

COELHO, Antônio Borges. **Inquisição de Évora - dos primórdios à 1668**, vol. I, Lisboa : Editorial Caminho S.A., 1987.

COLIN, Michèle Escamilla. **Crimes et chatiments dans l'Espagne Inquisitoriale**, tome 2, Paris: Berg International, 1992.

Constituição Primeiras da Bahia. **Livro I, Título XXXIV**.

DELUMEAU, Jean. **L'aveu et le pardon - Les difficultés de la confession, XIIIe-XVIIIe siècke**, Paris: Fayard, 1992.

FONSECA, João da. **Espelho dos Penitentes**, Évora: Oficina da Universidade, 1687.

HERMANN, C, MARCADÉ, J. **La Péninsule Ibérique au XVIIe siècle**, Paris: Deses, 1989.

NAVARRO, Martin Azpilcueta. **Manual de Confessores e Penitentes.**

REGIMENTO do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal, 1613.

SEQUEIRA, Angelo da. **Penitente Arrependido.**

SERRÃO, Joel. **Dicionário de História de Portugal**, Porto: Livraria Figueirinhas.

THÉO. **Nouvelle encyclopédie catholique**, Paris: Droguet-Ardant/Fayard, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Pesquisas em História do Pensamento Geográfico no Brasil: casos recentes mais uma ilustração temática

Dante Flávio da Costa Reis Júnior*

Resumo: Esta comunicação tenciona relatar o contínuo interesse de geógrafos brasileiros pelos estudos de caráter historiográfico – estudos que, traduzindo forçosa evocação do parâmetro temporal, demonstram a relevância das épocas e suas coações. Brevemente, descrevemos o espectro temático dentro do qual eles se encontram e exemplificamos com uma matéria a ele atinente.
Palavras-chave: História do Pensamento – Geografia Brasileira – Escola Teorética

Résumé: Ce communiqué a l'intention de raconter l'intérêt continu des géographes brésiliens par les études de caractère historiographique – des études qui, en traduisant l'appel inévitable au paramètre temporel, démontrent la pertinence des époques et leurs coercitions. En peu de mots, nous décrirons la circonscription thématique des travaux, aussi bien qu'illustrerons avec un sujet y compris.
Mots-clés: Histoire de la Pensée – Géographie Brésilienne – École Théorétique

Investigações de natureza histórica e conceitual há muito cativam razoável contingente de cientistas. São estudos que exploram, na maioria das vezes, o aprimoramento das ferramentas – técnicas, lingüísticas – de que a comunidade científica dispõe (averiguando, por exemplo, a justificativa contextual deste avanço ou os atores através dos quais ele pôde se dar). No âmbito da Geografia, uma linha de pesquisa de norte semelhante também vem chamando a atenção dos seus profissionais. Trata-se da, assim chamada, "História do Pensamento Geográfico", que, no Brasil, tem seduzido e formado especialistas desde a década de oitenta (com pontuais antecedentes).

Alguns Professores dedicaram-se a estudos importantes vinculados à linha. Tenham sido composições de panoramas genéricos daquela "História" (ANDRADE, 1977; MONTEIRO, 1980; MORAES, 1981; CHRISTOFOLETTI, 1982; ANDRADE, 1987; CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2004), exames de escolas de pensamento específicas (BRAY, 1977; 1980) ou contribuições ao estudo do método mais adequado para efetivar as historiografias (BRAY, 1999; MACHADO, 2000; SPOSITO, 2004), todas as iniciativas se cotizaram para estabelecer, na cena brasileira, uma leitura autônoma da evolução da disciplina – desígnio louvável. Efeito deste empreendimento, hoje as pesquisas brasileiras com os

* Doutorando em Geografia, Instituo de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

propósitos epistemológico e/ou historiográfico já compõem um acervo quantitativamente apreciável e podem prender-se (conforme o projeto teórico do autor) aos seguintes temas:

• doutrinas filosóficas subjacentes às escolas de pensamento geográfico ;

• autores principais representantes de uma escola ou contribuintes à difusão de ideologias ;

• instituições e órgãos oficiais propagadores de ideários ou fomentadores da prática científica ;

• processo de assimilação doméstica das correntes de pensamento internacionais ;

• opções analíticas mesclando dois ou mais vieses acima citados.

Por conta disso, determinados centros de pesquisa adquiriram status de pólo. À guisa de exemplificação, poderíamos apontar o caso da Universidade Estadual Paulista com (no campus de Rio Claro) a atuação dos Professores Silvio Carlos Bray e José Carlos Godoy Camargo e (no de Presidente Prudente) a do Professor Eliseu S. Sposito. Mas também os casos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em virtude da atuação engajada da Professora Lia Osório Machado, bem como do Professor Paulo César da Costa Gomes e da Universidade de São Paulo, pelas sabidas preocupações historiográficas do Professor Antonio Carlos Robert Moraes.

O (acima mencionado, indiretamente) resgate de autores e das textualizações que nos deixaram como herança tem um excelente papel funcional a jogar, desde que traga à tona visões de mundo irresistivelmente atreladas aos respectivos contextos históricos e, por esta razão, ajude a compor o mosaico que parece ser o Pensamento Geográfico Brasileiro. Ainda estamos longe de poder medir, com precisão, a fidelidade de um quadro assim; todavia, ele deve continuar recebendo e ajustando em si toda e qualquer contribuição confeccionada a partir dos centros de pesquisa. Daí que hoje já se encontra disponibilizado um bom número de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado alinhadas com a empresa de desvelar o modo como tem evoluído a Geografia Brasileira. Não por acaso, esta mobilização acadêmica abriu veios que logo aproximaram pesquisadores imbuídos da mesma causa. Hoje percebemos desde veículos que a materializam – caso dos periódicos de circulação regional/nacional (sem dúvida, a forma mais propícia de divulgar projetos de pesquisa em andamento e eixos temáticos originais): *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro/RJ; *Geografia*, Rio Claro/SP; *Geosul*, Florianópolis/SC; ... – até a organização de eventos (congressos, encontros) que, costumando compreender "Espaços de Diálogo" especiais, terminam por fortificar o contingente de interessados pela História do Pensamento Geográfico: *Encontro Nacional de Geógrafos*; *Congresso Brasileiro de Geógrafos*; ...

Hão de ter sido reflexo de uma congregação crescentemente virtuosa os produtos dessas primeiras décadas de simpatia e curiosidade com o desenvolvimento em nosso país do, digamos, "pensar o *pensar Geografia*". Aí estão trabalhos notáveis sobre a função da intelectualidade brasileira no estímulo (ainda que não necessariamente ocorrido pela via de um planejamento deliberado ou consciente de fato) dos fundamentos epistemológicos da disciplina (ANTONIO FILHO, 1990; MARCHI, 1998; OLIVA, 1998; ANSELMO, 2000; CONCEIÇÃO, 2001; CASTRO; GOMES, 2004; REIS JÚNIOR, 2006). Aí estão, também, reflexões acerca dos papéis jogados por entidades de classe, órgãos oficiais ou instituições de ensino, tais como, respectivamente, a Associação de Geógrafos Brasileiros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as antigas Faculdades de Filosofia e Letras, nas discussões conceituais e na assimilação/disseminação de valores e ideologias diversas (ALMEIDA, 1999; MACHADO, 1999; ALBUQUERQUE; SOUSA NETO, 2002; MACHADO; 2002; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2004). Na verdade, o enriquecedor (por mais que complexo) é tentar empreender uma costura entre o pensamento incorporado pelos autores e a situação histórica que dá margem, justamente, às criações intelectuais e ao entendimento delas. Notabilizada fica a empresa porque – se aguarda – dela resultará um substrato informativo passível de ser vinculado, simultaneamente, a uma época e a uma autoria; dado útil como referência na avaliação de outras teorizações (contemporâneas ou pretéritas).

Muito em decorrência de uma longeva celeuma em torno da discussão sobre as relações entre o engajamento político do geógrafo e a defesa que ele possa fazer de um particular conjunto de métodos, uma notável escola de pensamento não costuma receber tanta atenção dos pesquisadores. Nos referimos à corrente que ficou conhecida como Nova Geografia, ou Geografia "Teorética" (ou, ainda, segundo versão reducionista, "Geografia Quantitativa"). Esta escola – acolhida por alguns geógrafos brasileiros, com notável defasagem temporal, a partir da transição entre as décadas de sessenta e setenta – caracterizou-se pelo empenho fervoroso em ajustar a linguagem da Geografia àquela que vinha se mostrando alvissareira junto à jurisdição das ciências naturais e abstratas. Isto significou, em outras palavras, reformular o dialeto geográfico até então vigorante; isto é, subverter a tradição das monografias, demasiadamente avessas à causa legislativa. Assim, passariam a fazer parte da rotina metodológica do geógrafo o uso de teoria sistêmica, o processamento estatístico de dados, o emprego de modelos analógicos ... enfim, a consagração da idéia de "organização espacial" – objeto que, abstrato, mostrava-se bem concertado à

estrutura normativa do raciocínio matemático e, portanto, bastante conveniente às esferas do planejamento e da tomada de decisão.

Motivados pelo fato da literatura especialmente voltada para a mencionada escola ser rarefeita em língua portuguesa, temos nos dedicado, desde o Mestrado, ao exame de sua divulgação no Brasil (REIS JÚNIOR, 2003). A rigor, nossas pesquisas vêm se concentrando numa alternativa analítica que mescla duas temáticas em particular: apreciação da obra de "geógrafos-chave" (contextualizando-a e inferindo a representatividade de seu autor) e elucidação do substrato filosófico sobre o qual parece estar fundado o discurso desses cientistas. Bem, a filosofia facilmente associável à Nova Geografia chama-se positivismo lógico, cujos preceitos tendem, de fato, a sugerir certas inclinações metodológicas. Dentre as cláusulas neopositivistas, algumas são emblemáticas e nos explicitam bastante bem que tipo de processualística só pôde motivar junto à comarca das ciências sociais: 1ª) assertivas científicas precisam primar por um rigor lingüístico – devem estar baseadas, portanto, num quadro relacional que sistematize seu conteúdo informativo; 2ª) o ordenamento das informações coligidas pode ser efetivado por linguagem matemática, pois a sintaxe que lhe é correspondente possui, precisamente, a característica da sistematização abstrata; 3ª) enquanto ciências bem-sucedidas metodologicamente, Física e Biologia devem servir de modelo a ser cortejado – logo, fica autorizado o empreendimento analógico, a replicação de modelos naturalistas (RUSSELL, 1996). Está evidente, as três cláusulas suscitaram aquela rotina metodológica referida no parágrafo anterior.

Neste sentido, nossas Dissertação e Tese pretendem contribuir ao descortino de tal fase "teorético-quantitativista", e sob o ponto de vista de sua incorporação por pesquisadores de nosso país. No Mestrado, investigamos a produção científica de Speridião Faissol (1923-1997), geógrafo que atuou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Nesta ocasião, o escopo foi o de exemplificar – por meio das textualizações de um ilustre profissional – a sintonia teórica que a Geografia Brasileira também soube desenvolver entre a temática sócio-econômica (sobretudo urbana, no caso deste pesquisador) e os princípios metodológicos do positivismo lógico (que a submeteu, inevitavelmente, a uma leitura naturalista/pragmática). Portanto, a Dissertação identifica no discurso de Faissol a ocorrência dos conceitos vinculados à teoria dos sistemas (*entropia*, *homeostase*, *equifinalização*), bem como o incentivo ao uso de técnicas quantitativas (judiciosamente conjugadas à mesma teoria). E o faz a fim de exprimir o quanto este seu exercício metodológico esteve atendendo às demandas do poder executivo. Então, em síntese, nossas pesquisas, de vez que se enquadram num âmbito atravessado por várias questões entrecruzadas (as quais, portanto,

tendem a tomar alguma parte no complexo causal condicionante dos pensamentos e das práticas), pressupõem atenção proporcional aos temas (gerais) "sociologia do conhecimento", "ciência e sociedade" e (específicos) "positivismos na Geografia" e "história sócio-política do Brasil contemporâneo". Temas que, fatalmente, precisamos confrontar numa etapa analítica pré-redação.

De tal cotejo, pudemos perceber que, já envolvido na prática quantitativa, um "Faissol-funcionário" participa do plano e execução da Divisão Regional do Brasil – importante empreendimento realizado a partir de grande número de dados estatísticos, tabulados em decorrência do Censo de 1970. Uma série de variáveis havia sido agregada para definir, por intermédio de procedimentos matemáticos, compartimentagens regionais segundo níveis (processo denominado *linkage tree*, pelo qual múltiplos fatores se permitem correlacionar). No ano anterior ao referido Censo, o geógrafo, integrando o Grupo de Áreas Metropolitanas (vinculado ao Departamento de Geografia do IBGE), assiste a aplicação de modelos fisicistas e de outras técnicas matemáticas, na intenção de definir áreas metropolitanas no território brasileiro. A demarcação das zonas tinha o propósito de estabelecer que espaços deveriam merecer uma enquête mais detalhada (a ser feita justamente no ano seguinte). Vemos, por aí, como a quantificação esteve presente tanto na fase de amostragem, quanto no tratamento dos dados que se referissem a ela.

Um extrato esclarecedor, pelo qual o próprio Faissol – em contexto de reflexão a posteriori – comenta o papel ativo do órgão a que pertencera:

> *[...] temas como o sítio e a posição da Nova Capital do Brasil foram longamente estudados e discutidos por geógrafos do órgão oficial (IBGE), bem como a questão da criação e organização de regiões metropolitanas, como base de formulação de uma política de desenvolvimento urbano. É importante ressaltar que a posição destes grupos de geógrafos do IBGE os colocava numa postura de eficiência na questão da Nova Capital do País, quando advogavam uma localização perto do núcleo de poder econômico [...] até mesmo a preocupação com unidade nacional, [...] guardava esta visão eficientista (FAISSOL, 1987:34, grifo nosso).*

Contudo, a celeuma aludida parágrafos atrás induz a que, mais além de uma rarefação bibliográfica, a escola quantitativista brasileira "granjeie" estigmas-clichês. É que, no discurso oponente (baseado em teoria crítica, neomarxista), o elo entre uma disciplina usuária de modelos abstratos e de otimização e um governo ostentador do lema do planejamento, em vez de denotar previsível coordenação estratégica, significaria funesta (ardilosa?) cooptação do pensamento científico pelo poder. Porém, averiguando a sugerida complexidade causal, é possível deduzir o peso apenas relativo da ideologia política na sujeição (sic) da ciência – exame que, por conseqüência, restaura o (não menos relevante!) papel da autonomia intelectual na história e na difusão das idéias.

Encerremos com o aclaramento que nos dão, uma vez mais, as palavras de Speridião Faissol:

> *[...] podia-se constatar que o temário da Conferência [Faissol se refere aqui à Conferência Regional da IGU, International Geographical Union, que ocorrera no Rio de Janeiro, no ano de 1982] e os temas dos expositores continham numerosos assuntos de inspiração social e mesmo marxista, sem que a isto tivesse qualquer observação nem dos organizadores, nem da direção do IBGE, que foi o principal patrocinador; o que foi até objeto de alguns comentários na crônica internacional a respeito, que ao ressaltar o alto nível profissional em que se realizou a Conferência, estranhava esta liberdade conceitual e mesmo ideológica dado o fato de estar isto acontecendo num momento de governo militar autoritário e de direita (FAISSOL, 1989:23-24, grifo nosso).*

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Ana Maria; SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *A História da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Fortaleza, a partir de 1978*. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. ***Anais***. João Pessoa: UFPB, 2002. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia do IBGE através da Memória de seus Geógrafos: 1938-1998*. In: I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. ***Eixos Temáticos***. Vol. 1. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1999. Pp. 115-118.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira*. In: **Boletim Paulista de Geografia**. Nº. 54. São Paulo: AGB, jun 1977. Pp. 5-28.

_____. **Geografia, Ciência da Sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira**: Everardo Adolpho Backheuser. 2000. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

ANTONIO FILHO, Fadel David. **O Pensamento Geográfico de Euclides da Cunha**: uma avaliação. 1990. 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

BRAY, Silvio Carlos. Os *Postulados da Análise Funcionalista na Geografia e seus Aspectos Ideológicos*. In: **Boletim Paulista de Geografia**. Nº. 54. São Paulo: AGB, jun 1977. Pp. 29-39.

_____. *Considerações sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Geografia*. In: **Boletim de Geografia Teorética**. Vol. 10, nº. 20. Rio Claro: AGETEO, 1980. Pp. 33-43.

_____. *Da Técnica das Palavras Chaves à História do Pensamento geográfico*. In: I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. ***Mesas Redondas***. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1999. Pp. 3-16.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. *Considerações a respeito da Geografia Neopositivista no Brasil*. In: **Geografia**. Vol. 29, nº. 3. Rio Claro: AGETEO, set-dez 2004. Pp. 355-382.

CASTRO, Henrique Moreira de; GOMES, Raquel Ferreira Polycarpo. *O Regionalismo Literário em Geografia, a Linguagem Reinventada de Guimarães Rosa e os Caminhos da Fronteira*. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. ***Anais***. Goiânia: UFG, 2004. 1 CD-ROM.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *As Perspectivas dos Estudos Geográficos*. In: _____ (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. Pp. 11-36.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Às Margens do Beberibe e do Capibaribe**: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da geografia. 2001. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; OLIVEIRA, Igor Machado de; OLIVEIRA, Vanessa Dias de. *A Questão Nacional dos Discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGS (1912-1930)*. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. ***Anais***. Goiânia: UFG, 2004. 1 CD-ROM.

FAISSOL, Speridião. *A Geografia na Década de 80; os Velhos Dilemas e as Novas Soluções*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 49, nº. 3. Rio de Janeiro: IBGE, jul-set 1987. Pp. 7-37.

_____. *A Geografia Quantitativa no Brasil: como foi e o que foi?* In: **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 51, nº. 4. Rio de Janeiro: IBGE, out-dez 1989. Pp. 21-52.

MACHADO, Lia Osório. *História do Pensamento Geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa*. In: **Terra Brasilis**. Vol. 1, nº. 1. Rio de Janeiro: [s. n.], jan-jun 2000. Pp. 110-134.

MACHADO, Mônica Sampaio. *Uma Contribuição à História Institucional da Geografia Carioca*. In: I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. ***Eixos Temáticos***. Vol. 1. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1999. Pp. 147-151.

_____. **A Geografia Universitária Carioca e o Campo Científico-Disciplinar da Geografia Brasileira**. 2002. 182f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARCHI, Dorival Donizeti. **O Pensamento Geográfico de Josué de Castro nas Décadas de 40 e 50**: a fome e a produção de alimentos. 1998. 66f. Monografia (Especialização em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934-1977)**: avaliação e tendências. São Paulo: USP, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

OLIVA, Terezinha Alves de. **O Pensamento Geográfico em Manuel Bomfim**. 1998. 189f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **O Humano pelo Viés Quantitativo**: um exame do (neo)positivismo em Speridião Faissol, através da leitura de textos selecionados. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. *Valores e Circunstâncias do Pensamento Geográfico Brasileiro: a geografia teorética ponderada de Speridião Faissol*. In: **Geografia**. Vol. 31, nº. 3. Rio Claro: AGETEO, set-dez 2006. Pp. 481-504.

RUSSELL, Bertrand. **History of Western Philosophy**: and its connection with political and social circumstances from the earliest times to the present day. London: Routledge, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição ao ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Política e imprensa no pós-guerra: a construção do campo jornalístico brasileiro (1945-1948)

Heber Ricardo da Silva[1]

Resumo: Esta comunicação é resultado de reflexões sobre as relações entre a política democrática e a imprensa no Brasil no início do período regido pela Constituição de 1946 que tenho trabalhado em minha pesquisa de mestrado. O objetivo central deste trabalho é historiar e analisar as apreciações e práticas dos principais jornais paulistas e cariocas da época em relação ao processo de transição do Estado Novo à nova ordem democrática e, o da cassação do PCB e, dos mandatos políticos de comunistas, buscando, assim, caracterizar o comprometimento e os interesses de tais jornais com a causa democrática num momento de florescimento democrático nacional e num período em que a imprensa brasileira adquiria feições empresarias. Assim, buscaremos elementos que permitam entender a ação de cada um dos seis jornais que serão analisados (*O Estado de S. Paulo, Diário de S. Paulo, Folha da Manhã, O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã*), além das relações existentes entre os agentes jornalísticos, bem como as relações existentes entre os campos jornalístico e político nacional.

Palavras-chave: Democracia - imprensa - cassação

Abstract: This communication is a consequence of reflections on relations between democratic politic and press in Brazil at the beggining of 1946 Federal Constitution. I study this theme in my mastership research. The main objective is to analyze appreciations and usages in São Paulo and Rio de Janeiro main newspapers and to understand the transition process from "Estado Novo" to new democratic order, annulment of PCB and the mandate of communist politician, trying to characterize commitment and interests of these newspapers with democratic cause in national democratic florescence moment and at the same time Brazilian press has some business features. We will research some points and situations to understand the action of each analyzed newspaper (*O Estado de S. Paulo, Diário de S. Paulo, Folha da Manhã, O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã*), the relations among newspapermen and the relations between journalistic and national politic fields.

Keywords: Democracy – press - cassation

Esta comunicação de pesquisa tem o objetivo de historiar e analisar o papel da grande imprensa do eixo Rio-São Paulo no campo político quando da transição do regime estadonovista para a ordem democrática, destacando as suas apreciações e posicionamentos diante da cassação do PCB, ocorrida em maio de 1947, e dos mandatos de seus parlamentares, em janeiro de 1948, atos que feriram a noção democrática de liberdade de expressão e que

[1] Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista, campus Assis, bolsista CNPq.

fora invocada anteriormente pela imprensa escrita contra o Estado Novo, temática que temos trabalhado em nossa pesquisa de mestrado. Portanto, a nossa pesquisa tem se pautado pela preocupação de precisar historicamente o papel e as relações da imprensa brasileira como agente político numa situação de dupla transição, tanto política, pautada pela retomada da democracia parlamentar representativa, como jornalística, marcada pelos iniciais passos em direção ao modelo imprensa-empresa, ou seja, quando os grandes jornais viam-se obrigados, pelas transformações na política e no mercado, a atenuar sua condição de veículo de expressão de grupos políticos específicos e nem se caracterizavam, ainda, totalmente como típicos jornais empresariais.

Não é nosso objetivo realizar uma análise político-institucional do PCB, nem observar a atuação do partido no cenário político nacional do imediato pós-guerra, uma vez que os fatos políticos diretamente relacionados à cassação da legenda e dos mandatos dos políticos comunistas, assim como a ação partidária, são tratados pela ampla bibliografia ocupada com a atuação dos comunistas[2]. Nem tão pouco, temos como objetivo cuidar dos acontecimentos políticos ligados ao final Estado Novo e a transição para a ordem democrática, pois de certa forma, esses contam com uma gama de estudos das áreas de Ciências Sociais e História, sobremaneira aqueles que tratam do período de 1945 a 1964, sejam ocupados com o sistema político-partidário como um todo ou com a análise dirigida a um partido específico[3]. Assim, a nossa pesquisa tem se pautado pelo objetivo de precisar historicamente os posicionamentos e considerações da imprensa paulista e carioca sobre o processo de democratização da sociedade brasileira no pós Estado Novo, em contraste aos seus posicionamentos e à sua atuação política no processo de cassação da legenda e dos mandatos comunistas, legitimamente obtidos em pleitos eleitorais ocorridos entre o final de 1945 e o início de 1947. Nessa direção, o jornal é entendido em nossa pesquisa não apenas como fonte, mas como objeto de estudo, posto que se trata de um veículo emissor de interesses e de grande capacidade de intervenção social, embora tenda a se apresentar como transmissor imparcial dos acontecimentos. Para Champagne (2003, p.75), "a imprensa representa um ator político central, e desta forma, faz parte integrante da realidade, e ainda produz efeitos de realidade criando uma visão midiática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever".

---

[2] No âmbito dos estudos históricos e de áreas afins constam obras calcadas numa análise sistêmica sobre o PCB ou ocupadas com a gênese, organização e dinâmica do partido em distintas fases de sua existência, dentre elas destacamos os trabalhos de Dulles (1977), Chilcote (1982), Pereira (1980), Segatto (1981 e 2003), Carone(1982), Vinhas(1982), Rodrigues(1983), Pandolfi (1995), Ferreira(1996) e Brandão (1997).

[3] Ver Benevides(1981 e 1989) Busetto(2002), Calil(2001), D'araújo(1996), Delgado(2003), Hecker(1998), Hippólito(1985), Sampaio(1982), Souza(1983), entre outros.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho não é apenas historicizar e analisar os posicionamentos da grande imprensa brasileira em relação à democratização, à cassação do PCB e dos seus eleitos, mas, também, realizar uma análise a par das concepções de democracia que foram emitidas e julgadas necessárias ao campo político nacional pelos principais jornais da época, considerando, sempre, as relações entres eles e os demais agentes políticos, bem como as relações existentes dentro da própria empresa jornalística, uma vez que tais posicionamentos não podem ser entendidos separados da prática política e cultural daqueles que produzem o conteúdo jornalístico. Para Jeanneney (1996, p.224-5), "essas relações se esbarram em questões políticas de uma maneira ou de outra, uma vez que na vida cotidiana de um jornal se reflete a vida política do país". Assim acreditamos ser necessário analisar não apenas o material jornalístico em sua forma acabada, mas, também, os seus produtores, compreendendo e apreciando seus papéis no debate político e, sobretudo, sua participação no processo de transição democrática no Brasil do período estudado.

Desta forma, nossa preocupação central tem sido procurar entender a ação, os interesses e as justificativas dos principais jornais cariocas e paulistas na defesa da democracia parlamentar representativa diante dos sérios arranhões que esse regime sofrera com a cassação do PCB e dos mandatos comunistas legalmente eleitos. Trata-se de precisar e caracterizar a ação da imprensa no papel de defensora das liberdades democráticas durante um capítulo de transição política da história republicana e dentro de um quadro jornalístico marcado pelas primeiras convivências entre o jornalismo opinativo/interpretativo e o noticioso, ou seja, quando a notícia passava a ganhar os primeiros contornos de mercadoria, e a imprensa passava por uma etapa do seu processo de profissionalização.

É necessário considerar, ainda, que temos procurado perceber em nossa pesquisa as interligações entre os posicionamentos dos principais jornais sobre as ações oficiais contra o PCB e os seus anteriores posicionamentos contra o autoritário regime estadonovista e em prol da democratização nacional, suas apreciações expressas em material jornalístico relacionados à tentativa de Getúlio Vargas continuar no poder, ao movimento "queremista", à legalização do PCB, aos pleitos políticos ocorridos entre 1945 e 1947 e seus resultados, aos trabalhos da Assembléia Constituinte, à Constituição de 1946, à política externa brasileira voltada à antiga URSS e aos EUA e, por fim, aos primeiros acontecimentos interligados à Guerra Fria. É importante considerar, ainda, que esses acontecimentos políticos e sociais só tem existência visível quando se fala deles na imprensa, ou seja, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas, e assim, a imprensa age sobre os acontecimentos e produz coletivamente uma representação do mundo social.

Para a realização da pesquisa foram selecionados seis jornais da grande imprensa nacional, ou seja, os paulistas *O Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo* e *Folha da Manhã*, e os cariocas *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. A escolha desses jornais decorreu não apenas em razão de serem os mais vendidos, segundo padrões da época, mas, também, por serem editados e circularem nos dois maiores centros urbanos do país que, além da importância econômica e política de ambos, apresentavam as maiores e mais bem organizadas seções do PCB e possuíam um número significativo de políticos comunistas eleitos para os legislativos federais, estaduais e municipais. Além disso, os seis periódicos fazem parte do seleto grupo denominado grande imprensa, entendida como aquela que passava a apresentar uma estrutura empresarial com moderno parque gráfico, rotativas de última geração capazes de aumentar a tiragem de jornais e a divisão interna do trabalho – com repórteres, fotógrafos, redatores, gráficos e colunistas -, apresentando assim, maior capacidade de intervenção na vida política nacional, e uma estrutura técnica capaz de aumentar seu público leitor e o espaço publicitário.

Acreditamos que as transformações ocorridas na imprensa paulista e carioca do imediato pós-guerra, bem como no campo publicitário brasileiro do período, se deram à medida que os profissionais se liam, se viam, se falavam e a partir do desenvolvimento do meio radiofônico também passavam a se ouvir. Em suma, a introdução de novas técnicas jornalísticas, a divisão interna do trabalho e profissionalização da atividade jornalística estão inseridas num *amplo processo* de transformações que não podem ser entendidas de forma desconexa do âmbito político, econômico e social, e muito menos como uma transformação ocorrida de forma abrupta ou implementada individualmente ou por empresas isoladas, mas sim, devem ser relacionadas dentro de um conjunto de relações entre empresas jornalísticas, jornalistas e demais agentes do meio jornalístico e político, situados em um universo permeado de relações objetivas entre os integrantes do campo que lutam entre si pela busca de fatias de mercado, pela conquista da credibilidade e, conseqüentemente, a elevação de suas posições dentro do campo jornalístico. Além disso, as transformações não ocorreram em empresas jornalísticas isoladas, mas ocorreram de modo gradual e geral, à medida que os jornalistas e profissionais da área se olhavam e percebiam as transformações que estavam ocorrendo no campo jornalístico nacional e internacional.

Além disso, podemos afirmar que, o aspecto político nunca desapareceu totalmente das páginas dos jornais e teve um papel fundamental no campo jornalístico. Durante o período analisado, a política e o político eram os principais elementos discutidos nas páginas dos grandes jornais brasileiros. Embora o elemento econômico ganhasse

importância fundamental nas páginas da imprensa analisada no período pós-Segunda Guerra, isso não foi suficiente para garantir a autonomia dos jornais perante o campo político. A maioria dos periódicos apresentava baixo rendimento financeiro e frágil arrecadação publicitária, visto que o Brasil passava por transformações estruturais e o capitalismo atingia um novo estágio de desenvolvimento e, desta forma, o apoio a determinado governo ou a grupos de oposição era responsável pela sobrevivência dos principais órgãos da imprensa brasileira. Isso significa dizer que, a imprensa escrita alcançava notável desenvolvimento técnico e aumentava seus rendimentos, mas, ainda, dependia, sobremaneira, dos investimentos e ajudas governamentais.

Outrossim, a luta pela liberdade de imprensa e defesa da livre circulação das idéias levada a cabo pelos donos das principais empresas jornalísticas brasileiras, não se configura numa defesa do regime democrático e da livre difusão de idéias. Havia por parte da grande imprensa nacional o receio da ampliação das arbitrariedades cometidas pelo governo contra os órgãos defensores da democracia do tipo liberal-burguesa e o retorno da censura governamental. Na verdade, ao defender a liberdade de imprensa, os jornalistas usam-na para impor-se como segmento significativo do empresariado que, como os demais, almeja parcela de poder, ou seja, "procuram barganhar com o Estado e conseguir espaço para seu produto no mercado geral capitalista, pois à medida que se formam os grandes conglomerados jornalísticos, eles passam a assumir um comportamento monopolista e impor e uma visão particularizante de mundo" (MARCONDES FILHO, 1986, p. 96-101). Os jornais e jornalistas, na verdade, pleiteavam a censura para si, com o objetivo de silenciar os grupos oposicionistas que estão por trás dos acontecimentos. A censura nas empresas de comunicação ocorre por motivos particulares de controle e dominação, manifestando-se por sua vez, nas notícias que prejudicam interesses de seus anunciantes, que atentam contra setores governamentais que se relacionam com diretores e proprietários de jornais ou que criticam posições ideológicas expressas no corpo editorial dos periódicos.

Nesse contexto, podemos perceber um esforço pela conquista da liberdade de imprensa no país, almejada principalmente pela grande imprensa brasileira e por vários setores sociais, mas o maior obstáculo a ser enfrentado e vencido era o Estado representado por procedimentos centralizados e autoritários que persistiram até mesmo no regime democrático inaugurado com a Constituição de 1946. É importante lembrar que, o sistema capitalista fortalecido após o período pós-guerra, se contrapunha a essa tendência centralizadora e defendia a todo custo a liberdade de imprensa e expressão, principalmente a

partir do momento em que os jornais adquiriam feições complexas inseridas nos moldes empresariais e a sociedade respirava os primeiros ares democráticos.

No entanto, os jornais pesquisados apresentavam uma maior preocupação com as questões econômicas e empresariais do que com a ampla e irrestrita liberdade democrática tão defendida nos momentos finais do Estado Novo, embora deixassem claro em suas páginas essa preocupação com a extensão da democratização e o respeito as garantias individuais. Os periódicos analisados se declaravam de tendência liberal, ou seja, defendiam o direito de propriedade, a liberdade de imprensa e expressão, neutralidade, individualismo, racionalismo e, ainda apresentavam forte conteúdo religioso.

Além disso, podemos afirmar que, à medida que as relações entre governo e empresas jornalísticas vão se intensificando, essas últimas passam a concentrar riquezas e conquistar benefícios governamentais,-note-se, por exemplo, o caso dos Diários Associados de Chateaubriand e *O Globo* de Roberto Marinho, que construíram grande parte de seus órgãos por meio de uma relação amigável com Getúlio Vargas-, e, desta forma, ocorre uma elevação de posições dentro do campo jornalístico, determinando assim, a concentração de poderes e liquidação de órgãos oposicionistas, fazendo com que os órgãos da imprensa alcançassem maior poder de barganha com o governo, além de imporem-se como força importante dentro do campo jornalístico e até mesmo político. Para Marcondes Filho (1986, p. 96), "não se trata de democratizar ainda mais a sociedade, mas garantir um espaço maior para seu produto no mercado geral capitalista".

Sendo assim, a imprensa passa a reproduzir o discurso dominante e a noticiar acontecimentos favoráveis ao governo, dificultando ou até mesmo eliminando a participação de outros agentes políticos dentro do campo jornalístico, impondo uma visão particular de mundo como sendo geral, com o intuito de conquistar maiores fatias do mercado e ampliar suas relações econômicas e políticas com o governo. Após a posse de Dutra, os jornais analisados publicavam inúmeras matérias, que se não fossem defensoras do governo, defendiam ao menos, a legitimidade da posse de Dutra e apresentavam uma esperança em relação ao novo governo empossado. Note-se que essa posição não objetiva simplesmente defender o regime democrático e a liberdade de expressão, mas conquistar simpatias do governo para poderem ampliar seu raio de ação dentro do novo governo a ser constituído. De todos os jornais analisados apenas o jornal *O Estado de S. Paulo* teve posição diversa defendendo um golpe no novo governo eleito. De acordo com Pressekonzentration, (s.d.,p.24 apud Marcondes Filho, 1986, p. 96), "a liberdade de imprensa – na concentração da imprensa – reduz-se à liberdade de cem ricos poderem divulgar suas idéias que, em sentido amplo são

idênticas, e que são apresentadas somente em diferentes embalagens". Desta forma, podemos concluir que a censura não é apenas realizada pelo Estado em regimes de exceção ou pela própria empresa de comunicação, quando descarta a possibilidade de publicar textos ou informações que prejudiquem seus anunciantes, diretores ou até mesmo os governos simpáticos a linha editorial do jornal. Mas, além disso, à medida que ocorre a concentração de poderes por parte da mídia e as relações entre governos e proprietários de jornais se intensificam, outros agentes são censurados e impedidos de participarem das discussões e do próprio jogo político, uma vez que, dada a sua situação econômica e política, não tem a possibilidade de barganhar com o Estado, não recebendo assim, publicidades e anúncios estatais, empréstimos e cargos governamentais, e dessa forma, a sua permanência no campo fica comprometida Assim, além da censura estatal e empresarial, podemos afirmar que existe ainda a censura realizada pelo próprio campo jornalístico, uma vez que define os padrões e regras para a entrada e a atuação dentro do campo. Á medida que os jornais passam por um intenso processo de modernização e transformações técnicas, determinam regras para a redação, adquirem aparelhagens mais sofisticadas e desenvolvidas, passam por um processo de divisão interna do trabalho, e no caso específico, adquirem padrões da imprensa norte-americana capaz de proporcionar maior dinamismo e objetividade em seus textos, as empresas jornalísticas se vêem na obrigatoriedade de se equiparem e se modernizarem para não perderem sua posição dentro do campo, ou até mesmo, serem eliminados dele.

Referencias bibliográficas

ABREU, Alzira Alves (org.) *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *A modernização da imprensa (1970-200)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Mídia e política no Brasil*: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Martins, 1967.

_____.Jornalismo, Informação e comunicação. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

BENEVIDES, Maria Victoria *A UDN e o udenismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOURDIEU, Pierre *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão: seguido da influencia do jornalismo e os jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUSETTO, Áureo *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. *Imprensa e História do Brasil.* São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação.In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). A miséria do mundo.Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CHILCOTE, Ronald *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, Pós-1930. (CD-Rom). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2003.

JEANNENEY, Jean-Nöel " A mídia".in: REMOND, R. (org.) *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996

MARCONDES FILHO, Ciro. O capital da notícia. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARIANI, Bethânia *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais(1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PORTO, Sérgio (org.) *O jornal: da forma ao sentido.* Brasília: Editora da UnB, 2002.

REMOND, René (org.) *Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins "O PCB: os dirigentes e a organização". in: FAUSTO, Boris (dir.) *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. Vol.3, Tomo III, São Paulo: Difel, 1983.

SEGATTO, José Antonio *Breve história do PCB*. São Paulo: LECH, 1981.

_____. "PCB: questão nacional e a democracia". in: FERREIRA, J. e DELGADO, L.A.N. (orgs.) *O Brasil republicano*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Alfa Omega, 1983.

TASCHNER, Gisela *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Construção do Estado, Política Imigratória e Cidadania.

Martha Victor Vieira[1]

Resumo: Este artigo aborda a discussão relativa à naturalização de estrangeiros no Brasil Império, buscando mostrar a importância estratégica dessa temática diante do incremento da política imigratória brasileira. Tal política, além de provocar controvérsias entre os parlamentares, demandou uma reforma jurídica que possibilitou o redimensionamento da questão da cidadania ao longo do século XIX.
Palavras-chave: Cidadania, Naturalização, Imigração

Abstract: This article accost the discussion relative to the naturalization of foreigner in Brazil Empire, searching to show the strategic importance this matter in the presence of increase of immigratory Brazilian policy. This policy, besides incite controversy among parliamentarians, called a juridical reform that enabled the act of dimensioning again the matter of citizenship along nineteenth century.
Key words: Citizenship, Naturalization, Immigration

O processo de construção do Estado no Brasil oitocentista, envolveu uma ampla discussão sobre as medidas políticas e jurídicas a serem adotadas para promover, gradativamente, a substituição do trabalho compulsório para o trabalho livre. Dentre tais medidas constava o incentivo para a vinda de imigrantes europeus, que considerados como agentes civilizadores deveriam ser os instrumentos para incrementar o progresso e o desenvolvimento do país.

Já em 1808, D. João VI, preocupado em povoar e colonizar o território brasileiro, emitiu um decreto permitindo a imigração de não portugueses. Após esta medida, seguiram-se outras, como o decreto datado de 1820, que propunha a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades. Essas iniciativas, que foram retomadas por Pedro I, deram origem a vários núcleos coloniais voltados para a colonização em pequenas propriedades agrícolas, como a colônia Vianna, no Espírito Santo (1817), a colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro (1819), São Leopoldo, em São Pedro do Rio Grande (1824), São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina (1826), Itapecerica e Santo Amaro, em São Paulo (1829), entre outros. O objetivo desses núcleos seriam para fins de povoamento,

[1] Professora do Colegiado de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína

valorização fundiária dos espaços vazios e defesa das áreas fronteiriças (OBERACKER JR, 1993: 223).

A presença e o envolvimento de alguns desses imigrantes nas disputas políticas suscitou, por sua vez, uma demanda em torno da regulamentação da legislação referente à naturalização de estrangeiros. A questão da naturalização veio à tona, sobretudo, após o processo de independência, devido ao acirramento das rivalidades existentes entre "portugueses" e "brasileiros", que disputavam espaço na arena política (RIBEIRO, 2002: 249; ROWLAND, 2003: 371).

Na Assembléia Constituinte, o sentimento antilusitano era nítido nos debates dos parlamentares que discutiam os fundamentos jurídicos que deveriam reger o jovem Estado brasileiro. Um dos tópicos que suscitou mais polêmica foi a definição do rol dos indivíduos que possuiriam o direito de obter a cidadania política, ou seja, o direito de votar e ser eleito (ANAIS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1823:245-248).

Com a dissolução da Assembléia Constituinte, seguiu-se a outorga da Constituição de 1824, que previa a possibilidade do estrangeiro obter cidadania brasileira. Durante o Primeiro Reinado, várias cartas de naturalização foram emitidas, mediante "resoluções especiais". Tais resoluções favoreciam aqueles imigrantes que possuíam laços de amizade ou parentesco com os deputados e senadores, que encaminhavam ao parlamento as suas solicitações.

Em 1832, entrou em pauta na Câmara dos Deputados um projeto de lei de autoria do baiano Francisco Gê Acaiaba de Montesuma, que propunha a regulamentação da naturalização dos estrangeiros. A idéia de naturalizar imigrantes, porém, não era consensual, pois muitos parlamentares alegavam que era preciso dificultar o acesso à cidadania brasileira, porque os maiores interessados nesse título era os indivíduos oriundos de Portugal, que estavam à procura de emprego público. Aqueles que eram favoráveis à naturalização defendiam-na, alegando a necessidade de submeter os imigrantes à leis brasileiras, o que somente seria possível mediante à concessão da nacionalidade brasileira. Além disso diziam que era preciso promover a admissão de "cidadãos úteis", que se dedicariam à agricultura, à literatura e aos serviços públicos (ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1832: 186-187).

É interessante observar que em meio a essa discussão, ocorreu a solicitação para que se naturalizasse em massa os imigrantes da colônia de São Leopoldo. Pedido esse que foi, nesse contexto, negado, sendo aprovada, em 23 de outubro de 1832, apenas o projeto de lei que regulamentava os critérios para naturalizar os imigrantes residentes em todo o Império.

Por meio dessa lei estabeleceu-se uma série de requisitos aos estrangeiros que almejavam naturalizar-se, dentre os quais constavam: ter quatro anos de residência no País, ser maior de 21 anos, apresentar declaração de que desejava fixar-se no Brasil perante a Câmara Municipal onde residia, ser detentor dos direitos civis na sua pátria de origem, ter bens de raiz e pagar taxas. Na oportunidade em que fosse fazer a declaração de intenção de ser cidadão brasileiro, o estrangeiro deveria ainda mencionar seus princípios religiosos e sua pátria de origem (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1832: 96-99).

Conforme as prescrições da lei regulamentar de 1832, aos juízes de paz competia julgar as habilitações exigidas por lei ao estrangeiro que pretendesse naturalizar-se. No caso de obter sentença favorável, o indivíduo estaria apto para requerer a sua carta de naturalização ao governo, por intermédio do presidente da Província ou dirigindo-se ao Ministério do Império, instância administrativa que se encarregava da emissão do título de cidadão brasileiro.

Contrariando as deliberações da lei regulamentar, no ano de 1835, por uma determinação do Decreto nº 24, o Governo imperial concedeu uma série de privilégios à Companhia de Navegação do Rio Doce (doação de sesmarias, isenção de impostos por sete anos dos gêneros produzidos na terra, isenção de recrutamento por cinco anos dos brasileiros e dos empregados na companhia). Outrossim, este decreto prescrevia, nos seus artigos 11 e 12, respectivamente, que os terrenos doados à Cia. Rio Doce seriam perdidos se: " dentro de sete anos os não fizerem habitar por colonos europeus, em número superior de sessenta casais, por légua quadrada de sua totalidade". Tais colonos, após um ano de residência no Brasil, seriam considerados cidadãos brasileiros, caso assim o quisessem. (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1835: 31-32).

Pode-se observar que essa legislação estabelece um prazo de residência bastante inferior ao disposto na lei instituída em 1832, que fixava um prazo mínimo de quatro anos para os estrangeiros que almejassem naturalizar-se. A promulgação do mencionado decreto, fornecendo uma série de concessões à Cia. Do Rio Doce, ao convocar imigrantes para se fixarem em terras brasileiras, possivelmente fazia parte do projeto de colonização e povoamento empreendido pelo Governo logo após a chegada da Corte ao Brasil, e que teve continuidade no Primeiro Reinado, cujo intuito era promover a ocupação das regiões interioranas. O projeto de colonização foi suspenso devido ao déficit orçamentário de 1830 que, aliado ao fracasso de vários núcleos coloniais e ao início do processo de transição do trabalho escravo para o livre, reforçou os argumentos dos parlamentares que defendiam uma política imigratória voltada para os interesses dos grandes proprietários.

Em relação à exigência explícita de que os terrenos doados fossem habitados por "colonos europeus", pode-se constatar uma tendência que vinha se manifestando desde o início do século e que se confirmou após 1840, quando se defendeu sistematicamente a imigração européia sob a alegação de se promover o embranquecimento da população do país. Analisando esses discursos imigrantistas, Luiz F. Alencastro identificou duas correntes de opinião: uma, formada pela burocracia imperial e a intelectualidade, que queriam atrair europeus com a finalidade de civilizar o País; e outra, representando os interesses dos fazendeiros que almejavam braços, independentemente da raça, para substituir o trabalho escravo nas atividades agrícolas (ALENCASTRO, 1997: 295).

As diferentes visões sobre qual o perfil dos estrangeiros que deveriam ser incentivados a imigrar para as terras brasileiras foram o pivô de inúmeras divergências entre os membros do Parlamento durante todo o Império. Ocorre, que, paralelamente às discussões sobre as alternativas possíveis para sanar a carência de mão-de-obra acarretada pela ameaça, e a posterior extinção do tráfico negreiro, outras questões se esboçavam, dentre as quais, o problema racial e a temática da nacionalidade (ALENCASTRO, 1988: 32).

Ora, ao discutirem qual o tipo de política imigratória que deveria ser implantada no país, ao delimitarem o tipo de estrangeiro que deveria ser beneficiado com a cidadania brasileira, o que estava em pauta não era somente a questão servil, mas sim o delineamento de uma nova sociedade. O que estava em jogo eram os projetos para a constituição do Estado brasileiro. De maneira que, ao defenderem o relaxamento dos critérios na legislação referente à naturalização e, simultaneamente, a introdução de uma população "suscetível de aperfeiçoamento", os políticos imperiais poderiam estar vislumbrando as necessidades prementes e fazendo projeções futuras.

No início da década de 40, a política imigratória passou a ser o centro de atenção dos parlamentares imperiais. Constatou-se que urgia substituir a mão-de-obra escrava, cujo tráfico estava ameaçado de extinção desde o início do século XIX. Entretanto, para viabilizar o projeto imigrantista, foi necessário realizar uma intensa campanha propagandística no exterior, na qual prometia-se uma série de privilégios aos imigrantes, dentre os quais: facilidade de acesso à terra, liberdade religiosa, cidadania brasileira, enfim, melhores condições de vida e de trabalho.

Assim, ao mesmo tempo em que se discutia o impasse da questão servil, surgiu no Senado, em 1843, a discussão em torno da resolução que reduzia, de quatro para dois anos, o prazo de residência necessário para que o imigrante pudesse naturalizar-se. Alguns dos senadores que defendiam a causa da naturalização acreditavam que isto poderia contribuir

para atrair imigrantes europeus. Tal pensamento foi sugerido por Bernardo Pereira Vasconcelos, senador de Minas Gerais, que criticava aqueles que reclamavam da introdução de africanos sem buscar meios de suprir a falta de mão-de-obra, sem anteverem ou mesmo se precaverem, em relação aos prejuízos que esta medida acarretaria. Segundo sua opinião, dever-se-ia promover a naturalização para evitar as tendências barbarizadoras que resultariam da abolição do tráfico negreiro, e também para aumentar a população do Brasil da "raça perfectível". Assim sendo, tal resolução traria: "(...) não pequenos benefícios ao país, porque chamará à nossa sociedade, ou pode chamar, muitos indivíduos da raça perfectível, e entendo que em nossas circunstâncias é isto um grande benefício para o país" (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1843: 378).

Lopes Gama, senador pelo Rio de Janeiro, ao se posicionar em relação à naturalização de estrangeiros, considerou que os africanos impediam a vinda de imigrantes da "raça susceptível de melhoramento". No seu entendimento, o país não poderia querer a colonização branca admitindo ao mesmo tempo a raça negra, motivo pelo qual para se "promover a entrada da raça susceptível de aperfeiçoamento" seria "preciso excluir a outra" (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1843: 343).

É notável que nem todos os parlamentares concordavam em relação ao melhor meio de enfrentar o impasse da questão servil. No entanto, o que parecia ser consensual, nos discursos proferidos pelos parlamentares, tanto pelos que defendiam quanto pelos que rechaçavam a resolução, era a preocupação em encontrar alternativas para suprir a futura carência de mão-de-obra e a crença na inferioridade da raça negra. Pelo menos é o que podemos inferir, tendo em vista os argumentos utilizados, seja pelos que pregavam a substituição do trabalho escravo por agentes civilizadores provenientes dos países europeus, seja pelos que insistiam na sua manutenção.

As primeiras manifestações contra o trabalho escravo teriam surgido no Brasil por volta do século XVIII. Todavia, os argumentos antiescravistas começaram a aparecer com certa insistência nos primórdios da Independência, sendo bastante propalados por meio do pensamento de políticos e intelectuais, que, influenciados pelas idéias ilustradas, atestavam a incapacidade intelectual da raça negra, quer fosse com a finalidade de justificar a escravidão, quer fosse com o intuito de propor a sua extinção (COSTA, 1966:333). Contudo, os discursos contendo argumentos humanitários e utilitaristas veiculados por Hipólito da Costa, César Burlamaque, José Bonifácio e Maciel da Costa, em função das novas condições socioeconômicas e da urgência em se promover a transição do trabalho escravo para o livre, tiveram uma maior repercussão e aceitação por parte da opinião pública a partir do Segundo

Reinado, especialmente, após o fim do tráfico negreiro, quando o projeto imigrantista angariou maiores adeptos entre os parlamentares.

É notável nos debates, em 1843, que os senadores convergiam para a defesa da imigração, embora discordassem sobre a extinção do tráfico negreiro e uma maior facilidade de acesso à naturalização. Alguns alegavam que não eram partidários da naturalização porque os únicos interessados em se tornarem cidadãos brasileiros eram os imigrantes portugueses que vinham em busca de emprego público.

Contrapondo-se a essa justificativa Saturnino Pereira, senador por Mato Grosso, argumentava que a lei de 1832 afugentava os estrangeiros por causa do prazo de residência excessivo. Quanto à corrida pelos empregos públicos, de acordo com sua avaliação, os cargos eram muito mais fáceis de ser adquiridos se o indivíduo tivesse patronato. Portanto, seu acesso penderia mais para os brasileiros natos do que para estrangeiros naturalizados, porque o natural do país teria maiores oportunidades de relacionar-se "com o ministro ou com os amigos do ministro ou amigos dos amigos", o que corroboraria para uma maior possibilidade de granjear um patrono (ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1843: 345).

A preocupação com a concorrência aos empregos públicos devia-se ao fato de que a burocracia comumente acolhia os indivíduos marginais do sistema agrário escravista, fornecendo-lhes uma fonte de renda e um meio de mobilidade social. De forma que Saturnino Pereira apenas confirmou uma prática corrente no Império, já apontada por outros pesquisadores. A procura por cargos burocráticos ocorria porque poucas eram as alternativas ocupacionais fornecidas no Brasil do século XIX para os bacharéis em Direito e outros profissionais liberais que não tivessem meios de subsistir de forma independente (CARVALHO, 1996:146) .

Por outro lado, a rivalidade em relação aos portugueses já era antiga e esteve presente nas discussões relativas à naturalização, durante o processo de independência e no início dos anos 30. Ademais, como argumenta Ilmar R. Matos, no fim do período regencial, o sentimento antilusitano teria chegado a se constituir "como um elemento divisor dos grupos dirigentes", que uns diziam ser "uma questão fundamental do Estado que se pretendia construir com plena soberania" (MATTOS, 1990:76).

O fato é que apesar dos inúmeros empecilhos colocados pelos parlamentares, após exaustivas discussões, foi aprovada, em 30 de agosto de 1843, a resolução que estipulava dois anos de residência para o imigrante poder requerer a cidadania brasileira (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1843: 29-30). A instituição dessa lei marcou uma nova etapa sobre o desenvolvimento da problemática da naturalização no Império, na medida em

que seus defensores, ressaltando a relação entre uma maior facilidade de acesso à naturalização com a necessidade de promover a imigração, conquistaram outros adeptos.

Dessa forma, após meados do século XIX, o antilusitanismo e a ameaça pela concorrência ao emprego público deixaram de ser pretextos para inibir a reforma da lei de 1832. A reiterada necessidade de povoar o vasto território brasileiro, também passou para um segundo plano como recurso discursivo dos que opinavam sobre essa temática. Todavia, tornou-se mais freqüente nos debates a defesa da flexibilização da legislação referente à naturalização, como condição para atrair imigrantes. O fato é que a vinda de sucessivas levas de imigrantes para o Brasil, exigiu um redimensionamento na forma de pensar a questão da cidadania pelas elites imperiais, na medida em que era preciso inserir os estrangeiros, pelo menos em termos formais, para que eles pudessem ser submetidos às legislações brasileiras.

Fontes

BRASIL - Anais do Parlamento Brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados, Tomo I, 1832. Rio de Janeiro: Typografia H.J. Pinto, 1879.

BRASIL - Anais do Senado do Império do Brasil, 1843. Brasília: Senado Federal, 1978.

BRASIL – Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império de 1823. Brasília: Senado Federal, 1973. (edição fac-similar).

BRASIL - Lei de 23 de outubro de 1832. Coleção das Leis do Império do Brasil (Actos do Poder Legislativo). 3ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1906.

BRASIL – Decreto nº 291 de 30 de agosto de 1843. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz F. e REUNAX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: ALENCASTRO, L,F. (Org). Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. P. 291-335. (História da Vida Privada, 2).

_____. Proletários e Cativos Africanos no Rio de Janeiro. In. Novos Estudos Cebrap. São Paulo: Nº 21, 1988. p. 30-56

CARVALHO, J. M. A Construção da Ordem: a elite imperial. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

COSTA, Emília V. da . Da Senzala à Colônia. São Paulo: Difel, 1966.

MATTOS, Ilmar R. O Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

OBERACKER, Carlos H. A Colonização Baseada no Regime de Pequena Propriedade. HOLLANDA, S.B. História Geral da Civilização Brasileira. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1985. V. 3, Tomo II, p. 220-244.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, Povo e Ódio aos Portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In. JANCSÓ, István (Org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 365-388.

SECKINGER, Ron. O Estado Brasileiro e a Política Externa no Século XIX. In. Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, Nº 19, 1978. p. 111-133

VIEIRA, Martha Victor. Naturalização: concepções de cidadania no congresso imperial, 1843. 1889. Dissertação de Mestrado em História, FHDSS/UNESP. Franca: 2002.

Reflexões sobre fontes orais: desconstrução do depoimento *Na periferia da História* de Jorge Oscar de Mello Flores

Hernán Ramírez

Essa comunicação surge como conclusão de um exercício intelectual de desconstrução de um depoimento, o qual nos serviu para realizar uma reflexão mais ampla acerca dos desafios de trabalhar com fontes orais, as que freqüentemente são banalizadas por alguns cientistas sociais, que muitas vezes com escassas observações as publicam como a "verdade" dos fatos e seguidamente são adotadas como fontes pelo autor ou por outros historiadores, sem a realização de uma crítica heurística mais rigorosa[1]. No caso, tomamos do livro *Na periferia da História*, que recolhe o depoimento prestado por Jorge Oscar de Mello Flores ao CPDOC da FGV, partes do capítulo 6, intitulado "Ibad e Ipes – o empresariado se organiza"[2].

Advertimos que, por questões de espaço a confrontação heurística ficou de fora, apenas observamos que o depoimento foi confrontado, na medida do possível, triplamente: com outras fontes, com outros testemunhos e com as diversas fases do próprio discurso, o que nos permitiu indagar entre o dito e o não dito, ou o dito de outra forma, procurando achar significados-chave do relato que realiza o entrevistado, e como são organizados, interpretados e relacionados cada um dos temas que surgem na reconstrução de sua participação nos acontecimentos históricos[3].

Em primeiro lugar, a falta de ressalvas dos autores na transcrição do depoimento contrasta com o intenso debate promovido pelos pesquisadores que se ocupam das elites como fontes orais, especialmente acerca da forma de trabalhar sobre os construtores da história oficial e do perigo de reproduzir a versão dos vencedores. Mais do que a importância dessa abordagem para reconstituir os fatos, através da possibilidade de ampliação ou

---

[1] O livro referido conta com um prefácio de Roberto Campos, participante ativo do IPÊS e figura destacada durante a ditadura militar, seguida de uma apresentação realizada pela companhia Sul América Seguros, da qual Mello Flores teve participação relevante e que foi um dos pontais financeiros do IPÊS, na que se expressa: "Para um país que busca resgatar sua **história**, construindo uma memória **isenta**, **sem distorções**, *Na periferia da História* é um importante documento", e, finalmente, uma Introdução, na que os entrevistadores assinalam: "... este livro contém, provavelmente, a **confissão mais sincera** sobre a criação, no início dos anos 60, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes)". Negritos do autor.

[2] Jorge Oscar de Mello Flores, *Na periferia da história*. Maria Celina Soares d´Araujo, Ignez Cordeiro de Faria e Lucia Hippólito, (org), Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, pp. 149-175.

[3] Phillippe Joutard, "El tratamiento del documento Oral", *Debats*. Valencia, nº 10, 1984, pp. 72-84 e *Ces voix qui nous viennent du passe*, Paris, Hachette, 1983.

complementação dos documentos escritos[4], as reflexões apontam para pensar seu sentido como uma metodologia que permitiria elucidar as representações que são construídas, como mediação simbólica e elaboração de sentidos, o que em definitivo justificaria sua validade[5].

No entanto, essa inquietude surge em sentido contrário à origem da História Oral, que esteve inicialmente vinculada com a idéia de incorporar à análise social a palavra do "outro", do marginado, dos grupos "não hegemônicos", excluídos da história oficial[6]. Assim, diferentemente destes, indivíduos como o entrevistado dispõem de recursos para contar seus passos pela história e por isso a singularidade de realizar estudos das classes dirigentes radica mais na análise do próprio discurso sobre essa passagem, que por ocupar um lugar privilegiado na estrutura do poder tende geralmente a legitimar a ordem estabelecida.

Para responder a tal desafio estaremos atentos tanto ao que o entrevistado diz, ao como se diz e ao significado do que se diz. Dessa forma, questionamos seu discurso, explorando suas contradições inerentes, descobrindo suas raízes sociais, em síntese, desmitificando-o**,** tarefa que na situação de entrevista é colocada de forma desencarnada, a flor-da-pele, já que sua condição existencial é a relação intersubjetiva que ela põe em jogo. Não obstante, a incorporação do "subjetivo" como objeto de estudo não significa que abandonaremos as regras da abordagem científica, a confrontação das fontes e a análise crítica.

Como em quase todos os relatos autobiográficos, os membros da elite constroem uma imagem pública de si mesmos, para ser apresentada diante dos outros e, desde ali, colocam-se como protagonistas do relato, narrando e impondo seus pontos de vista, já que eles sabem que, apesar de falar ao entrevistador, em última instância, falam, por seu intermédio, à história, circunstância que pode conter ou, ao contrário, estimular sua verve[7].

Embora isso aconteça com qualquer pessoa, trabalhar com eles, e principalmente com políticos, nos apresenta um problema adicional, pelo qual deveremos ser mais precavidos, visto que como se encontram acostumados a dialogar e a se expor ao julgamento público estão em melhores condições para desenvolver uma reflexão articulada sobre suas próprias vidas e experiências. Assim, geralmente, os membros das elites sabem inibir sua livre

[4] Inclusive, muitos duvidam da seriedade de considerar essas fontes como evidência e descrêem de sua utilidade quando é abordado um episódio em que não falta documentação escrita. Paul Thompson, *A Voz do Passado: História Oral*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

[5] Graciela de Garay, "La historia oral de las elites", Graciela de Garay, (comp.), *La historia con micrófono*. México, Instituto Mora, 1994; Michael Pollack, "Memoria e identidade social", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, pp. 201-215; e Alessando Portelli, "O que faz a história oral diferente", *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, nº 14, fevereiro de 1997, pp. 25-39.

[6] Alessando Portelli, "O que faz a história oral diferente", op. cit.

[7] Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet, "D´Herodote au magnétophone: souces orales et archives orales", *Annales ESC*, 1980, v. 35, nº 1, pp. 183-199, p. 188.

expressão, convertendo a declaração e o discurso em um instrumento ideológico e de poder na arena política. Nesses casos, o silêncio e a discrição são a regra, quanto mais destacados e politicamente ativos forem os atores, mais conscientes serão também do risco de conceder informações sobre seu próprio desempenho ou de seus pares[8].

Por isso, trabalhar com esse tipo de indivíduos constitui um grande desafio porque, apesar da importância do papel que lhe cabe ao entrevistado, as fontes orais estão longe de ser um produto elaborado apenas por um único ator. Elas são resultado de uma atividade conjunta, entre entrevistado e entrevistador, organizadas a partir da inter-relação das partes envolvidas, que as sustentam nas suas próprias perspectivas históricas e formas de construir as narrações.

Esta, como toda relação social, é uma relação entre desiguais, entre dois indivíduos socialmente definidos[9], que, além disso, também operam teleologias diferentes. Enquanto o entrevistador/historiador procura responder aos problemas da história com a rigorosidade do método, o entrevistado procura narrar seu relato, contar sua própria história, sem responder demasiado a essa preocupação. Portanto, a fluidez das lembranças, os silêncios e os desvios serão produtos dessa interação, sendo possível afirmar que como co-participes elaboraram um produto perpassado pelas suas próprias subjetividades.

Dessa forma, durante a entrevista se produz uma sorte de tensão entre o entrevistado e o entrevistador, estabelecendo uma interação entre ambos, que resulta na construção de um relato, no qual cada parte implicada possui uma determinada maneira de ver o mundo, que privilegia determinados interesses sobre outros. Assim, a entrevista de história oral se define como uma circunstância de conflito potencial, na qual ambas as partes, por meio de diferentes estratégias, cooperam em uma situação controvérsia[10].

Podemos afirmar, então, que as narrações estão profundamente enraizadas nas ideologias e, como estas, representam as formas como determinadas classes, facções e interesses enxergam o mundo. Dali é que podem existir conflitos entre diferentes interpretações, transformando o cenário da entrevista em uma arena para o questionamento da interpretação da práxis política da história. Essas visões conflituosas podem ser deduzidas das conversações ocultas que se travam na entrevista entre o entrevistador, o entrevistado e o resto do mundo, ou seja, os futuros usuários ou leitores da entrevista.

---

[8] Aspásia Camargo, "Os usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com Elites Políticas", *Dados*, v. 27, nº 1, 1984, pp. 5-28, especialmente p. 14.

[9] Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet, "D´Herodote au magnétophone…", op. cit., pp. 180 e 187.

[10] Ronald Grele, "La História y sus lenguajes na entrevista de historia oral: quien contesta a las preguntas de quién y por qué", *Revista Historia y Fuente Oral*, nº 5, 1991.

Desse modo, o risco de ser contradito na forma como o individuo vê sua vida[11] pode desatar uma luta pelo controle da entrevista e, por conseguinte, da interpretação. Assim, Mello Flores inicia vários trechos com expressões como: "Errado de novo", "Discordo inteiramente", "Essa afirmação é totalmente falsa" e "mas essa história do armamento [...] era tudo falso", que dão conta de que o entrevistado assume ou se coloca em uma posição de dominação, segundo uma determinada estrutura de relações sociais de poder[12], oferecendo o testemunho como revelador da verdade. Nesse sentido, devemos mencionar, também, que além de sua elevada posição social, no momento de dar o depoimento, o entrevistado ocupava a vice-presidência da FGV, à qual pertenciam os entrevistadores, e uma das empresas que ele comandara patrocinava a edição do volume.

Embora a entrevista trate do passado, ela ocorre no presente. Dessa forma, a colocação do indivíduo como protagonista do relato resulta em uma construção *a posteriori*, retrospectiva[13], na qual poderá operar sobre sua identidade de forma ativa, inclusive ocultando e camuflando seus pontos obscuros. Nesse discurso autobiográfico, é o narrador quem nomeia, adjetiva, interpreta e explica, movendo-se com discrição no tempo e no espaço de sua vida, dando-lhe sentido e coerência, construindo e justificando uma identidade de si mesmo, limitado apenas pela auto-censura. Desde essa lógica, é possível compreender os esquecimentos, os vazios, as resistências, as ambigüidades, as divergências, as contradições e as obsessões, em um processo no qual se conjugam a memória privada e a memória pública[14].

A memória, como produtora de representações, revela mentalidades, valores, idéias e prejuízos, que são produtos do contexto em que interage o ator. Desse modo, antes que um depósito passivo de fatos é um processo ativo de criação de significados[15]. No entanto, seja, em rigor, uma reflexão sobre a atualidade, ela está composta por uma seleção de fatos do passado que resultam significativos no presente e, por isso, sempre é uma obra em

---

[11] Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet, "D´Herodote au magnétophone…", op. cit., pp. 183-199.

[12] Mirta Zaida Lobato, "Voces subalternas de la memoria", Revista *Mora*, nº 7, Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, FFyL, UBA, 2001.

[13] Alistair Thompson, "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias", *Projeto História*, São Paulo, PUC/SP, nº 15 abril de 1997, pp. 51-84, p. 57; e Paul Thompson, *A Voz do Passado...*, op. cit.

[14] Carlos Piña, "Sobre la naturaleza del discurso biográfico", *Cuadernos del Claeh*, Revista Uruguaya de Ciencias Sociales, nº 53, 1990-91, pp. 50-51 e 59; Alicia Servetto, "Qué y como responde la clase dirigente: Riesgos, limitaciones y posibilidades de la utilización de la historia oral para reconstituir la historia política", *Actas de las X Jornadas Interescuelas Departamentos de Historia*. Rosario, Universidad Nacional de Rosario, 2005, p. 5 e José Carlos Sebe Bom Meihy, "Palavras do editor", *História Oral*, nº 1, jun 1988, pp. 7-9.

[15] Graciela de Garay, "Recordando a las elites: un problema metodológico para la historia oral", Graciela de Garay e César Tcach, (comps.), *Temas de la historia oral en dos naciones de América Latina: Argentina y México. Representación, memoria e identidad*, México, Edición Electrónica del Instituto Mora de México y del Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, 2003 e Alicia Servetto, "Qué y como responde la clase dirigente…", op. cit., p. 8.

processo, de tal forma que esse exercício vai mudando, atua desde o presente e se ordena retrospectivamente, embora não sempre de forma cronológica, podendo voltar freqüentemente a um número restrito de acontecimentos ou errar no ordenamento dos fatos[16], como efetivamente acontecera na lembrança sobre a criação do IPÊS.

Dessa forma, a entrevista é uma situação extraordinária que concede ao informante a oportunidade de desenvolver seus próprios pensamentos e idéias, porém o obriga a fazer uma narração ordenada para criar sentido e compreensão. Essa ocasião permite-lhe revisar sua história desde um determinado tempo presente e em um determinado contexto, cujos sentidos, significados e representações sondaremos interpretando esse discurso individual conjuntamente com o discurso social que o subjaze, que adquire significado em relação à totalidade da qual formam parte[17].

A memória não é um simples relato linear, ela está estruturada, com hierarquias e classificações, que lhe imprimem certa coerência ou enquadramento, estabelecendo laços lógicos entre acontecimentos-chave. A história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência, mediante um processo de seleção, no qual algumas narrativas são descartadas e outras, sintetizadas, reestruturadas e estereotipadas[18].

Essa história pessoal está entrelaçada com um contexto histórico específico, de mutação social, econômica, política e cultural, que tampouco é linear e que igualmente poderá se apresentar como contraditório, obrigando ao sujeito a sucessivas adaptações, que lhe demandarão, talvez, diferentes formas de articular sua memória, colorindo e até mudando os relatos públicos sobre o passado[19].

Assim, esse processo requererá do narrador um esforço para buscar sentido ao passado e dar forma a sua vida, colocando a entrevista e a narração em seu contexto pessoal e histórico de um modo que possam conviver. Portanto, a memória não dependerá apenas da capacidade de compreensão do indivíduo, mas também de seu interesse e necessidade social nesse momento[20].

Nesse sentido, a entrevista se realiza no presente, democrático, momento no qual Mello Flores se insere como uma autoridade da FGV, instituição de grande credibilidade. No

---

[16] Michael Pollack, "Memória, Esquecimento, Silêncio", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, pp. 3-15; e Paul Thompson, *A Voz do Passado...,* op. cit.

[17] Magnus Berg. "La entrevista como método de produção de conhecimentos", *Historia y Fuente Oral*, nº 4, 1990. Apud. Alicia Servetto, "Qué y como responde la clase dirigente…", op. cit., p. 10.

[18] Michael Pollack, "Memória, Esquecimento, Silêncio", op. cit; e Paul Thompson, *A Voz do Passado*..., op. cit., p. 189.

[19] Alistair Thompson, "Recompondo a memória...", op. cit.; e, Freddy Raphaël, "Le travail de la memoire et les limites de l´histoire orale", *Annales ESC*, 1980, v. 35, nº 1, especialmente pp. 127-145.

[20] Alistair Thompson, "Recompondo a memória...", op. cit., p. 57; Alessando Portelli, "O que faz a história oral diferente"op. cit.; e Paul Thompson, *A Voz do Passado*..., op. cit., p. 157.

entanto, sua convocação é para falar do passado, que está associado ao autoritarismo, ao quebre institucional, no qual o entrevistado integrou o IPÊS, entidade que operou atrás dos bastidores para produzir o golpe de 1964, resultando, assim, uma convivência temporal contraditória e traumática, que interfere constantemente no relato.

Contudo, para dar solução a esse conflito o entrevistado pode apelar a brancos da memória ou esquecimentos como condição necessária, presumida ou real, para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente. Pensamos o que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de haver sido e ser. Dessa forma, o indivíduo cria uma auto-imagem coerente ou um auto-desenvolvimento lógico, uma carapaça protetora, na qual os eventos são preservados ou olvidados, procedendo a sua reordenação, segundo o papel que desempenhem na criação desse auto-retrato mental[21].

Assim, certas passagens de sua vida, por demais íntimas, contraditórias, desabonadoras ou perigosas, para que sejam reveladas, são, consciente ou inconscientemente, esquecidas, olvidadas, enterradas. Algumas facetas que também são privadas, dependendo do estado e espírito, podem ser contadas aos mais próximos ou aos mais queridos. Outros aspectos podem ser de domínio público e lembrados com maior facilidade, articulando-se para proporcionar uma memória crível que dê um sentido de identidade assegurado[22].

Dessa forma, Mello Flores, recria uma imagem mais amável do IPÊS. Procura diferenciá-lo do IBAD, que arca com todos os ônus, tratando de que não sejam percebidos os nexos e as semelhanças entre os dois; tampouco lembra de acontecimentos ou de figuras comprometedoras, como Drummond e o tenente-coronel Reestel; e também minimiza articulações entre diferentes forças que levariam ao golpe de 1964, entre elas o papel desempenhado pela ADP e a Igreja católica.

No posicionamento interno do IPÊS, Mello Flores mantém o olhar estereotipado acerca das diferenças entre empresários paulistas e cariocas, mas trata de realçar a importância destes durante sua criação e na visão política da entidade, colocando-se inclusive na vanguarda de seus conterrâneos.

Embora seja fato que o ator incorre em erros e omissões ou mesmo mente ao longo da reflexão, ou na reconstituição de eventos, é também verdade que dificilmente ele é capaz de recriar a realidade com um discurso insistentemente falso e sem brechas, já que as histórias de vida raramente conseguem proporcionar um domínio completo e satisfatório das

---

[21] Michael Pollack, "Memória, Esquecimento, Silêncio", op. cit.; Alistair Thompson, "Recompondo a memória...", op. cit.; e Paul Thompson, *A Voz do Passado...*, op. cit., p. 275.

[22] Paul Thompson, *A Voz do Passado...*, op. cit.; Jan Vansina, *Oral tradition as history*, Madison, University of Wisconsin Press, 1985, p. 8; e Michael Pollack, "Memória, Esquecimento, Silêncio", op. cit.

ameaçadoras experiências do passado, estabelecendo um equilíbrio precário, com um sem-número de contradições e tensões. Assim, a tentativa de compor um passado harmônico não é inteiramente bem-sucedida, e nunca será plenamente alcançada, sendo o resultado final fragmentado e contraditório[23].

Como amostra disso, o discurso de Mello Flores contém inúmeras incongruências. Se por um lado o IPÊS tinha tudo às claras, as doações extras corriam por fora e seu presidente atuou corretamente ao esconder dados exigidos pela CPI. Ainda que negue a ingerência estrangeira, ela é admitida relatando um caso. No entanto proclame a total homogeneidade de sua cúpula, os relatos das diferenças entre seus dirigentes pipocam obsessivamente. Por fim, resulta pouco convincente sua explicação de que não tinha nada a ver com o IBAD, cujo presidente lhe confiava sua direção nos momentos que se ausentava e alguns dinheirinhos.

Depois de pensar em tudo isso e de haver realizando uma sisuda crítica heurística estaremos em condições de fazer um balanço sobre a utilidade do depoimento como fonte, para conhecer melhor os fatos ou compreender seu contexto, e se realmente o esforço que tal trabalho implica é finalmente recompensado.

[23] Aspásia Camargo, "Os usos da História Oral e da História de Vida...", op. cit., p. 16; Michael Pollack, "Memória, Esquecimento, Silêncio", op. cit.; e Alistair Thompson, "Recompondo a memória...", op. cit.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Controle e medicalização do "baixo espiritismo" pela psiquiatria pernambucana

José Rogério de Oliveira*

Resumo: Intentamos colocar em questão a relação entre a medicina psiquiátrica e o poder público que acionaram, juntos, mecanismos de controle e disciplinarização do "baixo espiritismo", na década de 1930, em Pernambuco. Procuramos desvelar as implicações históricas a partir do exame de discursos e práticas da psiquiatria, através da vigilância e repressão aos adeptos das religiões afro-brasileiras. Trata-se, sobretudo, de evidenciar o caráter persecutório da Liga de Higiene Mental do Recife aos terreiros de nosso Estado e constatar, assim, que tais repressões foram executadas porque, nestes locais, muitas pessoas, das camadas mais pobres em sua maioria, acorriam em busca de alívio para muitos de seus males psíquicos; o que, segundo o discurso psiquiátrico, dificultou o projeto de medicalização social idealizado pela medicina psiquiátrica e legitimado por um arcabouço político-jurídico.
Palavras-chave: Psiquiatria – Controle – Religião.

Abstract: We attempted to put in subject the relationship among the psychiatric medicine and the public power that worked, together, control mechanisms and discipline of the "low spiritism", in the decade of 1930, in Pernambuco. We tried to reveal the historical implications starting from the exam of speeches and practices of the psychiatry, through the surveillance and repression to the followers of the Afro-Brazilian religions. It is treated, above all, of to evidence the character of persecution of the League of Mental Hygiene of Recife to the "yards" of our State and to verify that such repressions were executed because, in these places, a lot of people, of the poorest layers in his/her majority, assisted in search of relief for many of their psychic evils; the one that, according to the psychiatric speech, it hindered the project idealized by the psychiatric medicine and legitimated by the State.
Keywords: Psychiatry – Control – Religion.

Em inícios do século XX, o discurso psiquiátrico amparado por teorias médicas e da criminologia – Sanitarismo, Higienismo, Eugenia e Degenerescência – ampliou seus raios de ação à sociedade legitimando-se, sobretudo, por um arcabouço político/jurídico. Assim, esses discursos, quando materializados, tornaram-se, em pouco tempo, eficazes instrumentos dentro do processo de normatização da sociedade brasileira, em especial nas classes consideradas subalternas, promovendo perseguições, prisões e privações dos direitos de incontáveis homens, mulheres e crianças.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

A essas novas teorias, importadas na sua maioria, importava perceber que o louco[1] não era considerado apenas o Outro da Razão humana, em que bastava a observação de comportamentos melancólicos, libertinos ou furiosos, para o enclausuramento destes nos velhos Asilos para alienados. A psiquiatria, ao redefinir a loucura, observava e asseverava que o louco não era somente o inverso simétrico do cidadão burguês, civilizado, moderno e produtivo, idealizado pelo Estado, passando também a ser visto como desajustado, delinqüente, fanático, promíscuo, etc., capaz de, com seu inapropriado comportamento, desestabilizar o bom ordenamento social; daí que essas modernas orientações psiquiátricas, respaldadas pelo mito da neutralidade científica, procuraram agir de maneira mais enfática no Meio, observando sistematicamente as causa que possibilitassem a produção e o aparecimento da loucura buscando, com isso, arrefecê-las.

Em 1909, o psiquiatra pernambucano Dr. Alcides Codeceira, anunciava que idéias religiosas ou superstições eram uma das principais "causas predisponentes da loucura". Para ele,

> *Nada é mais comunicável do que as idéas de religião e de mysticismo! Sua influencia sobre a produção da loucura, conhecida desde longe, [...], se faz sentir em nosso meio, auctorisando-me a affirmar, com dados estatísticos, que, com o alcoolismo e a syphilis, tem contribuído para equilibrar o meio milhar de alienados que povoam constantemente o nosso Hospício (CODECEIRA, 1909: 9).*

A fala desse psiquiatra evidencia a nova característica da ação psiquiátrica na sociedade, que é a ênfase dada aos aspectos de sociabilidade que poderiam levar o indivíduo à loucura. Fazia-se necessário, então, controlar os focos de produção da loucura para melhor preveni-la. A loucura vista pela psiquiatria não visava mais aos comportamentos individuais inadequados, suas causas passaram a não ser consideradas apenas morais, pois, além desse aspecto, outros se tornaram fundamentais para que essa ciência médica pudesse então explicar e precocemente combater a loucura.

Assim, vieram somar às causas morais os agentes deflagradores da loucura no corpo (causas biológicas) e no Meio (causas sociais). Pois como afirmou o mesmo Codeceira, a psiquiatria por esses tempos tornou-se "[...] um ramo ao mesmo tempo psycologico, clinico, anatômico e sociológico da sciencia medica ou, a bem dizer, da BIOLOGIA" (CODECEIRA,

[1] A palavra "louco" quando empregada no presente texto refere-se a todos os homens, mulheres e crianças um dia diagnosticados por médicos psiquiatras que, legitimados por uma imprecisa ciência clínica, tornaram-se míopes aplicadores e classificadores de uma verdade deformada acerca da razão humana. Valendo salientar que tal termo é aqui utilizado em sua positividade e em oposição aos termos característicos da medicina psiquiátrica clássica (alienado, psicopata, doente mental, etc.), pois que estes reforçam os preconceitos sociais sobre o louco e corroboram com idéias e práticas de reclusão e exclusão desse Outro.

1909: 6). Dessa forma, os estudos e investigações da psiquiatria passaram a ter mais importância científica, uma vez que os psiquiatras após abarcarem outros ramos do saber e, para além da medicina clínica, sentiram-se seguros em sua quixotesca busca pela cura da loucura.

Com o estudo e o conhecimento sobre a *etiologia* das enfermidades da mente, os psiquiatras acreditaram ter estabelecido as premissas para o desenvolvimento da *profilaxia* e uma conseqüente prevenção das ditas *moléstias mentais.* Com uma excessiva confiança, passaram a crer que saberiam dessa maneira evitá-las, bastando para isso reprimir os agentes e os focos de produção da loucura.

Em Pernambuco, no ano de 1924, a Misericórdia do Recife celebrou um acordo[2] com o Estado para a transferência da direção do *Hospital de Alienados da Tamarineira*, que até então continuava a ser administrado por pessoal religioso. Esta instituição, após o acordo, passou a ser gerida pelo governo estadual. O governador do Estado, na época Sérgio Loreto, empossou como diretor o Dr. Ulysses Pernambucano. Imediatamente, este médico deu início a uma ampla reforma predial no antigo asilo que passou a ser chamado *Hospital de Doenças Nervosas e Mental.*

Após a revolução ocorrida em 1930 que, vitoriosa, conseguiu depor o presidente Washington Luís, substituindo-o por Getulio Vargas, o Dr. Ulysses foi convocado pelo então Interventor Federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, para continuar na direção do Hospital e organizar todo o serviço de assistência aos psicopatas. Competia-lhe agora estabelecer as bases para uma nova administração, organização e estruturação de toda a assistência psiquiátrica pernambucana. Além da reforma predial, o Dr. Ulysses conseguiu implementar outras reformas de caráter mais condizentes com o novo aporte científico da psiquiatria na época.

O norte teórico seguido por Ulysses preconizava a transposição dos muros do asilo e associava-se diretamente às teorias idealizadas por Emil Kraepelim, que integrava a corrente organicista-higienista[3] alemã e que tinha, no Brasil, um fiel aplicador de seus métodos, o Dr. Juliano Moreira. Esta teoria, por sua vez, resgatou e modernizou a antiga noção de "Degenerescência", elaborada ainda no século XIX por Morel. Em seu lugar, surgiu

[2] Acordo sancionado pela Lei Estadual 1639, que em se artigo 1º decretava ficar o governador do Estado autorizado a avocar, de acordo com a Santa Casa de Misericórdia do Recife, a administração do Hospício de Alienados.

[3] Segundo Vera Portocarrero, a junção da noção de degenerescência (na qual a loucura passa a ser vista mais como uma anormalidade de causa biológica do que como doença mental) mais a teoria físico-moralizante preconizada por Esquirol (constituída enquanto estudo das desordens do comportamento social de causa moral) marca a duplicidade indelevelmente a duplicidade do saber psiquiátrico da época (Cf. PORTOCARRERO, 2002: 78-79).

o conceito de "Anormalidade"; este, a seu turno, a partir da observação, descrição e classificação dos sintomas clínicos, e da análise e evolução anatomopatológica, serviu de referencial teórico ao médico pernambucano, que fundou, em 1931, o Serviço de Assistência a Psicopatas em Pernambuco[4], sob a chancela do Interventor do Estado, o que denota a estreita relação entre psiquiatria e Estado.

No dia primeiro de Janeiro de 1931, entrou em vigor no Estado o Decreto nº 26 assinado pelo então Interventor Federal Lima Cavalcanti, no qual se lê, entre outras coisas, sobre as novas funções da psiquiatria, no que tange principalmente à criação de novos espaços para o louco cronificado e de terapêutica para os não-alienados, além de serviços de caráter preventivo para alguns indivíduos ou grupos.

Com isso, as reformas perseguidas pelo Dr.Ulysses conseguiram, em grande parte, ser realizadas, uma vez que foram legitimadas pelo poder público instituído. Estas reformas, por sua vez, incidiram sobre uma maior parcela da sociedade como forma de conhecimento, controle e apropriação, respectivamente. A seu turno, isto acarretou uma maior observação científica e de controle social sobre as práticas das religiões afro-brasileiras que, a partir da psiquiatria, passaram a ser explicadas em termos da medicina psiquiátrica, patologizando-as.

Esta apropriação dos cultos afro-brasileiros, pela medicina psiquiátrica, alargou os preconceitos sociais contra os seus praticantes. Em 1932, foi publicado um artigo nos *Arquivos de Assistência a psicopatas de Pernambuco,* escrito a quatro mãos, por José C. Cavalcanti e Dinice C. Lima, e intitulado *Investigações sobre as religiões no Recife: "o espiritismo"*. A partir de sua leitura, concluímos que além de divulgar o "baixo espiritismo"[5] como agente patrocinador de doenças mentais, por possuir em seus ritos elementos de sugestibilidade, os autores comparavam o transe dos babalorixás e ialorixás a uma "psiconeurose semelhante à Histeria" (BORGES, 1932: 138-145) e, também, sublinharam o caráter policial dessas práticas espíritas, por considerarem-nas charlatanismo[6].

---

[4] Dentre as reformas empreendidas pelo Dr. Ulysses Pernambucano, através do Serviço de Assistência a Psicopatas, destacamos os serviços de assistência a alienados e não alienados, a criação do primeiro manicômio Judiciário de Pernambuco, a construção da Colônia de Alienados em Barreiros, a criação do Serviço Aberto, a do Serviço de Higiene Mental e a do Serviço de prevenção a doença mental; ele ainda idealizou uma Escola para Anormais e fundou o primeiro Instituto de Psicologia no Estado; ainda realizou as publicações do Boletim de Higiene Mental e as dos Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, para o escoamento das pesquisas psiquiátricas realizadas na Escola Psiquiátrica do Recife, também idealizada e efetivada pelo incansável Ulysses.

[5] Os termos "baixo espiritismo" ou "religiões inferiores" eram constantemente empregados por médicos psiquiatras no Estado de Pernambuco em jornais, artigos, teses ou boletins médicos para designar as religiões afro-brasileiras, por considerarem essas práticas religiosas permissivas e primitivas; sendo considerados os seus praticantes, pelo discurso psiquiátrico, como místicos, grosseiros e preguiçosos.

[6] Para uma investigação mais aprofundada, aconselhamos a leitura da Dissertação de Mestrado de Maria Concepta Padovan, intitulada As Máscaras da Razão: memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945), defendida em Fevereiro de 2007 na Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Além deste, um outro trabalho precisa ser, aqui, destacado: o artigo elaborado pelo Dr. Ulysses e por Helena Campos (monitora do Serviço de Higiene Mental). A pesquisa realizada entre os anos de 1928 e 1930 teve sua primeira publicação datada no ano de 1932, pela revistas dos *Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*. Esse estudo procurou avaliar, entre outras coisas, a incidência de doenças mentais na *raça negra*, em relação às outras, sendo sua conclusão a de que no caso dos negros a hereditariedade teria maior influência do que os fatores possibilitados pelo Meio, tornando-os mais vulneráveis a "psicopatias com lesões anatômicas" e a "psicoses tóxicas e infecciosas" causadas, sobretudo, por seus cérebros possuírem "menor resistência".

Dito isto, fica claro o preconceito racial dos autores desse artigo por considerarem o negro biologicamente inferior. Para eles, os cérebros dos negros sendo "menos resistentes" que os de outras raças estariam mais predispostos às psicoses infecciosas, causadas pela sífilis; e as tóxicas, devido ao consumo de álcool. Ulysses e Helena se aproximaram, dessa forma, das idéias preconizadas pelo também psiquiatra baiano, o Dr. Raimundo Nina Rodrigues, e de sua crença na inferioridade da raça negra, conferida num caráter de *racismo biológico*.

Este artigo é paradigmático porque, além de reforçar o preconceito contra o negro, possibilitou a construção de idéias contrárias à cultura afro-descendente. E uma vez que grande parte dos fiéis das religiões afro-brasileiras se constitui de negros ou mestiços, essas religiões se tornaram, junto à sífilis e ao alcoolismo, um dos maiores propagadores da loucura em Pernambuco para os psiquiatras de então. Essas idéias impressas no citado artigo tornaram-se a balança em que se equilibraram as opções de controle e/ou de policiamento médico das práticas religiosas do dito "baixo espiritismo. A psiquiatria acreditava ser legítimo e necessário o combate aos focos irradiadores da loucura, que eram os terreiros.

O coroamento do controle e da medicalização do chamado "baixo espiritismo" deu-se efetivamente quando, no dia 11 de Novembro de 1934, por iniciativa de Gilberto Freire, (primo de Ulysses Pernambucano), teve início o 1º Congresso Afro-Brasileiro, que fora presidido por Ulysses Pernambucano. Este congresso contou com a participação de intelectuais do porte de Mário de Andrade, Luiz da Câmara Cascudo, Ascenso Ferreira, etc; contou ainda com as presenças de médicos, como Otávio de Freitas, Rui Coutinho e o próprio Ulysses Pernambucano que, na ocasião, apresentou o mesmo trabalho acima relatado, em que defende idéias racistas, intitulado *Doenças mentaes entre os negros de Pernambuco.* No principal salão do referido Congresso, realizou-se uma exposição com trabalhos de artistas plásticos modernistas como Cícero Dias, Di Cavalcanti, Lasar Segall, etc.

Os participantes desse Congresso, após assistirem a *toques* nos terreiros de babalorixás pernambucanos, como os dos pais Anselmo, Oscar e Rozendo, visitaram as novas e aparelhadas instalações dos Serviços de Assistência a Psicopatas, com seus laboratórios equipados para a aplicação de *malarioterapia e choques insulínicos,* além do moderno e exemplar Gabinete de Biotipologia da Brigada Militar, onde se realizavam as infames medições de crânios que, muitas vezes, determinavam o internamento no manicômio, os testes de Q I (Quociente de Inteligência) e os testes de I M (Idade Mental). Ironicamente, muitos dos adeptos dos cultos afro-brasileiros sofreram os vexames e tormentos provocados por esses repressivos aparatos tecnológicos.

Esta iniciativa de intelectuais e médicos possuiu como proposta declarada pôr em exame as "consideráveis contribuições que as culturas negras trouxeram à formação nacional"[7]. Contudo, se atentarmos ao fato de que no art. 7, do já citado decreto de nº. 26, lemos que dentre os objetivos do programa de Higiene Mental de Pernambuco está o "Combate às causas de doenças mentais diretamente acessíveis: álcool, sífilis, baixo espiritismo, etc" (CARRILHO, 1937: 15), verificamos que, pelo menos no que tange à psiquiatria, a perseguição aos praticantes dos cultos afro-brasileiros se encontrava respaldada em legislação específica.

Mesmo descontando o espaço de tempo entre a assinatura do Decreto de n° 26 (1931) e a realização do Congresso Afro-Brasileiro (1934), observamos que a máxima da psiquiatria pernambucana era de fato controlar e medicalizar o dito "baixo espiritismo", os seus religiosos, bem como os seus fiéis e até alguns oportunos visitantes, como foi o caso de Manuel Miguel Veras, de 28 anos, amolador*,* em cujo prontuário estava informado que era casado, analfabeto e sem psicoses. No espaço destinado à inscrição de seus antecedentes sociais, lemos que "freqüentou sessões espíritas para tratamento"*;* em uma dessas idas ao terreiro "manifestou-se na sessão e em sua casa"; sua esposa "refere que o observado jamais apresentou perturbações psicológicas"; quando perguntado sobre sua mediunidade, Miguel confirma que "os outros lhe reconhecem esta qualidade"[8].

Miguel não era psicótico como deixou claro seu diagnóstico, deu entrada em sete de novembro de 1936 e saiu quatro dias depois, no dia onze. Seu prontuário ainda assevera que ele chegou em estado de "calmaria e orientado no tempo e no espaço". Além disso, seu exame neurológico não apresentou nenhuma, segundo o médico que lhe recebeu,

[7] As informações colhidas acerca da realização do 1º Congresso de Cultura Afro-Brasileira foram obtidas a partir da leitura do Boletim de Higiene mental, editado pelo Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas; Ano II, Recife- novembro de 1934, numero XI, P. 3.

[8] Informações obtidas no Prontuário n° 6167, Homens, livro 6150 a 7000, localizado nos Arquivos do Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, em Recife.

anormalidade. Donde se conclui, uma vez que Miguel não foi o único a freqüentar o *espiritismo* para fins terapêuticos, que os praticantes, mesmo esporádicos, eram vigiados.

Um aluno de Ulysses Pernambucano, Pedro Cavalcanti, em elogioso artigo sobre o mestre, informa-nos que o professor Ulysses:

> *Logo no inicio das suas atividades, como diretor da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, encaminhou-nos ao trabalho, naquela época difícil, de nos por em contacto com os terreiros do Recife, para a colheita direta de material de observação (CAVALCANTI, 1937: 51).*

Seguindo as trilhas deixadas por Cavalcanti, lemos que o recolhimento dos dados dessa pesquisa tinha um motivo confessadamente nobre, que era o de fazer o cotejo dos dados recolhidos em Pernambuco com os coletados na Bahia, pelo também psiquiatra e professor Arthur Ramos, e que em si já era uma retomada dos trabalhos iniciados por Nina Rodrigues. Essas pesquisas interestaduais buscaram evidenciar o sincretismo religioso das "seitas africanas", suas transformações e modificações, na tentativa de "acabar entre nós, com as perseguições policiais aos terreiros" (CAVALCANTI, 1937: 51).

Porém, o que desta pesquisa resultou foi que, após uma reunião com todos os babalorixás do Recife, realizada em 1932, na Diretoria Geral da Assistência a Psicopatas, presidida pelo Diretor da Assistência, professor e médico psiquiatra Ulysses Pernambucano, ficou acertado que o propósito desta reunião era "conseguir para as seitas uma existência legal". Com isso, "O Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas, tem hoje sobre seu contróle, todas as seitas africanas da cidade e recolhe um abundante material, dos cultos, entre nós" (CAVALCANTI, 1937: 52). A psiquiatria passou, assim, a emitir Licenças de funcionamento para os terreiros de Pernambuco.

Dizem enfim, que em lugar do Deus cristão passou a imperar o padrão de normalidade. E foi exatamente por essa brecha que a psiquiatria pôde apropriar-se cientificamente das religiões afro-brasileiras, aprimorando o controle e a medicalização sobre essas religiões, consideradas primitivas e fora dos padrões idealizados pela sociedade cristã burguesa.

Referências bibliográficas:

Boletim de Higiene mental: editado pelo Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas. nº XI, ano II. Recife. Nov. 1934.

BORGES, José C. Cavalcanti; LIMA, Dinice C. *Investigações sobre as religiões no Recife: "o espiritismo"*. In: **Arquivos de Assistência a psicopatas de Pernambuco**. Ano II. Recife. Abr. 1932. Pp. 138-145.

CARRILHO, Heitor. *Ulysses Pernambucano e a organização dos serviços de assistência a psicopatas em Pernambuco*. In: **Estudos Pernambucanos Dedicados a Ulysses Pernambucano**. Recife: Officinas Gráficas da Empresa JORNAL DO COMMERCIO S/A, 1937. Pp. 15-18.

CAVALCANTI, Pedro. *Ulysses Pernambucano e as Seitas Africanas*. In: **Estudos Pernambucanos Dedicados a Ulysses Pernambucano**. Recife: Officinas Gráficas da Empresa JORNAL DO COMMERCIO S/A, 1937. Pp. 51-52.

CODECEIRA, A. **A Prophilaxia da Loucura:** memória lida perante o 1° Congresso Medico Pernambucano. Recife: Imprensa Industrial, 1909.

PADOVAN, Maria Concepta. **As Máscaras da Razão:** memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945). Fev. 2007. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado em História).

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da Loucura:** Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da Psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

Prontuário. n° 6167, Homens, livro 6150 a 7000, localizado nos Arquivos do Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano. Recife, 1936.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Disciplina, resistência e quotidiano de escravos e Libertos na Comarca de Nazaré. Bahia 1830-1850

Wellington Castellucci Junior*.

Resumo: Este artigo é uma reflexão parcial de um estudo mais amplo, que vem sendo feito, sobre o quotidiano dos forros e as formas de resistência dos escravos na Comarca de Nazaré das Farinhas, na primeira metade do século XIX. Ele discorre sobre as tentativas de disciplinar os forros, a partir dos recrutamentos forçados para a Guarda Nacional, e as punições severas praticadas contra escravos delituosos com vistas a conter a crescente rebeldia dos cativos.
Palavras-chave: Escravidão**,** Resistência, Liberdade.

Abstract: This article is a partial reflection of a wider study, that it has been done, on the everyday of the free blacks and the form of the slaves' resistance in the district of Nazaré Das Farinhas, in the first half of the century XIX. The same talks about the attempts of disciplining the free blacks, starting from the forced recruitments for the National Guard, and the severe punishments practiced against criminal slaves with views to contain to growing rebelliousness of the prisoners.
Keywords: Slavery, resistance, freedom.

Entre as décadas de trinta e cinqüenta do século XIX, uma série de ocorrências judiciais e decretos governamentais impuseram severas punições aos cativos e tentaram disciplinar a vida dos alforriados que viviam nas imediações da Comarca de Nazaré das Farinhas. Situada na parte Sul do Recôncavo baiano, aquela Comarca abarcava várias vilas, povoações e distritos no seu entorno e se constituía num importante celeiro, fornecedor de gêneros alimentícios para Salvador e demais cidades e Vilas baianas. Isso era fruto do trabalho diário de escravos, agregados e jornaleiros avulsos que eventualmente se apresentavam naquela região para prestar algum tipo de serviço. No curso dos vinte anos que precederam o fim do tráfico de africanos, cativos e forros imprimiram variadas formas de resistência, manifestadas através de assassinatos, roubos, fugas e outras infinidades de crimes, que aterrorizaram as autoridades daquela região. Através de uma minuciosa análise das fontes judiciária e dos documentos do poder Público Municipal, histórias, marcadas pelas múltiplas formas de resistência escrava e modos de viver dos forros, que habitaram aquela tensa região, estão sendo deslindadas.

No decorrer daquelas décadas, a vida de senhores escravistas do Recôncavo baiano não foi fácil. Muitos desses *homens de bem* estavam, há muito tempo, sobressaltados

*Universidade Católica do Salvador.Doutor em História Social Pela USP, Pesquisador amparado pela FAPESB.

devido às crescentes ondas de revoltas, fugas e assassínios cometidos por escravos em suas casas, roças e lavouras, além de levantes de mestiços livres no curso do século XIX. Um valioso estudo, realizado recentemente, sobre aquela região, revelou que a tradição oral, colhida no século XX, ainda guardava lembranças de crimes cometidos pelos cativos contra senhores inescrupulosos da parte clássica do Recôncavo nos últimos anos de escravidão(FRAGA,2004:53-88). Nas décadas anteriores, porém, em várias Paróquias daquela região mais ao Sul, penas rigorosas haviam sido aplicadas, no sentido de conter o avanço de tais delitos e mostrar, particularmente aos escravos, que a justiça dos brancos não toleraria a crescente recalcitrância dos cativos. Eram respostas enérgicas contra as diferentes formas individuais de resistência escrava, muitas das quais manifestas no assassinato de senhores a golpes de machados. Em 1849, uma correspondência enviada pelo Juiz Municipal de Itaparica ao Presidente da Província, informava que havia sido cumprida, exemplarmente, com todas as solenidades, às duas horas da tarde, a pena capital de execução do cativo Agostinho, condenado pelo assassinato do seu senhor, proprietário rural naquela localidade.[1]

A penalidade máxima para os infratores não deixava reservas quanto à questão de gênero ou idade, pois o que estava em jogo era a estabilidade e o controle rígido da escravidão, a despeito do prejuízo que isso traria aos proprietários, pensavam as autoridades e senhores de época. Certamente por isso é que, em 1854, o Juiz interino de Itaparica remeteu correspondência ao Presidente da Província informando a ele, e solicitando o envio da notícia ao Ministro da Justiça, do cumprimento da execução da *preta Camilla*, pelos delitos que a mesma havia cometido.[2]

As penas aplicadas aos infratores, fossem eles escravos nacionais ou africanos, deveriam se constituir em verdadeiros *autos de fé,* como os praticados pela Igreja Católica na Europa dos tempos Modernos contra os infiéis.(BITHENCOURT,2000; DELUMEAU,1999) Nas Vilas, o clima precedente a uma execução criava um estado de euforia para os livres e profunda angústia para os escravos. Construía-se patíbulo, contratava-se algoz, convidavam geralmente um padre Franciscano para assistência espiritual do condenado em direção ao cadafalso para ajudar-lhe a sofrer a condenação com resignação e fé.[3] Festejavam a negação de sua Majestade aos pedidos de clemência feitos pelos réus e preparavam o espetáculo com requintes.[4] Era uma evidência explícita de que os sacrifícios deveriam servir de exemplo

[1]APEB-Presidência da Província. Juízes. Itaparica, 1849. Seção Colonial/Provincial, 1844-1859. Maço 2421.
[2]APEB-Presidência da Província. Juízes. Itaparica, 1854. Seção Colonial/Provincial, 1844-1859. Maço 2421.
[3]APEB-Série Judiciário. Juízes. Itaparica, 1844-1859. Seção Colonial/Provincial. Maço: 2421. 289 documentos. Doc: 2742.
[4]APEB-Presidência da Província. Juízes. Nazaré, 1849-1857. Seção Colonial/Provincial. Maço 2505. Correspondência do Juiz de Direito da Comarca de Nazaré, André Corsino Pinto Christovão de Sousa, ao

àqueles que se aventuravam a atentar contra a ordem escravocrata. Como afirmava uma ata da sessão de um júri, ocorrido em Jaguaripe no ano de 1853, o escravo acusado deveria *sofrer a pena de morte, para desagravo, e exemplo na sociedade, e por ter forma publica.*[5]

As penas deviam ser cumpridas durante o dia e em praças, onde muitas pessoas pudessem assistir eufóricas ao fatídico espetáculo, enquanto as autoridades regozijavam. Era uma forma de sedimentar uma espécie de memória do triunfo das classes escravocratas e reafirmar a inviabilidade e o caráter inglório das lutas individuais e coletivas ante um sistema supostamente implacável. Por isso a preocupação em cuidar das formalidades e do rigor das penalidades a serem cumpridas. Em 1837, numa correspondência expedida pelo Juiz Municipal da Comarca de Nazaré, remetida às autoridades locais de Jaguaripe, aquela autoridade recomendava detalhadamente os requintes a serem seguidos no ato de execução do réu. Havia ainda uma preocupação com as delongas na hora da execução, pois, segundo a autoridade, haveria de se ter cuidados especiais com o cumprimento da pena, de forma rápida e sem sofrimentos, para se evitar a comoção daqueles que assistiam[6].

Embora tais rigores da lei pudessem, aparentemente, impressionar pela agilidade dos órgãos repressores da justiça, na maioria das vezes, os poderes locais estavam a reclamar da incapacidade de fazer cumprir as ordens, provenientes da capital, em virtude da falta de pessoal, corrupção de funcionários[7] e excesso de burocracia que emperravam a máquina de um estado precário.[8] Também a falta de contingente policial impedia a captura de cativos foragidos, os recrutamentos forçados, aos quais eram vítimas os libertos andarilhos, e as prisões de criminosos *malvados* que provocavam quotidianamente a insegurança das Paróquias.

Para patrulhar uma região tão grande quanto a Comarca de Nazaré as autoridades não contavam com expressivo contingente policial em proporcionalidade à quantidade de habitantes de toda a área.(BARICKMAN,2003:27-46;SCHWARTZ,1995;MATTOSO,1992). Os próprios poderes locais reconheciam essa dificuldade e lamentavam a impotência diante dos casos *aberrantes* que ocorriam sistematicamente em suas paróquias. Em 24 de julho de 1835, ano perigoso para as elites baianas, o Juiz de Paz de Itaparica, enviou correspondência ao Visconde do Rio Vermelho, então Presidente da Província, alertando que uma força

---

Presidente da Província, Conselheiro Francisco Gonçalves Martins. Nazaré, 20 de outubro de 1849.

[5]APEB-Presidência da Província. Série-juizes. Nazaré, 15 de janeiro de 1853. Seção Colonial/Provincial. Maço 2505.

[6] Idem.

[7]APEB-Série Judiciário. Juízes. Nazaré, 10 de Janeiro de 1851. Seção Colonial/Provincial, 1849/1857. Maço 2505.

[8]APEB-Série Judiciário. Juízes. Nazaré, 1851. Seção Colonial/Provincial, 1849-1857. Maço 2505.

composta de vinte e quatro homens não seria suficiente para dar cabo das tensões que ocorriam naquelas Freguesias[9].

Com uma força pública reduzida, as autoridades não podiam fazer milagres, se considerado o número de habitantes formado, majoritariamente, por negros e pardos livres, justamente aqueles considerados intranqüilos e perigosos. Conforme uma contabilidade elaborada por um chefe de polícia no ano de 1848, a cidade de Nazaré das Farinhas, as vilas de Jaguaripe e Itaparica, juntas, tinham uma população total de 30.244 almas livres. Desse total, apenas 9.425 foram considerados brancos (31,16%), enquanto 5.275 eram pretos e 15.544 eram pardos. Somados os considerados não brancos, essa população de libertos compunha um percentual nada desprezível de mais de dois terços do total de habitantes[10]. Infelizmente, além das imprecisões dos dados relativos aos livres, não possuímos detalhadamente os números de cativos dessa Comarca no mesmo período, pois os dados sobre a população escrava do Recôncavo para essa época são por demais genéricos. Tudo que sabemos a respeito do número de escravos em Nazaré é fornecido pelo Recenseamento de 1779, quando registrou uma população cativa aproximada de 1.498 indivíduos, além de 379 agregados residindo em casas de famílias[11]. Nas Vilas de Jaguaripe e Maragogipe, por sua vez, fora registrado, já em 1816-17, um total de 11.521 escravos(BARICKMAN,2003:214). Esses números servem para, ao menos, se fazer uma estimativa em torno da população escrava da região, mas não resolve o problema a contento.

Isso dificulta, em certa medida, uma melhor avaliação sobre a quantidade de cativos que estava trabalhando e morando naquela área(MATTOSO,1992;82-99;REIS,1991). Sabe-se, porém, através do estudo de Barickman, que nas roças, o número de escravos muitas vezes não passava de uma ou duas unidades, trabalhando ao lado de seus senhores no cultivo de mandioca(BARICKMAN,2003:167). Diante de tal quadro, não é difícil presumir a dificuldade em manter a ordem das coisas numa Comarca, cujas distâncias entre as Paróquias seria impossível percorrer a pé e se chegar em tempo hábil para socorrer as patrulhas locais em caso de emergência[12].

---

[9] APEB-Série Judiciário. Presidência da Província. Juízes, Itaparica, 1835. Seção Colonial/Provincial, maço 2419.

[10]Quadro Numérico da População Livre de 14 Municípios d'esta Província da Bahia. Secretaria da Polícia da Bahia, 16 de fevereiro de 1848. Chefe de Polícia João Joaquim da Silva.

[11]APEB-Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Recenseamentos/ 1773-1805/ Seção Colonial/Provincial, maço 596.

[12]Em um documento elaborado pelo Juiz de Direito da Comarca de Nazaré relatava, em 1851, que as distâncias entre Nazaré e outras Cabeças de Comarcas eram as seguintes: para Valença, 10 léguas; para Cachoeira, 12 léguas; Santo Amaro, 16 léguas; para Salvador, 18 léguas; Vila de Camamu, 24 léguas, além de outras. APEB-Presidência da Província, série Judiciária, Juízes, Nazaré 1849-1857, Seção Colonial/Provincial, 2505.

Ainda assim, com toda a precariedade, uma quantidade surpreendente de ofícios enviados ao Presidente da Província, no curso do século XIX, acompanhando indivíduos presos, revela que centenas de libertos estavam sendo aprisionados e remetidos para a capital a fim de serem recrutados forçosamente. Em 19 de outubro de 1838, o Juiz Municipal da Vila de Itaparica, o Sr. José Plácido dos Stos, recambiou para a capital, acompanhado de um policial, um forro, de nome Manoel Caetano, recrutado sob a alegação de que o mesmo estava envolvido no furto de um escravo, além de outras ações delituosas. Porém, no mesmo ofício, ele lamentava a incapacidade de enviar mais recrutas para a Guarda Nacional em virtude da falta de policiais para capturar os *malvados e perniciosos* indivíduos, que tranqüilamente se estabeleciam na parte litorânea da Ilha ou vagavam livremente pela Vila e demais povoações[13](VILHENA,1969: 925-926).

Os recrutamentos foram uma poderosa arma para manter a disciplina das classes "perigosas" em formação no curso do século XIX, uma vez que o impedimento de promoção de patente mantinha os libertos nas fileiras inferiores e cujas remunerações eram as mais baixas.

Se, durante a escravidão, os oprimidos em cativeiro elaboraram diferentes mecanismos de luta e de defesa de suas conquistas, após a liberdade, os ex-escravos se viram obrigados a pensar em outras maneiras de fugir dos processos de recrutamento, principais mecanismos de controle da classe insurgente. As fontes enfatizam que vários sujeitos procuravam burlar os recrutamentos, arranjando estrategicamente padrinhos locais, como padres, autoridades e senhores fazendeiros do lugar, que, pelas relações afetuosas para com eles e de concubinato com suas mães, fechavam os olhos diante do que eles faziam e lhes concediam carta de recomendação, garantindo serem de boa procedência, arrimos de família e filhos de senhoras incapazes, que eram sustentadas por eles (DIAS,2001). Mas, houve casos também de sujeitos que foram recrutados a despeito de suas alegações e que conseguiram retornar para o leito de suas famílias, a revelia do desejo das autoridades locais, esperançosas de se livrarem daquela *gente incorrigível* através do recrutamento[14].

Outros indivíduos, procedentes de várias paróquias e Províncias, também passaram a viver na Ilha, de pequenos furtos e do seqüestro de escravos para vendê-los posteriormente em outras localidades. Alguns deles eram fugitivos da capital e estavam sendo procurados pela Guarda Nacional por terem participado do movimento liderado por Francisco

[13]APEB-Série Judiciário. Juízes. Itaparica, 1838. Seção Colonial/Provincial. 1837-1844. Maço 2420.
[14]APEB-Seção Judiciária. Processo Crime contra Beraldo Dionísio Pimentel. Itaparica, 1853. Doc. 1/18/3. & Série Presidência da Província. Juízes, Itaparica, 1837. Seção Colonial/Provincial. Maço 2420.

Sabino (SOUZA,1987). Quando aquele movimento perdeu musculatura, vários militantes foram se acomodar na Ilha, temendo represálias das forças constitucionalistas[15].

Além desses, os mais visados pelas autoridades, daquela parte do Recôncavo, eram os residentes há pouco tempo no lugar e sem carta confirmando boa procedência; os acusados de alcoolismo; solteiros sem responsabilidade familiar; desempregados; brigões e turbulentos; jogadores de cartas e *três sete,* os acusados de viverem de concubinato com mulheres vadias; de serem filhos sem pai legítimo; filhos de mães solteiras, além de passarem pelo constrangimento de assistirem suas genitoras serem tachadas de prostitutas de péssima conduta. Em geral, eram os que seguiam recrutados para a primeira linha do exército, como páreas incorrigíveis(CONRAD,1978:52-54). Esse tipo de discurso pragmático, explicitado na documentação judicial, expressava a ojeriza, o preconceito e o desprezo das classes escravocratas com relação aos descendentes de escravos e homens expulsos de pequenos lotes de terras, que passaram a vagar pela região, cujas formas de disciplinarização, impetradas pelos poderes locais, passavam pelo sistema de registro de mudança e atualização de domicílio nas paróquias e nos recrutamentos, além de outros expedientes(DIAS,1998:63).

Por razões como essas, o estabelecimento dos libertos num novo lugar se constituía em grande dificuldade, em função das desconfianças que pairavam sobre eles, acusados de escravos fugitivos e de criminosos procurados pela polícia(DIAS,2001). Nas imediações dos povoados e das Vilas, ao chegarem, tratavam logo de montar uma choupana ou um alpendre, se possível na parte litorânea, muito próxima do mar e dos mangues, excelente ecossistema alternativo para a extração de víveres de subsistência. Para erguerem os casebres, contavam com a solidariedade de vizinhos que formavam adjutórios, que iam desde o corte da madeira, extraída da mata próxima, até o fazer da massa de barro para *a tapagem das paredes da casa*. Ao final da construção, havia sempre um samba de roda e umbigada para festejar a nova morada.

Ali passavam a viver, quando não estavam envolvidos em furtos, de atividades informais e temporárias, além da pesca e da mariscagem. Diariamente era comum a circulação de forros pelas ruas das vilas vendendo mariscos e peixes, frescos e moqueados, carne moqueada de baleia; buscando água na fonte da bica carregada em barris e transportada nos lombos de burros; andando sem muita pressa; parados; entretidos em conversas com outros libertos ou escravos de ganhos em esquinas ou bares; entrando e saindo nas vendas e casas de molhados.

[15]APEB-série Judiciário. Juizes. Itaparica, 1838. Seção Colonial/Provincial. 1837-1844. Maço 2420.

Nas povoações, a presença deles também se fazia nas roças circunvizinhas, nos estaleiros que reformavam embarcações, nas fábricas de cal e de outras naturezas. Estavam às vezes a viver como agregados, rendeiros, meeiros ou jornaleiros, em propriedades rurais ou em casas de família, envolvidos também nas atividades domésticas, onde compartilhavam as tensões quotidianas com senhores de formação cultural escravocrata, embora vissem nessa alternativa a possibilidade para fugirem do recrutamento. Suas condições materiais de subsistência, jornadas e ritmos de trabalho, tempo de fixação no lugar e dieta alimentar estavam condicionadas e urdidas nas conjunturas locais e específicas da sociedade escravista. Embora, a presença do trabalhador livre nas lavouras tenha percorrido todo o período da escravidão, foi nas últimas décadas daquele regime que o seu número aumentou vertiginosamente e de modo particular na Ilha de Itaparica.

Nos locais de trabalho, escravos e forros, forjavam laços de solidariedade, irradiadoras formas marotas de liberdade e de fuga. Nos horários vagos estavam a montar divertimentos como os sambas de roda em terreiros, bailes levados a cantigas acompanhadas de violão, os quais, algumas vezes, resultavam em conflitos e terminavam com a intervenção da patrulha local. Também faziam festas, regadas a comidas feitas pelas ganhadeiras[16], que fritavam peixes ou cozinhavam mariscos, trazidos pelos pescadores, ou ficavam jogando *três sete* nas vendas de molhados, situadas na orla, onde consumiam bebidas espirituosas.

Verificamos nesse pequeno texto que, durante a primeira metade do século XIX, as autoridades locais, representantes de um estado precário, se debateram entre manter a ordem sobre a classe escrava, por meio de rígida repressão e execuções sumárias, e a criação de mecanismos para o enquadramento dos libertos, cuja liberdade de se moverem criava imensas dificuldades em mantê-los sob vigilância e rigorosa disciplina do trabalho, principal expediente de manutenção da ordem. Nesse sentido, o recurso dos recrutamentos para os forros e a condenação em praça pública para os escravos se constituíram em poderosas armas para a manutenção da ordem pública num momento decisivo para as pretensões das elites, formuladoras do estado nacional.

Por sua vez, tanto escravos quanto os forros demonstraram, por meio de várias formas de lutas individuais e coletivas, que nunca se submeteram docilmente aos projetos da sociedade na qual estavam inseridos. Para os primeiros, a liberdade nunca se constituiu em uma miragem inatingível, por isso eles reagiram violentamente nas diversas ocasiões contra seus senhores. Para os segundos, a liberdade significou mais do que uma carta de liberdade e o fato de não mais se submeterem a um senhor; ela era, antes de qualquer coisa, a

[16]APEB-Seção Judiciária, 22/762/14. Processo Crime contra Manoel de Tal. Itaparica, 1879.

possibilidade de se mover e de determinar as condições e os modos pelos quais eles desejavam sobreviver, inclusive o de determinar o direito de não trabalhar.

Bibliografia Citada:

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão, 1780 – 1860.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
BITHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV-XIX.* São Paulo: Cia das Letras, 2000.
CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos de Escravatura no Brasil: 1850 - 1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente. 1300-1800.* São Paulo: Cia das Letras, 1999.
DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Forros e Brancos Pobres na Sociedade Colonial do Brasil, 1675-1835". In: *História General da América Latina.* Unesco, Madri, Trota, Vol. 3, 2001.
_____. "Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império, 1824-1881". In: FREITAS (org) Marcos Cézar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998.
FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX.* São Paulo: HUCITEC, Salvador, EDUFBA, 1996.
_____. *Encruzilhadas da Liberdade: Histórias e Trajetórias de Escravos e Libertos na Bahia: 1870-1910.* Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp, 2004.
MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *A Bahia no Século XIX: uma Província no Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
REIS, João José. "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil". In: *Revista USP*. São Paulo: EDUSP, n. 22, 1989.
_____. *A Morte é Uma Festa.* São Paulo: Cia das Letras, 1991.
_____. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835.* Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
SCHWARTZ. Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial.* São Paulo: Cia das Letras, 1995.
SOUZA, Paulo Cézar. *A Sabinada. A revolta Separatista da Bahia. (1837).* São Paulo: Brasiliense, 1987.
VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia No Século XVIII.* Vol. 03. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Brasileiros em Portugal: Plínio Salgado no exílio.

Maurício Parada[1]

Em outubro de 1930, regressando de uma viagem ao Oriente Médio e Europa, Plínio Salgado desembarca no país um dia após o início da revolução que derrubaria Washington Luís. Após algumas incertezas – escreveu dois artigos no *Correio Paulistano* em defesa do governo deposto –, passou a apoiar o novo governo. Em junho de 1931, tornou-se redator do recém-fundado jornal *A Razão*, que defendia a política varguista na capital paulista. Nesse período, em seus textos diários, estabeleceu os princípios doutrinários de sua ação política e desenvolveu uma singular reflexão sobre o sentido da modernidade. Em sua análise, Plínio Salgado anuncia o fim do século XIX e prenuncia o início de um período de sofrimento universal: um homem triste condenado ao descarnado mundo da máquina.

Após a Revolução de 1930, a opinião pública paulista estava dividida em torno da constitucionalização do país. De um lado, setores muito atuantes em São Paulo reclamavam a convocação imediata da Assembléia Constituinte em nome dos valores liberais. De outra parte, as correntes antiliberais do tenentismo, organizadas em torno do Clube 3 de outubro, postulavam com firmeza uma política contrária à reconstitucionalização do país. A posição de Salgado, expressa diariamente em uma coluna denominada "Nota política", é de franco apoio ao grupo tenentista, abrindo uma linha de oposição aos setores dominantes paulistas.

O jornal *A Razão* foi fundado em meados de 1931 por Alfredo Egydio de Souza Aranha, a quem Plínio estava ligado desde a cisão do PRP (Partido Republicano Paulista) durante o governo Washington Luís. Trabalhara por dois anos no seu escritório de advocacia e fora preceptor de seu filho – o que lhe permitiu viajar pela Europa e pelo Oriente. Além de Plínio Salgado, fazia parte da equipe de *A Razão,* Santiago Dantas, Mário Graciotti, Nuto Santana e outros. O jornal tem existência curta, cerca de um ano. Em 23 de maio de 1932, suas instalações são destruídas por uma multidão revoltada com a repressão ao movimento constitucionalista, que causara a morte dos estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.

[1] (PUC-Rio/ Universidade Salgado de Oliveira).

Segundo Maria L. Tucci Carneiro, o jornal *A Razão* teve um papel fundamental neste momento de indefinições ideológicas, dando amplitude divulgação às idéias de Plínio Salgado.Este periódico tornou-se um dos principais veículos de comunicação propagadores do pensamento conservador e direitista, colaborando para a implementação das bases politico-ideológicas do Integralismo.

Segundo Chasin, é neste periódico que encontramos o maior número de artigos de Plínio Salgado identificados com as idéias fascistas. Para Ludwig Lauerhass Jr., este foi o primeiro jornal nacionalista do Brasil, no sentido de defender um projeto ideológico explicitamente voltado para definição do "ser brasileiro".

As idéias fermentadas em *A Razão* encontraram continuidade na Sociedade de Estudos Políticos-SEP, criada em 1932, como um núcleo de estudos que contribuiu para a construção do movimento recém-nascido: o Integralismo. Segundo Carneiro, o SEP atuou como um espaço de debates e de encontro entre intelectuais paulistas. A SEP foi responsável pela divulgação da literatura fascista produzida na Europa e no Brasil. Atuando neste mesmo núcleo, Salgado liderava um grupo que se apresentava como defensor de um "regime fundado na realeza e no catolicismo"

A SEP, que ocupava espaço na sede do jornal *A Razão*, agitava o grupo de intelectuais conservadores paulista, clamando por soluções práticas. Em questão estava transformar o debate das idéias em uma linguagem mais que permitisse a ampliação de sua base de correligionários e é claro potencializasse sua capacidade de ação política.

Em maio de 1932, durante uma reunião da SEP, que Plínio Salgado sugeriu que se organizasse um órgão que assumisse a divulgação da doutrina através de uma ação prática: criava-se naquele momento a Ação Integralista Brasileira

A ponte de ligação entre os intelectuais de São Paulo e os do Rio de Janeiro, era feita através da *Hierarchia*, revista de tendência fascista, dirigida por Lourival Fontes. A este somava-se um outro grupo de acadêmicos de Direito ligados á *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, além de Raimundo Padilha e Madeira de Freitas, futuros dirigentes integralistas. Esse período foi importante na história política e intelectual de Plínio Salgado. O conjunto de artigos de *A Razão* mostra a evolução do pensamento de Salgado com relação à Revolução de 1930: do colaboracionismo e do reconhecimento dos aspectos positivos do novo Estado à crítica ao governo provisório na medida em que esse permitia vislumbrar a restauração democrático-liberal. Nesse período, publicou cerca de 300 de suas "Notas políticas", que deram a diretriz editorial do jornal e fixaram as bases ideológicas do que seria, pouco tempo

depois, o movimento integralista. Ainda em 1931, publicou o romance *O Esperado* e redigiu o *Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo*.

O Esperado é um romance cuja história gira em torno de um projeto de lei em discussão no legislativo que daria a uma companhia inglesa o controle sobre a venda de café brasileiro no mercado internacional. A disputa pela aprovação do projeto coloca em conflito os interesses ingleses, americanos e nacionais, cada um representado por personagens que expressam a fragilidade da ordem democrático burguesa. Na última parte do romance, o defensores e adversários do projeto de lei se defrontam na rua. O romance termina com o delírio do personagem Edmundo Milhomens, que sob o efeito da febre, sente o "rumor de passos....[de um] Brasil andando....[de] multidões que crescem de todos os lados". De certo modo o delírio do personagem coincide com a decisão messiânica de Salgado em organizar um movimento de massas que crie um novo sentido de nacionalidade para o Brasil.

A Legião Revolucionária foi criada por Miguel Costa em São Paulo logo após a Revolução de 1930 e foi o principal sustentáculo da interventoria de João Alberto Lins e Barros. A Legião foi desarticulada em 1932 pouco depois da Revolução Constitucionalista de 1932. Em 4 de março de 1931, foi lançado o manifesto programático da Legião, sendo Plínio Salgado seu principal redator. Em linhas gerais, o documento defendia um estado forte com poderes para interferir na economia e dirigir a produção. O Estado deveria ter sua ação estendida e o individualismo burguês mantido sob controle. O manifesto teve pouca repercussão política, foi duramente atacado e, logo após, Salgado deixou a Legião. Esse texto, no entanto, seria a base do Manifesto Integralista.

Considerando o intenso momento de formação pelo qual Plínio Salgado passou entre 1931 e 1932, o objetivo desse trabalho é analisar quatro textos escritos nesse período e reunidos em um volume publicado em 1946 – organizado durante o exílio em Portugal – e denominado de *Madrugada do Espírito*. Este livro pode ser associado a outros, como *A vida de Jesus (1942)* e *O Rei dos Reis (1945)*, perfazendo um ciclo de intensa religiosidade. São textos escolhidos pelo próprio autor. Neles, Salgado reconhece o que há de mais expressivo em seu pensamento, "o qual é um pensamento que 'vem do cristo e vai para o cristo'".

A escolha retrospectiva dos textos pretendia criar um nexo entre dois tempos, o do militante político de 1931 e o do crente fervoroso de 1946. A linha de coerência recaiu no que poderíamos denominar de "crítica à modernidade". Sobre ela, Salgado percorreu seu escritos publicados em *A Razão* e escolheu como os mais importantes aqueles em que abordava de forma crítica a mecanização da vida moderna (*O mundo que prepara a catástrofe* e *O século do Jazz-Band*), a revolução russa (*O outro Lado do Espírito*) e o conceito de liberdade política

(*Marcha Fúnebre*), situações e momentos claramente identificados por ele como associados a uma decadência ou crise do pensamento ocidental, uma vez que abandonavam a linha mestra que conduziu os homens à civilização: a tradição cristã.

Em *O mundo que prepara a catástrofe,* o tema principal é a "tragédia surda dos espíritos" contemporâneos, denominada por Ricardo Benzaquen da "miséria da razão", ou seja, o avanço de uma civilização descarnada de valores espirituais que opera uma obra desagregadora e destrutiva para o homem comum. Seu ponto de partida é a existência de uma crise na condição humana provocada pelo desenvolvimento das cidades e das riquezas da vida moderna: "nunca o homem dominou mais os elementos, nunca imperou melhor sobre a natureza. (...) Rufam os tambores; gritam locomotivas; fonfonam os automóveis; uivam as sereias das fábricas; estrondam as usinas; mugem os navios; sibilam polés; estridulam guindastes; cantam rádios... É a sinfonia planetária". Usando uma forma narrativa extremamente moderna, a qual conhece bem, Salgado arremete contra a modernidade.

Toda a riqueza da antiguidade, prossegue o autor, é insignificante frente às máquinas, que produzem substituindo a mão-de-obra de milhares de homens, pelo esplendor da civilização urbana. No entanto, nunca o ser humano viveu em tamanha confusão. O trabalho, outrora realização criadora, tornou-se mera repetição, ato mecânico que torna o homem moderno em um "boneco de carne", que no seu agir se compara e se equivale a própria máquina. Aliás, a máquina tem diversas vantagens sobre o homem: "não faz greves, não tem coração para amar nem boca para falar". Nestas condições, a máquina conquistou, diz Salgado, a superioridade social sobre o homem.

Para demonstrar o avanço desse maquinismo, Salgado recorre à casa como exemplo. Todas, segundo ele, submetidas à mesma planta, à mesma fisionomia, impõe a cada ser humano um ritmo idêntico de movimentos, "anulando a personalidade para que triunfe a coletividade", um coletivo dominado pela máquina cujo sentido é a redução ao inanimado: "A racionalização desracionalizante. O homem-tipo, como a máquina-tipo (...) o trabalho como finalidade do trabalho. A morte total do espírito". Vencido pela máquina o homem procura criar o regime político que a agrade, um homem cívico que aceita ser governado pelos "Sumos Sacerdotes do Ateísmo", por uma razão descarnada que aceita a técnica como a "mais moderna expressão mística". O avanço do materialismo trazido pela modernidade é o centro da "tragédia surda dos espíritos contemporâneos".

A negatividade da modernidade ganharia profundidade em *O século do Jazz-Band*. Salgado iniciaria o texto com uma nota fúnebre: "o século XIX está morrendo em pleno século XX. (...) basta auscultar o mundo de hoje, para se sentir que alguma coisa agoniza".

Inadaptados à velocidade e à máquina, os angustiados espíritos do século XIX se debateriam contra a morte. Desambientados ao próprio tempo, todos procurariam fugir da realidade da existência excitando os sentidos: "uns fogem nos vapores do álcool; outros nos entorpecentes (a cocaína e a morfina); outros na paixão do jogo; outros no delírio dos esportes de sensação; outros nos excessos dos prazeres sexuais".

Seria na música que a modernidade expressaria sua intensa negatividade. O jazz seria conduzido por uma melodia amargurada que fluiria por detrás dos saxofones como um "rio de lágrimas". O espetáculo ruidoso dos grandes "dancings' modernos seria feito para tontear e obscurecer a mente: as luzes ofuscantes e agressivas, a bizarrice dos vestidos e as emanações do perfumes seriam prenúncios de que estaríamos vivendo a era do hipnóticos de toda a espécie. O hino "da humanidade não é mais a 'Marselhesa' (...) é o 'Jazz' (...) ele tem gosto de cocaína e parece a marcha fúnebre do prazer." A cultura de massa como alienação e negatividade foi um tema recorrente no pensamento social na primeira metade do século, mas em Salgado ele ganha a especificidade da crise espiritual. A moderna civilização da máquina, hipnótica e excitante, teria um dimensão negativa porque seu materialismo, ao "libertar" o homem mataria seu espírito, que seria essencialmente cristão. Como conseqüência desse raciocínio ele afirma: "todo o século XIX foi um movimento no sentido de arrancar o homem da tristeza do cristianismo (...)o cristianismo, porém, produziu Miguel Ângelo; o anti-cristianismo apresenta-nos as telas dadaístas, a pintura e a escultura de deformidades e desesperos."

A relação entre o materialismo e as multidões febris das fábricas ganharia sentido político no bolchevismo. Em *O outro Lado do Espírito,* o tema teria início com um comentário de Salgado sobre a construção, em 1931, de uma monumental estátua de Lênin na União Soviética. Desse momento em diante a humanidade teria a figura do "grande ídolo do regime vermelho e [a sua] direita, na jovem terra do Brasil, a imagem ciclópica do Cristo". As multidões de Leningrado e do Rio de Janeiro, não poderiam, jamais contemplar friamente as gigantescas figuras que sua fé construiu "com granito e amor (...) são duas religiões. São duas crenças. Duas místicas. Duas concepções da existência:Cristo e Lenine."

A construção da estátua de Lênin seria uma demonstração da adoração das massas do grande ídolo que exprimiria, através da sublimação política, o fenômeno religioso sob a marca do dogmatismo científico. O Estado marxista, partindo do materialismo histórico, em oposição ao espiritualismo, tomaria o homem e a sociedade apenas do ponto de vista utilitário afirmando um pragmatismo que, segundo Salgado, seria uma forma de negação, uma "forma anestésica do esquecimento".

No entanto, a edificação da imagem de Lênin poderia ser vista como um fator positivo. Invertendo seu argumento inicial, Salgado entenderia que a União Soviética caminharia para o que ele denominou de misticismo materialista. Essa marcha, inexorável e acelerada, resultaria da "feição nacionalista extrema" da política soviética. O nacionalismo salvaria a União Soviética do agnosticismo e de uma concepção de mundo anti-espiritualista. A febre mística da "Rússia, com suas superstições, seu espírito de martírio, sua ânsia de infinito" não poderia caber dentro de uma "vulgar" república democrática, nem compreenderia um regime presidencial, representativo ou parlamentar, com liberdades políticas e todo o aparato "inútil" das democracias. A multidão russa compreendeu Lênin porque sua mensagem "era alguma coisa integral, alguma coisa que falava à Rússia a linguagem que sempre entendeu: a do absoluto. E, por isso, Wladmir Ulianoff, negador de todas as crenças, tornou-se símbolo de crença". A colossal estátua seria a prova concreta do senso místico dos povos, uma vitória sobre o materialismo descarnado da modernidade cientificista.

O último dos textos analisados nesse trabalho é *A Marcha Fúnebre.* Nele, Salgado mantém sua linha argumentativa: o mundo moderno perdeu o senso da alegria. Em sua fixação no materialismo transformou alegria em prazer, e tendo esgotado todos os prazeres caminhou para o aniquilamento. É notável, nesse caminhar para a morte, as transformações ocorridas no conceito moderno de liberdade. Para Salgado, a liberdade política transformou-se em liberdade moral e esta criou a liberdade dos instintos. A liberdade de todos os limbos desconhecidos – o comentário refere-se a psicanálise – atropelou a alma do homem moderno.

O século da máquina virou a "alma pelo avesso", pois libertou o homem do "terror cósmico" que o mantinha em equilíbrio. De sorte que o homem moderno, na transição do político para o inconsciente, se viu livre de todos os preconceitos morais, de todos os terrores religiosos e de todas as necessidades físicas. Livre e sem equilíbrio, o mundo opulento do "arranha-céu e do jazz (...) caminha soturno e trágico" em grande confusão acompanhando uma marcha fúnebre.

A modernidade como momento regressivo da experiência humana parece dominar os textos de Salgado nesse período de formação intelectual. O "materialismo" parecia ser o principal elemento de erosão da condição humana, o homem confuso e sem direção e a imagem, presente em todos os textos, da marcha desordenada e do rumor de multidões desencontradas seria ponto de partida de uma crítica a modernidade. No entanto, o homem moderno ainda poderia ser salvo, um certo messianismo perpassa os textos analisados. O "esperado" não seria apenas o título de um romance, é uma profissão de fé que Salgado

tornará real em 1932. O homem moderno pode ainda ser salvo, o nacionalismo e a fé cristã, permitem a Salgado a crer que o "rumor" pode ser disciplinado e transformado em ação política.

Bibliografia:

BENZAQUEN, Ricardo. **Totalitarismo e Revolução.** Rio de Janeiro: Zahar. 1988

CARNEIRO, Maria L. Tucci. **Autoritarismo e anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945).** São Paulo: Perspectiva, 2001

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira: análise do discurso integralista**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A greve, o boicote e a "prudência procriadora": o corpo operário como uma arma de luta.

Evangelia Aravanis*

Resumo: O texto visa expor e analisar o fato do corpo do operário ter se constituído em uma arma contra o capital. Objetivamente analisa-se como através de vários métodos de ação do período da 1ª. República, como o boicote e a greve, este corpo veio a ser não só um objeto de dominação e exploração do capital, algo já muito explorado pela historiografia, mas também um instrumento de combate contra o patronato em geral.
Palavras-chaves: corpo – movimento operário –meios de luta

Abstract: The text aims at to display the fact of the body of the laborer to have if constituted in one it sets against the capital. Objective it is analyzed as through some methods of action of the period of the Old Republic, as the boycotting and the strike, this body came to be not alone an object of domination and exploration of the capital, something already very explored by the historiografia, but also an instrument of combat against the patronage in general.
Key words: body - labor movements- methodos of action

O presente texto encontrasse divido em duas partes. Na primeira, trato do fato do corpo do operário ter sido percebido como uma arma de luta contra a burguesia a partir de duas propostas de ação que envolviam o controle ou a liberação da reprodução operária: a *"prudência procriadora"* e o *"amor fecundo"*. Já na segunda busco demonstrar que o corpo do operário foi efetivamente utilizado como uma arma contra o patrão e isto a partir de certas formas de enfrentamento empregadas na época nas "pugnas" entre o capital e o trabalho.

O (des)controle da natalidade:

Os anarquistas de Porto Alegre apresentaram um método de ação em que o corpo do operário e o de sua mulher se constituíam em uma arma a ser utilizada contra o capital. Tal método, observo, não era algo novo entre os libertários, já que em São Paulo ele vinha sendo difundida pelos mesmos[1]. Tratava-se da "prudência procriadora" – ou "greve dos ventres" – prática que consistia no convencimento do operariado sobre a necessidade de se usar de meios contraceptivos a fim de evitar o *"empecilho"* que uma prole operária numerosa poderia vir a significar, acreditava-se, na luta contra o capital.

* - Dra. em História pela UFRGS; Profa. do Curso de História da Universidade Luterana do Brasil / ULBRA-Canoas.
1 - Ver dados em A LUTA, Porto Alegre: 17/01/1907, p.3; 02/03/1907, p.2

Segundo estes libertários, um grande número de filhos poderia levar à inibição de greves, em função do medo de se deixar esta prole desamparada, no caso de uma eventual demissão do grevista pelo patrão, bem como provocar a impossibilidade de que esses pais oferecessem instrução aos filhos, exatamente por eles serem em grande número:

Os referidos corpos, na lógica deste método, se constituíam em uma arma de luta tendo em vista ser exatamente a partir do controle desta função inerente ao corpo - a reprodução -, que se vislumbrava a possibilidade de se obter aquelas realidades que eram entendidas como favorecedoras do sucesso dos embates do trabalho contra o capital: um menor número de filhos – entenda-se a redução dos compromissos que fixavam o operário ao trabalho –e a formação de uma classe operária melhor educada e instruída.

As formas adotadas para a difusão da "prudência procriadora" entre o operariado local não se limitaram à publicação de artigos no mencionado jornal anarquista. Paralelo a esta prática também se verifica que os militantes distribuíam e colocaram a venda um folheto de orientação neo-malthusiana que pregava a idéia de controle da natalidade a partir de meios anticonceptivos. Tratavasse do folheto *A Greve dos Ventres* de Luis Bulffi, publicado em 1906. Como se pôde inferir desta divulgação, a "prudência procriadora" tinha base em idéias neomalthusianas em voga na época, que defendiam o controle da reprodução como um fator de elevação da humanidade em uma perspectiva eugenista.

Mesmo que não fosse percebido por estes militantes, este método de luta, caso implementando, acabaria, de fato, contribuindo para a diminuição do peso de um fator que levava à uma maior subjugação e exploração da classe operária, o *"exército industrial de reserva"*. Em outros termos, a partir do controle da natalidade se diminuiria o número de trabalhadores que o capital busca sempre ter a sua disposição a fim de melhor produzir e "dobrar" a resistência do trabalhador.

Os corpos em questão acabariam também se constituindo, neste caso, em uma arma, pois seria a partir dos mesmos que se poderia vir a diminuir o número de braços que formavam este exército de reserva, já existente ou em formação no estado.

Considerando que a mulher também devia se auto-gerir no aspecto reprodutivo, como fica explícito a partir do caráter destes meios anti-conceptivos que se reportavam ao corpo feminino[2], este método de luta anarquista acabou também atribuindo a ela uma função até então lhe negada na cultura ocidental: o controle sobre o seu corpo[3]; o controle sobre os

2 - Alguns dos métodos contraceptivos neomalthusianos eram os *"pessários oclusivos*", a *"cobertura inglesa"* (a "camisinha"), o uso de *"esponjas embebidas em desinfetante*" colocadas *"ao fundo da vagina"* e *"a injeção de água morna acidulada com vinagre"*. Ver CORBIN, Alan. "Bastidores". In: ***História da Vida Privada*** V.4. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 548.

3 - VAITSMAN, Jeni. ***Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas***.

seus aspectos reprodutivos. Claro está que esta "liberdade" conferida à mulher de também gerir a reprodução tratava-se mais de uma espécie de estratégia dentro de um método, pois fundamentalmente o que se queria com tal controle era combater o capital.

Este método de luta veio a suscitar recriminações por parte de outro grupo de ativistas de Porto Alegre, no caso, os socialistas do jornal A DEMOCRACIA, principalmente no seu redator-chefe, Francisco Xavier da Costa. Na exposição que segue apresento em linhas gerais o debate que daí se origina, já que a partir do mesmo se presume a existência de um entendimento que levava a uma outra concepção de emprego do corpo do operário como uma arma, entendimento este que claramente estava presente entre os socialistas de São Paulo e que parece ter sido assumido pel'A DEMOCRACIA.

Entre os mencionados socialistas, tendo em vista os valores hegemônicos do período que associavam sexo à procriação, esta proposta anarquista de controle da reprodução foi logo associada à imoralidade, sendo apontada como algo que feria os princípios da união matrimonial, já que a sexualidade seria vivida no casamento dissociada dos fins pelos quais ela deveria existir: a procriação[4].

A resposta dos libertários a tal entendimento dos socialistas era clara, principalmente sob a "pena" de Reinaldo Geyer[5]. Para ele esta prática não era imoral de forma alguma, pois que o que está em jogo numa união amorosa é a felicidade e não a reprodução (A LUTA, 02/03/1907). Reforçando o seu argumento, este militante transcrevia trechos de uma obra de Max Nordau que defendia, supunha, o mesmo entendimento, e que também corroborava para uma outra proposição anarquista indiretamente associada a esta questão, a do 'amor livre' - a união amorosa sem a ingerência do Estado e/ou da Igreja[6]. Por fim Geyer acusava os socialistas de desconhecerem o movimento neo-malthusiano no qual os anarquistas vinham se baseando para elaborar sua proposta da "prudência procriadora".

Os socialistas d'A DEMOCRACIA, contudo, continuaram a "bater na mesma tecla", insensíveis aos argumentos anarquistas apresentados e o redator-chefe deste jornal ia ainda além denunciando uma suposta descontextualização de uma das transcrições feitas por Geyer das idéias de Nordau.

Segundo X. da Costa, Geyer teria se equivocado ao transcrever n'A LUTA trechos

---

Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 31-32.

4 - "Pelo Dever" e "Os Dynamitistas" publicados em A LUTA, Porto Alegre, 28/02/2907, p.1.

5 - **Reinaldo Frederico Geyer (1885?-1964**). Estudou medicina no Rio de Janeiro. Veio posterior,mente a ser responsável pelo Setor de Sorologia do Instituo Oswaldo Cruz, da Facudade de Medicina e de Farmácia de Porto Alegre, sendo, na ocasião, o maior especialista da cidade em análises sorológicas e o pioneiro na realização de diagnóstico da sifílis pelo moderno método Wassermann. "Alcaime" era seu pseudônimo. Faleceu em uma casa de saúde mental em 1964.

6 - Ver, por exemplo, A LUTA, Porto Alegre, 02/03/1907, p. 3.

de um livro daquele autor para justificar este seu *"achado" imoral*, já que Nordau, em outra parte do mesmo livro, condenava *"os bandalhos que se casam para não ter filhos"* (A DEMOCRACIA, 10/03/1907).

Como se pode perceber, havia aqui uma discordância com relação a apropriação feita por Geyer de um trecho desta obra de Nordau. Frisando ainda mais esta sua posição contra o auto-controle reprodutivo do operariado, este grupo socialista d'A DEMOCRACIA também transcreveu, aparentemente endossando, um artigo do jornal socialista AVANTI de São Paulo onde, além de rápidas "pinceladas" sobre a imoralidade que representava o impedimento da reprodução proposto pelos neo-malthusianos, constava a opinião de que a divulgação dessas idéias era algo inócuo para o sucesso da luta operária. Isto se deveria, em primeiro lugar, por ser no *"número"* que residia a força operária e, em segundo lugar, por ser entendida como impossível a conquista almejada de equilíbrio numérico entre a burguesia e o operariado. Era proposto, por fim, neste artigo do AVANTI, que "o *amor fecundo"* tivesse *"livre expansão*" a fim de aumentar, e *"sempre, as falanges operárias*"(Idem, 24/03/1907).

Em síntese, como se observa deste debate, enquanto para os anarquistas d'A LUTA a reprodução poderia e deveria ser controlada, para os socialistas d'O AVANTI e talvez também para os d'A DEMOCRACIA ela deveria seguir o seu curso natural, uma vez que, se gerenciada, isto não só feriria a moralidade entendida como subjacente ao matrimônio, como impediria o crescimento do número de operários, ou seja, uma força desta classe. É exatamente nesta lógica d'o AVANTI e talvez também d'A DEMOCRACIA, que se vê um conseqüente emprego do corpo operário como uma arma contra o capital, porque o mesmo era percebido, neste caso, como um meio gerador da força operária; um instrumento pelo qual se obtêm um maior número de operários.

Esta lógica, provavelmente, não era algo acidental. Os socialistas desde o final do século XIX, haviam adotado a organização em partido político e a busca da conquista do poder de forma gradualista pela via eleitoral[7], onde, então, pode-se conjecturar que esta não inibição da reprodução proposta pelos socialistas seria possivelmente fruto da intenção de se preservar ou aumentar o número de votos operários nas pugnas eleitorais: quanto em maior número os operários, maiores as chances de se conquistar o poder

Provavelmente teria sido a orientação socialista do redator-chefe d'A DEMOCRACIA que lhe possibilitou detectar que a transcrição feita por Geyer do citado trecho de Nordau não estava, como de fato se constatou, de acordo com o "todo" daquela

7 - A este respeito vide BATALHA, Cláudio. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX". In: MORAES, João Quartim de (Org.) ***História do marxismo no Brasil***, SP: Unicamp, 1995, p. 11-44.

obra, já que nela esse pensador não havia rompido com o discurso hegemônico à época que indissociava o sexo da reprodução, tal qual o trecho transcrito levava a supor[8].

Não se quer aqui travar uma discussão infrutífera para o historiador sobre o fato de Geyer ter faltado ou não com a verdade, ou ter lido mal o livro de Nordau, mas sim procurar aqui ressaltar a natureza distinta dos leitores em questão, como ensina Chartier em várias de suas obras onde aponta a existência, no contexto da prática da leitura, sempre de um "texto" dentre de um "contexto". Em outros termos, um "texto" – escrito ou não - é sempre lido a partir do "contexto" - que abarca os valores, os códigos culturais, etc. - em que se encontra o sujeito leitor.[9] Ou seja, quero aqui apontar que se esta condição socialista de X. da Costa não estivesse bem sedimentada, talvez ele não tivesse percebido a leitura "equivocada" de Geyer que favorecia os anarquistas, esvaziando, por outro lado, a proposição socialista de conquistar o poder pelo voto, como também não teria podido denunciar que Geyer, no afã de justificar "cientificamente" sua proposta, teria lido Nordau de uma forma "frouxa" ou quiçá não em sua totalidade.

Em resumo, tanto para os anarquistas de Porto Alegre, como para os socialistas d'o AVANTI de São Paulo, e, talvez, também para os d'A DEMOCRACIA, o corpo do operário deveria ser empregado como arma de luta nos termos aqui expostos.

A greve, o boicote e o deslocamento da mão de obra operária:

Uma definição básica e consensual de greve pode ser a seguinte:

> *Cessação temporária do trabalho decidida de forma concertada por um grupo de trabalhadores com o objetivo de terem atendidas suas reivindicações específicas ao nível da empresa, ou gerais, envolvendo interesses mais amplos da população. Nessa definição estão contidos os elementos básicos que caracterizam o fenômeno grevista: a ação coletiva instrumental de caráter conflitual, duração e objetivos previamente definidos, porém, com desdobramentos imprevisíveis.*
> (CATTANI, 1997:120).

A greve foi desde o início do movimento operário no Brasil um dos instrumentos centrais utilizados pela classe para lutar contra o patronato. De greves inicialmente esparsas e de defesas ainda acanhadas desta prática, a historiografia local e nacional claramente demonstram que a mesma foi paulatinamente se fazendo presente no meio operário da época como uma forma de luta invariavelmente adotada contra o "patrão".

Tenho por objetivo aqui apontar que a greve não foi só um meio de luta

8 - No capítulo de onde é retirada a citada transcrição deixa emergir a não dissociação entre o sexo e a procriação. Conferir NORDAU, Max. ***As mentiras convencionais da nossa Civilização***. São Paulo: Cultura Moderna, s/data, p. 7-30; 209-248.

9 - Ver, por exemplo, considerações em CHARTIER, Roger. "As práticas da escrita". In: ARIÉS & CHARTIER (Org.). ***História da Vida Privada***. Vol. 3. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.113-161.

empregado para combater o capitalista, como aponta a historiografia, mas que também foi, e ao mesmo tempo, uma forma de uso do corpo do operário como arma contra o industrialista.

Na ordem capitalista, o corpo do operário é um *meio de produção*, e isto por que o mesmo é um instrumento através do qual o capital produz as riquezas que estão sendo geradas no espaço industrial. Ou seja, o corpo do operário (suas mãos, cérebro, braços, etc.), tal qual às ferramentas e/ou as máquinas, é um dos instrumentos utilizados pelo patronato para produzir as mercadorias no espaço fabril.

De que forma a greve é, então, como afirmo, uma forma de uso do corpo do operário como arma? O que proponho aqui, é inverter um pouco a lógica pela qual se costuma analisar e entender a greve: tanto quanto uma recusa intencional e coletiva da oferta do trabalho de assalariados ao "patrão", como é geralmente vista, a greve implica a indisponibilidade do corpo destes sujeitos ao trabalho.

A base de tal afirmação provém do entendimento de que não existe um trabalho, seja este físico ou mental, que prescinda da "carne". Mesmo em tarefas manuais simplíssimas, como naquelas mais intelectualizadas, sem a "carne" (os músculos, os neurônios, etc.) o trabalho não existe, não pode se desenvolver. Levando esta discussão ao seu limite, pode-se afirmar que o corpo vem a determinar o próprio conteúdo do trabalho, como, por exemplo, em relação a sua intensidade / ritmo e em relação ao próprio caráter da atividade que está sendo desenvolvida; mais manual, mais mental/cognitiva, intelectualmente ou manualmente mais especializada, etc.

Em outras palavras, a greve é a ostentação coletiva da posse estrategicamente indócil, pelos operários, de seus corpos, um claro e estratégico uso da condição a que o corpo operário foi reduzido pelo capital: um meio de produção, um instrumento através do qual se produz riquezas. É exatamente tendo em vista estas questões que estou aqui a salientar que o corpo do operário, na situação de greve, está sendo utilizado como uma arma de luta contra o capitalista.

Uma outra questão que se pode colocar aqui agora é se o operariado tinha alguma consciência do lugar/da importância que seu corpo ocupava nas relações capitalistas que se instituíam?

A resposta a esta questão é "sim", ao menos para a parcela militante desta classe, embora não com a clareza que hoje se pode perceber, até porque o voltar-se sobre o próprio corpo era algo ainda muito recente não tendo se constituído plenamente como um fato que fazia parte do cotidiano destes sujeitos. Mesmo que não se possa datar pontualmente em que período surge esta mencionada preocupação, fato é que ela vai se impondo a partir do avanço

da modernidade e da conseqüente difusão da noção de um corpo individual, que possibilita a singularização do sujeito da coletividade social[10].

Tratando da questão referente à consciência operária do lugar e da importância do seu corpo nas relações capitalistas que se instituíam, menciono que várias foram as poesias, contos e artigos publicados na imprensa operária onde se observa a experiência desta mencionada compreensão.Deixando mais claro o que aqui afirmo destaco o texto do anarquista Sérgio Silveira publicado no jornal REBELIÃO em 1907.

Neste artigo Silveira afirmava que "*a greve nasceu com o primeiro homem que se viu forçado, por circunstâncias especiais, a se alugar a outrem"*[11] Avançando em seu texto ele dizia que a greve é o *"resultado da cultura operária"*, no sentido de ser uma manifestação do expoente máximo da consciência desta classe. Finalizando seu artigo via-se este ativista ainda afirmar que *"basta* [o operário] *cruzar os braços"* para *"conturbar", "desordenar"* a sociedade vigente, e que, então, quando o operariado tiver se dado conta disto*, "aquele simples movimento"* seu faria *"desmoronar todo o edifício social cujas bases assentam sobre os ombros hercúleos do trabalhador"*; ou seja, poderia ser feita a greve geral que derrubaria de vez a sociedade capitalista existente.

Tratando agora do papel do corpo como arma na prática do deslocamento coletivo da mão de obra operária, observo que este emprego é bem evidente, pois na essência desta prática está uma clara menção à retirada do corpo do operário de um espaço de produção para alocá-lo em outro, fato que deixaria o patrão, ainda que por certo período, sem condições de produção e lucro.

Um momento de tal emprego do corpo foi quando da greve geral de 1906, ocorrida na capital. Na ocasião os artesãos marmoristas iniciadores da "parede" ameaçaram abandonar definitivamente seus postos de trabalho, como se vê abaixo:

> *Apelo para a vossa razão e para vosso coração, Sr. Friederichs,e fico ao vosso dispor para resolver o caso, das 4 da tarde às 8 horas da noite,* ***até quarta feira próxima, prazo de espera que consegui dos ex-vossos empregados, os quais desejo que fiquem em Porto Alegre, apesar de em sua maioria, inclusive o André [Arjonas] e os aprendizes, estarem prontos para partir para o Rio de Janeiro, onde já tem ocupação bem remunerada e durante 8 horas por dia****, nos trabalhos das* avenidas. (SCHMIDT, 2002:220)

É relevante mencionar que tal forma de uso do corpo como arma foi empregada, no caso, por operários qualificados. Não se tratavam de corpos poucos especializados que se retiravam de determinado âmbito produtivo, mas sim de corpos que já haviam incorporado

10 - Conferir a respeito, por exemplo, RODRIGUES, José Carlos. ***O corpo na história***. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999, p.83-85.

11 - Esta e as demais citações que seguem foram retiradas do artigo da REBELIÃO, Porto Alegre, 14/03/1917, p.1.

técnicas que dominavam boa parte do processo de produção, e que tinham sido fruto, portanto, de um longo período de treinamento, fato este que adicionava um "plus" significativo no que concerne ao poder que o corpo do operário tem de lesar o capital no caso de uma auto-demissão coletiva.

Tratando agora já daquela outra forma de emprego do corpo como arma, o boicote, é pertinente aqui esclarecer no que consistia esta prática. Não se tratava do boicote "tradicional" utilizado à época: a não aquisição pelo operariado de produtos fabris de alguma determinada da fábrica. Tratava-se, e por isto constituindo-se o corpo em uma arma, de uma prática de recusa coletiva da oferta do braço do operário tendo como intenção a mudança de alguma situação que era entendida como ferindo os interesses da classe. Noto que aqui novamente era a qualidade deste corpo como "meio de produção" que se fazia uso para transformá-lo em uma arma de luta.

As situações que eu identifiquei esta prática ser implementada no estado foram poucas[12]. Contudo, tal meio de enfrentamento certamente foi bem mais utilizado no estado, considerando que os anarquistas, no 1º Congresso Operário Sul-Riograndense, realizado em Porto Alegre (1898), já propunham este meio de luta, sendo que, além disto, a COB, principal órgão do movimento operário à época, também a havia adotado quando de seu primeiro congresso (1906).

Bibliografia:

BATALHA, C. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, J. Quartim de (Org.) **História do marxismo no Brasil**, SP: Unicamp, 1995.

CATTANI, A. (Org.) **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. RJ: Vozes; PA: Ed. da UFRGS, 1997.

CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ARIÉS & CHARTIER (Org.). **História da Vida Privada**. V.3. SP: Cia das Letras, 1993.

CORBIN, A. Bastidores. In: **História da Vida Privada** V.4. SP: Cia das Letras, 1994.

RODRIGUES, J. Carlos. **O corpo na história**. RJ: Editora FIOCRUZ, 1999.

SCHMIDT, B. **O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? –1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)** SP: PPG História UNICAMP, 2002.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. RJ: Rocco, 1994.

12 - Pelos trabalhadores em pedra de Porto Alegre, a fim de forçar os patrões a reconhecerem a entidade sindical desta categoria; pela FORGS, a pedido da União Operária de Rio Grande, quando de uma greve nesta cidade em 1911, e também quando do boicote praticado pelos anarquistas d'A LUTA – a pedido da COB – contra a empresa construtura da Estrada de Ferro Noroeste..

A escravidão indígena e suas variações – Minas Gerais – séculos XVIII e XIX

Márcia Amantino[1]

Resumo: A escravização indígena, legítima ou não, mas disfarçada quase sempre, pode ser vista de diferentes maneiras e em locais e períodos distintos dentro do território que compreendia a Capitania e posteriormente, a Província de Minas Gerais. O período coberto pela pesquisa insere-se nos séculos XVIII e XIX objetivando compreender quais teriam sido as alterações neste complexo mecanismo de utilização de uma mão-de-obra que, em teoria, estava sob proteção legal. As fontes utilizadas foram produzidas no decorrer de expedições enviadas aos Sertões de Minas Gerais ao longo do século XVIII. Outras foram provenientes do Conselho Ultramarino; inventários, testamentos e requerimentos de índios solicitando liberdade do cativeiro também foram usados. Para o século seguinte, foram usados os relatórios dos Diretores de Índios e alguns processos crimes.
Palavras chave: índios, escravização, Minas Gerais.

Abstract:
The Indian slavery, legal or not, but always disguised, can be seen in different ways and in different places and period within the area that held the Capitania later Província of Minas Gerais. The period that the research covers is around the 18th and 19th centuries aiming to understand which changes might have happened in the complex mechanism for using a labor that theorically was under legal protection. The sources used came from different aspects and the target was to provide a picture about the issue. Part of the sources are from expeditions sent to Sertões of Minas Gerais during the 18th century; the other ones are from Conselho Ultramarino, inventory, testaments, Indian requirements demanding freedom. For the next century the base of the analyses were taken from the memos of Indian Directors and some criminal processes.
Key Word: Indians, slavery, Minas Gerais.

A escravização de índios foi durante todo o século XVIII e parte do seguinte, constante na vida de fazendeiros de Minas Gerais ainda que os religiosos ou os Diretores das Aldeias tentassem, em alguns casos, minimizar este uso ou mesmo impedi-lo.[2] Esta escravização indígena, legítima ou não, mas disfarçada quase sempre, pode ser vista de diferentes maneiras e em locais e períodos distintos dentro do território que compreendia a Capitania e posteriormente, a Província de Minas Gerais.

A Capitania mineira tinha no século XVIII algumas condições econômicas bastante diferentes entre si. De um lado, havia os que possuíam capital suficiente para a compra de negros africanos; de outro, formando a maior parte dos que possuíam algum cabedal, estavam aqueles que tinham terra, mas não tinham condições de comprar um número

---

[1] Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – Niterói.
[2] Relatórios dos Diretores de Índios. SG 04,07,12,15,20,21,22,24. Arquivo Público Mineiro

elevado de escravos africanos. A solução para os pequenos e médios fazendeiros eram os índios.

Como desde o século XVI a escravização dos indígenas era ilegal, esta solução enfrentou uma série de obstáculos e teve que ser disfarçada na maior parte das vezes. Entretanto, em alguns momentos, as próprias autoridades mostram como esta proibição, pelo menos em algumas áreas, era letra morta na Colônia.

Apesar de uma série de leis que impediam a escravização generalizada de índios, a legislação portuguesa criou ao longo do tempo leis que permitiam a obtenção de cativos indígenas desde que respeitadas algumas regras. O cativeiro seria considerado legal quando o índio em questão houvesse sido capturado em Guerra Justa ou através de compra dos que estavam à corda, ou seja, dos que eram prisioneiros de outras tribos.

No Brasil Colônia e parte do Império, as Guerras Justas eram vistas pelos colonos como uma opção para adquirirem mão-de-obra e, conseguirem assim, desenvolver suas atividades econômicas. As tribos que fossem consideradas hostis ao projeto de colonização eram passíveis de sofrerem a Guerra Justa. Normalmente, somente o Rei poderia decretá-la contra uma tribo. Entretanto, os Governadores das Capitanias, alegando emergência, o fizeram muitas vezes.

A questão do que fazer com estes índios tidos como ferozes era realmente um grande problema em Minas Gerais no século XVIII. A economia mineradora não estava nada bem. Era necessário buscar novas possibilidades de encontrar ouro e aumentar as áreas destinadas à agricultura. Para isto, era essencial retirar os indígenas das terras que ocupavam. Entretanto, a presença de índios considerados como ferozes foi uma das causas do abandono de terras em várias regiões de Minas Gerais, ou mesmo da sua impossibilidade para serem avaliadas e colocadas no mercado. Isto acontecia tanto com o pequeno proprietário e seus poucos escravos como com o grande fazendeiro[3].

Antonio Gonçalves Pedrozo era casado com Faustina Gonçalves e ambos viviam em um pequeno sítio na Freguesia de Piranga junto com seus três filhos de seis, quatro e dois anos e mais oito escravos. Um dia sofreram o ataque de índios e sua mulher foi morta no dia 9 de março de 1749 mas somente em 1750 é que Antonio fez o inventário. Alegou que não o pôde fazê-lo antes porque precisou abandonar seu sítio em *"razão da vizinhança de gentio..."*[4]

[3] Agradeço à Carla Maria Carvalho de Almeida por ter cedido estes inventários.

Também em 1750, um grande proprietário sofria o mesmo problema com a presença dos índios. A viúva do Capitão Antonio Alvarez Ferreira, falecido em dezembro de 1749, declarou que possuía 58 escravos, um sítio de roça e lavra de terras minerais, uma terra de roças em capoeira com terras minerais, duas datas de terras minerais, uma morada de casas que servem de venda, uma morada de casas que servem de loja, umas capoeiras, uma morada de casas térreas e uma posse de roça com terras de matos virgens com índios. Contudo, não se podia fazer qualquer avaliação por causa da *"vizinhança do gentio..."*[5]

Em pior situação estava Maria Valentina da Silva Leal. Seu marido, o Capitão-Mor José da Silva Pontes, havia morrido em 29 de janeiro de 1800. O casal possuía 75 escravos e o monte geral de sua fortuna era de 16: 452$392 contos de réis. Entretanto, duas sesmarias na *"Paragem chamada os Oratórios Beira Rio de Guarapiranga"* estavam dominadas por índios Botocudos e por isso não podiam ser avaliadas. Uma outra sesmaria, agora no Rio Doce, que pertencia ao casal estava com o mesmo problema e também não podia ser avaliada.

Apesar desta luta sem trégua de ambas as partes, os índios levaram a pior no confronto de poder. Atestam isto os inúmeros documentos que relatam as formas de escravidão, de extermínio e de assimilação de sua cultura.

A utilização de índios como mão-de-obra era do conhecimento das autoridades e estas, na maioria das vezes, facilitavam ou pelo menos não impediam, que os colonos usassem sua força de trabalho. O Conde de Noronha, governador da Capitania em 1754, ao escrever para João de Godói Pinto da Silveira, afirmava que havia recebido a sua carta onde ele relatava a entrada que fizera aos sertões mineiros. Através desta correspondência identifica-se aspectos do cotidiano desta expedição, como por exemplo, os transtornos pelos quais a comitiva passou ao serem, "perturbados" pelos agrestes e pela perda por causa de uma doença de seis Índios Bororos de muita serventia, posto que eram treinados no uso das armas. Além do que, reclamava também que em um ataque feito a uma aldeia indígena (não informa qual) havia conseguido aprisionar poucos índios. O Conde lhe respondeu de maneira ambígua dizendo que não poderia concordar com o fato de que a expedição fosse dirigida a aprisionar índios dentro de suas aldeias, posto que o Rei proibisse este tipo de atividade. Mas que ficava

---

[4] Inventário de Faustina Gonçalves. 1º Ofício cód. 10, auto 375 – 1750 - Freguesia de Guarapiranga. São João del Rei,

[5] Inventário do Capitão Antonio Alvarez Ferreira. 1º Ofício - cód. 36, auto 843 – 1750 Freguesia de Guarapiranga. São João del Rei,

satisfeito pelo fato da expedição ter sido bem coordenada e explicava que possivelmente não havia sido mais lucrativa porque dias antes, dois "caciques" haviam abandonado a aldeia.

A situação da utilização dos índios como mão-de-obra estava tão presente na vida dos mineiros que na esfera pública se discutia como proceder com referência a repartição dos que fossem capturados. Em muitos documentos não fica claro se estas capturas eram ou não realizadas durante as Guerras Justas, um dos casos em que o cativeiro indígena estava liberado. A carta acima é um exemplo disto. Em sua continuação, o Conde de Noronha relembra que o Rei não queria violências contra os indígenas, mas que ele não a proibia quando os índios atacassem as expedições. Neste caso estaria liberado o uso de violência *"iguais ou ainda muito maiores"*. E que o Rei *".... só quer usar força da necessidade quando de outra maneira não pode rebater os insultos que o mesmo gentio ordinariamente está fazendo aos seus vassalos..."*[6]

Um outro exemplo nesta mesma linha e que não está relacionada a uma Guerra Justa específica é a carta que Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuieté enviou ao Governador Valadares em novembro de 1769, dando-lhe várias notícias do estado em que se encontravam as entradas ao sertão. Dizia ele também que seria muito útil se as pessoas envolvidas na conquista da região e no aprisionamento de gentios, não os pudessem reparti-los entre si sem que antes todos fossem entregues ao Comandante para que ele os distribuíssem entre os que pudessem instruí-los na fé. O objetivo do Comandante era o de *"... evitar o pernicioso meio de cada um fazer seu o que apanha e distribuí-lo debaixo de algum interesse próprio como se tem visto...."*[7]

O Resgate de "índios de corda" era uma outra modalidade que permitia o acesso a mão-de-obra indígena. De acordo com a lei, estes se tornavam propriedades do comprador por um período de tempo estipulado ou mesmo por toda a vida, caso o valor pago no momento do resgate fosse muito elevado. O pagante do resgate tornava-se proprietário do indígena ficando no dever de cristianizá-lo e tratá-lo com humanidade[8].

---

[6] Idem.

[7] Carta que Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuiethé enviou ao Governador Valadares em novembro de 1769. Biblioteca Nacional - 18,2,6 Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos).

[8] PERRONE-MOISES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial. Séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 115-132.

Em seu testamento, feito em 1821, Ignácio Correia de Pamplona[9], um dos maiores líderes de expedições que percorriam o território de Minas Gerais no final do século XVIII afirmava ter gasto uma considerável soma com as despesas feitas na expedição de 1769. Entre seus gastos havia o pagamento *"...dos que andavam com a corda..."*.

Esta situação de fazendeiros possuírem índios administrados em seus plantéis tem alguma recorrência nas fontes. Um inventário de Sete Lagoas de 1832 nos informa que Manoel José Machado era proprietário de 36 escravos[10]. Destes, 23 eram de descendência africana e 13 eram indígenas, e aparecem identificados no documento como sendo gentios. Dos 13 índios, 11 eram adultos e dois eram idosos, todos do sexo masculino, e seus valores equiparavam-se com os dos escravos de descendência africana. Este inventário é um indício de que a escravidão indígena foi usada durante muito tempo em determinadas áreas. Infelizmente não há como saber a que grupo eles pertenciam, mas é provável que esta presença seja ou de descendentes de alguns resgatados anteriormente ou ainda que suas aquisições tenham se dado através dos administradores que controlavam os diversos aldeamentos espalhados em Minas Gerais. Era opinião corrente entre as autoridades leigas que os administradores negociavam com fazendeiros a utilização de mão-de-obra indígena, em troca de um aluguel que nunca ia para as mãos dos índios. O aluguel era algo legal, mas deveria ser por um tempo determinado. O que acontecia era que, na maioria das vezes, os indígenas eram alugados e os vencimentos eram recebidos pelos administradores. Outro fator é que esses índios não eram devolvidos aos aldeamentos, acabando por entrar, com o passar dos anos, nas listas dos escravos do fazendeiro.

Um processo crime datado de 1879 é bastante interessante para a identificação de como as práticas de escravização indígena permaneceram na região de Minas Gerais, ainda que sob alguns disfarces.

No dia 24 de janeiro de 1879, às 4 horas da tarde voltavam do trabalho na roça de Francisco Rodrigues Fonseca, uma escrava, dois meninos e um índio chamado Francisco, de idade de nove anos. Em uma determinada parte do caminho José Pereira de Souza e Francisco Hermenegildo atacaram o grupo e à força puseram o índio no cavalo partindo a galope. Em virtude do fato, Francisco Rodrigues da Fonseca deu queixa crime contra os dois e o processo teve início com os depoimentos de 12 testemunhas. Através delas conhecemos um pouco mais a história do índio Francisco. Ele e sua mãe, Cândida, viviam nas terras de Francisco

---

[9] Testamento de Ignacio Correia Pamplona, de 1821. São João del Rei, Cx 100.

[10] Inventário de Manoel José Machado. Sete Lagoas, Minas Gerais. 1832. Arquivo Nacional- Rio de Janeiro.

Rodrigues da Fonseca e um dia sua mãe foi à casa de Antonio José Rodrigues, sogro de José Pereira de Souza, um dos raptores do índio, onde veio a falecer. Não sabemos o que ela foi fazer neste local, mas a informação dada por uma petição do próprio José Pereira de Souza, onde ele pedia a tutela do índio (e de outros) registra que outras índias morreram ou simplesmente sumiram deixando crianças em seu poder. Além do que, se havia outros índios nas terras da família, nada impede a suposição de que Cândida tenha ido visitar conhecidos ou mesmo parentes.

O índio Francisco ficou por algum tempo na casa de José Pereira de Souza junto com outros dois índios de nomes Antonio, de idade de 15 anos e filho de Maria, índia desaparecida e Manoel, com idade de 14 anos e filho de Balbina, índia que já estava morta naquele momento. Lá ele executava todos os tipos de serviços e sofria várias agressões por parte de sua mulher e dele. Uma das testemunhas, afirmou que os índios que viviam em poder de José Pereira de Souza, *"... fasem todos os serviços de casa e relativamente a lavoura como se fossem Escravos onde hum delles estando bem opilado não podendo cumprir os serviços ordenado he castigado..."*[11]

Além de informar sobre os serviços que os índios faziam, esta testemunha – que é parente do Francisco Rodrigues Fonseca – deixa claro que o tratamento dedicado aos índios é semelhante ao dado aos escravos.

Uma outra testemunha ao ser interrogado sobre o tratamento dispensado aos índios afirma que:

> "*... são bastante castigados pela mulher de José Pereira de Souza com bofetões e tapas para fazerem os serviços da casa mesmo nos domingos; isto tem elle testemunha observado, bem como observou que o Índio Antonio estava bastante inxado e nestes termos contou lhe seu companheiro de nome José Maria dos Santos, que trabalhava na mesma fazenda e que sahio por último que José Pereira de Souza mandou o Índio neste estado correr para caçar uma vaca, correndo o Índio cahio, veio a mulher de José Pereira e castigou o Índio ao mesmo tempo veio José Pereira de Souza e deo mais pancadas no mesmo Índio..."*

Este testemunho permite a identificação de que além dos maus tratos aos índios havia ainda o não cumprimento das regras de cristianização por parte dos que estavam "administrando" os mesmos. Ou seja, eles não estavam respeitando sequer o domingo, dia santo em que nem os escravos deveriam trabalhar.

Em função dos maus tratos, o índio Francisco fugiu e foi buscar proteção nas terras de Francisco Rodrigues da Fonseca. Sabendo do paradeiro do índio, José Pereira de Souza foi à casa do vizinho solicitar a devolução do mesmo. O índio Francisco foi chamado e

[11] Processo Crime – 1º. Ofício –Fundo Cataguases – 21/2/1879. Centro de Documentação Histórica de Cataguases.

em prantos respondeu que não queria deixar aquelas terras e voltar com José Pereira. Tentando uma solução para o problema este ofereceu 20 mil réis para Francisco Rodrigues da Fonseca, obtendo como resposta que por dinheiro nenhum entregaria o índio a ele. Dias depois, José Pereira de Souza e Francisco Hermenegildo seqüestraram o índio. Este último fugiu da região carregando o índio rumo a um paradeiro desconhecido.

Este processo possui várias lacunas: Doze pessoas fizeram seus depoimentos. Destas cinco eram parentes de Francisco Rodrigues da Fonseca, o que já nos deixa em dúvida acerca dos relatos. Até que ponto eram verdadeiros? Além disto, em momento algum a escrava ou os meninos foram ouvidos. Francisco Fonseca e José Pereira também não. Ainda assim, com todos estes problemas, a tutela do índio foi entregue a José Pereira de Souza. Continuava assim, seu poder sobre este e outros indiozinhos.

A busca pela liberdade

Ainda que a escravidão indígena, disfarçada ou não, fosse constante em algumas regiões mineiras, os principais envolvidos - os índios - tiveram como recorrer à justiça para garantir seus direitos.

Em 1765, Leonor, seus filhos José, Manuel e Severina e seus netos Felix, Mariana, Narcisa e Amaro, todos "de geração carijó", requereram ao governador dizendo que, em função das leis de 1755, deveriam ser considerados "libertos e isentos de escravidão em que se achavam os ditos carijós". Afirmavam ainda, que Domingos de Oliveira os mantinham em seu poder como se fossem escravos. Estando ciente de que transgredia a lei, o tal Domingos de Oliveira, por ocasião da visita do governador à freguesia, os colocara sob a guarda de seus filhos impedindo-os assim de protestarem seu direito à liberdade. O governador ordenou que se fizessem averiguações junto a várias autoridades e pessoas idôneas. Todas confirmaram a historia de Leonor quanto à irregularidade da situação. Ante tais depoimentos, o governador ordenou que uma escolta fosse libertar os carijós.

Um outro caso de escravidão ilegal foi o de Maria Moreira, nascida de *"pais livres por serem carijós de cabelo corredio"*, também se achava indevidamente escravizada, e suplicava ao governador que lhe fosse concedida a liberdade de sair da casa de seu senhor para poder tratar de seu requerimento. O governante concordou, advertindo-a de que seria punida caso se afastasse *"de viver com a regularidade devida"* - advertência que parece querer

lembrar à suplicante que seus dissabores e inseguranças de mulher pobre não cessariam com a liberdade.[12]

Em 1772, o índio João, vindo da Capitania do Maranhão, que estava vivendo na Paragem do Rio do Peixe *"debaixo das obrigações do mais rigoroso cativeiro"* foi vendido pelo Cônego Francisco Ribeiro da Rocha como cativo, juntamente com alguns bois e outros escravos, a Cipriano Pereira de Azevedo. O Conde de Valadares, imediatamente ordenou que se soltasse o índio e lhe fosse restituída a liberdade. [13] Em novembro, os Cônegos Francisco e José Botelho foram presos devido ao cativeiro ilegal do índio. [14]

Pelo exposto, fica evidente que a questão da escravização de indígenas durante o século XVIII precisa ser revista e pesquisada com maior profundidade. Mesmo que ela não tenha sido, nestes momentos, de caráter estrutural como a africana, ela existiu e foi pelo menos em determinadas regiões da Capitania, essencial aos projetos de colonização e povoamento. Os indígenas em Minas Gerais foram vítimas de políticas que objetivavam transformá-los em uma reserva de mão-de-obra - quando pacíficos - ou exterminados em nome do sossego público e da segurança do povoamento da região, com base em um corpo de idéias que justificava a Guerra Justa. Desta forma, o povoamento, a criação de aldeamentos e as políticas de extermínio de alguns grupos faziam parte de um mesmo contexto, qual seja a do alargamento e manutenção do Império Colonial Luso.

Bibliografia

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.* Brasília: Ed. UNB, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de Guerra Justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

[12] Petição de Maria Moreira índia de nação e despacho de S. Exa. Vila Rica, 21.2.1765. Arquivo Público Mineiro- SC Cod 59 fls. 101v-102.

[13] Carta de Conde de Valadares a João da Silva Tavares, em 3 de julho de 1772. Arquivo Ultramarino. Cx. 103, doc 6, cd. 29- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

[14] Carta de Conde de Valadares ao Marquês de Pombal. Em 20 de novembro de 1772. Arquivo Ultramarino. Cx 103. Documentos 87, cd. 30 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

NAZZARI, Muriel. Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e escravidão.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

SILVA, Francisco Ribeiro da. A legislação seiscentista portuguesa e os índios do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: Colonização e escravidão.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais. 1711-1725. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 17, n. 34, P. 165-181, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação e infância: as amas - de – leite e o movimento higienista em São Paulo 1892-1936

José Fernando Teles da Rocha[1]
Heloísa Helena Pimenta Rocha

Resumo: Este trabalho pretende analisar questões sobre o sistema das amas-de-leite e a rotina das crianças abandonadas, órfãs, pobres ou desvalidas no final do século XIX e primeira metade do XX, mais exatamente entre 1892 a 1936. A metodologia de pesquisa baseia-se nos relatórios da mordomia escritos pelos administradores da Santa Casa de Misericórdia, os mordomos dos expostos.Por meio deles podemos obter informações para esta pesquisa.Outras fontes primárias são analisadas como jornais e legislação na perspectiva de entender a política de proteção e assistência à infância em São Paulo.
Palavras-chaves : infância abandonada – educação – amas-de- leite

Abstract: This research intends to analyse the questions about of wet nurse system and the routine of the abandoned, orphan, poor or helpless kids at the end of the XIX century until the second half of the XX, exactly between 1892-1936. The sources of this research were basically the Report of the Fridge benefits written by the managers of the Santa Casa de Misericórdia, the exposed´s butlers.Through them we could have great part of informations forming the base for the research. However, another primaries sourdes are analysis how newspapers, legislation, in a perspective of understand the policy regarding the assistance to childhood in São Paulo.
Keywords:: abandoned childhood – education – wet nurse

Este texto pretende analisar o papel e a função social das amas-de-leite à luz das políticas implementadas pelo movimento médico-higienista na cidade de São Paulo no pós-República já que a própria dinâmica social do período ora tratado impõe mudanças na sociedade e que vai afetar diretamente o serviço das amas. Foi nesta época também que o Estado e algumas iniciativas particulares implementaram uma série de medidas de intervenção no sentido de retirar de circulação, principalmente por meio de isolamento, indivíduos que eram considerados "entraves" para o bom desenvolvimento desta "nova e organizada" sociedade republicana.

Para desenvolver este trabalho utiliza-se a leitura e análise de algumas fontes primárias – Relatórios da Mordomia, Anais de Congressos, Legislações, Anuários Estatísticos, entre outras – e de autores cujos temas são correlatos ao desta pesquisa. Em termos de referencial teórico, busca-se em Chartier (1990) elementos para compreender os aspectos relacionados às representações que os responsáveis pela educação, inspeção e transmissão de informações produziam deles próprios e de suas ações além da questão da

[1] Doutorando pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Agência de fomento: Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo

apropriação por parte das amas em relação ao modelo que lhe era imposto. Já em Foucault (1979;1987), foi possível extrair subsídios para compreender e analisar as relações de poder, de disciplina, as ações sobre o corpo e sobre o comportamento das pessoas.

De acordo com um texto encontrado no Relatório da Mordomia, minha principal fonte primária, referente ao ano de 1938, foi no tempo da República Romana que o aleitamento mercenário mais se desenvolveu. No século XII, segue o texto, havia em Paris agências de "collocação de nutrizes, tendo a polícia daquela época elaborado regulamentos e estabelecido limites para os salários" (1938, p.273).

Exposta uma criança menor de dois anos ou enviada pela polícia ou mesmo pelos juízes de órfãos, era entregue a uma ama que assumia os encargos de criar a criança em sua residência. "No dia 10 de todos os mezes são estas amas obrigadas a apresentar as respectivas creanças á esta Mordomia, para o exame medico e pezagem, sendo o estado das creanças registrado em livro especial e nas cadernetas existentes em poder das amas". (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1907, p.62)

Segundo Carvalho, em São Paulo eram "recrutadas através de pedido da Misericórdia ao Presidente da Província que, por sua vez, ordenava aos comandantes de freguesias que localizassem mulheres capazes de exercer a função" (1996, p. 154).

Dentro do recorte histórico determinado para este estudo um dos argumentos utilizados para o uso das amas era o de que o leite humano seria o melhor remédio para diminuir os índices de mortalidade infantil na cidade.

Mas qual o perfil dessas mulheres? De acordo com nossas fontes e alguns relatos encontrados durante a revisão bibliográfica eram, em sua maioria, extremamente pobres, pouco instruídas e não possuíam noções básicas de higiene, características de certa forma negativas, se relacionadas ao modelo de higienismo aplicado na cidade ao longo do século XIX e início do XX.

Desde 1896 havia um Regulamento para Amas-de-Leite que, entre outras ações, determinava que as mesmas tivessem registro junto ao Serviço Sanitário – órgão público responsável pelo saneamento e pela política de higienização no estado de São Paulo – , uma forma de controle em relação aos aspectos de higiene e saúde. Rocha, comentando o trabalho e o papel desempenhado por estes médicos higienistas revela que

> *auto representando-se como porta vozes da razão, do progresso e da modernidade, esses homens de ciência reclamam para si a responsabilidade pelos destinos da cidade e de seus habitantes, procurando impor-lhes um conjunto de preceitos que deveria guiar as suas vidas. (2001,p.43)*

O papel e atuação do Serviço Sanitário – composto de um Conselho de Saúde Pública – no sentido de "policiar" os aspectos sanitários e higiênicos vai encontrar nas amas-de-leite forte resistência na medida em que era bastante difícil incutir-lhes as noções básicas em termos de uma melhor alimentação, aplicação correta dos medicamentos às crianças, limpeza, entre outras necessidades. Fatores que faziam com que os índices de mortalidade infantil tornassem altos.

Observa-se então que embora fosse um trabalho bastante difícil uma das funções do Serviço Sanitário era também o de educar, divulgando junto às amas informações para que pudessem cuidar das crianças da melhor forma possível.

Na maioria das vezes, pelo que percebemos através da revisão bibliográfica, estas dificuldades estavam relacionadas à própria formação das amas – a maioria pobre e sem instrução – embora também houvessem casos de negligência por parte delas para com as crianças.

Para tentar atenuar este tipo de problema havia até um incentivo por parte da Santa Casa para que as crianças tivessem um tratamento mais adequado por parte das amas. Foi estipulado pela Irmandade um prêmio em dinheiro para as três amas cujos lactentes se apresentassem em melhores condições tendo em vista, para o julgamento, a pesagem inicial e final e o estado de saúde do exposto sob sua responsabilidade. No ano de 1905, por exemplo, a ganhadora foi M.O.B,

> que recebendo uma creança com 1 kilo 450 grammas, portanto débil ou prematuro estado conseguio, com seus cuidados fazer com que se desenvolvesse muito regularmente, o que é sempre difficil. Com effeito, em 22 de fevereiro a creança recolhida pezava 1 kilo 450 grammas, em 10 de julho 3 kilos e 900 grammas. (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1905, p.68)

No caso, o prêmio foi de 100$000. Para o segundo e o terceiro lugar, 50$00 cada um.

É importante chamar a atenção também para o fato de que, de acordo com inúmeros relatos levantados durante a revisão bibliográfica, os altos índices de mortalidade

não eram atribuídos, muitas vezes, à qualidade do leite mas sim às condições de moradia e higiene das amas .

Embora fosse possível encontrar um número grande de amas moradoras em bairros mais próximos do centro da cidade, como Brás, Mooca, Pari, muitas habitavam em distritos afastados como Embu, Itapecerica, Santo Amaro o que dificultava, em muito, o acesso ao Hospital e, mais ainda, o seu controle por parte dos médicos, fiscais e pelo próprio mordomo.

O que provavelmente acontecia é que a mesma dificuldade que a Santa Casa tinha – distância do centro da cidade, falta de funcionários, resistência por parte das amas, por exemplo – os funcionários do Estado encontravam em fiscalizar o serviço das amas.

Ao assumir a responsabilidade pelo exposto a ama deveria retornar à Santa Casa pelo menos uma vez por mês, para que a criança passasse pelo controle médico e para que ela recebesse seu salário. Porém, muitas delas, talvez pelo fato de morarem longe ou mesmo devido à criança não estar bem de saúde, postergavam sua ida à Santa Casa, não cumprindo a determinação. Neste caso, mordomo, médicos e fiscais iam até suas residências.

Observe-se abaixo a declaração do médico do Asilo, Dr. Synesio Rangel Pestana. Em um detalhado relatório entregue ao então mordomo de expostos, João Maurício de Sampaio Vianna, ele chamava atenção para a estatística de mortalidade das crianças sob responsabilidade da Santa Casa, seja através do Asilo ou das amas. De 1909 a 1912, de um total de 652 crianças, houve 178 óbitos. E fazia uma comparação: "Ao passo que em 1912 a porcentagem de óbitos de creanças de 0 a 1 anno, em toda Capital foi de 19,9 por 100 nascimentos, nós registramos 28,5 por 100 entrados" (RELATÓRIO DA MORDOMIA,1913, p.88) .

Uma outra questão atormentava os responsáveis pelo trabalho junto às amas: sua remuneração. Era muita baixa, se comparada a outros serviços e profissionais na mesma época. Em 1908, por exemplo, recebiam cerca de trinta mil réis por mês.Para efeito de comparação, um caixão para "anjo", de terceira classe (existiam cinco classes), no mesmo ano, custava trinta e dois mil réis (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1912, p.29). Um detalhe a mais: o preço do caixão, segundo contrato firmado entre a Santa Casa e o Serviço Funerário da Câmara Municipal estava com "diminuição de 20% nos preços de suas tabelas". (p.29)

O que se nota, porém, é que provavelmente nem as amas da cidade nem as consideradas rurais tinham condições de dar às crianças expostas condições favoráveis de

acordo com o modelo higienista pregado na época. Em 1909, por exemplo, o médico Dr. Rangel Pestana relatava que no ano, de 126 crianças entregues às amas de sítios, 22 faleceram. De 25 aos cuidados das amas da cidade, 12 morreram. "Embora seja entregues ás amas da cidade as creanças mais fracas e que pareçam exigir maiores cuidados médicos, é elevadíssima a mortalidade – 50%" (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1912, p.101). Questionava também se não "devíamos attribuir o facto á fiscalização defeituosa das amas em seus domicílios" .(p.100)

Daí que o prolongamento das crianças com as amas-de-leite – sejam das cidades ou dos sítios – demonstrou ser bastante insatisfatório e problemático e a atitude do Serviço Sanitário foi a de melhorar a fiscalização. O Serviço de Inspeção, por exemplo, divulgava os perigos do aleitamento para aquelas crianças que utilizavam o leite de amas que ainda não tivessem sido examinadas.

Durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância realizado no Rio de Janeiro, em 1922, nota-se, entre as comunicações, um texto do Dr. Arthur Moncorvo Filho, Diretor Fundador do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro. Intitulado "Regulação das Amas de Leite no Brasil", por meio dele verificam-se algumas conclusões levantadas no Congresso. Entre elas :

> A despeito da respeitável opinião daquelles que combatem a regulamentação das amas de leite, profissão em these condennavel, forçoso é confessar tornar-se ella de necessidade imperiosa, sabendo-se que, na impossibilidade de supprimir-se a industria do aleitamento mercenário bastas vezes recurso precioso para a salvação das creanças, não se póde conceber a ausência de severas medidas que impeçam a disseminação dos muitos males capazes de ser transmitidos pelas nutrizes mercenárias em mao estado de sanidade. (7º BOLETIM, 1925, p.337)

Para se ter uma idéia de até onde chegava a preocupação com a questão da ama-de-leite mercenária/expostos, no Primeiro Código de Menores do país, de 1927, em seu primeiro capítulo, já trazia a "determinação das mulheres que podiam amamentar filhos de outras pessoas, evidenciando que a questão da proteção ao menor passava pela questão da amamentação dita mercenária". (CARVALHO, 1996, p.45)

Em 1929 o médico Synesio Rangel Pestana, à frente do setor médico do Asilo dos Expostos desde 1910, se afastou do cargo. Em seu lugar tomou posse o Dr. João Leite Bastos Júnior, que já exercia o cargo como adjunto. Em seu primeiro Relatório, de 30 de julho de 1930, e entregue ao mordomo Sampaio Vianna, discorria que tirando a média de

todos os índices, em vinte e seis anos de observação – de 1903 a 1929 – verificou-se que a mortalidade correspondia a 23,3 crianças por mil nascidas. E foi buscar nas declarações do professor Luiz Morquio argumentos que demonstravam que o número estava extremamente alto:

> O Prof. Luiz Morquio, em notável conferencia realisada há poucos mezes, na Santa Casa desta Capital, declarou que toda mortalidade que fosse além de 7 por cento seria excessiva e passível de redução. Referindo-se os quatros annos em que exerceu a direcção medica do asylo de Orphans e Expostos de Montevideo, informou que conseguiu reduzir a mortalidade de 20% a 7%. (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1930, p.125)

Temeroso quanto aos elevados índices de mortalidade das crianças junto às amas-de-leite, no Relatório referente ao ano de 1933 o médico do Asilo, Dr. Leite Bastos,solicitava a transferência das crianças menores de dois anos que estavam em poder das amas, inclusive com a construção de um local adequado para atendê-las. Justificava seu pedido dizendo que

> esse doloroso confronto entre a elevada lethalidade das crianças confinadas ás bondosas mas incultas caboclas de Itapecerica, e a mortalidade nulla das que ficam sob os cuidados das virtuosas e dedicadas Irmãs de São José, está aclamar por providencia urgente e definitiva que ponha os lactentes em situação de igualdade á de outros expostos. (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1933, p.281)

Ainda continuando com alguns dados estatísticos, no Relatório da Mordomia relativo ao ano de 1938 tem-se um número bastante significativo em termos da mortalidade infantil. Foi constatado que, de 1900 a 1936, "das 2.784 creanças admittidas e entregues ás amas mercenárias para serem criadas em suas casas, como se fazia até essa data, 1.444, ou seja, 52% falleceram" (p.257) .

A data limite a que o mordomo referia-se, ou seja, 1936, tem sentido para a Santa Casa. A partir daquele ano a Instituição instalou um Berçário no qual as crianças encontradas na Roda, ao invés de serem encaminhadas às amas, eram transferidas diretamente para este novo local, onde permaneciam até os três anos. Ao atingirem esta idade eram levadas para o Asilo dos Expostos.

Chama a atenção na leitura dos Relatórios a necessidade, cada vez mais forte, da Santa Casa e do próprio mordomo, de se modificar o serviço das amas, uma vez que detectavam, pelo controle mensal, via ida das amas ao Hospital, a precariedade das condições físicas das crianças criadas por elas. "A falta de cultura e de recursos materiaes das

pobres amas as impedia completamente de executar as regras que lhes eram ensinadas pelos médicos". (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1936, p. 195)

A diminuição e posterior fim do serviço de amas-de-leite só vai ocorrer por volta de 1936, quando a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo instalou o Berçário – uma casa alugada na rua Frederico Steidel, 157, bairro de Santa Cecília. Para lá eram enviadas as crianças encontradas nas Rodas de Expostos ou que foram abandonadas ou encontradas pelo serviço policial.

Segundo o mordomo Guilherme Dumont Villares, no Relatório referente a 1936, o Berçário começou a funcionar em 20 de outubro daquele mesmo ano. No momento em que a criança chegava ao local abria-se, imediatamente, uma ficha. "Nella fica annotada toda informação que se póde obter a seu respeito, sendo registrada na ficha a certidão de nascimento, e qualquer outro documento, porventura encontrado, fica convenientemente archivado" (p.197). Se, por acaso, a criança não fosse registrada, a Santa Casa providenciava seu registro em Cartório. (p.198)

Outras informações revelam ainda que, paralelo à instalação do Berçário, foi criado também um Lactário, com finalidade "médico-social" – uma forma de restringir, ao que parece, o serviço das amas pois, de acordo com o próprio Mordomo, a finalidade do mesmo é "extrahir, conservar e distribuir leite humano a débeis, prematuros e doentes, expostos ou filhos de ricos e pobres, evitando-se assim, ao mesmo tempo, os <u>inconvenientes irremediáveis do aleitamento mercenário".</u> (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1936, p.200 – grifo nosso)

O início das atividades do Lactário coincide com o do Lactário de Paris. Enquanto este, por meio da ordenha e distribuição do leite humano no Boulevard Port Royal, recolhia uma média diária de 4 mil gramas, sendo o leite vendido a 100 francos o litro, o da Santa Casa de São Paulo tinha uma capacidade de quatorze litros diários, "dos quaes a metade se destina aos nossos lactantes, e a outra se distribue mediante prescripção medica, aos prematuros, débeis e doentes, cujas mães não têem leite". (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1938, p. 275)

Especificamente em relação a este trabalho observa-se que a partir da década de quarenta o serviço de amas-de-leite reduziu acentuadamente. Isso pode ser explicado pelo fato de que o Berçário criado pela Santa Casa, em 1936, era um local bastante procurado para obtenção de leite na cidade, segundo relatos observados nos Relatórios da Mordomia.

Há também outro motivo que talvez tenha a ver com essa diminuição no número de amas na cidade : na mesma década de quarenta o Estado, através da criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), do Ministério da Educação e Saúde e da Legião Brasileira de Assistência, começou a investir em instituições voltadas à proteção à infância e à maternidade. Um exemplo desta postura foi a criação de creches, "útil instrumento de socorro às mulheres pobres e desamparadas" (VIEIRA,1988,p. 4). Ainda segundo a autora , que cita Vasconcelos e Sampaio, "com a multiplicação das creches pelos bairros das cidades eliminará, automaticamente, o comércio das criadeiras" (p.10).

Assim, este texto intencionou, na medida do possível, percorrer os desdobramentos que acompanharam a trajetória das crianças abandonadas na cidade de São Paulo, as intervenções sobre seu corpo, sobre sua conduta e sobre sua própria vida num determinado período histórico.

Como visto, a análise dos Relatórios da Mordomia possibilita levantar informações e dados em torno da questão da educação e da infância pobre, órfã, abandonada, desvalida na cidade numa determinada época. Na verdade, em linhas gerais, foi um percurso pautado no interior de uma conjuntura econômica, política e social que abrangeu boa parte dos séculos XIX e XX e que visava a reorganização da sociedade de então. Mesmo porque essas crianças acabavam por se tornar um problema, entre outros, cujo enfoque foi "trabalhado" mais pontualmente, preparando-as para serem adultos disciplinados, civilizados, bem formados e úteis para o país.

Referências Bibliográficas

BOLETIM. Congresso Brasileiro de Proteção á Infância , 1º Boletim nº 7*: theses officiaes, memorias e conclusões*. Rio de Janeiro: Emp. Graph. Ed., 1925.

CARVALHO, Vera Maria de . Girando em torno da roda : a Misericórdia de São Paulo e o atendimento às crianças expostas, 1897-1951 .Dissertação (Mestrado) - FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

CHARTIER, Roger.*A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões.Petrópolis: Vozes, 1987.

RELATÓRIOS do Irmão Mordomo dos Expostos. I : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Relatórios (anuais), apresentados á mesa conjuncta pelo irmão provedor, de 1902 a 194

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A higienização dos costumes. Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925) . Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – USP, São Paulo, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a masmorra e o panóptico: considerações sobre o sistema prisional do Recife no século XIX (1830-1850)

Wellington Barbosa da Silva*

Resumo: No século XIX, enquanto as cidades européias iam deixando para trás os macabros métodos de punição em praça pública, substituindo-os por aquilo que Michel Foucault chamou de encarceramento disciplinar, o Recife ainda convivia com a pena de morte e com os castigos físicos. Sem contar que as suas cadeias, apesar da reprovação contida no discurso solitário de um ou outro cidadão humanista, estavam longe de serem atingidas pelos ventos da modernidade que sopravam da Europa. Muito pelo contrário, continuavam com um sombrio aspecto de masmorras. Este trabalho procura justamente discutir o sistema carcerário do Recife no período em tela, acentuando tanto as críticas de alguns poucos cidadãos, que clamavam por reformas urgentes, quanto os seus inúmeros problemas – muitos dos quais, apesar da passagem do tempo, continuam fazendo parte do nosso cotidiano.
Palavras-chave: Recife – cadeias – história das instituições.

Abstract: In century XIX, while the European cities went leaving stop backwards the dismal methods of punishment in public square, substituting them for what Michel Foucault called imprisonment to discipline, Recife still coexisted the penalty of death and the physical punishments. Without counting that its chains, despite the disapproval contained in the solitary speech of one or another citizen humanist, were far to be reached for the winds of modernity that blew of the Europe. Quite to the contrary, they continued with a shady aspect of dungeons. This work exactly looks for in such a way to argue the jail system of Recife in the period in screen, accenting critical of some the few citizens, that they asked for urgent reforms, how much its innumerable problems - many of which, despite the ticket of the time, continue being part of our daily one.
Keywords: Recife – jails – history of the institutions.

Seguindo os passos de Michel Foucault vemos que, no fim do século XVIII e início do século precedente, a "melancólica festa da punição", que acontecia nas praças públicas, a cada execução de um condenado, foi se extinguindo na Europa – evidenciando-se, assim, o surgimento de uma nova forma de punir as ações delituosas. De fato, a vontade arbitrária do soberano, que se manifestava naqueles macabros espetáculos punitivos, foi sendo lentamente substituída por procedimentos judiciais baseados nos direitos do homem e do cidadão. Como conseqüência, a tortura pública foi cedendo espaço ao encarceramento disciplinar – encarado, a partir de então, como um meio humanizado e moderno de punição. É nesse contexto que a "visibilidade isolante" da arquitetura panóptica de Jeremy Bentham, que

* Doutor em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

caracterizou a construção das novas prisões européias, suplanta o "anteparo da escuridão" que era proporcionado pelas sombrias e úmidas masmorras reais. E a concepção de poder que tratava o corpo como uma superfície de inscrição de suplícios e da vontade do rei, cede lugar a uma outra que, ao contrário, buscava formar, corrigir e reformar o corpo dos condenados. Tudo com o intuito de transformá-los em trabalhadores disciplinados, dóceis e produtivos.

No Recife da primeira metade do século XIX, a situação ainda era bem diferente dessa que vicejava na Europa. Por esta época, as cadeias recifenses eram poucas. E, as existentes, a julgar pelo testemunho de personagens da época, tinham muito mais um quê de masmorras. Além de inadequadas, eram bastante inseguras. O que não devia ser um fenômeno solitário em termos de Brasil. Aliás, quando da elaboração do Código Criminal de 1830, a falta de prisões seguras acabou se convertendo em argumento para muitos deputados que defendiam a instituição da pena de morte. Para estes, o Brasil não dispunha de prisões para receber os que cometiam "grandes crimes" e, portanto, a pena de morte surgia como um remédio certo e seguro para este problema. Um argumento capcioso, como demonstrou o deputado Antonio Pereira de Rebouças – este, contrário à inclusão da pena última no referido código. Na ocasião de um dos debates que existiram em torno do tema, Rebouças rebateu os parlamentares que defendiam esta bandeira e desmontou a falácia com apenas uma frase: "Diz-se que não temos cadeias, façamo-las". (*Apud* RIBEIRO, 2005:24)

Não foram feitas – pelo menos no Recife. Ao que tudo indica, a construção e conservação de cadeias nunca foi assunto de grande interesse das autoridades municipais ou provinciais. No início de 1810, o inglês Koster afirmou que as prisões estavam, então, "em péssimo estado." (KOSTER, 2002:111) Anos mais tarde, por volta de 1835, a crermos nas palavras de Joaquim Nunes Machado, então chefe de polícia, a situação das prisões da província pernambucana continuava caótica. Em um circunstanciado relatório enviado à presidência da província, ele afirma que na comarca do Recife existia apenas "os restos de uma cadeia" na vila de Igarassu – que, por ser a primeira da província, o desleixo a havia reduzido a um estado tal de deterioração que a mesma não passava de "simples paredes sem mais telhado". Na capital da província, existia uma única "casa de prisão", mas também em um estado deplorável:

> *"[...] informe, acanhada e tão imunda que [era] antes uma escola de imoralidade e um cemitério de vivos, que prisão para correção de criminosos. Causa lástima, penetrando-se o centro deste ergástulo, ver uma imensidade de infelizes, que pálidos, nus, com as peles sobre os ossos, não parecem criaturas vivas, mas esqueletos saindo do fundo dos túmulos." (MACHADO, 1835a:50)*

Esta situação degradante fez com que Joaquim Nunes Machado invocasse os princípios humanitários e questionasse se esta prisão era condizente com os princípios de justiça e liberdade que eram tão exaltados por aquela época. Segundo ele, a lei determinava e o bem da sociedade exigia a punição do criminoso; mas a mesma lei "não [decretava] tormentos". E, por isso, ele advogava a construção sem mais delongas de uma Casa de Correção:

> *"Todos sabem as vantagens de um tal estabelecimento, aonde o cidadão criminoso, purgando o seu crime, se converte em um trabalhador, adquire uma arte e uma indústria, forma um capital para vir ser útil à sociedade, que desprezando-o pelos seus maus feitos, o inveja e reclama depois, pela conversão dos seus costumes". (MACHADO, 1835a:51)*

A Constituição Política do Império, desde 1824, determinava através do seu artigo 179, parágrafo 21, que as cadeias deveriam "ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes". (NOGUEIRA, 2001:105) Entretanto, mais de um decênio depois, as condições das cadeias da Comarca do Recife faziam deste artigo constitucional um punhado de palavras sem sentido.

Alguns anos depois do seu circunstanciado relatório, mais precisamente em 9 de maio de 1842, uma lei provincial autorizou Francisco do Rego Barros, então presidente da província, a construir no Recife uma "prisão penitenciária e uma casa de correção". Uma comissão, nomeada por ele, seria encarregada de "indicar a localidade mais conveniente e o sistema que se [deveria] seguir, organizar os planos, plantas, os regulamentos e orçamentos, pondo em harmonia a legislação vigente com a natureza e índole destes estabelecimentos". Os trabalhos da comissão deveriam ser submetidos à aprovação da assembléia legislativa provincial. Mas esta prisão nem tão cedo saiu do papel.

Em 16 de agosto de 1848, uma outra lei provincial autorizou o presidente da província, Antônio da Costa Pinto, a mandar construir uma casa de detenção no Recife. Esta prisão deveria ter uma capacidade para até 200 presos, "separados uns dos outros, conforme o seu sexo, suas circunstâncias e natureza dos seus crimes" – exatamente como determinava o artigo 179, parágrafo 21, da Constituição do Império. Da mesma forma, o projeto da obra, antes de ser executado, deveria ser "submetido ao exame de uma comissão composta de

médicos, jurisconsultos e engenheiros, nomeados pelo presidente da província".[1] Contudo, este projeto de lei também acabou sendo engavetado.

O certo é que, apesar da existência desses projetos de lei, as poucas prisões do Recife continuaram, nas duas décadas aqui estudadas, com a mesma feição aviltante e desumana que havia sido denunciada por Nunes Machado em meados de 1835. Além disso, geralmente as despesas com os presos eram custeadas pela própria família do condenado. O Estado custeava as despesas apenas dos chamados "presos pobres", ou seja, aqueles presos que, comprovadamente, não podiam ou não tinham quem pagasse tais despesas. Para isso, existia o chamado Fornecedor dos presos pobres, uma pessoa que era contratada para prestar esse serviço ao Estado. Em meados de 1842, o preso José Joaquim da Costa enviou um ofício ao presidente da província onde reclamava que o tal fornecedor não vinha lhe ministrando a sua ração diária de alimentos. O que fez com que o presidente cobrasse explicações ao chefe de polícia. Este, em resposta, explicou que o referido preso não estava sendo alimentado pelo governo por que o mesmo tinha um filho que "[ganhava-lhe] diariamente 400 a 480 réis", com os quais podia "muito bem sustentar-se e deixar essa ração a outros miseráveis, a quem [faltavam] absolutamente os meios". (AZEVEDO, 1842a:86)

Uma das alternativas para custear o alimento desses presos era empregá-los nas obras públicas (como a construção de estradas, conservação de edifícios públicos etc.) e fazer com que os contratantes dos seus serviços ficassem encarregados de alimentá-los durante o tempo em que eles estivessem prestando o serviço. Como solicitou, em 5 de agosto de 1842, o chefe de polícia. Nesta ocasião, ele requisitou ao presidente da província que os 30 sentenciados que estavam trabalhando a serviço da Repartição das Obras Públicas fossem alimentados por esta repartição – livrando o governo provincial de ter que arcar com tais despesas. (AZEVEDO, 1842b:47)

Quase um ano mais tarde, a questão do fornecimento de alimentos para os *calcetas* persistia, pois, no ano financeiro que estava em curso, a Assembléia Legislativa Provincial não tinha destinado nenhuma quantia para o sustento dos presos pobres. Por isso, Antônio Inácio de Azevedo voltava a insistir que os 30 presos (25 pessoas livres e 5 escravos) que estavam empregados nos serviços da Repartição de Obras Públicas fossem sustentados por esta repartição, "para diminuir assim a despesa que se [fazia] com o grande número desses infelizes" – pois, se não fosse tomada esta atitude "muita fome certamente sofreriam". (AZEVEDO, 1843:45-46)

[1] Ambas as leis (Lei n.º 107, de 9 de maio de 1842 e Lei n.º 123, de 16 de agosto de 1848) constam da Coleção de Leis provinciais de Pernambuco e faz parte do acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Mas o problema persistia. Quase dois anos depois, o chefe de polícia interino, Caetano José da Silva Santiago, informava que os calcetas existentes na cadeia do Recife viviam reclamando constantemente a falta de alimentos. Segundo eles, devido ao sistema adotado, a Repartição das Obras Públicas somente se preocupava em alimentar os presos que estavam ao seu serviço, "ficando os demais sem ter o necessário alimento". Diante do problema, Caetano Santiago solicitou que o vice-presidente da província ordenasse que todos os presos quer fossem calcetas, quer presos pobres, fossem alimentados ou pela chefatura de polícia ou pela Repartição das Obras Públicas de modo que todos eles pudessem contar com o alimento diário. Para ele, desta providência resultaria, "além do benefício que se [faria] a tantos infelizes que se [achavam] estalando de fome, a vantagem de serem fornecidos por uma só repartição, o que [facilitaria] o expediente em todo o sentido". (SANTIAGO, 1844a:152)

Na realidade, o dinheiro empregado pelo governo para este custeio era pouco – sendo que a maior parte da verba com este fim acabava ficando com a capital da província. Além de pouco, a desorganização burocrática do sistema prisional recifense, no período em tela, dificultava a distribuição dos parcos recursos que eram destinados ao mesmo sistema. Em 1844, por exemplo, o chefe de polícia interino Caetano José da Silva Santiago recebeu a incumbência de preparar uma relação dos presos que existiam nas cadeias pernambucanas com o objetivo de "se proceder ao dividendo da quota marcada para alimento dos mesmos presos na Lei do Orçamento Provincial para o ano financeiro de 1844 a 1845". No entanto, Caetano Santiago não pôde cumprir esta ordem, pois, como ele próprio argumentou, a secretaria de polícia não dispunha ainda de "dados suficientes para poder se calcular com alguma probabilidade o número de presos pobres de Justiça que tem existido e, pouco mais ou menos, [pudesse] existir nas diferentes prisões das comarcas desta província". Para minorar o problema, Caetano Santiago tomou a liberdade (segundo ele, "para evitar maior delonga mandando ouvir os respectivos delegados"), de fazer ele próprio uma estimativa. E, baseado na divisão que havia sido feita dois anos antes, enviou ao presidente uma nota da quantia que lhe parecia razoável caber a cada comarca – mais especificamente, na razão de um terço comparativamente a daquela. Por último, ele ainda fez questão de ressaltar que qualquer que fosse o dividendo a ser dividido entre as comarcas, deveria se levar em consideração que era para a cadeia da capital que afluíam "quase todos os presos das comarcas de fora, por falta de segurança nas respectivas cadeias". (SANTIAGO, 1844b:198) O que, na sua acepção, justificaria um maior investimento no estabelecimento prisional do Recife.

De fato, a apressada previsão de gastos que foi feita pelo chefe de polícia, atentando apenas para o que ele entendia ser aceitável, estimou em 4 contos de réis o

montante a ser destinado à administração de todas as cadeias pernambucanas. Porém, somente a cadeia do Recife ficaria com 72,5% desse montante. Mas se considerarmos não apenas o município, mas a Comarca do Recife (que englobava ainda as prisões dos municípios de Olinda e de Igarassu), este percentual subia um pouco mais, consumindo mais de 75% do orçamento previsto. O restante, pouco mais de 24%, deveria ser rateado entre as cadeias das outras comarcas. (SANTIAGO, 1844c:199)

Mas o certo é que o dinheiro destinado à alimentação dos presos pobres era insuficiente. Em 1846, os presos enviaram uma petição ao governo para que a diária que eles recebiam para este fim fosse aumentada de 80 para 140 réis. No entanto, esta petição foi indeferida pelo governo provincial. Nas palavras do próprio chefe de polícia, mesmo com a pequena quantia que o governo provincial destinava ao seu sustento, não lhes faltava "o necessário para subsistirem". (FERREIRA, 1846:23)

Nas prisões recifenses, estes "cemitérios de vivos", na denunciadora opinião de Joaquim Nunes Machado, obviamente que as tentativas de fuga eram constantes. E algumas delas, acabavam resultando em mortes. No alvorecer de 1845, por exemplo, os presos da fortaleza do Brum procuraram alcançar a liberdade que dormia indolente do lado de fora dos muros daquela fortificação e acabaram sendo os protagonistas de uma página de sangue da história do sistema carcerário recifense. Do entrevero entre eles e a guarda da fortaleza resultou a morte de quatro presos, sendo que oito deles ficaram gravemente feridos. Saliente-se que uma parte considerável dos presos sublevados (11 ao todo) estava já sentenciada ou pronunciada por assassinato – inclusive, três deles estavam condenados à pena de morte. (SIQUEIRA, 1845:1-2)

Saliente-se que as fortalezas do perímetro urbano do Recife, por conta da solidez de suas paredes e pelo fato de disporem de uma força armada que podia lhes garantir uma vigilância de tempo integral, muitas vezes se convertiam nas únicas alternativas que as autoridades policiais encontravam para encarcerar os criminosos com alguma segurança. Entretanto, como as fortalezas não tinham condições de receber um número de presos muito grande, pois, eram construções voltadas para o esforço bélico e não para o encarceramento de criminosos comuns, constantemente as autoridades responsáveis pela administração das prisões requisitavam um reforço para a guarda da cadeia. Afinal de contas, os presos não davam tréguas e estavam sempre tentando evadir-se.

Porém, mesmo com o reforço na segurança, muitas vezes os presos conseguiam forjar solidariedades e cumplicidades com os guardas das prisões. Algo evidenciado até mesmo nas fortalezas, onde havia sempre um efetivo militar que podia impedir qualquer

plano de fuga. Em meados de fevereiro de 1837, o prefeito da comarca do Recife, José Carlos Teixeira, enviou um ofício à presidência da província informando "que os presos de Justiça sentenciados, ora existentes na Fortaleza do Buraco", eram freqüentemente "encontrados a passear fora e em distância da dita Fortaleza", sendo que "o mais agraciado" deles era um tal de Tito José da Cruz. Não agüentando tamanho desleixo, o prefeito pedia providências urgentes contra "semelhante abuso". (TEIXEIRA, 1837:66)

Apesar de tantos problemas e do discurso solitário de alguns cidadãos humanistas, uma instituição prisional nos moldes pretendidos por Nunes Machado somente seria construída na segunda metade do século XIX – quando levantaram em uma das margens do rio Capibaribe a Casa de Detenção do Recife. Seguindo os ditames da modernidade européia, ela foi construída de acordo com os padrões arquitetônicos do *panopticon* de Jeremy Bentham e adotou, de certa maneira, a prática que se difundia na Europa de aproveitamento do trabalho como fator de transformação e socialização progressiva dos detentos. Ainda que a adoção de tal prática, numa sociedade escravocrata, assumisse ares de um grande paradoxo. (MAIA, 2001:54-60) Mas isso já é uma outra história.

Documentos manuscritos:

AZEVEDO, Antônio Inácio de. Ofício para o presidente da província, Francisco do Rego Barros. Recife, 1842a. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 5.

_____. Ofício para o presidente da província, Francisco do Rego Barros. Recife, 1842b. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 7.

_____. Ofício para o presidente da província, Francisco do Rego Barros. Recife, 1843. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 7.

MACHADO, Joaquim Nunes. Relatório para o presidente da província, Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Recife, 1835a. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 2.

SANTIAGO, Caetano José da Silva. Ofício para o vice-presidente da província, Izidro Francisco de Paula Mesquita e Silva. Recife, 1844a. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 8.

_____. Ofício para o presidente da província, Joaquim Marcelino de Brito. Recife, 1844b. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 8.

_____. Previsão de gastos para as cadeias das diversas comarcas de Pernambuco. Recife, 1844c. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 8.

FERREIRA, Antonio Afonso. Ofício para o presidente da província, Antônio Pinto Chichorro da Gama. Recife, 1846. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 13.

SIQUEIRA, Antonio Joaquim de. Ofício para o presidente da província, Tomás Xavier Garcia de Almeida. Recife, 1845. Arquivo Público Estadual: Polícia Civil, cód. 10.

TEIXEIRA, José Carlos. Ofício para o presidente da província, Vicente Thomas Pires Figueiredo Camargo. Recife, 1837. Arquivo Público Estadual: Prefeituras de Comarca, cód. 3.

Referências bibliográficas:

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** o nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, ...

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados:** controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese (Doutorado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2001.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições brasileiras**: 1824. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

RIBEIRO, João Luiz. **No meio das galinhas as baratas não têm razão:** a Lei de 10 de Junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil 1822-1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Experiência Religiosa Feminina numa Sociedade Mestiça

Suely Creusa Cordeiro de Almeida [1]

Resumo: A experiência do sagrado nas colônias portuguesas seguiu um processo que nos remete as vivências de uma religião calcada nos moldes europeus, mas miscigenada com as formas de culto e tradições incorporadas pelos indígenas e africanos. A mística feminina experimentada na colônia portuguesa da América, mais especificamente ao norte do Brasil, nos remete a noção de que elementos inconciliáveis encontraram-se e estabeleceram relações, inclusive de força, o que levou a promoção de uma recriação e reinterpretarão dos códigos religiosos, promovendo um novo cristianismo. Foram mulheres andarilhas, que esmolaram pelo sertão, que se enclausuraram em casa para viver uma vida de santidade, ou que ousaram sonhar com a construção de casas religiosas lutando efetivamente para isso, enfrentando os poderes instituídos.

Abstract: The experience of the sacred in the Portuguese colonies sends us to a existences of a religion proceeded stepped on in the European molds, interlaced with the cult forms and incorporate traditions for the natives and African. The experienced feminine mystic in the Portuguese colony of America, more specifically to the north of Brazil, it sends us the notion that incompatible elements were and established relationships, besides for power, what took a Re-Creation and a Re-interpretation of the religious codes, promoting a new Christianity.They were wandering women, which begged for the interior, that were cloistered home to live a life of sanctity, or that they dared to dream with the construction of religious houses struggling indeed for that, facing the instituted powers.

O fenômeno leigo de homens e mulheres penitentes que levavam em sua própria casa uma existência austera e devota remonta a Antiguidade. Mas foi no século XII que a busca de uma espiritualidade pelos leigos tornou-se algo conscientes; eles não estavam excluídos da vida religiosa. Muitos leigos procuraram formas de vida que conciliasse as suas exigências de uma vida consagrada a Deus e às condições materiais de sua existência. Esse novo estilo de vida influenciou profundamente as mulheres, pois muitas eram impedidas, por razões de ordem econômica e social, de serem admitidas em mosteiros. (VAUCHEZ 1995, p.119 e 120)

> *Desde as últimas décadas do século XII, nas regiões correspondentes à atual Bélgica, constituíram-se assim agrupamentos de mulheres chamadas beguinas, que viviam em comunidade sob a direção de uma delas, sem pronunciarem votos religiosos propriamente ditos e associando o trabalho manual e a assistência aos doentes a uma intensa vida de oração.* (VAUCHEZ, 1995, p.120)

A partir do século XIII, há como que um abrandamento de um forte discurso misógino, que foi fortemente atacado no século anterior por Robert d'Arbrissel e santa Hildegarda de Bingen, que procurou livrar a mulher das suspeitas que recaiam sobre ela pelo

[1] Professora da Graduação e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

papel desempenhado por Eva na falta original e a limitação intelectual e moral que lhe era atribuída por toda uma tradição literária antiga reafirmada pelos autores medievais (VAUCHEZ, 1995, p.149). Surge uma espiritualidade feminina que não era uma mimese da masculina e que provou ser em alguns aspectos até superior a dos homens. Essa espiritualidade chega através de uma difusão penitencial que estabeleceu elos entre o amor a contrição. Teremos a figura da mulher arrependida; não é mais necessária uma perfeição inata ou herdada, mas a conversão. Quebra-se, com a figura de Maria Madalena -a mulher arrependida -, a assimilação entre virgindade e perfeição, há uma virgindade espiritual conquistada pela penitência. Dessa forma, abre-se uma pluralidade de caminhos para a vivência de uma espiritualidade fora das normas e regras impostas na vida intramuros. As experiências das mulheres medievais atravessarão os séculos e chegarão de forma esmaecida a Ibéria e, à colônia portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII. Ao mesmo tempo em que as crenças ameríndias e africanas farão a interpretação dos elementos presentes nessa tradição realizando um rearranjo para as vivências na colônia. Assim, passados os anos as crenças locais, oriundas das populações derrotadas agarraram-se aos elementos do cristianismo estimulando o aparecimento de forma mestiças de viver a espiritualidade. (GRUZINSKI, 2001, p. 281).

A religiosidade da colônia é popular, cabocla e se expressou no aparecimento dos beatérios; foram casas que surgiram da necessidade de mulheres pobres e desamparadas que, sem condições econômicas para *tomar um estado*, resolvem fazer votos particulares, mantendo a virgindade e enclausurando-se voluntariamente em suas casas. Essas mulheres beatas submetiam-se a rigorosas penitências, tendo como princípio maior a caridade. Região empobrecida, não apresentava condições favoráveis para uma vida com dignidade, os sertões brasileiros viram pulular um grande contingente dessas mulheres beatas, que possuíam um gênero de vida mais rigorosa que o dos conventos, vivendo numa muito grande pobreza, utilizando a penitência de uma forma cada vez mais rigorosa. É inclusive provável que a vocação para a religião fosse, entre elas, muito maior que no interior dos conventos. Assim será possível perceber uma negociação constante entre um cristianismo tridentino e a realidade colonial marcada pela presença do indígena e do africano suas formas de viver e adorar.

A existência dos beatérios foi, durante muito tempo, uma resposta para as necessidades sociais e econômicas e não somente a busca por uma vida contemplativa, mesmo porque os beatérios têm um perfil muito mais voltado para uma vida religiosa ativa,

uma espécie de reflexo do passado, quando as mulheres podiam dedicar-se a auxiliar os pobres e desvalidos, do que para um modelo que valoriza o contemplativo, a mística e o confinamento intramuros, ou, em outras palavras, de observantes da clausura monacal. Assim a experiência mística foi recriada em um ambiente novo em termos religiosos, políticos e sociais. Estando diante de uma realidade mesclada, o pensamento mestiço que se formou na América integra imagens e idéias que podem aparentemente ser disparatadas e originalmente irredutíveis, mas que imprime uma nova força e, inédita, a mensagem cristã criando algo novo (GRUZINSKI, 2001, p.268). A presença dessas mulheres andarilhas pelos sertões deve ter provocado, nas populações locais, um misto de estranhamento e medo. Estranhamento, pelo fato de estar diante de mulheres sozinhas, vestidas de terceiras franciscanas, a esmolar e a pregar; e medo, pela insistência nas admoestações e prédicas morais que lembravam o final dos tempos aos pecadores. Humanas completamente humanas apresentavam seus corpos em sacrifício pelo filho de Deus e dos mortais pecadores que precisavam da salvação. São mulheres que fizeram opção por uma forma de viver possível naqueles tempos, promovendo uma solução para sua condição de mulher, pobre e solitária. Elas estão *na rua, mas não são da rua*, são respeitadas, exercendo, sobre as comunidades das pequenas vilas e povoações, certa autoridade, que lhes é conferida pelo manto da religião leiga. Poderíamos chamá-la de vida semi-religiosa, pois as mulheres que ingressavam nela buscavam consagrar-se a Deus sem se retirar do mundo.

Segundo Maria Beatriz Nizza, ser irmã da ordem terceira de S. Francisco ou do Carmo era muito mais um estilo de vida possível que ao mesmo tempo fazia amealhar votos para a salvação da alma. Havia aquelas que frustradas por não haver convento em Pernambuco como D. Joana de Albuquerque, e que não pode transitar para o reino com a Invasão Holandesa, vestiu o hábito de Terceira de S. Francisco. Loreto Couto, em sua narrativa assevera que era uma escolha ser terceira em Pernambuco, pois essas irmãs mantiveram-se celibatárias até a morte. O estatuto da Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro esclarece que quando essas irmãs desejassem tomar o hábito inteiro descoberto deveriam dirigir-se a mesa para expor suas motivações. Havia uma espécie de investigação sobre sua limpeza de sangue, reputação, modo de vida e costumes. Elas não deveriam ter menos de quarenta anos e se caso tivessem deveriam ter licença da mais alta autoridade eclesiástica, consentimento do marido, se casada ou do pai e irmão se tivesse sob a aguarda e obediência. Outro elemento que aparece como primordial nos finais do XVII, é a

possibilidade de sustento sem a necessidade de mendigar em lugares públicos (SILVA, 2001, p.105)

Em Pernambuco localizamos a história de Lourença do Rosário e Ana Maria de Jesus. Lourença do Rosário foi perfilada pela documentação da época como uma mulher devota, que fundou um recolhimento para órfãs e donzelas. Ela vivia amortalhada em um hábito pobre, descalça, com uma toca na cabeça e um Menino Jesus nos braços com o qual esmolava para o sustento das mulheres pobres e desenganas que com ela viviam, complementando com trabalhos de mão o que a caridade não supria. A casa por ela fundada localizava-se no Beco do Paraíso, nos Afogados; era um empreendimento pobre que sobreviveu de doações modestas oriundas de uma comunidade pobre e desprotegida. A principal atividade da casa era a de educar meninas pobres, prestar socorro aos acometidos de doenças, acompanhando famílias enlutadas, puxando o ofício dos mortos, quando faltasse um sacerdote. A presença dessa mulher e de suas devotas irmãs, no distante Afogados deve ter proporcionado, àquela povoação, uma sensação de conforto e tranqüilidade, pois, as pessoas que nela viviam passaram a se sentiam apresentadas a Deus em suas misérias pelas beatas(ALMEIDA, 2005, p.254).

Outra beata que compõe o quadro da religiosidade popular feminina pernambucana foi Ana Maria de Jesus. Ela era uma órfã dotada pela Ordem Terceira dos Carmelitas, com uma exígua quantia de 200 réis. Sendo impossível para jovem utilizar esse recurso para tomar estado de casada, aplicou na conquista de um lugar de recolhida no beatério dos Afogados, juntando-se a outras mulheres pobres e solitárias a serviço do salvador das almas (AHU- Avulsos de Pernambuco-cx. 67 doc. 5658 1748). Ana Maria de Jesus, alguns anos depois, tornou-se a regente do beatério, dedicou sua vida para alcançar o objetivo de transformar a casa em convento. Além de ser uma beata andarilha que esmolava pelos sertões, também foi ativa no sentido de estabelecer relações com pessoas importantes da vila do Recife e do bispado pernambucano, construindo alianças em torno de seu projeto de erigir um convento para mulheres submetido à ordem carmelitana. E não foi só isso; viajou para Portugal em busca de apoio para seu projeto, da própria rainha. Ana Maria não pode ser definida como uma mulher culta, mas tudo indica que sabia ler e escrever, pois, preocupada com a qualidade da educação das mulheres recolhidas que com ela faziam vida comum, trouxe livros de Lisboa para compor uma humilde biblioteca do beatério, há esse tempo, 1778, conhecido com Recolhimento da Glória, não mais situado nos Afogados, mas na Boa Vista (AHU- Avulsos de Pernambuco- cx.132, doc. 9907- 1778). Conquistou muitos amigos

importantes como o Deão de Olinda, Manuel de Araújo de Carvalho Gondim, mas também muitos inimigos incluindo-se entre eles o próprio governador de Pernambuco. É evidente que, com um perfil tão independente como foi o seu, não podia agradar a muitas pessoas (AHU – Avulsos de Pernambuco – cx. 132, doc. 9907 – 03/12/1778; 07/12/1778. APEJE – Ordens Régias – doc. 19 fls.5, 1778/79).

As místicas citadas absorveram como verdadeiras as práticas religiosas realizadas na Europa, adaptando-as à realidade de uma religiosidade leiga. Optaram por fazer desaparecer gostos, desejos, paixões, preferências secretas, numa palavra toda a vida afetiva, ligada ao corpo, que a condiciona e a cria. Longe das paisagens geladas da Europa, a mística cabocla adaptou-se ao sol, à sequidão, à visão de uma terra que vai dos tons de bege ao preto, preto expressão de uma vida que queimou, de um corpo que foi destruído cujas cinzas se espalharam entre palmas e avelós que de tão verdes em meio à desolação parecem ter sugado toda a possibilidade de vida daquela vastidão do sertão. Foi nessa terra seca que perambularam corpos esqueléticos de mulher que; pregando e esmolando, tentaram negando suas vidas pessoais levar aos abandonados de Deus a esperança de outra vida de outro corpo. Foi nessa terra que muitas mulheres se enclausuram em suas casas, amortalhando-se em vida em busca da esperança de um corpo incorruptível.

Referências:

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia:** Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. **O sexo devoto:** normatização e resistência feminina no Império Português. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

ARANA, Maria José. **La clausura de las mujeres:** uma lectura teológica de un proceso histórico. Bilbao: Ediciones Mensajero, 1992.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valeria. A vida religiosa feminina no Brasil colonial.*In*:AZZI, Riolando (Org.). **A vida religiosa no Brasil:** enfoques históricos. São Paulo: Paulinas 1983.

BASTIDE, Roger. **Os problemas da vida mística.** Lisboa: Publicação Europa-América, 1959.

COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis.**Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Mulheres, adúlteros e padres:** História e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Donas e Plebéias na sociedade Colonial**. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecado**: moral sexualidade e Inquisição no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental: (séculos VIII – XIII).**Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Colonização Salvífica: o empreendimento missionário de Manoel da Nóbrega na América Portuguesa – 1549-1560

Luiz Antonio Sabeh*

Resumo: *Colonização Salvífica* é um estudo do empreendimento missionário de Manoel da Nóbrega na Província de Santa Cruz. O jesuíta, nomeado superior da Missão no Brasil, atuou na lide colonizadora a fim de criar condições favoráveis à salvação da alma ameríndia. A pesquisa alicerçou-se nas cartas escritas pelo clérigo, na América, entre 1549 e 1560. Objetivamos compreender, ao analisar as epístolas, como os mecanismos de conversão foram adaptados à realidade no ultramar para que fosse viável a salvação da alma ameríndia. Ainda, diante das questões teológicas discutidas por Nóbrega para que a Igreja aceitasse novas regras de conversão, buscamos entender se a colonização salvífica sustentou uma sociabilidade entre colonos e nativos, já que o ameríndio não refletia, quando do descobrimento, o homem europeu seiscentista.
Palavras-chave: Nóbrega – Jesuíta – América portuguesa.

Résumé: La Colonisation de Sauvetage c'est un étude sur la mission du prêtre jésuite Manuel da Nóbrega au Brésil (Terra de Santa Cruz). Le jésuite, nommé supérieur de la Mission du Brésil, em 1549, dont l'action, dans la lutte colonisatrice, avait l'objectif de créer des conditions favorables à la salut de l'âme des indigènes. Le texte porte sur l'analyse des lettres du missionnaire (1549-1560) rapportant la conversion des indigènes adaptés à la nouvelle réalité de la culture du Nouveau Monde.
Mots clés: Nóbrega – Jésuite – Amérique portugaise.

Em 29 de março de 1549 chegara a primeira ordem religiosa designada à atividade missionária na América portuguesa. Nomeado superior da Missão do Brasil, Manoel da Nóbrega chefiou o grupo de cinco jesuítas[2] que aportou na Baía de Todos-os-Santos, juntamente com Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral da Terra de Vera Cruz.

A chegada da Companhia de Jesus com o Governo Geral na possessão americana expressou, além de uma reforma administrativa, a vontade de João III de converter os

* Mestrando em História, Universidade Federal do Paraná.
[2] Eram eles os padres Leonardo Nunes, Antônio Pires e João Azpilcueta Navarro, e os dois irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

silvícolas, como podemos observar no trecho do Regimento de Tomé de Souza, de 17 de dezembro de 1548:

> *Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica, vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter; e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos; e, para eles mais folgarem de o ser, tratem bem todos os que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consistam que lhes seja feita opressão, nem agravo algum; e, fazendo-se-lhes, lhe façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhes fizerem, sejam castigados como for justiça (In: INÁCIO; LUCA: 1993, 51).*

A conversão dos ameríndios à fé cristã demonstra uma expansão do Reino português que fora geográfica e cultural. Levar a fé de Cristo ao além-mar era uma demonstração do sentimento messiânico lusitano avivado quando dos Descobrimentos. O achamento de novos territórios e povos, seguida de sua posse, denotava a consolidação da política econômica do poder absoluto e a proteção do cristianismo, um projeto centrado na referência "fé, lei e rei", síntese do Estado Nacional português no mundo dos Descobrimentos. Para além da inserção das terras ao sistema econômico do mercantilismo, a posse destas aludia ao messianismo criado no século XII com o fundador da monarquia, D. Afonso Henriques, sacralizado pelo ato heróico de Reconquista do solo pátrio.

De acordo com Geraldo Pieroni, "a nação portuguesa não se concebe sem um catolicismo fervoroso. O Reino é considerado sagrado por causa de uma predestinação divina que escolheu a monarquia e o povo lusitano como arautos do catolicismo" (PIERONI: 2000, 203). Ademais, as descobertas imbuíram-nos de uma ação missionária quando do contato com os infiéis mulçumanos e, posteriormente, com povos que o Evangelho não dera notícia[3]. À luz das concepções teológicas da época, nem todos os seres humanos poderiam ser salvos através do batismo. O avivamento da missão cristã por parte dos teólogos cristãos enfeixou à expansão imperial a propagação da fé. Navegar e conquistar, para os intelectuais da ocasião, era um ato heróico de gesta nacional e de afirmação da vontade divina (DIAS: 1988, 48-52).

A conversão dos silvícolas, como solicitou D. João III, era o meio pelo qual os lusitanos salvariam suas almas. O monarca, afinal, segundo a tradição medieval de *persona mixta*, distinguia-se das demais pessoas porque vinha ao mundo não apenas por sua condição natural, mas também pela graça de Deus à escolha de sua função. Na tradição bíblica, Deus é o Rei celestial, eterno. O monarca, então, rei "deificado" por um período determinado na

[3] O Evangelho, evidentemente, não anuncia os mouros, uma vez que o Islamismo surgira no ano 632. No entanto, os lusitanos já haviam entrado em contato com a religião maometana desde o século VIII.

Terra em virtude de sua graça. Tido como a personificação de Cristo, imbuía-se também da missão salvacionista, já que Cristo, quando de sua estada no mundo terreno, dedicou-se a salvar as almas dos mortais (KANTOROWICZ: 1998, 17-71). Encomendar a conversão dos ameríndios significava garantir a salvação de suas almas "pagãs"[4], cuja missão fora designada à Companhia de Jesus em virtude do Padroado.

A Ordem inaciana fora criada no bojo das transformações pela qual passava a Europa dos Quinhentos: de um lado o crescimento da "heresia" reformista do protestantismo; de outro, os mundos novos habitados por "pagãos" apresentados durante o movimento dos descobrimentos ibéricos, que avivaram, como dito, o dever apostolar dos reis católicos de levar-lhes a Boa Nova.

Diferentemente das outras ordens religiosas da Europa que, para se dedicar a vida à imagem e semelhança da vida de Jesus viviam no isolamento dos mosteiros, a Companhia fora aprovada pelo Papa Paulo III, em 1540, mediante a *Bula Regimini Militantis Ecclesiae*, com o intuito de propagar a fé cristã.

Nesse sentido, defender a fé (combater os hereges) levou Paulo III a restabelecer o Santo Ofício da Inquisição diante do crescimento das heresias reformistas. E propagá-la (converter os pagãos), imbuía a Ordem recém criada do sentimento cruzadístico reavivado no movimento Contra-Reformista. Seus membros, enquanto soldados de Cristo, rompiam com "os princípios contemplativos do monasticismo medieval" (LOPEZ: 1994, 27). Assim, a Ordem inaciana inseria-se nos três pilares em que se assentava a Reforma Católica: o restabelecimento da Inquisição que agia no controle e normatização social expelindo dos reinos cristãos a ameaça herege; a criação da Companhia, sugerida por Paulo III para o trabalho e zelo na difusão da fé cristã (missionarismo); e o Concílio de Trento, que tratou por consolidar, a partir da redefinição dos dogmas da Igreja, uma mentalidade de sociedade governada pelo Papa e composta por fiéis católicos dispersos em diversas nações.

Embora essa mentalidade de sociedade católica tenha sido germinada durante a época medieval, onde a Igreja constituía-se como um verdadeiro Estado dentro de outros, o Reino lusitano absorvia essa noção em suas legislações quando da consolidação do Estado nacional: o mundo cristão era governado pelos poderes civis e eclesiásticos. Daí Pieroni mencionar que "Portugal foi tridentino antes do Concílio de Trento" (PIERONI: 2000, 204).

---

[4] Tomás de Aquino havia mencionado a existência de outros dois tipos humanos além do cristão: o herege, aquele que negava a religião de Jesus e que, portanto, poderia ser punido ou compelido a abandonar seu erro; e o pagão, que simplesmente ignorava a fé por não conhecê-la. Desse modo, inocente do pecado, deveria ser persuadido a aderir à doutrina cristã. Fé, afinal, é uma virtude da vontade, e a falta dela, um defeito da razão. Por não poder ser punido, a persuasão era um instrumento justo da sua conversão. Ver *Suma Teológica*, Tomo VII. 2-2, q. 6 e 10.

A relação do Reino lusitano com a Igreja transfigurou-se na instituição do Padroado. A partir dele, o monarca, por delegação do papa, transformou-se em administrador espiritual e o responsável por implantar a fé cristã em suas posses de ultramar. Em função da relação da fidelidade entre Igreja e Estado, os jesuítas estiveram presente em várias regiões da África, Ásia e América, consolidando as expansões do monarca. Os missionários eram, nesse sentido, dependentes do poder secular: colonização e evangelização confundiam-se no intento de instituir, no além-mar, uma sociedade alicerçada nos dogmas da Igreja.

A construção de uma sociedade cristã nos trópicos decorreu da tentativa de assegurar a formação de uma civilização à imagem da Europa seiscentista. Civilização, pois, é um conceito, segundo Norbert Elias, que expressava a consciência que o Ocidente tinha de si mesmo, que os caracterizava e os orgulhava frente ao sentimento de superioridade em relação às sociedades antigas ou contemporâneas, tidas como "primitivas" (ELIAS: 1994, 23-27). A Companhia de Jesus, nesse ínterim, fora responsável por disseminar a cultura da Europa cristã, em nome de Deus e dos reis católicos.

Uma vez em terras brasílicas, Nóbrega iniciou sua atividade missionária orientando os seus na melhor maneira de evangelizar os silvícolas. Os inacianos escreviam aos seus superiores na Europa prestando conta dos serviços a favor da conversão dos aborígines e do processo de ocupação dos territórios que pretendiam cristãos. A correspondência era uma obrigação institucional da Ordem, estabelecida quando da sua fundação, já que as atividades não poderiam ser monitoradas com a visita pessoal. Ademais, a correspondência era o único meio de comunicação de uma instituição presente em vários continentes do mundo seiscentista (EISENBERG: 2000, 27-58).

As cartas escritas por Nóbrega[5], entre 1549 e 1560, alicerçaram este estudo da colonização salvífica[6]. Atentos aos questionamentos advindos da leitura das fontes, perguntamo-nos em que medida as cartas e seu discurso salvífico dão-nos pistas para uma análise dos interesses maiores da Companhia de Jesus e da Coroa portuguesa em seu processo de expansão geográfica e cultural. Qual, então, o papel do jesuíta, enquanto um braço longo da Companhia e da Monarquia em terras estrangeiras, já que é possível considerá-lo uma síntese do poder secular e eclesiástico nessas terras? Qual é a relação possível de ser detectada

[5] Estas cartas foram enviadas para D. João III, então rei de Portugal; para os padres do Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra; a Tomé de Souza; ao padre provincial de Portugal, Mestre Simão; ao padre Inácio de Loyola, fundador da Ordem dos jesuítas; ao infante cardeal D. Henrique, entre outros.

[6] *Colonização salvífica: o empreendimento missionário de Manoel da Nóbrega na América Portuguesa – 1549-1560* é o título original da monografia apresentada à disciplina de Orientação Monográfica como requisito parcial à conclusão do curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná. O trabalho está disponível para pesquisa no Centro de Referência Documental – CRDoc, desta universidade em Curitiba.

entre as posições pessoais de um sacerdote de rigorosa formação religiosa frente às necessidades políticas e práticas da conjuntura colonizadora?

Percebemos, em um primeiro momento, que os conteúdos das epístolas modificavam-se de acordo com o destinatário. Uma análise minuciosa dos seus discursos, que a *priori* pareciam distintos, possibilitou-nos cruzar muitas informações. Os dados epistolares, uma vez problematizados, evidenciou-nos que a atuação de Nóbrega transpôs a lide evangelizadora: o padre fora, também, um agente colonizador, cujas solicitações foram atendidas pelo monarca português e pela Igreja de Roma.

O discurso colonizador, que demonstra a atuação do clérigo nos assuntos seculares da Província, foi entendido por Serafim Leite como um plano colonizador (LEITE: 1938, 113-139). Notamos, no entanto, que os discursos evangelizador e colonizador das cartas são indissociáveis e complementares. Verificamos que a intromissão do clérigo nos assuntos seculares atendia ao sentido expansionista da fé e do Reino. O plano colonizador, enquanto processo civilizatório, confundia-se com a tentativa de fazer do Novo Mundo um Velho Mundo. Na profusão dos adjetivos, Gruzinski notou um processo de ocidentalização que

> *(...) cobre o conjunto dos meios de dominação introduzidos na América pela Europa do Renascimento: a religião católica, os mecanismos do mercado, o canhão, o livro ou a imagem (...). Uma vez na América, uns e outros empenharam-se em edificar réplicas das sociedades que haviam deixado para trás (GRUZINSKI: 2001, 93-94).*

Nóbrega, na construção da pretendida sociedade cristã nos trópicos, chefiou as atividades de evangelização dos silvícolas, criando, juntamente com outros jesuítas, técnicas eficazes de conversão; orientou a vinda de europeus como medida de exemplificação, de correção da fé tropical e de eliminação dos seus "pecados"; e, de certo modo, lançou bases para o estabelecimento de um aparelho clerical e judiciário na Província. No entanto, percebera que havia alguns males a serem combatidos: aventureiros portugueses amantes do vício e da jogatina, feiticeiros, degredados e padres hereges. Esses males, para o clérigo, seriam eliminados com boas "sementes": órfãs, padres e homens de bem vindos do Reino. Para expandir o reino de Cristo, então, era necessário plantar e colher bons frutos no além-mar:

> *Dizem que aqui se encontrará grande quantidade de ouro que pelas poucas forças dos Christãos não está descoberto, e egualmente pedras preciosas. Deus queira que o verdadeiro thesouro e as verdadeiras joias, isto é, as almas suas que estão nas trevas, comecem a ver luz como esperamos que será, mediante sua misericordia (NÓBREGA [1517-1570]: 1988, 112-113).*

O maior de todos os frutos para os inacianos, evidentemente, era a salvação da alma ameríndia. Nóbrega, entretanto, evidenciou os "pecados mortais" que deveriam ser eliminados da região para tornarem os silvícolas aptos ao batismo.

O batismo, na tradição bíblica, transpõe o simples rito religioso já que representa o ingresso de um filho de Deus na Igreja. O sacramento torna-o cristão pois assinala sua adesão a Jesus Cristo, o que pressupõe a fé do batizado Nele. É, portanto, um ato oficial da sua entrada na Igreja (VICENT: 1969, 78-79). O sacramento, nesse sentido, representava a salvação das almas pagãs anunciadas no Evangelho. De acordo com a Escritura, afinal, cedo ou tarde todos os povos da Terra teriam conhecimento dos ensinamentos de Jesus. No entanto, enquanto símbolo da morte da carne para o pecado e o nascimento para Deus em Cristo, a conversão através do batismo supõe que o batizado ouviu a pregação evangélica e se confessou ao Messias, respondendo ao chamado divino da pregação apostólica. Uma vez sacramentado na fé batismal, o indivíduo não só une o seu espírito à mensagem evangélica como se integra à Igreja. E esta é a sua garantia de entrada no Reino de Deus, desde que a transformação de sua vida tenha como ponto de partida a fidelidade inquebrantável (LÉON-DUFOUR: 1972, 91-96). Compreende-se, assim, que a conversão ocorria após o batismo, desde que o indivíduo tivesse ouvido a pregação apostólica e tivesse sido evangelizado para agir de acordo com os preceitos da Santa Sé, ou seja, para Cristo.

Desse modo, antes de terem suas almas salvas, os silvícolas deveriam glorificar Jesus vivendo a partir dos preceitos da Santa Sé, abandonando seus "bestiais costumes", como o hábito da antropofagia, a mancebia, a nudez e a consulta aos feiticeiros. Como incitá-los à vida cristã, entretanto, se os homens brancos não obedeciam aos ensinamentos da Igreja?

> *E assim está agora a terra nestes termos que, si contarem todas as casas d'esta terra, todas acharão cheias de peccados mortaes, cheias de adulterios, fornicações, incestos, e abominações, em tanto que me deito a cuidar si tem Christão algum limpo nesta terra, e escassamente se offerece um ou dous que guardem bem seu estado, ao menos sem peccado publico. Pois dos outros peccados que direi? Não ha paz, mas tudo ódio, murmurações e detracções, roubos e rapinas enganos e mentiras; não ha obediência nem se guarda um só mandamento de Deus e muito menos os da Egreja (NÓBREGA [1517-1570]: 1988, 194).*

A conversão dos silvícolas estava, como se nota, ameaçada pela conduta dos cristãos: funcionários reais, aventureiros e clérigos seculares que não zelavam pelas práticas religiosas e pela moral cristã. Diversas vezes admoestados pelos jesuítas, estes não se emendavam na fé. O exemplo que deveriam dar fora buscado nas pregações, mas também

foram coagidos à correção pelo temor da justiça: Nóbrega buscou respaldo na justiça secular e eclesiástica do reino para o favorecimento da conversão dos ameríndios.

A punição dos pecadores, porém, não era a única medida de correção da fé. O jesuíta recorreu, também, aos pedidos de contingente humano no intuito de criar condições favoráveis à prática da fé católica, já que as táticas de conversão inovadas à realidade ultramarina não eram suficientemente capazes de aludir os indígenas a uma vida cristã, consagrada através do batismo. O sacramento batismal não foi oferecido a muitos deles devido ao risco de retorno aos hábitos milenares tidos como "bárbaros". A criação de um ambiente baseado nos costumes católicos era premissa fundamental para a vivência da fé: não era necessário, no mundo dos seiscentos, ser cristão, mas mostrar-se cristão e não herege, valorizando o caráter público e ostentatório do culto (LOPEZ: 1994, 27-31). Mostrar-se cristão, então, significava zelar por uma das determinações do Concílio de Trento: separar as manifestações da fé católica de outras manifestações menos ortodoxas. O catolicismo era único e oficialmente reconhecido. As outras deveriam, e foram, duramente reprimidas para a defesa contra a contaminação da fé católica.

Os lusitanos em estada na Província, nesse sentido, deveriam ser exemplos aos indígenas a serem convertidos. Buscar a correção de fé dos lusitanos, ao mesmo tempo em que buscava a salvação da alma "pagã", traduziu o missionarismo de Nóbrega enquanto uma colonização salvífica. Agente evangelizador, concomitantemente colonizador, o inaciano expressava o sentido da Ordem que representava: "o fim desta Companhia é não somente ocupar-se na salvação e perfeição das almas próprias com a graça divina, mas também com a mesma procurar intensamente ajudar à salvação e perfeição dos próximos" (LOYOLA. *Apud* LEITE: 1938, 10).

Quando do desenvolvimento da pesquisa, muitas questões ficaram abertas. Ficou-nos, no entanto, novos caminhos a serem percorridos a fim de compreendê-las ou buscar indícios da continuidade da colonização salvífica pela Companhia de Jesus, já que atribuímo-la a Nóbrega. Discorrer sobre o clérigo e seu empreendimento missionário nos remete a uma análise da atuação da Ordem que representava em terras estrangeiras. Poderíamos, então, atribuir a colonização salvífica à Companhia de Jesus. Entretanto, para responsabilizá-la por esta colonização, conseqüentemente nos remetemos a outros jesuítas em atividade missionária na América, África e Ásia, territórios onde estiveram presentes nos séculos XVI e XVII. Seria necessário, portanto, a análise das cartas escritas por esses religiosos.

A busca de respostas a essas e outras inquietações estão sendo desenvolvidas em um novo projeto, agora de Mestrado, intitulado *Um projeto de salvação: o empreendimento*

missionário de Manoel da Nóbrega na América Portuguesa – 1549-1560. O que podemos dizer, por ora, é que as cartas do jesuíta nos fornecem elementos de compreensão das primeiras décadas de colonização portuguesa nas terras brasileiras, a partir de sua atividade missionária, mostrando-nos, assim, que o Brasil passou por diferentes "colonizações" no tempo e no espaço.

Referências bibliográficas:

DIAS, José Sebastião da Silva. **Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. V. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

INÁCIO, Inês da Conceição; LUCA, Tânia Regina de (orgs). **Documentos do Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1993.

KANTOROWICZ, Ernest H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I e II. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LÉON-DUFOUR, Xavier (dir.). **Vocabulário de teologia bíblica**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LOPEZ, Luiz Robert. **Cultura brasileira**: das origens a 1808. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

NÓBREGA, Manoel da (1517-1570). **Cartas do Brasil, 1549-1560 (cartas jesuíticas I)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do Reino**: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

VICENT, Albert. **Dicionário bíblico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1969.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O forro da Casa de Orações dos Terceiros no Convento de Santo Antônio da Paraíba: algumas questões sobre suas imagens e a vida de São Francisco de Assis[1]

Carla Mary S. Oliveira[2]

Resumo: Não se sabe quando surgiram os Terceiros franciscanos na Paraíba, mas se acredita que isso ocorreu pouco após a chegada dos Frades Menores à Capitania, em fins do século XVI. O forro de sua Casa de Exercícios - obra da segunda metade do século XVIII - é mais uma, dentre as inúmeras pinturas nas igrejas barrocas do Brasil, de que não se conhece a autoria e, tampouco, qualquer documento a esse respeito. Seu tema central, no entanto, continua a fomentar discussões sobre seu sentido e o que está ali representado. Desde os anos 1950 alguns autores o identificam como o arrebatamento do profeta Elias aos céus num carro de fogo, fato descrito no II Livro dos Reis do Antigo Testamento. Essa tese não se sustenta quando se consulta as várias biografias de São Francisco de Assis, onde uma cena semelhante, ocorrida ainda durante a vida do santo, é descrita minuciosamente. As implicações simbólicas dessa imagem e sua relação com a estrutura social em que os Terceiros se inseriam na Paraíba Colonial é o tema central deste trabalho.
Palavras-Chave: Pintura Barroca; Paraíba; Século XVIII.

Abstract: It's unknown when the Third Order of Saint Francis appeared in Paraíba, but it's possible the brotherhood was created there a few years after the arrival of the Minor Friars in the Captaincy, in the ends of the 16th century. The ceiling painting of their House of Exercises - done in the second half of the 18th century - is one more among the countless paintings in the Baroque churches of Brazil whose authorship remains unknown and undocumented. Its central theme, however, motivates increasing discussions about its meaning and what is there represented. Since the 1950's some authors identify it as the taking of Prophet Elias to Heaven in a fiery chariot, a fact described in the II Book of Kings of the Old Testament. That thesis is not sustainable when confronted with the several biographies of Saint Francis of Assisi, where a similar scene, happened during the saint's life, is described. The symbolic implications of that image and its relationship to the social structure in which the Tertiaries were inserted in Colonial Paraíba are the central theme of this paper.
Keywords: Baroque Painting; Paraíba; 17th Century.

O Forro da Capela e a vida de São Francisco

A Casa de Oração - ou Casa de Exercícios - da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Convento de Santo Antônio da Paraíba é uma das mais significativas capelas erguidas durante o século XVIII na velha sede da Capitania. Seu forro é mais uma, dentre as

[1] Trabalho apresentado no Simpósio Temático "Imagens de Arte: fronteiras disciplinares entre história da imagem e história da arte", durante o XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH - "História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos", realizado na UNISINOS, em São Leopoldo (RS), entre 15 e 20 de julho de 2007.

[2] Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <cms-oliveira@uol.com.br>. Sítio eletrônico: <http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/>.

inúmeras pinturas existentes em igrejas barrocas no Brasil, das quais não se conhece a autoria e, tampouco, se encontrou, até hoje, algum documento que aponte qualquer pista a este respeito. Qual seria, então, a função de uma obra artística dessa envergadura, numa Capitania periférica que, na segunda metade do século XVIII, estava em franca decadência econômica, a ponto de ser anexada a Pernambuco? Embora não haja, necessariamente, uma ligação direta entre opulência decorativa e aumento da riqueza local, o inverso é paradoxalmente mais comum do que se imagina: ostentar riqueza, quando ela não existe, pode ser muito importante numa sociedade permeada por interesses e poderes simbólicos, tal como o era a do Brasil colonial.

Com 268 m², o forro é pintura com forte efeito *trompe l'oeil*, apresentando sacadas e colunas de um prédio imaginário que se avoluma em formas sinuosas sobre as cabeças dos fiéis. Há vários detalhes que merecem atenção nesta obra, mas certamente o espectador é logo atraído para seu tema principal: numa área elíptica, ao centro, aparece uma carruagem subindo aos céus, puxada por dois cavalos e conduzida por um homem barbado, adulto, trajando um hábito franciscano, com a cabeça coberta. Por trás do condutor, chamas flamejantes dão um aspecto fantástico à cena.

Fig. 1 - Anônimo; *São Francisco no carro de fogo*; segunda metade do século XVIII.
Madeira policromada; detalhe do forro, medalhão central, Casa de Oração dos Terceiros;
Convento de Santo Antônio da Paraíba, João Pessoa.
Fonte: foto de Carla Mary S. Oliveira, 1999.

Até hoje perdura certa indefinição sobre que cena está ali retratada. O Cônego Florentino Barbosa - padre secular e um dos primeiros estudiosos do Barroco local -

acreditava que ela seria a representação do profeta Elias sendo arrebatado aos céus (BARBOSA, 1953: 51). Sua versão foi aceita localmente, e os historiadores que estudaram os franciscanos e sua arte na Paraíba sempre tangenciaram essa discussão[3]. Contudo, há outra possibilidade para a interpretação desta imagem, e um dos principais motivos reside no fato de que não há qualquer ligação, na liturgia franciscana, entre Elias e a Ordem Seráfica. Ao contrário: o profeta é considerado como um dos fundadores da Ordem Carmelita, e em muitas das igrejas e capelas desta Ordem espalhadas pelo Brasil há representações de cenas de sua vida, inclusive desse arrebatamento aos céus. Possivelmente a mais conhecida dentre elas seja a do forro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Sabará, pintada por Joaquim Gonçalves da Rocha entre 1812 e 1813.

Fig. 2 - Joaquim Gonçalves da Rocha, *Santo Elias subindo aos céus observado por São Eliseu*, 1812-1813. Madeira policromada; detalhe do forro, medalhão central; nave principal da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Sabará, Minas Gerais. Fonte: FALCÃO, 1946.

Se houve equívoco quanto à identificação inicial da pintura paraibana, ele não é de explicação difícil: talvez o episódio da vida de Elias narrado no Segundo Livro dos Reis do Antigo Testamento seja dos mais conhecidos entre os cristãos em geral. Quando o Cônego Barbosa começou a estudar o Barroco na Paraíba, há muito já não funcionava o convento franciscano, nem havia atividades regulares dos Terceiros na cidade. Mas qualquer Terceiro,

[3] Refiro-me aqui, especialmente, a Humberto Nóbrega (1974) e Glauce Burity (1988).

Frade Menor ou Clarissa conhece o episódio da vida de São Francisco a que, muito provavelmente, se refere a pintura da Casa de Exercícios do Convento de Santo Antônio: sua primeira representação pictórica conhecida foi feita pouco mais de setenta anos após a morte do fundador da Ordem Seráfica, ainda no século XIII, por Giotto, em um dos afrescos laterais da nave central da Basílica Superior de Assis, na Úmbria.

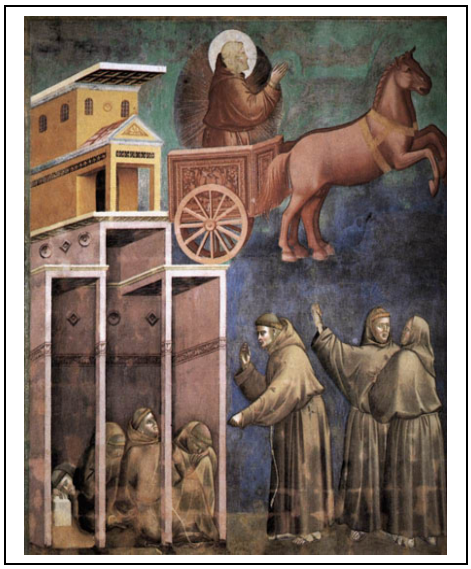

Fig. 3 - Giotto da Bondone, *Legenda de São Francisco, Oitava Cena: Visão do Carro de Fogo*, 1297-1299.
Afresco em painel de parede lateral; 270 X 230 cm;
nave central da Basílica Superior de São Francisco, Assis, Itália.
Fonte: <http://www.sanfrancescoassisi.org/>.

Para Rosalind Brooke, a ligação de São Francisco ao sol ou a imagens de luzes e fogo, ao menos em descrições orais, iniciaram-se menos de dois anos após sua morte, ocorrida na noite de 3 de outubro de 1226, e sua expressão mais clara seria a descrição do *poverello d'Assisi*[4] presente no sermão proferido pelo papa Gregório IX - amigo próximo e protetor de Francisco e seus seguidores - na cerimônia oficial de canonização, ocorrida em Assis no dia 16 de julho de 1228: *"como a estrela da manhã entre as nuvens,/ como a lua em seu completo esplendor,/ como o sol brilhando no Templo do Altíssimo"* [5] (BROOKE, 2006: 8). A cena do carro de fogo, por sua vez, foi detalhadamente narrada em várias de suas biografias escritas por membros da Ordem àquela época. Tomás de Celano, frade que conviveu com o santo, provavelmente foi incumbido pelo próprio Gregório IX de escrever uma "vida" do religioso recém-canonizado, trabalho que deve ter concluído entre 1229 e 1230. Conhecido como *Primeira Vida* de São Francisco, o texto descreve brevemente em seu

[4] Forma carinhosa pela qual contemporâneos de São Francisco o chamavam e que, entre seus devotos, se perpetuou até nossos dias. Literalmente, pode ser traduzida como "pobrezinho de Assis".

[5] O texto da versão em inglês: *"like the morning star among the clouds,/ like the moon at the full,/ like the sun shining on the Temple of the Most High"*.

capítulo XVIII a aparição do santo, num carro de fogo, a alguns frades menores em oração, e talvez este seja o primeiro relato escrito daquela cena fantástica:

> *[3] Lá pela meia-noite, quando alguns frades descansavam e outros rezavam em silêncio com devoção, entrou pela pequena porta um rutilante carro de fogo, deu duas ou três voltas para cá e para lá na casa, tendo sobre ele um globo enorme, que era parecido com o sol e iluminou a noite. [4] Os que estavam acordados se espantaram e os que estavam dormindo se assustaram, pois sentiram uma claridade não só corporal mas também interior.* (TOMÁS DE CELANO, s.d., cap. XVIII, § 47: 3-4.)

Outra das muitas descrições desta aparição está também na *Vida de São Francisco*[6] de Juliani di Spira (s.d., cap. V, § 29), que foi escrita por volta de 1232 para uso na França, onde o frade alemão desenvolvia trabalho missionário. Entretanto, a versão mais difundida do episódio talvez seja aquela presente na *Legenda Maior*, escrita por São Boaventura[7] após o Capítulo[8] de Narbonne (1260) e publicada em 1263, no Capítulo de Pisa, para uso oficial em todas as Províncias Franciscanas a partir de então:

> *[2] Como o varão devotado a Deus pernoitasse na oração a Deus, como costumava, num tugúrio que ficava na horta dos cônegos, ausente corporalmente dos filhos, eis que, lá pela meia-noite, enquanto alguns frades descansavam e outros continuavam rezando, um carro de fogo de admirável esplendor entrou pela porta da casa e virando de um lado para o outro por três vezes no domicílio. Sobre ele permanecia um globo luminoso, com o aspecto do sol, e fez a noite ficar clara. [3] Os que estavam acordados ficaram estupefatos, os que dormiam foram acordados apavorados, e não sentiram menos a claridade do coração que a do corpo, pois em virtude da luz admirável, a consciência de cada um ficou despida diante dos outros. [4] Compreenderam, todos de acordo, vendo cada um tudo que havia nos corações dos outros, que o santo pai, ausente de corpo, estava presente em espírito, transfigurado naquela imagem, irradiado pelos fulgores supernos, e inflamado pelos ardores. O carro resplandecente pela virtude sobrenatural e ao mesmo tempo de fogo, lhes estava sendo mostrado pelo Senhor para que como verdadeiros israelitas caminhassem atrás daquele que, como outro Elias, tinha sido feito para Deus carro e condutor dos varões espirituais.* (SÃO BOAVENTURA, s.d., cap. IV, § 4: 2-4)

---

[6] Considerada, em sua maior parte, como cópia resumida da obra de Celano, salvo em seus trechos finais.

[7] Nascido em 1221, em Bagnorea, nas cercanias de Viterbo, e batizado com o nome de Giovanni di Fidanza, conta-se que foi curado de grave doença, ainda criança, através da intercessão do próprio São Francisco, que ao recebê-lo nos braços teria exclamado *"oh! Buona Ventura"*, e a partir daí o menino passou a ser chamado por este nome. Foi teólogo, doutor da Igreja, Cardeal de Albano e Ministro Geral dos franciscanos, tendo morrido em Lyon, em 16 de julho de 1274. Foi canonizado em 14 de abril de 1482, pelo papa Sisto IV (ROBINSON, 1907).

[8] Nome dado à assembléia de religiosos que decide sobre matérias relativas à província, congregação ou ordem católica de que seus membros fazem parte ou, por extensão, o local em que se reúne essa assembléia.

É interessante que São Boaventura compare Francisco a Elias, no entanto parece muito mais provável que a cena retratada no teto da Casa de Oração dos Terceiros da Paraíba seja a da vida de São Francisco. Não bastassem as descrições existentes em suas biografias medievais, há também outro detalhe que justifica essa identificação: o santo italiano teria aparecido desse modo a seus irmãos frades que, recolhidos à noite, rezavam contritamente num casebre nas cercanias de Assis. Não seria esse um episódio extremamente apropriado para decorar uma Casa de Exercícios franciscana e incentivar a prática da oração?

Não se pode esquecer que havia, no Brasil Colonial, o costume de fazer circular entre os fiéis e religiosos um sem número de breviários ilustrados e gravuras avulsas que, quase sempre reproduziam, mesmo que toscamente, pinturas sacras de mestres europeus consagrados[9]. A imagem de São Francisco no carro de fogo feita por Giotto, portanto, além de retratar um fato que não devia ser novidade para os Terceiros, por estar presente nas biografias do santo, também era, provavelmente, conhecida dos irmãos e dos frades através desse tipo de reprodução.

Exemplo disso é o forro da Igreja da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, em São Paulo, em que aparece a mesma cena, com um desenho mais próximo, até, daquele do afresco de Giotto, salvo pela ausência dos cavalos à frente da carruagem. Lá estão, atônitos, os frades menores que presenciaram a aparição de seu mestre no meio da noite de vigília e oração, detalhe que falta à cena de João Pessoa. Ao contrário da pintura existente na Paraíba, o forro da Igreja dos Terceiros de São Paulo tem sua execução, possível autoria e pagamentos correspondentes documentados nos livros contábeis da ordem. Sua feitura se deu por volta de 1792, e teria sido obra do mestre-pintor paulista José Patrício da Silva Manso (ARAÚJO, 2006: 9-10).

[9] A esse respeito, ver LEVY (1944).

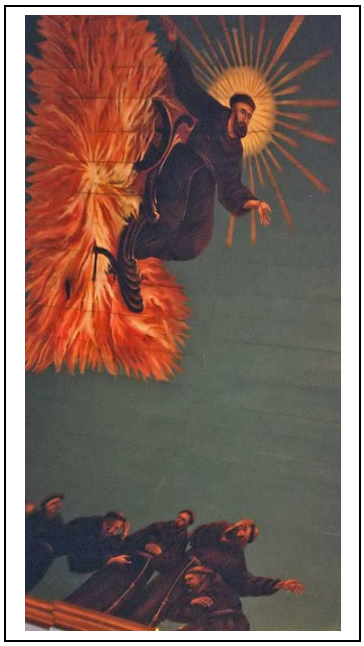

Fig. 4 - José Patrício da Silva Manso (atribuído), *São Francisco no Carro de Fogo*, c. 1792.
Madeira policromada; detalhe do forro, nave central da
Igreja da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, São Paulo, capital.
Fonte: ARAÚJO, 2006.

Os Terceiros Franciscanos: alegoria e *status* na Paraíba colonial

Até hoje não se sabe de registros documentais do surgimento dos Terceiros Franciscanos em terras paraibanas. Contudo, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão destaca, em seu *Novo Orbe Seraphico Brasilico*, que havia menção, em um sumário da ordem[10], a um terceiro que atuava como *"syndico da caza da Paraiba"* já no século XVII (JABOATAM, 1980, vol. 2, parte II: 386), o que leva o cronista a inferir que a Ordem Terceira deve ter surgido poucos anos após a instalação dos Frades Menores na cidade.

É certo que os Terceiros utilizavam, ao menos durante a primeira metade do século XVIII, outro espaço do conjunto franciscano para seus serviços, novenas, exercícios espirituais e orações: a Capela da Ordem Terceira - ou Capela Dourada, perpendicular à nave da igreja principal do convento - que os "padres da mesa"[11] decidiram mandar erigir em setembro de 1704. Ainda segundo Jaboatão, *"não consta, porem, quando se lhe desse principio, nem se dicesse a primeyra missa"* (JABOATAM, 1980, vol. 2, parte II: 387).

[10] Provavelmente Jaboatão se refere a uma crônica da ordem escrita por Frei Vicente do Salvador antes de sua *História do Brasil*, de 1627, mas hoje perdida (ILHA, 1975: 144, nota 30).

[11] Os padres da mesa atuam como conselheiros do superior - no caso dos franciscanos, do guardião - de um convento.

A Casa de Exercícios, contudo, já estava em uso - mas possivelmente ainda com sua decoração por terminar - quando Jaboatão escreveu sua crônica, em 1751, ano em que foi Guardião do convento paraibano:

> *(...) e se lhe lançou a prymeira [pedra] no seo alicerce a vinte de Mayo de 1748, sendo comissario da ordem o Irmão Pregador Fr. Manoel das Chagas, Ministro o R. cura do Taypú Joseph de Andrade Souza, e vice-Ministro Domingos Baptista de Siqueira.* (JABOATAM, 1980, vol. 2, parte II: 387)

Construída paralelamente à Igreja de Santo Antônio e comunicando-se com ela pela sacristia da Capela Dourada e por uma varanda que dá acesso à galilé[12], na entrada do convento, a Casa de Exercícios é templo espaçoso, com uma nave iluminada por amplos janelões que se abrem para o poente e a paisagem do antigo Varadouro. Em seu subsolo há um carneiro - ou cripta - que servia como ossuário para os Terceiros[13], a que se tem acesso por uma escada de calcário, coberta por um gradil de madeira-de-lei, logo em frente ao altar-mor - passagem que possivelmente ficava oculta por um tapete durante o uso cotidiano do templo.

O delicado acabamento das sanefas sobre as janelas, bem como a refinada talha de seu altar-mor e de seus altares laterais juntam todas as características do barroco franciscano que se espalham pelo Convento. Decorados com colunas salomônicas recobertas de folhagens e detalhes a ouro, os altares da Casa de Oração mostram bem o gosto requintado - ou, ao menos, a tentativa de mostrar certo requinte - por parte dos Irmãos Terceiros da Paraíba.

Se em outras capitanias a Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco reunia sempre os chamados *bons homens* da elite local, o padrão devia se repetir na Paraíba. Por isso mesmo, o ar de requinte que os altares cedem ao ambiente da Casa de Exercícios se justifica, exatamente pela necessidade de marcar o *status* de seus freqüentadores em relação à sociedade em que viviam.

A existência de uma representação de São Francisco no carro de fogo na Paraíba, nesse sentido, pode ser entendida através de diversos prismas: talvez o mais interessante seja o de tentar compreendê-la como uma alegoria relacionada ao lugar social dos freqüentadores

---

[12] Termo com origem no francês medieval (*galilée*), por sua vez inspirado pelo topônimo latino *Galilaea*, considerada no Antigo Testamento como a região dos gentios, em oposição à *Judaea*, terra do povo eleito. Por extensão, passou a designar o átrio ou varanda de entrada nas igrejas, único local de onde os pagãos ainda não batizados podiam assistir aos serviços religiosos, sendo de uso corrente a partir do século XVII. No Brasil colonial, muitas vezes servia de local de reunião para as irmandades, quando estas não possuíam capela ou igreja própria (HOUAISS, sd.; CORONA & LEMOS, 1972: 236). Trata-se de solução arquitetônica comum nos conventos franciscanos e nas capelas rurais setecentistas do Nordeste.

[13] O uso do carneiro parece ter sido interrompido a partir da década de 1830. Irineu Ferreira Pinto transcreve, em seu *Datas e Notas para a Historia da Parahyba*, um ofício do presidente da Província ao Guardião do Convento, de 23 de dezembro de 1831, reafirmando a determinação de construir um cemitério no terreno dos franciscanos, *"tão necessaria quão vantajosa obra"*, que serviria a toda a população da cidade e não apenas aos Frades Menores e Irmãos Terceiros. A obra, contudo, nunca foi efetivada (PINTO, 1916: 119).

daquele espaço. O templo normalmente não devia ficar aberto para uso cotidiano da população da cidade, salvo em ocasiões especiais, como festas do calendário litúrgico ou exéquias de algum irmão terceiro, o que era usual no caso das capelas e igrejas de irmandades das Ordens Terceiras no Brasil colonial.

Assim, aquela aparição de um santo, tal qual teria acontecido no século XIII, poderia significar que os *bons homens* que tinham livre acesso àquela igreja e faziam parte da Ordem Terceira Franciscana se colocavam no mesmo patamar dos Frades Menores que presenciaram a cena miraculosa, ou seja, por serem Terceiros Franciscanos, esses irmãos se diferenciavam do restante dos moradores da cidade, eram parte de um *petit cortège* que gravitava as esferas do poder local, freqüentando cargos e disputando campos de influência política, utilizando-se, para isso, de um capital simbólico específico.

Ora, a idéia fulcral da alegoria barroca é justamente esta: deixar claro, somente aos *iniciados*, uma mensagem específica, transcrita em símbolos e representações que adquirem um novo sentido, dependendo do contexto e local em que são utilizados.

Parece-me ser esta, justamente, a função do *São Francisco no carro de fogo* no forro paraibano: mostrar que os irmãos Terceiros estavam, na "hierarquia celeste", um degrau acima dos outros simples mortais que porventura vislumbrassem aquela imagem. Trata-se, sem dúvida, de um sinal de distinção social, num mundo em que quase sempre eram justamente o *status* e o prestígio entre os pares que contavam pontos decisivos e serviam de moeda de troca para a obtenção dos disputadíssimos cargos públicos - e suas correspondentes rendas, monetárias ou simbólicas - e das raríssimas mercês da Coroa[14].

Referências

ARAÚJO, Maria Lucília V. *O painel do forro da capela-mor da igreja dos terceiros franciscanos*. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, NEHAC-UFU, v. 3, n. 3, jul./ set. 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF8/DOSSIE-ARTIGO5-Maria.Lucilia.Viveiros.Araujo.pdf>. Acesso em: 16 out. 2006.

BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1953.

BROOKE, Rosalind B. **The image of St. Francis:** responses to sainthood in the Thirteenth century. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BURITY, Glauce M. N. **A presença dos franciscanos na Paraíba através do Convento de Santo Antônio**. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

[14] Sobre a formação da elite paraibana nas primeiras décadas da colonização e o jogo de poderes e interesses envolvido neste processo, que certamente se estendeu pelos séculos seguintes, ver Gonçalves (2006).

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Relíquias da Terra do Ouro**. São Paulo: F. Lanzara, 1946.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerra e açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (sécs. XVI-XVII)*. **Portuguese Studies Review**, Peterborough, Canada, Trent University, v. 14, n. 1, winter 2006, p. 35-64.

HOUAISS, Antônio (org.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Edição *on line*. São Paulo: Objetiva, s.d. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2007.

ILHA, Frei Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1584-1621)**. Edição bilíngüe, traduzida do manuscrito original em latim e comentada por Fr. Ildefonso Silveira, OFM. Petrópolis: Vozes, 1975.

JABOATAM, Frei Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seraphico Brasilico ou Chronica dos frades menores da Provincia do Brasil**. Reprodução facsimilar da edição de 1888. 2 vols. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980 [1761].

JULIANI DI SPIRA. **Vida de São Francisco**. São Paulo: Província dos Capuchinhos de São Paulo, s.d. [c. 1232-1235]. Disponível em: <http://www.procasp.org.br/paragrafo_subcapitulo.php?titulo=Vida%20de%20São%20Francisco&cSubCap=50&vertudo=1>. Acesso em: 21 out. 2006.

LEVY, Hannah. *Modelos europeus na pintura colonial*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, SPHAN, n. 8, 1944, p. 7-66.

NÓBREGA, Humberto C. da Cunha. **Arte colonial da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1974.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a Historia da Parahyba**. Volume II. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1916.

ROBINSON, Pascal. *St. Bonaventura (verbete)*. In: **New Advent Catholic Encyclopedia**. Vol. II. New York: Robert Appleton Company, 1907. Disponível em: <http://www.newadvent.org/cathen/02648c.htm>. Acesso em: 15 jan. 2007.

SÃO BOAVENTURA. **Legenda Maior de São Francisco**. São Paulo: Província dos Capuchinhos de São Paulo, s.d. [1263]. Disponível em: <http://www.procasp.org.br/subcapitulo.php?cSubcap=57>. Acesso em: 21 out. 2006.

TOMÁS DE CELANO. **Primeira vida de São Francisco de Assis**. São Paulo: Província dos Capuchinhos de São Paulo, s.d. [c. 1229-1230]. Disponível em: <http://www.procasp.org.br/paragrafo_subcapitulo.php?titulo=Primeira%20Vida%20(1Cel)&cSubCap=46&vertudo=1>. Acesso em: 21 out. 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Histórias e memórias sobre o levante comunista de Fernandópolis em 1949.

Vagner José Moreira *

Resumo: As histórias e as memórias sobre o movimento de trabalhadores ocorrido em Fernandópolis, em 1949, constituem parte significativa da pesquisa em desenvolvimento sobre as culturas, memórias e experiências comunistas no Noroeste do Estado de São Paulo, 1945-1955. Os processos sociais de construção de memórias sobre as experiências de luta e militância política em Fernandópolis levou-me a identificar a memória como um lugar de disputa pela hegemonia na cidade e o movimento de 1949 como um lugar de confluências de conflitos e de culturas de classe.

Palavras-chave: comunismo, cultura, memória.

Abstract: The histories and the memoirs on the workers' movement happened in Fernandópolis, in 1949, they constitute significant part of the research in development about the cultures, memoirs and communist experiences in the Northwest of the State of São Paulo, 1945-1955. The social processes of construction of memoirs on the fight experiences and political militancy in Fernandópolis took me to identify the memory as a dispute place for the hegemony in the city and the movement of 1949 as a place of confluences of conflicts and of class cultures.

Keywords: communism, culture, memory.

As memórias e as histórias imbricadas nas experiências de trabalhadores em movimento em Fernandópolis, Região Noroeste do Estado de São Paulo, no período de 1945 a 1955, compostas a partir dos embates da luta política diária pela vida e pelo ideal de revolução agrária constituem o objeto da pesquisa em curso. O movimento de 1949 em

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professor do Centro Universitário de Jales – UNIJALES e Professor da Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF. Este texto constitui-se parte da reflexão teórica e metodológica realizadas durante as disciplinas oferecidas pela Linha de Pesquisa "Trabalho e Movimentos Sociais" do Doutorado em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, da pesquisa iniciada em março de 2006 no Doutorado em História Social pela UFU, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida. E-mail: vagnerjmoreira@terra.com.br

Fernandópolis é interpretado como ponto de injunção ou de confluência de muitas experiências de luta e expressão de culturas de classe. [1]

O processo de elaboração dos referenciais teóricos e metodológicos é um processo contínuo, ativo e dinâmico e exige sempre a reflexão e a sistematização sobre as problemáticas relevantes postas por esse processo. Nesse momento, algumas questões são centrais: O que estamos chamando de cultura e de experiência social? O que significa e quais as implicações teóricas e políticas para a pesquisa em História reafirmar "outras memórias e outras histórias"? Como organizar a pesquisa ao apontar outras memórias e outras histórias sobre o movimento de 1949 em Fernandópolis? Como pesquisar e privilegiar as diferenças, a pluralidade e a multiplicidade de experiências sociais, sem limitar-se a uma perspectiva pós-moderna de perceber a diversidade cultural e descrevê-la ou inventariá-la e, sim, problematizar as tensões, os conflitos e antagonismos sempre presentes em culturas de classe? Quais as implicações para a pesquisa em considerar as diversas fontes, evidências, com as quais trabalhamos como linguagens? Que lugar ocupam as fontes e os sujeitos da pesquisa no texto do historiador? São questões que o espaço deste texto não permite esgotar, mas pretendo tangenciá-las.

A idéia de cultura e as complexidades de suas versões impõem ao pesquisador a problematização e a definição da perspectiva pela qual irá trilhar no caminho da pesquisa. A partir da tradição marxista e de alguns de seus autores, as culturas da classe trabalhadora, nas suas relações com práticas, significados e valores hegemônicos, têm sido pesquisadas com vigor e sempre delimitadas para a expressão e compreensão de modos de vida global, em todas as dimensões da experiência humana expressas nas práticas, nos processos simbólicos, nos rituais, nas tradições, na elaboração/reelaboração de valores, nas diversas formas de lazer e no viver no campo e no viver na cidade, sempre permeados por tensões e contradições constantes. E. P. Thompson (1981), historiador de tradição marxista, nomeou essa relação como a "'genética' de todo o processo histórico", em que as experiências e as culturas de classe exercem pressão sobre o conjunto das experiências humanas. O autor observa que a "experiência" e a "cultura" estão sempre em relação nos processos históricos vivenciados por

[1] Cf. PROCESSO CRIME, Nº. 140 de 1949, da Comarca de Votuporanga/SP. Esse processo na Justiça originou-se do indiciamento policial de diversos trabalhadores em razão do movimento de 23 para 24 de junho de 1949. Como está afirmado no documento, era a noite de São João e foi escolhida para dar início a "Revolução Agrária" e "Comunista no Brasil". Em Fernandópolis, um grupo de trabalhadores, agricultores em sua maioria, sob a liderança de Antônio Alves dos Santos, conhecido como Antônio Joaquim, projetaram na região a revolução que iria tirar da miséria todos os trabalhadores, abolir a injusta condição social dos trabalhadores, por fim ao absolutismo dos patrões, a escravização, a ganância e a exploração dos intermediários. Declarava a inutilidade de se trabalhar para os outros e a distribuição gratuita da terra e encerrar de vez as ações imperialistas no país.

sujeitos diversos. O ser social em sua vida diária "dialoga" com a consciência social. Nesse diálogo tenso é que compreende o local para o "fazer-se" da experiência. E a experiência é a "resposta mental e emocional" aos acontecimentos da vida diária. Para Thompson (1981: 189), a cultura é o local em que a experiência atua, pois os sujeitos "como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas." A partir desse ponto de vista, a cultura "pode ser descrita como consciência afetiva e moral".

E. P. Thompson corrobora para a formulação da premissa que, em minha opinião, deve fundamentar o diálogo interdisciplinar entre a História e os outros campos do conhecimento, não somente com a Antropologia. Para Thompson (2001: 234), o diálogo com a Antropologia tem sido relevante, à medida que o processo histórico diverso é problematizado, a partir de novas questões, novos problemas, não apenas "à lógica da mudança e mais à reconstituição de estados passados de consciência e à textura das relações domésticas e sociais". Assevera que as aproximações entre as disciplinas permitem ao historiador ir em busca de categorias para melhor compreender experiências complexas e plurais. Todavia, sempre precisam ser testados na pesquisa empírica. [2] E Thompson (2001: 229) conclui:

> *[...] o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistemas de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.*

A partir desta perspectiva historiográfica, é possível problematizar, descrever e interpretar os modos de viver, as lutas, as formas de organização, ou o viver diário repleto de costumes, normas, valores e tradições, privilegiando a pluralidade do fazer histórico, como afirma Thompson (1998: 15-17), na obra "Costumes em comum", sem "separar os resíduos culturais do seu contexto". "O costume era o campo para a mudança e a disputa". Ainda no artigo "Folclore, Antropologia e História Social", o autor situa que, muitas lutas ou disputas

[2] No final do artigo, Thompson, como em outras de suas obras, critica a metáfora "base e superestrutura" presente em muitas tradições marxistas e conclui que a metáfora deve ser abandonada, pois não passa de uma abstração, "de uma idéia na cabeça", juntamente com a categoria muito limitada de o "econômico". Para fundamentar sua proposição, Thompson analisa a obra de Marx e afirma que mesmo ele não se serviu continuamente da metáfora base/superestrutura e da categoria "econômico" na crítica à economia política. Para Thompson, o que Marx enfatiza não é a primazia do "econômico" em "que as normas e a cultura são vistas como reflexos secundários" e sim "a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em *todos* os sistemas e áreas da vida social". Portanto, a analogia "base e superestrutura" é extramente insatisfatória, "não tem conserto", já que subjaz ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar. Cf. THOMPSON, E. P. (NEGRO, A. L; SILVA, S. orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

clássicas dos trabalhadores ganharam contornos e significados à medida que lutavam pela manutenção de determinados costumes – conflitos em torno dos salários e condições de trabalho também são considerados, mas o que chama a atenção era a relevância dos costumes, rituais e tradições inventadas como pressão para as lutas diversas da vida diária. Enfatiza a relevância para o historiador, em suas pesquisas, de ir em busca de evidências das práticas dos rituais populares (a "venda" de esposas, por exemplo) e que podem dizer muito a respeito de normas e expectativas elaboradas pelos trabalhadores.

Nessa perspectiva que entendo que os trabalhadores em Fernandópolis, ao final da década de 1940 e o início da década de 1950, procuraram intervir nos rumos de suas vidas ao propor um movimento de revolução agrária ou o movimento grevista de colonos em 1950 e em 1953. Para compreender esse processo histórico de intervenção ou elaboração de projetos, em que os trabalhadores buscam mudar a sociedade ou minimizar os impactos da exploração em suas vidas, suas formulações foram fundamentadas nos seus modos de viver (a vida diária na cidade e no campo). Para compreender as "formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia" é necessário um olhar atento para os costumes, valores, normas e expectativas, que regiam os modos de viver desses trabalhadores e para os significados que atribuíam as suas experiências, pois, um levante, ou um "[...] motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas." (THOMPSON, 2001: 235).

As pesquisas históricas, a partir da tradição marxista inglesa, ao problematizar os processos históricos, partem de uma perspectiva relacional do movimento histórico. Stuart Hall (2003) tem enfatizado esse aspecto como relevante da interpretação histórica e cultural, quando avalia, historicamente as obras que constituem o principal paradigma dos "Estudos Culturais" ingleses. Os usos do termo de cultura, que, segundo o autor, já em 1980 tinham se tornado um lugar-comum, tornaram-se complexos e sua definição sempre deve se constituir como ponto de partida. Assim, historiciza o processo de elaboração de Raymond Williams, Richard Hoggart e E. P. Thompson sobre cultura como relevantes para "marcar o novo terreno" ou problemática dos "Estudos Culturais". Hall afirma que Williams assimila a crítica de Thompson e passa a considerar a cultura ou os "modos de vida global" que só existem como a "dimensão de luta e confronto com *modos* de vida opostos". O que Thompson (1981) quer afirmar é o sentido classista dos modos de vida diversos, impregnados de valores e

visões de mundo em constante tensão, contradição em relação com práticas, significados e valores hegemonizados. Hall insere Williams nesse ambiente de elaborações dos Estudos Culturais ingleses de vertente culturalista e o contrapõe ao paradigma estruturalista. Todavia, em meio a esse debate, E. P. Thompson (1981) nega o rótulo ou o epíteto "culturalismo" para a tradição marxista inglesa na qual ele se incluía. A menção é feita na nota 168 da obra "A miséria da teoria ou um planetário de erros". O debate em torno da "Miséria da teoria" e sobre o "culturalismo" também foi formulado em diversos artigos da obra organizada por Rafhael Samuel, "Historia popular y teoria socialista". Em artigo nessa obra, Thompson (1984: 301-317) refuta o epíteto de "culturalista" e que já afirmava sua posição muito antes da publicação da obra "A miséria da teoria". Essa posição foi expressa, quando resenhou, em 1961, a obra de Raymond Williams, "The long revolucion".

A partir dessa perspectiva historiográfica, as culturas são engendradas entre as classes e grupos sociais diferentes, sempre tendo, como base, as suas relações e condições de existência, e está situada no terreno da luta de classes e da vida diária. Os costumes, as tradições e as práticas diárias expressam, sempre, essas tensões e contradições.

Stuart Hall (2003) delineia o traço geral de uma tradição marxista dos Estudos Culturais ingleses. O esforço de Hall é positivo à medida que mapeia o quanto eram (são) complexas as pesquisas ou elaborações teóricas em torno do termo "cultura" e aponta a obra de Thompson e Williams – entre outros – como relevantes para a compreensão sobre as culturas dos trabalhadores, situando a dialética da "contenção e resistência". A vida diária é experienciada no limiar de suas contradições, porque vivida na relação com práticas, significados e valores hegemônicos.

A interpretação dos significados das atitudes, práticas, costumes, tradições, hábitos, valores, ou dos próprios contornos da oralidade, expressas nas declarações, ou narrativas, que constitui o caminho a ser seguido pelo pesquisador. Os sujeitos históricos do presente e do passado experimentam a vida diária de maneira plural, não respondendo de forma homogênea às pressões. É a relação dialética do ser social e a consciência social. A pluralidade de normas e valores sempre presente nas relações vividas em torno de um mesmo grupo expõe as tensões e os conflitos nos processos históricos e culturais. O grupo de trabalhadores de Fernandópolis reunidos, sob um projeto político de revolução agrária ou comunista, partilhava expectativas diferenciadas. A própria constituição heterogênea do grupo de trabalhadores (trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários, professores, comerciantes, advogado) expressa anseios plurais, embora compartilhassem de uma

perspectiva política parecida. Essa noção de cultura ampliada fundamenta a pesquisa em curso sobre os trabalhadores em Fernandópolis. O movimento que ocorre num dia específico (e não foi um movimento vitorioso. É uma das causas perdidas dos trabalhadores) requeria uma cultura densamente rica de hábitos, valores, tradições inventadas, expectativas. Verdadeiramente, uma cultura no plural.

É nessa perspectiva que tenho articulado minha interpretação sobre os modos de viver dos trabalhadores de Fernandópolis em 1949. As suas experiências foram forjadas na tensão e relação com os grupos que exerciam poder no município. Os projetos elaborados para a vida têm a marca da experiência: viviam num ambiente complexo, de forte pressão política por conta da Guerra Fria, em que as tensões locais são entremeadas e exacerbadas e a polícia política do Estado de São Paulo (DEOSP) ampliando suas operações.

A memória histórica desse movimento é dividida e evidencia as tensões vividas pelos diversos habitantes da cidade e do campo. (PORTELLI, 1996). As memórias daqueles que no presente se dispõem a falar sobre esse passado estão cheias de ambigüidades permeadas por antagonismos, interesses, necessidades e expectativas diversas. A negação do direito à memória vem sempre acompanhada de implicações políticas, como o exercício do poder político e de domínio sobre os trabalhadores no presente e no passado. Nessa perspectiva, Yara Aun Khoury tem se dedicado a refletir sobre os processos sociais de construção de memórias, atos interpretativos e seus significados sempre presentes nas narrativas orais, que se constituem no principal material de minha pesquisa. Yara Khoury, muito próxima das elaborações de Alessandro Portelli e do Grupo de Memória Popular do Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, que perscruta sempre sobre os modos pelos quais se produzem os sentidos do passado, afirma que

> *Nosso compromisso de inventariar as diferenças e de perceber tendências que tensionam na dinâmica social passa, também, por compreender processos sociais de construção de memórias. Essa tarefa implica explorar esses processos em suas significações, atentos às relações imbricadas por meio das quais se engendram; passa pela observação de modos como instituições se atualizam e realimentam seu poder, recorrendo também a discursos e práticas simbólicas. Focando forças hegemônicas, ou outras mais subalternas e obscuras, vamos ensaiando explicações relacionadas dos fatos e significações em processos históricos específicos, destacando não só realidades mais visíveis, como as mais sutis, costumeiras e simbólicas. O esforço é de compreender como as pessoas se apropriam e usam o passado, no campo complexo das disputas dentro das quais se constituem. (KHOURY, 2004: 132-133).*

Yara Khoury destaca que é significativa a relação em inventariar as diferenças de experiências e de tendências ou projetos que tensionam o social e apresentam-se como alternativos ou de oposição. É uma maneira de pluralizar, assim democratizar e politizar a

produção do conhecimento histórico, já que as problemáticas estão situadas no tempo presente. A dimensão do conflito ou da luta de classe não está ausente do olhar da historiadora. Há nessa perspectiva uma possibilidade de compreensão da complexidade da realidade social, à medida que se percebe a relação com os processos sociais de construção de memórias. A discussão sobre a memória efetiva e dominante ou hegemônica, com seus silêncios e reelaborações na imprensa local e regional, as memórias presentes nos documentos oficiais produzidos pelo DEOPS ou pela Justiça nos processos crimes e nas narrativas orais, emergem como problemática, pois é premente a cogitação sobre os processos sociais de construção das memórias e suas significações no presente e no passado, como salienta Yara Khoury. A memória é colocada, então, num campo de tensão. Outras memórias, as memórias dos trabalhadores, tensionam por outras histórias sobre a cidade e sobre experiências de trabalhadores em movimento ou não, mas que têm nas lembranças um lugar para pôr em questão a história da cidade.

Referências Bibliográficas:

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. (SOVIK, L. org.) Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

KHOURY, Y. A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J; FERREIRA, M. M. (coordenadores.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ . (NEGRO, A. L; SILVA, S. orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____ . **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ . La política de la teoría. In: SAMUEL, R. (org.) **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Editora Crítica-Grijalbo, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Graciliano Ramos no cinema: representações do Brasil no século XX

Tania Nunes Davi[1]

Resumo: Literatura e Cinema são instâncias privilegiadas para o historiador depreender construções de representações, estética e recepção dos diversos projetos e visões de mundo de uma época. Utilizando os filmes e os livros *Vidas secas*, *São Bernardo* e *Memórias do Cárcere*, procuraremos questionar e analisar algumas das representações tecidas pelos cineastas Leon Hirszman e Nelson Pereira dos Santos e pelo escritor Graciliano Ramos sobre a sociedade brasileira ao longo do século XX. Os objetos de pesquisa apresentam representações sobre categorias sociais, visões de mundo e projetos que se desenvolveram no Brasil e proporcionam-nos abundante material de trabalho que abordará vários aspectos da produção, difusão e recepção dos mesmos.
Palavras-chave: Literatura – Cinema - representação

Abstract: Literature and Movies are privileged instances for the historian to infer constructions of representations, aesthetics and reception of the several projects and visions of world of a time. Using the films and the books Vidas Secas, São Bernardo and Memórias do Cárcere, we will try to question and to analyze some of the representations woven by film directors Leon Hirszman and Nelson Pereira dos Santos and for writer Graciliano Ramos on the Brazilian society along the century XX. The research objects present representations on social categories, world visions and projects that grew in Brazil and they provide us abundant work material that will approach several aspects of the production, diffusion and reception of the same ones.
Keywords: Literature – Movies - representation

Ramos era um apreciador declarado do cinema e teve três de suas obras literárias levadas às telas em produções muito importantes para o cinema brasileiro nas décadas de 1960 a 1980. Os filmes adaptados por Nelson Pereira dos Santos e Leon Hirszman partiram dos seus livros e mantiveram os nomes originais: *Vidas Secas* (1963 – Nelson Pereira), *São Bernardo* (1973 - Leon Hirszman) e *Memórias do Cárcere* (1984 – Nelson Pereira).

O Graciliano Ramos que influenciou Nelson e Leon era um escritor com uma capacidade aguda de observação da natureza humana em suas diversas faces e expressava estas reflexões em suas obras por meio de uma escrita seca, concisa, calcada numa ironia impiedosa consigo e com os outros, embalada em uma gramática impecável, com personagens densos, construídos a partir da "*coisa observada e sentida*". (RAMOS, 1996: 61, v.1) O ato de escrever, de criar, com todos os problemas, incertezas, ambigüidades e paradoxos foi um

[1] Doutoranda em História pela UFU – Uberlândia/MG, professora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FACIHUS/FUCAMP) de Monte Carmelo/MG.

tópico que perpassou suas obras e já estava presente em seu primeiro romance publicado, *Caetés* (1933), publicado quando o escritor já tinha 41 anos.

A produção literária de Graciliano é relativamente pouco numerosa, mas densa em qualidade e temática. Seus livros foram traduzidos em mais de 28 idiomas. Enquanto estava vivo Ramos recebeu o prêmio Lima Barreto (1936), da *Revista Acadêmica* por *Angústia*; o prêmio Literatura Infantil (1937), em um concurso do Ministério da Educação com *A terra dos meninos pelados;* o prêmio Felipe de Oliveira (1942), na ocasião do seu 50º aniversário pelo conjunto da obra; após sua morte, ocorrida em 1953, o livro *Vidas Secas* recebeu, da fundação norte-americana William Faulkner, o prêmio de livro mais representativo da literatura brasileira contemporânea (1963).

A vida privada e profissional do escritor foi muito atribulada. Perdeu a primeira esposa, Maria Augusta Barros, em 1920, ficando com quatro filhos pequenos e uma loja de tecidos que faliu. Em 1927 foi eleito prefeito de Palmeira dos Índios (Alagoas), um ano depois conheceu e se casou com Heloísa de Medeiros, com quem teve três filhos. Em 1930 renunciou ao cargo e foi nomeado Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas. Três anos depois, ocupou o posto de Diretor da Instrução Pública de Alagoas (Secretário de Estado da Educação), ficando nele até 1936 quando foi demitido e preso. Neste ínterim lançou três romances: *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936 - editado durante seu período de encarceramento).

Os motivos oficiais para a prisão de Ramos nunca foram esclarecidos, ainda mais que, durante os dez meses que esteve preso entre 1936 e 1937, não foi interrogado ou indiciado. O escritor foi apanhado no *pogrom* contra os comunistas promovido pela polícia política após o fracasso da Intentona Comunista de 1935. Sendo simpatizante confesso do comunismo, tendo tomado atitudes temerárias frente ao nacionalismo xenófobo pregado no Brasil, Graciliano era um alvo visado pelo regime e como tal foi tangido de prisão em prisão, sem obter explicação sobre sua detenção. O escritor ficcionalizou suas experiências como preso político nos cárceres varguistas no livro *Memórias do Cárcere* (lançado em 1953, após a sua morte) e legou-nos não só o seu testemunho sobre a desumanidade e o rebaixamento a que estavam submetidos todos os presos, como também uma representação do Brasil das décadas de 1930 e 40, a chamada Era Vargas. Ao ser lançado *Memórias* causou acirradas polêmicas no meio político e, principalmente, no interior do Partido Comunista ao qual pertenciam os jovens Nelson Pereira dos Santos e Leon Hirszman.

A filmografia de Nelson é extensa, desde a década de 1950 ele esta produzindo filmes de longa metragem, documentários e especiais para a televisão. Seus primeiros

trabalhos mostram uma preocupação de representar o povo, como ele realmente era, com seus sonhos, lutas, desejos. Esta preocupação aparece claramente no primeiro longa-metragem de Nelson (*Rio, 40 Graus* - 1954), assim como a influência dos cineastas neo-realistas italianos, que faziam um cinema das ruas, um cinema de autor, livre das limitações impostas pelos produtores e montadoras. A melhor definição deste novo tipo de produção cinematográfica, por sintetizar o movimento denominado no Brasil de Cinema Novo, foi dada por Glauber Rocha, na clássica frase que dizia que um diretor necessitava apenas de "*uma idéia na cabeça e uma câmara na mão*" para sair filmando. As características dessas produções eram ter baixo custo e lidar com equipamentos novos, leves, de fácil transporte, deslocamento e de custos menores. Assim, Glauber e Nelson Pereira fundaram a estética da fome, com *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber, 1963) e *Vidas secas* (Nelson, 1963), mostrando e denunciando um país verdadeiro, pobre, com problemas e desigualdades sociais como seca, fome e miséria.

O filme *Vidas secas* levou às telas a história da família de Fabiano (Átila Iório) e Sinhá Vitória (Maria Ribeiro), composta por dois filhos e a cachorra Baleia em sua sina de retirantes da seca em busca de um novo pedaço de terra para viver e trabalhar. O livro e o filme movem-se numa narrativa circular que vai de uma retirada a outra, de uma seca a outra (num período que abrange aproximadamente dois anos) e nos mostra uma vida sem grandes diálogos entre os personagens que não conseguem se expressar e sem perspectivas maiores do que possuir uma cama de couro.

Lançado em 1963, *Vidas secas* trazia uma estética inusitada para as telas. Um filme com planos intensos, luz estourada (apesar de ser em preto e branco, consegue mostrar como o sol castiga o Nordeste), poucas falas e sem música. Neste sentido Nelson respeita algumas das características mais marcantes em Graciliano – a secura no escrever e a sua pouca familiaridade com a música. Na verdade o fundo musical de *Vidas secas* é composto pelo lamento de um carro de boi, nas tomadas iniciais e finais que mostram a família de retirantes vindo em direção à câmera (início) e indo rumo ao horizonte (final).

Vidas secas ganhou prêmios internacionais e nacionais e é considerado um dos melhores filmes brasileiros de todos os tempos[2], constantemente exibido nas mostras internacionais de filmes brasileiros, mesmo sendo em preto e branco e só recentemente tendo sido restaurado. O sucesso de *Vidas secas* abriu novas perspectivas para Nelson filmar outros projetos que tinha em mente na década de 1960, inclusive o posterior *Memórias*.

---

[2] *Vidas secas* é o único filme brasileiro que consta da lista de 360 obras fundamentais em uma cinemateca montada pelo British Film Institute.

Leon Hirszman também fazia parte do movimento do Cinema Novo e na década de 1960 trabalhou com Nelson em dois projetos nos quais foi diretor: *Pedreira de São Diogo* (episódio do filme *Cinco vezes favela*, de 1962) e *Maioria absoluta* (de 1964), em ambos, Nelson Pereira fez a montagem final do trabalho de Leon. Membro do Partido Comunista, descendente de judeus, participante ativo de movimentos estudantis de esquerda, ligado ao CPC, Leon também era uma apaixonado por cinema e participou das várias fases do Cinema Novo, sendo considerado como aquele que procurava o consenso em um movimento que não tinha uma só ideologia, mas várias possibilidades geradoras de disputas internas.

O projeto de *São Bernardo* contou com a participação de Othon Bastos (com Paulo Honório) e Isabel Ribeiro (como Madalena), enfrentou dificuldades financeiras e técnicas e quando ficou pronto (1972) ainda sofreu com a censura que queria suprimir quinze minutos do filme. O embate com a censura federal durou meses e só em outubro de 1973 foi lançado no Rio. Foi o primeiro filme distribuído pela Embrafilme e obteve sucesso de crítica e de participação em premiações nacionais e internacionais. *São Bernardo* agradou ao público interno mais não conseguiu pagar as dívidas contraídas na sua execução e acabou por levar a Saga Filmes (produtora de Leon e Marcos Farias) a falência. Leon só teve condições financeiras de fazer outro filme em 1981 (*Eles não usam black-tie*).

São Bernardo narra a história do fazendeiro Paulo Honório desde sua infância, passando pela aquisição da fazenda São Bernardo, sua modernização, o casamento, os desentendimentos e a morte de Madalena. A narrativa é a tentativa de Paulo Honório de entender os fatos que levaram sua esposa Madalena ao suicídio. O filme tem extensas narrativas em *off* que ao invés de aproximar o narrador (Paulo Honório) do espectador o distancia, pois Paulo Honório não quer que o espectador o compreenda, ele é que busca compreender-se e aos outros a partir de seu tumultuado mundo interior pautado nos mais arcaicos preceitos capitalistas do ter e não ser.

O filme é composto de longos planos fixos e gerais e se pauta pela economia na utilização do plano-contraplano que alguns diriam ser uma opção mais barata para quem não tinha muito dinheiro como Leon. No entanto, podemos também analisar estes planos fixos como o olhar de Paulo Honório sobre um acontecimento ou a sua fixação/obsessão sobre determinado tema/passagem de sua vida. Ainda podemos percebê-los como uma forma de representar a estagnação de sua vida após o suicídio de Madalena.

No que refere-se à música, Leon também não criou uma trilha musical para o filme mas contou com Caetano Veloso que construiu a pontuação dos momentos mais dramáticos a partir de gemidos paramelódicos com a sobreposição de várias vozes.

Entre *São Bernardo* e *Eles não usam black-tie* Leon se concentrou em documentários até sua morte em 1987. Ele viveu a conturbada década de 1980, na qual o Cinema Novo assim como todo o cinema brasileiro estava passando por mais uma fase de dificuldades de exibição e financeiras. O Brasil, desde 1964, achava-se sob o jugo dos governos autoritários dirigidos por militares, com uma economia destroçada pelas crises internacionais e pela inflação. No campo político a sociedade procurava encontrar seu caminho rumo à redemocratização após os anos turbulentos, violentos e desumanos do AI-5.

Neste clima de abertura política, Nelson Pereira dos Santos retomou seu projeto de filmar *Memórias do Cárcere*. No início da década de 1980, o cineasta pode lançar-se a roteirização e produção do filme que foi financiado por sua produtora (a Regina Filmes), pela LC Barreto, de Luís Carlos Barreto e pela Embrafilme, num total de 550 mil dólares que foram utilizados no material de filmagem, nas locações, no figurino, nos salários dos 120 atores profissionais e da equipe técnica.

Nelson teceu uma leitura toda sua a partir do testemunho de Ramos. Ele transformou os cárceres em metáforas de um "*Brasil visto a partir do submundo das prisões*" (VEJA, 1983: 90-91), uma sociedade polifônica, com categorias sociais (intelectuais, militares, operários, nordestinos, negros, ladrões, assassinos, homossexuais, mulheres, etc.) que lutavam por seus projetos e visões de mundo, mesmo estando encarceradas e silenciadas pela desumanidade das instituições carcerárias, seja em 1930 ou no pós-64.

Outro componente da produção de *Memórias* é a sua parte musical. O filme não possui temas musicais para cada personagem ou situação, pois Nelson optou por utilizar apenas a *Marcha Solemne Brasileira*, uma fantasia retumbante para piano, orquestra e canhão composta a partir do *Hino Nacional* por Louis Moreau Gottschalk em 1869. A *Marcha* toca em momentos marcantes do filme. Em outros instantes temos os personagens cantando trechos de canções populares satirizadas ou parodiadas, o *Hino Nacional* e o *Hino da Proclamação da República* por ele trazer em si um trecho muito significativo - o único cantado - o qual bem expressa a tônica dada ao filme, ou seja, a luta pela busca da liberdade de expressão, pelo respeito às diferenças de pensar, agir e sentir de cada um.

Várias categorias sociais, projetos e visões de mundo estão presentes nos filmes elencados e, procuraremos aqui, apontar como trabalharemos com eles. Como o espaço de um artigo não comporta uma análise detalhada de cada um dos muitos aspectos observados nos livros e nos filmes trataremos aqui de um deles: a categoria social das mulheres.

A figura feminina é muito presente nas produções de Nelson e Leon, são personagens fortes, marcantes que mostram como a mulher brasileira se apresenta para a luta

diária, se posiciona politicamente e age para modificar a sociedade na qual vive. Estas mulheres estão exemplificadas nas personagens de Graciliano Ramos: Sinhá Vitória (*Vidas secas*), Madalena (*São Bernardo*) e Heloisa Ramos (*Memórias do Cárcere*) brilhantemente interpretadas, respectivamente, por Maria Ribeiro, Isabel Ribeiro e Glória Pires.

Sinhá Vitória vive em marcha junto com a família tangida pela seca. Podemos notar que ela é a força que mantém a família unida nos momentos de crise. Logo nos primeiros minutos da narrativa Sinhá Vitória se vê obrigada a matar o papagaio da família para fornecer-lhes alimento e se justifica dizendo que ele não sabia falar e, portanto, não servia para nada. Dos seres humanos animalizados de *Vidas secas* ela é o único que tem sonhos: quer deitar-se numa cama de couro como a do Seu Tomás da bolandeira. Sinhá Vitória sabe fazer contas e tem idéias, analisa a natureza enquanto o marido apenas vai vivendo. Fabiano até admite que "*uma pessoa como aquela valia ouro. Tinha idéias, sim senhor, tinha coisa no miolo. Nas situações difíceis encontrava saída*" (RAMOS, 2004: 109) enquanto ele não conseguia. Ela é a representação da mulher brasileira que luta ao lado do marido para manter a família no campo ou na cidade e que, mesmo sem ter uma educação formal, consegue fazer-se entender, sonhar e desejar um futuro melhor para os filhos e para si.

Madalena é o oposto de Sinhá Vitória. É uma moça instruída, uma professora casada com Paulo Honório dono da fazenda São Bernardo. Pouco sabemos sobre ela, o que pensa e sente, pois quem narra a história é Paulo Honório e ele não compreendia a mulher. Com sua mentalidade capitalista distorcida, Paulo Honório trata Madalena como a tudo e todos a sua volta, como um bem a ser possuído, submetido a sua vontade e, como não consegue fazer com que ela se enquadre no seu estreito modo capitalista de perceber o mundo, acaba por atormentá-la com seus ciúmes e desconfianças levando-a ao suicídio. Mas, apesar disso podemos perceber nela a força interior, a bondade e a preocupação com os pobres empregados do marido. De certa forma Madalena representa o Brasil que não consegue fazer com que a modernidade econômica caminhe junto com a social.

Se analisarmos *São Bernardo* a luz dos acontecimentos do Brasil na década de 1970, podemos fazer um paralelo no qual Paulo Honório representaria os governos militares que seduziram o trabalhador (no caso Madalena) com promessas de um milagre econômico, estabilidade e vida melhor mais que acabam por aprisionar este trabalhador nas garras da inflação, do desemprego e das poucas e insuficientes benesses sociais desenvolvidas pelo governo.

Já em *Memórias do Cárcere*, além de Heloisa Ramos, temos várias representações de mulheres. Algumas são esposas, companheiras de comunistas ou militantes e foram retidas

na Sala 4 da Casa de Correção, no Rio de Janeiro. Na Sala 4 encontravam-se detidas Olga Benário, Eliza Berger, Carmem Ghioldi, Nise da Silveira, Beatriz Bandeira, entre outras. Todas politizadas e atuantes, destoando do ideário varguista da mulher do lar, sem muitos estudos ou participação na vida pública.

Estas e outras presas, assim como os presos do pavilhão dos primários foram protagonistas da cena da extradição de Olga Benário e Elisa Berger. Olga Benário era alemã, judia, comunista e companheira de Luiz Carlos Prestes, o famoso articulador da Coluna Prestes, e um dos líderes comunistas mais conhecidos do Brasil. Juntamente com Prestes, Olga foi detida pela polícia política de Felinto Müller. A sua situação representava um delicado problema diplomático para Vargas, pois estando grávida de Prestes, ela não poderia ser legalmente extraditada para a Alemanha, como era o desejo dos dois governos. A partir de nebulosas manobras legais o governo mandou-a e a Elisa Berger para a Alemanha, em agosto de 1936. Olga morreu no campo de concentração nazista de Bernburg, em 1942. Sua coragem e seu sofrimento transformaram-na em uma figura mítica para o PCB. Figura que Nelson Pereira resgatou em *Memórias*.

A identificação do público feminino com as personagens presas na Sala 4 foi construída pela via da sua militância. Várias mulheres foram presas nos anos dos governos militares, por serem, como as encarceradas de 1936, esposas, companheiras de subversivos ou militantes de grupos armados. Elas sofreram violência, tortura e morte em nome de um ideal de liberdade. É baseado nessa identificação que Nelson construiu as figuras femininas da Sala 4 e de Heloisa Ramos, representando a luta feminina pelo fim dos governos militares, seja por meio das ações armadas (no caso as presas da Sala 4) ou de formas mais sutis de resistência (como as ações de Heloisa Ramos).

A figura de Heloisa Ramos é um dos pontos fortes de *Memórias*. Num primeiro momento ela é mostrada como uma jovem frágil, ciumenta, que atormentava a vida do escritor com suas suspeitas e cobranças, levando-o a desejar a prisão como uma forma de fugir de uma vida familiar tumultuada. Representação da mulher submetida numa sociedade patriarcal, mãe e esposa preocupada apenas com seus problemas, essa Heloísa da primeira fase do filme é o protótipo perfeito da mulher sem posições políticas, sem interesses nos acontecimentos do país. Ela era a personificação do ideal feminino tanto dos varguistas quanto dos militares do pós-64.

Após a prisão de Graciliano notamos a mudança que se operou em Heloisa Ramos. Ela transformou-se no apoio inabalável do escritor, percorrendo várias repartições para conseguir direito de visita, gerenciando os assuntos econômicos do casal, deixando os

filhos com parentes e viajando sozinha a fim de entrevistar-se com o marido. Heloisa é o motor por trás do movimento dos escritores em prol da libertação de Ramos e do interesse do advogado Sobral Pinto em representá-lo legalmente. Com sua doçura, seu amor e simplicidade prática, mantém Graciliano conectado com a realidade fora da prisão.

Deixando de ser uma "*menina de província*" (MEMÓRIAS, 1984: fita 02, 0:16.28), como classificou-a Ramos, Heloísa apresenta-se como a representação das mulheres do pós-64 que amadureceram, lutaram e conseguiram ocupar um espaço maior no cotidiano brasileiro. Um espaço diferente do fogão e do forno, abarcando a política, a produção intelectual e o mercado de trabalho.

Personagens de uma luta que se estende até nossos dias, Sinhá Vitória, Madalena, Heloísa Ramos e as presas da sala 4 são representativas das mulheres brasileiras que lutaram e lutam pelo seu espaço numa sociedade desigual e excludente como a brasileira.

É importante ainda acrescentarmos que as análises apresentadas neste artigo são preliminares, pois estamos desenvolvendo uma pesquisa de doutorado que iniciou-se recentemente. Esperamos adensá-las e percorrer novos caminhos, desenvolvendo outras perspectivas e discussões ao longo do doutorado captando e analisando as várias representações sobre a sociedade brasileira presentes nos livros e nos filmes elencados como objetos de pesquisa e tendo em mente que trabalharemos com dois romances (*Vidas Secas* e *São Bernardo*) e uma obra memorialística (*Memórias do Cárcere*) o que pressupõe técnicas diferentes de abordagem que, apesar de distintas, não inviabilizam a análise das representações sobre a sociedade brasileira contidas nos livros e nos filmes.

Referências Bibliográficas

MEMÓRIAS DO CÁRCERE. Nelson Pereira dos Santos. R.J., Regina Filmes, L.C.Barreto e Embrafilme: Sagres Vídeo e Rio Filme, 1984. 2 videocassetes (124 e 96 min.), som, color, 12mm. VHS, NTSC. Fita 02, 0:29.11 – 0:30.12.

RAMOS, Graciliano. ***Vidas secas***. S.P.: Record, 2004, p. 108.

_____. ***São Bernardo***. R.J.: Record, 2002.

_____. ***Memórias do Cárcere***. 32ª ed., R.J.: Record, 1996, vol. I e II.

SALEM, Helena. ***Leon Hirszman: o navegador das estrelas.*** R.J.: Rocco, 1997.

_____ ***Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema brasileiro***. R.J.: Record, 1996.

SÃO BERNARDO. Leon Hirszman. R.J., Saga Filmes, Mapa Filmes, L.C. Barreto: Embrafilme, 1972. 1 videocassete (110min), som, color, 35mm. VHS, NTSC.

VEJA. Um grito de liberdade: Memórias do Cárcere, um grande momento do cinema brasileiro. S.P.: nº 824, 20/06/1984, p. 90-91.

VIDAS SECAS. Nelson Pereira dos Santos. R.J., L.C. Barreto, Herbert Richers, Nelson Pereira dos Santos: Sino Filmes, 1963. 1 video cassete (103 min), som, p&b, 35mm. VHS, NTSC.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Honra e privilégio da família Camarão 1630-1720

Ronald Raminelli[1]

Em 1691, em uma consulta ao Conselho Ultramarino, ficaram evidentes os perigos de se conceder aos índios hábitos das Ordens Militares. D. Lázaro Pinto, principal de uma aldeia no Maranhão, havia massacrado um grupo de índios tremembés que tinham selado paz com o governador da capitania. O ouvidor Manoel Nunes Colares ordenou a prisão de D. Lázaro. No entanto, o principal gozava de foro privilegiado por ser Cavaleiro da Ordem de Cristo. Por não existir na capitania juiz dos Cavaleiros, a sentença não poderia ser cumprida. O Conselho desconfiou, porém, da honra concedida ao principal e mandou investigar se o hábito fora concedida pelo rei e por um governador. Depois de averiguar, constatou-se que não havia registro da concessão do hábito entre as mercês régias, nem a habilitação na Mesa da Consciência e Ordens. Assim, D. Lázaro poderia ser sentenciado por não dispor do foro privilegiado.

Esse episódio nos remete aos privilégios das Ordens Militares. A concessão de hábitos aos índios tornava-os indivíduos que podiam contar com honras não desfrutadas por boa parte dos moradores da América portuguesa. A inversão das hierarquias criava constrangimentos para os governadores e capitães, acirrava as disputas locais e dificultava a ação dos missionários. De modo geral, os cavaleiros e os comendadores das Ordens Militares recebiam pensões e o direito a foro privativo, como pessoas religiosas, caso se envolvessem em causas crimes e cíveis. Contando com o foro eclesiástico, eles eram, inicialmente, julgados pelos juízes dos cavaleiros, mas podiam apelar para corte de terceira instância. Mesmo depois de condenados pela Mesa de Consciência e Ordens e pelo rei, mestre das Ordens, eles não poderiam receber punição pública. Se o crime fosse muito grave, perdiam a insígnia antes de receber o castigo. A mercê criava privilégios semelhantes aos desfrutados pela nobreza cristã e lusitana.

A concessão de hábitos ao gentio contrariava ainda um princípio religioso, pois os valentes guerreiros tupis nem sempre pautavam seus hábitos nos preceitos cristãos. Por vezes, eram denunciados por perpetuar a poligamia, as bebedeiras e ritos contrários aos ensinamentos dos missionários. Assim estabelecia-se um impasse, o monarca consolidava as

[1] UFF/CNPq

alianças com as chefias indígenas, indispensáveis à manutenção dos domínios ultramarinos, mas, ao mesmo tempo, desrespeitava a tradição de negar privilégios a homens com defeito mecânico. As mercês contrariavam sobretudo os princípios de fidelidade religiosa e de pureza de sangue, preservados pela Mesa e Consciência e Ordens. A condecoração dos chefes nativos constituíam, enfim, um paradoxo, razão para o número tão reduzido de índios com o título de cavaleiro das Ordens Militares.

Os impasses para a concessão de hábitos aos índios remontam ao final do período filipino quando os primeiros índios receberam mercê por feitos militares. A partir do episódio envolvendo D. Lázaro Pinto, torna-se interessante rever a concessão hábitos aos chefes potiguares Felipe Camarão e a Diogo Pinheiro Camarão e perceber as estratégias empregadas pela administração colonial e pela Mesa da Consciência e Ordens para ampliar as alianças com os índios sem contrariar os impedimentos legais e os interesses dos governantes coloniais.

Nas guerras de Pernambuco, a participação de índios e de negros, sob o comando de Felipe Camarão e Henrique Dias, foi decisiva para as vitórias luso-brasileiras sobre os neerlandeses. À época, a monarquia lusitana ainda enfrentava a guerra contra os castelhanos e a escassez de recursos para investir no ultramar. Nessa conjuntura francamente desfavorável, os rígidos impedimentos para a concessão de hábitos e comendas das Ordens Militares foram abrandados para viabilizar recompensas aos vassalos e incentivar a lealdade à monarquia lusitana. Os títulos de cavaleiro, porém, não eram fator preponderante, capaz de catalisar a reação orquestrada. A resistência luso-brasileira fortaleceu-se, na década de 1640, com as notícias da independência de Portugal, com queda dos preços do açúcar e com o endividamento dos colonos junto à Companhia das Índias Ocidentais.

Na carta régia de maio de 1633, Felipe IV de Espanha reconhecia os serviços prestados pelos índios liderados por Felipe Camarão a partir do atestado enviado a Lisboa pelo general Matias de Albuquerque. Para conservar os índios quietos e obedientes, o soberano enviava algumas mercadorias, como pano de linho, pentes, facas, tesouras, espelhos e velórios e "outras coisas semelhantes com que se obriguem a assistir na guerra". Para o principal, Antônio Felipe Camarão, tido como bom cristão e respeitado por todos os índios da capitania de Pernambuco e das demais até o Ceará, concedia, porém, a mercê do hábito da Ordem de Cristo com 40 mil réis de renda, uma patente de capitão-mor dos índios potiguares com outros 40 mil réis de soldo pago no almoxarifado da capitania. Entre as mencionadas graças, incluía ainda um brasão de armas. Dois anos depois, chegou a carta concedendo-lhe o hábito de Cristo e o título de Dom. Desde então, o chefe potiguar era nomeado de D. Antônio

Felipe Camarão.

Em carta ao Conde da Torre, a regente Portugal, Princesa Margarida, concedeu-lhe ainda uma cadeia de ouro, no valor de dois mil reales com uma medalha da princesa. As dádivas eram recompensas pelos serviços prestados pelo potiguar, em abril de 1638, quando se rechaçaram as investidas de Nassau para invadir a cidade do Salvador da Bahia. Por fim, recebeu a promessa de uma "comenda de duzentos ducados" que somente seria efetivada por Sua Majestade no ano de 1641.

Não se trata apenas do lapso de três anos, mas de um feito realizado no tempo de Felipe IV de Espanha que foi efetivado por D. João IV, novo rei de Portugal. Assim, o compromisso do monarca espanhol foi concretizado pela Monarquia restaurada. Na Chancelaria da Ordem estão atestadas as seguintes mercês: "faço saber aos que esta minha provisão virem que confiando na bondade discrição e saber frei D. Antônio Felipe Camarão cavaleiro professo da mesma ordem, comendador da comenda dos moinhos da vila de Soure que conforme a obrigação que tem como cavaleiro que dela procurara a conservação e acrescentamento dos bens e rendas da dita Ordem em especial os que pertencerem aos ditos moinhos..". Para tanto, o índio agraciado deveria, em dois anos, pagar o que devia à Ordem de Cristo, caso contrário, perderia parte da mercê. O documento da Chancelaria da Ordem de Cristo ainda lembrava da necessidade de se recorrer à dispensa papal como condição de receber a comenda. Do contrário, Felipe Camarão não seria beneficiado, pois para dispor dos rendimentos provenientes da comenda em Portugal eram necessários serviços militares no norte África.

No entanto, Camarão não participou dos eventos que levaram a vitória final dos luso-brasileiros. Suas últimas façanhas foram registradas nas narrativas da primeira batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648. Lá Camarão participou de sua derradeira peleja contra os batavos. Cerca de um mês depois, aos 48 anos, ele "faleceu de doença", longe dos campos de guerra. Fidelíssimo à nação portuguesa, soldado ardiloso, bom cristão e virtuoso, dom Antônio Felipe ouvia missa todos os dias e rezava o ofício de Nossa Senhora. Por sua lealdade e fervor religioso, ele foi "enterrado com muita honra e pompa funeral na igreja do arraial, deixando seus soldados índios mui pesarosos de sua morte".

Os feitos de Felipe Camarão não se realizavam apenas no campo de batalha. O capitão-mor conclamava a seus aliados a manterem a lealdade ao monarca e aos princípios da fé católica. Dirigindo-se aos potiguares bandeados para o lado inimigo, Camarão prometeu-lhes o perdão. Para tanto, eles deveriam logo abandonar os hereges. Trazendo uma bandeira branca, eles procurariam diretamente D. Felipe Camarão, quem os integraria na luta pela

liberdade divina. Essa estratégia para ampliar os aliados era, por certo, a fonte da honra alcançada por Dom Antônio entre os portugueses. Ao comandar a enorme milícia potiguar, ele engordava, a cada vitória, a sua honra. "E pensai na nossa salvação, porquanto, como verdadeiros cristãos que sois, tendes não somente de cuidar da vida, mas também da alma e deveis saber que eu, vós e todos que estão convosco somos súditos de Sua Majestade Católica o Rei de Portugal". Assim, como nas crônicas luso-brasileiras, ficam evidentes que os índios aliados, denominados de "excelente raça", pautavam-se na lealdade ao rei e na fé católica, dois atributos inerentes aos vassalos portugueses. Enfim, o prestígio de dom Antônio resultava de uma tríade: fidelidade à Monarquia, fervor católico e capacidade de arregimentar aliados.

Não obstante seus feitos, existe uma notável falta de informação sobre as suas mercês. O mesmo não ocorreu com seus companheiros de guerra luso-brasileiros, pois tiveram devidamente registrados suas recompensas. Na Chancelaria da Ordem de Cristo, não existe processo de habilitação, nem a carta de hábito, nem o alvará para ser armado cavaleiro. Tendo ele defeito mecânico e sangue impuro, a dispensa papal também não foi localizada. Por certo, no intuito de preservar as alianças consolidadas pelos Áustrias, D. João IV, recém estabelecido no trono, tratou de confirmar as mercês, sem fazer as devidas portarias, provisões e registros na Chancelaria. De todo modo, registrou-se a comenda, que, por sua vez, concedia-lhe o hábito. Sobre a patente de capitão-mor dos potiguares e o brasão de armas nada conseguiu-se apurar. Em relação à comenda, em 1645, a Ordem de Cristo exigia o pagamento do serviço de demarcação, medição e divisão dos bens. Em plena guerra, Felipe Camarão talvez não tivesse recursos e nem disponibilidade para inteirar-se do seu patrimônio. Por certo, faleceu, três anos depois, sem usufruir das benesses do título de comendador.

Do seu herdeiro, sabe-se apenas que o governador de Pernambuco, Francisco Brito Freire, recolheu à sua casa para doutriná-lo, como homenagem às bravuras paternas. Certamente, não herdou do pai nenhuma desses privilégios, embora fosse recorrente a apresentação de serviços prestados por antepassados mortos no momento pleitear hábitos das Ordens Militares. Muitos chefes tupis, todavia, perpetuaram o prestígio alcançado em feitos militares, transferindo para os filhos patentes e controle sobre terras

Uns poucos companheiros potiguares, porém, tiveram seus feitos reconhecidos. Para solicitar a mercê pelos serviços na guerra de Pernambuco, D. Diogo Pinheiro Camarão, primo de D. Antônio Felipe, e mais seis índios estabeleceram em Lisboa, acompanhados de Martim Soares Moreno. Essa estratégia, por certo, era mais segura para defender seus pleitos e resultou nas mercês concedidas pela princesa D. Margarida. Na oportunidade, ele recebeu

da regente, em setembro de 1638, além de uma promessa de hábito de Avis ou Santiago, a pensão no valor de 1.250 reales, 500 pagos na Bahia e 750 em Pernambuco, depois de restaurado. Em sua habilitação, datada de 1639, ficam evidentes as resistências da Mesa da Consciência a conceder o hábito sem promover as devidas investigações. No entanto, ao fim e ao cabo, recebeu o privilégio. Mesmo assim, muitos anos depois, o capitão D. Diogo Pinheiro Camarão relatou ao Conselho Ultramarino sobre os aviltamentos que a sua tropa de índios recebia do mestre-de-campo geral Francisco Barreto. Na carta, datada de julho de 1650, ele denunciou que era tratado com pouco respeito, "com palavras muito ruins", além de sua tropa contar com soldo muito inferior ao recebido pela "infantaria branca". Por isso pedia ao monarca que pusesse os olhos sobre os vassalos que atuaram com bravura nas guerras de Pernambuco. Somente, em 1672, ele ocuparia o posto de capitão-mor e governador dos Índios da capitania de Pernambuco, vago desde a morte de Felipe Camarão em 1648. D. Diogo, por certo, não estava satisfeito com as honras e os privilégios inerentes ao título de Cavaleiro da Ordem de Santiago, pois, em 1675, solicitou o prestigioso título de cavaleiro da Ordem de Cristo, sem receber resposta das autoridades metropolitanas.

Seu filho, D. Sebastião Pinheiro Camarão, recebeu o hábito de cavaleiro da Ordem de Santiago em 1672, no mesmo ano em que o pai alcançou a patente de governador dos índios de Pernambuco. No seu processo de habilitação, registrou-se uma verdade disputa entre o monarca e a Mesa da Consciência e Ordens. O rei reafirmava sua estratégia de promover aliados indígenas enquanto a Mesa fazia valer as Definições das Ordens Militares. Embora benemérito por servir ao monarca, D. Sebastião Pinheiro Camarão não poderia ser dispensado das provanças, privilégio somente concedido pelo Sumo Pontifico. A Mesa zelava, então, pelo crédito e autoridade das Ordens Militares, pois não era justo que se perpetuasse os exemplos prejudiciais permitidos pelo rei de Castela. Para os membros da Mesa da Consciência, a prudência guiou o rei D. João IV quando concedeu, aos índios e a outra nação semelhante, "a sua insígnia em uma moeda de ouro e em lugar do hábito que sem provança em sendo-lhe não podia dar".

Se os monarcas da Casa de Bragança concediam medalhas ao invés de hábitos controversos, um governador do Grão-Pará lançou mão de hábitos falsos, presenteando seus aliados indígenas com as roupas dos cavaleiros das Ordens Militares sem pedir o consentimento da Mesa da Consciência e Ordens. Esse tema recebeu vários pareceres contrários na Mesa da Consciência no ano de 1655, quando analisaram o caso de Francisco Índio, principal do Maracanã, do distrito da capitania do Grão-Pará. O hábito da Ordem de Cristo foi-lhe concedido por Dom Diogo de Castro, governador da capitania: " vindo deles

alguns índios principais do Maranhão, amigos e conhecidos de seu genro Duarte de Albuquerque, o dito Dom Diogo por contentar a um deles que se havia mostrado fiel a estes Reinos, lhe deu um vestido com o hábito de Cristo de que sendo notícias em Castela se lhe mandou estranhar e que se tirasse o hábito do dito índio".

A principal preocupação dos doutores da Mesa era o modo como o mencionado índio poderia usar a insígnia da Ordem. Assim, os membros da Mesa repudiaram com veemência a prática colonial, considerando-a um desrespeito às Ordens. Por certo, não convinha satisfazer e contentar a um índio recorrendo a uma prática indecente e ludibriosa.

Em suma, embora essa pesquisa necessite de aprofundamento, percebo, ao analisar a concessão de hábitos controversos, a existência de uma tensão entre estratégias militares e a preservação da ordem estamental. De um lado estavam os monarcas e os governadores, preocupados em assegurar alianças com as chefias indígenas radicadas nas fronteiras; de outro, posicionava-se a Mesa da Consciência e Ordens a preservar as regras para concessão dos hábitos, a preservar, sobretudo, a distribuição de privilégios segundo as regras da sociedade do Antigo Regime.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O discurso pacifista veiculado nos periódicos brasileiros: uma análise dos jornais como fontes de pesquisa.

Edvaldo Correa Sotana*

Resumo: Essa comunicação objetiva pensar a utilização do discurso pacifista publicado nos periódicos brasileiros, no período inicial da Guerra Fria, como fonte de pesquisa histórica. Em seguida, busca refletir sobre o conteúdo, a estrutura e a função dos jornais na sociedade brasileira da época.

Palavras-chave: imprensa, discurso pacifismo, Guerra Fria

Abstract: This objective communication to think the use of the published pacifist speech about the periodic Brazilians, the initial period of the Cold War, as source of historical research. After that, it searchs to reflect on the content, the structure and the function of periodicals in the Brazilian society of the time.

Keywords: newspaper, pacifist speech, cold war

Alguns escritores, artistas e intelectuais deixaram registros sobre o final da Segunda Guerra Mundial e a organização da paz logo após o final do conflito. Recordaram a destruição provocada pela guerra, a utilização de armamentos altamente destrutivos e também os esforços para a instituição da paz mundial.

Em meio aos registros, parece sugestivo aqueles deixados pelo jornalista Edmar Morél que, como presidente da *Associação de Amigos do Povo Espanhol*[1], relembrou ter combatido a ditadura de Franco e participado de diversos atos em favor da paz mundial. Essa militância tornou-o reconhecido perante os partidários de esquerda, porém gerou problemas de relacionamento com Assis Chateaubriand, na época seu patrão. Mesmo com a desaprovação de Chateaubriand, Morel continuou a militar politicamente e, de maneira bastante ativa, participou de um comício contra as duas bombas atômicas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Sobre sua participação rememorou:

---

* Doutorando em História pela UNESP/Assis.

[1] Muitas atividades foram desenvolvidas pelos militantes comunistas fora da estrutura partidária, mesmo mantendo finalidades muito ligadas ao comunismo e sendo desempenhadas por militantes do Partido. A Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol (ABAPE) parece ter sido uma delas.

> *Estávamos sob o impacto das duas bombas atômicas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki que mataram mais de 85 mil pessoas e feriram 75 mil, em agosto de 1945, três meses depois da derrota do nazismo. Na minha vez como orador do ato perguntei: _ Qual o maior assassino da humanidade ? Truman ou Hitler? (MOREL, 1999: 151-152).*

Não é necessário analisar a comparação feita por Morél entre Hitler e Truman. Porém, é possível salientar que esse ato discurso reflete o impacto que o lançamento das bombas atômicas provocou naqueles brasileiros que desejavam o fim da guerra, da destruição e o estabelecimento da paz mundial.

De certa forma, é lícito afirmar que a utilização das armas nucleares em Hiroshima e Nagasaki transformou "irreversivelmente a natureza da guerra". Com elas, surgiu o temor de um verdadeiro holocausto mundial. A partir daquele momento, a existência de uma arma tão poderosa como a bomba atômica transformou as relações internacionais. Assim, diversas gerações foram "criadas à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditavam firmemente, poderiam acontecer a qualquer momento e devastar toda a humanidade"(RIBEIRO, 2003: 26). Nas páginas do periódico O Estado de São Paulo (OESP), por exemplo, Benedito Costa Netto registrou que: "os engenhos da destruição alcançaram", naquele momento, "um grau tão poderoso de aperfeiçoamento que qualquer guerra futura colocaria um ponto final na história das civilizações humanas."[2]

È possível ressaltar, desse modo, que a Segunda Guerra Mundial produziu uma incalculável destruição e modificou profundamente a vida das pessoas nela envolvidas. Nesse ponto, parece fundamental recorrer as observações de Hobsbawm (1995:51):

> *Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exige um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século XX.*

A destruição, a violência, a brutalidade e o envolvimento de civis são algumas marcas características da Segunda Guerra Mundial. Por isso, o final da guerra gerou uma breve expectativa em torno da paz mundial. Essa expectativa materializou-se nas páginas do jornal *OESP*. Um dos seus articulistas afirmou que cabia as Nações Unidas assegurar um prolongado período de paz "depois do cataclisma que desabou sobre o mundo, levando de roldão cidades inteiras e milhões de vidas"[3]. Poucos dias depois, outro articulista do mesmo periódico já demonstrava que a paz mundial enfrentaria futuras ameaças. "Haverá três grandes

[2] NETTO, Benedicto Costa. O ideal da paz entre os povos. p.03.In.: OESP. 08 de abril de 1945.
[3] GUASTINI, Mario. No duro! p. 01In.:OESP.03 de abril de 1945

perigos para a paz no futuro: a diferença de ideologias políticas, a concorrência comercial e os conflitos entre os sentimentos nacionais" registrou o Conde Emanuel de Bennigsten[4].

Com isso, é possível pensar que a expectativa de paz estava materializada na união de forças complemente opostas para derrotar o nazi-fascismo. Mas as diferenças ideológicas poderiam colocar em risco a paz mundial, tal como alertou o articulista do OESP ainda em 1945. Logo após o fim da guerra, a eficiente união entre os norte-americanos e os soviéticos foi desfeita. A oposição entre as duas grandes potências provocou a divisão do mundo em dois blocos que passaram a rivalizar política e ideologicamente ainda no ano de 1947. Começava, então, a chamada guerra fria, um período da história do mundo "originário da Segunda Guerra Mundial e um novo estado de relações entre a beligerância e a não-beligerância. Ela não é a paz, porém não é também a guerra em sua forma clássica"(DELMAS, 1979:21)

O aumento dessa rivalidade gerou uma indesejada expectativa sobre a possibilidade de uma nova guerra mundial. Ainda naquele ano, as disputas entre capitalistas e socialistas começaram a preocupar as mais diversas partes do globo. As imediatas tensões geradas pela Guerra Fria também mobilizaram a população civil em inúmeras campanhas pacifistas, pois o temor de uma nova guerra voltará a figurar naquele momento. O pacifismo também apareceu como tema tratado pelos jornais brasileiros nesse quadro de Guerra Fria, tal como pode demonstrar um levantamento de periódicos como *O Estado de S. Paulo, Folha da Manhã e Correio da Manhã*. De modo geral, os editoriais, os artigos assinados e as reportagens mostravam-se contrários à realização de guerras.

Cabe lembrar que o discurso pacifista é aqui entendido como aquele que trata do término de toda e qualquer hostilidade e não apenas da interrupção momentânea das hostilidades entre os países (KANT, 1939:11). Tal como definiu Bobbio (2003: 11) "pacifismo não é apenas invocar a paz, pregar a paz, dar testemunho de querer a paz, socorrer com risco e perigo pessoal levando ajuda humanitária aos lugares onde a guerra se alastra." Para o pensador, esse é o pacifismo ético-religioso, já que se inspira na ética das boas intenções. Ao seguir suas considerações, é possível tomar como discurso pacifista àquele que busca a completa ausência, cessação, desmobilização ou solução de um conflito bélico, pois "a guerra, é bem verdade, sempre chama a paz. Mas a paz continua a ser, como sempre foi, uma trégua entre as duas guerras." (BOBBIO, 2003:12).

È preciso enfatizar que esse tipo de discurso não existe apenas no final de uma guerra ou entre dois conflitos, mas também no início e desenvolvimento dos combates

[4] BENNIGSEN, Conde Emanuel de. Futuras ameaças a paz. p.01.In.: OESP. 07 de abril de 1945

bélicos. Desse modo, um discurso preocupado com as possibilidades de uma nova guerra também pode conter traços de pacifismo.

Certa preocupação com a possibilidade de uma nova guerra pode ser observada nas páginas do jornal OESP**.** Alguns pesquisadores demonstram que ocorreram manifestações pacifistas desde o final da Segunda Grande Guerra. Contudo, enfatizam que apenas a partir de 1950 essas "manifestações pela paz intensificam-se e ganham grande destaque nos jornais"(BOBBIO, 2003: 14).

Parece que antes disso, no entanto, os jornais brasileiros já tratavam freqüentemente das manifestações pacifistas e, mais ainda, já apresentavam um discurso pacifista. Em 1948, o jornal OESP estamparia a manchete "Extrema tentativa da diplomacia para salvar a paz"[5]; publicaria o editorial com o título "Esperanças de Paz"[6] e, ainda, trataria sobre o tema na matéria intitulada "Como evitar uma terceira guerra mundial"[7]. Anos antes o tema já aparecia nas páginas da imprensa brasileira. O próprio OESP publicou o editorial intitulado "Construção de uma paz permanente"[8]. Um outro exemplo é dado pelo editorial do jornal Correio da Manhã intitulado "Paz"[9].

É certo que as imediatas tensões geradas pela Guerra Fria mobilizaram a população civil em inúmeras campanhas pacifistas. Com o acirramento das rivalidades no quadro de Guerra Fria, o mundo assistiu a uma proliferação de congressos internacionais e nacionais, reuniões, encontros e, ainda, de inúmeros manifestos cunhados na intenção de manter a paz mundial. Antes disso, no entanto, o discurso de conteúdo pacifista já aparecia nos jornais de maior circulação no Brasil. Em alguns momentos, o número de matérias, artigos e editoriais e extremamente reduzido, sobretudo em função de uma maior cobertura dispensada pela imprensa aos acontecimentos internos como no período de fim do Estado Novo ou na campanha eleitoral de 1945. Sobre isso, é preciso observar que "os temas, os comentários e a linguagem usada refletem os dados do contexto social e político." (BAHIA, 1971: 66)

Outras peculiaridades também podem ser percebidas no pacifismo veiculado nas páginas da imprensa escrita brasileira na segunda metade da década de 1940 e início dos anos 1950. Em primeiro lugar, é grande a quantidade de matérias sobre a guerra e a paz, mas também existe um número considerável de artigos assinados e também de editoriais que possuem uma função muito específica de transmitir a opinião do veículo de informação. Cabe

[5] OESP. Extrema tentativa da diplomacia para salvar a paz. p.01, 28 de julho de 1948
[6] OESP. Esperanças de paz. p.03, 04 de agosto de 1948
[7] OESP. Como evitar uma terceira guerra mundial. p. 20, 19 de agosto de 1948
[8] OESP. Construção de uma paz permanente. p.03. 24 de abril de 1945
[9] Correio da manhã. Paz. p. 01. 10 de agosto de 1945.

lembrar que o editorial possui funções informativas, opinativas e interpretativas ao mesmo tempo. Por isso, busca transmitir a mensagem do periódico ao leitor (BAHIA, 1972: 192).

Não obstante essa função do editorial, um número significativo de matérias e artigos guarda uma outra característica. Alguns textos apresentam uma posição declarada do jornal frente a necessidade de estabelecer ou manter a paz mundial. Em muitos casos, vinculam a manutenção da paz mundial ao papel desempenhado pelos Estados Unidos ou pela União Soviética, sobretudo nos momentos após 1947. Em outras palavras, aos pouco os Estados Unidos aparecem como defensores da paz mundial e os soviéticos como possíveis provocadores de guerra. È claro que faz-se necessário uma análise mais aprofundada sobre o teor do discurso pacifista, suas mudanças ao longo do período posterior a Segunda Guerra e a posição política do veículo transmissor da informação. Além disso, deve-se pesquisar mais detalhadamente nas páginas dos jornais *OESP* e *Correio da Manhã* para aproximar e distanciar suas posições, bem como compara-los com outros periódicos como *O Diário de São Paulo* e o *Globo*. Mesmo assim, até o presente momento a pesquisa permitiu mostrar que os jornais não apenas informavam sobre o movimento pacifista, mas, também, formavam uma opinião em meio à Guerra Fria, mesmo num período que supostamente utilizavam "uma linguagem mais objetiva", pretendendo separar o "comentário pessoal" da transmissão objetiva e impessoal da "informação e da notícia".(ABREU, 1996: 15-16)

Na fase atual do trabalho, um levantamento preliminar permitiu observar diversas matérias publicadas pelo jornal OESP. Algumas dezenas de textos foram coletadas no período relativas aos anos de 1945, 1946 e 1947. Inicialmente, o pesquisador pode erroneamente pensar esse material como extremamente homogêneo. No entanto, esse breve levantamento mostrou que o material apresenta certa diversidade com relação à forma e conteúdo, sobretudo no que se refere ao enfoque, aspectos gráficos e editoriais. Em alguns momentos, o material parece marcado por contradições e paradoxos, permanências e rupturas com relação às posições assumidas em outros momentos. Desse modo, uma breve descrição do periódico mostra-se fundamental nesse momento da pesquisa.

O discurso pacifista geralmente era veiculado na primeira ou na última página do jornal, bem como no espaço reservado para os editoriais, sob o título "notas e informações". Raramente aparecia algum material sobre o pacifismo na segunda página do periódico. Somente algumas vezes o tema foi tratado em artigos assinados que, por motivos de disposição gráfica, figuraram nesse espaço. Quase sempre, no entanto, a segunda página era reservada para tratar do momento religioso ou para apresentar notícias do interior. Desse

modo, os assuntos internacionais veiculados nesse espaço dificilmente abordavam o pacifismo.

Não obstante a necessidade de descrever o jornal, convém lembrar que *OESP,* nos anos iniciais intitulado *Província de S. Paulo,* defendeu "idéias republicanas e abolicionistas" logo após a sua fundação em 1875. Alguns autores argumentam que ele caracterizou-se por ser um veículo transmissor de idéias e de ideais políticos (CAPELATO; PRADO, 1980: XXII). Taschner (1992: 30-31) argumentou, igualmente, que o jornal *OESP* não nasceu apenas para gerar lucro, independente do "tipo de mensagem" veiculada em suas páginas, mas que seu objetivo era defender uma linha editorial e "um determinado tipo de conteúdo".

No plano ideológico, o jornal norteou-se pelos postulados do liberalismo, sem vincular-se aos partidos políticos ou aos governos instituídos entre os anos de 1927 e de 1937, conforme ressaltou a pesquisa de Capelato e Prado (1980). As autoras salientam também que sua perspectiva liberal perseguia "a plena realização dos ideais democráticos" com o exercício do debate, da crítica e da oposição ao poder instituído. Informam, igualmente, que estes ideais democráticos foram abandonados em nome do combate ao comunismo, uma situação que transformou suas páginas em uma tribuna para aqueles que defendiam a "aniquilação do comunismo" como premissa para a salvação pública" após a intentona de 1935(CAPELATO; PRADO, 1980: 23-25; 55). Maria Aparecida de Aquino (1999: 38-39) também identificou o OESP como liberal, porém acrescentou informações ao observar o seu conservadorismo na defesa dos chamados ideais do movimento de 1964.

Assim, o "tipo de mensagem" pacifista veiculada nas paginas do jornal OESP possui um conteúdo muito especifico. Em diversas matérias, o periódico informou sobre a ação pacifista dos soviéticos com o único intuito de ampliar a influência do comunismo no cenário mundial. Posição que pode ser observada no editorial "Os falsários do pacifismo"[10] e nos textos "O progresso e o futuro da humanidade dependem da paz; a paz depende do poderio defensivo das democracias"[11], "O congresso pró-paz mundial: a Guerra Fria transferiu-se para Nova York"[12] e "O congresso da paz transformado em reunião para defesa da URSS"[13].

---

[10] OESP. **Os falsários do pacifismo.** p. 04. 27 de março de 1949.
[11] OESP. O progresso e o futuro da humanidade dependem da paz; a paz depende do poderio defensivo das democracias. p. 01, 19 de março de 1949.
[12] OESP. **O congresso pró-paz mundial:** a Guerra Fria transferiu-se para Nova York. p. 60. 27 de março de 1949.
[13] OESP. **O Congresso da paz transformado em reunião para defesa da URSS.** p. 01, 21 de abril de 1949.

Convém ressaltar a função da mídia, observando, especificamente, a função do jornal como um agente político. Alguns autores foram enfáticos quanto à impossibilidade da realização de um jornalismo neutro e objetivo. Marcondes Filho (1986: 13), por exemplo, enfatizou que não iniciava sua análise partindo "da posição ingênua de desvincular a notícia dos confrontos de interesses e de poderes de grupos dominantes da sociedade, nem da acepção de que haja qualquer possibilidade de se realizar um jornalismo objetivo".

Marcando sua posição, Marcondes Filho afirma que o jornal sempre procura afirmar publicamente as opiniões e informações de indivíduos ou grupos. Como porta-voz de pessoas ou grupos, defende que sua posição nunca poderá ser neutra e objetiva. Enfatiza, ainda, a existência de um trabalho jornalístico para construir a notícia:

> *Atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão. Este processo é realizado segundo diversos critérios, que tornam o jornal m veículo de reprodução parcial da realidade. Definir a notícia, escolher a angulação, a manchete, a posição na página ou simplesmente não dá-la é um ato de decisão consciente dos próprios jornalistas (MARCONDES FILHO, 1986:12)*

Atualmente, as pesquisas demonstram que a função da mídia, sobretudo da imprensa escrita, é atuar como "construtora do próprio fato" divulgado. Diversos pesquisadores concebem, desta forma, que "a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico." (ABREU, 1996: 09) e não apenas um "veículo de informação" imparcial e neutro, que se isola da realidade político social na qual está inserido (CAPELATO; PRADO, 1980: XIX). Demonstram, ainda, que seu papel é fundamental para a transcrição, representação e produção do acontecimento (RIOUX, 1999: 122-123). Por isso, é preciso entender a prática discursiva da imprensa escrita como provida de interesses e dotada de "uma determinação de sentidos"(ABREU, 1996: 63). Essa é, portanto, a perspectiva do presente trabalho ao analisar o discurso pacifista veiculado pela imprensa brasileira.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In.: ABREU, Alzira Alves (Org.). **A imprensa em transição.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação.** São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

_____. **Jornal, história e técnica.** 3.ed. São Paulo: IBRASA, 1972.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino:** imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

DELMAS, Claude. **Armamentos nucleares e guerra fria.** São Paulo: perspectiva, 1979.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991). 2.ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia:** jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Os "combatentes da paz":** a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre história e jornalismo. In.: CHAUVEAU, Agnes. **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: Edusc, 1999.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Brasília como texto de cultura

Paula Francineti da Silva

Resumo: Explorar a cidade de Brasília como um texto que comunica, gera sentido e conserva uma parte importante da memória histórica do país constitui o objetivo deste trabalho. Para abordar o tema optou-se pela apropriação do conceito de texto e semiosfera de Iuri M. Lotman que permitem identificar a interação do sujeito social com seu contexto espacial e afirmar ser a cidade um texto cultural porque contém elementos de diversas tradições culturais e inclui constantes diálogos internos.
Palavras-chave: Brasília – semiosfera - texto de cultura

Abstract: To explore the city of Brasília as a text which communicates, generates meanings and keeps an important part of the historical memory of the country is the aim of this work. To accomplish this, we choose to use the concept of text and semiosphere, by Iuri M. Lotman, which allow the identification of an interaction of social subjects with their special context and to affirm to be the city a cultural text because it bears lelements of various cultural traditions and includes constant intern dialogues.
Keys-words: Brasília – semiosphere – text of culture.

O objetivo fundamental deste artigo é analisar a cidade de Brasília como um texto de cultura. Neste *tipo d*e análise, a semiótica da cultura é empregada para identificar a cidade como um espaço de encontros culturais, traduzidos como momentos explosivos, capazes de redirecionar o campo de forças em todos os níveis da conjuntura social. Inicialmente, para abordar o tema é necessário definir o que é um texto. A palavra texto remete etimologicamente ao tramado dos fios da tela. Esta alusão à antiga técnica de tecer, nos faz entender o texto como uma trama, uma ação de combinar, de enredar, de construir redes de relações, um mecanismo dinâmico capaz de gerar novas informações que não se mantém idêntico ao longo de sua transmissão.

Esta definição de texto, extraída do pensador soviético Iuri Lotman, vem modificar substancialmente o seu conceito: "o texto não é a realidade, mas o material para a reconstrução da mesma" (Lotman, 1993:127). Este é o ponto de partida para pensar o espaço

Mestre em História e professora da Faculdade de Educação do UniDF

físico de Brasília como texto.

Brasília foi e tem sido um espaço básico da vida social., cultural e política, tanto da cidade como do país. Nela se tem posto em cena diversas tramas que marcaram a história do Brasil, por isso, afirmarmos que é um texto de cultura. Para esclarecer melhor, cabe enfocar o sentido de cultura na visão de Lotman (1993). Em uma primeira definição, cultura é a informação não hereditária que recolhe, conserva e transmite as sociedades humanas. Posteriormente, Lotman, em seus avanços teóricos-metodológicos, corrige e reconstrói sua teoria, em analogia com a biosfera, conceito introduzido pelo biogeoquímico Vladimir Ivanovich Vernardiski, que afirmou que na biosfera todo organismo vivo – objeto natural – é um corpo natural vivo. A matéria viva da biosfera é o conjunto dos organismos vivos, presentes em seu interior. Segundo Vernardiski, a biosfera tem uma estrutura perfeitamente definida, que determina sem exclusões tudo o que acontece em seu interior.

Enquanto a biosfera designa a esfera da vida no planeta, a semiosfera, conceito criado por Lotman, designa o espaço cultural habitado pelos signos. Assim, a semiosfera é aquele espaço semiótico fora do qual não é possível a existência da semiose. Para Lotman, fora dele, nem os processos de comunicação, nem o desenvolvimento de códigos e de linguagens em diferentes domínios da cultura seriam possíveis. Neste sentido, a semiosfera é o espaço semiótico em que ocorre a interrelação tanto do signo como do sujeito, elementos substanciais em toda semiótica; sem eles a semiose não pode produzir-se. Para explicar a semiose, Lotman afirma que o signo está situado no seio de uma coletividade onde se intercambiam informações. O signo tem a capacidade de exercer substituição, e para que um fenômeno qualquer possa converter-se em signo ou seja, em portador de um determinado significado, deve fazer parte de um sistema em que se estabeleça uma relação entre um signo e um não signo. O signo anterior encontra sua explicação nos mecanismos de exclusão e inclusão, no estático e no dinâmico, no continuo e descontínuo, em suma pela tensão intersecção, a partir do diálogo estabelecido entre as esferas do emissor e do receptor e na contradição dialética que se produz a nova esfera, a nova semiose, o novo signo com seu significado.

Neste sentido, o marco do funcionamento semiótico do texto, a cultura, é considerada como um conjunto de textos em que se produz a semiose e sua conseqüente geração de sentidos. Exemplificando, um determinado sujeito tem uma identidade própria que foi adquirida através da comunidade, através da cultura em que nasceu, portanto vive em uma semiosfera na qual existem elementos identitários, como os usos e costumes, o tipo de vestimenta, a comida, os símbolos religiosos. Mas quando este sujeito (em sentido coletivo)

entra em contato com outro sujeito de outra cultura se cria uma tensão lingüística, porque se incorporam elementos de outra cultura à sua cultura por meio dos mecanismos de inclusão, mas também são rechaçados outros elementos da outra cultura e da própria cultura, e isso ocorre mediante os mecanismos de exclusão. Assim, forma-se um texto de cultura que se deforma, modifica, transforma e tem uma função: a produção de novos significados.

Assim, para o pensador soviético, a criação do espaço sociocultural encontra sua origem no âmbito do simbólico. Em sua origem, a palavra nomeia e que dá conta da existência das coisas e dos seres. Por isso é importante revisar a teoria do texto cultural nos postulados de Lotman.

Lotman (1993) afirma que cada informação contextual utilizada para a interpretação do enunciado deve não somente fazer parte do saber do emissor e do receptor, mas também do saber mútuo. Este saber mútuo pode ser associado a uma memória comum do emissor e do destinatário. Aqui ele dá prosseguimento às idéias de Bakhtin quando afirma que na natureza de um diálogo pode ser constatada a presença de um emissor e um destinatário, ou seja, de uma memória comum. Assim, para o autor, a transmissão de informação no interior de uma estrutura sem memória, garantiria um alto grau de identidade. Se o emissor e o destinatário estiverem dotados de códigos iguais e totalmente isentos de memória a compreensão entre eles seria perfeita, mas o valor da informação transmitida seria mínimo e *essa* informação, rigorosamente limitada. Assim, Lotman inaugura uma nova definição de texto que deixa de ser um objeto estável para ser concebido como uma intersecção dos pontos de vista do autor e do público. Neste aspecto, o ato comunicativo não é uma transmissão passiva de informação, mas uma recodificação. Tal definição de texto nos lembra a critica de Henri Lefebvre (1999) aos althusserianos por apagarem a ação dos sujeitos no processo de comunicação. Segundo ele fatores importantes como a vivência dos receptores, a "decodificação pelo cotidiano", as mediações e os lugares dos sujeitos foram esquecidos.

Visto deste ângulo, Brasília constitui um texto semiótico, cujas tensas intersecções convergem para a semiosfera, que por sua vez conformam subestruturas e subtextos. Ler Brasília na perspectiva de Lotman (1996) nos convida a ver o espaço definido e marcado fisicamente como um espaço simbólico onde se narra um texto cultural.

Para explicitar melhor, o olhar retrospectivo permite ao historiador analisar o passado a partir de dois pontos de vistas: encontrando no futuro relação com que o foi descrito ver frente a si a cadeia de ações realizadas, transformando-se o passado de acordo com o olhar da mente; e olhando desde o passado e conhecer os resultados do processo no presente. Isso representa dizer, que o historiador tem a capacidade de “estar ali”, para depois ter a

capacidade de escrever um texto que narra a cultura no momento de sua reflexão "estar aqui". Para Lotman (1988), a posição do historiador pode ser comparada a de um espectador que vê pela segunda vez uma obra de teatro: por uma parte, sabe como acaba uma obra em cuja trama não há nada de imprevisível. É como se encontrasse no tempo passado do qual obtém conhecimento o desenlace, mas como espectador que olha a cena, se encontra no presente e tem de novo o sentimento de ignorância, como se não suspeitasse de que forma termina a obra.

Isto porque o olhar do historiador é um processo secundário de transformação retrospectiva. O historiador olha o acontecimento com um olhar dirigido do presente ao passado. Este olhar, por sua própria natureza, como lembra Lotman (1988), transforma o objeto de descrição. Ele parte da inevitabilidade do que aconteceu, mas sua atividade criativa se manifesta em outro lugar do presente.

Assim, ao observar a cidade de Brasília na postura de Lotman (1993) faz necessário definir quais foram os sistemas semióticos que deram existência à cidade como um espaço sociocultural e depois situar e definir o que permitiu a interação entre os sistemas.

A primeira questão é que Brasília, no imaginário social, foi sonhada como uma grande e nova civilização. Caracterizada pelo ideário de fartura e abundância, o paraíso dos trópicos, parece ter sido a realização da profecia do jovem padre salesiano João Bosco que prenunciou o nascimento "na região de Goiás de uma grande civilização... a bordo de um lago, entre o paralelo 15º e o 20º". Em outras palavras, a cidade construída no "meio do nada", nas palavras de Juscelino Kubischek, nos leva a pensar a cidade como um ecossistema desordenado e vazio de significado e esperando um segundo sistema semiótico, *que* neste caso foi o mito fundador religioso e centro do país.

Este espaço tem sintetizado e incorporado diversos sistemas semióticos provenientes de outras culturas, da política e da arte. Como afirma Holston 1993:74), Brasília "dá forma e identidade a um meio geográfico não civilizado, o Planalto Central, que será dominado e ocupado por uma raça de heróis". Assim, o discurso de uma cidade modernista, berço de uma nova civilização, encerra uma espécie de realidade capaz de consolidar um novo homem.

Entretanto como nos lembra Barroso:

O urbano não pode ser entendido apenas como espaço. A

> *espacialidade urbana em que tudo adquire corpo é um lugar dinâmico, feito de ódios e amores, de conflitos e distensões, cujas relações humanas são vividas diariamente. (...). Vivências cotidianas estruturam as práticas sociais do ser e definem a forma de viver na urbes. Nesse sentido, a cidade nunca está acabada, torna-se uma construção contínua ressignificada, diariamente, por seus habitantes (BARROSO, 2005: 27).*

Assim, a quase meio século de sua inauguração Brasília sofre a semiose e cria novos significados. Pensada para abrigar uma população de 500 mil habitantes, Brasília hoje já possui mais de 2 milhões de habitantes que convivem com extremas contradições sociais.

A segunda resposta, a interação entre os sistemas, se encontra na primeira resposta. A designação do centro do país não representava vantagens geográficas, a não ser um meio de povoar os sertões brasileiros, por isso, teve que se justificar dentro da ordem do simbólico, *o que* abriu a porta ao segundo sistema. Como bem observa Lourdes Bandeira (1977), a profecia de Dom Bosco não é a única sobre a construção da cidade, apesar de ser a mais considerada e citada pelos estudantes, historiadores e políticos da cidade. Assim, a cidade tem convertido em um texto que está em processos de integração e desintegração.

Lotman (1996) menciona cinco funções do texto nos processo de integração e desintegração. O primeiro é o acordo entre o emissor e o receptor. O texto cumpre a função de uma mensagem dirigida a um auditório. Brasília é usada e seu uso é um meio para comunicar algo, de maneira oficial ou de maneira não oficial. Brasília alberga e transmite mensagens. A designação da cidade para realização de eventos, não é arbitrária, é plenamente intencional e carrega uma carga simbólica ideológica.

O segundo relaciona-se ao acordo entre o auditório e a tradição cultural. O texto cumpre a função de memória coletiva. Esta memória é dinâmica, se enriquece a cada dia com os acontecimentos e também pode encerrar alguns aspectos que podem ficar esquecidos temporariamente ou definitivamente. Brasília, ao alojar mensagens, cumpre também com a função de memória. *Esta* pode ser uma memória que perpetue certos acontecimentos que tendem a converterem-se em arquétipos históricos, políticos, sociais, culturais ou religiosos. Brasília responde e tem reproduzido a diversas tradições culturais, ao ser um espaço de rituais, principalmente de poder, portanto, imerge e emerge.

O terceiro, o acordo do leitor consigo mesmo. O texto é um espelho do destinatário e reflete parte de sua própria configuração. As decisões políticas, as diversas reivindicações trabalhistas, a questão rural e as lutas sociopolíticas de caráter mais geral, são momentos que permitem a toda personagens se vêem como homens de poder. Brasília é ao mesmo tempo uma Brasília cheia, uma Brasília vazia, uma Brasília adornada, carregada de símbolos e uma apartada pela força ou uma Brasília aberta, livre e honesta. Brasília se converte num espelho

de seus destinatários e de seus usuários.

O quarto é o acordo do autor e do leitor com o texto. O texto não é somente mediador entre o emissor e receptor, mas também estabelece graus de interação com o autor e com o leitor. Segundo Derrida (1995) o texto pode separar-se completamente do autor e ser independente, para entrar em um acordo autônomo com o leitor e produzir novos significados que não estavam contemplados originalmente. Neste sentido, as palavras não reconhecem autores individuais, pois estes são coletivos. Como observa Barroso:

> *a ordem citadina cria modos próprios de aparição "em gestos que são corpos e dão corpo a cidade" (...) os brasilienses construíram um espaço de reprodução simbólica além das fronteiras do discurso fundador. O candango constituiu uma personalidade moderna na qual recriou o espaço e deu um novo sentido ao mundo da vida (BARROSO, 2005: 49)*

O quinto é o acordo entre o texto e o contexto cultural. Este ponto pode ter uma dupla interpretação. Primeiro, que o texto se converte em um receptor de informação e em uma forma simbólica, que descobre novos aspectos de si mesmo ao trocar de situações. Assim, o texto é uma forma simbólica, que como elemento estruturado, está aberto a agregar mais significados, portanto, seus processos de reconfiguração não têm limites nem prazos. Segundo, quando o texto se converte em contexto, neste caso os processos de integração e desintegração são mais evidentes. O texto de cultura, como forma simbólica, integra-se como parte do contexto e deve ser analisado no contexto sócio histórico.

Neste aspecto, Brasília é mais do que uma reunião de belas obras arquitetônicas onde se exercem atividades de índole legislativa, jurisdicional ou executiva. Ela é, também, um texto cultural, pois em suas linhas espaciais e geográficas, lêem-se episódios relevantes para a construção da memória do país. É certo que, por sua força simbólica, Brasília continuará a ser um texto no qual se registrarão outros textos, sempre a espera de um leitor.

Referencias bibliográficas:

BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Deis. O Profano e o Sagrado Na Construção Da "Terra Prometida". In: NUNES, Brasilmar Ferreira. (org.) *A Construção do Cotidiano*. Brasília. Paralelo 15,1997.

BARROSO, Eloísa P. "Brasília: a cidade entre o mito e a razão" In DOSSIÊ: BRASÍLIA: Sociologia Urbana de Brasília Reflexões e problemáticas relacionadas. (Disponível em http://www.urbanidades.unb.br/index.html, capturado em 21/02/2007)

COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto de Brasília, Brasília, GDF Arquivo Público, 1991.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

FREITAG, Barbara. *Cidade dos Homens*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 2002.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: Uma Crítica de Brasília e Sua Utopia*. Tradução de Marcelo Coelho. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOTMAN, Iuri. *Estrutura del texto artístico*. Madrid: Ediciones Itsmo, 1988.

_____. "La semiótica de la cultura y el concepto de texto" In *Escritos 9*, enero-diciembre, Puebla, México: Centro de Ciências del Lenguaje, 1993.

_____. *La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

_____. *La semiosfera II: semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

MEDINA, Cremilda (org). *Narrativas a Céu Aberto: Modos de ver Brasília*. Brasília, UNB,1998.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília: *A fantasia corporificada*. Brasília. Paralelo 15, 2004.

_____. (org.) *A Construção do Cotidiano*. Brasília. Paralelo 15,1997.

PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília: Moradia e Exclusão*. Brasília. UNB, 1996.

_____. *Brasília: A metrópole em Crise*. Brasília. UNB, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Homens de cor" no processo de independência da província do Maranhão

Marcelo Cheche Galves*

Resumo: A província do Maranhão recebeu nos primeiros decênios do século XIX um grande contingente de escravos, em sua maioria destinado à florescente lavoura de algodão. Dados de 1822 indicam que 77,8% da população da província eram compostos por escravos e libertos. Objeto de preocupação dos autores que se dedicaram à elaboração de propostas para o crescimento econômico da província, entre 1810 e 1820, estes "homens de cor" ocuparam também espaços nas cartas, folhetos políticos e periódicos que circularam em meio às lutas pela independência da província, permitindo entrever os objetivos da elite local em restringir a potencial participação desta parcela da população e os sentidos "perigosos" que termos como liberdade e independência poderiam expressar, perante a configuração de um novo Estado.
Palavras – chave: Maranhão – Independência – Escravidão

Abstract: In the first decades of the nineteenth century Maranhão province received a great amount of slaves, destined mainly to the flourishing cotton farming. Data from 1822 indicate that 77,8% of the province population was composed by slaves and by the ones set free. Object of concern among authors who dedicate themselves to the preparation of proposals for the economic development of the province between 1810 and 1820, these 'colored men' were also mentioned in letters, political leaflets and periodicals, which circulated during the struggle for the independence of the providence, revealing the objectives of the local elite in restricting a potential participation of this particular set of the population and the 'dangerous' meanings that terms such as freedom and independence could express before the configuration of a new Estate.
Keywords: Maranhão – Independence - Slavery

Entre os anos de 1812 e 1820, o Maranhão recebeu oficialmente mais de 36.000 escravos, para uma população total de 152.893 habitantes, em 1821 (LAGO,1822:89). Maria Graham (1990)[1] comparou a média anual de escravos vindos para o Maranhão nos qüinqüênios 1812-16 e 1816-20, demonstrando o vigor deste fluxo: no segundo qüinqüênio, houve um aumento de 133% no número de escravos que a cada ano desembarcavam no porto da cidade de São Luís. Levantamento feito por Antonio Bernardino Pereira do Lago, Coronel do Real Corpo de Engenheiros de Portugal, aponta que, em 1821, 77,8% da população da província eram compostos por mulatos (livres e cativos) e pretos (livres e cativos) (2001: 87-89).

A contínua expansão das lavouras de arroz e algodão, desde meados do XVIII, atingiu, nos primeiros anos do XIX, números muito superiores às décadas anteriores,

* Mestre em História, professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Dr. Humberto Fernandes Machado, com bolsa da Universidade Estadual do Maranhão.

[1] A inglesa Maria Graham esteve no Brasil por duas vezes, entre 1821 e 1825. Não visitou o Maranhão, mas colheu informações sobre a economia maranhense, publicadas como apêndice de seu Diário de Viagem (1990)

principalmente no caso do algodão. A abertura dos portos provocou uma intensa movimentação (agora oficial) de navios ingleses no porto de São Luís, carregando algodão e trazendo uma variada lista de produtos manufaturados[2]. A ação dos comerciantes ingleses também foi sentida no financiamento das lavouras, incluindo a compra de escravos, e no crescente endividamento dos agricultores, que vendiam cada vez mais algodão a um preço continuamente decrescente.

A importância da escravidão não escapou à observação dos letrados da capitania que, no início do século XIX, se dedicaram à compreensão da sociedade maranhense, propondo caminhos para o seu desenvolvimento[3]. Tema relevante nas obras de Francisco Xavier Machado (1810), Raimundo Gaioso (1818), Frei Nossa Senhora dos Prazeres[4] e Garcia de Abranches (1822)[5], a escravidão foi objeto de preocupação, discutido a partir de vários vieses[6]: comércio; problemas com a mão-de-obra; endividamento dos proprietários; manutenção deste "mal necessário"; e insurgência dos escravos, aspecto que me deterei neste trabalho.

Em 1810, Francisco Xavier Machado recomendava "cautela com a imensa escravatura, escravatura já altanada pelas muitas mortes que tem feito nos seus feitores e pessoas que os governam" (MACHADO,1854: 69)[7]. Anos mais tarde, o Frei Nossa Senhora dos Prazeres demonstrou preocupação com outra forma de insurgência: "o escravo que se liberta calça logo xinela e quer se tratado como branco, e que ninguém lhe chame *negro.* Só às pessoas pode chamar *rapaz* ou *rapariga* (nomes que em todo o Maranhão indicam escravidão)" (PRAZERES, 1946:147, nota 3).

Com a chegada das notícias da Revolução do Porto, em abril de 1821, um novo ambiente[8] político começou a se configurar na província, especialmente na cidade de São Luís: eleições; convocações e reuniões em praças públicas[9]; aclamações; abaixo-assinados; jornais e

---

[2] Ver Graham (1990:388-389).

[3] É importante frisar que a ação destes letrados estava inserida em um contexto de mapeamento das potencialidades do Império português, com o objetivo de explora-las sobre outras bases. Ver MUNTEAL FILHO (1999).

[4] Embora publicado após o ano1826, data do parecer que acompanha a obra, o autor afirma ter começado a escrever em 1819, narrando episódios ocorridos até o ano de 1820.

[5] Utilizarei aqui os excertos do "Espelho crítico-político da província do Maranhão....", publicados pelo neto do autor, Dunshee de Abranches, por ocasião do centenário da obra, em 1922.

[6] Para uma sistematização das representações produzidas pelos letrados maranhenses em relação aos escravos e libertos no início do século XIX, ver Faria (2001).

[7] Para os quilombos existentes no litoral noroeste da província, desde 1811, ver Rocha (2003: 213-241).

[8] Gladys Ribeiro chama atenção para a preocupação das autoridades policiais na cidade do Rio de Janeiro, após as notícias da Regeneração em Portugal, com as desordens provocadas por escravos armados nas ruas da cidade (RIBEIRO, 2002:34).

[9] Lúcia Bastos Neves lembra que, neste momento, uma parte da discussão política foi transferida para a praça pública (2003: 231-254).

folhetos, parte destes agora impressos na província, permitiram a publicização das questões que afligiam a parcela da população que se fazia representar nas praças, lendo e escrevendo para os jornais, votando ou assinando algum manifesto. Entre as preocupações, agora expressas de maneira pública, destaco a que se refere aos "homens de cor", categoria perigosa e recorrente nos jornais e folhetos que circularam entre 1821 e 1825. É importante lembrar que os "de cor" também estavam na praça, compondo o Batalhão dos Pedestres, parcela da tropa formada basicamente por libertos[10], ou como "povo", nas palavras de Mathias Assunção:

> *O "povo" de São Luís compreendia as classes que eram, em tempos normais, excluídas da câmara. É interessante, neste contexto, como o termo "cidadão" começou a ser usado como sinônimo de "homem bom", enquanto "povo" ou "povos" refere-se claramente aos privados de direitos políticos, a massa dos não cidadãos: a ata da sessão da câmara geral que "aderiu" à Independência foi firmada por 157 cidadãos e autoridades, e posteriormente aclamada por "tropa e povo", que se aglomeravam na praça em frente ao palácio do governo.* (ASSUNÇÃO, 2004:203).

Ainda em 1821, o coronel Honório José Teixeira e o major José Loureiro Mesquita foram presos e deportados sob a acusação de armarem "mais de 300 escravos para fins sinistros e criminosos" (MESQUITA, 1821:22). A acusação é uma referência aos conflitos vividos na província após sua incorporação aos ditames da revolução do Porto com a manutenção do general Bernardo da Silveira à frente do governo do Maranhão e teria sido feita a partir de pasquins afixados em lugares públicos, na calada da noite.

Denúncias anônimas sobre potenciais rebeliões de escravos conviveram com folhetos que abertamente trataram da questão. O advogado Manoel dos Santos Zacheo, acusado por seus inimigos de "democrata *sanscullot*"[11] nas lutas pela independência da província, escrevia ao Soberano Congresso em 1822 condenando as alforrias e reafirmando a necessidade de policiar estes "cidadãos impossíveis":

> *Sendo hoje incontroverso, e a experiência o mostra: que só o cativeiro pode policiar o índio, e o preto, e fazer úteis ainda assim estes preguiçosos natos, cidadãos impossíveis, sem ambição cívica, que toda a grandeza, e opulência continente se deva aquele cativeiro* [...] *fazer por uma lei Cidadãos, ou forros todos os filhos dos escravos d`Africa e Ásia, que nascerem daqui em diante no Brasil: é sem dúvida alguma quintar e joerar para a morte da espécie humana, ainda dentro do Claustro maternal!* (ZACHEO,1822:12).

---

[10] O Frei Nossa Senhora dos Prazeres, em 1819, informava que a cidade contava com uma milícia de pretos livres chamados pedestres (1946, p.139). Para a presença dos "homens de cor" nas tropas envolvidas no processo de independência, na província de Pernambuco, ver Carvalho (2005: 881-914)

[11] Ver o folheto "Bruciana, época horrível no Maranhão", de autoria do padre Domingos Cadáville Velloso. BN – seção de obras raras.

Dias antes da independência da província, Bernardo José d´Abrantes e Castro, em carta enviada ao Marquês de Tancos, pedia providências para que não "se renove as cenas de São Domingos" (BN – Ms 32,20,7 – documento 2, p.2) no Maranhão. A referência a um novo Haiti[12] como sinônimo de desordem e da presença de escravos e libertos na cena pública permeou interpretações que justificavam o atual estado da província, ora "opulenta e pacífica".

Mathias Assunção considera que a guerra civil vivida pela província a partir de 1822 "abriu espaços para a resistência escrava no Maranhão" (2005:365). De posse da documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão, Assunção captou o receio das autoridades provinciais[13] de que ocorressem levantes de escravos, reuniões secretas de artesãos negros, livres e escravos foram denunciadas e processos foram instaurados. Sobre a presença dos "horrores do Haiti" na província, o autor sugere sua compreensão como metáfora para descrever a momentânea perda de controle das autoridades sobre a população subalterna (2005:365), perspectiva que não minimiza o vigor da movimentação de escravos e libertos neste momento.

Com a independência, em julho de 1823, a província viveu, nos 18 meses seguintes, três deposições do governo civil, cinco substituições do governador de armas, conflitos de rua; e o envio dos governantes depostos[14] e de outras figuras públicas[15] para o Rio de Janeiro, dando origem, este último aspecto, a um debate travado na imprensa[16] da Corte sobre os problemas políticos vividos no Maranhão. Um dos argumentos mais recorrentes dizia respeito ao fato do Maranhão agora ser governado por pretos, o que explicaria o "estado de anarquia da província". A crítica era endereçada ao governo de Miguel Bruce[17], o "campeão

---

[12] Em 1825, o presidente interino da província, Manuel Telles da Silva Lobo, afirmou que no governo de seu antecessor, Miguel Bruce, a província assistiu a terríveis e sanguinárias cenas da ilha do Haiti. Cf. "Argos da Lei", 04/02/1825, nº 9, p.1).

[13] Os exemplos se espalham pelo interior da província, em localidades como Rosário, Caxias e Iguará (2005:362-365).

[14] É o caso dos governadores de Armas José Felix Pereira Burgos e Rodrigo Luís Salgado de Sá Moscoso (1824), e do presidente da província Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce (1825).

[15] Como o padre Domingos Cadáville Veloso, conhecido como padre Cascavel. Fugido da província em 1824, após um sermão considerado ofensivo a administração provincial, escreveu diversos panfletos contra a administração de Miguel Bruce. Foi o autor das primeiras denúncias contra Bruce, utilizadas como argumento para a sua primeira deposição. No Rio de Janeiro, escreveu diversos panfletos sobre o Maranhão, dentre os quais destaco *Bruciana, época horrível no Maranhão (1825),* em 87 páginas, faz um quadro minucioso da situação política da província.

[16] Os debates sobre a independência do Maranhão na imprensa do Rio de Janeiro, iniciados em 1823, estenderam-se até 1825, ano em que se desenvolveu o processo contra Miguel Bruce.

[17] O advogado Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce assumiu, em 07 de agosto de 1823, a presidência da Junta Governativa e Provisória Constitucional, sendo confirmado no cargo pela eleição em 25 de dezembro de 1823. Deposto e preso pelo governador de armas Capitão-Mor, Rodrigo Luís Salgado de Sá Moscoso, sob a acusação de ser republicano, em 17 de fevereiro de 1824, recuperou o cargo um dia depois, enviando Rodrigo Salgado preso para o Rio de Janeiro. Novamente deposto e preso pelo então governador de armas, Tenente Coronel José Felix Pereira de Burgos, pela mesma acusação, em 01 de junho de 1824, recuperou o cargo quatro dias depois, prendendo Burgos e enviando-o para a Corte. Enfim, foi definitivamente deposto a 25 de dezembro

dos mulatos", acusado de armar escravos e libertos, ação que seria motivada por seus princípios "democráticos e republicanos"[18].

Isidoro Rodrigues Pereira, um dos lavradores mais ricos da província, encaminhou ofício a D. Pedro I, alarmado com a situação vivida pelos "brancos de estabelecimento":

> *Jurou-se a Constituição, e quando os cidadãos julgavam o direito da sua propriedade seguro a sombra da lei, é quando se perjura a mesma constituição, declara-se uma perfeita anarquia, põe-se em risco os cofres da nação, e parece que a guerra já não é contra os europeus, mas contra os brancos de estabelecimento, com desígnio de lhe roubarem seus cabedais, sendo de tudo autor o mesmo governo, que se serviu para o dito efeito de homens de cor e negros sem estabelecimento; aos quais embriagava para o dito fim; de sorte que até desconheciam o nome de VMI, conhecendo somente por seu protetor ao presidente* [Miguel Bruce]. (BN – Ms – C – 575,16, s/n).

A sucessão de saques, arrombamentos e conflitos de rua na cidade de São Luís[19] no pós-independência contou com uma participação efetiva dos "homens do comum" (JANCSÓ, 2005:41-42): brancos pobres, libertos e escravos que em meio à desordem política deram outros sentidos à palavra "liberdade"[20]. Parte destes saques foi realizada por tropas do exército, como forma de compensação dos soldos atrasados[21] . Já vimos aqui que as tropas eram parcialmente compostas por libertos, reforçadas durante o ano de 1824 por uma série de presos libertados e armados por Miguel Bruce[22] com o objetivo de reforçar o controle político da província, constantemente ameaçado. Bruce também enfrentou a acusação de ter retirado as armas de vários Corpos de Milícia, entregando-as a "gente de cor", criminosos e escravos, provocando insubordinação e desenfreamento da maior parte dos Corpos de Linha[23]. Vítima preferencial das "contribuições" recolhidas pelas tropas de Bruce, os europeus (e também os brasileiros) ricos da cidade de São Luís clamavam por um governo que restituísse a ordem[24].

---

de 1824, por determinação do Lord Cochrane e embarcado para o Rio de Janeiro no dia 31 de dezembro de 1824.

[18] Bruce foi acusado de articular a participação do Maranhão na Confederação do Equador. Ver "Defesa de Miguel Bruce...." (1826).

[19] Em outras cidades da província, como Guimarães, Viana e Alcântara, também foram registradas notícias de roubos, tumultos, espancamentos e mortes, em meio à reorganização política pós independência. Cf. "Argos da Lei", 01/02/1825, nº 8, p.2.

[20] Para o termo liberdade como grande tema de discussão política no Brasil do início do século XIX, ver Ribeiro (2002).

[21] Para a prática de saques como forma de pagamento da tropa, ver Burgos (1824).

[22] Na descrição dos presos libertados por Miguel Bruce encontrei, majoritariamente, referências a pardos, cafuzos, pretos forros e mamelucos. Cf. "Argos da Lei", 07/01/1825, nº 1, p.1.

[23] A acusação foi publicada no jornal "Argos da Lei" (04/02/1825, nº 9: 01-02) e é parte das investigações sugeridas pelo presidente interino da província, Manuel Telles da Silva Lobo, ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime da província.

[24] Para Mathias Assunção, o governo Bruce marcou uma ruptura no consenso intra-oligárquico de não envolver as classes subalternas nos conflitos políticos (2005:352).

Ainda que eventualmente incitados por grupos políticos interessados em proporcionar prejuízos aos inimigos ou desestabilizar governos, esta parcela da população representou uma ameaça efetiva à ordem estabelecida, dando contornos próprios à sua participação.

Com a deposição de Bruce, em dezembro de 1824, uma das preocupações do novo governo recaiu sobre a segurança dos bairros de São Luís. A decisão de restringir a presença de portugueses nas rondas pela cidade foi apoiada pelo jornalista Odorico Mendes com base na seguinte justificativa: "Desenganemo-nos, a cor não é que torna os homens bons ou maus: pela sua péssima educação, muitos brancos da Europa são tão vis e tão baixos, como esses mulatos que andaram a espancar, a roubar e a matar, pelas ruas da cidade" ("Argos da Lei", 07/01/1825, nº1, p.3). Um novo aparato militar, sem pretos e portugueses, foi defendido por este jornalista que, meses depois, elegeu-se deputado pelo Maranhão, ocupando lugar de destaque na política e no jornalismo do Rio de Janeiro[25].

Em 1825, após o reconhecimento da independência por parte de Portugal, o advogado maranhense Manoel dos Santos Zacheo voltou a expressar suas preocupações com a "coisa pública", encaminhando a D. Pedro I os "Projetos do novo código civil e criminal do Império do Brasil, oferecidos ao senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional, seu protetor, e defensor perpétuo, e ao soberano congresso nacional e legislador". Sob a alcunha de "Epaminondas Americano", Zacheo discorreu sobre o papel que os escravos deveriam exercer no novo Estado que se configurava, alertando novamente para os riscos de uma política de alforrias:

> *Não há gente no Império do Brasil que trabalhe mais e faça menos custo com o sustento e vestuário. A sua constituição é de tal forma temperada pelo todo p. 80 poderoso: que o grande calor nas províncias do Norte, e perto da linha os conserva e vivifica, ao mesmo tempo que destroça os brancos, quer sejam europeus, quer brasileiros. Aqueles e estes servem somente para mandar os escravos e jamais para fazer serviços penosos do campo. Toda a grandeza e opulência do Brasil se deve aos mesmos. Eles têm rompido pântanos e terrenos brutos, aterrados vulcões, emendado a natureza, edificado palácios, e edifícios nobres, sem trajarem sedas, e habitarem neles, construído navios, debastado matas impraticáveis, e formado patrimônios ricos debaixo das disposições dos brancos!!! São naturalmente humildes e nada empreendem. A sua existência individual serve enfim de moeda corrente.*
> *Pelo contrário, quando chegam a conseguir uma existência civil, são inteiramente preguiçosos, indolentes, querem, ganhar em uma hora quanto ganha o trabalhador de sua cor em um dia inteiro. Esquecem-se do ofício que aprenderam no cativeiro,*

[25] Odorico Mendes foi eleito deputado duas vezes pelo Maranhão (assumindo como suplente um terceiro mandato) e uma por Minas Gerais, trabalhou ainda em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, entre os quais: 7 de Abril, Astrea, Farol Paulistano, Clube Aurora, Iris, O verdadeiro liberal, Liga Americana, O Homem e a América e o Jornal do Comércio. Cf. JORGE (2000, p.115-136).

> *ou raras vezes o exercitam. Erguem-se sobre a sua condição. Querem passar adiante dos brancos nas honras ou nos empregos, ou pelo menos iguala-los. Empreendem os projetos mais temerários sem fundamento algum. São inclinados ao roubo, a embriaguez, ao insulto e a revolta, de onde possam tirar lucro. E por fim, morrem cegos ou aleijados, ou na prisão, ou no hospital, e vêm a servir de peso a sociedade, e pó-la em perigo.* (ZACHEO, 1825:79-80).

Para Zacheo, a existência civil do escravo promovia insubordinação e desequilíbrio social. Entre as rebeliões escravas e as diversas formas de rebeldia dos libertos, a documentação produzida pelos homens "de cor branca" revela a constante preocupação dos interessados na organização da nova ordem provincial, em conexão com as autoridades estabelecidas (e reconhecidas) no Rio de Janeiro, com a manutenção da ordem escravocrata, um dos pilares de sustentação do Estado imperial que se instituía, como nos lembra o historiador Marcus Carvalho:

> *Manter a escravidão intocada foi o cerne da contra-revolução da Independência. Para as elites tradicionais que instituíram o novo país, isto foi um feito mais importante que a monarquia, do que a unidade territorial, do que a manutenção do latifúndio, do que qualquer outra vitória política nos anos 1820* (CARVALHO, 2005:881).

O medo de outro Haiti, mesmo compreendido como metáfora de subversão da ordem, delineou, no âmbito das relações entre a província e o Rio de Janeiro, os limites do apoio imperial ao governo de Miguel Bruce; internamente, as disputas políticas entre os grupos provinciais foram permeadas pelo risco de estabelecimento da "anarquia", temor presente nos impressos aqui analisados.

Referências.

1) Fontes manuscritas

a) Biblioteca Nacional (BN) – seção de manuscritos

Ms. 32,20,7 – **Ofício do Dr. Bernardo José d'Abrantes e Castro remetendo ao 4º Marques de Tancos uma exposição sobre a situação partidária do Maranhão, 1823.**

Ms. C- 575,16 – **Isidoro Rodrigues Pereira (Coleção Documentos Biográficos)**

2) Fontes impressas

a) Biblioteca Nacional (BN) – seção de obras raras:

BRUCE, Miguel Ignácio dos Santos Freire e. **Defesa de Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce que foi presidente das juntas provisórias independentes na província do Maranhão... e depois presidente da mesma província por nomeação de sua majestade o Imperador**. Rio de Janeiro, Typografia Imperial e Nacional, 1826.

BURGOS, José Felix Pereira**. Defesa do Governador das armas da província do Maranhão.** Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1824.

MESQUITA, José de Loureiro. **Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão concluída em 06 de abril de 1821. Para servir de justificação aquelles que foram injustamente presos e perseguidos pelo despótico Governador daquela Província Bernardo da Silveira Pinto**. Lisboa, Impressão de Alcobia, 1821.

VELLOSO, Domingos Cadáville. **Bruciana, época horrível no Maranhão.** Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1825.

ZACHEO, Manoel Paixão Santos. **Discurso do arguelles da Província do Maranhão a S. Magestade Nacional e Real em Cortes Gerais sobre a opinião pública, liberdade civil e comércio de escravatura.** Lisboa. Na impressão de João Nunes Esteves, 1822.

b) Periódicos

- Argos da Lei (1825)

c) Outras fontes impressas

ABRANCHES, Dunshee de. **Garcia de Abranches, o Censor (o Maranhão em 1822).** São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild & Co, 1922.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa (1818). **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do mundo inteiro, 1970.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990 (Coleção reconquista do Brasil, 2, série; v. 157).

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do Lago (1822). **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MACHADO, Francisco Xavier (1810). "Memória relativa às capitanias do Piauí e Maranhão". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 17 (17), 1854, Pp.56-69.

PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos (1891). "Poranduba maranhense". **Separata da Revista de Geografia e História do Maranhão***,* 1946.

3) Bibliografia

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. "Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão". In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, Pp 195-225.

_____ "Miguel Bruce e os 'horrores da anarquia' no Maranhão (1822-27)". In: JANCSÓ, Istvan (org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, Pp. 345-378.

CARVALHO, Marcus J.M. de. "Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)". In: JANCSÓ, Istvan (org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, Pp. 881-914.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações.** Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

JANCSÓ, Istvan. "Independência, independências". In: _____ (org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005, Pp – 17-48.

JORGE, Sebastião. **Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes**. São Luís: UFMA, 2000.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. "Política e Natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho". In: PRADO, Maria Emília (org) **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista .** Rio de Janeiro: Access, 1999, Pp. 81-110.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822).** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "O desejo da liberdade e a participação de homens livres e "de cor" na independência do Brasil". **Cadernos Cedes**, v.22, nº 58, Pp. 21-45, dezembro de 2002.

ROCHA, Leandro Mendes. "A formação da rede urbana do litoral norte do Maranhão no século XIX". In: ALMEIDA, Jaime de. CABRERA, Olga & ZAVALA, Maria Teresa Cortés. **Cenários caribenhos.** Brasília: Paralelo 15, 2003, Pp. 213-241.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As proposições de produção de textos da ordem do argumentar nos livros didáticos de história de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental[1]

Ana Gabriela de Souza Seal[2]

Neste procuraremos sistematizar nossa intenção de investigar as atividades de produção de textos nos livros didáticos de História de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Buscaremos compreender as diversas orientações aos alunos e professores sobre a prática da produção textual. Destinaremos um olhar mais aguçado aos gêneros da ordem do argumentar. Estaremos utilizando o enfoque proposto por Dolz e Schneuwly (2004, 58-63) sobre o agrupamento de gêneros. Os autores sistematizaram os gêneros a partir de cinco agrupamentos. Estes correspondem às principais finalidades sociais do ensino da língua, retomam as distinções tipológicas, são relativamente homogêneos no que diz respeito às capacidades necessárias ao conhecimento dos gêneros de cada ordem. Temos cinco ordens construídas pelos autores: narrar, relatar, expor, descrever ações e argumentar. Esta última englobando as capacidades de linguagem dominantes: sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição (Ibidem, 2004, 61).

A reflexão sobre as questões da área de Língua Portuguesa, nos livros didáticos de História das séries de ensino citadas, foi desenvolvida partindo de uma finalidade global do ensino de História: possibilitar a formação de alunos críticos. Se pensarmos no agrupamento de textos da ordem do argumentar, identificaremos a necessidade do desenvolvimento de um pensamento crítico, necessário à elaboração de pontos de vista, argumentos e defesa.

É relevante explicitar que os movimentos de aprendizagem da língua se tornam mais significativos para os alunos quando são desenvolvidos a partir de finalidades sociais reais, isto é, tanto a leitura quanto as produções textuais são realizadas com fins explícitos e com propósitos de cunho social. Neste sentido, a atividade de leitura é realizada para que os alunos se apropriem de uma discussão a ser apresentada aos pais e a escrita se destina a requerer, reclamar, socializar ou mesmo convidar alguém. Isto significa que, da mesma forma que lemos e produzimos textos fora da escola, a partir de finalidades e gêneros específicos, dentro dela tais ações não precisam perder de vista estes objetivos sociais.

[1] Pesquisa subsidiada pelo fomento CAPES, sob orientação da profª Drª Telma Ferraz Leal (DMTE/ UFPE), professora do programa de pós-graduação em Educação (CE-UFPE), coordenadora do Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL-UFPE) e do Grupo de Estudos em Argumentação (DMTE-CE-UFPE)

[2] Mestranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPE)/ Membro do Grupo de Estudos em Argumentação (DMTE-CE-UFPE)/ Formadora do Centro de Estudos em Educação e Linguagem – CEEL (UFPE).

Diversas pesquisas e estudos[3] advogam a importância do trabalho de produção de textos a partir dos gêneros. Algumas delas atentam para o fato de que o ensino da língua a partir de gêneros textuais e finalidades específicas leva o aluno a produzir melhor seus textos, pois escrever a partir destas condições facilita um trabalho de extremo gerenciamento, remetido a uma concatenação de atividades em movimentos de reflexão sobre: o que escrever (temas, seleção e organização de idéias, concatenação dos fatos,...), como escrever (gênero a ser escrito, relações grafofônicas, reflexões sobre a ortografia das palavras, pontuação, vocabulário,...), para quem escrever (interlocutores: pessoas que serão os leitores do texto) e porquê escrever (convidar, reclamar, socializar informações, ...). É o conjunto de todos estes fatores, envolvendo o processo de produção textual que vai levar, ou não, o aluno a realizar com mais ou menos êxito a sua atividade de escrita.

Algumas pesquisas acerca dos livros didáticos de Língua Portuguesa, apontam que tais questões já são consideradas pelos autores na elaboração dos livros (Batista e Val, 2004; Silva, 1999). No entanto, as demais áreas de ensino destinadas a estas séries ainda estão num movimento insipiente para atender às responsabilidades relativas ao letramento[4] do aluno, o que significa que começam a surgir preocupações com as finalidades para as leituras e produções textuais, embora há muito estas atividades já estivessem presentes no cotidiano das diversas disciplinas.

Analisando os critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático de História de 1ª a 4ª série (2004, volume 3, p. 34), identificamos uma nítida preocupação com o incentivo à produção de textos, o que já remete a um avanço significativo no ensino de uma disciplina que requer leitura intensa e também produções escritas. Assim, há referência às atividades que possibilitassem o desenvolvimento da habilidade de argumentação, como podemos verificar abaixo, quando o guia explicita ao professor os critérios de avaliação:

> a contribuição efetiva, tanto dos textos quanto das atividades, para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas, como observação, investigação, compreensão, argumentação, organização, memorização, análise, síntese, criatividade, comparação, interpretação, avaliação, além da capacidade de debater problemas e de incentivar a produção de textos.

Diante destes critérios, quais propostas de produção textual estão sendo sugeridas pelos LD's de História destes anos iniciais de escolarização? Levando em consideração as questões que norteiam o ensino de História nas séries iniciais (Bittencourt, 1998, 19),

[3] C.f. Guimarães, Leal e Lima, 2002; Schneuwly e Dolz, 2004; Albuquerque e Leal, 2004; Val e Rocha, 2003; Albuquerque entre outros, 2005.

[4] Letramento, é aqui entendido como *"um conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o quê, como, quando e por quê ler e escrever*" (Soares, 2002, p.75).

buscaremos investigar: quais as propostas de produção de textos da ordem do argumentar estão disponíveis nestes LD's, e de que forma se apresentam? Isto por considerar que os gêneros da ordem do argumentar possibilitam o desenvolvimento desta capacidade crítica quando requerem: a análise de questões problemas, levantamento de pontos de vista, defesa da opinião, argumentos e contra-argumentos.

Assim, estaremos nos propondo a pesquisar nos livros aprovados pelo PNLD 2005, as ocorrências e os tipos de propostas de produção de textos encontradas, sobretudo da ordem do argumentar nos livros didáticos de história de 1ª a 4ª série.

Acreditamos que desta forma estaremos contribuindo para a discussão de uma temática ainda pouco explorada: "Produção textual nos Livros Didáticos de História", além de repensar sobre os critérios de análise destas obras pelo Programa Nacional do Livro Didático. Procuraremos, com isso, proporcionar discussões sobre questões importantes para a prática pedagógica do ensino de História em interface com a Língua Portuguesa nas séries iniciais do ensino fundamental.

1. Objetivos

1.1. Objetivo Geral:

- Analisar as propostas de Produção de Textos Argumentativos presentes em cinco coleções dos Livros Didáticos de História aprovados pelo PNLD 2005.

1.2. Objetivos Específicos:

- Analisar as atividades presentes nas coleções, identificando as de Produção de Textos da ordem do argumentar.

- Analisar as condições de produção de textos da ordem do argumentar nas propostas dos Livros Didáticos de História.

2. AS PROPOSTAS DE PRODUÇÃO DE TEXTOS DA ORDEM DO ARGUMENTAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DE 1ª A 4ª SÉRIE

Antes de explorar os aspectos metodológicos deste anteprojeto, consideramos interessante conceituar o que seria nosso campo de análise, ou seja, o que neste anteprojeto está sendo concebido por Livro Didático. Bittencourt (1998, 71-74) diz que para se conceituar o livro didático é necessário percebê-lo em toda sua amplitude, aspectos e contradições. A autora (2004, 303) tenta relacioná-lo em todos os seus movimentos identificando-o enquanto: uma mercadoria, depositário de conteúdos escolares, instrumento pedagógico, veículo portador de uma ideologia. Também explicita a necessidade de pensar sobre ele enquanto um

produto do trabalho de várias pessoas e enquanto objeto de uso dos professores e alunos. Para Batista (2000, 552) o livro didático constitui-se em "um complemento à ação do professor, que deve introduzir e desenvolver a matéria, sugerir exercícios, fazer avaliações, propor acréscimos". Desta forma,

> os manuais tendem a se organizar como estudos dirigidos, propondo não apenas uma seleção do conteúdo a ser ensinado, mas também um modo de distribuí-lo no tempo escolar - com base numa progressão de unidades que introduzem, desenvolvem a matéria e, muitas vezes, avaliam seu domínio pelo aluno. Terminam, por isso, a se dirigir diretamente ao aluno em enunciados e textos (Batista, 2000, 552).

Após a Segunda Guerra Mundial, uma preocupação intensa quanto aos conteúdos ideológicos que os livros didáticos apresentavam, sobretudo os LD's de História, começaram a surgir. As análises, realizadas por órgãos criados para tal fim, centravam-se na perspectiva de incentivar o respeito às diversas raças, classes, etc. No Brasil, com o passar dos anos, além da questão ideológica, os conteúdos de História também começaram a ser observados. Isso porque as pesquisas acadêmicas neste sentido já não condiziam mais com o que os Livros Didáticos apresentavam (Bittencourt, 2004, 303).

No entanto, Bittencourt (2004, 311-316) atenta para o fato de que o Livro Didático (LD) de História deve ser percebido/ pesquisado considerando seus diferentes âmbitos e complexidades, para que possa ser entendido em sua integralidade tornando-se um instrumento mais efetivo. A autora considera os aspectos: Formais, de Conteúdos Históricos Escolares e de Conteúdos Pedagógicos.

No que diz respeito aos aspectos formais, o LD aparece enquanto objeto mercadológico dentro de uma dinâmica capitalista. Neste sentido, precisa adequar-se ao mercado. Qualidade de imagens, folhas e capas, além de marketing fazem parte de sua produção.

Quanto aos Conteúdos Históricos Escolares, que são os conteúdos específicos da disciplina selecionados e organizados para o objetivo do ensino, a autora afirma que já houve muitas mudanças atendendo inclusive à avaliação do Programa Nacional do Livro Didático. No entanto, o livro, que se caracteriza como importante instrumento de trabalho do professor, ainda deve questionar alguns de seus aspectos como: forma de apresentação dos conteúdos, que muitas vezes permanece com a idéia de uma História linear, cartesiana; apresentação de informações, passando de impassíveis de contestação pelos alunos para possibilitar sua criticização; precisão nas informações e conceitos apresentados, com linguagem adequada, porém sem simplificações.

Já os Conteúdos Pedagógicos, referem-se à articulação entre informação/ aprendizagem. No que diz respeito a este aspecto, a análise do discurso deve estar intimamente vinculada à análise do conteúdo e tendências historiográficas presentes. Refere-se não só as atividades que estão contidas no livro como também a concepção de aprendizagem que é adotada. A autora observa que a seleção de atividades necessita de análises mais específicas no que se refere à coerência entre o estudo dos textos e as atividades, tendo em vista que com freqüência os LD's de História sofrem uma divisão de tarefas. Ou seja, enquanto o Historiador se ocupa em selecionar e preparar os conteúdos, há outra pessoa, ou uma equipe, responsável pela preparação dessas atividades.

Privilegiaremos o terceiro aspecto. Centraremos nosso olhar nas propostas que possibilitam produção de textos da ordem do argumentar, detalharemos mais adiante as razões desta escolha, porém podemos antecipar que esta deve-se por acreditarmos que o trabalho com gêneros da ordem do argumentar contribui para a formação crítica do alunado. A respeito do desenvolvimento desta capacidade, as propostas da ordem do argumentar requerem ao discente a construção de um ponto de vista e defesa deste, além de que podem levar à elaboração de novos argumentos, contra-argumentos, refutações.

O ENSINO DOS TEXTOS DA ORDEM DO ARGUMENTAR

A concepção de linguagem adotada neste anteprojeto entende a construção textual como um processo que considera um interlocutor para a sua produção. Na sociedade, a produção dos textos se efetiva quando se visualiza um outro ser real, ao qual a produção será destinada. Tratando-se de textos escritos, este outro-leitor poderá apenas ler as produções; ler e formar opiniões; ler e discordar dos argumentos presentes no texto; ler, formar opiniões contrárias, discordar do texto lido, levantar argumentos contrários e ser (ou não) contra-argumentado. Neste sentido, diante de três abordagens discutidas por Borba (1994 Apud Silva, 2001), em pesquisa, , cite-se: 1. expressão do pensamento, 2. instrumento de comunicação, 3. modo de interação social, optamos por adotar a terceira. A referência ao caráter interativo da atividade lingüística leva a percebê-la em meio às suas finalidades sociais. Portanto, se a linguagem possui um caráter interativo, o texto deve ser um objeto dessa interação, um objeto de comunicação,

> uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos co-enunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com as práticas socioculturais (Koch, 1992 apud Koch, 2003, 27).

Na escola, esta perspectiva da linguagem enquanto objeto de interação precisa estar atrelada à compreensão da linguagem enquanto objeto de estudo (Koch, 2003; Schneuwly e Dolz, 2004; Morais, Albuquerque e Leal, 2005; Silva, Morais e Melo, 2005).

A produção de textos precisa ser entendida, portanto, enquanto uma atividade de sistematização de idéias para torná-las compreensíveis ao outro, seu interlocutor, presente direta ou indiretamente em todos os momentos. Assim, para o ensino de produção de textos na escola, seja a partir dos Livros Didáticos das diferentes disciplinas, seja das proposições dos professores aos alunos, é imprescindível pensar neste momento enquanto uma atividade comunicativa na qual o outro, o leitor, necessariamente está incluído. Requer pensar na Produção Textual enquanto

> ... uma atividade social exercida por todo indivíduo desde os primeiros anos de vida, devendo, pois, a escola, ampliar tal capacidade, introduzindo, de forma mais sistematizada, os textos escritos na vida das crianças. No entanto, para dar conta de tal tarefa, é necessário planejar ações em que os diversos gêneros de textos estejam presentes na sala de aula para que se possa, de fato, possibilitar um maior contato com os usos sociais da escrita na sociedade. (Leal, 2004, 26 e 27)

E como na sociedade escrevemos a partir dos gêneros de texto, nada mais necessário à escola que levar os alunos a escreverem os textos que nela circula. No entanto, algumas questões se colocam ao professor: quais gêneros ensinar? Como posso fazer uma seleção entre os diversos gêneros para o ensino? Como ensinar os gêneros textuais?

É preciso primeiro considerar que o ensino de produção de textos nem sempre foi regido pela perspectiva de escrever a partir de gêneros, e sim pelos tipos textuais mais comuns: narração, dissertação, descrição. Em pesquisa realizada em escolas públicas de Recife e região metropolitana, Guimarães, Leal e Lima (2002, 327-340) identificaram que os conceitos de tipo e gênero textual não estavam claros para as professoras, embora estas participassem de um processo de formação continuada intitulado "A formação continuada de professores e o processo de produção de textos na escola", no qual mensalmente se reuniam para discutir os processos de produção de textos e, conseqüentemente, a produção textual a partir de gêneros textuais. Esse conflito adviria de uma vivência e prática constituída que passava por um processo de desestabilização. As professoras passaram por um ensino de produção de textos no qual se aprendia a escrever tipos, e assim o constituíram em sua prática, para depois estudarem sobre a importância do ensino por gêneros. De acordo com Marcuschi (2002), tipos textuais são:

> Uma espécie de construção teórica definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (p. 22).

Em cada gênero de texto, portanto, existem mais de um tipo. Como é o caso de uma carta pessoal na qual podemos relatar fatos, dissertar sobre algum assunto e descrever uma pessoa que se conheceu. É por essa variedade de tipos dentro de um só gênero que se torna inviável o ensino do tipo exclusivamente descartado da função social da produção de textos. Além desse aspecto, Schneuwly e Dolz (2004, 172) ainda fazem referência a dois outros aspectos do tipo textual que devem ser considerados para a opção do ensino de produção de textos por gênero: "b) trata-se de construções teóricas, de instrumentos de pesquisa para compreender certos fenômenos linguísticos, c) sua transposição para o terreno didático comporta um grande risco de derivas aplicacionistas e normativas" (Ibidem, 2004, 172).

Particularmente, as propostas de produção de textos da ordem do argumentar precisam estar norteadas pela idéia de gênero textual. É a partir do gênero que pensamos em quem será o interlocutor das produções, quais os elementos que poderemos inserir de acordo com a temática e de acordo com a situação de interlocução. Desta forma, nos gêneros da ordem do argumentar, a elaboração dos argumentos a interlocutores virtualmente presentes se torna uma atividade mais objetiva. Se torna possível seu aperfeiçoamento e direcionamento de acordo com o público leitor que será convencido de algo, ou mesmo, imaginariamente, contestará os argumentos postos.

Estamos aqui tratando de gênero textual enquanto "tipos relativamente estáveis de enunciados" (Bakhtin, 2000, p. 279). Cada gênero textual tem suas características específicas e são elaborados/ modificados a partir de necessidades sociais. Portanto, voltamos a ressaltar a necessidade de sua inserção nas práticas escolares de produção de textos. Voltando às questões anteriormente levantadas: como então selecionar os gêneros em meio a este sem número de possibilidades? Quais gêneros devo ensinar?

Schneuwly e Dolz (2004, 121), como já havíamos dito, classificaram os gêneros a partir de cinco agrupamentos: relatar, narrar, expor, descrever ações e argumentar. Este último, nosso foco de pesquisa, engloba: textos de opinião, diálogos argumentativos, cartas do leitor, cartas de reclamação, debates regrados, editoriais, discurso de defesa, discurso de acusação, entre outros. Consideram que desde as primeiras séries os alunos deveriam estar em contato com os gêneros das várias ordens. Desta forma, a seleção dos gêneros para ensino seria orientada pelo caráter que ele possui, por sua finalidade. Porém, algumas pesquisas

apontam para a quase inexistência do trabalho com os gêneros da ordem do argumentar, enquanto os da ordem do narrar e do dissertar aparecem em quantidades consideráveis nos livros didáticos de Língua Portuguesa (Silva, 1998; Andrade, Leal e Brandão, 2005).

Embora Schneuwly e Dolz tenham sistematizado os gêneros a partir destes cinco grandes agrupamentos, alguns autores advogam que todo texto possui um caráter argumentativo (Koch e, 1987 e Pécora, 1999 em Leal, 2004, p. 14). Leal (2004, p. 14) considera este fato e vai mais além. A autora explica que alguns textos apresentam uma defesa de ponto de vista mais explicitamente. São as propostas destes que desejamos investigar nos Livros Didáticos de História de 1ª a 4ª séries.

Em pesquisas sobre textos da ordem do argumentar, Souza (2003, 16-17) identificou que há um uso intenso nas séries iniciais de livros da literatura infato-juvenil. Junto a esta questão, outra, diz a autora, se coloca: a crença de que a criança, ao aprender a produzir histórias está apta, ou tem mais facilidade, na produção dos demais gêneros. Talvez por este fato, não haja tantas propostas de produção de textos da ordem do argumentar nos livros didáticos quanto há de produção da ordem do narrar e dissertar. Numa pesquisa realizada por Silva (1999), em três coleções de livros didáticos de 5ª a 8ª série, foi identificado que das várias ordens de texto, a que diz respeito à do argumentar é a que menos ganha espaço a ser trabalhado na sala de aula. Diante do desenvolvimento da disciplina de História, tal questão se torna mais grave quando se pensa que

> ...argumentar, ou seja, utilizar recursos lingüísticos para apresentar e defender nossas concepções sobre o mundo e sobre a vida é uma atividade social essencial para o nosso dia-a-dia. Por isso, é imprescindível que os alunos possam aprender, na escola, a defender idéias e também a contra-argumentar, isto é, elaborar argumentos a possíveis objeções que possam vir a aparecer em relação à proposição defendida. (Andrade, Leal e Brandão, 2005, no prelo)

Defender pontos de vista requer, inicialmente, estudar as diversas hipóteses existentes e concordar com uma ou algumas delas. Em outras palavras, formar um pensamento crítico diante dos problemas apresentados e optar pelo que se acha mais coerente, para posteriormente defendê-lo e contestar opiniões contrárias. É requisito fundamental, para a disciplina de História, o trabalho com textos da ordem do argumentar, já que esta tem recebido por finalidade "formar o pensamento crítico do aluno para a compreensão da realidade em que vive e transformá-la" (Bittencourt, 1998, 21).

Consideraremos, a partir de agora, o percurso desta disciplina para a revisão de seu ensino e constituição deste fim, assim como a reelaboração de suas propostas didáticas.

ENSINO DE HISTÓRIA E PROPOSTAS DIDÁTICAS

Cunha (2005, 88) em sua dissertação, procurou situar o "momento atual do ensino de História à luz da teoria da Transposição Didática". O autor adverte que a disciplina de História passa por uma situação que pode ser denominada de *crise disciplinar*, iniciada desde início da década de 1980, na qual todos os envolvidos com História escolar buscam uma nova configuração para esta.

Ancorado em Chevallard (1991), afirma também que antes mesmo do professor exercer seu papel de transpositor dentro da sala de aula, muitos outros momentos de adaptações dos conteúdos da disciplina para o ensino já foram realizados, como é o que acontece com o livro didático. Assim, diversos fatores externos à este ambiente escolar influíram diretamente na crise da disciplina, como os fatores sócio-políticos que se encontravam instáveis. Tal questão passou a não condizer mais com o discurso político pacato, organizado e pregado pela disciplina – caracterizando desta forma um processo de envelhecimento biológico e moral - "pois as temáticas políticas organizadas no tom da harmonia não correspondiam mais aos movimentos de mudança por que passava nosso país" (Cunha, idem, 91).

Começaram questionar o "modelo tradicional do ensino de História", que se baseia numa perspectiva

> ...linear, causal, evolutiva, política, dos vencedores, dos heróis, cuja marca primordial está na memorização de datas e fatos, fundamentadas na construção de um tempo histórico homogêneo e transmitidos via exposição oral (Ibidem, 92)

As críticas a este modelo deram bases para a construção de uma nova identidade do ensino de História. No momento atual, podem ser identificados três âmbitos destas propostas de renovação que dizem respeito aos: Fluxo dos Saberes Históricos, Organização dos Conteúdos Históricos e as Proposições de Ordem Metodológicas.

No que diz respeito ao <u>Fluxo dos Saberes Históricos</u>, as mudanças paradigmáticas da historiografia se distanciaram significativamente dos saberes escolares em sua versão específica. Assim, um processo de reaproximação é iniciado. Artigos científicos, relatos de experiência, produção de documentos curriculares surgem combatendo a trilha da narrativa tradicional, possibilitando a transposição didática de novas temáticas, o que acabou por refletir numa abordagem mais ampliada da Historia, abrangendo discussões como o cotidiano, por exemplo.

Quanto à <u>Organização dos Conteúdos Históricos</u>, que diz respeito às formas pensadas para se organizar o ensino de história fugindo da linearidade e cadência cronológica dos fatos históricos, uma das alternativas surgidas foi o ensino temático da História, que se

caracterizou por ser uma apropriação do campo da Nova História. Nesta os assuntos são organizados a partir de eixos temáticos e/ ou de acordo com a escolha dos alunos. A princípio, se pensou que os livros didáticos não teriam como estar incluso no processo de ensino/ aprendizagem a partir da História temática. No entanto, os PCN's trazem propostas de temáticas a serem trabalhadas e organizadas por coleções, algumas obtendo bons conceitos pelo PNLD.

Outra proposta foi a da História Integrada. Fundamentou sua integração dos conteúdos a partir do conceito Marxista de globalidade. A partir dela, os conteúdos que casavam a História do Brasil e a História Geral não mais se repetiam pois seguiam da pré-história do mundo, até os tempos atuais numa só disciplina. Esta obteve maior aceitação entre os professores provavelmente por manter muitas características da História que pretendia superar. Segundo o autor, a História Integrada mostra agora sinais de desgaste na academia.

No que concerne às Proposições de Ordem Metodológicas, os estudos da Nova História tomaram centralidade na cena historiográfica brasileira nas décadas de 1980 e 1990, servindo de âncora para as propostas de renovação do saber histórico, que passaram a compor uma revisão metodológica da disciplina. Deste movimento, dois grandes blocos puderam ser destacados- Noção de História-Problema e Utilização de diferentes Linguagens.

A primeira procurou dar um corte epistemológico no qual fosse possível a resposta a uma pergunta. No campo do ensino, isso significou a "problematização da História", que poderia ser realizada a partir de um projeto de investigação, similar à idéia de Projeto Didático (Leite, 1996).

A segunda, utilização de diferentes Linguagens, ocupou lugar central nos debates. Tratou-se da adoção de diferentes recursos nas aulas de História, contando com vastas produções sobre o tema. Dentre eles destacam-se a leitura, análise e interpretações de variadas fontes históricas, produção de textos. Porém, o abuso referente às discussões levou-as a sofrer certo desgaste. Na verdade, as discussões sobre a inclusão de novas linguagens já existia desde a década de 1970, com a educação de acordo com a perspectiva tecnicista, que pregava um ensino mais dinâmico.

Diante deste quadro de "crise disciplinar" do Ensino de História, caminharemos no sentido de investigar um aspecto que parece micro, mas que toma centralidade nas aulas de História: a produção de textos. Inclusive porque a disciplina requer sempre esse registro escrito em diversas situações, seja na coleta de informações a partir de entrevistas, na sistematização dos dados em livros sobre a História do Bairro, ou mesmo realizando uma resenha crítica sobre algum assunto abordado. É dentro das proposições de ordem

metodológica da disciplina que nossa investigação se desenrolará. Optamos pelo enfoque no livro didático de História, no que diz respeito a seus conteúdos Pedagógicos, conforme discutido anteriormente. Nesse sentido, investigaremos as proposições de produção textuais da ordem do argumentar nas coleções de História de 1ª a 4ª séries.

3. METODOLOGIA

Por esta razão, optamos por investigar as propostas de produção de textos argumentativos em cinco coleções de livros didáticos de História de 1ª a 4ª séries, aprovadas pelo último Programa Nacional do Livro Didático. As coleções terão por critérios de seleção: 1. obter menção recomendada ou recomenda com distinção (caso o MEC mantenha as ditas menções); 2. serem utilizadas pelas escolas públicas municipais do Recife.

Nossa investigação constará de três momentos, que não devem ser entendidos de modo estanques, mas inter-relacionados:

1. Análise dos critérios de avaliação adotados pelo último PNLD dos livros didáticos de História – Para tanto, analisaremos o edital de convocação para inscrição das coleções, bem como a ficha de avaliação utilizada pelos pareceristas. Identificaremos os critérios de avaliação referentes aos aspectos pedagógicos e, sobretudo, às atividades de produção textual.
2. Análise dos Manuais do Professor – A cada livro faremos primeiro uma análise das discussões referentes à produção textual presentes nos manuais do professor. Pressupostos teórico-metodológicos, condução das atividades, objetivos apresentados serão considerados.

Estes dois primeiros critérios nos possibilitarão a compreensão das teorias que basearam as possíveis propostas de produção de textos dos livros didáticos.

3. Análise dos Livros Didáticos – Analisaremos todas as atividades presentes no livro didático a fim de identificarmos as que se destinam à produção textual ou não. A análise de todas as atividades do livro se faz necessária diante da constatação de Silva (2004, 58), quando da investigação de propostas de produção de textos nos livros didáticos de alfabetização, de que as atividades de produção de textos não estavam restritas às seções destinadas a elas, mas por todo o livro em outras seções.
4. Posterior à identificação das atividades de produção de textos, partiremos para a análise das propostas referentes à produção de textos da ordem do argumentar. Nestas serão analisados os comandos de produção e se estes definem: gênero,

interlocutor, finalidade; assim como se possibilita aos alunos a elaboração de: ponto de vista, justificativa, justificativa da justificativa, contra-argumento, refutação.

Tais questões nos levará a analisar as atividades presentes nas coleções, identificando as de Produção de Textos da ordem do argumentar e assim analisar as condições imediatas de produção de textos destas nas propostas dos Livros Didáticos de História, que são nossos objetivos.

Adotaremos a abordagem da pesquisa de cunho qualitativo, o que significa percebê-la enquanto uma atividade humana condicionada pelo conjunto de relações sociais que se instauram apesar de suas especificidades (Santos, 2000, p. 13; 149). Acreditamos que essa perspectiva se apresenta mais adequada à nossa investigação. Buscaremos tratar os dados a partir da *análise de conteúdo*, desenvolvida por Bardin (1977). Esta faz referência a operações lógico-dedutivas que possibilitam o processo compreensivo de análise e interpretação dos dados. Inicialmente, esteve relacionada à análise dos conteúdos ideológicos dos livros didáticos. No entanto, é importante salientar sua viabilidade também diante de outros referenciais teóricos, como afirma Cunha (2005, 35). Neste anteprojeto, apresenta-se como um diferencial no movimento compreensivo dos aspectos pedagógicos a serem estudados.

4. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de e LEAL, Telma Ferraz (Orgs). **A Alfabetização de Jovens e Adultos: em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; SOUZA, Ivane Pedrosa de; SILVA, Maria Emília Lins e; LEAL, Telma Ferraz. **Leitura e Produção de Textos na Alfabetização**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

ANDRADE, Renata Maria Lessa de ; LEAL, Telma Ferraz e BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. **Os gêneros textuais no livro didático : argumentação e ensino**. Campinas, SP : Anais do 15º COLE, no prelo.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 3a ed. (1953 – 1a ed.) Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BATISTA, Antônio A.G e VAL, Maria da Graça Costa. **Livros de Alfabetização e de Português**. Belo Horizonte, MG: CEALE: Autêntica, 2004.

BATISTA, Antônio A.G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In Abreu, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: ALB; São Paulo: Fapesp, 2000.

BITENCOURT, Circe M.F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese de Doutorado em História**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História. In: _____ (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros Didáticos entre Textos e Imagens. In: _____ (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL, M.E.C. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, MEC, 1997.

BRASIL, M.E.C. Guia de livros didáticos - 1ª a 4ª séries. PNLD. Brasília, MEC, 1998.

CHEVALLARD, Yves. **La Transposición Didática**: **del saber sabio al saber enseñado**. Ed. Aique, 1991.

CUNHA, A. V. C. Seal da. **A (Re)Invenção do Saber Histórico Escolar : apropriações das narrativas históricas pela prática pedagógica dos professores de História**. Dissertação de Mestrado. Recife : Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, 2005

DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. **Genres et progression en expression orde et écrite - Eléments de réflexions à propos d'une experiénce romande**. Enjeux, nº 37-38, 2001.

GUIMARÃES, Gilda Lisbôa; Leal, Telma Ferraz e Lima, Ana Gabriela de Souza. Planejamento: quais são os objetivos do ensino de Produção de Textos. In Leal, Telma Ferraz e Guimarães, Gilda Lisbôa (orgs). **Formação Continuada de Professores**. Recife, ed. Bagaço, 2002.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. A formação do Produtor de Texto Escrito na Escola: uma análise das relações entre os processos de ensino. In Val, Maria da Graça Costa e Rocha, Gladys. **Reflexões sobre Práticas Escolares de Produção de Texto: O Sujeito-Autor**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

LEAL, T.F. **Produção de textos na escola: a argumentação em textos escritos por crianças. Tese de Doutorado**. Recife: UFPE, Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, 2003.

LEAL, Telma Ferraz e ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de (orgs). **Desafios da Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade In Dionísio, A.P.; Machado, A.R. & Bezerra, M.A. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Ed.Lucerna, 2002

MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. e LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabético**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 12.ed. Porto: Afrontamentos, 2001.

SCHNEUWLY, B e DOLZ, J.. **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. Campinas : Mercado de Letras, 2004.

SILVA, Alexandro da; MORAIS, Artur Gomes de e MELO, Kátia Leal Reis de. **Ortografia na Sala de Aula**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

SILVA, I.P.O. **A escrita na escola: exercício escolar ou interação verbal?** In Anais do 12º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

SILVA, Roseane Pereira da. **Atividades de Produção de Textos nos Livros Didáticos de Alfabetização: o caso do Novo Letra Viva**. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, Pós-graduação em Educação, 2004.

SILVA, Roseane Pereira da; LEAL, Telma Ferraz e GUIMARÃES, Gilda Lisbôa. **As Condições de Produção de Textos na Escola: As Marcas sobre a Elaboração Escrita dos Alunos**. Campinas, Anais do 13º COLE – II Seminário sobre Alfabetização e Letramento, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica 2.ed. , 5. reimp, 2002.

SOUZA, Lusinete Vasconcelos de. **As Proezas das Crianças em Textos de Opinião**. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

VAL, Maria da Graça Costa e ROCHA, Gladys. **Reflexões sobre Práticas Escolares de Produção de Texto: O Sujeito-Autor**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O barracão de zinco pede passagem: novos usos no centro da cidade

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira[1]

Resumo: Este estudo procura analisar alguns aspectos que foram significativos no processo de transformações ocorrido na Praça XV de Novembro, situada em Prata, Minas Gerais.
Palavras-chave: História Social. Preservação. Paisagem Urbana.

Abstract: This dissertation aims at analyzing some meaningful aspects related to the transformations that occurred at the "Praça XV de Novembro" (XV of November Square), located in the city of Prata, Minas Gerais State.
Keywords: Social History. Heritage. Urban Landscape.

Muitos pesquisadores têm se interessado pelo espaço da praça como temática de estudos devido às várias vertentes de análise que apresenta, pois como espaço de socialização, convívio, lazer e trabalho, foi e continua sendo palco de acontecimentos comuns ao cotidiano de seus freqüentadores representando a realidade vivida por eles de um modo geral. Nelson Saldanha[2] define a praça:

> *como um espaço amplo, que se abre, na estrutura interna das cidades, como uma confluência de ruas, ou de qualquer sorte uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos, em alguns casos pequenos lagos artificiais. (...) a praça integra organicamente o conjunto formado pela cidade, mas ao mesmo tempo "está" nele como um espaço – quase uma clareira – surgido pelo distanciamento entre determinadas porções construídas. A praça "nega" a continuidade das edificações, mas ao mesmo tempo ela é, em certo sentido, a essência da cidade.(SALDANHA,*1993: 13-14)

Saldanha enxerga a praça como o espaço público, obra do viver social permeado pelas relações que se desdobram nesse viver, sendo as mesmas de ordem econômica, política ou de criação cultural. Essa idéia de praça também se encontra presente na narrativa de Cícero[3]:

---

[1] Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia.
[2] Ver: SALDANHA, Nelson. op. cit. p. 13.
[3] Cícero Alves Junqueira, 47. Entrevistado em 24/06/2004.

> *A praça, para mim, tem um significado especial porque era um local de convivência, onde ao entardecer me encontrava com os amigos para as brincadeiras da minha meninice. Quando jovem, o lugar apropriado para as conversas e as paqueras. Quando adulto, para lá sempre me dirigia passeando com meus filhos e minha esposa depois de um dia de trabalho*[4]

A praça que emerge das suas lembranças apresenta as mesmas características e finalidades ressaltadas por Saldanha, principalmente se observarmos algumas práticas que ali ainda ocorrem. Percebe-se que apesar de ter perdido um pouco a sua função como local de lazer e sociabilidade, em determinadas épocas do ano ela volta a servir de atrativo para seus freqüentadores. A realização do Carnaval de rua é um exemplo a ser citado. Durante esse evento, além de seus moradores, a cidade recebe visitantes de outras localidades, alguns deles, filhos da "terra" que se mudaram para outras paragens em busca de realização profissional ou outras oportunidades oferecidas pelos centros urbanos mais desenvolvidos. Nas férias do mês de julho são montadas "barraquinhas" durante a festa da padroeira. Em janeiro é a vez de se louvar São Sebastião. São realizadas novenas na Igreja Matriz cuja culminância são as procissões e a queima de fogos. Práticas de sociabilidade, lazer e trabalho permeiam as relações que se desdobram naquele ambiente.

Observando outras praças principalmente nas grandes cidades, vemos que a instalação de quiosques comerciais, como ocorre em Prata, é uma característica que se tornou comum na atualidade. Essa realidade é resultante da conjuntura de crise pela qual o país passa e que é ocasionada pela insegurança da política econômica vigente ou pelos vários planos econômicos implementados ao longo de todos esses anos, numa tentativa de solucionar os problemas. Devido a essa crise, algumas pessoas não conseguem trabalho no setor formal. Essa população sofrida, que é submetida aos desmandos da política local e nacional parte para a informalidade buscando uma maneira de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. É nessa conjuntura de crise que essas pessoas vão articular suas práticas de vida.

Para compreender essa questão do trabalhador informal no espaço da praça, procurei conhecer as regras que norteiam a utilização desses espaços públicos por esses trabalhadores e, após algumas investigações, pude concluir que, tais regras são diferenciadas. Em relação aos motoristas de táxi, segundo o depoimento de Américo Souza Arantes, "Leco"[5], um taxista que trabalha na praça há mais de dez anos, o regulamento constitui no seguinte:

---

[4] Cícero Alves Junqueira. Entrevistado em 30/07/2004..
[5] Américo de Souza Arantes, 55. Entrevistado em 20/07/2004.

> *A minha trajetória de taxista aqui na praça aconteceu em duas etapas. A primeira foi em 1977, fiquei um ano e abandonei a carreira. Quando foi em 1994, eu comecei novamente. Faz dez anos que eu sou taxista e sempre trabalhei aqui na praça. Eu comprei o ponto de táxi, porque funciona assim: pra você adquirir um ponto de táxi, você tem que comprar de terceiros, né? Porque a Prefeitura não está mais fazendo leilão de placas. Quando está faltando táxis na cidade, faz um pedido pro prefeito, que encaminha o pedido pra Câmara e a Câmara põe tantas placas à disposição do povo e faz a licitação. Como não está precisando de táxi, porque táxi ta até sobrando, então a gente tem que comprar de terceiros, com eu fiz. Comprei o ponto do Zé Vieira, que foi taxista aqui por mais de trinta anos. Comprei o ponto dele e coloquei o táxi que trabalho com ele até hoje, aqui na Praça XV de Novembro.*[6]

O serviço de táxi possui tradição ali e, segundo Leco, além de ser o seu local de trabalho também é onde convive com os amigos debatendo sobre os assuntos políticos locais. Ele diz que:

> *Como retorno financeiro, foi muito bom... foi muito bom! Antes de vir essa moto-táxi pra cidade. Pra trás tava bom. Eu trabalho pra seguradora. Quando dá um acidente na rodovia, eu levo o passageiro pro destino dele. O guincho leva o carro e eu levo os passageiros para o destino que elas estavam indo. Mas dentro da cidade, ta muito fraco o movimento. As moto-táxi que entraram tirou o ganha-pão.*[7]

Quando o assunto é política, no entanto, Leco se empolga. Diz que já se candidatou por três vezes a vereador e perdeu nas três:

> *Inclusive eu falo até que nasci pra votar e não ser votado." (risos) É, aqui a gente vai criando amizades com o tempo. Eu gosto duma política. Quando o candidato é da cooperativa, eu tô junto... quando é do sindicato, eu tô junto... da prefeitura, tô junto. Pra deputado também, eu tô sempre trabalhando pra eles. Então eu adquiri amizade com aquele povo que envolve com a gente também. Por isso, se eu estou aqui... eles vêm sempre pra conversar comigo. Eu não estando, eles não vêm, porque eu dou mais liberdade pra eles quanto a esse assunto e os outros taxistas não gostam muito disso. (ARENDT, , 1981: 59-60)*

A relação de Leco com a política ajuda a compor a história da cidade. Quando se realizam eleições, ele sempre se coloca a favor de um candidato a ponto de apostar dinheiro na sua vitória. Já perdeu somas altas com elas, mas afirma que faz isso porque: *"entusiasma a gente mais... pra trabalhar pro candidato. Quando ganha o prefeito que você está apoiando, você ainda ganha aquela beradinha. Mas quando a gente perde também, é ruim, né?". (*Arendt, 1981: 59)

No caso do Leco, podemos dizer que, além de taxista, ele também exerce a função de cabo eleitoral com ponto fixo na Praça XV de Novembro e já é considerado uma figura pitoresca naquele local. Para ele, Além de ser o local de trabalho, é também onde ele se reúne com os amigos para discutir assuntos políticos, contar casos e se divertir. Ele consegue atrair

[6]Américo de Souza Arantes.
[7] Idem.

para o seu redor uma clientela considerável e fiel, pois alguns para lá se dirigem diariamente buscando se inteirar das novidades, e então, a praça cede seu espaço para que se desenvolvam ali relações de convivência que antes eram restritas ao âmbito do espaço privado. Sobre as características do espaço público Hanna Arendt ressalta que, desse modo, ele passa a construir um "*mundo comum entre os homens".* (ARENDT, 1981: 59-60)

Para Arendt, a história do mundo moderno poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público o que, conseqüentemente, levou à perda de um mundo comum. Esse fator acabou resultando na privação de um mundo compartilhado de significados onde as ações e palavras de cada um eram formadoras de uma história comum. Contrapondo-se ao panorama descrito por Arendt, surge a figura do taxista Leco, que fez da Praça XV de Novembro o local onde se desenrola sua vida pública. Esse local adquire uma importância significativa no seu cotidiano, principalmente no que diz respeito à prática de influência na esfera pública. Segundo suas palavras, com o decorrer do tempo ele foi desenvolvendo laços de amizade com as pessoas que passaram a freqüentar o ponto de Táxi interessadas nos debates políticos que ali sempre ocorrem. Para ele, isso se deve ao seu "gosto por política". Por estar sempre interado dos embates nas campanhas eleitorais, acredita que ao expor sua opinião num espaço de visibilidade pública, pode influenciar algumas pessoas quanto ao seu poder de voto, contribuindo assim, para o desenvolvimento da cidade. Neste sentido, Arendt salienta que:

> *a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de algo é visto e executado [...] A realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado [...] Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública.* (ARENDT, 1981: 70)

Então, podemos pensar que as ações de Leco contribuem para articular os indivíduos em torno daquilo que eles julgam como interesses comuns que são a base para a construção de um mundo comum, o qual é resultado dessas práticas de sociabilidade que só o espaço público pode proporcionar. No entanto, na construção desse mundo, a pluralidade dos pontos de vista não devem ser deixadas de lado, mas devem servir de ponto de partida para reflexões que busquem alcançar objetivos comuns. Somente por meio da experiência da pluralidade é que o mundo pode se constituir "*como medida que transcende a vida pessoal de cada um*".

A Praça XV se localiza no centro da cidade e, conforme nos diz Jerôme Monnet, ela acaba por se tornar um "*lugar comum*"[8] pois ao mesmo tempo em que é partilhado fisicamente é também um símbolo da participação em uma comunidade urbana. Cada ator social, cada grupo de interesse aciona uma estratégia de controle desse espaço procurando usufruir, da melhor maneira possível, das vantagens que o local pode lhe oferecer:

> *O centro da cidade é um ´lugar comum´, ou seja, ao mesmo tempo partilhado fisicamente e um símbolo da participação em uma comunidade urbano (regional ou nacional, no caso dos centros administrativos e das capitais). Os animadores culturais, os comerciantes, os turistas, os habitantes, os poderes públicos, cada um no que lhe concerne, intervêm para tirar melhor proveito da cidade. Mas uma dimensão essencial do centro é justamente ser vivido como um espaço de confronto, de contato, de mistura, enquanto as estratégias de certos atores podem tender a uma apropriação exclusiva do centro em detrimento dos usos e representações sociais do centro que o institui como tal e lhe dá valor econômico, cultural e político que leva cada ator a se apropriar dele, correndo o risco de aboli-lo como centro.* (MONNET, 1991: 230)

Os novos usos atribuídos à Praça XV encontram-se em conformidade com as características expostas pelo autor, pois, quando a discussão é direcionada para o conflito que surge quanto à legitimidade do ocupante do centro – se o comércio ambulante ou o patrimônio – percebe-se uma articulação dos políticos que tratam o patrimônio como um instrumento de mobilização nacionalista e de legitimação de poder. A postura do poder público com tal atitude pode ser caracterizada como uma prática de clientelismo pois, em relação aos quiosques, a regra é diferente da adotada para os taxistas. Para instalar-se naquele espaço público, o indivíduo necessita apenas pagar um alvará e uma pequena taxa de utilização do terreno.

Contudo, pode-se considerar também que o comércio ambulante é uma válvula de segurança econômica e social decorrente da instabilidade econômica, a qual não é responsável apenas por levar o trabalho informal para a praça, mas também pelas transformações que ocorrem em relação aos estabelecimentos comerciais que se localizam no seu entorno. Procurando se adaptar às várias medidas que são tomadas pelos governos que se alternam, alguns cidadãos promovem uma substituição das atividades comerciais.

A conjuntura econômica instável do país levou as pessoas a buscarem novas formas de adaptação à realidade e, segundo os depoimentos, também é essa a causa que incentivou os trabalhadores informais a buscarem o espaço da praça como alternativa de fonte de renda. Antes de os quiosques serem instalados no referido local, o comércio de bebida se realizava em alguns bares localizados no seu entorno. Um deles oferece até hoje,

---

[8] Em relação a esse assunto, ver: MONNET, Jerôme. *O Álibi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia so Passado.* Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, RJ, n. 20, p. 227, 1991.

praticamente os mesmos serviços de outrora: o Bar Caiçara situado na esquina noroeste da praça. Segundo Amador, antigamente:

o movimento era concentrado somente no nosso bar. Hoje eu fico pensando... como é que cabia, né? O retorno financeiro era muito bom! Hoje o Sérgio[9] ta com dificuldade pra manter o bar, lá. Naquela época, éramos nós dois, dava pra gente manter e ainda fazer alguma coisa. Hoje mudou muito, o comércio caiu demais![10]

O depoente foi um dos donos do Bar Caiçara por 25 anos e se diz testemunha de duas épocas da Praça XV de Novembro:

> *Eu vi uma época e vi outra época que é a de hoje, né? Nesses vinte e cinco anos, o que eu vejo é um pouco... lembranças do passado... um povo mais pacífico, a praça mais calma, tudo acontecendo em função da praça. Eu sinto saudade daquela praça antig..., daquela época. Hoje eu vejo um povo mais voltado para o materialismo, uma correria danada, ninguém conversa, ninguém se fala. O pessoal ta mais voltado pro trabalho... chega uma determinada hora que tudo morre lá na praça, acaba o movimento. Ninguém senta mais nos bancos pra jogar conversa fora. Tem movimento no horário em que os bancos ficam abertos, a prefeitura funciona... Depois o movimento vai tudo lá pra cima. De vez em quando você passa lá, por volta das dez horas, e dá até uma tristeza, sabe? De ver o que era antes e o que é hoje.[11]*

O depoimento acima nos levou a questionar a política salarial adotada pelo governo nas últimas décadas. Várias categorias do funcionalismo público e privado se vêem sem aumento há pelo menos dez anos. Contudo, o custo de vida continuou aumentando. Os reajustes aplicados na tabela dos derivados de petróleo, desencadeou, automaticamente, o aumento de outros gêneros de subsistência e sendo assim, o trabalhador, para conseguir sobreviver se viu obrigado a aumentar a carga horária de trabalho, assumindo mais que um emprego. A correria decorrente dessa aceleração da "vida moderna" fez com que as pessoas reservassem cada vez menos tempo para a prática de atividades de lazer. Como conseqüência disso ocorreu o esvaziamento do espaço público.

Quanto aos vendedores ambulantes a pesquisa nos mostrou que eles se deslocam para a praça, principalmente, durante a realização de eventos em que ocorre grande concentração de pessoas. Durante o carnaval, além dos carrinhos de cachorro-quente e pipoqueiros; barracas provisórias, as quais são exploradas pelos comerciantes dos bairros, são instaladas no espaço da praça. Toda uma estrutura de barzinhos é montada para atender a população, tanto da cidade quanto visitantes, porém esse tipo de comércio só ocorre na temporada de carnaval.

Segundo o Sr. Guilherme, o primeiro pipoqueiro ambulante que trabalhou, e ainda trabalha na Praça XV, ele começou a vender pipoca em um carrinho de madeira. *"Eu punha a pipoca na lata, saía pras ruas e vendia"*[12]. Um tempo depois, comprou, de segunda mão,

---

[9] Sérgio Luiz Felisbino. Atualmente é o único dono do Bar Caiçara.
[10] Amador Vieira Arantes, 51. Entrevistado em 21/07/2004.
[11] Amador Vieira Arantes.
[12] Guilherme Valeriano, 84. Entrevistado em 04/02/2003.

um carrinho de algodão tocado no pedal. Mas a máquina de algodão doce apresentou problemas e ele a retirou voltando a vender pipoca. Quanto ao motivo que o levou a desenvolver a atividade de vendedor ambulante, ele diz o seguinte:

> *Eu era pedreiro, trabalhava durante o dia. À noite, eu pegava o carrinho de pipoca e ia pra praça e ficava lá até uma três horas da madrugada... chegava em casa lá pelas quatro... Entrava ano... saía ano... essa era a vida que eu levava. Eu comecei a vender pipoca pra completar a renda, porque pedreiro ganhava pouco.*[13]

Assim que começou, trabalhava sozinho, porém, atualmente enfrenta concorrência, pois as pessoas são também atraídas pelo que oferecem os outros quiosques ali instalados. Ele diz que:

> *Tinha dia que eu nem dava conta de atender o povo... formava fila grande pra comprar pipoca. A minha pipoca é especial porque ela é tratada. Eu lavo o milho, boto ele pra seca de novo porque eles usam muito agrotóxico e isso faz mal pro povo. Agora, hoje, os ambulante aumentou demais e vende de tudo. Tem dia que nem vale a pena empurrar o carrinho até lá. Não paga a energia que eu gasto empurrando...*

Uma crise econômica foi o fator responsável por levá-lo a trabalhar na praça. Hoje, uma outra crise econômica resulta numa queda de suas vendas e isso o deixa "*sem energias"* para enfrentar o caminho que o leva até lá. A sua presença, no entanto, chamou a atenção para o fato de que, além das transformações também ocorreram permanências na praça. Esse personagem fez parte da infância das crianças de outrora, e continua sua história com as crianças de hoje. O carrinho que utiliza ainda é o mesmo dos meus tempos de criança.

Bibliografia

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação. São Paulo: PUC, 1989.*

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana.* Rio de Janeiro: Forense, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.* ed. 34.Tad. Vinicius Mazzau. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

_____ *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.* Tad. Vinicius Mazzau. São Paulo: Duas Cidades; ed. 34, 2002.

CARRIJO, Gilson goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: consideração sobre a relação entre estética e política.* Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

CARVALHO, Aurea Maria de F. *Fotografia como fonte de pesquisa*. Rio de Janeiro: FNPM/Museu Imperial, 1986.

GRANET-ABISSET, Anne Marie. *O historiador e a fotografia*. In: Revista Projeto História, São Paulo. (24), Jun.2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[13] Idem.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Cidade ou Cidades.* In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, (23), 1994.

MONNET, Jerôme. *O Álibi do Patrimônio: Crise, Gestão Urbana e Nostalgia so Passado.* Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, RJ, n. 20, p. 227, 1991

SALDANHA, Nelson. O Jardim e a Praça: O Privado e o Público na Vida Social e Histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ateneu de raul pompéia uma perspectiva histórica da violência escolar

Joyce Mary Adam de Paula e Silva

Resumo: A violência escolar sob o olhar histórico e sociológico a partir do romance "O Ateneu" de Raul Pompéia é o objeto de reflexão do presente trabalho. Desenvolve um paralelo entre a violência escolar nos dias de hoje e o relato das interações que se desenvolvem em um Internato no século XIX no Brasil, promovendo uma reflexão sobre alguns elementos que promovem a violência escolar e que são historicamente construídos.

Palavras Chave: violência escolar; o Ateneu; literatura e sociedade; perspectiva histórica e violência escolar .

Abstract: This paper is about a historical analysis on school violence under the novel " O Ateneu", by Raul Pompeia. It develops a parallel between nowadays school violence and the inside relations in at boarding school in the XIX century. This analysis promotes a reflexion about some aspects of school violence that are histocially constructed.

Key words: school violence; literature and society; historical perspective and school violence.

O presente artigo traz uma análise da violência escolar sob o olhar histórico e sociológico. O romance "O Ateneu" de Raul Pompéia nos traz um relato das interações que se desenvolvem em um Internato no século XIX no Brasil, descrevendo as agruras de um adolescente em suas relações com os diferentes grupos, alunos, professores e funcionários.

A importância de se discutir historicamente os processos de violência simbólica e explícita presentes na instituição escolar está no fato de que nos ajuda a compreender os diferentes aspectos que os determinam. O bullying, agressão entre alunos, as relações preconceituosos e o estigma presentes na relação entre professores, direção, funcionários e alunos são questões descritas no Ateneu e que de uma forma mais sutil e talvez menos acintosa ocorram ainda hoje na escola e contribuem para a disseminação de comportamentos que estimulam a violência.

O uso do romance como instrumento de compreensão de alguns princípios estruturais, categorias e normas sociais da sociedade brasileira é colocado por Da Matta(1994), da seguinte maneira :

> *Meu postulado implícito era o seguinte: se o texto literário 'contava uma sociedade, no caso brasileiro, no qual eram poucos os estudos especificamente sociológicos da sociedade como tal, o texto literário de fato fazia falar a sociedade. Neste sentido profundo, a literatura não era, conforme já disse, simplesmente uma outra fotografia do sistema, mas uma expressão, um meio privilegiado pelo qual a sociedade podia se manifestar. A narrativa, então, poderia ser tomada como a própria sociedade, percebida (lida, entendida, falada, classificada) por meio de um certo código.(pág. 49)*

Assim, a análise da narrativa presente no Ateneu nos ajuda a compreender a estrutura social e o contexto das interações, provocando reflexões que contribuem para o entendimento das instituições educacionais e a problemática da violência em seu interior.

Segundo Agnes Heller (1985) a história, e, conseqüentemente, o homem, que a constrói, é a substância da sociedade, não dispondo, assim, essa sociedade, de nenhuma substância além do homem, pois os homens são os portadores da objetividade social, cabendo-lhes exclusivamente a construção e transmissão de cada estrutura social. Mas esta substância não pode ser o indivíduo humano, pois este não pode, jamais, conter a infinitude extensiva das relações sociais, cabendo, portanto, uma análise maior das relações do homem com seu tempo e seu espaço.

Nesse sentido, a sociedade narrada e compreendida historicamente em seu tempo nos permite contextualizar os processos sociais desvelados fazendo um paralelo com o contexto atual, buscando a historicidade dos mesmos.

O Ateneu foi escrito por Raul Pompéia no inicio de 1888 e narra as agruras de Sérgio que aos doze anos é levado por seu pai ao Ateneu para receber sua educação formal que até então era no seio da família.

Sérgio narra a vida no internato, que foi inspirado no Colégio Abílio em que o autor estudou. O romance traz uma crítica ferina ao internato, caracterizando o ambiente e os personagens sarcasticamente: o diretor; satirizado sob o nome de Aristarco, é monumento de presunção oculta e de auto-idolatria; o clima entre os alunos é de luta constante, esmagando os ingênuos e os fracos, sem o auxílio dos mais experientes; as amizades parecem todas equívocas ou mórbidas; as festividades escolares, motivos ruidosos de bajulação e de aparência enganosa. Fica clara uma crítica do autor que vai além do colégio Ateneu, que se mostra como um reflexo da sociedade também hipócrita e destruidora.

O romance "O Ateneu" é palco para nossas reflexões sobre a questão da violência que permeia as instituições educacionais aparecendo sob diferentes formas e sob diferentes justificativas.

Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. A violência pode se manifestar por signos ou por símbolos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica.

Nas escolas, segundo os professores, a violência está aumentando não somente do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. Os tipos de violência assinalados por eles como estando mais presentes no dia-a-dia escolar são as ameaças e agressões verbais entre alunos e entre estes e os adultos. Embora menos freqüentes as agressões físicas também estão presentes. Vários estudos apontam sobre a violência dos alunos contra o patrimônio escolar, contra o adulto e contra a instituição. Os discentes, por sua vez, destacam o abuso de poder dos "mais fortes", sejam estes os alunos mais velhos, os familiares ou as autoridades da escola.

Segundo Goffman (1988), existem três tipos de estigma. Em todos eles um traço chama a atenção, e o individuo é reduzido a ele. Um primeiro tipo de estigma são aqueles gerados por deformidades físicas. Outro tipo são os estigmas que tem por origem as culpas de caráter como vontade fraca, desonestidade, alcoolismo, doenças mentais, homossexualismo e desemprego. O terceiro tipo de estigma é o tribal, de raça, nação e/ou religião.

No Ateneu a atitude de Aristarco (o diretor) em relação aos alunos era discriminatória em relação à condição financeira, como ilustra o seguinte comentário de Sérgio :

> *"Sua diplomacia dividia-se por escaninhos numerados, segundo a categoria de recepção que queria dispensar. Ele tinha maneiras de todos os graus, segundo a condição social da pessoa. As simpatias verdadeiras eram raras. No âmago de cada sorriso morava-lhe um segredo de frieza que se percebia bem. E duramente se marcavam em distinções políticas, distinções financeiras, distinções baseadas na crônica escolar do discípulo, baseadas na razão discreta das notas do guarda-livros. Às vezes a criança sentia a alfinetada no jeito da mão a beijar. Saía indagando consigo o motivo daquilo, que não achava em suas contas escolares... O pai estava dois trimestres atrasado." (pág. 38)*

A condição econômica era sem dúvida um elemento a considerar na forma de tratamento dos alunos. O estigma que tem por origem as culpas de caráter como vontade fraca, desonestidade, também são justificativas para humilhações com vista a "correção do caráter", como ilustra o seguinte diálogo entre Sergio e o Rabelo (um colega do Ateneu):

> *-Ali está um de joelhos...? (perguntou Sérgio ao Rabelo).*
>
> *-De joelhos...Não há perguntar; é o Franco. Uma alma penada. Hoje é o primeiro dia, ali está de joelhos o Franco. Assim atravessa as semanas, os meses, assim o conheço nesta casa, desde que entrei. De joelhos como um penitente expiando a culpa de uma raça. O diretor chama-lhe cão, diz que tem calos na cara. Se não tivesse calos ao joelho, não haveria canto do Ateneu que ele não maçasse com o sangue de uma penitência. O pai é de Mato grosso; mandou-o aqui com uma carta em que o recomendava como incorrigível, pedindo severidade. (pág. 44).*

Trazendo essa discussão para a realidade das escolas hoje, vemos uma situação similar no desrespeito que permeia a relação da escola com os alunos, por meio da negação da cultura dos mesmos e do preconceito que desencadeia a produção do fracasso do aluno na escola. Charlot (2002), caracteriza a violência escolar como: violência na escola, violência à escola e violência da escola. Segundo Charlot (2002, p. 434):

> *A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas.*

O autor argumenta que esta distinção é importante no sentido de que se a escola é, em grande medida, impotente com respeito à violência na escola, isto é, a violência que é reflexo do mundo externo, ela não o é com respeito a sua ação face à violência da escola e à escola.

Em relatório de pesquisa desenvolvido sobre jovens e violência (Sales & Silva, 2006), o discurso dos alunos expressam o sentimento de discriminação e agressão que não está muito distante do presente no Ateneu, como expressa a seguinte fala de uma aluna:

> *Sobre isso que ela falou, teve uma época que tinha um professor substituto na sala, e eu curto tudo, sou fanqueira, gosto de rap, rock, pagode, tudo. Então eu tava, eu sempre gostei de ficar no fundo, cantando sempre foi assim. Então este professor*

> *chegou agente tava cantando baixinho lá no fundo, ele veio brigar comigo ele falou que eu era maloqueira, eu era viciada, que eu era maloqueira que eu não fazia nada da vida,, começou a me xingar só porque eu tava cantando rap, eu fui tentar, porque eu sou assim se você falar comigo eu falo também, se eu tiver conversando e eu tiver razão ai ninguém me segura, eu fui tentar explicar pra ele que o rap e um movimento que não são todos só por que curte rap são maconheiros, não e assim. Só por que eu tava com uma toca na cabeça, que era época de frio, ele veio falando pra mim: você não presta porque você anda com maconheiros, só porque eu curtia rap, só porque eu tava cantando.*

O preconceito com relação à cultura que o aluno traz cria uma relação conflituosa entre professor-aluno, dificultando a criação de vínculos com a escola e com o conhecimento, promovendo um distanciamento e uma decepção com relação à escola enquanto instituição formadora de cidadania.

As duas falas de alunos que seguem também ilustram tal situação ao descrever os conflitos entre alunos e escola, envolvendo a relação com professores e diretores:

> *Vi até diretor batendo em aluno.*
> *Xingaram ele e ele pensou que fui eu. E nem tinha sido eu. Pegou eu de tapa e de murro. A hora que eu sai a primeira coisa que fiz foi pegar um tijolo. Peguei um tijolo e mandei bem no peito dele. Pulei a grade e sai.*
> *Lá na – Escola 2- também, teve uma vez que estava tendo guerra de casca de banana. Lá tinha merenda e o diretor viu uma moça lá tacando. Ele pegou ela e deu um tapa na cara dela. E ai o que ela fez? Ela pegou e foi para cima dele. Ele pegou levou ela para a sala dele. Chegou lá e pediu desculpa: eu fui errado de bater em você. Aí a menina falou isso não é certo, eu vou na policia e caguetar.*
>
> *Nois era molequinho ainda, esse daqui, xingou o diretor de pinguço. Ai eu entrei no banheiro, ele pensou que foi eu, ele bateu em mim. Eu sai e dei uma tijolada nele.*

Na escola, a violência cotidiana aparece no desrespeito ao outro, na transgressão aos códigos de boas maneiras e à ordem estabelecida. A falta de limites associada à desconsideração pelos outros contribuem para que os jovens e adolescentes busquem se impor pela força e pela agressão.

No romance de Raul Pompéia tais considerações estão presentes nas situações em que são descritas a violência entre os alunos e que a escola ignorava por conveniência . As duas passagens descritas a seguir ilustram esse aspecto. Na primeira Rabelo dialoga com Sergio sobre os colegas do Ateneu, na segunda Sanches um dos colegas de classe de Sergio, para fazer de conta que o salva de um afogamento, derruba-o na água de um tanque onde os meninos se banhavam.

> *Isto é uma multidão; é preciso força de cotovelos para romper. Não sou criança , nem idiota; vivo só e vejo de longe; mas vejo. Não pode imaginar. Os gênios fazem aqui dous sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. Quando, em segredo dos pais, pensam que o colégio é a melhor das vidas, com o acolhimento dos mais velhos, entre brejeiro e afetuoso, estão perdidos...Faça-se homem, meu amigo! Comece por não admitir protetores.(pág. 44)*
>
> *Mal tinha eu entrado, senti que duas mãos, no fundo, prendiam-me o tornozelo e o joelho. A um impulso violento caí de costas; a água abafou-me os gritos, cobriu-me a vista. Senti-me arrastado. Num desespero de asfixia, pensei morrer. Sem saber nada vi-me abandonado em ponto perigoso; e bracejava à toa, imerso, a desfalecer, quando alguém amparou-me. (pág. 52)*

No entanto, esses acontecimentos não são produzidos apenas ao nível individual. As relações estabelecidas entre os indivíduos são socialmente determinadas como também o é a forma pela qual as identidades pessoais e sociais são construídas. A identidade é construída nas circunstâncias históricas, culturais e sociais nas quais o individuo está inserido e também pelas experiências particulares que ele vivencia no interior dessa cultura que não são repetidas e determinam as idiossincrasias e a individualidade de cada um.

Longe de ser considerada uma anomalia as relações cruéis, a corrupção e as perversidades aparecem como uma forma de treinar os alunos para a vida, como fica claro na seguinte passagem em que Sérgio narra o discurso do " Dr. Cláudio":

> *É uma organização imperfeita, aprendizagem de corrupção, ocasião de contacto com indivíduos de toda origem? O mestre é a tirania, a injustiça, o terror? O merecimento não tem cotação, cobrejam as linhas sinuosas da indignidade, aprova-se a espionagem, a adulação, a humilhação, campeia a intriga, a malediscência, a calúnia, oprimem os prediletos do favoritismo, oprimem os maiores, os mais fortes, abundam as seduções perversas, triunfam as audácias dos nulos? A reclusão exacerba as tendências ingênitas?*
>
> *Tanto melhor: é a escola da sociedade.*

Na perspectiva da análise da conjuntura em que se dá a violência na escola hoje, Debarbieux (2001) contextualiza o ambiente da escola em um novo panorama com conseqüências para a "ordem escolar", onde o acesso à escola por camadas sociais antes alijadas da mesma trazem uma situação nova, que , segundo ele está longe de uma democratização criando "novas desordens" e a resposta a ela que não favorece tal a democratização :

> *A democratização do recrutamento escolar não corresponde necessariamente a uma verdadeira democratização da escola. Torna mais visível os bloqueios do sistema às crianças de certos subgrupos movidos pelo desejo de mobilidade social: a integração no sistema pedagógico tradicional é difícil para esses novos públicos e a desordem, longe de ser uma "anomia normal", se torna progressivamente*

> *menos tolerada, tendo por corolário o reforço das punições. É que os mesmos fatos não têm mais a mesma finalidade: longe de ser uma aceitação da ordem, uma contribuição à expressão e à regulação das tensões, a bagunça se torna o signo de um desequilíbrio, o fim de uma tradição.(pág. 164)*

No século XIX, período em que o Ateneu foi escrito a instituição escolar brasileira não era franqueada às classes populares, e o contexto de violência instalado nessa Instituição encontra-se em uma perspectiva de "anomia normal" no dizer de Debarbieux, pois tratava-se de jovens de classes sociais favorecidas. As punições cruéis tanto as ligadas ao fracasso escolar, como ao desajuste à instituição educadora tinham como objetivo a moldagem do aluno aos princípios coerentes com uma classe que a priori detém o poder econômico e político, com o intuito de prepará-los para assumir esse lugar na sociedade.

Na escola massificada, no entanto, o mascaramento da incapacidade da escola em lidar com a nova realidade não é possível, resultando assim, em uma instituição em que os estigmas, os preconceitos e a violência simbólica contribui para gerar a violência explícita e o caos, quando não a tomada da instituição por forças do crime como é o caso de algumas escolas brasileiras. Nesse sentido, Debarbieux , confirma tal situação, ao falar da escola francesa :

> *Prolongando sua reflexão após os eventos de Maio de 68, Testanière (1972) mostrava que o "desencantamento do mundo escolar" tinha se tornado massivo. Longe de ser uma desregulação nova, uma crise brutal ou passageira, a bagunça anômica era somente o signo de uma evolução contínua da escola republicana na direção da perda de sentido: ao universo fechado de classes sociais favorecidas, sabendo utilizar apenas para si próprias a escola como empresa de aculturação e de reforço de sua posição social, sucedia progressivamente uma escola incapaz de mascarar a origem social do fracasso escolar. Uma escola que se massifica é uma escola que põe a descoberto as desigualdades que acolhe e reforça. (174)*

Concluindo, chamo a atenção para a importância da análise da violência escolar como um processo multi e historicamente determinado, onde as questões econômicas, sociais e psicossociais têm que ser levadas em conta. A consideração das diferentes dimensões que foram tratadas neste artigo quer seja a discriminação de classe social, condição física, bem como os preconceitos que levam à negação da cultura do outro, sem falar nas questões de gênero, psicológicas e outras que não abordei, são fundamentais para analisar e propor encaminhamentos para a prevenção da violência na instituição escolar.

Bibliografia

BENELLI,S.J. I Internato Escolar " O Ateneu" Produção de Subjetividade na Instituição Total.Revista de Psicologia USP. , 14 (3),pág.133-170, 2003.

DEBARBIEUX,E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). Revista Educação e Pesquisa v.27 n.1 São Paulo jan./jun. 2001.

HELLER.A. -O Cotidiano e a História. SP. Paz e Terra, 1985.

POMPÉIA. R.Ateneu. RJ. Francisco Alves.1976.

SILVA,J.M.P.;SALES,L.M.F. Projeto de Pesquisa de Formacão de Profissionais para Atuar com a Problemática da "Violência De Jovens". Relatório de Pesquisa. UNESP. Rio Claro, 2007

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cientificismo no debate italiano sobre a emigração para o Brasil

Núncia Santoro de Constantino *

Resumo: Analisou-se relatos de viajantes italianos sobre o Brasil, publicados na última década do século XIX, quando os países sul-americanos disputavam imigrantes europeus. Da análise textual qualitativa do *corpus documental* organizado a partir de Lomonaco, Macola e Moriconi, emergem categorias conhecidas, como a pobreza dos imigrantes e as condições insalubres do país, com epidemias de febre amarela. Mas emergem também categorias referentes às cidades brasileiras, especialmente ao Rio de Janeiro, assim como aos brasileiros, fundamentadas no cientificismo do período. As inferências revelam sentidos latentes sugerindo que, além de partilharem códigos de pensamento, os autores apresentam características que justificam seus pontos de vista contrários à emigração para o Brasil.
Palavras-chaves: Imigração no Brasil, relato de viajantes italianos, cientificismo.

Abstract: This work analyses accounts of Italian travelers about Brazil. These accounts were published in the last decade of the 19th century. In this period the dispute between South-American countries over European immigrants was intense. Three well-known categories emerge, such as the immigrants' poverty and the insalubrious conditions of the country through the qualitative textual analyses of the *corpus* of documents. This *corpus* was organized based on Lomonaco, Macola and Moriconi. But others categories related to Brazilian cities, especially Rio de Janeiro also emerge, as well to Brazilians, which were based on the scientificism of the period. The inferences reveal obscure meanings, which imply, besides sharing the same codes of thoughts, the authors present characteristics that justify their points of view against the emigration to Brazil.
Keywords: Immigration in Brazil, accounts of Italian travelers, scientificism.

No amplo debate que acompanhou a emigração italiana em massa, nas duas últimas décadas do século XIX, a palavra impressa de jornalistas ou *publicistas* italianos alcança razoável repercussão contrária ao Brasil. Os textos de Alfonso Lomonaco, Ferrucio Macola e Ubaldo Moriconi são conhecidos e utilizados como fontes históricas; publicaram livros respectivamente em 1889, 1894 e 1897. Da análise de conteúdo do *corpus documental* constituído por suas obras, emergem duas categorias:- características do Rio de Janeiro; - os usos e costumes dos brasileiros. Destas categorias trato no presente artigo, lendo no sentido manifesto e no latente.

A cidade do Rio de Janeiro é o cartão postal do Brasil e a beleza da baía de Guanabara foi exaustivamente elogiada. Edmondo de Amicis tratou de descrevê-la, em páginas que alcançaram milhões de leitores. Não foi o primeiro nem seria o último viajante

* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Doutora em História Social-USP; Bolsita Produtividade em Pesquisa 2-CNPq

italiano a revelar-se extasiado diante da baía, mas foi referência entre patrícios, emocionados pela sua descrição em *Sull'Oceano,* livro lançado em 1886. (DE AMICIS, 1889). Muitos viajantes italianos, como Ernesto Rossi, Palma de Cesnola, Graffagni, Sandri ou Enrico Serra também despenderam esforços e obtiveram diferentes resultados, traduzindo a impressionante paisagem. Nos seus relatos utilizam a metáfora do encanto para descrever a baía como lugar encantador, capaz de exercer fascínio e atrair viajantes, capaz também de enganá-los.

Bem explícito é o Conde Ferrucio Macola:

> *"... disseram e é verdade que a chegada no Rio de Janeiro é o espetáculo mais belo do mundo; [...] acontece que, às vezes, no baile de máscaras, descobre-se embaixo do belo corpete de talhe elegante, do pequeno e bem calçado pé, dos macios cabelos e dos olhos negros, entre outras coisas, um rosto envelhecido e uma careta como sorriso. "* (MACOLA, 1884: 228-9)

E conclui afirmando que a mesma sensação de desgosto impõe-se ao estrangeiro quando coloca o pé em terra firme no Rio. Deixando a beleza para trás, Macola descreve a cidade em palavras pouco lisonjeiras, assim como descreve de forma negativa os brasileiros em geral. Extremamente ácidas são também as observações de Lomonaco, que considera o Rio uma "cidade pestilenta", sem circulação de ar, com construções inadequadas ao clima. Ubaldo Moriconi é ainda mais impiedoso no livro que publicou em 1897: *Nel Paese de "macacchi,* título por demais sugestivo.

Muitas páginas são dedicadas por Lomonaco aos *deploráveis* costumes e ao que considera anomalias sociais do Brasil, destacando os hábitos alimentares. Conclui que, no país "[...]as manifestações da vida são mesquinhas e limitadas", em decorrência do regime alimentar frugal e indigesto, acrescentando que poucos o estômagos poderiam tolerar a feijoada e o virado, mistura de feijão preto, cebola e banha de porco; discute também o hábito de proferir discursos em banquetes, que acabam com o bom humor e dificultam a digestão. Dentre muitas outras observações indignadas, o autor refere à promiscuidade sexual e à convivência doméstica entre filhos legítimos e ilegítimos, às vezes mulatos; refere-se também com freqüência ao ócio, à inexistência de conversação inteligente. As mulheres não recebem de Lomonaco qualquer consideração; diz que são freqüentemente desdentadas; exibindo elaboradas cabeleiras como se fossem bacantes saindo dos bosques; triste, monótona e indolente seriam suas vidas; cedo casavam e cedo envelheciam.

Moriconi tem a mesma opinião. Considera a mulher legítima brasileira uma pessoa inerte, além de qualificá-la como resignada, ociosa, apática, inconstante, superficial e mal-educada. Para ele, os cariocas em geral eram indolentes, apesar de afáveis e o Brasil era o campeão de títulos pomposos, com seus doutores, comendadores, condes e barões. Jornalista,

detém-se nos comentários sobre a imprensa brasileira que considera a mais virulenta do mundo.

O mau caráter dos brasileiros seria explicável pelo ambiente viciado, clima insalubre, sujeira das casas, corrupção de hábitos, má educação e indisciplina. Moriconi acredita na importância da alimentação para a formação do caráter e para o destino de um povo, esclarecendo que, com dentes mal conservados, os alimentos não são bem digeridos, o sangue produzido é de má qualidade, tudo isso influindo no caráter dos brasileiros. Discorre sobre a ignorância em que eram mantidas as "classes pobres", sobre o vício da embriaguez disseminado, sobre os costumes generalizados de gastar sempre além dos próprios meios e de jogar. Povo composto de *parvenus*, dos brasileiros seria próprio aparentar, imitando canhestramente tudo o que os outros povos fazem. Detém-se no assunto que parece melhor conhecer: a imprensa. No capítulo correspondente, é capaz de revelar excepcional veia cômica ao lembrar as seções dos jornais como indicadores do povo leitor. Descrevendo um "país de macacos", também descreve um país de alienados, ressaltando a indiferença com que o regime republicano, recém estabelecido, fora recebido pelos brasileiros.

Os autores transitam pelo Brasil na década de 1880, às vésperas da abolição e quando a imigração já era fenômeno corrente. A população de imigrantes aumentava, metade do contingente dedicava-se à agricultura e a outra metade dedicava-se ao pequeno comércio, à manufatura ou a atividades menos prestigiadas, especialmente nas cidades. Somente no Rio havia cerca de 25 mil italianos, na maior parte naturais da Calábria, segundo registra Moriconi (1897: 399). Os primeiros tempos da república brasileira revelavr-se ainda mais atraentes para os que desejavam emigrar.

Antes que findasse o século XIX, a coletividade italiana no Rio era numerosa e representativa. Exigia maior atenção da diplomacia italiana, a refletir os interesses das elites, que variavam de acordo com as pressões dos setores econômicos. Mas é nos imigrantes pobres e maltratados que se detém os autores em discussão. Suas narrativas enfatizam a miséria, as epidemias, os maus tratos recebidos pelos imigrantes, as más condições de viagem, de hospedagem e de trabalho no Brasil. São autores reconhecidos pela virulência como atacam a emigração para o Brasil, refletindo fração do debate que se verificava na Itália sobre a imigração, onde a corrente favorável, entretanto, sempre obteve maiores vantagens.

A plena liberdade de emigrar ou de fazer emigrar, foi ratificada pela classe dirigente italiana com a lei de 1888. Até 1901 seria a única norma a reger a emigração; naquele ano houve a promulgação de outra lei que pretendia regulamentar a atividade dos agentes, criando o Comissariado da Emigração. Tal liberdade continuou vigorando e o

governo limitou-se a duas breves suspensões da saída de emigrantes para o Brasil, em decorrência da epidemia de febre amarela entre março de 1889 e julho de 1891; de setembro de 1893 a maio de 94, em conseqüência da guerra civil no Rio Grande do Sul. Só em 1902 a imigração subsidiada seria proibida pelo chamado decreto Prinetti, justamente no período em que os Estados Unidos demonstravam poder absorver grandes quotas da mão-de-obra italiana. A partir daí a emigração para o Brasil sofreria uma sensível queda, coincidindo com a crise da superprodução de café (CONSTANTINO,2005:25-6)

É neste contexto imigratório que se inserem Lomonaco, Macola e Moriconi, quando dá-se um rápido aumento do número de italianos no Rio de Janeiro, além de diversificar-se a composição étnica e ocupacional da população. Shalhoub (1986:35-43) afirma que a marginalização dos trabalhadores negros ocorreu, em parte, porque os imigrantes ocuparam postos de trabalho nos setores mais dinâmicos.

A mão-de-obra especializada tornava-se premente diante da transformação urbana que se verificava. O surto de empresas imobiliárias, por exemplo, reforçava a evidência do crescimento acelerado da cidade pelo número de edificações. (DIÉGUES JUNIOR,1964:198). No início do século XX, percebe-se que a situação da "colônia italiana" transformara-se, com a paulatina inserção social de imigrantes.

As três províncias meridionais e o Espírito Santo além de São Paulo, também atraíam imigrantes para áreas desocupadas; Petrone aponta, como objetivo das elites locais, o estabelecimento de um "campesinato" nos moldes europeus, para a formação de uma classe média. Acredita a autora que, enviados para diferentes áreas e para funções distintas, "... a experiência do imigrante foi diferente, sucessos e insucessos têm outros fundamentos". (PETRONE,1987: 102-103).

Tais diferenças não seriam levadas em conta pelos autores italianos analisados, pois seus textos têm precisas motivações; suas lentes têm filtros particulares de observação que influenciam narrativas.

No prefácio de sua publicação, o Doutor Lomonaco trata de apresentá-la como resultante de notas, lembranças e impressões de viagem, de pesquisa histórica, etc., realizados durante a sua permanência no Brasil. Esclarece ter procurado dar uma idéia das características mais salientes da sociedade brasileira. Através do seu texto pode-se inferir que possuía razoáveis conhecimentos do país, onde teria exercido atividades na imprensa, pelo seu recorrente interesse por assuntos a ela relacionados. Por outro lado, o título de doutor, na capa

da publicação, remete à medicina; à leitura da obra infere-se que Lomonaco tem conhecimentos médicos, sobretudo no que diz respeito à higiene e à nutrição.

Cattarulla (1992: 442) assinala que o autor, ao afirmar ser desonesto e antipatriótico recomendar a imigração para o Brasil, acredita que esta imigração nada mais seria do que a substituição da mão-de-obra escrava, pois viveu no país nos últimos anos da escravidão.

Lomonaco distingue três categorias de imigração, mas fixa-se naquela que considera inferior, formada por indivíduos sem capital e sem ocupação fixa; seriam chamados pelos brasileiros *carcamanos*, expressão que refere à condição degradante. Haveria no Brasil graves preconceitos contra os italianos, considerados seres inferiores, desempenhando humildes atividades que até mesmo os negros rejeitavam. Conclui que a influência do meio brasileiro seria perniciosa à índole do imigrante italiano.

Do Conde Ferrucio Macola, sabe-se que nasceu no Vêneto, foi jornalista e político. Publicou vários livros entre 1884 e 1894 e, antes disso, viajou para o Brasil, já na condição de deputado, a fim de estudar possibilidades à imigração (CHI È? DIZIONARIO DEGLI ITALIANI D'OGGI, 1907).

Macola critica de forma contundente os governos italiano e brasileiro; admite a imigração, mas pretende que seja efetivamente organizada. Catarulla (1992: 546) aponta como característica deste autor a ênfase nas acusações ao governo italiano, considerado incapaz de organizar a emigração, desperdiçando chances para uma futura expansão econômica.

Ubaldo Moriconi esclarece que, em 1889, havia viajado no navio *Orénoque*, de Buenos Aires ao Rio de Janeiro. Cattarulla (1992: 556) cita outra obra deste autor, cujo título dá indicações: *Da Genova ai deserti dei Mayas: ricordi di un viaggio comerciale.* A viagem comercial, então, estava sendo a alternativa encontrada para substituir o fracassado expansionismo na África, estimulando o consumo de produtos italianos pelos imigrantes.

Moriconi permaneceu no Brasil durante alguns anos; menciona seu trabalho em "jornal de arte", no Rio de Janeiro. A má impressão que levou consigo ao partir do país, certamente, foi influenciada por situações difíceis que precisou enfrentar. Além de perder, "uma pessoa querida", durante a epidemia de febre amarela, em 1894, envolveu-se em graves polêmicas jornalísticas. Seguindo o gênero polêmico do jornalismo da época, atuou no Brasil em periódicos italianos e, através de suas páginas, travou memoráveis batalhas verbais. Interessado sobretudo na expansão do comércio italiano e buscando a contribuição dos imigrantes no consumo de mercadorias italianas, generaliza sobre as condições negativas do

Brasil à imigração, assim como aquelas da Argentina. Apresenta alternativas para o êxodo dos seus conterrâneos, ao recomendar a imigração para os países da América Central, onde poderiam ser abertos novos mercados. Sugere ainda que emigrassem representantes das camadas sociais médias e altas, para que fosse possível criar uma classe comercial e empresarial italiana fora da Itália. (CATTARULLA, 1992: p. 555).

Considerações

As condições insalubres do Rio de Janeiro foram enfatizadas pelos três viajantes, que descreveram a cidade no final século XIX. Mas, a par deste conteúdo manifesto, há um conteúdo latente no realce dado a aspectos negativos. Além de esboçarem caprichosamente uma cidade "pestilenta", onde o calor abrasa e a umidade sufoca, comentam a escassez de equipamentos urbanos e de espaços "civilizados" para as sociabilidades públicas, ironizando o que seria uma deficiente vida cultural.

No Rio de Janeiro transitam os brasileiros, porque ali está a vitrine do Brasil. São ignorantes, jogadores costumeiros, imorais, preguiçosos, promíscuos, corruptos, vaidosos, irresponsáveis, perdulários e, ademais, alimentam-se de modo deplorável. Suas mulheres são ainda mais ignorantes, além de indolentes, gulosas, desdentadas, mal vestidas, incompetentes como donas de casa e mães, além de tocarem sofrivelmente o piano.

Como a maioria dos viajantes que descreveram o Rio, manifestam má impressão sobre o Centro da cidade, com ruas estreitas, imundas e casas amontoadas, abafadas, ainda que reconhecessem a salubridade dos subúrbios que, de alguma forma, alinhavam-se às concepções higienistas e estéticas em vigor. Omitem que a cidade vinha recebendo melhoramentos que atendiam a essa retórica da higiene, ainda que o imaginário da cidade italiana também se apresentasse bem distante da realidade, como no Brasil.

O número crescente de visitantes italianos no Brasil correspondia à uma nova fase de expansão colonialista que Surdich estuda. Considera Paul Leroy Beaulieu como o teórico deste colonialismo, tendo definido diferentes classes de população; onde houvesse a *civilização ocidental* estariam populações consideradas de classe superior, em decorrência da raça e do clima, inclusive com direito de intervenção nas regiões pouco habituadas à "civilização". Beaulieu encontraria inúmeros seguidores na Itália, como Gustavo Chiesi. (SURDICH: 1980).

Sobre doutrinas como justificativa para o colonialismo ou sobre discursos raciais, como via transversa para conquistar territórios, Todorov acrescenta. Afirma que as idéias

funcionam como forças, tornando possíveis determinadas ações. Discorre sobre o etnocentrismo, lembrando que um dos seus ideólogos foi Joseph-Marie de Gérando, que publicou em 1800, como membro da *Societé des Observateus de l'Homme*, criada para estimular a ação de viajantes em países distantes. Por outro lado, o *universalismo* defendido por Fontenelle, Montesquieu e Rousseau gerava o perigoso cientificismo e, em conseqüência, a doutrina racista (TODOROV, 1991: 12-18). Os expoentes do racismo foram Renan e Gobineau, que definiu uma hierarquização de raças, tendo por base os critérios da força física, da capacidade intelectual e da beleza absoluta, sendo que a raça branca possuiria, já na origem, essas três características. (TODOROV, 1991: 134-153).

Os autores estão impregnados do pensamento racista que permeava a sociedade italiana, como elemento de um *espírito clássico*, na expressão de Todorov, ou do conceito de um *dispositivo*, definido por Foucault (1993:.244-255). Era o tempo em que se desenvolvia a antropologia italiana, sobretudo com Mantegazza e Giglioli Hullyer, este considerado o grande representante do positivismo e do darwinismo no país. Era também o tempo em que Nicéforo e Lombroso representavam este cientificismo que hierarquizava raças.

Naqueles últimos anos do século XIX; os jornalistas-viajantes, representantes das camadas sociais superiores, partilham códigos de pensamento que apontam para elementos essenciais no âmbito do mental coletivo. Em descrições que ridicularizam o Brasil e os brasileiros, considerados representantes de uma raça inferior, narram um país do mal e dos maus, para onde os italianos não devem emigrar.

Referências Bibliográficas:

CATTARULLA, Camilla. "Alla riscoperta del nuovo mondo: Bibliografia dei viaggiatori italiani in America Latina (1870-1914). *Biblioteche Oggi,* n.4-5, 1992.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. " Os males e os maus: desvãos de textos sobre a emigração italiana para o Brasil". In: *Métis: história & cultura.Universidade de caxias do Sul.* V.1.n.1. Caxias do Sul RS: EDUCS, 2005.

CHI È? DIZIONARIO DEGLI ITALIANI D'OGGI. Roma: Formiggini, 1907.

DE AMICIS, Edmondo. *Sull'Oceano.* Milano: Treves, 1889.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, Urbanização e Industrialização.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1964.

FOUCAULT, Michel. *Microfisica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LOMONACO, Dott. Alfonso. *Al Brasile.* Milano: Società Editrice Libraria, 1889.

MACOLA, Ferruccio. *L'Europa alla conquista dell'America Latina.* Venezia: Ferdinando Ongania Editore, 1894.

MORICONI, Ubaldo. *Nel Paese de "macacchi".* Torino: Roux Frassati e Co. Editori, 1897.

PETRONE, Maria Thereza. "O imigrante italiano na fazenda de café em São Paulo". In: DE BONI, Luís A. Org. *A presença Italiana no Brasil.* Porto Alegre: EST, 1987.

SURDICH, Francesco. *Esplorazione geografiche e sviluppo del colonialismo nell'età della rivoluzione industriale: fasi e caracteristiche dell'espanzione coloniale.* Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1980

TODOROV, Tzvetan. *Noi e gli altri: la riflessione francese sulla diversità umana***.** Torino: Einaudi, 1991

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Quando o horror excita: a literatura catástrofe em Goiás

Eliézer Cardoso de Oliveira*

Resumo:
O objetivo deste artigo é analisar a literatura catástrofe, a partir do estudo de algumas obras literárias goianas (romances) inspiradas numa catástrofe: *O tronco e Pão cozido debaixo de brasa*. Estas obras são caracterizadas por uma tensão, decorrente do horror ao acontecimento que lhe deu origem e a excitação de contar bem uma história. Essa tensão se manifesta na utilização do sublime, categoria estética propícia a abordar o fascínio e o horror, o que explica a existência de várias antíteses nestas obras. Outra característica dessas obras é a proximidade com o maravilhoso, conforme foi definido por Todorov.
Palavras-chaves: Literatura-catástrofe, sublime, maravilhos

Abstract
The objective of this article is to analyze the catastrophe literature, from the study of some goianas literary compositions (novels) inspired in a catastrophe: “O tronco", e "Pão Cozido debaixo de brasa”. These literaries works are characterized by a tension, elapsing of the horror to the happening that gave source and the excitement to it to narrate a well history. That tension manifest itself in the utilization of the sublime, propitious aesthetic category to approach the fascination and the horror, what it explains the existence of the several antitheses in these literary compositions. Another characteristic these literary works is the proximity with the wonderful one, in accordance with was defined by Todorov.
Word-Key: Catastrophe-literature, sublime, wonderful.

Introdução

Como os humanos têm uma necessidade ontológica de fazer narrativa sobre tudo que os cercam, o barulho das catástrofes não haveria de passar despercebido pela literatura. Daí a existência de inúmeros romances, contos, novelas, peças teatrais e poesia sobre alguma catástrofe. Esse tipo de literatura pode ser definido, a partir de Foucault, como uma série narrativa isto é, um conjunto de textos que emergem em resposta a um acontecimento

* Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (Unidade de Anápolis). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

histórico. Desse modo, estas obras, (nas quais pode se incluir outras formas de narrativas visuais como a fotografia e o cinema), por "mais diferentes em sua forma, dispersas no tempo, formam um conjunto quando se referem a um mesmo objeto" (Foucault, 1997: 36).

As narrativas literárias sobre catástrofes, por mais diferentes entre si, possuem regularidades, decorrentes da exigência de transformar um acontecimento histórico considerado profundamente relevante para o autor em uma narrativa. Elas são marcadas por uma tensão fundamental, entre o horror ao acontecimento que lhes deu origem e a excitação de contar bem uma história, o que possibilita o prazer estético.

A grande especificidade das obras sobre catástrofes é o fato de abordarem um acontecimento histórico sob a forma de ficção. Nesse sentido, elas não são nem História, nem ficção pura: estão a meio caminho entre ambas. No entanto isso não impede a sua utilização como artefatos culturais.

Essa concepção abre o espaço para análise de obras ficcionais como potencialmente informativas para entender os aspectos culturais, em que é preciso considerar a literatura como, nas palavras de James Clifford (1988: 63-99), uma "alegoria etnográfica", isto é, ver no texto literário algo além do que expressa, ver a ficção como uma seqüência de metáforas e imagens úteis à compreensão da cultura. No caso desse trabalho esse *algo a mais* seria a forma como as catástrofes são lidas e pensadas nesses textos.

O Tronco

O tema do livro são os acontecimentos ocorridos em São José do Duro (hoje Dianópolis-TO), envolvendo a polícia e os jagunços do coronel Wolney, culminando na chacina de nove pessoas pela polícia no dia 16 de janeiro de 1919

A narrativa é dividida em quatro partes: na primeira, há uma descrição do caráter e dos desmandos dos Melo na cidade do Duro. É nessa parte que se inicia o conflito entre o coletor Vicente Lemes e os coronéis Pedro Melo e seu filho Artur Melo por causa de um inventário. Humilhado, o coletor e o juiz Valério Ferreira abandonam a cidade. Na segunda parte, o narrador descreve a comissão do governo destinada a apurar os crimes dos Melo, chefiada pelo juiz Carvalho e composta por inúmeros policiais, também descritos como autoritários, corruptos e violentos. Na terceira parte, ocorrem os primeiros conflitos entre os policiais e os jagunços, iniciados com o assassinato covarde de Pedro Melo pela polícia. Na quarta e última parte acontece o clímax da narrativa, quando a polícia chacina os nove parentes e amigos dos Melo, presos a um tronco.

Se o termo hipótese for cabível a um romance, poder-se-ia dizer que a do *Tronco* é que polícia e jagunços se equivalem em brutalidade. Aliás, a narrativa pode ser vista como uma crítica social e moral. As personagens podem ser perfeitamente divididas conforme os dois tipos de comportamentos sublimes definidos por Kant: a virtude autêntica e a virtude cintilante (chamado também por ele de sublime magnânimo).

O tipo sublime, com virtude autêntica, "possui um elevado sentimento de dignidade da natureza humana" (Kant, 1993: 36) e são idealistas. Possui um elevado senso de justiça, mas podem ser pessoas perigosas e vingativas quando injustiçadas ou traídas. No romance, as personagens Vicente Lemes (coletor) e Valério Ferreira (juiz) encaixam nessa tipologia: ambas enfrentaram os Melo para impedir que lei fosse burlada. Vicente Lemes, personagem central, por exemplo, hesitou em fugir dos jagunços até o último momento (e só o fez para não colocar em risco sua mulher, filha e sogra), repudiava o crime dos soldados, assim como o dos jagunços.

O tipo sublime magnânimo é sublime apenas no exterior, por dentro é frio e calculista. Possui sangue-frio, não permitindo que "seu coração seja ofuscado pelo amor, compaixão e simpatia" (Kant, 1993: 40). São os vilões da narrativa. Encabeça a lista o coronel Pedro Melo, "homem inteligente, sagaz, audacioso, de ambição sem limites, duro feito aroeira" (Élis, 1974: 57); em seguida aparece seu filho, Arthur Melo, apesar de instruído, herdou as ambições e o desmando dos pais; o Juiz Carvalho, encarregado de chefiar a comissão para apurar os desmandos dos Melo estava interessado apenas em "melhorar de situação", "livrar-se do sertão" (idem, 93). As qualidades morais dessas personagens, na narrativa, são as piores possíveis: assassinos frios, mentirosas e ambiciosas. Todas elas, nos momentos críticos, mostraram-se covardes: o velho Arthur Melo acovardou-se perante os soldados, seu filho Arthur Melo presenciou a morte do pai sem reagir, o juiz abandonou a cidade para não enfrentar os jagunços dos Melo. Além dessas três personagens, enquadram-se também nessa tipologia alguns jagunços e soldados covardes.

A existência de heróis e vilões é comum a qualquer narrativa. No entanto a especificidade do *Tronco* é que esta divisão organiza a estrutura do texto. O narrador fica repetindo, a todo o momento, os adjetivos que atribuem características morais aos personagens, distinguindo os valentes, bondosos e justos dos covardes, maus e injustos. Esse tipo de estruturação não é uma escolha arbitrária do autor; é uma imposição do tema. A narrativa catástrofe tende a possuir, necessariamente, ares maniqueístas.

Além do mais, o autor conseguiu uma grande expressividade poética alternando imagens abjetas, relacionadas aos humanos:

> *Pelos fundos dos quintais e na grotinha os homens inchavam, iam ficando empazinados, arrebentavam os cinturões com um estouro fofo, como se fosse jenipapo caindo. As varejeiras eram tantas que ninguém suportava. Os ovos surgiam em cachos brancos nas ripas, nos caibros, nas telhas, caindo no chão, nas panelas de comida, nos pratos. (idem, 262-3).*

Essas citações sublinham a degradação e a desarmonia do ambiente onde se dão as relações de conflito. Elas são contrapostas às imagens harmônicas e sublimes, relacionadas à natureza:

> *Vaga-lumes vagavam no breu ou se apinhavam nos tamboris, nos mulungus, e ali ficavam a noite inteirinha, quando não se entregavam a uma farândola misteriosa de ouro e de diamantes. (idem, 199).*
>
> *Com o clarear do dia, a chuva fina e insistente transformou-se em neblina, neblina de prata, escondendo os morros altos. (idem, 264).*
>
> *Um luão bonito pendurou do céu, prateando a mata, clareando o dorso do rio que parecia uma tacha de mercúrio. (Idem, 270).*

Élis utiliza, freqüentemente, a antítese, uma figura de pensamento comumente usada como recurso retórico. Ela não só contrasta as idéias de valentia e covardia como também a de relento e abrigo. Além da antítese, outros recursos retóricos são explorados pelo autor. No ponto mais alto da narrativa, a execução das pessoas no tronco, assim foi descrita:

> *O alferes empurrou outra vez a pesada porta de pau-d'arco. No lusco-fusco, gente estrebuchava, gente avançava com uma dificuldade medonha, arrastando no pé o tronco empencado de defuntos e agonizantes. Aquele que avançava vinha arquejante, soproso, aluindo a custo a penca monstruosa de cadáveres, espichava o braço tremente, espichava a cabeça num gesto descontrolado e humilhante. E falava e falava e falava. (idem, 226).*

O efeito emocional da cena descrita é impressionante. A utilização repetida da palavra "gente" e da metáfora "penca" dão um efeito hiperbólico à multidão. O uso gradativo dos verbos – avançar, aluir, espichar e falar – e a repetição de "falava" realçam as dificuldades do moribundo: um simples movimento era um esforço sobre-humano. Na literatura-catástrofe recursos retóricos são utilizados para sensibilizar o leitor quanto ao sofrimento das personagens: desde a hipérbole – "foi picado miudinho, como se bate carne picadinha", "molhados até os ossos, cansados" (idem, 263) .

Na literatura-catástrofe, procura-se reforçar e empatia entre personagens e leitor. Os recursos estéticos possibilitam este compartilhar dos sofrimentos daqueles. Mas é sempre prudente observar a consideração de Mikahil Bakhtin: "o sofrimento do outro que vivencia da forma mais concreta se distingue, por princípio, do sofrimento que o outro mesmo vive, ou do meu próprio sofrimento. Só tem em comum a noção abstrata de sofrimento" (Bakhtin, 1997: 118).

Pão Cozido debaixo de brasa

Outra narrativa a tratar do acidente radioativo em Goiânia é *Pão cozido debaixo de brasa*, de 1997, do escritor goiano Miguel Jorge. Em *Pão cozido debaixo de brasa* entrelaçam-se duas histórias: uma envolvendo um adolescente, sua mãe e seu padrasto; outra envolvendo o acidente com o Césio 137. Apenas essa última será considerada aqui.

O livro de Miguel Jorge está longe do romance-reportagem, no que se refere à veracidade das informações. Pelo contrário, as informações sobre o ocorrido são quase sempre escamoteadas. Apenas uma vez no texto aparece a palavra "Césio-137"; o nome dos envolvidos é substituído por expressões vagas, tais como "Senhor Governador", "Governador-Senador" "Senhora Primeira-Dama"; Goiânia é apenas "a cidade", o que desarraiga bastante o fato acontecido.

As personagens principais dessa história são três catadores de papéis: Felipa, uma visionária, que falava com os mortos e tinha pressentimentos; seu esposo João Bertolino e o misterioso Nec-Nec. Guiados por Felipa, uma espécie de sacerdotisa, os três percorrem as ruas da cidade, revirando lixos em busca da sobrevivência, mas principalmente procurando a luz azul, "uma luz que jamais viram, mas que ela [Felipa] acreditava existir, escondida em alguma parte" (Jorge, 1997: 34), capaz de levá-los para o próximo milênio.

Aliás, a antítese básica do texto é construída com base na oposição entre luz e trevas. A escuridão, historicamente associada ao medo e ao mal, no romance é inofensiva; já a luz, principalmente a luz azul, é associada à morte e ao sofrimento. As personagens puras são criaturas da noite:

> *Felipa e João Bertolino: duas figuras como deveriam ser. Duas aves da noite que bicavam sombras (idem, 34).*
> *Vieram da noite e a noite observava-os com seus olhos de cão. (idem, 30).*
> *Somos os que procuram coisas no meio da noite, feito os gatos, os ratos, as corujas. (idem, 73).*

Grande parte da história se desenrola durante a noite. Quando os catadores de papel encontraram a cápsula que continha o Césio foi numa noite "mais noite do que as outras[1]". Era à noite que os catadores de papéis trabalhavam, nela se sentiam bem. Já o dia, era das pessoas com empregos formais, trabalhadores do horário comercial, como os políticos que só faziam promessas falsas. Quando a noite acabava, a cidade tornava-se hostil, perigosa, olhava de modo atravessado para as criaturas da noite.

[1] Na história real, os catadores de papel encontraram a cápsula durante o dia.

No entanto, a escuridão que protegia os "viajeiros da noite" também pode ser vista metaforicamente como a desinformação. Foi ela que fez com que gente simples conferisse sentido místico à luz azul do Césio.

Porém, no texto, não é a desinformação que é diretamente responsável pelo fato de uma menina de seis anos comer pão com Césio. Os verdadeiros culpados aparecem claramente na pergunta de João Bertolino: "não tinham sido os médicos da Santa Casa, o Senhor Governador, que haviam deixado [a luz azul] naquele campo descoberto [ruínas da Santa Casa]?".

Conclusão

Um elemento quase sempre presente na série narrativa sobre as catástrofes é a denúncia social. As catástrofes são acontecimentos marcantes, é preciso, então, explicá-los, é preciso apurar as responsabilidades, encontrar os culpados. Então é muito raro, que o narrador não emita opinião quanto à responsabilidade. Na dedicatória de *O Tronco* fica evidente que Bernardo Élis considerava os coronéis responsáveis pela tragédia do Duro: "ofereço este livro aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer sepultura".A fala de uma de suas personagens (um soldado) leva sua opinião para o texto: "tempo de paz, os poderosos arrancam nosso couro no trabalho; vai daí brigam e a gente é que vai morrer defendendo esse trem ruim!" (Elis, 1974: 204). Enfim, as catástrofes são acontecimentos fortes demais para que o narrador se contente em apenas tomá-las como objetos literários; momentos de dor e sofrimento são uma oportunidade ímpar para a assunção de posições éticas.

No entanto, embora freqüente, a denúncia social não esgota as explicações sobre as catástrofes. Para muitos, as catástrofes são extraordinárias demais para serem abarcadas pelas explicações sociológicas. Nelas sempre há um espaço obscuro, indefinido que, invariavelmente, é preenchido por explicações de teor místico ou, no mínimo, de mistério.

A narrativa literária absorve essa dimensão misteriosa das catástrofes, sendo também influenciada pelo fantástico ou pelo maravilhoso. Segundo Todorov o fantástico aparece na literatura toda vez que se duvida da validade das leis do mundo: o leitor hesita entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos narrados. Dependendo de como essa dúvida será solucionada, ter-se-á um fantástico-estranho ou um estranho puro ou um fantástico maravilhoso.

No fantástico-estranho "os acontecimentos que parecem sobrenaturais ao longo da história recebem por fim uma explicação racional" (Todorov, 2004: 156). Nesse tipo de narrativa, as leis do mundo continuam valendo, portanto o sobrenatural é explicado pela razão. Não é esse tipo de fantástico que é relevante para a análise da série narrativa sobre catástrofe.

No estranho puro "relatam-se acontecimentos que podem perfeitamente ser explicados pelas leis da razão, mas que soa de uma forma ou de outra, incríveis, extraordinários, chocantes, singulares, inquietantes, insólitos" (idem, 158). Nesse tipo de narrativa, as leis do mundo continuam valendo, mas a coincidência ou sintonia entre os fatos humanos e os naturais é tão grande que quase se chega a pensar que os dois mundos estão conectados por uma força superior.

Os três níveis do fantástico podem ser encontrados nas narrativas aqui comentadas. Em *O tronco* de Bernardo Élis, todo o combate entre jagunços e policiais ocorre no meio de chuvas ininterruptas. O leitor fica sabendo por meio das personagens que a chuva só irá parar quando soasse um trovão: "no alto, o céu parado, leitoso, onde não brilhava nenhuma estrela, onde nenhum relâmpago anunciava estiagem" (Élis, 1974: 2007). No entanto, bem no final do livro, quando a personagem Vicente Lemes já havia conseguido escapar da perseguição dos jagunços, ao pensar em tudo que deixava para trás, "sentiu os olhos arderem como se fosse chorar" (idem, 279). Nesse momento, "foi quando um trovão roncou" e imediatamente Vicente "surpreendeu agora um traço de profunda fraternidade, de inabalável confiança". Como explicar racionalmente a coincidência entre o trovão e o fim do conflito ou entre a recuperação moral de Vicente Lemes? Qualquer resposta soará no mínimo estranha.

Por fim, o fantástico-maravilhoso, que permite analisar "classes de narrativas que se apresentam como fantásticas e que terminam no sobrenatural" (Todorov, 2004: 159). Nesse tipo de narrativas, existem acontecimentos que rompem com as leis naturais e só podem ser explicados se o leitor admitir a vigência do sobrenatural. Esse é o caso de *Pão cozido debaixo de brasa.* A personagem Felipa, por exemplo, é uma visionária e fala com os mortos. Outro catador de papel, Nec-Nec, uma espécie de "Peter Pan do sertão", não podia morrer, pois "ele guardava consigo uma força oculta que o protegia da morte" (Jorge, 1997:190). Pode-se argumentar que essas qualidades sobrenaturais de Felipa e Nec-Nec eram restritas ao imaginário supersticioso do universo das personagens, como muitas de *O tronco* que acreditavam que os jagunços tinham o corpo fechado. Felipa não passaria de uma lunática e Nec-Nec seria apenas mais um garoto de rua, pobre, desnutrido e mudo. Nesse caso, o livro

seria uma narrativa fantástico-estranha, porém não é esse o caso. Nem Felipa, nem Nec-Nec acusaram qualquer tipo de contaminação radioativa, deixando estupefatos os técnicos. E o mais extraordinário: como explicar o fato dessas duas personagens que conviveram com material radioativo não se contaminarem? E como explicar que, no momento que João Bertolino abriu a cápsula radioativa, "o gato que esperava o de comer, saiu correndo, rabo eriçado" e "ouviram-se ao longe e ao perto uns cachorros uivarem uns uivos de agonia" (idem, 165)? Conforme diz Barthes (1985: 103), nada é casual numa narrativa, tudo tem a sua função: "mesmo quando um pormenor parecesse irredutivelmente insignificante, rebelde a qualquer função, ele acabaria por ter pelo menos o sentido do absurdo ou do inútil: tudo tem um sentido ou nada tem". Então fica muito difícil dar sentido a esses fatos sem se recorrer ao sobrenatural.

Bibliografia

BAKHITIN, Mikhail. *A estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.
BARTHES, Roland. *A aventura semiológica.* Lisboa: Edições 70, 1985.
BORGES, Weber. *Eu também sou vítima.* Goiânia: Kelps, 2003.
CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
ÉLIS, Bernardo. *O tronco.* São Paulo: José Olympio, Editora Três, Civilização Brasileira, 1974.
FOUCAULT, Michel *Arqueologia do saber.* Rio d Janeiro: Forense Universitária, 1997.
JORGE, Miguel. *Pão cozido debaixo de brasa.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime.* Ensaio sobre as doenças mentais. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LONGINO. *Do sublime.* Tradução de Filomena Hirata. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. "As imagens de Goiânia na literatura mudancista". In CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luís Sérgio. *As cidades dos sonhos.* Goiânia: editora da UFG, 2004. P. 137-202.
TODOROV, Tzventan. *As estruturas narrativas.* São Paulo: Perspectiva, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desigualdades de gênero na prática jurídica recifense da década de vinte

Carlos Eduardo de Albuquerque Filgueiras*

Resumo: Nosso trabalho tem como objetivo apresentar a desigualdade de gênero no âmbito da prática jurídica no Recife da década de 20. Através da análise de processos motivados por crimes passionais, buscaremos pontuar como a justiça contribuía para acentuar essas desigualdades. As falas das testemunhas, as estratégias de defesa dos advogados e promotores para apresentar (e representar) suas partes e as justificativas dos juízes nas sentenças, bem como a discussão jurídica em torno do conceito de honra, são os nossos pontos de observação.
Palavras-chave: crimes, gênero, justiça

Abstract: The aim of this paper is to present genre inequality in the context of juridical practice of Recife in the twenty decade. Through the process analyses motivated by passionate crimes, we will point out how justice contributed to favour that inequality. The witnesses speeches, defense strategies of lawyers and prosecutors to present (and represent) their parts and the justifications of the judges on their sentences, as well as the juridical discussion about the concept of honour are our observation points.
Key words: crime, genre, justice

No Recife da década de vinte era comum a apresentação, pela mídia, da imagem de uma mulher que começava a sair à rua, aderindo a costumes e modas até pouco tempo nunca pensados para elas. E isso não ocorria só nas propagandas. No plano político, o direito ao voto era discutido; na moda, os passeios na cidade com os cabelos à *la garçone* e as pernas à *bataclan* eram alguns exemplos dessa saída da mulher de dentro de casa. Quem lê os anúncios de automóveis, salões de beleza ou até mesmo as colunas sociais das revistas em circulação na época pode chegar a pensar que não havia mais nenhum ranço de patriarcado na sociedade de então.[1]

O objetivo deste trabalho é mostrar que essa liberdade, na prática, era bastante precária. De maneira que, a qualquer momento em que houvesse um maior tensionamento, o

* Mestrando pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisa financiada pela CAPES e orientada pelo Professor Doutor Flávio Weinstein Teixeira.
[1] Uma ótima fonte para visualizar tanto a imagem, nas propagandas, como o cotidiano nas colunas sociais, é a revista "A Pilhéria", que circulou na cidade durante toda a década de vinte, presente no acervo de periódicos raros da FUNDAJ.

patriarcado voltava à tona e a mulher tornava a ser submetida ao domínio masculino. Esse tensionamento é, no nosso caso, um crime, um assassinato de uma mulher por um homem que, mesmo depois da separação, não admitiu o envolvimento dela com outra pessoa.[2] Buscaremos, então, as permanências do patriarcado mesmo num modelo de família que não era mais patriarcal.

Para isso, pretendemos realizar um estudo de caso analisando um processo ocorrido em 1923. O principal motivo que nos levou a um estudo de caso foi o fato dos atores deste processo se distinguirem de tantos outros no que diz respeito ao lugar social. Além de réu e vítima serem alfabetizados, o que já é um grande diferencial, o acusado era um comerciante com loja em um ponto fixo.[3] Além disso, o processo apresenta dados referentes à condição financeira do acusado, que sustentava a vítima, então sua mulher. A condição social dos atores é fundamental para a construção do nosso argumento. Queremos confrontar com a vida da vítima no processo a imagem da mulher apresentada pela mídia, o que não poderia ser feito com as pessoas geralmente apresentadas nos processos.

Nesse trabalho, nosso argumento envolverá a articulação de duas categorias de análise: gênero e patriarcado. Aqui, o conceito de gênero será uma possibilidade de observação de desigualdade de poder na dimensão da relação entre os sexos. Conforme orienta Joan Scott (1995), nosso esforço será abordar o conceito de gênero historicamente de forma analítica e não causal ou descritiva, o que quer dizer que não queremos apenas relatar os fatos, mas utilizar o conceito de gênero como um instrumento para interpretação. E um processo é uma fonte em que as relações de gênero estão presentes, explícita ou implicitamente. Para Miguel Vale de Almeida, somente *ao nível da negociação cotidiana, das interações carregadas de poder, da reformulação das narrativas de vida, que o gênero como processo e prática pode ser apreendido* (ALMEIDA, 1995: 164). Interações carregadas de poder, negociações e reformulação de narrativas de vida fazem parte da constituição de um processo judicial.

Quanto ao patriarcado[4], buscaremos em nossa análise do processo, vestígios desse modelo de família, uma vez que sabemos que no espaço-tempo em questão, a família patriarcal clássica já não existia. Confrontando os textos de Parry Scott (2005) e Goran

---

[2] É comum encontrarmos nas páginas policiais dos jornais de toda década de vinte notícias referentes a crimes passionais, geralmente justificados pelos ciúmes.

[3] A maioria dos envolvidos em processos dessa natureza não apresentava ocupação com remuneração fixa. Outros nem apresentavam ocupação.

[4] Está clara aqui nossa opção de ver o patriarcado pela análise das relações de gênero. No entanto, processos também são ótimas fontes para a observação do ponto de vista geracional. Num exemplo, é comum, em processos de defloramento, o pai da vítima exigir do réu a correção da falta com o casamento.

Therborn (2006) encontramos o contexto histórico e social do nosso estudo na medida em que Scott afirma que, em nosso período, o patriarcado estava passando das mãos do patriarca para as mãos do Estado, ficando, então, mais latente, porém não menos presente. Isso criou uma dubiedade, pois o conceito ora remetia à força do Estado, ora à imagem de atraso, dadas as mudanças nas famílias européias e norte-americanas. Therborn, por sua vez, contextualiza o patriarcado nas décadas de 10 e 20 do século XX como sofrendo o seu primeiro grande abalo, embora o casamento em si ainda fosse sinônimo de desigualdade (2006: 33). Outro autor que concorda não com a extinção, mas com a crise do patriarcado é Miguel Vale Almeida (1995). E é na crise que, segundo o autor, as disparidades tornam-se mais evidentes, o que nos permite pensar e discutir sobre o assunto. Para ele, o patriarcado é uma *ordem de gênero* que define a inferioridade do feminino por uma masculinidade hegemônica.[5]

É nesse cenário que nos moveremos. De acordo com as citações acima, o patriarcado não era uma coisa definida na década de vinte. Nem explicitamente manifesto, nem totalmente latente. Isso nos dá margem para afirmar que é possível buscar seus vestígios em famílias urbanas, o que representa essa indefinição entre uma modernidade comportamental sugerida ora pela mídia, ora pelo próprio Estado, e a força da tradição. Essas contradições são reforçadas principalmente se pensarmos a família em processo global de adaptação aos modelos europeu e norte-americano, como sugere Parry Scott (2005).

A metodologia que empregamos foi a análise das falas dos atores envolvidos nos processos, principalmente a do advogado de defesa, uma vez que suas estratégias sempre remetem às características do patriarcado. Para Mariza Corrêa (1983), a mobilização gerada em torno de um crime é um importante ponto de observação das relações sociais, pois o crime representa uma crise de valores na medida em que ocorre uma quebra no sistema normativo. Além disso, ainda segundo Mariza Corrêa, um processo expõe um confronto de direitos e deveres seguidos de uma decisão social.

Feita a discussão teórica que embasa esse estudo, partiremos agora para o nosso estudo de caso. Para nos situarmos melhor, faremos uma breve descrição do crime.

Segundo as informações da denúncia, Pedro Pastor era um comerciante de quarenta anos de idade, dono de uma loja (não há informações sobre o que ele negociava) na rua do Fogo. No dia 12 de maio de 1923, Pedro foi ao bairro da Torre, num local chamado Sítio do Cardozo e, invadindo o sítio em que vivam Manuel e Leopoldina de Araújo, *aparece o denunciado de pistola em punho, segurando Quitéria Maria por um braço, dispara contra*

[5] O autor estende a idéia relacional contida no patriarcado na medida em que o patriarcado não torna submisso apenas o feminino, mas também o que ele chama de "masculinidades subordinadas".

esta três tiros (...) causando-lhe a morte cerca de meia-hora depois. Sendo socorrida pelos donos da casa e por pessoas que passavam na hora, *a vítima ainda viva apontou o assassino, dizendo – Pedro Pastor matou-me com três tiros*[6]. Pedro fugiu.

Aos poucos vão surgindo informações sobre o que levara Pedro Pastor a cometer esse crime. No inquérito policial dirigido pelo delegado Gasparino Lima, a primeira testemunha, um operário de 22 anos que passava pelo local e ajudou a socorrer a vítima, descreveu o crime sem maiores diferenças com o que foi descrito acima. Apesar de não ser uma testemunha ocular, ele afirmou saber que Quitéria tinha um amante e que o móvel do crime teria sido o ciúme.

Leopoldina de Araújo, costureira de 26 anos, foi a segunda testemunha do inquérito. Ela oferecia hospedagem a Quitéria e acrescentou que ela recebia como amante Severino Brito e que este passou a freqüentar sua residência. Leopoldina afirmou ainda que Pedro já havia procurado Quitéria e que *mais de uma vez Quitéria teve ocasião de lhe dizer que Pastor pedia para se unir novamente a ele, porém, ela não queria, porque, dizia que Pastor a tinha maltratado muito quando viviam juntos, isso motivado pelo fato de Pastor possuir uma amásia*.[7] Ressaltamos que Leopoldina foi a única pessoa presente no momento do crime.

Vemos aqui duas situações semelhantes vividas por réu e vítima, mas com tratamento extremamente diverso. Mesmo sabendo que Quitéria sabia que ele "possuía" uma amásia, Pedro insistia para que ela voltasse. Mas, ao saber do relacionamento dela com Severino, movido pelo ciúme, a matou. Vemos aqui a característica do patriarcado de submissão da mulher pelo homem e a prisão da mulher ao que se esperava dela – fidelidade absoluta, mesmo estando separada do marido.

Com o depoimento dessas duas testemunhas, o delegado julga o inquérito procedente e o processo é levado pelo promotor ao juiz. Na denúncia, o promotor pede a prisão preventiva de Pedro, por achar que *esses elementos* (a descrição do crime pelas testemunhas) *induzem a certeza da criminalidade do denunciado (...). Este, agindo de surpresa, sem um motivo que atenuasse sua culpa, uma vez que, tendo buscado viver com a esposa desviada, revelou-se temível.*[8] O pedido foi negado.

---

[6] BR PE PJ MJ REC JM2VCR PROCESSO AÇÃO CRIMINAL 1923.05.29
As referências aos processos aqui utlizados seguirão o padrão da Norma Interbacional de Descrição Arquivística-ISAD(G).

[7] Idem. De acordo com o que observamos nos processos que analisamos, o termo "amásia" ou "amasiado" denomina tanto uma relação estável, mas sem a oficialização do casamento civil ou religioso, como uma relação extra-conjugal, sendo amásia sinônimo de amante.

[8] Ibdem.

A partir daí, veremos um esforço de ambas as partes para se encaixarem num quadro que se mostre favorável para o juiz. A intenção parece ser apresentar as partes ao julgador como portador de uma honra acima de suspeitas. O crime parece não estar mais sendo julgado, mas a própria história de vida tanto do réu como da vítima. Por isso, os argumentos e a retórica do promotor e do advogado serão essenciais na apresentação de suas partes. Eles jogam de acordo com o que mais se valorizava no julgamento – a honra.[9] Podemos perceber que a própria acusação não nega que Quitéria, mesmo separada, estava *desviada* da vida que deveria levar. Vejamos então alguns momentos em que a honra é defendida, ressaltando que nenhuma das cinco testemunhas trouxe novidade à versão já apresentada sobre o momento do crime.

Diante do juiz, é dada a informação pelo advogado de Pedro Pastor, José de Brito Alves,[10] de que ele, enquanto estava com a vítima, cumpria seus compromissos de provedor da família sustentando Quitéria. Dos cerca de 220 mil réis mensais que ele lucrava por mês, aproximadamente 50 mil eram destinados ao aluguel da casa, por exemplo. Assim, o advogado afirma não saber como ela, enquanto estava afastada de casa, esteve se sustentando sem o referido dinheiro – uma forma de levantar suspeita contra a vítima. O advogado sugere que qualquer uma das formas de sobrevivência – trabalhando ou sendo sustentada por alguém – seriam agravantes da conduta dela, o que justificaria o crime. Mais uma característica do patriarcado está presente aqui. Mesmo que não tivesse com um amante, Quitéria estava sob suspeita pelo simples fato de não estar dependendo dos proventos do marido. As duas hipóteses possíveis para Quitéria estar se sustentando são repreensíveis: ou saindo de casa ou dependendo de outrem.

Para Jurandir Freire Costa (1999), a lavagem da honra com sangue é uma característica típica do patriarcado, em que ao homem era permitida a traição, mas à mulher cabia o papel de dona de casa. Ou seja, o papel que o homem deveria cumprir era o de provedor. Para Mariza Corrêa (1981), essa era a fundamentação histórica de um crime passional[11]. No nosso caso, Pedro, que sustentava Quitéria, tinha uma amante, mas mesmo assim achava justo pedir uma reconciliação. Por outro lado, parecia não se admitir que

[9] Havia, na época, uma discussão jurídica que envolvia a noção de honra. Juristas mais conservadores defendiam a noção de honra familiar, em que a traição de uma mulher, por exemplo, feriria o marido e os filhos, o que justificaria a reparação da traição com a agressão. A honra individual, por sua vez, atingiria apenas o indivíduo que cometeu a traição. Uma conseqüência da adoção desse conceito seria, portanto, a punição dos agressores.

[10] Outro indício de que Pedro tinha uma condição social favorável é o de que ele contratou dois advogados para defendê-lo. Além de José de Brito Alves, mais atuante durante os depoimentos, também estava no caso Leovigildo Samuel da Silva Júnior.

[11] E, para a autora citada, essa fundamentação vale mesmo após a primeira metade do século XX, uma vez que seus estudos aqui utilizados abordam as décadas de cinqüenta e setenta.

Quitéria, mesmo separada, pudesse viver por meios que não fossem os aceitos convencionalmente, ou seja, "sob as asas" do marido. Estão, portanto, evidentes os ranços do patriarcado.

Outro ponto favorável atribuído ao réu, além do sustento da esposa, era o seu bom comportamento. Uma das testemunhas afirmou que *sempre reconheceu* (no denunciado) *um bom chefe de família com comportamento bom*. Um dos advogados de Pedro, José de Brito Alves, inquirindo Leopoldina (agora depondo em juízo), a fez admitir que nas três vezes que ele foi procurá-la a fim de reconciliação nunca a maltratou ou ameaçou, mas foi para pedir que *voltasse para casa e fosse criar as filhas*[12]. Além de se deixar claro o que se esperava de uma mulher (cuidar da casa e criar os filhos), vemos aqui uma estratégia bastante difundida entre os defensores de criminosos passionais. Apresentava-se o cliente como um homem de boa conduta, sem nenhum histórico de atitudes violentas. A intenção era sugerir que o ato do crime foi uma loucura momentânea, já que o código penal de 1890 isentava de responsabilidade os que se achassem *em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime* (CORRÊA, 1981: 21). Sendo o crime fruto de um momento de loucura, o criminoso, sem uma vida pregressa desfavorável, não representava um perigo à sociedade, o que justificaria sua absolvição. O próprio juiz, ao negar a prisão preventiva de Pedro, considerou a falta de ***necessidade social*** do pedido de prisão[13] (grifo meu).

E se argumentamos permanências do patriarcado em uma família urbana, a própria noção de família é usada para culpar a vítima. Segundo o advogado de Pedro, após Quitéria abandonar o lar, uma de suas filhas *quase enlouqueceu, tendo repetidos ataques e dizendo que* ***além da desgraça e vergonha da família*** *o procedimento de sua mãe veio concorrer para o acabamento (sic) de seu casamento* (grifo meu)[14]. Vemos aqui que, embora já não se tratasse da família patriarcal clássica, esse modelo ainda era o referencial de família na hora de se pesar a honra. A atitude de Quitéria desgraçou e envergonhou toda a família. Tanto que o noivo da filha de Quitéria não quis mais casar. Dessa forma, Pedro, tendo sua honra e a dos filhos ferida, reparou isso com o crime. E como se tudo isso não bastasse contra Quitéria, seu suposto amante, Severino Toscano de Brito, era casado, afirmou Leopoldina respondendo a outra argüição do advogado de Pedro.

Mesmo parecendo que tudo estava contra Quitéria, a promotoria pede a acusação. O argumento é de que houve a soma tanto da objetividade do crime (o exame cadavérico

[12] Idem.
[13] Ibdem
[14] Idem.

provou que ela foi assassinada) como da subjetividade (as testemunhas afirmaram que Pedro agiu covardemente). O libelo apresentado pela promotoria apresenta dois pontos interessantes que merecem uma observação mais crítica. O primeiro desses pontos está diretamente relacionado às relações de gênero, pois diz que Pedro agiu em superioridade de arma e de sexo. O segundo ponto diz que o réu agiu com traição. Aqui a promotoria reforça a relação de domínio do homem sobre a mulher. A afirmação de que ele agiu em superioridade de sexo é um parágrafo do artigo 39 do próprio Código Penal republicano e sugere que a superioridade do homem em relação à mulher era considerada natural. A atitude de traição presente no segundo ponto não está relacionada ao fato de Pedro ter uma amante, mas ao fato dele ter agido com covardia, invadindo a casa onde Quitéria estava hospedada. A promotoria defendia Quitéria sem contestar as desigualdades de gênero certamente por saber que, caso houvesse contestação, seria um ponto a favor do réu. Uma das testemunhas, mais uma vez a dona do sítio onde Quitéria estava hospedada, tentou aliviar sua situação afirmando que ela estava na sua casa enquanto seu irmão, um marítimo, voltava para resolver sua situação. Assim, uma das formas de tirar a culpa de Quitéria é sempre através da dependência e submissão dela a um homem. Se antes era dependente do marido, agora seu irmão é quem deve resolver sua vida.

No dia do julgamento, Pedro nega ao juiz ter disparado os três tiros em Quitéria – certamente um erro estratégico, já que seus advogados em nenhum momento trabalharam com essa hipótese e buscaram apenas melhorar a sua imagem para tirar o crime de foco. Além disso, todas as testemunhas, inclusive a ocular, afirmaram que foi Pedro quem disparou os tiros. É bem provável que Pedro soubesse que, de acordo com o Código Penal de 1890, o testemunho ocular só era válido com mais de uma testemunha, o que não foi o caso.

O resultado do julgamento, ocorrido no tribunal do júri em 10 de maio de 1925, foi a absolvição de Pedro. Infelizmente não há uma justificativa do júri para a absolvição. De qualquer forma, tanto estudos na área como nossas pesquisas em processos-crime mostram que essa prática de absolver criminosos passionais era comum nos tribunais não só recifenses, mas brasileiros. No mesmo ano de 1923, Henrique Bellasalma, um comerciante italiano de 35 anos foi suspeito de queimar sua mulher, matando-a. As testemunhas afirmaram ter escutado uma discussão em que Henrique dizia à mulher "eu te mato". Ele foi absolvido com base nos depoimentos das testemunhas ouvidas em condição de informantes (não estavam presentes no momento do ocorrido) terem dito que o casal vivia em harmonia. A justificativa do advogado de defesa, acatada pelo juiz, foi de que as pessoas não escutaram "eu te mato, mas sim, "*sei*

malta", que em italiano que quer dizer, segundo o advogado, "você está louca". As testemunhas que escutaram a discussão sofreram, segundo o juiz, de uma *ilusão auditiva*.[15]

Ainda no mesmo ano, Pedro Cavalcante Monteiro, auxiliar de comércio de vinte e três anos, foi acusado de esfaquear a ex-amásia Maria Francisca de Vasconcelos na praça da Independência. As testemunhas oculares confirmaram o fato, mas Pedro foi absolvido e uma das justificativas foi a de que foi ela que teria ido matá-lo. Segundo a defesa, ele se defendeu e feriu-se porque se atrapalhou na hora de esfaqueá-lo e acabou se machucando.[16]

Com esse estudo, procuramos sugerir que, mesmo numa época de modernização dos costumes, traços do patriarcado eram evocados para reforçar as relações de gênero na hora em que o domínio do masculino sobre o feminino era ameaçado. De acordo com que vimos, na vida cotidiana, a liberdade e a independência presente nas peças de propaganda ainda não eram plenamente desfrutadas pelas mulheres. É uma pena que, assim como Quitéria, muitas mulheres ainda hoje não podem apresentar suas próprias versões no tribunal.[17]

Referências bibliográficas

Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal.* In: Anuário Antropológico/95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

BESSE, Susan. Crimes Passionais: a campanha contra o assassinato de mulheres no Brasil – 1910-1940. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, nº 18. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1989.

CAULFIELD, Sueann. *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: UNICAMP, 2000.

CORRÊA, Mariza. *Os Crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. *Sem Fraude nem Favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GAGNON, John. *Uma Interpretação do Desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

[15] BR PE PJ MJ REC JM5VCR PROCESSO AÇÃO CRIMINAL 1923.11.26

[16] BR PE PJ MJ REC JM5VCR PROCESSO AÇÃO CRIMINAL 1923.07.19

[17] Lembramos que Pernambuco é, atualmente, o estado que lidera os números da violência contra a mulher. Informações colhidas no site: http://www.inesc.org.br/equipe/jairb/forum-da-sociedade-civil-combate-a-violencia-contra-a-mulher-em-pernambuco/, acessado em 29/01/2007, informam que, em estudo realizado pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco, ocorreram 276 registros de assassinatos em 2004, 290 em 2005 e mais de 300 em 2006.

_____. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 2ª edição. Recife: SOS Corpo, 1995.

SCOTT, Parry. *A família brasileira diante das transformações do cenário histórico global*. In: Revista Anthropológicas, ano 9, volume 16(1). Recife: Editora Universitária, 2005.

THERBORN, Goran. *Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Controle e cooperação norte-americana aos golpes civil-militares brasileiro (1964) e argentino (1976)

Caroline Silveira Bauer*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas de controle e cooperação norte-americana à implantação das ditaduras civil-militares de segurança nacional instauradas no Brasil em 1964 e na Argentina em 1976. Através da análise da documentação desclassificada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, evidenciam-se, na troca de correspondência entre as embaixadas estadunidenses dos dois países e organismos norte-americanos, as estratégias colocadas em prática no momento dos golpes. Essa documentação foi desclassificada e está disponível, para o caso brasileiro, desde 2004 (40 anos da instauração da ditadura) e, para o caso argentino, desde 2006 (30 anos do golpe de 24 de março de 1976). Ainda, é possível historicizar as relações de controle e cooperação entre Estados Unidos e Argentina e Brasil, salientando as semelhanças e diferenças entre os dois países.
Palavras-chave: ditadura civil-militar, Estados Unidos, golpe de Estado.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the practices of cooperation and control of United States to the national security civil-military dictatorships implanted in Brazil (1964) and Argentina (1976). Through the analysis of declassified documents from the U.S. Department of State, such as the correspondence between the two countries and the U.S. organs of government, the strategies practiced in the moment of the *coups* can be shown. These archives was declassified, in the Brazilian case, in 2004 (fourth years since the military coup), and in the Argentine case, in 2006 (thirty years since March 24th 1976). Moreover, it's possible to historicize the control and cooperation relationships between United States, Argentina and Brazil, exceeding the similarity and the difference among the *Cone Sul* countries.
Keywords: civil-military dictatorships, United States, coup of State

1. Introdução

No dia 31 de março de 2004, quando se rememorava no Brasil o quadragésimo aniversário do golpe civil-militar, o *National Security Archive* em Washington, publicava em seu sítio na internet sete documentos desclassificados sobre o controle e a cooperação dos Estados Unidos ao movimento golpista brasileiro. Tornavam-se públicos e acessíveis os documentos que já haviam sido pesquisados por outros investigadores da participação norte-americana na conspiração pré-golpe civil-militar no Brasil.[1]

---

* Professora de História e historiadora, doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[1] Os documentos já haviam sido investigados por Marcos Sá Corrêa, Lincoln Gordon, Phyllis Parker e Thomas Skidmore. Cf. as referências bibliográficas deste artigo.

O mesmo ocorreu em 24 de março de 2006, quando, no trigésimo aniversário do golpe civil-militar argentino, novos documentos integraram a lista dos documentos já desclassificados e publicados na internet sobre a "guerra suja" argentina.

Este breve artigo apresenta estes dois pequenos conjuntos documentais desclassificados nestes eventos, analisando como eles podem comprovar as teses já existentes sobre o controle e a cooperação norte-americanos aos golpes civil-militares no Brasil e na Argentina.

2. Um breve histórico sobre o controle e cooperação estadunidense em relação à América Latina

A propensão dos Estados Unidos em converter seus problemas de segurança em uma questão regional é histórica. Estes problemas, imaginários ou reais – variáveis conforme a conjuntura – conformaram justificativas para sustentar políticas intervencionistas.

A primeira manifestação deste tipo de conduta foi o anúncio, em 2 de dezembro de 1823, da chamada "Doutrina Monroe", que, em linhas gerais, estabeleceu as diretrizes da política externa dos Estados Unidos para o continente americano. O pronunciamento do presidente Monroe foi uma resposta às nações européias que constituíram a Santa Aliança (Congresso de Viena – 1814) que buscavam projetar-se sobre as ex-colônias da América Espanhola. Este primeiro momento de intervenção, que se estende até a criação de organismos internacionais de apoio e cooperação mútuos, pode ser caracterizado como uma tentativa norte-americana de conter a Europa e preservar sua própria capacidade de intervenção no continente.

A relação norte-americana com a América Latina, no entanto, mudará profundamente após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a deflagração da Revolução Cubana (1959). Houve, por parte dos Estados Unidos, uma necessidade de repensar o conflito (que passou a ser ideológico com a Guerra Fria) assim com a relação entre civis e militares.

Com a Revolução Cubana, a problemática da defesa vinculada a uma agressão externa ao continente (União Soviética) desatualizou-se por completo como estratégia para defesa continental. O triunfo da Revolução, o progressivo enfrentamento com os Estados Unidos e sua posterior definição socialista foram um choque para os Estados Unidos.

A partir deste evento, houve a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia contra-insurgente para o continente, onde intervenções militares que tivessem como objetivo frear o avanço de forças progressistas seriam amplamente apoiadas por Washington.

3. O controle e a cooperação no golpe brasileiro de 31 de março de 1964

Os sete documentos publicados no sítio dia 31 de março de 2004 tratam dos episódios imediatamente anteriores e posteriores ao golpe civil-militar brasileiro de 1964.

O primeiro deles é uma gravação de 5 minutos onde o presidente dos Estados Unidos Lyndon Baines Johnson fala ao telefone de sua fazenda no Texas com o vice-secretário de Estado George Ball e com secretário assistente para América Latina, Thomas Mann. Ball informou Johnson sobre a situação da movimentação militar no Brasil que conspirava contra o governo de João Goulart – visto pelos altos oficiais norte-americanos como um esquerdista. O presidente Johnson deu a Ball "luz verde" para apoiar ativamente o golpe, se os Estados Unidos julgassem que a intervenção era necessária. "Eu penso que nós devemos fazer um exame de cada etapa que nós pudermos, devemos estar preparados para fazer tudo o que nós precisamos fazer", disse o presidente. Em aparente referência a João Goulart, Johnson afirma que "não se pode contar com ele". "Eu pegaria direto na cabeça." (DOCUMENTO 1)

O segundo documento é um telegrama emitido da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado em Washington no dia 27 de março de 1964. Trata-se de um documento de cinco páginas redigido pelo embaixador Lincoln Gordon, onde as últimas ações de João Goulart são avaliadas. Gordon afirma que Goulart trabalha junto ao Partido Comunista brasileiro para "obter poderes ditatoriais" e que as forças conspiratórias que se movimentam para a deposição do presidente necessitam do apoio norte-americano. O embaixador recomenda o envio de armamentos, combustíveis e mantimentos em um primeiro momento aos líderes desta conspiração, mas adverte que deve tratar-se de uma atividade sigilosa. Gordon informa ao Departamento de Estado que as forças estadunidenses devem estar preparadas para um segundo estágio de ação, caso a resistência ao golpe demonstre-se mais forte.

O terceiro também é um telegrama do embaixador Lincoln Gordon, datado de 29 de março de 1964. Nele, Gordon atualiza os altos escalões norte-americanos da deterioração da situação no Brasil. Gordon fala sobre a situação de instabilidade política e social pela qual o Brasil passava, agravada pelo Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março e dos encontros com os militares de baixa patente até a data do envio do informe, dia 29 de março de 1964. O embaixador reitera os procedimentos que deveriam ser levados a diante para a consecução da "Operação Brother Sam".

O quarto documento é um telegrama emitido pela agência da CIA no Brasil na véspera do golpe civil-militar, intitulado "Planos dos conspiradores revolucionários em Minas Gerais". O documento informa que "uma revolução liderada pelas forças anti-Goulart vão, definitivamente, agir esta semana, provavelmente em poucos dias." O telegrama fala, ainda, dos planos dos conspiradores de "marcharem até o Rio de Janeiro". A "revolução", como os militares autodenominavam seu movimento, "não seria resolvida rapidamente e haveria sangue derramado." Este documento mostra como a resistência ao golpe era esperada tanto por parte dos Estados Unidos como pelos civis e militares conspiradores.

O quinto documento é um telegrama emitido pelo Departamento de Estado ao embaixador Lincoln Gordon no dia 31 de março. Trata-se de uma lista das decisões da Casa Branca "tomadas com o objetivo de estar em posição de prestar assistência na hora apropriada para as forças anti-Goulart se for decidido que isto deve ser feito." As decisões incluem o envio de uma série de armamentos militares, combustíveis e mantimentos. Um segundo telegrama é emitido logo depois, com uma estimativa da data e hora da chegada da "Operação Brother Sam" na costa brasileira.

O penúltimo documento é a transcrição de uma conversa entre o presidente norte-americano e seus conselheiros sobre Brasil na Casa Branca no dia 1º de abril de 1964. O presidente foi informado sobre a situação no Brasil e sobre a força-tarefa que auxiliaria os golpistas.

O sétimo e último documento, um telegrama emitido pela agência da CIA no Brasil, informa que o presidente deposto, João Goulart, "deixou o Brasil para o exílio no Uruguai a 1 da manhã do dia 2 de abril. Seu embarque marca o sucesso do golpe militar no Brasil." (DOCUMENTO 7) Depois de provado que o apoio militar dos Estados Unidos era desnecessário – pois a resistência esperada ao golpe de Estado não concretizou-se – os Estados Unidos puderam desmontar o esquema da chamada "Operação Brother Sam". Neste mesmo dia, o presidente da Câmara dos Deputados, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo presidencial. Foram realizadas eleições no dia 9 de abril, que legitimaram o nome já escolhido de Castelo Branco, que tomou posse dia 15 de abril.

4. O controle e a cooperação no golpe argentino de 24 de março de 1976

Diferentemente das relações mantidas entre Brasil e Estados Unidos, os militares argentinos não possuíam relações tão amistosas com seus colegas estadunidenses.(DE RIZ, 2000:33). A Argentina não somente não havia participado junto aos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, como manifestaram claramente sua simpatia pelos países do Eixo,

principalmente à Alemanha nazi e à Itália fascista. Somente a partir de 1949, com a ratificação por Perón dos tratados do Rio de Janeiro (fundação do TIAR, 1942) e de Bogotá (criação da OEA, 1948), houve uma aproximação entre os dois países. Além disso, a Argentina foi o último país latino-americano a firmar um acordo bilateral com os Estados Unidos para ajuda militar (1964), que foi rompido em 1967, devido à compra de armamentos europeus com base no "Plan Europa" do governo Onganía. A influência militar européia sempre prevaleceu sobre a norte-americana. As Forças Armadas argentinas mantiveram um estreito e permanente contato com as Forças Armadas francesas, de quem importaram a estratégia da guerra contra-revolucionária aplicada na Argélia.(*Ibid*., p. 34)

Durante o ano de 1975, a Argentina encontrava-se em um clima generalizado de violência protagonizado pelas organizações paramilitares como a Triple A, pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas. A esquerda argentina, principalmente o Ejercito Revoluionario del Pueblo e os Montoneros, realizavam ações guerrilheiras nas cidades e nos campos. Pessoas passaram a ser mortas e desaparecidas cotidianamente. O caos econômico se generalizava e a presidente Isabel Perón encontrava-se isolada, sem apoio político. O golpe militar era visto (e aguardado) como um mal necessário por amplos setores políticos e sociais para recuperar a estabilidade e a normalidades institucionais.

Os documentos reunidos sobre a troca de informações e opiniões entre os militares argentinos e diplomatas e seus funcionários estadunidenses, durante o período anterior e os dias imediatamente posteriores ao golpe, revelam uma questão até então pouco esclarecida: quão central e antecipada foi a preocupação por ocultar a estratégia repressiva que seria aplicada pela ditadura argentina. Previa-se, segundo estes documentos, que a repressão iria ultrapassar todo e qualquer marco legal, até mesmo a ampla legislação repressiva disponível, e que, por isso, as ações repressivas seriam, em sua maioria, clandestinas. O diálogo entre Argentina e Estados Unidos deixava claro que se tratava de uma ação criminosa, descartando a possibilidade de erros ou excessos. No entanto, ambos tinham interesses em não repetir a experiência chilena, onde a participação norte-americana no golpe e a repressão desencadeada pelo governo Pinochet foram explícitas.

A documentação relativa ao período que compreende o momento pré-golpe, a intervenção militar, até o final da ditadura pode ser dividida em três tipos: a que evidencia o controle e a cooperação dos Estados Unidos no golpe e sua reação, os mecanismos de coordenação repressiva e a "contabilidade" dos crimes que as forças repressivas argentinas cometeram durante a ditadura. Para este trabalho, somente serão analisados os documentos prévios e pouco posteriores ao golpe de 24 de março, devido ao limite da análise. É

importante ressaltar que o *National Security Archive* já havia disponibilizado uma grande quantidade de documentos sobre a Argentina em momentos posteriores, junto a outros projetos de livre informação.[2]

O primeiro destes documentos é uma transcrição de uma reunião de gabinete de Henry Kissinger em que o mesmo ordena o apoio imediato ao novo regime militar. "Quero apoiá-los. Não quero dar a impressão de que os militares argentinos estão sendo hostilizados pelos Estados Unidos", afirmou Kissinger a seu pessoa. William Rogers, seu encarregado sobre América Latina, comenta, dois dias após o golpe que os Estados Unidos "deveriam esperar uma grande repressão na Argentina em pouco tempo, provavelmente um 'banho de sangue'."

O segundo e o terceiro documentos já haviam sido tornados públicos anteriormente, primeiro pelo jornal Clarín e pelo Centro de Estúdios Legales y Sociales. No primeiro, datado de 16 de fevereiro de 1976, os Estados Unidos tomam conhecimento da decisão militar de efetivar um golpe de Estado. Neste momento, a preocupação é conseguir um apoio norte-americano, mesmo explicitando que medidas repressivas que poderiam ser consideradas atentatórias aos direitos humanos precisem ser tomadas na Argentina. O embaixador dos Estados Unidos na Argentina, Robert Hill, comenta ao secretário de Estado norte-americano, através de um telegrama: "3 Comentário: É confortante notar que os militares argentinos estão conscientes do problema e já estão concentrando-se para evitar que os direitos humanos convertam-se em um fator irritante nas relações Estados Unidos-Argetina. Hill." (DOCUMENTO 2)

O terceiro documento, datado de 16 de março de 1976, é uma conversa do embaixador dos Estados Unidos na Argentina com o comandante da Marinha argentina, almirante Emilio Massera. Massera solicitava à embaixada dos EUA "uma ou duas reconhecidas empresas de relações públicas nos Estados Unidos para trabalhar a imagem do futuro governo militar." Procurava tranqüilizar aos Estados Unidos, ao dizer que não agiria como Pinochet, mas "dentro da lei e com pleno respeito aos direitos humanos." (DOCUMENTO 3)

O quarto documento é produzido dois dias após o golpe de Estado de 24 de março. Trata-se de uma reunião da alta hierarquia com o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. Willian Rogers e Kissinger acordam em reconhecer formalmente a Junta Militar, pedindo ao embaixador na Argentina Robert Hill elabore uma mensagem receptiva, discreta mas que demonstre substancial apoio dos Estados Unidos – particularmente o financeiro. Em

[2] Para maiores detalhes, conferir e realizar busca no site http://www.gwu.edu/~nsarchiv

27 de março de 1976, o FMI aprovou um crédito de 127 milhões de dólares à Junta Militar argentina. (DOCUMENTO 4)

Quase uma semana após o golpe, em 30 de março de 1976, em tom extremamente otimista, o Embaixador evia um balanço global de sete páginas sobre a nova Junta Militar que revela contradições entre os valores reais e as ilusões em relação ao novo regime. (DOCUMENTO 5)

5. Considerações finais

O controle e a cooperação dos Estados Unidos não somente nos golpes argentino e brasileiro, mas em todas as intervenções militares latino-americanas foi sempre um assunto controverso, inclusive na produção historiográfica.

A partir da liberação dos documentos que constituem esta breve análise e muitos outros disponíveis para pesquisa no site do *National Security Archives*, pôde-se repensar as análises antigas e desfazer muitas considerações que anteriormente eram alicerçadas somente em especulações.

Sem dúvida, a partir dos documentos aqui analisados, os Estados Unidos controlou e cooperou com os golpes argentino e brasileiro. Muitos dos efeitos dessa ação somente puderam ser percebidos tempos depois, como no caso da Argentina. Como no caso brasileiro, a cooperação não chegou a ser efetivada, mas estaria de prontidão caso houvesse necessidade.

6. Referências

Documentos

Argentina
DOCUMENTO 1: 19760326 Secretary of Stet Kissinger Chariman apgesl 1-39 - full
DOCUMENTO 2: 19760216 Military Take Cognizance of Human Rights Issue 00009FF0
DOCUMENTO 3: 19760316 Ambassadors conversation with admiral Massera 0000A005
DOCUMENTO 4: 19760326 Secretary of Stet Kissinger Chariman apgesl 1-39 - full
DOCUMENTO 5: 19760330 Videlas moderate line prevails 00009EF2
(disponíveis em:
http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/index2.htm#19760326)

Brasil
DOCUMENTO 1: White House Audio Tape, President Lyndon B. Johnson discussing the impending coup in Brazil with Undersecretary of State George Ball, March 31, 1964
DOCUMENTO 2: State Department, Top Secret Cable from Rio De Janiero, March 27, 1964
DOCUMENTO 3: State Department, Top Secret Cable from Amb. Lincoln Gordon, March 29, 1964

DOCUMENTO 4: CIA, Intelligence Information Cable on "Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerias," March 30, 1964
DOCUMENTO 5: State Department, Secret Cable to Amb. Lincoln Gordon in Rio, March 31, 1964
DOCUMENTO 6: CIA, Secret Memorandum of Conversation on "Meeting at the White House 1 April 1964 Subject-Brazil," April 1, 1964
DOCUMENTO 7: CIA, Intelligence Information Cable on "Departure of Goulart from Porto Alegre for Montevideo," April 2, 1964
(disponíveis em: http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm)

Bibliografia

CELS. *El Estado terrorista desmascarado: documentos desclassificados sobre Argentina del Departamento de Estado de los Estados Unidos – 1976*. Outubro, 2001.

CORREA, Marcos de Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca. Porto Alegre: LP&M, 1977.

DE RIZ, Liliana. *La política en suspenso: 1966-1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance ao Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Distrito Federal: UnB, 2001.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Jairo: Civilização Brasileira, 1977.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

7. Anexos

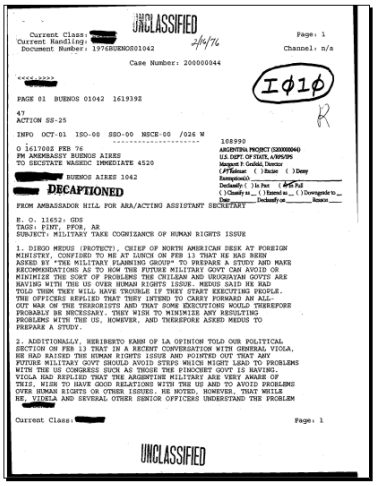
UNCLASSIFIED
Current Class: [redacted]
Current Handling: [redacted]
Document Number: 1976BUENOS01042
Page: 1
Channel: n/s
Case Number: 200000044
PAGE 01 BUENOS 01042 161939Z
47
ACTION SS-25
INFO OCT-01 ISO-00 SSO-00 NSCE-00 /026 W
O 161939Z FEB 76
FM AMEMBASSY BUENOS AIRES
TO SECSTATE WASHDC IMMEDIATE 4520
[redacted] BUENOS AIRES 1042
DECAPTIONED
FROM AMBASSADOR HILL FOR ARA/ACTING ASSISTANT SECRETARY
E.O. 11652: GDS
TAGS: PINT, PFOR, AR
SUBJECT: MILITARY TAKE COGNIZANCE OF HUMAN RIGHTS ISSUE
1. DIEGO MEDUS (PROTECT), CHIEF OF NORTH AMERICAN DESK AT FOREIGN MINISTRY, CONFIRED TO ME AT LUNCH ON FEB 13 THAT HE HAS BEEN ASKED BY "THE MILITARY PLANNING GROUP" TO PREPARE A STUDY AND MAKE RECOMMENDATIONS AS TO HOW THE FUTURE MILITARY GOVT CAN AVOID OR MINIMIZE THE SORT OF PROBLEMS THE CHILEAN AND URUGUAYAN GOVTS ARE HAVING WITH THE US OVER HUMAN RIGHTS ISSUE. MEDUS SAID HE HAD TOLD THEM THEY WILL HAVE TROUBLE IF THEY START EXECUTING PEOPLE. THE OFFICERS REPLIED THAT THEY INTEND TO CARRY FORWARD AN ALL-OUT WAR ON THE TERRORISTS AND THAT SOME EXECUTIONS WOULD THEREFORE PROBABLY BE NECESSARY. THEY WISH TO MINIMIZE ANY RESULTING PROBLEMS WITH THE US, HOWEVER, AND THEREFORE ASKED MEDUS TO PREPARE A STUDY.
2. ADDITIONALLY, HERIBERTO KAHN OF LA OPINION TOLD OUR POLITICAL SECTION ON FEB 13 THAT IN A RECENT CONVERSATION WITH GENERAL VIOLA, HE HAD RAISED THE HUMAN RIGHTS ISSUE AND POINTED OUT THAT ANY FUTURE MILITARY GOVT SHOULD AVOID STEPS WHICH MIGHT LEAD TO PROBLEMS WITH THE US CONGRESS SUCH AS THOSE THE PINOCHET GOVT IS HAVING. VIOLA HAD REPLIED THAT THE ARGENTINE MILITARY ARE VERY AWARE OF THIS. WISH TO HAVE GOOD RELATIONS WITH THE US AND TO AVOID PROBLEMS OVER HUMAN RIGHTS OR OTHER ISSUES. HE NOTED, HOWEVER, THAT WHILE HE, VIDELA AND SEVERAL OTHER SENIOR OFFICERS UNDERSTAND THE PROBLEM
Current Class: [redacted]
Page: 1
UNCLASSIFIED

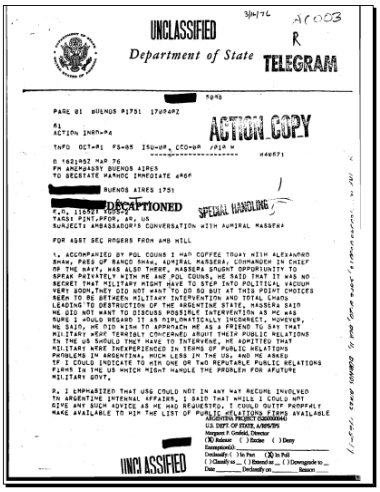
UNCLASSIFIED
Department of State
TELEGRAM
ACTION COPY
PAGE 01 BUENOS AIRES 1751
DECAPTIONED
SPECIAL HANDLING
SUBJECT: AMBASSADOR'S CONVERSATION WITH ADMIRAL MASERA
FOR ASST SEC ROGERS FROM AMB HILL
1. ACCOMPANIED BY POL COUNS I HAD COFFEE TODAY WITH ALEJANDRO SAHA, PRES OF BANCO SAHA, ADMIRAL MASERA, COMMANDER IN CHIEF OF THE NAVY, WAS ALSO THERE. MASERA SOUGHT OPPORTUNITY TO SPEAK PRIVATELY WITH ME AND POL COUNS. HE SAID THAT IT WAS NO SECRET THAT MILITARY MIGHT HAVE TO STEP INTO POLITICAL VACUUM VERY SOON. THEY DID NOT WANT TO DO SO BUT AT THIS POINT CHOICES SEEM TO BE BETWEEN MILITARY INTERVENTION AND TOTAL CHAOS LEADING TO DESTRUCTION OF THE ARGENTINE STATE. MASERA SAID HE DID NOT WANT TO DISCUSS POSSIBLE INTERVENTION AS HE WAS SURE I WOULD REGARD IT AS DIPLOMATICALLY INCORRECT. HOWEVER, HE SAID, HE DID WISH TO APPROACH ME AS A FRIEND TO SAY THAT MILITARY WERE TERRIBLY CONCERNED ABOUT THEIR PUBLIC RELATIONS IN THE US SHOULD THEY HAVE TO INTERVENE. HE ADMITTED THAT MILITARY WERE INEXPERIENCED IN TERMS OF PUBLIC RELATIONS PROBLEMS IN ARGENTINA, MUCH LESS IN THE US, AND HE ASKED IF I COULD INDICATE TO HIM ONE OR TWO REPUTABLE PUBLIC RELATIONS FIRMS IN THE US WHICH MIGHT HANDLE THE PROBLEM FOR AFUTURE MILITARY GOVT.
2. I EMPHASIZED THAT USG COULD NOT IN ANY WAY BECOME INVOLVED IN ARGENTINE INTERNAL AFFAIRS. I SAID THAT WHILE I COULD NOT GIVE ANY SUCH ADVICE AS HE HAD REQUESTED, I COULD OUTIP PROMPTLY MAKE AVAILABLE TO HIM THE LIST OF PUBLIC RELATIONS FIRMS AVAILABLE
UNCLASSIFIED

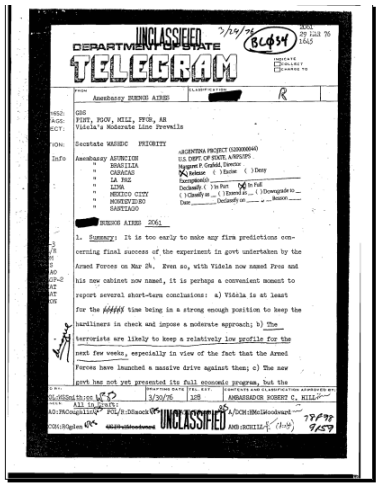
UNCLASSIFIED
DEPARTMENT OF STATE
TELEGRAM
Embassy BUENOS AIRES
Secstate WASHDC PRIORITY
Embassy ASUNCION
" BRASILIA
" CARACAS
" LA PAZ
" LIMA
" MEXICO CITY
" MONTEVIDEO
" SANTIAGO
BUENOS AIRES 2061
1. Summary: It is too early to make any firm predictions concerning final success of the experiment in govt undertaken by the Armed Forces on Mar 24. Even so, with Videla now named Pres and his new cabinet now named, it is perhaps a convenient moment to report several short-term conclusions: a) Videla is at least for the ##### time being in a strong enough position to keep the hardliners in check and impose a moderate approach; b) The terrorists are likely to keep a relatively low profile for the next few weeks, especially in view of the fact that the Armed Forces have launched a massive drive against them; c) The new govt has not yet presented its full economic program, but the
UNCLASSIFIED

Documentos argentinos desclassificados pelo National Security Archive

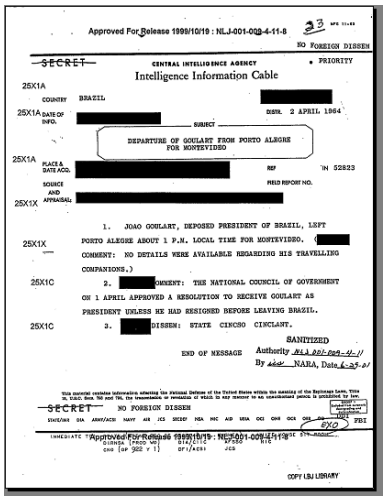
Approved For Release 1999/10/19 : NLJ-001-009-4-11-8

SECRET

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

Intelligence Information Cable

NO FOREIGN DISSEM

PRIORITY

25X1A

COUNTRY BRAZIL

25X1A DATE OF INFO. [redacted] DISM. 2 APRIL 1964

SUBJECT

DEPARTURE OF GOULART FROM PORTO ALEGRE FOR MONTEVIDEO

25X1A PLACE & DATE ACQ. [redacted] REF IN 52823

SOURCE AND APPRAISAL [redacted] FIELD REPORT NO.

25X1X

1. JOAO GOULART, DEPOSED PRESIDENT OF BRAZIL, LEFT PORTO ALEGRE ABOUT 1 P.M. LOCAL TIME FOR MONTEVIDEO. ([redacted] COMMENT: NO DETAILS WERE AVAILABLE REGARDING HIS TRAVELLING COMPANIONS.)

25X1X

25X1C 2. [redacted] COMMENT: THE NATIONAL COUNCIL OF GOVERNMENT ON 1 APRIL APPROVED A RESOLUTION TO RECEIVE GOULART AS PRESIDENT UNLESS HE HAD RESIGNED BEFORE LEAVING BRAZIL.

25X1C 3. [redacted] DISSEM: STATE CINCSO CINCLANT.

SANITIZED

END OF MESSAGE Authority NLJ 001-009-4-11

By NARA, Date

SECRET NO FOREIGN DISSEM

COPY LBJ LIBRARY

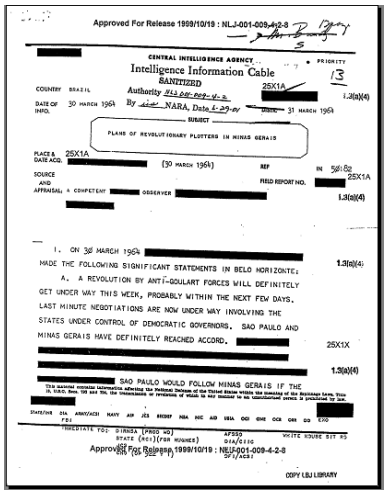
Approved For Release 1999/10/19 : NLJ-001-009-4-2-8

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

Intelligence Information Cable

SANITIZED

Authority NLJ 001-009-4-2

By NARA, Date

PRIORITY

13

COUNTRY BRAZIL

25X1A 1.3(a)(4)

DATE OF INFO. 30 MARCH 1964 DATE 31 MARCH 1964

SUBJECT

PLANS OF REVOLUTIONARY PLOTTERS IN MINAS GERAIS

PLACE & DATE ACQ. 25X1A [redacted] (30 MARCH 1964) REF IN 56162

SOURCE AND APPRAISAL A COMPETENT [redacted] OBSERVER [redacted] FIELD REPORT NO. [redacted] 25X1A

1.3(a)(4)

1. ON 30 MARCH 1964 [redacted] MADE THE FOLLOWING SIGNIFICANT STATEMENTS IN BELO HORIZONTE: 1.3(a)(4)

A. A REVOLUTION BY ANTI-GOULART FORCES WILL DEFINITELY GET UNDER WAY THIS WEEK, PROBABLY WITHIN THE NEXT FEW DAYS. LAST MINUTE NEGOTIATIONS ARE NOW UNDER WAY INVOLVING THE STATES UNDER CONTROL OF DEMOCRATIC GOVERNORS. SAO PAULO AND MINAS GERAIS HAVE DEFINITELY REACHED ACCORD. [redacted] 25X1X

[redacted] SAO PAULO WOULD FOLLOW MINAS GERAIS IF THE 1.3(a)(4)

[redacted]

COPY LBJ LIBRARY

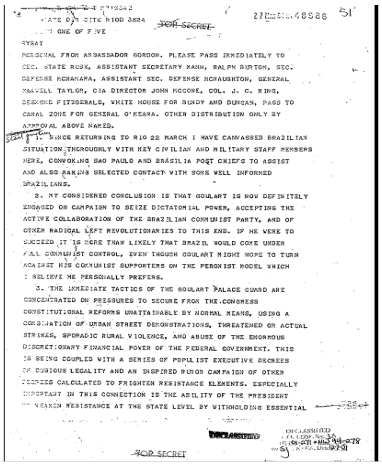
TOP SECRET

PERSONAL FROM AMBASSADOR GORDON. PLEASE PASS IMMEDIATELY TO SEC. STATE RUSK, ASSISTANT SECRETARY MANN, RALPH BURTON, SEC. DEFENSE MCNAMARA, ASSISTANT SEC. DEFENSE MCNAUGHTON, GENERAL MAXWELL TAYLOR, CIA DIRECTOR JOHN MCCONE, COL. J. C. KING, DESMOND FITZGERALD, WHITE HOUSE FOR BUNDY AND DUNCAN, PASS TO CARAL ZONE FOR GENERAL O'KEARA. OTHER DISTRIBUTION ONLY BY APPROVAL ABOVE NAMED.

1. SINCE RETURNING TO RIO ON MARCH 1 HAVE CANVASSED BRAZILIAN SITUATION THOROUGHLY WITH KEY CIVILIAN AND MILITARY STAFF MEMBERS HERE, CONVERSING SAO PAULO AND BRASILIA POST CHIEFS TO ASSIST AND ALSO MAKING SELECTED CONTACT WITH SOME WELL INFORMED BRAZILIANS.

2. MY CONSIDERED CONCLUSION IS THAT GOULART IS NOW DEFINITELY ENGAGED ON CAMPAIGN TO SEIZE DICTATORIAL POWER, ACCEPTING THE ACTIVE COLLABORATION OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY, AND OF OTHER RADICAL LEFT REVOLUTIONARIES TO THIS END. IF HE WERE TO SUCCEED IT IS MORE THAN LIKELY THAT BRAZIL WOULD COME UNDER FULL COMMUNIST CONTROL, EVEN THOUGH GOULART MIGHT HOPE TO TURN AGAINST HIS COMMUNIST SUPPORTERS ON THE PERONIST MODEL WHICH I BELIEVE HE PERSONALLY PREFERS.

3. THE IMMEDIATE TACTICS OF THE GOULART PALACE GUARD ARE CONCENTRATED ON PRESSURES TO SECURE FROM THE CONGRESS CONSTITUTIONAL REFORMS UNATTAINABLE BY NORMAL MEANS, USING A COMBINATION OF URBAN STREET DEMONSTRATIONS, THREATENED OR ACTUAL STRIKES, SPORADIC RURAL VIOLENCE, AND ABUSE OF THE ENORMOUS DISCRETIONARY FINANCIAL POWER OF THE FEDERAL GOVERNMENT. THIS IS BEING COUPLED WITH A SERIES OF POPULIST EXECUTIVE DECREES OF DUBIOUS LEGALITY AND AN INSPIRED RUMOR CAMPAIGN OF OTHER DECREES CALCULATED TO FRIGHTEN RESISTANCE ELEMENTS. ESPECIALLY IMPORTANT IN THIS CONNECTION IS THE ABILITY OF THE PRESIDENT TO WEAKEN RESISTANCE AT THE STATE LEVEL BY WITHHOLDING ESSENTIAL

TOP SECRET

Documentos brasileiros desclassificados pelo National Security Archive

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Resistência Cor-de-Rosa-Choque: lutas femininas no período da ditadura militar (Pernambuco, 1964–1979)

Andréa Bandeira*

Resumo: Crescem os estudos sobre o período pós-Golpe de 1964 à medida da abertura dos arquivos aos pesquisadores, mas esta literatura ainda descuida o papel feminino no sucesso ou na resistência do/ao Golpe e à ditadura instalada. Isto se deve em parte às abordagens teórico-metodológicas que recém têm valorizado as mulheres na construção e reconstrução da realidade e da História. A partir da Abordagem de Gênero, observa-se a interdependência mútua da sexualidade, da economia e da política sem subestimar a total significação de cada uma, restituindo sujeitos e sujeitas omissos das narrativas; e se observa o papel do feminino no corte histórico Pernambuco, 1964-1979, estudando as formas de resistência, paralelamente às defesas ao Estado Autoritário praticadas enquanto vigorou o Governo Militar.

Palavras-chaves: resistência feminina, ditadura militar, gênero.

Abstract: Increase the studies about the period from the 1964 coup d'état to the opening of its files for researching, but this literature still neglects the feminine function in success or in resistance of/to the Coup and installed dictatorship. It is due partly to theoretical-methodological approaches that only nowadays have been valuing the women in the construction and reconstruction of the reality and of the History. Starting from the Approach of Gender, the mutual interdependence of the sexuality is observed, of the economy and of the politics without underestimating to total significance of each one, restoring the omitted people of the narratives and the feminine's functions is observed in the historical cut Pernambuco, 1964-1979, studying the resistance forms, parallel to the defenses to the Authoritarian State, practiced in that invigorated the Military Government.

Keywords: feminine resistance, military dictatorship, gender.

Cresce a literatura histórica que tem como sujeito as mulheres, sua atuação nas sociedades e seus diferenciados papéis sociais. Modificam-se, com isso, as falas e discursos produzidos e reproduzidos sobre o feminino ao longo da História. Esse crescimento ainda tímido resulta do pouco espaço que as mulheres possuem nos lugares do saber, também lugares de poder, mesmo sendo numericamente um grupo relevante dentro das academias. Para isso têm contribuído, também, os modelos epistemológicos aceitos ao se forjarem as narrativas, a pesquisa, a análise e a construção da história. Esta pesquisa pretende contribuir com a visibilidade dessa sujeita mulher nos movimentos de resistência recentes da História do Brasil, inserindo o conceito de gênero na constituição da História Social, acreditando que esse viés das relações entre os sexos possibilitará uma melhor visualização das demais relações

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Professora de História na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA.

sociais, uma vez que as falas de gênero têm contribuído com a produção e a reprodução de sujeitos e lugares sociais e de poder.

Até a realização do Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais, influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista, nesse período colocado na clandestinidade. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações. As ligas camponesas na zona rural e os clubes de mulheres nos bairros da área metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças. Lutas diárias desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional.

Essas lutas empreendidas pelas mulheres deixaram vestígios em documentos produzidos por elas mesmas, pelos órgãos de repressão ou de informação: a carta de solidariedade da União Feminina de Marupiáva no Estado do Ceará à Associação de Mulheres de Pernambuco, datada de Fortaleza, 15/12/1950 e assinada pela presidente Diassis Queiróz:

> *"vem junto a esta entidade solidarizar-se com as valorosas combatentes em defesa da paz e que sofreram a ação mais brutal e covarde por parte da polícia [...] Portanto conclamamos as nossas amigas não esmorecer diante desta selvageria. Pelo contrário devemos nos fortalecer mais e continuar a luta em defesa da paz mundial pelo progresso e bem estar da humanidade" (Prontuário Funcional do DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.717, doc nº 14).*

Carta essa enviada em repúdio pela ação repressiva e violenta da polícia sob o governado de Barbosa Lima Sobrinho, realizada no ato de coleta de assinaturas promovido pela AMP contra a bomba atômica. Violência que não se restringiu apenas ao impedimento do ato público, mas resultou em prisão e torturas contra as mulheres envolvidas na organização do evento, como bem expressa a carta-denúncia enviada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, datada de 09/11/1950, ao Excl Sr Ministro da Justiça Dr Bias Fortes, informando que

> *"foram presas, tiveram os cabelos cortados a faca e ainda foram submetidas a atos imorais que só nos vem mostrar que as garantias de liberdade individual não existe naquele estado e que os mantenedores da ordem pública são indivíduos que deviam esta segregados da sociedade" (Sic) (Prontuário Funcional do DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.717, doc nº 14).*

É possível refazer os passos dessas mulheres e conhecer seus nomes e atividades, bem como acompanhar suas histórias, refazendo a história da luta e da resistência feminina em Pernambuco, através da soma dos documentos produzidos. Um deles contém uma lista, feita pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, datada de 23/01/1953, com nomes

e respectivos prontuários de mulheres que participaram de reunião na sede da AMP. Entre outros: "Adalgisa Cavalcanti, prontuário nº 5306; Áurea Góes, prontuário nº 10.530; Julia Santiago, prontuário nº 1811 [...] Neuza Cardim da Silveira Barros, prontuário nº 10.153" (Prontuário Funcional do DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.728, doc nº 14). O documento informa, inclusive, batida nessa sede, numa clara demonstração da preocupação do Estado sobre esses movimentos e como eles mobilizavam a população.

Atos que, quando públicos, realizados pela Associação, eram noticiados pela imprensa local, como a *Folha do Povo* que, na sua edição de 10/03/56, informou a presença de Ofélia Cavalcante, editora da revista *Momento Feminino*, no ato em comemoração ao 8 de Março e que terminou com um show de música popular, com a presença do Trio Arco-Íris.

Esses movimentos e lideranças populares continuaram suas atividades até serem completamente desarticulados, com a política de repressão adotada pelo Governo do Golpe, em 1964. Sabe-se, também, que a contrapartida à violenta ditadura militar que se instalou foi a explosão de uma vigorosa cultura da resistência, que se expressou na crítica ao regime, assim como em propostas de modos alternativos e libertários de vida em sociedade. Em princípio dirigida ao regime militar, a revolução que se deu nas artes, nas letras, nos costumes, nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, estendeu seus questionamentos à sociedade burguesa mais amplamente, ao par com várias correntes do pensamento que, naquele momento, envolviam-se com uma crítica à modernidade.

Assim, no momento em que se vivia no país uma violenta repressão política e cultural que afetava radicalmente a vida pública, cerceando a palavra e a ação, desfazendo os conhecidos espaços de sociabilidade e interação social, assistia-se à emergência de novas formas de produção cultural como resultado da ação de vários segmentos da sociedade. É nesse contexto de crise e de construção de novos modelos de subjetividade que re-surgiram, nos anos 1970, movimentos de mulheres, provenientes das camadas médias, intelectualizadas, buscando novas formas de expressão da sua individualidade.

Na luta contra a ditadura militar, essas mulheres afrontaram o autoritarismo masculino dentro das organizações de esquerda, o que muitas vezes impediu sua participação em condições de igualdade nos grupos que se formaram. Essas mulheres demonstraram atitudes de recusa radical dos padrões sexuais e do modelo de feminilidade construídos na história da mulher brasileira, modelo este que a colocou sempre como auxiliar do crescimento masculino. Questionaram enfaticamente as relações de poder entre os gêneros que se estabeleciam no interior dos grupos políticos de esquerda, tentando, a partir de um referencial

marxista de relação entre os sexos, impedir que a dominação machista fosse diluída ou subsumida pelo discurso tradicional da revolução.

No que diz respeito à discussão sobre o Golpe em si, vários autores se destacam, como M. C. de Andrade, em *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?*, 1989; D. A. Reis, em *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade no Brasil*, 2000; autores que tiveram a preocupação de apresentar a fala dos vencidos, daqueles que não desfilam na história oficial, abrindo caminhos para outros estudos. E ainda, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de M. H. Moreira Alves, 2005; *Autoritarismo e Democratização no Brasil*, 1982, de F. H Cardoso; *A Ditadura em Questão*, 1982, de Florestan Fernandes; *1964: a conquista do Estado*, 1981, de R. A. Dreifuss; *Brasil: tempos modernos*, 1977, de C. Furtado; *Combate nas Trevas*, 1987, de J Gorender; *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*, 1977, de Carlos E. Martins; *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, 1976, de Eliézer Rizzo de Oliveira; *Golpe ou Contra-golpe*, 1978, de Hélio Silva. Essas obras, entre outras, discutem os vários aspectos dos governos militares e a participação de outros segmentos no golpe. Dentre os temas analisados, destacam-se, por exemplo, o preparo do golpe; o autoritarismo do sistema, que teve expressão maior nos AI's; sua política econômica – o "milagre brasileiro" –; as formas de reação ao sistema.

Mais recentemente, a historiografia nacional, no entanto, vem-se enriquecendo com obras que mostram a atuação feminina, suas lutas e seu cotidiano de resistência. As ações diretas ou indiretas das militantes, simpatizantes ou apenas defensoras de seus parentes apresentam-se como definitivas nesta oposição: os panelaços, as listas de assinatura, as falas contra as políticas econômicas. A história recente, porém, negou a participação das mulheres no sucesso da ofensiva dos grupos que fizeram o Golpe de 1964. Esquecem-se as falas e passeatas das mulheres nas ruas em favor da "família e do Estado".

No que tange à pesquisa do assunto que nos interessa diretamente, temos o livro de Luiz M. Carvalho, *Mulheres que foram à luta Armada*, 1998, que mostra ao leitor o cotidiano das mulheres que se envolveram de diversas formas na resistência ao regime militar, nas muitas ações armadas ocorridas no território brasileiro, mais detidamente na região Sudeste do país, como mães, como operárias, como líderes, integrando organizações revolucionárias. Contudo, o autor não se desliga da necessidade de apresentar os personagens masculinos como os de maior expressão. Assim, sem levar em consideração uma análise de gênero, favorece a manutenção das dicotomias comuns aos relatos históricos.

Já Ana Maria Colling, em *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, 1997, escreve uma das primeiras obras onde é desmitificado o papel secundário da mulher nos

movimentos armados contra a ditadura no Brasil. Ela enfatiza, ao longo da sua análise, que "os discursos constroem um sujeito com determinada identidade de gênero", neles se estabelecendo "relações de poder", o que segundo ela, contribuirá para a desigualdade social entre os sexos. Para a autora, à medida que "assumir esta questão [a luta política] implica sair dos bastidores e tomar um lugar que historicamente não é seu: o lugar onde está instalado o poder". Apesar de sua clareza e observância das estruturas subjetivas que se impuseram nas relações objetivas da sociedade, a autora, ao privilegiar o espaço da sua vivência, o Sudeste do país, deixa espaço para que outras pesquisas se realizem. A tese de Olívia R. Joffily, *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, apresentada na PUC-SP, 2005, constrói uma outra versão desse período de nossa história. Ao refazer a trajetória de um grupo de militantes no sudeste do Brasil, a autora visibiliza e possibilita a fala destas mulheres, intentando um olhar da nossa sociedade com tudo o que ela contém, ou seja, "diferentes culturas etnorraciais, distintos gêneros e classes sociais".

Desses três trabalhos, os últimos tiveram como campo de pesquisa, o Sudeste. Daí, entendermos o interesse do nosso projeto, que pretende descortinar a participação das mulheres nos movimentos de resistência em Pernambuco, estado que, no período anterior ao Golpe, possuía visibilidade no cenário nacional, tornando, assim e ainda, imprescindível e urgente esta pesquisa. Isto porque, ao analisarmos o período de autoritarismo militar (1964-1979), vemos que as restrições à liberdade de manifestação de pensamento foram a sua característica marcante, a qual se expressava no exercício sistemático da censura dos meios de comunicação, à produção cultural e científica, além do cerceamento de outras liberdades. Neste clima desfavorável ao pensamento crítico, sobretudo no que dizia respeito à interpretação da realidade política, econômica e social do país, surgiram grupos de uma oposição coesa, que se manifestaram das mais variadas formas no dia-a-dia da sociedade. Seus componentes pertenciam a setores intelectuais da Igreja e da sociedade civil. Também estavam presentes as mulheres que, nas suas várias instâncias de ação, desempenharam papéis, muitas vezes, sem visibilidade na história nacional.

Objetiva, assim, esta pesquisa, observar como as mulheres, em um contexto de crise, de repressão e de construção de novos modelos de subjetividade, atuaram direta e indiretamente nos movimentos de resistência, mas nem sempre o fizeram estabelecendo uma nova relação de gênero ou se afirmando no lugar do público, lugar da liberdade e da igualdade civil. Antes, em muitas ações de resistência ao regime de ditadura militar, essas mulheres reafirmaram o seu lugar no privado, que defendiam com ações aparentemente revolucionárias, para a ele retornarem. E para alcançar tal objetivo, reconstruiremos o contexto histórico

pernambucano no período da instauração do governo militar brasileiro, observando a imagem produzida e reproduzida do papel social e de gênero das mulheres na sociedade da época; analisaremos as conseqüências da instauração do estado de repressão política iniciado com a edição do AI nº 5; observaremos os diversos movimentos de resistência à política do governo militar: como as mulheres se inseriram e participaram desses movimentos em Pernambuco e que formas de resistência alternativas elas criaram, tais como, as que foram organizadoras de grupos, as que faziam trabalhos de bairros, no Recife; as que participavam de movimentos da Igreja Progressista, as que militaram em organizações de esquerda e o seu papel dentro dessas organizações; veremos como essas mulheres contornaram ou enfrentaram, se o fizeram, o poder masculino dentro e fora dos grupos políticos, sindicatos e partidos de esquerda; analisaremos qual o discurso produzido sobre as ações dessas mulheres no texto jornalístico; veremos se essa nova imagem desvirtuou ou reafirmou o padrão estabelecido pela sociedade da época; perceberemos como essa nova imagem permitiu ou favoreceu as fugas, se aconteceu, à norma vigente, ou seja, como essa nova imagem de mulheres se produziu e se reproduziu, expressa na música, na poesia, e observaremos, ainda, as que concordaram e apoiaram o regime instalado.

Perceber a subjetividade, inerente à escrita da história, é o primeiro passo para a crítica que se abre no fazer histórico. Nisso, percebemos como de fundamental importância, neste *métier*, a desconstrução da imagem, que se vem reproduzindo, das mulheres como partícipes do mundo do privado e, como tal, não produtivas, o que incorre na percepção de que a linha que divide o público do privado é tênue. Daí, a análise das fontes e a construção da narrativa no nosso projeto serão norteados pela História Social, transversada pela abordagem de Gênero, uma vez que esta abre alternativas epistemológicas e metodológicas para que trabalhemos o tema proposto, seu contexto histórico e a necessária relação entre os vários sujeitos presentes, de uma forma dialética (SCOTT, 1991; BANDEIRA, 2003). Com as obras relacionadas ao tema, reconstituiremos o contexto histórico do período abordado, reconstruindo o processo do Golpe Militar e revelando o cotidiano das lutas, ou seja, uma revisão bibliográfica que nos permitirá verificar o estado da pesquisa. Obrigatoriamente, teremos que avançar na História Social, uma vez que nela se integra o conceito de Gênero, como mais um pilar de abrangência do *homo social*, possibilitando, ainda, uma leitura das desigualdades sociais e de sexo culturalmente mantidas e, ainda, uma análise precisa e adequada às perspectivas políticas, sociais, econômicas e culturais, senão éticas.

Nos prontuários que estão nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão que teve suas atribuições ampliadas durante o regime militar, para

exercer a "vigilância para manutenção da ordem pública", vamos encontrar os dados das ações desses movimentos, bem como relatórios referentes às organizações de esquerda, no sentido de reconstituirmos a participação das mulheres. Na análise do conteúdo característico dos arquivos particulares, nas entrevistas, investigaremos o cotidiano dessas mulheres, numa preocupação de refazer a memória da militância, numa tentativa de analisar o lugar social e o papel de gênero em que se inseriam. Os jornais e revistas da época nos permitirão verificar as formas do discurso dos diversos setores sociais a respeito das suas ações. Procuraremos enxergar, ainda, se a narrativa dessas ações traduziam a noção que a sociedade tinha do papel social e de gênero, bem como se houve reação à quebra desses papéis estabelecidos.

A mediação do conceito de Gênero será importante ainda numa releitura das obras escritas no/sobre o período, na medida em que ampliará o conhecimento existente, permitindo uma reflexão sobre a importância de se perceber a complexidade das relações existentes entre homens e mulheres, complexidade esta que se expressa nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, bem como no processo de socialização e na construção da identidade social. A percepção da "diferença", como desigualdade, criando relações de poder entre os gêneros, ajuda a destruir os conceitos que normalizam e institucionalizam o sujeito histórico, pretendendo-o único, considerando o contexto sócio-político-econômico e cultural do objeto observado (YANNOULAS, 1994). Com isso, perde-se o valor estigmatizado do sujeito universal, percebendo-se cada indivíduo, sujeito ou grupo histórico, como uma construção social ímpar, e que povoa o microcosmo, num determinado espaço de tempo da História. Assim construída, integrando os vários sujeitos, longe de esmigalhar-se, preserva-os de uma segunda morte, pelo esquecimento, diluindo os conceitos que os classificam dicotomicamente em positivo/negativo, centrado/marginalizado.

A História Social, através da abordagem de Gênero, apesar de não constituir na sua totalidade uma renovação temática e metodológica, possibilita a recuperação de experiências de outros setores, "outras histórias" (MATOS, 1997), favorecendo a inclusão das mulheres como sujeito e objeto histórico, suprimindo estereótipos que têm contribuído para aprofundar a exclusão destas do mundo do público (DIAS, 1992); fornece, ainda, o modelo mediato para compreender e explicar as origens das relações de produção, que estão na base das desigualdades materiais, sociais e de poder, daí, se complementarem.

Fontes já pesquisadas nos fornecerão informações novas, tendo em vista que serão analisadas no intuito de fazer surgir a atuação histórica das mulheres.

Esta pesquisa tem, portanto, o propósito de colocar em prática uma abordagem que, associada à História Social, favoreça na memória pernambucana o aparecimento desse

segmento e suas diversas formas de resistência, tantas vezes marginalizados e subsumidos. A partir da utilização do conceito de Gênero, pretendemos discutir que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais, costurados em arranjos econômicos e políticos, numa interdependência que não subestima a total significação de cada elemento subjetivo e/ou objetivo que integra o complexo social, bem como de cada indivíduo na sociedade humana.

Referências Bibliográficas:

BANDEIRA, Andréa. *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica. Uma análise histórica usando a Abordagem de Gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883)*. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2003.

CARVALHO, Luiz M. *Mulheres que Foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

FERREIRA, Luzilá G. *Presença Feminina*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. "Feminismo e Ciências Sociais". *In*: *Revista Symposium*, ano 4, n. especial, Recife: UNICAP, dez/2000, pp 47-55.

JOFFILY, Olívia R. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de História. São Paulo: PUC, 2005.

MATOS, Maria I S; SOLER Maria A. *Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

PINTO, Céli J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2001.

RUBIN, Gaule. "O Tráfico de Mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo". Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. "Feminismos e seus Frutos no Brasil". *In*: SADER, Emir de M. *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SCOTT, J. "Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica". Recife: SOS Corpo, 1991.

YANNOULAS, Sílvia C. "Iguais mas não Idênticos". *Estudos Feministas,* vol. 2, N. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, pp 7-16.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociabilidades e espaço urbano: imprensa, injúria e escravidão no Espírito Santo

Fabíola Martins Bastos*

Resumo:

Na segunda metade do Dezenove, houve o surgimento de diversos periódicos impressos no império brasileiro. No Espírito Santo, em 1849, veio à luz da publicidade o jornal noticioso e literário, segundo testemunhos da época, alcunhado Correio da Victoria. Espaço para resolução dos conflitos interpessoais, mediador das relações estabelecidas entre os indivíduos e o governo, o periódico afigura-se de fundamental relevância para a compreensão das sociabilidades capixabas. Além do *Correio*, os diplomas judiciários igualmente esclarecem as modulações do cotidiano de livres e escravos da região. Nesse sentido, identificam-se injúrias impressas na tipografia do periódico requerendo providências quanto a questões relativas ao governo e injúrias judicializadas.
Palavras-chave: Sociabilidades, injúria, escravidão.

Abstract:

In the second half of the Nineteen, it had the printed matter sprouting diverse periodic in the Brazilian empire. In the Espírito Santo, in 1849, it came to the light of the advertising the news and literary periodical, according to certifications of the time, called Correio da Victoria. Space for resolution of the interpersonal conflicts, mediating of the relations established between the individuals and the government, the periodic one is figured of basic relevance for the understanding of Espírito Santo sociabilities. Beyond the *Correio*, the judiciary diplomas equally clarify the modulations of the daily one of free and enslaved of the region. In this direction, printed in the typography of the periodic one are identified to injuries requiring steps how much the relative questions to the government and injuries taken to the court.
Key-words: Sociabilities, injury, slavery

Os anos compreendidos entre 1850 e 1860 foram marcados pela publicação de vários periódicos na Província do Espírito Santo. [1]

Consoante Ferreira, esta constatação pode ser estendida também para outras regiões do Império visto que

> *[...] no Brasil da segunda metade do século XIX muitos se deram conta que elas [as noções de civilidade: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais do luxo] seriam de muita valia para a sedimentação da cidadania, e poderiam se tornar também um elemento de fortalecimento da nação brasileira. (FERREIRA, 2005: 01-02)*

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História Social das Relações Políticas – UFES.

[1] Em 1853 teve início o periódico *A Regeneração*; em 1857 foi publicado pela primeira vez um jornal literário de instrução e recreio sob o título *O semanário*; em 1859, *A Aurora;* em 1860, *O Mercantil*, *A Liga*, *O Indagador*, *O Marimbondo*, *O Provinciano*, *O Picapau*, entre outros. (DAEMON, 1849: segunda parte)

Considerando-se os altos índices de analfabetismo[2] e os obstáculos advindos das distâncias geográficas que faziam com que certas províncias permanecessem desprovidas de bibliotecas[3] e escolas em número suficiente, a empreitada de fazer aumentar a circulação dos periódicos e demais veículos de imprensa tornou-se bastante árdua e onerosa. [4]

Tânia Ferreira afirma que essa tarefa recebeu diferentes contornos em todo o Império:

> *Muitos dos políticos e dirigentes imperiais eram também professores, escritores e se dedicaram a papéis que, mesmo não explicitamente, demonstraram seu impulso de ordenar, civilizar e instruir como uma alternativa a esta consolidação da nação brasileira. A dinâmica desta tarefa foi diferenciada, com produção de livros didáticos, regulamentação do ensino público, uso da imprensa com fins educativos e intencionalmente disseminadores de conhecimento. (FERREIRA, 2005: 02)*

Na análise do jornal *Correio da Victoria* encontrou-se repetidamente sessões destinadas à divulgação de obras clássicas da literatura, biografias de grandes nomes (como a do papa Pio IX), bem como a publicação do que estava sendo veiculado pela imprensa de outras províncias brasileiras e de países estrangeiros. Isso demonstra certa preocupação, ainda que embrionária, em "civilizar" e instruir também por meio dos meios de comunicação.

Outras evidências extraídas do *Correio* fizeram-nos reconhecer sinais da construção de alguns princípios da cidadania na Província, coexistindo com uma economia moral fortemente enraizada, senão vejamos as reclamações de três integrantes de uma mesma família consoante à manutenção das ruas e ladeiras de *Victoria*:

> *Sr. Redactor.*
> *Não nos dará um remédio embora allopatha que melhore o acceio de nossas ruas ao menos d'aquellas por onde tem de passarem as procissões da Semana Santa? É favor que faz ao seu constante leitor. – Z. (CORREIO DA VICTORIA, 1850. 27 de março, p. 4)*
>
> *Sr. Redactor.*
> *Não nos dirá qual a rasão porque a illuminação publica desta cidade se cha qual os meteoros que aparecem e desaparecem a todos os momentos? Pois apenas acendem os lampiões não se conservão meia hora acezos, ou apagão-se de todo ou conservão u[...] no Brasil da segunda metade do século XIX muitos se deram conta que elas [as noções de civilidade: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais do luxo] seriam de muita valia para a sedimentação da cidadania, e poderiam se tornar também um elemento de fortalecimento da nação brasileira. (FERREIRA, 2005: 01-02)*
> *Muitos dos políticos e dirigentes imperiais eram também professores, escritores e se dedicaram a papéis que, mesmo não explicitamente, demonstraram seu impulso de*

[2] "Os índices de analfabetismo no Brasil da segunda metade do século XIX variavam em torno de 75% a 85% de acordo com os diferentes levantamentos da época." (FERREIRA, 2005: 02)
[3] Para o Espírito Santo criou-se a Biblioteca Provincial no ano de 1855. O empreendimento contou com a doação de muitas obras literárias de notáveis da região.
[4] A partir de 1855 em diante, a Província do Espírito Santo começou a assistir à inauguração de escolas públicas e Liceus em diversas vilas. (DAEMON, 1849: segunda parte)

ordenar, civilizar e instruir como uma alternativa a esta consolidação da nação brasileira. A dinâmica desta tarefa foi diferenciada, com produção de livros didáticos, regulamentação do ensino público, uso da imprensa com fins educativos e intencionalmente disseminadores de conhecimento. (FERREIRA, 2005: 02)

Sr. Redactor.
Não nos dará um remédio embora allopatha que melhore o acceio de nossas ruas ao menos d'aquellas por onde tem de passarem as procissões da Semana Santa? É favor que faz ao seu constante leitor. – Z. (CORREIO DA VICTORIA, 1850. 27 de março, p. 4)

Sr. Redactor.
Não nos dirá qual a rasão porque a illuminação publica desta cidade se cha qual os meteoros que aparecem e desaparecem a todos os momentos? Pois apenas acendem os lampiões não se conservão meia hora acezos, ou apagão-se de todo ou conservão u
ma luz amortecida não obstante os pobres negros acendedores andarem em um moto continuo a atiçarem; disem-me uns que é pelo pecimo azeite, e outros pelo mau aceio dos tubus! Será isto verdade Sr. Redactor? Publique V. estas linhas que muito obrigará ao seu constante leitor. – O. Z. Junior. (CORREIO DA VICTORIA, 1850. 3 de abril, p. 04)

Sr. Redactor.
Á poucos dias meu querido filho Z mandou-me as as gazetas dessa cidade nas quaes li a sua correspondência a cerca da limpeza das ruas, e a de seu filho, e meu neto, que tractava dos lampiões por se acharem quase sempre apagados, e eu também lhe vou contar a minha história, estando eu nessa cidade e indo visitar a um velho camarada, retirei me de sua casa já denoite e passando pela rua que fica ao lado da cadeia, dei algumas quedas e por que Sr. Redactor? Não por ser fraco das pernas porque graças a Deos a inda subo um morro, vou determinar os meus escravos ver minhas capichabas; porem cahi por causa da escuridão, e pelas malditas pedras negras com que é calçada essa ladeira que (segundo me disem) tem nella cahido muitos moços bonitos, e depois passando pela rua chamada "nova" fiquei atolado em um tremedal, e quando pretendia delle livrar-me, eis que uma chuva de agoas impuras lançadas de um sobrado vem innundarme os meus domingueiros vestidos!! Ah! Sr. Redactor nesta occasião mal disse a hora que vem a cidade, e muito mais por ter passado por semelhante lugar, quedas, atoleiros e ficar com meu fato quase que desesperei, e quando cheguei ao canto da rua em frente a casa em que mora o Sr. Luiz Pinto ahi escapei de morrer sofocado com o maldito cheiro de pútridos miasmas que do tal lugar exalavão cuju lugar bem se [pode] chamar a cloaca da cidade porque nessa mesma occasião e a minha vista forão algumas negras fazer despejos de agoas impuras, lixo e .... e o nosso digno fiscal (morando tão perto e tendo dois guardas que o coadejuve!) não olha para tudo isto!!!..... Sr. Redactor esses homens não temem as febres amarellas? Não respeitão as ordens do governo que recommenda a limpesa a bem da salubridade publica, como foi estampado em sua folha? É por isso Sr. Redactor eu digo que meu filho e meu neto tem rasão.
Publicando estas linhas muito obrigado lhe ficará o pai do Z. – Typuíra 10 de abril de 1850. (CORREIO DA VICTORIA, 1850: 13 de abril, p. 04)

Os fragmentos acima enunciam insatisfações com os serviços referentes à conservação das vias públicas (aceio das ruas, iluminação e asfaltamento). É clara a cobrança de providências feita pelos três "Z" a fim de que os fiscais do governo tomassem iniciativas e solucionassem os pedidos. Esses vestígios encontrados tornam lícito aferir acerca de novos valores já sendo instituídos entre os habitantes capixabas do Oitocentos. Dois processos em

andamento: a sustentação das relações sociais corporativas, que mantinha vivo o código informal de convivência, e a instituição das normas do Estado brasileiro moderno.

Questões relacionadas à hombridade de um indivíduo também figuravam entre os anúncios particulares publicados na folha. Esse foi o caso ocorrido entre José Francisco Ribeiro e José Joaquim Carlos de Oliveira. Na queixa feita por Ribeiro, parece que Oliveira teria ofendido publicamente o queixoso, chamando-o de ladrão, velhaco e demais adjetivos. Vale ressaltar a dívida de Oliveira, questão principal no início do autocriminal, passou a ser um ponto secundário no processo, uma vez que o sobredito Oliveira, arrependido do que falara a Ribeiro, pediu publicação no periódico *Correio da Victoria*, no número de 25 de maio de 1859, para um pedido de perdão endereçado ao público capixaba:

> *Ao publico.*
> *Reconhecendo o erro que cometti [-] do dia 17 do corrente quando da janella de minha casa dirigi algumas palavras offensivas [-] sogro o Sr. José Francisco Ribeiro [-] para nas columnas desta folha [pedir] publicamente ao mesmo Sr. o meu profundo arrependimento, e pedir lhe que [perdoe] aquelle imprudente procedimento, filho somente [de algo] que então me dominava, e não porque Ribeiro mereça os epithetos que infelizmente [falei-lhe] em rosto. – Victoria em 24 de maio de 1859. – José Joaquim Carlos de Oliveira. (CORREIO DA VICTORIA, 1859. 25 de maio, p. 04)*

Em vista da divulgação de seu pedido de perdão o queixoso decidiu, portanto, desistir da queixa:

> *Senhor Juiz Municipal.*
> *José Francisco Ribeiro tendo dado uma queixa por crime de injurias, contra José Joaquim Carlos de Oliveira d'ella desiste em vista do arrependimento publico e pedido de perdão que ao supte. faz o supdo. em seu artigo inserto no periódico junto, e por isso requer a V. S. que se digne aceitar esta desistência, lavrando-se o necessário termo, e o mais que for de lei e pratica. – José Francisco Ribeiro. (APEES, Inq. CX. 652, 1859. p. 13)*

Podemos interpretar a desistência da queixa de Ribeiro como uma conformação pela atitude de Oliveira, que tornou "voz pública" o pedido de desculpas, de maneira que o queixoso tivesse sua reputação restabelecida perante aqueles que assistiram ao fato injurioso em armazém de José Francisco.

As altercações verbais, do mesmo modo, provocaram uma dissensão entre Laurentino, escravo do capitão Manoel Ferreira de Paiva e morador na fazenda Arithoa – Distrito de Cariacica, e Maria Francisca de Jesus, esposa de José Thomas Villa Nova.

Consoante os dados do auto, no dia 14 de agosto de 1859, às 9 horas da manhã, Laurentino dirigiu-se à casa de Maria Francisca de Jesus, localizada à Rua do Porto dos Padres, a fim de falar com um filho desta que lhe teria de pagar a soma de 12$000 réis – 10

mil réis que furtara de uma caixinha do cativo, e 2 mil réis que pedira ao escravo emprestado antes de convalescer.

Segundo o relato de Manoel Pinto Machado, testemunha no caso, Maria Francisca pediu a Laurentino que se retirasse da frente de sua moradia "[...] pois ella nada tinha com os negócios de seos filhos [...]. " (APEES, Inq. CX. 652, 1859: 13)

Uma outra testemunha, Sebastião Vieira Machado Coitinho, afirmou que:

> *Estando [ele testemunha] a porta do delegado de Policia Manoel do Coitto Teixeira, vio na porta da caza de Manoel Vieira Machado de fronte da em que móra a mulher do Villa Nova, vio elle testa. Chegar o escravo do capitão Paiva, a porta desta mulher e perguntar-lhe: seu filho está em casa? – ao que respondeu a mulher: meu filho está doente. O que he que quereis? – [responde o cativo] venho ver 10 mil reis que elle me furtou de minha caixa, e 2 mil reis mais que lhe emprestei antes delle hir para o hospital, que me pague o meu dinheiro, eu sou homem pobre captivo, e elle he hum homem forro. [Ao] que ella disse: vá á puta que pario não venha me atacar. E querendo neste acto entrar para ver se o filho estava em casa a mulher de Villa Nova empurrou-o e nada mais disse o escravo que parecesse insulto a referida mulher pois que ella testa. presenciou tudo de principio ao fim [...]. (APEES, Inq. CX. 652, 1859: 38)*

Há um dado que merece destaque nesse episódio: a fala do curador de Laurentino, seu senhor, quando das contestações do depoimento da segunda testemunha ouvida pelo subdelegado de polícia de Vitória:

> *Contestações do curador do réo: seo escravo é conhecido por todos por mui humilde e incapaz portanto de insultar a pessoa alguma inda [nessa condição] – como a mulher que se tracta a cuja casa elle escravo fora pedir dez mil reis que de sua caixa lhe havia tirado o filho da mulher que se diz insultada, como dissera ao mesmo escravo [-] Julia que foi escrava do finado padre Subtil, e que foi este o motivo da altercação entre o escravo e aquella mulher, e que não adimira que esta se julgasse insultada porque sempre o máo pagador tal se julga quando se lhe pede aquillo que deve restituir. (APEES, Inq. CX. 652, 1859: 11)*

A partir dos trechos transcritos do diploma judiciário, podemos inferir algumas interpretações: é bastante interessante o fato de Laurentino ter emprestado certo pecúlio a um homem livre e ainda este último tê-lo furtado 10 mil réis que o escravo estava guardando. Para nossa análise o significante não é o valor da quantia em si envolvida no processo, porém, as relações sociais vislumbradas neste episódio.

Verificou-se na maior parte dos depoimentos das testemunhas que Laurentino era bastante conhecido pelas pessoas das proximidades da Rua Porto dos Padres, em Vitória. Outrossim, era pública a notícia do empréstimo contraído pelo filho da dita insultada, de forma que até mesmo o capitão Paiva, senhor do réu, afirmou ter conhecimento da dívida adquirida pelo filho de Maria Francisca, bem como do pecúlio que seu escravo popava.

Com efeito, é válido sugerir que Laurentino fosse um escravo ao ganho e que estivesse poupando pecúlio para adquirir sua carta de liberdade. Segundo Algranti, os

escravos ao ganho poderiam conseguir angariar recursos para a compra de sua alforria porque "[...] dispunham de seu tempo como queriam e trabalhavam de acordo com suas necessidades" (ALGRANTI, 1988: 51) tendo que entregar uma quantia pré-estabelecida pelo seu senhor ao término dos biscates. [5]

Consoante Campos (2004a: 154), "o pecúlio [...] era um instrumento comumente utilizado na Comarca de Vitória, mesmo antes da Lei de 1871." Esta lei regulamentou "[...] a existência do pecúlio como possibilidade de o escravo obter a liberdade por meio de seu próprio recurso" (CAMPOS, 2004b: 90). Além disso, deve ser ressaltada a ambivalência da condição do cativeiro numa sociedade escravista como a brasileira: um escravo (Laurentino), lavrador, empresta dinheiro a um livre, que não sabemos sua ocupação e nem ao menos seu nome. Aí está o paradoxo da escravidão. Como escravo, Laurentino conseguia serviços e ainda poupava pecúlio; já como um forro, não se pode ter a certeza de que seria inserido no mercado como força de trabalho assalariada. Em alguns casos, parece ser a opção do cativeiro mais rentável ao escravo em razão da "segurança" de sua condição.

Curiosamente, no autocriminal em que foi réu Laurentino a única informação que possuímos acerca do devedor do escravo é que fosse forro. Da mesma maneira, o devedor era mencionado no processo sempre como filho de Maria Francisca de Jesus e não como filho de Villa Nova, seu esposo. Logo, possivelmente Maria Francisca de Jesus era também uma ex-escrava, em razão da hereditariedade da condição do escravo ser matrilinear.

Campos esclarece que a nomenclatura "forro" é utilizada para designar um escravo alforriado:

> *Todos os habitantes da América portuguesa, inclusive os escravos, encontravam-se distribuídos ao longo de uma extensa cadeia social. Com o tempo, a mestiçagem contribuiu para aumentar ainda mais a escala de hierarquias no Brasil, passando a incluir em seu espectro a diferenciação entre pardos, cabras, caboclos, pretos etc. A mobilidade entre os extratos sociais legitimava e consolidava a ordem hierárquica, instaurando-a como um princípio ordenador da sociedade. Um preto alforriado deixava a posição de escravo e "ascendia" à posição de "forro". O filho do preto "forro" era agora um preto ou um cabra. (CAMPOS, 2004b: 88)*

Residindo em Cariacica desde a tenra idade em uma fazenda de seu senhor, o réu deslocava-se para a *Villa da Victoria* a fim de resolver seus negócios. Em *Victoria*, o escravo tinha boas relações com os residentes e estabelecia contratos comerciais com pessoas livres. Os escravos eram reconhecidos pela população livre não só como um bem privado, mas também como uma força de trabalho, sendo verificada a condição ambígua do cativo que ora era visto como sujeito ora como coisa (CAMPOS, 2004b: 100).

---

[5] Aqui utilizamos biscates para nos referir a trabalhos provisórios como bem afirmado por Leila Mezan Algranti em *O feitor ausente – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808/1822*.

Os registros das relações sociais de convívio entre os indivíduos nos espaços urbanos supõem a existência de diferentes sociabilidades em Vitória, entre 1850-1861. Se em algumas regiões do cenário imperial grande contingente de brasileiros mantinha-se afastado da vida social da região, em Vitória podemos perceber que tanto livres quanto escravos se relacionavam ativamente e produziam cotidianamente o *modus vivendi* da Província..

Referências:

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente:* estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808/1822.

CAMPOS, Adriana Pereira. As alforrias na Comarca de Vitória – século XIX. *Dimensões:* Revista de História da Ufes. Vitória: UFES/CCHN, 2004a, n. 16.

_____. Heranças lusitanas: Direito e escravidão na América portuguesa. *Justiça & História,* Rio Grande do Sul: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2004b, v. 4.

DAEMON, Basílio Carvalho. *História e estatística da Província do Espírito Santo.* Vitória: [s.n.], 1849.

FERREIRA, Tania M. T. Bessone da Cruz. Os livros, a ciência e a imprensa: a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. Encontro do Centro do Estudo do Oitocentos – *CEO.* São João Del Rei, maio 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A identidade cultural dos pobres na percepção dos não pobres: usando a diferença para justificar a desigualdade.

José Licínio Backes*

Resumo:
O texto trata das formas de perceber a diferença do outro e como esta é usada para justificar a condição social dos subalternizados. Considerando a dimensão histórica da desigualdade e da produção das diferenças, foi desenvolvida uma pesquisa com jovens não pobres, onde foi possível observar que para estes a diferença está no não ser pobre (o que na verdade é um equívoco, pois se trata de uma desigualdade). A identidade do sujeito pobre é vista como "sem cultura", imoral, perigosa, degenerada, repugnante, indolente, preguiçosa.
Palavras-chave: Cultura, diferença, desigualdade.

Abstract:
The text handles the forms for perceiving the difference between one and the other and how this is used to justify the social condition of the subordinates. Considering the historical dimension of inequality and the production of the differences, research was carried out with young people who are not poor where it was possible to observe that for them the difference is in not being poor (which in reality is an ambiguity as it is inequality that is being handled). The identity of the poor subject is seen as "without culture", immoral, dangerous, degenerated, repugnant, indolent, lazy.

Key words: culture, difference, inequality.

Parafraseando Marx (1989) podemos afirmar que a história da humanidade até hoje tem sido a história das lutas culturais. Os grupos culturais sempre procuram impor seus significados como válidos aos outros grupos. Esta imposição não raras vezes se dá com o uso da violência física, provocando genocídios como foi o caso de muitos povos ameríndios. Esta violência, porém, não se sustentaria sem um conjunto de significados culturais produzidos para inferiorizar, "desumanizar" e desqualificar o outro cultural. O processo de colonização foi possível devido à articulação de inúmeras estratégias no campo cultural, no sentido de tornar o outro cultural monstruoso (DONALD, 2000), abjeto (BAUMAN, 2001), incapaz de se governar (BHABHA, 2001). Lembramos com Munanga (1999) que mesmo quando a imposição de uma cultura não leva a eliminação física, os efeitos para a construção das identidades vistas como inferiores são catastróficos.

O fato de não mais vivermos em tempos coloniais, não significa que a lógica de desqualificar a diferença não mais esteja presente. Isto podemos observar tanto em termos raciais, como venho pesquisando através do projeto "A afirmação da identidade negra pelo

* Universidade Católica Dom Bosco, Doutor em Educação.

acesso à universidade: o projeto Negraeva[1]", onde os sujeitos negros entrevistados narram, entre outras coisas, suas dificuldades de viverem numa sociedade que se funda equivocadamente no mito da democracia racial e sua luta para a superação do racismo, como em termos econômicos, quando o outro é um sujeito marcado pela pobreza.

Neste trabalho, nos referiremos à segunda forma. Para tanto utilizamos com base nossa tese de doutorado, que trabalhou com estudantes de ensino médio de uma escola particular, da Grande Porto Alegre. Apesar de a escola ter alguns alunos bolsistas (pobres!), aqui utilizaremos apenas as manifestações de sujeitos não pobres, quando estes falam dos pobres. Destacamos que em nenhum momento como pesquisador lançamos o assunto, "pobres", pois este não era o nosso tema de pesquisa. Apesar disso ele apareceu recorrentemente na pesquisa, seja nos debates, nas entrevistas, nas redações, bem como nas observações. Longe de os sujeitos não pobres demonstrarem uma sensibilidade para com os pobres no sentido de pensar em saídas, ajuda pública ou o perceberem como injustiçado, estes são vistos como um "problema", como alguém que repugna, que causa uma "mal-estar", que é indolente, preguiçoso que, usando a metáfora de Cohen (2000) e Bauman (1999a), pode ser visto como uma associação entre diferença e "monstruosidade".

Neste sentido destaco algumas manifestações dos sujeitos: "Infelizmente, pessoas que batalham para ter um pouco mais de educação e cultura acabam sendo afetadas por esse lado negativo da sociedade,[2] onde predomina a violência e a injustiça" (Tereza, na redação do 1º ano). "[...] e como sabemos alguns têm dificuldades de relacionamento e convivência na sociedade" (Betânia, 2º ano, na redação). "Mas ninguém vai querer um retardado no time" (Robinson, 2º ano, no debate). "Mas da parte das camadas mais pobres, tu vês que isso é seguido. Porque eles não têm dinheiro, nem cultura, não têm nada. Tudo leva eles [*sic*] a ser assim![...] Deus me livre, o que é aquilo, que horror, um monte de pobre dormindo no mesmo quarto" (Loiva, 3º ano, no debate). Jane, (2º ano), na entrevista, ao ser perguntada sobre lugares que não gostaria de conhecer: "Há esses lugares que têm muitos pobres. Eu acho que tu tens que saber que existem esses lugares, mas eu não preciso ir lá ver".

Para entender os significados que estão em jogo, consideramos pertinente analisar as possíveis razões que fazem com que sujeitos que não se vêem como pobres se refiram tanto aos pobres (lembro que, em nenhum momento, como pesquisador, solicitei que falassem dos pobres).

---

[1] Esta pesquisa conta com financiamento da FUNDECT/MS.

[2] O lado negativo da sociedade a que ela se refere é o dos "sem cultura", dos pobres, como ela mesmo escreveu na redação.

Isso está articulado com a forma produzida pela modernidade para lidar com a diferença. A modernidade foi produtiva no sentido de regular e controlar o outro, a diferença. Segundo Duschatzky e Skliar (2001), uma das estratégias mais utilizadas foi a demonização do outro, tendo como finalidade "[...] assegurar e garantir as identidades fixas, centradas, homogêneas, estáveis, etc." (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 121). O sujeito europeu, como coloca também Bhabha (2001), desenvolve uma epistemologia em que, ao se reconhecer capaz de conhecer o outro, o colonizado, o nomeia, o institui, o cria de acordo com os seus interesses. Desta forma, o outro, silenciado e visto como incapaz de "dizer-se", passa a ser objeto de repugnância e desprezo porque, na sua invenção, o colonizador imprime suas fobias. Por meio da lógica binária nós/eles, civilizado/bárbaro, cristão/supersticioso, o primeiro sempre coloca-se no lugar de nomear e instituir o outro.

A nomeação do outro, da diferença está profundamente articulada com a identidade. Ela opera no sentido de melhor definir o próprio território, o território da identidade. "Necessitamos do outro, mesmo que assumindo certo risco, pois de outra forma não teríamos como justificar o que somos, nossas leis, as instituições, as regras, a ética, a moral e a estética de nossos discursos e nossas práticas" (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 124). Ou seja, o sujeito identificado como não pobre precisa nomear o pobre, o feio, o abjeto, o monstruoso para ela mesmo não ser o pobre, o feio, o abjeto, o monstruoso. Para Duschatzky e Skliar: "Esse tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre; a violência, do violento; o problema de aprendizagem, do aluno; a deficiência, do deficiente; e a exclusão, do excluído" (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 124).

A criação do outro, como é enfatizado também por Bhabha (2001), Hall (2003), Bauman (2001) e outros autores utilizados nesta pesquisa, tem uma forte associação com o mal:

> *É o outro do mal e a própria origem do mal: a explicação de todo conflito, a mesma negatividade da cultura; o outro é, em síntese, aquele espaço que não somos, que não desejamos ser, que nunca fomos e nunca seremos. O outro está maleficamente fora de nós mesmos (SKLIAR, 2003, p. 117).*

Podemos afirmar que os sujeitos falam tanto do outro (do pobre) pois assim o outro que aparece é um outro construído pela identidade e, nesse sentido, é a mesmidade se reproduzindo. "Nega-se o que o outro fala e nega-se sua fala possível; ou, em outro sentido, dá-se a autorização para que o outro fale somente do mesmo e, então, celebra-se a nossa generosa autorização, a (re)descoberta da voz do outro, não sua voz" (SKLIAR, 2003, p. 109). Assim, o que está em jogo é o controle e o exercício de poder sobre o outro. O outro precisa ser objeto de conhecimento e ser conhecível para que possa ser vigiado e governado segundo

os interesses da identidade/mesmidade. "O outro é citado, mencionado, iluminado, encaixado em estratégias de imagem/contra-imagem etc., mas nunca cita a si mesmo, nunca se menciona, nunca pode interferir nos jogos de imagens e contra-imagens estabelecidos *a priori*" (SKLIAR, 2003, p. 114).

O sujeito, situado num lugar econômico privilegiado, faz do outro o depósito das suas próprias ansiedades, fobias, irracionalidades, monstruosidades, vendo-se como a antítese de sua identidade. Mas esse "outro pobre, ignorante, sem cultura", de uma hora para outra, passa a ser "igual", quando é para justificar seu lugar de pobre, dizendo que ele possuía as mesmas condições para se tornar "rico", porém não as aproveitou. Neste sentido destacamos a fala da estudante Jane: "Se os pobres se esforçassem, se eles batalhassem para conseguir um emprego, seria diferente, porque depende de cada um" (2º ano, no debate). Como afirma Skliar: "Fazer do outro um outro parecido, mas um outro parecido nunca idêntico ao mesmo" (SKLIAR, 2003, p. 116). Não pode ser idêntico pois não seria possível justificar sua posição de "problema", porém deve ser parecido para que possa ser (re-)significado conforme os interesses que estão em jogo.

Se o outro é o que de "pior" pode existir, a encarnação do mal, a causa da desordem, a erva daninha, como explica Bauman (1999b), a identidade/mesmidade constitui-se no que de melhor pode existir. Neste sentido destaco que era recorrente a afirmação dos sujeitos desta pesquisa que eles têm cultura, moral e vontade de vencer. Com desta Skliar:

> *[...] uma mesmidade regular, coerente, completa, mas sobretudo benigna, positiva, satisfatória, localizada em uma territorialidade oposta ao mal do outro e ao outro do mal. O outro funciona como o depositário de todos os males, o portador das falhas sociais. (2003, p. 118).*

Tudo isso ajuda a entender como os enunciados dos sujeitos situam-se no contexto da responsabilização do pobre pela sua pobreza. Ao responsabilizarem o pobre, desqualificando-o ("que horror", "alguns têm problemas de relacionamento"), vendo-o como ameaça ("infelizmente, os cultos são afetados"), a "solução" passa a ser evitá-lo. ("Tu não precisas ir lá").

Importante destacar que não estamos dizendo que são os estudantes que produzem estes significados, como se fossem sujeitos centrados, coerentes e conscientes. Os significados são produzidos culturalmente. Na sociedade e na cultura onde a segurança pessoal é a maior preocupação, o diferente (desigual) tende a ser "demonizado" e precisa ser afastado de qualquer maneira. Condomínios fechados, alarmes, vigilância particular servem

ao mesmo propósito: impedir o contato com o estranho[3], neste caso o estranho é o pobre. Para Bauman (1999a), há vários fatores que,

> *[...] considerados em conjunto, convergem para um efeito comum: a identificação do crime com os "desclassificados" (sempre locais) ou, o que vem dar praticamente no mesmo, a criminalização da pobreza. Os tipos mais comuns de criminosos na visão do público vêm quase sem exceção da "base" da sociedade. Os guetos urbanos, as zonas proibidas são considerados áreas produtoras de crime e criminosos (BAUMAN, 1999a, p. 134).*

Inspirando-nos em Bauman (1999a), podemos dizer que, quando a diferença vem associada a sentimentos de ameaça e problema e identificada com a "monstruosidade" ("lado negativo da sociedade"), para esses sujeitos, soa como um alívio conseguirem "localizá-la: "Dada a sua monstruosidade, só se pode agradecer a Deus por fazer deles o que são – habitantes locais *distantes* – e rezar para que continuem assim" (BAUMAN, 1999a, p. 84). Isso explica o "Deus me livre" da aluna e "Tu não precisas ir lá". Ou seja, novamente estamos diante da dimensão cultural da pobreza. A pobreza só se mantém por causa de um jogo de poder que a atribui aos próprios pobres, culpabilizando-os pelo que são, ao mesmo tempo em que os de cima são vistos como merecedores de sua condição (mérito). Segundo Bauman (1999a), para os pobres, há sentimento de culpa; para os de "cima", "consciência limpa", pois não são responsáveis pela miséria.

Também para Cohen (2000), a identidade constrói-se pela representação do outro e, segundo ele, ela tem muito a ver com o monstruoso, pois, ao representar o diferente dessa forma, faz com que seja justificado "[...] seu deslocamento ou extermínio, fazendo com que o ato de extermínio apareça como heróico" (COHEN, 2000, p. 33). Ao representar o outro como monstro, processos de dominação e práticas autoritárias são justificadas em nome da afirmação do *mesmo*, de uma suposta identidade normal. A subjugação de um corpo cultural por outro é aprovada em nome da eliminação do monstruoso, que, se não for bem-sucedida, significará a vitória do mal (do outro, da diferença) sobre o bem (o natural, o normal, o mesmo). O monstro representa, assim, o território que pode ser percorrido e o que deve ser evitado: "O monstro impede a mobilidade (intelectual, geográfica ou sexual), delimitando os espaços sociais através dos quais os corpos privados podem se movimentar" (COHEN, 2000, p. 41). Sair desse espaço social significará correr o risco de aproximar-se da fronteira do monstro e ser atacado por ele, o que poderá, em caso extremo, significar a transformação da identidade em monstro, por isso é um espaço que só os monstros habitam ("Deus me livre"!

[3] Lembro que os sujeitos deram muita ênfase para a segurança.

"Tu não precisas ir lá"). Os monstros existem, pois, para que as identidades dêem atenção "[...] uma horrível atenção – a fronteiras que não podem – não *devem* – ser cruzadas" (COHEN, 2000, p. 43).

Os monstros são criados para interditar algumas atitudes e comportamentos e valorizar outros. Mas de onde eles surgem? Segundo Cohen: "[...] o monstro surge no intervalo no qual a diferença é percebida como a divisão entre, de um lado, a voz que registra a 'existência' do 'diferente' e, de outro, o sujeito assim definido" (COHEN, 2000, p. 45). Os critérios dessa percepção são arbitrários e ambivalentes (BAUMAN, 1999b). Os enunciados dos sujeitos mostram que um dos critérios gira em torno do ser pobre. Este critério pode mudar. Uma sociedade de desempregados tende a culpabilizar os pobres. O que define isso são as relações de poder histórica e culturalmente construídas. Os monstros são "[...] representações convenientes de outras culturas, generalizados e demonizados para impor uma concepção estrita de mesmice grupal" (COHEN, 2000, p. 46), motivadas pelos temores da contaminação, impureza ("infelizmente afetados pelo lado negativo"), ou seja, são motivadas pelo medo da perda da identidade. Por serem monstros, são transgressivos, uns fora-da-lei, uns pervertidos sexuais ("dormem tudo junto"), por isso devem ser exilados ou destruídos.

Pode-se ainda dizer que a desqualificação do pobre sua identificação como "mostruoso" se articula com a cultura do consumo, do desejo de querer viajar ou de viver como "turista". Para Bauman (1999a), o que une turistas e vagabundos é o desejo de consumir. Porém, para o vagabundo, isso geralmente é só um desejo, não havendo condições de satisfazê-lo. Embora o vagabundo admire o turista, este vê o vagabundo como inútil: "E por serem inúteis são também indesejáveis. Como indesejáveis, são naturalmente estigmatizados, viram bodes expiatórios. Mas seu crime é apenas desejar ser turista... sem ter os meios de realizar os seus desejos como os turistas" (BAUMAN, 1999a, p. 105).

Para Bauman (1999a), este incômodo que o turista sente diante do vagabundo dá-se não só por causa do "custo público". Um motivo muito mais forte é que ele, sendo o *alter ego* do turista, significa uma ameaça, um problema, está sempre aí para mostrar que o que separa a vida de turista da do vagabundo é muito tênue. Uma escolha mal feita poderá significar vida de vagabundo. Nesse sentido, Bauman (1999a) observa que há efetivamente um grupo que não teme se tornar vagabundo, mas estes são muito poucos. Há também um grupo, este muito grande, de vagabundos que "jogaram a toalha", não sonham mais em ser turistas. Mas há um grupo intermediário, que não sabe ao certo se é vagabundo ou turista, nem quanto tempo conseguirá se manter como turista, se esse for o caso. E, desta forma, a

simples visualização do vagabundo é um pesadelo horrível: "não pelo que o vagabundo é, mas pelo que o turista pode vir a ser" (BAUMAN, 1999a, p. 106).

Como já destacamos, a criação de grupos indesejáveis ou de diferenças indesejáveis (como monstruoso, abjeto, erva daninha) não é uma novidade (muito menos uma especificidade destes estudantes). Os grupos humanos sempre foram hábeis em construir monstros, em ver o outro como ameaça ou em atribuir a determinados grupos a responsabilidade de sua infelicidade. Para Bauman (2001), a novidade está nos que compõem esse grupo ou os indivíduos que pertencem a esse grupo:

> *O que é novo é que são os assaltantes (juntamente com os vagabundos e outros desocupados, personagens estranhos ao lugar em que se movem) que levam agora a culpa, representando o diabo, os íncubos, maus espíritos, duendes, mau-olhado, gnomos malvados, bruxas ou comunistas embaixo da cama (BAUMAN, 2001, p. 109).*

Ao concluirmos o texto lembramos com Bauman (2001), que os sujeitos que acreditam que são o que são por causa do mérito, da vontade e do esforço individual[4] entendem que os pobres não merecem nada mais do que a repressão pois eles "[...] não têm a quem culpar pela própria miséria, [...] senão a própria indolência e preguiça" (BAUMAN, 2001, p. 48). Isto leva a crença de que falta-lhes determinação e vontade de vencer os obstáculos que a vida lhes reservou e, nesse caso, nada mais "justo" do que se assumirem como autores de sua própria condição de miseráveis. Eles não podem atrapalhar a liberdade dos demais e por isso devem ser reprimidos. Queremos destacar ainda, que entendemos que nossas pesquisas nas ciências humanas devem contribuir para a desconstrução deste pensamento, contribuindo desta forma para a superação das desigualdades.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.

[4] Este é o caso destes estudantes, mas isto não foi possível de ser destacado neste texto.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Pedagogia dos monstros:** os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

DONALD, James. Pedagogia dos monstros: o que está em jogo nos filmes de vampiro? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Pedagogia dos monstros:** os prazeres e os perigos da confusão das fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 105-140.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: In: LARROSA, Jorge. SKLIAR, Carlos. (Orgs.). **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-138.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença:** e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desigualdade social e educação: a ausência da perspectiva histórica

Ruth Pavan*

Resumo:
Considerando a dimensão histórica da desigualdade social, o trabalho tem como objetivo analisar a reflexão que as professoras de educação de jovens e adultos fazem a respeito da desigualdade social. O que mais chama a atenção nas explicações das professoras é que elas não fazem nenhuma menção a fatores históricos responsáveis pela desigualdade. A desigualdade aparece como sendo de responsabilidade de cada indivíduo, ou seja, a explicação da desigualdade é marcada pela concepção individualista e meritocrática, estando, portanto, relacionada com uma concepção neoliberal de sociedade, que teve sua entrada na América Latina na década de 1970 e que a partir da década de 1990 se torna cada vez mais evidente.
Palavras-chave: Educação, perspectiva histórica, desigualdade social.

Abstract
Considering the historical dimension of social inequality, the study in hand aims at analysing the reflection which the teachers of young people and adults make regarding social inequality. What also calls the attention in the explanations of the teachers is that they do not make mention of the historical factors responsible for inequality. Inequality appears as being the responsibility of each individual, that is, the explanation of inequality is marked by the individualistic and meritorious concept, being therefore related to a neoliberal conception of society which entered Latin America in the 1970s and which, as of the 1990s, becomes more and more evident.
Key words: Education, historical perspective, social inequality.

No trabalho de pesquisa, embora trabalhasse com a desigualdade, optei por utilizar o termo exclusão como forma de tratar a questão da desigualdade, enfatizando as explicações sobre a pobreza. Num primeiro momento trago uma historicização do entendimento de pobreza. Em seguida apresento a reflexão das professoras pesquisadas acerca da exclusão (utilizo a denominação professoras, no feminino, pois todos os sujeitos da pesquisa eram mulheres). Por fim, contextualizo esta reflexão no sentido de compreender as razões que levam as professoras a explicar a exclusão de uma determinada forma. Destaco que o campo empírico são professoras de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Ensino Fundamental. Foram um total de oito professoras entrevistadas e as respostas das professoras não citadas neste texto seguem a mesma lógica das que são citadas.

Iniciamos lembrando com Martins (1997) que "[...] a palavra exclusão nos fala, possivelmente, de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que,

* Professora do Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Doutora em Educação.

não faz muito, todos chamávamos de pobreza" (p. 28), ou seja, "[...] a palavra nos revela coisas que já estavam lá e não éramos capazes de perceber, coisas que agora somos capazes de perceber" (MARTINS, 1997, p. 28). Assim, trago as formas como a pobreza foi vista ao longo da história, reconhecendo que a pobreza não é a única forma de exclusão; a exclusão é um fenômeno complexo, ainda que por via de regra esteja atravessada pela pobreza.

Para tanto utilizo-me de Escorel (1999), que busca na Reforma Protestante uma espécie de ruptura no conceito de pobreza. É claro que esse não é o único sentido da Reforma, mas é o que nos interessa neste trabalho.

> *Com a reforma protestante os sofrimentos oriundos da pobreza perderam seus sentidos religioso e de redenção. Ao contrário do catolicismo, que acenava para os pobres com sua primazia na entrada do reino de Deus, a ética protestante considerava a riqueza no mundo terreno um sinal divino e uma obrigação espiritual. Nessa passagem há a perda do valor espiritual superior concedido à pobreza, o qual fazia dela o modo de vida dos bem-aventurados, eleitos ou bons, [...]. (ESCOREL, 1999, p. 33).*

Com isso mudou a orientação da forma de caridade da época, e de maneira bastante evidente até os dias atuais. "A noção de pobreza, que inspirava inclusive a criação de ordens mendicantes, foi substituída por outra mais mundana que orientava a caridade segundo a capacidade e aptidão dos homens no trabalho." (ESCOREL, 1999, p. 33).

Segundo a autora, essa mudança propicia uma classificação entre a população pobre que merece ajuda e a que não merece. Os inválidos e incapazes são merecedores de ajuda, isto é, dignos de caridade e proteção, enquanto aqueles que "preferiam" não trabalhar, sem ter nenhum tipo de doença, não mereciam ajuda de espécie alguma. Vale lembrar que isto já ocorria antes mesmo da Revolução Industrial.

Com o advento da Revolução Industrial e a predominância do modo de produção capitalista, a pobreza começa a ser vista como um castigo. "A pobreza era considerada como um castigo 'natural' da preguiça na medida em que existiam necessidades crescentes de mão-de-obra, e a recusa em integrar a força de trabalho explorada extensivamente deveria ser penalizada [...]." (ESCOREL, 1999, p. 34). A preocupação era, sobretudo, de que essas pessoas que tinham preguiça fossem punidas para que servissem de exemplo para toda a população. Nesta época a pobreza apresentava a seguinte característica: "por um lado, o pauperismo e a miserabilidade da classe trabalhadora urbana e, por outro, a configuração do que Marx denominou lumpemproletariado" (ESCOREL, 1999, p. 34). Como sabemos, para Marx e Engels(1989), o lumpemproletariado, por meio da passiva putrefação "[...] dos estratos mais baixos da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastado ao movimento por uma

revolução proletária; no entanto, suas condições de existência o predispõem bem mais a se deixar comprar por tramas reacionárias" (p. 76).

Na edição inglesa do Manifesto Comunista, de 1888, o termo "lumpemproletariado" é substituído por "classe perigosa", "escória social", mas continua a significar os desempregados, pessoas sem condições de trabalhar, criminosos, vagabundos, subempregados. Com os inúmeros movimentos de trabalhadores, motivados pela condição de miserabilidade da classe e pelo próprio Manifesto Comunista, que via nesta classe a possibilidade revolucionária de construir uma sociedade socialista, já no século XIX, os governos capitalistas foram forçados a oferecer algumas proteções à classe trabalhadora. Conforme Escorel:

> *As lutas sociais da segunda metade do século XIX na Europa e a organização dos movimentos de trabalhadores promoveram o surgimento no cenário político das questões das condições de vida e de trabalho, pressionando os governos a adotarem legislações protetoras. A pobreza seria superada pela inserção no mundo do trabalho, agora mais cauteloso em sua exploração. As ações públicas de proteção social foram dirigidas especificamente aos trabalhadores inseridos, destinando a assistência social aos comprovadamente inválidos. A evolução posterior, principalmente após a II Guerra Mundial, com a configuração de Estados de Bem Estar Social, sedimentou a passagem de uma concepção de responsabilidade individual da pobreza para uma responsabilidade de caráter coletivo e social (cidadania). (1999, p. 34).*

Os que ficavam fora das relações de trabalho predominantes não eram muitos, segundo Escorel (1999), porém os que estavam fora eram "classificados como inválidos, pobres merecedores de uma atenção especial, ou portadores de 'deficiências' morais, na medida em que, sendo capazes e tendo possibilidades de trabalhar, 'não cumpriam com sua obrigação'" (ESCOREL, 1999, p. 34). Ainda segundo a mesma autora, esta forma de ver e lidar com a pobreza foi predominante até a década de 70 do século XX, quando a crise econômica, a acumulação do capital e as transformações da estrutura produtiva colocaram em xeque esta forma de ver a pobreza.

A autora chama a atenção para o fato de que embora haja mudanças na forma de representar a pobreza e "o lugar que ocupa nas hierarquias simbólicas da sociedade, há uma continuidade: é a naturalização da pobreza" (ESCOREL, 1999, p. 37).

Já na década de 1960 e 1980 podemos perceber diferentes denominações para a situação de pobreza: "[...] o agravamento das desigualdades sociais foi denominado de diferentes formas: a marginalidade na América Latina, a *underclass* nos Estados Unidos, até o surgimento da 'nova pobreza' e da 'exclusão social' na França." (ESCOREL, 1999, p. 38).

No contexto atual, não só estas diferentes denominações estão presentes, (embora possa se observar uma predominância da denominação de exclusão), mas também as discussões que Escorel (1999) apresenta como tendo sua origem no protestantismo – se os pobres mereciam ou não ajuda – continuam muito fortes, sobretudo por influência estadunidense, como podemos perceber por meio de Kowarick (2003), que sintetiza esta discussão dizendo que se trata de culpar ou não culpar o excluído, afirmando que nos EUA criou-se um pensamento consensual sobre a culpabilização do excluído.

Feita a historicização da pobreza, trago as falas das professoras sobre a exclusão:

> *[...] mas eu não saberia te explicar por que eles chegaram a esse ponto. Se foi falta de oportunidades... ou não...* ***só sei que eles, eles se auto se excluem, eles mesmos, entendeu?*** *Quando eles chegam aqui eles sentem, eles sentem vergonha de chegar perto da gente. (Profª. Mara, grifo meu).*

É importante ressaltar que, mesmo que a professora reconheça que não sabe explicar por que eles chegaram a este ponto, **ela sabe** que se auto-excluem. Ou seja, o que está implícito é que não percebe as razões históricas, mas **sabe** com base no ideário neoliberal, que "se auto excluem", afirmando que a responsabilidade é do próprio excluído. De modo mais enfático ainda, a professora Roberta aponta que é o próprio indivíduo que se exclui, sobretudo porque não se esforça:

> *A exclusão... eu vou dizer pra você,* ***a pior exclusão que pode existir. A sua própria, você se excluir, não há exclusão da sociedade, mas a pessoa se exclui.*** *Ela, ela, a partir do momento que ela deixa de buscar, de melhorar, ela tá se excluindo.* ***Não é a sociedade que exclui, é o próprio indivíduo que se exclui.*** *Se ele vem e faz a matrícula, não freqüenta, não se esforça, busca, ele tá excluindo-se. (Profª. Roberta, grifos meus).*

Assim, a fala de Roberta, além de dizer que a exclusão é de responsabilidade do próprio indivíduo[1], afirmando categoricamente que a sociedade não exclui, segue outros argumentos utilizados pelos neoliberais, que são exatamente a falta de esforço, de vontade de buscar uma condição melhor. Mesmo questionada se observava a exclusão de grupos, a lógica continua a mesma: "Há, sim, um processo de exclusão. [...] No sentido assim, que são grupos, que geralmente eles, eles se excluem sozinho. [...] Porque não há exclusão, agora o próprio indivíduo se exclui." (Profª. Roberta). A mesma professora também atribui ao próprio

[1] Bauman (2003), ao analisar o individualismo da sociedade de hoje, observa que ele atinge a todos, inclusive os excluídos: "Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio. Uma pessoa estigmatizada pode gostar ou não de outra portadora do estigma, os indivíduos estigmatizados podem viver em paz ou em guerra entre si – mas algo que provavelmente não acontecerá é que desenvolvam respeito mútuo. 'Os outros como eu' significa os outros tão indignos como eu tenho repetidamente afirmado e mostrado ser; 'parecer mais com eles' significa ser mais indigno do que já sou." (p. 110).

indivíduo a responsabilidade por sair dessa exclusão: "Todos podem ter as perspectivas desde que busquem, porque é, **é uma busca individual,** não é uma busca coletiva." (Idem, grifo meu).

Apresentadas as explicações das professoras e lembrando que as professoras não citadas seguem a mesma lógica sobre a explicação da exclusão social, a questão agora é entender as razões destas explicações. Estas razões, não estão nas professoras enquanto sujeitos individuais, mas estão no contexto em que são produzidas, um contexto que não tem nada de natural, mas é produzido historicamente.

O processo de individualização não é um fenômeno recente. Seguindo Varela (2002), pode-se dizer que desde o século XVI está em curso na história um processo através do qual se procura individualizar o ser humano. Segundo a autora, a partir deste tempo o ser humano terá que "[...] converter-se em ser 'civilizado', em ser cada vez mais individualizado, o qual, com o passar dos séculos, se transformará no 'átomo fictício' de uma 'sociedade formada por indivíduos'" (p. 80).

Ainda segundo Varela (2002), a própria escola é um espaço privilegiado de formação de indivíduos, sobretudo pela prática regular dos exames: "Os exames avaliam as aprendizagens, a formação que recebem os escolares, como também conferem a cada estudante uma natureza específica: **convertem-no em um sujeito individual**." (p. 86, grifo meu).

As reflexões de Véras (2002) também contribuem para entender as falas das professoras. Segundo a autora, na década de 40 e 50 do século XX predominava uma explicação naturalizada da exclusão social no Brasil, inspirada em processos de organismos vivos: devido às constantes migrações provocadas pelo processo de industrialização, supunha-se que os indivíduos estivessem passando por um período de adaptação, no qual, assim como na natureza, haveria uma seleção dos mais fortes, que ocupariam os melhores espaços, e, em conseqüência, os mais fracos ficariam à margem ou acabariam por desaparecer:

Como se estivéssemos em uma arena naturalizada, onde competidores teriam as mesmas chances na luta pelo espaço, os mais aptos ganhariam melhores posições nesse ambiente construído, e disso resultariam zonas segregadas, "[...] os mais pobres excluir-se-iam dos anéis urbanos e imediatamente passariam para o próximo e, gradativamente, os melhores lugares estariam ocupados pelos 'vencedores'." (VÉRAS, 2002, p. 28).

Ainda neste período, segundo a mesma autora, existiam explicações que apresentavam a pobreza urbana como sendo a expressão de uma cultura específica, a cultura da pobreza. Segundo esta explicação, as pessoas ainda estariam passando por um processo de

adaptação. Observa-se, pois, que tanto na primeira como na segunda explicação há uma forte influência do funcionalismo, pois em nenhum momento há um questionamento das estruturas da sociedade. Há o entendimento de que os indivíduos ou grupos ainda não conseguiram se adaptar à nova realidade: a realidade urbana.

Na década de 1960 e 1970, ainda que continuassem sendo produzidas análises funcionalistas, sobretudo vinculadas ao conservadorismo militar, surgiu uma outra explicação: uma explicação crítica que vincula a pobreza às contradições da sociedade capitalista, no caso brasileiro, ao quadro de um capitalismo produzido por uma industrialização dependente. Assim, os pobres, ao invés de serem vistos como culturalmente atrasados ou como naturalmente mais fracos ou como não-adaptados, começam a aparecer neste contexto teórico como "[...] conseqüência da acumulação capitalista, um exército industrial de reserva singular" (VÉRAS, 2002, p. 30). Os pobres são as vítimas de uma sociedade injusta e opressora, porque, despojados de condições mínimas de vida digna, são subcidadãos. São excluídos não porque ainda não tenham se adaptado, mas porque as relações econômicas da sociedade capitalista produzem necessariamente um grande contingente de excluídos. É a própria lógica do capitalismo que impede que todos possam usufruir dos benefícios da vida urbana. Além de significar uma outra forma de análise, há nesta explicação um profundo questionamento e crítica da explicação funcionalista, sobretudo porque ela "[...] não captava os vínculos estruturais da economia e da sociedade dependentes da América Latina" (VÉRAS, 2002, p. 31).

Na década de 1980, os estudos críticos sobre a exclusão continuaram, focando novos processos de exclusão. Motivado pelo processo de redemocratização, surgiu um debate produtivo sobre os limites e a necessidade de ampliação da cidadania e, em conseqüência, da ampliação dos direitos políticos, civis e sociais. São produzidas várias críticas no sentido de apontar que a questão da cidadania está cada vez mais atrelada ao consumo, o que faz com que a maioria viva como não-cidadão. Discute-se também a ocupação do espaço, seja rural ou urbano, como questão de cidadania, e esse é também o início da discussão dos grupos excluídos, como os meninos de rua, pequenos agricultores, etc.

Para Véras (2002), é na década de 1990 que o conceito de exclusão se complexifica no Brasil, deixando de significar apenas pobreza enquanto condições precárias de vida. Sob a influência de Paugam, segundo a mesma autora, chega-se ao conceito de exclusão, entendendo-se, entre outras coisas, que ele é multidimensional, pois, além do desemprego, há outras dimensões "[...] de precariedade econômica e social, instabilidade conjugal, vida social e familiar inadequadas, baixo nível de participação nas atividades sociais

etc., em uma espiral viciosa de produção da exclusão" (VÉRAS, 2002, p. 35). Todos estes processos de exclusão são vistos como sendo o resultado das contradições da sociedade capitalista, não como provenientes ou causadas pelas vítimas: os pobres de toda espécie.

Cabe destacar também que é na década de 1990 que a retórica neoliberal é enfatizada no Brasil, caracterizando-se como um pensamento conservador em que os excluídos passam a ser vistos como uma conseqüência inevitável de ajustes econômicos.

> *Atualmente, criou-se até o neologismo "inempregáveis" para referir-se aos contingentes que, na nova ordem globalizada em que se insere o Brasil, não terão nenhuma vez, numa visão fatalística de que a chamada reestruturação produtiva dividirá os grupos entre assimiláveis (empregáveis) e largo grupo excluído. (VÉRAS, 2002, p. 43).*

Este *apartheid* social é visto como natural e necessário, e contra ele não se faz nada simplesmente porque se acredita que não há o que possa ser feito. Nem as políticas públicas assistencialistas são utilizadas, porque não há necessidade de incluir o pobre nem na produção, nem na cidadania, nem no consumo: "Pretendem, sim, é segregar, confinar, em verdadeiro *apartheid* entre classes, num crescente distanciamento e incomunicabilidade, traço construído socialmente" (VÉRAS, 2002, p. 43).

Junto com esta retórica neoliberal, desenvolve-se um processo de culpabilização do excluído, ou seja, "[...] os pobres começam a desconfiar de si próprios, numa culpabilidade popular" (VÉRAS, 2002, p. 43).

Pelo que foi exposto podemos concluir que as professoras seguem a lógica neoliberal sobre a exclusão e não fazem nenhuma referência a perspectiva histórica da desigualdade, pobreza e exclusão. Destacamos que expor os elementos históricos da exclusão seria imprescindível, pois é pela história que compreendemos o processo de produção da exclusão, evitando as tendências naturalizadoras ou culpabilizadoras do excluído e do pobre, como postula a lógica neoliberal.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1989.

VARELA, Júlia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Escola básica na virada do século:** cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 2002. p. 73-106.

VÉRAS, Maura. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (Org.). **Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p. 27-50.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estado e ensino agrícola no Brasil recente: o caso do E.T.A.

Sonia Regina de Mendonça*

Resumo: Estudo sobre a influencia exercida pelos acordos de "cooperação técnica" firmados entre os governos do Brasil e EUA junto à redefinição dos rumos e práticas do Ensino Agrícola no Brasil nos anos 1950. Tormar-se-á como paradigmático dessa influência a atuação do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), que funcionou no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964.
Palavras-chave: Ensino Agrícola, ETA, Extensionismo Rural.

Abstract: This is a study about the influence of the treaties on "technical cooperation" firmed between Brazil´s and USA´s governments, over the redefinition of the practices and senses of Rural Education in 1950´s Brazil. We take as paradigmatic the case of Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), that funcionned in Rio de Janeiro from 1953 to 1964.
Key-words: Rural Education, ETA, Rural Extension.

Apresentação

O texto analisa as ingerências, no âmbito da Educação Rural no Brasil, do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), órgão binacional, sediado no Rio de Janeiro (1953-1964) e diretamente vinculado ao Ministério da Agricultura (MA) e ao *Foreign Office* norte-americano. Criado a partir de mais um acordo entre os governos de ambos os países e dotado de recursos oriundos do Programa Ponto IV, os quadros do ETA definiam como seu objetivo "*contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos"* mediante projetos específicos junto a áreas como a Extensão e o Crédito Rural subsidiado. A inovação do ETA consistiu em desenvolver seus projetos mediante seu assessoramento e/ou financiamento direto e não mais através de ações unificadas, configuradoras de um programa de cooperação. Tais projetos implantaram-se em todos os estados da federação, incidindo sobre os distintos âmbitos do universo agrário: do fomento à produção agropecuária; da conservação de recursos naturais ao auxílio técnico "educativo" a comunidades rurais locais..

A criação do ETA é paradigmática da reorientação imprimida à política de "cooperação" internacional norte-americana, calcada na ressignificação da própria noção de

* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, Pesquisadora I do CNPq.

"Educação Agrícola" e inaugurada na década de 1950 quando, segundo alguns autores, é "descoberto" o conceito de "desenvolvimento" (ESCOBAR, 1995). A visão sobre as atividades até então definidas como de Ensino Agrícola passaria a priorizar não mais uma perspectiva escolar estrito *sensu*, porém uma outra, eminentemente assistencial e produtivista, voltada para a qualificação da mão-de-obra e seu treinamento e organização em "comunidades rurais", aptas a consumirem tecnologia norte-americana. A criação do ETA é o corolário de um novo projeto hegemônico mundial, sob a égide dos EUA e centrado na idéia de que a única solução para os povos terceiro-mundistas residia em fomentar o desenvolvimento, tido como um novo **domínio de pensamento e ação** e, ao mesmo tempo, matriz de uma série de novas agências de cooperação – o **aparato** - que resultaram na **institucionalização** e **profissionalização** do desenvolvimento**,** trazendo o Terceiro Mundo para o âmbito das políticas de conhecimento especializado, acompanhadas de técnicas, estratégias, e práticas disciplinares organizadoras da geração, validação e difusão do próprio conhecimento acerca do desenvolvimento, incluindo de disciplinas acadêmicas, métodos de pesquisa e ensino, até práticas profissionais as mais diversas

E.T.A: "Educação", Saber e Poder no Brasil.

Em inícios dos anos 1950, várias agências públicas e privadas norte-americanas firmavam com governos de outros países Programas de Cooperação, sobretudo na América Latina, onde funcionaram sob os mais distintos auspícios e condições – patrocinados por fundações privadas, pelo governo dos Estados Unidos, grupos religiosos, etc. – cada uma com objetivos próprios. Se agregarmos a este movimento a conjuntura específica vigente no Brasil com relação ao Ensino Agrícola - marcada pela aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 - temos um contexto bem aproximado junto ao qual se deu a fundação da mais duradoura agência brasileiro-americana de "Cooperação Técnica": o ETA. O ano de 1946 seria decisivo para a consagração da Educação Rural enquanto ramo "especial" do ensino – educação para o trabalho - marcado pela subalternidade daqueles através dele formados. Com a aprovação da Lei, de iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, este ramo foi definitivamente alijado da rede primária regular, permanecendo sob a alçada do Ministério da Agricultura, responsável por sua gestão, conquanto coubesse ao MES definir suas diretrizes nacionais. Em certa medida, a Lei foi um paliativo aos conflitos intra-estatais em torno do Ensino Rural, analisados em outros trabalhos. Somente a partir dela tornou-se possível a redefinição paulatina das práticas de Educação Agrícola, mediante a proliferação de

instituições e campanhas [1] destinadas a "alfabetizar" a população rural, tendo por objetivo "*difundir o princípio de* ***desenvolvimento comunitário"*** com metas políticas evidentes, visando "*combater o marginalismo e educar os adultos, antes de tudo para que o país possa ser mais coeso e solidário"* (CEAA, 1956: 2).

A partir de 1948 se dá a célere implementação de práticas extensionistas voltadas à difusão em larga escala de conhecimentos sobre técnicas de cultivo, tipos de sementes, etc., em lugar da ênfase nas Escolas Técnicas Agrícolas. Dentre as instituições delas encarregadas destacaram-se as **Semanas Ruralistas -** que contavam com forte apoio da Igreja [2] e as **Missões Rurais** - que percorriam o interior dos estados. Tais experiências eram apoiadas pelo MA, juntamente com agências norte-americanas, tendo por premissa que "*com uma população rural mais instruída e melhor esclarecida será possível conseguir-se uma produção agrícola eficiente".* A consolidação do Extensionismo Rural no Brasil contou com a montagem de uma vasta rede de agências de divulgação e propaganda, mediante convênios firmados entre distintos órgãos do Ministério da Agricultura, bem como entre organismos internacionais e o ETA. Sua importância pode ser aquilatada através da leitura do jornal publicado pelo SIA - *Informação Agrícola* – que dedicava 50% de seu espaço à seção intitulada "*ETA em Marcha*", onde se divulgavam as realizações do Escritório, dentre elas a concessão de bolsas de estudo nos EUA para a especialização de extensionistas brasileiros, a proliferação de Clubes Agrícolas; a construção de Centros de Treinamento e as parcerias em assistência financeira e técnica firmadas com órgãos de Crédito Rural. O "aparato" do desenvolvimento hipertrofiava-se no país, multiplicando seu corpo de especialistas e produtores de "novo conhecimento".

Entre 1957-58 seria publicada uma síntese das atividades do ETA, tendo por eixo o que se convencionou chamar de "*outro tipo de ação educativa*"**,** mais ampla que a escola e menos dispendiosa para o Ministério: a **Extensão Rural**, acompanhada de seu "irmão siamês" o **Sistema ABCAR** (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), encarregado de fornecer Crédito Agrícola Supervisionado a pequenos produtores, sempre em parceria com o ETA. Tal inovação, segundo a fala oficial, baseava-se na "*extrema preocupação com a integração dos agricultores à economia modern*a**"**, daí ser definido como

[1] Dentre elas a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1953 e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), ambas derivadas de acordos bilaterais Brasil/EUA.

[2] O convênio com o clero foi estabelecido em meados de 1958, sendo visto pelos dirigentes do S.I.A. como "um passo pioneiro e decisivo para a obra de educação rural, animando o próprio governo a estabelecer cooperação mais ampla com os altos dignitários da Igreja Católica". *Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: S.I.A., 1958, set., 9. Prosseguindo, afirmaria a matéria que "*Imprensa, radio, cinema, televisão e publicações deve ser colocadas em larga escala a serviço do homem do campo, ainda pouco esclarecido e quase sempre esquecido.* ***Urge combater o analfabetismo****. Não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem mobilizar para eliminar este grande mal".*

a "***nova modalidade de atuação educativa***". Em poucos anos de existência, a Extensão Rural contaria com uma razoável equipe de técnicos, atuando junto a 212 municípios rurais e para legitimar a redefinição operada no conceito de "Educação Rural", a correlação de forças no poder canalizou esforços no sentido de preservar a subalternidade do trabalhador rural, defendendo como cerne da política "educativa" a qualificação da **mão-de-obra adulta,** desvinculada da instituição escolar. Impossível não relacionar tal redirecionamento ao contexto específico vivido no campo e marcado pela germinação de movimentos sociais rurais organizados (MEDEIROS, 1989). Com este pano de fundo, a Extensão Rural destinar-se-ia ao disciplinamento coletivo, sob a égide de códigos e visões de mundo transmitidos pelos técnicos norte-americanos.

A partir de 1958, o ETA passou a colaborar com onze órgãos do Ministério da Agricultura, metade das Secretarias de Agricultura estaduais e todas as Universidades Rurais do país, influindo diretamente junto a atividades ligadas ao "bem-estar" das populações do campo. O papel do ETA na promoção do "desenvolvimento" rural brasileiro deve ser também balizado por sua forte imbricação às agências estatais, sobretudo o MA,como o ilustra matéria encomiástica publicada em julho de 1958, sob o título "*ETA - Três Letras que Estão Mudando o Panorama Agrícola do Brasil*":

> *"Órgão executor do acordo firmado entre os governos do Brasil e dos EUA para um* ***programa de desenvolvimento e agricultura*** *e recursos naturais, sua historia se resume numa palavra:* ***cooperação, cooperação, cooperação*** *(...) Tudo colimado num único fim****: melhorar a produção agrícola e elevar os padrões de vida do homem rural, sua família e a comunidade***" (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jul., 1958, p. 11, grifos meus)

Os recursos do ETA provinham de verbas mistas, do governo americano e do MA, contando seus projetos com um Fundo Conjunto também integrado pelos recursos das instituições que contratavam os serviços da agência. Para avaliar o raio da "cooperação" exercida, vale citar que enquanto as verbas brasileiras, em 1958, montavam a CR$15,00 por dólar americano investido, as norte-americanas correspondiam a CR$ 11,00 por dólar. Além dessa desproporção ressalva-se que "o*s dólares se destinam* ***a pagar os técnicos americanos e à importação de veículos e equipamentos*** *para uso nos projetos"* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, ago, 1958: 3). Em fins da década de 1950, o ETA gerenciava um total de 45 projetos especificamente contratados, dentre eles: 1) a Fazenda-Escola Prática de Presidente Prudente (SP), onde os alunos praticam trabalhos no campo, participando dos lucros da fazenda e teoricamente recebendo, ao fim do curso, glebas para gerirem, que acabariam por ser de sua "*total propriedade"*; 2) o CETREINO – Centro Regional de Treinamento do

Nordeste, instalado em Pernambuco, com vistas a formar pessoal habilitado ao trabalho com as populações rurais junto a associações de crédito e assistência, empenhados na recuperação sócio-econômica da região; 3) o Planejamento da produção agrícola do Brasil e sua futura capital - que organizava a produção vegetal com vistas ao abastecimento de uma população de cerca de 5. 00.000 pessoas; 4) o Plano de Reerguimento do Vale do Paraíba – assistido pelo ETA através de recursos materiais e humanos, sobretudo seus próprios técnicos; 5) o Plano de Assistência ao Cacauicultor - que incluía a instalação de escolas para formar capatazes, ensino da seleção de pés de cacau e assistência no âmbito da Economia Doméstica; 6) o Fomento à avicultura, destinado a promover o melhoramento da produção avícola do país; 7) o Plano de Incremento da Produção Leiteira de Pernambuco, mediante o controle dos animais, o incentivo a indústria de lacticínio e uma campanha educativa junto aos produtores.

Malgrado a variedade de projetos geridos pelo ETA, um aspecto chama atenção se os examinamos em conjunto: sua concentração junto à região Nordeste, o que é de todo coerente, não tanto com as representações construídas a seu respeito, porém, principalmente, com a emergência, em 1955, das Ligas Camponesas. Além dos 45 projetos, o ETA permanentemente estudava novos Convênios de Cooperação com instituições como o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto do Açúcar e do Álcool, a ABCAR e o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura. Segundo o diretor do S.I.A.

> *"O que há de fundamental neste esforço de **renovação dos métodos educacionais é a compreensão de que a reforma agrária no Br**asil não se pode limitar à simples distribuição da terra. Para mudar o panorama agrário, é indispensável alcançar um elevado grau de dinamização dos **métodos de ensino rural**, para preparar **técnicos qualificados** e, sobretudo, capazes de influir decisivamente para a racionalização dos nossos métodos".* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, ago., 1958: 3.Grifos meus)

A multiplicidade de agências e agentes imbricados às práticas do desenvolvimento no âmbito da agricultura envolveria, além de instituições públicas, iniciativas particulares, da esfera do voluntariado. Nesse sentido, o periódico acusaria a constituição de grupos de treinamento de "**líderes voluntários"**, encarregados de difundir o Programa de Extensão e Crédito Rural Supervisionado, por iniciativa conjunta do ETA/ACAR.

> *"Às mulheres são transmitidos conhecimentos sobre **trabalhos domésticos** e tais **líderes**, de posse dos conhecimentos e da prática dos novos processos de trabalho, se incumbem de transmiti-los nos círculos em que vivem **vencendo-se a natural reação existente nos meios rurais contra tudo que venha violentar a rotina"*** (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jun., 1954: 4, grifos meus)...

O conceito de "liderança" veiculado pelo ETA passaria a conotar, no decorrer da década de 1950, **todos** os produtores rurais dotados de alguma qualificação para o trabalho e não apenas o homem adulto e analfabeto, mas também mulheres – daí a nova "disciplina" da "Ciência do Desenvolvimento", a **Economia Doméstica** - e até mesmo crianças, muito embora para estas o ETA fomentasse parcerias destinadas a implantar Clubes Agrícolas. Entretanto, vale esclarecer que não se tratava do trabalho enquanto princípio educativo integral, como o defendera Antonio Gramsci (GRAMSCI: 2001), mas sim da Educação enquanto instrumento maximizador da produtividade do trabalho rural. Sob essa concepção absolutamente instrumental de Educação, submetia-se a população dos campos a uma infinidade de intervenções muito distantes de práticas efetivamente educativas, haja vista o processo em curso de substituir-se a escola por práticas extensionistas, dirigidas à assistência técnica e financeira. Na visão dos "gestores do desenvolvimento", tal **redefinição da Educação rural** resultaria em

> *"... **ajudar mais àqueles que já estão ajudando** as populações rurais a se erguerem, pelos métodos mais indicados. Não se deve pensar em fazer caridade, em dar esmola. Os **métodos modernos visam à organização comunitária,** através da assistência técnica, econômica e social (...). Eles ensinam **aos rurícolas a ajudarem a si mesmos para resolver seus próprios problemas**. Para isso, o homem do campo necessita existir em **comunidades organizadas** e unidas onde predominem as **associações rurais e educativas**, as cooperativas e os clubes agrícolas (...).Essa **nova Educação** se fará através da Extensão Agrícola conjugada ao Crédito Rural..."* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, jul.,1954: 9, grifos S RM)

Outra atividade prevista nos projetos do ETA/MA consistiu no incentivo à multiplicação de **Missões Rurais Ambulantes**, destinadas a ministrar Cursos de Treinamento para líderes rurais e organizar cooperativas de consumo. Para tanto as agências contariam com novo parceiro, a Igreja. Em inícios de 1959, *Informação Agrícola* noticiaria que:

> "*O arcebispo de Natal – D. Eugenio Salles – resumiu em onze itens os resultados obtidos com as Semanas Ruralistas realizadas pelo Serviço de Assistência Rural mantido por aquela diocese, começando pela instalação de uma Missão Rural Ambulante, Cursos de Treinamento de lideres rurais e organização de uma Cooperativa de consumo. Também o XII Curso de Treinamento de Educadores de Base foi implementado"* (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jan-fev, 1959:10).

Na avaliação dos técnicos do Ministério, o "mérito" das *Semanas* consistia em "aproximar" técnicos, produtores e líderes comunitários, estabelecendo a "*camaradagem*" necessária ao trabalho de cooperação. Elas "*criam o clima favorável ao entendimento e à melhoria das atividades no campo*" (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA: jul-ago,1960: 6). Um novo termo evidencia-se no discurso relativo às organizações coletivas de trabalhadores rurais implementadas pelos acordos de cooperação: a noção de **comunidade**. Nela se basearia outro elemento do processo de redefinição da Educação Rural no Brasil: a substituição da noção de

indivíduo pela de **grupo**, enquanto objetos da ação extensionista[3]. As verbas administradas pelo ETA/MA também se dirigiam a outra modalidade de ação "educativa" que ganhou fôlego com seu suporte: os **Clubes Agrícolas Escolares**, destinados aos filhos de trabalhadores rurais, aptos a aprenderem rudimentos de práticas agrícolas e símbolos vinculados à valorização da terra e sua estreita imbricação à nacionalidade. Através dos 426 clubes agrícolas existentes em 1958, professoras e crianças realizavam a chamada "*formação rurícola do homem do campo" (*CRUZ, 1936). O movimento atingiria tal amplitude que seriam criadas Federações Estaduais de Clubes.

O papel do ETA na promoção do "desenvolvimento" rural, mediante sua ação "educativa" foi essencial à difusão dos princípios e do aparato institucional inspirados no paradigma norte-americano. Entretanto, em inícios da década de 60, sua atuação seria questionada pelo governo brasileiro, em função do desequilíbrio entre as verbas fornecidas pelos EUA e o Brasil. O ministro da Agricultura, Barros de Carvalho, em reunião com o Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, o embaixador brasileiro Barbosa Lima e o chanceler Horácio Lafer, discutiria o reajustamento da participação financeira do ETA junto aos Programas de Cooperação. Segundo ele, se a dotação americana de 300 mil dólares fora razoável no primeiro ano da atividade (1954), "*hoje não se ajusta às mais necessidades da cooperação*" (INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, 1960: 2). Igualmente questionaria a **rigidez** na aplicação das normas dos programas, sendo cobrada ao ETA a necessidade de dar-lhes mais plasticidade, para responder às peculiaridades da agricultura brasileira. O pleito seria atendido, tendo por resultado a prorrogação do acordo que instituía o ETA como parceiro do Programa para a Agricultura.

Concluindo

O discurso e as práticas do Desenvolvimento instituíram-se no operador central das políticas de "cooperação técnica" aplicadas em grande parte do Terceiro Mundo no Pós-Guerra. O Brasil não escaparia ileso desse processo de dimensões mundiais. O estudo das práticas perpetradas pelo ETA no Brasil dos anos 1950 apenas visou "levantar o véu" para desnaturalização necessária. A partir dele foi possível perceber que noções como "desenvolvimento", "cooperação técnica" e "elevação do nível de vida das massas" tornaram-

[3]"O*s homens do campo precisam unir-se, fortalecer as associações rurais e cooperativas**, educar-se** para melhor solucionar seus problemas. Ao próprio governo é muito mais fácil e viável_**atender às comunidades**_do que aos **indivíduos isoladamente**. As comunidades precisam organizar-se e, por intermédio de seus clubes agrícolas, de suas associações de economia doméstica e de suas entidades de classe reunir o máximo de pessoas sob a orientação esclarecida de **autênticos lideres".*** INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, jul-ago, 1960: 8.

se instrumentais para construir "alteridades" inferiores e carentes e também para inflacionar as importações brasileiras de máquinas e insumos agrícolas norte-americanos. Através do fornecimento de um conhecimento "especializado", reproduziram-se no país paradigmas importados que, além de expropriarem os trabalhadores rurais de seus saberes próprios, tornaram-nos alvos fáceis da disciplinarização pelo capital, resultando no fortalecimento tanto das agências produtoras de "especialistas", quanto dos novos mecanismos econômicos a eles impostos, sob a pecha da modernidade. As práticas das chamadas "*novas modalidades educativas*", financiadas pelo ETA, se encarregariam de difundir um dado "modelo" de desenvolvimento que em muito se adequaram aos interesses dos grupos dominantes agrários brasileiros, co-participes do deslocamento dos conflitos de classe da cena real, para o âmbito da reeditada dicotomia entre "arcaicos" *versus* "modernos". Nesse sentido, a Educação não-escolar destinada ao trabalhador adulto do campo implicou, não apenas na resignificação da própria noção de Educação, como também no adestramento desses trabalhadores triplamente expropriados: de sua terra, de seu conhecimento e de sua própria identidade.

Fontes e referencias bibliográficas

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: S.I.A.,1954, 1958, 1959, 1960

Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. *Relatório*. Rio de Janeiro: ETA, 1956.

CRUZ, Noemia Saraiva de Matos. *Educação Rural*. Rio de Janeiro: Edições Rio Branco, 1936.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, volume 2.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Historia dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O anticomunismo nas páginas dos jornais de Porto Alegre entre 1960 e 1964

Maristel Pereira Nogueira[1]

Resumo

É objeto desta pesquisa o anticomunismo difundido pela imprensa escrita em Porto Alegre, durante o período compreendido entre janeiro de 1960 e março de 1964, buscando identificar e analisar os mecanismos utilizados pela imprensa no combate ao comunismo.

Nesta pesquisa devemos perceber de que forma os jornais diários apresentavam o comunismo para a sociedade Porto Alegrense e, a partir disso, como se posicionavam junto à mesma frente ao comunismo. É através do estudo do conjunto de mecanismos impressos utilizados no combate ao comunismo que poderemos compreender como, neste período, o tema foi trabalhado.

Abstract

object of this research the anticommunism perceived in the press written in Porto Alegre, during perodo understood between January of 1960 and march of 1964, searching to identify and to analyze the mechanisms used for the press in the combat to the communism.

In this research we must perceive of that it forms daily periodicals presented the communism for the society Porto Alegrense and, from this, as they were located next to the same front to the communism. It is through the study of the set of mechanisms printed matters used in the combat to the communism that we will be able to understand as, in this period, the subject was worked.

É objeto desta pesquisa o anticomunismo difundido pela imprensa escrita em Porto Alegre, durante o período compreendido entre janeiro de 1960 e março de 1964, buscando identificar e analisar os mecanismos utilizados pela imprensa no combate ao comunismo.

Nesta pesquisa devemos perceber como os jornais diários apresentavam o comunismo para a sociedade Porto Alegrense e, a partir disso, como se posicionavam junto à mesma frente ao comunismo. É através do estudo do conjunto de mecanismos impressos utilizados no combate ao comunismo que poderemos compreender como, neste período, o

[1] Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul /Bolsista do CNPQ

tema foi trabalhado. Reconhecemos que nem todos os jornais eram anticomunistas, assim é de supor que tenha ocorrido algum debate ideológico através das páginas dos jornais, ou, se for o caso, perceber os silêncios, as omissões.

> *Já há bastante tempo busca-se identificar e compreender a intervenção dos meios de comunicação na sociedade. Têm sido estudados seus efeitos (o mais recente é a hipótese de agenda setting), funções (desejáveis e indesejáveis). Os meios deixaram de ser vistos como uma instancia neutra a serviço da sociedade e passaram a ser tomados na sua natureza ideológica e de classe, instrumento de poder político e econômico, esfera de dominação. (França, 2002, p. 485)*

Concordamos com França quando esta afirma que "os meios deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade", os estudos sobre a mídia[2] tem nos mostrado que a imprensa pode não determinar o que as pessoas devem pensar, mas, com certeza, ela determina sobre o que vão pensar, portanto, nosso objetivo é procurar identificar como se manifestou o anticomunismo nos jornais, quais foram as construções feitas.

O meio jornalístico não é imparcial, reflete o meio em que está inserido, e está sujeito a variações do mercado, logo é importante entender o que está por trás do texto jornalístico. Como destaca Motter , "avaliar, pois, o tipo de subjetividade que pode estar presente na imprensa escrita diária mostra ser um caminho para a compreensão de sua relação com o leitor, com a sociedade e com a história.(1990, p.57) "

Ao analisarmos os textos nós os desconstruímos para podermos analisá-los e construir sobre eles o nosso metatexto, com base nas indicações que os mesmos nos apontarem. Somente com a desconstrução dos diversos textos jornalísticos poderemos apreender não só como compreenderam o evento, mas como comunicaram o mesmo.

Constantino (2002, p.187)[3] nos lembra da importância de analisarmos as fontes com critério pré-estabelecidos, fazermos a critica de objetividade sobre nossas fontes, refletir sobre sua veracidade, verificar se a sua narrativa resiste ao confronto com outras fontes. Estas são observações fundamentais quando se trata de jornais como fonte devido a sua especificidade.

A intenção do jornalista é obter um maior grau possível de objetividade na noticia, contudo sabemos que a subjetividade é inerente ao homem, as crenças, pensamentos, ideologias, cultura, enfim, são elementos que perpassam através do texto e vão compor a notícia. O jornalismo é uma prática profissional que, através da sua atuação pode ser formador de opinião. Assim sendo, através deste estudo verificamos como os jornais compreenderam o evento, quais suas preocupações, procurando inferir sobre quais eram os interesses

[2] Cohen (1963) apud, Traquina, 2001
[3] Constantino, 2002,

envolvidos. Neste caso, sem dúvida, é importante ter em mente a afirmação de Burdieu[4] sobre o campo jornalístico que diz:

> O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes.(p.102-103)

Como a imprensa (jornais) foi escolhida como fonte de pesquisa, devemos sempre lembrar que, concordando com a afirmação de Bourdieu sobre o campo jornalístico, os jornalistas não são imparciais, os periódicos estão sujeitos às variações do mercado, ao jogo de interesses dos grupos que os sustentam, conhecidos como grupos de pressão, da classe que representam, em suma, de forma nenhuma devemos tomar a fonte *per si,* é importante que, como pesquisadores possamos balizar as práticas sociais do jornalismo.

Não devemos pensar que a imprensa limita-se a informar sem emitir opinião. O jornalista é um profissional que deve sempre informar os fatos com objetividade, mas neste procedimento ele seleciona o que será informado, como será dito e a angulação que será dada à notícia. Todo discurso traz dentro de si uma ideologia pré-concebida. Mesmo que este processo seja inconsciente por parte do profissional, a subjetividade das suas escolhas já denota um sentido à matéria a ser publicada.

Para tratar da ação dos jornais é necessário também, identificar de onde vinham as notícias do exterior. Por ser oneroso manter vários correspondentes no exterior os jornais brasileiros, adquiriam estas notícias de agências noticiosas.

As agencias de notícias são empresas jornalísticas, ou empresas de informação, especializadas em difundir informações e noticias diretamente das fontes para os veículos de mídia, fazem o papel de intermediárias entre o acontecimento e o meio de comunicação. Concordamos com Sónia da Silva[5] ao asseverar que nesse trabalho de intermediária de informação as agencias noticiosas realizam um papel de vital importância no recolhimento, filtragem e divulgação da noticia, ou seja, a decisão primeira se um evento será noticiado ou não, tem origem nas agencias. São as agencias noticiosas poderosos definidores da agenda jornalística. Sobre as origens das agencias noticiosas Sónia nos diz que,

> *Favorecidas ainda com o progresso tecnológico da comunicação - especialmente no que concerne à invenção do telégrafo - que tornou possível, a partir do final da*

[4] BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro,: Jorge Zahar Ed., 1997.
[5] Silva, Sónia da. Contributo para uma história das agências Noticiosas Portuguesas. 2006, www.bocc.ubi.pt

> *primeira metade do século XIX, a transmissão rápida e a distancia, de informações, as agencias encontravam assim o seu lugar no campo dos média e o garante do seu sucesso. (Silva, 2006, p.4)*

As primeiras agencias noticiosas são: *Havas* (França -1835), *Associated Press* (EUA-1848), *Wolf* (Alemanha-1849), *Reute*r (Inglaterra-1851), Tass (União Soviética -+/- 1925), ainda segundo Sónia da Silva,

> *Em 1870, as agencias Havas, Reuter e Wolf dividem entre si o mundo e o direito de exclusividade de distribuição noticiosa. O exclusivo de distribuição informativa em Portugal, Espanha e Itália, além da França, e das suas colônias é atribuído a agencia Havas. A Grã-Bretanha e a Holanda, juntamente com seus domínios e colônias, ficam sob a dependência da Reuter. Por sua vez, a agencia alemã de B. Wolf fica com a Alemanha, a Rússia e os países escandinavos.(Silva, 2006, p.6)*

Esta divisão não durou muito tempo pois "*a Reuter começou a vender seu serviço noticioso em Portugal em 1943*"[6], além disso a Associated Press não fazia parte da divisão e, logicamente, deveria oferecer seus serviços em qualquer lugar.

As agencias noticiosas tem um importante papel na mídia mundial na década de sessenta, pois, é primeiramente por elas que as noticias passarão. A forma como as noticias chegarão até o leitor terá sempre o contorno dado pela agencia e pela cultura a qual pertence. Por exemplo a Associated Press (AP) e a United Press Internacional (UPI), são empresas americanas, as noticias fornecidas por elas terão sempre a noção cultural americana. A Tass terá como viés de suas informações, o olhar soviético dos fatos. Assim cabe-nos perceber, também estas nuances na nossa análise dos jornais.

> *A imprensa é uma das fontes de que se serve. Fonte sujeita a múltiplos comprometimentos pela ambivalência de se situar como espaço privado, ou seja, pela sua característica de constituir-se em empresa inserida no sistema capitalista – já que é esse tipo de imprensa que nos preocupa com todas as conseqüências que isso pode acarretar, por um lado, e por outro, propondo ser um espaço de liberdade, estabelecer a intermediação entre governantes e governados, porta-voz desses últimos e defensora de seus interesses. (Motter, 1990,p.55)*

Também devemos considerar o fato de o jornal estar sujeito aos grupos de pressão que o sustentam (acionistas e anunciantes). Estes têm uma ideologia e esta ideologia deve ser respeitada o máximo possível pelo veículo de comunicação. Assim, uma notícia que vá de encontro às suas crenças não será publicada, ou sofrerá censura prévia. Arbex Junior demonstra como isto pode transparecer:

[6] Silva, 2006, p.7

> *Qualquer crítica séria da mídia deve ter como pressuposto, necessariamente, a 'desnaturalização'dos fatos e das notícias apresentadas enquanto tais pela mídia. 'Fatos' e 'noticias' não existem por si só, como entidades 'naturais'. Ao contrário, são assim designados por alguém (por exemplo, por um editor), por motivos (culturais, sociais, econômicos, políticos) que nem sempre são óbvios. Mas essa operação fica oculta sob o manto mistificador da suposta 'objetividade jornalística'. (2002, p. 103)*

Como podemos perceber o fato só se torna notícia porque alguém assim determinou, quando não há interesse em que um fato se torne notícia, este não é publicado, ou o jornal procura minimizar ou subdimensionar sua importância, quando não pode se omitir devido a sua gravidade. Podemos chamar esta ação de manipulação de informação. O que determina esta escolha são precisamente os interesses envolvidos.

> Ideologia e discurso jornalístico seguem juntos em linhas paralelas que se encontram no infinito. Desde o aparecimento dos primeiros jornais, os Avvisi, em fins da Idade Média, a imprensa serve aos interesses de um grupo ideológico, que pode ser hegemônico ou não, dependendo do momento histórico. Mesmo antes dos Avvisi, os trovadores – precursores dos repórteres – orientavam seus relatórios épicos ou críticos de acordo com quem os financiasse.
>
> Não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, donde se pode concluir que não há discurso jornalístico sem ideologia. (Abreu, 2000, p.21)

Abreu é esclarecedor ao lembrar que o discurso é fruto do sujeito e que este tem ideologia. A ideologia é um sistema de representações que está presente no cotidiano dos indivíduos, permeando tudo que é produzido por eles no seu viver social. O discurso também atende aos interesses de quem o financia, no caso dos jornais, os anunciantes e acionistas.

Marilena Chauí faz um resumo que acreditamos definir com precisão a nossa compreensão de ideologia para este trabalho:

> *A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir da esfera da produção. Pelo contrário a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação, ou o Estado. (2001, pp.108-9)*

Para que a ideologia possa cumprir a sua função de fornecer aos membros da

sociedade o sentimento de identidade social, os meios de comunicação de massas devem cumprir o seu papel de reproduzir a ideologia dominante da sociedade na qual estão inseridos.

A escolha dos jornais *Última Hora, Correio do Povo, Fôlha da Tarde*[7] *Jornal do Dia e Diário de Notícias* como nosso *corpus documental*, se deu em função das suas diferentes posições ante a sociedade porto-alegrense identificada através da pesquisa bibliográfica. A seguir trataremos um pouco mais sobre cada um destes jornais.

O Jornal *Última Hora* , segundo Hohlfeldt, era abertamente favorável às políticas getulistas. "Reflexo, contudo, da mesma política pendular que caracterizara o populismo getulista, *Última Hora*, inclusive em suas diferentes ramificações regionais, oscilaria entre o nacionalismo, o populismo e o sensacionalismo." (2002, p.14) A escolha deste jornal deu-se justamente por ser a tendência mais à esquerda e de grande circulação[8] no contexto político.

Hohlfeldt,informa que o jornal Última Hora concorria diretamente com a Fôlha da Tarde, motivo pelo qual optamos, também, por este jornal. O Correio do Povo foi escolhido pela sua trajetória e história, segundo Antonio Firmo de Oliveira a história do Correio do Povo é a própria história do Rio Grande nos últimos 100 anos. Ao fazer a apresentação do livro de Galvani, Firmo define a trajetória do jornal:

> *Fundado por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior em 1895 – época em que os jornais eram ligados ou pertenciam a agremiações político-partidárias -, já nasceu independente, tendo a divulgação da verdade como seu compromisso maior.*
>
> *O 'róseo' – pela atuação de seus dirigentes, jornalistas, gráficos e funcionários – vivenciou todos os importantes acontecimentos estaduais, nacionais e internacionais do século, sempre levando a seus leitores a informação objetiva, a interpretação adequada e a crítica construtiva. (Galvani, 1994, p.5)*

O *Correio do Povo* era um jornal tradicional em Porto Alegre e procurava transparecer ao público leitor que sua postura jornalística seria de sempre transmitir a verdade.

Outro jornal escolhido em função de sua tendência política e sua trajetória foi o *Diário de Notícias*. Sobre a origem desse jornal, escreve Bahia:

> *Somente depois do surto de 30 é que um velho sonho de repórter provinciano se concretizou, estruturando-se a cadeia jornalística, nos moldes da Hearst norte-americana, e que é a maior da América Latina: os Diários e Emissoras Associados, congregando cerca de trinta e um jornais, quatro revistas e vinte e seis emissoras (inclusive cinco TVs) e uma agência noticiosa. (BAHIA, 1967, p.73)Bahia, na citação acima, demonstra a tendência do* Diário de Notícias *que pertencia à cadeia de jornais Diários Associados de Assis Chateaubriand. O* Diário de Notícias *era um tradicional jornal de Porto Alegre, desde os anos 30 que combatia Getúlio Vargas e sua política. Quando Vargas morreu em 1954, teve suas instalações invadidas pela*

[7] O título destes jornais no ano de 1963 era escrito com acento circunflexo – Fôlha Esportiva e Fôlha da Tarde
[8] A edição de 28 de maio registrava novo sucesso do jornal: 93.271 exemplares/dia (Hohlfeldt, 2002, p.47)

> *população porto-alegrense, que quebrou tudo. O jornal retoma a sua circulação um ano após o acontecido.*

Bahia ao tratar de Assis Chateaubriand define nitidamente a linha editorial do *Diário de Notícias*.

> "Com grande influência na vida pública, o diretor dos Associados sempre conduziu seus editoriais na linha de notório conservadorismo, respingado de liberalismo, intransigente no entanto em relação às tendências esquerdizantes."(1967,p.74).

A escolha do *Diário de Notícias* deu-se em função da sua postura anticomunista e pelo fato de ter sido um forte concorrente do *Correio do Povo.*

O *Jornal do Dia*, um jornal de ressonância menor em relação aos demais, foi escolhido em função da sua ligação com a Igreja Católica, um jornal conservador e declaradamente anticomunista.

Acreditamos que os jornais de Porto Alegre possam ter cumprido o seu papel de reprodutores da ideologia dominante, lembrando que nem todos os jornais tinham a mesma ideologia. Assim sendo, é possível pensar que, em função desta diferença de sistema de idéias, eles possam ter travado um debate na defesa de suas convicções Nosso trabalho consiste em identificar estas ações, demonstrar como cada um conjeturou e em que sentido o fez. Pretendemos, ao longo desta pesquisa, demonstrar como os jornais dirigidos à população vislumbraram a questão do anticomunismo. Como cada periódico apresentou o comunismo e quais os recursos anticomunistas que foram utilizados. A década de sessenta é considerada como um período onde o anticomunismo esteve muito forte, no Brasil, procuraremos identificar qual o papel da imprensa neste processo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Manchester Catarinense e o I Congresso Operário: A difusão do autoritarismo e a gênese do sindicalismo amarelo*

Giane Maria de Souza.*

Resumo

Este trabalho analisa a formação histórica dos sindicatos amarelos na cidade de Joinville – SC, a partir do I Congresso Operário em 1934. Pretende-se evidenciar que desde esse período os sindicatos joinvilenses já defendiam a ideologia autoritária de subordinação e aquiescência social. Destarte, o I Congresso Operário oficializou o papel estratégico dos sindicatos operários na defesa do capital honesto, da indústria nacional e do trabalho disciplinado. Nesse sentido, o movimento operário joinvilense adquire novas configurações no início do século XX, caracterizando uma nova formulação nas organizações da classe trabalhadora de não-contestação e de instauração e institucionalização dos sindicatos amarelos. Esse contexto político propiciou as condições favoráveis para a instalação de um governo integralista em 1936 na cidade de Joinville e a difusão dos ideais autoritários estadonovistas.

Palavras-chave: Educação. Autoritarismo. Sindicatos.

Abstract: ***This work analyzes the historical formation of the yellow unions in the city of Joinville - SC, from the 1st Congresso Operário in 1934. One intends to evidence that since this period the unions of Joinville already defended the authoritarian ideology of social subordination and acquiescense. Thus, the 1st Congresso Operário officialized the strategical paper of the laboring unions in the defense of the honest capital, the national industry and the disciplined work. This way, the labor move of Joinville it acquires new configurations in the beginning of 20th century, characterizing a new formularization in the organizations of the diligent classroom of not plea and instauration and institutionalization of the yellow unions. This context politician propitiated the favorable conditions for the installation of a integralist government in 1936 in the city of Joinville and the diffusion of the New State's authoritarian ideals.***

Key words: Education. Authoritarianism. Unions.

Introdução

Este artigo objetiva demonstrar que desde o início da década de 1930 o movimento operário de Joinville estava sintonizado com os preceitos do nacional-autoritarismo, o que culminou com a instauração de um governo integralista em 1936, sob o comando de Aristides

---

* Este artigo resulta de um recorte temático de dissertação de mestrado (SOUZA, 2006), realizada sob a orientação de José Claudinei Lombardi.

* Mestre em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Membro do grupo História, Sociedade e Educação no Brasil – Histedbr, Faculdade de Educação – Fe-Unicamp.

Largura, precursor catarinense do nazifascismo propagado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) de Plínio Salgado.

Dentro de uma perspectiva materialista-histórica pretendeu-se analisar o trabalho como categoria ontológica central para a compreensão das múltiplas relações sociais que se forjam no trabalho e a partir dele – como os sindicatos. Nesse sentido, o movimento operário joinvilense adquire novas configurações no início do século XX, caracterizando uma nova formulação nas organizações da classe trabalhadora, como os sindicatos amarelos, de caráter não contestatório e de institucionalização e difusão do Estado autoritário.

Segundo Araújo (1998), os amarelos eram as entidades corporativistas, socialistas reformistas, positivistas e republicanas sociais. Almejavam a mudança social por meio de ações legais e propunham melhorias trabalhistas e acordos pacifistas para mediar confrontos.

Joinville, cidade ao norte de Santa Catarina, foi cognominada Manchester Catarinense em alusão à capital industrial inglesa. No decorrer do texto, o histórico do I Congresso Operário demonstrará o papel educativo-ideológico das lideranças operárias na defesa do capital honesto, da indústria nacional e do trabalho disciplinado. Elementos estes necessários e determinantes, que compuseram o cenário que precedeu o Estado Novo e que em 1936 creditaram ao Integralismo assumir a Prefeitura Municipal de Joinville.

Discursos das lideranças operárias

Segundo Ternes (1986) o desenvolvimento econômico de Joinville foi resultado somático de: primeiro, condições naturais que Joinville apresentava para a instalação industrial do setor metal-mecânico; segundo, do trabalho incansável dos teuto-brasileiros que em Joinville fixaram suas perspectivas de ascensão social econômica. Nesse sentido Ternes (1986,p. 90) advoga: "Esta visão para os negócios, a disciplina para o trabalho e o forte senso de organização, formam o tripé em que se fundamenta o êxito destas iniciativas empresarias, a partir do ano de 1880".

A propagação desse discurso oficial defensor do capital honesto e do trabalho disciplinado mostrou-se explicitamente na primeira sessão do Congresso Operário de Joinville, em janeiro de 1934. As lideranças operárias joinvilenses estavam politicamente sintonizadas com o nacional-desenvolvimentismo e seus ideólogos autoritários. O discurso hegemônico patenteou-se durante as intervenções políticas, proferidas pelas lideranças. Nos discursos operários, constatou-se que em Joinville o operariado foi representado por sindicatos nascidos pela óptica e pelos interesses do capital – os sindicatos amarelos.

Além dos operários e das lideranças sindicais, estavam no congresso o prefeito – João Acácio Gomes de Oliveira –, um representante do Ministério do Trabalho e o delegado de polícia da cidade. Durante a abertura das atividades congressistas, os patrocinadores do evento conclamavam todos os presentes para a manutenção do espírito ordeiro e patriótico que sempre caracterizou os trabalhadores da cidade, em busca de suas reivindicações dentro da "justiça, da paz e do trabalho" (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).

O presidente da Federação dos Trabalhadores, Nelson Machado, proferindo a abertura do congresso, explicitava o objetivo do evento:

> *[...] Camaradas! Que as minhas primeiras palavras pronunciadas neste grandioso Congresso sejam de sincero agradecimento aos sindicatos trabalhistas da minha terra, pela honrosa situação que me conferiram, escolhendo o mais humilde dos membros, da Federação dos Trabalhadores para dirigir os trabalhos desta assembléia. Dentro da órbita das minhas atribuições não pouparei esforços em servir a coletividade proletária, tudo fazendo para que as aspirações do operariado joinvilense se tornem em luminosa realidade. (ibidem).*

Revestido de conceitos e apropriações históricas da esquerda sindical – como *camaradas*, *proletariado*, *coletividade* –, esse discurso demonstra a manipulação ideológica objetivada. A classe trabalhadora joinvilense deveria conceber essas denominações não no sentido esquerdista-soviético, mas no sentido nacionalista-autoritário. O posicionamento político e autoritário torna-se evidente nas palavras de Nelson Machado:

> *O operariado de hoje já não é aquele inculto, escravizado e espoliado de outrora. Existem leis que regulamentam suas horas de trabalho, que lhe garantem os estudos e que lhe permitem as férias. Têm o direito de reunir-se em sociedades e projejuar pelos interesses comuns. Facultam-se todos os meios de propaganda, desde que seja dentro da ordem e do respeito devido às autoridades. (ibidem).*

O intuito de solidificar a passividade como uma virtude operária e o compromisso com a ordem vigente como uma noção de patriotismo e civilidade ficava explícito no decorrer das atividades congressuais. Os trabalhadores deveriam fazer suas reivindicações por direitos somente dentro do permitido pelas leis. Para o presidente da federação, o governo já estava fazendo sua parte e propunha oficialmente melhorias nas condições de vida e trabalho da classe operária. Porém, as concretizações somente seriam alcançadas se houvesse uma parceria entre o "capital e trabalho", entre o "patrão e o empregado". O operário deveria submeter-se aos ditames do Estado e ter o patrão como um grande amigo:

> *Um bom patrão e um bom operário devem ser como dois corações num peito só, porque da concórdia, da harmonia, da irmandade entre o capital honesto e o trabalho honrado só podem trazer benefícios tanto para um quanto para o outro. É essa concórdia, é essa harmonia, é essa irmandade que desejo e prezo, relegando*

> *para a vala comum das coisas mortas o capitalismo explorador, nefasto sob todos os títulos, à marcha gloriosa dos povos. (ibidem).*

Esse discurso pretendia estabelecer duas conexões ideológicas com os trabalhadores: primeiro, a defesa da irmandade harmoniosa para tornar o ambiente fabril semelhante ao doméstico, uma relação fraternal entre patrão e operário que somente se realiza com o trabalho honrado e responsável; segundo, era preciso exaltar o espírito empreendedor e batalhador dos imigrantes alemães e do capitalista local, porque toda fortuna acumulada, todo negócio desenvolvido fora resultado do trabalho e, sendo fruto dele, tornava-se uma fonte de capital honesto. Somente se voltariam contra isso ou o criticariam aqueles que não queriam nada com o trabalho – os desordeiros, os preguiçosos e os invejosos da conquista alheia.

A partir do momento em que o movimento sindical de Joinville difundiu esse discurso perante a classe trabalhadora a educação ideológica dos operários passou a ser responsabilidade dos sindicatos patrocinados pelo Estado. O trabalho disciplinado dentro das fábricas e a aquiescência social seriam, na óptica da classe dominante e dos líderes sindicais, a possibilidade de ascensão social por meio do trabalho – bastava se adaptar ao modelo econômico e político que se forjava.

No Congresso dos Operários, o senhor Francisco Luiz reitera que trabalhador e patrão não podem viver um sem o outro. A defesa da cooperação patronal e operária era conquista do "capitalismo honesto", e seus ideólogos afirmavam:

> *Dentro das normas sadias da disciplina e da ordem, não há que temer embaraços, nem recear escolhas na marcha gloriosa dos destinos do operariado. [...] quero dizer ao operariado reunido neste importante conclave que não sou, nem jamais poderei ser contra o capitalismo produtor e honesto, porque sem o capital seria o trabalho letra morta, transformando a coletividade num cortejo sinistro de pavorosas misérias. Sou sim, contra o capitalismo explorador, ou contra o capitalismo negro, que olha o operariado como besta de carga, sugando-lhe a última gota de sangue, sem um gesto de generosidade e contemplação [...] sem o braço do operário, que tem nos calos de sua mão as veneras honrosas do seu labor, não pode existir trabalho, não pode haver capitalismo. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 15 jan. 1934).*

Francisco Campos (1938), entre outros, defendia o Estado centralizador e nacionalista. Vê-se que em Joinville há uma consonância política com as idéias de Campos e outros apologetas do nazifascismo. O capitalismo produtor e honesto não poderia seguir os paradigmas comunistas e liberais, mas o nacionalista, que coloca a coletividade da nação acima dos interesses individuais.

As lideranças sindicais, em nome dos interesses corporativos e nacionalistas, homenageavam no congresso aquele que deveria ser o exemplo para a classe trabalhadora:

> *Quero com isto prestar as minhas homenagens a um brasileiro ilustre, que, embora sofra as agruras duríssimas do exílio, longe da pátria e longe dos seus, foi incontestavelmente quem reergueu o proletariado brasileiro, colocando-o no lugar que lhe competia. Refiro-me ao senhor ministro Lindolfo Collor, nome que não pode ficar esquecido nesta hora solene. (ibidem).*

O ícone do movimento operário, na perspectiva das lideranças sindicais de Joinville, era Lindolfo Collor, ideólogo da junção capital-trabalho, pois era um capitalista genuinamente conservador, representante da oligarquia gaúcha, que em 1930 assumiu o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio.

A educação eugênica do trabalhador

A educação eugênica era defendida pelo Estado autoritário para tornar o cidadão comum um soldado apto para resguardar a segurança nacional, os símbolos patrióticos, o cultivo do espírito cívico; já a massa deveria estar preparada pedagogicamente para a disciplina e a aquiescência social; e o trabalhador, pronto a contribuir com seu trabalho para o desenvolvimento econômico do país (BAÍA HORTA, 1994).

No decorrer dos debates e na efervescência dos discursos, o congresso definiu e defendeu a educação do trabalhador e seus filhos; a necessidade da higienização das casas e dos bairros; o combate aos vícios; o trabalho racional e honesto. Sobre o regime político vigente, os sindicalistas o consideravam ideal para o país e criticavam o comunismo e o liberalismo:

> *Mas, qual será então a melhor forma de governo, perguntaremos nós, se o anarquista visa destruir a autoridade, o imperialista a escravatura dos colonos e cafeeiros e o comunista a massacrar a honra de quem trabalha? É-nos indiferente o nome. Venha à nova forma de governo com o rótulo que vier. República socialista ou não. Cogite-se então, de fazer o governo do povo pelo povo. Todos iguais perante a lei, reconstituindo a família e sociedade sob bases nacionais. A reforma política social: Devemos cogitar da constituição de um governo único, estável, forte e responsável. É isto que se consegue com o justo equilíbrio e a concórdia dos poderes de autoridade e das forças da liberdade. Não é com a interferência desta ou daquela religião que havemos de resolver os problemas sérios da vida e sim com o trabalho obrigatório, metódico e racional, e em independência e educação de caráter e com a instrução do povo que serão dados os primeiros passos para a reconstrução nacional, digo, social. (CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE, 16 jan. 1934).*

O pensamento único de buscar a conciliação das massas por meio da dignidade do trabalho, da honestidade e da pacificação das forças sociais era promovido pelos industriais em sintonia com os sindicatos, que tinham a missão de formar e educar o trabalhador para esse novo tempo que se instaurava: "É indispensável a educação do corpo e espírito, evitando-se desde o nascimento a tendência para a vida parasitária, pois, sendo a criatura um prego morto para a família, sê-lo-á conseqüentemente para a pátria" (ibidem).

O I Congresso de Operários joinvilenses concluiu suas atividades encaminhando estratégias para a promoção social e política do trabalhador. Todas as ações do sindicato deveriam estar concentradas na educação do operário, pois esta daria sustentação para a vida na sociedade fundada no trabalho. Assim, o congresso estabeleceu ações que deveriam ser concretizadas pelas lideranças sindicais, verdadeiros educadores dos trabalhadores.

> *Para termos um povo forte, instruído, educado e sadio, nada mais precisamos que:*
>
> *1º Intensificar a construção de casas asseadas e higiênicas, desde as particulares até os edifícios públicos. Intensificar também a construção de casas para os operários;*
>
> *2º Construir escolas onde se façam precisas, mas tendo-as obrigatórias desde o norte ao sul;*
>
> *3º A criação da Escola Leiga, incumbindo que os professores levem para as crianças princípios de religiosidade;*
>
> *4º Criar abrigos escolares para recolher as crianças pobres, dando-lhes uma sólida instrução profissional;*
>
> *5º Criar penalidades para os pais que impedirem a freqüência dos seus filhos nas escolas e para os professores que infligirem os princípios regulares do ensino leigo;*
>
> *6º Dar combate de morte ao luxo, a prostituição, ao álcool e ao jogo, por serem verdadeiros cancros corroedores da sociedade. (ibidem).*

As epidemias e endemias não eram somente causadoras de patologias físicas, mas eram tratadas no campo moral, sendo considerada urgente a intervenção do Estado. Para a educação sanitária dos trabalhadores, o Congresso dos Operários definiu ações visando à eliminação epidêmica moral que se alastrava pela sociedade. Os vícios, a prostituição, a promiscuidade, o álcool, os cabarés eram concretamente, para os sindicalistas, resultado da miséria do espírito, nunca da miséria social.

O trabalhador deveria ser orientado para seguir normas ordeiras, princípios do ensino religioso, instrução militar, métodos de higiene e combater os vícios que impedem o crescimento profissional e o comprometimento moral do cidadão. O sindicato deveria ser um instrumento pedagógico a serviço do Estado para desenvolver o controle social, eliminando todos os entraves para o estabelecimento da harmonia em benefício do trabalho.

A fábrica jamais poderia ser vista como um lugar atemorizante, mas sim como um local seguro e imprescindível para o bom operário. O trabalhador deveria ser dócil e disciplinado para o cumprimento da paz e o desenvolvimento social. Para isso, deveria ter sua vida controlada dentro e fora do ambiente fabril. Dentro do perímetro fabril, a vigilância era exercida pelo patrão e

seus gerentes. A sociedade, a Igreja, o sindicato e a escola deveriam ter essa função social fiscalizadora, vigilante e corretiva da conduta da classe operária.

O tempo do operário estava comprometido com o trabalho. O controle ideológico, para Vargas, objetivava contribuir para a segurança e o desenvolvimento da nação. Todos os males externos deveriam ser combatidos e alijados da vida do trabalhador. O capital desejava um homem de corpo e mente sadia – as doenças, os vícios e os lazeres perniciosos atravancariam o processo produtivo e, conseqüentemente, o progresso da nação.

Considerações finais

O discurso autoritário foi incorporado pelo movimento sindical de Joinville, o que, de certa forma, garantiu a consolidação e reprodução dos sindicatos amarelos na cidade. As citações do congresso demonstram o viés autoritário e centralizador que se desenvolvia na cidade desde o início do século XX. A defesa ideológica do Estado centralizador, da educação eugênica, da submissão e aquiescência social constatou-se definida e posicionada desde 1934. Os operários deveriam estar com todos os olhos e braços voltados para o progresso nacional. Essa era a perspectiva tecnocrática proposta pelo Estado varguista, concebida por seus ideólogos e disseminada entre a classe trabalhadora por seus intelectuais orgânicos. Olhos, porque havia os que possuíam visão de futuro e comando, para garantir o progresso nacional, e braços, para garantir o crescimento econômico.

Ao investigar e contrapor as fontes documentais do I Congresso Operário de 1934, percebeu-se que para as lideranças do movimento sindical o trabalho ordeiro seria o único meio para o engrandecimento de caráter e a ascensão econômica. Vê-se a educação dos trabalhadores como um problema do Estado, que visava abastecer o mercado interno de mão-de-obra qualificada e aquiescente. O trabalho manual, nesse sentido, é referenciado pelos ideólogos do Estado autoritário para a consolidação econômica do nacional-desenvolvimentismo. O comprometimento moral com a ordem estabelecida mostrava-se ao proporem-se medidas de controle social e sanitário no ambiente de discussão dos trabalhadores.

Considerando esse recorte, a história dos operários joinvilenses não pode limitar-se ao I Congresso, tampouco a esta análise teórico-metodológica. Embora os documentos evidenciem que havia uma consonância com Estado autoritário e suas prerrogativas nacionais e desenvolvimentistas, os sindicatos amarelos tiveram outras atuações importantes na cidade de Joinville como na ascensão e consolidação do governo integralista de Aristides Largura em 1936.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Angela. **A construção do consentimento**: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta, 1998.

BAÍA HORTA, José Silverio. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

CAMPOS, Francisco. **Os problemas do Brasil e as grandes soluções do grande regime**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo. Difel, 1979.

CONGRESSO DOS OPERÁRIOS DE JOINVILLE. **Ata...** Joinville, 15 jan. 1934.

_____. **Ata…** Joinville, 16 jan. 1934.

_____. **Ata...** Joinville, 19 jan. 1934.

SOUZA, Giane Maria de. **Educação para o trabalho**: sindicatos amarelos e a pedagogia estadonovista. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville. Meyer, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Pietro, Rocco e seus irmãos:
Caminhos e descaminhos da migração interna na Itália pré-*boom*

Mariarosaria Fabris*

Resumo: Como Luchino Visconti em *Rocco e seus irmãos* (1960), em *Assim é que se ria* (1998), Gianni Amelio faz explodir na tela os sentimentos de emigrantes do Sul da Itália que levam para as grandes cidades do Norte industrializado sua fala e seus costumes. Num filme marcado pelas elipses narrativas e pela ambigüidade da trama e das personagens, Amelio focaliza os primeiros anos da migração interna, quando os italianos se descobrem diferentes entre si.
Palavras-chave: cinema italiano; migração; preconceito.

Abstract: In *The way we laughed* (1998), like in Luchino Visconti's *Rocco and his brothers* (1960), Gianni Amelio shows the feelings that explode when some country people moves from South to North Italy keeping their own language and usages. In that film, marked by narrative ellipses and ambiguities of plot and characters, Amelio talks about the start of the internal immigration, when Southerners and Northerners saw each other as foreigners.
Keywords: Italian cinema; immigration; prejudice.

Em *Assim é que se ria* (*Così ridevano*, 1998), Gianni Amelio narra a história de dois irmãos sicilianos que imigraram para o Piemonte. Pietro, o mais jovem dos Scordìa, havia sido enviado para Turim ainda adolescente, a fim de tornar-se professor de primeiro grau, e lá vivia na casa de parentes. Giovanni, ao contrário, era analfabeto; estava alcançando o irmão, alguns anos depois, e fará todos os sacrifícios possíveis para que este possa continuar a estudar e viver em lugares mais decentes. Pietro, porém, não aceita facilmente o destino que outros traçaram para ele e preferiria ser um trabalhador braçal como seu irmão, o qual, envolvido em atividades cada vez menos lícitas, dá início à sua escalada social. A relação entre os dois é ambígua, entremeada de amor e de rancor, ambigüidade que culminará no sacrifício que Giovanni exige do irmão: assumir a culpa de um crime que ele cometeu.

Por sua temática, principalmente pelos laços de amor e de morte que o permeiam, *Assim é que se ria* poderia ser considerado uma espécie de refilmagem de *Rocco e seus*

*Docente aposentada da FFLCH/USP e doutora em Artes (Cinema) pela ECA/USP.

irmãos (*Rocco e i suoi fratelli*, 1960), de Luchino Visconti, mas não é bem assim. Se é verdade que o período focalizado pelos dois filmes é praticamente o mesmo – o de Visconti se passa entre o fim dos anos 1950 e o início dos 60; o de Amélio, de 1958 a 1964 –, não é menos verdade que se, no primeiro, a passagem do tempo é mais fluida (as únicas referências temporais são o episódio de Rocco durante o serviço militar e o momento em que Ciro diz que era um pouco maior do que Luca quando chegou em Milão), no segundo, a sucessão cronológica dos fatos dá o ritmo da trama.

As duas histórias começam com a chegada dos chamados "trens do sol" (*treni del sole*[1]) respectivamente em Milão e em Turim, lembrando um dos maiores fenômenos sociais da Itália naquele período: o da migração do Sul para as grandes cidades industriais do Norte. Enquanto Visconti registra o fenômeno em seu nascedouro, Amelio, um "matuto" (*terrone*[2]) como seus personagens, mergulha naquela realidade, mas com certo distanciamento, graças à passagem do tempo, optando por um tom menor para contar o drama dos dois irmãos; no filme de Visconti, ao contrário, o acento melodramático predomina e vai crescendo.

As duas obras são constituídas por grandes blocos narrativos. Na do diretor milanês, temos uma introdução e cinco micro-seqüências – Vincenzo, Simone, Rocco, Ciro e Luca, o que faz com que cada personagem tenha sua vida contada mais de perto –, mas o discurso não é truncado, porque as várias histórias se entrelaçam. Como dizia o próprio autor, *Rocco e seus irmãos* é a história de Rosaria, uma mulher da Lucânia, enérgica, forte, teimosa, mãe de cinco filhos que para ela são como os cinco dedos da mão, afirmação que traduz bem a idéia dessa diversidade e, ao mesmo tempo, da unidade. Em *Assim é que se ria*, temos seis "capítulos", como Amelio os chama, precedidos pelas datas:

	20 de janeiro de 1958	Chegadas
	7 de fevereiro de 1959	Enganos
	10 de outubro de 1960	Dinheiro
	7 de abril de 1961	Cartas
	22 de junho de 1962	Sangue
Domingo	5 de julho de 1964	Famílias

Capítulos, porque essa estrutura permite ao cineasta proceder por elipses, embora cada capítulo implique o outro. Mas capítulos também porque, ao focalizar aqueles anos cruciais da recente história italiana, anos de grandes transformações principalmente para as

[1]*Treni del sole* eram os comboios que vinham do Sul da Itália, chamado também *Mezzogiorno* ("meio-dia") por ser mais ensolarado do que o Norte do país.
[2]*Terrone* é a alcunha que os habitantes do Norte da Itália dão aos do Sul, porque esta região é mais ligada às atividades agrícolas.

populações do campo recém-chegadas às cidades, a cada capítulo a trama, apesar de seguir um fio temporal, reserva aos espectadores sempre alguma novidade, algum aspecto psicológico inesperado.

Tanto em *Rocco e seus irmãos*, quanto em *Assim é que se ria*, é necessário que haja um sacrifício feito de sangue a fim de que indivíduos arrancados de seu ambiente de origem consigam redefinir-se num contexto novo e desconhecido para (re)construir a própria identidade: é o que acontece na belíssima e terrível seqüência da morte de Nadia, esfaqueada por Simone, cego de ciúmes porque a prostituta preferiu Rocco a ele; é o que acontece na interessantíssima seqüência que leva à imolação de Pietro, que trocando de papel com seu irmão, o qual renunciou a muitas coisas por ele, cumprirá a pena no lugar de Giovanni.

Nos dois filmes, o tema central é o da integração (alcançada ou não); no de Visconti, em suas várias facetas; no de Amelio, de forma aparentemente mais simples. Em *Rocco e seus irmãos*, a estrutura diegética que obedece à idade decrescente dos filhos de Rosaria, permite um movimento pendular constante entre integração e não integração (quando não desintegração). Em suma, poderíamos dizer que Vincenzo representa a integração alcançada; Simone, a recusada (embora almejada); Rocco, a possível (à qual renuncia); Ciro, a integração buscada; Luca, a que está em suspenso (porque poderá acontecer ou não). Em *Assim é que se ria*, a integração que parecia realizável por meio de Pietro acontecerá através de Giovanni, que entendeu qual é o jogo da nova sociedade. Visconti havia deixado em aberto a possibilidade de um futuro regresso à aldeia natal, na figura do pequeno Luca, o qual, talvez não por acaso, carrega no próprio nome um pedaço da denominação da região de origem: Luca < Lucânia (o diretor emprega ainda o antigo nome da região e não o novo, Basilicata). Amelio, ao contrário, faz com que Pietro empreenda sua viagem de regresso, mas em condições adversas, quase como um desarraigado, porque fechado num instituto para menores infratores.

Para evidenciar essa diferença bastaria lembrar que o cineasta milanês abre e fecha o filme com uma canção pungente que fala da saudade da aldeia natal – "Minha bela aldeia onde eu nasci, meu coração deixei aí" ("*Bello paese mio addò so' nato, lo core mio con te l'aggio lasciato*") – que ouvimos, pela última vez, enquanto o menino, num movimento contrário ao de três operários, se afasta por uma rua, deixando para trás a fábrica na qual trabalha seu irmão Ciro. O diretor calabrês abre e fecha o filme com os contrastes lingüísticos e culturais entre os que se sentem superiores e os que são considerados inferiores na escala sociogeográfica italiana.

Se, no início de *Assim é que se ria*, o jovem Scordìa se sente superior à família de apulianos, embora os ajude em sua chegada na nova cidade – em relação ao pai analfabeto, capaz de expressar-se só em linguagem regional, e em relação ao filhinho que não sabe como quatro elefantes conseguem caber num carro popular –, no fim, ele também escolherá o silêncio, a não comunicação, quando, no trem que o leva de volta para a Sicília depois da breve pausa do batizado do sobrinho, seu acompanhante, um educador do Norte da Itália, torna a propor-lhe, naquela língua que Pietro não adquiriu de todo, a mesma pergunta sobre os elefantes.

O rapaz escolheu o silêncio porque dentro dele tinha se apagado até a voz atávica – ainda audível na obra de Visconti –, representada no filme de Amelio pelo murmulho do mar que Pietro não mais ouve. Um mar presente em *Assim é que se ria* metaforicamente, num de seus momentos mais significativos. Durante uma aula de francês, está sendo feito um ditado a partir da canção *La mer*, de Charles Trenet. Enquanto os outros alunos escrevem, Pietro se deixa embalar pela melodia, pela letra, pela inflexão da voz do cantor e começa a desenhar, com traços praticamente infantis, algumas ondas e um barquinho com uma minúscula vela. É um momento de integração de uma cultura pessoal, a da infância, deixada para trás mas ainda presente dentro dele, e uma cultura geral, européia, a da adolescência, assimilada, é verdade, mas devolvida fora dos parâmetros estabelecidos pela escola, microcosmos daquela sociedade.

É um momento quase tavianiano do filme. Em *Pai patrão* (*Padre padrone*, 1976-1977), quando o jovem Gavino Ledda começa a "alfabetizar-se", arrancando os primeiros acordes de sua sanfona – aos quais respondem o som de uma flauta e o do choro de outros dois pastorzinhos –, Paolo e Vittorio Taviani sobrepõem legendas a essas imagens, para explicar a nós, espectadores, que detemos outra língua, os sinais daquele código que não possuímos. Assim como não possuímos o de Pietro.

Em *Assim é que se ria*, também, a expressão lingüística é recusada (o jovem desenha) e o francês resulta mais familiar do que a língua italiana, porque capaz de despertar as lembranças, nas quais a natureza (*la mer*, o mar), e logo a aldeia, se opõe à urbe. O que nos faz entender que, no fundo, Pietro é um "desajustado" ao qual nunca ninguém perguntou se estava apto àquele tipo de "progresso". Foi-lhe imposto um modelo de língua, de educação, de vida, porque era o modelo vencedor. E, quando o rapaz canta *La mer* para o irmão, talvez seja esta a mensagem que quer transmitir-lhe, e não a de que finalmente era alguém por ter conseguido se diplomar, por ser capaz de expressar-se numa língua estrangeira. Mas, talvez, a expressão de nossos sentimentos mais profundos é sempre uma língua estrangeira para os

ouvidos dos outros se não conseguirmos sintonizar a freqüência de onda exata. É interessante notar que praticamente no mesmo período em que o filme de Amelio era lançado, em *Prefiro o barulho do mar* (*Preferisco il rumore del mare*, 1999), Mimmo Calopresti apresentava a história de um rapaz calabrês, o qual, tendo se transferido para Turim numa comunidade religiosa para "desajustados", fugindo assim à internação num instituto para menores infratores, se acha numa cidade sombria, hostil para com os italianos do Sul, e, no fim, prefere voltar à sua aldeia, irreconciliado com um modo de vida que não era o seu.

Em *Rocco e seus irmãos*, apesar do forte impacto da modernidade, há, ao mesmo tempo, a fascinação por aquele "mundo de luzes" ("*un mondo di luci*", cantado por Luigi Tenco, alguns anos mais tarde, em *Ciao amore ciao*) e isso é evidente nas exclamações de Simone, no bonde que, da estação, leva a família Parondi para a periferia milanesa: "– Olhe, Rocco! Olhe as vitrines! Quanta luz! Parece de dia!". No fim, bem ou mal, haverá a aceitação da inserção, embora paire sobre ela o fantasma da saudade.

É verdade que Visconti olha para a sua Milão com os olhos de um imigrado, motivo pelo qual os espaços urbanos parecem (e são) imensos, frios, geométricos; em todo caso, há uma atitude de cordial disponibilidade humana por parte das pessoas locais. A Turim de Amelio é escura, chuvosa, envolta em neblina, fechada em seus preconceitos contra os imigrados explorados até não poderem mais, obrigados a dormir em tugúrios ou como ratos a viver de rejeitos (de trabalhos que outros não querem mais fazer) e a tornar-se invisíveis se não souberem comportar-se como os turineses.

É esse o jogo que Giovanni aprende, a agir sempre sorrateiramente (onde vive, onde trabalha), até ser considerado um "cristão" igual aos outros pelo pai da esposa turinesa que arranjou para si. E Giovanni entendeu tão bem o jogo a ponto de transformar-se por sua vez num explorador do trabalho dos conterrâneos, num usurário, num senhorio de acomodações precárias, onde uma mesma cama é ocupada por várias pessoas, em turnos, num empregador de trabalhadores clandestinos; em suma, em alguém que enriqueceu fazendo os outros cuspirem sangue, o mesmo sangue que ele cuspiu para que o irmão se tornasse um professor primário, sempre com um sorriso nos lábios, sempre em nome de uma bondade, de uma generosidade que os outros retribuíram a peso de ouro, como Pietro, que se entregará à polícia no lugar do irmão, quando este esfaqueia um homem.

É o caminho que leva ao capitalismo selvagem o escolhido por Giovanni, que não percebe que existe outra saída além daquela de perpetuar o esquema da exploração. Numa das seqüências mais admiráveis do filme, depois de ter saído da cadeia, para a qual fora levado pelos distúrbios causados na escola de Pietro (onde fora procurá-lo), Giovanni se encontra

sozinho numa espécie de quadrilátero de ruas, circundado por trabalhadores que protestam, carregando bandeiras vermelhas, os quais parecem barrar-lhe o caminho. "Fala" com os livros do irmão que está carregando, como se estivesse escrevendo uma carta a Pietro, perguntando-lhe onde errou, enquanto o eco de *Bandiera rossa* continua a espalhar-se pelo ar. É um dos momentos mais íntimos, mais pessoais de *Assim é que se ria*, em que Giovanni, fechado em sua "obsessão" de vencer, vê diante de si um único caminho a ser percorrido. Mas não é o de Pietro, assim como não tinha sido o caminho da família Parondi. O discurso que Ciro faz a Luca, no fim de *Rocco e seus irmãos*, traduz a ideologia de Visconti:

> *Também na nossa aldeia a vida irá mudar para todos, porque também no Sul os homens estão aprendendo que o mundo tem de mudar. Alguns dizem que o mundo desse jeito não será melhor, mas eu, Luca, acredito nisso. E sei que, amanhã, sua vida será mais justa e mais honesta.*

Se o porta-voz ideológico de Visconti é Ciro, que almeja um futuro melhor, o de Amelio é Pietro, para quem não há mais esperanças, não há mais ilusões, não há uma identidade nacional a ser alcançada se as diferenças entre Norte e Sul não forem aceitas. Por isso, pensando na mensagem que Gianni Amelio quis transmitir, vem à lembrança um filme de Pietro Germi, no qual um grupo de sicilianos atravessa a Itália para alcançar a França e naquele país tentar uma nova vida. Chamava-se *Il cammino della speranza* (*O caminho da esperança*, 1950) e foi pioneiro na focalização desse tema.

Em *Assim é que se ria*, ao contrário, tudo parece perdido. No trem, que, do Piemonte, leva de volta para a Sicília um professor do Sul e um educador do Norte, ainda há lugar para a incomunicabilidade, para a incompreensão (seja em 1964, seja em 1998), porque – parece nos dizer Amelio – só quando esta for superada, talvez possamos tornar a escutar o murmulho do mar.

Referências bibliográficas

AMELIO, Gianni. "Birth and death of a nation". *Cineaste*, New York, v. XXVIII, nº 1, winter 2002, p. 19-20.

CANOVA, Gianni. "*Rocco e i suoi fratelli*: Visconti e le aporie anestetiche della modernità". In: PRAVADELLI, Veronica (org.). *Il cinema di Luchino Visconti*. Roma: Bianco & Nero, 2000, p. 175-186.

CROWDUS, Gary. "The lack of historical memory: an interview with Gianni Amelio". *Cineaste*, New York, v. XXVIII, nº 1, winter 2002, p. 14-18.

FABRIS, Mariarosaria. "Cinema e literatura: Luchino Visconti lê Giovanni Verga". *AV*, São

Leopoldo, v. 1, 2003, p. 5-9.
FABRIS, Mariarosaria. “O espelho opaco”. *Insieme*, São Paulo, nº 4-5, 1993-1994, p. 91-102.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A reforma penitenciária do Recife em meados do século XIX: tensões sociais numa grande capital do Império (1842 – 1850)

Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto *

Resumo:
No século XIX, o Brasil passou por uma reforma penitenciária ocorrida em várias das províncias do Império, baseada no Código Criminal do Império, de 1830, diploma legal fortemente influenciado pelas concepções penais calcadas na idéia de correção do criminoso e sua reinserção na sociedade. Em Pernambuco, as discussões a respeito da necessidade de se construir uma nova penitenciária no Recife ganharam fôlego em 1842, e se fundavam na precária situação das cadeias existentes, na inadequação do sistema carcerário recifense ao pensamento jurídico penal na época, e ao crescente índice de criminalidade. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo discutir o as tensões sociais do Recife no inicio dos anos 1840 que fizeram com que o Legislativo pernambucano iniciasse, neste período, as discussões em torno da questão penitenciária, que levou à construção da Casa de Detenção do Recife.
Palavras-chave: crimes; violência; prisões.

Abstract:
In the 19th century, Brazil was passing through a penitential reform that has occurred in many provinces of the Empire, based in the Criminal Code of the Empire, in 1830, legal deed strongly marked by the penal conceptions of correction and reinsertion of the criminal in society. At Pernambuco, the debates about the need of building a new penitentiary in Recife grew breath in 1842, because of the precarious situation of the existing prisons, the inadequacies of Recife's prison system to the juridical penal thoughts of the time, and the crescent number of crimes. Hence, this work aims to debate the social tensions at the 1804' in Recife that made the Pernambuco Legislative power initiate the debates about the penitential question, which was decisive for the construction of the Casa de Detenção do Recife.
Keywords: crimes; violence; prisons.

A cidade do Recife, que em 1827 tornou-se capital da província de Pernambuco, na década de 1840 já não mais lembrava o velho "burgo duartino", nem mantinha aparências da cidade reformada por Maurício de Nassau no século XVII. Ao contrário, a partir dos anos trinta e quarenta dos oitocentos, Recife tomou ares de uma cidade moderna, cujos exemplos seguidos foram Paris e Londres, símbolos da elegância européia, apagando-se as marcas da antiga cidade colonial, que, pela descrição de Flávio Guerra, não era um local dos mais venturosos para se viver:

* Mestrando em História pena Universidade Federal de Pernambuco. Financiamento: CAPES

> *As ruas eram estreitas, algumas com o leito de barro ou terra batida, e calçadas de tijolos de barro (...) Não havia na cidade luz pública, nem água encanada e muito menos saneamento, embora fosse lentamente, é verdade, crescendo a população (...)Vida social recatada daquele velho Recife das primeiras décadas do século XIX. Quase estritamente familiar, de mesas fartas, recebendo amigos e parentes (...) no local onde Francisco Rego Barros ergueria depois o Teatro Santa Isabel, havia fechadas matas de jurubebais, que serviam, segundo comentavam jornais da época, para a prática dos mais torpes atos contra a moral e a decência (...) na Boa Vista, ruas principais, como a do Aterro, hoje Imperatriz, eram intransitáveis nos dias de chuva, precisando os moradores usar pernas-de-pau para atravessá-la. (GUERRA, 1978: 271-274)*

Durante a gestão do presidente de província, Francisco do Rego Barros (1837 – 44), iniciaram-se várias reformas urbanísticas na cidade, tendo o Recife se transformado numa "bela cidade, porque, [Rego Barros] acreditava, assim a sociedade pernambucana, os ricos senhores de engenho e seus filhos, se afeiçoariam à idéia de viver em sua terra." (ACIOLI, COSTA, 1985). O mesmo Flávio Guerra faz um apanhado das principais obras de Rego Barros no intuito de urbanizar o Recife:

> *(...) estradas como vias de comunicação partindo da sede da província em busca do interior longínquo (...) o levantamento do Teatro de Santa Isabel (...) a Ponte Pênsil de Caxangá (...) a reforma total da Repartição de Obras Públicas (...) a reconstrução das pontes do Recife e a arrancada para a futura Ponte Buarque de Macedo (...) a definição das obras de encanamento d'água potável para o abastecimento do Recife (...) abertura de novas ruas e praças (...) definição objetiva de novos nomes de ruas becos; numeração dentro de moderna técnica; calçamento; luz pública a gás, substituindo, em 1839, a velha e precária luz de azeite ... (GUERRA, 1978: 277-288).*

Recife também foi uma das primeiras capitais do império onde as discussões acerca da reforma penitenciária ganharam espaço no legislativo provincial como também na própria sociedade nos anos trinta e principalmente nos quarenta do século XIX, discussões estas que estavam calcadas no que ditava o Código Criminal de 1830 a respeito da função das prisões no Brasil pós-independência. A construção da moderna penitenciária recifense teve sua aprovação no legislativo em julho de 1848 e suas obras se iniciaram dois anos depois. Porém, como nem tudo eram flores no Recife de meados do XIX, uma prisão penitenciária na cidade era muito mais do que um projeto de modernização na formas de execução penal: era uma necessidade.

A capital pernambucana possuía todos os problemas de uma típica grande cidade do Império do Brasil (ele era a terceira capital em importância econômica e política no país), e grande parte desses problemas desaguava num crescente aumento da violência e criminalidade, o que fazia urgente a construção de uma nova prisão, maior e adequada aos

padrões jurídico penais vigentes. Assim, essa cadeia era freqüentemente solicitada por algumas autoridades e até pela sociedade, que tinha nos jornais seu espaço de comunicação com as altas esferas do poder. "Arruinada, má construída e por deveras antiga, a cadeia desta cidade não só não oferece segurança, como se ressente falta absoluta de cômodos para o avultado número de presos...," (Diário de Pernambuco: 02/06/1848). Esta reclamação denuncia tanto a precariedade da prisão existente na cidade do Recife quanto o número cada vez maior de detenções, o que, obviamente, reflete os índices preocupantes de crimes e violência.

Dito isto, vamos, doravante, nos debruçar nas tensões sociais que permeavam o cotidiano da população pobre do Recife – livres e cativos – e preocupavam as elites, tensões estas que faziam aumentar a demanda de presos na cadeia da cidade e, consequentemente, os índices criminais da capital pernambucana. Para tal, nos lançaremos mão da historiografia sobre o Recife oitocentista, bem como de fontes como jornais da época, principalmente o Diário de Pernambuco, o mais lido na província, que nos mostram bem, a partir de denúncia de leitores e autoridades, os problemas que preocupavam tanto a policia quanto a população (letrada) da cidade do Recife. Além disso, utilizamos os relatórios anuais dos presidentes da província e a documentação produzida pela e para a Polícia Civil.

Crimes e Tensões Sociais

Como foi dito acima, Recife era, em meados do século XIX, uma das principais capitais do Império do Brasil e, como tal, era palco de diversos problemas típicos de um grande centro urbano e a criminalidade era uma dessas graves questões. Entre os crimes que mais perturbavam a ordem e mais amedrontava a população, o homicídio é o mais recorrente. De acordo com o Barão da Boa Vista, presidente da província entre os anos de 1837 a 1845, em Pernambuco, bem como em diversas partes do Brasil, "qualquer ofensa é logo vingada pelo punhal do assassino, que de dia em dia se torna mais ousado pela impunidade, a que dá lugar a dificuldade de provas, a indulgência dos tribunais e a falta de espírito público" (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, 1843).

Em diversos relatórios, vários presidentes da província de Pernambuco se mostraram deveras preocupados com o grande número de homicídios que ocorreram no Recife durante a década de 1840:

> *(...) em todas as comarcas da província não tem conta os homicídios perpetrados as mais das vezes por assassinos, e nesta capital em pleno dia e nas ruas mais públicas tem ousado esses mandatários sedentos de sangue humano tirar a vida aos que por meio do povo se julgavam seguros (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, 1842).*
> *Depois de apresentar-vos em quadro lisonjeiro o amor da ordem que predominou no espírito público por ocasião das eleições, sinto não poder outro tanto afirmar respeito à segurança individual do cidadão, a qual tem sido atroz e violentamente atacada, e se acha em risco e à mercê dos malvados que (...) tem nestes últimos tempos levado a excesso inaudito de sua bárbara malvadeza e furor sanguinário: na verdade, é lançado à vista ao catálogo dos crimes de homicídio ... (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Thomaz Xavier Garcia D'Almeida, 1845)*[1]

Mas não apenas as autoridades se preocupavam com os homicídios levados a cabo em Recife. As grandes vítimas, ou seja, a população recifense também se queixava. As elites e os letrados eram privilegiados por poderem, nos jornais, tornar públicas suas inquietações:

> *Há meses que em todos os círculos desta cidade, serve de matéria de conversação a impavidez com que os assassinos acometem a toda hora, e ainda mesmo de dia, aos cidadãos (...) e finalmente fala-se que existem emboscadas contra outras pessoas que talvez não possam evitar os punhais desses sicários. Meu Deus, quem nos socorrerá! (DP: 20/04/1841).*

Segundo Boris Fausto, "o homicídio é a ação humana mais uniformemente considerada como crime em diferentes sociedades" (Fausto, 2001:107), mas parece lógico que, numa cidade como Recife, os assassinatos não eram o único crime que atordoava a população, mas sem dúvida era o mais grave; basta lembrar que o Código Criminal do Império, de 1830, estabelece pena de morte na forca para apenas três crimes: o de homicídio, de insurreição (reunião de vinte ou mais escravos objetivando a liberdade por meio da violência) e de latrocínio. Assim sendo, outros crimes e perturbações da ordem afligiam a tranqüilidade pública e individual, como roubos, atentados ao pudor, brigas resultando em ferimentos, vadiagem, tumultos, vozerias, etc., todos previstos no Código de 1830 e/ou nas Posturas Municipais e passíveis de penas que variam entre multa, a prisão correção e a prisão com trabalho. Os jornais frequentemente lançavam notas, na sessão da Repartição de Polícia ou, antes da criação desta, da Prefeitura de Comarca, informando os presos do dia e as respectivas razões. Por exemplo, no dia 23 de maio de 1842, "foram presos, pela patrulha diurna, que rodou no lugar do Forte do Matos, (...) o preto José Congo, escravo, por briga e insulto à mesma patrulha (...) Thereza Maria de Jesus por estar ébria e proferido expressões obscenas com ofensa da moral pública..." (DP: 29/05/1842)

[1] Esta suposta tranqüilidade eleitoral, aludida pelo presidente da província, se deu em Pernambuco, devido à aliança entre Liberais e Conservadores. No restante do Brasil, esta eleição foi chamada de "Eleições do Cacete", devido às fraudes e desordens que marcaram o pleito.

Tais ocorrências podem ser relacionadas, sem se deixar cair num mecanicismo histórico, a diversos problemas presentes na cidade do Recife, que eram típicos de um grande centro urbano, como o crescimento populacional, a falta de empregos e as brechas que o regime escravista urbano possibilitava aos cativos.

A década de 1840 foi um período de grande crescimento na população da cidade do Recife. Para se ter uma idéia, basta comparar os números dos censos realizados nos anos de 1828 e 1855. O primeiro mostra que a população das três freguesias principais da cidade (São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antonio – que em 1844 é desmembrada em duas: Santo Antonio e São José – e Boa Vista) era de 25.678 habitantes; já no segundo censo a população das freguesias centrais era de 40.977 habitantes. (CÂMARA, 2005). Contudo, o aumento populacional não se deveu apenas ao crescimento natural da população e à entrada de africanos na província, mas também ao fato de, na década em questão, a capital ter recebido milhares de imigrantes sertanejos, que, fugindo da miséria nos sertões pernambucanos, procuravam a cidade em busca de melhores possibilidades de vida e trabalho, principalmente durante o período da grande seca de 1844 – 1848. Ledo engano! Ao chegarem à cidade o que eles encontravam era, na maioria das vezes, um mercado saturado, disputado pelos pobres livres que já habitavam a cidade e por escravos urbanos, tanto os de ganho quanto os fugidos que, misturando-se no meio da população mestiça livre e cativa da cidade, se imiscuíam nesse populacho, ocupando diversas atividades no comércio e serviços da cidade do Recife. Como se não bastasse, a população livre nacional travava uma concorrência, por vezes acirrada, com os imigrantes portugueses, que, como os escravos e trabalhadores livres locais, se ofereciam para quaisquer tipos de serviços, tanto na cidade como no campo, em busca de salários que os proporcionasse o mínimo para viver. Por isso mesmo, segundo Bruno Câmara, "não é a toa que, nos jornais da primeira metade do século XIX, chovem anúncios de pequenos proprietários procurando trabalhadores portugueses ou 'das ilhas" para o serviço pesado no campo". (CAMARA, 2005:98)

Então, como se pode notar, o mercado de trabalho na cidade estava saturado. Porém, em meados dos anos 1840 um outro fator importante contribuiu para a diminuição da oferta de empregos e trabalhos: o fim das intervenções urbanísticas do governo de Francisco Rego Barros. Estas obras, que tiveram auge nos anos 1839-41 empregavam trabalhadores livres, escravos e condenados às galés (pena que obrigava o condenado a trabalhar, acorrentado, em obras públicas). Com o fim do governo conservador, cessaram também as obras, fazendo com que, nas palavras de Nabuco de Araújo, uma "multidão de operários livres, que nesses trabalhos achavam os meios de subsistência (...) ficaram no ócio e na

vadiação, tornando-se matéria disposta para desordens e para os crimes" (Apud CÂMARA, idem: 100).

Mas a escassez de trabalho não era o único problema que atormentava a população pobre – livre ou não – da cidade do Recife. Além disso, eles sofriam bastante com a carestia de alimentos, fazendo com que muitos não tivessem a quantidade mínima de comida para a sua sobrevivência e apelassem ao roubo. Essa carestia dos anos 1840 teve causas bastante visíveis, como a grande seca que, além de destruir muitas lavouras, impossibilitando a comercialização de alimentos, expulsou o trabalhador rural do campo. Ou seja, quem ia, doravante, produzir os víveres? Para piorar, a produção agrícola oriunda do interior da província chegavam ao litoral com preços altíssimos devido à atuação de atravessadores, pessoas que intermediavam a venda dos alimentos entre os produtores do interior e os consumidores da cidade. Ressalte-se ainda que o transporte desses produtos do interior para a capital era precário, aumentando ainda mais os riscos de roubos, o preço dos fretes e facilitando a atuação dos atravessadores.

Entretanto, não só as dificuldades materiais da população pobre eram a gênese dos crimes e desordens que alteravam a ordem social, já que até seus divertimentos eram motivos de preocupação das autoridades, pois daí surgiam várias das ocorrências que perturbavam o sossego público e o bem estar social. Muitos trabalhadores pobres livres e escravos tinham nas tavernas, mesmo após o toque de recolher estabelecido pelas Posturas Municipais, um espaço de sociabilidade importante (às vezes o único) e lá, depois de embriagados, qualquer brincadeira mais pesada ou ofensa por mais tola que fosse era motivo de brigas e confusões que geralmente terminavam com um saldo de alguns feridos e, em casos extremos, mortos. Assim sendo, quaisquer ajuntamentos de pessoas pobres era (ou deveria ser) vigiado e controlado com mais rigor pela polícia. Deveria ser, pois a própria policia enfrentava uma série de dificuldades no controle das classes populares, que iam desde o número reduzido de praças até a indisciplina dos mesmos (SILVA: 1996). Uma explicação para a desobediência entre os oficiais residia no fato da "polícia ser composta dos extratos mais pobres da população", o que fazia com que "estes policiais tendessem a encobrir, sempre que possível, contravenções que não lhes parecessem ir contra os valores de sua classe social" (MAIA, 1995: 120-121), e às vezes os mesmos tornavam-se os próprios bandidos, envolvendo-se em desordens, brigas e, às vezes, crimes mais graves comuns à população a que eles deveriam se apresentar como mantenedores da ordem.

Em suma, o Recife, que era um grande centro urbano no Brasil Imperial e, principalmente, no norte do Império, era palco para problemas que assolavam sua população

pobre e tiravam o sono das elites, problemas estes ligados ao fato de grande parte de sua população além de viver em condições indignas de sobrevivência, sofrer com desemprego, um maçante controle em suas horas de divertimento e ainda ser vítima da violência e crimes que, em grande parte das vezes, eram oriundos de seu próprio estrato social. Além disso, a polícia, que deveria zelar pela ordem pública, enfrentava alguns problemas operacionais, o que concorria para que sua atuação nem sempre saísse como era esperado. Mas, quando a repressão inicial da policia existia, sendo, porém, falha, o delinqüente deveria ser encaminhado para a prisão. Mas, que prisão? Este era mais um problema na rede do controle social recifense, pois a cadeia existente era pequena, mal cuidada e inadequada às idéias penais e penitenciárias vigentes na época. Por tudo isso é que, na década de 1840, a construção de uma prisão penitenciária no Recife era tão urgente, mas tal problema só teve uma resolução definitiva no fim do decênio, em julho de 1848, quando a Assembléia Provincial, depois de quase uma década de discussões infrutíferas, aprovou a construção da Casa de Detenção do Recife, inaugurada no ano de 1855.

Referencias bibliográficas

ACIOLI, Vera L. C. e COSTA, Cleonir X. de A. **José Mamede Alves Ferreira. Sua vida – sua obra. 1820 – 1865.** Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1985.

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti de. Modernidade e modernização: as reformas urbanas no recife em meados do século XIX**.** In: **Revista Cadernos de Olinda**, nº 2,. Olinda: Instituto Histórico de Olinda, 2006. Disponível em **http://www.iholinda.org/htm/revista/rn2/artigos/06%20modernidade.html**

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho.** A formação do espaço público no Recife do século XIX**.** São Paulo: Humanitas, 2005.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial:** o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira. Dissertação de mestrado. Recife: CFCH/UFPE, 2005.

FAUSTO: Boris. **Crime e cotidiano.** São Paulo: EDUSP, 2001.

GUERRA, Flávio. O Recife e o Conde da Boa Vista. In **Um tempo do Recife.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1978.

MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o** controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888). Dissertação de mestrado. Recife: CFCH/UFPE, 1995.

SILVA, Mozart Linhares. **Eugenia, antropologia criminal e prisões no Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Trabalho penal e tradição na reforma penitenciária brasileira do século XIX. In **Histórica**, nº 02/97. Porto Alegre: PUC-RS, 1997.

SILVA, Wellington Barbosa da. "**A cidade que escraviza é a mesma que liberta....":** Estratégias de resistência escrava no Recife do século XIX (1840-1850). Dissertação de mestrado. Recife: CFCH/UFPE, 1996.

____. **Entre a liturgia e o salário: a** formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**.** Tese de Doutorado. Recife : CFCH, UFPE, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O corpo masculino na cerâmica ática

Fábio de Souza Lessa*

Resumo: Nesta pesquisa analisaremos os modelos de representação dos corpos masculinos nas imagens atenienses do Período Clássico.
Palavras-chave: corpo masculino – *pólis* – imagens atenienses.

Résumé: Dans cette recherce nous analysons la représentation des corps masculins dans les images athéniennes pendant la période classique.
Mots-clé: corps masculin – *pólis* – images athéniennes.

Há na imagética ateniense a predominância de uma forma de representação do corpo masculino que enaltece as virtudes esperadas pela *pólis* para os seus cidadãos: força, virilidade, agilidade, rigidez, enrijecimento físico, simetria das formas, estética... (LESSA, 2006: 106), o que pode ser explicado pelo fato dos artesãos serem regidos por regras técnicas peculiares à sua cultura.

Podemos pensar, neste momento, no que possibilita as imagens se tornarem compreensíveis e significantes no interior da sociedade dos atenienses do Período Clássico (séculos V e IV a.C.), que não deve ser entendida como homogênea ou mesmo una, como, em alguns momentos, nos quer fazer crer Meier[1]. No tocante a esta questão, Lissarrague nos apresenta alguns elementos que permitem a sua compreensão. O autor ressalta, primeiramente, que o pintor e o seu público partilham o mesmo saber referente à linguagem iconográfica e, posteriormente, enfatiza que sabemos que a imagem não se basta por si mesma, o que significa dizer que ela está presa em uma rede de comunicação na qual intervêm o pintor e o espectador, o autor e o receptor (LISSARRAGUE, 1987: 261-62 e 268).

Não podemos deixar de lembrar que a relação entre o pesquisador e o documento não é simples nem imediata (HARTOG, 2003:190). Neste sentido, precisamos estar atentos

* Professor Adjunto de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA) / UFRJ. Apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ.
[1] Christian Méier faz uma análise da *pólis* dos atenienses tendendo para uma idealização, isto é, a noção de identidade política presente entre os atenienses apagaria, em grande parte, as suas diferenças sociais e os conflitos (MEIER, 1985: 9-31). Já Nicole Loraux opta pela desconstrução da *pólis* idealizada, enfatizando que o conflito é inerente à dinâmica *políade* (LORAUX, 1993: 75-97).

para o fato de que os artistas vivem e compreendem a sociedade, criam imagens através das quais agem socialmente, mas de alguma forma eles são regidos por regras da técnica que predominam em sua cultura.

Legitimados pelas mudanças no campo da escrita da história no decorrer das últimas décadas do século XX, com a ampliação do conceito de documento histórico e a adoção da perspectiva multidisciplinar, que é cada vez mais exigida em decorrência da diversidade da natureza da documentação que passa a ser utilizada nas pesquisas históricas (SAMARA, 2006: 11), estaremos nesta comunicação *revisitando* o corpo masculino dos helenos a partir da documentação imagética e de uma postura interdisciplinar entre a história, a antropologia, a sociologia e a semiótica. Certamente uma exigência peculiar ao nosso próprio objeto de estudo: o corpo.

Munidos de tais informações, objetivamos analisar o modelo *hegemônico* de representação dos corpos masculinos nas imagens áticas e as possibilidades de coexistência de *leituras* variadas acerca dos corpos dos homens feitas pelos artesãos[2]. Para tal proposta, nos limitaremos a estudar as imagens pintadas nos vasos gregos do Período Clássico, cuja temática é a prática esportiva. Dessa forma, ao pensarmos no corpo masculino, estaremos nos remetendo ao corpo do atleta ateniense.

Ao construirmos nossas interpretações acerca do corpo do atleta helênico a partir das evidências imagéticas áticas, pensamos estar nos distanciando de uma das críticas feitas por Roy Porter aos historiadores, em especial os não especialistas em história da arte, quando afirma que poucos ponderam profundamente sobre a significação das imagens visuais verdadeiras dos corpos como evidência histórica. Ainda de acordo com Porter, "muito frequentemente os historiadores utilizam a evidência visual antes como meras *ilustrações*, do que como coisas a serem explicadas" (PORTER, 1992: 321 – *grifo do autor*).

Na pesquisa o que pretendemos é justamente *explicar* os *usos* dos corpos feitos pelos gregos antigos ou retrocedendo à primeira metade do século passado e recorrendo ao antropólogo M. Mauss, as *técnicas corporais*[3] helênicas.

Mauss já havia sinalizado para a concepção do corpo como uma construção cultural quando evidencia que os hábitos, costumes, crenças e tradições que caracterizam uma

---

[2] Um exemplo de desconstrução do modelo *hegemônico* de representação do corpo masculino entre os atenienses pode ser apreendido na leitura da imagem pintada na *oinochoe* do Museu Nacional da UFRJ - inv. 1447 (LESSA, 2006: 105-119).

[3] Mauss define técnicas do corpo como "... as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo" (MAUSS, 2003: 401).

dada cultura também se referem ao corpo, existindo um corpo típico para cada sociedade (MAUSS, 2003: 404-408).

Pesquisas mais recentes acerca do corpo continuam a trilhar o caminho iniciado por Mauss ao defenderem que "... devemos enxergar o corpo como ele tem sido vivenciado e expresso no interior de sistemas culturais particulares,..." (PORTER, 1992: 295).

R. Porter se mostra cauteloso com relação às tentativas de se explicar a história do corpo através das técnicas pós-estruturalistas que reduzem o corpo à *representações* no *discurso* ou mesmo através de preceitos da análise textual que "... enfatizam o modo como o corpo deve ser encarado, não como um objeto de *carne e osso*, mas como uma *construção simbólica*" (PORTER, 1992: 296-297 – *grifo do autor*).

Concordamos com o autor no tocante ao exagero no qual se pauta algumas interpretações ao entenderem o corpo exclusivamente numa dimensão simbólica. Discordamos do exagero, mas não da existência de uma dimensão simbólica no corpo. É no corpo onde as hierarquias e as especificidades de uma cultura são inscritas e reforçadas através de sua linguagem – a corporal. Assim sendo, o corpo é também um lugar de exercício do controle social e de poder. A instauração de determinados tipos de poder conduz o corpo à transformações (GIL, 1995: 202). Tal colocação está plenamente de acordo com o que vimos defendendo ao longo da pesquisa, pois a hegemonia de um padrão geométrico de representação dos corpos nos vasos áticos nada mais é do que o resultado da própria ideologia *políade*, que almeja publicizar os ideais de equilíbrio, justa-medida, força e estética.

O corpo deve ser encarado como mediado por sistemas de sinais culturais. Por esta razão, defendemos que pela corporeidade o homem faz do mundo a extensão de sua experiência e que o corpo, tanto emissor quanto receptor, produz sentidos continuamente, inserindo o homem ativamente no interior de um dado espaço social e cultural (LE BRETON, 2006: 8).

Passemos à análise dos corpos nas imagens áticas.[4] Selecionamos para interpretação duas imagens que trazem em destaques representações variadas dos corpos dos atletas. A primeira imagem – Figura 1 -, cuja temática é o salto, foi pintada num *skýphos*[5] datado em torno de 490-70 a.C.; já a segunda - Figura 2 -, foi representada numa *kýlix*[6] datada entre 525-475 a.C. e nos apresenta atletas com vários tipos de corpos.

Figura 1

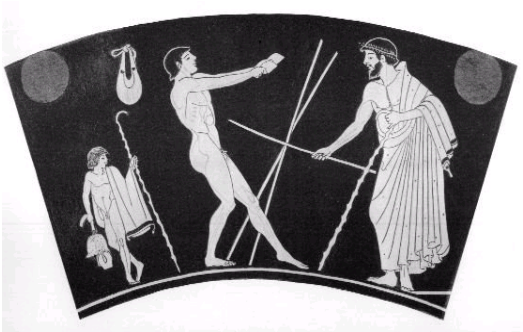

Localização: Boston, *Museum of Fine Arts* – inv. 10.176, Temática: salto, Proveniência: Não fornecida, Forma: *Skýphos*, Estilo: Figuras Vermelhas, Pintor: Brygos Painter, Data: 490-70 a.C., Indicação Bibliográfica: YOUNG, 2004: 36, fig. 3.3; Perseus Vase Catalog (consultado em fevereiro de 2007).

[4] No exercício da leitura e análise das imagens estaremos nos valendo da teoria semiótica, por entender que ela nos permite ultrapassar as categorias funcionais da imagem, nos possibilitando "considerar seu *modo de produção de sentido*, ou seja, a maneira como provocam significações, isto é, interpretações" (JOLY, 1996: 29 – *grifo da autora*). Aplicaremos às imagens o método de leitura semiótica proposto por Claude Calame que pressupõe a necessidade de:

1º. verificarmos a posição espacial dos personagens, dos objetos e dos ornamentos em cena;

2º. fazermos um levantamento dos adereços, mobiliário, vestuários e os gestos estabelecendo repertório dos signos;

3º. observarmos os jogos de olhares dos personagens.

3.1. olhares de perfil: o receptor da mensagem do vaso não está sendo convidado a participar da ação. Neste caso, o personagem deve servir como exemplo para o comportamento do receptor;

3.2. olhares de três quartos: o personagem que olha tanto para o interior da cena quanto para o receptor está possibilitando, a este último, participar da cena;

3.3. olhares em frontal: personagem convida o receptor a participar da ação representada (CALAME, 1986).

[5] O *skýphos* era uma taça para vinho.

[6] A *kýlix* era uma taça para beber vinho.

Na cena representada no *skýphos* – Figura 1 – temos três personagens.[7] No centro o atleta se exercita com dois halteres, equipamento necessário ao salto. Além dos movimentos específicos para a prática esportiva, um segundo signo nos permite afirmar com precisão ser o personagem central o atleta: a sua nudez. Há um consenso entre os especialistas de que o atleta grego em qualquer idade se exercitava completamente nu, demonstrando sua alteridade frente ao *bárbaro* (MARROU, 1990: 200).

O atleta se encontra no momento treinando para a modalidade do salto em distância. Ele segura dois halteres em suas mãos. De acordo com D. Young a dificuldade com a qual ainda nos deparamos é a de explicar como os saltadores utilizavam os halteres. Uma variedade deles, de tamanhos e tipos diversificados, continua sendo encontrada nas escavações. Os autores gregos, afirma o autor, dizem que o seu propósito era impulsionar o saltador para o mais distante possível (YOUNG, 2004: 35). N. Yalouris destaca que a função dos halteres era de equilibrar o corpo, possibilitando melhores resultados aos saltadores (YALOURIS: 2004: 199).

Há ainda na imagem menção a outras duas modalidades atléticas: o arremesso de disco e o lançamento de dardo.

Em outro momento tivemos a oportunidade de analisar mais detidamente a prática do arremesso do disco. Defendemos a hipótese de que o movimento desempenhado pelo corpo do discóbolo corresponde a um círculo, que representa, em Atenas, a própria dinâmica da *pólis* e de sua forma de governo, a democracia. O círculo é a forma geométrica que

---

[7] Grade de Leitura da Figura 1:

1. Disposição Espacial:
   . três personagens de pé em cena: um jovem atleta, no centro da imagem, com a perna esquerda flexionadas e a direita estendida; o segundo, o *paidotribés* com o braço direito estendido direção ao atleta; por fim, a criança na extremidade.
   . cena se passa no mesmo quadro espaço-temporal
   . um personagem com o corpo em movimento e dois parados, porém um deles possui movimento de braços.
   . espaço interno – presença de um saco para disco pendurado na parede.
2. Signos Pictóricos:
   . Vestimentas: dois personagens nus (atleta e criança) e um vestido com manto. A criança segura um manto.
   . Adereços: bastões e coroa
   . Signos que denotem idade: dois personagens imberbes e um com barba.
   . Equipamentos: halteres, dardos, saco para disco, vara, esponja, *alabastro* / *aryballos*, *estrigil*.
   . Inscrições: ausentes
3. Gestos:
   . denotam sincronia de movimentos entre os personagens
   . o personagem vestido ergue um dos seus braços, como que corrigisse o exercício praticado pelo atleta. Criança observa a cena.
   . corpo em movimento – personagem central
4. Jogos de Olhares:
   . representação em perfil.

possibilita a concretização da ação pública do cidadão. Dois dos espaços físicos que permitem um debate acerca da *pólis* são circulares: a *pýnix* e o teatro se constituem em espaços semicirculares que permitem, metaforicamente, o *desnudamento* dos cidadãos. O teatro ainda conta com um espaço circular no seu centro, a *orquestra*, local reservado ao coro, que representa o *dêmos* (povo). A *pólis* e a democracia, dessa forma, se sintetizam nas representações circulares (LESSA, 2005: 64-65).

Já o lançamento de dardo era uma das modalidades mais diretamente vinculadas à vida cotidiana, pois era ao mesmo tempo utilizada pelos cidadãos na caça e na guerra (YALOURIS, 2004: 214). Junto ao atleta vemos dois dardos recostados na parede.

Os autores que se dedicam à análise das imagens áticas enfatizam que as idades masculinas são mais precisamente demarcadas pelos artesãos. Na cena vemos três faixas etárias bem explícitas: um adulto, um jovem e uma criança. A barba é o signo que evidencia idade entre os homens. Podemos inferir que o esporte fazia parte da vida do grego desde a infância até a fase adulta.

O personagem com barba será interpretado por nós como sendo o *paidotribés*, isto é, o responsável pela instrução do jovem nas modalidades esportivas. Alguns outros signos presentes na imagem nos permitem argumentar tal interpretação, a saber: o fato de ele estar vestido em oposição à nudez do atleta; a coroa na sua cabeça, que o identifica como um ex-atleta vencedor; a vara na sua mão direita e o próprio movimento de seu braço que denotam o poder que ele exerce sobre o atleta.

As relações de poder estão presentes em cena, não só pelos movimentos assumidos pelo instrutor, mas também pela presença dos dois bastões, um com o próprio instrutor e outro sendo seguro pela criança e que certamente pertence ao jovem atleta. Os bastões nos remetem à exterioridade, esfera de ação masculina, e ao poder. Os cidadãos utilizam tais bastões na sua movimentação nos espaços públicos.

A cena se passa no mesmo quadro espaço-temporal, ou seja, os três personagens estão interagindo mutuamente; seus movimentos evidenciam tal interação. A criança, pelo que podemos observar, auxilia o atleta, portando seu manto, seu bastão e seu equipamento de higiene.[8]

Diferente da próxima imagem que analisaremos, nessa a representação do corpo do atleta segue o modelo apolíneo veiculado majoritariamente nas cerâmicas áticas. Observamos nela traços bem delineados, justa-medida e simetria das formas e da musculatura,

[8] A esponja para o banho; o *alabastro* ou o *aryballos* para o óleo utilizado pelo atleta para ungir o seu corpo, possibilitando o aquecimento e uma melhor agilidade de movimentos e o *estrigil,* raspador ou almofada de bronze (espécie de espátula) que liberava a pele da camada de óleo e de poeira que se misturavam ao suor.

enfatizando um corpo rígido, como deve ser os corpos dos cidadãos. É nítida a representação na cena do padrão estético da beleza helênica. Certamente o pintor optou por euforizar o ideal da *kalokagathia*, tão importante para a vida cívica na *pólis* (SPIVEY, 2005: 56-57).

Em um artigo publicado na Revista *Phoînix*, já havíamos sinalizado para a existência entre os pintores de um padrão geométrico de representação do corpo a partir dos números *figurados* planos, predominando o pentágono regular e o pentagrama (pentágono estrelado) como métodos de composição das representações (LESSA, 2006: 114-115).

Porém, da mesma forma que os corpos são sempre plurais, as suas representações também o são. Coexistem junto às representações idealizadas dos corpos dos atletas e que por serem *padronizadas* se distanciam da realidade cotidiana, outras formas de representação. Essa pluralidade de tipos de representação dos corpos se faz presente na imagem pintada em uma das faces da *kýlix* do pintor Pheidippos que passamos a analisar – Figura 2.

Figura 2

Localização: London, *British Museum* – E 6 - 200378, Temática: práticas esportivas, Proveniência: Etrúria, Forma: *Kýlix*, Estilo: Figuras Vermelhas, Pintor: Pheidippos, Data: 525-475 a.C., Indicação Bibliográfica: BOARDMAN, 1996: 73, fig. 80; SPÌVEY, 2005: 61, fig. 9; GARDINER, 2002: 59, fig. 21; Beazley Archive (consultado em abril de 2007).

Temos em cena quatro atletas jovens[9]. A nudez e a ausência de barba atestam tal afirmação, conforme já mencionamos anteriormente. A cena se passa no espaço interno, certamente no interior de uma palestra, essencialmente um local para a prática esportiva, quadrado e rodeado de muros (FLACELIÈRE, s/d: 117). O signo de interioridade na imagem é o banco para portar os mantos dos atletas que se encontra no centro. A cena é tipicamente de treino e não propriamente de uma disputa, haja vista os gestos, os movimentos dos corpos e o posicionamento dos atletas.

Defendemos que a cena se passa no mesmo quadro espaço-temporal, o que pode ser observado pela sincronia de movimentos e gestos dos personagens que a compõem, havendo apenas a sutiliza por parte do pintor em agrupar os atletas em duas duplas de acordo com a constituição dos seus corpos.

Quanto aos jogos de olhares, todos os personagens presentes na cena aparecem em perfil, forma mais comum de representação nas imagens áticas. No caso deste tipo de representação, a veiculação da mensagem não permite um diálogo direto com um enunciador-destinatário externo; isto é, não se estabelece uma interação com o público e a cena adquire a conotação de um exemplo a ser seguido pelos receptores (CALAME, 1986:108).

Ao observarmos a imagem temos a impressão do pintor ter optado por marcar diferenças entre as duplas de personagens. Na direita temos dois atletas com os corpos representados de forma mais próxima ao padrão geométrico comum às imagens áticas e praticando o lançamento do disco e do dardo, modalidades esportivas que normalmente aparecem associadas; enquanto na esquerda, vemos outros dois atletas cujos corpos foram

---

[9] Grade de Leitura da Figura 2:

1. Disposição Espacial:
   . quatro personagens jovens de pé em cena: um atleta com o disco, outro com o dardo, outro segurando uma tira de couro e por fim um quarto atleta com os braços estendidos e com a perna esquerda levemente flexionada. Há uma diversidade na representação dos corpos. Dois dos atletas possuem seus corpos representados mais próximos do modelo idealizada de representação e os dois outros possuem seus corpos representados distanciados do modelo: um bem gordo e outro bem magro.
   . cena se passa no mesmo quadro espaço-temporal
   . três personagens com o corpo em movimento e um apenas movimentando o braço direito.
   . espaço interno – presença de um banco para os mantos. Interior da Palestra.
2. Signos Pictóricos:
   . Vestimentas: personagens nus = atletas.
   . Adereços: coroas.
   . Signos que denotem idade: personagens imberbes = jovens.
   . Equipamentos: dardo, disco e tira de couro.
   . Inscrições: não transcritas
3. Gestos:
   . denotam sincronia de movimentos; dois personagens da esquerda interagem entre si, haja vista a movimentação dos braços.
   . corpos em movimento, com exceção do personagem mais gordo.
4. Jogos de Olhares:
   . representação em perfil.

apresentados distanciados do referido padrão geométrico, pois enquanto um dos atletas tende ao extremamente magro, o outro é gordo. De acordo com Spivey e com Gardiner, há entre eles uma relação de disputa, o que pode ser verificado pelo movimento dos seus braços (SPIVEY, 2005: 59; GARDINER, 2002: 58). Ainda podemos observar que existe uma referência ao boxe na imagem, pois um dos atletas (o gordo) segura uma tira de couro - a *himántes*[10], cuja utilidade era firmar a articulação dos pulsos e estabilizar os dedos da mão.

Talvez o pintor tenha querido realçar que o corpo apolíneo, com as formas mais definidas, estivesse mais próximo dos cidadãos que praticavam o lançamento do disco e do dardo, modalidades que colocavam mais em relevo o movimento e a flexibilidade corporais e que metaforicamente representariam a própria dinâmica da *pólis*, num contexto mais geral, e da democracia ateniense, num plano mais específico.

A singularidade dessa imagem, conforme já fizemos menção, é nos permitir visualizar tipos variados de corpos. No momento, nos deteremos mais na discussão acerca dos dois atletas que estão posicionados à esquerda da cena: o extremamente magro e o gordo. Isto porque eles não representariam o ideal estético da beleza helênica.

Interessante seria destacarmos que o corpo porta em si a marca da vida social, sendo sempre a representação da sociedade (RODRIGUES, 1975: 62 e 125). Neste sentido, podemos pensar no porquê da escolha do pintor em representar corpos variados e distanciados do tipo que comumente encontramos nos vasos áticos e também na documentação literária. Plutarco, por exemplo, enfatizava que o corpo humano dizia muito sobre os atletas, isto porque, "os atletas bem treinados acabam derrubando adversários mais inventivos..." (PLUTARCO. *Cleômenes*, 27; POLIAKOFF, 1987: 8-9).

Uma das primeiras explicações para essa opção do pintor poderia ser a necessidade de pôr em relevo as diferenças entre a idealização e a realidade na representação dos corpos dos atletas. Nesta concepção, os corpos dos seus atletas estariam mais próximos daqueles encontrados no cotidiano grego.

Porém outras hipóteses podem ser levantadas. No boxe, o atleta mais pesado teria mais chances de vencer uma competição (YALOURIS, 2004: 239). Tal afirmação poderia explicar a representação de corpos diferenciados por modalidade, tendo os boxeadores corpos mais pesados. Mas isso não explicaria a proeminência do abdômen do atleta na imagem que estamos analisando, pois tal situação impede a flexibilidade dos movimentos em qualquer das

[10] "Eles recobriam a primeira falange dos dedos, sendo trançados em diagonal pela palma e pelo dorso das mãos, deixando o polegar descoberto, e eram presos em torno do punho ou um pouco mais acima, no antebraço" (YALOURIS, 2004: 236).

modalidades. Também não encontramos dentre as modalidades praticadas pelos gregos uma que o atleta fosse representado extremamente magro, como vemos na imagem.

Talvez a explicação mais plausível seja a de Gardiner. Ele trabalha com a possibilidade do pintor ter tido a intenção de fazer uma caricatura de dois atletas contemporâneos seus (GARDINER, 2002: 58).

Outra observação interessante a ser feita é que o vaso é de produção ateniense e que sua proveniência é da Etrúria. Bem, mas o que isso pode significar? De imediato, que existia um mercado consumidor para tais enunciados fora de Atenas. Poderíamos pensar que a representação dos corpos fora dos padrões geométricos de representação circulava fora de Atenas e entre os grupos abastados da Etrúria, o que pode ser confirmado pela riqueza da decoração. Assim sendo, a justa-medida e a beleza estética dos corpos estariam limitadas à circulação interna reforçando os ideais da democracia entre os atenienses.

Destacamos como conclusão que os esquemas iconográficos que estamos estudando atuam no sentido de denunciarem a não unicidade da representação dos corpos, só possível na esfera da idealização. Os corpos só existem na sua pluralidade.

Documentação Textual:

PLUTARCO. Cleômenes. *In*: *Vidas Paralelas*. Trad. Gilson C. Cardoso. São Paulo: PAUMAPE, 1992.

Documentação Material:

BOARDMAN, J. *Athenian red figure vases: The Archaic period*. London: Thames and Hudson, 1996.

Beazley Archive (consultado em abril de 2007).

Perseus Vase Catalog (consultado em fevereiro de 2007).

Bibliografia:

CALAME, Cl**.** *Le Récit en Grèce Ancienne: Enonciations et Representations de Poètes.* Paris: Meridiens Klincksieck, 1986.

FLACELIÈRE, R. *A vida quotidiana dos gregos no século de Péricles*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

GARDINER, E.N. *Athletics in the Ancient World*. New York: Dover Publications, 2002.

GIL, J. Corpo. *In: Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995, vol. 32.

HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UnB, 2003.

LESSA, F.S. Corpo e esporte em Atenas: a análise de uma enócoa do Museu Nacional da UFRJ. *In*: *Phoînix* 11: 105-119, 2006.

LE BRETON, D. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LESSA, F.S. Atividades esportivas nas imagens áticas. *In: Phoînix* 10: 57-70, 2005.

LISSARRAGUE, F. Voyages D'Images: Iconographie et Aires Culturelles. *In*: *Revue des Études Anciennes*. Université de Bordeaux III, Tome LXXXIX, 1987.

LORAUX, N. A cidade grega pensa o um e o dois. *In*: CASSIN, B. & outros. *Gregos, Bárbaros, Estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, pp. 75-97.

MARROU, H-I. *História da Educação na Antigüidade*. São Paulo: EPU, 1990.

MEIER, Ch. *Introducción a la antropologia política de la Antigüidad clásica.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1985.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

POLIAKOFF, M. B. *Combat sports in the ancient world: competition, violence and culture*. New Haven and London: Yale University Press, 1987.

PORTER, R. História do Corpo. *In*: BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 291-326.

RODRIGUES, J.C. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

SAMARA, E.M. A historiografia recente e a pesquisa multidisciplinar. *In*: *Phoînix* 11: 9-28, 2006.

SPIVEY, N. *The Ancient Olympics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

YALOURIS, N. *Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2004.

YOUNG, D.C. *A Brief History of the Olympic Games*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No centro da engrenagem:
os interrogatórios preliminares da Oban e do DOI-SP (1969-1984)

Mariana Joffily*

Resumo: No período em que os militares exerceram o poder político no Brasil, assumindo a direção do país (1964-1985), foi criado um órgão de repressão misto, reunindo elementos das três Forças Armadas e das diversas forças policiais, o Destacamento de Operações de Informação (DOI) – a partir de uma experiência piloto, a Operação Bandeirante – cujas principais marcas eram as práticas ilegais e a violência. Criado e desarticulado durante o regime militar, o DOI foi um dos produtos mais específicos e marcantes da violência institucional praticada no período. A proposta dessa comunicação é problematizar, partindo da análise de documentos do órgão, a função dos interrogatórios preliminares nessa engrenagem repressiva, procurando compreender como se articulavam as duas funções do DOI: informação e segurança.

Palavras-chave: regime militar - interrogatórios preliminares - repressão política.

Résumé: Pendant la période où les militaires ont exercé le pouvoir politique au Brésil, en assumant le gouvernement du pays (1964-1985), un organe de répression mixte a été créé, réunissant des éléments des trois Forces Armées et des diverses forces policières, le Détachement d'Opérations d'Information (DOI) – à partir d'une expérience pilote, l'Opération Bandeirante – dont les principales caractéristiques étaient les pratiques illégales et la violence. Créé et désarticulé pendant le régime militaire, le DOI a été un produit spécifique et marquant de la violence institutionnelle pratiqué dans la période. Cette communication se propose à problématiser, en partant de l'analyse de documents de l'organe, la fonction des interrogatoires préliminaires dans cet engrenage répressif, cherchant à comprendre comment s'articulaient les deux fonctions du DOI: l'information et la sécurité.

Mots-clés: régime militaire - interrogatoire préliminaires - répression politique.

A criação da Operação Bandeirante (Oban) em 1° de julho de 1969 em São Paulo, cidade então considerada o "centro de irradiação dos movimentos de contestação violenta ao governo" (FON, 1979:16), marcou o início de uma nova etapa na repressão às ações da esquerda e aos movimentos sociais. Financiada por empresas multinacionais como o Grupo

* Doutoranda em História Social, pela Universidade de São Paulo, bolsista do CNPq.

Ultra, Ford, General Motors e outros, a Oban contava com a presença de elementos das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil. (ARQUIDIOCESE, 1985:73) O objetivo era centralizar e coordenar de maneira mais eficiente as atividades de combate à oposição, mais especificamente aos grupos da esquerda armada.

A experiência seria ampliada, no ano seguinte, com a criação simultânea de dois órgãos diretamente ligados às Forças Armadas: o Destacamento de Operações e de Informações (DOI) – responsável pelas ações práticas de busca, apreensão e interrogatório preliminar de suspeitos, bem como análise das informações obtidas – e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) – cujas funções abrangiam a coordenação dos diversos órgãos militares e o planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda.[1] Embora fossem dois órgãos distintos, eram freqüentemente associados na sigla DOI-CODI, o que refletia seu caráter complementar. (D'ARAUJO *et alli*, 1994:18) O DOI-CODI representava, em certa medida, a institucionalização da Oban – substituindo-a, em São Paulo –, embora não tenha sido estabelecido por lei ou decreto, mas a partir de diretrizes secretas, formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República, o general Emilio Garrastazu Médici. (FICO, 2001:121)

O sistema DOI-CODI generalizou as duas novidades introduzidas pela Oban: a reunião, num só órgão, de militares das três forças armadas, bem como das polícias militar e civil e a conjugação dos dois pilares do sistema de repressão – a ação direta (captura) e o serviço de inteligência (obtenção de informações). Sua importância reside no fato de ter sido uma criação própria do regime militar, que o caracteriza em sua especificidade, e de ter conseguido, efetivamente, desempenhar grande parte da ação repressiva na década de 1970.

Os interrogatórios preliminares

Não se pode compreender a lógica de funcionamento da Oban e do DOI sem atentar para uma de suas principais atividades: a produção de interrogatórios preliminares de suspeitos de "subversão". Nessa comunicação, pretendo mostrar como os interrogatórios preliminares, ainda que produtos de um procedimento extra-oficial, eram um dos pilares da repressão às organizações de esquerda.[2] À Oban (1969) e, mais tarde, ao DOI (a partir de

[1] As cidades escolhidas para a implementação do sistema DOI-CODI foram: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília (em 1970); Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza (em 1971); Porto Alegre (em 1974).

[2] O corpo documental dessa pesquisa baseia-se, fundamentalmente, no Dossiê 50-Z-9, que integra a Série Dossiês (1940-1983) – parte do acervo da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, mantido e conservado pelo Arquivo do Estado. O projeto "Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983)", realizado sob a orientação da professora Maria Aparecida de Aquino entre 1998 e

setembro de 1970) incumbia a missão de "identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos e terroristas (...) com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar os grupos as organizações a que pertençam" ("Operação Bandeirante (Organização do CODI/II Ex)". 25/09/1970. 50-Z-9, 99, 18946, fls. 3, documento classificado "secreto"). A tarefa de identificação e destruição dos grupos de esquerda passava pela inquirição minuciosa dos indivíduos capturados, a fim de chegar a outros membros da organização e conhecer os meandros de seu funcionamento. Dada a importância da coleta dessas informações, foi decidido que os interrogatórios preliminares seriam centralizados nos órgãos especializados no combate ao crime político, conforme documento datado de 2 de janeiro de 1970, denominado "Informação sobre a Operação Bandeirante":

> *O interrogatório preliminar, isto é, o contacto inicial com qualquer elemento prêso por subversão ou mesmo por suspeita, deve ser centralizado, pois sòmente desta forma poderá haver continuidade nas investigações. Isto por que há necessidade de um perfeito conhecimento das diferentes organizações subversivas e de suas ramificações o que só é possível através de equipes especializadas e que já vêm há bastante tempo trabalhando no assunto (...) Todos os órgãos desta Secretaria [de Segurança Pública] ao efetuarem prisões de indivíduos suspeitos de subversão, terrorismo, deverão providenciar o encaminhamento dos mesmos, de imediato, para a Operação Bandeirantes (Rua Tutóia – 921 – Paraíso). Após o interrogatório preliminar serão encaminhados, os civis para o DEOPS e os militares para as suas respectivas Corporações. ("Operação Bandeirante" (Organização do CODI/II Ex). 25/09/1970. 50-Z-9, 99, 18946, fls. 3, documento classificado "secreto").*

As transcrições dos interrogatórios preliminares realizados pela Oban e, mais tarde, pelo DOI eram sistematicamente enviadas ao DOPS com o intuito de informar sobre a situação das organizações de esquerda e de seus militantes, passar coordenadas para melhorar o trabalho do sistema repressivo em geral, indicar o andamento das atividades de repressão e fornecer dados para a montagem dos interrogatórios oficiais. Ao encaminharem um preso político ao DOPS, a fim de formalizar o inquérito policial-militar, os agentes da Oban e do DOI enviavam o conjunto de seus interrogatórios preliminares acompanhado da "declaração de próprio punho" – documento redigido à mão e assinado pelo detido, descrevendo seus contatos e sua atuação política – que serviriam de base para orientar os agentes do DOPS em seu interrogatório oficial, denominado "auto de qualificação e de interrogatório". Essa documentação, por ser um registro da fala do depoente, servia como prova de suas afirmações

2002, identificou os diversos dossiês que compõem a série, fornecendo, de forma sucinta, o perfil de cada um deles. O Dossiê 50-Z-9, segundo esse levantamento, contém um número elevado de documentos provenientes do II Exército (atual Comando Regional do Sudeste, divisão administrativa do Exército que tem como sede central o Estado de São Paulo), da Oban e do DOI-CODI – de outro modo inacessíveis – além de documentos originários de outros órgãos de informação e de repressão. Sobre o projeto como um todo, consultar: (AQUINO et alli, 2002).

– ainda que obtidas sob tortura –, podendo ser a qualquer momento cotejada com o depoimento prestado no DOPS. Visto que as declarações prestadas na Oban ou no DOI eram muitas vezes contraditórias e confusas, a essa documentação era anexado um ofício de apresentação do detido, no qual suas principais características, atividades e contatos políticos eram explicitados. Essas informações sumárias continham o essencial do roteiro que deveria constar no auto de interrogatório realizado no DOPS. Cópias desses documentos dificilmente aparecem nos autos dos inquéritos enviados à Justiça Militar (ARQUIDIOCESE, 1985:74). As transcrições dos interrogatórios preliminares constituem, portanto, o testemunho do funcionamento de uma engrenagem onde não apenas os procedimentos mas os próprios produtos – os documentos produzidos – eram clandestinos.

A leitura dos depoimentos sugere serem os interrogatórios preliminares o fruto de um trabalho complexo não apenas de extração de informações, mas de verificação e decantação de seu teor. Os interrogatórios da Oban e do DOI seguem um padrão na forma, mas não no conteúdo, embora muitos tenham uma estrutura semelhante. As variações decorrem do grau de conhecimento prévio sobre o depoente, da importância de seus contatos, do nível de seu envolvimento político, do desenvolvimento das investigações em curso, do comportamento do depoente diante dos interrogadores.

Pode se dizer que, grosso modo, as informações contidas nos depoimentos possuíam três funções distintas. A primeira e mais urgente consistia em angariar dados para novas perseguições e capturas. A segunda estava relacionada ao conhecimento mais geral e detalhado das organizações de esquerda, com o propósito de antever seus passos e impedir seus movimentos. A terceira dizia respeito ao grau de envolvimento do depoente com atividades de cunho político, sendo importante medir intencionalidades e níveis de comprometimento com as organizações, a fim de orientar a decisão dos juízes no processo movido pela Justiça Militar. Quanto aos temas que constituíam objeto de inquirição, podem ser distribuídos nas seguintes categorias: os que dizem respeito à organização (estrutura, organograma, funções de cada setor, meios de comunicação, recursos financeiros, armamento de que dispõe), os que se referem a indivíduos (lideranças, cargos que ocupam, militantes, ligações dentro e fora da organização, rede de apoio), os que concernem às ações executadas ou àquelas em fase de planejamento (descrição detalhada) e os que têm relação com a linha política adotada (objetivos imediatos e a longo prazo, dissidências, relação com as outras organizações, linha ideológica).

O "porão" e o tribunal

Uma vez que os interrogatórios oficiais, assim como o inquérito, era realizado pelo DOPS, há que se indagar em que consistia efetivamente a função da Oban e do DOI. Se ao DOPS cabia a parte formal do processo, o que o precedia? Ao ser detido, o preso político era mantido incomunicável. O prazo da incomunicabilidade, para os crimes contra a Segurança Nacional, era de dez dias. Ainda que esse prazo fosse inconstitucional, era sistematicamente desrespeitado, o indivíduo permanecia detido por meses, antes que a Justiça fosse cientificada da prisão. No DOI, o detido era interrogado dia e noite, até que seus agentes chegarem à conclusão de que dissera tudo o que sabia. Em seguida, era encaminhado ao DOPS e só então a prisão era oficialmente comunicada. Neste órgão, fazia-se novo interrogatório, desta feita oficial, baseado nas informações já extraídas pelo DOI.

O DOPS instaurava um inquérito, cujo objetivo reside na apuração de um crime e de seus autores. Sua formalização, portanto, era atribuição desse órgão, sendo que seus delegados figuravam formalmente como encarregados do mesmo. Assim sendo, as investigações realizadas pelo DOI eram clandestinas pois, legalmente, caberia ao encarregado do inquérito efetuar a prisão do infrator e colher as provas. O inquérito, uma vez concluído, era encaminhado à Auditoria e remetido pelo juiz auditor ao promotor, para que se fizesse a denúncia judicial – nesse momento, iniciava-se a ação penal. A instrução judiciária é composta por quatro fases: o interrogatório do acusado, a argüição das testemunhas de acusação, a argüição das testemunhas de defesa e o julgamento. Na fase judiciária, portanto, o militante passava por novo interrogatório, dessa vez diante do juiz e de seu advogado de defesa. As testemunhas de acusação eram, comumente, policiais ou militares que haviam tomado parte nas investigações ou do inquérito, tendo participado da tortura dos acusados (FREIRE *et alli*, 1997: 411).

O estatuto do inquérito militar, todavia, é de reduzido alcance diante da hierarquia judicial, o que restringe expressivamente a importância das práticas policiais anteriores ao processo:

> *A denúncia do promotor e não o inquérito da polícia é o que realmente abre o processo judicial. Cabe à polícia instaurar inquéritos sempre que uma ação penal se torne necessária, mas não pode pará-los ou interrompê-los. Todos os indícios produzidos pela polícia devem ser reproduzidos na instrução judicial. Tantas restrições aos efeitos das investigações policiais justificam-se pela característica inquisitorial, isto é, unilateral, inquest-like, da ação policial. Ela é, por definição, preliminar e não produz conseqüências definitivas* (LIMA, 1994: 36).

Se o espaço reservado aos procedimentos policiais é tão limitado na fase judicial, e se o inquérito é definido como "preliminar", o que dizer dos interrogatórios (ainda mais) preliminares efetuados no DOI? A resposta encontra-se na lógica do conjunto do sistema, que se completa na mencionada presença no tribunal, na condição de testemunhas de acusação, dos policiais e militares que atuaram nas primeiras inquirições dos suspeitos. Na realidade, o que realmente contava eram as respostas obtidas nos interrogatórios preliminares, pois eram elas que instruíam os interrogatórios da fase cartorial do DOPS e, ainda, as que se sobrepunham às respostas oferecidas em juízo à Justiça Militar – que, na maioria das vezes, contradiziam o que fora dito nas fases anteriores. Portanto, eram os dados fornecidos sob intensa coerção aqueles considerados válidos para a Justiça, uma vez que:

> *A retratação, em geral, era tida pelas sentenças judiciais como mais um indício de culpabilidade do acusado, pois a retificação das confissões policiais e a narração dos métodos pelos quais tinham sido obtidas, eram entendidas como parte da estratégia de defesa, que visaria denegrir os órgãos de segurança e o Regime, com denúncias sobre torturas* (ARQUIDIOCESE, 1985: 182).

A aliança entre o tribunal e o "porão" (MATTOS, 2002:8) estabelecer-se-ia através de uma revalorização, efetivada na prática, da atividade policial-militar dentro da hierarquia judicial, ao menos dentro do âmbito do combate ao crime político. E, por conseguinte, o tribunal não apenas acenava com um consentimento implícito aos métodos violentos aplicados para obter tais confissões, como creditava ao sofrimento físico e psíquico a capacidade de produzir respostas "verdadeiras" remontando, mais uma vez, às tradições inquisitoriais da cultura penal brasileira (LIMA, 1994:30). Nas palavras do ex-comandante do CODI carioca, o general Adyr Fiúza de Castro, "o DOI era o braço armado da 'Inquisição', vamos dizer assim." (D'ARAUJO *et alli*, 1994:59). Desse modo, dentro da engrenagem da repressão política, cujo objetivo residia na destruição das organizações de esquerda, os interrogatórios preliminares constituíam uma das peças centrais, cumprindo efetivamente sua dupla função: de segurança, através do massacre dos interrogados, por meio de numerosos métodos coercitivos (ARQUIDIOCESE, 1985:31), e de informação, com a extração de confissões que levassem a novas capturas.

Referências bibliográficas:

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (orgs.). **Radiografias do autoritarismo republicano Brasileiro.** 5 volumes. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 121.

FON, Antônio Carlos. **Tortura**: a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997.

LIMA, Roberto Kant de. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado, 1994.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Em nome da segurança nacional**: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Dissertação de mestrado em História Social, orientação: Maria Aparecida de Aquino, Universidade de São Paulo, 2002

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O conceito de Romanização: uma reflexão

Norma Musco Mendes[1]

Abstract: The aim of this paper is to discuss the concept of Romanization and to explore some of the central themes of post-colonial theory.

Palavras chaves: Romanização, Romanization; teoria pós-colonial, post-colonial theory;

Este comunicação se relaciona aos resultados parciais obtidos pelo projeto de pesquisa intitulado "*As estratégias de intervenção no espaço e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia*", em realização com o auxílio do CNPq, através da concessão de bolsa de produtividade de pesquisa. A problemática central é o estudo das especificidades da experiência imperialista Romana, enfocando principalmente, as relações entre culturas, as questões de identidade e de poder. Tais objetivos permitem que o projeto seja vinculado à proposta acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, visto que busca discutir e comparar a conexão entre poder e cultura num contexto imperial, visando verificar as diferentes respostas sociais.

Conforme fica explícito no título, a pesquisa segue a tendência atual de desenvolvimento de estudos regionais. Porém, neste evento limitar-me-ei a refletir o termo Romanização, o qual atualmente se encontra em ampla discussão entre os especialistas.

Romanização é um termo que surge na historiografia de fins do século XIX e inicio do século XX para significar o contato entre os Romanos e os outros povos. Ou melhor, a adoção dos padrões estético e ético dos Romanos nas práticas de consumo e produção encontrados nas províncias e nas regiões de fronteiras do Império. Tal conceito é um bom exemplo para demonstrar como o historiador circula por três níveis teóricos de representação do real, tais como: realidade teórica (formal e pré-estabelecida pelo conhecimento científico), realidade historiográfica (construída pelo historiador, discurso interpretativo) e a realidade

[1] Professora Associado 1 do Departamento de História do IFCS da UFRJ. Doutorado na Universidade Federal Fluminense. Integra a equipe de pesquisadores do Laboratório de História Antiga (LHIA) , o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)

documental (dados de natureza diversa dos veículos de informação). Isto porque o termo vem sendo reinterpretado de acordo com as transformações e novas exigências impostas pelos distintos contextos histórico-culturais.

Na historiografia de fins do século XIX e inícios do século XX são evidentes os paralelos entre o Império Romano e aqueles construídos pelas potências imperialistas do mundo moderno.

A experiência imperialista romana foi apropriada pelos discursos ideológicos das potências coloniais, que a utilizaram para justificar e legitimar o direito de conquista, vinculando a ação imperialista da Inglaterra, França, Itália como herdeiras de Roma e como uma forma legítima de disseminar entre os nativos o que os Romanos chamavam de civilização.

As análises sobre o contato entre sociedades diferentes eram norteadas pelo conceito de que a sociedade humana era governada pelo seu próprio conjunto de normas, valores e idéias que guiavam o comportamento coletivo. As culturas eram objetivas, homogênea, entidades definidas um das outras por um único sistema de padrões que determinava a conduta dentro dele. As culturas não eram iguais e no século XIX criou-se uma hierarquia baseada em critérios de complexidade social e técnica da selvageria à civilização.

Neste contexto histórico-cultural foram produzidos esquemas de análises baseados em abordagens, as quais consideram o Império Romano de "imperialista" no sentido específico que este termo adquiriu desde o final do século XIX.

Para designar a forma de mudança cultural resultante da incorporação de uma cultura sobre outra o termo Romanização, construído principalmente por F.Haverfield (1905) e F.de Coulanges, se vincula ao conceito de aculturação usado pela antropologia e pela sociologia entre os anos de 1920 e 1960.

Vincula-se a estas abordagens, a lógica de uma Romanização progressista e uniforme, cujo conceito implica na idéia de transferência de cultura, de mudança cultural por imitação, partindo-se do suposto abandono da identidade nativa pela adoção da cultura Romana como um ato positivo, deliberado, que significava prazer e paz. Momento que significou uma barreira temporal na parte Ocidental do Império entre a organização tribal da chamada Idade do Ferro e a sua incorporação à sociedade Romana. Th. Mommsen (1874) e F. Haverfield construíram a idéia de que a divulgação e a adoção dos padrões culturais Romanos eram entendidas como sendo mais avançada e mais "progressista" e, portanto, quanto mais era adotada pelos nativos maior seria a sua presença. Esta noção refletia a ideologia imperialista Britânica, perante a qual o conceito de progresso estava interligado ao do Império Britânico.

Esta perspectiva marcou os estudos arqueológicos e as escavações, pois a teoria e a metodologia de análise estavam baseadas na oposição básica entre duas categorias: civilizado e primitivo (MENDES, 1999: 307-325).

O princípio de aculturação pressupõe que as populações indígenas tinham um primitivo nível de cultura e tiveram pouco a fazer, a não ser absorver a "alta cultura" dos colonialistas (HALL,2002:104).

De acordo com R.Hingley (1996) e Sîan Jones (1997) ambas as formas de análise com base na aculturação são produtos da era colonial e do interesse de assimilação das sociedades não Ocidentais no contexto colonial e das comunidades de imigrantes na sociedade Ocidental.

Tal tipo de abordagem passou a ser questionada por sua conotação pejorativa, inapropriada cientificamente e, conforme já afirmamos, considerada como construções dos regimes coloniais. Ademais, as idéias sobre "sociedade primitiva" incorporada ao conceito de tribo como uma unidade fechada, homeostática e impermeável, tornou-se difícil de ser sustentada após as mudanças trazidas pelo neocolonialismo, demonstradas pelos movimentos nacionais de libertação.

De certa forma podemos dizer que a noção de aculturação foi reinterpretada pelos trabalhos de M. Millet (1990) e C. Haselgrove (2002) , os quais se afastam das idéias de progresso moral e social, mas afirmam que a mudança cultural no Alto Império Romano na Europa Ocidental foi uma forma de interação cultural direcional, resultando na imitação dos padrões culturais Romanos pelos provinciais, como o resultado do "desejo" de ser Romano. Ou melhor, este processo envolveu, principalmente, uma adoção homogênea da cultura Romana pelas populações indígenas, a qual foi encorajada pelas próprias elites locais das províncias Ocidentais como uma forma de identificação com Roma e de reprodução do poder social local. Esta última linha de raciocínio é muito útil como um argumento explicativo para a estrutura política do Império Romano. Sempre que foi possível os Romanos utilizavam da organização tribal pré-existente na estruturação das novas províncias, principalmente, cooptando com as elites locais e as tornando responsáveis pelo governo das *civitates*.

As obras acima mencionadas são importantes contribuições para a interação do processo sociocultural e as relações sociais que sucedeu a conquista Romana. Porém, são passíveis de crítica porque defendem a formação de uma hierarquia social provincial através de um processo de imitação da cultura Romana.

Tal tipo de abordagem baseada na unicidade do estilo Romano de cultura material passou a ser criticada principalmente com o desenvolvimento da teoria pós-colonial[2], a qual despertou a necessidade de reavaliar as antigas matrizes historiográficas sobre o conceito de Romanização e de Império Romano, construídas no contexto histórico-cultural do imperialismo moderno. Apresenta como pressuposto a idéia de que o Império Romano foi uma construção para integrar e criar um sentimento de coerência às numerosas "experiências divergentes"[3] e, assim, estabelecer um sistema de domínio.

A teoria pós-colonial tem como objetivo reconstruir os estudos sobre o Império Romano, sugerindo que as análises devem ser norteadas por três aspectos inter-relacionados: tentativas de estudos descentralizados; buscar as respostas complexas e variadas dos provinciais ao contato colonial e trabalhos que sugerem uma oposição aberta ou camuflada à dominação imperial (HINGLEY, 1996).

Esta postura teórica preocupa-se com uma linha de abordagem que privilegia como unidade de análise as periferias, afastando-se dos estudos centralizados na ótica de Roma. Ou melhor, defende a existência da heterogeneidade na definição daquilo que se classifica como Romano ou nativo. O que se encontra nas regiões do Império Romano, com base na análise dos vestígios materiais é uma situação de grande complexidade. Em muitas províncias, através de intermediários, a cultura Romana chegou após já ter interagido com culturas diferentes. Ademais, a apropriação das instituições, práticas sociais e os itens da considerada cultura material dos Romanos variou de significado e intensidade de acordo com as características regionais e os interesses dos distintos grupos sociais que formavam as comunidades nativas.

J. Webster (1996:1-17) afirma que esta teoria não é simplesmente anti-colonialista e nem pretende desenvolver uma visão positiva do imperialismo Romano, pois deve ser considerado que igualmente a *Pax Britannica,* a *Pax Romana* significou violência, provocou distúrbios e significou a perda da liberdade das comunidades nativas, mesmo deparando-se com reações de consentimento e/ou de resistência.

---

[2] Vide SAID,Ed. *Cultura e Imperialismo* S.P.:Companhia das Letras 1995, SAID, Ed. *Orientalismo.* S.P.:Companhia das Letras1996; WEBSTER, J., COOPER, N. J. (ed.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives.* Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996; D.J. MATTINGLY, Idem; KEAY,S. and TERRENATO,N. *Italy and the West: comparative issue in Romanization*. Oxford: Oxbow Books, 2001; BLAGG,TH. Idem

[3] A noção de "experiência divergente" proposta por Ed. Said admite que mesmo existindo um núcleo subjetivo irredutível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas. Neste sentido, num contexto imperial as experiências divergentes dos súditos devem ser pensadas e interpretadas em conjunto, cada qual com sua pauta e ritmo de desenvolvimento, suas formações internas, sua coerência interna e seu sistema de relações externas, todas elas coexistindo e interagindo entre si

Dominação é uma forma institucionalizada de poder e a resistência é necessariamente uma oposição organizada ao poder estabelecido. No entanto, as modernas teorias da Arqueologia, da Antropologia e da Sociologia demonstram que os processos de mudança em muitas sociedades são complexos e que a diversidade de comportamentos e significados pode aparecer nas diversas formas de discursos produzidos por uma sociedade. M. Foucault [4] ressaltou tais discursos como formas de poder menos institucionalizadas, mais evasivas e cotidianas. O sociólogo James Scott (1990:1-16) em seus estudos sobre as relações de poder se baseia na natureza do comportamento público entre dominador e dominados, afirmando que cada grupo tem as suas modalidades de discursos: "transcritos públicos"- (auto-retrato da elite dominante, forma como ela quer ser vista, representações que nos fornecem convincentes evidências do sistema de valores da ideologia de poder)- e "transcritos ocultos"- (discursos, ressentimentos, gestos, práticas que confirmam, contradizem ou mudam o "transcrito público", produzidas pelos subordinados). Afirma, ainda, que o grau de divergência entre estes dois tipos de discursos possibilita o entendimento do impacto dos níveis de dominação em qualquer sociedade. Deixa claro que nem todas as formas de resistência têm de ser abertas e violentas. Logo, acredito que esta noção de resistência é uma categoria analítica que permite ressaltar a presença e a atuação do poder em várias formas de relacionamento entre dominadores e dominados, podendo ser observada através das formas de comportamento e da cultura material.

Neste sentido, cabe ressaltar o recente artigo e J. Webster(2003:24-51), com base nos estudos comparativos sobre a arte em contextos coloniais, propõe a substituição do termo Romanização por Crioulização. Ou seja, defende a aplicação da teoria da crioulização, utilizada para explicar a criação das sociedades Afro-Americana e Afro-Caribeana, para o estudo do processo de ajustamento multicultural e da interação sócio-política para o estudo da arte provincial no Ocidente Romano. A autora analisa a arte religiosa Romana-Céltica da Britânia como uma expressão de resistência à Roma, na medida em que defende que, apesar da elite nativa se apropriar e difundir a alta cultura do dominador, o restante da população fez uso das formas romanizadas para adaptar as estruturas das crenças nativas aos novos tempos.

---

[4] As contribuições de M. Foucault para a teoria pós-colonial vinculam-se as suas observações sobre a relação entre conhecimento/ saber/ épistémè/ formações discursivas existentes em todos os níveis na sociedade e poder, o qual não existe num único e determinado lugar, mas num feixe de relações. Poder não é somente um fator negativo e repressivo na sociedade. O poder imperial (poder que diz não) entrou em conflito tanto com a resistência aberta como também com o "poder fazer" dos indígenas. Parte-se do princípio de que os agentes desta relação de poder são aqueles que resistem ativamente, aqueles que negociam e que procuram uma medida de acomodação com o grupo dominante sendo capaz de ser autorizado no processo das relações sociais.

Em busca de uma redefinição para o conceito de Romanização G. Woolf (1998:7) afirma que o termo Romanização não tem um potencial explicativo. Deve ser entendido como um termo guarda-chuva para abarcar os múltiplos processos de mudanças sócio-culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos que teve início com o relacionamento entre os considerados padrões culturais Romanos e a diversidade cultural provincial. Foram simultaneamente processos de mudanças sócio-culturais desiguais surgidos através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas. Concorda com a posição de W.V. Harris no sentido de que "*Romanização deve ter sido o processo através do qual, os habitantes se tornavam e se identificavam como Romanos, mas havia mais de um tipo de Romano e os estudos da cultura provincial deve considerar a diversidade cultural, assim como, a unidade do Império*".

Acredito que um argumento explicativo para estes processos de mudanças possa ser encontrado na tese de Sîan Jones que propõe uma reconsideração do termo Romanização, com base na aplicação do conceito de etnicidade para o estudo da Arqueologia da Britania.

Sîan Jones entende a etnicidade como todos os fenômenos sociais e psicológicos associados com a identidade do grupo e construída culturalmente. O conceito de etnicidade focaliza as formas pelas quais os processos de interação social e cultural interagem entre si para a identificação e interação dos grupos étnicos.

Tal raciocínio se baseia no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1990), o qual procura estabelecer uma lógica para os meios e as modalidades de apropriação de bens culturais, podendo ser definido como: as estruturas mentais mediante as quais os homens apreendem o mundo social, as quais são essencialmente, produtos da internalização dessas mesmas estruturas do mundo social. Assim, *habitus* é ao mesmo tempo uma estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das mesmas, mas também uma estrutura estruturada. Quer dizer, *habitus* é determinado pelo mundo social e, ao mesmo tempo é determinado pela percepção que dele se tenha (CARDOSO, 2000:9-40).

Sîan Jones ressalta que o registro arqueológico evidencia a *praxis* do processo de interação social, ou melhor, de construção da etnicidade, pois envolve a produção e o consumo dos distintos estilos da cultura material. Entendida como realização da etnicidade, a cultura material se constitui mais no produto da interseção dos interesses e oposições entre os grupos sociais, em particulares contextos históricos, do que em categorias abstratas da diferença (JONES,1997:cap 6). Logo, penso que esta linha de raciocínio contempla a

possibilidade da existência de uma resistência pacífica, a qual não pode ser expressa através da literatura, mas através das formas de comportamento e da cultura material.

Os estudos em realização com base na documentação epigráfica[5] e de cultura material[6] do sul da Lusitânia nos aproximam das formas de abordagem desenvolvidas por G. Woolf e Siân Jones e indicam que os processos de mudanças sócio-culturais descritas pelo termo Romanização devem ser estudadas em uma dinâmica de assimilação, de ajustamento, de conflito, de negociação e de resistência[7].

O desenvolvimento urbanístico das principais cidades romanas do Algarve, Balsa e Ossonoba comprovam que a apropriação dos costumes, das crenças, das práticas sociais evidenciam os processos de Romanização porque correspondem ao conjunto de categorias culturais compartilhadas características daqueles que se consideravam Romanos. Assim sendo, viabilizou a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo socialmente institucionalizado e moralmente construído. Cidadania e cidade se confundiam e, se considerarmos a dimensão sociológica básica da noção de cidadania, como algo que se apreende, que é demarcado por expectativas de comportamento singulares de identificação, afirmamos que ser cidadão romano associado a uma *civitas* promoveu nas províncias uma renegociação e uma reinvenção radicalmente aberta e interminável de processos que possibilitavam novas modalidades de ser, conviver e de aprender. Os marcos espaciais urbanos, enquanto espaços de deambulação foram locais privilegiados de encontro com o "outro", muitos dos quais atuavam como "lugares de memória", expressavam simbolicamente a permanência e a duração de valores, permitindo a preservação da continuidade das gerações. Ademais, estimulava setores diferentes de comunicação sociopolítica porque expressavam a identificação das elites nativas aos ideais de ser Romano e serviam como instrumentos para a demonstração de poder, prestígio e riqueza destes notáveis locais.

---

5 ENCARNAÇÃO, J. Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984

6 Cabe ressaltar o excelente trabalho que vem sendo realizado com grande esforço pelos arqueólogos portugueses para escavar e preservar os sítios arqueológicos da região do Algarve e, principalmente, a divulgação dos resultados via Internet, especialmente o trabalho de Luis Fraga Silva, Balsa, Cidade Perdida. **www.arqueotavira.com 7/7/2006**

7 A integra da validação das nossas hipóteses de trabalho se encontram apresentadas de forma detalhada os seguintes artigos: O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de Romanização, publicado pela Fênix - Revista de História e Estudos Culturais (NEHAC), Janeiro, Fevereiro e Março de 2007, vol.4, ano IV, n.1 – www.revistafenix.pro.br e no artigo Romanização e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia, publicado na Revista PHOINIX,Suplemento do Laboratório de História Antiga/ UFRJ, Rio de Janeiro: Ed MAUAD, 2006,p.231-256 Rio de Janeiro, Mauad, 2006, p. p.231-256

Desta forma, podemos afirmar que nas relações de poder, o dominador sempre tem algo a oferecer, assim como, os dominados têm várias formas de respostas. Por outro lado, não existe apenas um tipo de subordinação. O grupo dos subordinados também é dividido por idade, gênero, posição social. Estas diferenças interferem na posição de cada grupo frente às relações de poder e desenvolvem formas de resistência que podem ser definidas como ideológicas: *"quando se tenta reconstituir uma comunidade estilhaçada, salvar ou restaurar o sentido e a concretude da comunidade contra todas as pressões do sistema colonial"* (SAID, 1995:266)

Penso ser neste sentido que podemos falar em resistência nos processos de Romanização, os quais designam as mudanças sócio-culturais desiguais surgidas através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas, criando em toda a extensão do mundo Romano "experiências divergentes".

Na linguagem de Gramsci podemos identificar estes processos como "negociação colonial" (PORTELLI,1977:32). De certa forma, as elites locais provinciais formavam uma classe dirigente unificada. Portanto, parafrazeando G. Woolf (1998:25) o Império Romano pode ser definido como "império de cidades" e "império de amigos". Em suma, a experiência imperialista Romana exemplifica a conexão entre o poder e a cultura.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU,P. **In other words. Essays towards a reflexive sociology**. Londres: Polity Press, 1990

CARDOSO, C. F. de S. **Uma Opinião sobre as Representações Sociais**. IN: CARDOSO, C. F. de S. e MALERBA,J Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo:Papirus, 2000, p. 9-40.

JONES, S. **The Archaeology of Ethinicity**. London: Routledge, 1997

HALL,J. J. **Hellenicity**. University of Chicago Press, 2002:104

HAVERFIELD,F. **The Romanization of Britain, Proceedings of the British Academy**, 1905-1906.

HINGLEY, R **The legacy of Rome: the "rise", decline and fall of the teory of Romanization**. IN: WEBSTER, J., COOPER, N. J. (ed.). Roman imperialism: post-colonial perspectives. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester (Leicester Archaeology Monographs No 3), 1996.p.35-48

MENDES, MUSCO,N. **Romanização**: **cultura imperial**. IN: PHOINÎX Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. IN: PHOINÎX Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999

MOMMSEN, Th. **Römische Geschichte** IV. Berlin: s/e, 1874.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

SAID,Ed. Cultura e **Imperialismo** S.P.:Companhia das Letras 1995
SAID, Ed. **Orientalismo**. S.P.:Companhia das Letras1996
SCOTT, J., C. **Domination and the Arts of Resistence** . Yale University Press, 1990
WEBSTER, J. Roman imperialism and the "post imperial age IN: WEBSTERr, J. COOPER,N. (org.) Roman imperialism: post-colonial perspectives. Leicester: School of Archaeological Studies of University of Leicester, 1996
WEBSTER,J. Art as Resistence and Negotiation IN: Scott,S.and Webster,J (edit) Roman Imperialism and Provincial Art. Cambridge Ancient Press, 2003
WOOLF, G. Becoming Roman. Cambridge University Press, 1998

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Juscelino Kubitschek
Na encruzilhada da história com a memória ...

Ana Maria Ribas Cardoso*

> "Cada homem público, no termo de sua jornada, deve aos seus contemporâneos uma explicação – para lhes dizer de onde veio, como veio e ao que veio. É essa a essência deste livro, sem que o autor tenha perdido de vista, ao escrevê-lo, a verdade do versículo bíblico: 'Deus dá ao humilde a honra da vitória'."
>
> Juscelino Kubitschek. *Meu caminho para Brasília – a experiência da humildade.*

Resumo: Como, por que e para quê o historiador pode escrever sobre a existência de um homem, (re)constituindo a história no tempo de uma vida? Debruçar-se sobre a trajetória do homem e presidente da República Juscelino Kubitschek, sob uma perspectiva teórico-metodológica que acolhe os vínculos, ditos, não-ditos e interditos, entre história, política, cultura e memória, enuncia como a sua biografia se fundiu, no imaginário social, à *biografia da nação,* esclarecendo o lugar dele na gestação, criação e difusão de uma cultura política entrelaçada a uma concepção de Brasil moderno. As memórias e as biografias sobre Juscelino Kubitschek - percebidas enquanto testemunhos históricos – possibilitam representar a história através de um homem e ressignificar certa leitura do passado, a condicionar o presente e projetar o futuro, desdobrando-se em uma mitologia política.
Palavras-chave: (auto)biografia; mito político; memória.

Abstract: How, why and what for the researcher can write about a man, (re)building history at a specific timelife ? Bending over the path of the man and president of the Brazilian Republic Juscelino Kubitschek, under a theoretical and methodological perspective that welcomes the links – aforesaid, unsaid and interdicted – among history, politics, culture and memory, sheds light on the blending of his and the nation's biography, in the social imaginary, thus defining his role in the gestation, creation and diffusion of a political culture which is closely intertwined with Brazil's modern conception. The memories and biographies on Juscelino Kubitschek – perceived as historical testimonies – make it possible for a man to represent history, bringing new meanings to a former reading, adjusting the present and projecting the future, as well as unfolding itself into a political mythology.
Key-words: (self)biography; political myth; memory.

Uma biografia de Juscelino Kubitschek?! – um dos fios da trama de nossa pesquisa[1]. Entre Clio e Mnemósine – tênues fronteiras que deslizam entre as trombetas da

* Professora do Colégio Pedro II; Doutoranda em História na UERJ.

[1] A pesquisa *Juscelino Kubitschek: profeta da modernidade, arquiteto do futuro?!* está sendo desenvolvida no Curso de Pós-Graduação, nível Doutorado, em História Política da UERJ, sob a orientação da Profª Dra. Tânia Bessone Ferreira.

anunciação e da celebração, emoldurando o panteão dos heróis, e os cantos imortais, guardiões da cultura, (re)velando o *ser* contra as armadilhas do tempo. Um encontro feito de múltiplas ressonâncias e numerosas significações, nem sempre coerentes e tantas vezes imprevisíveis, a envolver desafios e incertezas.

Como narrar/dimensionar a ordem na desordem da vida de um homem, cuja identidade supõe a fragmentação do eu? O relato (auto)biográfico, movido pelo desejo de síntese, compreensão e transmissão da existência humana individual inscrita no tempo histórico, ambiciona *a priori* transportar a vida para o papel; o que ocorre sob a forma organizada e estilizada de um livro, contornando as descontinuidades do vivido e substituindo o *caos* experimentado pela vontade do homem de dominar o mundo e a si próprio, sem, no entanto, jamais recompô-la em sua plenitude (MAËNEN: 2001). Evoca, pois, a metáfora de um espelho partido.

Se a reconstrução da história de um indivíduo justifica-se pela dupla intenção de autenticidade e de integridade da escrita, ela tece vínculos entre o tempo da vivência e o tempo de sua (re)elaboração, em uma condição narrativa; desta forma, é invadida, permanente e silenciosamente, pelos hiatos, pelas tensões entre o alcance da ordem e da concordância *vis-à-vi*s à desordem, à discordância.Tais constrangimentos não retiram da biografia a sua legitimidade para o historiador, já que as reticências, as "zonas de fratura", as lacunas também lhe ofertam substrato e produzem novos sentidos. A biografia revisita a memória - pedra-bruta, moldada por reminiscências e sempre aberta à (re)composição. (Re)vive. (Re)cria.

A (auto)biografia de Juscelino Kubitschek não deve ser compreendida como um passeio nostálgico entre vestígios materiais e simbólicos do passado, a qual se destina a evocar o homem no "panteão" da história nacional, do mesmo modo que vence as sombras de um possível esquecimento; e, por conseguinte, garante a (re)invenção identitária desse sujeito histórico e a posse de <u>seu</u> drama por meio de uma racionalidade que se proclama absoluta. Ainda mais, enquanto um monólogo interior, ela gera a expectativa de que as palavras, embora não isentas de falhas e contradições, poderiam explicar a si próprio, expressar a busca pelo reconhecimento, inocentar ações e/ou opções e defender estratégias perante os outros e a si mesmo, ainda que sujeita ao escrutínio alheio. "Retrato de si" deixado à posteridade.

Transpondo esse modelo narrativo linear de uma vida, ao recontar a história de Kubitschek historiciza-se, com outro olhar, em outra temporalidade, aquele drama que esculpe múltiplas clivagens entre os desejos humanos individuais e a conduta pública. Ora irmanado às demandas da vida civilizada, ele traz à tona os dilemas do homem em torno da sua identidade; *et pour cause,* desvela uma percepção de mundo e de sociedade, na qual

realidade e sonho, vida e morte, amor e ódio, verdade e mentira, humildade e soberba, lealdade e traição, vitória e derrota, justiça e injustiça se confundiram e geraram, na intimidade, um tempo descompassado, que ofertava sentido ao tempo de vida e ia muito além daquele da presidência e seus desdobramentos.

Debruçar-se sobre a trajetória individual e pública do homem/presidente da República Juscelino Kubitschek, sob uma abordagem teórico-metodológica que acolhe os vínculos, ditos, não-ditos e interditos, entre história, política, cultura e memória, enuncia como a sua (auto)biografia se fundiu, no imaginário social, à "biografia da nação" (GRAMSCI: 2002), esclarecendo o lugar dele na gestação e cristalização de uma cultura política entrelaçada a uma idéia de Brasil moderno.

O uso da biografia e da autobiografia – tanto como fonte, quanto como objeto – então se justifica. As memórias e as diversas biografias sobre Juscelino Kubitschek, percebidas como testemunhos históricos, para além de uma história de vida, possibilitam ressignificar certa leitura do passado, a formatar o presente e projetar o futuro (SIRINELLI:1998); e prefiguram mecanismos simbólicos de construção e difusão de uma dada mitologia política. A monumentalidade do Memorial JK e as re-edições da sua imagem de grande estadista exibem uma leitura do processo histórico brasileiro fundamentada na heroificação de um homem; sujeito histórico que se integrou à memória coletiva para nela imprimir não só uma marca identitária centrada em virtudes comuns, mas, também, na pujança de suas conquistas.

A pesquisa biográfica engendra novas formas de articulação entre micro e macro acontecimentos, recupera tramas singulares, tantas vezes desconhecidas e/ou menosprezadas em face das dinâmicas generalizantes, e amplia o conhecimento sobre as sociedades humanas, sem relegar ao silêncio as determinações sociais do processo histórico — acusação esta alardeada pelos seus detratores. Desta maneira, vem sendo possível redefinir os estudos biográficos como caminho entre o indivíduo e o coletivo, o particular e o geral, o singular e o universal, construir percepções sobre uma dada realidade social e compreender como se faz representar a história através de um homem.

> *Ela é o melhor meio (...) de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida. (...) A biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes.* (LEVILLAIN: 2006, 176)

Um dos desafios da biografia histórica reside em articular indivíduo/texto e contexto (ROJAS: 2000), este não como convencionalmente definido, porém como algo

heterogêneo, fluido, fragmentado, que oferece sentido aos "desvios", aos incontáveis aspectos da vida humana. Os historiadores, por vezes, imaginaram que as trajetórias de atores sociais poderiam ser narradas à luz de um modelo que associa "uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas" (LEVI: 2006,169) – eis aqui o maior dilema da biografia para aqueles que nela pretendem aventurar-se. Supõe-se dar *ethos* ao relato biográfico, através da narrativa do tempo vivido, fundando a identidade do biografado, ao que subjaz uma idéia de vida como sucessão de acontecimentos correlata à premissa do sentido da existência humana (ALBERTI: 2000, 2).

Tal questão nos coloca diante do que Bourdieu (2006) denomina de "ilusão biográfica". Porque a biografia suscita a ilusão de unidade do eu, quando narra a vida de um homem atrelada a uma lógica retrospectiva e prospectiva que exclui as suas eventualidades, senão abstrai a própria condição humana. Ao contrário! A riqueza da biografia histórica reside, justamente, na possibilidade de romper com as explicações lineares calcadas no "destino final" (MOTTA: 2000) e desvendar o complexo processo de tomada de decisões.

Reconhecendo as interlocuções entre memória e história, a transmitir, de geração em geração, experiências culturais, elaboradas e partilhadas pelos atores sociais, a pesquisa biográfica desvela visões de mundo, ações/retroações, opções políticas, decisões individuais, minuciosas e infinitas, estratégias (es)colhidas no percurso de uma vida. Porque a memória, para além do que se lembra e do que se esquece, forja a identidade do indivíduo que a evoca. Aceitando que o homem tem uma historicidade que emoldura a sua maneira de ser, estar e interagir no mundo, a biografia colima por redefinir o lugar do sujeito na história, pois toma como sua "matéria-bruta" as trajetórias daqueles atores sociais, entrelaçando, não sem dilemas, indivíduo e coletividade. Enfim, ela torna possível ressignificar <u>vidas</u> – acontecimentos individuais, privados e/ou públicos, e experiências de pertencimento -, bem como reconstituir o que já está invisível ao nosso olhar, mas que, em tempos pretéritos, foi, por exemplo, testemunho sonante ou dissonante das disputas de poder e das relações de força.

A perspectiva não é descobrir o que realmente aconteceu ou o que de fato houve; mas sim compreender como o autor-ator Kubitschek, que vivenciou um processo de ascensão social ditado por seus vínculos provincianos, observou, sentiu e participou dos acontecimentos que marcaram a sua trajetória e como os expressou, até a presença na vida pública brasileira e os desdobramentos. Será factível, diante disso, ampliar a compreensão sobre a cultura política, formatada pelo nacional-desenvolvimentismo, da segunda metade dos anos cinqüenta, em uma perspectiva multidecenal, sob uma vertente que propõe incorporar à historiografia a história de seu representante.

Nos relatos biográficos pesquisados[2], um fio condutor a todos envolve: o heroísmo de um homem humilde que, a despeito das marcas do sofrimento, é um exemplo de luta e uma lição de esperança. Alicerçadas na imagem de um indivíduo heroicizado, as biografias ora privilegiam as qualidades pessoais, ora ressaltam a trajetória pública, ora descrevem as vicissitudes decorrentes da cassação, da prisão e do exílio, sem qualificarem, de um modo geral, a dimensão histórico-social de Kubitschek. Revela-se a vida de um *self made man*, cuja história *per si* permeia e legitima o discurso mítico. No conjunto, inexiste uma análise crítica aos moldes dos modernos gêneros biográficos encetados por autores estrangeiros, tais como, Jacques Le Goff (1999) e Peter Gay (1988).

Considerando que Juscelino Kubitschek teve, na década de 60, seu espaço público de expressão vetado por força da cassação imposta pelo regime militar, restou-lhe o espaço privado, enquanto *locus* de uma escrita de si (GOMES: 2004) que se concretizou com a elaboração de suas memórias[3]. A autobiografia de JK adquire solidez se a inserirmos em um encontro dialético entre a nova condição humana, sustentada por um desejo de privacidade e introspecção, ligado ao "fascínio do eu" (GAY:2002), e as determinações sociais, que inscrevem os laços entre indivíduo e coletivo, texto e contexto, autor e obra.

A experiência individual vitoriosa de Juscelino Kubitscheck imbricou-se à mensagem do nacional-desenvolvimentismo, imprimindo nesta o selo de um otimismo unificador dos desejos de grande parte da sociedade brasileira, ainda ressentida no seu imaginário da orfandade que lhe fora imposta com o suicídio de Getúlio Vargas. E com o que se construiria o mito do homem-salvador JK, identificado a um projeto nacional que se autointitulava redentor da nação e realimentava a utopia de um Brasil grande e poderoso. Diagnosticando no atraso – tal como afirmara a desvantagem da sua inserção social de origem

---

[2] Anthony Edward Riedinger. *Como se faz um presidente – a campanha JK*. RJ: Nova Fronteira, s.d.; Carlos Heitor Cony. *Memorial do exílio.* RJ: Bloch editores, 1982; _____. *JK – como nasce uma estrela.* RJ: Record, 2002; Claudio Bojunga. *JK – o artista do impossível.* RJ: Objetiva, 2001; Francisco de Assis Barbosa. *Juscelino Kubitschek - uma revisão na política brasileira.* RJ: Guanabara, 1988; Francisco Medaglia. *Juscelino Kubitscheck – president of Brazil; the life of a self made man.* New York: s/ed., 1959; Josué Montello. *O Juscelino Kubitscheck de minhas recordações.* 2 imp. RJ: Nova Fronteira, 1999; José Morais. *Juscelino, o homem, a candidatura, a campanha*. BH: Imp. Oficial de Minas Gerais, 1955; João Pinheiro Neto. *Juscelino, uma história de amor.* 2 ed. RJ: Mauad, 1995; Maria Cecília Ribas Carneiro & Hélio Silva. *Os presidentes - Juscelino Kubitschek- 19º presidente do Brasil.* SP: Grupo de Comunicação Três, 1983; Roland Corbisier. *JK e a luta pela presidência – uma campanha civilista.* SP: Livraria Duas Cidades, 1976; Ronaldo Costa Couto. Brasília Kubitschek de Oliveira. SP-RJ, Record, 2001.

[3] As *Memórias de JK* integram o projeto editorial da Bloch editores, compreendendo os anos de 1961 a 1976. Foram lançados quatro livros de JK, sendo três dedicados à sua autobiografia, quais sejam: Juscelino Kubitscheck de Oliveira. *Meu caminho para Brasília – a experiência de humildade.* Rio de Janeiro: Bloch, 1974, vol. I; _____ . _____ - *a escalada política.* Rio de Janeiro: Bloch, 1976, vol. II; _____. _____- *50 anos em 5.* Rio de Janeiro: Bloch, 1978, vol. III. O quarto livro _____. *Por que construí Brasília ?* Rio de Janeiro: Bloch, 1975, representa uma síntese dos volumes anteriores. Juscelino Kubitscheck participou do lançamento do primeiro e último volumes; o segundo e o terceiro volumes foram publicados após a sua morte.

– a gênese dos males seculares que tanto afligiam o Brasil, Kubitschek operacionalizou a vontade de ultrapassá-lo e reforçou os ingredientes essenciais à urdidura do mito político; entronizou-se onipotente e onisciente como profeta da modernidade, convertedor do desenvolvimento econômico em emancipação civilizatória e arquiteto de uma utopia, associada a um futuro realizável e próximo.

Como, por que e para quê o historiador pode escrever sobre a existência de um homem, (re)constituindo a história no tempo de uma vida? Tal indagação coloca em pauta um desafio bem maior e crucial, qual seja: a empreitada que envolve a biografia enquanto fonte e objeto de estudo da história. Ela repõe, com extrema ênfase e complexidade, os problemas clássicos que sempre permearam o ofício do historiador, porquanto o biografado cristaliza em torno de si o conjunto dos domínios que integram o campo do saber histórico. E também enuncia como os hiatos, as disjunções a envolver a vida de um homem, rompendo aqui e acolá a sua aparente unidade, perpassam, também, o processo histórico global.

Aproximar-se, através das fontes, de um ator social e alcançá-lo historicamente implica em apreender uma concepção de tempo plural, portanto, capaz de reconhecer, em um estudo biográfico, o tempo de uma vida que qualquer indivíduo – a exemplo de Juscelino Kubitschek – "traz consigo em todos os lugares e em todos os tempos" (LE GOFF: 1999, 28); abre novas perspectivas de periodização e tece articulações outras entre o tempo da história e o tempo da biografia. O compasso cronológico da trajetória de um homem se inicia bem antes de seu nascimento. Os conhecimentos, os valores, os comportamentos são adquiridos e partilhados pela vida afora sob a forte influência dos mais velhos, o que traz, para o seu tempo, o tempo dos pais; e permite elaborar uma dada maneira de perceber, sentir e intervir sobre o mundo a qual, por sua vez, evidencia o quanto é difícil escapar da herança cultural, já que os seres humanos carregam consigo os significados impressos pelo tempo e espaço em que viveram.

Se "os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas, não são apenas marcos em nossa vida privada, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas" (HOBSBAWN: 1998,14); o caráter e o ritmo das mudanças e permanências da história da República brasileira, bem como acontecimentos históricos mais ou menos relevantes soldaram o tempo da vida de Juscelino Kubitschek, transpassando e ajudando a tecer, diversa e fortemente, a infância, a juventude, a maturidade e a velhice. As fases de seu comportamento podem ser contempladas - antes e depois da partida de Diamantina, rumo à capital; antes e depois do ingresso na Faculdade de Medicina; antes e depois da entrada definitiva na vida política do país; antes e depois da conquista da presidência; antes e depois

da cassação, do exílio e da reclusão. Protagonista de um drama a ser (re)inventado. Ora à frente. Ora isolado e/ou deslocado.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Palestra proferida na mesa-redonda "O documento em história da psicologia: o oral e o textual", durante o III Encontro Clio-Psyché: Historiografia, Psicologia e Subjetividades – Paradigmas, realizado pelo Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional.* trad. Lólio de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional.* tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7-22.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi.* Anthropos-Homem. Portugal/Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5, p. 296-332.

_____. Utopia. In: _____. _____. p. 333-96.

BAKER, Keith. *Introduction.* In: _____. *The French revolution and the creation of modern political culture: the political culture of the old regime.* Oxford: Pergamon, 1989, vol I, p. XI-XXIV.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-63.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral.* 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.183-91.

GAY, Peter. *Freud – uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *O século de Schnitzler – a formação da cultura da classe média (1815-1914)*, trad. S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O coração desvelado.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força – História, retórica, prova.* trad. Jônatas Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFF, Jacques Le. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi.* Memória-História. Portugal/Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, vol. I, p. 11-50.

_____. *São Luís - biografia.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita de história: a título de prólogo. In. _____ (org). *Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2004, p.7-24.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. O Risorgimento – notas sobre a história da Itália.* Trad. Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM. Eric. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOUTARD, Ph. Mémoire collective. In: Burguière, André (org.). *Dictionnaire des Sciences Historique.* Paris: PUF, 1986, p. 447-49.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral.* 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-82.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 2006, p. 146-84.

MAËNEN, Florence Bancaud. Le journal de Kafka ou l'autobiographie fantôme. In. LEJEUNE, Philippe & VIOLLET, Catherine (dir.) *Genèses du "je" – manuscrits et autobiographie.* Paris: CNRS editions, 2001, p. 137-53.

MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya***,** Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000.

ROJAS, Carlos Antonio. *La biografia como género historiográfico - algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales.* In: SCHMIDT, Benito. *O biográfico – perspectivas interdisciplinares.*Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 9-48.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre & _____. *Para uma história cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 409-18.

_____. Les cultures politiques. *XVIII Congrès des Sciences Historiques – Actes. Montreal:* Comitê International des Sciences Historiques, 1995, p. 476-8.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nação Xambá: memórias e configurações
De uma identidade "africanizada"

Valéria Gomes Costa*

Resumo: O presente trabalho objetiva contribuir com a discussão acerca das construções de identidades africanas elaboradas pelos(as) adeptos(as) das religiões afrodescendentes, tendo como ponto de parte as narrativas das pessoas que pertenceram e/ou pertencem a uma determinada linhagem de culto, a Nação Xambá, que carrega em sua memória de configuração, enquanto culto africano, dois marcos: o primeiro, a construção de uma identidade de descendência de um grupo étnico da região ocidental da África: os Tchambá habitantes da atual Nigéria, Camarões e Senegal. O segundo, a possível viagem do engendrador desta prática de culto, Artur Rosendo Pereira à África, no início do século XX. A memória dos(as) religiosos(as), em relação à prática de cultuar orixás Xambá torna-se nosso ponto de partida para o estudo destas elaborações e ressignificações de uma identidade africanizada.
Palavras-chaves: Nação Xambá; memória; identidade.

Abstract: The present objective work to contribute with the quarrel concerning the constructions of African identities elaborated for adepts of the afrodescendentes religions, having as part point the narratives of the people who had belonged and/or belong to one definitive ancestry of cult, the Xambá Nation, that loads in its memory of configuration, while cultured African, two landmarks: the first one, the construction of an identity of descent of an ethnic group of the region occidental person of Africa: the Tchambá inhabitants of the current Nigéria, Camarões and Senegal. As, the possible trip of the engendrador of this practical of cult, Arthur Rosendo Pereira, Africa, in the beginning of century XX. The memory of religious, in relation the practical one of to cultuar orixá Xambá, becomes our starting point for the study of these elaborations and ressignificacion of africanized identity.
Keyswords: Nação Xambá; memory; identity.

A busca por uma identidade africana, pelos(as) adeptos(as) dos cultos de orixás e/ou das demais práticas religiosas elaboradas a partir de narrativas de pertencimento ao mundo africano, vem sendo objeto de estudos em diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a Lingüística e a História. Nessas abordagens, percebemos como ponto de interseção o debate em torno da apropriação e ressignificação da cultura e identidade africanas realizadas pelos grupos religiosos, isto é, da busca por uma África no Xangô/Candomblé. Segundo a antropóloga Stefania Capone (2004) a reconstrução dos vínculos rompidos com a cultura africana "original" e a afirmação da tradição, no Nordeste,

* Mestra em História/UFPE. Professora substituta no Curso de Licenciatura em História e nos Cursos de Especialização em Ensino de Historia e Ensino de História das Artes e das Religiões, ambos na UFRPE. Pesquisadora das práticas culturais afrodescendentes no Recife (PE).

passam pelo debate sobre o hibridismo cultural no Candomblé/Xangô, predominante na luta pela supremacia que opõe os terreiros entre si.

Por outro lado, a memória dos afrodescendentes sobre possíveis viagens que familiares descendentes da escravidão realizaram à África no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, narradas por religiosos, dirigentes ou simples membros dos cultos aos orixás tornaram-se fatores de legitimação quanto a "autenticidade", "pureza" e a "africanidade" de alguns espaços religiosos, que passaram a se distinguirem de seus concorrentes a partir destas narrativas de construção de uma identidade africana. Ora pautada na descendência direta de grupos étnicos africanos, ora sedimentada nas possíveis viagens pós-escravidão realizadas por sacerdotes e sacerdotisas (CAPONE, 2004: 257-266).

Segundo Roger Bastide, a África passou a ser, após a escravidão, referência de "tradição", "legitimidade", "originalidade" para os religiosos que trazem em suas narrativas engendramentos de lembranças "reavivadas" acerca de suas possíveis heranças ancestrais. Estas vão ser tidas como resistência à sociedade moderna, às influências sutis do mundo dos brancos. As religiões africanas, assim, são representadas como retorno a "purificação". Desta forma, estarão também presentes nas narrativas dos(as) adeptos(as) do Candomblé/Xangô discursos de práticas legítimas em detrimento de práticas híbridas, não tradicionais, ou seja, os rituais de jurema/candomblé de caboclo, que misturam em seus rituais as formas africanas, indígenas e católicas populares. [1]

Por outro lado este movimento de "retorno" á África e/ou da busca por uma identidade africana nas práticas religiosas, mais visivelmente presentes no Candomblé/Xangô, apresenta-se mais de forma simbólica a idéia de tradição "pura" que deve ser reconstituída no Brasil (CAPONE, 2004: 265).

Assim, o presente texto se propõe, ainda que com muita brevidade, discutir as elaborações e reelaborações simbólicas dos membros da Nação Xambá, tradição de culto afrodescendente praticada em Alagoas e Pernambuco, que teve seu apogeu entre as décadas de 1930-1960, na empreitada de construção de sua identidade étnico-religiosa africana. Toma-se como ponto de partida, para estudar as elaborações e ressignificações de identidade africanizada, a memória das pessoas que pertencem ou pertenceram, em Maceió (AL) e Recife (PE), à prática de cultuar orixás Xambá.

[1] Entre as várias religiões afro-brasileiras, o Candomblé/Xangô, prática de cultuar orixás, é considerada como a elaboração "mais africanizada". A Jurema também conhecida na Bahia como Candomblé de Caboclo, trata-se de uma prática que hibridiza formas católicas populares, indígenas e africanas em seus rituais.

> *Ano passado fui convidado pra ir pra Londres, Inglaterra é Londres né? não fui. Depois... primeiro, fui convidado pra ir pra Grécia, não fui, pra Buenos Aires. Fui convidado pra ir pra Inglaterra, não fui, minha vontade é de ir a Espanha, a Espanha não, a África.*[2]

O relato de Pai Maciel, babalorixá com quase 97 anos de idade, conhecedor das práticas Xambá, nos faz pensar como a África e concomitantemente as possibilidades de viagens a este continente representam fator de relevante importância para os(as) religiosos(as) das tradições afrodescendentes. A África configura-se como território simbólico de busca de legitimação e autoridade para os(as) sacerdotes(isas) enquanto dirigentes de seus espaços religiosos. Enquanto para os demais membros do Candomblé/Xangô representa o fortalecimento de suas construções de identidades africanas, de um possível encontro com suas raízes étnicas. Sendo assim, uma forma de babalorixás, ialorixás e filhos-de-santo, simbolicamente, entrarem em contato com as fontes do conhecimento religioso, da tradição que foram fragmentadas pela diáspora e escravidão.

Narrativa presente na memória de construção da identidade coletiva de grupo, as idas e vindas da África, destes dirigentes de cultos africanos no Brasil, em particular entre os Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas, é relevante destacarmos as narrativas dos membros do Terreiro Santa Bárbara, localizado no Portão do Gelo, no bairro de Beberibe, na cidade de Olinda/PE, que se identifica como de Nação Xambá. Segundo os 'xambarianos', sua organização de culto é de uma linhagem/nação que descende de um povo que habitou os Montes Adamawa, na região ocidental da África, onde hoje estão localizados os países da Nigéria, Senegal e Camarões. Este culto teria sido trazido para o Brasil, pelo alagoano Artur Rosendo Pereira, que possivelmente teria ido à África, no início do século XX. Tendo conhecido a costa daquele Continente, conviveu com o povo Soba no Daomé (O CRUZEIRO, 1949). Os membros do Xambá no Portão do Gelo, ainda dizem que Pai Rosendo aprendeu com um senhor de nome "tio Antônio", vendedor de panelas no mercado de Dakar/Senegal, as práticas do culto aos orixás,

> *A exposição dá uma idéia através de textos, de fotografias, de mapas e de objetos; da história da Nação Xambá desde a África passando por Alagoas até chegar na figura de Mãe Biu... Mas, o fato de a gente fazer essas pesquisas e descobrir algumas informações sobre as origens da Nação Xambá na África e em Alagoas e tal. O fato de a gente colocar em maior evidência o nome da Nação Xambá e isso é testemunhado por várias pessoas da própria Casa, que antes pouco se falava como eu disse: havia uma consciência, todo mundo sabe que a Nação era Xambá, mas ninguém tratava a Casa como a Casa Xambá, o Terreiro Xambá, era sempre tratado como a Casa de Mãe Biu, o Terreiro de Mãe Biu, o Xangô de Mãe Biu. Então o fato de a gente fazer essas pesquisas, descobriu mais informações que as*

[2] Entrevista com José Benedito Maciel, o Pai Maciel. Ele foi iniciado no Xambá, mas hoje é de Nação Ketu. Bairro Ponta Grossa, Maceió/AL, 28/02/2007.

> *pessoas não tinham e o fato de a gente colocar sempre em mais evidência essa questão da Nação, fez com que esse nome se tornasse mais em evidência. E hoje em dia, pelo menos as pessoas de fora, os estudiosos quando se referem a nossa Casa, embora é claro, a referência a Mãe Biu continue muito forte, mas hoje a identidade Xambá é muito mais evidente.*[3]

As palavras de Hildo Leal da Rosa nos levam a pensar nas estratégias criadas e recriadas pelas pessoas do Terreiro Santa Bárbara para legitimarem seu espaço religioso também como tradicional, no que diz respeito à construção de identidade africana. No entanto, esta construção de identidade africana é colocada, de certa forma, em choque com uma configuração anterior: a do território de Mãe Biu, Ialorixá que por meio de suas ações, constituiu-se como autoridade local, passando a ser confundida em poder com o próprio nome da Nação e com o território onde o terreiro estava assentado, localizado. Para Certeau, os nomes se empoderam e constituem-se como autoridade local. Ao atribuir significados e nomeações aos lugares ou não-lugares, as pessoas estão impulsionando movimentos, à maneira de vocações e chamados que acabam dirigindo ou alterando o itinerário, dando-lhes sentidos, direções anteriormente imprevisíveis (CERTEAU, 1994: 184-186). Deste modo, o nome Mãe Biu passou a representar poder e autoridade no Portão do Gelo - Beberibe.

No entanto, vamos ter aqui duas identidades, não antagônicas, mas concorrentes, que se tornam complementares. Por um lado, Mãe Biu, nome que autoriza o lugar, que torna aquele espaço religioso referência no bairro por meio de suas ações.[4] De outro lado, Nação Xambá, nomeação que territorializa os sentidos e significações de pertencimento ao universo africano. Dando maior visibilidade a simbologia de africanidade, ganhando maior importância a partir do momento em que esta legitimação de herança africana é colocada em cheque. Mãe Biu, por sua vez, passou a ser a representante de maior destaque da Nação Xambá "no Brasil", quando cantaram:

> Oh, Xambá, Oh, Xambá
> Olorum te consagrou
> Com a força de Oyá
>
> Oh Mãe África ôôô
> Berço de culturas
> Ritos e tradições
> Vindos da Costa do Ouro
> Chegaram no Brasil essa Nação

---

[3] Relato de Hildo Leal Rosa, filho-de-santo do Terreiro Santa Bárbara – Nação Xambá. Recife, 16/01/2006.

[4] Na documentação pesquisada encontramos notas fiscais de estabelecimentos comerciais que utilizam o Terreiro Santa Bárbara como ponto de referência geográfica no bairro de Beberibe. Cf. LAPREMOCIMENTO LTDA – Forro, Piso e Coberta. Recibo de compra de material de construção 19/02 e 26/02/1987; FOPEL – nota fiscal de assistência técnica, 25/05/1984. Ambos os documentos comerciais referem-se ao terreiro como ponto de referência no bairro, mencionando "Casa do Xangô" ou "Centro de Mãe Biu". Acervo do Memorial Severina Paraíso da Silva – Mãe Biu. (COSTA, 2006).

Com a licença dos orixás
Gigante vem fazer saudação

Ora iê iê ô, Ogunhê
Epahei, Odô mio
A Xangô kabecilé, (BIS)
A Nana, salubá
Atotó

Axé
Tem feitiço, tem mandinga
Magias, crenças e cantos
Rituais, invocação
História e Religião
Valeu Maria Oyá
O povo vai sambar (BIS)
Taí Mãe Biu
A Nação Xambá

Bate forte bateria
Que a baiana quer girar
E mostrar toda energia (BIS)
Do Ylê Axé Oyá[5]

Constituindo-se como pertencentes a um grupo étnico, a um povo africano, a identidade dos membros do terreiro é engendrada, afirmada. O nome de Mãe Biu foi substituído pelo nome Nação Xambá para identificar aquela comunidade, parte de um povo africano. Ela passou a representar a maior líder deste mesmo povo, bem como mantenedora de uma linhagem de culto religioso de tradição. A Nação Xambá propagava-se nos espaços sociais, por meio do nome de Mãe Biu, a Ialorixá foi, deste modo, agraciada como representante da Nação Xambá em Pernambuco.

> *A gente notava através das pessoas que pertencem às nações Ketu e Jejê, que eles costumavam se tratar como nação. Quer dizer: nós somos nação e o restante das outras casas de candomblé ligadas ao Nagô, ao Xambá, no nosso caso, eles não consideravam a gente como nação, é claro, nos reconheciam como uma casa de culto aos orixás. Mas não, eles enchiam a boca para falar de si mesmos, o pessoal de Ketu e do Jejê. E a gente sempre achava isso estranho: por que eles se acham uma nação e a gente não? Nós somos também uma nação. Eles são da nação Ketu, ou da nação Jejê, ou da nação Nagô, e nós somos da nação Xambá. Quer dizer: era uma espécie, de fato era, de a gente também se afirmar. Somos sim uma nação de candomblé, Xambá, denominada Xambá. Temos nossos próprios rituais, temos nossa própria tradição [...] Afinal de contas nós tínhamos uma identidade, nós tínhamos uma identidade, rituais próprios, temos tradições próprias, somos também uma nação.* [6]

A afirmação como parte integrante da cultura africana que resistiu a todas as estratégias dos grupos sociais hegemônicos para solapá-la, ocorreu paralela ao processo de

---

[5] *Xambá – da África a Pernambuco (cultura, ritos e tradições)*. Samba-enredo da Escola de Samba Gingantes do Samba, Carnaval 2005. Letra: Peixe, Mussolini, Paulinho e Henrique; Interpretes: Paulinho, Peixe e Aldair.

[6] Entrevista com Hildo Leal Rosa, op. cit.

auto-afirmação religiosa no meio de seu grupo. Deste modo, a preocupação expressada por Hildo Leal Rosa em evidenciar a africanidade do Terreiro Santa Bárbara – Nação Xambá, outrora mais conhecido como Terreiro de Mãe Biu traz também a necessidade deste grupo religioso de se afirmar como povo, ou seja, como uma nação étnico-religiosa africana, por ter um conjunto de práticas rituais, tradições que configuram sua afrodescendência.

Segundo Bauman, a identidade é construída a partir do momento em que é negada, ou seja, as pessoas só "afirmam", "forjam" suas identidades quando outrem a nega, sendo esta construção uma invenção e não uma descoberta (BAUMAN, 2005: 17-21). Desta forma, aparece no relato de Hildo a motivação que levou os membros do Terreiro Santa Bárbara – Nação Xambá, configurem sua africanidade, uma vez que era-lhe negada por outros grupos afro-religiosos, ou seja, por outras Casas de Candomblé/Xangô, que ao se afirmarem como "nação", destituindo/discriminando a Xambá, desta categoria, negava também a participação desta comunidade (religiosa africana) unidas pelas idéias e princípios semelhantes.

> *Mas a história dos dois Afreketes né? porque assim, Afrekete é um vodum do Jejê, dos Fons e que é cultuado lá [Terreiro Santa Bárbara] e que foi perdido praticamente o culto e ela [Tia Laura] nos contou que já houve dois filhos e Afrekete lá, né? e ela disse a digina [nome] e tudo mais dos Afreketes.* [7]

O relato acima nos remete as construções de identidades empreendidas pelos africanos anteriores à diáspora. Segundo Parés, as cidades de Uidá e Abomey (atual Benin) por serem centros cosmopolitas, apresentando grande circularidade de mercadores, grupos humanos culturalmente diversos, passaram a representar para os grupos étnicos menores, território de construção de suas identidades meta-étnicas,[8] ou seja, para resistirem a dominação ou ao subjugo de grupos étnicos dominantes, construíam suas identidades coletivas, ligadas a essas duas cidades. Assim, inúmeros grupos de africanos que aqui chegaram trazendo em suas narrativas identidades como iorubá, benguela, igbô, cassengue, monjolo, rebolo, quiloa, ketu, entre outros, podem ter construído essas identidades em regiões nas quais havia uma predominância assim nomeada.

Com isto, ao falar da herança Fon, por meio de uma prática de culto ao vodum Afrekete, em sua narrativa, João Monteiro traz em suas lembranças uma possível perda, esquecimento do culto do vodum pelo Terreiro Santa Bárbara. Em sua narrativa, o fato de não mais existir filhos-de-santo que carregam em sua memória adeptos do culto, o pertencimento

---

[7] Entrevista com João Amaro Monteiro da Silva, ex-filho-de-santo do Terreiro Santa Bárbara – Nação Xambá. Recife, 16/01/2006.

[8] O conceito de meta-étnico segundo Nicolau Parés, significa uma construção de identidade étnica que pessoas ou grupos forjam a partir de contatos com outros grupos étnico-culturais dominantes. Esta estratégia de grupos menores é vista como uma forma de resistência a dominação e ao subjugo. (PARÉS, 2006: 23-29)

ao vodun Afrekete,[9] pode ser lido como uma perda de referencial da africanidade do grupo. Por outro lado, a plausível "perda" do culto ao vodun, representa uma estratégia do próprio Terreiro de seus mecanismos de recriação cultural. Possivelmente não se fazia/faz necessário evidenciar tal culto para afirmar a africanidade da casa. Vale ressaltar que outros fatores vão (re)surgindo para a configuração da identidade coletiva.

Contudo, a memória dos religiosos que reivindicam uma identidade africana, suas estratégias de engendrarem "tradições", "autenticidade", "pureza", ressignifcações de culto, podem ser lidas dentro de uma perspectiva processual da história sócio-cultural no Brasil. Isto não significa, no entanto, anular as construções de possíveis continuidades com o Continente africano, mas enfatizar os processos culturais, as continuidades e as descontinuidades que no contexto colonial foram reestruturadas em algumas de suas práticas rituais. Por fim, torna-se instigador pensar em como a memória que configura a identidade coletiva do grupo, vai sendo operada em acordo com os acontecimentos presentes: modismos, trânsitos culturais e, as informações passadas por intelectuais, que influenciam de uma forma ou de outra, na constituição da identidade destas comunidades.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé***:* tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994, (v. 1).

COSTA, Valéria Gomes. **Nos arrabaldes da cidade***:* práticas de apropriação e estruturação dos espaços no subúrbio do Recife pelo Terreiro Santa Bárbara – Nação Xambá (1950-1992). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração***:* memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Mato Grosso: Editora da UFMT, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Memória e história: idéias. **O tempo e o cotidiano na História**. São Paulo: FDE, 1993.

[9] No Candomblé/Xangô os(as) adeptos(as) são filhos de orixás, ou seja, cada pessoa tem um orixá que o rege (o principal – dono da cabeça do praticante) além de outros orixás, que segundo a narrativa destas práticas religiosas vão aproximando-se dos iniciados. (SEGATO, 1995; VERGER, 2002).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O *Novum Militiae Genus* entre a cristianização da *Militia* e a militarização do cristianismo: *habitus*, relações de poder e espaços de socialização em São Bernardo de Claraval.

Bruno Tadeu Salles*

Resumo: Explicar o *Novum Militiae Genus* de São Bernardo nos leva a problematizar a idéia de cristianização da *Militia*, ou o esforço da Igreja em direcionar os cavaleiros para o caminho da salvação. Examinamos a relação entre aquela idéia e o que se pode definir como militarização do cristianismo. Buscamos assim discutir a concepção bernardina acerca da Cavalaria nos espaços de socialização que foram estabelecidos entre São Bernardo, o *miles* Hugo de Payens e o monasticismo. Portanto, mobilizando o conceito de *habitus*, enfocamos as interações nas quais São Bernardo dialogou com as estruturas culturais e sociais de seu tempo. Neste diálogo o Santo teria formatado de maneira específica suas idéias sobre a *Militia*.
Palavras-Chave: São Bernardo – *Habitus* – Relações de Poder.

Résumé: Expliquer le *Novum Militiae Genus* de Saint Bernard nous mène à la problematisation de l'idée de cristianisation de la *Militia*, ou, l'effort de l'Église pour directioner les chevaliers pour le chemin de la salutation. Nous examinons la relation entre celle idée et ce que on peut definire comme la militarisation de le christianisme. En ce sens, nous cherchons discuter la conception bernardine à l'egard de la chevalerie dans les spaces de socialisation que ont été établis entre Saint Bernard, le *miles* Hugo de Payens et le monasticisme. En mobilisant le concept d'*habitus*, mettons en lumière les relations dans les quels Saint Bernard a dialogué avec les structures culturales et sociales de son temps. En ce dialogue le Saint aurait de manière spécifique formaté ses idées sur lar *Militia*.
Mots-clés: Saint Bernard – *Habitus* – Relations de Pouvoir.

São Bernardo, abade do mosteiro cisterciense de Claraval, na primeira metade do século XII[1], escreveu um tratado no qual expôs sua concepção sobre a cavalaria e construiu uma representação inaudita acerca do ofício e das responsabilidades do *miles*[2]. O *De Laude Novae Militiae*[3] e o *Novum Militiae Genus*[4], nele apresentado, suscitam a discussão do como e

* Mestrando do curso de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG).

[1] Tradutores como Gregório Diez Ramos (1953-1955: 853) situam esse tratado entre os anos de 1132 e 1136, após o concílio de Troyes em 1129, no qual os Templários foram oficialmente reconhecidos pelo Papado e obtiveram sua regra. Já Jean Leclerq (1957: 81-82), tendo em vista as dificuldades de definir uma data específica, acha mais prudente atribuir o tratado a uma data anterior a 1136, ano da morte do cavaleiro que demanda a São Bernardo o tratado, Hugo de Payens, primeiro mestre dos Templários. Todavia, concordamos com as observações de Alain Demurger (2005: 60-61) que situa o texto referido entre 1126 e 1129. Demurger chegou a essa conclusão tendo em vista que, no tratado, os Templários não são definidos enquanto Ordem, mas apenas como Cavalaria e que aquela era apenas uma "promessa", algo que, naqueles anos, estava apenas no devir.

[2] Cavaleiro.

[3] Elogio da Nova Cavalaria.

[4] Nova Espécie de Cavalaria.

do porquê daquela representação. Logo, evidenciam-se alguns problemas teóricos e metodológicos profícuos para o conhecimento histórico.

Trabalhamos, em diálogo com Pierre Bourdieu (1983: 46-81), a idéia daquilo que podemos classificar enquanto o *habitus* bernardino, ou seja, as especificidades das construções e das representações expostas por São Bernardo consideradas à luz de seus espaços de socialização. Através desses, o Santo interpretou as estruturas culturais e sociais disponíveis em seu tempo. Considera-se também a exteriorização daquela interpretação nas experiências, práticas e representações sociais de sua trajetória. As posições e estratégias sociais vivenciadas de maneira específica por São Bernardo oferecem a ele, igualmente, uma maneira específica de pensar, sentir e de se apropriar do mundo a sua volta.

Concebemos os espaços de socialização como aqueles lugares ou momentos onde se estabelece uma relação, onde é construída uma interpretação e problematizada uma realidade. São Bernardo, sobretudo em seu monastério, na relação com o *miles* Hugo de Payens – e este cavaleiro entrando em contato com elementos da tradição eclesiástica, como a Bíblia – geram espaços de interação e tensão. A partir desses espaços de socialização, a sociedade e suas representações são repensadas, discutidas, justificadas e até mesmo transformadas.

Somos levados então a pensar São Bernardo enquanto leitor ou interlocutor. Todavia, antes de buscar os "Pais da Igreja", as concepções de guerra anteriores a São Bernardo, e a sua interpretação acerca destas, descobrimos em Hugo de Payens, um *miles*, e nos monges de Cister e de Cluny os principais, mas não os únicos, referentes de São Bernardo. É a propósito da ação de Hugo de Payens e de seus *milites*[5] que São Bernardo pensa a Cavalaria, mobilizando toda a sua experiência e a sua perspectiva sobre a sociedade, a cultura e a política.

A partir do espaço de socialização que é construído na interlocução entre São Bernardo e a *Militia* e entre ele e a tradição monástica, avaliamos a sua concepção sob o prisma das relações de poder entre Igreja e Cavalaria e não apenas no viés tradicional do processo de cristianização daquela última. Nesse sentido, é proposto trazer a dimensão das relações de poder entre cristianização da *Militia* e militarização do cristianismo, além da intrincada construção das representações sociais e políticas como o *Novum Militiae Genus*. Nas palavras que São Bernardo empregou para definir o *Novum Militiae Genus*, encontramos uma associação que, segundo ele, era algo inusitado:

[5] Cavaleiros – forma plural de *miles*.

> ***Uma nova espécie de cavalaria*** *– toda a terra o reconhece – vem nascer naquela região onde outrora "o Sol, se levantando" presente na carne, "visitou do alto"* [Lc. 01,78]. ***"Pelo poder de sua mão"*** [Is. 10,13]***, ele expulsava então os príncipes das trevas*** [Ef. 06,12]***. E agora, extermina os séqüitos dos próprios, os "filhos da infidelidade"*** [Ef. 02,02]***, pelas mãos dos seus fortes.*** *E também, agora, é feita a "redenção de seu povo e novamente erguido o troféu da nossa salvação na casa de Davi seu servidor"* [Lc. 01, 68-69].
> *Esta é uma cavalaria de uma nova espécie, que os séculos passados não conheceram, e pela qual o Senhor conduz infatigável e conjuntamente um duplo combate: "contra a carne e o sangue e contra os espíritos de malícia nos espaços celestes"* [Ef. 06,12]. *Em verdade, resistir corajosamente só pelas forças do corpo a um inimigo* [I Pd. 5,8-9] *"corporal", aqui em baixo, não me parece tão surpreendente, do mesmo modo que não é uma raridade. E por outro lado, engajar a força da alma em uma guerra contra os vícios e os demônios não é mais surpreendente ainda que digno de louvor; o mundo, como se vê, está cheio de monges.*
> ***Mas se, reunidos na mesma pessoa, cada um destes dois tipos de homens que se cinge pesadamente de sua espada e se orna com seu talabarte, quem não consideraria aquilo como verdadeiramente digno de uma admiração sem reserva, pois, com evidência, é de tal forma inusitado?***
> (BERNARDO DE CLARAVAL, Santo. *De Laude Novae Militiae*. In: EMERY, 1990: 55-53, trad. e grifos nossos).

Conceber e registrar um novo gênero de Cavalaria, herdeiro do combate de Cristo contra o mal e que seria o ponto de encontro entre práticas monásticas e práticas guerreiras pode, a princípio, ser explicado como o resultado de uma tradição eclesiástica que se esforçaria por inserir os cavaleiros no caminho da salvação. Nesse viés, Alain Demurger (2002: 258) apresentou as conclusões de alguns historiadores que associaram os Templários, e conseqüentemente o *Novum Militiae Genus*, à tradição monástica beneditina do ocidente. Já Georges Duby (1976: 144), concluiu que o "grande sonho" de ordenação e controle social expresso pelo Imaginário das Três Ordens se "realizou singularmente" naquelas instituições.

O tratado de São Bernardo se apresentaria, segundo as opiniões citadas no parágrafo anterior, como um expoente de uma tradição – e também de uma evolução – na qual a Igreja se esforçaria, utilizando as palavras de Ivan Lins (1958: 94), por "plasmar em cavaleiro cristão o rude homem feudal". Visão que atribui ao cristianismo clerical uma força de imposição e determinação incontestáveis. Pouco a pouco, a nobreza guerreira simplesmente seria cristianizada. Parecia muito tranqüilo encaixar as palavras e intenções de São Bernardo em uma permanência de matiz monástico, ou em uma imposição traduzida na longa duração de práticas culturais específicas.

Entretanto, como observou Jean Flori (1998: 09), a palavra latina *miles* – cavaleiro – e seus derivados foram apropriados não só para indicar o nobre guerreiro armado, mas também os monges que combatiam – em nome de Cristo – os maus espíritos e os demônios.

São Bernardo apresentou uma visão militar do monasticismo, entendendo este enquanto um combate árduo do religioso contra as entidades malévolas e contra as tentações do mundo:

> *Levanta-te, cavaleiro de Cristo, levanta-te, sacode a poeira, volta para a luta da qual fugistes, volta a lutar mais valorosamente depois da fuga, para triunfar mais gloriosamente. (...).* ***Por que recusas o peso e a aspereza das armas, cavaleiro mole?*** *Insistente adversário e as setas voadoras fazem que não seja pesado o escudo nem se sinta a couraça e o elmo*. (BERNARDO DE CLARAVAL, Santo. *Carta a Roberto.* In: GIOVANDO, vol. 12, 1944: 35-37 et 39, trad. e grifos nossos).

Para tentar trazer seu sobrinho de volta para o monastério cisterciense de Claraval – do qual havia se retirado para Cluny – São Bernardo, em 1119, não se contentou em dizer a ele os perigos para a salvação de sua alma. Ele fez uma arenga, um incentivo para a batalha espiritual ao estilo de um chefe militar. O Santo, em sua linguagem simbólica das armas, da armadura e do escudo, se apresenta como um conhecedor da equipagem e das práticas militares de seu tempo.

Esboçar uma sacralidade cavaleiresca por intermédio do vínculo entre guerra e monasticismo e traduzir um esforço espiritual ou uma ascese segundo um vocabulário simbólico militar – através de signos que têm um caráter substitutivo, convencional e relacional, determinados por uma realidade dinâmica (LAPLATINE & TRINDADE, 1996: 13-14) – são indicadores de uma estrutura social militarizada. Por esse prisma, explicar o *Novum Militiae Genus* em São Bernardo é uma tarefa que conduz ao exame de práticas e representações sociais e culturais em dois sentidos que, aparentemente distintos, apresentam uma ligação.

De um lado há a idéia da articulação entre práticas cavaleirescas e práticas monásticas no interior da nobreza guerreira. Ou seja, os cavaleiros se dedicariam à contemplação e à austeridade monásticas, adaptadas a sua realidade. Os guerreiros se comprometeriam com os votos de obediência, castidade e pobreza, mantendo o dever de defender aqueles que os textos chamam de *inermis vulgus*[6] através da lança e da espada. De outro, encontram-se os monges concebendo a ascese e o retiro monástico enquanto uma luta travada contra os maus espíritos (CALMETTE & DAVID, 1953: 213-214). Como demonstrou São Bernardo, resistir às tentações, aos prazeres e confortos terrenos, em prol da salvação da alma, ganha a significação de um difícil combate simbólico que opõe virtude e vício.

[6] Povo desarmado.

Ao lado da ascese militarmente traduzida por são Bernardo, evidencia-se que parte significativa dos nobres, nos séculos XI e XII, reconhecia sua *nobilitas*[7] como composta pelo sangue de antiga origem e pela atividade guerreira. Descobrimos aí a importância das guerras e das relações militares. Tendo em vista que as relações militares são muito importantes para uma sociedade, não é de estranhar a relevância e a ascensão de tais símbolos e representações para designar outras extensões do universo social. A carta de São Bernardo a seu sobrinho fugitivo e o *De Laude Novae Militiae* são o reconhecimento da importância do ofício da guerra, do papel social do cavaleiro e da possibilidade de sua sacralidade, não sendo apenas uma tentativa de cristianização.

Portanto, mobilizamos o conceito de configuração social (ELIAS, 1994, vol. 01: 144), segundo o qual, em um recorte social de tamanho variado, as formas de pensar, sentir e compreender o mundo se conformariam na disposição das interações sociais. O que se define como um processo de "sociogênese" – de evolução das relações sociais e das interdependências pessoais – realiza certa influência no processo de "psicogênese" – a apropriação e interpretação que as pessoas elaboram acerca de suas vidas e de suas posições sócio-políticas. Ou seja, São Bernardo refletiria em seus escritos a sociedade militarizada de seu tempo.

Se as estruturas ou os conjuntos de determinantes das ações individuais (BRAUDEL, 1976: 07-70) – como a tradição monástica ou a sociedade militarizada – deixam a impressão de uma integração dos fenômenos, o recorte sobre os espaços de socialização, tal como definimos anteriormente, evidencia o nível da tensão. Somos levados a indagar se o que é apresentado como novo e específico em uma determinada realidade histórica é um reflexo, uma execução das estruturas presentes ou um evento. Este último, na definição de Michel Foucalt (1979:28), é uma "relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende...". Perguntamos: como São Bernardo reagia, interagia e se posicionava frente à cristianização da *Militia* e à militarização do cristianismo?

Podemos sugerir que não há determinação nem fim último na História, e tomamos as estruturas "apenas para questioná-las imediatamente, para desfazê-las e saber se é possível recompô-las legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outras, dissipando sua aparente familiaridade..." (FOUCAULT, 1972: 38). Ou seja, é realmente possível enquadrar e integrar um sujeito histórico – como São Bernardo – suas práticas e concepções em uma estrutura cultural e mesmo social, buscando nelas as explicações de seus fenômenos? Foucault

[7] Nobreza.

nos faz relembrar a idéia da multiplicidade, das lutas, do evento e das necessidades dentro das estruturas e durações. Aquelas necessidades não seriam apenas estruturadas ou continuadas, mas estreitamente associadas à especificidade da existência, da experiência e das interações sociais.

Destacamos as relações estabelecidas entre São Bernardo e um *miles*: Hugo de Payens. São Bernardo atribui o seu sermão aos insistentes pedidos daquele *miles*, o qual desejava animar a si e a seus cavaleiros através de um escrito bernardino:

> *Uma, duas e mesmo três vezes, salvo o erro, meu muito querido Hugo, tu solicitastes de minha parte um escrito de exortação para ti e teus companheiros de armas.* ***Tu querias que, na falta de lança, eu brandisse minha pluma contra o inimigo tirano, pois tu me afirmavas que eu vos seria de uma verdadeira ajuda vos encorajando por um texto, já que não posso o fazer pelas armas***. (BERNARDO DE CLARAVAL, Santo. *De Laude Novae Militiae*. In: EMERY, 1990: 48, trad. e grifos nossos).

O mesmo Hugo de Payens, anos antes do *De Laude Novae Militiae* – em 1119 – fundara uma confraria objetivando proteger os peregrinos nos caminhos para os lugares santos da Palestina – estando nas origens da Ordem dos Templários. Ele já havia escrito uma carta aos seus *milites*, enfatizando a importância do cavaleiro e de sua função protetora na Casa de Deus. Hugo fez apologia da função militar, aparentemente mal vista por alguns de seus contemporâneos. Encontramos nessa carta um *miles* que se apropria de passagens Bíblicas para legitimar a prática cavaleiresca. Trata-se então de uma exegese militar:

> *Que o Apóstolo seja ouvido: "Se o pé dissesse, eu não sou um olho, portanto eu não sou parte do corpo", ele ainda não é parte do corpo?* [I Cor. 12,15]. *Freqüentemente, os que são mais humildes, são os mais úteis. O pé toca a terra, mas suporta todo o corpo. Não enganeis a vós próprios: que cada um aceite a recompensa segundo seu labor.* ***Os tetos das casas suportam a chuva, o granizo e os ventos; mas se não fosse os tetos, por que pintariam as casa com ornamentos?*** *Falamos nisto irmãos, pois ouvimos alguns de vós estarem perturbados, por quaisquer indiscretos, que dedicais vossa profissão, vossa vida por portar armas contra os inimigos da Fé e da paz em favor da defesa dos cristãos; como que aquela profissão seja ilícita ou perniciosa, isto é, pecado ou impedimento para o maior progresso.* (HUGO pecador. *Carta aos Cavaleiros de Cristo*. Apud: LECLERQ, 1957: 86-87, trad. e grifos nossos).

Antes de se converter em etapa de um processo, o *Novum Militiae Genus* está nos pontos de tensão entre Igreja e Cavalaria que ganham uma forma única no relacionamento de Hugo e Bernardo. Considerar esta tensão nos leva a questionar a tranqüilidade e a positividade das tradições eclesiásticas, de suas práticas e ações. Os *milites* respondiam de forma particular àquela tensão, mobilizando argumentos e buscando apoio para se defender, tal como fez Hugo de Payens.

A análise das interações entre Hugo e São Bernardo, sob o prisma das relações de poder é uma estratégia de compreensão histórica que se mostra bastante verossímil. O esforço de Hugo em criar uma confraria, conscientizar seus pares e convencer São Bernardo a apoiá-

lo constituem indícios dessa relação, dessa política, que rediscutia e reconstruía o papel e as representações tradicionais da Cavalaria na sociedade. O que está em jogo, tanto na carta de Hugo quanto no tratado de São Bernardo, é a identidade e a legitimidade dos membros da *Militia*. Logo, a representação cavaleiresca que é construída na relação entre Hugo e São Bernardo é também um evento, considerando que os *milites* ainda não tinham uma posição bem vista na sociedade e que não fosse fácil responder se guerrear era ou não um pecado.

Entretanto, negar simplesmente a cristianização da Cavalaria implicaria em negar a apropriação que São Bernardo fez da incitativa de Hugo e encobrir os interesse e necessidades que moveriam o Santo a escrever seu tratado. Hugo de Payens reivindicou a inserção e a justificação cavaleiresca frente à sociedade lembrando a utilidade dos misteres mais humildes. São Bernardo exortou a *Militia* estreitando os laços entre monasticismo e guerra, radicalizando a união entre aqueles dois pontos. Há, no abade de Claraval, uma decisão tomada no sentido de justificar as práticas da Cavalaria, mas também há a proposição de um comportamento mais cristão e santo aos *milites*. Estes deveriam defender o Papado, a Terra Santa e a Igreja, se relacionando assim, com os interesses políticos de São Bernardo.

Além disso, o *Novum Militiae Genus* relaciona-se com o posicionamento do Santo diante do monasticismo e da relação entre este e as práticas militares. São Bernardo afirma que a morte de um mártir no campo de batalha é tão valiosa quanto a morte de outro mártir no leito. Em outro ponto, diz que morrer por Cristo é tão louvável quanto morrer em Cristo. Em poucas palavras, o monasticismo bernardino, baseado na austeridade, simplicidade, prática humilde e trabalho manual, se aproxima das práticas militares relatadas por Hugo. Essa proximidade e a consciência da via guerreira enquanto digna para a Salvação, de certa forma, equivalente a via monástica faz Bernardo ir além da justificação da guerra, identificando uma sacralidade militar no *Novum Militiae Genus*. Há a impressão de que neste as hierarquias salvacionais e de mérito entre monges e cavaleiros são suspensas ou tornadas equivalentes.

A análise da relação entre São Bernardo e Hugo de Payens a partir da cristianização da *Militia* e da militarização do cristianismo é essencial para compreender o *Novum Militiae Genus*. O *habitus* bernardino, ou seja a apropriação que ele realiza das estruturas culturais e sociais de seu tempo – seja de referentes cristãos, como a Bíblia ou as práticas monásticas, seja de símbolos militares, como as armas cavaleirescas – frente à demanda e às necessidades de um *miles*, o conduz a uma perspectiva própria daquelas mesmas estruturas, exteriorizando, dessa forma, uma posição e uma representação inauditas.

Concebemos assim a novidade do *Novum Militiae Genus* no ponto de tensão entre os interesses e necessidades do *miles* Hugo e do abade de Claraval. Nessa tensão, as

componentes da tradição saem de seu imobilismo estrutural, adquirindo fluidez e incerteza, formatando uma mistura de práticas e representações que demonstra a especificidade das relações de poder e da singularidade da perspectiva social, política e cultural de São Bernardo de Claraval.

Referências Bibliográficas:

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (org.). **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998: 349-363.

BÍBLIA sagrada. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1965.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **A Sociedade Feudal**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma Teoria da Prática*. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983: 47-81.

BRAUDEL, Fernand. *A Longa Duração*. In: **História e Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1976: 07-70.

CALMETTE, Joseph & DAVID, Henri. **Saint Bernard**. Paris: Artmème Fayard, 1953.

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel. 1990.

DEMURGER, Alain. **Les Templiers: une Chevalerie chriétienne au Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2005.

_____. **Os Cavaleiros de Cristo**: Templários, Teutônicos, Hospitalários e outras ordens militares na idade média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

_____. *História Social e Ideologias das Sociedades*. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976: 130-145.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 02 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *A Formação e Evolução da Sociedade de Corte em França*. In: **A Sociedade de Corte**. Lisboa: Estampa, 1987: 121-181.

EMERY, Pierre-Yves (org). **Sources Chrétiene***s*, vol. 367. Paris: Les Éditions du CERF, 1990: 48-133.

FLORI, Jean. **La Chevalerie**. Pollina : Gisserot, 1998.

FOUCALT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIOVANDO, Lorenzo (org.). **Lettere**: Parte Prima, vol. 12, Torino: Società Editrice Internazionale, 1944: 2-40.

GUILHIERMOZ, P. **Essai sur l'Origine de la Noblesse en France au Moyen Age**. Genève: Mégariotis reprints, 1906.

LAPLATINE, François & TRINDADE, Liana. **O Que é Imaginário?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

LE GOFF, Jaques. *As Mentalidades: uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976: 68-83.

LECLERQ, Jean. *Un document sur les débuts des Templiers*. In: **Revue de l'Histoire Ecclésiastique**, nº 52, 1957: 81-91.

LINS, Ivan. **A Idade Média**: a Cavalaria e as Cruzadas. Rio de Janeiro: Livraria São José 1958.

SILVA, Marcelo Cândido da. *O Poder na Idade Média entre a "História Política" e a "Antropologia Histórica"*. In: **Rev. Signum**. São Paulo, nº 05, 2003: 233-252.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do Patrimônio Gastronômico: o papel da história da alimentação na valorização das comidas tradicionais no Brasil

Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim[1]
Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes[2]

Resumo
A alimentação humana é compreendida aqui como uma prática cultural que transcende a saciação de necessidades fisiológicas, sendo carregada de simbolismos que a convertem em uma poderosa modalidade de consumo simbólico e capaz de fornecer informações preciosas sobre os grupos sociais envolvidos. Assim, este artigo propõe uma discussão sobre a importância do reconhecimento do patrimônio gastronômico como patrimônio imaterial, principalmente diante das constantes tensões entre as tradições e inovações neste campo, refletindo sobre a pertinência dos estudos de História da Alimentação que contemplem tais temáticas e levantando alguns dos desafios vinculados a pesquisas deste caráter, no Brasil.
Palavras-chaves: Patrimônio Gastronômico; História da Alimentação; Comidas Tradicionais.

Abstract: The human nourishment is presented here as a cultural practice which transcends the act of satiating the physiological necessities, being loaded with symbolism, which converts it into a powerful form of symbolic consume, able to supply precious information about the involved social groups. Thus, this article proposes a discussion about the importance of an acknowledgment of a gastronomic patrimony as an immaterial patrimony, mainly when facing the constant tensions between the traditions and the innovations in this field, reflecting on the pertinence of the studies of the History of Nourishment which contemplate such themes and rise some of the challenges connected to researches on this field, in Brazil.
Key words: Gastronomic patrimony; History of Nourishment; Traditional Food

Introdução

Por constituir uma necessidade fisiológica essencial, a alimentação e as decisões a ela relacionadas sempre ocuparam o cerne das preocupações humanas. Como este fenômeno muitas vezes é permeado por fatores culturais, tem-se que as escolhas alimentares transcendem os aspectos objetivos do que é ingerido, tornando o consumo alimentar uma forma poderosa de consumo simbólico. Assim, tais escolhas revelam muito mais do que a quantidade de calorias ingeridas, constituindo-se como importante fonte de informações sobre quem as realiza.

Embora as múltiplas interfaces da alimentação venham despertando interesse há anos, no âmbito da historiografia foram necessários inúmeros debates teórico-metodológicos,

1 Socióloga, Mestre em Sociologia, Doutora em História. Professora Aposentada da UFPR; Professora de Metodologia da Pesquisa nas Faculdades Integradas Curitiba, Curitiba, Paraná.
2 Bacharel em Turismo, Mestre em Sociologia, Doutoranda em História; Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

em especial os inaugurados por Marc Bloch e Lucien Febvre, com a fundação da Revista *Annales d´histoire économique et sociale* na França, em 1929, para que a alimentação e outros aspectos do cotidiano ganhassem o reconhecimento de objeto histórico. Pertencente ao quadro de vida material desenhado por Fernand Braudel, a alimentação foi acusada durante muito tempo de ser superficial, não sendo digna de "estudos sérios".

Esta visão distorcida e limitada tem sido vencida por iniciativas de autores estrangeiros e brasileiros, porém, ainda há muito que se construir no âmbito da historiografia da alimentação, principalmente diante do quadro de constante tensão entre as inovações de produtos e técnicas de produção e serviços de alimentos e as práticas alimentares tradicionais que, mesmo ameaçadas, terminam por ganhar significados simbólicos e identitários cada vez mais poderosos.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância do reconhecimento do patrimônio gastronômico como patrimônio imaterial, pensando a pertinência e os desafios dos estudos de História da Alimentação vinculados a essa temática.

Comida, cultura e identidade

Independente de nacionalidade, de estratificação social, todas as pessoas estão submetidas, cada uma com suas próprias condições, à cadência mais ou menos regular da alimentação. O alimento é universal e constitui tudo que pode ser ingerido para fazer com que um indivíduo se mantenha vivo. É o aspecto nutritivo e biológico, enquanto a comida são aqueles alimentos valorizados e selecionados por uma sociedade, por uma cultura, definidores de caráter, de identidade social, de coletividade.

A comida expressa as relações sociais e é muito mais do que um simples ato de alimentar-se. Ela é um código elaborado e complexo que permite compreender o sentido de uma sociedade, pois existem normas ou convenções que definem a relação entre certos alimentos e certas relações sociais. No Brasil, a *feijoada* é um bom exemplo de uma comida sinônimo de sociabilidade, por ser, tradicionalmente, saboreada junto a um grupo de amigos.

O código culinário brasileiro, ao mesmo tempo que revela aquilo que a sociedade tem de universal - o fato de que em todos os lugares, todos os homens comem - revela as especificidades regionais produzidas a partir da interação entre a geografia humana e natural. Como salienta DA MATTA (1987), é a comida que permite exprimir e destacar identidades que, de acordo com o contexto da refeição podem ser nacionais, regionais, locais ou até mesmo familiares e pessoais. O fundamental é que o ato de comer cristaliza estados

emocionais e identidades sociais.

Como em outras sociedades industrializadas, na sociedade brasileira mudanças nos hábitos de vida da população das grandes cidades têm criado novos padrões de consumo. Tais mudanças contribuem para novas necessidades práticas (comodidade na preparação dos alimentos, existência de produtos diferenciados, de rápido cozimento) adaptáveis às inúmeras demandas de poder aquisitivo, idade, saúde, gostos, estilos de vida e prestígio social; bem como criam novos ritos e significados.

Estas novas tendências convivem com a tradição das comidas regionais, numa demonstração clara de que nas muitas mesas brasileiras, a mistura e a pluralização são a melhor forma de se entender o Brasil. Saboreadas no espaço privado das residências e também nos restaurantes espalhados por todo o país, as comidas tradicionais também sofrem o assédio da nova onda de ingredientes e produtos importados, além de tendências e possibilidades gastronômicas, mas mantêm em sua maioria características (ingredientes, técnicas de preparo e de serviço) que salvaguardam a sua essência.

Estas permanências gastronômicas terminam por criar um panorama gastronômico com certa coerência, desenhando as chamadas cozinhas regionais. Tal territorialidade gastronômica não se constrói à revelia, mas se funda a partir da união de uma série elementos culturais que, aliados às tradições culinárias, criam espaços sociais que se convertem em espaços de lazer e de comensalidade, permeados por um sabor (ou sabores) específicos. Sob o prisma do consumo simbólico, a degustação de uma iguaria pode proporcionar uma conexão com espaços sociais carregados de valores e lembranças que se deseja recuperar, podendo ser operada, segundo Eunice MACIEL (2002), como um forte referencial identitário, utilizado por um grupo como símbolo de uma identidade reivindicada para si.

As lembranças que fundamentam identidades dependem do relacionamento do indivíduo com os diferentes grupos de referência e de convívio. Se lembrar é reconstruir, repensar com imagens e noções de hoje as experiências do passado, não se pode esquecer que o homem ao evocar o seu próprio passado, tem necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. A memória dos outros reforça e completa a nossa. À medida que fazemos parte de vários grupos que por si mesmos são limitados no tempo e no espaço, as lembranças desses grupos estão em relação com os eventos que constituem o passado de cada um de nós.

A memória coletiva apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas (HALBWACHS, 1990). Ela fixa as lembranças nos seus grupos portadores, grupos esses nos quais os seus traços fundamentais permanecem os

mesmos no decorrer do tempo, e manifesta as tradições comuns entre os membros que os constituem. Através das tradições, a memória coletiva acaba se tornando o suporte de continuidade e preservação do social. As tradições culinárias, por exemplo, cumprem uma função cada vez mais importante para a afirmação da identidade cultural dos diferentes grupos sociais.

A constância e a permanência propiciadas pelas tradições servem de estofo para a construção de identidades que, inevitavelmente, recorrem às tradições buscando fortalecimento e continuidade. Pode-se dizer, portanto, que convivem numa mesma sociedade padrões ditos tradicionais e modernos, com a predominância de um ou de outro, conforme a época, em virtude de a sociedade ter a sua dinâmica. Assim concorda-se com MINTZ (2001:34), que afirma "como as comidas são associadas a povos em particular, e muitas delas são consideradas inequivocadamente nacionais, lidamos freqüentemente com questões relativas à identidade".

A construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais é uma das características mais relevantes da definição de patrimônio cultural. O compartilhamento de determinados padrões alimentares, envolvendo não apenas a degustação, mas todas as decisões relacionadas à composição de uma dieta e que são permeadas por conteúdos simbólicos pertencentes a um arcabouço cultural maior, permite que a gastronomia e os saberes a ela relacionados sejam considerados patrimônios culturais.

No Brasil, algumas ações no sentido de reconhecer e salvaguardar iguarias típicas já estão em andamento. Para esta discussão, vale evidenciar dois exemplos consolidados: o Ofício da Paneleiras de Goiabeiras (Goiabeiras, Espírito Santo) e o Ofício das Baianas do Acarajé (Salvador, Bahia).

Comida como patrimônio: valorização do saber-fazer

Inicialmente calcada no patrimônio arquitetônico, a concepção de patrimônio foi sendo rediscutida, até ser sabiamente ampliada para a inclusão de práticas e saberes humanos. Neste sentido, o reconhecimento pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) dos chamados Bens Imateriais representou um grande avanço não apenas para a ampliação da noção de patrimônio, mas lançou diretrizes em direção à valorização de importantes manifestações culturais.

Segundo a UNESCO, a noção de Patrimônio Cultural Imaterial inclui as tradições, o folclore, os saberes, as técnicas, as línguas, as festas e diversos outros aspectos e

manifestações, dentre os quais se incluem as decisões e práticas referentes à alimentação humana. Transmitido oral ou gestualmente, o patrimônio imaterial é constantemente recriado coletivamente e modificado pelas comunidades e grupos ao longo do tempo em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade que termina por unir seus atores.

No Brasil, o órgão responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional é o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criado pela Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937. Os bens imateriais são trabalhados segundo as premissas do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial/PNPI, instituído pelo Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que tem como objetivo viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, atuando em parceria com outras instituições. Os bens culturais de natureza imaterial que recebem parecer favorável para o registro são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro de Celebrações; Livro de Registro dos Lugares.

O Ofício das Paneleiras de Goiabeiras foi o primeiro bem cultural inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 20 de dezembro de 2002 e possui íntima relação com a culinária capixaba. A fabricação artesanal de panelas de barro em Goiabeiras (também conhecido como Goiabeiras Velha), bairro de Vitória, capital do Espírito Santo, é uma atividade predominantemente feminina e constitui um saber repassado de mãe para filha por gerações sucessivas, sendo o meio de vida de mais de 120 famílias (IPHAN,2002). As panelas de Goiabeiras são utensílios indispensáveis no preparo de peixes e mariscos, especialmente para preparar e servir a Moqueca Capixaba, uma referência obrigatória da culinária do Espírito Santo e um símbolo da identidade cultural regional e também a famosa Torta Capixaba.

A técnica de produção das panelas tem origem indígena (reconhecida como legado cultural Tupiguarani e Una) e a modelagem é manual com o auxílio de ferramentas rudimentares (como a cuia e a vassourinha de muxinga, uma espécie vegetal da região). Depois de secas ao sol, as panelas são polidas, queimadas em céu aberto e impermeabilizadas com tintura de tanino. As matérias-primas são provenientes do meio natural: a argila que é extraída de jazida barreiro no Vale do Mulembá (Ilha de Vitória) e a tintura de tanino é retirada da casca de *Rhysophora mangle* (Mangue Vermelho). A comercialização das panelas se dá quase que exclusivamente nos quintais das artesãs ou ainda no galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras. Observa-se que a sustentabilidade ambiental é uma preocupação do

Plano de Salvaguarda do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, tendo em vista a utilização de insumos ambientais escassos na produção das mesmas.

O Ofício das Baianas do Acarajé, Salvador, Bahia, foi inscrito nos Livros dos Saberes como Patrimônio Cultural Brasileiro em 10 de dezembro de 2004, como prática tradicional de produção e venda em tabuleiro das chamadas comidas de baiana ou comidas de azeite, em que se destaca o acarajé, um bolinho de feijão fradinho, frito no azeite de dendê (IPHAN, 2004). O preparo do acarajé foi introduzido pelas escravas negras no período colonial e tem sido reproduzido no Brasil desde então, tendo na transmissão oral sua principal forma de divulgação. De origem sagrada, associada ao culto de divindades do candomblé, esta comida popularizou-se e passou a marcar a sociedade baiana como um valor alimentar integrado à culinária regional.

São considerados elementos essenciais do Ofício das Baianas do Acarajé os rituais envolvidos na produção do acarajé, na arrumação do tabuleiro e na preparação do lugar onde as baianas se instalam; os modos de fazer as comidas de baiana; o uso do tabuleiro para venda das comidas; a comercialização informal em logradouros, feiras e festas de largo; o uso da indumentária própria das baianas, como marca distintiva de sua condição social e religiosa, presente especialmente nos panos das costas, nos turbantes, nos fios de contas e outras insígnias.

Vale ressaltar que a habilidade das paneleiras imprime às panelas de Goiabeiras não apenas a resistência necessária ou os traços estéticos que as tornam objetos passíveis de reconhecimento, mas mantém viva uma série de outras práticas articuladas que terminam por contribuir para o sustento das famílias envolvidas. Da mesma forma a habilidade, o atendimento e o ritual de preparo do Acarajé pelas baianas não permite que haja nenhuma confusão com os demais estabelecimentos de *fast food* que existem na própria capital baiana. A baiana, ao preparar o acarajé e os outros quitutes de tabuleiro não apenas reforça uma receita ancestral, mas mantém a conexão com a origem da iguaria, vinculada com sua religião.

Considerações finais: da atuação da história da alimentação

O Ofício das Baianas de Acarajé e o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras são, sem dúvida, dois bens culturais gastronômicos de importância e significados regionais bastante arraigados, e estão associados à capacidade de construção de uma identidade que serve de referencial simbólico para que as comunidades envolvidas se reconheçam nesses patrimônios. De que forma, então, estes dois exemplos contribuem para pensar os desafios da historiografia

da alimentação no Brasil?

Observa-se que, se o campo da alimentação vem ganhando respeitabilidade no âmbito da historiografia, alguns desafios permanecem. Tem-se claro, em primeiro lugar, que o grande desafio do pesquisador que se dedica à história da alimentação ainda é defender sua opção por um tema considerado pouco sério por muitos estudiosos. Talvez por uma concepção de consumo alimentar equivocada, que percebe somente a ingestão de calorias, ou ainda pela premissa de que nada tão cotidiano possa ser relevante, várias críticas – veladas ou abertas – são dedicadas àqueles que se debruçam sobre os hábitos alimentares.

Em segundo lugar, por conta das especificidades do tema, o historiador que se dedica à alimentação deve estar preparado para levantar, fichar e analisar fontes diversas, documentais ou orais. Dentre as fontes documentais ditas "pouco tradicionais" têm-se livros e cadernos de receita, cardápios, requerimentos de compras, controles de mantimento e outros documentos capazes de fornecer informações preciosas. Da mesma forma, ao trabalhar com a questão da memória do tempo presente, o pesquisador deverá dedicar-se à construção de fontes orais e a todos os procedimentos que esta iniciativa pressupõe.

Em terceiro lugar, um desafio que é comum a todo objeto de natureza inter e multidisciplinar: a dificuldade de operacionalizar estudos com estas características na prática. Pressupõe-se duas tarefas intrínsecas: aproximar-se de outra área de conhecimento e dominar seu instrumental teórico-metodológico para realizar um estudo a contento, bem como orquestrar tais conteúdos e procedimentos de forma a manter a história como disciplina aglutinadora e norteadora da pesquisa.

Vinculada a esta perspectiva de análise teórica, desvela-se o quarto desafio: a necessidade de construção de um instrumental teórico que dê conta das especificidades da área. Ao se discutir a questão da memória vinculada à alimentação, surge a idéia de *memória gustativa* e *alimento-memória*, conceitos ainda em aberto. Da mesma forma, ao se discutir a questão da comida enquanto elemento identitário, a questão da tradição vem à tona e impõe a discussão do termo prato típico, bem como sobre qual a essência da tradição gastronômica. O que torna um prato uma tradição? A permanência de seus ingredientes? A permanência de suas técnicas de preparo e serviço? Ou ainda certa constância de seu significado simbólico?

Logicamente, deve-se ressaltar que estes desafios se dão em um contexto de amplo progresso da historiografia da alimentação. O aumento dos títulos publicados no Brasil e no exterior, a produção de pesquisadores nacionais e o crescimento do número de dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas sobre o tema em Programas de Pós-Graduação em História merecem destaque e sinalizam que debates profícuos vêm acontecendo (na

Universidade Federal do Paraná, por exemplo, já foram defendidas 9 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado sobre história da alimentação).

Referências

DA MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio**, Rio de Janeiro, v.15, n.7,jul.1987,p.22 -24.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2.ed. São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN. Processo n.º 01450.000672/2002-50 – **Processo de Registro de Patrimônio Imaterial Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, ES**, 2002.

_____.Processo n.º 01450.008675/2004-01 – **Processo de Registro de Patrimônio Imaterial Ofício das Baianas de Acarajé em Salvador, BA**, 2004.

MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.33, p.25-39, jan. /jun., 2004.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia - uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.16, n.47, out.2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O estágio supervisionado e a formação de professores de história

Blasius Silvano Debald[1]

Resumo:
O estudo acompanhou os acadêmicos do Curso de História nos últimos dois semestres, entre os anos de 2004 a 2006. Neste período, 83 acadêmicos passaram pelo exercício da docência no Ensino Fundamental – Séries Finais e Ensino Médio. A finalidade foi o de acompanhar o acadêmico no campo de estágio e verificar a forma como relaciona, no exercício da docência, a teoria e a prática recebida durante o período de formação. O relato das experiências faz parte desta pesquisa, além de diagnosticar a formação recebida durante o processo de formação inicial. Os dados foram coletados através de entrevistas com questões temáticas que consideravam a realidade do campo de estágio. As entrevistas revelaram que o curso de História não abordava questões relacionadas ao planejamento da carreira docente, como também não aprofundava questões relacionadas ao cotidiano escolar – violência, drogas e material didático de apoio.
Palavras-chave: Estágio – História – Formação.

Abstract:
This study and reaserch accompanied history course´s academics on two last semesters, between 2004 and 200 years. In this period, 93 academics made the teaching exercise on schools. The porpuse of this reaserch was accompanied the academic on stage camp and check how the academic interrelate with the conformation, on the teaching exercise, the theory and the practice learned during formation period. The briefing of experiments including in this reaserch, above diagnostic the formation received during in the inicial process formation. The datails was collected on interwies with thematic questions wich accounted the reality camp of stage. The interwies revealed wich the history course don´t approach the planning career , inclunding to the quotidian schoolar questions – violence, drugs and didactic stuff.
Keywords: Stage – History – Formation.

Introdução

> "O Estágio Supervisionado é uma atividade em que o aluno revela sua criatividade, independência e caráter, proporcionando-lhe oportunidade para perceber se a escolha da profissão para a qual se destina corresponde a sua verdadeira aptidão."
> (BIANCHI, ALVARENGA e BIANCHI, 2005:1)

O Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de licenciatura é, para muitos acadêmicos, um verdadeiro *paredão*, gerando angústia e apreensão, pois o *público* que avaliará o seu desempenho na profissão é exigente e, muitas vezes não muito tolerante.

[1]* Mestre na Área Sócio-Cultural – UNISC/RS e Professor do Curso de História da Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA/PR.

Contribui para o quadro preocupante, a formação conteudista, sem a vivência prática da profissão. E prático é entendido não como um rol de receitas, mas a reflexão sobre ações que podem contribuir para o processo de ensinar.

Desta forma, se investigou quais eram os principais problemas no processo de formação acadêmica e a forma como foram trabalhadas as atividades práticas, uma vez que a educação brasileira tem um forte traço transmissivo. Assim, o acadêmico vive um dilema no limiar de sua formação inicial, pois o ensino da universidade não se aproxima da realidade concreta do campo de estágio e como conseqüência, seus primeiros anos de profissão são confusos e sem muitas realizações.

A queixa dos professores, formados no curso de História da Faculdade União das Américas, fez com que o Colegiado refletisse e repensasse a disciplina de Estágio Supervisionado e as Práticas de Ensino. E uma das primeiras medidas foi introduzir, nas discussões de sala de aula, temáticas como o planejamento da carreira docente, a agressividade escolar e a realidade do ensino de História na escola pública.

O trabalho de acompanhamento dos professores formados pelo Curso de História foi o ponto de partida deste estudo e resulta no repensar do papel do professor orientador de estágio. Sem uma orientação qualificada, presente e planejada, fica difícil dar segurança e confiança para o aluno durante o estágio prático no campo de estágio.

1. Estágio Supervisionado no Curso de História

> "(...) o incentivo aos estudantes para que realizem um trabalho em profundidade deve ser constante, a fim de que possam colher os frutos resultantes de sua ação. O apoio dos professores, em todos os passos do estágio, é de vital importância."
> (BIANCHI et al., 2003: 8).

O Curso de História da Faculdade União das Américas foi autorizado em 2001. O processo de reconhecimento ocorreu no segundo semestre de 2004 e a publicação da portaria em meados de 2005. A primeira colação de grau do Curso de História foi em fins de 2005. É, portanto, um curso jovem, sem muita tradição acadêmica, mas que se solidifica a cada ano, pois se insere no contexto regional, carente de profissionais formados em História. Concluíram o curso, mais de sessenta alunos e em meados deste ano, mais de trinta concluirão a sua formação acadêmica.

Atualmente, os profissionais que atuam no ensino de História da rede estadual de Foz do Iguaçu, mas de 70% são formados em outras áreas – Turismo, Direito, Sociologia,

Filosofia... Para suprir a falta de historiadores-educadores, foi criado o Curso de História que conta com trabalhos relevantes na área de ensino, como na de pesquisa. E a trajetória destes jovens professores que foi o objeto deste estudo, pois na universidade receberam:

> *Informações sobre as teorias pedagógicas, sobre a relação professor-aluno, técnicas, objetivos e tantas outras coisas relativas a uma instituição escolar e sobre seu papel. No entanto, ao deparar com a realidade, encontra-se sozinho. Já não se trata de abstrair teorias, mas de aplicá-las. Porém, nem sempre o acadêmico está preparado (BIANCHI, ALVARENGA E BIANCHI, 2005:11).*

De fato, quando os professores de História foram questionados sobre a preparação que tiveram para o exercício profissional, 78% dos entrevistados responderam, sob forma de queixa, a falta de uma vivência prática da docência. Esse é um dos grandes desafios dos cursos de formação de professores. Para Nòvoa, o momento mais decisivo na vida e na carreira profissional de um professor é a chamada fase de transição entre a formação inicial e a profissão. O que contribui de forma negativa para a profissionalidade é colocar os jovens professores nas piores escolas, com as piores turmas, com os piores horários, com os cursos mais problemáticos e mais difíceis, sem lhes dar qualquer apoio. Os colegas mais experientes não têm qualquer missão na formação e enquadramento desses professores. As universidades, muitas vezes, se livram desta tarefa, mas nas entidades públicas é muito difícil fugir deste contexto. Comete-se um pecado capital com a profissão dos professores mais jovens, pois são obrigados a sobreviver e viver numa fase da autêntica sobrevivência nos primeiros anos de exercício profissional (NÒVOA, 2006:6).

A falta de um acompanhamento mais sistematizado dos professores jovens resultou na formação de uma Associação dos Ex-Alunos da Faculdade União das Américas, e os docentes do Curso de História pensaram em algumas estratégias como: convidar os jovens professores para que relatem suas experiências, dificuldades iniciais da carreira; participação em cursos, jornadas e eventos de formação continuada; abertura do Laboratório Pedagógico das Licenciaturas para ter acesso às metodologias inovadoras e a participação em grupos de estudos para refletir sobre a sua profissionalidade.

Além disso, se está pensando em um fórum permanente de discussão, no qual os professores parceiros participarão com suas experiências e vivências para aperfeiçoar a prática do estágio[2]. Quer-se participar do planejamento anual dos professores da rede estadual, prevendo períodos e quantidade de estagiários que cada um pode acompanhar durante o ano para ser de fato um espaço de formação.

[2] A implantação da Proposta será no II Semestre de 2007.

A partir da compreensão de como os jovens professores se comportam no exercício da docência é que se têm elementos para repensar, aperfeiçoar a prática curricular e do estágio supervisionado. E isso significa "verificar as influências do currículo escrito sobre o currículo praticado pelo professor só é possível se entrarmos nas 'caixas-pretas', as salas de aula, ou se realizarmos medições ao final do processo" (ROCHA, 2002:63).

O retorno à universidade dos jovens professores é um desafio que o curso de História enfrenta, uma vez que há um distanciamento entre o período da formação inicial e a continuada. Parece um excesso de auto-confiança por parte dos jovens professores, ou até uma forma de trilhar seu caminho profissional de forma independente, longe dos olhares dos professores que tiveram durante o curso de graduação. A falta de partilha das experiências distancia o curso da realidade escolar.

Outra questão fundamental é promover encontros para apresentar a proposta de estágio e do Curso de História aos professores da rede para que tenha uma visão de todo o processo. Em contrapartida, a Instituição oferecerá cursos de formação continuada aos professores, a partir de temáticas e sugestões do grupo. O que se quer é um trabalho mais comprometido, mais integrado e que reflita sobre a formação e o ensino de História.

Desta forma, entende-se que a vivência prática do estágio supervisionado é um componente da fase de formação. Compreende-se por estágio curricular, as atividades que os alunos realizam durante o curso de formação, junto ao campo futuro de trabalho – ensino fundamental e médio (PIMENTA, 2006:21).

Quando os jovens professores foram questionados sobre o que é ser um bom professor, hesitaram em responder, pois a experiência pessoal dos primeiros anos da profissionalidade não foi muito prazerosa. Para 64% dos entrevistados, as características de um 'bom professor' são: gostar de ensinar, ter domínio do conteúdo e gostar de estudar.

Percebe-se nas respostas dos jovens professores que há um esforço para fazer o melhor possível, apesar das limitações técnicas impostas pelas escolas. A falta de recursos, a baixa remuneração e a violência escolar são indicadores de desmotivação para os primeiros anos da profissão. Assim, "estudar o cotidiano do professor é um meio para a compreensão dos fenômenos sociais que o cercam e, com esta compreensão, entender o próprio professor neste contexto" (CUNHA, 2001:157).

Nas entrevistas é possível identificar algumas tendências interessantes como a de que os processos de formação dos professores não se constroem apenas durante o período de graduação ou em períodos da vida. Apesar de serem jovens na profissão, têm claro da necessidade de refletir sobre sua profissionalidade e, de modo especial, o processo de ensinar.

Neste sentido, o pensamento dos jovens professores é reforçado pela afirmação de que a "formação se constrói através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal" (NÒVOA, 1991:70). Ainda conforme o educador português, "estar em formação implica um investimento pessoal, livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade pessoal, que é também uma identidade profissional".

Assim, os professores do Curso de História têm muito que aprender com os professores da redá, pois um dos aspectos que marcou os primeiros três anos do curso foi o alto índice de rotatividade do quadro docente. Talvez este possa ser um dos motivos da falta de uma reflexão mais aprofundada sobre a prática de ensino e o estágio supervisionado no Curso de História.

2. Organização das Práticas de Ensino e dos Estágios Supervisionado

""... aconselhar é menos responder a uma pergunta
que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história
que está sendo narrada...
O conselho tecido na substância viva da existência
tem um nome: sabedoria".
(BENJAMIN, 1985:20)

O Curso de História da Faculdade União das Américas tem como proposta curricular, formar um historiador-educador, conhecedor da História Regional e que reflita sobre sua prática. O aluno pode inserir-se nos programas institucionais de pesquisa, além de participar dos projetos do curso, concentrados no Núcleo de Pesquisa e Memória[3].

Apesar da matriz curricular de um curso de formação de professores, contempla disciplinas como: História e Museu, Patrimônio Histórico-Cultural, Arquivos e Fontes em História, História e Memória e Seminário de Estudos Regionais, atendendo demandas da sociedade regional que ainda não tem uma consciência de preservação dos aspectos histórico-patrimoniais e culturais.

Neste contexto, a partir do quarto semestre, o aluno inicia o seu processo de vivência prática da profissão, com as disciplinas de Prática de Ensino em História I e Estágio Supervisionado em História I, esta última de observação e reflexão. Enquanto que nas práticas o aluno reflete sobre as metodologias do ensino, o estágio de observação, tanto no Ensino

[3] Iniciou suas atividades no I Semestre de 2007, tendo como eixos: História Oral, Fontes Jornalísticas e Iconográficas, Memória e Patrimônio.

Fundamental e Médio, serve para conhecer e diagnosticar a realidade, futuro campo de atuação profissional.

É neste momento que o aluno tem um contato mais próximo da vivência profissional. Isso não significa de que nos semestres anteriores o ensino seja dissociado da realidade escolar. Parafraseando Nòvoa, é neste momento em que o aluno se assume como produtor de sua profissão, mas "da mesma maneira que a formação não se pode dissociar da produção do saber, também não se pode alhear de uma intervenção no terreno profissional" (NÒVOA, 1992:28).

Entende-se que o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino fazem parte do desenvolvimento profissional docente, mas deve ser analisado, articulado com as escolas e seus projetos. É desta forma que se pode pensar ou associar mudanças no âmbito educacional, tendo reflexos na profissionalidade, na formação e que contribua de forma qualitativa para as transformações das práticas pedagógicas em sala de aula.

Conforme os professores formados pelo Curso de História, a falta desta articulação e aproximação entre escola-universidade, faz com que o ensino perca em praticidade e inserção social. E esta constatação é o desafio a ser transposto pelos professores do Curso de História a partir do II Semestre de 2007, com a implantação do Projeto Estágio Articulado com as Escolas – campo de estágio.

3. A profissionalidade dos professores jovens de História

"... pensar a prática não é somente pensar a ação pedagógica na sala de aula,
nem mesmo a colaboração didática com os colegas.
É ir além, pensando a profissão, a carreira,
as relações de trabalho e poder,
a autonomia e a responsabilidade e,
fundamentalmente, a pessoa que intervém".
(PERRENOUD, 1993:200)

Um estudo realizado pela Fonseca (1997) com professores que passaram pelas várias transformações no âmbito educacional e político brasileiro da última metade do século XX, constatou que estes profissionais têm uma visão clara sobre suas práticas pedagógicas. Esta, por sua vez, está intimamente ligada

> *"às concepções de História, de mundo, de educação, de escola que foram sendo construídas e cristalizadas ao longo de suas histórias, nos diferentes momentos e espaços. Isso pode ser claramente observado nas relações professor-aluno, nas formas de avaliação e metodologias de ensino" (FONSECA, 1997:211).*

Observa-se que as realidades são bem distintas entre os professores jovens e os de final de carreira. Enquanto os últimos narram que os melhores momentos da carreira aparecem, para a maioria, "quando a estabilização é alcançada, os projetos são reconhecidos e os resultados do trabalho são valorizados" (FONSECA, 1997:208), os primeiros colocaram que poder atuar na área já é uma conquista.

Quando são questionados sobre os piores momentos deste o início de carreira, os professores jovens responderam que a falta de experiência – vivência prática, a carência de material didático e as condições de trabalho foram os maiores desafios. Já para os professores trabalhados pela Fonseca (1997), "os piores momentos são decorrentes de problemas próprios da profissão, das condições de trabalho, do contexto social, ou de problemas pessoais. Aparecem tanto no início, como nos momentos de crise, ou no final de carreira" (FONSECA, 1997:208). O modo como o professor jovem de História ensina, tem relação com o modo de ser de sua particularidade. "É o eu pessoal em face do eu profissional, do ser e do ensinar" (NÓVOA, 1992:16).

Os professores jovens de História, nas suas falas, consideram-se historiadores-educadores, pois se sentem comprometidos com o ensino. Apesar de serem jovens na profissão, têm clareza quanto à realidade da sua profissionalidade. Mesmo assim, acreditam que poderão fazer a diferença no ensino de História, passando de um modelo transmissivo para um de ensino e aprendizagem. Soma-se a vontade de continuar os seus estudos e refletir sobre sua atuação profissional.

Conclusão

"Por isso, todos nós gostamos de ser professore ensinar História..."
(FONSECA, 1997:219)

Refletir sobre a formação dos professores nos espaços universitários é uma prática recente, contudo se faz necessária para aperfeiçoar o processo das práticas docentes. E esta reflexão deve ser assumida por todos os professores, independentemente de sua concepção de História. É preciso articular o currículo à realidade dos alunos, dando novos significados ao estudo da História.

Apesar da trajetória recente do curso, o colegiado de História tem refletido sobre formas de aperfeiçoar a formação dos seus alunos para que sejam capazes, no exercício profissional, de cumprir a função primeira do historiador-educador: ensinar. Embora o

trabalho com os professores jovens seja desafiador, principalmente os formados pelo curso, este tende se fortalecer, pois assim, se terá condições de avaliar a praticidade e a aplicação das construções realizadas em sala de aula.

E esta aproximação ou (re)aproximação não mais será uma relação de professor-aluno, mas de colega-colega de profissão, podendo contribuir para tornar o curso mais presente, saindo dos muros da universidade para ganhar as praças, as ruas, os teatros, os cinemas, as vilas, os bairros e os locais onde estão os sujeitos construtores da História.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política.** Obras Escolhidas. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Manual de orientação:** estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2003.

BIANCHI, A. C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Orientação para estágio em licenciatura.** São Paulo: Thomson Learning, 2005.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática.** 12. ed. Campinas-SP: Papirus, 2001.

FONSECA, S. G. **Ser professor no Brasil:** História oral de vida. Campinas-SP: Papirus, 1997.

NÒVOA, A. Paradoxo, dilemas e desafios para a formação de professores. Conferência de Abertura. **I Congresso Internacional de Educação.** Foz do Iguaçu, out., 2006.

_____. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. **Profissão professor.** Porto: Porto Editora, 1991.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação de professores:** perspectivas sociológicas. Tradução de Helena Faria *et al.* Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROCHA, U. **História, currículo e cotidiano escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leis e Embates: as Terras Indígenas no Império do Brasil

Marina Monteiro Machado*

Resumo: Lutas travadas por agentes sociais desiguais, os conflitos de terras foram constantes no Brasil Imperial, inclusive em posses indígenas. Para compreender este universo de disputas em torno de interesses, debruça-se sobre leis e discursos produzidos na primeira metade do oitocentos, buscando mapear embates em terras indígenas e como fazendeiros fizeram valer seus interesses na sociedade em gestação. O estudo das leis e dos discursos elucida como foi possível a invasão de terras indígenas e ocupação efetiva de brancos.
Palavras-chave: Terras indígenas; Conflito de Terra; Direito

Abstract: Conflicts over land were a constant occurrence in the Brazilian Imperial period. Such conflicts pitted society's most powerful actors against those with the least access to political and material resources, and often involved disputes over rights to indigenous land. In order to understand this universe of land conflict in relation to the actors on each side, an examination of the laws and discourse produced in the first half of the 1800s is necessary. In this paper I will map out disputes over indigenous lands and examine how *fazendeiros* were able to valorize their interests in this emerging society. The study of these laws and discourse brings to light how whites were able to invade and effectively occupy indigenous lands.
Keywords: Indigenous Lands, Land Conflict, Law

Na primeira metade do oitocentos a falta de uma legislação concisa e única direcionada as questões indígenas foi cruel para os povos indígenas, refletindo na própria documentação.

Um emaranhado de leis, determinações e relatórios apontam problemas referentes a conflitos de terras entre brancos e índios. Se, por um lado, frente ao vazio legislativo produzido seguiam-se as premissas do Diretório[1], por outro, uma série de pequenas leis eram promulgadas para suprir a falta de legislação. Soma-se uma volumosa legislação, com o propósito de solucionar, ao menos momentaneamente as questões.

A legislação trazia heranças do modelo português, expressando-se como uma vontade do Soberano, mas, no caso brasileiro, em moldes dos poderes repartidos, percebe-se a maior participação de ministros e deputados no processo legislativo, com ênfase para o período regencial, e a descentralização política. São muitos os termos jurídicos que se apresentam[2].

---

[1]* Doutoranda pelo PPGH da Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq
Refiro-me ao Diretório Pombalino
[2] Para a análise consultou-se COTTA, F. A. *Subsídios para o Entendimento do Arcabouço Formal da Legislação Portuguesa no Século XVIII*. (http://www.fafich.ufmg.br/pae/) e CARNEIRO DA CUNHA, 1992. Op. Cit.

Uma *Carta de Lei*, por exemplo, redigida em nome do próprio soberano aponta providências que deveriam durar por período superior a um ano. De peso jurídico inferior, temos os *Alvarás*, iniciados pelo soberano no apelativo, eu El Rey, devendo dar conta de providências cujo efeito deveria efetuar-se dentro de um ano. As *Cartas Régias*, que diferem das demais cartas por iniciarem com o nome da pessoa a quem se dirigiam.

Uma *Provisão* trata ordens emanadas dos soberanos, em que este provinha acerca de alguma coisa. Não se trata de uma legislação, mas sim de uma resposta a requerimentos de particulares. Cartas ou alvarás que se destinavam a estabelecer obrigações de algum tribunal, magistrado ou pessoa com cargo oficial recebiam o nome de *Regimentos*.

Os *Decretos* são muito comuns, devendo estabelecer alguma coisa singular a respeito do seu objeto, seja indivíduo, negócio, etc. Modifica alguma lei, amplia ou restringe seu conteúdo, de acordo com a necessidade. *Resoluções* vêm a ser um conjunto de determinações de um soberano para normatizar. Levava a rubrica do príncipe na assinatura. *Avisos Régios* eram ordens que não provinham diretamente do soberano, mas dos demais indivíduos que compunham o governo como um todo, tais como ministros e Presidentes de Província, objetivava propor regras.

O desrespeito dos limites das terras indígenas é tema central nas fontes analisadas. Temos o exemplo da Aldeia de São Fidelis, ao norte da província. Em dois momentos, temos a existência de jurisdições direcionadas a diferentes aspectos envolvendo terras indígenas e em ambas o Império ordena o respeito a demarcação dos limites do aldeamento da Aldeia de São Fidelis. Na Provisão de 20 de março de 1823

> *presentes os requerimentos feitos por parte dos Índios da Aldea de S. Fidelis, (...)*
>
> *hei por bem ordenar-vos positivamente que vos não intrometais na jurisdição sobre a referida Aldea de S. Fidelis e território compreendido nos limites designados no Alvará de sua criação e respectiva demarcação. (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 104-105)*

Já no Decreto de 26 de novembro de 1824, quando a Coroa decide desmembrar as aldeias de São Fidelis e da Pedra da Vila de Cantagalo e reincorporá-las ao termo de São Salvador dos Campos. Segundo consta na documentação analisada, a Provisão acima estava anexada a este documento.

> *a competente Provisão à Câmara e mais autoridades da villa de S. Salvador dos Campos, odenando-lhe que mais se não intromettessem na jusisdição da Aldea de S. Fidelis e da Pedra, que havia sido desmembrada do termo daquela villa de S. Pedro de Cantagallo, erecta pelo Alvará de 9 de Março de 1814: Confirmando por esta maneira a divisão de limites, que se havia estabelecido entre uma e outra villa, e terminando a inquietação e incerteza, em que os moradores da dita aldea viviam,*

> *das Autoridades que deviam ficar sujeitos, e as desordens e conflitos de jurisdições. (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 117-118)*

A provisão alega que os brancos não estão respeitando os limites previstos no Alvará de criação da Aldeia de 1815[3]. Há um conflito e a breve tentativa de resolvê-lo por parte do poder público, mas, o poder e os interesses dos fazendeiros, que se apropriavam das terras indígenas, representavam limites à atuação do corpo burocrático imperial.

Trata-se de uma provisão, resposta a uma consulta prévia de particulares, que parece ter sido feita por índios e brancos, acerca dos limites das terras das aldeias da região e a resposta do governo legitima direitos indígenas e exige o respeito aos limites de suas terras. O segundo documento trata-se de um Decreto, ou seja, algo mais singular, que desta vez converte-se no desmembramento de territórios de uma jurisdição a serem anexados a outra. Como afirmado anteriormente, a Provisão que exigia o respeito aos limites das terras indígenas na região foi anexada ao Decreto, tratando-se de um problema a ser resolvido. Falta uma lei maior que norteie a política indígena. Percebe-se a necessidade urgente e pontual de resolver um problema em curso, a demarcação das terras indígenas de São Fidelis.

Em Valença, mais um exemplo de interesses dos fazendeiros em ocupar terras. Em 26 de março de 1819 o governo faz saber por meio de Decreto que há concessões de sesmarias em posses indígenas.

> *a Aldêa de Valença dos Índios Coroados estando destinadas para a Villa dos mesmos Índios, por ordem minha de 25 de Agosto de 1801, fôra pedida de sesmaria, como terreno devoluto, (...),*
>
> *e concedida com notória opressão, pois não se deveria considerar devoluto um terreno marcado para a Aldeia dos Índios (...).*
>
> *Hei por bem declarar nulla a sobredita concessão (...) e o mais que este respeito está estabelecido para a civilização dos mesmos Índios. Nas referidas terras não se poderá fazer alienação alguma, (...)*
>
> *e a demarcação actual do terreno, e títulos de posses dos moradores, (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 96-97)*

Anos mais tarde, em 17 de outubro de 1823 a mesma Aldeia de Valença é transformada em Vila, através de um Alvará, recebendo o mesmo nome.

> *a necessidade que havia da creação de uma villa na aldeia de Valença, pela capacidade, e proporções do seu local, e população da freguezia, em que se achavam situadas mas de 70 fazendas, sendo até mesmo muito conveniente para a civilização dos índios (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 108-109)*

A realidade apresentada pela documentação oficial parecia modificar-se gente aos interesses nas terras em questão. A mesma região que antes era defendida pelo governo como

[3] Embora haja a referência ao Alvará de criação, não foi encontrada referência do mesmo no livro de Carneiro da Cunha, onde há uma compilação da legislação indigenista do século XIX.

posse indígena passa a ser uma área onde a concentração de fazendas já não justifica o aldeamento, devendo ser elevada à vila.

A própria demanda pela legislação era um alarde, deixava clara a ocupação realizada. Não é estranho que anos mais tarde nos deparemos com Relatórios de Presidentes de Província apontando o desaparecimento dos índios, apontando a invasão dos brancos como motivo

> *Em Valença desapareceo o aldeamento, em que deo origem a esta Vila, e os Índios que restão vagão em pequeno grupo sem domicílio, ou residência certa.(CALDAS VIANNA, 1844: 22)*

Não nos surpreende supor que os esforços para que se possibilitasse a retomada delas continuassem grandes, até chegar o momento em que as terras já se encontrassem de tal modo invadidas que acabam sendo elevadas à vila. Lembramos que a região do sul-fluminense ganhava importância econômica no Império Brasileiro por suas fazendas de café.

A análise dos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro centrou-se entre os anos 1835 e 1855, período que compreende um contexto histórico diversificado. Diferentes governos com múltiplas formas de encarar as questões indígenas, como o Período Regencial e o inicio do Segundo Império com a promulgação de leis para sua consolidação .

Os Relatórios forneciam informações burocráticas da administração provincial, tendo a recorrência da temática. Analisou-se relatórios de diferentes presidentes, sendo diferentes indivíduos, o que faz com que cada um destine a cada tópico a relevância que julgava necessária, com isso a riqueza de informações, variou em função da importância destinada por seu redator. Os relatórios trazem informações de diferentes naturezas, mas, em especial, as quantitativas. Com o passar dos anos, as informações vão tornando-se cada vez mais pontuais.

Inseridos na realidade trazida pelos portugueses e de acordo com as premissas da própria legislação, os nativos desenvolveram o hábito de arrendar terras a fim de gerar renda para sua subsistência e manutenção dos custos do aldeamento – que incluíam padre e Igreja. Nota-se a inserção dos valores como a concepção de uso das terras, que eram arrendadas para garantir-lhes o sustento.

Ainda existiam no Rio de Janeiro alguns núcleos considerados aldeamentos. Inicialmente, Valença, Mangaratiba e Resende são apontados como lugares onde um dia a presença indígena fora real, o que já não ocorria mais. A presença de homens brancos nas terras, um dia consagradas como posses indígenas, é apontada como a nova realidade.

Em Itaboraí, atual município do Rio de Janeiro, temos a Aldeia de São Barnabé, há um impasse sobre dados apresentados pelos presidentes que levam a uma contradição. Em 1835, afirma-se existirem 114 índios, já em 1844, outro presidente declara que lá existem apenas relíquias dos antigos aldeamentos, alguns mestiços, e terras que por não estarem medidas e demarcadas, eram invadidas por terceiros. A partir daí, assumem-se a existência de um aldeamento decadente, justificada pela falta de administração ativa, com o número de indivíduos em queda, que em 1852 somam 95 indivíduos. Há uma confusão acerca dos dados: ora, se acredita haver um aldeamento, ora, apenas relíquias e por fim a existência do aldeamento volta a ser uma realidade, e sua decadência está ligada à presença branca. A confusão dos dados ilustra o descaso de autoridades no trato com os índios.

Outras localidades são apresentadas como locais onde havia significativa presença indígena. Embora se deva considerar que as proporções de índios no período imperial já eram bastante reduzidas comparando-se aos anos anteriores do período colonial.

O Aldeamento de São Lourenço, localizado na cidade de tem grande notoriedade, pela proximidade com a Corte e pelo exemplo da expropriação das terras. Aldeia originária da sesmaria herdada de Martin Afonso de Souza, o Araribóia, no século XVI, por seu apoio na luta contra os franceses. Para alguns presidentes estas terras estavam medidas e demarcadas, o que pouco adiantou para impedir invasões. Com cerca de 90 a 100 indivíduos.

No atual município de Cabo Frio, a noroeste da capital, na região litorânea conhecida como Região dos Lagos, deparamo-nos com aquele que vem mais populoso. O Aldeamento de São Pedro, também de posse de uma sesmaria, chega a ser apresentado como tendo mais de 1000 indivíduos. Inexpressivos frente aos anos coloniais, os números são muito superiores aos dos demais aldeamentos da província. Lamentável apenas que, assim como parecia ser a tendência geral dos aldeamentos da província, suas terras eram invadidas e o processo, embora denunciado pelo próprio presidente, era acelerado.

Na região de Campos, ao norte da Província e distante da Capital, temos a existência de dois aldeamentos, além de grupos errantes, Purys que somavam-se cerca de 1500. A Aldeia da Pedra Lisa reunindo duas etnias: Coropós e Coroados, contando-se a presença de *30 famílias* do primeiro e de *80 e tantas* do segundo.

No outro aldeamento, São Fidelis, os relatórios tornam-se confusos, sem grandes afirmações a respeito. No ano de 1844 afirma que os índios desapareceram sem deixar vestígios e suas terras foram anexadas pela Coroa, restando alguns mestiços. Já em 1851 e

1853 afirma haver famílias, de número exatamente igual ao número de famílias residentes na Aldeia da Pedra, anteriormente mencionada. Podemos crer que os dados de 1851 e 1853 são um equivoco, repetindo-se para São Fidelis os números da Aldeia da Pedra. Torna-se difícil apresentar dados acerca do segundo aldeamento, além do notório descaso.

Os problemas decorrentes das questões legislativas em relação à política indígena não são desconhecidos. No ano de 1836, o presidente Soares de Souza, afirma que, apesar da volumosa legislação esta ainda é insuficiente para dar conta do que se precisava solucionar, e solicita ao legislativo atenção ao tema. Além da necessidade de leis, comprova-se a dificuldade na implementação das já existentes.

Pensar as leis e estudar a legislação é delicado, envolve interesses e esforços para defendê-los. Para Thompson (2002: 86), não se pode negar o caráter classista da lei, e as diferenças entre o poder da lei e o poder arbitrário que, em determinados momentos se sobrepõe à mesma. As formas e retóricas da lei assumem dinâmicas pouco favoráveis aos índios.

A arena legislativa caracteriza-se por vitórias e derrotas de projetos, defesa e ataque de interesses. Para Márcia Motta, esta arena apresenta conflitos nas tentativas de aplicação, onde percebemos ainda esforços em modificá-las. Com isso, ainda que percebamos algumas tentativas de legislação do Governo Imperial, é importante perceber que a aplicabilidade da lei possui inúmeros aspectos que precisam ser analisamos.

Neste aspecto é importante remeter a Bourdier (2002: 86) que defende ser o direito composto por relações de forças motivadas por determinações econômicas e, sobretudo, pelos interesses dos grupos dominantes, no nosso caso dos fazendeiros. Direito e leis acabam desencadeando lutas por interesses das diferentes posições, e as lutas são possibilitadas pela leitura e a apropriação das forças das leis. Interpretar a lei pressupõe confronto de interesses específicos dos envolvidos, por isso reações e resistências às leis, regras e regulamentos.

Na consolidação das leis, há embates onde fazendeiros que fazem uso das leis para interesses próprios, corroborando para que a representação de lutas descrita anteriormente continuasse sendo uma realidade válida. Ainda que a Coroa e todo o seu aparato público administrativo responsável pelas questões indígenas buscassem garantir direitos aos índios, esbarravam sempre nos interesses dos homens brancos por terras, que superavam os esforços públicos. A contradição era grande, pois mesmo quando as terras encontravam-se demarcadas a situação não era diferente e continuava sendo desfavorável aos povos indígenas.

Exemplos de dificuldades em legitimar terras indígenas são recorrentes, estando atrelados à falta de tombamento e medições. Percebemos assim dificuldades em relação à legislação, e ainda os esforços da administração pública não garantiam o tombamento e as medições das terras. Deixava-se assim margem para a ação dos invasores.

> *Parte das sesmarias dos índios ainda está ocupada, ou tem sido alienada por eles, parte existe aforada a foreiros, cuja a maioria não tem pago os foros devidos a longo tempo, e outra finalmente acha-se ocupada por intrusos, que nela se tem estabelecido e que recusam a pagar o foro ou despejar os terrenos, fundados em direitos de posse, e de retenção das benfeitorias. A falta de medição e de tombamento da maior parte de tais terrenos não contribuiu pouco para levar a sua administração ao estado de confusão que ora se acha, e de que será muito difícil tirá-la (SOARES DE SOUZA, 1936: 07-08).*

A falta de medição e tombamento das terras indígenas, tarefas de responsabilidade do governo, reside entre os aspectos apontados como um facilitador à situação de usurpação das terras indígenas. Corroborava com a situação descrita, em que depois de um determinado tempo, os índios não conseguiam mais comprovar suas posses utilizadas por foreiros. A falta de ação anterior do poder público competente impedia ação frente aos novos problemas e isto era apresentado como justificativa para a realidade descrita.

Presidentes apontam a ocupação das terras indígenas, assim como a estratégia de intrusos fundarem-se no direito de posse para estabelecer-se no local. Mesmo quando havia demarcação das terras, há a espoliação das propriedades indígenas com naturalidade deixando nítido o quão era consciente e corriqueiro o processo, visto o exemplo da Aldeia de São Barnabé, em 1850.

> *terras cultivadas por arrendatários e muitos intrusos que não reconhecem o domínio directo dos Índios apezar de estarem elas medidas e demarcadas.(DARRIGUE FARO, 1850: 19)*

Os fazendeiros buscavam exercer seu poder nessa arena desigual, o conflito de terra; lutas desiguais protagonizadas por sujeitos desiguais. O direito versa uma intenção, que tem por princípio a igualdade. Sua prática consiste em responsabilidade coletiva, através dos envolvidos. A lei, porém, não é apenas executada precisa ser interpretada, e este processo passa pelo confronto com os interesses específicos dos envolvidos, convertendo-se em uma luta entre os interessados.

Por fim, cabe indicar um do aspecto interessante para a análise. No relatório do ano de 1853, faz-se um rol detalhado do número de índios, apontando que nenhuma melhora houve, mesmo após a promulgação do Regulamento das Missões, Decreto nº 426 que viesse a melhorar a sorte dos índios. O que se torna elucidativo é o fato da contagem apresentada ser exatamente a mesma apresentada ao longo de todos os relatórios lidos. Sem diferenças

significativas que possam evidenciar o desenvolvimento de uma real política indígena que buscasse imprimir alguma mudança no quadro delineado.

Através das análises construídas, percebe-se que o desaparecimento dos índios na Província do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, está intimamente atrelado ao processo de usurpação de suas terras, processo ao qual o governo imperial assistiu, sem empreender grandes esforços para impedir. Não se pode deixar de notar que este processo esteve atrelado a uma determinada política de governo que buscou garantir interesses dos grupos dominantes e a consolidação da ocupação territorial na capital do Império. Mesmo quando existiam leis, conforme se mostrou acima, pouco se fez para que fossem de fato válidas, e o poder público pareceu concordar com fazendeiros na disputa de interesses, expressa no campo jurídico, que foi fundamental para o futuro dos índios.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O movimento social frente negra pernambucana - 1936 -1937. a história continua.

Fátima Aparecida Silva [1]

1. Introdução

O presente trabalho [2] faz parte da pesquisa em andamento e tem como objetivo registrar a história do movimento social negro Frente Negra Pernambucana aprofundando a proposta de educação defendida por esta instituição.

A aspiração de pesquisar a história da Frente Pernambucana surge com o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada "Escola, movimento negro e memória: O 13 de Maio em Sorocaba" [3]. A proposta do trabalho foi compreender o processo de produção e apropriação da memória da abolição dos escravizados no Brasil no espaço escolar e pelo movimento negro, Frente Negra de Sorocaba, especialmente sobre a data 13 de Maio, na década de 30 do século XX. Entre outros aspectos a pesquisa exigiu uma breve retrospectiva histórica e sociológica deste grupo e possibilitou ampliar o registro da história do movimento para além do estado de São Paulo.

Ao pesquisar a Frente Negra de Sorocaba constatamos a lacuna existente na historiografia do movimento, uma razoável documentação tem se ocupado da historiografia nas regiões sul e sudeste, no entanto nas regiões norte e nordeste como Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia é pouco conhecida em alguns casos apenas citada nas pesquisas.

Desta forma, reconhecendo a lacuna de informações sobre o assunto nomeamos a Frente Negra Pernambucana como objeto de nossa pesquisa, esperamos assim estar contribuindo para o avanço dos estudos da população negra no Brasil.

A Frente Negra Brasileira uma organização de massa fundada em 1931 na cidade de São Paulo surge como continuação das ações da população afrodescendentes nos períodos

---

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, bolsista do CNPq.

[2] Este trabalho faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior.

[3] A pesquisa foi realizada quando a autora foi bolsista do Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford - Turma 2003, no Programa de Mestrado em Educação da UNISO, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano González.

colonial, imperial e republicano na luta contra a discriminação racial, e a exclusão social da população negra.

Neste contexto surge em 1936 a Frente Negra Pernambucana transformada em 1937 em Centro de Cultura Afro-Brasileiro a instituição entre outras coisas defendeu a "instrução da infância negra" e o ingresso da população negra em instituição educacional gratuita.

O texto divide-se em duas partes: a primeira apresenta informações adquiridas na pesquisa de campo sobre a Frente Negra Pernambucana que em 1937 foi transformada no Centro de Cultura Afro Brasileiro e, a segunda destaca a questão da educação no contexto histórico da entidade. Finalizando o texto, tecemos comentários que, entendemos, sejam relevantes.

2. Frente Negra Pernambucana/ Centro de Cultura Afro Brasileiro.

Nesta parte do trabalho faremos uma apresentação de parte das informações que tivemos acesso na pesquisa de campo sobre o movimento social negro: Frente Negra Pernambucana e /ou Centro de Cultura Afro Brasileiro.

Realizamos contatos com duas pessoas que concederam depoimentos e material de fundamental importância para pesquisa. , Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, filho de José Vicente Rodrigues Lima (fundador da Frente Negra Pernambucana) e Edvaldo Eustáquio Ramos que foi presidente do CCAB e assessorou política e juridicamente como advogado a criação da entidade.

Por meio do trabalho de mestrado da pesquisadora Auxiliadôra Gonçalves da Silva tomamos conhecimento que a Frente Negra Pernambucana surge como entidade no ano de 1934 e desaparece com o Estado Novo, passando a existir na mesma época o Centro de Cultura Afro Brasileiro (SILVA, 1994 p. 58, 59).

Em depoimento, sobre a fundação do grupo, que ora estamos analisando, encontramos informações que contradizem, pelo menos num momento, a informação acima citada. Gustavo Lima relata: "o gaúcho Barros dos Mulatos veio para Pernambuco e quando ele chega aqui, faz contato com Solano [Solano Trindade] e com Zé Vicente e criam a Frente Negra Pernambucana isto é em 1936". [4]

José Vicente Rodrigues Lima, foi um dos pioneiros do movimento negro em Pernambuco, sua história se confunde com a própria história da Frente Negra Pernambucana, que ajudou a fundar na década de 1930, em plena vigência do governo de Getúlio Vargas.

[4] Depoimento concedido em 20 de janeiro 2007.

Autor de livros como Xangô (1937) e Desajustamento Econômico e Classe Marginal, publicou também em 1941 um ensaio sobre a poesia de Solano Trindade seu amigo.

A Escola de samba Galeria do Ritmo, no ano de 1979, homenageia o poeta negro Solano Trindade. Foi elaborada pela escola uma apostila com depoimentos sobre a vida do poeta. Entre os depoimentos está o de José Vicente Lima, um dos fundadores do grupo em Recife. O relato registra a fundação do movimento e seus fundadores.

> (...) "Era o ano de 1937, numa rua do Bairro de São José, cinco rapazes, desconhecidos, sem nome sem bafejo de ninguém, em volta de uma mesa forrada com uma toalha branca, fundaram a Frente Negra Pernambucana, co-irmã da Frente Negra Pelotense, com a presença entre nós de Miguel Barros, pintor Gaúcho, conhecido por Barros, o mulato. (LIMA, 1979).

É importante observar que no registro de fundação da FNP é destacada a presença de Barros, o mulato, que segundo informações era artista plástico e provavelmente pertencia a direção da Frente Negra Pelotense, apontada como co-irmã do movimento. Esta influência será dará de forma bastante direta, pois os princípios da entidade pernambucana registrada nos estatutos são semelhantes com a da organização negra gaúcha.

A referida apostila segue com o relato;

> Éramos cinco apenas: Francisco Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima, José Melo de Albuquerque, José Vicente Rodrigues Lima, e Miguel Barros, o Mulato. O que sabíamos, até então, era a existência dos preconceitos, e tomamos conhecimento da monstruosa estatística feita por Solano Trindade, onde se verificava a ausência quase que completa do elemento negro nos Cursos Superiores das carreiras de prestígio social" (LIMA, 1979).

O relato chama a atenção para os nomes dos líderes e nos faz observar a preocupação do grupo em se respaldar com informações e números que indicam a posição de desigualdade social dos afrodescendentes naquela conjuntura. A estatística citada feita por Solano Trindade é mencionada na obra de José Vicente (1937), neste sentido relata:

> Profissões:
> 5 Negros em cada 1000 Medicos
> 5 Negros em cada 1000 Advogados
> 10 Negros em cada 1000 Auxiliares no Comercio
> 30 Negros em cada 1000 Funcinarios Publicos
> 2 Negros em cada 1000 Negociantes

> 999 Negros para cada 1000 Domesticos
> 997 Negros para cada 1000 Trabalhadores de serviços de carregação.
> 10% de negros casam com suas iguais.
> 90% de mulheres negras são desvirginadas e jogadas à prostituição pelos proprios negros, mestiços, claros e brancos. (Xangô, 1937, p. 21)

Na obra não está explicito a fonte das informações, o registro, entretanto nos permite fazer algumas observações do contexto histórico e ideológico em que estão inseridas. São dados referentes a situação da população negra na década de 1930. Trata-se de uma época onde as teorias do branqueamento estão no auge. São políticas baseadas nas doutrinas cientificas da inferioridade inata da raça negra, cujo controle se aplicava por meio das políticas publicas ajustada sobre a teoria da eugenia e também ancorada na produção cientifica de Nina Rodrigues, que deriva das teorias racistas de Gobineau, que identificava no africano a base da inferioridade do povo brasileiro. A nação é mobilizada pelo estado brasileiro, assim como intelectuais e políticos em prol do "melhoramento da raça".

No estado do Pernambuco as políticas são implementadas através de órgãos oficiais do governo como, por exemplo, a "Secção de Costumes e Repressão a Jogos" e o "Serviço de Higiene Mental a Assistencia a Psicopatas", a questão da população negra vai tratada como um problema de segurança pública conforme relata Fernandes (1937) na obra: Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife.

A citação da estatística no relato acima indica que os membros envolvidos com a fundação da Frente Negra Pernambucana tinham conhecimento da existência do preconceito contra o negro e para modificar esta situação vai propor várias estratégias, entre elas a educação terá bastante destaque.

Em 1987, foi comemorado em Recife o cinqüentenário do Centro de Cultura Afro Brasileira, (CCAB). Um ano antes, foram realizadas várias atividades para divulgação do evento. No documento de 1986 a comissão organizadora do acontecimento divulga a história da entidade. Segundo os registros, o CCAB foi fundado em 1936 e a entidade "veio ao mundo com a denominação de Frente Negra Pernambucana".

> "Numa noite recifense, numa casa do Pátio do Terço, sentados ao redor de uma mesa forrada com a toalha branca", relembra o Prof. José Vicente, nascia o Centro de Cultura Afro-Brasileira, que naquele momento veio ao mundo com a denominação de "Frente Negra Pernambucana" logo concertada para atual C.C.AB. para não ser lembrada como uma simples réplica de sua co-irmã gaúcha. Era o

> orgulho e vaidade pernambucanas que já se faziam presentes naquele momento" . (APOSTILA, 1986, Recife)

De acordo com as informações acima a entidade foi transformada em Centro de Cultura Afro Brasileiro para não ser lembrada como replica da Frente Negra Pelotense, a ênfase demarca a identidade do movimento expressada pelo "orgulho e vaidade" de ser pernambucana.

Sobre o mesmo assunto a direção do CCAB elaborou uma cartilha em agosto de 1987. Na introdução, Edvaldo Eustáquio Ramos presidente da entidade faz referencia ora a Frente Negra Pernambucana ora ao Centro de Cultura Afro Brasileiro:

> "(...) por trás das breves palavras de reflexão sobre o cinqüentenário da Frente Negra Pernambucana, há todo um trabalho de estudo e pesquisa sobre o comportamento do negro brasileiro, e, em especial sobre as raízes do nosso povo, dentro da vivência, em meio aos terreiros dos cultos Afros, das sociedades carnavalescas, do maracatu e do todas as manifestações populares de origem afro, ameríndia e lusa" "(...) as Frentes Negras cumpriram uma missão, com o desapertar da consciência. O Centro de Cultura Afro- Brasileira é esta consciência". (CARTILHA de divulgação do centenário do Centro de Cultura Afro Brasileiro, 1987).

Se o que está sendo comemorado é o cinqüentenário do Centro de Cultura Afro Brasileiro qual a razão de mencionar a Frente Negra Pernambucana? O impasse é esclarecido por José Vicente Lima que relata:

> "A Frente Negra Pernambucana, transformada no Centro da Cultura Afro-Brasileiro, se projetara junto das outras Associações Coirmãs de todo o País . Se não construímos patrimônio materiais, construirmos entretanto um patrimônio muito maior, - Patrimônio Cultural que legamos aos nossos sucessores. Ideal que nos animou nesses 50 anos que hoje aqui se comemora nesta brilhante APOTEOSE" (CARTILHA de divulgação do cinqüentenário do Centro de Cultura Afro Brasileiro, 1987) .

Segundo LIMA a Frente Negra Pernambucana foi transformada no Centro de Cultura Afro Brasileiro, isto também pode explicar o porquê até o momento não encontramos o estatuto da entidade com o primeiro nome da Frente. Temos como hipótese que o tempo que levou a transformação foi muito pequeno, isto é um ano entre 1936 e 1937.

Na obra de José Vicente Lima intitulada Xangô de 1937, ao analisar "o que querem as associações dos elementos de cor e as frentes negras organizadas no Brasil", o autor faz

referências ao Centro de Cultura Afro-Brasileiro e não a Frente Negra Pernambucana. É possível que a entidade tenha sido registrada como CCAB.

> **"Centro de Cultura Afro- Brazileiro"**
> Sentindo a necessidade de união e de intéletualidade que se possa representar em todas as esféras sociais, o Afro-Brasileiro, compreendendo o dever de reerguer moralmente a familia negra do Brasil, desejando colaborar pelo engrandecimento da Patria Brazileira, apontando a milhares de negros a escola e civismo , um nucleo de idealista resolve fundar o Centro de Cultura Afro- Brazileiro.
> Afastados de qualquer partido político ou credo religiosos e aceitando o concurso dos que reconhecerem o altruismo fim a que nos propomos, faremos a unificação dos negros no Brasil.
> Não faremos lutas de raças contra raças, porem ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior o que nos faz distinguir um dos outros é nosso desenvolvimento cultural.
> Temos como principais fins: Cultivar a memoria dos grandes negros do Brasil, instruir a infancia negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor, educar a mulher para os embates materiais morais que que lhe vêm ao encontro, crear caixa de beneficencia , para assistência medica e dentaria. (LIMA, 1937, p, 17).

Diante das primeiras informações, podemos considerar que a Frente Negra Pernambucana dá origem ao Centro de Cultura Afro Brasileiro. Por este motivo até o momento não encontramos nenhum registro sobre o desaparecimento da Frente Negra Pernambucana. Nas informações acima citadas o que é apontado é a transformação do movimento no Centro de Cultura Afro Brasileiro. Este aspecto parece ser uma particularidade daquele movimento, já que a história da Frente Negra em outros lugares do país é registrada como tendo sido iniciada em 1933 e finalizada em1937.

Como o Centro de Cultura Afro Brasileiro é uma entidade da atualidade, é neste sentido que consideramos que a história da Frente Negra Pernambucana continua não se limitando a década de 30 do século XX.

3- A valorização da educação na Negra Pernambucana e ou Centro de Cultura de Cultura Afro Brasileiro

Estudos da história do negro no Brasil na década de 1930 têm preocupado em compreender o desejo do negro de afirmar-se socialmente através da educação. Dentre os estudiosos estão Clóvis Moura (1988), Regina Pahin Pinto (1993) e Elisa Larkin Nascimento

(2003). Os três sinalizam que a educação (instrução, escolaridade) foi valorizada pelas lideranças negras das associações negras nas décadas de 20 e 30 do século XX. As reflexões expressam que os movimentos negros, da época, apontam a deficiência e até mesmo a ausência da educação, como a causa principal da situação de desigualdade social que o negro se encontrava. Segundo Clóvis Moura, o aprimoramento educacional fazia parte das estratégias para que o negro brasileiro pudesse ascender socialmente, demonstrando assim que ele poderia chegar ao mesmo nível dos brancos. (MOURA, 1988, p.205).

A Frente Negra de São Paulo, Sorocaba, Pelotas, Bahia, atribuía grande importância à educação e uma das importantes estratégias de atuação na luta contra a exclusão da população negra foi a criação de escolas.

Na cidade de Recife no estado de Pernambuco a proposta de educação pautada pelo Centro de Cultura Afro Brasileiro baseava nos seguintes pontos:

> (...) Cultivar a memoria dos grandes negros do Brasil, instruir a infancia negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor, educar a mulher para os embates materiais morais que lhe vêm ao encontro, crear caixa de beneficencia, para assistência medica e dentaria. (LIMA, XANGÔ, 1937, p.21).

No ponto de vista ideológico existem aproximações entre as propostas da entidade pernambucana e as Frentes paulistas, gaúcha e baiana. Em todas aparece uma preocupação com a instrução, o ingresso da população negra em escolas públicas, educação feminina com ênfase na questão moral, a criação de caixa de assistência e o cultivo a memória de personalidades negras.

As inquietações, que se transformam em ações das Frentes, é a reação ante as barreiras raciais impostas pelo Estado brasileiro. São instrumentos de mobilização e resistência contra um estado racista que promovia o embargo dos direitos humanos da população negra.

De um lado alguns intérpretes da questão analisam a proposta das entidades como introjeção dos valores da sociedade dominante, isto é a aceitação dos valores brancos. Do outro lado deste discurso entre eles Nascimento (2003), há quem interprete que tais posturas não parece ser uma ingênua aceitação dos valores dos brancos.

O que parece se confirmar na análise das fontes documentais é que diante das circunstancias históricas, sociais, e econômicas em que se situava a população afrodescendente, as entidades negras conseguiram apesar da situação adversa, colocar em pauta os seus valores. Em nossa opinião é uma ação "revolucionária" no sentido de perturbar, agitar uma sociedade que prega que o negro é um ser inferiorizado, por conta disso não

merece a atenção do Estado brasileiro. Nas propostas das Frentes são embutidas a contestação e a recusa dos esteriótipos antinegros dos valores prevalecentes à época.

As entidades negras da década de 1930 ao enaltecerem as qualidades e feitos dos heróis negros, ao pleitearem o acesso ao ensino público e ao mesmo tempo denunciarem a falta dele, demonstraram com isto que o atraso social a que a população negra está submetida, não é culpa ou falta de inteligência da população, mas sim do contexto social e ideológico em que estava inserida .

Deste modo, diante da importância do tema na produção de conhecimentos da história dos afrodescendentes no Brasil consideramos que ainda existem muitas questões a serem respondidas sobre o assunto e a nossa pesquisa aponta para esta perspectiva.

3-Conclusão

A Frente Negra foi um importante movimento de caráter social da década de 1930. Nas pesquisas a documentação que até agora tem surgido sobre a história da entidade se refere na sua maioria às regiões sul e sudeste em outros estados do país a organização do movimento é apenas mencionada.

A contribuição de nossa pesquisa avança no sentido de revelar a existência da Frente Negra de Pernambuco, além de apontar que o movimento não extinguiu simplesmente, mas tem continuidade através do Centro de Cultura Afro Brasileiro.

O trabalho avança também no sentido de indicar a existência das fontes apontando o percurso traçado por elas. Decodifica algumas questões básicas em relação à população afrodescendente da época como, por exemplo, mostrando quais eram as relações étnicas através das perseguições que se dava ao candomblé, religião denominada Xangô no Recife, qual a distribuição da população negra no Recife e as condições sociais em que elas deram, motivando o surgimento da Frente Negra Pernambucana.

4-Referências bibliográficas

APOSTILA: COMISSÃO do cinqüentenário do C.C.A.B. Arte Negra no Recife é cinqüentenário do Centro de Cultura Afro Brasileiro, Recife, 1986.

CARTILHA de divulgação do centenário do Centro de Cultura Afro Brasileiro. Divulgação do Cento de Cultura Afro Brasileiro, Recife 1987.

FERNANDES, Gonçalves. **Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1937.

LIMA, Vicente. **XANGÔ.** Vol. I. Recife, PE. Divulgação do Centro de Cultura Afro Brasileiro. Jornal do Comércio S. A. 1937.

_____. Apostila: Carnaval é Música, música é ritmo, ritmo é poesia. A Escola de samba Galeria do ritmo homenageia o poeta negro Solano Trindade. Recife, 1979.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

PINTO, Regina Pahim**. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1993.

SILVA, Fátima Aparecida. **Escola, movimento e memória o 13 de maio em Sorocaba 1930.** Dissertação e mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação. UNISO. 2005.

SILVA, Maria Auxilidôra da. **Encontros e desencontros de um movimento negro.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Revisitando a idéia de populismo no pensamento social brasileiro

Léo Posternak[1]

Resumo: O esforço para um melhor entendimento sobre o populismo no Brasil está ligado, e com grande aceitação na literatura a este tema relacionada, à utilização deste termo para o período de 1945 até 1964. As interpretações de Francisco Weffort e Octavio Ianni apontam, no populismo, para cooptação que passa pela política social. No processo de urbanização e industrialização pelo qual passava o Brasil, formavam-se atores sociais qualitativamente diferentes daqueles da Primeira República. Neste novo mundo urbano, o controle era precário. A tendência para cooptação presente na política populista teve papel fundamental para a dominação política. A classe trabalhadora teria sido encorajada a postergar a busca dos seus interesses mais amplos, e se satisfazer com o que seriam (no ponto de vista da revolução), conquistas menores.
Palavras-chave: Populismo – Urbanização – Sociologia Política.

Abstract: The effort to achieve a better understanding about populism in Brazil has been related to the use of this word in the period that goes from 1945 to 1964. The interpretations made by Francisco Weffort and Octavio Ianni point to a process of co-optation which is embedded in social policies. During the process of urbanization and industrialization Brazil was experiencing, new social actors were being created, qualitatively different from those that had existed in the First Republic. In this new urban world, control was precarious. The co-optation tendency that exists in populist politics played a fundamental role in political domination. The working class was encouraged to postpone the fight for its broader aims, and satisfy itself with what were (under the revolutionary point of view) minor conquests.
Keywords: Populism – Urbanization – Political Sociology.

Introdução

A ação política de inúmeros governos contemporâneos tem sido chamada de populista. Este termo, acerca do qual estamos longe de ter um consenso nos estudos a ele relacionados nas ciências humanas, vem sendo usado, tanto pela academia como pela sociedade, sem que possamos claramente conceituá-lo. Temos encontrado governos e políticos aos quais se tem chamado de populistas em uma variedade espacial e histórica. De Perón e Vargas a Chávez, Lula e Le Pen, continentes e décadas são atravessados. Criticado tanto pelos socialistas quanto pelos liberais, o populismo tem, no senso comum, uma conotação pejorativa. Neste trabalho apresentarei o contexto no qual surgiu o populismo no Brasil, algumas divergências acerca do populismo que ocorreram no seio da esquerda brasileira, e os trabalhos de dois importantes estudiosos da escola de sociologia da USP que apontam, neste fenômeno, um retrocesso no avanço da classe operária, e que têm conceituação teórica apoiada na luta de classes.

[1] Mestrando do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC - Rio.

A emergência de uma democracia de massas

A queda da Primeira República teria representado um avanço em relação à sua proclamação em 1889, ao menos com relação aos direitos sociais. Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que anunciava o fechamento do Congresso, pregava o desenvolvimento econômico, o industrial, a construção de estradas de ferro, e o fortalecimento das Forças Armadas. Uma economia até então dirigida para a exportação, passou a criar, fortalecer, e nacionalizar os mercados de trabalho e de consumo. Na área trabalhista foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, instalou-se a jornada de oito horas, o direito de férias. Apesar do avanço, havia injustiças: o sistema excluía os autônomos, os empregados domésticos, os trabalhadores rurais. Tratava-se de uma política social como privilégio e não como direito. No entanto, isto não impediu a popularidade de Vargas. Pelo contrário, trabalhou no sentido de legitimar seu governo no Estado Novo. A ênfase nos direitos sociais encontrava terreno fértil na cultura política da população, principalmente na dos pobres dos centros urbanos. O populismo era um fenômeno urbano e refletia esse Brasil novo que surgia, distinto do Brasil rural da Primeira República (cf. CARVALHO, 2002).

Houve progresso na formação de uma identidade nacional, na medida em que surgiram momentos de real participação popular. Foi o caso do próprio movimento de 1930 e das campanhas nacionalistas da década de cinqüenta, sobretudo a defesa do monopólio estatal do petróleo. O nacionalismo, incentivado pelo Estado Novo, foi um instrumento de solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais. Com a redemocratização do pós-guerra, o voto popular começou a ter mais peso. O período de 1945 a 1964 foi marcado pelo retorno ao estado de direito, com a Constituição de 1946. Foram criados partidos de alcance nacional. No entanto, apenas três (PSD, UDN e PTB) atuavam realmente em âmbito nacional. O PSD, Partido Social Democrático, foi organizado por Getúlio Vargas convocando as oligarquias estaduais, sob a organização dos interventores do Estado Novo, atingindo uma massa eleitoral rural que representava aproximadamente setenta por cento da população brasileira. O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, foi fundado via a máquina corporativista criada por Vargas e baseada no Ministério do Trabalho, para arregimentar a população urbana, e era considerado um partido nacionalista. A UDN, União Democrática Nacional, representava as diversas forças de oposição a Vargas, nas áreas rurais e urbanas. Com forte apoio popular no estado de São Paulo, o PSP, Partido Social Progressista, foi veículo pessoal de Adhemar de Barros (cf. SCHMIT, 2000).

Para Celso Lafer, o populismo, em parte, derivava do crescimento do eleitorado, o que fez com que a política deixasse de ser um tema restrito às elites. Por intermédio do voto, estas novas massas que se faziam ouvir nas eleições outorgavam legitimidade ao sistema político. Por outro lado, o regime prometia "uma política de democratização fundamental da sociedade através da extensão de oportunidades de emprego" (LAFER, 2002: 62). Ao criar ao mesmo tempo novas demandas e novas exigências para apoio político, o crescimento do eleitorado teria motivado a decisão de planejar de Juscelino Kubitschek.

Algumas interpretações divergentes

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, foi um grupo de intelectuais nacionalistas que nos anos 50 procurou conceber o país em termos sociológicos e políticos. De uma forma geral, eles definiam desenvolvimento como sendo uma revolução nacionalista e capitalista, dentro de um processo de industrialização no qual o crescimento da renda *per capita* seria auto-sustentável. Dentro do processo de institucionalização do mercado interno, a burguesia nacional unir-se-ia à burocracia estatal e aos trabalhadores, tendo o interesse nacional como objetivo comum. Essas idéias foram criticadas pela escola de sociologia da USP, que surgiria aproximadamente uma década depois, rejeitando o nacionalismo e insistindo na predominância do conflito entre as classes. Os acadêmicos da USP dariam ao populismo uma conotação negativa, diferentemente da interpretação dada pelos intelectuais do ISEB, que viam no pacto populista de Vargas um paradigma para a revolução em paises periféricos. Para estes, o populismo seria uma expressão do povo, parte da democracia. A visão do ISEB aceitava a possibilidade de aliança entre classes, preocupando-se prioritariamente com o desenvolvimento nacional frente à oposição imperialista, ao passo que a escola de sociologia da USP colocava ênfase no conflito entre as classes, não aceitando a possibilidade de acordos nacionais (cf. BRESSER-PEREIRA, 2005).

Bolívar Lamounier considera que os termos "populismo" e "liderança carismática" são imprecisos, pois eles seriam funções dos referenciais teóricos sob os quais fossem estudados. Assim sendo, para os autores marxistas, o populismo seria uma forma de liderança que utilizaria da demagogia para fazer com que os interesses de classe não pudessem ser enxergados. Para os liberais, o ponto fundamental do populismo estaria na irresponsabilidade fiscal, além do uso de ações paternalistas (cf. LAMOUNIER, 2005).

Populismo e luta de classes

As interpretações de Francisco Weffort e Octavio Ianni, importantes estudiosos da escola de sociologia da USP, apontam, no populismo, para uma cooptação que não passa pelo plano ideológico, mas sim, pela política social. No processo de urbanização e industrialização pelo qual passava o Brasil, formavam-se atores sociais qualitativamente diferentes daqueles da Primeira República. Quem controlaria essas massas emergentes? O modelo corporativo fortalecia o Estado através da criação dos sindicatos, da possibilidade de intervenção nos sindicatos, e da atuação da Justiça do Trabalho. Neste novo mundo urbano, o controle era precário. O viés de cooptação presente na política populista teve papel fundamental para a dominação política. A classe trabalhadora teria sido encorajada a postergar a busca dos seus interesses mais amplos, e se satisfazer com o que seriam (no ponto de vista da revolução) conquistas menores.

Segundo Weffort, o populismo é um fenômeno político de massas, típico das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização, pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido através de um líder carismático. "O populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder em contato direto com os indivíduos reunidos na massa" (WEFFORT, 2003: 28) e essa dominação carismática seria como uma expressão política de interesses determinados de classe. Weffort chama a atenção para o papel desempenhado pela pequena burguesia "no momento em aparece como massa devotada a um chefe" (id. ibid.: 30). O populismo seria uma traição às massas porque, apesar de ter bases operárias, mantinha os limites da pequena burguesia. Ao manter-se dentro destes limites de ação,

> *...o populismo é, essencialmente, uma política de transição que conduz inevitavelmente, por meio do desenvolvimento capitalista, ao esmagamento da pequena burguesia pelos grandes capitais. Na impotência histórica da pequena burguesia está a raiz da demagogia* populista (*id. ibid.*: 35).

As aspirações das classes dominantes, para Weffort, não poderiam ser alcançadas no Brasil de 1945 a 1964, sem que fossem também atendidas algumas aspirações básicas das classes populares como emprego, aumento de consumo e direito de participação nos assuntos do Estado. Faz-se necessário atentar à ênfase que Weffort dá à necessidade de se relativizar tanto a noção de manipulação quanto a de passividade popular, enraizadas no senso comum, e associadas ao populismo. Weffort considera que a imagem mais adequada para que sejam mais bem compreendidas as relações entre as massas urbanas e os grupos representados no Estado, é a de uma tácita aliança entre partes de diferentes classes sociais.

> *Ele [o populismo] foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado (id. ibid.: 71).*

Podemos reconhecer, nesta interpretação de Weffort, a percepção de um vácuo de poder oriundo da deterioração da dominação oligárquica ocorrida na década de trinta. Para Weffort, "a participação política das classes populares tem muito a ver com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado" (id. ibid.: 72). Dessa forma, "o chefe de Estado passará a atuar com árbitro dentro de uma situação de compromisso ... e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe de Estado" (id. ibid.: 78-79).

Na visão de Weffort existe, mesmo no populismo mais ligado à esquerda, um prejuízo fundamental à classe trabalhadora, por colocar a agenda nacionalista como primordial. No Brasil de 1930 a 1945 teríamos uma política híbrida, conseqüência do estágio inicial da nossa modernização. O populismo corresponderia a um momento de indefinição política: "a peculiaridade do populismo vem de que ele surge como uma forma de dominação nas condições de 'vazio político', em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la" (id. ibid.: 178).

Para Ianni, durante o período de 1914 a 1964 foram criadas as condições institucionais, políticas e culturais para uma sociedade industrializada e de predominância urbana: "entre 1930 e 1964 verifica-se a criação de um vigoroso setor industrial no Brasil. Nessa época, o Estado se torna o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica" (IANNI, 1975: 27), sendo que, a partir de 1945, a participação em algumas decisões políticas começa a ter a participação das massas. O modelo de desenvolvimento e organização da economia, que Ianni chama de getuliano, apoiava-se na substituição de importações. Para isto fazia-se necessário atender ao setor agrário que, inicialmente, continuaria a prover as divisas a serem usadas em investimentos.

A política de massas, o dirigismo estatal, e uma política externa independente eram os elementos fundamentais de um padrão político e econômico consubstanciado na democracia populista que se seguiu a 1945. Em Ianni, a política das massas é entendido como um elemento crucial no processo de industrialização. Chama a atenção para o que seria o núcleo

ideológico da política de massas: o nacional-desenvolvimentismo, com a crescente participação do Estado na economia, exigência e conseqüência de um programa de nacionalização de decisões. Surgem, neste contexto, algumas legislações que beneficiariam o proletariado urbano, tais como o regime de salário mínimo (1940) e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). O fenômeno populista está ancorado no binômio industrialização/urbanização. A migração interna é outro elemento importante para a compreensão da estrutura do populismo. O horizonte cultural daquele migrante que ia para as cidades e centros industriais ainda estava marcado por valores e padrões do mundo rural.

> *Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiante, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Este horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório (id. ibid.: 57).*

Ianni aponta para o fato de que, no período que vai de 1914 a 1964, foram quatro os modelos de desenvolvimento presentes nas disputas entre diferentes grupos e classes sociais, na sociedade brasileira: o primeiro foi o modelo exportador, que implicava na hegemonia dos setores agrícolas tradicionais, tendo como contrapartida a importação de produtos industrializados para atender ao mercado interno; depois, temos o modelo de substituição de importações, objetivando encontrar uma dinâmica com o setor agrário, ligando as necessidades de divisas com as dos investimentos destinados a atender ao mercado interno; o terceiro seria um modelo que implicaria na internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional; finalmente, o quarto modelo desenvolvimentista seria o socialista. O modelo de desenvolvimento apoiado na substituição de importações foi de fundamental importância no desenvolvimento da nossa economia e da nossa sociedade. Ianni afirma que "os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945" (id. ibid.: 54). Por estar baseado na transferência de divisas do setor agro-exportador para investimentos destinados a atender ao mercado interno, rompia com os até então paradigmas de relações entre o Estado e as forças agrícolas internas. O Estado "com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelece gradações nas rupturas estruturais indispensáveis à sua execução. Fundamenta a política externa independente e implica numa doutrina do Brasil como potência autônoma" (id. ibid.: 54).

A queda de Vargas em 1945, na onda de redemocratização do mundo capitalista, abriu o espaço para o pluripartidarismo, mas não foi o fim das políticas populistas. Mais que isto,

elas foram usadas como forma de legitimar a dominação: "a política de massas – portanto, diferente da política de partidos – é o fundamento da *democracia populista*, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964" (id. ibid.: 9). Após enfatizar as modernizações nas estruturas sociais, políticas e econômicas em curso, Ianni, em suas conclusões, afirma que "o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país" (id. ibid.: 207).

Tanto Weffort: "o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo" (WEFFORT, 2003: 65), quanto Ianni: "enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e atuação de massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações" (IANNI, 1975: 114), atribuem às políticas populista e nacionalista forte responsabilidade no golpe militar: elas teriam que partir para a luta de classes ou cair. "A política nacionalista expiou de várias formas o pecado original da ideologia" (WEFFORT, 2003: 42).

Referências bibliográficas:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.): **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-61)**: processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da independência a Lula**: dois séculos de política brasileira. São Paulo: Augurium, 2005.

SCHMIT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil**: 1945 – 2000. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Maria Elizabeth de Oliveira: religiosidade, devoção e a experiência do milagre em torno da "santinha" passo-fundense

Márcia Fabiani[1]

Resumo: O presente texto busca analisar a religiosidade, a devoção e a experiência do milagre existentes em torno da "santinha" passo-fundense – Maria Elizabeth de Oliveira. Para tanto, utilizar-se-á como base de estudo as cartas que os devotos depositam junto ao túmulo da santa, com o intuito de traçar um perfil do devoto. Indo além, através das cartas e livros de registro deixados junto ao túmulo, é possível entender o que os fiéis buscam, suas necessidades, angústias e aflições. Some-se a isso, outro objetivo se refere à identificação desses devotos. Tentar classificar e quantificar esses devotos. Quem são? De onde vêem? Qual o gênero predominante? Qual a faixa etária majoritária? Que profissão? O que buscam? Tudo isso, buscando entender que toda essa experiência religiosa pode ser aprendida enquanto vivência, que busca uma intervenção intencional na existência concreta.
Palavras-chave: Religiosidade - devoção - milagre.

Resumen: El presente texto busca analisar la religiosidad, la devoción y la experiencia de los milagros existentes al rededor de la ¨pequeña santa¨ de Passo Fundo – Maria Elizabeth de Oliveira. Para esto, se utilizara como base de estudio las cartas que los creyentes depositan junto a la tumba de la santa, con el designio de hacer un perfil del creyente. Analisando con más profundidad, las cartas y los libros de registro dejados junto a la tumba, és posible comprender lo que los creyentes buscan, sus necesidades, saroches y aflicciones. Sumando-se a esto, otro objetivo se refiere a la identificación de los creyentes. Intentar clasificar y quantificar essos creyentes. ¿Quines son? ¿De dónde vienen? ¿Qual el género mayoritário? ¿Que edad predomina? ¿Que profesión? ¿Que buscán? Todo eso, buscando comprender que toda esa experiencia religiosa puede ser aprendida mientras experiencia de vida, que busca uma intervención intencional em la existencia concreta.
Palabras-claves: Religiosidad, devoción, milagro.

1. Os missivistas e seus anseios

Sabe-se que, as cartas dos devotos de Maria Elizabeth de Oliveira[2] constituem documentação privilegiada para um estudo sobre o significado do milagre e sua importância na vida de pessoas pertencentes a diferentes segmentos da sociedade.

As narrativas dos devotos propõem, uma abordagem que extrapola a discussão sobre catolicismo popular. A religiosidade expressa por esses devotos permite problematizar as

---

[1] Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo – RS. Professora do Curso de História da Faculdade União das Américas – Uniamérica – Foz do Iguaçu – PR.

[2] Maria Elizabeth de Oliveira faleceu, aos treze anos de idade, no dia 28 de novembro de 1965, em Passo Fundo, vítima de atropelamento. Pouco tempo depois iniciou-se a devoção popular em seu em torno, transformando-a na santinha passo-fundense.

relações entre indivíduos, religião e sociedade, ao revelar aspectos culturais de uma época que tem em sua face religiosa uma importante expressão da vida social. "A religião é tratada aqui como fenômeno essencialmente social, o que não significa, absolutamente, que ela se limita a traduzir, em outra linguagem, as formas materiais da sociedade e suas necessidades vitais imediatas" (Schneider, 2001: p. 50).

O que se pretende é ver nas experiências narradas por esse conjunto de fiéis, as representações coletivas que exprimem realidades também coletivas, pois, antes de ser devido a qualquer poder inato do indivíduo, o ideal coletivo expresso pela religião foi idealizado pelo indivíduo com base nas exigências da vida coletiva.

Para tanto, foi feito um levantamento das cartas que os devotos depositaram e depositam junto ao túmulo de Maria Elizabeth de Oliveira. Tal levantamento foi realizado entre os meses de julho de 2004 e julho de 2005, fechando, assim, um ano de correspondências.

Bem, partindo para as cartas em si, o que se pode perceber é que, como já foi dito anteriormente, as experiências narradas sugeriram uma classificação temática para os tipos de milagre ou graça.

Constatou-se que as cartas que se referem a pedidos diversos, que congregam vários pedidos junto, representam a grande maioria da correspondência, chegando ao número de quarenta. Já o tema saúde aparece em segundo lugar, com vinte e cinco pedidos. Em terceiro lugar aparecem os pedidos relacionados a questões afetivas, contabilizando um total de vinte pedidos. Em quarto lugar vem as correspondências que se preocupam em agradecer as graças e milagres alcançados, somando um total de quinze cartas de agradecimentos. Em quinto lugar aparecem os pedidos que têm por objetivo passar em concursos, vestibulares, provas, passar de ano, somando treze cartas. Em sexto lugar estão os pedidos referentes à obtenção ou manutenção de emprego, somando seis cartas. Por fim, estão quatro cartas que traduzem o desejo de abando de algum tipo de vício, seja álcool, drogas, jogo.

Conforme já foi dito, em primeiro lugar aparecem as cartas que congregam pedidos diversos numa mesma carta, somando um total de quarenta pedidos. Um dos pedidos bastante elucidativos foi escrito no dia 19.07.2005, por uma jovem, ela traduz suas angústias da seguinte forma:

> Beti, venho por meio desta, te pedir várias necessidades, ajuda. Sonhei com você foi tão bom sempre quiz alguma manifestação sua e através do sonho, fiquei com minha fé mais forte acredito muito em você, no seu poder. Por isso lhe escrevo pedindo ajuda: gostaria que você transformasse, mudasse muitas coisas na minha vida, na minha família, vou fazer meus pedidos se você não puder atender a todos

> tudo bem mas me guie para o caminho certo. Queria melhorar nos meus estudos. Queria união na família, que tudo desse certo, no meu namoro, noivado, gostaria muito de casar com ele em fevereiro de 2005 [...]. Beti te peço de todo coração faça minha vida melhorar, quero ser + feliz. [...] Beti se tudo der certo vou te escrever mais uma carta contando como tudo ocorreu e vou deixá-la no seu altar como esta, acompanhada de muita fé, esperança e uma perfumada rosa vermelha como de sua preferência.

Nesse trecho da carta podem ser percebidos vários elementos que compõem o imaginário em torno de Maria Elizabeth de Oliveira. Em primeiro lugar, o sonho que a devota teve e que interpretou como um sinal da santinha milagrosa. Esse fato, segundo a missivista, reforçou ainda mais a sua fé e devoção. Naturalmente, a manifestação e materialização da santidade, no caso a aparição de Maria Elizabeth no sonho da pedinte representou a própria santidade e poder da santinha. Em segundo lugar, tem-se o teor do pedido, em síntese se refere a questões pessoais, ligadas à família. O que se vê, lendo a carta é que se trata de uma adolescente, por pedir para ir bem nos estudos, se referir ao colégio, a um amor não permitido pelos pais, isso significa dizer que, são angústias de uma adolescente, mas que representa a angústias de muitas outras meninas de sua idade.

O segundo lugar no ranking de cartas é reservado para os pedidos relacionados a saúde, contabilizando um total de 25 pedidos. Os pedidos são variados e se distribuem ao longo de uma escala que vai desde afecções aparentemente banais até situações bastante graves. Para elucidar o que foi dito fica interessante apresentar um caso.

> Maria Elizabeth: não sei como explicar o que acontece comigo. A 17 anos atrás começou a me dar uns ataques tipos convulsões, só que não aparece nos meus exames. Já fiz até ressonância magnética, mas não apareceu nada, já fiz várias tomografias e nada consta. Tomo 3 tipos de medicações [...]. Eu até trabalhava mas devido as convulsões eles tiveram que me mandar embora [...]. Maria Elizabeth, estou te pedindo ajuda, porque os médicos não conseguem me ajudar, mas eu tenho fé que você pode.

Na seqüência aos pedidos ligados à saúde, encontram-se os que relacionam-se a questões afetivas, familiares, somando um total de vinte pedidos.

> Maria Elizabeth eu pesso que a senhora me ajude eu e a minha família que nós conseguimos ir pra frente. E eu Amália pesso que você me ajude com Mário por que para mim esse homem é tudo na minha vida. Quero que a senhora abra o coração e a cabeça dele e me ajude com ele só tenha olhos para mim.

Em quarto lugar na classificação das cartas, aparecem os agradecimentos, contabilizando um total de quinze. Esses agradecimentos são importante pois acabam por

afirmar a santidade de Maria Elizabeth. Isso se dá, pois, nos agradecimentos os devotos estão agradecendo por graças e milagres alcançados. Isso é uma ferramenta poderosa na afirmação de Maria Elizabeth como santa.

> Maria Elizabeth agradeço pelas graças alcançadas. Pela saúde da minha família. Pela minha aposentadoria. Pelos meus serviços. Pelos caminhos abertos para negócios materiais e peço que sempre me ilumine.

Enfim, estes agradecimentos representam os mais diversos pedidos realizados e atendidos. São os agradecimentos que possibilitam averiguar em certa medida a "especialidade do santo". No entanto, no caso de Maria Elizabeth percebe-se que isso não ocorre. Os agradecimentos são de toda ordem de pedidos, desde questões materiais, de saúde, até afetivas.

O quinto lugar no rol dos pedidos está a temática que se refere a passar em concursos, vestibulares, passar de ano, somando um total de dez pedidos. Essa temática é bastante interessante pois, os pedidos referentes a essas questões aparecem sempre nas vésperas dos concursos, nas vésperas dos vestibulares ou então em fins do ano letivo.

> Maria Elizabety eu preciso alcançar essas graças: o meu filho Roberto passar no vestibular na UPF.

Já o sexto lugar, com seis pedidos, tem-se a temática emprego. Aqui está em jogo a conquista de um emprego ou simplesmente a manutenção do mesmo.

> Maria Elizabeth, por interseção de Jesus, Deus nosso Pai e Nossa Senhora. De coração aberto e desesperada, abra um caminho para mim e meu marido. Ele perdeu o emprego, ajude a conquistar o patrão dele para voltar a este emprego e que meu marido possa vender o caminhão com urgência.

O emprego, como é sabido, é um problema social que afeta boa parcela do Brasil. As soluções para esse problema são poucas e insignificantes, sendo assim, busca-se, novamente no sobrenatural o auxílio para a vida material.

Por fim, tem-se o último tema selecionado, com quatro pedidos e se refere ao abandono de vícios. Essa temática poderia estar inclusa à temática saúde, mas optou-se por separar em virtude do considerável número de pedidos desse gênero. Além disso, a intenção era chamar a atenção para essa questão que tem aparecido em grande escala na sociedade brasileira. O vício que se configura nos pedidos refere-se à bebida, jogo, drogas.

> Santa Maria Elizabete: peço a graça de meu filho deixar da dependência química.
>
> Maria Elizabete: te agradeço pela graça recebida. Pela saúde de meus pais. Te peço ajuda por meu esposo que ele agarre nojo da bebida. Também te pesso pelo meu irmão que deixe da bebida [...].

De tudo isso que foi exposto, o que se pode concluir é que os meios utilizados pelos devotos para obtenção de graças e milagres não são efetivamente práticas católicas. Esses mecanismos são reveladores do traço místico, profundamente arraigado na crença religiosa, que impele indivíduos a manter contato e relacionar-se com o mágico e com o sobrenatural de forma direta e pessoal. O milagre, tema tão tradicional da cultura religiosa cristã, foi e é o sustentáculo da devoção em torno de Maria Elizabeth de Oliveira e merece, portanto, um destaque.

> Se com o cristianismo moderno o sentido mais amplo da palavra milagre passou a significar a suspensão das leis da natureza, qualquer fato que contrariasse o curso "normal" dos acontecimentos, não podemos deixar de lembrar que a origem do milagre é bem mais remota. [...] O milagre destaca-se, portanto, como fenômeno de grande apelo popular, ao mesmo tempo que se tornou também objeto de complexas discussões teológicas ao longo de toda história da Igreja Católica. (Schneider, 2001: p. 84-85)

Se a Igreja nunca rejeitou a existência de milagres, ela se preocupou arduamente em criar mecanismos para controlar esse tipo de fenômeno que escapa à compreensão humana. No entanto, o que tem ocorrido é que essa tradição religiosa vem sendo deixada de lado. A sacralização, institucionalização, formalização religiosa tem sido abandonada dando lugar a práticas de caráter mais popular. O milagre permanece, mas agora é acessível em todos os tempos e lugares.

Enfim, sustentáculos da devoção, os devotos de Maria Elizabeth tiveram e têm a possibilidade de vivenciar a experiência do milagre e de preencher uma necessidade – a de manter uma relação íntima e cotidiana com a santinha - .

2. E os devotos, quem são?

Pensar nos devotos é algo indispensável para compor o imaginário em torno de Maria Elizabeth de Oliveira, afinal, são os próprios devotos os responsáveis pela perpetuação do fenômeno.

Para que fosse possível quantificar e classificar os devotos foi necessário criar um mecanismo de coleta de dados junto ao corpo de devotos. Assim é que se pensou em deixar

junto ao túmulo de Maria Elizabeth um Livro de Visitas onde os devotos tinham a possibilidade de assiná-lo deixando algumas informações.

O Livro de Visitas foi deixado junto ao túmulo durante o período compreendido entre 30 de junho de 2004 e 30 de dezembro de 2004, contabilizando um total de nove Livros de Visitas. As informações obtidas através desse tipo de registro foram: data da visita, nome do visitante, idade, local de procedência, profissão, tipo de pedido ou agradecimento.

No que concerne ao gênero dos devotos, o que se viu é que em todos os meses apurados, o número de mulheres que visitam o túmulo de Maria Elizabeth de Oliveira é expressivamente superior ao dos homens. Para se ter uma noção mais aproximada pode-se perceber através dos números levantados.

Classificação dos visitantes por gênero e quantidade[3]			
Período	Homens	Mulheres	Total
30.06.2004 a 04.08.2004	380	716	1096
04.08.2004 a 30.08.2004	316	700	1016
01.09.2004 a 27.09.2004	244	517	761
27.09.2004 a 31.10.2004	366	788	1154
01.11.2004 a 30.11.2004	507	1078	1585
01.12.2004 a 31.12.2004	428	814	1242

Bem, com ficou explícito o número de mulheres supera o dos homens. Mas o que isso representa? Talvez isso aponte que a fé, a crenças, a religiosidade, enfim, se apresenta com mais força, fervor entre as mulheres dos que entre os homens. Além disso, a mulher se mostra mais sensível, mais emotiva e menos racional e isso se reflete nas questões religiosas. Outro fato que pode ser levantado é que se trata de uma santidade expressa na figura de uma menina, sendo assim, as mulheres sentem-se mais à vontade em se dirigir a uma santa do mesmo sexo.

Em relação à procedência dos fiéis há uma gama de lugares de origem dos mesmos como pode ser verificado na tabela abaixo:

Lugar de procedência dos visitantes e quantidade[4]				
Período	Passo Fundo	Região – RS	Outros Estados	Outros Países

[3] Os nomes os quais não foi possível identificar o gênero foram desconsiderados.
[4] Os nomes os quais não foi possível identificar o gênero foram desconsiderados.

30.06.2004 a 04.08.2004	416	528	49	1
04.08.2004 a 30.08.2004	299	527	36	3
01.09.2004 a 27.09.2004	215	334	24	-
27.09.2004 a 31.10.2004	347	531	22	-
01.11.2004 a 30.11.2004	368	836	41	15
01.12.2004 a 31.12.2004	318	732	54	-

No caso da faixa etária dos visitantes, vê-se que a maior incidências são de adultos entre 35 e 45. Isso aponta para o fato de que não são jovens, adolescentes ou idosos os principais devotos da santinha. Talvez isso ocorra pelo fato de que as pessoas que estão na faixa etária entre 35 e 45 anos terem acompanhado a construção do processo em torno de ME, com isso foram desenvolvendo e consolidado a crença na santinha. Outra possibilidade pode ser em virtude de que nessa faixa etária se encontrem as maiores dificuldades e provações na vida do homem moderno. Isso faz com que as pessoas recorram ao sobrenatural como forma de buscar uma iluminação, um auxílio, enfim, algo que mostre o caminho a ser trilhado.

Quanto às profissões, vê uma grande diversidade, onde os estudantes são os principais visitantes. E o que dizer dos estudantes que são os principais devotos de ME? Será que ela pode ser considerada a santinha dos estudantes? E os professores? Não está havendo nesses dois casos um fenômeno aparentemente contraditório? Estudantes e professores fazem parte do mundo chamado acadêmico ou científico e, sabe-se que, o mundo acadêmico refuta fortemente as questões religiosas, então, como explicar isso? Talvez a linha que separe mundo acadêmico da práxis social esteja cada vez mais tênue. O mundo acadêmico está cada vez mais cedendo espaço e ganhando influência do cotidiano. Além disso, a religião na sociedade pós-moderna está ganhando grande espaço. Assim, fé, crença, religião, são tônicas do dia-a-dia de todo e qualquer homem.

Por outro lado tem-se os agricultores, com um número bastante expressivo. O mundo rural, bem mais que o urbano, mantém a religiosidade bastante forte. É no mundo rural que estão presentes de forma bem mais contundentes as práticas de religiosidade popular. Nele se confundem crenças, ritos, mitos para dar significado à própria existência. Tudo o que acontece tem uma explicação sobrenatural. Para garantir uma boa colheita são feitas promessas, romarias, manda-se rezar missas.

Em relação à doméstica e a do lar pode-se pensar que são as grandes devotas de Maria Elizabeth. São essas duas categorias que formam o grande corpo devocional em torno da santinha. Cruzando com as informações da tabela referente ao gênero dos visitantes é possível associar que a maioria das mulheres que visitam ME são do lar ou domésticas. Mas por quê? Aí retoma-se a questão da fragilidade feminina, sensibilidade, emotividade, associado também

à falta de instrução, ou seja, domésticas e donas de casa, na sua maioria, não possuem um grau de instrução muito elevado, facilitando ainda mais a tendência a desenvolver uma vida recheada de religiosidade.

Concluindo, os devotos de Maria Elizabeth de Oliveira são, em sua grande maioria, mulheres. A faixa etária predominante gira em torno de 35 e 45 anos. O local de procedência dos devotos é bastante variado, sendo que a grande maioria é de Passo Fundo, pondo em cheque o ditado que diz "santo de casa não faz milagre". Já em relação a profissão, tem-se estudantes, professores, domésticas, agricultores, aposentados, donas de casa, para dizer os de maior quantidade.

Maria Elizabeth é um fenômeno grandioso. Atinge, como foi mostrado, homens e mulheres de todas as idades, profissões, lugares. Não importa o motivo da visita, sabe-se que a fé, a crença, a santidade estão estabelecidas além fronteiras, alimentadas por grupos sociais, étnicos e identitários diversos, mas que se unem em torno de um único vetor – Maria Elizabeth de Oliveira, formando assim, uma nova coletividade, uma nova identidade, uma nova memória, uma nova realidade – a que se construiu, divulgou e consolidou em torno da santinha passo-fundense.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi.* Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v.5. p. 296-332.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Maria Elizabeth de Oliveira:* uma estrêla no céu. Caxias do Sul: São Miguel, 1969.

BENINCÁ, Elli (Coord). *Cultura e religiosidade popular.* Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1991.

DÍAZ, Raul. Personaje e Identidad Narrativa: uma aproximación. *Horizontes Antropológicos,* Porto Alegre, [s.v.], n. 12, p. 37-58, 1999.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano:* a essência das religiões. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Margarete Morandi de. *Maria Elizabeth de Oliveira:* eternamente uma rosa. Passo Fundo: Pe. Berthier, [1998].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

SCHNEIDER, Marília. *Memória e História:* (Antoninho da Rocha Marmo): misticismo, santidade e milagre em São Paulo. São Paulo: T.A. Queiroz, 2001.

SOUSA, Eudoro de. *Mitologias II:* história e mito. 2.ed. Brasília: Unb, 1995.

SÜSS, Günter Paulo. *Catolicismo popular no Brasil:* tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida. São Paulo: Loyola, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)

Cristina Donza Cancela[1]

Neste artigo analiso a imigração portuguesa para Belém durante os anos de 1870 a 1920, período de desenvolvimento e crise da economia da borracha. Observo o perfil dessa imigração quanto ao gênero, a origem e a atividade exercida, destacando os motivos do deslocamento, os arranjos necessários para que ele ocorresse, a presença feminina e as cartas trocadas pelos casais. Investigo ainda as alianças matrimoniais e familiares e a inclusão dos comerciantes portugueses junto às famílias proprietárias de terra e gado da elite local.
Palavras chaves: Imigração Portuguesa; Amazônia; Família

Article analyses Portuguese immigration between 1870 and 1920, period in which Amazônia experienced the development and the crisis of rubber economy. Study discusses the immigrants profile in relation to gender, origin and professional activity highlighting motif for immigration, all necessary arrangements for the journey, women participation and letters exchanged between husbands and wives. Among the others topics under investigation are: marriage and family, the inclusion of Portuguese merchants in the local elite dominated by landowners.
Key words: Portuguese immigration, Amazônia, family.

Ao procurar analisar a imigração para a Amazônia, mais especificamente para a cidade de Belém, no período da economia da borracha, me deparei com uma forte presença de imigrantes portugueses na documentação levantada. Para se ter uma idéia dessa superioridade vale destacar que, no cotejamento de inventários *post mortem* realizados para os anos de 1870 a 1920, cerca de 10% deles dizia respeito a estrangeiros residentes no Pará, dentre estes, 87%

[1] Professora da Universidade Federal do Pará. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

era formada por portugueses, e os 13% restantes, por franceses, espanhóis, alemães, ingleses e italianos.[2]

Esse percentual majoritário pôde também ser percebido nos dados censitários disponíveis para a capital paraense. De acordo com os resultados do recenseamento de 1872, 79% dos estrangeiros residentes em Belém eram portugueses[3], esse número cai para 68% em 1920, mas continua representando um valor significativo que indica a hegemonia dessa imigração para a capital paraense.[4]

Diante desse quadro de maior presença de imigrantes portugueses em Belém quando comparados a indivíduos de outras nacionalidades, procurei discutir essa imigração observando em um primeiro momento quem eram essas pessoas que estavam migrando, de onde vinham, os motivos alegados para o deslocamento, as diferenças de status social e gênero, e, paralelamente, analisar as questões relativas ao casamento e a família destacando os arranjos necessários ao deslocamento, as alianças matrimoniais e a riqueza.

De vapores e cartas

Essas perguntas começaram a ser formuladas a partir do contato com o conjunto de cartas trocadas por casais, que se encontravam separados, vivendo cotidianos pontuados por dias de distância em navios a vapor. Suas correspondências enviadas nas embarcações que saíam dos portos de Belém e Lisboa encontram-se anexadas aos pedidos de passaporte solicitados junto ao Governo Civil de Lisboa. Essas cartas outrora minimizaram os espaços e as distâncias, hoje, permitem conhecer às ausências, às formas de organização da vida doméstica, às relações de parentesco, o reiterar do amor e dos procedimentos necessários para a viagem que possibilitava o re-encontro familiar destes casais.

A partir delas fragmentos de trajetórias de vida podem ser conhecidos, como a do português Bento Motta e sua esposa Josefina de Jesus, de 30 anos de idade. Ele morava em Belém, ela em Lisboa. E, desta forma, eles se comunicaram:

> *" Pará, 20 de novembro de 1900*
> *Minha querida esposa. Muito estimo que estas duas mal notadas linhas a vão encontrar com uma perfeita e feliz saúde, mais as nossa filha i touda a família. Mulher. Hoje mesmo terminei a tua jornada i de nossa filha a Conceição ahi te mando uma letra com o valor de 50.000 mil réis para ires receber a caza de Braga não posso agora te mandar mais. Recebe o dinheiro da vaca.e vende o pão que eu*

[2] Inventários cartório Odon Rhossard. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Ano 1870-1920.

[3] BRAZIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento da população do Império do Brazil 1872. Rio de janeiro: 1873-1876. Parte 10. (Microfilme HA971-A2). CEDHAL/USP, São Paulo.

[4] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1920. População estrangeira das capitais, segundo a nacionalidade e o sexo. Rio de Janeiro: Typ. de estatistica, 1926. *p. 328-329.*

> *te lá deixei i venderas a porca e as batatas toudas i faz por apurares todo esse dinheiro, venderas a lã que tudo te sera precizo para a tua jornada e nossa filha Conceição, faz por a render os bens se ober quem os queira. Se não haver quem os queira entrega a teu pae i que pague os tributos. Faz os impossíveis para ver se cá esta para o natal. A casa de cima arrenda i as outras debaixo onde estava o caiador deixa la ficar os nossos moveis e deixaras la a chave da casa a tua mai, traz os lençóis que cá tudo é precizo e traz as colças. Prega o portão da casa de cima que entras para a debaixo com uma taboa...compra uns sapatos para a pequena para aqui desembarcar...Si não trato em Lisboa, eu escrevo daqui para o Antonio Araújo para elle te ir esperar na estação i para vir com tigo a te o vapor i elle mesmo te trata do teu passaporte irás com essa carta a Taboaço reconhecer a carta no tabelião i arranjar logo os teus papeis toudo em Taboaço, para não andares [ilegível]. mandame dizer que vapor vens para eu a qui te esperar no desembarque não traga encomendas para ningém, quem sofre com isso somos nós, é precizo que tu tragas essa carta para tirares o passaporte é precizo mostrar essa carta i ser reconhecida pelo tabelião. Mandaras comprar uma roupinha a pequena para trazer com tigo não te encomodes sou teu marido, só a vista terá fim. Se não houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor. Bento Motta."* [5]

Josefina reconhece a carta alguns dias depois, junto a um tabelião, em 13 de dezembro de 1900. Ela e Bento estavam casados há 12 anos conforme informação da certidão de batismo da filha, Maria, que nascera no ano posterior ao casamento, em 1889. Naquele ano, Bento exercia a atividade de jornaleiro e o casal vivia no *Concelho de Taboaço*, diocese de Lamego, onde ele instruíra a esposa a reconhecer a documentação. A carta faz alusão à remessa de dinheiro, através de letras, feita por Bento à família que restara em Portugal. Bento chega a ser minucioso nas instruções que remete a Josefina para que esta viabilizasse os preparativos de sua jornada, mandando-lhe vender a vaca, a porca, trancar as portas, deixar a chave com a mãe e entregar ao pai o que não pudesse vender, ao que este trataria de pagar os tributos.

Essa correspondência demonstra bem a dimensão das medidas que implicavam o deslocamento dessas pessoas. Para além do valor monetário do traslado, elas dão uma descrição rica dos pormenores necessários para se desfazer, mesmo que temporariamente, dos bens e afazeres de Portugal a fim de realizar a viagem.

Bento sugere à esposa que traga lençóis e colchas, "porque cá tudo é precizo". Chega mesmo a destacar a importância dela comprar um sapato e uma roupa à filha para a viagem e o desembarque no Pará. A longa viagem para um local desconhecido poderia implicar em um certo receio, ao que se percebe da preocupação de Bento ao consolá-la dizendo que "se nao houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor. "

[5] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 83, NT 2014a. Ano: 1900. IAN/TT.

Na narrativa fica clara a importância da rede familiar e de amizade para os preparativos da viagem. Josefina ia precisar dos pais para, entre outras necessidades, guardar a chave da casa e ficar responsável pelas coisas que não conseguiria vender. Iria também precisar do auxílio de um amigo, a quem Bento recorreria para levar a esposa à estação e ao vapor, além de ajudá-la com a solicitação de passaporte.

Essas histórias nos trazem fragmentos de circunstâncias particulares da vida desses imigrantes. Da preocupação com a compra do sapato da filha pequena para o desembarque no Pará ao fechamento da porta com tábuas da casa portuguesa; do envio de uma carta chamando a cônjuge para viver junto de si, justificando, desse modo, junto às autoridades, a sua viagem, às ordens de pagamento enviadas para a realização da mesma. Em sua singularidade, essas histórias revelam, com riqueza, os detalhes, as dificuldades, acordos e ajustes domésticos necessários à realização da migração. E, com elas, um olhar novo e complementar se faz associar aos números e percentuais da migração a que remetem as solicitações de passaporte que se verá a seguir.

Solicitando passaporte, deslocando-se para o Pará

Ainda nas caixas da Torre do Tombo encontrei os inúmeros pedidos de passaportes de homens e mulheres portuguesas que procuravam viajar para o Pará nos anos de 1889 e 1900. Alguns pela primeira vez, outros já aqui haviam estado e solicitavam novo retorno. Quem eram essas pessoas? Quais suas atividades, os motivos de sua viagem, vinham sozinhos ou acompanhados? É a montagem desse perfil que passo a fazer a partir de agora.

Com diferentes marcadores sociais de status, geração e gênero, os imigrantes portugueses vinham dos distritos de: Viana do Castelo, Viseu, Bragança, Aveiro, Leiria, Beja, Santarém, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Ponta Delgada. Ao saírem de seus locais de origem, em vilas rurais de Portugal, dirigiam-se para Lisboa, onde ficavam em hotéis ou casa de conhecidos e parentes, até conseguirem dar entrada no pedido de passaporte e ter a autorização para viajar.

Entre esses imigrantes a presença masculina era majoritária. Dos cerca de 124 passaportes solicitados nos anos de 1889 e 1890, 101 foram requeridos por homens e 23 por mulheres.

Em relação aos homens as principais atividades declaradas nos pedidos de passaporte estavam assim concentradas: proprietários, comerciantes, empregados no comércio, marítimos e trabalhadores agrícolas. Outras profissões apareceram em menor escala, como as de: serralheiro, jornaleiro, padeiro, sapateiro, carpinteiro, criado de servir,

calafate, alfaiate, pescador e vendedor ambulante. Este perfil mostra a diversidade de ocupações daqueles que procuravam migrar, embora se acentue o fato de que a maior parte deles estava, de alguma forma, associada às atividades comerciais, fosse na condição de proprietário de casa comercial, fosse como empregado no comércio. De igual maneira, o número de indivíduos que se declararam "lavrador" ou "trabalhador agrícola" mostrou-se também bastante expressivo, apoiando a idéia que associa as dificuldades de posse e distribuição da terra em Portugal à migração.(SCOTT; 2002).

A maior parte daqueles que migrou para o Pará declarou-se solteiro, como é o caso do comerciante Joaquim Nunes da Silva Motta, de 44 anos de idade, natural do Distrito de Castello Branco e que, ao vir ao Pará pela segunda vez, traz o sobrinho, também solteiro, Acassio Nunes da Motta, "o qual vae seguir a vida commercial", tal qual o tio.[6] Ou mesmo pessoas como o padeiro João Martins Corrêa, 28 anos, que não sabe ler nem escrever.[7] Solteiro, viajou sozinho a fim de exercer sua profissão, assim como o agricultor de 21 anos de idade, Casimiro da Silva, também solteiro. [8]

A propósito do expressivo número de indivíduos solteiros que aqui aportaram foi possível encontrar imigrantes que se declararam casados, ainda que, a maior parte deles viajasse sozinha, supostamente deixando mulheres e filhos em Portugal. Situações como a do jornaleiro Manoel Fernandes, 30 anos de idade, do Distrito de Vizeu,[9], ou do sapateiro de 27 anos, Antonio dos Santos.[10] No formulário ambos declararam-se casados mas viajavam sozinhos justificando a viagem pelo propósito de "exercer sua profissão" ou "arrumar meios de vida".

Uma vez analisado o perfil da imigração masculina, discuto, a partir de agora, a feminina observando que a principal justificativa das mulheres para a realização da viagem para o Pará era a necessidade de vir ao encontro do marido, ou da família, que aqui residia. Era essa a situação de Josefina de Jesus, 30 anos de idade, que viajava com a filha, Maria da Conceição, de 11 anos, ou de Emilia Carreira Gaspar, de 26 anos, que viajou com o filho, Pedro, de 2 anos, todas elas declararam como motivo da viagem o fato de irem para "companhia de seu marido".[11]

---

[6] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 06, NT 2511. Ano 1889. IAN/TT.
[7] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.
[8] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 54, NT 935 . Ano 1896. IAN/TT.
[9] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 05, NT 2510. Ano 1889. IAN/TT.
[10] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 05 (segundo maço), NT 2510. . Ano 1889. IAN/TT.
[11] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 083, NT 2014 a . Ano 1900. IAN/TT.

Outras, em menor número, vinham acompanhadas do marido, como Rosa Maria de Jesus, 23 anos, casada, prendas domésticas, que chegou ao Brasil em 1896, depois de ter vivido em Portugal durante três anos com seu marido, Avelino Xavier da Costa, 25 anos, que se tornou caixeiro de um armazém, em Belém, onde se comprava partidas de borracha.[12]

A propósito da maior parte das mulheres justificar a vinda ao Pará pela possibilidade de ficar *em companhia do marido, ou da família*, não foi pequeno o número de portuguesas que afirmavam viajar para *tratar de negócios da casa* ou mesmo *para trabalhar*. Algumas delas eram viúvas, como Maria da Luz Gonçalves, 26 anos, proprietária, que viajava com seus dois filhos, Andreza e Carolina, de 24 anos e 17 meses, respectivamente, para "tratar dos negócios da casa". [13] Outras viajavam em busca de trabalho e, em geral, exerciam atividades ligadas ao serviço doméstico, como: criadas, engomadeiras, costureiras e amas-de-leite.

Comumente, essas mulheres trabalhadoras vinham sozinhas ou em companhia de seus filhos. Assim foi com a criada Marianna da Conceição, de 23 anos de idade, que veio ao Pará a fim de "exercer sua profissão". Ou mesmo da costureira Adelaide Augusta das Neves, 33 anos de idade, solteira, não sabia ler nem escrever, que viajava com seu filho Damaso, de 9 anos.[14] E, ainda, Maria das Dores Madeira, 26 anos, criada de servir, solteira. Ela queria viajar para o Pará em companhia da filha bastarda recém nascida, ainda com 4 meses de idade, que tivera no lugar onde residia, no distrito de Beja. Sem condições de criar a filha em sua localidade, via no Pará a possibilidade de "procurar meios de occupação".[15]

Fragmentos de histórias de mulheres viúvas ou solteiras, algumas proprietárias, muitas trabalhadoras pobres, viajando sozinhas ou com seus filhos naturais, que vinham ao Pará em busca de trabalho e meios de sustentar a família.

Uma vez no Brasil, muitos desses imigrantes se fixaram e construíram uma vida familiar a partir do casamento. Ao analisar os registros paroquiais de duas igrejas de Belém, Sé e Nazaré, podemos reencontrá-los. Em meio aos homens, a maioria veio a casar-se com mulheres paraenses, o que correspondeu a um total de 48% dos matrimônios realizados. A opção pelo casamento com paraenses chega a ser 34% maior do que o número de uniões realizadas com mulheres portuguesas. Estas últimas atingem apenas 14% dos enlaces realizados. De certa forma, isto pode estar associado ao próprio caráter dessa migração,

[12] 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1896. Doc. 03. Ano: 1896. ATJEPA.
[13] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.
[14] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 06, NT 2511. Ano 1889. IAN/TT.
[15] Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

marcada pela forte presença masculina em detrimento da feminina realizada em menor número.

Em contrapartida, as mulheres portuguesas que viviam em Belém contraíram matrimônio majoritariamente com seus conterrâneos. Das vinte e oito mulheres presentes nos registros, um pouco mais da metade contraiu núpcias com homens da mesma nacionalidade (54%), as demais se uniram aos homens paraenses (18%) e nordestinos (11%).

Dos noivos e noivas portuguesas que se casaram em Belém a maioria vinha de famílias legítimas marcadas pelo matrimônio de seus genitores, o que correspondeu ao total de 72% de nubentes nessa condição.

Alianças matrimoniais e contratros nupciais

Ao chegar em Belém, esses imigrantes assumiam diversas profissões. Encontrei-os na condição de aguadeiros, leiteiros, no transporte de *bonds* movidos a animal, caixeiros e proprietários de casas comerciais.

A maior parte daqueles que enriqueceram estava de alguma forma ligada ao comércio da borracha, direta, ou indiretamente.Como em muitas localidades, a propriedade de terra e gado ficava nas mãos das famílias tradicionais da elite local, cabendo aos imigrantes recém chegados, atraídos pela economia da borracha, o comércio. Boa parte das lojas de aviamento da capital pertencia a proprietários portugueses.[16] Todavia, embora a borracha trouxesse a perspectiva do enriquecimento ou o fortalecimento de fortunas já iniciadas, nem sempre isto era suficiente para que os proprietários estrangeiros participassem do universo restrito da elite paraense. Fazia-se necessário aliar à riqueza outros fatores como prestígio, reconhecimento, nome e tradição familiar, o que poderia ser alcançado através de alianças comerciais e/ou conjugais com membros das famílias proprietárias local, cujo estabelecimento na capital remontava ao período colonial, quando muitas dessas famílias receberam terras de sesmarias doadas pela coroa. Essa elite local era proprietária de terra voltada para a criação de gado, engenhos de açúcar, alguns com firmas comerciais, ocupando cargos e funções políticas e militares que desvelam sua rede de influência e poder. Pouco a pouco, esses proprietários combinaram essas atividades à extração de seringa, ou ainda, à firmas de aviamento ou de comércio de mercadorias em geral. A abertura de tais firmas

[16] *Casas aviadoras* eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios, recebendo, em troca, o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado.

poderia se dar de forma individual ou através de sociedades comerciais, que muitas vezes envolviam comerciantes estrangeiros, muitos deles portugueses, filhos de portugueses, ou brasileiros naturalizados.

Estas sociedades não raramente extrapolavam o âmbito dos negócios e alcançavam as relações familiares. A abertura dessas famílias tradicionais a novas atividades e negócios podia ser iniciada, ou consolidada, a partir de alianças matrimoniais envolvendo seus membros com comerciantes estrangeiros ou nacionais. Desse modo, cria-se uma via de mão dupla, onde os interesses da elite local se coadunam com os do grupo de comerciantes, em particular portugueses instalados no Pará, a partir da segunda metade do século XIX. Esta elite mercantil predominantemente estrangeira passou a ocupar cada vez mais espaços organizacionais, reforçar associações, investir em serviços urbanos, estendendo sua rede de poder e de influência.

Em meio às alianças conjugais envolvendo famílias de comerciantes portugueses, ou filhos de portugueses, e famílias tradicionais da elite local, cabe o exemplo do matrimônio de João Gualberto da Costa Cunha e Anna Cândida *Malcher* Cunha.

João Gualberto da Costa Cunha nasceu em 1844 no Maranhão sendo filho de pais portugueses. Sua família de comerciantes era importante naquela província, recebeu o nome homônimo de seu avô português que chegara ao Maranhão ainda no início do século XIX. Uma vez em Belém, João Gualberto tornou-se um dos maiores comerciantes locais, participando da firma de aviamento *"Darlindo Rocha & Companhia"*. Participou, ainda, da instituição e publicidade do Banco Emissor. Casou-se com Anna Cândida *Malcher* Cunha, filha de uma família de proprietários de terras concedidas por sesmarias. Seu pai, José da *Gama Malcher*, era médico, tendo ocupado diversos cargos na administração da província, como o de vereança, chegando mesmo a ser, durante muitos anos, Intendente de Belém. Vê-se assim de que forma um migrante maranhense de uma rica família de origem portuguesa casou-se com uma mulher da elite local.[17]

Estas histórias poderiam ser multiplicadas, no entanto, aqui, cabe apenas indicá-las e através das diversas fontes trabalhadas trazer um pouco do universo da imigração realizada para o Pará e sua capital, compreendendo algumas trajetórias pessoais de homens e mulheres, casados e solteiros, que viajavam sozinhos ou acompanhados, alguns vinham sem riqueza, outros com bens, havendo ainda os que fizeram fortuna a partir de negócios ligados direta, ou indiretamente, à borracha. Muitos se casaram em Belém, outros se associaram às

[17] Inventário João Gualberto da Costa Cunha. Maço 27. Ano 1908. ATJEPA.

tradicionais famílias da elite através do matrimônio. Muitas histórias, tantas outras trajetórias por contar, mas outros vapores ainda podem ancorar.

Bibliografia:

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha.Belém 1870-1920*. (tese) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2006.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. "Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará." *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém/UFPA, v. 12, n. 1/2, p. 67-84, 1993.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/São Paulo: EDUSC;/Portugal: Instituo Camões, 2002.

SCOTT, Ana Silvia. *Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (século XVII e XIX)*. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais(ABEP)*. Ouro Preto/Minas Gerais, novembro de 2002.

MARIN, Rosa Acevedo. As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX.In: *Revista Estudos Econômicos*.São Paulo: Instituto de pesquisas Econômicas (IPE), nº 15, 1985. *p.153-167.*

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Johann Gustav Droysen e a cultura grega clássica

Pedro Spinola Pereira Caldas[1]

RESUMO
Esta comunicação pretende demonstrar a influência da cultura grega na teoria da história de Johann Gustav Droysen. Para que tal influência seja compreendida, é necessário, em primeiro lugar, contextualizar a importância da cultura grega clássica para a cultura alemã moderna; em segundo lugar, será fundamental entender como a filosofia grega determina a concepção de ciência em Droysen; por fim, a partir do que já pensaram James McGlew e Jörn Rüsen, será colocada a questão da estrutura trágica do pensamento histórico em Droysen.
PALAVRAS-CHAVE: Teoria da História – Grécia clássica – Historicismo alemão.

ABSTRACT
This paper aims to show the influence of greek culture in Droysen´s theory of history. In order to understand this influence, it is necessary, firstly, to contextualize the importance of greek classic culture among german modern culture in general; secondly, it will be essential to understand how greek philosophy determines Droysen´s concept of science; finally, from the conclusions already taken by scholars as James McGlew and Jörn Rüsen, one shall discuss the issue of the tragic structure of Droysen´s historical thought.
KEYWORDS: Theory of History – Classic Greece – German Historicism.

A proposta da comunicação que apresentarei a partir de agora consiste em analisar a importância dos estudos de Johann Gustav Droysen (1808-1884) sobre a cultura grega clássica. Evidentemente, não esgotarei o assunto, e assim me limito a traçar possíveis campos de abordagem para o campo da história da historiografia.

Esta importância seria revelada posteriormente em suas preleções teóricas de 1857, mais conhecidas como **Historik**, nas quais Droysen estabelece com enorme sofisticação o estatuo científico, metodológico e mesmo estético da escrita e da pesquisa históricas. A escolha é plenamente justificável: Droysen começou sua vida intelectual como tradutor de Ésquilo e Aristófanes; mais ainda, seu primeiro livro de vulto é uma obra sobre Alexandre Magno, texto responsável pela cunhagem madura do conceito de helenismo e pela revisão da idéia de decadência na história ocidental. Este trabalho faz parte de um conjunto de preocupações, a saber: a de compreender a teoria da história a partir de uma determinada cultura histórica. E, no caso do espaço cultural germânico no século XIX, não se pode falar

[1] Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

em sua cultura histórica sem ao menos uma menção à concepção que alguns autores pertencentes a esta cultura tinham em relação à própria temporalidade em que estavam inseridos. E a relação da cultura alemã moderna com a cultura grega clássica é, neste aspecto, bastante rica. Droysen é apenas um dos locais deste encontro marcado pelos alemães com os antigos helenos.

Para melhor compreender a influência da cultura grega em Droysen, considero necessário proceder da seguinte maneira: [I] farei breve esboço da imagem da cultura grega recebida por Droysen; [II] tentarei demonstrar como a filosofia grega, ou, digamos, o modelo grego de conhecimento determina as bases sobre as quais Droysen construirá seu argumento em torno da necessidade de uma teoria da história, e, por fim, [III] a partir dos comentários de Droysen sobre Ésquilo tentarei compreender uma filosofia da história de Droysen. Desta maneira, perfaço três etapas do que gosto de chamar "dimensões reflexivas da história". Sim, pois é necessário, antes de estabelecer as bases do conhecimento histórico, isto é, antes de investigar sua possibilidade e seus limites (o que corresponde à parte "II"), me parece ser fundamental questionar se o mesmo é necessário (o que pretendo fazer na parte "I"). Estabelecidas sua legitimidade e necessidade, a investigação em torno de seu sentido vem a seguir (problema a ser abordado no item "III").

I

Feitas as considerações preliminares, abordo o primeiro ponto: é salutar que se enquadre a história da historiografia dentro de um painel intelectual razoavelmente amplo. Como lembra Wolf Lepenies (LEPENIES, 1978:444), a história da ciência, ou, se preferirem, a história de uma forma de conhecimento, perde sempre que a abordagem é monodisciplinar. Neste sentido, por mais que Droysen não tivesse a menor dúvida quanto à sua identidade profissional – ao contrário de um Johann Gottfried Herder, por exemplo, autor polígrafo que também faz parte da tradição historista (ou historicista) – e sempre escreveu, lecionou e pesquisou como historiador. Todavia, isto não lhe tirava a consciência de pertencimento a uma tradição intelectual ampla, que incluía a literatura e a filosofia.

Passo rapidamente ao primeiro ponto. Lê-se nas cartas de Schiller para a educação estética da humanidade:

> *Que indivíduo moderno apresentar-se-ia para lutar, homem a homem, contra um ateniense pelo prêmio da humanidade? De onde vem esta relação desvantajosa dos indivíduos, a despeito da superioridade do conjunto? Por que o indivíduo grego era capaz de representar seu tempo, e por que não pode ousá-lo o indivíduo*

> *moderno? Porque aquele recebia suas forças da natureza, que tudo une, enquanto este as recebe do entendimento, que tudo separa. (SCHILLER, 1990:40)*

Trata-se de uma imagem relativamente comum, que poderemos encontrar logo no início do **Hipérion,** de Hölderlin. Mesmo Johann Gottfried Herder, autor que procurará se desvencilhar de qualquer idéia de modelo para a compreensão histórica, entende o período grego como aquele que é irrecuperável, para usar os termos de Peter Szondi. Esta relação com a natureza, para Hegel, possui, ao menos em suas preleções sobre a filosofia da história (não considero aqui a história da filosofia, por exemplo) um sentido distinto ao que se encontra em Schiller. É certo que ele representa o espírito grego a partir da idéia de "bela individualidade", mas, para Hegel, nos gregos "a atividade do espírito ainda não tem neste momento em si mesmo o material e o órgão de sua expressão, ela ainda necessita o estímulo natural e da matéria natural (…) O espírito grego é o artista plástico que transforma a pedra em obra de arte." (HEGEL, 1999:293-294).

A naturalidade, em Hegel, significa imediatamente alienação, o que não se percebe em Schiller, que a entende como unidade. Por outro lado, ambos têm uma visão semelhante sobre a forma democrática e política em geral do mundo grego: se para Hegel a democracia era a forma ideal do estado ateniense, uma vez que nela o cidadão se expressava imediatamente (no sentido próprio de fazê-lo sem mediações) e, ainda, a ausência de uma unidade que pairasse sobre a multiplicidade das cidades-estado. Schiller dirá algo parecido, contrapondo a natureza de "pólipo" da vida política helena com a fragmentação moderna.

Vê-se que o problema reside, para ser breve, na questão da unidade. Ela seria ainda possível na vida ativa e na vida científica? Ela o seria em uma, e, portanto, não na outra? Seria em uma, e, portanto, não o seria na outra? Ou seria impossível em ambas? Por ora, fica a questão indicada, pois a imagem da Grécia haverá ainda de ser tratada e remodelada por outros nomes posteriores a Droysen, tais como Jacob Burckhardt e Friedrich Nietzsche.

II

É necessário entrar no segundo ponto, a saber, como a visão droyseana do mundo grego sustenta sua própria concepção de ciência, e, portanto, da própria ciência histórica. Em um texto de 1838 sobre a literatura grega, que ele entende como o universo das letras gregas (incluindo a filosofia), Droysen perfaz um movimento muito semelhante ao que fará, quase vinte anos depois, para definir o estatuto científico da ciência histórica. Tento seguir o argumento de Droysen. Para este, em termos gerais, o desenvolvimento grego era natural,

orgânico, e isto quer dizer, sem interferência de um elemento externo que lhes impusesse algum padrão: "sem perturbações, sem o fardo de tradições alheias (...) aprendendo a partir de si mesmo (...) este povo, em sua história, forneceu o perfeito paradigma de desenvolvimento humano" (DROYSEN, 1894:64).

Ainda neste pequeno texto, na verdade uma resenha, Droysen afirma que a Guerra do Peloponeso foi um divisor de águas na história helênica. Sua conseqüência foi a cisão irredutível entre duas formas de pensamento, que precisavam ser posteriormente reunidas: de um lado, a escola de Isócrates – a sofística – e por outro, a escola platônica. E Aristóteles teria sido a possibilidade de reconciliação entre as duas tendências opostas. Droysen diz que "a grande obra da sofística foi mostrar que tudo não passa de opinião subjetiva" (DROYSEN, 1894:66), e que é esta subjetividade do homem a medida de todas as coisas. A escola socrática terá função oposta. Segundo Droysen, "foi a grande obra de Platão ter extraído um mundo ideal deste mundo vivo da consciência, cujas infinitas contradições com a realidade só distanciam o espírito do mundo real; foi a grande obra de Platão escapar do infortúnio de sua época rumo ao silencioso reino dos pensamentos (...)" (DROYSEN, 1894:67). De um lado, os sofistas e sua subjetividade impositiva; de outro, o socratismo que busca o conceito e a verdade dadas fora de qualquer circunstância passional. A síntese será dada, para Droysen, em Aristóteles, segundo ele o maior espírito da Antigüidade. Para Droysen, Aristóteles percebe possibilidade de questionamento em todos os níveis da realidade: não há porta que não nos leve ao mundo do conceito.

O que Droysen percebe em 1838 será a base do que formará sua visão sobre o mundo científico em 1857, quando leciona pela primeira vez seu curso teórico futuramente compilado na obra **Historik**. A intenção de Droysen, exposta logo na introdução de suas preleções, consiste em despertar o historiador para o exercício da consciência de seu ofício: neste sentido, a tarefa já é em si mesma aristotélica. Dito de outra maneira: não há campo de especialização que liberte o historiador da tarefa de pensar sobre a natureza de sua operação, sobre os limites de seu conhecimento. Não deverá ele crer que é possível estabelecer uma divisão do trabalho, no qual o filósofo se encarrega dos limites epistemológicos e do sentido da história. Este aspecto ainda será desenvolvido posteriormente, mais precisamente quando Droysen expuser as potências éticas da história, que, das mais concretas às mais abstratas, mantém entre si uma relação estreita, uma relação que Burckhardt futuramente chamaria de "coordenativa". Não há, Droysen lembra, compreensão possível da família islâmica sem que se leve em conta os princípios teológicos do islamismo que legitimam ser permitido a um

homem ter várias mulheres – e esta estrutura familiar também será influente na divisão social do trabalho, etc. Nada há que não seja interessante ou digno de questão.

Pode-se levar ainda mais longe: ao tentar situar a história como uma ciência entre as físico-matemáticas e as especulativas, Droysen realiza um movimento análogo. Claro que seu diálogo é diretamente com os físicos e filósofos de seu tempo (Helmoltz, de um lado, e Hegel, de outro, por exemplo), e tampouco teria coragem de classificar um Helmholtz como um sofista, mas é plausível a associação com o método físico – no qual o objeto, ou tema, apenas confirma uma lei que lhe é anterior – e com o filosófico – a busca de substâncias. Estudos posteriores podem confirmar tal aspecto.

Reconhecendo tal limite, parto, pois, para a terceira etapa desta comunicação.

III

O excelente estudo de James McGlew sobre a semelhança estrutural da construção do herói trágico das peças de Ésquilo com a própria descrição da estrutura da ação história que Droysen fará na **Historik** não me deixa muito espaço para contribuir de maneira especialmente inovadora. McGlew percebe a história grega como um processo de conquista da liberdade, e, segundo ele, neste que seria um princípio dionisíaco da história, há uma emancipação que se verifica nas tragédias de Ésquilo, mais especificamente na **Orestéia** e em **Sete contra Tebas**. O que apresento aqui, portanto, serve mais como mais um elemento da cartografia proposta, a de mapear a influência da cultura grega clássica no pensamento de Droysen, do que em contradizer o que já fora dito sobre McGlew e, claro, Jörn Rüsen em sua tese de doutoramento, na qual se lê: "Na Tragédia, que simultaneamente nega e afirma o mito, aparece para Droysen como sendo a constituição espiritual do Homem" (RÜSEN, 1969:27). Ou seja, a tragédia é um microcosmo da história.

Caso estejamos empenhados em entender o porquê da urgência da *Historik*, seria realmente o caso de compreender a gênese do pensamento histórico e de seu método, e, por mais que a pergunta pelo sentido do próprio objeto do conhecimento histórico seja, pelo menos no contexto intelectual no qual respirava Droysen, sempre uma pergunta autorizada como da filosofia do espírito, de alguma maneira Droysen terá que conciliar sua atração pelas particularidades sem as converter em "materialidades" dispersas e fechadas em si mesmas ou completamente subordinadas a um todo acabado. Sua tarefa consistirá em determinar formalmente a sensibilidade para as contingências, que jamais terão um sentido em si absoluto, tampouco serão meros casos subordinados a uma lei qualquer. Entender o que é a

contingência é tarefa difícil, tanto mais quando enraizada em uma experiência comum a todos os homens, não sendo de posse exclusiva dos profissionais de história. Vale a pena ler uma passagem de Droysen que merece sempre ser ouvida:

> *O homem ilumina o seu presente com um mundo de lembranças, lembranças jamais arbitrárias, caprichosas, mas lembranças tais que sejam um desdobramento e significação daquilo que ele possui em si e em torno de si como resultado dos tempos passados; ele tem esse momento primeiramente de modo imediato, sem reflexão; ele os tem, como se não os tivesse, e somente quando os observa e os traz à consciência, reconhece o que dele neles existe, a saber, a compreensão de si mesmo e seu condicionamento e determinação imediatos. Ele nada seria sem eles, (...) e somente com este reconhecimento adquire conteúdo e profundidade. (...) com esta percepção profunda, Ésquilo faz Prometeu dizer que fez os homens enxergarem, quando somente viam, e escutarem, quando somente ouviam (DROYSEN, 1977:10).*

A idéia de presente nesta passagem está impregnada pela sensação de fugacidade e ausência de sentido, mas afirma desde o início a sua superação e assimilação: se assim não fosse, a contingência limitar-se-ia a ser de fato pouco mais do que o absurdo.

Ter se utilizado de Ésquilo ilustra o surgimento desta consciência histórica que busca escapar da fugacidade. Seu acerto resulta da obra do tragediógrafo sempre haver sido vista como uma formidável representação da consciência histórica culpada. Ainda na década de 30, Droysen dirá sobre Ésquilo:

> *Suas tragédias não começam, como noutros poetas, com uma bela paz que é depois desestabilizada por um infortúnio. O que precede suas tragédias é um constrangimento obscuro, latente, que se agarra nas raízes da vida (...) O conteúdo de suas tragédias não é um fato puro, mas sim o desvelamento do mistério de que o homem nasce culpado e vive com a culpa. Esta culpa é a existência que se quer pertença de si mesma, é a liberdade e a ação. (DROYSEN, 1894: 280-281)*

A passagem sobre Ésquilo é uma antecipação do que Droysen diria mais de vinte anos depois na *Historik*: o desvelamento do mistério é a revelação da culpa que sabe que nada seria sem o passado que a determina, ainda que a culpa seja fruto somente da reflexão. Fundamental, todavia, é ressaltar o que há de **positivo** na culpa em Droysen: existência que se quer pertença de si mesma.

Bibliografia

DROYSEN, Johann Gustav. **Kleine Schriften zur alten Geschichte**: Band II Leipzig: Veit & Comp., 1894.

_____. **Historik**. Ed. Peter Leyh. Stuttgart; Bad-Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977.

HEGEL, Georg W.F. **Werke Bd.12: Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte.**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1999, 5a.ed.

LEPENIES, Wolf. Wissenschaftsgeschichte und Disziplinsgeschichte. Geschichte und Gesellschaft: Zeitschrift für historische Sozialwissenschaft, n.4, 1978.

McGLEW, James. J.G. Droysen and the Aeschylan hero. Classical philology, v.79, n.1, jan.1984.

RÜSEN, Jörn. **Begriffene Geschichte:** Genesis und Begründung der Geschichtstheorie J.G. Droysens. Paderborn: Schöningh, 1969.

SCHILLER, Friedrich. **Educação Estética do Homem**. São Paulo: Iluminuras, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estimativas sobre a Família Escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)

Silmei de Sant'Ana Petiz*

Resumo: A presente comunicação visa trazer a público alguns resultados parciais da pesquisa que ora se desenvolve sobre a formação de famílias escravas e condições de sociabilidades na fronteira Oeste da Capitania (depois província) do Rio Grande de São Pedro, entre 1750 e 1835. Como análise parcial e demonstrativa da composição da família escrava, o atual estágio da pesquisa indica que cerca de 30% dos inocentes batizados eram filhos legítimos e através do compadrio percebe-se a possibilidade de alargamento das relações, visto que, entre as possíveis combinações de padrinhos, aqueles onde ambos são escravos ocorreu em 46,3% dos casos demonstrando uma clara preferência por estabelecer relações com outros escravos.

Palavras-chave: escravidão, família escrava, fronteira.

Abstract: The present communication purpose is to make known some partial results of the research that has been done on the formation of slave families and the socialising conditions at the At the West frontier of the Administrative division (later Province) of Rio Grande de São Pedro, between 1750 and 1835. As a partial and demonstrative analisys of the slave family composition, the present moment of this research shows that around 30% of the innocent baptized were legitimate children and that through the 'compadrio ' you can see the possibility of broadening the relationship, since among the possible combinations of godparents, those where both were slaves happened in 46.3% of the cases showing a clear preference of having a relationship with another slaves.

Key words: slavery, slave family, frontier.

Os historiadores que pesquisam aspectos sociais da escravidão têm enfatizado a valorização do escravo enquanto sujeito ativo do processo histórico, indicando a necessidade de uma nova percepção que visualize as formas de controle e reprodução da sociedade escravista, contextualizado, necessariamente, no tempo e no espaço, como marcos essenciais para o estudo das experiências históricas na sua singularidade. Esses novos estudos encontraram nos inventários *post-mortem* e nos registros paroquiais de batismos e casamentos, fontes cruciais para a análise mais precisa do parentesco escravo.

[1*]Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, bolsista CAPES. Autor do livro: *Buscando a liberdade* – as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira de 1811 a 1851. Passo Fundo: Editora UPF, 2006. *E-mail*: silmeipetiz@terra.com.br

Como se sabe, os primeiros estudos sobre as relações entre escravos no Brasil revelaram uma noção de devassidão imperando nas senzalas. O relacionamento de cunho familiar não tinha lugar, enfatizavam-se as relações casuais revelando-se uma situação de generalizada promiscuidade (MALHEIROS, 1976) Que, por sua vez, apoiava-se, em argumentos que defendiam a inferioridade do negro em relação aos brancos (RODRIGUES, 1976). Outros atribuíram a escravidão à responsabilidade pela impossibilidade da família como elemento que impôs aos cativos uma condição de anomalia social (FERNANDES, 1965).

Seguindo o caminho desses debates movidos pela família escrava que, conforme salientou Robert Slenes (1999) permanecem centrados na região de *plantation* do século XIX, propusemos executar pesquisa para a fronteira Oeste do Rio Grande, objetivando verificar, assim, qual o papel exercido pelas famílias na relação dos escravos com seus proprietários, buscando perceber a sua função nesse processo. Para tornar mais completa a análise dos ritmos e do perfil do parentesco, é necessário compreender como se constituía o tamanho dos plantéis uma vez que esse dado refere-se a uma importante variável, já que permite saber, por exemplo, se o fato de os escravos terem convivido diariamente com mais ou menos pessoas do mesmo *status* teria influenciado nas escolhas matrimoniais ou no padrão do compadrio e, conseqüentemente, no grau de valorização da comunidade cativa ou a sua relação com o grau de legitimidade das crianças.

No estudo que realizamos para a fronteira Oeste, recorremos à utilização dos inventários *post-mortem* como fonte para análise para obtenção dos padrões de posse dos escravos dessa região. O exame desses registros nos possibilita perceber, ainda que de maneira aproximada, o montante dos escravos e a sua distribuição entre o conjunto da população livre, assim como o estudo das características demográficas dos cativos por meio de aspectos como a presença de africanos, a razão de sexo, as faixas etárias, etc.

Outro aspecto importante de ser observado para a compreensão das características peculiares dessa região é a sua taxa de africanidade, pois esse dado nos permite estimar a importância do tráfico atlântico para o abastecimento local. Alinhada a essa questão encontra-se o exame da razão de sexo, visto que, em princípio, a desproporção entre os sexos teria sido maior entre os africanos e mais equilibrada entre os escravos nascidos na colônia.

A importância dessa questão também pode ser observada pelo fato de a reprodução natural ser considerada como uma característica marcadamente dos períodos posteriores ao fim do tráfico, quando ficaria mais custoso conseguir a reprodução dos escravos através da comercialização. Uma das raras exceções nesse sentido refere-se justamente ao estudo

realizado por Laureano (2000) para o Rio Grande do Sul colonial que, tomando por base um conjunto documental formado por inventários *post-mortem*, considerou que a reprodução natural entre escravos uma prática que: "já nos seus primórdios era prática comum possibilitar às escravas terem filhos para aumentar seus plantéis, principalmente, entre os que não possuíam uma extensa escravaria" (LAUREANO, 2000, p. 88).

O exame das fontes nos mostrou a importância da multiplicidade de tendências nas famílias escravas da fronteira seja ela legitimamente constituída ou não, para compreendermos a sua importância na região necessitamos ainda analisar a estabilidade dessas famílias por meio do cruzamento dos dados e também seguir a trajetória de suas vidas.

Com o levantamento da documentação foi possível visualizar uma fração da história dessas famílias, além de perceber que muitos compadres eram escolhidos entre escravos e pertenciam muitas vezes a outros plantéis, um claro indicativo da importância da comunidade escrava na região. As alianças, percebidas pela escolha dos nomes, preferencialmente entre os padrinhos, demonstraram que existiam laços de afetividade demonstrada através dessas homenagens. Nesse sentido, entendemos que as famílias escravas estariam sustentadas no somatório dos laços verticais e horizontais, os quais deverão ser melhor entendidos com o avançar do trabalho em curso.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Edusp, 1965.

LAUREANO, Marisa Antunes. A Última Vontade: um estudo sobre os laços de parentesco entre os escravos na Capitania do Rio Grande de São Pedro 1757-1809. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

MALHEIROS, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico e social. 2. v. Petrópolis: Vozes, 1976.

RODRIGUES, Raimundo N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1976.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Política Operária em Minas: rupturas e continuidades

Isabel Cristina Leite*

Resumo:
Com o presente trabalho temos o intuito de analisar a ação da POLOP (Política Operária) principalmente, no estado de Minas Gerais. Tal organização de vanguarda teórica de cunho inicialmente trotskista, viu-se em um dilema em seu IV congresso (1967): Partir ou não para a luta armada? A partir de então, surgiu o grupo COLINA que anos mais tarde se transformou na VAR- Palmares, uma das organizações armadas de grande destaque. O que queremos perceber é em que medida a POLOP deixou seu legado à estas organizações, ou, quando alguns de seus membros acreditavam na ineficácia de sua luta.
NOVA ESQUERDA, MILITÂNCIA, HISTORIA ORAL

Summary:
With the present work we have the intention to analyze the action of the POLOP(POLITICA OPERARIA), mainly in the state of Minas Gerais. Such organization of theoretical vanguard of, initially, Trotsky matrix, found itself in a dilemma in their IV congress (1967):Should we initiate a riot with guns or not? From that, the group COLINA was created, later it became VAR-Palmares, years later it was one of the organizations with more prominence. What we want to perceive is up to what extent the POLOP left their legacy to these organizations or when some of its members believed in the inefficacy of their cause.
NEW LEFT, MILITANCY, ORAL HISTORY

No início da década de 1960 assistimos ao aparecimento da "nova esquerda" (new left), que no Brasil entendemos como as organizações e partidos clandestinos surgidos no início desta década que faziam críticas ao PCB ou se opunham a ele. O termo "nova" quer dizer "diferente" e não se opõe a "velha", no sentido de ultrapassada[1].

Por ser nova, esta esquerda têm características peculiares , destacando-se: a) as diferentes interpretações e práticas políticas que divergiam acerca do caráter da revolução – libertação nacional ou diretamente socialista - orientação revolucionária ou reformista – se pegariam em armas ou fariam trabalho com as massas; b) busca de um modelo internacional - seja o chinês, o cubano ou outro, para a legitimação de suas ações; c) a questão do choque de gerações – se antes do golpe os militantes eram mais velhos, com longa trajetória política geralmente ligada ao PCB na nova esquerda, a média de idade baixa para 20-22 anos; d) a questão da clandestinidade que influiu muito na dinâmica desses grupos, pois formaram-se microcentros de poder. Segundo Reis Filho e Sá, a fragmentação da esquerda trouxe um saldo positivo: a derrubada do mito do representante das massas, conceito este que "prepara e

* Mestranda Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CNPq.
[1] REIS FILHO & SÁ. *Imagens da revolução* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.. pp.7.

justifica a ditadura política contra o povo, embora exercida em seu nome, que é o que se tem visto nos processos de construção do socialismo" [2].

Nos primórdios da NE, destacam-se três importantes organizações que serão base para demais desdobramentos: PC do B (Partido Comunista do Brasil), POLOP (Política Operária) e AP (Ação Popular). Tais organizações, conforme afirma Ianni, lutavam por preservar a pureza ideológica, afastando-se da política de massas (populista)[3]. Por mais que essas organizações rompessem com o PCB, não se pode negar que em alguns pontos eram convergentes, como na certeza de que o capitalismo no Brasil não tinha mais saída, e que o latifúndio e o imperialismo participam do golpe militar[4].

O que nos interessa mais especificamente, é a POLOP. A sigla da organização tem como origem o nome de uma publicação chamada Política Operária, que começou a se difundir no final de 1960. A organização em si surgiu em 1961. O grande destaque da POLOP foi a série de publicações intituladas "*Aonde Vamos?*"[5], em que se discutiam sobre as possibilidades do caráter socialista da revolução brasileira. Pregavam que o rompimento com a burguesia seria necessário, pois, ao contrário do que o PCB acreditava, ela não tinha potencial revolucionário, mas sim um duplo caráter – um entreguista e outro nacionalista.

Dentre as propostas do grupo estavam a formação de uma frente de trabalhadores, tanto na cidade quanto no campo, e a organização dos "comitês de empresa" dentro de cada local de trabalho, que seriam uma forma de organização autônoma dos trabalhadores, longe de influência de ministérios ou pelegos.

Para esses militantes, o país já estava maduro para a instalação do socialismo e não via meio-termo para sua implantação: reforma ou revolução; socialismo ou imperialismo. Acreditavam na necessidade da formação do partido de vanguarda e que o proletariado constituiria essa vanguarda. Por desenvolverem críticas veementes contra o stalinismo, ficaram conhecidos como trotskystas, mas não era o caso, segundo Daniel Reis Filho, e o entrevistado Jorge Nahas[6]. Já Gorender afirma que a organização reiterou o obreirismo Trotskysta.

A POLOP chegou a ter núcleos regionais em Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Realizou quatro congressos, sendo este último o decisivo, ocorrido em meados de 1967, pois dele saíram suas dissidências. O grupo de Minas fundiu com o grupo da Guanabara para formar o COLINA e o de São Paulo deu

[2] Idem. pp.16.
[3] IANNI, Otavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. pp108.
[4] REIS FILHO & SÁ. op cit. pp.18.
[5] Acervo APM/DOPS. Rolo 048. Pasta: 3832.
[6] Entrevista de Jorge Nahas concedida a autora em 06/01/2006.

origem à VPR[7] A Política Operária tinha em sua formação grandes intelectuais, o que fez da organização uma grande referência teórica cujo legado foi deixado, em Minas, para o COLINA. Um de seus fundadores de destaque, de acordo com Jorge Nahas[8], foi Eric Sachs – um quadro de formação da esquerda erudita européia, que militou no partido social-democrata alemão. Segundo Apolo Heringer Lisboa, o pensamento teórico desta organização era mais arrojado[9]. Cláudio Galeno Linhares concorda neste ponto da elaboração teórica, porém é crítico, dizendo não saber se essa teoria era "elaborada para o bem ou para o mal"[10].

De acordo com documento produzido pelo CENIMAR, as reuniões da POLOP aconteciam na cabine do Cine Metrópolis, às terças e quintas, no horário das sete da manhã e nove e meia da noite[11].

Em 1961 acontece o primeiro congresso da Política Operária, onde fica clara a contraposição ao PCB e a autodefinição de ser "a única organização que levaria para a esquerda a perspectiva revolucionária"[12]. O que não há novidades, como vimos depois, ao passar dos anos cada nova organização que surgia se proclamava a "vanguarda revolucionária".O problema que tinham, de acordo com o documento, é a dificuldade da organização se consolidar dada o pouco numero de integrantes.

O congresso seguinte, no ano de 1962, mostra um maior amadurecimento da POLOP e uma preocupação latente em sistematizar as ações. Fazem uma autocrítica ao "caráter amadorístico" de sua atuação, mas que em contrapartida, em apenas dois anos, conseguiram se consolidar no campo da esquerda, tendo destaque nos movimentos de massa. Não sabemos ao certo, ainda, se esta atuação foi mesmo de destaque naquele ano, contudo, tendo em vista os planos de organização interna (sistematização das finanças, criação de literatura própria, profissionalização de quadros, maior inserção nas massas), pudemos notar que até 1966, pelo menos, parte dos objetivos foram alcançados[13]. A ênfase se dá na criação da literatura própria pois é a forma mais rápida de difusão das idéias da organização[14]. É interessante notar que já neste ano de 1962 a quantidade de novas organizações que proliferam fazem com que a POLOP busque uma identidade própria através de uma ação "inteligente e cautelosa" e como se previsse o resultado do IV congresso, alerta para que não haja nenhuma "tendência

[7] Cf. REIS FILHO& SÁ. op.cit. pp 89-90; REIS FILHO. op.cit. pp. 34-36; GORENDER. op.cit. pp.35-36.
[8] Entrevista citada.
[9] Entrevista com Apolo Heringer Lisboa concedida a autora em 01/04/2005.
[10] Entrevista com Cláudio Galeno Linhares concedida a autora em 10/08/2005.
[11] Acervo APM/DOPS. Rolo 048. Pasta: 3832. Imagem:178.
[12] "As tarefas da POLOP". Acervo DOPS/CEDEM/UNESP. Imagem:0141.
[13] Vide: *Aonde vamos,*já citado, e *o Piquete,* que será tratado mais ao final do texto.
[14] "As tarefas da POLOP". Acervo DOPS/CEDEM/UNESP. Imagem: 0144.

liquidacionista" antes da formação do partido revolucionário, o que seria o fim da razão de ser da organização.

A POLOP tinha a preocupação de dar a seus militantes uma base política sólida, com cursos ministrados de tempos em tempos sobre o marxismo-leninismo. Assunto recorrente nos boletins internos da organização eram a leitura de Marx e o estudo da realidade brasileira para a aplicabilidade de tal teoria em situações concretas. A separação das leituras era em três categorias: conhecimento do marxismo (aí figuravam autores como Rosa Luxemburgo, Plekanov, Bukarín, Lefevre ,e claro, Marx e Engels); realidade internacional (Lênin, Sweezy, Barán) e, a realidade brasileira (Prado Junior, Inácio Rangel)[15]. Aliado a estes cursos está o "Curso de formação de líderes"[16] que incluía história geral, história do Brasil e análise da realidade brasileira.

Nomes recorrentes, em Minas, que proferiam estes cursos são de Ângelo Pezzuti e Jorge Nahas, que serão de importância na formação e ação do COLINA. Tais cursos eram uma forma de recrutar quadros mais dedicados, para fazer parte de "algum movimento mais organizado"[17].Outros instrumentos originários da POLOP em Minas e herdados pelo COLINA foram o Centro de Estudos da Medicina (CEM) e o Piquete.

O CEM[18] foi criado no início dos anos 60, como forma de resistência não institucional, uma vez que o Diretório Acadêmico da escola de medicina da UFMG estava fechado em razão de algumas manifestações ocorridas ao seu redor. Era uma forma legal de discutir os problemas brasileiros num ambiente onde havia o cerceamento do diretório acadêmico, e as organizações e partidos estavam clandestinos[19]. Para além das questões da categoria, debatia-se sobre todos os temas da época: o poder negro dos EUA, a guerra do Vietnã, cultura popular, etc. Mais que isso, o CEM serviu como centro de disputa com outras tendências do movimento estudantil (ME) e organizações, principalmente com a AP, que tinha grande aceitação dentro do ME. Grande parcela dos quadros da POLOP, que faziam parte do CEM, migraram para o COLINA. Em 1967 – ano da grande cisão- ele estava funcionando a todo o vapor. Tal foi a importância do Centro que chegou a ser denominado de "4° célula" pela "repressão"[20].

---

[15] Boletim 02. Acervo DOPS/CEDEM/UNESP. Imagem : 148.
[16] Curso de formação de líderes. Acervo APM/DOPS. Rolo:048. Pasta 3832.
[17] Entrevista com Maria José Nahas concedida a autora em 11/01/2002 e com Jorge Nahas em 06/01/2006.
[18] Cabe aqui uma observação. Em São Paulo, os militantes da POLOP almejavam criar um "Centro de estudos de ação politica". Cremos que a finalidade deva ser a mesma que o CEM, só que de uma maneira mais clandestina. Não obtemos mais informações que esta. Cf. "Política Operária – o que é?". Acervo DOPS/CEDEM/UNESP. Imagem:0138.
[19] Entrevista de Apolo Heringer Lisboa à autora em 01/04/2005.
[20] Relatório referente ao COLINA. Acervo DOPS/MG - APM. Rolo 1: Pasta 15. Imagem 2381. De acordo com o relatório, o grupo era composto por 3 células: coordenação de informações; terrorismo e expropriação. Porém

Já o *Piquete* foi o elo da POLOP com a pequena base operária que possuíam. Era um jornalzinho de tiragem regular circulante principalmente nas regiões de Contagem e Betim, como forma de divulgação e "cartão de visitas" dos militantes no interior do Estado e nos meios operários. Falava das questões que envolviam a realidade operária- como as greves, e denunciavam as políticas contra os trabalhadores. Teve uma significância maior durante a greve de Contagem em 1968.

Sendo a POLOP uma organização bem fundamentada, por que o seu rompimento?

> "A gente rompeu com a POLOP porque a POLOP não admitia a possibilidade da luta armada imediatamente. Colocava em tese. Como todas as outras organizações.Tanto assim que nessa época o Partido Comunista sofreu rupturas profundas, a AP também, um grupo forte da AP foi pro PC do B fazer guerrilha.[21]"

Uma vez que as possibilidades legais de luta estavam cerceadas, a conclusão de parcela da esquerda foi de que só se podia enfrentar o regime diretamente pelas armas, com o uso da violência revolucionária já provada por Cuba que poderia ser eficaz.

Meses antes do lançamento oficial do IV programa que seria a diretriz da POLOP (este datado de setembro de 1967) já pairava um clima de descontentamento entre quadros no interior da organização. Como um dos documentos que combate este programa é datado de agosto de 1967, creio na hipótese do conhecimento do programa por parte de Ferdinando Machado, membro da POLOP, antes de sua divulgação à "grande maioria" de militantes da organização. A primeira parte do documento escrito por Machado, é dedicada a recriminar a atuação de Ernesto Martins[22], considerado um dos respeitados intelectuais da organização. Segundo Ferdinando Machado, o que estava ocorrendo dentro do grupo era um cerceamento e desqualificação dos "companheiros" que questionavam as orientações de Martins, taxando-os de pequenos burgueses (o que representava um demérito aos olhos dos revolucionários). A POLOP estaria se tornando uma seita, presa ao passado de "vanguarda ideológica", educadora da massa, que não cabia mais naquele momento. Além disso, a organização não assumia seus erros, por exemplo, no caso dos "comitês de empresa", apesar de se terem mostrado ineficientes foram utilizadas como palavras de ordem. Enfim, o documento é uma crítica

---

em entrevista e demais documentos, existiam desdobramentos destas, o que levaria à existência de outras que serão mostradas ao longo do texto.

[21] Entrevista Jorge Nahas à autora 06/01/2006.

[22] Um dos fundadores da POLOP, que faleceu recentemente. Seu nome real era Eric Sarchs. Cf: Entrevista Jorge Nahas em 06/01/2006.

importante à vaidade e à falta de conhecimento da realidade dos "intelectuais da revolução", na pessoa de Ernesto Martins.

O ponto central deste documento é a análise e diferenciação do que seria a "vanguarda ideológica" e a "vanguarda política". A primeira trata do que seria a POLOP naquele momento, como afirma Machado, onde os "socialistas de cátedra" ficariam na doutrinação da classe operária esperando que, através de seus ensinamentos, ela se conscientizasse de seu papel revolucionário e se insurgisse. Essa idéia já estava por demais ultrapassada naquele momento. A necessidade era da formação da "vanguarda política", essa sim, no entender de Machado, seria a que realmente levaria a cabo a revolução. Era momento de tomada de atitude e "era preciso apresentar às massas uma perspectiva imediata de ação"[23]. Antes do golpe era possível ser vanguarda ideológica sem ser política; depois disso, com a maior radicalização das esquerdas, precisou-se da prática para que o movimento operário saísse da "inércia". O significado da defesa da luta armada, para Machado, é a educação da classe operária pela prática.

A POLOP realizou na segunda metade do ano de 1967 seu quarto congresso, em Santos. Tanto nos documentos da organização quanto nos depoimentos, fica claro que o principal motivo do rompimento com a POLOP foi a defesa de alguns à adesão à luta armada imediata. Para estes dissidentes não bastavam mais reflexões teóricas, havia necessidade de agir.

Tais "revolucionários rompidos com a POLOP" queriam a formação de uma vanguarda militar inspirada nos focos guerrilheiros, para o enfrentamento armado à ditadura. Muito desta influência veio da revolução cubana e da chegada da obra *A Revolução na Revolução* de Regis Debray, nas mãos destes militantes em meados de 1967. Em oposição a essa vanguarda militar estava outra, que era a vanguarda teórica que "ensinaria a classe operária a se organizar"[24].

"Programa socialista para o Brasil"[25] é a resolução do IV Congresso. Os pontos principais do debates desta época estão contidos nesse documento. A análise do capitalismo estagnado no Brasil, a necessidade de se formar o partido do proletariado para a instalação da *ditadura do proletariado,* a proposta de criação de uma frente de trabalhadores da cidade e do campo, a formação dos "comitês de fábrica", e a proposta da adesão de setores militares das

[23] Cf:Vanguarda política e vanguarda ideológica. 12 de agosto de 1967. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 207.
[24] Entrevista de Guido Rocha. Fita 3 lado A. pp.1. Concedida a Maria Eliza Borges e Marcelina das Graças de Almeida em 11/11/1991. Acervo do programa de História Oral da UFMG.
[25] Programa socialista para o Brasil. setembro de 1967. In: REIS FILHO & SÁ. *Imagens da Revolução.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. pp. 89- 116.

baixas camadas. Para os militantes da organização, o governo dos trabalhadores seria de transição. O que se pode notar no documento é que há apontamentos mais radicais nas propostas da POLOP, uma vez que há o reconhecimento da guerrilha como forma de luta na formação de uma "Frente de esquerda revolucionária". "O fato consumado da guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária"[26].Este programa apresenta uma certa abertura, em tese, às novas idéias radicais dentro da organização, mesmo que não haja total apoio a elas.

A resposta dos dissidentes a esse programa foi imediata.Datado da mesma época que o "Programa", "Carta aberta aos revolucionários" mostra a que veio esta nova organização. Para os revolucionários rompidos, a POLOP estava numa reprodução de discurso europeu que não cabia na realidade da luta brasileira e se denominava a "vanguarda ideológica" com suas consideradas falsas concepções e frases feitas. Outra crítica que os dissidentes fazem é que a POLOP acreditava que devia-se educar a classe operária com a utilização de "artifícios de propaganda" para incutir-lhes a consciência socialista, contudo, como vemos adiante, essa estratégia será defendida, mais tarde, pelo COLINA.

O ponto alto do documento e que marca bem a posição defendida até o fim da organização é a parte em que se aborda a questão da luta armada como "forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura – que terá que ser centralizada no campo, sob forma de guerra de guerrilhas"[27], sendo esta uma forma de organizar a classe operária para acabar com o regime.

Guido Rocha, um dos mais antigos militantes que participou desde o inicio da POLOP e da formação do COLINA acredita que, naquele momento, o problema da POLOP estava em discutir problemas táticos de luta, quando a questão era política. Segundo o entrevistado, seu questionamento era "luta armada pra quê, pra conquistar o quê?"[28]. Ele chegou a apoiar a luta armada, mas em defesa de uma Assembléia Constituinte (pois o problema, em seu entendimento, estava no âmbito da legitimação do poder). Para tal objetivo era preciso uma preparação para o ingresso nesta forma de luta, não a sua deflagração sem projetos.

Ainda não sabemos o qual o destino da POLOP após 1967. Em Minas transfigurou-se nos Comandos de Libertação Nacional, grupo este, um dos pioneiros na prática da luta armada no país, mas que teve vida curta, durou somente o ano de 1969. O COLINA soube,

[26] Idem. pp.116.
[27] Carta aberta aos revolucionários. Setembro de 1967. Acervo DOPS/MG no Arquivo Publico Mineiro. Rolo 2 Pasta 16 sub 2. Imagem: 13.
[28] Entrevista citada. Fita 2 , lado B. pp 18.

dentro das possibilidades, dar continuidade à tradição de discussão que havia na POLOP, mas com a ousadia das ações armadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DEBRAY, Régis. *A revolução na revolução.*São Paulo: Centro de Estudos Latino Americano, s.d.

FERREIRA, Marieta Morais. (coord.).*Entre-vistas – Abordagens e uso da Historia Oral.* Rio de janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1994.

_____ & AMADO, Janaina.(org.) *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro, FGV, 2000.

IANNI. Otavio. *O colapso do populismo no Brasil.* Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB.* Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

REIS FILHO, Daniel A e SA, Jair Ferreira (org.). *Imagens da Revolução.* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

_____. *A revolução faltou ao encontro.*São Paulo, Brasiliense, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993..

SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. IN: REIS TOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Jovem Nietzsche, um Leitor Intempestivo

Hélio Sochodolak*

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir algumas posições que fizeram do jovem Nietzsche um leitor intempestivo e subversivo por excelência. Como vivenciador e pensador das mudanças na forma de ler de seu tempo ele mostrou-se sensível ao processo que foi da qualidade à quantidade do lido, o processo da substituição de uma leitura intensiva por uma leitura extensiva dos textos (o jornalismo).
Palavras-chave: Jovem Nietzsche – Leitura - História da leitura

Abstract: This article has for objective to argue some positions that had made of the young Nietzsche par excellence an intempestive and subversive reader. As vivenciador and thinking of the changes in the form to read of its time it one revealed sensible to the process that was of the quality to the amount of the read one, the process of the substitution of an intensive reading for a extensive reading of the texts (the journalism).
Key-words: Young Nietzsche – Reading - History of the reading

O jovem Nietzsche ocupou-se e preocupou-se com o processo da substituição de uma leitura intensiva por uma leitura extensiva. Para ele, tal fenômeno provocava um empobrecimento da língua e do pensamento, ao mesmo tempo, sobrecarregava o leitor com informações consideradas importantes ao homem civilizado. Igualmente, preocupou-se com a constituição de comunidades de leitores: por um lado, tornou-se avesso a toda e qualquer docilização dos corpos leitores através dessas comunidades, por outro, ficou fascinado com o ato da partilha da leitura, com uma leitura sonora. Nesse sentido, o encontro casual com a obra de Schopenhauer foi decisivo para ele que passou a considera-lo um "pai espiritual". Com Wagner, outro leitor de Schopenhauer, esperava alcançar um público ideal que soubesse valorizar e harmonizar música e palavra. Um público leitor e apreciador de música que percebesse o dionisíaco na bela forma apolínea, do palco e do texto: leitores artísticos capazes de "ler para além do livro". Estas questões marcam a direção principal deste artigo.[1]

.....

* Doutor em História. Professor de teoria da história e história da filosofia do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste – PR – Campus de Irati.
[1] Remetemos o leitor a nossa Tese de doutoramento que é a base deste artigo: SOCHODOLAK, Hélio. *O jovem Nietzsche e a leitura.* (tese) Assis-SP: UNESP, 2005.

Para Roger Chartier: "*A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados.* (...) *Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor.*" (CHARTIER, 1999: 77) Aproveitando a indicação desse historiador da cultura ao findar esse texto, consideramos que, no tocante à leitura, o jovem Nietzsche foi um subversivo por excelência. E mais: ao defender a leitura como um processo artístico que atendia a objetivos como o autoconhecimento e o combate de elementos não livres em si e em seu tempo, ele entrou em "rota de colisão" com os interesses econômicos de um parque editorial em plena ascensão impulsionado pelos interesses políticos do Estado alemão. Este último passava pelo processo de unificação nacional e necessitava constituir uma nação que tivesse, além de uma língua comum, uma história e uma cultura igualmente comuns. É nesse contexto que podemos compreender o estímulo estatal à escolarização e à leitura, uma vez que isso convergia diretamente aos objetivos de "produzir cidadãos". (Cf. HOBSBAWM, 1996: 51-240)

Sobre essa imagem da leitura, Michel de Certeau afirma:

> (...) *a ideologia das Luzes queria que o livro fosse capaz de reformar a sociedade, que a vulgarização escolar transformasse os hábitos e costumes, que uma elite tivesse com seus produtos, se a sua difusão cobrisse todo o território, o poder de remodelar toda a nação. Este mito da educação inscreveu uma teoria do consumo nas estruturas da política cultural. (...) a idéia de uma produção da sociedade por um sistema "escriturístico" não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se* ***imprimir*** *pelo texto e como o texto que lhe é imposto.* (CERTEAU, 1994: 261)

O jovem Nietzsche esteve na contramão dessa compreensão "iluminista" remanescente em seu tempo: uma leitura que se quer impressora de caracteres no leitor. Nela inscrevem-se os interesses do Estado ou de uma determinada classe que, para isso, investia em escolas que se tornam técnicas ou profissionalizantes, produtoras de um cidadão útil, como denunciou o jovem Nietzsche em suas conferências sobre educação. Ele presenciou, pois, um crescente "*processo de difusão do impresso*" que provocaria mudanças radicais na forma de ler, não só na Alemanha, mas em toda a Europa. (CHARTIER, 2004: 233) Notava-se um aumento substancial da quantidade do material a ser lido por toda a parte. O jovem Nietzsche se mostrou muito sensível ao processo que foi da qualidade à quantidade do lido, o processo da substituição de uma leitura intensiva por uma leitura extensiva dos textos. A isso ele denominou jornalismo.

Chartier nos informa que, a princípio, o jornal era algo muito parecido com o livro. Na iconografia, por exemplo, até o século XVIII, eles ocupam juntos o mesmo campo simbólico, ou seja, indicam erudição dos sujeitos representados. Todavia, no final do século XVIII e

durante o século XIX, o jornal tornou-se cada vez mais o resultado de uma relação de consumo entre um editor e um leitor, que lia rapidamente para, logo depois, descartar o lido. Por conseguinte, a iconografia deixou de representar o jornal como sinal de cultura ou erudição. (CHARTIER, 2004: 75 *et. seq*.)

O jornal começou a utilizar uma linguagem mais popular, aligeirada, de fácil compreensão e sem muita profundidade. Dessa forma, deixava de ser reflexivo para tornar-se eminentemente informativo. O jovem Nietzsche percebeu que esse fenômeno não ficou restrito à esfera do jornal, mas atingiu também os livros que passaram a utilizar-se progressivamente de uma linguagem do tipo jornalística, acompanhando as tendências do mercado editorial e a sua produção de livros, cada vez em maior quantidade. O jornalismo provocava um empobrecimento da língua e do pensamento, ao mesmo tempo em que sobrecarregava o leitor de informações tidas como importantes ao homem civilizado. Útil ao Estado e à economia, mas não para o desenvolvimento de uma cultura autêntica, nos alerta o jovem Nietzsche.

Um outro aspecto marcante, acerca da inserção do jovem Nietzsche como vivenciador e pensador das mudanças na forma de ler de seu tempo, diz respeito à constituição de comunidades de leitores. Roger Chartier nos indica que no século XVIII, em menor grau na França, mas com grande expressividade na Inglaterra e na Alemanha, as sociedades de leitura eram relativamente numerosas e comuns. Elas se constituíam com base em regulamentos, que regiam desde as posturas físicas dos leitores, os locais de leitura e até mesmo os movimentos espontâneos e afetivos dos seus componentes quando se colocavam diante do livro. (CHARTIER, 2004: 78 *et. seq.*)

Nessa direção, observamos o jovem Nietzsche a um só tempo imerso e reticente a essa tendência, ainda forte em seu tempo. Participou ativamente de comunidades de leitores desde a infância. Por exemplo, com seus amigos da *Germânia*, criou regulamentos severos para disciplinar a leitura e a escrita. Entendia que somente assim seria possível desenvolver o estilo para melhor escrever seus textos e poemas. Ao mesmo tempo, algo o fascinou ainda mais: a experiência da partilha da leitura, da leitura em voz alta, uma leitura sonora. Os textos demandados pelos e a seus companheiros eram aqueles para serem lidos e partilhados com um público espectador com qualidades especiais.

E nisso parecia romper com a tradição dos *book clubs* antecedentes que normatizavam leituras silenciosas e solitárias. Ler e escrever, para ele, eram atividades que deviam ser compartilhadas. Uma constante no jovem Nietzsche foi esse aspecto agregador e comunitário

da leitura, conhecer-se a partir da vivência da leitura, combater os elementos não-livres de seu tempo; essas causas não podiam ser solitárias e silenciosas.

A leitura no jovem Nietzsche parece adquirir um significado variado no transcorrer de sua vida e de sua obra. Acreditamos que a leitura foi sendo desenvolvida no sentido de adquirir uma conotação existencial cada vez mais significativa que é vinculada ao propósito da contribuição para o autoconhecimento e para o combate. De uma leitura intensiva dos textos, ensinada e praticada no tempo de sua formação, o jovem Nietzsche observou o crescimento de uma forma extensiva e apressada de ler e escrever. Numa perspectiva crítica a essa posição, escreveu seus primeiros textos filológicos e realizou suas cinco conferências *Sobre o futuro dos Estabelecimentos de Ensino* alemães. Isso não quer dizer que se apresentava-se como um saudosista dos tempos de Pforta, apenas não concordava com as novas formas de ler.

A escola de Pforta se colocava, em alguns pontos, como limitadora do processo de leitura que desejou. Seu universalismo e alguns exercícios "modernos" que incentivavam a autonomia nos jovens sem que estivessem preparados para tal, por exemplo, foram experiências vivenciadas por ele e avaliadas de forma crítica quando egresso da velha Escola. Naquele momento, a filologia se apresentava como alternativa para sua formação generalista.

O jovem Nietzsche entendeu que, através da filologia clássica, a Antiguidade podia se afigurar como um modelo cultural para os modernos. Por outro lado, logo percebeu, a leitura por um método científico rigoroso, podia oferecer sérias limitações ao leitor e impossibilitar uma interpretação útil para a cultura e para a vida. Dessa forma, o que poderia ser fundamento torna-se apenas um ornamento incapaz de exercer influência sobre o presente. Ler como filólogo dava lugar ao objetivo maior que o jovem Nietzsche ostentou desde cedo, a leitura como subsídio existencial para o combate, capaz de ultrapassar a *mimese* platônica que superficializa e artificializa a cultura.

Ler tornava-se o grande instrumento bélico do soldado que se autoconhecia e queria provocar este mesmo fenômeno nos outros. O autoconhecimento possibilitava a utilização de um alto estilo na escrita, capaz de seduzir e envolver como música que cativa os membros de uma *comunidade cultural* com idéias comuns. Combater em comunidade e atrair novos adeptos para a causa da cultura. Este era o objetivo maior que o jovem Nietzsche desenvolvia com a leitura especialmente na década de 1870.

O encontro casual com a obra máxima de Schopenhauer foi decisivo para o jovem Nietzsche. Em Schopenhauer Nietzsche encontrou a orientação (paterna) que tanto demandava. Seu mestre lhe fundamentou Dionísio e alimentou esperanças por uma cultura

trágica. Identificou-se tanto com a leitura do mestre, que lhe considerava um pai espiritual, mais tarde corporificado no "pai seráfico" Richard Wagner. E foi justamente na esteira de Schopenhauer, na crença em uma outra cultura, uma cultura alemã autêntica, que o jovem Nietzsche militaria na causa wagneriana.

Com Wagner imaginou ter, acima de tudo, algo em comum: o público. E como foram graves as suas preocupações com o público de seus textos! Desejava causar impacto com seus escritos quando era professor na Basiléia, que deveria ser lembrada como *universidade vulcânica*. Quando isso não ocorreu, mostrou profundo desapontamento, por exemplo, pela enfraquecida repercussão da *Segunda Intempestiva* nos meios universitários. Sem dúvida ele almejava um público real e talvez essa fosse a principal causa de seu intenso relacionamento com Wagner como nos sugeriu já no prefácio de *O nascimento da tragédia* em 1872.

Considerando que o público não possa interferir no processo de produção textual após o texto estar escrito, na intencionalidade de sua elaboração não se poderia afirmar o mesmo. Neste sentido, consideramos inclusive o possível processo de autoprojeção pelo qual o escritor, ao idealizar seu público, projeta sua própria forma de leitura. Torna-se extremamente revelador perscrutar as relações com o público real ou idealizado, especialmente no tocante à causa wagneriana incorporada pelo jovem Nietzsche.

O público ideal almejado pelo jovem Nietzsche valorizava e harmonizava música e palavra. Seria capaz de captar o dionisíaco na bela forma apolínea, do palco e do texto. A crença de que esse público era o mesmo de Wagner enfraqueceu apenas nos escritos de 1874. Neles desejou alertar Wagner sobre os perigos que o rondavam, preocupação que se prolongou na *Quarta Intempestiva* até sua frustração final com o Festival de Bayreuth: o estopim do rompimento com seu guia musical.

Nietzsche procurou oferecer a Wagner um fio condutor (o fio de Ariadne), para que ele percebesse e resistisse aos perigos modernos (o labirinto do monstro) que poderiam fazê-lo esquecer-se de seus compromissos com um novo público trágico para a obra de arte. Por outro lado, Schopenhauer e Wagner ofereceram a Nietzsche um espelho: e ele viu algo que precisava ser ultrapassado. Ele precisava *ser-si-mesmo*. Wagner talvez fora o último mestre que o jovem Nietzsche não só desejou como também pôde conhecer e conviver. Conhecer o homem por trás da obra era um dos atributos requeridos da leitura de Nietzsche. Valia-lhe mais o exemplo e a vida, do que as palavras. Sabia ler para além do livro. Nesse aspecto a decepção com Wagner, e também com Schopenhauer, teve um papel fundamental: o jovem Nietzsche deixou de ser schopenhaueriano e wagneriano para tornar-se apenas *dionisíaco*,

como ele próprio avaliou em diversos momentos, por exemplo nos prefácios ao *Nascimento da Tragédia* e ao *Ecce Homo*, parágrafos 04 e 02, respectivamente.

Finalmente, talvez ele tivesse alcançado, ao menos parcialmente, seus objetivos com a leitura e a escrita, suas armas de guerra. (NIETZSCHE, F. Porque sou tão sábio. § 7. *In: Ecce Homo*) Com essa experiência, talvez ele próprio tenha encontrado o fio de Ariadne: "*A minha humanidade é uma permanente autosuperação.*" (*Ibidem*, § 8) Nesta direção concordamos com Granarolo (1997) quando afirma que Schopenhauer fora o mestre que permitiu a Nietzsche ser ele mesmo e com Gonçalves da Silva (2003: 204) quando diz: "*Wagner teve para Nietzsche valores e significados diferentes, foi um ponto de partida e um final, uma etapa a partir da qual era necessário saltar para alcançar a outra margem, para ser outro, para ser ele mesmo*."

Assim, combateu seus mestres. Lia com a espada (pena) na mão, intempestivamente. Para além do arrebatamento, a lucidez da crítica fora-lhes dirigida. O jovem Nietzsche nos demonstrou que cresceu ao lê-los, a tal ponto que era preciso ultrapassá-los no que tinham de limitação à liberdade. Posteriormente Nietzsche reconheceu que seus mestres ajudaram-no a ser-si-mesmo. E isso implicou em destruir as amarras, os elementos não-livres incorporados pelos próprios mestres. A leitura lhe deu elementos para combatê-los, e, ao fazer observações sobre Wagner e Schopenhauer, alertava seu próprio leitor sobre eles. Para finalizar, gostaríamos de citar uma frase de Walter Scott (2005), uma leitura muito apreciada por Nietzsche que gostava de ouvir na voz de sua irmã: "*Todos os homens que têm demonstrado valer algo, tem sido os principais artífices de sua educação*."

Referências:

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* 1. Artes de fazer. 10 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro:* do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

GONÇALVES DA SILVA, Iracema Maria de Macedo. *Nietzsche, Wagner e a época trágica dos gregos*. Tese. Campinas: Unicamp, 2003.

GONÇALVES DA SILVA, Iracema Maria de Macedo. *Nietzsche, Wagner e a época trágica dos gregos.* p. 204.

GRANAROLO, Philiphe. Le maître qui permit à Nietzsche de devenir ce qu'il était. *In:* LE FRANC, Jean (org). *Schopenhauer* (Cahiers d L'Herne) Paris: Ed. de L'Herne, 1997. nº 4.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital.* 1848-1875. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe*. 15 v. Herausgegeben von Giogio Colli und Mazzino Montinari. Berlim/München: Walter de Gruyter & Co., 1988.

SCOTT, Walter. *Citações de Walter Scott*. disponível em **http://www.alohacriticon.com/viajeliterario/article567.html** último acesso em setembro de 2005.

SOCHODOLAK, Hélio. *O jovem Nietzsche e a leitura.* (tese) Assis-SP: UNESP, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino e reforma educacional no Rio Grande do Sul (1937-1945)

Claudemir de Quadros*

Resumo
Entre os anos de 1937 e 1945 houve, no Rio Grande do Sul, um importante movimento de reforma educacional conduzido pelo Estado. Esse movimento encontrou suas condições de emergência a partir do discurso formulado no âmbito do projeto de nacionalização do ensino. No contexto desse processo de reforma educacional alterou-se, profunda e intensamente, as formas de gestão do sistema educativo do Estado, que passou a afirmar-se sob as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas e que envolveu uma ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; uma forte incidência de controle e normatização; um conjunto de ações direcionadas para a formação continuada do corpo docente e a instauração de ações relacionadas com o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais.
Palavras-chave: história da educação; Rio Grande do Sul; nacionalização do ensino; reforma educacional.

Abstract
Among the years of 1937 and 1945, it had, at Rio Grande do Sul , one important motion of the educational motion reform conducted by the State. This motion found their emergency conditions from the speech formulated into education's nationalization .In the context of this process of educational reform it changes itself, profoundly and intensively the form of the administration of the educational system of the State which passed to affirm itself into one of the bases of a technique administration ,scientific and that involved an ample and detailed legal prescription from scholar's activities and from learning programs a strong incidence of control and to the normal a conjunct of action directed to a continuation form of actions to the teachers and too the institutions connected with the development of study and educational researches.
Key-words: Educational history of Rio Grande do Sul - teaching nationalization - educational reform.

O discurso da nacionalização do ensino

As preocupações relacionadas com a nacionalização do ensino são tão antigas quanto a própria imigração na região Sul do Brasil, notadamente no Rio Grande do Sul, em função da concentração nesse Estado de imigrantes alemães e italianos e, em menor número, de outras nacionalidades. Mas essas preocupações podem ser sentidas de modo mais aguçado a partir dos anos de 1910, em especial a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quando, segundo Maria Helena Camara Bastos (1994), tornaram-se mais complexas as relações entre a

* Professor no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria/RS, doutor em Educação.

população de ascendência alemã e italiana, o governo brasileiro e a Igreja. Desde então, com uma abrangência nacional e o envolvimento de vários níveis do governo, acentuou-se a pressão pela nacionalização do ensino, que envolvia a adoção do português como língua única permitida, a subvenção federal para a construção de escolas, a supervisão mais direta e efetiva por parte do Estado das escolas particulares e o fechamento de escolas, associações esportivas, culturais e sociais e de jornais mantidos por estrangeiros. A campanha pela nacionalização do ensino envolveu variadas e importantes dimensões, que passaram pela promoção da nacionalização econômica das colônias estrangeiras (Richard Dalbey, 1970); pela constituição de uma nacionalidade luso-brasileira proposta a partir de uma homogeneidade cultural (César Paiva, 1985); e por motivações de ordem cultural e econômica, representadas pelo discurso do perigo alemão e pelo crescimento econômico da região Norte do Estado, povoada por imigrantes, frente à região Sul, que desenvolvia uma atividade produtiva ligada à pecuária extensiva e que, em que pese ainda manter o controle político do Estado, já sofria reflexos da estagnação econômica dos setores produtivos não vinculados com a industrialização (René Gertz, 1991).

Embora por motivações variadas, o discurso da nacionalização do ensino foi formulado, principalmente, a partir do perigo que a ação política dos estrangeiros, junto às escolas, representava para a formação de um espírito nacional, informado pela unidade e pela homogeneidade, e pelo projeto nacionalista do Estado Novo que propunha a uniformização, a padronização cultural e a supressão de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade. Gustavo Capanema (*apud* Bastos, 1994, p. 49), em conferência proferida em outubro de 1945, assinala que havia sido

> *no terreno da escola primária que o governo, a partir de 1937, realizou a mais profunda e a mais decisiva obra antifascista. A indiferença dos governos anteriores deixou proliferar no Sul do país a rede imensa de escolas primárias estrangeiras, sobretudo alemãs, que depois de Hitler, passaram a ser centros de educação nazistas de milhares de crianças brasileiras.*

Essa indiferença, essa desatenção, havia gerado um "problema gravíssimo e de difícil solução". São com essas contundentes palavras que o secretário da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, José Pereira Coelho de Souza, em 1941, define as questões relacionadas com a presença de instituições escolares estrangeiras e com a nacionalização do ensino. O fato de ser considerado um problema grave e de difícil solução, a pressão da imprensa e a crítica de setores militares, que consideravam as ações desenvolvidas até então acanhadas, incitou o recrudescimento das ações estatais em torno das escolas, associações, entidades e impressos

em língua estrangeira no Estado, em especial àqueles vinculados às comunidades alemãs e italianas. O discurso produzido e disseminado, tanto em nível nacional, quando em nível estadual, incitava a pensar a presença e atuação das escolas estrangeiras como um perigo concreto e urgente que precisava ser debelado, em razão dos "males que já fizeram e continuam a fazer ao nosso país, desnacionalizando nossos patrícios e tornando-os súditos do hitlerismo" (*Correio do Povo*, 2/11/1937, p. 5). Produziu-se uma sensação de que os quinta-coluna haviam, efetiva e concretamente, arquitetado planos e desenvolviam ações no sentido da ocupação de espaços que possibilitassem a tomada das mentes e dos corações - o Estado, o território e a cultura nacionais corriam perigo eminente. O problema era, portanto, de segurança nacional, já que havia se constituído uma "pátria alemã em território brasileiro" que representava séria "ameaça política pelo nível articulado de organização social, cultural e mesmo ideológico" que havia alcançado (Simon Schwartzman, 1984, p. 159).

Uma peça importante do discurso produzido e posto e circulação em torno do perigo que as escolas estrangeiras representavam para o Rio Grande do Sul foi a conferência proferida por Coelho de Souza, em sessão da Associação Brasileira de Educação - ABE, em novembro de 1941, no Rio de Janeiro, e logo em seguida publicada sob o título de "Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande".

Nela, Coelho de Souza aponta que haviam se infiltrado nas comunidades teuto-brasileiras, mediante subvenção do consulado alemão, representantes do nazismo que dominavam as escolas particulares e catequizavam os estudantes. O mesmo havia acontecido com as sociedades culturais que, de uma hora para outra, caíram em domínio nazista. O círculo completava-se com a ação dos pastores da Igreja Evangélica, que intercalavam textos da bíblia com a doutrina nazista nas suas prédicas. O texto descreve, com alguma minúcia, a organização do partido nazista no Rio Grande do Sul, desde os procedimentos para o seu funcionamento até as formas de financiamento e aponta os nomes das suas principais lideranças. Trata, também, das suas ramificações em outros Estados (Santa Catarina, Paraná e São Paulo), em outros países (Chile) e das ameaças ou boicotes a que submetia os que hesitavam em aderir ao partido.

A contenção desse movimento que nitidamente traía o Brasil por afirmar serem "os teuto-brasileiros apenas brasileiros acidentalmente, mas alemães pelo sangue e pela origem" (Coelho de Souza, 1941, p. 40), dava-se mediante uma dupla ação: uma policial e repressiva, outra preventiva, de caráter educativo, a qual haveria de ser a ação que alcançaria a maioria da população de origem alemã com vistas à "defender as novas gerações contra a influência da doutrina nazista, veiculada por meio do chamado teuto-brasileirismo" (p. 57).

A nacionalização era objeto de atenção e preocupação constante dos militares. Segundo Schwartzman (1984), em janeiro de 1938, o general Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, encaminhou às instâncias superiores um relatório no qual manifestava sua preocupação com as conseqüências, para ele funestas, que a colonização estrangeira mal orientada poderia trazer ao Brasil.

O jornal *Correio do Povo*, de 22 de abril de 1938, transcreveu um editorial do mesmo comandante publicado no jornal *O Globo*, com o título "Nacionalizemos o ensino", no qual considera a atuação e a legislação proposta pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul como tolerante em relação aos estrangeiros: "embora por vários aspectos modelar, nem por isso deixa de ser lacunosa, senão prejudicial, por um espírito de tolerância, que abrirá facilmente as portas da burla" (*Correio do Povo*, 22/4/1938, p. 1).

Nesse sentido, Coelho de Souza procurava, reiteradamente, destacar e qualificar a ação nacionalizadora desenvolvida pelo governo estadual: "larga ação educativa do governo gaúcho"; "o Rio Grande na liderança nacionalista"; "sábia política governamental"; "formidável obra nacionalizadora da interventoria"; "os gaúchos continuam a ser as sentinelas avançadas do Brasil". Pela atuação da interventoria, havia sido possível "reconquistar para o Brasil enormes regiões que, pelo menos no espírito, já não pertenciam à pátria brasileira" (1941, p. 8).

O mesmo era feito pelo interventor federal que, nos relatórios ao governo central, procurava demonstrar que havia chegado ao fim o tempo de tolerância para com as escolas estrangeiras. Isso tinha razão de ser: os militares e setores da imprensa cobravam do governo ações mais enérgicas em relação aos estrangeiros. Não era mais possível contemporizar com "vício tão grave". Além disso, como interventor federal, cabia a Cordeiro de Farias executar as diretrizes estabelecidas pelo governo central que abrangiam três aspectos: a necessidade de conferir um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas; a padronização dos currículos, dos materiais didáticos e dos sistemas de regulação e fiscalização e a erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais estabelecidas no Brasil. Em boa medida, o interventor agia sob pressão e buscava assegurar sua sustentação política no cargo num cenário em que, de uma parte, convinha estabelecer uma relação conciliadora com a igreja e com as comunidades imigrantes e, de outra, havia a vigilância da imprensa, dos militares e a necessidade do cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo governo central, a quem representava por delegação. As ações tardaram, mas não falharam: pelos decretos 7.212, de 8 de abril, e 7.614, de 12 de dezembro de 1938, os estabelecimentos de ensino particular foram registrados, subordinados à orientação do Estado e 95 foram fechados por não satisfazerem as

exigências legais. Com as ações do governo e com o apoio da Igreja Católica, quebrava-se a oposição teuto-brasileira e demonstrava-se que o pastor do Colégio Sinodal de Candelária errara no seu diagnóstico quando escrevera, em carta dirigida aos professores e apreendida pela polícia: "resistam e não se preocupem, porque essa campanha esmorecerá logo; vivemos em um país onde a sopa nunca se serve tão quente quanto sai do fogo" (Coelho de Souza, 1941, p. 78).

Coelho de Souza é bastante claro quanto à direção e ao resultado esperado do trabalho relacionado à nacionalização:

> *A obra de integração das minorias de origem estrangeira em nossa nacionalidade se há de fazer, como é desejo do governo da República e do Estado. Quem nascer no Brasil há de ser brasileiro, custe o que custar, haja o que houver. [...] E quem tentar se opor a esta obra patriótica, pode voltar pela porta por onde entrou (Correio do Povo, 27/3/1938, p. 3).*

O Estado se reestrutura para enfrentar o gravíssimo problema

Mas para que a nacionalização cumprisse o seu papel era preciso oferecer condições materiais; aparelhar os prédios escolares; proporcionar acesso à escola pública; contratar e promover a orientação técnica e pedagógica dos professores. Para isso, o Estado vai reformar-se: a estrutura administrativa da Sesp/RS foi reformulada e ampliada; acentuou-se o processo de burocratização, marcado por uma profusão cada vez maior de normas, decretos, portarias, regulamentos e resoluções; acentuou-se o processo de contratação, agora mediante concurso, do pessoal envolvido diretamente com as atividades docentes e técnico-administrativas: professores, inspetores, supervisores, diretores, técnicos em educação e funcionários. Era preciso, sobretudo, dar à escola a instalação e o aparelhamento "exigíveis pela sua dignidade". Para tanto, foram construídos "49 grandes prédios escolares urbanos, com uma capacidade que vai de 200 a 750 alunos, e 79 rurais, com capacidade para 150 alunos" e constituiu-se, a partir de 1939, um "corpo de delegados escolares regionais e orientadores técnicos que dispensa a essas escolas a assistência e a fiscalização necessária" (Coelho de Souza, 1941, p. 79-80).

Na medida em que crescia o número de unidades escolares e as "exigências da nacionalização do ensino, nas escolas particulares, para integração dos filhos estrangeiros na vida nacional" (p. 2), houve a nomeação de um expressivo número de professores e funcionários administrativos para as escolas. Entre 1938 e 1939, aconteceram 1.704 novas nomeações de professores e funcionários.

A nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a atuação do Estado no âmbito educacional no Rio Grande do Sul, que até então se restringia a poucos atos administrativos e muito incipientes iniciativas de aperfeiçoamento técnico ou pedagógico. Data, portanto, da nacionalização do ensino, razão pela qual esse processo não deve ser subestimado pela historiografia educacional, a organização mais sistemática do sistema político-administrativo da educação pública no Rio Grande do Sul, orientado e planejado a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas. Essas diretrizes foram formuladas ou disseminadas pelos técnicos em educação, primeiro vinculados à Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e, depois, ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais - CPOE/RS.

O discurso da nacionalização do ensino produziu aquilo sobre o que se pôs a falar, o outro - o estrangeiro - como perigo e informou a ação do governo que se reaparelhou para enfrentar o gravíssimo problema. Mas nesse momento há uma ruptura fundamental: além de oferecer condições materiais e contratar pessoal docente e técnico-administrativo, era preciso proporcionar uma orientação e, sobretudo, uma direção para a educação. Essa direção, que para Alda Cardozo Kremer seguiu o

> *influxo do movimento pedagógico renovador, que irradiou no Brasil os princípios e conceitos da "Escola Nova", cujas experiências, ao findar do século 19, agitavam os centros culturais da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, [e orientou] a organização administrativa que se implantava - confiada a ilustres homens públicos, como Otelo Rosa, José Pereira Coelho de Souza, e eminentes educadores, Olga Acauan Gayer, Marieta Cunha Silva, Ida Silveira, Graciema Pacheco e outros, - e assegurou para o sistema de educação do Rio Grande do Sul seguro embasamento e diretrizes de longo alcance (1969, p. 263),*

foi dada a conhecer pelos técnicos em educação vinculados à Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, coordenada pelas professoras Olga Acauan Gayer e Marieta da Cunha e Silva as quais, "até certo ponto, pode-se dizer que, na parte administrativa e técnica, eram as dirigentes de fato da educação do Rio Grande do Sul," (Eloah Broth Ribeiro Kunz, entrevista em 21/11/2005).

Mediante um esforço, classificado por Coelho de Souza como "desassombrado e vigoroso" (1963, p. 275), o Estado se reformou para executar e operar um movimento de renovação educacional que não se revestia de uma "feição de construção isolada, parcial, fora da visão global do problema. Antes, se integrava em um programa de política educacional que, além de sistemático, se caracterizava pelo espírito de continuidade" (1963, p. 276) e que abrangia quatro dimensões: a redeterminação dos fins; a formação, atualização e dignificação do magistério; a renovação educacional e a administração central e regional do ensino.

Coelho de Souza demonstra um esforço argumentativo para caracterizar a reforma educacional que se instalava como um movimento marcado pela sistematicidade, pela continuidade, como portador de uma nova fase. Segundo o secretário, findara o tempo em que se administravam os serviços educacionais sem planejamento e ao sabor do acaso. Para isso, Coelho de Souza solicitou a Lourenço Filho, em 1939, a elaboração de um anteprojeto de organização da Secretaria:

> *Era quase inexistente, quando assumi, a organização da Secretaria, pois a mesma não era mais do que uma reunião, sem unidade orgânica, de antigas diretorias e repartições da Secretaria do Interior, da qual se desmembraram. [...] Somente no final de cinco anos de administração é que pude apresentar o projeto de sua estrutura. [...] Não chegou a Secretaria da Educação a esse trabalho arbitrária ou empiricamente. Forneceu o eminente professor Lourenço Filho, a pedido meu, em 1939, um anteprojeto de organização de uma Secretaria de Educação e Cultura. Daquela data, até princípios de 1942, recebeu o mesmo as anotações sugeridas pela observação da realidade ambiente. (SEC/RS, 1944, p. 1)*

Pelo decreto n. 578, de 22 de julho de 1942, alterado pelo decreto-lei n. 246, de 13 de outubro de 1942, a Sesp/RS foi reestruturada e passou a denominar-se Secretaria de Educação e Cultura - SEC/RS. Competia-lhe, na esfera estadual, a administração das atividades relativas à educação escolar e educação extra-escolar. A partir daí, tornou-se mais perceptível uma hierarquização de funções, com maior divisão e diversidade de serviços administrativos, no âmbito dos quais se percebe a distribuição de funções, bem como de serviços técnicos, esses mais ligados aos problemas pedagógicos, com subdivisão de competências.

Considerações finais

Esse movimento de reforma educacional no Rio Grande do Sul, com modernização das instituições, foi mais do que um movimento administrativo. Modificou não só a legislação que a regulamentava e os espaços em que se realizava, mas os métodos de ensino, as relações de trabalho, as finalidades da instrução e os dispositivos por meio dos quais ela - a educação - adquiria sua eficácia social.

É lícito inferir que essa reforma modificou as formas de sociabilidade escolar, autorizou novos discursos acerca da pedagogia e transformou as relações com o poder institucional. Além disso, foram formulados, organizados e postos em circulação enunciados, tecnologias e dispositivos que se constituíram em instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de pesquisa, práticas de nomeação, descrição e explicação dos fenômenos educativos. A reforma educacional se interessou, portanto, por um conjunto de mecanismos e técnicas que podiam ser usadas para

controlar, disciplinar e reformar a população. Isso coincidiu com um amplo movimento no âmbito do qual se inscreve a criação de instituições formadoras de professores; a instalação de universidades, a formação das ciências sociais e consolidação da disciplina da psicologia.

A nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a intervenção estatal que envolveu, pelo menos, três dimensões importantes e concomitantes: 1ª) uma extensa e detalhada jurisprudência sobre a educação; 2ª) a reestruturação técnica e administrativa dos órgãos vinculados à educação, e; 3ª) o desenvolvimento de políticas de expansão, tanto quantitativa, quanto qualitativa, da rede de ensino estatal, com a construção de escolas, a ampliação do número de estudantes matriculados, a contratação de professores e uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar. Em poucas palavras, a nacionalização do ensino promoveu o reaparelhamento do Estado para a execução de uma reforma educacional que se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública. Nesse contexto, a Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e, depois, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional - CPOE/RS - tiveram um papel proeminente no planejamento, na avaliação e na organização racional do processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola no Rio Grande do Sul.

Referências

BASTOS, Maria Helena Camara. *O novo e o nacional em revista*: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). São Paulo: USP, 1994a. 457f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.

COELHO DE SOUZA, José Pereira. *Denúncia*: o nazismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Thurmann, 1941.

_____. A educação no Rio Grande do Sul. In: KREMER, Alda Cardozo et al. *Rio Grande do Sul terra e povo*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 267-288.

DALBEY, Richard. Os alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração com a nacionalização do ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: MEC/Inep, n. 53, n. 118, abr./jun. 1970, p. 400-408.

JORNAL *Correio do Povo*. Porto Alegre. 1937-1941.

GERTZ, René. A nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. *Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1991, p. 311-317.

KREMER, Alda Cardozo. Panorama da educação. In: KREMER, Alda Cardozo et al. *Rio Grande do Sul terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 259-283.

KUNZ, Eloah Brodt Ribeiro. *Entrevista a Claudemir de Quadros*. Porto Alegre, 21 nov. 2005.

PAIVA, Cesar. Escola de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas: Unicamp, v. 0. n. 26, abr. 1987, p. 5-28.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, 1984.

SEC/RS. *Organização administrativa*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Natal civiliza-se: sociabilidade e representações espaciais da elite. (1900-1929)

Márcia Maria Fonseca Marinho[1]

Resumo:
Transformar a cidade de Natal numa capital moderna era o grande sonho da elite natalense no início do século XX. Para conseguir pôr em prática o ousado plano, suas instituições formais tiveram um papel fundamental, pois, através delas, difundiam-se novas práticas sociais que seriam refletidas nos espaços urbanos. Em lugares como clubes e associações, a elite se distinguia do popular. Nesses lugares, suas práticas eram legitimadas de modo a criar uma oposição às práticas populares. Eram nos clubes e nas atividades praticadas pelos seus membros que os ideais da elite circulavam, lá que a mesma se formava e se transformava. Desta forma as aspirações de um grupo social refletiam na organização social dos espaços da cidade.
Palavra-chave: cidade- elite- sociabilidade.

Abstract:
Turning Natal into a modern capital was the great dream of the local elite in the beginning of the XX century, to make that daring plan become true, their formal institutions had an important role. Through them, the new social practices were spread out and reflected in the urban spaces. In places such as clubs and associations, the elite were distinguished from the popular. In these places, their practices were legitimated, in counterpoint with the popular ones. Inside the clubs and the activities practiced by their members the ideals of the elite circulated, there the elite were formed and transformed. So, the aspirations of a social group reflected in the city's social organization.
Keywords: city- elite- sociability

As tentativas do governo de renovar a estrutura urbana da cidade no início do século XX, refletem o desejo vivido pelos membros da elite local de enquadrar Natal nos moldes dos grandes centros urbanos desse período. Desejava-se transformar Natal numa cidade moderna. O moderno em questão remete aos novos padrões tecnológicos que surgiram e se desenvolveram a partir da Segunda Revolução Industrial.

O moderno também estava diretamente relacionado ao desenvolvimento da ciência. A crença, quase cega, na ciência e na tecnologia fez com que e a sociedade do século XIX acreditasse que a humanidade estaria traçando uma marcha progressiva rumo à civilização. O

[1] Mestranda em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Dr. Raimundo Arrais.

progresso, palavra obrigatória no vocabulário do homem moderno, era o único caminho a se seguir rumo ao ideal de nação civilizada (HOBSBAWM, 2003).

Ser moderno muitas vezes era muito mais do que apenas o dominar a técnica e as mais recentes tecnologias. O ser moderno no Brasil estava atrelado ao desejo de se afastar do passado colonial, escravocrata, que pouco se relacionava com os novos ideais de civilidade que se difundiam a partir da Europa.

Em Natal, uma parte da elite exigia que a cidade apresentasse esses aparatos modernos, para que a capital do Estado exibisse também a aura do progresso. Os desejos da elite estavam firmemente atados aos desejos do Estado, que nos primeiros anos da República permaneceu quase imóvel no que diz respeito a sua liderança. A administração pública iniciou em Natal uma reformulação de alguns espaços físicos da cidade. Os dois governos de Alberto Maranhão (1900-1904/ 1908-1913) foram os mais entusiastas no que diz respeito à reorganização dos espaços públicos da cidade. Durante os dois mandatos de Alberto Maranhão deu-se início a importantes obras públicas na cidade de Natal. Dentre elas se destacam a projeção do bairro de Cidade Nova, que surge a partir de uma resolução da Intendência Municipal em 1901. A criação da Cidade Nova, que seria então o terceiro bairro de Natal, reflete as intenções dos dirigentes da cidade de enquadrar Natal nos mais recentes padrões urbanísticos mundiais. Seguindo a linha das principais capitais mundiais, o bairro da Cidade Nova teria largas e arborizadas avenidas, nas quais a ventilação permitiria a devida circulação do ar.

A preocupação com a função da cidade e a sua organização são preocupações dos urbanistas em todo o Ocidente desde a segunda metade do século XIX. Paris foi o grande marco das reformas urbanas na Europa, mas na seqüência muitas cidades européias experimentaram uma radical transformação nas suas estruturas. A exemplo de Paris, o Rio de Janeiro passa por uma completa reestruturação do seu espaço urbano durante os primeiros anos da República. A reforma liderada por Pereira Passos não apenas reordenava a Capital Federal. Como pioneira e centro influente, as reformas do Rio dissipavam pelas demais capitais brasileiras o modelo de 'civilidade' e progresso que deveria ser seguido.

A Cidade Nova representava então um ousado plano de adicionar à cidade de Natal um espaço completamente novo, um bairro pensado e enquadrado nos padrões de modernidade e salubridades vigentes na época.

Numa conferência realizada por um influente membro da elite, Manuel Dantas, em 1909, podemos sentir o entusiasmo compartilhado entre a elite natalense com relação ao

futuro próspero que deveria ser trazido pelo progresso. Nessa conferência ele faz uma projeção da vida na cidade em 50 anos, prevendo Natal como a capital mundial, revelando esse lado otimista que se vivia durante as transformações urbanas da cidade. Mas do que fazer profecia, ele quis espalhar o espírito do progresso e da modernidade com o seu discurso (LIMA, 2000).

Apesar de muitos ideais da elite se projetarem para possíveis ações futuras, pequenas mudanças já se mostravam significativas. Assim como era significativo para a elite vigente o contínuo investimento em ações públicas e privadas sobre o espaço da cidade. Moldar a cidade conforme o ideal de civilidade, buscado pela elite local, implicava em mudanças estruturais, que exigiam altos recursos do Estado, que muitas vezes não podia arcar com os custos, adiando assim certos desejos.

Mas, por outro lado, a entrada de Natal no padrão de civilização exigido pela elite não trazia consigo um viés unicamente material. Pois, de nada adiantava a mudança estrutural da cidade, estando a população presa aos hábitos não civilizados, vistos pela elite como arcaicos, anti-higiênicos ou imorais. Portanto, era preciso enquadrar a população natalense dentro dos padrões de civilidade adotados pelos grupos de elite.

Referindo-se a afirmação dos novos espaços da elite, mais precisamente a Cidade Nova, Raimundo Arrais aponta a necessidade que o novo tem de se distinguir do velho, para, a partir dessa distinção, poder se afirmar como o novo. Ou seja, a cidade antiga é uma construção da Cidade Nova (ARRAIS, 2005:18). A necessidade da elite de afirmar o novo pode ser notado em vários aspectos na cidade de Natal. A criação de clubes e instituições formais esportivas são exemplos de como a elite se articulou nesse período na criação de espaços na cidade 'nova' que, ao mesmo tempo que diferenciassem os seus espaços dos espaços populares, também distinguissem a nova Natal da velha Natal arcaica, onde as práticas de elite e as práticas populares não se distinguiam muito.

Na luta travada pela elite natalense pela definição das práticas e condutas próprias de uma capital moderna e civilizada nos deparamos com os mais variados investimentos sobre o espaço urbano. A começar pela construção do Teatro Carlos Gomes em 1904, que veio responder aos anseios da elite por uma casa de espetáculos capaz de receber companhias de maior porte, e, conseqüentemente de maior prestígio. Para a sociedade contemporânea, o teatro assumia um papel didático importantíssimo, ele era um bem necessário, grande responsável pela difusão do modelo de civilidade.

Além do teatro, outras edificações da cidade tinham o poder de simbolizar valores estimados pela elite natalense. Essas edificações abrigavam as instituições formais da elite,

como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o Atheneu Norte Rio-grandense, a Escola Doméstica de Natal, o Natal-Club, o Club de Tiro de Natal, o Natal Sport Club, entre outros. As instituições formais da elite têm um papel decisivo no que se refere à formação e estruturação de uma elite urbana na cidade moderna, pois são elas encarregadas de instruir intelecto e socialmente os jovens membros da elite.

Apesar das instituições formais de Natal ainda estarem se formando e se consolidando nas duas primeiras décadas do século XX, elas exerciam um papel importantíssimo, pois através desses espaços se concretizava a formação e circulação dos ideais da elite. A circulação não era apenas de idéias, os próprios membros dessa elite circulavam por essas instituições. Eram os lugares em que a elite se encontrava, onde suas idéias eram divididas, laços políticos eram atados e amizades eram laçadas, enfim eram espaços de plena sociabilidade.

As instituições formais não são apenas as que dizem respeito à formação do indivíduo: as instituições recreativas também demarcam os espaços da elite na cidade, como o Natal-Club. O Natal-Club abriu suas portas pela primeira vez em 1906, aliviando a necessidade da elite natalense de ter dentro da cidade um espaço de sociabilidade que respondesse aos padrões desejados por ela. Essas instituições definiam o perfil dos seus sócios através de estatutos, que ditavam regas e normas de conduta a serem seguidas. Caso não se cumprissem as normas, facilmente os sócios seriam desligados dos clubes. O Natal-Club proporcionava diversão diária aos seus associados e uma soirée dançante todos os meses.

Além do Natal Club, outras associações proporcionavam aos seus associados atividades de lazer e entretenimento, como os clubes esportivos. Desde a última década do século XIX as práticas esportivas caíram no gosto da elite natalense, que via o esporte como uma solução para os vícios e mazelas da sociedade moderna.

Esses clubes esportivos intercediam nas atividades públicas e privadas de lazer da elite natalense. Vemos surgir no fim do século XIX o interesse da elite por uma educação física e moral da juventude. Nesse sentido, organizações esportivas do início do século XX institucionalizavam e difundiam as práticas esportivas em voga na Europa. Dessa forma, os clubes esportivos intercedem na absorção das práticas esportivas no cotidiano de Natal.

As modernas práticas esportivas que surgem entre o século XIX e XX se associam à série de mudanças na estrutura social e cultural da época. A Inglaterra foi o berço de muitos dos esportes modernos, além de ter sido uma grande difusora das práticas pelo mundo. Elas se associam a inúmeros valores da nova sociedade do consumo que se formava na Europa, como

o culto ao corpo, o estabelecimento de regras, o culto à rapidez e a competitividade. (WEBER, 1989: 259).

As práticas esportivas começam a receber atenção dos jornais locais. Na década de 1890, elas geraram um novo ambiente de sociabilidade na cidade. À medida que os esportes modernos começam a ser praticados pela elite local, novas associações esportivas foram sendo criadas. Esses clubes, além de organizarem os eventos esportivos, permitiram a criação de ambientes que possibilitavam a sociabilidade da elite.

A sociabilidade da elite vinculada às práticas esportivas se mostra evidente ao observarmos as competições esportivas organizadas pelos clubes. Nessas competições, os clubes propiciavam aos espectadores, além das provas esportivas, exibições do Batalhão de Segurança, o que sugere um clima festivo na realização desses eventos. Em 1910 Natal contava com várias associações esportivas responsáveis pela organização desses eventos, como o "Velo-Club-Natal", o "Derby-Club-Natalense", "Sporte-Club-Natalense", "Natal-foot-ball-Club", etc. Como podemos notar, o nome dos clubes esportivos são todos nomes estrangeiros, e isso não acontece sem razão. Além do nome de muitas práticas esportivas não terem ainda tradução para o português, a referencia aos nomes estrangeiros, em especial inglês e francês, gera um tipo de proximidade da população natalense com o que se passa na Europa, pois a linguagem também constrói imagens. No caso o inglês e o francês ajudam a construir a imagem do esportista, já legitimada na Europa.

Os clubes tinham um papel importante na construção dessa nova cidade almejada pela elite local, pois, através dessas instituições, difundiam-se novas práticas sociais que se refletiriam nos espaços urbanos. As associações, geralmente fechadas a um número restrito de sócios, acabavam gerando uma segregação espacial, pois eram em lugares como os clubes onde a elite se distinguia do popular, onde as práticas das elites eram legitimadas, em contraponto às práticas populares enraizadas no passado. Eram nos clubes e nas atividades praticadas neles que os ideais da elite circulavam, lá que a elite se formava e se transformava. Portanto, as práticas definem espaços. Ou seja, à medida que um grupo social, tenta distinguir suas práticas das práticas dos outros grupos ela está definindo uma configuração social que reflete na organização social dos espaços da cidade.

Os espaços da elite na cidade estão repletos de significados que dão lógica à existência dessa elite. À medida que a elite afirma um espaço como o seu, ela nega outros espaços, e se afirma como um grupo que ocupa de uma certa forma um 'lugar'na geografia da cidade. Esse

tipo de representação espacial nos ajuda a perceber as aspirações de um grupo social, que tenta impor, sua concepção de mundo e seus valores ao tentar diferenciar e normatizar os espaços na cidade.[2]

A construção do jardim público na cidade de Natal, seria o resultado físico do desejo da elite de transformar os espaços públicos da cidade. O jardim se localizava na Praça Augusto Severo, em frente ao Teatro Carlos Gomes. O jardim e o teatro foram projetados em conjunto pelo arquiteto Herculano Ramos. Esses novos espaços de sociabilidade na cidade eram recebidos com entusiasmo pelos membros da elite.

O jardim tem um papel importante, muito significativo para a elite do século XIX. Tal qual no jardim, a natureza só devia estar presente na cidade de forma ordenada, harmônica, domesticada. O jardim da Praça Augusto Severo transformava o antigo alagado da Ribeira, lugar de doenças, além de ser um entrave entre a cidade alta e a cidade baixa, em um espaço 'civilizado', orgulho da elite natalense, que tinha agora na cidade um espaço aberto, ajardinado, onde se podia caminhar ou ouvir as retretas da banda do Batalhão de Segurança.

A nova cidade que começava a surgir mantinha relações diferentes com a paisagem natural que a cercava. O saber médico alarmava os perigos causados pela águas estagnadas e a má circulação dos ventos. Os benefícios trazidos pelos ventos vindos do mar podem ter sido definitivos ao se pensar a localização da cidade nova. A opinião da comunidade científica acerca do mar, no entanto, nem sempre acreditou nas benfeitorias do oceano.

A relação do homem com o mar caminhou pelo o medo, a cura e o prazer. Sensações descritas por Alain Corbin em *O território do vazio*. O imaginário coletivo desenhava o mar como um elemento perigoso, essa imagem era reforçada pela literatura médica ainda nos séculos XVII e XVIII. Depois do medo o mar vira sinônimo de cura, e somente no século XIX a ida ao mar não era mais uma ação isolada de um único curista. A reunião da elite nos balneários fez dessa prática um evento social. Ao longo do século XIX ir ao mar foi além do desejo da cura. Iniciava-se uma relação de prazer com o mar. (CORBIN, 1989). A passagem do medo à cura, e da cura ao prazer, mostram que a relação do homem com o mar é mutável, obedece a uma temporalidade é, portanto, uma construção simbólica.

No Brasil o mar era sinônimo de sujeira ainda no século XIX. Era hábito despejar nas águas salgadas dejetos domésticos. Os escravos apelidados de "tigres" eram encarregados de exercer essa tarefa (FREYRE, 2002). Desvincular a imagem de esgoto do mar levou certo tempo aos brasileiros. Mas já na segunda metade do século XIX, os discursos médicos

[2] Para outros exemplos do uso da representação como ferramenta na construção real dos ideais de um grupo ver: (CHARTIER, 1990).

convenceram as elites dos benefícios ao corpo do banho de mar.

Apesar de sua localização tão próxima do mar, somente em 1908 funda-se em Natal uma estação balneária, localizada na praia de Areia Preta. A estação de banhos partiu de iniciativa privada, sendo recebida com entusiasmo pelos membros da elite natalense. Apesar de tratar se de um lugar público e aberto, a existência da estação de banhos nos indica que também haviam regras e maneiras de se portar na praia.

As inovações técnicas facilitaram o acesso dos natalenses aos balneários que cercavam a cidade. O bonde, aliado à energia elétrica, facilitou a prática de novas atividades sociais antes inviáveis devido à distância ou aos tortuosos caminhos a serem percorridos. A companhia de bondes Ferro Carril prolongou seus trilhos até o balneário de Areia Preta em 1912 e a partir de então incluíram no seu itinerário o percurso até aquela praia em dias de domingo e feriados, provando o caráter de lazer da ida à praia (COSTA, 1998).

Os esportes aquáticos apostavam na junção do lazer e o bem estar, causados pela prática de exercícios físicos. Em Natal duas associações esportivas promoviam competições nas praias que cercavam a cidade. Em 1916 *A Republica* afirmou que aproximadamente 200 jovens natalenses dedicam-se à prática de esportes marítimos. (A REPUBLICA, 1916). As fotografias estampadas na revista *A Cigarra* nos leva a crer que, nos anos vinte, era muito grande a freqüência à praia de Areia Preta durante o verão (A CIGARRA, 1928:22). Com os clubes náuticos e os balneários a praia se consolidava como ambiente de lazer para a elite natalense.

Para usufruir a praia e o jardim público era necessário ao cidadão portar-se de uma certa maneira, vestir-se de um certo modo. Existia um código de conduta dos espaços públicos. Esses códigos acabaram segregando a população mais humilde até mesmo nos espaços públicos da cidade. A cidade, portanto, estava sendo aos poucos moldada pelas mãos da elite, o que não implicava a total exclusão dos populares desse processo. De toda forma, foi atribuído ao poder público a missão de levar adiante os projetos de modernização da cidade. Para a elite intelectual, somente as forças públicas poderiam sistematizar e levar a cabo os melhoramentos físicos, almejados por essa camada da população.

Apesar das inúmeras intervenções feitas nos espaços físicos da cidade, Natal não se tornou a Paris das Américas ou conseguiu superar o *smartimo* carioca. A Natal almejada pela elite intelectual, patrocinada pelo poder e pela verba pública, não se transformou na capital mundial como previa Manuel Dantas.

A elite natalense nas duas primeiras décadas do século XX pensou a cidade e sonhou a cidade. Pensamentos e sonhos que geraram entusiasmadas ações sobre Natal, que resultaram

na alteração dos espaços físicos da cidade. A cidade se modificou, assim como o pensar e o agir sobre ela.

Bibliografia:

ARRAIS, Raimundo. Estudo introdutório. In: CASCUDO,Câmara.*Crônicas de origem*: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Natal:EDUFRN, 2005.

CORBIN, Alain. O *território do vazio*: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Schwarcz, 1989

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed Bertand, 1990.

COSTA, Madislaine. *Quando a modernidade vinha de bonde*, 1998. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBSBAWM. Eric J. *A era dos impérios:* 1875-1914. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manuel Dantas.* Natal: Sebo vermelho, 2000.

NEEDEL. Jeffrey. *Belle époque tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade*: o processo de modernização do Natal 18889/1913. Natal: EDUFRN, 1999.

WEBER, Eugen. França*: fin-de-siècle.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Fontes:

A CIGARRA, 1928-1929.

A REPUBLICA, Natal, 1900-1927.

DIARIO DO NATAL, Natal, 1900-1913.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Assembléias Provinciais e a Cidadania no Brasil: o Caso do Espírito Santo

Rodrigo da Silva Goularte[1]

Resumo: No contexto composto pela instauração do Ato Adicional (1834) e de um sistema eleitoral indireto e censitário, são criadas as Assembléias Legislativas Provinciais. São espaços políticos institucionais onde os cidadãos da época depositavam suas demandas provinciais. No Espírito Santo a elite política regional, em formação desde o início do XIX, se consolidou nesse parlamento e buscou lidar com as essas demandas locais, intercedendo junto ao Governo Geral, num momento favorável à ruptura com o centro.
Palavras - chave: Regência – Assembléia – cidadania

Abstract -In the composed context for the instauration of the Additional Act (1834) and of an indirect and tax electoral system, the Provincial State legislatures are created. They are spaces institutional politicians where the citizens of the time deposited its provincial demands. In the Espirito Santo the elite regional politics, in formation since the beginning of the XIX, if consolidated in this parliament and searched to deal with the these local demands, interceding next to the General Government, at a moment favorable to the rupture with the center.
Keywords: Regency - Assembly - citizenship

A discussão de nação e cidadania tem como um dos seus pontos fulcrais os momentos da independência e os anos que se seguiram no processo de construção do Estado brasileiro. A monarquia constitucional aqui implantada fora inspirada no modelo inglês. Entretanto um dos principais quesitos do constitucionalismo está na existência de um governo representativo baseado no voto de cidadãos.[2] No caso brasileiro, ficavam fora da classificação de cidadãos as mulheres, escravos e os com renda inferior a 100 mil réis. As eleições eram em dois turnos. No primeiro os votantes escolhiam os eleitores, que deveriam ter renda mínima de 200 mil réis, que por sua vez elegiam deputados e senadores.

Na década de 1830 a cidadania brasileira teve uma marcante alteração. Com o Ato Adicional cada Província do Brasil passou a ter uma Assembléia Legislativa. A instalação desses órgãos foi o marco da organização de uma vida política em cada província, em virtude de nesse momento as províncias terem maior autonomia, podendo criar leis de seus interesses, apenas não podendo legislar sobre impostos de importação. A partir desse momento os eleitores de cada província, por mais elitizada que fosse a classificação daqueles, tiveram um

[1] Aluno do Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

[2] CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 6º edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004. p. 29.

espaço institucional em sua própria província onde expressariam suas demandas. O enfoque deste trabalho está na compreensão do contexto político da primeira legislatura da Assembléia Legislativa do Espírito Santo (1835-1837), as questões locais que os deputados de início tiveram de enfrentar e como essas demandas eram encaminhadas perante o governo central, ainda presente e necessário, como será apresentado.

Como dizia o Ato Adicional, em 1834 o Espírito Santo escolheu, de maneira censitária, os vinte deputados para ocuparem a Assembléia Legislativa Provincial.

A tabela abaixo informa o nome dos primeiros ocupantes desse *lócus* de poder e a quantidade de votos que receberam nos colégios eleitorais de Vitória e da Vila de Benevente de acordo com apuração da Câmara Municipal de Vitória (em estatística de um ano antes a província do Espírito Santo possuía uma população de 29.575 pessoas, dentre livres e escravos, sendo que 10.299, ou 35% do total, se concentrava nas vilas de Vitória e Benevente[3]).

APURAÇÃO DOS VOTOS PARA DEPUTADOS PROVINCIAIS DO ESPÍRITO SANTO -1834.

DEPUTADOS ELEITOS	VOTOS
Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano	62
Francisco Pinto Homem de Azevedo	61
João Luiz da Fraga Loureiro	61
Manoel da Silva Maya	50
José de Barros Pimentel	49
Manoel Moraes Coutinho	49
Dionísyo Álvaro Rozendo	42
Manoel d' Assumção Pereira	40
José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim	38
Ignácio Félis de Alvarenga Sales	36
João Clímaco de Alvarenga Rangel	35
Francisco Ribeiro Pinto	35
Manoel Pinto Rangel e silva	35
Joaquim da Silva Caldas	33
Manoel da Siqueira e Sá Júnior	33
Miguel Rodrigues Batalha	32
Sebastião Vieira Machado	32
Ayres Vieira de Albuquerque Tovar	32
João Nepomuceno Gomes Bittencourt	32

[3] MARQUES,Cezar Augusto. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro : Tipografia Nacional, 1878. pp. 84,85.

Inácio Pereira Duarte Carneiro	31

Fonte: ARQUIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Ata da apuração dos votos para Deputado Provincial dos colégios eleitorais de Vitória e Vila de Benevente. 1834.

Os deputados provinciais eram os atores sociais que dividiam com o presidente da província a árdua tarefa de conduzir a província do Espírito Santo. O intervalo de tempo da primeira legislatura (1835-1837) foi um período por demais complexo em que a elite política provincial buscava, com o poder recebido pelo Ato Adicional, simultaneamente estruturar a província e vencer desafios sócio-econômicos e políticos que há tempos prejudicavam a região. Durante a primeira legislatura o Espírito Santo atravessou sérias dificuldades econômicas e administrativas, além de ter grandes problemas nas áreas da escravidão e da segurança, sendo que geralmente essas duas últimas questões estavam em interfase.

No caso da economia, numa sociedade não industrializada, essas preocupações circularão temas agrários. Em 1835 a província sofria as duras conseqüências da lei imperial de terras de 15 de novembro de 1831, que entre outros termos definia o arrendamento das terras em lotes não superiores a 40 braças e por tempo não superior a três anos, prejudicando a lavoura do Espírito Santo, pois os lavradores não tinham tempo de colher os resultados dos investimentos, havendo o desânimo para o investimento em terras e a possibilidade de disputas entre antigos posseiros e arrendatários, o que levaria a uma crise social e econômica (agrícola). Diante disso a Assembléia do Espírito Santo, tentando romper essa dificuldade local, enviando representação para a Assembléia Geral argumentando que esta: "[...] não somente não deve perder de vista direitos, que os antigos ocupantes haviam adquirido pela sua longa posse sobre os terrenos, como ainda devem prevenir as conseqüências, que o fato da desapropriação pode acarretar após si [...]".[4]

As demandas econômicas, entretanto, também tocavam o âmbito do comércio. Na representação de 31 de março de 1835, à Assembléia Geral, a Assembléia Provincial apresentava a inutilidade da existência da alfândega na província, pois "[...] quase nenhuma concorrência de embarcações estrangeiras [há] tanto ao seu porto como aos das respectivas vilas[...]", havendo diminutos rendimentos dos direitos alfandegais, sendo a despesa com

[4] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Representação enviada à S. M. O Imperador. Vitória 1835

empregados e expedientes superior a esses rendimentos, além do que alfândega prejudicava o comércio, que "[...] clama a exigência de tantas guias e bilhetes de alfândega [...]".[5] A preocupação econômica também se codificava no interesse da Assembléia Legislativa pelas finanças provinciais. Na ata de 06 de fevereiro de 1835, o Deputado Manoel de Siqueira e Sá Júnior requereu que se oficiasse ao presidente pedido de informação de quanto renderam as últimas rematações dos contratos da Província que eram arrematados pela extinta junta da fazenda. Na sessão de quinze de janeiro do ano seguinte, por sua vez, o Deputado Manoel Pinto Rangel e Silva pediu para que se perguntasse ao Presidente da Província por que quantia fora arrematado o décimo do açúcar exportado. A resposta foi enviada por ofício e apresentada na sessão de 16 de novembro de 1836. Em representação ao Ministro de Estado dos negócios da Fazenda, a Assembléia Provincial também pediu para ser indenizada por não ter recebido toda verba à província cabível para obras públicas.[6]

Em relação à administração da província a Assembléia buscou intervir na distribuição dos funcionários, disposição dos documentos e organização das repartições do governo. Na ata de 03 de fevereiro de 1835 a Assembléia decide mandar ofício ao governo provincial pedindo o envio dos documentos do extinto Conselho Provincial.[7] Outro exemplo da preocupação do legislativo provincial com a condução dos negócios locais é percebido na representação de 13 de dezembro de 1837 contra o presidente José Thomaz Nabuco de Araújo feita à própria Majestade Imperial , em que o dito presidente é criticado por sua "[...] negligencia, inaptidão espantosa, que tem tornado como em abandono toda a marcha da pública administração [...]", tendo apresentado para a Assembléia um relatório "[...] falto de franqueza e de informações positivas e exatas dos negócios essenciais da província [...]"[8], sendo assim a

> *"[...] Assembléia embaraçada e carecida de informações para poder resolver sobre a administração que se há de seguir, debalde tem recorrido a freqüentes*

[5] Ibid.

[6] Ibid, 1836.

[7] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória 1835.

[8] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Representação enviada à S. M. O Imperador. Vitória 1837.

> *interpelações por pedidos das comissões de seu seio por que as queixas de abusos do poder responde o presidente que não cumpre dar conta se não ao supremo conselho de justiça [...]"e "[...] Sobre infrações de Leis expressas diz que não sabe que haja Lei, nem a do seu regimento, ou que julgou não devê-las cumprir; [...]"*[9]

A Assembléia, no entanto, como o próprio fragmento acima demonstra, não podia agir diretamente na execução da administração, pois essa era uma função do presidente, e pela freqüente ineficácia desses funcionários do Império a Assembléia ficava "[...] embaraçada e carecida de informações para poder resolver sobre a administração que se há de seguir [...]" .

Em relação à segurança e à escravidão, temas que geralmente apareciam imbricados nos discursos políticos imperiais, a presidência da província foi constantemente convocada pela Assembléia a agir nesse sentido. Na sessão legislativa de 28 de fevereiro de 1835 o deputado João Luiz da Fraga Loureiro pediu para se oficiar ao presidente para este tomar providências contra o desembarque de africanos na costa provincial. [10] O deputado Ayres Vieira de Albuquerque Tovar, na sessão de 06 de fevereiro de 1836, por sua vez, requereu que se dissesse ao presidente da província para dar providências relativas a escravos fugidos, [11] preocupação também demonstrada pelo deputado Manoel da Siqueira e Sá Júnior, na sessão de 09 de novembro de 1836, requerendo que se perguntasse ao presidente da província as providências tomadas para com os escravos fugidos "[...] segundo a recomendação que esta Assembléia por mais de uma vez tem feito a este respeito à presidência [...]" [12] .

Para desafiar essas questões, portanto, a elite espírito-santense teve de enfrentar o grande empecilho de compartilhar a condução dos negócios provinciais junto ao presidente, enviado pelo Rio de Janeiro e que nem sempre atendia satisfatoriamente às demandas locais, além desses presidentes serem elementos estranhos às elites provinciais. Era uma relação que geralmente gerava insatisfação nas elites locais diante da má condução dos negócios

---

[9] Ibid.

[10] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória 1835

[11] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória 1836.

[12] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória 1836.

provinciais. Essa insatisfação baseava-se no sistema criado pelo Ato Adicional, em que as Províncias receberam força política para legislar, por meio das Assembléias, mas não receberam mecanismos institucionais para conduzir a administração, de maneira que as diversas demandas da província fossem atendidas satisfatoriamente, em virtude da função de condução administrativa provincial ficar a cargo dos presidentes. São constantes as reclamações da Assembléia Provincial em relação à má condução dos negócios locais por esses presidentes, como se observa no trecho da representação de 25 de janeiro de 1836 para o Ministro da Justiça Antonio Paulino Limpo de Abreu:

> *"[...]A Assembléia Legislativa do Espírito Santo [...] reconhecendo o aluvião de males que ainda pesam sobre a província, causados, já pela delexação, e indolência de alguns de seus presidentes, já pelas sucessivas [...] nomeações de outros que no tirocínio de suas funções eram logo substituídos sem terem ao menos tempo para reconhecerem a situação da Província;[...] a Assembléia Legislativa da Província do Espírito Santo [...] desde que começou a examinar os atos da administração provincial, não pode duvidar que de tais atos tem emanado essencialmente o atraso e acanhamento da província [...]."*[13]

Esse fragmento apresenta categoricamente a visão dos deputados provinciais do Espírito Santo de quais eram as causas da má administração local pelos presidentes. A primeira era o fato de esses presidentes serem componentes da administração central, não ficando muito tempo nos cargos, trazendo isso uma baixa eficácia dos processos burocráticos provinciais, em virtude de não haver uma continuidade administrativa. Segundo José Murilo de Carvalho havia no Império uma preocupação explícita com o treinamento dos presidentes de província, pois a alta rotatividade desses cargos dava oportunidade aos políticos de conhecer melhor o país e de desenvolver uma política menos provinciana.[14] O problema é que essa rotatividade causava sérios danos em âmbito local.

Essa baixa eficácia também era acentuada em virtude dos ocupantes do cargo de presidente da província ter grande oportunidade de tirar proveitos políticos dessa posição, porque essa função dava ao político experiência administrativa e garantia de uma eleição ao Senado por uma província que não a sua própria. Um exemplo emblemático da retirada desses proveitos políticos no Espírito Santo é o caso do presidente José Thomaz Nabuco de Araújo.

---

[13] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Mensagem enviada ao Ministro da Justiça. Vitória:1836.

[14] CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1981. p.95.

Nabuco foi acusado de disseminar intrigas na província durante o processo eleitoral que o elegeu Senador (ficou neste cargo, vitalício, de 1837-1850), pois

> *"[...]Tendo ele para conseguir essa eleição atropelado a honra, empregos, direitos e tranqüilidade dos cidadãos que caíram em seu desagrado por o não lisonjearem não hesitou mesmo em comprometer para com o Governo de V.M.I. o nome pacífico de uma província que tem dado sobejas provas de obediência e fidelidade à Constituição do Império, figurando-a revoltada, e mesmo incitando a revolta pra dar parto ao ódio, vingança contra os eleitores que o não sufrajaram. [...]"* [15]

A elite política do Espírito Santo tomou como alternativa política para solucionar esse impasse a pressão sobre o presidente da província, Assembléia Geral e os ministros para que esses agilizassem a satisfação das demandas locais. Pressão essa que nunca extravasou o âmbito institucional. Provavelmente a razão para essa decisão política não se baseou em uma suposta "passividade" da elite local frente ao governo central. Ela era feita por meio do envio de correspondências (as representações) para o governo central, pedindo para que esses tomassem providências em relação à má administração dos presidentes. Fica como questão a seguinte indagação: por que a elite política do Espírito Santo não optou por uma luta armada contra o governo central, para a resolução das suas demandas? O momento era propício. De norte a sul do Brasil estouravam revoltas contra o Rio de Janeiro, empreendidas pelas elites provinciais e algumas até com o apoio de populares. A província do Espírito Santo já havia dado mostra de sua instabilidade em momentos anteriores. No alvorecer do século XIX o segundo governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar enfrentou resistência de autoridades locais contra sua iniciativa de militarizar a província, a mando do governo português. [16] Já no limiar da independência (1821) será a vez de um movimento conhecido como Julianada se levantar contra o processo de emancipação. [17] Portanto o pacifismo não era uma constante na província do Espírito Santo. Um fator que contribui para o esclarecimento dessa questão está na composição da primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial. A maioria dos componentes desse legislativo era de padres (numa conjuntura em que a igreja era ligada ao Estado) funcionários públicos (grande parte no judiciário) e militares. Supõe-se, a continuação da pesquisa confirmará ou não, que essas carreiras ligadas

---

[15] ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Representação enviada à S. M. O Imperador. Vitória 1837

[16] PENA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**.Rio de Janeiro : Tipografia de Moreira, 1878.

[17] NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: FEES, [19-]. p. 135.

ao Estado e à igreja foram fundamentais para a criação de uma prática política por essa elite que se pautava mais na negociação do que o encaminhamento a ações fora do âmbito institucional. O conhecimento do funcionamento da administração pública, o contato com as demandas locais e experiências anteriores em que a ordem em formação fora ameaçada (como o movimento contra a independência citado acima) provavelmente foram propícios para que essa elite recém formada tomasse como trilha política uma negociação com as instituições centrais, enquanto ao seu redor as revoltas regenciais ameaçavam esfacelar o território nacional.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1981.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6º edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembléia Legislativa (1835 – 1837). Representação enviada à S. M. O Imperador. Vitória 1835

MARQUES,Cezar Augusto. **Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro : Tipografia Nacional, 1878.

NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. Vitória: FEES, [19-].

PENA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**.Rio de Janeiro : Tipografia de Moreira, 1878.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma Cidade Multi-étnica na Região Carbonífera de Santa Catarina (Criciúma, 1960 – 1980)

Dorval do Nascimento[1]

Resumo: As cidades da região carbonífera de Santa Catarina se formaram a partir de um duplo registro, aquele da imigração que forneceu o núcleo inicial de povoamento e o da indústria de extração de carvão mineral que moldou por longos anos as suas identidades urbanas e conformou uma cidade que podemos chamar de carbonífera. No cruzamento desses dois registros forjaram-se lutas de representações que implicaram num redimensionamento das identidades urbanas das cidades em questão, em especial no pós-guerra. Tomando Criciúma, a cidade pólo da região, como campo de observação e as comemorações do Centenário de colonização italiana da cidade como ponto de partida, se analisará os processos de mudança identitária da cidade, observando-se as novas representações que se estabelecem no imaginário urbano, os interesses sociais envolvidos e os meios encontrados para operar a transformação identitária da urbe.
Palavras-chave: Cidade carbonífera, Identidade urbana, Etnicidade.

Abstract: The cities of the carboniferous region of Santa Catarina State were formed from a double register, one related to the immigration, supplying the initial nucleus of settlement, and one related to the coal mining industry, molding for long years his urbane identities and adapting a city whom we can call a carboniferous one. In the crossroad of these two registers there were forged struggles of representations that teased in a resizing of the urbane identities of these cities, in special in the post-war period. Considering Criciúma (the pole city of the region) as field of observation, and considering the commemorations of the Italian colonization Centenary of the city as starting point, the identity changing processes of the city will be analyzed, pointing out the new representations that are established in the urbane imaginary, the related social interests and the founded ways to operate the identity transformation of the city.
Keywords: carboniferous city; urban identity; ethnicity.

Na quente noite do dia 6 de janeiro de 1980, "debaixo de um céu carregado de nuvens negras, a cada instante entrecortadas por raios fulminantes seguidos de trovões assustadores", um grupo de homens postava-se diante de cerca de trinta mil pessoas, no Estádio Heriberto Hülse, para realizar o hasteamento das bandeiras em uma das cerimônias mais populares das comemorações do Centenário de fundação de Criciúma. Entre eles estava Salomão da Rosa, "filho de pioneiro da etnia negra", defronte a bandeira da Guiné. Ao seu

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Doutor em História (UFRGS).

lado, colocava-se o Governador Jorge Konder Bornhausen, o Cardeal-Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, o Prefeito Municipal Altair Guidi, os cônsules da Itália, Polônia e Portugal, e o Bispo Diocesano Dom Anselmo Pietrulla, que hastearam as bandeiras dos respectivos países (Brasil, Itália, Alemanha, Polônia e Portugal), do Estado de Santa Catarina e de Criciúma, ao som do hino nacional brasileiro e de hinos dos demais países representados.

A presença de Salomão da Rosa entre autoridades tão importantes, portando a bandeira da Guiné, representa o fechamento de um longo processo de etnicização das relações sociais e culturais presentes na cidade de Criciúma, e, por último, promovida pelo governo Altair Guidi a partir de diversas ações de governo que culminaram nas comemorações do Centenário, sem o qual Salomão da Rosa e a bandeira da Guiné não estariam presentes em cerimônia tão importante.

Gostaríamos de brevemente narrar as comemorações do Centenário de fundação de Criciúma e refletir sobre a cidade que a festa do Centenário expôs para ser publicamente consumida pelos cidadãos criciumenses e visitantes. De certa forma, a presença de um homem comum entre as autoridades na cerimônia de abertura de um dos eventos mais populares do Centenário indica que a identidade urbana elaborada pelo Governo Guidi e exposta na festa promoveu a valorização de grupos subalternos da cidade. Porém, como veremos, houve um preço que precisou ser pago.

O Poder Público Municipal tomou medidas práticas, a partir de 1978, para efetivamente organizar as comemorações do Centenário de fundação de Criciúma. Neste ano, no dia 4 de maio, foi criada a Comissão Central dos Festejos do Centenário de Criciúma, através da Resolução 04/78 do Conselho Municipal de Cultura (ARNS, 1985, p. 220) . A comissão era composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, indicados pelo Conselho e nomeados pelo Prefeito Municipal, podendo ainda a comissão criar outras funções, o que acabou ocorrendo. Entretanto, somente um ano mais tarde, em 16 de abril de 1979, a comissão foi nomeada. O Conselho de Cultura criou ainda diversas comissões vinculadas a Comissão Central dos Festejos do Centenário, através de seu regulamento geral. Dentre essas comissões, merece destaque a criação da Assessoria de Etnia, composta de cinco membros "representando a cultura italiana, alemã, polonesa, negra e portuguesa" e que tinha por objetivo coordenar a atuação dos grupos étnicos nas festividades; e a comissão de cultura, também composta de cinco membros, vinculada a Secretaria Geral, e que tinha amplos objetivos, entre eles a composição do livro do Centenário, a organização do museu histórico, a construção do "Monumento ao Imigrante" e a organização dos grupos folclóricos (ARNS,

1985, p. 221 e 222). A Comissão Central dos Festejos do Centenário de Criciúma passou a integrar um grande número de comissões e assessorias e coordenar um grupo expressivo de pessoas.

A festa começou com o claro objetivo de conquistar e envolver toda a cidade. O governo municipal não queria deixar de chamar a atenção para o aniversário da cidade e, no fim das contas, para si mesmo. A programação dos festejos do Centenário tomariam todo o ano de 1980, até 6 de janeiro de 1981, no que ficou divulgado como o *Ano do Centenário*. Realizar uma festa de poucos dias, ou mesmo de poucas semanas, como outras cidades da região haviam feito, era pouco para a importância que Criciúma possuía a seus olhos como capital regional e para os planos que Altair Guidi tinha para a cidade. No *Ano do Centenário*, o Brasil vivia um momento muito específico de sua conjuntura, o que analistas políticos chamam de redemocratização, e que implicava na transição da ditadura militar para um regime democrático. Desde o Governo Geisel o poder militar tinha um projeto de distensão "lenta, gradual e segura" para o país, organizando a constitucionalização do Brasil e buscando manter o controle sobre os movimentos sociais e a oposição. Com a reforma legal de 1979, o sistema político tornou-se mais complexo, com a existência de diferentes partidos e a realização de eleições cada vez mais amplas, o que colocava inúmeros problemas para o partido oficial, do qual Altair Guidi fazia parte. Neste contexto, projetos de hegemonização da sociedade tornavam-se prementes, em vista de que a ditadura militar perdia sua força e os projetos de poder eram disputados na sociedade através de eleições (DA SILVA, 2003).

O esquema geral das comemorações do Centenário previa, como pontos altos, uma abertura e uma espécie de encerramento quando se realizaria uma exposição econômico-industrial. Haveria uma série de outras atividades festivas diluídas no decorrer do *Ano do Centenário*. Logo no início das festividades aparecem os cantos e as danças executadas por grupos folclóricos vinculados a colégios da cidade e que buscavam recuperar as raízes culturais dos grupos étnicos fundadores de Criciúma. Na Festa do Centenário se buscou homenagear as etnias fundadoras da cidade, identificadas como italiana, alemã e polonesa. Entretanto, era preciso também contemplar o conjunto da população citadina, a maioria formada por 'brasileiros', originários de imigrações mais antigas, espontâneas e forçadas como no caso da população negra, que haviam chegado na época da cidade carbonífera e que agora a representação das etnias buscava dar conta. A inclusão da etnia portuguesa procurou responder a essa demanda, juntamente com a etnia negra, que guardava sua especificidade em vista de sua presença diferenciada na cidade. A Festa do Centenário, e o esquema identitário que lhe dava base, procurava ser inclusiva e democrática, não deixando ninguém de fora. Um

dos lemas que as festividades do Centenário utilizaram foi 'A Festa é de Todos', conforme aparece no folheto de divulgação do 'Carnaval 100sacional'[2] e na programação do encerramento dos festejos do Centenário[3]. A festa, tal como a identidade urbana que se expressou nela, buscou integrar o conjunto dos moradores. Entretanto, como veremos, a entrada no esquema identitário não significava que todos eram iguais e tinham a mesma importância. As etnias tinham também sua própria hierarquia.

A recuperação dos cantos e danças dos grupos étnicos também coloca uma série de dificuldades. Não se busca, ao que parece, recuperar os costumes dos imigrantes no tempo do núcleo colonial, mas aquilo que se chama o 'típico' daquela cultura e que, quando elaborado, é dado como espetáculo na festa. No fim das contas, o que é apresentado como típico daquela cultura (italiana, alemã, polonesa, portuguesa e negra) é, na verdade, uma prática que se descolou do cotidiano, envelheceu e morreu como cultura, restando seu estereotipo, lugar comum e vulgar, que é apresentado como folclore, que vale como espetáculo para o turista, mas que não guarda nenhuma ligação orgânica com comunidade alguma. Esses cantos e danças não se estabelecem a partir do que se chama costumes de uma sociedade tradicional, mas entram na rubrica do que Hobsbawm chamou de "tradições inventadas", ou seja, a formalização de práticas fixas impostas a partir de um passado real ou forjado (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 10).

> *Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado*.

O estabelecimento de um certo folclore das etnias não é fruto de um sentimento nostálgico de preservação de uma cultura que está desaparecendo, mas um esforço de distinção do grupo e sua afirmação diante de outros grupos. A etnicidade é um sistema de classificação social, entre outros possíveis, elaborado a partir da valorização de determinadas diferenciações físicas, culturais e psicológicas entre os grupos que atribuem a característica de étnicos a si mesmos e aos outros grupos sociais (MARTINIELLO, 1995, p. 18).

> *Etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores.(POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 141).*

2 CRICIÚMA. *Carnaval 100sacional*. Folheto de divulgação. 1980.
3 CRICIÚMA. *Programação de Encerramento do Centenário*. 1981.

Na verdade, as relações sociais de fundo étnico não se estabelecem a partir da existência de características físicas, psicológicas ou culturais objetivas dos grupos, mas a partir da percepção de sua importância para as relações sociais, a partir das quais os indivíduos e grupos se classificam e classificam aos outros, atribuindo ao seu grupo social, definido como étnico, e no mesmo movimento aos outros grupos também, determinados conteúdos culturais que constrói uma relação de tipo étnica. A etnicidade envolve critérios de tipo físico e cultural, mas eles são construídos social e culturalmente por um discurso e prática que os destaca como elementos diferenciadores de indivíduos e grupos, e não como características naturais intangíveis.

> *A etnicidade se define, sobretudo, pela construção social e política* dessas substâncias e dessas diferenças biológicas e culturais na medida onde ela permite a criação de grupos distintos. Em uma frase, a etnicidade é um aspecto das relações sociais entre atores sociais que se consideram e que são considerados pelos outros como sendo culturalmente distintos dos membros de outros grupos com os quais eles têm um mínimo de interações regulares.*(MARTINIELLO, 1995, p. 18 e 19).*

Essas diferenças não são fixadas de uma vez por todas, mas são construídas e reconstruídas através das relações sociais entre os grupos ditos étnicos, perpassadas por clivagens de classes sociais, sexo ou ainda, relações regionais e nacionais. Essas relações fornecem a base para importantes sentimentos de pertencimento, que organizam a vida cotidiana e as relações individuais e coletivas das populações envolvidas.

A etnicidade é uma forma de expressão de desigualdades sociais e de classificação entre outras. É preciso não exagerar sua importância e de a considerar como a única dimensão significativa da vida social. Entretanto, as relações de fundo étnico assumem, em determinadas épocas e certos contextos, uma pertinência efetivamente fundamental nas relações sociais. Em Criciúma, emergiu no interior mesmo da cidade carbonífera um discurso centrado na atribuição de pertencimentos que se operacionalizou a partir da noção de origem. Essas estratégias discursivas centraram-se na figura do imigrante e valorizaram o grupo social constituído pelos seus descendentes. Foram esses discursos que se consubstanciaram na cidade étnica construída e divulgada pelas comemorações do Centenário.

Todas as atividades do Ano 100 foram vislumbradas e programadas pelo Governo Guidi como um momento privilegiado para fixar na alma da cidade uma nova definição sobre o que era Criciúma e o que era ser criciumense, isto é, novas determinações identitárias. Em um folheto da Administração Altair Guidi, produzido provavelmente no final de seu governo, se pode observar como as comemorações do Centenário aparecem como obra da

administração municipal que, por sua vez, serviu para divulgar e fixar na população a própria Administração. O folheto foi elaborado em papel cartão, colorido, em três meia-folhas horizontalmente unidas, tendo na capa as palavras "Criciúma, hoje" e inúmeras fotografias, que foi o meio utilizado para mostrar a nova cidade, quase sem texto. Nas fotografias predominaram a praça Nereu Ramos, com o calçadão e os novos equipamentos urbanos; a Avenida Centenário, em imagens panorâmicas, noturnas e de detalhes; e as comemorações do Centenário, relacionadas às apresentações de grupos folclóricos e a desfiles étnicos. Na parte interna há um texto louvando a nova cidade criada. Nele, apresenta-se o lugar do Centenário na composição da cidade nova:

> *Ou a promoção de eventos culturais, a criação do Museu da Colonização (reciclando uma das mais antigas construções de Criciúma), a realização das festas do Centenário – atos e fatos que vão sedimentando a personalidade e o caráter de uma cidade.*

Essa necessidade de marcar a cidade de forma permanente, seu caráter e personalidade, de tal maneira que os governos municipais posteriores não pudessem destruir a obra realizada, e que é preocupação de qualquer político, com óbvio conteúdo eleitoral, tornou-se uma obsessão para o Governo Guidi, em vista de que catalizava todo um sentimento social presente na cidade, que se expressava na valorização dos descendentes de correntes imigratórias de fins do século XIX. A fixação de placas e marcos comemorativos por todo o corpo da cidade é um indício dessa obsessão de demarcar um território para essa nova forma de ver a cidade e, em decorrência, para o Governo Guidi, criador da nova cidade. De fato, articulados as festas de responsabilidade dos grupos étnicos no decorrer do Ano 100, as placas e marcos foram fixados em diferentes lugares da cidade. Assim, na Praça Nereu Ramos, coração da cidade, foi fixada uma "Placa da Colonização Italiana" (ARNS, 1985, p. 232 e 233) por ocasião da *Festa de São José*. Também no centro, articulada a *Festa do Divino*, foi descerrado um marco que "lembra a presença do elemento luso em Criciúma". Na *Festa de Santa Bárbara*, de responsabilidade do grupo negro, foi descerrada uma placa que "honra o mineiro que, com suor, contribui para o progresso de Criciúma". Em Linha Batista, por ocasião da *Festa de São Casimiro*, foi fixado o "marco da colonização polonesa", onde "foram inscritos os nomes das primeiras famílias que aqui aportaram e juntando suas forças ao trabalho insano (sic) dos primeiros colonizadores ajudaram a construir o futuro que vivemos hoje"[4].

De fato, as representações colocadas em circulação pelas comemorações do

4 "Etnia Polonesa Foi Homenageada". *Tribuna Criciumense*, 08/03/1980, p. 4.

Centenário de Criciúma em 1980 se fixaram no corpo e na alma da cidade. Os festejos dos aniversários subseqüentes da cidade sempre se remeteram ao Ano 100, considerado ele próprio um marco fundador da nova cidade. Uma matéria publicada na *Tribuna Criciumense* de 1982 dá bem a medida disso[5]. Ainda que seja uma matéria noticiosa, o jornalista ecoa todo o vocabulário que o Governo Guidi implantou junto com a nova cidade: identidade cultural, revitalização de pontos de encontro tradicionais, recriação de sentido de comunidade vivido pelos núcleos de imigração, calçadão como território livre para desfrute dos cidadãos, etc. Também as fotografias sobre a cidade, no período posterior ao *Ano do Centenário*, centram-se na Avenida Centenário e no calçadão, em um olhar que valoriza as obras do Governo Guidi. Esses fatos vão além da confluência de interesses entre governo e imprensa, tão comum também em Criciúma. Na verdade, foi uma impossibilidade de dizer e ver a cidade com outras palavras e imagens que não fossem aquelas criadas pelo Governo Guidi.

Bibliografia

ARNS, Otília (Coordenação Geral). *Criciúma 1880 – 1980 "A Semente Deu Bons Frutos"*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1985.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BAYART, François. *L'illusion Identitaire*. Paris: Fayard, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À Beira da Falésia – A História Entre Certezas e Inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DAMIAN, Moore**.** *Ethnicité et Politique de la Ville, en France et en Grande Bretagne.* Paris: L'Harmattan, 2001.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Volume 4: O Tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização

5 "Criciúma Comemorou 102 Anos Neste 6 de Janeiro". *Tribuna Criciumense*, 09/01/1982, p. 5.

Brasileira, 2003, p. 245 – 282.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional – Imigrantes, Minorias e a Luta Pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MARTINIELLO, Marco. *L'Ethnicité Dans Les Sciences Sociales Contemporaines*. Paris: PUF, 1995.

ORY, Pascal**.** *L'histoire Culturelle***.** Paris: PUF, 2004.

OSTROWETSKI, Sylvia. L'Écart Des Appartenances. In: RAGI, Tariq (dir.). **Les Territoires de L'Identité**. Amiens: Licorne; Paris: L'Harmattan, 1999. Collection Villes Plurielles, p. 237 - 249.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

RAGI, Tariq (dir.). **Les Territoires de L'Identité**. Amiens: Licorne; Paris: L'Harmattan, 1999. Collection Villes Plurielles.

VILLAR, Diego. **Uma Abordagem Crítica ao Conceito de "Etnicidade" na Obra de Fredrik Barth**. Mana, abr. 2004, vol. 10, nº 1, p. 165 – 192.

VINSONNEAU, Geneviève. **L'Identité Culturelle**. Paris: Armand Colin, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tensões, continuidades e rupturas: passagens e fronteiras entre produção historiográfica e escrita didática em História no trabalho de Rocha Pombo.

Ivan Norberto dos Santos[1]

Resumo: Apresentando os resultados parciais de pesquisa acerca das relações entre a produção historiográfica e a escrita didática em História na Primeira República, este trabalho tem como objetivo indicar algumas das tensões e apropriações que marcam essas duas formas de escrita histórica naquele período, a partir de uma análise do trabalho do historiador José Francisco da Rocha Pombo.

Palavras-chave: Primeira República - Historiografia - Livro didático de História.

Abstract: Presenting partials results of research concerning the relations between historiographic production and didactic writing of history during the First Republic, this paper intend to indicate some of the tensions and appropriations that marks these ways of historical writing at that epoch, based on the analysis of the work by the historian José Francisco da Rocha Pombo.

Keywords: First Republic - Historiography -Textbooks of History.

A disseminação do saber histórico nas classes de ensino fundamental e médio e a construção deste saber através da pesquisa percorrem estradas paralelas no mundo da cultura brasileira neste começo de milênio. A especialização das disciplinas e campos intelectuais, de um modo geral, pouco se modificou apesar dos esforços de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade empreendidos principalmente a partir da segunda metade do século XX por estudiosos e pensadores de diferentes matizes. Todavia, entre os domínios da produção historiográfica e da produção de manuais e livros didáticos de História no Brasil, pode-se mesmo afirmar que houve um lento, mas cada vez mais acentuado, afastamento.

De um lado, pesquisas históricas relevantes e inovadoras são levadas a termo sem que seus resultados cheguem ao grande público através dos textos dos livros escolares, os quais, atavicamente, continuam apresentando conteúdos e análises há muito consideradas relativas ou mesmo abandonadas pela historiografia. Do outro, as questões ligadas ao ensino e à divulgação da disciplina histórica, em seus aspectos didáticos e instâncias pedagógicas fundamentais, não parecem interessar à grande maioria dos pesquisadores. O aumento, a partir

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq-Brasil.

da década de 1970, de trabalhos historiográficos voltados para temas semelhantes, não foi ainda suficiente para alterar uma opinião que parece vigorar implicitamente entre alguns, de que o ensino de História deve ser tratado mais por professores e pedagogos do que por historiadores.

Metáforas redutoras ou considerações unilaterais, de uma ou de outra parte do embate, não dão conta da complexidade da discussão e nem contribuem para torná-la mais produtiva. Numa das frentes, numa imagem que se tornou um lugar comum, acusa-se a produção acadêmica de ser fabricada em uma "torre de marfim", distante das principais carências e demandas da sociedade, afirmação esta que é peça de um debate maior acerca do papel dos intelectuais no mundo atual e da produção de conhecimento, como um todo. Na outra fronteira, juízos são enunciados acerca das resistências a mudanças de tratamento e abordagem no texto didático, baseadas em inércia, corporativismo e interesses mercadológicos, disseminados nos diferentes espaços do sistema educacional brasileiro. Se, por um lado, os historiadores profissionais recebem a pecha de não escreverem para um público amplo, leigo ou iniciante, por outro, os livros didáticos de História são considerados, do ponto de vista do conhecimento histórico, no mínimo, de baixa qualidade.

Uma abordagem possível para tal questão seria ponderar em que medida proposições semelhantes estariam hoje, mais ou menos, parcialmente justificadas. Uma outra abordagem seria pela própria via da História: problematizar os diferentes momentos de construção das fronteiras entre as duas formas de escrita, historiográfica e didática, poderia contribuir para uma desnaturalização dos atuais termos do problema, considerando os limites e as especificidades das diferentes produções como possibilidades historicamente constituídas e não como necessidades irrevogáveis. Tal operação implica considerar as apropriações, mobilidades, deslocamentos e tensões que permeiam as relações entre os dois tipos de narrativa histórica. Esse é um dos objetivos centrais da pesquisa em curso acerca da produção historiadora do intelectual paranaense José Francisco da Rocha Pombo, cuja divulgação de resultados parciais será o objeto da presente comunicação.

Nascido na província do Paraná em 1857 e falecido no Rio de Janeiro em 1933, Rocha Pombo teria bem aplicada ao seu nome a qualificação de polígrafo. Professor, romancista, poeta, homem de imprensa, articulista, autor de mais de trinta títulos publicados em diversos âmbitos da produção intelectual, já em idade madura acrescentou ao seu vasto currículo o ofício de historiador.

Realizada entre o final do século XIX e a terceira década do século XX – tempos de grande efervescência social, política e intelectual da chamada Primeira República – a

produção histórica de Rocha Pombo se deu tanto no campo da historiografia quanto no da escrita de manuais e compêndios destinados ao ensino da disciplina nas classes primária e secundária. Seus dois primeiros livros de História, o "Compêndio de História da América" e "O Paraná no Centenário: 1500-1900", publicados no ano de 1900, marcavam esse caráter de duplicidade de escrita.

Entre 1905 e 1917, Rocha Pombo dedicou seu esforço historiográfico à publicação do seu trabalho de maior monta, uma extensa "História do Brasil", em dez volumes, retornando à produção de compêndios apenas após a edição do décimo tomo, quando publicou "Nossa Pátria, narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução", destinada ao ensino primário, e, "História do Brasil, para o ensino secundário". A recepção ao seu trabalho de seria também pautada por uma duplicidade, caracterizada, porém, por uma assimetria de julgamentos.

Enquanto, diante dos seus escritos historiográficos, a crítica mantinha-se distante, ou, nos raros momentos em que rompia o silêncio, formulava duras apreciações, por outro lado, os compêndios de Rocha Pombo eram contemplados com numerosas e repetidas edições. A acolhida aos primeiros pode ser estimada, por exemplo, através da crítica de João Ribeiro, professor, filólogo, crítico literário e historiador, citada por Wilson Martins:

> *Rocha Pombo escreveu uma grande história prolixa em dez ou doze grossos volumes, nunca lidos e provavelmente ilegíveis; é o mais pesado, volumoso e todavia o mais estéril. Duvido muito que o presente ou o futuro lhe dêem um lugar conspícuo entre os nossos historiadores (MARTINS, 1978: 25).*

Quanto aos seus livros didáticos, tem-se, a título de exemplo, a trajetória do "Nossa Pátria". Dois anos após a sua publicação já estava em sua quarta edição, sendo utilizado "oficialmente nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e adotada no ensino desses estados e nos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte" (POMBO, 1919: 3). Este compêndio foi reeditado até o ano de 1970, segundo Fernanda Luchesi, com um total de 88 edições e 452 mil exemplares impressos (LUCHESI, 2004).

A emergência, num autor como Rocha Pombo, dessa dupla produção, tanto no campo da historiografia quanto no da escrita didática, pode ser compreendida num quadro de esgarçamento dos limites da disciplina, que fazia parte do acirramento do debate intelectual em torno dos projetos de nação para o Brasil, tarefa essa que colocaria à História um papel central.

Formulada já nos primeiros anos do Império através de uma proposta que conjugava a necessidade de escrever uma História do Brasil, de fundar um espaço para preservação de uma memória nacional, e de educar o povo brasileiro como súdito e cidadão, a demanda pela construção de uma identidade única e historicamente legítima para a nação brasileira teve como marcos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Nacional e do Colégio de Pedro II, em 1838 (GUIMARÃES, 2003: 197). Todavia, antes mesmo que, respondendo às instâncias expressas pelo IHGB desde a sua fundação, fosse escrita a primeira grande História nacional, que teria seu reconhecido exemplo com a "História Geral do Brasil", publicada em 1854 por Francisco Adolfo de Varnhagen, dois livros voltados ao ensino da disciplina, já haviam sido editados no país.

O primeiro, intitulado "Resumo de história do Brasil até 1828", editado em 1831, foi uma tradução feita pelo militar português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegard do original do escritor francês Ferdinand Denis. Bellegard não teria se limitado, porém, somente a traduzir, tendo "corrigido" e "aumentado" a obra original, que recebera elogios no primeiro número da Revista do IHGB, em 1839. O segundo livro, o "Compêndio de História do Brasil", do general pernambucano José Inácio de Abreu Lima, foi publicado em 1843 e adotado pelos Programas de Ensino do Império entre os anos da década de 1850 até 1862. Esta obra recebeu duras críticas que envolveram Abreu Lima em uma polêmica com o IHGB e o jovem Varnhagen, entre 1843 e 1846 (GASPARELLO, 2004: 79-81, 90).

O pioneirismo da iniciativa de compor uma escrita didática constituiria antes um sinal de falha que de virtude. Segundo Varnhagen, um compêndio de História só deveria ser escrito quando estivesse concluída a "verdadeira" obra, sobre a qual a produção didática deveria se basear, e esta ainda não estaria pronta. Apesar de não afirmá-lo explicitamente, esta provavelmente seria aquela que ele próprio, Varnhagen, se acreditava então em vias de realizar. Uma escrita didática surgia, portanto, no Brasil, não como uma decorrência de uma produção historiográfica anterior, mas, inclusive, entrando com essa em um campo de concorrências e disputas pela definição de espaços de competência e propriedade de fala. Um sentido de hierarquização entre os dois tipos de texto não era naquele momento evidente, precisava ser proposto, divulgado e defendido.

Deslocamentos e trocas observados nos diferentes momentos do estabelecimento dos espaços de produção indicam a condição dinâmica dessa constituição. Como no caso de Joaquim Manoel de Macedo, quando da publicação, em 1861, do seu compêndio "Lições de história do Brasil". De maneira ambivalente, Macedo procurava submeter o seu trabalho como autor didático a uma tradição historiográfica, particularmente ao trabalho de Varnhagen,

à qual, ao mesmo tempo e com o mesmo gesto, ajudava a consolidar. Por outro lado, buscava construir um lugar próprio para a produção de compêndios, propondo algumas especificidades para uma escrita didática, como a necessidade de adequação da apresentação do texto à sua utilização prática em sala de aula (MATTOS, 2000: 83-84). A tarefa de composição de um material dessa ordem não poderia ficar a cargo de alguém que fosse tão somente um historiador, mas teria o seu êxito vinculado à experiência no campo da docência, como era o caso do próprio Macedo.

Às transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1870, seja no campo das idéias, onde "vivenciava-se o florescimento de uma produção intelectual de conteúdo claramente contestador" (MOTA, 1998: 59), seja nos âmbitos político e social, marcado pela passagem do Império à República, ligava-se uma intensificação das disputas e uma busca de rumos diferentes para o campo da História. O questionamento e a queda do prestigio das instituições tradicionalmente responsáveis pela produção e difusão do saber histórico, a busca por uma identidade capaz de inserir o país nos rumos da civilização moderna, sem perda da referência ao passado como fonte do sentido e de unidade, são alguns dos fatores que permitem compreender o surgimento de um trabalho como o de Rocha Pombo. Trabalho esse que ignora as balizas disciplinares e, alheio aos debates, transita entre os dois modos de escrita.

Dois dos aspectos do estudo das relações entre produção historiográfica e escrita didática na obra de Rocha Pombo serão indicados a seguir, como um esboço das inferências construídas ao longo da pesquisa: a concepção do historiador paranaense acerca dos compêndios de História; e a forma como o saber historiográfico emerge nos dois tipos de texto que o mesmo produz.

Num primeiro momento de sua escrita didática, as preocupações de Rocha Pombo como autor de compêndios não parecem diferentes de outros que se dedicavam a esse tipo de produção:

> *Uma obra didática em geral deve ser simples, clara e concisa: quando mais quando tem por objeto a história. (...) a primeira qualidade de tal trabalho é a de por, ante os olhos de quem estuda, os fatos em suas linhas gerais, de modo que a variedade deles não faça esquecer nunca ao espírito do leitor a grande síntese em que esses fatos se completam e animam (POMBO, 1900: xxxiii).*

Clareza, concisão e síntese seriam, portanto os elementos fundamentais para um texto destinado ao ensino da disciplina histórica. Menos que os eventos, era a síntese construtora do sentido que deveria ser preservada pela memória. Porém, quase duas décadas mais tarde, na

apresentação da sua "História do Brasil para o ensino secundário", o acréscimo de outros elementos marcará uma mudança sutil, mas significativa:

> *o que é preciso para isso, a meu ver, é ir começando por aliviar da massa de fatos o contexto histórico, reduzindo a narração dos sucessos mais significativos, de modo a esclarecer a consciência, a infundir o sentimento, poupando o mais que possível a memória (POMBO, 1917:3).*

Embora a operação efetivamente realizada aparentemente permaneça a mesma de antes – ou seja, selecionar os fatos considerados como mais importantes ou mais adequados, resumindo-os, ordenando-os, de modo a estabelecer uma síntese que constitua um nexo e uma racionalidade – não seria um ato intelectual de memória, uma preservação, seja dos fatos em geral, seja de um sentido regulador, que se desejaria alcançar como objetivo final da escrita de compêndios. A criação de um estado de consciência, o cultivo de uma afetividade, é o que estaria sendo sugerido. A História, para Rocha Pombo, não ensinaria simplesmente através do exemplo, do sentido ou da lembrança, mas fundamentalmente, através dos sentimentos que ajudaria a infundir.

> *É necessário criar entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa História – sem o que não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo. (...) E, depois, aqueles que desejarem entrar mais fundo nas causas e mais amplamente nos assuntos – que recorram a mais largas fontes. O primeiro trabalho e o mais interessante é este – o de mostrar como a nossa história é bela (POMBO, 1917: 3).*

O cultivo do gosto e a manifestação do que haveria de belo na História deveriam ajudar a formar um amálgama de sentimento coletivo como resultado do ato pedagógico. Este trabalho primeiro destinado ao ensino se desenvolveria pelo acesso a tradições que não estavam dadas, precisavam antes ser estabelecidas, interpretadas, reordenadas como tal, e isto seria feito através dos livros didáticos e compêndios de História.

O segundo aspecto, a forma como o conhecimento histórico aparece nos trabalhos de Rocha Pombo e o modo como este opera um intercâmbio das marcas e limites pertinentes a cada forma de escrita, remete a um primeiro ponto a ser enfrentado: a constatação de que Rocha Pombo escreveu seus compêndios de maior repercussão sobre a História do Brasil, somente após haver concluído a sua grande empreitada historiográfica, conforme indicado acima. Isso poderia sugerir um caráter de derivado natural entre as duas produções, todavia, a comparação entre os vários textos expõe um quadro de maior complexidade.

Nos diferentes livros que abordam um mesmo tema, como as suas História do Brasil historiográfica, para o ensino primário, secundário ou superior, mais que se apropriar, adaptar ou resumir, o que Rocha Pombo opera é uma constante tradução: conteúdos são reordenados, interpretações são reformuladas, temáticas são invertidas. Um exemplo é a sua discussão acerca da participação das três raças na formação do povo brasileiro, a qual, se aparece em todos os livros, configurando um elemento de continuidade, assume, porém, um caráter completamente diferente em cada um deles. A noção de simplificação, de vulgarização, é insuficiente para dar conta da presença de tantas diferenças. Problema em aberto, o que se constata é uma tensão permanente, que atravessa de forma marcante toda a escrita em História de Rocha Pombo, o qual parece converter-se sempre em um "outro" para si mesmo.

Rocha Pombo concebia a História como portadora de uma finalidade pedagógica intrínseca: educar o povo para realizar os desígnios da nação. Às diferentes instâncias do saber histórico caberiam apenas tarefas diferentes em momentos diferentes dessa missão maior. Assim, não haveria um espaço exclusivo para a produção do saber e outro para a divulgação dos conteúdos de conhecimento simplificados. Passar de uma a outra forma de escrita implicaria realizar a mesma função de modos diferentes, lidando, contudo, com as peculiaridades de cada narrativa de maneira tensa e descontínua, como uma escrita inacabada, em constante reconstrução.

Fronteira dentro de fronteiras, a produção de compêndios e manuais no Brasil particularizou-se, ao longo do século XIX e início do XX, ao mesmo tempo em que lhe foi sendo construída uma imagem de gênero menor. Todavia, uma escrita didática em História não emergiu tão somente pela necessidade de compartilhar, de divulgar a um público mais vasto um conhecimento produzido em uma instância superior, mas, conforme Rocha Pombo, por exemplo, emergiu do próprio caráter pedagógico constitutivo da História como disciplina. Como um coroamento, a princípio; e na forma de uma especialização desse mesmo caráter.

Sem jamais poder reduzí-las a uma mesma peça do jogo, pode-se sugerir que historiografia e escrita didática não se encontram, nem tão distantes, nem submetidas a uma relação de dependência hierárquica matricial. Rocha Pombo é, portanto, um caso que permite expor a complexidade das relações entre as duas formas de escrita, não por se tratar de um exemplo da idiossincrasia ou originalidade de um autor, mas por permitir pensar que as separações disciplinares são menos nítidas, mais tensas e mais complexas do que pareceriam a uma análise superficial.

Referências bibliográficas:

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *História e Nação: uma pedagogia para a modernidade.* In: **Educação no Brasil**: História, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

LUCCHESI, Fernanda. **A historia como ideal:** reflexões sobre a obra de Jose Francisco da Rocha Pombo. São Paulo: USP, 2004. Dissertação.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. vol. VI. São Paulo: Cultrix, 1978.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições**: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Brasil e Portugal**: imagens de nação na Geração de 70 do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 1998. Tese.

POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**. Rio de Janeiro: Laemmert & c., 1900.

___. **História do Brasil.** vol I. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

___. **História do Brasil,** para o ensino secundário. São Paulo: Weiszflog, 1917.

___. **Nossa Pátria**: narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução. 4. ed. São Paulo: Weiszflog, 1919.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Igreja, Estado e Símbolos: a apoteose barroca no conjunto carmelita da cidade de João Pessoa[1]

André Cabral Honor[2]

Resumo: O conjunto carmelita de João Pessoa teve sua construção iniciada por volta de 1605 ou 1609, e foi concluído somente em 1777. A ordem teve importância significativa no que se refere à catequese na sede da Capitania nos séculos XVII e XVIII, chegando a manter um hospício como posto avançado de atuação junto aos indígenas, junto à foz do Rio Paraíba. Pretendemos, de forma ainda inicial, proceder a um levantamento histórico da construção do conjunto Carmelita pessoense, composto pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pela Igreja de Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira e pelo Convento da ordem. Nossa intenção é procurar desvendar em que contexto se insere a edificação de tais monumentos, principalmente como subsídio para uma análise iconológica e iconográfica do conjunto de representações visuais existentes na decoração interior das duas igrejas do complexo, que inclui pinturas sobre madeira, em partes do forro e medalhões em algumas paredes, e azulejaria portuguesa da segunda metade do século XVIII.
Palavras-Chave: Barroco; Paraíba; Conjunto Carmelita.

Abstract: The Carmelite's convent and churches of João Pessoa had their build starting about 1605 or 1609, and this was concluded only in 1777. The order have significant importance in Indians catechesis on the Captaincy of Paraíba in the 17th and 18th centuries, also maintaining a hospice as advanced position of activities close to the natives, near to Rio Paraíba's mouth. This paper intends, as a briefly study, proceed a historical view about of the construction of Carmelite's architectonical group of João Pessoa, composed by the Church of Our Lady of Mount Carmel, the Church of Santa Teresa of Jesus of the Tertiaries and the Convent. The objective of this work is try to understand which context interferes in the construction of such monuments, mainly as subsidy for an iconological and iconographical analysis of visual representations in the decoration of these two churches, including paintings on wood - in part of the ceiling and medallions in some walls - and Portuguese tiles of the second half of the 18th century.
Keywords: Baroque; Paraíba; Carmelite's Architectonical Group.

A arte sempre se apresentou como um dos mais fascinantes objetos de análise pela ciência histórica. Sua teorização, metodologias e vertentes, acompanharam o ritmo da historiografia, com seus progressos e retrocessos muitas vezes concomitantes. Não é redundante falar que dentro desse ramo historiográfico o objeto foi sempre o mesmo: a obra

[1] Trabalho apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado na UNISINOS, em São Leopoldo (RS), entre 15 e 20 de julho de 2007.

[2] Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profª Dra. Carla Mary S. Oliveira. E-Mail: <falanariga@bol.com.br>.

de arte. Apesar de o conceito de obra de arte ser algo profundamente discutido nos meios pertinentes, com ampliações e reduções dependendo do período, a idéia do que chamaremos de "aura"[3] de um objeto artístico, nunca teve variações que a levassem a contestar, ou inverter por completo a idéia de obra de arte.

Dentro da História da Arte toma cada vez mais fôlego a vertente que busca analisar as imagens como alegorias. Em outras palavras, cada representação artística possui um significado intrínseco, que ultrapassa a simples ornamentação, e por causa do significado existente na representação esta é chamada de alegoria. Quando se realiza a análise iconológica de uma obra de arte se está, na verdade, tentando traduzir a significação de uma imagem figurativa para a linguagem verbal.

Tal análise é extremamente fascinante para a história da arte e seus interlocutores, porém, ao mesmo tempo, é melindrosa e escorregadia, podendo levar o historiador a cometer, facilmente, aquele que seria o maior pecado na elaboração de um texto histórico-científico: o anacronismo. É comum ver conclusões precipitadas, e muitas vezes errôneas, em textos que analisam a arte como a alegoria. Geralmente, tais análises são realizadas por pessoas que têm pouco contato com a pesquisa histórica, relegando-a a um segundo plano, seja por desconhecimento de sua metodologia ou por estabelecer uma suposta hierarquização das áreas envolvidas (arquitetura, pintura, escultura, etc.). A intenção deste breve estudo não é propor um monopólio da história da arte por parte dos historiadores, mas sim um intercâmbio destes com as mais diversas disciplinas, por se entender que a tal ramo histórico ultrapassa a teorização histórica pura.

Nesse sentido, a análise de uma obra de arte, no caso do conjunto carmelita da cidade de João Pessoa, deve ser precedida de uma análise histórica dos momentos em que o referido monumento foi erguido. Segundo Groulier, *"*Embora a igreja exerça controle sobre os programas iconográficos, orientando tanto os iluminadores como os artistas do vitral, ela não impõe nenhum sistema de regras muito escritas para a execução das obras" (GROULIER, 2004: 12). Percebe-se, então, a forte influência que a sociedade local - sem se esquecer dos artífices - tem sobre a alegoria barroca. Nos trópicos, principalmente nas periferias, a presença do Estado e da Igreja é menos vigilante, o que faz com que a arte religiosa incorpore elementos regionais e temáticas locais próprias. A periferia não se descola do centro, porém possui, em relação à ele, certa autonomia, o que faz com que a idéia e seus elementos

[3] Tal conceito está presente nos ensaios escritos por Walter Benjamim intitulados "Pequena História da Fotografia" (1931) e "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" (1936). Segundo análise feita por Grojnowski, a aura *"se inscreve na celebração do instante, na exaltação daquilo que advém tão-somente uma vez e não mais se verá. A aura surge então como uma categoria ao mesmo tempo existencial e emocional, como uma consagração do presente captado em suspenso"* (GROJNOWSKI, 2003: 159).

principais barrocos estejam presentes, adaptando-se porém à realidade regional. Portanto, é também através de um forte embasamento histórico do contexto sócio-econômico do período da construção do conjunto arquitetônico carmelita na cidade de João Pessoa, que se pode realizar uma análise iconológica satisfatória dos elementos artísticos presentes em tão suntuosa obra. Assim, se torna mais fácil tentar compreender o significado que essas alegorias possuíam para sociedade em que estão inseridas.

A datação do início da construção do convento carmelita e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo é bastante incerta. Segundo Guilherme Lins, é possível afirmar "com boa margem de segurança que o Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania da Paraíba começou a ser edificado entre 1605 e 1609" (LINS, 2006: 230), portanto antes mesmo do período holandês. A presença de tais religiosos na capitania insere-se na ótica do processo de aldeamento e doutrinação dos indígenas. Em 1712, numa carta do então capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, aparece o primeiro indício sobre a edificação conventual carmelita no século XVIII:

> *Estavao vivendo em suas cazas térreas de barro, e taypa e deixarão o convento empenhado (...) de missas semanais ficarão novecentos e sincoenta e vendo os religiosos da reforma com dous para tres annos de assistência levantarao hum dormitório, desempenharão o convento; assistindo actualmentte neste quatorze e quinze religiosos que continuamente em pregao em serviço de deos.*[4]

O convento não só já se achava construído como foi empenhado pelos religiosos, contudo como podemos perceber na carta do Prior do Carmo da Reforma, frei Felipe dos Santos, data de 13 de Junho de 1733, o mesmo não se encontrava pronto, ao contrário, "Ainda com dois dormitórios térreos de taypa de barro, e soh hum com sobrado novo feito de pedra,e cal, e outro principiado (...)"[5], mais adiante acrescenta o motivo pelo qual o convento se encontra por terminar:

> *E Sendo os primeyros que fundarão o convento nesta cidade sam tam pobres, que ainda tem os dormitorios debaixo de taypa, e como este povo esteja miseravel pellas calamidades que experimentarao da sequa, e depois das chuvas, (...)*[6]

---

[4] AHU_ACL_CU_014, Cx.4, D. 333. Os documentos analisados estarão com suas referências em códigos, cuja designação é: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ACL – Administração Central; CU – Conselho Ultramarino; 014 número da série Brasil - Paraíba; Cx. – Caixa (1 a 50); D. – Documentos.

[5] AHU_ACL_CU_014, Cx.4, D. 702.

[6] AHU_ACL_CU_014, Cx.4, D. 702.

É importante perceber que a região litorânea da capitania da Paraíba, cuja economia baseava-se na produção açucareira, passava por um estado duradouro de crise econômica que se agravava devido às intempéries climáticas[7]. Então o que justificaria a construção de tão apoteótico monumento, com ornatos folheados a ouro, justo na época de maior recessão econômica do período colonial? Ao se fazer tal pergunta, nos dias de hoje, está implícito o conceito de economia de mercado e a idéia do dinheiro regendo o dia-a-dia da vida cotidiana. Porém, nos séculos XVII e XVIII a lógica não era essa. Não há como explicar a construção do monumento pelo viés econômico. A explicação concentra-se nas estruturas simbólicas da sociedade colonial. A lógica da nobilização - extremamente presente na sociedade paraibana desde seus primórdios, ainda no século XVI[8] - levava não só à aceitação de cargos pelo *status* que os mesmos representavam - muitos deles sendo, inclusive, não remunerados - mas também fazia com que aqueles que possuíam uma situação financeira confortável "investissem" dinheiro em tais obras, como forma de obtenção de uma legitimação desse *status* perante a sociedade, fazendo com que seu poder econômico se tornasse, também, um tipo específico de poder simbólico.

As ordens religiosas cumpriam dois papéis fundamentais dentro da colônia: o de guias religiosos, através de missas e procissões, e o de doutrinação dos indígenas aldeados. Tais papéis eram fundamentais não só para a sociedade colonial, mas também para o Estado, pois somente através da união conflituosa, porém não destoante, entre Estado e Igreja, podia-se construir uma ordem social. O comportamento da mesma perante as regras e os interesses do Estado ditavam o benefício de uma em relação a outra, sem considerar aqui os acirrados conflitos entre as próprias congregações.

A conclusão do convento só se deu na segunda metade do século XVIII. Seu aspecto externo barroco será radicalmente modificado, pois recebeu uma fachada neoclássica no início do século XX, quando foi transformado em sede do bispado local. Atualmente seu aspecto interno tem sido bastante modificado, no intuito de se adequar aos seus novos usos, restando apenas algumas portadas em cantaria de pedra calcária ornadas com almofadas e folhas de acanto.

---

[7] Sobre este assunto o temos um artigo intitulado "Breve análise dos motivos da anexação da capitania da Paraíba" publicado nos Anais do Encontro Estadual da ANPUH - Seção Paraíba (2006).

[8] A esse respeito, ver GONÇALVES (2007).

Quanto à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pertencente à ordem primeira, não se pode determinar a data exata do início de sua construção, contudo os indícios levam a crer que tal edificação remete-se ao começo do século XVII, juntamente com a construção do convento carmelita.

No ano de 1730 a Igreja já funcionava como local de missa e oração para a população da cidade, como se percebe através do requerimento de 31 de outubro de 1732, em que D. Maria Isabel solicita justiça pela agressão sofrida por suas filhas na dita igreja.

> *Diz donna Isabel de Albuquerque viuva que ficou de Simão Aranha de Vasconsellos do coal lhe ficarão tres filhas chamadas Dona Mariana de Albuquerque, Dona Maria de Albuquerque e Dona Antonia de Vasconcelos, moradora e natural da cidade da Parahiba do Norte que em sabado de Aleluia do anno de 1730, aconsesendo terem as ditas suas filhas humas duvidas com huma Clara Francisca, filhas de (...) Francisca moradores na mesma capitania na* ***igreja de nossa senhora do Carmo*** *[grifo nosso]da ditas cidades da parahyba sem que na ditas bellas ouvesse feridas por não haver arma (...)*[9]

O fato constatado de que a igreja era utilizada com templo pela sociedade não deve precipitar uma afirmação de que a mesma encontrava-se terminada, e muito menos com o aspecto que hoje se observa. Era comum que as igrejas fossem abertas para o culto, e que sua missa abacial[10] se desse quando ela ainda encontrava-se incompleta, porém com condições de uso[11].

Segundo os dados levantados, em 1763 foram iniciadas as obras de reerguimento da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pois sua estrutura encontrava-se comprometida. Tal reconstrução durou quinze anos, sendo concluída em 1778[12]. A presença de um elemento decorativo no arco cruzeiro nos leva a crer que os últimos retoques no monumento foram de trabalho de cantaria, mais especificamente dos ornatos decorativos no referido arco.

---

[9] AHU_ACL_CU_014, Cx.4, D. 680.

[10] Ato de consagração da igreja.

[11] Na Paraíba é possível citar dois casos em que a missa abacial se realizou sem que as igrejas estivessem terminadas: A Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, no aldeamento de Almagre/ Utinga, localizado na atual Praia do Poço, em Cabedelo; e a Igreja de Nossa Senhora da Guia, do Hospício da Guia, em Lucena. Ambas, apesar de terem sido utilizadas como templos, nunca chegaram a ser concluídas como se pode perceber por suas fachadas incompletas.

[12] Tal informação encontra-se em: MELLO, 2005, p. 60-61.

Fig. 1 - Detalhe do **laço de fita** no arco cruzeiro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
Foto: André Cabral Honor (out. 2006).

Os laços de fita *"simbolizam uma função régia (...) procedem uma adesão interior com a fé"* (CHEVALIER, 1992: 532). Tais ornatos foram largamente utilizados nas construções erguidas durante o reinado de D. Maria I, a louca (1777-1799): ela gostava de laços de fitas, tanto por seu aspecto decorativo, quanto pelo aspecto simbólico, pois era uma católica extremamente fervorosa que, principalmente durante o seu período de loucura, financiou inúmeras procissões e construções de igrejas suntuosas.

A reconstrução da Igreja do Carmo é citada numa carta escrita pelo capelão, frei José de Santos Elias, à rainha D. Maria I, em que pede ajuda para pagar as dívidas que a ordem contraiu em função da construção da referida Igreja.

> *Ainda contra a grave penuria em que se acha o seo convento que certamente (...) empenhado, e sem ornamentos precisos e dessenttes para as festividades. Isto por causa da igreja que novamente se fez, suposto esteja na sua ultima perfeição.*[13]

A Igreja de Santa Teresa, da Ordem Terceira[14], diferencia-se da maior parte de suas igrejas congêneres por possuir, justamente, uma fachada com a porta de entrada voltada para a rua, e não para dentro da Igreja principal, como era costumeiro.

[13] AHU_ACL_CU_014, Cx.4, D. 2095.

[14] A ordem terceira *"compõe-se de leigos, homens e mulheres casados, solteiros ou viúvos, e de padres diocesanos que embora não vivam em convento 'congregam-se em associação religiosa... e de conformidade com uma regra ou estatuto especial, também fazem o seu ano de noviciado e solenemente professam. Daí a sua denominação de* ***Ordem Terceira****, de conformidade com os preceitos de sua contribuição no século XV, por diploma pontifício de Sixto IV"* (MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005: 26).

> *Uma característica singular do prédio é o fato de sua fachada ser recuada em relação à da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, como se fosse necessário demonstrar claramente a hierarquia existente entre os dois templos. (OLIVEIRA, 2003: 89)*

Em 1722 foi lançada a pedra fundamental da Igreja da Ordem Terceira, porém em 1728 a capela já apresentava risco de desabar em virtude da intersecção da sua estrutura arquitetônica com a parede lateral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que se encontrava com sua edificação comprometida.

Quando, em 1717, os frades carmelitas doaram o terreno à irmandade para que esta pudesse construir a sua Capela, foi resolvido que a Igreja da Ordem Terceira, apesar de situar-se conjugada à parede do Carmo, deveria ter uma "independência estrutural completa do Templo maior" (MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005: 60), evitando assim que se abrisse a já comprometida parede da Igreja do Carmo para nela fosse inserida o arco da Ordem Terceira. Porém, quando em 1722 iniciam-se as obras de construção da Igreja, os irmãos da mesa contrariam a idéia original e resolvem inserir o arco dentro da parede lateral da Igreja do Carmo, para isso "obrigaram a mudar a custa da nossa ordem a varanda que os ditos têm para detrás da capela mor aonde já estivera, como também as janelas das quatro tribunas..." (MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005: 60). Essa idéia leva à paralisação das obras ainda em 1722, e finalmente se decide pela retomada do projeto inicial de independência estrutural.

Em 1732, há um fato curioso na construção da Igreja. Em 30 de junho manda-se suspender a obra das paredes e dar-se adiantamento aos trabalhos de lavragem de cantaria, isto porque o Mestre Manoel Fernandes era o único na capitania com as atribuições necessárias para realizar a lavra da pedra calcária, sendo fundamental, portanto, mantê-lo na obra. Como não havia dinheiro para sustentar as duas obras ao mesmo tempo, dá-se prioridade ao trabalho desenvolvido pelo referido mestre, pois desta forma, este não poderia trabalhar em outra obra impossibilitando-o de voltar ao trabalho de cantaria da Igreja de Santa Teresa. Em 1732, já se havia concluído o trabalho de cantaria do frontispício e cornija da Ordem Terceira.

O último dado de que se dispõe a respeito da construção da capela data de 1758: é pedido que se abram os alicerces para a construção da sacristia, do carneiro e da casa de oração. A data de finalização da Igreja de Santa Teresa é incerta, porém a placa sepulcral mais

antiga - hoje desaparecida - datada de 1797, revela que havia sepultamentos na mesma já em fins do século XVIII, quando a igreja provavelmente já se encontrava concluída[15].

> *AQUI JAZ O*
> *BRIGDº GR.*
> ***JERONIMO JOSE DE M. CASTRTº*** *[grifo nosso]*
> *Q. GOVERNOU ESTA CAPTA DA PARA 3 ANES FALº*
> *EM MIO DE 1797*[16]

O conjunto carmelita da cidade de João Pessoa é um marco arquitetônico, religioso e cultural na história da sociedade colonial da capitania da Paraíba. Através da sua análise simbólica, que só é possível se embasada na história de sua edificação, se pode tentar vislumbrar, mesmo que de forma incompleta, a simbologia existente por trás de seu patrimônio, restabelecendo os laços entre este e sua comunidade e transformando-o em um monumento à sua memória.

Referências

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares*: política e economia na Paraíba - 1585/1630. Bauru: EDUSC, 2007.

GROJNOWSKI, Daniel. Walter Benjamin e as auras da aura. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 63, jul. 2003, p. 155-165.

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. Vol. 19. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

GROULIER, Jean-François. A teologia da imagem e o estatuto da pintura. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline (dir.). *A pintura*. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 9-15.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Uma apreciação crítica do período colonial na "História da Paraíba Lutas e Resistências*". João Pessoa: Felipéia, 2006.

MELLO, Virgínia Pernambucano; ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de & SILVA, Rita de Cássia Alves Ramalho. *História da Ordem Terceira do Carmo da Paraíba.* João Pessoa: A União Editora, 2005.

MENEZES, Mozart Vergetti de; OLIVEIRA, Elza Régis de; e LIMA, Vitória Barbosa de. (org). *Catálogo dos documentos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.* João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

[15] Não é possível nos dias atuais encontrar tal placa, essa informação provém do relato de Alfredo do Valle Cabral, bibliotecário baiano, que registrou inscrições epigráficas de diferentes locais do Brasil, incluindo a da Igreja de Santa Teresa.

[16] MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005, p. 43.

OLIVEIRA, Carla Mary S. *O barroco na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/ IESP, 2003.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*: volume I. 2. ed. fac-similar. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imagem e cidade: Memória do (não) Monumento ao Homem Brasileiro no Palácio Capanema

Rafael Alves Pinto Junior*

Resumo: Este trabalho objetiva estudar a proposta da realização do Monumento ao Homem Brasileiro, idealizado por Gustavo Capanema para o átrio externo do Edifício do Ministério da Educação e Saúde (1943). Este Monumento não foi realizado, apesar de incorporado aos estudos de Le Corbusier para o edifício, e descartado pela equipe brasileira. Essa obra, apesar de não ter sido realizada, é emblemática, por caracterizar uma preocupação de afirmação de uma visualidade comum à arte e a arquitetura modernista brasileira das décadas de 1930-1940, bem como a construção de uma identidade nacional.
Palavras-chave: Arte Modernista – Monumento – Arte Pública.

Summary – The goal of this paper is to analize the non-realization of the monument for the Brazilian man, conceived by Gustavo Capanema for the Capanema palace (known at that time as the Health and Education building) entrance as an example of the situation in Brazil during the construction of the building in the period of 1930-1940. A period of identity problems and the search of a true nationalism faced by the arts that influenced the construction of that building.
Key words: Modernist art - Monument - Public art.

Como elementos estruturantes da espacialidade da arquitetura modernista produzida no Brasil nas décadas de 1930-1940, os conceitos de modernidade e tradição não se configuram sistemas contraditórios entre si, mas antes alternativas diferentes para um mesmo problema. Neste cenário, a criação do Palácio Capanema parece ser o episódio mais emblemático da disputa pelo poder simbólico travada dentro de um regime político que não apresenta uma imagem unívoca.

Dentro deste episódio, a proposta para a realização do Monumento ao Homem Brasileiro é emblemática por representar os dilemas e as preocupações de afirmação de uma visualidade comum à arte e a arquitetura modernista do período, bem como a construção de uma identidade nacional veiculada através do estabelecimento de uma obra de arte pública, instrumento de retórica e propaganda.

* Arquiteto e Mestre em Cultura Visual. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes Visuais.

Naturalmente que estudar a política iconográfica do primeiro governo Vargas (1930-1945) ultrapassa os limites deste trabalho. Importa-nos reconhecer que, imerso nesta conjuntura e mediado por Gustavo Capanema (1900-1985), a criação do Ministério constituiu-se num marco considerável ao agrupar ao nível federal as atividades essenciais de Educação e Saúde públicas. Além disto, pela realização arquitetônica do Ministério podemos identificar os mesmos questionamentos nacionalistas também presentes no espaço artístico – entre o artístico e ideológico – e aqueles referentes à afirmação de uma identidade nacional desencadeadas pelo pensamento de Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda.

Capanema concebeu um programa escultórico fundamentado numa retórica monumental de raízes classicistas, diferentemente do pictórico, fundamentalmente agrária, e alinhado com a política simbólica dos anos 1930 no geral e com o governo Roosevelt (1933-1945) em particular. Segundo Fabris, na década de 30, "todo país que deseja afirmar a própria identidade nacional e justificar o próprio regime político, lança mão do espírito clássico enquanto idéia universal e atemporal, por enfeixar valores comuns a todo o Ocidente desde a Antiguidade" (2000, p. 172). No caso específico do Monumento ao Homem Brasileiro, este devia ser, segundo o próprio Capanema escrevendo a Vargas em 14/06/1937:

> *A principal delas será a estátua do homem, do homem brasileiro. Porque este símbolo? Justamente porque o Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar,a compor, a aperfeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o ' ministério do homem'. (...) o homem estará sentado num soco. Será nu, como o Penser de Rodin. Mas o seu aspecto será o da calma, do domínio, da afirmação. A estátua terá cerca de 11 metros de altura, dos quais apenas 3 ou 4 decímetros serão reservados ao pedestal. Isto quer dizer que quase todo o bloco de granito será a figura do homem, cujas plantas quase tocarão o chão. Há na obra planejada, qualquer coisa de parecido com os colossos de Menon, em Tebas, ou com as estátuas do temploi de Amom, em Karnak (Lissovsky e Sá, 1996, p.224-225).*

A idéia da estátua parece ter sido de Le Corbusier (1887-1965) em sua rápida estada no Brasil – entre julho e agosto de 1936 - que a sugeriu no 1º. Estudo para o terreno da praia de Santa Luzia em 1936, colocando-a na esplanada, à direita da entrada principal do edifício (ver Ilustração 1). Uma possível explicação parece ser o fato da figura desempenhar um papel de referência visual à praça de acesso além de se constituir num óbvio elemento de afirmação do terreno. O monumento permanece[1] no segundo estudo para o edifício, colocada na praça em frente ao auditório, paralelamente ao bloco principal (ver ilustração 2).

Corbusier havia projetado também em 1936 o Centre d´Estethique Contemporain para a Exposição Internacional de Paris onde concebera no Hall central uma imensa figura

[1] O monumento não aparece nas soluções da equipe brasileira para o projeto do edifício do Ministério.

humana sentada. Mesmo imerso na época politicamente conturbada que antecedeu a II Guerra, o arquiteto estava convicto de que o advento da modernidade – efetivada principalmente através da arte, da arquitetura e da urbanização – trouxesse uma nova época à humanidade. Para ele, a figura desnuda do homem sentado representaria a procura por "son homme instintif, individuel, collectif et cosmique, lá où il s´est exprimé dans le grand débat homme et nature, homme et destin"(LUCAN, Jacques. *Le Corbusier. Une encyclopédie*. Paris, Éditions du Centre Pompidou, CCI, 1997, p. 267. In Segre, Roberto. O edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945): museu "vivo" da arte moderna brasileira**.** Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos. Acesso em 12/03/2007).

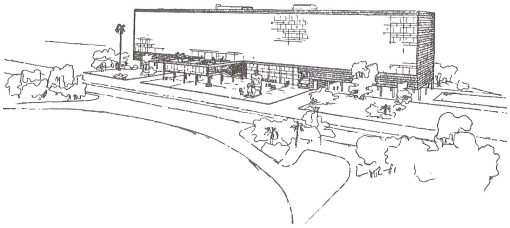

Ilustração 1 – Primeiro anteprojeto para o Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 1936. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos.

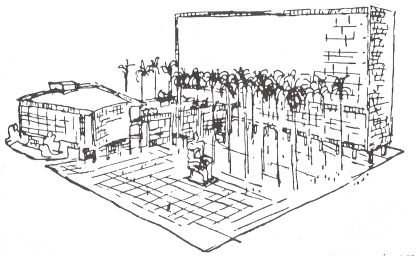

Ilustração 2 – Segundo anteprojeto para o Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 1936. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos.

Ilustração 3 – Colossos de Memmon - designação atribuída às estátuas gigantescas do faraó Amenhotep III (ou Amenófis III) da XVIII Dinastia - Tebas- Luxor, Egipto. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Colossos_de_Memnon. Acesso em 02 Fev. 2006.

No Brasil, o monumento foi confiado ao escultor Celso Antônio (1896-1984)[2] e a crise que se instaura entre o ministro e o artista é reveladora dos objetivos ideológicos de ambos. A escolha do artista parecia natural considerando sua óbvia influência egípcia, tendendo ao monumental e plena de traços expressionistas. Capanema consultou o historiador Oliveira Viana para identificar quais traços devia representar no monumento. O que seria brasileiro? Quais os traços caracteristicamente do homem nacional deveriam estar presentes numa imagem deste porte?

Podemos afirmar que essa não seria uma tarefa das mais fáceis, considerando as características de um país multirracial, mestiço e historicamente miscigenado. Afinal como representar num mesmo perfil, o nordestino, o gaúcho, o mineiro, o carioca, dentre outros? Quais traços unificariam estes rostos? O que tornaria a figura identificável como "brasileira"?

Soma-se a estas dificuldades, o fato do modelo elaborado pelo artista não ter agradado ao Ministro, não correspondendo em nada ao idealizado: "um modelo barrigudo, de traços sertanejos e nada atlético" (Fabris, 2000, pg. 171).

Roberto Segre supõe que diversos intelectuais ligados a Capanema - Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade, Roquete Pinto, Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade – não apoiavam uma representação que bem podia ser vista como racista, num período em que essa temática servia como justificativa para "limpezas raciais" promovidas tanto na Alemanha Nazista quanto na URSS:

> *Posição que era compartilhada pelo movimento "integralista" de extrema direita, respaldado pelas teorias autoritárias e racistas de Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Plínio Salgado. Com a interrupção deste projeto, a imagem escultórica foi posteriormente associada ao tema da juventude (Segre, Roberto In: O edifício do Ministério da Educação e Saúde (1936-1945): museu "vivo" da arte moderna brasileira. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos).*

Como Celso Antônio não atingiu o que dele se esperava, Capanema não desiste e recorre a Brecheret (1894-1955) – que além de não se interessar estava comprometido com a execução do Monumento às Bandeiras em São Paulo - e a Ernesto de Fiori (1884-1945) que executa um modelo praticamente destituído de qualquer interesse plástico. As intenções são todas frustradas e terminam por sepultar com as aspirações de se erigir o monumento ao Homem Brasileiro, entretanto, o esforço da encomenda nos interessa por revelar as aspirações ideológicas e estéticas do ministro.

Ao recorrer a Brecheret e a de Fiori, Capanema sugere como indicação as obras de Aristide Maillol (1861-1944) e Charles Despiau (1874-1946) que considerava grandes

[2] Corbusier admirava Celso Antônio e aprovou seu nome para a execução da estátua. Em carta a Capanema em 30/12/1937 ele diz que: Estou feliz também por saber que o grande escultor Celso Antônio estuda a figura monumental que será colocada diante do edifício [...] (LISSOVSKY, M.; SÁ , P.S. Moraes de. *Op. cit*. p. 140)

escultores de sua época, e é precisamente esta indicação que nos interessa. A indicação destes artistas europeus evidencia a fonte classicista da proposta formal idealizada por ele. Fabris esclarece que o fato do ministro indicar como modelo escultores classicistas não seria casual:

> *Integra um movimento mais vasto, de âmbito internacional, interessado em determinar a configuração do "homem novo" a partir de duas matrizes fundamentais: a regeneração da raça, expressa por uma figura atemporal, atlética e nua, própria de paises como a Alemanha e a Itália; o agigantamento do trabalhador, típico dos Estados Unidos e da União Soviética, entre outros. O mito do "homem novo" pontua toda a década de 30: a ele são dedicadas as capas das principais revistas (2000, p. 171)*

O problema enfrentado por Capanema ao estabelecer um programa iconográfico para o Edifício do Ministério pode ser resumido no fato de como equacionar uma linguagem de cunho classicista a partir de uma simbologia rural numa realização arquitetônica que deveria ser um marco do que havia de moderno, através do que havia de mais arrojado tecnológica e estéticamente na época?

Uma resposta a essa equação pode ser encontrada na relação instaurada pelo modernismo e que como tal, tanto na arte quanto na arquitetura, a questão fundamental reside no fato dele representar uma ruptura na relação entre o presente e o passado, em vez de ser a continuação de uma relação existente. Conforme explica Colquhoun:

> *Sem dúvida, essa "ruptura epistemológica"poderia ser "explicada" por mudanças na sociologia, tecnologia e economia da arquitetura, conferindo assim, à "novidade" a aparência de ser o resultado de uma causalidade histórica. Tal explicação, contudo, nao se aplica tão facilmente à arte em geral, e a influência da teoria artística geral sobre a arquitetura moderna foi tão forte quanto, ou mesmo mais forte do que, a da tecnologia (COLQUHOUN, 2004, p. 18)*

No caso da realização do Ministério, trata-se na verdade da velhíssima questão referente à presença da tradição na arquitetura, já enfrentada no passado pelo Classicismo[3]. Enquanto que o espaço arquitetônico, concebido pela vanguarda européia, se afirmava pela negação de seu passado, rompendo com ele e estabelecendo novas relações formais; o espaço arquitetônico concebido por Lúcio Costa e seguido por Niemeyer recorria à tradição como um elemento de afirmação, de especificidade.

---

[3] - A história da arquitetura dá evidências de que até hoje só houve dois sistemas formais completos: o classicismo e o modernismo. A diferença básica entre o classicismo e o modernismo é a substituição da imitação pela construção formal como critério de formação de objetos arquitetônicos. A adoção de modelos dá lugar à interpretação do programa como principal elemento estimulador da forma e âmbito de possibilidades na ordenação do espaço habitável. A partir desta caracterização genérica da arquitetura moderna, a vertente brasileira pode ser vista como particularização de um modo de conceber a forma artística essencialmente diferente do classicismo, que havia dominado os quatro séculos precedentes e ainda era o paradigma dominante nas primeiras décadas do século XX (MAHFUZ, Edson da Cunha. O sentido da arquitetura moderna brasileira. In: Arquitextos/ Vitruvius. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em 13 ago. 2006).

O espaço arquitetônico moderno, ao substituir a imitação histórica pela construção formal como critério de formação de ambientes arquitetônicos, conceitualmente restringia-se aos seus próprios meios expressivos. Ao espaço moderno abre a possibilidade de que sua legitimidade passe a ser buscada no âmbito do objeto e de sua configuração especifica, e não em algum sistema externo a ele; podendo consequentemente aspirar a uma autenticidade produto da ordenação do objeto através de leis exclusivas a ele. Neste sentido, o advento da modernidade na arquitetura significa entender o projeto como uma atividade de síntese que expressa através da forma as especificidades do programa de necessidades, as variáveis de onde a obra vai ser construída e os aspectos técnicos do oficio de construir. A partir dessa caracterização genérica da arquitetura moderna, a vertente brasileira pode ser vista como uma particularização de um modo de conceber a forma artística.

Conforme concebido por Costa, o espaço arquitetônico modernista brasileiro acrescentou aos critérios de construção formal, os valores do patrimônio nacional, de uma maneira que se aproxima muito mais do tipológico do que do mimético. O mérito de apropriar-se de procedimentos estrangeiros – colocados por uma permanente situação de dependência econômica, cultural ou política – e ao absorvê-los, torná-los autênticos e característicos de uma produção local, parece ser inegável aos construtores desta proposta.

Neste sentido, podemos observar que a realização do Ministério deve ser estudado mais como produto de intensas variáveis contraditórias que a realização de qualquer proposta unívoca e dentre elas, as correspondentes à proposta do Monumento ao Homem Brasileiro.

Quanto à imagem, só nos resta especular sobre o que poderia ter sido se Capanema houvesse concretizado suas pretensões. Mesmo não tendo sido realizado, podemos ver que as reflexões desencadeadas pela proposta do Monumento – apelidado de Múmia pelos cariocas – são as reflexões da arte e da arquitetura feitas no Brasil nas décadas de 1930-1940. As aspirações de se construir um monumento ao Homem Brasileiro nos interessa mais que a realização dele próprio.

O edifício instaura-se numa monumentalidade enquanto produto de sua inserção no tecido urbano e neste sentido está numa zona organizada em função de seus valores formais. Monumentalidade por excelência, ao que se refere Argan (2004, 78), resultando numa complexa relação entre duas exigências fundamentais: uma plena representatividade simbólica e uma funcionalidade que é ainda definitivamente, representativa, porque o ritual espetacular, com a sua cena, seu referente imagético, não é somente um meio, mas a substância mesma da representação.

Ao se pretender erigir o Monumento, podemos identificar também a relação que se pretendia estabelecer entre o edifício e a cidade, entre o estabelecimento de uma imagem e a afirmação de um conceito, barroco na intenção de ser a ilimitada extensão da representação em um espaço ao mesmo tempo presente, passado e futuro, onde participam tanto a natureza quanto a história.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulo Carlo. **El Concepto del espacio arquitectonico desde el Barroco a nuestro dias**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1977.
_____**Imagem e Persuasão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
_____ Projeto e destino. São Paulo: Atica, 2004.
BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **A formação do homem Moderno vista através da arquitetura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FABRIS, Annateresa. **Cândido Portinari**. São Paulo: Edusp, 1996.
_____(org.). **Fragmentos Urbanos** – Representações Culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
_____(org.). **Modernidade e Modernismo no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.
HABERMAS, J. **El discurso filosófico de la modernidad**. Madrid: Taurus, 1989.
LEVEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sergio Moraes de. Colunas da Educação. **A construção do Ministério de Educação e Saúde (1935-1945)**. Edições do Patrimônio, IPHAN, Ministério da Cultura, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.
SEGRE, Roberto. **O edifício do Ministério da Educação e Saúde** (1936-1945): museu "vivo" da arte moderna brasileira**.** Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos.
XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Patrimônio: responsabilidade por princípio no trato com a complexidade histórico-cultural-ambiental.

Maurí Luiz Bessegatto*

Resumo: Uma derrama reflexiva e de ações sobre a problemática ambiental ('patrimônio ambiental') se faz presente em nossa contemporaneidade. Por outro lado, o patrimônio histórico-cultural é tratado quando se considera um cenário de 'historicidade densa'. Assim, se o meio ambiente tem se mostrado em vertentes desastrosas atribuídas à ação do homem, que urgem mudanças afrontadas numa complexidade ambiental, temos o patrimônio histórico-cultural sendo discutido nas categorias de preservação/tombamento 'retirado' de sua inserção do cenário ambiental em que foi concebido e usufruído. Assim, se é notório a interdependência homem e meio ambiente, esta complexa relação simbiótica necessita de comandos não dicotomizados, ou seja, a complexidade ambiental ('Educação Ambiental') direcionada à complexidade histórico-cultural - o fazer cultural material e imaterial humano ao longo da história ('Educação Patrimonial') - e vice versa. Tais considerações visam pensar uma prática pedagógica que caminha na direção que pensa e age através de uma conceituação denominada de 'complexidade patrimonial' em que ética é também o agir e esta tenha em seu preceito a responsabilidade, pois o homem fez, faz e fará cultura 'com' e 'no' meio ambiente.
Palavras-chave: Patrimônio; Educação; Responsabilidade.

Abstract: There is a demand for reflexive thought and action about the environmental question ('environmental patrimony') in the contemporary world. On the other hand, the historical and cultural patrimony is dealt with when the 'dense historicity' is considered. Therefore, while the natural environment has been disregarded due to human impact on it, thus posing a demand for changes in the environmental complexity, the historical and cultural patrimony has been dealt with in terms of preservation, separated from the environmental setting where it was originally conceived and utilized. Thus, while the interdependence between man and environment becomes obvious, this complex symbiotic relation asks for not dichotomized commands; in other words, the environmental complexity ('Environmental Education') aimed at the historical and cultural complexity – the material and immaterial cultural action along history ('Patrimonial Education') – and vice-versa demands recognition. Such considerations aim at thinking a pedagogical practice through a conceptualization named 'patrimonial complexity', in which ethics includes also the forms of action and is based also on responsibility, for man has and will continue to create culture 'with" and "in" the environment.
Keywords: patrimony; education; responsibility.

Luz de cena - Introdução

Quem está ameaçado levanta a voz

* Acadêmico do Curso de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aluno bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

- Hans Jonas –

O presente ensaio é fruto do pensar sobre nossas ações em Educação Patrimonial diante do contexto **planetário produzido pela busca desenfreada pelo progresso, que** tem levado a comunidade científica a afirmar que os próximos anos serão decisivos para o futuro da humanidade, diante da previsão de esgotamento dos recursos naturais. A transformação de nosso agir é uma condição da sobrevivência humana na biosfera.

Os últimos relatórios científicos sobre o aquecimento global - sem dúvida - indicam números geradores de medo. Pensamos que tal sentimento não deve ser normalizado/naturalizado. Até porque não apenas as catástrofes mostradas pela mídia - em cadência hollywoodiana - somadas aos relatórios científicos indicam o que pode acontecer. Está acontecendo! Sobre isso, Enrique Leff auxilia-nos quando diz que:

> *Mudanças catastróficas na natureza ocorreram nas diversas fases de evolução geológica e ecológica do planeta. A crise ecológica atual pela primeira vez não é uma mudança natural: é uma transformação da natureza induzida pelas concepções metafísica, filosófica, ética, cientifica e tecnológica do mundo.* (LEFF, 2003:19).

Toda ação humana envolve a natureza. Assim, patrimônio está enleado em sabermos que temos uma memória cósmica de milhões de anos de história ambiental onde está inserida a história da humanidade. Em um tema multidisciplinar, que em muitos casos, nos estudos e nas práticas, as questões ambientais vêm sendo tratadas à parte da cultura produzida pelo agir do homem ao longo de sua história.

Assim, como a arqueologia estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformação com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade (FUNARI, 2003), partimos do princípio que somos fazedores de cultura**.** Desde que o homem se fez homem, sempre fizemos cultura '*com*' o meio ambiente. E, mais que isso, também fizemos cultura '*no*' meio ambiente. Ao falarmos sobre nossa cultura feita *'com'* o meio ambiente, estamos falando da nossa cultura material, a tangível. E, ao falarmos de nossa cultura feita '*no*' meio ambiente, estamos dizendo mais diretamente a nossa cultura imaterial, a intangível. Com o uso destas duas preposições "com" e "no (*em + o)*", deixamos entender que não há dicotomia em nosso conceito de patrimônio no que tange ao processo educativo, pois a relação simbiótica homem-meio ambiente é que nos coloca em responsabilidade ao patrimônio, ao futuro.

***Cena Aberta* - Ética da responsabilidade futura: *um trago forte* em Hans Jonas**

A partir da conceituação exposta, temos nela a vastidão futura. No entanto, qual o conhecimento valorativo no presente nos interessa para pensarmos o futuro? Um deles é a compreensão de que a natureza humana, bem como seu agir, foi modificada ao longo da história da humanidade. Um agir coletivo, cumulativo, tecnológico. Isso nos levou ao encontro do patrimônio e, conseqüentemente, uma nova ética emerge: a da responsabilidade. Sujeito responsável é o fundamento dessa nova ética, tal qual é exigido pelo novo agir.

A respeito do que foi dito acima, que é o grito por uma nova ética do futuro, fomos encontrar em Hans Jonas e sua obra: ***"O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica"*** - recentemente publicada entre nós[1] -, e que aqui nos propomos trazer alguns excertos, para um convite a aproximações, pois em nosso olhar primeiro indica revisitar.

Destacamos primeiramente, conforme Hans Jonas, que o 'ser humano' tem o caráter precário, vulnerável, revogável – o modo peculiar de transitoriedade – de todos os seres viventes, o que por si só o torna objeto de proteção. Todo o ser vivente é seu próprio fim, e não tem necessidade de outra justificativa qualquer. "Desse ponto de vista, o homem não tem nenhuma outra vantagem em relação aos outros seres viventes, exceto a de que só ele também pode assumir a responsabilidade de garantir os fins próprios aos demais seres." (JONAS, 2006:175).

Se ele possui a marca distintiva de ser o único ser vivo capaz de ter responsabilidade, vamos buscar entender como chegaremos a ser merecedores dessa alcunha: seres humanos.

Para Hans Jonas, o cidadão é um objeto imanente da educação, e assim parte da responsabilidade dos pais – responsabilidade parental -, não só por causa de uma imposição do Estado. Por outro lado, assim como os pais educam os filhos 'para o Estado'(e para muitas outras coisas), pois este não quer apenas receber os cidadãos já formados, quer participar da sua formação, tomando a educação para si. A transmissão dos conteúdos pedagógicos, diz Jonas, é inseparável de uma determinada massa de doutrinação ideológica como capacidade para a inserção social. Assim, "a esfera da educação mostra de maneira mais evidente como se interpenetram (e se complementam) a responsabilidade parental e a estatal, a mais privada e a

[1] - Publicado no Brasil em 2006, no entanto, sua primeira edição – em alemão - ocorreu em 1979 e sua primeira tradução – ao inglês – em 1984.

mais pública, a mais íntima e a mais universal, na totalidade dos seus respectivos objetivos." (idem: 181).

Já que com os pais e com o homem público reside a totalidade da concessão da responsabilidade (idem: 189), Hans Jonas reafirma que a educação tem um fim determinado como conteúdo e, portanto, é a autonomia do indivíduo que abrange essencialmente a capacidade de responsabilizar-se. Quando é alcançada, a educação termina no tempo. O término ocorre de acordo com sua própria lei, e não de acordo com a concordância do educador – nem sequer na medida do seu êxito -, pois a natureza concede apenas uma só vez um determinado lapso de tempo, no qual a educação precisa realizar sua tarefa. Depois disso, o objeto de responsabilidades anteriores torna-se, ele mesmo, um sujeito de responsabilidades. Embora isso, em sua abertura imprevisível, estivesse abarcada no horizonte futuro da responsabilidade parental, essa abertura significa que a responsabilidade não existe mais como tarefa que precisa se dobrar ao ritmo do crescimento orgânico, ao qual está ligado igualmente o crescimento pessoal, de modo que historicidade e natureza interpenetram-se profundamente no objeto.

Dessa forma, se assumir responsabilidade é sempre um ato seletivo, tal escolha para Hans Jonas deve ser sempre histórica. Assim, ele considera que a responsabilidade está sempre a se perguntar "'O que vem agora? Para onde vamos', e em seguida: 'O que houve antes? Como se liga o que está ocorrendo agora com o desenrolar dessa existência?'. Em uma palavra, a responsabilidade total tem de proceder de forma 'histórica', apreender seu objeto na sua historicidade." (JONAS, 2006:185)

A cerca da inclusão do amanhã no hoje, Hans Jones nos diz que na continuidade através do tempo o que se deve olhar é que há nela uma identidade a ser garantida, ou seja, a coletividade da responsabilidade.

Diante disso, surge a ética da responsabilidade futura apresentada aqui no pensamento de Hans Jonas. Princípio este que até hoje não esteve no centro da filosofia, que sempre se ocupou das *virtudes* e pouco se preocupou com a atuação a longo prazo. Toda ética tradicional é antropocêntrica. Este antropocentrismo, diz Hans Jonas, que nos fazia sobressair e nos diferenciar de toda a natureza restante, significa apenas reduzir e desumanizar o homem. A significação ética estava relacionada diretamente do homem com o homem, inclusive o de cada homem consigo mesmo. Os assuntos humanos eram vistos como em um fluxo, da mesma forma que aqueles próprios à natureza, ou seja, como todas as coisas do mundo. "Por

isso, nós, contemporâneos, sob o signo de uma constante mudança que se auto-engendra, não podemos imitar a sabedoria política dos antigos, cujo presente não projetava tamanha sombra sobre o futuro." (idem: 211).

Então que sombras são essas que o futuro pode ter da humanidade? A resposta de Hans Jonas caminha na direção do dinamismo que a modernidade assumiu sobre ela. Nossa dinâmica é a de estarmos constantemente sob o signo das '*n*' novidades permanentes em que estamos engendrados, ou seja, de invasões súbitas e autopropulsão de técnicas. Este é o nosso fantasma. "Uma tecnologia que nos deu um estilo de vida perdulário, com populações mal-acostumadas com a abundância" (JONAS, 2006:245).

Assim, voltamos à questão do medo – anunciado na "Introdução" –, nos parece que será mais cômodo fugir dele do que uma mudança de estilo, por considerarmos que diante deste bem-estar alcançado na história da humanidade afora não estejamos capacitados para tamanhos sacrifícios e esforços. São questões difíceis, pois como aceitar voluntariamente sacrifícios em prol das gerações futuras? Até porque,

> *com a tomada do poder por parte da tecnologia (uma revolução incontrolável, que não foi planejada por ninguém e é inteiramente anônima), a dinâmica ganhou novos aspectos que não estavam incluídos em nenhuma teoria, inclusive a marxista, poderia haver previsto – uma direção que, em vez de conduzir à sua plena realização, poderia conduzir à catástrofe universal, em um ritmo cuja aceleração exponencial, assustadora, ameaça fugir a qualquer controle. [...]. Precisamos tomar em nossas mãos o processo que segue avante de forma inteiramente nova. Tal situação torna caduca todas as perspectivas anteriores e estabelece deveres para a responsabilidade, cuja magnitude, em comparação com as quais a grande questão que agita os intelectos a respeito de qual seria a melhor sociedade 'para o homem' – se socialista ou individualista, autoritária ou livre – se transforma na questão secundária de saber qual dessas sociedades é a mais apta a lidar com as situações futuras: uma questão de oportunidade, talvez um imperativo de sobrevivência, mas não mais uma questão de ideologias*. (JONAS, 2006:214-215).

Utopias caídas[2]! Levantam-se visibilidades cadenciadas que a relação de equilíbrio simbiótica do homem com o meio ambiente está perturbada. Portanto, Hans Jonas diz que o intuito teórico de sua reflexão é descobrir como evitar uma catástrofe para a humanidade, retirando do silêncio da ética - a que ficou presa teoricamente – lançando toda luz na responsabilidade para dentro do seu palco.

[2] Expressão extraída da "Apresentação" do livro citado - p. 19 - feita por Maria Clara Lucchetti Bingemer. Decana do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Neste palco, em paisagem inteiramente aberta, está à biosfera no todo e suas partes - hoje subjugadas ao nosso poder, alterando, assim, os fundamentos da ética. Isso porque, segundo Hans Jonas, inseridos no signo da tecnologia moderna - e ética tem a ver com agir (não mais de sujeitos isolados) -, introduziram-se ações de tal ordem inédita de grandeza, com novos objetos e conseqüências pelo crescente do fazer coletivo, no qual ator, ação e efeito não são mais os mesmos da esfera próxima. Isso impõe à ética, pela enormidade de suas forças, uma nova dimensão - nunca antes sonhada - de responsabilidade. O que temos agora é uma natureza como uma responsabilidade humana.

A ética do futuro em Hans Jonas é extinção da reciprocidade da idéia tradicional que temos sobre responsabilidade que é a de direitos e deveres, pois entende que aquilo que não existe não faz reivindicações, e nem por isso pode ter seus direitos lesados. Porém "a ética almejada lida exatamente com o que ainda não existe, e seu princípio da responsabilidade tem de ser independente tanto da idéia de um direito quanto da idéia de uma reciprocidade." (JONAS, 2006:89).

A responsabilidade, assim, é o cuidado reconhecido como obrigação em relação a um outro ser que se torna 'preocupação' quando há uma ameaça à sua vulnerabilidade. Isso implica que uma responsabilidade somente é ativa quando nos perguntarmos 'o que pode acontecer a ele se eu não assumir a responsabilidade por ele?' Este 'ele' é o futuro, que está ameaçado diante do novo "ópio das massas – papel antes atribuído à religião -, o do progresso técnico. Este ópio técnico da civilização tecnológica tem algo a ser pago, pois o preço da aventura humana é, em todo caso, enorme; e a mesquinharia humana é pelo menos equivalente à sua grandeza." (idem: 176).

Não destruir! Este é o primeiro imperativo da ética da responsabilidade, pois nascida do perigo iluminado pelos relâmpagos da tempestade ameaçadora do agir humano, clama agora por uma ética da preservação e da proteção, e não por uma ética do progresso ou do aperfeiçoamento. Um princípio difícil de ser obedecido e de grandes sacrifícios. "Um desfiladeiro entre dois abismos, no qual os meios podem destruir os fins." (idem: 232).

Nesse contexto, é impossível separar estas duas cenas sem desfigurar a imagem do homem – deixando-o afeado -, é porque o "homem tornou perigoso não só para si, mas para toda a biosfera." (idem: 229). A pressa irrefletida da tecnologia mundial nos incutiu, sob o signo do progresso – após vários séculos de euforia –, a necessidade de segurar as rédeas

desse processo galopante, "pois se não o fizermos, a natureza o fará de forma terrível." (idem: 349).

Um trago forte! A verdade é dura, mas não é intenção da ética da responsabilidade adotar o 'princípio do medo' sob o disfarce do 'princípio esperança'. Entramos numa zona de penumbra, pois "quando a verdade é dura demais para suportar-se, melhor seria recorrer a uma mentira piedosa. Com isso talvez estejamos subestimando 'os seres humanos', pois quem sabe a verdade amarga seja capaz não só de comover alguns, mas também muitos." (JONAS, 2006: 280). Essa é a maior esperança em tempos sombrios.

Assim, a proteção ao patrimônio da degradação é tarefa de cada minuto, pois um patrimônio degredado igualmente degradaria seus herdeiros.

Ficaremos por aqui com esse enunciado sumário do pensamento de Hans Jonas. Só podemos convidar os leitores a refletir a respeito e visitá-lo. Contudo, como Hans Jonas manifesta que com cada criança que nasce recomeça a humanidade, é pra lá que iremos, ao encontro delas, nas salas de aula - em todos os processos educativos.

Um Ato em Ação – Gritos e práticas: o caso de uma orquestra sinfônica

Seguindo os postulados da filosofia de Hans Jonas e o princípio da responsabilidade com a notoriedade do poder do homem sobre a natureza, pensamos que essa complexa relação necessita de comandos não dicotomizados, ou seja, pensar e agir na complexidade ambiental direcionada à complexidade histórico-cultural e vice versa.

Sem querelas! Mas a fim de propor um mesmo caminhar, vejamos um exemplo que vem acontecendo com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – OSPA, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Por se tratar de uma orquestra (e sem juízo de valor pessoal e a história da orquestra em questão), sabemos que é composta de artistas e que, no seu fazer cultural, contribui a um segmento da nossa cultura ocidental. De qualquer maneira, vale dizer, que no meio musical, a OSPA goza de prestígio internacional.

Na esfera local da sua estrutura física, a OSPA, através da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Fospa), há quatro anos, vem lutando para a construção de um novo espaço, o teatro. Uma luta que se dependesse apenas de questões financeiras, poderíamos desconsiderar este exemplo para cairmos num outro contexto. No entanto, acompanhamos - em publicação midiática[3] -, que a construção do teatro foi "barrada" por comunidades aliadas

[3] Nota: Atemos nossas informações a um veículo jornalístico: "Jornal Zero Hora" [ver "Referências"]

a ONGs de caráter ambientalista, ou seja, em vários espaços (o caso mais recente foi que o espaço destinado a sua construção seria num parque do centro da cidade), as comunidades manifestaram-se contrarias à sala sinfônica em seu meio e o projeto, por ora, tolhido. Todavia, a reportagem mostra que existem comunidades que se manifestam ao contrário – a favor da construção do teatro. (BRUST, 26/02/2007).

Concordamos com a matéria quando diz não haver dúvida que as associações de moradores são um sinal positivo - são representantes da sociedade civil -, nem tampouco desmerecer lutas e conquistas. Contudo, queremos ponderar se, ambas as partes, podem estar 'gritando' por uma luz coibida, cortando do olhar a possibilidade de juntos imergirem na complexidade entre os dois pontos radicais, num diálogo, se estão ou não promovendo uma cisão ao bem-estar geral ao futuro – no direto imediato aos residentes da cidade, aos da existência 'sem-lugar' dos que apreciam este fazer artístico-cultural e dos parques comunitários – em seu todo.

Por isso, nosso clamor não é de induzir querelas perante ações ambientalistas para um privilégio ao culturalizar *per se* - ou ao contrário -, mas da necessidade de levarmos as questões patrimoniais - em todas as grades disciplinares que estruturam as salas de aula -, num diálogo aproximado e não cortado, que em função do grito emergencial que exige transformações no agir sobre a natureza, esquecemos de cuidar do passado, da cultura, para ações efetivas que extrapole essas grades disciplinares, base de garantias de futuro.

Acreditamos que em relação as situações como essas, da apreensão patrimonial no todo, as gerações estão dando passos no caminho do princípio responsabilidade.

Referências

BRUST, Gabriel. Passagem fechada para a Ospa. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 26 fev. 2007. Segundo Caderno, capa.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: _____ (Coord.). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003. p. 25-64.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A memória dos leitores de Seleções do Reader's Digest

Silvio Luiz Gonçalves Pereira*

Resumo: A revista *Seleções do Reader´s Digest* teve seu auge nos anos 1950 e 1960, quando atingiu cerca de 500 mil exemplares vendidos. Portadora de uma visão unilateral e representativa da dominação estadunidense no mundo durante a guerra fria, a influência da revista no país foi marcante, principalmente no seio das camadas médias urbanas. As informações sobre sua penetração no mercado editorial brasileiro foram obtidas de resultados de pesquisas de opinião realizadas pelo Ibope e de dados estatísticos publicados pelo IBGE. O objetivo deste trabalho é relacionar esta "massa de números" com informações obtidas através do registro da memória de ex-leitores da revista no período, na tentativa de delinear seu perfil.
Palavras-chave: Imperialismo, Imprensa, Público Leitor

Abstract: The Reader's Digest magazine reached its highest point in the years 1950 and 1960, when the numbers of sold issues surpassed 500 thousand. Carrying a unilateral vision, which represented the north-American domination of the world during the Cold War, the magazine influence in the country was overwhelming, especially among the average urban social layers. The information regarding its penetration in the Brazilian editorial market were gathered from the researches carried by the Ibope and IBGE. The goal of this study is to associate that "mass of numbers" to information obtained through the memory of former readers of the magazine during that period, as an attempt to delineate the publication profile.
Keywords: Imperialism, Press, Readers

O mensário *Reader's Digest*, de propriedade do casal Roy William DeWitt Wallace e Lila Acheson Wallace, ambos filhos de pastores presbiterianos e defensores do modo de vida cristão, anglo-saxão e capitalista, foi lançado nos Estados Unidos em fevereiro de 1922. De imediato, o *Digest* tornou-se um sucesso absoluto, por tratar de temas presentes no imaginário social norte-americano, como por exemplo, sobre o Velho Oeste e seus personagens lendários, as idéias puritanas de temor a Deus e assistência missionária, a vida simples, a individualidade, a boa-fé e o patriotismo, e a capacidade de superação das dificuldades por meio do esforço próprio, enfim, o conjunto de valores substanciados no *american way of life*. A publicação era dirigida às famílias das classes médias, e tinha como estratégia editorial a seleção e publicação de artigos já veiculados em outros periódicos norte-

* Pesquisador Associado do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – LEI/USP.
Doutor em História Social pela FFLCH/USP.

americanos, com o "humanitário" objetivo de trazer ao homem moderno, com pouco tempo para a leitura, informações variadas sobre o que ocorria no mundo. Uma receita extremamente simples, mas que se constituiu num enorme sucesso de venda: nos anos 1960, a revista era veiculada em 60 países, alcançando a tiragem de 24 milhões de exemplares, dos quais 13 milhões somente nos Estados Unidos, sendo lida, desta forma, por mais de 100 milhões de pessoas[1].

A entrada do *Digest* na América Latina foi resultado de uma estratégia muito bem elaborada. Após o sucesso da revista na Inglaterra, o Departamento de Estado norte-americano consultou seus proprietários para que avaliasse sua publicação na América Latina, como forma de ampliar a influência dos Estados Unidos e conter as atividades de grupos nazistas naquele momento (terminada a guerra e a posterior política da guerra fria, o inimigo a combater passou a ser os comunistas). Nelson Rockefeller, ligado ao Departamento de Estado e à Política da Boa Vizinhança, insistiu para que fosse produzida uma versão em português. Outro ponto de aproximação dos proprietários da revista com o governo norte-americano foi a íntima cooperação com a CIA: alguns executivos da revista em vários países, entre eles Eduardo Cárdenas, redator-chefe de *Selecciones*, eram do serviço secreto norte-americano.

Seleções foi lançada no Brasil em fevereiro de 1942, no exato momento em que a imprensa brasileira passava por profunda modificação, graças ao desenvolvimento econômico e à modernização empresarial, quando se reduziu o número de veículos impressos e as grandes cadeias tornaram-se produtos de uma ação coletiva, organizada e poderosa. Ampliou-se o caráter industrial da imprensa, com a intensificação da intermediação entre produtores e consumidores e a geração de uma forte demanda de publicidade. Em suma, um mercado editorial e publicitário nacional cada vez mais concentrado e competitivo, formado pelas empresas nacionais, além da participação cada vez maior das publicações estrangeiras, cujos grupos mais conhecidos no período foram *Seleções*, *Visão* e a editora McGraw-Hill, e a partir dos anos 1960, o grupo *Time-Life*.

Logo na primeira edição de *Seleções* foram vendidos 150 mil exemplares, e alguns meses mais tarde já atingia 300 mil. Entre 1942 e 1950, os redatores estavam sediados em New York, mas a supervisão da revista encontrava-se em Havana, administrada por *Selecciones*. Além desta dupla localização, a revista era impressa em Miami. Portanto, uma

[1] DeWitt Wallace e esposa criaram seu império graças aos dividendos proporcionados pelas sucursais espalhadas pelo planeta – ganhavam os direitos autorais (copyrights) pelos artigos publicados –, veiculando durante décadas essencialmente recortes, fragmentos, partes condensadas de notícias produzidas em outras publicações, espalhando pelos países aliados a ideologia do *american way of life* como pressuposto para o imperialismo estadunidense.

complexa e bem estruturada rede, indicando assim que a publicação encontrava-se conectada com os pólos da expansão imperialista norte-americana. A partir de 1951, *Seleções* passou a ser produzida em solo brasileiro, sob responsabilidade da Editora Ypiranga S.A. Havia, concomitantemente à produção editorial, uma "outra empresa" dentro da editora, representada pela área comercial, que visava o lucro, dirigida por um gerente-geral norte-americano, com o objetivo de garantir a continuidade dos "padrões de administração" da revista e que, consequentemente, determinava os rumos da publicação no país[2]. *Seleções* se manteve no Brasil até 1971, quando sua produção passou a ser realizada em Portugal. O objetivo inicial era retornar ao país depois de cinco anos, mas isto só veio a acontecer em 1997.

Durante a pesquisa de doutorado, um dos objetivos foi construir, ou melhor, delinear, o público leitor de *Seleções*, partindo a princípio de dados mais amplos sobre o período e, sobretudo, da imprensa periódica brasileira, tais como dados estatísticos produzidos e publicados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e pesquisas de opinião do Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, complementados por informações obtidas com os depoimentos de história oral realizados com moradores da cidade de Barretos – SP, leitores da revista no período.

Em 2003, o IBGE publicou um grande levantamento sobre o país, em diversos setores: cultura, educação população, trabalho, saneamento básico, entre outros, intitulado *Estatísticas do Século XX*. Destes estudos destaco a expansão do mercado editorial em meados do século passado[3]. No final de 1954 existiam no país 789 revistas, e quase oito milhões de exemplares em circulação, divididos em semanais, quinzenais, mensais (quase a metade) e semestrais. O Estado do Rio de Janeiro liderava o número de publicações – 284, seguido por São Paulo, com 229, Minas Gerais, com 59 e Rio Grande do Sul, com 54. A revista era um meio de comunicação essencialmente urbano, pois, do seu total, 680 títulos encontravam-se nos municípios das capitais.

Em dez anos, a tiragem já havia dobrado: 15.631.548 exemplares, mas com praticamente o mesmo número de publicações – 740. O IBGE observou também uma mudança nos temas mais veiculados: enquanto que em 1954 existiam basicamente sete tipos de assuntos (ciências sociais, ciências aplicadas, religião, notícias, belas-artes, recreação e desportos, e literárias), em 1963 atingiam 25 – direito, administração, humor, história em

[2] Em seu depoimento à pesquisa, Saulo Guimarães, 82 anos, ex-funcionário da Editora Ypiranga durante toda sua produção no Brasil, como Gerente de Publicidade e mais tarde Vice-Presidente, nos 1950 a revista atingia a marca de 500 mil exemplares vendidos, dos quais 40 mil em Portugal. No Brasil, 70% eram para assinantes. A circulação da revista era nacional, concentrada em São Paulo e Rio de Janeiro devido ao maior grau de alfabetização da região sul. A maioria dos leitores era da classe média urbana e com idades entre 19 a 29 anos.

[3] IBGE. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. **Anuário Estatístico do Brasil**, v. 16 (1955), 26 (1965) e 23 (1966).

quadrinhos, ciências médicas, engenharia, tecnologias diversas, agricultura, pesca, caça, pecuária, higiene pública, artes e ofícios, urbanismo, arquitetura, economia doméstica, revista feminina e moda, hotelaria, crianças e adolescentes etc.

O Ibope, primeiro instituto de pesquisa de opinião pública foi fundado em 1942, por Auricélio Penteado, no mesmo ano em que *Seleções* passou a circular no país, com o objetivo de aferir tendências, de obter, segundo Juarez Bahia,

> *"dados sobre reações, comportamentos, expectativas de pessoas ou grupos, inclinações eleitorais, aceitação ou não de um produto, audiência de programas de rádio e televisão, perfil do leitor, repercussões de determinadas posições, impacto de medias políticas, administrativas etc. (...) Seus resultados oferecem aos interessados um conhecimento que lhes possibilita intervir, se necessário, na opinião pública, de forma a melhor informá-la, esclarecê-la ou satisfazê-la, evitando efeitos negativos ou diferentes daqueles desejados"*
>
> *(BAHIA, 1990: 428-429).*

Atualmente, *Pesquisas Especiais* de opinião produzidas pelo Ibope nas décadas de 1950 e 1960 encontram-se reunidas no arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp[4]. Naqueles anos, foram vários os pedidos ao Ibope de pesquisas sobre a popularidade de revistas e magazines. Em junho de 1950, a Editora Ypiranga solicitou ao instituto pesquisa no Rio de Janeiro e em São Paulo. O resultado, baseado numa amostragem de 1200 pessoas, constatou que os cariocas liam mais revistas do que os paulistas (84% e 70%, respectivamente), e as revistas mais lidas eram *O Cruzeiro*, em primeiro lugar, com uma média de 67% da preferência nas duas cidades, e *Seleções* em segundo, com 42%.

Na mesma pesquisa, questionados se tivessem que "escolher a leitura de apenas uma revista" e "qual a mais interessante", O Cruzeiro ainda era a preferida dos entrevistados, tanto no Rio como em São Paulo, mas na capital paulista *Seleções* foi escolhida como a mais interessante. Por sua vez, nos quesitos "revista mais útil" e "qual revista lhes inspirava mais confiança", Seleções ocupava a primeira posição nas duas cidades. Esta pesquisa também mostrou uma importante vantagem de *Seleções* quando a questão foi saber "quantas vezes, em média, os entrevistados manuseavam o exemplar das duas revistas", indicando assim o caráter

---

[4] *Pesquisas Especiais*, v. 9, (1950), 10 (1951), 14 e 15 (1954), 19 (1955), 21 (1956) e 23 (1957). Considerei dessa fonte apenas os resultados relacionados aos embates entre *Seleções* e *O Cruzeiro* na disputa pelo mercado leitor e publicitário, avaliadas, mesmo com periodicidades diferentes, as principais publicações da área naqueles anos.

permanente das informações da publicação norte-americana: enquanto o tempo médio máximo gasto para ler um exemplar de *O Cruzeiro* era de oito horas, *Seleções* era lida em 12 horas.

Em 1951, a Editora Ypiranga solicitou nova pesquisa ao Instituto, também no eixo Rio-São Paulo, com 2177 pessoas. Esta pesquisa novamente confirmou *O Cruzeiro* como a revista mais lida, com uma média de 61% dos entrevistados nas duas cidades. *Seleções* mantinha a segunda posição, com 35%. Entretanto, questionados se tivessem que restringir a leitura de revistas a uma só, a preferência dos entrevistados se dividia de maneira mais equilibrada entre as duas publicações: 22% optaram por *O Cruzeiro* e 16% por *Seleções*.

Importante destacar nesta pesquisa a busca de dados sobre o perfil do leitor da revista. Dos resultados obtidos, mais da metade dos entrevistados era constituída por casados, a formação educacional estava assim distribuída: em média, 25% tinham o grau primário, 53%, o secundário, e 20%, nível superior. A casa própria era realidade de 40% dos participantes da pesquisa, enquanto que cerca da metade respondeu possuir telefone residencial. Máquina de costura e fogão a gás já estavam presentes na maioria dos lares do eixo Rio-São Paulo: 83% e 79%, respectivamente. Praticamente todas as residências possuíam energia elétrica, e o rádio era presença garantida do lazer. Porém, ainda era pequeno o número de máquinas de lavar roupa (7,6% no Rio e 13,6% em São Paulo), e a presença de carro, item de luxo naquele período, escasso: 13,2% dos cariocas e 26,4% dos paulistas o possuíam.

Mesmo com o grau de veracidade destes dados estatísticos apresentados, é apenas no ato da leitura, ou seja, na interpretação produzida pelo leitor, que os processos de significação de um texto se materializam, e cujo resultado final, por sua vez, depende da posição do receptor da mensagem, pois ele se encontra social e historicamente situado – portanto, toda linguagem nasce socialmente. A eficácia da palavra depende tanto do enunciador como da situação de enunciação, mas também do "efeito potencial" que ela pode gerar. É por isso que muitas vezes a eficácia de um texto não depende da sua compreensão, mas apenas do seu reconhecimento.

Com base nessas proposições, busquei com a pesquisa também abordar a questão da efetividade das mensagens veiculadas por *Seleções* entre seu público leitor. A possibilidade de responder a essa questão esteve certamente condicionada ao conhecimento da opinião de uma parcela significativa do leitor brasileiro daquele veículo. Passados mais de cinqüenta

anos, esta tarefa tornou-se árdua, pois a possibilidade de organizar uma amostragem representativa tornou-se cada vez mais incerta; no máximo foi possível resgatar as opiniões de um número reduzido de pessoas, representativas se tomadas como valores absolutos, mas que não conduziram a uma resposta definitiva que abrangesse todo o caso em estudo.

Foram produzidos seis relatos, usando-se a metodologia da história oral, com moradores de Barretos[5], localizada na região norte do Estado de São Paulo. Optei pela escolha de uma tradicional e conservadora cidade do interior paulista onde, diversamente de quase todo o restante do Estado que se desenvolveu sob a economia cafeeira, a pecuária se constituiu na sua principal atividade econômica, proporcionando uma elevada circulação de riquezas e um forte desenvolvimento local. No início do século XX, Barretos passava a ser vista em todo o país como uma localidade próspera e com empregos e oportunidades em abundância. Dominada economicamente pelos ingleses da *Brazilian Meat Company*, a cidade produziu uma formação social heterogênea, fruto dos sucessivos movimentos migratórios, desembocando no surgimento de expressivas classes médias, compostas por comerciantes de gado, pequenos invernistas, bancários, advogados, contadores, médicos, dentistas, funcionários públicos, jornalistas e intelectuais, entre outros.

Jaime Marchi, 62 anos, funcionário público estadual, tem formação colegial. Questionado sobre seu contato com *Seleções*, que sempre o atraía, disse tê-la lido na adolescência, no escritório em que trabalhava, e que gostava dos artigos pequenos, geralmente localizados ao final de cada matéria, pois retratavam casos pitorescos. Lembrou prontamente de algumas de suas seções fixas *Piadas de Caserna*, *Rir é o Melhor Remédio*, *Enriqueça o seu Vocabulário*.

Erasmo Lessi, 72 anos, dentista, começou a ler a revista durante a faculdade, por volta de 1954, mas não chegou a ser assinante, conseguia emprestada. Destacou que tudo da revista o atraía: os textos curtos ao final de cada artigo, os pensamentos, a seção *Meu Tipo Inesquecível*. Declarou-se anticomunista, dizendo que o regime soviético não propiciava liberdade de pensamento nem de ação, e que o povo tinha que pensar aquilo no qual meia dúzia de cidadãos que tomavam conta do governo queria que ele pensasse. Por isso lia muito a revista, pois trazia mensagens democráticas e que combatiam a ameaça vermelha. Lembrou-se

[5] O grupo de ex-leitores de *Seleções*, todos moradores da cidade de Barretos, São Paulo, tinham entre 25 a 30 anos de idade nas décadas de 1950-1960 e se enquadravam nos dados da Pesquisa Ibope, de 1951, como oriundos da classe media, formação educacional colegial ou superior e residentes em centros urbanos.

inclusive do titulo de uma reportagem, *Dente do siso pode lhe tirar o juízo*, porque quando ele fica incluso às vezes dói demais.

Luiz Agostinho da Silva Brandão, 89 anos, dentista, também foi vereador por duas legislaturas consecutivas, entre 1952 e 1959, pelo PSP. Brilhante intelectual, é membro da Academia Barretense de Cultura e colaborador do jornal *O Diário* da cidade. Relatou que comprava *Seleções* todo o mês, pois gostava da diversidade de assuntos, que compreendia desde política internacional até as seções humorísticas. Para ele, a revista dava credibilidade às notícias, seu humor não era vagabundo, vazio – inclusive achava as piadas muito boas, muito adequadas, embora às vezes muita gente não entendesse seu conteúdo. Também tinha ciência de que era uma publicação norte-americana, mas via isso com naturalidade.

José Carlos Moreira de Oliveira, 74 anos, filho de tradicional família de fazendeiros, foi delegado de polícia em Barretos durante a ditadura militar. Disse ter tido pouco contato com a revista, só a leu na adolescência, através das aulas de português, pois sua professora a usava como material didático. Lembrou-se inclusive que uma vez escrevera cachorro da raça gozo com "z", e a professora disse que o correto era com "s", mas que ele estava certo, pois estava assim num artigo que lera em *Seleções*.

Expedito José Prudente de Oliveira, 71 anos, geógrafo e sociólogo, professor e diretor da extinta Escola Vocacional de Barretos. Quando ainda era assistente de direção, em 1970, as tropas do Exército de Campinas cercaram o prédio e levaram presas três professoras que foram delatadas por uma infiltrada. Seu pai assinou *Seleções* durante anos, e fazia toda a família participar da sua leitura. Posteriormente, Expedito passou a comprar nas bancas, dizendo gostar muito do formato da revista, ideal, pois cabia no bolso do terno. Outro ponto que chamava sua atenção eram os anúncios, muito bem produzidos e chamativos. Revelou também que tinha ciência da ingerência norte-americana no mundo, mas para ele a revista mantinha uma linha praticamente neutra – lembrou-se inclusive de ter utilizado alguns de seus exemplares em aulas de Estudos Sociais, para que os alunos tirassem conclusões sobre sua influência na formação de futuros cidadãos brasileiros.

Waldomiro Sphângero, 80 anos, dentista e exímio marceneiro, profissão que aprendeu na adolescência (ainda hoje, em meio a plainas, arcos de pua, furadeiras, serras tico-tico, faz com orgulho suas peças em madeira), disse que comprava números avulsos da revista, mas também lia outras publicações. Questionado sobre seu contato com *Seleções*, respondeu preferir seções como *Meu Tipo Inesquecível*, *Seção de Livros*, *Piadas de Caserna* e *Enriqueça seu Vocabulário*. Para ele, era uma publicação fácil de ler, bem regida, os artigos

bem distribuídos, claros, com compromisso com a verdade, não tinha banalidades. A revista cativava por ser original, por não ter similar no país. Também relatou que um artigo ficou gravado em sua memória, sobre três combatentes norte-americanos que encontraram uma fortuna numa cidadezinha alemã durante a Segunda Guerra Mundial.

Com a apresentação destes relatos procurei destacar a grande contribuição da história oral para a pesquisa, ao registrar a memória de pessoas antes silenciadas, que poderiam contribuir com novas informações sobre o passado, no caso em tela, a penetração da revista *Seleções do Reader's Digest* em sua vida cotidiana. Sujeitos históricos que trouxeram para o presente o futuro de uma das maiores publicações norte-americanas no Brasil, inserida em solo tupiniquim há mais de meio século, e ainda na ativa, com o mesmo formato e mesmo conteúdo ideológico. Os relatos mostraram uma unanimidade: *Seleções* tinha uma forte penetração, principalmente por trazer uma grande variedade de assuntos, de várias partes do mundo, e também pela qualidade da impressão e pelo texto escrito em português perfeito, sem erros.

Esta atração dos ex-leitores entrevistados pela revista confirmou uma realidade que se constata cada dia em que retomo a discussão da popularidade de *Seleções*: o grande número de pessoas que tiveram um contato direto e permanente com a publicação, a ponto de também conseguirem relatar episódios veiculados pela revista em seus artigos permeados por uma constante ideologia do viver norte-americano. Através destes depoimentos foi possível preservar a memória e a história, antes silenciadas, mas com a clara compreensão de que, nas palavras de Pierre Nora,

> *"A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais* (...) *a história é uma representação do passado* (…) *é a memória que dita e a história que escreve" (NORA, 1993: 9).*

Referências Bibliográficas:

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n. 10, dez/1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Estado na integração de territórios vazios à Nação brasileira (1943-1968): atuação da Fundação Brasil Central na região do Médio Araguaia

Dulce Portilho Maciel*

Resumo: Durante a Segunda Guerra Mundial, esteve em voga a tese de que as áreas vazias e/ou mal-aproveitadas do planeta deveriam ser ocupadas por nações que anteriormente tivessem demonstrado eficácia na gestão de territórios, no sentido de obter deles a produção de riquezas. Na época, o governo brasileiro adotou medidas com vistas ao povoamento e à ocupação econômica de áreas então pouco povoadas, algumas ainda desconhecidas, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. A Fundação Brasil Central (FBC) foi criada para levar a efeito ações com esse objetivo. O trabalho trata de sua atuação (1943-1968), principalmente na região do Médio Araguaia, onde implantou um modelo de colonização a partir de núcleos urbanos, chamados "núcleos de civilização", que veio a resultar em conflitos agrários, envolvendo grupos indígenas, agricultores pobres e proprietários de terras absenteistas.
Palavras-chave: Estado; Integração; Médio-Araguaia.

Abstract: During the Second World War, the thesis in vogue was that unoccupied and/or underused areas of the planet should be occupied by nations which had previously demonstrated efficacy in the management of territories, with the purpose of attaining from them the production of richness. At the time, the Brazilian government adopted measures aimed at populating and economically occupying under-populated areas, some of which were still unknown, in the states of Goiás, Mato Grosso e Pará. The Fundação Brasil Central (FBC) was created in order for actions bearing such objective to be put into effect.. This work concerns its role (1943-1968), especially in the mid-Araguaia region, where a colonization model called "nuclei of civilization" was implemented from urban nuclei, which resulted in agrarian conflicts involving Indian groups, poor agriculturists and absenteeist land owners.
Key-words: The State; Integration; Mid-Araguaia.

Introdução: A questão demográfica mundial e a integridade territorial do Brasil

Durante a Segunda Guerra Mundial, achou-se em voga, entre as nações beligerantes mais poderosas, a tese denominada de "espaço vital", ou seja: que as áreas vazias ou mal-aproveitadas do planeta deveriam - em benefício da humanidade - ser ocupadas por nações que, historicamente, tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios, no sentido de obter deles a produção de riquezas. (REIS, 1968:135; VARJÃO, 1989:53-54)

* Universidade Estadual de Goiás - UEG. Doutora em História.

No pós-guerra, aquela tese tomou uma nova versão, segundo a qual, o conflito decorrera da distribuição desequilibrada da população mundial. O avanço de alguns países, densamente povoados, sobre territórios nacionais alheios, ocorrera com vistas à ampliação do espaço vital para suas populações. Conforme esta tese, as áreas vazias[1] ou semipovoadas do planeta deveriam ser transformadas em territórios administrados por algum organismo internacional, a fim de que viessem a abrigar excedentes de população, de diferentes regiões do planeta. (REIS, *op.cit*:224-242)

Vastas áreas então pouco povoadas do território brasileiro, notadamente as regiões centro-oeste e amazônica, em razão de suas características favoráveis à habitabilidade e/ou à exploração de riquezas naturais, pareciam adequadas às finalidades de ambas aquelas teses. A opinião pública brasileira, representada pelos segmentos letrados de sua população, alarmava-se diante da repercussão que tais idéias vinham alcançando. (PETITJEAN *et* DOMINGUES, 2000:282-286) Esse estado de espírito favoreceu, por certo, a aceitação e/ou o apoio que o regime ditatorial do Estado Novo, instaurado no país em 1937, veio a obter de boa parte daqueles segmentos.

A justificação do regime perante a opinião pública nacional apoiava-se, sobretudo, na questão da garantia da integridade territorial do país; tanto assim, que a principal bandeira do discurso desse teor foi a chamada Marcha para o Oeste. Veja-se como o presidente Getúlio Vargas enunciou, em dada ocasião, o lema da Marcha: "eliminar os espaços potencialmente ricos e desocupados que despertam apetites perigosos num mundo de crescentes pressões demográficas." (*Apud* VARJÃO, *op.cit.*:54)

Findada a guerra e extinto, no Brasil, aquele regime, a idéia da necessidade de incorporação dos aludidos territórios à comunidade nacional ganharia novo fôlego, diante da ameaça que se via, advinda de duas partes: por um lado, das incursões imperialistas dos Estados Unidos em territórios de nações soberanas do continente americano; por outro, do avanço do então chamado "perigo vermelho", representado pela propagação mundial dos regimes ditos comunistas. Os fatos narrados neste trabalho,[2] resumidamente, guardam relação

[1] Na época (como ainda hoje), incluíam-se as áreas habitadas por povos silvícolas nessa categoria.

[2] Este trabalho baseia-se em fontes documentais primárias: de uma parte, documentos originais produzidos pela Fundação Brasil Central (FBC), atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal; de outra, matérias publicadas na imprensa periódica nacional, algumas delas, também guardadas naquele Arquivo.

com os aspectos ideológicos da cultura política brasileira no período enfocado, associando-se estes, por sua vez, ao contexto internacional da "guerra fria".

1. Atuação da FBC na retaguarda da Expedição Roncador-Xingu

O ingresso do Brasil na guerra, em 1942, exigiu do governo federal a adoção de medidas no sentido de dotar o país de condições que lhe permitissem fazer face àquela circunstância. Uma de tais medidas foi a criação de um órgão com *status* de ministério, a Coordenação da Mobilização Econômica. Na ocasião, foi nomeado para esta pasta, como ministro extraordinário, o veterano integrante do movimento tenentista e ex-interventor federal no estado de São Paulo, João Alberto Lins e Barros.

Foi por ato deste Ministro que se instituiu, em junho de 1943, a Expedição Roncador-Xingu, com a finalidade de abrir uma rota de comunicações (terrestre, aérea e de rádio-telégrafo), pelo interior do Brasil, entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus. A iniciativa tinha em vista contornar a situação existente, na época, em que os transportes entre a então Capital do país e vastas regiões do seu território interior, só eram possíveis por via marítimo-fluvial. O motivo da medida foi a situação de vulnerabilidade em que se achavam as áreas costeiras do país, sob constante ameaça de ataques por forças de guerra inimigas.

Em outubro daquele ano, foi criada a Fundação Brasil Central, instituição diretamente vinculada à presidência da República, tendo como objeto, segundo seus estatutos, "o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu". Sua mais urgente tarefa seria, entretanto, a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto o seu arsenal de recursos materiais e o pessoal recrutado para nela atuar – engenheiros, agrimensores, médicos, sertanistas (atuais indigenistas), pilotos de avião, trabalhadores braçais, caçadores, cozinheiros, etc. Assumiu a presidência da FBC, naquela ocasião, o ministro João Alberto.

Desde então, esteve instituída no interior da FBC, embora informalmente, a seguinte divisão de tarefas: a missão desbravadora, ou de vanguarda, ficaria a cargo das equipes da Expedição; as atividades de implantação de infra-estruturas – rodovias, aeroportos, indústrias, cidades, etc -, ou de retaguarda, seriam executadas pela FBC, melhor dizendo, pelos seus quadros estacionários de pessoal. A sede da FBC foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, a partir de onde se administravam as complexas e/ou arriscadas atividades a cargo da instituição, a serem executadas em zonas do interior do Brasil, algumas delas, ainda

desconhecidas do homem branco. João Alberto (um ex-militar) presidiu a FBC até 1947. Desde então, pelo restante da história da instituição (até 1968), na maior parte do tempo, esta foi presidida por militares. Em 1960, sua sede transferiu-se para Brasília.

As equipes da Expedição iniciaram suas atividades no local onde hoje se acha a cidade de Aragarças (Goiás), seguiram uma linha ligeiramente inclinada para noroeste, ultrapassaram a serra do Roncador e atingiram os principais formadores da bacia do rio Xingu em 1944. Em 1947, havendo alcançado este rio, estabeleceram ali um "posto avançado" (Posto Jacaré), constituído de um campo de pouso para aviões e um pequeno conjunto de edificações rústicas. Em março de 1948, o Conselho Diretor da FBC deu por finalizada a missão da Expedição Roncador-Xingu.

Depois disto, os trabalhos de "desbravamento" entre os rios Xingu e Tapajós, último trecho da rota projetada, foram lentos, desenvolvendo-se ao longo da década de 1950 e primeiros anos de 1960. No rio Tapajós, a rota terminava onde se ergue hoje a cidade de Jacareacanga (Pará). Partindo-se dali, alcança-se Manaus por via fluvial. Ao longo da rota Aragarças-Jacareacanga, mais de uma dezena de postos avançados foram instalados, sendo que suas infra-estruturas vieram a dar origem a diversos centros urbanos da atualidade, nos estados de Mato Grosso e Pará.

Na marcha das equipes de vanguarda, numerosos grupos indígenas foram encontrados,[3] alguns mais arredios, outros menos. (VILLAS BOAS, 1994: *passim*) Diversos indivíduos, então denominados sertanistas, ocuparam-se da tarefa de "pacificação" desses grupos. Contudo, foi uma equipe, inicialmente leiga no assunto, formada pelos irmãos Villas Boas (Cláudio, Orlando e Leonardo), que iria obter sucesso nesse mister. Estes irmãos, funcionários da FBC, de início, depois transferidos para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), além de dedicar o restante de suas vidas à causa da população silvícola, lideraram, com o auxílio de outros brasileiros, ilustres e anônimos, a luta que resultaria na constituição de diversos parques e reservas indígenas, em territórios sob a atuação da FBC. Entre estes, os de maior extensão são os parques indígenas do Xingu e da Ilha do Bananal.

Na retaguarda da Expedição, a atuação da FBC iniciava-se em Uberlândia (Minas Gerais), ponto final da estrada de ferro Mogiana, razão pela qual a cidade era chamada de "boca do sertão". Foi aí o ponto inicial de uma rodovia que a FBC construiu, até a margem direita do rio Araguaia, onde o rio Garças deságua naquele. Esta rodovia, a primeira digna deste nome em Goiás, possui mais de 800 quilômetros de extensão. Ao longo desta linha, a

[3] Xavante, Calapalo, Cuicuro, Nauquá, Camaiorá, Iaulapiti, Meinaco, Uaurá, Trumaí, Aueti, Juruna, Suiá, Txucarramãe, Txicão, além de outros.

FBC construiu campos de pouso para aviões, em diversas povoações goianas, e nelas instalou postos de rádio-telegrafia e estabelecimentos comerciais e industriais.

No ponto final desta linha de penetração, a FBC implantou uma cidade: Aragarças! Dotada de infra-estruturas e serviços urbanos básicos, além de outras comodidades da vida moderna, Aragarças deveria desempenhar múltiplas funções: servir de base de operações para as atividades da FBC, na rota de penetração até a bacia do rio Xingu e, daí, até o rio Tapajós; servir de centro de atração de povoadores e de apoio a correntes migratórias em direção a áreas recém devassadas; servir de modelo de cidade, inclusive no que concerne à adoção de um plano diretor e do correspondente projeto urbanístico; servir de ponto de apoio para as atividades da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Correio Aéreo Nacional (CAN); etc.

E, seguindo o rastro da Expedição Roncador-Xingu, a FBC implantou, no vale mato-grossense do Araguaia, à margem do Rio das Mortes, uma outra cidade: Xavantina (atual Nova Xavantina). Embora mais modestamente que Aragarças, Xavantina também foi dotada de infra-estruturas e serviços urbanos básicos. Às margens da rodovia que construiu entre uma cidade e outra, numa área próxima à Serra do Roncador (trecho em que é denominada Serra Azul), a FBC implantou um projeto de colonização agrícola, dotado de um núcleo urbano de apoio, origem da atual cidade de Vale dos Sonhos. E a FBC proporcionou condições, mediante variados expedientes, para o rápido desenvolvimento da povoação de garimpeiros então existente na margem esquerda do Araguaia (em frente ao ponto onde se implantou Aragarças), origem da atual cidade de Barra do Garças. Ao longo do tempo aqui em causa, a FBC foi estendendo suas atividades, de um lado, pelo vale mato-grossense do Araguaia, principalmente em direção norte; de outro, em demanda à região do Alto Xingu.

No primeiro sentido, alcançou a zona da atual cidade de São Félix do Araguaia, incluindo-se aí o trecho da Ilha do Bananal onde se acha hoje a aldeia indígena Carajá de Santa Isabel. Neste local, a FBC instalou, no início dos anos de 1960, um sofisticado centro de atividades (atualmente em ruínas, dada a transformação da ilha em parque indígena). Na direção do rio Xingu, alcançou o posto avançado de Garapu (hoje, cidade do mesmo nome), onde iniciou a implantação de um projeto de colonização similar ao de Vale dos Sonhos. Nos dois sentidos, a FBC abriu estradas de rodagem, ao longo das quais, com o correr do tempo, diversos aglomerados urbanos foram surgindo.

O vale mato-grossense do Araguaia era habitado, na época da criação da FBC, por três importantes grupos indígenas: o Bororo, a montante do local onde se implantou Aragarças; o Xavante, numa área que abrange o Rio das Mortes e a Serra do Roncador; o Carajá, na Ilha do Bananal e adjacências. Destes povos, o mais temido era o Xavante. Este

grupo, até então arredio ao contacto com brancos, vinha defendendo seus domínios desde meados do século XVIII. (HECKENBERGER, 2001:81) Pelos planos da FBC, a primeira área a ser colonizada seria justamente a que se constituía em seu *habitat*. Mas, apesar da fama que haviam adquirido, estes índios não ofereceram resistência à penetração das equipes da FBC. Já em 1944, a base de Xavantina achava-se instalada e iniciava-se a implantação da colônia de Vale dos Sonhos.

2. Atração de imigrantes: povoamento com base em "núcleos de civilização"

João Alberto deixaria o cargo de ministro da Coordenação Econômica em fins de 1944, passando a ocupar-se, de modo mais efetivo, de suas funções à frente da FBC, entre elas, a de promover a atração de levas de imigrantes nacionais para a zona de atuação da FBC, principalmente no vale do Araguaia. Tanto a imprensa oficial, como os veículos privados de comunicação deram ampla cobertura à campanha. Em certa ocasião, o ex-ministro concedeu entrevista à imprensa, acerca das atribuições da FBC e dos modos como estas seriam executadas. Veja-se um trecho da matéria publicada:

> *Indagado sobre o principal objetivo da Fundação, se era desbravar, explorar, catequizar ou colonizar, o ministro João Alberto respondeu: _ Desbravar, primeiramente, os territórios desconhecidos e, em seguida, promover a colonização da região. Entenda-se por povoar a formação de núcleos coloniais em condições econômicas compatíveis com a civilização moderna. Nossa principal preocupação nesse setor é estimular a formação desses núcleos....*[4]

Artur Hehl Neiva era, nessa época, Secretário-Geral da FBC. Ele era então considerado um dos principais teóricos, no Brasil, sobre a questão da imigração estrangeira. No concernente à atuação da FBC neste assunto, sua posição era a seguinte:

> *Doutrinariamente, o problema é um só: fixar o homem ao solo. Para consegui-lo é preciso traze-lo ao local a ser colonizado; isto é a tarefa da imigração, seja de elementos estrangeiros que certamente se desenvolverá depois da guerra, seja de elementos nacionais vindos de outros estados... Antigamente as colônias não tinham como objetivo a fixação do homem ao solo, porém a exploração pura e simples, dos recursos de uma região. [...] A Fundação acrescentou... mais um fator, que foi o da criação de núcleos de civilização esparsos no interior remoto do país, de modo a assegurar uma integração de atividades rurais e urbanas.*[5]

[4] **Boletim Geográfico**, junho/1945:1869.
[5] **Folha Carioca**, 27/11/1944.

João Alberto empenhou-se na tarefa de atrair povoadores para a área em que atuou a FBC, no sudoeste de Goiás e leste de Mato Grosso. Uma das campanhas que levou a efeito, neste sentido, era dirigida aos jovens brasileiros recrutados para atuar na guerra na Europa, os chamados "pracinhas". Em certa ocasião, escreveu ao periódico Correio da Manhã:

> *O problema do aproveitamento das energias moças de nossos combatentes parece-nos oportuno... A Fundação... está pronta a encaminhar para o coração geográfico do Brasil, esses nossos compatriotas, oferecendo-lhes condições de habitação, de trabalho, de orientação técnica... que lhes assegurem... além da propriedade da terra, a subsistência e a educação da prole*." [6]

E João Alberto interessava-se em levar, para aquelas regiões remotas e agrestes, contingentes humanos ainda mais jovens; isto é, crianças cujas famílias tivessem dificuldade em lhes proporcionar os necessários cuidados. Vejam-se trechos de uma matéria publicada em periódico oficial:

> *Na sede da Legião Brasileira de Assistência o Sr. Ministro João Alberto entendeu-se com seus membros... com o propósito de encaminhar as crianças brasileiras para a Barra do Garças. [...] Assim, a partir de abril do próximo ano, a Fundação estará em condições de receber uma média de cem crianças por mês, até novembro do mesmo ano. A idade para as inscrições... será desde os seis até os quinze anos. [...] O Sr. Ministro... já se entendeu a propósito, com a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que dirigirá a parte referente ao encaminhamento das crianças... A Fundação não faz questão que os responsáveis desistam do direito de paternidade; mas esclarece que, devido à distância e as dificuldades de transporte as crianças deverão permanecer na região durante todo o período de aprendizagem...*[7]

Este projeto conjunto da FBC e LBA, de se usar crianças para povoar uma região longínqua e pouco conhecida, como era a do Araguaia, não vingaria. No entanto, as autoridades da época perseverariam na idéia e, já em 1951, funcionava no município de Uberlândia, em uma fazenda de propriedade da FBC, uma instituição para crianças e jovens originários de outras regiões brasileiras, a Associação Brasileira de Ajuda ao Menor (ABAM).[8]

---

[6] **Correio da Manhã**, 29/06/1945.
[7] **Boletim Geográfico**, março/1945, p. 1380-1381.
[8] Em 1953 (quando abrigava cerca de 300 jovens), a FBC doou-lhe a fazenda que vinha ocupando no município de Uberlândia, chamada Rio das Pedras. Até 1959, a FBC proporcionou-lhe auxilio financeiro, além de outros.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), dirigiu o Instituto de Colonização Nacional (INC) o coronel Frederico Augusto Rondon, então também membro do Conselho Deliberativo da FBC. Nesta fase, essas instituições atuaram em estreita colaboração, com vistas à ocupação de terras em Mato grosso, observando-se a seguinte orientação: "desenvolver e nacionalizar, pelo povoamento... [mediante] atração de correntes espontâneas de trabalhadores de outros Estados..."[9]

A partir desta época, as atividades da FBC foram-se retraindo, paulatinamente, até sua extinção, em 1968, quando foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Nesta ocasião, entre as várias iniciativas de colonização dirigida, encetadas pela FBC – Vale dos Sonhos, Garapu, Pindaíba e São Félix do Araguaia - , apenas o projeto de Vale dos Sonhos sobrevivia, este, com um saldo de 86 lotes ocupados por famílias de agricultores, 77 delas já portadoras de títulos definitivos de propriedade.[10]

À guisa de conclusão: Ocupação desordenada de terras e conflito agrário

A partir de 1950, aceleraram-se os processos (espontâneos) de povoamento e ocupação de terras na região do médio Araguaia, sobretudo em áreas dotadas de algumas infra-estruturas de transportes e/ou urbanas. A ocupação deu-se por duas vias: de uma parte, por levas de agricultores pobres, vindos de diversas regiões brasileiras; de outro, por fazendeiros estabelecidos em terras recém-adquiridas. Os primeiros ocupavam glebas na condição de posseiros. Os segundos, em geral, possuíam títulos de propriedade (ainda que precários) das terras que exploravam. Um terceiro grupo atuava na região, formado por proprietários absenteistas de terras; estas, geralmente adquiridas por meios ilícitos. Com freqüência, os títulos de propriedade em mãos destes últimos referiam-se a terras já ocupadas, seja por posseiros, por fazendeiros, ou pela população silvícola original.[11]

Desse modo, ao iniciar-se a década de 1960, o conflito por terras no Médio Araguaia eclodia em toda parte. Mencionarei aqui, a título de exemplo, dois casos, entre os mais rumorosos da época. Um deles ocorreu na localidade de Pindaíba, entre Barra do Garças e Xavantina. Ali, um conflito que se instalara há anos, entre posseiros e proprietários

[9] Ofício no. 10, de 10/05/1951, do presidente do ICN ao presidente da República. Documento integrante do acervo da FBC no Arquivo Nacional.

[10] Informações contidas em Relatório assinado por Francisco Neves Brasileiro, datado de 03/05/1968, apresentado à SUDECO. Este documento faz parte do acervo da FBC, em referência.

[11] Atualmente, remanescentes dos grupos Bororo e Xavante habitam as reservas indígenas de São Marcos, Sangradouro, Campinápolis e Xavantina; os Carajá, entre outros, habitam a Ilha do Bananal.

absenteistas - estes, mediante ação de capangas -, culminou com um episódio ocorrido em meados de 1963, quando a polícia de Mato Grosso praticou atos de extrema violência contra os agricultores ali estabelecidos. Na ocasião, a FBC e a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) foram chamadas a intervir, no sentido de se restabelecer a ordem naquela área.

Outro caso rumoroso ocorreu em 1961, quando centenas de índios do grupo Xavante, em razão de conflitos tribais, abrigaram-se em Xavantina, causando transtorno à população local. Na ocasião, as tentativas do SPI em dar solução ao problema esbarraram com uma insólita situação: as terras indígenas para onde seria transferido o grupo abrigado em Xavantina achavam-se ocupadas por propriedades, algumas delas tituladas em nome de um ex-presidente da FBC[12] e de membros de sua família.

A partir de 1968, quando se instituiu a SUDECO, novas políticas de atuação do Estado sobre o território brasileiro foram postas em prática, algumas com vistas à modernização agrícola da região Centro-Oeste. Na época, o vale do Médio Araguaia passou a constituir-se em objeto de grandes investimentos empresariais, em agricultura e em pecuária, empreendimentos beneficiados com variados incentivos governamentais. Ali, os conflitos por terra continuaram, agora em novos termos, sob as vistas atentas do regime ditatorial militar.

Bibliografia

HECKENBERGER, Michael; FRANCHETO, Bruna. (Org.) **Os povos do Alto Xingu:** história e cultura**.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

PETITJEAN, Patrick; DOMINGUES, Heloisa. *A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 14, no. 26, 2000, p. 265-292.

REIS, Athur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças:** portal da Marcha para o Oeste**.** Brasília: Senado Federal, 1989.

VILLAS BOAS, Orlando; VILLAS BOAS, Claudio. **A Marcha para o Oeste**: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Globo, 1994.

[12] Archimedes Pereira Lima, presidente da FBC durante o segundo governo Vargas (1951-1954).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As histórias em quadrinhos e o ensino de história: trajetórias de uma metodologia de investigação sobre a significância histórica

Marcelo Fronza*

Resumo: Neste trabalho, tenho como objetivo perceber quais os significados históricos que os jovens fornecem a uma história em quadrinhos que aborda temas históricos e descobrir quais as inferências que estes sujeitos produzem para significá-la. Para isso, abordo a discussão teórica, advinda da Educação Histórica, referente à significância histórica a partir de autores estudados por Fátima Chaves (2006). Confronto esta discussão conceitual com as respostas de jovens alunos de Ensino Médio de um colégio público localizado no centro de Curitiba, produzidas a partir da segunda parte de um instrumento de investigação aplicado por mim em julho de 2006. Esse confronto teórico tem como finalidade fundamentar as respostas atribuídas pelos alunos em relação ao conhecimento histórico presente nesse artefato cultural.
Palavras-chave: Educação Histórica - Significância histórica - Histórias em quadrinhos

Abstract: In this work, I have the purpose to discern what the historical meanings the youths supply to the comics with historic themes. At the same time, I want to discover which inferences these individuals produce to give them a meaning. For this reason, I approach to the theorical discussion from the Historic Education, regarding the historical significance coming from the authors who have been studied by Fatima Chaves (2006). I confront this conceptual discussion with the youths' answers of a public high school in Curitiba. These answers were produced in an investigation instrument accomplished by me in July, 2006. This theorical confrontation also has as purpose to base the answers attributed by the students in relation to the historical knowledge presented in this cultural artifact.
Keywords: Historic Education - Historical Significance - Comics

Procuro investigar se os jovens constroem conhecimento histórico a partir das histórias em quadrinhos que abordam temas históricos que estão presentes no universo escolar. Isto é, pretendo compreender como as idéias históricas prévias — tais como a significância histórica — são apropriadas por esses jovens estudantes neste artefato cultural. Este estudo se insere no conjunto de pesquisas relativas à Educação Histórica, em especial, na linha de investigação ligada à cognição histórica situada, a qual leva em consideração a compreensão das idéias dos sujeitos escolares no contexto do ensino de História.

Privilegio, como sujeitos, jovens de escola pública do Ensino Médio que participam de uma estrutura de sentimentos própria de seu contexto sócio-histórico

* Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

(WILLIAMS, 2003: 53-58). Nesta estrutura, estão inseridos artefatos culturais como as histórias em quadrinhos, as quais são vestígios relacionados a uma tradição seletiva. Neste processo histórico, esses artefatos são elementos que permitem a estes sujeitos construir uma identidade juvenil.

As considerações teóricas relativas à significação histórica[1] foram confrontadas com a análise de dados advindas das respostas de 35 jovens estudantes da 1ª série de uma escola pública de Ensino Médio relativas a algumas questões da segunda parte de instrumento de investigação por mim aplicado a esses sujeitos no dia 31 de julho de 2006. Esta parte contém três páginas da história em quadrinhos **Asterix e Cleópatra** (GOSCINNY; UDERZO, 1985: 46-48) [2]. Utilizo, nesta confrontação, as citações dessas respostas produzidas pelos jovens[3].

Passarei agora para a análise de dados produzida a partir de algumas questões presentes na segunda parte do instrumento de investigação.

Personagens	**Situações do passado relativas aos personagens**	**Nº de jovens**	
Cleópatra	**Rainha egípcia**	**4**	**31**
	Possuía poder e influência	1	
	Valorizava os egípcios	1	
Júlio César	Imperador	1	**26**
	(rei) de Roma	1	
	Admirador de Cleópatra	1	
Gauleses	Constroem o templo "castelo" (HQs)	2	7
	São bárbaros	1	
	São vikings	1	
Romanos	6		
Egípcios	São preguiçosos para César (HQs)	1	6
Bárbaros	São os celtas	1	5
Gregos	1		
Celtas	1		
Rá	1		

[1] Com relação ao conceito de segunda ordem relativo à significância histórica não tive acesso aos originais em inglês por estes apresentarem uma discussão teórica ainda muito recente. Por isso, utilizei *apud* de dissertações de mestrado produzidas em Portugal. Nesse artigo utilizo a dissertação de mestrado de Fátima Chaves (2006). Peter Seixas (1994 *apud* CHAVES, 2006: 6) define a significação histórica de um fenômeno do passado a partir dos seguintes critérios utilizados pelos historiadores: "Primeiro, os historiadores avaliam se o fenômeno afetou um grande número de pessoas por um longo período de tempo. Segundo, estabelecem a sua relação com outro/s fenômeno/s histórico/s. Terceiro, estabelecem a sua relação com o presente, e também com suas próprias vidas." Já Keith Barton e L. S. Levstik (2001 *apud* CHAVES, 2006: 28) apresentam uma definição de caráter antropológico, pois entendem que as idéias referentes à significação histórica "são construções culturais transmitidas aos membros da sociedade através de várias fontes de informação – a família, a escola, os média, os museus". Essas fontes produzem versões do passado que possibilitam "a construção de idéias e imagens acerca desse passado". Para Barton (2003 *apud* CHAVES, 2006: 32-34), a significância histórica aborda toda a "interpretação, compreensão, seleção e avaliação das situações" do passado e considera as produções subjetivas, sociais, culturais, políticas e historiográficas comunicadas de forma variada aos membros de uma sociedade.

[2] Por motivos de espaço essas páginas da história em quadrinhos utilizada serão mostradas somente na minha apresentação no simpósio.

[3] As citações dos estudantes estão destacadas por negritos, aspas e fonte menor. Os nomes dos jovens são fictícios.

Tabela 1: Quais personagens e quais situações do passado você reconhece nesta história em quadrinhos?

"César, Cleópatra. Cleópatra era rainha do Egito e chama os gauleses para construir o seu castelo." (Enide – 14 anos)

"Cleópatra, César. No passado, quando Cleópatra era rainha do Egito, chamou os gauleses para construírem um templo para ela no Egito." (Helena – 15 anos)

"Gregos e romanos. César falou que os egípcios eram incapazes, preguiçosos para realizar trabalhos e a Cleópatra afirmava o contrário." (Morgana – 15 anos)

Pode-se inferir tanto pela redução de dados como pelas respostas das jovens a força da narrativa gráfica quanto ao poder do enredo, pois no mínimo três delas reconhecem personagens e situações do passado a partir deste enredo. A jovem Morgana demonstra que já leu anteriormente esta história, pois a passagem que representa César chamando os egípcios de preguiçosos está no começo da revista e não nas três páginas aqui analisadas. Outra inferência a ser considerada é o poder de identificação que os quadrinhos fornecem aos personagens a partir do cartum como afirma McCloud (2005: 30-31), pois Júlio César, mesmo aparecendo somente em quatro quadros, é reconhecido pela maioria dos jovens (vinte e seis vezes) sendo que dois deles reconhecem o seu poder político. O mesmo ocorre com Cleópatra (trinta e uma citações), pois é representada somente em sete quadros (em dois deles em sua silhueta ou de costas); seis jovens afirmam a posição de poder da personagem entre os egípcios. Outro aspecto importante é o número expressivo de reconhecimento de um conceito substantivo ligado ao contexto da Roma Antiga: os bárbaros. Por duas vezes os jovens identificam os bárbaros com os celtas ou os gauleses. Uma constatação relevante é que os jovens indicam não somente o reconhecimento de personagens individuais (Cleópatra, Júlio César e Rá foram citados cinqüenta e oito vezes), mas também reconhecem povos (gauleses, romanos, egípcios, bárbaros, gregos e celtas foram indicados vinte e cinco vezes). Pode-se afirmar que o uso do conhecimento histórico prévio dos jovens é um elemento metodológico fundamental para a produção de inferências nas histórias em quadrinhos (no campo da teoria dos quadrinhos a inferência pode ser identificada perfeitamente com o fenômeno da conclusão ou do preenchimento entre os quadros).

É muito importante salientar aqui que a força do enredo da narrativa gráfica gera muitos anacronismos que não são percebidos pelos jovens, os quais vão desde a identificação de Júlio César como um imperador ou um rei (historicamente ele foi um ditador em uma república), como a afirmação de que os gauleses construíram um castelo (construção típica da Europa Ocidental medieval), como aponta a jovem Enide. Quanto a este aspecto, as considerações teóricas de Boix-Mansilla (CHAVES, 2006: 24-25) são fundamentais para que

se use o anacronismo e a descontextualização a favor de uma Educação Histórica de qualidade, ao propor a necessidade da distinção entre o passado e o presente para só depois se detectar as permanências e mudanças entre esses dois contextos.

Categorias	Desdobramentos	Nº de jovens	
Júlio César e/ou Cleópatra	Foram líderes poderosos	1	6
	Foram pessoas importantes: comandavam exércitos e civilizações antigas que são **lembrados** por nós (relação presente/passado)	1	
	Júlio César foi alguém muito importante, mas não lembro o que ele fez	1	
	César foi imperador romano e representa um grande império	1	
	Cleópatra foi uma rainha egípcia; representa a matemática (os egípcios eram os pais da matemática)	2	
Relação com o passado	**Fatos que ocorreram no passado**	**3**	**7**
	Entendimento do passado	2	
	Uma parte da história que não presenciei, mas gosto (Egito e Roma)	1	
	Povos antigos e construções	1	
	Uma época e um povo	1	
	O passado	1	
Conhecimento histórico	Fatos e personagens históricos	4	**6**
	Um pedaço da História	1	
	Fizeram parte da História	1	
	Relatos e **idéias** históricos que fizeram a humanidade chegar até hoje (relação presente/passado)	1	
Conteúdo histórico	Com humor	1	2
	Construção da pirâmides: os egípcios e os romanos	1	
Influência do enredo da HQ	Harmonia entre as diversas raças: conta uma aposta entre César e Cleópatra (construção do palácio e potencial egípcio)	1	2
	Sátira sobre Cleópatra e seu "nariz"	1	
Nada	Nada, além de personagens históricos	1	7
Não responderam			4

Tabela 2: O que estes personagens e situações do passado representam para você?

"Eles [César e Cleópatra] foram pessoas muito importantes que comandavam exércitos e civilizações antigas que são lembradas até hoje por nós." (Percival –15 anos)

"César representa um grande império. Cleópatra representa a matemática, por causa dos egípcios, que eram praticamente os 'pais' da matemática." (Cássio – 15 anos)

As respostas desses jovens indicam pistas de como eles fazem inferências em relação à história em quadrinhos apresentada. Percival afirma que os exércitos e civilizações comandadas por César e Cleópatra são lembradas pelos jovens. Esta afirmação é um indício de que a relação entre passado e presente permitida por este artefato é constituída pela memória coletiva da cultura comum contemporânea. Raymond Williams (2003, pp. 53-58)

aponta que esta memória coletiva de uma cultura é constituída por uma "tradição seletiva" da qual as histórias em quadrinhos fazem parte. Também para Wineburg (CHAVES, 2006, p. 16), a seleção da memória em relação ao passado é formada pelas "experiências sociais contemporâneas". Para este autor, os artefatos ligados à cultura de massa, como as histórias em quadrinhos, permitem que os jovens mobilizem as imagens que carregam em suas memórias e experiências sociais.

A inferência dúbia de Cássio, ao afirmar que Cleópatra representa a matemática, porque os egípcios são os "pais" desse saber serve, de alerta para que se entenda que a existência de uma conclusão lógica coerente (ou inferência) nem sempre é sinal de uma plausibilidade na explicação. Aqui está presente, de forma clara, a diferença entre as inferências e as evidências em relação a um documento histórico. É necessário considerar sempre as provas, ou seja, as correspondências entre uma afirmação histórica e os documentos, fornecidas pelas evidências mais plausíveis nesta relação.

> **"Fatos que ocorreram no passado." (Natacha –15 anos)**
>
> **"Uma forma detalhada de entendimento do passado." (Morgana – 15 anos)**
>
> **"Eles representam uma parte da História da qual eu não presenciei, mas gosto muito (Egito e Roma). Hum!! Não sei mais o que colocar." (Teodora – 16 anos)**
>
> **"São fatos e personagens históricos." (Lavínia – 14 anos)**
>
> **"Relatos e idéias históricas que fizeram a humanidade chegar aos dias de hoje." (Artur – 16 anos)**

Existem, nessas respostas, inferências de dois tipos, mas não necessariamente contraditórias. Natacha, Lavínia e Teodora afirmam que as situações representadas nessa história em quadrinhos são fatos que ocorreram e personagens que existiram efetivamente no passado; Teodora, inclusive, destaca que não vivenciou este período histórico, mas gosta muito dele revelando a sua empatia para com o tema. Enquanto isso, Morgana e Artur inferem que representam uma forma detalhada de compreensão ou interpretação do passado ou de relatos e de idéias históricas; Artur vai mais longe ao frisar que estes relatos e idéias permitiram que a humanidade chegasse até a sociedade contemporânea.

Esses jovens, portanto, afirmam, cada um a sua maneira, que a consciência histórica se constitui, por um lado, na compreensão de que o processo histórico realmente existe e pode ser inferido por meio de vestígios fornecidos pelas histórias em quadrinhos e, por outro lado, na necessidade de que as narrativas históricas sejam os elementos estruturadores desta compreensão. Aqui, Peter Seixas (CHAVES, 2006, p. 13) pode fornecer

uma luz quando afirma que as estruturas da História, constituídas pelas idéias de segunda ordem, só podem ser compreendidas se antes os jovens pensarem o passado a partir de vestígios e relatos sobre o passado tais como os presentes nestes artefatos. Para esse autor, a forma de organizar mentalmente esses vestígios e relatos do passado é a narrativa histórica, a qual mobiliza os conceitos estruturais da História de uma maneira significativa para os sujeitos que vivem no presente.

Relação com o cotidiano	**Desdobramentos**	**Nº de jovens**	
Nenhuma	Além das aulas de História	1	**14**
Nas aulas e conteúdos de História			**5**
Nas disputas entre nações e entre pessoas	No aperfeiçoamento da inteligência e das novas técnicas	1	3
Brigas por terras			3
Heranças dos romanos	Religião e cultura	1	2
	Cesar: heranças até hoje	**1**	
Vida pessoal	Apostas, rixas e humildade	1	2
	Tentamos provar que somos capazes de fazer coisas	1	
Classes sociais: nobres, clero e pobres			1
Influência do enredo da HQ	**Mistura das culturas e palácio construído pelos gauleses**		**1**
Quase nenhuma	**Nas aulas de História e em alguns momentos do passado para construir um futuro melhor**		**1**
Resposta incompreensível	Bastante, por eles sempre aparecerem nas histórias dos romanos e dos egípcios		1
Não sabe			1
Não respondeu			1

Tabela 3: Qual a relação destes personagens e situações do passado com a sua vida cotidiana?

"Quase nenhuma, a não ser nas aulas de História e em alguns momentos do passado para construir um melhor futuro." (Luciana – 15 anos)

Percebe-se certa relativização, nessa resposta negativa, ao apontar que os personagens e situações do passado se relacionam com o presente dos jovens por meio das aulas de história, e em alguns contextos significativos do passado que permitem construir um projeto de futuro, conforme indicou Luciana. Verônica Boix-Mansilla (CHAVES, 2006: 25) destaca que a comparação entre o contexto do passado e do presente permite ampliar a capacidade de explicação dos jovens, ao conseguirem confrontar relatos contraditórios. Essa idéia se aproxima também do conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen (2001: 153-154) que se refere à compreensão racional pelos sujeitos do sentido de orientação sobre a experiência do tempo. Esse sentido se refere à consciência que os sujeitos têm ao constituir o seu agir no presente a partir do espaço de experiências do passado e da estruturação de seus projetos de futuro.

"Classes sociais: nobres, clero, pobres." (Valentina – 14 anos)

"Em situações das pessoas brigarem por terras." (Enide – 14 anos)

"Situações em que vemos países em disputa, etc." (Heloísa – 15 anos)

"As disputas entre as pessoas em busca do aperfeiçoamento da inteligência e das novas técnicas." (Madalena – 15 anos)

"É nas apostas, rixas e, também, a humildade." (Otelo – 15 anos)

"A única coisa que consigo ver da história e minha vida é que sempre tentamos provar que somos capazes de fazer as coisas." (Teodora – 16 anos)

Tanto na redução de dados referente à tabela 3 como às respostas citadas dos jovens, é perceptível que eles conseguem construir pontes entre as situações do passado e o contexto do presente. Aqui, são relevantes as categorias propostas por Peter Seixas (CHAVES, 2006: 11). Percebe-se que cinco jovens apresentam uma orientação "objetivista básica", pois se ancoram na autoridade das aulas de História. Contudo, nove jovens (ou dez se for considerado o jovem influenciado pelo enredo da história apresentada) demonstram uma orientação "objetiva sofisticada" ao valorizarem as classes sociais, as disputas entre as nações e as pessoas, a luta pela terra e as heranças dos romanos ainda presentes na sociedade contemporânea. Somente uma jovem apresenta declaradamente uma postura "subjetivista sofisticada": Teodora, pois ela entende que os jovens sempre tentam provar que são capazes de realizar algo. É possível relacionar a resposta de Luciana a uma orientação "narrativista", pois ela, apesar de quase negar uma relação entre as situações do passado com o seu cotidiano, afirma que há momentos que permitem que se repensem os projetos de futuro. Ou seja, ela pode estar considerando a consciência histórica de um sentido de orientação sobre a experiência do tempo, conforme já indica Rüsen (2001: 153-154).

Novamente, têm grande significância histórica valores ligados a conceitos substantivos como conflitos, brigas, rixas e disputas, que são apontados por sete jovens. Contudo, além da rivalidade e conflito, cinco jovens indicam outros valores como significativos: aperfeiçoamento da inteligência e das técnicas, a humildade, a religião, a cultura e a competência juvenil que enfrentam provas ou obstáculos. É importante destacar que nenhum destes valores está explícito na história em quadrinhos apresentada. Isso pode representar o elevado grau de significância histórica que estes conceitos substantivos têm, quando os alunos produzem inferências sobre os personagens e situações do passado, presentes neste artefato e também na sua vida cotidiana.

Referências Bibliográficas

CHAVES, Fátima Rosário Costa. **A significância de personagens históricas na perspectiva de alunos portugueses e brasileiros.** Braga: Universidade do Minho/Instituto de Educação e Psicologia. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Supervisão Pedagógica em Ensino de História. Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Isabel Barca, jan. 2006.

GOSCINNY, R.; UDERZO, A. **Asterix e Cleópatra.** Tradução: Paulo Madeira Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1985, pp. 46-48.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos.** São Paulo: Makron Books, 2005.

RÜSEN, Jörn. **A razão histórica:** Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modalidades discursivas e Totalitarismo[1]

Fernando Kolleritz[2]

Resumo: várias linguagens aproximaram-se do mundo totalitário, um universo de existências bem reais que abrangeu, segundo discussões entre especialistas, os países comunistas, o fascismo italiano e o nazismo. Com otimismo, defende-se aqui que esta polifonia de linguagens trouxe progresso no conhecimento do fenômeno totalitário. Estas linguagens, tentamos esquematizar, contam-se em número de quatro, tomando a forma, a) do testemunho e da ficção, b) da filosofia política, c) da teoria política e, d) da História.

Palavras-chaves: Soljenitsyne, Deutscher, Arendt

Resumé: plusieurs langages ont traité du monde totalitaire, un univers de vies réelles qui engloba, selon l´opinion des spécialistes, les pays communistes, le fascisme italien et le nazisme. Voulant être optimiste, nous prétendons que cette polyphonie linguistique a apporté quelque progrès dans la connaissance du phénomène totalitaire. Ces langages, pouvons nous schématiser, ont pris quatre formes, a) celle du témoignage et de la fiction littéraire, b) celle de la philosophie politique, c) celle de la théorie politique et, d) celle de l´Histoire.

Mots-clefs: Soljenitsyne, Deutscher, Arendt

DISTINÇÕES

Como se pode observar desde já, testemunho e ficção expressam a realidade totalitária a partir de viés subjetivo assumido; são referências internas ao vivido, real ou imaginário, constituem percepções e sentimentos elaborados a partir de vivências reais ou ficcionais; retratam o mundo da maneira como é existido, a partir *de dentro* dos afetos

[1] Por motivos de espaço, dois itens do texto original foram suprimidos: o primeiro diz respeito à linguagem da teoria política e o segundo concerne à linguagem da filosofia política.

[2] Professor doutor. Unesp, Campus de Franca, Curso de Relações Internacionais, pós-graduação de História.

emocionais, dos sentimentos e das avaliações morais, com reconhecimento explícito da sensibilidade e da imaginação. Por sua vez, os três outros "gêneros" constroem-se em exterioridade, versam "sobre" a formação social totalitária, tentam objetivar o mundo de que falam, recortando aspectos, distinguindo níveis de realidade, estabelecendo cronologias, permanências e durações, determinando variáveis e constâncias, apreendendo o sentido dos acontecimentos, a concepção de mundo que recobrem, o imaginário e o simbólico que o respaldam.

Entre estas duas "espécies" de linguagem que aqui se propõe distinguir a primeira tende a ser imediatamente normativa, a outra, por dever de ofício, deve manter-se axiologicamente neutra. Mas é difícil pensar que as citações testemunhais, as ilustrações ficcionais, quando adentram as referências dos textos de pesquisa *stricto sensu* não as marque indelevelmente.

Não é difícil dar-se conta que estes discursos vários, ao mesmo tempo que se respaldam e se contagiam mutuamente na descrição e na análise das formações sociais totalitárias, disputam entre si quanto à respectiva capacidade heurística. À guisa de lembrete, apenas, o leitor refletirá que a relação tecida entre o comunismo e o Texto é, pode-se dizer, intrínseca. E também única. Foi com certeza a primeira vez na História que uma ação política foi empreendida em função de um texto que assegurava sua validade teórico-científica. A garantia da eficácia desta ação presentificava-se em inacabadas páginas de um grande livro teórico. [3]

Este texto versa mais exclusivamente sobre as várias linguagens que se aproximam da realidade comunista. Mantemos o conceito de totalitarismo em especial porque se desdobra nas várias linguagens referidas, mas não há como, sobretudo quando a abordagem for histórica, não enfatizar processos próprios às respectivas formações sociais. De qualquer forma, se a disciplina histórica se propõe intertextualidade, todas as modalidades discursivas, inclusive a ficção, participam dos batismos conceituais.

TESTEMUNHO E FICÇÃO

Neste elenco, tudo começa com os testemunhos e depoimentos de refugiados da Revolução russa, de ex-beneficiários e defensores do antigo regime, como também de alguns dos seus adversários mencheviques, socialistas-revolucionários e anarquistas, refugiados da ira bolchevique, banidos da nova ordem, primeiros desiludidos da Revolução no poder.

[3] *Mein Kampf,* se a comparação tem algum nexo, possui escrita impressionista, habitada pelos mais evidentes fantasmas..

Constituem uma primeira literatura informativa e denunciadora que os historiadores de profissão não se furtarão a utilizar mais tarde.

Neste rol que não cessou de aumentar, conhecem-se talvez melhor os testemunhos daqueles que haviam participado da gestação revolucionária e, muitas vezes, ainda se reivindicavam comunistas no momento em que escreviam. Para muita gente, contrastada a uma escrita liberal ou conservadora, sua fiabilidade constituía–se de certa forma maior, pois que denunciavam o que teriam gostado de defender. Entre as mais conhecidas, as narrativas testemunhais de Victor Serge, Anton Ciliga, Painet Istrati, e Arthur Koestler, revolucionários de cepa, intelectuais afamados em alguma medida entre as coortes do comunismo internacional nos anos gloriosos da Revolução, cuja sorte pessoal foi variada, aderindo alguns a oposições anti-stalinistas, passando não raras vezes pelas prisões soviéticas, vivendo com freqüência o resto de suas vidas em função de voltar a se situar nos rumos da política revolucionária que os haviam traído. Malditos indesejáveis, fora da lei, em seus países de origem (Iugoslávia, Romênia, Bélgica e Hungria) e correndo risco de vida nos territórios ao alcance dos esbirros policiais de Stalin.

Outros testemunhos provêm da defecção de ex-quadros comunistas, já pertencentes a segunda geração da sociedade soviética bem rodada, embrenhada numa lógica que lhes aparece subitamente absurda, indefensável com a qual não podem negar que se acumpliciaram; engenheiros como Victor Kravchenko, policiais como W. Krivitski, que longos prazos ruminariam suas dúvidas incomunicáveis no universo solipsista do terror. Descrevem aspectos diversos da sociedade: escolas e inculcação, fábricas e (surpresa!) exploração, escritórios e apartamentos em sobressaltos de pavor, o mundo sempiterno das reuniões e da auto-crítica constante, do sorriso artificial afixado em público. Ao lado destas defecções rumorosas que, na imprensa ocidental, geravam escândalo, foram sendo publicados memórias ou diários, póstumos alguns, escritos no segredo do exílio interno; encontram-se alguns destes relatos, por exemplo, em Nadejda Mandestam (*Contre tout espoir: souvenirs*), em Boris Iamposski *(Présence Obligatoire*).[4]Dentre os testemunhos, os mais repisados (e mais inesperados em se tratando de uma sociedade que se originou de uma teoria emancipadora) narram prisões, campos e tortura. Correspondem aos exatos equivalentes das obras que testemunham os campos nazistas e desenvolvem com eles um grau de similitude impressionante. A lista destes depoimentos de russos e estrangeiros, membros do partido ou não, muitos inclusive stalinistas, caídos nas malhas da Tcheka, (GPU, NKVD, KVD ou KGB,

[4] MANDESTAM, Nadejda. *Contre tout espoir: souvenirs.* Paris: Gallimard, 1972; companheira do poeta Ossip Mandelstam, morto em campo. IAMPOSSKI, Boris. Présence Obligatoire (póstumo), KONSTANTINOVSKI, Ilia. Boris Iampolski et son Témoignage. *Oeuvres entrecroisées*. Lausanne: l``Age d´Homme. 1990.

pululantes nomes para a mesma função funesta das polícias políticas) ultrapassa, inclusive, a era Stalin, integrando dissidentes como Marchenko, Almarik, Boukovsky, nas décadas de 1960 a 1980. Na prosa dedicada a este mundo todo especial, refiro, um pouco ao acaso, *A confissão, A vertigem(I) e O céu da Kolyma(II), O acusado, Memórias de Sologdine, Um mundo à parte, A condição inumana, Pitesti (Laboratório Concentracionário).*[5]

Não houve, sabe-se, fronteira para os mundos concentracionários comunistas, invadiram todos os continentes, praticamente todos os países em que houve socialismo e temos relatos da Romênia, da China, do Vietnam, do Camboja, de Cuba, da Coréia do Norte etc. Notáveis por terem descrito sucessivamente os campos russos e alemães, os livros de Margarete Bubber-Neumann, ex-comunista entregue pelos soviéticos aos nazistas em seqüência ao pacto germano-sovietico de 1939, *Prisioneira de Stalin e Hitler,* e seu *Milena*, este, em homenagem à amiga presa ao seu lado em Ravensbruck, a mesma Milena amada de Franz Kafka.

Que dizer dos testemunhos em duas palavras? O grau e a extensão de perversidade descrita proíbe que, definitivamente, se defenda o regime; são relatos muito visceralmente incriminadores que denunciam ao mesmo tempo a tortura (e a extenuação forçada) *e* a ideologia, uma ideologia que ao longo dos calvários descritos a todo instante se explicita, verborrágica, na boca de um procurador-torturador comunista, de um guarda assassino, piosos zeladores do sistema. Quer dizer não dá para relativizar a tortura em nome da ideologia boa, o ideal soletrava-se, urrava-se, praticava-se constantemente durante as sessões de tortura e ao longo dos anos de cumprimento das penas. O inquisidor encontrava na ideologia seus justos motivos, suas boas motivações.[6] Observe-se então o abismo em que se cai: em qualquer lugar do mundo, um homem de esquerda, de confissão revolucionária, expressaria as mesmas idéias que os *torturadores-nossos-companheiros*: em boa parte, sem dúvida, conceitos e premissas, senão cada palavra, seriam exatamente os mesmos. Os testemunhos significam uma concretude que nenhuma ideologia consegue absolver, que, ao contrário, constitui-se como antídoto a ela pela sua exata remissão ao concreto. Certos golpes e certas palavras não casam.

São obras naturalistas: falam o tempo todo da dor, dos nervos sobressaltados, dos ossos perfurando a pele esfomeada, dos membros gangrenados pelo frio, da inteira redução dos homens a suas carências e necessidades, e insistem em dizer que o homem em certas circunstâncias não passa disso e fará qualquer coisa para comer, para dormir, para a que a dor

[5] As traduções de títulos das obras referidas são minhas.
[6] Na Oban brasileira os oficiais e sub-oficiais se diziam patriotas, uma relação de causa e efeito: para proteger a Pátria, tortura-se.

cesse. De algum modo, durante longas passagens, o texto é como se fosse ele próprio uma epiderme, os tecidos da carne, cartilagens. São textos "sensíveis", como películas, quer dizer, exacerbados pela sensibilidade, textos continuamente à flor da pele, expressivos, ao mesmo tempo, dos sentidos e dos afetos, de sobressaltos morais. Eles reproduzam o que a epiderme produz, simultaneamente a dor e o protesto, a dor e o apelo. Uma segunda camada feita de palavras recobrindo e duplicando, na maior proximidade possível, o que se viveu.

As obras dão a palavra ao corpo sofrido, ecoam nas mesmas ondas doloridas humilhação, desespero e repúdio. Desta experiência limite, o texto parece não deixar nada de lado, recobre toda a extensão de um mundo reduzido a chagas, em compensação não pretende incluir nada além. De certo modo, é como se a "experiência" comunista se encerrasse, toda ela, aí, pormenorizadamente descrita, como se tudo se esgotasse aí, como se não houvesse muito mais o que dizer sobre o comunismo realmente existente, tal como também o nazismo se revelou e se exauriu em suas salas de tortura, em seus campos, sua verdade, desde o início até o fim. Tal é a redução eidética do sistema pelo testemunho: a isso se resume, e o texto não precisa (e não procura) se extrair da textura do real do grande norte siberiano. Não deixa de ser um modo interessante de desvelar o totalitarismo: nada poderá fazer com que se deixe de sentir o curto-circuito entre o político e a fisiologia dos corpos já que, sem dúvida, as epidemias de cólera nos barracos, a pululação de percevejos nos catres durante noites insones, os assassinatos em massa, são politicamente decididas; e provêm do alto, os presos não se enganam quando constantemente endereçam suas cartas – pedidos de socorro, de correção da injustiça – a Stalin.

Não escapamos muito deste clima quando adentramos a ficção. Lembre-se o leitor do ambiente soturno de *1984*, da vigilância exercida sem trégua sobre os funcionários de Oceania ("Big Brother vos observa"), do entusiasmo histérico que se afixa em apoio à doutrina, do tratamento infligido a Winston e à Julia. A sorte de Roubachof do *O zero e o infinito,* durante os interrogatórios não é muito melhor, nem a das personagens-numeros centrais do romance de Zamiatine, *Nós.*

Tomemos um romance talvez menos conhecido, traduzido para o português: sem a ficção *O mestre e Margarida* [7], algo do caráter surrealista do mundo comunista nos escaparia; poucos textos designam tão bem o caráter alucinante do cotidiano nos anos stalinistas, quando o diabo voa solto – ele mesmo, o Manco e seus comparsas fantasmagóricos – acima dos telhados de Moscou, violentando interiores pelas janelas, sumindo com as pessoas.

[7] O Mestre e Margarida.

O realismo mágico, sob as espécies do corpo polimorfo do Príncipe das Tréguas, eterno rival de Deus, traz a perspectiva que cabe ao estarrecedor clima moscovita, a partir dos anos 1920, e estabelece a gravidade esdrúxula, o inimaginável farsesco dos extremos stalinistas: vítimas que no momento de serem fuziladas clamam amor ao seu carrasco. Tão somente se percebermos o dantesco assombrando o real, a remissão ao nazismo (cujos aspectos hubuescos foram tantas vezes ressaltados) tomará pé, firmando proximidades inesperadas entre regimes. Tornar palpável, com imagens ora folclóricas ora religiosas, a transformação do real numa cena de bizarrice apavorante, evoca o absurdo em que as relações humanas foram mergulhadas, anima e aprofunda a compreensão do totalitário, dá à noção maior espectro heurístico. A alegoria faz surgir o real que inspirou a alegoria.

Também neste caso, as obras seriam inúmeras. As pequenas cenas de Varlam Chalamov, contando o Kolyma consagraram-se na literatura concentracionária, Iouri Dombrovski, Vassili Grossman, Alexandre Zinoviev tornaram-se referências literárias inevitáveis na evocação dos temas mais escabrosos da vida soviética.[8] Ainda aqui, descrevem-se mundos onde o privado e o íntimo desapareceram traumaticamente, onde a espontaneidade sumiu; não se pensa, não se sente, senão perigosamente, num universo gélido, parcimonioso, de pessoas desmunidas dos outros, desautorizadas de si.

HISTÓRIA

Ao qualificar o terror, ao descrever suas formas e circunstâncias, ao narrar seus episódios, ao inscrevê-lo na interpretação com parte intrínseca do regime, a História contemporânea conflui de maneira particularmente expressiva para trazer significado aos eventos comunistas desde 1917. Evidentemente é de todo um sistema organizativo, de todo um complexo de práticas que a historiografia trata, mas quanto à repressão a História traz números, fornece escalas, os arquivos trazem elementos concretos e são documentos... da polícia. E a própria escala, por inaudita, precisa de explicações. A historiografia tende, então, a firmar a ligação interna entre ideologia e terror: resistências, oposições, obstáculos de qualquer tipo têm de ser eliminados porque são indícios claros da persistência exacerbada da luta de classe, não importa se a resistência vem dos próprios trabalhadores. Neste prisma, o campesinato, classe afeita à propriedade, teria de modo ou outro que ser sacrificado; vê-se as dimensões do que estava prestes a acontecer... uma vez que o Partido pretende incarnar a

[8]CHALAMOV, Varlam. *Kolyma I-III*. Paris: François Maspero, 1982 (para a literatura concentracionária) [A região de Kolyma estende-se ao extremo nordeste siberiano ao longo do rio de mesmo nome, onde campos enxamearam]. DOMBROVSKI, Iouri. *La faculté de l`Inutile*. Paris, Albin Michel, 1979. GROSSMAN, Vassili. VIE ET DESTIN. Paris: Julliard, 1987. ZINOVIEV, Alexandre. *Les hauteurs béantes. L`avenir radieux: notes d´um veilleur de nuit.* Paris: Robert Laffont, 1990.

revolução, uma vez que a dimensão democrática representativa se lhe tornou completamente estranha, uma vez que os camponeses pobres e médios, inclusive, se opunham à coletivização e à desagregação comunitária.

Assim, o consenso historiográfico se reforça quanto à existência de uma "cultura concentracionaria" socialista; eis que a História, seguindo o mesmo passo que os testemunhos, fornecendo números, indicando locais e datas, responsabilizando pessoas, desvelando os mecanismos que se instalam, traz peso de realidade ao mundo do socialismo, mergulhado que estivera nas brumas das esperanças e das ilusões, e no engodo. Uma correção historiográfica essencial incide na questão da precocidade do regime soviético em instalar os mecanismos do terror, faz recair sobre Lênin e seu período a responsabilidade de ter instalado a lógica e os mecanismos intra e extra-partidários que induziriam o stalinismo possibilitando os massacres de camponeses nos anos 1929-1933 e os expurgos de 1936-1938.

Os catálogos brasileiros mais recentes podem dar uma idéia local da intensidade da desmontagem histórico-ideológica corroendo as parcas sobras do imaginário revolucionário bolchevique.

Em 1999, a publicação do *O livro negro do comunismo;* em 2004, a de *Gulag, uma história dos campos de prisioneiros soviéticos* de Anne Applebaum, ainda em 2004, o Stalin, Triunfo e Tragédia de Dmitri Volkogonov, e, em 2005, a reedição do Trotski, obra prima de Isaac Deutscher, historiando os moldes em que o organizador do Exército Vermelho idealizou e tentou levar a bem com ímpeto radical, bem do seu feitio, a militarização plena do trabalho na Rússia bolchevique; o prestigioso líder, escreve o insuspeito Deutscher, ratificava por inteiro a lógica da identificação da Revolução ao poder do Partido único, intentando transformar operários em conscritos, posição de dar inveja, ulteriormente, a qualquer stalinista.

Em 2006, o livro de Z. e R. Medvedev, *Um Stalin desconhecido* e, ainda, a publicação com certo pendor sensacionalista de S.S. Montefiore, *Stalin A Corte do Czar Vermelho*, sem falar, no mesmo ano, no *Mao, A história desconhecida* de Jon Halliday e Jung Chang. Por mais anedoticamente centradas no poder unipessoal que se mostrem algumas dessas obras, forçam a pergunta quanto ao laço interno entre totalitarismo e poder incorporado ora no Primeiro Secretário, ora no Duce, ora no Grande Timoneiro, no Führer ou... no Comandante.

Ultimemos com algumas observações. Em primeiro lugar, até certo ponto as divisões aqui estabelecidas são artificiais: entre a montagem da conceitualização política e da elaboração histórica, os procedimentos não são sempre facilmente distinguíveis; entre a

ficção e o testemunho, a passagem é fluida. Há textos cujo poder de persuasão reside precisamente em articular de muito perto circunstâncias com construções conceituais: aliás, pode-se dizer isso de todas as obras mais ricas. O segundo ponto significativo são as referências respectivas de gênero para gênero: praticamente não há entre filósofos, historiadores e autores que refletem a política totalitária quem não refira, por exemplo, *1984,* e isso constitui mais do que uma citação, vale como pedido de aferição, tal o poder mágico de evocação de algumas obras ficcionais. Outro caso freqüente é um testemunho ser referendado (prefaciado, por exemplo) por um historiador de renome.[9] Em suma, as modalidades discursivas destacadas respaldam-se umas às outras, associando-se numa espécie de constelação literária e confluindo para distinguir um sistema sócio-político. Do feixe textual, desprende-se uma notável e marcada correspondência entre as figuras políticas gerais do sistema e a inescapável condição antropológica das populações.

Referências Bibliográficas

Chalamov, Varlam. *Kolyma I-III*. Paris: François Maspero, 1982.

Dombrovski, Iouri. *La faculté de l`Inutile*. Paris, Albin Michel, 1979.

Grossman, Vassili. Vie et destin. Paris: Julliard, 1987.

Iamposski, Boris. Présence Obligatoire (póstumo) & Konstantinovski, Ilia. Boris Iampolski et son Témoignage. *Oeuvres entrecroisées*. Lausanne: l``Age d´Homme. 1990.

Mandestam, Nadejda. *Contre tout espoir: souvenirs.* Paris: Gallimard, 1972;

Zinoviev, Alexandre. *Les hauteurs béantes. L`avenir radieux: notes d´um veilleur de nuit.* Paris: Robert Laffont, 1990.

[9] Por exemplo, *Execution by Hunger: the hidden holocaust (*1985), o testemunho de Miron Dolot, que narra a fome coletiva sofrida pelos camponeses ucranianos à ocasião da coletivização forçada das terras, é prefaciado pelo renomado historiador norte-americano Adam Ulam, autor de *Os bolcheviques*.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Índios de Mato Grosso no Século XIX: Política Indigenísta em Tempos de Guerra*

Rosely Batista Miranda de Almeida**

Resumo: Este artigo pretende analisar as representações sociais sobre alguns grupos indígenas que ao longo do século XIX habitavam as terras da Província de Mato Grosso, mais diretamente àqueles cujos territórios estavam situados na região do Pantanal. Busca-se demonstrar como estes índios foram submetidos e quais as estratégias de submissão utilizadas, desde catequese até o recrutamento militar. O interesse maior é discutir a participação desses indígenas na Guerra com o Paraguai (1864-1870), quando somaram-se a outros soldados como braços nos campos de batalha. Nossa proposta tem como fonte documentos manuscritos do Arquivo Público de Mato Grosso e abordagens bibliográficas, como Manuela Carneiro da Cunha e Cláudio Alves de Vasconcelos.

Palavras – chave: Política indigenista, guerra, catequese.

Abstract: This article intends to analyze the social representations about some indian group that through the 19th century inhabitted the lands of Mato Grosso Province, especially those whose territory were located in the Pantanal region. It is wanted to demonstrate how these indian were submitted and which were the submission strategies used, since the catechism until the military recruitment. The biggest desire is to discuss the participation of these Indian in the War against Paraguay (1865-1870), when they gathered to other soldiers as arms in the battle field. Our proposition has its source in the manuscripted documents from the Mato Grosso Public Archive and bibliographic approachs, as Manuela Carneiro da Cunha and Cláudio Alves de Vasconcelos.

Key words: Indigenous politics, war, catechism.

Os grupos nativos de diversas etnias da Província de Mato Grosso, desde a segunda metade do século XVIII vinham mantendo aproximação e contato com a sociedade não-índia; mantinham relações com soldados e comandantes das unidades colonizadoras da região. Estes vínculos se acentuaram, entretanto, com a política imperial voltada à fundação de missões, principalmente depois de 1846 com a criação da Diretoria Geral dos Índios na Província de Mato Grosso.

Este artigo pretende analisar as representações sociais sobre alguns grupos indígenas que ao longo do século XIX habitavam as terras da Província de Mato Grosso, mais diretamente àqueles cujos territórios estavam situados na região do Pantanal. Busca-se

** Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

demonstrar como estes índios foram submetidos e quais as estratégias de submissão utilizadas, desde catequese até o recrutamento militar, assim como discutir a participação destes na Guerra com o Paraguai (1864-1870).

Este estudo procura inserir-se na nova tendência historiográfica da História Indígena, vertente que vem se ampliando desde a década de 1990 num eixo teórico-metodológico de caráter interdisciplinar. Sua principal interface se deu com a Antropologia, na busca de apoio para melhor se conhecer os grupos indígenas aqui apresentados. Mas, também se procurou incorporar questões próprias da História Cultural. Com base em Michael de Certeau (2002), pensou-se a prática narrativa da produção historiográfica para a construção de conhecimentos baseados na elaboração e investigação das diversas fontes selecionadas. A pesquisa se baseia em fontes manuscritas e impressas que estão sob a guarda do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e do Instituto Histórico Geográfico do Estado de Mato Grosso (IHGMT).

No século XIX, a prioridade do Império pela guarda das fronteiras resultou na busca de indivíduos em condições de serem recrutados. As dificuldades decorrentes da falta de um exército organizado e das campanhas prévias junto às diversas camadas sociais no Brasil, foram fontes de estranhamento e de sérios obstáculos para o recrutamento das forças de guerra. À medida que a guerra se alongava também aumentavam as dificuldades para se obter o recrutamento dos *voluntários.* Os recursos humanos mais acessíveis, geralmente, por métodos compulsórios, estavam representados por negros, índios, criminosos, migrantes e pessoas pobres em geral. Os abusos durante os alistamentos e recrutamentos forçados passaram a ser criticados pelas autoridades políticas.Em agosto de 1869, foram estabelecidas novas regras para o recrutamento, sendo que o recrutamento dos libertos foi visto com repugnância, marca significativa do preconceito racial.

Dentre os indivíduos a serem recrutados além dos que já se achavam como praças militares ou como guardas nacionais desde as primeiras décadas do século XIX, os índios como os Guaná foram considerados *civilizados* e aptos para o serviço militar da Província. (Lata 1840. 13 de novembro. APMT). Da mesma forma, o contato com os índios Guaikurú sobre as correrias dos paraguaios nos campos de Miranda, possibilitou por parte do comando brasileiro na fronteira as medidas cabíveis para interrompê-las, sempre no sentido de defesa dos limites. (Lata 1850 C, índios Guaikurú. APMT).

Dentre os propósitos da política imperial se incluía o de civilizar os índios. Entenda-se civilizar por submetê-los aos ditames da integração à sociedade, o que significaria perda do seu espaço natural e disponibilidade de mão-de-obra barata dentro ou fora das

aldeias indígenas (Lata 1843 A. APMT). Os indígenas de Mato Grosso, desde o início do século XIX, conheceram a estratégia de submissão também sob a forma de recrutamento que foram realizados a partir de sugestões contidas em documentos oficiais, relatórios informativos de viagens, diários, memórias, dentre outras fontes. (VASCONCELOS, 1999: 29-31).

Em 1845, uma das estratégias sustentadas pelo *Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* e, em 1850 pela chamada Lei de Terras, foi a política de deportação e concentração dos índios pela remoção e reunião de diferentes grupos, em aldeamentos criados a partir de interesses locais, regionais ou nacionais. Em alguns casos, os índios eram tirados de seus territórios tradicionais e confinados em regiões de frentes pastoris ou agrícolas, em locais de rotas fluviais como foi em Mato Grosso; em aldeamentos que favoreceriam os tropeiros ou junto às instalações militares. Os resultados com freqüência eram negativos, quando se decidia pela concentração de grupos étnicos tradicionalmente rivais (CARNEIRO DA CUNHA, 2002:144).

Como parte das estratégias utilizadas como instrumento de *civilização* nas escolas criadas nas aldeias, estava a música, a língua portuguesa, a religião católica, e também foram criadas escolas de artes e ofícios para os adultos, visto que o trabalho indígena não era considerado na compreensão do colonizador, o ensino da disciplina e boas maneiras, especialmente, às crianças nativas, o oferecimento de brindes aos índios através dos Diretores de aldeias, dentre outros tantos meios (VASCONCELOS, 1999: 40, 41 e 43). Cabia aos índios a disposição para se sujeitarem às estratégias civilizatórias impostas, pois o discurso dos governantes estava representado pela necessidade de civilizar o *gentio*, seja pelo uso da religião ou da razão, da verdade do não-índio. Tais aspectos eram ideais para uma convivência sadia para a viabilidade do projeto de integração político-econômica nas terras do Exército brasileiro.

As experiências de catequese (religião *x* trabalho) desenvolvidas até então sob a responsabilidade dos religiosos capuchinhos foram desarticuladas desde o início da invasão, como se constata pela afirmação do Diretor Interino:

> (...) *nada posso dizer a respeito das aldeias de Bom Conselho, em Albuquerque e Normal, em Miranda, porque tendo sido invadida toda a fronteira do sul pelas forças paraguaias, que se apoderou daqueles pontos.* (Lata 1865-E. APMT).

O parecer favorável da igreja, no século XIX, a respeito da atuação dos grupos indígenas na Guerra com o Paraguai; deduz-se, a partir de análise contextual do período, que

não havia sérias restrições a respeito. Desde os meios apontados por José Bonifácio e submetidos à Assembléia Constituinte em 1823, com a proposta de integração dos índios ao Estado Nacional brasileiro, já se percebia o comum acordo entre os missionários e os comandantes dos presídios militares no sentido de os religiosos terem o apoio dos militares, caso fossem desrespeitados pelos indígenas (VASCONCELOS. 1999: 39-40).

Indígenas de diversas etnias, ainda no Setecentos, foram organizados e treinados militarmente pelas organizações jesuíticas. Esses missionários precaviam-se contra as invasões das suas reduções, pela disputa da mão de obra indígena (MEIRELES, 1989:10 e 11). neste sentido é que Vasconcelos (1998) já havia dito com propriedade que (...) as relações entre conquistadores e índios não podem ser vistas como homogênicas (VASCONCELOS, 1999: 58). Os projetos de catequese representavam a tentativa de domínio dos conquistadores em relação aos considerados seres necessitados de civilização, ou seja, os indígenas.

Na Província de Mato Grosso, foram denominadas de Aldeia Regular, as missões existentes após o Decreto de 1845. Eram estabelecimentos oficiais existentes em cada Província onde havia um diretor geral dos índios e em cada aldeia um diretor subordinado ao diretor geral da Província. Nos aldeamentos havia tesouraria, almoxarifado, áreas de cultivo, um pequeno comércio e, às vezes, um enfermeiro cirurgião. As missões eram administradas pelos missionários sob as diretrizes do Regulamento de Catequese (1845), através do ensinamento cristão e com base em atividades específicas para homens e mulheres; o que SILVA (2004) denomina de *procedimentos para desmobilizar as ações dos índios.*

As fontes manuscritas indicam a existência de conflitos entre índios e administradores. Os índios que resistiam ou revoltavam-se contra os diretores das aldeias, sob qualquer circunstância, eram punidos. Os Diretores recebiam as nomeações dos presidentes de Província para exercer as funções de administradores e catequistas junto aos grupos indígenas aldeados pela jurisdição da Diretoria Geral dos Índios.

Segundo consta no ofício de 31 de março de 1862, enviado ao conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da Província, por João Batista de Oliveira, diretor geral dos índios, no quartel militar na vila de Miranda foram entregues pelo diretor da aldeia, uns vinte índios para serem punidos por desacatos à liderança do diretor. O empenho pela execução do castigo, segundo João de Oliveira, seria para que tal abuso não mais ocorresse. Não há declarações nas narrativas, sobre as motivações das ações de resistência dos índios; (Livro 191, 1860-1873, APMT).

A análise dessa questão remete à idéia de que como qualquer outro povo que se tornara cativo, como os negros no Brasil, os índios também resistiram ao que lhes fora

imposto. "Violência física, mortes e exposição a humilhações fizeram com que inúmeros índios de Albuquerque e outras partes da fronteira oeste mato-grossense fugissem para lugares mais seguros". Os indígenas foram povos subjugados, disso não se deve esquecer, mas pela trilha da história, pode-se perceber a luta deles para sobreviver e perpetuar suas culturas. Visto que a Guerra com o Paraguai foi um evento, sob diversas circunstâncias, estranho aos interesses indígenas; eles se viam empurrados para ela por meio de alistamento arbitrário (LEOTTI, 2001: 40-42).

Os indígenas que foram envolvidos na defesa do território mato-grossense submeteram-se às ordens militares e, em grande parte, conduziam-se pelos limites determinados pela superioridade militar dos não-índios. No entanto, permaneceu a resistência indígena pela integridade cultural de sua gente. Desde as primeiras décadas do século XIX, com o intuito de sustentar a ordem no interior do Império, foi intensificado o recrutamento de braços servis, a exemplo dos indígenas recrutados para servir no Arsenal da Marinha da Corte. Suas forças tornaram-se necessárias e foram então indicados para atuar nos combates.

Em verdade, as sociedades indígenas aos olhos dos conquistadores permaneciam como primitivas; porém, necessárias. Sem vozes representativas e desterrados de seus territórios, de seus espaços, de suas crenças e de suas formas de vida. Quando se afirmava que os nativos prestavam serviços à sociedade, em suma se dizia o quanto a estratégia da submissão e negação de uma cultura estava se confirmando.

Daí, a estratégia prática administrativa da nomenclatura índios *mansos,* aplicável aos grupos étnicos agricultores, coletores ou caçadores e índios ferozes, os representados pelos guerreiros, especialmente das regiões de fronteiras. Os índios considerados ferozes eram os que se esquivavam da tentativa de integração da política portuguesa de atraí-los e torná-los submissos a um sistema de leis que não significava seus interesses; enquanto povos diferenciados não se curvavam à vida agrícola e, nas aldeias, continuavam o cotidiano das caçadas.

Partindo dessas considerações, pretende-se agora evidenciar os diversos olhares, ao tratar da representação da prática militar dos grupos indígenas que foram envolvidos nos combates com os paraguaios, ao lado dos brasileiros e aliados.

Neste estudo a proposta de narrativa da história é a da representação do índio na sua relação com o não-índio de sujeito/sujeito e não sujeito/objeto. Assim, aborda-se sobre o que Roger Chartier considera como principal objeto da História Cultural "(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990: 17).

Os Guaikurú, índios guerreiros, após conhecerem os cavalos, tornaram-se eqüestres e ainda mais habilidosos em suas conquistas, *demonstrando total domínio sobre os seus animais*. Esse domínio porém, no cotidiano, levou-os a depender da utilização desses animais, que passaram a ser amestrados visando aos períodos de guerra; essa estratégia facilitou a esse grupo indígena o empreendimento guerreiro ao contar com animais ligeiros e fortes. Conforme H. Schindler (1983), citado por COSTA (2003), "(...) O cavalo converteu-se no principal bem dos Mbayá (...) passou até a fazer parte dos rituais fúnebres [e significou] uma substancial mudança cultural e política frente às populações indígenas agricultoras" (COSTA. 2003:215).

Os Guaná, continuamente representados como pacíficos e hospitaleiros, prestavam serviços de navegação, praticavam atividades de caça, pesca, criação de gado para o consumo da carne e cultivavam ainda, arroz, cana e batatas. Antes da invasão paraguaia chegavam a expor os excedentes de seus produtos, vendendo-os ou permutando-os por fazendas, ferramentas, aguardente, armas de fogo, pólvora, chumbo, gado vacum e cavalar. Fabricavam redes, panos, cintos e suspensórios. Existiam duas aldeias em Albuquerque e outra nas imediações da capital, Cuiabá. Os Guaná de Albuquerque foram levados como prisioneiros para o Paraguai e lá grande parte deles morreu (NDIHR-UFMT, Documento 35-47. 1865-1875. p. 140).

Desde os tempos coloniais, interessava aos portugueses manter boas relações com os Mbayá para assegurar maior tranqüilidade às expedições que navegavam nos rios da bacia pantaneira em direção a Cuiabá. Conquistando mais e mais a confiança desse grupo, os portugueses tentavam evitar as constantes pilhagens nos seus domínios de Miranda, Coimbra e Albuquerque, além de impedir a expansão da colonização espanhola na região do Alto Paraguai (COLINI, 1894: 266). A estratégia principal foi o estabelecimento dos serviços de catequese que incluía, além do ensino religioso, o incentivo à criação de gado e agricultura no interior das reduções indígenas.

Ao participarem da defesa da Província de Mato Grosso, quando a região entre os rios Apa e Blanco, em dezembro de 1864, foi ocupada pelos paraguaios, os indígenas puderam revelar sua função na formação do Estado Nacional Brasileiro (VASCONCELOS. 1999: 86). Os que atuaram na Guerra com o Paraguai, do lado brasileiro, são oriundos da região do Chaco e desde o Século XVI vinham migrando para a região do Pantanal, considerado um marco de limite natural para as populações indígenas daquele espaço geográfico.

Desde as aventuras de conquistas dos colonizadores e no período do conflito, os índios tornaram-se guias para os combatentes porque, sabiam caminhar por frondosos matagais ou lagos sem trilhas previamente abertas (Caixa 1842, 18 de fevereiro de 1842, APMT). Eles trabalhavam como protetores civis dos que tentavam sobreviver junto aos refúgios dos índios em meio às matas fechadas ou aldeias, em territórios da província mato-grossense e não queriam ser alvos do inimigo paraguaio.

Os índios também foram auxiliares na função de informantes das autoridades brasileiras sobre acontecimentos relativos aos vizinhos paraguaios e bolivianos, na disputa pela demarcação de fronteiras. Em caso de contatos dos conquistadores com grupos indígenas ainda desconhecidos ou arredios; os próprios índios foram utilizados como intérpretes, ou mesmo como pacificadores. Nesse sentido tornaram-se contingentes cortejados e diversas foram as ações visando ao enquadramento dos índios aos propósitos do lucro. Outras formas de utilização da força indígena são relatadas em trabalhos como o de fornecer lenha para os vapores e como remeiros, especialmente para transporte de pessoas ou cargas comerciais (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 137). Constatou-se esse indício de prestação de serviço no Relatório apresentado ao presidente da Província, conselheiro Herculano Ferreira Penna, pelo diretor geral dos índios, João Batista de Oliveira, em 28 de abril de 1862, nos seguintes termos: "(...) estes índios já prestam à sociedade diversos trabalhos, como sejam o de agricultura, como camaradas dos que a isso se dedicam, e como remadores das canoas empregadas na navegação desta capital, aos postos do baixo Paraguai" (Diretoria Geral dos Índios 1860-1873. Livro 191. APMT).

A entrega de patentes como reconhecimento do Império aos serviços militares prestados pelos indígenas já era prática conhecida bem antes do período da guerra dos países platinos com o Paraguai. Os registros manuscritos indicam que no mês de abril de 1850, diversos índios do grupo Guaná receberam patentes de oficiais através da Diretoria Geral dos Índios. Também em 30 de abril de 1859, o Diretor Geral dos Índios João Batista de Oliveira, solicitou do presidente da Província, o general Joaquim Raimundo De Lamare a promoção de três índios do grupo Guaná pela antiguidade dos militares índios nos postos em que serviam e pelos serviços prestados ao povo Guaná (Lata 1850- A,em 23 de abril de 1850, APMT). Os índios também foram utilizados nas fileiras do contingente que participou do confronto e executaram outros serviços, como por exemplo de coveiros, especialmente, nos primeiros anos de guerra.

Na opinião de Jorge Eremites de Oliveira, ao se comparar a territorialidade dos Guató, percebe-se que o surgimento de povoados, fortes militares e fazendas, epidemias e

conflitos pela permanência na região, ou seja, o surgimento das frentes de colonização, muito prejudicou e fez com que diminuísse a população desses índios. Sobreviveram, majoritariamente, até a primeira metade do século XIX, como habilidosos canoeiros entre os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá (EREMITES DE OLIVEIRA, 1996: 65-66).

Espera-se ter sido clara a compreensão sobre a participação do índio no conflito não impulsionado pelo sentimento patriótico brasileiro, como qualquer outro soldado do front mas, devido aos seus próprios objetivos enquanto povo com cultura, valores e interesses diferenciados. Características não respeitadas antes e tampouco durante a contenda com o Paraguai. O que não se pode silenciar é sobre o fato de que muito se deve à força indígena, o resultado da vitória contra o Paraguai. Força importante, necessária e por que não dizer até insubstituível, somada à força representativa de outros grupos étnicos como dos negros, em campos de guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Fontes Manuscritas

- Caixa 1842, 18 de fevereiro de 1842, APMT. Cuiabá/MT
- Documentos Microfilmados, 35-47, 1865-1875, NDIHR, UFMT, Cuiabá/MT.
- Lata 1840. 13 de novembro. APMT. Cuiabá/MT.
- Lata 1843 A. APMT. Cuiabá/MT.
- Lata 1850 C, índios Guaikurú. APMT. Cuiabá/MT.
- Lata 1865-E. 28 de março. APMT. Cuiabá/MT.
- Livro 191, 1860-1873, Diretoria Geral dos Índios. APMT. Cuiabá/MT.

B) Livros

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. AS, 1990.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Guató-Argonautas do Pantanal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora

Vozes, 1989.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, trama e continuidade**. Campo Grande – MS: Editora UFMS, 1999.

C) Artigo

COSTA, Maria de Fátima. "Personagens Fronteiriços". In: **Fronteiras, Paisagens, Personagens, Identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Editora Olho d'água, 2003: 185-223.

D) Dissertações

LEOTTI, Odemar. **Labirinto das almas**. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, 2000. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Giovani José da. **A construção física, social e simbólica da reserva indígena Kadiwéu (1899 – 1984): Memória, identidade e história**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – Campus de Dourados, 2004. Dissertação de Mestrado.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dom João VI, os pintores viajantes e a cultura política no início do século XIX.

Monike Garcia Ribeiro[1]

A partir do exame do novo contexto político que se estabelece a partir da vinda ao Brasil da Família Real Portuguesa em 1808[2], pretende-se discutir as relações da Política com a Cultura, que aqui se apresentam desdobradas em uma série de estratégias político-culturais específicas da Corte Portuguesa, incluindo a constituição de novos ambientes artístico-culturais. Dentro deste quadro geral examina-se, em sintonia com esta ambiência política, a atuação dos pintores viajantes na primeira metade do século XIX, bem como a criação de uma série de Instituições culturais, como: a Biblioteca Nacional[3], a Impressão Régia, o Jardim Botânico, entre outras.

O objeto proposto habilita-nos a abordar as relações entre Política e Cultura de acordo com a perspectiva teórica da " Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passando a se interessar também pelo 'poder' nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante).[4] Será nossa intenção avaliar as mudanças nas práticas sociais do Brasil a partir das relações que se estabelecem entre os portugueses, recém chegados, e os habitantes fluminenses, em torno da presença de D.João VI e a sua corte.

O deslocamento da família real (destacamos Dona Maria e o seu filho, o príncipe D.João) e da corte portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, representou um período significativamente importante para a Cultura Nacional. Ao buscar viabilizar a sua permanência no Brasil, o governo de D. João VI criou uma série de incentivos e instituições

culturais que produzem efetivamente um diferencial em relação a momentos anteriores. Temos no âmbito cultural a criação da primeira impressão de livros (Fundação da Impressão Régia), tendo por extensão um impulso no comércio de livros na capital do Brasil, o Rio de janeiro. Segundo o pesquisador Rubens Borba de Moraes, foi com "a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, que se modificou em parte o comércio de livros. O comércio de livros novos e usados, importados e impressos no Brasil, estava bastante desenvolvido na capital depois da chegada da Corte portuguesa."[5] É bem verdade que, mesmo antes do estabelecimento da Corte no Brasil em 1808, alguns livros burlaram a censura de Portugal, circulando em alguns estados do Brasil, o que aconteceu, por exemplo, com a *Encyclopédie*, de Diderot e d'Alembert.

Ressaltaremos ainda que, logo depois do acomodamento do príncipe e da sua Corte à cidade do Rio de Janeiro, algumas medidas foram tomadas imediatamente. Podemos ressaltar desde já algumas que se referem de maneira mais direta ao âmbito cultural e à educação, como por exemplo, a fundação da Biblioteca Nacional, que inicialmente, em 1808, chamava-se Biblioteca Real, e que inicia o seu acervo com a própria coleção real[6] trazida de Lisboa. Tínhamos aqui, portanto, o primeiro núcleo da posterior Biblioteca Nacional. Dentre as outras medidas que enriqueceram o circuito cultural e educacional Brasileiro, destacamos a fundação da Livraria Pública e da Impressão Régia, a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o funcionamento da Escola Militar, e o aperfeiçoamento do ensino médico ... "A transferência da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro veio, transformar a situação do livro e das bibliotecas no Brasil. As novas condições políticas, econômicas e sociais revolucionaram a colônia. O Rio passou , de repente, a ser a capital da monarquia."[7]

A produção da Impressão régia não se restringiu à publicação de livros de ciências exatas, de medicina, de história natural, ou de filosofia, para servir de livros didáticos ao ensino superior de cursos recém-abertos em virtude dos atos de D. João VI. A sua

produção também dedicou-se às artes: à literatura, à ópera, ao teatro e à gravura. O teatro já era bem difundido entre as elites no Brasil-Colonial, e também apreciado, na sua forma mais conhecida, pelos populares nas ocasiões dos festejos ou comemorações, onde sempre configurava uma peça teatral nas comemorações ou festejos, como forma de ilustrar estes eventos patrocinados pelos governos locais. Com o estabelecimento da Corte, as Artes Cênicas tomaram um impulso considerável, pois os portugueses já admiravam este gênero de entretenimento em terras lusitanas. Afirma Borba de Moraes que a Impressão Régia publicou mais de quinze obras teatrais até 1819, uma delas *O juramento dos Nunes*, drama de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho.

As artes gráficas conheceram igual impulso. Se por um lado pode-se dizer que a atividade de artistas abridores de cunho, a xilogravura, já era apreciada no Brasil na segunda metade do século XVIII. Contudo é também verdade que a arte da gravura somente será exercida, com maior freqüência e por profissionais especializados, após a inauguração da Impressão Régia em 1808. A planta do Rio de Janeiro, finalizada em 1812, foi xilografada na Impressão Régia instalada no Rio de Janeiro, não mais necessitando vir da Impressão Régia do arco do Cego de Lisboa. Da mesma forma a ópera, por ser um gosto Lusitano, viu algumas obras serem impressas na capital do Brasil. "A impressão Régia publicou os libretos em italiano : L'Oro non compra amore, dramma giocoso per musica, em 1811, Artasere serio, em 1812"[8].

A linha de ação e a contribuição da Impressão Régia para a difusão da arte e da literatura estendem-se ainda para inúmeros outros âmbitos culturais. No início dos oitocentos, a tendência em voga na Europa de ler romance alcança Portugal. Com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, trazendo para o Brasil a família real, a corte e a burguesia rica de Lisboa, o gosto pela leitura de romances é transferido para a Nova capital.

Este gosto pela leitura vai estimular a publicação através da Impressão Régia de mais de vinte romances, entre os anos de 1810 à 1818.

A atuação político-cultural teve influência destacada na área das Belas-Artes, com a organização e a contratação, por iniciativa da Coroa Portuguesa, de um grupo de artistas franceses, que vieram em 1816, ao Rio de Janeiro com o objetivo ministrar aulas, desenvolver o gosto das Belas-Artes e fundar uma Academia de Belas-Artes. Esta Missão, e outras, traziam artistas oriundos de alguns dos principais núcleos artísticos da Europa, e em seus objetivos já implicavam em si mesmas a idéia de viabilizar um programa de civilização e progresso desejado por Portugal para o Brasil, obviamente que seguindo os padrões europeus, e desta forma, ignorando as especificidades e necessidades locais.

Naturalmente que as iniciativas que convergiram para a vinda da Missão Francesa foram em parte beneficiadas pela precipitação dos acontecimentos históricos na Europa, em especial as invasões das tropas Napoleônicas. Esses acontecimentos obrigaram D. João VI a transferir a sede do governo Português para o Brasil, elevando o Brasil à categoria do Reino Unido de Portugal e Algarves.

Durante as três primeiras décadas do século XIX estiveram no Brasil, sob os auspícios da família real portuguesa, vários artistas provenientes da França. Aquela que ficou conhecida como *Missão Artística Francesa* (1816) tinha, entre seus componentes, pintores como Jean Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay. Neste mesmo período, também estiveram aqui pintores associados à *Missão Diplomática Inglesa* (1825) , como Charles Landseer e William John Burchell, e o pintor participante da *Missão Científica da Aústria*, Thomas Ender (1817).

O Brasil da época das missões artística (Francesa), diplomática (Inglesa) e científica (Austríaca), mais particularmente no período situado entre 1816 a 1827, que foi aquele em que aqui estiveram em atividade os pintores que aqui citamos, apresentou particular

efervescência cultural. Naturalmente que cada uma das três missões, a Francesa, a Inglesa e a Austríaca, apresentaram cada qual o seu contexto particular dentro do contexto mais amplo do Brasil governado pela família Real Portuguesa (e que a partir de 1822 o Brasil foi declarado independente). Quanto ao Thomas Ender, para mencionar um contexto relativo a este pintor, aqui teria chegado em julho 1817 para depois partir em junho de 1818, engajando-se como pintor de paisagens na Missão Austríaca, esta que viera acompanhando a Arqui-Duquesa Leopoldina de Habsburgo por ocasião de sua mudança para o Brasil para casar-se com Dom Pedro de Bragança. A Arqui-Duquesa traria consigo um amplo séquito de artistas, naturalistas e sábios, destacando-se os naturalistas Spix e Martius.

A presença da Missão Austríaca no Rio de Janeiro e de outras missões, com seus respectivos pintores, aproximadamente na mesma época, pode ser considerada, em certa medida, como uma decorrência indireta das iniciativas tomadas por D. João VI no campo cultural. "A presença da Corte encorajou a vinda ao Brasil de várias Missões exploradoras, Científicas e artísticas européias. Sobressaem as do mineralogista alemão Von Eschwege e dos bávaros Spix e Martius, as viagens do naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire e, no campo das artes, a missão artística francesa,(...)"[9]. Tratando-se de uma coincidência, ou não, foi apenas pela ocasião do casamento de seu filho, D. Pedro de Bragança, com a Arquiduquesa Austríaca, que cientistas e artistas Austríacos, como Ender, Spix e Martius vieram ao Brasil. O fato, enfim, é que, se esta Missão aportou no Rio de Janeiro em 1817, foi somente graças à permissão de D. João VI. Lembramos que antes da transferência da família real para o Rio de Janeiro, "a metrópole havia cuidado para que as outras nações européias ficassem à distância, desconhecessem as riquezas do Brasil."[10]

O contexto particular associado à Missão Inglesa é aquele onde o embaixador da Grã-Bretanha, Sir Charles Stuart, teria aqui chegado um pouco mais tarde (1825), em missão de reconhecimento da Independência do Brasil e a serviço da Inglaterra e de Portugal. Trazia

consigo uma comitiva de cientistas e artistas, entre os quais se encontravam o botânico e pintor William John Burchell, bem como o pintor de gênero e História Charles Landseer, este último tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1825 e partido em 1827. Sendo os ingleses mediadores das relações entre Portugal e Brasil, Sir Hamond, comandante do navio que trouxera o embaixador Charles Stuart, é encarregado depois de levar o Tratado da Independência a D. João VI em Mafra.

A tarefa destes artistas implicaria em documentar a paisagem fluminense e a sua população através do seu filtro emocional, criativo, cultural e intelectual, fornecendo dados que mostrassem para a Europa que tipo de país era este que se encontrava na América. Não esqueçamos que no período das Missões, aqui enfocado (1816-1827), era uma das principais tarefas que cabiam às artes plásticas, entre outras, a de retratar o mundo, mas também não esquecendo a arte de captar e reter momentos inesquecíveis. A função de melhor copiar fielmente o real só poderá ser assumida pela fotografia, a partir de 1839. Daí porque a importância da presença de até mais de um pintor em cada uma destas Missões.

[1] Mestre em Memória social pela UNI-RIO. .Historiadora formada pela UFRJ), Museóloga formada pela UNIRIO.

[2] -"A vinda da corte portuguesa para o Brasil, representou o início da formação de uma nova nação. A abertura dos portos, o livre comércio, a introdução de hábitos culturais e industriais e a elevação à condição de Reino Unido contribuíram para que as novas forças sociais fossem incorporadas, modificando o perfil do país-colônia, e dos habitantes, especialmente sentida na cidade do Rio de Janeiro". MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio, civilização e poder no Brasil, às vésperas da independência (1808- 1821).*Edição da Comissão Comemorativa dos 500 anos, 2000. p. 374.

[3] - Maiores detalhes sobre os acertos e os acontecimentos que impeliram a fuga da família real portuguesa e a sua corte para o Brasil, trazendo consigo o que daria início mais tarde a atual Biblioteca nacional, verificar em : SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[4]BARRROS, José D'assunção. *O Campo da História: espacialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ:vozes, 2004; 3ª edição. P.107.

[5]MORAES, Rubens Borba. *Livro e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: SCCT, 1979; 3ª edição. p.45e 45.

[6] - Precisamos ressaltar este fato importante no âmbito das transferências culturais, que foi segundo as historiografias recentes a vinda de uma corte Portuguesa e do seu futuro rei, trazendo consigo sua biblioteca real, sua coleção de arte, etc. Isto nos mostra que esta corte não deve ter pensado no Brasil apenas como um esconderijo passageiro. Bem como, a importância em si, deste intercâmbio cultural, de um acervo bibliográfico e artístico como aquele trazido por Portugal para o Rio de Janeiro.

[7]- MORAES, Rubens Borba. *Livro e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: SCCT, 1979; 3ª edição. p80.

[8] -MORAES, Rubens Borba. *Livro e bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: SCCT, 1979; 3ª edição. p.118

[9] -LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Editora Campos, edição atualizada e aumentada, Rio de Janeiro, 2000. p.105.

[10] - BELLUZZO, Ana Maria de M*oraes. O Brasil dos Viajantes.* Um lugar no Universo. Vol.II.p.92.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

Sérgio Teixeira*

Resumo: Este artigo tem a finalidade de investigar as concepções do lazer e da recreação, que faziam parte das discussões da Ed Fís no período militar. É utilizada como fonte a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, editada pelo MEC de 1968 a 1984. Partimos da hipótese de que, sendo um veículo oficial, destinava-se a difundir ideais que traduziam os anseios de formação de corpos disciplinados e produtivos, estabelecendo um controle sobre os indivíduos e engendrando estratégias para o bom uso das horas de lazer. Assim, a escola seria uma instituição capaz de formar sujeitos que se inserissem neste modelo social. Denotam-se daí, concepções moralistas e funcionalistas, no que tange às abordagens realizadas sobre o lazer e a recreação.

Palavras-chave: Lazer, recreação e controle social

Abstract: The purpose of this article is to investigate the recreation and leisure concepts that posed the discussions on Physical Education during the military period. The reference material used here is Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, issued by MEC from 1968 to 1984. We believe that, as an official means of communication, this magazine was intended to spread ideas that translated the desire to form productive and disciplined bodies, establishing a control over individuals and developing strategies on the good use of leisure times. The school would then be an institution able to form people that would be inserted in this social model. Moralistic and functionalist conceptions of the approach to leisure and recreation are derived from this notion.

Key words: Leisure, recreation and social control

A respeito da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

Por meio dos estudos realizados por Oliveira (2001), nos quais o autor fornece os dados referentes à Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, apresentaremos as características gerais que marcaram a circulação deste periódico, durante a sua vigência.

O primeiro número é editado no ano de 1968, então com o nome de Boletim Técnico Informativo, nomenclatura que perdura até o número oito, em 1969. Em 1970, passa a ser adotado o nome de Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, tendo sido

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

publicados sob esta denominação, os números 09 (1970) e 10 (1971)[1]. No mesmo ano de 1971 até o ano de 1974, do número 12 ao 24, a nomenclatura é novamente modificada, passando agora a chamar-se Revista Brasileira de Educação Física, para que finalmente, do ano de 1975 até a sua última edição, em 1984, do número 25 ao 53, a denominação passa a ser Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Para demarcarmos as diferenciações de nomenclatura, optamos pelo mesmo raciocínio de Oliveira. Quando nos referirmos às edições de número 9 ao 53, trataremos apenas por *Revista,* enquanto que do número 1 ao 8, a denominação será *Boletim.*

Em relação à edição da *Revista,* até o ano de 1970, ficou a cargo da Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A DEF tem seu nome alterado para Departamento de Educação Física e Desportos (DED) em 1971, sendo que em 1980 há uma nova modificação, passando a se chamar Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED).

A distribuição da *Revista* obedeceu aos seguintes critérios, durante a sua circulação:

> *"A* ***Revista*** *era apresentada em sua ficha técnica como 'uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo'. Até o número 10 (1970) foi distribuída com ônus financeiro pelos postos da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). A partir do número 11 (1971) estabeleceu-se o critério de assinatura não gratuita para, a partir do número 47 (1981) ser distribuída gratuitamente. Sua tiragem inicial era de 2.000 exemplares, aumentando para 5.000 exemplares a partir do número 6 (1969) e saltando para 50.000 exemplares a partir deste número 47 (1980). O último número (53) da Revista (1984) saiu com uma tiragem de 100.000 exemplares"* (Oliveira, 2001:70).

Concluída a apresentação, cabe-nos agora discutir sobre as teorizações a respeito da recreação e do lazer contidas na *Revista* e como elas se inseriam, ou não, em modelos que representaram um momento para o país, traçado pela obstrução às liberdades individuais e repressão a qualquer forma de manifestação que contrariasse os ditames impostos pelo governo militar.

Partimos da hipótese de que a *Revista* trazia consigo ideais que traduziam as expectativas de formação de corpos disciplinados e produtivos e, sendo um veículo oficial, teria em si imbricadas práticas discursivas responsáveis por difundirem a imagem da

[1] Embora Oliveira (2001) diga que a partir de 1971, a denominação passe a ser Revista Brasileira de Educação Física, por meio do sumário elaborado por Ferreira Neto, et al. (2002), verificamos que a edição nº 10 de 1971, ainda possuía o nome de Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva. A nomenclatura modifica-se apenas a partir da edição nº 11, também de 1971.

constituição de uma nação forte (Brasil Grande), em busca de seu "desenvolvimento com segurança".

O nosso estudo será delimitado às abordagens que tratam da recreação e do lazer, especificamente aos direcionamentos dados para a escola, utilizando como fonte a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Apesar da predominância do esporte nos artigos publicados na *Revista*[2], em detrimento de outros eixos temáticos, o material encontrado permite o debate acerca das diretrizes concebidas sobre a recreação e o lazer neste periódico e os seus objetivos.

As práticas corporais no contexto da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

O Regime Militar brasileiro, vivenciado entre os anos de 1964 e 1984, não inaugurou a utilização das práticas corporais como mecanismos de coerção, manipulação e tampouco sobre a produtividade dos sujeitos. Contudo, podemos notar a profusão de discursos democratizantes, ao longo deste período, em que coerentemente com os ideários de salvaguarda da nação e defesa dos interesses dos cidadãos, diante das ameaças comunistas externas e derrocada dos valores morais, implementaram-se políticas direcionadas ao bom uso do "tempo livre", como instrumentos eficientes na consecução da ordem e controle sociais.

A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos oferece-nos pistas para tentarmos analisar como se encetavam os fatores relacionados à recreação e ao lazer, quanto à sua utilização de conformação dos sujeitos e inserção na lógica de produtividade proposta pelo Regime Militar.

Neste ínterim, os embates denunciados por Oliveira (2001), a respeito de uma corrente esportiva e outra humanista, denotavam uma ruptura interna, mas em nosso entendimento não representavam condutas antagônicas, dado a assunção de posturas que convergiam para o controle e ordenamento social, nas duas correntes.

Os editoriais da *Revista,* em grande parte de autoria de integrantes do corpo militar, enalteciam os feitos governamentais e conclamavam a participação dos professores de Educação Física, através do esporte, na cruzada pela emancipação e soberania do país, o que em certa medida, encontrava eco em artigos de recreação e lazer que continham fortes apelos à integração nacional.

[2] Oliveira (2001) descreve o número de artigos e a porcentagem com que cada tema é vinculado na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

Portanto, os anseios das duas correntes no uso das práticas corporais, de qualquer matiz, respondiam ao imaginário de desenvolvimento com segurança colimado pelo Regime Militar.

Controle e ordem social : Pressupostos contidos na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

As discussões estabelecidas sobre a recreação e o lazer, ao longo das edições da *Revista,* propiciam uma análise sobre as concepções que se consubstanciavam naquele momento. Há a prevalência do termo recreação, principalmente quando se trata de seus primeiros números. Neste contexto, o II Seminário de Recreação, organizado pela Associação Brasileira de Recreação (ABDR), foi um importante evento para caracterizar esta época.[3]

O lazer e a recreação faziam parte de um contexto social amplo e, as suas inserções no âmbito escolar obedeciam a uma lógica de modelação dos sujeitos, que compunha o imaginário de uma nação voltada ao desenvolvimento, a fim de que reinasse o controle e a ordem social e se evitassem quaisquer tipos de questionamentos à sociedade que se pretendia regulamentar.

As práticas corporais, no entender da ABDR, seriam importantes mecanismos para a conscientização da população em torno do lazer e da recreação, como veículos de atividades saudáveis para o bem-estar das pessoas e, as decisões de seu seminário, invocaram um forte apelo às autoridades em favor da construção de espaços públicos (parques especialmente), para atender a esta demanda. Concomitantemente, era necessário atentar-se à preservação das belezas naturais e aos aspectos culturais e turísticos. O processo de urbanização que ocorria no Brasil naquele momento, causava preocupação, e portanto deveria vir acompanhado de atitudes que atenuassem as mazelas provocadas pelo rápido crescimento das cidades, principalmente dos grandes centros, encampando medidas que vislumbrassem suprir estas expectativas, inclusive com o envolvimento das empresas particulares que faziam parte destas conjunturas.

[3] Organizado pela Associação Brasileira de Recreação (ABDR), o II Seminário de Recreação foi realizado no Rio de Janeiro de 2 a 4 de julho de 1971. Os seus resultados foram publicados em forma de artigo na Revista Brasileira de Educação Física, em seu número 11. Ele é dividido em três partes: a primeira é constituída por recomendações acerca do valor da recreação nos países em desenvolvimento, as áreas de recreio e seu papel na comunidade, a recreação nas atividades escolares, formação do recreador e sugestões ao legislativo e ao executivo, para a dotação de infra-estrutura adequada à prática do lazer e da recreação nas cidades. Na segunda e terceira partes são desenvolvidos dois temas relacionados à recreação, tendo como relatores Ethel Bauzer Medeiros e Alfredo Colombo, respectivamente. No artigo é enfatizado que todas as suas resoluções foram recomendadas à Associação Brasileira de Municípios.

A recreação transcendia a educação formal. Ela deveria moldar os indivíduos em todas as suas possibilidades. Coerentemente com esta linha de pensamento, Jayr Jordão Ramos, no artigo - O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador - publicado no *Boletim* número 5, de 1968, discorre sobre a importância do Desporto-Jogo do trabalhador durante as suas horas de lazer, onde autor enaltece as suas vantagens para o bom aproveitamento do "tempo livre"[4] do trabalhador, aumentado significativamente, ante os avanços alcançados pelo desenvolvimento.

> *"A diminuição das horas de trabalho e o conseqüente aumento da folga, se não considerados no presente momento, construirão, em futuro próximo, sério problema social de grande complexidade e difícil solução. As horas de lazer, quando mal aproveitadas, são grandes inimigas do trabalhador. Diz bem o adágio popular na sua sabedoria, que a ociosidade é a fonte de todos os vícios". (Ramos, 1968:64).*

Na passagem em que Ramos (1968) utiliza o adágio popular "a ociosidade é a fonte de todos os vícios", verifica-se que os sujeitos estavam submetidos a fatores sociais, que podiam desviá-los de um caminho em que deveria prevalecer o controle sobre eles. O mau aproveitamento das horas de lazer poderia ser responsável por corromper esta intenção. Porém, Ramos omite em sua fala a lógica capitalista, que produz contingências, nas quais a ociosidade muitas vezes não é opção dos indivíduos, mas um problema decorrente da incapacidade que o mercado tem para absorver toda a mão-de-obra disponível. A este respeito, Marcellino faz uma análise desta questão em particular e, embora o seu objeto de estudo não volte suas atenções sobre as concepções de lazer e recreação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, sua interpretação em relação à ociosidade oferece possibilidades de tecermos críticas ao pensamento de Jayr Jordão Ramos:

> *"Dessa forma, o tempo do desempregado, por exemplo não pode ser entendido como* ***tempo disponível****, mas sim* ***desocupado****. Não opção por atividade ou contemplação. Não há lazer ou ócio e sim ociosidade. Essa distinção – entre ócio e ociosidade – é importante, na medida que, não ocorrendo no senso comum, tende a lançar sobre o lazer ou ócio os valores negativos da ociosidade. Prevalece a idéia do 'tempo perdido', orientada pelos princípios de produtividade e acumulação. Não se percebe o ganho humano desse tempo supostamente perdido"* (Marcellino, 1987:33).

[4] Em relação ao "tempo livre", Marcellino (2000), considera que o indivíduo sempre está sujeito às coações ou adequações ao meio em que vive. Desta forma,o autor prefere utilizar a expressão "tempo disponível". Concordando com este autor, todas as vezes que no corpo de nosso texto vier a expressão "tempo livre", a colocaremos entre aspas, para realçar o nosso posicionamento contrário à maneira pela qual ela é utilizada.

Talvez não seja coincidência que Ramos (1968) se fundamente em seu artigo, em experiências vivenciadas durante a sua estada em Portugal. É bom dizer que este país vivia também naquela época, sob a égide de uma ditadura, comandada por Antônio de Oliveira Salazar e, os encantamentos do autor, especialmente citando sua pródiga visita à Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho, denotam que os assuntos relacionados ao bom uso do lazer, não se encerravam em discussões estabelecidas dentro do Brasil, mas que as influências externas coabitavam estes debates e, para isso o alinhamento ideológico era essencial para a concretização dos princípios de adequação do trabalhador à uma sociedade que se desenvolvia satisfatoriamente e, assim, o trabalhador deveria ser moldado para pertencer a um mundo ordeiro e disciplinado.

As propostas em torno do lazer e da recreação, como controladores de indivíduos que se adequassem aos modelos sociais impostos, não eram portanto, debates que tinham as suas origens no Brasil, mas faziam parte de discussões mundiais e, levando em consideração que o planeta vivia sob o embate da guerra fria, de um lado o capitalismo e, de outro, o comunismo, num país como o nosso, governado pelos militares, com um sensível alinhamento ideológico aos Estados Unidos, é fácil entender que as discussões estabelecidas pelos teóricos que lidavam com estes temas, alguns dos quais pertencentes aos quadros militares - como é o caso do Jayr Jordão Ramos, que era coronel do Exército - encontravam eco em países que compartilhavam destes ideais, inclusive o Brasil.

As concepções de lazer e recreação da *Revista,* em relação à escola

A destinação de espaços adequados à prática da recreação é bastante evidenciada nas propostas da ABDR. No caso específico da escola, o anseio em dotá-la de uma infra-estrutura adequada era justificado pela necessidade de uma educação voltada à saúde física e mental (corpo e mente), e aos valores éticos e morais, a fim de que, a criança fosse ajustada e moldada de acordo com os interesses da sociedade.

Observa-se no entanto, nas recomendações formuladas pela ABDR, que esta distinção dos espaços a serem adotados para a prática do lazer e da recreação, especialmente nas escolas, era colocada como um fator essencial à obtenção de resultados satisfatórios para a Educação Física. A transcrição de duas sugestões ao legislativo e ao executivo, demonstra as prescrições da ABDR:

> *"6) Propor aos executivos que nenhuma área de recreio existente, inclusive das unidades escolares, seja destinada a outro fim que não o da Educação Física e da recreação.*
> *7) Propor aos executivos que, em toda a unidade escolar a ser construída, se reserve uma área livre para a Educação Física e a Recreação"* (ABDR, 1971:11).

Porém estas concepções engendravam uma nítida divisão entre o fazer e o saber, entre o espaço intelectual e o espaço das práticas corporais, além do que propor a exclusividade de espaços, tenderia a contribuir para provocar uma fragmentação na escola. Ao mesmo tempo, estendia para a escola atitudes que talvez não lograssem os resultados esperados.

> *"Os autores pioneiros sobre das reflexões sobre os espaços públicos de lazer compreendiam-nos como uma boa solução para minimizar os problemas desencadeados pela modernidade, possibilitando intervenção nas áreas de saúde e higiene do espaço urbano. Eram críticos em relação às injustiças sociais que as ocasionavam, acreditando que bastava a administração de um remédio eficaz que 'mascarasse' os sintomas: as* ***atividades recreativas.*** *Uma visão enfim funcionalista, de adequação social, e não de superação efetiva do problema"* (Melo & Alves Júnior, 2003:16).

Dentro dos debates promovidos no interior da *Revista,* o artigo de Jacintho Targa, inserido na edição de número 28 no ano de 1975, traz à luz conhecimentos oriundos da fisiologia do esforço, para justificar a importância das aulas de Educação Física escolar. Desta forma, os exercícios deveriam ser graduados do mais fácil ao mais difícil, a fim de que houvesse uma melhor adaptação dos organismos.

O autor continua sua reflexão, dizendo que os objetivos da Educação Física se circunscrevem na aprendizagem, através do domínio do corpo, e no comportamento dos indivíduos, visando:

> *"... procurar despertar no educando o gosto pela atividade física oferecida, de modo a criar nele a conscientização da necessidade do exercício para um melhor rendimento na sua profissão ou nos estudos e uma boa preparação para uma boa ocupação das horas de lazer (recreação)"* (Targa, 1975: 55).

A sistematização da aptidão física como elemento norteador das aulas de Educação Física, resulta na representação de que os exercícios físicos sejam adotados como recursos para a obtenção do lazer. Os êxitos dependem da motivação dos alunos e a atuação do professor de forma criteriosa e bem planejada, garantiria, por meio do treinamento desportivo, o bom uso das horas de lazer.

Revela-se durante todo o discurso de Targa, o papel funcionalista assumido nas aulas de Educação Física, pois existem recomendações explícitas da forma em que o educador deve atuar na preparação dos alunos para o lazer, capacitando-os a adquirirem condições necessárias para se enquadrarem às exigências socioeconômicas e políticas da sociedade, e neste sentido, o emprego adequado de atividades físicas, prepararia os futuros profissionais, já que "quando são possuidores de um bom físico, são mais eficientes para agüentar a dureza de certos trabalhos exigidos pela profissão". (Targa, 1975:61).

Outra questão que fica bem clara nas exposições do autor é a diferenciação de gênero, aliada a uma maturação biológica bem definida. Ao mesmo tempo em que o autor sugere a participação dos alunos na criação de atividades, o que sem dúvida é um avanço diante dos receituários da pedagogia tecnicista, há a orientação de atividades mais calmas e tranqüilas, que sejam coerentes com a alma feminina, a dança especialmente, enquanto para os homens, são propostos jogos com bola, musculação e acrobacias, seguindo uma lógica rígida, de acordo com a idade de cada criança. Estes fatores, portanto, nunca são acompanhados de críticas ao modelo social, pois se ignoram as desigualdades existentes, como se a implementação dos exercícios propostos pelo autor ocorresse harmonicamente em qualquer ambiente escolar e, sendo assim "não é importante lutar pela democratização do ensino, pela apropriação do trabalho pelo trabalhador, pela mudança da ordem social injusta, porque o lazer *compensa* tudo" (Marcellino, 1987:50).

Targa acrescenta que a exploração da natureza (excursões, natação nos rios, pesca, acampamentos), bem como atividades artísticas, culturais, literárias, etc. são ações educativas interessantes. Estes campos, efetivamente, fazem parte do universo do lazer, porém em sua justificativa, encontra-se sempre a função de servir à boa preparação para as horas de ócio, para não incorrer nos riscos de se cair nas "fileiras da juventude transviada" (Targa, 1975:62) e, para tanto, segue-se o princípio do utilitarismo do trabalho físico, nomenclatura definida pelo próprio autor.

Denota-se portanto uma visão ao mesmo tempo moralista e utilitarista do lazer, além do que as práticas se encerram nelas mesmas, ou seja é administrado o movimento pelo movimento, sem que haja a sua contextualização e, desta forma ignoram-se os fatores históricos presentes no fazer dos sujeitos, bem como as contradições sociais.

Percebe-se que os artigos que tratam da recreação e do lazer, na *Revista,* estão direcionados a uma visão humanista. Porém, dentro desta humanização, encontram-se pensamentos voltados à conformação do homem à sua condição social, negam-se as contradições e, mesmo que em alguns momentos, a constituição da sociedade moderna seja

condenada, realçando-se os efeitos que a industrialização e a produtividade causaram nas pessoas e na sociedade, a recreação e o lazer deveriam nestas ocasiões, atuar como mecanismos de ordenação social, coerentemente com a lógica desenvolvimentista preconizada pelo governo militar e, para que o progresso ocorresse, era necessário que não se questionassem os aspectos sociais decorrentes de um regime que se pautava pela força e repressão.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECREAÇÃO. II Seminário de Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n.11, 1971, pp. 7-18.

COSTA, Lamartine Pereira da. Implantação e desenvolvimento campanha Esporte Para Todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília n. 35, 1977, pp. 5-12.

_____. As atividades do Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília n. 38, 1978, pp. 16-21.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília n. 35, 1977, pp. 13-27.

FERREIRA NETO, Amarílio. et al. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. In: *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte (1930 – 2000).* 1. ed. Vitória, E.S: Proteoria, 2002. Disponível em: http://www.proteoria.org . Acesso em 10 jan 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação.* Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução.* Campinas: Autores Associados, 2000

MELO, Victor Andrade. ALVES JÚNIOR, Edmundo de Andrade. *Introdução ao lazer.* Barueri: Manole, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência.* Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação- Pontifícia Universidade Católica, SP, 2001.

RAMOS, Jayr Jordão. O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador. *Boletim Técnico Informativo.* Brasília, n. 5, 1968, pp. 63-70.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória limites e perspectivas.* 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

TARGA, Jacintho F. Princípios da Educação Físico-Desportivo-Recreativa para o ciclo fundamental. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília, n. 28, 1975, pp. 52-64.

WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Avisos de fuga de escravas na capital da Corte imperial: estratégias traduzidas em marcas de corpos cativos

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro[1]

Resumo: Escravos e escravas eram objetos de consumo da sociedade carioca oitocentista. O Jornal do Commercio publica diariamente anúncios de compra e venda de seus corpos e de aluguel de seus serviços. Suas imagens aparecem também em avisos de fuga, que anunciavam 10 a 200 mil réis de gratificação para aquele/a que resgatasse aos proprietários a mercadoria perdida. Fragmento da pesquisa de doutoramento, a comunicação resulta da análise de alguns desses enunciados, onde se observam marcas - cicatrizes, fisionomias, roupas – que singularizam corpos que transgridem, escapam e designam mulheres-propriedades. A publicação sistemática dos avisos é observada como uma tecnologia de produção de corpos de escravas "fujonas" e "viciosas" que desvela o movimento de micropoderes, Os enunciados encerram pequenas histórias de múltiplas resistências: expressam a violência da norma escravagista e revelam espaços de sobrevida fora daquela ordem.

Palavras-chave: escravas, identidades, resistências

Abstract: Slaves were among commercial stuff in eighteenth century Rio de Janeiro society. Jornal do Commercio used to publish daily advertisements announcing human bodies for sale or their services for rent. Images of male and female bodies also appeared at other pages in the papers noticing slaves that escaped and offering from 10 till 200 mil réis as a reward to the one who managed to capture and give them back to their owners. Part of research for PhD, this communication results from the analysis of some notices where we can read marks – expressions, clothes, scars – that characterizes slave bodies known as fugitives, infringe black or dark women, lost properties. Systematic publishing of them reveals power in movement: notices express small stories of lives telling us about violence and also about room for survival out of that order.

Key-words: female slaves, identities, resistances

Corpos humanos eram descritos em detalhes nos classificados do Jornal do Commercio que circulava diariamente na capital da Corte no século XIX. Ali estavam exibidos para o consumo casas, lotes, sobrados, alcovas, remédios, carroças, animais, máquinas, pianos, entre objetos variados nacionais ou importados, e também mulheres, homens e crianças, ou simplesmente "escravos", que eram constantemente vendidos, comprados e alugados.

A demanda por corpos que se distinguiam pela condição cativa, pela origem

[1] Doutora em História pelo PPGHIS da Universidade de Brasília (Dez/2006/Bolsista do CNPq)

africana, pelos atributos de raça, sexo-gênero e idade evidencia-se diariamente naquelas páginas, trazendo à luz o movimento de um comércio ignóbil e a violência de relações sociais que estavam naturalizadas na sociedade carioca oitocentista. Também ali, cotidianamente, eram produzidos discursos que remarcavam as diferenças nos corpos, desenhando espaços e interdições, delimitando fronteiras e hierarquias sociais. Os enunciados colocavam em operação o alfabeto de sinais expressivos da dominação escravocrata: difundiam gestos e trajetórias que davam a ler a autoridade do poder proprietário em relação à condição cativa e inferiorizada da propriedade humana.

Nos anúncios, alguns desses corpos cativos eram oferecidos, desejados e sublinhados em razão de marcas biológicas reveladoras da singularidade de certos atributos e, no caso da mulher, eram corpos que apresentavam um valor singular pela condição que lhe assegurava o papel de procriadora e nutriz. Por exemplo, os anúncios sinalizam para uma demanda pelo leite sadio para crianças recém-nascidas de famílias que poderiam pagar pelo aluguel ou a aquisição de uma ama-de-leite. Além do provimento do leit, de acordo com o costume generalizado entre famílias proprietárias de utilizar escravas ou animais para nutrir seus rebentos, desejava-se que elas pudessem exercer outras prendas da vida doméstica. Os anúncios sugerem que, apesar de reconhecidas pela condição de mulher e escrava, que indicava disponibilidade para o exercício do sexo fora da norma, para a reprodução e a lactação lucrativa, mesmo que tomadas como objetos de troca, de uso e abuso (sem que a elas fosse reconhecida a posse do próprio corpo e, geralmente, do próprio filho ou filha), esperava-se que sobrevivessem a sucessivos desterros e desenraizamentos e pudessem manifestar um traço de humanidade pela capacidade de exercitar o carinho.

Respondendo às expectativas de consumidores, portanto, importava salientar a saúde das peças escravas, a idade das mucamas e, no caso das amas, a idade do leite. Em relação às amas-de-leite ou amas secas, escravas ou mucamas domésticas, os anúncios também sublinhavam a "boa conduta" e o "bom comportamento" de corpos dóceis geralmente "pretos", "pardos" e "cativos", com "saúde". Aliás, ao sublinhar tais características, os enunciados produziam corpos "afiançados" ou docilizados, que sugerem pensar em suas resistências, em comportamentos outros que seriam indesejados pelas famílias proprietárias e locadoras de seus serviços. Os anúncios se multiplicam nas páginas na segunda metade do século XIX e destacam qualidades biológicas, meio animais e meio humanas, destacadas para atender uma demanda cotidiana pelos corpos nutrizes. Revelam o espectro de práticas da escravidão que estavam disseminadas e, embora naturalizadas, não escondem a violência de um comércio infame.

Menos numerosos, mas com regularidade, os jornais trazem outro tipo de

enunciado, onde se observa a presença de mulheres escravizadas também marcadas em seus corpos: são os avisos de fuga. Ao contrário dos detalhes distintivos da capacidade para o trabalho, que eram burilados para configurar a propaganda do vigor físico e de qualidades biológicas sobrehumanas, estes veiculavam marcas distintivas da sobrexploração da vida cativa, do trabalho incansável, do corpo combalido Eram corpos de mulheres mancas, aleijadas, desdentadas, queimadas, com cicatrizes.

Tais marcas aparecem nos enunciados que oferecem gratificação monetária para aquele que recuperasse e devolvesse ao proprietário a propriedade perdida. Sinalizadas em traços, roupas e fisionomias que as singularizam, os avisos revelam pequenas histórias de suas resistências. Fornecem aos leitores pistas para a localização e caça das escravas fujonas, consideradas "viciosas", mas também desvelam os sinais que deviam ser dissimulados por elas para a garantia da liberdade conquistada.

Nas peças de divulgação das fugas, corpos femininos são designados pelo nome, pela cor, por detalhes do cabelo, da pele, do rosto e do corpo, pela idade, pelas funções que elas ocupavam e também por roupas que vestiam. Não por acaso, com o mesmo valor da oferta estimada para gratificação pelo proprietário da personagem Arminda, a "*fujona*" retratada no conto de Machado de Assis, Pai contra Mãe, Christina também foi objeto da procura de seu proprietário, tal como registra o aviso:

> ***100$000***
>
> *(...) Fugio no dia 2 de Fevereiro a parda escura de nome Christina, altura regular, olhos vivos, bem fallante, de 16 a 18 annos, figura bonita, é lavadeira e engommadeira, levou vestido de lã verde e casaco de flanella encarnada com cordãosinho preto e calçava chinellas. A quem a apprehender e levar a seu senhor abaixo assignado, á rua dos Pescadores n. 12, se gratificará com a quantia acima e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem lhe dér couta. Antonio Gomes de Castro. (...)* (JORNAL DO COMMERCIO, 3/8/1877)

Christina tinha entre 16 e 18 anos. Era "*figura bonita*", "*parda escura*", tinha "*olhos vivos*" e "*altura regular*". A "*lavadeira e engommadeira*" saiu da casa de seu proprietário calçada em "*chinellas*" e bem vestida de "*lã verde e casaco encarnado*". Ela não apresentava, ao menos no anúncio, as marcas duras da escravidão que muitos outros corpos mais vividos exibiam. Apesar da pouca idade, representava uma propriedade de valor por cuja recaptura o Sr. Antonio Gomes de Castro estava disposto a pagar 100$000. No período de duas décadas antes da abolição, de acordo com os avisos reunidos, as gratificações variaram de 10$000 a 200$000. Como no aviso acima, as marcas do trabalho podiam não estar muito

nítidas no caso de moças novas ou meninas que apareciam em corpos significativos da juventude, da pouca experiência e também da sagacidade.

Isso também é o que se depreende do aviso de fuga de Luiza, que tinha dentes bonitos e 13 anos. Talvez em virtude das posses da proprietária e também da tenra idade, eram oferecidos apenas 10$000 como recompensa a quem a recapturasse:

> ***10$000***
>
> *(...) 10$000 de gratificação a quem aprehender a negrinha Luíza e leva-la á sua senhora, á rua da União n. 2D, que fugio no dia 3 do corrente, ás 7 horas da noite, cujos signaes são os seguintes: crioulla muito escura, cabellos annelados, dentes bonitos, idade 13 annos; levou um vestido de chita xadrez largo, encarnado e preto; desconfia-se que esteja acoutada na praia ou rua do Sacco do Alferes, na da América ou na da Chichorra: o motivo desta desconfiança é ella ser recatada, não sahir á rua e nem ter conhecimentos. (...)* (J.C., 5/7/1882)

De acordo com o aviso referente à fuga de Luiza, "*crioulla muito escura, cabellos annellados, dentes bonitos, idade de 13 annos*", ela era "*recatada*" e não costumava sair na rua nem "*ter conhecimentos*". Observa-se que, mesmo nova, pouco relacionada e conhecedora das ruas, ela escolheu fugir da vida no cativeiro levando um "*vestido xadrez largo, encarnado e preto*". Como esse, são muitos os avisos que falam de mulheres cativas pelos nomes. À medida que elas ganhavam idade, os enunciados costumam ser enriquecidos em "*sinais particulares*" que servem para identificá-las nas ruas. As marcas da violência que as singularizam servem também para designá-las "*fugitivas*", "*peças viciosas",* capazes de inventar estratagemas para escapar do cativeiro. Ainda que transgressoras, continuavam a ser desejadas como escravas.

É o que se observa no aviso da escrava Felizarda que já andava fugida há dois meses quando sua proprietária publicou o seguinte texto:

> ***Attenção***
>
> *Continua fugida desde o dia 9 de Fevereiro a escrava Felizarda, com os signaes particulares: baixa, magra e fraca figura, tem o dedo indicador da mão esquerda alejado, uma orelha defeituosa, falta de dentes na frente, volta os pés no andar, para fora, desconfia-se que fosse desencaminhada e que esteja alugada em alguma casa ou acoutada; porisso protesta-se contra quem a tiver a seu serviço, sob pena de pagar 1$ diários, desde o dia que anda fugida, a quem apprehender e a levar á sua senhora Maria Cândida de Menezes á rua do Sabão n. 230, receberá gratificação de 20$000.* (J.C., 6/4/1872)

A escrava era baixa, magra e fraca figura, tinha um dedo aleijado e uma orelha

defeituosa. Faltavam-lhe dentes na frente e andava com os pés para fora. A descrição configura a imagem de corpo combalido e marcado, dos pés à cabeça, pelas agruras do cativeiro. Trata-se de um corpo que escapa à condição que lhe foi imposta, provavelmente para buscar negociá-la em melhores termos, mesmo que alugando seus serviços a outro senhor. Os "*dentes arruinados*", "*podres*" ou a falta deles eram marcas quase obrigatórias naqueles corpos, além de "*cicatrizes*", "*costuras*", "*queimaduras*", "*aleijões*", "*feridas ainda abertas*", "*pernas arqueadas*", "*dedos tortos*", entre uma infinidade de "*defeitos*" bem assinalados. São marcas que desenham corpos escravizados e transgressores, ou seja, apresentam os sinais da reprimenda, da advertência, da opressão, se vistos na perspectiva dos anunciantes da classe senhorial. Sinais de reação, resistência e dor, quando pensados do ponto de vista dos corpos que escapam.

Era freqüente naqueles avisos a menção à embriaguez, à gagueira, entre outras mazelas que também costumavam distingui-los e estigmatizá-los. Nesses corpos, apareciam embaralhadas as marcas físicas e os traços morais em um jogo não inocente de representações e significações. Além das lesões físicas, como as da escrava Angélica, que tinha "*uma vista a menos*", e da crioula Ermelinda, com um "*corte do lado dos olhos*", as "*qualidades*" de caráter eram salientadas na produção de corpos de escravas fugitivas. Eram sinais que se imprimiam em corpos de "*fujonas*" para divulgá-los, mas também denunciá-los, sujeitá-los e desaprovar-lhes as condutas insubmissas. Eram "*qualidades*" assinaladas com termos que não escondem o desagrado e o prejuízo do proprietário. Por exemplo, o aviso sobre a fuga de Delfina a descrevia como escrava que, além de portar cicatriz no beiço superior do lado direito e da falta de dentes, era "*muito disfarçada e fingida*"(J.C., 2/5/1872). Fingida, porém cobiçada.

Os avisos em que proprietários reclamam suas propriedades serviam, ademais, como um registro datado da transgressão para fins de penalização de possíveis aliados envolvidos com a transgressão no rol de pessoas livres. O ambiente urbano vivia a ampliação das ocupações e também dos laços comerciais e sociais, logo seria importante tentar coibir o gesto de pessoas que pudessem apoiar ou até incentivar as fugas. Como os boletins de ocorrência policial, o registro na imprensa funcionava como um aparato de controle e manutenção da ordem escravocrata. O protesto a quem desse abrigo aos cativos/as fugidos/as era parte do texto do aviso e possibilitava que fossem estimados valores que deveriam ser pagos por aquele ou aquela que os/as "*acoutasse*". A ameaça aos que praticaram o "*acoutamento*" estava explícita nos enunciados e significavam uma expressão do conflito deflagrado e da repressão àqueles, forros ou livres, que contrariavam a regra escravocrata.

A mercadoria escrava também era considerada rês, quer dizer, simultaneamente

coisa e pessoa. Não participava da vida da *civitas*, pois estava privada de capacidade, não tinha direitos civis, menos ainda políticos. Pela norma vigente, baseada no direito romano, escrava ou escravo nada adquiria para si, mas para seu senhor (WEHLING,1988:106), fossem "*direitos reais, desmembrações da propriedade, créditos, legados, herança, posse, ainda que sem ciência e consentimento do senhor"* (MALHEIRO,1976:61-2)[2]. Na prática, porém, os/as escravos/as "cultivaram para si nas terras nas fazendas dos senhores, fazendo seus todos os frutos, que são seu pecúlio", e muitas delas puderam trabalhar como lavadeiras e quitandeiras e circular na Corte, assim como os homens escravizados, desde que de "ajuste com o próprio senhor, pelo qual fosse o escravo obrigado a dar-lhe um certo jornal; o excesso seria do escravo"(Id.,Ibid.).

A prática da escravidão ao ganho possibilitava que as cativas circulassem em meio aos cativos, às libertas e aos libertos e às pessoas livres, é claro. Embora quando postos ao ganho fossem obrigados a portar uma licença ou uma placa expedida pela Câmara Municipal, nem sempre o controle era eficiente a ponto de impedir que escravas e escravos fugidos se misturassem à população urbana e se candidatassem a uma vaga de trabalho entre as muitas categorias, inclusive do serviço doméstico, setor que absorvia trabalhadores manuais, braçais e corporais, escravos, mas também libertos e livres. No caso das mulheres, as ganhadeiras formavam com as forras e livres uma expressiva força de trabalho urbano, vendendo quitandas, café, frutas, refrescos, café e promovendo um comércio alternativo que não parecia de pouca monta (SILVA,1988:21).

Da janela que representam os avisos de fuga, consegue-se entrever possibilidades para aquelas mulheres que provavelmente interagiam com companheiros/as livres, fugidos/as ou forros/as, criando estratégias de escape da contingência do cativeiro. O enunciado que se repete nos avisos registra o protesto de proprietários e sinaliza para a penalização de pessoas livres. Expressa, portanto, tensões e articulações sorrateiras que culminavam com as fugas, bem como a fragilidade da autoridade pública e privada no controle urbano sobre os corpos que eram escravizados.

A discussão sobre a legislação que fundamentava aquela medida repressiva torna manifesta a inquietação do poder público em relação à questão das fugas. Como esclarece Gebara, em 1885 a Câmara dos Deputados chegou a aprovar um projeto inicial de lei para a definição de multas para quem acoitasse fugidos/as, mas não havia lei anterior que qualificasse o delito – "*acoutamento*". Como o Código Criminal não permitia que se estabelecesse pena para um delito não qualificado, o projeto foi emendado e o acoitamento foi

[2] Conforme o Art. IV, do Cap. III de *O Escravo ante as Leis Positivas e o Liberto*, § 31, *"O escravo nada adquirira, nem adquire, para si; tudo para o senhor".* Tal era o princípio do direito romano; O § 33 esclarece ainda que "*por exceção, porém, adquiria o escravo para si em vários casos, v.g. legado de alimentos e pecúlio*".

transformado em furto. Todavia, o autor salienta que o pedido de agravamento dessa pena permite avaliar a extensão do "*problema das fugas*", que aos contemporâneos parecia mais complexo no âmbito do contexto urbano (GEBARA,1986:158-9).

Nas regiões rurais, onde a política, a polícia e a lei ainda estavam na esfera do poder pessoal privado, a fuga poderia ser inibida. Já nas capitais de província, inclusive na capital da Corte, ela se dava em larga escala. Na prática, enquadrar as práticas de "*acoutamento*" no delito de furto era uma forma encontrada para tentar ampliar o espectro de força mediante instrumento legal de repressão. Corpos que fogem da escravidão, corpos que abrigam fugidos e corpos que trabalham nas ruas e, quando cativos, são "*colocados ao ganho*", são faces de uma mesma ordem, ou desordem, na medida em que resultam da mesma tensão política que produz uma economia simbólica ambivalente. Essas forças reunidas na capital configuram as condições de possibilidade para a formulação daqueles discursos ordenadores; portanto, os textos refratam as tensões e as possibilidades de se apreender o trânsito nas ruas onde viviam mulheres compradas e alugadas ora trabalhando ao ganho, ora fugindo, tanto deixando filhos, parentes e amigos/as para trás, como abrindo caminhos para encontrá-los.

Com a ampliação dos meios de comunicação e a urbanização acelerada, dissemina-se a percepção de escravos e escravas de que era possível mudar, com chances de mudar para melhor, até por conta da possibilidade de se deslocar e esconder na cidade. No caso de Felizarda, que fugira dia 9 de fevereiro de 1872, o aviso publicado a 6 de abril encaminha um recado para o "*cúmplice*" ou "*ladrão*", assim considerado por abrigá-la. De acordo com o aviso, até aquele momento a penalidade era de 56$000, referente à soma dos dias em que ela se encontrava fugida.

O aumento do número de escravas fugidas e, significativamente, a proliferação de descrições das marcas que estão sublinhadas em corpos que fugiam explicitam-se nos anúncios da década de 70. No dia 10 de abril de 1872, por exemplo, foram encontrados registros de quatro fugidas: Martha, conhecida por Martinha, de 21 anos, com "*costuras no pescoço e dentes arruinados (...)*"; Maria, conhecida pelo nome de Rosa, "*retinta, cabellos grandes, bonitos dentes, saia de cor havana e paletó branco de listras escuras, ornado de babadinhos (...)*"; Isabel, "*alta e magra, cor retinta, beiços grossos, pés grandes, com cravos, usa carapinha crescida, andar gingador*"; e, ainda, o aviso da fuga da "*preta Fortunata*":

FUGIO

> *(...) Acha-se fugida a preta Fortunata. Com os signaes seguintes: crioula, retinta, cabello grande e repartido do lado, bem fallante, manqueja de uma perna; quem della der notícia ou a levar á rua do Bom-Fim n. 4B, em S. Christóvão, (...) será*

gratificado(...).(J.C., 10/4/1872)

"*Retinta*", quer dizer, de cor escura, carregada de pigmentos não desprovidos de valores. Fortunata era, além disso, "*crioula*", quer dizer, nascida em território brasileiro e ambientada aos costumes locais. Ao contrário da negrinha Luiza, Fortunata era "*bem falante*" e, apesar da dificuldade de andar, porquanto mancava de uma perna, também conseguiu fugir. Como se pode observar, boas pernas, boas relações e fala fácil eram características assinaladas na produção da "*peça fujona*", que facilitavam sua identificação por um caçador e, paradoxalmente, eram traços e dados úteis para garantir a fuga e a sobrevida nessa condição.

Alguns registros eram mais prolixos na produção da escrava fugitiva e teciam verdadeiros relatos do cotidiano das mulheres em enunciados nos quais se percebe o estratagema para estimular sua captura, mas também suas artimanhas ao transgredirem aquela ordem. As informações provinham do episódio de fuga e, provavelmente, de conversas investigativas que estavam em andamento. Tais pequenos relatos falam da circulação e de alguns de seus hábitos. Reúnem trechos das experiências que a constituíam discursivamente como tal e desvelam as possibilidades da vida do lado de fora dos estreitos limites da escravidão.

Com efeito, se por um lado as cicatrizes e a recompensa enunciadas advertiam quanto aos limites e às conseqüências da transgressão, nutrindo rumores que ecoavam, a veiculação das descrições das vidas fugidas suscitava não só o interesse de caçadores de escravos como interpelava outros homens e mulheres no cativeiro para a aventura do escape ou recidivas. O aviso da fuga de Ignez é uma dessas peças quase literárias que interpelam proproetários, caçadores e caças, ao narrar possibilidades de circular e viver no interior da cidade, fora dos limites do cativeiro.

50$000 de gratificação

(...) Fugio no dia 20 de outubro do corrente anno a escrava Ignez, crioula do norte, retinta, altura regular, bem feita de corpo, testa larga, olhos grandes, nariz chato, beiços arrebitados para cima e para baixo, bons dentes, sendo quatro da frente postiços, é bem fallante, tem 20 annos de idade pouco mais ou menos, troca o nome, anda vestida de luto, dizendo que sua senhora morreu e que a deixou forra e está alugada ganhando para si, anda quase sempre junto as pretas da quinta imperial, onde já foi presa; ultimamente tem sido encontrada no Portão Vermelho, Andarahy Grande e Pequeno, Engenho Velho e S. Christóvão nas imediações da Quinta Imperial, com chale na cabeça para melhor esconder-se, anda calçada e bem vestida; consta também que embarca nos bondes para a corte e passeia pela rua Jardim Botânico, onde tem também conhecidos; protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutado, e por 2$ diários desde o dia da fuga; quem a apprehender e levar á rua Sete de Setembro n. 227 receberá a gratificação acima (...).(J.C., 19/11/1872)

Ao veicularem diferentes imagens conformadoras da representação de "*escrava fujona*", os avisos demonstram instrumentos urbanos do poder senhorial em operação, estes que, por sua vez, mobilizam desejos potencializados de liberdade e revelam que a vida poderia se dar fora dos limites daquela dominação, ou seja, fora das imposições da ordem escravocrata. Aliás, como bem lembra Machado de Assis, "*nem todos gostavam da escravidão*" e "*nem todos gostavam de apanhar pancada*"(ASSIS,1946:49).

O enunciado acima informa sobre a escrava Ignez. Segundo o anúncio, ela dizia que "*sua senhora morreu e que a deixou forra*" e "*está alugada ganhando para si*". O aluguel de escravos e escravas era costume naturalizado na capital da Corte e em outras cidades e o trecho reafirma a tese de Gebara com relação ao aumento da demanda pelo trabalho, praticado na segunda metade do oitocentos tanto de forma livre como por escravos de "*aluguel*" e de "*ganho*". Entre a "gente de cor, maltrapilha ou seminua" que vivia no "calor sufocante*"* (BURMEISTER,1980:63) do Rio de Janeiro, escravos e escravas, forros e forras, fugidos e fugidas, bem como homens e mulheres pobres e livres, disputavam o trabalho em suas formas híbridas, reveladoras de uma conflituosa transição.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Machado de. *Relíquias da Casa Velha.* Vo.2. RJ, SP, PA: W.H.Jackson Inc. Ed., 1946

BURMEISTER, Hermann. *Voagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* São Paulo: EdUsp, 1980

CHALHOUB, S. *As Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Cia das Letras, 1990

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1986

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Do Império à República.* Tomo II. Vol 5. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social.* Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes/MEC, 1976

SILVA, Marilene R. N. *Negro na Rua: a nova face da escravidão.* São Paulo: Hucitec, 1988

WEHLING, Arno. *O Escravo ante a Lei Civil e a Lei Penal no Império. (1822-1871).* In: LACOMBE, Lourenço Luiz (Dir.) *100 Anos de Abolição da Escravidão.* Petrópolis: Museu Imperial, 1988

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A sacralização de um movimento político-cultural na década de 30: O Integralismo de Plínio Salgado.

Patrícia Schmidt*

Resumo: Neste artigo, discutiremos como Plínio Salgado, durante a Ação Integralista Brasileira (1932-1937), buscou legitimação de seu discurso político no discurso religioso, num pensamento centrado no espiritualismo cristão, onde proclama uma doutrina de redenção, uma "*revolução espiritual*" onde o lema: "*Deus, Pátria e Família*" passa a constituir o cotidiano dos "Camisas-verdes".
Palavras-chaves: Integralismo, espiritualismo, sacralização.

Abstract:. On this article, we will discuss how Plínio Salgado, during the **Integralist** Brazilian Action (1932-1937), searched for the legitimation of his politician speech in the religious speech, and on conception centered on Christian spiritualism, where proclaims on redemption doctrine, a "spiritual revolution", where the moto "God, Motherland and Family" constitutes the everyday life of the "Green-Shirts."
Key-works: Integralism, spiritualism, sacralization.

Não há nenhuma novidade ao afirmarmos que a Religião influencia nossas vidas em vários âmbitos, e que exerce poder sobre nossa maneira de estar no mundo, em nossas práticas cotidianas. Interessante é podermos pensar que a religião forma opiniões, exercendo uma influência muitas vezes silenciosa, camuflada, principalmente quando formos falar em legitimar ações e consagrar personalidades. Marilena Chauí nos alerta que há na política contemporânea o retorno da teologia política: "fenômenos que marcam a política contemporânea: de um lado, a despolitização da sociedade, de outro, o ressurgimento do fundamentalismo religioso não apenas como experiência pessoal, mas como interpretação da ação política – ou seja, o retorno da teologia política" (CHAUÍ, 2004a, p.110), e que os políticos assumiram os lugares dos profetas como se fossem "intérpretes da vontade divina, chefes infalíveis" (CHAUÍ, 2004b: 112).

* Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, mestranda, agência financiadora: capes.

Como se sabe, o racionalismo não resolveu os problemas da humanidade e ainda acreditamos que o invisível possa nos dar conforto e que o irracional, muitas vezes, pode nos fornecer as explicações que a razão não conseguiu alcançar, necessária para podermos sobreviver em sociedade; por isso muitos continuam acreditando em milagres, profetas predestinados, "guerra santa", sacrifícios para poder chegar ao tão idealizado paraíso. O papel legitimador exercido pela religião sobre a política é claro.

Seguindo o pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu (1987a:46), a Religião possui função na sociedade, que a seu ver é ideológica:

> *… a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário (...) Em outros termos, a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou classe na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social (efeito de consagração como sacralização pela 'naturalização' e pela eternização*)

Quando Bourdieu fala em legitimação e sacralização pela naturalização e pela eternização, nos remete ao historiador Alcir Lenharo (1986a:18), quando este afirma que:

> *A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não* debeladas*. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava*.

O homem sempre utilizou o discurso religioso para legitimar o discurso político, usando-o como "escudo" para se proteger e também se assegurar no poder, pois o "... campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política...*"* (BOURDIEU, 1987b: 69). A política faz uso de todo poder simbólico e do apelo imagético, como recurso de auto-representação, como demonstra Lenharo (1986) no exemplo da contínua utilização da cruz para impor a ordem. A impressão que fica é de que a política e a religião andam sempre de "mãos dadas", e o povo por sua vez, sempre espera um "messias" que possa encaminhá-lo para a salvação.

Muitos no decorrer da nossa história sabiam desta "função ideológica" da religião e de como a sacralização da política poderia manter a ordem e criar a sensação de que o poder para determinadas camadas sociais ou indivíduos específicos fosse "natural". Um destes

personagens da historiografia brasileira é o "chefe" da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, que não abriu mão da legitimação de seu discurso pela via da religião, num pensamento centrado no espiritualismo e no cristianismo, numa doutrina "redentora" para o povo brasileiro[1], que possui como lema: *Deus, Pátria e Família.* Vejamos como o discurso religioso é apropriado na construção de uma doutrina político-cultural.

O espiritualismo é o fundamento da doutrina integralista, que crê na existência de um Deus que cria e gerencia a vida dos homens. Tanto os homens quanto a sociedade caminham em direção à sua finalidade maior, que é espiritual e moral. Na concepção pliniana existem dois planos que são essenciais e ao mesmo tempo antagônicos: o material e o espiritual, que devem estar em equilíbrio, pois quando o materialismo absorve o plano espiritual ocorre o predomínio do dinheiro, do individualismo, da desagregação da sociedade, então a sua luta está centrada no combate ao materialismo que domina os homens e que os transformou em "robôs" guiados pelos instintos. A solução é voltar-se para o espiritual e retomar o equilíbrio perdido, através do aperfeiçoamento moral e espiritual. Para Plínio (SALGADO, 1955a: 121), o integralismo visa:

> *... promover o aperfeiçoamento moral e espiritual da Nação, declara-se pelo* ***espiritualismo*** *contra todas as correntes materialistas de pensamento e de ação, que acobertadas pelo liberalismo vêm exercendo a sua obra nefasta de desintegração de todas as fôrças vivas da Pátria*

São as "leis do espírito", e não o materialismo gerido pelo dinheiro, que irão salvar o homem. Valorizando a concepção espiritual o homem criará consciência e poderá, por sua vontade, lutar contra a degradação social e moral.

> *O materialismo é o inimigo produzido que precisa ser combatido, podendo assumir várias faces, como nos mostra Lenharo ao citar Lefort, quando este argumenta que: "O alvo é o outro maléfico, a ameaça externa, o inimigo a ser necessariamente produzido e combatido incansavelmente" (LEFORT apud LENHARO, 1986b:147). O materialismo pode ser então o burguês, a maçonaria, a imoralidade, o judaísmo ou, em suas manifestações mais danosas e perigosas o comunismo e o liberalismo.*

Para demonstrar como este combate: espiritualismo X materialismo estava inserido no cotidiano dos militantes, utilizamos o depoimento do porto-alegrense, ex-

[1] Cabe ressaltar que Plínio Salgado nasce numa família católica e que sofre com duas mortes na família, primeiro de seu pai, quando ainda é menino e depois de sua esposa. Muito transtornado, volta-se para a religião com fervor e se aproxima de pensadores católicos como Jackson de Figueiredo e Farias Brito, acarretando uma ligação com o espiritualismo católico.
Já com o movimento integralista consolidado, Plínio diz se afastar de qualquer vínculo com instituições religiosas, afirma que o integralismo não era catolicismo e sim espiritualismo como veremos a seguir.

integralista, Emílio Otto Kaminski, em entrevista ao Centro de documentação AIB/PRP[2] (CALIL e SILVA, 2000a: 38 grifos nossos) que nos esclarece:

> *... o integralismo era um movimento que punha o econômico abaixo do moral, abaixo do religioso. Porque o comunismo põe o* econômico *em primeiro lugar e o resto não interessa, pelo contrário, são contra a religião, são contra todos os movimentos espirituais, porque consideravam o homem como matéria. E o integralismo considera o* ***homem como alma, mente e corpo***

O senhor Emílio nos fornece o conceito de "homem Integral", um sujeito total: alma, mente e corpo, que deveria prezar sempre pelo espiritual. Também se pode perceber na fala do ex-integralista a absorção dos ideais doutrinários como também a clara demonização do inimigo, que na sua fala é o comunismo. Observa-se que a sacralização se legitima pela escolha de um inimigo em potencial para mobilizar os militantes, o "*outro maléfico*" que nos fala Lefort.

Já no que diz respeito à ligação do movimento às instituições religiosas, nas diretrizes integralistas número XX, fica expresso o que seria na teoria a relação do Integralismo com a Igreja: "O princípio do Integralismo em matéria de cooperação religiosa é o regime de concordata, sem perda de autonomia das partes e visando sempre a grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade"(SALGADO, 1955b:122). Na revista Anauê (Anauê, jan.1935. ano I, n.1, p.40) há referências dos elos que ligavam os interesses do movimento a instituições religiosas:

> *O integralismo não admitte a exclusividade de uma religião por aceitar todas as religiões que adoram a Deus,* amam *a Pátria e respeitam a família (...) que sendo totalitário aceita todas as convicções religiosas uma vez que abracem aquella trilogia: Deus, Pátria e Família (...) se o inimigo é commum justo e necessário é que contra elle se unar todos que lhe são contrários.*

Podemos perceber no artigo em questão, que as religiões que comungam os mesmos ideais integralistas e que possuem os mesmos inimigos são bem vindas. O bispo Inocêncio, no Jornal do Brasil, em 1937 abençoa os ideais integralistas: "Deus, Pátria, Família, nobre divisa do Integralismo, como de todo o homem que raciocina cristãmente" (SALGADO, 1955c: 214).

O espiritualismo integralista é sem dúvida pautado pela doutrina cristã, que constitui sua matriz discursiva. Vejamos o exemplo através desta publicação na revista *Anauê! (Anauê*!,dez.1935. ano I, n.5,p.36) onde até o próprio Deus é integralista!

[2] Todos os depoimentos contidos no decorrer deste artigo são extraídos do livro: *Velhos Integralistas. A memória de militantes do Sigma*, produzido pelo Centro de Documentação AIB/PRP localizado em Porto Alegre, e organizado pelos pesquisadores Carla L Silva e Gilberto G Calil.

> "*Deus é integralista,* disse *um dos nossos oradores!*
>
> *Quem não experimentou os efeitos benéficos da transformação espiritual, de certo não compreenderá o sentido exato da revolução interna, porque integralismo é renúncia!...*
>
> *Cristo* pregou *o bem e a salvação e foi tido como louco e embusteiro e foi crucificado entre dois ladrões!*
>
> *Obra de* fariseus...
>
> *E dessa casta o mundo está cheio....*
>
> Já *muitos camisas-verdes tombaram na luta pelo bem do Brasil. Outros ainda serão sacrificados, porém a idéia permanecerá e a vitória será certa, porque é o espiritualismo contra o materialismo, é o bem contra o mal. Deus é integralista!*

Podemos perceber através desta publicação como o movimento procurava passar suas diretrizes doutrinárias, priorizando a transformação espiritual, revolução espiritual, a renúncia, a perseguição de seus "inimigos", o sacrifício pela "causa do Brasil", a luta do bem (espiritualismo integralista) contra o mal (materialismo). São nestes pontos que poderemos perceber como se processa a sacralização deste movimento na década de 30.

Para Plínio Salgado, somente através da transformação espiritual que se conseguiria chegar a "*Revolução de Espírito*", que iniciaria dentro do movimento, porém com o abnegado trabalho de seus "*apóstolos*", o "evangelho", a doutrina "redentora" do Sigma atingiria a vida de todos os brasileiros. Ricardo B. de Araújo (1987:63, grifos nossos) nos diz que:

> *…. **revolução espiritual, interior** (...). Ela deverá ser iniciada pelo esforço de um pequeno grupo de homens, que ele (*Plínio Salgado*) chama de 'apóstolos', de 'evangelizadores'. Reunidos* originalmente *no integralismo, esse 'pioneiros', fecundos pelo espírito revolucionário, precisam, todavia, fazer com que este espírito penetre nas multidões, fortalecendo-se vagarosamente até que 'quando menos se espera, a idéia nova deixa de pertencer aos seus criadores, aos seus intérpretes e pioneiros para pertencer a toda a massa popular.*

A "*Revolução Interior*" pretendia criar um novo homem, através de transformações que ultrapassariam a política, a economia, relegada à segunda ordem, mas que pudessem atingir o espírito, a consciência de todos; consciência que disciplinaria o caos que se encontrava os valores morais[3], sobrepujados ao materialismo.

No entanto, como Plínio Salgado definia esta "Revolução"? Para ele, a revolução é o triunfo do espírito sobre a matéria que só seria possível com a conscientização

[3] Lenharo (1986, p.44) ao citar Felix Guatari, nos alerta para a proximidade do discurso integralista do discurso católico, acerca de temas como sexualidade, família, que vai refletir no ordenamento do cotidiano dos militantes, de seu corpo e mente.

de todos, para que o povo, unido, pudesse intervir nas leis da matéria. Era está intervenção que Plínio via como Revolução, um movimento de idéias, que atingiria a todos através de uma doutrina que mobilizasse os militantes para a defesa da concepção espiritualista. Para o chefe dos integralistas (SALGADO, 1955d:51).

> *Toda revolução é, pois, uma insurreição contra o despotismo surdo da natureza inconsciente. Quem proclama o materialismo é anti-revolucionário....Negar a Deus é submeter-se às leis d matéria. As leis da matéria são o* ***struggle for life****, a seleção natural....Ser revolucionário é insurgir-se contra essas leis. È reconhecer que existe um outro plano no Universo, além do material.*

Na concepção pliniana existe a "revolução objetiva" e a "subjetiva". A primeira obedeceria aos impulsos, instintos materiais, sem nenhum valor de espírito, já a "revolução subjetiva" seria a própria invasão do espírito, a consciência agindo sob a matéria na sociedade. Desta forma, podemos perceber que a revolução proposta pelo chefe dos integralistas é subjetiva.

E como o "camisa-verde" vislumbrava está "Revolução Subjetiva" defendida pelo seu "chefe"? Emílio Kaminski (CALIL e SILVA, 2000b, p. 38) nos diz que:

> *Era uma Revolução interna, vamos dizer. Devia iniciar pelo indivíduo. Cada indivíduo deveria encarar o mundo não para ele se servir do mundo, mas servir à comunidade, servir aos seus semelhantes. Não se servir. A tendência normalmente do homem é aproveitar ao máximo todas chances que se oferecem, não interessando de que maneira, se é moralmente defensável ou não, e aí ele não liga isso. Então o integralismo propugnava pela Revolução interna, pela Revolução interior, vamos dizer, da pessoa humana*

Para Plínio (SALGADO, 1955e:40), o Integralismo seria a única forma de garantir liberdade e dignidade ao homem oprimido pelo liberalismo, era a salvação para todos os males morais, sociais e políticos do Brasil:

> *O Integralismo (...) quer salvar a liberdade humana de opressão do liberalismo . Quer salvar a dignidade do homem* do *torvo materialismo dos capitalistas e dos comunistas. O integralismo surge como a única fôrça capaz de implantar ordem, disciplina*

A figura do chefe como um predestinado, como um salvador e de sua doutrina como redentora é prática comum dentro de movimento como o integralismo que utilizou-se de vários elementos oriundos de regimes totalitários e é um ponto muito importante nas análises da sacralização do movimento, na cooptação de mais adeptos. A proposta totalitária busca inaugurar um período absolutamente inédito na história, uma "terceira via", mas para isso se concretizar é necessário que haja uma sociedade homogênea e a presença de um líder excepcional, carismático, onde a democracia não é vista com bons olhos.

Pierre Bourdieu analisou o carisma a partir de suas eficácias simbólicas, e afirma que os agentes religiosos (podemos adaptar sua análise quando falamos de líderes de movimentos extremistas, políticos que fazem uso deste poder simbólico, ao afirmar que são a salvação para a nação, por exemplo) possuem poder simbólico na sua figura e ao aderir à "*ideologia do carisma"*, passam a acreditar na eficácia do poder simbólico que exercem, como realmente sendo predestinados e ou profetas. Bourdieu nos auxilia na compreensão deste importante fator de agregação do militante em torno do chefe integralista ao dizer que (BOURDIEU, 1987c:55):

> *... a ideologia da revelação, da inspiração ou da missão, constitui a forma por excelência da ideologia carismática porque a convicção do profeta contribui para a operação de inversão e de transfiguração que o discurso profético realiza impondo uma representação da gênese do discurso profético que faz descer do céu o que ele devolve ao céu aqui da terra*

Queiroz Ribeiro, chefe do departamento nacional de polícia, em artigo publicado na revista Anauê (Anauê, jan.1935, n.1. p.62-63) nos fornece a dimensão da figura do chefe Plínio Salgado, qual imagem que se fazia do intelectual preocupado com as mazelas nacionais, que não media sacrifícios pelo bem da Nação, a sua força era a força do movimento:

> *E Quem é o chefe?*
>
> *E nós respondemos: É Plínio Salgado, uma expressão nacional do pensamento e* da *cultura, uma das intelligencias mais robustas do momento actual (...) Plínio Salgado é a força viva de construcção (...) foi Plínio Salgado a força viva que ergueu, para tão patrióticos desígnios, o Brasil immenso. A sua força é hoje a força de todos os Camisas Verdes (...) É um forte. É um Homem infatigável, que trabalha de amanhecer a amanhecer, que dedica todos os seus pensamentos a meditações, seus artigos a livros, suas lições e discursos, seu espírito e a própria vida, à Grandeza e Glória do Brasil.*
>
> *É a esse* Homem*, que despertou a Nação, que os integralistas impuzeram o sacrifício de conduzir os destinos da Grande Pátria*

Porém, Plínio Salgado, de uma forma ambígua ora renuncia seu poder de chefe em prol da massa, afirmando que o chefe supremo dos integralistas é doutrina; ora afirma que a autoridade precisa ser forte para dirigir o movimento(SALGADO, 1955f:189):

> *…O Chefe do nosso Movimento exerce as suas funções (...) em obediência à vontade soberana da massa dos camisas-verdes. Cada vez que o Integralismo cresce, duplicando ou triplicando seus* efetivos*, o Chefe tem cuidado de renovar sua renúncia, perante a massa dos seus comandados. É a vontade absolutamente livre destes que, espontaneamente, delibera, constituindo a suprema autoridade do Partido. Essa autoridade* é *forte, porque não surge de conchavos (...) É uma autoridade sem compromissos, apta, portanto, a realizar justiça*

A figura do chefe integralista como salvador que ressuscitaria o Brasil com sua doutrina redentora se inserem perfeitamente nestes momentos de crise, de transformações, de enfraquecimento nos princípios que norteiam a vida cotidiana. A década de 30 é um divisor de águas na historiografia brasileira, em que as pessoas tentam buscar ocupar um lugar na sociedade, se fazer representar, se sentir fazendo parte de algo maior, já que antes a política oligárquica afastava das decisões a maioria da população, e quem estava ascendendo economicamente também buscava maior participação política (descendentes de imigrantes, classe médias, que engrossaram as fileiras do integralismo). As "massas" não podiam mais ser ignoradas e sim, dever-se-iam voltar para elas, já que estavam à procura de um "messias" que pudesse conduzi-las, como afirma Francisco Campos: "Os desimportantes, os desesperançados, assistem à 'ascensão do mytho solar da personalidade', que virá imprimir ' unidade de uma vontade dura e poderosa ao chãos de angústia e de medo de que se compõe o pathos ou a demonia das representações collectivas'..." (CAMPOS apud LENHARO, 1986c: 59). Acabar com os medos, as angustias, era a proposta de Plínio, mas só através da doutrina integralista que uniria a todos.

Podemos confirmar o poder simbólico exercido pelo chefe integralista e a re-significação do discurso religioso nas práticas cotidianas dos militantes quando sabemos que o militante precisava fazer um juramento de fidelidade e obediência à doutrina e ao chefe nacional, devendo jurar primeiramente a Deus e depois por sua própria honra que iria trabalhar em prol da AIB, executando, sem discutir, as ordens de seus superiores hierárquicos. Nos seus Estatutos, a AIB proibia a qualquer integralista comentar os atos do chefe nacional, não podia opinar sem consentimento do Chefe e no artigo IX de seus Estatutos:"Para os integralistas a pessoa do chefe é intangível" (CAVALARI, 1999: 53).

No integralismo era necessário atender ao pressuposto disciplinar e se tornar um militante antes de se tornar um cidadão e não poupar sacrifícios em prol do bem maior, reagindo firme e com alegria às perseguições que por ventura vir a sofrer, tudo pelo ideal integralista (SALGADO, 1955g:256, grifos nossos):

> *Não olhareis nem à direita nem à esquerda; serei surdos às solicitações; insensíveis às promessas e aos engodos; firmes nas vossas decisões; inabaláveis na* ***vossa disciplina****, fortes na vossa fé; e nada deveis temer, ainda que desabem sobre a nossa Pátria todas as catástrofes e sobre o Integralismo pesem todas as perseguições*

Segundo Lenharo, "o indivíduo abre mão de sua personalidade e passa a pertencer, de corpo e alma, à nação, ao estado, ao partido e sentir, como nas palavras de

Gentile, 'o interesse geral como o seu próprio' ao mesmo tempo que converte a sua vontade na vontade do todo".(GENTILE, apud, LENHARO, 1986d: 153). Para Plínio Salgado, a alma do povo só desperta através do sacrifício e da dor, unidos em um só corpo.

Plínio Salgado usufrui amplamente desta expectativa popular para se projetar, divulgado que veio para modificar o fluxo da história como para iluminar os caminhos nebulosos do materialismo com sua doutrina espiritualista. No entanto, para isso se concretizar, o militante possuia um papel importante: abrir mão de suas expectativas individuais e trabalhar de forma solidária para a construção do futuro "Estado Integral", num totalidade "corpo e alma". Para Lenharo (1986: 196), "o imbricamento dos discursos secular e religioso, relativam-se as diferenças em favor da finalidade comum de condensação do poder e de manutenção da ordem estabelecida*"*. Plínio não acredita na ordem estabelecida, buscando implantar a sua ordem, num movimento contrário à revolução liberal que iria cada vez mais escravizar o homem no materialismo, por isso utiliza-se da sacralização como garantia de impor suas verdades já que: "A fé opera em terreno que não permite a dúvida e só semeia certezas" (LENHARO, 1986e: 97).

O campo da fé, da crença no messias envolve todo aparato emocional dos militantes integralistas, construindo sua identidade, sua ligação com o "Sigma", que não representou algo "exótico" aos que viviam o processo político dos anos 30, mas sim uma alternativa aos anseios e expectativas dentro de um contexto histórico específico. Prova da influência da doutrina integralista e do discurso sacralizador de Plínio Salgado é perceptível no depoimento do ex-camisa-verde Mário José Maestri (CALIL e SILVA, 2000c: 97):

> *Quando eu morrer, eu quero ser enterrado com o ritual integralista (...) Porque no Integralismo ninguém morre. Iam três anauê quando estão te enterrando (...)Todo mundo bota time de futebol e eu vou botar a bandeira da AIB…*

Bibliografia:

ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução. O Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985 (Religião e manutenção do mundo).

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1987. (Gênese e estrutura do Campo Religioso).

CHAUÍ, Marilena. O retorno do teológico político. In: CARDOSO, Sérgio (org). Retorno *ao republicanismo*. Belo Horizonte:editora de UFMG, 2004.

CALIL, Gilberto Grassi. SILVA, Carla Luciana. *Velhos Integralistas. A memória de militantes do Sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção História).

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).* São Paulo: EDUSC, 1999. (Coleção História).

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento. As formas de discurso*. Campinas: Pontes, 1987 (O discurso religioso).

SALGADO, Plínio. *Obras Completas*. São Paulo: Américas, 1955.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro, Difel, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Embrulhado para presente? Fotografia, consumo e cultura visual no Brasil (1930-1960).

Ana Maria Mauad*

Resumo: O texto analisa a crescente influência cultural norte-americana nos padrões de consumo de massa, enfatizando o estudo da relação entre fotografia e publicidade nas revistas ilustradas, no período de 1930 a 1960. Abordam-se os aspectos políticos da elaboração da política da Boa Vizinhança e suas relações com a cultura do consumo; destaca-se na análise das imagens a dimensão intertextual da expressão visual na produção do imaginário consumista.
Fotografia, publicidade, cultura do consumo.

Summary: The work analyses the increasing US cultural influence on the patterns of mass consuming, stressing the study of the relationship between photographs and publicity at the illustrated magazines, during the years 1930-1960. It is considered the political aspects of the Good Neighbor Policy and its relations with the consumption culture; concerned to the analyses of the images it is emphasized the intertextual dimensions of visual expression on the building of consumption imaginary.
Photography, publicity, consumption culture.

> *"Primeiro fomos mais ou menos lisboetas, com o mundanismo. Depois londrinos e parisienses, agora somos new-yorquinos e hollywoodenses. O que chamava antigamente de 'sarau' passou a ser 'soirée' e hoje em dia é 'party'(...). No tempo do binóculo floresceu nossa primeira linhagem de elegantes republicanos. O asfalto, depois o automóvel fizeram o resto(...). Hoje poderíamos dizer: o Rio 'grows well' ou se acharem o adjetivo 'smart' também já foi vocábulo elegante usado antes de 1914, poderão fazer uma tradução mais moderna – 'Rio grows swell'."(**Revista Rio Ilustrado**, n°170/171, agosto/setembro, 1953.)*

A capital brasileira em 1953, ano em que foi publicado este comentário já poderia ser considerada uma cidade cuja paisagem já havia sofrido a mimesis do "american-way-of life". A nova paisagem tinha como ícone a Cinelândia, cujos letreiros grandiosos dos cinemas anunciando o último lançamento de Hollywood, não deixava o cidadão comum esquecer quem ditava as modas e os comportamentos *up-to-date;* ou ainda a av. Presidente Vargas, a mais nova artéria dos negócios, cuja arquitetura calcada no cimento armado das marquises e

* Professora Associada do Departamento de História da UFF, pesquisadora do LABHOI/UFF e do CNPq.
Trabalho desenvolvdio no âmbito do projeto: "Memórias do Contemporâneo: narrativas e imagens do fotojornalismo brasileiro", CNPq 2005-2008.

nas várias pistas de rolamento para automóveis, não deixava o pedestre esquecer, o ritmo acelerado dos novos tempos.

Já se tornou quase um senso comum, hoje em dia, falar da influência norte-americana nos nossos hábitos e comportamentos cotidianos. No entanto, o que hoje passa a incomodar aos mais preocupados com a homogeneização cultural, possui uma história que não tem nada de espontânea e que contou com um massivo investimento de negócios e publicidade para que pudesse resultar nesta quase unanimidade nacional. O Tio Sam teve data e estratégia planejada de entrada no Brasil, impondo aos brasileiros, desde sua chegada à adequação dos seus padrões de consumo e sociabilidade à nova lógica da internacionalização cultural.

Com base na doutrina do destino manifesto a cultura norte-americana cunhou sua auto-imagem, fundamental para a elaboração do mito americano. Um mito que tinha como missão espalhar os verdadeiros sentimentos da América, através dos seus sonhos de perfectibilidade. Tal estratégia pautava a política externa norte-americana numa moral, que concebe a América do Norte como o local da perfeição e que compreende a sua intervenção, em outras regiões do mundo, como a tentativa de estender tal perfeição. Os pilares deste sonho de perfectibilidade seriam a Democracia e a Liberdade introduzidas pela homogeneização cultural (DONOGHUE, D. et.alli, 1993), como mais um produto a ser consumido.

A influência que já vinha se delineando dentro da perspectiva da doutrina Monroe, com o avanço do nazi-facismo, ganhou um perfil intitucuional. Em 16 de agosto de 1940 foi criado o *Office of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, passando a se chamar a partir de 1941, *Office of the Coordinator of Inter-american Affairs,* chefiado por Nelson Rockfeller.

Este órgão tinha como função implementar a política de boa vizinhança norte-americana na América latina. Em linhas gerais a solidariedade hemisférica visava garantir a posição estratégica dos aliados no Cone Sul, a partir do avanço das forças do eixo no Pacífico. No Brasil o *Office of Inter-American Affairs* contava com o apoio da embaixada norte-americana e com a participação de grandes firmas dos EUA, dentre as quais: *General Eletric*, a *General Motors*, a *Light and Power Co*, *The National City Bank of NY*, entre outros. Todos empenhados em ampliar os canais de intercâmbio entre o Brasil e os EUA.

A política da boa vizinhança surtiu os efeitos desejados, pois ao fomentar um padrão de comportamento, no Brasil, em compasso aos critérios norte-americanos de modernidade, possibilitou o surgimento de um poder de compra, no país, que a indústria

norte-americana do pós-guerra poderia satisfazer. A estratégia de criar um mercado latino-americano para os produtos dos EUA era perfeitamente explicitadas entre os diretores e figuras de relevo do Office e estimulada pela várias agências de publicidade aqui instaladas a partir dos anos 1940. Agências tais como: a S.A. Interamericana de Propaganda, *Mc Cann-Erickson,* , *Lincoln, Standard, Grant, Continental,* para ficar entre as de maior destaque, foram as repensáveis pelas campanhas publicitárias de empresas norte-americanas que invadiam o mercado brasileiro, dentre as quais: *a Standard Oil*, *a Coca-cola, RCA Victor*.

A propaganda é a alma do negócio

No entanto, vale a pena, nos determos, brevemente, sobre a forma como a política da boa vizinhança e o pan-americanismo redefinem o padrão publicitário da época atuando como um eficiente canal de penetração cultural norte-americana, no mais elementar da vida cotidiana: os hábitos de consumo e padrão de sociabilidade.

Vale, ainda sim, uma ressalva em relação à forma que a transmissão e recepção de valores culturais de um país para o outro assume. O debate sobre culturas subalternas, resistência cultural ou alienação foi amplamente renovado nos anos oitenta, desde um conjunto de reflexões latino-americanas sobre a condição pós-colonial e a capacidade das culturas dominadas politicamente enfrentarem a dominação através de estratégias cotidianas de recepção e apropriação de valores culturais. O pano de fundo destas discussões seria o já decantado debate, mas nem por isso superado, sobre a construção das identidades nacionais.

O fundamental a se reter do debate, nos limites deste trabalho, é a necessidade de se mapear as estratégias e mecanismos através dos quais a transmissão dos novos índices culturais é feita e como são aqui apropriados pelos diferentes agentes culturais. No marco específico da publicidade dentre os anos 1930 e 1960, no Brasil, os principais itens a considerar seriam: a formação dos publicitários, o controle acionário das agências que se instalaram no Brasil no período em questão e a forma que o discurso do pan-americanismo é traduzido pela propaganda através de diferentes grades de interpretação cultural.

A revista Publicidade, editada a partir de 1940, no Rio de Janeiro, utiliza-se das suas capas para homenagear "os grandes da publicidade". Nas capas figuravam nomes como Armando Sarmento, diretor da *MacCann-Erickson* no Brasil e na Argentina nos anos 40; Waldemar Augusto da Silva, jornalista profissional e colaborador em periódicos internacionais, formado em Economia e finanças na *Columbia University* e em vendas pela *Salesman Training Asscociation* de Chicago; T J O'Shea, um norte-americano radicado no Brasil desde 1914, quando tornou-se sub-gerente da *Scott and Browne Inc*., firma produtora dos famosos produtos: Emulsão Scott e o sal de frutas Eno; F.C Scouville, outro norte-

americano radicado no Brasil e responsável pelo setor de publicidade da *Light*; só para citarmos alguns. Todos eles ou são norte-americanos radicados no Brasil, ou tiveram sua formação profissional feita fora do Brasil, mas todos eles também fixaram residência no Brasil e procuraram, em seu trabalho, realizar a tarefa de traduzir em dialeto local, os valores que se querem universais. Ao mesmo tempo, todos se conheciam e atuavam num mesmo espaço social, como editores e colaboradores de revistas de publicidade ou integrantes de associações profissionais, criando uma rede de sociabilidade necessária a elaboração de um campo autônomo para a publicidade, capaz de conformar sua próprias regras de ação.

As estratégias adotadas expressavam a necessidade de orientar a publicidade para um público receptor que nada tem de passivo, ao contrário, determina a adequação dos formatos de publicidade aos gostos e hábitos já consolidados. Por outro lado, essa mesma publicidade, por utilizar a noção de novidade como base da estruturação da sua mensagem, imprime ao cotidiano um novo conjunto de comportamentos considerados emergentes e adequados a um novo tempo que está por vir.

Nos anos 1940 o mercado editorial de publicações periódicas voltadas para um público específico amplia-se. Anuários de publicidade, de imprensa, revistas como Publicidade e Propaganda passam a ser editados com a missão de fazer com que a "mídia" se tornasse o veículo propagador de novos hábitos de consumo.

O pan-americanismo na publicidade também sofreu uma "tradução" necessária para se chegar aos corações e mentes dos consumidores não como algo imposto, mas necessário para a integração do Brasil na modernidade ocidental. Mesmo antes dos EUA entrarem na guerra já havia no meio publicitário uma noção clara de que o papel do Brasil, no jogo das relações internacionais, iria modificar-se sensivelmente. Em matéria publicada em 1940, Manoel de Vasconcellos, um dos colaboradores da revista Publicidade, reflete sobre a relação entre propaganda e pan-americanismo:

"A guerra impossibilitou completamente as excursões turísticas ao Velho Mundo. Ficaram assim as companhias americanas deste ramo de negócios com um único campo a explorar, se não quisesse sofrer um verdadeiro colapso. E lembraram-se então da América Latina[...] são grandes os motivos de grande atração desde que a propaganda os revele[...] A despeito de grande projeção, dos Estados Unidos como força econômica, sobre a América latina, ela também tem atraído e influenciado os Estados Unidos, mesmo antes da guerra os forçar a volver os olhos para nós, com mais aguda capacidade de ver. Bidú Sayão, Guiomar Novais (a quem a imprensa norte-americana chamou de maior pianista do mundo), Carmem Miranda, com o "Bando da Lua", são aquelas duas , afirmação de que o Brasil pode mandar

para a terra dos dólares artistas incontestáveis – e esta última, a nossa "pequena notável" (ou miss Mai-randa, como dizem os americanos) uma prova de que temos ritmos exóticos e originais, de uma cadência dolente ou cheio dessas belezas de nossas paisagens. É tudo isso o que tem feito com que os norte-americanos passem agora a chamar ao Rio de Janeiro: "the world gayest city"'[1]

O articulista continuava sua avaliação comentando sobre carnaval, das excelentes estações de águas, comparáveis aos seus congêneres franceses, entre outras belezas naturais. Conclui destacando o papel fundamental da propaganda no entrelaçamento do pan-americanismo aos interesses econômicos. Portanto, estabelecia-se um padrão cultural claro para a divisão internacional da cultura, no qual, Brasil ratificava sua posição de país exótico e sensual, atualizando sua auto-imagem à luz dos padrões de como os outros esperam nos ver. Fabrica-se um Brasil, neste momento, para americano ver.

A idéia de assimilar a publicidade comercial ao ideário pan-americano foi elaborada através de uma ativa participação de jornalistas/publicitários nos fóruns internacionais. No conjunto o que unia as opiniões era o benefício que o estreitamento dos laços políticos e comerciais iria trazer para ambos os lados, mas o que as separava, era justamente o peso de cada lado neste novo equilíbrio de forças. A entrada dos Estados Unidos na América Latina, como um todo, sempre foi polêmica e nada consensual, ora saudada como o nosso passaporte para a modernidade, ora rejeitada pela perda da nossa identidade diante do imperialismo *yankee*.

Portanto se internamente, a busca pela identidade nacional confundia-se com a valorização da cultura popular, expressa na equação: musicalidade + belezas naturais+ espírito criativo, externamente deveríamos aproveitar a oportunidade dada pela guerra para aprendermos, com os *yankees*, a desenvolvermos nosso espírito prático, a sermos modernos e industrializados, aumentando nosso *standard* de vida através de um novo padrão de consumo

O consumo, associado a uma atitude moderna e atualizada e identificado como direito de todo o povo livre e democrático, é a bandeira da versão reeditada do pan-americanismo durante a Segunda Guerra Mundial como expôs o jornalista Genival Rebelo, redator do diário Carioca em 1942: "A idéia do pan-americanismo não é atual[...] hoje a "good neighbor policy" é simplesmente uma modernização da Doutrina Monroe [...] o que há de novo, hoje, neste gigantesco movimento de maior aproximação e cooperação entre os

[1] Publicidade, Ano 1, março 1940, p.28-29

países americanos, não é a idéia, que já tem mais de um século de existência; é a propaganda que se tem feito em torno dela"[2]

Mudança de hábitos....

O período que vai de 1930 a 1960 circunscreve uma fase que pode ser caracterizada por uma gradual mudança no eixo de influência cultural no Brasil, de lisboetas passamos a americanizados, assumindo neste entretempo, nossa fase afrancesada dos bulervares e *soirées.* É justamente nos anos acima delimitados que a influência francesa é substituída pela norte-americana, que vem calçada num padrão de consumo de massa.

Esse novo modelo de cultura urbana, repleto de referências internacionais, teve no entrelaçamento cinema/publicidade/fotografia , seus principais veículos, para como disse o cronista "subverterem a ordem espiritual do mundo"[3]. A cultura dos grandes centros urbanos e especialmente da capital federal, dos anos trinta em diante, pautava-se nos moldes sonoros de Hollywood, nas imagens da publicidade de sabonete, cigarro, eletrodomésticos, refrigerantes e bebidas, e na sua projeção nas reportagens sociais, numa simbiose quase imperceptível através dos intercâmbios de elementos de significação.

"Aloof", "glamour", "sophisticated", "it", "sex-appeal", "yampf", "temperamental" eram imagens associadas à mulher, alvo predileto das propagandas que era vista como ultra-moderna, esportiva, cinematográfica, tostada de sol, que esconde os olhos nuns óculos escuros enormes, faz ginástica pelo rádio em Copacabana, toma *drinks* no OK, dança no Carlton, freqüenta o sol e o mar com intimidade, como se vê, o tipo "modern girl". A mulher brasileira se equipara culturalmente com a norte-americana, pois como nove entre dez estrelas de cinema, usa sabonete Lever, possui uma *Bendix* automática, preserva os a saúde da sua família num refrigerador GE, desfruta de horas de lazer com as amigas acompanhadas de uma coca-cola gelada, compra calças *far-west* para seu marido descansar nas férias juntamente com as alpargatas Roda, garante uma cota de saúde e alegria de seu filho dando-lhe *Toddy* que : "gelado no verão e quente no inverno, proporciona ao organismo os elementos que dão vigor e bem-estar...o único com extrato de malte"[4]. Portanto, a imagem da mulher construída pela publicidade da época é um misto de atriz de Hollywood com dona de casa prática e responsável por prover o lar do conforto e das facilidades de uma vida doméstica moderna e feliz.

Em várias matérias publicadas na revista Publicidade e depois na Propaganda e Negócios o público alvo das publicidades foi tema de análises cuidadosas. Dentre os vários

[2] Publicidade, Ano 3, fev/mar. 1942, p. 9
[3] Careta, 6/6/1938
[4] Vida Doméstica, dezembro de 1949

pontos destacados sobressai à mulher como o elemento diferenciador no consumo de produtos para casa, beleza, indumentária, alimentação e para os filhos, seguida pela família que constitui a célula básica para a qual a grande maioria da publicidade é direcionada, principalmente a de eletrodomésticos e automóveis. Ao gênero masculino ficava reservada a propaganda de remédios, indumentária, bebidas, cigarros e automóveis esportivos. De um modo geral valorizam-se a juventude responsável, os valores do trabalho e do lazer regrado.

Buscou-se caracterizar a relação entre as imagens publicitárias (desenhos e/ou fotografias) e as imagens fotográficas veiculadas pelas revistas ilustradas Careta e O Cruzeiro, associadas à representação social dos comportamentos urbanos, na elaboração da cultura do consumo. A escolha das imagens tem por objetivo demonstrar as homologias na forma da expressão e do conteúdo entre o sistema visual da publicidade e o sistema visual da fotografia de reportagens sociais (coberturas de eventos associados as vivências das frações da classe dominante). Vale esclarecer que tais escolhas foram feitas com base em estudos anteriores (Mauad, 1990, 2002), onde a análise quantitativa subsidia o uso exemplar das imagens, neste trabalho.

Observa-se que ao longo do período estudado ocorreu uma gradual substituição dos desenhos na publicidade, por imagens fotografadas, consolidando-se a forma de expressão visual de maior efeito de realidade para fins comerciais. Em entrevista com fotógrafos profissionais que atuaram no período constatou-se que muitos deles atuavam tanto no estúdio de retratos e cobertura de eventos das camadas dominantes da sociedade, como eram contratados pelas agencias de publicidade para fotografas certos produtos. A valorização da fotografia para fins publicitários está associada a consolidação do campo fotográfico no século XX, cujas relações de força definiam-se em relação ao acesso ao equipamentos modernos, aos contatos profissionais, a proximidade dos movimentos artísticos e a inserção na imprensa. Imagem 1 e 2

Observa-se que nas primeiras décadas do século XX as relações entre imagens publicitárias e as fotografias dos eventos era construída de forma direta associando o produto ao evento planejado: Imagem 3 e 4

Entretanto, na medida em que o conjunto de experiências "fotografáveis" e o universo de produtos oferecidos ao consumo se ampliaram, tal estratégia não poderia ser mais aplicada. A opção, portanto foi operar por sistemas de semelhança tanto em termos de forma da expressão – associada a estética da imagem e a sua retórica; quanto pela valorização de certas vivências urbanas – como é o caso carioca da valorização da praia e da região a beira mar. Imagens 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11

Por fim, o que se observou para o final do período, de meados dos anos 1950 em diante, foi a valorização da fotografia na imagem publicitária. Esse movimento pode ser explicado do ponto de vista tecnológico devido ao barateamento do custo das técnicas de impressão, principalmente em cores, no entanto, a explicação estritamente técnica não é suficiente. Há de se reconhecer a capacidade da fotografia em apresentar e representar ao mesmo tempo, traduzindo fielmente, as formas imaginadas de um mundo moderno.

Imagens 12, 13, 14, 15, 16 e 17

Nesse novo imaginário, o produto e a sua fruição vale mais do que a figuração, evidenciando-se a proeminência do objeto em detrimento dos sujeitos sociais no espaço da representação do consumo. A imagem publicitária passa a catalogar objetos como suporte de experiências sociais programadas pela cultura do consumo, associada aos padrões da sociedade burguesa ocidental, notadamente, nos desejos embrulhados para presente pela mundialização.

Bibliografia:

BEVERLEY, John. "Estudios Culturales y vocacion politica", **Revista de Crítica Cultural** n° 15, nov. 1997, pp.46-53.

BOURDIEU, Pierre. "Gostos de Classe e estilos de vida" IN: Ortiz, Renato (org.) Bourdieu, coleção sociologia, São Paulo: Ed. Ática, 1994.

DANIEL, Érica Gomes. **A Guerra como slogan: Vizualizando o Advertising Project na propaganda comercial da revista seleções do Reader's Digest (1942-1945),** dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ, 2006.

DONOGHUE, D. et.alli, **A América em teoria**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

GARCIA CANCLINI, Néstor (compilador). **Cultura y pospolítica; el debate sobre la modernidad en America Latina.** México, DF: Grijalbo, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas; estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México, DF: Grijalbo, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1989

GRAHAN JR, Ottis. "Anos de Crise: América na depressão e na guerra 1933-1945", IN: LEUCHTENBURG, Willian E. (org.) **O Século Inacabado: América desde 1900**, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976, pp. 367-477

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodore. A Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação da massa, IN: LIMA, Luiz Costa (org.) **Teoria da Cultura de massa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª ed, 2000.

LEUCHTENBURG, Willian E. "A Cultura de Consumo e a Guerra Fria: a sociedade americana, 1945-1960", IN: **O Século Inacabado: América desde 1900**, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976, pp.699-830.

MARTIN-BARBERO, Jesús. "Destiempos culturales, fragmentaciones latino-americanas y residuos utopicos", **Revista de Crítica Cultural** n° 16, junio 1998, pp. 11-21

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da Imagem: Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, da classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro**. Niterói: LABHOI/UFF, 2002, v.1. p.465, em: www.historia.uff.br/labhoi.

MORAÑA, Mabel. "El boon del subalterno", **Revista de Crítica Cultural** n° 15, nov. 1997, pp.48-53.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**, São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 1988.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

TOTA, Pedro Antonio. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra**, São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rio de Janeiro operário: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré

Cristiane Muniz Thiago[1]

Resumo: A presente dissertação tem como tema a memória dos ex-trabalhadores do complexo industrial do bairro do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Entre os anos 1960 e 1990 esta região foi caracterizada pela forte presença dos trabalhadores. A maior parte da mão-de-obra empregada no complexo industrial residia no bairro, na Favela do Jacarezinho. O objetivo deste trabalho é, através da memória, analisar a história desse grupo de trabalhadores, sua a atuação no movimento operário e a importância da esfera comunitária para a formação da identidade de classe. Aspectos do desenvolvimento urbano, do lazer e da religião também serão abordados, além do processo de migração que impulsiona a formação do Jacarezinho.

Palavras-chave: Memória, operários e bairro do Jacaré.

Abstract: The subject of this dissertation is the collective memory of former-workers of the industrial district of "Jacaré", northern area of Rio de Janeiro city. From the 1960s to the 1990s this area was known for the strong presence of the workers. Most of the workforce employed by the factories lived in the "Jacarezinho" slum. The purpose of this work is, through social memory, to analyze the history of these workers, their performance in the working-class movement and the importance of the communitarian sphere for the building of the class identity. Aspects such as urban development, leisure, religion and formation of the "Jacarezinho" slum will also be taken into account.

Keyword: Memory, workers and district of "Jacaré".

Introdução

O presente trabalho tem como tema a memória dos ex-trabalhadores do complexo industrial do bairro do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Entre os anos 1960 e 1990 esta região foi caracterizada pela forte presença dos trabalhadores. A maior parte da mão-de-obra empregada no complexo industrial residia no bairro, na Favela do Jacarezinho.[2]

---

[1] Mestre em Memória Social – Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS/UNIRIO.

[2] Nas entrevistas, os moradores do Jacarezinho denominam o espaço de diferentes maneiras. Muitos usam a expressão "favela", outros "comunidade carente" ou simplesmente "comunidade". De acordo com a posição política e a geração de cada entrevistado as expressões ganham uma conotação diferente. Falar em "favela" pode representar um instrumento político importante para as gerações mais antigas. A história do Jacarezinho como precursora do movimento associativo das favelas no Rio de Janeiro enriquece o termo. No entanto, para outra parcela dos entrevistados, em geral os mais novos, a expressão é pejorativa e o uso do termo "comunidade" é feito como forma de afirmar uma identidade mais valorizada perante a sociedade. A opção por usar a palavra favela faz parte de uma reflexão acerca do eufemismo da expressão comunidade, mas, sobretudo porque marca a

O objetivo deste trabalho é, através da memória, analisar a história desse grupo de trabalhadores.

Na década de 1960, o bairro do Jacaré abrigou o segundo maior parque industrial do Rio de Janeiro. O complexo industrial do Jacaré ocupava cerca de 15 ruas do bairro e tinha uma enorme diversidade na sua produção.

Para entender a memória desses operários, assim como os processos ocorridos no bairro do Jacaré, torna-se imprescindível considerarmos a Favela Jacarezinho que, de acordo com dados do IBGE de 2000, possui cerca de 36.459 moradores, enquanto o bairro do Jacaré possui por volta de 7.392 moradores. Além disso, a maior parte da mão-de-obra do complexo industrial do Jacaré é moradora do Jacarezinho. Essas pessoas ocuparam aquele espaço a partir de um processo de migração, em grande parte migrantes nordestinos.

Alguns sindicatos tiveram uma atuação marcante área, entre eles podemos citar o Sindicato dos Metalúrgicos do Município do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro. Outra instituição com grande representatividade na região foi o Sindicato dos Vidreiros.

Na década de 1990, várias indústrias do complexo industrial são fechadas ou têm suas atividades reduzidas e cerca de 40 mil trabalhadores perderam seus empregos nas fábricas do bairro. Portanto, o tema do trabalho versa sobre a memória de ex-trabalhadores de um bairro que já foi representativo da produção industrial do país, mas que a partir da referida década não atende mais a esse perfil.

Na perspectiva deste estudo, pretendemos analisar de que maneira se deu a interação entre movimento operário e movimento comunitário no espaço do bairro. Podemos considerar o Jacarezinho como um conjunto de vilas operárias[3] ou uma grande vila operária por ter como peculiaridade reunir um grande número de operários em torno das fábricas. Essa característica vai determinar uma maneira particular de articulação desse grupo em relação à mobilização política, ao trabalho, ao lazer e ao espaço do próprio bairro.

Ao privilegiar como fonte as entrevistas feitas com os trabalhadores, a pesquisa pretende elucidar a relevância de se construir uma história do movimento operário a partir da memória de seus atores principais, ou seja, os próprios operários. Além disso, o trabalho será

história política do Jacarezinho nos anos 60, 70 e 80.

[3] No Jacaré as indústrias não chegaram a construir casas para seus funcionários, não tendo poder de coerção, por exemplo, com a cobrança de aluguel. No entanto, algumas das empresas do bairro extrapolavam seu controle sobre o operário para a esfera privada, por isso estamos usando a analogia com um espaço constituído por vila-operária.

uma contribuição da memória para o estudo das mudanças agudas e recentes no mundo do trabalho, vindo a contribuir com a literatura sobre o bairro e o complexo industrial, que é extremamente escassa.

Marcos da memória operária

As memórias dos primeiros anos no Jacarezinho são uma importante baliza para operários e moradores. Mais que a chegada nesse novo espaço, o movimento para garantir sua permanência é relembrado nas entrevistas. Para os moradores do Jacarezinho, a questão da fixação no morro passou por disputas e acirramentos entre moradores e o poder público. Também nesse espaço da cidade se faz notar a presença da Igreja Católica e da Fundação Leão XIII. Um dos marcos na memória dos moradores como uma real possibilidade de fixação na área dá-se a partir da construção da primeira Igreja Católica. A ordem dos Salesianos, já há algum tempo no bairro, funcionando dentro da Fundação Leão XIII, dá inicio à construção do prédio na primeira metade da década de 1960. A importância política e principalmente simbólica dessa obra no alto do morro é narrada pelos entrevistados.

> *Eu cresci vivenciando o medo da remoção do pessoal, vão tirar a favela, vão tirar a favela, vão tirar a beira do rio. Se tirar a beira do rio, vão tirar aqui em cima também. Quando a Igreja se fixou, é essa a visão que eu tenho… se a Igreja tá no meio do morro, tá sendo construída e não vai sair, a minha casa também não vai sair. Aí eu presenciei o esforço das pessoas de melhorar a casa. Aí de repente a gente viu um monte de casa assim de tijolo, porque a maioria, a minha casa mesmo era de estuque.*[4] *(professora e ex-moradora do Jacarezinho).*

A fixação da Igreja, uma das primeiras casas de alvenaria no morro, pressupõe a fixação dos próprios moradores. Isso funciona de maneira prática porque, de fato, a Igreja certamente acreditava na possibilidade de permanecer na região. E de forma simbólica, os moradores incorporam o discurso de permanência na área, desta vez com muito mais fôlego e com um importante álibi, a construção da Igreja.

Paralelamente à construção da Igreja, os moradores criam estratégias de organização e sobrevivência no espaço ocupado. A resistência dos moradores é destacada por alguns lideres comunitários da época, que fazem questão de ressaltar a importância política do Jacarezinho.

> *O Jacarezinho politicamente, eu considero o Jacarezinho, talvez não agora, mas agora mesmo, politicamente a comunidade favelada mais desenvolvida do Rio de Janeiro ou talvez do Brasil. Aqui nasceram grandes iniciativas comunitárias. Aqui tem a Sueli que é minha filha, foi secretária na associação de moradores isso em 75, 79. ali nós desenvolvemos um trabalho, ali na associação de moradores,*

[4] Entrevista concedida à autora em 12/07/05.

> *naquela época, porque o Jacarezinho era carente de muita coisa…*[5] *(ex-operário e ex-morador do Jacarezinho)*

Já com a sinalização de permanência no local, o Jacarezinho tem um grande salto populacional, motivado também pela instalação de novas indústrias. De acordo com as entrevistas a transformação do espaço é rápida e em grande medida promovida pelos próprios moradores. As décadas de 1960 e 70 marcam uma forte mobilização comunitária que juntamente com ações do poder público, vai transformar a paisagem do Jacarezinho.

Outra baliza importante para a memória desse grupo é a instalação das primeiras fábricas na região, algumas, como é o caso da General Electric(GE)[6], ajudaram no movimento de permanência dos moradores. Já na década de 1920, a General Electric ocupavam a região e empregavam mais da metade dos moradores do Jacarezinho. Essa empresa é um marco fundamental para a construção das memórias dos moradores e operários desse espaço.

Em geral, a GE é citada nas entrevistas, seja por ex-operários da indústria ou apenas por aqueles que a consideram como parte da história da região. O fato de ter sido uma das primeiras grandes indústrias a se instalar na área faz da empresa uma referência para o desenvolvimento da região. A GE desempenhou e desempenha um papel importante junto ao Jacarezinho, muito além de fornecer trabalho para a mão-de-obra da região. "A GE tava pronta pra servir a gente... e por aí em diante a GE tem sido uma empresa, *a mãe* do Jacarezinho até hoje".[7] (ex-operário e morador do Jacarezinho, grifos meus).

Apesar das moderações em algumas situações, como atitudes tomadas por dirigentes da empresa durante as greves, o entrevistado nos ressalta o caráter positivo da relação travada entre a empresa e o Jacarezinho. Tamanha sua admiração pela empresa que, como podemos observar em sua fala, confere à GE o título de "mãe" do Jacarezinho. Poderíamos nos perguntar se o Jacarezinho tem um "pai", diríamos que entre os marcos da história daquele espaço, o mesmo entrevistado nos fornece mais esse personagem.[8]

Fábrica e bairro: espaços interligados

---

[5] I Seminário de Construção do Centro de Referência Histórico da Comunidade do Jacarezinho. Jacarezinho – RJ, 02/09/06.

[6] A General Electric é uma indústria multinacional com atividades em mais de 100 países. Em 1919, a empresa passa a investir na América Latina e instala sua primeira fábrica no Brasil, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Apesar de a localização da fábrica fazer referência a Maria da Graça, seu muro faz divisão com o Jacarezinho. A GE sempre esteve presente no Jacarezinho através da oferta de empregos, projetos sociais e a própria cessão de áreas de lazer (campo de futebol) que é utilizada majoritariamente pelos moradores do Jacarezinho.

[7] Entrevista concedida à autora em 27/07/05.

[8] Padre Nelson Carlos Del Mônaco, pároco da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora é tido por algumas pessoas como o "pai" do Jacarezinho.

Não só as cidades operárias formam uma nova alternativa para o controle dos trabalhadores. Podemos citar as vilas operárias construídas pelas próprias empresas e até bairros inteiros que se construíram ao redor de uma fábrica ou de um complexo industrial. Seja por iniciativa da própria empresa ou por uma demanda social, os bairros que crescem em torno das indústrias têm suas características próprias e por vezes servem ao interesse de melhor controlar a mão-de-obra.

No caso do Jacaré, a proximidade entre moradia e trabalho trazia conseqüências para a relação entre trabalhadores e a empresa. Segundo podemos observar, essa proximidade com o trabalho era incentivada pelas empresas.

> *Então a gente sabia também, que o patrão estimulava. Assim que o patrão estimulava até que o trabalhador saísse da baixada ou de outros bairros para vir morar no Jacarezinho porque ele sabia que se aquele trabalhador, se ele precisasse de noite, sábado, domingo ele entrava. Então era comum, quando eu era criança os chefes subirem o morro para ir chamar o empregado com algum problema na fábrica.*[9] *(professora e ex-moradora do Jacarezinho)*

Essa relação de proximidade do trabalhador com o local de trabalho facilitava atitudes como a citada acima, em que o empregado ficava a disposição do trabalho 24 horas por dia. Outro fator que fazia com que fosse estimulada a fixação do trabalhador próximo ao local de trabalho era a economia feita pelo empregador, diminuindo custos com o deslocamento do operário.

No caso da Fábrica Nacional de Motores (FNM), Ramalho (1989:107) assegura que: "não são poucos os que se referem a esta contradição entre as "vantagens" oferecidas pela FNM para quem se dispusesse a morar nas vilas operárias e o ônus que representava a interferência direta exercida sobre o tempo livre do operário". No entanto, no caso do Jacarezinho essa contradição aparece com menos vigor nas entrevistas. Mesmo no exemplo citado anteriormente sobre a possibilidade de o chefe ir buscar um operário no meio da noite o pressuposto do ônus não se destaca com tanta relevância. O fato de não termos uma vila operária instituída com um regulamento pré-definido sugere que as possibilidades de extensão do poder da fábrica ao bairro são menores que em casos como o da FNM, onde a empresa era proprietária das casas dos operários. Entre as vantagens de se morar próximo ao trabalho, podemos citar também a dispensa da marmita.

> *Quer dizer, aquele trabalhador e a trabalhadora ele não fazia o cálculo de passagem e nem o próprio cálculo da alimentação, mesmo ele voltando para casa só tendo arroz, feijão e ovo, para eles tava bom, porque foi e voltou e comeu rapidinho. Não precisava preparar marmita... Que marmita sempre foi uma coisa assim... o pessoal se constrangia de abrir... Então quem leva marmita ou quem*

[9] Entrevista concedida a autora em 12/07/05.

> *levava marmita gastava mais, porque ele tinha que fazer um esforço danado pra ter a carne. Porque o trabalhador sempre teve vergonha de abrir a marmita só ter arroz, feijão e uma verdura, então mesmo que ele comprasse só um pedacinho de carne pra ele levar era um custo maior. Mas aquele que ia almoçar em casa, ele comia aquilo que tinha, angu com couve, arroz puro, arroz com banana, ovo, lingüiça. Alguma coisa assim, bem mais simples. Mas ele não dava satisfação, ninguém via... E não calculava isso. Quando a gente dizia, se você ganhar mais, se você não sei o que, você vai comer melhor: Eu como, como fresquinho né. A gente também, você tinha esse embate.*[10] *(professora e ex-moradora do Jacarezinho).*

A mesma entrevistada continua falando sobre a dificuldade de se reivindicar aumento salarial ou fazer uma greve.

> ***O que a gente ouvia, os salários nunca foram altos no Jacaré né... Mas quando você comentava que o salário de São Paulo era maior, o trabalhador aceitava porque dizia assim: ah eu*** *trabalho* ***perto de casa... Então você não tinha assim, as greves ali eram mais difíceis, primeiro que todo mundo sabia que se saísse ia ter outro ocupando espaço, segundo: gente como eu vou fazer greve aqui na porta da minha casa?***[11]

O fato de a região do Jacaré abrigar um complexo industrial pode tornar mais difícil a apreensão das práticas disciplinares estendidas ao bairro já que esses códigos eram determinados por orientações diferentes de acordo com cada fábrica ou ramo de produção. Contudo, isto não impede que identifiquemos, mesmo que pontualmente, a opressão exercida pelas fábricas sobre os trabalhadores.

Os operários se fixaram no bairro e passaram a fazer desse espaço uma extensão das fábricas, sendo mais um lugar de sociabilidade entre os trabalhadores. Se a disciplina da fábrica influenciava no modo de vida dos trabalhadores no bairro, a resistência a essa política não se fez de forma menor. No bairro, os próprios moradores imprimiram sua força de trabalho na melhoria do espaço de moradia.

A política do Lazer

Entre "alegrias" e "tristezas", a memória desses operários narra uma parte da história do Jacaré. Entre a opressão da fábrica, o trabalho exaustivo e a perseguição na militância havia os momentos 'bons". Não só as conquistas do movimento operário e comunitário representam esses momentos da "coisa boa". Mas entre as lutas do movimento de esquerda dentro do Jacarezinho estava a preocupação com o lazer. "O nosso embate era político o tempo todo, era um grupo de esquerda que lutava por melhores condições de vida

[10] Entrevista concedida à autora em 12/07/05.
[11] Idem.

na favela, por saneamento né, por lazer, por educação, por trabalho, essas eram as bandeiras de luta".[12]

A partir de suas falas conhecemos um universo que vai muito além do dia-a-dia nas fábricas. Mas quais seriam esses espaços de lazer?

> *...era o samba, a Escola de Samba, eram três né, depois se fundiram em duas. Era um bloco, o Não tem Mosquito, a Escola de Samba Unidos..., era Escola de Samba do Jacarezinho e a do Azul, depois se fundiu a do Azul com Jacarezinho e se criou a Unidos do Jacarezinho. O Mosquito não quis se aliar e continuou bloco. Tinha o desfile. Então, o que era o lazer, era a escola de samba ou o bloco...*[13] *(professora e ex-moradora do Jacarezinho)*

Além da Escola de Samba, havia as festas promovidas pela Igreja Católica. Essas festas eram outro ponto de encontro que agregava os moradores do bairro. Para os homens, o futebol era o principal meio de diversão, seja nos campos dentro das fábricas, ou nos demais espalhados pelo bairro. O lazer com a bola significava também encontrar velhos amigos e fazer novos laços de amizade. No caso dos campos de futebol dentro das fábricas, destaca-se o campo da GE. A empresa costumava organizar campeonatos que reuniam os operários de diversos setores.

Considerações Finais

Os apitos das fábricas apontavam para o despertar de um novo dia, para hora do almoço ou para o lanche do fim da tarde. O aroma do chocolate ou do café vindos da Café Moinho de Ouro "perfumava" as casas. O ritmo das fábricas determinava a vida de centenas de pessoas. Operários ou apenas moradores do Jacaré e do Jacarezinho viviam uma experiência comum na história industrial do Brasil, a de morar em circunstâncias que se assemelhavam as de uma grande vila operária. Os benefícios eram evidentes, morar perto do trabalho significava economia no transporte e no tempo de deslocamento, além da possibilidade de dedicar mais tempo a família. No entanto, essa realidade era vivida com contradições pelos moradores. Entre coerção e benefícios, eles tentavam traçar um ambiente que lhes fosse adequado. Grandes empresas como a "mãe" GE destacavam-se nesse cenário ambíguo, tentando manter seus funcionários e o próprio Jacarezinho sobre seu domínio. Desde os pequenos embates que envolviam práticas pouco reconhecidas pelo próprio movimento operário às costumeiras greves, esses trabalhadores expressavam suas insatisfações e reagiam às imposições das fábricas.

---

[12] Entrevista concedida à autora em 12/07/05.

[13] Idem.

Apesar de algumas empresas tentarem impor regras também ao tempo livre dos trabalhadores, era possível extravasar esse universo fabril nos jogos de futebol, nas festas da Igreja ou nas rodas de samba. Longe das fábricas, futebol e samba também ritmavam o dia-a-dia dessas pessoas.

No Jacarezinho, a luta comunitária ganhou contornos especiais por conta da peculiaridade de essa favela estar num bairro operário e abrigar um grande contingente de trabalhadores. Os embates políticos passaram a fazer parte do cotidiano daquele espaço. Nesse momento, para além da identidade de classe, homens e mulheres construíram uma identidade que reunia diferentes atores a partir do espaço do Jacarezinho.

Mas os anos de 1990 chegam e trazem mudanças que afetam os diversos atores presentes naquele espaço. Uma favela operária, um movimento comunitário forte, um bairro industrial e um universo de histórias. Das greves dos operários à mobilização comunitária. Na memória dos velhos militantes, saudosismo e esperança de que suas histórias sirvam como exemplo para os jovens moradores.

Bibliografia

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

BARBOSA, Marialva. *"Operários do Pensamento" (Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro) 1880 – 1920.* Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1991. (Dissertação de Mestrado)

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVIA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2004.

FONTES, Paulo. *Comunidade Operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966).* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, S.P., 2002. (Tese de doutorado)

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo, Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* Marco Zero e Editora UnB, 1988.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos,* n° 10, Rio de Janeiro, CPDOC, 1992.

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos. Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, Boitempo/UNIRIO, 2001.

THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgarde Oliveira C. e SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Vozes do Porto: Memória e história Oral*. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005.

VIANNA, LUIZ Fernando. *Geografia Carioca do Samba*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Serviço de Proteção aos Índios e a política indigenista republicana junto aos índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 - 1968)

Renata Lourenço Girotto*

Este artigo é resultado de uma pesquisa que buscou analisar a política indigenista do Estado Republicano, tendo como objeto específico o processo de educação escolar na Reserva de Dourados e Aldeia Panambizinho, no período de 1929 a 1968. Demonstramos o entrelaçamento do Serviço de Proteção ao Índio com a "Missão Evangélica Caiuá. A escola como objeto desta análise é entendida como palco privilegiado desta ação de conjunto - do S.P.I. e "Missão" – que processaram um tipo específico de poder, o poder disciplinar voltado para o *adestramento* do indígena para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: escola, civilização, integração

Abstract: The present article is the result of a research that aimed to analyse the Republican State Indigenous policy, having as specific object the educational process at the Dourados Indigenous Reserve and at the Panambizinho Aldeia from 1929 to 1968. We have shown the tight tie between the Indian Protective Service and the Caiuá Evangelic Mission. The school as object of this analysis is understood as a privileged space for this entire action – of IPS and Mission - which have conducted a specific type of power, the power of discipline to tame Indians for the world of work.

Key words: school; civilizationa; integration.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), foi criado pelo Decreto n. 8072, de 20 de julho de 1910. Em 1915 a região de Mato Grosso até então sob o comando da Inspetoria de São Paulo seria transferida para a de Mato Grosso.

Analisamos como um projeto que se intenta unificador pelo Estado Nacional, através do S.P.I., assumiu feições específicas no âmbito local com um "corpo próprio", em face das peculiaridades e da diversidade étnica dos povos e culturas existentes na Reserva de Dourados, caracterizada, desde o início, como espaço multiétnico, e na Aldeia Panambizinho, estabelecendo relações de poder circunscritas a uma realidade regional. Esta última, marcada pela expansão das fronteiras agropastoris, que incidiriam brutalmente sobre os territórios e mão-de-obra indígenas. A escola é criada como campo privilegiado para o conversão para estas novas condições históricas.

* Doutora em História, professora da UEMS.

A Reserva de Dourados foi criada inicialmente para abrigar índios da etnia Guarani/Kaiová em 1917. Ela foi sendo desenhada enquanto espaço multiétnico desde a década de 1920 pelo próprio S.P.I. que traria os Guarani/Ñandeva e os Terena, estes últimos de outro tronco linguístico (Aruák). Na concepção da época estes últimos eram considerados "povos de cultura superior" e poderiam ajudar no processo de *adestramento* dos Guarani ao mundo do trabalho e a sua consequente integração à sociedade local. Logo depois seria incentivado a vinda de "paraguaios"e "brancos".

O processo de educação escolar dos índios da aldeia do Panambizinho referido, está circunscrito tão somente aos indivícuos/famílias que migraram para a Reserva de Dourados em escala crescente ao longo do processo de aldeamento compulsório, intensificado após a instalação da Colônia Agrícola de Dourados na década de 1940.

O "processo civilizatório", intentado pelo Estado Republicano buscou disseminar pelo país afora um ideário de nação que estava por ser construida. Este processo civilizador encontra suporte teórico em Elias (1994), que tem a sua sociogênese[1] construída desde fins da Idade Média, condicionado aos ideais de mudança de uma sociedade feudal para a sociedade "moderna".

Um dos efeitos negativos desse processo civilizador segundo Elias, seria a distância entre adultos e crianças, que vai aumentando no curso do processo civilizatório. Isso implica dizer que,

> "[...] nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. Por conseguinte, a estrutura dos sentimentos e consciência da criança guarda sem dúvida certa semelhança com a de pessoas 'incivis' " (ELIAS, 1994, p. 15).

Nesse sentido, será a criança o mote para a formação do caráter civilizador.

A escola cumpriria, mais tarde, um papel relevante nesse processo. No caso dos indígenas, uma vez enquadrados no estágio da "infância" na escala evolutiva da sociedade "civilizada", deveriam ser alvo privilegiado dessa formação.

Ainda na sociedade de corte, o conceito de civilização já continha um sentimento de contraposição a outro estágio da sociedade, entendido como o de "barbárie", (ELIAS, 1994, p. 64), no qual os "selvagens" indígenas estavam inseridos.

---

[1] Ao entendimento de sociogênese Elias (1994) associa o termo psicogênese, uma vez que o processo civilizatório mantém relações estreitas com os processos psíquicos que pressupõe relações com a [...] vida afetiva e controle de instintos [...] (ELIAS, 1994, p. 19) .

As conquistas através das guerras napoleônicas seriam, pois, entendidas como conquistas para a "civilização", que deveriam se expandir para todas as nações do Ocidente. (ELIAS, 1994, p. 64).

As técnicas usadas visando a mudança do comportamento seriam aperfeiçoadas e estender-se-iam para todos os aspectos da vida social e privada até a elaboração de inúmeras outras tecnologias de disciplinamento do corpo de que nos fala Foucault (1979; 1987; 1999).

No Brasil a "corporificação" do processo civilizatório entre as sociedades indígenas, ganharia contornos próprios, uma vez que se intentava expandir essa "civilização" a sociedades reconhecidamente pelos agentes "civilizadores" como "atrasadas", "selvagens".

A conhecida tática de Rondon de pacificação dos índios sem o uso da força tornou-se o "trunfo" do projeto "civilizador" para a construção de uma "nacionalidade" brasileira.

Isso seria ainda mais acentuado no período do Estado Novo, com os requintes de uma propaganda que conciliava o "mítico e o ideológico", projetando a construção da nação como um movimento coletivo e de grande relevância social, do qual os indígenas, uma vez "civilizados", também poderiam fazer parte. (LENHARO, 1986).

O Código Civil de 1916 reconhecia a relativa incapacidade dos silvícolas que os submetia a um regime tutelar.

Esse regime derivava das novas condições de vida das populações indígenas que, após o processo de "pacificação", passavam a ser objeto do "poder tutelar". Este, por sua vez, fazia parte do exercício do "poder estatal", que consiste em [...] uma forma reelaborada de guerra [...], (LIMA, 1995, p. 43).

Essas premissas encontram sustentação em Foucault (2003), que propõe pensar o poder "[...] em termos de combate, de confronto e de guerra [...](*apud* LIMA, 1995, p. 44). Isto implica no [...] poder político que ao se fazer a paz, reatualiza a guerra sob diferentes modos. (LIMA, 1955, p. 45).

Sempre que faltaram estes "diferentes modos", a guerra aberta fora utilizada concomitantemente às demais tecnologias "pacíficas" de dominação através do poder tutelar.

Em 1928, a proposta de um regime jurídico especial para os índios materializou-se no novo Código Civil e na Lei n. 5484, de 27 de junho, que facultou aos aparelhos de poder do Estado, por intermédio do S.P.I., "[...] o monopólio legal da força necessária à sua atuação em face de outros aparelhos de poder, às ordens religiosas em

especial, e as outras redes sociais não necessariamente aparelhadas" (LIMA, 1995, p. 160). No entanto, em razão das deficiências apresentadas pelo órgão tutor, foi necessário estabelecer uma aproximação permanente com as instituições religiosas, em especial no tocante aos serviços de saúde e de educação.

Com a instalação da ditadura de Vargas, em 1937, o aparelho administrativo do Estado sofreu uma série de alterações, inclusive o S.P.I., para impulsionar o projeto de colonização, conhecido como "Marcha para Oeste".

O "bom selvagem", pacificado, deveria atingir o grau mais alto na conversão ao modelo de trabalho da sociedade capitalista. Todo o tempo medido e pago deverá ser um tempo sem impurezas ou defeitos – o que Foucault (1997) chamou de tempo de "boa qualidade". Durante todo o seu transcurso, o corpo deve ficar voltado para o seu exercício, sendo que a "[...] exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar" (FOUCAULT, p. 129). É esse trabalhador nacional que se pretendia construir.

No caso dos Guarani, em todo o sul do então estado de Mato Grosso, estes foram sendo progressivamente confinados em Reservas, com a colaboração explícita do indigenismo oficial através do S.P.I., como estratégia de liberação de suas terras para a expansão das fronteiras agro-pastoris. De 1915 a 1928, foram criadas oito reservas diminutas de terras, nas quais os Guarani foram aldeados compulsoriamente, sob forte pressão – "suasória" quando consentida, e pela "guerra aberta" quando negada.

É em atendimento a estes propósitos "suasórios" que a escola foi implantada na Reserva de Dourados.

As práticas da política indigenista oficial na área de educação escolar na Reserva de Dourados.

Quando nos referimos à disciplina do trabalhador indígena, que está associada àquela do trabalhador "nacional" de modo geral, tratamos do entendimento que temos de um tipo específico de poder, o "poder disciplinar", exercido em parte pela escola. Este funciona como uma rede de técnicas e dispositivos que permitem o controle do "corpo" social e, conseqüentemente, do "corpo" dos indivíduos, de modo a assegurar a sujeição de suas forças e condicioná-las para uma relação de "docilidade-utilidade" com a sociedade capitalista, da qual nos fala Foucault (2003; 1997).

Apesar desse corpo próprio possuir uma relativa independência em relação ao centro de poder, o Estado, isso não significa que ele não exerça uma relação estreita com este.

Entre esses mecanismos próprios estão os procedimentos técnicos de poder que controlam o indivíduo através do disciplinamento deste, em seus detalhes – gestos, atitudes, hábitos, comportamentos, onde a escola teria um papel relevante.

A Instruções Internas do S.P.I. de 1910 afirmavam que a escola deveria ser alvo de "fiscalização" quanto ao seu funcionamento e à conduta dos professores. Ao mesmo tempo, era prevista a distribuição de brindes e vestuários O mesmo método persuasivo era reafirmado indicando-se a necessidade de que "[...] **o Diretor da Povoação Indígena deveria usar e fazer usar nas expedições de meios capazes de excitar a curiosidade dos índios e dar-lhes altas ideas do poder, sabedoria e ventura dos civilizados"** (*Instruções Internas do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes*, assinado em 14 de outubro de 1910. Museu do Índio, Mf. 380, fg. 756, grifo nosso).

Essas premissas sustentaram o projeto de escola durante todo o período de existência do S.P.I., com pequenas variações, de acordo com o momento histórico e político

Com o regulamento de 1936, a educação ganhou um direcionamento mais claro, quando [...] propõe-se uma verdadeira "pedagogia da nacionalidade' e do 'civismo' (art. 17, dentre outros) [...]. (LIMA, 1992, p. 165).

A primeira escola do S.P.I. na Reserva de Dourados foi construida junto à sede do Posto Indígena Francisco Horta, mas só foi colocada em funcionamento através da parceria com a "missão Evangélica Caiuá", através de seus professores em 1929. Estes, previam entrar em acordo com o S.P.I., para a utilização do "[...] prédio escolar do posto para escola diária da missão e para reuniões dominicais" (Ata da Missão Evangélica Caiuá, Livro I, p. 6, 14 fev. 1931).

As primeiras experiências dos missionários junto aos índios de Dourados fizeram-se por meio da alfabetização de adultos, que logo se revelou ineficaz na prática da conversão à religião cristã. Os próprios missionários reconheciam que os índios que freqüentavam os cultos e as aulas dominicais o faziam muito mais com o intuito de obter atendimento médico e presentes, como roupas, calçados e objetos diversos, do que preocupados em aprender novos costumes. Logo as crianças passaram a ser o alvo preferido para o processamento da conversão à ordem cristã e "civilizatória".

Esta ação dos missionários aconteceria até 1938 quando construiram uma escola na própria séde da Missão. Somente em 1937 os documentos no Museu do Índio vão apresentar mais dados sobre a escola do S.P.I. Ela continuaria a existir junto à sede do Posto

com professores (as) missionários (as) e/ou mulheres dos encarregados do Posto Francisco Horta. Até 1955 coexistiam as duas escolas, a do S.P.I. e da "Missão" praticamente lado a lado, mas a primeira sempre contando com a colaboração de missionários da "Missão" com a ajuda do Órgão Tutor, quando [...] foi transferida a escola da sede do Posto, para a Cabeceira da Farinha Seca [...]. (Museu do Índio, Rio de Janeiro. Mf. 6, planilhas 82 a 90).

Há que se enfatizar que, no mesmo barracão que passou a abrigar a nova escola oficial, alojavam-se os missionários da "Missão Evangélica Caiuá", que alfabetizavam e catequizavam os índios daquela região, desde o final da década de 1930, de forma mais ou menos contínua.

Desde março de 1957, os documentos nos informam sobre outra escola, que teria começado a funcionar na Aldeia do Bororó, que não foi oficializada e ficou sob o encargo dos mesmos missionários e se manteve em funcionamento sob os cuidados da "Missão Evangélica Caiuá" até 1966. Ambas as escolas ficavam numa região da Reserva ocupada pelos índios Guarani, especialmente os da etnia Kaiová.

Quase todos os ex-alunos da década de 50 e 60 que entrevistamos (15 no total) estudaram nas duas escolas, e fosse em uma ou outra escola se atendeu a um projeto de escola alicerçado num ideário que combinava catequização e educação, visando garantir "a civilização e a integração" dos índios à sociedade local.

A educação escolar abarcava ações voltadas para a comunidade como um todo. Além dos alunos dentro do espaço escolar, os pais eram envolvidos nas ações pedagógicas. O círculo de difusão dos novos conhecimentos se fechava. Toda a ação é circunstanciada pelo "como" do poder – de um lado, as regras do Direito estendidas a todos os "brasileiros" como atos de civilidade, em que o "saber" é um direito de todos; de outro, os chamados efeitos de "verdade" que o poder produz, conduz e por sua vez, reconduz ao poder. Aqui nos reportamos ao poder disciplinar, que se reveste de várias facetas e busca espraiar-se por toda a sociedade indígena. Toda a ação indigenista promovida pelo S.P.I. ou pela "Missão Evangélica Caiuá" nesse espaço esquadrinhado da Reserva está fundamentada nas relações de poder para produzir discursos de verdade. Todas as práticas sociais de quaisquer outras sociedades devem ser objeto de uma nova pedagogia, aqui do plantar, do colher, do comer, enfim, de tudo que se devia inovar dentro dos espaços fechados e diminutos das Reservas.

Os indios na história do Brasil, eram classificados, nos conteúdos escolares, como "selvagens", em oposição aos índios que ali se encontravam já em estágio avançado na

escala "civilizatória" (*Relatório educacional do 2º. semestre de 1960 da Escola indígena "Francisco Horta"*. Museu do Índio/ RJ. Mf. 6). Tal prática, largamente utilizada na escola desta Reserva, se fazia em obediência ao discurso "unificador" do órgão tutor. No dizer de Foucault (1997), o poder disciplinar "[...] é uma anatomia política do detalhe (FOUCAULT, 1987, p. 120). E será nos detalhes que se forjarão técnicas de vigilância múltipla sobre o comportamento, o gosto, o tempo dos indígenas, e se intentará processar o "projeto civilizador nacional", via escola.

No período compreendido entre os anos de 1965 e 1966, algumas provas e/ou atividades realizadas juntos aos alunos expõem claramente a pedagogia do trabalho pretendido, como: "o trabalho enriquece, mas a preguiça empobrece" [Várias vezes repetia-se a mesma frase – de oito a 10 vezes] ou ainda – ´Deus guia a felicidade", numa expressão clara da base da educação escolar alicerçada na catequização (*Várias provas.* 1965-1966. Museu do Índio/RJ, Mf. 7, s/fg.).

Outras atividades:

> Cópia - Jejum: Quem está em jejum isto é, quem não se alimenta pela manhã, torna-se fraco para os trabalhos do dia (...). Sem alimentação não há vida. Quem sabe alimentar-se tem saúde e vontade de trabalhar. Quem se alimenta mal, perde as forças, fica doente, impossibilitado de trabalhar (Escola "Francisco Ibiapina", várias provas, 1966. Museu do Índio/RJ. Mf. 6, s/fg.)

Era habitual transferir a culpa para os próprios índios por sua "incapacidade" de se cuidar adequadamente, criando eles próprios as condições para a doença e a "inapetência" ao trabalho, largamente difundida como "verdade". A falta de alimentos promovida pelo próprio sistema de desterro e confinamento era simplesmente ignorado. A culpa sempre foi um desdobramento natural destas "verdades" inculcadas de modo peculiar.

Porém, numa outra ponta, é permitido um movimento de ação e reação dos indivíduos submetidos, incitando a uma luta permanente de resistência dentro da própria rede de poder, que irá se estabelecer no seio das sociedades através de uma multiplicidade de relações de forças. Essas lutas de resistência também são compreendidas como pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda estrutura social, consciente ou inconscientemente. Serão essas lutas que impedirão o exercício pleno da estrutura de poder estatal, através do S.P.I. e seus colaboradores, que encontrarão pela frente uma rede de poder no âmbito de cada cultura ou culturas circunscritas no espaço e no tempo por nós delimitados. Pequenas ações, detalhes sub-impressos nos comportamentos dos indígenas, como por exemplo baixa frequência escolar, manutenção das práticas de suas próprias religiões, de tratamento de doenças segundo seus referenciais de conhecimentos medicinais, entre outros, especialmente

dos Guarani, constituirão o mote de "insucessos" ou sucessos parciais da obra "civilizadora" e disciplinadora do Estado Nacional. O controle do tempo, pela aparelhagem institucional (Estado através do S.P.I., e Missão Evangélica Caiuá), segundo os parâmetros da ordem capitalista que em tudo prevê disciplinamento, será sempre objeto de confronto permanente com a noção de tempo das culturas indígenas, abarcadas neste estudo.

Esse exercício de disputas, por vezes exposto ou camuflado nos recônditos da "alma" e do modo de ser indígena, é que permitirão a ressignificação de seus referenciais culturais – simbólicos e materiais – de modo a permitir a elaboração de novas sínteses culturais no presente, a partir da própria escola e/ou apesar dela.

Assim, dentro do "espaço diminuto e esquadrinhado" da Reserva de Dourados, a escola cumpriria com o seu papel de *adestramento* dos índios para o trabalho, condicionado pelas necessidades regionais de expansão das frentes agropastoris, sem contudo eliminar a formação social dos referenciais culturais daquelas sociedades.

a) Bibliografia:

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (v. 2)

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (v. 1)

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir*: Nascimento da prisão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. 2. ed. Campinas: Ed.Unicamp, 1986.

LIMA, A C. S. *O grande cerco de paz*: Poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 155-172.

PEREIRA, L. M. *Modalidades de assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais*. Campus de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2006. (datilografado)

b) Fontes documentais

S.P.I. Posto Francisco Horta. *Várias provas.* 1965-1966. Museu do Índio/RJ, Mf. 6 e 7, s/fg

S.P.I. Posto Francisco Horta. *Relatório educacional do 2º. semestre de 1960 da Escola indígena "Francisco Horta"*. Museu do Índio/ RJ. Mf. 6).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ludovico Antonio Muratori

Regina Célia de Melo Morais *

Resumo: Ludovico Antonio Muratori, um dos maiores eruditos da primeira metade do século XVIII, próximo, nas idéias religiosas, do esclarecido papa Bento XIV, preocupado, como a sua época, de um modo geral, com o aprimoramento da convivência humana e, sobretudo, um dos formuladores, pelo menos, daquela Ilustração católica que tanta influência exerceu em Portugal no século XVIII. Um panorama das implicações deste autor e de sua obra constituem o objeto deste trabalho.

Palavras-chave: Muratori – Ilustração Católica – Ilustração

Abstract: Ludovico Antonio Muratori, one of the greatest minds of the first half of 18th century,close in his religious ideas to Pope Benedict XIV, worried, as usual in his era , about the improvement of human conditions and above all, one of the creators of that Catholic Illustration that had such an enormous influence in Portugal during XVIII century. An overall view of the implications of this author and his masterpieces is the object of this work.

Keywords: Muratori - Catholic Illustration - Illustration

Ludovico Antonio Muratori nasceu em 1672 e faleceu em 1750 na região de Modena. Depois dos seus primeiros estudos na pequena vila de Vignola, em 1685, deslocou-se para Modena para estudar Gramática e depois "Lettere Umane" nas escolas dos padres da Companhia de Jesus. Desde sua adolescência foi dado à leitura de romances habituais para seu tempo, por exemplo, os romances de Madame Scudéry.[1] Em 1688, passou pelas primeiras etapas da vida religiosa, iniciando no mesmo ano o estudo da Lógica. Terminado este período propedêutico, se dedicou a partir de 1691, ao estudo das Leis, paralelo ao estudo da Moral Teológica e Escolástica. No início de 1692, terminou o curso de Filosofia. Nesta fase de sua vida, existem notícias do seu mérito em estudos pessoais e dos temas de seu interesse mais direto, descobrindo através dos poetas arcaicos, como Carlo Maria Maggi e Francesco Lemene, a literatura clássica, com Sêneca, Quintiliano, Libonio, além de aproximar-se do

[1*] Universidade Federal Fluminense Titulo de Mestre

Madeleine de Scudéry (1607-1701) grande autora da literatura francesa do tardo Seiscentos: figura eminente do Hotel de Rambouillet e do Preciosismo; Luiz XIV a sua Corte.

exercício da poesia jesuítica e barroca, sempre segundo os cânones da Reforma católica. Em 1692, associou-se à Academia dos Ilustres, de Bolonha.

Daí em diante abriu-se um caminho para a aberta paixão pela erudição profana, atingindo sua plenitude quando iniciou a dedicar-se ao estudo do grego em 1693. Mestre no caminho de seus estudos foi Benedetto Bacchini (1651-1721), monge beneditino da Congregação Cassinese, pretor da Casa d'Este, responsável pelo Mosteiro de São Pedro em Modena e Bibliotecário do Duque Rinaldo I. Bacchini assumiu o ensinamento do grego e da "erudição profana", além de, sobretudo introduzir Muratori nos projetos filológicos dos padres Maurinos e no exercício da paleografia, com os códices manuscritos do arquivo da Catedral de Modena. Em 1694, Muratori foi promovido a diácono.

Um período importante na vida de Muratori foi o período em Milão, que começou em fevereiro de 1695, quando chegou à Biblioteca Ambrosiana de Milão, onde seu Conservador Perpétuo, Gilberto Borromeu (1671-1740), Bispo de Novara, irmão do Conde Carlo Borromeu, havia apoiado sua transferência. A permanência em Milão, de 1695 à 1700, foi a ocasião para Muratori estabelecer novos e intensos contatos, como, por exemplo, com o agostiniano Celso Cerri e com o padre jesuíta Tommaso Ceva; iniciou ainda neste tempo uma assídua correspondência com Antonio Magliabechi, segundo Sergio Bertelli este último foi aquele que abriu o caminho da fama, graças a seus amplos contados europeus, tinha como fazer chegar o nome de Muratori além dos Alpes. Foi graças às apresentações de Magliabechi, de fato, que ele começou sua correspondência literária com estudiosos entre os quais Gisbert Cuper, M. Antoine Baudrand, Guillaume Boujour, Otto Mencke, Jacques Anisson, A. Maria Salvani.

Como Milão era naqueles fins do Seiscentos uma cidade vivaz no plano intelectual, Muratori experimentou uma variedade de estímulos, como a participação na *Accademia de' Faticosi* e as reuniões de uma *Accademia di Filosofia Morale e di Belle Lettere*, na Casa Barromeo, na qual desenvolvia o ofício de confessor. Em 1699, encontrou e acompanhou, em visita à Biblioteca Ambrosiana, Bernard de Montfaucon (1655-1741), o erudito beneditino aluno de Mabillon, que estava em viagem de estudos pela Itália.

Entre os pontos a ressaltar nesse período, destaca-se seu contato com intelectuais e religiosos, que o levaram a distanciar-se dos temas da cultura barroca e jesuítica e a aproximar-se das sugestões da Arcádia. A influência do agostinismo erudito, rigorista e jansenista permitiu que Muratori confirmasse as posições religiosas que tinha absorvido de Bacchini, assim como o aperfeiçoamento do trabalho de erudição. Respirou assim Muratori em Milão uma atmosfera espiritual impregnada de brilho religioso, de anti-escolástica e de

refutação à cultura política da *razão de estado*. No plano filosófico, amadureceu nele uma orientação anti-pirronista, de matriz agostiniana, à qual somaram-se os primeiro elementos de um pensamento racional e empírico derivados da leitura, mesmo que parcial, de Bacon e de Locke.

Muratori foi chamado de volta a Modena, em 1700, como arquivista e bibliotecário do duque Rinaldo I d'Este, não mais se afastando da cidade, a não ser por breves períodos e curtas viagens. Padre secular e atuando como advogado do duque de Modena contra as pretensões da Cúria romana, Muratori defendeu seu príncipe contra as ambições territoriais romanas. Nesse sentido, partilhava a idéia de uma separação do temporal em relação ao espiritual, que o fazia crer que uma sociedade feliz exigia condições materiais adequadas. Para ele o racional tem necessidade do útil, outra palavra chave que vai se tornar imperiosa e de alguma forma critério supremo na Europa das Luzes. Da mesma forma, na linhagem dos antigos humanistas, rechaçava milagres e presságios, revelando uma considerável independência de espírito, atitudes que o situam com clareza naquela Ilustração moderada, característica da Península Itálica e de boa parte da Europa mediterrânica no século XVIII(HAZARD, 2003-49).

O posicionamento favorável de Muratori a uma renovação do pensamento religioso acabou por envolvê-lo em polêmicas, dentro e fora da Itália. Exemplo disso foram duas questões religiosas: o caso do *sigilismo* e o do *voto sanguinário*, entre outros, que serão abordados adiante. Apesar disso, em momento algum Muratori pretendeu situar-se fora da ortodoxia da Igreja e temia ver seu nome envolvido nessas disputas por causa do risco de que seu nome fosse incluído no Index. Como registra A. Dupront, ao ser instado pelo abade de São Paulo-fora-das-Muralhas a escrever sobre a usura, ao invés de tratar das missões jesuíticas do Paraguai, como pretendia, observou Muratori que "o primeiro [tema, as missões jesuítas] poderia interessar a todos e não ter inimigos; enquanto o outro [a usura] é perigoso por que irrita o rigor dos canonistas [...]." (DUPRONT,1976:113).

Com base em seus estudos do direito, desenvolveu Muratori a sua batalha nos campos da cultura e dos costumes vigentes na *República Cristã*, mas também frente às controvérsias com os protestantes. Muratori não admitia o critério do *livre exame* adotado pelos protestantes, já que os postulados da fé tinham a sua fonte na Revelação, sendo, assim, passiveis de considerações racionais, mas não de *demonstrações*. Segundo Muratori, os dogmas podiam ser explicados na sua forma lingüística, interpretados, pela especulação racional, mas não emendados na substância do seu significado por um exame do indivíduo. O único legítimo intérprete do Texto Sagrado era a autoridade eclesiástica, que exercia tais

funções segundo uma tradição hermenêutica iniciada pelos apóstolos e prosseguida pelos pontífices e os santos padres.

Muratori, por conseguinte, definia rigorosamente a área do dogma como aquela em que vigorava a proeminência do princípio da autoridade na interpretação. Disso resultava, por outro lado, que tudo aquilo que não fosse objeto da revelação nem matéria de fé tornava-se passível de exame racional e de livre de argumentação por parte dos homens. Aí incluía-se em particular a História da Igreja, com seus milagres, santos, relíquias, etc., a atuação dos papas enquanto princípes seculares, a disciplina eclesiástica e as regras de devoção, além das disciplinas profanas, como a Ciência e a Filosofia. Para ele, exceto quanto aos dogmas, a Igreja e os padres podiam errar e, portanto, Muratori propunha que se moderasse a censura sobre os livros de argumento não religioso. Mais tarde, em sua obra *De Moderatione* (1737), ele voltou a revelar-se um representante da Reforma na Igreja católica, apostólica e romana, de acordo com o espírito do Concílio de Trento (1545-1563), assim como um defensor intransigente da tradição textual do Cristianismo que fazia da Igreja o único interprete legítimo da verdade revelada, que assegurava aos homens a salvação.

Tomando Mabillon por modelo, Muratori partiu sempre de um exame escrupuloso das fontes e até superou seu mestre em alguns aspectos, distinguindo com maior precisão os relatos antigos dos mais recentes e dando-se conta, melhor do que qualquer outro, antes de Voltaire, do quanto os relatos mais exatos dos contemporâneos podiam sofrer deformações involuntárias. Sobre o método que utilizava para escrever *história*, nos fala Andreoli, Muratori não só dava crédito às fontes e aos fatos próximos no tempo, mas procurava consultar possíveis testemunhos oculares ou ao menos presentes *in loco*. E não dava voz a um só testemunho, tratando sempre de comparar os diversos discursos, de modo que, do confronto pudesse enfim brotar a *verdade*. As *Rerum Italicarum Scriptores* representavam uma evidente ligação com o Ducado Estense e foram sendo publicadas ao longo de boa parte de sua vida, embora, na década de 1730, tivessem deixado de ser a iniciativa original de duas ou três décadas antes.

Por força das circunstâncias, Muratori foi *guibelino* na juventude, ou seja, partidário do imperador contra as pretensões temporais do papa. Mas, nos anos de 1740, muitas águas já tinham passado sob as pontes das cidades italianas. A própria distância entre as suas posições durante a Guerra da Sucessão Espanhola, na primeira década do século XVIII, e aquelas que adotou ao escrever a parte conclusiva de seus *Annali* permite medir, melhor que qualquer documento contemporâneo, o caminho percorrido por uma geração. As grandes palavras – *guelfi*, *guibellini*, *imperiais* e *espanhóis* – estão ausentes. Nos *Annali*

(1744-49), de fato, evidencia-se sua profunda preocupação com a situação política e a ligação que desenvolveu com a cidade de Modena e o ducado estense. Importam-lhe pouco a essa altura as rixas e contendas das grandes potências, para olhar de uma forma nova e mais insistente para a efetiva realidade do Estado de Modena que vai surgindo das cinzas das batalhas, militares e dinásticas. Claro que Muratori já está velho, às portas da morte, e o seu olhar se faz destacado e distante. Apesar disso, embora dominado pela idéia tradicional da imparcialidade, há neste ato seu qualquer coisa de mais profundo, que corresponde melhor à Itália em que vive. Inútil era para Muratori a guerra, um desperdício de energia e de vidas humanas. O seu olhar, em toda a parte conclusiva dos *Annali*, aponta sempre fixamente para os sofrimentos, os males e as dores dos "pobres povos condenados a fazer penitência pelos atos indignos de seus soberanos" (VENTURI, 1969:67).

No início da década de 1740, o bibliotecário de Modena pareceu empenhado sobretudo com alguns aspectos religiosos, vistos mais como superstição, como é o caso, a ser examinado adiante, do *voto sanguinário* e de outras *superstições ibéricas*, como ele as chamava. Introduz-se, assim, em seus escritos, as propostas de reforma, que aparecem em particular nos livros de direito e economia, como no *Trattato de' difetti della giurisprudenza* (1742), em *Del governo della peste* (1743) e, mais do que todos, em *Della pubblica felicità* (1749). Da mesma forma, ao envolver os homens mais famosos da república literária italiana dos anos de 1740, os debates sobre a usura e sobre a redução do número das *festas de preceito* durante o pontificado de Bento XIV iluminaram, mesmo que de modo curiosamente distorcido, os problemas centrais da situação italiana de então, envolvendo também a questão do luxo e aquela da agricultura, a dos programas neo-mercantilistas como as reformas jurídicas. É o caso das relações entre Muratori e Scipione Maffei (1675-1755), natural de Verona, autor de *Dell'impiego del denaro* (1744), que o primeiro apoiou, assim como as opiniões daquele sobre as festas, que este sustentou. Para o modenense, o povo não tinha nas festas nada de religioso além da missa, pois tratava logo de embriagar-se, de comer, jogar, pronunciar insolências e risos, às vezes, com violência. Tal postura vinha reforçada pelos apelos de alguns clérigos, como o arcebispo de Nizza e o bispo de Bamberga, chegando este a comparar a situação com a das aldeias protestantes alemãs, ditas heréticas, em que, havendo menos festas, havia maior chance de sobrevivência, pois os homens tinham mais dias para trabalhar e enriquecer.

Alberto Vecchi baseia a evolução do pensamento de Muratori no seu núcleo religioso: "o espírito da reforma tridentina", "a absorção de humores de Santo Agostinho", "a autoridade de São Carlo Borromeu". Este núcleo do pensamento religioso de Muratori surge

já formado nos anos de magistério de Bacchini e da temporada em Milão. A *consciência religiosa* e uma particular cultura religiosa, na vitalidade e riqueza de suas determinações, seriam as condicionantes para o desenvolvimento das idéias e obras de Muratori. A história dos pontífices e da própria Igreja italiana no século XVIII foram elementos condicionais que, de tempos em tempos, estimularam Muratori a orientar-se nesta ou naquela direção, desde a coragem reformadora do pontificado de Inocêncio XI (1676-1689), do qual foi propagador Bacchini, o mestre de Muratori, até o espírito purificador e renovador tridentino que se espalha durante o pontificado de Bento XIV (1740-1758).

Giulio de Martino, ao contrário de Vecchi, destaca que é perceptível a existência de uma marcada continuidade, transversal, longitudinal, na inspiração de fundo da pesquisa de Muratori: uma inspiração delineada em Milão e precisa já em 1708. Uma continuidade e coerência que une obras que, no plano das disciplinas, pareceriam separadas e distintas uma das outras, mas que, por outro lado, respondem de modo homogêneo às constantes interrogações presentes no pensamento de Muratori e obedecem a esquemas intelectuais flexíveis, porém bem definidos. Certo, os interesses de Muratori são diversos nos diferentes períodos da sua vida e do seu trabalho, mas, excetuada a fase juvenil, que serve oportunamente de *laboratório* de valores, de idéias, de competências, do retorno a Modena, em fins do 1700, até seus últimos escritos, encontra-se em Muratori uma marcada unidade de pensamento, que não pode ser definida a não ser no plano filosófico. Sem dúvida, o núcleo ético e teórico do pensamento de Muratori tinha um forte componente religioso, mas a religião não pode ser representada como uma forma de pensamento totalmente autônoma e auto-suficiente: somente para os místicos mais puros e radicais – e Muratori não o foi, isto é claro – o credo exauria integralmente o horizonte do pensamento e da consciência. A fé de Muratori não foi uma fé *mística*, e sim uma fé *discursiva*. Muratori foi o representante de uma fé racional: tinha respeito aos dogmas, mas não foi dogmático. Isto leva à conclusão de que o pensamento de Muratori não pode ser reduzido, como sustentou Alberto Vecchi, à crença, ao programa tridentino, ao catolicismo. O núcleo de seu pensamento tem ao menos dois focos, dois pólos irradiadores. Um é certamente o do católico, mas o outro é aquele de um intelecto *racional* e *empirista*, que Muratori adquire do pensamento laico, do racionalismo burguês, do empirismo anti-religioso. A tese de que a Igreja católica pós-tridentina tivesse superado o fechamento escolástico, o dogmatismo, a visão penitencial e pessimista do homem sem se contaminar com a ética protestante, com a cultura do Renascimento e Moderna, é simplesmente uma tese apologética. No entanto, se Muratori foi daqueles que reabilitaram

Galileu Galilei, isso não pode ser atribuído a uma simples adoção do programa de Borromeu, mas a uma sensibilidade especial para os bons argumentos que vinham da cultura científica.

Verifica-se, assim, que Muratori ocupou um lugar central naquelas *Luzes mediterrânicas ou católicas* que tanto influência exerceriam no mundo luso-brasileiro. Daí a importância de estudá-lo melhor.

Referecias Bibliografias

ANDREOLI, Aldo. **Nel mondo di Lodovico A. Murtori**. Bologna: Il Molino, 1972.

BERTELLI, Sergio. **Erudizione e Storia in Ludovico Antonio Muratori**. Napoles: Nella Sede dell'Instituto. 1960

De CARLI, Ferruccio. **L. A. Muratori, la sua vita, la sua opera e la sua epoca**. Florença: Macri, 1955. CALAPAJ, Anna Burlini. **Edizione Nazionale del Carteggio di L. A. Muratori-Carteggio con Zacagni... Zurlini**. v.46. Florença: Leo S. Olschki, 1975.

CASTIGNOLI, Paolo. **Edizione Nazionale del Carteggio di L. A. Muratori-Carteggio con Alessandro Chiappini**. v.14. Florença: Leo S. Olschki, 1975.

_____. **Dissertazioni Sopra le Antichitá Italiane**. Roma: Presso gli Eredi Barbiellini Mercanti di libri e Stampatori a Pasquino. 1755. 407Pp. [Biblioteca Nacional]

CERRUTI, Giorgio. La Relation des missions du Paraguay e le polemiche francesi sulle reduzioni. In: **Atti del convegno internazionale di studi muratoriani: L. A. Muratori e la cultura contemporanea**. Florença: Leo S. Olschki, 1975. Pp. 271-299.

CERRUTI, Marco e outros. **Il Settecento e il primo Ottocento**. *Storia della Civiltà Letteraria Italiana*. Torino: UTET, 1992.

DUPRONT, Alphonse. **Antonio Muratori et la Société Européenne des pré-lumières**. Florença: Leo S. Olschki, 1976. 160p

FRATI, Carlo. **Dizionario bio-bibliografico dei bibliotecari e bibliofili italiani**. **Dal sec. XIV al XIX.** Florença: Leo S. Olschki. 1933. Pp.476-478.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**.Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. 2ª ed. Lisboa: Arcádia, 1975.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)**. Trad. Lisboa: Presença, 1983.

_____. **A Crise da Consciência Européia (1680-1715)**. Lisboa: Edições Cosmos.1948.

MARTINO, Giulio de. **Muratori filosofo: ragione filosofica e coscienza storica in Lodovico Antonio Muratori**. Napoli: Liguori Editore, 1996.

MARRI, Fabio. 'Un caso di italiano nel Settecento e i suoi riflessi sulla cultura europea: la lingua del Cristianesimo felice di L. A. Muratori dall'originale alla traduzione tedesca.' In. **Italiano: Lingua di cultura europea**. Weimar: Gunter Narr Verlag Tübingen.1997.

RICUPERATI, Giuseppe. *'Ludovico Antonio Muratori e il Piemonte'* In: **Ato del Convegno Internazionali di Studi Muratoriani. La Fortuna de Ludovico Antonio Muratori**. Florença: Leo S. Olschki, 1975. 1-88pp

The Catholic Encyclopedia. Online Edition, 2003. Copyright © 2007 by Kevin Knight. http://www.newadvent.org/cathen/index.html

TRENTI, Giuseppe. ***Edizione Nazionale del Carteggio di L.A. Muratori-Carteggi con Tabacco...Tafuri***. v.40. Florença: Leo S. Olschki.1987.

VALENTI, Filippo. **Edizione Nazionale del Carteggio di L. A. Muratori-Carteggio con Fortunato Tamburini**. v.42. Florença: Leo S. Olschki, 1975.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma**. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2003.

_____. *Settecento Riformatore.* **Da Muratori a Beccaria**.Torino: Einaudi.1969. v.1

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Zumbi – herói étnico, Tiradentes – herói nacional:
O jogo das representações didáticas nos manuais escolares de História do Brasil

Renilson Rosa Ribeiro*

Resumo: Este artigo analisa a trajetória das narrativas sobre Zumbi e do Quilombo dos Palmares, produzidas por livros didáticos de História do Brasil, fazendo um exercício de comparação com as narrativas fabricadas sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira. A estratégia é perceber como os discursos didáticos forjados ao longo do século XIX e XX, por intermédio do uso do conceito de raça, nação e Estado, constituíram as imagens de Zumbi como uma personagem (herói) étnica/racial e as imagens de Tiradentes como uma personagem (herói) nacional.

Palavras-chave: História – Ensino – Identidade.

Abstract: This article analyses the journey of the narratives about Zumbi and Quilombo de Palmares [Palmares Maroon], produced by Brazil History textbooks, doing a comparative exercise with the narratives built about Tiradentes and Inconfidência Mineira. The strategy is to perceive how the didactic discourse forged during the 19th and 20th centuries, through the use of the concepts of race, nation and State, constituted the images of Zumbi as an ethnical/racial personage (hero) and the images of Tiradentes as a national personage (hero).

Key-words: History – Teaching – Identity.

O livro didático e o *jogo das representações*[1]

No primeiro parágrafo do livro *As falsificações da História*, Marc Ferro afirma que "a imagem que nós temos dos outros povos ou de nós mesmos é associada à história que nos foi contada quando éramos crianças". Ele, nesta citação sempre referenciada nos trabalhos sobre ensino de História, argumenta que mesmo que a essas imagens outras venham se misturar ao

* Professor Assistente Mestre do Departamento de História – UNEMAT/Campus Cáceres; Doutorando em História Cultural – IFCH/UNICAMP. Correio eletrônico: rrrenilson@yahoo.com

[1] Esta pesquisa faz parte de minha pesquisa de Mestrado em História, orientada pelo professor Dr. Paulo Celso Miceli, na Universidade Estadual de Campinas sobre os discursos da raça nos livros didáticos de História do Brasil (cf. RIBEIRO, 2004).

longo do tempo, são as primeiras que permanecem constituindo-se em traços marcantes de nossas primeiras curiosidades, desejos e emoções.

Na construção dessas primeiras imagens sobre os mais diversos temas históricos é impossível ignorar o papel desempenhado pela tríade escola, livro didático e professor. Embora saibamos, por exemplo, que a mídia, por meio de filmes, novelas, séries e documentários, influencie nas interpretações das pessoas sobre os conteúdos históricos, a História ensinada nos tempos escolares continua a assumir importante papel na formação da noção de história presente nas vivências da maioria das pessoas. E o livro didático tem sido a grande referência para as narrativas históricas que povoam o universo cultural dos indivíduos.

Fonte de investimento e, ao mesmo tempo, de preocupação, este *objeto do cotidiano escolar* tem suscitado debates dentro e fora das instituições (ministérios, secretarias, escolas, editoras, universidades) sobre a sua relevância na constituição de identidades – um *locus* privilegiado de *jogo de identidades*.

O livro didático, por esta razão, justifica-se como fonte rica de pesquisa por se constituir espaço privilegiado de disputas políticas de constituição de identidades. Nele, existem diferentes personagens e modelos de interpretações em jogo. Assim como o currículo, numa afirmação de Tomaz Tadeu da SILVA (2001), o livro didático é *lugar*, *espaço*, *território*. Objeto de relações de poder por ser *trajetória*, *viagem*, *expedição*, *percurso* na formação de gerações de *leitores-alunos*. Ele é autobiografia, nossa vida, nosso *curriculum vitae*: neste espaço se fabrica nossa identidade. O livro didático é texto, discurso, documento. É um documento de identidade, uma *colônia identitária*; objeto de desejo de vários grupos, projetos e políticas (cf. HALL, 2002).

Com base nestas observações, analisaremos aqui a trajetória das narrativas sobre Zumbi e do Quilombo dos Palmares, produzidas pelos livros didáticos de História do Brasil, fazendo um exercício de comparação com as narrativas fabricadas sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira. A estratégia é perceber como os discursos didáticos forjados ao longo dos séculos XIX e XX, por intermédio do uso do conceito de raça, nação e Estado, constituíram as imagens de Zumbi como uma personagem (herói) étnica/racial e as de Tiradentes como uma personagem (herói) nacional.

Zumbi, Tiradentes: herói étnico, herói nacional

O universo de fontes e as possibilidades de pesquisa são diversas para tratar o assunto. Por esta razão, realizamos um recorte que permitisse uma análise do tema das representações de Zumbi e Tiradentes. Na eleição das fontes, escolhemos alguns livros didáticos de História representativos de quatro períodos que consideramos relevantes na história do ensino da disciplina no Brasil. 1) *História Coroada* – aqueles produzidos no Brasil império, no contexto do segundo reinado, influenciado pela escrita de uma história presa aos pressupostos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, conseqüentemente, vinculado ao projeto monárquico, justificado pelo elogio à colonização. 2) *História Épica* – os produzidos no período republicano, do final do século XIX a 1930, marcados por uma visão épica da história, tendendo à depreciação do passado colonial no Brasil. 3) *História Nacional Desenvolvimentista* – os livros fabricados por uma vertente nacionalista ou dela tributários, de 1930 até aproximadamente de 1980. 4) *História Engajada* – e os manuais escolares concebidos no contexto de propostas curriculares pautadas pela crítica à chamada "História Oficial" elitizada e nacionalista, publicados entre 1980 e 2000. Devemos ressaltar que não consideramos essas fases homogêneas e em absoluto distintas e separadas umas das outras. Entretanto, elas expressam tendências perceptíveis na trajetória do ensino de História no Brasil[2].

a) História Coroada (1840-1889)

Durante o período imperial, observou-se na história oficial produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma certa depreciação do episódio palmarino. As revoltas coloniais eram interpretadas como atentados à unidade da futura nação. Neste caso, deu-se destaque para atuação, por exemplo, dos bandeirantes na destruição do Quilombo de Palmares, garantindo a integridade da Colônia.

Assim como no caso de Zumbi e do Quilombo de Palmares, houve um certo silenciamento sobre o movimento dos inconfidentes. Procurou-se destacar Tiradentes e a Inconfidência Mineira como uma conjuração ou conspiração contra a ordem estabelecida pela Coroa Portuguesa. Destacar a história desta revolta de outra maneira seria incorrer no perigo das ameaças republicanas no Império.

[2] Essa periodização segue a apresentada por Thais Nívia de Lima e Fonseca, no artigo "*Ver para compreender*: arte, livro didático e história da nação", publicado no livro *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História* (cf. SIMAN & FONSECA, 2001).

Joaquim Manuel de Macedo, professor do tradicional Colégio Pedro II, no seu *Lições de História do Brasil*, ao retratar Zumbi e Palmares, privilegiou os instantes finais dos quilombos que apareceram ao longo das guerras holandesas, na região da Serra da Barriga, em Alagoas. Não teve a preocupação em descrever e comentar os quilombos por dentro como faria Rocha Pombo, décadas mais tarde, em sua *História do Brasil (Curso superior)*. Ao narrar as operações de ataque, Macedo, sem fugir das orientações do mestre Francisco Adolfo Varnhagen, ressaltava o valor dos paulistas – os bandeirantes – e a valentia dos atacados e, após muita luta, a vitória da ordem. Quanto aos líderes do quilombo, entre eles Zumbi, o autor anotou que eles preferiram a morte à escravidão, atirando-se do alto de um penhasco. Palmares, assim como a Inconfidência Mineira, representava uma linha de ruptura e de contestação do passado colonial português, do qual o império brasileiro era descendente e tributário. Destacar as lutas da Serra da Barriga e de Vila Rica de forma negativa ou silenciar-se era uma estratégia para se preservar o discurso de *elogio à colonização*. Zumbi e Tiradentes foram apresentados como exemplos de lideranças problemáticas, embora corajosas, que cometeram o *crime de lesa-majestade* e a macularam o discurso da unidade do território – *bandidos coloniais*.

b) História Épica (1889-1930)

Ao longo da Primeira República foi que começou a se delinear Palmares como símbolo da liberdade, e posteriormente o emprego de Palmares como o maior feito da raça africana no Brasil. Zumbi foi retratado como liderança negra, entretanto, representante de um movimento inexperiente de liberdade. Houve uma forte leitura abolicionista da história (didática) de Palmares e de Zumbi.

Os republicanos, após 1889, operaram uma inversão significativa na abordagem dada à Inconfidência Mineira, elevada agora à condição de movimento símbolo da luta republicana. A figura de Tiradentes foi entronizado como seu herói e mártir, numa construção de fundamentação religiosa bastante evidente. Houve aqui a presença de um forte discurso épico, nacionalista e moralizante sobre o seu passado.

Embora próximos nas suas lutas e nos seus destinos trágicos, Zumbi e Tiradentes tiveram destinos diferentes na constituição da memória histórica deste período. Uma memória dolorosa e perigosa para o Império, descendente direto do passado colonial português, sob a constelação da era republicana, Tiradentes encontraria seu lugar no panteão dos heróis nacionais

como símbolo do novo regime. Figura cultuada e amplamente representada no imaginário nacional, recebeu destaque nos livros didáticos, visto como o mártir da Inconfidência Mineira, defensor do projeto republicano[3]. Sua imagem heróica chegou a se aproximar da história de Jesus Cristo seja em relatos, seja na iconografia.

Rocha Pombo, por exemplo, em *História do Brasil (Curso superior)*, nos anos 1920, ao abordar o tema da Inconfidência Mineira, num relato dramático, ampliou progressivamente o espaço dedicado a Tiradentes, cuja atuação foi narrada no sentido de torná-lo o líder da conspiração e o herói sacrificado pela pátria, o que não era feito com a figura de Zumbi, rapidamente comentado na parte sobre os quilombos de Palmares. Mesmo valorizando a luta dos palmarinos, para o autor, o episódio de Palmares era o lamentável exemplo da fissura que poderia separar ao invés de unir – *uma guerra das raças*. No entanto, na sua leitura, era necessário relatar eventos como este para fazer justiça à História. Trazer a tragédia de Palmares para o palco da História era o caminho para o professor do Colégio Pedro II mostrar aos seus leitores-alunos os males que a colonização portuguesa provocou com a instituição da escravidão e a ausência de um contrato social entre as partes em nome da pátria – a construção de um sentimento nacional. A violência dos quilombolas, na visão de um homem de passado de lutas abolicionistas, surgia em decorrência do mal maior que era a escravidão. Por isso o projeto de Tiradentes, para Rocha Pombo, era mais completo, uma vez que propunha a construção de um projeto nacional – *uma república*.

c) História Nacional Desenvolvimentista (1930-1980)

Este período foi de consolidação do discurso da "democracia racial" pelo Estado, o que influenciou a produção didática. Houve um certo silenciamento sobre as revoltas populares como a de Zumbi dos Palmares. A idéia era defender o Brasil como a mistura harmônica das três raças. A ausência das revoltas populares do passado era uma forma de silenciar as do presente. A história de Palmares era narrada de forma secundária no discurso didático.

[3] De acordo, com Thais Fonseca e Lima, os republicanos, após 1889, operaram uma inversão significativa na abordagem dada à Inconfidência Mineira, elevada agora à condição de movimento símbolo da luta republicana. A figura de Tiradentes foi entronizado como seu herói e mártir, numa construção de fundamentação religiosa bastante evidente. Os livros didáticos, até pelo menos, meados do século XX, manteriam essas construções, parte importante das concepções educacionais da época, de formação cívica e moral das crianças e jovens brasileiros. Civismo e moral – não obstante a progressiva laicização dos conteúdos de ensino – estabeleciam o laço entre política e religião, visível também no discurso político, sobretudo entre as décadas de 1930 e 1940 (cf. FONSECA, 2001).

Foi a época de consolidação da figura de Tiradentes no panteão dos heróis nacionais como símbolo do regime republicano. Figura cultuada e amplamente representada no imaginário nacional, recebeu destaque nos livros didáticos, visto como o mártir da Inconfidência Mineira, defensor do projeto republicano e nacional-desenvolvimentista, retardados pela obra colonial. Sua imagem oscilava entre Jesus Cristo e um militar nos relatos e na iconografia.

Escrevendo nos anos 1940 sua *História do Brasil para a primeira série ginasial*, livro didático amplamente adotado durante o período militar pós-1964, o professor Joaquim Silva, ao relatar a luta contra a Coroa portuguesa, apontou a Inconfidência Mineira como seu ápice, bem de acordo com a tradição republicana. Todo o seu discurso caminhou para a exaltação do martírio de Tiradentes, sacrificado pela violência e pela crueldade da (in)justiça portuguesa. Sua narrativa sobre o suplício de Tiradentes estava repleta de sensibilidade.

Ao tratar da história da escravidão e de Zumbi e Palmares, amparado no discurso da "democracia racial", Joaquim Silva afirmou que não era a escravidão que provocava a rebeldia dos negros como defendia Rocha Pombo, e sim os excessos cometidos pelos feitores a mando dos senhores. Neste sentido, o autor optou por passar bem superficialmente sobre a história dos quilombos no Brasil, em especial Palmares[4]. Os conflitos entre senhores e escravos apareciam de forma secundária no seu texto didático, preferindo pensar uma imagem menos nociva e pesada da instituição da escravidão.

d) História Engajada (1980-2000)

Inspirados nas lutas da militância e nas proposições de autores de tradição marxista, este período privilegiou Zumbi como o rei palmarino, que imprimiu uma resistência quilombola contínua contra o poder colonial. Priorizou a história de Palmares mediante os aspectos político e revolucionário, ou seja, privilegiaram a descrição das estruturas políticas e militares do Quilombo. Zumbi constitui-se muito mais como um herói (da raça) negro do que nacional. Era

[4] Na sua *História do Brasil para o curso médio (primeira e segunda série)*, Joaquim Silva dedicou no capítulo sobre a formação do povo brasileiro uma longa nota sobre o episódio dos quilombos de Palmares. De maneira semelhante ao que fez Rocha Pombo, ele descrevia a localização geográfica dos quilombos, sua organização social política, seus meios de sobrevivência, as lutas de conquista por parte das autoridades locais, as expedições do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho e destruição final com o assassinato do líder Zumbi. O autor, sem o romantismo e a empatia de Rocha Pombo, definiu da seguinte maneira a organização do referido quilombo: "A organização dos Palmares era equivalente à dos Estados selvagens dos sertões africanos; lá se tornavam livres os negros que fugiam dos senhores, mas eram escravos que se traziam à força das roças; castigavam-se com morte os que, abandonando Palmares para voltar a seus antigos donos, fossem de novo apanhados" [p. 72].

um símbolo de uma história (didática) engajada e militante. Mas, não foi pensado como herói de um sentimento nacional.

Destacou-se pela presença de um forte discurso de exaltação do martírio de Tiradentes, sacrificado pela violência e pela crueldade da justiça portuguesa (autoritarismo). Houve a construção de um herói popular nacional – o pobre alferes, portador dos sentimentos nacionais de justiça, liberdade, democracia. Era o símbolo da nova República das "camisas amarelas". Tiradentes era restaurado como o herói das *Diretas Já*, símbolo de uma liderança das esperanças do povo.

O livro didático *História & Vida*, dos irmãos Nelson e Claudino Piletti, a exemplo do de Rocha Pombo, lamentaram a violência praticada em Palmares: o primeiro, porque acreditava que o crime de Palmares era originário do crime maior da escravidão e, o segundo, porque este era um exemplo de espaço de liberdade e respeito dentro da colônia corrompida. Ao contrário dos outros autores, mesmo Rocha Pombo, os Piletti ressaltaram com maiores detalhes a figura de Zumbi, o líder dos quilombos, reforçando sua imagem heróica, por meio de sua bravura e da forma como este morreu lutando por seus ideais. A narrativa da morte de Zumbi aproximou-se muito, em alguns aspectos, da feita em relação a outro herói que se revoltou contra as autoridades coloniais – Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes da Inconfidência Mineira.

A partir da construção do fim destes dois heróis feitas pelos Piletti, podemos traçar algumas comparações para fins analíticos:

> *Primeiro*: os dois pertenceram a movimentos que, de alguma maneira, defendiam idéias de liberdade e se opunham à ordem estabelecida (autoridades coloniais), tendo o primeiro lutado pela liberdade de uma raça, os negros, da escravidão e da violência do castigo, o segundo contra a opressão do governo português, inspirados pela Revolução Francesa (*Liberdade*, *Igualdade* e *Fraternidade*) e a cobrança excessiva de impostos (a *derrama*).
> *Segundo*: o primeiro pertenceu a um espaço de resistência (os quilombos) que travava uma luta armada longa e incansável contra os coloniais durante quase 50 anos; o segundo participou de um grupo de revolucionários que pretendiam proclamar a república, pondo fim ao poder da Coroa sobre a colônia, no entanto o projeto não foi consumado.

> *Terceiro*: ambos tiveram um papel, de acordo com os autores, de relevância dentro dos movimentos dos quais faziam parte. Zumbi era o líder dos quilombos de Palmares (de escravos) e Tiradentes era um dos participantes mais destacados dos inconfidentes, por estar sempre viajando pela região na busca de adesões para a revolução. Um comandava um grupo (negros escravos fugidos) contra os coloniais no ataque direto, o outro buscava congregar apoios (na elite colonial) a favor da revolução que iria acontecer.
> *Quarto*: tanto Zumbi quanto Tiradentes foram vítimas de um ato de traição. O primeiro foi entregue por um amigo que nas mãos dos coloniais, sob tortura, entregou o esconderijo do seu líder; o segundo foi traído também por alguém de dentro do grupo dos revolucionários, mas este traiu por interesses próprios (dívidas).
> *Quinto*: os dois foram capturados e tomados como exemplo para colocar fim ao movimento de que faziam parte. Segundo os Piletti, Zumbi e Tiradentes foram assassinados de forma cruel e utilizados como exemplo do poder da autoridade da Coroa, pois tiveram seus corpos esquartejados e expostos em locais públicos.
> *Sexto*: os dois tornaram-se símbolos para a posteridade pelos ideais que representavam, seja pela luta direta no campo de batalha, seja pelos projetos idealizados. Zumbi, um herói racial, Tiradentes, um herói nacional. Zumbi lutando contra a escravidão de seu povo, Tiradentes defendendo a liberdade da colônia e proclamação de uma república.

Na leitura dos Piletti, Zumbi e Palmares representavam exemplos de luta contra as injustiças presentes no passado colonial nacional que precisavam ser exaltados. Narrar sua história seria denunciar o mito da "democracia racial" e a idéia da escravidão amena e benigna, tão ressaltada por autores como Joaquim Silva. Tiradentes e a Inconfidência Mineira continuariam, para eles, a ser um exemplo de luta contra a colonização portuguesa e as suas atrocidades – *a semente do projeto de nação republicano*.

* * *

Diante da exaltação da figura de Tiradentes, eleito o representante do sentimento nacional no passado colonial brasileiro, restou o silêncio ou um papel secundário ao líder dos

quilombos de Palmares por parte da memória oficial nacional do século XX presente nos livros didáticos de História do Brasil. Zumbi estaria ligado ao heroísmo de uma raça (os negros) e de um modelo de rebeldia que incomodava a ordem estabelecida. Zumbi seria a lembrança de um passado de conflito racial, uma mácula para o discurso da "democracia racial". Zumbi e Palmares não seriam um exemplo para o contrato social, como defendia Rocha Pombo, necessário à construção da nação brasileira. Eles separavam, não uniam. Tiradentes e a Inconfidência Mineira uniam, não separavam. Era o interesse nacional (da República) acima de todas as diferenças. Era a libertação da colônia do jugo da Coroa portuguesa (um projeto nacional).

Fontes:

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrucção primaria**. 10 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

PILLETI, Nelson & PILLETI, Claudino. **História & Vida** – Brasil: Da Pré-História à Independência. 5ª série. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.

POMBO, José Francisco Rocha. **História do Brasil** (Curso superior). 6 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1952.

SILVA, Joaquim. **História do Brasil para a primeira série ginasial**. 8 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, C. M. M. de. **Anti-racismo e seus paradoxos**: Reflexões sobre Cota Racial, Raça e Racismo. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

FERRO, M. **Falsificações da História**. Lisboa: Europa-América, s/d.

FONSECA, T. N. L. e. **Da infâmia ao altar da pátria**: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado em História, 2001.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MATTOS, I. R. de (org.). **Histórias do ensino da História no Brasil**. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

SCHWARCZ, L. K. M. & REIS, L. V. de S. (orgs.). **Negras Imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, R. R. **Colônia(s) de Identidades**: Discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. São Paulo: IFCH/UNICAMP, Dissertação de Mestrado em História, 2004.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIMAN, L. M. de C. & FONSECA, T. N. de L. e (orgs.). **Inaugurando a História e construindo a nação**: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O projeto civilizador nas frentes pioneiras paulistas: as relações de gênero no âmbito do público / privado

Lídia Maria Vianna Possas[1]

Resumo: Estudo das cidades paulistas e das frentes pioneiras objetivando rever a construção social e cultural das distinções baseadas nos sexos, pontuando especificidades históricas através da "história do lugar. Busca-se entender as distintas instâncias do processo de modernização que adentrou o Oeste paulista, com a expansão cafeeira e o *rush* na primeira metade do séc.XX, desconstruíndo as idéias de um cosmopolitismo "harmônico". A investigação realizada em inquéritos policiais e jornais evidenciou movimentos sutis de disciplinamento que produzem as relações de exploração e de poder e que deixam marcas profundas na construção das representações coletivas e individuais de gênero bem como a reprodução dos estereótipos

Palavras Chaves: Cidades Paulistas; Gênero; Representações.

Abstract: Studying of the paulista cities and the pioneer fronts aiming at reviewing the social and cultural construction of the distinctions based on sexes, punctuating historical specificities through the history of the place. It is intended to understand the distinct instances of the modernizing process that reached the paulista west, with the expansion of the coffee cultivation and the rush of the first half of the twentieth century, demolishing the ideas of a harmonic cosmopolitan way of life. The investigation conducted in police enquiries and newspapers showed evidence of delicate ordering movements that create the relation of exploitation and power that leave deep marks in the construction of the collective and individual gender representations as well as the stereotype reproduction.

Keywords: Paulista cities, Gender, Representation

Meu trabalho de pesquisa sobre as cidades paulistas e as frentes pioneiras a partir do final do séc. XIX procura superar a visão do "progresso desencantado" (Diehl, 222, p.35) e demonstrar uma intensa pluralidade de sujeitos e temporalidades existentes ao observar as minúcias em uma determinada realidade concreta. São indícios, revelados aqui e alí que certamente passariam desapercebidos se não fosse o historiador atento ao seu ofício .

[1] UNESP, Campus de Mariílla. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Publicação: Mulheres, trens e trilhos. Modernidade no sertão paulista. Bauru, EDUSC, 2001

Para tanto tornava-se necessário apurar não só o olhar para decifrar o cotidiano, as relações e as práticas sociais através de uma hermenêutica mais sensível, refinando as ferramentas de análise , como a categoria "gênero". E nesse caso verificar como as diferenças sexuais , que não são naturais , podem ser resignificadas para enfrentar a dinâmica das transformações da sociedade e confirmadas por um discurso jurídico e médico . A história das cidade precisavam ser exploradas novamente.

A pesquisa teve início debruçando-se sobre o estudo das *urbes* do oeste paulista, em uma região conhecida por "boca do sertão", a "última fronteira para a civilização", demonstrando as especificidades históricas através da "história do lugar e construção das relações de gênero[2]".

A investigação realizada evidenciou o que denominamos de circularidade social, movimentos sutis, de disciplinamento que produzem as relações de exploração que "não são econômicas", mas que deixam marcas profundas, como a relação de poder e as formas de controle entre homens e mulheres, jovens e idosos, adultos e crianças, homossexuais e heterossexuais, as elites e segmentos populares , vistos como "produtos" para a ação dos estados e de políticas públicas.

Esse disciplinamento prevê a homogeneização de atitudes, de determinação de valores e de comportamentos que são colocados como naturais e, com isso, reforçam os preconceitos, sejam eles religiosos, raciais, sexuais .

Revendo e reconstruindo **a história dos lugares** a partir do final do séc. XIX e principalmente após o advento da República e atingindo o período getulista de 30 foi possível evidenciar, através da pesquisa empírica e qualitativa e do acesso a uma documentação inédita voltada para o estudo do cotidiano – Inquéritos Policiais _ como se estruturavam as relações e as formas de controle social e de reordenação do poder local frente a inserção de múltiplos sujeitos que viviam e temporalidades assimétricas e não lineares como defendia a história tradicional.

Focando mais de perto os Inquéritos Policiais que envolviam mulheres percebi como elas possuíam distintos comportamentos frente às normas impostas pelas relações de poder que avançavam diante da frenética formação das cidades paulistas. Tomei inicialmente como foco as **" mulheres sós**" , aquelas que chegavam sem famílias, desacompanhadas . Vinham, pelos trens e trilhos muitas vezes sem emprego, buscando

[2] Ver Possas, L.M.V. Mulheres, Trens e trilhos. Modernidade do sertão paulista", op cit; "Marília , uma cidade plural", Diário de Marília, 2003, p.4

alguma forma de sobrevivência nessas frentes do oeste paulista onde tudo acontecia, e onde o " dinheiro corria" conforme anunciavam os anúncios dos jornais locais. Depois com as funcionarias da Estrada de Ferro Central do Brasil, do Rio de Janeiro que eram transferidas para os Escritórios da Noroeste.

Na sua maioria tanto uma como outra passavam a residir nas pensões da cidade de Bauru onde, algumas dessa casas, tornaram-se famosas por seus nomes afrancesados como *Bataclan*, *Maxims* e por oferecer uma intensa vida noturna conforme se depreende da sensibilidade poética de Rodrigues de Abreu , celebre dândi provinciano:

"Cidade de espantos

Carros de bois geram desastres com máquinas Ford

Rolls Royces encalham beijando na areia

Casa de taboas mudáveis nas costas;

As avenidas paulistas...

Cidades de espanto!!!

A febre de lucro que move seu homens nas ruas do centro

e a pecaminosa alegria dos teus bairros baixos...;

Eu já tomei cocaína em teus bairros baixos onde há Milonquitas de pálpebras murchas e olhos brilhantes!"

O poeta não consegue escapar às sensações que a cidade desperta.

Um outro observador, o jornalista Breno Ferraz, que como colaborador escrevia crônicas para o Estado de São Paulo (1924) percorria as cidades do interior paulista procurando revelar as diferenças entre elas, seus modos de vida, sua gente e dizia: "Botucatu era uma cidade importante com renome de capital; Lençóis uma pequena colméia de trabalho; Agudos onde o patriarcado ostenta em nobre pujança do valor moral e, bem Bauru, via ela como algo diferente, feito na ponta dos trilhos, improvisada, indisciplinada..." (Ferraz, 1929) [3]

O poeta e o cronista me dão pistas, valiosos indícios.

Foi justamente buscando as matrizes dessas representações de *desorganização*, de *improvisação* que me levaram a buscar uma documentação que me permitisse identificar a concretude de tais sentidos e percepções.

[3] Ferraz, B. *Cidades vivas*. São Paulo: Monteiro lobato, 1924.

Na primeira metade do séc. XX as elites agrárias controlavam o poder político do país através do Estado Oligárquico. Esse poder era reforçado e justificado por um discurso que apontava o progresso como finalidade social. Com isso praticou-se o genocídio indígena reinventado em pleno séc. XX; retomou-se a exploração de homens e mulheres no mundo do trabalho em situações desumanas nas fábricas e fazendas; houve a depredação da natureza devidamente implementada pelos conhecimentos tecnológicos e científicos impondo a disciplina e ordem interna com a ampliação de um aparato jurídico policial garantido pelo discurso médico (Neckel e Alli, 2003)[4].

É evidente que essa expansão carregada de indivíduos, homens e mulheres, transformou os lugares até então dominados pela natureza hostil. Uma dinâmica social própria se instalou evidenciando uma série de outras práticas e comportamentos que não podem ser considerados como meros reflexos da Capital - São Paulo. Improvisam-se papéis e formas de sobrevivência. Essas cidades paulistas logo foram notícias de jornais evidenciando a criminalização de práticas como espancamentos de mulheres, de certos hábitos como o aborto, o infanticídio e o abandono de crianças em casas e praças.

O espantoso processo de modernização implementado pela economia cafeeira vinha acompanhado de novas tecnologias, além da ferrovia. Logo com o acesso ao rádio e o cinema, o telex e o telefone disseminaram-se de hábitos e costumes mais cosmopolitas que serão apropriados pelos homens e mulheres das cidades paulistas do interior.

Percebe-se uma verdadeira revolução científica e tecnológica provocando mudanças substancias no comportamento e nos valores de uma sociedade ainda ruralizada .

Desenvolveram-se formas de sobrevivência e de resistências frente ao poder instituído, burlando as normas impostas por papeis prescritos, principalmente no que tange a presença feminina. Com um olhar hermenêutico, decifrador, consegui desvelar o funcionamento dos micro-poderes, os "mecanismos de força que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado" (Foucault, Microfísica do Poder, 1979) evidenciando as sutis formas de resistências de muitas mulheres que improvisaram e romperam os papéis.

São Paulo, a cidade capital, vivia nesse momento seu crescimento urbano espantoso com 577% , incluindo a imigração de europeus e orientais A verticalidade dos edifícios passaram a sobrepor a horizontalidades das casas e dos movimentos urbanos , das relações que se tornam mais individualizadas e voltadas para o privado; o ritmo das

[4] Ver trabalho e pesquisa sobre as práticas do abordo e infanticídio sendo criminalizadas em Florianópolis entre 1900 e 1950. Práticas Proibidas, Joana Maria Pedro(org). Florianópolis, Cidade Futura, 2003

construções e a presença das surpreendentes máquinas que ainda expõem os sentimentos inexprimíveis no dizer do poeta!

E nesse momento também que o feminismo brasileiro, enquanto um movimento de mulheres mais organizado, ganhou maior visibilidade [5].

É nas ruas que as coisas, os movimentos sociais e políticos, como os comícios passam a acontecer diante do fenômeno da " multidão em cena". Uma sexualidade mais exposta é a condição do acesso de homens e mulheres que passaram a conviver publicamente. Observa-se nos jornais e revistas circulantes que há uma transformação de práticas costumeiras, agora categorizadas como "crime".

A disciplinarização das relações de gênero ganha maior ênfase, trazendo a necessidade da redefinição dos papéis normativos para as mulheres, inclusive aquelas mais íntimas, como controle dos corpos através de aparatos jurídicos que buscavam moldar os corpos e as mentes. Esses fenômenos, que não são naturais, são explicáveis no complexo processo de modernização/modernidade da sociedade paulista.O monopólio legal da violência justifica o processo civilizador que se assenta na formação das consciências conduzidas pelas normas, por uma ética, por uma moral , por uma forma de entender a vida e as relações sociais através da "autodisciplina" e do "autocontrole"(Giddens, 1991)[6]

Aperfeiçoando as ferramentas teóricas (Foucault, Bourdieu) e principalmente as recentes contribuições de Judith Butler[7], Linda Nicholson[8] e de um dos primorosos textos de Joana M. Pedro evidenciei a construção das relações de gênero, entendendo sim como relações de poder entre homens e mulheres, historicamente e culturalmente construídas , porém atenta de como o termo " Gênero" pode ser repensado em relação ao termo " sexo" , pois, apesar da afirmação de que são coisas diferentes, era sobre o sexo biológico que se constituiu a identidade de gênero e, no caso especial dos movimentos gays e lésbicos, estes termos não coincidem [9].

---

[5] Movimento de mulheres, que desde os anos 20 vinham reivindicando a participação das mulheres na vida política e acesso ao o voto.

[6] Ver Anthony Giddens, " As Conseqüências da Modernidade",São Paulo, Editora da UNESP, 1991, p p.61-86

[7] Butler, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[8] . Interpretando o gênero. Revista Estudos. Vol 8, n.2, 2000, p.9-41.

[9] Ver os suportes teóricos trazidos por estas discussões de Thomas Laqueur e Judith Butler.

Debrucei sobre a análise documental dos **Inquéritos Policiais**, provenientes da Comarca de Bauru, criada em 1910 e que reúne uma vasta documentação jurídica da região compreendendo outras cidades paulistas.

Um dos primeiros casos foi o suicídio de Maria Antônia Firmino[10], 23 anos, *"meretriz muito antiga da cidade"* que morava na pensão Bataclan, próxima à estação ferroviária, onde "*mercantiava (sic) o seu corpo*". Segundo exame cadavérico realizado, ingeriu veneno formicida "Tatu" pondo fim a uma vida ligada "*ao comércio carnal, onde a desgraçada entregava-se ao álcool".*

O Inquérito Policial, vinha acompanhado de uma fotografia que fora encontrada junto ao corpo da vítima e fora anexada aos autos, não sendo publicada nos jornais. Trata-se de uma cena de um bar que ficava provavelmente junto à ferrovia e onde várias mulheres, identificadas como meretrizes, e alguns homens tomam cervejas, aliás, um número expressivo de garrafas são expostas, e fumam, num ambiente de descontração, de natural sociabilidade na rotina diária dos novos hábitos.

Dois personagens foram identificados por um "X": a vítima e um jovem[11], apontado como um dos possíveis motivos da *"infeliz atitude da tresloucada*", ou seja o romance impossível de ser vivido*".*

No Inquérito os homens(5) identificados na fotografia foram os primeiros a testemunharem sobre o incidente, alegando na sua maioria " *pouco ou quase nenhum conhecimento sobre a vitima*", apenas quando ela e suas " amigas" freqüentavam o bar.

A mulheres que estavam na foto(3) conheciam Maria Antonia da pensão onde duas delas também residiam. Deram referências pessoais, suas constantes dificuldades financeiras e os diversos expedientes que lançava mão para sobreviver.

O texto jurídico ao emitir parecer final aponta a vida das "mulheres públicas" e de seu cotidiano evidenciando o ambiente reservado dos prostíbulos. Inquérito Policial de 06/05/1938 e da natureza sobre esse tipo de mulheres .

A noticia saiu no jornal local , confirmando através do discurso saneador e moralizante as representações de uma cidade que precisava estar mais atenta aos valores e tradições familiares.

---

[10] Inquérito policial de 06/05/1938, arquivado 12/38 no Fórum de Bauru. A notícia do suicídio saiu na coluna policial do *Correio da Noroeste*., Bauru em 06/05/1938, p. 3. Caso lembrado por Hermínia Malheiros, ferroviária-escriturária, como exemplo de uma mulher de vida desregrada, porém infeliz no amor.

[11] No Inquérito Policial foi identificado como Pedro Correia, solteiro, artista teatral, da cidade de Laranjal e residindo na pensão Bataclan e trabalhando no Cabaret Maxim. Despertou os sentimentos de Maria Antonia Firmino que tinha por ele mais que amizade., por isso os dois, na foto, estavam assinalados uma vez que mantiveram relação mais íntima.

Para isso é preciso um novo olhar do historiador sobre o passado, não para enfatizar o seu caráter de repetição dos fatos e de natureza pedagógica, mas para desconstruir os mitos sobre a criação da mulher que reforçaram a construção do imaginário, ora de culpabilidade e ora de sua inferioridade intelectual. Ao fazer a releitura do passado, a partir de situações concretas, colhendo todos os fragmentos e indícios possíveis é possível observar as mulheres improvisando outros papéis fora das normas prescritas e revelando formas distintas de estar presente no cotidiano e na sociedade.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Distintos percursos dos imigrantes italianos: analisando a História da Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul.

Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)
Miriam de Oliveira Santos (CPDA/UFFRJ)

Resumo:

Esta proposta tem por objetivo analisar, partindo de duas experiências etnográficas distintas, uma realizada na região da serra gaúcha e outra na região central do Rio Grande do Sul, os distintos rumos de dois fluxos migratórios de italianos para o Brasil, iniciados no final do século XIX, destacando a importância da estrutura familiar para ambos. Foram processos inicialmente semelhantes, mas que, devido às diferentes trajetórias dessas colônias, sua localização e suas relações com o contexto regional e nacional, desenvolveram-se de forma distinta, gerando diferentes contatos culturais e identidades diversas. Neste caso, a história oral, a historiografia e as fontes escritas surgem como auxiliares preciosos para compreender essa diferenciação e o papel fundamental exercido pela ordem familiar na manutenção das identidades étnicas de pertencimento.

Palavras-chave: (1) italianos; (2) identidade étnica; (3) imigração familiar

Abstract:

This paper aims to analyze the differences found between two streams of migration and the importance of family structures for both. The analysis was derived from two ethnographic research studies. One was carried out in the "serrana (mountain) zone" of Rio Grande do Sul and the other in the central zone of the state. For both, the initial process was similar, but due to the different courses taken and the relations established with the regional and national context, the two streams developed in different ways, creating different cultural contacts and identities. For our research, the oral history and the scribed fonts were essential for us to understand this differentiation and the importance of the family hierarchy in the maintenance of ethnic identities.

Key words: (1) Italians; (2) ethnic identity; (3) familiar migration

Este artigo tem por objetivo analisar, partindo de experiências etnográficas junto a descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, algumas zonas de fronteira entre Antropologia e História, que nos permitiram refletir sobre como dois processos migratórios semelhantes em seu nascedouro, desembocaram em trajetórias migratórias compreendidas como distintas, uma tida como exemplar do ponto de vista econômico e outra

considerada "fracassada"[1]. O processo migratório considerado mal sucedido seria aquele derivado da Colônia Silveira Martins, que teve a colonização iniciada em 1877, na região central do estado, vizinha a Santa Maria, e o processo bem sucedido seria aquele desenvolvido na região serrana do estado, com colonização iniciada em 1875 e vizinha a Porto Alegre.

Não pretendemos responder tal questão, que não é nossa e com a qual não concordamos de todo, mas somente salientar o quanto há problemas de pesquisa que merecem tratamentos multidisciplinares e como, em nossas pesquisas etnográficas originais, que resultaram em duas teses de doutorado[2], procuramos conhecer os grupos que iríamos pesquisar, o que nos permitiu tentar refletir acerca dessas distintas trajetórias, sem classificá-las hierarquicamente ou valorativamente como de sucesso ou não. Embora as distinções do ponto de vista econômico sejam visíveis, uma vez que a região serrana é um pólo industrial rico, o que pretendemos neste *paper* é chamar a atenção para a vigilância epistemológica que devemos ter quando classificamos grupos e processos sociais.

A vigilância epistemológica

Apesar de acreditarmos que tanto a Antropologia como a História são ciências abertas e em constante redefinição, este *paper* tem por desafio problematizar algumas intersecções entre elas, que nos permitiram dialogar com nossos "objetos". Refletindo acerca das questões que ambos os cientistas – historiador e antropólogo- levam a campo e que, por vezes, são distintas, por outras não, salientamos o quanto, partindo de nossos estudos, a etnografia não é presentista em absoluto e nem a história (do passado) pode ser interpretada sem se considerar que as categorias narrativas que utilizamos para nomear e classificar grupos e situações são oriundas de nosso meio cultural e acadêmico atuais. Considerando-se esses pequenos cuidados epistemológicos, de antemão, propomo-nos a refletir acerca desse encontro de saberes que, em nossas pesquisas, mostrou-se essencial.

Sendo assim, não entrando em discussões já elaboradas por antropólogos como Levi-Strauss (1985 e 1976) ou Sahlins (1987), acerca do estatuto da História ou da Antropologia, objetiva-se aqui, de uma forma breve e simples, baseada em situações

[1] Essa é uma classificação atribuída por pensadores locais, que tentam compreender como a região de colonização italiana do centro do estado não prosperou como a região serrana. Enfim, trata-se de um termo "nativo".

[2] Uma, realizada de 1997 a 2001, defendida na USP (Zanini, 2002), que estudava descendentes de imigrantes italianos em Santa Maria e região, e outra, realizada no MN-UFRJ (Santos, 2004), que estudava a *Festa da Uva,* promovida por descendentes de imigrantes italianos em Caxias do Sul. Ambas vinculadas aos programas de Pós-graduação em Antropologia Social.

empíricas, salientar o quanto presente e passado são categorias temporais relativas e, dependendo de qual sociedade se pesquisa e de como esta organiza seu tempo, o pesquisador necessita saber partilhar. Esse partilhamento, que Johannes Fabian (2006) denomina "coetaneidade", ou seja, a real possibilidade de existência de uma "comunidade de fala", quando da pesquisa etnográfica, num compartilhamento de tempo. Enfim, algo que viabilizasse uma real comunicabilidade entre pesquisador e pesquisados. Segundo ele, o trabalho antropológico que somente dá certo se for feito "com eles, e não sobre eles" (ibidem:513). Foi esse, de certa forma, nosso procedimento, ao realizarmos pesquisa etnográfica num grupo que utilizava as narrativas do passado migrantista como algo vital em suas trajetórias identitárias presentes. Nessas construções presentes, mas baseadas num passado, a família, o sangue, o pioneiro, são categorias constantemente invocadas e que ainda têm peso valorativo forte como sinal adscritivo de ser "italiano" no presente. Em suma, não seria possível compreender o presente daquelas pessoas sem conhecer a construção que elas mesmas faziam do seu passado.[3]

E essa não é uma questão pequena, pois podemos estar procurando "estruturas de significado" atuais e nossas, que não necessariamente existiram no passado ou tenham feito ou façam sentido para o grupo ou período estudado. Assim, salienta o autor, devemos procurar por meio dos arquivos e em seus documentos, compreender quais estruturas de significado estariam presentes nos fatos que analisamos e tomamos como objeto de nossas pesquisas. Assim, com quais categorias as pessoas se comunicavam, como produziam estratificações e classificações sociais? Desse modo, nessa imersão nas estruturas de significação do grupo, poderíamos, mesmo em documentos, tentar uma certa "descrição densa" (Geertz, 1986), que nos colocasse em comunicação com aquelas pessoas, mesmo que elas não existam mais fisicamente. Como ressalta Darnton (1989:232), a História seria a tentativa de entrar em contato com essas "almas mortas". Isso num sentido de que se deve exercitar um distanciamento epistemológico em relação aos "documentos" e seus estatutos, buscando mundos simbólicos que criaram estruturas de significado no passado, para aquelas

[3] Há muitas indagações a serem realizadas nesse diálogo entre ciências, principalmente numa era em que a Antropologia deixa de estudar o Outro longínquo e estuda o próximo, aquele que partilha, ao menos parcialmente, de uma comunidade de fala. Outra questão é acerca das sociedades que se preocupam em registrar seu passado e aquelas que não. Há também as sociedades que preservam o passado por meio da oralidade, há as que são letradas e que registram cronologicamente seus fatos. Essas cronologias são culturalmente orientadas, salientamos. Contudo, uma série de questões que são anteriores ao fazer historiográfico ou etnográfico, seria a observância de que fazemos história para uma comunidade acadêmica que se importa com o tempo e seu registro. Portanto, fazemos ciência para os pares e não para os Outros. Epistemologicamente, essas seriam questões relevantes, pois, como salienta Danrton (1986,1989), levamos questões do presente quando olhamos o passado como objeto de estudo, como a discussão colocada aqui, acerca da noção de sucesso ou fracasso de um processo migratório.

pessoas, mesmo que já "mortas". Esses mundos simbólicos, como ressalta o autor, são como "idiomas: são sociais, não individuais" (ibidem:232).[4] Então, poderíamos compreender porque as elites locais da Colônia Silveira Martins, na época, preferiram rumar para o núcleo urbano de Santa Maria ou de outras localidades e não investir seu capital na própria colônia. Para eles, talvez a colônia tenha sido bem sucedida sem estar territorialmente localizada na região colonizadora inicial, mas sim enquanto grupo que migrou para outras localidades e que manteve alguns valores culturais. Ou seja, como ponto de expansão e não de destino, pois alguns daqueles imigrantes ascenderam, o que era seu objetivo com o processo migratório inicial, mesmo que não na colônia. Isso é visível nas camadas médias e altas de Santa Maria, nas quais os descendentes de italianos são parte significativa.

Enquanto antropólogas, concordamos com Darnton (2007) que fazer História é interpretar o passado e não recontá-lo como se fosse algo em absoluto.[5] O pesquisador seleciona, classifica, ordena, elege objetos de pesquisa e isso está de acordo com questões epistemológicas e também políticas, como ressalta Bourdieu (2004) quando se refere ao campo científico em particular. Fazemos ciência contextualizada, em campos, não há uma ciência que paira além das relações sociais estabelecidas entre os homens e suas convivências, macro ou micro-sociais. Assim, como ressalta Hannerz (1997), cada época tem suas palavras-chave. Referindo-se ao presente antropológico, diz que as atuais palavras-chave seriam "fluxos", "fronteiras" e "híbridos", ou seja, terminologias que fazem sentido num contexto histórico de trânsitos espaço-temporais, como esta época transnacionalizada. Diríamos também que definir uma migração como fracassada ou não também faz parte das categorias classificatórias atuais e que não podem ser usadas sem se considerar as multiplicidades de estruturas de significado que devem ser compreendidas na migração de capitais econômicos, humanos e simbólicos da colônia Silveira Martins para outras localidades também, numa rede.

A Etnografia e suas buscas "históricas"

Será possível pensar etnograficamente por meio de documentos de arquivos, de relatos, jornais, fotografias, cartas, atas etc? Pensamos que sim, como bem mostrou Frehse

[4] Ressalta o autor (Darnton, 1989:232) que "...o grande desafio é reunir esse material disperso em diferentes espécies de fontes, com o objetivo de reconstruir um mundo simbólico que teve existência real".

[5] Diz o autor que: "A maioria dos estudantes acredita que aquilo que lê nos livros de história corresponde ao que a humanidade viveu no passado, como se tivéssemos recuperado todos os fatos e os enfileirado na ordem correta, escrita em preto e branco e embaladas em segurança entre as capas de um livro didático. A ilusão se dissipa rapidamente para qualquer pessoa que já tenha trabalhado numa biblioteca ou num arquivo" (Darnton, 2007, s.p.)

(2005), em seu estudo sobre a civilidade nas ruas de São Paulo do passado. Como isso seria possível? Para uma pesquisa como esta, o antropólogo tem que ter clareza acerca do que objetiva nos arquivos e nos documentos que seleciona. Por arquivos, entendemos tanto arquivos pessoais como os públicos e já institucionalizados. Assim, em nossas pesquisas etnográficas, constatamos a existência de vários arquivos pessoais nos quais os descendentes de italianos guardavam seu passado, suas origens, suas trajetórias. Eram compostos por documentos, passaportes, receitas, rezas, santinhos, fotografias, roupas dos antepassados, álbuns, livros etc.[6] Em nossa compreensão esses também são arquivos que têm a vantagem de poderem ser retraduzidos e re(codificados) por meio do contato e das conversas nas pesquisas etnográficas *in loco*. Mas, onde estaria fixada a viabilidade desta empreitada? Cremos que na própria concepção de etnografia de Geertz (1987), que nos alerta acerca do que, inicialmente, deveríamos buscar em campo ao tentarmos fazer uma "descrição densa". Assim, esses arquivos poderiam ser traduzidos como "veículos que transmitem significado" (2000:179). Mais do que fatos, eventos ou acontecimentos, salientam os jogos e negociações de significado que aqueles discursos ali preservados demarcam, como bem explica Pesavento (2002/2:s.p.), ao enfatizar que imagens pictóricas, poemas, lendas etc, seriam representações do mundo que ofereceriam ao historiador as portas de entrada ao "mundo das sensibilidades" das épocas. Destacamos que esse não é um processo fácil e requer do antropólogo uma constante vigilância epistemológica e distanciamento cultural, além de um desejo de dialogar com essas sensibilidades, o que poderia ser verificado no exemplar trabalho de Seyferth (2004) sobre a literatura de teuto-brasileiros.

Zanini (2006), em sua pesquisa com descendentes de imigrantes italianos na região de Santa Maria, teve de recorrer ao *Arquivo Histórico Municipal* e aos arquivos pessoais, visando a compreender as negociações de sentido que estavam sendo narradas por meio das entrevistas que fazia. Em especial, de entrevistados que se remetiam ao período do Estado Novo, principalmente após 1942, quando o Brasil entra na II Guerra Mundial, lutando junto aos Aliados contra o Eixo, formado por Alemanha, Japão e Itália, o que fez com que os descendentes de italianos locais sofressem represálias e repressões. Nos jornais do período, considerando-se os elementos ideológicos envolvidos na produção daquele discurso, mostrava-se todo um cenário de confronto e de repressão, que possibilitou melhor compreender algumas narrativas que estavam sendo analisadas. Assim, esses "documentos" relatavam situações cotidianas, discursos oficiais e todo um mapeamento da alteridade na

[6] Tema, aliás, que findou por gerar artigo denominado *Guardiões de memórias- a força dos arquivos pessoais* (Zanini, 2004).

cidade. Por meio deles, foi possível ingressar num universo possibilitado pela linguagem impressa daquele periódico.

Em Caxias do Sul (Santos, 2004), os arquivos permitiram vislumbrar as cisões e mudanças na imagem do grupo e, especialmente, perceber como a aparente homogeneidade é construída. Por meio da pesquisa em jornais antigos, foi possível fazer as perguntas "certas" para as pessoas "certas", e assim não só facilitar a entrada no campo, mas também enriquecer o material etnográfico.

Os arquivos e suas possibilidades

Como salienta Cunha (2005), deve ser observado, numa pesquisa em arquivos, o estatuto do que se denomina "documento", além de se saber combinar pesquisa em arquivo com pesquisa de campo num sentido mais tradicional, face a face. Isso porque a pesquisa etnográfica tradicional pressupõe o contato direto com os nativos, "o estar lá". Mas, quando os nativos já não existem mais? Assim, os arquivos se tornam portas abertas para a busca das estruturas de significações do passado, que poderiam dialogar ou não com aquelas do presente. Nossas pesquisas mostraram o quanto é necessário compreender, nas comunidades de fala, possibilitadas pelo encontro etnográfico, o que procurar nos arquivos e quando procurar. Como esclarece Castro (2005:s.p.), os arquivos devem também ser observados como um campo povoado por "sujeitos, práticas e relações suscetíveis à experimentação antropológica". Ele alerta que os arquivos devem ser "desnaturalizados" (2005:s.p.).[7]

Isso implica que o antropólogo deve estar atento ao campo, mesmo quando este é um arquivo, em especial um arquivo institucional e público. Assim, deve perguntar: por que foram guardados e selecionados estes e não outros documentos? Qual o sentido que esses documentos têm para o guardador? E para quem organiza as coleções? Enfim, questões muitas, dependendo do tipo de arquivo que se pesquisa. O que está ali, como dado, em verdade, foi um enquadramento que esteve sujeito a muitas forças negociadas em estruturas de significação, as quais se mantiveram de um passado até o presente. Assim, um arquivo deve também ser entendido em seu aspecto processual, de movimento.

Considerações Finais

Este *paper* teve por objetivo salientar a importância de uma certa vigilância epistemológica quando se fazem determinadas questões presentistas acerca do

[7] Como ressalta o autor, "o que "resta" em um arquivo resulta diretamente de pessoas que definem, em diferentes momentos, certos materiais e não outros – como coisas que "vale a pena guardar" (Castro, 2005:4).

passado e se classificam processos e grupos baseando-se nelas, como a denominação de um processo migratório como bem sucedido e outro como mal sucedido. Não se trata de desmerecer tais esforços, que nós, inclusive, temos feito, mas sim de salientar o quanto o exercício de distanciamento usado na pesquisa etnográfica pode ser útil quando se estuda o passado também.

Procuramos mostrar, além disso, o casamento de pesquisa etnográfica e pesquisa histórica e o quanto este se torna profícuo na compreensão de determinados grupos, como os étnicos, por exemplo. Esses grupos, inseridos no contexto de sociedades nacionais, regionais e locais, sofreram o diálogo de múltiplas forças, que devem ser compreendidas em seus jogos de negociações de sentido, o que implica um alargamento de noções como tempo e espaço. Para esses imigrantes, em especial, ainda que suas trajetórias econômicas podem ter sido distintas (o que cremos, deva ser relativizado), determinadas noções de pertencimento mostraram sua força adscritiva e na manutenedora das fronteiras étnicas, como a organização familiar, por exemplo. A família, seja entre descendentes das camadas médias, altas ou de camponeses pobres, continua sendo uma auto-referência importante para os descendentes de italianos, sejam aqueles da região serrana do estado ou os da região central. A italianidade, enquanto sentimento de pertencimento, está alicerçada na família, compreendida como um patrimônio que agrega valor aos indivíduos e que permite a construção de trajetórias individuais de sucesso ou não que, por vezes, independem da região de colonização, uma vez que os descendentes dos imigrantes se vêem como parte de um processo histórico compartilhado, iniciado com a vinda dos "pioneiros".

.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
CASTRO, Celso e CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Apresentação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.36, s.p., 2005. Disponível em: www.fgv.br/revista/arq/427.pdf.
CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, s.p., 2005. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/408.pdf, Acesso em: abr. 2007.
CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, s.p., 2005. Disponível em: www.cpdoc/gfv.br/revista/arq/407.pdf. Acesso em: abr.2007.
DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARNTON, Robert. Uma entrevista com Robert Darnton. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol2, n.4, p.232-243, 1989.
DARNTON, Robert. Vandalismo em Bagdá. *Jornal da Ciência,* 05 de maio de 2003. Disponível em www.jornaldaciencia.org.br. Acesso em: abr. 2007.
FABIAN, Johannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. *Mana*, Rio de Janeiro, 12(2), p.503-520, 2006.
FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos Históricos*, n.36, s.p., 2005. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/414.pdf. Acesso em: abr.2007
GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
GEERTZ, Clifford. *O saber local*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da Antropologia Transnacional. *Mana*: Rio de Janeiro 3(1), 7-39, 1997.
LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
LEVI-STRAUSS, Claude. Introdução: História e Etnologia. Antropologia estrutural. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. p.13-41.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. Estudos Históricos, n.30, s.p.,2002/2. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/331.pdf, Acesso em: abr. 2007.
PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*, Rio de
PRATT, Mary Louise. Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante? IN: VÉSCIO, Luiz Eugênio e SANTOS, Pedro Brum (org). *Literatura & História*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 17-54.
SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o Fruto: Festa da Uva e Identidade Entre Os Descendentes de Imigrantes Italianos de Caxias do Sul – RS.* Rio de Janeiro, 2004, tese de doutoramento, PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.
SEYFERTH, Giralda. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n.22, p.149-197, jul/dez 2004.
ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. São Paulo, 2002, tese de doutoramento, PPGAS/USP.
ZANINI, Maria Catarina. Guardiões de memórias. A força dos arquivos pessoais. *Travessia,* São Paulo, n.49, p.19-23, mai/ago,2004.
ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e Cinema: O que é isso companheiro?

Carlos Eduardo dos Reis *

Resumo: O objetivo desta comunicação é fazer uma reflexão em torno da relação História e Cinema, tendo como ponto de partida o filme intitulado "O que é isso companheiro", adaptação para o cinema da obra do mesmo nome. Acusado de não tratar com fidelidade a atuação dos guerrilheiros que participaram do seqüestro do embaixador americano no Brasil, Charles Elbrick em 1969, o filme nos provoca a refletir a respeito de como o cinema se apropria de uma determinada realidade histórica a reconstruindo, e que memória histórica este estaria forjando. È em torno de tais questões que esta comunicação discute a relação Cinema e História.

Palavras Chaves: História, Cinema, Memória.

Abstract: The aim of this presentation is to reflect about the relationship between History and Cinema, departing form the analysis of the film "Four days in September", which is an adaptation in film of the book with the same name. The movie has been criticized for not portraying with loyalty the situation of the guerillas that took part in the kidnapping of the American Ambassador in Brazil Charles Elbrick in 1969. The film triggers the reflection about how the cinema fits in a certain historical reality by reconstructing it and that historical memory would be forging. Is around these issues that this presentation discusses the relationship between Cinema and History.

Keywords: History, Cinema, Memory.

Segundo Marc Ferro, empreender a análise de filmes, de fragmento, de temas, levando em conta a necessidade, o saber e o modo de abordagem das diferentes ciências humanas não basta. É preciso, segundo este ainda, "analisar no filme principalmente a narrativa, o cenário, o texto e as relações do filme com o que não é o filme: o autor, a produção, o público, a crítica e o regime. Pode-se, assim, esperar compreender não somente a obra como também a realidade que representa". (FERRO,1976:203).

O filme "O que é isso companheiro", foi escolhido para concorrer ao "Oscar" da academia de Hollywood, por uma comissão julgadora, nomeada pelo Ministro da Cultura, composta por Nelson Pereira dos Santos, Hector Babenco, Roberto Farias, Rubens Ewald Filho e Rui Bolberg.

* Doutor em História Social, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo esta comissão, o filme teria sido escolhido porque este é o que teria as melhores condições de chegar à indicação para o Oscar, devido a sua distribuição no mercado americano.(NAVES, MOTA:1977).

A obra representava, até então, o maior investimento já feito em um filme brasileiro cerca de R$4,5 milhões de reais. Se comparado às astronômicas verbas da industria cinematográfica americana, este não representa nada. Dentre outras coisas, o filme também precisava recuperar tal investimento, no que se referia ao público.

Mas a escolha do filme, pela comissão do Ministério da Cultura, revela-nos, ainda, algumas outras facetas, que merecem um exame mais detalhado.

Eis algumas justificativas, alencadas pelos integrantes da comissão ministerial, inclusive o produtor:

> *O importante é ter distribuição. Ninguém está discutindo linguagem estética, roteiro, nada (...) Estamos dando um combustível para o foguete entrar em órbita. Se ele vai chegar lá, não sabemos (Roberto Faria).(NAVES,MOTA,1997:3-14)*
>
> *É necessário que o cinema brasileiro volte a fazer filmes que agradem o público. Não estamos sonhando com a mulher que nunca comemos (Hector Babenco).(NAVES,MOTA,1997:3-14)*
>
> *A gente já dançou este carnaval. Agora querem voltar ao baile (Ministro da Cultura Francisco Weffort) (NAVES,MOTA,1997:3-14)*
>
> *Não foi concurso para escolher o melhor filme brasileiro, mas sim o mais adequado para uma competição como o Oscar (Luiz Carlos Barreto – produtor). (NAVES,MOTA,1997:3-14)*

Pelas falas acima, em primeiro lugar esta claro que não se trata do filme enquanto uma "obra de arte" com um valor estético intrínseco, mas sim de uma mercadoria adequada a competição dentro de "um mercado, referendado anualmente pela industria cinematográfica americana, através do Oscar".

Mas, "O que é isso companheiro?", não se propõe somente a ser uma resposta ao cinema novo e seus supostos colaboradores, que insiste em "querer voltar ao baile', é uma operação de construção de uma nova memória histórica, tão ao gosto de nossas elites dirigentes em tempos globalizados.

O filme já começa operando com uma memória histórica cristalizada – a imagem idílica da cidade do Rio de Janeiro.

Fotos em preto e branco, cenas de Copacabana, Ipanema, Leila Diniz, música de Tom Jobim (Garota de Ipanema), anunciam o pano de fundo da cidade maravilhosa.

Barreto justifica assim sua escolha:

> *(...) para os estrangeiros, o Brasil sempre foi a terra da garota de Ipanema e do carnaval. Isso me deu a idéia de abrir o filme com "Garota de Ipanema", coisa*

> *inesperada num "thriller" político. Eu queria mostrar essa ironia: naquele lugar lindo, onde há uma estátua de Cristo com os braços abertos, aqueles absurdos estavam acontecendo. (NAGIB,1997:4-14).*

Ignorando todo o contexto social que culmina com os movimentos de 1964, o filme de Barreto faz um corte abrupto com a cidade idílica da bossa nova e anuncia o golpe militar:

"Em 1964 o governo democrático brasileiro é deposto por um golpe de Estado militar".

Da mesma forma abrupta, Barreto anuncia, em 1968, o Ato Institucional número 5/AI5, o fim da liberdade de imprensa e de todos os direitos do cidadão.

O período que se estende, de 1964 a 1968, no filme de Barreto, constitui-se um vácuo e não há qualquer referência a fatos, situações ou mobilizações dos amplos setores da sociedade brasileira e dos inúmeros movimentos sociais que eclodiram em todo o país. O que aparece, enquanto luta organizada, é uma passeata do movimento estudantil com o slogan clássico: "o povo unido jamais será vencido", onde à frente desta está o protagonista do filme.

Porém, o filme de Barreto parece "desconhecer" este lado da história.

As seqüências do filme que culminam com o seqüestro do embaixador americano nos apresentam um mosaico de imagens desconexas, onde a ação dos guerrilheiros, seu engajamento na luta armada, os assaltos à banco, a clandestinidade, o treinamento para a luta armada, as organizações envolvidas e a própria estratégia de seqüestro e assaltos a bancos, são descontextualizados.

Isso faz com que quando vemos no filme o recrutamento dos guerrilheiros, a escolha dos aparelhos, o treinamento dos militares, os motivos aos quais optam pela luta armada, o amadorismo dos assaltos a banco e até mesmo uma certa ingenuidade por parte de alguns membros do grupo, soa ao espectador uma ação de um bando de "porra loucas" que não sabem o que estão fazendo e tremem de medo o tempo todo.

A ação política nunca é vista como uma opção dentro de uma estratégia de luta política contra o Estado autoritário. Na ótica do livro e do filme, uma ação inconseqüente de um bando de "jovens manipulados".

Tal fato também nos leva a refletir a respeito dos critérios de Barreto para compor o roteiro de seu *thriller*. Afinal, qual história este queria contar?

> *"... Eu me baseei no livro do Fernando, nas afirmações que eu colhi e nas invenções e liberdades ficcionais que eu e o Leopoldo Serran, roteirista do filme, criamos. O que a gente não achou no livro foi pesquisar. Eu falei com o Cid Benjamim, com o César Benjamim. (...) Entrevistamos mais de 200 pessoas. Nada foi aleatório, mas nos demos algumas licenças poéticas e históricas(...).Você faz a pesquisa e usa o que te interessa. Você manipula esta pesquisa e você a rearruma*

> *de acordo com o filme que você que construir. Você está fazendo uma obra de ficção. A pesquisa é um ponto de partida. Como o livro é só um ponto de partida. (CAVERSAN,1997:4-14).*

O longo trecho acima nos é esclarecedor.

Barreto afirma que seu roteiro teve a base de uma sólida pesquisa, mas não faz referência às fontes, cita mais de 200 pessoas entrevistadas, mas não faz nenhuma referência a elas e nos informa do caráter seletivo da sua pesquisa, para compor seu roteiro. Desta forma, não nos causa estranheza o seu silêncio sobre a complexidade dos movimentos sociais no período.

Mas a atitude do cineasta tem propósito certo: desqualificar a ação política dos grupos de esquerda durante este período, alegando seu suposto infantilismo e ímpeto narcisista e juvenil, tentando generaliza-los com a "pecha da esquerda brasileira", como se esta fosse homogênea e todos os grupos tivessem pegado em armas para lutar contra o regime.

Assim, a intenção de reduzir toda a luta política do período e a participação da "esquerda", a um perfil psicológico, negando mesmo a participação dos "companheiro", ou seja, apagar da história a ação desses sujeitos, está mesmo de acordo com as atuais investidas dos setores neoliberais de nossa sociedade, que negam hoje toda a possibilidade de ação política e oposição, qualificada de retrógrada, volta ao passado, que, a exemplo de Barreto, joga com a perspectiva de que essa experiência foi superada e a reação da "esquerda" seria sua própria incapacidade de rever sua história.

Entretanto, o olhar de Barreto, não fica somente na tese da incapacidade dos sujeitos em pensar sua própria experiência histórica. Ele a transfere para a própria história.

Em artigo publicado em 01/05/97, no jornal Folha de São Paulo, o crítico de cinema Inácio de Araújo sugere que a melhor definição para o filme de Barreta talvez seja os óculos para cegos usados em diversos momentos por diferentes personagens. Segue o crítico afirmando que talvez sejam nesses óculos opressivamente negros o essencial do que Barreto tem a dizer sobre esse período da história recente do país.

Araújo argumenta que o filme vê o Brasil da virada dos anos 60 para 70, "como um momento em que ninguém, da guerrilha aos militares, via exatamente o que acontecia. Seu olhar era toldado de um modo ou de outro, pelas próprias crenças. A realidade, que todo mundo acreditava dominar, era uma espécie de jogo de adivinhação". (ARAUJO,1997:5-12).

No entanto, até o momento, Barreto só serviu o antepasto da sua salada histórica. O prato principal estava assando em fogo brando, para ser servido com requintes de fidalguia.

Entra em cena, finalmente, a figura humanizada do torturador, sempre pronto a corrigir as crianças que desobedecem ao pai Estado: "essas crianças manipuladas por uma escória sem escrúpulos", pronuncia o torturador vivido pelo ator Marco Ricca.

Barreto constrói, em sem filme, a figura de um torturador humanizado, que entre uma sessão e outra de tortura, é sacudido por conflitos existenciais, que enxerga a tortura como um trabalho, uma missão, que visa limpar a sociedade de "uma escória sem escrúpulos".

Mas o cineasta não tem escrúpulos. No seu afã de defender a insanidade da ação dos guerrilheiros, de os taxar de crianças irresponsáveis, a humanização da tortura e do torturador serve de balsamo para inocentar o regime militar e todos os seus assassinos confessos, hoje falando em nome da democracia de mercado.

O cineasta alega em suas entrevistas, que fez uma profunda pesquisa histórica para traçar o perfil psicológico "da esquerda", mas que o personagem do torturador é complexo e totalmente ficcional:

> *...Existe uma diferença de tom no tratamento do torturador e dos seqüestradores. Eu pude falar da facção da esquerda por meio de sete personagens diferentes, o que permite uma distribuição de nuanças, ao passo que no torturador, eu tive que concentrar. Além disso, todos os seqüestradores são baseados em personagens reais. O torturador é totalmente ficcionalizado, porque a gente nunca conseguiu entrevistar ninguém da repressão. Ninguém!! Tentamos, mas não conseguimos.(CAVERSAN,1997:4-13).*

Porém, como se percebe no filme, o torturador ficcionalizado do senhor Barreto, parece conhecer muito bem as diversas técnicas de tortura empregadas pelos agentes da repressão. Isto nos permite questionar, a que operação histórica o filme de Barreto se propõe? Inocentar a ditadura militar dos seus crimes bárbaros?

Por outro lado, ainda, o filme de Barreto deve merecer nossa atenção, pela sua tentativa de construir marcos históricos novos para a história política recente do país.

Faz tabula rasa desse passado, oculta os processos históricos apagando a memória dos agentes e movimentos sociais. O filme tem a clara intenção de ser divisor de águas. Quer se constituir em memória histórica, apesar de todas as tentativas de seus idealizadores em classifica-lo somente como obra de arte de ficção, sem intenções ideológicas.

Contribuem, fundamentalmente para isso, as operações de "licenças dramáticas e históricas" que os idealizadores do filme tomaram, marcando assim a intencionalidade de seu ato estético. É como uma contra-analise de nosso processo histórico, que este excede seu conteúdo, dialoga com aquilo imperceptível aos olhos do espectador e que renega ou apreende a história, colocando-se assim como campo de possibilidades.

Mas é também como manifestação da experiência humana, carregada de intencionalidades que expressa relações de poder e dominação, que devemos ver o filme de Barreto, pois ao recuperar o passado recente do país, a obra dialoga com o presente que constitui, onde qualquer tentativa de manifestação crítica é tida e qualificada como retórica do passado.

A história de Barreto é expressão de vontades individuais e nunca socais. Ditadores, torturadores e guerrilheiros são movidos por impulsos egocêntricos, deslocados dos lugares sociais que os constituíram.

Como não existem responsáveis na construção de nossa barbárie histórica, guerrilheiros e ditadores são, afinal de contas, absorvidos de suas ações, pois agiram de forma irresponsável, narcisista e juvenil.

Todavia, coube somente à "esquerda", homogeneizada, desestoricizada, a "tentação do radicalismo", com suas ilusões e mártires, sonhos, projetos e desejos de liberdade e justiça, são sonhos juvenis e irresponsáveis.

A ditadura militar é perdoada. Cabe a um torturador "existencialista" realizas seu trabalho.

Este está imbuído de uma "missão", pois afinal "o mundo virou de cabeça para baixo".

Um filme com um final triste, mas que deixa o espectador ao sair do cinema em grande alívio – Ufa!!! Ainda bem que já passou... Vamos comer uma pizza? – não há qualquer sinal de radicalidade e insanidade na tortura e na violência, pois, como afirmou o próprio Fernando Gabeira, um torturador também pode ser "um bom pai de família".

Afirmamos, em passagem anterior desse texto, que o filme de Barreto tenta construir uma operação de "ocultação histórica" e ao mesmo tempo procura construir novos marcos para a história política recente do país.

Seu filme dá um salto de uma década 1979 a 1989 onde anuncia como marco a anistia geral para todas as pessoas envolvidas em crimes políticos ate o restabelecimento da democracia via eleições livre no país.

Todavia, o restabelecimento desse estado de direito não impediu, contudo, que se mantivessem as estruturas jurídicas e políticas do estado autoritário, que não tardaria a mostrar sua face trágica a partir do início dos anos 80, pois, não só sedimentou aquilo se denominou como "cultura do medo", desesperança e retraimento, mas militarizou e violentou as relações sociais.

Para Clóvis Brigagão, esta política, que soube aliar tão bem exploração econômica e repressão política, foi responsável em promover o crescimento da população, enchendo o país de gente miserável, sem que se criassem as mínimas condições para que essa gente usufruísse dos bens que estavam produzindo e exportando.

E acrescenta, ainda, o autor:

> *(...) E como não diminuíram a criminalidade e a pobreza, passou-se a dar impulso e a facilitar a abertura de outro mercado, fomentado pelo comércio da violência. Fomos assistindo à criação de um outro estado armado no cotidiano, de grande poder de mobilização, insinuante e arrogante. Abriram-se assim as portas para a barbárie.(BRIGAGÃO,1985:79).*

Mas a instituição desse comercio da violência e desse estado armado dentro do cotidiano iria atingir a sociedade em cheio, onde elevado à categoria de "emergência", de símbolo da recuperação da cidadania, (...), passou-se a defender um tipo de cultura do conforto, falseando as razões das injustiças e da falta de leis decorrentes das políticas sociais aplicadas pelos governantes. (BRIGAGÃO,1985:79).

Assim, pouco mais de uma década do restabelecimento de nossa duvidosa "ordem democrática", três palavras poderiam ser usadas para definir o atual estado de coisas no país: impunidade, mediocridade e hipocrisia.

A sociedade brasileira mudou radicalmente sua face.

Grassa solta a impunidade, uma vez que os responsáveis pelo regime de exceção, tortura, desaparecimento e assassinato de presos políticos, artistas e intelectuais, continuam soltos e instalados confortavelmente em porões de repartições públicas, onde permanecem impunes.

Da mesma forma a "nova ordem democrática" herdou, do estado autoritário, os "decretos-lei" e as "medidas provisórias" como maneira de governar.

Os planos econômicos, os escândalos políticos e a corrupção pública estouram como pipocas nos carrinhos de esquina.

Por outro lado, continuamos a proferir o discurso da modernidade, estamos ávidos para pertencer ao mundo globalizado e corremos atrás da civilização.

Enquanto o milagre econômico concretizava o sonho dourado de consumo de poucos, a sociedade brasileira gerava seus futuros monstros.

E justamente esta sociedade violenta, gestada historicamente pelo processo de exclusão social, que permite a continuidade da violação dos direitos humanos até os dias atuais, como ressalta tão bem o dossiê "Dos Filhos deste Solo" – sobre os mortos e desaparecidos durante a ditadura militar:

> *(...) permanece a tortura, aplicada principalmente contra pessoas de classes dominadas de setores excluídos da nossa sociedade; continuam ocorrendo desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, principalmente de suspeitos de crimes comuns; predomina a concepção militarizada do trabalho da polícia, sobretudo da polícia militar, pressupondo o combatente ao crime como uma guerra (em que o objetivo é liquidar o inimigo) – na qual são inclusive premiados os policiais que "atiram primeiro" conseguem matar mais. (MIRANDA,TIBURCIO,1999:19).*

Desta feita, nada mais justo que encerramos esta exposição indagando Barreto e suas "liberdades dramáticas e históricas": o que é isso companheiro?

Referências Bibliográficas.

ARAUJO, Inácio. Guerrilha é cordial no olhar de Barreto. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 01/05/97. Caderno Ilustrada, p.5-12.

BRIGAGÃO, Clovis. *A militarização da sociedade.*Rio de Janeiro: Zahar, 1985,p.79.

CAVERSAN, Luiz. Para Barreto, filme não é para torturados. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 07/05/97. Caderno Ilustrada, p.4-13.

FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade? In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre.(Org.) *História:Novos Objetos.* Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1976, p.203.

MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos Filhos desse solo:* mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Boitempo, 1999, p.19.

NAGIB, Lucia. Para Barreto, é pecado vencer no Brasil. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 21/11/97. Caderno Ilustrada, p.4-14.

NAVES, Paulo; DENISE, Mota. Companheiro concorre á vaga no Oscar. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 30/10/97. Caderno Cotidiano, p.3-14.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Estética tefepista": Contribuições acerca do sensível na prática e vivência dos membros do movimento católico Tradição, Família e Propriedade (TFP)

Gizele Zanotto[1]

Resumo: Este trabalho pretende analisar os elementos basilares do que estou denominando de uma "estética tefepista", ou seja, a utilização, pelos membros da *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP), do "conhecimento sensível": as percepções, prazeres e emoções decorrentes de um contato sensorial com o "belo" e o "sublime". Considerando a preocupação dos tefepistas com a aparência, vestimentas, porte, formação durante as campanhas, músicas, simbologia e beleza dos seus emblemas e insígnias, etc., pretendemos destacar seus principais eixos norteadores e a importância destes em sua formação (religiosa, política, moral e cultural). Mais do que preocupação estética em si, a TFP preconiza a utilização do conhecimento sensível como instrumento de empatia, recrutamento e doutrinação, inserindo-a com destaque na semântica global que rege seu discurso.

Palavras-chave: Tradição, Família e Propriedade (TFP) - estética tefepista - sensibilidade.

Abstract: This article analyses founding elements of a "estética tefepista" (TFPist aesthetics), that is, the use of a "sensible knowledge" - persepction, delight, and emotions derived of sensible contact with the ideas of "beauty" and "sublime" - by the members of the members of The Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family, and Property (TFP). Considering the "tefepist" concerns about presentation, dressing, estate, body-forming, musics, symbolism, and beaty of their stamps and signals, we want to describe the premises and their significance to the religious, political, moral, and cultural formation of the "tefepistas". More than an aesthetic concern, TFP advocates the use of sensible knowledge as a strument of empathy, recrutement, and doctrination, penetrating in the global semanthics of its discourse.

Keywords: Tradition, Family, and Property (TFP) – TFP ist aesthetics - sensibility

As reflexões que apresentaremos neste breve artigo derivam de uma angústia antiga que me estimulava a analisar também o uso das imagens pelos membros da *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP) e que foi de encontro a uma questão proposta por Pierre Sorlin: *"Como é possível analisar a ideologia de um meio que fala ao mesmo tempo com imagens e palavras, deixando de lado a metade de seus instrumentos de comunicação?"* (SORLIN, 1994: 01). Tendo realizado ampla pesquisa sobre o discurso e prática da TFP e visando sanar pelo menos parte desta proposta de Sorlin iremos, após uma apresentação da entidade objeto desta análise, discorrer sobre a forma de

[1] Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

abordagem e as implicações estéticas, doutrinárias e religiosas da utilização de imagens pelos tefepistas.

Gênese da TFP

A *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP) é uma associação civil confessional católica (independente da estrutura eclesial), fundada em 26 de julho de 1960 por um grupo de leigos liderados por Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), tido como inspirador, orientador e guia espiritual da ampla "família de almas" que comungava dos mesmos ideais conservadores e mesmo reacionários preconizados pelo seu fundador. A criação da TFP, todavia, veio conferir estatuto jurídico a um grupo pré-existente, que tem sua gênese iniciada em 1928, quando Plínio Corrêa de Oliveira adere ao amplo e pujante movimento católico de então se filiando à *Congregação Mariana* da *Paróquia de Santa Cecília*, na capital paulista. A partir deste momento, Plínio foi se consolidando como importante orador e líder do movimento leigo paulista entre as décadas de 1930 e 1940. Suas posições conservadoras e antagônicas às transformações internas ao movimento católico que se processavam no período, com vistas ao aumento do trabalho social, ideológico e político dos leigos e religiosos, acabaram em expurgo do chamado "grupo de Plínio" do movimento eclesial ainda no final dos anos 40, como resultado de um conflito que teve como marco a publicação da obra *Em Defesa da Ação Católica* (OLIVEIRA, 1943). Na obra Plínio rompia com os dirigentes, com as teses, com o seu modelo para um movimento de leigos, e propunha como alternativa uma organização verdadeiramente ortodoxa, molde para a futura TFP. Afastados do movimento católico, mas ligados por um ideal apostólico cruzadista, os seguidores de Plínio mantiveram sua união e em 1951 fundaram o mensário *Catolicismo* que seria a partir daí o porta-voz de uma corrente leiga conservadora e aglutinador de grupos afins por todo o país. A partir de 1960 este grupo irá defender as bandeiras da TFP que, segundo seus estatutos, tem como principais objetivos combater o socialismo e o comunismo e ressaltar os valores ditos positivos e pretensamente ancorados na ordem natural, especialmente a tradição (católica), a família (monogâmica e indissolúvel) e a propriedade (privada e inviolável).

Uma Cruzada pela Contra-Revolução: Doutrina e imaginário tefepistas

A prática social de uma entidade, como a TFP, deve reunir de modo ordenado, comportamentos individuais voltados para finalidades comuns. Para tanto, necessita de uma rede de sentidos capaz de evidenciar a seus membros os conceitos, identidades, valores básicos que serão os elos comuns a seus participantes. Esta rede de sentidos é o que chamamos imaginário social, definido por Baczko como uma "representação global e totalizante da sociedade" (BACZKO, 1984:309) que designa a identidade de si e dos outros, que estabelece a distribuição de papéis e posições sociais, e que imprime e impõe crenças comuns. Mais do que uma representação global, os imaginários sociais irão interferir nas práticas dos indivíduos ou instituições, forjando sentidos, estereótipos, paradigmas e identidades, definindo comportamentos.

O imaginário e a doutrina tefepistas foram forjados com base em três elementos principais, dos quais inúmeros outros são decorrentes. Trata-se da obra *Revolução e Contra-Revolução* (1959) de Plínio Corrêa de Oliveira; da devoção Mariana, fundamentada na obra de São Luís Maria Grignion de Montfort, *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem;* e da mensagem contra-revolucionária de Nossa Senhora de Fátima (1917). Estes três eixos norteadores, de autoria de Plínio ou por ele interpretados, formam a base de todo o sistema de pensamento pliniano/tefepista, portanto, de sua compreensão da vida, da religião, do futuro e de seu papel neste mundo de expiação. Encadeadas as obras fornecem uma análise sistemática dos meios de atuação da chamada Revolução (mal, impuro, pecado), a oposição a esta pela ação da Contra-Revolução (bem, puro, imaculado), a importância contra-revolucionária da mensagem de Fátima, a devoção mariana esboçada por São Luís Maria Grignion de Montfort, bem como a defesa que este santo fez da futura implantação do Reino de Maria (elemento milenarista também identificado como o Triunfo do Imaculado Coração de Maria, prometido em Fátima) que consolidará a vitória dos puros contra os ímpios e a ascendência dos tefepistas e de seu líder sobre os demais cristãos.

A importância do conhecimento sensível na TFP

Coadunado com sua proposta prosélita, essencialmente ancorada no catolicismo medieval, a importância legada à estética, aos ambientes, ao porte e a auto-imagem tefepista também deverá refletir os pilares básicos de seu pensamento, da *semântica global* que rege seu discurso e que se materializa em vários gêneros e vários sistemas semióticos, de modo que a identidade de seu discurso passa a ser considerada para além da questão do vocabulário

ou das proposições, mas também depende de certa coerência global que integra suas múltiplas dimensões textuais (MAINGUENEAU apud MEDEIROS, 2004:04). Assim, temos presentes em todo seu aparato textual e imagético as noções de ordem, hierarquia (aristocracia e elitismo), tradição, contra-revolução, propriedade, religião, autoridade, moralidade, etc. Neste sentido, a utilização de imagens como forma de conhecimento e interpretação do mundo e, principalmente, do que representaria a Revolução ou a Contra-Revolução, reveste-se de considerável e imprescindível instrumento de empatia, recrutamento e de doutrinação, visto que a tradução das imagens – que são testemunhas mudas até sua interpretação e significação por meio de palavras – irá refletir todo o discurso que rege o pensamento, vivência e ação dos tefepistas. Como operador de simbolização rápido e eficaz, visto que as imagens têm a capacidade de integrar os elementos que a compõe em uma totalidade significante, de modo que de imediato compreenderíamos o sentido global – ideológico ou compreensivo - que lhe é inerente e só depois reconheceríamos a significação de cada um de seus elementos (DAVALLON, In: ACHARD, 1999:30). Portanto, estamos considerando que as imagens pertencem a uma estratégia de comunicação com expressiva eficácia simbólica, que as imagens *revelam* ou *implicam* a respeito de idéias, atitudes e mentalidades (BURKE, 2004:99), que as imagens apesar de mudas, não são significadas de modo neutro, visto que "a imagem pode impressionar, interessar, comover, apaixonar, mas a imagem nunca informa. O que informa é a palavra" (SORLIN, 1994:05).

Como líder máximo e sistematizador do pensamento tefepista, Plínio Corrêa de Oliveira também se dedicou a enfatizar a importância da mentalidade e do conhecimento estético ante seu séquito. Ainda em 1959, na redação da obra máxima da TFP, *Revolução e Contra-Revolução*, o autor destacava que as idéias revolucionárias a se combater se encontram nos mais variados ramos de saber e da cultura (OLIVEIRA, 1998: 81), incluindo ambientes, senso estético, livros, jornais e revistas, comportamento, indumentária, costumes, símbolos, etc. Sua preocupação é com a "influência deletéria" causada pelos laivos revolucionários sobre o conjunto da população e, em especial, sobre os arautos da civilização cristã, os contra-revolucionários por excelência, ou seja, os próprios tefepistas.

Visando obter uma *"educação pelo olhar"*, Plínio Corrêa de Oliveira dedicou-se a proferir inúmeras palestras em que analisava e contrastava imagens tidas como harmônicas, ordenadas e belas, com correlatas em que imperaria, segundo sua visão, o caos, o feio e o dissonante. Tais palestras foram sistematicamente publicadas sob forma textual na coluna

Ambientes, Costumes, Civilizações do mensário *Catolicismo*, revelando a preocupação com a difusão deste conhecimento entre os membros da TFP dos diversos estados e mesmo países (entidades congêneres a TFP foram fundadas em mais de 20 países), bem como entre os simpatizantes de uma visão de mundo católica conservadora. Esta educação do olhar teria como objetivo maior estimular os membros a "detectar, em nível estético, o que era contra-revolucionário e o que é revolucionário" (GOMES, 2007:01), sempre concebendo o mundo através de uma lente dualista que contrasta o bem e mal, o divino e o diabólico. Considerando esta preocupação dos tefepistas e a compreensão de que as imagens são instrumentos a serem traduzidos – "sem comentários, uma imagem não significa rigorosamente nada*"* (SORLIN, 1994:05) -, analisaremos a seguir alguns exemplos da utilização simbólica e imagética por Plínio Corrêa de Oliveira, destacando seu vínculo com as bases do sistema de pensamento tefepista.

Para os tefepistas, a importância legada à ordenação de cada ambiente ou recinto específico deve coadunar-se com a idéia da existência de uma ordem perfeita, divina, que cada espaço deve tentar refletir. Tal compreensão, segundo Barreiros, deriva também das considerações de seu líder que defendia que existe uma posição ideal de cada coisa num determinado ambiente, de maneira que a torne o mais próxima possível de Deus, "tudo tem que estar na sua ordem exata e absoluta. Essa pode não ser a ordem mais perfeita, então é preciso encontrar qual a ordem mais perfeita, a posição mais perfeita, e assim ela deve ser mantida" (BARREIROS, 2004:20). Para o líder da TFP os ambientes imprimem as almas sensações e disposições que não devem ser menosprezadas. Sua compreensão é de que "os ambientes (...) são ao mesmo tempo frutos e formadores de determinadas mentalidades" (CATOLICISMO, dez/1981).

Em análise da sala de reuniões da sede da Presidência do Conselho Nacional da TFP brasileira (Figura 1), na cidade de São Paulo, Plínio apresenta aos ouvintes a tese da perfeita harmonia entre o conjunto de móveis e objetos dispostos neste ambiente, ressaltando sua unidade dentro da variedade que causaria na alma reta como que um deleite interior em adentrar neste recinto metodicamente disposto.

Figura 1 - Sala de reuniões da sede da Presidência e do Conselho Nacional da TFP.

Disponível em http://www.pliniocorreadeoliveira.info/

Segundo Plínio Corrêa de Oliveira, esta sala convidaria à oração, à contemplação ao mesmo tempo em que se vislumbraria nela sua nota peculiar de ser destinada a um fim temporal mas de uma sociedade constituída de batizados e que, pela remissão direta a símbolos cristãos, poderia também ser tida por sacral. Em seu texto, o autor também destaca o esmero com que tal sala foi decorada. Ela representaria em todos os seus aspectos um pequeno universo no qual a alma reta pode ir aprofundando suas considerações e elevando-se sempre mais ao metafísico, ao sobrenatural. Em suas considerações Plínio destaca que esta sala "deixa ver de modo expressivo a mentalidade de uma família de almas, um universo de cogitações no qual os espíritos estão convidados a habitar, em função dos grandes panoramas históricos, centrados na noção de Cristandade" (CATOLICISMO, dez/1981). Neste recinto harmônico os tocheiros, tapetes, estandartes, poltronas, cátedra, vitrais, etc., existiriam

contrastes que supõe a unidade na variedade o que, para Plínio, traduziria a tão prezada noção de ordem.

Diversa seria a mentalidade refletida pela chamada arquitetura moderna, tida como correlata da chamada arte degenerada, nas quais o caos, a vulgaridade e a monotonia representariam a influência deletéria dos estados de alma corrompidos pelos laivos revolucionários, pagãos e igualitários. A esta arquitetura Plínio contrapõe a beleza e a harmonia das construções tradicionais, e ao seu vínculo com a obra ordenadora posta por Deus. Nos textos "Conjunto residencial moderno*"* (CATOLICISMO, fev/2007) e "Basílica de Vézelay" (CATOLICISMO, abr/2007), por exemplo, temos uma clara demonstração da apreciação de Plínio sobre as formas medieval e moderna de arquitetura.

A Basílica de Vézelay (Figura 2), edificada sob influencia da arte romântica medieval, representaria em seu conjunto "harmonia, distinção e aspecto prático, aliados à beleza*"* (CATOLICISMO, abr/2007). Deste edifício medieval sobressai o cuidado com a distribuição do peso em colunas adjetivadas de firmes, dignas e suficientes, bem como a ornamentação pelas esculturas de pedra que representam momentos da história sagrada, da história da Igreja ou ainda aspectos de dogmas e da fé católica. Tal arquitetura – como as demais edificações medievais - estaria voltada para os céus, para a elevação da alma em direção a salvação, ao mesmo tempo em que seu interior convidaria o corpo e o espírito a oração e ao sacrifício, portanto, representaria em seu conjunto a mentalidade cristã, que se preocupa com o corpo e a alma, com a vida terrena e com a vida eterna. Em contrapartida, na arquitetura do conjunto residencial moderno (Figura 2) as notas mais características, segundo Plínio, seriam justamente de ser enorme e sem beleza e essencialmente cosmopolita, internacional. Seu plano arquitetônico, que uniria basicamente o quadrado com pequenas aberturas quadradas (janelas), refletiria, por sua vez, o espírito moderno, revolucionário. Este espírito, coadunado a mentalidade pagã, tem preocupação excessiva com o material, com o conforto do corpo e a omissão ou opressão da alma. Ou seja, segundo Plínio, no "interior desses prédios a alma não se prepara para ir para o Céu, porque neste não há nada parecido nem com a feiúra, nem com a monotonia da construção" (CATOLICISMO, fev/2007). Embora prático, como a Basílica, é "muito prático para o corpo. Para a alma, absolutamente zero!" (Idem)

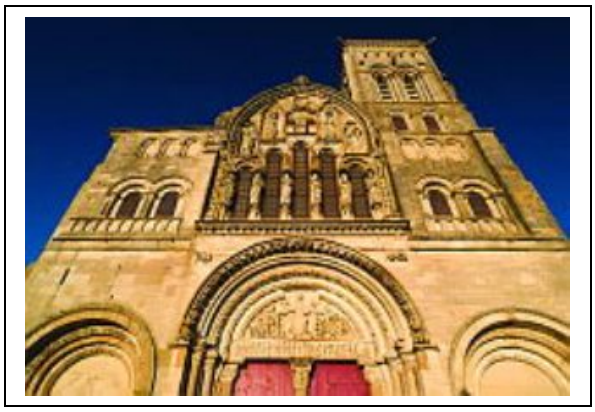

Figura 2 - Conjunto residencial moderno e Fachada da Basílica de Vézelay

Disponível em http://www.catolicismo.com.br/

Similar a esta compreensão negativa sobre o conjunto residencial foram as considerações de Plínio sobre o prédio sede da Organização das Nações Unidas - ONU (Figura 3), porque também representante da arquitetura moderna e de uma mentalidade pagã. Plínio o descreve como imenso, esmagador, composto por linhas vulgares, monótonas, uniformes, duras, e conclui que *"*tudo neste imenso engradado de concreto, ferro e vidro parece calculado para fazer sentir ao homem que não passa de uma formiga, um grão de areia, um átomo" (CATOLICISMO, jul/1951).

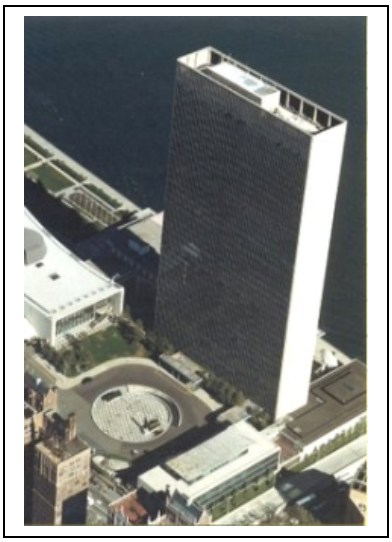

Figura 3 - Prédio Sede da ONU, de arquitetura *"sombria como a de uma Gestapo"*
Disponível em: http://www.pliniocorreadeoliveira.info/

Situação ainda mais preocupante é a que se verificaria na arquitetura das igrejas modernas (Figura 4). Baseado no livro de Michael S. Rose (intitulado Ugly as Sin — Why they changed our churches from sacred places to meeting spaces and how we can change them back again, 2001), no artigo "Igrejas modernas, "feias como o pecado" X Igrejas tradicionais, antecâmaras do Céu" de Luis Dufaur (CATOLICISMO, ago/2006), é defendida a tese de que as igrejas modernas *"criam um ambiente que leva à perda da fé",* enquanto que as igrejas antigas, "fiéis à tradição, estimulam a fé e a piedade, tornam atraente a virtude e alimentam o desejo do Céu" (Idem).

Figura 4 – Igrejas modernas, *"feias como o pecado"*
Disponível em: http://www.catolicismo.com.br/

Finalizando esta breve e inicial análise, destacamos que o discurso tefepista preconiza que não apenas os ambientes, mas também gestos, postura, aparência, comportamento, discurso, simbologia, religiosidade, vivência, etc., devem refletir ou ser moldados para a luta entre o bem e o mal, entre a revolução igualitária e pagã e a contra-revolução católica. Nesta direção, além do testemunho de egressos, também as análises de Ubiratan Macedo e outros pesquisadores dão contra de que é característica da própria mensagem da TFP a preocupação exacerbada de que "ambientes, costumes, roupas, estilos de vida e modas transparecem opções políticas. Daí sua insistência em denunciar roupas, costumes socializantes e recomendar a seus membros trajes conservadores, cortes de cabelo ortodoxos e atitudes impregnadas de hierarquia e ordem" (MACEDO, 1979:240).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre, ... [et al]. **Papel da Memória.** Campinas: Pontes, 1999.
ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978
BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia EINAUDI. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984.
BARREIROS, Tomás Eon. **Depoimento: Vivência na TFP I** [Curitiba], 12 out. 2004. Entrevista concedida a Gizele Zanotto [com complementações do entrevistado].
BURKE, Peter. **Testemunha Ocular. História e Imagem.** Bauru: EDUSC, 2004.

CATOLICISMO. Coluna Ambientes, Costumes, Civilizações. 1951-2007 (Disponivel em <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/Ambientes.asp/> ou em <http://www.catolicismo.com.br/>).
GOMES, Sérgio. **Informação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gizele.zanotto@bol.com.br> em 02 de abril de 2007. 01 página.
KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das Imagens. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 25, Nº 49, p. 35-42, 2005.
MACEDO, Ubiratan B. de. O Tradicionalismo no Brasil. In: CRIPPA, Adolpho (Coord). **As Idéias políticas no Brasil.** Vol. II. São Paulo: Ed. Convívio, 1979.
MEDEIROS, Maria do Carmo Ivo de. **Duas leituras do Fórum Social Mundial: *Caros Amigos* e *Catolicismo*.** 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2004.
MONTFORT, São Luís Maria Grignion de. **Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem.** 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Em defesa da Ação Católica.** 2ª edição. São Paulo: ARTPRESS, 1943.
_____**Revolução e Contra-Revolução.** 4ª edição. São Paulo: ARTPRESS, 1998.
SORLIN, Pierre. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da História. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994. Versão on-line, 11 páginas.
ZANOTTO, Gizele. **Tradição, Família e Propriedade (TFP): As idiossincrasias de um movimento católico (1960-1995).** Florianópolis, 2007. 287 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Escola e Grupo Escolar: a ambigüidade das categorias e a descrição que prescreve

Natália Gil[1]

Resumo: Este artigo discute a questão da possibilidade de ambigüidade das categorias utilizadas nos levantamentos estatísticos sobre educação realizados no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Buscou-se enfatizar que as estatísticas, comumente consideradas como elementos objetivos de descrição da realidade, menos do que descrever o real, colaboram na sua construção, na medida em que circunscrevem, ao fixarem as categorias de contagem, as possibilidades da imagem delineada e conformam determinadas maneiras de ver. Tomando como exemplo o termo *escola*, procurou-se ressaltar, a partir da análise de textos oficiais em que são examinados os números do ensino, que, mesmo palavras comumente consideradas inequívocas, podem ter significados específicos em diferentes momentos.
Palavras-chave: história das estatísticas, história da escola, categorias estatísticas

Abstract: This article discuss the possibility of ambiguity in the terms used by some educational statistics survey carried out in Brazil in the beggining of the XX century. Our intention was to emphasize that statistics, usually considered as objective elements for describing reality, in fact collaborate with its construction. Analysing the term *school* we intended to highlight, by the examination of official texts, that words commonly considered unmistakeable can have specific meanings in different moments.
Key words: history of statistics, history of school, statistics terms

Não se confundindo com as lacunas nem com os erros, a ambigüidade das categorias é um elemento que precisa ser levado em conta quando da análise das estatísticas oficiais. A possibilidade de que haja significações diferentes para uma mesma designação decorre, basicamente, das distâncias, no tempo e/ou no espaço, entre a produção dos números e sua utilização. Assim, o entendimento do que fosse uma escola ou do que correspondesse ao ensino primário, por exemplo, não era necessariamente o mesmo para contemporâneos que atuassem em espaços distintos, tampouco para observadores de épocas diferentes. O que está em questão é, fundamentalmente, a inteligibilidade das estatísticas – seja para leigos, seja para os próprios estatísticos. Ora, as estatísticas seguem regras que buscam garantir sua comunicabilidade e não deixam de estar sujeitas a mal-entendidos.

Diante dessas considerações, o presente artigo discute a questão da possibilidade de ambigüidade das categorias utilizadas nos levantamentos estatísticos sobre educação

[1] Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
Esta pesquisa contou com financiamento da CAPES e do CNPq.

realizados no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Tomando como exemplo o termo *escola*, procura-se aqui ressaltar, a partir da análise de textos oficiais em que são examinados os números do ensino, que, mesmo palavras comumente consideradas inequívocas, podem ter significados específicos em diferentes momentos. Ressalta-se, ainda, que essa inflexão de sentido não está desvinculada da luta simbólica em torno da representação legítima acerca do ensino.

A categorização e as possibilidades prescritivas das descrições quantitativas

A categorização corresponde ao principal modo de ordenação das estatísticas. Isso porque não é possível contar o que não está classificado, sendo, portanto, necessário, antes de coletar as informações, definir categorias. Besson ressalta que "as categorias estatísticas expressam os a priori baseados em um certo consenso a respeito da realidade econômica, social, cultural etc." (BESSON, 1995: 51). Fixam, portanto, modos de ver que são próprios da sociedade em que estão inseridas. Para que seja possível contar é preciso definir o que se assumirá como traço unificador dos elementos e esta escolha, por si só, engendra uma imagem daquilo que se quer descrever. Vale lembrar, conforme afirma Besson, que "a comensurabilidade não é uma propriedade dos objetos, mas uma qualidade que lhes atribui o observador" (BESSON, 1995: 45). A descrição, assim construída, cria e reproduz a representação que se tem da sociedade apresentada em números, ao mesmo tempo em que garante a compreensão e a confiança nos dados produzidos, uma vez que estão organizados a partir de estruturas objetivas e objetivadas nas mentes daqueles que recebem a informação. Ainda segundo Besson, os indicadores têm uma natureza dupla: "provêm ao mesmo tempo do empírico (observação) e do normativo (objetos visados)" (BESSON, 1995: 38). Ou seja, os discursos quantitativos, ao descreverem a sociedade, acabam por prescrever traços, que tanto podem ser ortodoxos como de subversão, a partir dos quais esta mesma sociedade deve se organizar.

Annie Fouquet ressalta que as codificações utilizadas nos levantamentos estatísticos podem ser provenientes das definições jurídicas, o que facilita a contagem porque as categorias já estão estabelecidas, são bem definidas e usufruem legitimidade social. No entanto, quando não há lei acerca da questão a ser contabilizada, o estatístico recorre à norma social – o que traz algumas dificuldades. Nessa situação, atuando como "intérprete do 'seu tempo', do 'debate social', o estatístico fixa, se não as regras do jogo, pelo menos aquelas da contagem e, portanto, da representação do mundo que dela decorre" (FOUQUET, 1995: 141). Ainda que seja corrente a afirmação de que os estatísticos dizem o que querem, já que os

resultados obtidos são estruturados pelas categorias de observação definidas *a priori*, o processo não se mostra nem tão simples nem tão controlado. Essas definições, longe de serem estabelecidas de modo totalmente objetivo e racional, antes de tudo expressam as representações que a sociedade tem sobre si própria. A perspectiva do estatístico é aquela de seu meio, suas representações são compartilhadas por seus contemporâneos e por aqueles que ocupam posição social semelhante à sua. Assim,

> *o estatístico não escolhe seus índices. A realidade lhe aparece então pré-modelada pelas categorias já existentes na representação ou na prática individual, social, administrativa. Levado pelas exigências da observação, o estatístico vai cristalizar, enrijecer e, finalmente, devolver à sociedade uma versão conceituada de suas pré-noções* (BESSON, 1995: 52).

Ou seja, na medida em que o estatístico estabelece as categorias, de acordo com as representações sociais de seu tempo, acaba por consolidar tais modos de ver. As classificações, uma vez fixadas – e amparadas pela legitimidade de um procedimento científico – não descrevem simplesmente o que se observa, mais que isso, elas criam uma realidade e orientam a percepção sobre o real. Serve de exemplo quanto a essa questão a consideração de Bourdieu, que, referindo-se à família, afirma que "a definição dominante, legítima, da família normal [...] apóia-se em uma constelação de palavras – casa, unidade doméstica, house, home, household – que, sob aparência de descrevê-la, de fato constroem a realidade social" (BOURDIEU, 1996: 124). Conforme afirma Fouquet, "não é menos verdade que na ausência de definições pré-construídas, o estatístico elabora categorias em harmonia com o debate social que, se supõe, ele deva esclarecer; fazendo isso, ele contribui em parte para orientá-lo" (FOUQUET, 1995: 136).

Como a codificação decorre das representações sociais coletivas, as categorias são percebidas como "naturais", porque reconhecidas e compartilhadas por todos. Lenoir destaca que,

> *se estas categorias têm hoje uma tal evidência, é porque elas constituem desde então os princípios práticos de percepção do mundo social: as categorias figuram nas carteiras de identidade, nos formulários e livretos de todo tipo, nos recenseamentos e outras contabilidades, são construídas pelo Estado e servem simultaneamente para pensar a atividade estatística* (LENOIR, 1995: 36).

Tais categorias são sentidas como naturais porque são noções que se apresentam com a aparência de terem sido sempre assim. De acordo com Bourdieu, *"em todos os usos de conceitos classificatórios, como o de família, fazemos ao mesmo tempo uma descrição e uma prescrição que não aparece como tal porque é (quase) universalmente aceita e admitida*

como dada" (BOURDIEU, 1996: 127). O mesmo ocorre com outros conceitos e, segundo o autor,

> *as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural* (BOURDIEU, 1996: 95).

É preciso considerar que, na medida em que, entretanto, o uso dessas classificações ultrapassa o âmbito social – ou profissional – em que seu significado é compartilhado, pode haver uma compreensão diferente da prevista originalmente. Além disso, é preciso lembrar que o estabelecimento de categorias, por fixar determinadas representações sociais, é constantemente alvo de disputas simbólicas pela imposição do entendimento mais adequado dos termos e, conseqüentemente, das questões descritas ou explicadas em números. Para ilustrar os aspectos acima mencionados, foi escolhido um exemplo em que a categoria, aparentemente inequívoca, é objeto de compreensões diferentes.

A escola e o grupo escolar

Em publicação sobre os números do ensino posta em circulação pela Diretoria Geral de Estatística em 1908, as tabelas trazem os dados sobre a instrução primária discriminados entre *escolas comuns* (elementares e isoladas) e *escolas especiais* (complementares, modelo, grupos escolares e jardim da infância). Além do fato de a instrução primária incluir os jardins de infância (o que será retomado adiante), chama a atenção o fato de os grupos escolares serem considerados um tipo especial de escola. Não resta dúvida que isto se devia ao fato de este ser um modelo novo de organização escolar e, conseqüentemente, ainda pouco difundido. Interessa notar que a imagem que, de modo geral, hoje fazemos quando evocamos o termo escola é certamente muito mais próxima do que eram os grupos escolares do que as escolas isoladas (o tipo mais comum de escola naquele momento). Outro indício de que a representação de escola alterou-se são os dados acerca da distribuição das matrículas em 1907, que indicam em média 50 alunos por instituição – dado este que, provavelmente, causaria surpresa e faria muito pouco sentido para grande parte dos observadores do século XXI. Ou seja, quando se observam os dados estatísticos escolares antigos é preciso estar atento para o fato de que palavras ainda hoje usuais poderiam, em alguns casos, apresentar sentidos diversos dos atuais.

Exatamente porque a palavra escola remetesse a algo bastante mais específico é que Lourenço Filho, em Boletim do INEP, elogia a adoção pelo Convênio Inter-

administrativo de padronização das estatísticas educacionais e conexas, firmado entre a União e os entes federados em 1931, da rubrica *unidades escolares*: "Como 'unidades escolares', denominação mais compreensiva que a de 'escola', a sistemática do convênio considera os 'postos de ensino', de qualquer natureza, organização, modalidade ou destino de educação que ministrem" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1939: 12). Vale considerar, contudo, que, como na contagem das instituições de ensino pudessem estar incluídas aquelas de uma só classe ou prédios maiores, em que funcionavam várias classes, a variação das quantidades nessa categoria é pouco representativa. Assim, sua diminuição poderia não significar enfraquecimento da ação educativa, sendo, ao contrário, expressão de sua ampliação, como se percebe a seguir:

> *Exemplo típico está no movimento estatístico do Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1937, êsse Estado possuía 902 unidades de ensino primário, das quais 170 grupos escolares e 732 escolas isoladas, com 300.237 alunos. Em 1942, o número de unidades baixava para 807, por agrupamento de escolas isoladas. Nesse ano, os grupos escolares já se elevavam a 518, regredindo, em conseqüência, o total das escolas isoladas para 360. A matrícula, no entanto, elevava-se a 396.227* (MOVIMENTO..., 1944: 84, nota de rodapé).

O que se destaca, nesse caso, é a necessidade de utilizar um termo genérico que se aplique a quaisquer contextos, que evoque a instituição escolar independentemente de suas particularidades de organização. Ora, fica evidente, portanto, que *escola* – designação genérica nos dias atuais – não cumpria com esse intento, podendo significar uma organização específica do espaço e/ou uma destinação delimitada.

Entre 1907 e 1940 percebe-se uma transição na designação usual que assumia o termo *escola*. Inicialmente representativo de uma instituição em que crianças de diferentes idades e adiantamentos nos estudos, sob orientação de um(a) único(a) professor(a), ocupam um espaço físico raramente construído para este fim, passa aos poucos a ser equivalente ao que se designava por *grupo escolar*, até que se possa dispensar a palavra "grupo" e, ainda assim, evocar a imagem de um espaço em que as crianças são distribuídas, pela idade ou nível de conhecimento, por diferentes salas de um mesmo prédio, construído para essa utilização, sob orientação, em cada classe, de um(a) professor(a) diferente. Colaborando na ampliação do uso do vocábulo em questão, Lourenço Filho, numa conferência em 1940, afirma que a educação primária era exercida no país em dois tipos de escola: as isoladas e as agrupadas. A explicação do autor leva a crer que as isoladas tinham uma organização precária, desfavorável

à qualidade do ensino e que deviam ser – e vinham sendo – substituídas pelas agrupadas. O primeiro tipo era descrito como

> *o da escola de um só professor, a que se entregam 40, 50 e às vêzes mais crianças. Funciona quasi sempre em prédio improvisado. É de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. É a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de "rural"* (LOURENÇO FILHO, 1940: 658).

Já o segundo tipo

> *toma o nome de "escolas-reunidas", se poucas classes possue; de "grupo escolar", se as mantém numerosas. Aquí, o prédio oferece melhores condições de confôrto e higiene, mesmo quando adaptado. As classes apresentam, em geral, efetivo menos numeroso que o das escolas isoladas, e os alunos se distribuem por elas, segundo os respectivos graus de adiantamento. A um dos professores, seja sem regência da classe, ou também com encargos de ensino, entrega-se a responsabilidade do conjunto. O material é menos precário. Aí temos a escola comum nos meios urbanos* (LOURENÇO FILHO, 1940: 658).

Mais do que uma simples questão semântica, o que está em jogo é a defesa de um modelo a ser assumido como desejável, como o mais adequado, como inevitável evolução. O que se vê é o empenho para a imposição de uma representação legítima, já que, diante da triste descrição acerca das unidades isoladas, ficava difícil considerá-las mais do que uma versão precária, em vias de extinção (embora houvesse, de fato, um número muito maior de estabelecimentos desse tipo no Brasil), do que se poderia propriamente chamar de escola.

Lourenço Filho considerava que "a escola isolada mesmo nos sistemas de melhor organização apresenta grande inferioridade em relação às escolas agrupadas" (LOURENÇO FILHO, 1940: 661). Em função disso a simples organização da rede em grupos escolares é por si só considerada sinal de qualidade do ensino. A interpretação conferida aos dados de Alagoas, que mostravam um aumento proporcionalmente maior de alunos que de professores, serve de exemplo:

> *O crescimento da capacidade de matrícula de 1932 a 1937, deu-se em proporção muito mais acentuada que o do aumento de professores em serviço, o que permite supor que melhor localização das escolas e mais rigorosa organização e fiscalização fizeram crescer a capacidade do sistema escolar* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1940: 6).

Assume-se, portanto, que a relação apresentada entre o número de professores e de alunos é uma evidência positiva. Naquele momento, aumentar a quantidade de alunos por

professor era visto como sinal da criação de novos grupos escolares, que, juntando escolas isoladas de freqüência reduzida, permitia entregar a um único professor turmas de alunos que antes se encontravam dispersos em várias pequenas escolas de uma classe só. Sendo os grupos escolares compreendidos como signo de racionalização e qualidade do ensino, impunha-se a conclusão do caráter positivo do dado quantitativo acima mencionado. Semelhante raciocínio aparece também em outra publicação, referindo-se ao crescimento da matrícula e do número de estabelecimentos. Se o crescimento das inscrições foi maior que o de escolas, isso é indicado como evidência de que

> *o aparelhamento do ensino não se desenvolveu apenas em extensão, ou formalmente, mas em capacidade real [...] Maior proporção de matrícula para cada unidade significa, de um lado, maior procura de lugares por parte da população; de outro, melhoria de organização, pois maior número de alunos, em cada posto de ensino, traz a possibilidade de adoção de medidas de coordenação e controle, como as de graduação dos alunos e de mais próxima e efetiva direção tecnica* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1939: 24).

O que se percebe a partir da análise realizada é que as estatísticas, evocadas para atestar o aumento do número de grupos escolares, são acompanhadas de um discurso que não poupa elogios acerca dessa maneira de organizar a instituição escolar. Dado que estas escolas agrupadas eram ainda raras, o fato de que seu aumento fosse apontado com expressivo otimismo e evocado como condição para a e causa evidente da melhoria da qualidade do ensino permite apreender uma determinada prescrição acerca do modelo que se pretendia que fosse assumido pela totalidade das escolas do país. A alteração de significado do termo *escola*, que eventualmente pode ser considerada fortuita, está, de fato, vinculada a uma disputa sutil acerca daquilo que se pretendia que viesse a ser a escola. Assim, é de se notar que as estatísticas aparentemente descritivas do alcance da rede de escolas no Brasil ganham sentido e tornam-se inteligíveis por intermédio de um discurso que acaba por apontar na direção da defesa de uma organização específica da instituição de ensino que, naquele momento era evocada como *grupo escolar*, mas que hoje identificaríamos simplesmente por *escola*.

Referencias:

BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. p.91-135.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA. **Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1908.

_____. **Estatística da instrucção** – estatística escolar. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1916.

FOUQUET, Annie. As estatísticas no debate social. In: BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995. p.135-148.

LENOIR, Remi. L'invention de la démographie et la formation de l'État. **Actes de la recherche en sciences sociales**. n.108, juin, p.36-61, 1995.

LOURENÇO FILHO. Alguns aspectos da educação primária. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, n.4, p.649-664, out.-dez. 1940.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **O ensino no Brasil no qüinqüênio de 1932-1936**. Rio de Janeiro: INEP, 1939.

_____. **Organização do ensino primário e normal**. Estado de Alagoas. Rio de Janeiro: INEP, 1940.

MOVIMENTO geral do ensino no período de 1932 a 1942. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.II, n.4, p.83-100, out. 1944.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Formação do Movimento Circulista em Santa Catarina na Década de 1930

Simone Aparecida Rengel*

RESUMO:,Este artigo pretende analisar a formação do movimento circulista e a inserção da Igreja Católica no movimento operário em Santa Catarina, em meados da década de 1930, especificamente nas cidades de Joinville e Florianópolis, por serem os de maior atuação no estado.
PALAVRAS-CHAVE: Movimento Operário, Igreja, trabalhadores.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyse the insertion of catholic church in the workers moviment in Santa Catarina state, in the thirsties, especifically in Joinville e Florianopolis, because they were the most acting in the state.
KEYWORDS: Workers moviment, Church, workers.

O movimento operário em Santa Catarina é assunto recente na historiografia do estado. Pouco se falou no tema e muito menos ou quase nada na atuação da Igreja Católica na formação de organizações de trabalhadores, especificamente através dos Círculos Operários Católicos. Este artigo é resultado das primeiras pesquisas realizadas a respeito do movimento circulista em Santa Catarina e, apesar de estar em sua fase inicial, já demonstra ser um assunto de muita relevância e ainda sem estudos específicos no estado.

Dessa forma, torna-se fundamental analisá-los, compreendendo, assim, de que maneira se organizou a classe trabalhadora – especificamente nas cidades de Florianópolis e Joinville – e como, nesse sentido, as organizações operárias da Igreja Católica se fizeram presentes no cotidiano desses trabalhadores e da comunidade, já que se torna cada vez mais evidente a incorporação de elementos da cultura católica na formação político-cultural no Brasil.

A seleção para a pesquisa do Movimento Circulista nas cidades acima citadas leva em conta o fato de serem os de maior atuação[1], além das diferenças ou semelhanças na formação e desenvolvimento dessas cidades. Em Florianópolis, conhecida como de

* Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.
[1] Havia no estado, Círculos Operários organizados nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí , Tubarão e Criciúma.

funcionários públicos e comerciantes, mas com atuação do sindicato dos estivadores, dos trabalhadores da construção civil, das bordadeiras da Hoepcke, da fábrica de pregos, entre outros, e Joinville, cidade reconhecida como de "vocação industrial".

Nacional e internacionalmente o combate ao "perigo vermelho" tomou diversas formas e proporções. A América Latina, segundo Octavio Ianni, viu nascer o populismo, no qual o sistema de poder Estado-Partido-Sindicato apóia-se na coalizão, na aliança de classes – negando a luta de classes –, direta ou indiretamente controlada pela burguesia, "surge das contradições geradas no seio da classe dominante (burguesias agropecuária, comercial, financeira e industrial) em combinação com os antagonismos entre essas frações e as outras classes sociais, na crise da economia primária exportadora" (IANNI, 1989, p.88), afastando as forças contrárias a ele através da repressão física e/ou ideológica.

Durante o governo Vargas, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio instituindo-se a lei da sindicalização, inspirada na Carta Del Lavoro, italiana e de tendência fascista, reguladora dos direitos das classes patronal e operária através do qual os estatutos dos sindicatos deveriam ser aprovados, ficando atrelados ao Ministério. A intervenção estatal vem então no sentido de redirecionar a atividade sindical para controlá-la, anulando as forças contrárias a essa intervenção, como o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Dessa forma, pretende-se tornar a religião também um elo de união da sociedade. O movimento iniciado em 1930 seria a possibilidade da construção de uma nova ordem, alicerçada em um ideal Nacional, no qual a Igreja Católica exerceria importante papel atuando como instituição legitimadora dos procedimentos do novo Estado constituído através da ritualização das práticas sociais e disciplinalização de condutas, buscando atingir seu ideal de harmonia e justiça social. O episcopado brasileiro viu em Getúlio Vargas a defesa da sociedade cristã e o fim das ameaças comunista e liberal, solidarizando-se com as práticas repressivas do Estado.

Já Jessie Jane Vieira de Souza afirma que "a cultura católica não pode ser inserida num terceiro nível, centrada na base/superestrutura, mas talvez possa ser apreendida a partir daquilo que E. Thompson chamou de mediações culturais e normais. Desta maneira, realiza sua própria leitura da realidade e manipula em termos culturais na medida em que incorpora tradições, sistemas de valores e formas institucionais".

Assim, não analisa a Igreja Católica nem como projeto populista (prefere chamar de "busca do consenso"), nem como Aparelho Ideológico do Estado, já que ao estabelecer suas alianças traçou sua própria pauta centrada na idéia de salvação. Entende, citando Roberto Romano no "Brasil: Igreja contra Estado (uma crítica ao populismo católico)" e Alcir

Lenharo em "A sacralização da política", que a Igreja Católica seria um "Corpo Místico", dotada de coerência própria, designada como projeto teológico-político, que se move no tempo com sentido de permanência, incorporando à sua própria tradição os novos desafios impostos pelo temporal.

Assim, para Jessie Jane, os Círculos Operários são "a experiência corporificadora da forma católica hierárquica de intervenção junto ao mundo do trabalho e da relação expressiva da Igreja com o Estado", relação essa estabelecida na construção e exercício de discurso sobre o trabalho urbano. A Igreja "emprestava seu apoio a sacralização do mundo do trabalho sem estabelecer qualquer concorrência institucional com o Estado. Por outro lado [o Estado] abria-lhe plenamente os espaços do mundo do trabalho para que este fosse ordenado na conjugação das forças simbólicas da Igreja Católica" (Idem, p.186).

Fundados sob a liderança de Leopoldo Brentano, foram baseados nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragésimo Anno*, indicando a harmonia de classes, assistencialismo e anticomunismo. Os COCs além de entidade de massas assistencialista e pluriprofissional, atuarão junto ao Ministério na fundação de sindicatos (elaborar estatutos, acompanhar processo de aprovação, formação de lideranças) e em 1941 são elevados à condição de órgão técnico e consultivo.

As encíclicas papais *Rerum Novaum* e *Quadragesimo Anno.* A *Rerum Novarum*, do ano de 1891, discutia a questão social e propunha a organização de associações operárias católicas para fazer frente às associações de esquerda. Admite a presença do Estado na economia e nas relações sociais, propondo a forma corporativa para a organização de empregados e empregadores. Quarenta anos depois, a *Quadragésimo Anno* reafirma o corporativismo e diante da União Soviética, mantém-se propondo a "harmonia de classes".

No Manual dos Círculos Operários[2], publicado pela Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC), em sua "guerra santa" contra o "perigo vermelho", mas também contra as "nefastas idéias do liberalismo", está a questão social da Igreja, através do programa dos Círculos, que pretendia proporcionar aos trabalhadores, entre outros, assistência espiritual, moral, intelectual, física e profissional; formação para assumir responsabilidades na ação social e sindical, instaurar no país uma ordem social cristã, lutar pela harmonização das classes sociais e repúdio à luta de classes.

Durante o Estado Novo em Santa Catarina o Arcebispo Metropolitano D. Joaquim Domingues de Oliveira, seguindo as recomendações nacionais, redefiniu as práticas

[2] CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS – manual dos Círculos Operários. Rio de Janeiro: CNOC, 1942.

de sua Arquidiocese, ditando costumes que deveriam ser seguidos. A Igreja atuará nos decretos que dizem respeito ao trabalhador, como o salário-família instituído pelo Governo Estadual. A criação dos Círculos Operários Católicos de Santa Catarina teria a missão de mediar a relação entre trabalhador e sociedade, patrão e trabalhador, e de assistí-los.

O Círculo de Joinville foi fundado no bairro Bucarein em 19 de março de 1935, dia escolhido por ser "consagrado ao glorioso São José, padroeiro do nosso Círculo de Operários Catholicos"[3]. Inicialmente teve a direção do Padre Alberto Kolb, "encarregado officialmente pelo Excmo. Revmo. Sr. Bispo Diocesano Dom Pio de Freitas, após o retiro espiritual entre os Revmos. Sacerdotes desta Diocese, em fevereiro de 1934, numa conferência do clero havida no Palácio Episcopal". Nas suas palavras:

> *Trabalhei desde esta hora em approximar-me dos operários de Joinville, freqüentei a sede da Confederação, falei a elles desta mesma sede, pelo jornal, na praça pública, em particular e em geral, fiz todos os sacrifícios com amor e dedicação e vejo hoje satisfeito e feliz, ufano e contente a correspondência sincera, franca e leal de muitos operários para commigo.*[4]

De acordo com Alberto Kolb, o Círculo de Joinville esperava reunir os operários católicos e proporcioná-los "ao lado dos consolos da nossa religião também este mútuo convívio de amigos e irmãos reunidos intimamente pela cadeia pacificadora do amor". Afirma que nos grandes centros de trabalho do mundo inteiro os operários se arregimentam para mútuo auxílio e se associam em agremiações, mas também no lado espiritual "precisamos de mútua solidariedade de espírito e da união fraternal dos corações para triunpharmos das decepções e amarguras da vida"

Uma das primeiras decisões do Círculo foi a permissão de receber "irmãos da Igreja Evangélica, que não obrigados aos deveres religiosos que os estatutos prescrevem para os catholicos, fruirão entretanto as vantagens sociaes desta instituição." Outro objetivo era "dotar Joinville de uma banda de música bem dirigida que corresponde aos nobres fins sociaes de nossa agremiação"[5], organizando "um grande baile publico (...) no vasto salão do Palace Theatro, em benefício da compra do instrumental".[6]

---

[3] Operários Catholicos. *A Notícia*. Joinville, 14 de março de 1935. Ano XIV, n.1959, p.7.

[4] Operários Catholicos. *A Notícia.* Joinville, 16 de março de 1935. Ano XIV, n.1961.

[5] Circulo de Operários Catholicos. *A Notícia.* 26 de março de 1935. Joinville, 26 de março de 1935. Ano XIV, n.1969.

[6] Circulo Operário. *Folha Nova.* Joinville, 16 de novembro de 1935. Ano 2, n.4. Era dada extrema importância ao lazer e às atividades culturais nos Círculos Operários. Também o Círculo Operário de Tubarão, tendo em sua direção Osvaldo Hulse, Alamiro Sá, e o renomado artista catarinense Walter Zumblick como orador oficial, realizava festas e atos públicos, nas quais "representantes de todas as classes" se faziam presentes: "o Edifício D.

O Círculo Operário de Florianópolis (COF), fundado em 1937, contava em seu ano de fundação com quatro núcleos na cidade: Prainha, Figueira (com sede no Grupo Escolar Archidiocesano São José), Canudinhos e Pedra Grande, com o total de 1096 associados até o dia de sua inauguração, resultado da "incansável atividade dos membros das comissões executivas". Na inauguração já foi possível apresentar, exemplificando sua política assistencialista, através do Departamento de Beneficiência "um advogado e dois advogandos como cooperadores jurídicos", e também "abatimento de 5% em trez casas do núcleo de Canudinhos e uma na Prainha"[7]. O Departamento de Saúde já contava com "um dentista e abatimento numa pharmácia"[8], e buscava a cooperação da classe dos barbeiros[9]. No ano seguinte obteve alvará para instalação de um ambulatório.

De caráter jesuíta e marianista e com um dos objetivos sendo a formação e educação dos trabalhadores, o COF contou inicialmente como "bemfeitores" o Colégio Coração de Jesus e o Gymnnasio Catharinense que contribuiram financeiramente para a fundação do Círculo, além da organização da festa de inauguração:

> *Ao COF faltou no início dinheiro até para as despesas mais urgentes (...). As Reverendas irmãs do Collegio Coração de Jesus, generosas em caridade como sempre, num excellente gesto educador levaram as distinctas alumnas do Collegio a organizarem um chá em favor do COF. O enthusiasmo com que as nobres alumnas abraçaram e puseram em prática a idéia, é prova que a semente cahira em terra optima. A renda do chá foi de 500$000, valioso auxílio para os cofres vazios do COF. Em 31 de outubro o secretário do COF recebeu uma nota de 100$, acompanhada dum bilhete com estes dizeres: "na festa de Christo-Rei o Gymnasio Catharinense offerece ao COF".*
>
> *(*Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo*. 15 de novembro de 1937. Ano IX, n.178.)

O secretário do Círculo, José Warken, afirma ainda que "por meio destes auxílios, todos podem cooperar directamente para o bom êxito da campanha de nossa Pátria contra o communismo, ajudando a tirar a este um dos principais meios para enganar os operários, a saber a situação precária de muitos operários". Deixa claro que o COF seguiria o caráter anticomunista e assistencialista dos Círculos Operários Católicos.

Joaquim foi pequeno demais para conter a multidão que enchia a cunha o salão de festas e se espalhava pêlas salas". (Círculo Operário Tubaronense. *O Apóstolo*. 1/09/1938. Ano X, n.197.).

7 Círculo Operário de Florianópolis. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 21 de outubro de 1937. Ano III, n.671.

8 Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo.* Florianópolis, 15 de outubro de 1937. Ano IX, n. 176.

9 Círculo Operário. *Diário da Tard*e. Florianópolis, 13 de outubro de 1937. Ano III, n.664.

Estatutariamente, o COF tinha como finalidade prestar aos sócios cultura intelectual, moral, social e física, proteção social "advogando os interesses legítimos da classe", auxílio médico, farmacêutico, jurídico e material, sindicalização das classes operárias, e "restaurar a paz no mundo do trabalho pelo respeito aos direitos recíprocos e pelo restabelecimento de relações harmoniosas entre operários e patrões", adotando "como bases firmes e inabaláveis" a doutrina e moral do Evangelho de Jesus. Repudiava a luta sistemática e violenta das classes e defendia a "intervenção moderada" do Estado na questão social. O COF seguia assim a orientação nacional do movimento.

O Círculo de Florianópolis ofereceria assistência médica, jurídica, educacional e material aos sócios "que sejam respeitadores da família e da Religião", mas estes poderiam ser eliminados caso abandonasse os "meios honestos" de vida, fosse acusado ou condenado por crime infame, que publicamente se manifestasse contra os ideais do Círculo e que adotasse "princípios extremistas".

A primeira diretoria do Círculo, segundo consta os estatutos padrão dos Círculos Operários do Brasil, é aclamada ao passo que as seguintes são eleitas em assembléias gerais. Em 08 de novembro de 1937 a única chapa inscrita foi aprovada por 20 votos a 13. O mandato da diretoria seria de três anos, renovando-se a cada ano um terço.[10]

No dia 11 de novembro de 1937 – um dia após a decretação do Estado Novo ocorreu no salão do Cine Odeon "gentilmente cedido pela Mitra Archidiocesana" a assembléia de instalação do Círculo Operário de Florianópolis, demonstrando mais uma vez a participação dos Colégios Catarinense e Coração de Jesus na sua organização:

> *Presidida pelo excmo. Sr. Inspector do Trabalho, dr. Pinheiro, procedeu-se à acclamação da Directoria Geral de COF, sendo coroada pelo eloqüente discurso do sr. Daniel Faraco e as vibrantes palavras do sr. Inspetor do Trabalho, que emocionaram o auditório. A parte recreativa, dádiva generosa do Collegio Coração de Jesus, imprimiu à festa o brilho da alegria e da cordialidade. Os números da orchestra foram executados pelo conjuncto do Ginnasio Catharinense.*
>
> (Círculo Operário de Florianópolis. Diário da Tarde. Florianópolis, 13 de dezembro de 1937.

Formaram a primeira direção do COF: Rodolfo Paulo da Silva – Presidente (que também já havia pertencido da União Beneficente Recreativa Operária, outra entidade de Florianópolis), Ângelo Vitali – Vice-Presidente, José Warken – Primeiro Secretário, Antônio

[10] Círculo Operário de Florianópolis. *Diário da Tard*e, Florianópolis, 12 de novembro de 1937.

Pereira – Segundo Secretário, Ricieri Beltrami – Primeiro Tesoureiro, Waldemar Demaria – Segundo Tesoureiro e João Faraco como Delegado Geral. A primeira atividade do COF foi a criação do *Boletim Operário,* periódico dirigido por Daniel Faraco publicado já no seu primeiro ano de fundação e que mantinha o sócio "continuamente a par de tudo que o interesse directa ou indirectamente", um "auxiliar valioso na educação do sócio para se tornar "bom operário", tanto no sentido material, levando-o a amar seu officio e portanto procurar trabalhar bem, como no sentido moral, social e intelectual"[11].

Dentre os objetivos do Círculo de Florianópolis estava o lazer sadio aos operários cristãos. As principais datas católicas, Páscoa e Natal, eram geralmente comemoradas com banquetes e festas dedicadas aos operários e sua família. No natal de 1937, o COF, com apoio do Colégio Coração de Jesus realizou uma distribuição de brinquedos às crianças filhas de associados, e na Páscoa realizou um grande banquete, com a presença de autoridades eclesiásticas e políticas:

> *(...) A cerimônia revestiu-se de grande solenidade, o que é expresso pelo grande número de proletários de ambos os sexos que, nesse dia, se aconchegaram no banquete eucarístico. Após as cerimônias religiosas, no salão arquidiocesano, foi servida uma lauta mesa de café e doces, na qual também sua Excia Revma. Tomou parte, demonstrando assim o inequívoco afeto que vota ao nobre proletariado da nossa terra.* [12]

Nos dias 17 e 18 de junho de 1938 ocorreu no Gymnásio Catharinense o Primeiro Congresso da Federação dos Círculos Operários do Estado de Santa Catarina. Nesse Congresso, que contou com a presença de Leopoldo Brentano, fundador do movimento circulista e representante da CNOC (Confederação Nacional de Operários Cristãos), Daniel Faraco como orador oficial e representante do Círculo de Florianópolis, além de Gaspar da Costa Moraes, delegado do Círculo de Itajaí, foram discutidos os pontos do estatuto e sua adaptação à "forma própria para o Estado" e eleitos os membros da comissão executiva da Federação, tornando-se presidente o congregado Ângelo Vitali. Padre Brentano frisou o princípio de cooperação das classes sociais na defesa dos ideais trabalhistas e cristãos-sociais, de conformidade com as encíclicas Rerum Novarum e Quadragésimo Anno. Afirmou que "a reforma social não se há de operar sem o trabalhador, nem só por meio do trabalhador. Ela

---

[11] *Diário da Tarde*. 15 de novembro de 1937. Ano III.

[12] Páscoa dos Operários. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de junho de 1940. Ano XI, n.240.

abrange todas as classes e, embora visando diretamente a classe operária, ela visa necessariamente as demais classes". [13]

Assumindo as características propostas pelo Manual dos Círculos Operários, a Federação Catarinense objetivava, entre outros, promover inquéritos sociais e econômicos sobre os problemas e necessidades das classes trabalhadoras "a fim de que a legislação social seja de fato a expressão sincera e verdadeira das aspirações legítimas do proletariado", e acompanhar de perto e apoiar a aplicação e execução da Constituição, além de realizar movimentos em prol de uma legislação trabalhista mais perfeita, pleiteando ainda o justo salário, a participação do trabalhador nos lucros e gestão das empresas, diminuição da jornada de trabalho e "bater-se por um Brasil unido e grande e por isto, de todas as maneiras, incentivar e cultivar os sentimentos de brasilidade". Assim, deixa claro a sua aproximação com o Governo, defendendo a legislação (embora proponha seu aperfeiçoamento) e incentivando o patriotismo e a harmonia entre as classes.

A Confederação Brasileira possui atualmente 156 entidades em todo o país, sendo quatro no estado: Círculo Operário de Joinville, Círculo Operário de Criciúma, Círculo Operário de Itajaí e Círculo Operário Ferroviário, em Tubarão.[14] A permanência do movimento circulista, que em algumas cidades mantém grande atuação e inserção na comunidade e entre os trabalhadores, demonstra sua importância na história do trabalho no país e a necessidade de continuar a pesquisá-los para a compreensão da formação do movimento operário em Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE OPERÁRIOS CRISTÃOS. *Manual dos Círculos Operários.* Rio de Janeiro: CNOC, 1942.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*: imaginário político do Brasil nos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ, Belo Horizonte: UFMG, 1997.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado Populista na América Latin*a. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários*: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

[13] Círculo Operário de Florianópolis. *O Apóstolo*. Florianópolis, 1 de junho de 1938. Ano IX, n. 191.

[14] Site da CBTC: www.cbtc.org.br, visitado em 20 de agosto de 2006.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Valentim*: o guardião da memória circulista (1947-1958). Dissertação de Mestrado – Unicamp, 1992.

SOUZA, Rogério Luiz. *A construção de uma nova ordem*: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930 – 1945). Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A identidade africana no discurso diplomático brasileiro: avanços e recuos nas relações Brasil-África (1930-2007)

André Luiz Reis da Silva*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as relações do Brasil com o continente africano desde os anos 1930 até a atualidade. Verifica-se que apenas nas últimas décadas a diplomacia brasileira iniciou um processo de aproximação com os países africanos, embora marcado também por indefinições e distanciamentos, oriundo da própria indefinição interna e dos impasses no modelo de desenvolvimento e de inserção internacional.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira – África - Diplomacia

Abstract: This aim of the paper is to analyze the Brazilian relations with the African continent since the decade of 1930 until the present moment. It's verified that only in the recent decades the Brazilian diplomacy has started an approximation process with the African countries; however, it is marked by uncertainties and distancing, which stem from the own internal indefiniteness and the impasse regarding the development and international insertion.

Keywords: Brazilian international policy - Africa - Diplomacy

Embora metade da população do Brasil ser representada por afro-descendentes, da cultura brasileira ser permeada pela cultura africana e das possibilidades políticas e econômicas oriundas da aproximação do país com o continente africano, este representou espaço diplomático de menor interesse ao longo dos governos brasileiros. Apenas nas últimas décadas a nossa diplomacia iniciou um processo de aproximação com os países africanos, embora marcado também por indefinições e distanciamentos.

De fato, o Brasil mantém relações com o continente africano desde o período colonial, constituindo um dos elementos formativos da própria sociedade brasileira. Assim, o tráfico de escravos e o comércio de inúmeros produtos, intermediados em grande medida pelos portugueses, não tiveram apenas uma dimensão econômica, mas também da formação cultural e social do Brasil. Sob o aspecto diplomático, é importante salientar que as primeiras nações a reconhecerem o Brasil independente eram africanas. Embora a historiografia

* Mestre em História e doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Professor das Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA) e do Curso de Graduação em Relações Internacionais da UFRGS.

tradicional pouco trate disso, o Obá Osemwede, do Benin, e o Ologum Ajan, de Lagos, enviaram embaixadas, reconhecendo o Brasil independente de Portugal e manifestando o interesse em manter relações diplomáticas e comerciais com o novo país. Em Angola, a independência do Brasil chegou a gerar uma corrente favorável à separação de Portugal e união ao Brasil.(SILVA, 2003: 54)

Todavia, o governo brasileiro, após o fim do trafico de escravos, por volta da metade do século XIX, voltou as costas para a África, e procurou construir uma identidade nacional e "esquecesse" a contribuição dos africanos na formação nacional brasileira. Do ponto de vista diplomático, o Brasil concentrava suas relações exteriores com a Europa e com o continente americano, no qual os EUA foram adquirindo, no início do século XX, posição especial.

Anos 1930-1950: entre o esquecimento e a indefinição

Somente nos anos 1930, com uma profunda transformação ocasionada com a Revolução de 1930 no país, o Brasil começaria, lentamente, uma reaproximação com as nações africanas. Entretanto, da década de 1930 à 1950, a África teve pouca importância para a política externa do Brasil. Nossas relações com o continente reduziram-se a contatos com a União Sul-Africana (atual África do Sul), em especial no que se referia à concorrência de mercados. O Brasil também se preocupava com os concorrentes africanos produtores de Café, cuja produção havia sido estimulada com a política brasileira de valorização deste produto.

A irrelevância das relações com a África na década de 1930 e na primeira metade da década de 1940 decorre de dois motivos centrais. Um, de ordem ideológica, está ligado à omissão em relação à contribuição dos afro-descendentes na formação da nacionalidade brasileira. O segundo motivo relaciona-se com o colonialismo dos países europeus, que impedia uma maior aproximação do Brasil ao continente. A elite brasileira empenhava-se em construir uma nação segundo o modelo das nações brancas ocidentais, para o que forjou uma memória anti-africana (SARAIVA, 1998: 117). Essa ideologia ainda permanecia latente na década de 1930 e 1940, advindo do desinteresse com os afro-brasileiros no Brasil e com a África.

Entretanto, era exatamente no governo Vargas, em especial no Estado Novo, que o Brasil estará reconstruindo a identidade nacional brasileira, incluindo o negro positivamente neste processo. Em 1933, Gilberto Freyre publica o livro *Casa Grande e Senzala*,

reconhecendo *positivamente* a contribuição africana na formação da identidade nacional brasileira e que esta não representa um país multirracial, mas um país mestiço, construído culturalmente através de diversas matrizes. Do ponto de vista social, os negros foram beneficiados por uma série de medidas, como, por exemplo, a lei de reserva de mercado do trabalho urbano para trabalhadores nacionais (Lei dos 2/3). Conforme Antônio Guimarães, desarmava-se a "bomba étnica" prestes a explodir, em função de diversos conflitos de corte racial no Brasil, que vinham crescendo desde a República Velha (GUIMARÃES, 2002: 121-123).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a descolonização se colocava na ordem do dia. Tal fato advém do enfraquecimento dos países europeus e do fortalecimento dos EUA e da URSS, bem como da consciência anticolonialista. Os países colonialistas europeus, procuraram em alguns casos negociar e alcançar uma descolonização controlada, enquanto que em outros a descolonização foi realizada através de lutas de libertação e de guerras prolongadas.

O Brasil, neste período, está passando por um processo acelerado de desenvolvimento industrial e busca construir certa influência regional. Sobre essa base, a África foi incluída na agenda das relações internacionais do Brasil, inicialmente como um item menor, e depois foi crescente o interesse brasileiro no continente africano. Todavia, o Brasil acabava apoiando as posições das potências coloniais. O único país na África com que o Brasil mantinha relações estreitas era com a África do Sul.

O segundo governo Vargas (1951-1954), mesmo sem romper com o bloco ocidental, começava a questionar as desigualdades estruturais da economia mundial. Da mesma forma, há uma mudança na posição brasileira sobre o colonialismo, simpática agora à emancipação dos territórios dependentes. Ao mesmo tempo, em relação à África do Sul o Brasil mantém a política de considerar o regime de segregação racial (Apartheid) como um assunto interno daquele país.

Nesta época, o estudo do negro no Brasil ganharia uma nova abordagem, através da geração de pesquisadores. Os novos temas a serem estudados eram relações raciais e relações de classe, bem como os conflitos sociais. Enquanto isso, Gilberto Freyre desfrutava de uma viagem pela África, patrocinada pelo governo português, refazendo o périplo africano. Dessa viagem, concluiria que a obra lusitana, realizada com "sucesso" no Brasil, ainda não

estava completa na África, reforçando a chamada ideologia "luso-tropicalista". Em 1953, O governo Vargas assinou um tratado de amizade com Portugal.

Já o Governo Kubitschek teve posições mais conservadoras no que se referia à ordem colonial, no momento em que internacionalmente começa a se admitir as independências africanas.(SARAIVA, 1998: 131) Em 1955, ocorrera a Conferência dos países afro-asiáticos em Bandung e, em 1957, a descolonização de Gana. De 1957 a 1960, ocorreu a independência de 21 países africanos. Somente com a criação do Mercado Comum Europeu, em 1957, que assegurava mercado aos países e colônias africanas, que ficou evidente a dimensão econômica da África para o Brasil, que poderia significar uma ameaça, com uma possível restrição aos produtos brasileiros na Europa e investimentos europeus na África.

Anos 1960 - 1980: entre aproximações e distanciamentos

A grande virada nas relações do Brasil com a África ocorreu nos Governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) com um expressivo avanço nas relações com o continente africano. Em 1961, o governo Jânio Quadros formulou uma política externa denominada de Política Externa Independente (PEI), mantida pelo governo João Goulart. O núcleo ideológico básico da PEI assentava-se em cinco princípios que foram enunciados oficialmente: intensificação das exportações brasileiras para todos os países; formulação autônoma do planejamento econômico nacional; manutenção da paz e o desarmamento; autodeterminação dos povos e prevalência do direito internacional; e descolonização completa (VIZENTINI, 1995: 194-196).

Assim, o tema do desenvolvimento e da autodeterminação das nações deu a tônica do discurso e da prática da PEI. Concretamente, entre as ações de maior visibilidade, percebe-se, sob a PEI, o reconhecimento diplomático dos países socialistas, o apoio a Cuba, a condenação do colonialismo português na África e a aproximação do Brasil com a América Latina (VIZENTINI, 1995: 228). Nesse contexto, o governo brasileiro criou a Divisão África no Itamaraty, e anunciou o apoio irrestrito à descolonização. Foi instalada uma embaixada brasileira em Acra (Gana), e o jornalista Raymundo Souza Dantas foi seu primeiro embaixador.

Mas restaram as ambigüidades em relação à Portugal e África do Sul. O Brasil condenava o racismo e o colonialismo, mas não votava pelas sanções contra esses países. África do Sul representava 70% das exportações brasileiras para o continente. O Brasil

permaneceu apoiando Portugal, embora de forma ambígua, na questão da descolonização angolana. Conforme José Flávio Saraiva, e "Eram, mais corretamente, duas políticas: uma abrangente de aproximação direta à África Negra e outra, aquela cujas relações com a África ainda passava pela herança luso-tropicalista e da Comunidade Luso-Brasileira" (SARAIVA, 1998: 153).

Com a implantação do regime militar, ocorreu um recuo nas relações do Brasil com o continente africano, quando comparado com os avanços realizados pela PEI. Nesse período, aumentou o apoio do Brasil a política portuguesa na África. A África se tornava, aos olhos de formuladores da política exterior do Brasil pós-golpe de 1964, um lugar vulnerável às influências comunistas. Entretanto, as relações comerciais se mantiveram.

Mas no início dos anos 1970 ocorreu uma reafirmação da diplomacia africana do Brasil. O governo Médici (1969-1974) promoveu a reativação das relações com a África. Essa tendência foi reforçada ao longo do quarto e quinto governos militares (1974-1985 – Geisel e Figueiredo) e se manteve ainda tendencialmente forte no primeiro governo civil (Sarney 1985-1990), na transição para a democracia. Conforme Sombra Saraiva,

> A *"reinserção do Brasil nas relações internacionais na década de 1970 levou o Brasil a reforçar a cooperação com a África Negra, especialmente com a Nigéria; a desenvolver uma política de cooperação com os novos países socialistas na África; a rever a tradicional política de cooperação com a África do Sul e, principalmente, colocar um ponto final no alinhamento a Portugal e seus interesses colonialistas na África" (SARAIVA, 1998: 159).*

Em julho de 1974, o Brasil reconheceu a Guiné-Bissau como um Estado independente, mesmo antes das conclusões das negociações entre Portugal e a Guiné. Além disso, em março de 1975, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Angola, que ocorreria apenas em novembro de 1975. A partir desse momento, a África passara ser importante para a política externa brasileira. Politicamente, o continente africano era fonte potencial de apoio para demandas comuns no diálogo Norte-Sul e em outros órgãos multilaterais. Economicamente, significava mercados para produtos brasileiros, em especial os industrializados.(CERVO; BUENO, 2002: 423)

A nova política africana também se expressou nas relações com os demais países do Terceiro Mundo, para o qual as exportações brasileiras subiram de 12% em 1967 para 26% em 1981. As exportações do Brasil para a África aumentaram dos históricos 1 ou 2% de seu comércio internacional para cerca de 10%. Outro aspecto importante foi a exportação para a

África de tecnologia "intermediária" ou "tropicalizada", mais adaptada à realidade africana. O governo Figueiredo deu continuidade à essa política, visitando a África em 1983, primeira visita de um presidente da América do Sul à África Negra. O governo Sarney (1985-1990) manteve e aprofundou a política africana do Brasil, ampliando as críticas ao regime do Apartheid na África do Sul e liderando a criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, em 1986. (SARAIVA, 1998: 167)

Anos 1990: o novo esquecimento da África

Diante de um quadro de profundas mudanças internacionais, com o fim da Guerra Fria e a aceleração do processo de globalização, o Brasil reorientou sua inserção internacional, que desde o final da década de 1980 substituiu sua matriz de política externa desenvolvimentista pela matriz neoliberal. Essa matriz foi utilizada, relativizada e rearticulada durante os governos Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

A nova diplomacia procurou construir a imagem do Brasil como uma liderança regional que procurava uma inserção global, como compensação à ampliação da vulnerabilidade externa, bem como procurou uma aproximação com os países desenvolvidos. Ainda assim, verifica-se uma reorientação nas relações multilaterais, com o abandono do discurso terceiro-mundista, adoção dos regimes internacionais, bem como diminuição das relações com países do Terceiro Mundo (SENNES, 2003).

No âmbito das relações bilaterais, a mudança na matriz da política externa desfechou mudanças e continuidades. A principal mudança está centrada no direcionamento para a relação com os países desenvolvidos, em detrimento da relação política e econômica com os países em desenvolvimento. Os conflitos com os EUA se mantiveram, centrados em questões mais pontuais e menos sistêmicas. A estratégia de diversificação de parcerias ganhou uma reorientação, destinada aos grandes pólos de desenvolvimento econômico, mantendo um baixo perfil de relacionamento com os países-chave do Terceiro Mundo, tanto da África como do Oriente Médio.

A era neoliberal priorizou as relações com os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, e abandonou o discurso terceiro-mundista, afastando-se da África. O Brasil estava mais interessado no desenvolvimento asiático. A título de exemplo, no final de 1993, o Brasil tinha 24 diplomatas servindo no continente africano. Uma década antes, esse número era de 34. Em 1973, tinha 25. Os níveis de comércio se reduziram para os da década de 1950, ocupando cerca de 2% a 3% das nossas exportações. Entretanto, em 1996 foi criada

a Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP), congregando os sete países de língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, e São Tomé e Príncipe. A política africana de certa forma não se extinguiu, mas fez opções seletivas, se concentrando mais ao sul do continente africano e em alguns países-chave. Política e economicamente, o grande interesse do governo brasileiro era direcionado para África do Sul e Angola.(SARAIVA, 1996)

As relações Brasil-África no início do século XXI: uma reaproximação

Dentro da formulação de uma nova política externa, o governo Luis Inácio Lula da Silva tem procurado uma nova aproximação com a África, em especial a África do Sul, que tem interesses semelhantes no sistema internacional, como a defesa da multipolaridade. Também busca estabelecer, no continente africano, parcerias estratégicas no campo comercial e político. Não obstante, em janeiro de 2003, o Governo Federal promulgou a Lei da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, gerando um renovado interesse no assunto. Além disso, as propostas de inclusão dos afro-brasileiros nas universidades através da política de cotas reascenderam o debate sobre a discriminação racial e o "mito da democracia racial" no país. Em junho de 2003, o governo brasileiro promoveu o Fórum Brasil-África, de cooperação técnica, cultural e comercial.(COELHO; SARAIVA, 2004) Em sua viagem a cinco países africanos em novembro de 2003, o presidente Lula declarou que o Brasil desejava desenvolver e fortalecer seus laços com a África. Nessa viagem, o presidente brasileiro assinou acordos para ajudar a agricultura e a saúde no continente. A viagem foi para São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia.

Em dezembro 2003, Lula visitou a Líbia e o Egito (após visita ao Oriente Médio). Seguiu-se uma nova viagem para a África, em julho de 2004, na qual foram visitados Gabão, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Em abril de 2005, o presidente fez sua 46ª viagem ao exterior, desta vez à África ocidental. Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal foram visitados, estreitando-se laços comerciais e reforçando os apoios ao Brasil na candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. Economicamente, o governo brasileiro considera estratégicos os mercados potenciais e o abastecimento de petróleo.

Uma das parcerias estratégicas mais promissoras é a que está se estabelecendo entre Brasil e África do Sul, e não apenas em relação a temas regionais, mas mundiais, como

o G-3

(fórum que integra Brasil, Índia e África do Sul), o Conselho de Segurança, as questões da paz e do desenvolvimento. Ambos países são fortes candidatos a líderes de pólos de poder regional na conformação de um sistema mundial multipolar. Conforme Ivo de Santana, a África do Sul é um dos parceiros mais importantes no continente africano, em função de sua posição geográfica seu nível de desenvolvimento industrial. A África do Sul pode ser considerada, segundo o autor, um trampolim para a penetração em todo o subcontinente da África Austral, região de grande valor econômico derivado de sua produção e reservas de minerais estratégicos, além de estar situada entre os oceanos Índico e Atlântico.(SANTANA, 2003: 132)

Assim, as relações do Brasil com os países do continente africano oscilaram entre aproximações e distanciamentos, em especial na segunda metade do século XX. As aproximações estavam relacionadas com o fortalecimento das nações africanas em momentos específicos, como das independências africanas. Atualmente, se verifica uma nova aproximação das relações Brasil-África. Resta saber se a essa fase se sucederá uma de indefinição, distanciamento ou de aprofundamento dessas relações.

Referências bibliográficas

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2002.

COELHO, Pedro; MENDONÇA, Hélio (Orgs). **Relações Brasil-África: um colóquio**. Brasília: IPRI/MRE, 2002.

COELHO, Pedro; SARAIVA, Flávio. **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.

GUIMARÃES, Antônio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002

SANTANA, Ivo. *Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990*. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 46, nº 2, 2003, p. 113-137.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior brasileira (de 1946 aos nossos dias).** Brasília: Ed. Unb, 1996.

_____. *A África e o Brasil: encontros e encruzilhadas*. **Ciências & Letras.** Números 21 e 22, p. 115-172, 1998.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, Alberto da Costa. **Um Rio Chamado Atlântico**. A África no Brasil e o Brasil na África. RJ, Nova Fronteira, 2003.

VIZENTINI. Paulo. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a Política externa independente (1951-1964). Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Revolta de Beckman pelo olhar de João Felipe Betendorf e da Documentação do Conselho Ultramarino

Antonio Filipe Pereira Caetano*

Resumo: Uma dos movimentos de resistência mais importantes do período colonial ocorreu no Maranhão, entre 1684 e 1685, quando os irmãos Beckman, aliados aos proprietários de terra locais, destituíram o governo de Francisco de Sá e Menezes e prenderam o responsável pela Companhia Geral do Comércio do Maranhão, Pascoal Jansen. Os acontecimentos do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão geraram uma larga produção que vai desde fontes primárias até os gêneros literários. Neste trabalho pretendem-se expor como duas fontes vêem aquele episódio. Para isso, escolhemos a visão do jesuíta João Felipe Betendorf e as informações administrativas produzidas pelo Conselho Ultramarino.

Palavras-chaves: revolta; política colonial; Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Abstract: One of the more important movements of resistance of the colonial period occurred in the Maranhão, between 1684 and 1685, when the brothers Beckman, allies to the local land proprietors, had dismissed the government of Francisco de Sá and Menezes and had arrested the responsible one for the General Company of the Commerce of the Maranhão, Pascoal Jansen. The events of the old State of Grão-Pará and Maranhão had generated a wide production that goes since primary sources until the literary sorts. In this work they are intended to display as two sources see that episode. For this, we choose the vision of the Jesuit João Felipe Betendorf and the administrative information produced by the Overseas Advice.

Keywords: revolt;colonial politic; Maranhão e Grão-Pará's State.

São Luis, princípio de Fevereiro de 1684. Manoel Beckman, Francisco Dias Deiró, Jorge de Sampaio, Tomás Beckman, Belchior Gonçalves, Manoel Coutinho, Lázaro de Melo e mais alguns padres faziam reuniões secretas, trocavam bilhetinhos no meio das missas e espalhavam pelas cidades panfletos de indignação contra a administração de Francisco de Sá e Menezes. Eram em sua maioria proprietários de terras, oriundos dos primeiros portugueses que se descolaram para aquela região, esses homens, após o sermão inflamado do frei Ignácio da Fonseca e Silva, que criticava as atitudes do estanco e reprimia a ação dos jesuítas, em 24 de Fevereiro de 1684.

---

* Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e doutorando em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde. Agradeço ao CNPq que financia a execução desse trabalho e a professora Virgínia Maria de Assis Almoêdo.

No dia seguinte, os moradores de São Luis com mais 100 revoltosos tomaram a cidade, renderam a tropa, prenderam o capitão-mor, Balthazar Fernandes, e deram início ao movimento conhecido como revolta de Beckman, sob a alegação de que eram leais vassalos e deveriam solicitar de seu príncipe alívio dos trabalhos, e a emenda das desordens, que se padecem; porque a súplica humilde, e não sedição violenta, é para isso o meio lícito e caminho certo. (COUTINHO, 2004: 196) O governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará encontrava-se em Belém onde poucos dias depois recebia notícias sobre o que estava acontecendo na capital pelo responsável da aplicação do estanco na região, Pascoal Jansen.

O movimento fora reflexo do contexto econômico, político e social difícil no qual viviam as capitanias do norte da América Portuguesa. Com atividades voltadas para gêneros de baixa produtividade e comercialização, como as drogas do sertão (anil, canela, cravo, salsaparrilha, alecrim e outros mantimentos), a região tinha uma pequena circulação monetária, o que ocasionava uma intensa utilização da mão-de-obra gentia já que os negros acabavam se tornando um produto caro para sua aquisição (BOXER, 2000). Além disso, a localidade também era marcada pelas diferenças internas, pois enquanto São Luis após uma inserção frustrada no mundo açucareiro acabou se voltando para as atividades extrativistas; Belém tornou-se um pólo comercial de abastecimento de gêneros. Apesar de a primeira ser a capital do Estado, era na segunda onde os governadores passavam a maior parte de sua administração.

As características do Estado do Maranhão acabaram gerando os principais motivos que levaram a eclosão do movimento de 1684. Em primeiro lugar, as medidas restritivas impostas pela *Companhia Geral do Comércio do Maranhão*. Criada de 1682, o estanco tinha por função abastecer a capitania de produtos variados e negros, apesar de ser bem recebida pela população, não cumpriu com suas atribuições, sendo marcada por acusações de roubos, privilégios comerciais para embarcações de produtos, vexações, má qualidade dos gêneros usados para munir a região, bem como não resolveu o problema da carência da mão-de-obra das lavouras locais (LISBOA, 1997: 85).

Em segundo lugar, a *ausência física do administrador régio*, Francisco de Sá e Menezes. A moradia em Belém incomodava os súditos maranhenses que se viam prejudicados pelo abandono da sombra do sol acusado de estar interessado muito mais em seus ganhos pessoais e particulares do que em resolver os problemas e as dificuldades que passavam os moradores de São Luis. Principalmente por que o mesmo tinha sido o responsável pela aplicação da finta, cabendo-o a fiscalização e o real cumprimento de suas atribuições.

Por fim, o conflito constante e histórico que envolvia os jesuítas e os súditos maranhenses por conta da querela da escravização indígena. Protegidos pelo monarca português, mais das vezes, os religiosos de Loyola conseguiam leis que permitiam a administração temporal e eclesiástica sobre os gentios, gerando uma insatisfação nos proprietários de terra que não tinham outra alternativa financeira para fazerem suas lavouras funcionarem. As disputas entre esses grupos foram marcadas, em anos anteriores, pela expulsão dos missionários, pelos ataques aos conventos, pelo saques às aldeias jesuíticas e pelo aprisionamento ilegal dos indígenas. (FERREIRA, 1955; SOUZA, 1977)

O movimento foi duradouro, já que teve seu término somente em 10 de Novembro de 1685, quando aquele apontado como "cabeça do motim", Manoel Beckman, fora encaminhado à forca mais de vinte meses após o início do movimento. Talvez por isso, e pela sua representatividade na história colonial, o episódio do Maranhão proporcionou a produção de inúmeros trabalhos de caráter primário, histórico e literário. Enquanto as obras literárias, como de Clodoaldo Freitas (2001), Joaquim Elias Filho (1986) e Bernardo Almeida (1978) privilegiam um olhar de exaltação do herói Beckman, do sofrimento da forca, da luta pelos ideais emancipacionistas do Maranhão e da interpretação do movimento como uma revolução que alteraria profundamente a sociedade maranhense; os textos de cunho histórico como João Franscisco Lisboa (1976), Milson Coutinho (2004) e Maria Liberman (1984), já utilizando de fontes primárias, dão uma maior ênfase na conjuntura de fatores que levam ao surgimento do motim, mas também é imagem de Beckman é associado à de um mártir e as melhorias propostas pelos revoltosos visavam melhor a vida do "povo" maranhense.

Podemos apontar como hipóteses para o grande manancial de pesquisas sobre a Revolta *de Beckman* a existência de um relativo número de obras e fontes sobre o episódio. João Felipe Betendorf (1910), Francisco Teixeira de Morais (1877), Bernardo Berredo (1905) e os documentos do Conselho Ultramarino de uma maneira ou de outra tentam dar conta dos detalhes, das razões, dos problemas e das intrigas que viveu o Estado do Maranhão e Grão-Maranhão entre os anos de 1684 e 1685. Aqui, nestas linhas, se privilegiará uma rápida interpretação sobre dois destes conjuntos documentos: a *Crônica da Missão dos Padres Missionários da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão* do jesuíta João Felipe Betendorf e os documentos avulsos do Conselho Ultramarino indexados, catalogados e digitalizados pelo projeto resgate.

Em todas as obras históricas e literárias sobre a *Revolta de Beckman* o padre João Felipe Betendorf aparece sempre como principal testemunha ocular dos fatos (obras históricas) ou personagem central na trama do movimento (obras literárias), mesmo sabendo

que seu trabalho não se encontra em formato original na publicação do IHGB. Nascido em Luxemburgo, em 1623, entrou para a ordem dos missionários em 1645, onde para cumprir sua missão acabou por aportar em terras maranhenses, em 1652, devido a carência de missionários daquela localidade, ganhando 350 mil réis de pagamento para concretizar suas tarefas. Todavia, anos depois vivenciou em um dos momentos mais complicados de sua história, em 1661, quando os missionários de Inácio de Loyola estavam sendo expulsos da capitania por conta da querela da escravidão indígena. Este episódio acabou culminando na saída do padre Antonio Vieira das missões do Maranhão e sua transferência para a Bahia, local que nunca mais voltou.

Foi exatamente seguindo as ordens de Vieira, que segundo Betendorf, o mesmo resolveu ficar em São Luis, organizando e administrando o projeto jesuítico pelas bandas do extremo norte da América portuguesa. Sendo assim, o missionário acabou participando dos dois momentos de expulsão dos missionários jesuítas do Maranhão, em 1661 e 1684.

Sua obra é de 1699, ou seja, cinco anos após a eclosão da revolta. Todavia, mesmo o religioso apontando que sua obra passaria a idéia *de que seus olhos viram e constataram toda a realidade dos fatos* (1910: XIX) o seu objeto central não é a exposição da revolta e sim uma espécie de histórico do que foi a construção das missões jesuíticas no Maranhão. Por conta disso, o autor destaca a conquista da região frente aos franceses, mesmo reconhecendo que os descendentes da dinastia dos Valois foram os primeiros a edificar moradas naquelas localidades; aponta as principais atividades econômicas das principais capitanias da região, que descreve lugar por lugar, onde destaca a pobreza como um elemento em comum entre elas; expões as aldeias missionários e sua atuação do interior do Estado na catequização e proteção dos gentios frente a "fúria", "violência" e "ganância" dos moradores de São Luis e Belém; descreve os tipos indígenas com suas particulares e peculiaridades; e ressalta o papel dos missionários no momento da invasão dos holandeses na capitania.

Sendo assim, somente no capítulo sete que o religioso se atém aos acontecimentos de 1684. Porém, antes disso, podemos perceber uma relação mais próxima entre Betendorf e Beckman quando o primeiro expõe a pendenga da prisão de Manoel Beckman, durante a gestão de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1670, por acusação de assassinato de Manoel Correia, filho de Agostinho Correia (Idem: 282). Durante o impasse sobre sua condenação e a consulta aos religiosos sobre o problema, o missionário destacava que não deveria condenar a morte uma pessoa sem uma prova, já que uma camisa manchada de sangue não poderia ser considerada um artifício cabível para prisão, pois o sangue era oriundo de sangria de enfermos das fazendas do acusado (Idem: 283). Interessante notar que além de

absolver Beckman, Betendorf ressaltava para dar validade as suas informações as relações sociais travadas naquela localidade, pois os irmãos acusados (já que Tomás Bequimão também o fora) eram genros de João Pereira de Cárceres, que tinha deixado uma generosa quantia de herança para o colégio Nossa Senhora da Luz quando de sua morte. No fim da devassa, os irmãos Beckmam foram inocentados e Francisco de Barros, outro acusado pelo evento no engenho de Vera Cruz.

Sobre o governador, Francisco de Sá e Menezes, o defendia em suas atitudes, destacando seu empenho em colocar estanques de todos os produtos, principalmente o cravo e o cacau, onde seriam introduzidos negros para auxiliar em sua extração. Dessa forma, os moradores de São Luis queixavam-se contra o estanco e da posse dos índios pelos padres jesuítas. Em suas palavras, os revoltosos muito erraram em dar a culpa aos padres da companhia, suposto que tinham o governo dos índios, não tinham a repartição deles, pois a tinha o Sr. Bispo, como prelado do Santo Antonio e um dos camaristas (Idem: 359).

Assim, Betendorf não só tirava a responsabilidade dos problemas de mão-de-obra indígena dos jesuítas como apontava o clero secular e a câmara com aqueles que resolveriam a questão. Para ele, o tumulto inicia com a circulação de pasquins facinorosos que fora denunciada pelo padre Manoel Nunes (mestre dos estudantes do colégio dos jesuítas) ao capitão-mor, Balthazar Fernandes. Os folhetos incitariam a população de tal maneira, que para o religioso os moradores estavam dispostos a tudo para a eclosão do motim: como nunca faltam homens turbulentos para levar adiante qualquer ocasião de tumultos, não faltaram alguns que com seus pasquins postos às escondidas pelos cantos das ruas iam incitando os homens contra o estanque e estanqueiros ou contrabandistas e outros (Idem: 359).

Destaca uma tentativa de negociação com os camaristas, no qual ele havia participado, destacando que a primeira acusação sempre era feita aos jesuítas. Todavia, menciona que nas primeiras reuniões dos amotinados não se tinha a intenção de expulsar os jesuítas, somente de tomar o seu poder temporal, situação alterada com a junta de 23 de fevereiro de 1684, quando a proposta de expelir os missionários da capitania. Neste momento, percebe-se uma alteração na fala de Betendorf, apontando a existência de demônios nas atitudes dos revoltosos: tendo já preso o capitão-mor, o capitão da guarda, e as infantaria toda as suas ordens, correram pelas ruas com tanto estrondo e gritarias que pareciam uns homens endemoneados (Idem: 361)

O discípulo de Antonio Vieira ainda tenta negociar com os amotinados a não expulsão dos religiosos, prometendo se livrar da administração dos índios, proposta que não fora aceita pelos moradores de São Luis. Sobre a tentativa de angariar o apoio da capitania do

Pará para o movimento, Betendorf descreve que o contato tinha sido feito frei Luiz de Pestana, mas que não obteve sucesso, já que em Belém os ânimos não estariam dispostos para imutar o levantamento dos homens do Maranhão (Idem: 364).

Sua impressão do movimento é um tumulto total. Desordens, demônios, ânimos exaltados, corações dispostos e ouvidos fechados para a razão. Para corroborar com esta questão descreve Beckman como disposto à morte pelos seus ideais, pois, segundo ele, como o diabo estava ao que parecia em o coração deste mais cruel homem e lhe faltava pela boca, tinha tanta eficácia suas palavras para o povo todo, que tudo quanto dizia lhe parecia óragos do céu (Idem: 366).

O momento da expulsão dos jesuítas do Maranhão desenhou com tons dramáticos, repletos de lágrimas, sofrimentos e tristeza. Valoriza a tentativa de Manoel Beckman o abrigar em sua casa, protegendo da fúria dos amotinados o jesuíta. A partir seu texto se divide em duas grandes sagas: os perigos enfrentados pelo barco menor que vinha de Pernambuco que carregava o padre Iodoco Peres e outros; e seu ato de "heroísmo" em, depois de passar pela Bahia, buscar apoio do monarca português e indicar Gomes Freire de Andrade para apaziguar os ânimos. Além disso, elabora uma espécie de memorial entregue ao sol português exigindo as novas atribuições da administração dos índios pelos missionários. Ele coloca sua ação como heróica no momento que impede tanto a exposição de Tomás Beckman do ocorrido na visão dos revoltosos, quanto a carta do padre Iodoco Peres pedindo a suspensão da missão dos religiosos de Loyola no Maranhão.

Com a chegada do novo governador, o controle da revolta e a punição os cabeças do motim, a capitania do Maranhão estava aberta à volta dos religiosos, ocorrida em seguida. Ao mesmo tempo em que o religioso destaca a boa recepção tida pela população local ao retorno dos missionários, ironicamente valoriza e epidemia de bexigas como um castigo divino pelos atos cometidos contra os padres da companhia. Enfim, para Betendorf a *Revolta de Beckman* só teve um objetivo atacar os jesuítas e fora castigada por isso, seja pela morte de seus líderes ou por uma epidemia que assolava diversas partes da América Portuguesa.

Enquanto isso, *o catálogo dos documentos manuscritos avulsos sobre a capitania do Maranhão no Arquivo Histórica Ultramarino* reflete um outro lado do episódio. De caráter mais administrativo, as consultas, as cartas e os pareceres deste órgão que fazia a relação entre Portugal e seus domínios ultramarinos, se aterem a muito mais o momento final de punição, julgamento e prisão dos envolvidos da revolta do que as razões que envolveram a revolta.

Ao todo são sete documentos: 1) carta de Gomes Freire de Andrade dando conta da sua atuação naquele Estado; 2) Consulta ao Rei D. Pedro II sobre a carta do ouvidor-geral

do Estado do Maranhão, Antonio de Albuquerque, de algumas pessoas criminosas existentes naquele Estado; 3) Carta do governador do Estado do Maranhão sobre a execução dos culpados no levantamento ou revolta encabeçada por Manuel Bequimão e Jorge de Sampaio; 4) Carta do Sindicante Manuel Vaz Nunes dando conta da execução dos amotinados de 1684; 5) Consulta ao rei D. Pedro II sobre o interesse dos particulares no sossego e conservação do Estado do Maranhão; 6) Consulta ao rei D. Pedro II sobre as diligências realizadas pelo desembargador Manuel Vaz Nunes, relativo à revolta chefiada por Manuel Bequimão e Jorge de Sampaio; e 7) Consulta do Conselho Ultramarino ao rei Pedro II, sobre a execução dos culpados pelo levantamento dos moradores de São Luis do Maranhão.

Percebe-se que todos se remetem ao ano de 1685, na gestão de Gomes Freire de Andrade e ao controle do conflito. Apesar dos manuscritos do Conselho Ultramarino expor os problemas dos jesuítas, as dificuldades da câmara e as queixas contras alguns administradores régios, pouco se tem sobre a teia condutora da Revolta de Beckman, pelo menos nessa coleção digitalizada pelo Projeto Resgate.

A revolta é colocada como maléfica para a população, seus amotinados como anti-heróis que tumultuavam a paz da capitania e mereciam serem castigos pelas atitudes contra os monarcas. Na fala do Conselho Ultramarino, a idéia de tais movimentos como beneficiando o poder e a soberania do rei não aparecem. Pelo contrário, a extirpação do foco do motim, sem benefícios para a localidade, mostrava que o episódio tinha sido um erro e que não deveria se repetir. O retorno dos jesuítas e a ampliação de seus domínios, bem como a atuação de novas companhias comerciais no Maranhão e Grão-Pará demonstrava que a região estava indiscriminadamente submissa às ordens, desejos e caprichos do monarca português.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Bernardo. **O Bequimão**. São Luis: Sioge, 1978.
BERREDO, Bernado Pereira de. **Anais Históricos do Maranhão**. Rio de Janeiro: Alumar, 1905.
BETENDORF, João Felipe. "Crônica da Missão dos Padres Missionários da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão" In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,Volume LXVII, 1910.
BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro no Brasil**: Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
COUTINHO, Milson. **A Revolta de Bequimão**. São Luis: Instituto Geia, 2004.
FERREIRA, Arnaldo. **Os Jesuítas no Maranhão e Grão-Pará**. São Luis: s/e, 1955.
FILHO, João Elias. **Bequimão na Forca**. São Luis: Sioge, 1986.

FREITAS, Clodoaldo. **O Bequimão: Esquisso de um Romance**. São Paulo: Sciliano, 2001.
LIBERMAN, Maria. **O Levante do Maranhão – Judeu Cabeça do Motim: Manoel Beckman.** São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/FFLCH-USP, 1983.
LISBOA, João Francisco. **Jornal do Timón – Volume II: Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão**. Brasília: Editora Alhambra Ltda/Alumar, 1997.
_____ **Crônica do Brasil Colonial**: Apontamentos para História do Maranhão. Petrópolis: Vozes, 1976.
MORAIS, Francisco Teixeira. "Relação Histórica e Política dos Tumultos que Sucederam na Cidade de São Luis do Maranhão" In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume XL, 1877, pp. 67-155.
SOUZA, Padre José Coelho de. **Os Jesuítas no Maranhão**. São Luis: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A "Imprensa Evangélica" e a formação da identidade religiosa presbiteriana no Brasil do Século XIX

Marco Aurélio Monteiro Pereira*

Resumo: O trabalho apresenta uma reflexão sobre a formação da identidade religiosa evangélica presbiteriana, no Brasil na segunda metade do século XIX, pela análise do primeiro veículo impresso protestante no Brasil, o jornal "Imprensa Evangélica", fundado em 1864. O "Imprensa Evangélica" constrói, em seus artigos, a proposta missionária e evangelística presbiteriana, uma nova proposta de concepções e práticas religiosas num Brasil que, mesmo inserido na tradição católica, está, no Segundo Império, em processo de abertura para a modernidade capitalista. Esta nova territorialidade religiosa se articula no contraponto às territorialidades religiosas católica e afro-brasileira e na propositividade de um novo conjunto de formas, conceitos e práticas religiosas que configuram parte do que hoje é o campo protestante histórico, reformado, expresso na Igreja Presbiteriana do Brasil.
Palavras-Chave: Presbiterianismo, Imprensa Evangélica, Brasil Império.

Abstract: The work presents a reflection about the formation of presbyterian evangelical religious identity in Brazil in the second half of the XIX century by the analysis of the first Brazilian protestant printed vehicle in Brazil, the newspaper “Imprensa Evangélica”, founded in 1864. The “Imprensa Evangélica” builds, in its articles, the missionary proposal and presbyterian evangelistic, a new proposal of conceptions and religious practice in a country that, even being in a catholic tradition, is, in the Brazilian Second Empire, in a process of opening for the modern capitalism. This new religious field is inserted in the afro-brazilian and catholic religious territoriality and in a proposal of a new group of forms, concepts and religious practice that takes part of what is today the reformed, historical protestant field, expressed in Presbyterian Church of Brazil.
Key-words: Presbyterianism, Evangelical Printing, Brazilian Empire.

1. Considerações Iniciais

Os cientistas sociais vêem a religião de diferentes formas. Em primeiro lugar, como uma forma de conhecimento associada à dimensão ideológica, como produtora de ignorância, ao alienar o ser humano da compreensão das formas de opressão de classe por ele vivenciadas por meio da promessa de salvação e de recompensa em outra vida.

Em segundo, pesquisadores comprometidos tendem a ver a religião como a plena afirmação dos valores e estruturas organizacionais intrínsecos a elas. Possuem, normalmente, uma produção institucional e apologética.

Uma outra vertente, sob influência dos *Annales*, vê a religião nos campos das mentalidades e representações coletivas. Esta vertente centra sua análise e produção no campo da religiosidade popular, minimizando o papel institucional da religião (SILVA, 2005).

* Professor Assistente Mestre da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Mas a construção das territorialidades religiosas de um grupo vai além destas análises. Ela significa articular as realidades desiguais vividas pelo grupo em suas diferentes dimensões, com o processo de mudanças da sociedade onde o grupo está inserido. Significa definir o complexo grupo de tensões onde o grupo experimenta suas crenças e vivências. As territorialidades religiosas se inserem, assim, numa dimensão complexa, onde se articulam cultura, sociedade, história e espaço (GIL FILHO**,** 2006)**.**

As territorialidades religiosas se configuram como parte fundamental de uma Geografia do Sagrado, pensada como "mais afeta à rede de relações em torno da experiência do sagrado do que propriamente às molduras perenes de um espaço sagrado coisificado" (GIL FILHO, 2001:67-78).

Esta *rede de relações em torno da experiência do sagrado* é que dá a tônica deste trabalho, que busca a compreensão de novas territorialidades religiosas no campo do cristianismo brasileiro, tendo como objeto a construção das territorialidades presbiterianas no Brasil, a partir da análise de um dos seus principais veículos articuladores e difusores, o jornal *Imprensa Evangélica*.

2. Religião e Religiosidade no Brasil Oitocentista

No começo do século XIX, a Igreja Católica Romana era marcada por uma crônica carência de clérigos e por um acentuado declínio em seus padrões morais, espírito apostólico e vocação missionária (LÉONARD, 2002:32-36).

Por parte dos fiéis, a prática religiosa era definida por uma piedade ostensiva e supersticiosa. Havia um grande fascínio pelo cerimonial, pelo festivo, pelo aparatoso nas celebrações institucionais da Igreja, usado catequeticamente pelo clero, a par de uma devoção pessoal e familiar bastante disseminada (LÉONARD, 2002:37-38).

Por outro lado, a influência inglesa no Brasil despertava nas elites intelectuais um forte atrativo por uma religião "à inglesa". Esta abertura também era sensível também no clero "progressista".

O catolicismo brasileiro, exceção feita à invasão holandesa no Nordeste no século XVII, não se envolvera nos embates da Contra-Reforma. Era marcado por sua tolerância institucional, "inofensivo, longânimo, paciente e lento nas suas reações" (LÉONARD, 2002:41).

O clero progressista possuía uma forte influência jansenista em sua formação, o que o encaminhava na "fomentação de uma piedade austera, culto das Sagradas Escrituras e independência com relação a Roma" (LÉONARD, 2002:43).

Numa Igreja Católica que na Europa era cada vez mais ultramontana, a influência do jansenismo no clero brasileiro permitiu uma maior resistência ao processo de romanização do catolicismo no Brasil.

Assim, num país com uma igreja de poucos padres, uma devoção mística, supersticiosa e sincrética; espetacular e privada ao mesmo tempo; tolerante e com influências jansenistas e separatistas em relação a Roma é que surgem as primeiras manifestações das religiões protestantes.

3. Os Primórdios do Protestantismo no Brasil

Os inícios da presença protestante formal no Brasil se dão no século XIX. Na Capital do Império, este início se deu com a abertura de capelas pertencentes a colônias estrangeiras, ingleses e alemães no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século. Porém sua prática era decididamente introvertida, sem pretensões missionárias (LÈONARD, 2002:47-51).

A primeira ação missionária efetiva se deu pela Igreja Metodista, que, em 1835 enviou o Rev. Fountain Pitts ao Brasil para aferir as possibilidades de implantação de um trabalho missionário.

A conseqüência disso foi a vinda para o Brasil do Rev. Justin Spaulding, que abriu uma escola para crianças e manteve um ministério pastoral para os integrantes das colônias e marinheiros ingleses e norte-americanos no Rio de Janeiro.

Em 1837, o Rev. Spaulding recebe o reforço de vários professores e do Rev. Daniel Kidder.

> *Kidder, que percorreu o Brasil durante a minoridade de D. Pedro II, distribuindo Bíblias e reunindo documentário para seus Sketches of residence and travel in Brazil. Outras descrições de viagens poderão interessar mais do ponto de vista da descrição geográfica, econômica e social do país. Esta, entretanto, sobreleva todas no que diz respeito à situação espiritual e eclesiástica, quer pelo fato de ser esse assunto afim com sua atividade e as preocupações de seu autor, quer devido à sua inteligência e liberalismo, que nem sempre encontramos em propagandistas que seguiram seus passos. (LÉONARD, 2002:32-33)*

Kidder "dedicou-se, principalmente, ao trabalho de difusão das Sagradas Escrituras em tradução de Figueiredo, autorizada pela hierarquia católica..." (LÉONARD, 2002:48). Nesse

trabalho teve contanto com personagens do governo regencial, como o regente Feijó e o senador e ministro Vergueiro. A reação católica inicialmente foi pequena e, de certa forma favorável aos protestantes distribuidores de Bíblias.

Para LÉONARD (2002:53), duas grandes motivações facilitaram a implantação missionária do protestantismo no Brasil: "as disposições do Imperador e a necessidade que o Brasil tinha de imigrantes".

Dom Pedro II possuía uma formação intelectual influenciada pelo iluminismo e pelo cientificismo, e uma religiosidade católica não influenciada pelo ultramontanismo, vista mais como um dever de Estado.

Já a imigração era vista como uma das alternativas preferidas para povoar e civilizar o vasto território brasileiro. Os colonos mais "evoluídos", protestantes, deveriam ter condições de praticar suas religiões, nelas educar seus filhos e celebrar seus cultos.

Essa disposição do governo imperial foi o dado fundamental e necessário para o início do protestantismo no Brasil.

De 1851 a 1854, o representante da Sociedade Bíblica Americana no Rio de Janeiro foi o Rev. James Fletcher, pastor presbiteriano. Ele viajou mais de cinco mil quilômetros pelo interior do Brasil distribuindo Bíblias entre 1855 e 1856. Em diversas passagens e com funções distintas, Fletcher manteve sua ligação com o Brasil até 1869. Sua ação política, de representação e missionária foram fundamentais para a difusão e conquista de respeitabilidade dos valores evangélicos no Brasil. Fletcher chegou a ser admitido como membro do Instituto Histórico Brasileiro.

Em 10 de maio de 1855 chegou ao Rio um missionário escocês, Robert Kalley, com o objetivo de edificar a primeira igreja protestante brasileira.

Robert Kalley era um médico escocês, calvinista congregacionalista, que iniciou sua carreira missionária na Ilha da Madeira, em 1858. Seu trabalho gerou uma forte perseguição do clero português, obrigando-o a deixar a ilha em 1847. Kalley resolveu vir ao Brasil, e começou, com seus auxiliares portugueses, o trabalho de missionário.

Articulou o objetivo de manter contato com a elite imperial, o que lhe garantiu uma inserção social qualificada e boa-vontade com sua obra missionária. Instalou-se em Petrópolis, onde recebia visitas do Imperador D. Pedro II.

Seu primeiro convertido, Pedro Nolasco de Andrade, foi batizado em 11/06/1858. Mas o impacto maior da Igreja Evangélica na capital do Império foi o batizado, em 7/01/1859, de

membros da corte imperial, D. Gabriela Augusta Carneiro Leão, e o Barão de Santa Maria e sua filha D. Henriqueta.

A partir daí começam incidentes nos lugares de culto no Rio de Janeiro. Kalley recorre ao consulado britânico e, em 19/10/1861, o chefe de polícia da Capital emitiu uma nota circular lembrando a necessidade de respeito aos lugares de culto não-católicos.

Em 17/04/1863, o decreto nº. 3069 regularizou os casamentos de membros das "religiões toleradas", e estabeleceu que seus nascimentos e sepultamentos fossem registrados nos cartórios civis e que os cemitérios teriam um lugar próprio para suas sepulturas.

Kalley foi eleito pastor da Igreja Evangélica Fluminense, em 12/10/1863. E, fato notável, a certidão desse ato foi registrada na Secretaria do Império em 23 de outubro do mesmo ano (LÉONARD, 2002:56-61).

4. Simonton e o Início do Presbiterianismo no Brasil

No final da década de 1850, a Igreja Presbiteriana dos EUA enviou ao Brasil seu primeiro missionário, com objetivo de implantação de igrejas em território brasileiro.

O escolhido foi o Rev. Ashbel Green Simonton, um jovem pastor de 26 anos. Simonton nasceu em Dauphin, Pensilvânia, em 20/01/1833. Seu pai, Dr. William Simonton, era médico e sua mãe, Martha Snodgrass, era filha do pastor presbiteriano Rev. James Snodgrass.

Depois de concluir seus estudos secundários, Simonton dirigiu, de 1853 a 1854, uma escola em Starkville, Mississipi. Em 1854 decidiu estudar Direito.

Seu despertamento missionário se deu em um avivamento religioso ocorrido em Harrisburg, Pensilvânia. Fez sua profissão de fé em 3/05/1855, assumiu sua candidatura ao ministério e, já no segundo semestre de 1855, foi estudar no Seminário de Princeton.

Em 1858, apresentou-se como candidato a missionário na Junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana, quando designou o Brasil como seu campo de preferência.

Ordenado pastor pelo Presbitério de Carlslile em 14/04/1859, embarcou para o Brasil em 18 de junho do mesmo ano, chegando ao Rio de Janeiro em 12/08/1859.

Sua ação missionária inicial foi junto aos marinheiros engajados nos navios atracados no Rio de Janeiro e em residências de norte-americanos e ingleses na capital do Império. Em 22/04/1860, Simonton dirigiu seu primeiro culto em português e, em 25 de julho, recebeu a ajuda do Rev. Alexander Blackford, casado com sua irmã.

No final de 1860, fez uma viagem pela Província de São Paulo. Voltou ao Rio de Janeiro em maio de 1861, e, numa casa na Rua do Ouvidor, começou a dar aulas e iniciou, em 19/05/1861, uma classe de estudos bíblicos aos domingos à tarde. Logo começou com um culto às quintas-feiras. Após a chegada do missionário Francis Schneider, em 1861, Simonton, em 12/01/1862, organizou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro.

Em março de 1862, Simonton viajou aos Eua em seu único *furlough*[1], fazendo a divulgação da obra missionária no Brasil. De volta, em 1863, casado com Helen Murdoch, retomou a missão no Rio de Janeiro e enviou Blackford a São Paulo para iniciar o trabalho presbiteriano.

Em junho de 1864, a esposa de Simonton faleceu após o nascimento de sua filha, Helen. Neste período, Simonton já contava com a colaboração do missionário George Chamberlain.

Dois momentos marcaram a missão presbiteriana no ano de 1864: a conversão e profissão de fé do ex-sacerdote católico e futuro pastor José Manoel da Conceição em 23/10/1864 e, em 5 de novembro, o lançamento do jornal presbiteriano *Imprensa Evangélica*.

Em 1867, Simonton alugou um imóvel no Campo de Santana,. Ali funcionavam a igreja, uma escola e o novo Seminário Teológico, cujas atividades foram iniciadas em 14/05/1867. O Seminário formou os primeiros pastores presbiterianos brasileiros.

No final de 1867, Simonton foi a São Paulo, mas seu estado de saúde agravou-se e ele faleceu ali em 09/12/1867, sendo sepultado no recém-inaugurado Cemitério dos Protestantes, na Consolação.

A obra de Simonton foi fundamental para a implantação do presbiterianismo no Brasil. Suas ações foram marcadas por propositividade. Manteve uma postura prudente em relação ao catolicismo, sem ênfase apologética, "mas intenção proselitista, conversionista e exortativa para os fiéis de sua Igreja no sentido de consolidar neles os princípios distintivos da nova fé que haviam abraçado" (MENDONÇA, 1995:83).

Esta concepção, de uma ação missionária propositiva também esteve presente na linha editorial do *Imprensa Evangélica,* o que foi fundamental para a construção das territorialidades religiosas presbiterianas no campo cristão brasileiro.

5. A Imprensa Evangélica

[1] *Furlough* era um tipo de viagem, misto de férias e divulgação da obra missionária, recorrente no trabalho missionário protestante no século XIX.

O projeto do jornal *Imprensa Evangélica* foi um dos mais caros a Simonton durante sua ação missionária. Gestado em um período de crise pessoal, abalado pela viuvez, Simonton preparou um órgão de imprensa que seria o canal de interlocução dos presbiterianos com os membros da Igreja e com a sociedade. O lançamento do jornal, em 05/11/1864, foi um marco na história da missão presbiteriana e o momento do estabelecimento de um canal de comunicação ampla com a sociedade. (SANTOS, 2006).

Embora fosse um jornal comprometido com a causa missionária e evangelística, a *Imprensa* abordava um campo muito mais amplo de temas além dos religiosos. Era um periódico que não se furtava a comentar e tomar partido nas questões que mobilizavam as atenções no Segundo Império.

Outra característica do jornal era o seu caráter apologético, principalmente na polêmica que travou com o jornal católico de influência ultramontana *O Apóstolo* (OLIVEIRA, 2001:150; ABREU, 1999), num nível elevado para o usual da época.

O *Imprensa Evangélica* foi publicado até 1892, quando, no seio do embate entre os pastores brasileiros e missionários americanos e a ida de Chamberlain para Pernambuco, deixou de ser editado.

6. Considerações finais

A sintética digressão aqui posta sobre a implantação do presbiterianismo no Brasil em seus primórdios serve de pano de fundo para a reflexão sobre o processo de construção das territorialidades religiosas presbiterianas no Brasil.

Num país onde o catolicismo oscilava entre o ultramontanismo e o jansenismo, a chegada dos missionários protestantes trouxe, mais do que uma proposta evangelística, a visão do protestantismo norte-americano em sua era missionária.

Os missionários pioneiros, imbuídos da doutrina do *Destino Manifesto*, originalmente usada para justificar a ocupação do Oeste dos EUA e a anexação de territórios mexicanos, mas também posta como pano de fundo para ação missionária fora dos EUA, viam em sua ação uma articulação de salvação espiritual e desenvolvimento social, um processo civilizatório, se bem que espiritualizado.

Este processo se constrói na articulação de territorialidades religiosas cristãs diferenciadas em relação ao catolicismo romano, visto como sinal de atraso e autoritarismo.

> *Enquanto alguns missionários e, principalmente, os líderes nacionais falam em verdade e não-verdade, reproduzindo assim as polêmicas da Reforma, uma grande facção de missionários se preocupa com os ideias democráticos e republicanos*

> *conduzidos pelo protestantismo, assim como seu liberalismo e progressismo. De um lado, vê-se a preocupação conversionista de católicos ao protestantismo, de outro o transplante cultural, a exportação do American way of life, tudo em obediência ao "Destino Manifesto". (MENDONÇA, 1995:77)*

É neste contexto que surge o *Imprensa Evangélica*, como instrumento de pregação missionária, de embates apologéticos e propagação dos valores e concepções do protestantismo norte-americano em terras brasileiras. Surge como veículo de construção de novas territorialidades religiosas, alternativas ao Catolicismo Romano, mas que não se esgotam no campo teológico-doutrinário, se expandem para os campos da política, sociedade e cultura.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. **O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Júlio Andrade. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil,** Em comemoração ao seu primeiro centenário. Vol. I. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Por uma Geografia do sagrado. **RA'E GA – O espaço geográfico em análise.** Curitiba, n. 5, p. 67-78, 2001.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Estruturas da territorialidade católica no Brasil. ***Scripta Nova.* Revista electrónica de geografia y ciencias sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. X, n. 205, 15 de enero de 2006, http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-205.htm . Acesso em 02 abr. 2007.

LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro.** 3 ed. São Paulo: ASTE, 2002.

MATOS Alderi Souza de. Simonton e as bases do presbiterianismo no Brasil. *In:* MENDES, M; LEMBO, C. *et al.* **Simonton, 140 anos de Brasil**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2000.

MATOS, Alderi Souza de (org.). **O Diário de Simonton (1852-1866).** 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

MATOS, Alderi Souza de. **Simonton e as Bases do Presbiterianismo no Brasil**. Disponível em http://www.thirdmill.org/files/portuguese/17744~11_1_01_10-43-20_AM~Simonton_e_as_Bases_do_Presbiterianismo_no_Brasil.html Acesso em: 02 abr. 2007.

MENDES, M; LEMBO, C. *et al.* **Simonton, 140 anos de Brasil**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2000.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Pendão Real; São Paulo: ASTE; São Bernardo do Campo: Instituto ecumênico de Pós Graduação em Teologia e Ciências da Religião, 1995.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Os bispos e os leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. Ponta Grossa: **Revista de História Regional,** vol. 6, n. 1, p. 147-160, Verão 2001.

SANTOS, Edwiges Rosa dos. **O *Imprensa Evangélica*: diferentes fases do jornal no contexto brasileiro predominantemente católico dos anos 1864-1892.** São Paulo, 2006. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, Edson Armando. **Uma discussão sobre a territorialidade franciscana no sul do Brasil**. Ponta Grossa: [s.n.], 2005. (mimeo.).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Lugares da cidade: os espaços de cultura e lazer na cidade de Natal nos anos 1960, as Praças de Cultura

Isa Paula Zacarias Ribeiro *

Resumo: Entre os anos de 1960 e 1964, a Prefeitura de Natal, sob a liderança do Prefeito Djalma Maranhão, dentro de seu plano de urbanização da cidade, desenvolveu o Programa de Democratização da Cultura nos Bairros. Esse programa objetivava levar aos bairros de Natal espaços de lazer e cultura. Seriam construídos em praças da cidade, parques infantis, quadras de esportes e praças de cultura. Nosso objetivo é analisar como esses espaços foram incorporados pelo poder público municipal, bem como perceber o espaço como experiência individual e coletiva. Como o grupo que estava no poder expressou visualmente seus valores na materialidade da praça e como seus freqüentadores apropriaram-se do lugar.

Palavras-chave: praças de cultura, cultura popular, Djalma Maranhão

Abstract: Between 1960 and 1964, the City-Hall of the city of Natal, whose mayor was Djalma Maranhão, developed a Culture Democratization Program in his city urbanization plan. This program had the aim of bringing leisure and culture to the squares of Natal. They would be build in squares, infantile park, sports squares and cultural spaces. The goal of this paper is to analyze how these spaces were incorporated by the public municipal government, as well as to realize the spaces as individual and collective experiences. It also aims to analyze how the group in power expressed visually its values in materiality of the square and how its visitors assumed the place.

Key-words: cultural squares, popular culture, Djalma Maranhão.

Dentro da proposta do PPGH da UFRN que tem como área de concentração História e Espaços, propomos em nosso projeto trabalhar com a praça pública, numa análise que mostra os usos múltiplos da praça pelo poder público e pela população, dando a este espaço uma multiplicidade de significados e valores. Em 1961, a Prefeitura de Natal, através do *Programa de Democratização da Cultura nos Bairros*, instalou em praças da cidade quadras de esportes, parques infantis e praças de cultura. Este programa acontecia integrado com a campanha de erradicação do analfabetismo *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, movimento de educação popular promovido pela Prefeitura.

A campanha de educação popular *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* foi um marco da administração Djalma Maranhão. Djalma Maranhão, principal liderança

* Graduada em História. Especialista em Arquivo, Memória e História e mestranda do PPGH/UFRN.

política da esquerda em 1960, administrou a cidade de Natal por duas vezes. Na sua primeira administração (1956-1959) adotou políticas voltadas para o ensino público, para o desenvolvimento de práticas culturais e para obras de infra-estrutura, visando o desenvolvimento social, cultural, econômico e físico da cidade.

Na sua segunda administração (1961-1964), o prefeito buscou dar continuidade às políticas desenvolvidas no governo anterior. Dialogando com os representantes de Comitês de Bairros, ainda durante a campanha eleitoral, educação e cultura são escolhidas como metas primeiras para a futura administração Maranhão. Djalma Maranhão priorizou projetos de assistência a população, como a construção e o equipamento de vários mercados e feiras públicas, as frentes de calçamento, a abertura de estradas de barro, a construção de quadras de esportes, de parques infantis, praças de cultura, de bibliotecas populares, campanha de educação popular *De Pé no Chão também se Aprende a Ler*, que atingiu vários bairros de Natal.

Quase todas as ações da prefeitura, principalmente as ações culturais, educacionais e de assistência a população aconteciam em função da campanha De Pé no Chão..., entretanto, alguns projetos ocupavam espaços específicos, fora do ambiente escolar. Foi o caso da Praça de Cultura, que ocupou a praça pública. A principal praça de cultura era localizada na praça André de Albuquerque, no centro da cidade.

A praça é essencialmente um espaço público que se confunde com a própria idéia de cidade. Se pensarmos numa história da praça a partir de autores que se dedicam ao estudo da cidade, das manifestações populares, da vida cívica vamos perceber que esse espaço nos permite olhares sobre a cidade. Estudiosos da cultura popular como Mikhail Bakhtin e Peter Burke, por exemplo, mostram que em momentos diferentes, espaços distintos, a multiplicidade de cenários e práticas se configuram na praça pública. É o espaço do sagrado, do poder público, das manifestações populares, das feiras, do comércio. Se pensarmos na antiguidade grega, veremos a ágora como o espaço dos embates políticos, lócus da ação jurídica, de práticas econômicas, de reunião de cidadãos.

Sendo assim, ter a praça pública como objeto de análise é compreender que esse espaço, como sugeriu Coradine num estudo antropológico sobre a Praça XV, em Florianópolis, surge "no cenário urbano com uma identidade própria, segundo o imaginário de cada época. Essa identidade corresponde às imagens e representações que são construídas a

partir de diferentes discursos, usos, olhares, que imprimem, a cada praça de cada cidade em diferentes épocas, diferentes significados." (CORADINE, 1995:12). Tendo Certeau como referência pensar a pluralidade de representações que determinado espaço ganha a partir das práticas diversas.

A origem da Praça André de Albuquerque se confunde com a origem da cidade. Antes de ser denominada Praça André de Albuquerque, era a Praça da Matriz. A mudança de nome se deu em 1888, quando a Câmara Municipal de Natal mudou o nome da artéria chamada Rua Grande ou Praça da Matriz, como era conhecida para Praça André de Albuquerque, em homenagem a André de Albuquerque, líder da Revolução de 1817.

Traçando um quadro histórico da Praça André de Albuquerque perceberemos em diferentes momentos, uma diversidade de práticas, idéias, apropriações, usos, olhares. Sendo local marco de fundação da cidade, essa praça se configura como um espaço importante para a história local. Foi em torno dessa praça que toda administração pública se organizou: o Governo, a Justiça, Assembléia Legislativa, Erário Real e outras repartições públicas.

A Praça André de Albuquerque, em 1961, sofreu intervenção do poder público municipal e foi transformada num espaço cultural que se chamou de Praça de Cultura. Na praça foram construídos uma Galeria de Arte, Galeria de Arte Cândido Portinari, uma Concha Acústica, uma Biblioteca Popular intitulada Biblioteca José de Alencar. Atividades diárias eram realizadas nesses três setores e tudo era organizado pela Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da prefeitura de Natal. Outras duas praças de cultura funcionaram nos bairros das Quintas e das Rocas.

Propomos responder algumas questões: como a prefeitura incorporou esses espaços de cultura ao cotidiano da cidade, mostrando como se deu a organização do Programa de Democratização da Cultura nos Bairros, especificamente o trabalho desenvolvido nas praças de cultura? Como o grupo que estava à frente desse projeto se expressou na materialidade do espaço, expressando visualmente seus valores? Como a praça de cultura foi sendo praticada, apropriada por seus freqüentadores?

Colocamos aqui as contribuições de Carl Schorske (1988). Em sua análise sobre a cidade de Viena do final do século XIX, o autor nos mostra como o grupo que ascendeu o poder, em 1860, começou a remodelar a cidade à sua própria imagem, conseguindo fazer daquele lugar a expressão visual dos valores de um grupo.

Dentro dessa perspectiva, a apropriação da Praça André de Albuquerque pela prefeitura de Natal, e toda a transformação que se desenvolveu nesse espaço, só pode ser compreendida dentro de um momento histórico de limites bastante precisos, a partir do conhecimento das posturas políticas daquele grupo que estava ao lado de Djalma Maranhão e dele próprio, do conceito de praça de cultura e do que era concebido como cultura popular.

A cultura foi nessa época um instrumento de luta política, de crítica inovando na maneira de se ver a história e a política do país. Para Renato Ortiz o conceito de cultura popular se confundiu com a idéia de conscientização, de função política dirigida em relação ao povo. (ORTIZ, 1985: 72). De acordo com o autor, esses movimentos buscavam diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países centrais e legitimar uma cultura nacional. No caso do Rio Grande do Norte, apesar de Djalma Maranhão ter tido sua trajetória política marcada pela militância no Partido Comunista, e ter se declarado marxista-leninista[1], não necessariamente se pregava uma revolução socialista, mas seu discurso era principalmente em defesa do nacionalismo. No jornal de sua propriedade, a "Folha da Tarde", publicado semanalmente, trazia uma coluna fixa, e o nacionalismo era o tema principal.

Em ocasião do 1° Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, em 1963, encontro este que foi uma primeira tentativa de reunir a produção dos vários movimentos de cultura popular do país, foi apresentada uma síntese que refletia o pensamento da campanha De Pé no Chão... que definia a cultura popular a partir de uma "compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil" [...] sendo então "tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras". Posteriormente "assume a cultura popular um caráter de luta ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional", promovendo "a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político do nosso povo". E por fim "essa cultura popular deve levar o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor, mas principalmente, criador de expressões culturais".(GÓES, 2000:139-142). A cultura popular tinha um papel pedagógico, "de levar ao povo educação, cultura, levar o conhecimento de sua própria realidade". [2]

[1] Em 1946, ao se desligar do Partido Comunista, publicou "Carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte". Nesta carta escreveu os motivos que o levaram a sair do Partido e afirmou suas convicções políticas. A carta foi publicada no jornal "A República", em 24 de abril de 1946.

[2] Entrevista concedida a autora em 31 de outubro de 2006.

A praça de cultura era então um espaço de cultura e lazer, mas também pedagógico. É preciso pensá-la dentro desse momento histórico específico em que o poder público pôde expressar seus valores a partir do uso do espaço público, dando a Praça André de Albuquerque novos sentidos.

Buscamos também como referência as concepções de Raimundo Arrais, que toma a cidade de Recife do século XIX como objeto de estudo, se referindo à cidade como um espaço que testemunha e instrui, na medida em que a cidade de Recife, naquele momento, foi investida de uma função pedagógica. "Em sua materialidade o lugar público foi objeto do esforço de administradores e médicos, que se empenharam em convertê-lo em meio de instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública [...]".(ARRAIS, 2004: 12) Considerando o espaço "a instância em que grupos sociais edificam obras materiais e inscrevem uma ordem simbólica"[3], o autor vê a cidade do ponto de vista de seu espaço, mostrando os sentidos que acompanharam e nortearam a formação material da cidade.

Partindo desse princípio do espaço investido de uma função pedagógica, consideramos a praça de cultura como um espaço estratégico, na medida em que, as praças de cultura não eram apenas espaços de recreação, mas era um canal para atingir a população. A praça de cultura era uma extensão das atividades desenvolvidas nos Acampamentos[4] da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. As atividades desenvolvidas na praça tinham como objetivo fazer "a cultura chegar ao povo sem problema nenhum, haver acesso de qualquer pessoa à cultura". [5]

As praças de cultura foi uma idealização do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife, iniciado em 1960, na prefeitura de Miguel Arrais. Auxiliares de Djalma Maranhão foram a Recife conhecer o MCP. (SILVA, 1999: 96). As praças de cultura se caracterizavam por serem espaços de recreação, de cultura, de arte, cinema, teatro, etc.[6] Nas praças eram desenvolvidas atividades que se caracterizavam pela utilização de instrumentos como rádio, televisão, cinema, teatro, imprensa, biblioteca, música popular e folclórica, etc. (FÁVERO, 1983: 236).

---

[3] Ibid.p.18.

[4] A prefeitura de Natal, não construiu prédios escolares, construiu o que ficou conhecido como Acampamentos Escolares. Eram grandes barracões, com telhado coberto com palhas de coqueiro, o chão era de barro e não havia paredes separando as turmas de alunos.

[5] Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

[6] Em 1963 existiam cinco praças de cultura em Recife. Estavam localizadas nos bairros Casa Amarela, Iputinga, Várzea, Beberibe e Torre.

Tendo como referência o MCP, a Prefeitura de Natal trouxe a idéia das praças, da Galeria de Arte e das bibliotecas e adaptou a realidade da cidade. (SILVA, 1999: 97). Moacyr de Góes informa que a primeira experiência de Praça de Cultura foi no segundo semestre de 1961. Durante uma semana, uma praça da cidade foi ocupada com barracas para feira de livros, de discos e artes plásticas, artesanato, publicações, noite de autógrafos [...] (GÓES, 1991:100).

O funcionamento das Praças de Cultura era de responsabilidade da Diretoria de Documentação e Cultura. Dentro da organização administrativa da prefeitura existia uma Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), subordinada a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município. Essa Diretoria era coordenada por Mailde Pinto, funcionária pública do correio, que em 1960 se integrou ao grupo de assessores de Djalma Maranhão. A DDC era responsável pela política cultural do município.

Essa diretoria era composta por uma equipe de trabalho que na época eram: Mailde Pinto (Diretora); Newton Navarro, Nísia Bezerra de Medeiros e Paulo de Tarso Correia de Melo (Assessoria Cultural); Mônica Viveiros (Secretaria Administrativa); Carlos Rios e Elifá Mamede (Setor de Biblioteca); Antônio Campos e Silva (Setor de Pesquisa); Newton Navarro e Iaponi Araújo (Setor de Museologia); e Glória Oliveira (Setor de Documentação Fotográfica e Hemeroteca).[7]

A DDC tinha como linha básica de seus programas, levar cultura para a população. Através do *Programa de Democratização da Cultura nos Bairros*, a DDC criou espaços culturais e de lazer para a população de bairros populares como a Cidade Alta, Rocas e Quintas.

Foi em 1962, que foram instaladas as praças de cultura de caráter permanente, que possuíam atividades diárias. Estavam localizadas nos bairros das Rocas e das Quintas. As praças eram administradas pela DDC. Nesse mesmo ano, foram instaladas em 10 praças da cidade quadras de esportes e parques infantis, localizados nos bairros: Tirol; Carrasco; Conceição; Quintas, Rocas, Dix-sept Rosado; Lagoa Seca, Redinha e outros (JORNAL FOLHA DA TARDE, 1962:1). Essas praças posteriormente seriam transformadas em praças de cultura.

[7] Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

Em 1963, foi instalada no centro da cidade, na Praça André de Albuquerque, a terceira praça de cultura. Esta serviria de modelo para as praças de cultura que posteriormente viessem a ser construídas. Na Praça André de Albuquerque, a DDC mantinha uma Galeria de Arte, uma Biblioteca e uma Concha Acústica.

A Galeria de Arte foi inaugurada em 08 março de 1963, com uma mostra do pintor Francisco Brennand. Todos os dias a Galeria era aberta ao público natalense com mostras de arte popular, fotografia, pintura, desenho, cerâmica. Mailde Pinto contava com o apoio de intelectuais como Newton Navarro para a manutenção da Galeria de Arte. Segundo entrevista concedida a Maria da Guia Silva "nada se faz em arte que não passasse pelas mãos de Newton, criador da parte artística" (1999:98).

Paulo de Tarso em seu depoimento nos conta ainda que na Galeria de Arte da Praça André de Albuquerque tinha uma exposição permanente de Chico Santeiro, artista local que trabalhava com escultura em madeira. Havia também exposições didáticas. Essas exposições eram feitas com reproduções de artistas famosos. Cada exposição tinha um tema principal como impressionismo, ciclo natalino e outras festas populares ou sobre artistas como Picasso, por exemplo. [8]

Paulo de Tarso ainda destaca as exposições de poesia ilustrada:

> a pessoa pegava um pedaço de papel e era escrito o poema e era feita a ilustração do poema pelo próprio autor do poema ou enviava-se para o Departamento de Cultura onde, o luxo dos luxos, Newton Navarro, que era o maior artista da cidade, fazia a ilustração do poema.[9]

As Bibliotecas Populares construídas pela Prefeitura nas praças, eram na verdade postos de empréstimos de livros, barracas de madeira abertas diariamente à tarde, das 15 às 18 horas, e à noite das 19 às 21 horas. (GÓES, 2000: 150). Nos meses de maio e julho de 1962, foram instalados dois postos de empréstimos, localizados nas praças de cultura das Rocas e Quintas. Dentro da proposta de valorização do nacional, essas bibliotecas receberam nomes de escritores nacionais. A biblioteca das Rocas recebeu o nome de Biblioteca Popular Monteiro Lobato, e a das Quintas, Biblioteca Popular Castro Alves.

[8] Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2006.
[9] Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2006.

Cada uma delas contava com um acervo de aproximadamente 2000 livros, ou mais precisamente o posto Monteiro Lobato, dispunha em setembro de 1963 de um acervo de 1784 volumes, enquanto a Castro Alves contava no mesmo período de 2360 volumes em suas estantes. Estes postos, embora localizados em bairros populares, como Rocas e Quintas, mantinham, no entanto um movimento surpreendente. Eram emprestados cerca de 80 a 120 livros diários, somando mensalmente uma média de 3000 livros. O público em sua maioria era infanto-juvenil. O escritor favorito era Monteiro Lobato. (GERMANO, 1982:118).

O acervo das bibliotecas foi sendo constituído através de campanhas populares. Usava-se a seguinte frase: *O livro que está sobrando na sua estante é o livro que está faltando nas mãos do povo.* Uma caminhonete equipada com alto-falantes, percorria as ruas da cidade pedindo a população a doação de livros para compor o acervo das bibliotecas. Obras de Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, George Eliot, Joseph Conrad, Michael Gold, Robert Nathan, Vasco Patrolini, Saint Exupéry, Morris West, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Castro Alves, Monteiro Lobato entre outros constituíam o acervo das bibliotecas. (GALVÃO, 2004 :106-119).

O controle de entrada e saída dos livros era feito através do recibo das contas de água ou de luz. [10] E a organização das bibliotecas ficou por conta de Zila Mamede, profissional pioneira no Estado em relação à organização de bibliotecas. Zila Mamede foi diretora da DDC antes de Mailde Pinto. Foi Zila Mamede quem organizou as bibliotecas populares e deixou seu irmão, Elifá Mamede responsável pelo setor de biblioteca da prefeitura. O trabalho nas bibliotecas populares não era realizado por bibliotecários, mas por funcionários da prefeitura que recebiam uma formação básica de Biblioteconomia. [11]

Cada biblioteca contava com um jornal mural, afixado na parte externa das barracas. Esses murais eram constituídos de recortes de jornais locais e do Rio de Janeiro, substituídos dia sim dia não, o que possibilitava à população pobre acesso à leitura dos jornais. A estratégia da prefeitura para atrair a população era divulgação dos concursos de *miss* que na época tinham um apelo popular muito forte e "as pessoas vinham ler o jornal mural interessadas no concurso de *miss* e a partir dali se interessavam de leituras mais

[10] Entrevista concedida a autora em 31 de outubro de 2006.
[11] Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

importantes, porque nesses barracões havia um acervo de livros de alta cultura, tanto brasileira quanto universal, ou de alto interesse cultural".[12]

Com a criação da praça de cultura no centro da cidade, instalou-se a terceira biblioteca popular. Foi chamada de Biblioteca Popular Castro Alves. Essa biblioteca, diferente das outras duas, foi construída em caráter definitivo, de alvenaria, e ficava no térreo da Concha Acústica, com estante de aço e mesinha para os leitores.

Segundo Moacyr de Góes as homenagens prestadas a José de Alencar, Castro Alves e Monterio Lobato, como patronos das bibliotecas populares, tinham suas raízes nas lutas de emancipação da cultura do povo brasileiro. José de Alencar, o nativismo; Castro Alves, o social; Monteiro Lobato, o econômico. "Eram alicerces do Plano de Democratização da Cultura ganhando profundidade na consciência do povo". (GÓES, 2000:151).

Era principalmente na Praça André de Albuquerque que aconteciam as atividades organizadas pela DDC. Segundo Paulo de Tarso "havia as apresentações musicais, as apresentações teatrais, havia conferências na praça". Na Concha Acústica, eram realizadas conferências dos mais variados temas desde cultura, música e principalmente política. Segundo Nísia Bezerra, professora aposentada da UFRN, e que na época junto com Paulo de Tarso e Newton Navarro compunha a Assessoria Cultural da Prefeitura "temas sobe políticas eram comuns" e a presença de Djalma era constante, seja no palanque ou na platéia. [13] Além disso, era comum a leitura em praça pública de textos previamente selecionados "dentro do nosso plano de conscientização das massas através da leitura". Esses debates em geral eram conduzidos por estudantes universitários. (DIÁRIO de Natal, 24 fev. 1964). Havia também na praça "um sistema de som onde eram colocados programas de difusão de discos, de música popular, de música erudita, brasileira e internacional e era feito diariamente a leitura de um noticiário do dia a dia da Prefeitura". [...] [14]

A praça de cultura André de Albuquerque foi à materialização de um projeto social que visava à formação de uma autêntica cultura nacional. O grupo que esteve à frente desse projeto pode expressar seus valores, imprimindo significados à praça, desde a concepção do que seria uma praça de cultura até seus elementos constitutivos. Mas é somente a partir dos relatos de memória sobre a praça de cultura André de Albuquerque é que

[12] Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.
[13] Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2006.
[14] Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

poderemos perceber como seus freqüentadores olharam, usaram, apropriaram-se da praça. Pensando a praça de cultura como construção, como elaboração do sujeito sobre o lugar, como nos mostra Certeau percebendo o espaço como um lugar onde as pessoas agem, moldam e são moldadas.

Referências

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CERTEAU, Michel. de **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer, Petrópolis/RJ, Vozes, 1994.

CORADINI, Lisabete, **Praça XV**: espaço e sociabilidade, Florianópolis/SC, Letras Contemporâneas, 1995.

DIÁRIO DE NATAL, 20 de fevereiro de 1964.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FOLHA DA TARDE, abril de 1962.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo:** "a campanha De Pé no Chão". São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. (Coleção Teoria e Prática Sociais).

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964**): uma escola democrática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GÓES, Moacyr de (Org.). **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artiprint, 2000.

SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria da Guia de Souza. **Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. 3.ed.São Paulo: Brasiliense, 1985.

Entrevistas:

Roberto Furtado Secretário de Negócios Internos e Jurídicos na primeira administração e Secretário de Finanças na segunda administração. 19/05/03.
Paulo de Tarso Correia de Melo Assessor Cultural da DDC, em 1960. 20/09/06.
Nízia Bezerra de Medeiros Assessora Cultural da DDC, em 1960. 26/009/06.
Mailde Pinto Galvão Diretora da DDC, em 1960. 31/10/06.
José do Nascimento, engraxate, trabalha na praça Pe. João Maria, mora em frente a Praça André de Albuquerque há 58 anos. 15/01/07.
Ardebal Marques Bezerra Artesão, trabalha na praça Pe. João Maria, mora em Natal desde 1937. 19/01/07.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História, Memória e Imagem: as Fotografias do Caso do Assassinato do Padre Henrique

Diogo Arruda Carneiro da Cunha[1]

Resumo: Em fins de maio de 1969 o padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto, foi violentamente torturado e assassinado. Apesar de fortes evidências da participação do Aparato Repressivo vinculado ao regime militar, o processo, que se prolongou por quase 20 anos, absorveu todos os suspeitos sob a alegação de falta de provas. Após o crime, vários grupos ligados ao padre Henrique, como a Igreja Católica e o aparato repressivo, passaram a construir explicações para o assassinato que constantemente entravam em conflitos. Isso pôde ser observado através de várias fontes. O objetivo desse artigo é analisar uma parte dessas fontes formada pelas fotografias e, a partir delas, como se deram esses conflitos entre os grupos envolvidos.

Palavras-chaves: Memória, Imagem, padre Henrique

Résumé : Fin mai 1969, le prêtre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto a été violemment torturé puis assassiné. Malgré les fortes évidences de la participation de l'appareil répressif lié au régime militaire du Pernambouc, le procès qui a duré presque vingt ans s'est terminé par l'acquittement de tous les suspects, alléguant le manque de preuves. Après le crime, les groupes liés au prête Henrique, comme l'Église Catholique et l'appareil répressif, se sont mis à construire des explications souvent conflictueuses pour l'assassinat. Le but de cet article est de faire une analyse de ces conflits entre les groupes à partir de photgraphies publiées pendant les années qui ont suivi cet événement.

Mots-clés: Mémoire, Image, prête Henrique

Em maio de 1969 foi morto de forma violenta no Recife o padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto. Nesse assassinato, muitas forças estavam em jogo, pois não se tratava de um crime comum: o padre Henrique, membro de uma instituição poderosa e

[1] O autor fez graduação na Universidade Católica de Pernambuco e é Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco.

global, havia sido assassinado pelo aparato repressivo de um regime autoritário. O Brasil estava vivendo sob um Estado de Exceção. Havia se passado apenas cinco meses do decreto de um ato institucional que lançou o Brasil num dos períodos mais obscuros da sua história. A Igreja Católica, especialmente dom Hélder Câmara, a frente da Arquidiocese de Olinda e Recife adotavam um postura crítica em relação ao regime militar tendo o seu nome proibido de ser citado na imprensa pela censura. Além disso, o aparato repressivo estava no início do seu apogeu paralelamente ao início do declínio do poder judiciário.

Após o assassinato, vários grupos ligados ao padre Henrique passaram a construir diferentes significados para o crime que entravam constantemente em conflitos. Dessa forma, determinados setores do Estado explicavam o crime de uma forma, enquanto a Igreja Católica ou a sua própria família construíam significados completamente distintos. A análise desses conflitos permitiram uma análise diferenciada de diversos aspectos do regime civil-militar brasileiro como a atuação do aparato repressivo, da Igreja Católica ou ainda a atuação da imprensa. O objetivo desse artigo é analisar especificamente apenas um conjunto de documentos levantados durante a pesquisa: as fotografias.

Durante muitos séculos, graças a certa herança cartesiana, grande parte dos historiadores sempre ignoraram ou desprezaram fontes que não fossem oriundas do Estado. Ou seja, era ali, nos documentos oficiais que se encontrava a famosa evidência, ponto de partida para a construção de um caminho seguro rumo à verdade científica. Com a quebra da hegemonia cartesiana, observada em várias frentes do saber, os historiadores passaram a expandir seus horizontes com relação às fontes que lhe poderiam trazer resultados tão, ou mais satisfatórios do que os documentos ditos oficiais. Foi assim que se passou a explorar a literatura como fonte histórica, depoimentos orais e documentos visuais, o que engloba fotografias, pinturas, cinema, entre outros.

Na perspectiva que adotamos neste trabalho, de verificar os conflitos que se seguiram ao assassinato do padre Henrique, entre os diversos grupos a ele ligados, um aspecto peculiar se impôs desde o início da pesquisa: o de que diversas representações visuais participaram desde o começo das produções discursivas em torno do caso e, de certa forma, tiveram um papel central na elaboração dos modelos de compreensão e de rememoração do assassinato e de seus contextos.

De fato, o caso produziu, desde o início, uma grande quantidade de imagens, que povoam a cobertura dos jornais, as investigações dos órgãos de segurança, o inquérito e, inclusive, os álbuns de recordações de familiares e amigos do padre Henrique que nunca foram devidamente interpretadas.

Se a necessidade de tratamento interpretativo desse material visual se impôs quase naturalmente no quadro da nossa reflexão, sabe-se que os historiadores têm apresentado uma série de resistências ao tratamento das imagens. Digamos, para lançar o problema central, que a historiografia tem sido prudente ao associar as representações imagéticas e fatos sociais. O eixo central da desconfiança é que as imagens técnicas (fotografia, cinema, vídeo) são capazes de representar o real de forma extremamente convincente, mas não seriam verdadeiramente transparentes ao representar a realidade. A possibilidade de manipulação, os recortes necessários para que a representação ocorra, o direcionamento do olhar do espectador que as imagens técnicas embutem parece, de fato, produzir uma série de procedimentos suspeitos que, para Mounier, pode ser resumida assim: as imagens técnicas, de um lado, capturam tecnicamente a realidade e, por outro lado, violam a realidade ao afastá-la de sua pretensa e utópica pureza (MOUNIER, 1989:10).

A historiografia perece ter incorporado aos poucos esta desconfiança com relação às imagens, a partir da impressão de que a complexidade da realidade seria inalcançável pelas imagens por conta das limitações próprias da representação visual. O princípio dessa atitude conversadora seria o de que as dinâmicas sociais seriam inatingíveis pela representação visual que opera a partir de uma série de reduções (enquadramentos, pontos de vista, etc.) e/ou de manipulações. Essa visão redutora do papel que podem assumir as imagens técnicas no trabalho do historiador vem, aos poucos, deixando de ser hegemônica. Nesse sentido é necessário retomar as reflexões de especialistas como Marc Ferro, em torno de quem, a partir dos anos 70, passou a se considerar as imagens positivamente, na forma de uma tríplice perspectiva (FERRO, 1984: 3-4):

- Imagens podem ser *agentes* da história;
- Imagens podem ser *engrenagens* de um sistema interpretável de relações entre as representações técnicas e as sociedades que as produzem e consomem;

- Finalmente, imagens podem ser espécies de *sintomas* do próprio movimento da história.

Assim, o que Ferro evoca com esta tríplice perspectiva é a necessidade óbvia de a história entender a importância de saber interpretar, por exemplo, os filmes de propaganda nazista, mas também do papel histórico de um filme de ficção ou de uma fotografia de um álbum de família.

Bem mais recente, o trabalho de Peter Burke é ainda mais incisivo na crítica do preconceito dos historiadores contra representações visuais, apontando que muitas vezes as imagens são descartadas por serem muitos historiadores "analfabetos visuais" e que, quando não descartam simplesmente esse tipo de material, tratam-no como meras ilustrações (BURKE, 2001:10). O autor propõe, como primeiro exercício para superar essa situação, que os historiadores deixem de considerar os documentos com os quais trabalho como "fontes" e passem a chamá-los de "indícios".

Burke não esconde a dificuldade do trabalho com esses traços visuais, por conta da evolução dos padrões de produção de imagens, o fato de que a nossa relação com elas muda com o tempo e, sobretudo, de que não existe "olhar inocente" por parte de nenhum produtor de imagens.

Nessa perspectiva, esse artigo se propõe a considerar os traços visuais que se constituíram em torno do assassinato do padre Antonio Henrique Pereira Neto e verificar em que medida essas imagens propõe também discursos complexos e conflitantes sobre o acontecimento. E, para tentar circunscrever estas imagens no quadro da nossa análise, cabe apontar primeiramente que, assim como os discursos verbais, as imagens se organizam em diferentes padrões discursivos.

II

Durante os meses em que estivemos pesquisando, fomos percebendo como os diversos atores e instituições envolvidos no contexto do assassinato do padre Henrique produziram acervos imagéticos associados às diversas construções discursivas que tentavam

dar conta do acontecimento. Dentre estas, destacamos 31 imagens a partir dos seguintes critérios:

a) Diversidade de fontes, no sentido de garantir a presença de imagens oriundas de arquivos pessoais, da mídia, do DOPS e do inquérito – e, assim, poder dar conta da pluralidade de intenções na representação do acontecimento;

b) Diversidade de padrões de representação, compondo um grupo de imagens que reunisse o que estamos chamando aqui de "retrato", de "cena" ou de "acontecimento";

c) Diversidade de formatos técnicos, juntando desde imagens de páginas de jornais até fotografias originais, passando por imagens de páginas de inquérito.

No sentido de explicitar a diversidade de imagens que compõem o acervo, colocamos abaixo imagens que representam as diversas categorias e subcategorias:

a) Segundo a fonte

Arquivo pessoal	Mídia	Ficha DOPS

b) Segundo o padrão de representação:

		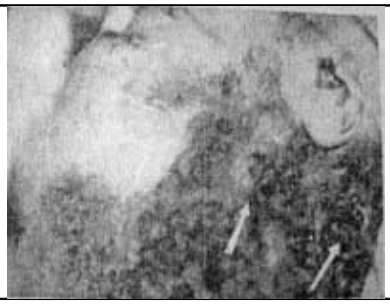
Retrato	Cena	Acontecimento

c) Segundo formato técnico

Foto original	Página de Jornal	Inquérito

A partir dessa categorização, foi possível começar a perceber a complexa articulação entre os diversos níveis, apontando claramente para a produção de vários relatos visuais que vinham ora confirmar, ora contrapor, ora expandir, ora restringir os discursos verbais que se acumularam em torno do caso. É bom salientar que, no nosso entendimento, aquilo que chamamos de relatos visuais não são apenas padrões secundários, submetidos aos discursos verbais. Muitas vezes, ao contrário, as imagens parecem ser ainda mais efetivas do que aqueles na proposição de versões para o acontecimento.

Um exemplo claro da potência do discurso visual é a fotografia do artista plástico Jorge Tavares, desde cedo associado ao assassinato do padre Henrique. Como parte de uma das principais estratégias discursivas dos órgãos de repressão, a idéia de aproximar a figura do padre Henrique à parcela marginalizada da juventude do Recife dos anos 60 (sobretudo dos usuários de drogas), foi em parte associada à figura do pintor Jorge Tavares. Aqui, numa imagem bem posterior ao assassinato (1974), aparece Jorge Tavares debochando do fotógrafo

que o enquadro muito de perto. Cabelos longos e barba, algemado, estirando a língua, abanando as mãos, camisa entreaberta, a figura que surge na fotografia é muito mais incisiva do que as insinuações verbais que fazem parte do noticiário ou dos inquéritos sobre o caso.

Em 1974 o pintor modernista Jorge Tavares esteve implicado na morte do padre Antônio Henrique

Vale ainda salientar que, apesar da força visual, a fotografia do pintor Jorge Tavares é também um excelente exemplo para quebrar com uma possível dicotomia entre os discursos verbais e visuais. Como se percebe na reprodução acima, a foto foi publicada com uma legenda que explicita a estratégia assumida pela fonte: "Em 1974, o pintor modernista Jorge Tavares esteve implicado na morte do padre Henrique". Esta legenda também ancora o princípio que surge da imagem fotográfica: "pintor modernista", por exemplo, aponta tanto para o uso vulgar e deslocado do vocabulário das artes plásticas quanto para a intenção de associar o comportamento em geral contestador dos artistas com os riscos de atitudes fora da norma legal. "Esteve implicado", por outro lado, evoca o uso de expressões dúbias e cuja função, fundamentalmente, é a de vincular negativamente ou pejorativamente pessoas e fatos. Desse modo, a fotografia permite compreender que não existe uma oposição entre os discursos verbais e os visuais, mas uma sinergia entre essas formas de exprimir e de representar.

Há, também, no caso das "cenas", exemplos desse tipo de articulação entre a imagem e o discurso. No caso da imagem do depoimento de Rogério Matos do Nascimento, em 1969, a composição associa a figura do acusado, do seu advogado e dos policiais que faziam a sua guarda. Contrastando com o olhar tenso do advogado e com a atitude típica dos policiais da Rádio Patrulha ao fundo, surge no centro da imagem o rosto de Rogério numa

atitude comum a várias outras fotografias da época, geralmente retratado de baixo para cima, em momentos nos quais transparece certa arrogância do personagem.

Cercado por policiais e junto do advogado Urbano Vitalino Filho, Rogério Matos do Nascimento se manteve na antiga posição de defesa, afirmando que nada sabe a respeito do assassinio do padre Henrique

A legenda, ainda aqui, vem com termos que realçam a sintonia entre a imagem e o discurso: “se manteve na antiga posição de defesa”, “afirmando que nada sabe”, mas, sobretudo “cercado de policiais” e “junto do advogado”. Trata-se, portanto, de reiterar o discurso da auto-suficiência, do voluntarismo e da frieza da figura de Rogério Matos. Esse padrão é verificável na maioria dos retratos do acusado, em que enquadramento, ponto de vista e iluminação perseguem uma determinada intenção.

Em todas as circunstâncias, surge o personagem com seu penteado peculiar, a camisa branca, os gestos e o olhar firmes, sempre orientados para uma direção precisa. Nos textos, essa construção aparece como reflexo do distanciamento com relação ao crime e a permanente atitude de negar o envolvimento com o acontecimento.

As imagens contam outra história sempre que muda a fonte que as articula. Por exemplo, a constante fundamental do álbum da família Pereira é a preservação da memória do padre Henrique vivo, associado na formação e na ação a dom Hélder Câmara.

No primeiro caso, acima, o simples registro do padre Henrique ajoelhado, de olhos fechados, enquanto um padre cobre a sua cabeça com as mãos e reza, torna-se na versão familiar um contraponto absoluto ao destino de sofrimento e morte que marcou o destino do religioso. A imagem se constrói evidentemente na perspectiva do silêncio, da oração, da brancura das vestes, da calma. Do mesmo modo, outra foto que opera na representação da família mostra um padre Henrique humilde, ajoelhado, aos pés de um dom Hélder Câmara evidentemente feliz e de outros membros da arquidiocese de Olinda e Recife.

Diante do altar, o jovem padre está diante daquele que a um só tempo inspiraria a sua trajetória na vida religiosa, mas também selaria o seu destino, na perspectiva da idéia de que o padre Henrique foi morto para que fosse indiretamente atingido o arcebispo.

Com a mesma intensidade, também se destaca no álbum familiar a foto em que o padre Henrique avança, ao lado de dom Hélder, à frente de um grupo de religiosos numa cerimônia. Várias leituras surgem dessa imagem: o padre Henrique, levemente adiante dos demais, inclusive do arcebispo, avança com passos firmes; enquanto dom Hélder olha para baixo, o jovem padre mira adiante, decidido. A imagem pontua a proximidade dos dois, o arcebispo e o jovem padre, privilegiado ao participar do cortejo enquanto os demais esperam do lado de fora – e essa leitura aproxima a imagem da tese de que a verdadeira vítima do atentado que tirou a vida do padre Henrique seria, de fato, dom Hélder Câmara, aquele que destacou o jovem do seio dos iguais.

Outra mudança de perspectiva surge diante das imagens dos amigos, que cuidaram de documentar e de preservar para o futuro imagens até hoje não publicadas, do enterro do padre Henrique e da passeata que o antecedeu. Essas imagens podem ser todas associadas ao princípio do testemunho: relevar, sem palavras, a enorme tensão e repercussão que se seguiram ao assassinato. Há pelo menos duas imagens muito importantes nesse acervo. A primeira delas mostra a grande passeata que acompanhou o corpo do padre Henrique entre a Igreja do Espinheiro e o cemitério da Várzea:

Na imagem acima é possível perceber pelo menos parte do impacto social que o assassinato teve entre a população do Recife. Ao lado da constatação de que uma grande multidão ousou enfrentar a proibição policial do acompanhamento a pé do cortejo até a Várzea, a imagem antecipa signos e crises de um tempo que apenas se anunciava: no primeiro plano, dois jovens escondem o rosto para não ser fotografados (há depoimentos que dão conta da presença de policiais que fotografavam a missa, o cortejo e o enterro); outros jovens carregam faixas ou cartazes de protesto; um grupo intermediário é formado por senhoras de meia idade, apontando para a ocorrência de uma reação forte contra o crime entre famílias da classe média.

Numa outra fotografia da mesma série, abaixo, surge documentado o momento de maior tensão do cortejo que levou o corpo do padre Henrique da Igreja da Encruzilhada para o cemitério da Várzea. No bairro da Torre, a imagem mostra, no lado inferior, a vanguarda do cortejo parada. Depois de um largo intervalo de espaço, a parte superior da foto mostra uma viatura e dezenas de soldados da polícia, perfilados, na perspectiva de impedir que a passeata prosseguisse. Vale apontar ainda a calçada do lado direito, totalmente ocupada, muito provavelmente por moradores da área que, mesmo não participando do cortejo, estavam lá para reverenciar o padre Henrique ou, numa hipótese menos nobre, para constatar qual seria o desfecho daquele instante de tensão. No grupo de frente do cortejo, aparece ainda um pequeno cartaz e há que se destacar ainda a presença de algumas pessoas no território de intervalo entre a passeata e a polícia.

Finalmente, um conjunto final de imagens que se destaca, as que mostram o corpo morto e trucidado do padre Henrique. São as mais difíceis de tratar, é claro, mas ainda assim permitem verificar alguns detalhes das estratégias. Vale a advertência de que, desde a eclosão do caso, imagens do corpo do padre Henrique foram fartamente publicadas nos jornais. Apenas para a contextualização, reproduzo aqui três imagens publicadas pelo Diário de Pernambuco:

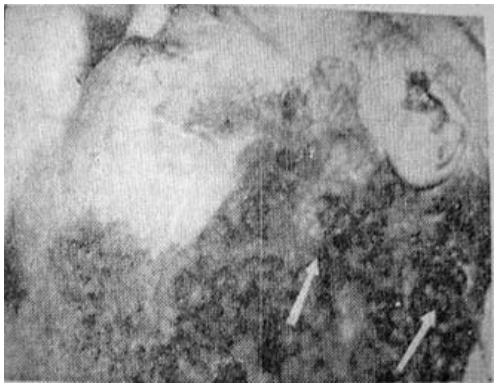

Marcas deixadas pelas cordas mostram os sinais do enforcamento

No pescoço e na face do sacerdote os cortes de faca

Assim, em todos os ângulos, se difundiram fotografias mostrando marcas evidentes de tiros, de enforcamento e de espancamento – num espetáculo em que a mídia não se furtou a distribuir imagens da brutalidade com os maiores detalhes possíveis. Essa precisão, inclusive, aponta para um tratamento do caso que se afastava do padrão jornalístico do período, que na maioria dos casos se contentava em mostrar a foto de um cadáver assassinato nas páginas policiais.

Mas o material sobre o acontecimento vai mais além. Numa primeira imagem que vem do arquivo do DOPS e mostra o corpo do padre Henrique de bruços, no meio do terreno no Engenho do Meio onde seu corpo foi encontrado.

O texto, escrito à mão abaixo da fotografia, afirma claramente: "posição em que estava o cadáver do padre Antonio Henrique Pereira Neto". Muito escondido em meio à vegetação, vestindo camisa clara de mangas curtas, calça social escura, meias e sapatos pretos, o corpo foi encontrado numa posição em que é quase impossível ver o rosto.

Curioso é que a fotografia abaixo, feita poucos minutos depois, pela imprensa, mostra uma cena bem diversa: o padre está virado para cima, o mato em torno está pisado (apenas uma touceira próxima dos pés da vítima permanente alta). Um policial militar, armado com um cassetete, olha para o corpo, assim como um grupo de jovens e crianças por detrás de uma cerca de arame farpado. Ao fundo, o cenário se estende num vasto capinzal que se fecha numa plantação de cana-de-açúcar.

Muito bem realizada tecnicamente, a fotografia é cheia de detalhes. No entanto, a sua principal peculiaridade parece ser a de levantar uma suspeita: a cena teria sido arranjada para a produção da imagem? Quem teria virado o corpo do padre Henrique? E porque há tantas diferenças entre essa imagem e a que consta do arquivo do DOPS?

Numa outra fotografia da série, cuja sobrevivência parece ter sido arriscada, mostra o corpo do padre Henrique igualmente virado para cima, no meio do mato já pisado, mas com um diferente grupo de curiosos em torno. Agora são mais os adultos que se aproximam, incluindo duas pessoas de terno (uma carrega uma pasta de documentos) e um homem com um guarda-chuva para proteger do sol. Mesmo sendo difícil de comprovar, esta imagem, abaixo, parece ser posterior a que mostra o policial militar: crianças foram afastadas, surge, os adultos; o sol está mais forte (por isso o guarda-chuva) e os homens de terno podem ser policiais (o que carrega a mala está sorrindo, apesar da brutalidade da cena).

Assim, com o corpo revirado, preparando para uma encenação que envolveu o aparato policial e a mídia, o acontecimento deixou seus registros visuais para produzir, com o tempo, um conjunto de discursos tão complexo quanto os verbais – e afinal associados a estes numa produção infinita de sentidos.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. *Eyewitnessing: The uses of images as historical evidence*. London: Reaktion Books, 2001.

FERRO, Marc. *Film et Histoire*. Paris: Editions de l'EHESS, 1984.

MOUNIER, Maurice. *Présentation. In Comment vivre avec l´image*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fontes para a História Eclesiástica dos Campos Gerais

Elizabeth Johansen*
Myriam Janet Sacchelli*

Resumo: O projeto não objetivou ações direcionadas a uma determinada comunidade externa à UEPG, mas salvaguardar, através de procedimentos técnicos, a documentação produzida pela Congregação do Verbo Divino, desde a sua instalação em Ponta Grossa, em 1903, até a atualidade. Além da documentação interna da Congregação, compõem o acervo: coleções de jornais, periódicos encadernados, livros, panfletos, relatórios, atas e anais de encontros nacionais, catálogos, fotografias etc. Tal quantidade se justifica pelo fato do Seminário Verbo Divino funcionar como sede da província SVD e, por este motivo, centralizar e recolher todos os materiais escritos que interessam à mesma. O projeto permite aos acadêmicos do Curso de Bacharelado em História a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos com as disciplinas de Arquivos, Museus e Patrimônio Histórico I e II.

Palavras-chave: Igreja Católica, Seminário Verbo Divino, organização de arquivo.

Abstract: The project did not aim any action towards one specific community, but to safeguard, through technical procedures, the documents produced by the Congregação do Verbo Divino since it came to Ponta Grossa, in 1903, to the present. Besides the internal documents, the collection is composed of newspapers and other periodical collections, books, pamphlets, reports, minutiae and annals of national meetings, catalogs, photographies, etc. The large amount of material was kept by Seminário Verbo Divino, which was a provisory headquarter for the SVD and, so, centralized the archives foo all the written materials regarding the congregation. The project allows History students to put into practice the theoretical knowledge acquired in the respective undergraduate disciplines dealing with archives, museums and historical heritage. .

Key words: Catholic Church, archive organization; Seminário Verbo Divino

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete ao poder público, em parceria com a comunidade, promover, divulgar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Mas o que é "patrimônio cultural"? Etimologicamente falando, patrimônio é "a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, e que se vai transmitindo de geração a geração. É um bem comum a um povo, aquilo que o identifica perante seus pares e o que o faz ter uma identidade perante as demais nações". (PERARO, 2005: 237) Para a

* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História pela Universidade Federal do Paraná.
* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História Econômica do Brasil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

preservação desse patrimônio, que identifica um povo ou uma comunidade em particular, instituições municipais e estaduais, assim como museus, centros de documentação, universidades ou qualquer outro órgão particular ou público, possuidor de interesse cultural, devem desenvolver atividades para salvaguardar a integridade desses bens ao mesmo tempo em que os tornam disponíveis a todos os interessados.

Ponta Grossa, uma cidade com 183 anos, é possuidora de um expressivo *corpus documental*, no entanto, tamanha diversidade encontra-se dispersa entre múltiplas instituições em diversos locais, e na maior parte dos casos, inacessíveis a qualquer pesquisador. São "lugares da memória" repletos de significação e de documentação que possuem segundo Pierre Nora (1993: 7-28), a função de construção e preservação de uma identidade. Enfim, a partir desse referencial teórico e considerando as inúmeras lacunas que existiriam com a perda de um *corpus documental,* foi que o projeto Fontes para a História Eclesiástica dos Campos Gerais, voltou-se para o Seminário Verbo Divino, entendendo-o como um representante desses "lugares da memória" dentro da Igreja Católica, instituição à qual se vincula.

O sentido de trabalhar com essa documentação se explica, além do já mencionado, pela própria trajetória da religiosidade católica em terras paranaenses. No Paraná, a partir de finais do século XIX, o processo de catolização da população envolveu múltiplos conflitos: a Igreja, empenhada na conquista e delimitação do território sagrado da Diocese de Curitiba; a entrada de novas ordens e congregações religiosas estrangeiras, tanto masculinas quanto femininas; o estabelecimento de seminários e colégios confessionais defrontou-se com a indiferença religiosa de parte da população e com o movimento anticlerical local. Tal situação era percebida também em Ponta Grossa no mesmo período. Do ponto de vista do episcopado, o Paraná, e nele Ponta Grossa, eram vistos como terra de missão, lugar onde a civilização cristã ainda não havia chegado. (ZULIAN, 1998: 37)

No entanto, a cidade já se configurava como um centro polarizador de migrantes nacionais e estrangeiros. Ao mesmo tempo em que as novas orientações da hierarquia voltavam-se para o ensino da "verdadeira religião", europeizada e dentro dos padrões romanizadores, a Igreja empenhou-se também na manutenção de valores religiosos tradicionais dos imigrantes europeus, visando preservá-los dos avanços do positivismo, do protestantismo e do anticlericalismo.

A imigração coincidiu com o projeto de mudança global do catolicismo e de modelo de Igreja no Brasil; os imigrantes acabaram contribuindo, seja para a afirmação da igreja tridentina e do catolicismo romanizado, seja para questionar esse projeto de homogeneização institucional.

Assim, em 1903, confiou-se a Paróquia de Sant'Ana em Ponta Grossa aos padres da Congregação do Verbo Divino, cuja missão era, além da evangelização e da pastoral paroquial, amparar os quadros imigrantes que chegavam e se estabeleciam na região. A congregação, de origem alemã, mas trazendo para Ponta Grossa padres também poloneses, assumiu a partir de 1906 a primeira paróquia da cidade.

> *No ano da salvação de 1903 a Sociedade do Verbo Divino assumiu o mister paroquial em Ponta Grossa, dando início à sua atividade pastoral. Coube ao padre Aloísio Berger a honra de ser o nosso primeiro pioneiro nesse campo de atividade. No dia 24 de maio de 1903 despediu-se de São José dos Pinhais, onde havia trabalhado como coadjutor desde os começos de 1899, e viajou para Ponta Grossa, para aí ser igualmente coadjutor do vigário diocesano Pe. João Batista de Oliveira. (CRÔNICA SVD, 1903: 3)*

A medida partiu segundo consta, dos pedidos do pároco, padre João Batista de Oliveira, e das determinações de D. José de Camargo Barros, primeiro bispo da Diocese de Curitiba.

Segundo Balhana e Westphalen (1969: 345-389):

> elisabeteleal@uol.com.br elisabeteleal@uol.com.br *[...] tendo em vista a situação de dependência em que ficavam os imigrantes em relação [...] a toda sorte de intermediários, aos funcionários governamentais ou das companhias, além do natural desamparo provocado pelo trauma da mudança, a própria Igreja organizou também serviços regulares de atendimento moral e espiritual aos imigrantes entregues muitas vezes á exploração daqueles que visavam apenas à obtenção de maiores lucros.*

O estabelecimento da congregação na cidade fecundou e foi reconhecida pela comunidade, a ponto de construírem o Juvenato Verbo Divino em 1940, idealizado para abrigar, a princípio, jovens postulantes ao sacerdócio. Desde sua fixação em Ponta Grossa, a instituição adequou-se às normas da Igreja, pois os institutos católicos, de forma geral, costumam escrever sua própria memória, e mais, concentrar toda a produção sobre e da congregação num único espaço, ou espaços especialmente destinados a esse fim. É o caso do

"Pró-Memória SVD", centro de documentação da Congregação Verbo Divino em Ponta Grossa e objeto da presente comunicação.

Nesse sentido, o projeto desenvolvido com o auxílio de acadêmicos do Curso de Bacharelado em História da UEPG, objetivou implementar ações visando salvaguardar, através de procedimentos técnicos específicos, toda a documentação produzida e guardada pela Congregação desde a sua instalação na cidade em 1903, para que a partir de então se torne acessível, ordenada e disponível aos pesquisadores interessados. Esse procedimento está em concordância com o Documento Base sobre a Arte Sacra, elaborado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1971, que regulamentou a preservação, conservação e restauração dos bens históricos e artísticos pertencentes e produzidos pela instituição católica (PERARO, 2005: 238). Entre esses bens incluem-se as bibliotecas, arquivos e museus. Dessa forma, o "Pró-Memória SVD" é compreendido como um *lugar da memória* da congregação e sua existência encontra-se respaldada em normas e legislação institucionais.

Inicialmente esse conjunto documental estava armazenado em um espaço com pouca ventilação e iluminação, disposto em estantes de ferro, algumas em avançado estado de oxidação, que cobriam integralmente todas as paredes disponíveis do recinto. Com receio de que a zeladora do Seminário trocasse a ordem estabelecida ou extraviasse algum documento, o padre responsável pelo "Pró-Memória SVD" proibia sua entrada e obviamente a higienização do local. Muitos documentos estavam acondicionados em caixas-arquivo de papelão, mas outros se encontravam guardados em caixas comuns ou dispersos nas prateleiras, sem nenhum tipo de proteção contra a poeira e a infestação de pragas.

Compõem o acervo: crônicas que retratam o cotidiano dos religiosos desde 1903; manuscritos de paróquias de outros municípios que estavam sob responsabilidade da congregação; livros de registro de transferências; coleções de jornais internos; periódicos nacionais e estrangeiros (encadernados e avulsos); coleções eclesiásticas; manuscritos de atividades de formação espiritual realizadas com religiosas de uma congregação feminina; livros; panfletos; relatórios; atas e anais de encontros nacionais; anúncios; catálogos; quadros; orações; novenas; santinhos; lembranças de ordenação sacerdotal; obituários; fotografias e provavelmente outros tipos documentais que até o presente momento não tomamos conhecimento. Tal quantidade e diversidade se justificam pelo fato de que o Seminário Verbo Divino funciona como sede da província e, por isso, centraliza e recolhe todos os materiais

que interessam à mesma. Os documentos são peças de inestimável valor para o estudo de diferentes aspectos da presença e atuação da congregação na província, desde as práticas cotidianas até o formalismo da ritualística católica, assim como os instrumentos formativos e informativos fornecidos pela hierarquia eclesiástica para seus membros.

No que diz respeito à metodologia de trabalho desenvolvida, optamos por selecionar inicialmente para higienização, ordenação e catalogação o material bibliográfico, ou seja, os livros, os periódicos (revistas e jornais nacionais e estrangeiros) e os manuscritos. O material fotográfico e os outros tipos documentais ficarão para um momento posterior, pois demanda principalmente a aquisição de materiais para higienização e mobiliário apropriado para seu acondicionamento.

Após os contatos iniciais com os responsáveis pelo Seminário e respectivas concordância e aprovação com o desenvolvimento das atividades, o projeto foi encaminhado para a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para regulamentação institucional. Na seqüência, a proposta foi apresentada aos acadêmicos do 3º e 4º anos do curso de Bacharelado em História, matriculados nas disciplinas de Arquivos, Museus e Patrimônio Histórico I e II, que se dispuseram a participar, entendendo a oportunidade como uma possibilidade de observação da realidade encontrada em muitos arquivos locais e colocação em prática das discussões teóricas desenvolvidas em sala de aula.

Depois do contato inicial com o "Pró-Memória SVD" e observação de seu estado de conservação, os acadêmicos envolvidos na execução do projeto foram divididos em pequenos grupos para desenvolverem atividades específicas. Nesse momento, decidimos oportunizar a rotatividade de funções para que os alunos de fato participassem de todas as etapas do processo. Foram efetuados os seguintes procedimentos com as fontes documentais selecionadas:

1. Higienização do espaço original do "Pró-Memória SVD" objetivando impedir o aumento da contaminação existente no ambiente;
2. Transferência do mobiliário ainda em condições de uso para uma sala adjacente: maior, com iluminação natural e arejada, precedida da higienização do local;
3. Higienização, com trinchas adequadas folha a folha, dos jornais nacionais e estrangeiros, das revistas especializadas, dos livros nacionais e estrangeiros, e dos manuscritos;

4. Confecção de material de desinfecção de ambiente à base de pimenta e cânfora, para evitar a proliferação de traças e colocação nas duas salas do "Pró-Memória SVD";
5. Ordenamento por título e de forma cronológica do material higienizado, ao mesmo tempo em que se efetuou a separação por tipo documental (livros, revistas, jornais e manuscritos);
6. Separação dos documentos por idiomas (português, alemão, espanhol, italiano, polonês, inglês, latim e diversas línguas do Extremo Oriente);
7. Catalogação dos livros pelo Sistema de Classificação Decimal de Dewey, iniciando pelos editados em português e espanhol;
8. Conferência da catalogação realizada em bibliotecas virtuais especializadas, executando a correção quando necessário;
9. Colocação de etiquetas nos livros catalogados e conferidos, ordenando-os em armários específicos;
10. Montagem de bancos de dados no programa Winisis, separando-os conforme as características dos tipos documentais encontrados (biblioteca, hemeroteca e manuscritos);
11. Início da alimentação dos bancos de dados com o intuito de facilitar a busca e agilizar a entrega para o pesquisador;
12. Mudança da documentação higienizada e organizada para a nova sala destinada ao "Pró-Memória SVD".

Em termos quantitativos foram: higienizados 550 livros; catalogados e conferidos 250 títulos; 10 coleções de periódicos (revistas) foram higienizadas, ordenadas cronologicamente e por idioma (aproximadamente 350 exemplares); 40 volumes encadernados de jornais foram higienizados e ordenados cronologicamente (L'Osservatore Romano; Lar Católico entre outros); foram preparadas e etiquetadas pastas suspensas para ordenamento dos manuscritos avulsos.

Mesmo num espaço de tempo relativamente curto (o contato dos acadêmicos com o acervo ocorreu apenas nos horários de aula entre os meses de agosto de 2005 a dezembro de 2006), os procedimentos efetuados no "Pró-Memória SVD" propiciaram uma perceptível alteração nos padrões de higiene e organização do local e dos documentos. A limpeza e mudança do espaço anterior do acervo para um local mais adequado, a elaboração da tipologia das fontes, sua catalogação parcial e o início da formatação de um guia como instrumento de

pesquisa são ações concretas desenvolvidas no Seminário Verbo Divino. Parte do material trabalhado está praticamente em condições de ser utilizado como fonte de pesquisa para a história regional e institucional, tanto pela congregação como por pesquisadores da comunidade em geral.

Com o desenvolvimento do projeto de catalogação de fontes eclesiásticas no Seminário Verbo Divino, vislumbramos, mesmo antes de sua conclusão, a perspectiva de investigar sobre a existência e em que estado se encontram outros arquivos de seminários, casas de formação, casas paroquiais presentes na área de abrangência da UEPG, sem contar os arquivos da Cúria Diocesana de Ponta Grossa. Essa possibilidade de averiguação permitirá o incremento de pesquisas em diversos níveis, desde TCC de graduação até trabalhos de pós-graduação. A perspectiva é desvelar o panorama de atuação da Igreja Católica na região, as práticas discursivas utilizadas no trabalho de evangelização, as vivências cotidianas e institucionais, além da probabilidade de diálogo constante entre as discussões teóricas desenvolvidas no campo universitário pelos acadêmicos e professores, e a sociedade local.

Referências

BALHANA, A.; MACHADO, B.P.WESTPHALEN, C.M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1969.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, dez. 1993.

PERARO, Maria Adenir. Memória e patrimônio: o arquivo da cúria metropolitana de Cuiabá-MT. In: MARIN, Jérri Roberto (org.). **Religiões, religiosidades e diferenças culturais.** Campo Grande: UCDB, 2005.

ZULIAN, R.W. A victoriosa rainha dos Campos Gerais. **Revista de História Regional**. v.3. n. 2. Ponta Grossa: Ed. UEPG, inverno 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Caminhos da História: uma leitura sobre a produção da infância no Brasil

Lílian Rodrigues da Cruz[1]
Glória Cristina Ferreira Gabriel[2]

Resumo: Este trabalho objetiva discutir, a partir das formas pelas quais se constituiu a categoria infância no Brasil, a atual configuração das políticas públicas voltadas para esta área. As problematizações apóiam-se teoricamente em elementos da obra de Michel Foucault.

Palavras-chave: Infância. História. Políticas Públicas.

Abstract: This work aims to discuss, starting from the forms in which the childhood category is constituted in Brazil, the current configuration of the public politics focused to this area. The discussions lean on theoretically in elements of Michel Foucault's work.

Key-words: Childhood. History. Public politics.

Podemos considerar que a história da infância no Brasil confunde-se com a história da nossa colonização, marcada pela evangelização do colonizador europeu, que culminou no massacre da memória das culturas indígena e africana, através da exploração destas crianças. Na percepção dos colonizadores, os índios viviam em estado de selvageria e barbárie. Logo estes se empenharam em promover as mudanças consideradas necessárias nos costumes da população indígena. Para tais objetivos, os Jesuítas construíram a primeira casa de recolhimento de crianças no Brasil, em 1551. Esta acolhia as crianças indígenas, que eram separadas dos seus pais. Isolando-as de seus progenitores e, conseqüentemente, das tradições culturais, acreditavam que seria mais fácil fazê-las assimilar a cultura e a religião portuguesa. Assim, evidencia-se que a primeira iniciativa de atendimento à criança teve como eixo central a caridade. Esta partiu da Igreja Católica e do pressuposto de que as crianças precisavam de "correção", que era obtida através das referidas escolas (MARTINS e BRITO, 2001).

Já nas primeiras décadas do século XVIII, nota-se o início da fase institucional, com o surgimento da primeira Roda dos Expostos. A Roda dos Expostos foi a primeira instituição oficial de assistência à criança abandonada no Brasil. As autoridades brasileiras

[1] Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), docente do departamento de Psicologia e do Mestrado em Letras na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em Santa Cruz do Sul (RS).
[2] Mestre em História (PUCRS), docente no Colégio Anchieta e no Colégio Marista São Pedro, ambos no município de Porto Alegre (RS).

estavam preocupadas com o crescente fenômeno do abandono de bebês pela cidade de Salvador. Estes eram largados à noite, sendo mortos por cães e/ou outros animais. Neste sentido, estas reivindicaram à Coroa a permissão de se estabelecer uma primeira Roda dos Expostos na referida cidade. Com a Independência do Brasil continuaram a funcionar as três rodas coloniais. Contudo, assistir às crianças abandonadas era uma incumbência aceita com muita resistência pelas Câmaras. Desta forma, estas conseguiram fazer aprovar uma lei chamada "Lei dos Municípios", em 1828, em que abria a possibilidade de eximir algumas Câmaras dessa pesada obrigação. Assim, "em toda a cidade onde houvesse uma Misericórdia, a Câmara poderia usar de seus serviços para a instalação da Roda e assistência aos enjeitados que recebesse". Nesta parceria, seria a Assembléia Legislativa Provincial, e não mais a Câmara, quem entraria com uma Roda de Expostos nas Misericórdias e colocando estas a serviço do Estado (MARCÍLIO, 1999:60). A autora enfatiza que, com isto, perdia-se o caráter caritativo da assistência, para inaugurar sua fase filantrópica, associando-se o público e o privado. Salienta-se que esta lei também foi feita para incentivar a iniciativa particular a assumir a tarefa de criar as crianças abandonadas, liberando as municipalidades deste serviço. Neste momento, identificamos as primeiras alianças entre caridade e governo, onde a caridade toma a iniciativa e o governo entra com a verba para a manutenção dos estabelecimentos criados. Logo, constatamos que as alianças/parcerias entre Estado e sociedade civil são antigas e atravessam a história, onde a Igreja católica marca significativa presença. Foram os religiosos, ainda no século XVIII, (RIZZINI e RIZZINI, 2004) que instalaram as primeiras instituições para a educação de órfãos, sendo que o regime de funcionamento destas seguia o modelo do claustro e da vida religiosa.

Marcílio (1999) aponta que na Europa, em meados do século XIX, começou campanha para a abolição da Roda dos Expostos, pois essa passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado, uma vez que os índices de mortalidade nestas instituições era grande. Pode-se dizer que este movimento insere-se na melhoria da raça humana, tendo como base as teorias evolucionistas. Aqui no país também se iniciava tal movimento, com a adesão dos juristas, que começavam a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada.

O número de Rodas dos Expostos no Brasil foi pequeno e insuficiente em relação à demanda, mesmo se considerarmos toda sua existência. E qual era a principal demanda? O primeiro objetivo das Rodas era absorver os frutos de relações e amores considerados ilícitos.

Assim, a institucionalização da infância visava regular os desvios da organização familiar. Apenas em um segundo momento, as Rodas passaram a ser utilizadas também por outros motivos, como pelas pessoas das camadas populares que abandonavam seus filhos por não possuírem meios materiais de mantê-los e educá-los (VENÂNCIO, 1999; FRONTANA, 1999).

Os dados mostram que muitas das crianças encontradas nas ruas, portas de igrejas, praças ou mesmo em frente a residências, acabavam sendo acolhidas por famílias que as criavam por dever de caridade ou por compaixão. A prática de criar filhos alheios está presente em toda a história brasileira. São, inclusive, raras as famílias brasileiras que, mesmo antes de existir o estatuto da adoção, não possuíssem um filho de criação. Assim, as crianças assistidas pelas Rodas representaram a minoria, contudo, foi a mais bem documentada (MARCÍLIO, 1999).

Entretanto, é no século XIX que a infância começa a ganhar visibilidade, sendo definida como objeto de ação e intervenção públicas em todo o ocidente, uma vez que as preocupações relativas à preservação e à reserva de mão-de-obra começam a integrar o cenário social e político (SANTOS, 2004). Segundo a autora, eram preocupações de origem européia, que foram trazidas com a vinda da Família Real, como os conceitos de trabalho como valor positivo e enobrecedor. Estes conceitos contrastaram com o traço demeritório do trabalho brasileiro, associado aos escravos e às pessoas sem valor na escala social. Para transformar em qualidade o que era percebido como defeito, o poder soberano começou a interferir nos paradigmas sociofamiliares. Para tal, acionou um conjunto de saberes-poderes, como definido por Foucault. Estes se pautaram na introdução das idéias higienistas-eugênicas.

A preocupação em criar ações voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes vinculava-se especialmente com a visibilidade de um grande contingente desta população vivendo nas ruas das grandes cidades, como resultado de mudanças econômicas e políticas, como o fim do regime de trabalho escravo e a imigração de trabalhadores europeus, acompanhados de um estreitamento do mercado de trabalho e um crescimento desordenado das áreas urbanas (BULCÃO, 2002). Desta forma, os chamados menores tornaram-se um problema do poder público. As medidas higiênicas, visando tirar as crianças das ruas e interná-las em instituições apropriadas, denominadas casas de correção, tinham como método a educação pela disciplina do trabalho (MARTINS e BRITO, 2001).

Neste sentido, percebe-se a preocupação com a gestão e a tutela dos chamados perigosos, instituindo-se a noção de periculosidade. Deste modo, segundo Foucault (1996), os indivíduos passam a ser considerados pela virtualidade de seus comportamentos e não por infrações efetivas. A partir desta noção, formam-se uma série de instituições nomeadas *instituições de seqüestro*, cuja finalidade é fixar os indivíduos a aparelhos de normatização, buscando enquadrá-los e controlá-los ao nível de suas virtualidades. Tais formas de organização e controle da sociedade são características do que Foucault convencionou chamar de "sociedade disciplinar", onde um dos pilares desta é a *vigilância*. Desta forma, o discurso do modelo disciplinar é fundado na norma, produzindo uma sociedade de normalização, na qual existe um grupo humano cujos limites variam de acordo com os outros. Essa norma serve para que o indivíduo possa balizar seu comportamento pelo comportamento "médio", codificado como "normal".

A preocupação com a prevenção insere-se neste cenário, o qual busca a vigilância do que pode ser potencialmente perigoso. Um dos fundamentos da idéia de prevenção neste contexto apóia-se na eugenia, com a noção de que a purificação da raça evitaria os caracteres nocivos presentes nas "raças inferiores", entendidas aqui especialmente como negros e mestiços. Esta preocupação estava relacionada com o inchaço das cidades e os riscos que o aumento da população urbana ocasionava à saúde. Com isto, há uma reorganização da Medicina, que desloca seu foco da doença para a saúde, aumentando sua entrada na sociedade, bem como sendo utilizada como apoio técnico-científico ao exercício do poder do Estado e de diferentes micro-poderes.

Bulcão (2002) refere que a higiene se fez presente através do saber médico, onde a preocupação era higienizar os espaços públicos para poder melhor controlá-los. Contudo, a limpeza das cidades passava pelos hábitos e comportamentos das famílias, tornando urgente a intervenção dos médicos nesse campo, criando a necessidade de uma educação sanitária para as famílias. A preocupação dos médicos com os altos índices de mortalidade infantil fez com que estes direcionassem as campanhas para a formação de um novo modelo familiar. Neste sentido, aponta-se para a redefinição do papel da mulher, uma vez que, através do discurso da valorização desta, visavam convencê-la da importância do cuidado permanente e direto com os filhos.

Associada à intervenção da Medicina, o campo do Direito também se voltou para a infância, visto que o grande número de crianças que perambulavam pelas ruas passou a ser compreendido como causa do aumento da criminalidade. A infância tornou-se objeto dos juristas, sendo que neste período o termo 'menor' foi incorporado ao vocabulário corrente (PILOTTI e RIZZINI,1995; BULCÃO, 2002). Para os autores, não houve nenhum tipo de problematização no que se refere à categoria 'menor', a qual incluía as seguintes classificações: abandonado, delinqüente, desviado e viciado. Também a psicologia e a pedagogia se organizaram com o propósito de estabelecer uma nova educação que possibilitasse a produção de um novo cidadão e o assentamento de uma nova raça: sadia e ativa.

Contudo, era preciso um mecanismo legal que firmasse os marcos jurídicos do higienismo, o que ocorreu através da construção da Doutrina da Situação Irregular. Essa foi a prerrogativa legal utilizada para embasar o primeiro Código de Menores do Brasil, o promulgado em 1927. Este consolida as leis de assistência e proteção aos menores e, voltando-se exclusivamente para as famílias pobres, transforma a pobreza e o abandono em elementos patogênicos, indicativos das múltiplas doenças que acometem o organismo social (MARTINS e BRITO, 2001). Neste sentido, as autoras mostram a dupla causa para a delinqüência. Uma proveniente de fatores individuais, incluindo a questão psíquica e a hereditariedade; outra advinda dos fatores sociais, como o ambiente familiar desagregado e a falta de educação. Ambos culpabilizam a família pobre pelas condições de miserabilidade biológica, psicológica e social que *infectam* a sociedade.

Percebemos que através do Código de Menores, o Estado respondeu com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se "a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinqüencial" (PASSETTI, 1999:355). Para integrá-los ao mercado de trabalho era preciso tirá-los da delinqüência e, então, educá-los com o objetivo de incutir-lhes a obediência. Dentre os esforços no sentido de definir políticas sistemáticas de intervenção, com o intuito de "recuperar" os jovens ao meio social, foi fundado o Serviço de Assistência do Menor (SAM), em 1942. Junto a este surgem os reformatórios, que abrigavam "menores delinqüentes". A estrutura destes era análoga ao sistema penitenciário. Assim, a disciplina e o trabalho eram os meios empregados para corrigir condutas que respondiam a *defeitos morais*. Os idealizadores e defensores do SAM

acreditavam que o modelo repressivo, bem como a contenção, faria extinguir a criminalidade. Por outro lado, Martins e Brito (2001) mostram a contraditoriedade, uma vez que tanto a criança como o adolescente autor de ato infracional, que chegassem ao Juizado, eram considerados delinqüentes natos, dotados de alto grau de periculosidade. As instituições corretivas, através de uma proposta pedagógica adaptacionista, apenas institucionalizavam a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes pobres.

As autoras afirmam que o SAM, a partir de 1960, começou a receber muitas críticas, como falta de higiene, instalações inadequadas, superlotação, ensino precário e exploração do trabalho dos internos. Frontana (1999) salienta que os métodos utilizados pelo SAM eram denunciados sistematicamente pela imprensa como responsáveis pelo agravamento da criminalidade juvenil, uma vez que suas instituições eram consideradas "escolas do crime". Com o Golpe Militar de 1964, o SAM foi extinto, instrumentalizando-se de fato a intervenção pública sobre as crianças e adolescentes, através da Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM)[3].

Segundo Passetti (1999), a partir do pressuposto de que o "menor" com conduta anti-social era considerado como um ser "doente" que necessitava de "tratamento", a ação corretiva da FUNABEM fundamentou-se em métodos terapêuticos-pedagógicos desenvolvidos com a finalidade de possibilitar a "reeducação" e a "reintegração" do "menor" à sociedade. A FUNABEM voltava-se para a utilização de políticas de prevenção capazes de evitar que o "menor" incorresse no processo que levaria à marginalização, à medida que a marginalidade representava um fator de risco para a ordem e paz social.

O Código de Menores (1979) foi o segundo documento legal regulamentado no regime militar no que se refere à política de atendimento à infância e à adolescência. Assim como o anterior, baseia-se na Doutrina da Situação Irregular, mudando pouca coisa no atendimento à criança e ao adolescente. Para Martins e Brito (2001), este assegura proteção para os *carentes* e *abandonados* e vigilância para os *inadaptados* e *infratores.* A tradicional classificação de "menor abandonado" e "delinqüente" é substituída pelo termo 'situação

[3] A PNBEM era definida por um órgão central, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e executada nos estados pelas fundações estaduais do bem-estar do menor (FEBEM). Pode-se dizer que a FUNABEM foi criada com o objetivo de formular e implantar a PNBEM, esta última com a incumbência de fixar as bases para uma nova estratégia de atendimento ao chamado "problema do menor", em consonância com os novos tempos e a imagem de eficiência e modernidade do Estado brasileiro (FROTA, 2003).

irregular', ou seja, pela descrição do estado sócio-econômico-familiar (BULCÃO, 2002). Assim, a equação, "menor = criança + pobreza" permanece inalterada. Por outro lado, surge uma visão mais terapêutica, no sentido de oferecer um tratamento ao adolescente em conflito com a lei.

A partir do processo de abertura política, a PNBEM começou a sofrer severas críticas, sendo a FUNABEM identificada como uma *escola do crime.* Tornava-se visível a eficiência do Estado na produção de *menores abandonados, menores de rua, menores em situação de risco*, mediante políticas/práticas de exclusão social. Para modificar essa imagem, o discurso *terapêutico* começou a ser substituído pelo da *prevenção* (AYRES, 2001). Considerando este contexto, bem como a divulgação e a repercussão dos dados da própria FUNABEM (a cada dois brasileiros menores de 19 anos, pelo menos um encontrava-se em situação de carência) outra estratégia de assistência à população infanto-juvenil vem sendo gestada, culminando no atual período, denominado de Democratização e Crise.

Este é demarcado pela discussões (década de 1980) sobre a temática da infância e juventude tiveram influência direta das normativas internacionais. Em 1985, com a edição das *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing-Pequim* -, são estabelecidas exigências procedimentais, com o objetivo de diminuir a arbitrariedade na aplicação de medidas aos infratores juvenis. O documento normativo de maior relevância, nesse âmbito, é a *Convenção sobre Direitos da Criança* de 1989, que incorpora a Doutrina da Proteção Integral.

Como resultado de toda essa articulação, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual estabeleceu o caminho para a intervenção popular nas políticas de assistência, traçando as diretrizes da política de atendimento: criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando-se a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais. Inicia-se aqui uma nova fase, desinstitucionalizadora, caracterizada pela implementação de uma nova política que amplia quantitativa e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância, o que é fundamental para a garantia da implementação da Lei (Brasil, 1990).

Referências

AYRES, L.S.M.. Os especialistas e a instituição adoção no contexto das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. In: JACÓ-VILELA, A.M.; CEREZZO, A.C.; RODRIGUES, H.B.C. (Org.). **Clio-Psyché ontem**: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001. Pp 249-253.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 13 jul. 1990.

BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos 'criança' e 'menor'. In: NASCIMENTO, M.L. (Org.). **Pivetes**: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002. Pp. 61-73.

COSTA, A.C.G. **É possível mudar**: a criança, o adolescente e a família na política social do município. Série Direitos da Criança 1. São Paulo: Malheiros, 1993.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 10.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1996.

FRONTANA, I.C. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FROTA, M.G. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. In: CARVALHO, A.; et al. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG;PROEX, 2003. Pp. 59-86.

MARCÍLIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, M.C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999. Pp. 51-76.

MARTINS, C.F.; BRITO, L.M.T. Resgatando a história da política de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei no Brasil. In: JACÓ-VILELA, A. M., CEREZZO, A.C.; RODRIGUES, H.B.C. (orgs.). **Clio-Psyché ontem**: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001. Pp. 243-248.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.) **A arte de governar crianças:** história das políticas sociais, da legislação e da assistência no Brasil. Rio de Janeiro: AMAIS Livraria e Editora, 1995.

PINHEIRO, A.A. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. In: CASTRO, L.R. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001. Pp. 47-68.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, E.P.S. (Des)construindo a 'menoridade': uma análise crítica sobre o papel da psicologia na produção da categoria "menor". In: GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. (Org.). **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. Pp. 205-248.

VENÂNCIO, R.P. **Famílias abandonadas**. Campinas: Papirus, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma leitura dos gêneros feminino e masculino na música de Chico Buarque de Hollanda

Glória Cristina
Ferreira Gabriel[1]
Lílian Rodrigues da Cruz[2]

Resumo: Há uma tensão permanente entre considerar a música como arte ou como bem de consumo, pois essa é passível de reprodução Mesmo assim a música vem ocupando um lugar privilegiado na história brasileira à medida que atinge todas as camadas sócio-econômicas, além de revelar os conflitos cotidianos. Neste sentido, o presente trabalho objetiva fazer uma leitura dos gêneros feminino e masculino na música de Chico Buarque de Hollanda, devido a sua importância no cenário sócio-político brasileiro.

Palavras-chave: Gênero. Chico Buarque de Hollanda. Música.

Abstract: There is a permanent tension among considering the music as art or as consumption goods, because that one is susceptible to reproduction. Even so the music has been occupying a privileged place in the Brazilian history as it reaches all of the socioeconomic layers, besides revealing the daily conflicts. In this sense, the present work aims to make a reading of the male and female genders in the music of Chico Buarque de Hollanda, due to his importance in the Brazilian social-political scenery.

Key-words: Gender. Chico Buarque de Hollanda. Music.

Dentre as variadas manifestações artísticas, podemos considerar que a música vem ocupando um lugar privilegiado na história brasileira à medida que atinge todas as camadas sócio-econômicas. Assim sendo, podemos considerá-la como um ponto de mediação entre diferentes culturas, etnias, e classes sociais (NAPOLITANO, 2002:7). Para o referido historiador, a música traduz os dilemas das nações, podendo ser considerada um veículo para os sonhos das sociedades. Referindo-se ao Brasil, o país é considerado "uma das grandes usinas sonoras do planeta, é um lugar privilegiado não só para *ouvir* música, mas também para *pensar* música".

Ninguém ousaria duvidar que a obra de Chico Buarque de Hollanda representa bem este *ouvir* e *pensar* música, pois a importância dele para a história musical brasileira é imensurável. Surgiu em 1964, nos meios musicais, e se constitui em um músico com uma

[1] Mestre em História (PUCRS), docente no Colégio Anchieta e no Colégio Marista São Pedro, ambos no município de Porto Alegre (RS).
[2] Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), docente do departamento de Psicologia e do Mestrado em Letras na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em Santa Cruz do Sul (RS).

enorme aceitação do público e da crítica especializada em música. O fato de Chico Buarque ser considerado um grande poeta faz com que Fontes (2003) pontue a importância da conjugação entre letra/música, pois esta interligação proporciona uma maior expansão e aceitação da poesia, em lugar apenas da leitura do texto poético, direcionado a um público mais intelectualizado e que detém o hábito da leitura. Mesmo Chico Buarque sendo compositor, escritor e poeta, o lado musical de sua obra ainda é fator de extrema importância para o seu reconhecimento.

As produções de Chico Buarque se tornaram uma bandeira da canção de protesto contra o regime militar. Contudo, o fato de parte de sua obra estar em sintonia com aspectos da vida política do país, isso não impediu que suas músicas tivessem precioso conteúdo poético relacionado à mulher. Essa temática pode ser exemplificada na canção "Cala a Boca, Bárbara"[3] que revela a mulher ao mesmo tempo amante e parceira de luta, bem guerrilheira (FONTES, 2003).

As mudanças femininas que ocorreram durante o período da ditadura militar foram registradas na obra buarquiana. Conforme Meneses (2001:41-42), a temática privilegia o gênero feminino e no decorrer do discurso musical da obra de Chico encontra-se também freqüentemente a relação entre o tema mulher/marginalidade social. A autora exemplifica essa característica da temática marginal com a velha tradição grega do dionisismo que representa, sobretudo, àqueles que "estão fora da vida política, àqueles que estão à margem da ordem social reconhecida e sacralizada pelo culto cívico que era a religião da *polis*: escravos e mulheres". O discurso buarquiano acaba sendo "a voz" daqueles que estão à margem da sociedade e isso faz com que sua obra revele, ora desencanto, ora assombro e inconformismo diante da situação política ou até mesmo frente às situações sociais do sujeito marginal: pivete, operário, favelado, prostituta, lésbica, mãe ou mulher do malandro (FONTES, 2003).

As músicas de Chico valorizam a mulher através dos olhos do homem. A atitude de valorizar a mulher como ser humano é revelada na pluralidade de poemas que, de maneira

[3] Essa canção faz parte da peça de teatro Calabar. "Quando a peça se inicia, Calabar já está morto e esquartejado, executado pelos portugueses, que também promulgaram um edito de *Damnatio memoriae* ('execração da memória') que não apenas exigia que seu nome fosse apagado de qualquer registro onde pudesse figurar (como por exemplo, nas certidões de batismo), como também proibia que fosse pronunciado. Mas restou sua mulher, Bárbara, que é quem canta a canção, e em quem ele está intensamente presente. Ela nunca o chama, nessa canção, pelo nome: Calabar é o *ele* a que se refere. No entanto, é esse nome que se forma, com espantosa nitidez, como uma constelação, à força da repetição quase obsessiva do refrão: CALA a boca, BÁRBARA: CALABAR" (MENESES, 2001:123-124).

direta ou indireta, revelam comportamentos que fogem aos padrões aceitos socialmente. Na obra, nota-se a sensibilidade do eu-poético do compositor em relação ao sofrimento da mulher identificando-a como 'mal-casada', 'mal-amada', desvalorizada e desrespeitada socialmente. O tema recebe destaque na canção "Mulheres de Atenas" (1976) que se reporta à história das mulheres gregas. Na canção, Chico evoca a relação de dominação que os homens exercem sobre as mulheres que permanecem passivas "Quando fustigadas não choram/ Se ajoelham, pedem, imploram [...] Elas não têm gosto ou vontade/ Nem defeito nem qualidade/ têm medo apenas" (FONTES, 2003:75).

Para Meneses, (2001:153) o compositor trabalha dois aspectos do desejo feminino "de um lado, a necessária percepção da falta; de outro lado, a insaciabilidade: o anelo pela completude, o 'mais ainda'". A imagem da mulher que age pelo sentimento e não pela razão também é ressaltada dessa canção. Já na música "Teresinha" (1978) é relatada a história de uma mulher que se relaciona com três homens, mas só um conseguiu conquistar o seu coração. Aquele que a viu como mulher, cheia de desejos, e mostrou o desejo de tê-la "O terceiro me chegou/ Como quem chega do nada/ ele não me trouxe nada/ [...] e me chama de mulher/ Foi chegando sorrateiro [...] se instalou feito um posseiro/ dentro do meu coração" (FONTES, 2003:82).

A música "Geni e o Zepelim"[4] (1978) apresenta o eu-lírico masculino cantando a musa ou a amante e o eu- feminino que só pode ser exposto com a tutela do poeta. A temática central da canção está na bondade/maldade que estão intimamente direcionados à ação de Geni e na resposta da população. A bondade de Geni é demonstrada no verso "[...] Tudo que é nego torto/ Do mangue do cais do porto/ ela já foi namorada [...] rainha dos detentos/ das loucas, dos lazarentos" (FONTES, 2003:79). Inicialmente se recusou a dar seu corpo para o comandante Zepelim que representava o luxo e o poder. "Tão cheirando a brilho e a cobre". Essa atitude põe a cidade em perigo. A população aclama "Vai com ele, vai Geni/ Você pode nos salvar/ Você vai nos redimir/ você dá para qualquer um / Bendita Geni". Para salvar a população a personagem Geni aceita o pedido de Zepelim, personagem que nos chama muita atenção. O compositor dá a resolução da história para Geni, a prostituta/mulher pobre e na peça a personagem é representado por um homem. Cabe destacar vários elementos, um deles

[4] "A música é cantada na peça pela personagem Genivaldo, um travesti que responde pelo nome de Geni. A letra, entretanto, não nos dá essa informação, podendo, fora do contexto da *Ópera do malandro,* referir-se tranqüilamente a uma mulher, até pelas referências femininas ("ela" aquela formosa dama"), e pela ausência de qualquer termo específico que nos indique tratar-se de um travesti" (FONTES, 2003:81).

é o homem fazendo papel feminino. Será que esta escolha não nos remete a questionar a rigidez dos gêneros masculino/feminino? Ou quem sabe problematizar o discurso cultural hegemônico que se baseia em binarismos.

O público que assiste à peça constrói a imagem do travesti, pois identifica que o corpo é de homem, mas as ações são femininas. O próprio nome da personagem Geni(Valdo) já sugere o gênero como fluído, relacional, plural.

Fontes (2003) divide a obra do compositor em duas fases, sendo a primeira desmembrada em dois momentos: um se refere à década de 1960, onde a maior parte das canções envolve a temática do amor, do samba e da mulher. Registra o relacionamento amoroso escrito em primeira pessoa e com eu-lírico masculino. O eu-poético veste a forma feminina fazendo com que surja a vez da mulher reclamar a ausência do seu amante, do filho marginal, do sistema opressor ou de expressar os seus próprios anseios. A autora toma como exemplo a música "Com açúcar e com afeto" (1966). "Com açúcar, com afeto/ Fiz seu doce predileto? Pra você parar em casa [...] diz pra eu não ficar sentida/ Diz que vai mudar de vida/ Pra agradar meu coração/ E ao lhe ver assim cansado/ maltrapilho e maltratado/ Ainda quis me aborrecer [...] logo vou esquentar seu prato/ Dou um beijo em seu retrato/ E abro meus braços pra você". Esta música inaugura uma nova feição, evidenciando a vida modesta do assalariado e faz, como nas canções citadas, o surgimento do confronto entre a mulher e o samba. Com a diferença que nesta a voz é feminina e, enquanto ela espera, preparando o doce do amante, ele aproveita a noite com os seus amigos e com o seu samba (FONTES, 2003:19).

Outro momento dessa fase é identificado ao final da década de 1960 e início da década de 1970, caracterizada por textos que não só aprofundam o tema político, mas reforçam a temática amorosa e do cotidiano. Nessa época, com a repressão e a censura do governo, Chico fez uso de metáforas nas canções, de forma a camuflar a atitude de revolta do eu-poético. Este período é um marco na obra do referido compositor, pois tem o teor essencialmente político nas suas canções, paralelamente à permanência da temática amorosa (FONTES, 2003). Como exemplo a autora cita a canção "Roda Viva" (1967) "[...] A roda da saia mulata/ não quer mais rodar não senhor/ Não posso fazer serenata/ A roda do samba acabou". O tema central é a relação da mulher com o samba, que indiretamente salienta a falta de liberdade de expressão. Outra expressão artística desta época é a canção "A Banda" (1966)

e a música "Carolina" (1967). Nas duas músicas o compositor utiliza a figura feminina para expressar seu descontentamento político.

Na segunda fase da obra buarquiana (FONTES, 2003), a tônica predominante é o sofrimento gerado pela dor da separação, da paixão e seu limite com a violência. Mostra a fragilidade do homem ao lidar com a perda, o erotismo e a morte, inseparáveis da natureza humana. A temática da separação é redimensionada pelo encontro/desencontro dos seres com suas paixões, podendo chegar à natureza trágica do relacionamento amoroso. Nesta vertente temos a música "Atrás da porta" (1978) "Quando olhaste bem nos olhos meu/ o teu olhar era de adeus/ Juro que não acreditei/ Eu te estranhei, me debrucei/ sobre o teu corpo" Meneses (2001:94) assinala que

> a personagem feminina, no momento da separação, quase se aniquila, quase se avilta enquanto ser humano, e nada mais consegue, senão provar, desesperadamente, que ela não se pertence: 'Só provar que inda sou tua'. O processo de rebaixamento a que se submete, ao longo dessa canção, pode ser visualizado concretamente.

Destacamos, ainda, a música "Gota d' água" (1975) que segue o modelo da canção anterior. "Já lhe dei todo o meu corpo minha alegria/ já estanquei meu sangue quando fervia/ olha a voz que me resta/ olha a veia que salta/ olha a gota que falta para o desfecho da festa por favor/ Deixa em paz meu coração/ que ele é um pote até aqui de mágoa/ e qualquer desatenção/ faça não pode ser a gota d'água".

Já na música "Eu te amo" (1980) aparece o dilema da mulher que se entregou ao amor perdendo sua própria identidade. O amor e a razão não se misturam, se aniquilam. Nestas canções o relacionamento amoroso ressalta o poder masculino. Exalta o sofrimento feminino, quando o homem termina o relacionamento ou quando não demonstra o amor que ela deseja. De alguma forma isso acaba ratificando o modelo feminino que era legitimado pela própria sociedade: a mulher submissa e apaixonada que sofre pelo amor perdido. (FONTES, 2003). Entretanto, as canções buarquianas ajudaram na visualização do desejo de liberdade feminina. Através das letras politizadas e com seu eu-lírico feminino, instigava o universo das mulheres.

A atitude de valorizar a mulher como ser humano transparece nas canções buarquianas que diretamente fazem alusão à infração das leis morais, como na mulher prostituta ou homossexual. Neste universo, destacamos várias mulheres: a mulher possessiva, a romântica, a dona-de-casa, a desafiante, a homossexual, dentre estas, valor especial recebe a

parcela transgressora do sistema social. Algumas músicas explicitam essas temáticas, tais como: "Bárbara" (1973), que fala de uma relação amorosa entre duas mulheres "vamos ceder enfim à tentação das nossas bocas cruas/ e mergulhar no poço escuro de *nós duas*". A temática homossexual insere-se no movimento em prol da liberdade de expressão e de orientações sexuais; contudo, ainda era tabu, tanto entre homens como entre mulheres. Outro exemplo é "Minha História" (1970). "Ele vinha sem muita conversa, sem muito explicar, eu só sei que falava e cheira e gostava de mar". Nesses versos percebemos a liberdade do homem de ir e vir, enquanto a mulher o espera e o deseja. "[...] Ele assim como veio partiu não se sabe pra onde e deixou minha mãe com o olhar cada dia mais longe". Aqui, mesmo sem a presença do homem, a mulher tem o seu filho com o nome de Menino Jesus. A temática da exclusão, da miséria, perpassa pela característica maior da mulher, que é poder dar a luz, o que remete ao poder de salvação. Chico concentra na mulher a força da mudança (FONTES, 2003). A reflexão da autora mostra que ao mesmo tempo em que Chico abre espaço para que o desejo feminino seja mostrado e compreendido numa sociedade tão opressora e preconceituosa, ele também explicita a falta de integração do homem nesse processo de mudança.

A análise de Calvani (1998), no que se refere as letras de Chico Buarque, mostra o homem como aquele que domina o relacionamento amoroso ou como a figura masculina ligada à malandragem, como na música "Homenagem ao malandro" (1978). "Eu fui fazer um samba em homenagem/ À nata da malandragem/ Que conheço de outros carnavais/ Eu fui à Lapa e perdi a viagem/ Que aquela tal malandragem/ Não existe mais/ Agora já não é normal/ O que dá de malandro regular profissional/ Malandro com aparato de malandro oficial/ Malandro candidato a malandro federal/ Malandro com retrato na coluna social/ Malandro com contrato, com gravata e capital/ Que nunca se dá mal/ Mas o malandro pra valer/- não espalha/ Aposentou a navalha/ Tem mulher e filho e tralha e tal/ Dizem as más línguas que ele até trabalha/ Mora lá longe e chacoalha /Num trem da Central".

O malandro, aquele que consegue benefícios em todos os lugares, mesmo enfrentando problemas, sua esperteza suplanta as adversidades cotidianas. Por outro lado, o mesmo autor mostra o homem impedido, por motivos políticos, de voltar para sua pátria, como na música "Samba de Orly" (1970): "Vai meu irmão/ Pega esse avião Você tem razão/ De correr assim/ Desse frio/ Mas beija o meu Rio de Janeiro/ Antes que um aventureiro/

Lance a mão". A figura masculina também é representada com cunho religioso, como em "Cálice" (1973): "Pai afasta de mim este cálice, Pai afasta de mim este cálice, Pai afasta de mim este cálice de vinho tinto de sangue".

Finalizando....

Chico Buarque de Hollanda é o *mito do feminino*? Ronald Barthes, na leitura de Silva (2000:80), "considera o mito toda idéia ou concepção social que se tornou 'naturalizada', isto é, que se tornou aceita como 'natural'". Será que não é tempo de desnaturalizar o *mito do feminino?*

Em entrevista, Chico diz que

> há 40 anos [...] estávamos todos bêbados em Ipanema dizendo coisas absurdas, mas nada disso saía na imprensa. Hoje, um artista vai ver um jogo de futebol e vem um jornalista e pergunta o que você achou do jogo. Não gosto disso [...] Gosto de estar vivo, fazer as coisas no meu ritmo, sem pressões (CHICO, 2005).

Será que ele referiu-se ao tempo em que precisou fazer músicas com pressões, como "Carolina", em função de multa para cumprir um contrato de trabalho? Talvez tenha feito Carolina com a intenção "deixar bem paga sua dívida" ou, quem sabe, se a música não fizesse sucesso, teria que fazer outra. Não temos como saber, pois, segundo Jauss (2002), quando o autor mostra a sua arte tem uma intenção que nem sempre chega a ser a mesma para o receptor. E quando não sabemos da intenção do autor? De qualquer forma, parece que Chico sabe o que o público feminino gosta de ouvir. Será que ele endereçou suas músicas no período da emergência do movimento feminista?

Não temos como fugir dos ardis da indústria cultural, do endereçamento, enfim, dos atravessamentos do capital, pois entre o autor e a receptor(a) sempre haverá um produtor. Assim, o modo de endereçamento de qualquer mídia/arte/música está relacionado com a necessidade de endereçar qualquer comunicação, texto ou ação. Os interesses comerciais dos produtores têm relação com o desejo de controlar, como e a partir de onde, os espectadores e as espectadoras lêem as músicas. É descobrir como uma música funciona, adquire sentido, dá prazer e agrada esteticamente. Contudo, "as leituras" dos produtores não são nítidas, muito menos lineares. O espaço da diferença entre o endereçamento e a resposta é um espaço social, formado e informado por conjunturas históricas de poder e de diferença social e cultural.

Acredito que é no espaço da diferença entre o endereçamento e resposta que emerge a receptora, conferindo um significado único, sua própria leitura, enfim, o sentido.

É claro, que o tripé autor/obra/ receptor só existe através de uma mídia (produtor), onde estes quatro elementos são inseparáveis. Isto não significa um engessamento total, pois há espaço na própria mídia para dizer que:

> A idiotice nos rodeia. Eu mesmo tenho medo de virar um idiota", disse Chico Buarque ao jornal espanhol La Vanguardia, durante viagem para lançar seu livro 'Budapeste' "Eu digo que vou escrever um novo livro e passo dois anos dando entrevistas. Depois falo do livro que não saiu e assim passa a vida... (CHICO, 2005).

Como *recebemos* este depoimento? Cada um de nós ao seu modo, pois a recepção é única, apesar de todos vieses. Preferimos pensar que o Chico faz um protesto, nos fazendo refletir. Contudo, sabemos que muitas outras interpretações são possíveis. Será que ele não está endereçando para um público que se reconhece como engajado, assim como no período da ditadura militar? Talvez, mas acreditamos que na passagem entre o produtor e o receptor sempre há espaço para que o próprio espectador passe a ser um novo produtor da idéia, pois novas idéias vão surgindo, que podem ou não interferir no cotidiano das pessoas.

Chico termina a referida entrevista (ou melhor, o redator) dizendo "que as mulheres sempre o surpreenderam e que as opiniões femininas lhe interessam mais que as masculinas" (CHICO, 2005). Qual mulher não gostaria de ouvir isto? Ele não é o mito do feminino, mas sabe dizer o que as mulheres querem ouvir.

Talvez o que mais encante na poesia de Chico Buarque, em se tratando do feminino e masculino, seja o alargamento das expressões, que não fixa o ser-homem e ser-mulher, mas permite transitar entre os sentimentos humanos. Diferentes sentimentos são mostrados com poesia, permitindo falar do desejo da completude de uma forma suave e melódica. *Prometo te querer, até o amor cair, doente...*

Referências

CALVANI, C. E. **Teologia e MPB.** São Paulo: Loyola, 1998.

CHICO Buarque afirma que o Brasil vive "idiotice globalizada*"*. ***O Sul***, Porto Alegre, 29 jun. 2005.

FONTES, M.H.S. **Sem Fantasia***:* masculino-feminino em Chico Buarque. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

JAUSS, H.R. A estética da recepção: colocações gerais. In: JAUSS, H.R. et al. **A literatura e o leito:** textos da estética da recepção. 2.ed. Coordenador e Tradutor: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MENESES, A.B. **Figuras do feminino na canção de Chico Buarque**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

NAPOLITANO, M. **História & Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, T.T. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória Urbana: Lembranças dos Bairros de São Gonçalo – O caso de Neves

Alix Pinheiro Seixas de Oliveira*

Resumo: Este artigo apresenta reflexões oriundas dos resultados parciais do projeto de pesquisa "históricos e migrantes", que entrevistou dez moradores idosos, detentores de perfis heterogêneos, naturais da cidade ou vindos de outros municípios, estados ou países. Optando pelo emprego da metodologia da História Oral em sua vertente de histórias de vida, buscamos compreender as diferentes visões do desenvolvimento do município de São Gonçalo e mais espeficicamente do bairro de Neves.

Palavras-chave: Memória de Bairros, História de São Gonçalo, Lembranças de Idosos.

Abstract: The present article shows parcial results concerning the research projetc called "historics and migrants" which includes ten interviews with aging inhabitants of São Gonçalo county. Oral History was the metodology chosen to preserve the rich memories of these elderly citizens, either natives or originating in other counties, states or countries, bringing different versions on the development of their neighborhoods.

Key words: neighborhood memories, History of São Gonçalo, memories of the elderly.

A História Oral e a Memória Local estão presentes na opção teórico-metodológica feita pela linha de pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade. A Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro mantem o Laboratório de Pesquisa Histórica e ligado a ele, uma linha de pesquisa voltada para a História do município de São Gonçalo. Tendo sempre como eixo fundamental a inserção da Universidade em sua comuniade circundante, desenvolvemos há alguns anos

* Mestre (University of California, Berkeley), Professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

trabalho de pesquisa onde foram observadas profundas lacunas em termos de fontes documentais, principalmente no período pós 50.

Tratada com reservas pela historiografia durante algum muito tempo após sua reintrodução no Brasil, a metodologia da História Oral vem expandindo seu campo de atuação e demonstrando firmemente sua vocação interdisciplinar.

O trabalho em questão tem se desenvolvido baseado em entrevistas de moradores idosos detentores de perfis heterogêneos, a partir de uma entrevista-piloto (depoimento da professora e primeira vereadora do Município de São Gonçalo, Aída de Souza Faria).

Encontra-se já em fase de conclusão o estudo referente ao bairro de Neves, que, originalmente agrícola e já com um parque industrial em formação durante as décadas de 1920 e 1930, passa a ser o grande catalisador das políticas públicas de urbanismo durante este período. Suas ruas são calçadas anteriormente às da sede do município, os sistemas de transporte procuram ligar o distrito à capital do Estado e do país e a intensa concentração operária promove incentivos à construção de vilas, clubes, sindicatos, localizando-se aí o principal jornal da região, "A Gazeta". Seus ares diferem das demais regiões do município que conservam suas grandes e tradicionais fazendas.

A partir desse quadro, os depoimentos dos idosos nos auxiliam a compreender uma trajetória que apresenta, hoje em dia, ruas mal conservadas, patrimônio arquitetônico abandonado ou descaracterizado e um certo ar de "cidade fantasma" em suas principais vias.

A professora e advogada Aída de Souza Faria, recentemente falecida, primeira vereadora do Município de São Gonçalo, nasceu em 6 de janeiro de 1915 na cidade do Rio de janeiro, vindo morar naquele município ainda pequena, acompanhando a mudança da família. Sua movimentada trajetória de vida incluiu atividades de professora e diretora em vários colégios estaduais, a criação e direção de sua própria escola, a publicação de vários trabalhos sobre o município e a participação ativa em várias instituições culturais como o MEMOR e o Instituito Histórico e Geográfico, entre outros. É dela o depoimento que se segue sobre o bairro de Neves:

> *Mudamos-nos para o Paiva (hoje parte de Neves) ainda na década de vinte. Eu era uma menininha, mas pude assistir ao desenvolvimento*

da região. Era um bairro agradável para se viver, a vizinhança era muito boa. Assisti o desenvolvimento do progresso, não só do Paiva como do bairro de Neves como um todo. Neves, com as suas indústrias, seu comércio e sua rede escolar, possuía dois jornais nos idos de antes de 1930. Tínhamos primeiro a "A Gazeta" de Abílio José de Mattos e depois tivemos a "Comarca" de Turíbio da Rosa Tinoco. A serraria Henrique Bessa, uma das mais antigas, não produzia só para Neves, mas para toda a cidade de São Gonçalo e talvez para outros municípios. Tínhamos o "Ron Merino" (fábrica de bebidas) e a fábrica de fogos Santo Antônio. Tínhamos também o Hime (Metalúrgica) que deixava divisas em São Gonçalo. O Hime foi a primeira fábrica que produziu parafusos e por onde passaram milhares e milhares de operários. Dava gosto de ver às seis e meia da manhã a movimentação de Neves, da Rua Barão de São Gonçalo, que dava entrada para o portão principal da fábrica. Às dezesseis horas aquela turma saía e já entrava outra. Por tudo isso, Neves ajudou São Gonçalo a ser chamada de "Manchester Fluminense".

No Paiva e em Neves tudo era importante e ficou registrado na história pela sua importância. Tínhamos o porto através do qual os produtos gonçalenses eram transportados em embarcações denominadas faluas, para o mercado da Praça XV, no Rio. Todo o litoral gonçalense era rico em portos, por isso é que nós temos Porto da Ponte, Porto da Madama, Porto do Gradim...

Neves teve uma importância muito grande para a história do município, chegou a ter três deputados eleitos na década de 30, Valter Orlandini,, Francisco Lima e Jerônimo de Andrade. Essa é a mostra da pujança de Neves! Um distrito eleger três deputados é uma coisa que se deve observa!

Tínhamos em Neves como condução, o bonde, que contava com funcionários muito inclinados à delicadeza e ao respeito. Eles tomavam conta até das crianças que eram levadas ao bonde em direção às escolas. Eles diziam: "pode deixar minha senhora nós olhamos". Os primeiros bondes ligavam São Gonçalo a Niterói, mais tarde a rede foi estendida até Alcântara. Era uma festa a vida em São Gonçalo!

O Largo de Neves se projetou por tudo isso, pelo progresso indiscutível que teve. Ganhou também a Vila Laje, uma vila linda construída por Henrique Laje. As casas muito bonitas, assobradadas, possuiam nas laterais e nas frentes haviam pequenos jardins floridos. A Avenida Lúcio Tomé Feiteira, ainda não era asfaltada, era de terra. Lembro que no final, aquele lugar se chamava Areal onde hoje é chamado Primeiro de Maio. À frente da Avenida Laje havia um enorme pântano, onde viviam milhares de rãs e também jacarés. Podíamos encontrar outros animais fora daquele pântano, a fauna local era extremamente rica, pois Neves era coberto por mangues.

Bem em frente da Vila Laje, do lado oposto, se situava um dos clubes mais antigos de Neves, o Carioca Futebol Clube, onde aconteciam muitos bailes, muitas festas. Por lá passaram presidentes dinâmicos, a exemplo de Tomás Soares da Silva, pai de Zizinho (antigo jogados de futebol, bastante conhecido nacionalmente).

Não podemos deixar de sublinhar os carnavais do Paiva que chamavam a atenção por suas as batalhas de confete e os banhos à fantasia, porque as festas carnavalescas daquele tempo tinham o epílogo no banho a fantasia. Muita gente de outros municípios vinha assistir o carnaval de Neves. O banho a fantasia geralmente era assim: as batalhas eram aos sábados e o banho a fantasia nas manhãs de domingo. Os ranchos vinham todos vestidos de papel crepom, de uma beleza ímpar, de uma criatividade sem tamanho. As fantasias eram lindas, tudo era cuidadosamente preparado e os cânticos muito bem ensaiados. Cada rancho vinha andando naquele balanço, ao som daquelas músicas tradicionais. Tínhamos a banda do "Patronato de Menores" e a banda do Hime, que era conhecida como a "A Furiosa do Hime". Na manhã de domingo, os ranchos saíam de Neves naquele passo cadenciado, entravam pela travessa Paiva, atravessam onde hoje está a Avenida Progresso, perto do Rio Brandoas, e se dirigiam até a praia do Paiva. A praia era de uma beleza inesquecível, águas limpíssimas, tanto que as famílias tomavam banho ali!

O jornal "A Comarca" ficava na Rua Maurício de Abreu e a "A Gazeta" no Largo de Neves. Mais tarde "A Gazeta" transferiu-se para o centro de São Gonçalo e em 1930 foi empastelada. O Abílio José de Mattos não resistiu àquele choque.Alguns dizem que foi uma injustiça, que o jornal era imparcial, mas os que se diziam legalistas da Revolução de 30 não procuraram pesquisar e invadiram o jornal, dando aos seus diretores um grande prejuízo. Neves era de importância vital. Através de seu porto escoavam os produtos gonçalenses para o mercado da Praça XV, no Rio, utilizando embarcações denominadas faluas. Todo o litoral gonçalense era rico em portos, por isso temos até hoje denominações como Porto da Ponte, Porto da Madama, Porto do Gradim, etc...

No centro de Neves havia um café, o Café Paris. Era muito bonito, com quiosques, fontes d'água jorrando, muitos jardins, uma área muito grande. Ali era o "point" das personalidades de São Gonçalo. Dali saiam as decisões políticas, não só para São Gonçalo como para o Estado. Ali se reuniam personalidades como o Norival de Freitas (deputado), Capitulino dos Santos Júnior, Juvenal Figueiredo, o meu pai (Justiniano Pereira de Faria), Rubens e Valter Orlandine (personalidades locais).

Até 1920 Neves era conhecido apenas como Quarto Distrito. Depois dessa data passou a se chamar Quarto Distrito de Neves. Na década de 30 o Distrito de Neves chegou a ter três deputados eleitos: Valter Orlandine, Francisco Lima e Jerônimo de Andrade.

O comércio era fabuloso, tínhamos a serraria Henrique Bessa, uma das mais antigas do Município, o Hime, metalúrgica, primeira fábrica a produzir parafusos no Brasil, por onde passaram milhares de operários. Dava gosto ver às seis e meia da manhã a movimentação de Neves, na Rua Barão de São Gonçalo, para onde dava o portão principal da fábrica. Às dezesseis horas aquela turma saía e já entrava outra, uma vez que o operariado era dividido em turmas.

Na parte comercial, setor de tecidos e armarinho contava com a forte presença de sírios e libaneses. Estes foram pioneiros nesse tipo de comércio em São Gonçalo. As lojas eram enormes e nelas se encontrava praticamente tudo. Quando essas lojas foram demolidas, para que se pudesse construir naquela área, o povo de Neves ficou muito abalado, pois já desenvolvera o hábito de comprar ali e de assistir à propaganda ruidosa que era feita à porta das lojas, com "slogans" os mais inusitados.

O transporte de massa era basicamente o bonde, que contava com funcionários muito inclinados à delicadesa e ao respeito. Eles inclusive tomavam conta das crianças que eram levadas para as escolas naquele tipo de condução. O condutor andava no estribo de um lado para o outro, cobrando as passagens e o motorneiro ia na direção do veículo. Os bancos de madeira acomodavam cinco pessoas. Havia muitos bondes com reboque de carga que transportavam laranjas e tangerinas, de excelente qualidade, produzidas no Município. Os primeiros bondes ligavam São Gonçalo a Niterói, depois a rede foi estendida até Alcântara.

Por tudo isso se projetou o bairro de Neves, pelo progresso indiscutível que alcançou. Ganhou também a Vila Lage, uma bela vila operária construída por Henrique Lage, casado com Melansone Lage, cantora lírica brasileira. As lindas casas construídas eram assobradadas com jardins na frente e dos lados, pequenos jardins floridos. A Avenida Lúcio Tomé Feiteira ainda não era asfaltada, era de terra. A frente da Avenida Lage era um enorme pântano, onde se encontravam e aprisionavam jacarés e milhares de rãs.

Fui alfabetizada em casa, aos cinco anos já sabia ler. Já lia, escrevia meu nome e os dos meus irmãos. Foi minha mãe quem me alfabetizou. Embora tivessemos muito próximas de casa algumas escolas, como o Grupo Aurélia. Quaresma e outros no Largo de Neves como o Santos Dias e o Meuclides Picanço, minha mãe preferia alfabetizar os filhos antes que estes ingressassem na escola. Com dez anos eu havia terminado o primário.

Fragilizado pela retirada das indústrias que o caracterizavam como um bairro "operário modelo", não encontramos na Neves de hoje os "traços idílicos" perpetuados pela memória de Dona Aída, induzindo a uma séria reflexão sobre as características de nossos centros urbanos.

Alguns resultados parciais da pesquisa foram apresentados em programa de rádio (Virtual FM – emissora educativa comunitária situada na cidade de São Gonçalo), sendo veiculados trechos dos depoimentos dos idosos entrevistados, acompanhados de debates e reflexões pelo grupo de pesquisa.

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janaína e Ferreira, Marieta (orgs) **Usos e Abusos da Histótia Oral.** RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de Velhos**. SP: Queiroz, 1983.

BROWN, Cynthia S. **Like It Was. A complete guide to writing Oral History**. New York: Teachers & Writers Collaborative, 1988.

FERREIRA, Marieta M.; Fernandes,Tânia; Alberti,Verena (orgs). **História Oral: Desafios para o século XXI.** RJ: Editora Fiocruz, CPDOC/FGV, 2000.

MEHY, José C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

....., Reintroduzindo a História Oral no Brasil. SP: Ed. Xamã, 1996.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. História, cativa da memória: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais, in **Revist. Inst. Bras**, SP: 34:9-24 1992.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares, in **Projeto-História**. PUC/SP, dez. 1993, trad. Yara Aun kou, pp. 7-28.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio" in **Estudos Históricos**. RJ, CPDOC-FGV , v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

....."Memória e Identidade Social" in **Estudos Históricos**. RJ, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992, 200-215.

RITCHIE, Donald A. **Doing Oral History.** New York: Twayne Publishers, 1995.

THOMPSON, Paul. **The Voice of the Past: Oral History.** Oxford: Oxford University Press,1978.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dialogando com a Antropologia e a Psicologia social: a propósito da estigmatização dos judeus e judaizantes de Antioquia por João Crisóstomo

Gilvan Ventura da Silva*

Resumo: Essa comunicação apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa "A construção da identidade cristã no Império Romano: João Crisóstomo e o conflito com os judeus e judaizantes de Antioquia". Nosso estudo busca elucidar os meandros de fixação de uma identidade cristã no final do IV século tendo como referência a cidade de Antioquia e o caso dos judeus e judaizantes. Na execução do referido projeto, nos apropriamos, do ponto de vista teórico, das reflexões da Antropologia e da Psicologia Social.
Palavras-chave: Império Romano; Judeus; João Crisóstomo

Abstract: This paper deals with some conclusions concerning our research named "The making of the Christian identity in the Roman Empire: John Chrysostom and the clash with the Jews and Judaizings in Antioch". Our main purpose is to analyze the process by which the making of the Christian identity in Antioch at the end of the 4th Century A.D. is directly related to the fight against Judaism. In order to do it, we employ some theoretical tenets drawn from the Anthropology and the Social Psychology, namely the concepts of identity and representation.
Key-words: Roman Empire; Jews; John Chrysostom

Por intermédio do projeto de pesquisa "A construção da identidade cristã no Império Romano: João Crisóstomo e o conflito com os judeus e judaizantes de Antioquia" julgamos oportuno investigar o teor das relações mantidas entre as distintas religiões no Império Romano, o que implica refletir, ao mesmo tempo, sobre os mecanismos de formação das identidades e alteridades culturais a partir de um prisma eminentemente religioso. Para tanto, elegemos como balizamento temporal o século IV d.C., período marcado por um nítido

* Professor Adjunto do Departamento de História da UFES. Doutor em História pela USP. Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq por meio da concessão de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

acirramento da polêmica religiosa no Império. De fato, é nesse momento que observamos a configuração da *basileia*, uma realeza de inspiração helenístico-cristã exercida por um imperador que, de protetor da religião tradicional, assumirá a posição de árbitro em matéria de fé, implementando medidas cada vez mais restritivas e intolerantes contra aqueles que não se coadunem com o credo professado pela casa imperial (Silva, 2005:170). Além disso, os imperadores, eles mesmos, passam a revestir uma autêntica dignidade missionária (Fowden, 1993:91-2), razão pela qual a antiga dinâmica de romanização dos "bárbaros" é reinterpretada como um processo ativo de conversão religiosa (Elsner, 1998:141).

Num contexto de rápida expansão, como o que se verifica no século IV, o cristianismo, apoiado pela casa imperial, se volta paulatinamente contra todos aqueles que, em termos reais ou potenciais, ameacem a realização do ideal missionário de evangelização da *oikoumene*. Nessa empreitada de unificação de povos e territórios os mais distintos sob a égide de um credo monoteísta, o cristianismo tem de sobrepujar a pluralidade religiosa do Império, o que requer, em diversas circunstâncias, a adoção de um comportamento inflexível e por vezes violento. Os principais atingidos por esse novo *status quo* forjado na seqüência da vitória de Constantino sobre Maxêncio são os pagãos, os heréticos e os judeus. Devemos, no entanto, atentar para o fato de que há uma decalagem evidente entre as aspirações missionárias do Estado romano e a sua capacidade efetiva em obter a adesão imediata dos grupos sociais à nova fé, de maneira que a cristianização do Império não pode ser compreendida nem em termos da consumação de um destino inexorável, o que a dotaria de um sentido teleológico impossível de ser aferido do ponto de vista histórico, nem tampouco como um processo isento de tensões e contradições internas (Brown, 1992:128-9). É preciso reconhecer que, no IV século, o cristianismo não apresenta, em absoluto, a uniformidade litúrgica, dogmática ou disciplinar que por vezes somos tentados a lhe atribuir com base apenas na leitura de um ou outro testemunho de época, mais não fosse pelo fato de que os séculos IV e V representam justamente um momento de proliferação das heresias, com a conseqüente reação que conduzirá, ao fim e ao cabo, à vitória (parcial, nunca é demais reiterar) da ortodoxia nicena. Desse ponto de vista, as comunidades cristãs dispersas pelo *orbis romanorum* exercem a sua religiosidade de múltiplas maneiras bem como estabelecem padrões próprios de sociabilidade com os pagãos e os judeus, o que inclui ao mesmo tempo a

ambientação em um contexto cultural comum e a adoção de práticas mútuas de retaliação, dentro de uma lógica ambivalente de cooperação e concorrência.

Diante do amplo escopo que se abre numa investigação que pretenda dar conta das interações entre cristãos, pagãos e judeus no Império Romano, optamos por centrar nosso foco de análise no conflito que, em Antioquia, opõe as lideranças cristãs aos judeus e judaizantes na segunda metade do século IV. Nossa atenção se voltará, assim, para a relação entre as comunidades cristã e judaica de Antioquia, tendo como principal aporte documental a série de homilias intituladas *Adversus Iudaeos* proferidas entre 386 e 387 por João Crisóstomo e a legislação imperial recolhida no Código Teodosiano. Julgamos que tal procedimento nos permitirá captar com uma maior riqueza de detalhes as particularidades da construção da identidade cristã no Baixo Império ao conjugar os níveis micro e macro de análise. Por intermédio das homilias e da legislação imperial cremos ser possível apreender-se, ao mesmo tempo, o conteúdo de uma representação que discrimina os judeus de modo intolerante, a constituição de uma identidade romano-cristã nos meios urbanos orientais e os elementos de aculturação entre o judaísmo e o cristianismo contidos na prática dos judaizantes que freqüentavam a sinagoga e que por isso são alvo de severas críticas por parte de João Crisóstomo.

Quando exploramos a literatura cristã antijudaica do Baixo Império em seu conjunto, constatamos não apenas um nítido aumento, a partir da segunda metade do século IV, dos ataques declarados ao judaísmo, como também a adoção de um tom muito mais ácido por parte dos autores cristãos, a exemplo de Ambrósio, Gregório de Nissa, Agostinho e, especialmente, João Crisóstomo. Na verdade, é impossível negar que os judeus representavam, para os Padres da Igreja, uma notável ameaça à afirmação da ordem cristã, razão pela qual os debates teológicos e disciplinares da época incluem com freqüência alusões ao judaísmo, assumindo a polêmica antijudaica uma posição extremamente relevante dentro do repertório de temas tratados pelos autores cristãos do final do Mundo Antigo (Millar, 1994:112). Não devemos, no entanto, supor que a proliferação de escritos antijudaicos resulte tão somente de uma vontade deliberada dos Padres da Igreja em erradicar a fé judaica em virtude do "deicídio" praticado pelos judeus, quase como um ajuste de contas realizado mais de trezentos anos após a crucificação. Antes, é preciso considerar com bastante atenção o fato

de que, no IV século, o judaísmo não pode ser considerado, em absoluto, uma religião inerte e obsoleta diante de um cristianismo triunfante, ao contrário do que pretenderam demonstrar Tertuliano, Orígenes e Eusébio, dentre outros (Lieu, 1994:83).

Sabemos que, muito embora as tendências judaizantes pudessem ser encontradas em todas as regiões do Império, elas eram particularmente intensas na Judéia, Síria e Ásia Menor, como comprova a existência de um conjunto de seitas judaico-cristãs descritas no *Panarion* de Epifânio de Salamina, tais como as dos nazoreus e ebionitas, dentre outras (Feldman, 1993:404). Em face disso, Harkins (1990:X) propõe que a série de homilias *Adversus Iudaeos* pronunciadas por João Crisóstomo deve ser intitulada "Discurso contra os judaizantes cristãos", uma vez que o alvo principal dos ataques do presbítero seriam os membros da sua própria congregação que observavam os jejuns e freqüentavam os festivais judaicos. Na avaliação de Lieu (1994:88), a existência dos judaizantes constituía um sério problema para a Igreja, em particular para as congregações do Oriente, devido ao fato de que os cristãos que jejuavam com os judeus, participavam dos festivais judaicos e compareciam ao ofício religioso da sinagoga não eram devotos renegados da *ecclesia*, mas membros regulares das congregações locais que julgavam ser possível conciliar as tradições judaicas com a liturgia cristã. Contra esse estado de coisas é que se erguem os líderes eclesiásticos do final do IV século e início do V, especialmente João Crisóstomo que, por intermédio das suas homilias *Adversus Iudaeos*, reafirma o abismo existente entre o judaísmo e o cristianismo ao mesmo tempo em que cumula os judeus de estigmas, convertendo-os em figuras de alteridade que, estereotipadas ao extremo, cumprem um papel de suma importância para a definição do que será o próprio cristianismo. O estudo que ora propomos busca elucidar os meandros de fixação de uma identidade cristã no final do IV século tendo como referência a cidade de Antioquia e o caso dos judeus e judaizantes. Essa identidade, por sua vez, deriva de uma representação que, ao ignorar a pluralidade étnica do Império e ao desqualificar sumariamente todos os que não se coadunem com a diretriz religiosa seguida pelo Estado romano, produz a estigmatização dos desviantes religiosos. Nesse caso, os conceitos de *identidade* e *representação* são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, o que nos leva forçosamente a dialogar com a Antropologia e a Psicologia Social, saberes que têm uma ampla reflexão já consolidada sobre o assunto.

Dentre o conjunto de abordagens para a problemática das identidades, uma das mais frutíferas é aquela postulada pelos interacionistas simbólicos, para quem a sociedade deve ser concebida, em termos teóricos, como um *continuum* de interações que partem da sociedade para o indivíduo e vice-versa e não como um agregado de sistemas ou estruturas que se imporiam, do exterior, às consciências, de maneira que a identidade é formada a partir de uma interação entre o "eu" e a sociedade, o que a situa na confluência entre a esfera pessoal, interior e a esfera pública. Partindo desse princípio geral, os interacionistas elaboram quatro proposições acerca da identidade social. Em primeiro lugar, a identidade nunca é substancial, mas relacional, ou seja, a definição daquilo que se é depende sempre de uma condição estabelecida pelo outro, com o qual o indivíduo e/ou o grupo se relaciona. Em segundo lugar, a formação da identidade individual depende da identidade grupal, resultando de uma adaptação do indivíduo às perspectivas de seu grupo. Sendo assim, o processo de socialização implica, para o indivíduo, o aprendizado dos códigos que regem os papéis sociais, códigos esses que serão interpretados conforme as disposições particulares da personalidade, de maneira que identidade individual e identidade grupal se encontram sempre em uma estreita conexão, o que nos obriga a reconsiderar a importância da intervenção do sujeito no desenvolvimento dos processos sociais, incluindo os processos históricos, como sugere o estruturismo metodológico. Como bem definiu Hall (2002:12), a identidade seria a responsável pela "sutura" entre o sujeito e a estrutura, estabilizando "tanto os sujeitos quanto os mundos culturais em que eles habitam e tornando ambos reciprocamente unificados e predizíveis". Em terceiro lugar, a identidade social não é única, mas experimenta uma sucessão de deslocamentos no interior da sociedade, de maneira que um mesmo indivíduo pode estabelecer laços identitários distintos em contextos igualmente distintos. Por último, a construção das identidades comporta um caráter histórico evidente, posto que variável ao longo do tempo (Queiroz, 1996:296).

Ao tratarmos do processo de constituição das identidades estamos nos reportando, em última análise, à maneira pela qual os grupos sociais organizam o seu mundo, à representação que estabelece um sentido para a realidade, sentido jamais dado *a priori* posto que resultado de uma construção histórica. Isso equivale a dizer que as identidades, por mais que se queiram vinculadas a um passado ancestral, são forjadas com referência a um tempo e

a um lugar específicos, cabendo justamente aos historiadores precisar as condições que permitem a enunciação de um discurso identitário, como propõem os defensores de uma concepção não essencialista de identidade (Woodward, 2000:12). Nesse caso, impõe-se a constatação de que as identidades se constituem como um discurso sobre a realidade, existindo justamente por intermédio da linguagem que enuncia, que divide, que classifica e, desse modo, identifica. Além disso, como as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos específicos, no interior de formações e práticas discursivas de poder (Hall, 2000:109). Enunciar um conceito é, ao mesmo tempo, diferenciá-lo dos demais numa rede infinita de possibilidades criativas da língua, estabelecer o que é semelhante e o que é diferente de acordo com uma lógica binária que se afirma como a principal modalidade de classificação à disposição do intelecto. Isso nos leva à conclusão de que as identidades, assim como as representações, das quais são dependentes, são sistemas simbólicos, ou seja, sistemas de fundação de sentido para a realidade, o que nos remete necessariamente a uma das configurações possíveis das relações de poder, uma vez que todo ato de diferenciação resulta justamente do poder de diferenciar (Tadeu da Silva, 2000:76).

Dado que não existe nenhum sentido original que resida no interior dos seres e das coisas e que possa ser revelado mediante essa ou aquela operação cognitiva, toda ação tendo por objetivo fixar uma taxinomia, estabelecer uma classificação, produzir uma clivagem resulta sempre de uma perspectiva particular de quem se encontra em condições de definir o que é igual em oposição ao que é diferente e que, por isso mesmo, detém o poder de discriminar entre objetos pertencentes a um mesmo campo social. É exatamente essa a operação envolvida na construção das identidades. Em geral, tende-se a considerar que a definição do que é igual, comum, semelhante entre os indivíduos seja o passo inicial para que uma determinada identidade venha a se constituir, sendo a diferença encarada como o substrato inevitável da identidade. Entretanto, outros autores têm insistido em demonstrar que a percepção da diferença se impõe como o ato fundador das identidades, obrigando-nos assim a reconsiderar a importância atribuída à alteridade para o estabelecimento das identidades sociais. A diferenciação, sob esse aspecto, não deve ser compreendida como o resultado do processo de criação da identidade, mas como o processo mesmo, de maneira que as

identidades resultariam de um ato primário de diferenciação a partir do qual as características comuns de uma coletividade são percebidas, realçadas e valorizadas (Tadeu da Silva, 2000:76). Isso nos obriga a considerar, como sustenta Jovchelovitch (1998:69), a positividade da alteridade, pois "sem o reconhecimento outro, a produção de sentido e seus correlatos – a forma simbólica, a linguagem, e as identidades – seriam inexistentes".

Importa ressaltar que aqueles que podem classificar e diferenciar são os mesmos que atribuem valores distintos aos elementos classificados, uma vez que as oposições binárias jamais são equivalentes, recebendo sempre um dos termos um valor positivo e o outro um valor negativo (Tadeu da Silva, 2000:82). Em geral, no processo de produção das identidades sociais um determinado conjunto de regras, crenças e comportamentos é alçado à condição de norma de conduta. A partir dessa identidade "normalizada" é que são mensuradas as outras identidades, às quais se atribui uma carga de negatividade, o que as converte em alteridade, em comportamento estranho, exótico, não adaptado. Assim, as relações de poder trabalham em nível microscópico para isolar as crenças e atitudes que fogem aos padrões aceitos pelo grupo e que, habitualmente, são tidas como sinônimo de ameaça e poluição à preservação do próprio grupo, ficando por isso mesmo confinadas às margens do sistema, como esclarece Mary Douglas (1976). As relações de poder, na sua obsessão em preservar uma determinada ordem, tendem a rejeitar tudo aquilo que possa evocar desordem e confusão, colocando-se permanentemente em guarda contra experiências difusas que se aproximem do hibridismo, do sincretismo, da diáspora, do travestismo e da miscigenação, isolando-as e coibindo-as. Isso significa que, no contexto de fixação das identidades sociais, devemos prestar uma atenção especial aos processos de estigmatização, de atribuição de rótulos elogiosos ou depreciativos, pois é por intermédio deles que não apenas um grupo se reconhece como portador de valores humanos elevados, como depositário da norma de conduta moral a ser seguida pela própria humanidade, como também reforça a sua capacidade de discriminar, ou seja, de manter numa posição social inferior outros grupos dentro de um contexto de organização desigual das relações de poder.

Referências bibliográficas

1. Documentação primária impressa

ST. JOHN CHRYSOSTOM. **Discourses against judaizing Christians**. Translated by Paul W. Harkins. Washington: The Catholic University of America Press, 1999.

2. Obras de apoio

BROWN, P. **Power and persuasion in Late Antiquity**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELSNER, J. **Imperial Rome and Christian triumph**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

FELDMAN, L. H. **Jew and gentile in the Ancient world**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

FOWDEN, G. **Empire to commonwealth**; consequences of monotheism in Late Antiquity. Princeton: Princeton University Press, 1993.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-33.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrindo o outro. *In*: ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 69-82.

LIEU, J. History and Theology in Christian views of Judaism. In: LIEU, J. et al. **The Jews among Pagans and Christians in the Roman Empire**. London: Routledge, 1994, p. 79-96.

MILLAR, F. The Jews of the Graeco-Roman Diaspora between Paganism and Christianity, AD 312-438. In: LIEU, J. et al. **The Jews among Pagans and Christians in the Roman Empire**. London: Routledge, 1994, p. 97-123.

QUEIROZ, J. M. Exclusion, identité et désaffection. In: PAUGAM, S. (Dir.) **L'exclusion, l'état des savoirs**. Paris: La Découverte, 1996, p. 295-310.

SILVA, G. V. da. Vertentes da intolerância religiosa no Império Romano: o caso dos judeus. *In*: NOBRE, C. K.; CERQUEIRA, F. V. & POZZER, K. M. P. (Ed.) **Fronteiras e etnicidade no Mundo Antigo**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2005, p. 167-77.

TADEU DA SILVA, T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nossa Senhora de Medianeira, Rogai por Nós.
A Relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo, através dos Círculos Operários e da Imprensa Católica no Rio Grande do Sul.

Carla Xavier dos Santos[•]

Resumo: As características não revolucionária, ordeira e nacionalista dos Círculos Operários, que visavam o entendimento entre trabalhadores e o sistema político vigente, foi o que desenvolveu a simpatia de Vargas. A motivação da Igreja para a formação do movimento circulista vem desde a divulgação das encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragésimo Anno", que eram inspiradas na doutrina católica do Socialismo Cristão. Colocando a Igreja muito próxima do Estado. Principalmente por esta, utilizar os jornais católicos para pregar a conduta do bom cristão e do bom cidadão, para o movimento operário.

Palavras-chave: Círculos Operários, Imprensa Católica e Estada Novo.

Abstract: The characteristics not revolutionary, order and nationalistic of the Laboring Circles, that aimed at the agreement between workers and the system effective politician, were what it developed the affection of Vargas. The motivation of the Church for the formation of the circulista movement comes since the spreading of the encyclicals letter from the pope "Rerum Novarum" and "Anno Fortieth", that they were inspired in the doctrine catholic of the Christian Socialism. Placing the Church very next to the State. Mainly for this, to use periodicals catholics to nail the behavior of the good Christian and the good citizen, for the labor move.

Keyword: Laboring circles, the Press Catholic and New State.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo ressaltar alguns pontos, sobre a relação entre o Estado ditatorial do presidente Getúlio Vargas e a Igreja Católica. E como instrumento dessa aliança entre poderes eclesiástico e laico, os Círculos Operários e a imprensa católica foram utilizadas para demonstrar o apoio e por muitas vezes, a pressão, do clero em prol do governo.

Desde a Proclamação da República, onde o Estado laicizado separa-se definitiva da Igreja, gerando a liberdade religiosa do país, a aproximação com o Estado, possibilitaria a

[•] Mestranda do curso de Pós-Graduação em História da PUCRS. Bolsista CAPES, (carlaxaviers@hotmail.com).

Igreja Católica uma ampliação de sua base social e daria segurança ao temor que a Igreja tinha em relação à difusão do comunismo ateu, a propagação de outras religiões como a maçonaria, o espiritismo e o protestantismo.

Durante o período de 1937 a 1945, a atuação da Igreja, torna-se cada vez mais incisiva, junto ao operariado, através do circulismo. Se valendo de um canal direto com a comunidade, que é o caso da imprensa, possibilitou a ampliação de sua relação com o Estado e com a sociedade brasileira, pois mesmo sendo considerado um país católico, poucos eram os fiéis praticantes do catolicismo.

A casa de meu pai tem várias moradas.

O Estado Novo.

O período do Estado Novo foi, a um só tempo, de grande avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo devido à implantação de uma ampla legislação trabalhista, de apoio à industrialização e de expressivo retrocesso em termos de liberdade política. Como a extinção dos partidos políticos, a censura e a repressão. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939, com a tarefa de divulgar as ações do governo (sobretudo na Hora do Brasil*)* e controlar ideologicamente os meios de comunicação.

Na área social teve uma atuação significativa. Sendo por isso chamado "Pai dos Pobres". O salário mínimo foi institucionalizado, criou o Ministério do Trabalho, regulamentou o trabalho da mulher e do menor, promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo o direito a férias e aposentadoria.

Objetivava com esta política trabalhista, favorável aos operários, conquistar o apoio das massas populares ao governo. Tal política paternalista buscava ainda anular as influências da esquerda. O trabalhismo foi usado pela propaganda do regime varguista como um instrumento de controle das massas urbanas, mostrando o trabalho cada vez mais, como um símbolo de valor.

Com a implantação do Estado Novo, houve uma alteração importante: o princípio da unidade sindical foi restabelecido, e apenas os sindicados legalizados (dirigidos por líderes

sindicais (pelegos[1]) ligados com o governo) poderiam defender os direitos da categoria. Extinguiu-se o direito de greve, pois passaram a ser consideradas recursos "anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital, incompatível com os interesses da produção nacional" (FAUSTO. 1998: p.373-375).

Figura 1. Convocação para concentração trabalhista na Esplanada do Castelo no 1º de Maio. Cartões Postais do DIP, 1937/1945. RJ. Extraído do CPDOC. www.cpdoc.fgv.br

O Estado procurou constituir uma relação de troca com a classe trabalhadora. De um lado, o Estado dá aos trabalhadores toda uma legislação protetora e de benefícios. De outro lado, os trabalhadores conferem autonomia e legitimidade ao Estado. Criando deste modo, uma série de festejos, como o Dia do Trabalho e atos cívico-religiosos, para garantir o sentido de união entre o chefe do Estado e o povo. Articulando a idéia do trabalho como elemento da construção da nacionalidade brasileira.

A Igreja Católica (1937/1945).

Não se pode falar da Igreja durante o Estado Novo, sem ressaltar períodos anteriores de sua história. Até mesmo para entender a atuação da Igreja nos dias atuais (século

[1] Pelego seria o líder sindical que atua para amortecer os atritos entre estado e trabalhadores. Originalmente "pelego" seria uma cobertura de couro ou tecido, que é colocado sobre a sela de um animal de montaria, para diminuir o impacto, entre o cavaleiro e o animal.

XXI), temos que ver sua atuação ao longo do tempo e da História. Ela procura em si mesma, sustentáculos para se reafirmar junto à nação. instituições

Recuemos as décadas do início do século XX, onde com o fim do Império e a liberdade de culto implantada pela República, a Igreja está esquecida pelos poderes públicos e por muitas vezes colocada ao mesmo nível de outras religiões. A reação partiu do pontificado de Pio XI, que entre outros atos, instituiu a Ação Católica, que s espalhou por todo o mundo.

No Brasil a Igreja Católica nas décadas de 20 e 30, contou com o apoio de grupos laicos, para assim, através de movimentos religiosos de massa, a recristianização da sociedade brasileira. Articulando-se novamente, para torna-se a religião oficial do país, atua na política através da Liga Eleitoral Católica (LEC), com movimentos laicos que orienta centros culturais, associações, partidos e sindicatos.

Essa reação do clero teve por imagem principal o então Cardeal Dom Sebastião Leme, que junto com intelectuais católicos, divulgaram e propagaram os ideais do catolicismo, como por exemplo, através da imprensa, que por sua vez, contou com diversos diários e semanários em todo o país.

Como Jesse Vieira coloca,

> Com Getúlio Vargas, a Igreja retomou alguns dos mais importantes espaços perdidos com o advento da República. (...)
> Neste período, a Igreja, através de suas lideranças, adotou posições que reforçaram a intervenção estatal através de um governo forte apoiado na ação e na formação de um consenso. Até 1943, a relação entre os dois poderes aqui comentados inseriu-se nesta perspectiva. O clero se posicionou como coadjuvante de uma política que buscava a harmonia social; sua ação entre os assalariados urbanos era centrada na questão da regulamentação das relações trabalhistas e, ao mesmo tempo, em uma organização corporativa e das instâncias hierárquicas necessárias a um trabalho voltado para diferentes intervenções culturais. (SOUSA. 2005: p.07).

Com a implantação do Estado Novo, a Igreja colocava-se, como ainda hoje o faz, na disputa pelo controle do imaginário social, ocupando todos os espaços sociais, culturais e políticos; estabelecendo vínculos mais próximos com o Estado, no campo social. Passando a "abençoar" o desenvolvimento varguista, na prática, essa aliança, funcionava como uma vitória a mais do regime, que projetava a hegemonia nacional.

Embora a Constituição outorgada de 1937, anulasse as conquistas católicas alcançadas em 1934, o Estado Novo tendeu a manter e aumentar os favores governamentais à

Igreja. Segundo Arthur César Isaia, "baseando-se em um "pacto moral" garantido pela amizade entre o Cardeal D. Leme e Vargas. A Igreja teria sofrido o "contágio" do populismo getulista, tornando-se um instrumento de colaboração, para docilizar o povo e torná-lo útil aos objetivos governamentais" (ISAIA. 1998: p.151).

A Igreja pregava a ética cristã, valorizando a família, transmitindo uma moral de bom comportamento, de trabalho como símbolo de dignidade e a obediência ao Estado, que era a ordem vigente; competindo a ela, a regeneração moral da sociedade.

A Igreja colocava-se a ocupar todos os espaços sociais, culturais e políticos; estabelecendo vínculos mais próximos com o Estado Novo, através do campo social. Passando a "abençoar" o desenvolvimento varguista. Na prática, essa aliança, funcionava como uma vitória a mais do regime, que projetava a hegemonia nacional.

Trabalhadores do Brasil: entre a Cruz e a Espada.

Círculos Operários e a Doutrina Social do Trabalho.

Ao longo de toda a História da Igreja no Brasil, ela apresenta diversos momentos de auges e declínios. Todavia, com uma característica marcante, se recompõem, reorganiza e se faz presente.

A aproximação da Igreja com os trabalhadores do país, vem das encíclicas papais do Papa Leão XIII (*Rerum Novarum*), em 1891 e posteriormente, a do Papa Pio XI (*Quadragésimo Anno*) em 1931. Ambas propõem soluções para a questão operária, lutando por justiça social e sugerindo um corporativismo socioeconômico e onde poderiam estar aliados os interesses dos empregados aos dos patrões.

Perante o inimigo "vermelho", a classe operária seria a mais sugestiva para a propagação das idéias comunistas, fazendo com que a Igreja se voltasse mais efetivamente suas atenções aos trabalhadores, já que o Estado não o fazia. Como se refere Astor Diehl,

> "Ante a ineficiência do Estado, a Igreja toma para si a pauta de motivar o Estado para que ele assumisse a tarefa de solucionar o problema social, toma posições definidas como forma de não ficar marginalizada no processo

> histórico. Porém, a ausência do Estado e a crescente proliferação da organização socialista, traduz na Igreja a responsabilidade de educar a elite capitalista e promover a organização operária dentro de uma perspectiva mutualista" (DIEHL, 1990. p. 18).

Foram intensas as formas de atuação da Igreja junto ao operariado, porém a mais significativa e que rapidamente se difundiu por todo o país, foi o movimento dos Círculos Operários Católicos.

A tarefa de tornar o circulismo uma realidade dentro do operariado gaúcho e brasileiro coube ao padre jesuíta Leopoldo Brentano, que ao criar o Círculo Operário Pelotense (COP) em 1932, que se originou da Conferencia Católica do Trabalho, de 1920. Conseguiu expandir os Círculos Operários e o circulismo por todo o Rio Grande do Sul e posteriormente com a ajuda de Vargas.

Por convite de Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, o padre Leopoldo Brentano, a organizar os Círculos Operários de Porto Alegre, que "em 27 de janeiro de 1934, instala seu primeiro núcleo no bairro Petrópolis. Em três anos após sua fundação, possuía dez núcleos e cinco mil sócios" (DIEHL, 1986. p. 93-95).

O circulismo pretendia, não só lutar pelos direitos dos trabalhadores, mas buscavam educação, integração entre trabalhadores de diferentes áreas, momentos de lazer, para si e sua família; tornando-se influente e um dos movimentos com mais apoio por parte da Igreja. Os Círculos Operários desenvolviam muitas atividades culturais e sociais, marcando presença no cenário trabalhista da época. Em sua maioria, os circulistas eram trabalhadores sem atuação sindical ou política.

Figura 2. Primeira Diretoria do Círculo Operário Porto Alegrense, 1934. Extraído do MARÇAL, João Batista. A imprensa operária do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: s/editora, 2004. p.61.

Os Círculos Operários, não eram organizações eclesiásticas, tanto que seu estatuto não precisava ser aprovado pelo clero, nem seus filiados serem católicos (aceitavam pessoas de outras religiões), fazendo com que o movimento fosse extremamente atraente, os operários. Um dos principais motivos que levava os trabalhadores a filiarem-se ao movimento circulista, era a política assistencial que eles desenvolviam junto a seus sócios, indo da assistência médico-jurídica, escolas noturnas e creches, a facilidades para compra de casa própria. Porém uma série de medidas tomadas pelos circulistas em conjunto com os clérigos, mostravam a influência do clero católico nas ações dos Círculos Operários, sendo que um assistente eclesiástico teria o poder de vetar, qualquer iniciativa ou decisão.

A Igreja via nos círculos, um elo forte junto ao estado getulista. Pois atingiam o mesmo objetivo com este movimento, os operários. Diehl ressalta que:

> Os Círculos foram associações, cuja organização inibiu o movimento reivindicatório dos operários requer uma visão ampla do problema. A radicalização política diminuiu a discussão do primado econômico, abrindo espaços a atuação do Estado na legislação social, na mesma proporção aumentou a limitação reivindicatória ou política das classes, cujo poder de barganha e capacidade de pressão sucumbiram ante o corporativismo e a burocratização do sindicato no Brasil.
> (...) É nesse quadro conjuntural que os Círculos Operários se inserem como componentes importantes na legitimação das posições políticas da Igreja e da LEC[i]. Os Círculos Operários, além da sustentação doutrinária, realimentarem pela base operária o regime político (DIEHL, 1987: 19-35).

O Senhor Age de Formas Misteriosas.

A Imprensa Católica Gaúcha.

A imprensa escrita colaborou para a construção e manutenção de um imaginário em torno da figura do presidente Vargas, visto que a imprensa, em geral, desempenha um papel importante da edificação e manipulação da opinião pública.

No Brasil, foi muito presente, significativa e atuante. Em artigo publicado na Revista Vozes de Petrópolis de 1940, o jornalista João Gonçalves de Souza, faz referencia a imprensa católica, “há em circulação interrupta, 6 diários, uns 250 semanários ou periódicos,

além de umas 10 revistas de cultura. Isto a julgar por dados que temos em mão. A cifra pode ser muito mais elevada ainda" (SOUZA, 1940. p. 776. In: GOMES, 2006).

Através da imprensa, a Igreja pôde alargar seu discurso moral, anticomunista e assistencialista, reforçando o apoio a intervenção estatal de um governo forte. Era uma imprensa que se coloca como uma transmissora das idéias cristãs.

Os artigos nos jornais católicos eram muito bem estruturados, para dar destaque nos temas com peso moral, dando destaque para movimentos laicos, como a Juventude Operária Católica, Ação Católica, Juventude Feminina Católica, entre outros. Assuntos de interesses nacionais, como a Segunda Guerra Mundial, também eram abordados, porém não com tanta ênfase.

No Rio Grande do Sul, esta imprensa, tem uma grande expansão, no período estadonovista, possuindo diversos semanários e diários, difundindo as idéias católicas, para os mais diversos seguimentos da sociedade gaúcha. Temos como exemplo, as circulares da revista da província eclesiástica de Porto Alegre, Unitas, que era destinada ao clero circular e regular do arcebispado demonstra a articulação da Igreja, em inserir a imprensa na vida da sociedade católica. **"Nenhuma Família Católica sem Jornal Católico"** tinha como lema a campanha em prol dos jornais católicos (UNITAS, 1940: p.284).

> A boa imprensa. A imprensa é para o apostolado católico, uma prolongação do tempo e por ela a Igreja docente faz chegar ao seio das famílias a palavra evangélica. Já Luiz Veuillot dissera: "a verdadeira arma, a arma de precisão é o jornal". O grande Keteller já escrevera: "si o s. Paulo vivesse em nossos dias, ter-se ia feito jornalista".
> E Pio X, quando patriarca de Veneza, não disse que "não mediria as forças para sustentar a defesa (jornal católico)? Si preciso for, acrescentava ele, darei em penhor, para este fim, meu anel episcopal, minha cruz de cardeal".
> Os jornais são instrumentos de importância capital tanto na propagação do bem como do mal. Um homem armado de uma pena vale um exército (Estrela do Sul, 16/02/1939: p. 02).

Tendo assim, um instrumento eficaz na expansão de seus pensamentos.

Considerações Finais.

Este artigo pretendeu destacar alguns pontos da relação entre dois poderes tão distintos, mas ao mesmo tempo tão parecidos que em alguns pontos colidiram.

O fato é que a Igreja Católica atingiu seus objetivos, voltou a ter lugar importante junto ao Estado e principalmente entre a sociedade brasileira. Diferentes foram às atuações entre os intelectuais que a apoiavam e os operários, que por muitas vezes eram os instrumentos para demonstrar sua força.

Com a saída do presidente Getúlio Vargas, em 1945 e a queda do Estado Novo, o poder da Igreja junto ao governo diminuiu significantemente, como o interesse dos trabalhadores brasileiros ela circulismo. Porém os Círculos Operários permaneceram, com uma atuação mais frágil, mas atuante até os dias atuais. Hoje o circulismo conta apenas na região sul do país com 45 núcleos, juntamente com a imprensa que dispõem, não só de jornais e revistas impressas, mas também sites; porém isso já é uma outra história.

Bibliografias.

DIEHL, Astor Antonio. **Estado Novo: corporativismo e círculos operários.** Estudos Ibero-americanos, v.13, n.1, 1987 Porto Alegre. EDIPUCRS. p.19-35 .

DIEHL, Astor Antonio. **Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964).** Porto Alegre: 1990.

DIEHL, Astor Antonio. **Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964).** Dissertação (Mestrado)-PUCRS, Porto Alegre, 1986. p.95.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. P.151.

FAUSTO, Boris. História do Brasil.. São Paulo: EDUSP, 1998.

GOMES, Ângela Castro. **Invenção do Trabalho**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. **O populismo sindical: um conceito em questão**. In: REIS, Elisa. ALMEIDA, Maria H. Tavares de. FRY, Peter. **Política e Cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SOUSA. Jessie Jane Vieira de**. Círculos Operários: A Igreja Católica e o mundo do trabalho.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

Artigos Retirados da Internet.

SOUSA. Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários e a invenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica.** http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/jessie_jane_circulos.pdf (29/04/2007- 03h: 09 minutos).

SOUZA, João Gonçalves de. "**A imprensa católica em cadeia**". Vozes de Petrópolis, dezembro de 1940, p.776. IN: GOMES, Pedro Gilberto. **Escola Superior de Jornalismo**. http://www.comunica.unisinos.br/aciesti/_arquivos/aciesti/forum/escola_de_jornalismo.doc (26/12/2006-15:06).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Sorte dos Enjeitados no Recife (1789-1832)

Alcileide Cabral do Nascimento*

Resumo: O tema desta comunicação versa sobre A Sorte dos Enjeitados no Recife entre os anos de 1789 e 1832, quando inúmeras crianças eram abandonadas muitas vezes para a morte. Essas práticas corriqueiras – o abandono e o infanticídio — se tornaram um problema de ordem pública que levou o governo a criar, no final do século XVIII, a Casa dos Expostos. Contudo, o combate ao infanticídio e a assistência às crianças abandonadas não foram políticas isoladas, mas fizeram parte de um plano geral de "governamentalidade", no dizer de Foucault, que enredou a cidade e a população. Neste sentido, a virada do século trouxe novas questões, entre elas, o problema do que fazer com meninos e meninas que, à revelia do precário sistema de criação, sobreviviam. Para as elites, esses enjeitados passaram a fazer parte dos segmentos da população potencialmente perigosos, deixando de ser crianças em perigo para se tornar crianças perigosas.
Palavras-chave: Criança Abandonada; Infanticídio; Políticas Assistenciais.

Abstract
The theme for this lecture is about the fate of the abandoned ones in Recife between the 1789s and 1832s, when a great number of children were abandoned, many times, for death. These very ordinary practices – the abandonment and infanticide — turned into a public problem which led the government to create, in the end of the XVIII century , the House for the Abandoned Ones. However, the fight against infanticide and the assistance to abandoned children were not isolated polices, but they were part of a general plan for "governability" , as Focault says, which involved the city and the population. In this sense, the turn of the century, raised new questions, such as, the problem of what to do with the boys and girls who, by default, would survive. For the elites, these abandoned ones started to be part of a social segment potentially dangerous, changing from children in danger to be dangerous ones.
Key words: Abandoned Children; Infanticide; Assistance Policies

Havia no Brasil desde os tempos coloniais um costume estranho a nossa sensibilidade de hoje, que era o de abandonar crianças em lugares ermos, ruas e becos, portas de casas e igrejas, monturos, correndo o risco de perecerem de fome ou frio, ou ainda de serem devoradas por cães e porcos que viviam soltos nas vilas e cidades. De onde vinham essas crianças, por que eram expostas, muitas vezes para a morte? Essas perguntas orientaram

* Profa. da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Doutora em História.

minha incursão nas relações amorosas, sacramentadas e/ou duvidosas, para compreender de onde se originavam as crianças que ninguém queria e quais eram as práticas discursivas e não-discursivas em relação à maternidade que informavam uma certa indiferença e desinteresse da mãe pelo filho que botava no mundo.

Amar o homem ou a mulher por quem o coração palpita, num "fogo que arde sem se ver", como dizia Camões (QUEIROZ: 2005), que não se esvai em "trêmulos harpejos", que não se consome "só [em] delírios e desejos" (QUENTAL, 1980:172), atina para uma forma diferente de amar, de um amor romântico (D'INCAO, 1989) que une *ágape* e *eros*, "o amor a si e o amor ao outro" (COMTE-SPONVILLE, 2001:69), onde a reciprocidade e a livre escolha dos cônjuges urdem as teias tênues e frágeis das relações amorosas. Esses sentimentos e valores, tão presentes nos dias atuais, eram desconsiderados ao se tratar dos acordos matrimoniais no Brasil colonial, os quais tinham como fundamentos alianças familiares e como pressuposto a igualdade social entre os noivos, de forma que o amor conjugal era o lugar para "apagar os incêndios" da volúpia e não fazê-los clarificar, como explica Bluteau. Assim, o amor sensual, desmesurado e voluptuoso, como sói acontecer entre os amantes nas relações consideradas ilícitas, nunca deveria suceder entre os esposos, como aconselhava São Jerônimo, pois "o homem avisado deveria amar a sua mulher com sensatez, não com paixão" (FLANDRIN, 1991:169).

Do ponto de vista civil, o casamento era importante para a transmissão do patrimônio e para a perpetuação da progênie familiar legítima. Para a Igreja, o interesse era extinguir a concupiscência, o amor lascivo e dissoluto; já que isso não era de todo possível, buscaria ao menos disciplinar as condutas sexuais e reduzi-las à mera atividade de reprodução (FOUCUALT,1985a), com o fim de "extinguir o desejo e não de o aumentar ou de o fazer durar", na arguta observação de Phillipe Ariès (Apud LIMA, 1987,23). Essa mesma percepção pode ser encontrada nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia quando afirmam que o matrimônio é o "remédio da concupiscência e São Paulo o aconselha como tal aos que não podem ser continentes".[1] Nem paixão, nem volúpia e nem desejo deveriam constituir os alicerces das relações maritais, pois "o amor conjugal que a Igreja recomendava aos esposos era um amor cristão [...] que não se baseava na vã aparência dos corpos nem

[1] CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Livro I, Título LXII, § 260, p. 107.

sequer em misteriosas afinidades das almas, mas no amor de Deus e na graça que Ele conferia aos seus esposos pelo sacramento do matrimônio" (FLANDRIN: 1991, 174).

Na Colônia os amores sensuais e voluptuosos se espalharam de canto a canto, pois a frouxidão das imposições religiosas e das normas civis tornavam possível aos colonos portugueses amasiar-se, porque "mais soltos na sua moral cristã" (FREYRE: 2001,96). Nunca é demais lembrar que nos dois primeiros séculos da colonização os casamentos legítimos e sacramentados eram escassos e figuravam como "uma opção das 'classes dominantes', motivada por interesse patrimoniais ou de status, restando o concubinato como alternativa sexual e conjugal para os demais estratos sociais", como destaca Ronaldo Vainfas (1997: 77-78). As paixões ardentes e os casos amorosos eram vividos nos amancebamentos e são dessas relações amorosas que surgem os filhos ilegítimos, bastardos, de procedência duvidosa — "filhos do pecado" para a Igreja.

As crianças deste estudo não são apenas aquelas provenientes dos amores proibidos, "filhos ilegítimos" surgidos de padres amancebados "de portas adentro", ou ainda daqueles "amasiados" que se limitavam a visitar ou receber as concubinas sob a vista grossa da Igreja, mas também os frutos clandestinos e indesejados de uma vida amorosa e sexual na Colônia que encobria uma vasta e complexa gama de relações sensuais: "de mulheres e homens enfadados no casamento; de padres mal afeitos ao celibato; de homens de prestígio que, na falta de mulheres 'brancas e honradas', uniam-se informalmente às de cor; de mulheres brancas, índias ou mestiças que, 'solteiras', não podiam encontrar marido" (VAINFAS, 1997: 99). Em síntese, trata-se aqui de crianças nascidas de relações amorosas diversas — oriundas de uma extensa multiplicidade de contatos fortuitos, por vezes perigosos, proibidos, clandestinos ou tidos como imorais, ou de relações permanentes abençoadas pela Igreja e amparadas pela lei —, que resultam ser legítimas, bastardas ou ilegítimas, inscritas na condição fundamental de livres ou escravas, brancas ou mestiças, ricas ou pobres, todas elas, entretanto, assemelhadas entre si por terem sido enjeitadas ou expostas.

Esses "frutos do pecado" ou "frutos da miséria" abandonados às intempéries e aos animais carnívoros estavam incorporados à "paisagem" do Recife e, no final do século XVIII, haviam se transformado em um problema social. "Enjeitadas", "expostas", "crianças em tenra idade", "miúdas", "pequenos", "inocentes"... eram algumas das palavras que denominavam as crianças abandonadas, e que lhes davam significados, materializando-as no cotidiano.

Palavras-conceitos, noções-imagens construídas no terreno fértil e mutável da cultura e utilizadas corriqueiramente no Império português e, claro, no Recife.

Durante os dois primeiros séculos da conquista portuguesa, não foram criadas instituições para acolher e prover o sustento dessas crianças. Isto só se deu quando o abandono de bebês em lugares ermos tornou-se numeroso, virou um escândalo público, e ganhou visibilidade, com fortes conotações de práticas infanticidas, ainda mais agravadas com o fato das crianças morrerem sem o sacramento do batismo. As primeiras instituições para acolhimento e criação das crianças expostas foram estabelecidas ao longo do século XVIII em Salvador (1726), no Rio de Janeiro (1738) e no Recife (1789). Antes, porém, a exposição de recém-nascidos parecia ser facilmente resolvida pela iniciativa familiar ou individual, isto é, pelas mulheres e homens que os acolhiam, cuidavam e criavam com o esporádico apoio das câmaras municipais.

De maneira geral, assistir aos pobres, miseráveis, doentes, expostos e desafortunados não era uma atribuição do Estado absolutista português. A preocupação fundamental era gerir e preservar os interesses administrativos e financeiros da Coroa, prioritariamente, e, acessoriamente, das classes privilegiadas, "não estendendo seu dever ao provimento de serviços demandados pela sociedade" (MARCÍLIO, 1998:134). Segundo Caio Boschi, aos poucos "generalizou-se o entendimento de que ao Estado caberia a administração dos negócios públicos, isto é, da economia em geral, ao passo que à piedade particular e às associações leigas se confeririam a responsabilidade e o ônus da assistência pública" (Apud MARCÍLIO, 1998:134). Em parte essa mudança e ampliação da esfera do governo se deu, como assinala Foucault, porque a população tornou-se, também aos poucos, objeto de saber e de interesse da política estatal européia no século XVIII. (FOUCAULT, 1985b: 289).

No final do século XVIII, o abandono indiscriminado de crianças e, sobretudo, o "espetáculo" da morte de bebês nas ruas e becos do Recife e Olinda se constituíram como um problema de ordem pública que exigiu uma intervenção do governo. A exposição de crianças e as práticas infanticidas foram vistas como problemas que se relacionavam com a cidade e com sua população, assumindo, portanto, uma feição urbana. A um só tempo, ocorria o desperdício de vidas que poderiam ser úteis ao Estado e convivia-se com os perigos de contágio representados pelos leprosos, que portavam uma doença incurável para a época, e escravos recém-chegados de África, que traziam doenças contagiosas, muitas vezes,

desconhecidas. Assim, no governo de d. Tomás José de Melo, administrador da capitania de Pernambuco entre os anos de 1787 e 1798, a cidade e seus habitantes começaram a ser percebidos como um 'perigo' à estratégia de dominação da Coroa portuguesa. Sob o céu de anil pairavam ameaças internas e externas. Interessa-nos investigar as ações do governo dirigidas à cidade e à população, especialmente a institucionalização da assistência às crianças sem-família que se fez com a criação da Casa dos Expostos no Recife, momento fundamental onde se configurou uma ruptura com o anterior, marcando por quase meio século um *modus operandi* da política assistencial local.

Essa iniciativa só ganhou materialidade durante o governo de d. Tomás José de Melo. Sua ação não ficou restrita apenas às crianças, com a instalação da Casa dos Expostos no Recife. Estava imbricada a outros procedimentos que tiveram como objetivo o governo da economia e da população, na perspectiva de que o crescimento da cidade e o aumento das camadas urbanas — fora das malhas das relações escravistas — implicavam em outras formas de controle, o que fez ampliar a arte de governar e os tentáculos do governo.

D. Tomás demonstrou ser homem prático e resoluto. No tocante à Casa dos Expostos, particularmente, deu mostras das suas qualidades de governante, pois primeiro a fez funcionar e só depois comunicou a sua criação à Coroa. Então, só após a obra concluída é que ele se reportou ao seu superior em Lisboa participando as razões que a seu ver justificavam a empreitada. É de se ressaltar que no caso da criação da instituição em Pernambuco ficou patente a determinação pessoal de d. Tomás para a sua consecução. Seu feito não deve ser confundido como mera ação contingencial resultante da expansão demográfica verificada na última década do século XVIII; suas peculiaridades individuais é que caracterizaram sua prática governativa.

Uma vez instituída a assistência aos expostos, é preciso observar os novos sentidos produzidos sobre a prática de exposição de crianças e como o exposto passou a ser visto a partir de então. Se, de um lado, o aparato assistencial encobriu e, de certa forma, chancelou os desvios do padrão moral estatuído socialmente, deve-se analisar, por outro, se houve efeitos pedagógicos na mudança de comportamentos coletivos e individuais em relação às práticas infanticidas e se disso resultou uma nova percepção e sensibilidade em torno do abandono de crianças.

Ao criar a Instituição em 1789, d. Tomás José de Melo enviou um ofício ao Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, onde apresentava as razões que o motivaram a criar o referido estabelecimento:

> Por quanto aches o costume de se enjeitarem [...] as crianças pelas portas dos moradores da Cidade de Olinda, e desta Vila de Santo Antônio do Recife, tinha acontecido algumas vezes amanhecer devoradas de animais imundos, que vagavam pelas ruas; horrorizado da notícia de semelhantes espetáculos, busquei persuadir aos povos da necessidade que havia de uma Roda e Casa dos Expostos [...][2]

O horror provocado pelo "espetáculo" dos pequenos corpos devorados, mutilados por "animais imundos" como cães e porcos que vagavam pelas ruas da cidade de Olinda e da vila do Recife, foi assim apontado como elemento motivador para criação do aparato assistencial no Recife. Que cidade era aquela que convivia com a morte de crianças e com a mesma leniência permitia o livre transitar de leprosos em suas ruas? Se antes, na população local, a morte de crianças mobilizava apenas os sentimentos de compaixão e misericórdia pelos "pequenos inocentes", para d. Tomás gerava um duplo sentimento: "comoção" (pena) e "horror" (repulsa) por um ato percebido como um escândalo para a humanidade (civilização). A benevolência para com a exposição de bebês dava lugar à intolerância e era nomeada como "abuso" pelo governador. Do que os pais ou depositários de crianças abusavam? Da caridade alheia, da compaixão, da boa vontade, do amor ao próximo? A freqüência com que se expunham os "miúdos" configurou um "abuso" dos costumes, infringiu a normalidade das coisas. É possível assinalar que na perspectiva do governador a civilização precisava prosseguir, e, nesse *continuum*, negar o seu contraponto, a barbárie (ELIAS, 1994:62).

Ao solicitar permissão para instalar uma Casa dos Expostos com sua respectiva roda, o governador não fazia a crítica à exposição de crianças pela moralidade ou a falta dela. Não tinha como alvo as condutas sexuais que geravam filhos indesejados, nem se apoiava na obrigação moral dos pais criarem os seus filhos. Não criticava as relações ilegítimas, que geravam parte desses frutos espúrios, em contraponto com o casamento sacramentado e os filhos legítimos e abençoados. Não alegava a necessidade de salvar almas "inocentes" do limbo, tão-somente se preocupava em eliminar o "espetáculo" bárbaro produzido pelos pequenos corpos mutilados, devorados e assassinados nas ruas e becos da vila do Recife e

[2] OFÍCIO do Governador da Província, D. Tomás José de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. Recife, 11 de Maio de 1789. APEJE, série: CC, cód.2, 1789, fl.212. Ms.

cidade de Olinda. O alvo de combate do poder era a prática do infanticídio, do abandonar para a morte, o que se nomeava de "barbárie". Começava-se a condenar o costume selvagem de expor crianças ao relento em nome de uma outra forma de exposição — a civilizada. Tentava-se desestimular uma prática costumeira em prol de uma prática normativa.

O que parecia incomodar aos governantes recém-chegados de além-mar era o fato das crianças expostas nas ruas, comumente denominadas de "expostas" ou "enjeitadas", estarem sujeitas às intempéries, a ser esmagadas pelo pisotear dos cavalos, a ser devoradas por bichos carnívoros como cães e porcos, animais tão presentes nos burgos coloniais. Esse incômodo não atingia a todos imediatamente, pois esse sentimento passava por um investimento do governo e da Igreja colonial na promoção de uma nova sensibilidade para com a criança e adoção de práticas de civilidade que se distanciassem do descaso, da insensibilidade para com a morte espetacularizada de recém-nascidos nas ruas. De forma que não era a prática do abandono em si e nem a possibilidade da morte dos bebês os 'motores' propulsores da institucionalização da assistência à criança abandonada, pois nem um e nem outra geravam indignação na população. Tirar da vista, evitar a exposição para a morte, era o que incomodava e o que motivou a ação do governo. Em suma, era um investimento na construção da civilização, no sentido de que "a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir" (ELIAS, 1994: 62).

Nas primeiras décadas do século XIX no Recife, a assistência às crianças e jovens abandonados tornou-se um problema social que envolvia os órfãos pobres e os segmentos da população marginalizados. Nem sempre o governo se preocupou com o futuro das meninas e meninos sem-família que sobreviviam aos primeiros cuidados e cresciam na Casa dos Enjeitados ou na casa das amas, mas no início do Dezenove esse era um problema claramente configurado: o que fazer com os expostos que completavam sete anos e permaneciam na instituição ou nas casas das amas criadeiras? Como dar saída produtiva a esses garotos e garotas para que não ingressassem nos caminhos da perdição?

Através das cartas e ofícios das instituições responsáveis por essas crianças procurei examinar os discursos e as práticas que agiram para dar forma à sua inserção, enquadrando-os na vida social. Assim, as crianças expostas não tiveram 'destinos possíveis', mas foram inseridas em estratégias governamentais de controle, preservação, prevenção e útil aproveitamento da população potencialmente perigosa se deixada à margem do sistema.

Os dispositivos de controle e enquadramento dos expostos estavam baseados nos critérios da cor e na concepção de gênero, um valorizando a pele branca em detrimento dos mestiços, e outro, as percepções das diferenças sexuais construídas culturalmente, constituindo as identidades masculinas e femininas, símbolos e subjetividades no campo fértil das relações de gênero (SCOTT, 1991; MATOS, 1997). Assim, as crianças e jovens expostos entravam para a vida pelas portas abertas pelo governo, mas nem sempre aceitaram o que lhes era imposto e algumas vezes pavimentaram outras rotas.

Coube ao governo provincial encontrar os dispositivos de assimilação e inserção dos expostos na sociedade, integrando-os à estratégia que visava o seu enquadramento aos perfis de gênero vigentes, que indicavam os lugares socialmente aceitos para a vivência das mulheres e dos homens. Para as expostas apontavam-se três alternativas: o casamento, o trabalho doméstico e a educação elementar voltada para as prendas do lar. Já para os expostos, o leque de possibilidades era maior. Eles podiam ser encaminhados para o trabalho doméstico, a aprendizagem nas oficinas, o trabalho agrícola, e para as escolas de artes e ofícios. Dessa maneira, o governo procurava evitar que a cidade e as famílias sofressem com as possíveis desordens provocadas por mulheres, no caso, as expostas que tivessem na rua a sua fonte de sobrevivência, sem controle, gozando da sua liberdade e do uso do seu corpo; bem como buscava prevenir que os jovens expostos caíssem no mundo da "perdição" como a vadiagem, o vício e adquirissem uma profunda aversão pelo trabalho.

Nos registros disponíveis, identifiquei alguns dispositivos de enquadramento social que figuraram como possibilidades de inserção dos expostos no Recife no início do Dezenove. Para as meninas e meninos de peles mais claras destinava-se uma instrução voltada para formar trabalhadores urbanos e boas mães de família, que era veiculada pelos Colégios dos Órfãos e das Órfãs. Já as meninas e meninos de peles escuras as possibilidades eram menores: trabalhar ou 'se engajar' em casas de família, oficinas ou nos engenhos. Para todas as meninas, independentemente da cor, almejava-se que casassem e constituíssem famílias honestas, de preferência, entre expostos da mesma cor para evitar a proliferação da mestiçagem; e para os meninos de pele escura, havia ainda a instituição disciplinar, formadora de artesãos e técnicos: o Trem Militar. Às crianças pobres, expostas e órfãs, o país oferecia a

alternativa de "morrer pela pátria" e quiçá viver "sem razão", como canta o músico e poeta Geraldo Vandré.[3]

Referências Bibliográficas

COMTE-SPONVILLE, André. **O amor a solidão**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Vol.1.

FLANDRIN, Jean-Louis. **Família:** parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

FOUCAULT, Michel (a). **História da Sexualidade I***:* a vontade de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel (b). **Microfísica do poder.** 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala.** 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

QUEIROZ, Mirna. **Luís Vaz de Camões.** Disponível em: < http://www.vidaslusofonas.pt/luis_de_camoes.htm>. Acesso em set. de 2005.

QUENTAL, Antero de. **Sonetos completos.** Porto: Nova Crítica, 1980.

LIMA, Lana L. da Gama. A boa esposa e a mulher entendida. In: _____ (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres:** história e moral na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hicitec, 1998.

MATOS, Maria Izilda S. de e SOLER, Maria Angélica. (Orgs.) **Gênero em debate:** trajetórias e perspectivas na história contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Trad. Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

[3] Geraldo Vandré. Caminhando (Para não dizer que não falei das flores), 1968.

VAINFAS, Ronaldo.**Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Questão Social e Juventude: a contribuição da esquerda (São Paulo, 1924-1945).

Márcio Santos de Santana[1]

Resumo: A primeira metade do século XX foi marcada por uma profunda alteração de rumo na Questão Social. A maneira de lidar com o segmento pobre da sociedade foi alterada, pois o Estado assumiu o papel gerenciador do problema, especialmente na intermediação das negociações entre empresários e trabalhadores. Nossa proposta é estudar essas alterações e o papel da Juventude Comunista na formulação de projetos para a juventude, especialmente no que se refere à Questão Social.
Palavras-chave: Juventude – Questão Social – Comunismo.

Abstract: The first half of century XX was marked by a deep alteration of route in the Social matter. The way to deal with the poor segment of the society was modified, therefore the State assumed the gerenciador role of the problem, especially in the intermediation of the negotiations between entrepreneurs and workers. Our proposal is to study these alterations and the paper of Communist Youth in the formularization of projects for youth, especially as for the Social matter.

Keywords: Youth – Social Matter – Communism.

A chamada Questão Social é um problema estrutural na História do Brasil. Basicamente, concerne à maneira como as camadas dominantes da sociedade lidam com os segmentos menos favorecidos. Nesse sentido, devemos considerar não só as soluções encontradas, mas também as maneiras de implementá-las, os objetivos e conseqüências dos projetos. Em outros termos, podemos dizer que a Questão Social é, antes de tudo, um produto da relação capital-trabalho estabelecido, pelo menos, a partir da Revolução Industrial inglesa.

No decorrer da primeira metade do século XX, o mundo foi palco – e o Brasil não permaneceu ileso nesse processo – de transformações radicais na maneira como os

[1] Doutorando em História Econômica na USP.

governantes lidavam com o assunto. O Estado assumiu o papel de gerenciador do problema, especialmente na intermediação das negociações entre empresários e trabalhadores, mas também em áreas como educação, saúde e assistência social, entre outras.

Tomando a assistência social como exemplo de análise, devemos lembrar que o modelo sofreu profunda alteração de rumo. O início do século XX foi acompanhado pela gradual hegemonia do modelo filantrópico. Este era cientificamente orientado – embora não tenha abandonado totalmente os preceitos religiosos –, ao contrário do modelo anterior, o de caridade, mantido pela Igreja e fundamentado no espírito cristão (MARCÍLIO, 1997: 76).

Durante toda a década de 1910, o movimento operário atuou, de maneira incessante, para pressionar as autoridades públicas a reconhecerem a negociação coletiva e a elaborarem legislação de proteção ao trabalhador. No restante da década as transformações foram sendo realizadas. Um ponto de mutação pode ser detectado no pós-Greve de 1917 e, com maior amplitude, na década de 1920. As formas tradicionais de controle social urbano, basicamente restritas à repressão policial, atingiram esgotamento. Em decorrência disso, houve a necessidade de elaboração de novos mecanismos e formas de controles, não mais baseados somente na violência (CAPELATO, 1988: 95).

A década de 1930, conforme menção anterior, é um marco no que se refere ao tratamento dado pelo Estado à questão social. Uma estudiosa do tema, após uma análise da evolução da política social no Brasil, assinala ser

> *justamente nos períodos de existência de governos autoritários que os mais substanciais progressos na legislação social podem ser observados, quer consideremos o conjunto dos benefícios e serviços integrados ao corpo desta legislação, quer consideremos o número de beneficiários por ela atingida (GOMES, 1982: 273).*

Uma ampla legislação social foi promulgada pelo Ministério do Trabalho, visando não somente proteger os trabalhadores – atendendo a antigas reivindicações da classe trabalhadora, que datam do fim do século XIX –, mas, especialmente, concretizar um eficiente cerceamento da atividade reivindicatória dessa classe. Nesse sentido, apesar de no seu discurso de posse Getúlio Vargas falar que a criação do Ministério do Trabalho destinava-se a "superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural", a bem da

verdade, toda a legislação social tinha mais a função de tutelar essa classe trabalhadora, trazendo-a para o campo de influência do governo, funcionando como base de sustentação política (CARONE, 1976: 145-148).

Buscando uma conceituação

A centralidade do conceito juventude nesta pesquisa é inegável. Tal posicionamento demanda uma reflexão mais acurada sobre o mesmo, visando, dentre outros objetivos, não permitir evasivas no seu uso. É ponto consensual que juventude é mais do que uma faixa etária. Sendo assim, devemos pensar outra possibilidade: a de classe social. Essa, porém, é logo descartável, pois seria impensável uma classe social formada por indivíduos de uma faixa etária semelhante.

Os agrupamentos nomeados ou identificados como sendo de "juventude" apresentam alterações substanciais ao longo do tempo, espaço e realidade sócio-cultural. Alias, é na realidade sócio-cultural que reside o aspecto principal da questão. Entendemos que o termo juventude é designativo de uma determinada identidade sócio-cultural – que pode ser gerada endogenamente em grupo ou ser-lhe atribuída por indivíduos externos a ele.

A discussão teórica sobre o conceito juventude é longa e composta por algumas polêmicas. Devemos, pois, explicitar alguns pontos. Primeiramente, nosso objeto de estudo é um projeto de juventude – o comunista – e as repercussões por ele geradas. Assim sendo, buscamos explicitar o conceito juventude, no sentido contido na documentação de época.

A cronologização do curso da vida é um dos componentes básicos que fundaram a modernidade. No período estudado, não havia especificidade nos termos usados no processo. As análises de fontes, produzidas na segunda metade da década de 1920, demonstraram o uso restrito dos termos *jovem* e *juventude*. As fontes de imprensa usam os termos *menor*, indicando crianças ou adolescentes, e *moço* – raramente *jovem* –, para indicar os membros dessa faixa etária inserida entre a infância e a vida adulta.

Uma matéria intitulada "Menor imprudente" é exemplo lapidar. O texto jornalístico relata um acidente envolvendo o menino Oswaldo, então com 6 anos de idade, atropelado por um bonde, tendo como efeito o esmagamento de seu pé. Outra matéria, publicada no mesmo órgão de imprensa, relata agressão sofrida por outro menor – este com 16 anos de idade – cometida por um "preto" que tentava "atirá-lo em um vagão de cargas". Como enfrentou

resistência, o agressor utilizou uma faca, na esperança de intimidar a vitima, expediente que não produziu o resultado esperado (MENOR..., 1927 e MENOR..., 1929).

Os dois casos citados, além de trazer o termo menor em seus títulos, assemelham-se por outra particularidade: os protagonistas vivem contexto de perigo, envolvendo problemas ligados à criminalidade ou que envolvam a justiça. Tal enquadramento era corriqueiro na época, ao menos nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Combate*, dois periódicos consultados. Notamos uma especialização no vocabulário, pois os termos menor/menoridade aparecem sempre nesse contexto (LONDONO, 1991).

As utilizações dos termos moço/jovem também apresentam confluência, não sendo possível atribuir um campo conceitual exclusivo para qualquer um deles. Acompanhemos dois exemplos para melhor ilustrar. Em ambos os casos que serão apresentados, dois indivíduos de 24 anos de idade foram identificados ora como jovem, ora como moço.

O primeiro caso, apresentado em matéria publicada em fins de 1925, trás uma chamada com a palavra *jovem* no título. Trata-se do assassinato cometido por uma mulher de 24 anos de idade, revoltada que estava com o abandono sofrido. Seduzida pelo noivo, esperava já há seis meses pela "reparação", fato que não aconteceu, desencadeando o ato criminoso. O outro episódio foi publicado no mesmo período. A matéria trazia a história de Paschoal Pacífico, armeiro profissional, ferido gravemente no peito enquanto examinava um revólver, procedimento inerente à sua atividade profissional. Esse jornal categorizou o protagonista da narrativa como moço (UMA JOVEM..., 1925 e O PERIGO...,1925).

O comportamento se repete com os termos mocidade/juventude, designativos de coletividade especificada pela idade. A hipótese orientadora é que o termo *mocidade* ficara ligado à idéia de tradição, de passado e, dessa maneira, seu uso ficaria sujeito ao ônus de uma imagem negativa e antimoderna.

O termo juventude encontraria no aspecto de renovação a sua legitimidade, pois haveria a necessidade de um termo diferente. Um novo termo para um novo enquadramento. Este termo está sempre ligado à uma maneira renovada de fazer política, moderna podemos dizer.

Os anos 1920 presenciaram a formação de uma sociedade de massas, acompanhada das primeiras manifestações de uma política de mesmo tipo. Nesse modo de fazer política, tentativa de atualizar a política à nova sociedade, ocorre a

> transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel preeminente que é simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura que se apóia sobretudo no papel primordial que é simbolicamente transferido à ação pura (SEVCENKO, 2007).

A origem e o papel da Juventude Comunista

A Juventude Comunista tinha exatamente essa missão: ser a organização de massas dos jovens brasileiros, socializando-os no mundo do comunismo, de modo a conduzi-los à revolução, considerada como a única maneira de solucionar o problema universal da desigualdade social e da exploração do proletariado pela burguesia. Os meios utilizados para tanto têm, como premissa básica, a ação dinâmica e firme. Mesmo quando utilizam a palavra escrita, a linguagem transmite a noção de movimento.

O ingresso nos quadros da Juventude Comunista era realizado por meio de indicação de um membro da organização. Durante um certo tempo, o postulante permanecia em período probatório. Sobre essa questão o depoimento de Hilcar Leite fornece algumas informações relevantes, uma vez que ele vivenciou tal situação. Seu ingresso na militância ocorreu por volta de 1928, tendo sido possibilitado por Jânio Rocha, um colega do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, onde ambos estudavam.

Os comunistas brasileiros utilizavam um conceito de juventude fundamentado pela idade. Documentação do agrupamento juvenil – relatórios e resoluções – diferenciam crianças e jovens, fornecendo especificação etária. A diferenciação era tão bem estabelecida que os dirigentes da Juventude Comunista cogitaram criar uma Organização de Jovens Pioneiros. Esta realizaria seu trabalho político junto às crianças (RELATÓRIO, 1929).

A idade para que um indivíduo permanecesse nos quadros da agremiação juvenil dos comunistas não é um ponto consensual. Leôncio Basbaum informa que em 1927 "cerca de 90% dos membros da Juventude Comunista da época, se constituía de jovens operários de 15 a 19 anos, os quais pelos estatutos aprovados, aos 21 anos, deveriam ingressar no Partido [Comunista do Brasil]". Esse autor nada fala com relação à existência de uma idade mínima para ingresso. Hilcar Leite, um militante da Juventude Comunista que se filiou em 1927 e, posteriormente, converteu-se ao trotskismo indo aumentar as fileiras da Liga Comunista Internacionalista, informou que a idade máxima para permanência na JC era 25 e não 21 anos, conforme registrou Basbaum.

Os Estatutos do Centro de Jovens Proletários do Brasil, fundado pela Juventude Comunista em 1928 no Rio de Janeiro, traz elementos capazes de reduzir o impasse com relação à idade dos associados. Se as regras que regiam o centro não eram exatamente as mesmas, por conta das especificidades de cada organismo, é admissível que boa parte delas fossem ao menos similares.

O artigo de nº 30 dos Estatutos estabelece que, para ser sócio, ou seja, para ser considerado um jovem, o indivíduo deveria ter entre 15 e 25 anos de idade. No entanto, desde que expressasse essa intenção, seria permitido ao sócio a continuidade de seu vínculo após atingir a idade limite, segundo regra estabelecida no artigo 41. Para que o sócio pudesse ocupar os cargos de Secretário Geral e de Procurador deveria ser maior de 21 anos, exigência estabelecida pelo artigo 27.

Intervenção no espaço público

A Juventude Comunista concentrou esforços para a realização do I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular em agosto de 1935. Esse empreendimento pode ser considerado como o mais produtivo, dentre todos os que os jovens comunistas procuraram pôr em prática. A divulgação conseguida pelo evento, os contatos e vínculos estabelecidos com outras instituições da sociedade civil, além da produção e divulgação de críticas sobre os problemas da juventude brasileira fundamentam tal análise.

O centro coordenador dos trabalhos era o Rio de Janeiro, onde funcionava o Comitê Central da Juventude Comunista. Nessa cidade, em dezembro do ano anterior, foi realizado o I Ativo de Concentração Nacional, evento do qual saiu a decisão de realização do congresso. Em pouco tempo, os trabalhos alcançaram as regiões de São Paulo, Pernambuco e Bahia (MOVIMENTO..., 1935). Esse comitê conseguiu estabelecer vínculos nas faculdades de medicina e engenharia. Os militantes da Juventude Comunista trabalhavam pela criação de comitês do congresso no subúrbio da cidade. O passo seguinte era divulgar o congresso para um público mais amplo. Para isso, foi elaborado um manifesto, publicado pelo *Jornal do Brasil*, por conta da relação de amizade entre Ivan Pedro de Martins e Múcio Leão, caracterizado como "homem-chave" do jornal (MARTINS, 1994: 102-103).

A plataforma do congresso era ousada, pois contemplava reivindicações de caráter político, econômico e cultural:

> *a) Melhoria imediata dos salários de todos os jovens trabalhadores, seja nos campos, nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios;*
> *b) Diminuição do tempo de trabalho, a fim de dar aos jovens tempo para estudo sem sacrifício a saúde;*
> *c) Imediata aplicação da lei de 8 horas nos campos e nos lugares em que estiver sendo fraudada;*
> *d) Instrução primária verdadeiramente gratuita, com doação de material escolar aos alunos pobres, além de alimentos e roupa – serviço médico dentário gratuito;*
> *e) Diminuição imediata das taxas de ensino secundário e superior;*
> *f) Proteção aos estudantes pobres secundários e superiores aos jovens artistas e cientistas, aos intelectuais sem recursos por meio de subvenções diretas do governo;*
> *g) Criação de centros de estudos, escolas, cursos de aperfeiçoamento técnico, científico e artístico – por parte do governo e das grandes empresas;*
> *h) Nacionalização do ensino, afim de não existir o comércio de ensino como hoje em dia – ensino leigo;*
> *i) Liberdade ampla de pensamento e reunião;*
> *j) Criação de comissões fiscais nas escolas, nas fábricas, nas fazendas e usinas, afim de manter o cumprimento dessas medidas. Nessas comissões estão incluídos os diretórios estudantis, nos cursos secundários, democratização do ensino;*
> *k) Lutas contra a militarização da juventude, contra a infiltração fascista, contra a guerra e a reação, contra o imperialismo, contra o latifúndio e pelas liberdades democráticas;*
> *l) Formação duma ampla organização jovem nacional, encarregada de levar a cabo as decisões do Congresso e trazendo como escopo a formação dum espírito juvenil único capaz de levar toda a mocidade à vanguarda que lhe compete no cenário sócia (AOS JOVENS..., c. 1935).*

Periodicamente eram realizadas reuniões e assembléias para discussão dos problemas relacionados à juventude, além de planejar as ações futuras. Os trabalhos de preparação deste evento contaram com a ação da militância da Juventude Comunista, estabelecida nas faculdades, através dos Diretórios Acadêmicos; sindicatos, através de grupos de jovens e clubes esportivos. Esses vínculos institucionais permitiram trabalho de divulgação, arrecadação de fundos para financiamento, além de locais para sediar todas as atividades.

Não houve tempo hábil para ações mais enfáticas. A repressão estatal quebrou as conexões institucionais existentes. As ramificações identificadas, sendo as sedes fechadas, as pessoas detidas ou presas e seus projetos abortados. Em julho de 1935 a Polícia Política fechou uma das unidades locais do congresso. Mais de 10 policiais dirigiram-se ao Salão Cervantes, localizado no Largo da Concórdia, para impedir eventos programados para se realizarem naquele dia. Uma segunda equipe foi enviada ao Palacete Santa Helena, na Praça da Sé, sede do Congresso. Um terceiro grupo ainda, foi enviado para impedir atividades no Salão da Lega Lombarda, localizado no Largo de São Paulo.

O fechamento da Aliança Nacional Libertadora foi acompanhado de repressão mais insidiosa. A escalada da ação estatal foi rápida. Já em 11 de março de 1940 o Diário Oficial publicava o Decreto-Lei nº 2072 que criava a Juventude Brasileira, movimento cívico encampado pelo governo para mobilizar a juventude da época. Inicialmente idealizada por Francisco Campos para ser uma organização de caráter paramilitar, baseada no modelo fascista, o projeto final tomou rumos opostos aos planejados. Desde março de 1938, de quando data o primeiro projeto, até 1940, quando de sua promulgação, a Juventude Brasileira sofreu muitas alterações fruto das intervenções de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde e Alzira Vargas. A tônica geral das críticas era contra a militarização da organização e as influências estrangeiras no modelo sugerido (Alemanha, Itália e Portugal). Na sua versão final, a Juventude Brasileira seria responsável por incutir consciência patriótica nas crianças e nos jovens de modo a fazê-los ver o Brasil como uma "entidade sagrada". Os homens receberiam educação pré-militar e as mulheres, educação domestica, pois elas eram as responsáveis pela "consagração do lar", no modelo em vigor naquela sociedade (SCHWARTZMAN, 1984: 123-124).

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

"AOS JOVENS do Brasil". São Paulo, c. 1935. Doc. 46, Fl. 64. Pront. 3503, Congresso da Juventude Proletária ou Primeiro Congresso Juvenil. DEOPS/SP, AESP.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GOMES, Ângela M. de C.. "Empresariado e legislação social na década de 30". In: **A Revolução de 30. Seminário Internacional.** Brasília: UNB, 1982.

LONDONO, Fernando Torres. "A origem do conceito menor". In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto/CEDHAL, 1991, pp. 129-145.

MARCÍLIO, Maria Luiza. "A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950". In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez/USF, 1997. Pp. 51-79.

MARTINS, Ivan Pedro de. **A flecha e o alvo: a Intentona de 1935**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1994.

"MENOR agredido". *O Estado de São Paulo*, 12/10/1927.

"MENOR imprudente". *O Estado de São Paulo*, 3/2/1929.

"MOVIMENTO do Congresso de Juventude do Brasil". *Juventude*, 15/5/1935.

"O PERIGO das Armas. Um moço gravemente ferido". *O Combate*, 10/11/1925.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RELATÓRIO dos trabalhos do I Congresso. Federação da Juventude Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 26/3/1929.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. "Transformações da linguagem e advento da cultura modernista no Brasil". Jan./1993. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf . Acesso em: 14/03/2007.

"UMA JOVEM mata o indivíduo que a enganou". *O Combate*, 17/11/1925.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil I**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A História Como Arte em Benedetto Croce

Patricia Horvat[1]

Resumo: A obra de Benedetto Croce é uma análise sistemática do conhecimento histórico, decorrente da necessidade de consolidar sua tese da *história subsumida no conceito geral da arte*, buscando uma solução plausível para o problema da realização do universo cognitivo imagético e do universo das representações conceituais no mundo da determinação histórica, que reconciliasse *idéia* e *experiência*. Em *La storia come pensiero e come azione*, Croce delimita o conhecimento histórico em sua especificidade.
Palavras-chave: Historiografia; Estética; Benedetto Croce

Abstract: Benedetto Croce's work is a systematic analysis of historical knowledge, due to the intend to consolidate his theory of the "history under the general concept of art", looking for a plausible solution for the problem of the accomplishment of the imagetic cognitive universe and of the conceptual representations in the world of the historical determination, that reconciled idea and experience. In *La storia come pensiero e come azione,* Croce delimits the historical knowledge in his specificity**.**
Keywords: Historiography, Aesthetics, Benedetto Croce

Benedetto Croce trouxe questões e problemas que são fundamentais para os debates epistemológicos sobre a natureza e a escrita da história. Sua primeira abordagem do tema foi o ensaio de 1893, *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*, que gira em torno de uma dicotomia entre o conhecimento como ciência e o conhecimento como arte, elaborando uma definição de arte que inaugurou o processo de construção da sua teoria do conhecimento histórico. As idéias apresentadas em 1893 foram desenvolvidas na *Estetica*, de 1902, na *Logica*, de 1909 e na *Teoria e storia della storiografia*, de 1916, mantendo sempre o pressuposto da distinção fundamental entre o conhecimento histórico e o conhecimento

[1] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Filosofia.

científico, e foram apresentadas em sua forma final no *La storia come pensiero e come azione*, em 1938.

Croce foi um crítico da cultura européia do século XIX, das concepções de história que a inspiraram, da doutrina do progresso, das teorias da história de seus filósofos e da sua concepção de arte, declarando que, apesar da alardeada historicidade da época, havia pouco senso "histórico". Sustentava que a história era filosofia e a filosofia era história, e não se podia fazer uma sem a outra. Daí ser necessário elucidar a natureza da filosofia e da história, estabelecendo as distinções entre elas, para então combiná-las de modo a produzir uma visão de mundo mais plena. Com isso, defendia que o conteúdo concreto da filosofia era histórico, assim como a forma das proposições históricas tinha de ser suprida pelas categorias filosóficas. Os objetos que ocupavam o campo histórico tinham de ser apreendidos por percepções preconceptuais, intuitivas ou artísticas, com as quais os historiadores lidavam a partir de métodos filológicos para a crítica dos documentos. Em outras palavras, o conhecimento histórico começava na apreensão artística das particularidades históricas e, nesta primeira fase, o método era o da arte. Mas a história prosseguia emitindo julgamentos sobre a natureza das particularidades discernidas no campo histórico. Neste ponto Croce segue Kant, dizendo que os juízos da história são os juízos sintéticos *a priori*, i.e., movem-se nos termos dos conceitos gerais explanados na filosofia, não sendo, portanto, declarações unidas a leis causais gerais, que o cientificismo presumia governarem as relações entre os objetos pressupostos pela intuição.

Diante das respostas insatisfatórias de sua época, que procuravam solucionar a controvérsia entre as diversas maneiras de interpretação da natureza da história, começou esclarecendo a idéia de arte. Tendo como premissa que a arte não é um meio de obtenção do prazer sensório, nem uma simples representação da natureza, nem a construção ou a apreciação de sistemas de relações formais que, à época, eram as três vertentes de interpretação da arte, define que a arte é a visão intuitiva individual e não uma mera atividade emocional, mas uma atividade cognitiva. Com isso, Croce amplia a idéia de conhecimento para além do âmbito científico. E o conhecimento histórico começava por uma apreensão estética do campo histórico e terminava numa compreensão filosófica do mesmo.

A classificação da história entre as ciências era proveniente, segundo Croce, de duas falsas crenças: a de que todo conhecimento tinha de ser conhecimento científico e a de

que a arte não era um modo de cognição, mas simplesmente um estimulante ou um arrefecedor dos sentidos.

Croce usa a visão clássica da ciência, cuja tarefa seria elaborar conceitos gerais e descobrir a relação entre eles. A história, por sua vez, lida com os fatos concretos individuais. E aquilo que se chama *investigação das causas dos fatos* seria simplesmente a observação rigorosa dos próprios fatos individuais, apreendendo as relações entre eles. Croce afirma que há dois tipos de cognição que divergem em seus métodos, um generalizante e conceitual e o outro individualizante e intuitivo, dizendo que o primeiro é ciência, o segundo é arte. E afirma que a definição da história como um conhecimento descritivo é uma *contradictio in adiecto*, pois se o termo *descritivo* pode ser usado para a análise generalizante que a ciência faz de seu objeto, visando reconhecê-lo para compreendê-lo como exemplo de uma lei geral, a história não compreende o seu objeto: *contempla-o*. Com isso, Croce abala um pressuposto da época: considerar a arte não como uma forma de conhecimento, mas como uma "expressão do" ou "reação ao" mundo. Em linhas gerais, a arte era considerada como um registro da realidade ou como uma fuga da mesma. Croce investe contra ambas as opiniões: a arte surge como uma atividade cognitiva, um tipo de conhecimento do mundo em sua particularidade e concretude absolutamente distinto do conhecimento conceitual proporcionado pela ciência.

Para desenvolver sua tese, Croce teve que demonstrar que a arte era um conhecimento *não conceptual*, um conhecimento do mundo em sua particularidade e concretude, apresentando a história como um *exemplum* deste conhecimento. Em seguida distinguiu a história da arte em geral, com base no conteúdo das suas representações. O conteúdo da arte é *a realidade em geral até o ponto em que a realidade suscita interesse por várias formas, intelectuais, morais, religiosas, políticas e pelas formas estéticas propriamente ditas*. (CROCE, 1945:33).

A definição croceana do conteúdo da arte se liga à máxima: *nada de humano me é estranho*, enunciada em outras palavras. É desta forma que o conteúdo da arte e o conteúdo do conhecimento humano se reduzem ao mesmo. Daí ser historicamente interessante aquilo que realmente aconteceu, i.e., o *real* e não o *possível*, o *ato* e não a *potência*, em um aristotelismo explícito até na terminologia. A história, então, é definida

como *a representação do que efetivamente aconteceu, em contraste com a representação do possível* (CROCE, 1945:35).

Ao artista é lícito projetar, com base na sua imaginação, o mundo de eventos possível, em potência, que *poderiam* ter acontecido ou que *poderiam* ainda ocorrer. Para o historiador, a representação dos eventos se limita ao *realmente acontecido*. Certamente o artista tem de respeitar certos critérios de verdade ou de verossimilhança, mas esses critérios são encontrados naquilo que a imaginação lhe permite visualizar. O historiador, ao contrário, se guia por critérios de verdade em seu empenho de representar o real. O seu principal risco, após o anacronismo, é a especulação infundada, para além dos fatos contidos nos registros dos acontecimentos. Sua tarefa é a representação do real, e a triagem e crítica dos documentos é propedêutica do seu principal objetivo: a narração. A seleção, a crítica e a interpretação correspondem aos esboços de um artista, que não podem ser chamados de *obras de arte.* Sem a narrativa, não há historiografia. Os historiadores não se destinam a *explicar* o real, mas sim a *representá-lo*.

A partir de 1893, Croce continuará a afirmar que a arte é uma forma de cognição e que a história está subsumida no conceito de arte. Mas o desenvolvimento de suas teses torna cada vez mais claro que, se a arte em geral era a representação do possível e a história a representação do real, devia haver algum critério que guiasse o historiador na escolha entre o possível e o real. A historiografia cientificista afirmava que esses critérios eram garantidos pelos documentos. Mas um literato podia lidar com os documentos, sempre fragmentários, tão bem quanto o historiador, preenchendo as lacunas da narrativa com a sua imaginação. E mais importante: o historiador também desejava que sua narrativa fosse íntegra, e não fragmentada, que fosse consistente internamente e agradável. Devia haver, então, algum meio de, mesmo diante da ausência de vestígios, o juízo histórico poder se firmar. Em suma, o juízo histórico exigia uma teoria da realidade, uma filosofia da história adequada, pois *sem o elemento lógico, não é possível afirmar nem mesmo a mínima coisa, o caso mais vulgar, pertinente à nossa vida individual e quotidiana* (CROCE, 1947:184).

Em sua época havia dois modos de se lidar com a questão: o materialismo em sua forma marxista e o idealismo em sua forma hegeliana. Ambos ofereciam filosofias da história articuladas, que forneciam critérios pelos quais o historiador podia atribuir um sentido preciso a uma seqüência de eventos históricos. Ambos pretendiam ir, com seu aparato

conceitual, além do positivismo de dizer apenas *o que aconteceu*, permitindo dizer *porque aconteceu*, *para que aconteceu* e *o que prenunciava* para os seres humanos.

Dada a tese croceana de que a história é uma apreensão intuitiva da realidade em sua individualidade e concretude, torna-se claro porque ele não podia aceitar na íntegra as filosofias da história de Hegel e Marx, o que não corresponde a dizer que se podia ignorá-las. Hegel e Marx encaravam a história como atividade cognitiva, mesmo que não reconhecessem nela uma forma de arte. Nietzsche, por sua vez, reconhecia a história como arte, mas não a reconhecia como uma forma de cognição. Logo, era necessária uma crítica ao aparato conceitual do idealismo e do materialismo, dada a sua forma restritiva de ver a história. Era necessário buscar uma *via media* para estabelecer os fundamentos da expressão dos juízos históricos. Para tal, Croce tratará da teoria estética, a fim de dar à história bases conceituais sólidas.

Croce abriu uma via fértil para os teóricos e historiadores do século XX, ao proclamar que *toda história é contemporânea* e que *história é arte.*

> *... a necessidade prática, que está no fundo de cada juízo histórico, confere a cada história o caráter* de história contemporânea*, pois, por remotos ou remotíssimos que cronologicamente nos pareçam os fatos que admitimos, a história, em realidade, sempre se refere à necessidade e à situação presentes, nas quais os fatos propagam sua reverberação*.(CROCE, 1939:5)

Croce refuta a afirmação de que o que faz da história uma arte é somente o texto historiográfico, quando apresenta um discurso envolto em boa prosa, e que, por ser uma forma de conhecimento, a história seria uma ciência. O senso comum identifica ciência e conhecimento. Mas a ciência opera através de conceitos e estabelece leis gerais, e onde não há o estabelecimento de leis não há ciência rigorosamente falando. Para ele, a história é apresentação da realidade e não uma abordagem científica da mesma, pois não lida com leis gerais.

Na *Estetica*, Croce declara: *A história não busca leis nem forma conceitos; não emprega indução nem dedução* (...) *não constrói universais e abstrações, mas enuncia intuições* (1970:40). Esta declaração não significa afirmar que os historiadores prescindem de conceitos. Só por meio de conceitos podem *enunciar intuições*, construir proposições sobre os eventos que ocorreram no passado, isso porque o historiador tem de empregar uma

linguagem, o discurso em prosa, para exprimir os seus enunciados. Deste modo, o historiador *usa* os conceitos lingüísticos para caracterizar seus dados e construir sua narrativa ou, nas palavras de P. Veyne, *tecer sua intriga* (1984). Na *Estetica,* Croce esclareceu que tal uso não significa formular conceitos, construir universais ou abstrações. Pretender que o historiador crie leis, ou declarações gerais compreensíveis universalmente, seria tanto interpretar mal a natureza do conhecimento histórico, quanto revelar uma profunda incompreensão da natureza da linguagem.

A faculdade intuitiva indispensável à pesquisa dos dados e à análise crítica dos documentos condiciona a exposição dos resultados na narrativa do conhecimento inferido, sendo necessário intuir o fato em seu contexto para poder exprimi-lo, fixá-lo na palavra e lhe conferir atualidade, tornando o passado efetivo na vida presente. Daí a força artística que o historiador deve possuir e pela qual identificamos os verdadeiros artistas.

É importante ressaltar que a tese croceana da história como forma de arte e da arte como forma de expressão e de conhecimento, implica diretamente o aspecto "lingüístico" da arte. Isso significa que, para Croce, a lingüística fornece o modelo do que chama de arte e, se a história é uma forma de arte, segue-se que a lingüística fornece o modelo do que entende por conhecimento histórico. A teoria croceana da linguagem situa-se, então, no centro de sua teoria do conhecimento histórico. Cada nova obra artística, filosófica e histórica é uma redefinição de todas as obras que a precederam, uma complementação do nosso conhecimento do que é possível ao espírito humano imaginar. E nesta combinação de arte e filosofia que é a história, através da qual as intuições são tratadas sob as categorias do provável ou do verossímil, o mesmo se aplica. A diferença entre a obra de arte e a de historiografia reside no fato de a história se interessar pelo que realmente aconteceu, e de as narrativas históricas serem expressões de intuições de realidades, ou de realizações, o que exige uma sintaxe própria, i.e., um conjunto de regras do discurso corrente da época e do lugar a que o historiador pertence.

O historiador, então, se depara com uma realidade teórica formal (o conjunto de conceitos e modelos explicativos), uma realidade histórica (o discurso interpretativo) e uma realidade documental (os fragmentos de representações). A tarefa do historiador é transitar por estes três níveis de representação do real e, através da crítica histórica, estabelecer as relações entre eles. O processo histórico é uma construção discursiva dos historiadores e a

construção e validação de suas hipóteses depende das relações de coerência estabelecidas entre teoria, historiografia e documentação. O documento, seja literário, iconográfico, arqueológico, etc, não é um fato histórico: o historiador dele se serve para recolher informações que são pertinentes às questões relativas à realidade que quer compreender. Croce demonstrou, em sua *Estetica*, que o historiador participa na seleção e montagem do material historiográfico, e interfere no processo histórico. O historiador opera a síntese entre objetividade e subjetividade. O pensamento histórico é definitivamente desligado do gênero de operações tipológicas que associamos às ciências sociais, por um lado, e do tipo de análises nomológicas, que associamos às ciências físicas por outro. Para Croce, todo pensamento é história e história é arte.

A partir de Croce, os historiadores concordam que as narrativas históricas têm características interpretativas irredutíveis. O historiador deve interpretar a sua *materia prima*, a fim de construir o padrão que o levará às imagens em que se reflete a forma do processo histórico, mesmo sendo o registro histórico complexo. Existem mais fatos registrados do que um historiador pode incluir na sua representação narrativa de um dado processo histórico. No empenho de representar *o que realmente aconteceu*, o historiador necessariamente inclui em sua narrativa um relato de um evento, ou eventos, que não *apresentam* os fatos que poderiam permitir uma representação plausível de sua ocorrência. Isto significa que o historiador precisa *interpretar* criativamente o seu material, *reinvocando* a experiência humana e preenchendo as lacunas das informações da sua documentação, a partir de inferências ou de especulações diversas (CROCE, 1939:105). A narrativa histórica é, assim, uma *satura lanx* de eventos representados, fatos estabelecidos e inferidos, uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada pela reinvocação de todo o processo refletido na narrativa. Como Croce, os teóricos da história das mais diversas vertentes tendem a admitir que a história é interpretação, e que a interpretação é a própria alma da história, e persiste a querela eterna de se as narrativas históricas podem ser qualificadas de relatos objetivos da realidade (algumas correntes buscam dotá-las de um rigor científico). Nas últimas décadas, os teóricos têm tentado esclarecer o *status* epistemológico das representações históricas e Croce tem muito a lhes dizer.

A validade da narrativa é um problema recorrente na tradição historiográfica. A questão instaurada pelas críticas pós-modernas sobre a relevância da narrativa é um problema

desde o *La storia...*, e vem sendo respondida de várias maneiras. M. Foucault, e.g., defendia as micronarrativas, as narrativas daqueles que não eram atores principais da grande narrativa da tradição. A forma do discurso historiográfico é condicionada pelos interesses dos autores, cujo conteúdo não é a realidade, mas a significação desta realidade para eles e para os outros. Em suma, a história vem sendo vista como a realidade externa que jamais pode ser perfeitamente representada no discurso textual, assim como a historiografia é limitada pela existência da história, da tensão entre razão e desrazão, características da visão da história de Croce.

Croce está na origem do atual modelo narrativo da história ao situar este tipo de conhecimento na arte, especificamente na operação cognitiva que denominou *intuição artística*. Narrar é mostrar o que realmente aconteceu, pois o que aconteceu é um pedaço da vida que o historiador recorta e interpreta, é um itinerário traçado pelo intérprete através de um campo objetivo. Um evento é um cruzamento de itinerários possíveis. Escrever historia é uma atividade intelectual, e o conhecimento histórico é uma reconstrução racional que opera com os instrumentos da lógica. A história é uma narrativa que elucida enquanto narra. E elucidar em história confunde-se com compreender e fazer compreender. O historiador faz compreender a vida humana. A história é compreensão, é um conhecimento descritivo e não é sistematização teórica. Mas é, em sentido lato, teórica, lógica, intelectual, abstrata, posto que é humana, e tecer uma narrativa é uma construção lógica. Difere da construção lógica pura por se referir ao vivido, e por não excluir o vivido e a temporalidade. A narrativa histórica, ao incluir o vivido, não se torna incompatível com a inteligibilidade lógica. É o conhecimento histórico, em sua forma narrativa, que oferece inteligibilidade à experiência, articulando tempo e ordem lógica. Na narrativa histórica, privilegiar o vivido contra o lógico, ou o lógico contra o vivido, é insatisfatório e inadequado. Por isso, é uma construção do *topos* poético, que oferece o reconhecimento da experiência vivida.

BIBLIOGRAFIA

CROCE, B. *La Storia come pensiero e come azione.* Bari: Laterza, 1939.
_____. *Estética*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1970.

_____. *Teoria e storia della storiografia.* Bari: Laterza, 1945.
_____. *Logica*. Bari: Laterza, 1947.
ANTONI, C. *Commento a Croce.* Venezia: Neri Pozza Ed.1956.
BONETTI, P. *Introduzione a Croce*, Bari: Laterza, 1984.
FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Controle disciplinar e atividades escolares na escola pública do Rio Grande do Sul (1889/1930)

Berenice Corsetti*

Resumo: No Rio Grande do Sul da Primeira República, o projeto político dos líderes positivistas que governaram o Estado utilizou a escola pública como instrumento privilegiado para a consecução de seus objetivos, ou seja, a consolidação do capitalismo no cenário gaúcho. Os regulamentos e regimentos escolares possibilitam a percepção de um dos aspectos mais importantes que caracterizaram esse processo, ou seja, o adestramento das crianças e dos jovens para a sua adequação à sociedade perseguida pelos dirigentes do Estado. O ajustamento à ordem social, conforme definida no projeto de modernização conservadora do Rio Grande, devia ser preparado sobretudo pela escola pública, razão de sua expansão expressiva nesse período. Através do controle disciplinar e das atividades escolares desenvolvidas nas salas de aulas, podemos perceber como foram implementadas características como a disciplina, o respeito à hierarquia e à autoridade, o controle rigoroso das atividades e o uso produtivo do tempo, bem como os demais valores decorrentes de uma prática com base nesses elementos, que se constituíram em "ingredientes" permanentes do cotidiano escolar.

Palavras-chave: Controle disciplinar - Atividades escolares – Rio Grande do Sul.

Abstract: During the First Republic in Rio Grande do Sul, the political project envisioned by the positivist leaders who ruled this State made use of public schools as a highly privileged intrument for the attainmet of their goals, namely the consolidation of capitalism in the Rio Grande do Sul scenario. School regulations and estatutes made possible the perception of one of the most important aspects of such process, which was the education of children and youngsters so they might fit the society of the time, which was closely watched by the heads of state. The proper adjustment to social order, according to the definition given by the project of conservative modernization of Rio Grande do Sul, should be mainly prepared by Public Schools, reason why that time witnessed their expressive growth. Through disciplinary control and the activities developed inside school classes it is possible to realize how some characteristics such as discipline, respect to hierarchy and authority, rigorous control of activities and productive use of time have been implemented, as well as all the other values resulting from practices based on those elements, which were the permanent "ingredients" of schools daily routine.

Key-words: Control disciplinary – School Activities – Rio Grande do Sul.

Introdução

* Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.

Ao longo da Primeira República, o Rio Grande do Sul vivenciou um processo político peculiar caracterizado pela hegemonia político-partidária do Partido Republicano Rio-Grandense, que passou a implementar um projeto de modernização conservadora cujo objetivo fundamental era a consolidação do sistema capitalista no Estado. Nesse contexto, os dirigentes republicanos de orientação positivista definiram uma política que culminou numa organização do setor educacional na qual a escola pública foi estruturada de acordo com o projeto modernizador antes referido. O controle estabelecido sobre a escola pública evidenciou o caráter autoritário e centralizador que marcou o Estado gaúcho à época. A análise da escola pública rio-grandense possibilita perceber a ampliação da ação do Estado no plano educacional, para o que o controle dos sujeitos do processo educativo foi feito de modo a viabilizar a consecução das intenções dos dirigentes positivistas.

Um dos aspectos mais importantes que caracterizaram a escola pública no Rio Grande do Sul, no período que estamos abordando, foram os mecanismos estabelecidos para oportunizar o adestramento das crianças e dos jovens, para a sua adequação à sociedade perseguida pelos dirigentes do Estado, sociedade esta que, para ter progresso, precisava ter ordem.

Nesse contexto, a cultura escolar profundamente autoritária foi acompanhada de processos disciplinares que buscaram adequar os alunos ao projeto dominante no Rio Grande. O controle disciplinar foi realizado através de dispositivos que possibilitavam ao professor o exercício pleno de uma autoridade hierárquica muito bem caracterizada, nos moldes da mais típica pedagogia tradicional. As atividades escolares, assim, estiveram coerentes com esse contexto. Este estudo procura apresentar os principais elementos que caracterizaram esse processo.

1. O controle disciplinar.

Os regulamentos e regimentos escolares[1] possibilitam a percepção de um dos aspectos mais importantes que caracterizaram a escola pública no Rio Grande do Sul, no

[1] Os elementos empíricos que utilizamos neste trabalho foram extraídos dos regulamentos e dos regimentos escolares encontrados nas leis, nos decretos e nos atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul dos respectivos anos.

período que estamos investigando. Referimo-nos aos mecanismos estabelecidos através deles, que viabilizaram o adestramento das crianças e dos jovens para seu ajustamento à ordem social, conforme definida no projeto de modernização conservadora do Rio Grande. A política educacional dos republicanos buscou preparar o homem adequado ao processo de consolidação do capitalismo, para o que os aspectos relacionados com a disciplina, o respeito à hierarquia e à autoridade, o controle rigoroso das atividades e o uso produtivo do tempo, bem como os demais valores decorrentes de uma prática com base nesses elementos, constituíram-se em "ingredientes" permanentes do cotidiano escolar.

A escola pública rio-grandense foi um espaço onde a vigilância, o controle, a exaltação e a punição dos sujeitos nela presentes representaram instrumentos eficientes para o "treinamento" dos hábitos necessários à adequação dos indivíduos ao modelo de sociedade que estava sendo constituída e onde cada um tinha um lugar que devia ser aceito e cujo papel devia ser bem cumprido.

Para tanto, cada aluno das escolas públicas do Rio Grande estava sujeito a normas que possibilitavam o controle completo de sua atuação no ambiente escolar: sua presença e sua ausência eram anotadas, seu comportamento era vigiado, suas qualidades eram confirmadas ou negadas. Seu desempenho era estimulado, o horário lhe era cobrado, suas faltas eram punidas, seu procedimento era exercitado, seus desvios eram corrigidos.

Observando o regimento interno das escolas elementares de 1898, percebe-se o primeiro mecanismo destinado ao controle dos alunos, ou seja, cada aluno, na ocasião de sua entrada para a escola, recebia um caderno especial que deveria conservar todo o tempo de sua freqüência escolar. O primeiro trabalho escrito de qualquer matéria, no início de cada quinzena, era feito nesse caderno pelo aluno na própria aula, sem auxílio estranho, de modo que o conjunto desses trabalhos permitisse acompanhar a série dos exercícios e conhecer o progresso dos alunos de ano em ano. Esse caderno não podia sair da escola, sob pretexto algum, sendo apresentados às autoridades incumbidas da inspeção e da fiscalização do ensino, quando fosse exigido.

Assim, a vida escolar de cada um dos integrantes das salas de aula das escolas públicas era devidamente visualizada, preparando o terreno para a aceitação natural do controle no mundo do trabalho que, algumas décadas depois, passou a ser feito através da carteira de trabalho, instituída com a legislação trabalhista criada a nível nacional no governo de um dos mais destacados líderes do positivismo gaúcho, Getúlio Vargas.

O controle do tempo foi também claramente estabelecido nesse regimento. No começo de cada ano letivo, o professor devia organizar e submeter à aprovação do respectivo inspetor regional o quadro do emprego do tempo, por dia e hora. Esse quadro, depois de aprovado, era colocado em local bem visível da sala da escola. Os trabalhos diários eram divididos em exercícios diferentes e entremeados de recreio, movimentos e cantos. As horas de aula por semana eram distribuídas de acordo com a importância das disciplinas, cabendo ao ensino das disciplinas "científicas" o tempo maior, bem como ao ensino da língua nacional.

O controle disciplinar era realizado através de dispositivos que possibilitavam ao professor o exercício pleno de uma autoridade hierárquica muito bem caracterizada, nos moldes da mais típica pedagogia tradicional. Ao mesmo em tempo que eram vedados nas escolas os castigos corporais, considerados ultrapassados e próprios da escolarização proporcionada pelos tempos da Monarquia, os quais podiam prejudicar a saúde e a dignidade dos alunos, era possibilitado ao professor a aplicação de diversas formas de correções disciplinares, ou seja: a) advertência particular ou pública; b) privação do recreio; c) detenção na escola até uma hora depois de terminados os trabalhos do dia; d) quadro negro; e) boletim de má conduta; f) queixa à família; g) exclusão provisória; h) exclusão definitiva.

Em paralelo a esses mecanismos de punição, colocavam-se os outros procedimentos que, de forma sutil, sugeriam as atitudes que eram aceitas e estimuladas socialmente, ou seja, o professor podia recompensar os bons alunos com: a) elogio particular ou público; b) boletim de boa conduta; c) quadro de honra; d) prêmios e quaisquer outras recompensas que o bom senso do professor sugerisse.

O controle disciplinar tinha um elemento complementar representado pelos inspetores escolares, que desempenhavam uma função relevante nesse processo de normatização das atividades escolares, entre as quais a definição da época em que deviam se realizar os exames, outra peça-chave do processo disciplinar das escolas públicas. Os exames sofreram, ao longo do período que estamos analisando, um nítido "aperfeiçoamento" e uma regulamentação minuciosa.

A utilização exaustiva do tempo significou um elemento importante para a formação da mentalidade adequada aos tempos do capitalismo que se consolidava no Rio Grande do Sul, tendo em vista que saber tirar do tempo todos os instantes disponíveis e deles cada vez mais forças úteis redundava em maior rapidez e maior eficiência, elementos nada desprezíveis para uma economia baseada na lucratividade, que devia ser gerada por trabalhadores bem adestrados. Em paralelo, o controle disciplinar estabelecia domínio sobre o corpo, tanto sob o ponto de vista da higiene, fundamental para a existência do trabalhador saudável, como da aceitação do regime de trabalho intenso que estava estabelecido nas fábricas. Portanto, esses hábitos foram preparados pela escola pública, na vivência cotidiana dos alunos com as normas que deveriam seguir ao longo de suas vidas.

Nesse sentido funcionava o quadro de controle do tempo, distribuindo detalhadamente o horário das aulas, aliado ao fato de que entre cada lição eram situados o recreio e os exercícios físicos, durante os quais o professor aproveitava a oportunidade para lições de civilidade, pela fiscalização da conduta de cada um dos alunos das respectivas séries.

Esses dispositivos disciplinares, aliados ao sistema de exames e da fiscalização e da inspeção escolar definiram um quadro bastante claro sobre o papel intervencionista do Estado gaúcho, que penetrava no espaço escolar, chegando com os mecanismos de controle estabelecidos ao interior das próprias salas de aula, onde era reproduzida a mesma lógica da dominação que permeava os outros níveis do todo social. A preparação dos alunos para a vida coletiva onde o princípio norteador era a ordem, ao qual estavam aliados todos os demais valores necessários ao bom funcionamento da sociedade capitalista, era sustentada por esse conjunto de regulamentações que apresentamos e cuja eficácia parece ter sido das melhores.

O sistema disciplinar dos estabelecimentos de ensino público do Rio Grande do Sul culminava, como indica o regimento interno de 1927, com um mecanismo de registro que demonstra a forma de controle do Estado sobre a vida da escola e que era representado pelos seguintes livros : a) do ponto - para registro da freqüência dos funcionários; b) de atos de exame e sabatinas - para registro de exames e das sabatinas cujas notas valiam para os exames; c) de visitas - para registro das visitas dos delegados, sub-delegados, inspetores e visitantes propriamente ditos; d) do tombamento - que era escrito como um livro comercial, para controle dos materiais da escola; e) de matrícula - para registro da matrícula e retiradas dos alunos com as respectivas causas; f) de presença - para a chamada dos alunos, onde diariamente eram apontadas as ausências dos mesmos; g) de matrícula dos professores - para registro de licenças, apreciações superiores (louvor ou censura) e faltas; h) copiador de correspondência.

Com o registro dos acontecimentos da escola, quaisquer que fossem, as normas escolares garantiram, finalmente, que a memória sobre os aspectos disciplinares da instituição escolar não fosse perdida, guardando-se, pelo tempo necessário, as informações sobre todos os indivíduos que por ali passaram.

2. O cotidiano das atividades escolares

No regimento interno das escolas elementares de 1898 foi explicitada boa parte da orientação estabelecida para a prática didática nas escolas públicas rio-grandenses, o que foi complementado com as instruções preliminares ao programas do ensino elementar de 1899 e no regimento interno dos colégios elementares de 1910.[2] De uma certa forma, a orientação se repete nesses três instrumentos legais, tendo havido algumas complementações que não alteraram o sentido geral da mesma.

Assim, os trabalhos diários na sala de aula eram divididos em exercícios diferentes, entremeados de recreio, movimentos e cantos, sendo empregado o método simultâneo, com as lições dadas diretamente aos alunos pelo professor, tendo em vista o

[2] As informações relativas à prática didática relacionadas com os dispositivos legais de 1898, 1899 e 1910 podem ser encontradas na legislação da época: Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1898, p. 277-282; de 1899, p. 257-9; de 1910, p. 214-9.

adiantamento geral e uniforme da classe. Todas as lições eram, tanto quanto possível, acompanhadas de explicações orais e interrogações. Os trabalhos escritos eram comumente corrigidos no quadro negro simultaneamente à correção oral, com exceção das redações que eram corrigidas pelo professor fora das horas letivas.

A sessão escolar durava cinco horas diárias. Entre cada lição havia um intervalo consagrado ao descanso, aos exercícios físicos e ao canto escolar. Cada lição tinha a duração de quarenta minutos para a primeira classe elementar, de quarenta e cinco para as outras e de cinqüenta para as classes complementares. O horário da escola elementar era organizado pelo respectivo professor e o do colégio distrital ou escola complementar pelo respectivo diretor, de acordo com os professores. O horário era submetido à aprovação do inspetor regional.

A priorização das matérias científicas esteve presente na distribuição do tempo e das atividades de sala de aula. Este elemento distingue a educação implementada pelos positivistas daquela organizada à época do Império, pelos liberais. A importância conferida ao ensino da língua portuguesa foi também coerente com as ações nacionalizadoras implementadas, no plano educacional, pelos republicanos. Os conteúdos de caráter cívico e moral igualmente foram prestigiados, o que remete para as práticas de legitimação e de construção do imaginário social integrante da política educacional dos positivistas no Rio Grande do Sul. As demais disciplinas foram distribuídas de forma a complementar o currículo escolar.

No caso do ensino complementar, a estruturação do mesmo sofreu alterações ao longo do tempo. De início, no caso dos colégios distritais, estava organizado em três séries. Com a extinção destes colégios e a manutenção apenas da escola complementar em Porto Alegre, a distribuição das matérias de ensino foi organizada a partir do quadro de emprego do tempo que expomos abaixo.

ENSINO COMPLEMENTAR: QUADRO DE EMPREGO DO TEMPO (HORAS POR SEMANA) 1916.

MATÉRIAS DE ENSINO	**1ª. SÉRIE**	**2ª SÉRIE**	**3ª SÉRIE**	**4ª SÉRIE**	**TOTAL**
Português					

	4	3	3	2	12
Francês	4	3	3	2	12
Geografia e História	3	3	3	3	12
Pedagogia e Direito Pátrio	2	2	2	2	08
Lições práticas de Pedagogia	----------	----------	2	2	04
Física, Química e Ciências	3	3	3	3	12
Aritmética, Álgebra e Geometria	3	3	3	3	12
Desenho	1	1	1	2	05
Música	1	1	1	1	04
Escrituração Mercantil	----------	1	1	1	03
Trabalhos Manuais	2	2	1	2	07
Ginástica	1	2	1	1	05
TOTAL	24	24	24	24	96

FONTE: Decreto n°2.224, de 29.11.1916. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1916, p. 167.

O quadro de emprego do tempo da escola complementar indica que, nesse nível de ensino, foi buscado um equilíbrio entre as áreas consideradas mais importantes para a formação escolar

Por outro lado, a diferença entre os sexos foi considerada relevante pelos dirigentes educacionais, que a deixaram explícita nas orientações estabelecidas aos professores na sua prática escolar. Nas escolas elementares, a admissão de meninas nas classes do sexo masculino só era permitida nos núcleos coloniais, com expressa autorização do inspetor regional, mediante reclamação dos respectivos pais e informação favorável do presidente do conselho distrital ou de seu substituto.

A relação professor-aluno, seguindo a estrutura vertical construída pelos republicanos no setor educacional, dava ao mestre a autoridade estabelecida nos regulamentos e regimentos escolares, com as punições bem definidas para o caso dos alunos infratores. Os castigos físicos, apesar de proibidos, continuaram existindo, se bem que gradualmente substituídos pela violência simbólica dos mecanismos que apontamos ao tratar do controle disciplinar. O caráter dessa relação pode ser bem auferido da determinação que possibilitou aos professores o auxílio de alguns de seus alunos que se distinguissem pela inteligência, pelo estudo e pelo comportamento, na manutenção da ordem e disciplina da escola. Sintomaticamente, esses alunos foram chamados de "censores".

A determinação sistematicamente passada aos professores foi a de que o ensino devia ter um cunho prático e concreto e não abstrato e teórico. Essa perspectiva, todavia, se chocava com a orientação relacionada a um ensino verbalista, centrado na figura do professor, que deveria "falar o mais possível". O sistema de perguntas e respostas, tão utilizado à época, estimulava uma aprendizagem centrada na memorização, bem aos moldes do método tradicional.

Os recursos didáticos eram precários, sobretudo nas escolas isoladas da zona rural. O próprio fornecimento de livros didáticos sofreu dificuldades. Na década de 1920, sobretudo ao final do período, percebemos uma maior preocupação com a questão das técnicas de trabalho e dos recursos didáticos. No entanto,a realidade que vigorou na ampla maioria das escolas públicas do Estado foi a pobreza de recursos.

Considerações finais

Os elementos que aqui apresentamos configuram uma realidade que marcou a história da educação no Rio Grande do Sul, no período estudado. A partir dos dados pesquisados, pudemos perceber a organização da escola a partir do projeto político dos positivistas gaúchos. De forma especial, a análise do controle disciplinar e das atividades

escolares nos permitem perceber que o ajustamento à ordem social foi preparado a partir da instituição escolar.

Os aspectos que destacamos integram um conjunto mais amplo, que caracteriza a política educacional e a organização da escola, na Primeira República Rio-Grandense. Pelas dimensões estabelecidas para este trabalho, remetemos os leitores interessados para o estudo que realizamos sobre o tema, que está citado nas referências bibliográficas.

Referências Bibliográficas.

CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)**. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A visão grega de Roma: Políbio e a tradução dos conceitos romanos

Claudia Beltrão da Rosa[1]

Resumo:O conhecimento moderno da história romana foi largamente tributário do olhar que tinham escritores que, mesmo sendo em grande parte "romanizados", eram gregos. Essa visão grega de Roma é distinta da imagem que os romanos tinham de si mesmos, o que demanda um esforço de tradução por parte do historiador. Essa situação particular que as fontes de língua grega trazem ao historiador de Roma tem, então, vantagens e desvantagens que trataremos brevemente, reduzindo nossos *exempla* a Políbio, em suas *Histórias.*
Palavras-chaves: Historiografia; Traduções; Políbio

Resumé: Notre connaissance de l'histoire romaine est largement tributaire de la vision qu'en avaient des gens qui, bien qu'en grande partie « romanisés », restaient des grecs. Cette vision grecque de Rome se distingue de l'image que les romains se faisaient d'eux-mêmes ; il y a là d'indispensables précautions à prendre e des difficultés dont il faut être conscient. C'est cette situation particulière, qu'entraînet pour l'historien de Rome ses sources de langue grecque, dont je voudrais évoquer brièvement, ici les vantages et les inconvénients. Les *exempla* seront empruntés à Polybe, dans l'*Histories*.
Mots clés: Historiographie, Traductions, Polybe.

Cabe ao historiador percorrer a distância que o separa do seu objeto de pesquisa, reconstituir e decodificar os códigos que obscurecem a mensagem que lhe legou o passado. O historiador é constantemente confrontado com os problemas da transposição de noções e conceitos característicos da cultura que estuda para a sua própria língua e o seu próprio universo cultural. Toda língua organiza, e em parte deforma, nossa visão de mundo, e a passagem de uma língua a outra traz sempre um risco de deformação ou de incompreensão. Assim, um dos aspectos essenciais do ofício do historiador é o cuidado com a linguagem.

O historiador da antiguidade greco-romana tem por objeto de estudo um conjunto pluricultural e plurilingüístico, o que aumenta consideravelmente a dificuldade dessa transposição e, dado o fato de que a maior parte da documentação textual de suas pesquisas lhe chega através de escritos de língua grega, seus riscos aumentam em proporção notável. O historiador parte, então, de uma dupla experiência de tradução. Ele mesmo tradutor, depende dos tradutores

[1] Departamento de História/PPGH - UNIRIO. Doutora em História Antiga.

antigos. É somente à distância em relação a um objeto cuja língua não é mais a sua, que é possível reconstituir a realidade do mundo antigo, o que depende integralmente da mensagem que este mundo nos deixou. Esta mensagem põe um duplo problema, pois mesmo que tenhamos acesso ao grego e ao latim clássicos, ainda que muitas de suas palavras tenham sobrevivido – com sentido alterado – na nossa língua, ambas são "línguas mortas".

O mundo greco-romano é um mundo bilíngüe em vários sentidos. Uma fronteira lingüística, que podemos delimitar *grosso modo*, nos Bálcãs, o separa em duas metades, uma superficialmente romanizada e outra superficialmente helenizada, mas também vemos claramente uma fronteira social. A aristocracia romana utilizava largamente a língua grega e a cultura grega estava bem difundida nos círculos aristocráticos nos últimos séculos da República. O bilingüismo da elite romana é uma característica cultural importante do Mediterrâneo clássico. Este bilingüismo é um objeto de estudo da história social, por direito próprio, dadas as numerosas repercussões na vida greco-romana, trazendo um bom número de problemas práticos e metodológicos. O bilingüismo era, com efeito, generalizado na elite imperial, enquanto que no restante da população encontramos um multilingüismo, com centenas de línguas, posto que o grego e o latim eram característicos dos poucos que participavam dos círculos do poder nos territórios imperiais romanos. Em todo caso, porém, os autores gregos do período imperial romano conheciam e falavam o latim. Essas duas línguas estavam sempre em interação recíproca. Essencialmente, o latim era a língua da administração e da política, e o grego era a língua da cultura. As relações entre ambas eram complexas, pois, se as duas línguas eram aparentadas, suas divergências eram muito grandes.

A história de Roma nos chegou, majoritariamente, em fontes textuais de língua grega e o conhecimento moderno da história romana foi largamente tributário do olhar que tinham pessoas que, mesmo sendo em grande parte "romanizadas", eram gregas. Temos de dar conta do passado latino com um modelo proveniente do mundo grego. Daí um triplo jogo de espelhos, entre o historiador, a língua latina e a grega. Essa visão grega de Roma, condicionada pela diferença de língua e de cultura, é distinta da imagem que os romanos tinham de si mesmos, o que demanda um esforço de tradução e de delimitação conceitual por parte do historiador.

Tal situação não tem, contudo, apenas inconvenientes. Se o intermediário grego ameaça aumentar as nossas deformações, há precauções a tomar e dificuldades das quais devemos estar conscientes. Mas o olhar de um estrangeiro pode igualmente enriquecer a nossa compreensão de uma Roma assim duplamente observada, revelando traços que muitas vezes nos escapam. Esse fenômeno que as fontes de língua grega trazem ao historiador tem, então, vantagens e desvantagens que trataremos brevemente, reduzindo nossos *exempla* a Políbio, no L. VI de suas *Histórias*

Como um escritor compreende e expressa o que compreendeu de uma sociedade estrangeira? Uma das perguntas que devemos tentar responder, ao utilizarmos um documento textual de um escritor grego sobre a sociedade romana, é como ele a via e a compreendia. Disso depende a qualidade de suas informações: até que ponto suas idéias estão influenciadas por preconceitos provenientes das relações entre Roma e o mundo grego, ou por tensões da sociedade romana propriamente dita, etc. No caso de Políbio, uma das perguntas é o quanto e em que medida a imagem que nos apresenta de Roma reflete o ponto de vista de grupos determinados, como a ordem senatorial, e.g., ou o grupo que se reunia em torno de Cipião. Os historiadores gregos posteriores eram cada vez mais ligados à elite romana, e passaram parte de suas vidas na *urbs*, não mais por força das circunstâncias, como no caso de Políbio, mas por lhes ser útil a proximidade com o poder[2].

Políbio nos parece consciente da distância que o separa da língua latina, o que é denotado principalmente por seus esforços de tradução. Sua imagem de Roma é igualmente determinada por sua formação e por sua cultura. Ele recorre aos instrumentos de análise que lhe são fornecidos pela tradição grega, e é assim que naturalmente tenta interpretar o sistema político romano com categorias gregas. Consciente do fato de que as palavras não têm sentido fora do sistema complexo que é uma língua e em sua relação com o sistema institucional daqueles que falam aquela língua, Políbio muitas vezes forja palavras para tentar expressar o mais precisamente possível em grego, uma realidade romana.

[2] Referimo-nos, designadamente, à maneira como Dionísio de Halicarnasso fez eco à ideologia augustana.

A análise polibiana da constituição romana põe em evidência um dos principais problemas da visão grega de Roma: uma tendência à banalização nascida talvez de um sentimento de familiaridade. O fato só é paradoxal na aparência: as duas culturas eram próximas uma da outra, agravando, com sói acontecer, os riscos de deformação, pois a tentação de negligenciar os elementos que não são bem compreendidos ou de enquadrá-los abusivamente em um universo conhecido é aumentada. O biculturalismo corresponde aqui ao bilingüismo: entre duas línguas próximas, as interferências são numerosas e os sistemas são perigosamente parecidos.

Satisfeitas essas preliminares, devemos verificar alguns pontos como, e.g., a solidez das informações e as qualidades literárias do observador. Entramos aqui no território da tradução. A língua grega não dispunha de um vocabulário técnico imediatamente correspondente ao do latim, e as adaptações eram inevitáveis. Acrescente-se que as determinações de ordem literária aumentam as dificuldades de se encontrar um termo preciso e um equivalente possível. A história, na Grécia, era um gênero literário: repugnava ao historiador o uso de um vocabulário estritamente técnico, preferindo sacrificar a precisão à elegância. O historiador se via em uma *aporia* entre a percepção da especificidade estrangeira e a busca da elegância literária. Ele preferia também a equivalência, sempre imperfeita e que leva geralmente à supressão do que é estranho, à transposição ou à transcrição: *colonia* se transformará numa *apoikía*, malgrado as diferenças entre o fato romano e o fato grego; *consul* será *estrategós* ou *turannós*, com todas as deformações e mutilações que estas equivalências implicam. É interessante notar que, ao contrário da linguagem literária, a linguagem administrativa, tal como aparece nas inscrições, recorria muito mais freqüentemente a palavras precisas (*colonia* por χολωνία; *quaestor* por χυαίτωρ).

Se o uso sistemático de equivalências na linguagem literária trazia imprecisões gritantes mesmo para o leitor grego, o historiador moderno tem necessidade freqüente do auxílio de um helenista: somente assim ele saberá, e.g., que o termo τάγμα, o nome utilizado para a *legio* a partir de Dionísio, designa em Políbio o *manipulus*.

Outras ambigüidades são ainda mais gritantes, pois se referiam a especificidades institucionais romanas. O emprego de um termo como *autocrator* em Políbio tende a induzir o leitor atual em erro, que geralmente não está em condições de medir o grau de exatidão do termo polibiano. Em que sentido, afinal, Políbio designa um personagem munido de poderes realmente plenos? Quando designa a noção romana muito precisa de *dictator*? Políbio parece ter tido dificuldade para circunscrever o termo, recorrendo a uma transcrição do vocábulo latino, empregando διχτάτωρ. Mas sua ligação com o seu gênero literário também o fez empregar simultaneamente o termo αὕτοχράτωρ (Pol. III, 86, 7; 87, 8-9; 103,4; IV, 2.5; 14.2; 15.2.). Resta notar que ele não dá a αὕτοχράτωρ o sentido que será dado por historiadores posteriores para se referir a *imperator*, o que nos cria dificuldades suplementares.

Um outro fator do qual os historiadores são, em geral, menos conscientes, vem complicar o problema. Os escritores gregos que se interessaram por Roma e tentaram compreendê-la, aprenderam o latim. Leram textos latinos e usavam esta língua com *amici* romanos. Eles eram bilíngües, e o bilingüismo traz para o individuo bilíngüe uma série de características particulares.

Dois sistemas lingüísticos em contato, longe de permaneceram estanques um ao outro, têm uma inevitável tendência a se interpenetrar e, no caso que nos interessa, as interferências aumentam a dificuldade de interpretar as histórias gregas da época romana. Expressões gregas, bem atestadas e conhecidas, sob a influência do latim, ganham um novo sentido. O contato com uma outra língua tende a modificar os modos de ver e entender os conceitos da língua original; os elementos de uma outra visão de mundo se infiltram na primeira e fazem aparecer novos sentidos. Muitas contradições e incoerências aparentes nas informações e relatos de Políbio podem ser explicadas pelo fato de que, se algumas procedem de postulados e conceitos de origem grega, outras são reflexos de conceitos romanos, adquiridos ao longo da permanência do escritor em Roma. Assim como as interferências lingüísticas, esses traços culturais de origem estrangeira interferem no sistema cultural do autor: daí as contradições de que ele mesmo não é consciente. O cuidado com o vocabulário, então, nunca é excessivo; devemos

renunciar à tendência tradicional de considerar um Tito Lívio, romano, como um autor parcial, e um Políbio, grego, como imparcial no trato com os temas e instituições romanas.

A mediação das fontes gregas está longe, contudo, de apresentar somente inconvenientes para a pesquisa histórica. Como em todo olhar estrangeiro, a imagem que os escritores gregos apresentaram de Roma tem um certo número de deformações. Que elas não são *a priori* iguais às nossas deformações é algo óbvio *per se* e não demanda discussões, mas podem nos fazer ter maior consciência do caráter relativo da nossa imagem de Roma; deste modo, a contribuição dos textos gregos é positiva e fértil para o estudo da história romana.

O historiador grego antigo pode, por seus interesses, escolhas e incompreensões, chamar a atenção do pesquisador moderno para os elementos particularmente específicos e representativos da civilização romana. Isto vale, especificamente, para os *Wertbegriffe*, ou conceitos constitutivos da ideologia romana: os esforços dos gregos para dar conta da realidade que institui o seu objeto, para falar dela com alguma exatidão, confirmam sua importância, revelando toda a sua especificidade. Dion Cássio, e.g., desencorajado no esforço de traduzir *auctoritas*, declara que se trata de um conceito intraduzível na língua grega (LV, 3, 5).

Encontramos, nos documentos textuais, numerosos equivalentes aproximativos que traem as inseguranças de que antigos e modernos observadores de Roma são vítimas. Para citar um caso célebre e metodologicamente perfeito para ilustrar o que afirmamos, o πόλεμον ἀναλαμβάνειν, que designa normalmente no grego clássico a ação de retomar, de recomeçar uma guerra, ganha em Políbio o sentido de *empreender* uma guerra, por analogia com *bellum suscipere* (I, 88, 1; VII, 13,1). Seus esforços para se aproximar, o quanto possível, graças a uma série de equivalentes sucessivos, da especificidade do termo latino são preciosos: seus titubeios são um bom guia de estudo para o pesquisador moderno. Do mesmo modo, quando ele se afasta de seu purismo literário para buscar, em vez de um equivalente, um termo mais preciso, nos revela a importância capital que o conceito em questão tem aos seus olhos. Em vez de designar, e.g., a *pietas* romana pelo termo εὐσέβεια, que parece, à primeira vista, ser o seu correspondente em grego, Políbio recorre a um termo que exprime com mais clareza o que lhe parecia constituir

uma das características mais particulares do sentimento religioso romano: o fato de que os romanos acreditavam nos deuses, δεισιόαιμονία, que muitos autores modernos traduziram erroneamente como "superstição", *superstitio* (VI, 56,7).

A diglossia estava no coração do mundo greco-romano, e podemos nos perguntar especialmente pelas implicações sociais desta situação: poderíamos, a partir dessas fontes textuais, elaborar um repertório das práticas lingüísticas ligadas aos diferentes níveis sociais de comunicação? Poderíamos falar em uma 'repartição funcional' das línguas no Império Romano?

Para essas questões só podemos apontar, no momento, respostas incompletas. As fontes de que aqui tratamos são literárias. Certamente, são fontes riquíssimas, graças especialmente ao alto senso filológico de uma civilização que tinha na escrita um de seus momentos principais. Para o nosso universo interpretativo, a dificuldade é menor quando tratamos do grego, graças aos papiros egípcios, ao Novo Testamento e às frases em grego que emanam da correspondência de Cícero. É assim que podemos imaginar que o grego tinha uma dupla distribuição funcional: o grego era, ao mesmo tempo, a língua da elite, dos *optimates* ciceronianos, e a língua de muitos segmentos sociais do Império Romano, como os marinheiros, as prostitutas, os escravos, ao lado de diversas línguas orientais.

A mesma dificuldade encontramos no tocante à política da língua no império: os romanos oficialmente falavam em grego e faziam com que os gregos, em situações oficiais, se endereçassem a eles em latim, mesmo quando era mais cômodo usar o grego. Temos isso como certo. Quanto ao resto, nada sabemos com clareza. Não parece ter havido um esforço sistemático para impor o latim sequer à parte "ocidental" do Império. Quando vemos as elites romanas se esforçando para ligar a si os filhos dos reis e chefes vencidos da Espanha, e.g., estes aprendiam simultaneamente o grego e o latim. De fato, o latim era o objeto, em face ao grego, de uma espécie de política defensiva. Mantinha seu estatuto de língua administrativa e política (sabemos que, durante a Guerra Social, os itálicos que lutavam contra Roma tentaram impor o osco como uma língua comum), pela simples vantagem de ser uma língua veicular, papel que o grego jamais teve no Oriente. A mesma ambigüidade vemos na repartição fundamental das línguas: teria

havido uma língua comercial, comum a todo o Império? Que papel a difusão dos cultos orientais (cuja língua era sobretudo o grego) desempenhou neste processo? Como podemos ver, são muitas as questões, que nos levam a novos problemas.

Modo fundamental de trocas culturais e jogos de poder internos, a tradução é também um modo fundamental de trocas externas. De fato, a tradução, enquanto atividade participante da produção de bens simbólicos, não deve ser abordada descurando-se de uma perspectiva global desta produção em uma dada sociedade. Para este estudo, os historiadores dispõem, atualmente, de uma série de técnicas em pleno desenvolvimento, como a bibliometria, a prosopografia bio-bibliográfica dos tradutores, etc. Atualmente, poderia mesmo ser escrita uma história da expectativa do público e do sucesso das obras. Seria interessante que o lingüista e o filólogo nos dissessem que forças poderiam acrescentar a este *front*. Como medir a distância que separa dois enunciados em línguas diferentes? Essa distância tem um sentido? Onde encontrá-lo? No nível da sintaxe? Do léxico? Vemos, então, que caímos em problemas de análise que não podem ser respondidos pelo historiador. Se o historiador pode manejar os elementos pertencentes a uma sociografia da tradução, não pode sozinho analisar a operação lingüística. Daí, nos parece importante fazer uma apologia da colaboração entre a história intelectual e cultural e os especialistas da tradução, para que jamais esqueçamos do papel da língua na história, bem como do papel da história na língua.

As considerações precedentes estão longe de conseguir traçar, ou mesmo tratar de maneira suficiente, questões tão complexas. Não tivemos outra ambição que chamar a atenção sobre um caso particular da relação do historiador com a língua e a necessária colaboração entre os historiadores e os especialistas da língua e dos textos, os lingüistas e os filólogos. A maior parte dos historiadores é obrigada a penetrar em um universo cultural distinto do seu utilizando fontes escritas em língua estrangeira, ou mesmo fontes de um outro estágio da sua própria língua, o que traz problemas de tradução e interpretação; eles se deparam assim, necessariamente, com os problemas da tradução no sentido mais pleno do termo. Os historiadores de Roma têm uma dificuldade suplementar: a travessia de um duplo *écran*, o da cultura observada e o dos testemunhos dos observadores que lhes antecederam, com todos os preconceitos e todas as

deformações. Assim como as suas fontes, os historiadores de Roma devem ser bilíngües, lidando com problemas de tradução e de transculturação; mais ainda do que outros historiadores, eles têm necessidade do apoio inestimável da lingüística e da filologia.

BIBLIOGRAFIA

FITOURI, Chadly. *Bilinguisme, biculturalisme et éducation*. Paris : Delachaux, 1983.
GARCIA DOMINGO, E. *Latinismos en la koiné*. Burgos: Colegio Universitario, 1979.
MACKEY, W.F. *Bilinguisme et contact des langues.* Paris : Klincksieck, 1976.
MASON, H. J. *Greek terms for Roman Institutions: A Lexicon and Analysis*. Toronto: Scholar House, 1974.
NICOLET, C. « Polybe et les institutions romaines ». In : *Polybe* (Entretiens sur l'Antiquité Classique. Fondation Hardt, t. 20. Genève-Vandoeuvres, 1974.
VEYNE, P. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os intelectuais e sua participação na formação discursiva da Ação Integralista Brasileira em Pernambuco.

Carlos André Silva de Moura*
Giselda Brito Silva[1]

Resumo: Em nosso trabalho discutiremos as atuações dos intelectuais católicos e leigos do início do século XX, que apresentaram participação na formação discursiva de recristianização e valorização intelectual, religiosa, política e social deste período no Estado de Pernambuco. Ainda sobre esta perspectiva, analisaremos como a Ação Integralista Brasileira no Estado, entre os anos de 1932 e 1937, apropriou – se das relações interdiscursivas para a legitimação de suas alocuções de formação de uma nação forte, baseados no lema Deus, Pátria e Família, fundamentados na erupção discursiva propagada pelos pensadores das décadas de 1920 e 1930. Para esta apreciação nos debruçaremos sobre as principais produções documentais dos pensadores da Faculdade de Direito do Recife, considerado um dos principais centros de propagação das concepções políticas e sociais no Nordeste Brasileiro.

Palavras-chave: Integralismo, Intelectuais, Discurso religioso.

Abstract: This work will argues the performances of the intellectual catholics and laypeople of 20th century beginning, that had presented participation in the discursive formation of re-Christianization and intellectual valuation, religious, social and politics of this period in Pernambuco. Still on this perspective, we will analyze as the Brazilian Integralist Action in the State, between 1932 and 1937, appropriated the relations interdiscursives for the formation speeches legitimating of a strong nation, based in the motto God, Native Country and Family, established on the discursive eruption propagated by the thinkers of the 1920 and 1930 decades. For this appreciation in we will lean over them on the main documentary productions of the thinkers of the Law School of Recife, considered one of the main propagation centers of the social politics conceptions on Brazilian Northeast.

Keywords: Integralism, Intellectuals, Religious Speech.

Em nosso artigo buscaremos analisar como se apresentou a participação dos intelectuais no processo de recristianização no estado de Pernambuco, entre os anos de 1932 e 1937. Neste trabalho também estaremos analisando os discursos propagados pelos pensadores

* Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Pesquisador do Grupo de Pesquisa *Estudos da relação entre o político e o religioso*, lotado no Departamento de História da UFRPE. E-mail: casmcarlos@yahoo.com.br

[1] Professora do Curso de História e do Mestrado em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

católicos da Faculdade de Direito do Recife (F.D.R.), como meio de legitimação e de ocorrência de sentido das alocuções doutrinárias pronunciadas pelos membros da Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (A.I.B. – PE).

No desenvolvimento deste estudo estaremos inseridos nas abordagens teóricas da *Nova História Cultural* e da *Escola dos Annales*, nesta última nos utilizando dos teóricos da terceira geração, onde estão inseridos os analistas de discurso. Na perspectiva da análise discursiva, buscamos nos debruçar sobre os teóricos da corrente francesa, pois assim, pudemos compreender os motivos que levaram a erupção dos discursos moralizadores e recristianizadores propagados pelos intelectuais na década de 1930. Em nossa pesquisa, também buscamos compreender como apresentaram – se as relações interdiscursivas existentes entre os intelectuais pernambucanos dos anos de 1930 com os pensadores que propagaram o ideal da formação de um Estado forte e recristianizado durante a década de 1920. Entre os teóricos utilizados em nossa abordagem metodológica, buscamos nos valer das afinidades entre o saber e o poder proposta por Michel Foucault, onde o intelectual exerce uma relação de poder em seu lócus de atuação política. (FOUCAULT, 2003: 69 - 78).

Podemos observar no fragmento que segue, a relação discursiva na construção de um saber ideológico, onde os discursos necessitam de um campo de circularidade para exercer sentido em meio à sociedade, tendo os intelectuais forte importância para a validade desta formação:

> *Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. A Investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político.*
> *O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. (Ibidem: 21).*

Para compreendermos as relações políticas, econômicas e sociais que levaram a erupção dos discursos que buscavam a recristianização no estado de Pernambuco nos anos de 1930, nos debruçamos sobre os periódicos e publicações que circularam no Estado durante o período estudado. Entre os periódicos analisados, estaremos destacando as alocuções

encontradas nos jornais *Diário do Nordeste, Folha Universitária* e *Diário da Manhã*, além das revistas *A ordem, Fronteiras* e *Tribuna.* Entre estas publicações estaremos oferecendo atenção especial ao jornal *Folha Universitária*, editada por estudantes e professores da Faculdade de Direto do Recife, servindo como meio para difusão dos ideais renovadores que eram discutidos pelos Intelectuais da F.D.R..

No Estado de Pernambuco, foi a partir da Faculdade de Direito que surgiram as primeiras reivindicações que buscavam a reorganização moral, social e religiosa na Região Nordeste e no Brasil como um todo. Após as frustrações com o movimento da "Revolução" de 1930, a mocidade da F.D.R. buscava o revigoramento do debate sobre os problemas sociais em Pernambuco, promovendo palestras e atividades culturais que discutiam a necessidade de mudanças imediatas nos rumos políticos adotados pelos governantes. (PEREIRA, 1977: 228). Neste momento, debatia - se sobre o firmamento do nacionalismo, baseado na construção de um governo forte, muitos destes questionamentos eram fundamentados a partir das leituras realizadas pelos jovens estudantes da F.D.R., teóricos como Alberto Torres, Alceu do Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo, Plínio Salgados e entre outros. Nestas discussões questionava – se desde os problemas com a economia nacional à luta pela implantação do ensino religioso nas escolas, passando pelas críticas realizadas ao processo modernizador que o país vinha atravessando, já que para alguns intelectuais a modernização trazia o esquecimento das tradições culturais e religiosas do país. (ALMEIDA, 2001: 69).

Com o discurso da nacionalização e a busca pelo fortalecimento da política brasileira, algumas das teorias políticas que adentraram ao Brasil, a partir dos anos de 1920, passaram a ser alvo de ataques entre os intelectuais da Faculdade de Direito do Recife. Em meio a estes discursos estavam às críticas as atuações do comunismo no Estado, sendo visto como ameaça ao processo de independência nacional e principalmente de valorização cristã. Para o combate ao "perigo" comunista em Pernambuco, muitos intelectuais católicos que compunham a Faculdade de Direito do Recife, a exemplo do Professor Andrade Bezerra e do estudante Andrade Lima Filho, dedicaram – se a realizar publicações de artigos destacando os problemas que o comunismo poderia proporcionar ao Brasil. Dentre os periódicos que realizavam o combate ao comunismo em Pernambuco, gostaríamos de enfatizar as contribuições da revista *A ordem,* ligada ao Centro Dom vital, que tinha como principal objetivo bombardear as doutrinas que estavam indo de encontro aos dogmas do catolicismo,

além de divulgar as teorias que defendiam a visão religiosa entre suas propagandas, a exemplo da Ação Integralista Brasileira.

Os discursos propagados pelos intelectuais pernambucanos nas páginas da revista *A ordem,* eram recebido por boa parte da população como uma "verdade" sobre a disputa política entre esquerda e direita, ou entre a maldade e a salvação, haja vista que estes intelectuais passavam legitimidade aos discursos moralizadores pronunciados à sociedade. Para Michel Foucault "A 'verdade' está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que reproduzem". (FOUCAULT, *op. cit.*: 14).

Nos discursos recristianizadores propagados pelos intelectuais da F.D.R., era depositando no catolicismo a solução para as problemáticas enfrentadas pela nação. Como organizadora e propagadora destas alocuções não apenas na F.D.R., mas em todo o meio universitário pernambucano, estavam os intelectuais da Ação Universitária Católica (A.U.C.), atuando como interlocutores entre a Igreja católica e os estudantes pernambucanos. Entre as organizações políticas – estudantis que formaram – se na F.D.R. no início dos anos de 1930, destacaram – se a já citada A.U.C. e o Diretório Acadêmico do ano de 1932, tendo muitos dos seus integrantes dedicado – se na propagação dos discursos que buscavam a construção da moralidade política e religiosa no Estado. Outra instituição muito importante para o combate ao comunismo, a procura da valorização nacional e a divulgação do processo recristianizador no Brasil foi a *Associação Nacional contra o Communismo,* agregando intelectuais de todo o país, inclusive membros pernambucanos, que encontravam – se insatisfeitos com os problemas enfrentados pela sociedade. (DIARIO DA BAHIA, 1933: 1).[2]

Muitos dos intelectuais que integravam as organizações que citamos a cima, ou estavam preocupados com o futuro do Brasil, observaram nos discursos Integralistas as respostas para as suas reivindicações, percebendo que as propostas da A.I.B. concordavam com o que era debatido nos corredores da F.D.R.. Vários destes intelectuais passaram a integrar as fileiras da Ação Integralista Brasileira em Pernambuco, defendendo o lema do movimento Deus (catolicismo), Pátria (nacionalismo) e Família (ordem), podendo desta forma propagarem para todo o Estado as propostas defendidas nos debates da Faculdade de Direito.

[2] Fundada a Associação Nacional contra o Communismo. **Diário da Bahia.** Salvador, 26 de Jan. 1933. p. 1 - 5.

Nilo Pereira, em sua biografia sobre a Faculdade de Direito do Recife, nos mostra que esta circularidade discursiva em relação ao processo de recristianização nacional estava presente em todas as esferas da faculdade. Segundo o autor, o professor Andrade Bezerra, diretor da F.D.R. durante os anos de 1930, foi um grande propagador do ideal que era discutido entre os membros da faculdade. Para Nilo Pereira, "Andrade Bezerra liderava como Deputado Federal, a corrente que ficou conhecida como a do "Catolicismo Social". Não socialismo cristão, expressão que Pio XI, no Quadragésimo Ano, viria a condenar depois". (PEREIRA, *op. cit*.: 290).

Em meio à ebulição política – social vivenciada pelos intelectuais e religiosos pernambucanos, surgiram em âmbito nacional às propostas da Ação Integralista Brasileira, elaboradas por intelectuais católicos de representação nacional a exemplo de Plínio Salgado e Miguel Reale. Apoiando este movimento nacionalista, os intelectuais da Faculdade de Direito do Recife publicaram em novembro de 1932 *O Manifesto de Recife,* onde ofereceram adesão às deliberações nacionais defendidas pela A.I.B..

A Ação Integralista Brasileira apresentou forte aderência no estado de Pernambuco devido a seu compromisso com as questões que estavam sendo discutidas na F.D.R.. Notamos na citação abaixo, como se apresentavam as relações dos discursos nacionalistas de um Estado forte e moralizador com as propostas Integralistas do Deus, Pátria e Família:

> *Deve, portanto, o brasileiro puro, aceitar a ideia de DEUS e do espírito onde reside a causa precipua destas boas virtudes. [...]*
> *A sociedade é a reunião dos seres humanos e não pode existir harmonia onde falta a concepção totalitária do universo que tem base na harmonia dos seres e das coisas. [...]*
> *Os interesses da NAÇÃO devem estar acima dos interesses individuais por que si a nação não for bastante forte também à integridade do individuo não estará garantida, de sorte que si ele se submetendo aos supremos interesses nacionais não faz mais do que defender a sua propria intangibilidade. [...]*
> *A FAMÍLIA é uma projeção do proprio individuo. É defendido pelas obrigações da família que o homem evita a queda no abismo coletivo. (HOLANDA, 1937: 1).*[3]

Dentre os intelectuais que destacaram – se nas atuações da propagação discursiva do processo de renovação cristã em Pernambuco, enfatizamos Gil de Methodio, Andrade Lima Filho, que assumiu a chefia do Núcleo Regional da A.I.B. – PE, Amaro

[3] HOLANDA, Nestor. Considerações sociais**. A Fama**. Recife, Jun. 1937. p. 1

Quintas, colunista de vários periódicos dos anos de 1930, como os Jornais *Folha Universitária,* Álvaro Lins, importante difusor teórico do catolicismo na F.D.R. e no Estado como um todo e Nilo Pereira, defensor da formação de uma educação baseada na moralidade religiosa e na preparação intelectual para o fortalecimento nacional.

Observamos no fragmento abaixo, extraído da *Folha Universitária,* como os intelectuais expressavam a necessidade de uma mudança nas relações políticas e sociais do país, defendendo a participação de todos aqueles que estavam inseridos na busca pela resolução das problemáticas nacionais. Destacamos que muitas vezes os artigos publicados na *Folha Universitária* serviram para realizar a propaganda dos discursos dos intelectuais da Faculdade de Direito do Recife, juntamente com o alastramento da ideologia Integralista, já que estas alocuções completavam – se mutuamente. É importante observar, que mesmo a *Folha Universitária* sendo um periódico editado pelos integrantes da F.D.R., buscava – se entre seus editores e colaboradores a expansão da participação no movimento para outros setores da sociedade.

> *A época não comporta mais a hipocrisia torpes de mentalidades corroídas pelo vício. É chegado o momento da reação fecunda e construtora da mocidade sadia que ainda não se deixou levar por falsas ideologias e pelo verbalismo. Incinsero de certos salvadores improvisados, demagogos de todos os tempos. Devemos ter compreensão de nós mesmos, da nossa força, abandonar o marasmo que nos acabrunha e apresentar – nos com altivez sem temer o recuo, na vida política e social da nação. […]*
> *Foi a Ação Integralista Brasileira que, através da publicação do seu primeiro manifesto, dirigiu – se aos nossos jovens desta fórma: "organizar e articular uma grande corrente política é o dever fundamental da mocidade da Pátria". […]*
> *A semente está lançada, resta agora aos estudantes das faculdades tomarem a frente e darem impulso a esse movimento de reorganização afim de serem promissores os brotos que não tardam a repontar. (FOLHA UNIVERSITÁRIA, 1933: 2.)*[4]

Notamos durante as nossas pesquisas, em meios aos periódicos de caráter religioso, a exemplo das revistas *A ordem, Fronteiras* e *A tribuna,* como os intelectuais católicos utilizavam – se das publicações das Arquidioceses do Estado de Pernambuco para propagarem as idéias do Movimento Integralista. Esta relação de apoio entre Integralistas e católicos, proporcionou maior legitimidade ao movimento, pois para a sociedade

[4] A Mocidade e a Ação Integralista. **Folha Universitária.** Recife, 1° Quinzena de Jun. 1933. p. 2.

pernambucana que conservava os ensinamentos católicos, a participação de membros do catolicismo nas fileiras da A.I.B. trazia segurança para sua entrada no movimento.

Podemos observar no documento retirado da revista *Fronteiras,* como os editores deste periódico aproveitaram – se da divulgação dos ideais da Ação Integralista Brasileira para propagarem os dogmas do catolicismo, tendo o Integralismo do mesmo modo utilizado – se da legitimidade católica para alastrar seus discursos. Compreendemos a partir de nossas leituras teóricas que os pronunciamentos são formados por categorias que estão relacionadas entre o dito, o não dito e o silenciado, devendo o historiador está atento as alocuções pesquisadas sobre seu objeto de estudo. (ORLANDI: 2002, 105 – 106). Sendo assim, notamos no fragmento apresentado abaixo que o chefe nacional da A.I.B. utilizou – se do não dito para expressar o apoio existente entre o catolicismo e o Integralismo:

> *Dirijo – me agora de uma maneira particular, aos catholicos do paiz que devem ler, por obrigação, a Encyclica do sumo Pontífice "Divini Redemptoris". Dirijo – me aos catholicos brasileiros para lhes lembrar que o Summo Pontífice declarou que nenhum catholico deve collaborar, de maneira alguma, com as esquerdas. (SALGADO, 1937: 15)* [5]

Notamos que esta parceria entre Integralistas e católicos durante a década de 1930, foi determinante para o crescimento e legitimação dos discursos da A.I.B. em todas as regiões do Brasil. No entanto, ressaltamos que o estado de Pernambuco conservou sua especificidade em relação a outras localidades que mantiveram a participação ativa dos Camisas – verdes, por contar com forte participação de intelectuais e católicos em seu movimento.

São estas afinidades entre Intelectuais, católicos e Integralistas que marcam as relações entre o político e o religioso durante a década de 1930, havendo uma legitimação nas formações discursivas dos dois movimentos. Para Michel De Certeau "As instituições políticas utilizam as instituições religiosas, infiltram nelas seus critérios, dominam – nas com suas proteções, destinam – se aos seus objetivos" (CERTEAU: 2002, 128), sendo assim,

[5] SALGADO, Plínio. **Fronteiras.** Recife, Ago. 1937. p. 15.

notamos a utilização dos discursos dos intelectuais católicos por parte da A.I.B. como meio de legitimidade de suas formações discursivas. Percebemos no decorrer do nosso artigo, como a Faculdade de Direito do Recife contribuiu com a formação, validade e difusão dos discursos de moralidade política – social e de recristianização pernambucana, tendo estas alocuções apresentado grande validade para a Ação Integralista Brasileira, contribuindo assim para sua propagação ideológica e política.

Referências:

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7° ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Microfísica do Poder.** 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

LARA, Tiago Adão. **Tradicionalismo Católico em Pernambuco.** Recife: Editora Massangana, 1988.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papirus, 1986.

NETO, Olimpio Bonald. **Ideologia dos anos 30**: modernismo, regionalismo, integralismo. Recife: Bagaço, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 2002.

PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 – 1977).** Recife: Editora Universitária, V1. 1977.

_____. O "Recife e a Faculdade de Direito". In: Arquivo Público Estadual de Pernambuco. **Um tempo do Recife**. Recife: Universitária, 1978.

SILVA, Giselda Brito. **A Ação Integralista brasileira em Pernambuco (A.I.B. - PE): 1932-1938. 1996**. Dissertação (Mestrado em História) UFPE/CFCH, Recife, 1996.

_____. O universo católico como espaço circulante da produção de sentido dos discursos integralistas no pós – 1930. **Revista de teologia e ciências da religião**. Recife, n° 03, ano III, p. 73 – 98, dez. 2004.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro dos anos 30. São Paulo: Difel, 1979.

_____. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. *In:* FAUSTO, Boris (Org). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. V. 3, T. 3. p. 299 – 335.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Primeiros Teatros Do Rio Grande Do Sul

Ezio da Rocha Bittencourt*

RESUMO : Os teatros desempenharam um papel extremamente importante na vida social, artística e cultural do Rio Grande do Sul. Este artigo é um breve estudo acerca do surgimento das primeiras salas de espetáculos edificadas dos finais do século XVIII à primeita metade do XIX na região.

Palavras-chave : primeiros teatros, espetáculos, extremo-sul do Brasil

RÉSUMÉ : Les théâtres ont joué un rôle très important dans la vie sociale, artistique et culturelle du Rio Grande do Sul, situé à l'extrême-sud du Brésil. Cet article est une brève étude sur l'apparition des premières salles de spectacles edifiées de la fin du XVIIIème siècle à la première moitié du XIXème siècle dans cette région.

Mots-clés : Premiers théâtres, spectacles, extrème-sud du Brésil

O Teatro Sete de Abril da cidade de Pelotas inaugurado em 1833 é, atualmente, o mais antigo edifício do gênero existente no extremo-sul do Brasil. Mas qual teria sido a primeira construção destinada às atividades teatrais erguida no Rio Grande do Sul? Esta comunicação objetiva responder a questão historiando a gênese do teatro nesse Estado.

Durante o Período Colonial, edificou-se no Rio de Janeiro, em 1767, a primeira casa de espetáculos públicos brasileira: a Casa da Ópera, do padre Ventura. Logo seguida por outras congêneres em várias Províncias, elas começaram a dar corpo às incipientes manifestações teatrais no país.

O estágio atual das pesquisas acerca do surgimento do primeiro teatro no Rio Grande do Sul não permite a apresentação de uma data conclusiva. A referência mais antiga sobre o assunto que hoje se possui, remonta ao ano de 1780 revelando que em Porto Alegre já existia nesta data uma construção em madeira destinada aos espetáculos teatrais que havia sido destruída por um incêndio e reconstruída logo em seguida. Todavia, já na década de 1790 este segundo pavilhão não mais existia.

* Doutor em História pela Universidade de Genebra, Suíça. Mestre em História, pela PUCRS. E-mail: ezio_bittencourt@hotmail.com

Em princípios do século XIX também já havia desaparecido o primeiro teatro da Vila de Rio Grande que, talvez, fosse o mais antigo da então Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. Em 1809, o comerciante inglês John Luccock registrou em suas anotações de viagem as ruínas de um teatro em madeira nessa localidade situado próximo à residência do Governador (hoje, a rua General Bacelar esquina com a Rua Pinto Lima). Provavelmente ele tivesse sido erguido nas décadas de 1780/1790. A *Gazeta de Lisboa* de 19 de julho de 1794 sugere que na localidade de Rio Pardo existia igualmente uma construção destinada aos espetáculos públicos.

Neste mesmo ano, Porto Alegre ganhou um novo teatro denominado de Casa da Comédia, que apesar de possuir 36 camarotes e capacidade para 400 espectadores, era uma construção modesta e precária. Em 1797 este teatro situado no Beco dos Ferreiros (atual Rua Uruguai) passaria a denominar-se de Casa da Ópera. Suas portas fecharam um ano mais tarde tendo sido reabertas somente em 1805 quando ela passou por uma série de melhorias financiadas pelo poder público.

Em 1833 a Casa da Ópera de Porto Alegre, encontrava-se quase em ruínas e praticamente sem atividades. Em 1835, com a eclosão da Revolução Farroupinha, o pequeno teatro transformou-se em cavalariça e alguns anos mais tarde, em 1839, foi demolido.

Em fins do século XVIII começou a se formar no sul da Capitania elites abastadas vinculadas à produção e ao comércio do charque produzido na região. Nos princípios do século XIX esses grupos economicamente emergentes desencadearam seu processo de assimilação de modelos culturais e estilos de vida burgueses europeus, enquanto as camadas da população que se seguiam permaneciam às margens desse fenômeno.

Assim deve ser entendida a mobilização da elite da vila de Rio Grande na construção de uma nova e confortável casa de espetáculos em substituição da modesta Casa da Ópera que existia então.[1] Inaugurado em 1832 o Teatro Sete de Setembro adequava-se à

[1] Antenor Monteiro informa que um ofício da Comandância Militar da Vila do Rio Grande, de 1829, relata que "em teatro particular se pôs em cena, à noite, uma peça" em comemoração ao aniversário natalício do Imperador D. Pedro I; que teria sido representada por oficiais do Batalhão 17 sediado na cidade e alguns civis. (MONEITO, Antenor. *Coisas de teatro*. Jornal Rio Grande, Rio Grande, 19 ago. 1946). Na Ata da Câmara de Vereadores do Rio Grande consta que durante a sessão de 14 de outubro de 1830, o vereador suplente José Antônio Gonçalves Cardoso requereu que o também suplente Manoel Pereira Bastos fosse multado "por não ser verdadeira a alegação

posição econômica do lugar e às exigências de uma parcela da população enriquecida e ávida por cultura e diversões.

O edifício deste teatro pode ser considerado o primeiro do gênero no Rio Grande do Sul: uma construção sólida, em alvenaria, apresentando condições indispensáveis às casas de espetáculo desta natureza. Para sua construção foi constituída, entre a elite local, a Sociedade Sete de Setembro que por venda de ações a 100 mil réis conseguiu o capital necessário ao empreendimento. Em 1831 lavrou-se a escritura da compra do terreno. Iniciaram-se as obras e em 7 de setembro de 1832 o teatro foi inaugurado. A alta sociedade rio-grandina, ganhava uma nova casa de espetáculos, um teatro originalmente semi-privado onde cada família elegante da cidade possuía seu camarote.

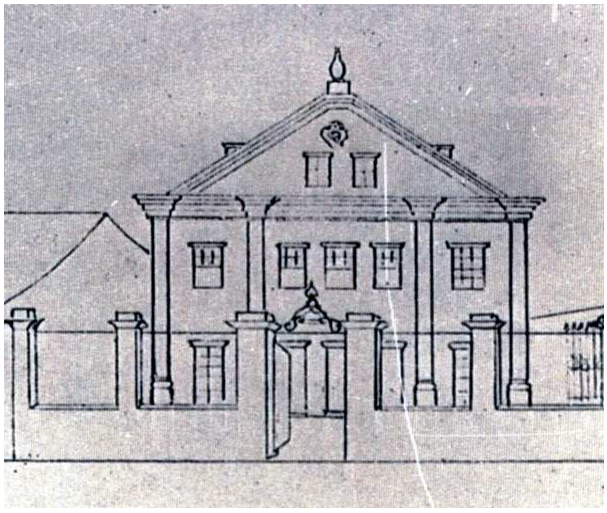

1 – Desenho de autor desconhecido apresentando a fachada, provavelmente original, do Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande, em 1847. ASPECTOS BRASILEIROS: meados do século XIX. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

Este primeiro teatro em alvenaria do RS estava instalado em uma das principais vias da cidade, atual rua General Bacelar, e destacava-se na paisagem urbana. Apresentava três pavimentos sendo o último o sótão. Edifício de transição estilística possuía fachada recuada com frontão e pilastras de inspiração neoclássica e aberturas típicas da arquitetura tradicional luso-brasileira, então predominante na cidade. Se externamente a construção buscava inspiração num modelo francês, internamente ela apresentava-se fiel à concepção barroca italiana com três ordens de camarotes e uma pequena platéia. Sua sala dos espectadores assemelhava-se às das Casas da Ópera do século XVIII, sendo característica dos

de moléstia para não assistir às sessões, pois foi visto no dia 12 na Casa da Ópera, enquanto ela [a peça] durou".(ATAS e termos da Câmara de Vereadores do Rio Grande. Rio Grande, 14 out.1830). Provavelmente esses espaços eram, na realidade, salas adaptadas aos espetáculos teatrais.

teatros de partido luso-brasileiro. Pequena e com várias ordens de camarotes ela refletia o espírito de uma sociedade rigidamente hierarquizada que, até no teatro, impunha a separação de classes.

2 – Fotografia de 1940 apresentando o interior do Teatro Sete de Setembro, de Rio Grande. Originalmente existiam três ordens de camarotes, a platéia era bem menor e não existia a cabine de projeção cinematográfica, ao fundo da sala, introduzida nos princípios do século XX.
Arquivo do Centro Municipal de Cultura. Rio Grande.

Processo semelhante vivenciou a sociedade pelotense. Em 1833, precisamente em 2 de dezembro, inaugurou-se na cidade o Teatro Sete de Abril, outra respeitável construção do gênero cujas obras foram concluídas em 1834.[2] Segundo o jornal ilustrado *Ostensor Brasileiro,* do Rio de Janeiro, o edifício em alvenaria planeado pelo arquiteto alemão Eduardo Von Kretschmar apresentava "arquitetura externa elegante e regular, com seu pórtico de quatro colunas e salões superiores de desafogo, com janelas guarnecidas exteriormente com grades de ferro". Sua planta interior era "elíptica, continha três ordens de camarotes em número de sessenta, e trinta bancadas na platéia". Este jornal da Corte comenta igualmente que o teatro pelotense era "o mais belo da Província. É de notar que a importância dos teatros como edifícios, está no sentido inverso de importância das cidades. O de Porto Alegre é o mais pequeno [Casa da Ópera], o de Pelotas o mais bem construído". (OSTENSOR BRASILEIRO, 1845-46)

[2] Antes do Teatro Sete de Abril, parece ter existido na cidade dois armazéns adaptados às artes cênicas: o Teatro Pelotense (registrado em 1822) e o Teatro Sete de Setembro (1832-1835).

3 – Fotografia da fachada do Teatro Sete de Abril, de Pelotas, em 1875.
Teatro Sete de Abril. Pelotas: Fundapel, p. 31.

Assim como aconteceu em Rio Grande, foi a elite da cidade enriquecida pela indústria do charque, e não os cofres públicos, quem financiou o teatro. Sua construção deu-se igualmente a partir da constituição de uma sociedade particular, formada em 1831. Esta instituição, por meio da venda de títulos acionários, comprou um terreno no perímetro central da cidade (em face da atual Praça Coronel Pedro Osório) e fez erguer o prédio. O estilo de sua fachada era também transitório, marcando a passagem do luso-brasileiro ao classicismo, fenômeno este observado na arquitetura civil dos principais edifícios públicos brasileiros construídos após a introdução do novo modelo francês no país, em 1816. Internamente, apresentava uma estrutura tradicional à italiana. Diferentemente do Sete de Setembro, de Rio Grande, o teatro pelotense já possuía, originalmente, espaços internos destinados à vida social que permitiam o circular do público nos intervalos dos espetáculos e garantiam assim as sociabilidades.

O surgimento dessas duas casas de espetáculos animou sobremaneira as artes do espetáculo em Rio Grande e em Pelotas, e uma série de sociedades dramáticas particulares foram surgindo proporcionando lazer e instrução. Lembro que, no século XIX, uma das principais funções do teatro deveria ser o de educar a sociedade, colaborando em seu desenvolvimento, civilizando-a. Este desejo de se instruir é perfeitamente característico do estado de espírito da nascente burguesia brasileira que descobria as necessidades da vida mundana.

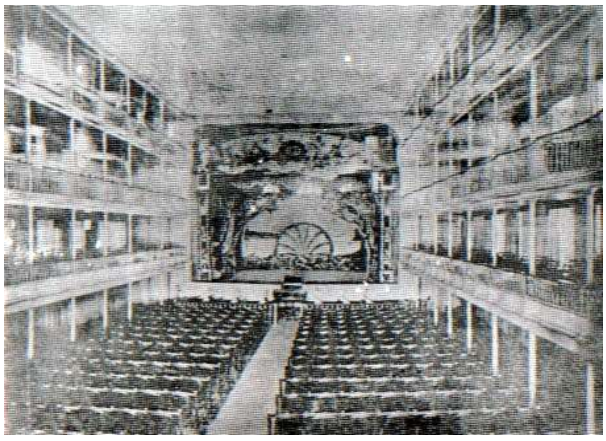

4 – Interior do Teatro Sete de Abril, de Pelotas, s/d. Sua Sala dos Espectadores preserva muitas características originais. Teatro Sete de Abril. Pelotas: Fundapel, p. 32.

No imaginário das elites dirigentes e das camadas ascendentes da sociedade urbana brasileira novecentista a concorrência aos teatros era entendida como condição indispensável à vida moderna, urbana e civilizada, que se pretendia alcançar e cujos referenciais remetiam à Europa burguesa e suas formas de sociabilidades. Para além de sua função de divertimento, os teatros eram vistos como instrumentos ao aprimoramento civilizacional, sinônimos de progresso e lazer instrutivo. A afluência a esses espaços apresentava-se, outrossim, como um indicador de bom gosto e de elevado *status* social fundamentais às camadas emergentes tão carentes de símbolos de prestígio e de afirmação de sua identidade. Para a burguesia, o ato de marcar presença nos teatros correspondia à uma espécie de legitimação e reconhecimento social; um ritual que fazia parte do sistema de coesão desta minoria privilegiada; uma prática social de fixação de sua identidade enquanto grupo mandatário facilmente identificado nos teatros conforme o espaço que ocupava: rigorosamente os camarotes e as frisas, não se misturando às camadas populares que se distribuíam pela platéia. Para esta classe, ir ao teatro era uma atitude pública e ostentatória.

Se no sul da Província de São Pedro a incipiente vida teatral regozijava-se com os novos edifícios, lembro que em Porto Alegre a Casa da Ópera vivia seus últimos anos. Com o encerramento de suas atividades em 1834, a capital ficaria desprovida de teatro. Esta situação prolongou-se por quatro anos quando, em 1838, organizou-se a Sociedade Dramática Particular que promoveu, por conta própria, a compra de um terreno à Rua de Bragança (hoje, Marechal Floriano) e nele fez edificar um novo teatro destinado, sobretudo, às necessidades de vida social de seus associados e às representações teatrais dos mesmos. Tal como havia acontecido nos princípios deste decênio nas cidades de Rio Grande e de Pelotas, frente à inércia e dificuldade do poder público em promover divertimento, lazer e cultura, a burguesia

local tomava para si a liderança da empreitada e executava os projetos. Nasceu desta maneira o Teatro D. Pedro II construído por amantes da arte dramática pertencentes à « boa sociedade » local e para seu deleite.

Foi então em pleno decurso da Revolução Farroupilha (1835-1845) que Porto Alegre ganhou seu novo teatro, uma construção simples em alvenaria, com duas (ou três?) ordens de camarote e platéia instalado à Rua de Bragança (atual Marechal Floriano). Mais modesto que os teatros de Rio Grande e Pelotas, o D. Pedro II refletia a riqueza da elite porto-alegrense, nesta época, menos opulenta que suas congêneres enriquecidas com a produção e o comércio da produção saladeira. Apesar das precárias instalações, foi este teatro que assegurou ao público da capital os espetáculos entre os anos de 1838 e 1857, sem possuir concorrentes.

Esses teatros construídos pelas elites citadinas nas primeiras do século XIX marcam o triunfo da burguesia. Neles observava-se um público pouco imaginativo, hostil a toda aventura grandiosa, apreciador de formulas doces, preocupado com a moralidade pública e comportamentos adequados. O teatro era visto como um local familiar que deveria ser preservado de toda degradação moral.

Se a documentação até agora encontrada revela que no século XVIII somente Porto Alegre e, talvez, Rio Pardo e Rio Grande se beneficiaram de casas de espetáculos (as Casas da Ópera), durante a primeira metade do Novecentos outras cidades da região passaram a possuir teatros: Pelotas, Bagé, São Gabriel, Piratini, Jaguarão e Triunfo. Em Rio Grande e em Porto Alegre novas casas do gênero foram erguidas neste período. Se várias localidades da Província já possuíam seus teatros, devo salientar que a maior parte deles eram construções precárias, galpões adaptados aos espetáculos, mui freqüentemente em madeira e que não resistiram ao clima úmido do sul do país. É correto então afirmar que durante grande parte do século XIX, e até 1858 quando se ergueu em Porto Alegre o elegante Teatro São Pedro à Praça da Matriz, foram os teatros Sete de Setembro, de Rio Grande (1832) e Sete de Abril, de Pelotas (1833) aqueles que apresentaram as melhores condições às práticas cênicas no Rio Grande do Sul.

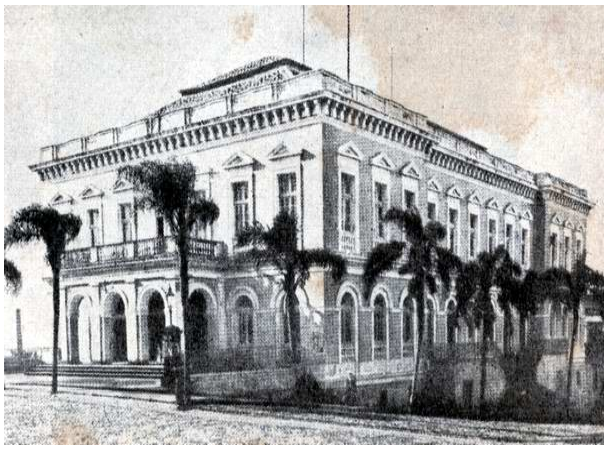

5 – Aspecto externo do Teatro São Pedro, de Porto Alegre, nos finais do século XIX. Instituto Histórico e Geográfico do RS, Porto Alegre.

Diferentemente dos teatros de Rio Grande e de Pelotas, o São Pedro, construído décadas mais tarde, já apresentava originalmente galerias aos populares. Se é bem verdade o caráter elitista do Sete de Abril e do Sete de Setembro, devo lembrar que o desenvolvimento urbano - com a industrialização, a imigração, a abolição da escravatura, o surgimento do proletariado, o crescimento da classe média urbana - alterou esta situação e esses teatros passaram a dispensar maior atenção às camadas populares. Esses fenômenos criaram uma nova dinâmica social que determinou a reorganização espacial dos seletos teatros burgueses da década de 1830. Explica-se assim o surgimento, nesses teatros, de galerias ou "poleiros" adaptados ao poder pecuniário das massas. A segunda metade do século XIX foi então marcada por um maior acesso das camadas menos favorecidas a essas casas de espetáculos. Neste período surgiriam também no RS vários teatros voltados particularmente ao grande público.

FONTES

ATAS e Termos da Câmara de Vereadores do Rio Grande. Rio Grande. Arquivo da Prefeitura do Rio Grande. 13 fev. 1822.
_____. _____. 17 set. 1830.
_____. _____. 14 out. 1830.
_____. _____. 26 abr. 1831.
GAZETA DE LISBOA. Lisboa, 14 jul. 1794.
O NOTICIADOR. Rio Grande. 4 mai. 1832.
_____._____. 16 jul. 1832.
_____._____. 7 set. 1832.
_____._____. 10 set. 1832.
_____._____. 8 out. 1833.

_____._____. 7 dez. 1833.
OSTENSOR BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 1, 1845-1846.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPECTOS BRASILEIROS : meados do século XIX. Rio Grande : Biblioteca Rio-Grandense, 1937.
BITTENCOURT, Ezio da Rocha. *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade*. Rio Grande: Editora da Universidade Federal do Rio Grande, 2007, 2ª. Edição.
DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre : Globo, 1956.
DUVAL, Paulo. Apontamentos sobre o teatro no RS e síntese histórica do Teatro Sete de Abril, de Pelotas. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do RS*. POA: 1 tri. 1945, n. 97, p. 37-65.
ECHENIQUE, Guilherme. *História do Teatro Sete de Abril, de Pelotas* (1834-1934). Pelotas : Globo, 1934.
HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil : da colônia à regência*. Porto Alegre : UFRGS, 1974.
HESSEL, Lothar. *O teatro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
LUCCOCK, John. *Aspectos sul-rio-grandenses no primeiro quartel do século XIX*. Rio de Janeiro : Record, 1935.
SANMARTIN, Olyntho. O teatro em Porto Alegre no século XIX. CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3, Porto Alegre, Prefeitura Municipal, 1940, p.38-58.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A influência da concepção de política e educação dos socialistas fabianos na formação do pensamento de Karl Korsch: notas introdutórias.

Pedro Leão da Costa Neto[1]

RESUMO: O objetivo da presente comunicação é investigar, quais são os motivos da elaboração teórica dos Socialistas Fabianos que se manifestam na formação do pensamento de Karl Korsch. Partindo de uma análise, da concepção teórica desenvolvida pelos fabianos e das diferentes relações que se estabeleceram entre eles e o marxismo; tentaremos mostrar a importância da concepção fabiana de política e educação e como ela se manifesta, por um lado, no caráter anti-metafísico e prático da teoria korschisna, e por outro lado na sua crítica a social-democracia alemã.
PALAVRAS-CHAVES: Socialismo Fabiano, Karl Korsch, Marxismo.

RESUMÉ: Le sujet du Travail ci-dessous, c'est une recherche sur la contribution de la réflexion développe par les Socialistes Fabien sur la formation de la pensée théorique de Karl Korsch. En partant, d'une caractérisation des traits principaux des fabiens et des différents relations qu'ils ont établis avec le marxisme ; nous essayerons d'indiquer cette influence dans les conceptions anti-spéculatives du socialisme korschien et de sa critique de la social démocratie allemande.
MOTS-CLÉS: Socialisme Fabien, Karl Korsch, Marxisme.

A Fabian Society foi fundada, em 1884, por um grupo que reunia burgueses e intelectuais. Entre seus membros podemos destacar Edward Pease, por mais de duas décadas seu secretário, George Bernard Shaw, Annie Besant, Sidney e Beatrice Webb entre outros. O nome da Sociedade era uma referência ao general romano Fabius Maximus Cunctator conhecido como o Temporizador, Frank Podmore, um de seus fundadores, escreve a este respeito, o que se transformará no lema da sociedade: "É necessário esperar o momento preciso, como Fabius teve a paciência em sua luta contra Aníbal, apesar das críticas das quais ele era objeto por sua lentidão, mas quando o momento chegar, é necessário saber bater forte, como fez Fabius". (COLE, 1974: 110). Se o lema originariamente remetia a necessidade de uma preparação antes de toda ação, posteriormente, ela passou igualmente a expressar, uma das suas principais características, o gradualismo das ações políticas propostas. (COLE, 1974; DROZ, 1982; HOBSBAWM, 1981).

[1] Universidade Tuiuti do Paraná

Em um de seus documentos programáticos, redigido em 1887, a Sociedade Fabiana assim se caracteriza:

> A Sociedade Fabiana é composta de socialistas.
> Portanto essa tende a reorganização da sociedade através da emancipação da terra e do capital industrial da propriedade individual ou de classe e o seu transferimento à comunidade em nome do interesse geral. Somente deste modo os recursos naturais e as vantagens adquiridas do país poderão ser divididas equitativamente entre toda a população. (SALSANO, 1981: 387).

E acrescenta, referindo aos métodos a serem utilizados para a sua efetivação:

> Para alcançar tais objetivos, a Sociedade Fabiana confia na difusão das idéias socialistas e sobre as mudanças sociais e políticas que assim conseguirem., essa procura promover tais mudanças mediante a divulgação do conhecimento entorno dos aspectos econômicos, éticos e políticos da relação indivíduo-sociedade. (IDEM: 387-388).

Aparece aqui um dos aspectos fundamentais da concepção política dos fabianos, ou seja, a importância atribuída ao papel da educação e da difusão das idéias socialistas. Igualmente importante será, como já nos referimos anteriormente, a defesa do caráter gradual da transição a nova sociedade: "O que significa então especificamente uma transição gradual a social-democracia? Significa a gradual extensão do direito de cidadania, e o transferimento da renda e do lucro ao Estado, não em bloco mas em parcelas." (IDEM: 390).

Particularmente importante para entendermos suas diferenças em relação ao marxismo, e a influência que exerceram sobre Eduard Bernstein, são as palavras características do, já citado, dirigente fabiano E. Pease:

> Os *Ensaios Fabianos* defendiam a tese do socialismo em uma linguagem simples que todos poderiam compreender. Baseavam-se no socialismo, não em especulações de um filósofo alemão, senão na evolução da sociedade como observamos ao nosso redor. Aceitarão a ciência econômica como ensinavam professores ingleses de prestígio; construíram o edifício do socialismo sob os fundamentos de nossas instituições políticas e sociais existentes, provaram que o socialismo não era nada mais que o próximo passo no desenvolvimento da sociedade, que havia um fato inevitável nas mudanças produzidas como conseqüência da revolução industrial do século XVIII. (PEASE apud COLE, 1974: 115).

Outra característica da política adotada ela Sociedade era a "impregnação", ou seja, a tática "de infiltrar-se nas organizações liberais, tanto ao nível nacional quanto ao nível local, para fazer penetrar pouco a pouco as idéias socialistas ou socializantes". (DROZ, 1982: 366).

Como já foi dito acima, um dos importantes aspectos da sociedade foi justamente de educação e de difusão das idéias socialistas, importante exemplo destas atividades são por exemplo a elaboração de inúmeros panfletos (48 entre 1884 e 1893, 128 entre 1893 a 1914) e conferências (só no ano de 1888 chegaram a 721). (IDEM: 365-366). Em um artigo dedicado a Beatrice Webb, o estudioso espanhol Gorostiza observa a este respeito:

> os fabianos entendiam que o meio fundamental para levar a cabo seu trabalho deveria ser a educação e a propaganda através de artigos, folhetos, conferências e instituições. 'Educar, agitar, organizar' era seu lema. Neste sentido é destacável que o matrimônio Webb fundará em 1895 a 'London School of Economics and Political Science'. (GOROSTIZA, 2007: 10).

Das observações acima podemos depreender uma série de características políticas do movimento fabiano: pragmatismo, gradualismo, a importância dada a educação e a difusão das idéias socialistas e a tática de impregnação.

Antes de passarmos a análise do impacto do socialismo fabiano entre os marxistas, cabe ainda aqui lembrar, alguns importantes pontos.

O primeiro, se refere a crítica a teoria do valor de Marx. Referindo-se as críticas endereçadas a Marx na Inglaterra vitoriana, Hobsbawm observa: "Foi num grupo de de discussão em hampstead no qual Wicksteed, Edgeworth, (…), Shaw, Webb, Wallas, Olivier e alguns outros discutiram *O Capital*, que muitos dos *Fabian Essays* amadureceram." (HOBSBAWM, 1981: 252).

Cabe destacar que será o próprio Shaw que escreverá no volume coletivo, *Ensaios fabianos sobre o socialismo*, que se transformou em uma das principais obras programáticas dos fabianos, o artigo dedicado a Economia, e será também ele, entre outros, influenciado pelo marginalismo e pela teoria da utilidade marginal, que será um dos críticos da teoria do valor de Marx.

O segundo nos remete, a importante produção teórica do casal Beatrice e Sidney Webb, em particular os seus estudos dedicados aos sindicatos: *The History of Trade Unionism* (1884) e *Industrial Democracy* (1897). (COLE, 1974; GOROSTIZA, 2007).

Por fim, como observou, Hobsbawn, referindo-se a influência dos fabianos acentuou os aspetos associados a um conteúdo positivo para o socialismo, a vontade e a educação: "Os fabianos, ele pensava, introduziram um elemento voluntarista no socialismo por sua insistência na educação socialista do povo e uma 'fórmula positiva para a construção socialista' mediante suas discussões sobre o controle da indústria". (HOBSBAWM, 1982: 158).

A relação entre os Marxistas e os Socialistas Fabianos nunca foi unívoca. Desde a fundação da sociedade em 1884, Engels manteve uma forte reserva em relação aos fabianos, reserva esta que só tendeu a aumentar na medida que estes exerciam uma influência sobre o movimento social-democrata. Podemos encontrar exemplos destas críticas na correspondência de Engels na última década da sua vida. Dentre as inúmeras cartas de Engels, podemos citar a conhecida, carta a F. A. Sorge, na qual afirma:

> Os fabianos são um grupo de ambiciosos londrinenses, que compreenderam o bastante para darem conta da inevitabilidade da revolução social, porém que não poderiam confiar esta gigantesca tarefa sómente ao rude proletariado, e que por isso têm a amabilidade de porem-se a frente. O princípio fundamental deles é o temor da revolução. São os "cultos por excelência. (…) Este socialismo é apresentado como uma conseqüência extrema porém inevitável do liberalismo burguês, em conseqüência do qual seguem a tática de não oporem-se resolutamente aos liberais enquanto adversários, senão de empurrá-los em direção das conclusões socialistas, de enganá-los, de *permeate liberalism with socialism*. (…) Naturalmente, não se dão conta, que eles mesmos se mentem e se enganam, ou enganarão o socialismo. (MARX e ENGELS, 1977: 627-628).

As sucessivas observações e advertências de Engels entretanto, não impediram que Eduard Bernstein, primeiro se aproximasse e fosse depois significativamente influenciado pelas concepções fabianas. Estas influências se manifestarão nos escritos de Bernstein, dedicados à revisão e adequação da teoria social-democrata a sua prática, abandonando os objetivos finais abstratos. (GUSTAFSSON, 1975).

Igualmente contrário as concepções defendidas pelos fabianos será V. I. Lênin. Em diferentes momentos, o dirigente da vitoriosa revolução de outubro, manifestou-se criticamente e ironicamente em relação as concepções da sociedade, retomando as observações anteriormente desenvolvidas por Engels, de quem mais de uma vez citou a correspondência com Sorge. Lênin chegou a definir os fabianos como: "a expressão mais acabada do oportunismo e da política operária liberal". (LENINE, 1976: 268). É importante também lembrar que Lênin e Rosa Luxembourg já identificavam a influência dos fabianos na elaboração revisionista de Bernstein.

È importante aqui destacar, que o livro *The History of Trade Unionism* escrito por Beatrice e Sidney Webb será traduzido, para o alemão por Eduard Bernstein,; e em russo, V. I. Lenin traduzirá o primeiro volume e revisará a tradução do segundo.[2]

Podemos agora nos ocupar das relações entre o pensamento de Korsch e o

[2] É curioso, aqui observar, que Hobsbawm em seu artigo Lênin e a "Aristocracia Operária", afirma que Lênin teria traduzido, *Industrial Democracy* e não *The History of Trade Unionism*. (HOBSBAWM, 1982: 127). Cf. a este respeito as cartas de Lênin a sua família: (LENINE, 1977).

socialismo fabiano.

Após concluir os seu estudos universitários em 1911, Karl Korsch morou na Inglaterra entre 1912-1914, aonde trabalhou com o Professor de Direito Ernest Schuster, na tradução e comentário para a edição alemã, do seu livro sobre Direito Civil e Processual Inglês. É justamente durante este período, que Korsch entram em contacto e se filiam à Fabian Society, sendo "a primeira organização a que ele pertenceu". (KORSCH, 1973: 117-118).

Primeiramente nós podemos identificar uma série traços exteriores, da influência desta sua experiência em sua trajetória intelectual por exemplo: a redação, em 1912, para a já citada revista *Die Tat*, de um artigo intitulado *"Die Fabian Society*", da utilização do conceito "democracia industrial", título de uma obra importante obra redigida pelo casal Webb e da organização da tradução, em 1919, da edição alemã, de um escrito de G. B. Shaw.

Entretanto, existem na reflexão posterior de Korsch –em particular até o início dos anos 1920, elementos originários do Socialismo Fabiano, que trataremos agora identificar.

A presença desta influência fabiana, já foi observada por um conjunto de comentadores da obra de Korsch e pode nos ajudar a entende-las.

Por exemplo, S. E. Bronner (1997: 22) afirma:

> Embora cético quanto à política burocrática e reformista da Sociedade, foi influenciado por sua concepção anti-metafísica e "prática" do socialismo. Os fabianos também rejeitavam o determinismo fatalista do marxismo ortodoxo e, dado seu encontro anterior com o idealismo alemão, tinha sentido que Korsch desenvolvesse uma ênfase sobre a consciência e outros fatores 'subjetivos' com respeito à luta da classe trabalhadora.

No mesmo sentido observa Kołakowski (1989: 1036):

> Korsch apesar de toda crítica fundamental a todo forma de reformismo, afirmava que tanto os revolucionários, como os reformistas britânicos eram movidos por uma verdadeira vontade de socialismo e conhecem o peso das condições subjetivas, no lugar de esperar como os ortodoxos da II Internacional, na boa vontade das causas do determinismo histórico.

Por sua vez, Agostino Carrino (1981: 173-176), excessivamente crítico em relação à tradição marxista, observa que o que sempre atraiu a atenção de Korsch, foi a "vontade prática" deste movimento, "a 'praticidade' do *ethos* anglo saxão tão distante do 'conceitualismo' alemão", e acrescenta citando o escrito de Korsch, sobre os socialistas

fabianos, que estes, 'mesmo não se distanciando da teoria, nunca a elevaram a um fim em si mesmo como fazem os alemães'."

O editor das obras de Korsch, M. Buckmiller nos oferece importantes indicações para compreendermos as relações de nosso autor, com os socialistas fabianos:

> Durante a sua estadia na Inglaterra, entre 1912 e 1914, Korsch foi membro da organização socialista não revolucionária da Fabian Society, de caráter propagandístico e recrutado principalmente de intelectuais. Os fabianos se consideravam como uma vanguarda, ainda que evidentemente em um sentido distinto de Lênin. Não concebiam sua tarefa como a organização do poder político, senão como a educação socialista do conjunto da população. Pois bem, o que Korsch admira nessa organização é a flexibilidade teórica e prática e a sua superioridade intelectual em relação as outras organizações socialistas, sua atitude ativista e, sobretudo, seu caráter elitário. Nessa época crítica a crescente passividade e escassa concretude teórica da social-democracia, que designa globalmente como tendência marxista do socialismo, ambas atitudes que se revelam no caráter meramente negativo de seu anticapitalismo vazio. A social-democracia não possui uma fórmula positiva da organização da economia política socialista, limitando-se simplesmente a consigna "socialização dos meios de produção". E da não elaboração dessa fórmula se apresenta o perigo ainda maior de uma decomposição sindicalista, com suas reivindicações muito mais simples e próximas do operário fabril. (BUCKMILLER, 1973: 116).

Especialmente importantes para compreender as relações entre Korsch e os fabianos são os artigos de Korsch, escritos para a revista *Die Tat*. Em um escrito de 1912, "A fórmula socialista para a organização da economia", "o único de seus artigos pré-bélicos que Korsch fará referimento nos anos sucessivos" (RUSCONI, 1982: 5), no qual desenvolverá uma crítica do caráter abstrato das concepções anti-capitalistas da social-democracia, em particular da expressão "socialização os meios de produção", observando que esta é uma concepção puramente negativa, sem um conteúdo positivo, e que se tornaria prejudicial no momento que o socialismo se colocasse na ordem do dia. (KORSCH, 1982: 9-10). Nosso autor afirma: "O termo "socialização dos meios de produção" é um a fórmula que não diz nada, que não reúne realmente as diversas formas da realidade econômica desejada e até agora realizada, senão que as reúne apenas em uma unidade aparente." (IDEM: 11).

A problemática da "socialização os meios de produção" adquire uma importância prática decisiva, após a crise revolucionária alemã, iniciada em novembro de 1818. (RUSCONI, 1973: 1198). A grande parte da atividade publicística, dos anos 1919-192, é dedicada justamente a esta questão e estão fortemente marcados por um caráter jurídico, devido não somente a sua formação intelectual, mas antes de tudo a sua intenção prática imediata. (GERLACH, 1975: 13). Por exemplo, em seu artigo de 1919, "O Problema da Socialização antes e após da Revolução", Korsch retorna as suas críticas, uma a ausência na

teoria e na prática da social democracia, de uma "fórmula positiva para a organização socialista da economia nacional" (KORSCH, 1982: 20), que após a revolução adquiriram uma urgência ainda maior.

No mesmo ano de 1919 publica a brochura: *O Que é a Socialização?*, como primeiro volume da coleção por ele mesmo dirigida: *Sozialpolitische Schriftenreihe*; como observa Stephen Bronner, esta coleção era "feita nos moldes dos empreendimentos educacionais dos fabianos" (BRONNER, 1997: 24), nesta mesma série, Korsch publicará os escritos sobre socialização de Félix Weil – filho do financiador da futura Escola de Frankfurt.

No ponto 21, da referida brochura: Que devemos fazer? A Educação para o Socialismo, desenvolve a questão da importância da educação, para desenvolver condições que favoreçam a luta pela realização do socialismo. Neste sentido, Korsch afirma:

> (...) A transição para a economia socialista pode ser eficazmente favorecida desde fora do âmbito da ação política, da auto-defesa cooperativa e da luta sindical pela definição contratual de condições mais vantajosas, somente através de uma infatigável atividade *educativa* desenvolvida na direção da geração que esta crescendo. Aqui se localizam as grandes tarefas daqueles homens cujo desejo apaixonado e entusiasmo revolucionário não serão jamais satisfeitos pelo desenvolvimento das relações sociais de produção, sempre lento e sujeito a diferentes paradas e contragolpes. (KORSCH, 1973: 57-58).

Acreditamos, por fim, ser importante, para uma reconstrução da história das diferentes correntes do marxismo no século XX, retornar a estas questões relativamente pouco estudadas, particularmente no Brasil, para tentarmos no início do século XXI realizar um balanço das diferentes tradições marxistas e revolucionárias, sem os diferentes pré-julgamentos ideológicos, que em grande parte marcaram a história passada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRONNER, S. E. *Da Teoria Crítica e seus teóricos*. Campinas: Papirus, 1997.

BUCKMILLER, M. Observaciones sobre la Crítica de Korsch de Oskar Negt. In: SUBIRATS, E. *Karl Korsch o el nacimento de una nueva época*. Barcelona: Anagrama, 1973.

CARRINO, A. *Stato e Filosofia nel Marxismo Occidentale* Saggio su Karl Korsch. Napoli: Eugenio Jovene. 1981.

COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista* Vol. III La Segunda International. 2ª reimpr., México: FCE, 1974.

DROZ, Jacques (Org.). *Histoire Generale du Socialisme* Tomo II: De 1875 à 1918. 2ª ed., Paris: PUF, 1982.

GERLACH, E. Introducción a Karl Korsch, *Que es la Socialización?*, In: KORSCH, K. *Que es la Socializacion?* Barcelona: Ariel, 1975.

GOROSTIZA, J. L. R. Beatrice Webb y el Socialismo Fabiano. Disponível no site: http://www.ucm.es/BUCM/cee/doc/01-13/0113.pdf. Acessado em 15 de fevereiro de 2007.

GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y Revisionismo*. La critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas, Barcelona: Grijalbo, 1975.

HOBSBAWM, E. J. *Os Trabalhadores* Estudos sobre a História do Operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, E. J. *Revolucionários* Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KELLNER, D. *Karl Korsch:Revolutionary Theory*. Austin-London: University of Press, 1977.

KOŁAKOWSKI, L. *Główne Nurty Marksizmu* Volume III: Rozkład. Varsóvia: Wydawnictwo Krąg / Pokolenie, 1989.

KORSCH, K. *Marxisme et Philosophie*. Paris: Minuit, 1964.

KORSCH, K. *Que es la Socializacion? Un Programa de Socialismo Practico*. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente nº 45 - Siglo XXI, 1973.

KORSCH, K. *Lucha de classes y derecho del trabajo*, Barcelona: Ariel, 1980.

KORSCH, K. *Escritos Políticos I*. México: Fólios, 1982.

LENINE, V. I. Le Pacifisme Anglais et l' aversion Anglaise pou la Théorie. In: LENINE, V. I. *Oeuvres* Tome 21, Moscou/Paris: Progrès/Sociales. 1976.

LENINE, V. I. *Oeuvres* Tome 37: Lettres à Famille. Moscou/Paris: Progrès/Sociales. 1977.

MARX, K. e ENGELS, F. *Correspondência*. México: Cultura Popular, 1977.

RUSCONI, G. E. La problemática dei consigli in Karl Korsch. In: Storia del Marxismo Contemporâneo. *Annali Istituto Giangiacomo Feltrinelli*. Milano: Feltrinelli, 1973.

RUSCONI, G. E. Introducción. In: KORSCH, K. *Escritos Políticos I*. México: Fólios, 1982.

SALSANO, A. (Org.). *Antologia del Pensiero Socialista*. Volume III: La Seconda Internazionale Tomo 2. Roma-Bari: Laterza, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Raça" e classe: informações a partir de um estudo de caso em São Paulo, 1925-1940[1].

Marcelo Antonio Chaves[*]

Resumo: Este artigo apresenta e analisa dados extraídos de 1.500 fichas de registro de trabalhadores da primeira grande fábrica de cimento do Brasil, a Companhia Brasileira de Cimento Perus, do período de 1925 a 1940, no Estado de São Paulo, a partir das quais, são postas em perspectiva comparativa algumas informações sobre condições de trabalho de negros e brancos, a fim de verificar as disparidades sociais entre os grupos.
Trabalho fabril em São Paulo e aspectos raciais serão, portanto, discutidos a partir de informações empíricas reveladas de um crucial momento histórico no Brasil.
Palavras-chave: negros e brancos; discriminação racial; industrialização e aspectos raciais.

Abstract: This article presents and analyses data extracted from hundreds of registration cards of workers at the first large cement factor in Brazil, in the period of 1925 to 1940 in the state of São Paulo. On this basis, data on the work conditions of Blacks and Whites are put in comparative perspective, in order to verify social disparities between the groups. In this sense, racial aspects of industrialization will be discussed on the basis of empirical data revealed during a crucial historical moment in Brazil.
Keywords: Blacks and Whites; racial discrimination; racial elements of industrialization.

Introdução

As pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre a questão racial brasileira, desde a década de 1940, são um marco na literatura acadêmica. A vastidão, a densidade, a profundidade e o rigor científico alcançados por seus estudos, os tornam referência obrigatória para quem quer que se debruce sobre o tema, ainda nos dias de hoje.

Não obstante, estudos posteriores levantam importantes críticas a alguns dos pressupostos metodológicos que os orientaram[2]. O debate teórico-metodológico se amplia e ganha profundidade, porém, esse avanço no plano do pensamento, nem sempre é

---

[1] Este artigo está baseado em dissertação de mestrado, defendida em 2005, pela UNICAMP, sob orientação do Dr. Michael McDonald Hall.

[*] Doutorando em História Social do Trabalho pela UNICAMP e bolsista da FAPESP. E-mail: teochaves@gmail.com

[2] Andrews, Hasembalg & Silva, Azevedo, Costa, e Motta são autores aqui citados que apresentam argumentos críticos.

acompanhado por levantamentos empíricos históricos, para que se possa verificar, com freqüência, a validade dos resultados obtidos nos debates.

Esta pesquisa se circunscreve na mesma linha de debate iniciado pelos referidos sociólogos, posto que, uma das abordagens centrais das teses de Fernandes e Bastide relaciona as variáveis "raça" e "classe social".

Após realizar o cruzamento de dados extraídos de 1.500 fichas de trabalhadores da Fábrica de cimento em Perus, na capital paulista, deparei-me com algumas informações instigantes e outras surpreendentes, no que diz respeito à questão das disparidades entre os grupos classificados como "brancos", "negros" e "mulatos"[3].

Obtidos os resultados dos dados cruzados sobre os grupos "raciais", as análises e as deduções são tarefas muito complexas. Afinal, transformar dados objetivos e quantificáveis em conceitos e proposições que envolvem questões de subjetividade e escolhas, convenhamos, não é tarefa simples, mas, intelectualmente arriscada.

Negros e brancos em Perus

Os dados revelam um índice de trabalhadores negros cerca de três vezes superior ao percentual de 5,3% constatado pelo Censo de 1940, do município de São Paulo. Se comparado aos números do Estado, que aparecem nesse ano com 12%, incluindo-se negros (7,3%) e "mulatos" (4,7%), a fábrica de cimento aparece com percentual quase duas vezes e meia superior.

Mesmo quando comparados aos resultados específicos das indústrias extrativas e de transformação da capital paulista em 1940, os números da fábrica de cimento apresentam índices superiores de negros e "mulatos":

"COR"	Indústrias Extrativas	Indústria de Transformação	Cimento Perus
Brancos	81,0%	92,3%	69,7%
"Mulatos" (Pardos)	7,1%	2,9%	9,9%
Negros	8,9%	4,4%	17,6%

Fonte: Recenseamento de 1940, in: BASTIDES & FERNANDES (1971)

[3]Classificamos como "negro" aqueles que aparecem na imagem nitidamente com a cor da pele preta. Foram enquadrados numa imprecisa categoria intermediária, "mulatos", aqueles que eu tinha dificuldades de definição. Temos plena consciência, no entanto, de que essa questão étnica ou de "raça" não se resume à definição da cor da pele. O termo "mulato" não apenas é impreciso, mas traz nítida carga pejorativa, exposta na sua raiz etimológica. O utilizamos para acompanhar o padrão de outros autores citados. Para maiores detalhamentos sobre o método da pesquisa, ver CHAVES (2005).

Ou seja, na fábrica de cimento os trabalhadores negros e mulatos formam mais de um quarto do contingente de trabalhadores (27,5%). Esses números se tornam mais coerentes quando comparados com a pesquisa apresentada por Samuel LOWRIE (1938), onde 27% dos moradores dos bairros proletários de São Paulo aparecem como negros e mulatos.

Não obstante desconfiarmos dos métodos de pesquisas do Censo que chegam àqueles números reduzidos de não brancos, os dados da fábrica podem revelar o processo intenso de absorção dos negros no mercado de trabalho industrial em São Paulo, em consonância com a crescente incorporação da força de trabalho nacional, a partir de meados da década de 1920.

Portanto, os dados da fábrica de cimento não chegam a ser surpreendentes e apenas confirmam a suposição do incremento inaudito do ingresso dos negros nas indústrias paulistas a partir, principalmente, da década de 1930. Há, naquele momento, uma conjugação de fatores que favorecem o fenômeno da ampliação da participação dos negros no mercado de trabalho paulista: processo de nacionalização da força de trabalho, desestímulo à imigração, incremento no processo de industrialização e, em especial, no setor fabricante de cimento[4].

De onde vieram esses negros

Basicamente três estados juntos têm representação maciça do total de trabalhadores da fábrica de cimento: São Paulo (70,4%), Minas Gerais (18,7%) e Rio de Janeiro (3,5%), números que bem expressam a geografia racial do período, geografia essa que está intimamente vinculada a uma economia que historicamente oscilou em grandes ciclos produtivos[5].

Os dados indicam, também, que, não obstante o processo de alijamento e anomia imposto pela opção da força de trabalho imigrante (e branca) no pós abolição, havia disponibilidade de uma população negra em São Paulo, que afluiu para trabalhos na indústria. Ademais, apesar de, numericamente, pouco representativos, os dados podem indicar quais foram os estados onde a mão-de-obra negra se aglutinava e de onde afluíram para compor o exército de reserva da indústria paulista, em um primeiro momento: Minas Gerais e Rio de Janeiro.

[4] Ver CANO (198), SINGER (198), CHAVES (2005)
[5] Ver HOGAN & RERLINK (1974).

Instrução básica

O total de "brancos" identificados pelas fotos, forma 69,7% dos trabalhadores e, entre os analfabetos, esse grupo perfaz 57,9%. Os "mulatos" formam 12,7% dos trabalhadores e têm o percentual de 14,7% de analfabetismo. Já os negros, que representam 17,6% dos trabalhadores, apresentam índice de analfabetismo de 23,0%.

Para melhor visualização das diferenças, chegamos a uma "taxa de analfabetismo", obtida pela razão entre o número de analfabetos (204) e o número total de fichas com fotos (1.166), obtendo, assim, o índice médio de 17,5%. Se dividirmos o número de analfabetos dentro desses três grupos (B = 118/813), (M = 30/148) e (N = 47/205), teremos:

Entre os	14,5%
Entre os	20,3%
Entre os	22,9%

Não nos surpreende esse flagrante desfavorecimento dos negros e "mulatos" se levarmos em conta os piores condicionamentos sociais de uma população negra que fora excluída das oportunidades de trabalho e submetida a processos mais perversos, no âmbito da urbanização de São Paulo, em relação aos brancos.

Qualificação *versus* cor

	Cargo de chefia	***Não Qualificado***	***Qualificado***	***Semi Qualificado***	***Total***
branco	90,0%	64,9%	82,1%	78,3%	69,6%
mulato	-	15,0%	6,8%	8,5%	12,7%
negro	10,0%	20,1%	11,1%	13,2%	17,7%

Os brancos, que representam 69,6% do total de trabalhadores, ocupam 90% dos cargos de chefia, 82,1% das funções qualificadas e 78,3% das semi-qualificadas.

Os negros, que representam 17,7% da força de trabalho total, têm índices inferiores nos cargos de chefia, com 10%, e entre os qualificados com 11,1%. Porém, observarmos que os "nacionais" como um todo têm participação inferior aos estrangeiros. Porém, ainda que excluamos os estrangeiros, os negros aparecem sub-representados no item "Qualificado".

Esse quadro apresentado não revela qualquer surpresa, mas reforça as conclusões que demonstram o desfavorecimento dos negros em relação aos brancos no que diz respeito à ocupação dos postos mais "privilegiados" nas empresas.

Assim como o período da abolição representou um "ponto de partida", onde os negros apareciam como desfavorecidos diante da "disputa" em uma sociedade "competitiva", podemos supor a (re)abertura do mercado de trabalho para os trabalhadores nacionais na década de 1920, em São Paulo, como um novo "ponto de partida", onde, de novo, os negros iniciavam em desvantagem, no aspecto sócio-econômico. Trata-se do que BASTIDE & FERNANDES (1971:62) chamaram de "lenta reabsorvição do elemento negro no sistema de trabalho, a partir das ocupações mais humildes e mal remuneradas".

Entretanto, o agrupamento das várias profissões acabou por esconder uma realidade ainda mais desfavorável ao negro. Entre algumas das mais freqüentes funções qualificadas, a participação do negro e do mulato é muitíssimo pequena, como podemos constatar na tabela abaixo:

Participação de negros e mulatos em algumas profissões

	Total	***Qtde. negros***	***%***	***Qtde. Mulatos***	***%***
Carpinteiro	54	1	2%	1	2%
Mecânico	48	2	4%	2	4%
Eletricista	28	2	7%	2	7%
Pedreiro	26	1	4%	-	0%
Foguista	15	4	27%	1	7%
Maquinista	13	1	8%	-	0%
Marteleiro	11	5	45%	-	0%

Podemos perceber que é muito pequena a incidência de negros exercendo funções que requerem uma qualificação mais refinada entre os qualificados em geral. Se excluirmos do mapa as funções de "marteleiro" e "foguista", perceberemos os índices muito pequenos de negros e "mulatos" exercendo funções mais especializadas, não ultrapassando o percentual de 8% do total. O foguista é o trabalhador que assessora o maquinista das locomotivas, alimentando as fornalhas com combustível (lenha); os marteleiros são operários que utilizam ferramentas (mais sofisticadas ou não) para quebrar os blocos de pedras. Ou seja, profissões manuais mais simples.

Esses dados são aqueles que mais fortemente revela a disparidade nesse novo "ponto de partida" na sociedade "concorrencial" brasileira. Bastide & Fernandes se referem às "barreiras econômicas" na caracterização desse fenômeno.

Os dados que cruzaram os itens estabilidade e "cor" nos mostraram pequenas variações no que diz respeito ao tempo de permanência na fábrica em relação aos grupos. No geral, podemos afirmar que no processo admissão/demissão, não houve discriminação em relação à cor da pele.

Por um lado, esse aspecto reforça a tese sustentada pelos sociólogos que ressaltam a preponderância das barreiras econômicas e sociais no processo de mobilidade na sociedade concorrencial capitalista, sobre os critérios raciais. No entanto, vale sugerir, que, na fábrica de cimento, o ingresso dos negros não punha em cheque, necessariamente, os postos de trabalho dos brancos, mesmo porque, como já vimos, os negros foram acomodados nas funções mais rudes, com tarefas menos qualificadas.

Por outro lado, o aporte do contingente de negros e negras ao mercado de trabalho fabril em expansão em São Paulo agradaria muito as expectativas dos empresários, sempre dependentes da consolidação do exército sobrante de trabalhadores, que pressiona para baixo os salários a serem pagos.

Ademais, em um período em que vigia medidas nacionalizantes em relação à utilização da força de trabalho, como a chamada "lei dos dois terços", editada no início do Governo de Getúlio Vargas, talvez fosse mais plausível a configuração de tensões entre estrangeiros e nacionais.

Faixas salariais e grupos de trabalhadores

Salários de ingresso por faixas

Faixas entre (réis)	**Total**	**Negros**	**Brancos**	**"mulatos"**
500,00 e 800,00	**2,3%**	**4%**	**2%**	**1%**
900,00 e 1.125,00	**73,6%**	**80%**	**67%**	**84,5%**
1.200,00 e 1.500,00	**14,0%**	**12,4%**	**17%**	**8%**
1.600,00 e 2.000,00	**7,2%**	**2,3%**	**10%**	**6%**
2.200,00 e 3.250,00	**2,0%**	**0%**	**2,5%**	**-**
3.500,00 a 4.500.00	**0,06%**	**-**	**1%**	**-**
De 5.000, 00 acima	**0,03%**	**-**	**0%**	**-**
TOTAL	**1103**	**169**	**644**	**110**

A primeira informação mais visível neste quadro é a concentração de trabalhadores representados nas faixas salariais situada entre 900,00 e 1.500,00 réis.

Simplesmente, 88% dos trabalhadores em geral situam-se nessa faixa, na fábrica de cimento e suas pedreiras.

O desfavorecimento dos negros e "mulatos" em relação aos brancos também aparece confirmado nessa tabela, onde cerca 85% não ultrapassam a segunda faixa com os menores salários e 92,4% não passam da terceira faixa. Não há representação de negros e "mulatos" nas faixas acima de 2.000,00 réis! No caso dos "mulatos" a situação é ainda um pouco pior, como pode ser visto.

No somatório dos salários totais das fichas com especificação de cor chegou-se ao valor de 1.065.200,00 (Um conto, sessenta e cinco mil e duzentos réis). Desse total de salários, coube aos brancos o percentual de 72,9%, aos negros o percentual de 16,3% e aos mulatos, o percentual de 10,8% do total dos salários. Ou seja, os brancos que representam 69,7% do total de trabalhadores, aparecem aqui super-representados em termos de massa salarial, com 72,9%.

Se observarmos bem, essa diferença não é tão grande. Uma das explicações plausíveis para essa menor diferenciação da participação dos negros na massa salarial é a seguinte: os negros se concentram bem mais no grupo de trabalhadores não qualificados. Nesse grupo percebemos que a variação, ou disparidade entre os salários, é bem menor do que a variação no grupo dos "qualificados". Sendo assim, o percentual da massa salarial que cabe aos negros fica nos níveis próximos ao percentual de representação no total de trabalhadores.

De qualquer forma, podemos concluir que a discriminação não aparece nitidamente através dos salários, mas, em boa medida, através da distribuição das funções.

Considerações conclusivas

Os dados objetivados em números mostram o flagrante desfavorecimento de um grupo social cuja especificidade está na cor da pele, mas não se constituem em *provas* de que esse desfavorecimento seja realmente resultante de práticas discriminatórias. Dados tão objetivos como esses apresentados, são incapazes de revelar costumes discriminatórios diversos, que se escondem em práticas e discursos ambíguos e subliminares. No mínimo,

necessitaríamos de cruzamentos de fontes diversas, para podermos enxergar o fenômeno mais de perto[6].

As informações das fichas dos trabalhadores da fábrica de cimento Perus ajudam a compor o contexto em que se revela o importante papel desempenhado pela população negra, recém saída de uma sociedade escravocrata.

No momento histórico crucial, quando se combinava, contraditoriamente, a passagem ao "trabalho livre", supostamente baseada na negociação entre entes juridicamente "iguais", e a expansão inaudita da indústria cafeeira no estado, os negros, livres ou ex-escravos, em São Paulo, foram preteridos, em detrimento dos imigrantes. Sob a força organizativa do Estado de então, foram os negros alijados, mas não necessariamente excluídos, do sistema econômico e social. As relações de trabalho a que estivera submetido o enorme contingente de negros (em parte, ex-escravos), ao fim e ao cabo, legaram um determinado padrão de exploração, na região que iria ditar os parâmetros do grau de exploração do novo contingente de trabalhadores vindos do exterior.

Além do mais, esses negros, já usufruindo a condição de "livres", certamente funcionariam como um indispensável "estoque" de reservas, sempre pronto a ingressar diretamente no mercado, assim que ocorresse qualquer "anomalia" no sistema. Os negros formariam "o exército dos desocupados, dos sem-trabalho", como chamaria Ianni (1966:18). Há relatos de utilização imediata de negros utilizados como fura-greves, em momentos de conflitos envolvendo trabalhadores imigrantes, logo após a abolição (ANDREWS, 1991:105). Não há dúvidas de que esse "estoque" formado pela população negra, fora fundamental no processo de rebaixamento de salários no campo e na cidade, proporcionando um dos vetores da acumulação de capital em São Paulo.

A pronta absorvição dos negros pelas indústrias paulistas, a partir de meados da década de 1920, justamente quando toma impulso a industrialização brasileira, principalmente com a montagem das indústrias de base, mostra a importância crucial desse grupo social. Os negros continuariam a preencher os "vazios" deixados pelos brancos imigrantes que ascendiam socialmente e deixavam para trás as funções mais penosas nos postos de trabalho. Afinal, a pirâmide social só se sustenta se houver uma base sólida.

Após mais de um século, mostrou-se equivocado o pressuposto de que as relações de trabalho "modernas", baseadas no assalariamento e na competitividade, iriam "corrigir" as profundas distorções causadas pela sociedade "arcaica" baseada no trabalho escravo, tornando "iguais" os trabalhadores que iriam atuar em um novo jogo de "livre" mercado. Percebemos

[6] A obra de CUNHA (2002) é exemplar, nesse sentido.

que o mercado não era tão "livre" assim, mesmo porque, o Estado liberal-republicano atuou pesadamente no complexo processo de agenciamento do ingresso maciço da força de trabalho estrangeira no Brasil.

De fato, uma das explicações convincentes para o grave desfavorecimento da população negra em relação à população branca nos dias de hoje, encontra-se no legado escravista que colocou os negros em ampla desvantagem no "ponto de partida" da sociedade "competitiva" baseada no trabalho assalariado. O grupo político que controlou Estado republicano de então, ao invés de interferir diretamente no sentido de reparar os danos causados pela escravidão à classe trabalhadora negra, capacitando-a a melhor adaptação às novas regras sócio-econômicas, "optou" por seguir a lógica imposta por grande parte dos cafeicultores paulistas.

Entretanto, os argumentos baseados nos legados perversos do período escravista, não dão conta de explicar uma segregação dos negros tão bem ajustada aos padrões da ordem capitalista de ontem e de hoje. O componente racial não pode ser visto como um elemento estranho à sociedade de classe emergida da era moderna. De fato, não é possível dissociar a questão racial do contexto estrutural.

Ou seja, as variáveis de classe não explicam tudo. Houve mecanismos racializantes herdados do sistema escravista, mas que foram resignificados sob a lógica capitalista que o suplantou. Um desses elementos de resignificação foi a hipótese da "democracia racial", criada desde o mundo colonial, desenvolvida no primeiro quartel do século XX e que ganhou status de ideologia estatal sob o governo de Getúlio Vargas[7]. Na década de 1930, a construção da nação e seus discursos renovados, tendem a escamotear a questão étnica específica e elaborar a idéia de uma "democracia racial".

Os resultados da minha pesquisa apontam fortes indícios de que, de fato, o processo de industrialização em São Paulo, na fase em que ela passa a absorver a força de trabalho nacional, favorece parcialmente a integração dos negros na sociedade de classes, e até tem como efeito, a diminuição das distâncias sociais entre os grupos raciais no Brasil.

No entanto, essas conclusões tornar-se-ão incompletas, e mesmo, distorcidas, se não se reconhecer que o aporte dos negros no mercado de trabalho, no período, se deu de forma desigual e desfavorável à esse grupo social. Os negros entram no mercado de trabalho brasileiro, mas, pelas "portas do fundo". Os dados sobre educação e qualificação mostram que os negros assumiram funções menos qualificadas – aqui, as características de "raça" parecem interferir - e os dados salariais acusam a barreira intransponível que segrega esse grupo social

[7] Ver HASENBALG & SILVA.

na base larga da pirâmide social – aqui nos parece atuar um traço da segregação social típica do capitalismo. De forma sutil, as barreiras raciais se somam às barreiras econômicas, provocando um tipo de segregação causada por uma espécie de "mão invisível", dificultando, assim, a identificação de sujeitos nesse processo de racialização da miséria no Brasil. As vítimas, essas sim, aparecem concretamente e com "cor" bem definida.

Os dados extraídos da realidade social da fábrica de cimento Perus, compõem um elo entre heranças passadas e permanências no futuro. Os números de hoje, que revelam os dramas das populações negras subalternizadas, parecem ser desdobramentos daquilo que os números de ontem já apontavam.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988).* Bauru: EDUSC, 1991.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.* São Paulo: Paz e Terra/Oficinas da História, 1987.

_____. *Quem precisa de São Nabuco*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 1, 2001.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Hucitec, 1990.

BASTIDES Roger & FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos: ensaios sociológicos sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

CHAVES, Marcelo Antonio. *Da periferia ao centro da (do) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945*. Campinas, Unicamp, 2005.

COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 1, 2002.

CUNHA, Olivia. M. Gomes da. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DELACAMPAGNE, Christian. *L'invention du racisme*: *antiquité e moyen age* .Fayard, 1983.

DOMINGUES, Petrônio José. *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930.* Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 3, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. Rio de Janeiro:CBPE/INEP/MEC, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

IANNI, Otávio. *Raça e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

LOWRIE, Samuel H., *O elemento negro na população de São Paulo*, in: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n° 48, pp. 5-56.

MOTTA, Roberto. *Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro- Asiáticos, nº 38, Dezembro de 2000.

SILVA, Joselina. *A união dos negros de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 2, 2003.

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil, uma experiência histórica de desenvolvimento.* In: HGCB, Tomo III, vol. 4. São Paulo, Difel, 1984.

SLENES, Robert W.A. *Na senzala uma flor:esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRINDADE, Liana Sálvia. O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In: História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Donos do olhar: imprensa, violência e relações de gênero no oeste paranaense

Tânia Regina Zimmermann[1]

RESUMO: Nas décadas de 1960 a 1980 percebe-se na imprensa do Oeste do Paraná uma ênfase em enaltecer os municípios através da imagem de cidades progressistas, associadas ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador de seus habitantes. O processo de ocupação, urbanização e de adensamento populacional contribuiu para o crescimento de tensões no cotidiano da cidade e nas áreas rurais. Tensões estas também presentes nas relações de gênero e que nos são percebidas em jornais, revistas, boletins de ocorrência e nos processos crimes que envolveram mulheres e homens nas suas tramas.Comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam destruir a imagem das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. Para esta tarefa o judiciário, a imprensa e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, gênero, imprensa

ABSTRACT: In the 1960-1980 decade an emphasis in neglecter the cities through the image of progressive cities, associates to order, harmonic, pacific and diligent the character is perceived in the press of the West of the Paraná of its inhabitants. The occupation process, urbanization and of population contributed for the growth of tensions in the daily one of the city and the agricultural areas. Tensions these also gifts in the sort relations and that in they are perceived in periodicals, magazines, bulletins of occurrence and in the processes crimes that had involved women and men in its seen woof. To comprise as fault of the instituted order they could destroy the image of the beautiful, orders and civilized cities of the interior of the Paraná. For this task the judiciary one, the press and the groups of the discourse practical elite had been putted in charge to elaborate and to reproduce way to the rules of social conviviality.

KEYWORDS: Violence, gender, press

Em nosso cotidiano a violência assume uma dimensão cada vez maior e para tanto cabe também uma reflexão acerca das formas de violência que se tem desenvolvido nas relações de gênero. Esta violência tem incidido principalmente sobre as mulheres quer seja ela física (estupros, espancamentos e mortes) ou através de formas de violência simbólica (incapacidade política e civil, restrições da sexualidade). Ambas as violências convertem as diferenças de gênero em desigualdades.

[1] Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e doutoranda pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Na maioria dos registros quer seja de jornais, revistas e da historiografia local as mulheres são sombras do palco da história, mas com destaque principalmente para os desvios como práticas de feitiçaria, crimes e prostituição. Na prática de crimes por mulheres, a imprensa e a justiça frequentemente as teatralizam como descumpridoras de seus papéis familiares na relação com os homens. O desvio desta relação é marcado pela violência física e pela violência simbólica.[2]

As abordagens que incorporam análise do gênero têm revelado um universo de tensões e movimentos com a existência de confrontos, deixando aparecer um mundo no qual se multiplicam formas de diferenciação, de permanências e de mudanças (ELIAS, 1995: 12). Nesta perspectiva buscamos o pulsar na história no sentido de recuperar a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões da experiência.

Ao analisar o comportamento desviante de mulheres e homens Gilberto Velho entende que as transgressões penais não são atos isolados, mas são expressões de conflitos culturais entre mulheres, entre homens e mulheres, entre homens, entre etnias, entre grupos com visões de mundo distintas. A existência em qualquer grupo humano dos mais variados tipos de facções implica em permanente possibilidade de confrontos, a partir de tensões e divergências(VELHO, 1985 : 21).

Nas análises de Gregori, a violência exprime conflito problematizado na idéia de interesse em choque:

> *De um lado, o interesse do dominador: o desejo de mando e a montagem de um sistema que permita que ele se efetive e se perpetue. De outro, o interesse da mulher, que não é claramente definido, uma vez que as mulheres estão sujeitas a uma violência simbólica que anula a possibilidade de definirem o seu destino e interesses.* (GREGORI, 1993:144)

Em recentes pesquisas percebemos que a realidade oestina esteve marcada pela nítida distinção entre os papéis masculinos e femininos e a imprensa reforçava via chavões e zombaria os exemplos contrário dos "bons comportamentos*"* . A este respeito lembra Carla Bassanezi:

> *Na família modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a*

[2] Segundo Pierre Bourdieu, a violência simbólica é suave, invisível e dificilmente percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano através de gestos, sentimentos, linguagem e cria modos de ver o mundo cada vez mais homogeneizados através dos meios de comunicação de massa. In: *Le Monde Diplomatique*. Über die Vorherschaft des Mannes für symbolische Gewalt. 1998, p. 16.

> *moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional* (BASSANEZI, 2000: 508-9).

Como típicas cidades do interior paranaense que deveriam se estruturar nos moldes positivistas conservadores a harmonia social era o discurso dominante. No entanto, a vida em grupo não significa homogeneidade de condutas, de cultura e de valores. Os homens e mulheres do comércio, das propriedades rurais e do direito interferiam na vida dos cidadãos, nas suas relações, nos seus hábitos, na sua cultura e nos seus valores. Na pesquisa das fontes registrou-se inúmeros casos de crimes cometidos por mulheres muitas vezes conjuntamente com o "amante".

Nas páginas dos crimes não houve uma diferenciação de posição social, de geração ou étnica das mulheres.[3] O crime era estampado nas principais páginas e com manchetes na capa, normalmente acompanhado de fotos grandes com a criminosa e a vítima masculina. As explicações na imprensa geralmente são condicionantes como o ciúme e ganância da mulher, do amante e de parentes. O exemplo que segue ocorreu no distrito de Entre Rios do Oeste em abril de 1969. Na edição do jornal da Rádio Difusora consta que a esposa teria assassinado o marido com a colaboração de um empregado e que ambos tinham tentado envolver mais pessoas, especialmente parentes da assassina. [4] Na Comarca de Marechal Cândido Rondon consta um processo de adulteração de receita médica por uma mulher grávida. A denúncia ocorreu em 1997 no interior do município. Na guerra de palavras entre a "declarante", médico, farmacêutico e juristas a batalha finda na condenação da prática do aborto. [5]

Comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam destruir a imagem das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. Para esta tarefa o judiciário, a imprensa e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social. O crescimento da população citadina e rural despontava para novos valores e o confronto entre o velho e o novo o que pode ser percebido em inúmeros artigos como este de agressão violenta do marido:

> *Acredita-se que este deve ter havido motivos profundos para que E. agisse como agiu, de uma maneira tão violenta e bárbara. Há quem acredita que o motivo do crime tenha sido ciúmes de sua esposa. Pelo depoimento que deverá conceder hoje, certamente o véu de mistério será levantado e se tornará conhecimento dos motivos que levaram a destruição de um jovem casal que era conhecido pela vida*

[3] Revista Oeste, n. 40, agosto de 1989. Nesta edição destaca-se " O crime da vovó Otília". É notável a expressão *velha* inúmeras vezes. Além da questão da idade, Otília é negra.
[4] Rádio Difusora do Paraná, edição n. 682, 19 de abril de 1969.
[5] Processo de número 13 de 1999 onde consta adulteração de receita médica. A *vítima* inclui na receita o medicamento abortivo Citotec.

pacata e simples que levava. [6]

Verifica-se em alguns discursos que a violência e o crime são legítimos para os homens valendo a defesa da honra ultrajada. Era uma prática comum, o marido punir a mulher adúltera com a morte. Alegando em muitos casos um estado completo de privações dos sentidos, esses homicidas eram em muitos casos absolvidos. Tal fato deve-se a influência exercida pela Escola Italiana de Lombroso e Ferrero, que isentavam de toda a responsabilidade penal, o indivíduo que cometesse um crime passional. O réu era visto como um "criminoso sócial", ou seja, alguém que cometeu um crime impulsionado por "motivos úteis a sociedade". [7] Em um dos processos crimes analisados na Comarca de Marechal Cândido Rondon de 1988 aparece na instrução processual a legítima defesa da honra. Em outro caso divulgado pela Revista Oeste sobre o mesmo município consta que o juiz da vara criminal recorreu ao seguinte verso para condenar "sedutor" de uma menor:

> *Com a devida licença, que a defesa me concede, o delito cá narrado, restou muito bem provado. A defesa paciência, seu protesto não procede! Virgem era LMB, 15 anos recatada. O namoro consentido, casamento prometido, doce e cheia meiguice, teve a vontade viciada.* [8]

Neste caso o trabalhador "sedutor" foi condenado a um ano de reclusão, mas foi beneficiado pelo "sursis" (suspensão condicional da pena) por ser réu primário. Nos versos reproduz-se a vitimização da mulher. Para Gregori, a vitimização é o pior caminho, seja para compreender esse conflito, seja para estimular mudanças nas relações entre os sexos (GREGORI, 1993: 143).

Importante análise nesse sentido encontramos em Sueann Calfield que confere historicidade à categoria de honra sexual, discutindo ao longo do processo histórico (Primeira República para a Era Vargas), as relações entre seus diversos significados para agentes sociais como juristas, oficiais da polícia, intelectuais, donas de casa, sedutores, namoradas, pais, filhos e mães solteiras, e sua função nos debates públicos sobre a modernização no Brasil. É assim que, a partir das mudanças nas relações de gênero ocorridas desde o início do século

---

[6] Frente de Notícias v. 01 14/11/66 a 28/02/67.

[7] Veja- se SOIHET, Rachel. *Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo*. Conferência apresentada pela autora no III Encontro Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia em 24.09.2001 na UFF, Niterói, RJ. p. 2.

[8] Revista Oeste. Sentença poética.n. 79, Fev. 1993, p. 3. Em 1995 institui-se os Juizados Especiais Criminais para tratar especificamente das infrações penais de menor potencial ofensivo, ou seja aquelas consideradas de menor gravidade, cuja pena máxima não seja superior a um ano. A aplicação dessa lei em casos de violência contra a mulher implica na naturalização e legitimação desse padrão de violência, reforçando a hierarquia entre homens e mulheres. Veja-se discussões de Carmen Hein de Campos. Juizados Especiais Criminais e seu Déficit Teórico. In: *Revista de Estudos Feministas*. V. 13, n.1, jan/jul, 2005.

XX, das quais a presença da mulher no mercado de trabalho é apenas a mais visível, a autora constrói uma narrativa convincente a cerca da centralidade da categoria de honra sexual para a compreensão do amplo processo de mudanças sociais, culturais e políticas. (CALFIELD, 2000)

O trabalho de Mariza Correa revela que o discurso não relacional das feministas, na tentativa de equilibrar a balança, trazia a mulher como vítima, dominada ou perseguida e no seu oposto estava o homem. Nesse sentido observa que agentes do sistema jurídico compartilhavam a visão feminista predominante sobre as mulheres no período como frágeis e vítimas da dominação masculina e para tanto tendiam a favorecê-las com penas mais leves e a absolvição no julgamento dos crimes passionais.[9]

Em um outro conflito nas relações de gênero a situação é vista como ridicularidade, pois se tratava de um acontecimento que envolvia um casal de condição social inferior.

> *O cidadão resolveu acertar certas dúvidas com a sua cara metade. Brigou, xingou e para fazer valer a sua dignidade de homem e marido, tentou atingir sua esposa com uma tesoura. Mas como sempre acontece, os deixa disso estavam presentes e a tragédia terminou com o ator principal nas grades. Dizem que em mulher só se bate com uma flor, mas o cidadão acha que essa tese está errada, por isso resolveu mudar a ordem das coisas. Ênvez de deixar o uso da tesoura a sua cara metade, tentou ele recortar a vestido dela com conseqüências talvez mais graves.*[10]

Este fato foi divulgado pela Rádio Difusora do município em 1967 ficando evidente que algo aparentemente inofensivo como os deboches configuram-se como forma de violência. Perpassa-se desta forma, como já foi exposto acima, representações com vistas a conservar o status quo, através do risível assegurando a continuidade com relação aos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade. Segundo Rachel Soihet (SOIHET, 2001: 4) ,os discursos cômicos possuem grande força ideológica na reconstrução cotidiana dos mitos de inferioridade e domesticidade feminina. A produção desta subjetividade e de outras apontadas nas fontes revela algumas permanências controladas por dispositivos de poder e saber e que segundo Guatarri colocam as inovações técnicas, científicas e artísticas a serviço das mais retrógradas figuras da socialidade (GUATARRI, 1993 : 190-10).

---

[9] CORREA, Mariza. Uma pequena voz pessoal. In: Cadernos Pagu, n. 11, 1998, p. 50. A autora refere-se a sua dissertação de mestrado publicada como *Morte em Família*.Graal, Rio de Janeiro, 1983.

[10] Frente Ampla de Notícias, edição n. 33, 4 de janeiro de 1967.

Para Pierre Bourdieu[11] , a violência simbólica é suave, insensível, invisível e que dificilmente é percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano através de gestos, sentimentos, emoções, linguagem, cor da pele e cria modos de ver o mundo cada vez mais nivelados e homogeneizados por intermédio dos meios de comunicação de massa. A violência simbólica torna-se possível quando suas vítimas a aceitam através do conhecimento e principalmente desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, do sentimento. Estabelece-se uma correlação de forças na qual a maneira de ver o mundo é imposta e adquire estatuto de verdade (BOURDIEU, 1999: 7-11).

Por fim a categoria gênero pode ser útil no intercruzamento com as questões étnicas, geracionais, de violência, de classe, pois ser mulher, negra, índia, pobre implica em entender como as fronteiras articuladas a diferentes relações de poder são construídas socialmente e culturalmente. Assim tornar-se mulher na nossa sociedade implica em se ter conhecimento do que significa ser homem. A possibilidade de deconstrução desses significados talvez seja o melhor caminho para o encontro de personagens não esperados do palco da história.

BIBLIOGRAFIA

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo : Contexto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina.* Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999

BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrarschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symboliche Gewalt. In: Le Monde Diplomatique. August, 1998.

CALFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro1918-1940.* Campinas : Ed; da UNICAMP, 2000.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. In: *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995.

CORREA, Mariza. Uma pequena voz pessoal. In: Cadernos Pagu, n. 11, 1998, p. 50.

ELIAS, Norbert. Etablierte um Aussenseiter. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.

GREGORI, Maria F. As Desventuras do Vitimismo. In: *Estudos Feministas*, n. 1, 1993.

GUATARRI, Félix. Da produção de Subjetividade. In: PARENTE, André. (org.) *Imagem Máquina*. Rio de Janeiro : Ed 34, 1993.

[11] BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrarschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symboliche Gewalt. In: Le Monde Diplomatique. August, 1998, p. 16. Veja-se também CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. In*: Cadernos Pagu*, n. 4, 1995, p. 37-47.

SOIHET, Rachel. *Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo*. Conferência apresentada pela autora no III Encontro Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia em 24.09.2001 na UFF, Niterói, RJ.

VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. RJ.: Jorge Zahar, 1985

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estágio Supervisionado: limites na articulação entre teoria e prática

Clarícia Otto*

Resumo: O presente artigo, com base em memórias, saberes e práticas docentes, apresenta uma reflexão sobre algumas dificuldades vivenciadas por estudantes de História, no campo de estágio. Entre outras, a principal dificuldade na prática dos docentes, como também dos estagiários, é a falta de articulação entre teoria e prática. Tal lacuna, em parte, se deve a uma concepção tradicional de História, desconectada e deslocada da experiência pessoal e social de professores e alunos.

Palavras - chave: ensino, História, práticas docentes.

Abstract: The present article, based on memories, knowledge and teaching practices, presents a thought about some difficulties experienced by History students, in the teaching skills training time. Among others, the main difficulty in the professors practices, as well within the trainees, is the lack of liaisons between theory and practice. Such gap, partially, is owing to a traditional concept of History, detached and far away from personal and social experience of the professors and pupils.

Keywords: teaching, History, teaching practices.

1.1. O estágio curricular: alguns impasses

Muito embora a reforma universitária (1968) não tenha introduzido o estágio curricular obrigatório nas instituições de ensino superior, é a partir da década de 1960 que a estrutura e a organização dos cursos de licenciatura e das disciplinas de prática de ensino e/ou estágio supervisionado sofrem interferência das decisões e passam a constar nos pareceres do Conselho Federal de Educação. O parecer 292/62, por exemplo, determinou a interferência explícita do poder federal na organização do currículo mínimo dos cursos de formação de professores.

Nadai explica que "a estruturação dos cursos de licenciatura, coerentemente com a reforma universitária propugnada pela lei nº 5.540/68 objetivou ajustar qualitativamente a inserção do Brasil no sistema econômico ocidental, da qual resultou a criação de um novo padrão de dependência ao capitalismo ocidental" (NADAI, 1988: 31). Nesse sentido, no plano educacional, houve o encaminhamento, principalmente com as licenciaturas curtas, para a

* Clarícia Otto é professora no Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em História.

formação de um 'homem dócil' ao sistema (às empresas, ao Estado) e acrítico (NADAI, 1988: 31).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece, também, nas Diretrizes Curriculares para os cursos de História, a necessidade de estarem explícitas as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura e o formato dos estágios no projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional. O CNE, por meio de seu Conselho Pleno, além das diretivas dadas aos cursos de licenciaturas - como a de prever o estágio obrigatório - instituiu, também, a duração e a carga horária de 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso (CNE/CP 2/2002). Em parágrafo único, o conselho estabelece que os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado em até 200 (duzentas) horas.

O CNE, em 2001, regularizou os estágios para as licenciaturas, indicando que os cursos devem procurar as instituições de ensino de educação básica para desenvolver o estágio, aproximando-o das condições de ensino. Além disso, o CNE indica que

> *É preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades de sistema de ensino (CNE/CP 27/2001: 31).*

Assim, o estágio, além de exigência legal, é o momento de contato entre os prováveis professores e o mundo de trabalho e tem importância fundamental para a prática da reflexão teórica. Embora previsto legalmente como um projeto planejado e avaliado conjuntamente, nesse aspecto, o que se observou durante a experiência de supervisionar estágios, entre 2005 e 2006, revelou uma preocupante realidade: o descompasso entre a legislação e a realidade. Isso significa que, por um lado, o estágio é assumido como mais uma tarefa burocrática e, por outro, uma tentativa desesperada de resolver ou encobrir o descompasso entre teoria e prática. Além disso, não há clareza sobre as concepções de História e de educação, ou melhor, dos pressupostos teórico-metodológicos que deverão orientar o trabalho do estagiário em sala de aula.

Nesse sentido, a experiência de trabalho na Unioeste e Unicentro, ambas universidades estaduais do Paraná, foi uma oportunidade para intensificar as reflexões sobre o tipo de educador que o estágio supervisionado tem ajudado a formar e sobre a função do estágio na formação dos professores de História.

Constatou-se estar diante de questões intrigantes desde os tempos do magistério, da graduação e do período em que a autora trabalhou como professora na educação básica e na formação de lideranças: "na teoria é uma coisa, na prática é outra", ou seja, "não funciona"! Ou, ainda, "na prática, a teoria é outra". Talvez tenha sido um sentimento ou impressão e que objetivamente isso não estivesse ocorrendo. Todavia, recorda-se que, durante a graduação dessa autora, as disciplinas de licenciatura eram relegadas a um segundo plano, ou seja, a elas não era dada tanta importância! Nesse aspecto, Nadai salienta que "a formação do professor nunca ocupou lugar privilegiado nas atenções da Universidade; isto para não dizer que vem se tornando um objetivo de menor importância na vida universitária" (NADAI, 1988: 31).

Além disso, observam-se resistências, tanto nos estagiários, quanto nos professores regentes das classes nas unidades escolares. Nos estagiários, as resistências se manifestaram quando eles assumiam as atividades do estágio somente em cumprimento de um dever burocrático. A maior parte dos futuros professores não vê o estágio como um momento de ricas possibilidades e aprendizado, de reflexões, de um espaço em que poder-se-á articular teoria e prática. Quase tão somente no ritmo do antigo e tradicional tripé observação-participação-regência, os estagiários, chegam da observação denunciando os erros, os defeitos dos professores das escolas de educação básica, sem a preocupação de corrigi-los e pensando que, quando professores, não os cometerão. Assim, nem escola, nem alunos, nem professores são beneficiados com o estágio. Dessa forma, não há a interferência da universidade na escola e nem desta na universidade e vive-se um faz-de-conta. Até mesmo com relação às atividades didático-pedagógicas, foi difícil motivar e convencer um e outro estagiário a utilizar diferentes linguagens, enfim, serem criativos em suas aulas de regência.

Nos professores das escolas, talvez, não seja nem mesmo resistência, e sim, medo e insegurança. Pode ser também um sentimento de culpa, de conflito frente à dicotomia entre o que eles pensam que deveria ser feito (o ideal a ser atingido) e o que eles conseguem e podem realizar. Paira também uma sensação de julgamento de uns sobre outros, quer dizer, de estagiário sobre professor e vice-versa. Nem todos os professores aceitam estagiários e os que aceitam utilizam estratégias para que os estagiários não os observem ministrando aulas, principalmente as expositivas.

Com base nesse contexto, apresenta-se o seguinte desafio: repensar o objetivo e como o estágio está sendo realizado nos cursos de formação de professores. Por acreditar que as experiências podem deixar marcas significativas e serem referenciais na vida do

professor/estagiário, é de grande valia refletir sobre os limites e os alcances do estágio "nem sempre supervisionado", concordando com Piconez (1991:10).

As inquietações aumentaram durante a elaboração dos relatórios, momento de escrever sobre a experiência do estágio. Nessa tarefa, se pôde confirmar as dificuldades em refletir sobre como a teoria pode contribuir para iluminar e redirecionar a prática, além de indicar os fundamentos teóricos, justificando determinada prática. Assim, pôde-se constatar uma dissociação entre teoria e prática, ao aproximar-se da realidade escolar. Afinal, como organizar os pensamentos, os conhecimentos, a escrita e as ações? Como saber observar, registrar e analisar? Como sanar dificuldades que talvez têm sua origem na educação básica? Nos dois anos que antecederam a experiência do estágio, como os alunos assimilaram as concepções historiográficas? Como romper definitivamente com o modelo de História, hegemônico até a década de 1970, o qual organiza o conhecimento histórico numa seqüência de acontecimentos cronológica e progressivamente encadeados? Quais os caminhos para fazer com que o debate acadêmico e escolar sobre a renovação do ensino de História, ocorrido desde as décadas de 1980 e 1990, chegue nas salas de aula do Ensino Fundamental e Médio pelos professores formados nas universidades brasileiras?

É necessária a ampliação de recursos, material e humano, e, muito além disso, que a prática de trabalho ganhe consistência no decorrer do curso de História. Assim sendo, seria necessário, também, que desde os primeiros anos, os acadêmicos fossem incentivados à reflexão, pois "discutir o ensino de história, hoje, é pensar os processos formativos que se desenvolvem nos diversos espaços, é pensar fontes e formas de educar cidadãos, numa sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades" (FONSECA, 2005: 15).

1.2. Limites na articulação entre teoria e prática

Ao longo do período observado, constatou-se a ausência de fundamentos teóricos que justificassem determinadas práticas. Igualmente, notou-se uma ausência da postura crítica sobre a prática pedagógica. Esta nem mesmo poderia existir, haja vista a ausência de uma relação dialógica entre a prática e a teoria durante a realização do estágio. A teoria, além de não servir para a sustentação de uma prática de trabalho, também não se torna objeto de questionamento: há uma prática entre os estagiários que - salvo exceções - é a reprodução das práticas por eles vivenciadas em outros momentos de formação e a teoria acaba não servindo para a reflexão, podendo-se dizer que há apenas uma simulação no decorrer desse processo.

Então, qual é a melhor forma de vivenciar situações de ensino, sendo que estas possam ser objeto de registro e discussão ao longo de todo o curso? Encontrar um meio de fazer com que a pesquisa permeie todo o curso, garantindo a relação teoria e prática, numa

visão em que uma não tenha primazia em relação à outra! Ademais, a prática não deve ser compreendida como o momento de aplicação da teoria e esta não deve ser corrigida e aperfeiçoada por aquela. Sabe-se que o ato de aprender não tem fim e que é pela experiência que se aprende. Então, pergunta-se, o que os professores de História, nas classes em que se realizou o estágio, aprenderam com a experiência de oito, quinze, vinte anos ensinando História? Ou nem mesmo fizeram a experiência em seu significado mais profundo? Pois a experiência (reflexão), que não se alimenta na teoria, é vazia.

Alguns professores, ingenuamente, acreditam que, para ensinar, basta saber o conteúdo. Nesse específico, uma parte significativa deles, independente da idade e do tempo que exercem a profissão, tem dificuldade, ao fazer escolhas pertinentes tais quais: o que ensinar; como ensinar; para quem e para que ensinar; definir critérios para seleção de fontes, de conteúdos, das formas de tratamento do conteúdo, de um espaço de construção e de vivência de experiências, enfim, de apropriação de uma cultura de modos de ser e de agir, do habitus no sentido bourdiano (BOURDIEU, 1999:349).

Para superar as visões dicotômicas construídas historicamente na relação teoria e prática e defender a visão de unidade entre elas, Selma Pimenta, citando Vera Candau e Isabel Lelis, explica que "unidade que não é identidade, mas relação simultânea e recíproca de autonomia e dependência. Teoria e prática são componentes indissociáveis da 'práxis'" (PIMENTA, 1997: 66 - 67). Selma Pimenta toma o conceito de práxis citado por Vera Candau e Isabel Lelis, que buscam em Vásquez tal conceito. Vásquez define práxis como a "atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro" (Apud PIMENTA, 1997: 67).

Nesse sentido, é importante que o professor se convença de que ele não é apenas um transmissor de saber, mas que, juntamente com seus alunos e seus pares, produz saberes. Talvez, falta-lhe a consciência de que o domínio desses conhecimentos é estratégia fundamental para a construção da identidade e autonomia pessoal e grupal. Embora o domínio dos conteúdos seja essencial, não é suficiente, pois a atuação profissional precisa estar vinculada aos fundamentos e funções da educação.

Certamente, não se ignora a realidade de um significativo número de professores submetidos à excessiva carga horária, sem um processo de capacitação/formação continuada ou quando este lhes é oferecido pouco contribui para mudanças significativas. Em decorrência dessas questões e, talvez, pelo desestímulo salarial a que estão submetidos, constata-se a ausência do hábito de leitura e estudo, ou seja, os professores não se dedicam e pouco

investem na sua formação permanente. Segundo Enguita, os professores atuam num lugar intermediário entre a profissionalização e a proletarização (ENGUITA, 1991: 41 - 61). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96) apresenta "sinais gritantes de que os professores das escolas públicas permanecem sendo tratados como semiprofissionais, pois ainda não encontram seu valor nos lugares de trabalho produtivo da organização socioeconômica" (Apud ZAMBONI, 2001: 8).

Planejar e operacionalizar atividades que possibilitem o acesso dos professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio às reflexões desenvolvidas na universidade é fator primordial para a renovação do ensino de História. A interlocução entre estagiários, professores supervisores e professores das escolas é ponto de partida e momento privilegiado para troca de experiências e para que estas sejam uma constante construção na unidade teoria e prática.

Ao analisar a formação do professor, considera-se fundamentais a pessoa e a experiência: "a formação se constrói através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal, [...] que é também uma identidade profissional" (Apud, FONSECA, 2005: 81).

Diante disso, à medida que se observa não somente os alcances, mas também os limites da prática educativa, mais reflexões deverão ser desenvolvidas, no sentido de propor novas alternativas e atribuir maior importância à experiência de prática de ensino na forma de estágio supervisionado numa dialética teórico-prática. Nesse aspecto, as aulas de estágio supervisionado teriam a função e ocupariam o locus do levar e do trazer, ou seja, da integração universidade-escola no decorrer das atividades realizadas no estágio.

1.3. O processo de articulação teoria/prática

A experiência é questão central e por meio dela os professores, fugindo das "inércias teóricas", tentam transformar a realidade. Assim, a interlocução entre a teoria e a prática acontece quando os professores possuem um conjunto de representações, ou seja, de referenciais teóricos capazes de interpretar e compreender a realidade em que estão inseridos. Ivani Fazenda postula não ser "possível realizar uma leitura da prática sem uma leitura teórica adequada" (FAZENDA, 2004: 55). Essa premissa também é partilhada por Selma Garrido Pimenta que argumenta: "a prática não fala por si mesma. Exige uma relação teórica com ela. Nega-se, portanto, uma concepção empirista da prática" (PIMENTA, 1997: 93).

A formação inicial do professor de História é um tempo privilegiado para a compreensão desses referenciais teórico-metodológicos. Sem procurar culpados, observa-se que os prováveis professores não conseguem vislumbrá-los na preparação de suas aulas de

regência. Thompson, embora sinalize e defenda que os valores são apreendidos pela experiência vivida, alerta para o fato de que

> *Não precisamos, por isso, render-nos a um relativismo moral e cultural. Nem precisamos supor alguma barreira intransponível entre valor e razão. Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão 'sujeitos' (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral (THOMPSON, 1981: 194).*

Nesse sentido, a teoria não existe fora da realidade. As noções e os conceitos são pensados a partir das práticas de engajamento social e da reflexão sobre essas práticas/experiências. É na história que se situa a experiência dos professores/historiadores que se precederam e, assim, ela deve ser interpretada como sabedoria e experiência, objetivando suscitar desejos e lutas pelo ainda não realizado. Compreender a experiência como prática refletida é colocar-se num constante aprender pela reflexão do feito do que está em curso.

Ao salientar a importância da teoria, compreende-se não o teórico enquanto saber acadêmico elitista e especializado, um discurso que situa o passado no lugar de comando e do poder, mas sim, uma teoria que sustente e anteveja soluções para a prática. Nesse aspecto, Vieira Pinto, citado por Selma Garrido Pimenta, conceitua como se estabelece a relação teoria/prática: "o pensamento teórico, o mundo das idéias, a reflexão abstrata não existe jamais separada do plano objetivo, e portanto desligado da prática ou sem utilidade para esta, assim como não há trabalho nem ação prática sobre o mundo material que não dê em resultado uma representação teórica e não determine o aparecimento de novas idéias ou a descoberta de relações inéditas entre estas" (Apud PIMENTA, 1997:95).

Então, parece que se tem o cerne da discussão: como fazer a teoria servir de meio à transformação e reflexão sobre uma prática do ensino da História? Ou, ainda, como constituir a realidade entre teoria e prática dos professores estagiários?

Responder a tais questionamentos é (re)pensar e (re)construir como a universidade observa a escola durante o estágio e passar de uma perspectiva em que a escola é o campo de estágio para uma outra - muito mais complexa - em que a escola é o espaço da pesquisa e, também, o lugar em que se observa as próprias práticas e conteúdos da universidade. Assim, mais do que uma prática salvacionista, os acadêmicos deveriam ter sob a escola, um olhar investigativo para (re)ler, revisitar a teoria constantemente, transformando não apenas a

prática individual de trabalho, mas as relações de poder entre os seres humanos que compõem tais espaços, construindo de modo coletivo a práxis.

Nesse sentido, é preciso (re)significar o papel da escola. Selva Guimarães Fonseca, com base em Apple (1989), pontua que "a escola como lugar social deve ser analisada de várias formas. Não se trata apenas de um reflexo do funcionamento da economia, da sociedade e das exigências ideológicas da classe dominante, mas de um local de trabalho, focalizando os conflitos de classe e as formas culturais que exercem um papel contraditório não apenas na reprodução e na distribuição, mas também na produção de conhecimentos" (FONSECA, 2005: 33 - 34).

Com esse apontamento, pretende-se romper a primeira dificuldade observada em relação aos estagiários: a escola não precisa de salvação ou de um grupo de "iluminados", como se os estagiários e seus supervisores fossem os detentores do saber ideal e necessário.

No entanto, há, na escola, uma tradição homogeneizante: uma tendência para o mesmo (prática também observada, com menor rigor, na universidade) e é essa tendência que deve ser perseguida, isto é, os prováveis professores deveriam - a partir da imersão no espaço da escola - ajustar a prática para a transformação, pois "no espaço da sala de aula, é possível o professor de história fazer emergir o plural, a memória daqueles que tradicionalmente não têm direito à história, unindo os fios do presente e do passado, num processo ativo de desalienação" (FONSECA, 2005: 35).

Nesse viés, pretende-se que o estágio seja o espaço no qual haja um confronto mínimo e uma tentativa, mesmo que tímida, de ruptura ou, ainda, uma espécie de reavivamento das ações humanas, no sentido de quebra hegemônica, a fim da conscientização e das práticas autênticas das atividades de ensino.

Assim, também, o estágio ultrapassa o nível da subjetividade, ou do conhecimento individual, para uma prática historicizada - com o devido reconhecimento dos sujeitos do processo - transformando-se, desse modo, em um momento de convergência de distintas experiências e instituindo, também, o espaço para a discussão.

Nesse sentido, a educação/formação deve ser assumida como desafio e não como obstáculo intransponível. O processo de refletir, discutir e propor é contínuo e se dá diante de questões, tais como: o que fazer para os cursos expressarem uma prática criativa e inovadora? - a proposta é a teoria e a prática num processo dialético. Isso também significa que teoria e prática devem se apresentar como ato crítico. Se a prática é o ponto de partida, é também o ponto de chegada, entretanto ela não pode estar vazia de teoria.

Cabe ao professor ter a compreensão do processo histórico e do seu papel de sujeito da história, numa constante atitude de pesquisa frente ao ensino. Deve ele, junto com os seus alunos, criar alternativas para uma aprendizagem significativa e crítica. Tais atitudes cumprirão a função de sanar as camufladas dicotomias "ensino e ciência", "trabalho intelectual e trabalho manual", gestando uma cultura em que o eixo central seja o ser humano em suas realizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ENGUITA, M. F. "A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização". In: **Teoria & Educação.** Dossiê: Interpretando o trabalho docente. Porto Alegre: Pannonica, 1991, p. 41 - 61. v.4.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. "O papel do estágio nos cursos de formação de professores". In: PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 10. ed. Campinas: Papirus, 2004.

FONSECA, SELVA G. **Didática e prática de ensino de história.** 4. ed. Campinas: Papirus, 2005.

NADAI, Elza. "A prática de ensino e a universidade". In: CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (coord.). **A formação do professor e a prática de ensino.** São Paulo: Pioneira, 1988.

PICONEZ, Stela C. bertholo (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** Campinas: Papirus, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZAMBONI, Ernesta, et al. O ensino de História e os projetos pedagógicos. In: **Revista História**. São Paulo: IBEP, ano I, n. 3, jul/2001, p. 8.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Boi fujão ou homem ladrão? Conflitos em torno do furto de animais na região de Geremoabo/BA entre 1880 e 1900.

Joana Medrado Nascimento*

Resumo: Esse texto tem o objetivo de apresentar algumas questões relacionadas ao roubo e furto de animas numa zona de pecuária baiana nas duas últimas décadas do século XIX. Esses casos estão sendo pesquisados a partir dos processos crime instaurados e parecem refletir os significados da posse de animais e da maneira como tal propriedade influenciava as relações de poder locais num momento de turbulenta mudança política e econômica. Pretende-se também discutir aspectos das redes sociais locais e das particularidades de algumas ocupações como as de fazendeiro e vaqueiro.

Palavras-chave: pecuária – pós-abolição – Geremoabo

Abstract: This text has the objective to present some questions related to the theft of animals from a Bahian cattle breeding ground in the last two decades of the 19th century. These cases are being researched in accordance with the restored criminal procedures and seem to reflect the meaning of the possession of animals and of the way how such property had influenced the relationships of local power in a moment of turbulent political and economical changes. We will also discuss the aspects of the local social communities and the peculiarity of some occupations such as the farmer and the cattle rustler.

Key-words: *cattle breeding – abolition – Bahian northeast*

Em fins do século XIX o cercamento das propriedades ainda não se tinha efetivado na maioria das zonas de pecuária baianas. Assim, ter um grande número de animais era signo de status social, pois denotava ser dono de uma grade extensão de terras limitadas por divisas naturais facilmente expansíveis. Nesse texto procuro abordar os conflitos em torno da propriedade de animais na comarca de Geremoabo, região tradicional de pecuária na Bahia. Esses conflitos, conhecidos a partir dos processos criminais das décadas de 1880 e 1890, permitem observar os novos arranjos sociais ensejados pelo fim da escravidão e pelas novas estruturas políticas impostas pela República.

A primeira face destes conflitos era a disputa entre as áreas de plantio e de criação. Esse tema foi luta cotidiana entre agregados e senhores, rendeiros e grandes fazendeiros, pequenos agricultores e vaqueiros, no litoral e no sertão. Os pequenos roceiros

* Mestranda de História Social da Universidade Estadual de Campinas com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

que circundavam os engenhos litorâneos e os plantadores que residiam para além das dez léguas costeiras normalmente era quem tinham obrigação de construir os "travessões", espécie de cerca de madeira que livrava a roça do gado solto. Mas esse nunca foi um consenso, tanto que as desavenças permaneciam, sendo a invasão das roças argumento para furtos e agressões ao gado e ao dono do gado.

Ao analisar os tumultuados dias do pós-abolição no recôncavo baiano, Walter Fraga examina um processo envolvendo uma matança de bois de um engenho cujo estopim foi o espancamento do administrador pelos recentes libertos pela lei de 13 de maio. Os depoimentos dos envolvidos mostram o quanto antigas aspirações e insatisfações do tempo da escravidão foram reivindicadas como um direito após-abolição, à exemplo do cercamento da área de pastagem para que o gado não invadisse as roças dos trabalhadores do engenho. (FRAGA FILHO, 2006:165-212)

Na região de Geremoabo a questão da invasão de roças existia, mas não era tão premente. Na leitura dos 116 processos criminais da comarca entre 1880 e 1900, observa-se que dos 17 que envolviam furto ou roubo de animais, em apenas um deles o motivo é o prejuízo causado por animais nas plantações. Neste caso os acusados apreendem um cavalo da vítima e dão-lhe um tiro de "garrucha" porque "há nove meses que Pedro Oliveira Fontes, dá-lhe prejuízos com cavalos e criações e (...) em todas as vezes que entrava animais em sua roça, ele avisava a Pedro e ele providência nenhuma dava".[1] Em outros processos o tema da invasão de roças também aparece, mas é pouco expressivo. Provavelmente por tratar-se de uma zona de pecuária, os conflitos estavam mais relacionados a divergências em tono do real possessório dos animais. Muito embora seja difícil destacar os motivos que levavam aos furtos – já que nem sempre o acusado era capturado, e nem sempre admitia a culpa – é possível notar que o furto envolvia tensões políticas e era também uma forma de desacato de autoridade.

É importante salientar que o furto de animais raramente evoluía para um processo crime. Diferente de um homicídio, por exemplo, o furto era tema menos extravagante, embora parte do repertório dos queixumes locais, sendo comentado em correspondências oficiais e pessoais ao lado de notícias sobre as chuvas e a magreza do gado. Entretanto, quando alguém decidia abrir um processo contra o furto de seus criatórios, normalmente condensava nele uma série de acusações contra um suspeito ou contra toda uma comunidade – o "povo de Canabravinha", por exemplo – o que indica que o número de casos é bastante superior ao número de processos instaurados.

[1] Arquivo Público da Bahia, processo crime 08/256/17, fl. 11. Doravante APB.

De volta aos 17 processos que envolvem furto ou roubo de animais, salienta-se que 13 deles ocorreram entre outubro de 1888 e o ano de 1893. Um período acima de tudo marcado pelo advento do Estado republicano e pelo rompimento dos laços da escravidão. Esta, muito embora não tenha tido o impacto totalizante que teve nas regiões voltadas para a exportação, teve significativa presença em Geremoabo, tanto assim que entre 1880 e 1888 a posse de escravos foi mencionada em 34% dos inventários desta comarca.[2]

As demais ocorrências de furto de animais são anteriores ao ano de 1888 e, após 1893, só existe um processo, o que aparentemente indica que os fazendeiros e suas criações passaram pela guerra de Canudos incólumes, ou optaram por não envolver a polícia nesse assunto.[3] O período em que se adensam as acusações de furto é marcado também por secas, mas este é um tema que não é mencionado em nenhum processo, não obstante pudesse sensibilizar juízes e coronéis. É possível que, à semelhança do que ocorreu no Recôncavo e culminou na vingativa matança de bois do ex-senhor pelos recentes libertos, os processos contra furtos de animais de Geremoabo revelem intenções de inserir novos significados às relações sociais e de trabalho e de ampliar o caráter meramente civil da liberdade conquistada. Embora a grande parte negue a autoria do delito, outros mobilizam argumentos que remetem a essas questões, senão vejamos.

Em meados de 1893, Francisco Quintino de Jesus teria dado "um boi gordo e bom" a Porfírio da Costa Borges, importante escrivão e fazendeiro em Geremoabo. Francisco entregou o boi nas mãos do vaqueiro Miguel Victor de Jesus, mas, meses depois, estando seu filho em "pega de bois" mandou que pegasse o referido boi porque iria vendê-lo, sendo por todos aconselhado que não o fizesse, posto que o boi não mais lhe pertencia. Mas Francisco disse que "não fazia caso de processos" e cumpriu seu desejo.[4]

O réu não foi interrogado, mas se pode notar nuances de seus argumentos nos depoimentos das testemunhas. Segundo o vaqueiro Miguel Victor, o boi foi dado a Porfírio por cumprimento de uma dívida, em troca de uma "acomodação" numa "questão de Francisco com seu primo Galdino". Mas, em razão de "não ter sido satisfeito no quanto desejava", Francisco Quintino voltou atrás e tomou de volta o boi, muito embora o vaqueiro acreditasse que era "público e notório ter o queixado sido satisfeito em tudo".

---

[2] Afastando-se da data limite esse percentual aumenta: até 1884 eram 40% os inventários com registro de escravos

[3] A cidadela de Canudos era parte da Comarca de Geremoabo. Toda a região esteve de certa maneira envolvida no conflito que gerou a guerra já que os conselheiristas peregrinaram por muitos lugares. A vila de Geremoabo era inclusive conhecida como o local em que os conselheiristas costumavam provisionar-se.

[4] APB, processo crime, 01/17/12.

Há, portanto, dúvidas quanto ao real possessório do boi, ou ainda o ousado Francisco decidiu peitar um poderoso da região porque estava insatisfeito e "não fazia caso de processos". Interessante é que, misteriosamente, Porfírio decide encerrar ou desistir do processo perdoando o réu. É recorrente no interrogatório das testemunhas perguntas sobre o reconhecimento público da posse do boi, o que reforça a suposição de que os laços de propriedade poderiam estar um pouco frouxos nesse período.

Definir publicamente a legitimidade sobre a posse de terras e animais é uma árdua tarefa no século XIX. Cada vez mais se intensifica a busca pela precisão de limites seja em decorrência da legislação, seja para evitar perdas futuras. Em um estudo sobre a transmissão de patrimônio em Maricá - RJ na segunda metade do século XIX, Márcia M. M. Motta observa a importância dos "rituais de posse" para garantir o direito sobre uma terra como "lançar terra ao ar, cortar ramos de árvores, (...) passear pelo campo e entrar nas casas fechando e abrindo os portões dela". Motta argumenta que a inexistência de demarcações dos limites das terras inviabilizava a palavra final sobre a propriedade e por essa razão o ato de entrar na justiça reivindicando a posse de uma área podia significar mais do que querer ganhar uma causa, transformando o mero ato jurídico também num ritual de posse. (MOTTA, 2006: 246)

Talvez seja possível pensar num paralelo com a posse de animais já que em Geremoabo os cercamentos eram precários e os animais eram em geral criados à solta.[5] Assim, a inexistência de demarcações nas terras em geral e nas pastagens em particular, definia um frágil domínio sobre tais bens proporcionando um campo aberto para disputas de interesse e proveitos. Ao instaurar um processo denunciando o furto de animais o suposto proprietário tentava reiterar publicamente seu domínio sobre a terra e também sobre os animais que nela pastavam.

Quando José da Costa Silva Passos, criador e proprietário, decide pôr fim à série de furtos que ocorriam em seus rebanhos ovelhum e cabrum em duas de suas fazendas, quatro distintos fazendeiros vieram acudi-lo testemunhando a seu favor e legitimando sua queixa. Ao longo de nove meses foram subtraídas 50 cabeças de animais do proprietário e, segundo os depoimentos das testemunhas, os acusados tinham levado também gados, criações e lavouras de outros fazendeiros. Apenas nos idos de 1891 é que o fazendeiro resolveu dar queixa dos acusados que de um ano para cá "têm furtado duplamente".[6] (APB, processo crime, 09/301/12).

[5] O gado *vaccum* era recolhido ao curral apenas anualmente quando os vaqueiros organizavam as festivas "pega de bois" para apartar o gado (daí o termo "apartação"), diferenciando os seus donos ao aplicar o ferro da fazenda

[6] APB, processo crime, 06/209/14.

Ao menos a identificação dos culpados é simples: aqueles que não têm domicílio certo nem meios de vida conhecidos estão logo no rol de suspeitos. A recorrência dessa associação, nesse e em outros processos, demonstra o medo dos proprietários em relação aos indivíduos que não estão inseridos em redes sociais conhecidas e, portanto, não se pode controlar.

A impressão que dá ao examinar este processo é que o criador era relapso ou seu vaqueiro conivente porque o sumiço de 50 cabeças não é nada desprezível. Considerando que a vítima não residia em uma das fazendas onde ocorreram os furtos, as duas possibilidades são válidas. Acompanhando o raciocínio de Motta, sugiro que o débil domínio sobre a terra, ensejados pela inexistência de cercas e pela administração indireta, poderia explicar tanto a impossibilidade de "tomar conta de tudo" quanto uma certa conivência costumeira dos vaqueiros com os furtos. Em relação a essa possível conivência a análise de dois outros processos é elucidativa.

No primeiro, Amâncio Bispo Filgueiras se queixa ao subdelegado da ofensa que lhe fez seu cunhado Torquato e mais outros dois sobrinhos de sua mulher. Ao se encontrarem na estrada, Torquato teria dito que estava na hora de acertar uma questão e deu em Amâncio alguns golpes na cabeça com seu facão. De acordo com as testemunhas, e com o próprio ofendido, o motivo teria sido que no tempo em que Amâncio era vaqueiro de João Querino, tendo sumido umas criações do seu patrão ele se pôs a investigar e descobriu que era Torquato o ladrão. Como um bom vaqueiro, Amâncio delatou seu cunhado, ignorando supostas solidariedades horizontais, e ganhou uma inimizade. Para uma das testemunhas Torquato não teve cerimônia: "foi eu que desenganei aquele cabra e fiz-lhe um serviço bonito um facão de cinco mil reis não cassua nem dá talho perdido". Não restaram dúvidas de que o crime foi de vingança, não obstante a polícia não tenha recolhido os depoimentos dos réus, e nem os próprios réus.

No segundo processo, João Barboza da Cruz é surpreendido esfolando uma ovelha supostamente furtada dos pastos de Antônio Pereira Carvalho. Ele nega a acusação afirmando que a ovelha havia sido comprada a Pito, agregado de Salustiano José do Bomfim. Mas o queixoso vai tirar satisfações com Pito e este diz que não tinha vendido ovelha e sim um carneiro e que João Barbosa tinha lhe pedido para confirmar essa versão falsa, coisa que ele decidiu não fazer. Desdito e sem provas a seu favor João é considerado culpado, apesar de tentar recompor sua versão com uma história complicadíssima.[7]

[7] APB, processo crime, 15/523/08.

Segundo as testemunhas o nome de Pito era um "salvatério" usado pelo acusado para poder livrar-se da culpa. Por duas vezes ele usa o nome de Pito: dizendo que tinha comprado a ovelha na sua mão e dizendo que não podia vender o couro para o queixoso (que tentava a todo custo comprovar se os sinais da ovelha esfolada de fato conferiam com os da sua) porque a venda do mesmo já estava prometida a Pito. Mas por que João confiou tanto em Pito? Por que Pito traiu João?

Ambos os processos são de outubro de 1888, apenas há alguns sugestivos meses da lei de 13 de maio. Aparentemente portadores de um discurso de fidelidade entre empregados (vaqueiros e agregados) e fazendeiros, esses processos revelam algumas das mudanças deste período posto que há a expectativa de confiança sendo seguida por uma frustrante mudança de planos: Torquato esperava que a posição de cunhado falasse mais alto que a de vaqueiro em Amâncio e este não o delatasse. O mesmo aconteceu no segundo processo em relação a João que acreditou que Pito fosse acobertá-lo no seu furto, e até conluiou com ele, mas Pito decidiu ficar do lado do proprietário.

Esses processos mostram aspectos como o desrespeito de autoridade, no caso de Francisco Quintino tomando de volta o boi que devia ao poderoso Porfírio da Costa Borges, e a formação de novas solidariedades e arranjos sociais revelados nos casos de agressão ao vaqueiro Amâncio, de furto perpetrado por João Barbosa da Cruz e também no testemunho do vaqueiro Miguel Victor a favor de seu patrão Porfírio. Pelo contexto em que ocorreram sustento que tais aspectos podem ser derivados da desarticulação das forças políticas locais e pelo fim da escravidão.

A passagem da monarquia para a república não foi pacífica em Geremoabo. Sendo os principais chefes políticos locais monarquistas, quando é decretada a nova ordem eles têm que se adaptar às pressas. Em 1893 as lutas políticas são acirradas e localmente dois grupos estão se enfrentando: os vianistas, partidários de Luis Vianna então governador da Bahia e os gonçalvistas, adeptos de José Gonçalves, antigo governador. É interessante notar como os processos criminais de Geremoabo estão recheados de casos de perseguição e vingança política, nas quais ocorrem agressões, soltura ilegal de presos e até incentivo e proteção aos conselheiristas com vistas a enfraquecer o governo.[8] Portanto, era um momento em que as alianças tornavam-se um distintivo social importante para indivíduos de qualquer classe. Associado a isso, o pós-abolição fortaleceu a crença na ascensão social, o que, não raro, significou acordos pontuais ou perenes com os fazendeiros.

[8] A propósito esta é uma acusação que recebe Porfírio da Costa Borges (APB, processo crime, 28/983/17).

Renan Soares sustenta que a pecuária nordestina viu surgir três momentos distintos das relações entre subalternos e patrões. O primeiro com o escravismo no qual a segurança econômica derivava da louvação dos méritos e qualidades do senhor. O segundo com a "decadência da organização agrária" quando o empregado passa a proteger de forma efetiva seu patrão com a finalidade de promover-se perante os demais e oferecer, ele mesmo, proteção aos outros. Por fim, no terceiro momento, associado ao "advento da burguesia", quando o empregado busca pleitear parte do poderio do patrão como recompensa do seu trabalho. Ainda segundo Soares, o cercamento das propriedades dá feições de capataz aos vaqueiros que passam a responsabilizar-se pela integridade física das fazendas. (SOARES, 1968: 67).

Embora haja escassa sustentação empírica no estudo de Soares suas conclusões parecem interessantes. De fato os processos criminais apontam para essas mudanças nas relações de dominação e nos arranjos sociais, como pôde ser observado acima. É provável que um dos fatores que manipulavam essa mudança tenha sido o próprio sistema de pagamento dos trabalhadores, já que estes começam a exigir salários além dos tradicionais animais de partilha que recebiam anualmente. Na visão de Soares, o sistema assalariado "avilta" os vaqueiros que antigamente poderiam tornar-se criadores, porém não parece ser esta a idéia que emerge dos documentos. Correspondências entre fazendeiros sugerem forte receio desses vaqueiros-administradores que não se sujeitam mais facilmente, exigem aumentos de salários, continuam receber os animais da partilha, têm percentuais garantidos na venda de requeijão e couros e ainda se concentram nas "suas agências". [9]

Aliada a essa espécie de auto-confiança profissional, que talvez seja responsável pelo imaginário acerca do vaqueiro destemido e orgulhoso de "individualismo arrogante", na definição de Câmara Cascudo, esteve o exercício das funções de capatazia. Em dois processos há referência a vaqueiros que são reconhecidos pela função de inspetores de quarteirão e guardas de tropa. Nessas funções são requisitados para resolver conflitos, perseguir bandidos e até dar voz de prisão na falta de um delegado. Especialmente nos processos que referem aos furtos de animais, os vaqueiros são apresentados como os encarregados de investigar quem eram os ladrões em razão de serem conhecedores dos ferros dos fazendeiros. São deles os testemunhos válidos para averiguar a verdadeira propriedade de muitos animais já que eram os responsáveis pela apartação e partilha nas fazendas.[10] Além disso, eram durante as "pegas

[9] Fundo Barão de Jeremoabo, Fundação Clemente Mariani/BA, correspondência passiva, 0489P.

[10] O momento da "apartação" coincidia com o da partilha ou "quarteação", ou seja além de ferrar o gado dos criadores, os vaqueiros recebiam sua parcela de gado em retribuição aos serviços prestados na fazenda: um de cada quatro ou cinco bois nascidos naquele ano. O termo "pega de boi" é bastante usado em Geremoabo para referir a essa ocasião.

de boi", organizadas pelos vaqueiros, que se cantavam as façanhas dos "bois encantados" que nenhum vaqueiro poderia pegar em razão de sua ardileza. Eram os "bois fujões" que eventualmente poderiam mesmo encobrir "homens ladrões".

O fato é que nesse fim de século estavam se processando mudanças nas estratégias de obter segurança material e galgar posições mais prestigiosas na sociedade. Se durante muito tempo o mais indicado era manter-se ao lado dos patrões, embora também burlando sutilmente o seu poderio, nesse momento, com a desagregação das elites e do sistema que definia os parâmetros de dominação social (o escravismo), essa regra não era mais tão partilhada. O que a década de 1890 começa a presenciar é uma nova estratégia para se afirmar e valorizar socialmente, o que na maioria das vezes esteve relacionado a realizar as alianças que se julgava mais proveitosas para atingir tais objetivos.

São inúmeros os aspectos que podem ser visualizados a partir do multifacetado mundo dos processos criminais. Por ser um registro dos conflitos cotidianos de uma sociedade eles permitem observar possíveis mudanças na mentalidade e na conduta dos indivíduos e grupos sociais. Por entre discursos explícitos ou não o mundo aparentemente bucólico das fazendas mostra sua face turbulenta, os interesses contraditórios e as expectativas de mudança que se materializam dia a dia na sociedade.

Referências Bibliográficas:

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 11ª ed., São Paulo: Global, 2002.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.

MOTTA, Márcia Maria de Menendes. *Feliciana e a botica: transmissão de patrimônio e legitimidade de direito à terra na região de Marica (segunda metade do século XIX).* In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). **Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.

SOARES, Renan Monteiro. **Aspectos sociológicos da Pecuária Nordestina**. Recife: UFPE – imprensa Universitária, 1968.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

De criança a aluno: a escola numa comunidade rural no interior da Bahia (1940-1960)

Tânia Mara Pereira Vasconcelos*

RESUMO: Esse texto se propõe a analisar a disciplina da escola paroquial em Serrolândia (1940-1960). Essa escola foi a primeira escola formal existente nessa comunidade. Fundada por um Padre austríaco, que possuía grande destaque e autoridade, graças ao exercício de funções caritativas e assistenciais em toda a região. O ensino era gratuito e a disciplina era extremamente rígida, com base num ideal religioso. O uso de premiações e sanções, através dos castigos físicos, bem como a catequização dos alunos, eram as estratégias utilizadas para garantir a disciplina. No entanto, encontramos resistências a esse sistema, com a existência de vários casos de expulsão de alunos por insubordinação. As fontes utilizadas se constituem de depoimentos orais, jornais de Jacobina, além de livros de matrícula e assiduidade da escola paroquial.

Palavras-chave: Escola - Religião - Disciplina.

ABSTRACT: That text aims to analyze the discipline of the parochial school in Serrolândia (1940-1960). That school was the first existent formal school in that community. Founded by an Austrian Priest, that possessed great prominence and authority, thanks to the exercise of charitable functions in the whole area. The teaching was free and the discipline was extremely rigid, with base in a religious ideal. The use of awards and sanctions, through the physical punishments, as well as the students' catechization, were the forms used to guarantee the discipline. However, we faced resistances to that system, with the existence of several cases of students' expulsion for insubordination. The used sources consist of oral depositions, newspapers of Jacobina besides registration books and regular attendance of the parochial school.

Keywords: School - Religion - Discipline.

Levando em conta ser a infância um conceito construído historicamente, procuro analisar nesse estudo discursos e práticas presentes na escola que refletem a mentalidade em relação à criança. A escola aparece como uma das principais instituições que visam o ajustamento da criança, sendo identificados três tipos: a escola particular rural, a escola paroquial e a escola pública. No presente texto, devido à exigüidade do espaço, optei por apresentar um recorte que trata apenas da escola paroquial.

Serrolândia é um pequeno município[1] do interior da Bahia, localizado no Semi-árido baiano, a 319,9 Km de Salvador. Foi fundado no início dos anos 1940, como povoado de Serrote,

* UNEB / USP

pertencente ao município de Jacobina. Tornou-se vila em 1952, tendo sido emancipado em 1962.

A escola paroquial

A escola paroquial foi fundada no povoado de Serrote em 1941, trazida pelo Padre austríaco Alfredo Haasler, que ficou muito conhecido na região de Jacobina como um "grande catequizador", tendo fundado escolas em toda a micro-região. Foi a primeira escola formal existente no povoado. Funcionava com uma única classe no sistema multisseriado. O ensino era gratuito, as professoras vinham de fora, ficando hospedadas em casas de pais de alunos. Essa escola permaneceu no Povoado de Serrote até meados dos anos 1950.

A escola paroquial tinha uma interferência direta na vida da comunidade. A figura do Pe. Alfredo era extremamente respeitada, exercendo talvez uma influência maior que a do Estado. Suas funções ultrapassavam muito as sacerdotais, se tornando quase um mito naquela região devido sua atuação caritativa, conforme nos relata os depoentes.

> ***D. Elisa****: Ele (Pe. Alfredo) trabalhava em prol da comunidade. No lugar que tinha escola paroquial ele era de parteiro a juiz. Freqüentava, visitava, conhecia todo pai... conhecia todo mundo, num é? E ajudava a todos e ele receitava, trazia remédios (...)No período que ele vinha ele ficava mais de dois dias porque ele tinha que reunir com os pais. No primeiro dia era missa, era batizado, esse negócio todo e depois, os outros dias era pra reunir com os pais, com os alunos. Me lembro que ele verificava as caderneta tudo, pra ver o andamento dos alunos.* [2]
>
> ***D. Isabel:*** *Pe. Alfredo era padre e médico, ele era quem dava a medicação, quando adoecia um a gente levava por conta dele pra Jacobina.*[3]
>
> ***Sr. Reinaldo:*** *...o padre Alfredo também ajudava muito em medicamentos, fardas. Minha mãe por exemplo recebia um bocado de coisas porque não tinha condição, viúva sem marido e com nove filhos, era difícil.*[4]

D. Elisa e D. Isabel foram alunas na década de 1940, a segunda se tornou professora na década de 1950, tendo sido professora do Sr. Ronaldo.

A atuação assistencial do Pe. Alfredo também é destacada no jornal O Lidador, de Jacobina, em matéria escrita pelo Pe. Antônio Vieira, em 31.07.1955:

---

[1] A população de Serrolândia, segundo dados do IBGE, era de 12.616 habitantes em 2000. *IBGE. Censo Demográfico de 2000*.

[2] Elisa de A. Moreira, entrevista concedida em 15.11.2004.

[3] Isabel dos Santos Lima, entrevista concedida em 12.08.2006.

[4] Reinaldo Moreira de Lima, entrevista concedida em 10.04.2007.

> *Aquela gente, porém, conhece um Samaritano: o vigário da paróquia: Padre Alfredo Haasler. (...) Periodicamente Padre Alfredo visita todos os pontos da paróquia, levando consigo, em alforges e em cargas, remédio, vitaminas, leite em pó e roupas que distribui a todos os deserdados da sorte. Tornou-se por vocação, médico das almas. E por necessidade, médico do corpo, receitando doentes, distribuindo e aplicando gratuitamente os medicamentos. (...) – Não é só! Mantém, desde 1939, Escolas Paroquiais, nestes recantos abandonados, com matrícula, às vezes, superior a 600 alunos. Pagos as próprias expensas o professorado, as bancas, fardas e livros para as crianças mais pobres...*

As múltiplas funções exercidas pelo Pe. Alfredo - eclesiástica, médica, caritativa e pedagógica - provavelmente lhe conferiam o poder de maior autoridade dentro da comunidade. A Igreja, como um poder legitimado, acabava exercendo um controle sobre os comportamentos, facilitado pela penetração que a instituição escolar tinha naquela comunidade.

A extrema organização e rigidez da escola paroquial foi comentada por todos os depoentes. A pontualidade e a higiene eram requisitos indispensáveis aos alunos, como comenta o ex-aluno Sr. Florivaldo: "Tinha disciplina mesmo e o horário, era horário britânico, tinha que chegar na hora e sair na hora (...) todo mundo de unha cortada e cabelo penteado..."[5] D. Isabel, que foi aluna e professora atesta a continuidade desse modelo:

> *As professoras eram muito rigorosas, a gente não podia entrar atrasado na sala de aula, muitas vezes quando a gente chegava atrasado um pouquinho os alunos todos se levantavam, então a gente ficava envergonhado daquilo, de chegar atrasado. Os professores eram muito rigorosos em horário, então a gente ficou nesse estilo. Quando nós começamos a ensinar a gente também seguia o mesmo ritmo dos professores, daquilo que a gente aprendeu (...) a sala era bem organizada, quando entrava era em fila, quando saia era em fila bastava a gente bater palma todo mundo levantava e entrava na fila... e todo mundo obedecia, todo seguia o ritmo da escola direitinho.*

A preocupação com a ordem, a pontualidade e a higiene é parte de um ideal moderno civilizador que visa disciplinar a população, interferindo no seu cotidiano, procurando assim, modificar hábitos e costumes. A disciplina da escola paroquial era bastante rígida, fundamentando-se numa moral religiosa. Os castigos eram muito freqüentes como na maioria das escolas da época. A sabatina se constituía o principal método de verificação da assimilação dos conteúdos. Vejamos como os alunos e a professora recordam esses momentos:

---

[5] Florivaldo M. Souza, entrevista concedida em 10.11.2004.

> ***D. Elisa:*** *Por qualquer coisa apanhava, era uma coisa impressionante, as professoras batiam mesmo (...) Botava de castigo se num desse a lição. Tinha que aprender a lição de cór, tinha que aprender de cór e salteado, e a professora perguntava e tinha que responder ali, sem faltar uma vírgula.*
>
> ***Sr. Reinaldo:*** *A disciplina era a melhor possível porque os professores eram rígidos, eles faziam questão que os alunos aprendessem. De que maneira? Através de conselhos e pancadas, pra sentir a dor física mesmo. Por exemplo na hora da sabatina mesmo, quando a pergunta era feita ali e eu errava, teria que apanhar porque não estudou (...) existia naquela época a palmatória furadinha no meio, ardia demais, e a régua, nós tínhamos medo da régua e da palmatória. Com a régua batia no braço, eram lugares escolhidos pelos professores, isso acontecia quando conversávamos muito e não dava atenção.*
>
> ***D. Isabel:*** *E a disciplina era assim, a gente castigava num é? As vezes a gente fazia sabatina e naquelas horas é que os próprios colegas batiam nos outros, num era tanto a professora que batia era mais... quem sabia mais batia mais, o negócio era esse. E a gente às vezes castigava o aluno num é? Diz que corrigir é amor. Ninguém fazia por maldade, mas por correção e todo mundo respeitava.*

O uso dos castigos físicos geralmente não é questionado pelos ex-alunos da escola paroquial. A maioria considera que "a de escola antigamente era melhor que a de hoje", expressando um certo saudosismo, muito comum em relatos orais. As professoras entrevistadas, também de outras escolas em Serrolândia, embora admitam que aplicavam castigos físicos em seus alunos, o fazem demonstrando um certo constrangimento. O uso da palmatória, feita pelos alunos nos momentos da sabatina e não pela própria professora, aparece como uma forma de amenizar uma prática não mais aceita atualmente.

Mary Del Priore (1999, p.97) comenta a naturalidade dos castigos físicos como forma de educar as crianças, no período colonial. "A correção era vista como uma forma de amor." A partir da segunda metade do século XVIII, com a instituição das Aulas Régias, a palmatória passa a ser o principal instrumento de correção. Como vimos, esse concepção permaneceu até meados do século XX, em muitos lugares como Serrolândia.

A disciplina da escola paroquial era calcada em princípios religiosos. Além de haver o ensino religioso nas aulas, os alunos deveriam ser necessariamente católicos, freqüentando todas as missas e participando da catequese. Havia um grupo denominado Cruzada, do qual D. Elisa e D. Isabel fizeram parte.

> ***D. Elisa:*** *Tinha oração* (na escola)*, iniciava com oração e encerrava com oração (...) Tinha catequese, tinha missa e tinha um grupo, eu mesmo era do grupo (...) A Cruzada era um grupo de alunos que tinham responsabilidade de distribuir folheto. (...) Quando Pe. Alfredo chegava tinha reunião dos alunos do grupo da Cruzada. Nós tínhamos uma fita vermelha... Não! Cruzada era azul claro com uma medalha (...) se tinha o pai de um aluno doente, qualquer coisa a gente dava notícia à professora. Era como um grupo de evangelização.*
>
> ***D. Isabel:****...era como líder, líder dos colegas (...) em qualquer setor, em qualquer lugar, na rua e em qualquer lugar. A gente tinha mais obrigação do que os outros de cuidar, tanto da religião quanto da parte cívica, de tudo.*

Parece-nos que esse grupo tinha uma função disciplinar, que funcionava como uma espécie de vigilância, atuando de certa forma como intermediário da relação escola-comunidade, mantendo as professoras sempre informadas sobre a vida das famílias dos alunos. A hierarquia era fundamental nesse sistema disciplinar. D. Elisa comenta os critérios de escolha desses alunos:

> *Através do comportamento... mais comportado (...) era oração, um ajudava o outro. É uma irmandade, entendeu? Depois disso, quando a gente saía da Cruzada, que passava... que lá é até a adolescência, né? No final da adolescência as meninas iam ser filhas de Maria, aí já mudava a cor da fita, a fita já era vermelha.*

A Cruzada provavelmente se constituía como uma elite dentro da escola. O distintivo utilizado eles, se modificava à medida que o grupo atingia uma outra faixa etária. É provável que o que diferenciasse esse grupo do restante dos alunos fosse sua maior adequação à disciplina desejada pela escola. Segundo D. Elisa: "Os alunos da escola paroquial, eles eram preparados (...) A gente na época da Semana Santa, jejuava os três dias. (...) a turma que era da Cruzada não tomava café, ia pra escola, lá pra o salão e depois os pais mandavam o café, a gente tomava café já era tarde."

O sacrifício religioso aparece como mais uma forma de diferenciação dos alunos da Cruzada. A dimensão religiosa dessa escola está relacionada a uma visão de infância, que idealiza a criança como um ser puro e inocente.

Segundo Del Priore (1999) os jesuítas foram responsáveis pela elaboração dos primeiros modelos ideológicos sobre a criança no Brasil. Na Europa, ao longo do século XVI, fabricou-se a devoção ao menino Jesus. O sentimento de valorização da criança, a partir daí, esteve presente nos discursos dos padres que, na intenção de evangelizar os habitantes do "Novo mundo" davam preferências às crianças, consideradas como "o papel branco", a "cera virgem", mais propensos a aceitar os ensinamentos religiosos católicos do que os adultos. Nesse sentido, a infância é percebida como um momento oportuno para a catequese. Com base nesse ideal, se formaram os primeiros colégios do Brasil colonial.

A disciplina escolar teve origem na disciplina eclesiástica, sendo os jesuítas os primeiros a chamar a atenção para a especificidade infantil. Segundo Ariès (1981, p.191), "ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual e foi adotada por sua eficácia por que era a condição necessária do trabalho em comum".

A partir das análises de Michel Foucault (1979, p.187) foi possível pensar a disciplina como um novo tipo de poder, uma das grandes invenções da sociedade burguesa. "É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância". As disciplinas têm como principal objetivo a normatização, através do adestramento dos corpos. A punição no sistema disciplinar funciona através do mecanismo gratificação-sanção.

Podemos identificar na escola paroquial de Serrote um sistema disciplinar baseado na hierarquização, através de promoções e brindes, segundo D. Elisa:

> *Final do ano assim, Pe. Alfredo trazia, fazia brinde, alunos que mais destacavam ganhavam (...) Tinha primeiro lugar, segundo lugar (...) Era pelas notas, somava comportamento também, viu? Mais quase... o comportamento dos alunos na escola era bom, porque a escola paroquial catequizava mesmo. Era difícil ter um aluno insubordinado na sala de aula, num tinha.(...) Todo mundo entrava ali, era o mesmo comportamento, como se estivesse na Igreja...*

Para a depoente, o "bom comportamento" era conseqüência da catequização, que atingia a todos. Apesar de três ex-alunos entrevistados não se lembrarem de haver insubordinação por parte dos alunos, através da documentação escrita foi possível perceber que essa disciplinarização não era assim tão hegemônica, nem pacífica. Nos livros de matrícula encontramos vários casos de expulsão de alunos por "desobediência" ou "insubordinação". No livro de matrícula de 1944, aparecem registrados dois casos de expulsão por desobediência. Em 1945, aparecem mais quatro casos semelhantes. Um deles foi o aluno Dermival Vilas Boas, que aos 14 anos cursava a 4ª série, tendo sido matriculado no dia 05 de março, sendo expulso em 30 de julho. Nesta mesma data, seus irmãos Dianor, Dinorá e Dalva, aparecem como "eliminados em protesto a desobediência do irmão".

Entrevistei o Sr. Dermival, solicitando que relatasse esse fato. Ele demonstrou não se lembrar muito bem de como tudo ocorreu e não confirmou a versão da expulsão por desobediência registrada no livro. Segundo o depoente seu pai o retirou da escola porque ele se sentia discriminado pela professora, achava que ela tinha preferência por um outro colega, o que lhe despertava ciúmes.

> *...então a professora tinha mais assim... uma espécie de proteção mais a Flori, e a gente, você sabe que fica ciumado, aquela coisa, então a gente achava que qualquer coisinha vinha um castigo pra gente, foi daquele tempo que tinha castigo (...) Mas a coisa chegou a tal ponto que meu pai reconheceu que havia uma perseguição pra mim, eu só... mas quase sempre chegava contrariado, porque a professora, as coisas mais difícil, me botava pra não acontecer o resultado bom (...) então quando chegou no meio do ano, aí meu pai me tirou, me tirou não, me levou pra roça, ai eu acabei. Foi a última escola que eu tive foi essa.*[6]

Sr. Dermival não se lembra muito bem da saída dos seus irmãos da escola e, apesar do fato ocorrido, afirma que a escola era muito boa, expressando uma certa auto-culpabilização pelo fato de não ser muito bom na escola: "eu sei que eu achava os outros também, era mais inteligente do que eu, Flori mesmo era... os meus irmãos era melhor do que eu, eu era mais rude, eu era mais chegado a negócio de roça."

O sistema de hierarquização presente nessa escola provavelmente provocava esse tipo de sentimento em muitos alunos que não se adequavam às exigências impostas. É significativo o caso dos irmãos do Sr. Dermival terem saído da escola em protesto à sua expulsão, como está registrado no livro de matrículas. Este fato nos indica uma resistência por parte dos alunos e dos pais contra a excessiva rigidez da escola e principalmente contra um sistema classificatório implícito na relação professor-aluno. A concessão do privilégio aos "melhores alunos" de uma proximidade maior com a professora, e a discriminação dos outros, faz parte de um sistema normatizador, que hierarquiza os indivíduos e divide-os entre "os bons e os maus". Segundo Foucault:

> *A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. (...) A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares. (...) O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.* (FOUCAULT, 1999, p.151)

Em 1946 houve mais três casos de expulsão de alunos registrado nos livros da escola e em 1947 mais um. Nos livros de 1948 até 1951, não aparecem mais nenhum caso de expulsão de alunos. Não consegui ter acesso aos livros posteriores a essa data. D. Isabel, que foi professora em Serrolândia por volta de 1955, afirmou nunca ter expulsado um aluno. No entanto, se lembra que era uma recomendação do Padre: "quando tinha um insuportável a gente expulsava, Pe. Alfredo exigia. Dizia ele, pra não prejudicar os outros, né? Quem não queria nada não ficava."

Nos livros de matrícula que tive acesso, correspondentes a nove anos, havia dez casos de expulsão por desobediência ou insubordinação, o que indica ser este um fato muito

[6] Dermival Vilas Boas, entrevista concedida em 13.04.2007.

presente nesta escola, especialmente entre os anos de 1944 a 1947. A partir de 1948 estes casos desaparecem, o que me leva a pensar em duas hipóteses: teria havido a partir desse momento um maior afrouxamento da disciplina ou os alunos se adequaram a ela, tendo sido realmente "catequizados", como supõe a depoente Elisa. A segunda hipótese me parece menos provável, pois não acredito na possibilidade da disciplina se impor de tal forma a ponto de não haver resistências a ela.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petropólis: Vozes, 1999.

_____. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.

MANACORDA, Mário A. *História da Educação*: *da Antigüidade aos nossos dias.* São Paulo, SP: Cortez, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Instituto Braudel, 2005.

REIS, Diomedes Pereira dos. *Serrote de ontem, Serrolândia de hoje.* Salvador: Press color, 1994.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil (1930-1973).* Petrópolis: Vozes, 1999.

VASCONCELOS, Tânia Mara P. Do castigo ao prêmio: concepções de infância e educação numa comunidade do interior (1940-1970). *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade.* UNEB, v. 14, num. 24 - jul/dez. 2005. p. 175-191.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Espaço de devoções: o Museu do Negro narrando histórias

Andréa Lúcia da Silva de Paiva*

Resumo: O Museu do Negro encontra-se localizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos sob os cuidados de uma irmandade setecentista. O objetivo deste trabalho consiste em descrever os diversos enquadramentos de memórias observados neste museu, com base em suas coleções e nas ações de alguns indivíduos, a fim de nos revelar as estratégias de apropriações e usos que percorrem esse espaço. Sendo assim, o Museu do Negro se apresenta como um *locus* capaz de nos revelar um "trançado" de narrativas onde uma memória histórica se posiciona como luta pela permanência de um grupo religioso e pela resignificação das culturas negras. Como metodologia de trabalho utilizaremos a observação participante, entrevistas e análise de alguns documentos.

Palavras-chave: museu - memória - espaço

Abstract: The Museu do Negro is located at the Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos under the care of a 18th century brotherhood . The purpose of this work consists of describing the various framings of memory observed at this museum, based on its collections as well as on the actions of some individuals, in order to disclose the strategies of appropriations and uses which go through this space. Thus, the Museu do Negro presents itself as a locus able to reveal a "braid" of narratives where a historical memory is positioned as the struggle for the permanence of a religious group as well as for the resignification of the black cultures. As work methodology, we will use the participating observation, interviews and analyses of some documents.

Keywords: museum – memory - space

O Museu do Negro está sob os cuidados de uma organização institucional social e cultural: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

As irmandades são comunidades organizadas em torno da eleição de um determinado padroeiro com quem os irmãos dividem simbolicamente sua devoção. Demarcando espaços através das demonstrações públicas de religiosidade, como as procissões de santos que percorriam as ruas da cidade, cabiam também a elas um caráter sócio-assistencial. Era no interior dessas organizações que os irmãos podiam exercer um convívio familiar e podiam construir uma rede de auxilio mútuo para que pudessem resolver questões como: doença,

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orientandor: Prof. Dr. José Reginaldo Santos Gonçalves.

desamparo da família, velhice e morte (SOUZA, 2002; KARASCH, 2000; SOARES, 2000; BAHIA, 1994; REIS, 1992; SCARANO, 1978).

No Brasil, a devoção a Nª. Sª. do Rosário teve grande adoração entre os escravos que tinham também como patronos Santa Efigênia, São Benedito Santo Antônio de Catagerona, São Gonçalo, Santo Onofre, os quais, segundo a historiografia tradicional, eram santos pretos ou pardos e "gozavam", por isso, de singular popularidade. Foi por meio de suas irmandades, sobretudo a do Rosário, que os "homens pretos" procuraram adquirir *status* social, principalmente em Minas Gerais, onde buscavam ganhar posição dentro de uma sociedade escravocrata. Eles encontravam nas irmandades "uma ocasião de agir como criaturas humanas, de saber lutar pelo seu grupo" (Scarano,1978:2).

Da união das confrarias de Nª. Sª. do Rosário e de São Benedito, ambas fundadas por negros alforriados, ladinos e escravos, fundou-se a Irmandade de Nª. Sª. e São Benedito dos Homens Pretos, no Centro do Rio de Janeiro. No início do século XVIII, através das doações, os escravos construíram a sua igreja na Rua Uruguaiana, antiga Rua da Vala, visando algumas ações como o culto aos padroeiros e o enterro de seus mortos (MAURÍCIO, 1947).

Por está situada nesta rua, a igreja ocupa uma posição estratégica, num ponto de convergência entre ruas e redes de transporte coletivo e camelôs. Os pedestres, em passagem por esta rua, são capazes de observar artesãos, bicheiros e artistas de rua que buscam o divertimento do público com suas brincadeiras. Na porta da igreja, tanto quanto em suas laterais, além do serviço de moto táxi, o observador também se depara com pedintes, engraxates, baianas que jogam búzios e com vendedores que, em pequenas barraquinhas improvisadas, vendem velas ao lado de crianças, cachorros e alguns moradores de rua. Em alguns momentos, ao passar em frente à igreja, o pedestre pode surpreender-se com alguns devotos que vendem medalhas de santos a qualquer preço, "o preço da sua devoção" (como certa vez ouvi). Esse espaço da Rua Uruguaiana, assim se apresenta como uma categoria física e simbólica, e por tal, de importância fundamental na vida dos devotos[1].

Ao entrar na igreja tão logo se vê duas enormes imagens dos santos padroeiros: do lado esquerdo, a imagem de Nª Sª do Rosário e, à direita, a imagem de São Benedito. Cada santo apresenta um altar forrado sempre por um pano branco e de renda. Abaixo de cada altar há jarros de flores e uma grande cesta de palha onde os fiéis depositam suas doações ao santos. No século XIX esta igreja foi, por duas vezes, a sede do Senado da Câmara (entre

[1] Venho observando a presença de camelôs durante as missas de 12:00 e 16:00. O trabalho de Patrícia Delgado Mafra (2005) ao descrever o cotidiano dos camelôs no Centro, explicitando as situações vivenciadas por eles nas três possibilidades de exercício dessa ocupação (na "pista", no camelôdromo e nas barracas) torna-se uma importante referência para a pesquisa visto que a autora atribui um destaque à Rua Uruguaiana.

1809 e 1822; e de 1822 a 1825). Nas vésperas do Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, um membro da irmandade denominado José Clemente Pereira teria deixando um abaixo-assinado, com oito mil nomes, pedindo ao príncipe regente que não retornasse a Lisboa como queria a Corte Portuguesa. A estas informações somam-se outras relacionando a irmandade com a luta abolicionista. Estes dados vêm sendo obtidas no IPHAN e pelas narrativas dos dirigentes da Irmandade, em especial, pelo Procurador, um senhor negro cuja função é esclarecer os membros sobre as funções da irmandade a cada término da missa compromissal[2] e nas missas festivas.

O histórico sobre a irmandade torna-se fundamental para a compreensão desta igreja no Rio de Janeiro, pois, além de ser uma forma de testemunhar a estratificação social da cidade, as diferenças étnicas entre católicos e a discriminação que as pessoas de cor sofrem no exercício de sua religiosidade, como narram muitos dos devotos, ela também é importante para pensarmos a criação e organização de um museu.

Trançando devoções em um espaço museológico

Segundo a museóloga do Museu do Negro, através de doações, os escravos construíram a sua igreja na Rua Uruguaiana para culto dos padroeiros e para enterrar seus mortos. No subterrâneo desta igreja, local onde os membros das confrarias se encontravam para fazer reuniões e coletas para alforriar os escravos, havia uma grande quantidade de instrumentos de tortura armazenados que eram deixados na igreja pelos escravos que fugiam e iam buscar auxílio nas confrarias. Cria-se a idéia de construção de um museu com a finalidade de preservar essas peças não deixando assim que se perdesse uma parte importante da história do negro no Brasil. Mas, a idéia de se fazer o Museu do Negro é do Marechal João Baptista de Mattos, provedor da irmandade, após o incêndio de 1967 que destruiu o acervo como o interior da igreja.

Se inicialmente houve uma idealização de um museu através de exposições de instrumentos de suplício escravo cujo objetivo estava em revelar os maus tratos e as torturas aos quais os negros eram submetidos, ainda hoje este espaço parece enquadrar uma *história do passado* e uma *história do presente*. O museu visa mostrar um acervo de peças de origem escrava que guarda parte importante de memórias: instrumentos da escravidão, móveis, documentos, estandartes, livros e gravuras dos abolicionistas brasileiros. Esta ação torna o museu uma instituição responsável pela preservação da memória nacional. Dentre as coleções

[2] Missa realizada uma vez por mês no primeiro domingo. Ao término da missa, os membros da irmandade cantam o hino de louvor de São Benedito.

deparamos com fotos e objetos de importantes artistas negros; diversas formas de representações de negros; e com objetos religiosos ou que se tornam religiosos. O tema das relações raciais aparece entrelaçado ao tema da história e da constituição da memória nacional o que torna o Museu do Negro, como diria a socióloga Myrian Sepúlveda (2000: 9) "o elo perdido entre os velhos e novos museus afro-brasileiros". Mas, é preciso perceber que toda e qualquer coleção "pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de idéias e valores e sistemas de classificação que as norteiam" (GONÇALVES, 2005:11). Neste sentido, é preciso perceber que este museu apresenta uma característica própria: a devoção que o torna um espaço ambíguo (espaço museológico e espaço religioso).

Em idas ao museu pude observar a exibição de coleções direcionadas para a religiosidade. Há diversas imagens de Nª. Sª. do Rosário e São Benedito seja em formas de esculturas (pequenas e grandes) ou em papel que percorrem os três espaços do museu.

A entrada neste museu consiste em um pequeno portal localizada à esquerda da Igreja. Ocupando um pequeno espaço, o Museu do Negro apresenta três partes: a sala de entrada; uma pequena sala lateral à esquerda desta primeira e a sala Yolando Guerra[3].

Neste último espaço, à esquerda, podemos ver fotografias de alguns políticos como Benedita da Silva e Abdias Nascimento (ainda como senadores); do deputado José Miguel (autor da Lei n. 598 de 13/12/1983, que instituiu o movimento Zumbi dos Palmares, e da Lei n. 675 de 5/12/ 1983, que dispõe sobre a "Quinzena de feira da cultura afro-brasileira" a ser realizada anualmente no mês de novembro). Há fotos também do pastor evangélico e ativista negro, o americano Martin Luther King Jr. (1929-1968). Há uma réplica do mausoléu da Princesa Isabel ao lado de seu esposo Conde D'Eu. Segundo fontes orais e históricas do IPHAN e da Biblioteca Nacional, seus ossos teriam sido guardados nesta igreja antes de serem encaminhados para o Museu Imperial de Petrópolis na década de 70. Há fotografias dos irmãos da irmandade recebendo a transladação dos despojos real vindo de Paris na década de 50.

Além das imagens dos padroeiros, a devoção no museu parece estar também na figura da escrava Anastácia, uma negra de olhos azuis que carrega uma máscara de ferro na boca. Embora não seja considerada santa pela Igreja Católica, muitos devotos se dirigem às esculturas e pinturas da escrava fazendo do museu um local sagrado para rezas, depósito de flores, dinheiros e pedidos. Segundo a secretária do museu o culto crescente à devoção da

[3] Yolando Guerra foi membro da irmandade. Segundo explicação fornecida pela museóloga, ele teria "erguido" o museu após o incêndio.

escrava Anastácia na igreja surge quando, na década de 70, Yolando Guerra expõe um quadro da escrava que ficava no museu na missa de 13 de maio

Outro ponto de devoção no museu está em uma escultura nomeada "Cabeça de Negro", mas segundo narrativas de alguns antropólogos que já o visitaram na década de 80, assim como o filme de Eduardo Coutinho "Fios da Memória" (1991)[4], havia uma placa na escultura com a escrita "Homenagem ao Negro Desconhecido" que observei ter sido retirada. Hoje, ao lado da escultura há a seguinte observação: "Professor Humberto Cozzo, artista plástico, argentino, confecciono e ofereceu a obra 'Cabeça de Negro' ao Museu do Negro" (Fonte: Museu do Negro). Por algumas vezes, pude perceber devotos que "cochichavam" no ouvido desta escultura como também colocavam guimba sobre ela. Esta última ação também ocorre nas imagens do "Preto Velho" identificado por alguns membros da irmandade como "escravo mais velho" e não como uma entidade dos cultos afro-brasileiros.

O museu se apresenta como um palco privilegiado entre as fronteiras religiosas porque embora seja um museu vinculado à religiosidade católica, são marcantes a presença de pessoas da religião umbandista e a realização de práticas que envolvem a cosmologia dos cultos afro-brasileiros. Parece haver um *segredo* que percorre este espaço: entre aquilo que deve ou não ser revelado e para quem. O sociólogo Georg Simmel (1991) dizia ser o segredo um tipo de conhecimento que não deve ser espalhado no meio da massa:

> *[...] les initiés forment une communauté afin de se garantir mutuellement le secret. Si ces initiés étaient simplement une somme de personnes sans lien entre elles, le secret serait bientôt perdu; mais la socialisation offre à Chacón un appui psychologique pour le préserver de la tentation de "parler". Alors que le secret, comme je l'ai souligné, a un effet d'isolation et d'individualisation, la socialisation offre un contrepoinds au secret (Simmel, 1991:79-80).*

O segredo existe nas sociedades secretas enquanto uma doutrina no sentido de ser um saber teórico, místico e religioso que percorre tanto a irmandade quanto os devotos que visitam o museu e nos revela uma categoria: o *trançado*[5] que deve ser pensado enquanto categoria de pensamento entre o "sagrado" e "profano". Se as coisas sagradas, segundo o sociólogo Emile Durkheim (1999,1996) são consideradas superiores em dignidade e em poder às coisas profanas e ambas são categorias concebidas pelo espírito humano com dois mundos

[4] Filme produzido no Centenário da Abolição. Narração de Milton Gonçalves. Produzido pela FUNARJ E Patrocinado pela Secretaria do Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

[5] Trata-se de uma categoria nativa empregada por uma devota ao me informar sobre a festa de 13 de maio/ 2006. Dizia ser a igreja quanto à festa um "trançado". Por categoria de pensamento Durkheim (1999) conceituava as representações essencialmente coletivas que traduzem antes de tudo, estados de coletividade, ou seja, dependem da maneira em que está constituída e organizada, de sua morfologia, de suas instituições religiosas, morais, econômica, etc.

de natureza oposta é preciso distinguir quais são as categorias de pensamento que são empregados pelos devotos ao definir o que é "sagrado" ou "profano".

Cada objeto "sagrado" de certa importância no museu constitui um centro organizado ao redor do qual se encontra um culto particular. As mobilidades de ocupação de um espaço e de exploração de seus recursos são inseparáveis de uma dimensão simbólica. Assim, uma religião não se reduz, geralmente, a um único culto, ela consiste em um sistema de cultos dotados de certa *autonomia visível*. Nesta relação, como afirma a antropóloga Márcia Contins: "O mundo moderno luta contra a cultura eclesiástica e propõe a substituição dos seus ideais culturais. Somente o catolicismo tradicional se mantém apegado às velhas idéias de autonomia, e é como um corpo estranho ao mundo moderno" (Contins, 1995: 29)

As pesquisas em campo vêm demonstrando que para pensar devoção é preciso pensar sobre os espaços em que elas são manifestadas pelos fiéis, em outras palavras, que tipo de resignificação é revelada na relação entre devoto e o espaço? De que forma um espaço passa a ser selecionado como "sagrado"? Quem constrói essas narrativas?

Memória e devoção parecem redimensionar o papel das narrativas na Irmandade dos Homens Pretos e sua importância na estrutura hierárquica da igreja católica, mas também a percepção de sagrado com a qual este grupo religioso e demais fiéis se identificam.

Espera-se daqueles devotos que presenciam o momento religioso o apoio na "decifração" de um passado e a "resignificação" deste através da lembrança de emoções e sentimentos despertados pela imagem. O antropólogo Renato Rosaldo em sua obra *Culture e Truth* (1989), ao analisar as fronteiras entre as narrativas históricas e antropológicas, aponta que o conceito de cultura deve ser estudado como processo através do qual os indivíduos compreendem suas vidas:

> *Not only men and womem of affairs but also ordinary people tell themselves stories about who they are, qhat they care about, and how they hope to realize their aspirations. Such stories significantly shape human conduct be ignored by social analysis" (Rosaldo, 1989: 129-130)*

Por tal, podemos pensar que a arte da narrativa também pressupõe a marca da experiência vivida onde o narrador é o sujeito capaz de intercambiar essas experiências: nas qualidades de ensinamento moral e de sugestão prática da narrativa. A devoção às imagens classificadas pelos devotos como "santas", "sagradas" e "profanas" trazem uma pista importante para o caminho da memória não apenas de uma memória de vivências, mas de uma memória "presente", trazida pelos guardiões da memória (Halbwachs: 1994, 1990; Pollak: 1992, 1989).

É desta forma que venho observando assim, a existência de um "enquadramento de memória" entre os irmãos e os demais devotos, o padre, a Cúria e a política patrimonial no sentido empregado pelo sociólogo Michael Pollak (1989: 3-15): "a integração de tentativas "mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc".

No museu, estas tentativas estão em expor, negociar ou guardar em segredo as ações que percorrem as categorias "devoção", "memória" e "espaço" que, por sua vez, podem ser analisadas em termos de investimentos sociais e simbólicos de organizações institucionais: a igreja, a irmandade e o museu. A questão não consiste apenas em focalizar uma "memória religiosa local", mas de observar a totalidade das memórias que dela emergem visto que os indivíduos também são agentes de narrativas e em suas ações fazem também o enquadramento de seus quadros sociais da memória (Pollak: 992: 210).

Considerações Finais

O Museu do Negro é espaço de observação e, como tal, ele é capaz de envolver memória, doação, recepção, retribuição, articular o material e o imaterial. O campo museal é também um campo de tensão e, é por isso que nele há espaço para múltiplas e diferentes práticas e narrativas.

O Museu do Negro parece assim constituir um campo de lutas simbólicas religiosas que se expressam nas ações dos agentes que dela participam. É preciso descrever que estes indivíduos buscam na e mediante à prática da religião sua posição perante uma religião institucionalizada e uma outra relacionada ao imaginário popular.

Esta visão nos permite partir para um pressuposto básico que percorre a literatura sobre museu: a lógica de produção do patrimônio não é dada naturalmente, mas produzida em vida social pelos indivíduos tornando-se suportes de narrativas, interrogações, exibição e deslocamentos dos objetos.

Referências bibliográficas

BAHIA, Joana. **Subir o outeiro pra ser feliz ano inteiro: uma análise das relações de poder no campo das relações de poder no campo religioso**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, 1994.

CONTIS, Márcia. **Tornando-se pentecostal: um estudo comparativo sobre pentecostais negros nos EUA e no Brasil**. 1995.

DURKHEIM E. e MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In. **Ensaios de Sociologia** . SP: Ed. Perspectiva.1999. Pp. 399-455

_____. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, (Texto digitalizado autorizado pelo autor), 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

_____, Les Cadres Sociaux de la Mémoire. Paris: Albin Michel, 1994.

KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAFRA, Patrícia Delgado. **Entre a "pista" e o "camelôdromo": o cotidiano dos camelôs no Centro do Rio de Janeiro**. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MAURICIO, Augusto. **Templos Históricos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada/Biblioteca Militar, 2 ª edição, vols. CXII e CXIII, 1947.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. Pp.3-15.

_____. *Memória e identidade.* In. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. Pp. 200 – 215.

REIS, J. J. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XI**., São Paulo:Companhia das letras, 1992.

ROSALDO, Renato. *Narratives Analysis: Changing, Chicano Narratives.* In. **Culture e Truth: The remaking of social analysis**. Boston: Beacon – Press, 1989. Pp. 127-167.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Entre o Tronco e os Atabaques: a representação do negro nos museus brasileiros.** http://www.ceao.ufba.br/unesco. 2000.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SIMMEL, Georg. **Secrete t Sociétés Secretes**. Strasbourg: Circé, 1991.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ciclismo e Modernidade: apontamentos sobre a invenção da bicicleta e os primórdios do ciclismo no Rio de Janeiro

André Maia Schetino*

Resumo: No período de transição entre os séculos XIX e XX, nota-se o surgimento de uma série de inventos, possibilitados pelos avanços na ciência e na tecnologia. Nesse contexto se apresentam o objeto desse trabalho e a invenção e uma prática cultural que dele deriva: a bicicleta e o ciclismo. Desde o seu modelo inicial, apresentado ao mundo em 1861 pelos irmãos Pierre e Ernest Michaux, a bicicleta passou por transformações que incentivaram o aumento do número de ciclistas e de competições realizadas. Esse trabalho tem como objetivo situar a invenção da bicicleta no contexto da modernidade, trazendo apontamentos sobre os primórdios das competições de ciclismo na cidade do Rio de Janeiro. Pudemos perceber, através de informações dos jornais da época, o papel dos clubes esportivos, notadamente o Club Athletico Fluminense, na realização de competições regulares de ciclismo na cidade.

Palavras-chave: Bicicleta – Ciclismo – Modernidade

Abstract: The transition between the 19th and 20th century is a period that the appearance of many kinds of inventions due to the advances in sciences and technology can be noted. In this context, the object of this work and the invention of an activity is presented: the bicycle and the cycling. Since your first model, presented in 1861 by the brothers Pierre and Ernest Michaux, the bicycle have transformed itself, contributing for a raise of the number of cyclists and competitions. The objective of this work is to link the invention of the bicycle to the modernity context, pointing some notes concerning the firsts cycling competitions in the city of Rio de Janeiro. By researching the newspaper of that period, the role of the sports clubs can be noted, especially the Club Athletico Fluminense, in the regular promotion of cycling competitions in the city.

Keywords: Bicycle – Cycling – Modernity

A modernidade[1], especialmente o período de transição entre os séculos XIX e XX, foi um período onde se viu surgir uma série de inventos, possibilitados pelos avanços na ciência e na tecnologia. Esses novos materiais e objetos – aliados a valores que exaltavam o progresso e a novos projetos de organização das cidades – possibilitaram tanto a reorganização da materialidade urbana das cidades modernas, como também transformações

* Mestrando em História Comparada pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC/IFCS/UFRJ). O presente texto é parte da dissertação de mestrado desenvolvida no programa, encontrando-se em fase de desenvolvimento. Email: andreschetino@oi.com.br.

[1] Vários são os estudiosos que se dedicam ao estudo da modernidade, tais como Anthony Giddens, Fredric Jameson e Zigmund Bowman. Trabalhamos nesse texto com o referencial teórico de Giddens (1991, 2002), principalmente por este trazer questões referentes aos primeiros momentos da organização social moderna, comparando-a com sociedades pré-modernas. Para Giddens (1991), modernidade "refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência" (p. 11).

nos costumes / modos de vida da população. Como ressalta Nicolau Sevcenko, as transformações que se concentraram nos fins do século XIX até meados do século XX, atingiram todos os níveis da experiência social.

> (...) essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos (SEVCENKO, 1998, p. 7).

Algumas dessas características apresentadas podem ser percebidas nos esportes, práticas culturais que surgiam na Europa – especialmente na Inglaterra – na transição dos séculos XIX e XX[2]. Um desses esportes, o ciclismo, surge na França nessa mesma época, e também serve como bom exemplo de uma prática cultural que provocou alterações nas sensações e mobilidades da sociedade moderna.

Tomemos como exemplo a inserção da bicicleta em nosso cotidiano. Talvez, a partir de um olhar desatento sobre o "mundo em disparada" contemporâneo, a bicicleta pareça perdida em meio aos carros, motocicletas, e aviões, escondida em meio aos valores do supersônico, do urgente e do instantâneo. Numa análise mais detalhada, contudo, podemos relativizar essa afirmação. A diversidade de usos aplicados à bicicleta (passeios, corridas, transporte, deslocamentos rápidos, viagens etc.) e a imensa quantidade de pessoas que dela se utilizam contribuem para sua presença marcante no mundo.

Esse trabalho tem como objetivo situar a invenção da bicicleta no contexto da modernidade, além de apresentar informações sobre os primórdios das competições de ciclismo na cidade do Rio de Janeiro. Para isso o texto se encontra dividido em dois momentos: inicialmente, trataremos da invenção da bicicleta e de algumas transformações em sua estrutura que resultaram em sua popularização. Feito isso, apresentamos então alguns apontamentos sobre os primórdios das competições ciclísticas na cidade do Rio de Janeiro.

A bicicleta moderna

O processo de "nascimento" de uma invenção é algo complexo, e geralmente não ocorre de forma repentina. Assim foi com a bicicleta. Desde os primeiros desenhos, modelos, protótipos e esquemas que lembram, mesmo que de longe essa máquina de duas rodas, muito tempo e avanços tecnológicos – além da dedicação de pessoas no desenvolvimento dessa

[2] Sobre a constituição do esporte como um fenômeno da modernidade ver Elias e Dunning (1992) e Bourdieu (1983)

máquina – foram necessários até que a mesma sofresse as transformações que a fizessem ser reconhecida como a bicicleta.

Estudos dedicados à história da bicicleta geralmente apresentam registros de dois modelos como importantes antecessores. O primeiro, um desenho entre os inúmeros projetos de Leonardo daVinci, muito semelhante à bicicleta, que não chegou a ser testado ou construído. E o outro, a *Draisana*, máquina de madeira que consistia em duas rodas ligadas por um tronco. Inventada pelo Barão de Drassler, na Alemanha, a *Draisana* tinha sua utilização restrita às descidas, uma vez que se tratava de estruturas rígidas em madeira, não sendo possível a mudança de direção (o eixo de direção era fixo) ou a aplicação de força motriz (a Draisana também não possuía pedais) (VIGARELLO, 2000).

E foram exatamente as deficiências apresentadas pela Draisana que, ao longo do tempo, foram sendo trabalhadas até o surgimento da bicicleta moderna. O eixo de direção passaria a ser móvel – o chamado guidão. Mas foram os irmãos Pierre e Ernest Michaux que, em 1861, construíram uma máquina com uma importante modificação: a colocação de pedais sobre o eixo da roda dianteira fez com que, pela primeira vez, a bicicleta fosse controlada e movimentada pela força humana (VIGARELLO, 1988, 2000). Ou seja, por mais que modelos anteriores se assemelhassem ao dos irmãos Michaux, os mesmos não permitiam ao homem um controle da direção ou da velocidade.

Agora era o homem que controlava a máquina. Os velocípedes, como eram chamados, se desenvolveram rapidamente, e dentro de pouco tempo seria possível encontrar máquinas de duas, três e quatro rodas, construídas das mais variadas formas.

Um dos primeiros modelos, e dos mais conhecidos, era o chamado *grand-bi*. Como o pedal era fixado no eixo da roda dianteira, esta tinha o seu diâmetro bem maior que a traseira, aumentando assim o deslocamento a cada giro do mesmo. O banco era posicionado praticamente acima da roda motriz, o que fazia com que o ciclista se posicionasse assentado, com o troco praticamente a 90 graus em relação ao banco.

Ao estudar as mudanças nas técnicas esportivas ao longo do tempo, Vigarello (1988) cita como caso exemplar entre a bicyclette e o grand-bi. A invenção da engrenagem por correntes modificou completamente a forma do ciclista se posicionar sobre a bicicleta, além de, em pouco tempo, substituir por completo o grand-bi. Esses dois exemplos – o velocípede[3] de Henri Michaux e a bicyclette de engrenagem por correntes – são importantes

[3] Na França até hoje se utilizam as duas denominações – *vélo* e *bicyclette* – para denominar as bicicletas. No Brasil, encontramos nos jornais da época a denominação *velocípede*, que ao longo do tempo cai em desuso, ficando apenas o termo bicicleta.

transformações na história da bicicleta, pois envolveram mudanças também na posição dos corpos dos ciclistas, bem como na forma de pedalar.

Guardados os devidos avanços na ciência e na tecnologia dos novos materiais, os primeiros modelos com engrenagem por correntes já se assemelham bastante com os atuais modelos de bicicletas encontradas no mercado. Destacamos entre eles o modelo chamado *Rover*, bicicleta que guarda poucas diferenças em sua estrutura quando comparada aos modelos de passeio atuais.

Nas palavras de Lambert (1998), as "bicicletas são pequenas máquinas que tiveram um grande impacto por todo o mundo com pessoas de todas as idades, homens e mulheres, ricos e pobres. Do seu jeito silencioso, elas ajudaram a formar o mundo moderno" (p. 30). De fato, percebemos a presença consolidada da bicicleta em nossa sociedade.

Porém, seguindo para o segundo momento desse trabalho, retornaremos novamente aos primórdios do ciclismo, agora na cidade do Rio de Janeiro do fim do século XIX, para trazer alguns apontamentos sobre a bicicleta e as competições ciclísticas na modernidade carioca.

Os primórdios das competições ciclísticas no Rio de Janeiro

Ainda não existem dados precisos sobre a chegada das bicicletas no Rio de Janeiro, bem como sobre a primeira prova ciclística realizada na cidade. Porém, através dos jornais da época podemos identificar o papel dos clubes esportivos na promoção do esporte e realização dessas competições, bem como o momento onde as mesmas passam a ocorrer com alguma regularidade.

No fim do século XIX, a cidade vivia a "febre" das corridas a pé, realizadas em clubes esportivos como o Club Athletico Brazileiro, o Real Sociedade Club Gymnastico Portuguez e o Sport Club Villa Izabel. Porém, alguns clubes – como o Gymnastico e o Villa Isabel – começaram a organizar algumas provas (chamadas páreos, por influência do turfe) de ciclismo. Em 1885, o Sport Club Villa Izabel anunciava "grandes corridas a pé e em velocípedes" em seu prado[4].

Porém, as provas ciclísticas aconteciam poucas vezes, de forma dispersa, geralmente reservadas a momentos especiais, como festas. O Real Sociedade Club Gymnastico Portuguez, por exemplo, anunciou para sua quermesse do ano de 1885 "corridas em

[4] O Paiz, 17 de janeiro de 1885, p. 4.

velocípedes para crianças até 6 e 8 anos"[5]. Um elemento que poderia servir para explicar a pequena presença das bicicletas nas competições pode estar no seu preço. As bicicletas eram todas importadas da Europa e eram um "luxo caro" – como ressalta João do Rio em uma de suas crônicas[6] –, não existindo ainda muitos exemplares na cidade.

Mas o ano de 1885 ainda mostraria avanços para o ciclismo no Rio de Janeiro. Os jornais anunciavam para 12 de julho daquele ano a inauguração do Club Athletico Fluminense, situado na rua Conde de Bonfim, e que contou com a presença do príncipe Dom Pedro II[7]. O clube, a exemplo de outros, se dedicava às corridas a pé e em velocípedes. Mas diferentemente, as provas ciclísticas eram realizadas regularmente (sempre que ocorriam as corridas a pé).

As corridas ocorriam mensalmente e em festas especiais do clube. Os páreos ciclísticos eram destinados a meninos até 14 anos, que percorriam entre 500 e 600 metros, e homens, que percorriam entre 1200 e 1800 metros. A influencia do turfe sobre os esportes da época também se fazia presente no ciclismo. Os jornais divulgavam posteriormente às corridas, juntamente com os nomes dos vencedores, os valores das apostas (a poule) dos páreos.

A freqüência das provas continuou no ano seguinte. Os jornais cobriam as competições do Club Athletico Fluminense, e podemos perceber alguns elementos exaltados no tratamento ao ciclismo. O primeiro, na verdade, trata-se de uma observação, que reforça a hipótese já apresentada sobre a pequena quantidade de bicicletas relacionada a seu preço.

O Club Athletico Fluminense era freqüentado pela alta sociedade da época, e talvez por isso as corridas ciclísticas tenham acontecido naquele local com regularidade. Contudo, ao compararmos o número de inscritos para as provas de corridas em velocípedes e a pé, percebemos que as bicicletas ainda eram poucas, mesmo em um espaço dedicado à elite da época. As corridas em velocípedes contaram nos dois primeiros anos do clube com 2 a 5 competidores apenas, enquanto os participantes das corridas a pé eram evidentemente mais numerosos (algumas corridas contaram com até 30 participantes). Com um número reduzido de participantes, é comum encontrarmos os mesmos vencedores para as provas realizadas no clube.

Outro ponto ressaltado pelos jornais diz respeito às quedas. Os acidentes, quando ocorriam, eram noticiados, com suas respectivas repercussões. Em uma corrida realizada em agosto de 1885, "o Sr. Joaquim Borges, que neste gênero de corridas é de uma correcção

[5] O Paiz, 19 de janeiro de 1885, p. 4.
[6] Rua do Ouvidor, 14 de maio de 1898, p. 2.
[7] O Paiz, 13 de julho de 1885, p. 1.

admirável, foi abalroado por um outro companheiro e cahiu"[8], chegando em segundo lugar. Mais tarde no mesmo ano, "no 3º páreo o menino Joaquim Bastos cahiu do velocípede, na 1ª volta, machucando-se levemente no joelho. Foi logo medicado"[9].

Mas nem as quedas, nem o pequeno número de participantes impediram a continuidade das provas de ciclismo no Club Athletico Fluminense, que continuaram no ano seguinte, ainda com a cobertura jornalística. A reportagem abaixo nos permite perceber a importância dos clubes para o ciclismo, bem como o início de competições de longa distância:

> As corridas a pé e em velocípede brevemente serão um dos entretenimentos mais populares do Rio de Janeiro, graças principalmente aos dous clubes: Athletico Fluminense e Olympico Guanabarense. Nas corridas de amanhã há páreos interessantíssimos, não só de corrida raza como em velocípede, notadamente o 3º (1500 metros), o 6º (600 metros), o 7º (6000 metros) e sobretudo o 8º (30000 metros!), no qual o Sr. L. Azevedo, que é nosso primeiro especialista neste gênero sportco, pretende fazer um verdadeiro sucesso! (O PAIZ, 05 de junho de 1886, p. 2).

De fato, tanto o Clube Athletico Fluminense (no Rio de Janeiro) quanto o Olympico Guanabarense (em Niterói) eram os responsáveis pelo desenvolvimento das corridas em velocípedes, e tal fato pouco a pouco contribuiria, senão para a popularização do esporte, ao menos para um aumento do número de ciclistas. No mesmo ano da reportagem citada, por exemplo, foi inaugurado o Sport Club, que realizou suas corridas nos jardins do Theatro Polytheama[10].

Quanto ao aumento da distância percorrida nas provas, percebemos como os ciclistas cariocas ainda experimentavam os limites de seus corpos e suas máquinas. Os 30.000 metros percorridos pelos ciclistas naquela época eram a maior distância percorrida em uma prova ciclística no Rio até o momento. Podemos comparar, por exemplo, com a França, onde o ciclismo de longa distância, já naquela época fazia sucesso. Em 1891, por exemplo, a França realizava a primeira edição da prova Paris-Brest-Paris, que possuía 1200 quilômetros de extensão[11].

Os apontamentos brevemente aqui apresentados sobre os primórdios das competições ciclísticas na cidade do Rio de Janeiro, bem como o contexto da invenção da bicicleta, nos permitem algumas inferências para a conclusão desse texto.

---

[8] O Paiz, 3 de agosto de 1885, p. 1.
[9] O Paiz, 9 de novembro de 1885, p. 2.
[10] O Paiz, 11 de fevereiro de 1886, p. 2.
[11] O Paris-Brest-Paris é a prova ciclística mais antiga ainda realizada.

A bicicleta nasce moderna e veloz, se constituindo em um elemento importante de uma sociedade que exaltava os valores do progresso. O "cavalo de ferro" , como era chamada na França, desempenhou um papel importante na mobilidade humana, junto aos outros meios de locomoção surgidos na transição dos séculos XIX e XX. Pouco tempo depois, estaria levando os operários europeus às fábricas, pessoas de diversas camadas sociais aos passeios, atletas às competições esportivas.

O ciclismo, esporte das corridas de bicicletas, mostrava aos poucos ao mundo as relações entre o homem e sua invenção. As competições eram cada vez mais longas e os atletas dominavam suas máquinas, tornando-se cada vez mais velozes.

O Rio de Janeiro – cidade privilegiada nesse trabalho – expressava também o desejo em ser uma capital moderna, e nesse sentido sua Belle Époque foi o palco de práticas culturais e ações advindas das modernas metrópoles européias, aqui representadas nesse trabalho sob exemplo do ciclismo.

Percebemos que as primeiras provas ciclísticas realizadas na ainda capital da província representavam – e eram representadas pelos jornais – em parte essa inclusão do Rio de Janeiro entre as cidades que vivenciavam os avanços da modernidade. As bicicletas eram um bem ainda pouco acessível, e, no caso das corridas, ainda um privilégio das elites.

Finalmente, cabe ressaltar o papel dos clubes esportivos para a promoção do ciclismo através das corridas. Percebemos e destacamos o lugar de liderança nesse processo ocupado pelo Club Athletico Fluminense. Mas apontamos também o surgimento de outros clubes esportivos da época que desenvolviam ações – de forma não tão regular – no âmbito do ciclismo.

Vimos surgir com a modernidade inúmeras práticas culturais que passaram a integrar os costumes / modos de vida da sociedade. Muitas dessas práticas exaltavam os valores agora estimados pelo projeto de sociedade moderna, como a velocidade, o progresso e a tecnologia. No campo esportivo, as bicicletas e competições ciclísticas estiveram presentes no contexto da modernidade carioca, estabelecendo o início das relações entre a cidade e esse esporte.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

LAMBERT, Benoît. Pedal Power. In: **The UNESCO Courier**. Janeiro de 1998. p. 30-32.

SEVCENKO, Nicolau. **O Prelúdio Republicano**: astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: SEVCENKO, Nicolau. **A História da Vida Privado No Brasil:** da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIGARELLO, Georges. **Techniques D'hier… et D'aujoud'hui:** une histoire culturelle du sport. Paris: Revue & Robert Laffont, 1988.

VIGARELLO, Georges. **Passion Sport:** Histoire d'une Culture. Paris: Textuel, 2000.

Fontes

- Jornal O Paiz, do Rio de Janeiro, no período de 1884 a 1887
- Crônica de João do Rio no periódico Rua do Ouvidor, de 14 de maio de 1898.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tais civilizados, quais bárbaros? Prolegômenos ao estudo do "terceiro-mundismo" no cinema político de Glauber Rocha.

Anderson Jorge Pereira Bessa*

Resumo: Analisar os atributos políticos e estéticos presentes em *O leão de sete cabeças*, filmado por Glauber Rocha em 1969, é a proposta deste trabalho. No filme, o artista questionou as noções de "civilizado" e "bárbaro" ao pôr em prática a idéia de realizar um cinema voltado ao "Terceiro Mundo".

Palavras-chave: Terceiro Mundo – civilizados – bárbaros.

Abstract: To analyze the attributes politicians and aesthetic gifts in "O leão de sete cabeças", filmed for Glauber Rocha in 1969, is the proposal of this work. In the film, the artist questioned the slight knowledge of "civilized" and "barbarian" when putting in practical the idea to carry through a cinema directed to the "Third World".

Keywords: Third World – civilized – barbarians.

Este trabalho pretende acercar o ato político-estético configurado no filme O leão de sete cabeças, rodado no Congo africano, em 1969. Nele, o cineasta Glauber Rocha exercitou a possibilidade de fundar um cinema político "terceiro-mundista". No qual a tensão circundante às noções de "civilização" e "barbárie" avulta como problemática basilar num momento em que as lutas de descolonização ainda não haviam cessado. Ao discorrer sobre o sentido das dominações suscitadas por categorias taxionômicas tão decantadas como "civilizado" e "bárbaro", o artista travou um diálogo belicoso com as matrizes discursivas imperiais com que o Ocidente arrogou sua superioridade em detrimento dos valores torpes que distinguiam outros povos.

Em princípio, é forçoso observar que foi em meio a um período de declínio dos velhos impérios coloniais que Glauber realizou seu filme africano. Em sua obra, à revolta contra as mais variadas formas de opressão se acresce o caráter "terceiro-mundista" a partir da segunda metade da década de 1960. No que tange à época em questão, Eric Hobsbawm assinalou que, como quer que se interprete a noção de "Terceiro Mundo", em seu todo ele se diferenciava do Primeiro e do Segundo Mundo por formar uma zona mundial de revolução, na qual a forma básica de luta revolucionária era a guerra de guerrilha, todas ocorridas

* Mestrando, Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

praticamente nos países coloniais em que as antigas potências metropolitanas resistiram à descolonização pacífica (HOBSBAWM, 2005: 421-425). Deste modo, a concepção de cinema "tricontinental" edificada por Glauber assumia o caráter de uma escolha política que trazia em seu bojo a marca da insurgência que particularizava os ativistas empenhados nas lutas de emancipação nacional.

Em tal conjuntura, o "terceiro-mundismo" atravessava o pensamento de grande parte dos teóricos da esquerda do Primeiro Mundo mediante a crença na emancipação do mundo pela libertação de sua periferia empobrecida, explorada e forçada à dependência. Para esses teóricos, as raízes dos problemas mundiais estavam assentadas na conquista do "Terceiro Mundo" por colonialistas europeus no século XVI. Com a possível inversão desse processo histórico no século XX, isto é, para os que ainda acreditavam na revolução social, o "Terceiro Mundo" se estabeleceu como baluarte de esperança e fé, adquirindo grande importância na preservação dos ideais da esquerda em nível mundial (HOBSBAWM, 2005: 424-431). A repercussão desse ideário incidiu na feitura cinematográfica glauberiana e a Palma de Ouro de melhor direção conquistada em Cannes (XXII Festival, 1969) pela composição do filme O dragão da maldade contra o santo guerreiro consolidou seu prestígio no cenário internacional. As propostas de trabalho que então surgiram no exterior aliadas ao recrudescimento da censura imposta no Brasil pelo AI-5 resultaram na opção pelo exílio e em sua ida ao Congo para realizar O leão de sete cabeças.

Na execução do filme, é justamente a aniquilação de povos perpetrada através dos séculos de colonização que fundamenta uma questão primordial na obra: o lugar ocupado por "civilizados" e "bárbaros" e seus respectivos hábitos e comportamentos. Na realidade, trata-se de uma obra fílmica em estreita conexão com os ditames imperiais. Na tensão que assinala o conflito entre "civilização" e erradicação da "barbárie", o discurso dominante entre os civilizadores não questionava a noção de que africanos, orientais e outros povos eram grupos "submissos" e "inferiores". Os nativos e seus territórios eram tidos como elementos necessitados da "missão civilizadora". Tais idéias eram fartamente elaboradas e aceitas por políticos, artistas, cientistas, ajudando a impelir a aquisição imperial de vastas regiões ao longo do século XIX.

Edward W. Said atentou para o fato de que uma das realizações do imperialismo foi aproximar o mundo. Muito embora nessa dinâmica o contato entre nativos e europeus tenha resvalado em injustiças, o autor defende a idéia de considerar a experiência histórica imperial como algo partilhado por ocidentais, africanos, latino-americanos, asiáticos, apesar de todas as injúrias e hostilidades. Torna-se proveitosa a análise de Said, o qual dedica lugar

elevado ao papel da cultura na experiência imperial; teoria racial, romances, especulação geográfica, deixam entrever que o imperialismo não se reduzia ao simples ato de aquisição ou acumulação. A prática imperial era sustentada por poderosas formações ideológicas

> (...) que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como "raças servis" ou "inferiores", "povos subordinados" (...) (SAID, 1995: 40).

Esse empreendimento discursivo atingiu tanto os dominantes quanto os dominados. E dessa história partilhada por ambos, cada qual ofereceu um conjunto de interpretações com sentidos históricos, emoções e perspectivas próprias. Segundo Said, não apenas a produção ocidental européia, mas também as obras culturais de resistência à opressão estão ligadas à estrutura discursiva imperial. Assim, a análise de objetos históricos que remontam ao contato entre cultura e imperialismo não pode prescindir do exame das formações discursivas que alimentaram a prática imperial e nem do rancor provocado nos dominados por tais representações. Sendo a dinâmica imperialista assumida como a experiência de atuação que une dominadores e oprimidos, vale atentar que foi justamente o poder de representação ocidental do Outro que as revisões anticoloniais reivindicaram. Como escreveu Albert Memmi, um dos movimentos resultantes da "descolonização" consistiu na recusa do "retrato-acusação" que o colonizador impingiu ao colonizado. A recuperação do oprimido por si mesmo associava-se à tarefa de retomar seu lugar como sujeito da história (MEMMI, 1977: 77-120).

No calor da hora, Glauber Rocha compôs O leão de sete cabeças, obra da qual se depreende a intenção de um artista empenhado em corromper um dos aspectos do aparato discursivo que justificou as práticas imperiais; ou seja, ele advoga uma crítica incisiva da obra civilizadora. De fato, a fruição subversiva do discurso instituído da "civilização" será reestruturada ao longo de todo o filme. Na euforia "terceiro-mundista", a tenção do cineasta dirige-se à apropriação de um discurso dominante que lhe possibilita a oportunidade de reestruturá-lo sob outras bases. Mas com qual instrumental é possível se acercar do conflito discursivo que atravessa O leão de sete cabeças? É no âmbito da decantada questão da análise do discurso que a contribuição de Michel Foucault se faz presente. Se no filme o discurso do outro imperial é "citado" para ser, ininterruptamente, repreendido e vexado, não há dúvidas de que o cineasta se valeu de procedimentos que visavam conjurar a eficácia discursiva imperial.

Ao fim e ao cabo, essa estrutura discursiva, no acusador filme africano, é marcada com um anátema singular: efeito da crítica áspera que Glauber ditou à exploração imperial. Assim, no retrato sem complacência com que fixou a face da dominação, o compromisso do cineasta reside em desvelar a impostura que pressupunha sustentar o edifício discursivo imperial.

É, pois, na lógica da relação entre as práticas discursivas e os poderes que as penetram desveladas por Foucault que este texto agora se detém. Para o autor, há nas sociedades uma grande inquietação ante a realidade material do discurso por conta dos poderes e perigos que nele vigora. Lutas, ferimentos, vitórias e dominações estão nele suposto; do que decorrem procedimentos de controle vinculados à produção discursiva. As interdições que o tocam denotam a sua conexão com o desejo e o poder e, para Foucault, não há nada de extraordinário em tal fato, posto que o discurso é, ele próprio, aquilo que se deseja: ou melhor, "(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2006: 10). Dentre os princípios controladores do discurso inventariados por Foucault, o "comentário" possibilita melhor compreender certos aspectos intrínsecos à crítica que Glauber Rocha proferiu aos fundamentos discursivos imperiais.

Tal qual Foucault observa, entre o texto que se comenta, o "texto primeiro", e o texto relator, o "texto segundo", relações de proximidade são desempenhadas; o que permite a construção de novos discursos, pois, quanto ao texto que se comenta, "(...) o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor (...) funda uma possibilidade aberta de falar" (FOUCAULT, 2006: 25). E assim o "comentário" terá a função "de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro" (FOUCAULT, 2006: 25). Apesar de atrelado ao papel de fazer reaparecer aquilo que ele comenta, é a possibilidade de falar o que não havia nunca sido dito sobre o "texto primeiro" que confere ao "comentário" um lugar essencial aos propósitos deste trabalho. Por esse enfoque, o olhar censor com o qual Glauber Rocha afrontou a ótica civilizacional com que o Ocidente imperial se arrogava permite ser configurada como um modo de pensamento que buscou se assenhorear do discurso do outro imperial para melhor controlá-lo; em outras palavras, o "comentário" glauberiano era marcado pelo intento de debelar as dominações que aquele discurso promovia.

As sentenças de Glauber, portanto, se identificam na criação de um referente discursivo diferente daquele primeiro, que no caso é o referente do Ocidente "civilizado" em oposição à "barbárie". O artista se volta não para uma referência descritiva ou reprodutora, mas produtiva e manipuladora que se esquiva do discurso divulgado por uma tradição que

consolidou uma determinada visão do Outro. Logo, o "comentário" que se efetiva em O leão de sete cabeças tem a finalidade de objetar os estigmas fixados ao colonizado.

Dentre a totalidade da obra fílmica, a análise de quatro seqüências objetiva uma apresentação sucinta da problemática erigida. África convulsionada sob a lente do artista, o título do filme refere-se à profecia do apocalipse que descreve o conflito entre Deus e Satanás, no qual o último é representado como uma besta detentora de sete cabeças e dez chifres, cada qual denotando os dez reinos sob o controle do anticristo. Na visão do cineasta "tricontinental":

> *O leão de sete cabeças pelo seguinte: o imperialismo vai se acabar com o apocalipse, com uma destruição* completa. *O leão de sete cabeças é um símbolo que aparece no apocalipse, que prevê o fim do mundo. Para mim é o fim do imperialismo e é uma coisa que fala o pai quando está anunciando o fim do mundo (...) (ROCHA, 2002: 122).*

Na primeira seqüência do filme, por exemplo, há a simulação de um ato sexual abjeto e violento entre Marlene, figura que remete à prática imperial efetuada pelos meios de comunicação de massa norte-americanos, e um agente da CIA. Nela, os dois personagens se devoram como duas feras digladiando. Para esta cena, o "comentário" detrator do discurso legitimador da superioridade ocidental que Glauber pretende operar atinge dois níveis: a matriz religiosa que postula biblicamente a gênese do homem negro e a noção do Ocidente civilizado. A intensidade apocalíptica que envolve a cena não deixa dúvidas; enquanto se desenrola o ato sexual, o narrador em off pronuncia:

> *Ela abriu a boca e proferiu blasfêmias contra Deus... o céu e todos seus habitantes... ela recebeu o poder de declarar guerra aos santos e aos assassinos... e ela recebeu o poder de imperar sobre toda tribo, povo, língua e nação... e todos os habitantes da Terra irão adorá-la (SENNA, 1985: 359).*

Mediante um processo de subversão discursiva, o cineasta retorna à trama originária encontrada no livro de Gênesis, capítulo 9, versículos 18-27, o qual narra a danação de Cam. Neste episódio, Cam, pai de Canaã, foi amaldiçoado por ter surpreendido o patriarca Noé nu e embriagado. Ao acordar de sua embriaguez, Noé sentenciou que Canaã e todos seus descendentes estariam condenados à servidão. Vale atentar que foi na África que os descendentes de Cam se estabeleceram. Em sua "Dialética da colonização", Alfredo Bosi assim discorreu: "O destino do povo africano, cumprido através dos milênios, depende de um evento único, remoto, mas irreversível: a maldição de Cam (...) O povo africano será negro e será escravo: eis tudo" (BOSI, 1996: 257-258).

No "comentário" glauberiano, a formulação canônica assumida pela cultura cristã comporta uma interpretação ao avesso. Valendo-se dos acontecimentos narrados no livro do Apocalipse, o cineasta fundamenta seu argumento dramático indicando Marlene como a besta-fera que ultrajou a divindade. Como se evidencia na narração inicial do filme, a sensualidade diabólica com que se insinua a torna digna de adoração; e o poderio que ela detém para subjugar os povos institui a supressão da liberdade no continente africano. Se a maldição de Cam estipula e perpetua a escravidão negra, em O leão de sete cabeças a luta apocalíptica na África pela liberdade contra a opressão passa a contar, portanto, com o apoio divino.

O segundo nível da operação de perversão do discurso que promove a idéia de primazia ocidental assenta no sentido animalesco e bestiário em que se alicerçam as ações e relações dos colonialistas. Nesse sentido, a situação encenada no início do filme adquire precisão. Ao invés da filmagem de uma cena romântica a partir das convenções estipuladas pelos padrões de bom gosto, o que sucede é a demonstração de uma situação brutal e neurótica, a qual sugere o estado de degradação em que os personagens estão envolvidos. Filmados como duas feras, o intenso apetite sexual que move Marlene e o agente da CIA suscita a putrefação moral imperial. Como dito, um dos principais motivos que sustenta a tenção glauberiana em O leão de sete cabeças reside no empenho em exibir os objetivos dos colonizadores sob o signo do barbarismo: "Os personagens são apresentados como animais (...) Porque no filme não há animais. Eu filmei na África e não filmei animais. Os animais são os imperialistas" (ROCHA, 2002: 88).

Na constituição da obra cinematográfica, a narrativa glauberiana perpassa a história da colonização. Nela estão imbricadas não apenas a exploração decorrente da formação dos primeiros impérios mercantilistas, início da expropriação da África negra para a comercialização de seus habitantes como escravos, mas também a reformulação desses impérios no século XIX, os quais, supondo que a superioridade do homem branco era indiscutível, fundamentaram a nova partilha do mundo em nome do poder civilizador. É desse modo que os pronunciamentos do personagem Zumbi adquirem ressonância. Líder da guerra antiimperial deflagrada por intermédio da criação de uma coluna guerrilheira africana, o discurso inflamado por ele proclamado reveste a opressão colonial com o caráter de fenômeno de longa duração que lhe é peculiar:

> *Há dois mil anos os leões e os leopardos corriam livres pela floresta. Há dois mil anos os deuses viviam livres nos céus e nos mares. Há 500 anos vieram os brancos que, com suas armas de fogo, massacraram os leões e os leopardos, com suas*

> *armas de fogo incendiaram o céu e a terra dos nossos deuses. Os brancos levaram nossos reis e nosso povo para trabalhar como escravos nas novas terras da América (...) Os escravos negros trabalharam duro para enriquecer os patrões brancos, seu suor era de sangue, e esse sangue tornou frutíferas as plantações de tabaco, de algodão, de cana-de-açúcar (...) Mas um dia nossos deuses se revoltaram e nosso povo pegou nas armas para reconquistar sua liberdade. Nosso povo e nossos deuses lutam há cerca de 300 anos contra os brancos que não cessam de dizimá-los numa barbárie sem precedentes (SENNA, 1985: 360-361).*

Nessa menção do personagem Zumbi é exatamente o extermínio de povos realizado pelos colonizadores que fomenta o "comentário" contestador do discurso civilizador ocidental. Na citação exposta, Glauber sugere que nas relações entre colonizador e colonizado só houve lugar para a crueldade e a brutalidade. Trabalhos forçados, intimidação, violação, grupos humanos aviltados, religiões aniquiladas, domínio e submissão; a retórica de Zumbi parece restituir ao oprimido a possibilidade de se referir a uma história dominada por representações ocidentais da África. Terras e almas confiscadas contrariam a promoção do progresso que jaz no discurso civilizador. O elenco de situações proposto pelo cineasta colide com a idéia de que a civilização tenha permitido a correção de abusos quando tiranos locais foram chamados à razão ou que tenha proporcionado a elevação dos níveis de vida.

A título de exemplo, há uma seqüência no filme em que um grupo de negros vistos como macacos é convidado de forma amistosa pelo mercenário alemão a descerem de uma árvore. Em seguida, após serem enfileirados disciplinadamente, são fuzilados com tranqüilidade. Mais adiante, Xobu se torna presidente mediante uma solução de compromisso com os imperialistas. Depois de enumerar as riquezas minerais e todas as matérias-primas do continente ele entrega um enorme osso humano a Marlene, símbolo da África devorada pelos opressores. Como cães, os agentes da colonização simulam uma disputa pelo osso que ninguém quer largar e que todos querem roer. Aqui, a condição irrisória com a qual o cineasta colore as ações dos agentes imperiais atesta que o "comentário" glauberiano não recusou o recurso à zombaria do discurso imperial; ao invés, é justamente a dimensão do escárnio projetada que confere contundência à desqualificação das sentenças imperiais que Glauber quer levar a termo.

Por fim, no longo plano que constitui a última seqüência do filme, a coluna de guerrilheiros que surge do fundo da imagem e que marcha para sua dianteira, que passa em frente à câmera e dá prosseguimento à sua caminhada entoando um canto guerreiro pressupõe que os limites do quadro cinematográfico são insuficientes ao agenciamento do discurso. Ao invés do tradicional "Fim", o número 7 que encerra o filme é a constatação da tarefa urgente e árdua que se impõe ao combate que opõe oprimidos e opressores. Em tal obra, a aposta numa

revolução "tricontinental" pretende inabilitar o discurso opressor para dar ensejo ao surgimento de novas relações entre homens, nas quais as desigualdades sociais não devem suplantar os interesses coletivos.

Referências bibliográficas:

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA, Eryk (Org.). **Rocha que voa**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SENNA, Orlando (Org.). **Roteiros do Terceyro Mundo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

EQUADOR –A queda de braço?

Urda Alice Klueger[1]

"Todos los dioses fueron inmortales"
(Grafite em uma parede de Santiago do Chile, citado por Eduardo Galeano) [2]

1. Um pouco de História

O Equador é um país que emerge de uma milenar História pré-colombiana, sendo que, no momento em que lá chegou o conquistador espanhol, no século XVI, há muito pouco tempo a região acabara de ser dominada pelo invasor Inca Tupac Yupanqui e seu filho Huayna Capac[3]. Subjugada, em seguida, pelo invasor europeu, o Equador sobre todas as vicissitudes de ser uma terra conquistada por uma cultura estranha, sendo que só no começo do século XIX vai se juntar as hoje Colômbia e Venezuela, para formar a Grande Colômbia sonhada por Simon Bolívar. A Pátria Grande[4], porém, teria vida curta – em 1830 é proclamada a Independência do Equador.

"A História do Equador foi dominada, então, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX pelo conflito entre o tradicionalismo católico e os movimentos renovadores, de cunho liberal e anticlerical. A esse conflito correspondeu também a rivalidade

---

[1] Especialista em História e escritora de Literatura
Endereço eletrônico: urda@flynet.com.br
Rua Hermann Huscher 377 – apto. 1201
89.023.000 – Blumenau – SC – BRASIL
Fone: 47-3322 8149

[2] Entrevista concedida à Rádio BBC Mundo. Londres. Transcrita e repassada pela Agência Colombiana de Notícias RED VIRTIN, em 14.03.2006 (casoboan@metrotel.net.co)

[3] Huayna Cápac foi pai de Atahualpa (quitenho) e Huáscar (cusquenho), os dois irmãos que estavam em guerra civil quando da chegada dos espanhóis.

[4] Pátria Grande : União de Equador, Venezuela e Colômbia, também chamada de Grande Colômbia. (Nota da autora)

> *regional entre a sierra(...) e a costa.(...) Os índios perderam depois da independência a maior parte das 'terras de comunidade'"*[5]

Diante de tal dado, é-nos fácil compreender, portando, o avanço do poder do branco sobre a grande população índia e mestiça, que passa a vender sua força de trabalho para alimentar o Capital.

> *"O período de 1860 a 1875 (...) é conhecido como 'teocracia progressiva'. O presidente García Moreno firmou com o papa Pio IX uma concordata que violava a constituição e desrespeitou as liberdades individuais. (...) Proibia-se o exercício de qualquer culto que não fosse o católico, bem como o funcionamento de associações condenadas pela Igreja, o que visava sobretudo à maçonaria. O ensino, do primário ao universitário, devia subordinar-se à doutrina católica (...). Só os católicos poderiam gozar de direitos civis e políticos."*

Tal situação se mantém até 1897. Depois de muitas revoltas acontecidas em Quito e Guayaquil, uma nova constituição vai alterar as coisas, sob o governo de Eloy Alfaro:

> *"Um dos objetivos principais dessas administrações foi a separação da Igreja do Estado e a sua desvinculação da política educacional. Foi a garantia de liberdade, de pensamento e de imprensa; o registro civil foi instituído, assim como o divórcio. As antigas propriedades espanholas, que haviam passado ao domínio da Igreja, foram confiscadas em 1908*[6]*, cujos bens foram destinados (...) à assistência pública.*[7]

O Equador segue o século XX como a maioria dos países do Terceiro Mundo, com as suas dificuldades e a exploração capitalista, e é importante nos atermos a alguns dados sobre sua população, como a de que apenas 10% da sua gente ser branca, sendo quase todos os demais índios (nas montanhas ou região amazônica), ou mestiços de brancos, índios e negros (no litoral)[8] – dados de 1976 – fora algumas imigrações recentes, como a dos chineses, conforme pudemos observar pessoalmente em 1996[9].

A instalação da Base Estadunidense de Manta e da dolarização da Economia daquele país foram golpes tremendos no povo equatoriano. Temos falado com pessoas que estiveram por lá nos últimos anos, e lá o sucre, a antiga moeda, foi abolida. No Equador, hoje, usam-se notas e moedas de dólar como nos Estados Unidos, o que desregulou completamente a economia. Hoje

---

[5] ENCICLOPEDIA MIRADOR INTERNACIONAL. V. 8. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 3957.
[6] GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. V. 6. Ria de Janeiro: Dela, 1973. p. 2447.
[7] ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. V. 8. São Paulo: Melhoramentos, 1976, p. 3958.
[8] Idem, ibidem.
[9] Nota da autora.

recebemos notícias de grandes resistências e revoltas acontecendo por lá. Em março de 2006, um dos motivos que levou a uma grande revolta popular foi a ameaça da assinatura do TLC (Tratato de Livre Comércio – que, traduzindo, nós chamaríamos de ALCA), além de outros fatores.

Há que se levar em consideração, também, que o Equador é o país que tem a maior organização de povos originários do mundo, dividida em duas centrais: a CONAIE e a EQUARUNARI. No ano de 2005 a situação equatoriana estava tão difícil para a gente humilde, que, liderada pela CONAIE, essa gente foi às ruas, e, citando Elaine Tavares[10],

> " (...) contra a assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos. No ano passado, essa batalha pela soberania acabou com a queda do presidente Lúcio Gutierrez. Os povos originários, na sua maioria, foram os que comandaram a ação, fechando estradas, realizando *paros* (paralizações gerais), ocupando órgãos públicos. Ao final de semanas de guerra campal, as gentes aceitaram a tese de que deveriam deixar a "democracia" seguir o seu curso e o vice de Lúcio, Alfredo Palácio, assumiu a presidência no que os movimentos chamam de "governo transitório". Uma das tarefas desse novo governo era respeitar o desejo do povo equatoriano, e o povo não quer o TLC. Mesmo assim, passados alguns meses, o presidente voltou a negociar com os[11] EUA." (TAVARES, 2006)[12]

Esse episódio ficou conhecido como "Que se vayan todos", que era a palavra de ordem que o povo equatoriano bradou nas ruas dia após dia, noite após noite, até que Lúcio Gutierrez renunciou a seu cargo de presidente da República.

2. Vencendo o medo

Em março de 2006, diante da situação de "atraiçoamento" do Presidente Alfredo Palácio, que absolutamente não estava interessado em cumprir as promessas de governo que fez ao povo quando da sua posse, começa novo movimento semelhante. Ele "estala" a partir do dia 13 daquele mês, e tem como principais bandeiras "EL TLC, LA OXY Y EL PLAN COLOMBIA NO SON ECUATORIANOS".

---

[10] TAVARES, Elaine. Jornalista no OLA/UFSC – (Observatório Latino Americano/UFSC). Recebido por correio eletrônico em 20.03.2006 – eteiaufsc@yahoo.com.br

[11]

[12] TAVARES, Elaine. 20.03.2006 – http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=21591
21.03.2006 – http//www.biodiversidadla.org/content/view/full/22703
20.03.2006 – www.ola.cse.ufsc.br

Já vimos que a TLC é o equivalente ao que chamamos de ALCA[13] – quanto à OXY, trata-se de uma multinacional que explorava o petróleo equatoriano dentro de muitas ilegalidades, como o desrespeito ao meio ambiente, e conforme nos diz Luis Macas, presidente da CONAIE, liderança dos povos originários,

> *"La Oxy (Occidental Oil and Gás Corporation) há cometido como cuarenta violaciones de la legalidad. Vendió el 50% de sus acciones a la canadiense Incana, violentando la Constituición al vender territorios como si fueran suyos. Em general, la participación del Estado en estas concesiones es mínima: 20% para el Estado y 80% para la compañía, pero en el caso da OXY es de un 12% para el Estado e un 88% para la petrolera. Un gobierno honesto debería haber declarado la caducidad de ese contrato hace tiempo.[14] (MACAS, 2006)*

A rejeição ao Plano Colombia para o Equador tem sua diferença definida na entrevista que fizemos **abaixo com renomado professor de Política Internacional.**

> *"Já o Plano Colômbia é o plano que permite a intervenção consentida pelas autoridades colombianas de Bogotá, por seu governo constituído (Há que lembrar-se que a Colômbia possui, efetivamente, dois governos – o de Bogotá e o das regiões dominadas pelas FARC[15]). No caso do governo do Plano Colômbia, as autoridades constituídas, de Bogotá, aceitam e consentem a intervenção dos Estados Unidos no seu território, usando efetivos militares, inteligência e equipamentos estadunidenses. Os Estados Unidos envolvem-se abertamente nas questões internas da Colômbia, no início a pretexto de combater o narcotráfico, mas na verdade principalmente para agir contra a guerrilha de esquerda.*
> *No Equador, também houve uma ocupação consentida pelas autoridades de Quito, quando alugaram aos Estados Unidos a Base aérea de Manta e adotaram o dólar estadunidense, com apoio do Congresso Nacional.[16] (OLIVEIRA, 2006)*

Portanto, no Equador os Estados Unidos não tem ainda como consentidas as intervenções militares que têm na Colômbia, o que é um grande diferencial entre os dois países.

O povo Equatoriano saiu à luta destemidamente, e há que se lembrar o que disse Eduardo Galeano muito recentemente**:**

> ***"****Lo importante, para nosotros, es perder el miedo. La cultura de la impotência, triste herencia colonial, todavia nos ata las manos. Seguimos aceptando que nos tomen examen, que nos digan qué se puede y qué no se puede… Recuerdo una asamblea obrera, en las minas de Bolivia, hace ya un tiempito, más de treinta años: una mujer se alzó, entre todos los hombres, y preguntó cuál es nuestro enemigo principal.*
> *Se alzaron voces que respondieron "El Imperialismo", "La Oligarquía", "La Burocracia" … Y ella, Domitila Chungara, aclaró: "No compañeros****. Nuestro***

[13] Partimos do princípio que os leitores e demais presentes tenham conhecimento do que é a ALCA e os TLC (Nota da autora)
[14] Entrevista de Luiz Macas: falando desde o Equador. Publicado em Rebelión (www.rebelion.org) em 18.04.2006.
[15] Nota da autora
[16] Entrevista concedida pelo Professor de Política Internacional Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, da Universidade Regional de Blumenau, em 03.04.2006.

enemigo principal es el miedo, y lo llevamos adentro". Yo tuve la suerte de escucharla. Nunca olvidé."[17] **(GALEANO, 2006)**

Destemidamente, o povo equatoriano volta às ruas em todo o país a partir de 13 de março de 2006, fechando estradas, fazendo marchas e outras formas de manifestações, inclusive tomando a catedral de Quito, deixando sem saber o que fazer até o sr. Obispo local.

Vencendo um medo que durava cerca de 500 anos, o povo equatoriano esteve nas ruas e estradas de todo o país nas duas semanas seguintes ao 13.03.2006, fazendo as exigências já citadas, mesmo debaixo da forte chuva que assolou o Equador naquele período, sem esmorecer nas suas reivindicações, não reconhecendo mais o governo de Alfredo Palácio e solicitando, além da chamada de uma Assembléia Constituinte, a não assinatura do TLC e transparência nas cláusulas do mesmo, que deveria ser assinado a 23.03 sem que o povo soubesse sob que cláusulas e condições. Aos poucos, o movimento refluiu, mas é muito evidente que não morreu, pois se pode avaliar as suas conseqüências até o momento em que este texto está sendo escrito, em maio de 2007: o Tratado de Livre Comércio que deveria ser assinado em março de 2006, até hoje não foi assinado, e neste momento sequer existem perspectivas de que o seja; elegeu-se presidente, em novembro de 2006, o socialista e índio Rafael Correa, liderança da importância de um Evo Morales, da Bolívia, neste momento em que a América dita Latina é como que atravessada por um frisson anti-imperialista e bastante voltada para os povos originários.

Conseqüências da crise de março de 2006

A primeira conseqüência da crise de março foi que, em 15 de maio, o Ministro de Energia e Minas, Ivan Rodrigues, declarou a caducidade do contrato do contrato com a empresa OXY[18], sendo que "La resolución del gobierno ecuatoriano implicará la inmediata devolución al Estado de las áreas contratadas, además de la entrega, sin costo y em buen estado, de equipos, maquinarias y otros elementos utilizados em la procución petrolera, instalaciones industriales o de transporte a la empresa estatal Petroecuador."

---

[17] Entrevista concedida à Rádio BBC Mundo. Londres. Transcrita e repassada pela Agência Colombiana de Notícias RED VIRTIN, em 14.03.2006 (casoboan@metrotel.net.co)

[18] http:/alainet.org, em 16.05.2006

Não é difícil imaginarmos o golpe que foi a tomada de tal medida no mundo do Capital Internacional, e represálias começaram a acontecer a seguir, aos poucos, pois o Grande Monstro do Capital não é de entregar suas vítimas sem todas as lutas possíveis. Vamos listar algumas coisas que temos podido observar e que acontecem ou aconteceram no Equador desde então, visivelmente ligadas ao fato da perda da OXY:

- tornar manifestamente mal-vinda pelo governo equatoriano a visita que o presidente Hugo Chávez Frias fez ao país, em 30 de maio de 2006. Apesar de um cerrado bloqueio policial que impedia o povo de Quito de recepcionar o presidente da Venezuela, tal recepção acabou aontecendo fora do centro nervoso da capital equatoriana.[19]

- Represálias contra a empresa telefônica Equatoriana Andinatel, inclusive com demissão de empregados.[20]

- Represálias sobre defensores dos Direitos Humanos, como foi o caso do sr. Wilman Adolfo Jiménez Salazar em 19.06.2006, por parte das forças policiais, que foi ferido, preso e ficou incomunicável .[21]

- Agressões físicas, ameaças de morte, etc., para os defensores da Comissão Ecumênica de Direitos Humanos que defendiam uma mina canadense na Província de Imbabura.[22]

- Ação em tribunal internacional , subsidiário do Banco Mundial, da OXY contra o Estado Equatoriano, juntamente com pressões da embaixadora dos EUA, Linda Jewell.[23]

- A partir de 17 de agosto a Assembléia Permanente de Direitos Humanos passa a denunciar que o governo da Colômbia decidiu o reinício das fumigações com glifosato na fronteira com o Equador.[24]

- Oficiais da Força Aérea da Colômbia passam a operar diretamente da Base de Manta, no Equador, envolvendo, portanto, sem dúvida, o Equador no conflito colombiano.[25]

- etc., etc., etc.

---

[19] http://www.altercom.org, em 03.06.2006
[20] http://www.altercom.org em 02.06.2006 e www.altercom.org/article139692.html
[21] altercom@listes.asile.org, de 04.07.2006
[22] www.altercom.org?article142207.html, em 22.07.2006
[23] http://alainet.org, em 03.08.2006
[24] virtin@etb.net.co, em 17.08.2006.
[25] http://www.ecuadorinmediato.com, em 22.08.2006

Também a resistência equatoriana ao domínio do Império passa a ser feita através dos seus diversos órgãos representativos da população, como a CONAIE, o Movimento Pachakutik, a Assembléia Permanente de Direitos Humanos e o Grupo de Monitoração dos Impactos do Plano Colômbia no Equador, conforme apresentaremos farta documentação no momento da apresentação deste texto. No momento em que escrevemos estas linhas, já foi eleito, em novembro de 2006, e empossado em janeiro de 2007, o novo presidente da República, Rafael Correa, já citado anteriormente, representante dos povos originários.

4. A queda de braço

O Equador, neste momento, enfrenta grande e ferrenha luta contra o poder do Império do Capital. Há que se prestar muita atenção ao que continuar acontecendo naquele país que, diríamos, "perdeu o medo".

A posse do presidente Rafael Correa e do seu ministério têm enfrentado graves problemas, sendo que o primeiro e mais trágico deles foi a morte, em situação misteriosa, da Ministra da Defesa Guadalupe Larrriva, apenas nove dias depois de haver tomado posse do cargo. A ministra morreu na explosão do helicóptero em que sobrevoava a Base Estadunidense de Manta, no litoral equatoriano, e junto com ela morreram sua filha e oficiais do Exército equatoriano.

Na sua campanha presidencial, Rafael Correa prometera, entre outras coisas, a chamada de um referendo que aclarasse o desejo do povo quanto a eleições para uma Constituinte, além da promessa de NÃO renovar o aluguel da Base de Manta para os Estados Unidos, quando o atual contrato de aluguel vencesse, em março de 2009.[26] Também, logo a seguir à posse, o presidente assinou "Otro decreto que dio a conocer (Correa) fue la rebaja de su sueldo a la mitad (de 8.000 a 4.000 dólares) y la disposición de que ninguún funcionario público ganará mas que el Presidente de la Republica."

A represália por suas atitudes, que manteve coerentes com as promessas de campanha após a posse como presidente, fez Rafael Correa amargar a imediata reação do Congresso, que, entre outras coisas, votou a subida dos soldos dos congressistas (cuja maioria era de Direita de 3.800 para 4.800 dólares)[27], o que tornava o salário de um congressista maior do que o do

[26] ANNCOL, in: Diário de Urgência – http://listas.nodo50.org.cgi-bin/mailman/listinfo/diariodeurgencia em 05.04.07

[27] TAMAYO G., Eduardo. ALAI – alai-amlatina@listas.alainet.org, de 31 de janeiro de 2007.

presidente, e houve uma ágil manobra congressista que visava a impedir a chamada para o referendo já citado, conforme relataremos a seguir:

O Congresso do Equador é composto por 100 membros, e para funcionar, é necessária a presença de, no mínimo, 51 membros. Já que outras tentativas de desmoralizar o próprio Congresso tinham resultado infrutíferas, devido a força de manifestações populares[28],

> ”(...) 57 de los 100 diputados del Congreso (forçaram) suya destitución, por sus acciones inconstitucionales.
>
> La gente salió a las calles para festejar. Respaldado por los manifestantes, Correa ordenó a 1.500 policias que rodeen el Congreso para hacer cumplir el decreto del Tribunal, impidiendo que cualquiera de los 57 representantes depuestos pueda entrar. Estes intentaron llevar a cabo una sesión paralele en un hotel de Quito, pero fracasó, en medio de acciones de manifestantes que les ridicularizaron desde afuera, lanzando pedaços de grasa de cerdo frita a los que entraban y salían.
>
> (…) cada diputado del Congresso es elegido junto con un legislador substituto del mismo partido. El gobierno de Correa aclaró que aceptaría cualquiera de los substitutos que aceptara los actos del Tribunal Electoral. Veinte substitutos rompieram casi inmediatamente con sus partidos, y l Congresso obtuvo el quórum necesario para funcionar.”[29]

Em resumo: em 15 de Abril de 2007, realizou-se o referendo sobre o chamado de uma Assembléia Constituinte no Equador, sendo que o 78% dos votos foram favoráveis a que ela seja chamada para dar novos rumos aos destinos daquele país.[30]

Enquanto o povo equatoriano se prepara para as prováveis muitas mudanças que deverão acontecer naquele país a partir da nova constituição, fica-nos a grande pergunta, a que se nos parece que será a grande queda de braço entre o governo do Equador e a grande potência Imperialista que é os Estados Unidos: conseguirá Rafael Correa manter a sua promessa de, em março de 2009, não renovar o aluguel para a permanência, no Equador, da Base estadunidense de Manta? Terá vida e forças para tanto? Conseguirá resistir à grande força que os Estados Unidos fará para manter aquela importante base na América do Sul? Sem dúvida, o governo do Equador passará, em 2009, por uma grande queda de braço com o Império internacional, passará por um grande teste para a sua soberania. Há que pormos na balança que o governo republicano dos Estados Unidos, neste momento, não conta com maioria no Congresso, o que seria uma força aliada para que o Equador, talvez, possa a vir vencer a

---

[28] BURBACH, Roger. Nuevo Gobierno Izquierdista triunfa en la confrontación con la derecha. redaccion@altercom.org, em 03 de abril de 2007.
[29] Idem, ibidem.
[30] Diário de Urgência em 20.04.2007

grande queda de braço – mas até 2009 haverá novas eleições nos Estados Unidos, e não sabemos como poderá ficar a correlação de forças daquele país em relação à América dita Latina.

E as perguntas se ampliam: não havendo a renovação do aluguel, os Estados Unidos concordará em se retirar da Base de Manta? Ou haverá possibilidade de que, como em outras partes do mundo o faz, venha a atacar esse nosso país vizinho?

CONCLUSÃO

Como em outras análises que temos vindo fazendo nos últimos tempos sobre o que acontece no Equador, concluímos que de novo é necessário aguardar para ver o rumo dos acontecimentos. A eleição, as manifestações populares e o recente referendo estão dando a Rafael Correa um bom respaldo popular na sua caminhada pró-socialismo e anti-neoliberalismo, mas fica no ar a pergunta se tal será suficiente para enfrentar a grande potência Imperialista que está com os pés bem plantados nas terras do seu país. Não é possível tirar-se conclusões antes do tempo.

REFERÊNCIAS

1 - BURBACH, Roger. **Nuevo Gobierno Izquierdista triunfa em la confrontación con la derecha.** redaccion@altercom.org, em 03 de abril de 2007.

2 - casoboan@metrotel.net.co, em 14.03.2006

3 - TAMAYO G., Eduardo. ALAI – alai-amlatina@listas.alainet.org, em 15 de janeiro de 2007.

4 - TAVARES, Elaine.– eteiaufsc@yahoo.com.br

5 - TAVARES, Elaine. 20.03.2006 – 20.03.2006 –
21.03.2006 – http//www.biodiversidadla.org/content/view/full/22703
20.03.2006 – www.ola.cse.ufsc.br

6 - http//www.biodiversidadla.org/content/view/full/22703, em 21.03.2006

7 - www.ola.cse.ufsc.br – 20.03.2006

8- (www.rebelion.org) em 18.04.2006.

9 -Agência Colombiana de Notícias RED VIRTIN, em 14.03.2006 (casoboan@metrotel.net.co)

10 - Rede de Notícias Equatorianas ALTERCOM em 13.03.2006, via correio eletrônico. redacion@altercom.org

11 - http:/alainet.org, em 16.05.2006

12 - http://www.altercom.org, em 03.06.2006

http://www.altercom.org em 02.06.2006 e www.altercom.org/article139692.html

14 - altercom@listes.asile.org, de 04.07.2006

15 - www.altercom.org/article142207.html, em 22.07.2006

16 - http://alainet.org, em 03.08.2006

17 - virtin@etb.net.co, em 17.08.2006.

18 - http://www.ecuadorinmediato.com, em 22.08.2006

19 -http://alainet.org, em 29.08.2006

20 - ANCOOL in: Diário de Urgência – http://listas.nodo50.org.cgi-bin/mailman/listinfo/diariodeurgencia em 05.04.07

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Justiça e Trabalho: os processos trabalhistas de Fortaleza nos anos 30 e 40.

Maria Sângela de Sousa Santos Silva*[1]

Resumo: Analisamos os processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, nas décadas de 30 e 40, de trabalhadores de várias categorias profissionais, como padeiros, serventes, operários, comerciários, auxiliar de leiloeiro, de escritório, buscando perceber os conflitos, intolerâncias e negociações entre patrões, trabalhadores e juízes, quando da aplicação ou não das leis trabalhistas, bem como os significados da Justiça do Trabalho para a sociedade local. Buscamos realizar uma discussão historiográfica sobre o tema, contextualizando a Justiça do Trabalho, sua implantação e funcionamento e suas relações no mercado de trabalho. A história oral é mais um instrumento para a discussão da temática, em que os depoimentos podem evidenciar os (re)significados das teias de relações estabelecidas entre justiça, patrão e empregado.

Palavras-Chave: Leis Trabalhistas, Movimento Operário, Trabalhadores Assalariados.

Abstract: We analyze the working processes of the Meeting of Conciliation and Judgment of Cortaleza, in the decades of 30 and 40, workers of some professional categories, as bakers, maids, laborers, commercial employees, to assist of auctioneer, clerical, searching to perceive the conflicts, intolerâncias and negotiations between masters, workers and juízes, when of the application or not of the working laws, as well as the meanings of the Justice of the Work for the local society. We search to carry through a historiográfica quarrel on the subject, being contextualizando the Justice of the Work, its implantation and functioning and its relations in the work market. Verbal history is plus an instrument for the quarrel of the thematic one, where the depositions can evidence (re)significados of the teias of relations established between justice, used master and.

Keywords: Working Laws, Labor move, Wage-earning Workers.

Buscamos investigar o mundo do trabalho das categorias de trabalhadores urbanos da cidade de Fortaleza, onde foi instalada a 7ª Região do Tribunal Regional do Trabalho. Temos como delimitação os processos da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJF), de 1939 e da década de 1940. Essa documentação é significativa para a memória do trabalho e do trabalhador nesse recorte espacial e temporal. À medida que a documentação ia sendo desvendada, ela se revestia de outros significados, pois os processos trabalhistas passam a ser considerados também como um lugar de convergência das experiências dos trabalhadores de diversas categorias profissionais, como os comerciários, padeiros, serventes, operários de

[1]* Doutoranda em História Social do Trabalho, na Universidade Estadual de Campinas, com orientação de Fernando Teixeira da Silva.

empresa de transporte, auxiliar de costureira, auxiliar de leiloeiro, retocadores de fotografias, bancários, dentre outros.

Alguns problemas norteiam nosso estudo: como era o mundo do trabalho dos trabalhadores? Que elementos eram vividos pelos trabalhadores que os motivavam e os faziam acreditar que alguma solução aos problemas explicitados no ambiente de trabalho seria resolvida na JCJF? O que levava os trabalhadores a procurarem a JCJF? Quais suas expectativas em relação à JCJF? Que condições no ambiente de trabalho influenciavam a procurar a JCJF para a solução dos seus problemas?

A implantação da JT no Ceará ocorreu com dificuldades, desde a aquisição de materiais e equipamentos, até a sede para seu funcionamento[2]. Esta situação foi relatada pela funcionária Olga Nunes da Silva[3], que mostrou sua dedicação ao trabalho e como foi nomeada.

> "*a minha nomeação naquela época não foi porque eu tentei concurso público não, nem se fazia. Quando passou a Justiça do Trabalho a pertencer ao Poder Judiciário, então as pessoas, os funcionários que lá trabalhavam na junta, eram do Ministério do Trabalho, então foi dado a eles a opção que eles podem fazer, continuar no MT ou ficar na Justiça, então muitos foram para o ministério e aqui ficaram as vagas, eu fui nomeada em uma dessas vagas"*(SILVA, 23/06/2006).

Situação semelhante ocorreu com o funcionário Raimundo Nonato Ximenes[4]: "eu falei com o Dr. Pimentel, o então Interventor do Ceará, e ele mandou um cartão para o Dr. Osmundo Pontes, e fiquei aguardando uma vaga" (XIMENES,16/06/2006). Essa característica, dentre outras, vai modificar-se a partir dos anos 80, o que contribuirá para a moralização da JT. Está explícito o momento em que ocorreu a mudança da JT do MTIC para o Poder Judiciário. O quadro de funcionários era escasso, continua Olga, "tinha só o diretor geral, o funcionário que secretariava as sessões só ganhava gratificação... escriturário e... oficial de diligência, e os serventes". Além de outras dificuldades vivenciadas no período:

---

[2] A primeira sede localizava-se na Praça José de Alencar, prédio da antiga Fênix Caixeiral, hoje é do INSS. Mudou-se para a R. General Sampaio, R. Guilherme Rocha, Rua Floriano Peixoto, R. Barão do Rio Branco, R. Tristão Gonçalves com R. Duque de Caxias, esta foi a 1ª sede própria. Quando o prédio desmoronou-se, mudaram para a Igreja do Pequeno Grande, depois para o prédio da Delegacia Fiscal, da Receita Federal, e por último foi construído a sede própria (para o Fórum), e adquirido sede para o Tribunal Regional do Trabalho.

[3] Olga Nunes da Silva, entrevistada dia 23/06/2006, no Arquivo da Justiça do Trabalho. Nomeada em 1º/12/1948 aos 23 anos, na função de Escrituraria, depois Secretária e Diretora de Secretaria. Aposentada em 1995.

[4] Raimundo Nonato Ximenes, entrevistado dia 16/06/2006, no Arquivo da Justiça do Trabalho. Nomeado em 12/10/1948, na função de Servente, depois Oficial Judiciário da Justiça, Escriturário e Diretor do Depósito Judicial.

> *"A gente não tinha nada do que tem hoje, a gente tinha para trabalhar umas máquinas antigas chamadas depois de Maria Fumaça... há quando chegou máquina elétrica... há meu deus... era uma beleza... mas antes era aquele pé duro mesmo, num tinha máquina de calcular, não tinha nada"*(OLGA, idem).

A falta de condições técnicas e burocráticas e sede inadequada comprometeram a eficácia da lei e sua fiscalização (Varussa, 2002). A precariedade da instalação da JT, sendo restrita a algumas capitais, e voltada apenas para uma parte dos trabalhadores, os urbanos, aliada aos outros fatores, contribuiu para uma tradição de desprestígio do direito do trabalho, acrescida da ausência de políticas que a tornasse presente e atuante em todo o país (Gomes, 2006).

A depoente cria a idéia de igualdade entre empregador, empregado e juiz, que fugia o ritual pomposo da Justiça comum.

> *"Quando era só uma junta, todos aqueles móveis vinham do sul, tudo encaixotado, até a pessoa pra fazer montagem, birô, mesa de audiências, as cadeiras... têm passagem interessante que quando vinha as coisas era pra ser tudo igual a mesa onde ficava o empregador e o empregado, e a mesa onde ficava o juiz era tudo da mesma altura, não era pra ser alto não, era como se fosse igual, então tinha os dois juízes classistas"* (SILVA, ibidem).

Esse é considerado mais um aspecto que contribuiu para a construção de uma tradição de desprestígio, por tratar do cidadão comum e reger-se pelo princípio de conciliação entre as partes. Olga discorda da existência dos juízes classistas, pela interferência política na sua escolha e decisão, porque "o classista estava ali como juiz, se ele recebe e vai ali por intermédio de seu cicrano e seu fulano ele fica devendo a eles". Questionado por descaracterizar a JT e ser um dos vícios que corroia sua moralidade, foram extintos os juízes classistas em 1999.

Os trabalhadores urbanos de Fortaleza procuravam a JT no intuito de adquirirem seus direitos trabalhistas. Uns esperavam de dois a onze meses para terem sua reivindicação atendida, e outros de 2 a 13 anos, casos em que ambas as partes recorriam às outras instâncias. Dos doze processos analisados, todos foram iniciados na JCJF pelo próprio trabalhador, desses, três buscaram ajuda do advogado para recorrer da decisão. A maioria possuía carteira profissional, outros não, o que não impedia de buscar a justiça, conforme o quadro abaixo.

Situação documental do trabalhador	Total	Porcentagem
Possui Carteira Profissional	07	58,4
Não possui Carteira Profissional	04	33,3
Não Informado	01	8,3
Total	12	100%

Tabela 1. Situação Documental dos Trabalhadores, décadas de 30 e 40. Fonte: Processos da JCJF.

Apesar de mais de cinqüenta por cento possuir a carteira profissional, ao que parece, não era condição para o trabalhador ter seus direitos assegurados pela lei. Diferentemente do que afirma Gomes (1994), de que nesse período somente os trabalhadores reconhecidos pelo Estado, com carteira assinada, participavam do processo de inclusão social. Contudo, é visível a "peleja" do trabalhador para conseguir sua carteira, pré-requisito para sua identidade profissional, como mostra o processo da Sª Maria Ferreira de Oliveira, que após dez anos de empregada, conseguiu sua carteira, mas a empregadora não registrou seu tempo de serviço anterior.

Em 1935, quando da implantação da Inspetoria Regional do Trabalho em Fortaleza, houve uma "corrida" para adquirir tal instrumento que conduziria ao reconhecimento das 8horas de trabalho, férias. Inclusive os sindicatos e a própria Legião Cearense do Trabalho (LCT) utilizava-o para controlar o movimento operário. Os têxteis, por exemplo, abandonaram o sindicato de fábrica e se filiaram ao sindicato da categoria profissional, reconhecido pelo MTIC, tendo como um dos fatores a aquisição da carteira profissional, além da tomada de consciência pelas negativas do patrão (Silva, 2006).

Observamos que a maioria dos trabalhadores que recorreram à JT não tinha filiação sindical, sendo motivados por situações vivenciadas no ambiente de trabalho, onde eram explorados por trabalharem além do horário, não receberam vencimentos salariais integrais, perseguição e desconfiança do patrão, dentre outros elementos. É no próprio trabalho que os trabalhadores têm uma noção de justiça e eqüidade, que são medidos na esfera do tempo e do local de trabalho. Assim a experiência oferece critérios concretos para tal noção (Paoli, 1994).

Situação organizacional do trabalhador	Total	Porcentagem

Tem filiação sindical	02	16,6
Não tem filiação sindical	05	41,7
Não informado	05	41,7
Total	12	100%

Tabela 2. Situação Organizacional dos Trabalhadores, décadas de 30 e 40. Fonte: Processos da JCJF.

O baixo nível de filiação dos trabalhadores faz-nos pensar que o sindicato não estava inserido nessa problemática de relações do trabalho. É sabido que no período do Estado Novo, o Estado atrelou os sindicatos por decretos, onde o dirigente reduzia-se a um burocrata. Por não poder exercer sua função política, perdeu força junto à classe trabalhadora (Martins, 1978). Embora o movimento sindical lutasse para preservar seu espaço de independência, ora denunciando, ora resistindo, o MTIC saiu vitorioso por colocar os sindicatos sob a égide da política governamental, o que não impediu da haver pacto entre as partes (Gomes, 1979).

A condição de vida miserável e de exploração no local de trabalho era uma das motivações iniciais que os fazia procurar a JCJF, retratada no depoimento de Olga.

> *"...Lá, toda vida eu vi que a Justiça do Trabalho lá no fórum,... calcula-se que passa ali mais de mil pessoas por dia né?... cada um com seus problemas.. ali tem problema de todo jeito, gente que vem para as audiências e dá agonia de fome, os que vem de um bairro distante a pé por que não tem dinheiro para o transporte... ô povo pra sofrer... tanta gente que a gente mandava comprar comida... e gente que recebe dinheiro e o advogado toma... o empregado não tinha férias, não tinha direito repouso, não tinha direito a nada e o horário do trabalho também não tinha, ia trabalhar até 10 horas u 12 horas"* (SILVA, ibidem).

Os processos instaurados pelos trabalhadores na JCJF permitem pensar os elementos presentes nas relações de trabalho entre patrões e trabalhadores. Além dos elementos presentes no próprio processo judicial – argumentos, provas, testemunhos de colegas – e a própria situação de se defrontar diretamente com o seu patrão, correria o risco de sofrer represálias, o que ocorria comumente. O leque de motivações ultrapassava o número de processos, conforme mostra a tabela.

Motivações	**Quantidade**	**Porcentagem**
Dispensa Injusta	09	20

Aviso Prévio	09	20
Férias	06	13,4
Salário	05	11,1
Salário Doença	-	-
Suspensão	-	-
Preenchimento da Carteira Profissional	01	2,2
Homologação da Decisão	-	-
Indenização	10	22,2
Reconhecimento da estabilidade no emprego	02	4,5
Reconhecimento licença p/ tratamento saúde	01	2,2
Reintegração no emprego	01	2,2
Devolução de documentos	01	2,2
Total	45	100%

Tabela 3. Motivações de Processos Trabalhistas da JCJF, décadas de 30 e 40.Fonte: Processos da JCJF.

De doze processos, havia quarenta e cinco motivações tabuladas. A inicial, que era a indenização, vinha acompanhada da despedida injusta, aviso prévio, juntos chega a 62,2% o que para os patrões a demissão era justa causa. As férias e o salário engrossavam as reivindicações, em que o patrão, ou por ter comprado as férias, ou pago salário adiantado a pedido do empregado, além de outras pouco recorridas, porém, não menos importante. Vemos que o pedido de estabilidade no emprego é baixo, que, aliado ao preenchimento da carteira profissional, não são prioridades, talvez por conta da mobilidade dos trabalhadores e por valorizar outros direitos trabalhistas. A reintegração no emprego só consta em um caso, que, por conta da abertura do processo por parte da empregada, Sª Maria Ferreira de Oliveira, e embora ganho a causa, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza não a reintegra, recorrendo ao Tribunal Superior do Trabalho, novamente não obtendo êxito, prefere, em última instância, entrar em acordo e pagar indenização, após quase treze anos de tramitação do processo. A convivência de ambas as partes após a abertura era conflituosa, por isso muitas vezes era preferível receber indenização a retornar para o emprego, onde sofreria discriminação e perseguição[5]. O reconhecimento para licença, apesar de ter só um caso, demonstra as artimanhas empreendidas pelo patrão que chegar a forjar provas de que o empregado não estava doente, na tentativa de invalidar o atestado médico. O auxiliar de escritório, Sr. Newton L. Lima, de posse do atestado e justificado na Delegacia Regional do Trabalho, ausenta-se da capital para repousar no interior de Estado, retornando após a licença, não

[5] Processo nº 0254/48, de 31/05/1948, da JCJF, da reclamante Maria Ferreira de Oliveira, servente de serviços gerais do Hospital de Psicopatas São Vicente de Paula, pertencente a Beneficente Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. A reclamante foi acompanhada pelo advogado José Thomé de Sabóia Carvalho, e o reclamado pelo Provedor Feliciano de Athayde, Procuradora Ilma Moreira Rocha e Advogado Mário dos Martins Coelho.

encontrando mais o seu emprego. O processo perdurou cinco anos, foi julgado procedente e recebeu indenização[6]. Na tabela 4 veremos os desfechos dos processos.

Desfechos	Quantidade	Porcentagem
Conciliação	06	50
Arquivamento	02	16,6
Incompetente	-	-
Procedente	04	33,4
Improcedente	-	-
Prescrito	-	-
Total	12	100%

Tabela 4. Formas de desfechos na JCJF, décadas de 30 e 40. Fonte: Processos da JCJF.

Vemos que 50% dos processos optaram pela conciliação e 33,4% foram julgados procedentes, que juntos mostram o êxito dos trabalhadores nas reivindicações trabalhistas[7]. Como observa Varussa (2002) nos processos da I JCJ Jundiaí, a conciliação era uma estratégia para resolver mais rapidamente a questão, embora reduzisse o valor da reivindicação, ou outros motivos, como manter-se no emprego, mudança de cidade, como aponta a tabela referente há situação de Fortaleza. O arquivamento ocorreu por ambas as partes não comparecem às audiências[8]. Os julgados procedentes receberam a indenização pleiteada, a maioria em um curto espaço de tempo[9]. O processo nº 0378/43, do operário de transporte urbano da Empresa Ceará Tramway Light, é fiscalizado no bonde que conduz os passageiros, às 23h, por um "fiscal de assalta" da empresa, que o acusa de roubar as passagens e vendê-las depois, lucrando assim em cima da empresa. Por isso quer "meter a mão" nos

[6] Processo nº 4.123/39, de 24/08/1939, da JCJF, do reclamante S. Newton L. Lima, auxiliar de escritório, contra a empresa Sigismundo Pinheiro. O reclamante foi acompanhado pelo advogado Mário dos Martins Coelho quando recorreu da decisão, e o reclamado pelo advogado José Thomé de Sabóia Carvalho.

[7] Os processos que houve conciliação sem demora: nº 0175/43, 27/04/43, do S. João Lopes Maciel, Padeiro, contra a Padaria Palmeira, requerendo indenização por despedida injusta, férias, diferença salarial e reconhecimento da estabilidade no emprego, o que não ocorreu; nº 0176/43, 27/04/1943, de Silvia de Araújo, Auxuliar de Costureira, contra a Camisaria do Sr. Vicente Sobreira, requerendo diferença salarial e aviso prévio; nº 0185/43, 03/05/43, do S. José Alves Ribeiro, Servente, contra a Moldura Paraense, requerendo indenização por despedida injusta, aviso prévio e férias; nº 0186/43, 04/05/43, do Sr. José Alcino de Brito, Servente, contra a Moldura Paraense, indenização por despedida injusta, aviso prévio e férias; nº 0187/43, 04/05/43, do S. Paulo Ribeiro Bessa, Comerciário, contra a Firma Waldir N. Jereissati, requerendo indenização por despedida injusta, aviso prévio, férias, salários atrasados.

[8] Os processos arquivados foram o nº 0325, de 1º/09/1943, do Sr. Edmilson Otaíde Sampaio, quarteiro do Fortaleza Hotel, contra o mesmo, requerendo indenização por despedida injusta e aviso prévio. E o processo nº 0326/43 de 08/09/1943, do Sr. Valter Luiz de Sousa, padeiro, contra a Padaria Nordestina, requerendo aviso prévio por despedida injusta.

[9] São os processos nº 0133/42, de 20/02/1942, da JCJF, da reclamante Maria do Carmo de Alencar, retocadora de fotografias, contra a Firma do Sr. Antonio Miranda Relva, requerendo indenização por despedida injusta, aviso prévio e diferença salarial. O processo nº 0177/43, de 28/04/1943, da JCJF, do reclamante S. José Torres de Alencar, auxiliar de leiloeiro, contra o leiloeio S. Hugo Saltanovick, requerendo diferença salarial.

bolsos do operário, que não aceita por não ser "ladrão". Por insubordinação e pelo dito ato, é demitido justamente, como alega a empresa. Reivindica na JCJF indenização por despedida injusta, férias, aviso prévio. O conflito entre as partes perdura três anos, a empresa apresenta a ficha cadastral do empregado, com o histórico de suspensões, indisciplina, não cumprimento do horário, não prestação de contas das passagens, a idoneidade do fiscal "testemunha" e outros elementos para justificar a justa despedida. O operário tem como provas as testemunhas e o talão rubricado pelo próprio fiscal, que são suficientes para lhe dar ganho de causa.

Nos fragmentos das trajetórias dos trabalhadores percebemos que, ao buscarem a JT, buscavam pelo que acreditavam ser a justiça e a legalidade, quando usava a lei para ter seus direitos reconhecidos e respeitados. Isso ocorreu com conflitos nas relações de trabalho, na convivência que estabeleciam com as demais pessoas fora do âmbito de trabalho, com as testemunhas os advogados. Nos processos estava em questão a própria dignidade do reclamante, seja pessoal ou profissional, sendo taxados pelo empregador de "ladrão", "preguiçosa", ou "inventando estar doente". A causa ganha descaracterizava as "artimanhas" patronais, reafirmando a vitória da justiça e do direito do trabalho.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Rejane Maria Façanha de. **A participação do Ceará na formação da Justiça do Trabalho.** Monografia apresentada no Curso de Ciências Sociais, UECE, Fortaleza, 2005.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. "A experiência humana e o ato de narrar". In **Revista Brasileira de História,** nº 33. SP: Contexto, 1997.

Delegacia Regional do Trabalho no Ceará. Resgate Histórico de 60 anos de trabalho. Fortaleza, 2000.

FENELON, Déa Ribeiro. "Cultura e história social. In **Projeto História,** nº 10. SP: EDUC, 1994.

___. "Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação". In **Projeto História,** nº 4. SP: EDUC, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. "Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados". In **Revista de Estudos Históricos:** Direitos e Cidadania. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, nº 37, jan-jun 2006.

___. **A invenção do trabalhismo,** 2ª ed. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1994.

___. **Burguesia e Trabalho**: Política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. **A Bibliografia Libertária**: um século de anarquismo em Língua Portuguesa. Coleção Escritos Anarquistas. São Paulo: Imaginário, 1999.

HAUPT, Georges. "Por que a História do Movimento Operário?" In **Revista Brasileira de História,** nº 10, 1986.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. "Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo". In **Revista de Estudos Históricos,** nº 18, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª ed. Campinas:SP, Papirus, 1986.

MARTINS, Heloísa H. de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. SP: HUCITEC, 1978.

MENESES, Ulpiano T. B. "A História, cativa da memória?" In **Revista Inst. Est. Brasileiro,** nº 34. SP. EDUSP, 1992.

MOREL, Regina L. Moraes e PESSANHA, Elina G. da Fonte. "Magistrados do Trabalho no Brasil: entre a tradição e a mudança". In **Revista de Estudos Históricos:** Direitos e Cidadania. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, nº 37, jan-jun 2006.

PAOLI, Maria Célia, SADER, Éder & TELLES, Vera da Silva. **Pensando a classe operária:** os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In Revista Brasileira de História, nº 6. SP: Marco Zero, 1988.

___. " Os direitos do trabalho e sua justiça". In **Revista USP,** nº 26, São Paulo:EDUSP, 1994.

PORTELLI, Alessandro. "Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". In **Projeto História,** nº 10. SP: EDUC, 1993.

___. "A Filosofia e os fatos". In **Revista Tempo,** nº 2. RJ:EDUFRJ, 1994.

ROMITA, Arion Sayão. *Repensando o Estado Novo.* Org. Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SAMUEL, Raphael. "História local e história oral". In **Revista Brasileira de História,** nº 19, SP:ANPUH:Marco Zero, set/89 a fev/90.

SILVA, Fernando Teixeira da e NEGRO, Antonio LUIGI. "Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)," In FERREIRA, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida. **O Brasil republicano. O tempo de experiência democrática: da democratização de 1934 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. **A organização dos operários têxteis em Fortaleza nos anos 30**. Fortaleza, Fortgráfica Editora, 2006.

SILVA, Zélia Lopes. **Os Sindicatos e a gestão do Estado no mercado de trabalho:** São Paulo 1929-1932. In Revista Brasileira de História, nº 14. SP:ANPUH/Marco Zero, 1990.

VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalho e Legislação.* Tese de doutorado, PUC-SP, São Paulo, 2002.

VIANA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Clínica médica no sertão do Brasil

Sônia Maria de Magalhães[1]

Resumo: O texto apresenta a história de três profissionais da medicina em Goiás ao longo do século XIX, revelando aspectos, pouco conhecidos, da trajetória de profissionais desse ramo no interior do Brasil.

Palavras-chaves: médicos, medicina, Goiás

Abstract: The text presents the history of three professionals of the medicine in Goiás to the long one of century XIX, disclosing aspects, little known, of the trajectory of professionals of this branch in the interior of Brazil.

Keywordss: doctors, medicine, Goiás

Para Moretti Foggia e os doutores Theodoro Rodrigues de Moraes e Francisco Antônio de Azeredo o exercício da medicina na cidade de Goiás se processou lentamente, já que tinham que competir com os herbanários, parteiras, benzedeiras e encanadores de ossos, que costumeiramente serviam os habitantes locais que requisitavam seus serviços. Por meio de vários registros, eles deixaram pistas reveladoras sobre a complexidade da consolidação da medicina científica no interior do Brasil. Mais do que isso, suas vivências revelam faces pouco conhecidas do profissional médico em Goiás: conflitos, dificuldades no exercício da profissão, relações de poder, ascensão, etc. Três perfis distintos: Foggia aportou no país fugindo da polícia italiana; Moraes, membro de família abastada, não encontrou muitas dificuldades para alcançar sucesso na carreira; Azeredo, ao contrário deste, enfrentou vários desafios de ordem econômica para adquirir a tão almejada formação.

O sonho do Eldorado que guiou tantos aventureiros para o interior do Brasil no século XVIII e a localização interiorana da província em relação ao litoral e a Europa contaram muito na escolha da cidade de Goiás como nova residência e local de refúgio do italiano Moretti Foggia, por volta do ano de 1831. Ocasião em que estava com uma idéia fixa na cabeça: a de enriquecer à custa do ouro. Nesse projeto, contava com o apoio de outros conterrâneos, também convictos de que seria possível ficar rico, graças àquele mineral, se empregassem métodos mais científicos do que aqueles utilizados pelos mineradores locais. Para tanto, fundaram a "Sociedade dos Seis Amigos". Persistiram nessa empreitada durante cinco longos anos sem obter sucesso, o que tornou inevitável a dissolução da sociedade

[1] Universidade Federal de Goiás/PRODOC.

(CASTELNAU, 2000:254). Diante dessa situação, parece que cada um seguiu seu rumo, Foggia, porém, decidiu permanecer na cidade.

Vicente Moretti Foggia nasceu em Mântua, capital da Lombardia, chegou ao Brasil no início da década de trinta do século XIX. A perseguição policial foi o outro motivo que determinou a escolha da distante província de Goiás como o local do seu refúgio. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o difícil acesso ao remoto território de Goiás serviu de abrigo e esconderijo para diversos fugitivos da Justiça. Lena Castelo Branco observa que, no ano de 1821, Foggia cursava medicina, nessa ocasião, juntamente com outros colegas, pegou em armas em uma revolta carbonária que eclodiu no Piemonte. Dois anos depois, quando tudo parecia mais calmo, Foggia retomou seus estudos. No entanto, não se sabe por que, viu-se ele forçado novamente a emigrar (FREITAS, 2000).

Decepcionado com o fim da sociedade mineradora, Foggia garantiu a sua sobrevivência no exercício das artes de curar, apesar de não ter concluído o curso de medicina. Em 1836 foi nomeado Boticário do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântarasucedendo o inglês Henry Yates, que, por causa do alcoolismo, não poderia continuar exercendo essa função. Três anos mais tarde, persistindo a falta absoluta de clínicos, o italiano foi também encarregado do curativo dos doentes do hospital e dos presos da cadeia. Em 1839, foi designado, pelo Ministro do Exército, Cirurgião-Ajudante da Companhia de Montanha.

A partir da década de 1840, depois de atuar praticamente sozinho, cuidando de militares, civis, livres e escravos, Foggia contaria com a ajuda de dois médicos goianos licenciados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: Theodoro Rodrigues de Moraes e Francisco Antônio de Azeredo.

O retorno do jovem Theodoro Rodrigues de Morais à cidade de Goiás foi festejado pelos administradores da Província. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com 19 anos de idade, em 1835 concluindo o curso em 1840, quando defendeu a tese intitulada *O estrangulamento das hérnias entero-epiplóicas e os meios de curar* . Mal terminada a festiva recepção, o recém-formado assumiu o cargo de médico, há muito tempo vago, no São Pedro de Alcântara. Membro de família abastada, que participava ativamente das decisões administrativas da província, Moraes decidiu clinicar gratuitamente, uma vez que estava ciente da pobreza da comunidade.

Em 1845, foi a vez de Francisco Antônio de Azeredo retornar à capital, munido do seu título de doutor, tendo defendido a tese intitulada *Algumas considerações gerais acerca da importância e higiene pelos hospitais civis*. O interesse pelo tema deve ter surgido por

volta de 1832, aos dezessete anos de idade, quando era assistente do boticário Henry Yates no São Pedro de Alcântara. No ano seguinte, Azeredo encaminhou um ofício ao Governo Regencial requerendo uma mesada de alimentação para estudar Cirurgia na Corte, já que não possuía recursos próprios. Apesar de os representantes do governo tecerem elogios à iniciativa e à conduta do suplicante, o seu pedido foi denegado. Recomendaram contudo, que solicitasse auxílio a algum abastado da capital, uma vez que havia grande falta de médicos naquela província (AHEG, caixa 18). Como nenhuma pessoa se prontificou a ajudar o jovem rapaz, este continuou exercendo as suas funções no hospital. O empenho e dedicação demonstrados no cumprimento das suas tarefas lhe conferiram novas responsabilidades no ano de 1836, como o curativo dos doentes e a administração da própria instituição de caridade, uma vez que a junta administrativa tinha sido dissolvida (AHEG, livro 0021). Nesse mesmo ano surgia a oportunidade tão desejada por Azeredo, a de estudar medicina na Corte. Por meio da Resolução número dez desse mesmo ano, a Assembléia Legislativa autorizava às Câmaras Municipais a despender, cada uma, trezentos mil réis anuais com um aluno, natural da província, que se interessasse em freqüentar o curso da Academia Médica Cirúrgica estabelecida no Rio de Janeiro. Azeredo não perdeu tempo, logo que a resolução foi publicada, compareceu à Câmara Municipal munido da certidão de batismo, o documento de conduta civil e moral e o atestado dos seus conhecimentos adquiridos em algumas aulas (AHEG, CAIXA 0020). Para sua satisfação, seu requerimento foi aprovado. O passo seguinte, ainda referente às questões burocráticas, foi a assinatura de um contrato que o obrigava a residir no respectivo município por espaço de dez anos, curando gratuitamente os enfermos pobres, depois de completar o curso na Academia.

A carência de médicos determinou a atuação desses profissionais nas esferas civil e militar. Assim, os personagens aqui estudados ingressaram no exército com o posto de Cirurgião-Ajudante e, posteriormente, promovidos ao posto de Cirurgião-Mor. Na sua carreira militar de 44 anos, Moraes alcançou o alto posto de Coronel cirurgião-mor do Exército em 1870, passando para reserva no ano de 1886, no posto de general médico (SILVA, 2006:51). No hospital civil, Moretti Foggia assumiu inicialmente o cargo de boticário, depois cirurgião e de médico, na ausência dos licenciados. Francisco Azeredo, por sua vez, ingressou como praticante, assumindo posteriormente a administração do hospital civil. Após concluir o curso de medicina requereu ao Governo Imperial a sua nomeação para a função de Cirurgião Ajudante do Corpo Fixo da Província, cargo que lhe foi inicialmente impedido já que havia celebrado um contrato com a Câmara Municipal no ano de 1836 que o comprometia de residir na capital por dez anos e atender gratuitamente os enfermos pobres.

Compromisso cada vez mais difícil de ser cumprido, uma vez que gozava de péssima situação financeira. Desde que foi estudar na Corte, contraiu dívidas com a Assembléia Legislativa Provincial decorrente de empréstimos para sustentar a si e a família que residia na capital da província.

Em Goiás, Foggia, Theodoro Rodrigues e Francisco Azeredo exerceram inúmeras funções, seja para garantir o seu sustento, uma vez que o salário do médico era baixo, seja porque possuíam reconhecimento intelectual e profissional junto à comunidade. Sobreviver com os rendimentos proporcionados por essa atividade era difícil porque as pessoas não tinham o costume de recorrer às suas prescrições. Tal costume precisou ser construído, peculiarmente a partir da difusão das escolas de ensino médico. O alto custo da consulta, inacessível a maioria da população, restringia consideravelmente a clientela. Quando atendiam aos desvalidos recebiam, muitas vezes, pagamento em *in natura* (frangos, porcos, frutas, etc.). Situação similar vivenciada pelo médico americano Willian Mayo que clinicava numa cidadezinha do estado de Minessota, nos Estados Unidos, em meados do Oitocentos: como os pobres integravam a maioria da sua clientela, eles só podiam lhe oferecer, como pagamento um pedaço de *bacon* ou um presunto de fumeiro. Para aumentar seus magros rendimentos, Mayo exercia ainda a medicina veterinária, o cargo de Juiz de Paz e dirigia uma barca a vapor, de um lado a outro do rio, para Le Suer (CLAPESATTLE, 1952:36-7). Por outro lado, a medicina acadêmica, pouco eficaz, estava impossibilitada de apresentar soluções muito mais satisfatórias do que os conhecimentos medicinais empíricos. Até o começo da modernidade, os médicos desconheciam o interior do corpo humano. Tanto o diagnóstico como os tratamentos eram baseados na experiência e observação. Tratava-se dos sintomas, já que pouco se sabia sobre a etiologia dos males, tinha de se confiar em "uma farmácia de projéteis, ferindo ora a doença ora o doente, o próprio médico não sabendo a qual" (Idem:23). Assim, os critérios que distribuíam renda, prestígio e poder a essa categoria eram todos de natureza extraprofissional: hábitos culturais, extração social da clientela, relações pessoais e outros assemelhados. Destarte, na opinião de Edmundo Campos, quem definia a característica da medicina era a clientela e não a comunidade médica.

Mesmo no interior do Brasil, o médico ampliava gradativamente o seu espaço de atuação, empenhando-se na tarefa de ordenar aquilo que era visto como desordem, transformando a cidade num espaço considerado civilizado. As reformas do edifício do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e a construção do cemitério público da cidade, atendendo os preceitos das estratégias sanitárias, foram coordenadas pelos médicos locais.

Analisando a tese de doutorado do doutor Azeredo é possível observar sua tolerância em relação às técnicas curativas populares, uma vez que acreditava na eficácia dos medicamentos indígenas, "tanto pela atividade de seus princípios imediatos, e a bem do progresso da ciência, como para a economia de tais estabelecimentos"(AZEREDO, 1844:30).Bem diferente era a opinião de Foggia em relação a esse assunto, além de condenar o exercício ilegal da medicina realizava pelas parteiras, advertia que as doenças ginecológicas só podiam ser tratadas pelos doutores do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, únicos habilitados para o exercício de tal função (AGE, 2004:27-8). Porém, era muito difícil para eles introduzir as concepções do hospital moderno, orientado para cura, numa instituição em que a filantropia consistia na principal preocupação e a terapêutica ficava relegada ao segundo plano. A irregularidade da renda e os constantes atrasos no repasse das verbas por parte do governo provincial pioravam ainda mais o atendimento.

A escolha do local mais apropriado para a construção do cemitério público da capital, conforme as normas de higiene, que proibiam o sepultamento de cadáveres no interior das igrejas, foi encarregada ao doutor Moraes, que, após inúmeros estudos, decidiu "marcar para a construção do cemitério o lugar que fixa alguns passos além das últimas casas da rua do *Retentém* que reúne as demais condições de calor indispensáveis a pronta dissolução dos cadáveres" (AHEG, livro 202:14).

O espaço de atuação desses médicos foi se ampliado gradativamente, conseguindo, inclusive, o direito de fiscalizar a botica do hospital *(Memórias Goianas 10*, 1998:161). A ausência de ordens religiosas até o ano de 1889, quando as Irmãs Dominicanas assumiram a administração da instituição, pode ter facilitado a ação desses profissionais no interior do recinto.

A difusão das vacinas entre a população foi da responsabilidade dos comissários vacinadores, primeiro o doutor Theodoro, e depois, Moretti Foggia. Ainda que a inoculação com a vacina de Jenner tenha sido introduzida na capitania por volta de 1805, a população era contrária à sua obrigatoriedade.

No ano de 1839, seguindo as recomendações do governo provincial, Foggia examinou as supostas virtudes terapêuticas das fontes de águas termais de Caldas Novas, Caldas Velhas e Pirapitinga (*Memórias Goianas 3*, 1986:167). Seu relatório exaltou os benefícios desses mananciais no tratamento da sífilis, morféia e lepra. Foggia também exerceu o cargo de Inspetor de Higiene Pública. No seu relatório de 1885 destaca que as febres, as afecções catarrais e do fígado, as lesões orgânicas do coração e do fígado, as moléstias crônicas do aparelho digestivo, o beribéri, disseminavam-se em toda a região.

Exonerado da sua ocupação no hospital civil em 1857, Moraes passou a se dedicar apenas à medicina militar. Provavelmente, foi a partir dessa época, quando se desobrigou da sua função no São Pedro de Alcântara, que ele passou a se devotar à política.

Muitos médicos se envolveram na vida política, demonstrando popularidade e devido à singularidade da sua profissão obtiveram sempre posição de destaque social. Foram deputados, constituintes, prefeitos, juízes de Paz, senadores, presidentes e vice-presidentes de província, a exemplo do doutor Dermivel Malhado, que era estimadíssimo em Cuiabá e como médico conquistou grande fama. Possuía confiança pública, e muitas das suas receitas médicas foram arquivadas como "específico miraculoso". Foi político militante filiado ao Partido Liberal, tendo sido eleito deputado provincial em diversas legislaturas, e Vice-Presidente da Província, Inspetor de higiene, Diretor Geral da Instrução Pública, professor da cadeira de Pedagogia e Métodos do Liceu Cuiabano, médico da Santa Casa de Misericórdia. Participou, ainda, de praticamente todos os movimentos culturais e sociais de Cuiabá (Souza, 1970: 123-40).

O envolvimento com a política mostra que os médicos desfrutavam de vasto conhecimento dos assuntos da região, detinham certa erudição somada à experiência de viver fora das esferas da sua cidade de origem durante o período de formação profissional. Também indica o prestígio que adquiria no exercício de suas atividades. Esse perfil contribuiu para que muitos galgassem posições de destaque na vida política regional, principalmente nas últimas décadas do século XIX, momento em que esse profissional se propôs a tratar, além do corpo individual, do "corpo social" e, para tanto, desenvolveu toda uma concepção de origem e difusão das doenças. Como tantos outros médicos, Theodoro Rodrigues de Moraes fez carreira política, exercendo os cargos de presidente e vice-presidente da província em períodos curtos nos anos de 1879 a 1881. Nesse empreendimento, contava com o apoio e o prestígio da sua família, que participava ativamente nas definições dos rumos políticos, econômicos e administrativos da província.

Ao que parece, a consagração da carreira do doutor Francisco Antônio de Azeredo verificou-se no âmbito militar durante a Guerra do Paraguai, quando ocupava o cargo de primeiro médico do Hospital Militar. Assentou-se inicialmente como praça, em 1852 como Alferes cirurgião-ajudante, alcançando por antigüidade o posto de Major Cirurgião-Mor de Brigada em 1866. Além de socorrer os soldados feridos durante as batalhas, o doutor Azeredo, como maior autoridade sanitária, teve que tomar sérias providências durante uma epidemia de varíola que ameaçava não apenas os militares, mas também toda a população de Cuiabá.

Com o término da guerra, doutor Francisco retornou à cidade de Goiás, onde continuou praticando a medicina civil e militar e prestando serviços para o governo da província. No ano de 1875, por exemplo, lhe foi incumbida a organização de uma exposição de produtos regionais das áreas agrícola, indústria e belas-artes. A finalidade desse evento consistia em selecionar os melhores exemplares de cada modalidade para serem enviados à Corte e, de lá, encaminhados à Exposição Internacional da Filadélfia de 1876.

No ano de 1880, quando Theodoro Rodrigues de Moraes exercia interinamente o cargo de vice-presidente da província, Azeredo apresentou à Assembléia Legislativa de Goiás um relatório indicando os diferentes meios para sanear a capital. Recomendou a remoção do lixo existente em vários lugares, a limpeza das sarjetas da praça do chafariz e do açougue, a desobstrução dos bueiros e a inspeção rigorosa dos gêneros alimentícios vendidos no mercado, medidas prioritárias que dependiam de uma atuação mais enérgica por parte da Câmara Municipal. Interferências maiores, de competência do governo provincial, também se faziam necessárias, como a destruição de alguns prédios visando à facilitação da circulação do ar, a construção do cais da Lapa e a mudança do curso do rio Uru para uma das cabeceiras do rio Vermelho (*Memórias Goianas* 13, 2001:28).

Atuaram também como professores do Liceu de Goiás, escola de nível secundário, criada em 1846. Nela, o doutor Moraes ministrava as disciplinas de História e Geografia; Moretti Foggia, Aritmética e Geometria; e Azeredo, Retórica e Poética (Martins, 1983: 42).

Esses personagens foram os principais difusores dos princípios da medicina científica em Goiás ao longo do século XIX. Vidas entrecruzadas pela prática de um ofício comum trazem a lume aspectos pouco conhecidos da história da medicina no interior Brasil. O doutor Theodoro Rodrigues de Moraes faleceu no Rio de Janeiro a 12 de junho de 1897, com 80 anos, ocupando o posto de Brigada do Corpo Médico. Foggia e Azeredo continuaram clinicando em Goiás até o fim da vida. O doutor Francisco de Azeredo faleceu no dia 23 de setembro de 1884. No mesmo local, Moretti Foggia, em 1892, aos 91 anos de idade, extremamente pobre, segundo pesquisas realizadas pela professora Lena Castelo Branco. O nome desse italiano, contudo, ainda permanece vivo no cotidiano da população vilaboense, nomeando a principal rua — antiga rua Direita — da pequena e antiga cidade de Goiás.

Bibliografia:

AGE, Mônica. *As mulheres parteiras na cidade de Goyas* (século XIX), Dissertação de Mestrado, FCHF, 2002).

AZEREDO, Francisco Azeredo, *Algumas considerações gerais acerca da importância da higiene dos hospitais civis*, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tipografia Diário de N.L. Viana, 1844.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do S*ul, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia, 2000.

CLAPESATTLE, Helen.. *Os doutores Mayo*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1952.

COELHO, Edmundo Campos Coelho, *.As profissões imperiais*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

FREITAS, Lena Castelo Branco.*"Médicos Europeus na província de Goiás"*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, nº 15, Goiânia, 2000.

MARTINS, Zildete. *A participação de Goiás na guerra do Paraguai (1864-1870),* Goiânia, UFG, 1983.

SOUZA, Luiz de Castro."A medicina na Guerra do Paraguai.. *Revista de História*, nº 83, São Paulo, 1970.

Fontes

Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG).

Caixa 18;

Caixa 0020;

Livro 0021.

Livro 202.

Memórias Goianas nº 3. Goiânia: UCG, 1986.

Memórias Goianas nº10. Goiânia: UCG, 1998.

Memórias Goianas 13, Goiânia, SGC, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Insurreição No Meu Quintal: A Visão Da Diplomacia Norte-Americana Em Relação A Revolução Cubana. (1958-1960).

Bruno Henz Biazetto[1]

> "*Em assuntos de Estado, aquele que detém o poder geralmente tem razão.E aquele que é fraco pode somente, com dificuldades, evitar de estar errado diante da opinião da maioria do mundo"*[2]

O presente artigo tem como propósito apresentar esta pesquisa para a comunidade acadêmica histórica, pela ocasião do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH.A questão da Revolução Cubana tem sido analisada por diversos historiadores nos últimos quarenta anos. Seu fascínio não parece perder força, tanto no âmbito da História, como no imaginário político latino-americano.Isso acontece em grande parte, por causa de um fenômeno explicável através da citação colocada no começo deste artigo.Pois, no caso de Cuba temos algo raro na História das Relações Internacionais, o fraco conseguiu prevalecer sobre o forte.Uma revolução que não era consenso nem em seu próprio país e pobre em recursos, foi capaz de primeiramente vencer um governo apoiado pelos norte-americanos, e por fim, conseguir conter os próprios norte-americanos nos últimos 48 anos.

Muito já foi falado sobre a trajetória de Castro e Guevara e muitos já louvaram e amaldiçoaram sua ideologia e seu governo, dentro e fora da academia.Porém existe algo bastante peculiar, que pode chamar a atenção de um historiador mais atento. Existe uma falta de trabalhos acadêmicos de maior profundidade que expliquem a questão da Revolução Cubana, sob a ótica do Estado norte-americano.

Isso ocorre porque pelo lado estadunidense é um tema ainda considerado bastante sensível pelos historiadores estadunidenses de um modo geral. Em termos acadêmicos, isso se reflete em uma produção intelectual mais voltada para temáticas culturais e representações do período revolucionário, em detrimento de uma análise político-diplomática. Já pelo lado da intelectualidade latina, a Revolução Cubana é percebida na maioria das vezes sob o ponto de

---

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS. Orientando do professor Helder Volmar Gordim da Silveira. Bolsista CNPQ.

[2] RICHELIEU apud KISSINGER,Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1995. Pág. 65.

vista clássico, ou seja, como uma luta de libertação contra uma potência opressora.Existindo pouco interesse por uma análise mais minuciosa do discurso político dos Estados Unidos.

Desta forma, sentindo-se um relativo vazio em relação a uma forma de se perceber este tema, o presente projeto de mestrado decidiu se focar no lado estadunidense dessa História. Isso é possível através da Coleção Foreign Relations of the United States, uma das mais conceituadas fontes de documentação para a análise da política externa norte-americana.No caso deste projeto, vamos nos concentrar única e exclusivamente nesta coleção e vamos privilegiar os aspectos políticos e diplomáticos.

Analisar a visão norte-americana pode evidenciar uma série de elementos bastante pertinentes para o entendimento do papel dos Estados Unidos na América Latina. Um destes elementos é o fato de como os americanos concebiam o seu planejamento para a América antes da Revolução e como esse planejamento se altera após este evento.

É sempre importante lembrar que no começo da Guerra Fria as áreas prioritárias da ação americana eram a Ásia e a Europa.Poucas vezes os formuladores de política externa dos Estados Unidos acreditaram que passariam em seu próprio continente situações como as que ocorriam em Berlim ou na Coréia.Isso gerou uma situação de desatenção em relação a América,percebida como esfera de influência garantida. Isso levou a políticas insuficientes, que aumentavam o descontentamento dos vizinhos dos estadunidenses.

Ao passo que esse descontentamento crescia ao longo dos anos cinqüenta, o medo dos Estados Unidos em relação a União Soviética progredia geometricamente.Havia a nítida sensação por parte dos norte-americanos que a Guerra Fria estava sendo perdida, que o sistema soviético poderia ser mais forte e efetivo do que as democracias ocidentais.Hoje sabemos que isso não representa exatamente a verdade, da mesma forma que sabemos que o fomento do "medo vermelho" em solo americano serviu para atender a muitos segmentos da sociedade naquele momento.

O fato é que a Revolução Cubana veio a se somar com o Sputnik, a bomba de hidrogênio, a Crise de Berlim, o McCarthismo para gerar um "senso derrotista", no que objetivamente é chamado por historiadores como David Halberstam e Hugh Brogan, de "o período mais próspero da História Americana."Apesar de a Revolução ser um momento chave, considera-se o ponto de inflexão da política norte-americana para a América Latina o fracasso na Baia dos Porcos.

Também é um objetivo perceber o discurso WASP na coleção e sua percepção sobre a latinidade de um modo geral.Devemos recordar que esse é ainda um período anterior a luta dos direitos civis nos Estados Unidos, ou seja, certos cargos não estavam a disposição de

negros e latinos. O corpo diplomático estadunidense é nesse momento composto em praticamente sua totalidade por esses indivíduos aos quais denominamos WASPS (branco, anglo-saxônico e protestante).

Isso acarreta em um sistema de valores muito bem definidos, e uma mentalidade que com certeza pode ser evidenciada através do discurso diplomático.Velhas noções de "superioridade" e "civilização" são bastante corriqueiras na percepção diplomática estadunidense em relação a América Latina.O caso de Cuba colabora para o reforço deste estereótipo, a medida que suas características sociais e políticas se encaixam naquilo que os americanos entendem como "República das Bananas".

Da mesma forma que se torna pertinente analisar a transição do papel de Cuba na esfera diplomática estadunidense, de nação amiga para inimigo mortal. Essa pequena ilha, situada perto da costa da Florida, sempre chamou bastante a atenção do "gigante do norte".Desde o século XIX, existiam propostas de trazer Cuba para a esfera de poder norte-americana, sendo anexado como um estado da União, ou, apenas transformando em uma espécie de protetorado.

Em 1898, os americanos finalmente tomam uma iniciativa. Ao se aproveitarem do episódio do encouraçado Maine, eles invadem a ilha com o objetivo de revidar a agressão espanhola e dessa forma "libertar" os cubanos do jugo de um regime atrasado e explorador. A ilha logo se tornou uma grande banca dos interesses americanos, como bem de resto toda a América Central. A emenda Platt garantia que os interesses estadunidenses estariam sendo bem guardados.

A ilha era um grande manancial de fornecimento de açúcar barato para os Estados Unidos.Esse era ainda um tempo onde Miami não passava de um pântano com um trilho de trem e uma horda de mosquitos, não lembrando em nada o pólo turístico dos dias atuais.O lugar de férias favorito da elite estadunidense era sim Cuba, que combinava o clima agradável da Florida com a possibilidade de diversão farta e barata.As atividades ilegais desenvolvidas por americanos na ilha era também um negócio bastante lucrativo.Já que com o turismo, aparecia também a jogatina, a prostituição e o tráfico de drogas. Esse com certeza era um cenário corriqueiro de outras repúblicas centro-americanas da época, mas pela sua proximidade, Cuba atingiu um status diferenciado.

Após muitas conversas com professores tanto da Área de História como de Relações Internacionais, percebeu-se que é necessário que os futuros trabalhos de História diplomática se voltem mais também para um debate teórico desta matéria. E isso se tornou

uma das preocupações imediatas desta pesquisa. O modo no qual o aspecto teórico será trabalhado é na tentativa de mostrar o conflito entre Realistas X Idealistas dentro do Departamento de Estado nesse momento, e como esse debate influencia na tomada de decisões e no discurso da diplomacia estadunidense.

Esse debate é mais importante do que parece, pois muitas vezes os americanos passam a impressão de possuírem uma política de consenso dentro da Guerra Fria. Mas o fato é que existiam grandes debates e disputas dentro do Departamento de Estado e de outros setores do governo, independentemente da época.Henry Kissinger, um realista, vai argumentar que Woodrow Wilson deixou uma marca indelével nas Relações Internacionais estadunidenses. Essa marca é o predomínio de um idealismo em toda a política externa dos Estados Unidos, o que atrapalharia os americanos na sua tarefa de exercer o poder. Em consonância com Kissinger, Niall Ferguson também argumenta que esse gosto pelo idealismo impede que os americanos chamem para si o papel de "Império", e de bastião do modo de vida ocidental. A negação desse papel teria sido decisiva para que a Guerra Fria não fosse vencida com mais facilidade, e também explicaria as dificuldades que os Estados Unidos enfrentam até hoje no plano internacional.

Em contrapartida, os idealistas vão criticar violentamente a maneira pela qual os americanos desenvolvem o seu papel de superpotência ao redor do mundo, no período da Guerra Fria. A opção pelo realismo é criticada ferozmente por pensadores idealistas ,como Noam Chomsky, que se posta contra uma visão essencialmente militarista, baseada nas forças armadas e nos interesses das grandes multinacionais estadunidenses. Para um entendimento mais aprofundado deste debate será necessário ir aos clássicos do Realismo americano, como Waltz e Kissinger. E também aos clássicos pensadores idealistas como Chomsky, sendo a discussão estendida também aos teóricos contemporâneos, como Ferguson e Garton Ash.

Outra contradição a ser evidenciada pela realização desta pesquisa são as diferenças entre democratas e republicanos no modo de fazer política, e principalmente, relações internacionais. Durante os vinte anos de poder (1933-1953), os democratas reforçaram os laços de amizade com a América Latina, no que vai ficar conhecido como "Política da Boa Vizinhança". Também incentivaram a criação de organismos multilaterais, como a ONU, e tentaram ao máximo evitar uma política de maior atrito militar com a União Soviética.

O governo republicano de Einsenhower representa uma mudança profunda em relação ao paradigma desenvolvido anteriormente.A boa vizinhança é substituída pelo militarismo e o reforço aos "regimes de exceção" na América Latina, bem como a interrupção

de linhas de crédito e de empréstimos tão necessários ao desenvolvimento local.É adotada uma política de maior atrito em relação a URSS, simbolizada pela corrida nuclear e o desenvolvimento dos ICBMs.

O governo que pretendia dentro dos clássicos valores conservadores americanos, estabelecer uma política de força contra a Rússia soviética e a China, na verdade gerou descontentamento geral de seus aliados e o naufrágio do projeto americano para a América Latina.A questão do Canal de Suez, onde Einsenhower abandonou a França e a Inglaterra e a falta de ajuda a Hungria durante as revoltas de 1956, trouxeram sério desgaste aos americanos no cenário europeu.

Em relação a América Latina, um projeto econômico que visava atender a base política do governo republicano, a chamada América Corporativa, traz crise e miséria para a região. Esse fato, somado ao pouco apoio aos governos democráticos da região, geraram uma situação turbulenta e de grande desconfiança em relação a capacidade dos Estados Unidos de trazer prosperidade aos países latinos.Esse misto de desconfiança e revolta vai se manifestar com maior força justamente no caso cubano, e com menor expressão, em outros países.

A presente pesquisa ainda se encontra em um estágio bem inicial, já que foi iniciada somente em março deste ano.Até o contato propriamente dito com o corpus documental relacionado a Cuba, ainda existem alguns estágios a serem superados.Ainda estamos em uma fase de leituras de autores, no que diz respeito ao contexto do período e a teorias de Relações Internacionais.É importante ressaltar que além da documentação relativa a Cuba, será trabalhada documentação relativa a política econômica e de segurança do governo americano neste momento.Bem como será analisado como os americanos repercutem a Revolução com outros países latinos como o México, a Argentina e o Brasil.E no próximo artigo, já com uma parte da documentação analisada, será possível trazer novas evidências e aprofundar o debate relacionado aos assuntos acima apresentados.

Trabalhar com um tema deste porte é realmente algo animador para um historiador.Ter a possibilidade de fazer um trabalho, analisando a História diplomática norte-americana sob um ponto de vista inédito, é uma grande responsabilidade.Mas nessa hora é sempre interessante lembrar que o historiador R.G Collingwood disse certa vez que "é compromisso de cada nova geração de historiadores buscar não só responder as velhas perguntas, mas sim modificar as próprias perguntas". E é sob este mote que está pesquisa está sendo realizada.

É interessante perceber que atualmente muito se fala sobre uma "História dos Vencidos", de uma "História vinda debaixo". Ambas seriam a negação de uma História do

poder e das elites que vem prevalecendo nos últimos séculos.Esta pesquisa concentra-se no poder e em uma elite dentro do Estado de uma nação poderosa.Porém, o poder possui muitas faces que podem ser exploradas pelos historiadores.

O poder traz consigo riqueza e prosperidade, na maioria dos casos.Mas também traz novos dilemas, responsabilidades, e até mesmo, um fardo.Esse "fardo do homem branco", parafraseando Kipling, o dilema e as contradições do poder são muito presentes na condução da política externa americana em toda a sua História.O entendimento do significado desse discurso, suas representações e suas conseqüências políticas representam um desafio aos pesquisadores de História das Relações Internacionais.

Ainda existe uma vastidão de temas a serem explorados em relação a atuação dos Estados Unidos no mundo.Uma nação com um peso tão grande no cenário internacional e com diferenças políticas, religiosas e culturais tão arraigadas no seio de sua sociedade, enseja a curiosidade acadêmica de uma forma peculiar. Pois, da mesma forma que é essencial escrever uma História dos vencidos, é imperativo buscar novas interpretações sobre os vencedores. E isso se torna ainda mais fascinante em uma situação como a Revolução Cubana, quando os vencedores são na verdade, os vencidos.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A ação pastoral nas minas sob o padroado régio: convergências e divergências entre Estado e Igreja no governo de Dom Frei Manoel da Cruz (1748-1764)

Patrícia Ferreira dos Santos[1]

Resumo: Após a publicação dos decretos do Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, a Igreja Católica esforçou-se por demonstrar, na ação pastoral, as respostas conciliares às contestações heréticas e protestantes. De forma paradoxal, a promoção do culto católico e tridentino, que norteou o trabalho de evangelização feito no século XVIII nas freguesias das Minas Gerais, controladas pelo católico reino de Portugal, foi bastante abalada pelo ambiente político daquela época, e pelos efeitos das concordatas entre reis e papas.

Palavras-chave: Direito de Padroado – conflitos - bispos.

Abstract: The catholic church made an effort for confirming their dogmas published after the Council of Trento, between 1545 and 1563, and to refute the protestants and heretical theories. However, a paradox showed in that evangelization work in the parish of the Minas Gerais of the eighteenth century: controlled by the Portugal's king, the local church suffered a lot of replies and altercations on the part of real agents. The evangelization was affected by the political atmosphere of the time, and for the effects of the concordats among kings and the Pontiffs.

Keywords: Patronage - Catholic Church - administration of the diocese.

Algumas fendas na ação pastoral pós-tridentina que bispos e clero levaram às freguesias setecentistas da América Portuguesa já foram apontadas em muitos estudos. Tais problemas encontram parte de seus fundamentos num longo processo de negociações e conflitos diplomáticos entre o papado e as monarquias ibéricas. Essas negociações culminaram na promulgação de várias bulas, assinadas gradativamente por sucessivos pontífices, concedendo prerrogativas especiais aos reis ibéricos sobre a Igreja.

Essas bulas papais sintetizaram o processo de construção das concordatas dos reinos ibéricos com a Santa Sé, para a consolidação das fronteiras católicas do Império que a partir do século XV se expandia pelo mundo não-cristão. As chamadas Concordatas do Reino,

[1] Mestranda em História Social, Universidade de São Paulo. Agradecemos à FAPESP pelo apoio financeiro à presente pesquisa.

além de seu inestimável valor jurídico, solidificariam o direito de padroado de Portugal, e fundamentaram as prerrogativas régias de recolher os dízimos eclesiásticos e escolher nomes de bispos para assumir dioceses, apenas confirmados pelo Pontífice. Assim sendo, naturalmente conferiram aos reis enorme poder sobre a Igreja no reino e suas conquistas (KUHNEN, 2006: 8-9).

O vetusto acordo entre reis e papas, oficializado por estas bulas, converteu-se, no entanto, em multiplicados conflitos nas dioceses ultramarinas. O grande problema era que o acordo e os privilégios concedidos ao rei deveria ser posto em prática pelos representantes régios no ultramar. Estes funcionários, falando em nome do rei e desta autoridade a ele delegada pelo Sumo Pontífice, realizariam tantas intervenções na ação pastoral, que homéricas contendas seriam desencadeadas, nas Minas, entre estes agentes e os Juízes e vigários da Igreja, sob o comando do bispo Dom Frei Manoel da Cruz.

Os agentes da Coroa não se preocupavam em esconder a necessidade que viam de controlar o clero, celebrizando-se na historiografia específica os alertas de Teixeira Coelho, escrevendo em 1780, e de Caetano da Costa Matoso, em meados do século, e de tantos outros letrados. Estes dignitários incorporavam a autoridade e a Justiça do Rei e, como seus legítimos representantes, invocavam com sobranceria os direitos regalistas assegurados pelo Direito de Padroado. Procuravam, desta forma, hierarquizar as relações entre os vigários colados – que eram, na prática, funcionários da Coroa - e manter sob seu estreito controle algumas esferas de jurisdição mal definidas entre o Estado e a Igreja como as Irmandades e suas contas.

Esta atmosfera hostil gerava problemas ao trabalho pastoral, além de abalar fortemente a autoridade episcopal. Não à-toa, os atos do Bispo, se não relatados pelo próprio ao Conselho da Coroa, eram denunciados ao Rei pelos Juízes de Fora, que controlavam as câmaras municipais. O Bispo dependia da confirmação do rei para seus atos de ereção de paróquias, ou subdivisões. Nas freguesias que tomara iniciativa de dividir, fora rechaçado pelo próprio Rei Dom José I. Sob estes golpes de autoridade, no entanto, Dom Frei Manoel da Cruz não costumava se calar. Experiente, combinava habilmente energia e diplomacia, para defender seu governo das queixas dos dignitários da Coroa. Demonstrava a el rei, no plano do Direito, os aspectos nos quais julgava prejudicada a jurisdição da Igreja. Em alguns episódios também soube exibir sua indignação, quando em algumas situações extremas e escandalosas, se via afrontado publicamente. Mariana, sede do Bispado, configuraria uma arena para estes

contendores: juízes letrados, edis das câmaras, Vigários colados, Juízes Eclesiásticos e o próprio Bispo, encontrando no Conselho Ultramarino del-rei o seu árbitro.

Estes conflitos se fizeram, portanto, observar em dezenas de ocasiões, de forma implícita e explícita; nos bastidores das correspondências entre o Bispo e a Coroa; mas também no domínio público, transmutando-se em escândalos. Para a presente comunicação, escolhemos uma situação que mexeu com os ânimos do clero sob o comando de Dom Manoel da Cruz e que abalou as Concordatas do Reino: a expulsão dos padres da Companhia de Jesus do Reino e domínios, em 1759. Com esta análise, procuraremos demonstrar as conseqüências das concordatas entre os reis e papas na diocese de Mariana, e os conflitos de diretivos da ação pastoral, que era, nesta década, capitaneada por um Bispo cisterciense e grande companheiro dos Padres da Companhia de Jesus. Este traço é por si sugestivo, se confrontado à postura refratária do prelado às ingerências do poder secular na esfera eclesiástica.

Essas ingerências viriam, desta forma, abalar a ação pastoral nos Bispados do sudeste da América Portuguesa. As análises deste trabalho de evangelização, têm-se baseado em farta documentação qualitativa: as cartas pastorais do bispo à população e clero, e as atas de visitas episcopais realizadas nas diversas freguesias do Bispado. Em nosso estudo, utilizamos este corpus documental em perspectiva comparativa com a temática das cartas dos letrados para o Conselho Ultramarino português durante o governo episcopal de Dom Manoel da Cruz. As cartas e atas de visitas episcopais com as quais trabalhamos são analisadas a partir de diretivos que sintetizam os temas que nelas se apresentam da maneira mais recorrente. Seriam aqueles aspectos fundamentais da ação pastoral efetuada na região, identificados por Fernando Torres-Londoño: *administração religiosa*; *controle do clero*; *normativo do Sacramento*; *sentir com a Igreja*; *vida espiritual e moral dos fiéis e sentir com o Reino* (TORRES-LONDOÑO, 2002: 164).

Para a presente comunicação, importa especialmente este último: o *Sentir com o Reino*, diretivo que, de forma particular, teria caracterizado as expectativas da Coroa em relação aos Bispos ultramarinos, sob respaldo do Padroado (TORRES-LONDOÑO, 2002: 164). O problema se torna visível quando se analisam as queixas formuladas contra o Bispo e seus juízes. Elas demonstram que nem todos os interesses eram comuns a Estado e Igreja. As convergências, ao que parecia, concorriam na mesma intensidade com muitas divergências de interesses entre Estado e Igreja. Esta tensão, somada à insatisfação de setores da Igreja pela perda de autoridade, foi capaz de levantar questões que pressionavam alguns eclesiásticos a tomarem posições políticas bastante melindrosas em momentos de ebulição. Um exemplo

destes momentos pode ter sido o caso da expulsão dos Jesuítas em 1759. Estes padres inacianos juraram obediência ao Papa, e representaram, por isso, uma permanência de sua influência, apesar do Padroado (PRADO JÚNIOR, 1983).

Em momentos como o da expulsão destes padres, não foi difícil encontrar registros de muitos religiosos que se viam obrigados a abnegar de suas convicções e simpatias, em prol da manutenção de um equilíbrio no governo que faziam de seus rebanhos. Era necessário manifestar adesão aos projetos da Coroa, que exercia poder coercitivo sobre o clero colado, através do Padroado. O dilema que se apresentava àqueles eclesiásticos que não concordavam com a expulsão, mas que prudentemente se calavam, representa um atrito entre dois diretivos da ação pastoral: o *Sentir com o Reino* e o *Sentir com a Igreja*.

Para compreender este dilema, observe-se o entusiasmo de Dom Manoel da Cruz pela Companhia de Jesus: declarado e conhecido de todos. Ele enviava cartas a Lisboa solicitando licenças para padres da Companhia virem auxiliá-lo no Seminário, ministrando aulas de Filosofia, Teologia e Gramática; pretendia entregar a direção desta instituição de ensino ao seu fiel amigo, Gabriel Malagrida, condenado antes pela Inquisição; saíra muitas vezes para pregar o Evangelho em companhia de Inacianos; e fazia questão de propagar, na diocese mineira, mesmo sob alguns protestos, as devoções incentivadas pelos padres jesuítas – caso dos três sagrados corações de Jesus, Maria e José. O Bispo ainda trabalhou muito no estímulo à devoção a Padre José de Anchieta, como intercessor celeste, orientando os diocesanos que, se as graças fossem alcançadas, relatassem o prodígio pormenorizadamente ao seu pároco, para contribuir no processo de beatificação do Venerável.

Tal simpatia pela Companhia viria, com o tempo, a colocá-lo numa situação melindrosa com a Coroa Portuguesa sob Dom José I e Pombal. Os Jesuítas foram expulsos da América Portuguesa, em 1759, sufocado o Levante dos Sete Povos da Colônia do Sacramento. Este conflito forçaria Dom Frei Manoel da Cruz a publicar em carta pastoral a vituperação da Coroa ao que se denominou torpe traição dos Padres da Companhia. Padres que teriam tido influência quase inabalada em Portugal, desde a fundação da sua Ordem até o governo de Dom João V. Como era de se esperar, o Bispo limitara-se à publicação da carta que recebera do rei Dom José I:

> *Fazemos saber que agora recebemos uma carta de Sua Majestade Fidelíssima escrita em cinco de julho deste presente ano do teor seguinte = Reverendo Bispo de Mariana [ilegível] eu, El Rei vos faço muito saudar [...] sereis informado da sentença que em doze de janeiro do presente ano se proferiu na Junta da Inconfidência contra os réus do bárbaro e sacrílego desacato que na noite de três de setembro do ano próximo passado se tinha cometido contra a minha Real*

> *Pessoa; e das temporalidades que mandei executar nessas capitanias para coibir em parte os religiosos da Companhia de Jesus, cujo relaxado governo, não mais socorreu, mas [foi] chefe principal dos atrocíssimos crimes de Lesa Majestade de primeira cabeça; alta traição e parricídio, que se julgaram pela sobredita sentença: abusando [ilegível] [os sobreditos?] [ilegível] ministérios sagrados para [cor]romperem as consciências dos delinqüentes [...], que foram [in?]justiçados por aqueles atrocíssimos crimes [...] quais foram os de se minarem e persuadirem com o referido abuso dos ministérios sagrados o mesmo pestencial [sic] veneno dos maquiavélicos enganos e das anti-evangélicas doutrinas que, como heréticas, ímpias, sediciosas e destrutivas da caridade cristã, da sociedade civil, e do sucesso público dos Estados, haviam sido condenados, anatemizados e proscritos da Igreja de Deus, principalmente pelos Sumos Pontífices Alexandre VII e Inocêncio XI; e sugerindo e fazendo [...] entre muitos outros [...] sobreditos erros como tais há provas pela Sede Apostólica [...] que também recebereis com esta. E porque se fez manifesto, não apenas pela [exuberância] das provas, em que se fundou a sobredita sentença, mas também por outros fatos [que] à minha Real [pessoa] chegaram confirmados.com igual certeza que os [ilegível] sobreditos religiosos se propuseram por objeto principal das suas clandestinas maquinações instarem [...] com a peste de tão perniciosas doutrinas não só a Corte, mas também as Províncias do Reino, [...] e é muito verossímil que tenham que o mesmo tenham procurado praticar nessas capitanias com o infame ódio, que tem declarado contra a minha Real Pessoa, e governo, me pareceu que sem maior dilação devia participar-vos tudo com o referido; para que sendo informado do venenoso pasto que a malignidade pode dar às vossas ovelhas, o posais fazer arrancar pelo vosso pastoral ofício, de sorte que elas, em vez de tão mortífera peçonha, sejam apascentadas útil e saudavelmente nos campos que cultivarem os mais zelosos e exemplares obreiros do Senhor, imitando o exemplo que têm praticado todos os prelados destes reinos nas suas dioceses*[2].

Como resposta o Bispo simplesmente assegura que no seu Bispado não houvera casas de religiosos pelas quais se pudessem espalhar doutrinas nocivas contra a Fé Católica e nem sediciosas contra o Direito Divino do Altíssimo Monarca e seu feliz governo. E exorta, ainda, a todas as pessoas eclesiásticas e seculares que "implorem com humildes e devotas preces a Deus Nosso Senhor proteja a Augusta Pessoa, Família e Estado do Nosso Clementíssimo Soberano para conservação da verdadeira fé e extirpação das heresias". Na oportunidade, Dom Frei Manoel pedira que todos orassem pela paz e consolação nos Reinos e Conquistas. E ordenara a publicação e registro da pastoral como de praxe. Ao exemplar que vituperava a Companhia, denominado *Erros Ímpios*, entretanto, ordena que "*seja lido particularmente e sem se registrar por cada um dos reverendos párocos na sua freguesia e depois a mandará com esta mesma Pastoral ao Reverendo Pároco mais vizinho*"[3].

Uma justificativa teológica fora elaborada para a expulsão. O Marquês de Pombal contara com um grande colaborador, doutor em Cânones e ex-aluno de um colégio jesuíta do

[2] Pastoral de Dom Frei Manoel da Cruz sobre a carta Régis de 5 de julho de 1759, intitulada Erros ímpios e sediciosos que os religiosos da Companhia de Jesus ensinaram aos Réus, que foram praticados, e pretenderam espalhar nos povos destes reinos. AEAM Seção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de visitas e fábrica (17271831), fl. 87-88.

[3] Pastoral de Dom Frei Manoel da Cruz sobre a carta Régis de 5 de julho de 1759, intitulada Erros ímpios e sediciosos que os religiosos da Companhia de Jesus ensinaram aos Réus, que foram praticados, e pretenderam espalhar nos povos destes reinos. AEAM Seção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de visitas e fábrica (17271831), fl. 88v.

Rio de Janeiro: o Frei José de Santa Rita Durão (MOTT,1993:27). De forma paralela, a bombástica Pastoral fora registrada no Livro Tombo de Catas Altas em 23 de novembro de 1759, período em que o Visitador José dos Santos percorria as freguesias em visita, reafirmando a fé no Sacratíssimo Coração de Jesus, Maria e José, e as práticas de caridade e sacramentais reafirmadas no Concílio de Trento. Obstinadamente, nos parece. A devoção aos três Sagrados Corações continuava sendo difundida nas freguesias do Bispado com muito vigor. Homem de confiança de Dom Frei Manoel da Cruz, o Visitador José dos Santos estimula a ereção de irmandades leigas sob esta invocação e orienta sua ação voltada para a distribuição de mantimentos aos mais carentes da freguesia identificados por pessoas idôneas e eleitas. A distribuição deveria ser feita no adro da Igreja Matriz da freguesia. Paralelamente, os Visitadores Tedoro Ferreira Jácome e José dos Santos persistem orientando que os fiéis particiassem das vias sacras, meditando sobre os tormentos que antecederam a Paixão de Jesus. Exercícios estes também bastante estimulados pelos padres inacianos[4].

Ao que tudo indica, era esta uma forma de preservar a marca jesuítica que caracterizava o trabalho até então realizado nas freguesias. Os inacianos far-se-iam perenes na ação pastoral que muito recebera de sua influência. No entanto, há ainda estudiosos que garantem que os inacianos permaneceram às escondidas na região (SILVA, 2005:88). Há ainda trabalhos que dão conta da perseguição que se estabelece após a expulsão dos Jesuítas, mencionando a prisão de um cônego do Cabido de Mariana, suspeito de fazer panfletagem a favor dos Jesuítas nos domínios de el-rei. O Cônego acabara sendo libertado depois de ficar provada sua inocência (CHIZOTI,1984:65).

Desta sorte, a ação pastoral ter-se-ia pautado por convergências e divergências; equilíbrios e desequilíbrios. Os desequilíbrios de forças trariam a predominância de diretivos atinentes ora ao serviço religioso, ora ao metropolitano. Com relação a este aspecto, a arrecadação foi um ponto de ação correspondente ao Sentir com o Reino. O conteúdo das cartas pastorais emitidas por Dom Manoel da Cruz refletia a importância política da arrecadação. Outros pontos de convergência fizeram-se notar: a busca do sossego e do apaziguamento dos povos, visando a submissão das gentes ao ordenamento baixado em bandos, cartas pastorais, e posturas das Câmaras, todos, ao fim e ao cabo, medidas de normalização.

Assim, a situação contenciosa que envolvia eclesiásticos e oficiais provocou um debate que marcou o conteúdo, ora direta, ora indiretamente nas cartas pastorais. A ação pastoral dialogou diretamente com seu *locus* de produção através das contendas entre clérigos

[4] AEAM Seção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de visitas e fábrica (17271831), fl. 94 v-100.

e oficiais régios. Mui comentadas, justificadas e reclamadas a El-rei através de seu Conselho Ultramarino, tanto contendas quanto as vexações que se faziam aos povos em sua decorrência demandam reflexões. Os pontos de sintonia entre os discursos régio e eclesiástico possuem em comum a via de coerção às atividades consideradas ilícitas. Como o fora o contrabando, a obediência e todos os lugares comuns que diziam respeito ao pleno funcionamento da máquina de arrecadação fiscal da Coroa. Mas e os pontos de conflito, o que dizem?

As exigências metropolitanas confirmam a existência de uma preocupação, na ação pastoral de *Sentir com o Reino*. Em prol desta preocupação se dariam conflitos entre representantes de Estado e Igreja, e os religiosos ver-se-iam, por vezes, constrangidos a agir em defesa dos interesses portugueses, evocados à fidelidade ao rei. Por isto, a nosso ver, este conceito resume e sintetiza a conjuntura histórica do Direito de Padroado Régio. O condicionamento de autoridade trazido pelo Padroado, todavia, não escondia rusgas e dissensões. Contendas opunham representantes régios e eclesiásticos quando o assunto era aumento ou perda de jurisdição.

Desta forma, a tarefa da evangelização nas Minas se desenvolve em consonância com este ambiente de disputas ora frontais, ora veladas, que nos fazem retomar ao ponto do qual iniciamos a nossa comunicação: Portugal, reino de longa tradição católica, não havia acatado, conforme afirmação de alguns historiadores, inteiramente os decretos do Concílio de Trento, do qual saía consagrada a autoridade episcopal? As respostas a estas questões, que buscamos, explicitam a contradição entre a ação pastoral que se desenrolou tanto sob a égide do Concílio de Trento quanto sob o Direito de Padroado Régio.

Referências bibliográficas:

CHIZOTI, Geraldo. **O Cabido de Mariana (1747-1820)**. Franca, dissertação de mestrado. UNESP, 1984.

KUHNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil: 1500-1522**. Bauru: EDUSC, 2006.

MOTT, Luiz. **Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 18ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Renata Rezende. **Entre a ambição e a salvação das almas**: a atuação das ordens regulares em Minas Gerais (1696-1759). São Paulo, dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2005.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita*. **História: Questões e Debates***,* Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aspectos políticos presentes na novela *Cien Años de Soledad*

Karla Pereira Cunha*

Resumo: Neste ano de 2007 em que se comemora os quarenta anos da primeira edição de *Cien Años de Soledad,* muito já foi debatido e teorizado sobre a mais conhecida novela do colombiano Gabriel García Márquez. Esta pesquisa propõe abordar a problemática do elemento político presente na obra, em particular as guerras partidárias travadas entre o Partido Conservador e Liberal da Colômbia. Tais rivalidades políticas marcaram de forma trágica a história do país e contribuiu para configurar a identidade nacional, com a dissolução de laços de solidariedade entre as pessoas, sem um imaginário de nação que estivesse acima destas frações partidárias.
Palavra-chave: *Cien Años de Soledad* – Política - Colômbia.

Abstract: in this year of 2007, that is celebrated forty years or the book *Cien Años de Soledad,* first edition many concepts have been already debated about the most well-know novel of the Colombian Gabriel García Márquez. This research propose to approach the question of the political element presented in this book, particularly the partisans wars made between the *Conservador* and *Liberal* Parties in Colombia. That politics rivalry marked in a tragic way nation history and contributed the formation of the national identity, with the disintegration of the solidarity's ties between the people without a nation imaginary that was above of this partisans fractions.
Keywords: *Cien Años de Soledad* – Politics - Colombia.

Cien Años de Soledad: breve apresentação

Cien Años de Soledad (*C.A.S.*), do colombiano Gabriel García Márquez certamente é uma das primeiras obras que nos vem à lembrança quando pensamos acerca da literatura hispano-americana. Representa uma das mais importantes e lidas novelas em língua espanhola. A narrativa de García Márquez, além disso, entrelaça exitosamente conteúdos autobiográficos, míticos e históricos.

Nesta novela, García Márquez conta a história da aldeia de Macondo e da família Buendía. O livro compõe-se de 20 partes: nas três primeiras partes, lemos a narração do êxodo de um grupo de pessoas e a fundação da aldeia. As partes 4 a 16 referem-se ao desenvolvimento econômico, político e social do povoado e os últimos quatro capítulos iniciam-se a partir da decadência da família Buendía e de Macondo. Quanto à história de

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

C.A.S., esta pode ser dividida em duas fases distintas: a primeira corresponde a fase mítica, que compreende a chegada da família Buendía e a fundação Macondo. A fase história inicia com a chegada da companhia bananeira até o ocaso da aldeia e da família Buendía.

Na fase mítica, adentramos no universo de Macondo que se inicia quando José Arcádio Buendía funda a aldeia, por meio de um êxodo através da selva, acompanhado por sua esposa Úrsula Iguáran e por um pequeno grupo de seguidores. Macondo é a partir daí, um pequeno povoado no meio do nada e o único contato que viria a ter com o mundo real seria através de um grupo de ciganos que certo dia descobrem a aldeia.

Assim acompanhamos a trajetória da família Buendía, sendo sua história inseparável da história da aldeia. Enquanto os Buendía nascem e morrem, Macondo rapidamente se povoa, cresce e prospera. A Igreja implanta-se no local, que é afetado pelos tumultos políticos, pela invasão norte-americana e pela chegada do trem. A partir daí, Macondo vê-se transformado, dando início à fase histórica da novela; com os forasteiros, vem as guerras civis entre o partido liberal e conservador e a febre da banana.

As disputadas travadas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador colombiano, ocupam a maior parte das páginas de *C.A.S.* Do mesmo modo que durante vários anos a Colômbia viveu em permanente estado de violência, assim também García Márquez narra em sua obra. A violência está presente em todos os lugares do país, incorpora-se à vida cotidiana, banaliza-se e opera transformações nos homens, como ocorre por exemplo, com o personagem Arcádio. Quando se inicia a guerra civil, Arcádio é designado por seu tio como chefe civil e militar. Ao tomar o poder, se transforma em um brutal ditador:

> *Desde el primer día de su mandato Arcadio reveló su afición por los bandos. Leyó hasta cuatro diarios para ordenar y disponer cuanto le pesaba por la cabeza. Implantó el servicio militar obligatorio desde los dieciocho años, declaró de utilidad pública los animales que transitaban por las calles después de las seis de la tarde e impuso a los hombres mayores de edad la obligación de usar en brazal rojo. […]. Arcadio siguió apretando los torniquetes de un rigor innecesario, hasta convertirse en el más cruel de los gobernantes que hubo nunca en Macondo* (GARCÍA MÁRQUEZ, 1972: 95).

Com a saída da Companhia bananeira, após um massacre ocorrido em Macondo, a aldeia entra em gradual decadência e a família Buendía também se vê reduzida e começa o processo de sua extinção, até o fim do seu último membro, Aureliano Babilonia, que sucumbe ao decifrar os pergaminhos de Melquíades:

> *Macondo era ya un pavoroso remolino de polvo y escombros centrifugando por la cólera del huracán bíblico, […]. Sin embargo, antes de llegar al verso final ya había comprendido que no saldría jamás de ese cuarto, pues estaba previsto que la ciudad de los espejos sería arrasada por el viento y desterrada de la memoria de los*

> *hombres en el instante en que Aureliano Babilonia acabara de descifrar los pergaminos, y que todo lo escrito en ellos era irrepetible desde siempre y para siempre, porque las estirpes condenadas a cien años de soledad no tenían una segunda oportunidad sobre la tierra* (GARCÍA MÁRQUEZ, 1972: 350- 351).

Desde o momento da primeira edição de *C.A.S.* em 1967, a obra tem sido objeto de múltiplas críticas e interpretações[1], de forma que o nome de García Márquez ocupa papel importante nos estudos literários hispânicos. *C.A.S.* é uma novela que sem dúvida, traz infinitas possibilidades de leituras e análises. A maioria dos críticos a considera como uma obra que já nasceu canônica, contudo, uma obra constitui-se como clássica não somente por suas qualidades estéticas. Obras tidas como canônicas conseguem realizar elaboradas construções textuais, levantando problemas como o da representação nacional e das identidades culturais. *C.A.S.* como um grande texto canônico, deve ser lido prestando atenção aos problemas de ordem geral e aos aspectos enigmáticos que nos remete (LACAPRA, 1998: 281). No caso específico desta novela, García Márquez irá nos transpor para o contexto da Colômbia, particularmente do século XIX.

Cien Años de Soledad e a Colômbia do século XIX

Na Colômbia, o poder político se divide entre os partidos Liberal e Conservador, numa rivalidade que os levaram a inúmeras guerras civis. Estas lutas partidárias têm origem no século XIX, período que o país vivia grande instabilidade política, com forte oposição entre estes dois partidos.

A Colômbia sempre esteve sob o domínio destes dois partidos políticos, fundados em meados do século XIX. O Partido Conservador foi o primeiro a formar-se, em 1848, defendendo um modelo de Estado centralizado e com fortes laços com a Igreja Católica. Os centralistas ou conservadores, dominaram a política colombiana de 1886 até 1930 e tradicionalmente favoreceu os interesses dos agricultores latifundiários, com a defesa da produção agrícola e do protecionismo econômico. No ano seguinte o Partido Liberal foi fundado, ligado a muitos elementos doutrinários da modernidade, seguindo os modelos emergentes na Europa da época. Os liberais ou federalistas eram favoráveis ao desenvolvimento do capital mercantil, ao federalismo e à laicização do Estado.

---

[1] *Cien Años de Soledad*, foi publicado pela primeira vez em maio de 1967, pela *Editorial Sudamericana*, da Argentina. O êxito da obra é imediato: em poucos dias se esgota a primeira edição. A primeira tiragem saiu com 8.000 exemplares. *C.A.S.* esgotou-se em quinze dias impelindo a editora a fazer uma segunda reimpressão com o dobro de volumes. A novela teve não só a recepção mais calorosa dispensada a um livro latino-americano, como tornou-se o mais famoso da década de 1960, com tradução quase imediata para mais de dez línguas, sendo recorde de vendas no mundo inteiro. Desde então, *C.A.S.* foi traduzido em 35 idiomas e se calculam suas vendas em mais de 30 milhões de exemplares. (GARCÍA-MARQUÉZ, 1977 e GARCÍA MÁRQUEZ, 1996: 103 e 110).

Segundo Donald Dozer, no final do século XIX, observa-se um enfraquecimento dos princípios liberais e uma forte reação conservadora em muitos países da América Latina, fenômeno que evidenciou-se particularmente nos países que haviam formado a Confederação da Grã- Colômbia, como Equador, Venezuela e Colômbia (DOZER, 1966: 411).

O projeto da Regeneração, empreendida pelo Partido Conservador no final do século XIX, nasceu justamente com a proposta de pacificar e ordenar uma nação fracionada por sua geografia e suas lutas partidárias e em 1886, sob a presidência de Rafael Núñez se concebeu uma nova Constituição para o país que seria unificado sob os dois elementos comuns a todos os colombianos: a religião católica e a língua espanhola.

A constituição de 1886 (ou *La Regeneración*) modernizava a administração estatal e o sistema fiscal. Criou uma moeda e exército nacional, com um estado centralizador e autoritário, dissolvendo as prerrogativas regionais, criando um mercado nacional e um sistema de defesa. Esta Constituição também reforça um novo acordo com o Vaticano no ano seguinte, reaproximando da Igreja ao entregá-la inteiramente a educação do país e restituindo-a de muitos bens que lhe foram expropriados pelo Regime Liberal.

Entretanto, todas estas iniciativas não lograram na pacificação desejada. Ao contrário, o que se observa é que o projeto da Regeneração, resultou em um período de intolerância e instabilidade que culminou numa das mais sangrentas guerras civis da história da Colômbia, conhecida como *Guerra de los Mil Días* (1899-1902), conflito em que lutou o avô materno de G.G.M., Nicolás Ricardo Márquez Mejía, partidário dos liberais (GARCÍA MÁRQUEZ, 1996: 13; 22). Tal guerra correspondeu a uma tentativa liberal de derrubar o governo conservador e deixou a Colômbia arrasada.

Diferenças ideológicas separavam liberais e conservadores. Em *C.A.S.*, há uma interessante alusão sobre como eram observadas. O trecho a seguir, é um relato da conversa entre o Coronel Aureliano Buendía e seu sogro don Apolinar Moscote, logo quando começaram os rumores de uma iminente guerra civil:

> *Como Aureliano tenía en esa época nociones muy confusas sobre las diferencias entre conservadores y liberales, su suegro le daba lecciones esquemáticas. Los liberales, le decía, eran masones; gente de mala índole, partidaria de ahorcar a los curas, de implantar el matrimonio civil y el divorcio, de reconocer iguales derechos a los hijos naturales que a los legítimos, y de despedazar al país en un sistema federal que despojara de poderes a la autoridad suprema. Los conservadores, en cambio, que habían recibido el poder directamente de Dios, propugnaban por la estabilidad del orden público y la moral familiar; eran los defensores de la fe de Cristo, del principio de autoridad, y no estaban dispuestos a permitir que le país fuera descuartizado en entidades autónomas* (GARCÍA MÁRQUEZ, 1972: 88).

Em síntese, podemos dizer que os liberais levantavam a bandeira da modernidade e também eram identificados pela oposição à Igreja Católica, realizando expropriações de terras e bens clericais. O Estado Liberal, governou a Colômbia em meados do século XIX, foi responsável pela abolição da escravidão, pela expulsão dos jesuítas, o estabelecimento do sufrágio universal, da liberdade da indústria, do comércio, de imprensa, de opinião e de culto, divórcio e estímulo do desenvolvimento científico.

Entretanto, estas reformas que os liberais queriam levar adiante encontraram forte oposição no Partido Conservador e nas estruturas sociais da Colômbia, com as formas e práticas da maioria da população. A modernização liberal não trouxe mudanças efetivas para o país, pareciam mais como "idéias fora do lugar" (SCHWARZ, 1973: 149-161). Parecia significar, em termos econômicos, a inserção na economia- mundo através da exportação de matérias-primas e a compra de produtos manufaturados. Este projeto não assumiu em nenhum momento uma mudança efetiva nas estruturas da sociedade. Foram idéias adotadas da Europa e transportadas para uma realidade que não encontra aqui seu lugar.

Com a ascensão ao poder dos conservadores no final do século XIX, a Colômbia entra numa nova fase. O projeto Regenerador buscou recuperar os laços perdidos com a Igreja Católica, retrocedendo ao projeto liberal. Contudo, também teve seu próprio ideário de modernização: tentava incorporar o país à economia- mundo modernizando o aparato estatal, aduaneiro e fiscal. Além disso, as primeiras experiências de navegação a vapor e o início da construção de ferrovias, são obra dos governos conservadores. Entretanto, ao mesmo tempo, tentava evitar a entrada de idéias vindas da Europa e de outros países da América (URIBE, 2002).

Gerou-se neste período, um compacto discurso ideológico em que a língua, a religião e o autoritarismo compunham um todo coerente. A política característica da Regeneração foi justamente a imposição de normas e restrições e também não atingiu os objetivos pacifistas desejados, nem amenizou as rivalidades políticas. *La Regeneración* foi um movimento nacionalista distante de qualquer manifestação de entusiasmo ou engajamento popular, "Las rencillas partidistas, que siempre funcionaron como la base de la política, mantuvieron al país fragmentado sin que hubiera un imaginario de nación que cubriera a todos por encima de sus fracciones" (URIBE, 2002).

A nação colombiana, apesar de haver experimentado diversas modalidades de centralismo e federalismo não conseguia fixar um projeto que permitisse uma estabilidade e pusesse fim nos permanentes conflitos políticos. A distinção entre atos violentos como uma

forma de fazer política e atos violentos para fins pessoais é débil. Não havia uma guerra civil declarada, mas sim um dos conflitos mais violentos da América Latina.

> *[as contendas entre liberais e conservadores] envolviam a vida pessoal das pessoas, adentravam o interior de suas casas, suas terras e seus lugares de trabalho. [...] Muitas vezes, a identificação partidária também servia como pretexto e como justificativa para as ambições pessoais, para tirar a terra do outro, roubar ou denegrir alguma pessoa. Seja por razões ideológicas ou por razões pessoais, a política atravessava a vida cotidiana das pessoas* (BRAUN, 2003: 262).

A violência foi um mecanismo de enriquecimento pessoal e se estendeu por toda a Colômbia, espalhava o terror sobretudo nos campos e pequenos povoados, realizando grande número de assassinatos e ao despojaram os camponeses de suas terras, promoviam migrações em massa.

O bipartidarismo político não permitiu a criação de discursos nacionais. Estas lutas resultaram numa composição identitária particular do povo colombiano: eram marcadas por uma ausência de sentimentos de coletividade nacional. Esta questão é a origem de todo sentimento de solidão presente em *C.A.S.* Para García Márquez a solidão é o contrário de solidariedade, ou seja, é acima de tudo um mal histórico, que tem aspectos sociais, econômicos e principalmente políticos.

> *Todos los miembros de la familia no sólo están solos -lo he dicho muchas veces en el libro, tal vez más de lo que hubiera debido- sino que es la antisolidaridad, inclusive, de los que duermen en la misma cama. Pienso que los críticos que más han acertado son los que han llegado a la conclusión de que todo el desastre de Macondo —que es también un desastre telúrico— viene de esa falta de solidaridad, la soledad de cada uno tirando por su cuenta. Eso ya es entonces un concepto político, y que lo sea me interesa. Dar a la soledad un contenido político como yo creo que debe ser el contenido político* (GARCÍA MARQUEZ, 1974).

C.A.S. deixa em aberto a chaga nacional que é a guerra civil colombiana e os conseqüentes problemas ainda não solucionados referentes à construção da nação. As peripécias vividas pelo coronel Aureliano Buendía aludem ao processo histórico em que viveu a Colômbia durante a segunda metade do século XIX, com levante dos liberais para derrotar os conservadores, que então estavam no poder.

Segundo Clausewitz, a guerra é um instrumento da política e está indissociavelmente ligada à ela. A guerra é definida por ele, como "um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade" (CLAUSEWITZ, 1979: 73). De forma geral, está associada com conflitos entre Estados, contra um inimigo externo; já a guerra civil tem uma natureza distinta: nos remeteria a um conflito interno; significa que o inimigo está dentro do próprio território, dentro das fronteiras do Estado. As guerras civis,

políticas ou religiosas, despertam no homem mais ira que as de nação contra nação. São inimigos de um mesmo território e que pertencem a uma mesma comunidade política. Nestas disputas, há um certo equilíbrio entre as forças e um alto nível de confrontação que determina condutas extraordinariamente brutais.

Desde a emancipação política da então denominada Grã- Colômbia em 1821, as elites econômicas locais resistiram à idéia de uma nação unificada politicamente. O que predominou não foi o sonho de Bolívar de formar uma grande Colômbia unitária e sim sua fragmentação com a divisão dos poderes pelas elites, exercido de forma dispersa e localizada.

O que prevaleceu foi a injustiça social e econômica, além da primazia dos valores do individualismo, com a desintegração da consciência nacional, fazendo com que uma boa parcela da população não tivesse a impressão de estar inserida no contexto de uma única Colômbia e sim dentro de muitas sociedades paralelas convivendo lado a lado, num único território, mas sempre evitando qualquer contato.

Esta ausência de solidariedade entre povos-irmãos, é que seria a marca identitária do hispano-americano e cerne de onde origina todo o sentimento de solidão que García Márquez nos sugere. Podemos concluímos, portanto, que o fim de Macondo vem da falta de solidariedade da sua população.

> *Entonces el coronel Aureliano Buendía se dio cuenta, sin asombro, que Úrsula era el único ser humano que había logrado desentrañar su miseria, y por primera vez en muchos años se atrevió a mirarla a la cara (...) En un instante descubrió los arañazos, los verdugones, las mataduras, las úlceras y cicatrices que habían dejado en ella más de medio siglo de vida cotidiana, y comprobó que esos estragos no suscitaban en él ni siquiera un sentimiento de piedad. Hizo entonces un último esfuerzo para buscar en su corazón el sitio donde se le habían podrido los afectos, y no pudo encontrarlo* (GARCÍA MÁRQUEZ, 1972: 151-152).

Referências bibliográficas:

BRAUN, Herbert. *Honra, amnésia e reconciliação na Colômbia*. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (orgs.). **Pensar o século XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução: Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DOZER, Donald Marquand. **América Latina**: uma perspectiva histórica. Tradução: Leonel Vallandro. São Paulo: Editora da USP/ Porto Alegre: Ed. Globo, 1966.

LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTI, Elías José (org.). **Giro Lingüístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, [1998?].

GARCÍA-MARQUÉZ, Gabriel. **Cien Años de Soledad**. 30. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1972.

_____. **El Olor de la Guayaba**: conversaciones con Plinio Apuleyo Mendonza. 5. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

_____. *Entrevista con Rita Guibert*. In: **Siete voces.** México: Organización Editorial Novaro, S.A., 1974. Disponível em: http://www.literatura.us/garciamarquez/guibert.html. Acesso em: 2 abr. 2007.

_____. *Gabo cuenta la novela de su vida*: entrevista concedida ao jornalista Germán Castro Caicedo. **El Espectador**. Bogotá, mar. /1977. Disponível em: http://www.lablaa.org/lavirtual/literatura/autobiog/auto60.htm. Acesso em: 24 jul. 2006.

SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. **Revista Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 3, p. 149- 161, 1973.

URIBE, Erna Von der Walde. *Lengua y Poder*: el proyecto de nación en Colombia a finales del siglo XIX. **Estudios de Lingüística Española**, Barcelona, v. 16, 2002. Disponível em: http://www.elies.rediris.es/elies16/Erna.html. Acesso em: 31 out. 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A vida em corte no Rio de Janeiro Oitocentista (1808-1821)

Anelise Martinelli Borges de Oliveira*

Resumo: Durante o *Ancien Régime* europeu, os manuais de etiqueta norteavam os padrões de comportamento social na vida em corte. Com a transludação da corte portuguesa para os trópicos em 1808, os códigos de conduta europeus também influenciaram os costumes da sociedade fluminense oitocentista. Desta forma, o estudo do comportamento refinado trazido pela Família Real, e sua consequente apropriação pela elite fluminense, poderá esclarecer a respeito da alteração do "modus vivendis", dentro da sociedade abastada do Rio de Janeiro, constituindo-se como um guia de instrumento diferenciado e hierarquizado. A instalação da corte portuguesa levou o país, e principalmente a capital à uma efervescência cultural que não se tinha presenciado nos três séculos de colonização.

Palavras-chave: Rio de Janeiro – Corte – Período Joanino.

Abstract: During european *Ancien Régim*, the etiquett manuals leaded the standard social behavior in life of the court. With variety portuguese's court for tropics in 1808, the european conduct codes influenceded too the custom of the fluminense's society oitocentista. In fact, the study of polite behavior bringed to Real's Family, and your appropreiate for fluminense elite, will clarify the alteration of "modus vivendis", inside rich society, constituting as istrument different and hierarchic. The installation portuguese court proportionated the country, and the capital, a cultural evolution what no verify in the three century of the conlonization.

Keywords: Rio de Janeiro – Court – Joanino Period.

O século XIX foi um período bastante peculiar na História do Brasil. Em 7 de março de 1808 a corte lusitana desembarcava no porto da praça do Rio de Janeiro - após uma parada involuntária na Bahia - contando com cerca de 15.000 almas. A transmigração da corte real para os trópicos ocorreu devido a discrepâncias políticas e diplomáticas enfrentadas por Portugal em relação à França de Napoleão Bonaparte, desde fins do século XVIII. O projeto de transferência da corte não era novo, porém foi impulsionado pelo avanço das tropas napoleônicas na Península Ibérica. Segundo Dom Rodrigo de Souza Coutinho, amigo e conselheiro de Dom João, o único meio pelo qual Portugal continuaria a possuir hegemonia política seria a transladação da comitiva real - e com ela o que havia de mais importante e significativo materialmente - para os trópicos (LIMA, 1996). Um dia após sua chegada, o

* Mestranda na Universidade Estadual Paulista (UNESP).

príncipe regente decretava a abertura dos portos ao comércio internacional. O estabelecimento da corte no ultramar trouxe conseqüências significativas para o Rio de Janeiro, que nesse momento deixava de ser a capital da colônia, tornando-se sede da Monarquia portuguesa. No mesmo ano, chegava ao litoral fluminense cerca de noventa navios estrangeiros - em sua maioria europeus (LUCCOCK, 1942) - abarrotados de mercadorias destinadas à mais nova clientela consumidora. O Rio de Janeiro tornou-se referência do Império, pois se transformara na sede político-administrativa do governo e no local onde o rei e sua corte passaram a residir. "Ao tempo da chegada de Dom João VI, era o Rio de Janeiro capital mais no nome do que de fato. A residência da corte foi que começou a bem acentuar-lhe a preeminência, foi que a consagrou como centro político, intelectual e mundano." (LIMA, 1996:87). A consagração mostrou-se ainda maior em 1815, quando o Brasil foi elevado à Reino Unido de Portugal e Algarves. Tal fato estabeleceu o início da construção de uma identidade propriamente brasileira e um primeiro passo para a emancipação política.

O palco fluminense se modificava gradualmente a partir da transladação real, pois havia a necessidade da nobreza transplantada em adequar o seu novo local de moradia à realidade vivenciada em Portugal. De maneira processual, o Rio de Janeiro foi se tornando uma espécie de laboratório do processo civilizacional que atingira o Brasil oitocentista. "Maior porta de entrada das novidades européias, o Rio de Janeiro passou a ser o local de desfile e difusão, para todo o Império, do progresso, das novas diversões e práticas culturais, da moda e dos valores requintados." (VAINFAS, 2002:176).

Durante os quinze anos em que permaneceu nos trópicos, D. João VI voltou suas atenções para a criação de instituições culturais e formas de sociabilidade leigas. O monarca promoveu a transformação da arquitetura urbana do Rio de Janeiro, trazendo especialistas da área[1] (PINASSI, 1998), o aumento de escolas médicas, palestras científicas ministradas por viajantes europeus e maior propagação de idéias com a imprensa. Os primeiros jornais surgiram com a introdução de material tipográfico, e em setembro de 1808 é editado o jornal "Gazeta do Rio de Janeiro". Um dos objetivos do governo imperial era de reestruturar a camada abastada fluminense à uma ambientação europeizante. D. João institucionaliza o tribunal "Desembargo do Paço", que continha o nome das obras estrangeiras que poderiam circular no Brasil, abre a Biblioteca Real e estabelece a Imprensa Régia. Em 1810 é inaugurada a Academia Militar e dois anos mais tarde o Real Teatro de São João. A instalação da corte portuguesa levou o Brasil, e principalmente a capital a uma efervescência cultural

[1] Em 1816 o Brasil foi palco da chamada Missão Francesa. Criada com o intuito de embelezar e higienizar os costumes urbanos e mudar o estilo paisagístico, a Missão trouxe para os trópicos os artistas Debret, Neukomm, Montigny, Auguste Taunay, dentre outros.

que não se tinha presenciado nos três séculos de colonização. Além dessa remodelação do espaço urbano, o governo imperial favorece a imigração de artistas e cientistas estrangeiros para os trópicos. Debret, Ernst Ebel, Spix & Martius, são alguns dos artistas e cientistas que desembarcaram no Rio de Janeiro após a abertura dos portos em 1808. Com a colaboração estrangeira em diferentes campos de estudo, o Brasil se tornava conhecido no exterior por meio de livros e revistas européias que publicavam notícias sobre o cotidiano do país.

Devido à abertura do comércio, a importação de artigos de luxo aumenta significativamente. Os padrões de etiqueta baseavam-se nas regras francesas, assim como a importação das tendências do refinado vestuário cortês[2]. A vida comercial no centro da cidade fluminense nunca havia sido presenteada em tanta qualidade e quantidade nas opções. Surgem joalherias, escolas de danças, livrarias, sorveterias, alfaiatarias, cabeleireiros nas principais ruas do Rio de Janeiro. A sociabilidade ia se sobrepondo, de maneira gradual, a uma intimidade doméstica. Houve um "movimento de transformação dos costumes no sentido de um maior refinamento das maneiras." (MALERBA, 2000, 158).

A sociedade fluminense procurava se espelhar no modelo de comportamento fino das cortes européias, principalmente da francesa, berço da *civilização* ocidental, composta de uma corte suntuosa e única. (ELIAS, 1987).

Porém, não apenas de urbanidade e civilidade se compunham a capital imperial. Da transladação em 1808, o que se verificou foi um cenário atípico para a corte lusitana. As ruas, estreitas e sujas, eram depósitos de tinas e tigres que continham as necessidades fisiológicas dos moradores. O espaço público fluminense era sinônimo de

> *[...] um chão úmido e feio, prenhe de lagoas verdes e podres, com logradouros públicos cobertos de tiririca e de sapé, crianças nuas, pretos resmungões e animaes á solta; praças despidas de arborização e de belleza, betesgas e alfujas immundas, estreitas e um casario réles, velho e desmoronante [...}.*(EDMUNDO, 1945:755).

Fazia-se, pois, necessária a criação de instituições que pudessem vigiar as transgressões e combater a anarquia moral, como a "Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado", órgão controlador da ordem pública criado em 1808. Também era indispensável uma higienização do espaço público no sentido de deter a propagação de miasmas proporcionados pela população marginal e negra. Havia, uma realidade difusa, que acoplava dois extremos: em uma extremidade o aspecto físico glamouroso e em outra os setores mais

[2] Uma dama de bom gosto deveria ter em seu armário vestidos de veludo, tafetá, seda, musselina, ornamentados com bordados, flores, filós e babados. Muitas vezes, homens e mulheres exageravam na composição da indumentária, visto que o clima tropical brasileiro muito se diferia do inverno europeu. (MALERBA, 2000:171-174).

pobres do meio urbano. Na análise de Lúcia Bastos das Neves: um *país real* composto de escravos e um *país oficial* reproduzido pela elite (In VAINFAS, 2002, 546).

A adequação aos modos de comportamento ideais se configurava com maior ênfase na sociedade cortês, baseada na realeza de mérito adquirida por serviços prestados junto ao rei[3] (ARMITAGE, 1943) e na nobreza de linhagem. Com a finalidade de obter um maior distanciamento em relação às demais camadas, o refinamento dos bons costumes foi sendo acolhido pelas elites no Rio de Janeiro. Tamanha distribuição de mercês proporcionou uma certa rivalidade entre portugueses e brasileiros, que agora se igualavam nas práticas cortesãs.

Os cortesãos procuravam se modelar de acordo com o padrão que ocupavam na hierarquia social. De vários feitios eram os manuais de boas maneiras em que se espelhavam. Além dos livros-manuais e jornais editados aqui e no exterior, a literatura também contribuiu para a propagação das mudanças comportamentais humanas. O desenvolvimento da imprensa foi de suma importância nesse contexto, posto que exercia um papel pedagógico e persuasivo, legitimando uma forma ideal de civilização a ser seguida pelos leitores. Destinados à camada superior letrada, os manuais davam mostras do requinte no qual a sociedade deveria se modelar.

Vários modelos de sociabilidade foram apresentados à camada social abastada: o emprego da fala moderada e comedida, o permanente uso do guardanapo durante as refeições, a troca de talheres entre um e outro prato, o tratamento para com criados e superiores, o trejeito duma donzela se portar durante o baile, o *savoir-vivre,* enfim a "correta" apropriação da etiqueta primordial para a diferenciação entre a corte e as demais camadas[4].

A introdução dos manuais de boa conduta em território brasileiro influenciou visivelmente a vida pública e privada do homem cortês da capital fluminense. Era preciso se ter auto-controle mesmo na vida privada, pois é a partir dela que se terá domínio nas atitudes em público. Os códigos de etiqueta aconselhavam reserva, moderação e prudência na vida social. Seria uma espécie de "teatralidade" (BALANDIER, 1982) da vida em sociedade, representada por símbolos distintivos capazes de promover a identificação com determinados grupos sociais e o distanciamento em relação a outros. Segundo Balandier, todo governante que possui poder político pode obter a subordinação de seus súditos através da teatralidade

[3] O número de insígnias (distinções titulares,condecorações de ordens de cavalaria e honrarias diversas) que Dom João concedia aos brasileiros era tão alto que tal medida acabou por desprestigiar a realeza portuguesa, perdendo no Brasil o seu caráter restrito de corte.

[4] É importante frisar que esse processo de transformação ocorreu de modo processual. A bibliografia sobre o tema é extensa.

(jogo dramático) e da manipulação de símbolos e imagens. Por trás das formas de arranjo em sociedade está a "teatrocracia", localizada nos bastidores da vida social dos homens.

Referências bibliográficas

ARMITAGE, João. **História do Brasil.** Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 3ª ed., 1943.

BALANDIER, Georges. **As dinâmicas sociais - sentido e poder.** São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1976.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Brasília: Editora UNB, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas.** São Paulo: Edusp, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspecitva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papirus, 1997.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XVI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** In Revista do IEA. São Paulo: USP, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, v.1 e 2, 1978.

EBEL, Ernst. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.** São Paulo: Companhia Nacional, v. 351, 1972.

EDMUNDO, Luiz. **A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821).** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, 1940.

ELIAS, Nobert. **A sociedade da corte.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª ed., v.1, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 9ª ed., v.2, 1958.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos.** Rio de Janeiro: José Olympio, 4ª ed., tomo I, 1968.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1975.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI.** Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª ed., 1996.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre- Nitheroy revista brasiliense de ciências, letras e artes.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821).** São Paulo: Editora Nacional, 2ª ed., 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e de D. João VI.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Platão e os Guaranis: uma análise da obra de Joseph Perramás à luz das utopias européias renascentistas e das teorias ilustradas sobre o Novo Mundo

Beatriz Helena Domingues

Em 1793 foi publicada em Faenza, Itália, a obra *Platón y los Guaraníes* escrita pelo jesuíta Joseph Perramás, cuja proposta era fazer um estudo comparativo, bastante sistemático, entre a utopia ideal ou filosófica que Platão desenhou em seus livros *República* e *Leis*, e a organização efetiva das reduções do Paraguai. Tendo o autor vivido nas missões guaranis por um longo período, o texto tem, ao meso tempo, um tom memorialístico e saudosista.

Este artigo faz uma análise da obra de Perramás termos do diálogo que o missionário jesuíta estabeleceu com as utopias católicas renascentistas (Morus e Campanella) e com os filósofos ilustrados europeus, seus coevos, cujas teorias sobre o Novo Mundo tinham por pressuposto e conclusão a inferioridade da América em relação à Europa. Diferentemente dos citados autores renascentistas, o autor enfatiza a veracidade do seu relato sobre a experiência civilizadora dos jesuítas entre os guaranis, possibilitado por sua longa vivência entre eles. Esta experiência in loco foi o argumento central utilizado pelo jesuíta ao reagir contra os escritos dos "filósofos de gabinete" europeus contemporâneos a ele, como Cornelius de Pauw e Raynal. É interessante constatar, contudo, o aparente paradoxo do autor ser parte do pensamento ilustrado por ele criticado. De forma que sua crítica à Ilustração européia coexiste com a adesão a alguns de seus princípios mais caros, como a oposição civilização/barbárie.

O que o jesuíta propõe-se a oferecer à intelectualidade européia de seu tempo não seria, garante-nos ele, uma utopia, e sim a narrativa, a descrição de uma realidade que ultrapassa em muito as melhores formulações utópicas, como é o caso da de Platão – sua referência principal – mas também aquelas de Morus e Campanella. O argumento central aqui desenvolvido é que, de fato, o texto em questão combina ficção e realidade, tal qual, me parece, o fazem as utopias renascentistas e os textos ilustrados sobre o continente americano. Daí a possibilidade de uma comparação entre eles. Por hora, nos concentramos no que singulariza, na visão de Perramás, a sociedade cristã estabelecida pelos jesuítas entre os

guaranis se comparada com as projeções de Morus e Campanella no contexto da polêmica sobre as missões jesuíticas entre os guaranis na segunda metade do século XVIII.

A "utopia concretizada" de Perramás: um exemplo de Estado e Sociedade cristãos bem sucedidos no continente americano[1].

Com o título original *De administratione guaranica comparate ad Rempublican Platonis commentarius* (Comentário sobre el regime y gobierno de los guaraníes comparados com la República de Platón), a obra foi publicada em Faenza, Itália, em 1793[2].

Em 1946 o mesmo texto foi publicado com o título *La Republica de Platón y los Guaranies*, pela Emecé Editores, em Buenos Aires, segundo tradução de Juan de Pino e com um prólogo de Guillermo Furlong, S.J[3]. Trata-se de um estudo comparativo, bastante sistemático, entre a utopia ideal ou filosófica que Platão desenhou em seus livros *República* e *Leis*, e a organização efetiva das reduções do Paraguai. A idéia de comparar os livros da *República* e das *Leis* de Platão com o tipo de administração que teve lugar nas missões ou reduções dos guaranis no tempo dos jesuítas nasceu possivelmente da nostalgia de tempos passados e longínquos, vividos intensamente como venturosos, mas já agora perdidos. São memórias de uma experiência de vida, descrita com minúcias e exaltada com entusiasmo.

É também a defesa apologética de uma forma de vida cristã, considerada mais virtuosa que uma "falsa modernidade" que deve ser abjurada. Segundo Bartolomeu Melià, se Perramás sente-se próximo das idéias de Platão, mostra-se distante e até horrorizado pelas novidades da ilustração e pelas idéias e ideais da Revolução Francesa. O mundo europeu da época parece ao autor estar demasiadamente "civilizado", demasiadamente materialista e individualista para ser humano, e conseqüentemente cristão. A caracterização da obra como utopia, no entender de Melià, advém do fato de não serem mais possíveis na Europa os modos de vida mais antigos, ao mesmo tempo mais solidários e mais fraternos. Já na segunda metade do século XVI era mister reconhecer que sequer o cristianismo era capaz de manter a pureza de costumes e a vida de caridade consideradas essenciais em sociedades igualitárias e fraternas, moderadas em seus desejos, solidária, sem dinheiro, porém com significativo progresso, como foi a república dos guaranis[4].

---

[1] O termo "utopia concretizada" é meu a partir da sugestão de Barolomé Meliá no prefácio à obra de Josep Perramás.

[2] A edição aqui usada foi PERRAMÁS, Josep Manuel. *Platón y los Guaraníes.* Nueva versión del original latino por Francisco Fernández Pretiñes y Bartolomeu Melià. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos, 2004.

[3]Em 1968, o mesmo Furlong publicou PERRAMÁS, Josep *Diario del Destierro* In Furlong, Guillermo. *José Manuel Peramás y su Diario del Destierro* (1768), Buenos Aires, Libreria del Plata, MCMLII.

[4] MELIA, Bartolomeu. Prefacio a PERRAMÁS, Josep. *Platón y los Guaranis.* Asunción. Centro de Estudis Paraguayos, 2004.

Melià sugere que o texto seria mais propriamente definido como uma "utopia concretizada", o que lhe dá uma feição bastante conservadora, porque entusiasta embora ingênua, idealista mas polêmica, em atrito com o racionalismo da Ilustração francesa, mas que não se atreve a propor o que havia de revolucionário em uma sociedade como a guarani das reduções; uma sociedade colonial em muitos de seus aspectos, localizada na periferia do sistema mercantil mas que, ao mesmo tempo, sintomaticamente, concretizou os ideais cristãos não encontrados na Europa ou em nenhuma outra parte do mundo. Embora o autor do prefácio atente para o fato de não existirem provas textuais para aproximações entre as orientações dos jesuítas e alguns modelos utópicos renascentistas (Thomas Morus, Campanella), é importante para o argumento aqui desenvolvido o fato de Perramás ter-se referido nominalmente a Morus (por exemplo, no capítulo onde discute sobre a comunidade de bens). Nele fica explícito que o jesuíta quer contrapor à utopia ficcional de Morus o seu relato verídico de sua experiência em uma sociedade que superou quaisquer ficções ou projeções. Isso porque, segundo ele, suas fontes são documentais: além de suas próprias memórias, inclui narrativas e histórias "de pessoas balizadas" que já haviam tratado das missões com admiração e interesse.

Não só pela mencionada referência de Perramás a Morus arriscamos ser possível a nós, no século XXI, pensarmos em um paralelo entre suas descrições sobre a sociedade guarani e as utopias renascentistas cristãs, ainda que no século XVIII o gênero utopia não estivesse muito em voga. Isso talvez explique o fato de o próprio Perramás não considerar seu trabalho como tal. Não impede, contudo, que o contraponto ficção/realidade – que perpassou os textos renascentistas, os ilustrados e continua presente ainda hoje – se tenha feito presente também na obra de Perramás[5]. A coexistência entre ficção e realidade vem a tona na própria proposta do jesuíta setecentista de provar a total compatibilidade entre religião e a melhor sociedade possível, na linha proposta por Campanella no início do século XVII: a verdadeira sociedade justa, igualitária e próspera só seria possível precisamente sob princípios cristãos. Dá continuidade também ao principal argumento de autores anti-maquiavelistas - dentre os quais se destacavam os jesuítas refutando o autor do "Príncipe", embora amais citado, desde o século XVI[6] - que não aceitavam a máxima maquiavélica segundo a qual um bom príncipe tem que fingir ser um bom cristão, mas não sê-lo de fato. A sociedade construída pelos jesuítas entre os Guaranis na América do Sul, garante-nos Perramás, é "civilizada" (um termo

[5] Sobre a complexa relação ficção e realidade na obra de Thomas Morus ver GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

[6] Uso aqui o termo antimaquiavelista no sentido proposto por BIRELEY, Robert. *The Counter-Reformation Prince. Anti-Machiavellianism or Catholic Statecraft in Early Modern History*. Chappel Hill and London: The University of North Caroline Press, 1990.

não utilizado pelos referidos antecessores) e supera em muito qualquer outra idealizada pelos europeus exatamente por ser exemplo único de sociedade regida por princípios cristãos. Segundo a concepção humanista cristã de civilização expressa pelo inaciano: "a freqüência religiosa ao templo fecha a porta para vícios como a corrupção dos costumes"[7]. E isso foi reconhecido por muitos que conheceram in loco, ou através de "fontes confiáveis" o empreendimento missionário jesuítico no Paraguai.

Nem o autor nem outras testemunhas nas quais ele se ampara jamais teriam visto um povo tão piedoso como o guarani. O próprio papa (Benedito XIV) reconheceu a igreja guarani como modelo. Também Felipe V ficou conhecendo, pelo testemunho dos bispos, a grandeza e esplendor dos templos guaranis, "impossíveis de superar" em religiosidade, brilho e devoção"; e congratulou-se com os superiores do Paraguai e seus companheiros guaranis. Seguindo a tradição católica jesuítica Perramás dá grande importância e significado dos cultos externos, "pois mantêm viva a memória dos mistérios e a alimentam, e elevam os ânimos à devoção". Esses ânimos seriam naturalmente inclinados às coisas materiais, que o apartam das coisas do espírito. O argumento decisivo é "si não se professa exteriormente através de algum signo a reverência a Deus, pergunto, que te distinguirá de um ateu?"[8]. Tendo esses ritos "cristãos" nascidos com Cristo, seria um equívoco não perceber que as imagens são mais fortes que as predicações[9].

Embora o contraponto explicitamente anunciado na obra do jesuíta seja Platão e a república por ele idealizada, uma olhada mais incisiva sobre texto não parece reforçar que Platão seja de fato o principal interlocutor, ou mesmo o mais importante ponto de partida. Perramás nos parece preocupado em demonstrar com sua narrativa que a experiência missionária dos jesuítas na América do Sul foi baseada no modelo de Cristo, iniciada por seus apóstolos no Novo Mundo desde o século XVI: daí ter rendido frutos desconhecidos em outras partes do Globo. Esta parece ser também a opinião de Melià ao afirmar que se Perramás chegou a Platão, não foi a partir de Platão, mas de um método e de uma prática de missões: a missão por "redução", delineada desde 1503 nas *Leis das Índias*, tentada, abandonada, corrigida e ajustada em diversas experiências em toda a América. A história das missões jesuíticas no Paraguai é uma história pragmática, resultado da atividade do dia a dia, no ensaio-erro, na qual confluem decisões práticas com idéias teóricas[10]. A explicação para o

[7] PERRAMÁS, J. Op. Cit., p.33
[8] Idem, p.47
[9] Ibidem, p.48
[10] Importante alerta sobre o papel da experiência concreta dos jesuítas nos primeiros anos da colonização, relatada em suas cartas - inclusive no que se refere às posteriores formulações de contratualistas europeus como Hobbes – são encontradas em EISENBERG, Peter. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo

seu sucesso está na combinação de princípios evangélicos com regras do senso comum, conhecida como aculturação. Mas a conclusão do jesuíta Melià é que muitas das soluções podem ser provavelmente atribuídas mais aos guaranis que aos jesuítas: sem guaranis as missões seriam outra coisa.

De fato, parece-me impossível compreender o encontro e confronto, e muito menos a adaptação (acomodação) entre os dois mundos e culturas, sem perceber a mútua influência entre eles. O que supõe reconhecer que o resultado do encontro é necessariamente algo intermediário, misturado, eclético. Ou seja, mestiço, conforme o termo é usado por Serge Gruzinski para descrever os encontros e desencontros entre Europa e América desde o século XVI[11].

Nos anos 1940 Guillermo Furlong classifica a obra de Perramás como um livro de história e de filosofia. Em termos de filosofia política, recorre não só à *República* e às *Leis* de Platão, mas também a outros diálogos como o *Timeu* e o *Crítias.* Quanto lhe é pertinente, contudo, ampara-se em Aristóteles, santo Tomás, Cícero, Sêneca e nas *Leis das Índias ou Direito Indiano.* Oportunamente embeleza suas páginas com brilhantes versos de Horácio, Virgílio, Ovídio e de Juvenal. As referências francesas são: a história de Pierre-François-Xavier de Charlevoix, os ensaios de Montesquieu e Haller - com seus juízos favoráveis sobre os guaranis -, a poesia de Jacques Vanière, a *Enciclopédie francaise e a Nouvelle Enciclopédie,* bem como a *Histoire Naturale* de Buffon. Dentre os italianos cita a obra de Ludovico Muratori, o historiador Julio Cordara e o poeta Francisco Grimaldi. Os bispos e outros personagens da colônia espanhola são tidos como "autoridades autênticas e respeitáveis". A opinião de Domingo Muriel é sempre aceita com confiança. E episódios da história recente do Paraguai e mesmo a lenda sobre o rei Nicolas, suposto imperador do Paraguai, servem para melhor conhecer a realidade concreta tal qual deve ter acontecido[12].

Todas essas referências não são organizadas, segundo Melià, somente para fins de erudição ou elegância: são premissas sérias e honestas para construir o diálogo dos guaranis com o mundo moderno e com o da ilustração. Os guaranis, como poucos outros povos da América, penetraram na reflexão filosófica, política e religiosa moderna, dando lugar às mais curiosas interpretações e comentários. Isto é importante na medida em que possibilita

---

Horizonte: Editora UFJ+MG, 2000.

[11] GRUZINSKI, Serge. *Pensamento Mestiço.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

[12] Ver Anônimo. *História de Nicolás I: rey del Pargaguay y imperador de los mamelucos.* In *Curiosa Americana,* no. 3, Santiago do Chile: Centro de Investigaciones de Historia Americana, 1964, com prólogo de Sérgio Buarque de Holanda; Anônimo. *Historia de Nicolas Primeiro. Rey del Paraguay y emperador de los mamelucos*.[1756] Assunción: Editorial del Centenario, 1967; Anoninous. *Secreta Monita. Societae Jesu. The Secret Counsels of the Society of Jesus* (in Latin and English)[1596], 1835.

estabelecer um diálogo de seu texto com a bibliografia pró e antijesuítica e/ou pró e anti América que caracterizou a segunda metade do Século das Luzes.

Um ponto comum aos escritos de Platão, de Morus e os de Perramás sobre os guaranis era a questão da comunidade de bens. Perramás não aceitava tal proposta tal qual se apresenta nos livros de Platão - ainda que o considerasse um cristão *avant la lettree-,* ou na utopia do católico Morus. Mesmo se na nascente Igreja Católica houve uma perfeita comunidade e igualdade entre o grupo de fiéis, isto ocorreu "por singular obra do Espírito Santo, que quis dar lustre a doutrina de Cristo com tão exímio exemplo, para atrair para si uns e outros"[13]. Já entre os guaranis, havia bens comuns, mas não todos. O trabalho da população em seus respectivos campos comuns, conforme o antigo costume romano, teria certamente sido aprovados pelo "ilustre varão Tomás Morus que queria que fossem agricultores todos os que se juntaram naquela sua república ou UTOPIA"[14]. Thomas Morus segue Platão, mas se distingue dele em coisas essências: o estado ideal lhe serve para criticar a situação real da Inglaterra de seu tempo e, em seu modelo de sociedade não há classes sociais e a comunidade de bens se estende a todos[15].

As referências de Perramás a Platão baseiam-se em edições existentes em sua época[16]. O inaciano exilado de seu querido Paraguai propõe-se a mostrar que na América, entre os guaranis, existiu algo parecido com o concebido por Platão (e Morus), porém melhor. A real sociedade guarani apresenta uma combinação de Platão e cristianismo. Mas ele faz questão de explicitar que admira algumas idéias platônicas, mas não todas (vale dizer, não aquelas que vão de encontro à doutrina cristã). Considera a felicidade dos povos proporcional ao cumprimento dos mandamentos de Cristo; quanto mais assíduos aos cultos divinos e mais firmes na fé são os povos, mais perfeitas e felizes são as sociedades. Nisso está de acordo com Campanella. Este é seu principal argumento para refutar os "ataques temerários e irreverentes dos atuais filósofos" (iluministas). Platão entra aqui como um exemplo de pensador que, mesmo antes de Cristo combinava religião e boa sociedade, possibilidade negada a partir do século XVI por Maquiavel e seus seguidores e, no século XVIII, por muitos filósofos ilustrados[17].

O "método" do jesuíta consiste em compendiar o que Platão pensa sobre cada assunto, descrever o referido aspecto entre os guaranis, citar ocasionalmente comentários de Platão e outros relatos sobre os guaranis, e "deixar que o leitor decida" se existiram mais

[13] Ibem, p.55.
[14] As letras maiúsculas são do autor (p.58)
[15] MELIÀ, B. Op. Cit., pp.63-64. Ver também p. 58.
[16] MELIÀ, B. Op. Cit.
[17] PERRAMÁS, Josep M. Op cit., pp. 27-28.

afinidades ou discrepâncias entre os escritos de Platão e a vida concerta dos índios guaranis. Apresenta os capítulos segundo os temas – em Platão e entre os guaranis – enfatizando os aspectos da vida guarani – que longe de serem selvagens, ultrapassavam em civilidade os preceitos de Platão e/ou à realidade existente na Europa. De forma que o autor apresenta à Europa setecentista uma sociedade tropical mais civilizada em um sentido que não é necessariamente o mais valorizado pela Ilustração européia, mas que apresenta semelhanças com o cristianismo primitivo, aspecto também presente nas utopias do século XVI. Tais semelhanças tornam-se mais interessantes na medida em que, como já dito, o jesuíta não toma como parâmetro utopias como aquelas escritas por Morus, Bacon e Campanella; o que ele oferece é a "descrição de uma realidade construída a partir do ensaio-erro", na qual conviveu por 24 anos. Comparações com as projeções platônicas parecem ter a função "pedagógica" de mostrar ao leitor europeu do século XVIII - mais ou menos familiarizado com a polêmica em torno das missões guaranis -, que elas superam o projetado na utopia platônica e, claro, a realidade corrompida das sociedades européias do próprio século das luzes[18].

A explicação para a superioridade do mundo guarani é a singular combinação das melhores prescrições de Platão com o cristianismo, daí resultando uma sociedade melhor que qualquer utopia já imaginada, até porque, no caso em questão, se trata de uma sociedade que foi se construindo sem seguir um modelo pré-ordenado. Parece-me que com tais argumentos, Perramás contesta, mesmo que sub-repticiamente, a concepção maquiavélica, e em especial algumas teses e atitudes da Ilustração, que entendem a religião como um obstáculo ao desenvolvimento do homem racional. Perramás atribui o alto grau de civilidade encontrado nesta remota região exatamente à forte presença da religião católica[19]. Mas não só. A própria língua guarani, segundo ele, não perde em sofisticação e artifício nem para o grego nem para o latim. Até porque as línguas seriam mais um dom de Deus que uma invenção dos povos. E Deus escolheu os guaranis[20].

Outra prova de civilidade é a inexistência, entre os guaranis, de vícios e crimes que necessitem um Tribunal da Inquisição[21]. Não que Perramás seja contra a inquisição. Pelo contrário, considera admirável Platão – que acreditava na existência de um Deus ótimo e

[18] Que o seu livro também trate utopicamente o assunto, é claro para nós hoje mas, naquele contexto e para o seu autor, estava mais para um livro de memórias, no qual os relatos e descrições dos usos e costumes dos guaranis cristianizados eram feitos na primeira pessoa do singular.

[19] É curioso que também o "ateu" Voltaire tenha localizado o El Dorado, para ele sinônimo de uma sociedade civilizada e não somente rica em ouro, em algum lugar remoto da América do Sul. VOLTAIRE. *Cândido ou o otimismo.*

[20] PERRAMÁS, Josep M. Op cit. Pp.37-38. Exemplos de estudiosos dos guaranis que, impressionados com a perfeição de sua língua, lhe atribuíam a Deus são: Domingo Bandeira, Cláudio Duret, Lorenzo Hervás y Panduro S. J, dentre outros..

[21] Idem, p.53

máximo - ter instituído a favor da república um tribunal de inquisição para refrear a ação retórica dos ímpios[22]. Diferentemente do que proclamam os "filósofos liberais" (ilustrados), Platão propunha um tribunal da inquisição "mais duro e severo que o nosso". Porque Platão "sabia muito bem que nada perturba tanto a República como quando se sacodem os fundamentos da religião"[23]. Daí ter proibido que se cantassem, em público, canções que não tivessem sido antes aprovadas pelos magistrados. Platão aparece no texto de perramás como um cristão *avant la lettree*: o amor pela verdade e pelo bem tem que superar o amor por si mesmo[24]. Apesar dessas considerações sobre a utilidade de uma inquisição, somos informados pelo jesuíta que os guaranis não estão submetidos ao tribunal, mas apenas os seus curas, outros religiosos e os cidadãos espanhóis. E nem tal seria necessário, já que inexistem entre eles vícios e crimes que necessitassem a repressão do referido tribunal, como também era o caso da Ilha de Utopia, de Morus.

Já os filósofos ilustrados, que ele classifica como "filósofos desenfreados", fazem um panegírico da lei natural. Em sua defesa, alguns chegam a "admitir o Hades; outros, que o homem vive somente da matéria e que se compara com as bestas; outros, enfim, são ateus"[25]. Mas não há, segundo Perramás, sociedades que vivam mais de acordo com a lei natural do que aquelas regidas pelo cristianismo. Em contraste com os "filósofos liberais" que querem explicar o progresso das sociedades sem a religião, o autor reafirma o papel fundamental que o evangelho exerceu e exerce na civilização (um aspecto tão valorizado pelo pensamento ilustrado) dos povos[26]. Isso é verdade para os germanos como para os guaranis.

Tácito já havia ensinado que os germanos viviam em barbárie antes de receber o cristianismo, que lhes proporcionou, como a outros povos, o modo mais perfeito de se viver conforme a natureza, habitar em cidades tão belas, distinguir-se tanto no esplendor da república, na habilidade dos artesãos, etc.[27]. Ao descrever o início da "república guarani" o autor traça paralelos com a situação no Brasil no século XVI. Citando literalmente José de Anchieta, afirma que, em ambos os contextos os padres teriam tirado os índios da selvageria, reunindo indígenas dispersos em aldeias e pueblos, onde se acostumaram a cultivar os campos

[22] O politeísmo entre os gregos, segundo Perramás, era apenas para a plebe. "Cuando Platón nombra a los dioses, quiere que se entienda que son como héroes creados por aquel Supremo Dios, inferiores a él, a los que se les ha encomendado presidir el Sol, la luna, las estrellas y otras partes de la naturaleza" (p.51)

[23] Ibidem, p.50

[24] A escolha de Platão entre os antigos como critério de autoridade é pelo menos não muito comum em se tratando de um jesuíta, formado na escola aristotélico-tomista. E, de fato, Perramás não restringe o mérito da sobreposição da busca da verdade sobre o amor por si mesmo apenas a Platão. Assinala que também santo Tomás, santa Teresa e [Francisco de Sales] filosofam de maneira parecida. "Os que não reconhecem isso são os filósofos do século XVIII" (p.52).

[25] PERRAMÁS, J. M. Op. Cit., p.67

[26] Idem, p.123.

[27] Idem, p.122

e governar-se com leis e magistrados, como se gaba Teseu de ter feito na Grécia[28] . Mas o que mais o comove nos escritos de Anchieta é: "o ver por todas as partes da cultura humana a verdadeira religião se imprimiu onde quer que tenha posto seus pés " [29]. Não se questiona, contudo, por que não floresceram no Brasil sociedades indígenas tão "civilizadas" quanto as existentes nas missões paraguaias.

Conclusão

A intenção foi destacar a peculiaridade da "utopia" de Perramás em relação à platônica, tomada por ele como parâmetro, e às utopias renascentistas, às quais ele faz poucas referências. Mas, pelo fato de estarmos assumindo aqui o seu relato/testemunho sobre a sociedade guarani na qual viveu como uma utopia - ainda que destoe das utopias de Morus, Bacon e Campanella – comparações com elas foram por vezes traçadas.

[28] Ibidem, pp. 121-2
[29] Ibidem, p.122.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Abrigos espíritas para a infância: uma descoberta da infância sob o lema "fora da caridade não há salvação"

Alexandre Ramos de Azevedo*

Resumo: Quando o juiz de menores do Rio de Janeiro, Saul de Gusmão, deu início em 1940 ao serviço de recenseamento e fiscalização das casas de proteção à infância, constatou que dos 33 estabelecimentos registrados, 27 eram católicos e 6 espíritas. Apesar desse e de outros registros significativos, a atuação dos espíritas no campo da assistência à infância tem sido pouco investigada. Resolvemos, então, empreender uma "arqueologia" dessas instituições, no intuito de averiguarmos os motivos que levaram os referidos atores sociais a entrarem na longa história da institucionalização da infância.

Palavras-chave: infância – abrigos – espiritismo.

Abstract: When the judge Saul de Gusmão of Rio de Janeiro juvenile court gave beginning in 1940 to the census and examination service of child protection instituitions, established that of the 33 registered establishments, 27 were catholics and 6 were spiritists. Despite this and of other significant registers, the performance of the spiritists in the field of children assistance has been little investigated. Then we decide to make the "archaeology" of these institutions, with the intention to investigate the reasons that had taken the mentioned social actors to enter in the old history of the child institutionalization.

Keywords: childhood – asylums – spiritism.

Problematizando o objeto a partir de alguns vestígios

Não encontramos muitas referências a nosso objeto de pesquisa na produção dos campos da história da infância e da educação. Mas, desde o início, uma das frentes de trabalho que se apresentaram mais fecundas foi a que nos direcionou para a história das instituições que visaram, segundo modelos bastante comuns no período histórico investigado, proteger a infância: os chamados abrigos ou asilos para "órfãos" ou crianças "abandonadas". Sobre este assunto, descobrimos que:

> *Em 1940, o juiz de menores do Rio de Janeiro Saul de Gusmão (1941[1]) deu início ao "serviço de recenseamento e fiscalização das casas de proteção à infância" (p. 59). Com esse fim, o curador de menores inspecionou pessoalmente 54 estabelecimentos, 33 deles registrados no Juízo de Menores. Das instituições registradas, 27 eram católicas e 6 espíritas* (RIZZINI, 1995: 267).

---

* Mestre em Educação pela UERJ, Técnico em Assuntos Educacionais da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ.

[1] Saul de GUSMÃO. *Proteção à infância* (Relatório do Juiz de Menores do Distrito Federal – 1940). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941 (cf. RIZZINI, 1995: 267).

A história desses asilos ou abrigos espíritas nos pareceu bastante viável e promissora, até porque grande parte deles continua em funcionamento até os dias de hoje. A delimitação do nosso objeto de pesquisa, contudo, se deveu em muito às fontes documentais que fomos incorporando no decorrer do processo, principalmente as de caráter serial, como a revista "Reformador", órgão da Federação Espírita Brasileira (FEB) fundado em 1883. Elas nos permitiram buscar respostas para algumas dúvidas ou questões que surgiram na etapa da pesquisa exploratória.

Entretanto, o presente texto não pretende dar conta de toda a pesquisa realizada. Nos restringiremos aqui à investigação sobre a motivação ou o "porquê" do surgimento dessas instituições no Brasil. Enfim, procuraremos verificar como aconteceu essa descoberta da infância pelos espíritas, através de práticas específicas institucionalizadas sob a égide da caridade.

Da caridade às "obras de caridade"

Tivemos acesso, ainda, ao depoimento de um espírita português que esteve em visita ao Brasil no ano de 1955 "em busca de imagens vivas que refletissem as obras monumentais, que se impõem a gregos e troianos, na terra augusta do cruzeiro" (SANTOS, 1960b: 7). Isidoro Duarte Santos, que dirigia a revista "Estudos Psíquicos", de Lisboa, deixou suas impressões registradas em volumes publicados sob o título "O Espiritismo no Brasil (ecos de uma viagem)".

Nesses volumes verificamos que o viajante vai a muitos "centros espíritas". Porém, grande parte do tempo é dedicada a visitar um tipo de instituição espírita bem específico. Eram casas destinadas à assistência, dentre as quais destacavam-se inúmeros abrigos para crianças, localizados em diferentes cidades dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Por outro lado, desde 1927 encontramos outro senhor, de nome João Torres, escrevendo uma série de artigos na imprensa espírita, intitulados "As obras da caridade espírita", demonstrando a existência de um número razoável de instituições daquele tipo. O que essa série de artigos nos apresenta de bastante significativo é o conhecimento de que, naquela ocasião, os espíritas já faziam um inventário de suas obras assistenciais.

A chave inicial para compreendermos o "orgulho" espírita em relação à suas obras sociais, veio através de Marcelo Ayres Camurça, o primeiro que encontramos levantar a tese de que os espíritas tiveram na constituição de obras filantrópicas um importante instrumento

de afirmação de sua identidade religiosa e de legitimação. Assim, "o exercício da caridade logrou assegurar reconhecimento e popularidade para o movimento que se traduz no número considerável de instituições kardecistas na cidade e na alta freqüência a elas" (CAMURÇA, 1997: 154).

Entretanto, quando perguntamos a qualquer espírita sobre o porquê dessas instituições, eles recordarão do lema "Fora da caridade não há salvação" adotado desde os primórdios do Espiritismo na França. Entretanto, contrariando um pouco a simplicidade desta afirmação, encontramos na Revista Espírita[2] de julho de 1866 uma mensagem atribuída a certo Espírito, contendo a defesa de que os espíritas deveriam fazer "como os católicos, contribuindo com alguns centavos por semana e capitalizando esses recursos, de modo a chegarem a fundações sérias, grandes e verdadeiramente eficazes". Até porque, uma iniciativa assim além de promover o bem se constituiria em "um monumento do valor moral do Espiritismo, tão caluniado, hoje e ainda por muito tempo, encarniçadamente"(KARDEC, 2004: 261-3).

Voltando ao Brasil da década de 1950, podemos dizer que muitos olhares se voltam para a ação social desenvolvida pelos espíritas brasileiros. De um lado, existia a Igreja procurando defender o seu "rebanho". Nesta direção, alguns opúsculos foram publicados recomendando a "interdição de qualquer ajuda ao espiritismo", inclusive aos "asilos, creches, maternidades, hospitais, albergues noturnos, etc.", enfim, a tudo o era feito em nome da "caridade" pelos espíritas, mas que não passava de "propaganda da doutrina espírita", que acaba sendo sustentada por contribuições que eram arrecadadas através de "petitórios, subscrições, festas populares etc. (...) entre os próprios católicos" (FREI BOAVENTURA, 1954: 27).

Por outro lado, os espíritas, em muito lugares, tornam-se parceiros do poder público. Isidoro, ao passar pela cidade de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, narra que "o Albergue Noturno fornece café e banhos e mantém-se em perfeita ligação com o Delegado Policial (...) As autoridades estão em ligação com o Espiritismo na luta contra a indigência, o maior cancro social! Matar a Doutrina seria flagelar a comunidade" (SANTOS, 1960a: 209-10). Mais adiante, há a confirmação do recebimento, pelas obras sociais espíritas daquela cidade, de subvenções públicas. Em 1955 "a subvenção federal foi de 2.000 cruzeiros; a estadual de 10.000 e a municipal de 1.000". Além disso, graças a outras

[2] Sobre a Revista Espírita podemos dizer que se trata da primeira revista dedicada ao Espiritismo e que cumpre o papel de articular o movimento espírita nascente. Esta foi dirigida por Allan Kardec – aquele que é considerado o "codificador" da doutrina espírita – desde a fundação daquela revista, em janeiro de 1858, até a desencarnação dele em março de 1869.

diligências, "houve subvenção federal extraordinária de 95.000 cruzeiros que permitiu a ampliação das obras" (SANTOS, 1960a: 210).

Os próprios espíritas tomam conhecimento das instituições que vinham sendo fundadas, o que para eles passa a ser motivo de "orgulho" e, porque não dizer, de afirmação da identidade, pois a "identidade se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores. Assumir uma identidade implica encontrar gratificação com esse endosso" (PESAVENTO, 2004: 91).

Acreditamos, com isso, que além de movidos, sem dúvida, pelo lema "Fora da caridade não há salvação", os espíritas tiveram efetivamente consciência do importante papel desempenhado pelos "monumentos da fé" que erigiram. Era um atestado necessário de suas boas intenções cristãs, que os ajudou a enfrentar com muita desenvoltura a hostilidade diante da qual se sentiram vitimados. Tais evidências foram confirmadas nas investidas às fontes seriais referidas, conforme passaremos a expor.

A "descoberta" da infância pelos discursos e práticas espíritas

Leopoldo Cirne foi presidente da FEB de 1900 a 1913. Nesse cargo, ele estava à frente não apenas da instituição que se tornava a principal articuladora do movimento espírita brasileiro, mas também da revista que teve fundamental importância na organização daquele movimento. Um marco deste período foi o ano de 1904, que trouxe novidades significativas no que se refere à ação social dos espíritas.

Assim, por ocasião das festas comemorativas do centenário de nascimento de Allan Kardec, um documento intitulado "Bases da Organização Espírita" foi discutido e aprovado por "delegados" que representavam os espíritas de diversas partes do país. Esse documento já continha, dentre outras, a recomendação de se instituir por toda parte "cursos gratuitos de instrução elementar ou secundária, com uma parte destinada ao ensino da moral ou filosofia espírita" (Reformador de 15 de novembro de 1904).

Tendo consultado o Reformador desde 1883, podemos dizer que antes das "Bases" não existiram ou pelo menos não eram noticiadas iniciativas no campo da educação escolar como aquelas que passamos a encontrar dali em diante. Quanto aos abrigos, que não haviam sido mencionados naquele documento, começarão a referidos como parte de um projeto futuro:

> *Para já não falar da fundação de asilos e hospitais, que, por sua natureza complexa e dispendiosa, exigindo a multiplicidade de um concurso com que por ora não seria*

> *lícito contarem as agremiações espíritas, em geral de formação mais ou menos recente, deixamos propositalmente de incluir nas "Bases".*

Realmente, os asilos somente surgirão alguns anos mais tarde. Mas as escolas começaram a proliferar quase que imediatamente, basicamente nas sedes das próprias instituições espíritas. É interessante notar que a intenção de criar escolas surge quase ao mesmo tempo, mas com maior ímpeto do que a de instituir abrigos ou asilos. Entretanto, são estes últimos que mais tarde ganharão relevo.

A "obra espírita" em gestação e sua função

O clima religioso era de conflito permanente. Não poucas vezes vimos referências à suposta invasão dos "padres" estrangeiros para combaterem o avanço do Espiritismo no Brasil. No Reformador de 31 de março de 1910, é apresentada sob o título "Espíritas, a postos!", a transcrição de um artigo publicado na "Revista Internacional do Espiritualismo Científico", de Paris. O artigo trazia o seguinte alerta:

> *Roma resolveu combater, por todos os meios, o Espiritismo no Brasil. Ultimamente, há uma coisa de meses, voltou do Brasil um jesuíta dos mais influentes, que visitara, em missão especial do Papa Negro, a República Brasileira e que estudara, sur place, os meios mais eficazes de dar combate ao Espiritismo. Um relatório em regra foi apresentado ao Geral dos Jesuítas pelo emissário em questão, que no Brasil teve conferências com os mais altos dignatários eclesiásticos e com personalidades católicas influentes na política, sendo assentado todo um plano de campanha a dar aos nossos confrades brasileiros.*

Verdadeira ou não, essa informação circulou e povoou o imaginário dos espíritas. Logo, a "ação social" espírita adquiriu uma feição de "luta" por sobrevivência, por espaço e também por hegemonia de projeto social. Nesta "luta", vemos a caridade assumir a função de "escudo". Diante da situação apresentada, como os espíritas deveriam se comportar? A pergunta formulada é respondida por Cirne:

> *Como? Atacando os representantes dessa religião que morre, porque já fez o seu papel na história e tem que fatalmente ceder à lei da finalidade, pois que não quer evoluir? – Não, que não é de demolição, nem de invectivas, nem de ódios, mas de amor o nosso ministério. O que cumpre é organizar sistematicamente, de norte a sul, a propaganda espírita (...). Há ainda uma obra, por assim dizer preparatória ou, se o quiserem, paralela dessa outra e da máxima eficácia: é de um lado criar as aulas de instrução primária, em que o indivíduo, aprendendo a ler, se habilite a compulsar os livros e jornais espíritas e neles abeberar de luz a inteligência e de pureza o coração, e de outro lado instituir os serviços de curas, com o auxílio dos espíritos, e os de assistência de toda ordem aos necessitados, aos detentos, à infância abandonada e aos desvalidos na velhice.*

Em seguida, o presidente da Federação esclarecerá, sobre o porquê do "escudo" da caridade:

> *Diante dessa complexa obra humanitária, hão de todas as agressões emudecer. Poderá o clero – ele, sim, nosso irreconciliável inimigo – bradar que somos obreiros de Satanaz, para indispor contra nós as timoratas multidões. Os benefícios reais, objetivos, com que demonstrarmos ao coração do povo a excelência da doutrina espírita falarão mais alto que todas as injúrias.*

Será a identidade "cristã" o "escudo" que os espíritas assumiram para sustentar qualquer embate, coletivo ou individual. Era uma luta tanto de defesa quanto de afirmação. De defesa porque se sentiam ameaçados; mas, principalmente, de afirmação porque mesmo sendo minoria havia uma intenção de ganhar terreno, de se expandir.

O "nascimento" dos abrigos espíritas para a infância no Brasil

Leopoldo Cirne deixara a presidência da FEB em 1913 sem ter conseguido ver florescer as obras "duradouras" com as quais sonhara. Após alguns anos, no entanto, é noticiado o aparecimento da primeira delas – o Abrigo Thereza de Jesus – no Reformador de 16 de julho de 1919:

> *... o Grupo Espírita "Cultivadores da Verdade" acaba de fundar um asilo para a infância desamparada, que sem pão, sem lar, sem proteção, e na sua inconsciência é arrastada aos piores vícios e à prática de atos que deprimem, mercê da freqüência e permanência numa escola de crimes e de miséria. O espetáculo triste, doloroso e compungente que se observa nas ruas e praças desta cidade, como de outros centros, de crianças que são aproveitadas para as piores profissões, não é mais do que o resultado do abandono a que são atiradas. Maltrapilhas, esqueléticas, de fisionomia macilenta tisnada pela necessidade, estigmatizadas pela dor e pela opressão, vão esses pobrezinhos pondo em prática as lições dos seus miseráveis professores.*

Para apresentação de um abrigo "espírita", o "discurso" de Martins de Oliveira demonstra bem a época em que foi produzido. Usa o linguajar comum do momento histórico, referindo-se à "infância desamparada" e não diferindo em muito do próprio pensamento laico ou "filantrópico" da ocasião. Os asilos espíritas também são, portanto, "filhos" do seu tempo, e dessa forma devem ser analisados. Contudo, para além dos problemas sociais cujos diagnósticos e soluções refletiam um certo consenso social, encontraremos no Reformador de 16 de novembro de 1919 com a outra face da realidade que os espíritas enfrentavam:

> *Aos Diretores desta Instituição de Caridade, damos sinceros parabéns pelo preconício que, da benemerência dos seus esforços acaba de fazer a Câmara Eclesiástica do Arcebispado, recomendando-o à má vontade dos católicos, aos quais, (sic) é "vedado concorrer com donativos para propaganda dessa instituição".*

Estamos acompanhando, então, o conflituoso "parto" do primeiro asilo espírita dedicado a crianças. Sua inauguração, finalmente, aparece noticiada no Reformador do dia 1º de novembro de 1920. Uma crônica a respeito do fato traz a seguinte narrativa:

> *Às cinco horas foi aberta a sessão, servindo de presidente de honra o representante do Presidente da República, que tinha a seu lado o do Prefeito do Distrito Federal. O presidente do Abrigo, o querido propagandista, irmão Ignácio Bittencourt, em ligeiro preâmbulo, agradeceu a presença dos representantes das autoridades federais e municipais, dando a palavra em seguida ao orador oficial, Leopoldo Cirne (...). Foi muito breve como convinha ao momento.*

Verificamos que Leopoldo Cirne estava presente naquela inauguração. Talvez para presenciar a realização de um dos itens de seu "Programa". Foi o "orador oficial" da festa. Uma homenagem – quem sabe? – pela combatividade em prol da "obra espírita", que finalmente começava a se concretizar.

Outra presença que merece comentário é a dos representantes do poder público, que prenuncia a colaboração entre os espíritas e o Estado brasileiro, em diferentes níveis. Não que estes tenham se transformado em parceiros exclusivos e inseparáveis, deslocando a Igreja de sua posição destacada no campo da assistência social pública e privada. Entretanto, são evidências de que a estreita união entre Igreja e Estado, característica do padroado vigente até o fim do Império, já vinha se enfraquecendo desde o advento da República.

Conclusão

As práticas espíritas de assistência à infância no Brasil estiveram presentes desde o início do século XX. Nelas verificamos o investimento de sujeitos sociais que procuraram deixar sua marca numa sociedade com graves problemas sociais, dentre os quais a vulnerabilidade da infância. Dedicarmo-nos à pesquisa dessas práticas é irmos um pouco além da disputa ou dicotomia entre os elementos religioso e laico na implementação de políticas públicas e privadas de assistência social. Além disso, sociedade e Estado não eram nem homogêneos nem dissociados um do outro. Logo, a história da infância e de sua proteção deve considerar as tensões e a diversidade de relações entre o religioso e o laico; o público e o privado; bem como a sociedade civil e o Estado.

Não chegamos a esquadrinhar por dentro as instituições a que nos referimos, mas alcançamos alguma compreensão sobre aspectos importantes relativos a difusão das mesmas, bem como de certa organização e unificação promovida por intermédio de instituições e de meios de comunicação que cumpriram razoavelmente o seu papel articulador. Neste sentido,

percebemos a importância da Federação, do Reformador e, em especial, de Leopoldo Cirne, personagem que entra na cena histórica para mobilizar ou catalisar os esforços individuais e coletivos, transformando idéias distantes no tempo e no espaço em práticas enraizadas histórica, social e culturalmente. Assim é que do lema "Fora da caridade não há salvação" desembocaram nas "obras da caridade espírita".

Caridade e abrigos para a infância fizeram parte, sim, das disputas hegemônicas no campo social e cultural, mas também integraram o consenso e as parcerias construídas com vistas a superar os problemas da infância brasileira.

Referências bibliográficas:

CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Fora da Caridade não há Religião! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960*. In: **LOCUS**: revista de história. Vol. 7, nº. 1. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico/EDUFJF, 2001. Pp. 131-54.

FREI BOAVENTURA, O. F. M. **Material para instruções sobre a heresia espírita**. Petrópolis: Editora Vozes, 1954.

KARDEC, Allan. **Revista espírita**: jornal de estudos psicológicos: Ano nono – 1866. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIZZINI, Irmã. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas*. In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. Pp. 243-98.

SANTOS, Isidoro Duarte. **O espiritismo no Brasil** (ecos de uma viagem). vol. 1. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960a.

_____. **O espiritismo no Brasil** (ecos de uma viagem). Vol. 2. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1960b.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Técnicos ou Tecnocratas? A História do Planejamento de C&T no CNPq: 1975-95

Nancy Campos Muniz*

Resumo: O presente artigo está balizado em nossa pesquisa de doutoramento em história cultural que trata das representações profissionais e institucionais construídas pelos técnicos em planejamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no período compreendido entre 1975 e 1995. Esse período é paradigmático das grandes transformações ocorridas na área de C&T no Brasil, que colocaram o CNPq e seu quadro de planejadores no centro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia- SNDCT e, posteriormente, com o advento da Nova República, os rebaixaram a meros espectadores das reformas.

Palavras-chaves: C&T – tecnocracia – planejamento.

Abstract: The present article is bounded by our doctor's degree research on cultural history, which regards professional and institutional representations established by the National Council of Technological and Scientific Development (CNPq) planning technicians, in the period between 1975 and 1995. This period is paradigmatic of great transformations occurred in the science and technology field in Brazil, in which CNPq and it's board of planners was put in the center of the National System of Science and Technology (SNDCT) and, afterwards, with the occurrence of the New Republic, was diminished to mere spectators of the changes.

Keywords: Science and technology – Planning – technocracy.

A presente pesquisa visa recuperar o movimento da história colocando em evidência os solos históricos em que se deram tais transformações, identificando nos discursos governamentais e na fala dos sujeitos os indícios de valorização e desvalorização do papel dessa categoria de profissionais com uma formação intelectual privilegiada.

A captura de tais representações nos colocam como premissa a análise de dois momentos históricos importantes: 1) a constituição em nosso país de um corpo de tecnocratas especializados em políticas públicas de C&T, cujo solo histórico se constitue no período dos governos militares (1975-84) e 2) o advento da Nova República e a desvalorização do planejamento como instrumento de governo (1985-95) trazendo, como consequência, a desfiguração/camuflagem desses profissionais no processo de implantação dos governos civis.

* Doutoranda em História Cultural – Universidade de Brasília e Analista de Desenvolvimento Científico do CNPq.

A partir do levantamento documental relativo ao planejamento do setor de C&T e das entrevistas realizadas com os sujeitos que vivenciaram os períodos analisados, elaboramos uma série de categorias de análise que nos levaram a recolocar em discussão o conceito de tecnocrata, tão carregado de conotações negativas.

Considerando as limitações deste espaço, me limitarei a apresentar um breve panorama do contexto histórico onde se constitui o nosso objeto de pesquisa.

Tecnocracia e planejamento no Brasil

A partir de 1934, constata-se uma complexificação da administração pública como produto dos novos encargos impostos ao Estado pelo sistema produtivo nacional. A questão da eficiência passa a ser imperativa e vai substituindo rapidamente o caráter empreguista da fase anterior. O grande processo de industrialização deflagrado pela elite empresarial à época, traz em seu bojo os princípios do "*Scientific Management*" de Taylor, tendo um grande impacto sobre o meio intelectual, acadêmico e empresarial, e posteriormente sobre a máquina burocrática do Estado (VARGAS, 1985).

A partir da década de 50 torna-se patente a implantação da organização racional do trabalho, em substituição aos métodos empíricos de trabalho para a viabilização da acumulação do capital. No controle dos servidores públicos foi uma resposta utilizada em contextos onde a mecanização tornava-se inviável, devido à natureza de prestação de serviços não lucrativa do trabalho, o que veio assumir papel decisivo no avanço do controle sobre os servidores.

No âmbito da indústria a resposta da racionalização atendia aos interesses do capital, e no âmbito do Estado, teoricamente, aos interesses da sociedade, que aspira por serviços modernos e eficientes, prestados dentro do maior rigor por servidores altamente qualificados e íntegros. No que se refere ao Estado, a administração científica no Brasil teve como principal objetivo proporcionar ao governo central um mecanismo de controle dos servidores, bem como adequar a máquina administrativa ao espírito renovador dos modelos da administração empresarial. Esse período ficou marcado pelas tentativas de racionalização da máquina estatal.

Mais tarde, com o início efetivo da internacionalização da economia no governo de Juscelino Kubistchek-JK, alguns fatores passaram a influenciar decisivamente os rumos da industrialização no país com profundos reflexos no aparelho do Estado e na gestão de sua mão-de-obra.

JK desencadeou o grande processo de industrialização no Brasil, implementando o Plano de Metas - 1956/61. O consenso entre as elites dirigentes de que a modernização de nossa economia só seria viabilizada com a introdução do capital de risco e das normas internacionais de produção, fez da indústria automobilística a grande propulsora da modernização nacional. "Do ponto de vista do processo de trabalho, estava sendo lançada no Brasil a fase da produção em massa segundo as técnicas fordistas de produção"(VARGAS, 1985:179).

O bojo da política desenvolvimentista abrigava um pacote tecnológico direcionado às indústrias automobilísticas, de construção naval, papel e celulose, maquinarias, produtos elétricos, químicos e farmacêuticos. A idéia era que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, bem como a ajuda financeira internacional, fosse a solução para a falta de capital e um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora, que sofria a falta de máquinas, equipamentos e know-how (DREIFUSS,1981). Através da importação de pacotes tecnológicos e organizacionais, o Taylorismo/Fordismo passou a ser paradigma da organização do processo de trabalho no Brasil.

Como condição para a execução das políticas de governo implantadas pelo Plano de Metas, foi criado um grande número de órgãos de planejamento e consultoria, diversas comissões de trabalhos e grupos executivos com vistas a formar uma administração paralela coexistindo com o Executivo tradicional e duplicando ou substituindo as velhas burocracias, de acordo com as conveniências. Tal estratégia permitia que os canais tradicionais de formulação de políticas e os centros de tomada de decisão fossem contornados, o que significava infiltrar no sistema político canais exclusivos de formulação e execução de políticas industriais que proporcionaram a convivência do capital nacional com o estrangeiro.

Outra grande conveniência oriunda da administração paralela era a de evitar o controle do Congresso e a crítica da opinião pública que, por possíveis denúncias da oposição, poderia se voltar contra a atuação das multinacionais no país. Registre-se ainda, segundo Dreifuss (1981), que as agências integrantes do sistema estavam envolvidas em sigilo, operando sob a cobertura ideológica de uma "racionalidade técnica" e "perícia apolítica" que, supostamente, as tornava imunes a pressões partidárias ou privadas. Dessa forma, evitando a apuração pública, a administração paralela conseguia favorecer ou bloquear, de acordo com as conveniências, o acesso à ajuda financeira e tecnológica a diferentes grupos e corporações.

O fato mais importante desta análise é o de que os postos burocráticos nessa nova ordem administrativa foram ocupados por empresários pós-graduados e diretores de empresas privadas nacionais e estrangeiras, os chamados "técnicos", permitindo assim que o capital

estrangeiro, penetrado nos principais setores da nossa economia. Tal constatação nos remete à Gramsci (1988:3), segundo o qual o processo histórico de formação das diversas categorias de intelectuais assumiu várias formas, sendo as mais importantes a dos intelectuais tradicionais e a dos intelectuais orgânicos. No que se refere aos intelectuais orgânicos, destaca:

> *Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.*

Em sua pesquisa, Dreifuss demonstra que o peso econômico dos interesses multinacionais na economia brasileira tornou-se um fator político central no final da década de 50. Com o objetivo de alavancar seus interesses específicos, o capital estrangeiro não só apoiou-se em seu poder econômico, mas também desenvolveu à sua sombra uma "intelligentsia" política, militar, técnica e empresarial, os chamados intelectuais orgânicos do capitalismo brasileiro, cuja perícia organizacional e capacidade política própria, influenciaram as diretrizes políticas do país.

Realizar a moderna concepção de planejamento estatal exigiu o recrutamento de grande número de pessoal especializado, ou seja, técnicos, com formação de engenheiros, economistas e advogados, orientados de modo geral pela racionalidade empresarial. Diante desses objetivos foi então estruturada uma administração paralela, verdadeiros canais de execução direta das medidas governamentais, contornando as instâncias burocráticas oficiais e o próprio Congresso Nacional. Ficou caracterizada pelo elevado grau de eficiência e de modernização de sua infra-estrutura, principalmente no tocante aos recursos humanos contratados.

Nesse quadro, o planejamento assume a mais alta função no estabelecimento de políticas governamentais, a partir das idéias precursoras do Taylorismo, consagrando-se na década seguinte com a instauração do regime militar. Segundo Mannheim, o planejamento apresenta-se como questão política, pois configura-se "*no novo contexto de uma sociedade que para sobreviver e expandir-se tem que planejar, mesmo no caso das economias capitalistas... o planejamento mostra-se como um tipo definido e variável de resposta política e técnica para o desafio das sociedades industriais de massa*" (MANNHEIM,1972:26).

Para Mannheim (1972:90-1), tanto a decisão de planejar como de implementar um plano têm aspectos políticos.

> *A decisão de planejar é política, pois é através da definição dos planos que se alocam valores e objetivos juntamente com recursos e se redefinem as formas pelas quais estes valores e objetivos são propostos e distribuídos. No que respeita a implementação do plano, também implica em políticas, na medida que se estabelece a "escolha de alguns recursos que o sistema político fornece em detrimento de outros, com o fim de, uma vez alcançados os resultados "econômicos" do plano, reforçar politicamente o grupo que o apoiou.*

O planejamento pode então, ser conceituado como um instrumento de alteração ou consolidação de uma estrutura de poder, na medida em que se configura como uma forma de ideologia que serve para justificar as políticas estabelecidas pelo Estado. O planejamento é desenvolvido por etapas, como num processo, com contínua correlação entre a racionalidade formal e material. Foi a via através da qual a administração pública se relacionou com o processo de desenvolvimento, traduzindo as decisões políticas em função do modelo econômico então adotado.

De acordo com a concepção de que o planejamento de governo exprime a ideologia e as necessidades existentes da classe dominante, os primeiros planos brasileiros caracterizavam-se, no período da sua consecução e realização, pela proposta de estimular a industrialização nacional.

Com a ascensão do governo militar em março de 1964, a atividade de planejamento passou a integrar todas as atividades do Estado, dando origem a uma estrutura tecnocrática apoiada pela classe dominante. O termo tecnocracia foi difundido em razão da marginalização dos partidos políticos como agentes condutores da vontade popular na elaboração dos projetos de governo;[1] e da criação de uma estrutura decisória paralela voltada para a política econômica e social com respaldo no sistema de planejamento.

O CNPq sob a égide do planejamento

Foi no contexto da ideologia nacional-desenvolvimentista concentrada na idéia de garantir a soberania do Estado, que se deu a criação do Conselho Nacional de Pesquisas-CNPq, em 1951, orientada por um grupo de físicos que alertava os governantes para a necessidade do Brasil se equiparar às outras nações na pesquisa da energia nuclear, elemento que a Segunda Guerra demonstrara ser de vital importância para a segurança nacional. O papel do CNPq no período 1951-1974 voltava-se para a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa sendo que, a partir de 1967, no governo Costa e Silva, é que observamos um maior investimento no setor de C&T e a incorporação da importância dessa

[1] Considerando que as decisões eram tomadas por equipes técnicas do governo, os partidos políticos e o próprio Legislativo passavam a exercer um poder figurativo. Ver Cândido Mendes. O legislativo e a tecnocracia. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

área no discurso governamental. No governo Médici a política científica foi explicitamente vinculada ao objetivo de possibilitar ao país dar "o salto tecnológico" e, como desdobramento, "ciência e tecnologia" foram considerados fatores imprescindíveis à construção de um "Brasil, grande potência", constando no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), o desenvolvimento da área de C&T, entre as principais metas setoriais, num contexto em que o planejamento é parte integrante do processo de modernização, obedecendo a critérios tecnocráticos de eficiência e racionalidade, sendo o Estado a principal agência planejadora.

O planejamento e a valorização da técnica são tidos como prova de racionalidade do governo identificada com eficácia administrativa. Na perspectiva do tecnocrata, tudo é planejável e pode ser enquadrado dentro de critérios de adequação técnica entre meios (recursos escassos) e fins (econômicos). A importância da ciência nesse período é realçada pela Lei nº 6.036, de 01/05/74, que transforma o Ministério do Planejamento em Secretaria de Planejamento (SEPLAN), órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na coordenação da política de desenvolvimento científico e tecnológico, trazendo vinculado o CNPq.

Nesse mesmo período é aprovado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), para o período de 1975-79, colocando como objetivo a implementação do II PBDCT e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (que mantém a sigla CNPq), com a missão de auxiliar o Ministro de Estado chefe da Secretaria de Planejamento, na coordenação e elaboração do PBDCT e na análise de planos e programas setoriais de ciência e tecnologia, assim como na formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico, estabelecida pelo governo. Posteriormente outros decretos são assinados constituindo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNDCT) bem como diversos órgãos setoriais para sua estruturação e suporte.

Em 31/03/76, o Decreto nº 77.355 instituiu o II PBDCT, sob a orientação de transformar a ciência e a tecnologia na força motora do processo de desenvolvimento e modernização do país priorizando sua vinculação direta com o crescimento econômico, que comprovava a eficiência dos governos militares. Tal política se resumia num conjunto de medidas financeiras e institucionais, revelando a base tecnocrática que lhe dava sustentação e legitimidade através de critérios de eficiência e racionalidade.

O CNPq teve então, sua missão redefinida pela Lei nº 6.129 de 1974, passando a ser o coordenador nacional do desenvolvimento científico e tecnológico, agora, sob o nome de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com essa nova responsabilidade permaneceu vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da

República (SEPLAN), sob a forma jurídica de fundação de direito privado, o que lhe assegurou autonomia administrativa e financeira.

A sede do CNPq foi transferida, em 1975, do Rio de Janeiro para Brasília e nessa mesma época assume o papel de auxiliar a SEPLAN na elaboração, análise e acompanhamento dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT's, no âmbito do planejamento do Estado e como atributo estatutário a coordenação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), criado naquele ano-1975.

O CNPq e a tecnocracia

A partir de 1975 houve a contratação de técnicos pós-graduados para desenvolver as atividades de planejamento da política nacional de C&T. Esses técnicos atuaram em atividades especializadas na área de planejamento, até o advento da Nova República, 1975 - 1984, período no qual o CNPq atingiu o auge das suas competências.

O CNPq transformou-se então, na agência central do sistema de C&T passando a coordenar a formulação das políticas de Estado para a essa área. No período de 1976 a 1985, o CNPq elaborou e coordenou a execução de uma série de atividades de planejamento que impulsionou o setor de C&T para o seu ápice de investimentos.

A Nova República

No governo Sarney, em 1985, o CNPq desvinculou-se da SEPLAN, passando a vincular-se ao então criado Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT (Decreto nº 91.146/85). Como conseqüência desse ato, as atribuições antes conferidas ao CNPq, no que se refere ao planejamento e à coordenação do sistema nacional de C&T, foram transferidas para o novo Ministério, voltando o CNPq a desempenhar apenas atividades relativas à formação de recursos de recursos humanos e fomento à pesquisa, preservando a sua autonomia como fundação de direito privado.

O quadro técnico do CNPq foi absorvido, em boa parte, pelo novo Ministério ou disperso através de transferências, cessões para outros órgãos ou concursos públicos, para as Universidades. O CNPq se esvaziou evidenciando o vácuo deixado pela suspensão de suas competências políticas e a existência de uma relação direta entre a competência de formulação de políticas de governo e um quadro técnico especializado em planejamento.

A análise das entrevistas e depoimentos realizadas com o sujeitos da pesquisa visibiliza o perfil de intelectuais, com formação acadêmica privilegiada e profundamente

comprometidos politicamente com as questões sociais nacionais, colocando em "xeque" a representação de tecnocrata. Embora muitos dos sujeitos da pesquisa entrevistados não aceitem o rótulo de tecnocratas, o fato é que acabam por reconhecer a necessidade dessa categoria de especialistas de alto nível para a formulação e o embasamento das políticas de governo.

A presente reflexão coloca em evidência a necessidade de uma revisão do conceito de tecnocratra como um tema de historiografia; desafio assumido a partir da teoria de "campos" de Bourdieu (1998), de conceitos como "burocrata" em Weber(1991), "tecnoburocrata" em Pereira (1981) , e de "intelectual" em Gramsci (1988) e Bobbio (1997).

Referências bibliográficas:

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. **A economia da trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo:EdUSP, 1998.

DREIFUSS, A.R. 1964. **A conquista do Estado** – ação política poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. RJ:Civilização Brasileira, 1988.

MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MOTTA, F.C. P**. O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, L.C. B. **Sociedade estatal e tecnocracia**. São Paulo:Brasiliense, 1981.

VARGAS, N. Gênese e difusão do Taylorismo no Brasil. **Revista Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1985.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Vols. 1 e 2. Brasília: EdUNB, 1991 e 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arte e Política na fotografia de Aleksandr Rodchenko

Erika Zerwes*

Resumo: Este artigo pretende identificar dentro das imagens fotográficas de Aleksandr Rodchenko um discurso e uma práxis política, analisando para tanto além de escritos críticos, trechos de um artigo e uma das primeiras fotografias que o artista russo realizou, em 1924.

Palavras-chave: Fotografia – Política – União Soviética.

Abstract: This article intends to identify a political discourse and praxis inside the photographic images of Aleksandr Rodchenko, analyzing for that purpose besides critical writings, parts of an article and one of the first photographs that the Russian artist made, in 1924.

Keywords: Photography – Politics – Soviet Union.

I

Quando o artista russo Aleksandr Rodchenko (1891-1956) abdicou da pintura, voltando-se primeiro para a fotomontagem, em 1922, e depois definitivamente para a fotografia, em 1924, ele trocou um meio artístico tradicional por meios técnicos. O momento em que isto ocorreu é identificado pela grande maioria dos autores que estudam o período como sendo a exposição *5x5=25*, realizada em Moscou em 1921. Nesta ocasião, Rodchenko apresentou um tríptico de telas: *Puro azul*, *Puro vermelho* e *Puro amarelo*, que traziam, cada uma, apenas a cor do título as cobrindo[1]. Levada às últimas conseqüências a eliminação do seu caráter pictórico, esta foi, portanto, considerada a sentença de morte à pintura concedida pelo artista: das telas cobertas uniformemente, cada uma com uma das cores primárias, não se podia ir além.

O percurso trilhado então – em estreita proximidade com o percurso que a política de seu país vinha trilhando – pode ser abordado, como é por Benjamin Buchloh, através da análise da presença ou ausência de elementos iconográficos nas suas produções artísticas. Tais

* Mestranda do programa de pós-graduação do IFCH-UNICAMP, bolsista do CNPq.

[1]Segundo J. Bowlt, "Of his many achievements, Rodchenko is remembered perhaps above all for the three monochrome canvases (yellow, red and blue) that he contributed to the 1921 exhibition *5x5=25*, in Moscow, a farewell gesture to what he and his immediate colleagues considered to be the necrotic art of painting." (BOWLT, 2005: 13). Ver também DICKERMAN, 1999: 63; GALASSI, 1999: 201; GRAY, 2000: 250.

elementos foram, em um primeiro momento, excluídos da arte das vanguardas que surgiam na Rússia pós-revolucionária, pela expulsão da representação na pintura de artistas como Rodchenko. O elemento que era valorizado então era a *factura*, o tratamento da superfície da obra. Em um momento seguinte, houve o retorno à iconografia – que ainda trazia, porém, muitas premissas da *factura* e do não figurativo – com a fotomontagem. E finalmente, em 1924, com a fotografia, o iconográfico teria sido reconduzido definitivamente às manifestações artísticas, mas então construído por uma máquina, que não tentava assemelhar-se ao real, e sim oferecia este próprio real impresso em papel.

Este movimento de desvalorização e revalorização do figurativo teria, porém, um significado político, pois estaria andando de mãos dadas com os movimentos próprios do governo do novo Estado soviético. A arte possuiria um papel ativo dentro da sociedade socialista e deveria seguir as prerrogativas da construção desta sociedade. Ela teria um papel pedagógico. Assim, o retorno ao figurativo, prenunciado pela fotomontagem e realizado pela fotografia, teria sido fruto de uma demanda política, com o intuito de, através de uma arte mais inteligível às massas, estabelecer um contato com fins publicitários.

> A volta ao iconográfico se manifestou na produção publicitária dos artistas de vanguarda, da qual Rodchenko foi um dos maiores expoentes. Em seguida, ele teria também acompanhado de perto tais mudanças de preceitos artísticos, mudando sua atividade principal – da pintura carregada de *factura* para uma fotografia *factográfica*, ou seja, um meio que, embora iconográfico – pois que retratava de forma realista o mundo – não era pictórico, pois não deixava aparente a mediação da mão do artista, como era o caso da pintura[2].

II

Desde que realizou seu primeiro registro fotográfico, em 1924, Rodchenko manteve-se quase que exclusivamente dedicado a este meio. Suas escolhas estéticas, porém, não angariaram unanimidade, e em 1928, após sofrer reiteradas acusações contra suas fotografias na imprensa soviética, Rodchenko publicou na revista *Novyi Lef* uma série de quatro artigos[3] em que, com ares de manifesto, explicitou sua conduta artística. Em um destes

[2] Buchloh afirma: "Thus *faktura*, an essential feature of the modernist paradigm that underlay the production of the Soviet avant-garde until 1923, was replaced by a new concern for the *factographic* capacity of the photograph, supposedly rendering aspects of reality visible without interference or mediation. It was at this moment – in 1924 – that Rodchenko decided to abandon photomontage altogether and to engage in single-frame still photography." (BUCHLOH, 1984, p. 64).

[3] De acordo com o índice de conteúdo da última edição de *Novyi Lef* , no. 11, entre os anos de 1927 e 1928 Rodchenko publicou na revista quatro artigos, duas resenhas e reproduziu trinta imagens suas. Os artigos, nos quais reflete sobre a fotografia e o fazer fotográfico são: *Large-Scale Illiteracy or Dirty Little Tricks (Open*

artigos em especial, *Warning!*, ele colocou de forma clara o seu engajamento político e a forma com que, para ele, o fazer fotográfico constituía uma *práxis* política que lhe era totalmente coerente. Neste artigo vemos que, anos depois de Rodchenko ter determinado a morte da pintura de cavalete, esta sentença era ainda válida, mantida por sua prática fotográfica:

> *We are fighting against easel painting not because it is aestheticized but because it is not contemporary, its representation is technically weak, cumbersome, unique, and cannot serve the masses. We are not really fighting with painting (it will die out anyway), but with photograph that "looks like painting", "looks like etching", "looks like engraving", "looks like drawing", "looks like sepia tint", "looks like watercolor".* (LAVRENTIEV, 2005: 213).

Para Rodchenko, a pintura morreria de qualquer modo, pois não dava conta das demandas do mundo moderno, movido pela máquina. A fotografia, por sua vez, como produto de uma tecnologia moderna, caracterizada pela reprodutibilidade seriada, estava em consonância com tal mundo: era destinada e chegava com mais facilidade às massas através dos meios de comunicação. A acessibilidade da fotografia a tornava um meio artístico capaz de veicular também militância. Pode-se concluir assim que a escolha em favor da utilização artística do meio fotográfico teve por norte uma ação social antes de uma preocupação restrita apenas ao campo da estética. Mas sua forma possuía valor para Rodchenko, uma vez que fotografias feitas nos moldes estéticos da pintura não lhe eram aceitáveis. Deste modo, o embate de sua militância em favor de uma aproximação às massas, uma preocupação social e política, se deu também dentro do campo estético. Seguindo o artigo *Warning!*, ele diz

> *A poorly and simply photographed fact is not a cultural activity nor a cultural value in photography. There's no revolution in the fact that instead of a portrait of a general, people have started photographing the workers' leaders with the same photographic approach as under the old regime or under the influence of the artistic West. The revolution in photography was that the photographed fact – thanks to its quality, i. e., "how it's shot", acted so strongly and unexpectedly with all the value specific to photography; that it was possible not only to compete with paintings but to show everyone a new, perfect way of discovering the world in science, technology, and the everyday life of contemporary humanity.* (LAVRENTIEV, 2005: 213).

Uma fotografia de um fato qualquer, seja ele político ou não, não traria em si o potencial revolucionário que Rodchenko viu no meio fotográfico. Um retrato feito nos moldes

---

Letter) [Ignorância em larga escala ou pequenos truques sujos (carta aberta)], uma resposta aos ataques sofridos em um artigo publicado em *Sovetskoe Foto*, publicada em *Novyi Lef*, no. 6 de 1928; *The Paths of Contemporary Photography* [Os caminhos da fotografia contemporânea], publicado em *Novyi Lef*, no. 9 de 1928, que deu continuidade ao debate do artigo anterior; *Lef Notebook* [Cadernos de nota da LEF], escrito em 1927 mas publicado em *Novyi Lef*, no. 10 de 1928, onde o artista fala de seu modo de trabalho; e *Warning!*, publicado em *Novyi Lef*, no. 11 de 1928. (LAVRENTIEV, 2005: 199-214 e 322).

da arte tradicional poderia tanto ser um retrato de um general quanto o de um líder operário, que o seu valor político seria o mesmo. O caráter militante da fotografia, seu conteúdo político, residiria, portanto, na composição formal ("how it's shot" [como é tirada a foto]). A especificidade estética que a distingue da arte tradicional, e em especial da pintura de cavalete, teria um poder artístico maior para descortinar as mudanças pelas quais o mundo contemporâneo ao artista passava, com a sua utilização no campo da ciência, da tecnologia e mesmo da vida cotidiana. Fotografar uma sociedade socialista nos padrões da arte tradicional do mundo capitalista não faria sentido. A fotografia teria o poder de criar novos pontos de vista, que agiriam de modo "forte e inesperado" em seus observadores, mudando a relação destes com seu mundo. O artigo segue dizendo

> *What to shoot – is something every photo group knows, but how to shoot – only a few know. A worker shot "to look like Christ" or a "lord", and a woman worker shot "to look like the Holy Virgin" speak about what is better and what is more important. To put it simply, we must find, we are seeking, and we will find a new (don't be afraid!) aesthetic, enthusiasm, and emotional tone for the photographic expression of our new social facts. For us, a photo of a reconstructed factory is not just a photo of a building. The new factory in the photo is not a simple fact but a fact that is the pride and joy of the industrialization of the Land of Soviets, and we have to figure out "how to photograph" this. We must experiment.* (LAVRENTIEV, 2005: 213).

Aqui Rodchenko reforçou a idéia de que deveria haver uma ruptura formal da fotografia com a arte tradicional do ocidente. Indo além – e mais importante ao meu ver – aqui ele afirmou, de forma explícita, que o conteúdo artístico de uma fotografia traria em si um juízo valorativo ("A worker shot 'to look like Christ' or a 'lord', and a woman worker shot 'to look like the Holy Virgin' speak about what is better and what is more important" [Um trabalhador fotografado "para parecer Cristo" ou um "lord", e uma trabalhadora fotografada "para parecer a Virgem Maria" depõe sobre o que é melhor e mais importante]). Deste modo, a importância de uma composição formal que coadunasse com os ideais sociais e políticos da sociedade soviética pós-revolucionária era ressaltada. O tom de militância retornou, na forma de convite à mudança, e com caráter político, pois que, ao apregoar um cuidado formal na composição das fotografias, o fez com a intenção de que elas melhor exprimissem um ideário político que era novo, que começava a se consolidar, e que necessitava ser documentado.

A partir destes trechos, pode-se concluir que neste artigo Rodchenko procurou, ao defender a liberdade da experimentação formal sem, no entanto, deixar de lado os ideais políticos, dizer aos seus contemporâneos que suas escolhas estéticas estavam carregadas de significado político, e que portanto qualquer leitura da sua obra fotográfica deveria partir do

interior das próprias fotografias.

Assim, também, se esclarece a lacuna de quatro anos entre as primeiras fotografias e os primeiros escritos sobre elas. Comprometido, como era, politicamente com a construção de uma nova sociedade – a União Soviética – Rodchenko não teria se furtado do discurso político. Sobre esse lapso de tempo, Leah Dickerman afirma que "While he did not write theoretical articles about photography until 1928, he had already begun to theorize, I want to suggest, *in pictures*." (DICKERMAN, 1997: 140). Assim, a hipótese é que ele construiu seu discurso e sua práxis política por meio das próprias imagens fotográficas.

Deparamo-nos com uma necessidade: sair do texto em direção às imagens, e encontrar dentro destas fotografias a postura que ele defendeu em seus escritos, pois deverá ser dentro das fotografias de Rodchenko, mais do que em qualquer outro lugar, que se encontrará um discurso e uma postura políticos.

III

As primeiras fotografias que realizou, ainda em 1924, foram o conjunto de seis retratos do poeta Vladimir Maiakovski feitos no apartamento de Rodchenko (**Imagens 1-6**). Ele possuía então uma grande e pesada câmera em caixa de madeira, diâmetro 9x12 polegadas.

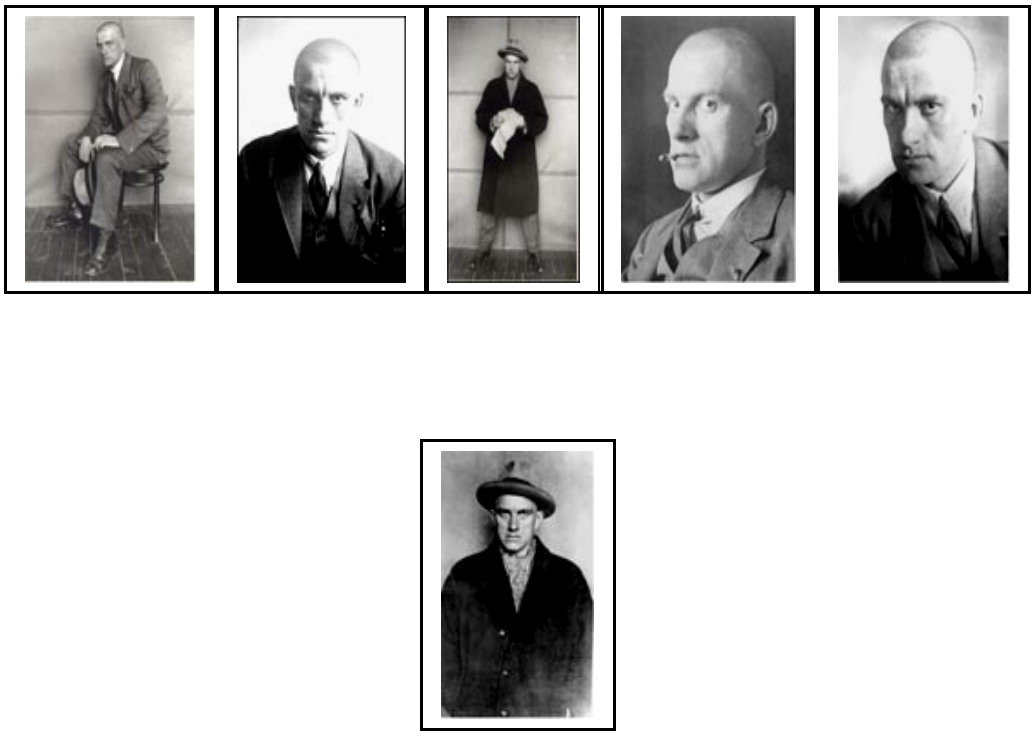

Imagens 1-6 - Conjunto de seis retratos de Maiakovski, 1924. A. Rodchenko.
Fonte: DABROWSKI et. al., 1997: 207-214.

Elas foram feitas ainda com vistas a futuras fotomontagens – última modalidade artística em que ele se centrou antes da fotografia – e, com efeito, realmente foram utilizadas para tanto, como se pode ver nas **Imagens 7** a **12**. Por seu caráter de constante reapropriação e reutilização, este conjunto exemplifica em grande medida a reprodutibilidade técnica valorizada por todo trabalho do artista. Porém sua importância foi muito além destas montagens, tendo estes retratos se tornado ícones da fotografia moderna.

Imagens 7-9 – Fotografia do conjunto de retratos de Maiakovski e reenquadre, 1924; fotomontagem para a quarta capa do livro do poeta *Conversações com um Inspetor de Finanças Sobre Poesia* (1926). A. Rodchenko. Fonte: DABROWSKI et. al., 1997: 208-213.

Estas fotografias apresentam algumas das principais questões que moveram Rodchenko. A opção por fotografar em série, por exemplo, uma característica fundamental da sua produção futura, já se fazia presente. Ainda não figuraram neste primeiro momento as experimentações com deslocamento do ponto-de-vista, também parte fundamental de suas composições. Todavia, a objetividade, a simplicidade, a valorização da geometria, são características de sua arte anterior e posterior. O que se sobressai nestas fotografias, porém, é a ruptura estética com os padrões clássicos do retrato fotográfico. Assim, elas fazem eco às palavras de Rodchenko em *Warning!*, quando ele pregou a necessidade da busca de uma nova forma de retratar os membros de um novo mundo. Galassi ressalta o ineditismo da simplicidade destes retratos:

> *...The unadorned directness of Rodchenko's Mayakovsky portraits (...) was virtually without precedent in photographic art. In Russia as in the West, the artistically ambitious photographer was expected to emulate the dignified cuisine of traditional painted portraiture. But there did exist a precedent in vernacular photography: the identity picture (what we would now call the passport photo), which had begun to*

> *achieve currency in the late nineteenth century, and whose simple recording function discouraged artistic posturing*. (GALASSI, 1999: 110).

Imagens 10-12 – Retrato de Maiakovski e reenquadre, 1924; página dupla da revista *SSSR na Stroike* nº 7, edição especial em homenagem ao poeta, 1940. A. Rodchenko. Fonte: DABROWSKI et. al., 1997: 210-212.

A falta de adornos próprios aos retratos fotográficos clássicos, bem como a de uma pose artificial do retratado, são marcas das seis fotografias deste conjunto. Tomemos uma delas em especial, *Maiakovski em pé* (**Imagem 13**). Neste retrato, o poeta aparece de corpo inteiro, em pé e de costas para um painel liso e rudimentar. Está vestido com um sobretudo simples, um chapéu. Tem nas mãos um papel branco. Suas pernas estão separadas, passando a impressão de estarem os pés bem fixos no chão, e olha diretamente para a câmera, que o vê também frontalmente.

É uma imagem cuja simplicidade do ponto de vista formal acaba por enaltecer a mediação mecânica, não pictórica, da câmera fotográfica. Rodchenko faz com que a câmera se torne meio de comunicação: há o olhar direto do fotógrafo em direção a seu fotografado. Maiakovski, completamente consciente deste olhar, o devolve com firmeza – olhar este que, ao mirar a câmera, olha também para nós, os observadores desta fotografia. O fotógrafo insere nesta imagem, ao mesmo tempo, o retratado, o observador, e a si mesmo. Ele não se omitiu em relação ao espectador, não tentou se furtar de sua presença, simulando um flagrante casual. Também o aparato, a câmera fotográfica, não é furtivo. Ao contrário, ambos são identificados como agentes provocativos, implicados na situação.

Imagem 13 – Maiakovski em pé. A. Rodchenko. 1924.
Fonte: DABROWSKI et. al., 1997: 209.

Ao chocar quem a observa devido a sua simplicidade e ineditismo formal, e ao incluir nesta obra os elementos materiais que propiciaram sua feitura – a câmera e o fotógrafo – a fotografia tem explicitada sua característica de ser produto de um meio mecânico, mas manipulado por um homem, que não se furta ao seu papel de agente produtor. É deste modo negada a esta imagem qualquer pretensão de naturalização ou naturalidade. Ela não é a visão de uma janela aberta para a realidade, mas sim das lentes de um aparato mecânico. Ela não é neutra. Aqui, a obra de arte explicita sua constituição material e formal e dá ao espectador um papel ativo de decodificá-la. Este é o discurso desta fotografia. Deste modo, Rodchenko foi capaz de lhe dar eloqüência. Entendendo, como Hannah Arendt, que "Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político" (ARENDT, 2001: 11), pode-se perceber que ela é um ato político. Não só ela encerra os pressupostos que foram defendidos em *Warning!*, como de sua trama estética depreende-se tanto um discurso quanto uma práxis política.

Como um exemplo da fotografia de Rodchenko, *Maiakovski de pé* está, portanto, ligada a um agir político não apenas por meio da filiação aos ideais apregoados por um partido ou por discursos panfletários e manifestos. A práxis política pode ser encontrada, como pudemos ver, no interior mesmo da trama estética da sua fotografia.

Referências bibliográficas:

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. R.J.: Forense Universitária, 2001.

BOWLT, John. *Long Live Constructivism*. In: LAVRENTIEV, Aleksandr. **Aleksandr Rodchenko, Experiments for the Future**. New York: Museum of Modern Art, 2005.

BUCHLOH, Benjamin H. D. *From Faktura to Factography*. In: **October** 30, inverno de 1984.

DABROWSKI, Magdalena, (et. al.). **Alexander Rodchenko: Painting, Drawing, Collage, Design, Photography**. N. Y.: Museum of Modern Art, 1999.

DICKERMAN, Leah. *The propagandizing of Things*. In: DABROWSKI, Magdalena, (et. al.). **Alexander Rodchenko: Painting, Drawing, Collage, Design, Photography**. N. Y.: Museum of Modern Art, 1999.

_____. **Aleksandr Rodchenko's Camera-Eye: Lef Vision and the Production of Revolutionary Consciousness**. Tese de doutoramento em Filosofia defendida na Universidade de Columbia, 1997.

GALASSI, Peter. *Rodchenko and Photography's Revolution*. In DABROWSKI, Magdalena, (et. al.). **Alexander Rodchenko: Painting, Drawing, Collage, Design, Photography**. N. Y.: Museum of Modern Art, 1999.

GRAY, Camilla. **The Russian Experiment in Art Art - 1863-1922**. London: Thames and Hudson, 2000.

LAVRENTIEV, Aleksandr. **Aleksandr Rodchenko, Experiments for the Future**. New York: Museum of Modern Art, 2005.

MARGOLIN, Victor. **The Struggle for Utopia: Rodchenko, Lissitzy, Moholy-Nagy, 1917-1946**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os leigos cariocas enquanto espectadores e participantes da missa barroca (1750-1820)

Sergio Chahon*

Resumo: Este trabalho tem o propósito de estudar a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores entre 1750 e 1820. Para tanto, toma-se aqui como base o envolvimento dos fiéis do tempo na realização da missa, tendo em vista, sobretudo, as formas de participação no "santo sacrifício" e seus significados sociais e políticos.

Palavras-chave: catolicismo – leigos – missa.

Abstract: This paper has the purpose of studying the lay living of catholicism in the city of Rio de Janeiro and its surroundings between 1750 and 1820. For this, as a basis, we took into consideration the engagement of the time believers in the execution of the mass, having in mind, above all, the forms of participation in the 'Saint Sacrifice' and their social and political meanings.

Keywords: catholicism – lays - mass.

São várias as razões pelas quais, no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII e inícios do seguinte, certa fração das celebrações que os fiéis assistiam aproximava-se especialmente do modelo da *missa barroca*. Uma primeira forma de explicar essa aproximação consiste, assim, em definir o barroco como um *estilo*, isto é, um modo de expressão artística determinado, dotado de características próprias que se podem identificar com facilidade nas referidas celebrações. Rui Bebiano, para quem é o barroco "uma arte de sensualidades e de aparências, associa-o, no plano estético, ao primado da visualidade, que concebe como "complexa e plena de significados"; a criação barroca, segundo esse autor, penetra nos espíritos "por caminhos que nada têm a ver com a valoração do elemento racional, mas sim com a excitação sensorial obtida pelo deslumbramento, pela assombração" (BEBIANO, 1987: 39-41). Daí a importância central que possuem, nessa criação, os elementos relacionados ao luxo, à opulência ornamental e decorativa, bem como, no mesmo passo, os recursos do artifício e da técnica, necessários para articular tais elementos e provê-los de maior força representativa e simbólica.

* Universidade Gama Filho / Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

Para Bebiano, ainda, o barroco português, além de deixar sua marca em diversos domínios da vida social nos séculos XVII e XVIII, distingue-se particularmente dos de outras latitudes, entre outros aspectos, pelo investimento sobremaneira intenso que subjaz à sua presença nos assuntos religiosos, seja no tocante à forma assumida pelo cerimonial litúrgico, seja no que concerne, de modo mais geral, ao adorno e à pompa eclesiásticos (Idem: 121). Se, motivados por tal observação, lançarmos vistas sobre o que se passava em nossa conjuntura, não teremos dificuldade em recolher, também para o ultramar, indícios diversos a respeito dessa "profusão do divino luxo" que, na expressão no mencionado autor, singularizava então a influência da estética barroca em terras de Portugal (Idem: 149).

Contudo, na definição aqui adotada de *missa barroca*, tão relevante quanto o aparato que a revestia era o concurso massivo de fiéis que nela vinham tomar parte. Em seu modo particular de reunir os mesmos fiéis, esta missa dava ensejo a um tipo de sociabilidade religiosa diferente, em muitos aspectos, da propiciada pelas celebrações mais corriqueiras, como as realizadas a cada domingo nas matrizes e outras sedes de culto. Tal diferença, em poucas palavras, derivava da maior necessidade de representar no espaço sagrado as distinções e os escalonamentos vigentes na sociedade da época, necessidade que, nas ocasiões solenes, resultava exatamente do perfil social mais complexo da multidão dos assistentes.

Talvez a melhor analogia que, nesse particular, se pode estabelecer com a celebração barroca seja a proporcionada pelas missas realizadas nas capelas dos grandes engenhos nos dias principais do ano, nas quais toda a hierarquia da família patriarcal, do núcleo dos parentes mais próximos até os simples agregados e cativos, se congrega no mesmo recinto, sob as bençãos do dono da propriedade e do templo. Em ambos os casos, guardadas as óbvias distâncias em termos da diversidade social existente, é o edifício do poder que se apresenta reunido, em função de uma das poucas condições partilhadas, à época, pelo comum dos seus integrantes: a de fiéis católicos, beneficiários, em conjunto, dos efeitos salvíficos do sacrifício do Cristo. Apenas, nas missas solenes que tinham lugar na cidade, essa representação da pirâmide da sociedade e do poder se faz mais completa, pois nelas costumam fazer-se presentes, entre outras personagens de destaque, os representantes máximos da Igreja e do régio trono — a própria cúpula da referida pirâmide, portanto.

Instância de sociabilidade religiosa de um tipo bem peculiar, tanto quanto "reconstituição hierárquica ideal da sociedade", na expressão de Maria Eugênia Reis Gomes (GOMES, 1985: 56), a celebração solene, deixando na obscuridade a maior parte do seu sentido próprio enquanto rito litúrgico, ensina sobretudo aos fiéis em geral o significado de *ser católico* em tempos de Antigo Regime. Assim é que, para os que enchiam as igrejas por

ocasião das grandes missas, ser católico era, de um lado, sentir-se parte de uma mesma assembléia reunida para louvar a Deus nos santos, bem como para dirigir-Lhe determinadas súplicas ou agradecimentos por graças alcançadas; por outro lado, a esse sentimento de pertença ao grêmio comum da Igreja militante devia corresponder, de forma simultânea, o de integração em uma ordem social caracterizada, fundamentalmente, por uma rígida classificação de seus componentes em diferentes posições e categorias mais ou menos bem situadas em termos de riqueza, poder e prestígio. A imagem concreta dessa ordem, peça importante na ação pedagógica em curso durante as mesmas missas, fornecia-a, por sua vez, a cuidadosa repartição dos lugares reservados aos assistentes no interior do espaço sagrado. Por meio de tal repartição, especialmente acentuada nas cerimônias barrocas, deviam os mesmos assistentes aprender a ocupar, cada qual, os lugares a eles devidos na Casa de Deus, modelo acabado, nessas circunstâncias, da sociedade de católicos e súditos que se tencionava consolidar nessa porção do Novo Mundo.

É claro que a distribuição dos espaços no recinto dos templos era, então, fenômeno complexo, regido, enquanto tal, por um leque variado de diretrizes e critérios. Um desses últimos, ligado mais de perto a preocupações de caráter pastoral, dizia respeito aos cuidados inspirados pela coabitação de homens e mulheres no mencionado recinto, por ocasião das celebrações. Segundo parece, a estratégia escolhida para obviar os riscos suscitados por tal coabitação foi sempre a de separar, com o máximo de rigor possível, os representantes de ambos os sexos. Já nas *Constituições Primeiras* de D. Monteiro da Vide, ordena-se a certa altura que, para evitar a ocorrência de "tratos profanos" e outras ofensas à Divina Majestade, "nas igrejas não estejam os homens entre as mulheres, nem elas entre os homens, mas uns e outros estejam em assentos separados, de modo que fiquem todos com os rostos para o altar mor".

Nas missas maiores, ao que tudo indica, a repartição dos lugares consoante os sexos seguia, em seus principais traços, o "esquema básico da distribuição do espaço" delineado por Eduardo Hoornaert tendo em vista, de um modo geral, as igrejas setecentistas brasileiras em dias de celebração: as mulheres concentradas no recinto central, às vezes isoladas por grades de madeira, permanecendo, durante a cerimônia, agachadas ou ajoelhadas sobre esteiras ou tapetes; os homens, de pé, distribuídos pelos recintos laterais, em plano algo mais elevado do que o do centro da nave (HOORNAERT, 1992: 293-294). Diga-se de passagem que, nessa repartição, não estavam de todo ausentes as habituais distinções de cunho social e étnico; assim, se as senhoras brancas não raro se faziam acompanhar de suas escravas domésticas, no tocante aos homens resulta claro que só os de boa condição podiam

avançar pela nave adentro, restando aos negros e cativos, via de regra, somente as áreas em torno da porta, e desta para fora (Idem: 294).

Embora mais difusa em sua vigência, essa demarcação do espaço com base em critérios de natureza sexual possuía importância secundária nas grandes celebrações solenes, cujo tom próprio era dado, muito mais, pela analogia entre as posições de destaque ocupadas no interior da igreja e no mundo social e político. Semelhante analogia, por sinal, não era exclusiva de tais celebrações; apenas, durante essas últimas, era elevado à sua máxima potência um princípio observado, em maior ou menor medida, em outros gêneros de missa, inclusive as que tinham lugar em cenários modestos como o das capelas das freguesias rurais. Sugerem-no, entre outras referências, os comentários fornecidos por Vieira Fazenda sobre a capela de São Roque, na fazenda de mesmo nome, situada na ilha de Paquetá: focalizando a aparência interna desse templo nas primeiras décadas do século XIX, o autor aponta a existência, na nave do mesmo, de uma "parede sólida com uma porta e duas janelas gradeadas", para em seguida explicar que, "quando à missa ia toda a gente moradora nas terras da fazenda e no resto da ilha", os livres, como era praxe naquele tempo, "tomavam lugar no corpo da igreja e os escravos, no espaço ladrilhado apenas, das grades para o fim da nave por baixo do coro" (FAZENDA, 1921: v.4, 399).

Nas missas maiores do centro urbano, singularizadas por suas proporções mais grandiosas, não há duvida que de os escravos e as gentes de cor continuavam, no geral, relegados igualmente às áreas menos valorizadas dos templos, sempre nas imediações da porta de entrada ou dali para fora, na direção do pátio externo ou *adro* — áreas que, não por acaso, assinalavam o próprio limiar entre os espaços profano e sagrado, e onde maior era a distância em relação ao chamado arco cruzeiro e ao perímetro especialmente solene da capela mor.

Semelhante constatação, no entanto, não deve levar-nos a conceber essas missas maiores como simples versões ampliadas das celebrações mais comezinhas, oficiadas, muitas vezes, em igrejas de menor porte. Assim é que, no caso dessas últimas, a lógica subjacente à separação dos lugares de acordo com a importância social dos indivíduos parece ditada, de forma quase exclusiva, pela necessidade de os "homens bons" se protegerem do contato com os negros e com a arraia-miúda, necessidade que Luiz Mott faz derivar da situação de encastelamento da elite branca nos trópicos, onde as clivagens sócio-econômicas eram sensivelmente mais profundas do que no Reino (MOTT, 1997: 161). Já na missa barroca, ocasião em que maior se fazia a afluência e a diversidade de tais homens bons, a distribuição do espaço, sem deixar nunca de levar em consideração a referida necessidade, regia-se ainda

por imperativos de outra ordem. Esses imperativos, podemos resumi-los graças às considerações de Norbert Elias acerca das posições ocupadas nos cerimoniais da sociedade de corte como *fetiches de prestígio*, isto é, como expressões de consideração e de reconhecimento dotadas de grande força simbólica, capazes, portanto, de patentear aos olhos de todos o lugar que cabia a cada um no equilíbrio do poder vigente na mesma sociedade (ELIAS, 1995: 59-60).

Fetiches de prestígio dos mais cobiçados, os espaços reservados a diferentes grupos e instituições da elite durante as celebrações solenes tornavam-se, assim, objeto de um jogo deveras intrincado, ao alcance apenas dos integrantes mais proeminentes da boa sociedade. Aos simples membros do *povo*, segundo a expressão comumente empregada na época, restava apenas contemplar o contínuo renovar-se desse jogo a cada nova cerimônia, quando então a distribuição dos grupos e instituições mencionados pelo interior do templo tornava especialmente visíveis as relações hierárquicas que os aproximavam e distanciavam entre si. Nas descrições registradas por Luiz Gonçalves dos Santos sobre as grandes missas solenizadas ao tempo da Corte, podem-se identificar facilmente as personagens que, então, costumavam tomar parte no referido jogo: os dignitários da Igreja, divididos entre os do clero secular e regular, as damas e cavalheiros da "nobreza" ou "fidalguia", magistrados, oficiais militares e o "senado da câmara", formando corpo debaixo do seu estandarte (SANTOS, 1825: v.1, 39). Sobre os lugares demandados por tais personagens, cabe registrar, como regra geral, a alta cotação atribuída às áreas situadas nas proximidades mais imediatas da capela mor, na extremidade oposta à da porta de entrada, áreas nas quais a particular intimidade com o sagrado, representada pelo altar principal ao fundo, dava a medida exata do prestígio e da distinção social que faziam recair sobre os seus ocupantes.

Mais do que qualquer outra, a missa barroca levava à cena, portanto, um bem ensaiado *teatro do poder*, no qual o próprio espaço do sagrado, convertido em palco e em cenário, ajudava a discernir com nitidez os protagonistas dos meros assistentes — o *público*, no sentido mais estrito do termo (BARROCA, 1992: v.1, 333). Entre os primeiros, está claro que os papéis de maior destaque estavam reservados ao bispo, secundado pelo cabido local, e ao soberano e sua real família. O representante do poder régio, além de estrela mais brilhante do espetáculo, desempenhava nele uma função-chave, semelhante à de um diretor ou encenador, fazendo uso de seus poderes para, por intermédio de simples gestos, sublinhar as diferenças de posição social e confirmar o prestígio de um determinado indivíduo ou grupo. Um exemplo do uso desse tipo de prerrogativa, podemos encontrá-lo na descrição de Gonçalves dos Santos sobre a primeira festa em louvor ao padroeiro São Sebastião, celebrada

na real capela, no ano de 1809: nessa ocasião, como informa o mesmo cronista, esteve presente na dita capela o senado da câmara com suas insígnias próprias, "mandando Sua Alteza dar-lhe lugar distinto na igreja, e concedendo-lhe a honra de se assentar na sua real presença" (SANTOS, 1825: v.1, 125).

Além de se distribuírem, nem sempre em perfeita ordem, pelos lugares de maior relevo no rés do chão, os católicos de condição elevada podiam ainda ser vistos a ocupar, nas igrejas, certos espaços privilegiados cuja localização, a alguns metros de altura, constitui o melhor indicador da proeminência social requerida aos que a ele tinham acesso. Dispostas, geralmente em número de duas ou três, de cada um dos lados da nave e da capela mor, as *tribunas* instaladas na maioria dos grandes templos do centro urbano representavam a continuidade, em nosso contexto, de uma tradição arquitetônica iniciada na alta idade média européia, inspirada, como salienta Bronislaw Geremek, pelo desejo dos reis e senhores de destacar-se da massa dos fiéis, atribuindo-se, quando compareciam aos ofícios divinos, um lugar particular acima da referida massa (GEREMEK, 1987: 193).

Nos exemplos de que se dispõe sobre o uso de tribunas no mencionado contexto, parece ter sido quase sempre esse último o objetivo primordial dos que dele se beneficiavam. Assim se observa, inclusive, no caso de simples particulares como o fazendeiro Joaquim Pinto Serqueira, proprietário da capela de São Roque, em Paquetá. Sobre essa capela, informa Vieira Fazenda que "a portinha do coro, que era de teto baixo, dava também entrada para uma única tribuna, sustentada por varões de ferro, e da qual assistia a todas as cerimônias a família Serqueira" (FAZENDA, 1921: v.4, 398-399). De forma semelhante, João José de Barcelos, fazendo em meados dos setecentos a doação da capela anexa ao seu morgado para servir de sede da nova freguesia de Quissamã, cuida de obter em troca do bispo Desterro o privilégio de conservar para sempre uma tribuna na mesma capela, onde pudesse ter assento, junto com seus parentes, durante as celebrações e mais atos de culto (ARAÚJO, 1820-1822: tomo 4, livro 4, 28).

Não se poderia deixar de mencionar, finalmente, o exemplo clássico das "damas do Paço" que, de acordo com Moreira de Azevedo, costumavam ocupar as tribunas do lado direito da catedral e real capela (AZEVEDO, 1969: v.1, 86). Dominando a cena durante as solenidades religiosas com seus vestidos custosos e brilhantes, essas damas ilustram bem a importância de que se revestia o ver e ser visto na missa barroca — uma importância que se inseria-se em cheio na própria lógica que a caracterizava enquanto espetáculo massivo, veiculador de uma *mensagem* dirigida a todos e a cada um de seus protagonistas e espectadores.

Talvez nada sintetize melhor essa mensagem, por fim, do que a visão do próprio monarca ou de seu principal representante nestas terras a acompanhar a celebração do alto de certa tribuna destinada particularmente à sua presença e à dos seus. Nos anos que se seguem a 1808, anos de apogeu da missa barroca nas mesmas terras, essa visão toma sua forma definitiva, cristalizando-se na pessoa de D. João, príncipe regente até 1815 e depois disso rei, aboletado com membros de sua régia família na real tribuna encravada em uma das paredes da catedral da rua Direita, ricamente adornada em dias de comemoração solene. Na pena de Luiz Gonçalves dos Santos, essa tribuna parece competir com outras instalações igualmente reservadas às reais pessoas: assim é que, em diferentes ocasiões, D. João aparece acomodado quer em um luxuoso camarim, quer em um imponente trono ou sólio especialmente erigido e ornamentado (SANTOS, 1825: v.1, 39 e 305 e v.2, 15). Qualquer que fosse o assento escolhido, note-se que algumas características constantes servem para realçar aos olhos dos demais assistentes a máxima distinção social de seu ocupante: a situação em plano elevado, adequada para quem habita o próprio cume da pirâmide da sociedade e do poder; a localização no interior da capela mor, espaço normalmente exclusivo dos eclesiásticos onde se desenrolavam os rituais e preces da liturgia, de molde a tornar palpável a sobreposição entre a majestade terrena, a hierarquia da Igreja e a própria onipotência divina.

Diante da imagem de D. João VI instalado nas vizinhanças do altar maior, emoldurado pela rica decoração que revestia as paredes da real capela nas ocasiões solenes, os fiéis em conjunto aprendiam de uma vez por todas que o ser católico, naquela época, era condição indissociável da de vassalo de Sua Majestade Fidelíssima. Além de instados a cada momento a reconhecer o poder dessa última no aparato ostentado em todos os detalhes da celebração barroca, cabia ainda aos dito fiéis dirigir, em um único movimento, seus afetos de admiração e devoção às representações sacras no referido altar e ao soberano, feito presente tanto através de sua mesma pessoa quanto de seus trajes e insígnias próprios. Primeiro assistente à missa, esse soberano tornava especialmente poderosa, com sua presença, a assimilação desejada entre o corpo místico de Cristo, reunido sob a direção do celebrante, e o edifício social e político encabeçado pelo detentor da real coroa. Encenada a cada nova solenidade, essa assimilação, quando bem sucedida, fazia do gênero de missa mencionado um dos instrumentos mais importantes de uma pedagogia baseada mais no rito e no símbolo do que em proposições racionais, única capaz de penetrar nos espíritos de praticamente todos os habitantes desta parcela do ultramar, dos simples escravos aos fidalgos da nova Corte, encorajando cada um deles a sentir-se reunido e integrado em uma única coletividade de católicos e súditos.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro...** Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1820-1822, 9 tomos em 10v.

AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro**. Sua História, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1969, 2v.

BARROCA, Norberto José Guerra. *Da Festa ao Teatro*. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). **A Festa.** Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII/Universitária, 1992, vol. 1, p. 329-355.

BEBIANO, Rui. **Dom João V** – Poder e Espetáculo. Aveiro, Livraria Estante, 1987.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Lisboa, Estampa, 1995.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921- , 5v. (**Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vols. 140, 142, 143, 147 e 149).

GEREMEK, Bronislaw. *Igreja*. In: **Enciclopédia Einaudi**, volume 12 (Mythos/logos; Sagrado/profano). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 161-214.

GOMES, Maria Eugênia Reis. **Contribuição para o Estudo da Festa no Antigo Regime.** Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1985.

HOORNAERT, Eduardo. *A Cristandade durante a Primeira Época Colonial*. In: HOORNAERT, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil, Primeira Época.** Petrópolis, Vozes; São Paulo, Paulinas, 1992 (História geral da Igreja na América Latina, tomo II/1).

MOTT, Luiz. *Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Calundu*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1997 (História da Vida Privada no Brasil; 1), p. 155-220.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para Servir à História do Reino do Brasil...** Lisboa, na Impressão Régia, 1825, 2v.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor... Coimbra, no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dona Santa e Madalena:
performance e memória de matriarcas e rainhas de maracatu

Isabel Cristina Martins Guillen[1]

Resumo: Este trabalho busca discutir como, através do jogo de memórias e representações Dona Santa e Dona Madalena, rainhas de maracatu em tempos distintos, encenaram seu lugar social como matriarcas da cultura afro-descendente. Com essas performances, ambas construíram, através das inflexões de gênero e etnia, um lugar social para si bastante destacado legitimando a autoridade religiosa e a condição de "monarcas de uma nação".

Palavras-chave: Maracatu-nação – matriarcado - cultura afro-descendente - cultura popular - Recife.

Abstract: This work searches to discuss how, through the game of memories and representations, Dona Santa and Dona Madalena - queens of maracatu in different times- have played their social place as matriarchs of the african-descendant culture. With these performances, both have constructed, through the inflections of gender and ethnic group, a very prominent social place for themselves, legitimizing the religious authority and the condition of "monarchs of a nation".

Key-words: maracatu-nação – matriarch - afro-descendant culture - popular culture - Recife.

Jogo de memórias

Memórias podem se constituir em poderoso instrumento de legitimação social e consolidação dos papéis sociais. Se elas traduzem a verdade ou não, é uma questão que diminui a importância do jogo político que instituem, e que é sem dúvida muito mais interessante para se pensar. No Recife, circula uma série de histórias, principalmente entre os mais velhos participantes dos maracatus-nação ou filhos e filhas de terreiros consagrados, que são exemplares para discutir essas questões e outras correlatas. Essa história foi narrada, em forma de contos diversos, por Ronaldo Correa de Brito, um deles, publicado no *Terra Magazine* do dia 24 de janeiro de 2007, resume o que se conta sobre duas grandes personagens da história dos maracatus: Dona Santa e Dona Madalena.

Dona Santa foi durante décadas rainha do Maracatu Elefante. Nascida em 1877, Júlia do Nascimento, ganhou o apelido de Santinha ainda jovem, e era também bastante jovem quando foi escolhida para ser rainha do Maracatu Leão Coroado, de cujo cetro teria renunciado alguns anos depois para acompanhar seu marido, Vitorino, que se tornaria o

[1] Professora do Departamento de História da UFPE, doutora em História pela UNICAMP.

"dono" do Maracatu Elefante. Quando Vitorino morre no final dos anos 1920, Dona Santa já era uma senhora entrada em anos, afamada mãe de santo e juremeira. Na década de 1940, a rainha consolida sua imagem através de uma série de relações que estabelece com intelectuais locais, bem como com políticos, jornalistas e escritores (GUILLEN, 2003). Foi apenas em 1947, segundo relata Guerra Peixe (1980), em seu *Maracatu do Recife*, que Dona Santa foi coroada, na sede do maracatu mesmo. Quando morre em 1962, era tida e reputada como símbolo da cultura afro-descendente de Pernambuco, como matriarca e rainha de maracatu, como guardiã de uma tradição que, inevitavelmente, desaparecia com sua morte.

Dona Santa e Eudes
Foto de Lula Cardos Ayres

Dona Madalena, nessa ocasião, era jovem e tinha sido recentemente escolhida para ser rainha de um maracatu também novo, o Indiano. Maracatu novo porque o Indiano até o início dos anos 1960 era um maracatu de orquestra, assim como o Cambinda Estrela e o Almirante do Forte, que teriam virado seus baques por pressão da Federação Carnavalesca, folcloristas e tradicionalistas de plantão que consideravam aqueles maracatus como uma descaracterização dos autênticos e legítimos maracatus africanos.

Não é demais destacar que esse processo é extremamente tenso e conflituoso. Desde o início da década de 1930, quando começaram a aparecer pela periferia da cidade do Recife, os maracatus de orquestra suscitaram medos (as crianças morriam de pavor dos caboclos de lança) e polêmicas. Até a década de 1970, quando se quis proibir que desfilassem pela cidade no carnaval, não eram tidos como autênticos maracatus, muito menos dignos de figurar como partícipes da tradição e da cultura popular pernambucana. Na década de 1940 e

1950 enfrentaram acirrada oposição de Mário Melo, jornalista de pena virulenta e por muitos anos diretor da Federação Carnavalesca. Teria sido Mário Melo o responsável pela transformação de alguns maracatus de orquestra que teriam virado seu baque? Este é um processo que ainda demanda muitas pesquisas, mas importa para nossa discussão que é nesse contexto que Madalena é escolhida rainha do Indiano, um maracatu que não era, consideremos, muito legítimo aos olhos da tradição... Depois do Indiano, Madalena foi também rainha do Leão Coroado e na segunda metade da década de 1970 foi rainha do Estrela Brilhante. Quando deixou este último maracatu, Madalena ficou sem "trono", e foi nesse contexto que se deu o ressurgimento do antigo Elefante, em 1986.

Foi assim, em meio a um debate sobre quais seriam as legítimas tradições africanas que sobreviviam, que Dona Madalena narrava a história que ainda hoje se pode ler na forma de contos e crônicas. Uma história em que Dona Santa e Dona Madalena ocupam papéis sociais que o jogo de memória consolida e justifica. No entanto, para se entender a dinâmica desse jogo, é importante destacar qual o papel que o maracatu e o trono real ocupam na vida dessas mulheres negras.

Desde Dona Santa, o lugar de rainha de maracatu se consolidou como um posto real, com toda a majestade que lhe é correlata. Se nos anos 1930 Lucilo Varejão podia afirma que eram "reis de mentira", Dona Santa nas décadas seguintes vai conferir a esse papel uma dignidade em que se acoplam mitos, ritos e histórias em que elementos das religiões afro-descendentes se misturam a uma tradição africana em que o lugar de matriarca tem autoridade destacada. Assim, essas duas mulheres negras, ao ocupar o cargo de rainha de maracatu consolidavam autoridade religiosa entre seus filhos e filhas de santo, ou afilhados da jurema, como matriarcas de uma "nação africana". Essa condição tradicional, por sua vez, conferia uma visibilidade e legitimidade social, para além dos círculos das comunidades de afro-descendentes que poucos conseguiam ocupar.

Madalena: Uma rainha sem coroa

Respaldada na autoridade de Dona Santa, Maria Madalena vai colocar em circulação um jogo de memória que a legitimava como herdeira e sucessora. A história de como Dona Santa teria se oferecido para coroá-la como rainha do Maracatu Indiano foi repetida muitas vezes, em diversos meios de imprensa e mídia. Em uma importante entrevista que concedeu ao Diário de Pernambuco, em 18 de fevereiro de 1979, Dona Madalena conta que "faltou muito pouco para que recebesse o cetro diretamente das mãos de Santa (...) que dias antes de sua morte prometera a Madá coroa-la, dentro dos padrões ortodoxos, como

rainha do maracatu, em frente à Igreja do Rosário, com a presença de caboclinhos e maracatus." Segundo a repórter, Graça Gouveia, quem conhece Madá entende porque Dona Santa a teria escolhido, pois dona de uma personalidade forte, teatral e autoritária, a rainha com certeza tinha majestade. Nessa reportagem Madá afirma que nessa época era rainha do Leão Coroado (há controvérsias) e que as pessoas diziam que Dona Santa não gostava de Madá, que existia uma forte rivalidade entre as duas.

Maria Madalena
Foto de Pio Figueirôa

Numa das famosas festas de aniversário do Elefante, que Dona Santa promovia todo ano no dia 15 de novembro, Madalena resolveu tirar essa história a limpo. E foi com todo seu cortejo real lhe acompanhando. Visita de rainha para rainha. Diz Madá que Dona Santa a recebeu muito bem. Já chegando na sede do Elefante Dona Santa mandou uma delegação do Elefante se encontrar com Madá, e após todo um ritual de cruzamento de bandeiras, movimentos de cetros e espadas, enfim, performance real cumprida, Dona Santa teria tomado aquele gesto como reconhecimento de Madalena de sua autoridade e senioridade e se ofereceu para coroá-la: "Você sabe como se coroa uma rainha, minha filha? Pois então vou lhe ensinar" Mas Dona Santa morreu antes, e Madalena ficou como rainha, mas sem coroação. Mas esta era uma história que rendia a Madalena dignidade e legitimidade entre os que faziam a tradição nos maracatus-nação do Recife.

Dona Madalena teve uma vida bastante longeva, e não perdeu a oportunidade de repetir essa performance que viveu com Dona Santa. Quem me contou essa história foi a atual rainha do Estrela Brilhante do Recife, Marivalda. Disse-me ela que Madalena se ofereceu para coroa-la, tal como tinha aprendido com Dona Santa, e mandou Marivalda cumprir uma série de rituais de limpeza e obrigações para com os orixás. Enquanto a rainha do Estrela Brilhante

cuidava disso, Madalena morreu. Tragédia para Marivalda que não foi coroada pela legítima sucessora de Dona Santa. E teve que escolher outra rainha para coroá-la. (GUILLEN, 2004)

E o jogo continua. Performance e ritual no ressurgimento do Maracatu Elefante

Em 1985, um complexo jogo de memória foi novamente encenado no Recife em torno do ressurgimento do Maracatu Elefante. Diz a tradição oral entre os maracatuzeiros do Recife que Dona Santa teria manifestado o desejo, pouco antes de sua morte, de que seu maracatu não mais desfilasse. Apesar de uma de suas filhas ter se posicionado como possível continuadora do Elefante, um forte grupo do maracatu e de pessoas a ele relacionadas manifestou acirrada oposição e que a vontade da rainha deveria ser respeitada. Há quem diga que ela teria registrado em cartório esse desejo. Controvérsias a parte sobre as questões de memória, o fato é que o Elefante foi literalmente para o museu, e seu acervo recolhido pelo Museu do Homem do Nordeste que com ele montou um importante setor de sua exposição permanente. Calungas, cetro e coroa, vestidos e estandarte ainda hoje estão lá no museu. Mas o Elefante voltou para as ruas. Não sem muita discussão.

Desde Pereira da Costa, no início do século XX, que vinha se profetizando o fim dos maracatus. E Katarina Real, ao participar da Comissão Pernambucana de Folclore, preocupada com esse provável desaparecimento, incentiva o antigo rei de Dona Santa a fundar um novo maracatu. Eudes não se faz de rogado, cria o Porto Rico do Oriente e é coroado em cerimônia pública que a folclorista americana organiza para dar legitimidade a esse novo maracatu, de acordo com a tradição (REAL, 2001). O maracatu de Eudes também deixa de ir às ruas quando o babalorixá morre, mas a reativação do Porto Rico no Pina, pela rainha Elda e outros vai abrir um prescedente importante. Ainda que muito contestada pelos familiares de Eudes, Dona Elda se proclama continuadora do maracatu de Eudes, e firma legitimidade aos poucos entre os maracatuzeiros. Da reativação do Porto Rico participaram não só maracatuzeiros, mas folcloristas, personalidades renomadas deram seu apoio,e membros da Federação Carnavalesca. E aqueles que ficaram insatisfeitos com o processo, que foram alijados do comando do Porto Rico, anos depois viram novamente a oportunidade surgir quando Dona Madalena ficou sem trono.

O ressurgimento do Elefante é recoberto de discussões e controvérsias. Em primeiro lugar, tratava-se de um “desrespeito” para com a vontade da mais autêntica das rainhas. Mas, bradavam aqueles que queriam tirar o Elefante do museu, onde está o documento que Dona Santa bota o maracatu no museu? Não existe! E precisa, respondem os guardiães da vontade da rainha... Nesse vai ou não vai o maracatu foi pras ruas, com Dona

Madalena e Mário Miranda como reis e rainhas. E é nesse momento que a história da coroação de Madá entra em circulação para legitimar a reativação do maracatu e sustentar a nova rainha como a legítima sucessora de Dona Santa.

O Diário de Pernambuco publicou uma extensa reportagem sobre a reativação do Elefante, no dia 07 de fevereiro de 1986, em que afirma ser Madalena a sucessora de Santa, uma vez que, aos 72 anos de idade " é as mais antigas e competentes rainhas de maracatu da cidade", além de "mais antiga ialorixá do ritual nagô". A rainha Madalena vai ocupar esse posto até sua morte, em 2002, e não perdia a oportunidade de executar uma performance em que se posicionava como a sucessora de Santa. Lima (2006) argutamente observou que até a história do jipe foi posta em cena. Essa é uma performance na qual Dona Santa ficou famosa já em sua velhice, pois devido à idade avança não conseguia mais andar e dançar. Por isso, a prefeitura da cidade colocou um jipe à sua disposição, e a bordo do mesmo Dona Santa continuou a desfilar até o seu último carnaval. Pois Dona Madalena fez a mesma coisa, e apesar de no cotidiano estar nos últimos anos presa a uma cadeira de rodas, no carnaval acionava um jipe para poder cumprir seu papel de rainha e adentrar a passarela com toda a dignidade real.

O que me parece fundamental destacar nessas memórias e nos jogos que engendra, é a força que rituais e performances exercem para retirar fatos comesinhos, corriqueiros e mesmo ordinários de seu cotidiano para lhes conferir um significado simbólico e legitimidade social e política. Aspectos, aliás, bastante destacados por Turner e Schechner (TURNER e BRUNER, 1986; SILVA, 2005) Dona Madalena, ao que tudo indica, soube sair de uma perigosa liminaridade para a consolidação de sua posição como rainha e afirmação das estruturas/tradições do maracatu. Ao conseguir, através do jogo de memórias se situar como a sucessora de Dona Santa, Maria Madalena contribuiu para a consolidação não só um modelo de maracatu, mas se posicionou na comunidade de que fazia parte junto com os afro-descendentes como uma matriarca e mãe de santo de poder. Essa legitimidade e visibilidade públicas, não lhe foram conferidas apenas pelos rituais religiosos, por sua força e axé, mas numa relação de reciprocidade com o cetro e a coroa de rainha de maracatu. Ressalte-se também que em todas essas circunstâncias, não importa muito o vivido, mas sim a força dos mitos que souberam construir. (PASSERINI, 1993)

Referências bibliográficas:

BRITO, Ronaldo Correia de. *A rainha sem coroa*. **Terra magazine.** 24 de janeiro de 2007. http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,OI1365892-EI6788,00.html

GUILLEN, Isabel C. M. *Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940*. **CLIO** - Série História (UFPE) , v.01, p.107 - 135, 2003.

GUILLEN, Isabel C. M. *Rainhas Coroadas: história e ritual nos maracatus-nação do Recife*. **Cadernos de Estudos Sociais** da Fundação Joaquim Nabuco (Recife/PE). , v.20, p.39 - 52, 2004.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Luiz de França, Maria Madalena e Elda Viana – entre a tradição e a inovação: as disputas dos maracatuzeiros por espaços na sociedade recifense nos anos 1980*. In: **Anais Eletrônicos: III Simpósio nacional de História Cultural da ANPUH.** Florianópolis – SC, 2006,

PASSERINI, Luísa. *Mitobiografia em História Oral*. **Projeto História**, São Paulo, n, 10, p. 29-40, dez 1993.

PEIXE, César Guerra. **Maracatus do Recife**. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife/ Irmãos Vitale, 1980, 2ªedição.

REAL, Katarina. **Eudes, o rei negro do maracatu**. Recife, Massangana, 2001.

SILVA, Rubens Alves da. *Entre "artes" e "ciências": a noção de performance e drama no campo das ciências sociais*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 35-65, jul. – dez. 2005.

TURNER, Victor; BRUNER, Edward. **The anthropology of experience.** Chicago, University of Ilinois Press, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Oliveira Martins, Teófilo Braga e a(s) escrita(s) da História de Portugal

Maria Aparecida Rezende Mota*

Resumo: O diálogo com outras disciplinas tem sido bastante proveitoso para os estudos historiográficos e, aqui, destacamos as contribuições da Teoria Literária para o exame do discurso historiográfico oitocentista em Portugal. Trata-se de interpretar os trabalhos de Oliveira Martins e de Teófilo Braga como tentativas de superação do cânone romântico para a elaboração de uma história de Portugal em bases "modernas".

Palavras-chave: discurso historiográfico – Portugal - século XIX.

Abstract: The dialogue with other areas of knowledge has been improved the historiography studies. We distinguish, here, the contributions of Literary Theory for historiography discourse analysis in Portugal 19th century. The works of Teófilo Braga and Oliveira Martins can be interpreted as attempts of overcoming the romantic pattern while they wrote a history of Portugal in "modern" bases.

Key-words: historiography discourse – Portugal - 19th century.

Atentas à historicidade do próprio conhecimento histórico, as investigações em historiografia têm destacado as possibilidades do campo, não apenas em relação à análise das representações do passado e dos modos através dos quais essas representações foram oferecidas à leitura, mas, também, como um lugar privilegiado para o exercício de uma reflexão epistemológica acerca da história-conhecimento. Nas duas vertentes, o diálogo com outras áreas do conhecimento vem estimulando a formulação de novas indagações e interpretações acerca da escrita da História e, neste sentido, têm sido particularmente úteis as contribuições da Teoria Literária. Os procedimentos de análise do texto literário, voltados para as questões de gêneros, estilos, recursos lingüísticos, cânones e elementos estruturais da narrativa literária, aplicados aos estudos historiográficos, podem iluminar o exame da imaginação poética presente nas representações discursivas do passado. Considerar o estatuto literário do texto historiográfico não significa, contudo, perder de vista seu vínculo com o mundo das ações humanas no tempo, ou seja, seu comprometimento com um referente

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Adjunta do Departamento de História da UFRJ.

histórico. Por outro lado, pensar a literariedade da narrativa historiográfica pode ser especialmente vantajoso, por exemplo, no caso da produção oitocentista portuguesa, na medida em que dois de seus principais historiadores, Teófilo Braga e Oliveira Martins, pretendiam – como de resto a geração de intelectuais militantes do "espírito moderno" à qual pertenciam, a Geração de 1870 – superar o cânone romântico numa dupla perspectiva: a elaboração da história de Portugal em novas bases implicava uma parte essencial da reinvenção da própria nação portuguesa.

Os temas centrais que constituem a investigação que estamos desenvolvendo, são estes, portanto: em que medida o exame das representações do passado português e dos modos através dos quais são expostas e dispostas na escrita de Teófilo Braga e Oliveira Martins pode indicar as aspirações e os dilemas da sociedade portuguesa, àquela altura, e provocar uma reflexão sobre a consciência histórica oitocentista. Neste sentido, este texto constitui a primeira parte de um ensaio em elaboração.

Comecemos por admitir que, no século XIX, observa-se uma espécie de convergência entre o discurso ficcional e uma modalidade de discurso que se queria científico, o historiográfico. Para o entendimento desse processo seria preciso, contudo, remontar à crise da ordem cósmica cristã medieval, quando a razão ocidental começou a construir uma imagem da subjetividade como algo a ser disciplinado. Como esse tema nos afastaria demasiadamente do escopo de nosso trabalho, iremos, apenas, comentá-lo brevemente, a partir das teses de Luís Costa Lima sobre o "controle do imaginário" no ocidente moderno (LIMA, 1989).

Por volta do século XIV, os fundamentos de uma idéia de verdade como algo inscrito por Deus nas coisas do mundo já se encontravam em crise. Anunciava-se, então, a lenta ruína de uma visão do mundo formulada de um ponto de vista teológico, e a perigosa multiplicação da idéia de verdade, ou seja, cada fenômeno passaria a admitir tantos sentidos quantos fossem os indivíduos envolvidos em sua interpretação. A estratégia da razão contra essa relativização dos valores – que poderia afetar tanto a ordem do saber, quanto a própria organização política e social – manifestou-se na diferenciação e na hierarquização dos discursos. Enquanto a razão se constituía em discurso revelador da verdade depositada nos fenômenos, à subjetividade, isto é, à imaginação livre, caberia o ficcional. É neste momento que a História começa a se definir como um dos lugares da razão, identificando a fábula, a poesia, a epopéia e os demais gêneros narrativos, como o lugar do mito e da falsidade.

Quanto à subjetividade, ela poderia legitimar-se, desde que conformasse o discurso da imaginação, isto é, o ficcional-poético, a um modelo aceitável pelos

representantes dos diferentes níveis de poder – os letrados, os governantes e os eclesiásticos – e que a manifestação artística, de maneira geral, fosse concebida como uma imitação da realidade, isto é, o produto artístico deveria ter a aparência do verdadeiro. Além disso, o indivíduo e, por decorrência, a sociedade, através da arte, deveria alcançar seu aperfeiçoamento moral. Estas eram as regras da *imitatio*, conformando o discurso ficcional à verdade, através da categoria da verossimilhança, e à ética, através de uma escrita que louvasse a virtude e condenasse o vício. Hans Robert Jauss assim resume o cânone artístico inaugurado no Renascimento:

> *A polaridade entre a arte e a natureza, a correlação do belo com a verdade e o bem, a congruência da forma com o conteúdo, da forma com a significação, a relação entre imitação e criação eram as questões canônicas supremas da reflexão filosófica da arte*. (JAUSS, 1979: 43)

O fundamento desse quadro de referências era uma concepção de realidade, cujo princípio cardeal era a *semelhança*, a analogia entre o homem e a natureza, entre as palavras e as coisas, conforme descreveu Michel Foucault: "a representação – quer fosse um prazer ou uma lição – oferecia-se como uma repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda a linguagem, a sua maneira de se anunciar e de formular o seu direito de falar" (FOUCAULT, [196-?]: 34).

No campo do saber, a idéia de um Cosmos finito e hierarquizado, ao modelo aristotélico, sucumbe à de Universo, espaço de extensão homogênea e infinita, para o qual as investigações dirigiam-se em busca das causas e dos mecanismos que governavam cada uma de suas partes. Consciência e imaginação colocavam-se, pois, a serviço da revelação da verdade escondida nas coisas. Verdade única, central, pressuposto de uma unidade que se acreditava existir em todos os aspectos da vida: da unidade do mundo natural, à qual correspondia a imagem de um Universo regido por leis centrais, à unidade do humano, representada pela imagem de uma razão uniforme e universal. Assim, a ordem do discurso se diferenciava e se hierarquizava: a razão estabeleceria a verdade *no* e *pelo* discurso científico; a imaginação, sujeitando-se às regras da imitação, criaria, no discurso ficcional-poético, o verossímil, isto é, o que parece verdadeiro.

Entretanto, no final do século XVII, as narrativas dos viajantes, relativizando a suposta universalidade dos valores, e as novas concepções filosóficas que colocavam em causa a idéia de uma razão inata e universalista, revelavam uma nova crise na consciência européia. Concepções como a de John Locke, que postulava para as sensações o lugar de causa e origem da faculdade de entender (LOCKE, 1973), negando, portanto, o enunciado cartesiano – as idéias são inatas, não resultando de qualquer aprendizagem ou experimentação

efetuada após o nascimento –, acabaram por atribuir um peso inédito ao estatuto do indivíduo, na medida em que a experiência dos sentidos é sempre individual e subjetiva.

Àquela altura, entretanto, o cenário da crise ampliava-se. No plano político, o direito divino do monarca passava a ser questionado; a lógica econômica mercantil, com o predomínio da intervenção do Estado na produção e na circulação de mercadorias e de moedas, cedia lugar, progressivamente, à lógica do capital e do mercado. O pensamento laicizava-se, com a Ilustração, e a organização estamental esfacelava-se, já que, as bases de sua legitimação simbólica, o monarca e a igreja, perdiam sua exclusividade. Fraturava-se a idéia de unidade que orientava os quadros de referência da sociedade européia à época clássica: unidade da razão, unidade do poder, unidade religiosa e uniformidade das representações sociais.

Agora, os juízos iniciavam seu processo de descentramento e a razão, que concebera um mundo harmônico, via-se confrontada não apenas com o *outro* – o distante, o estrangeiro moral e cultural –, mas também com o *outro* da razão, isto é, com os direitos da imaginação. No plano da produção do conhecimento, consolidava-se a perspectiva, inaugurada por Galileu e Newton, de uma ciência orientada por uma razão analítica, ocupada, não mais em classificar fenômenos e coisas presumidos como verdades pré-existentes. A ciência, agora, definia seu campo discursivo como o lugar de um novo tipo de indagação, o que implicava observar, experimentar; descobrir os mecanismos e formular as leis com as quais a natureza, além de revelada, podia ser posta a serviço do homem.

Transformava-se, portanto, a própria idéia de natureza e, por decorrência, a de realidade. Quebrava-se, pois, "a aliança clássica entre homem, natureza e Deus" (LIMA, 1989: 76) e a linguagem, até então empregada para representar a realidade, portanto, também se tornava inadequada: nem o princípio da *imitatio* poderia ser aplicado em um mundo onde o simbólico perdera a centralidade de sua legitimação – isto é, o *belo* não era mais necessariamente igual ao *bem* e à *verdade* –, nem os modelos do mundo greco-romano, frente à própria diversidade do humano e a uma natureza tornada útil.

Enquanto, pois, a razão analítica concentrava a possibilidade da verdade no discurso científico, a imaginação exprimia seus direitos, através de uma nova linguagem – o romantismo. Ao mesmo tempo, entretanto, em que a narrativa romântica definia seus *topoi*, a narrativa historiográfica empenhava-se em obter sua legitimação científica. Examinemos, um pouco, esses esforços. Seu primeiro movimento foi procurar se afastar do imputado parentesco com a literatura e da designação de sua atividade como a de simples classificação dos vestígios do passado por critérios de autenticidade. A elaboração, pelos *philosophes* do

século XVIII, de uma história integrada ao esforço iluminista para aperfeiçoar a condição humana cumprira, de certa forma, aquele objetivo: o historiador, de colecionador e erudito, convertia-se – pela capacidade de observar e identificar, no tempo, as marcas da insensatez ou do preconceito –, numa espécie de mentor da sociedade em sua "marcha para o progresso". Em seguida, ao perseguir a fidedignidade da reconstituição do passado, isto é, ao se comprometer com a noção unitária de verdade, a historiografia do século XIX elegia o acontecimento como seu objeto preferencial e o documento, como o lugar da verdade.

Ora, a ciência clássica constituíra-se sobre um duplo alicerce: uma idéia de verdade depositada nas coisas e nos acontecimentos do mundo natural e um método para atingi-la que consistia, *grosso modo*, em afastar o sujeito – porque portador de valores que induziam ao pré-juízo e ao erro. Tornava-se necessário, portanto, remover a subjetividade da escrita da história, donde, o historiador deveria deixar-se guiar pelo documento, única condição que lhe permitiria alcançar a revelação da oculta verdade do fato. Deste modo, a história conformava-se ao paradigma da exatidão, traduzindo os critérios da observação e da experimentação das ciências da natureza, por uma cuidadosa reconstituição do vivido, validada por intermédio da prova documental. O discurso histórico podia, agora, postular um lugar no discurso científico, já que seria capaz de produzir um conhecimento objetivo. Quando, em 1824, Leopold Von Ranke publica seu primeiro livro, *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514* (*História dos povos latinos e teutônicos de 1494 a 1514*), essa ambição iria traduzir-se numa fórmula: ao historiador cabia expor "*wie es eigentlich gewesen*" (como o fato realmente aconteceu)[1].

Além de um método que adequasse seu discurso aos parâmetros da ciência, no entanto, a oficina da história fabricaria, nesse início do século XIX, um novo eixo: a nação, como idéia e representação. Contra o desmantelamento da centralidade das representações, esse pressuposto, concebido no interior do movimento romântico, iria adquirir no discurso sobre o homem, uma centralidade fundadora, isto é, nas histórias política e literária e na teoria da arte, a nação convertia-se em núcleo da narrativa e critério de qualidade para a aferição do produto artístico. A obra de Johann Gottfried Herder é um dos momentos inaugurais deste pensamento, tributário da crítica ao pressuposto racionalista da uniformidade da razão e do comportamento humanos. Nesta perspectiva, a história seria agora o lugar da variedade e da singularidade dos povos, organismos dotados de um espírito próprio, o *Volksgeist*,

[1] Na França, a afirmação desse princípio fundador da escola metódica manifestou-se, principalmente, na obra de Charles Seignobos – co-autor, junto com Charles Langlois, de *Introduction aux Études historiques*, manual publicado, em 1898, que definia as regras de escrita da história – e nos trabalhos de Ernest Lavisse e Numa Denis Fustel de Coulanges.

desenvolvendo-se no tempo, mas mantendo sua essência, núcleo de todas as suas manifestações culturais (HERDER, 1991)[2].

No campo de possibilidades aberto pela linguagem romântica, a fantasia e o sentimento, contrapontos da razão analítica, ganhavam força como uma nova sintaxe para a figuração/entendimento do mundo. Em seu "Curso de Literatura Dramática", publicado em 1809, August Wilhelm Schlegel explicava que o gênio romântico, apesar do seu aspecto fragmentário e da sua desordem aparente, estava mais perto do mistério do universo, porque, "se a inteligência jamais pode apreender em cada coisa isolada senão uma parte da verdade, o sentimento, em contrapartida, ao abranger todas as coisas, compreende tudo e em tudo penetra" (*apud* SILVA, 1982: 508). Para além, portanto, da consciência que o racionalismo iluminista consagrara, o homem possuía uma outra faculdade cognoscente – a imaginação –, pois através dela o espírito penetraria na realidade e leria a natureza, espelho de sua própria subjetividade. Observação e auto-reflexão, faculdades fundamentais do artista romântico, iriam conduzi-lo nesse percurso e sua obra seria tão verdadeira, isto é, tão próxima ao mundo humano, quanto maior fosse sua capacidade de fazer com que cada leitor encontrasse nela suas próprias fantasmagorias, seus desejos e seus medos, ou seja, a sua própria subjetividade.

Procuremos, agora, associar essa perspectiva da verdade (diferente do conceito de verossimilhança da representação clássica) e seu corolário, a necessidade da observação, para definir com mais clareza os conteúdos dessa nova linguagem. Ao abandonar os *topoi* de origem mitológica, fonte e medida até então de todos os valores artísticos, a proposta de sentido romântica valorizava, agora que os canais simbólicos de identificação do indivíduo com a comunidade perdiam sua consistência, esmagados pela lógica do mercado, aquilo que até então parecia intocado: a natureza pitoresca ou selvagem, e a vida humana com suas dramáticas contradições. Sob este último aspecto, o romântico, voltado para o homem e o mundo, incorporava a consciência do presente, o que explica o conteúdo político, nomeadamente nacionalista e libertário, de sua expressão artística. Deste modo, o romantismo não deixará de cumprir o primado da observação em relação ao finito e ao contingente, isto é, ao real.

Erich Auerbach assinala que o fundamento estético do realismo moderno originou-se justamente do movimento romântico alemão de finais do século XVIII. Ao apresentar os instrumentos com os quais se devia apreciar o passado, o historicismo alemão

[2] Vazadas num estilo arrebatado e pictórico, típico da escritura romântica, as histórias de Alexandre Herculano (*História de Portugal*, 1846, v. 1), Jules Michelet (*Histoire de France*, 1833, vs. 1 e 2) e Thomas Macaulay (*History of England*, 1848, vs. 1 e 2), para ficar apenas nesses exemplos, evidenciam a apropriação da idéia herderiana de *povo*, como unidade cultural, e sua transmutação em *nação*, unidade moral, cultural, geográfica, política.

acabou por fornecer também o molde para o olhar do presente. No momento em que se passou a pensar que as épocas e as sociedades não deviam ser julgadas segundo um modelo – contra as tendências iluministas do universalismo com suas leis abstratas válidas para todos os povos – constituiu-se a noção "da incomparabilidade dos fenômenos históricos e da sua constante mobilidade". Quando finalmente, impõe-se a convicção de que a matéria que dimensiona a importância do acontecimento não deve ser procurada somente "nas partes elevadas da sociedade" ou nas ações de seus governantes, mas também na arte, na economia, na cultura material e espiritual, "nas profundezas do dia-a-dia do povo, porque só lá pode ser apreendido o verdadeiramente peculiar", era natural que tais noções fossem aplicadas à atualidade "de tal forma que também ela apareça como sendo incomparavelmente peculiar, movimentada por forças internas e em constante desenvolvimento" (AUERBACH, 1971: 386).

Com essa perspectiva abria-se o caminho ao paradigma realista: a investigação do cotidiano, a descrição autêntica, a abordagem dos problemas sociais, "a análise com o fito da verdade absoluta", conforme ensinava Joaquim Maria de Eça de Queirós na conferência "O Realismo como nova expressão da Arte", proferida em maio de 1871.

O realismo, sustentava o futuro autor de *O primo Basílio*, "é a arte que nos pinta a nossos próprios olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenarmos o que houver de mau na sociedade" (QUEIRÓS, 1970: 27). Havia, portanto, que esquadrinhar Portugal numa dupla direção: no passado, para, de acordo com a perspectiva romântica, encontrar a essência do ser português[3], ou, na perspectiva realista, moderna, as *origens da sua decadência*[4]; no presente, para denunciar a ignorância, a carolice, a mediocridade da realidade nacional. Era necessário mostrar o verdadeiro Portugal aos portugueses. Neste sentido, o Realismo, conforme afirmava Oliveira Martins no prefácio da segunda edição de sua *História de Portugal*: "deve inspirar também a história, até agora vista de uma platéia, escrita para a cena, disposta entre os bastidores e bambolinas da ilusão sentimental" (MARTINS, 1880: 125).

A poesia, o Romance e a História que, nas décadas seguintes, Eça de Queirós, Antero de Quental, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Teófilo Braga, engajados na missão de "ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais

[3] Um ano antes das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, inspirado na tese da valorização dos conteúdos nacionais e populares da cultura, Teófilo Braga publicava a *História da literatura portuguesa*, analisando o romanceiro, o cancioneiro e a novelística populares.

[4] Em 1871, aparecem as *Causas da decadência dos povos peninsulares*, opúsculo publicado no Porto com a transcrição da conferência de Antero de Quental no Casino Lisbonense (QUENTAL, 1982: 255-296).

de que vive a humanidade civilizada"[5], iriam elaborar, constituem a face discursiva desse projeto que qualificamos de político-literário, marca distintiva da Geração de 1870.

Referências bibliográficas:

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: EDUSP; Perspectiva, 1971.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes Editora, [196-?].

HERDER, Johann Gottfried. **Idées sur la philosophie de l'histoire de l'humanité**. Paris: Presses Pocket, 1991.

JAUSS, Hans Robert. *A estética da recepção: colocações gerais*. In: ____ *et alii*. **A literatura e o leitor**. Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Luís Costa. **O controle do imaginário**: razão e imaginação nos tempos modernos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril, 1973. (Os Pensadores, XVIII)

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **História de Portugal**. 2.ed. Lisboa: Bertrand, 1880.

QUEIRÓS, José Maria de Eça de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1970, v. 1.

QUENTAL, Antero Tarquínio de. **Prosas sócio-políticas**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1982.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar. **Teoria da literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. v. 1.

[5] Fragmento do Programa das *Conferências Democráticas* realizadas, entre maio e junho de 1871, no Casino Lisbonense e proibidas, antes de cumprida a sua programação, pelo Marquês de Ávila, Ministro do Reino, porque atacavam a religião e as instituições políticas do Estado (QUENTAL, 1982: 254).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Quando o busto silencia o herói:
a homenagem e a citação como formas de silenciamento. Brasil, 1943

Daniel Faria*

Resumo: Em 1943, Graciliano Ramos foi homenageado num banquete organizado por figuras importantes do meio literário do período. A homenagem resultou num livro, no qual constam os discursos de celebração e a resposta do autor. No mesmo ano, a revista Cultura Política publicou artigo de Wilson Lousada sobre o livro *O Louco do Cati,* de Dyonélio Machado. Os dois autores tinham passado, poucos anos antes, pela experiência do cárcere, a qual é constantemente aludida na homenagem a Graciliano e está no cerne do romance do Dyonélio. Diante destas duas situações, o objetivo deste trabalho é investigar os mecanismos de incorporação tensa de discursos que expunham os nervos do terror estatal a um meio literário tido como homogêneo.

Palavras-chave: Homenagem – violência - literatura.

Abstract: In 1943, Graciliano Ramos was homaged by important writers of that period. The homage resulted in a book, in which we can find the speeches of celebration and the reply the author offered to them. In the same year, the magazine Culture Politics published an article of Wilson Lousada on the book *O Louco do Cati*, by Dyonélio Machado. The two authors had past, few years before, for the experience of the jail, which constantly is alluded in the homage the Graciliano and is the main theme of the romance. Beside of these two situations, the scope of this work is to investigate the mechanisms of tense incorporation of speeches that discussed the State terror, in a literary life represented as homogeneous.

Keywords: Homage – violence - literature.

O conto de Murilo Rubião *D. José não era* é exposição condensada de uma dinâmica de invenção do herói recorrente na história. Uma pequena cidade cai em alvoroço após súbita explosão, seus habitantes, porém, tranqüilizam-se ao elaborarem uma explicação para o evento: D. José estaria matando a esposa à dinamite. O acontecimento que implodira o cotidiano era domado pela teoria insana, mas coerente. Após a acusação feita a D. José, o conto toma a forma de inquérito, num diálogo entre narrador e população, no qual as explicações dadas para a estigmatização de D. José vão sendo, uma a uma, desmentidas. Sua esposa não estava morta e o barulho das explosões se devia a fogos de artifício. A população

* Daniel Faria. Pós-doutorando, Departamento de História Unicamp. (Pesquisa financiada pela FAPESP).

persistia, contudo, na lógica que a ensinara a domar o imprevisível: D. José não matou a esposa mas ainda a mataria

D. José acabou se suicidando. Após sua morte houve uma reviravolta, pois surgiram os defensores de sua memória. Estes conseguiram, por fim, erigir uma estátua ao herói, afirmando que o D. de seu nome era título de nobreza, Dom José seria um nobre espanhol. Mas o narrador esclarece: trata-se da última mentira, D. José era um pobre-diabo chamado Danilo José Rodrigues. O título do conto induz o leitor a ler o D. como Dom desde o início. Em que pese a advertência implícita no uso incomum do verbo ser no modo intransitivo, o leitor participa da armadilha da memória: Dom José imortalizado por aquilo que nunca foi.

O conto tem convergências com questões relativas à vida de Graciliano Ramos após a libertação do cárcere. A inexistência de processo e a desproporção entre a atuação política do escritor e o peso do castigo sofrido expressavam o delírio da perseguição política. Isto muito simplesmente porque o terror estatal não trabalhava com o senso de proporção. Ou seja, no ambiente de terror, nenhuma responsabilidade é mensurável, nos parâmetros utilitaristas da lógica disciplinar.

Por outro lado, um dos dilemas apresentados por Graciliano após sua libertação, foi o de como falar sobre o cárcere. Em primeiro lugar, por uma razão narrativa: no cárcere, o autor vivenciara realidades inverossímeis: como transmiti-las a leitores sensatos? Mas também, aduziu o Graciliano Ramos ficcionalizado por Silviano Santiago, porque o lugar da vítima homenageada, o culto à morte instaurado para as presas aleatórias do terror policial estabelece para o escritor o incômodo título de mártir. Ele acaba se tornando figura da celebração à morte, condenado à prisão mesmo após a libertação (o que inclui a perspectiva da imortalidade encarcerada).

Se há um texto em que as tensões entre homenageado e homenagem, estigmatização e vitimização apareceram com clareza no âmbito do terror político daqueles anos, trata-se de livro publicado em 1943, *Homenagem a Graciliano Ramos*. Ali foram apresentados textos referentes ao jantar em que o Prêmio da Sociedade Filipe de Oliveira foi entregue ao escritor, com a presença da nata intelectual (os organizadores do evento foram Augusto Frederico Schmidt, Otávio Tarquínio de Sousa, Álvaro Lins, José Lins do Rego, José Olímpio, Francisco de Assis Barbosa).

Um dos textos, "Considerações em torno de um jantar", descreve o evento, num cunho jornalístico. O autor, José César Borba, falou sobre o mal-estar de Graciliano ao ser o centro das atenções (durante o jantar as pessoas o "devoravam" com os olhos). Expressão que

por si só remetia à incorporação violenta da presença incômoda do ex-preso político, reforçada pelo detalhe "pitoresco" dos pratos oferecidos, como o Peru à Angústia. Ainda de acordo com José César Borba, o jantar seria uma "arca de noé de bichos inimigos", uma vez que estavam presentes intelectuais das mais variadas correntes políticas.

O artigo parece perseguir o riso fácil do pitoresco, mas o recurso à animalização dos presentes e a futilidade estabelecida para os textos literários como adendos ao cardápio dão à descrição um teor grotesco. O banquete seria uma tentativa mal dissimulada de se dissipar a perturbação ocasionada pela violência política e por conflitos literários sem possibilidade de conciliação. E isso, inclusive, torna difícil sabermos até que ponto estamos diante de um texto sarcástico ou se a ingenuidade da descrição revela o grotesco do jantar. Ambigüidade significativa quando se trata de pensarmos as estratégias de incorporação do inimigo, por meio da celebração de seu exotismo. A escolha de Augusto Frederico Schmidt como responsável pelo discurso de abertura também foi destacada. Ainda seguindo José César Borba, isto deveria ser entendido como congraçamento entre rivais, afinal Schmidt já era reconhecido como escritor relacionado aos círculos católicos conservadores. No discurso de abertura, novamente surgiu o riso fácil: Schimdt começou com uma piada sobre um paradoxo: ele gordo e bem falante elogiando o homem seco e silencioso. A marca de oralidade presente no texto permite ainda que imaginemos o orador dirigindo o olhar a Graciliano, na mudança para a observação séria de que todos estavam ali em homenagem "a você, que tem sido tão duramente incompreendido." (SCHMIDT: 1943, p. 10)

Schmidt prosseguiu: "pediram-me que falasse em nome de muitos a um homem solitário e que a vida provou, não raro amargamente." Desde o início, a violência sofrida por Graciliano foi comentada. Mas de o modo a se permitir que a presença incômoda fosse domesticada. Afinal, quem submeteu o escritor alagoano a toda sorte de sofrimentos teria sido a própria vida, ou seja, todos e ninguém. Schmidt habilmente transformava a luta política num mistério agindo sobre a vida, um destino.

Apresentados como "destino", os horrores passados no campo de concentração[1] da Ilha Grande por Graciliano podiam ser então inscritos na lógica do martírio. O jantar provaria a redenção, pois seria o momento de os intelectuais brasileiros mostrarem a Graciliano que ele tinha uma existência realizada plenamente: "Graças mesmo a esses sofrimentos que a vida, sem economia, lhe proporcionou (...) até essa injustiça suprema de lhe

[1] A Colônia Correcional de Dois Rios, no período, não funcionava segundo a lógica disciplinar. Seus internos, como eram informados logo na chegada ao lugar, não iam para lá com fins punitivos ou corretivos, ao contrário, tratava-se de um lugar em que o direito à vida era suspenso.

tirarem a liberdade sem motivo, por um período certamente fecundo para a sua experiência de romancista". (SCHMIDT: 1943, p. 11)

Segundo Schmidt, o sofrimento do autor teria implicação na glória de revelar ao país o sofrimento de muitos seres, literariamente. A literatura de Graciliano revelaria a presença das vidas secas em luta contra a natureza e os homens cruéis. Seria ainda uma literatura cheia de piedade, mesmo que "estrangulada". Assim, no mesmo passo em que o homenageado era absorvido (e absolvido), seus livros, que giravam em torno da violência e da tirania eram aplacados. Visando-se ao romancista, visava-se também à sua literatura.

> *Você não é um cético, você não é um romancista acima das suas criaturas; ao contrário: você participa da tragédia, da pobreza, das humilhações que as suas personagens sofrem e suportam. Sua piedade, Graciliano Ramos, está em que no sangue e na carne das suas criaturas, em que no rancor, e mesmo na crueldade de suas criaturas, há muito do seu próprio sangue.da sua própria carne, do seu rancor e da sua crueldade.* (SCHMIDT: 1943, p. 15)

Tratava-se ainda do destino cruel reservado à "gente nordestina", num segundo tipo de negação do conflito pela via da naturalização das relações políticas. Com todos esses aspectos, o sofrimento que redimiu, os azares do destino, a natureza ríspida, o jantar só poderia mesmo ser (na percepção católica) a celebração do triunfo. Então Schmidt deu o golpe final, propondo que aquela noite marcasse o entendimento entre os que escreviam separados pelo ódio ideológico. Mas sem deixar de atentar para os perigos políticos do momento, uma vez que os "inimigos da liberdade" ainda queriam acabar com as últimas réstias de luz no fim do túnel da civilização. Como o autor não disse quem eram os tais inimigos (comunistas, nazistas ou Estado Novo), sua mensagem final era clara, mas vazia . A réstia de luz poderia ser a mesma encontrada por Graciliano no Navio Manaus: uma treva luminosa.

Graciliano Ramos discursou em seguida, de início desculpando-se por não saber ser orador. Nas primeiras palavras, o escritor assumiu a face do injustiçado mesmo que "esmagado pelos elogios". Esta situação que permitiria o encontro com as palavras de Schmidt, contudo, era, nas palavras de Graciliano, de isolamento. A homenagem era tão indevida quanto a prisão. A desproporção observada no horror do cárcere se reproduzia no banquete em homenagem ao escritor, em fase de canonização.

Não menos que em Schmidt, algumas expressões usadas por Graciliano dirimiam o fundo político da situação. Ao rever sua vida, e falar de sua carreira como romancista como algo não planejado (segundo o escritor, suas publicações sempre se deveram à insistência de terceiros), Graciliano discutia sua chegada ao Rio de Janeiro, anos antes, como um acidente

entre outros. Em suas palavras: "Os acontecimentos forçaram-me a deslocações imprevistas". Sem planejamento (mais ainda, *contra a vontade*), o escritor teria se mudado ao Rio de Janeiro, lugar de seu reconhecimento. Os acontecimentos de sua vida eram efeitos de jogos de poder que escapavam ao seu controle. O homenageado não teria, então, propriamente méritos que justificassem o banquete.

A tensão estabelecida entre o discurso do homenageador e o do escritor comemorado dizia respeito ao estatuto do papel do destino na eleição do bode expiatório. A noção de destino era negada pelo discurso de Graciliano. Ao contrário, tratava-se de uma seqüência de acidentes não definidos por forças impessoais da natureza, mas sim pelo poder discricionário de prender, soltar ou matar atribuído ao Estado policial daqueles anos. Que o fenômeno não dizia respeito a qualquer estatuto de vítima predestinada, era reforçado no discurso de Graciliano pela comparação às trajetórias de Otto Maria Carpeaux e Paulo Rónai, alvos do mesmo tipo de ferocidade, implicada no rompimento na lógica dos projetos de construção do Estado Total.

Sem pagar passagem, Graciliano teria ido de Maceió ao Rio de Janeiro. Ainda neste mesmo tom, o discurso prosseguia num veio irônico, ao qual nem mesmo o próprio Graciliano escapava. Em frases como: "deram-nos um longo repouso – quase espiritual – e isto muito contribuiu para melhorar nossos costumes" (RAMOS: 1943, p. 24); ou na constatação de que, após a libertação, a única opção de sobrevivência teria sido seguir a profissão de literato (inclusive nas colaborações com a revista *Cultura Política*), Graciliano se representava como "desgraçada marionete". Se isto funcionava como álibi para a própria consagração e para a colaboração, mesmo que discreta e não ideológica, à produção cultural do Estado Novo, neste mesmo passo Graciliano rompia a tópica do martírio, tão cara à tradição política autoritária.

Se o motivo da homenagem era estritamente literário, Graciliano afirmava não se responsabilizar pelos efeitos contraditórios de suas narrativas. Isto porque, em suas palavras, se os críticos consideravam seus romances perversos e imorais quando ainda preso, e naquele momento o tratavam com generosidade, os dois momentos eram igualmente incompreensíveis. Não sendo o mérito dele, o escritor atribuiu então o sucesso a alguns de seus personagens, como Paulo Honório, Fabiano e Luiz da Silva. Traduzindo: o proprietário brutal, o retirante quase afásico, o intelectual frustrado e assassino. Figuras para as quais ele teria funcionado como mero "aparelho registrador".

Ao encerrar o discurso, Graciliano se perguntou: "Acertei? Se acertei, todo o constrangimento desaparecerá. Associo-me aos senhores numa demonstração de solidariedade

a todos os infelizes, que povoam a terra." (RAMOS: 1943, p. 30). Tanto quanto o discurso de Schmidt e o direito de resposta que então se concluía, esta frase era ambígua. A que constrangimento o texto remetia? Ao do escritor em homenagem? Ao "destino" reservado a pessoas como ele mesmo, Paulo Rónai e Otto Maria Carpeaux? Constanger pode significar tanto o incômodo moral do homenageado que se sente "docemente constrangido" quanto a violência concreta do cárcere. A associação com os homenageadores em nome dos infelizes, após palavras que recusavam a homenagem, podia funcionar como um apelo à conciliação e uma última ironia contra a mesma pretensão.

Num artigo publicado recentemente, discuti como o local de origem do mito *Makunaima*, usado por Mário de Andrade para a invenção de seu "herói de nossa gente", tem uma história de violência, desde as guerras coloniais até os momentos de constituição da fronteira nacional (FARIA: 2006, p. 263-281). O paradoxal é o fato de a rapsódia muitas vezes entendida como alegoria da nação não-violenta ter como foco um lugar tão conflituoso como o norte de Roraima. Isso vem ao caso porque não estamos diante, novamente, do simples silenciamento daquilo que poderia ser considerado "o outro" do projeto nacional. Ao contrário, essa diferença foi incorporada ao discurso. Fala-se da guerra, mas para que os mortos se associem aos vencedores no mito do país pacífico. Schmidt não escondeu o fato de Graciliano ter sido preso político, mas tentou fazer com que este caso falasse de modo não perturbador. O Estado seria agente do "destino", ou então metamorfoseado numa "força da natureza", o inimigo político, por sua vez, seria a vítima infeliz do martírio.

Por isso encerremos este texto com outro caso desconcertante. O romance de Dyonélio Machado *O Louco do Cati*, provavelmente o texto literário que enfrentou mais explicitamente a questão do terror estatal da chamada Era Vargas, mereceu alentada crítica na revista *Cultura Política*. Sob a autoria de Wilson Lousada, colaborador assíduo da revista, a crítica a *O Louco do Cati* não era elogiosa. O protagonista do romance, o louco, seria uma figura mal construída. Nas palavras do crítico, tratava-se do personagem "menos nítido" do livro. Mas mesmo que em sinal de reprovação, a observação de Lousada incorporava um dos aspectos que realmente se destacam no romance de Dyonelio Machado. O louco raramente fala por si mesmo, dele não se sabe a história pessoal, as opiniões etc. O louco funciona mais como uma espécie de marionete muda (o livro relata suas viagens, que incluem uma passagem pela prisão). Uma obsessão caracteriza sua loucura: em todos os lugares o louco julga rever o Cati. Com as informações dispersas no romance, o leitor vai percebendo que o Cati era um reduto policial, no sul do Brasil, dedicado à tortura. Mas estes aspectos não são comentados na crítica.

Mais preocupado com a intriga, esperando que a narrativa de viagens viesse recheada de aventuras, Lousada chegou a dizer que o louco era personagem dispensável à economia do livro. Aludindo à possibilidade de o médico Dyonélio Machado ter aproveitado um de seus casos clínicos para compor a trama, o crítico discutiu o romance como a descrição de um caso patológico. O louco seria então um daqueles anormais escolhidos aleatoriamente pelo destino, um caso psiquiátrico congênito. Os personagens, porém, não se fixariam na memória do leitor, nos termos do crítico. Observe-se que "fixar" o mundo narrado na mente do leitor fazia parte do jargão crítico da época, orientado por critérios estéticos naturalistas. Nestes, o mundo narrado tinha que corresponder às expectativas de bom senso do leitor, com personagens densos. O louco do Cati era, nessa perspectiva, inverossímil. Ao que poderíamos somar: real e inverossímil.

Do ponto de vista discursivo, o texto de Dyonelio seria vulgar, mal escrito, cheio de cacoetes. Ou ainda:

> *Em pura perda, aliás, pois bem sentimos que se trata, no caso, de recurso de carpintaria pela dificuldade que o romancista encontrou em trabalhar quase exclusivamente com a trabalhar quase exclusivamente com a nelio Machado preferiu o método da psicologia indireta, analisando e descrevendo, em lugar de expor a personalidade do louco através de suas próprias ações e palavras.* (LOUSADA: 1942, p. 327).

Importante destacar: a passagem aqui foi citada literalmente. De todos os textos de *Cultura Política* consultados nesta pesquisa (não foram poucos), este é o único em que se encontra um erro de impressão. Como se a revista gaguejasse ao tentar incorporar o tema, ou como se a censura implícita no silenciamento frente ao assunto explícitamente tratado pelo livro retornasse. Afinal, qual seria a dificuldade enfrentada pelo romancista e apagada pela impressão? Seria ela paralela à dificuldade enfrentada pelo crítico? Ao incorporar *O Louco do Cati* a seu acervo, *Cultura Política* estaria dando mais uma demonstração de sua vocação universalista, da ausência de preconceitos na convocação a letrados de todas as correntes ideológicas para a colaboração na construção do Brasil Novo. A parte suprimida do texto poderia levar alguém a pensar num tipo de conspiração do destino, mas para a conclusão deste texto o importante é observar que estamos diante do retorno do silenciado contra a pretensão de que tudo o que pode ser dito brotaria da voz absoluta do Poder que celebra suas vítimas.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BORBA, José César. *Considerações em torno de um jantar*. In: **Homenagem a Graciliano Ramos***,* Rio de Janeiro, Alba, 1943, p. 97-104.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**. A polícia da Era Vargas. Brasília: EdUnB, 1993.

FARIA, Daniel. *Makunaima e Macunaíma: entre natureza e história*. In: **Revista Brasileira de História***,* vol 26, n 51, jan-jun 2006, p. 263-281.

LOUSADA, Wilson. *Literatura de ficção*. In: **Cultura Política**, ano 2, n 18, agosto de 1942, p. 326-327.

MACHADO, Dyonelio. **O Louco do Cati**. Porto Alegre: Globo, 1942.

RUBIÃO, Murilo. *D. José não era*. In: **Contos reunidos***.* São Paulo: Ática, 1998, p. 125-128.

RAMOS, Graciliano. *Discurso de Graciliano Ramos*. In: **Homenagem a Graciliano Ramos***,* Rio de Janeiro, Alba, 1943, p. 19-30

_____. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Livraria Martins, 1960.

SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCHMIDT, Augusto Frederico. *Discurso de Augusto Frederico Schmidt*. In: **Homenagem a Graciliano Ramos***,* Rio de Janeiro, Alba, 1943, p. 10-18.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Amigo é para essas coisas: o MAU e a Televisão

Eduardo H. M. L. de Scoville*

Resumo: O trabalho apresenta uma breve discussão sobre o Movimento Artístico Universitário (MAU) e a sua relação com a televisão. O MAU vêm à luz através dos Festivais Universitários da Tupi. Com o impacto das apresentações de Ivan Lins e Luiz Gonzaga Jr. no *V FIC* da TV Globo, o MAU consegue popularidade. Com isso, a Rede Globo, buscando reviver o gênero musical na televisão brasileira, capitaliza a repercussão do MAU através do programa *Som Livre Exportação*, que propiciou não somente notoriedade para Ivan Lins como também contribuiu para o fim do MAU.

Palavras-chave: Música Brasileira – Televisão - Movimento Artístico Universitário.

Abstract: The essay shows a brief discussion about the MAU (Artistic Universitary Movement), and its connection with the television media. MAU starts at the Tupi's Universitary Festivals. With the impact caused by the performances of Ivan Lins and Luis Gonzaga Jr. at the the V FIC of Globo TV, the MAU reaches its popularity. At this point, Globo TV Net, trying to revive the musical genre on brazilian TV, uses the repercussion of MAU, in the Som Livre Exportação (Export Free Sound) program, that helped enhance the notoriety of Ivan Lins, but also contributed to end of MAU.

Keywords: Brazilian Music - Television Media - Artistic Universitary Movement.

A televisão, uma "janela do mundo", de acordo com FRITH (2002, p. 279), reflete o que acontece ao seu redor. Tal como uma "janela do mundo", os festivais desvendaram para a grande audiência, uma série de movimentos musicais que ocorriam na década de 1960. O Movimento Artístico Universitário (MAU) vem à luz através dos Festivais Universitários da Tupi. Surgido na década de 1960, o MAU tinha como finalidade, a união de alguns compositores universitários, pois facilitaria a divulgação de suas obras. Os componentes do MAU buscaram passar para o público um sentido de unidade, no entanto, havia diferenças nos estilos musicais e no discurso entre os seus componentes. Após a sua larga exposição no *V FIC* da TV Globo, a emissora, na tentativa de reviver o gênero musical na televisão brasileira, capitaliza a repercussão do MAU através da criação de um novo programa: "*Som Livre Exportação"*.

* Bacharel em Ciências Econômicas, UFPR. Mestre em Sociologia, UFPR. Doutorando em História, UFPR. Professor da UNIFAE, Curitiba, Paraná.

Deve-se salientar que a televisão faz parte de uma indústria que remodela e intensifica os ciclos mercadológicos. Desde os anos de 1950, a televisão promoveu programas direcionados à determinadas correntes musicais que estavam em evidência. Os títulos dos enfatizavam bem os ciclos mercadológicos: *"Jovem Guarda"*; *"Divino, Maravilhoso"*, *"O Fino da Bossa"*, etc. Tal situação evoca as considerações de MORIN (1997), que verificou o processo de recriação que a indústria cultural necessita para a sua própria renovação. A indústria trabalha com as subculturas, que se tornam segmentos de mercado e elemento para a formação de tais ciclos que, periodicamente, se esgotam, conforme PETTERSON, BERGER (1990). Como isso, de acordo com FRITH (2002), a televisão não criou diretamente as subculturas. Ela simplesmente as divulgou.

Portanto, percebe-se que o MAU, foi exposto através dos festivais, fenômeno televisivo tipicamente brasileiro. Após, foi capitalizado pela TV Globo, que acabou por focar basicamente Ivan Lins, membro que melhor se adaptou ao formato da televisão e da indústria fonográfica. Com isso, o presente trabalho objetiva apresentar uma pequena discussão sobre a trajetória do MAU e como este se relacionou com a televisão no período de 1969 a 1971.

O MAU inicia-se por volta de 1965 na casa do psiquiatra Aluízio Porto Carreiro de Miranda, localizada na Rua Jaceguaí, na Tijuca (RJ). Nas sextas-feiras, reuniam-se músicos da velha guarda e da "nova geração", que mostravam suas composições uns para os outros. Integravam o MAU, na época ainda universitários, Luiz Gonzaga Jr., Aldir Blanc, Ivan Lins, César Costa Filho, Sílvio da Silva Júnior, Cláudio Cartier, Ruy Maurity, Sidney Mattos, entre outros.[1]

Aldir Blanc e Silvio da Silva Junior, autores de "*Amigo é para essas coisas*", notória na interpretação do grupo MPB 4 e 2º lugar no Festival Universitário da Tupi de 1970, denominaram a canção como a síntese do MAU. A letra relata uma conversa entre dois amigos em um bar. Um dos amigos comenta o fim de sua relação amorosa e sua dificuldade financeira. Outro afirma que Deus não foi bom com ele mas teve sorte com a sua companheira Beatriz. Apesar dos diferentes caminhos, a amizade dos personagens permanece sólida, não importando o dinheiro, já que "o apreço não tem preço". Se a canção é uma síntese de MAU, então o verso "todo amor um dia chega ao fim" serviu como um "prenúncio", pois o "apreço" teve o seu "preço".

[1] Costumavam também aparecer nas reuniões Nelson Panicali, Eduardo Lages, Dominguinhos, Paulo Assis Brasil, Rolando Begonha Faria, Lucinha Lins, Célia Vaz, Léa Penteado, Ana Maria Bahiana e Adilson Godoy. Cartola, Milton Nascimento, Guinga, Nélson Cavaquinho, Donga, Jackson do Pandeiro, João do Vale, Emílio Santiago, Ney Matogrosso, João Bosco e Clementina de Jesus também chegaram a participar destas reuniões.

O MAU raiou a partir dos festivais universitários promovidos pela TV Tupi. Em 1968, a emissora era líder de audiência em programas de auditório e na teledramaturgia. Tentando aproveitar o interesse por festivais, ela resolveu fazer o seu. Segundo NAPOLITANO (2001, p. 306), o formato, que servia como elemento de sondagem para a indústria fonográfica, já estava saturado, por isso escolheu o "nicho" universitário, que era o principal criador e consumidor da música brasileira.

Desde o início, as composições dos membros do MAU não estavam presas a um estilo fixo, ou seja, havia uma independência entre os seus membros tanto nos campos da estética quanto da política. No I Festival Universitário da Canção Popular da Tupi, as 3 canções classificadas dos membros do MAU refletiram esta diferença. A toada "*Pobreza por Pobreza*" (Gonzaguinha), continha todos os principais elementos da canção de protesto, pois tratava das dificuldades do sertanejo nordestino. Já "*Meu Tamborim*" (César Costa Filho e Ronaldo Monteiro dos Santos), seguiu uma linha mais tradicional do samba, conseguindo o 3º lugar. Ivan Lins e Waldemar Correia dos Santos obtiveram o 5º lugar com "*Até o Amanhecer*", defendida por Ciro Monteiro. Um partido alto que se limitou ao festival e mostrava os primeiros trabalhos de Ivan Lins antes de ser influenciado pela *Soul Music* de Thelma Houston.

Apesar das 4 edições do festival da Tupi (1968-1971) obterem pouca penetração popular e serem alvo de comentários que questionavam a qualidade musical dos mesmos, o seu papel para a divulgação dos membros do MAU foi vital. Na segunda edição, Gonzaguinha obteve a primeira colocação com "*O Trem*", uma toada de protesto que retrata o sofrimento dos trabalhadores rurais e urbanos e dos desempregados, mas que enfrentou uma vaia estrondosa quando foi anunciada como a vencedora.

Ainda em 1969, no IV Festival Internacional da Canção, realizado pela Rede Globo, Silvio da Silva Jr. e Aldir Blanc concorreram com "*Serra Acima*", interpretada pelos Três Morais, que chegou à final. Todavia, César Costa Filho conquistou o 3º lugar com "*Visão Geral*", composta em parceria com Ruy Maurity e Ronaldo Monteiro de Souza. Tal composição utilizou a "linguagem de fresta", aquela de que se vale o compositor popular para habilmente driblar a censura imposta pelo regime, de acordo com VASCONCELLOS (1977), nos versos: "A rosa prosa bela/vem na primavera/e o jornal da tela/noticia a guerra" e "A noite vira dia/no claro da luta/veja se me escuta/olha a sua rua/ que a verdade nua e crua/um dia vai chegar".

De certa forma, Aldir Blanc e César Costa Filho apontaram para os outros membros do MAU, a principal vitrine para os seus trabalhos: o FIC. Desentendimentos entre

os membros do MAU e a direção da Tupi já ocorriam desde a primeira edição do festival. Ivan Lins, Gonzaguinha. Aldir Blanc e César Costa Filho, que assumiram o cargo de porta-vozes do MAU, chegaram a afirmar que os festivais da Tupi não eram universitários, e sim apenas eventos televisivos. (SOMBRA,1970, p. 18)

Além do *Soul* e do *Pop*, a grande sensação do *V FIC* foi o MAU. Premiados com o 2º lugar (*"O Amor é o Meu País",* de Ivan Lins e Ronaldo Monteiro de Souza) e com 4º lugar (*"Um Abraço Terno em Você, viu Mãe"* de Gonzaguinha) e da classificação de *"Diva"* (Aldir Blanc e César Costa Filho), o MAU chamou a atenção da TV Globo e das gravadoras.

A imagem do MAU, finalmente fixada através do *V FIC*, que vem ao grande público na segunda metade de 1970, é a de um grupo de jovens cariocas universitários, vestidos com jaquetas azuis, uma espécie de "uniforme" que sugeria unidade, mas com estilos musicais muito diferentes. Porém, depois do *V FIC*, a atenção do público e da imprensa voltou-se mais para Ivan Lins.

A participação de Ivan Lins no *V FIC* havia provocado uma grande polêmica, pois a canção *"O Amor é o Meu País"* foi considerada "entreguista" pelos universitários de esquerda. Houve uma relação paradoxal entre o público universitário, que não a diferia de *"Eu Te Amo Meu Brasil"* (Dom), e a grande audiência, que a acolheu em um momento de ufanismo, pois a canção recebeu uma atenção muito particular por parte das estações de rádio.

Os compositores do MAU se pronunciaram contra a interpretação dos que viam um teor nacionalista na letra. Ivan Lins declarou que muitos do júri, que tinham elogiado a composição, depois da vitória do selecionado brasileiro na copa do mundo de futebol de 1970, mudaram de opinião e o acusaram de "adesista":

> *A música foi composta em janeiro de 1970, inscrita a seguir no festival, classificada antes da Copa do Mundo que o Brasil venceria. O jornal O Globo publicou um comentário crítico sobre as 30 classificadas. Os comentários foram elogiosos. Lembro-me que o jornalista Júlio Hungria era um dos comentaristas. Aí veio a Copa e o governo usou a vitória como propaganda política. O mesmo Júlio Hungria que havia elogiado passou criticar a música. Nos shows do MAU, antes que eu cantasse O Amor É o meu País, o Aldir Blanc ia ao microfone e dizia: Isso que estão fazendo é molecagem com o Ivan, a música é linda e não está elogiando a ditadura, prestem atenção.* (DIAS,1997, s.p.)

Por outro lado, Gonzaguinha conseguiu uma maior simpatia do público universitário com a sua canção *"Um abraço terno em você, viu mãe"*. O compositor construiu uma narrativa que confronta o progresso na cidade grande e a realidade do sertanejo. Tal canção fixou ainda mais a sua imagem de cantor de protesto.

Com o sucesso do *V FIC* e do MAU, rapidamente a Rede Globo tentou recuperar o gênero musical na televisão brasileira, que estava desgastado desde o final da década de 1960. A nova empreitada global, se chamaria *"Som Livre Exportação"*, com a produção e direção de Solano Ribeiro, Walter Lacet e Eduardo Athayde.

A repercussão do *V FIC* permitiu a Rede Globo "capitalizar", mesmo que por um "breve" momento, os resultados do evento, pois o "*Som Livre Exportação*" durou apenas 9 meses. A atração, ao mesmo tempo em que impulsionou a carreira de Ivan Lins por um período e auxiliou na reformulação da imagem de Elis Regina,[2] também foi um dos principais elementos para a dissolução do MAU.

A cooptação do MAU por parte da Rede Globo, possuía tanto o intuito comercial quanto político, segundo Ivan Lins, pois o programa fitava também a desarticulação da juventude do período.

> *O MAU, todo egresso da Jaceguai, tinha um uniforme, um colete azul. A Globo ficou impressionada: pareceu aos diretores que era a primeira coisa com cara de "grupo" desde a Tropicália. Bom, a Globo havia cooptado gente que havia militado em política de esquerda, como o Solano Ribeiro, por exemplo, que tinha experiência de organizar os festivais da TV Record, em São Paulo. Íamos lá para conversar sobre o programa e "eles" nos mostravam filmes sobre a invasão da Checoslováquia, a Hungria... e diziam: "Precisamos fazer um programa revolucionário." Estavam usando-nos, já que representávamos uma facção que incomodava o governo*. (DIAS,1997, s.p.)

Apesar da declaração de Ivan Lins, deve-se relevar que a relação indústria fonográfica e a televisão foi muito importante na idealização do programa, pois o MAU parecia um movimento que mais se assemelhava com a "tropicália", e assim, poderia promover um novo ciclo mercadológico.

Em 03 de dezembro de 1970, *"Som Livre Exportação"* estreava no horário nobre das quintas-feiras. A atração, inicialmente, se apoiaria no MAU e em novos nomes, apresentando por vez ou outra, nomes consagrados como Chico Buarque e Toquinho & Vinícius. Além disso, tinha como intuito a exportação da música brasileira. Contudo, os índices de audiência dos 4 primeiros programas (média de 38,7% na cidade do Rio de Janeiro) demonstraram que a idéia inicial era problemática. (IBOPE, 1970a) Focar o MAU e os novos nomes não foi o suficiente para garantir uma espetacular audiência como os demais

[2] A cantora Elis Regina, que em 1967 liderou a passeata "contra a guitarra", em 1970, buscava reformular a sua carreira, adotando um repertório que incluía canções de Caetano Veloso e Tim Maia, inclusive gravando a canção *"Perdão, não têm"* de autoria de Pelé, em dueto com o próprio jogador. Em entrevista a revista Veja, Elis Regina declarou: "Tenho uma paixão violentíssima pelo Som Livre, que é o responsável pela minha nova atividade artística." (RECOMEÇA, 1971, p. 44)

programas da emissora. Além disso, segundo RIBEIRO (2002, p. 143-144), o principal patrocinador, a SHELL, sugeriu a contratação de Elis Regina como apresentadora fixa ao lado de Ivan Lins e a escalação de astros da música brasileira como Wilson Simonal e Roberto Carlos.

No início de 1971, a Rede Globo e a CBD (Companhia Brasileira de Discos) passam a dar uma maior atenção a Ivan Lins em relação aos outros membros do MAU. A CBD distribuiu 3.000 folhetos à imprensa, preparando-a para o lançamento do primeiro Lp de Ivan Lins, "*Agora"* (Forma, 1971), que chegou ao primeiro lugar no IBOPE (1971b), atingindo a marca de 70.000 cópias vendidas. (RECOMEÇA, 1971, p. 43). Contudo, o seu êxito comercial não foi acompanhado pela aclamação da crítica e muito menos pelo sucesso comercial do MAU. Era visível a diferença entre o caminho traçado por Ivan Lins, que se tornou a imagem do programa, e dos outros membros do movimento. (AGORA, 1971, p. 63) Ivan Lins tornou-se alvo dos críticos, que o acusavam de "produtor musical de massa". Ivan Lins chegou a admitir que estava sujeito a certas pressões comerciais, mas prometia "apresentar trabalhos em termos culturais mais elevados." (SOMBRA, 1971c, p. 21)

O que parece evidente é que a produção de Ivan Lins se adaptou perfeitamente ao formato da televisão, principalmente para as telenovelas. Antes mesmo da final do *V FIC*, *"Madalena"*, (Ronaldo Monteiro de Souza e Ivan Lins) interpretada por Elis Regina, começava a despontar nas rádios, amparada pela sua inclusão na telenovela *"A Próxima Atração"*, que tinha como canção-tema homônima, outra composição de Ivan Lins. No início de 1971, o compositor possuía 4 temas incluídos em telenovelas. A revista Veja apontou as características que tornavam o trabalho de Ivan Lins extremamente assimilável: o estilo cantado/gritado do *Soul*, gênero muito em voga em 1970 e os arranjos de Artur Verocai que lembram um pouco os de Burt Bacharah e de Sergio Mendes. (AGORA, 1971, p. 63)

Com a introdução de suas composições nas novelas globais e com o comando do programa *"Som Livre Exportação"*, Ivan Lins tornou-se um músico calcado na televisão, "comercial" e "adesista", para uma parcela da imprensa e do público universitário. Neste momento, "o apreço teve o seu preço". Em fevereiro, a atração atinge bons índices de audiência, mas depois de constantes modificações. O MAU se apresentava em grupo no programa, porém, quando foram renovados os contratos, somente Ivan Lins, César Costa Filho e Gonzaguinha foram mantidos. Com isso, o desaparecimento do MAU era previsível.

No final de fevereiro, Ivan Lins anunciou a sua saída do MAU. Além de alegar falta de tempo, Ivan Lins justifica a sua saída através de criticas ao posicionamento do MAU em relação ao repertório e ao sucesso comercial.

> *Foi melhor para eles também, pois sem minha presença, eles aparecerão mais. Quando estamos juntos, meu sucesso quase sempre os deixava passar desapercebido. Paralelamente, perdi contratos e chances de ganhar mais, só para ficarmos unidos, pensando que isto ajudaria a todos.(...) O jeito é mudar, pois da maneira como eles estão trabalhando, o negócio já era. Um desconhecido cantando música desconhecida de um compositor desconhecido que ninguém sabe quem é, acaba não dando pé.* (SILVA, 1971, p. 27.)

Logo após a saída de Ivan Lins, Aldir Blanc e César Costa Filho anunciam também a sua retirada. A declaração de Aldir Blanc mostrou claramente que o "apreço teve o seu preço".

> *Ivã queria transformar. Fazer música de consumo. Por isso consideramos benéfica a sua saída. Ivã não compreende que a proposta era fazer música para a faixa universitária. É verdade que consumo é vital, porém, música consumível, sem ceder às leis de consumo.(..) O Ivã escolheu a faixa de consumo fácil e o MAU preferiu ficar no meio termo. Não quero fazer média. Continuo como parceiro de César, do Silvio e atualmente, João Bosco, um compositor lá de Ouro Preto.* (SOMBRA, 1971b, p. 37)

A Rede Globo, ao capitalizar o movimento MAU, revelado através dos festivais, acabou por focar o elemento que melhor se adaptava à produção de massa e aos padrões televisivos. Ivan Lins, que não produzia uma música engajada no período, se tornou o elemento do MAU mais "acessível" ao grande público, diferentemente de Aldir Blanc e Gonzaguinha, cuja produção possuía menor apelo comercial. Gonzaguinha chegou a afirmar que a sua "imagem de antipatia não permitia que as pessoas tentassem o cooptar." (MILLARCH, 1991, p. 16)

O *"Som Livre Exportação"* foi cancelado em agosto de 1971, após o rompimento do contrato entre a emissora e Ivan Lins. A superexposição na mídia desgastou ainda mais a imagem do compositor, reforçando a "pecha" de músico "comercial e adesista". Em 1974, Ivan Lins redirecionou a sua carreira através do sucesso *"Abre Alas"*, uma canção de conteúdo contestador, feita em parceria com o letrista Vitor Martins. Explicando a sua participação na Globo e a dissolução do MAU, Ivan Lins não rebate as críticas que sofreu: "Eu era um garotão de classe média, alienado em tudo e me deslumbrei com a televisão.(..)A máquina engoliu a gente. Eu principalmente. E bem que o Aldir (Blanc) nos avisou." (IVAN LINS, 1977, s.p.)

Desta forma, nota-se que o MAU, foi apresentado através dos festivais, um elemento de sondagem da indústria fonográfica, e capitalizado pela TV Globo. A televisão, como uma "janela do mundo", divulgou tal movimento artístico, no entanto, de acordo com a sua racionalidade pragmática, focou os elementos mais acessíveis, buscando promover mais um ciclo mercadológico.

Referências bibliográficas:

AGORA. **Veja**, São Paulo: Abril, s/n, p. 63, 10 fev. 1971.

DIAS, M. *Primeira banda de Ivan Lins só tinha salva-vidas*. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 dez. 1997.

FRITH, S. Look*! Hear! The uneasy relationship of music and television*. In: **Popular Music.** Volume 21/3. London:Cambridge University Press, 2002. p. 277-290.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **Boletins de assistência de televisão.** Relatório semanal de assistência da TV, Rio de Janeiro, 1970 - 1976. AEL, Unicamp.

_____. **Pesquisa de Vendas de discos.** Relatório semanal sobre vendas de discos, Rio de Janeiro, 1970 - 1976. AEL, Unicamp.

IVAN LINS volta a Porto Alegre agora para mostrar novos rumos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 09 jul. 1977.

MILLARCH, A. *Gonzaguinha: uma biografia*. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 30 abr. 1991, p. 16.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: Necrose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

NAPOLITANO, M. **Seguindo a canção.** São Paulo: Annablume, 2001.

PETTERSON, A. P.; BERGER, D.G**.** *Cycles in Symbol Production. The case of popular music.* In: FRITH, S.; GOODWIN, A. (Orgs.) **On record.** Nova Iorque: Pantheon Books, 1990.

RECOMEÇA a corrida para o ouro. **Veja**, São Paulo: Abril, s/n, p. 40 - 45, 10 mar. 1971.

RIBEIRO, S. **Prepare o seu coração.** São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SILVA, A. C. O MAU já era. **Amiga**, São Paulo: Bloch, nº 42, p. 27, 02 mar. 1971.

SOMBRA, J. L. *Ivã Lins, Gonzaguinha, entre outros dão a dica: o MAU vai bem*. **Amiga**, São Paulo: Bloch, nº. 28, p. 18, 01 dez. 1970.

_____. *Alguém acredita no MAU? César Costa Filho sai do MAU*. **Amiga**, São Paulo: Bloch, nº. 49, p. 37, 29 abr. 1971.

_____. *O sucesso me deixa grilado*. **Amiga**, São Paulo: Bloch, nº. 36, p. 21, 16 jan. 1971.

TEMPLO de todos os sons. **Veja**, São Paulo: Abril, s/n, p. 56 - 57, 23 dez. 1970.

VASCONCELLOS, G. **Música Popular:** de olho na fresta. Rio de Janeiro: Ed. Graad, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relatos sobre uma doença e os seus enfermos: a tuberculose e os tuberculosos em Pelotas (RS) 1930-1960

Lorena Almeida Gill*

Resumo: Entre 1930 e 1960 a tuberculose, sob todas as suas formas, era a enfermidade que mais vítimas fazia em Pelotas, chegando a acometer 1/3 de sua população. Embora este tenha sido um período extremamente importante para o tratamento da moléstia, com um grande avanço na terapêutica, a maioria dos doentes não conseguiu se beneficiar dos resultados trazidos pelas novas pesquisas e pela expansão do atendimento hospitalar. Este trabalho, ainda em fase inicial, pretende caracterizar o indivíduo tuberculoso, investigar as diferentes formas de tratamento propostas aos enfermos e analisar relatos de pessoas que tiveram algum envolvimento com a doença: portadores, familiares e médicos. Neste sentido, além da pesquisa documental, o projeto trabalha com a metodologia da história oral temática, a qual será aqui priorizada.
Palavras-chave: Tuberculose - História Oral - Pelotas.

Abstract: Between 1930 and 1960 the tuberculosis, under all its forms, was the disease who more victims made in Pelotas, arriving to acometer 1/3 of its population. Although this has been an extremely important period for the treatment of the disease, with a great advance in the therapeutical one, the majority of the sick people did not obtain to benefit itself of the results brought for the new research and the expansion of the hospital treatment. This work, still in initial phase, intends to characterize the tuberculous individual, to investigate the different forms of treatment proposals to the patients and to analyze people who had some envolvement with the illness: porters, familiar and medical. In this direction, beyond the documentary research, the project works with the methodology of the thematic oral history, which here will be prioritized.
Keywords: Tuberculosis - Oral History - Pelotas.

A tuberculose é considerada uma doença tão antiga quanto a própria humanidade (Bertolli Filho, 1993). No Brasil, foi trazida pelos colonizadores europeus e acabou matando um importante contingente da população indígena.

Foi no decorrer do século XIX, no entanto, que se firmou como a endemia que mais mortes provocou no decorrer dos tempos, ainda que fosse nesse mesmo século que três cientistas fizeram importantes descobertas, a fim de atenuar ou acabar com os efeitos da devastação que provocava. O primeiro foi o médico francês Laennec (1781-1826) que conseguiu perceber a nosologia completa da enfermidade; o segundo foi Jean Antoine Villemin (1827-1892), médico militar, também francês, que estabeleceu o caráter contagioso

* Professora da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História. O projeto tem financiamento da FAPERGS e conta com o auxílio dos bolsistas Ângela Beatriz Pomatti e Maurício Duarte.

da tuberculose e o terceiro, o bacteriologista Robert Koch (1843-1910), que em 1882, descobriu o bacilo *Mycobacterium tuberculosis*, posteriormente denominado de Bacilo de Koch, em sua homenagem.

A tuberculose, além de toda a devastação física, trouxe consigo várias representações, que foram reelaboradas continuamente.

A partir de diferentes concepções acerca do corpo e da doença, a primeira representação existente "[...] definia a tuberculose, como uma doença da constituição, ou seja, nascia-se com o organismo predisposto ou com a moléstia" (Gonçalves, 1998:17). A idéia de que a hereditariedade era fator determinante para a aquisição da doença permaneceu durante muito tempo, fazendo com que fosse dado como certo o fato de que o filho de um tuberculoso, necessariamente sofreria do mesmo mal.

Uma outra imagem, importada da Europa, relacionava a doença ao amor, às artes, ao refinamento. Foi denominada de visão romântica. "De acordo com a mitologia da tuberculose, geralmente há alguns sentimentos de paixão que provocam o ataque da doença ou que se exprimem nesse ataque. Mas as paixões devem ser contrariadas e as esperanças, frustradas"(Sontag, 1984: 131).

Somente no início do século XX, a percepção de que a tuberculose tratava-se de um mal social começou a se solidificar. Isto não quer dizer que necessariamente caberia ao poder público modificar a situação precária de infra-estrutura vivida pela maior parte da população, a fim de evitar o adoecimento. No mais das vezes o culpado aparecia como sendo o indivíduo, que, no final das contas, não dispunha de recursos financeiros que propiciasse a ele e a sua família melhores condições de moradia, higiene e trabalho.

É por isso que, junto à visão de doença das civilizações que remetia às condições sociais – nas quais o enfermo estava inserido – aparecia sua representação como uma doença individual.

Em Pelotas, a mortalidade causada pela tuberculose, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, apresentou números impressionantes.

Entre 1890 e 1930, a situação do doente era desesperadora. Como se tratava de uma enfermidade incurável, havia duas possibilidades de se diminuir um contágio ainda maior: melhorar as condições de habitação dos cidadãos e construir locais adequados, dentro dos hospitais para abrigar os enfermos. Através de pesquisa realizada para fins de doutorado pude comprovar que nem uma coisa ou outra foi feita pelos governos, em suas diferentes esferas (Gill, 2004).

No que diz respeito ao cuidado com os doentes, apenas no ano de 1925 foi inaugurada junto à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, uma área de isolamento que não conseguiu atender à demanda, já que a sua capacidade era a de receber entre 40 e 60 enfermos. Se tomarmos como exemplo o mesmo ano, 1925, houve 3.263 internações gerais, sendo 158 por tuberculose. Essa incidência ultrapassa em muito o acolhimento da nova enfermaria.

O projeto que está sendo executado propõe-se a estudar a tuberculose no período imediatamente posterior aquele analisado durante o doutorado, ou seja, 1930 a 1960. Esta foi uma época extremamente importante para o tratamento da enfermidade, com um grande avanço na terapêutica. Ainda na década de 1920 iniciou-se a vacinação pela BCG (Bacilo de Calmette-Guérin); nos anos de1930 foi desenvolvida a técnica da abreugrafia e a partir de 1944, quando Selman Waskman (1888-1973), descobriu a estreptomicina, foi possível iniciar o combate a vários tipos de infecções, dentre elas a tuberculose.

Portanto, nos trinta anos abrangidos pela pesquisa houve uma considerável alteração no tratamento da doença, o que permitiu muitas vezes um prolongamento da vida do enfermo.

Neste texto serão trabalhados fundamentalmente os depoimentos já colhidos de médicos e parentes de enfermos. Foram entrevistados os médicos Naum Keiserman, nascido em 1917, em Porto Alegre, que atuou durante décadas no Departamento de Tisiologia do Centro de Saúde do Estado, em Pelotas; Saul Sokolovsky, nascido em 1927, que trabalhou nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa e Carlos Karam, também nascido em 1927, que apesar de se dedicar a outra especialidade, conviveu com a moléstia durante toda a sua extensa trajetória profissional.

Com relação aos familiares de pessoas acometidas por tuberculose a busca tem sido mais difícil, tendo em vista que muitos daqueles envolvidos com a enfermidade não se dispõem a falar, colocando como obstáculo a dificuldade em rememorar histórias de tanto sofrimento e também o fato da presença ainda viva do estigma.

Para Goffman (1980:14) podem-se mencionar três tipos diferentes de estigmas. O primeiro se relaciona às deformidades físicas; o segundo, às culpas construídas em virtude de atos individuais "percebidos como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade [...], vício, alcoolismo". O terceiro vincula-se a traços transmitidos em face de uma mesma linhagem, capazes de "contaminar por igual todos os membros de uma família". Note-se que a tuberculose pode ser pensada através das três formas de estigmas propostas pelo autor: o corpo de um tuberculoso revela marcas perceptíveis com o

desenvolvimento da doença; ao mesmo tempo, no século XX fundamentalmente, a tísica tanto foi vista como fruto de hábitos impróprios, como causada pela hereditariedade familiar.

Até o momento foram obtidos dois depoimentos de pessoas que tiveram algum tipo de ligação com a doença. O primeiro depoente Luís Carlos André Pereira, nascido em 22 de agosto de 1911 e falecido recentemente, no dia 24 de abril, teve quatro familiares com tuberculose pulmonar: o pai, chamado Antônio André Pereira e três irmãos, Aires, Otávio e Cássio André Pereira. Todos foram cuidados por um médico humanitário, que também faleceu por tuberculose pulmonar, após passar quatro anos em tratamento num Sanatório de Minas Gerais. Seu nome era Armando Fagundes e, em jornais da época, aparece a dedicação integral deste profissional em minimizar o sofrimento daqueles que possuíam a tísica.

A segunda entrevista aconteceu com Maria Araújo, nascida no dia 16 de março de 1940, que desvenda minuciosamente o universo familiar em que estava inserida, referindo-se prioritariamente a história do pai.

Maria contou que vários de seus familiares viviam todos juntos em uma casa com poucos cômodos e que ninguém, além do pai, se contaminou. Para ela isto se deu em função de que:

> *O meu pai era muito cuidadoso, ele tinha o prato dele marcado, tinha uma colher, ele como era ferreiro, marcou praticamente a ferro e fogo, com uma cruz ali, que aquilo ali era dele e ele tinha a própria caneca, tudo o que era dele não se tocava. Ele era muito bom, não brigava com a gente por nada, só se mexesse nas coisas dele. Inclusive naquele tempo se usava muito lavar louça com bacia porque não tinha água encanada e ele tinha a bacia própria dele. A roupa dele, toalha, nada, nada se podia usar.*

Em sua fala aparecem também práticas para manter o ambiente mais saudável:

> *Lá na casa da minha avó eles usavam muito de queimar eucalipto. Eles ferviam umas panelas de eucalipto e a gente sentia aquele cheiro forte que ficava dentro de casa. Botavam um fogareiro com água para ferver porque diziam que aquilo ali desinfetava ou ajudava a desinfetar. Eles ferviam e ficava aquele cheirinho dentro de casa, era coisa que a gente criança achava tudo engraçado, não é? Eu achava aquilo tão estranho. Por que estão fervendo essas ervas aí?*

Embora em sua casa não tenha havido outra contaminação, uma tia e um primo também foram vítimas da doença.

Tanto na fala do senhor Luís quanto na de dona Maria, a hospitalização aparece como o último recurso.

Luís afirma que o pai "não chegou a ir para o hospital, porque sabia que a vida estava no fim. Não queria ir para o hospital. Ele queria morrer em casa". Maria revela que a tia, após realizar uma intervenção cirúrgica, teve que permanecer internada, mas que "durou só um dia lá porque em casa era tudo feito com muito cuidado, tudo era muito agasalhado, aí ela chegou lá naquela enfermaria muito grande e sentiu muito a diferença e longe da família, naquela mesma noite, ela faleceu".

Note-se que o número de falecimentos em casa era altíssimo, em termos de doenças em geral. No ano de 1920, por exemplo, foram 91,73% para o estado do Rio Grande do Sul[1]. Em se tratando de tuberculose, a internação era ainda mais rara, pois servia apenas para propiciar repouso ao enfermo e uma alimentação saudável e, por outro lado poderia trazer graves conseqüências para a vida do paciente, uma vez que estar no hospital significaria não ter mais como esconder a doença.

Os três médicos entrevistados concentraram o seu olhar, como se esperava, nos processos de tratamento para a enfermidade.

Saul Sokolovsky e Carlos Karam não se dedicaram exclusivamente à doença, embora tenham convivido com ela, por estarem inseridos na rotina diária de hospitais, que recebiam pessoas com as mais diferentes necessidades.

Já Naum Keiserman, que realizou estágios em Porto Alegre, Montevidéu e Córdoba, na Argentina, dedicou parte de sua vida profissional à tisiologia, especialidade existente e importante segundo ele, até o aparecimento dos antibióticos. "Com os antibióticos o tratamento da tuberculose passou para os clínicos gerais, não se ia mais aos especialistas, o clínico receitava o antibiótico e pronto".

Antes desse período, no entanto, o médico Naum relata de forma pormenorizada quais os processos utilizados em hospitais para buscar o prolongamento da vida do enfermo.

Um dos procedimentos mais utilizados por ele foi o pneumotórax, o qual descreve da seguinte maneira:

> *O pulmão é revestido por um tecido chamado pleura, então são duas pleuras, a parietal que forra o tórax e a pleura visceral que encobre o pulmão. Quanto o pulmão respira essas duas pleuras deslizam uma na outra, enche o tórax, se faz o vácuo entre as duas pleuras e esse vácuo, auxiliado pela expiração, expande o pulmão. Quando se introduziu o pneumotórax a idéia era fazer com que as lesões, principalmente as cavernas, sofressem um colapso. A tendência normal do pulmão é retrair, não retrai porque tem o vácuo entre as pleuras, então se introduzir ar entre a pleura parietal e a pleura visceral, essa camada de ar faz com que o pulmão tenha um colapso, e a idéia é fazer com que com esse colapso, a caverna, que é uma*

[1] Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1920, II Volume, 1920. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 532.

> *escavação, tenda a se fechar e fazer a cicatrização de uma parede para outra, então se fazia a injeção de ar entre as duas pleuras, isso era o que eu fazia.*

Como se tratava de um tratamento controverso, o médico não negou os riscos do procedimento, ao abordar a enorme precisão necessária para introduzir a agulha exatamente no espaço entre as duas pleuras. Outras questões seriam: "na hora da realização da prática a injeção pegar alguma veia, alguma artéria do tecido. Outro problema é que às vezes com a irritação da pleura acontecia um derrame pleural, formando um líquido dentro da cavidade torácica. [...] Eu tive casos de estar no consultório fazendo isso e de repente dar uma embolia no paciente".

Keiserman conta também sobre a ressecação de costelas aprendida por ele em um grande centro de tratamento da tuberculose na Argentina, em Córdoba e sobre o que chamavam de "pneumotórax extra pleural cirúrgico", que consistia em se retirar uma costela e fazer o descolamento da pleura parietal, "de maneira a descolar a pleura da parede e abrir um espaço e depois injetar ar nesse espaço. Era uma terapêutica que se fazia em último caso, porque era difícil manter essa camada de ar".

Um outro tratamento aplicado eram as injeções de ar no abdômen, utilizado quando a lesão do pulmão era em sua base. O ar elevava o diafragma e produzia uma espécie de colapso pulmonar.

Questionado sobre uma prática, a plumbagem, sobre a qual os dois outros médicos haviam comentado, fala também sobre ela dizendo nunca tê-la executado, mas que existia. "Para se fazer o deslocamento do pulmão, em vez de se fazer o pneumotórax, se colocava bolinhas de ping-pong, no espaço entre a pleura visceral e o tórax".

Saul Sokolovsky comenta sobre esta técnica afirmando que os médicos colocavam bolinhas de ping-pong simplesmente esterilizadas e colabavam o pulmão. "Eu me lembro que depois até nós víamos as bolinhas nas radiografias, dependendo do tamanho da lesão".

É interessante o fato de que Naum Keiserman veio para Pelotas a fim de acompanhar sua esposa, recém nomeada pelo Estado como visitadora sanitária.

> *A profissão delas era visitar os pacientes e ensinar a fazer o isolamento, como cuidar para não transmitir a doença, tinha que ter seus talheres, copos, pratos, tudo separado. [...] Todo o médico que atende a doentes com doenças contagiosas é obrigado a notificar a Secretaria de Saúde, para a mesma tomar conhecimento de quantos doentes tinha e providenciar o que era necessário. A visitadora tomava conhecimento de cada doente que era tuberculoso e ia a casa desse doente ensinar como fazer o isolamento domiciliar. Outra função importante da visitadora era aplicar a vacinação BCG, nos recém nascidos.*

O casal esteve, portanto, completamente envolvido com a trajetória da moléstia na cidade. É por isso que praticamente todas as pessoas com as quais conversamos sobre a tuberculose lembram dos nomes de Armando Fagundes, em um período bastante recuado, já que ele faleceu na década de 1930; de Naum Keiserman, que atuou nos anos de 1940 e de Fuad Selaimen, falecido, que fez um trabalho neste campo, para uma época mais próxima.

Considerações finais

Este é um trabalho que está no início, já que as fontes que iremos pesquisar trazem muitas informações.

A equipe está envolvida em recolher dados em jornais da época, em Relatórios de Internamento e Enterramento da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, além de outros arquivos documentais e de ao mesmo tempo, buscar depoimentos que possam esclarecer elementos que as fontes escritas não conseguem abarcar e que se identificam com trajetórias individuais.

Pelo que se pode perceber até o momento, nas décadas de 1930 a 1960 não foi alterado o perfil do tuberculoso que continuava fazendo parte de um grupo de pessoas que, predominantemente eram brasileiros, do sexo masculino, solteiros, jornaleiros, negros ou pardos, com idades entre 21 a 35 anos, residentes na zona urbana, sendo a pobreza a condição agravante para a propagação da doença.

O que muda neste período são as formas de tratamento construídas para a doença. Procedimentos novos são tentados, outros são reciclados. A BCG e os antibióticos aparecem, no entanto, como um motivo de alento e esperança na vida de milhares de pessoas que de uma forma ou de outra, tiveram algum contato com o sofrimento causado pela enfermidade.

Fontes:

- Entrevista realizada com a senhora Maria Araújo, no dia 2 de março de 2007. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH).
- Entrevista realizada com o senhor Luís Carlos André Pereira, no dia 27 de novembro de 2006. Acervo do NDH.
- Entrevista realizada com o senhor Saul Sokolovsky, no dia 22 e fevereiro de 2007. Acervo do NDH.
- Entrevista realizada com o senhor Carlos Karam , no dia 27 de fevereiro de 2007. Acervo do NDH.

- Entrevista realizada com o senhor Naum Keiserman, no dia 2 de abril de 2007. Acervo do NDH.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1920, II Volume, 1920. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 532. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

Referências bibliográficas:

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História Social da Tuberculose e do Tuberculoso**. 1900-1950. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERNANDES, Tânia (coord.). **Memória da Tuberculose:** acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Nacional de Saúde. Centro de Referência Prof. Hélio Fraga: Coordenação Nacional de Pneumologia Sanitária, 1993.

GILL, Lorena Almeida. **Um mal de século:** tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. Porto Alegre, 2004. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GONÇALVES, Helen. **A visão do paciente**. Além da "Adesão" ao tratamento da tuberculose. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade do Rio Grande do Sul.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio da Janeiro: Zahar Editores, 1980.

REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. *O corpo: o homem doente e sua história*. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

SOURNIA, Jean- Charles e RUFFIE, Jacques. **As epidemias na História do Homem.** Porto: Edições 70, 1986.

WEBER, Beatriz. **As artes de curar**: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria: Editora da UFSM. Bauru: EDUSC- Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A recusa ao trabalho

Beatriz Ana Loner*

Resumo: Nada torna mais evidente a diferenciação de status jurídico entre os trabalhadores livres e aqueles sujeitos a formas de coerção extra-econômica, do que o modo como são tratados pelos seus patrões/senhores escravizadores, ou pelo Estado, nos momentos de enfrentamento ou de lutas contra a exploração de que são vítimas. Se algumas de suas estratégias podem ser iguais, especialmente aquelas que dizem respeito a pequenas resistências, como "corpo mole" e furtos, outras, entretanto, podem diferenciar-se radicalmente, em alguns casos assumindo conotações de luta, em outros de crime. Esta comunicação pretende discutir algumas formas como, historicamente, as paralisações de trabalho foram entendidas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: trabalho – greves – escravos.

Abstract: Nothing says more about the legal status differentiation between the free workers and those subjected to extra-economical coercion, than the way that they are treated by their bosses/ slavery masters or by the State, in the moments of confrontation or battles against their exploration. If any of their strategies can be the same, specially those regarding little resistances, like as slow work and theft, others, however, can be radically different, in some cases assuming fight connotations in other types of crime. This communication intends to discuss some forms of how, historically, bring to a halt the production were received by the brazilian society.

Keywords: work - strike – slaves.

Uma das mais fortes estratégias empregadas pelos trabalhadores sob o capitalismo é a negação ao trabalho, com o objetivo de reivindicar melhores condições de vida ou salário. É um dos melhores instrumentos de que dispõe, porque torna evidente a dependência das máquinas e do capital frente à atividade do trabalhador. A eterna luta entre os atores do processo, trabalhadores de um lado e donos do capital de outro, é uma luta pela apropriação do excedente, sem dúvida, mas também é uma luta pelo controle do processo de produção e trabalho. Essa característica é a responsável principal pelo contínuo progresso técnico, como meio de tornar o capital menos dependente do braço humano. Nas sociedades modernas a recusa ao trabalho já foi reconhecida como um direito do trabalhador, mas a história operária está repleta de exemplos de conflitos armados, e até mortes, causadas por enfrentamentos que tiveram, em sua origem, um episódio de paralisação de trabalho. A tolerância à greve, por

* Professora do Depto. de História e Antropologia da UFPel, doutora em Sociologia.

parte das autoridades e dos patrões, sempre foi variável, dependendo em muito, da conjuntura política e social em que ocorre. Por exemplo, no Brasil houve greves no período imperial em que se buscou a negociação e houve respeito à posição dos trabalhadores e outras, como sob a ditadura militar (1964-1985), em que suas lideranças foram presas, processadas e algumas até torturadas.

Segundo o Aurélio (s.d: 775) greve é a "*recusa, resultante de acordo de operários, estudantes, funcionários, a trabalhar ou comparecer onde o dever os chama, enquanto não sejam atendidos em certas reivindicações; parede*". Há reivindicações não contempladas, feitas pelos atores em greve, e que tomam a atitude de interrupção da atividade, tentando conseguir sua satisfação, no todo ou em parte. Assim, pode-se dizer que essa recusa implica em negociação, para que volte a ser restabelecido o fornecimento regular do trabalho ou da atividade em questão. Por esta definição, o conceito de greve é o suficientemente amplo para abranger categorias não assalariadas, como estudantes ou escravos.

Sociologicamente, a avaliação é diferenciada, de acordo com o estatuto jurídico do indivíduo que paralisa seu trabalho. No caso, se escravos não são donos do seu próprio corpo e, portanto, não podem dispor de sua força de trabalho, pode-se considerar que eles não podem fazer greve, pois, teoricamente, não poderiam se recusar a nada, não tendo direito, não só ao controle do seu corpo, como a vontade própria. Quebrar a vontade de um homem, fazê-lo submeter-se as piores condições, era a estratégia utilizada pelos comandos de escravizadores em suas razzias em busca de escravos pelo interior da África, pois sabiam que sem isso, os indivíduos não aceitariam a escravidão. No Brasil, houve proprietários de escravos que recepcionavam as recém incorporadas mercadorias vivas em suas terras, com uma fenomenal surra, para marcar quem mandava.

Portanto, vê-se que era essencial não permitir, ao trabalhador escravizado, nenhuma possibilidade de controle sobre seu corpo, e, por extensão, de seu trabalho. É por esse entendimento que a negação a prestar este trabalho, por parte de escravos, especialmente quando se apresentava de forma coletiva, sempre foi tratada como motim, revoltas contra o próprio sistema de dominação e não tentativas de negociação.

Aqui, vamos iniciar a discussão sobre o significado das paralisações de trabalho de trabalhadores não assalariados, sujeitos à coerção física no tempo da escravidão. Pretende-se pensar, de uma ótica interna à discussão do trabalho livre, as semelhanças e diferenciações entre o comportamento e as práticas dos trabalhadores escravizados e livres neste aspecto, como sujeitos submetidos a formas diversas de exploração econômica, mas que tem em comum a apropriação, por outrem, do produto do trabalho realizado.

Sabemos que, ao estudar realidades tão diversas, não será apenas a forma de exploração do trabalhador que é diferenciada, mas também pode variar o tipo de trabalho: (agrícola/ industrial) e o local em que ele ocorre (rural/ urbano). Isso dificulta a comparação, na medida em que a própria natureza do trabalho induz a semelhanças e diferenças mais expressivas que o tipo de condição jurídica do trabalhador. Por limitações de espaço, vamos praticamente restringir essa comparação ao caso rural.

Abstrairemos todas as formas de convívio e interação social dos grupos de trabalhadores, que não digam respeito apenas ao comportamento no trabalho e, entre as práticas de resistência utilizadas, serão privilegiadas aquelas que, individual ou coletivamente, representem um enfrentamento direto, baseadas na recusa completa à continuidade das relações de exploração no trabalho. Portanto, veremos aqui aquelas que implicam em atividades de paralisação do trabalho, fugas ou revoltas marcadas pela paralisação das atividades cotidianas, sem formação de quilombos fora da propriedade.

Antes de iniciar, é necessário advertir que não se pretende, de forma alguma, desconsiderar a extrema - e pior - situação do trabalhador escravo frente ao livre. O simples fato de que ele poderia (e frequentemente pagava) a utilização de alguma dessas formas de resistência com a própria vida, é uma diferença fundamental e que marca toda a forma de seu relacionamento com o trabalho, com o explorador deste, com os demais trabalhadores e, inclusive, as possibilidades de consciência e atividade organizativa que possuía. Ressalta-se isso, porque não se pretende igualar situações diferenciadas, a ponto de, em algum momento, passar a idéia de que a diferença entre o escravo e o livre, é apenas uma questão de grau de exploração. Impõe-se reafirmar que a posse de um ser humano por outro é a última e principal forma de desumanização do homem.

As fugas são um dos principais meios da negação ao trabalho pelo escravo, mas, como estratégia, pertencem ao plano individual Fugas coletivas acontecem, mas são mais raras, até porque taticamente elas dão mais certo quando são discretas e individualizadas, com o fugitivo tendo êxito em afastar-se rápida e silenciosamente do estabelecimento, ou quando é fácil camuflar-se ou conseguir esconderijos, no caso da cidade. Freqüentemente, quando são muitos que fogem ao mesmo tempo e/ou quando se levam mulheres ou crianças, se compromete o êxito da empreitada, não só porque é necessário andar mais lentamente, mas principalmente porque uma fuga individual pode ser vista de forma menos grave. Sabe-se que houve situações em que os senhores esperaram alguns dias antes de dar queixa ou sair em perseguição ao fugitivo, para ver se ele não aparecia.

Contudo, em casos coletivos ela assumia imediatamente uma conotação grave, apresentando o caráter, intolerável ao sistema, de constituir-se numa manifestação coletiva e organizada contra a exploração. Assim, normalmente ela dava origem a perseguições oficiais, com o apoio de outros senhores da redondeza e das autoridades locais, e então, as sanções eram violentas, praticamente sendo considerada um motim.

Reis e Silva (1989) assinalam a existência de *fugas reivindicatórias* e também foram encontrados casos em que o trabalhador não se recusava a condição de escravizado, apenas se negando a trabalhar para um determinado proprietário, fugindo acumpliciado com outra pessoa livre, que se torna o seu patrão (CARVALHO, 1998) ou até o vende a outro, com o seu consentimento (WISSEMBACH, 1998). Nestes casos – e apenas nestes - a fuga poderia ser comparada ao abandono do trabalho em troca de outro, por parte de trabalhadores assalariados, ou ainda a formas de negociação por melhores condições de emprego, pois é evidente que uma escravização não legal, para permanecer por um bom tempo, necessita de um prévio acordo entre as partes [contratantes?].

Contudo, nos casos mais comuns e mais fartamente documentados, em que a fuga tem o objetivo de conquista da liberdade do trabalhador, não há, na ampla gama de variações das estratégias dos trabalhadores livres de coerção física ou jurídica, nenhuma outra forma com a qual possa ser comparada. A fuga pela conquista da liberdade é a forma mais completa, não só de recusa ao trabalho, mas principalmente, de negação à situação jurídica e condição de vida do trabalhador escravizado, pois ele renega o trabalho que é forçado a realizar e seu próprio *status* naquela sociedade. Através desse movimento ele apropria-se do seu corpo e de seu destino, podendo dispor do que fará e – especialmente – do que não mais quer fazer. Ele busca um outro sentido para si neste mundo e resolve correr todos os riscos, inclusive o da própria vida, a permanecer naquela condição. Talvez não haja, no mundo do trabalho, outro exemplo tão claro de um fenômeno de desalienação individual.

Claro está em que também essa nova condição terá limitações: se dirigir-se ou formar um quilombo, estará tentando construir uma alternativa fora da sociedade circundante, não necessariamente de forma antagônica a esta, mas fora do seu espaço legal e sempre sob forte risco. Se esconder-se na cidade, trocando nome e profissão, vai buscar formas de sobrevivência dentro do status-quo vigente, submetendo-se, novamente, a alguma forma de alienação do seu trabalho.

No campo, temos vários casos concretos de episódios tratados como revoltas, mas que, na verdade, constituíram-se em paralisações em busca de melhores condições de vida e trabalho. Em muitos deles, houve um elemento detonador, seja acidental, seja premeditado,

que provoca a quebra do ritmo habitual de trabalho e, em meio à confusão que se estabelece, o plantel de escravos pára a maioria de suas atividades, mas permanece na fazenda, esperando o desenrolar dos acontecimentos. O fato de continuarem na propriedade e não fugirem pode sinalizar que seu interesse era resolver a situação que provocou a paralisação, que ainda não se consideravam rebelados, mas antes queriam negociar as condições para a volta a normalidade[1].

Por outro lado, não se pode esquecer que, neste caso, estão demonstrando comportamentos muito próximos aqueles dos camponeses que, em seus movimentos, também não abandonam as terras ocupadas, pelo simples motivo que as consideram suas (HOBSBAWM, 2000). Um dado é flagrante: eles mantêm as atividades essenciais, como o cuidado com plantações e animais, embora aquelas de interesse mais comercial possam ser abandonadas e até sabotadas, como em Santana dos Ilhéus, em que o engenho permaneceu parado por dois anos.

Se, no campo e entre os escravos, as paralisações de trabalho sempre foram consideradas como levantes ou motins e assim tratadas pelos senhores e pelas autoridades, não se pode esquecer que essa é a versão passada pela historiografia, a qual, por sua vez, se utilizou de fontes policiais ou judiciais. Isso não impede, entretanto, que possam ter havido outros incidentes, com paralisação de trabalho, resolvidos dentro das porteiras das fazendas e que não tenham tido este tipo de desfecho. E sobre estes, faltam fontes confiáveis, pois, pelas suas implicações, na maioria das vezes eram acobertadas em silêncio.

Sabe-se que havia senhores considerados muito brandos com seus escravos pelos seus vizinhos, que reclamavam de sua 'falta de pulso', para contê-los. Raras fontes informam episódios de escravos insubmissos ao trabalho, mas que continuam ocupando a terra, sem fugir. Um deles é narrado por Koster (1942, p. 243) no Maranhão, em que um grupo de escravos de uma propriedade rural se rebelou e matou todos os administradores enviados para chefiá-los, permanecendo nesta situação por "bastante tempo", até que foram atacados a tiros pelo novo administrador, um português e seus capangas, que matou vários, até reduzir os demais à submissão: "em dois ou três dias tudo estava tranqüilo, voltando os hábitos antigos, evadindo-se um número insignificante". Note-se que aqui, não houve o recurso à polícia, ficando a repressão na esfera privada, com o dono da terra negociando apenas um alto salário ao novo feitor. Tal como este, outros mais podem ter existido, em que o medo da perda da produção e de todo o plantel de escravos, ou pelo menos de parte significativa dele, a partir da

[1] Reis (2000, p 244) diz que estes movimentos tentavam "reformar a escravidão, não destruí-la".

entrada de autoridades policiais na repressão, levou os senhores a contemporizar e tentar resolver a situação com base em estratégias privadas.

O caso mais evidente do impasse colocado por um plantel rebelde e um senhor que quer minimizar suas perdas financeiras, ambos os lados atuando em absoluto comportamento racional e utilizando-se de "estratégias públicas e privadas" [2] diferenciadas, é representado pelo levante de Santana de Ilhéus.

A atitude de parte dos trabalhadores foi revoltarem-se, sabotarem o engenho para impedir seu funcionamento e acamparem em terras da propriedade, provavelmente cultivando-a, pois o movimento durou dois anos. Havia uma tendência a resistir entre este plantel de escravos, exemplificada em conflitos anteriores e posteriores a esse, sempre envolvendo reclamações em relação à quantidade de trabalho exigida de cada um e as recompensas materiais auferidas. O proprietário usou de uma artimanha, fazendo-os crer numa negociação, que fica consubstanciada no Tratado de Paz com suas reivindicações e no qual se torna evidente que seus objetivos eram, majoritariamente, melhores condições de trabalho e de vida.

Embora Schwartz (2001) e Gorender (1991) discordem a respeito do significado de suas reivindicações, com o segundo ressaltando o caráter excepcional desse plantel, como fruto de administração jesuítica anterior, ambos concordam que as principais negociações giravam em torno da quantidade de trabalho considerada normal por tarefa e dos dias de trabalho destinados ao senhor. Mesmo abstraindo-se isso, o documento apresenta um retrato extremamente racional desses trabalhadores, deixando evidente que, mesmo que aceitem sua posição de sujeitos a outrem, querem negociar os termos dessa subordinação. Schwartz tem razão ao considerar como elemento mais revolucionário deste caso, aquele que diz respeito à eleição do novo feitor, no qual reconhecem o direito do proprietário a escolha, mas querem ter a possibilidade de aprovação ou desaprovação do escolhido.

Contudo, também há que considerar que o documento em si é uma prova cabal de que estes trabalhadores, sujeitos a coerção física e jurídica, mesmo assim consideravam que tinham **direito a** negociar suas condições de trabalho. Por outro lado, o desfecho do episódio, com a prisão e venda/deportação para outras províncias das lideranças, indica que o proprietário não queria arriscar-se a perder todo o plantel e minimizou seus prejuízos, reduzindo-o um único escravo, Gregório, na cadeia por mais de uma década. Comportamento racional que também lhe custou outra revolta posteriormente, denotando que o gérmen (ou cultura?) da resistência era forte entre aquele grupo de trabalhadores.

[2] Sobre este conceito, ver Linden e Lucassen, 1999.

Podemos nos perguntar por que ele não aceitou o Tratado, se eram apenas reivindicações de trabalho que visavam voltar a um momento anterior, de menor exploração (Gorender, 1991). Será que era tão importante a produtividade extra? Será que não seria importante manter estes escravos tão rebeldes, satisfeitos, evitando assim a próxima revolta ? Ora, isso ocorreu pelo mesmo motivo que, na greve de 1906, em Porto Alegre, os empresários não cederam além das 9 horas de trabalho, mesmo arriscando-se a não terminar uma greve que provara ter alto grau de adesão: para que os trabalhadores não introjetassem a idéia de que tinham o controle da situação, que unidos poderiam melhorar suas condições de vida e salário. No caso em tela, seria ainda mais desastroso porque a idéia que estruturava a submissão desses trabalhadores escravizados era que eles eram coisas, não tinham controle do seu próprio corpo, e, por extensão da sua força de trabalho. Assim, negociar coletivamente com eles, implicaria em aceitar que tinham vontade própria e que possuíam certo controle de sua força de trabalho. Mesmo que esse senhor de escravos quisesse fazer isso, seria obstado pelos demais, que nunca aceitariam uma situação como essa, por medo que seu exemplo subvertesse a ordem dominante.

É esta idéia que extrapola o limite do que pode ser aceito pelo sistema: escravos não podem ter direito sobre si ou seu trabalho, pelo menos não se negociado abertamente, e menos ainda se coletivamente exposto. Em casos individuais, isso pode acontecer e o sistema absorve essa reivindicação, pois fica na zona da relação privada entre senhor e trabalhador, com o primeiro priorizando seus interesses econômicos que, em algum momento, podem coincidir com os interesses do escravizado. Isso é facilmente notado no mecanismo da coartação, ou seja, da compra da liberdade a prazo pelo escravo, em que ele tem relativa autonomia em escolher o trabalho de acordo com a possibilidade de lhe render o dinheiro necessário para pagamento da dívida.

A reivindicação individual pode, em casos de comportamento racional, ser contemplada ou negociada entre os dois agentes da produção. A questão adquire a forma de problema policial e político quando entram em jogo reivindicações coletivas, em que os trabalhadores, de alguma forma, expressam seu domínio sobre sua força de trabalho. Essa idéia, que não podia ser aceita sob a escravidão, foi duramente conquistada pelo trabalhador livre, e mesmo assim, sempre sujeita a retrocessos, principalmente em conjunturas políticas de caráter autoritário. E, se hoje está consolidada em muitos países, em termos políticos, perdeu definitivamente a luta em termos tecnológicos. Com Marx (1978) aprendemos à importância, para o capitalista, da subsunção real do trabalhador, momento do efetivo domínio do capital sobre o trabalho, quando este último está de tal forma incorporado ao capital (trabalho morto)

que sua expressão atual (trabalho vivo) é subjugada aos mecanismos e equipamentos da produção, não mais tendo controle do processo produtivo.

Concluindo e para não transgredir demasiado, a *norma* dos 20.000 caracteres, resta reafirmar que o tratamento de movimentos de paralisação do trabalho, no Império, era diferenciada de acordo com o estatuto jurídico do trabalhador e que essa discussão está ainda em seus inícios.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, Marcus. *Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848*. **Tempo**, v.3, n 6, UFF, dez. 1998, p. 49-72

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. Capítulo: A história vista debaixo para cima.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**, 2ª. edição. São Paulo: Atica, 1991.

FERREIRA, Aurélio. **Novo Dicionário da língua portuguesa**. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: ed. Nacional, 1942.

LINDEN, Marcel Van der e LUCASSEN, Jan. **Prolegomena for a Global Labour History.** www.iisg.nl/research/prolethtml.php , acessado em 30/4/2007.

MARX, Karl. **El Capital**. V. 1. México: Fondo de Cultura Econômica, 1978

REIS, João. *"Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista*. MOTA, C, G. (org.). **Viagem incompleta:** 1500-2000 A experiência brasileira . 1º volume. São Paulo: Senac, 2000, p. 243-263.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

REIS, João José. *A greve de 1857 na Bahia*. **Revista USP**, n.18, p. 8-29.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

WISSEMBACH, Maria Cristina. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O fator norte-americano na crise do segundo governo Vargas

Ana Luiza Setti Reckziegel*

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo abordar a relação dos Estados Unidos com o Brasil no período 1953-54 e , especialmente, analisar o papel que o governo norte-americano representou na crise que culminou com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. A partir da análise da documentação diplomática percebe-se que os EUA estiveram atentos `a condução da política interna e externa de Vargas acompanhando particularmente o desenrolar do projeto de formação de blocos regionais no Cone Sul.

Palavras-chave: Brasil-Estados Unidos - blocos regionais - política internacional.

Abstract: This communication aims to approach the relation between the United States and Brazil in the period of 1950-54 and, especially, analyze the role that the North American government represented in the crisis that culminated with Vargas's suicide in August of 1954. Since the analysis of diplomatic documents it has been realized that the USA were attentive to conduction of Vargas's internal and external politics following particularly the developing of the project on formation of regional blocs in South Cone.

Keywords: Brazil-United States - regional blocs - international politics.

O segundo governo Vargas foi marcado, em termos de política externa, pelo debate polarizado entre duas posições: uma, rotulada de "entreguista" por não dispensar a associação com a capital internacional; outra, denominada de nacionalista, contrária à penetração do capital estrangeiro e crítica contundente do imperialismo internacional. Esse debate movimentou a cena política nesse período e foi, em última instância, o responsável pelo desencadeamento da crise política que atingiu seu ápice com o suicídio do presidente Vargas em 24 de agosto de 1954. (Cervo e Bueno, 1992:250)

Em termos gerais, a expectativa que a eleição de Vargas havia gerado não correspondeu à expectativa de vários setores: as camadas médias urbanas, mais sensíveis à inflação e não beneficiadas com o aumento do salário mínimo, estavam descontentes; a burguesia industrial reclamava do aumento do salário mínimo e da desvalorização do cruzeiro, que encarecia à importação de máquinas e equipamentos; a burguesia agrária reclamava que os preços mínimos eram insuficientes. (Fausto e Devoto, 2004)

* Professora Titular do Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

Para além desse cenário, a crise se agravava com a manifestação das Forças Armadas que acusavam o governo de corrupção e alertavam para a infiltração comunista no Exército. Posicionavam-se, também, contra o ministro do Trabalho, João Goulart, responsabilizando-o por tentar criar uma república sindicalista no Brasil, ao estilo do peronismo.

Esse contexto de críticas e descontentamentos com o governo Vargas era acirrado pela hostilidade da grande imprensa, principalmente pelos Diários Associados, de Assis Chateubriand, e pela Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda. Este último tornou-se, em realidade, a voz que canalizou os grupos antigetulistas exercendo um estilo agressivo e de ataques cada vez mais exacerbados, repletos de denúncias contra o governo. A principal delas referiu-se a um suposto acordo secreto entre os presidentes Vargas e Perón acerca da formação de um bloco regional com a intenção de se contrapor aos Estados Unidos. Esse acordo, que também envolvia o Chile, sob a presidência de Ibañez, ficou conhecido como Pacto ABC.

No tocante às relações com os Estados Unidos é sabido que a América Latina não havia constituído uma prioridade para os norte-americanos no pós-guerra. Essa situação começou a mudar a partir de 1950 quando se instalou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. "Integrada por técnicos dos dois países, tinha por objetivo o estudo dos planos aos quais os Estados Unidos dariam direta ou indiretamente sua colaboração" (Cervo e Bueno,1992: 251). A contrapartida para esta colaboração seria o fornecimento de materiais estratégicos. O contexto no qual emergem os trabalhos da Comissão Mista foi permeado pela Guerra da Coréia e a cooperação econômica dos EUA para com o Brasil acabou condicionada, na prática, ao comprometimento do Brasil no esforço de guerra. O governo brasileiro, a despeito da discordância dos setores militares, acabou assinando o Acordo Militar, em 1952. Em um memorando entregue ao embaixador Herschel Johnson, Vargas deixava claro que a cooperação brasileira tinha um preço – a reciprocidade econômica:

> *A boa vontade do Governo brasileiro de contribuir com as matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos Estados Unidos deve encontrar sua contrapartida na boa vontade do Governo norte-americano de conceder prioridades de fabricação e créditos bancários a termo médio e longo, para a imediata execução de um programa racional de industrialização e de obras públicas. (*Memorandum. 14/11/1951. Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV)

Diante da pressão brasileira, os Estados Unidos aprovaram um empréstimo de 250 milhões de dólares, valor que Vargas considerava apenas o ponto de partida das conversações. No entanto a liberação dos créditos prometidos arrastou-se e os Estados Unidos

faziam cada vez mais exigências no sentido de um alinhamento incondicional do Brasil ao imperialismo ianque. Vargas, ao mesmo tempo em que cedia em algumas questões, muito pressionado pelo ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, cuja posição era francamente pró-americana, reafirmava a posição de defesa do nacionalismo econômico.

No entanto, a eleição do general Dwight Eisenhower, no final de 1952, para a presidência dos Estados Unidos, significou uma mudança no curso das relações com o Brasil que logo se deterioraram. Em junho de 1953, o governo Eisenhower decidiu, unilateralmente, extinguir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, desconsiderando as negociações entabuladas ainda no governo Truman, o que deixou os brasileiros extremamente descontentes.

Vargas, então, reagiu em duas frentes: internamente promoveu uma reforma ministerial, substituindo João Neves no Itamarati e nomeando para sua pasta, Vicente Rao e para o ministério do Trabalho escolheu João Goulart; no âmbito externo, agindo de forma isolada do Ministério das Relações Exteriores, resolveu pôr em prática a estratégia de se aproximar de Perón com a intenção de colocar o Pacto ABC na pauta de discussões. Explicou ao presidente argentino que não pudera dar continuidade ao acordo proposto em 1951, devido às dificuldades internas pelas quais passava o Brasil na época, mas acenava com a possibilidade de levar adiante o projeto que uniria num bloco regional de poder os três maiores países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile –o ABC.

Esse era, do ponto de vista da política externa o grande trunfo que Vargas possuía para pressionar os Estados Unidos a cooperarem com os financiamentos prometidos. A possibilidade de alianças regionais em plena conjuntura de acirramento da guerra fria não era interessante para os Estados Unidos. No entanto, Vargas não deu seqüência `as negociações com Perón, permanecendo na expectativa da reação dos EUA.

Esse estilo político de Vargas era plenamente reconhecido pela Embaixada norte-americana, como bem ilustra um de seus despachos para o Departamento de Estado:

> *Provavelmente a fraqueza mais grave da Administração é a sua incapacidade de proporcionar liderança na solução de problemas básicos. Esta deficiência origina-se primeiramente da recusa do Presidente em definir sua posição em questões de maior importância, que é por si a conseqüência de sua personalidade política e métodos de administrar. Com essa recusa, o Presidente deixa seus membros do Gabinete e outros importantes funcionários do governo completamente dependentes dele nos assuntos de política. Desde que nenhum funcionário pode alguma vez, mesmo em seu próprio campo, estar seguro da política global do Presidente.* (Embaixada EUA. Rio de Janeiro. CPDOC.FGV.DE. 20.01.53)

Exemplificando bem o que ocorria, as impressões da Embaixada referem-se também às relações de Vargas com a Argentina: "o Presidente tem da mesma forma falhado

em tornar clara sua posição em relação à Argentina e às atividades de agentes peronistas no Brasil".

É certo que essa indefinição fazia parte da própria estratégia adotada para com a Argentina: era impossível deixar explícita alguma coisa quando a questão era de bastidores. Mesmo assim, os norte-americanos previam as inclinações de Vargas, como também pode ser observado: "É lógico que ele olha o peronismo como um trunfo em potencial a ser utilizado em negociações com os Estados Unidos".

De fato, a Embaixada norte-americana parecia estar prevenida, tanto acerca das tramitações do Pacto ABC quanto, e especialmente, do objetivo de Vargas em relação a ele. Por isso, pareceu não levar a sério a polêmica levantada pela oposição, convencida de que

> *Os Estados Unidos são a única fonte de recursos que tem interesse e habilidade para propiciar a assistência necessária, sendo que a chave do dilema de Vargas estaria necessariamente, em última análise, em suas relações com os Estados Unidos.* (Embaixada EUA, Rio de Janeiro. s/d. CPDOC/FGV – DE 50.0l.23/l.)

A afirmação da Embaixada norte-americana confirma que o ponto fundamental da política de Vargas centrava-se na questão do desenvolvimento econômico que , por seu turno, era dependente dos empréstimos norte-americanos.

De acordo com o estilo de Vargas, já utilizado por ocasião da Segunda Guerra, a maneira de acelerar a liberação dos créditos prometidos pelos EUA era a barganha. A possibilidade de aliar-se ao ABC peronista colocou-se, para Vargas, providencialmente na medida em que se constituía num fator de pressão sobre os EUA, absolutamente contrários à formação de blocos que pudesse converter-se em desestabilizadores de seu domínio.

Se, como acreditamos, esse foi o raciocínio de Vargas e se os acontecimentos assim se desenrolaram, não havia a mínima possibilidade de isso ser publicamente ou mesmo oficialmente reconhecido. Na verdade, nenhum governo, nem o da Argentina, nem o do Brasil reconheceria, posteriormente, os entendimentos. (Bandeira: 1978, 351)

Então, premidos pela possibilidade de Vargas liderar a formação de um bloco regional de poder, os Estados Unidos, contrariando as promessas da era Truman, passaram a liberar os empréstimos a conta-gotas. O embaixador em Washington, Walther Moreira Sales, tentou interferir junto ao governo Eisenhower alegando que as relações políticas e econômicas entre os dois países estariam perigo. (Arquivo GV, 21/11/1953) Porém, não obteve sucesso.

Vargas então passou a tomar uma série de medidas que desagradaram os Estados Unidos. No início de 1954, Vargas assinou um decreto que fixava em até 10% as remessas de lucros e dividendos às empresas estrangeiras e a obrigatoriedade de se registrarem na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), numa tentativa de estancar a drenagem do

capital nacional. O governo norte-americano protestou contra o decreto e ameaçou com a suspensão de todos os empréstimos ao Brasil . Outra medida adotada e que contrariou os Estados Unidos foi a revisão dos registros dos capitais estrangeiros, a qual acabou não frutificando em razão das muitas pressões sofridas. (Bandeira: 1978)

Em fevereiro de 1954, as forças oposicionistas internas reagiram contra o anúncio de aumento do salário mínimo em 100% feito pelo ministro Goulart. Vargas acabou cedendo e pediu a saída de Goulart. Curiosamente, o próprio Vargas, em maio desse ano, ratificaria o aumento salarial proposto pelo ex-ministro.

Os militares, por seu turno, lançaram uma ofensiva contra Vargas através do chamado Memorial dos Coronéis, no qual alegavam que estavam abandonados pelo governo, com seus equipamentos antiquados e com soldos defasados.

Porém,o que tornou a crise do governo Vargas irreversível foi a denúncia feita pelo ex-ministro João Neves da Fontoura acerca do Pacto ABC. Em março de 1954, as tratativas entre Vargas e Perón vieram a público pela imprensa em um depoimento no qual Neves confirmava as negociações para a formação do bloco regional, alegando que não havia denunciado o acordo enquanto era ministro porque teria dado um prazo para que Vargas se manifestasse sobre a veracidade do fato. No entanto, o silêncio do presidente teria dado a Neves a prova de que se tratava de fato consumado.

A repercussão da denúncia causou enorme estrago no já desgastado governo Vargas. Neste ponto, discordamos das impressões expressas pela Embaixada norte-americana no Brasil, de que "O Presidente Vargas, ele próprio, aparentemente perdeu pouco terreno; de fato, seus partidários asseguraram que seu prestígio até certo ponto se acentuou, desde que parece que ele possa ter manobrado Perón" (Embaixada EUA. Rio de Janeiro. Despacho de Serviço Exterior, 26 abr. 1954. CPDOC/FGV – DE 50.0l.23/l)

Entendemos que as denúncias sobre o binômio Vargas- Pacto ABC e a campanha polêmica que se seguiu e que se utilizou no sentido de *traição* não só à Nação, mas também a próprios membros do governo, que ignoravam a transação, serviram para desgastar ainda mais a gestão Vargas.

A ausência de um desmentido contundente propiciou que as dúvidas que pairavam sobre as articulações do pacto não fossem dissipadas. Por seu turno, as facções pró-Vargas não puderam usar, perante a opinião pública, o argumento de que Vargas teria manipulado Perón para pressionar os Estados Unidos e que, em realidade, não era seu objetivo firmar o Pacto.

Apesar de o silêncio de Vargas ter evitado que a polêmica se inflamasse ainda mais, o agravamento da crise que o cercava não pode ser plenamente entendido sem que se refiram às denúncias sobre as articulações que teria procedido em favor da coalizão ABC.

O processo de acusações, que, em nenhum momento, conseguiu apresentar provas concretas, demonstrava que a estratégia política de Vargas, tanto no que se refere ao pólo interno, com o projeto de desenvolvimento econômico nacionalista, quanto ao pólo externo, a obtenção da cooperação econômica norte-americana, apresentava sinais evidentes de frustração.

Na medida em que o Pacto ABC, um dos pólos da política externa de Vargas, configurou-se num elemento-chave para a implementação de seu projeto de desenvolvimento interno, passou a funcionar como elemento de pressão sobre a outorga da cooperação econômica norte-americana, o outro pólo da política externa.

O Pacto ABC contrariava a noção de unidade continental defendida pelos Estados Unidos uma vez que nele vinha embutida, ideologicamente, a questão da *Terceira Posição* defendida por Perón, pela qual não se tratava mais de implementar uma autonomia relativa, mas, sim, de contrapor-se à nação hegemônica, desequilibrando a relação sistema-subsistema.

Entendemos que o Estado pode dirigir uma série de instrumentos políticos como resposta às demandas externas. Entretanto, tal esquema exige que se consiga estruturar um adequado sistema de conexões entre os grupos internos. Em relação ao Pacto ABC, esse mecanismo falhou e, em vista disso, deu lugar à articulação oposicionista; em outras palavras, a conexão interno-externa não obteve êxito.

O fracasso da estratégia em questão está intimamente ligado à divisão política interna. O enfrentamento do grupo nacionalista, adepto de Vargas, mas que ignorava as manipulações presidenciais em relação à Argentina e ao Pacto ABC, com o grupo entreguista, defensor do total alinhamento com os Estados Unidos e, neste sentido, contrário ao estreitamento das relações com a Argentina e com seu projeto de blocos autônomos, foi fatal para o sucesso dos planos de Vargas.

Quando se iniciou a campanha oposicionista, desencadeada com a denúncia do ex-ministro Neves, o envolvimento de Vargas com o Pacto ABC foi a *pedra de toque.* A partir daí, sob a perspectiva de uma articulação golpista, por parte da ala entreguista do Exército, das tentativas de *impeachment* do Congresso e diante dos ataques cada vez mais contundentes da imprensa, Vargas retraiu-se num comportamento de quase total imobilidade. Afinal, como admitir que havia, deliberadamente, iludido Perón quanto ao ABC enquanto

ganhava tempo nas negociações dos créditos norte-americanos, sem selar sua sentença de traidor?

O Pacto ABC acabou acirrando ainda mais as tensas relações com os EUA e, uma vez exposto e manipulado pelas forças oposicionistas, converteu-se no grande frustrador da estratégia política de Vargas de barganhar com a nação líder do sistema capitalista.

Referências bibliográficas:

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática , 1992.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina.** Um ensaio de história comparada (1850-2002).São Paulo: Editora 34, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Política externa dos EUA e questão militar no governo George W. Bush.

Sidnei J. Munhoz[1]

Resumo

Nesse trabalho serão analisadas algumas das principais perspectivas relacionadas ao estudo das transformações ocorridas na política externa dos EUA, após o 11 de setembro, com especial atenção ao campo militar. Por fim, serão expostas algumas das principais contribuições apresentadas na conferência The Future of American Military Strategy (2005), de fundamental importância para a compreensão das recentes transformações no campo militar nos EUA.

Palavras-chave: EUA - política externa - estratégias militares

Nos anos que se seguiram à queda do muro de Berlim e, posteriormente, à desagregação do mundo soviético, muitos vislumbraram uma nova era de paz e prosperidade sob a liderança dos EUA. Essa perspectiva, alicerçada em matrizes conservadoras, partia do pressuposto de que a simples existência da União Soviética ameaçava a paz mundial. Ainda, segundo essa perspectiva, tal situação teria obrigado as democracias ocidentais a reagirem ao expansionismo soviético ao longo período que se seguiu ao final da II Guerra Mundial e à desagregação da URSS. Em conseqüência, os defensores dessa perspectiva, afirmam que muitos avanços sociais buscados pelas democracias ocidentais não foram concretizados, pois essas nações gastavam mais do que gostariam na defesa da liberdade e da paz. Por esse prisma, sobremaneira, os EUA se viam obrigados a arcar com vultosos orçamentos militares para a defesa do chamado mundo livre. Afirmava-se então, nas hostes conservadoras, que, com a vitória do bloco ocidental na Guerra Fria, essa etapa poderia ser considerada superada e, então, o mundo poderia rumar para uma fase de paz e prosperidade que levaria à elevação dos padrões de bem estar social através de um novo processo que desenvolvimento econômico, político e social. Como é possível observar, isso não passou de uma construção ideológica que tinha por objetivo expandir as áreas de influência estadunidenses nessa "nova"

[1] Depto. de História da Universidade Estadual de Maringá
Programa de Pós-Graduação em História Comparada – UFRJ
Apoio do CNPq através de bolsa produtividade.

ordem mundial. Apesar do fim da Guerra Fria, as elites estadunidenses acreditavam que o mundo precisava de uma liderança incontestável para comandar e defender o capitalismo liberal e que essa liderança somente poderiam ser os EUA (McCORMICK-1995, p.248).

Uma vez passada a efervescência do momento, os ideólogos das elites estadunidenses deram continuidade a uma política externa baseada em perspectivas intervencionistas e expansionistas, tendendo ao unilateralismo, o que provocou sucessivas crises diplomáticas. Muitas delas adquiriram proporções planetárias, o que gerou instabilidade política mundial e alicerçou a retomada vultosa dos investimentos no setor bélico, de tal forma que já no segundo governo Bill Clinton as despesas com o orçamento militar estadunidense voltaram a superar àquelas relativas ao período da Guerra Fria.

É possível observar que, no transcorrer do governo de Ronald Reagan(1981-1989) e durante o de George Bush (1989-1993), os EUA elegeram novos inimigos, que passaram a ocupar o papel anteriormente desempenhado pelo comunismo. Assim, o fundamentalismo islâmico, o terrorismo no Oriente Médio, o narcotráfico hispano-americano e a instabilidade no chamado Terceiro Mundo passaram a justificar a política intervencionista elaborada em Washington (CHOMSKY -2003, p. 37-40; McCORMICK-1995, p. 246-247). Em período recente, com a justificativa de uma enérgica resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA adotaram uma postura internacional agressiva, que levou à invasão territorial e à derrubada dos regimes então vigentes no Afeganistão e no Iraque. Além disso, os EUA intensificaram outras ações militares, com base na Doutrina Bush, que prega a guerra preemptiva para se defenderem de qualquer suposta ameaça à sua segurança nacional. Ancorado em uma linguagem de cunho bíblico, o governo de George W. Bush prometeu uma luta sem tréguas contra o assim denominado eixo do mal.

Após a euforia momentânea causada pela queda do muro de Berlim, pela incorporação da Europa Oriental à chamada economia de mercado, pela crise e posterior desagregação do império soviético, já por volta de 1993 começaram a aparecer claros sinais de pessimismo. A incorporação da Alemanha Oriental pela Alemanha Ocidental foi muito mais dispendiosa do que se esperava. Havia falta de capitais no mercado internacional para financiar a incorporação do Leste Europeu ao mercado capitalista. Multidões de migrantes de áreas antes sob a órbita soviética fugiam do desemprego em massa e de toda a desestruturação social que a região experimentava. Essas levas de imigrantes agravavam as tensões, os

problemas sociais e étnicos na Europa Ocidental. Nesse contexto, emergem novas formas de nacionalismo, conflitos étnicos e de religião. (McCORMICK-1995, p. 240-241).

As tensões desse novo nacionalismo foram agravadas por dois fatores correlatos. O primeiro foi o fim da própria Guerra Fria e o segundo foi o início do fim da hegemonia dos EUA. Durante a Guerra Fria, tanto os EUA quanto a URSS utilizavam-se do terror de um possível conflito nuclear para manterem unidos os seus respectivos campos e para conterem tendências nacionalistas que poderiam gerar a fragmentação dessas esferas de influência. Ambos necessitavam da Guerra Fria para garantir a unidade interna e a consecução dos propósitos externos. A falência da détente ao final da década de 1970 poderia ser um sinal de que a distensão gerava problemas nos dois campos antagônicos (McCORMICK-1995, p. 242).

Desde meados da década de 1990, o governo dos EUA tem trabalhado com a perspectiva de que o próximo conflito de proporções planetárias não estará alicerçado em confrontos ideológicos ou nacionais, mas em um *choque de civilizações* (HUNTINGTON, 1993 e 1997). Essa perspectiva tem por base a tese defendida por Samuel P. Hutington, para quem a decadência do poder econômico e demográfico ocidental ocorreria em paralelo ao crescimento da resistência de outras civilizações à hegemonia ocidental, o que apontaria para um inevitável confronto em um futuro próximo. Hutington acredita na necessidade do Ocidente fortalecer as suas alianças a fim de enfrentar tanto as ameaças externas quanto as internas. Assim, o Ocidente deveria ter como meta a transformação de outras sociedades, buscando incorporá-las à sua órbita ou neutralizá-las de forma que não viessem a representar uma ameaça real. Huntington afirma ainda que uma aliança sino-islâmica poderia se constituir, em um futuro próximo, no principal oponente da civilização ocidental. Dessa forma, os EUA deveriam liderar um processo de expansão das suas fronteiras, pois caso esse conflito viesse a ocorrer, isso se daria o mais distante possível do ocidente. Levando em consideração tais pressupostos, podemos verificar que os conflitos com o Afeganistão e com o Iraque estão mais relacionados a uma estratégia mundial de longo prazo do que com as questões pontuais relativas ao 11 se setembro, aos recursos petrolíferos iraquianos ou ainda às supostas ameaças representadas pelo governo de Saddam Hussein.

Deve-se observar que o conflito Leste-Oeste, do período da Guerra Fria, grosso modo foi substituído pelo confronto Norte-Sul, protagonizado por países ricos e países

pobres, em outras palavras, entre a suposta estabilidade reinante no chamado primeiro mundo e a instabilidade do assim denominado terceiro mundo.

Para Chalmers Johnson (2004), na última década, os EUA assumiram um novo tipo de papel imperial e se tornaram uma colossal máquina militar com o objetivo de dominação mundial. Para ele, haveria ocorrido a migração da elaboração política do Departamento de Estado para o Pentágono. Ocorreria ainda um imperialismo militar que está a enfraquecer a democracia, a destruir a nação e que, por fim, poderá levar a uma falência semelhante àquela ocorrida com a USS. Entendia que o fim da URSS representava tanto uma oportunidade quanto um problema para os EUA. De um lado, o fim da URSS abria toda a sua área de influência para a potência vitoriosa. De outro, a não existência da rival questionava a manutenção de todo o sistema, através do qual os EUA mantinham o seu poder de ação em todo o mundo. Assim, o 11 de setembro operou como instrumento apto a justificar a manutenção de todo esse sistema.

Ivo Daalder and James Lindsay, ex- membros do National Security Council durante o governo Clinton, criticam a Administração George W. Bush pela forma como conduz a política de segurança nacional dos EUA. Para eles, ela está baseada no exercício unilateral do poder, quando deveria estar centrada nas instituições e na legislação internacional. Para esses autores, ao adotar a doutrina da preempção e ao abandonar doutrinas até então consolidadas na política externa do país como a doutrina da contenção e da prevenção, a administração Bush tornou o mundo mais instável e menos seguro. Em continuidade, eles afirmam que a adoção de proibições e exclusões com o emprego da força, ataques preventivos e outras estratégias agressivas retirou dos EUA e da comunidade internacional mecanismos consolidados através de tratados internacionais para conter regimes hostis e ou ameaças à estabilidade internacional. Essa perspectiva valorizou a intervenção direta em detrimento de negociações. Mais que isso, os EUA passaram a depender de constituir alianças ocasionais, muitas vezes em conflito com as estruturas institucionais e alianças permanentes que deram suporte à política externa dos EUA, ao menos desde o final da II Guerra Mundial (DAALDER & LINDSAY-2005).

Em oposição ao conceito de guerra preventiva de Geroge W. Bush, Benjamin Barber (2003) defende a idéia de uma democracia preventiva. Ele recrimina os EUA pela imposição dos seus interesses e valores através da força militar. Barber acredita que se de um

lado é verdade, que não poderá haver prosperidade, paz, liberdade, segurança no mundo contemporâneo sem a liderança dos EUA, também é verdade que os EUA não serão viáveis sem o restante do mundo. Em outras palavras, não haverá garantias para os investidores e segurança e liberdade para os cidadãos estadunidenses se não houver segurança e liberdade para o mundo todo.

Também bastante severa foi a crítica do ex assessor do Governo Reagan, Clyde Prestowitz (2003). Em *Rogue Nation,* ele acusa a administração George W. Bush de aventureira e de estar fundada em uma retórica de um patriotismo arcaico. Para ele, com doutrina Bush os EUA estão a abandonar as instituições internacionais que o país ajudou a criar. Prestowitz assevera que essas instituições representavam os ideais que tornaram os EUA uma inquestionável liderança mundial. Ainda, para esse autor, os EUA estão a se isolar, a agir de forma unilateral e, como efeito, passaram a ser considerados uma ameaça à estabilidade mundial.

Michael Noonan, pesquisador e diretor do Programa de Segurança Nacional do Foreign Policy Research Institute (FPRI), apresenta-nos as principais análises efetuadas em uma conferência organizada pelo FPRI, em dezembro de 2005, intitulada *The Future of American Military Strategy (NOONAN,2006)*. A conferência, que contou com a participação de militares, assessores de segurança nacional e renomados estudiosos do assunto, oferece-nos uma boa síntese dos principais debates que hoje estão a ocorrer nos EUA, nesse campo de reflexão. Os parágrafos seguintes estão baseados no relato da conferência organizado por Noonan (infelizmente, o livro contendo os textos integrais do evento, prometido para 2006, ainda não veio a público).

O tenente-coronel Frank Hoffman defendeu a perspectiva de que doravante predominarão as guerras não-convencionais. Ele afirma ainda que essa fase não começou em 11 de setembro de 2001, como se acredita, mas, de fato, teve o seu início já em 1983, em Beirute, ou nos ataques ao World Trade Center, em 1993. Para ele, hoje, o país precisa de mais *resilent strategy.* Além disso*,* as instituições precisam ser mais adaptáveis, ágeis e antecipatórias. Acrescenta que os braços militar e civil do governo devem estar mais adaptados à nova realidade mundial. Em adição, assevera que as forças de ação global devem ser flexíveis e ao mesmo tempo precisam definir estratégias para as respostas adequadas às crises emergentes. Hoffman defende mais recursos para a infantaria, *civil affairs* e para

operações psicológicas e menos dispêndios com força mecanizada pesada e investimentos. Ele destaca o papel da força aérea em termos de mobilidade e poder de fogo, mas sugere o foco no desenvolvimento de novos bombardeiros, informação e veículos aéreos não-armados (UAVs), reduzindo-se os recursos para os caríssimos F-22. Hoffman afirma ainda que as novas guerras demandarão líderes mais maduros e experientes e, por isso, os *Mariners* devem desenvolver esforços para formar essas lideranças. Ainda, indica a necessidade de adaptação, pois os conflitos não mais serão predominantemente em mar aberto, mas no litoral e em terra. Daí, defende a necessidade de aprimorar as Forças de Operações Especiais e de ampliar os recursos para pequenos barcos. Por fim, para ele, a grande parte da Guarda Nacional deve passar à jurisdição do Department of Homeland Security e a Guarda Costeira deve ser modernizada e ampliada em algo entre 10 e 20%.

O coronel John D. Waghelstein (Professor Emérito do U.S. Naval War College.) afirma que a questão dos conflitos assimétricos não é nova, mas que, no entanto, os militares têm problemas ao lidar com ela. Ele também defende a idéia de que os *civil affairs* e as operações psicológicas devem estar ligados às SOFs, caso contrário serão vítimas das necessidades orçamentárias das grandes operações e coisas do gênero. Waghelstein ressalta a importância de desenvolver habilidades no campo cultural e lingüístico, pois acredita que elas sejam indispensáveis nos conflitos contemporâneos.

Charles V. Pena (Senior Fellow da Coalition for a Realistic Foreign Policy, conselheiro do Straus Military Reform Project) defende a idéia de que é possível mudar o enfoque na questão militar e reduzir os gastos de defesa em até 25%. Em sua opinião, os EUA possuem um excesso de capacidade militar e isso gera o emprego desnecessário ou o uso inadequado desses recursos pelos *policymakers*. Ele afirma ainda que os EUA não devem descuidar das questões de segurança em diversas partes do mundo, mas que as nações européias e do leste da Ásia devem arcar mais com as suas responsabilidades. Pena afirma ainda que muitos dos conflitos ao redor do mundo não ameaçam a segurança dos EUA e assim devem ser tratados. Sublinha que as força militares poderiam ser reduzidas à metade. Ele entende que uma redução orçamentária levaria a um novo tipo de planejamento e inovação. Pena também vê os gastos com os F-22 como desnecessários e recomenda mais investimento em SOFs, UAVs, treinamento em línguas, entre outros. Afirma, por fim, que os

militares devem cuidar da ameaças convencionais e que eles não estão preparados para lidar com a questão do terrorismo tanto no país quanto no exterior.

O Capitão Joe Bouchard (diretor executivo do Center for Homeland Security and Defense) questiona o termo *War on Terrorism*. Afirma que é um erro, pois o seu emprego pressupõe a existência de uma solução militar para a questão do terrorismo, quando não há. Para ele, o que existe hoje é um conflito de idéias e de ideologias. Concorda que é possível reduzir o orçamento da defesa, mas afirma ser indispensável fazer uma profunda reestruturação para que isso possa ser efetuado. Bouchard discorda de Pena em relação ao papel dos militares na segurança doméstica.

Michael O'Hanlon (Senior Fellow do Foreign Policy Studies) discorre sobre a estratégia de defesa na era pós-Saddam Hussein. Ele enfoca possíveis cenários em que os EUA deverão atuar. Em primeiro lugar, demarca aqueles por ele considerados de baixa plausibilidade ou que requeiram menor cuidado, como a defesa dos estados Bálticos frente a uma possível invasão da Rússia; a defesa da Rússia em conseqüência de uma possível invasão da China; a defesa de uma Coréia unificada perante uma invasão da China.

Na seqüência, discorre sobre cenários de conflitos plausíveis: 1)o emprego de bloqueio econômico a Taiwan pela China; 2) intervenção na Indonésia ou Filipinas para prevenir a ocupação de partes do território pela Al Qaeda; 3)intervenção na Indonésia ou no estreito de Málaca, em decorrência de ameaças da Jihad ao tráfego de embarcações na região; 4) intervenção para garantir que nem Indonésia nem Filipinas se tornem "Estados falidos"; 5) intervenção para evitar o colapso do Paquistão, que poderia cair sob domínio da Jihad com todo o seu arsenal nuclear; 6) guerra nuclear entre Paquistão e Índia; 7) Guerra preemptiva contra o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã; 8) Constituição de um governo internacional na Palestina como resultado do fracasso do processo de paz; 9) Golpe da Jihad na Arábia Saudita.

Thomas Donnelly (Fellow researcher em Defesa e políticas de Segurança no American Enterprise Institute e editor of *Armed Forces Journal*) aponta a emergência de três tipos de atores internacionais que representam perigo para os EUA. Primeiro, a China que se tornou uma grande potência econômica e militar com interesses globais. Segundo, a Al Qaeda e o islamismo radical que se constituem em um poder agressivo e em expansão. Por fim

aponta o risco de Estados como Irã, Coréia do Norte e Paquistão, que, embora sejam Estados fracos, poderão se utilizar de artefatos nucleares para ameaçar os EUA. Para ele, esses últimos são os mais imprevisíveis e perigosos para a ordem internacional e para os EUA. Por fim, recomenda, em primeiro lugar, manter esses problemas o mais afastado possível um do outro. Sugere ainda a constituição de uma aliança que ajude a preservar a Pax americana e a paz. Por fim, é necessário um consenso doméstico sobre que caminhos trilhar nesse campo.

Para concluir, observo que todos os cenários apontam para uma continuidade e expansão dos conflitos assimétricos ao longo dos próximos anos. Para alguns, eles são produtos de ações agressivas e ressentidas de organizaçòes terroristas internacionais; para outros, resultado da estratégia expansionista dos EUA, em meio à sua crise de hegemonia observada desde a Guerra do Vietnã ou meados da década de 1970. De qualquer forma, é de fundamental importância o aprofundamento dos seus estudos.

Referências Bibliográficas

BARBER, Benjamin. Fear's Empire: War, Terrorism, and Democracy, New York: W. W. Norton, 2003.

CHOMSKY, N. Novas e velhas ordens mundiais. São Paulo: Scritta, 1993.

DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. . America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy. Hoboken (New Jersey): John Wiley, 2005.

HOGAN, Michael and PATERSON, Thomas (Eds). Explaining American foreign relations. New York; Cambridge University Press, 1991.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations. In: Foreign Affairs. Summer v.72, n.3, 1993.

HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JOHNSON, Chalmers. The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic.New York: Metropolitan, 2004.

LaFEBER, Walter. The American age. U.S. foreign policy at home and abroad. 1750 to the present. New York: Norton , 1994.

McCORMICK, Thomas J. America's Half Century. United States Foreign Policy in the Cold War and after. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. O século sombrio. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

NOONAN, Michael. The Future of American Military Strategy a Conference Report.. E. Notes. Foreign Research Institute. February, 3, 2006.

www.fpri.org/enotes/20060203.military.noonan.futureamericanmilitarystrategy.html (Acessado em 12/10/2006)

PRESTOWITZ, Clyde. Rogue Nation: American Unilateralism and the Failure of Good Intentions, Clyde Prestowitz, New York: Basic Books, 2003.

WILLIAMS, William A. The Tragedy of American Diplomacy. New York: Norton, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As relações de Leonel Brizola com os setores subalternos das Forças Armadas entre 1959-1964

César Daniel de Assis Rolim*

Resumo: A ascensão de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1959, significou o início de uma administração que se tornou modelo para o trabalhismo no Brasil. Com forte inserção no meio urbano, característica do PTB, Brizola conseguiu articular ligações com parte significativa das camadas médias da população. A pesquisa se propõe analisar as relações desse político com os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras, em especial o círculo dos sargentos, interessados em maior participação política, durante o período de 1959-1964. Busca-se verificar se a influência de Brizola em setores militares provocou uma divisão nas Forças Armadas Brasileiras nesse período, analisar as conseqüências para o círculo dos sargentos de seu apoio para as ações políticas de Brizola e identificar as conseqüências políticas desse apoio para as ações do mesmo durante sua gestão até o final do governo Goulart.

Palavras-chave: Leonel Brizola - Forças Armadas - Sargentos.

Abstract: The ascension of Leonel Brizola to the government of the State of the Rio Grande do Sul, in 1959, meant the beginning of an administration who if became model for the labourism in Brazil. With strong insertion in the urban way, a characteristic it PTB, Brizola obtained to articulate linkings with significant part of the average layers of the population. The research if considers to analyze the relations of this politician with the subordinate sectors of the Brazilian Armed Forces, in special the circle of the sergeants, interested in bigger participation politics, during the period of 1959-1962. Searchs to verify if the influence of Brizola in military sectors provoked a division in the institution of the Brazilian Armed Forces in this period, to analyze the consequences for the circle of the sergeants of its support for the actions politics of Brizola and to identify to the consequences politics of this support for the actions of the same during its management until the end of the Goulart government

Keywords: Leonel Brizola - Armed Forces - Sergeants.

A ascensão de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1959, significou o início de uma administração que se tornou modelo para o trabalhismo no Brasil. Cánepa (2005) destaca alguns pontos importantes do governo Brizola como a capacidade do governador em mobilizar a sociedade gaúcha na defesa da legalidade, provocando a fissura nas Forças Armadas, uma vez que, contando com o apoio do III

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS.

Exército, impedia a união da corporação numa possível consecução de medidas contrárias à ordem constitucional.

Considera-se que a relação entre os militares e a política é um tema bastante estudado. Segundo Rouquié (1980), se o exército brasileiro mantém um alto nível de coesão institucional, ele não está menos envolvido nas lutas civis e politicamente fracionado pelos interesses presentes nelas. As experiências de militares exercendo cargos executivos, em especial durante o chamado período militar (1964-1985), são conhecidas. A tentativa de políticos exercerem uma influência nos círculos militares, contudo, assim como as conseqüências da mesma para instituição militar, mereceriam uma análise mais detalhada.

Estabelece-se como problemática para a presente pesquisa identificar as estratégias utilizadas por Brizola para obter o apoio de setores subalternos das Forças Armadas brasileiras, em especial do círculo dos sargentos, para suas ações políticas, durante o período em que esteve no governo do Estado do Rio Grande do Sul (1959-1962), até o golpe civil-militar de 1964.

Durante a crise institucional, após a renúncia de Quadros da presidência da República, Brizola promove uma grande mobilização popular no sentido de assegurar a posse de Goulart (vice-presidente que estava em viagem diplomática na China). Segundo Amadeu Felipe, em depoimento à Ridenti (1993) foram os sargentos da Aeronáutica, chefiados por Prestes de Paula, que inviabilizariam o desenvolvimento da "operação mosquito", organizada por oficiais que pretendiam derrubar o avião que conduzia João Goulart para tomar posse. No Rio Grande do Sul, segundo Felipe, os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército jogaram sua força na manutenção da legalidade. Em reportagem da revista *O Cruzeiro* (1961, p. 10), Brizola destacou a importante contribuição dos sargentos ao não seguir as ordens de seus superiores.

A partir desse episódio, segundo Ferreira (2003), o processo de politização foi crescente, pois os sargentos apresentavam-se como o "povo em armas", aprofundando suas reivindicações, como eleger e serem eleitos para cargos legislativos. A aproximação dos sargentos com os estudantes e os sindicalistas era, em 1963, uma realidade. Com o tempo, muito rapidamente, o movimento cresceu, sendo que uma maioria significativa de seus integrantes passou a seguir a liderança de Leonel Brizola.

Sodré (1965) lembra que os sargentos contestavam a hierarquia militar em busca da conquista de direitos políticos. O foco de seu ressentimento era a diferença entre o status legal dos oficiais em relação aos seus subalternos, pois os oficiais podiam votar e ocupar vários cargos políticos eletivos e nomeados, sem abandonar sua patente. O Artigo 138, da

Constituição Brasileira de 1946, afirmava textualmente: “Art 138 - São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.” (BRASIL, 1946)

E o Artigo 132 estabelecia: “Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.” (BRASIL, 1946)

Segundo Victor (1965) em virtude daquele dispositivo constitucional, logo após as eleições começaram a ser interpostos recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a diplomação dos eleitos, ocorrendo, porém, a eleição e posse do Sargento Garcia Filho. Para os sargentos das três Armas, a eleição de Garcia Filho representava um acontecimento extraordinário, visto que, nas duas Casas do Congresso, já existiam parlamentares como o General-Deputado Morais e o Coronel-Deputado Cavalcanti.

Em 12 de setembro de 1963, o STF decidiu pela inelegibilidade dos sargentos. Depois dessa decisão, segundo Victor (1965, p. 494), o Deputado Garcia Filho, acompanhado de Brizola, colocou como princípio fundamental das reivindicações do seu grupo, a derrubada do preceito da Carta Magna que impedia a elegibilidade dos sargentos.

Ferreira (2004) afirma que a aliança que se estabelecia entre o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, organizações de esquerda e o movimento dos sargentos abria novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares. Para militantes sindicais, estudantis e de esquerda, surgia a oportunidade de terem o que ainda faltava para o embate com os conservadores: militares em armas. Para os sargentos, o apoio dos movimentos populares os ajudaria a pressionar a cúpula militar na supressão de arbitrariedades e discriminações que sofriam nos quartéis, "democratizando" as Forças Armadas. Para as chefias militares, no entanto, tudo aquilo surgia como algo intolerável.

O governo Goulart, contestado pelas forças conservadoras, sofria também a pressão das esquerdas. O radicalismo e pregação revolucionária dessa coalizão, teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para o golpe civil-militar de 1964. Com o objetivo de unir os nacionalistas e, desse modo, eleger uma numerosa bancada de parlamentares nas eleições legislativas de outubro de 1962, Brizola e Mauro Borges, governador de Goiás, formaram a Frente de Libertação Nacional que possibilitou o aumento significativo da bancada trabalhista na Câmara dos Deputados.

O radicalismo de setores parlamentares é refletido em manifestações como a do Programa da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, divulgado pelo jornal *Correio da Manhã* (4 de fevereiro de 1964). Essa Frente que representava unicamente o compromisso de seus componentes e do Presidente da República de darem apoio e execução

ao Programa comum, consubstanciado neste documento: elegibilidade dos alistados com exclusão dos analfabetos e com a inclusão dos militares de qualquer categoria, desde que passem para a reserva ao registrarem as suas candidaturas, mesmo em se tratando de oficiais superiores.

Segundo Stepan (1975) o fato de numerosos oficiais se oporem a qualquer tentativa de impedir que Goulart assumisse o cargo tendeu a obscurecer a cisão entre sargentos e oficiais. No entanto, em seguida à luta vitoriosa para instalar Goulart, os sargentos e outros políticos tomaram grande consciência dos novos poderes acumulados pelos sargentos, tanto nas Forças Armadas quanto na política nacional. Isso ocasionou uma clara cisão entre a oficialidade e os seus subalternos, motivando a radicalização dos sargentos.

Nesse contexto insere-se a Revolta dos Sargentos da Aeronáutica e Marinha, em setembro de 1963, onde os manifestantes sofreram uma forte repressão por parte da oficialidade. Em relação a isso, Gorender (1997) classifica como novidade a atuação política dos subalternos das Forças Armadas, com liderança própria e não dirigidos por oficiais, pois foi a primeira vez que sargentos, marinheiros e soldados se apresentaram com reivindicações próprias. Sobre esse movimento, Toledo (1982) aponta que o foco da manifestação seria a luta por melhores condições salariais, alterações dos rígidos regulamentos disciplinares e uma forte contestação ao Art. 138 da Constituição de 1946, que lhes vedava o direito de serem eleitos. Para Toledo (1982, p. 80), as associações de sargentos de todo o país – muitas delas vinculadas à liderança brizolista – uniam-se aos trabalhadores rurais e urbanos, aos estudantes, aos parlamentares nacionalistas na luta pelas reformas. Moraes (1989) afirma que Brizola foi um dos políticos que mais assediou, por sua assessoria e mesmo diretamente, os sargentos.

A politização dos sargentos é ressaltada por Wassermann (2004). A autora afirma que os setores subalternos das Forças Armadas queriam, sobretudo, participar da vida política nacional, alterando na Constituição o artigo que lhes vedava o direito de serem eleitos. Os sargentos para compensar o apoio de parlamentares vinculados ao PTB, em especial Brizola, apoiavam as ações desse político. Stepan (1975) cita uma entrevista do Gen. George Rocha, membro do Estado-Maior do Exército em 1963 e 1964, onde este militar afirma que a idéia de Brizola era que os sargentos podiam ser a chave. O impacto de 1961 foi muito importante. Persuadiu Brizola de que, se pudesse conquistar os sargentos, poderia mobilizar os generais.

O apoio dos parlamentares nacional-reformistas, principalmente do PTB, sob a liderança de Brizola, tinha como contrapartida, segundo Carneiro (1989, p.536), a pressão sob o Congresso advertindo que, se houvesse qualquer tentativa de golpe contra Goulart pela

direita, os sargentos agiriam por conta própria. Esses parlamentares recebiam o apoio dos sargentos das Forças Armadas, em troca de que os deputados pressionassem o poder Executivo à aprovar a reforma eleitoral que possibilitasse às suas candidaturas para cargos legislativos.

A oficialidade condenava peremptoriamente as ações dos seus subalternos. Após o episódio da Revolta dos Sargentos, em 1963, o Gen. Pery Bevilaqua afirmava, em entrevista para o jornal *Estado de São Paulo* de 19 de setembro de 1963, ser humilhante "essa ligação espúria, que arrasta sargentos a empunhar armas contra a Nação, ludibriados por elementos inimigos da Pátria, estimulados à sublevação por políticos inescrupulosos." (ESTADO DE SÃO PAULO, 1963)

Ainda em setembro de 1963, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)[1] repudiava as declarações desse general, ao mesmo tempo em que colocava como princípio fundamental de suas reivindicações o direito de os sargentos serem representados nos Legislativos do País. A nota à imprensa ressaltava que é com esse organismo que o governo conta para realizar as reformas de base tão reclamadas pelo povo. Entre os parlamentares que assinavam a nota, encontravam-se Leonel Brizola e o Sargento-Deputado Garcia Filho.

Ao apoio dos subalternos, Brizola retribuía com a defesa da sublevação dos sargentos. Em entrevista ao jornal *Última Hora* (1963), o então Deputado Federal pelo estado da Guanabara declarava-se um apoiador do levante, pois, segundo ele, ocorriam perseguições e transferências injustas por parte da oficialidade das Forças Armadas em relação aos seus subalternos. Essa vinculação era feita também por outros órgãos de imprensa como a revista *O Cruzeiro* (1963, p.44). Esta, em editorial, afirmava que Brizola e sargentos distanciam-se do governo com uma pressão, feita também por estudantes e outros setores sociais que antes eram apoiadores, agora opositores.

Essa influência de Brizola, no círculo dos sargentos, refletia uma ingerência externa em relação às Forças Armadas. Exemplo dessa tentativa de influência, por parte desse político sul-riograndense, ocorreu após a Rebelião dos Marinheiros[2]. Em depoimento ao

[1] Atuando entre 1956-1964, a Frente Parlamentar Nacionalista representou no Congresso Nacional a opção nacionalista de um segmento expressivo da sociedade civil. A autonomia nacional era permanente em seus documentos propositivos. Segundo Delgado (2003, p. 149), apesar da hegemonia de parlamentares recrutados nos quadros do PTB, reuniu deputados e senadores de vários partidos e buscou fundamentos teóricos junto a intelectuais ligados à ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os políticos da Frente assumiram muitas vezes a função de porta-vozes de organizações como o CGT, as Ligas Camponesas e a UNE, junto ao poder Legislativo.

[2] Movimento contrário à ordem de prisão emitida pelo Ministro da Marinha Silvio Mota, em 25 de março de 1964, contra os participantes da reunião comemorativa ao segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, da qual, segundo Victor (1965), Brizola participava.

Jornal do Brasil (27 de março 1964), o então Deputado afirma que ao invés de cercear ainda mais a liberdade, urge a imediata democratização dos regulamentos militares, incorporando nossos patrícios militares ao processo democrático brasileiro. Em relação à influência externa de civis nas Forças Armadas, Rouquié (1984, p. 127) afirma que a independência burocrática da instituição militar, forte em todos os seus mecanismos, é cuidadosamente preservada por seus membros. Apenas a muito custo a sociedade militar admite a ingerência exterior, mesmo quando esta é requisitada através dos mais altos graduados.

A quebra da hierarquia, seria uma conseqüência dessas articulações entre setores militares e setores parlamentares. A agressão à hierarquia interna das Forças Armadas é lembrada pelo jornal *O Globo* (1964), em seu candente editorial no terceiro dia após o golpe civil-militar de 1964. Afirmando a existência de um gradual processo de cubanização do país por parte de Goulart, pois este concitava aos subalternos das Forças Armadas a apoiarem-no em suas reformas de base.

Em depoimentos de militares, coletados para a construção de sua obra *A origem social dos militares*, Castro (1994, p.199) identifica que em relação às razões para o golpe, o destaque que surge em todos os relatos é a questão da quebra da hierarquia e disciplina nas Forças Armadas. Eventos como a revolta dos sargentos, revolta dos marinheiros, o comício de Jango no Automóvel Club, são sempre mencionados como fatores detonadores do movimento.

Em relação à quebra da hierarquia interna das Forças Armadas, Stepan (1975) lembra que vários grupos de oficiais estabeleceram várias atividades, quais sejam, investigações e circulação de um relatório especial sobre o Movimento dos Sargentos. O documento apontava que os sargentos estavam ligados aos sindicatos mais militantes e, em alguns casos, aos comunistas. Existia, portanto, uma apreensão crescente por parte da oficialidade frente à mobilização, e articulação com outros grupos sociais, dos sargentos.

Essa apreensão da oficialidade era conseqüência da visível quebra de hierarquia interna, pois os subalternos mobilizavam-se contra as determinações institucionais das Forças Armadas que impediam à esses militares candidatarem-se à cargos legislativos. A mobilização dos subalternos, em consonância com os demais movimentos sociais, opunha-se frontalmente à oficialidade que, durante a conjuntura estudada, articulava-se contra o governo Goulart. Somado à crescente inconformidade de setores militares, a incapacidade, do governo Goulart, em converter as crescentes reivindicações em programas de governo, provocaram, segundo Stepan (1975), uma retração na confiança civil no regime político contribuindo decisivamente para a estruturação do golpe militar.

O apoio e a conseqüente relação entre parlamentares nacional-reformistas, sob a liderança de Brizola, com os subalternos das Forças Armadas, contudo, configurou-se em uma nítida divisão institucional militar, pois a oficialidade motivou-se para empreender a conspiração contra o governo Goulart. A quebra de hierarquia foi o aspecto central alegado pelos oficiais para reprimir veementemente as ações de seus subalternos.

A forte repressão por parte da oficialidade, apoiada por diversos órgãos de imprensa, em uma conjuntura de crescente oposição ao governo Goulart e aos movimentos sociais, para com os seus subalternos, foi a característica marcante para esses setores militares. Os subalternos não conseguiram obter o direito de candidatarem-se à cargos parlamentares e os participantes da Revolta dos Sargentos foram punidos, refletindo-se numa visível depuração interna aos apoiadores de Brizola e dos parlamentares nacional-reformistas.

Referências bibliográficas:

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CARNEIRO, Glauco. **História das revoluções brasileiras**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CASTRO, Celso. *A origem social dos militares*. In: RAPOSO, Eduardo. **1964**: 30 anos depois. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In: _____; FERREIRA, Jorge (org.). **Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; _____ (org.). **Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. **Revista Brasileira de História**. Vol. 24 no. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 4 dez. 2006.

GORENDER, Jacob. *Era o golpe de 64 inevitável*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas: UNICAMP, 1997.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROUQUIÉ, Alain. *Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil*. In: _____. **Les partis militaires au Brésil.** Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980

_____. **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VICTOR, Mário. **Cinco anos que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WASSERMANN, Cláudia. *O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil*. In: _____; GUAZZELLI, César (org.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Fontes:

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)*. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 12 de dez. 2006.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 6 fev. 1964. Disponível em: <www.gedm.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 4 de dez. 2006.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 14 set. 1963. Disponível em: <www.gedm.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 4 de dez. 2006.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 27 março 1964, p. 23.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 2 dez. 1961, p. 10.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 21 set. 1963, p. 44.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 19 set. 1963, 40.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 set. 1963, 23.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 3 abril 1964, p.2.

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 16 set. 1963, p.6.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os índios Kadiwéu na História: problematizando fontes

Giovani José da Silva*

Resumo: A comunicação problematiza fontes ligadas à constituição histórica da Reserva Indígena Kadiwéu, atualmente a maior terra indígena homologada no Centro-Sul brasileiro, com pouco mais de 538.000 hectares, localizada no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho. Os Kadiwéu elaboram um discurso perante outras sociedades (inclusive indígenas) como guerreiros, cavaleiros, ativos participantes da Guerra do Paraguai e, por essa razão, únicos beneficiários de uma suposta doação de terras por parte do Imperador D. Pedro II. Procura-se demonstrar que, internamente, os Kadiwéu estariam realizando a atualização de uma tradicional divisão hierárquica (senhores e cativos) por meio da posse da terra.

Palavras-chave: Reserva Indígena Kadiwéu – História – Fontes.

Abstract: This work discusses about sources related to the historical constitution of the Reserva Indígena Kadiwéu (Kadiwéu Indian Reserve), currently the largest homologated Indian land in the Center-South of Brazil, with more than 538.000 hectares, located in Porto Murtinho (a city in Mato Grosso do Sul State). The Kadiwéu consider themselves before the other societies (including the Indian ones) as warriors, horsemen, active participants of the Guerra do Paraguai (The War of Paraguay) and because of this they are the only ones who have rights of receiving a supposed donation of lands by the emperor D. Pedro II. It is tried to show that, internally, the Kadiwéu are supposed to be updating a traditional and hierarchic division (lords and slaves) through the possession of the land.

Keywords: Reserva Indígena Kadiwéu (Kadiwéu Indian Reserve) – History – Sources.

Considerações iniciais

Os Kadiwéu habitam atualmente a maior terra indígena homologada no Centro-Sul brasileiro, a *Reserva Indígena Kadiwéu*, com pouco mais de 538.000 hectares, localizada no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho. A presente comunicação problematiza fontes ligadas à construção física, social e simbólica da *Reserva*. Os Kadiwéu elaboram um discurso perante outras sociedades, inclusive indígenas, identitariamente como guerreiros, cavaleiros, ativos participantes da Guerra do Paraguai (1864-1870) e, por essa razão, únicos beneficiários de uma suposta doação de terras por parte do Imperador D. Pedro II (suposta porque as provas documentais que comprovem tal doação jamais foram encontradas).

* Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor substituto da UFMS/ Campus de Três Lagoas. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista da UFG.

Procura-se demonstrar que, internamente, os Kadiwéu estariam realizando, na verdade, a atualização de uma tradicional divisão hierárquica (*senhores* e *cativos*) por meio da posse da terra (OLIVEIRA, 1999: 40-45), pois, afinal, "[...] um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si — o que ainda falta — senão por uma redistribuição do seu passado" (CERTEAU, 2000: 93).

Os Kadiwéu, ao formularem suas narrativas, utilizam-se de categorias de marcação temporal. Freqüentemente, são empregadas referências, tais como: *quando eu era bem pequeno*; *quando os meus pais andavam por aí, vivendo só da caça*; *dos tempos que eu falava muito*; *quando existia ainda índios que gostavam de matar estrangeiros*. Embora historiograficamente imprecisas, essas categorias apontam para referências temporais a partir da perspectiva Kadiwéu, delimitando características do modo de vida do grupo que se transformaram ao longo do tempo (SIQUEIRA JR., 1993). Para melhor compreensão, é necessário saber com quais categorias de narrativas os Kadiwéu operam. De acordo com a antropóloga Mônica T. S. Pechincha:

> *Os Kadiwéu diferenciam pelo menos duas categorias de narrativas [...], parte delas pode ser classificada imediatamente na categoria de mitos, aquelas que os Kadiwéu chamam de "histórias de admirar", ou "histórias que fazem milagres", ou "exemplos de primeira indiada"* (PECHINCHA, 1994: 80)

Um outro tipo de narrativas seria aquele que reúne histórias que, segundo os informantes, são *histórias que aconteceram mesmo*. Nessa categoria, incluem-se narrativas sobre guerras contra outros grupos e a memória de um passado que se apresenta como *descrição histórica* de determinados acontecimentos. Entre essas narrativas incluem-se, também, relatos de conflitos com os não-índios, notadamente a participação na Guerra do Paraguai (PECHINCHA, 1994: 80). Ainda segundo a mesma antropóloga:

> *[...] o passado de guerreiros é buscado como norma para ações possíveis. O índio quer continuar a viver como índio e para tanto irá mostrar que ainda é índio. E o Kadiwéu recorre ao passado para mostrar que ainda é índio. A força desta identidade está no passado. O Kadiwéu é mais Kadiwéu quando pode reeditar a guerra, ainda que com novos significados* (PECHINCHA, 1994: 116).

Os indígenas fazem, portanto, uma divisão de suas narrativas, classificando-as em *histórias que fazem milagres* e *histórias que aconteceram mesmo*. Todas elas referem-se à realização do chamado *sistema de índio* e, em qualquer uma delas, o tempo é sempre relevante (PECHINCHA, 1994). Os temas mais recorrentes das narrativas são as relações com

não-índios e com outros grupos indígenas, a Guerra do Paraguai, o território indígena e o Imperador D. Pedro II.

Os Kadiwéu, a Guerra do Paraguai e o Imperador

Os grupos que conviveram com os Kadiwéu na *Reserva*, ao longo do tempo, foram principalmente os Terena e os Kinikinau, além dos Guarani-Kaiowá e dos Ofaié, que tiveram curta passagem pela *Reserva* entre as décadas de 1970 e 1980. Apesar do caráter das relações mantidas pelos Mbayá-Guaikuru com outros grupos étnicos — historicamente baseadas na dominação, convívio e troca de favores e obrigações — houve a incorporação de membros de inúmeras outras sociedades indígenas em meio aos atuais Kadiwéu, notadamente os Xamacoco, oriundos do Chaco paraguaio. A questão das relações interétnicas parece ter sempre preocupado os Kadiwéu e essa preocupação se reflete, por exemplo, no mito de criação, cujas versões coletadas não só evidenciam o caráter das relações interétnicas assimétricas, mas contextualizam, também, o surgimento dos não-índios. Com os Terena e os Kinikinau, ao longo do século XX, os Kadiwéu mantiveram relações de convívio, através de casamentos interétnicos e pela presença majoritária de membros desses grupos indígenas na aldeia São João, localizada no interior da *Reserva*.

Darcy Ribeiro (1980: 24) recolheu a seguinte fala em sua passagem pelas aldeias Kadiwéu, no final da década de 1940: "Ediu-adig (Kadiwéu) antigo era a nação mais poderosa; este mundo todo foi nosso: tereno, xamacoco, brasileiro, paraguaio, todos foram nossos cativeiros, hoje estamos assim". Essa fala, não identificada pelo autor, revela o quanto mudou a percepção dos Kadiwéu sobre as relações interétnicas estabelecidas ao longo do tempo e de que forma o passado guerreiro é evocado nas lembranças, sobretudo dos mais velhos, como um período de conquistas territoriais e obtenção de cativos. Sobre as guerras, há um destaque especial nas narrativas para a guerra contra o Paraguai, a *grande guerra*, segundo os Kadiwéu.

A contrapartida que os Kadiwéu afirmam ter recebido pela participação na Guerra do Paraguai foi o reconhecimento, pelo Imperador D. Pedro II, sobre o território que ocupavam tradicionalmente. A exemplo dos Kadiwéu, grupos indígenas do Nordeste brasileiro também afirmam que a posse das terras que habitam foi confirmada pelo Imperador. "Alguns Kadiwéu chegam a especular sobre a existência de um documento assinado pelo Imperador, que estaria muito bem guardado (embora ninguém saiba onde), confirmando a posse do território aos Kadiwéu" (SIQUEIRA JR., 1993: 214-215).

Em 1981, a Funai incumbiu a antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão de encontrar o tal documento ou qualquer referência ao mesmo, mas a pesquisadora afirmou nada ter conseguido nos arquivos visitados[1]. Interessante notar esse destaque dado à figura de D. Pedro II na aquisição do vasto território que hoje ocupam os Kadiwéu. Tanto índios quanto não-índios, nos dias atuais, se referem ao monarca como o grande responsável pela doação de terras ao grupo, por causa de sua participação na Guerra do Paraguai. Entretanto, até o momento não foram encontrados, por nenhum pesquisador, quaisquer documentos que comprovem tal doação. A única referência obtida a respeito de uma possível ligação dos antigos Mbayá-Guaikuru com o Imperador, foi localizada em um texto de autoria de Davis Ribeiro de Sena, publicado na *Revista do Exército Brasileiro*:

> *O Imperador D. Pedro II estava tão certo da influência decisiva dos intrépidos índios cavaleiros nessa incorporação, que recomendava, com particular carinho e elevada gratidão, aqueles silvícolas amigos, como o fez ao General Mello Rego, quando este regressava de Cuiabá, depois de cumprido seu período de governo: – "Como vão os meus amigos Guaicurus? Que notícias me dás deles?" E ao saber que viviam dispersos e caminhavam fatalmente para a extinção: – "Eles muito me merecem e, ao menos por gratidão, não deveríamos deixa-los chegar a esse estado"* (SENA, 1983: 97.).

A apropriação que os índios Kariri-Xocó, de Alagoas, fazem de um evento envolvendo a figura do Imperador, comentada pela antropóloga Vera Calheiros Mata, auxilia na compreensão dessa narrativa Kadiwéu, presente com muita força até os dias atuais, e que foi entendida, aqui, como uma mitificação da história:

> *Porém, é importante recuperar a maneira como a história é interpretada pelo grupo. Se a tradição oral atribui à viagem de D. Pedro [II] a doação ou reconhecimento de terras, esta viagem se torna um marco significativo para legitimar a "posse imemorial" das terras. Já vimos que a figura "paternal" do Imperador, que doa terras aos índios, extrapola os grupos aqui estudados. Contudo, enquanto se registra na memória social esta imagem de D. Pedro II, a legislação do Império é implacável em sua política de "erradicação do problema indígena". Além disso, como podemos verificar, o Imperador partilha da ideologia corrente, a respeito das populações indígenas "remanescentes", desqualificando-as pela mestiçagem e degenerescência...* (MATA, 1989: 69).

Assim como os Kadiwéu e os Kariri-Xokó:

> *[...] os Wassu, [...], destacam a sua participação na Guerra do Paraguai, em conseqüência da qual teriam recebido as quatro léguas de terra que reivindicam: "Os caboclos foram para os reis para pedir a D. Pedro nós deseja um chão de casa para criar família. Ele deu." Ao mesmo tempo, esse apelo à história funciona como mecanismo justificador das perdas a que foram submetidos com a ocupação dos seus territórios originais dando bem a medida exemplar de uma autopercepção*

[1] Informação sobre os índios Kadiwéu, datada de 17 de junho de 1981, assinada pela antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão e encaminhada à assistente do DGPI/ Funai, Hidegart Rick. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1981.

> *fundada na perspectiva histórica, vital para a sua sobrevivência, enquanto povos etnicamente diferenciados* (CARVALHO, 1984: 176-177).

A antropóloga Maria Rosário G. de Carvalho, em artigo sobre a identidade dos povos do Nordeste (1984), refere-se ao fato de que diversos grupos indígenas nordestinos atribuem a D. Pedro II a doação de terras, hoje em litígio. Outros autores também registram o mesmo fato entre grupos indígenas distintos. Darcy Ribeiro relata, por exemplo, que:

> *Ainda hoje os Xerente recordam aos vizinhos sertanejos as "ordens do Imperador", como seu título indiscutível ao território tribal cada vez mais reduzido. A figura do imperador D. Pedro II assumiu tamanha importância para estes nossos contemporâneos Xerente que eles o incluíram na sua mitologia, identificando-o como o ancestral mítico de uma das metades tribais* (RIBEIRO, 1970: 67).

Considerações finais

De acordo com Siqueira Jr.:

> *As representações Kadiwéu sobre seu território, apreendidas através de seu discurso, revelam a perenidade e a recorrência da questão do uso e controle do espaço territorial. Esse conjunto de depoimentos corresponde a cinco fases: um primeiro período onde as caçadas, hábitos alimentares e viagens são destacadas [sic], que se referem a uma etapa histórica anterior à sua sedentarização; um segundo período que se refere ao fato de terem ganho o território do imperador D. Pedro II pela sua participação na Guerra contra o Paraguai; um terceiro período, marcado pela ocupação e defesa desse mesmo território; um quarto período, caracterizado pela inserção do SPI, e depois a FUNAI, e suas interferências na forma dos Kadiwéu se relacionarem com o espaço e o ambiente; e um último momento, que apresenta as perspectivas atuais e futuras desse grupo na reorientação de sua relação com o território* (SIQUEIRA JR., 1993: 198).

Praticamente todos os períodos abordados apresentam sinais de importantes mudanças, na medida em que foram estabelecidos a partir de marcos da história do contato Kadiwéu com a sociedade não-indígena, em que a relação com o território foi sendo alterada. Entretanto, concordando-se com Siqueira Jr., afirma-se que o processo de sedentarização, a interferência do SPI e a invasão de fazendeiros representaram as influências mais significativas na forma dos índios se relacionarem com o espaço.

Assim, a *Reserva Indígena Kadiwéu* é hoje uma pequena porção de terras, se comparada ao imenso território por onde os Mbayá-Guaikuru transitavam em séculos anteriores. Ainda assim, a sociedade não-indígena elabora um discurso de que os Kadiwéu possuem, na atualidade, mais terras do que necessitam. Esses índios, por sua vez, criaram uma tradição e nela se apóiam para explicar a posse das terras que hoje ocupam. Segundo essa

tradição, o Imperador D. Pedro II teria doado a eles as terras da *Reserva*. Interessante notar que esse mesmo discurso é utilizado por antropólogos e indigenistas, mas sem qualquer comprovação de sua veracidade! De acordo com a etnóloga Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo:

> *Quanto aos Kadiweu ou Guaicurus, foram, em 1830, armados pelos habitantes e auxiliados pela tropa para roubarem no Paraguai. Algumas décadas mais tarde, sua participação inicial em apoio aos brasileiros na Guerra do Paraguai valeu-lhes a demarcação de terras por ordem de D. Pedro II* (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 29).

Faz-se necessário deixar claro que não houve de fato doação alguma, embora acredita-se que a memória social Kadiwéu continuará a reproduzir o evento dessa maneira para as futuras gerações.

Com a crescente colonização de Mato Grosso, a partir de meados do século XIX, os Kadiwéu tiveram que se subjugar ao regime de aldeamento. Ainda em 1898, aliaram-se a uma das facções coronelistas (a de Antônio Pedro Alves de Barros) que disputavam o poder no Estado, com o intuito de se contraporem à aliança governista com o coronel Malheiros, que os reprimia violentamente. Mais uma vez, entre o fogo cruzado, os indígenas buscaram refúgio nas cercanias da Serra da Bodoquena, onde se concentram seus remanescentes até os dias atuais. Apesar de sofrerem significativas baixas no conflito civil, com a vitória de seus aliados passaram a gozar de relativa proteção governamental e foram contemplados, como forma de pagamento pelos serviços prestados, com um despacho assinado pela Presidência do Estado, de criação da reserva indígena.

A *Reserva Indígena Kadiwéu* foi demarcada pela primeira vez entre 1899 e 1900 e reconhecida oficialmente pela Presidência do Estado de Mato Grosso em 1903 (ocupada por Antônio Pedro A. de Barros!), passando a ser administrada, na década de 1920, pelo Serviço de Proteção aos Índios. Em 1931, foram ratificados os limites propostos pelo agrimensor José de Barros Maciel na primeira demarcação. Os problemas fundiários, porém, foram uma constante na história das terras dos Kadiwéu e os indígenas não apagaram da memória as invasões e conflitos ocorridos no século passado. Os pecuaristas começaram a adentrar as terras dos Kadiwéu a partir da segunda metade do século XX e, desde o final da década de 1950, iniciaram, portanto, a ocupação desse espaço com autorização oficial do SPI.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela desarticulação de inúmeros aldeamentos em função da crescente entrada de fazendeiros com grande quantidade de gado nas áreas arrendadas da *Reserva*. Os indígenas que resistiram às tentativas do SPI de transferir

as moradias para as proximidades dos postos tiveram que fazê-lo sob pressão dos fazendeiros. A institucionalização pelo SPI do papel de *capitão*, enquanto único representante político do conjunto da sociedade indígena, tendeu, inclusive, a aumentar as tensões internas resultantes da fusão forçada de agrupamentos Kadiwéu. Um outro aspecto ainda pouco explorado pelos historiadores é a divisão do interior da *Reserva* em fazendas, pelos membros do grupo. Futuras pesquisas podem aprofundar o tema e verificar se a hipótese levantada por antropólogos, de que estaria se realizando uma atualização da antiga divisão hierárquica (*senhores* e *cativos*) é correta. Como isso teria se originado? Como ocorreu o processo de distribuição das fazendas entre os membros do grupo? Siqueira Jr. levanta a hipótese:

> *[...] de que a forma de apropriação das fazendas arrendadas pelos Kadiwéu, espelha aspectos da antiga divisão territorial entre os "cacicatos", tendo em vista que o controle que predomina atualmente sobre estas terras arrendadas pertence justamente às famílias de líderes e chefias da área, e que também descendem do antigo estrato dos* ***Otagodepodi*** (SIQUEIRA JR., 1993: 195). [2]

Ainda de acordo com a antropóloga Silvia Carvalho,

> *Após uma longa história de lutas somente os Kadiwéu tinham conseguido manter sua identidade enquanto grupo étnico. Alguns remanescentes de outro grupo mbayá ainda vivem em aldeias terena. A resistência toma, hoje, outras formas, as reivindicações fazendo-se presentes por meio de uma articulação das lideranças indígenas, em âmbito tanto nacional quanto internacional. A luta pelas terras que continuam sempre invadidas, aqui e acolá, por fazendeiros, é hoje jurídica, não mais armada* (CARVALHO, 1992: 469-470).

Engana-se, pois, quem imagina que a homologação e o registro das terras da *Reserva Indígena Kadiwéu*, a maior área indígena do Centro-Sul brasileiro, ocorrida em 1984, pôs fim aos problemas de invasões, arrendamentos ilegais e conflitos pela posse fundiária no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Esta, porém, é uma outra história...

Referências bibliográficas:

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**: uma compilação (1808-1889). São Paulo: EDUSP/ CPI-SP, 1992. 362 p.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. *A identidade dos povos do Nordeste*. **Anuário Antropológico 82***,* Rio de Janeiro/ Fortaleza, Tempo Brasileiro/ UFC, p. 169-188, 1984.

[2] Otagodepodi: "senhores". Palavra que designa senhor ou patrão (SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA (SIL), 2002).

CARVALHO, S. M. S. *Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense*. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: SMC/ FAPESP, Companhia das Letras, 1992. p. 457-474.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 345 p.

MATA, Vera L. Calheiros. **A semente da terra**: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado. 1989. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu: Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaios em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 269 p.

PECHINCHA, M. T. S. **Histórias de admirar**: mito, rito e história Kadiwéu. 1994. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980. 318 p.

_____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 495 p.

SENA, D. R. de. *A ação histórica dos Guaicurus e o seu legado*. Rio de Janeiro, **Revista do Exército Brasileiro**, n. 120, v. 3, p. 93-99, jul./set. 1983.

SIQUEIRA JR., Jaime G. **"Esse campo custou o sangue dos nossos avós"**: a construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA (SIL). **Dicionário da Língua Kadiwéu**: Kadiwéu-Português. Português-Kadiwéu. Cuiabá: 2002. 364 p.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a Lei e o Costume: uma (re) visita ao paternalismo trabalhista através das experiências de trabalhadores do Recôncavo-Sul da Bahia (1940-1960)

Edinaldo Antonio Oliveira Souza*

Resumo: Este texto pretende apresentar alguns resultados parciais da pesquisa, com o mesmo título, que estou desenvolvendo junto ao Mestrado em História Social da UFBA. Discute as formas como os [1]trabalhadores do Recôncavo-Sul da Bahia acessaram e se relacionaram com as idéias e realizações do projeto trabalhista; notadamente com a Legislação, a Justiça e o mito do "pai dos pobres". Avalia os significados que lhes atribuíram e as condições em que acionaram. Sustenta a tese de que trabalhadores e Estado foram protagonistas de tal relação. Embora criados com o objetivo de controle e manipulação, a legislação e a Justiça trabalhistas, quando apropriados pelos trabalhadores, teriam sido re-significados e incorporados ao seu repertório de estratégias de sobrevivência e de luta por direitos.
Palavras-chave: Trabalhadores – Trabalhismo – Justiça do Trabalho.

Abstract: This paper aims to present some partial results of research, with the same title that I am developing into the Master's course in Social History at UFBA. It discusses the ways that the workers of Recôncavo Sul in Bahia accessed and related themselves with the ideas and accomplishments of the Labor project, especially with Legislation, Justice and the myth of "poor´s fathers". It evaluates the meanings that attributed them and the conditions that activate it. It sustains the thesis that workers and State were protagonists of this relation. Although the legislation and the Labor Justice were created with the control and manipulation target, when appropriated by the workers, they had been re–meaning and incorporated to their strategies repertory of survival and fight for rights.
Keywords: Workers – Labor – Labor Justice.

Em 1º de maio de 1941, durante as festividades em homenagem ao Dia do Trabalho, Getúlio Vargas anunciou o início do funcionamento da Justiça do Trabalho em todo o Brasil. Mais uma vez ele cumpria o compromisso assumido publicamente durante a comemoração de 1938[2], de "a cada ano '*presentear'* os trabalhadores com uma nova realização na área social" (GOMES, 2005: 216). A Justiça do Trabalho, da mesma forma que

* Professor de história da UNEB e mestrando em História Social pela UFBA.
[1]

[2] A comemoração do Dia do Trabalho era uma das marcas da política trabalhista. A de 1938, primeira do Estado Novo, fora apenas um ensaio, uma festa restrita ainda realizada no Palácio da Guanabara. Nos anos seguintes, as comemorações, sempre muito concorridas, passaram a ser realizadas no estádio do Vasco da Gama.

o salário mínimo[3], foi um "presente" anunciado por etapas. Regulamentada pelo Decreto-Lei 1.237 de 02 de maio de 1939[4], ela só entrou em vigor em 1º de maio de 1941.

No Recôncavo-Sul da Bahia, algumas cidades também comemoraram aquele dia do trabalho. Mas, possivelmente, muitos trabalhadores da região passaram aquela quinta-feira cuidando de afazeres cotidianos e não acompanharam o anúncio do presidente. Alguns feriados, especialmente quando não se tratava de dias santificados, eram uma oportunidade de fazer "serviços extraordinários" e ampliar um pouco a parca renda, seja para os que recebiam salário fixo mensal, semanal ou diário ou, mais ainda, para os que trabalhavam por produção.[5] Contudo, não tardaria para que ficassem sabendo da existência da Justiça do Trabalho. Difícil é precisar o ritmo e a intensidade com que acessaram tais informações.

Sabe-se que desde 1938 o Estado vinha articulando uma poderosa máquina de propaganda política capitaneada pelo DIP, buscando estabelecer uma comunicação direta com os trabalhadores. Para isso, fazia uso dos mais diversos meios disponíveis (Ver Gomes, Op. cit.: 218). Mas é preciso avaliar melhor as condições em que tais instrumentos eram acessados nas pequenas cidades e localidades do interior, onde certamente encontrariam alguns obstáculos. O rádio, um dos principais instrumentos de propaganda política naqueles tempos, ainda era considerado um objeto de luxo no interior do Brasil; problemas de ordem técnica e de pobreza dificultavam seu acesso à maioria dos trabalhadores. A imprensa e a escola, outros veículos utilizados, encontravam a forte barreira do analfabetismo.[6]

Todavia, existia uma poderosa rede de informações que extrapolava os limites dos veículos oficiais. Podia-se acessar uma informação de forma indireta. Era o sistema do "ouvi dizer", "fulano me contou". Uma cadeia que podia iniciar-se com alguém, não necessariamente um trabalhador, que acessara a informação através do rádio, do jornal, ou de uma faixa erguida durante uma festividade do Dia do Trabalho ou do aniversário de Getúlio Vargas e daí podia se propagar em várias direções. Não podemos subestimar também a atuação de sindicalistas, petebistas e comunistas junto a algumas categorias de trabalhadores.

---

[3] A lei de regulamentação do salário mínimo foi anunciada em 1938, mas só foi implementada em 1940.

[4] O Decreto-Lei 1.237/19 criou e organizou a Justiça do Trabalho, inserida ainda no âmbito do Ministério do Trabalho e integrada pelos seguintes órgãos: Juntas de Conciliação e Julgamento; Conselhos Regionais do Trabalho e Conselho nacional do Trabalho. O Art. 5º do decreto previa que nas localidades em que o Governo não prover sobre a criação de Junta, competente ao Juiz de Direito da respectiva jurisdição e administração da Justiça do Trabalho. Assinado pelo Presidente Getúlio Vargas em 02/05/1939, só entrou em vigor a partir de 01/05/1941.

[5] Esse pode ter sido o caso dos trabalhadores dos armazéns de fumo, espalhados por vários municípios da região e dos das minas de manganês do município de Santo Antonio de Jesus, cuja remuneração geralmente combinava diária e produção.

[6] Situações constatadas através dos jornais consultados e das entrevistas que realizamos com os trabalhadores.

É possível afirmar que, já no início da década de 1940, os trabalhadores do Recôncavo-Sul da Bahia não só tomaram conhecimento, mas também se mostraram receptivos a algumas iniciativas da política trabalhista, especialmente em relação à Justiça do Trabalho. Tão logo ela entrou em vigor, não tardou para que tivessem entrada as primeiras reclamações trabalhistas nas Comarcas da região. Embora a primeira Junta do Trabalho do Recôncavo-Sul só fosse instalada em 1959, na cidade de Cachoeira, o Art. 5º do Decreto-Lei 1.237 previa que nas localidades onde o Governo não provesse sobre a criação de Juntas do trabalho, tal competência ficaria a cargo do Juiz de Direito da respectiva jurisdição.

Foi assim que em 12 de setembro de 1941, pouco tempo depois da entrada em vigência da referida lei, o operário Pedro Alfredo do Nascimento[7]apresentou na Comarca de Cachoeira uma reclamação trabalhista contra a Firma Arnaldo de Sá, armazém de fumo onde trabalhava desde 13 de abril de 1939. Acompanhado por um fiscal do trabalho, ele alegou ter sido "dispensado do trabalho" no dia 23/08 daquele ano, sem receber aviso prévio, "conforme Art. 1221 do Código Civil" nem a sua indenização "de acordo com o Art. 2º da lei 62 de 05 de Junho de 1935[8]".[9]

Cerca de dois meses depois, um outro operário, chamado Arnaldo do Carmo, também apresentaria, na mesma Comarca, uma reclamação contra o "estabelecimento industrial da firma Lucas Evangelista Cidreira", onde fora admitido em maio de 1935. Nela, afirma ter sido "demitido sem justa causa" em Junho de 1941 "sem nunca ter gozado férias" e pede que, "mui respeitosamente, V. Excia.", o Juiz da Comarca "mande processar a reclamação que ora apresenta, de acordo com os Arts. 1º e 2º da Lei 62, de 05/06/935 e Arts. 8º e 27º do Decreto 23.768, de 18/01/934 e, em obediência ao disposto no Art. 25 do Regulamento a que se refere o Decreto 6.596 de 12 de Dezembro de 1940." Esclarece ainda que "não é sindicalizado, por não existir o sindicato da classe neste Município."[10]

Trata-se de dois pequenos processos, que tiveram curta duração, haja vista que ambos resultaram em conciliação ainda no âmbito da Comarca local. Já seriam dignos de nota pelo pioneirismo da iniciativa entre os trabalhadores da região; mas outros aspectos também merecem atenção. Primeiro o fato de que os dois reclamantes sabiam ler e escrever. Tal

[7] Identifica-se profissionalmente como prenseiro; residente na cidade de cachoeira.

[8] Conhecida como a "Lei da Despedida", assegurava aos trabalhadores da indústria e do comércio o direito ao emprego; estabilidade, após dez anos de trabalho prestados na mesma empresa e instituiu a indenização por despedida injusta àqueles que não haviam cumprido os dez anos. Um estudo realizado pelo Memorial da justiça do trabalho do Rio Grande do Sul demonstra que ela vigorou com grande destaque.

[9] *Cf.* Autos da Reclamação trabalhista de Pedro Alfredo Nascimento, contra a firma Arnaldo Pimentel de Sá, formulada na Comarca de Cachoeira em 12/09/1941. Arquivo Público de Cachoeira, pasta de Reclamações Trabalhistas, 1941-1949.

[10] *Cf.* Autos da Reclamação Trabalhista de Arnaldo do Carmo, contra a firma Lucas Evangelista Cidreira, formulada na Comarca de Cachoeira, em 04/11/1941. APC, pasta de Reclamações Trabalhistas, 1941-1949.

situação pode ter facilitado o acesso às informações sobre as leis e a Justiça do Trabalho, mas pouco nos informa sobre o perfil do conjunto dos trabalhadores reclamantes, já que tantos outros não o sabiam. Um segundo aspecto observado é que ambos não eram sindicalizados, assim como muitos outros reclamantes. Ser sindicalizado e alfabetizado, ao contrario de que se poderia supor, não eram condições imprescindíveis para o acesso às leis e à justiça.[11]

Cabe considerar ainda as motivações e a fundamentação jurídica das duas reclamações. Ambas foram motivadas por "demissão injustificada", situação identificada na maioria das queixas analisadas. Provavelmente pelo fato de já estarem demitidos, os trabalhadores se sentissem menos sujeitos às sansões patronais e, portanto mais livres para tomarem tal decisão. Havia ainda os traumas e ressentimentos inerentes ao próprio ato da demissão que certamente, além de prejuízos econômicos, envolviam questões de ordem moral, afetiva, etc. Nesta hora, direitos até então não reclamados, como férias e horas extras, são cobrados sem ressalvas. Outros motivos freqüentemente alegados eram alterações da função, queixa geralmente enquadrada como alteração unilateral de contrato de trabalho e o não pagamento do auxílio maternidade.

O recurso ao Código Civil de 1916 e à legislação aprovada no pós-30 e o acompanhamento de um fiscal do trabalho, são indicativos de que os trabalhadores não estavam alheios ao que se passava nas instâncias administrativas e que possuíam noções precisas sobre os direitos legais que possuíam. E mais, que no momento que lhes fosse estrategicamente conveniente - notadamente quando os tradicionais acordos de moldes paternalistas[12] não se mostrassem eficientes - estariam dispostos a lançar mão de tais instrumentos para fazerem valer seus interesses perante os patrões, fazendo-os ver que ao contrário do que pensavam, "esse negócio de legislação trabalhista" não "foi feito para ficar no papel."[13] Reforça ainda a tese de que a trajetória do processo de construção da cidadania no Brasil não pode ser apreensível levando-se em conta apenas as experiências vivenciadas no pós-1930.

---

[11] Isto pode ser constatado, dentre outros, com os trabalhadores das minas de manganês. Além de inúmeras queixas individuais, constituíram, pelo menos, três ações coletivas na Comarca de Santo Antonio de Jesus. Uma, de 04/06/1945, reuniu dez operários; outra, de 08/05/1950, quarenta e cinco operários e a terceira, de 1956, pelo menos, nove operários. A categoria não possuía sindicato e muitos dos que reclamaram na justiça não sabiam ler e escrever.

[12] Em "patrícios e plebeus", E. P. Thompson reabilita o termo paternalismo. Embora o considere um termo descritivo frouxo, que pode levar à visão de uma "sociedade de uma só classe", o autor sugere que ele não deve ser abandonado por ser totalmente inútil. Mas, ao invés de sugerir consenso, resignação, inviolabilidade da hegemonia cultural e das estratégias de poder e controle social dos "de cima", deve implicar reciprocidades, conflitos, disputas, negociações. Um conjunto de relações em que tanto "os de cima", quanto "os de baixo" procuram obter vantagens; formulam projetos próprios e interpretam a realidade a partir de suas própria visão de mundo.

[13] Frase atribuída a um usineiro de Santo Amaro, citada em O Momento de 04/03/1946, p. 8.

As lutas nos palcos dos tribunais e os ganhos simbólicos e materiais auferidos pelos trabalhadores revelam que, ao contrário do que sentenciaram alguns espíritos pessimistas, as leis trabalhistas não serviram apenas "para inglês ver".[14] Mas é preciso ter em conta que a decisão de colocar o patrão na Justiça, ou "botar no pau" como se diz na região, não era nada fácil de ser tomada. Exigia já de cara um cálculo sobre possíveis perdas e ganhos, nem sempre favorável ao trabalhador. Havia o risco de "ficar marcado" perante os patrões e ter dificuldades para conseguir um novo emprego. Situação experimentada, dentre outros, pelas operárias, Marciana Soares Conceição e Faustina Santos. A primeira, por ter reclamado o pagamento do auxílio maternidade no armazém de fumo onde trabalhava e a outra, por ter testemunhado a seu favor.[15]

Também era necessário acessar informações jurídicas capazes de dar amparo legal ao direito reclamado. Neste sentido, os trabalhadores foram buscar apoio de sindicatos (quando havia), de advogados, promotores públicos e delegados do Trabalho. Conseguir testemunhas também não era tarefa fácil, lembremos o caso de Faustina. Os laços de solidariedade cultivados dentro e fora dos locais de trabalho poderiam fazer a diferença, mas mesmo neste caso, nem todo mundo estava disposto a comprometer-se perante o patrão.

O tempo pode ser considerado outro obstáculo. Uma questão na Justiça poderia se estender por meses, anos ou até décadas. Os trabalhadores geralmente não estavam em condições de esperar; precisavam seguir em frente, buscar novas alternativas de sobrevivência. Muitos acabavam, portanto, optando por acordos em que, quase sempre, abriam mão de parte significativa dos direitos que lhes cabiam. O Sr. Bonifácio, ex-operário das minas de manganês no município de Santo Antonio de Jesus, nos relatou uma dessas experiências, por ele vivenciada:

> *No final eu tinha que sair para trabalhar fora, não podia sair com a carteira assinada. Eu fui no escritório, ai o escriturário disse: "bom eu posso fazer isso, dar baixa com você assinando o documento como que você recebeu tudo". Nesse tempo eu tinha cinco anos (de trabalho), mas eu precisava, não podia sair com a carteira assinada, senão podia arranjar um trabalho em outro lugar e não podia assinar a carteira, aí voltei, dei baixa. [...]. Aí foi que ele (o patrão) deu baixa em tudo, na carteira, e me deu um documento assinando como eu recebi. Aí é que é dor isso aí agora; eu tive que assinar para não sair com a carteira sem ter dado baixa, que eu podia arranjar um trabalho lá, né!* (Depoimento do Sr. Bonifácio Reginaldo, 72 anos, concedido em 05/08/2006) .

[14] A expressão foi utilizada por French, 2001, p. 35.

[15] *Cf.* Autos da Reclamação trabalhista formulada pela operária Marciana S. Conceição, contra a firma Luiz Barreto Filho e Cia, na Comarca de Cachoeira, em 18 de dezembro de 1945. APC, pasta de Reclamações Trabalhistas, 1941-1949.

Havia também obstáculos de natureza cultural. Era preciso superar algumas crenças e idéias historicamente enraizadas na cultura popular, notadamente nas localidades do interior, e às vezes alimentadas pelos poderosos. Uma delas era a desconfiança que cultivavam em relação às instituições. Geralmente se acreditava que a justiça não existia para os pobres e que, portanto "se nós fosse dar queixa lá, perdia o tempo", pois o patrão "dava um cala a boca ao cara, vinha embora e você não ganhava nada" (Depoimento citado do Sr. Bonifácio Reginaldo).

Talvez seja por ponderar tais questões que o Sr. Bonifácio conclui que "os direitos que tem hoje em dia não tinha naqueles tempos não", pois quando trabalhou, "naquele tempo, não tinha direito nenhum. Tinha, mas ele (o patrão) não dava". Quanto à Justiça do Trabalho, afirma que "naquele tempo aqui não tinha justiça não, de jeito nenhum". Mas quando perguntado sobre a origem dos direitos trabalhistas, responde que "foi Getúlio Vargas que deu todos os direitos ao operário" (Idem).

Outro ex-operário das minas apresenta um conjunto de idéias muito semelhantes em relação aos direitos trabalhistas, à Justiça do Trabalho e às origens de ambos. Também perguntado se alguma vez procurou a Justiça do Trabalho, ele respondeu negativamente e complementou que "isso aí (os direitos) ele (o patrão) dava quando queria. Naqueles tempos não existiam direitos como existem hoje. Se a gente fosse procurar direito naquele tempo era pior". Entretanto, sobre a criação das leis trabalhistas, também responde sem hesitação que "Getúlio Vargas foi o maior governo, o maior presidente para nós. Foi o homem que deu os direitos a nós, Getúlio Vargas e outros não. Daí pra cá a coisa foi melhorando para nós e temos os direitos de Getúlio Vargas até hoje" (Depoimento do Sr. Sebastião Bispo dos Santos, 73anos, concedido em 05/08/2006).

Embora aparentemente contraditórias, as falas dos dois depoentes possuem uma certa coerência. Primeiro desenvolvem um raciocínio comparativo em que as experiências vivenciadas no passado são re-elaboradas a partir de referenciais do tempo presente. Isso lhes permite concluir que "naqueles tempos não existiam direitos como existem hoje", pois "os direitos que tem hoje em dia não tinha naqueles tempos não". Ou seja, existiam direitos, mas não nos moldes que existem hoje, provavelmente em termos quantitativos e de exercício prático. Outros trechos de suas falas não titubeiam em relação a quem eram os responsáveis pela limitação de tais direitos, os patrões. Seu Sebastião não tem dúvidas, "ele dava quando queria" e se alguém "fosse procurar direito naquele tempo era pior". Seu Bonifácio é mais incisivo, "sempre quando eu trabalhei, naquele tempo, não tinha direito nenhum. Tinha, mais ele (o patrão) não dava" (Depoimento citado do Sr. Bonifácio Reginaldo).

O mesmo exercício de raciocínio se aplica às narrativas que desenvolvem sobre a Justiça do Trabalho. Segundo o Sr. Bonifácio, "naquele tempo aqui não tinha justiça não, de jeito nenhum. Se nós fôssemos dar queixa lá, perdia o tempo, que Arditti (ex patrão) ia lá, tapeava, tapeava, dava um cala a boca no cara, na certa, vinha embora e você não ganhava nada." Ou seja, a Justiça, enquanto instituição existia, o que não existia era justiça enquanto garantia de direitos para o trabalhador, já que (a Justiça) era manipulada pelos patrões. Por um lado, reproduzem o imaginário popular, segundo o qual a justiça não funciona para o fraco, mas, por outro, contrariam a ideologia trabalhista que associava suas realizações à promoção de justiça social.

As leis e a Justiça teriam sido corrompidas pelo dinheiro dos patrões. Não eram essas as intenções de Getúlio ao criar a legislação e a Justiça do Trabalho, crêem. Isto lhes permite conciliar a imagem positiva que cultivam de Getúlio com as críticas à ausência dos direitos na época em que trabalhavam. Afinal, se os direitos não se realizavam, a culpa era dos patrões e não de Vargas, pois "foi Getúlio Vargas quem deu todos os direitos ao operário". De acordo com o historiador Jorge Ferreira,

> *Com base na formulação de uma legislação social e trabalhista, fundamentada na ideologia da outorga e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos.* (FERREIRA, 1997: 22)

Mas, é preciso ter em conta que,

> *Nenhuma trama discursiva e propagandística produz um efeito unívoco, encontrando eco exatamente na proporção e na forma desejada, como se o receptor fosse um elemento passivo e não um sujeito que realiza desvios e interpretações a partir de seus próprios códigos culturais; os trabalhadores não são seres passivos, plenamente moldáveis por propagandas e doutrinações e incapazes de formular e defender seus interesses legítimos. Nesse sentido, imaginar que a admiração a Vargas provenha apenas do poder que ele tinha de impor suas mensagens é continuar preso ao discurso da "manipulação das massas", como se estas não fossem capazes de fazer escolhas, engolfadas por interesses que lhes são estranhos.* (REIS, 2001: 54)

É certo que muitos trabalhadores aceitaram acordos em condições desfavoráveis, não sem hesitação, mas nem todos agiram assim. Desde meados da década de 1940 era crescente a freqüência com que as queixas trabalhistas, individuais e coletivas, eram apresentadas nas Comarcas do Recôncavo-Sul, prenunciando assim um processo de popularização da Justiça do Trabalho e de formação de uma cultura jurídica entre os

trabalhadores da região.[16]Um novo expediente passava a integrar o repertório de estratégias que dispunham para as ocasiões de enfrentamento e negociação. Um importante recurso que poderia ser acionado, sobretudo quando os métodos tradicionais não se mostravam eficazes. O paternalismo patronal estava cedendo campo ao paternalismo estatal.[17]

Os embates travados no interior dos tribunais ajudavam a estreitar laços de solidariedade, a ampliar noções de direito e de justiça e a reforçar identidades coletivas entre os trabalhadores. Neste sentido, as ações coletivas poderiam representar um momento privilegiado; mas, mesmo quando individuais não deixavam de ter repercussão entre os demais trabalhadores dentro e fora da empresa. Ademais, o fato de um peão levar o patrão à justiça, exigir dele seus direitos e sair vitorioso então, constituía um ato de insubordinação que dificilmente deixaria de arranhar a autoridade patronal, mormente numa pequena cidade ou localidade do interior onde as notícias rapidamente propagam.

O papel da Justiça do Trabalho não pode, portanto, ser compreendido tomando-se como perspectiva apenas as intenções estatais. Entre aquilo que pretendia o Estado e a forma como ela foi recebida pelos trabalhadores aconteceram desvios, apropriações, re-significação dos seus propósitos. Não resta dúvida de que a justiça, ao mediar os conflitos entre patrões e empregados, tendia a favorecer os interesses econômicos e políticos dos grupos hegemônicos. Mas, não é menos verdade que ao fazer isso "através de formas legais, ela continuamente impunha restrições às ações dos dominantes" (THOMPSON, 1987: 356).

Ademais, ela não foi suficiente para pôr termo aos conflitos de classe. Atitudes de indisciplina, pequenos atos de rebeldia nos locais de trabalho e até mesmo as greves, não deixariam de acontecer entre os trabalhadores do Recôncavo-Sul da Bahia. Os próprios tribunais eram palcos de enfrentamentos; alguns processos se tornaram verdadeiras batalhas jurídicas que se arrastariam por décadas, passando por todas as instâncias da Justiça do Trabalho. Empresas tiveram seus bens penhorados para pagar dívidas trabalhistas e, por outro lado, muitos operários morreram antes que seus processos fossem concluídos.[18] Greves e disputas judiciais foram muitas vezes alternativas complementares utilizadas pelos

[16] Em "A formação de uma cultura operária", José Sergio Leite Lopes (1987) observa que a "lenta autoconstrução" de uma "consciência de classe" pelos operários estaria relacionada não apenas com a 'microfísica da resistência' ao nível das seções da fábrica e com as greves, mas também com a constante luta judiciária em defesa dos direitos.

[17] O termo é aqui empregado no sentido atribuído por E. P. Thompson.

[18] *Cf.* Autos da Execução de Sentença Nº 9/70, de 06/05/1970; formulada por Argentina Oliveira e outras (212) e pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo das cidades de Muritiba, Conceição do Almeida e Governador Mangabeira, contra a firma Carl Leoni Ltda. Junta de Conciliação e Julgamento de Cruz das Almas, 01 vol., 631 p.; Autos do Processo Nº 401.61.003 – 01, referente ao Recurso Ordinário 43/62 de 01/02/1962. JCJCA, 04 vols, 596 p. & Autos do Processo Nº 401.63.0212-01, referente à Reclamação Trabalhista Nº2463, de 10 de dezembro de 1969. JCJCA, 03 vols, 551 p.

trabalhadores. Uma disputa judicial, mormente quando coletiva, poderia estreitar laços de solidariedade, explicitar contradições, criar ressentimentos. O descumprimento ou a protelação de uma decisão judicial poderia aflorar tais sentimentos e resultar numa greve. Assim como, ao término de uma greve, estes mesmos sentimentos poderiam resultar em novos conflitos e disputas judiciais.[19]

A criação da Justiça do trabalho foi, sem dúvida, uma das principais realizações do projeto trabalhista. Além de criar condições efetivas de acesso aos direitos legais, as disputas nos tribunais poderiam também ter um importante significado sob o ponto de vista simbólico. O fato de estar cara-a-cara com o patrão, podendo acusá-lo e vê-lo ter que se defender perante um representante da justiça, em condições aparentemente de igualdade, não deixaria de representar uma importante vitória moral e uma importante demonstração de poder entre os trabalhadores. Poder este que seria utilizado, como uma forma de pressão, em futuras negociações. Portanto, para entendermos o sucesso da política trabalhista, é preciso vê-la como uma via de mão dupla, onde trabalhadores e Estado foram protagonistas e não apenas vítimas e algozes como sugerem algumas explicações. É fundamental atentarmos para as reciprocidades de tal relação.

Referências bibliográficas:

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário do povo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997, p. 22.

_____ (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela Castro. **A invenção do trabalhismo**, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEITE LOPES, José S. *A Formação de uma Cultura Operária*. In: **Tempo & Presença**, nº 220, 1987.

[19] Refiro-me ao movimento dos trabalhadores das usinas de açúcar de Santo Amaro, em meados da década de 1940, que compreende um dissídio coletivo, a greve de 1946, e várias reclamações trabalhistas (C*f.* O Momento, 04/03/1946, p. 1-8; 11/03/1946, p. 4-5; 18/03/1946, p.5 e Correio Trabalhista, 19/03/1946, p. 5). Refiro-me também ao movimento dos trabalhadores tarefeiros da Escola Agronômica da Bahia, sediada em Cruz das Almas, no início da década de 1960; que também compreende uma greve e uma ação coletiva, formulada por 52 operários (C*f.* Processo nº 401.63.0212-01, ref. à Reclamação nº 193/63 de 27/06/1963)

_____. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**, 1. ed.. São Paulo, Marco Zero, 1988.

NEGRO, Antonio Luigi. *Ignorantes, Sujos e Grosseiros: uma reinvenção da história do trabalhismo.* In: **Revista de História UFC**. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003.

REIS, José Roberto F. *Cartas a Vargas: Entre o Favor, o Direito e a Luta Política pela Sobrevivência.* In: **Locus**, vol. 7, nº 2, 2001.

THOMPSON, Edward. Palmer. *Patrícios e plebeus*. In: **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: paz e terra, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reflexão sobre técnicas de pesquisa histórica a partir de estudo de caso sobre a polícia paulista (1946-1964)

Thaís Battibugli*

Resumo: O texto realiza reflexão sobre o uso técnicas pesquisa a partir de estudo sobre o sistema público de segurança paulista entre 1946 e 1964. É salientada a importância de se conjugar o uso da pesquisa qualitativa e quantitativa como estratégia para o refinamento da pesquisa.

Palavras-chave: técnica de pesquisa; análise de fontes; pesquisa qualitativa e quantitativa.

Abstract: This text aims to realize a reflection about research techniques from a study on the public security system of Sao Paulo between 1946 and 1964. The importance pointed out is the use of the qualitative and quantitative inquiry as a strategy for the refinement of the research.

Keywords: research techniques; source analysis; qualitative and quantitative research.

O pesquisador aprende desde os primeiros anos de graduação a questionar, confrontar e respeitar as fontes de pesquisa. Para tanto, deve seguir princípios metodológicos que envolvem o rigor acadêmico:

> *O método consiste em uma série de regras com a finalidade de resolver determinado problema ou explicar um fato por meio de hipóteses ou teorias que devem ser testadas experimentalmente e que podem ser comprovadas ou refutadas. Se a hipótese for aprovada nos testes, será considerada uma justificativa adequada dos fatos e aceita ou adotada para fins práticos* (MARCONI, 2001: 15).

Um dos objetivos da metodologia é explicitar a forma de realização do trabalho: como os dados foram coletados e analisados; quais as bases teóricas utilizadas; as questões de pesquisa e as hipóteses levantadas, a lógica da produção dos argumentos. Tais procedimentos produzem inferências[1] e conclusões com maior grau de confiabilidade científica. Os procedimentos devem ser públicos, acessíveis e testáveis, como se a pesquisa pudesse ser refeita por outra pessoa (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 7; 13; 19; 26).

---

* Doutora em Ciência Política (USP - 2007); Mestre em História Social (USP - 2000); Bacharel em História (Unicamp - 1996). Docente do curso de Direito da Faculdade de Campo Limpo Paulista (FACCAMP).

[1] Inferência denota a relação entre duas idéias, em que uma é tomada por fundamento da outra.

O trabalho científico deve conter questões de pesquisa; base teórica; hipóteses de trabalho; coleta e análise de dados; conclusão.

As questões de pesquisa enunciam de forma clara e compreensível as dificuldades que se têm a resolver. Dessa forma, limita-se o campo de análise e os objetivos do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2000: 139-140).

A base teórica *é um conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado na procura e, principalmente, explicação dos fatos*. A construção teórica é um sistema de proposições ou hipóteses válidas e sustentáveis. Assim, não é uma mera descrição da realidade, mas uma abstração (MARCONI; LAKATOS, 2000: 99; 109; 126).

Já a hipótese de trabalho é uma proposição antecipadora de um problema para cuja solução se realiza a investigação. *São sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis a variáveis*[2] (MARCONI; LAKATOS, 2000: 136-137).

Por um lado, mesmo com a observância de todos os cuidados, nenhuma pesquisa acadêmica é irrepreensível, as críticas impulsionam o refinamento da ciência e recebê-las são *ossos do ofício*. Por outro lado, o trabalho não precisa estar imune a críticas para realizar importantes contribuições para a ciência. Entretanto, abandonar o método e a técnica e operar apenas por *insight* ou *feeling*[3] torna a pesquisa cientificamente obscura e irrelevante (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 7; 9).

Enquanto o método é *o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração* da tese, a técnica está relacionada com a coleta de dados, com a parte prática da pesquisa (ANDRADE, 2005: 131; 135). Entretanto, método e técnica não são suficientes. A pesquisa científica necessita de inferências para ir além dos fatos observáveis de modo a construir conhecimento sobre dados não diretamente pesquisados. Os argumentos e conclusões baseadas em inferências ou na descrição do mundo real têm de vir acompanhadas de um certo grau de relatividade ou incerteza, pois o processo de produção de conclusões e inferências terá sempre imperfeições (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 8-9).

Para a coleta de dados, importante distinção metodológica está no uso de pesquisa qualitativa e quantitativa:

---

[2] Variável pode ser considerada uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito que contém ou apresenta valores. É um aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração.

[3] *Insight: a sudden clear understanding of something, especially something complicated. Feeling: an ability to do something or understand a subject, which you get from experience*. LONGMAN. ***Longman Dictionary of Contemporary English***. Longman: Essex, England, 1995: 509; 738.

A pesquisa quantitativa envolve o uso de métodos estatísticos e objetiva testar hipóteses e variáveis, explicar a evolução de eventos, processos e comportamentos de forma dedutiva. Busca, assim, padrões e descrições gerais. O método quantitativo também se utiliza da indução quando faz generalizações de uma amostra para todo um grupo, o conjunto no qual se insere.

Já a pesquisa qualitativa se concentra em estudos de casos[4]; análise de documentos; pesquisa de campo, com realização de entrevistas, em certos casos. Interessa-se pelas particularidades e pelo contexto histórico de eventos considerados paradigmáticos. Além disso, desenvolve análise indutiva, pois parte de elementos individuais para hipóteses e conclusões generalizadoras e considera importante, por exemplo, o significado que as pessoas atribuem a determinado fato histórico. As pesquisas de micro-história se utilizam da pesquisa qualitativa (GÜNTHER, 2006: 2-3; 5; KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 4; MARCONI; LAKATOS, 2000: 175-177; NEVES; 1996: 1-2).

Para a análise das informações coletadas em um determinado período histórico é necessário distinguir o que é sistemático - resistente a mudanças, persistente no tempo - ou não-sistemático, transitório, significativo apenas para um período específico (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 56).

De todo modo, não há receita prévia sobre a técnica de pesquisa ideal a ser empregada, nem sobre a ordem dos requisitos metodológicos. Pode-se iniciar os trabalhos pela formulação de questões de pesquisa ou pelo trabalho de campo. Cabe ao especialista avaliar o recurso que melhor convém para responder às questões do trabalho em particular e não optar *a priori* por utilizar apenas umas das técnicas (KING; KEOHANE; VERBA, 1994: 13; GÜNTHER, 2006: 7; NEVES, 1996: 2).

Como exemplo, nossa tese de doutorado se utilizou de pesquisa qualitativa e quantitativa como forma de refinar a pesquisa histórica sobre a polícia paulista entre 1946 e 1964, nos governos de Ademar de Barros (1947-1950); Lucas Nogueira Garcez (1951-1954); Jânio Quadros (1955-1958); Carvalho Pinto (1959-1962); Ademar de Barros (1963-1966) (BATTIBUGLI, 2007). Em certos momentos, apenas a pesquisa quantitativa nos permitiria concluir sobre uma questão de trabalho, como as motivações para a greve da Força Pública (FP)[5] e da Guarda Civil (GC)[6] de janeiro de 1961.

---

[4] Estudo de caso designa a pesquisa que realiza análise profunda de uma unidade de estudo. Visa ao exame detalhado de um determinado ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular.

[5] A Força Pública (FP) era a maior corporação policial paulista entre 1946 e 1964. Criada em 1831, a FP era uma corporação militar. Realizava grande parte do policiamento do interior do Estado e dividia as tarefas de policiamento com a Guarda Civil na capital.

Segundo a imprensa da época, a greve fora deflagrada em virtude da não aprovação pela Assembléia Legislativa da equiparação de vencimentos entre os policiais e servidores civis, com a concessão de abono de 30%. Nos anos que antecederam a greve, jornais e artigos de revistas das corporações policiais mencionavam significativas perdas salariais e a mobilização política do setor por aumentos, mas não se tinha a real dimensão de tais perdas entre 1946 e 1964, sabia-se apenas da forte pressão inflacionária a partir do final da década de 50. Dessa forma, o objetivo era dimensionar tais perdas para verificar se a variável salarial fora realmente um forte motivador da greve e da mobilização política intensa daqueles anos. Para tanto, foram construídos gráficos sobre a evolução salarial da FP, da GC e de delegados da Polícia Civil (PC), a partir do salário base deflacionado das carreiras[7]:

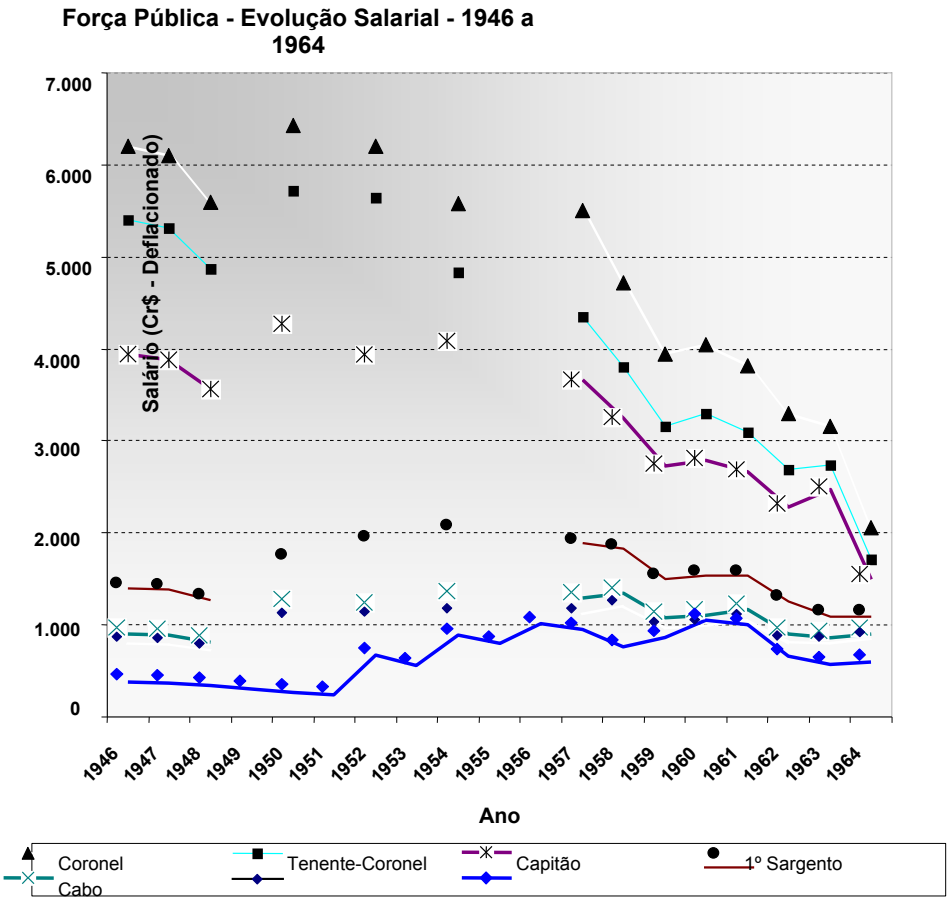

[6] A Guarda Civil (GC) foi criada em 1926, nos moldes da Polícia Metropolitana de Londres. Era uma polícia civil fardada. A função da GC era realizar policiamento urbano preventivo e ostensivo na capital. A partir de 1947 passou a atuar nas cidades mais desenvolvidas do Estado.

[7] Os dados foram extraídos de diversas leis e decretos-lei publicados na Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, LEX de 1946 a 1964. Os salários foram deflacionados tendo-se como base o ano de 1946=100 e a inflação anual medida pelo IGP-DI.

Gráfico 1 - Evolução do salário-base deflacionado da Força Pública para os postos de: Coronel; Tenente-Coronel; Capitão; 1º Sargento; Cabo; Soldado Engajado (índice base 1946=100) (BATTIBUGLI, 2007: 130).

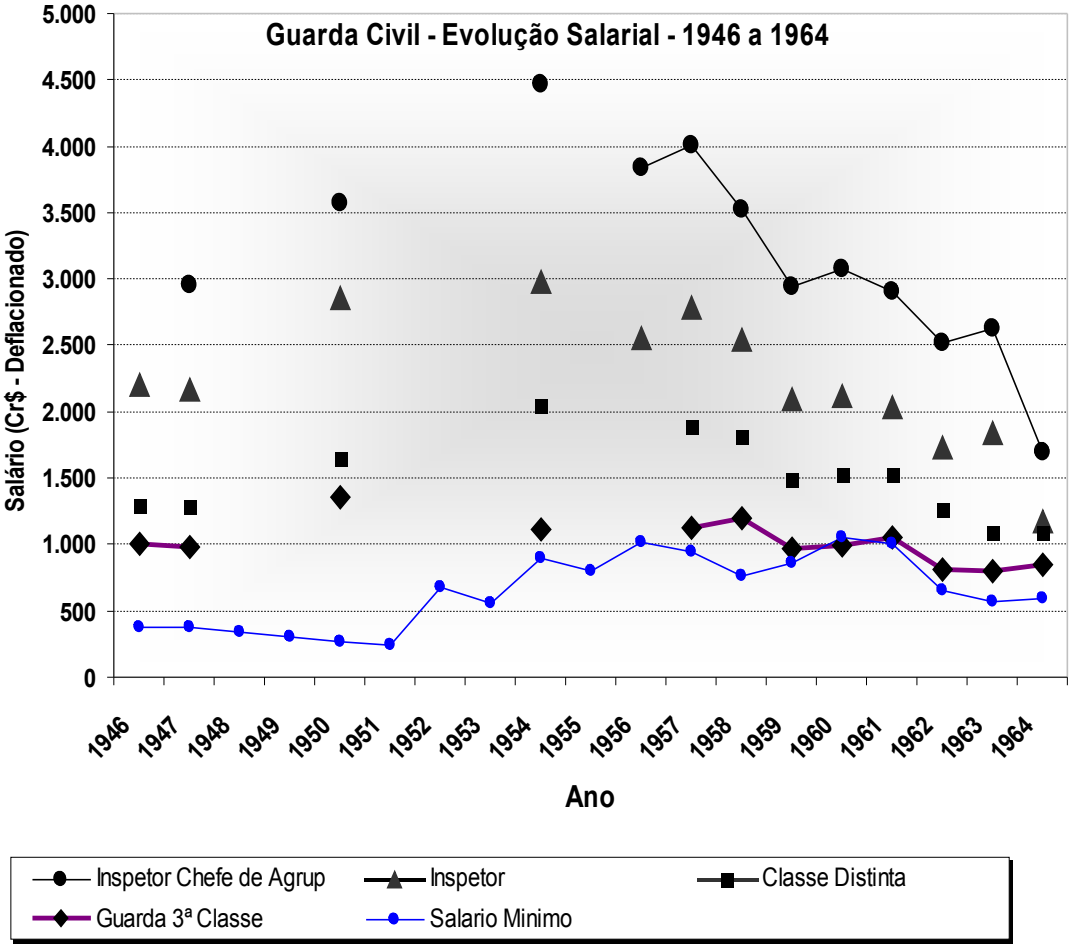

Gráfico 2 - Evolução do salário-base deflacionado da Guarda Civil para os postos de: Inspetor chefe de Agrupamento; Inspetor; Classe Distinta; Guarda Civil de 3ª Classe (índice base 1946=100) (BATTIBUGLI, 2007: 131).

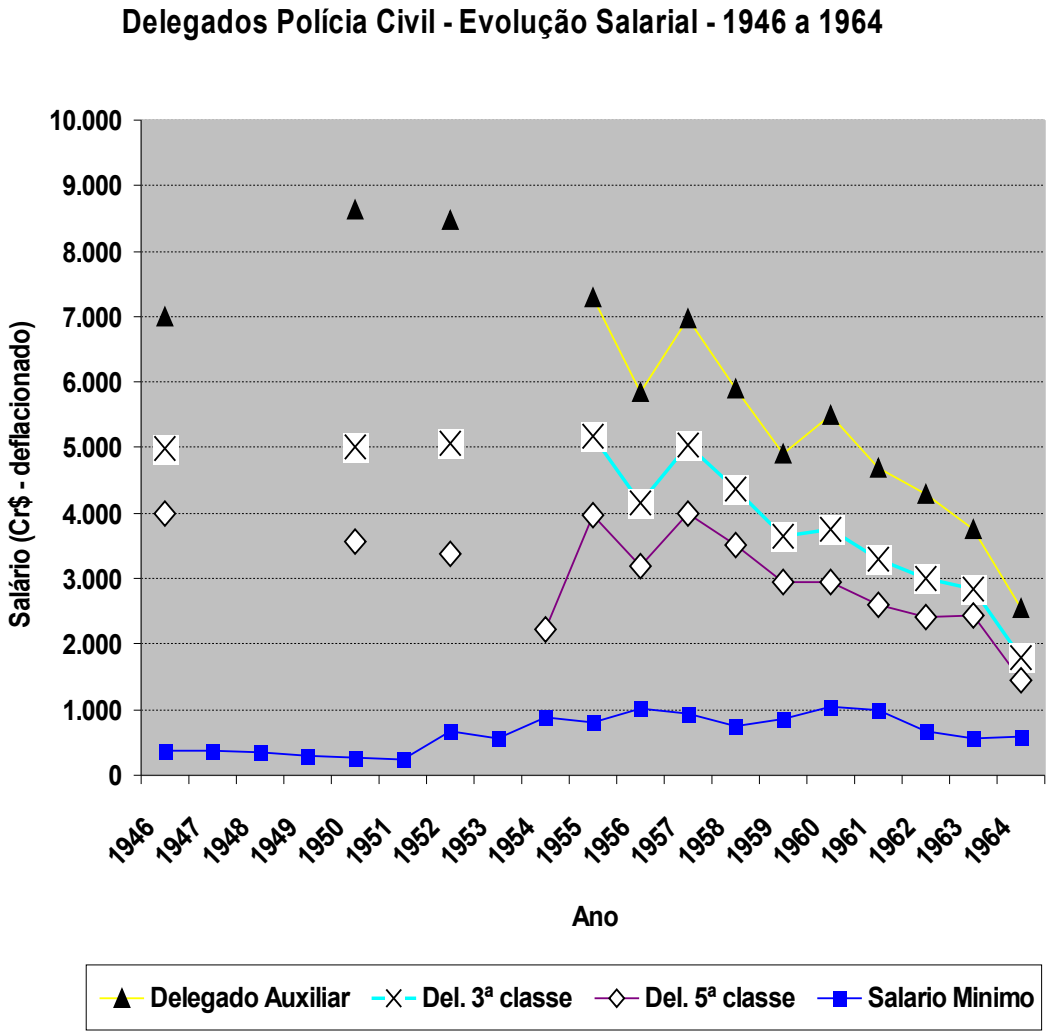

Gráfico 3 - Evolução do salário-base deflacionado da carreira de delegados da Polícia Civil para os postos de: Delegado Auxiliar; Delegado de 3ª Classe; Delegado de 5ª Classe (índice base 1946=100) (BATTIBUGLI, 2007: 131).

A inflação do período teve a seguinte evolução[8] (1946-1965):

Ano	Inflação anual	Índice (base 1946=100)	Ano	Inflação anual	Índice (base 1946=100)
1946	22,2%	100,0	**1956**	24,5%	375,6
1947	1,7%	101,7	**1957**	6,9%	401,7
1948	9,0%	110,9	**1958**	24,4%	499,8
1949	12,3%	124,5	**1959**	39,4%	696,8
1950	12,4%	140,0	**1960**	30,5%	909,0
1951	12,4%	157,3	**1961**	47,8%	1343,5
1952	12,7%	177,3	**1962**	51,7%	2037,8
1953	20,6%	213,7	**1963**	79,9%	3665,5
1954	25,8%	268,9	**1964**	92,1%	7041,5
1955	12,2%	301,6	**1965**	34,3%	9454,0

Os três gráficos mostram que a tendência para a evolução salarial das carreiras policiais foi de constante perda em relação à inflação anual. Os salários alcançaram seu maior nível entre 1950 e 1954, antes da escalada inflacionária a partir de 1958, com exceção de alguns anos de alta. O nível salarial do policial da Força Pública, Guarda Civil e do delegado de 1961 a 1964, foi ou mais baixo do período democrático, ou o segundo mais baixo, superando apenas os anos de 1946 a 1948, dependendo do posto. Portanto, as perdas constantes para a inflação foram um fator que coincidiram, não acidentalmente, com a greve de 1961 e com movimentos de mobilização política na FP e na GC a partir do final dos anos 50 (BATTIBUGLI, 2007: 137).

Assim, nesse caso, apenas com uma pesquisa quantitativa sobre a evolução salarial da polícia se poderia verificar com maior segurança a questão de trabalho.

A pesquisa quantitativa também foi utilizada para testar a afirmação comum na opinião pública da época sobre a defasagem do contingente policial em relação ao crescimento populacional, fator que seria uma das causas do aumento da criminalidade. Para tanto, foi construída tabela sobre a relação policial/habitante entre 1946 e 1964 (BATTIBUGLI, 2007: 304-306):

[8] O índice de inflação utilizado foi o IGP-DI. Os dados foram extraídos no site do Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br, acesso em 20/06/2006. A inflação anual foi transformada em número índice, tendo-se como base o ano de 1946 = 100. A fórmula utilizada foi: número índice do ano anterior + (número índice do ano anterior x inflação do ano corrente) = número índice do ano corrente. Para a deflação do salário base foi utilizada a seguinte fórmula: (valor salário/número índice base do ano corrente)*100 = valor real deflacionado.

Ano	População Estado de São Paulo	Habitantes por contingente fixado[9] da Força Pública	Habitantes por contingente fixado da Guarda Civil
Crescimento percentual entre 1947 e 1964	**74%**	**170%**	**275%**
Crescimento percentual entre 1947-1958	**31%**	**56%**	**128%**
Crescimento percentual entre 1947-1954	**47%**	**128%**	**179%**

Os dados demonstraram que o contingente de policiais aumentou proporcionalmente mais do que a população, ao contrário do que se supunha. Por exemplo, entre 1947 a 1958, a população aumentou em 31%, já a FP cresceu 56% e a GC, 128%. Dessa forma, não havia falta de efetivo, mas sim uma adequada reestruturação do sistema policial com melhor distribuição e aproveitamento do contingente disponível.

A pesquisa quantitativa também auxiliou a confirmar afirmação reiterada em entrevistas com policiais de que os governadores Ademar de Barros e Lucas Nogueira Garcez davam maior auxílio financeiro à Força Pública e que Jânio Quadros e Carvalho Pinto, por sua vez, auxiliariam mais a Guarda Civil.

A tabela abaixo mostra o orçamento total destinado a cada corporação policial e o total geral por governo (BATTIBUGLI, 2007: 130):

	Orçamento[10]	**Total verba deflacionada (base 1946) por corporação (Cr$)**			**Soma total**
	Anos	**Polícia Civil**	**Força Pública**	**Guarda Civil**	**PC/FP/GC**
Total Gov. Barros	1948-1951	596.744.121,29	733.373.496,05	220.904.825,77	**1.551.022.443,11**
Total Gov. Garcez	1952-1955	651.020.586,94	843.545.785,38	278.764.984,58	**1.773.331.356,90**
Total Gov. Quadros	1956-1959	709.692.289,61	767.112.445,40	408.511.608,69	**1.885.316.343,70**
Total Gov. C. Pinto	1960-1963	802.883.465,10	835.852.063,07	490.689.397,16	**2.129.424.925,33**
Total Gov. Barros	1964-1965	400.968.775,78	687.708.567,58	303.860.380,14	**1.392.537.723,49**
Total por corporação		**2.760.340.462,94**	**3.179.883.789,90**	**1.398.870.816,20**	7.339.095.069,05

[9] Contingente fixado é aquele disposto em lei. Na prática, esse número poderia ser um pouco menor devido a aposentadorias, afastamentos, demissões.

[10] Ademar de Barros organizou os orçamentos de 1948 a 1951. Lucas Nogueira Garcez, eleito com o apoio de Barros, governou de 1951 a 1954, mas se distanciou, politicamente, de seu mentor e, uma vez eleito, planejou os orçamentos de 1952 a 1955. Jânio Quadros, opositor de Barros, administrou o Estado de 1955 a 1958 e elegeu seu sucessor, Carvalho Pinto, com mandato de 1959 a 1962. Quadros foi responsável pelos orçamentos dos anos de 1956 a 1959, enquanto Pinto foi responsável pelos de 1960 a 1963. Barros voltou ao governo em 1963, foi deposto pelos militares em 1965 e aprovou orçamento de 1964 e 1965.

Os dados demonstraram que do primeiro governo Barros ao governo Carvalho Pinto, houve aumento real no total de verbas destinadas às corporações policiais. Houve queda apenas no orçamento da FP no governo Quadros.

A GC obteve aumento considerável de verbas a partir da administração Quadros e Carvalho Pinto, enquanto os maiores investimentos da FP ocorreram nas administrações de Barros e Garcez. Quanto à PC, também houve um aumento de verbas nas administrações Barros e Garcez, mas em menor escala. Por sua vez, Quadros e Pinto reverteram a tendência de crescimento de verbas da FP, somente retomada no orçamento de Barros para o ano de 1965. (BATTIBUGLI, 2007: 139)

De fato, a disposição orçamentária e as realizações dos governos indicam que Barros e Garcez dedicavam maior atenção à Força Pública e, por sua vez, Jânio Quadros e Carvalho Pinto prestigiavam mais a Polícia Civil e a Guarda Civil, o que confirmou o posicionamento da opinião pública da época.

Já certas questões de trabalho demandavam pesquisa qualitativa, como a utilizada para apurar a percepção da população e da imprensa em relação à segurança pública, através de notícias de jornais, discursos de parlamentares e pesquisa do IBOPE.

Exemplo é o discurso do deputado estadual Ulisses Guimarães, de julho de 1947, sobre a sensação de insegurança vivida pelos paulistanos. Guimarães afirmou que a cidade estaria *despoliciada e à mercê dos ladrões*, fato que poderia ser comprovado pelos jornais, segundo o deputado[11].

O deputado estadual Caio Prado Júnior discursou, em agosto de 1947, sobre um caso de abuso de poder na polícia e criticou a Polícia Civil, especialmente a Delegacia de Ordem Política e Social, por prender arbitrariamente, espancar e matar operários, *segundo processos de que a polícia, apesar do regime constitucional em que vivemos, ainda não esqueceu*[12].

Ulisses Guimarães e Caio Prado comentaram respectivamente sobre a percepção de insegurança social e sobre arbitrariedades praticadas pela polícia. Já o IBOPE, em 1953, realizou pesquisa de opinião entre os paulistanos sobre a eficiência policial:

O policiamento em São Paulo é eficiente ou ineficiente?[13]

[11] AHAL, *Anais da Assembléia Legistativa*. Vol 1, 1947, p. 38-39.
[12] AHAL. *Anais da Assembléia Legislativa*, vol 1, 1947. Discurso de Caio Prado Júnior em 4 e 8 de agosto de 1947.
[13] AEL. *Boletim das classes dirigentes*. Coleção IBOPE. 1953, p. 27. Não foi citado o número de pessoas entrevistadas.

	Homens	Mulheres	Total
Ineficiente	**49%**	**45,2%**	**47,3%**
Eficiente	35,8%	38,8%	37,1%
Sem opinião	15,2%	16%	15,6%

Os resultados apresentaram uma polícia ineficiente. O IBOPE comentou que:

> *Tem sido um problema angustiante para as populações urbanas o policiamento das cidades. Não é de hoje que observa-se reclamações constantes contra a ineficiência do trabalho da polícia nas grandes metrópoles.*

Em 1955, o deputado estadual Bento Dias Gonzaga, em discurso na Assembléia Legislativa, afirmou que a população de São Paulo não possuía segurança, não devido aos delinqüentes, mas às arbitrariedades da própria polícia[14]. Gonzaga explicitou a relação entre abuso de poder e insegurança, de um lado; e entre abuso de poder e corrupção, de outro (BATTIBUGLI, 2007: 22-23; 27).

Outras reportagens e discursos parlamentares entre 1946 e 1964 comentavam os mesmos problemas: insegurança social, aumento da criminalidade, ineficiência policial, abuso de poder praticados por policiais contra cidadãos (BATTIBUGLI, 2007: 20-34).

Tanto a Força Pública como a Polícia Civil foram muito criticadas por transgredir a legalidade democrática. A pesquisa qualitativa demonstrou que a percepção social sobre a segurança pública era negativa.

Dessa forma, o pesquisador deve saber trabalhar com os dois tipos de análise, quantitativa e qualitativa, pois as fontes disponíveis por vezes permitem apenas uma das possibilidades, o que pode levar o acadêmico ter de ajustar a pesquisa à fonte disponível.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2005.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964)**. 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GÜNTHER, Hartmut. *Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão?* In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 22, nº 2. Brasília: UNB, mai-ago. 2006. Pp. 201-210.

[14] AHAL, *Diário da Assembléia*, 135ª sessão extraordinária em 10 de outubro de 1955. In: *Diário Oficial*, 11 de out. de 1955.

KING, G; KEOHANE, R.; VERBA, S. ***Designing Social Inquiry. Scientific Inference in Qualitative Research***. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

NEVES, José Luis. *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*. **In: Cadernos de Pesquisas em Administração**. Vol. 1, nº. 3: São Paulo: FEA/USP, 2º sem. 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O projeto moralizador das famílias mineiras na Vila Operária Prospera – Criciúma

Ismael Gonçalves Alves*

Resumo: Este artigo tem como intuito mostrar como se deu a participação das Pequenas Irmãs da Divina Providência dentro de um processo de moralização aos quais foram submetidas às famílias mineiras da Vila Operária Próspera, em Criciúma. A ação destas Irmãs consistia na reeducação e na reestruturação familiar utilizando como "peça mestra" deste processo as mulheres e as crianças.

Palavras-chave: Moralização –Família – Infância.

Abstract: This article has as intention to show as if it inside gave the participation of the Small Sisters of the Divine Providence of a moralization process which had been submitted the mining families of the Prosperous Laboring Village, in Criciúma. The action of these Sisters consisted of the re-education and the familiar reorganization using as "part masters" of this process the woman and the children.

Keywords: moralization – Family – Infancy.

A Vila Operária Próspera, situada na cidade de Criciúma (SC), teve o seu desenvolvimento ligado às atividades industriais da Sociedade Carbonífera Próspera S.A. Segundo Mario Belolli[1], esta companhia foi sucessora da CIA Carbonífera Colônia Ltda fundada em 1917, pertencente a um grupo de empresários e gerenciada por Jorge da Cunha Carneiro. Pouco depois de sua fundação, com a entrada dos empresários criciumenses, Marcos Rovaris, Pedro Benedet, Frederico Minato, Pacífico Nunes de Souza e Francisco Meller, ocorreu a mudança de nome passando a chamar-se Sociedade Carbonífera Próspera Ltda.

Em 1938 Julio Gaidzinski e Jorge da Cunha Carneiro assumem o controle acionário da carbonífera, Marli de Oliveira Costa destaca que "foi nesse período que se consolidou a construção das primeiras vilas operárias pela empresa, que deu origem à Vila Operária Próspera" (COSTA, 1999:42). O início da extração do carvão mineral pela Carbonífera Próspera desencadeou um fenômeno comum a vários núcleos industriais, ou seja,

[1]*Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).
Jornal da Manhã, Criciúma, 28/01/1998, Coluna JM Memória. Acervo do grupo de pesquisa Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. CEDOC.

a vinda de pessoas das regiões vizinhas em busca de emprego. Os núcleos urbanos industriais representavam o que apregoava o capitalismo, a possibilidade de ascensão social e a melhor qualidade de vida. Desta forma, "a partir da 'notícia' que havia trabalho fixo, as pessoas foram pouco a pouco atraídas e vieram, de diferentes lugares trabalhar na mineração"(COSTA et all, 2004:102). Para abrigar a mão-de-obra atraída pelo emprego, a Sociedade Carbonífera Próspera serviu-se de um instrumento utilizado nas grandes cidades européias e brasileiras, a vila operária. Segundo Marli de Oliveira Costa, "as casas da Vila Operária Próspera começaram a serem erguidas em 1930 na gestão dos diretores Julio Gaidizinski e Jorge da Cunha Carneiro" (COSTA, 1999:53). As casas da Vila Próspera eram muito pequenas, na época os empresários do carvão concebiam a moradia operária como um teto para que os mineiros tivessem onde se abrigar contra as adversidades do ambiente e do clima, sem a preocupação com as condições básicas de higiene e de conforto apontadas pela a literatura médico sanitarista. As casas eram de madeira dispostas uma ao lado da outra.

As pessoas que vinham de outras localidades do sul do estado de Santa Catarina em busca de trabalho na Sociedade Carbonífera Próspera, alojavam-se aos parentes até que conseguissem uma casa para sua família. Esta espera variava, pois dependia da disponibilidade da empresa, como lembra Dona Josina "tinha muita gente precisando de casa naquele tempo, morando duas, três famílias em uma casinha só".[2]

As casas cedidas pela empresa, possuíam dois ou três cômodos e uma "patente" que ficava do lado de fora da casa; o esgoto corria a céu aberto como recorda Dona Luzia: "o esgoto corria, se você lavava roupas, louça, o esgoto corria; a água corria pela estrada; havia aquele banhado ao lado de casa, porque você lavava a louça e a água corria daquele "girau", bacia, lavava a louça e virava a água ali mesmo".[3]

Assim como em outras partes do Brasil, os operários mineiros habitavam as chamadas periferias nestes a massa de trabalhadores tornavam-se suscetíveis o todo o tipo de privações e doenças infecto-contagiosas, como demonstra o médico-sanitarista Boa Nova Junior[4] sobre os surtos de Tifo ocorridos em Criciúma:

> *Doença endêmica das mais temíveis na época [...] pelo grande número de óbitos que causava [...], a febre tifóide é conhecida na região carbonífera sul-catarinense desde longa data.*
> *Durante, as quatro estações do ano ocorriam casos de tifo em Criciúma, mas o recrudescimento da endemia coincidia quase sempre com a entrada do verão, ou seja, a época em que as chuvas, mais freqüentes, determinavam, ao se escoarem*

[2] Entrevista Realizada com Josina Maria da Conceição, por Marli de Oliveira Costa. CEDOC - Criciúma.
[3] Entrevista Realizada com Luzia da Silva , por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.
[4] Médico-sanitarista, que veio a criciúma a pedido da CEPCAM analisar a situação dos mineiros.

> *para os cursos d'água, a poluição destes, ao arrastarem para eles dejeções expostas de portadores de bacilos, e ainda pelo fato, comum à região, de se situarem poços d'água utilizada para alimentação nas proximidades de fossas de dejeções, de construção precária* (JUNIOR, 1953:14).

Os surtos de doenças infecto-contagiosas eram uma constante em Criciúma. Para as elites do carvão as vilas operárias eram os principais focos disseminadores deste tipo de endemia. As vilas operárias, e neste caso específico a Próspera, deveriam ser então alvo de ações que viessem a moralizar as praticas de seus habitantes, para que estes se tornassem saudáveis e propensos ao trabalho.

Apesar de ser uma vila operária baseada nos moldes capitalistas da vigilância e disciplina, onde o empregado ficava sob a "guarda" do patrão, a Próspera ainda não se assemelhava às existentes em outras regiões do país, pois não oferecia certas "facilidades", tais como, farmácias, armazéns, escolas, etc. Este processo a partir de meados 1930 começa a modificar-se. Em 1950, estas "facilidades" são oferecidas. Todavia ainda não encontrava-mos uma habitação saudável, que além de proporcionar ao trabalhador um local aconchegante para o repouso, é um espaço de intimidade formador de uma família nuclear e coesa, salva das adversidades existentes nas ruas como o alcoolismo, prostituição e a delinqüência.

Os mecanismos disciplinares deveriam estar presentes em vários momentos da vida do operário, remodelando as condutas, a fim de erradicar práticas consideradas nocivas.

> *[...] uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. [...] ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que se operem como se quer, [...]* (FOUCAULT, 1987:127).

Em 1953 a Sociedade Carbonífera Próspera S.A. foi comprada pela CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). Nesse período foi criada a CEPCAN - (Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional) - que iniciou uma série de estudos para averiguar a situação da indústria carbonífera sul catarinense. Um dos objetivos da CEPCAM em Criciúma era analisar a situação social das famílias ligadas às atividades carboníferas.

O relatório[5] produzido pelo médico sanitarista Francisco de Paula Boa Nova Junior, nota-se o interesse não só pela saúde física do trabalhador, mas também pela a "saúde moral" dos mesmos. Vários aspectos da vida do trabalhador são chamados ali de "desregramentos" são estudados, como por exemplo, o carteado e as brigas de galos, que iam

[5] JUNIOR. Francisco de Paula Boa Nova. Problemas Médicos sociais da indústria Carbonífera Sul Catarinense. DNPM – Boletim n. 95, 1953.

noite adentro regados com muita cachaça. Estas práticas tornaram-se motivo de preocupação, pois deixava o operário indisposto para o trabalho. Segundo Boa Nova Junior teria uma,

> *[...] ação sedativa e narcótica que exerce sobre o sistema nervoso central, mesmo que em quotas não excessivas, o álcool afeta a produtividade do operário e faz crescer a cifra de erros e acidentes, tanto mais, quanto mais delicada a tarefa do operário, prejudicando assim, quantitativa e qualitativamente o seu trabalho. [...] a produtividade do operário, se reduzem em média a 15 % à simples administração do álcool, mesmo em taxa reduzida.* (FOUCAULT, 1987:65).

Francisco de Paula Boa Nova Junior cita outras práticas consideradas "degenerativas" como a prostituição, que proporcionavam "noitadas alegres em antros sórdidos povoados por infelizes mercadoras em precárias condições de saúde, sub-alimentadas e portadoras das mais variadas enfermidades" (JUNIOR, 1953:66). Em Criciúma estas noitadas alegres ocorriam na *maracangalha*[6], como lembra Dona Lurdes Pizzetti:

> *[...] tinha homem que só recebia o pagamento era na maracangalha direto. No dia do pagamento não vinham nem em casa, tomavam banho lá, que a Cia tinha os banheiros, levavam as roupas e de lá iam. Só vinham na Segunda feira de manhã para trabalhar na mina, porque geralmente recebiam o pagamento era em uma Sexta, Sábado e Domingo era maracangalha direto*[7].

Estas práticas eram percebidas como um desperdício de tempo e dinheiro, uma vez que debilitava o trabalhador para o dia seguinte de trabalho este também deixava todo o salário conseguido as custas de muito suor e de uma saúde debilitada. Por isso, o médico Boa Nova Junior propõe:

> *O amplo combate ao jogo, sob qualquer forma, e à prostituição desregrada seriam medidas a serem no caso adotadas em defesa de uma geração de operários já bastante viciada e esgotada no pleno verdor de seus 25 ou 30 anos de existência, com remotas probabilidades de atingir pelo menos a uma longevidade de 40 anos, em conseqüência desses desregramentos e do abuso do álcool.* (JUNIOR, 1953:66).

Outros problemas são levantados neste mesmo relatório tais, como a precariedade das casas. Estas eram consideradas superlotadas em muitas moravam em média 10 pessoas, o que proporcionava segundo o médico uma convivência promíscua entre os familiares. As moradias tinham pouca ventilação e iluminação insuficiente, sendo que o mineiro após sua jornada de trabalho não possuía meios de regozijar um sono absoluto, para uma próxima jornada de trabalho. Boa Nova Junior propõe

---

[6] Assim chamada à Zona do Meretrício pelos habitantes da cidade.

[7] Entrevista com Lurdes Daré Pizzetti Machado em 25/05/1998, por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.

> *uma vistoria por parte das autoridades competentes nas chamadas "vilas operárias" da região de Criciúma, muitas delas merecendo ser completamente arrazadas(sic) para dar lugar a construção de verdadeiras <<Vilas Operárias>>, dotadas dos indispensáveis requisitos de asseio e conforto...* (JUNIOR,1953:68).

Após estes estudos, a CSN iniciou uma campanha de moralização da Vila Operária Próspera, apoiado pela entidade filantrópica SESI (Serviço Social da Indústria). Essas ações foram levadas a cabo pela Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que na vila operária Próspera iriam trabalhar principalmente em torno das mulheres e crianças no intuito de reorganizar a vida cotidiana através do ensinamento de hábitos de limpeza, higiene, comportamento. De acordo com Foucault as instituições assistencialistas, sejam elas,

> *grupos religiosos [...]; associações de socorro e beneficência (desde as repartições de paróquia até as sociedades filantrópicas [...] funcionam como órgão de vigilância que uma classe social privilegiada exerce sobre as outras, mais desprotegidas e, por isso mesmo, portadoras de perigo coletivo* (FOUCAULT, 2002:194).

No caso da Vila Operária Próspera as atividades das Pequenas Irmãs da Divina Providência se concentrariam na redefinição dos "papéis" dentro da família. Esta ação se constituirá como "peça mestra" deste processo no Bairro.

Para que esse processo se tornasse uma realidade era preciso "a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa" (RAGO, 1985:61), ou seja, a família nuclear, com "papéis" definidos, ou seja, o pai provedor, a mulher esposa-dona-de-casa-mãe-de-família e os filhos no centro das relações conjugais. Mas para tanto era necessário oferecer aos operários uma casa maior que instituiria o gosto pela intimidade doméstica. E na Vila Operária Próspera esse fato se daria a partir da década de 1950 onde aos poucos algumas casas de madeira foram sendo trocadas por casas de alvenaria ou por casas de madeira maiores com três quartos. Todavia segundo Marli de Oliveira Costa:

> *Apesar de passarem a morar em casas com mais cômodos, onde crianças poderiam dormir separadas dos pais, os meninos separados das meninas, e as pessoas pudessem passar um tempo maior dentro de casa os hábitos da vida na Vila não se modificaram.*(COSTA, 1999:68).

Para a realização destas ações, como afirmou-se, foram chamadas as Freiras da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. A Irmã Cláudia Freitas "a Congregação teve este convite para trabalhar aqui no sul, através do SESI. Queriam irmãs

para trabalhar com os operários do carvão"[8]. Nada melhor para justificar esta interferência, sem provocar reações contrárias por parte dos mineiros, que o sagrado manto de Cristo. As freiras apoiadas pelo SESI, passaram a residir na vila operária Próspera, em uma casa fornecida pela própria mineradora.

A incumbência das Pequenas Irmãs da Divina Providência na Vila Operária Próspera era educar e disciplinar as famílias mineiras segundo os preceitos de higiene. Os cursos oferecidos pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência que eram voltados exclusivamente para as mulheres – Arte culinária, serviço prático de costura, enfermagem caseira – demonstrava a tentativa de fabricação de uma "nova" mulher e dona de casa.

O trabalho com as crianças consistia em transformá-las no centro da vida familiar. Para elas foram criadas um conjunto de atividades rotineiras para afastá-las das ruas, local onde estas aprendiam todo o tipo de comportamento considerados imorais. As crianças, ao que me parece, antes da vinda das Pequenas Irmãs da Divina viviam livremente pelas ruas da vila operária muitas vezes doentes, e mal alimentadas. Estas dedicavam horas e horas de seu dia as brincadeiras.

Através dessas ações é possível perceber que a atuação das freiras com as mulheres estava diretamente relacionada ao bem estar da criança, pois uma mãe ausente, constituiria uma ou mais crianças em risco. No curso de artes culinárias as Pequenas Irmãs da Divina Providência ensinavam as mulheres não desperdiçarem alimentos e a variar os quitutes na medida do orçamento familiar mineiro. Aos poucos novos hábitos são instituídos, como o "descongestionamento dos corpos", onde o marido e a mulher deveriam ter um cômodo separado das crianças em sua casa[9]. Esta conduta evitava que estas participassem da intimidade do casal, pois esta questão deveria ficar distante da infância. Em suas visitas às casas dos trabalhadores as Irmãs sempre iam em dupla. A primeira entrava e conversava com o casal aconselhando-o, enquanto a segunda ficava do lado de fora e brincava com as crianças.

O modelo de mulher que se tentou construir na Vila Operária Próspera com a ajuda das Pequenas Irmãs da Divina Providência era de esposa-dona-de-casa-mãe-de-família uma mulher que então seria uma peça fundamental no plano de moralização das famílias mineiras. Mas nem todas as mulheres da vila operária reagiram da mesma forma. Muitas eram contrarias ao que as Irmãs procuravam instituir permanecendo fiéis as suas práticas, que sempre estiveram presentes em seu cotidiano.

[8] Entrevista com Irmã Cláudia feita por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.

[9] Os moradores da Vila Operária Próspera, dormiam todos juntos devido às dimensões reduzidas de suas habitações.

Referências bibliográficas:

BERNARDO, Roseli; COSTA, Marli de Oliveira; OSTETTO, Lucy Cristina. **A casa e a Vila: A família operária e moradia na região carbonífera, 1913-1930**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

FILHO, Alcides Goulart. **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de trabalhadores na República São Paulo – 1889/1940**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

COSTA, Marli de Oliveira. "**Artes de viver**": recriando e reinventando espaços – memórias das famílias de vila operaria mineira Próspera/Criciúma (1945-1961). Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1999.

ENGELS, Friederich. **A Questão da Habitação**. Belo Horizonte: aldeia Global, 1979.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Editorial Presença, 1975.

FILHO, Alcides Goulart. **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17ª edição. São Paulo: editora Graal, 2002.

FOUCALT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 5ª ed. Petrópolis: editora Vozes, 1987.

JUNIOR. Francisco de Paula Boa Nova. Problemas Médicos sociais da indústria Carbonífera Sul Catarinense. DNPM – Boletim n. 95, 1953.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. **Recônditos do mundo feminino**. IN: SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RABELO, Giani. **A Longa Resistência:** A luta contra a privatização da CSN em santa Catarina. In: FILHO, Alcides Goularti (Org.) **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré a o Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Entrevistas:

Entrevista Realizada com Josina Maria da Conceição, por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.

Entrevista Realizada com Luzia da Silva , por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.

Entrevista com Lurdes Daré Pizzetti Machado em 25/05/1998, por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.

Entrevista com Irmã Cláudia feita por Marli de Oliveira Costa. CEDOC – Criciúma.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas – experiência de um projeto no interior do Concurso Memória do Trabalho no Brasil

Osvaldo Batista Acioly Maciel*

Resumo: Este texto reflete sobre o projeto "Coletânea de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no estado de alagoas (1870-1950)", concebido no interior do Programa Memória do Trabalho, coordenado pelo CPDOC/FGV.

Palavras-chave: Classe trabalhadora – Arquivos – Documentos.

Abstract: This Papper reflects about the project "Coletânea de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no estado de alagoas (1870-1950)", conceived inside of the Programa Memória do Trabalho, coordinate by CPDOC/FGV.

Keywords: Working Class – Archives – Documents.

Introdução

A apreciação do Programa Memória do Trabalho apresentada aqui diz respeito muito particularmente ao projeto "Coletânea de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no estado de alagoas (1870-1950)", uma das 22 propostas selecionados no Concurso "Memória do Trabalho no Brasil", coordenado pelo CPDOC/FGV, e que resultou na publicação *Operários em movimento: Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)* (MACIEL, EDUFAL, 2007). Ressaltarei aqui alguns dos impactos e possibilidades abertas pela efetivação do projeto em nível local, particularmente num primeiro mapeamento de acervos sobre a temática, ao mesmo tempo em que exponho algumas reflexões suscitadas pela experiência.[1]

Na verdade, a idéia desta coletânea/publicação começou a surgir embrionariamente quando me encontrava nas pesquisas iniciais para elaboração do projeto de doutorado que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Por outro lado, há tempos que era um desejo para sanar parte das dificuldades que enfrentava e

[1]* Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL – Campus I/Arapiraca); mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE); bolsista CNPq.

enfrento ao trabalhar com a disciplina História de Alagoas, por demais carente de material bibliográfico. Com o surgimento do edital de seleção de projetos para o programa Memória do Trabalho, vi a possibilidade concreta de financiar tal empreitada. Quando consegui a aprovação, percebi o problema que vinha pela frente. Se uma parte da documentação já estava transcrita, outra estava apenas localizada e, para determinados períodos e ou assuntos que esperava contemplar, não havia indicação de material disponível, somente pistas. Um pouco na intuição, e com certa dose de sorte, consegui preencher a contento algumas destas lacunas. Tenho ciência, no entanto, de que o próprio formato e abrangência tomados pelo resultado final do projeto (publicação) refletem um pouco da precariedade do trabalho historiográfico em Alagoas.

Acervos de sindicatos

Seguindo de perto um traço existente para o restante do Brasil, os sindicatos de servidores públicos mais bem remunerados são os que possuem as melhores condições de se empenhar em um projeto de memória para si, de sistematização e catalogação de seu acervo e, eventualmente, de divulgação de sua história ora em boletins, ora em publicações destinadas a tal fim (livretos, coletâneas etc.). De qualquer modo, nem mesmo nestes sindicatos encontrei, até o momento, indícios de uma política de gestão de documentos digna deste nome. Quando muito, observei seus documentos administrativos e jornais guardados com certa organização.

Em sindicatos "de gabinete" este problema também ocorre, só que com objetivos e níveis aumentados. Aqui, o acervo guardado com alguma organização restringe-se aos papéis administrativos e burocráticos, e neste caso por serem necessários no cumprimento de tarefas corriqueiras do dia-a-dia dos contratos de trabalho e da legislação trabalhista (negociações coletivas de contratos de trabalho, FGTS, representação em questões trabalhistas etc.), única preocupação a que se destinam.

Acervos de instituições tradicionais (IHGA e APA)

No Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA), além de uma ampla biblioteca sobre história de modo geral, existe documentação que pode contribuir na pesquisa sobre a história dos trabalhadores em seus diversos aspectos. Em princípio, julgando-se os maços escolhidos para análise como representativos do acervo, há uma certa dificuldade em encontrar a lógica que preside sua catalogação, pois se em determinados casos tais maços eram constituídos por documentos relativos a um indivíduo (como uma espécie de fundo), em

outros eram critérios temáticos que presidiam sua catalogação; em outros ainda, sobressaía uma total falta de critério.

Deste material consultado é possível identificar uma característica marcante: é uma documentação esparsa, que rarefaz as evidências sobre a classe trabalhadora. A sua hemeroteca possui um grande número de jornais (coleções encadernadas ou avulsos) que circularam em Maceió e em outras cidades do estado, sendo particularmente ricos para o período entre 1890 e 1950, constituindo-se provavelmente no mais sistemático acervo sobre a imprensa deste período existente em Alagoas. Nestes jornais, encontramos subsídios para compor o cenário urbano, aspectos das relações sociais estabelecidas entre trabalhadores e outras classes, bem como algumas das representações que as elites e a intelectualidade alagoana construíram para os operários. Também encontrei alguns poucos números de órgãos da imprensa operária alagoana, normalmente avulsos ou em coleções incompletas.

A realidade do Arquivo Público de Alagoas (APA), se bem que permita uma reflexão que caminha no mesmo sentido da apresentada para o IHGA, revela algumas diferenças. O APA não possui uma catalogação sistemática de seu acervo, estando toda sua documentação em péssimo estado de conservação, muitos dos maços e caixas deteriorados, sem limpeza e sem condições de manuseio por pesquisadores. Particularmente preocupante é o fato de que a concepção norteadora da construção do acervo do APA é a de que este deve se constituir de documentação de valor "histórico", e que não se deve preocupar com a ampliação do acervo e com políticas de aquisição de novas coleções e peças documentais, antigas ou recentes.

Sobre este acervo propriamente dito a documentação existente é praticamente toda permanente (o que restringe sua valia para pesquisas posteriores a 1960) e de natureza marcadamente oficial. Assim, além de material relativo à legislação municipal e estadual, relatórios das administrações públicas, relatórios de empresas para os associados e correspondências entre estas empresas e o governo, encontram-se estatutos e regulamentos de irmandades e associações mutualistas de trabalhadores, vários exemplares da grande imprensa que cobrem desde 1880 a 1950 com um mínimo de regularidade – inclusive sobrevive, encadernada, uma coleção do órgão do Partido Comunista Brasileiro (seção de Alagoas) relativo aos anos 1950/60. Consultando um velho fichário da documentação catalogada no APA, alguns dos maços escolhidos a título de amostragem não foram encontrados, o que não só dificulta uma melhor precisão acerca da possibilidade de se pesquisar a história da classe trabalhadora a partir deste acervo, como sugere a desorganização ou extravio de peças de seu acervo.

Como se vê, a partir do breve mapeamento do acervo de instituições tradicionais de guarda e preservação de documentos, particularmente no que se refere à história da classe trabalhadora, e levando-se em conta as considerações apresentadas anteriormente, é necessário considerar o quanto tal documentação é comprometida com um projeto que retira a classe trabalhadora da história da sociedade alagoana, ou então insere-a a partir de uma lógica de subalternidade, de passividade e concordância com a ética oligárquica regional. Tais instituições, de preservação da memória social, são também produtoras de esquecimentos e de lacunas, muito particularmente no que concerne ao foco deste estudo.

DRT, Arquivo Judiciário e CEDEM - UNESP

Para além dos sindicatos e das instituições tradicionais, entretanto, a história dos trabalhadores também pode ser acompanhada em uma série de outras instituições e registros que não os exclusivamente produzidos pelos próprios trabalhadores, mas também por outros órgãos do estado, além dos arquivos de empresas e de personalidades políticas. Evidentemente, a própria história oral também fornece uma rica possibilidade de trabalho com a memória operária, mas pela característica do projeto, deixamos de lado este tipo de registro.

A documentação que vem sendo produzida pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) nas unidades administrativas brasileiras constitui-se em material de suma importância para recuperar aspectos da história da classe trabalhadora no País. Em Alagoas, a partir de algumas visitas que realizei à DRT local, tal realidade também se constata. De qualquer modo, aparentemente apenas a documentação corrente está devidamente catalogada e relativamente bem acondicionada. Afora isto, toda a documentação mais antiga (dos anos 1960 para trás) ressente-se de tratamento, classificação, catalogação, acondicionamento e política de acessibilidade mais sistemática. Uma pequena parte desta documentação foi trabalhada através do Projeto Resgate da Gestão Documental da Delegacia do Trabalho Marítimo em Alagoas/DTM-AL, possibilitando preservar e acondicionar de forma segura documentos produzidos por sindicatos entre os anos 1940 e 1980 (CAMPOS, 2005).

Um outro arquivo público, o Arquivo Judiciário do Estado de Alagoas (AJAL), apresenta um modelo de gestão em consonância com as mais recentes discussões e procedimentos técnicos na área da arquivística nacional – em que pese ainda sua falta de equipamentos e material condizente. A documentação produzida na esfera judiciária tem se revelado fonte riquíssima para se entender a história da classe trabalhadora, como demonstram vários estudos realizados no Brasil que têm se debruçado sobre escravidão e/ou trabalho juridicamente livre. Uma olhada no acervo catalogado do AJAL revela uma rica

diversidade de temáticas relativa à classe trabalhadora, indo desde cartas de alforrias e processos de compra e venda de escravos, a relações conflituosas que envolvam trabalhadores dentro ou fora do ambiente de trabalho.

Buscando documentação relacionada com trabalhadores alagoanos em instituições arquivísticas de fora do estado, localizei um bom acervo no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM-UNESP), composto basicamente de órgãos da imprensa operária no período da Primeira República, incluindo exemplares dos jornais escritos por Antonio Canellas e por Octavio Brandão. Além deste material, existem alguns exemplares da imprensa operária alagoana no Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE), fruto das relações estabelecidas entre o movimento operário dos dois estados. Infelizmente, alguns títulos de seu catálogo não foram encontrados. De qualquer modo, nesta instituição encontra-se também uma boa quantidade de órgãos da imprensa operária pernambucana que traziam notícias sobre os trabalhadores alagoanos, ou então reproduziam artigos de opinião de militantes e colaboradores de Maceió.

Documentos para uma história do trabalho

No geral, as instituições arquivísticas públicas locais não se caracterizam, em seus projetos, como preocupadas em preservar uma memória coletiva dos trabalhadores, revelando suas conquistas e legitimando direitos do trabalho. De qualquer modo, caindo em suas próprias armadilhas, os mecanismos de repressão elaborados pelo Estado são justamente os maiores produtores de documentação sobre os trabalhadores engajados e os militantes de esquerda. Apesar da imagem negativa sob a qual normalmente aparecem estes trabalhadores, estes documentos possibilitam, através de cuidadoso trabalho de leitura articulada com abordagens pertinentes, a problematização de significados e momentos da luta destes grupos que aparentemente estavam perdidos.

O descuido com o registro da história operária não é apanágio apenas das instâncias públicas, controladas hegemonicamente pelas classes dominantes. A própria forma como as entidades de trabalhadores lidam costumeiramente com sua memória revela ou o esquecimento ou um certo olhar oblíquo sobre seu passado. Assim, pelo lado dos trabalhadores, acontece também um certo esquecimento, como afirmou Bert Andréas, para quem o movimento operário raramente dispensara "à sua própria história e suas exigências científicas mais atenção do que exigiam as necessidades quotidianas da política e da propaganda" (Apud HAUPT, 1985: 213). Em parte, contribuiu para tal postura uma certa "cultura da clandestinidade", como fala Marcelo Badaró Mattos. Esta cultura "que atingiu os

grupos políticos de esquerda que atuavam nos sindicatos [particularmente durante a ditadura militar, no caso brasileiro] reforçaria esta tendência à não-preservação de documentos" (MATTOS, 1998: 14). Este fato, porém, não explica tudo. Existe também o problema do corporativismo e a burocratização de sindicatos, que muitas vezes ocorre paralelamente a um processo de esquecimento de sua memória, de desmonte de acervos, pois esta prática política do sindicalismo oficial não quer deixar rastros de sua ação muitas vezes "pelega", para que possa ser melhor reconstruída em um imaginário combativo no futuro. Como conseqüência - a despeito dos ricos caminhos que podem ser trilhados com as fontes orais -, os relatos combativos e a memória que não podem ser cruzados com outras fontes revelam-se muitas vezes mitificadores, presas de uma representação da história sem historicidade. Além de não reconstruir a contento as lutas e embates com patrões e com o Estado, a memória militante esquece nuances das disputas e encruzilhadas que foram abandonadas, conflitos internos que não se explicam. Ancorado em Jean Chesneaux, Georges Haupt afirma que "[...] o silêncio, a ocultação, 'procedimento favorito do poder' nos dispositivos de controle do passado, não foi e não é monopólio das classes dirigentes" (HAUPT, IBIDEM: 212).

Enfim, de maneira bem genérica, é possível afirmar que existem algumas características no modo como a classe trabalhadora aparece nos acervos consultados. Normalmente o trabalhador é visto/representado das seguintes maneiras: ora pelo 1) Estado (relatórios de polícia, documentos administrativos das Delegacias Regionais do Trabalho, processos judiciais etc.); ora 2) pelos patrões/burguesia/elite (imprensa diária, relatórios e regimentos de fábricas, argumentos tayloristas etc.); ora, ainda, 3) pelas lideranças operárias/militantes (panfletos e jornais de campanhas salariais, imprensa operária, memórias autolegitimadoras etc.). O trabalhador comum, aquele que representa de modo mais homogêneo o padrão cultural da sua categoria, não tem voz: a espinha dorsal de uma classe trabalhadora é igualzinha aos anônimos da história. Classe eminentemente histórica – pois veio acabar com a pré-história da humanidade (alienada) e entrar no verdadeiro reino da história!! –, ela comunga muitos aspectos metodologicamente associados aos que "não possuem história", aos que são normalmente vistos de cima – aos protagonistas da história vista de baixo.[2] Memória fragmentária e traumática, que impossibilitaria o acúmulo da experiência, e que dificultaria a construção da trajetória destes grupos sociais.

[2] Cabe salientar que não é de qualquer história vista de baixo que falo aqui, mas sim daquela que não perde os fios da relação com as grandes questões de uma época ou estrutura social, nem esquece a carga de condicionamentos que encaminham porém limitam as possibilidades de ação dos grupos sociais que formam as classes. Para tal abordagem veja-se a leitura que Marcelo Badaró Mattos realiza da obra de Edward Thompson, que muitos insistem em distorcer a partir de um viés culturalista (MATTOS, 2006: 81-110).

É necessário constatar o caráter de abnegação, de esforço pessoal, de comprometimento com a "causa", para os que lidam com a preservação da memória operária, para os que iniciam o trabalho de preservação de documentos desta história. Trabalhar com isto seria andar na contracorrente dominante. É como se houvesse também uma militância paralela para a guarda da memória dos trabalhadores, e esta militância termina normalmente sendo inviabilizada quando a militância mais prática, da luta direta, se estabelece em determinadas conjunturas. Então, *esquece-se* que a luta pela memória, reforçando-a sempre como seletiva, é parte constitutiva das relações de poder que se estabelecem entre as classes sociais e os sujeitos coletivos. Esta é uma dimensão da luta de classes que precisa ser despertada em muitas das lideranças comprometidas com o mundo do trabalho.

Cabe considerar, além do mais, que os acervos de sindicatos e associações de trabalhadores, quando existentes, permitem acesso a um material menos fragmentado para a reconstrução da história de tais trabalhadores associados do que de outros tipos de trabalhadores. Os trabalhadores não associados, informalizados e os desempregados são mais facilmente vítimas do esquecimento. Para não ficarem à mercê de discursos políticos e das preconceituosas representações da imprensa, esta espécie de operários hifenizados (ANTUNES, 2000: 195-207) já necessita também de um engajamento na defesa de seu direito por uma história!

Conclusão

A título de conclusão, gostaria apenas de indicar possíveis ganhos na implementação deste projeto em nível local:

- Socializar reflexões e documentos sobre trabalhadores com um vasto conjunto de setores que estão ligados direta ou indiretamente com a construção da memória operária local e/ou com a produção e/ou preservação desta documentação;
- Contribuir com o novo cenário historiográfico alagoano, despertando algumas pessoas diretamente para o contato com fontes deste tipo. Particularmente entre pesquisadores de orientação marxista (que em princípio estariam mais próximos do interesse pela temática), que muitas vezes - por conta de sua formação marcadamente teórica – relegam a pesquisa documental a um segundo plano;
- Contribuir com algumas das ações do Fórum Pró-Arquivos (instalado em fins de 2005 por um conjunto de profissionais representantes de diversas entidades, visando discutir a implementação de uma política de arquivos no estado);

- Ampliar o período estrito de minhas pesquisas de doutoramento, possibilitando uma visão de processo mais ampla na medida em que comecei a lidar com documentação posterior a 1930;
- Permitir a aproximação junto a sindicatos e instituições produtoras de documentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora (DRT, TRJT etc.). Particularmente, no caso dos sindicatos (especialmente os vinculados à CUT), um contato anterior ao projeto havia sido feito, porém sem retorno algum. Após a visibilidade institucional proporcionada pelo projeto em si, bem como com a certeza da publicação do material, alguns contatos se reforçaram e portas se abriram. Neste sentido, o projeto pode ter criado condições para novas ações e atividades a serem desenvolvidas na área;

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *Os novos proletários do mundo na virada do século*. In: **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. Pp. 195-207.

CAMPOS, Josafá Ferreira. **Relatório de estágio/monitoria em Arquivologia** – Projeto Resgate da Gestão Documental da Delegacia do Trabalho Marítimo em Alagoas/DTM-AL. Departamento de História/CHLA/UFAL, Maceió, 2005, (sob a orientação da profª Maria de Lourdes Lima).

HAUPT, Georges. *Por que a história do movimento operário?* In: **Revista Brasileira de História**. vol 5, nº 10. Tradução de Yara Aun Khoury – São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março-agosto de 1985. Pp. 208-31.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly (org.). **Operários em movimento**: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: EDUFAL, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos** - Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. *E. P. Thompson no Brasil*. In: **Outubro** – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, Nº 14, São Paulo: Alameda, 2º semestre de 2006. Pp. 81-110.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um lugar de memória: as tropas na correspondência de Simón Bolívar*

Fabiana de Souza Fredrigo**

Resumo: Simón José Antonio de la Trindad Bolívar (1783-1830) foi um obsessivo escritor de cartas, não descuidando de sua correspondência nem mesmo com a proximidade da morte. A escolha do que escrever, de como escrever e a constância com a qual escrevia indicavam que a escrita de cartas subsidiava um projeto de memória cultivado de uma missiva a outra. Tratar-se-á de um tema recorrente no epistolário: a relação entre os oficiais, em sua maior parte homens advindos da elite *criolla*, e as tropas, em sua maioria, recrutadas compulsoriamente e marcadas pela diversidade étnica.

Palavras-chave: epistolário – memória - guerras.

Abstract: Simón Jose Antonio of la Trindad Bolivar (1783-1830) was an obsessive writer of letters, not neglecting of its correspondence not even with the proximity of the death. The choice of that to write, as writing and the constancy with which it wrote indicated that the writing of letters subsidized a cultivated project of memory of a letter to another one. One will be about the relation between the officers, in its bigger part happened men of the *elite criolla*, and the troops, in its majority, enlisted compulsively and marked for the ethnic diversity.

Keywords: epistolário – memory - wars.

O epistolário de Simón Bolívar surpreende por sua extensão. A coletânea organizada por Vicente Lecuna divide-se em sete tomos. Teve-se acesso aos tomos que compõem a segunda edição das *Cartas Del Libertador,* publicada entre os anos de 1964 e 1969. A coletânea foi organizada segundo o critério cronológico, portanto a intervenção do organizador, embora exista, é mínima. Numa introdução às cartas, Lecuna expõe, entre outros pontos, como encontrou, selecionou e coligiu a documentação. Poucos foram seus comentários quando da exposição das cartas e, se eles lhe pareciam indispensáveis em algumas circunstâncias, os fazia em nota de rodapé.

Simón Bolívar não se via, e nem fora visto por aqueles que o cercavam, como um indivíduo comum. Ao tomar ciência de sua importância no torvelinho de transformações que abalavam a América oitocentista, ele permitiu-se efetivar uma memória por meio de seu epistolário. De certa maneira, embora o compromisso de redigir cartas estivesse entre os deveres de seu ofício, visto que as missivas eram um meio de comunicação importante na primeira metade do século XIX, apenas esse dado não explica a dedicada tarefa de cuidar do epistolário. Escrever cartas significava para Simón Bolívar eleger o meio de alimentar seu

* Este texto é parte de um artigo inserido na coletânea intitulada *Escrita da História: narrativa, arte e nação*, organizada por Marcos Antônio Menezes e Élio Cantalício Serpa, que se encontra no prelo.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

desejo de autoconhecimento, reconhecimento e identidade. Mais ainda: o grupo com o qual entabulava suas conversações – a elite política e militar americana à época – dividia com ele as angústias, a visão de mundo e, sem dúvida, constituía-se para o general como um lugar referencial, que lhe permitia sentir comodidade e aceitação. Todavia, o Bolívar das cartas não deve ser tomado apenas como o representante do grupo, ele era mais: ele era o Bolívar missivista, que transcendia ao grupo, que lhe impunha sua liderança e que reinterpretava e transformava os códigos de conduta do mesmo. Dessa forma, o epistolário apresenta possibilidades de interpretação dupla: de um lado, nele se encontram particularidades que permitem aludir à constituição da memória de um indivíduo, de outro, essa mesma memória encontra-se entrecortada pela memória do grupo.

Fonte de atuação, de desejo e de realização do missivista, a guerra domina e demarca a ambiência do epistolário. Para os oficiais graduados, a elite da qual o general fazia parte e com a qual se correspondia, a guerra era mais do que uma necessidade ditada pelos acontecimentos. Bolívar sabia bem que os desentendimentos permaneceriam, mesmo quando estabelecida a "paz externa". A autoridade e a legitimidade que Bolívar buscava alcançar e conservar, além de estratégia necessária à sua sobrevivência política, era um meio de garantir estabilidade ao território americano. Do mesmo modo, era preciso considerar a guerra como importante mecanismo regulador das tensões étnicas e sociais da América (REINATO, 2000).

Antes de chegar ao discurso que permitirá compreender em que bases o conflito entre os oficiais de elite e as tropas se estabelecerá, é preciso passar por algumas outras discussões. A primeira delas deve contemplar a formação das tropas, atentando particularmente para o recrutamento e a composição das mesmas. Avaliar como Bolívar narra as dificuldades que enfrenta para recrutar seus homens, desenhando um cotidiano marcado pela deserção, pelas rebeliões, pela doença e pela morte, mostrará como o missivista obrigou-se a refletir sobre a humanidade desses soldados, a despeito da incivilidade costumeiramente associada ao soldado comum. Se a elite era retratada por meio do heroísmo, às tropas Bolívar atribuía uma humanidade selvagem: eram homens de carne e osso, com desejos básicos a serem satisfeitos. É certo que os homens da elite também eram de carne osso, mas seus desejos não eram tão primários e nem a sua urgência de realização tão necessária e desastrosa. Enfim, todos eram homens, uns heróis e outros selvagens, o que os diferenciava era a qualidade de seus desejos.

Por meio dos desvios do missivista depara-se com a narrativa que explicita a ocorrência do conflito entre os oficiais e os soldados. Ainda mais, são os desvios que possibilitam mapear que também para as tropas Bolívar lançaria um olhar eivado de

contradições. Aliás, as contradições eram inerentes à vida que Bolívar levava, com dupla ambientação: sentia-se bem entre a elite, era um membro dela e com ela dividia seus valores e instituía pactos. Mas, nas campanhas, nas extenuantes caminhadas pelos Andes, nas noites de vigília, tomava contato com as tropas e nelas via a mesma humanidade que a sua. As fadigas provocadas pelo clima e por outros incidentes não poupavam os militares melhor treinados, como se soubessem que eles eram seres especiais porque donos de uma patente superior. No cotidiano da guerra, embora a hierarquia fosse um valor indispensável para a manutenção da disciplina, as agruras e os limites físicos dos que lutavam faziam com que Bolívar, ao menos, refletisse sobre a humanidade daqueles que estavam no exército e enfrentavam a morte, mesmo que nem sempre espontaneamente e com a mesma disposição que a sua.

Montar os exércitos entre 1819 e 1820, quando da campanha da Nova Granada, não era o mesmo que montar exércitos a partir de 1822 para lutar no Peru e no Alto Peru. Se o processo de recrutamento não é o mesmo, o tratamento dispensado a esses soldados também não seria. Simón Bolívar já havia lidado com os *llaneros*, homens que considerava incivilizados, embora fossem extremamente valorosos para a vitória nas batalhas. Mesmo assim, nada pareceu igualar-se à surpresa que lhe causaram as tropas com as quais tomou contato na campanha no Sul. Sua diversidade étnica e o argumento de que venezuelanos e colombianos eram mal-vistos entre elas, o que facilitava a rebelião, apareceriam de forma recorrente na narrativa epistolar.

Em 1820, após a criação da Grã-Colômbia, as tropas realistas não tinham sido completamente varridas desse território. Com a chegada do oficial espanhol La Torre, em La Grita, região na Cordilheira de Mérida, Bolívar narrava para Santander as dificuldades enfrentadas ao lado das tropas patriotas. É importante que se atente para a maneira a qual o general referia-se às tropas cundinamarquesas (colombianas) e venezuelanas para que, mais adiante, possa se perceber a diferença de seu olhar, expressa no tom narrativo e nos adjetivos usados, quando a referência for às tropas peruanas. Na carta que segue, as tropas são "boas tropas", mesmo que, anotada a ausência de soldo, não esteja excluída a possibilidade de deserção. As dificuldades da guerra e as longas e tortuosas distâncias geográficas a serem percorridas encontram no epistolário algum grau de equiparação e constância, o que significa que essas eram agruras enfrentadas por todas as tropas, a despeito da origem dos soldados que as constituíssem. No entanto, o mesmo não ocorre com a avaliação das tropas, há diferença entre venezuelanos, colombianos e peruanos. Nessa carta de maio de 1820, Bolívar ainda não tinha tomado contato com os soldados do sul. É preciso acompanhar a narrativa e guardar as referências que ele teceu às tropas que lutaram na Nova Granada:

> *Nossa situação nesses vales é muito embaraçosa, nossa cavalaria está a pé porque os animais morrem depois de nos terem custado sua manutenção. O dinheiro e o gado que temos não conseguem atender mais do que os hospitais, os [acampamentos de] treinamentos e as tropas disponíveis de La Guardia. Por falta de víveres e de dinheiro não podemos aumentar as forças dessa fronteira, e eu não quero expor nossas boas tropas sem ter uma vantagem conhecida sobre o inimigo. Se pudéssemos manter aqui a coluna de Briceño, já poderíamos contar com mais meios e muito mais segurança por essas partes. Mas isso se torna cada vez mais impossível em virtude da falta de gado, que no fim desse mês vai ser quase absoluta, pois Rangel já veio com sua tropa, trazendo umas trezentas reses das mais de mil que vieram pela montanha, e é isso o que se pôde conseguir. Em geral, o gado nos sai muito caro, tanto o introduzido pelo estado quanto o comprado em Cúcuta, porque em geral um terço dele é perdido, além do que se empregam muitos peões, ao valor de 16 pesos cada um por viagem; acrescente-se que o gado que vem por intermédio do estado é o pior.*
> *Enfim, meu amigo, volto a repetir, de junho em diante, esta divisão perece se não tiver o soldo que lhe compete, e a tempo, porque a situação destes países é esta: todo mundo é inimigo, ninguém quer servir e nem se apresentar; tudo é caríssimo e não querem nem receber a nossa moeda.*
> *[...]*
> *Se à falta de víveres acrescentarmos a de socorro, acabam [os soldados] por ficar mais desgostosos do que já estão. Quase todos os soldados cundinamarqueses têm retornado às suas casas, os venezuelanos querem voltar às suas, de modo que nunca faltam deserções. Com isso espero que você me envie o contingente mensal, retirando-lhe de onde puder. Se não, terei que empreender operações nesse exército para que ele não se dissolva; pois é a mesma situação de estar em guarnição em um país inimigo, e sem Páez poder trabalhar ativamente, como não poderá no inverno, qualquer operação torna-se muito arriscada* (Carta para Santander. Rosário de Cúcuta, 07/05/1820. Tomo II, R. 577. p. 321-324. Original.).

Num salto de três anos, para a expedição no Peru, ficam evidentes as dificuldades de recrutamento e a mudança do tom narrativo de Simón Bolívar. Na missiva seguinte, avalia-se o recrutamento nas regiões de Quito e Guayaquil, pertencentes à Nova Granada:

> *Temos feito gastos infinitos e chamado inúmeros recrutas para poder mandar 6.000 homens ao Peru. Só deixamos 1.000 homens de infantaria e cavalaria e 200 artilheiros. Cuido para formar três batalhões de gente do país, mas para nada servirão, porque ao mover um corpo de um lugar a outro todos desertam, assim foi quando de 10.000 recrutas conservamos 1000. A maior parte dos recrutas que enviamos a Lima são casados e têm filho, porque se casam muito cedo os homens desse país, por isso não se pode contar com os solteiros. Direi ao Senhor, imediatamente, que esgotei o manancial de meu rigor para juntar os homens e o dinheiro para a expedição no Peru. Tudo tem sido violência sobre violência. Os campos, as cidades têm ficado vazias sem ter como retirar dali 3.000 homens e conseguir duzentos mil pesos. Eu sei melhor do que ninguém até onde pode ir a violência, e ela tem sido empregada em plenitude. Em Quito e Guayaquil toma-se todos os homens, em todos os tempos e em todas as ruas para conseguir recrutas. O dinheiro consegue-se à força da baioneta. A causa de tudo isso é que esta gente não está acostumada a fazer sacrifícios, e o inimigo está a 300 léguas daqui. Eu lhe digo isso para que o Senhor saiba que jamais deixo de fazer tudo o que é possível, sem deter-me por nada, e que quando recorro ao governo é porque não há outro remédio. Este país é o mais caro e a tropa não recebe nem um peso ao mês. Todo mundo recebeu a metade do pagamento e o exército recebeu apenas um terço.* (Carta para Santander. Guayaquil, 15/04/1823. Tomo III, R. 934, p. 371-373. Original.).

A carta não diz aberta e claramente, mas nela está presente a resistência dos homens comuns em se mobilizar para a guerra. Não tinham muito a ganhar com o combate e o código de valores que unia a elite não era suficiente para convencer a população a enfrentar a disciplina militar. Dever para com a pátria, liberdade e ordem não pareciam ser princípios capazes de persuadir os homens. Restava a violência e, assim mesmo, a violência e a vigília dos oficiais superiores não impediam as deserções e nem as rebeliões. Evidente que o tom catastrófico adotado por Bolívar tinha um objetivo: convencer Santander da necessidade da intervenção do governo da Nova Granada, especialmente no que se referia ao envio de capital. Mesmo que se releve o objetivo de convencimento, expresso ao final da carta, quando Bolívar explicava que "quando recorro ao governo é porque não há outro remédio", não é apenas o desejo de convencimento o único responsável pela mudança de tom. O emprego da violência e o confisco das rendas, tal como foram postos na carta, registram a atuação de Simón Bolívar e de seu exército – atuação que não era novidade, embora, nesse momento, tivesse seu grau aprofundado. A destruição das famílias, dos campos e das cidades ficou registrada também na carta. Dessa forma, a narrativa possibilita concluir que, embora alguns exageros possam ser atribuídos ao anseio de convencimento, outros não eram medidas de exceção ou de persuasão, mas sim ações concretas e cotidianas no teatro da guerra.

A composição das tropas lidava com um elemento desagregador, era ele a ausência de vontade de lutar daqueles que não possuíam nem a formação militar. Não haveria catequese intensiva que convencesse as populações de que a separação da Espanha lhes permitiria uma vida melhor, isso se o que viam era destruição e morte. A diversidade das tropas, devido ao recrutamento compulsório e apressado, e a falta de recursos foram temas que invadiram as cartas de Bolívar no cenário de guerra peruano:

> *O campo de batalha é a América meridional; nossos inimigos são todas as coisas; e nossos soldados são homens de todos os partidos, e de todos os países, cada um tem uma língua, sua cor, sua lei e seu interesse a parte. Só a Providência pode ordenar este caos com o seu dedo onipotente, e até que eu não veja isso não acredito em milagre.* (Carta para Tomás de Heres. Cajamarca, 14/12/1823. Tomo III, R. 1.019, p. 519-521. Cópia.).

> *O negócio da guerra no Peru requer uma contração imensa e recursos inesgotáveis. Não é possível executá-la sem uma grande massa de tropas: para essas tropas não creio que os recursos sejam proporcionais, a menos que os reunamos todos com muita antecipação, muita proporção e muita inteligência. Necessitamos, antes de tudo, conhecer o país e contar com os meios: depois, colocar esses meios à disposição, empregá-los. Sobre tudo isso, eu rogo ao Senhor, meu querido general, que me ajude, com toda a sua alma, a formular e levar a cabo este plano. Se não for o Senhor não terei ninguém que possa me auxiliar intelectualmente. Pelo contrário, reina um deslocamento de coisas, homens e princípios, que me desconcerta a cada instante: isso chegou a desanimar-me várias vezes. Só o amor à pátria me devolve o brio, que perco ao contemplar os obstáculos.*

> *[...]*
> *Com tudo isso estamos sem dinheiro, apesar das belas esperanças que tínhamos; tampouco temos notícia da expedição do Panamá, não podemos contar com mais de 2.000 homens das tropas de Riva Agüero; o país é patriota, mas não quer o serviço militar; é bom, mas apático, tem víveres, equipamento militar, mas não os quer disponibilizar, ainda que possam ser tomados à força.* (Carta para Antonio José de Sucre. Cajamarca, 14/12/1823. Tomo III, R. 1.020, p. 521-523. Retirada de Blanco y Azpurua, IX, p. 183).

Escritas quando do preparo do teatro de guerra no Peru, essas primeiras cartas evidenciam a resistência encontrada entre os homens da região, fossem membros da elite, fossem da tropa. A ausência de um exército disciplinado fica patente quando Bolívar refere-se ao fato de os homens não quererem o serviço militar. Com exceção de parte dos soldados que viriam da Colômbia e da Venezuela, reinava entre a tropa o despreparo, o descontentamento e o "deslocamento de princípios". Nas cartas seguintes, a tendência seria a descrição de um panorama ainda pior, marcado por rebeliões internas às tropas e conflitos com os chefes locais peruanos:

> *Amigo: este mundo está desmoronando. Não conte mais com o Peru para o teatro de operações militares da Colômbia. Tudo está perdido de fato: Lima, Callao, marinha e províncias do Norte, por conseqüência de uma série de faltas e de crimes imperdoáveis. Este país está contaminado pela peste moral. Nos cinco meses em que eu estou aqui, vejo em cada um cinco prodígios de maldade. O primeiro foi a divisão de Santa Cruz e a de Sucre não se reunirem, e por conseguinte a perda do exército, em uma simples marcha. Segundo, a guerra de Riva Aguero contra nós e sua traição em favor dos espanhóis. Terceiro, a falta dos chilenos e sua deserção do exército unido contra as minhas ordens e as de seu governo. A quarta, o levante da esquadra do Peru contra o seu governo, as violências praticadas pela divisão do Chile, e as leis que nos impuseram nas costas de Trujillo. Por último, o levante de soldados e sargentos dos corpos do Rio da Prata, que faziam a guarnição de Callao, contra seus oficiais e chefes para entregar as chaves do Peru aos espanhóis para que esses tomassem a real posse.*
> *Eu temo diante do aspecto de enormes atentados, por nossas tropas colombianas, pois este contágio é mais poderoso do que muitos elementos físicos e morais que podem influenciar as ações humanas. O último, sobretudo, tem uma influência imediata sobre o soldado pobre, faminto e despido, o qual muito há de ser temido na presente situação das coisas. O governo e os civis não querem acreditar que o exército se compõe de homens de carne e osso, que necessitam de tudo e, por conseguinte, têm paixões que devem ser satisfeitas. Cada canalha quer ser soberano; cada canalha defende a fogo e sangue o que tem, sem fazer o menor sacrifício. Isso eu digo em relação ao Peru e à Colômbia, e mais ainda em relação a Quito, que é o espelho do egoísmo.*
> *Não tenho que lhe acrescentar nenhuma palavra sobre o que tenho lhe dito o ano passado; só me resta advertir que chegou o tempo das calamidades que previ e avisei, e estou decidido a não ser instrumento nem espectador dessas calamidades: porque eu não quero ser vítima de ninguém, por nada. Cansei-me de predicar a este governo e ao da Colômbia: não tenho conseguido nada; e isso é ainda pior em relação ao povo que é mais surdo do que os governos. Tudo o que comporta à minha honra, eu já fiz pela saúde da pátria: é impossível sacrificar-me mais a ponto de meter-me a Nero para o bem dos outros, e outros que não querem ser simples cidadãos. Eu irei para Bogotá e isso se perderá absolutamente e se perderá o Sul da Colômbia, sem que haja poder humano que o evite. Duvido que Sucre queira se encarregar do mando porque ele prevê, assim como eu, que vai ser envolto numa ruína comum. Por suposto, as desobediências, as insurreições, e as divisões se*

> *multiplicarão ao infinito, isso no que diz respeito a nós, porque em relação aos aliados tudo será traição, o quando menos deserções. Não duvide, meu querido general, que aquele que se encarregar do mando desse exército será sacrificado.* (Carta para Santander. Pativilca, 10/02/1824. Tomo IV, R. 1.067, p. 79. Original.).

Endereçada a Santander, essa longa missiva sintetiza alguns pontos. Imediatamente, fica demonstrado o desconforto de Bolívar com as operações de guerra no Peru, país, segundo ele, contaminado pela peste moral. A aceitação de sua liderança nesse território não foi tranqüila e o general sabia disso. Diferente da Colômbia e da Venezuela, alcançar consenso no Peru, mesmo entre parte da elite que defendia o rompimento com a Espanha, foi tarefa árdua, ainda mais porque, no interior dessa parte da elite, Bolívar tinha de lidar com a sombra de San Martín. O descontentamento de Simón Bolívar viu-se delimitado por conta de seu desentendimento em dois campos: com as tropas, desentendia-se porque não se conformava com a sua diferença; com a elite, desentendia-se porque se sentia ameaçado, posto que a sua não aceitação expressava-se por meio do tratamento dispensado aos seus aliados.

A percepção quanto à diferença das tropas peruanas só era possível porque Simón Bolívar possuía como referencial outras tropas, compostas por venezuelanos e colombianos, por exemplo. A diferença que pôde ser captada não tinha a ver apenas com a capacidade de obediência ao comando e com preparo e disciplina para o trabalho por parte das tropas. Na narrativa de Bolívar, fica patente o desconforto com a diversidade étnica. Seus argumentos vinham recheados de avaliações pré-concebidas, balizadas pela desconfiança na fidelidade de homens índios e mestiços.

A idéia do contágio aponta para outra questão também importante: nem mesmo as tropas colombianas e venezuelanas estavam a salvo das rebeliões internas. Essas tropas podiam ser contagiadas, pondo em andamento a rebelião. De um lado, algo unifica e dá um sentido de comunidade a venezuelanos, colombianos e peruanos. A despeito do proto-nacionalismo, a pobreza e a fome edificavam o senso de comunidade entre os homens de carne e osso que deviam ser temidos, caso suas paixões não fossem satisfeitas. Por outro lado, para Bolívar, algo também diferenciava colombianos, venezuelanos e peruanos: em seu ambiente, venezuelanos e colombianos não seriam capazes de demonstrar o mesmo grau de debilidade moral e física. Se havia ameaça de assim o fazerem naquele momento, era porque o contágio mostrava-se eficaz e poderoso. Ainda, pode-se deduzir que o desespero de Bolívar nascia da avaliação de que homens de carne e osso, famintos e desnudos, de algum modo, tinham legitimidade para se rebelar. Mesmo que tal ato tivesse de ser contido com força e

violência, punido exemplarmente para a manutenção da disciplina, percebe-se que Bolívar refletia sobre a situação desses homens e, mesmo que não dissesse abertamente, os entendia, embora não lhes perdoasse o delito. Conflitos comuns e compreensíveis que a escrita permite entrever.

Muito brevemente para esse espaço, expôs-se o conflito estabelecido entre soldados índios, negros e mestiços, componentes das tropas, e a elite *criolla*. Não se tratou de produzir a história dos vencidos. É difícil fazer história do que não está registrado, ou melhor, documentado; esse é o caso da narrativa sobre as tropas. O que foi dito sobre os soldados rasos, presos a uma hierarquia inferior, chegou depurado por outros atores históricos. As tropas entraram para a história em segundo plano. Elas apresentam-se como subalternas não apenas por falta de documentação ou porque eram mesmo hierarquicamente subjugadas. Não, elas aparecem em um plano inferior porque a elas foi legado esse lugar de memória. Se lembradas, ao contrário do aprendizado cívico carregado de positividade, levariam consigo depreciações. Deserções e rebeliões seriam vistas como uma ameaça à ordem e, quando o empreendimento da independência tivesse de ser louvado, qualquer ameaça devia ser observada com negatividade.

Interessante é que, mesmo depois de exposto à crítica, a leitura do epistolário permite compreender como as idéias nele veiculadas puderam ser adequadas às narrativas posteriores. A relação de Bolívar, fosse com a elite, fosse com as tropas, realmente, facilita a aquisição da idéia de que era ele o homem das dificuldades e da guerra; imagem recorrentemente utilizada pelo missivista. Na medida em que Bolívar recria no texto o contexto que vivenciou, é evidente o quanto aumenta o problema que se tem em mãos, pois o acontecimento foi depurado pelo próprio ator histórico, e isso bem antes de ser depurado pela operação historiográfica. São muitas e distintas as operações que permitem captar no epistolário a construção da memória.

Referências bibliográficas:

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *História e memória no epistolário de Simón Bolívar (1799-1830).* 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

REINATO, Eduardo José. *El Quijote de los Andes*: Bolívar e o imaginário da independência na América – 1810-1830. Goiânia: Editora da UCG, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Museus de Rua ou Museus de Bairro na cidade de São Paulo: articulações com a constituição da memória histórica

Cláudia Engler Cury*

Resumo: Este artigo destaca a pesquisa realizada sobre os Museus de Rua ou Museus de Bairro na cidade de São Paulo e as articulações com a questão da constituição da memória histórica. Partiu-se de uma abordagem geral em relação à apropriação dos espaços públicos como depositários de memórias e identidades para, em seguida, focalizar-se a história dos Museus de Rua como uma política cultural de intervenção em espaço público e se pensar de que forma esses museus se transformaram em práticas educacionais. Preferimos analisar os Museus de Rua por "fugirem" ao padrão convencional de museus para os quais se exige a disponibilidade das pessoas para visitá-los. E também porque, analisando esses *Museus,* pudemos aproximar nosso olhar de um tipo de organização de museu cuja proposta é a da intervenção direta na vida dos passantes.

Palavras-chave: educação patrimonial - memória histórica - ensino de história.

Abstract: Street Museums or Neighborhood Museums in the city of São Paulo: articulations with the constitution of the historical memory.
This article detaches the research accomplished on the Street Museums or Neighborhood Museums in the city of São Paulo and the articulations with the subject of the constitution of the historical memory. Start of a general approach in relation to the appropriation of the public spaces as receivers of memoirs and identities for, soon after, to focalize the history of the Museums of Street as a cultural politics of intervention in public space and to think that forms those museums they became educational practices. We preferred to analyze the Museums of Street for "they flee" to the conventional pattern of museums for which the people's readiness is demanded to visit them. It is also because, analyzing those Museums, we could approximate our glance of a type of museum organization whose proposal is the one of the direct intervention in the life of the passer-bys.

keywords: patrimonial education - historical memory - history teaching.

A letra da música consagrada na voz do poeta da vida cotidiana das ruas de São Paulo, Adoniran Barbosa e transcrita logo abaixo, indica o processo de construção e (des)construção permanente do espaço urbano de uma cidade que, na busca interminável de modernização de seu traçado, apaga referenciais significativos de afetividade e de identidade de seus moradores acostumados a se orientarem a partir de determinados marcos tais como

* Universidade Federal da Paraíba. Professora Dra. do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFPB. claudiacury@terra.com.br

praças, viadutos, pontes que também contam uma parte da história da cidade e da vida de seus habitantes:

> *Venha ver/Venha ver, Eugênia/Como ficou bonito/O viaduto Santa Efigênia/Venha ver/Venha ver/Venha ver, Eugênia /Como ficou bonito/*
> *O viaduto Santa Efigênia/Foi aqui que você nasceu/Foi aqui que você cresceu/Foi aqui que você conheceu o seu primeiro amor/Eu me lembro que uma vez você me disse/Que o disse que demolissem o viaduto/De tristeza você usava luto/Arrumava sua mudança/E ia embora pro interior/Quero ficar ausente/O que os olhos não vê, O coração não sente.* (Viaduto Santa Efigênia – Adoniran Barbosa)

Nesse sentido, este texto tem como objetivo discutir sobre as representações elaboradas pelos sujeitos envolvidos no processo de configuração das identidades e memórias históricas e suas inter-relações com o território da cidade. Partiu-se de uma abordagem mais geral em relação à apropriação dos espaços públicos como depositários de memórias e identidades urbanas para, em seguida, focalizar-se a história dos Museus de Rua como uma política cultural de intervenção, no sentido de se pensar de que forma esses museus se transformaram em práticas educacionais. A análise recaiu sobre os Museus de Rua por "fugirem" ao padrão convencional de museus para os quais não se exige a disponibilidade das pessoas para visitá-los. E também porque, analisando-se esses Museus, pode-se aproximar o olhar do pesquisador e, posteriormente dos leitores da pesquisa, de um tipo de organização de museu cuja proposta é a da intervenção direta na vida dos passantes. Os Museus de Rua não fecham, não têm horários e nem placas do tipo: "é proibido aproximar-se". A ação das intempéries da natureza é deixada propositalmente, sobre os painéis expostos, determinando, inclusive, o tempo de duração do próprio museu. A intenção dos organizadores era a de criar uma metáfora visual entre o desgaste dos painéis pela ação do tempo e esta mesma ação da passagem dos anos sobre a nossa memória histórica que aos poucos vai esmaecendo.

A apropriação que se fez/faz ao longo da história dessas memórias e identidades foram revertidas, muitas vezes, na elaboração de uma história oficial. História essa "escolhida" para compor os livros didáticos de história e ir para as escolas. No processo de seleção dessas memórias e identidades permeadas por relações de macro e micro poderes, muitas outras histórias são deixadas de lado e outras ainda são excluídas da possibilidade de engendrarem a história do país, da cidade e do bairro no qual vivem sujeitos sociais múltiplos.

Na cidade de São Paulo, como em tantas outras cidades deste país, o bairro tem sido um lugar de pertencimento e de construção de identidades urbanas bastante significativas, à medida que recorta, na imensa malha urbana, micros universos de sobrevivência/convivência social e, portanto, de universos simbólicos.

Pode-se dizer que a preocupação dos governos/gestores públicos com relação à criação de espaços que criem certa identidade local tem sido uma questão relevante, que pode ser explicitada nesta fala do Secretário de Cultura do governo Covas/Alckmin, Marcos Mendonça, para a publicação pela imprensa oficial, do artigo intitulado: "Você sabia?", por ocasião do balanço do quadriênio 1995/98:

> *Recuperação de espaços - Vida nova aos símbolos de uma identidade. O que esta gestão realizou em matéria de recuperação de espaços culturais em São Paulo dá idéia do desinteresse com que vinha sendo tratado esse patrimônio, que contém boa parte da história paulista e simboliza a identidade de sua população.* (Governo do Estado de São Paulo,1999: 44-46).

Segundo esta perspectiva, a recuperação desse patrimônio público é também a recuperação de uma parte da identidade da cidade que, mais uma vez, "aprenderia" com as ações empreendidas pelos gestores públicos que "ensinam" e (re)significam espaços públicos e os devolvem para a população.

A preocupação, entretanto, em guardar a memória dos municípios, já estava presente na atuação de Mário de Andrade, quando de sua nomeação, em 31 de maio de 1935, para o cargo de chefe da Divisão de Expansão Cultural e diretor do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo, em 04 de julho do mesmo ano. Em 1936, Mário vai criar o Arquivo Histórico, com um acervo de documentos para o município. Anos depois, inspirado naquela experiência de Mário de Andrade, foi criado, em 1975, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) cujas primeiras atribuições foram as de preservar e divulgar os documentos relativos à memória da cidade. O DPH, atualmente, está estruturado a partir de três divisões técnicas: o Arquivo Histórico Municipal, Iconografia e Museus, Divisão de Preservação e uma Divisão de Administração.

No anteprojeto de Mário, havia uma concepção de museus municipais que articulava a idéia da identidade local/comunidade local. Segundo a perspectiva andradiana, a organização destes acervos e a elaboração dos critérios de seleção das peças deveriam ser concebidas no interior das próprias municipalidades, com intervenção direta das populações locais. O anteprojeto apresentava uma concepção de museu municipal que deveria atender aos interesses locais, em contraposição às especialidades dos museus nacionais, sugerindo um diálogo com a população local para levantamento de seus desejos para a criação de seus próprios museus municipais. Percebe-se, com a leitura do texto do anteprojeto, uma preocupação com a coletivização do saber como parte das obrigações do Estado, na área da cultura, bem como uma aproximação desses museus com a educação.

Os Museus de Rua surgiram na década de 1970 e foram retomados nas décadas seguintes subseqüentes. Chamaram-se as duas versões de execução desses museus de **primeira versão** (a dos anos de 1970) e **segunda versão** (a dos anos de 1990). Iniciativas semelhantes a essas de São Paulo expandiram-se para outros municípios do interior do estado.

Na entrevista com o idealizador das duas versões dos projetos e coordenador da equipe de historiadores, o senhor Júlio Abe Wakahara[1], fotógrafo profissional, arquiteto e professor da FAU/USP, com vários trabalhos publicados na área de patrimônio histórico e memória de grupos sociais, pode-se compreender o porquê da denominação: Museus de Rua. A expressão foi cunhada pela própria população que teve contato com os museus na década de 1970, quando também foram denominados de Museus Itinerantes ou Museus Transeuntes. Em sua segunda versão, os museus foram batizados com a denominação de Museus de Memória dos Bairros, ou simplesmente Museus de Bairros.

A **primeira versão** do projeto dos Museus de Rua correspondeu à primeira atividade realizada pelo Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo[2]. O projeto foi encaminhado à Câmara Municipal e aprovado, em maio de 1975, na gestão do prefeito Olavo Egydio Setúbal. Ainda nas palavras de seu idealizador, os propósitos do Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo eram ir ao encontro :

> *(...) de atribuir uma imagem à cidade de São Paulo pela educação popular direta, num momento em que a premência de adaptação urbana aos estímulos metropolitanos descaracterizou profundamente esta imagem. São Paulo recriou sucessivamente seu espaço de forma irreconhecível. (...) Permitir a divulgação do arquivo iconográfico de São Paulo, ou seja, da documentação visual sobre a cidade, trazendo-a ao conhecimento e usufruto pela população; incentivar o uso do recurso histórico não como forma romântica de saudosismo, mas como instrumento de compreensão da realidade atual e projeção futura; preservar e valorizar a paisagem urbana, garantindo a formação de um arcabouço histórico.* (Wakahara, 1977)

Quanto à sua **organização**, sabe-se que foram montadas duas exposições no primeiro ano das atividades do museu, em 1977. A primeira, denominada Percurso Centro Histórico, e a segunda exposição, História do Anhangabaú e do Viaduto do Chá. No segundo ano de atividades, 1978, foi organizada uma terceira exposição, Memória da Sé, por ocasião

---

[1] Entrevista realizada em agosto de 2000 e que, por solicitação do entrevistado, contou com a presença da historiadora Carla Abdal, que também trabalhava na equipe do Sr. Júlio Abe.

[2] A Divisão Iconográfica e Museus do Departamento de Patrimônio Histórico que contava na década de setenta do século passado com: a Casa Do Bandeirante, Casa do Sertanista, Casa do Grito e Capela Imperial acabava de criar o Museu Histórico da Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo (Lei n.º 8.252 de 1975) cujos objetivos eram os de "dinamizar o acervo iconográfico da Cidade de São Paulo existente no Arquivo de Negativos da Divisão de Iconografia e Museus."

do aniversário da cidade de São Paulo. O procedimento de organização estrutural do acervo iconográfico era sempre o mesmo. O que variava era o número de painéis, sua disposição pelas ruas e a seleção das fotos. Acompanhando todos os painéis fotográficos, havia também um conjunto de textos, oriundo de pesquisa histórica realizada pela equipe que trabalhou sob a coordenação de Wakahara. Quanto ao **acervo iconográfico,** nas duas versões dos Museus de Rua, as fotografias foram utilizadas pelos idealizadores dos Museus como fontes documentais. Foram selecionadas, organizadas em uma determinada ordem e passaram, juntamente com os documentos escritos, a contar uma parte das histórias que aqueles bairros trouxeram para as ruas e praças de São Paulo.

Quanto aos **textos** que acompanhavam os painéis, pode-se dizer que eles forneciam informações históricas sobre os locais em questão, e seu conteúdo, em grande parte, foi selecionado de livros sobre àqueles mesmos espaços em outras temporalidades. Traziam também muitos dados de caráter urbanístico sobre as construções de prédios, avenidas, praças e viadutos por tratar-se de regiões da cidade de São Paulo, com um acervo arquitetônico de valor histórico e cultural ainda não demolido. Os textos não oferecem nenhum tipo de problematização direta a respeito das transformações ocorridas ao longo de tempo. Essas reflexões, segundo informações colhidas junto aos organizadores do projeto, seriam deixadas para os visitantes/passantes dos Museus de Rua.

Os Museus de Rua, na sua segunda **versão,** foram acolhidos pela Secretaria de Estado da Cultura, por iniciativa do governo do Estado de São Paulo[3] e por ocasião da inauguração de um dos projetos de Memória de Bairros em Santana as autoridades assim se posicionavam:

> *Ao convocar a população para relatar suas memórias e abrir velhos baús e álbuns de fotografia, cria-se um importante processo de reflexão e discussão da importância da preservação do patrimônio histórico da cidade. Inspirado em iniciativas de décadas passadas, o Museu de Bairro Itinerante pretende estabelecer vínculos com a comunidade à qual se refere.* (Revista Cultural, 2000: 11).

Em entrevista realizada com a historiadora responsável pela organização dos Museus de Rua/Bairro da Freguesia do Ó e do Cambuci, Ana Ligabue[4], fica-se sabendo que a iniciativa de recuperar a idéia dos Museus de Rua aconteceu por insistência de um morador[5] do Cambuci, empenhado em vários projetos culturais em seu bairro, indicando

[3] Gestão do governador Mário Covas, 2000/01.

[4] Entrevista realizada em agosto de 2000 com Ana Ligabue que fazia parte da equipe contratada e coordenada por Júlio Abe para realizar todo o trabalho que envolve a preparação e montagem das exposições dos Museus de Bairro.

[5] Trata-se de Wagner Sugamelli, antigo morador do bairro do Cambuci e uma espécie de agente ou promotor cultural que presta serviços esporadicamente para a secretaria estadual de cultura.

possíveis articulações entre reivindicações dos moradores dos bairros e as instâncias governamentais. Assim sendo, a população em busca de seus direitos com relação à sua memória e à sua história motivou uma ação de Estado.

É possível perceber também duas perspectivas no interior do campo teórico dessa discussão. Na primeira versão dos Museus de Rua, a perspectiva era a de mostrar, por meio das imagens, como era a cidade e como ela ficou (ontem e hoje). Na segunda versão, levou-se em consideração a organização das memórias dos antigos moradores dos bairros, num viés de constituir-se uma memória a respeito do bairro que requisitou, de um lado, a presença de uma equipe de historiadores, e, de outro, a coleta de um acervo documental privado, preservado pelos próprios moradores. Foram também utilizados na organização dos museus os procedimentos da história oral indicando que a equipe de historiadores responsáveis pelas exposições estava afinada com os encaminhamentos teóricos e metodológicos mais recentes do campo da história que propõem: "novos, objetos, novas fontes e novas abordagens".

Ao serem perguntados sobre o envolvimento das escolas locais nesse processo os organizadores dos Museus de Rua/Bairro assim afirmaram:

> *Por exemplo, no Cambuci, eu consegui fazer uma coisa muito interessante. Tem uma escola lá, Nossa Senhora da Glória, é uma escola particular, mas muito tradicional, com uma quantidade imensa de alunos. Talvez seja a escola com maior número de alunos de lá, e nós fizemos alguns workshops lá na escola. Falamos com a diretoria e com os professores de história e geografia. Fizemos várias reuniões e convidamos a escola para participar do projeto, e eles acharam ótima idéia. O professor de geografia estava falando sobre São Paulo, e o professor de história estava falando sobre a virada do século, e essas coisas eram compatíveis, né? E nós fizemos alguns workshops, levamos alguns depoentes mais desinibidos, alguns velhinhos do bairro mais desinibidos, com histórias hilárias... assim... boas de contar e ouvir, e levamos umas imagens de vídeo. Fizemos umas três sessões no auditório da escola, e falamos do projeto. Falamos com as crianças de 5ª a 7ª séries, e a maioria delas eram descendentes de imigrantes, e solicitamos a eles que entrevistassem seus avós e, quem não fosse descendente de imigrantes, que entrevistasse algum vizinho ou alguém conhecido que freqüentasse a vidinha deles, mas aí, é lógico que nós estabelecemos um pré-roteirinho que eles seguiram bem à risca. Eles fizeram um outro esquema, pergunta e resposta, não era a mesma técnica que nós usamos, mas esse material foi rico. Trouxeram reprodução de salvo-conduto, que havia durante a segunda guerra, cópia de passaporte, de fotografias.*

As articulações entre as atividades relacionadas à montagem dos Museus de Rua se deram, como se pode perceber, de forma espontânea e pelo encaminhamento sensível do grupo de historiadoras que vê, no universo escolar, um campo rico de engendramento entre uma educação não formal, como é o caso dos Museus de Bairro, e a escolarização formal por

meio das disciplinas e propostas pedagógicas das escolas, atendendo, inclusive, a uma das solicitações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), que sugerem que se trabalhe com a história local e as memórias e identidades.

Na configuração de uma política educativo-cultural seria possível uma articulação entre as duas Secretarias de Estado: a da Cultura e a da Educação mas, infelizmente isso não se verificou ao longo da pesquisa. Após o término do período de exposições, agendadas pela Secretaria de Estado da Cultura para os Museus de Rua/Bairro, todo o material coletado entre os moradores dos bairros e uma grande quantidade de documentos que não foram aproveitados na montagem dos painéis pela equipe de historiadores, fica sem destino certo.

> *Esse material... o Wagner tem um projeto de montar um centro de memória...(...) um centro cultural ou alguma coisa assim, lá no bairro, e esse material foi todo entregue para ele. (...) Eu entreguei as fitas para o Wagner e as imagens para o Júlio. (...) Eu vou lá, entrevisto, olho as fotos, converso, peço dados sobre a imagem que estou vendo para eu poder legendar, faço uma seleção, depois eu marco, agendo de novo lá com o fotógrafo, o fotógrafo fotografa, faz as imagens na própria casa do depoente (...). O material do Cambuci ficou no parque da Aclimação. (...) Ele ficou na pracinha em frente à igreja... pouquíssimo tempo, porque ali é uma passagem pouquíssimo utilizada. Depois ele ficou alguns meses no Largo do Cambuci. Eu fui lá várias vezes e, a cada vez que eu ia lá, tinha muita gente vendo os painéis. Ficou vários meses lá sob sol e chuva, depois muitos meses no parque da Aclimação, e a última vez que eu fui lá, estava no Banespa, e agora eu não sei mais.* (Entrevista com Ana Lingabue em agosto de 2000)

A pesquisa identificou um descompasso entre os envolvidos com este projeto. Para a diretora do DEMA (Departamento de Museus e Arquivos do Estado de São Paulo), responsável pela viabilização dos Museus de Bairro, a resposta à pergunta sobre o que se deveria fazer com o material depois que as exposições fossem desmontadas é resposta que a população dos bairros precisaria responder. Segundo esta senhora, o descaso da população local com o destino dos painéis seria uma demonstração da falta de interesse dessa mesma população com relação a sua memória histórica. A pesquisa, entretanto, identificou que havia interesse, sim, dos moradores dos bairros em ficar com os painéis após sua fase de exposição. E que, por solicitação dos moradores, a guarda do material exposto nas ruas vinha sendo garantida em áreas como: igrejas, centros comerciais, escolas e outros. Permitindo desta forma, sua visibilidade por mais tempo

No caso, por exemplo, do Museu de Santana, até o término desta pesquisa, o material estava circulando pelas escolas públicas do bairro. Por outro lado, acompanhou-se a trajetória, frustrada, de um professor de geografia do bairro da Freguesia do Ó que queria fazer um trabalho com seus alunos de localização, junto às Secretarias de Estado da Cultura

e da Educação, dos painéis, depois que eles haviam sido retirados da praça em frente à igreja. Ninguém sabia informar o destino do Museu de Bairro. Descobriu-se que eles, os painéis, estavam em um centro cultural da Freguesia do Ó, esperando para serem levados para um lugar mais amplo e serem visitados por alunos das escolas locais. Este mesmo professor solicitou, várias vezes, à Secretaria de Estado da Educação que os painéis percorressem as escolas públicas da região, porém a Secretaria de Estado da Educação desconhecia a existência deste tipo de Museu.

Os Museus de Bairro em São Paulo, segundo a pesquisa evidenciou não se articulavam sequer com a estrutura interna do governo estadual, ou seja, o projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura, sem a participação/conhecimento ou parceria com a Secretaria de Estado da Educação, o que gerou algumas dificuldades. Enquanto toda a documentação oficial do MinC pressupõe uma articulação entre as várias instâncias de atuação do Estado para viabilizar, de forma plena, a educação patrimonial, o que se constatou, infelizmente, é que na esfera do governo estadual, a pretensão não se efetivou. Entretanto, a população demonstrou capacidade de reivindicação e articulação em torno de seus interesses e, participou ativamente do processo de produção do conhecimento histórico não formal, colaborando no sentido de produzir sua própria história, indo além dos propósitos iniciais dos gestores públicos.

Referências bibliográficas e fontes:

ANDRADE, Mário de. **Séries: Documentação profissional, documentação pessoal, correspondência e outros.** São Paulo: IEB/USP (período de abrangência 1891 a 1945).

_____. **Mário de Andrade:** fotógrafo e turista aprendiz. Edição Comemorativa do Centenário de Mário de Andrade, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)/ Banco Safra/ Vitae, 1993.

BARBOSA, Adoniran. "Viaduto Santa Efigênia" (Participação especial: Carlinhos Vergueiro) - **Meus Momentos.** Direção Artística: João Augusto. Zona Franca de Manaus: EMI, 1973. 1 disco compact (faixa n. 7 – 61.122.661/ 02:41).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – PCN(s), Brasília: MEC/SEF, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/Gabinete do Governador (Revista) **Você sabia? 4 anos de governo: 1995-1998.** São Paulo: Imprensa Oficial, maio/1999. [pp. 44-46].

PONCIANO, Levino. **Mil faces de São Paulo: pequeno dicionário histórico e amoroso dos Bairros de São Paulo.** São Paulo: Editora Fênix, 1999.

Revista Cultural. **Publicação Mensal da Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado.** Ano I, nº2 – 11, junho/99-março/2000.

WAKAHARA, Júlio Abe. "PROJETO MUSEU DE RUA. HISTÓRIA DO ANHANGABAÚ E DO VIADUTO DO CHÁ, MEMÓRIA DA SÉ". In: Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). São Paulo: DPH, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a relação Homem-Natureza: Vozes dissonantes, interesses contraditórios (1940-1970)

Roberto Massei*

Resumo: Esta comunicação objetiva discutir e problematizar o papel instrumental da tecnologia na construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita, no trecho Médio-Superior do rio Tietê, na região central do estado de São Paulo, e o impacto social, econômico, ambiental e cultural que a formação de seu lago provocou sobretudo à população oleiro-cerâmica de Barra Bonita e da região. Ela orienta-se, teoricamente, pela História Oral e pela História da Cultura Material. A partir das experiências dos trabalhadores oleiros, antigos moradores do município e técnicos (engenheiros), que vivenciaram ou participaram diretamente da construção da usina, foi possível estabelecer uma relação entre tecnologia, natureza, ambiente e sociedade, que se constitui o suporte de toda a vida material. O estudo da Cultura Material pressupõe a compreensão do modo como o homem transformou o ambiente em que viveu – e ainda vive – por meio da técnica, confeccionou seus objetos e construiu seu mundo material.

Palavras-chave: natureza – tecnologia - cultura material.

Abstract: This paper tried to discuss and questionate the technologic instrumental role at Barra Bonita´s power plant construction, at a space in the Tiete´s River, in the central Region of São Paulo, and the social, economic, environmental and cultural impact caused by it´s lake mainly to the brickmaker-ceramic population from Barra Bonita and around it. It is orientated, theoretically, by Oral and Material Culture History. From brickmakers workers, former inhabitants and technicians (engineers) experiences, who lived or participated directly in the power plant construction, was possible to stablish the relation between technology, nature, environment and society that supports all the material life. The material culture study assumes the comprehension of the way the human-being has transformed the environment in which he has lived – and still lives – through techniques he has made his objects and has built his material world.

Keywords: nature – technology - material culture.

O objetivo deste artigo é problematizar uma visão tradicional que inicialmente estabeleceu uma relação muito estreita entre engenharia e tecnologia. Essa associação ajudará a entender o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, objeto deste trabalho, e o modo pelo qual se constituiu um discurso legitimador da ciência e tecnologia

*Mestre e doutorando em História PUC/SP. Dep. História FAFIJA/UENP. Este artigo é um resumo da Introdução e do Capítulo 2 do texto apresentado ao Exame de Qualificação de minha Tese de Doutorado, com o mesmo título, em setembro de 2006. O projeto contou com financiamento do CNPq.

como instrumentos de desenvolvimento econômico e social. Na outra ponta, percebe-se claramente na fala dos sujeitos desse processo – oleiros, proprietários de cerâmicas e técnicos (engenheiros) – os limites desses discurso e prática, que se manifestam nos interesses também contraditórios desses mesmos sujeitos.

A construção da UHE Barra Bonita provocou um impacto socioeconômico e ambiental de grande proporção. Esse impacto é ocultado por um discurso que enaltecia a necessidade do progresso. Segundo esse pensamento, a cidade e a região não poderiam ficar reféns do atraso. As obras se iniciaram em 1958 e foram concluídas no começo de 1963. Uma outra usina, de Bariri, será concluída em 1965. As duas, juntas, foram responsáveis pela mudança do regime de águas do trecho Médio-Superior do rio Tietê e pela inundação de uma grande área de terras cultiváveis, das bordas do rio de onde se tirava argila e certamente pela constituição de um novo ecossistema.

A reflexão procurou caminhar na direção de uma intersecção com o ambiente. Todavia, essa intersecção deve ser feita lembrando que o ambiente é também um meio sociotécnico. Por conseguinte, estudar as transformações que o homem imprime à natureza é contribuir para se pensar uma História da Cultura Material. Afinal, a *cultura material* é o resultado da apropriação dos recursos naturais pelo homem e a transformação, desses recursos, em artefato através da técnica. Quanto às fonte, foram usados sobretudo os depoimentos.

O reservatório inundou uma extensa área de borda do Tietê entre a cidade de Barra Bonita e Bariri. Dessas várzeas era extraído o barro que serviria de matéria-prima para telhas e tijolos. Havia, ainda, algumas olarias que tiveram de ser desativadas, pois parte delas ficaria submersa. Nesse sentido, iniciou-se uma discussão sobre como seria feita a extração dali para frente e, sobretudo, como a CHERP (Centrais Hidroelétricas do Rio Pardo) faria a indenização de todos aqueles que dependiam direta e indiretamente da argila localizada ao longo das margens do rio. Na verdade, o Tietê seria alterado no trecho que vai da cidade de Tietê até a sua foz, no rio Paraná, cerca de 80% de sua extensão.

É importante compreender como se processa a separação homem/natureza e qual o sentido dessa separação. A partir dos apontamentos feitos por autores como Bruno Latour (1994; 2004), entre outros, pode-se afirmar que a modernidade não conseguiu efetivar a separação homem-natureza. A constituição de um meio sociotécnico, composto por objetos naturais e técnicos, de certa forma substitui o ambiente. Como conclusão, pode-se afirmar que não há uma separação, como quer o projeto moderno, já que o objeto técnico, construído pelo homem, é pensamento humano materializado. Afinal, *ele é a natureza transformada pelo*

homem através da técnica.

A construção da usina não foi tão tranqüila quanto às vezes deixa transparecer alguns depoimentos e os documentos oficiais expedidos pela CHERP. Aliás, cumpre lembrar que em pelo menos duas correspondências internas, do final da década de 1950, há indícios claros da insatisfação de parte da população da região. Um grupo era composto pelos oleiros de Barra Bonita e Bariri, principalmente; o outro, de proprietários de terras e barreiros, que estavam incomodados com a demora na definição da desapropriação de indenização das propriedades. É evidente que há conflitos; eles estão presentes de forma subjacente nas falas dos depoentes e de modo mais explícito em parte da documentação. É nas entrelinhas dos sujeitos do processo que se percebe como ocorreu uma resistência à imposição do projeto da usina.

Houve uma excessiva racionalização do empreendimento e uma subordinação à idéia de que a natureza devia – e deve ainda – ser utilizada em benefício do homem. Essa separação pode ver-se expressa no uso tanto discursivo quanto prático da tecnologia. Ou seja, constrói-se um pensamento que a considerou independente ou exterior da sociedade, a-histórica e completamente desvinculada do homem e da natureza.

A construção da usina partiu do pressuposto de que há uma separação entre homem e natureza. Considerou-se que o rio, a população que dele se utiliza e os lugares pelos quais passa não tinham qualquer relação entre si. A fim de que um projeto fosse levado a cabo desconsiderou-se uma história que compreende toda a complexidade da relação imbricada homem-natureza. Toda intervenção humana provoca alteração em um ecossistema, isto é, onde várias espécies animais e vegetais têm como *hábitat* e estabelecem uma cadeia de interdependência biológica.

Uma área de mais de 400 quilômetros ao longo do rio, só na região de Barra Bonita, transformou-se. O rio teve alterado o seu curso inicial, inclusive o seu leito, que foi alargado com a formação das várias represas. Culturas agrícolas desapareceram, comunidades, ainda que de forma mínima, tiveram seus hábitos e costumes mudados em decorrência dessa intervenção. Novas estratégias de sobrevivência foram se delineando à medida que os lagos foram se formando. Muitos dos hábitos e costumes acabaram perdendo-se. Atividades declinaram e alguns ofícios podem desaparecer.

Havia uma concepção de que o desenvolvimento deveria ser integrado à natureza. No que diz respeito à construção de usinas hidrelétricas, no Brasil, algumas delas surgem, é verdade, de um sentimento de nacionalismo e de uma indispensável intervenção do Estado. O escopo era criar uma infra-estrutura econômica que alicerçasse o desenvolvimento. No caso

específico de Barra Bonita, o projeto apontava também para o uso múltiplo do rio e sua inspiração foi a política do *New Deal*, de Roosevelt. (MOTOYAMA, 2004: 273)

O mundo contemporâneo, aparentemente, considera tecnologia e ciência como sujeitos. O homem, neste caso passivo, receberia todo o efeito das ações das máquinas, da própria tecnociência, como se fosse possível que os primeiros pudessem existir sem o segundo. A historicidade da técnica, da tecnologia, da ciência e, claro, dos objetos que são criados a partir da relação homem-técnica-natureza está intrinsecamente ligada ao homem, mas não se desvincula, em nenhum momento, do mundo que o cerca.

Os objetos e as coisas ganharam historicidade praticamente no século XIX. Aceitava-se – e ainda se aceita – que tudo o que existe já existe desde sempre. Na verdade, o mundo contemporâneo é um produto da modernidade e existe, por conseguinte, há pouco mais de três séculos. (LATOUR, 2004: 70) A finalidade da separação do homem com a natureza e da sociedade com a tecnologia é justificar a não-reunião em um mesmo coletivo os homens e as coisas, os humanos e os não-humanos. A natureza, a matéria e os objetos têm vontade e possuem uma história, que se confunde com ou atravessa a humana. Elas expressam-se na imbricação humanos e não-humanos, sociedade e objetos.

Na modernidade, uma representação social da natureza pressupõe a separação homem e natureza, sociedade e tecnologia. Para que se possa produzir ciência, de fato, é necessário ressaltar que não há dois conjuntos distintos: a natureza de um lado, e as representações que os seres humanos fazem da natureza de outro. (Idem: 72) Para este autor, o uso da idéia de representação reforça o projeto da modernidade. Sem embargo, é o conceito de representação que possibilita pensar efetivamente a dicotomização homem-natureza, sociedade-objetos. A representação é a categoria que dá o arcabouço simbólico que justifica que o homem constrói uma forma mental de pensar tudo aquilo que o cerca. Ou seja, ele primeira forma a imagem, depois ele concebe o mundo. Isso acaba ratificando a separação.

É preciso enfatizar a imbricação que existe entre natureza e técnica, que se manifesta no objeto técnico. Há uma intersecção entre a natureza e o objeto técnico, para usar o termo proposto por Thales de Andrade. (2001: passim) Segundo Gilbert Simondon (1958), na medida em que o objeto técnico consegue efetivar sua concretização ele ganha autonomia e aproxima-se da mesma condição do objeto natural. Um objeto natural é aquele criado pela própria natureza, que constitui ele próprio um sistema ou está incorporado a um [ecos]sistema.

A questão ambiental, também, perpassa todo o processo de construção que culminou na transformação da natureza. Conseqüentemente, é importante ressaltar que uma

história que tenha como objeto o ambiente deve, o tempo todo, promover uma discussão que mostre que ele surge da transformação do mundo material, natural ou não, através do processo técnico. Portanto, é uma discussão que diz respeito à cultura material. Fazer ou construir uma História do [Meio] Ambiente é, certamente, compor uma História da Cultura Material.

Durante um longo período a argila foi extraída de forma manual, com o uso de pás. Para o seu transporte até a cerâmica ou olaria, eram utilizados carroças ou pequenos caminhões. O impacto que essa ação provocou ao longo de várias décadas não é desprezível. Com a mecanização, em Barra Bonita talvez acentuada pela construção da barragem, e o aumento da demanda, essa extração deixa de ser manual e passa a ser feita por equipamentos rápidos e potentes. No processo de produção manual, era necessário certo conhecimento do trabalhador para saber qual argila seria a melhor a ser extraída. Ele deveria retirar aquela que melhor conviesse ao feitio de telha e tijolo, a fim de não perder tempo e trabalho.

Portanto, havia algum grau de respeito, já que se buscava o necessário. O aumento da produção subverte essa relação. O uso da máquina não precisa respeitar esse conhecimento. Qualquer barro serve:

> *Agora vai até árvore no meio, agora eles tira tudo* [tipo de barro]. *Bom, naquele tempo eles fazia limpeza, porque em cima do..., onde tem a várzea de barro sempre dá um pouco de saibro em cima, às vez dá areia, então nós tirava tudo fora aquilo né, jogava no lado pra depois pegá o barro puro só. Agora não. Agora, eles mistura tudo, leva a máquina pega lá e já leva tudo junto...* (Nivaldo Torelo, 71 anos, depoimento realizado em abril de 2003)

Ao ressaltar a inexistência de um equipamento como a estufa – um galpão para o qual é canalizado parte do calor do forno para abreviar o tempo de secagem do material cerâmico, presente praticamente na maioria das cerâmicas mecanizadas, o senhor Nivaldo Torelo mostra que ela era desnecessária quando se usava o barro retirado das várzeas do rio Tietê tanto a montante quanto a jusante da usina, e que ficaria submerso com a inundação do reservatório. Essa condição dispensava a estufa, no entendimento do senhor Nivaldo:

> *aqui* [em Barra Bonita] *quase num tem, quase num existe estufa. Mas tem..., qué vê? Tem uma, que é lá em cima..., acho que quase mais ninguém tá usando estufa aqui... Sabe o que acontece? O barro nosso aqui é um barro mais forte do que tem, por exemplo, em Itu, Conchas, Laranjal, né, que é feito com taguá. E eu trabalhei lá também numa cerâmica lá em Pereiras, também lá era com estufa, então aqueles lá agüenta, aqui perde muita telha se pôr na estufa né.* (Nivaldo Torelo, depoimento)

O barro da região de Barra Bonita era forte. Era necessário, inclusive, mantê-lo estocado por algum tempo, para que perdesse parte dessa característica. Segundo o senhor

Nivaldo era preciso adotar um procedimento por eles chamados de *safra do barro*, para curtir o barro. Fazia-se o estoque em um ano e só se trabalharia com esse barro no ano seguinte. Embora não fique claro em sua fala, o que se percebe é que depois da construção da barragem e a formação do lago, o barro exige mais mistura. Conclui-se que esse barro foi perdido. Com efeito, diminuiu também a quantidade e, assim, para chegar-se a um *pastão* adequado para produzir telha e tijolo convém acrescentar uma parte de outro barro, mais fraco. Ele explica de forma mais detalhada:

> *dá pra fazê, se quando pega um barro bom dá pra fazê isso, mas o ideal mesmo era de ficá..., por exemplo o modo que a gente fazia antigamente, a gente fazia a* safra do barro*, então o que você puxá esse ano aqui então num trabalhava com ele,* que *era pra curtir que nós fala, curti o barro né. Então você fazia o monte, deixava lá aquele ano, e você ficava trabalhando com o barro que você puxô o ano passado; depois, quando termina aquele aí você começa aqui começava fazê..., tinha dois depósito né, então você começava com um, depois... quando você terminava aquele começava o outro, que já tava curtido, às vez ficava até dois ano lá curtindo, até você terminá esse mais velho, depois começavam puxá e fazê esse mais velho.* (Nivaldo Torelo, depoimento)

Nota-se que há uma *técnica* permeando a relação homem e natureza. O proprietário da cerâmica, o oleiro ou um trabalhador mais antigo devia ir junto e fazer uma primeira observação, *olhar*. Muitas vezes ao olhar já era possível identificar a qualidade do barro. Em seguida, muitos adotavam o procedimento de tirar um pedaço de barro, fazer uma *bola* ou um *fiozinho*, deixar secar e verificar se essa argila daria um bom tijolo ou uma boa telha. A mecanização do processo produtivo e o uso da máquina retroescavadeira, para extrair o barro, *subverte* esse conhecimento e muda essa relação. Rompe-se uma tradição. A máquina extrai uma quantidade enorme de barro, que outros equipamentos, na fábrica, se encarregam do tratamento. Na verdade, muitas daquelas e de outras técnicas, usadas pelos oleiros no processo de produção manual, foram absorvidas pela maquinaria e estão permeando outros relacionamentos no processo produtivo mecanizado.

A mecanização do processo produtivo alterou significativamente a relação entre o homem e a natureza. De início, mudou o modo como se vai extrair a argila. Deixou de ser manual, com o uso da pá, e passou a ser por meio da máquina retroescavadeira. O transporte deixou de ser por carroças e passou a ser por caminhão, e assim por diante. Ou seja, muda o caráter da exploração: ela se acentua e aumenta muito a quantidade a ser retirada.

A construção da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e a formação do lago obrigaram os oleiros a desenvolverem outras estratégias para poder obter sua matéria-prima. A inundação das bordas levou os ceramistas ao desenvolvimento de um mecanismo que

permitiu extrair a argila submersa. Lançaram mão de um procedimento chamado *ensecadeira*. Com isso, eles escoam a água e extraem o barro que ficou submerso. Trata-se de um dique *semelhante* aos *polders* holandeses. Aproveitando-se o material que é inutilizado nas cerâmicas, terra e outros resíduos sólidos eles criam barreiras no rio em direção ao leito; concluem o fechamento desse trecho e colocam bombas de água para fazer a sucção. Assim, esvaziam por completo esse trecho do rio e promovem a extração com o uso da máquina retroescavadeira. Fazem-no, entretanto, de forma não-organizada e acabam por promover uma ação extremamente agressiva ao meio. A ensecadeira ressalta um aspecto: a agressividade da relação do homem com a natureza. A extração de um recurso natural, no caso a argila, interferiu em todo o ecossistema.

O processo de exploração da natureza tem se pautado pelo desrespeito. Desconsidera-se, neste caso, que a natureza tem uma história e, sobretudo, uma vontade. Todo o conjunto de artefatos gerado pela transformação da natureza pelo homem foi construído a partir do entendimento de que um objeto é exterior à natureza e ao homem. Ou seja, de que homem e natureza, tecnologia e sociedade são entidades separadas. Na verdade, os artefatos técnicos têm de ser entendidos em sua unicidade e, em grande medida, em sua totalidade. Em suma, que são produtos da relação homem e natureza permeada pela técnica. Enfim, *o homem é também natureza*.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Thales de. Intersecções entre o ambiente e a realidade técnica: contribuições do pensamento de G. Simondon. *Ambiente & Sociedade*, n° 8. Campinas: Jan./Jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2001000800006&1ng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02 out. 2005.

ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). *Tecnociência e cultura*: ensaio sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BAUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean Marie. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) Enciclopédia *Einaudi* (*Homo – Domesticação – Cultura Material*, vol. 16). Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, pp.: 11-47.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza*: como fazer ciência na democracia. Tradução Marcos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MOTOYAMA, Shozo. *Prelúdio para uma História*: Ciência e Tecnologia no Brasil. São

Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

ROMANO, Ruggiero. Enciclopédia *Einaudi*. (*Anthropos – Homem*, vol. 5). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias*: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets thecniques*. Paris: Aubier, 1958.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*; ou um planetário de erros. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma mirada sobre o livro didático regional de História: o caso do Rio Grande do Sul

Flávia Eloisa Caimi*

Resumo: O estudo comporta uma análise das condições de produção e consumo do livro didático no/do Rio Grande do Sul, problematizando questões da seguinte ordem: por que um estado com tão fortes raízes e tradições culturais não consegue fazer penetrar na escola básica o conhecimento científico produzido acerca da sua história? Como se articula a qualificada pesquisa acadêmica desenvolvida no âmbito dos programas de pós-graduação em História com a produção didática? Em que medida essa produção alcança efetivamente o espaço escolar pela via do livro didático e produz ressonância no trabalho pedagógico dos professores e professoras de séries iniciais? Trilhando os caminhos de uma pesquisa documental, seu *corpus* é constituído de dois tipos de fonte: 1) os Guias de 1ª a 4ª séries do PNLD, em especial os referentes aos anos de 2004 e 2007; 2) uma amostra dos livros didáticos tidos como os mais adotados nas escolas gaúchas, nas décadas de 1990 e 2000, indicados ou não no PNLD.

Palavras-chave: livro didático – história - ensino.

Abstract: The study comprehend an analysis of the production and consumption conditions of the didactic book at the Rio Grande do Sul state, discussing the following topics: why a state that has strong traditions can't introduce in grade school the scientific knowledge produced about his history? What's the way to match the qualified academic research developed in History post-graduation and the didactic work? How this research effectively reaches the school space by didactic books and act on the pedagogic work of grade school teacher's? Going through the documental research way, it's *corpus* is formed by two different sources: 1) PNLD´s guides from 1ª to 4ª grades, specially those from 2004 and 2007; 2) a sample from the didactic books that are seen as the most used in Rio Grande do Sul schools, in 1990 and 2000 decades, signified at PNLD or not.

Keywords: didactic book – history - teaching.

Ao perscrutar as posições de professores e de especialistas sobre o ensino da história e, mais especificamente, sobre o uso escolar de livros didáticos, verifica-se entre eles a ausência de um consenso sobre o papel que o Estado deva exercer na política de aquisição e distribuição de acervo para as escolas. Para alguns, a ingerência do Estado representaria um mecanismo de controle social e de vigilância sobre o conhecimento histórico,

* Professora de Prática de Ensino e Estágios no Curso de História da Universidade de Passo Fundo/RS. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

consubstanciando arbitrariamente o que as crianças e jovens deveriam aprender e retirando autonomia do professor, da escola e da própria sociedade. Para outros, a intervenção do Estado, por meio da ação de programas específicos como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), constituiria um "mal necessário", haja vista a necessidade de fazer frente ao poderoso mercado editorial brasileiro. De tal modo, a "vigilância" exercida pela ação do Estado trataria de impedir que fossem destinados recursos públicos para a aquisição de livros didáticos tidos como inadequados e, ainda, que tais livros chegassem às escolas públicas para consumo de alunos e professores.

Posicionando-se entre os autores que consideram a ação do Estado um risco necessário, Peres (2002) reconhece que "apesar dos riscos que uma tal avaliação pode acarretar numa sociedade que ainda apresenta algum *déficit democrático*, perigo maior poderia haver na ausência total de controle". Alinhada com esse posicionamento e convicta da importância da ação do poder público, tenho destinado horas de pesquisa e de estudo para conhecer os processos avaliativos do livro didático desencadeados pelo MEC através do PNLD e investigar, junto aos professores de 1ª a 4ª série – protagonistas da escolha e do consumo de tais livros nas escolas públicas – acerca deste tema.

Ao debruçarmo-nos sobre o PNLD, em suas cinco edições destinadas à avaliação de livros para as séries iniciais do ensino fundamental (1997-2007) verificamos um espantoso crescimento das obras recomendas e um vertiginoso declínio de obras não recomendadas/excluídas, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Resultados das avaliações de 1ª/4ª séries em todas as áreas (1997-2007)[1]

Ano PNLD	Obras inscritas	Obras recomendadas	Obras não recomendadas/excluídas
1997	466 livros	105 livros (22,53%)	361 (77,47%)
1998	454 livros	167 livros (38,46%)	287 livros (61,54%)
2001	569 livros	321 livros (54,41%)	248 livros (43,59%)
2004	260 coleções	184 coleções (71%)	76 coleções (29%)
2007	303 coleções	240 coleções (79,2)	63 coleções (20,8)

Fonte: Site do MEC. Disponível em http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv

[1] Ao longo das cinco avaliações verificam-se algumas alterações nos critérios. Até 2001 eram inscritos livros de Estudos Sociais; após essa data inscreveram-se separadamente obras de História e de Geografia. Da mesma forma, após o PNLD 2001 não foram mais admitidas inscrições e/ou escolhas de livros isolados, fora de coleções, exceto para livros didáticos regionais. Nos PNLDs 1997 e 1998 os livros não recomendados e/ou excluídos eram publicados no guia, sendo facultada a escolha aos professores. Desde o PNLD 2001, constam no Guia apenas as obras recomendadas, sendo vedada a compra e distribuição de obras excluídas pela Comissão de Especialistas. No PNLD 2007, ao contrário dos anteriores, não são apresentados os graus conferidos às obras/coleções, seja na forma de estrelas ou de conceitos (recomendada com distinção, recomendada, recomendada com ressalvas) constando tão-somente o parecer descritivo.

No primeiro PNLD (1997) houve um índice de mais de dois terços de obras não recomendadas/excluídas (77,47%), ao passo que no PNLD de 2007 verifica-se um movimento inverso: aproximadamente um quinto das obras inscritas para avaliação foram excluídas (20,8%). Se, por um lado, há evidente crescimento quantitativo e qualitativo no acervo de obras aprovadas em todas as áreas, e mesmo na área da História nesse período, por outro lado põe-se à mostra a insuficiência quantitativa e a precariedade qualitativa dos livros didáticos regionais. Em 2007, apenas quatorze unidades da federação tiveram livros regionais de História aprovados para serem disponibilizados aos estudantes de 1ª a 4ª série nas escolas públicas, totalizando 27 títulos, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Livros Regionais de História - PNLD 2007

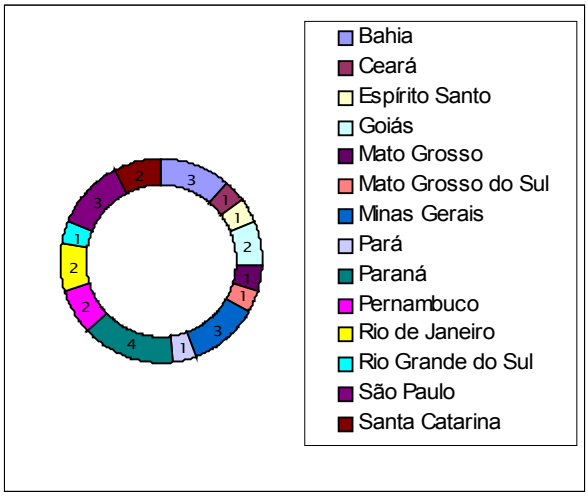

Tomando estes dados como referência, pode-se concordar com os professores de séries iniciais, quando denunciam a falta de materiais didáticos e/ou a pouca qualificação dos que têm chegado às escolas públicas. Se houvesse um número maior de obras inscritas bem qualificadas, não teríamos apenas quatorze unidades da federação contempladas no programa de 2007.

Tratando-se especificamente da História do Rio Grande do Sul, a ausência de livros transforma-se num paradoxo, haja vista a forte presença de movimentos sociais de culto às tradições gaúchas, bem como a existência de quatro programas de pós-graduação em História em nível de mestrado e três em nível de doutorado, no nosso estado. No âmbito do culto às tradições existe o Movimento Tradicionalista Gaúcho – MTG, que se apresenta como um movimento cívico, cultural e associativo, congregando mais de 1400 entidades distribuídas em trinta regiões tradicionalistas no estado (RTs), conhecidas como Centro de Tradições Gaúchas (CTGs), Grupo Nativista, Grupo de Arte Nativa, Piquete de Laçadores e

Grupo de Pesquisas Folclóricas. Definindo-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos, o MTG dedica-se à preservação, ao resgate e ao desenvolvimento da cultura gaúcha.[2]

No âmbito acadêmico conta-se, em 2006, com mais de vinte Instituições de Ensino Superior oferecendo cursos de graduação em História, além dos programas de mestrado e doutorado da PUCRS, UFRGS, Unisinos e do programa de mestrado da Universidade de Passo Fundo, único do interior do estado. A PUCRS é pioneira na oferta dos programas, tendo formado 413 mestres no período de 1977-2006 e 98 doutores entre 1991 e 2006. Tomados em seu conjunto, os programas já formaram mais de 800 mestres e 150 doutores em História no estado do Rio Grande do Sul, a maioria dos quais tendo desenvolvido suas dissertações e teses sobre temas regionais.

Diante de uma produção acadêmica tão abundante e profícua, a pergunta central que orienta esse estudo procura desvendar por que o livro didático regional não se configura como lugar de disseminação/reconstrução da pesquisa produzida no âmbito acadêmico. Tratando-se de uma questão complexa, poder-se-ia levantar muitas hipóteses explicativas e começamos a fazê-lo a partir de novas perguntas: quem são os autores dos livros didáticos que circulam nas escolas públicas do Rio Grande do Sul? Como são organizados os conteúdos de história regional nessas obras? Que autores/obras compõem o seu referencial bibliográfico?

Para dar conta deste propósito, selecionamos nove livros didáticos regionais que circularam nas escolas públicas gaúchas nas décadas de 1990 e 2000, considerados os mais utilizados nesse período.[3] Dentre as nove obras selecionadas, apenas duas tratam especificamente da história do Rio Grande do Sul, sendo Piletti (2004) e Schneider (2001). As demais contemplam simultaneamente os componentes de História e Geografia, na antiga disciplina de Estudos Sociais vigente nas séries iniciais até o final da década de 1990.

Buscando os dados biográficos dos autores, constatou-se que grande parte deles são professores da educação básica e possuem formação em Geografia e/ou Estudos Sociais. A tabela apresentada na seqüência ilustra com maior propriedade a situação:

---

[2] Conforme dados disponibilizados no site http://www.mtg.org.br . Consulta realizada em 25/3/2007.

[3] Trata-se das seguintes obras: KOCH, Siziane. *Rio Grande do Sul* - Espaço e Tempo. São Paulo: Ática, 2003**.** KOTECK, Luis M. *Conhecendo o Rio Grande do Sul***.** São Paulo: Ática, 1995. KRÄMER, Elva V. *Rio Grande do Sul*: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1989. KRÄMER, Elva V. *Terra gaúcha*: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1992. MENEGOTTO, R.; OLIVEIRA, G. M. *Rio Grande do Sul*: história e geografia. São Paulo: Quinteto, 1999. MOREIRA, Igor A.G**.** *Estudos sociais do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. PILETTI, Felipe. *História:* Rio Grande do Sul. São Paulo: Ática, 2004. QUEVEDO, J.; ORDOÑEZ, M.; SALES, G. *Meu estado.* Rio Grande do Sul: estudos sociais. São Paulo: Scipione, 1994. SCHNEIDER, Regina Portela. *História do Rio Grande do Sul***.** São Paulo: FTD, 2001. Ressalte-se que a obra de Piletti (2004) consta neste estudo pelo fato de integrar o PNLD 2007, constituindo opção única de escolha e não pelo critério de uso nas escolas.

Tabela 2 – Titulação e âmbito de atuação profissional dos autores[4]

Autor/a	Titulação	Atuação profissional
Júlio Quevedo	Doutor em História	Professor Educação Superior
Marlene Ordoñez	Bacharel/Licenciada em Ciências Sociais	Não consta
Geraldo Sales	Bacharel/Licenciado em Geografia	Não consta
Siziane Koch	Mestre em Geografia	Professora Educação Básica
Luís M. Kotech	Licenciado em Estudos Sociais	Professor Curso Pré-Vestibular
Elva V. Kramer	Graduada em Pedagogia	Professora Séries Iniciais
Ricardo Menegotto	Mestre em Geografia	Professor Educação Básica
Giovana M. de Oliveira	Mestre em Geografia	Professora Educação Superior
Igor Moreira	Especialista em Geografia	Professor Educação Superior
Felipe Piletti	Licenciado em História	Não consta
Regina Schneider	Licenciada em Estudos Sociais	Professora Educação Básica

Por esses dados percebe-se que não são os professores com maior titulação que se lançam à tarefa de escrever livros didáticos regionais, haja vista a presença de apenas um doutor e três mestres, diante de um especialista e seis graduados entre os autores. Também não é expressiva a presença de professores universitários na autoria de livros didáticos de História, constando apenas três no conjunto de onze profissionais que compõem a amostra. No entanto, o elemento que mais chama atenção é a quase-ausência de professores formados na área da História no elenco de autores, figurando apenas dois com tal especificidade. Destarte, predomina entre os autores a formação em Geografia (cinco autores), seguida de Estudos Sociais (dois autores), Ciências Sociais (um autor) e Pedagogia (um autor). Este poderia ser um primeiro elemento explicativo da distância que se verifica entre a produção acadêmico-historiográfica e o livro didático.

No que respeita à apresentação dos conteúdos, verifica-se que os livros organizados na modalidade Estudos Sociais (sete na nossa amostra) operam por justaposição. Em geral, os capítulos intercalam abordagens da geografia física – localização espacial, relevo, clima, vegetação, hidrografia. microrregiões, recursos naturais, pecuária, indústria, etc –, com abordagens da história factual – "descobrimento" do Brasil, missões jesuíticas, tropeirismo, estâncias, charqueadas, imigração, chegada da família real, independência, revolução farroupilha, guerra do Paraguai, abolição da escravatura, proclamação da república, etc. Esses conteúdos, ou estão separados por capítulos intercalados, ou são agrupados em duas grandes unidades tratando primeiramente da Geografia e depois da História. A predominância

[4] Optou-se por utilizar as informações contidas nos livros e/ou nos *sites* das editoras. De tal maneira, poderão ocorrer casos em que a titulação ou atuação profissional tenham se alterado entre a data de publicação da obra e o presente momento. Também, optou-se pela apresentação da titulação de maior nível de cada autor, dentre os dados disponíveis.

de uma área ou de outra depende da formação do(s) autor(es) que, no caso desta amostra, tende mais para a área de Geografia.

É muito comum a existência de alguns capítulos ao final do livro, tratando especificamente da "cultura gaúcha" de modo dissociado das demais estruturas (econômica, política, social), momento em que são abordados aspectos folclóricos como o mito do gaúcho, lendas, danças, culinária e vestuário típicos. Também aparece um ou mais capítulos onde são apresentados os símbolos do Brasil e do Rio Grande do Sul, os meios de transporte, de comunicação, etc. De tal maneira, o conhecimento histórico-geográfico sobre o Rio Grande do Sul é tratado de modo factual e estático, desfavoravelmente à construção de uma visão dinâmica do processo histórico.[5]

Os dois únicos livros didáticos da amostra que tratam especificamente da História do Rio Grande do Sul, sendo também os de produção mais recente (PILETTI, 2004 e SCHNEIDER, 2001) cumprem uma seqüência cronológica de conteúdos bastante semelhante entre si e também não se distinguem expressivamente da obras relativas aos Estudos sociais, na parte que trata da História. Os grandes temas da História nacional e regional estão ali presentes, com destaque para a cronologia linear institucionalizada na versão escolar da História do Rio Grande do Sul, assim configurada: os primeiros habitantes, missões jesuíticas, colonização açoriana, imigração européia, revolução farroupilha, Rio Grande do Sul na época republicana, cultura e símbolos do 'nosso estado'. Muito embora haja uma tendência de os livros didáticos apresentarem inovações metodológicas, de incorporarem novos temas e de enfatizarem o estudo de grupos sociais/raciais tradicionalmente alijados da história escolar (mulheres, afrodescendentes, indígenas), o livro didático regional avança muito lentamente nessa direção.

Analisando as referências bibliográficas e os enfoques historiográficos apresentados nos livros didáticos que compõem a amostra deste estudo, identifica-se a presença de historiadores e obras que "contribuíram para construir as imagens elogiosas da província e de alguns de seus homens e tipos", conforme refere Gutfreind (1998). Dentre estes autores destacam-se especialmente Alfredo Varela, Aurélio Porto, Souza Docca, Artur Ferreira Filho, Jorge Salis Goulart, Moysés Vellinho, Manoelito de Ornellas e Othelo Rosa.

[5] Constituindo uma notável exceção a esse modelo de construção do livro didático regional, a obra de Menegotto e Oliveira (1999) propõe o estudo da história e da geografia integradas, tendo como fio condutor a construção humana do espaço, abdicando tanto da geografia descritiva quanto da história factual. Por exemplo, ao tratar da imigração alemã, estuda a bacia hidrográfica Atlântica, auxiliando a compreender as influências (e não determinismos) geográficas no desenvolvimento econômico-cultural de um grupo e/ou região. Do mesmo modo, ao estudar a imigração italiana, focaliza-se a serra geral e o planalto meridional, diferenciando vegetação de campo e de floresta.

Também é comum encontrar referências a autores ligados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, tais como Paixão Côrtes, José Simões Lopes Neto, Jayme Caetano Braun, Salvador Lamberty, Barbosa Lessa, dentre outros.

A visão ufanista da história regional assumida por alguns destes livros didáticos pode ser claramente vislumbrada na seguinte mensagem contida na apresentação de uma obra: "Somente tu sabes o que vale a tua querência e porque tens orgulho de ser gaúcho. Orgulho esse construído na ponta da lança, nas lides campeiras, nas patas de teu cavalo, na contribuição para a grandiosidade do Brasil" (QUEVEDO et al. 1994:3). Esse mesmo passado glorioso é apontado como objeto de estudo em outra obra, nos termos que seguem: "(...) desejo mostrar-te um pouco do aspecto físico da nossa terra gaúcha e um pouco da história das pessoas que amaram esse pago e a seu modo trabalharam e lutaram pelo seu progresso" (KRAMER, 1992:5).

Desde a década de 1980 essa visão de um passado único, homogêneo e glorioso tem sido criticada, pela sua incapacidade de "formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive", conforme alerta Bittencourt (2004:47). Na mesma perspectiva, Pesavento e Ostermann, ainda em 1985, apontavam essa problemática, quando se comemorava o sesquicentenário da "Revolução Farroupilha". Para estas autoras, o modo de interpretar tal evento como uma epopéia produzida por atos heróicos de bravos homens, pouco contribui para compreender os graves problemas que já assolavam o estado naquela década e que hoje se mostram ainda mais contundentes:

> *a visão está gasta, perdeu sua funcionalidade original e tem se revelado ineficaz para legitimar a situação vigente. Por outro lado, o momento é particularmente privilegiado para revelar o verdadeiro caráter da ideologia de distorcer a realidade de acordo com determinados interesses. As condições atuais são flagrantemente reveladoras do imenso contraste entre o discurso ufanista e as condições reais e objetivas enfrentadas pelo estado (...). A "ideologia" dos farrapos converte-se numa verdadeira "ideologia em farrapos", sem qualquer demérito para aqueles que, em um momento do passado, lutaram por valores e idéias que correspondiam a interesses muito definidos na sociedade de sua época. Em suma, critica-se a forma de resgate e de instrumentalização de um passado, mas não o passado em si ou a atuação dos seus agentes sociais no momento histórico em que viveram* (PESAVENTO e OSTERMANN, 1985:18-9).

A cada ano, a cada comemoração do Vinte de Setembro, reedita-se a visão de um gaúcho forte, altaneiro, destemido, livre, virtuoso que, como tal, nunca existiu senão no ideário daqueles que insistem em fazer da ideologia a própria história. Em que pese o valor de se cultuar as tradições e de se buscar conhecer e preservar as identidades de um povo, isso não

pode acontecer pela imposição de um passado falsamente homogeneizado e dignificado, do qual poucos sul-rio-grandenses são, efetivamente, herdeiros. Se no âmbito do movimento tradicionalista gaúcho pode ser legítimo levantar tal bandeira, a universidade, a escola e o livro didático têm de fomentar, por dever de ofício, estudos e discussões que contribuam para a construção de uma visão consistente, crítica e não idealizada da História do Rio Grande do Sul.

Tentando compreender como interagem os conteúdos da pesquisa acadêmica e os referenciais culturais/ideológicos do Movimento Tradicionalista Gaúcho nas escolas, temos a dizer que esse último ocupa um lugar privilegiado, de forte influência sobre o conhecimento que as crianças e jovens constroem acerca da história regional. Trata-se, é claro, de um conhecimento marcado por uma tradição inventada, pela celebração de virtudes, pela glorificação do passado, pela ideologia do gauchismo. A despeito de toda a festividade e pompa em torno das comemorações do Vinte de Setembro e, ainda, da expressão do movimento tradicionalista gaúcho na sociedade rio-grandense, o fato é que os programas escolares contemplam muito timidamente os conteúdos de história regional.

Em geral, a História do Rio Grande do Sul consta como tema de estudo na 4ª série, quando as crianças encontram-se numa faixa etária de nove-dez anos, em condições limitadas para compreender a complexidade da sua organização político-econômica e sociocultural; na 6ª ou 7ª série, de modo eventual para tratar da chamada "Revolução Farroupilha", muitas vezes de forma descontextualizada e episódica; e, por fim, no ensino médio, caso a escola faça a opção por estudos regionais, uma vez que existe uma tendência de organizar os programas de História de acordo com as necessidades de preparação para o vestibular prescindindo, assim, da História do Rio Grande do Sul.

De tal sorte, verifica-se um distanciamento entre a produção acadêmica da História Regional e os conteúdos escolares veiculados nos programas e nos livros didáticos. Para finalizar essa exposição, cumpre sintetizar algumas razões deste distanciamento, sumariando os tópicos desenvolvidos ao longo do estudo. Ao que nos parece, dentre as principais razões estão: a) a excessiva ingerência do movimento tradicionalista gaúcho na escrita e na disseminação de uma certa visão da história e da cultura do estado, apoiada no ufanismo, na ideologia e no "orgulho de ser gaúcho"; b) a acolhedora recepção que as escolas fazem a essa visão histórico-cultural, reproduzindo-a em festividades, gincanas, invernadas artísticas, café-de-chaleira, etc.; c) a pouca preocupação dos professores universitários de História com a produção de livros didáticos regionais e com a formação de professores para atuar qualificadamente nas séries iniciais do ensino fundamental; d) a insuficiente freqüência

de conteúdos da história regional na organização curricular das escolas, os quais são relegados, na maior parte dos casos, a apenas uma série no ensino fundamental, sendo raramente contemplados no ensino médio; e) a tendência existente no âmbito acadêmico de produzir conhecimentos para consumo e deleite entre os próprios pares, descuidando-se da sua divulgação e recepção no seio da sociedade.

A despeito do tanto que já se avançou na qualificação do ensino da história e na produção de livros didáticos nesta última década, há muito ainda por ser feito e isso depende do envolvimento de cada um de nós, professores universitários e professores da educação básica.

Referências bibliográficas:

BITTENCOURT, C.M.F. *Ensino de História:* fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (Orgs.). *RS:* cultura & ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense.* 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

KOCH, Siziane. *Rio Grande do Sul*. Espaço e Tempo. São Paulo: Ática, 2003**.**

KOTECK, Luis M. *Conhecendo o Rio Grande do Sul***.** São Paulo: Ática, 1995.

KRÄMER, Elva V. *Rio Grande do Sul*: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1989.

KRÄMER, Elva V. *Terra gaúcha*: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1992.

MENEGOTTO, R.; OLIVEIRA, G. M. *Rio Grande do Sul*: história e geografia. São Paulo: Quinteto, 1999.

MOREIRA, Igor A.G**.** *Estudos sociais do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

PERES, S. O PNLD brasileiro como estratégia de controle social sobre o ensino de História no contexto do Mercosul: entre o risco e a necessidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu.

PESAVENTO, S. e OSTERMANN, N. *A História do Rio Grande:* a versão, o mito e a proposta de um ensino crítico. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1985.

PILETTI, Felipe. *História:* Rio Grande do Sul. São Paulo: Ática, 2004.

QUEVEDO, J.; ORDOÑEZ, M.; SALES, G. *Meu estado.* Rio Grande do Sul: estudos sociais. São Paulo: Scipione, 1994.

SCHNEIDER, Regina Portela. *História do Rio Grande do Sul***.** São Paulo: FTD, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memórias do esquecimento: o cinqüentenário da *Enciclopédia do Integralismo* – um compêndio que visava reavivar memórias

Rodrigo Christofoletti*

Resumo: A Enciclopédia do Integralismo, compendio de 12 volumes publicados para celebrar o jubileu de prata do movimento integralista, celebra neste ano seu cinqüentenário. Traduz o sentimento de uma parcela de integralistas no sentido de reverter o quadro de dispersão militante, no qual, o movimento se encontrava. Neste sentido, a EI surge como uma aglutinadora das memórias integralistas, bem como, uma propagadora de suas idéias mais radicais, que visavam dar conta de uma proposta de Nação. Tudo isso mediado pela lente do superlativo, pois nestes escritos tudo o que se relaciona ao integralismo é superdimensionado. Busca-se, portanto, sinalizar pontos gerais sobre como a memória integralista se deu a a partir da publicação deste compêndio, e a partir disto, discutir quais os possíveis impactos que sua leitura irrompeu numa parcela da militância integralista.

Palavras-chave: integralismo - Enciclopédia do Integralismo – memória.

Résumé: L'Encyclopédie de l'Integralismo, compendio publiés pour decélébrer le jubilé d'argent du mouvement integralista, célèbre dans cette année sa cinqüentenaire. Il traduit le sentiment d'une parcelle d'integralistas dans le but de retourner le tableau de dispersion militante, dans laquelle, le mouvement se trouvait. Dans ce sens, l'IE apparaît comme une agglutinant des mémoires integralistas, ainsi que, un écarteur de leurs idées plus radicales, elles lesquelles visaient à donner compte d'une proposition de Nation. Tout cela négocié par la lentille du superlatif, donc dans ces écrits tout ce qui se rapporte à l'integralismo est superdimensionado. Il se cherche, donc, signalera des points généraux sur comme la mémoire integralista s'est donnée à partir de la publication de ce compendium, et à departir de ceci, discuter lequel les possibles impacts que sa lecture a éclaté dans une parcelle du militantisme integralista.

Mots clé: integralismo - L'Encyclopédie de l'Integralismo – mémoire.

Se, é verdade que o integralismo, do ponto de vista de sua militância política, é hoje interpretado como um movimento saudosista, pouco articulado, restrito ao passado e por isso dotado de pouca relevância, por outro lado, a rediscussão sobre episódios que constituíram sua história aponta para uma direção bastante diferente: o integralismo, pelo menos dentro da academia, ganha cada vez mais a atenção dos pesquisadores.

* Doutorando em História pela FGV- CPDOC, é educador da Universidade de São Paulo, no Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos – Santos – SP.

Durante a última década o estudo sobre o integralismo na sua versão pós-guerra cresceu de maneira significativa. Estuda-se o integralismo não somente para (re)conhecê-lo e re-significá-lo, o que seria uma postura inerente e incondicional de qualquer pesquisa, mas sobretudo para sinalizar novas possibilidades de percepção da sua atuação na sociedade de sua época. É quase consenso que o integralismo foi a versão fascista brasileira – este escrito corrobora tal versão - mas, antes de tudo, procura assegurar que houve gradações em seus elementos fundantes, e que estes merecem ser desmistificados.

O integralismo é, hoje, apenas uma vaga lembrança do que algum dia buscou ser. Exceto nos escritos dos pesquisadores, e nas manifestações *non sense* de esparsos militantes que ainda hoje bradam, aos gritos, o característico cumprimento *Anauê!*, este movimento parece ter sido amplamente esquecido, sobretudo pela imprensa.

Busca-se neste artigo aferir algumas considerações a respeito desta constatação, bem como refletir a respeito do cinqüentenário de publicação da *Enciclopédia do Integralismo*, compêndio de escritos publicados em 1957 para celebrar a retomada simbólica do movimento. Após a percepção do total esquecimento por parte da imprensa sobre os eventos que foram considerados relevantes para a história do movimento integralista, sobretudo, em detrimento da divulgação de diversas datas que celebram outros eventos da história política nacional, entende-se que é bastante pertinente uma reflexão sobre os possíveis porquês de tais esquecimentos (propositais ou involuntários).

Ao longo da última década, os maiores jornais de circulação nacional, a saber: *Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; Jornal do Brasil* e *O Glob*o cederam espaço em suas páginas, para que fossem relembrados momentos significativos da história política recente do país, tais como: as celebrações dos 80 anos da Revolução Russa e seus desdobramentos nacionais; dos 70 anos da realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo; dos 70 anos da Revolução Constitucionalista e os 60 anos deflagração do Estado Novo getulista. No entanto, chama a atenção que, os mesmos periódicos que produziram durante semanas, reportagens, editoriais, cadernos especiais sobre estas datas não tivessem registrado outras comemorações: dentre elas, o aniversário dos 70 anos do movimento integralista brasileiro.

Para os jornais de grande circulação, Plínio Salgado e sua doutrina continuaram sendo "personagens do além" (metáfora utilizada por estes mesmos jornais - durante o período da atuação integralista no pós-guerra). A proposital amnésia jornalística tem sua razão. O integralismo, movimento político/ideológico controvertido foi, ao longo de sua trajetória, estigmatizado devido a sua clara aproximação com a partitura fascista (sobretudo a

italiana). Tornou-se, por isso, um movimento dotado de uma carapaça aversiva. Integralismo, sempre foi sinônimo de doutrina direitista, uma versão *duciana* mal resolvida, cheia de desvios de personalidade e rompantes de megalomania (tanto na sua primeira quanto em sua segunda atuação). Nesse sentido, o fato da grande imprensa não ter relembrado tais eventos/datas, além de revelar a permanência do estigma integralista apontou o absoluto desinteresse da mídia pelo movimento.

Nas duas anteriores comemorações significativas do integralismo, em que se celebraram respectivamente suas bodas de prata e ouro (1957 e 1982), a cobertura da imprensa escrita (jornais, revistas, boletins sindicais e de partidos políticos) registrou as mais diferentes impressões.

No período em que se comemorou os 25 anos do movimento, o jornal ainda era o grande veículo de informação do país. Partidos cresceram e foram estigmatizados muito em decorrência das coberturas jornalísticas publicadas em determinados periódicos. Nesse sentido o movimento da gangorra política sempre foi cadenciado pelo partido e o jornal mais fortes.

A mídia integralista, por sua vez, atuou supervalorizando as ações do movimento, a despeito de manter apenas uma rede inexpressiva de pequenos jornais regionais e um jornal nacional, *A Marcha*. Este jornal, de acordo com fontes do próprio movimento não atingia mais do que 25% da população leitora de jornais daquela época. Portanto, a retórica integralista permanecia mais vinculada à sua força simbólica, calcada no passado, do que, propriamente na sua auto-sustentação político-propagandística.

De maneira diversa aos acontecimentos de 1957, a comemoração dos 50 anos do movimento celebrados em 1982 tiveram uma cobertura bastante discreta e pouco significativa. Alguns periódicos noticiaram esparsas referências sobre o movimento, que permaneceu no período alimentando pequenas notas ou notícias de canto de página. O desinteresse da mídia e a problemática conjuntura nacional colaboraram para que as celebrações integralistas fossem esquecidas. O patamar dos três dígitos na inflação brasileira; as guerras; os discursos desastrosos do nosso último presidente militar; as primeiras discussões sobre a formação de possível Colégio Eleitoral e os questionamentos a cerca de uma possível e próxima redemocratização; todos esses fatos obscureceram a lembrança das Bodas de ouro integralista.

Salvo engano, apenas os próprios integralistas (ex-militantes que permaneceram fiéis aos propósitos do movimento) escreveram sobre o episódio em alguns jornais de grande circulação. Sua repercussão não foi muito além de pequenos artigos e raros lembretes nas

páginas dos leitores. Fatos como este conferiram à celebração dos 50 anos integralistas um tom ainda mais saudosista e pouco representativo. O integralismo, fomentado pelo esquecimento da grande imprensa consolidou, assim, seu estado de ostracismo político-militante. Desde então, poucos se lembram a respeito deste movimento.

O cinqüentenário de uma publicação pouco conhecida

O integralismo do pós-guerra foi um movimento que buscou na sua reestruturação elementos que reafirmassem seu aparato ritualístico e mítico. Num cenário em que os integralistas não passavam de fantoches da conjuntura, rumando para os mais inesperados acordos políticos, um grupo de intelectuais integralistas propôs a publicação de um compêndio de escritos ideológicos, denominado *A Enciclopédia do Integralismo.*

Esta enciclopédia é deveras desconhecida do grande público. Mesmo do público especializado acadêmico, poucos são os estudiosos que tiveram referências deste compêndio. Mas ao que deve este desconhecimento? Naturalmente seu caráter inédito (jamais fora analisada do ponto de vista científico-acadêmico) a coloca numa situação de privilégio. Seu pesquisador se coloca no mesmo patamar, uma vez se tratando de uma fonte de informações sobre o integralismo do pós-guerra, ainda sem precedentes. Outro fator que colabora para que a *EI* seja desconhecida é o fato de tudo o que se referir ao integralismo ter sido estigmatizado nas últimas décadas, como algo de menor importância, por isso passível de esquecimento. Este artigo, que tem como objetivo central marcar o cinqüentenário de sua publicação busca dar maior visibilidade a esta publicação. O que inevitavelmente acaba suscitando a seguinte questão: o simples fato de se relembrar, ou celebrar algo indica que há significância por parte de um evento? A análise da *EI* busca urdir possíveis respostas.

O conteúdo desta enciclopédia fez emergir elementos de tensão entre as várias gerações de integralistas apresentadas no compêndio que, apesar do filtro dos organizadores, acabou por aflorar. Tal tensão permitiu apreender as dissonâncias e similitudes no interior do discurso do compêndio. Esse ponto foi significativo, pois evidenciou que as formulações integralistas foram mais heterogêneas do que a historiografia especializada fazia crer. O integralismo, tal como veiculado no compêndio, carregou a marca *pliniana*, mas, contou com contraposições que fizeram do integralismo do pós-guerra um movimento multifacetado. Em vista disso, acredita-se que a *EI* se constituiu no mais significativo marco da guinada política, simbólica e estética do integralismo do pós-guerra.

Neste sentido, os integralistas praticaram, antes de tudo, um exercício de memória. Como memorialistas, organizaram seu passado a partir das demandas do presente. E

ao reorganizar essa memória, também propunham um projeto para o futuro. A partir desse projeto, que encontrou poucas possibilidades de realização seu discurso e sua prática tornaram-se pouco consistentes, pois os integralistas não puderam voltar ao passado dito glorioso de maneira completa, muito menos responder às questões pautadas pelos desafios do presente. Assim, questões se colocaram: que memórias selecionar? O que registrar para que a posteridade conferisse ao movimento lugar de destaque?

O devir e o dever da memória: discutindo o integralismo à luz dos ressentimentos

As questões que envolvem os *usos* e *abusos* da memória (categoria multifacetada por natureza) e a busca de sua perenidade fazem com que se criem noções distorcidas sobre quais papéis devem ser atribuídos à memória. Uma característica desta confusão de sentidos é justamente a prescrição outorgada à memória no sentido dela sempre redimir os passados... como sendo esta uma obrigação causal de sua perenidade. Há a partir disso o que se denomina de uma noção do "dever da memória"... surgindo assim, novas memórias do espaço publico (e privado) que buscam reconhecimento... uma busca pela memória reivindicativa, no sentido de que memórias de opressão geram obrigações, em relação as comunidades portadoras desta memória. Tempos, espaços e atores diversos que utilizam o *devir* e o *dever* desta memória como ponto de culminância de suas reivindicações. Devir porque é sempre uma eterna espera a recapitulação destas memórias (uma eterna esperança de ser redimido por ela, em algum tempo ou espaço). E dever, pois se pretende devedora de uma desculpa, de uma reabilitação perante o passado.

Partindo desta premissa, indaga-se sobre os porquês do movimento integralista brasileiro, sobretudo, na sua versão pós-guerra, ter se transformado num movimento tão controverso, principalmente se o classificarmos a partir das lentes de aumento da categoria de memória. Busca-se aqui discutir quais memórias os integralistas criaram de si mesmos neste período e quais memórias as representações da sociedade civil e política da época outorgaram a este movimento. Trata-se, portanto, de se questionar a respeito de como tal movimento foi percebido, discutindo tais impressões a partir da noção dos *passados sensíveis*, produto de um *tempo vítima* e *algoz* simultaneamente: vitima porque amargou o ostracismo - por oposição ou reafirmação de uma postura política- , e algoz porque consumiu suas chances de redenção, num período em que tudo o que lembrasse os ressentimentos *oriundi della guerra* era imediatamente rechaçado.

Na relação de convivência estabelecida entre os ditos "herdeiros da dor e do sofrimento" e seus proponentes, os integralistas fincaram bandeira de maneira pendular... (ora

instigando, ora dissuadindo) criando memórias para o movimento, que apontam para papéis tanto de vítimas como de produtores de seus próprios erros e mazelas. Por isso, demonstraram ao longo dos anos pós-guerra buscar uma redenção. O paradoxo estabelecido no caso integralista se dá claramente porque o próprio movimento não consegue responder as questões formuladas no bojo de sua própria instituição, e por isso lança mão de estratégias que visam a criação, ou melhor, a recriação de suas memórias, já carcomidas e esquecidas – tal como sua militância, visando a institucionalização de uma memória que auto definem como *justa*, no sentido de que redime, ou busca redimir os atores históricos envolvidos em sua trama, mesmo sendo memórias de uma invenção. Neste sentido, o caso da *Enciclopédia do Integralismo* é paradigmático.

Elaborada para responder às demandas criadas a partir das celebrações do jubileu de prata integralista (celebração que em 2007 completa 50 anos), este compendio de escritos proselitista foi criado para reascender as discussões sobre o movimento, num período em que a única lembrança, ou melhor, a única memória que sobrevivera do e sobre o integralismo era a da sua vinculação com o fascismo. Assim, do primeiro ao último volume desta enciclopédia a tônica foi reacender a *auto-memória*, recriando, rememorando, ressignificando chagas que se mostravam doloridas há muito tempo. Uma construção que ecoava, ora como uma crônica de um futuro anunciado, ora como um repente de um passado que não queria passar.

O passado que não quer passar

A afirmação de que os integralistas colocaram-se na perspectiva de *produtores de ressentimentos múltiplos*, provocadores de ressentimentos é aqui uma questão central. O passado que não passa, tornou-se então o mote de vida integralista que buscava a todo o custo sua desvinculação com este passado estacionado. Por outro lado, se colocou a questão da dificuldade de se perceber claramente os porquês, de existir tais ressentimento. Como o ressentimento se manifesta, a quais sentimentos serve de fonte e que condutas e atitudes inspira, consciente ou inconscientemente? Pois, assim se define a escala de valores do que se é bom ou mau nestes ressentimentos. Ora, qualquer pessoa que tenha vivido os anos da dominação ideológica dos totalitarismos entende sem pestanejar. Os integralistas, talvez tenham sido os únicos a acreditarem terem sido produtores da realidade vigente, não produto dela.

A memória que eles compartilham deles mesmos é, deveras, diametralmente oposta àquela registrada pela sociedade civil da época. Cinqüenta anos após os acontecimentos que culminaram na rearticulação integralista de finais de 1950 a memória do

ocorrido começa também a ser reavaliada por parte da academia. O devir e o dever da memória como redentora ou acusadora de condutas, *modus vivendis* ou *modus politicus* passa, então, a ser encarado com cuidados redobrados. A contemporaneidade tem aprendido com os ditos erros de seu passado a matizar a atribuição de valores aos acontecimentos que lhes pareceu representativos. O diapasão com o qual se mede tal intensidade de relevância também aprendeu a ser sempre plural. No caso integralista, isto se mostra de forma bastante clara.

Esta dimensão do dever da memória coloca os integralistas e seu projeto de ressignificação simbólica em pauta das discussões sobre a dicotomia: democracia/totalitarismos, mesmo nos anos 50. A sociedade brasileira do final desta década, portadora de uma herança democrática bem consolidada, se coloca contrária ao integralismo, como se este fosse um elemento que encarnasse a noção do ressentimento geral da sociedade. Esta definição faz do ressentimento... um conjunto de sentimentos em que predomina o ódio, o desejo de vingança e por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, a "experiência continuamente renovada "de uma impotência rancorosa..."(Bressiane & Naxara: 2001, p.18)

Estes rancores, também frutos de uma sociedade em processo de maioridade política, ou para muitos *engatinhamento democrático*, se reflete como espelhos de um modo de ver, sentir e pensar diferente do alvo a ser perseguido. Assim, tudo o que é diferente do que eu penso é passível de ressentimento. A conformação política dos anos 50 (sombreada pelos fantasmas dos corolários da guerra) se deu mais ou menos de acordo com esta premissa, sobretudo no caso do integralismo.

Assim, o integralismo, especialmente na sua faceta do pós-guerra reproduz o itinerário seguido pelos arroubos e ódios destilados pela sociedade civil européia, quando do termino da segunda grande guerra, período em que os regimes totalitários (fascista e comunista) tiveram como estratégia ideológica favorecer a formação de um ódio exclusivo, e exacerbá-lo com fins de mobilização coletiva. Tal como nos regimes totalitaristas dos anos 30 e 40, o integralismo dos anos 50 também burlou as normas de seu tempo, tendo com isso que responder a um ressentimento aflorado na sociedade vigente. A ideologia integralista buscou ser mais branda justamente para fugir das amarras e das respostas exigidas por tais cujos ressentimentos.

Advém daí a busca incessante por parte dos dirigentes integralistas, à época, de elaborarem uma espécie de *gestão de tais ressentimentos*, justamente no intuito de minimizar os danos ocasionados por eles, na construção desta nova caracterização política. É certo que, de maneira muito superficial, mas as tentativas de remodelação do diapasão integralista

passou, necessariamente, pela manutenção e mesmo gestão destes ódios constantes, não só da sociedade em geral sobre eles, mas de suas próprias bases militantes, desacreditadas frente a nova vigência democrática. Os próprios integralistas desacreditavam de sua ideologia.

Neste sentido, o vir a ser deste novo integralismo, confunde-se, nos anos 50, sobretudo nos seus estertores, com a noção do devir e da manutenção deste ódio lançado sobre o movimento. O que resignificar, como driblar as pechas, estigmas e cicatrizes que tais ódios impingiram a este movimento? As *guerras da memória* redundam em batalhas sem vencedores. Mas, há sempre a prevalência de uma memória frente a outras. Em oposição ao *passado que insistia em não passar* criaram-se novas perspectivas, novas abordagens e novas maneiras de se mostrar o movimento. Aventou-se até a premissa da perenidade de suas memórias como salvadora de um projeto que respondesse às inquietações daquele momento. Foi, sem dúvida, um meio frágil de expandir e perenizar sua memória.

A *Enciclopédia do Integralismo* sugeria a seus leitores a manutenção da valorização de seu passado/presente funcionando como âncora numa tentativa desesperada de reviver o ocorrido... lembranças amplificadas pela certeza de que não eram mais os mesmos. E, a despeito da máxima integralista: "Não estamos no poder, mas, o alimentamos!" resistir à oxidação de seu tempo, sua memória enfrentou clivagens que ajudou a desbotá-la: pátinas do tempo que não sobreviveram ao anacronismo, pois o integralismo revivido nos escritos da *Enciclopédia* buscou cumprir o papel de compensadora de uma memória criada, sem de fato consegui-lo.

Tendo realizado um exercício de memória com os sinais trocados (ou seja, focaram para si os ressentimentos de toda uma sociedade, imaginando serem vitimas e não algozes), o o integralismo discutido nos verbetes da *EI* criou mecanismos para serem reavaliados pela sociedade, utilizando estratégias que visavam aproximá-los a diversos setores da sociedade civil vigente. A pecha de provocadores de ressentimentos e a certeza inabalável de que não possuíam mais espaço de destaque foram decisivos para que o compêndio proselitista da *EI* fosse encarado, simultaneamente como tábua de salvação do discurso integralista e sua única proposta de sobrevivência política.

A leitura do não integralista sobre tais ressentimentos foi diametralmente oposta.

Referencias Bibliográficas:

BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Unicamp, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo, Vértice, 1990.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória.* Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 1990.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.* 3 v. Paris, Gallimard, 1986.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris, Seuil, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As ordens terceiras e o poder régio no Rio de Janeiro (c. 1790-1808)

William de Souza Martins*

Palavras-chave: Igreja Católica no Rio de Janeiro colonial: conflitos contra a Coroa – Ordem Terceira de São Francisco no Rio de Janeiro colonial: História - Ordem Terceira do Carmo no Rio de Janeiro colonial: História.

Abstract: This paper intends analyse the conflitcs between the third orders of Saint Francis and Carmel and the royal authorities settled in Rio de Janeiro, during the years 1790 until 1808.

Keywords: Catholic Church in Colonial Rio de Janeiro: Conflicts against the Crown - Third Order of Saint Francis in Colonial Rio de Janeiro: History - Third Order of Carmel in Colonial Rio de Janeiro: History.

O último quartel do século XVIII foi marcado pela ampliação da administração "ativa" da Coroa, isto é, voltada à garantia do "bem comum" dos povos (HESPANHA, 1984:29-30). Aquele tipo de atuação da Coroa constituíra-se no período imediatamente anterior, apoiando-se na legislação editada durante o gabinete de Pombal. Dentre os decretos pombalinos, aqueles que tratavam dos testamentos foram os que afetavam mais diretamente as ordens terceiras e demais corporações de mão-morta. Entre 1777 e 1792, houve conflitos com os provedores das capelas e resíduos. As tentativas destes de tomarem as contas das ordens terceiras, tal como faziam com as demais irmandades, eram reveladoras da preocupação da Coroa com as isenções mantidas por certas corporações. Entre 1792 e 1801, as leis acerca do empréstimo para gastos militares constituíram um novo foco de tensão com a Coroa. Tais medidas prestavam-se a socorrer o erário régio com recursos retirados das corporações eclesiásticas. Enfocando este último período, a presente comunicação aborda a resistência das ordens terceiras em abrir mão de seus privilégios tradicionais, em prol do pretenso "bem comum" dos súditos.

Enquanto que a primeira metade da década de 1790 foi caracterizada pelas tentativas isoladas de intervenção da provedoria das capelas na contabilidade das ordens terceiras, os cinco anos seguintes foram marcados pela atuação mais concertada das

* UGF/UNIRIO. Doutor em História Social pela USP.

autoridades da Coroa. Neste último período, o agravamento do estado das finanças régias por causa do aumento dos gastos militares tornou urgente a busca de novas receitas (ALEXANDRE, 1993:88-89). Estes motivos ajudam a entender porque na década de 1790 os atritos entre a Coroa e as corporações eclesiásticas aumentaram de intensidade, como não se via desde a época pombalina (WEHLING & WEHLING, 2005: 545). Com esse objetivo, foram editadas medidas voltadas especificamente às corporações de mão-morta. Assim, o alvará de 20 de maio de 1796 pôs em pleno vigor e ampliou a lei das últimas vontades. A execução desta norma legal, elaborada a 9 de setembro de 1769, tinha sido suspensa pelo decreto de 17 de julho de 1778. O alvará de 1796 ordenava que "todas as disposições e convenções *causa mortis* ou *inter* vivos, em que for instituída a alma por herdeira, sejam nulas", invalidando também todas as capelas de missas cujos rendimentos anuais não atingissem 100$000 rs. Logo depois, a carta régia de 15 de outubro de 1796 estabeleceu a décima eclesiástica. A referida taxa seria cobrada de todos os rendimentos do clero secular e regular. O novo imposto fora criado para a satisfação das despesas "de pagamentos dos exércitos, fornecimentos de armazéns de munições de boca e guerra, e fortificação das praças e portos destes reinos e seus domínios" (SILVA, 1825, v. 4:281-3 e 301-2). Entretanto, nenhuma das referidas medidas teve um impacto equivalente à lei da venda de propriedades.

A edição dessas medidas econômicas e tributárias ocorreu numa época em que importantes aspectos da administração colonial foram reavaliados. A morte de Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, ocorrida em março de 1795, abrira espaço para o aperfeiçoamento das práticas administrativas relativas às colônias. Após tornar-se titular da referida Secretaria a 7 de setembro de 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho elaborou um conhecido programa de reformas (MAXWELL, 1985: 233-262). Assim, no plano da administração, as autoridades régias empenharam-se na racionalização das finanças públicas, objetivo que penalizaria particularmente as corporações eclesiásticas.

Entre as últimas, figuravam as ordens terceiras. A de 28 de agosto de 1799, o conde de Resende, vice-rei do Estado do Brasil, enviou ao juiz de fora do Rio de Janeiro um ofício, com o seguinte teor:

> *Faça certo a todas as Ordens Religiosas, Confrarias e mais Corpos de Mão-Morta, que Será muito do Seu Real Agrado que, não só vendam os prédios Rústicos e Urbanos que possuem, metendo no empréstimo os Líquidos da Respectiva venda, Com interesse de 4%, que deverão receber anualmente, Como também que os dinheiros estagnados nos Cofres das Ordens Terceiras e Confrarias, de que umas e outras Corporações podem receber o expressado interesse de 4%, entrem no Referido empréstimo.*[1]

[1] AGCRJ, OC.CO., cód. 31.14, liv. 3º de receita e despesa, f. 80v-81v, de onde provém também a outra citação.

A 3 de setembro, em cumprimento das ordens acima transcritas, o provedor das capelas do Rio de Janeiro notificou

> *A todas as Ordens Terceiras, Confrarias, Capelas, Hospitais, Albergarias, Testamentarias e quaisquer Corpos de Mão-Morta de minha jurisdição, e a Seus Administradores, que pudessem proceder imediatamente à Venda de todos os seus prédios, ou em hasta pública a quem mais der, ou particularmente, conforme o direito lhes facultar (...). E vendidos que Sejam os Referidos bens, entregarão os Seus produtos líquidos no Cofre do Real empréstimo, assim como todo o dinheiro que atualmente tiverem em Cofre.*

Os recursos obtidos com a venda do patrimônio seriam tomados de empréstimo pela Coroa, que os empregaria nos novos gastos militares. A análise do conteúdo das leis de desamortização completa-se nos procedimentos práticos estipulados pelo provedor das capelas à Ordem Terceira do Carmo. O referido juiz dispunha que os bens desta seriam vendidos sem encargos pios. As receitas apuradas com a venda dos imóveis seriam convertidas em apólices, anotadas separadamente num livro rubricado pelo provedor.

A execução das leis de desamortização permitiu ao provedor das capelas tomar as contas da Ordem Terceira do Carmo, cuja iniciativa fora impedida nos anos precedentes. O referido magistrado aprovou-as para o período compreendido entre 1781 e 1799. Quanto aos anos mais recuados, o dr. José Bernardes de Castro notificou a associação carmelita para apresentar os demais livros contábeis, "em que não está tomada a Conta, e os assentos que legalizem as despesas, sem demora, com as penas de Direito".[2] Em 14 de outubro de 1799, os irmãos terceiros reparavam que a prestação de contas era alheia ao "fim para que os mesmos livros foram pedidos". Entretanto, tinham permitido aquele procedimento porque a provedoria das capelas não cobrara qualquer quantia para tomar as contas da Ordem.[3]

Os frutos obtidos pela Coroa em decorrência das leis de desamortização variaram de uma corporação para outra. Antes de chegar aos detalhes, convém apresentar um balanço geral da execução das medidas, contido na carta que o vice-rei escreveu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 23 de setembro de 1799. Havendo decorrido quase um mês desde que as primeiras corporações de mão-morta tinham sido notificadas, o conde de Resende dava conta ao secretário de Marinha e Ultramar das dificuldades práticas que limitavam os efeitos pretendidos pela lei:

> *Constando-se nesta Cidade 305 Casas de Sobrado e 578 térreas pertencentes às Corporações Religiosas e Irmandades, não haverá Compradores a tão crescido número de prédios (...); e dado o caso que se vendam quarenta ou cinqüenta prédios, não pode avultar muito o produto de número tão insignificante, em comparação da totalidade nem da urgente precisão de aumentar o Fundo do Real Empréstimo. Devo também dizer sobre os Prédios rústicos que, sendo muitos destes*

[2] Id., f. 79v.
[3] AGCRJ, OC.AD., cód. 12.14, liv. 2º dos termos, f. 159-159v.

> *de valor imenso, não se poderá efetuar a venda com facilidade, por não haver quem pague em dinheiro Líquido o importante daqueles prédios*.[4]

De fato, conforme previra o vice-rei, os resultados práticos da adoção das referidas medidas se revelaram tímidos. Segundo se depreende da "Relação das quantias com que têm entrado para o Cofre do Real Empréstimo", elaborada a 16 de abril de 1800, apenas quatro corporações eclesiásticas fluminenses se empenharam em executar as ordens soberanas: a Santa Casa da Misericórdia, cujo empréstimo à real fazenda alcançou a soma de 94:856$000 rs.; os monges beneditinos, com 25:600$000 rs.; a Ordem Terceira do Carmo, com 18:570$000 rs.; e a irmandade de São Crispim e São Crispiniano, com 3:392$000 rs. A quantia total apurada na cidade do Rio de Janeiro foi de 142:418$400 rs.[5] Os demais corpos de mão-morta escusaram-se do real empréstimo sob os mais diferentes pretextos, tais como o da insignificância do patrimônio imobiliário, e o da especial isenção, referido pela Ordem Terceira de São Francisco.

Deve-se examinar agora o impacto exercido pelas leis de desamortização em relação às ordens terceiras do Carmo e de São Francisco eretas no Rio de Janeiro. No que tange à primeira, a 3 de setembro de 1799, a mesa mandou avaliar "várias moradas de Casas pertencentes à mesma Ordem". Apesar dessa pronta decisão, a associação carmelita efetuou a venda de bens imóveis somente após receber uma carta do conde de Resende, datada de 1º de fevereiro de 1800, ordenando-lhe que "sem perda de tempo, fizesse venda das Propriedades desta Ordem". No dia 20 de março, a mesa colocou em arrematação pública sete moradas eretas na cidade, apurando a soma de 19:000$020 rs.[6] No ano administrativo de 1800, a Ordem recebeu 575$670 rs., relativos aos juros de 4% dos capitais aplicados no erário régio ao longo de oito meses. No ano administrativo seguinte, a fazenda real ainda ressarciu integralmente a Ordem, pagando-lhe 742$800 rs. Não obstante, a Coroa logo atrasou o pagamento dos interesses devidos à Ordem. Assim, novos reembolsos foram efetuados apenas no ano administrativo de 1809.[7]

Foi em tudo diverso o procedimento adotado pela Ordem Terceira de São Francisco, diante das iniciativas conduzidas pelo conde de Resende e pelo provedor das capelas. Antes mesmo da publicação da carta régia de 19 de maio de 1799, ordenando a venda dos bens das corporações de mão-morta, a associação dos terceiros franciscanos já estava decidida a manter o patrimônio imobiliário que administrava. A 5 de maio de 1798, o irmão

---

[4] IHGB, lata 110, pasta 32, Correspondência do vice-rei do Estado do Brasil com a Corte, f. 30.
[5] Id., f. 7.
[6] AGCRJ, OC.AD., cód. 12.14, liv. 2º dos termos, f. 157-157v, 160v e 161v-164v.
[7] AGCRJ, OC.CO., cód. 31.14, liv. 3º de receita e despesa, f. 101, 91, 153 e 213.

Francisco Pinheiro Guimarães Soares propôs aos demais mesários que era preciso obter da soberania régia duas graças: "que a nossa Ordem possa continuar na Livre administração de seus bens, e outra que o Juiz das Capelas nos não possa obrigar a dar contas judicialmente perante ele". Para tanto, urgia fazer "talvez grande despesa em Lisboa".[8]

A 3 de setembro de 1799, os irmãos da Ordem enviaram um requerimento ao dito juizado, explicando os motivos pelos quais não seguiam a lei da venda do patrimônio. Em cumprimento das ordens do vice-rei, os terceiros franciscanos haviam remetido à provedoria os livros de receita e despesa e do tombo da Ordem, para o respectivo exame. Além disso, a referida repartição solicitara-lhes verbalmente a apresentação dos demais livros da Ordem, cuja entrega foi satisfeita pelos suplicantes. Não obstante, chegando ao conhecimento destes que o juizado pretendia rubricar todos os volumes, representaram que "este procedimento não deve ter lugar". Os irmãos apoiavam-se nas seguintes razões: os livros não tinham sido pedidos "para o fim de serem Rubricados, mas tão somente para se proceder ao exame determinado" pelo conde de Resende; a Ordem "nunca deu contas neste Juízo mais do que do pertencente às Capelas dela"; "nunca teria lugar a Rubrica de livros que não pertencem a contas, como são os das Recepções de Irmãos, rendimentos de bens e outras coisas semelhantes"; por fim, as reais determinações relativas à venda dos bens das corporações de mão-morta eram incompatíveis com a decisão da provedoria das capelas, visto que isso diminuiria, "por meio de excessivos emolumentos de Rubrica de tantos Livros, aquele mesmo dinheiro que deve entrar no Real Erário". Assim, logo no dia 4 de setembro, a Ordem contestou a referida decisão na Relação da cidade do Rio de Janeiro.[9]

O instrumento de agravo dos terceiros franciscanos acrescentou outros argumentos às razões apresentadas acima. A Ordem voltou a lembrar que, por título de "posse imemorial", isto é, desde que fora fundada na cidade, "jamais os Drs. Provedores lhe tomaram contas dos bens que administra e, conseqüentemente, lhe rubricaram os seus livros". Os agravantes assinalavam que a inspeção das contas da Ordem era atribuição dos frades franciscanos. Referiram também que, em anos anteriores, a provedoria das capelas já tentara tomar as contas da fraternidade franciscana, contra cujo procedimento esta havia agravado para o Conselho Ultramarino. De modo análogo, ao sofrer a intervenção do juiz das capelas, a Ordem Terceira do Carmo fluminense havia apelado para a Mesa da Consciência e Ordens, de cujo tribunal esperava-se a decisão final a respeito da prestação de contas.[10]

---

[8] AVOTSF, liv. 4º dos termos, f. 34.
[9] AVOTSF, cód. A-VI-1/1, Repartição do irmão síndico: sentenças, cit., f. 53-56v.
[10] Id., f. 76-81v.

O primeiro acórdão da Relação do Rio de Janeiro a respeito do agravo sustentado pelos irmãos terceiros foi pronunciado a 28 de setembro de 1799. Tendo em vista o "restrito objeto" pelo qual os livros da Ordem foram conduzidos à provedoria das capelas, o veredicto dos desembargadores considerou aquela ocasião inoportuna tanto para rubricá-los quanto para a prestação das contas. Determinou-se igualmente que o juiz das capelas não devia interferir em matéria cujo conhecimento dizia respeito à soberania régia. Assim, o dr. José Bernardes de Castro devia reformar o seu despacho, não constrangendo mais "os Agravantes a que façam rubricar os Livros, e a que prestem as contas de que se trata".[11]

A 2 de outubro do ano em questão, o promotor dos resíduos e capelas do Rio de Janeiro tentou ainda anular o acórdão proferido a favor da Ordem. O dito advogado argumentou que, cabendo aos provedores das capelas "tomar as Contas das rendas e encargos das mesmas Capelas, Hospitais, Albergarias e Confrarias, e sendo a Ordem Embargada uma das Corporações deste gênero", não havia portanto fundamentos legítimos que a isentassem da fiscalização. Tanto o provincial quanto os comissários visitadores não tinham direito de tomar as contas da Ordem, na medida que as próprias certidões apresentadas por esta em juízo determinavam a tais religiosos não interferirem nas temporalidades da dita associação, "quais há de parecer que se devem considerar a administração de bens e suas contas". Por fim, o promotor das capelas fez ver que não podia

> *Prevalecer a favor da Embargada o costume ou prática, em que diz estar desde a sua criação, de lhe não tomarem contas os ditos Beneméritos Provedores, por ser o mesmo costume oposto e contrário a uma Lei expressa; e contra Lei expressa nada valem costumes ou práticas introduzidas, que nada mais são em tais casos do que rigorosos abusos.*[12]

Não obstante, em novo acórdão realizado a 5 de outubro de 1799, o tribunal da relação manteve a decisão anterior, determinando ao escrivão da provedoria que pagasse as custas do processo. Logo em seguida, ao pleitear no juizado das capelas que "o escrivão extrate dos próprios autos do processo sentença, para título, conservação e guarda do Direito da mesma Ordem", o pedido desta foi negado. Em vista disso, o ministro em exercício dos terceiros franciscanos, irmão Manoel José da Costa Rego, agravou mais uma vez para a Relação, alegando, entre outros motivos, que o dito documento "é útil a quem o pede, sem que seja prejudicial a parte alguma".[13]

A defesa da isenção perante a provedoria das capelas exigiu o esforço da Ordem Terceira de São Francisco. Entretanto, nenhum empenho anterior se comparou à conquista da

---

[11] Id., f. 82v-84.
[12] Id., f. 85-87v. A citação mais longa encontra-se na f. 87.
[13] Id., f. 90-93.

livre administração dos próprios bens. A 20 de setembro de 1799, após ter sido recebida a notificação do conde de Resende acerca da venda dos bens das corporações de mão-morta, a Ordem estava convencida a manter a administração do patrimônio imobiliário. Para alcançar tal objetivo, o irmão Manoel José da Costa Rego sugeriu que deviam ser retirados quatro contos de réis dos recursos da associação, cuja quantia seria oferecida a Sua Majestade "por uma vez somente", para "ajuda do Empréstimo".[14]

A Ordem expediu para Lisboa "um brigue, de propriedade do ministro Manoel José da Costa Rego, levando uma representação, instruída com os respectivos documentos, para ser apresentada à rainha D. Maria I". Os irmãos pretendiam que as ordens soberanas a respeito da venda dos bens da Ordem fossem revogadas, oferecendo quatro contos de réis para as despesas do Estado (MACHADO, 1905:29-30). Em outubro de 1800, a referida embarcação retornou ao Rio de Janeiro, trazendo uma carta régia do príncipe regente. O teor das reais determinações chegou ao conhecimento do vice-rei, o conde de Resende, que a 27 de outubro enviou o seguinte ofício à Ordem:

> *Em Conseqüência de uma Representação que Vossa Mercê fez subir à Real presença de Sua Alteza, foi o mesmo senhor servido mandar declarar a essa Ordem Terceira que ele só quer que venda os seus Prédios Urbanos achando bons compradores, e que não os achando, então lhes permite que os Conservem, fazendo o Dom Gratuito de quatro contos de réis que a mesma Ordem oferece, sem prêmio algum nem Retribuição*.[15]

Assim, por meio da oferta de um "donativo", a Ordem Terceira de São Francisco conseguiu conservar a administração do seu vasto patrimônio imobiliário. A estratégia de doações forçadas para aplacar a soberania régia foi também empregada pela Ordem de São Bento (WEHLING & WEHLING, 1993: 574). A Ordem julgava proveitosa a manutenção das referidas propriedades, talvez porque os aluguéis fossem mais seguros do que os juros pagos pelo erário régio. Tendo em vista que não havia recursos para satisfazer a oferta proposta à Coroa, a mesa decidiu hipotecar as novas moradas que tinha mandado erigir. Porém, não foi necessário seguir esse alvitre. A 8 de novembro, Manoel José da Costa Rego emprestou os quatro contos de réis que faltavam à Ordem.[16]

Nos anos posteriores, a Ordem demonstrava estar consciente da fragilidade daquela concessão obtida em 1800. Essa cautela pode ser apurada na correspondência dirigida ao procurador que mantinha em Lisboa. Na carta enviada a este a 1º de junho de 1805, os terceiros franciscanos expressavam contentamento em relação ao "bom protetor" que haviam encontrado na Corte, o ilustríssimo sr. conselheiro e chanceler José Pedro Machado Coelho

[14] AVOTSF, liv. 4º dos termos, f. 39.
[15] AVOTSF, liv. 4º dos termos, f. 42.
[16] Id., f. 43v.

Torres. Em seguida, a Ordem instruía o procurador para que buscasse a proteção do dito conselheiro, que poderia ser de muita valia para a decisão final da administração dos bens:

> *Esta Ordem e as Mesas pretéritas requereram a S. A. R. para ser conservada na posse de todos os seus prédios rústicos e urbanos, e não ser constrangida a vender nem pagar novos impostos, foros ou tributos, mais do que aqueles que já paga, e ainda os situados na Marinha, como trapiche e mais propriedades [a]o pé da praia; e veio o dito requerimento a informar ao sr. Chanceler; ele, sim, informará, mas tememos que indo à mão de S. A. R., suba por consulta aos tribunais competentes (...); lembrávamo-nos de que se se pudesse alcançar um decreto, independente de informe, ainda que se despendesse cinco ou seis mil cruzados, seria melhor; sobre isso desejamos o parecer de Vossa Senhoria.*[17]

Assim, tal como praticara no ano de 1800, a Ordem recorria diretamente à soberania régia, evitando a interferência dos tribunais da Corte na questão da administração dos bens. O primeiro procedimento era mais propício à associação franciscana, porque podia contar com poderosos laços de clientelismo, acionados a partir de trocas recíprocas de favores. Nas relações pautadas pelo dom e pelo contra-dom – cuja lógica já estava inscrita no empréstimo gratuito oferecido à Coroa no assinalado ano – a Ordem tinha também a seu favor os amplos patrimônios e recursos que administrava. Mesmo assim, tais procedimentos não pareceram suficientes para assegurar a posse dos imóveis. A 3 de novembro de 1806, ordenou-se ao procurador em Lisboa para usar inclusive expedientes irregulares, de modo a favorecer a Ordem: "fará Vossa Senhoria sopitar ou sumir esses requerimentos em que o Conde de Resende informou contra a Ordem, e também o Procurador da Coroa do Ultramar; isto não deve respirar, e obrará Vossa Senhoria bem em pôr perpétuo silêncio nessa parte".[18]

Enquanto que a Santa Casa da Misericórdia e, em menor grau, a associação dos terceiros carmelitas, converteram parte dos seus respectivos patrimônios em capitais aplicados ao real empréstimo, a fraternidade franciscana do Rio de Janeiro mobilizou todos os seus esforços para evitar que isso acontecesse. Um dos motivos para explicar tal atitude pode ser atribuído à ausência de confiança dos irmãos terceiros em relação à pontualidade dos pagamentos dos juros efetuados pela fazenda régia. Além disso, a recusa em se desfazer do patrimônio imobiliário explica-se porque grande parte dos imóveis tinham sido deixados com obrigações de missas. Ao decidir manter tais encargos espirituais, a Ordem desafiou outro importante ponto das determinações régias. Assim, os deveres de salvação assumidos com alguns irmãos ficaram acima das necessidades do Estado, ou do bem comum dos súditos.

---

[17] AVOTSF, cód. A-III-4, liv. 2º de registro de ofícios, cit., f. 8-8v.
[18] Id., f. 15-16.

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

HESPANHA, Antônio Manuel. "Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime" In: HESPANHA (ed.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

MACHADO, Antônio Ramos. *Resumo histórico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência*. Rio de Janeiro: Tip. Jerônimo da Silva, 1905.

MARTINS, William de Souza. *Membros do corpo místico*: ordens terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822). Tese de Doutorado apresentada à USP. São Paulo, 2001.

MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa*. A Inconfidência mineira: Brasil – Portugal, 1750-1808. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SILVA, Antônio Delgado da (Org.). *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações*. Lisboa: Tip. Maigrense, 1825-1879, 9v.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. Regalismo e secularização na ação legislativa portuguesa. *Anais da XXV Reunião da SBPH*. Curitiba, 2005, p. 545-549.

____. Ação regalista e ordens religiosas no Rio de Janeiro pós-bombalino (1774-1808). *Actas*. Congresso Internacional de História. Missionação portuguesa e encontro de culturas. Braga: UCP, 1993, v. III, p. 563-577.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A participação da Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865 – 1868)

Leonam Lauro Nunes da Silva*

Resumo: Tratar das relações desenvolvidas entre os beligerantes Brasil e Paraguai com um vizinho comum de fronteira, a Bolívia, durante o maior conflito armado já ocorrido no continente, é o objetivo do artigo. A análise recai sobre o período em que Corumbá ficou ocupada por tropas do presidente paraguaio Francisco Solano López, entre os anos de 1865 e 1868, e as relações mantidas com a Bolívia no tocante à diplomacia, bem como a interação comercial entre as populações na região de fronteira.

Palavras-chave: América do Sul – Fronteiras - Guerra.

Abstract: To deal of the relations developed between the belligerents Brazil and Paraguay with a common neighbor of border, Bolivia, during the biggest occurred armed conflict already in the continent, is the objective of the article. The analysis falls again on the period where Corumbá was busy for troops of Paraguayan president Francisco Solano López, it enters the years of 1865 and 1868, and the relations kept with Bolivia in regards to the diplomacy, as well as the commercial interaction enters the populations in the border region.

Key words: South America – Borders – War.

A historiografia a respeito da "Guerra Grande" (designação essa que tem por intuito ressaltar a dimensão do conflito, sem precedentes em solo sul – americano) abre perspectivas para análise de novos temas referentes ao conflito que durou de 1864 a 1870. Embora o presente artigo trate da conjuntura política que norteou as relações desenvolvidas entre o Império brasileiro com as repúblicas paraguaia e boliviana, há nele um recorte espacial e temporal específico, que visa uma análise sobre o período em que Corumbá ficou ocupada por tropas do presidente Solano López, entre os anos de 1865 e 1868. A interação comercial, as ações diplomáticas e as suas conseqüências para o transcurso do conflito formam o cerne do trabalho. O papel desempenhado pela Bolívia no contexto da guerra, seus interesses fronteiriços, o comércio que desenvolvia com os países beligerantes, mais precisamente Brasil e Paraguai, merecerão atenção especial.

Normalmente, já há uma intensa complexidade no estudo das relações que envolvem a fronteira, com uma gama de aspectos a serem explorados; somado a esse quadro, o evento belicoso torna a temática ainda mais instigante, e então podemos indagar: Como a

* Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato-Grosso.

guerra é capaz de modificar as estruturas sociais, mesmo que num curto espaço de tempo, como fora o caso da ocupação paraguaia em Corumbá? Ao estarem inseridos dentro de uma nova conjuntura, os atores tendem a revelar desejos latentes, adormecidos diante da necessidade de convivência com o "outro", vizinho de fronteira. A Guerra, portanto, quando associada à fronteira pode ser encarada como fator que abre janelas para o diálogo, numa ação dialética entre o poder da força e o poder do verbo.

A guerra transforma aqueles que a vivenciam, arruinando a uns e favorecendo a outros. No que tange ao aspecto econômico, por exemplo, nos conduz a refletir sobre certa categoria de indivíduos para quem a guerra pode ser um atrativo negócio, quase uma loteria. Situação referendada através dos estudos sobre a interação entre bolivianos, paraguaios e brasileiros durante o embate bélico travado em solo sul-americano.

O trabalho empreendido passa necessariamente pelo âmbito das relações internacionais e propõe uma reflexão sobre especificidades da interação mantida em zonas de fronteira, em regiões normalmente distantes dos centros de decisões político-administrativas dos Estados-nações. Trata-se de uma discussão contemporânea, mas que pode ser percebida ao longo de todo o percurso histórico.

De acordo com correspondências oficiais trocadas entre autoridades militares e civis dos países envolvidos, os bolivianos sempre estiveram muito atentos aos acontecimentos, interessados nos rumos tomados pelo conflito. Afinal, estavam inseridos no episódio os países com maior poderio político e econômico do continente: Brasil e Argentina. A Bolívia, por sua localização geográfica, vizinha de fronteira tanto de Brasil quanto de Paraguai, não ficou imune aos efeitos de tão prolongada guerra.

Aqui, cabe uma explicação mais pormenorizada com a finalidade de esclarecer o conceito de *fronteira* que pretende dar respaldo à argumentação. O enfoque que será dado à fronteira terá como premissa entende-la enquanto área de contato, zona de transição, onde ocorrem relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre populações de países limítrofes. O trabalho, embora faça uso da definição geopolítica como referência, compreende as relações desenvolvidas entre brasileiros, paraguaios e bolivianos como resultantes de um percurso histórico pautado pelo intercâmbio constante na região analisada.

Quando associada à guerra, a fronteira é entendida como uma linha que divide, separa grupos, sociedades e domínios político-administrativos. É tomada como limite, isto é, fim do espaço por onde podemos transitar e sobre o qual temos domínio. Define a posse de um território, processo que subentende, muitas vezes, disputas e lutas armadas para conquistá-lo. Porém, a fronteira também pode ser compreendida como elemento de aproximação, de

integração entre sociedades. Ela propicia contatos espontâneos e naturais, responsáveis pelo surgimento de interesses sócio-econômicos e culturais comuns. Nesse sentido, em oposição à idéia de desintegração, ela pode ser percebida como uma zona de intercâmbios econômicos e de integração humana que se superpõe às determinações dos estatutos políticos de soberania de um Estado sobre um território. Toda fronteira tem sua história, e nesta podem estar presentes episódios de disputa e de aproximação.

A presença paraguaia na província de Mato-Grosso acabou proporcionando um estreitamento das relações com os bolivianos, passando a discutir formas de viabilizar negócios a partir da cidade invadida de Corumbá. O governo da Bolívia via a guerra entre Brasil e Paraguai oportunizar um diálogo que pudesse satisfazer seu país quanto a questões envolvendo a fronteira com seus vizinhos. Eram motivos do pleito boliviano faixas de terra incorporadas por Brasil e

Paraguai – as discussões sobre fronteiras constituíram-se em matéria recorrente durante todo o século XIX, levando a diplomacia brasileira a atuar intensamente.

Á época de o embate militar entre forças brasileiras, argentinas e uruguaias contra os paraguaios, a Bolívia vivia um estado de efervescência política. Havia assumido o poder por intermédio de um golpe o General Mariano Melgarejo, que priorizou a pacificação do território, debelando uma série de revoltas. As insurreições em território boliviano vinham em grande medida do departamento de Santa Cruz de la Sierra, cuja intenção era protestar contra a política implementada por La Paz, contrária aos interesses locais. Somente após a pacificação, pôde Melgarejo dar uma atenção maior aos acontecimentos da política externa; leia-se guerra. A relação do Estado boliviano com os países beligerantes ganha destaque a partir desse ponto, uma vez que é possível compreender a posição adotada pelos mandatários daquela república. A dimensão dos negócios realizados entre o exército paraguaio situado em Corumbá e as populações da porção oriental boliviana também se clarifica.

Em 4 de janeiro de 1865, forças paraguaias comandadas pelo Coronel Vicente Barrios, compostas por um efetivo de sete mil e quinhentos homens, pelas vias terrestre e fluvial, invadem a província de Mato-Grosso e tomam o porto da cidade de Corumbá, população situada à margem direita do Rio Paraguai; o forte Coimbra também é ocupado.

Já fixados em território mato-grossense, Barrios despacha uma comissão de doze pessoas sob o comando do francês Domingo Pomiés, para explorar um caminho que conduziria até o povoado boliviano de “Santo Corazón”, situado ao noroeste. Coberta de êxito, a expedição se estende até a cidade de Santa Cruz de la Sierra, e depois retorna a Corumbá. Começam os entendimentos entre autoridades bolivianas e paraguaias.

Em janeiro de 1866, os paraguaios explicitaram o desejo de abrir uma comunicação de pequena escala entre a República do Paraguai e a Bolívia (Nota do Periódico "Semanário", Assunção, Paraguai, em fevereiro de 1867). Os jornais do Paraguai à época divulgaram as tratativas entre os oficiais que dominavam o ponto militar de Corumbá e os comerciantes bolivianos.

Depois de algumas expedições com o intuito de reconhecer o terreno e examinar possibilidades, iniciaram-se as obras visando abrir o caminho entre Corumbá e Santo Corazón. Em julho de 1866 o comando paraguaio foi informado sobre o término da empreitada.

Santo Corazón constituía-se assim num provedor de gêneros alimentícios para as tropas paraguaias estabelecidas em Corumbá. Além disso, o exército paraguaio organizava constantes incursões pelo território boliviano em exercícios militares, que abarcavam também a busca por folhas de coca. Estas eram destinadas aos hospitais de sangue, com o propósito de proporcionar alívio aos feridos nas batalhas. No entanto, a povoação era pobre e os recursos escassos. Assim, começaram a considerar a conveniência de abrir uma nova rota, ligando diretamente Corumbá a Santiago de Chiquitos. O projeto, que não saiu do papel, foi saudado de forma entusiástica pelos bolivianos que acreditavam auferir grandes lucros e melhoras incalculáveis na sua economia.

Enquanto isso, pelo caminho de Santo Corazón se dava um incipiente movimento mercantil, em momentos em que o Paraguai suportava um severo bloqueio e muitas necessidades. Pelo caminho chegavam também exilados políticos bolivianos, contrários ao governo do General Mariano Melgarejo e naturais do departamento de Santa Cruz de La Sierra, muitos dos quais empresários, que de Corumbá rumavam para Assunção; todos simpáticos à causa paraguaia (CRB, *I* – 30*,* 17*,* 55).

Os bolivianos entendem que podem aproveitar o ensejo do conflito para firmar "tratados de limites" com seus vizinhos sul-americanos[1]. Suas expectativas foram frustradas de maneira definitiva com o Tratado da Tríplice Aliança, assinado por Brasil, Argentina e Uruguai em 1º de maio de 1865 e cujo conhecimento se deu apenas em meados de 1866.

A Bolívia, preocupada com o teor do tratado, especialmente quanto ao disposto no artigo 16 do mesmo, protestou de forma veemente, invocando seus pretensos direitos. O texto dispunha sobre os limites territoriais a serem estabelecidos entre o Paraguai e a Argentina, regulando a fronteira do Rio Paraguai até a Bahia Negra, área também reivindicada pela Bolívia.

[1] GÓES, Synésio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas*. As questões envolvendo os limites entre o Brasil e seus vizinhos de fronteira remontam o período colonial, quando dos tratados assinados entre Portugal e Espanha.

> *Art. 16º Para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limite fica estabelecido que os aliados exigirão do governo do Paraguai que celebre com os respectivos governos tratados definitivos de limites sob as seguintes bases: O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai: Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Mouchez, é o lgurei, e da foz do lgurei e por ele acima a procurar as suas nascentes; Do lado da margem esquerda do Paraguai, pelo rio Apa, desde a foz até às suas nascentes; No interior, pelo cume da serra de Maracaju, sendo as vertentes de leste e do Brasil e a oeste do Paraguai e tirando se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do lgurei.A República Argentina será dividida do Paraguai pelos rios Paraná e Paraguai, a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai e Baía Negra.* (*http://www2.uol.com.br/linguaportuguesa/valeoescrito/ve_triplicealinca.htm*. Acesso em 21/09/2006, 20h30min).

Como não surtiu efeito os protestos e a atuação da diplomacia boliviana perante os países que assinaram o tratado, iniciaram-se conversações, agora oficiais, entre os dois chefes de Estado de Bolívia e Paraguai com o propósito de firmar uma aliança, conforme nota supostamente dirigida ao Presidente Marechal Francisco Solano López pelo Presidente General boliviano Mariano Melgarejo. A proposta falava em por a disposição de Lopes uma coluna de doze mil homens a fim de "acudir presuroso e compartir al lado suyo las fatigas del soldado"[2].

O tráfico comercial, em princípio tímido, se robustecia. Em fevereiro de 1867, o governo Paraguaio dispôs um decreto facilitando as negociações mercantis com a Bolívia a fim de ter um retorno desse comércio[3]. Pelo mesmo decreto, permitia-se a circulação de moeda através de Corumbá exonerada do pagamento de tributos para exportação de mercadorias paraguaias com destino à Bolívia.

O tráfico entre Paraguai e Bolívia foi interrompido brevemente em junho de 1867 devido às ações militares realizadas pelas forças brasileiras que almejavam libertar Corumbá dos paraguaios. Uma das expedições logrou especial êxito, conseguindo retirar da cidade famílias brasileiras prisioneiras desde 1865. Foi comandada pelo oficial Antonio Maria Coelho. Impossibilitados de manter a posição, os Brasileiros se retiraram e Corumbá voltou a ser ocupada pelos paraguaios. Os negócios foram retomados com alguma consideração, com grande circulação de negociantes e especuladores, que se falavam no caminho trazendo notícias – rumores na Província de Mato-Grosso diziam sobre os serviços de espionagem prestados por bolivianos em favor tanto de paraguaios quanto de brasileiros - e mercadorias de todo gênero.

---

[2] CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. Memórias e Reminiscências Históricas sobre a Guerra do Paraguai, 2 (Asunción, 1987) pp. 289-290.

[3] Muñoz ao Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Berges, La Paz, 7/05/1867. ANA, CRB, I-30, 9,13 (Cat.4395).

As manifestações efusivas do presidente boliviano e o seu patente descontentamento motivam Brasil, Argentina e Uruguai a lançarem mão de missões diplomáticas com o intuito de arrefecer os ânimos exaltados dos bolivianos. O Brasil, representado pelo Ministro plenipotenciário Octaviano de Almeida Rosa, envia uma delegação até La Paz. Regozijada de êxito, a missão brasileira voltou com o Tratado de Limites, Comércio e Navegação assinado com o governo boliviano, em 1867.

Os paraguaios receberam com surpresa as notícias que revelavam os acordos fechados entre bolivianos e brasileiros. Principalmente, quando relatos davam conta sobre a forma pouco usual como fora recebida a delegação brasileira, com muita pompa. Boatos diziam sobre um "derrame" de dinheiro imperial na Bolívia com a finalidade de adormecer a opinião pública daquele país – amplamente favorável à causa paraguaia - e que o governo de Melgarejo não movia um passo em favor dos interesses do Paraguai.

Diante desse fato, o Presidente Solano Lopes refutou qualquer tipo de ajuda "piedosa" dos países do Pacífico, dizendo que não necessitava mendigar consideração, e que seriam vitoriosos por si mesmos (SCAVONE: 2004).

Com a evolução da guerra, o Paraguai foi obrigado a desocupar definitivamente Corumbá em abril de 1868, interrompendo o intercâmbio com as populações do oriente da Bolívia (SCAVONE, 2004: 91). Nesse tempo, Lopes acusara várias autoridades paraguaias e estrangeiras residentes em Assunção de conspirarem contra seu governo, o que originou os célebres processos de 1868, quando foram executados muitos militares e civis, dentre os quais vários cidadãos bolivianos.

Com a desconfiança grassando de parte a parte e com a desocupação de Corumbá, onde morreram vários daqueles que impulsionaram o comércio pelo caminho "paraguaio-boliviano", o tráfico comercial se interrompeu

Em síntese, durante o período em que durou o relacionamento, alguns acordos alinhavados foram concretizados e outros não. Ações inerentes ao jogo político eram ditadas conforme a disposição das peças no "tabuleiro" de interesses e conveniências. Os "jogadores", instáveis, mudavam de postura de acordo com os rumos dos acontecimentos no front de batalha. Nesse intrincado enredo, o caminho aberto entre Corumbá e Santo Corazón acabou protagonizando durante aproximadamente três anos não só o comércio entre as populações do oriente boliviano e o contingente militar paraguaio estacionado na localidade portuária, como também a circulação de idéias, numa interação só possível a partir da deflagração da guerra.

No que diz respeito ao aspecto militar, foram atendidas as necessidades paraguaias quanto ao abastecimento do exército, uma vez que o mesmo sofria com a falta de víveres,

vitais para o prosseguimento da guerra. As relações possibilitaram aos comandados de Francisco Solano López conservar domínio sob o território invadido, na então província de Mato-Grosso, ao mesmo tempo em que mantinham aberta a comunicação com Assunção.

O artigo foi concebido tendo em mente a nossa realidade, na qual se percebe uma necessidade cada vez maior de aproximação com nossos vizinhos. Aproximação esta, que deve ser alinhavada pela produção cultural, fomentando o desejo pelo conhecimento do "outro", numa relação baseada na alteridade. Estabelecer-se-ia, assim, um elo resistente, capaz de dar mais solidez às relações comerciais desenvolvidas entre os consortes sul-americanos. No âmbito das relações formais entre os Estados, o viés inter-regional da fronteira ganha especial ênfase, pois é onde se vislumbram os contatos capazes de mobilizar de forma efetiva a tão propalada "integração".

Dessa forma, creio que o trabalho cumpre seu papel ao propor um novo objeto para a reflexão, revelando que a Bolívia não fora uma mera espectadora de o embate militar. Ao contrário, suas ações não só repercutiram ao longo do conflito como ajudaram a compor um quadro sob o qual se debruçam agentes contemporâneos em discussões acerca da interação entre os países.

Referências bibliográficas:

BETHEL, Leslie. **A Guerra do Paraguai: História e historiografia.** Organização de Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques – Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 341p.

CORVISIER, André. **A Guerra: ensaios históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1999.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo, Hucitec/Ed. da Unicamp, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GANSTER, P. et alli**.** (Eds). **Border and Border Regions in Europe and North America**. 1997.

GÓES FILHO, Synésio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas**. Martins Fontes: 1999, São Paulo.

LESSA, Antonio Carlos. **História das relações internacionais: a Pax Britânica e o mundo do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MACHADO, Lia. O. **Limites, Fronteiras e Redes**. Em T.M.Strohaecker e outros. Fronteiras e Espaço Global, Porto Alegre: p.41-49, 1998.

MAGNOLI, Demétrio (organizador). **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MELLO, Serafim Carvalho. **Mato Grosso no Centro Oeste Sul – Americano**. Cuiabá: UFMT, 2005.

MOTA MENEZES, Alfredo de. **Guerra do Paraguai. Como construímos o conflito**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto. **Estrada Móvel, Fronteiras Incertas: Os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

PELLEGRINI**,** Domingos. **Questão de Honra**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims e GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e Guerra no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'histoire des relations internationales**; Paris: Librairie Armand Colin, 1964, Introdução, p. 1

RIBEIRO, Francisco Agostinho. **Traços Bibliográficos do General de Divisão Antonio Maria Coelho**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico, 2002.

SCAVONE YEGROS, Ricardo. **Las Relaciones entre el Paraguay y Bolivia en siglo XIX**. Asunción: Servilibro, 2004.

SILVA, Alberto da Costa. **Da Guerra ao Mercosul**. Organização de Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques – Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

Espaço Físico onde se desenvolveu a trama analisada

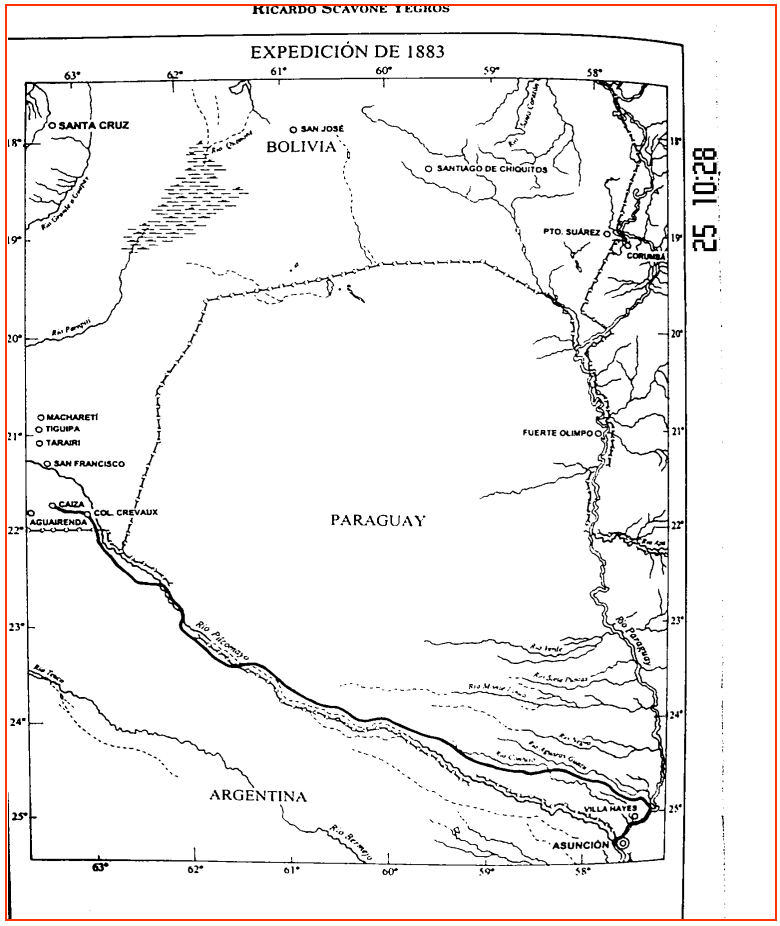

Fonte: SCAVONE, 2004: 220

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Literatura e a Narrativa Histórica

Antonio Paulo de Morais Resende

A questão é a história em si, e não cabe
a história dizer se ela significa ou não alguma coisa.
(Paul Auster)

Resumo: O texto tem como objetivo construir um diálogo sobre a narrativa e a sua importância no ofício do historiador. Nesse diálogo é importante a dimensão estética e as possibilidades que a literatura oferece na busca de novos caminhos para tornar a narrativa do historiador mais leve e sedutora.

Palavras - chaves: História - Narrativa- Literatura.

Abstract: The text wants to construct a dialogue about the narrative and your importance in the historian's work. In that dialogue is important the aesthetics dimension and the possibilities that the literature offers in seek of news ways to remake the historian's narrative more light and seductive.

Key words: History- Narrative - Literature.

I

O diálogo da história com outros saberes não é recente. Há questões que permanecem polemizando. Prefiro não entrar nas controvérsias, mas afirmar meu caminho. Considero importante a proximidade com a literatura, não apenas como fonte, para contemplar a diversidade de olhares históricos sobre o que foi vivido. Não há como negar a dimensão criativa e a capacidade de compreender a aventura das obras literárias. A narrativa quebra monotonias, estabelece dissonâncias, estica a medida de análise da convivência social. O texto histórico se alarga , quando acolhe contraponto e não fica escravo de fontes oficiais ou bem-comportadas, em nome da existência de uma verdade científica. Mas há outros entrelaçamentos com a literatura que me atraem. Estão relacionados com a dimensão mágica da palavra e do seu poder de sedução.

É comum, em muitos escritores, uma atenção para essa perspectiva. Nos mais contemporâneos, pode-se visualizar a presença constante da reflexão sobre a existência de

algo transcendente, que não se esgota com as explicações mais racionais, do que chamo de magia ou espaço de encantamento das narrativas literárias. Cito os que mais conheço: García Márquez, Jorge Luís Borges, José Eduardo Agualusa, Paul Auster, Ítalo Calvino, Octavio Paz, Guimarães Rosa entre tantos outros, com os quais procuro tecer um diálogo. Além disso, a literatura traz desafios para quem mergulhar nas questões metodológicas da pesquisa, para quem afirma que a história é uma relação entre o contar e o viver. Não dá para pensar uma sem o outra. Se a forma de escrever envolve com seu encantamento, as concepções de mundo delineadas no texto literário mostram compreensões que ajudam ao historiador a fugir da mera explicação determinista, buscando a simultaneidade. A literatura é mais um alerta para evitar-se o homogêneo.

A palavra não é mero sinal gráfico, ela provoca e alicerça a imaginação.[1]A literatura se alimenta dessa relação com a história que está sendo vivida como abertura para se construir utopias, fundamental para administrar as dores e os amores nas suas inquietudes. A palavra é instituinte, projeta mundos, tem uma concretude particular. Octavio Paz sintetiza o significado maior da palavra para construção da cultura:

> *La palabra es el hombre mismo. Estamos hechos de palabras. Ellas son nuestra única realidad o, al menos, el único testimonio de nuestra realidad. No hay pensamiento sin lenguaje, ni tampoco objeto de conocimiento: lo primero que hace el hombre frente a una realidad desconocida es nombrarla, bautizarla* (PAZ, 1999: 58).

Paz articula a palavra à produção do conhecimento: o que não tem nome é desconhecido. E radicaliza: "No podemos escapar del lenguaje… Nosotros somos su mundo y ellas el nuestro" (PAZ, 1999: 58).

II

Vivemos entre o desejo e a necessidade. A ambigüidade convive com os nossos cotidianos de forma quase absoluta. Talvez seja esse o nosso maior drama e não a nossa maior tragédia. O drama tem relação com a nossa capacidade de remoer a existência, o que Freud chamaria de compulsão à repetição. O drama é indispensável para constituição do sujeito. Como pensar a vida sem a presença do passado, muitas vezes melancólica, nos amarrando a lembranças insones? Nossa maior tragédia é a teimosia de não aceitar que somos finitos, dominados pela incompletude. Temos uma dificuldade imensa de partir, queremos sempre construir ninhos. A cultura é o nosso maior ninho. Somos criadores da cultura, mas também

[1]

suas criaturas. Por isso somos raízes e pássaros. Não podemos viver só na profundidade. Temos que voar, sair das cavernas e dos abismos. Invadir o azul e sua luz. Ter asas e não ficar adormecidos nas esquinas dos labirintos. A cultura é a ponte, é parte fundante da história. A sua geometria é desenhada por contrapontos, com se dialogasse com a Sagração da Primavera de Stravinsky. Na cultura encontramos a barbárie da bomba atômica e o sonho de um adágio de Mahler, a estupidez do totalitarismo e a beleza de um poema de Neruda. A cultura se institui como travessia incerta. É preciso significá-la.

Duas palavras resumem, então, a linguagem, e traduzem todas as metáforas possíveis de serem inventadas: raízes e asas. Não somos os quatros elementos, mas apenas dois: terra e ar. Temos que levitar. Quem não levita não sobrevive. Morre do vírus guardado do penso logo existo. Talvez fosse melhor, outras afirmações mais ousadas, mais contemporâneas: olho logo existo ou mesmo vôo logo existo. O pensamento não diz tudo. Tem um poder enorme de ocultação. Para cada tempo deve haver uma ordem maior que vai se diferenciando do que passou. Descartes desafiou os conformismos filosóficos de sua época. Hoje, o mergulho é outro. Vivemos das fusões, do mundo das trocas impossíveis.

O viver é um constante exercício de interpretação. As linguagens nos dominam com a correspondência mágica das suas palavras. Quem esconde a verdade que deve ser traduzida, o sujeito ou objeto? Pergunta sem resposta. Fica o incômodo para quem continua adormecido no berço frio do positivismo, para quem pensa que a história é um território cercado de fronteiras impenetráveis, sem lugar para a fantasia, mas apenas para o fato, quem pensa que o historiador somente é aquele que é escravo da poeira dos arquivos. Ele vive das fontes, mas é também fonte, não vê o passado como túmulo, o tempo como exclusivamente linear, mas a simultaneidade que contagia cada momento de invenção da história. Não se pode perder de vista que a história é uma reflexão sobre o vivido, articulada com as experiências que estão sendo vividas. Estamos diante de um grande espelho, com imagens mutantes de traços sinuosos e o passado é um espelho que tem vida. A verdade é produto de relações de poder, não um cristal transparente.

A literatura é uma fonte de tradução dos significados. Seu território é o da imaginação, das assombrações dos arquétipos. Quem se conecta com a arte aprende a levitar. Quem se aproxima da literatura, ler o mundo nas suas mais amplas traduções. Cria intimidades com o invisível. A literatura concilia, sonha, interioriza, disfarça, seduz. Não pertence nem a Apolo, nem a Dioniso, é luz/sombra como o Zaratustra de Nietzsche. Quem se sente incapaz de seduzir, conhece a literatura, como quem maneja um cabo de vassoura ou liga um ventilador. Aliás, o campo da arte é o campo da estética, não há estética sem sedução,

como não há política sem persuasão. Não devemos perpetuar uma herança que maldiz a sedução, reduzindo-a à mentira e ao engano. Toda invenção da cultura tem seus contrapontos. A demonização absoluta é um perigo. O combate entre os demônios e os anjos é uma invenção, uma forma de prolongar o dualismo ético que nos persegue. Eles são apenas criaturas e como criaturas estão em busca da salvação.

A literatura mantém um pacto com a solidão. Paul Auster afirma que

> *Todo livro é uma imagem da solidão. É um objeto tangível, que se pode levantar, baixar, abrir, fechar, e suas palavras representam muitos meses, quando não muitos anos, da solidão de um homem, de tal modo que, para cada palavra que lemos em um livro, podemos dizer a nós mesmos que estamos diante daquela partícula de solidão*. (AUSTER, 1999b: 153).

A solidão é uma forma de estar no mundo, mas não de negar o conviver como fundamental para afirmação da cultura. No seu silêncio, a linguagem também abraça e envolve seus sujeitos. A literatura testemunha a multiplicidade que marca esse conviver, suas (con)fusões. Não há porque dissociar a arte da ciência. Por que abolir do conhecimento científico sua dimensão estética? A cultura flui porque seduz e o mundo é o espaço da multiplicidade. Herdamos preconceitos mesquinhos. Trazemos censuras na nossa subjetividade. É preciso estar atento, senão terminamos como bigbrothers acadêmicos, fechados em nossos gabinetes, certos que temos verdades inquestionáveis, quando só temos amarguras e armaduras, praticando uma violência simbólica e sofisticada, deseducando mentes e corações. Sacralizando sempre a mesma ordem, mudamos o nome da *griffe* do saber, sem entender que para sempre é sempre por um triz. Não esqueçamos que *O hábito é um grande entorpecente*, como dizia Becket.

A literatura combate as cartografias que escondem vaidades solitárias, corações mal amados, torturados pela necessidade de eliminar o outro, como garantia de sobrevivência. A literatura denuncia o mau gosto. A literatura é uma prática radical de levitação. Claro que estamos falando de uma literatura que é efetivamente uma tradutora da vida, e não aquela que se resume aos anúncios de classificados de jornais. A literatura que encanta, que não precisa de adjetivos para qualificá-la, que estica nossas almas, bordando os cordões mais sutis e significativos das rendas da vida.

São tantos os cavaleiros, os quixotes da literatura. São tantas as escrituras testemunhas de que a história é a construção cotidiana da possibilidade. Somos todos contadores de histórias. A narrativa é nossa matéria-prima, o ponto de exclamação da nossa complexa existência. Através dela recuperamos e inventamos sentidos, mas podemos concluir

perplexos que no final todas as vidas não passam de uma soma de fatos contingentes, uma crônica de interseções fortuitas, causalidades que nada revelam senão sua própria falta de propósito (AUSTER, 1999a: 237). No exercício da narrativa, a história amplia sua diversidade. Para que eleger uma narrativa única? Ela deve comunicar, atrair, encantar. Na narrativa nos conhecemos ou melhor nos reconhecemos. Não é uma fotografia estática do passado. É uma travessia. Uma imensa e surpreendente travessia onde a palavra se alarga. Palavras, recordações, sentimentos, ritmos, negações, provisoriedades. Como diria o poeta a vida vem em ondas como o mar. Dialoga com o mundo, incessantemente. Por que não encontrá-la?

III

Contar uma história parece encerrar um desejo definir algum sentido. Há sempre uma expectativa de revelação, sem deixar de lembrar que existe um entrelaçamento que articula o contar e o viver. Não se conta uma história que nada tem com a vida. A própria narrativa vincula-se com a forma de viver, de se relacionar com o mundo e com as pessoas. As histórias não surgem do nada, embora não seja apenas imagem de um real definido e imutável. Contar uma história é, portanto, uma passagem, onde o ponto final não significa a impossibilidade do retorno. Não importa o tema, a questão, a aventura. Não há como aprisionar os desejos ou a imaginação. As histórias seguem, como a vida segue, com suas permanências e mudanças. Todos somos narradores, por isso não há como pensar em finalizar, em abandonar a trama e classificá-la como única. Estamos no território das interpretações, onde os sonhos são sinais de encontros e não sinalizações de loucuras adormecidas.

No século XIX, defendeu-se que cabia ao historiador contar a história como ela realmente aconteceu. Era sagração da objetividade sem vacilações. Tempos onde as ciências ainda se buscavam, sem conseguir desenhar suas fronteiras, onde valia o discurso do método de Descartes e as regras do positivismo de Comte, onde a lógica conjuntista-identitária possuía a soberania. O movimento dos saberes é avassalador. Vive-se a presença de um relativismo que se expande pelo pensamento de forma quase absoluta. Não há a verdade, mas sim verdades, contaminadas pelas relações de poder. Maior certeza são as nossas incertezas que vagueiam pelo mundo do conhecimento, onde as fronteiras são imperceptíveis.

Não somos espelhos fixos de alguma imagem. Discute-se o conceito de real. Ressaltam-se a subjetividade, a singularidade, o cerco de tantas coisas que estão inscritas no cotidiano. Seria quase impossível consagrar uma única verdade, diante de um social repleto de divergências e conflitos. Tudo isso dialoga com o ofício do historiador. São os ventos que

conduzem sua surpreendente navegação. Sua narrativa não é única, suas fontes de pesquisa não são exclusivas detentoras da verdade. Sua travessia é labiríntica e não linear. Está no mundo, no sem sossego do mundo, costurando palavras, vestindo os anseios do outros, respondendo questões e inquietudes que, nem sempre, são suas. Não se trata de definir verdades, mas de tentar entender como as relações de poder criam um discurso para justificar essa subordinação.

Envolvido nas travessuras do seu tempo, o historiador não registra apenas os feitos do passado como algo imutável. O passado é uma invenção do presente. Os tempos históricos não se distanciam, não há entre eles separações, mas sim distinções que nos ajudam a compreender as suas diferenças. Constroem-se dialogando e não criando hierarquias, como defendem os idealizadores das artimanhas do progresso. Não existe, portanto, um tempo superior a outro, mas sim lugares onde as histórias foram vividas e contadas nas suas singularidades. O olhar sobre o passado vem acompanhado das questões que são vividas no presente. Mudando essas questões, muda a direção do olhar. O tempo histórico não admite mortes. Desconfia das escatologias. Não pode fugir das turbulências, nem dos naufrágios. Cada época elege seus valores, subverte suas ordens, nomeia suas transgressões. O historiador parece, às vezes, um exilado, mas é um ator no cenário do seu presente. Sua narrativa inventa e (des)inventa cárceres, comprometida com as circunstâncias que o formam, como tatuagens.

O historiador arquiteta memórias, seleciona lembranças e esquecimentos. Escrever a história montar quebra-cabeças gigantescos, com traços desiguais, misturando imagens, revivendo os quadros de fase cubista de Picasso. Perde-se quando se antecipa geometrias, querendo estabelecer alicerces, para o que está sempre se movendo. Caminha sem saber onde vai chegar, amedrontando-se com as sinuosidades. Por isso que o desenho da história tem o mistério dos labirintos Há saídas, há portas e muitos espelhos nas suas paredes. As portas nos levam para um novo labirinto. Os espelhos são armadilhas que nos abrigam a contemplar nossas imagens, sem a possibilidade da saída. Sem nos desencontrarmos, ficamos saturados da mesmice, pois a história se refaz quando é a construção da possibilidade.

O mundo das metáforas não é o mundo da fuga. O homem é uma metáfora, pois se produz construindo imaginários. A metáfora sintetiza as agonias e as luzes. Uma sociedade que não é testemunha de sonhos, sufoca-se na idéia de destino, deixa-se cegar pelo brilho de seus espelhos. Nos traços da sua história, a sociedade busca identidades. Elas não são avistadas de forma imediata. A complexidade exige uma constante decifração do diálogo entre os tempos. Os tempos se movimentam, porque são uma invenção histórica. Não há um sentido pré-determinado para nossas aventuras. Ele é também construído, tecido exaustivamente como o manto de Penélope.

O território da história é amplo, nunca possui um desenho definitivo. No entanto, é preciso está atento, para sentir os ruídos e os silêncios do que se movimenta. Tudo parece, às vezes, uma grande ficção. Não importa. Não existe linguagem sem engano (CALVINO, 1991: 48). Suas ambigüidades são muitas. No que se revela, se esconde; no que se esconde, se revela. Não há como negar: as palavras são tentativas de síntese e não superação dos limites da relatividade. O movimento das vidas, das histórias e das pessoas predomina como afirma Guimarães Rosa:

> *Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas-mas que elas sempre mudam. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra montão* (ROSA, 1986: 21).

O historiador tem uma conexão com o inacabado, com o que se refaz a cada momento. Sua narrativa é sempre um caminho para compreender os significados das práticas sociais. Desde as histórias de Heródoto há uma perplexidade diante do desconhecido, uma vontade de desnudar seus mistérios, de mostrar as diferenças. Como ressalta Jean-Marie Gagnebin: "Esta profusão de dados que nos parecem heterogêneos e que incomodam os sérios professores atuais, preocupados em distinguir a história da geografia ou a sociologia da antropologia, esta profusão não embaraça Heródoto, pelo contrário (GAGNEBIN, 2005: 14) A linguagem do mito foi perdendo sua força de explicação em nome do discurso científico. Heródoto viveu no tempo onde a oralidade tinha força e proximidade com a tradição mítica, onde o maravilhar-se não era proibido. E ele opera, segundo Gagnebin,

> *Uma partilha entre dois tipos de narrativa que correspondem a duas formas de tempo: há uma narrativa mítica, lendária, sem cronologia possível, que remete ao tempo afastado dos deuses e dos homens; e há uma narrativa histórica (de um tempo pesquisável e pesquisado), com referências cronológicas passíveis de serem encontradas, que trata do tempo mais recente dos homens* (GAGNEBIN, 2005:17).

Quem pensa que o mito morreu desconhece as artimanhas que o fizeram sobreviver. Ele ganhou outros significados, numa sociedade onde a racionalidade construiu um império aparentemente inexpugnável.

Dialogando com a literatura, o historiador mantém o espaço do maravilhar-se e do encantamento, sua narrativa não fica restrita à escravidão das provas. A cultura é feita também com toques, olhares e afetos, e não somente com o aço e o cimento dos edifícios das metrópoles. Dentro dessa perspectiva, podemos maravilhar-se com as fábulas de Calvino, sentar-se e habitar nas esquinas das suas cidades invisíveis. A palavra desencantada é o anúncio da morte da

narrativa. Quem gostaria de viver a vida sem poder contá-la? A mais doce ilusão e o mais amargo desamor só existem porque, um dia, os nomeamos e mesmo com hesitações, construímos as suas narrativas, entrelaçando lembranças com esquecimentos, ouvindo os versos silenciosos de um anjo que quis ser *gauche na vida*.

Referências bibliográficas:

AUSTER, Paul. **A Invenção da Solidão**. São Paulo: Cia. das Letras. 1999b. Pp. 153-179.

_____. *O Quarto Fechado* In: **A Trilogia de Nova York**. São Paulo: Cia das Letras. 1999a. Pp. 9-237.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. Pp. 48.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O início da História e as lágrimas de Tucídedes* In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005. Pp. 14-17.

PAZ, Octavio. *El Arco y la Lira*. In: **Obras Completas. La casa de la presencia: poesia e historia.** 2ª edição. México: Fondo de Cultura Econômico. 1999. P. 49 - 58.

ROSA, Guimarães J. **Grande Sertão: Veredas**. 21ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. Pp. 21- 406.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A utopia da cidade-máquina no cinema do entre-guerras

Luis Antonio Coelho Ferla*

Resumo: A utopia da estabilização social encontrou na metáfora da cidade-máquina uma formidável expressão. A sincronização entre corpos humanos, instituições do Estado, máquinas e mercadorias que a metrópole industrial foi historicamente capaz de lograr e o desenvolvimento de diversas estratégias de controle social que a acompanhou forneceram a base objetiva para o aparecimento e a circulação daquela metáfora utópica. Já a persistência da dissonância e do caos que igualmente caracterizaram o mundo urbano lhe conferiu urgência e lhe deu sentido. O presente estudo pretende identificar no cinema do período do entre-guerras a presença dessa utopia maquínica, além de procurar reconhecer os principais mecanismos utilizados para a sua tradução para a linguagem fílmica.

Palavras-chave: modernidade - sociedade industrial - história das cidades.

Abstract: "The utopia of the machine-city in in-between wars cinema": The utopia of social stabilization has found in the metaphor of machine-city a formidable expression. The synchronicity among human bodies, State institutions and merchandise the industrial metropolis was historically able to achieve and the development of several strategies of social control that followed it provided the objective grounds for the appearance and circulation of that utopian metaphor. Yet, the persistence of the dissonance and chaos that equally characterized the urban world has granted it with a sense of urgency and meaning. This present study aims at identifying in the in-between wars cinema the presence of this machinic utopia, as well as attempting to recognize the main mechanisms used in its translation into filmic language.

Keywords: modernity - industrial society - history of cities.

A metrópole industrial é um fenômeno de sincronização sem precedentes na história. Corpos humanos, máquinas, mercadorias, instituições, meios de transporte, tudo o que compõe a paisagem urbana o faz enquanto parte articulada de um todo sistêmico e entrosado. Norbert Elias se ocupou desse fenômeno com especial dedicação. Suas reflexões apontam para a importância das novas percepções de tempo que a sociedade industrial produziu para a construção cotidiana dessa sincronização:

> *Cada ser humano teve que adaptar o conjunto de suas atividades à presença de um número crescente de semelhantes, inclusive as atividades de se levantar e se deitar, num horário determinado com um rigor cada vez maior. Foi-lhe necessário considerar, cada vez com mais precisão, em que momento do futuro ele desejava ou*

* Professor do Departamento de História da PUC-SP; doutor em História pela FFLCH/USP.

> *deveria fazer isto ou aquilo. Assim, a autodisciplina aumentou, simultaneamente, nos planos 'social' e 'individual'. Essa evolução – que desembocou no modelo contemporâneo, altamente diferenciado – foi feita ligando-se a transformações da estrutura das sociedades humanas, ou, dito com outras palavras, ligando-se a transformações das configurações que os homens desenham entre si. Um enorme crescimento da população mundial, certamente descontínuo, mas associado, aqui e ali, a avanços igualmente espetaculares na especialização profissional e na integração organizacional, ampliou (...) as possibilidades de relacionamentos entre os homens. As cadeias de interdependência entre eles não apenas se alongaram, como também se diferenciaram. A rede de suas imbricações tornou-se mais complexa, e a necessidade de uma determinação temporal exata da totalidade das relações fez-se cada vez mais premente, a ponto de se afigurar o meio indispensável da regulação delas.* (ELIAS, 1998: 116).

Esses processos todos poderiam ser também compreendidos pelo que o sociólogo americano Steven Spitzer chama de "imposição de *regras calculáveis* para a disciplinarização das relações sociais" (SPITZER, 1986: 314). A previsibilidade a que se referem Elias e Spitzer é, portanto, a condição necessária para a viabilização da sincronização cotidiana da sociedade industrial, e no espaço da metrópole mais do que em qualquer outro.

Diversos mecanismos foram historicamente desenvolvidos para a construção dessa previsibilidade. As reformas urbanas, sempre tendo como paradigma aquela empreendida pelo Barão de Haussmann na Paris do II Império, não são das menos importantes. A racionalização do espaço urbano, e a conseqüente otimização de seu controle, pretenderam retirar da população pobre das grandes cidades o monopólio do conhecimento e do domínio sobre parcelas tão estratégicas do território das cidades. Sem isso, a abrangente capilaridade do Estado Moderno, que sempre encontra seu súdito quando dele necessita para a guerra, para o trabalho ou para o imposto, seria muito mais difícil. De sobra, o consumo e a circulação de mercadorias poderiam desentravar-se e satisfazer as necessidades do ascendente capitalismo industrial. As políticas sanitaristas que lhes foram intimamente associadas buscavam eliminar outras ameaças à previsibilidade, como eram as epidemias, capazes de colapsar o comércio e a produção a uma só vez. A identificação civil obrigatória, processo um pouco posterior, pretendia por outra parte acabar com o anonimato perturbador das multidões urbanas, reindividualizando seus componentes. A valorização do trabalho e a correlata penalização da "desocupação", por sua vez, procuravam localizar cada indivíduo em um ponto do processo produtivo e garantir-lhe uma ocupação útil. Centros medievais labirínticos, sujos e superpovoados, multidões ameaçadoras sem rosto e sem nome e "vadios" sem trabalho e sem rumo eram as ameaças à previsibilidade e à sincronização da sociedade moderna e da metrópole industrial que tais estratégias procuraram eliminar.

No entanto, a grande cidade moderna não pode ser explicada apenas pelo triunfo desses dispositivos estabilizadores. A paisagem urbana é a uma só vez o *locus* do caos e da ordem, da sincronia e da dissensão, do previsível e do "acidental", do normalizado e do "irregular". Na verdade, as estratégias estabilizadoras só ganhavam sentido e urgência com a existência permanente da desordem e da ameaça.[1] Daí que a metáfora maquínica pudesse surgir como uma utopia da estabilização social, capaz de produzir uma sincronização sem ruídos e perturbações. O automatismo da máquina expressava a previsibilidade perfeita, e portanto a possibilidade de uma cidade plenamente harmônica, sem conflitos e sem contradições. Uma das hipóteses centrais desse estudo é a de que tal utopia encontrou repercussão social importante no período do entre-guerras, a ponto de traduzir-se na produção cultural em geral, e na linguagem do cinema em particular.

Para nos aproximarmos da sensibilidade dos autores e dos consumidores daqueles filmes, é preciso ter em mente que a metrópole industrial ainda era um fenômeno relativamente recente, em muitos sentidos de um verdadeiro ineditismo histórico, pouco compreendido pelos seus protagonistas e capaz de provocar fascínio e pavor de igual intensidade. Referindo-se, por exemplo, à São Paulo daquele período, Nicolau Sevcenko afirma que a "maciça maioria da população ignorava por completo a experiência de viver numa metrópole, até o momento em que foi inadvertidamente envolvida numa." (SEVCENKO, 1998: 40).

É assim que entre os filmes da época podemos encontrar o pessimismo sombrio de *Metrópolis*, de Fritz Lang, e o ufanismo "nacional-progressista" de *São Paulo, Sinfonia da Metrópole*, de Lustig e Kemeny, passando pela modernidade radical e carregada de ambigüidades do análogo berlinense, de Walther Ruttmann. Mas em todos eles, e em muitos outros, a cidade recebeu um protagonismo que em si mesmo pode ser um objeto pertinente de análise do historiador.

Nesse sentido, os chamados filmes de sinfonia urbana são de interesse óbvio. Os dois já citados fornecem material riquíssimo para estudos nessa direção. A metáfora da cidade máquina se expressa de forma particularmente contundente no filme brasileiro. Na São Paulo que os diretores húngaros apresentam há pouco lugar para a dissonância e a desordem. Os corpos, as instituições, os bondes e as fábricas compõem uma sinfonia sem ruídos, cada qual em seu lugar e cumprindo seu papel. Além disso, o filme se presta a revelar ao espectador as tramas invisíveis ao homem comum que fazem a cidade funcionar e que estabelecem interdependências entre os seus diversos momentos e lugares, só aparentemente

[1] Diz Foucault que "lá onde há poder há resistência" (FOUCAULT, 2001: 91).

desarticulados entre si. Daí que a produção de leite componha uma seqüência com a imagem de um caminhão de distribuição e culmine com o braço da moça apanhando a garrafa na janela de sua casa. Operação similar foi feita com o jornal, com igual preocupação em revelar a sincronização entre sua produção na gráfica e sua compra pelos indivíduos atarefados nas ruas e nos bondes da cidade, passando pela distribuição aos pequenos e ágeis vendedores.

Evidentemente, para construir essa imagem sinfônica, os autores tiveram que proceder a diversos ocultamentos. A miséria, os cortiços, as revoltas sociais, as enchentes, e as doenças, por exemplo, não fazem parte daquela harmônica São Paulo de celulóide. Tampouco a noite paulistana, ao contrário da sinfonia berlinense, mereceu virar imagem. O dia da cidade termina com o fim da jornada de trabalho, articulando o filme com uma das mais privilegiadas construções identitárias de São Paulo. O trabalho é o que dá sentido à cidade.

Berlim, Sinfonia da Metrópole, de Walther Ruttmann, foi feito em 1927, dois anos antes do filme brasileiro. Nele, a imagem maquínica da cidade é mais moderna, o que evidentemente foi facilitado pelo próprio suporte do filme, a cidade de Berlim, em todos os aspectos mais plena de modernidade que a São Paulo do final dos anos 20. Talvez por isso mesmo, o filme alemão é menos ostensivamente otimista e apologético. Ao lado de um fascínio pela máquina, pela tecnologia e pelo trem, por exemplo, aparecem recorrentes referências às vertigens que uma metrópole industrial produz, culminando na cena de uma suposta tentativa de suicídio de uma mulher desesperada que se prepara para saltar de uma ponte. De todo modo, Ruttmann não se afasta do ideal maquínico. As ambigüidades da cidade se refletem de alguma forma no filme, mas não permitem que o resultado seja a imagem de uma Berlim desagregada e fragmentada. O próprio diretor chegou a explicitar essa opção metodológica para filmar a cidade:

> *Muitas das tomadas mais bonitas tinham que ficar de fora porque não poderia surgir delas um livro ilustrado, e sim algo como a estrutura de uma máquina complicada que só pode começar a funcionar se cada uma de suas menores peças encaixar-se com a maior precisão uma nas outras.* (Citado por MACHADO, 1989: 32-33).

Algumas das estratégias para a construção dessa cidade-máquina que Ruttmann utiliza estão presentes no filme sobre São Paulo e são recorrentes em vários outras películas do período. Por exemplo, transformar o tempo e sua medição em objetos pertinentes ao cinema. Já foi referida aqui a análise de Elias que vê no tempo da fábrica um mecanismo central da sincronização que a sociedade industrial foi historicamente capaz de produzir. Apenas um tempo abstrato, universal e fragmentado possibilitaria isso. Thompson, em artigo

já clássico sobre o tema, faz a história da passagem de uma noção de tempo pré-industrial, medido em referência às tarefas cotidianas, e portanto não separado da vida, ao tempo que nasce na fábrica moderna, preciso, subdividido e igual para todos (THOMPSON, 1967). Os aumentos dramáticos e correlatos da divisão do trabalho, auxiliados pelos sucessivos incrementos do grau de maquinificação da produção, tornaram a generalização desse novo tempo uma necessidade primordial do ascendente capitalismo industrial. Por outro lado, a centralidade da fábrica na sociedade moderna fez extravasar tal fenômeno do espaço fabril à cidade industrial, e desta para o conjunto da sociedade.[2] Enfim, os operários de determinada fábrica tinham que ali estar às sete horas da manhã, pois às sete e meia a máquina começaria a funcionar. Para fazer isso, havia que tomar o bonde à hora certa, o que ampliava a disciplina do tempo ao motorista e ao cobrador envolvidos, por exemplo.

Um problema derivado da nova noção de tempo foi sua efetiva distribuição, pois a disponibilidade da consulta da hora é que viabilizaria de fato a sincronização. Esse é o papel dos grandes relógios colocados em torres e grandes prédios nas metrópoles modernas. Onipresentes, eles permitiam que os corpos humanos calibrassem seus movimentos para produzir a Sincronia cotidiana. Em vários dos filmes analisados, o relógio, pequeno ou grande, na fábrica ou fora dela, é objeto privilegiado da câmera. Em várias cenas e seqüências, sua aparição se dá por "direito próprio", constituindo ali o próprio tema do filme.

Em *São Paulo, Sinfonia...*, há uma seqüência em que transeuntes apressados consultam seus relógios para calibrar seus movimentos. A centralidade e o foco estão nos relógios propriamente ditos, de bolso ou de pulso, e no gesto de sua consulta (Figura 1).

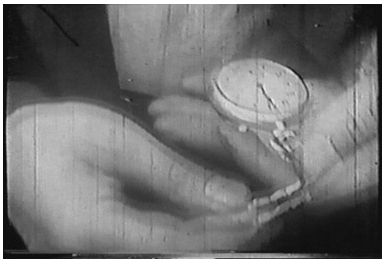

Figura 1

Em *Berlim, Sinfonia...* é a um grande relógio em uma torre da cidade que se confere protagonismo. Logo ao início do primeiro ato, dedicado ao amanhecer da cidade, os primeiros movimentos do que em seguida se converterá numa sinfonia veloz, intensa e

[2] A expressão globalizada desse processo é a escolha do meridianos de Greenwich como referência para a hora mundial, em 1884 (ORTIZ, 1991: 252).

multitudinária, são antecedidos e anunciados por uma tomada do referido relógio indicando 5 horas da manhã (Figuras 2 e 3).

Figura 2

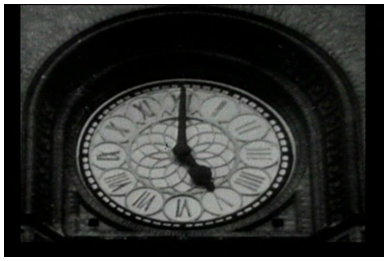

Figura 3

Recuando ainda mais no tempo, para o ano de 1927, encontramos no *Metrópolis*, de Fritz Lang, a presença implacável do relógio a impor o ritmo de trabalho e a prender o operário à sua máquina até seu último sopro de energia e até o último segundo do último minuto do seu turno. Sintomaticamente, a própria máquina se parece com um relógio, com o operário manuseando os ponteiros em busca de uma impossível sincronização com lâmpadas que se acendem e se apagam. Em uma das numerosas metáforas bíblicas do filme, o trabalhador fatigado parece preso a esses ponteiros como a uma cruz em versão moderna e industrial (Figura 4).

Figura 4

Chaplin, em *Tempos Modernos*, coloca um gigantesco relógio quadrado, filmado de frente e ocupando quase todo espaço da tela, sintomaticamente como a cena que abre o filme (Figura 6). A internalização da disciplina fabril e do tempo da fábrica aparece em outra cena que compartilha a crítica irônica que impregna todo o filme. Em pleno "colapso nervoso" por conta da imposição de um trabalho que transformava os operários em homens-máquinas, Chaplin entra correndo em direção ao interior da fábrica, de onde saira perseguindo uma mulher, e para onde retornava perseguido por um policial. Mas antes de adentrar novamente ao ambiente das máquinas e dos operários, passa por um relógio-ponto, e mesmo

em pleno "desvario" e em meio a uma fuga acelerada, ele não deixa de "bater o ponto", como se condicionara maquinalmente a fazer a cada vez que por ali passava (Figura 7).

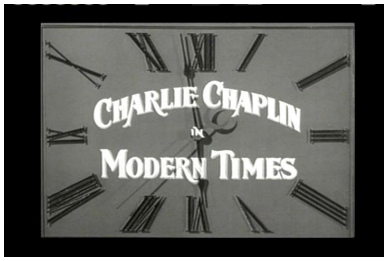

Figura 6

Figura 7

A própria sincronização industrial é um dos temas centrais do filme. A racionalização científica do trabalho, culminando nos movimentos taylorista e fordista e passando pela esteira rolante das modernas linhas de montagem, criaram graus cada vez maiores de interdependência e sincronização entre os gestos individuais de cada operário, por sua vez cada vez mais simplificados e fragmentados. Chaplin pretendeu fazer uma crítica desse processo, denunciando a desumanização em que ele implicava. O desajustamento de seu personagem às draconianas condições do trabalho, que impunham ritmos maquínicos inflexíveis aos operários, levou-o ao colapso, ao seu próprio e ao de toda a fábrica. A sincronização aqui aparece amplificada pela demonstração de sua impossibilidade a partir do desajuste de apenas uma pequena parte, colocando a produção e todo o complexo fabril em risco (Figura 8).

René Clair, cinco anos antes de Chaplin, levou ao cinema a mesma crítica, com uma cena de colapso na linha de montagem estruturalmente idêntica. Em "A nós a liberdade", também um operário não consegue acompanhar o ritmo que a fábrica maquinizada exige. No entanto, no filme francês não é a fadiga e o esgotamento nervoso que provocam a crise, mas ora o simples descompasso com o fluxo automatizado, ora a queda do lenço de sua "amada" na esteira, que o leva a tentar resgatá-lo e a novamente "acavalar-se" com os colegas de trabalho (Figura 9). Seja por meio de uma fadiga acompanhada de esgotamento nervoso, seja por meio de uma leve desatenção seguida de uma expressão de afeto ou paixão, ambos os cineastas estão contrapondo a impossibilidade da assimilação do homem à máquina e denunciando a violência da sincronia fabril.

Figura 8

Figura 9

Além do relógio, outro objeto é privilegiado na construção da metáfora da sincronização, seja na fábrica ou na cidade: a alavanca. Seu acionamento é capaz de instaurar e regular toda uma série de procedimentos interconectados. Em *Berlim, Sinfonia...*, a longa seqüência dedicada aos processos fabris é precedida pelo acionamento quase cerimonioso de uma alavanca (Figura 10). Também em *Tempos Modernos*, as alavancas aparecem com esse sentido diversas vezes. Quando o diretor da fábrica ordena ao contra-mestre que aumente a velocidade da produção em determinada seção, é manuseando-se um sistema de alavancas que isso é feito (Figura 11). Na cena seguinte, a aceleração da esteira produz um acirramento das condições corporais críticas de nosso personagem. No entanto, em pleno "surto", é justamente utilizando as alavancas que Carlitos coordena a ação dos seus colegas de esteira e atrasa sua captura, obrigando-os a retornar ao trabalho imediatamente a cada vez que dessa forma a produção é reiniciada (Figura 12). O conjunto alavanca-esteira-operário se torna, assim, um sistema que, uma vez em movimento, não permite lacunas, falhas ou ausências. Pouco antes, é movimentando tresloucadamente o conjunto de alavancas próximas à caldeira que Carlitos parece levar a ameaça à integridade da fábrica e do processo produtivo ao paroxismo, com labaredas e fumaças induzindo a imaginação de incêndios e explosões (Figuras 13 e 14).

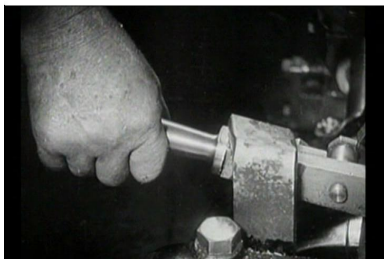

Figura 10

Figura 11

Figura 12

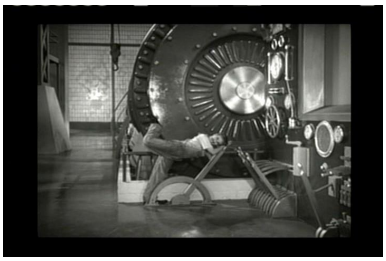

Figura 13

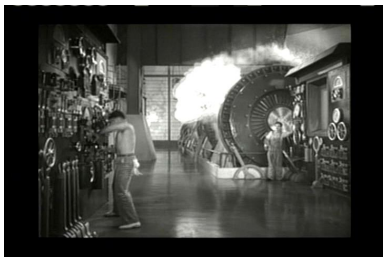

Figura 14

Em *São Paulo, Sinfonia...* também encontramos muitas alavancas filmadas essencialmente com a mesma perspectiva. Também ali a produção fabril é antecedida pelo acionar de um sistema de botões e alavancas (Figura 15). Nas ruas da cidade, é manuseando uma pequena alavanca que o policial coordena o tráfego urbano, em si uma verdadeira concretização aos nossos sentidos da sincronização da metrópole industrial.

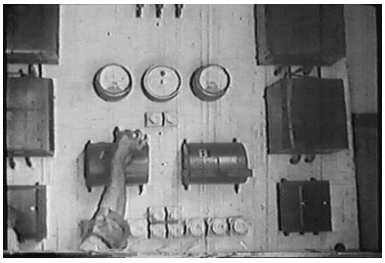

Figura 15

Mas o paroxismo talvez tenha sido alcançado por René Clair, no filme *Paris qui dort*, em que um cientista literalmente pára toda a cidade – e seus habitantes têm os movimentos "congelados" – a partir do acionamento de uma alavanca (Figura 16).

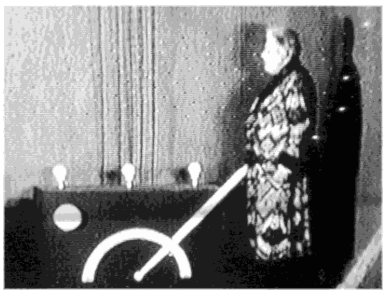

Figura 16

Walter Benjamin pode nos ajudar a compreender a metáfora da alavanca no contexto da afirmação da modernidade. Ele atribuiu à sociedade industrial a característica de

generalizar dispositivos que são capazes de desencadear uma complexa sucessão de eventos a partir de um gesto simples:

> *Com a invenção do fósforo, em meados do século passado, surge uma série de inovações que têm uma coisa em comum: disparar uma série de processos complexos com um simples gesto. A evolução se produz em muitos setores; fica evidente em outras coisas, no telefone, onde o movimento habitual da manivela do antigo aparelho cede lugar à retirada do fone do gancho. Entre os inúmeros gestos de comutar, inserir, acionar etc., especialmente o "click" do fotógrafo trouxe consigo muitas conseqüências. Uma pressão do dedo bastava para fixar um acontecimento por tempo ilimitado.* (BENJAMIN, 2000: 12).

A sincronização em grande escala que a metrópole produzia a cada 24 horas, culminância de um processo de longa duração de que se ocupou Norbert Elias, estava dentre os fenômenos urbanos que mais impressionavam os contemporâneos mais atentos e que por conta disso pôde ser tratado cinematograficamente com alguma prioridade, como vimos. Em algumas dessas construções fílmicas, a utopia da sincronização perfeita, sem ruídos, dissensões e perturbações, ganhou expressão na metáfora da cidade-máquina.

O desejo em transformar a fascinante sincronização real das grandes cidades de concreto da época em sincronização perfeita das cidades de celulóide pode embutir o desconforto com o panorama conflitivo e desagragador do mundo que emergiu da Primeira Guerra e que logo enfrentaria a dramática crise da Grande Depressão. Sem dúvida, a emergência do nazi-fascismo e sua ênfase em combater a diversidade e afirmar uma arregimentação social unificadora e totalitária expressava uma resposta a esse fenômeno. Por outro lado, o próprio cinema da época foi também capaz de fazer a crítica não apenas das violências que as estratégias de sincronização poderiam implicar, apontando o corpo humano como seu ponto de aplicação último e central, mas igualmente revelando que nesse mesmo corpo humano se encontravam os seus limites absolutos e insuperáveis.

Com a pequena amostragem que aqui fizemos da expressão cinematográfica de alguns desses fenômenos, é possível reconhecer que migraram para as telas muitas das contradições, ambigüidades, aspirações e projeções que as grandes cidades e seus protagonistas de então produziam em seu cotidiano. E a cidade-máquina pôde se constituir então numa das mais poderosas representações do imaginário da época, seja como sonho ou como pesadelo.

Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Water. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade de saber. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

MACHADO, Rubens L. R. *São Paulo em movimento:* a representação cinematográfica da metrópole nos anos 20. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1989.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole:* São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SPITZER, Steven. The racionalization of crime control in capitalist society. In: COHEN, Stanley; SCULL, Andrew (Ed.). *Social Control and the State.* Oxford: Basil Blackwell, 1986.

THOMPSON, E.P. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past and Present*, Oxford, n. 38, p. 56-97, 1967.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Pobreza e desenvolvimento no Nordeste

Flávio Lúcio R. Vieira*

Resumo: Neste trabalho, enfocamos a atuação do BIRD, analisando as mudanças ocorridas nas estratégias aplicadas no Nordeste e a crescente participação dessa instituição internacional no financiamento de políticas de desenvolvimento voltadas para a região. Procuramos enfatizar as mudanças ocorridas na estratégia do Banco Mundial voltados ao financiamento de projetos orientados pela idéia de desenvolvimento rural, experiências que foram fundamentais para o aperfeiçoamento dos mecanismos de atuação do BIRD no Brasil e que constituem elementos antecedentes da estratégia de combate à pobreza no Nordeste durante a década de 1990.

Palavras-chave: pobreza – desenvolvimento – Estado.

Abstract: "Poverty and development in the Northeast": In this paper, we focus on the BIRD's acting, by analyzing the changes occurred in the strategies applied in Northeast Brazil, as well as the increasing participation by this international institution in the financing of regional developing policies. We attempt to emphasize the changes occurred in the World Bank's strategies, related to the funding of rural development-oriented projects, experiences which were basic to the improvement of acting mechanisms of the BIRD in Brazil, and that form a background to the strategy of poverty combat in Northeast Brazil in the 1990s.

Keywords: poverty – development - State.

O estudo das relações entre o Estado brasileiro e as instituições financeiras internacionais são fortemente concentrados na instância federal, ficando relegado a um plano secundário, diríamos nós quase esquecido, as relações entre as instâncias intermediárias, estaduais e municipais. Desde o inicio da década de 1990, o Brasil redirecionou suas políticas de desenvolvimento para o combate à pobreza. No caso do Nordeste, desde 1995, a estratégia passou a ser negociada e implementada diretamente com os governos estaduais, e todos os projetos desses governos foram inseridos em um programa do Banco Mundial de combater à pobreza rural no Nordeste, o *Northeast Rural Poverty Alleviation Program* (WORLD BANK, 1997) –, que está plenamente articulado à nova estratégia, delineada a partir de um duplo

* Professor do Dep. de História da UFPB. Doutor em Sociologia (UFPE). Pesquisa financiada pelo CNPq.

objetivo: o combate à pobreza através do estímulo à participação das populações locais na definição dos investimentos do Estado.

O exame dessa questão tem nos permitido constatar uma ampliação da incapacidade não apenas do Estado nacional brasileiro, mas também das esferas de poder sub-nacionais, de elaborar projetos de desenvolvimento fundados em estratégias nacionais e/ou regionais. Essas estratégias foram abandonadas por estratégias pautadas pelos localismos, portanto, fragmentárias, que se originam por dentro de instituições externas, a exemplo do Banco Mundial, cuja explicitação é apresentada em documentos como os que aqui vamos analisar.

Essas proposições estão em estrita consonância com o novo *paradigma* de desenvolvimento sustentável, introduzida no Nordeste desde 1994, após conclusão do Projeto Áridas (BRASIL, 1994), e, a partir de 1995, com a elaboração, pelos governos estaduais nordestinos, de planos de desenvolvimento sustentável (VIEIRA, 2004). Não cabe aqui discutir esse processo, mas apenas indicar que as propostas ali esboçadas são declaradamente defendidas pelo Banco Mundial e se inserem no amplo quadro de reestruturação do Estado no Brasil e no Nordeste que se deu desde então.

Primeiro, no que se refere ao problema do combate à pobreza. No *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*, de 1990 (BANCO MUNDIAL, 1990), que teve a pobreza como tema central, foram esboçadas estratégias para combatê-la, tendo como objetivo principal declarado a criação de oportunidades econômicas para geração de renda. Para o Banco Mundial, é isso que justifica a proposta de desenvolvimento sustentável, como foi explicitado, dois anos depois, no relatório sobre desenvolvimento mundial, de 1992, que tratou das relações entre *desenvolvimento e meio ambiente* (BANCO MUNDIAL, 1992). Neste documento, foram retomados os argumentos acerca do crescimento populacional, abordagem habitual nos anos 1970, especialmente após a publicação do célebre relatório do Clube de Roma intitulado *Limites do crescimento* (Meadows et all., 1978)**,** e seus impactos sobre o desenvolvimento econômico, agora já ajustados à nova conjuntura de hegemonia neoliberal.

Nos anos 1990, as análises foram redirecionadas para um outro limite do crescimento econômico: a pobreza, segundo o Banco Mundial, a principal geradora da degradação ambiental (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 28-31). Desta forma, é possível inferir que, para o Banco Mundial, a pobreza se configura como a variável principal para explicar o crescimento dos problemas ambientais, o que nos permite concluir sobre quem são os grandes

responsáveis pelos problemas ecológicos atuais. Por isso, para o Banco Mundial, "o alívio da pobreza é tanto um imperativo moral como um requisito prévio indispensável para chegar a sustentabilidade ambiental. Os pobres são ao mesmo tempo *vítima* e *agente* da degradação do meio ambiente" (*ibid.* p.32), ao mesmo tempo em que "há uma sinergia considerável entre o alívio da pobreza e a proteção do meio ambiente"(*ibid.* p.34). Assim, o desenvolvimento sustentável deve compatibilizar crescimento econômico, combate à pobreza e preservação ambiental e a estratégia proposta é dirigida especificamente para os países *em desenvolvimento*.

Nos relatórios de 1990 e 1992, se conjugaram dois pontos centrais, que constituirão o fundamento da estratégia de desenvolvimento proposta pelo Banco Mundial para os países "em desenvolvimento" e que determinará a lógica dos programas financiados pelo BIRD a partir da década de 1990: combate à pobreza e desenvolvimento local. A relação entre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento, assim, só pode se realizar pelo combate à pobreza. Ressalte-se também que o elemento central da estratégia de desenvolvimento sustentável é a participação das comunidades locais:

> *"Os enfoques baseados na participação têm três vantagens principais: a) permitem aos planejadores compreender melhor os valores, os conhecimentos e a experiência da população local; b) ajudam a ganhar o respaldo da comunidade quanto aos objetivos dos projetos e a assistência comunitária para a execução ao nível local, e c) podem ajudar a resolver os conflitos com respeito ao uso dos recursos"*. (Ibid., p. 99)

Não é à toa, portanto, que combate à pobreza e desenvolvimento local aparecem como verdadeiras panacéias nas discussões e nos projetos de desenvolvimento desde então, sendo que ambos os termos são partes essenciais do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, a transição para a hegemonia dessas idéias e práticas durou pelo menos duas décadas até que elas aparecessem na forma como se apresentam hoje.

A partir de 1995, mesmo os governados por políticos considerados de esquerda, a exemplo de Miguel Arraes, em Pernambuco, cuidaram de elaborar "Planos de Desenvolvimento Sustentável". Também em 1995, o Governo Federal lança o programa *Comunidade Solidária*, em clara consonância com a estratégia do Banco Mundial. Segundo o BIRD:

Os projetos de combate à pobreza dos estados nordestinos compõem um amplo programa de combate à pobreza no Nordeste financiado pelo Banco Mundial, o *Northeast Rural Poverty Alleviation Program*. Detentor dos recursos para empréstimos a esses estados,

o Banco Mundial determina, não apenas o sentido estratégico das políticas de desenvolvimento, como a aceitação e legitimação dos seus conceitos e análises sobre a realidade brasileira e nordestina. O caso das políticas de combate à pobreza exprime mais um capítulo no turvo enredo do consenso gestado (pelo alto, como sempre) a respeito das alternativas no campo dos debates sobre desenvolvimento econômico e social. E isso não pode deixar de ser visto como perda de soberania a que está submetido o Estado brasileiro, visto agora, no caso aqui analisado, sob o ângulo de um dos entes federativos, prisioneiros de uma armadilha que eles próprios ajudam a manter, reproduzindo-a ao aceitarem as formas de controle de suas orientações estratégicas.

O caso do Projeto Cooperar, formalmente de iniciativa do Governo da Paraíba, nos indica isso. Depois da década de 1980, a mudança na estratégia de desenvolvimento regional não foi determinada nacionalmente, isto é, sua origem não se situou no âmbito do Estado nacional brasileiro. Um dado essencial que corrobora essa afirmativa foi a transformação dos países que recebiam recursos do Banco Mundial em campo de experimentos a respeito das políticas mais adequadas de desenvolvimento a serem financiadas pelo Banco Mundial, que buscava "modelos" param serem aplicados em outros países. Nesse sentido, Antônio Rocha Magalhães, à época Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, descreve o processo de mudança de rumo no modelo de desenvolvimento aplicado ao Nordeste a partir de 1993. Preocupados com a centralização na União no que diz respeito à liberação de recursos de empréstimos do Banco Mundial, via PAPP, para os governos estaduais, uma missão do BIRD faz-lhe um convite para organizar uma comitiva para ir ao México com o objetivo de conhecer, *in loco*, a experiência mexicana de descentralização. Magalhães compartilhava desse entendimento, defendendo que se fosse "às últimas conseqüências no processo de descentralização, afastando todo o complexo de agências governamentais que inviabilizavam o programa [PAPP]".

Magalhães descreve o modelo mexicano

> *"A comunidade reunida definia o que precisava fazer em primeiro lugar. Em seguida, elegia um presidente, um secretário e um tesoureiro que se encarregariam de implementar o projeto, que era levado a um comitê municipal onde a prioridade era confirmada. Uma vez aprovado o projeto, a comunidade recebia 90% dos recursos, somava o seu trabalho (equivalente aos 10% restantes) e cuidava da implantação. Visitamos comunidades que estavam executando projetos de água potável, escolas, melhorias urbanas. Em cada lugar, não apenas se via onde e como os recursos estavam sendo aplicados, mas se sentia o entusiasmo da população beneficiada.*

> *(...) De volta ao Brasil, iniciamos de imediato o processo de transformação. (...) O novo modelo do PAPP, implantado a partir de 1993, era totalmente descentralizado para as comunidades. A comunidade poderia tomar conhecimento do programa através de informações divulgadas pelo governo ou através de qualquer outro meio. Ela deveria reunir-se, em democracia plena, para discutir os seus problemas e suas prioridades, indicando o que desejam em primeiro lugar. Nesse processo, geralmente se destacam lideranças natas. A comunidade também deveria formar uma associação, com presidente e uma diretoria, com poderes para assumir compromissos e receber e administrar recursos. A comunidade também indicaria representantes para um Conselho Municipal, que faria a priorização dos projetos a nível do município.*" (MAGALHÃES, 2000, p. 5-6)

A partir de 1995, o novo modelo ganha a forma que tem nos dias de hoje, evoluindo para uma quase completa autonomização frente às várias esferas de governo, mantendo ainda algum vínculo com os governos estaduais, através da contratação dos empréstimos e do controle que estes ainda têm sobre as Unidades Técnicas que implementam os projetos nos municípios. No entanto, os governos nordestinos não têm nenhuma intervenção quanto à concepção e os chamados "delineamentos estratégicos", atuando muito mais como um organizador da estrutura administrativa e repassador de recursos às comunidades. Um acontecimento específico pode deixar claras essas limitações políticas e constituem nítida interferência do Banco Mundial em assuntos internos de um governo estadual. Em uma das avaliações feitas do Projeto Cooperar, da Paraíba, o Banco Mundial vetou a prioridade que o Governo da Paraíba dava à aprovação e liberação de recursos para projetos de eletrificação rural. Ora, nos parece óbvio que qualquer iniciativa que deseje promover o "desenvolvimento comunitário", nos seus vários níveis, deva prover essas comunidades de um serviço essencial, que é o aceso à energia elétrica, o que permitiria a essas comunidades dar sustentabilidade aos seus empreendimentos, bem como a uma melhor qualidade de vida, conforto e acesso à informação. Pois bem. O Banco Mundial vetou essa prioridade, defendendo uma maior diversificação das ações para atender às reivindicações das comunidades e não à estratégia do Governo do Estado. Trata-se, diria um neoliberal, de uma racionalização do uso dos recursos escassos diante das ilimitadas necessidades dessas comunidades. Como não há recursos para tudo, que as comunidades façam suas próprias escolhas. O nítido direcionamento estabelecido pelo governo paraibano na aprovação e liberação de recursos para projetos de eletrificação rural constituiu interferência indevida e o Banco Mundial forçou a suspensão do procedimento, com a devida anuência do Governo da Paraíba. Além disso, parece claro que, com essa ação, o Banco Mundial procura manter coerência com os referenciais teóricos, políticos e ideológicos estabelecidos. A atitude descrita acima valida a pedra de toque conceitual dos elaboradores dessa estratégia: o *capital*

social, que, na definição de Putnan, diz respeito à "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas". (PUTNAM, 1996:177). O que o Banco Mundial diz desejar é uma mudança cultural no interior dessas comunidades que permita uma autonomização delas frente ao Estado, aos grupos políticos locais e ao próprio banco, em busca da sustentabilidade do desenvolvimento comunitário, uma cultura cujo ponto de partida seja uma espécie de *acumulação primitiva de capital social* para essas comunidades, que o Banco Mundial procura prover. Ou seja, mais do que infra-estrutura e financiamento para pequenos empreendimentos, são instituições e normas que estão sendo criadas, a partir das quais se almeja promover uma nova organização social, culturalmente mais eficiente, produtiva e empreendedora, em substituição a uma tradição patrimonialista dominada pelos grupos políticos locais e pelo Estado mentenedor dessas estruturas, dependente política e ideologicamente, que limita a iniciativa dos indivíduos. Em suma, citando um outro ícone desse debate: um dos elementos centrais para alcançar-se o desenvolvimento, que, segundo Amartya Sen, tem como fundamento a expansão das liberdades reais de escolha, são os valores e os costumes sociais de uma determinada sociedade que

> *"(...) também respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel da confiança nas relações econômicas sociais ou políticas. O exercício da liberdade é mediado por valores que, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação"* (SEN, 2000, p. 24).

Em síntese, a razão do desenvolvimento é, em tese, promover a melhoria das condições de vida dos indivíduos (saúde, alimentação, educação, acesso a recursos como água, terra, energia elétrica) e ampliar as capacidades desses indivíduos na esfera de suas relações (na família, na comunidade, no trabalho) e dos seus papéis sociais (como mulher, trabalhador, etc.). São essas capacidades que geram oportunidades e que, por sua vez, definem o destino desses indivíduos.

Apesar da referência ao governo, as ações que o Banco Mundial procura limitar cada vez mais a autonomia daquele para criar e implementar suas próprias estratégias. Já que elas são, por princípio, produto de estudos e análises que precedem uma ação global, o desenvolvimento comunitário, ao mesmo tempo em que estimula a organização e participação social das comunidades pobres, fragmenta a ação do Estado no território. Configura-se, na prática, uma oposição entre os objetivos das comunidades, necessariamente localizados, e do Estado, em geral, articulados dentro do território.

A opção do Banco Mundial por priorizar as comunidades parece mais democrática, mas a questão é: cabe a ele fazer essa escolha?

Considerações finais

Nos últimos anos, a categoria "pobreza" ganhou status de centralidade no discurso das agências internacionais de financiamento. Isso pode ser observado nos relatórios anuais sobre desenvolvimento produzidos pelo Banco Mundial, nas indicações sobre políticas de desenvolvimento da ONU, a exemplo das elaboradas pelo PNUD e pela CEPAL, e nas políticas do Governo Federal brasileiro e dos seus entes federativos, especialmente no Nordeste. Essa centralidade se concretiza através da elaboração de estratégias de desenvolvimento e da abertura de créditos destinados, principalmente, ao financiamento de políticas de combate à pobreza para países "em desenvolvimento". Como já chamamos a atenção, foi o *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*, de 1990 (BANCO MUNDIAL, 1990), que estabeleceu o marco dessa nova estratégia. Não por outro motivo, 1990 é também o ano-base de uma ação que deve durar 25 anos, o ponto de partida para se alcançar os "Objetivos do milênio" traçados pelo ONU. Entre esses objetivos, o combate à pobreza figura em primeiro lugar. As metas da ONU representam, segundo o representante do PNUD e coordenador da ONU no Brasil, Carlos Lopes, um inédito "consenso internacional perante a luta contra a pobreza" (PNUD, 2006). Tal "consenso" se configura em estratégias *globais* de desenvolvimento, que são hoje adotadas por países como o Brasil, e cuja aplicação apenas leva em conta as "adaptações" – palavra-chave no discurso dos defensores da *globalização* (CHENAIS, 1996) – às realidades locais. O critério "nacional" foi abolido, restando apenas a fragmentação, não apenas das políticas sociais, mas da própria ação do Estado no território. Eis um outro aspecto relevante no debate sobre *universalização* X *focalização* das políticas públicas brasileiras atuais, infelizmente não tratado aqui, mas de extrema importância para compreendermos o sentido geral desse embate, que não realiza apenas no âmbito conceitual e intelectual, mas tem mesmo uma configuração geopolítica. Quem disse que os defensores da "globalização" não têm preocupações com a pobreza?

As políticas de combate à pobreza não nasceram de uma hora para outra. Elas foram resultado tanto do aprimoramento internacional das experiências de instituições como o Banco Mundial, através de verdadeiros campos de experimentos, bem como de um processo que pode ser reconhecido como perda gradual da soberania de países "em desenvolvimento".

O âmbito do planejamento econômico sempre foi um campo fundamental para o exercício de ações voltadas para o desenvolvimento, e o planejamento econômico nasceu, em países como o Brasil, como parte de um projeto de modernização nacional embutido numa estratégia cujo critério e referência era o mercado interno, e não o mercado externo. O planejamento nasceu sob a ótica da intervenção organizada do Estado no território nacional.

Da atuação do Banco Mundial financiando projetos no Nordeste, durante a década de 1970, até a definição das estratégias de combate à pobreza, o que se verificou não foi apenas um aprimoramento da experiência de atuação do Banco Mundial no Nordeste, mas um permanente aprofundamento do controle desta agência de financiamento sobre as políticas de desenvolvimento. Digamos que o Banco Mundial substituiu a SUDENE, só que com uma diferença: a estratégia não é resultado de projeto de desenvolvimento, elaborado a partir de análises, critérios e objetivos nacionais e regionais. O grau de unidade política e ideológica, que pode ser facilmente verificado nos dias de hoje entre aqueles tornam essas políticas de Estado (membros do poder executivo de todas as instâncias, foi produzido através dos argumentos nada sutis da dependência financeira do Estado e do histórico pragmatismo das nossas classes proprietárias dirigentes

Referências bibliográficas:

_____. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. A pobreza. Washington, D. C. : Banco Mundial, 1990.

_____. *Informe sobre el desarrolo mundial 1992: desarrolo y médio ambiente.* Washington: Banco Mundial. 1992

BANCO MUNDIAL *Pobreza rural.* Disponível em: http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_folder/1260.html. Acesso em: 15/11/2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Projeto Áridas. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável.* Brasília, DF, 1994.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMERICA LATINA E CARIBE.). *La protección social de cara al futuro: Acceso, financiamiento y solidaridad*. Montevideo, ONU/CEPAL, 2006

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. *Desenvolvimento Comunitário e Combate à Pobreza no Nordeste*. Brasília, 2000. Disponível em: www.bird.org.br/content/_downloadblob.php?cod_blob=283 >acesso em: 05 de fevereiro de 2005

MEADOWS, Denis et all. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

PNUD. (2006) *Objetivos de desenvolvimento do milênio*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/odm/index.php. Acesso: 18/09/2005

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna.* Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000

VIEIRA, Flávio L. R. *Sudene e desenvolvimento sustentável: planejamento regional na década neoliberal.* João Pessoa: Ed. UFPB, 2004.

WORLD BANK. (1997) *Northeast Rural Poverty Alleviation Program Rural Poverty Alleviation Project – Paraiba* (Report No. 16757-BR). Disponível em: http://www.bancomundial.org.br/content/_downloadblob.php?cod_blob=184 >acesso em: 16 de junho de 2005<.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)

Deivison Gonçalves Amaral*

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a atuação da Confederação Católica do Trabalho junto aos trabalhadores de Belo Horizonte, entre 1919 e 1930. Foram consideradas: a prática discursiva católica, a luta por direitos e melhores condições de vida e a mediação dos conflitos entre capital e trabalho. A metodologia da análise do discurso é utilizada com o objetivo de perceber o papel das práticas discursivas católicas e a penetração do catolicismo. As fontes nucleares: *O Operário* e os *Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte*. Críticas comumente feitas, que atribuem a esse tipo de ação reformista a responsabilidade por um movimento operário pouco autônomo ou "amarelo" são contrariadas. Tento demonstrar que a estratégia sindical reformista católica buscou atender às demandas urgentes: jornada de oito horas, descanso dominical e habitações.

Palavras-chave: Reformismo - discurso católico - catolicismo e trabalho.

Abstract: This work aims to analyze the performance of the Confederação Católica do Trabalho next to the workers of Belo Horizonte, between 1919 and 1930. They had been considered: the catholic discursive practical, the fight for rights and better conditions of life, and the conflicts mediation between capital and work. The methodology of the analysis of the speech is used with the objective to perceive the paper of the catholic discursive practices and the penetration of the Catholicism. The nuclear sources are: *O Operário* and the *Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte*. I try to demonstrate that the catholic reformist syndical strategy took care of the most urgent demands of the workers: day of eight hours, Sunday rest and habitations.

Key-words: Reformism - catholic speech - Catholicism and work.

A produção historiográfica sobre a história do trabalho e dos trabalhadores de Belo Horizonte, sobretudo no período da Primeira República, é bastante restrita. Essa constatação talvez decorra da crise que a temática enfrenta desde o final dos anos 1980[2]. Não reflete, no entanto, a relevância desses estudos para a produção sobre a história operária no Brasil e nem mesmo a viabilidade definida pela existência, nos próprios arquivos da cidade,

[1]* Mestre em Ciências Sociais e graduado em História (PUC Minas). Professor do curso de História da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha - FEVALE/UEMG, de Diamantina. Dissertação de mestrado com o mesmo título foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, com bolsa de estudos concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

[2] Sobre os recuos da produção historiográfica da história operária e as novas possibilidades para o campo, ver BATALHA (2003).

de variadas fontes que permitem reconstruções e reinterpretações históricas sobre essa temática.

No tocante ao período da Primeira República, estudo a destacar é o de Eliana Dutra, *Caminhos Operários nas Minas Gerais*, de 1988. A autora compara a organização dos trabalhadores de Belo Horizonte e Juiz de Fora, no período de 1917 a 1930. No caso de Belo Horizonte, a autora mostra como o movimento operário caracterizou-se pela ação junto às instituições públicas para alcançar os objetivos de organização dos trabalhadores. Segundo a autora, a Confederação Católica do Trabalho foi responsável por um sindicalismo pouco autônomo na cidade. Dutra ainda classifica o movimento reivindicatório de trabalhadores, em Belo Horizonte, como "dócil e 'dentro da ordem'", até mesmo por sua proximidade com o poder público (DUTRA, 1988, p. 172). Apesar da importância do estudo para a produção sobre a história operária de Minas Gerais, a perspectiva adotada nessa pesquisa é crítica a essa caracterização pejorativa que a organização dos trabalhadores de Belo Horizonte recebeu.

A perspectiva adotada nesse estudo é que a Confederação Católica do Trabalho agiu como agente mobilizador da organização dos trabalhadores, em Belo Horizonte, e apontou diretrizes assumidas pela maioria das associações e sindicatos da cidade. A estratégia sindical reformista católica é vista como uma forma legítima de ação dos trabalhadores, que se tornou hegemônica em Belo Horizonte, durante a década de 1920. Nesse sentido, o esforço analítico é feito com o objetivo de avaliar se a estratégia correspondia às demandas dos trabalhadores da cidade. Tenta-se, dessa forma, romper com uma tradição valorativa que caracteriza o reformismo de forma negativa sem considerar as condições históricas que propiciaram sua escolha por um grupo de trabalhadores organizados.

Outro estudo importante é o de Carlos Veriano, *Belo Horizonte: Cidade e Política-1897-1920*, de 2001. O autor traça um paralelo entre a utopia da nova capital e a formação de sua classe operária, entre 1897 e 1920. Relaciona os elementos sócio-políticos que possibilitaram a formação da cidade e de sua classe operária. Demonstra, nesse sentido, a ligação entre a idealização da cidade e a formação do operariado, em maioria, originário dos trabalhadores da construção da capital.

A Confederação Católica do Trabalho foi uma instituição que atuou junto aos trabalhadores de Belo Horizonte, a partir de 1919. Embora classificada como confederação, a entidade era uma associação intersindical, profissionalmente indiferenciada, com atuação direta limitada ao espaço da cidade. Sob a bandeira do catolicismo social, a entidade aglutinou em torno de si a maioria dos sindicatos e associações de trabalhadores da cidade, durante a década de 1920, e apresentou diretrizes para as vivências cotidianas e do mundo do trabalho.

A entidade tinha uma ligação muito forte com a Igreja que, mais que fornecer a ideologia que balizava suas ações, ocupava espaços em sua administração. Pela influência exercida sobre os trabalhadores, a Confederação Católica do Trabalho constituiu elo entre os empregadores, o poder público e a classe trabalhadora da cidade.

A experiência da Confederação Católica do Trabalho, baseada no catolicismo social[3], pode ser entendida como um momento embrionário das relações que se estabeleceram entre a Igreja e o Estado na construção de um determinado discurso sobre o trabalho urbano no Brasil. Esse discurso ajudou a fundamentar a política que definiu a classe trabalhadora como ator político e foi fruto de projeto implementado pelo Estado, a partir do pós-1930, especialmente no Estado Novo (1937-1945), e que foi chamado por Gomes (2005) de "trabalhismo".

Durante a Primeira República, em Minas Gerais, os movimentos católicos tiveram bastante vitalidade. A força do catolicismo mineiro, durante as décadas de 1910 a 1920, cristalizou um "complexo de imagens da 'Minas católica' na fala das elites políticas e clericais", e possibilitou a representação do "mito da Minas Católica" (MATA, 1996, p. 115-119). É importante perceber, nesse sentido, como, em Minas Gerais, o catolicismo foi expressivo e propiciou um discurso sobre a identidade católica do mineiro.

Formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte

A formação da classe trabalhadora de Belo Horizonte está diretamente ligada ao processo de invenção da cidade. Belo Horizonte começou a ser construída em 1893 e foi inaugurada em 1897, para substituir Ouro Preto como capital de Minas Gerais. Primeira cidade planejada do Brasil, Belo Horizonte foi inventada com base nos ideais de modernidade e de progresso positivistas característicos do século XIX.[4]

Durante as primeiras décadas do século XX, foram significativos os esforços dos trabalhadores organizados em Belo Horizonte no sentido de reivindicar moradias operárias. A pressão fez com que a prefeitura formalizasse áreas para a criação de moradias para os operários, já nos primeiros anos após a inauguração da cidade. Uma análise dos *Annaes do*

[3] O catolicismo social tem como pedra angular a encíclica *Rerum Novarum,* de 1891. Em linhas gerais, o documento defendia o direito à propriedade privada e a necessidade de harmonia entre as classes sociais; apontava a ação católica como uma prática regeneradora dos malefícios do liberalismo moderno; condenava as idéias socialistas e anarquistas.

[4] O projeto de Aarão Reis, engenheiro responsável pela construção da cidade, reflete a utopia urbana da cidade ideal, caracterizada pela idéia de higienização. Sobre a questão Carlos Veriano afirma que a cidade foi demarcada "em termos da divisão e circulação dos diferentes grupos sociais" e os espaços reservados aos menos favorecidos eram escolhidos numa perspectiva segregatória. (VERIANO, 2001, p.90)

Conselho Deliberativo de Bello Horizonte demonstra a recorrência das reivindicações com esse propósito, que passaram de forma mais sistemática às pautas de discussão a partir de 1917.

A formação do operariado belo-horizontino é, portanto, fruto da mão-de-obra que veio para construir a cidade. À medida que o ritmo das construções diminuiu, os trabalhadores foram absorvidos por outros setores da economia que se desenvolviam na cidade, como a indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentos e de serviços, em geral.

Práticas discursivas católicas em Belo Horizonte

A Confederação Católica do Trabalho, visando a incorporar às práticas cotidianas dos trabalhadores de Belo Horizonte seus valores morais e sua orientação para as relações de trabalho, divulgou uma série de enunciados, sobretudo, no semanário *O Operário*. A prática discursiva da entidade estava alinhada com a orientação católica, enunciada na encíclica *Rerum Novarum*. Ao discursar sobre a harmonia entre as classes, contra as idéias socialistas, pela fusão da fé e do trabalho e, ainda, ao fazer os apelos morais baseados na fé católica, a entidade promovia a difusão da proposta da Igreja para o enfrentamento da questão social e, concomitantemente, promovia os princípios cristãos na sociedade.

Todo o discurso proferido pela Confederação Católica do Trabalho, contrário ao socialismo e ao anarquismo, visava a demarcar os campos e as formas opostas de enfrentamento da questão social. De um lado, os católicos e, do outro, socialistas e anarquistas. Não havia espaço para diálogo e qualquer tipo de interlocução entre esses campos. Ao demarcar os campos contrários, o discurso da entidade tentava fortalecer a idéia de que o caminho certo a seguir era o catolicismo. Ao associar à imagem de seus adversários características negativas, os católicos tentavam disseminar um sentimento de repulsão ao pensamento socialista e também a idéia de que o único caminho eficaz no enfrentamento da questão social era o que defendiam[5].

Sob a orientação do catolicismo social, a Confederação Católica do Trabalho discursava em defesa de uma moral amparada nos preceitos cristãos. Tentava, dessa forma, defender a sociedade da "corrupção dos costumes"[6] e discursava contra os comportamentos considerados agressivos à moral e à ordem: os filmes exibidos na cidade, os bailes, o comportamento das moças. O discurso moralista, nesse sentido, extrapolava o

[5] A definição dos campos separados e opostos apresenta-se em consonância com as observações de Foucault sobre os discursos religiosos. Em *A ordem do discurso* Foucault afirma que os discursos doutrinários (como os religiosos) ligam os indivíduos a certas enunciações e lhes proíbem outras, ligando-os identitariamente.
[6] LIGA PELA MORALIDADE. *O Operário*. Anno 1, n. 2. Bello Horizonte, 10 de jul. 1920, p. 1.

disciplinamento dos trabalhadores nas relações de trabalho e buscava orientar também o comportamento cotidiano.

A Confederação Católica do Trabalho buscava disseminar a fé católica entre os trabalhadores, caracterizando-a como elemento imprescindível às relações de trabalho. Para a entidade, somente as corporações católicas ofereceriam o apoio em todas as dimensões sociais e humanas necessárias à restauração da dignidade do trabalho e da vida. Nesse sentido, as noções de fé e trabalho se fundem e, ao defender melhores condições para os trabalhadores, a entidade trabalhava também na expansão da fé católica.

A luta por direitos

Se por um lado, a Confederação Católica do Trabalho atuou na educação pela fé, fortalecendo o catolicismo como "consciência moral do mundo" (SOUZA, 2002), por outro lado, consciente da situação vivenciada pelos trabalhadores no cotidiano de Belo Horizonte, concentrou-se também no apoio à luta dos operários por benefícios e questões objetivas como a jornada de trabalho, os salários e o direito às moradias também foram tratadas pela entidade.

Dentre as lutas encaminhadas pela Confederação Católica do Trabalho, durante a década de 1920, destacou-se a que buscava garantir a posse dos terrenos e renovar os prazos para as construções das moradias populares. A atuação da entidade processou-se, basicamente, de duas formas: pela assistência jurídica aos trabalhadores e pela criação da *Cooperativa Constructora de Casas Operarias Limitada*. Tais medidas assistencialistas foram consideradas por alguns estudiosos um desvio do sindicato de sua ação peculiar (RODRIGUES, 1968). Essa interpretação, todavia, desconsidera nas alternativas assistencialistas o atendimento às demandas dos trabalhadores em contextos específicos. Nesse sentido, partilho a tese de Alexandre Fortes (1999), que pondera que tal interpretação não considera os anseios dos trabalhadores em contextos particulares, nos quais tal alternativa pode ser eficaz. As campanhas da Confederação Católica do Trabalho em prol da habitação obtiveram êxito e algumas medidas legais foram tomadas pelo poder público de Belo Horizonte para facilitar o acesso dos trabalhadores à moradia.

A entidade encaminhou diversas reivindicações ao poder público e aos empregadores de Belo Horizonte, fez campanhas para garantir aos trabalhadores o respeito à jornada de trabalho de oito horas, o salário justo, o descanso dominical e a conquista de habitações populares. As campanhas eram encaminhadas com respeito aos princípios expostos nos estatutos da entidade e na orientação do catolicismo social, ou seja, baseados nas idéias de que a ação operária não devia excluir a Igreja e nem prescindir da harmonia social.

Temas como a jornada de trabalho de oito horas, o descanso semanal e as habitações populares coincidem com as reivindicações feitas por trabalhadores de outras regiões do Brasil. Belo Horizonte, no entanto, é uma experiência diversa das comumente estudadas justamente pela presença expressiva do catolicismo na organização dos trabalhadores. As vivências dos trabalhadores na capital mineira não são classificáveis no estereótipo que se criou sobre o trabalhador citadino da Primeira República: imigrante, geralmente italiano, e anarquista. Tal generalização não permite demonstrar a "multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões" dos trabalhadores brasileiros da Primeira República (BATALHA, 2000, p.8).

A forma de ação da Confederação Católica do Trabalho está inserida no que a historiografia do movimento operário denomina de sindicalismo reformista, que foi chamado por muitos autores de "amarelo" ou "dócil". No entanto, tais denominações carregam uma significação valorativa que nos últimos anos tem gerado um debate fecundo. O termo "amarelo" era usado pelos revolucionários para designar pejorativamente os reformistas. Todavia, tal caracterização pejorativa desvaloriza uma forma de ação que possuiu um número considerável de adeptos e que, a seu modo, conquistou diversas melhorias para os trabalhadores brasileiros, durante a Primeira República. Por muito tempo, a produção acadêmica sobre o assunto sedimentou uma dualidade entre as duas estratégias sindicais, de um lado, os revolucionários, portadores da consciência de classe e representantes do verdadeiro sindicalismo e, do outro lado, os reformistas, que teriam aderido aos valores dominantes.

Aspecto importante está na análise da correspondência entre os anseios dos trabalhadores e a ação reformista. Essa compreensão suscita uma questão sobre a atuação da Confederação Católica do Trabalho: teria a estratégia sindical reformista católica correspondido às aspirações e demandas dos trabalhadores da capital mineira?

Se não é possível apontar uma resposta objetiva, negativa ou positiva, para a questão, podem-se apresentar elementos que elucidam ou apontam caminhos para interpretá-la. No aspecto da mobilização e do encaminhamento dessas campanhas, a Confederação Católica do Trabalho teve papel determinante. O processo de reivindicação sempre transcorria sem o recurso a greves ou qualquer tipo de conduta que pudesse ser considerada agressiva contra a autoridade do Estado. Essa forma de agir acabou por consolidar a Confederação Católica do Trabalho como uma entidade mediadora dos conflitos entre capital e trabalho, em Belo Horizonte. O encaminhamento das campanhas pela jornada de oito horas, pelo descanso

dominical, pelas moradias para trabalhadores, bem como outras reivindicações[7], gerou resultados que passaram pela aprovação de leis que garantissem aos trabalhadores o gozo de direitos. A Confederação Católica do Trabalho fez campanha para que essas leis fossem aprovadas e mesmo após tais conquistas continuou, a sua maneira, a exercer um papel de fiscalização e denúncia e, dessa forma, tentou garantir a efetividade de tais conquistas para os trabalhadores de Belo Horizonte. Essas considerações sugerem que a ação da entidade, se não era voltada para a transformação da estrutura social capitalista que gerava efeitos perversos e excludentes, buscava de modo efetivo reformar tal sistema e atender às demandas urgentes que propiciariam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Considerações finais

As interpretações sucintamente desenvolvidas nesse texto nem sempre harmonizam-se com boa parte da literatura sobre as práticas do movimento operário e sindical do período da Primeira República brasileira. As idéias preponderantes sobre o movimento operário tendem a desvalorizar a ação reformista sindical em favor da ação revolucionária.

A proposta aqui desenvolvida é consentânea às idéias que compreendem a consciência de classe como a possível de se processar em determinadas circunstâncias históricas. Nesse sentido, o reformismo é percebido como estratégia sindical que pode ter sido assumida conscientemente pelos trabalhadores, nos idos do início do século XX. (BATALHA, 2000; KIRK, 2004; SAVAGE, 2004; FORTES, 2004)

O alcance do discurso católico, em Belo Horizonte, influenciou uma ação baseada nos princípios do catolicismo, na harmonia entre as classes e a negação das propostas revolucionárias para a resolução da questão social. A afirmação interdiscursiva do catolicismo, ou seja, por meio da contraposição aos discursos antagônicos, e a propagação da moral católica para as relações cotidianas foram as principais estratégias de consolidação do discurso católico utilizadas pela Confederação Católica do Trabalho.

O que tentei demonstrar foi que a estratégia sindical reformista católica, traço distintivo da organização dos trabalhadores em Belo Horizonte, buscou atender às demandas mais urgentes dos trabalhadores. É importante destacar que as campanhas culminaram em conquistas de benefícios e estimulou a organização dos trabalhadores na cidade. A pesquisa realizada reforçou o entendimento de que, embora a forma de ação da confederação passasse

[7] A Confederação Católica do Trabalho comandou outras campanhas de menor repercussão, mas não menos importantes, referentes a: acidentes de trabalho, direito de associação, abastecimento de água em bairro operário, feiras livres na capital para venda de gêneros de primeira necessidade, entre outras.

sempre por um apelo baseado na moral e fé católicas, sua ação também era a favor do trabalho e da melhoria nas condições de vida dos trabalhadores.

Referências bibliográficas:

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 476p.

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 78p

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais**. São Paulo: Hucitec, 1988. 232p.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. **Cadernos AEL**, v. 6, n. 10/11, 1999. p. 173-216.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 79p.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320p.

KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. *In*: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de Classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora Unicamp, 2004. Cap. 2, p.49-72.

MATA, Sérgio da. **A fortaleza do catolicismo:** identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.

PASSOS, Mauro. **A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica**: a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Edições Loyola, 1991.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. *In*: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando T. e FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de Classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora Unicamp, 2004. Cap.1, p. 25-48

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários:** a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 320 p.

VERIANO, Carlos Evangelista. **Belo Horizonte: cidade e política – 1897-1920**. 2001. 237 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O clero goês e as estratégias de inserção na hierarquia eclesiástica (século XVII): os casos de Mateus de Castro e José Vaz

Célia Cristina da Silva Tavares*

Resumo: Goa foi a capital do Estado da Índia e possuía uma espécie de espelho das instituições que existiam em Lisboa, capital do reino. No entanto, a sociedade goesa era resultado de uma curiosa mistura de culturas que resultava em muitas tensões. Um dos problemas que existiam em Goa era a necessidade de alocação do clero nativo. Esse quadro resultou da própria contradição do processo de cristianização promovido pelos portugueses na Índia. De um lado, havia um número crescente de religiosos seculares não-europeus e, do outro, colocações eclesiásticas muito aquém desse número. O presente trabalho pretende estudar os casos emblemáticos de Mateus de Castro e José Vaz, que, cada um a seu modo, formularam maneiras de enfrentar os obstáculos existentes para limitar a mobilidade social de grupos cristianizados de origem goesa.

Palavras-chave: Clero goês – Estado da Índia – Império português.

Abstract: Goa was the capital of Estado da Índia and functioned like a kind of mirror of the institutions that existed at Lisboa, capital of the kingdom. However the goan society was a result of a mixing of cultures that aroused a tension environment. One of those problems was the necessity of allocation of the native clergy. This work has the objective of make a study of two emblematic cases: Mateus de Castro and José Vaz that were examples of two kinds of face the problems of social mobility of the Christianized goan groups.

Keywords: Goan clergy – Estado da Índia – Portuguese Empire.

Todo o fluxo de religiosos que chegava ao Oriente por intermédio de Portugal no século XVI e início do XVII estava submetido à lógica do padroado português que, submetendo a Igreja ao Estado, associava estreitamente a expansão militar e comercial portuguesa, fosse na Ásia, na África ou na América, à propagação da fé católica.

De uma maneira geral, toda a região oriental estaria sob a jurisdição do padroado português, mas essa era uma suposição mais fictícia do que real, uma vez que o domínio lusitano estava restrito a determinados pontos-chave das principais rotas comerciais no Índico

* Professora adjunta do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Membro do GrPesq do CNPq com financiamento PRONEX – FAPERJ/CNPq Companhia das Índias.

e no Pacífico. É verdade que a ação missionária dos jesuítas rompeu muitas vezes esse limite geopolítico do Império português.

Portugal não fazia restrições à nacionalidade dos clérigos que se dirigiam ao Oriente, como prova a variedade de procedências dos jesuítas enviados à Ásia: além dos portugueses, para ali foram espanhóis, ingleses, franceses, belgas, holandeses, irlandeses, alemães, suíços, italianos e poloneses (WICKI, 1969: 252-334); mas havia a obrigatoriedade de todos, religiosos seculares ou regulares de qualquer nação, viajarem em embarcações portuguesas, e o destino principal era quase sempre Goa[1].

Por outro lado, um dos problemas que existiam em Goa, que sem dúvida cresceu muito ao longo do século XVII, foi a questão do clero nativo. Esse quadro resultou da própria contradição do processo de cristianização promovido pelos portugueses na Índia. A ação evangelizadora, que não se limitava apenas à conversão, mas que também fomentava a formação de um clero arregimentado entre os convertidos da sociedade local, ao mesmo tempo mantinha critérios de segregação responsáveis por enorme tensão. De um lado, havia um número crescente de religiosos seculares não-europeus e, do outro, colocações eclesiásticas muito aquém desse número[2].

Apesar do destaque geralmente dado ao papel da Companhia de Jesus, nem remotamente pode-se supor que apenas essa ordem atuava nesse campo. Mesmo em menor grau, talvez não tão sistematicamente quanto os jesuítas, mas com certeza efetivamente, outras ordens participaram desse esforço, a exemplo dos franciscanos, que monopolizaram as conversões de Bardez, e os dominicanos em Tissuari (GOMES, 1957).

Ainda assim, a formação de um clero nativo constituía-se como algo fundamental para a obra de conversão, mas também útil do ponto de vista prático, uma vez que, devido ao domínio das línguas locais, os clérigos naturais da terra tinham maior acesso aos recém-convertidos. Nesse sentido, a proibição que em 1658 o papa Alexandre VII fez aos missionários da Índia de fazerem confissão por meio de intérprete, através do breve *Sacrosancti apostulatus*, pode ser vista como mais uma estratégia de pressão de Roma – pois o papado começava a rever sua antiga posição de privilegiar as coroas ibéricas, em detrimento

[1] Essa obrigatoriedade tinha sido decisão do rei, mas chegou a ser referendada pelo papado em 1600 pelo breve *Onerosa Pastoralis* que obrigava todos os missionários que fossem para China e Índia a saírem de Lisboa em navios portugueses. No entanto, pouco tempo depois, em 1608, houve uma alteração em relação à exclusividade do porto e dos navios portugueses feita pelo breve *Sedis Apostolicae* do papa PauloV para as ordens mendicantes; Urbano VIII ampliou esse direito às outras ordens religiosas em 1633 e, por fim, Clemente X estendeu-o aos clérigos seculares.

[2] As primeiras ordenações de clérigos nativos de Goa remontam aos anos de 1532 e 1533.

da autoridade papal – sobre o padroado português, e uma forma de incentivar o aproveitamento do clero indiano e/ou mestiço.

Em 1622, o papa Gregório XV revitalizou a *Sagrada Congregação de Propaganda Fide*, dando-lhe novos objetivos. No conjunto, a intervenção da Propaganda Fide estimulou sérios atritos e conflitos entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa em um contexto extremamente delicado, marcado pelo não reconhecimento da independência portuguesa por parte do Papado – o que só ocorreria em 1669. O cerne da discussão repousava na seguinte questão: para a Propaganda, o padroado português era um privilégio, e se porventura o rei não conseguisse cumprir com os deveres que lhe eram inerentes, a Sé poderia revogá-lo. Já para Portugal, o padroado era um direito que havia sido concedido por diversas bulas papais, e estava diretamente associado à soberania do rei. Assim, o ponto central do problema era a possibilidade de se retirar essa prerrogativa da monarquia lusitana (REGO, 1940: p. 24).

O primeiro secretário da Propaganda Fide, o prelado italiano Francesco Ingoli, era antiportuguês e grande opositor dos jesuítas, e dedicou-se à tarefa de reunir o máximo de acusações contra o padroado português.

Na Ásia, o responsável pelas justificativas que embasavam os ataques do secretário da Propaganda Fide era um clérigo goês, brâmane, de nome Mateus de Castro. Nascido por volta de 1594, provavelmente ficou órfão ainda muito jovem e foi levado para o colégio franciscano dos Reis Magos em Goa. Depois de estudar na cidade por cinco anos, tivera sua ordenação impedida pela recusa do arcebispo de Goa, Cristóvão de Sá, uma vez que este clérigo teria prometido que não ordenaria nenhum padre brâmane, segundo o próprio Mateus de Castro. Agastado por essa decisão, resolveu ir a Roma em 1621, ali chegando somente em 1625 após uma longa jornada por terra. Protegido por Ingoli, fez os estudos teológicos no *Collegium Urbanum* e foi ordenado em 1630. Enviado a Goa em 1633, suas credenciais não foram aceitas pelas autoridades eclesiásticas portuguesas, que duvidaram de sua autenticidade. Retornou então a Roma, convencido de que a presença portuguesa era um entrave ao desenvolvimento do clero nativo goês, desencadeando uma série de denúncias contra o padroado lusitano. Por iniciativa da Propaganda Fide, foi consagrado bispo de Crisópolis em 1637 e enviado novamente para a Índia três anos depois, como vigário apostólico no reino de Bijapur. Em 1653, fomentou um ataque a Goa ao incitar o sultão muçulmano de Bijapur e os holandeses, além de informar sobre as fragilidades da cidade a esses dois inimigos dos portugueses. Escreveu ainda uma carta aos brâmanes de Goa intitulada *O Espelho dos Brâmanes*, conclamando um levante desse grupo contra o domínio português. Seus planos falharam, uma vez que o ataque a Goa fracassou e, pressionado mais

uma vez, regressou a Roma em 1658, onde morreu em 1677. Por toda a vida, Mateus de Castro dedicou-se a criticar a política dos portugueses de discriminação do clero goês, ansiando pela expulsão dos lusitanos da região, por considerar ser esta a única maneira para a difusão do cristianismo na Índia (BOXER, 1977: 132 e 247-248).

Cabe aqui uma importante reflexão. O esforço de expansão e da decorrente colonização por parte de Portugal nos séculos XVI e XVII só havia sido possível graças ao processo de miscigenação que os portugueses promoveram nas regiões que ocuparam. Por tratar-se de um "ambiente fronteiriço, de guerras contínuas, que permanecem até ao fim do século XVIII, muito poucas mulheres foram para a Índia, em comparação com os homens" (BOXER, 1988: 61). Sendo assim, os filhos dos casamentos de portugueses com mulheres indianas constituíam um grupo de número significativo e fundamental para a afirmação da presença lusitana no Oriente. Por outro lado, nesse mesmo período percebe-se no reino um processo de valorização dos critérios de "pureza de sangue", que impregnou toda a lógica da sociedade portuguesa, desde colocações nos cargos da administração do rei até a instalação do Tribunal do Santo Ofício.

A formação do clero nativo deve ser analisada sob um ângulo contraditório. Não havia restrição a serem formados clérigos de origem indiana ou mestiça, mas as restrições de carreira existiam. Em geral, as ordens religiosas hesitaram inicialmente em obstar a entrada de indianos e de mestiços, mas com o tempo acabaram por recusar qualquer admissão desse tipo.

Somente na segunda metade do século XVIII as ordens religiosas estabelecidas no Oriente adotariam uma postura mais flexível em relação à admissão de indianos. Entretanto, o século XVII foi muito marcado por essa intransigência, o que inviabilizava aos clérigos locais o caminho da carreira regular. Restava, então, a carreira secular, mas nela os postos mais altos da hierarquia estavam interditados. O exemplo das reações negativas das autoridades eclesiásticas de Goa contra Mateus de Castro, clérigo brâmane anteriormente mencionado, é um bom indicador disso.

Apesar da importância do referido clérigo brâmane como símbolo da reação goesa à intransigência das autoridades eclesiásticas de Goa, já destacada na crise entre a Propaganda Fide e o padroado português, o acontecimento mais significativo das expectativas frustradas

do clero indiano encontra-se na formação da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres, em 1682.

Nas *Memórias para a História Eclesiástica de Goa e Missões da Ásia* encontra-se o relato das origens da congregação:

> *[...] uns quatro Presbíteros, naturais de Margão das terras de Salcete, a saber os padres Pascoal da Costa Jeremias, José Cabral, Simão Vaz e José da Silva, se recolheram espontaneamente na Ermida de S. João do Deserto, que ficava no monte da freguesia de Guadalupe das Ilhas de Goa, com intento de servir a Deus apartados do tráfego do mundo, tratando da reforma de suas vidas e aproveitamento dos próximos e assim nessas terras, como na Missão do sul, que então estava bem falta dos operários evangélicos (*Biblioteca Nacional de Lisboa. Reservados. *Memórias para a História Eclesiástica de Goa e Missões da Ásia*. Microfilme F. 3085. fl. 79).

No ano seguinte, a ermida em que se encontravam foi desocupada devido à destruição que sofrera no período das chuvas e por estar em região muito ameaçada por ataques do inimigo marata Sambagi. Foram abrigados pela Igreja de Santa Cruz dos Milagres em 1684, por iniciativa dos irmãos da confraria dessa igreja (ROCHA, 1973: 52-53). Nessa época se agregaram ao grupo outros clérigos, também brâmanes como os quatro primeiros, com destaque para o padre José Vaz.

José Vaz nasceu em 1650 ou 1651, filho de Cristóvão Vaz e Maria Miranda, brâmanes, todos naturais da aldeia de Sancoale em Salcete, estudou no colégio de S. Tomás dos jesuítas e ordenou-se padre em 1676. Era considerado um clérigo competente, bom pregador e tinha sido vigário de vara na missão do Canará por três anos. Foi ele que providenciou vincular essa iniciativa dos clérigos goeses aos estatutos da Congregação do Oratório de Lisboa, enviando solicitação ao próprio padre Bartolomeu de Quental.

A Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri havia sido fundada em Roma em 1550, e introduzida em Portugal em 1668 pelo padre Bartolomeu de Quental, sob inspiração do espírito de renovação da Igreja Católica pós-tridentina. Tratava-se de "uma sociedade de padres seculares que não constituíam uma ordem propriamente ficando submetidos à hierarquia episcopal. A igualdade entre os seus membros, a autodisciplina e a valorização dos princípios eram suas características" (FALCON, 1982: 208).

É certo que o padre Vaz percebeu os pontos de confluência entre a iniciativa dos religiosos brâmanes goeses e as orientações gerais dessa congregação, daí a solicitação encaminhada a Lisboa. A resposta de Quental foi enviada em março de 1687 e dizia que:

> *com muita alegria de minha alma li a carta de Vossa Reverência [...] por ver nela o devido ânimo, com que Vossa Reverência e os mais padres, seus companheiros, desejam dedicar-se a Deus Nosso Senhor, e como para esse efeito querem tomar por protetor a nosso Santo Patriarca São Felipe Néri, e guardar os estatutos desta*

> *nossa Congregação do Oratório de Lisboa. Não podia eu faltar e, ajudar tão santos intentos; para esse efeito vão os estatutos e regras [...]* (NUNES, 1966: 24-25).

Apesar da pronta resposta, devido aos procedimentos burocráticos necessários, somente em 1691 a congregação começou a ser regulada pelos estatutos do Oratório de Lisboa. De 1682 até essa data havia um estatuto da comunidade religiosa que, na verdade, tratava-se mais de um horário.

Em Goa a iniciativa ganhou a aprovação de um jesuíta, Francisco Simões, que em 1690 recebeu a incumbência de avaliar a iniciativa por parte das autoridades eclesiásticas. Simões emitiu parecer favorável à fundação do Oratório em Goa, e enviou ao bispo de Cochim. No entanto, Vaz não encontrou apoio imediato do arcebispo, D. Frei Agostinho da Anunciação, que relutou em dar a sua aprovação.

Outro jesuíta, padre Francisco de Souza, foi quem aconselhou os padres da Santa Cruz dos Milagres a fazerem uma boa negociação com Roma, para superar as dificuldades locais. Finalmente, em 1698, o arcebispo concedeu a licença para a fundação da Congregação do Oratório em Goa, fazendo algumas alterações nos estatutos no sentido de consolidar a jurisdição do arcebispado. A ressalva pode ser entendida como reflexo das disputas que este enfrentara ao longo do século XVII. Em 1703 o rei de Portugal enviou um alvará autorizando o funcionamento da congregação e, em 1707, o papa Clemente XI concedeu a aprovação para que os padres da Santa Cruz dos Milagres adotassem os mesmos estatutos que os oratorianos de Lisboa, sendo este considerado o ano de sua fundação propriamente dita.

A princípio, os padres da Santa Cruz fizeram alguns trabalhos missionários em Bardez e Salcete, mas o esforço maior e de verdadeira repercussão foi feito no Ceilão – o domínio dos holandeses tinha debilitado a missionação católica na ilha –, para onde foi o próprio José Vaz, onde morreu em 1711. Boxer afirma a importância da "ação apostólica de um grupo de oratorianos de Goa, chefiados por fr. José Vaz, cujos trabalhos devotados em Ceilão, salvaram o catolicismo romano de extinção, nesta ilha, no fim do século XVII" (BOXER, 1988: 69).

Deve-se destacar que essa congregação fundada em Goa por clérigos nativos é um fenômeno de extrema originalidade. Até onde foi possível observar no âmbito dessa pesquisa, em todas as diversas obras que analisam a missionação no Oriente, nada semelhante foi encontrado, seja na China, no Japão ou em outra região da Ásia que tivesse entrado em contato com a evangelização desenvolvida com o apoio do padroado português. Algo parecido só veio a existir em 1750, quando uma "outra comunidade de inspiração nativa, a Ordem Terceira dos Carmelitas Claustrais" foi criada, também em Goa. E, à diferença dos

oratorianos, esta aceitava membros da casta chardó, ou seja, as rivalidades de castas também devem ser adicionadas ao contexto dos vários mecanismos de distinção étnica existentes na sociedade hindu, ou se o olhar for ampliado, na sociedade luso-indiana.

Em um interessante ensaio Charles Borges propõe o questionamento sobre a atitude do clero nativo de Goa, discutindo se era uma reação à dominação colonial ou resultado de frustrações pessoais. Sua conclusão é de que aqueles que aceitaram o cristianismo não ficaram isentos de uma experiência de discriminação, e adquiriram mais rapidamente a consciência dessa segregação (BORGES, 1989: 69). Certamente o aspecto da decepção encontrado pela maior parte do clero nativo goês era um fator que alimentava insatisfação e atitudes de resistência ou de insubordinação.

Por outro lado, a desconfiança que pesava sobre os brâmanes, visível nos registros dos primeiros jesuítas e outros religiosos que chegaram à região, não foi completamente apagada num período de um século, apesar da flexibilização das práticas missionárias promovida desde o início do XVII, principalmente pelos padres da Companhia de Jesus e especialmente em áreas onde a Coroa portuguesa não tinha uma presença efetiva. Acrescentem-se, ainda, as próprias rivalidades de castas.

Portanto, as desconfianças em relação a estes podiam partir das autoridades portuguesas e mesmo de representantes de outras castas, e as tensões daí resultantes podiam gerar problemas de inserção social. A discussão essencial aqui é o significado do processo de cristianização realizado na Índia, nomeadamente a contradição fundamental que resultou da preocupação em formar clérigos capazes de auxiliar nas práticas de evangelização. Cabe ressaltar que o ideal das autoridades eclesiásticas portuguesas nesse caso era a atribuição de uma participação subalterna ao clero nativo, uma função de intermediação. Mas essa condição subalterna que se pretendia impor ao clero goês atingiu em cheio a própria dignidade do grupo no qual mais se investiu na formação eclesiástica: os brâmanes. Mesmo aproximando-se dos valores cristãos e europeus, a lógica da formação cultural desses homens fomentava expectativas de distinção em relação aos outros grupos sociais hindus cristianizados. Deu-se uma transposição da lógica das castas mesmo após a efetiva conversão de vários grupos hindus. Dessa forma, havia um constante fator de tensão criado pelas políticas discriminatórias colocadas em prática aberta ou veladamente por ordens religiosas e autoridades eclesiásticas. A fórmula para solucionar esse impasse podia variar entre a postura agressiva de um Mateus de Castro, que hostilizou o padroado português, ou a mais sutil de um José Vaz, que liderou os oratorianos goeses, mas ambas sinalizaram claramente que a cristianização de Goa "insularizada" e carregada de tensões, teria que mudar seus rumos.

Referências bibliográficas:

Fontes:

BIBLIOTECA NACIONAL de Lisboa. Reservados. *Memórias para a História Eclesiástica de Goa e Missões da Ásia*. Microfilme F. 3085.

NUNES, M. da Costa. *Documentação para a História da Congregação do Oratório de Santa Cruz dos Milagres do clero natural de Goa.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966.

WICKI, José. Liste der Jesuiten-Indienfaher 1541-1758. In: *Portugiesische Forschungen der Gorresgesellschaft*. Erste Reihe, Aufsatze zur portugiesischen kulturgeschichte, 7. Band 1967, Munster, 1969.

Bibliografia:

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000. v. 1.

BORGES, Charles. Foreign Jesuits and native resistance in Goa. In: Teotônio R. de Souza. *Essays in Goan History*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1989.

BOXER, C. R. *Império colonial português.* Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. *As relações raciais no Império colonial português – 1415-1825*. Porto: Aforamento, 1988.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.* São Paulo: Ática, 1982.

GOMES, Cipriano da Cunha. A cristianização de Bardês. In: *Boletim do Instituto Vasco da Gama*. Separata. Bastorá/Goa: Tipografia Rangel, 1957.

REGO, Antônio da Silva. *O padroado português do Oriente*: esboço histórico. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

ROCHA, Leopoldo da. *As confrarias de Goa (séculos XVI-XX)*: conspecto histórico-jurídico. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A educação e a formação da sociedade brasileira: a província de São Paulo nos anos de 1822 a 1846

Mauricéia Ananias *

Resumo: Este texto pretende demonstrar a construção do Estado provincial paulista nos anos de 1822 a 1846 a partir, também, da constituição de uma classe senhorial representada pelas elites ou por grupos que dominavam a política brasileira à época. Nessa construção, a legislação da instrução pública primária será considerada como parte da institucionalização desse Estado e, em última instância, do Estado nacional brasileiro. Essa trajetória, que formalizou um incipiente nascimento da instrução primária, foi caracterizada como uma transição entre a herança colonial e a legislação decretada posteriormente. Neste sentido, tomando como referencial a defesa, dos homens da época, de um regime monárquico que fora referendado por uma Constituição propõe-se analisar a ação do Estado, com a mediação da legislação, na construção de uma proposta elementar de instrução primária para uma parte da população paulista.

Palavras-chave: Província (São Paulo) - Instrução pública primária - Legislação escolar.

Abstract: "The education and the formation of the Brazilian society: the province of São Paulo in the years from 1822 to 1846": This text intends to demonstrate the construction of the from São Paulo provincial State in the years from 1822 to 1846 to leave, also, of the constitution of an elegant class represented by the elites or for groups that dominated the Brazilian politics to the time. In that construction, the legislation of the primary public instruction will be considered as part of the institutionalization of that State and, ultimately, of the Brazilian national State. That path, that formalized an incipient birth of the primary instruction, it was characterized as a transition between the colonial inheritance and the legislation ordained later. In this sense, taking as referencial the defense, of the men of the time, of a monarchic regime that had been countersigned by a Constitution intends to analyze the action of the State, with the mediation of the legislation, in the construction of an elementary proposal of primary instruction for a part of the population from São Paulo.

Keywords: Province (São Paulo) - Primary public instruction - School legislation.

Este texto pretende demonstrar a construção do Estado provincial paulista nos anos de 1822 a 1846 a partir, também, da constituição de uma classe senhorial representada pelas elites ou por grupos que dominavam a política brasileira à época. Nessa construção, a legislação da instrução pública primária será considerada como parte da institucionalização desse Estado e, em última instância, do Estado nacional brasileiro. Essa trajetória, que

* Professora da Universidade Federal da Paraíba, doutora em educação, pesquisa financiada pelo CNPq.

formalizou um incipiente nascimento da instrução primária, foi caracterizada como uma transição entre a herança colonial e a legislação decretada posteriormente. Neste sentido, tomando como referencial a defesa, dos homens da época, de um regime monárquico que fora referendado por uma Constituição propõe-se analisar a ação do Estado, com a mediação da legislação, na construção de uma proposta elementar de instrução primária para uma parte da população paulista.

A Constituição política decretada em 1824 reconheceu o Império do Brasil como uma Nação. A partir da máxima religiosa da Santíssima Trindade, ela assim determinava: "O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brazileiros. Elles formam uma nação livre, e independente, que não admitte com qualquer outro laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia" (BRASIL. Constituição (1824), 1981).

Essa ordenação pode ser questionada. Para Hobsbawm (1998, p. 19), as Nações são consideradas funções de um tipo particular de Estado; nessa perspectiva, os Estados formam as Nações e os nacionalismos, e não o contrário. Assim, num primeiro momento, haveria o nascimento do Estado para depois o da Nação. Nessa visão, elas seriam "um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico" de um determinado Estado e, portanto, criadas a partir do contexto histórico que as produziram. Dessa forma, surgiram as Nações para dar a forma da unidade ao complexo de divisões – econômica, política e social – que constituíam os Estados nascentes.

No caso brasileiro, o Estado Nacional e a Nação não foram entendidos como advindos diretamente da independência política de Portugal, em 1822. Eram necessárias suas construções, como garantia da soberania e da unidade territorial (Cf. TORRES, 1968).

Assim, essas construções são, apesar das diferenças de opiniões, apresentadas por uma parte da historiografia, como obra das elites ou de grupos que dominavam a política brasileira à época.[1]

Caracterizados como liberais e conservadores, a disputa entre os dois pelo controle e direção dos rumos políticos não os distinguiam na defesa da unidade nacional, da propriedade, da escravidão e da ordem social.

Para os conservadores, o sistema monárquico representativo vigente no Brasil "era útil e vantajoso para o fim supremo: a unidade nacional fundada sobre a democracia liberal" na defesa da liberdade (TORRES, 1968). E assim foi feito. A liberdade fora defendida como direito garantido pelo aparato jurídico, e as leis utilizadas como mecanismos importantes na consolidação desse propósito. Uma das formas encontradas para garantir a

[1] Cf. TORRES, 1968; BOSI, 1992; CHAUI, 1996; CARVALHO, 1996; MATTOS, 2004.

indivisibilidade do território brasileiro e a manutenção da ordem seria a centralização administrativa principalmente como contrapartida ao Ato Adicional decretado em 1834 e, para isso, a Coroa reivindicaria o monopólio da elaboração das leis.

Mattos (2004) denominará esse período de "tempo saquarema", em que o Estado brasileiro seria erigido a partir, também, da constituição de uma classe senhorial. Esse processo ampliaria a dimensão das funções desse Estado que, além da dominação e da coação, passaria a ter a função da direção, em que a figura do Imperador, representando a idéia da unidade e indivisibilidade, concretizaria o Império.

Para a efetivação dessa direção, vários agentes seriam necessários. A atuação dos presidentes da província e da Assembléia Legislativa paulista será entendida como representação do Estado e, nesse caso específico, do Estado provincial; portanto, nessa perspectiva, eles significavam peças fundamentais nessa estratégia de direção e mando da administração e da política imperial.

A instabilidade política e social do Primeiro Reinado e do período Regencial, marcada pelas revoltas sociais, caracterizou essa incipiente construção do Estado Nacional. O Ato Adicional à Constituição de 1824 demonstrou uma ação conciliatória diante dessa situação de instabilidade política e social. Tal orientação corrobora a visão apresentada por Bosi (1992, p.195). Para ele, na formação da estrutura jurídica brasileira utilizada para o apaziguamento dessa situação, mesmo marcada por contradições, o que "atuou eficazmente em todo esse período de construção do Brasil como Estado autônomo foi um ideário de fundo conservador; no caso um complexo de normas jurídicas-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível". As reformas constitucionais expressavam a consolidação desse ideário.

De acordo com o Ato, os conselhos provinciais deveriam ser substituídos pelas assembléias legislativas que em São Paulo foi aberta em 2 de fevereiro de 1835, através da fala do presidente da província Raphael Tobias de Aguiar. Nesse discurso, o reconhecimento da legitimidade do Estado Imperial e do cumprimento, por parte da província, das determinações constitucionais foram enaltecidos. Talvez, de acordo com Bosi (1992, p.204), isso tenha pertencido ao que o autor chamou de "mito da intocabilidade" da Constituição, não só da parte dos conversadores, como esse autor e outros defenderam, mas também dos chamados liberais paulistas da época.

A Assembléia Legislativa também refletiu, em muitos momentos, a mesma postura e, além da defesa dessas idéias, entre 1835 e 1850, manteve uma rotina de atividades administrativas e ações políticas que, em grande parte, haviam sido prescritas por esse Ato

que a criara. Através da demonstração das esferas de atuação desse espaço legislativo pôde-se visualizar a própria situação da província nesse momento. São Paulo ainda não era o grande centro político e econômico que seria ao final daquele século; sua economia era agrícola e predominantemente de subsistência, caracterizando uma sociedade basicamente rural, sem a opulência que viria marcar as décadas seguintes. Assim, defender a construção de estradas, incentivar a vinda de imigrantes, garantir o cumprimento das jurisdições administrativa, jurídica e religiosa era parte das funções desse espaço legislativo.

Em 1837, São Paulo contava com 326.902 habitantes (MARCILIO, 2000), dos quais 91.184 eram escravos, e essa população se distribuía por um vasto, e ainda ermo, território.

A cana-de-açúcar, nessa época, era o principal produto de exportação de São Paulo (MULLER, 1838). Petrone (1968) contradiz a historiografia que narra que, depois da exploração aurífera, a província passou por um período de decadência, demonstrando que, ao contrário, a produção da cana foi à responsável pela transformação da agricultura paulista que deixou de ser apenas de subsistência para adquirir características comerciais. Assim, a definição das paisagens, a modificação do sistema viário, a integração de São Paulo no cenário econômico mundial datam do final do século dezoito e início do dezenove, quando teve início a sua produção.

Morse (1970, p. 62), ao comentar as procissões religiosas, freqüentes na cidade, nos apresentou um quadro bastante significativo da então capital paulista,

> *Significa que nas ruas, alamedas e praças da cidade, todas as suas áreas de circulação e reunião pública, estavam de posse dos escravos (que constituíam mais de ¼ da população) e de homens livres humildes: tropeiros, vendeiros, lavradores. As famílias patriarcais viviam retiradas em seus sobrados. Não tinham pontos diários de reunião em público, nem passeios, nem centros de lojas, nem restaurantes elegantes [...].*

Mesmo com a reclamada carência de mão-de-obra encontrada nos relatórios presidenciais e nos debates da Assembléia, esses homens livres nacionais, que estavam acostumados ao trabalho agrícola, não foram utilizados na produção da grande agricultura. No decorrer do século dezenove, os escravos seriam trazidos em grande escala para São Paulo, consolidando, assim, futuramente a participação da região sudeste na economia de exportação.

E será nesse espaço que analisaremos a legislação sobre a instrução pública primária debatida e aprovada pela Assembléia Legislativa e pelos presidentes da província de São Paulo.

Neste contexto, apresentaremos a estrutura legal para a instrução pública existente na província que, mesmo depois de 1834, permaneceria válida ou influenciaria na elaboração das outras leis. Na verdade, até 1834, não eram muitas as leis que regiam esse ramo instrucional. Além da ordenação geral, como a Constituição do Império do Brasil que permaneceria válida como orientação jurídica até 1889, outras leis também foram decretadas para a "educação da mocidade".

Uma lei específica sobre a educação, como a de 1827 e outras que, ao discutir temáticas diversas, tinham como prioridade -num determinado contexto- a instrução pública, como no caso da lei das câmaras municipais. Em esfera provincial, os conselhos gerais também propuseram resoluções para serem aplicadas à instrução pública. Discutiremos uma delas – o Decreto de 7 de agosto de 1832 sobre salários de professores –, que foi a base para a criação de outras leis sobre esse mesmo assunto em São Paulo nesse período.

No âmbito das províncias, a Constituição reconhecia e garantia "o direito de intervir todo Cidadão nos negócios da sua Província, e que são relativos a seus interesses peculiares" e, para atender a essa propositura, criou os conselhos gerais como espaços políticos de intervenção regional em cada província do Império, com exceção da Corte. A partir dessa orientação, caberia ao Conselho propor "Resoluções" que, na prática, tinham poderes normativos, desde que não tratasse de temas sobre "interesses geraes da Nação. Sobre quaesquer ajustes de umas com outras Províncias. Sobre imposições, cuja iniciativa é de competência particular da Câmara dos Deputados" e sobre execuções das leis (BRASIL, Constituição (1824), 1981).

A instrução primária gratuita, mesmo antes do Ato Adicional de 1834, tramitaria entre essa hierarquia de poderes. Considerada como responsabilidade nacional, a sua efetivação passaria por esses conselhos gerais e pelos presidentes das províncias.

A Lei Geral de 1827 seguiu essa orientação constitucional. Decretada como Lei nacional, refletia a concepção da responsabilidade do nascente Estado Nacional em legislar sobre a instrução pública. Além da gratuidade, garantida pela Constituição, medidas deveriam ser tomadas para que se iniciasse minimamente uma estrutura escolar no Brasil e os governos provinciais deveriam ser os seus executores. As câmaras municipais também foram compelidas a essa execução. Mais tardiamente, como veremos, receberiam funções específicas quanto à instrução primária. Considerada a primeira Lei da educação nacional brasileira apresentou uma organização mínima para a existência de escolas de primeiras letras. Propunha, inicialmente, a criação de escolas determinando as matérias e o método que nelas deveriam ser utilizados. Estabelecia os salários dos professores, gratificações e

obrigatoriedade do concurso público para o provimento das aulas, além da criação de escolas de meninas.

Para a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e outros lugares, a Lei utilizava-se do critério populacional. Caberia aos presidentes das províncias ordenarem essas criações. Nelas ensinar-se-iam através do método mútuo. Havia prioridade às capitais das províncias para a execução dessa metodologia e determinava, também, que nas cidades, vilas e lugares mais populosos, se fosse possível, as escolas também deveriam seguir esse método. Assumia que os edifícios e os utensílios para as aulas seriam à custa da Fazenda Pública. Quanto à instrução dos professores no método proposto caberia a eles instruírem-se à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais (BRASIL, 1827, 1982).

Para isso, além de garantir as suas subsistências, critério legal que considerava como indicador dos salários as características da população e a carestia dos lugares receberiam um salário que poderia variar de 200$000 a 500$000 réis, além de uma gratificação que não fosse superior à terça parte recebida, concedida aos que tivessem trabalhado por mais de 12 anos sem interrupção e se distinguido por "sua prudência, desvelos, grande número e aproveitamento de discípulos". Caberia aos presidentes das províncias avaliarem cada situação e taxar interinamente esses salários e gratificações (BRASIL, 1827, 1982).

Os professores que pretendessem ser providos nas cadeiras deveriam ser "examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho, e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para a sua legal nomeação." Aqueles em exercício na época da publicação da Lei que quisessem assumir definitivamente as aulas criadas, deveriam, também, seguir a regra acima estabelecida submetendo-se ao concurso público (BRASIL, 1827, 1982).

Nessas escolas dever-se-ia ensinar a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, a prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana. Tudo isso proporcionado à compreensão dos meninos, dando preferência para as leituras da Constituição do Império e da História do Brasil.

Às meninas, o ensino seria da leitura e escrita, das quatro operações da aritmética, da gramática da língua nacional, dos princípios de moral cristã e da religião católica. Além de limitar a aritmética às quatro operações iniciais, não aprenderiam geometria e teriam como acréscimo as "prendas" que deveriam servir à economia doméstica. Às professoras de meninas, seriam garantidos os mesmos salários autorizados aos homens.

Por fim, a Lei estatuía que os "provimentos" dos professores seriam vitalícios, que os castigos aplicados seriam de acordo com o método de Lancaster – ou mútuo- e, seguindo uma orientação que veremos adiante, na província onde estivesse a Corte, caberia ao Ministro do Império a responsabilidade da execução dessa Lei, e nas outras, tal responsabilidade caberia ao presidente.

A Constituição de 1824 mantinha a existência e garantia a criação de câmaras municipais em todas as cidades e vilas do Império e anunciava que uma lei geral deveria regulamentar as funções desse espaço legislativo municipal. A Lei da educação, de 1827, remetia a esses espaços como co-partícipes na aplicação da legislação sobre a instrução pública.

O regimento das câmaras municipais, decretado em 1º de outubro de 1828 - que dava uma nova forma a elas e marcava as suas atribuições, o processo para a sua eleição e a dos juízes de paz - considerava como uma dessas atribuições a inspeção das escolas primárias. Decretou que as mesmas inspecionariam as escolas de primeiras letras e as destinadas aos órfãos pobres (BRASIL, 1828, 1981).

Após essa data, para São Paulo, o primeiro ordenamento com uma perspectiva geral para a instrução pública primária foi a aprovação do decreto de 7 de agosto de 1832 (BRASIL, 1832, 1906). Anunciado para estabelecer os salários e as condições para habilitação dos professores apresentou minimamente uma proposta de organização das aulas, observando a precariedade da situação e considerando o professor como o principal responsável pelo estabelecimento da instrução pública nessas condições.

O primeiro artigo desse decreto determinava, mantendo os critérios adotados pela Lei de 1827, que os salários dos professores e professoras deveriam ser, a partir daquela data, na capital, de 480$000, nas vilas de beira mar seriam de 400$000, nas outras vilas, 360$000 e, nas freguesias, receberiam 240 mil réis anuais.

Considerando as exigências da realização do concurso público estabelecidas desde 1827, o decreto autorizava o presidente da província a realizar os exames dos professores e das professoras fora da capital, quando os mesmos os requeressem, se isso não significasse nenhuma perda para a lisura do processo. Esse caráter provisório da legislação autorizava, também, a contratação de professores sem terem prestado o exame em geometria, conforme exigia a Lei. Nesse caso, o salário pago seria inferior ao dos demais, descontando-se a sexta parte do mesmo. O pagamento integral só poderia ser efetuado depois da aprovação do professor na matéria faltante.

O presidente da província, com a aquiescência do Conselho, a partir do decreto, assumia poderes para suspender, jubilar e aposentar os professores. Nos dois últimos casos, os professores que provassem algum impedimento físico poderiam ser jubilados com metade do salário ou com salário integral, de acordo com o tempo de serviço. Aqueles que tivessem lecionado por mais de 30 anos, mesmo sem nenhum problema físico, poderiam ser aposentados recebendo integralmente seu salário.

Essa base legal para a instrução pública permaneceria em vigor até 1834, com a decretação do Ato Adicional. Mesmo depois dele, em muitos casos, tal ordenação jurídica, num processo de transição até 1846 com a promulgação da primeira lei geral da instrução pública, manteve sua validade e/ou influiu na elaboração de outras leis sobre a instrução pública primária, consolidando assim, também através da legislação para a instrução, o processo de construção do Estado provincial paulista.

Referências bibliográficas:

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAUÍ.M. Brasil: *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

BRASIL. Constituição (1824). Carta de Lei de 25 de março de 1824. CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H.L. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. FERREIRA, S.B.B.X. *A expansão escolar campineira e a grande lavoura no fim do império. (1860-89)*. Campinas: Unicamp, 1982.

BRASIL Lei de 1º de outubro de 1828. CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H.L. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.

BRASIL. Decreto de 7 de agosto de 1832. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1832*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H.L. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.

HOBSBAWM, E. *Sobre História: Ensaios*. SP: Companhia das Letras, 1998.

MARCILIO, M.L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700- 1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MATTOS, I.R. de. *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 2004.

MORSE, R.M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MÜLLER, D.P. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837.* São Paulo: na Typographia de Costa Silveria, 1838. Reedição litteral. Secção de Obras D'O Estado de São Paulo.

PETRONE, M.T.S. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851).* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

TORRES, J.C. de. O. *Os construtores do império. Idéias e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SÃO PAULO (Província). Lei nº 34, de 16 de março de 1846. *Collecção das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Paulo desde 1835 até 1888.* São Paulo: Typografia Imparcial de J. Roberto de Azevedo Marques, rua da Imperatriz, 27, 1868.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade e seus movimentos: a questão da moradia.

Rosana Maria Pires Barbato Schwartz

Esta pesquisa inicia um debate acerca das trajetórias dos movimentos sociais de luta por moradia na cidade de São Paulo, destacando um conjunto de situações sobre o acesso à moradia, a precariedade dos cortiços, favelas ou casas autoconstruídos em terrenos irregulares, destituídos de benefícios, bem como as articulações dos Sem Teto, diante dessas carências habitacionais.

Aborda-se, ainda, a desconcentração das moradias dos populares do centro da cidade, o padrão periférico de ocupação do solo urbano, as bases de grupos e organizações que se formaram em alguns bairros com o objetivo de promover melhores condições de vida, a criação do movimento dos sem-terra-teto da cidade de São Paulo e as ações pela regularização de loteamentos clandestinos e favelas..

Nesse contexto, verificaram-se as ações da igreja católica, pautada pelo discurso baseado nos postulados da Teologia da Libertação, os posicionamentos assumidos pelo Movimento de Moradia por meio de diversas experiências que emergiram na perspectiva de cultura política pela democracia participativa, repercutindo sobre a legislação que trata do uso do solo nas cidades, mediante as propostas de projetos de Reforma Urbana advindas da Constituição de 1988, no artigo 182, que objetiva ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O problema da habitação remonta ao processo histórico de urbanização da cidade e às suas formas de apropriação do solo. Ligam-se, igualmente, a esse problema a constituição do espaço urbano pelas classes sociais, as diferentes formas de espoliação urbana, com suas estruturas centradas no processo produtivo, a especulação imobiliária, a constituição de periferias e as políticas públicas de Reforma Urbana do Estado.

A urbanização de São Paulo esteve, em seus primórdios, vinculada à expansão cafeeira, à subvenção da imigração e à implementação de um sistema ferroviário que deveria interligar São Paulo, o Porto de Santos e as principais zonas produtoras. Concomitantemente, a vinda de muitos fazendeiros para a cidade, a interferência de europeus ligados ao comércio, ao setor bancário e à indústria, o crescimento da população e a diversidade dos investimentos

na cidade condicionaram uma política de loteamentos que levaria as camadas populares (constituídas majoritariamente por trabalhadores imigrantes e ex-escravos) a viverem em habitações coletivas, construídas a partir de adaptações de casarões deteriorados, em geral com instalações sanitárias de uso comum, pouca ventilação e congestionamento de cômodos. (BONDUKI, Nabil, 1994:47).

> *A solução ideal preconizada pela higiene pública para a questão da habitação popular desde o final do século XIX, no Brasil, é a construção de vilas operárias pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares, nos bairros periféricos da cidade. Combina-se, assim, a luta sistemática contra a insalubridade da moradia do pobre com o utilitarismo reinante. Afinal, a construção das habitações higiênicas e baratas se tornará um negócio lucrativo tanto para os industriais senhorios, quanto para as companhias de saneamento*. (RAGO, 1997: 176)

As diversas vilas-cidades tinham características diferentes: podiam ser construídas por empresas, sobretudo as indústrias têxteis, nos territórios das suas fábricas para abrigar seus funcionários; ou por investidores privados, destinando-se ao mercado de locação. Esta última hipótese era incentivada por meio de concessão de incentivos fiscais a particulares, já que esse tipo de moradia exerceria a função disciplinadora almejada pelos higienistas da época.

Em São Paulo, dentre as vilas-cidades destacava-se a Vila Maria Zélia, no Belenzinho.

> *Nela, o tempo fora das fábricas também está sujeito a normas que imperam durante a jornada de trabalho. Quem mora na vila-cidadela deve ter um comportamento "em casa" e "na rua" tão disciplinado e organizado quanto o comportamento na fábrica. Isso era garantido por uma série de controles presentes nas cidadelas: obrigatoriedade de freqüentar a igreja, toque de recolher à noite, bailes vigiados*. (ROLNICK, 2003: 101.)

Os cortiços e as vilas operárias constituíam as alternativas de moradia para os populares.

> *Cortiços e vilas-cidadelas seriam as situações extremas de formas de habitação popular coletiva que implicam micropolíticas do cotidiano completamente diferentes. Uma é o "bárbaro ajuntamento irregular marcado pela contaminação de mentes e corpos", outra é o "civilizado e ordeiro bairro proletário"*. (BONDUKI, 1994: 47).

A questão da moradia e dos movimentos sociais envolvidos com essa problemática se manteve no cerne do processo de urbanização de São Paulo, onde se criava e recriava formas de estar no espaço urbano, como também as noções de tempo e de ritmo. A imagem da cidade se definia paulatinamente como a de um lugar de transformação e de industrialização, contendo uma série de conjuntos emblemáticos, como as idéias de

progresso, desenvolvimento e modernidade, interiorizadas nas imagens e percepções comuns dos componentes da cidade.

São Paulo surgia, assim, sob o signo do progresso e da ordem, criando uma atmosfera na qual quem não pertencesse a esse espaço (como os migrantes) seria naturalmente desqualificado ou desprivilegiado: "[...] onde se vão erguer as torres sólidas da sociedade do futuro, a babel que une e lança as bases da nova civilização."(SEVCENKO, 1992: 38)

Marcada por problemas variados e por um notável cosmopolitismo étnico, a cidade impôs, desde o início de sua urbanização, aos seus sujeitos históricos (imigrantes desenraizados, negros, mestiços e migrantes, sem instrução nem recursos materiais) a condição de desigualdades no espaço urbano. Esse traço da vida paulistana marcaria a formação de bolsões periféricos de moradia, amiúde sem infra-estrutura e longe dos olhares das elites.

Assim, a cidade criava e recriava um conjunto de condições que impulsionaria um processo de segregação social e espacial cruelmente desumano e, ao mesmo tempo, oferecia as condições para, pouco a pouco, se estruturar e desenvolver mecanismos de organização de grupos de pessoas em situações semelhantes de vida. A organização desses sujeitos históricos conduziria às primeiras associações de ajuda mútua de bairro e de mães e aos movimentos sociais de luta por melhores condições de moradia, salários e trabalhos.[1]

O cotidiano apresentava as criações e recriações das relações sociais, as condições de organização desses sujeitos históricos, as ações de resistência e as tensões na cidade. As lutas populares partiam de ações coletivas de setores que se organizavam e articulavam interesses que na sociedade eram tidos como conflitantes. Viabilizavam, nesse sentido, a abertura de caminhos para a expressão dos sentimentos contra os privilégios concedidos a uns em detrimento de outros.

Além das tensões sociais, também os projetos arquitetônicos interferiam na concepção urbana, valorizando o empreendimento imobiliário em diversas regiões, mas também agravando o deslocamento de diversos grupos sociais empobrecidos de algumas localidades centrais para regiões afastadas.

No último quartel do século XIX, empreendedores perceberam o potencial econômico da cidade e alguns loteamentos foram projetados e executados, criando, desse modo, novas configurações no espaço urbano. Esses loteamentos – que se tornariam objeto

[1] Cf. PASCAL, Maria Aparecida Macedo. *Portugueses em São Paulo: a face feminina da imigração.* São Paulo: Expressão e Arte, 2005. p.93-110. e LOBO, Elizabeth Souza. *A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.* São Paulo: Brasiliense/ SMC-OS, 1991.

de especulação – passaram a gerar dificuldades de compra de imóveis aos populares mais pobres, o que fez aumentar significativamente o número de moradores nas várzeas, ao longo das estradas de ferro, nas vilas operárias, nos cortiços e nas casas autoconstruídas. Foram essas as moradias que abrigaram as camadas populares e a crescente população trabalhadora daquela que pretendia ser a "cidade do progresso, limpa, higiênica e saudável".

Os projetos de urbanização em São Paulo se preocupavam sobretudo em conciliar o mercado com as necessidades de reformas urbanas, provocando a especulação em diversas áreas e suscitando condições que levariam ao aparecimento de novos bairros, sempre distantes, acompanhando as linhas férreas. Nesse contexto, a empresa *Light and Power* se tornou uma peça decisiva do processo de expansão da cidade, pois era capaz de manipular o mercado para valorizar o solo urbano. Para isso, localizava nas paradas finais de suas linhas, em pontos extremos e de população diminuta, os fluxos irradiadores de valorização imobiliária, que, seguindo os trilhos dos trens, passariam a exigir a criação de loteamentos nessas áreas afastadas, além de extorquir tarifas e fornecer serviços de bondes, gás e telefones considerados de baixa qualidade.

> *Um rápido olhar sobre o processo de urbanização da metrópole permite constatar que a questão da terra e dos espaços urbanos foi comandada pelo capital imobiliário, e o poder público acabou por se restringir em facilitar as condições necessárias à sua reprodução e expansão*. (VERAS, 1995:4)

Somando-se a essas questões, ocorreu no final do século XIX e início do XX um significativo aumento da densidade demográfica e a conseqüente proliferação dos cortiços e outras formas de moradia coletiva (o bairro que, à época, mais cresceu foi o da Santa Ifigênia), provocando tensões sanitárias e habitacionais na cidade, o que acabaria por justificar, nos dois primeiros anos da República, os planos de intervenções urbanas por parte do governo estadual. (VERAS, 1995:8)

Os planos municipais tinham dois objetivos expressos: o sanitarismo e a construção de edifícios públicos grandiosos destinados às novas instituições republicanas, que priorizariam uma cidade concebida como "civilizada", com espaços distintos, destinados uns ao comércio e outros às residências. A cidade deveria ser uma vitrine para os investidores estrangeiros e os imigrantes, além de adequada para os fazendeiros e negociantes.

> *A ameaça da peste sobre os novos bairros elegantes da burguesia, como os Campos Elíseos ou Higienópolis (Cidade Higiênica), reforça a vontade de evacuação do lixo e dos pobres para longe dos espaços refinados da cidade. A estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da*

> *cidade consiste, então, em separar os corpos, designados a cada um deles um lugar específico*. (RAGO, 1998: 165)

Dessa forma, a legislação municipal e a política sanitarista estadual buscavam dar continuidade ao programa que pretendia expulsar os populares da região central e coibir a construção de cortiços e moradias similares, levando à exclusão social e ao deslocamento de parcela da população carente para áreas afastadas da cidade. Esse processo resultaria no surgimento de bairros heterogêneos: os bairros operários (Brás, Pari, Mooca, Ipiranga, Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca) e as periferias. (VERAS, 1995:20)

No que se refere ao programa urbanístico do início do século XX pode-se dizer que sustentava, em certa medida, as concepções desenvolvidas desde o século XIX que afirmavam serem os imigrantes europeus "mais civilizados". Desse modo, os padrões de segregação levaram à existência de tensões entre duas áreas urbanas contíguas, mas distintas: a área "invisível" das regiões operárias da periferia e dos cortiços, favelas e outras moradias autoconstruídas, à margem dos planos urbanísticos; e a cidade oficial, "visível", do centro, dos bairros nobres, habitada pelas classes média e rica.

O processo de encortiçamento de bairros inteiros e a conhecida *periferização* das moradias, abandonadas pelo descaso público, marcavam as exigências de abrigo dos trabalhadores populares, denominados de "perigosos" por diversos teóricos das ciências biológicas da época.

> *O problema da habitação é gravíssimo e afirmam muitos que nele está a gênese do delito [...] estudo sobre os menores delinqüentes, afirma que em muitos casos [...] a corrupção dos costumes e a imoralidade tem, como colaboradora na causa, a má habitação [...] a insalubridade e insuficiência da habitação e sua repercussão sobre a moral constituem problemas que urgem ser solucionados [...] no inquérito em que estudamos a situação de 1.195 pessoas, habitantes de 261 cortiços, encontramos em média, um problema de ordem moral para cada grupo de 2,7 casos. Os problemas específicos mais importantes são, em ordem de freqüência, concubinato, abandono do lar pelo chefe, mãe solteira, separação dos cônjuges, menores pervertidos, alcoolismo [...] concluímos que em mais da metade dos casos estudados a situação moral dos habitantes de cortiço é precária*. (TELLES, 2004: 70)

Assim, os populares moradores dos cortiços eram considerados "suspeitos" de vadiagem, desordem e amoralidades, em decorrência das condições de suas moradias, origem de delinqüência. Então, as autoridades governamentais, encontrando justificativa nesses

argumentos, afastaram tais indivíduos da cidade, procurando nela exercer seu controle moral e sua vigilância.

> *No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literatos, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundice. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus desejos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra. Como Parent-Duchâtelet ou os médicos brasileiros, Aluísio Azevedo sente náuseas com o cheiro repugnante do povo amontoado nos cortiços, gerados espontaneamente como vermes*. (RAGO, 1998: 175)

Uma vez afastados do centro, os populares deveriam se dirigir aos seus locais de trabalho por meio das linhas de bonde, trem e do Tramway da Cantareira, que fazia a ligação das diversas regiões. Essas ligações passaram a contribuir para uma ocupação do solo mais dispersa e periférica nas zonas norte, leste e sul da cidade, formando um cinturão industrial norte-sudeste. Também condicionaram ainda mais a expansão da cidade e o assentamento residencial dos populares na periferia, onde a alternativa de construção de moradias populares por mutirão se desenvolvia.

No entanto, o processo de periferização e segregação espacial dos populares se agravaria ainda mais em conseqüência da aplicação do código de postura municipal de São Paulo, de 1886, que regulamentava o funcionamento das habitações já construídas e proibia a construção de novos cortiços nas áreas centrais, provocando também o seu deslocamento do centro da cidade para as periferias. Por conseguinte, foi na periferia, longe dos olhares das elites, que proliferaram os novos cortiços, as casas autoconstruídas e os loteamentos populares. Esse contínuo movimento alterava a configuração da cidade, levando-a a uma condição de *metrópole*.

Após a Segunda Guerra Mundial, São Paulo passou a receber, em número muito maior que anteriormente, diversas ondas de imigrantes, o que aumentou a espoliação urbana, a periferização e o encortiçamento. Ademais, entre 1930 e 1940, inúmeras empresas se instalaram na cidade, acentuando os problemas sociais. Em decorrência disso, uma forte presença de trabalhadores se consolidou em seu âmago e o valor dos aluguéis atingiu níveis elevados, obrigando o Estado a intervir na questão habitacional.

Paralelamente a essa intervenção, assistia-se à verticalização da região central, que recebia escritórios e bancos, à crescente separação entre o local de trabalho e o de moradia e ao conseqüente esvaziamento populacional dos antigos bairros operários que

circundavam as regiões do Brás (-15,5%), da Mooca (-5,4%), do Bom Retiro (-16,5%), da Santa Efigênia (-5,5%), da Sé (-8,0%), da Bela Vista (-3,5%) e da Liberdade (-0,5%).

> *Esse decréscimo populacional foi o resultado mais visível do desejo burguês de separar as porções ordenadas e desordenadas da cidade, consolidando para todo o espaço urbano a separação entre o mundo do trabalho e o mundo de moradia. Esses números trazem implícito o reverso, geralmente ocultado no plano intervencionista: as milhares de desapropriações, demolições e desocupações e o conseqüente deslocamento da população que habitava as áreas centrais. Expulsas de suas moradias, essa população se dirigiu para os bairros mais afastados, deixando o centro livre de sua presença e, eventualmente, de seu protesto, em nome do imperativo técnico de facilitar a circulação rápida de mercadorias*.

A partir da década de 40, as condições de moradia na cidade passaram a ter mais importância e a serem investigadas. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, então, realizou um trabalho de levantamento das condições de moradia nos bairros populares (Mooca, Canindé, Bexiga) e as comparou com as condições de moradia nos bairros ricos (Higienópolis, Jardim América, Pacaembu). Essa investigação envolveu o Serviço de Saúde, que empreendeu uma análise em 116 cortiços, e o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, que investigou a alta dos aluguéis.

> *Assim, os estudos históricos também entendem as cidades como territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível, descortinam-se cidades análogas invisíveis, tecidos de memórias do passado, de impressões recolhidas ao longo das experiências urbanas, passando a história da cidade a serviço também como a história da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do seu transcurso. Em seu processo de transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Nesse sentido destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias*. (MATOS. 2002:35)

Dessa forma, destacavam-se as responsabilidades sociais do governo, que deveria promover intervenções no tocante à questão da moradia popular.

Referências bibliográficas:

BONDUKI, Nabil. *As origens da habitação social no Brasil (1930-1954): o caso de São Paulo.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, FAU/USP, 1994. p.25.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.47-48.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002. p.35.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil - 1890-1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.176.

TELLES, Guiomar Urbina. "A habitação e a moral." Ano 2. nº21. São Paulo: Serviço Social, 1940. In: PAOLI, Maria Célia; DUARTE, Adriano. *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX – 1890-1954*. vol.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.70.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. "A nova cidade do gelo: notas perplexas sobre os nômades urbanos." *São Paulo em Perspectiva*. vol.9. nº2. São Paulo, FSEADE, abril-junho de 1995. p.4.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O processo contemporâneo de informalização da Justiça e a Justiça informal no Brasil: origens e dilemas

André Luiz Faisting*

Resumo: Experiências de justiça informal no Brasil podem ser encontradas já no período imperial, na figura do juiz de paz que, historicamente, foi perdendo importância tanto no que se refere à função conciliatória quanto à função política, esta com o objetivo de fortalecer o poder local. Com isso, apenas em 1984 ressurgem, de forma institucionalizada, os métodos informais para resolução de conflitos. A lei 7.244/84, que criou os Juizados Especiais de Pequenas Causas foi, mais tarde, incorporada pela Constituição de 1988 através do artigo 98. Em 1995 a lei 9.099/95 deu aos Juizados a função de atuar também nas questões criminais, nos chamados crimes de menor potencial ofensivo. Se, por um lado, estes Juizados permitiram a incorporação de conflitos que antes não chegavam ao Judiciário, por outro instituíram também novos valores nas relações que envolvem tanto as partes litigantes quanto os operadores do Direito.
Palavras-chave: Justiça Informal – Conciliação - Juizados Especiais.

Abstract: Informal justice experiences in Brazil may even be found in the imperial period being such role played by a judge who has been historically decreasing in importance both in his conciliation service and in his political function which aimed to strengthen the local power. Hence, just in 1984 in an institutionalised way the informal methods are brought back to solve some current problems. Law 7.244/84 which created the Small Causes Special Judgeships was later included in the 1988 Constitution by article 98. In 1995 law 9.099/95 determined the judgeships would act in criminal issues as well in the so-called less offensive crimes. If on one hand the judgeships allowed the incorporation of conflicts which would not reach the Judicial power in the past, on the other they have set new values in the relationships which involve not only the part of the angry disputants but also the part of the Law operators.
Keywords: informal justice - conciliation service - special judgeships.

Introdução

O movimento contemporâneo de informalização da justiça parece apontar para uma grande transformação do sistema legal, embora tal mudança ainda enseje algumas incertezas. É neste sentido que Abel questiona o que estaria mudando: ideologia, normas,

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, atualmente é Professor Adjunto de Sociologia no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados.

processos ou instituições. De qualquer maneira, as diversas características deste movimento têm em comum a preferência pela informalidade na resolução de disputas e conflitos judiciais.

> *Tais instituições são informais na medida que não são burocráticas na estrutura (...) minimizam o uso de profissionais, evitam a lei oficial em favor de normas substantivas e procedimentais que são vagas, não escritas, de senso comum, flexíveis e particulares. Toda instância de justiça informal exibirá algumas destas características em algum grau. Contudo, nem todas elas serão desenvolvidas completamente* (ABEL, 1982: 02).

Embora seja provável que com a institucionalização da justiça informal tenha se ampliado o controle estatal sobre demandas que antes sequer chegavam ao Judiciário, não parece certo que tal perspectiva seja suficiente para compreender a lógica deste tipo de justiça. Por exemplo, quando se estudam as representações sociais por parte dos operadores do Direito nota-se também a presença e difusão de um conjunto de valores ligados a outro movimento contemporâneo, qual seja, a tendência à descriminalização de certos tipos de comportamentos, justificada pela falência do modelo tradicional da justiça criminal baseado no controle puramente repressivo do Estado.

Além disso, se por um lado o atual modelo da justiça informal pode ser compreendido a partir do esforço em tornar os processos mais ágeis e com isso garantir um maior controle sobre certas demandas, por outro, nessa instância de justiça tal controle se fundamenta menos em regras jurídicas e mais em outros valores sociais pertencentes ao cotidiano das pessoas comuns. Assim, os mecanismos informais de controle social não se explicariam apenas em função das mudanças legais, mas também pelas mudanças em virtude da institucionalização de novos valores a respeito de determinadas práticas de violência bem como das formas punitivas associadas a elas.

Por essa razão, para além das reformas procedimentais, a análise do atual modelo de informalização da justiça coloca como necessidade também o estudo das relações profissionais e de poder, dos rituais e das representações sobre violência e punição no âmbito dessa instância de justiça, como forma de compreender melhor a relação deste movimento com as novas formas de sociabilidade e de conflitualidade sociais.

A Justiça Informal no Brasil: do Juizado de Paz ao Juizado Especial Criminal

A prática institucionalizada da conciliação no Brasil pode ser encontrada já no período imperial, na figura do juiz de paz como magistratura leiga ao lado da magistratura togada de Direito. A Constituição de 1824 especificou que o sistema judicial brasileiro independente incluiria eventualmente inovações como, por exemplo, um sistema de magistrados menores escolhidos localmente que se chamariam juízes de paz. Em 1827, a legislação ordenou e regulou o estabelecimento de juízes locais nas regiões do Brasil (Flory, 1986) e, em 1832, foi editado o Código de Processo Criminal que criou o Juizado de Instrução sob a direção dos juízes de paz. Estes, por serem eleitos, ocupavam temporariamente o cargo e eram responsáveis pelo julgamento de delitos de menor gravidade.

Enquanto autores como Miranda Rosa (1981) sustentam que a maior preocupação da justiça de paz era propiciar a conciliação entre as partes para evitar que situações conflituosas se transformassem em litígios submetidos à apreciação do Judiciário, Koerner (1992) acredita que a justiça de paz não pode ser compreendida apenas deste ponto de vista, pois nessa época as questões de natureza política se sobrepunham às questões de natureza jurídica-profissional. Seriam as relações de poder local, por um lado, e as relações entre o poder local e o governo central, por outro, que constituiriam um dos principais elementos para compreender a origem e o desenvolvimento da justiça de paz no Brasil.

Sem entrar no mérito dessa discussão, o importante é que a análise do desenvolvimento histórico da justiça de paz demonstrou que ela foi se deteriorando e perdendo importância, tanto no que se refere à função conciliatória, o que constituiu a explicação de sua denominação, quanto à função política, que tinha por finalidade o fortalecimento do poder local. Assim, o variável papel do juiz de paz como conciliador proporcionou um bom exemplo de uma função que foi se extinguindo ao longo do tempo.

Isso não significa, contudo, que a lógica da conciliação tenha desaparecido do sistema de justiça no Brasil. Além da forte presença na justiça do trabalho, o Judiciário sempre contou em sua estrutura com algum tipo de sessão prévia – por exemplo, as chamadas Juntas de Conciliação. Contudo, é apenas em 1984, com a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, que se começa a institucionalizar, novamente, uma nova forma de

distribuição de justiça baseada na conciliação como forma de evitar a instauração formal do processo.

Órgãos da Justiça Estadual, os Juizados Especiais de Pequenas Causas foram criados pela lei 7.244/84 para atuar em causas cíveis com valor de até 20 salários mínimos, devendo se orientar por critérios de simplicidade, rapidez, informalidade e economia. O sistema do Juizado começou a ser seriamente considerado no Brasil quando se discutiam medidas para amenizar a chamada crise do Judiciário. A falta de assistência jurídica, o congestionamento burocrático e a morosidade nos processos se constituíam na base da crise que, acreditava-se, não seria sanada a partir somente do reaparelhamento humano e material da justiça, mas também a partir da criação de novos mecanismos para que "pequenas causas" não precisassem seguir o percurso de causas de maior valor e complexidade.

Mais tarde, a lei 7.244 foi incorporada pela Constituição de 1988 através do artigo 98. Contudo, a designação "Juizados de Pequenas Causas" não era exata em face do texto constitucional. O melhor seria "Juizado de Causas Cíveis de Menor Complexidade" e "Juizado Criminal de Infrações de Menor Potencial Ofensivo". Isto porque causas menos complexas são diferentes de causas de pequeno valor econômico. A correção dessa designação veio com a lei n.º 9.099, de setembro de 1995, que manteve os fundamentos da lei anterior mas, além de aumentar o valor das causas para 40 salários mínimos, também deu ao Juizado a atribuição para atuar em pequenas causas na área penal, criando, assim, o Juizado Especial Criminal.

Recebida como excelente alternativa a uma justiça lenta e burocrática, a lei 9.099/95 criou os Juizados Especiais Criminais para se guiar pelos "critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade" (art. 62). De acordo com muitos especialistas, com a criação desses Juizados no Brasil o Poder Judiciário passou a incorporar conflitos que antes não chegavam à justiça. Contudo, trouxe também outras conseqüências para a dinâmica do sistema de justiça criminal.

Representações da violência e da punição nos Juizados Especiais Criminais

De acordo com Adorno (2002a), seriam três os grupos característicos do comportamento violento na contemporaneidade. O primeiro se refere ao crime organizado, principalmente o relacionado aos seqüestros e ao tráfico de drogas; o segundo é o bloco que envolve ameaças aos direitos humanos como linchamentos, extermínios e violência policial; o

terceiro refere-se aos crimes praticados nas relações interpessoais, como nas brigas de vizinhos e de casais. Embora esteja se referindo aos crimes mais graves, Adorno ressalta a importância deste último tipo de conflitualidade social, ou seja,

> *Trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. Compreendem conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que freqüentam os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes. Resultam, em não poucas circunstâncias, de desentendimentos variados acerca da posse ou propriedade de algum bem, acerca de paixões não correspondidas, acerca de compromissos não saldados, acerca de reciprocidades rompidas, acerca de expectativas não preenchidas quanto ao desempenho convencional de papéis como os de pai, mãe, mulher, filho, estudante, trabalhador, provedor do lar, etc* (ADORNO, 2002b: 318).

Além disso, para muitos especialistas esses conflitos representam um tipo de crime de difícil prevenção, ou seja, "geralmente não são premeditados; resultam de sentimentos irracionais, paixões, medo. Muitas das pessoas que os executam nunca estiveram envolvidas em crimes anteriormente e não se apercebem a si mesmas como criminosas" (SCUTO NETO, 2000:107). Assim, tais comportamentos violentos teriam como motivação, em geral, sentimentos que envolvem relações afetivas, o que pressupõe também as chamadas relações continuadas. Este, aliás, é o principal argumento por parte de alguns operadores do Direito para justificar o tratamento específico a certos tipos de crimes. Ou seja, a lógica da conciliação seria ideal para os casos que envolvem relações continuadas, como no caso das relações conjugais e familiares, em que na maioria das vezes as relações permanecem mesmo após os conflitos. O importante a destacar é que, nessa categoria de crimes incluem-se desde os delitos mais graves, como o homicídio, até o crimes de lesão corporal, considerado "leve".[1]

Há, portanto, a necessidade em considerar a forma como está organizado o sistema penal brasileiro, que divide as infrações entre as de "grande potencial ofensivo", que têm como base a pena de prisão, e as de "menor potencial ofensivo", que tratam das chamadas

[1] Nesse sentido, além destas representações sobre o comportamento violento, as diferentes respostas punitivas em relação a ele também representam um aspecto importante da vida social. E uma das maneiras de compreender a natureza social da punição está, como sugere Garland (1990), nas correlações possíveis entre as diferentes formas punitivas existentes e as questões políticas e morais relacionadas a elas. Para o autor, um obstáculo ao melhor entendimento da punição está no fato de que os esforços empreendidos têm sido apenas no sentido de converter um assunto profundamente social em uma tarefa técnica para instituições de controle social. Dentro deste propósito, Durkheim continua sendo uma das principais referências no estudo da punição, já que tomou este fenômeno como um indicador privilegiado do vínculo moral invisível da sociedade e, conseqüentemente, um objeto também privilegiado da investigação social.

"pequenas causas". Para os crimes considerados de "menor potencial ofensivo" os casos são tratados, em geral, a partir da lógica da conciliação nos Juizados Especiais Criminais.

Se, por um lado, há o argumento de que esta forma de classificação judicial dos crimes como de menor potencial ofensivo faz parte de um "novo devido processo legal" - o consensual -, que foi conseqüência de uma longa disputa entre uma visão repressora e uma visão minimalista, já que a lei 9.099/95 traduz um discurso de redução do sistema punitivo clássico e da necessidade de buscar novas formas de punir e prevenir os delitos (Campos, 2003:157), de outro lado argumenta-se que a referida lei representou, na verdade, uma ampliação do sistema repressivo, uma vez que ela (re)criminaliza uma série de delitos que ficavam, na prática, fora do sistema punitivo. Assim, a lei amplia o sistema punitivo e não o diminui.

Para além dessa polêmica, o importante a destacar para os nossos propósitos é que, ao contrário da justiça comum e formal onde o discurso é mais "jurídico", pois envolve apenas os operadores do Direito, na justiça informal é possível apreender melhor o que pensam e sentem as partes diretamente envolvidas no conflito, pois há um espaço maior para a sua manifestação. Assim, nesta instância de justiça as pessoas manifestam de forma mais clara seus desejos, expectativas e desculpas, e com eles outros valores sociais apreendidos a partir das experiências cotidianas externas ao sistema de justiça.

Neste contexto, é possível também que a informalização da justiça possa causar certa insatisfação por parte de algumas vítimas quando elas buscam uma pena mais severa ao seu agressor e, contudo, a solução final se constitui no arquivamento do processo sem punição efetiva. Por outro lado, também é fato que muitas vítimas não se interessam pela pena efetiva, e buscam, ao contrário, apenas uma forma de constrangimento do agressor diante da autoridade judicial. Teoricamente, portanto, tal situação enquadra-se na perspectiva de Giddens sobre a "dualidade da estrutura", ou seja,

> *Embora a teoria da estruturação não minimize a importância dos aspectos coercivos da estrutura, esta é definida como regras e recursos, e por esta razão a coerção não pode ser considerada a única qualidade definidora da estrutura. A idéia central é que o processo de socialização "funde a coerção com a facilitação"* (GIDDENS, 1989:138).

Por exemplo, para muitas esposas que não desejam a separação de seus maridos ou companheiros este tipo "subjetivo" de punição pode se tornar mais adequado aos seus objetivos, pois muitas vezes a expectativa é no sentido de que seu cônjuge apenas mude de comportamento, e não que seja punido de forma efetiva. Tal situação é, inclusive, muitas vezes

reforçada pela própria atuação do juiz no sentido de buscar a conciliação do casal. Para tanto, lança mão de valores mais ligados ao universo moral e cotidiano destas pessoas do que de normas jurídicas propriamente ditas.[2] Enfim, o que devemos extrair desta idéia é justamente o fato de que, nesta instância de justiça, ao mesmo tempo em que são vítimas da coerção institucional, tanto os profissionais quanto os litigantes também usam as instituições para atingir seus objetivos, e a conseqüência desse uso é a própria reprodução da instituição com seu poder de coerção.

Em síntese, a proposta de Giddens para superar um certo objetivismo nas análises estruturalistas se sustenta no fato de que os atores monitoram reflexivamente o fluxo da vida social, e onde as propriedades estruturais se constituem em meio mas também em conseqüência das práticas sociais. Assim, para o propósito de levantar os desafios teóricos e conceituais ao estudo do sistema de justiça informal, o importante é que, sendo possível adotar o conceito de dualidade da estrutura[3] na análise dos conflitos interpessoais e intersubjetivos, pode-se conceber a estrutura do sistema de justiça como meio e também como resultado das práticas e das representações tanto dos operadores do Direito quanto das pessoas comuns que buscam nesta instância de justiça a solução para seus problemas e conflitos.

Referências bibliográficas:

ABEL, Richard. **The Politics of Informal Justice**. New York: Academic Press, 1982.

ADORNO, Sérgio. *Mais Crimes*. **O Estado de São Paulo**, 27/01/2002a.

[2] Tal configuração relacionada à violência doméstica contra a mulher foi recentemente alterada com a promulgação da Lei Federal 11.340, de 07 de agosto de 2006, chamada de Lei *Maria da Penha* que, entre outras coisas, tipificou a violência doméstica e tornou esse crime mais grave, sendo que os agressores deixam de receber penas consideradas leves e podem ser punidos com penas que variam de três meses a três anos de prisão. Além disso, determina que esse tipo de violência não pode mais ser tratado nos Juizados Especiais Criminais, e sim em Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criados especialmente para esse fim. Embora seja inegável o avanço na legislação em relação ao tratamento deste tipo de violência, sobretudo por se tratar não de uma violência eventual mas sim de uma violência regular que atinge parcela significativa da população de mulheres, e por isso a necessidade de uma legislação específica, ainda não se avaliou de forma sistemática as conseqüências desta mudança para as relações conjugais.

[3] Considerando-se o conceito de *dualidade da estrutura* em Giddens, é possível evidenciar também uma grande valorização da fala nesta tese. Com efeito, o uso da estrutura social pelos agentes se dá principalmente através das interações mediadas pela fala como um recurso essencial para a reprodução das propriedades estruturais, permitindo, com isso, a coerção parcial da ação. Ou seja, "a conversa, que ocorre em contextos cotidianos de atividade, é o veículo fundamental de significação" (Giddens, 1999:300).

_____ *Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri*. In: SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim (org.). **Sociologia e Direito**. São Paulo: Pioneira, 2002b.

AZEVEDO, Rodrigo G. **Informalização da Justiça e Controle Social**. Dissertação de Mestrado. Programa de PPG em Sociologia. Universidade Federal Rio Grande do Sul, 1999.

BLACK, Donald. **Sociological Justice**. New York: Oxford Univ.Press, 1989.

WATANABE, Kazuo (org.) **Juizado Especial de Pequenas Causas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. **Estudos Avançados**, 11(5), 1991.

CORRÊA, Marisa. **Morte em Família**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A lei das pequenas causas e a disciplina da jurisdição*. **Manual das Pequenas Causas**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1986.

DORFMANN, Fernando Noal. **As Pequenas Causas no Judiciário**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1989.

FAISTING, André Luiz. *O Dilema da Dupla Institucionalização do Poder Judiciário: o caso do Juizado Especial de Pequenas Causas*. In: Sadek, Maria Teresa (org). **O Sistema de Justiça**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

FARIA, José Eduardo. *Os Desafios do Judiciário*. **Revista USP**, 21, 1994.

FLORY, Thomas. **El Juez de Paz y El Jurado en El Brasil Imperial**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

GARLAND, David. **Punishment and Modern Society: A Study in Social Theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ . *Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura*. In: Giddens, A. e Turner, J. (org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRINOVER, Ada Pelegrini. **Juizados Especiais Criminais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

HERKENHOFF, João Baptista. *Juizados para Causas Simples e Infrações Penais Menos Ofensivas*. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. v. 708, 1994.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Delegacias de Defesa da Mulher: violência, gênero e acesso à Justiça em São Paulo, Brasil*. In: **2003 meeting of the Latin American Studies** – LASA, Dallas, Texas, 27-29/03-2003.

KOERNER, Andrei. **O Poder Judiciário na Constituição da República**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da USP, 1992.

LEMPERT, Richard. **An Invitation to Law and Social Science: Desert, Disputes and Distribution**. New York: Longman, 1986.

MIRANDA ROSA, F.A. *Justiça de Paz: uma Instituição Desperdiçada.* **Separata da Revista Jurisprudência do TJERJ**, 20 (46): 18, 1981.

MORAES, Silvana. **Juizado Especial Cível**. São Paulo: Ed. Forense, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução à Sociologia da Administração da Justiça*. **Direito e Justiça: a função social do Judiciário**. In: Faria, José Eduardo (org..). São Paulo: Ática, 1989.

SCURO NETO, Pedro. **Manual de Sociologia Geral e Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SUDNOW, David. *Normal crimes: sociological features of the penal code in a public defender office***. Social Problems**, 12: 255-276, 1965.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura**. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O regionalismo e as políticas culturais na ditadura civil-militar (1966-1975)

Tatyana de Amaral Maia[1]

Resumo: O período da ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado por várias ações institucionais para a organização de políticas culturais que garantissem a democratização da cultura nacional. O objetivo deste artigo é analisar a experiência do Conselho Federal de Cultura, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, investigando a importância da idéia de regionalismo na elaboração das políticas culturais durante o regime ditatorial-militar.

Palavras-chaves: Conselho Federal de Cultura – regionalismo - políticas culturais.

Abstract: The period of civil-military dictatorship (1964–1985) was marked by many institutional actions to organize the cultural policies whose goal was to make the democratization of the national culture possible. This article intends to analyses the experience of the Conselho Federal de Cultura, that belongs to Ministério da Educação e Cultura, searting the idea and importance the regionalism idea to create cultural policies during the period of military dictatorship.

Keywords: Conselho Federal de Cultural - regionalism - cultural policies.

O período da ditadura civil-militar foi marcado por diversas ações no setor cultural, especialmente, através da criação de agências e secretarias como o Conselho Federal de Cultura (1966), o Departamento de Assuntos Culturais (1972), o Centro Nacional de Referência Cultural (1975), a Fundação Nacional de Arte (1975) etc. Esses núcleos tinham como objetivo central orientar as políticas culturais a serem implementadas no país, visando a divulgação da produção cultural e a definição dos padrões culturais consideradas adequadas ao país.

No final de 1966, o presidente Castelo Branco instituiu o CFC propondo a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a centralização das atividades culturais do MEC, definindo o que seria a cultura nacional. O Conselho, instalado no Rio de Janeiro, ficou responsável por reequipar as principais instituições culturais do país, isto é, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, e reformular as diretrizes de atuação desses lugares de cultura.

[1] Doutoranda em História Política/UERJ. Bolsista da CAPES. Orientador: Francisco Carlos Palomanes Martinho. tatyanamaia@yahoo.com.br

O objetivo do CFC era construir um aparato burocrático dedicado exclusivamente à área cultural e à (re)elaboração de diretrizes para promoção e difusão da cultura no país. Para isso, várias ações foram estabelecidas no interior do MEC entre 1966 e 1975, período de maior atuação do CFC. Consideramos este período o mais profícuo da discussão intelectual sobre a intervenção do Estado na área cultural. Neste momento, abre-se um campo de possibilidades para a ação dos intelectuais, cujo traço principal foi a orientação das políticas culturais através das concepções em torno do conceito da "cultura nacional".

O Conselho Federal de Cultura era composto, principalmente, por literatos, historiadores e antropólogos oriundos, em geral, de dois espaços consagrados: a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vários dos intelectuais fundadores do Conselho eram diretores das instituições nacionais de cultura, como Afonso Arinos de Mello e Franco, Adonias Aguiar Filho e Josué Montello; outros eram próximos do presidente Marechal Castello Branco como Hélio Vianna, cunhado do presidente, Arthur César Ferreira Reis, ex-governador do Amazonas, e Raquel de Queiroz. Ainda compõe a lista, intelectuais importantes como Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Cassiano Ricardo, Djacir Lima Menezes, Manuel Diégues Junior, Ariano Suassuna, Gustavo Corção, Roberto Burle Marx, Octávio de Faria etc. Neste sentido, podemos analisar a ação desse grupo a partir da formação de redes de sociabilidade que favorecia a legitimação do grupo no interior do aparelho estatal.

As políticas culturais estabelecidas pelos intelectuais do CFC orientavam-se a partir da idéia de defesa do patrimônio e da difusão dos aspectos culturais regionais. A participação de vários grupos no interior do MEC e a relativa autonomia do setor cultural, até 1975, possibilitou a existência de projetos identificados por outras matrizes que diferem da "ideologia de segurança nacional", ainda que os intelectuais do Conselho Federal de Cultura adotassem como estratégia política o uso constante das idéias-força "segurança nacional" e "desenvolvimento" aliadas à necessidade de defesa da cultura em seus discursos públicos. Na análise das fontes, essas duas idéias-força só aparecem em discursos pronunciados em momentos específicos, em geral, cerimônias públicas que contavam com a presença de representantes do executivo; em documentos como atas de reunião e pareceres essas idéias não estão presentes.

A ênfase na importância da memória nacional tornou-se a principal tática para a inserção dos intelectuais no interior do aparelho estatal, afinal, a recuperação e organização do passado dependiam de uma investigação sólida sobre nossa formação. A percepção objetivista da cultura, adotada pelo CFC, tem na valorização do passado um pilar fundamental de ação. Nas políticas culturais essa percepção reveste-se na preservação do patrimônio associada à

existência de uma "memória nacional" que precisava ser reorganizada, como afirmou Arthur Cezar Reis,

> *"Diz-se que a memória nacional está comprometida no negativismo ou no irrealismo, ou ainda no esquecimento que a desfigura, desilustra, diminui, incompatibiliza com a potencialidade que nosso país está alcançando em vários setores de sua capacidade criadora."* (REIS, 1968:1968)

Dessa forma, era preciso recuperar a memória nacional, reorganizá-la, a partir de atos e personagens que efetivamente ilustrassem o passado, tornando-a compatível com "a potencialidade de nosso país", ou seja, com o desenvolvimento em curso. A associação entre memória e desenvolvimento nacional compreendida como função do Estado só poderia ser realizada através da institucionalização da cultura. A memória nacional construída através de um passado comum terá na questão da mestiçagem e no valor das três raças uma de suas principais diretrizes.

A participação de Freyre no CFC e a difusão de suas idéias desde a década de 1930 foram decisivas para o desenho de um tipo de interpretação da "cultura brasileira", especialmente, no interior do Conselho. O discurso elaborado por Arthur Cezar Ferreira Reis para o lançamento do "Programa de Ação em favor da Cultura" é representativo das questões enfatizadas pelo grupo. Arthur Reis afirma que a cultura brasileira tem como característica principal o caráter mestiço:

> *"Não devemos esquecer que constituímos um povo mestiço, que se elaborou por obra inicial de três stoks culturais e étnicos diferentes. (...) E se formos ao exame do que se verificou posteriormente, com a entrada e a incorporação de outros stoks étnicos e culturais, (...), sustentaremos com segurança maior que somos realmente uma sociedade e uma cultura mestiçada (...)."* (REIS, 1968:11)

Esse caráter mestiço associava-se à idéia do regional como parte integrante da cultura nacional. Assim, o regionalismo compreendido como pluralidade cultural garantia o substrato constitutivo de nossa cultura. Entre os membros do CFC não havia contradição entre a "cultura nacional" e a "cultura regional". As possíveis tensões existentes entre o nacional e o regional eram eliminadas à medida que a cultura nacional só podia ser definida a partir de seus aspectos regionais e "(...) esse regionalismo não era desintegrador, mas orgânico" (FREYRE, 1960:14).

A defesa do regionalismo como elemento constitutivo da cultura brasileira surgiu na década de 1920 com a publicação do *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, na cidade do Recife (PE). O movimento regionalista nordestino buscava deslocar a visão pessimista do nordeste e, sobretudo, do interior, considerados exemplos do atraso e da estagnação do país, substituindo-a por uma percepção otimista marcada pela noção de "pureza e autenticidade

culturais". Dessa forma, o movimento regionalista nordestino elaborou uma prática discursiva alicerçada nas palavras chaves "região" e "tradição".

> *"Para o intelectual nordestino em busca de afirmação no plano nacional, não se tratava de encontrar linguagens artísticas revolucionarias para exprimir um mundo em acelerada transformação, mas de procurar apoiar-se na riqueza das tradições culturais e artísticas locais para fazer de sua revalorização, bandeira de luta."* (ALMEIDA, J. M. 2003: 321)

O regionalismo nordestino ao valorizar a tradição popular, o folclore, a língua em nome da pureza cultural ameaçada pela presença de elementos alienígenas à nossa cultura carregava consigo o substrato necessário aos grupos nacionalistas e ufanistas que atravessaram os movimentos culturais do período. O regionalismo como base da cultura nacional não seduziu apenas os intelectuais nordestinos, mas foi uma corrente de idéias que atravessou vários grupos intelectuais dedicados a fornecer ao país sua identidade nacional. Já em 1919, é possível ver manifestações que buscam a unidade nacional através da valorização das tradições e tem no espaço geográfico a base para ler o Brasil.

> *"A preocupação com a valorização de nossas tradições culturais e folclóricas é plenamente encampada pelos modernistas. Recupera-las significa construir a identidade brasileira, sem a qual seria impossível ao país afirmar sua autonomia no panorama internacional."* (VELLOSO, M. 1993: 93)

Após o lançamento do manifesto regionalista, o grupo modernista paulista verde-amarelo incorporou parte dos ideais defendidos pelo regionalismo nordestino como a crítica à universalização da cultura e o cosmopolitismo das metrópoles. Além disso, prevalece no discurso uma visão otimista sobre o Brasil: país continental, ordeiro e harmônico. Constrói-se um entrelaçado jogo discursivo que compõe a relação regionalismo-nacionalismo. No regionalismo paulista, a idéia de regional fortalecia a percepção na nação, da unidade. Assim, o modernismo inseriu novos elementos ao regionalismo nordestino incorporando traços do discurso ufanista e nacionalista ao movimento. A idéia do regionalismo como expressão da unidade cultural possibilita uma leitura atemporal das práticas culturais populares, vista como autênticas representantes da cultura nacional. A noção de espaço torna-se o centro da análise dos modernistas paulistas e eles definem o estado de São Paulo como a região predestinada a guiar a nação. (VELLOSO, 1993:96)

O regionalismo associado ao nacionalismo se manteve presente no ideário político e intelectual brasileiro até o final da década de 1970. No Conselho Federal de Cultura, representantes do movimento regionalista nordestino, como Gilberto Freyre, e paulista como Cassiano Ricardo voltariam a se encontrar e a defender como cerne das políticas culturais, o regionalismo. Neste momento, as ações intelectuais não se restringem aos movimentos

culturais, como na década de 1920; é preciso estar no interior da burocracia; misturar-se com a política e os políticos; decidir e administrar os rumos da cultura brasileira através do Estado.

O Conselho Federal de Cultura incorporou as características gerais do regionalismo nacionalista e observava na organização política do país os traços comprobatórios da identidade regional como marca da nacionalidade. O editorial da revista "Cultura", periódico oficial do CFC, de janeiro de 1968, dedicado a I reunião do Conselho Federal de Cultura com os conselhos estaduais de cultura, informava que a política brasileira era fruto da realidade regional, por isso a criação de conselhos estaduais. Dessa forma, o regionalismo não se limitava à esfera cultural, mas perpassava as demais esferas sociais.

> *"A realidade regional é consagrada pela federação política. Essa realidade tem o seu matiz cultural próprio e os problemas que lhe são peculiares; daí a necessidade da implantação dos Conselhos Estaduais de Cultura. A I reunião Nacional dos Conselhos de Cultura (...) tem por propósito auscultar as aspirações e reivindicações que decorrem das realidades regionais (...)."* (CFC, 1968:5)

Esse regionalismo nacionalista associado à valorização da mestiçagem permitia a construção de um discurso otimista sobre o Brasil e sua relação com as outras nações. O pluralismo que definia a sociedade brasileira não era excludente, não causou rupturas, ao contrário, visto do plano externo, irmanava as mais diferentes regiões do país, edificando a nação. Os intelectuais do CFC estão integrados a uma corrente de pensamento que atravessou, resguardando as diferenças entre os grupos e suas práticas de inserção do aparato político, os diversos setores que trabalhavam no direcionamento de políticas culturais e educacionais: o "otimismo ultraconservador" (REIS, J. 2006:35).

> *"Nação – continente e arquipélago ao mesmo tempo, se examinarmos a condição de gigantismo geográfico, espacial que nos marca no mundo físico e a regionalização que nos proporciona uma existência não-global, mas em unidades mais ou mesmo autônomas, que compõe o arquipélago, social, econômico, cultural, e, porque não concluir também, político, mesmo que se procure justificar esse arquipélago político pela existência de um sistema federativo em sua concepção realística (...) o Brasil, na sua regionalização, não se comprometeu com qualquer sistema divisionista. Ao contrário, nessa variedade, nessa pluralização, vamos encontrar justamente toda a seiva que, pela política de interligação, de intercomunicação, de vinculação mais forte do pensamento e da ação social, há matéria-prima admirável para a transformação do continente arquipélago em continente global, total, unitário, com esse unitarismo em nada se prejudicando as variantes que tanta cor e tanta riqueza asseguram ao contexto nacional, sob qualquer ângulo por que o busquemos."* (REIS, A. 1968:11)

Esse discurso "otimista" foi habilmente incorporado como política de Estado e pode ser observado nas propagandas políticas, nas políticas culturais e nas obras destinadas à educação, buscando reforçar no imaginário social uma idéia do Brasil como um país harmonioso, ordeiro e em vias de desenvolvimento. Assim, o passado garantia a inevitabilidade de nossa ascensão ao seleto grupo das grandes potências mundiais.

> *"a propaganda política da época procurou consolidar como tradição incontestável uma certa tendência de fato já forte naquela ocasião de leitura sobre o Brasil: a vinculação entre os brasileiros, e a unidade na identidade, dar-se-ia através de uma cultura brasileira, mesclada com uma promissora visão do futuro."* (FICO, 1997:24)

A elaboração de um discurso que construísse um passado comum e glorioso da nação tornava a cultura nacional um instrumento preponderante para demonstração de nosso desenvolvimento e atravessou diversos setores estatais. Neste sentido, minha hipótese neste artigo é que o governo civil-militar elaborou um ***sistema de representações*** com o objetivo de caracterizar a nação, a partir de idéias-força como cultura, memória e identidade. Esse sistema de representações só foi possível graças a grupos intelectuais, que apesar de diferentes, compartilhavam do discurso otimista ultraconservador, e atuavam em três setores-chaves na elaboração de um discurso oficial sobre a nação, já evidenciados neste texto: a propaganda política, as políticas culturais e a educação. Esses setores são capazes de influenciar o imaginário social, ainda que observada a capacidade da população de interagir e reconstruir esse discurso. Como afirma Carlos Fico, a ditadura civil-militar buscou uma imagem sobre o Brasil que vislumbrasse na longa duração aspectos geradores de *esperança e otimismo*. (FICO, 1997:19)

Nesse enfoque, a definição da identidade resulta de uma série de determinantes objetivos como a origem comum, a língua, a religião, o território etc. A identidade seria resultado da essência cultural de um grupo, cabendo aos intelectuais o papel de difusor dessa identidade, pela investigação dos elementos constitutivos da cultura. A própria divisão das Câmaras do Conselho indica essa compreensão: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico.

Assim, construía-se um discurso que se apropriava de elementos nacionalistas característicos do período ditatorial, criando um cenário marcado pelo binômio cultura nacional – invasão estrangeira. A cultura nacional estaria ameaçada pela consolidação da indústria cultural de massas que introduzia no país elementos estranhos a nossa formação social. Para impedir a descaracterização da cultura nacional que ameaçava a segurança nacional era fundamental reconstruir uma memória nacional que valorizasse os heróis do passado e os elementos folclóricos.

A valorização desses bens simbólicos era essencial na preservação cultural do país, considerada ameaçada pelo aparecimento e consolidação da *mass media*. O desenvolvimento da indústria cultural de massas no país nas décadas de 1960 e,

especialmente, 1970 era considerado um movimento "alienígena" à nossa cultura. As concepções teóricas adotadas pelos intelectuais do CFC tornavam qualquer ação em favor da cultura de massas um ato de violência e transgressão de nossa cultura. Nesse cenário, o grupo era contrário ao financiamento do Estado para esse tipo de produção artística.

Assim, a cultura brasileira só existe no interior da nação e só é verdadeira quando corresponde aos interesses de todos os setores sociais, ou seja, é marcada pelo *desinteresse,* pois não serve a nenhum grupo em particular, respondendo aos elementos condicionantes e dinâmicos que a promovem. Neste sentido, toda cultura tem um caráter nacional, pois seu desenvolvimento depende de fatores geográficos, da herança étnica, dos momentos históricos e da linguagem vivenciados por um grupo social. De todos esses fatores, apenas a linguagem é considerada um elemento dinâmico da cultura que ocorre através da fala e da interação entre os sujeitos históricos.

As concepções substancialistas que definem a cultura e, logo, a identidade a partir de elementos como a língua, o território, e um passado comum são amplamente utilizadas pelos Estados para descrever a singularidade de uma nação. Os grupos intelectuais que partilhavam dessas concepções são facilmente incorporados pelo Estado brasileiro, especialmente, em momentos onde os governos utilizam do autoritarismo para conter a população; afinal, a legitimidade de suas ações precisa estar ancorada numa suposta "defesa de interesses da nação". A descrição objetiva dos elementos simbólicos que compõe e singularizam a nação são mais eficientes quanto maior a capacidade de gerar percepções homogêneas do grupo ao qual se pretende consolidar o sentimento de pertencimento, ainda que esses elementos possam ser contestáveis através de um olhar cuidadoso – por exemplo, as populações que compartilham a mesma língua podem criar sentidos diferenciados em sua prática discursiva.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, José Maurício Gomes. "Regionalismo e modernismo: as duas faces da renovação cultural dos anos 20". In: KOSMINSKY, Ethel Volfson et all. (org). *Gilberto Freyre em quatro tempos.* Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 315-326

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. "Editorial". *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano II, n° 7, janeiro de 1968. p. 5-6.

FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo. Ditadura, Propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

FREYRE, Gilberto. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. "Programa de Ação em Favor da Cultura". *Cultura*. Rio de Janeiro: MEC, Ano II, n° 17, novembro de 1968.

REIS, José Carlos. *Interpretes do Brasil 2: De Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista." *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC, vol. 6, n.11, 1993, p.89-112

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A biografia de Tiradentes na *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen

Laura Nogueira Oliveira*

Resumo: O trabalho apresenta e analisa os *topoi* empregados por Varnhagen na construção de seu personagem Tiradentes, na *História geral do Brasil* (*HGB*). Destaca-se que a tipologia varnhageniana do personagem histórico tem origem nas regras empregadas na composição dos gêneros epidítico e biográfico: Varnhagen imitava e emulava "auctores de vidas", empregava os lugares-comuns próprios para os gêneros em questão e utilizava da censura para rebaixar o personagem histórico. Analisam-se o modo como Varnhagen construiu seu personagem histórico e as mudanças que ele realizou, da primeira para a segunda edição da *HGB*, na construção desse personagem.

Palavras-chaves: Varnhagen – retórica - Tiradentes.

Abstract: This study present and analyse the *topoi* employed by Varnhagen in the construction of his character Tiradentes in *História geral do Brasil (HGB)*. It is highlighted the fact that the varnhagenian tipology of a historical character is origned in the compositional roles of epidic and biografic genres. Varnhagen imitated and emulated "life actors", employed the appropriated commonplaces to these genres and employed reproach to demote the historical character. The analysis is focused on both the way in which Varnhagen construct his historical character and the shifts he made from first to second ediction of *HGB* related to Tiradentes' figure.

Keywords: Varnhagen – rethorics - Tiradentes.

Na primeira edição da *HGB*, os atores históricos da conjuração ocorrida em Minas Gerais, em 1789, eram homens formados na Europa, que haviam incorporado os ideais de liberdade da independência das treze colônias americanas e que chegaram mesmo a conceber corretos e grandiosos planos para o país independente. Varnhagen faz questão de mencioná-los: Alvarenga Peixoto era homem de elevada instrução; Cláudio Manuel da Costa era advogado e poeta; Francisco de Paula Freire de Andrada era tenente-coronel comandante do regimento de linha de Vila Rica.

* Professora Cefet-MG; doutora em Literatura Comparada.

Na perspectiva de Varnhagen, tratava-se de uma conjuração da elite, de letrados e de poderosos, e nela Tiradentes era figura secundária. Foram os primeiros que fizeram "conferências" e decidiram o melhor dia para iniciar o movimento. Tiradentes pouco aparece em cena e é um agente sem voz ativa: ele apenas aparece obedecendo ordens daqueles que realmente pensavam e decidiam os rumos do movimento (VARNHAGEN, 1857: 273-274). Sua presença significativa só acontece no final do enredo, no fechar das cortinas quando, uma vez descoberta, a conspiração precisava ser punida exemplarmente e alguém deveria subir ao patíbulo. Então, por decisão dos juízes, e somente por isso, "Silva Xavier foi considerado cabeça". Era um homem, segundo Varnhagen, "insignificante, indiscreto, pobre, sem respeito" e mesmo "louco", que ganhou "a glória" graças ao "martírio". A condenação feita pelos juízes deu a Tiradentes "méritos" que ele não possuía. Afinal, tratava-se de uma conspiração de "patrícios illustres" e não da plebe (VARNHAGEN, 1857: 279). Para o autor era fundamental que isso ficasse claro.

Na segunda edição da *HGB*, Varnhagen realizou uma enorme modificação no capítulo sobre a Conjuração Mineira: frases foram reescritas ou eliminadas, trechos cortados e outros inseridos. O historiador anunciou, no próprio capítulo, os grandes reajustes que fizera em seu texto. Reafirmava que o capítulo fora escrito respeitando estritamente o que se encontrava nas "informações oficiais enviadas à corte pelo próprio governador em ofício de 11 de Julho de 1789", relativas ao caso. Anunciava agora, no capítulo reescrito, que se restringiria "aos depoimentos"[1] e que não se deixaria emaranhar "em pormenores que se contradizem, que escapam apenas lidos e que nada aproveitam à história". Declarava, implicitamente, que errara na primeira versão do capítulo, porque inserira digressões que apenas dificultavam a fixação da atenção do leitor no essencial da narrativa. Era por isso que, afirmava, decidira "esmerar-se" e não "juntar muitos fatos", limitando-os, para poder "apreciá-los devidamente".[2]

Ele fez questão de destacar, na segunda versão, que suas assertivas eram fruto de reflexões feitas a partir da base documental e eram elas, afiançava, que lhe permitiram

[1] Segundo Rodrigues, Varnhagen transcreve, na segunda edição da *História geral*, um trecho, contido nos *Autos da Devassa*, no qual o alferes condenava o colonialismo português. O trecho seria o seguinte: "porque poderia assim suceder que esta terra se fizesse uma República e ficasse livre dos governos que só vêm cá ensopar-se com riquezas". (RODRIGUES, 1988: 15, nota 25)

[2] Varnhagen referia-se a várias e longas considerações que fizera na primeira versão do texto e que foram retiradas em sua segunda edição. Varnhagen optara por não interromper o fio da narrativa com idéias que extrapolavam a preocupação central de seu texto (VARNHAGEN, 1857: 272-273, 278-279). As considerações de Varnhagen nos remetem aos ensinamentos de Quintiliano para quem, na construção de uma narrativa, o autor deveria se preocupar com a clareza de seu texto e, por isso, deveria evitar erros como a digressão. (Quintiliano apud. BARTHES, 1975: 201).

concluir, por exemplo, que Tomás Antônio Gonzaga, "não desejava que estalasse um rompimento" entre Brasil e Portugal; chega mesmo a duvidar que Gonzaga fora conspirador (VARNHAGEN, 1978: 310-311, v. 2).

Entretanto, toda a discussão que abria o capítulo visava a preparar o leitor, pois o que interessava ainda estava por vir, que era a conjuração, ela própria: "Liquidado esse ponto passaremos a ocupar-nos do assunto" (VARNHAGEN, 1978: 311, v. 2). O capítulo até mesmo mudara de título, passara de *Primeira conjuração em favor da independencia do Brazil* a *Idéias e conluios em favor da independência em Minas.* Um "conluio" é uma conspiração, mas a palavra traz mais fortemente, em relação a "conjuração", a imagem do desejo de lesar alguém com uma ação malévola e até mesmo diabólica. A troca do título do capítulo não foi gratuita e também ela já prenunciava o que viria.

Na segunda redação, Tiradentes deixou de ser um personagem coadjuvante para ocupar um papel central na narrativa. Varnhagen, jurando fidelidade aos documentos e protestando avaliá-los com imparcialidade, afirmava que tudo o que diria sobre Tiradentes era fruto de longa maturação. Não se tratava de visão apaixonada, mas de convicção formada a partir da apuração dos fatos, do estudo profundo e da imparcialidade no julgar. Com tudo isso, Varnhagen preparava o espírito do leitor para bem receber o longo trecho sobre Tiradentes: "Da careação, por nós pausada e refletidamente feita, de todos os depoimentos, resulta que, verdadeiramente, entre os vários que se conluiaram, só um chegou a entusiasmar-se pela idéia da revolução: foi o mencionado alferes Silva Xavier (...)".(VARNHAGEN, 1978: 311, v. 2)

O revoltoso mineiro era posto no centro do cenário porque fora o único a "verdadeiramente (...) entusiasmar-se pela idéia da revolução", mas tratava-se agora de um conluio. A "alma" de Tiradentes fora atingida por uma "centelha" que "lavrou o incêndio por tal forma que não pôde mais apagar"; ele foi possuído por uma idéia "que o abrasava, subordinava tudo quanto via e ouvia". Centelha, incêndio, abrasar, são palavras que trazem à memória a imagem maldita do fogo eterno: a idéia demoníaca de revolução dele se apoderara. A seqüência da narrativa amplificava a imagem: tão possuído se tornara ele, que perdera todo o controle sobre si mesmo e, "com uma leviandade e audácia inauditas para aquele tempo, a todos se propunha converter e angariar". Imprudentemente, Tiradentes passara a "inventar" que outros países viriam ao socorro dos conjurados e que eles seriam apoiados por revoltosos da colônia; e "atrevidamente começou por 'abordar' o seu próprio comandante, o jovem tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada"; e "tentou inutilmente aliciar a Cláudio"; e "foi ainda ele quem contribuiu a angariar o padre Carlos Correia de Toledo e

Melo, (...) e o distinto pregador Rodovalho, o opulento padre José da Silva de Oliveira Rolim"; e tudo isso ia ele fazendo "atacando a cada qual pelo respectivo lado fraco". Tiradentes era a personificação do homem sem virtude: leviano, mentiroso, atrevido, corruptor de jovens, aliciador, aproveitador das fraquezas humanas. Mas não paravam aí as desvirtudes do revoltoso, porque "no auge do entusiasmo, obedecia o mesmo alferes, não só aos impulsos do patriotismo, como também aos da ambição" (VARNHAGEN, 1978: 312, v. 2).

Varnhagen empregava o recurso da amplificação para construir a imagem de Tiradentes: os adjetivos depreciativos eram somados, resultando em uma totalidade que era, contrariamente ao que ensina a matemática, muito maior que a simples soma das parcelas – que não restassem dúvidas: Tiradentes era, efetivamente, um homem sem valor.

E se o leitor imaginasse serem essas imperfeições de caráter provenientes da centelha que o atingira e o abrasara era preciso deixar claro: apenas os fracos se deixavam dominar e controlar. Varnhagen então constrói uma biografia de Tiradentes: ele começara a vida por "aplicar-se à profissão de dentista, em que chegou a ser hábil" e que lhe valeu "o ser denominado 'Tiradentes'." Essa foi a única atividade a que se dedicou e na qual foi bem sucedido. Varnhagen lembrava que, entretanto, essa profissão era então considerada tão desonrosa[3] que, posteriormente, tornou-se um impeditivo para novas promoções na carreira militar: "Vendo-se por vezes preterido [na promoção], o que ele candidamente acreditava provir de falta de proteção, e devemos antes hoje atribuir à 'desrecomendação' que seria para ele o geral conceito de ser um 'hábil tiradentes' (...)"(VARNHAGEN, 1978: 312-313, v. 2).

Varnhagen continua, então, a enumerar os fracassos de Silva Xavier, ao longo da vida: "lançou-se a também a mascatear em Minas Novas, mas saiu-se mal"; então resolveu "sentar praça na cavalaria" e chegou até a ter sorte, porque ocorreram guerras no sul e, graças a elas, "conseguiu ser promovido a alferes". Mas o sucesso era uma ilusão, porque ele "de alferes não passou". E a lista não pára aí: "pretendeu votar-se à mineração; mas saiu-se de novo mal". E quando já atingia os quarenta anos, ao invés de alcançar a serenidade e a prudência próprias da maturidade, encontrando-se no Rio de Janeiro: "aí travou conhecimento do dito Dr. Maciel, quando regressava da Europa, e dele recebeu as primeiras inspirações para se lançar, com afinco na nova empresa, de que viria a ser a vítima principal". Tiradentes, um

[3] Varnhagen fazia aqui referência ao modo como os ofícios ligados "ao sangue" foram entendidos como ofícios sujos e desonrosos para quem os exercia, até pelo menos os finais do século XVIII. O próprio comentário de Varnhagen de que na época de Tiradentes eram vistos desse modo, denuncia uma mudança cultural (MACHADO, 1978: 17-148).

derrotado ao longo de sua vida, só poderia terminá-la com o coroamento de seu fracasso – cavando a própria morte (VARNHAGEN, 1978: 312-313, v. 2).

Amplificando ainda mais sua caracterização, lança mão da descrição física do biografado.[4] Ao descrever o tipo físico de Tiradentes e afirmar ter sido ele feio e antipático, Varnhagen empregava um lugar-comum do gênero epidítico: o caráter do personagem e até mesmo seu destino estavam inscritos em sua própria fisionomia: "Cumpre acrescentar que para alguns dos malogros do mesmo alferes em suas pretensões, além da circuntância de ser tiradentes, devia também contribuir o seu físico. – Era bastante alto e muito espadaúdo, de figura antipática, e feio e espantado" (VARNHAGEN, 1978: 313, v. 2).

Na primeira edição da *HGB*, a conjuração mineira foi descrita como um movimento de homens letrados. Mas na segunda versão, a conjuração se transforma "em planos aéreos" do Tiradentes. Varnhagen agora até mesmo duvida que se tratara de uma verdadeira conspiração:

> *Pelo que respeita à sua heróica empresa, não a denominaremos 'conjuração'. Custa-nos até o dar-lhe o nome de conspiração; embora concedamos que fosse ele um verdadeiro conspirador. Não houve, porém, 'conjurados' ou conspiradores ajuramentados em regra; não foi a resolução precedida de conciliábulos tenebrosos, conluiados em forma: as reuniões faziam-se quase a portas e janelas abertas, sendo apenas o assunto, que servia nelas de tema, conversação reservada, interrompida com a entrada de qualquer profano, que vinha de visita.* (VARNHAGEN, 1978: 313, v. 2)

Na seqüência do trecho, ele empregou mais duas vezes a palavra "conluio" para se referir à conjuração, como se pretendendo reforçar a idéia de que tudo aquilo não passara de "atrevimento, leviandade e audácia inaudita" do desonrado tirador de dentes. E se Tiradentes foi "um verdadeiro conspirador", Varnhagen colocava em suspeição a existência de uma conspiração. Ele admitia que houve conversa, em casa de Freire de Andrade, e que em um único encontro se teve a aparência de um "conventículo, ou conluio". Uma única reunião que ao ser narrada pelo autor somente lhe servia de estratégia para adubar a semente da dúvida com relação à existência efetiva de desejo de conspirar.

> *Mas, repetimo-lo, tudo isto não passou de conversação hipotética: não houve decididas resoluções, a que se devesse começar a dar cumprimento. Nem sequer se*

[4] Quintiliano considerava ser digno destacar "les avantages physiques" do homem elogiado o que, contudo, não deveria ser feito de forma uniforme. Afinal, conforme advertia, se um defeito físico era uma desvantagem à primeira vista, ele contribuiria para aumentar a admiração pelo herói, desde que se soubesse bem explorá-lo a seu favor. No caso da construção de vitupérios, Quintiliano recomendava que se empregassem os mesmos recursos, com objetivos contrários (QUINTILIEN,1954: 375-377, vol. I, livro III)Segundo Adolfo Hansen, as convenções estilísticas para a composição dos discursos epidíticos estabeleciam, desde Aristóteles, que os critérios "para o louvor ou vituperação baseavam-se" nos pares de oposição bom/belo e mau/feio, que se constituíam em *topoi* próprios deste gênero. (HANSEN, 1994: 38, 109)

> *assentou em quem deveria ser o chefe. De todos o que tomou o negócio mais a sério, constituindo-se verdadeiro cabeça de motim, foi ainda o Tiradentes, que já não pensava em outra coisa (...). Os demais (...) pareceram antes, pouco depois, arrependidos de se haverem deixado levar tanto adiante. Quase todos trataram sem demora de se ausentar de Vila Rica (...).*(VARNHAGEN, 1978: 314, v. 2)

Tiradentes é deixado sozinho no cenário. E foi sozinho, inclusive pedindo dinheiro emprestado e endividando-se – o que reforçava a imagem de ser um homem imprevidente –, que "resolveu seguir para o Rio de Janeiro"; e, sempre agindo de forma indiscreta, imprudente, inconveniente e perseverante em direção ao erro, buscava "partido em favor da independência da pátria". Tornar-se-ia culpado por sua própria sorte. E talvez ele fosse também culpado pela sorte dos outros: Varnhagen insinuava que fora a imprudência de Tiradentes que terminara por levar os demais à condenação: "Infeliz! Não tinha obtido mais do que conseguir fazer, livre de algemas, até o sítio do seu martírio, a jornada que os demais companheiros, menos culpados e até inocentes, haviam de fazer, pouco depois, acorrentados" (VARNHAGEN, 1978: 314, v. 2.).

Mas era preciso que tudo isso tivesse um final. Tiradentes, possuído "pelas idéias que o abrasavam", era um homem perdido, e somente Deus poderia salvá-lo: "Alvarenga, Maciel e Vidal Barbosa revelaram quanto sabiam, e o mesmo fez religiosamente o 'Tiradentes' (depois de haver tudo negado a princípio) quando se persuadiu, devoto como era, que estava de Deus que tudo ficasse sabido" (VARNHAGEN, 1978: 319, v. 2).

O conjurado mineiro era um homem cuja fraqueza se revelava ao leitor até nos últimos momentos; era um covarde que tinha dificuldades em assumir seus atos. Porém, uma qualidade ele possuía: era "mui devoto do mistério da Santíssima Trindade".[5] E sua fé foi sua salvação por livrá-lo do mal que dele se apossara; como réu-confesso, transformava-se na principal testemunha para os que pretendessem narrar a verdade histórica.

O historiador Varnhagen, nesse momento, abandona a alcunha "tiradentes" e recupera o nome e a titulação do homem: "O alferes Silva Xavier". Abjurado o mal pela confissão, o Tiradentes retomava sua integridade humana. Porém, a confissão não implicava a remissão dos pecados e o alferes seria condenado por decisão dos próprios contemporâneos: "julgando os juízes necessário para o escarmento público algum exemplo, votaram para que fosse ao patíbulo, cumprindo-se inteiramente, a seu respeito, a dura e cruel sentença" (VARNHAGEN, 1978: 320, v. 2). Essa frase da condenação foi modificada por Varnhagen para a segunda edição da *HGB*; dela ele retirou as desvirtudes de ser Tiradentes

[5] VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 313.

"insignificante e indiscreto"..[6] E, realmente, no texto de Varnhagen, o alferes que caminhava para a execução era um homem redimido.

> *Do alferes Silva Xavier sabemos que ouvira a sentença com toda a serenidade; e que, com a maior abnegação de si, chegou a dizer quanto estima vir a pagar as culpas daqueles que ele havia comprometido. Por essa forma ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade.*
> *O dia 21 de abril veio a ser o designado para o do seu suplício no Rio de Janeiro. (...) Ao pedir o carrasco perdão ao réu, quando lhe vestia a alva, exclamou ele: 'Oh meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés: também o nosso Redentor morreu por nós'. Marchou depois sereno ao suplício, pediu por três vezes ao carrasco que abreviasse a execução, e com os olhos pregados no Crucifixo, subiu ao patíbulo...* (VARNHAGEN, 1978: 321, v. 2)

Pela primeira vez, Silva Xavier parecia ter virtudes: sereno, abnegado, comprometido, responsável, humilde e temente a Deus. Poderia ser um herói, desde que o autor novamente não semeasse no espírito do leitor uma suspeita: não estaria o alferes agindo dessa forma por desejar "as glórias do martírio"? Glórias eternas que, de outra maneira, certamente ele não alcançaria. Varnhagen insiste e repete a frase que já aparecera na primeira edição da *HGB*: "o martírio do patíbulo conferiu ao alferes Silva Xavier, apesar de 'pobre, sem respeito e louco', como dele diz Gonzaga, a glória toda de semelhante aspiração prematura em favor da independência do Brasil" (VARNHAGEN, 1978: 322, v. 2). É certo que Varnhagen eliminou dessa frase, para a segunda versão do capítulo, o trecho: "meritos que elle não tinha". Mas se tivesse insistido tão explicitamente em desvirtuar seu biografado, não correria o risco de antipatizar seu leitor para com a tese defendida? Seria mesmo preciso repetir que Tiradentes fora um homem "sem mérito"? Não correria aqui o autor o risco de ser visto como menos digno de confiança por mostrar-se menos escrupuloso e prudente em sua exposição? Agora era o momento, no texto, de recuperar e insistir apenas na idéia de que a glória de Tiradentes não fora resultado de suas ações ou produções, mas simplesmente do martírio que sofreu, por ser até mesmo "louco".

Varnhagen, diferentemente do que pode parecer, não mudou sua avaliação sobre Tiradentes; mudou aquela que tinha sobre a conspiração. Na primeira edição da *HGB*, denominava o movimento de "primeira conjuração em favor da independencia do Brasil" (VARNHAGEN, 1857: 269); na segunda edição, passou a nomeá-lo de "conluio" e de "primeira tentativa em favor da independência em Minas" (VARNHAGEN, 1978: 306, v. 2). A modificação é sutil, mas o ator histórico era agora outro e dele se poderiam esperar apenas ações imprudentes e fracassadas. No título dado ao capítulo encontra-se explícita a desastrosa

[6] José Honório Rodrigues afirmava ser tal modificação uma prova de que o autor melhorara "o tratamento de Tiradentes" (RODRIGUES, 1988: 15).

conseqüência a que a vitória do movimento conduziria: pretendia-se a separação de Minas do Brasil e de Portugal, o que poderia ter conduzido, caso o movimento fosse vitorioso, ao esfacelamento do território nacional.

Varnhagen fez uso de antigas lições para compor a biografia analisada. Ao mesmo tempo, confiava que fora capaz de demonstrar a seu leitor que não fizera mais do que "juntar os fatos" e deles apurar a verdade; confiava, sobretudo, que fora capaz de executar o discurso adequando o conteúdo à forma. E tanto mais destro e eficaz seria o orador, quanto mais conseguisse não revelar sua arte. As modificações realizadas no capítulo da *HGB* em questão, se resultado do conhecimento que Varnhagen passara a ter dos *Autos de devassa*, eram também o resultado de um aprimoramento da utilização de regras de composição empregadas segundo seus objetivos. O confronto entre as duas edições mostra que Varnhagen esmerou-se no uso de tópicas do gênero biográfico.

Referências bibliográficas:

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean e alli. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-232.

HANSEN, João Adolfo. *Retórica.* Seminário na UERJ, maio de 1994. (cópia xerograda)

QUINTILIANO, M. Fábio. *Instituições Oratórias*. Trad. Jerônimo Soares Barbosa. São Paulo: Edições Cultura, 1944. 2 vols.

QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Trad. Henri Bornecque. Paris: Éditions Ganier Frères, 1954. 4 vols.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. vol. II, tomo 1°. p. 1-31.

VARNHAGEN, F. A. Secção XLII – Primeira conjuração em favor da independência do Brazil. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil*: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...).Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. p. 269-281.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil.* 9ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 3 vols, 5 tomos.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A circulação das idéias médicas sobre educação: congressos de educação na década de 1920 no Brasil

Lausane Corrêa Pykosz*

Resumo: Procura-se identificar os discursos médicos voltados para a educação no Brasil, proferidos nos congressos de educação. Tendo em vista a maior profusão de discursos sobre higiene e saúde pública no início do século XX e a necessidade de adequação às novas demandas, como o crescimento populacional, e à mudança de comportamentos que isso impunha, muitas vezes via educação, busca-se analisar os discursos de médicos e educadores no Congresso de Ensino Primário e Normal (1926) e na I Conferência Nacional de Educação (1927), ambos sediados em Curitiba e, portanto, dando ênfase ao contexto paranaense. A importância que a higiene teve no conjunto dos temas abordados nos eventos se explica por ser atribuída à questão higiênica um dos principais meios de construção da unidade nacional, por meio da *educação higiênica*, pela busca da conscientização da população pela causa da saúde pública.

Palavras-chave: História da Saúde – História da Educação – Educação Higiênica.

Abstract: Looking forward to identify the medical speeches directed to brazilian education, pronounced in the education congresses. In view of the biggest profusion of the hygiene and public health speeches at the beginning of XX century, and also the necessity to new demands adequacy, such as the public growth and this implications, many times with the use of education, search for analyze the doctors and educators speeches at the Grammar and High School Congress (1926) and at the First National Education Conference (1927), both headquartered in Curitiba, and, therefore, giving emphasis to the paranaense context. The hygiene importance in the in the set of the boarded subjects in the events it is explained for being attributed to hygienically question one of the main ways of the national unit consolidation, using the *hygienically education*, for the search of the population awareness of the public health cause.

Keywords: Health History - Education History - Hygienically Education.

O Paraná passava por um momento de reorganização administrativa na virada do século XIX para o XX, reclamando maiores atenções das autoridades, principalmente no que dizia respeito à adequação aos novos modos de agir num estado ainda com características provincianas, mas com ambições "modernas". Essa reorganização possibilitou a ampliação

* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

dos serviços públicos ligados à higiene, saúde, polícia pública e instrução, fazendo com que a reurbanização da cidade se confundisse com a sua higienização (BERBERI, 1998; TRINDADE, 1996; BONI, 1985).

A reestruturação do espaço urbano se deu também devido ao aumento populacional significativo no período, ocasionado pela chegada de novos habitantes no Paraná, principalmente imigrantes italianos, alemães e poloneses[1]. Só na sua capital a imigração fez com que o número de habitantes passasse de 54.124 em 1900 para 60.800 em 1910 e em 1920 chegasse a 78.986 habitantes (BONI, 1985).

Com esse novo contingente populacional, a demanda por trabalho e habitação também se elevava consideravelmente. Com as conseqüências do crescimento demasiado da população paranaense, problemas como a precariedade das condições de alojamento, insuficiência de infra-estrutura sanitária, insalubridade, epidemias e as próprias condições topográficas da cidade, saltavam aos olhos dos administradores do Paraná como principais problemas para imediata intervenção, visto que, com essas características, assim como outras cidades do estado, Curitiba se tornava uma cidade de higiene precária, suscetível à transmissão de doenças.

Para o combate ao sujo, à falta de higiene, recursos para a educação higiênica da população curitibana eram pensados pelos agentes de saúde pública. Uma das formas era a visita domiciliar sistemática das autoridades sanitárias, buscando "vistoriar as habitações, incentivando o asseio, os hábitos saudáveis, o cuidado com os doentes" (BONI, 1985, p. 41-42). Outra forma era por meio da escola, discurso presente nas falas de intelectuais do campo médico desde meados do século XIX, na defesa pela inserção da higiene na escola (GONDRA, 2000) e ao longo das décadas iniciais do XX quando a saúde passou a ser vista como indissociável da educação (SOARES, 2001).

No entanto, a higiene passava a fazer parte das falas de diferentes intelectuais, fossem médicos, educadores, sanitaristas, higienistas, engenheiros, religiosos, que centravam esforços em difundir as idéias médicas para o interior das escolas. Principalmente na primeira metade do século XX, a inserção das idéias de higiene nas escolas ganhava destaque, ampliando as preocupações nas construções dos prédios, dos pátios, da conformidade do espaço interno das salas de aula – respondendo às regras de iluminação, circulação de ar,

[1] Sobre o movimento de imigração no estado, Boni (1985, p. 12) demonstra que "a imigração no Paraná não teve por objetivo suprir a carência de mão-de-obra para a grande lavoura de exportação, mas sim, o de criar-se uma agricultura de abastecimento, uma vez que a economia da Província e depois Estado, em grande parte, girava em torno da atividade ervateira e do comércio de gado".

mobiliário e sua disposição – para a educação do aluno condizente com os preceitos da higiene.

Entretanto, de onde vinham esses preceitos higiênicos? Quem os pregava? Quem eram os responsáveis pela veiculação dessas noções? Quais eram os conhecimentos estabelecidos para o uso nas escolas? Quais eram os lugares para a circulação dessas idéias?

Para responder tais questionamentos, ainda que de forma parcial, procurou-se investigar as diferentes estratégias acionadas para legitimar um discurso médico que tinha na escola um dos seus principais focos de análise e intervenção. Uma das principais, sem dúvida, foi a circulação das idéias médicas. Essa intenção surtiu efeito com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE)[2], reunindo intelectuais preocupados com o futuro da educação no país, união essa que resultou nas conferências nacionais de educação. Não menos importante foi a reunião de educadores no Congresso de Ensino Primário e Normal, vinculado à Inspetoria Geral do Ensino do estado do Paraná.

Foi com a institucionalização de congressos como estes que a higiene teve um reconhecimento entre as autoridades de ensino. Eram lugares de falas, reflexões e a conseqüente construção de projetos e propostas para a educação brasileira no que se referia à higiene. Tendo em vista que a circulação das idéias nesses eventos fazia parte de um círculo restrito de especialistas, é importante compreender que essas reuniões tinham como intenção formular teses e postulados para a posterior divulgação, como resultados dos congressos.

No entanto, embora a I Conferência Nacional de Educação (I CNE), sediada em Curitiba, em dezembro de 1927, tendo como organizador Lysimaco Ferreira da Costa[3] e iniciativa da ABE, tivesse a intenção de abranger os interessados pela educação de todo o país, pouca foi a participação de intelectuais de fora do estado do Paraná em relação aos participantes da casa. De acordo com Bona Junior (2005), aproximadamente 95% dos participantes da conferência foram paranaenses.

Neste evento, entre as comissões, tinha relevo a comissão de Educação Higiênica, a qual abarcava um expressivo número de teses sobre a higiene. Em um total de 113 teses

[2] A ABE foi fundada em 1924, no Rio de Janeiro, resultado da aproximação de alguns intelectuais – professores, médicos, advogados e engenheiros – unidos para discutir os problemas educacionais brasileiros. Sobre a ABE tem-se o trabalho de Marta Carvalho (1998) que teve como objetivo em sua obra analisar o processo de organização e formação da ABE, atentando para a proposta comum dos intelectuais participantes. Neste sentido, explicitou as ações nacionais e locais do movimento, sendo as conferências de educação uma das principais para a veiculação das idéias do projeto da ABE.

[3] Intelectual de acentuada relevância no cenário paranaense da época, principalmente no que tange a educação, Lysimaco Ferreira da Costa foi membro fundador da ABE em 1924 e, no ano seguinte, deixava a Diretoria da Escola Normal de Curitiba para assumir a Inspetoria Geral de Ensino do estado do Paraná (COSTA, 1995).

apresentadas na I CNE, 11 tiveram em seu título a menção ao tema da educação higiênica e 23 em seu conteúdo[4].

Entre os conteúdos sobre a higiene escolar, destacava-se principalmente a defesa pela educação higiênica como meio de conscientizar a população, como nas palavras de Belisario Penna:

> *Para isso [a defesa e melhoramento incessante da vida, da sociedade e da espécie], torna-se indispensável criar a consciência sanitária pela educação higiênica na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar no espírito de toda a gente o valor inestimável – econômico, ético, moral e social – da normalidade biológica resultante da saúde, conquistada pela obediência às leis inflexíveis da biologia, pela execução das medidas de saneamento, pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade, e pelo conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturais, agentes todo-poderosos da vida: a terra, o ar, a água e o sol* (PENNA, 1997, p. 30)[5].

A higiene era apontada – embora tivesse acento maior para a educação, tendo em vista o público-alvo da conferência – como necessária em toda e qualquer parte: nas ruas, nos hospitais, nas fábricas, nas casernas, nas prisões, nas casas e cortiços, nos navios, nos seminários, conventos e internatos. Era necessário um conhecimento alargado por parte dos educadores e médicos escolares para se pensar a higiene para a escola.

O termo *educação higiênica* apareceu em grande parte das teses que apresentavam em seu conteúdo a higiene, sempre no sentido de se chegar à conscientização da população em relação à higiene mediante a educação, não sendo suficientes outros meios:

> *Mas o saneamento, a profilaxia, a higiene não são elementos suficientes de combate. É preciso a educação, como o maior recurso para os milagres da regeneração física. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência ou iluminação. Deve ser a peleja de hoje, a luta de amanhã, o combate de sempre* (ANGELIS, 1997, p. 445).

"Necessidade inadiável e imprescindível". É dessa forma que as ações referentes à educação higiênica eram defendidas nas teses da I CNE, como algo a se fazer com urgência, de extrema necessidade e importância para o melhor andamento do país. Por isso, muitas vezes, esse tema vinha associado ao da unidade nacional, tema de grande afluência na conferência e também pela atribuição feita à maioria dos brasileiros pela falta de "aspirações,

---

[4] Cabe identificar a forma de classificação das teses, tendo em vista seu conteúdo. Em uma primeira leitura, foram selecionadas aquelas que concentraram suas discussões na higiene, mesmo que não contemplassem seu nome no título. Em uma segunda análise, foram relacionadas as teses que trataram de temas transversais à higiene e educação, como eugenia, educação moral, educação estética, saúde, doenças, entre outras, todas fazendo referência à higiene escolar ou à educação higiênica.

[5] Em 1997, Maria J. F. Costa, Denilson Schena e Maria A. Schmidt lançaram uma coletânea constando a compilação das teses da I Conferência Nacional de Educação. Essa organização está com o português atualizado. Assim, as citações que aparecem no decorrer deste trabalho com base na I CNE, embora datem de 1997, dizem respeito às teses do evento de 1927.

crenças e/ou ideais coletivos de unidade nacional, disso resultando os vícios e as doenças que castigavam este país" (BONA JUNIOR, 2005, p. 65).

Bona Junior (2005) toca no ponto central da I CNE e também dos congressos de higiene que ocorreram na década de 1920[6] em diferentes regiões do Brasil, ou seja, as doenças. Neste momento principalmente, era esta a preocupação que permeava os estudos dos médicos higienistas, em especial aquelas que afetavam o povo brasileiro em regiões específicas ou em todo o país.

As doenças se tornavam, então, problema nacional e de responsabilidade de todos. Da forma que aparece nas teses da I CNE, era importante o conhecimento das causas, conseqüências e cuidados com as mais diferentes doenças, inicialmente pelo professor e posteriormente pelo aluno. Bona Junior (2005, p. 68) dá destaque à presença da higiene nos congressos de educação:

> *De todos os problemas apontados no Congresso de Ensino Primário e Normal e da I Conferência Nacional de Educação como impedimentos ao progresso nacional do Brasil – tal como a falta de uma unidade nacional que possibilitasse a superação do atraso científico-cultural deste país, juntamente com a falta de educação científica, moral e cívica de sua população – o problema higiênico-sanitário figurou como o principal. Tratava-se o brasileiro, por extensão, o Brasil como doentes e incapazes de se erguerem sem que fosse exercida sobre eles uma ação externa.*

Em menor proporção, mas com uma presença marcante, a temática da higiene associada à educação apareceu no I Congresso de Ensino Primário e Normal (CEPN), promovido pela Inspetoria Geral de Ensino do Estado do Paraná, em 1926, e sediado na cidade de Curitiba, de caráter regional. O CEPN teve como objetivo "tratar exclusivamente, de assumptos pedagogicos que interessam á unidade e ao melhoramento do ensino publico e particular ministrado no territorio paranaense" (INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1926a, p. 1). Com isso, eram propostas discussões sobre a obrigatoriedade do ensino no Paraná, método de ensino de diferentes disciplinas escolares, o papel do professor, o ensino moral e cívico, a organização dos museus escolares, a educação musical, as escolas estrangeiras e a higiene escolar[7].

Entre as teses, tratavam do tema da higiene, integral ou parcialmente, 5 das 28 apresentadas, ou seja, aproximadamente 18 % das teses. Entre os seus conteúdos, esteve em pauta as doenças e os devidos cuidados para o tratamento e prevenção, a inspeção médica

---

[6] Os congressos brasileiros de higiene, realizados em diferentes capitais do país na década de 1920, reuniram médicos, engenheiros, higienistas, sanitaristas e educadores para discutir os problemas do país no que dizia respeito à saúde pública, defendendo a aplicação imediata do controle sanitário no Brasil. Em outro momento, estes eventos foram também estudados e entendidos como importantes meios de circulação das idéias médicas sobre a educação no Brasil (PYKOSZ, 2007).

[7] Algumas das teses apresentadas no CEPN foram também apresentadas na I CNE no ano seguinte.

escolar e suas funções – tanto no que dizia respeito ao médico quanto ao professor –, a higiene e a moral como solução para a extinção da "ignorância" do povo paranaense e o papel do professor na transmissão dos conceitos higiênicos aos alunos.

A 16.ª tese apresentada, intitulada "A higiene na escola: sua utilidade no ensino", do Dr. Heitor Borges de Macedo, e o parecer sobre ela, apresentado por Joaquim Meneleu Torres, infelizmente não foram encontrados. A única informação existente sobre essa tese é que seu parecer foi aprovado por unanimidade, segundo consta na ata do evento (INSPETORIA GERAL DE ENSINO, 1926b, p. 64).

A professora Tharcilla Chapot, em sua tese intitulada "73.º aniversário da emancipação política do Paraná", que, como consta na ata oficial do congresso, cumpriu o papel de "um trabalho relativo a todas as teses do congresso" (1926, s.p.), atribui à educação sob o ponto de vista higiênico a solução da "ignorância" da população paranaense, bem como para a redução da proliferação das doenças.

> *A ignorância nos levou a esse estado deplorável em que nos encontramos e só a instrução e a educação sob o ponto de vista higiênico, desde a escola primária, reduzirão o número de doentes.*
> *Os conhecimentos e hábitos adquiridos na infância, jamais serão esquecidos, e as crianças de hoje serão os chefes futuros de uma família orientada e previdente.*
> *O mestre está moralmente obrigado a incutir no espírito infantil, os instrumentos higiênicos de cuja prática depende a vida do povo brasileiro. E nenhum se furte a esse dever; o saneamento é o maior moralizador e patriótico das tarefas impostas ao professor.*
> *Não nos faltam, saúde e bom clima, mas educação e instrução.*
> *Se o povo se compenetra das vantagens que auferirá com o conhecimento e a prática da higiene, teremos dado o maior passo para o progresso do Brasil (s.p.).*

A relação entre a higiene escolar e o progresso do povo era freqüente, como também, o papel da infância nesse quesito. A idéia do nacionalismo, a busca do progresso do país, do melhoramento da vida do povo brasileiro por meio, entre outras coisas, da higiene e da educação esteve presente em ambos os congressos. Os congressos aconteceram na década de 1920, período de grande efervescência do sentimento nacional e, para o ensino, da unidade nacional e sua obrigatoriedade.

Um dos fatores atribuídos nos congressos para a conquista da unidade nacional no ensino era a uniformidade dos hábitos e comportamentos dentro de sala de aula e, consequentemente, fora dela. Para isso, a higiene apareceu como a "pedra de toque" para a escola, como o alicerce para a conquista de uma melhora na escola e na imagem dela perante a sociedade.

Fontes:

ANGELIS, Nicolau Meira de. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 437 - 445.

CHAPOT, Tharcilla Armbruster. **73º aniversário da emancipação política do Paraná.** Congresso de Ensino Primário e Normal. 1926.

INSPETORIA GERAL DE ENSINO. **Regulamento do Congresso de Ensino Primário e Normal.** Curitiba: Typ. D'A Republica, 1926a.

_____. **Ata oficial do Congresso de Ensino Primário e Normal.** 1926b.

PENNA, Belisario. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, M. J. F. et alii (org.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997, p. 29 - 33.

Referências bibliográficas:

BERBERI, Elizabete. **Impressões:** a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BONA JUNIOR, Aurélio. **Educação e modernidade nas conferencias educacionais da década de 1920 no Paraná.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto:** vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e fôrma Cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EUDSF, 1998.

COSTA, Maria J. F. (org.). **A dimensão de um homem:** Lysimaco Ferreira da Costa, o educador. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1995.

COSTA, Maria J. F.; SCHENA, Denílson R.; SCHIMIDT, Maria A. (orgs.). **I Conferência Nacional de Educação**: Curitiba, 1927. Brasília: INEP, 1997.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

PYKOSZ, Lausane Corrêa. **A higiene nos grupos escolares curitibanos:** fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SOARES, Carmen Lucia. **Educação Física:** Raízes Européias e Brasil. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

TRINDADE, Etelvina M. C. **Clotildes ou Marias:** Mulheres de Curitiba na primeira república. Curitiba, PR: Fundação Cultural, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os caminhos do ouro nas Minas Gerais setecentistas e a dinâmica imperial portuguesa

Luciane Cristina Scarato*

Resumo: Este trabalho procura demonstrar como as Minas Gerais do século XVIII estiveram inseridas na dinâmica imperial portuguesa, partindo da análise do cotidiano dos caminhos e estradas, bem como dos homens e mulheres que neles andavam ou em seu entorno residiam: viandantes, tropeiros, militares, escravos, roceiros, "vadios", estalajadeiros, bandidos, fazendeiros e contrabandistas. A partir do tratamento dispensado pela Coroa e pelos colonos à abertura e conservação de estradas nas Minas, identificamos um elo entre a estruturação da sociedade mineradora e a administração colonial ibérica destacando-se, por exemplo, o contrabando e a monarquia.

Palavras-chave: Império português – Minas Gerais – Caminhos.

Abstract: This work tries to demonstrate how the Minas Gerais in the 18th century were inserted into the portuguese imperial dynamics, starting from the analysis of paths and roads' everyday, as well as of men and women that walked by them or lived nearby: wayfarers, troopers, militaries, slaves, small farmers, "vagrants", landlords, bandits, farmers and contrabandists. Beginning from the treatment given by the Crown and by the settlers to the opening and conservation of roads in Minas, we are able to identify a link between the structure of miner society and portuguese colonial administration, highlighting, for example, the contraband and the monarchy.

Keywords: Portuguese Empire – Minas Gerais – Paths.

Durante a última década, cresceu o número de estudos brasileiros preocupados com a idéia de império português e colonização (SOUZA, 2006:41). Embora cada parte do império luso tivesse suas especificidades políticas, administrativas, econômicas, sociais e culturais, vários autores identificaram elementos em comum entre as diferentes colônias e a metrópole ou, em outras palavras, entre as "periferias" do império e o seu centro. No que diz respeito ao eixo África-Brasil, à escravidão e ao tráfico negreiro, destacam-se, por exemplo, os estudos de Marina de Mello e Souza, *Reis negros no Brasil escravista* (2002) e de Luís Felipe Alencastro, *O trato dos viventes* (2000). Em se tratando do papel do contrabando na organização e sustentação da sociedade, há as obras de Paulo Cavalcante, *Negócios de trapaça* (2006) e Ernst Pijning, *Controlling contraband* (1997).

* Universidade Estadual de Campinas – Mestranda.

Sobre a continuidade das práticas políticas e das instituições administrativas portuguesas no além-mar, como a monarquia, as câmaras municipais, o sistema de mercês e ofícios, destacam-se os livros *O sol e a sombra* (2006), de Laura de Melo e Souza, *Modos de Governar* (2005), organizado por Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini e *O Antigo Regime nos trópicos* (2001), sob organização de João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Da mesma forma, é importante consultar trabalhos portugueses, como a coletânea *História de Portugal* (1997), cuja organização é de José Mattoso e *Às vésperas do Leviatã* (1992), de António Manuel Hespanha. É preciso reconhecer, ainda, o valor de obras anteriores, como *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, *Os donos do poder* (1959 e 1975), de Raymundo Faoro e *O império marítimo português* (1969), de Charles Boxer.

Ao longo deste trabalho, procuraremos evidenciar algumas das principais características do império português, como a monarquia, o contrabando e o sistema de mercês, a partir da análise dos caminhos e estradas nas Minas Gerais do século XVIII.

Em 19 de outubro de 1754, o governador José Antônio Freire de Andrade recebeu uma carta enviada por um morador do Caminho Novo das Minas Gerais para o Rio de Janeiro, João Carvalho de Vasconcelos, denunciando Antônio Gonçalves e Constantino da Silva pela abertura de picadas na região entre Borda do Campo, atual Barbacena, e Simão Pereira, na comarca do Rio das Mortes. Vasconcelos afirmava que tais estradas logo seriam lugar para transgressores de ouro e diamantes, tendo sido feitas com o objetivo de pedir as terras em seu entorno por sesmarias, prejudicando, assim, à Real Fazenda (APM, SC 115, fls. 130-130v)[1]. Dois meses depois, Freire de Andrade reiterava a proibição de se abrirem caminhos e picadas sem autorização régia, conforme as leis de 1720 e 1733, não obstante Antônio Gonçalves e Constantino da Silva tenham feito um requerimento no qual suplicavam ao governador que não os entendesse mal, pois as picadas haviam sido abertas para facilitar a travessia de viandantes e suas tropas, bem como a circulação dos frutos produzidos em suas terras (APM, SC 115, fl. 138). Entre a denúncia de João Carvalho de Vasconcelos e a proibição de que os lavradores continuassem a utilizar as trilhas por eles abertas, houve uma notificação proibitiva em 12 de novembro de 1754 (APM, SC 115, fls. 132-132v).

O Provedor da Fazenda, em fevereiro de 1755, deu parecer favorável à proibição por julgar que o requerimento de Constantino e Antônio não era sincero (APM, SC 115, fl.116). Entretanto, ao que indica a ordem de 28 de novembro de 1755, não só tais picadas

[1] APM: Arquivo Público Mineiro.
SC: Seção Colonial.

continuavam a serem utilizadas, como também outras haviam sido feitas. O governador enviou os capitães de distrito Manoel Lopes de Oliveira e Manoel dos Santos Castro para que entrassem pelos "matos gerais" e descobrissem se as estradas tinham sido abertas após a notificação e a proibição. Em caso positivo, Antônio Gonçalves e Constantino da Silva, bem como todos os outros que estivessem usufruindo os ditos caminhos, deveriam ser presos (APM, SC 115, fl. 01). Uma semana depois, Manoel Lopes enviava uma carta ao governador dando conta da diligência de que fora incumbido: prendera algumas pessoas que permaneciam transitando e cultivando roças nas picadas iniciadas por Silva e Gonçalves, além de identificar a localização e os moradores de mais seis picadas na região (APM, SC 115, fl. 124-125). No mesmo mês, Manoel dos Santos Castro também escreveu uma carta a Freire de Andrade informando sobre a expedição que fizera às picadas descritas por Manoel Lopes de Oliveira.

Esse caso parece ter sido um dos principais motores da proibição da ocupação das terras do Distrito da Mantiqueira — por bando de Freire de Andrade, em 20 de setembro de 1755, confirmado pela provisão do Conselho Ultramarino em 2 de setembro de 1760 (ANASTASIA, 2005:88) – como afirmou o governador Rodrigo José de Menezes, em 1781, quando da sua viagem à região. De acordo com Menezes, Manoel Lopes de Oliveira intentava ser o único possuidor de todas as terras que quisesse e conhecer os caminhos para que somente ele desfrutasse dos benefícios do Sertão da Mantiqueira. De fato, até o ano de 1756, encontramos cartas enviadas ao governador pelo capitão denunciando a continuidade no uso das picadas abertas por Antônio Gonçalves e Constantino da Silva, assim como informando sobre a localização de outras, sempre chamando a atenção para o prejuízo que se seguiria nas arrecadações dos quintos e dos direitos de entrada devido aos extravios (APM, SC 115, fls. 151-151v; 153; 158). A ordem só não foi cumprida porque, segundo Dom Rodrigo José Menezes, o povo não se enganava facilmente e, caso a proibição de abrir novas estradas tivesse sido observada, a capitania estaria arruinada, uma vez que seria impossível fazer novos descobertos de ouro sem se abrirem novas vias. A solução, portanto, seria regularizar a situação dos moradores que já se encontravam na Mantiqueira e conhecer seus caminhos para melhor fiscalizá-los (APM, SC 224, fls. 29-31v).

A abertura de picadas que desviavam o tráfego de pessoas e viandantes do trecho principal do Caminho Novo não era prejudicial apenas ao Real Erário, mas também aos roceiros e fazendeiros que ali residiam, pois muitos deles possuíam ranchos para o descanso dos viandantes e a eles vendiam mantimentos. Eles chegaram, então, a pedir ao governador que se mandasse tapar as picadas abertas por Antônio Gonçalves, Constantino Ribeiro e seus colaboradores. Para tal, utilizaram argumentos que nos remetem à lógica do sistema de

mercês, isto é, da troca de favores entre as partes envolvidas, no caso, o soberano e seus súditos. Afirmavam os moradores do Caminho Novo que ali eles possuíam os seus sítios, nos quais despendiam um "copioso cabedal com imenso trabalho", principalmente no que concernia à conservação da estrada "para sem perigo conduzirem os viandantes do caminho os víveres necessários para a sustentação de todas as minas e fazendas para o comércio" tendo, além disto, aquartelado os soldados por todo o tempo em que estiveram dispersos pelas fazendas, passando as paradas que Gomes Freire de Andrade lhes mandou aquarteladas pelas casas para melhor expedição dos dois governos do Rio e Minas que lhe estavam encarregados. Mesmo depois de retirados os soldados, deixavam prontos os seus escravos para passarem as paradas de dia e de noite, assistindo aos destacamentos das patrulhas com tudo o que podiam como "fiéis vassalos de Sua Majestade", procedendo da mesma sorte com relação à conduta dos reais quintos, "tão prontos para tudo o que por vossa senhoria se lhes determinar do serviço, em uma posse tão pacífica como é constante". Portanto, tão leais e prestativos vassalos não poderiam ter seu ganho de vida prejudicado por pessoas mal intencionadas que só visavam descaminhar ouro e os direitos dos Registros. (APM, SC 115, fls. 136 e 137).

Essa carta esclarece quão defasada uma análise que considera os colonos como um grupo homogêneo, cujos interesses eram sempre coincidentes entre si e opostos aos da metrópole. Examinando a documentação relativa a esse caso, observamos a constatação a que chegou Maria Verônica Campos sobre os diversos conflitos ao longo da história mineira. Segundo ela, havia um protocolo e modelo de encaminhamento de conflitos e de sua comunicação à Coroa. Acreditamos ser possível transferir para contendas menos violentas do que motins algumas dessas condutas, como no caso da abertura ilegal de caminhos: denúncia em função de pendências pessoais, acusações de ambos os lados, especialmente de lesar o patrimônio régio e da falta de probidade do acusado, cada parte colocando-se como fiel servidora do rei, defensora de seus interesses e mantenedora da paz. (CAMPOS, 2002:128-129). É difícil afirmar se Constantino da Silva, Antônio Gonçalves e as demais pessoas que lhes ajudaram a abrir as picadas e delas fizeram uso, realmente não estavam interessadas em praticar contrabando, embora o argumento deles fosse sensato: facilitar o transporte de mercadorias e a viagem dos passantes. Inclusive, o provável inventário do Antônio Gonçalves Ribeiro em questão, datado de 1766, dizia que ele vivia e morava num sítio em Miguel Pereira, freguesia de Borda do Campo, no qual havia um rancho de passageiros, indicando que ele realmente estaria inserido nesse tipo de ocupação econômica (MRSJDR: Cx. 316)[2].

[2] MRSJDR: Museu Regional de São João Del Rei.
Cx: caixa.

Num primeiro momento, contudo, a preocupação da Coroa em fiscalizar os caminhos ultrapassou os interesses desenvolvidos pelos "naturais da terra", embora fossem perfeitamente aceitáveis e necessários. Posteriormente, como se pode denotar do discurso de Dom Rodrigo José de Menezes, a questão não era mais proibir, mas fiscalizar. A abertura de novos caminhos possibilitava o descobrimento de novas datas, "riqueza maior das Minas". Como observa Fernanda Borges de Moraes, podemos perceber uma mudança na política metropolitana, iniciada com a ascensão de D. José I ao poder e de seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal. Se, durante o reinado de D. João V, o objetivo era "conhecer para garantir a posse e orientar o território", o princípio então passou a ser "conhecer para gerir" (MORAES, 2005: 90).

A forma como a Coroa portuguesa e os colonos lidaram com a abertura e a construção de caminhos nas Minas setecentistas traz à tona algumas características importantes para se entender a sociedade, a política, a economia e a cultura mineira, inseridas no contexto europeu e português. Observamos o florescimento de interesses diversos na colônia, surgidos das necessidades imediatas da vivência no além-mar que escapavam ao controle régio, por mais intensas que fossem as tentativas de repressão. Como afirma Paulo Cavalcante, dialogando com os estudos de Laura de Mello e Souza, a imposição da ordem na América portuguesa conheceu um movimento pendular entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia (CAVALCANTE, 2006:41). António Manuel Hespanha, em trabalho sobre a Portugal, chega a algumas conclusões que podem ser transpostas para o caso das estradas mineiras e suas adjacências. Ele diz que o caráter disperso do povoamento não era indiferente do ponto de vista dos comportamentos político e institucionais. Assim, o fato da população viver perto ou longe da sede de justiça e da administração oficial poderia, sim, explicar a intensidade de seu contato com a mesma. A proximidade da justiça oficial incentivaria a sua utilização, ao passo que a distância, em termos de tempo, comodidade e dinheiro, alimentava a persistência ou a criação de práticas informais de disciplina da vida coletiva e resolução de conflitos (HESPANHA, 1992:65-66).

A abertura ilegal de picadas se incluía nessa realidade histórica. Diante da necessidade de se abrir um novo caminho, quer por razões lícitas ou não, os colonos, na maioria das vezes, não podiam esperar uma decisão da Coroa. Mesmo para quem pertencia ao aparelho administrativo, como Tiradentes, era difícil permanecer totalmente subordinado ao poder real, porque problemas que exigiam soluções imediatas se sobrepunham ao dever de vassalo. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando o alferes transferiu uma patrulha de lugar e

foi repreendido pelo governador D. Rodrigo José de Menezes por não avisá-lo do intento antes de colocá-lo em prática (APM, SC 226, fl. 35).

O imperativo do cotidiano nos coloca diante do caso de Garcia Rodrigues Paes quem, em troca de abrir o Caminho Novo, foi agraciado com sesmarias ao seu redor e privilégios no controle de rendas e receitas advindas do trânsito de passageiros (CAMPOS, 2002: 283). Todavia, por volta de 1718, quando das negociações sobre a finalização da construção do caminho, já havia pessoas morando nas terras que, teoricamente, pertenciam a Rodrigues Paes, o que gerava um duplo problema para a Coroa, que nem poderia expulsar os moradores, tampouco privar Garcia Rodrigues de seus direitos. A solução era que ele continuasse a construção do caminho para que pudesse tomar posse das sesmarias que lhe eram "moralmente" devidas. Ao mesmo tempo, a Coroa veria-se livre da preocupação com a conservação do Caminho Novo, uma vez que a obrigação de manter as estradas era dos fazendeiros e roceiros que residiam próximo a elas, incluso o próprio Garcia Rodrigues (APM, SC 04, fls. 704-709). Acrescente-se que tal tarefa não era das mais fáceis, devido à precariedade dos caminhos e ao perigo constante do ataque de quilombolas e bandidos.

Apesar da proibição da abertura de picadas sem a autorização da Coroa, essas existiram e, não raras as vezes, pelos caminhos ilegais não só ouro e diamantes, mas também mercadorias eram contrabandeadas. Tal era o caso do caminho chamado Domingos Rebello Falcão, que entrava no rio Pardo para o Serro Frio. Em 1728, o governador Dom Lourenço de Almeida escreveu um bando proibindo a circulação pelo dito caminho uma vez que se furtavam cargas, boiadas e carregações que não pagavam os direitos de entradas, além de ser descaminhado ouro aos reais quintos. A ordem é clara, severa e esclarecedora: a pena para quem fosse apanhado trafegando pelo caminho passava pela prisão, confisco das mercadorias e até degredo para Angola. Esse seria o preço a se pagar por desobedecer às ordens régias e causar prejuízos ao Real Erário (APM, SC 27, fls. 36v-37).

Por maiores que fossem os esforços para se combater o contrabando, seu sucesso ficava comprometido quando, em auxílio às grandes distâncias da capitania, aqueles que, em tese, deveriam impedir os extravios, estavam envolvidos na prática. Para compreender essa situação é necessário levar em consideração que o "descaminho" era uma prática social constitutiva e instituinte da sociedade colonial (CAVALCANTE, 2006: 43). E mais: o *status* social do contrabandista determinava a extensão e mesmo a existência de sua pena, ou seja, quanto mais graduado o contrabandista, maior a tolerância da Coroa para com seus extravios e melhor encoberto ele seria pelas formalidades oficiais (CAVALCANTE, 2006: 58-59).

Em 1781, o governador D. Rodrigo foi informado que um cabo de esquadra passava guia aos viandantes no Registro de Custódio Torres, na Comarca de Sabará, facilitando-lhes o ouro que levavam, o que era "facultar o mesmo que se proíbe" porque "pelo trânsito de um sertão longo que não tem portas, podem os industriosos carregar e extraviar quanto ouro puderem e quiserem" (APM, SC 223, fls. 7-7v). Dom Rodrigo José de Menezes chegou mesmo a afirmar que, sem o auxílio das capitanias vizinhas, esforço algum feito nas Minas Gerais seria suficiente para evitar os extravios. Isso porque, de acordo com o governador, "no estado atual das coisas, logo que um contrabandista tem a felicidade, atravessando os sertões, de escapar para fora dos Registros desta Capitania, caminha com toda a segurança e não acha embaraço algum na condução do seu extravio". Sua proposta era que os governadores das demais capitanias fizessem patrulhas pelas estradas que se comunicavam com Minas Gerais, dando busca aos viandantes, depois de terem deixado seus limites (APM , SC 224, fls. 33v-34). Ao que tudo indica, essa solução não foi posta em prática ou não surtiu efeito, pois o contrabando continuou a ocorrer.

Os caminhos mineiros constituíram-se importantes vias de comunicação, ligando Minas Gerais às demais capitanias e possibilitando o desenvolvimento de um comércio e de uma vida social bastante dinâmica. Entretanto, apesar de sua administração seguir um padrão organizacional comum ao império português, o caminho também se fazia descaminho na medida em que propiciava o desvio do Real Erário e abria espaço para o desenvolvimento de práticas específicas e adaptadas às distâncias dos centros de poder.

Referências bibliográficas:

ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime* – violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar*: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de Mineiros* – "De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" (1693 a 1737). São Paulo: FAFLECH, departamento de História, 2002. [Tese de Doutoramento].

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça:* caminhos e descaminhos na América portuguesa. (1700-1750). São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviatã*: instituições e poder político -Portugal século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1997.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais:* na urdidura do tempo e do espaço. São Paulo: FAU/USP, 2005. [Tese de doutoramento], vol. I.

PIJNING, Ernst. *Controlling contraband*: mentality, economy and society. Blatimore, Maryland, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*: política e administração na América portuguesa do século XVIII.São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O pensamento político de António Sardinha no Brasil

Giselda Brito Silva*

Resumo: António Maria de Sousa Sardinha é conhecido no Brasil muito mais pela sua literatura e poesia. Pelo menos é o que dizem as revistas, livros e memorialistas dos anos 1930 e 1940. Contudo, nosso interesse pelo pensador e escritor se deve ao fato de ser o mesmo o fundador do Integralismo Lusitano e suas idéias serem aqui, especialmente, no Estado de Pernambuco, propagadas pelos intelectuais católicos e pelos adeptos da Ação Integralista Brasileira que lutavam contra as idéias comunistas e liberais. Interessa-nos, particularmente, compreender as ligações entre este pensador e Plínio Salgado na formulação do Integralismo no Brasil.

Palavras-chave: António Sardinha – Integralismo Lusitano – Integralismo Brasileiro.

Abstract: António Maria de Sousa Sardinha is known in Brazil much more for its literature and poetry. At least it is what they say the magazines, books and memorialistas of years 1930 and 1940. However, our interest for the thinker and writer if the same must to the fact of being the founder of the Integralismo Lusitano and its ideas to be here, especially, in the State of Pernambuco, propagated for the intellectual catholics and the adepts of Ação Integralista Brasileira that fought against the communist and liberal ideas. Interest-in, particularly, understanding the linkings between this thinker and Plínio Salgado in the formularization of the Integralismo in Brazil.

KeyWords: António Sardinha - Integralismo Lusitano - Brazilian Integralismo.

É comum a historiografia brasileira apontar Pernambuco como um dos Estados do Brasil que mais sofreu a influência política, econômica e cultural de Portugal no *Período Colonial*, *Imperial* até a *Primeira República*. Depois desse período há um certo silenciamento em relação às relações do Brasil com Portugal, especialmente no período da conhecida Era Vargas, voltando-se os estudos históricos para os países em destaque após a Primeira Guerra Mundial nos quais se desenvolveram os movimentos nazista e fascista alemão e italiano, respectivamente. O mais interessante é que Portugal é o país que possui modelos próximos ao que se instala no campo político brasileiro: o Integralismo e o Estado Novo.

No entanto, não param por ai estas influências de Portugal sobre a cultura brasileira. Conforme tentaremos mostrar, na primeira metade do século XX, havia grupos de

* Doutora em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Apoio: FACEPE/UFRPE

intelectuais católicos, especialmente em Pernambuco e no Rio de Janeiro profundamente saudosista da presença portuguesa no Brasil. Através de movimentos político-culturais, a exemplo do Grupo Patrianovista e outros, eles exaltavam não apenas o período colonial de nossa formação sócio-econômica e política, como as influências culturais produzida pela intelectualidade portuguesa de maior relevância em nossa história, muitos deles evocando os escritos de Antônio Sardinha, um dos fundadores do Integralismo Lusitano em Portugal, como um dos maiores representantes de uma cultura luso que deveria ser lembrado na cultura brasileira.

No Brasil, a *Segunda República* (1930-1945), período em que circulam essas idéias, foi fortemente marcada pela circulação de uma vasta produção bibliográfica propagadora do pensamento político-doutrinário do integralismo lusitano. Essa circulação se evidencia com a publicação do livro de Antônio Sardinha por Guilherme Auler, em 1943, obviamente, em franca saudade do integralismo brasileiro que se encontrava por essa época perseguido pela polícia política de Getúlio Vargas. É importante lembrar que, por esta ocasião Plínio Salgado se encontrava em Portugal e convivia com os fundadores do Integralismo Lusitano, provavelmente circulando suas idéias com os seus contatos no Brasil.

Dada a censura no país contra os integralistas, especialmente, após o golpe de 1938, quando os integralistas tentaram um golpe armado contra o governo no Palácio do Catete, Rio de janeiro, não é de se estranhar que circulava no Estado uma série de comentários e notas veiculadas por revistas, jornais e livros sobre Antônio Sardinha, sem que se faça comentários mais detalhados sobre o Integralismo Lusitano e suas relações com o Integralismo brasileiro. A troca se dava pelo campo da formação cultural brasileira, evocando-se a herança portuguesa e sua importância para o Brasil.

Esse dado nos leva a considerar uma certa lacuna na historiografia brasileira acerca das influências do Integralismo Lusitano sobre os integralistas do Brasil, dado que durante muito tempo essa historiografia se dedicou a estudar a Segunda República dando-se ênfase à relação Brasil-Alemanha-Itália em sua situação política, praticamente voltada para os estudos da crise econômica e da ascensão do fascismo-nazismo no Brasil sob a influência daqueles países. Também o comunismo stalinista recebeu grande atenção dos historiadores. Entretanto, pouco se fala sobre a influências do Integralismo Lusitano e do Salazarismo nesse período no Brasil. Em decorrência desta prioridade de olhar dos historiadores, há um esquecimento acerca das relações culturais entre Brasil-Portugal, que ora nos interessamos em aprofundar através da análise das repercussões do nome de Antônio Sardinha entre a intelectualidade pernambucana.

Observe-se que não são poucas as semelhanças de situações, regimes e movimentos com nomes comuns entre os dois países. Da mesma forma que em Portugal, no Brasil vamos ter o surgimento e atuação de um grupo de intelectuais católicos propagando uma ideologia político-doutrinária chamada Integralismo sob a liderança de Plínio Salgado que vivia em contato com amigos intelectuais em Portugal, logo após a experiência do Integralismo Lusitano naquele país. Por ocasião da ascensão e sucesso do integralismo no Brasil, os discursos produzidos no país giravam em torno do lema "Deus, Pátria e Família" temas comuns ao discurso de Salazar, conforme nos mostra Yves Leonard em "Salazarismo e Fascismo", publicado pela Inquérito em 1996. Segundo esse autor:

> *Reflexos fiéis do pensamento de Salazar, mas também, do espírito dos anos trinta – de resto, alguns destes valores serão retomados como, sob a forma de trilogia, pela Révolution nationale sobre o regime de Vich ("Trabalho, família e pátria") – os cinco valores "Deus, pátria, autoridade, família e trabalho" constituem outros tantos princípios directrizes do Estado Novo, o Estado português que se anuncia corporativo, nacional e autoritário.*[1]

Ao mesmo tempo em que circulavam revistas católicas, contendo as propostas de ordem e tradição pelas idéias da intelectualidade de direita no Brasil, tais como A Ordem, Tribuna e outras que também circulavam aqui com a mesma denominação.[2] Em Portugal tinha-se "Ordem Nova", revista Antimoderna, Antiliberal, Anticomunista, Contra-revolucionária e Antiburguesa. Em Portugal, temos as Legiões da Ação católica, enquanto no Brasil crescia o movimento da Ação Católica Brasileira, da Legião Cearense do Trabalho propondo um Estado de direito cristão. À Mocidade Portuguesa apresenta-se no Brasil a Mocidade Católica como defensores da ordem e das tradições. A proliferação de Centros Católicos é um outro lugar de circularidade cultural entre Brasil e Portugal por essa época.

E, finalmente, o Estado Novo marca o nome dos regimes que vão imperar no Brasil e em Portugal por um longo período de suas histórias. Os discursos de associação do político com o religioso caracterizam outra marca comum ao Integralismo Brasileiro e o Salazarismo. Em Portugal, o Estado Novo, a Polícia Política (PVDE), também no Brasil vamos ter estes mesmos movimentos, regimes e polícias sob características especificas. Estes e outros dados mostram a continua manutenção das relações político-culturais entre esta nação e o Brasil.

---

[1] LÉONARD, Yves. **Salazarismo e Fascismo**. Men Martins: Editoral Inquérito, 1996, p. 65.
[2] PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis:** ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Marcas das influências culturais de Portugal sobre a intelectualidade pernambucana

As marcas dessa relação foram registradas pela elite intelectual desse período. Entre esse grupo, entre as décadas de 1930 e 1940, vamos observar uma idolatria saudosista da presença de Portugal no Brasil. Esse saudosismo era diariamente alimentado pela intelectualidade católica que lutava contra o liberalismo e investia nas propostas político-doutrinárias que vinculavam política com religião, a exemplo do Integralismo.

A questão é que, Plínio Salgado e os integralistas, que tanto absorveram os intelectuais católicos do país, encontravam-se, por este período, perseguidos e foragidos depois da tentativa de golpe em 1938 contra o Palácio do Catete. De 1930 a 1937, temos, então, essa intelectualidade circulando discursivamente entre os integralistas, depois da implantação do golpe do Estado Novo que manteve Getúlio Vargas no poder por uma ditadura, no entanto, vamos observar esse grupo se voltando para Antônio Sardinha, o fundador do Integralismo Lusitano que já era falecido.

O mais curioso é que essa intelectualidade não fazia referência ao Integralismo apesar de usar o nome de Antonio Sardinha circular em quase todas as exaltações da espiritualidade nacionalista tão sonhada para o Brasil, tomando-se a história de Portugal como modelo e inspiração. Obviamente isso se devia ao processo de repressão instaurado pela polícia política de Getúlio Vargas, chefiada por Filinto muller que anda prendendo todo material de propaganda integralista, bem como pelas ações do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) responsável pela censura literária nesse período. Entretanto, não podemos dizer que o livro de Sardinha, publicado por Guilherme Auler, em 1943, teve o mesmo destino de outros, pois houve por ocasião de sua publicação uma verdadeira oferta de exemplares para tudo que era lado, inclusive para o governo como veremos abaixo.

Em 1943, o Ciclo Cultural Luso-Brasileiro publicou o livro "*Antonio Sardinha*" escrito por Guilherme Auler (Professor Catedrático de História do Brasil, da Faculdade de Filosofia e Letras 'Manuel da Nóbrega' – Hoje Universidade Católica de Pernambuco). O livro causou grande fervor na intelectualidade de todo o país. De Norte a Sul propagava-se Antonio Sardinha. É importante destacar aqui que Guilherme Auler, juntamente com mais três brasileiros, em 1936, fizeram parte do Centro Tradicionalista Português, centro propagador do pensamento doutrinário de Sardinha.

O maior centro disseminador de seu pensamento e da intelectualidade portuguesa foi a *Revista Tradição* que neste período estava sob a direção de Guilherme Auler. A revista é fundada em 1937, neste primeiro número já traz um ensaio sobre Antonio Sardinha. A partir daí muitos ensaios e artigos foram divulgados sobre o pensamento político-doutrinário desse

representante das tradições portuguesas. Em 1943, com a publicação do livro "Antonio Sardinha de Guilherme Auler, a revista passou a promover diariamente uma forte propaganda do pensamento conservador e tradicional português representado na obra "*Antonio Sardinha*", responsável inclusive pela circulação do livro pelos Estados de Pernambuco, Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As notas na Revista traziam como titulo em destaque: "*LEIAM ANTONIO SARDINHA, por Guilherme Auler*"; Volume de 280 páginas que custava apenas Cr$ 7,00. Em Pernambuco, o livro estava à venda em todas as livrarias do Estado e, pelas reportagens dos jornais que circulava no Estado, foi também doado aos políticos mais importantes do Estado.

Antonio Sardinha, no entanto, não era o único tema de circulação do pensamento político-doutrinário português no Brasil deste período. Entre os intelectuais conservadores e católicos do país permeava um tom saudosista e melancólico do período da presença portuguesa no Brasil. *A Revista Tradição* traziam em todos os seus números uma grande quantidade informes sobre o livro de João Ameal "*História de Portugal*", nos discursos de divulgação do livro ler-se com fervor as homenagens feitas a Portugal, tais como: "*Há hoje vários impérios coloniais, mas somente a Península descobriu, conquistou e civilisou mundos novos*" (Emerenciano, Jordão, 1943: 5). Jordão Emerenciano é outro dos intelectuais de Pernambuco que vivia reproduzindo aqui um saudosismo do período da colonização portuguesa sobre o Brasil. Segundo suas próprias palavras: "*A grandeza épica do passado se confunde com a pujança e grandeza cultural do presente numa continuidade que vem sendo, durante oito séculos de existência fecunda, verdadeiro pelicano da latinidade, melhor da hispanidade, da lusitanidade – através de lutas que são o orgulho da gente portuguesa*". (Idem).

Hermes Vieira, historiador do instituto Histórico de São Paulo, no mesmo ano lançava "*LEIAM A PRINCESA ISABEL*, *por Hermes Vieira*", a biografia da Redentora, num volume de mais de 400 páginas a preço de Cr$ 20,00, também lançado em todo o Brasil. (Hermes Vieira, p.19). Luiz Barros (1943), em franca homenagem a Oliveira Lima, afirma que: "D*e 1889 em diante veio se agravar a situação nacional, fazendo prevalecer a política dos Estados contra a política da União; a desorientação espiritual cresceram... precisamos reatar a tradição Brasil - Império, pelo esforço considerável da unidade nacional e o aparelhamento da defesa do país*". (p.26-27). Para este intelectual católico e conservador, Lisboa formara as maiores mentalidade intelectuais do Brasil, sendo esta a Capital da educação literária, formadora de alunos celebres, a exemplo também indicado Oliveira Lima como fruto das idéias intelectuais de Oliveira Martins.

O tema central dessa intelectualidade era o amor à pátria (o nacionalismo conservador, profundamente antiliberal e anticomunista), ao cristianismo católico e à ordem. Ainda em 1943, em Minas Gerais, Guilhermino César publicava no Jornal "*Folha de Minas*": "*Sardinha, homem da ordem; homem que manteve os fios da tradição e empenhou-se em luta árdua na contra-revolução*". (p.132) E acrescenta: "*Não tenho a menor afinidade pelas idéias políticas de Antonio Sardinha. Agrada-me, porém, em sua obra a profundidade do sentimento peninsular que imprimiu em páginas imortais. Por isso li com prazer o livro que nos mandam de Pernambuco*". (idem)

Luiz da Câmara Cascudo, publicou no Jornal "*A República*" na cidade de Natal, Capital do Rio Grande do Norte: "*Como um índice poderoso das atividades intelectuais brasileiras, nos vários quadrantes doutrinários, o livro do Sr. Guilherme Auler é não uma repercussão de da voz sonora de Sardinha, mas uma ampliação, a iração cultural de seu credo, desdobrado sobre os horizontes tropicais*" (p.80) A certeza da fluidez e aceitação das idéias de Sardinha era tamanha que o autor enviou exemplares às autoridades do país, num período de forte censura literária administrada e controlada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Para se ter uma idéias da circulação do pensamento de Sardinha no Brasil deste período, observe-se que na pagina 82 do mesmo número da *Revista Tradição* temos a evidencia de que o livro de Sardinha fora ofertado até ao Presidente Getúlio Vargas: "*Ao Sr. Porf. Dr. Guilherme Auler, o Presidente GETÚLIO VARGAS (o grifo não é nosso) agradece a oferta de um exemplar do seu livro 'Antonio Sardinha'. Cordiais*." (p.82)

Na mesma página temos agradecimentos pelo recebimento do livro de Sardinha, e "Os f*undamentos da neutralidade portuguesa*" do mesmo autor, do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem; do Ministro Apolônio Sales, da Pasta da Agricultura; do Prefeito do Distrito Federal, Dr. Henrique Dodsworth e outros intelectuais de grande prestigio do país, a exemplo do Prof. Afrânio Peixoto, da Academia de Letras, que assim agradece o livro de Sardinha: "*Ao ilustre, mestre da tradição portuguesa, sempre a recordar e a propagar. Um viva! Caloroso e efusivo a esse Ciclo Cultural Luso Brasileiro do Recife que está ensinando ao Brasil a cumprir o primeiro dos deveres humanos, que é este honrar pai e mãe ...*"; também o poeta Manuel Bandeira "*Cumprimenta e agradece, penhorado, a oferta do livro 'Antonio Sardinha'*". (p.89) Na mesma página, o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara, declara: "Abençoado agradeço livro ofertado".

Sérgio Higino, intelectual de prestígio no Recife, fazia circular no Jornal "A Folha da Manhã" de propriedade do Interventor Federal Agamenon Magalhães, páginas de elogio e propaganda ao livro de Sardinha. Segundo ele, a imagem do intelectual português aqui no

Brasil deixava marcas na formação honrosa da intelectualidade portuguesa. Segundo Higino, Sardinha era o exemplo de preservação dos valores tradicionais mais arraigados da nação portuguesa: "Ninguém, fosse quem fosse, atacava a Igreja Católica e a Pátria – os seus dois amores – sem que ele, com aquela sua linguagem viva, rica de termos e expressões – linguagem ígnea, semelhante à dos profetas bíblicos, não saísse a campo". (Idem)

José Campelo, Presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco, faz circular uma nota no Jornal do Commercio, "*Antonio Sardinha e a revisão (...) da história portuguesa*" o conteúdo dizia: "*Sardinha, impressionante figura tradicional ...de um passado que não deve morrer. Poeta, historiador, político, polemista, apostolo. Inspirado em Fustel de Coulanges (La Cite Antique) considera a verdade histórica como uma verdade relativa e, muitas vezes, inteiramente negativa*". Para esse intelectual, Sardinha tem sido o principal responsável pela revisão da história de Portugal, na pessoa do seu discípulo João Ameal. Daí as várias homenagens que a obra desse historiador recebeu em Pernambuco. Obra utilizada pelos historiadores na disciplina Civilização Ibérica até nossos dias. Aldo Obino, na Universidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, chama Sardinha de "Revolucionário da Ordem", seguida de uma grande referência e indicação da obra de Guilherme Auler. (p. 140)

Além dos discursos da intelectualidade brasileira em prol do livro Sardinha, as revistas *Carioca, Estudos Brasileiros, Nação Armada, Vamos Ler* e outras se transformaram em centro de divulgação das idéias do fundador do integralismo lusitano entre os brasileiro.

Obviamente, também entre os padres e representantes da Igreja Católica no Brasil vamos encontrar homenagens ao livro de Guilherme Auler, a exemplo do Pe. J. Cabral, que publicou um artigo no Jornal do Brasil "Letras Luso-Brasileiras". A propaganda era maior entre os Jesuítas, Jacques Maritan e outros sobre os quais ainda estamos trabalhando.

Referências bibliográficas:

ASCENSÃO, Leão Ramos. **O Integralismo Lusitano.** Porto: Edições Gama.

AULER, Guilherme. **António Sardinha.** Recife, 1943.

AZEVEDO, Ferdinand. **A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste**. Recife, Fasa, 1986.

LÉONARD, Yves. **Salazarismo e Fascismo**. Men Martins: Editoral Inquérito, 1996.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis:** ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

SALGADO, Plínio. **In Memoriam**. São Paulo: Editora Voz do Oeste/Casa de Plínio Salgado.

Texto em reformulação até julho/2007,
com leituras e pesquisas em andamento.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e Memória da Escola na Cidade de Santos (1930-2006)

Maria Helena Bittencourt Granjo

Resumo: O estudo liga-se à pesquisa desenvolvida desde 1998, cujo objetivo é compreender as relações entre escola e vida urbana. As entrevistas se constituíram na principal fonte do trabalho. Foram ouvidas três mulheres, habitantes do Monte Serrat ligadas por laços de parentesco. Mostrou-se fecundo o esforço para perceber-se a visão que as gerações mais velhas têm da escola atual, em virtude do acompanhamento que fizeram do caminho percorrido pelos seus filhos e netos.

Palavras-chave: História – Escola – Vida Urbana.

Abstract: The study is linked to the developed research since 1998, whose objective is to understand the relationship between School and Urban Life. The interviews will be based on the main source of the job. Three women were listed far from Mont Serrat linked by family origins. It was valid the effort to notice the vision that older generations have of the actual School, due to the follow up was done along the way already traced by its sons and grandsons.

Keywords: History – School – Urban Life.

O estudo liga-se à pesquisa desenvolvida desde 1998, ligada ao projeto Escola e Vida Urbana que se inspira nos historiadores ligados à história sócio-cultural como: Thompson, Williams e Ginsburg. Visou perceber as relações da comunidade com a escola, do ponto de vista de três gerações de moradores da cidade de Santos. Foram ouvidos ex-alunos de escolas da região, cujos pais e avós quisessem compartilhar conosco sua experiência. As entrevistas se constituíram na principal fonte deste trabalho.

O foco escolhido foi a região central de Santos, onde nasceu a cidade, que hoje abriga o chamado *centro velho*. Essa região outrora habitada pela elite santista, onde se concentrava um próspero comércio, encontra-se hoje degradada e de certo modo, abandonada. Alguns dos antigos casarões foram transformados em cortiços e outros tiveram seus interiores arrancados para servirem como garagens. Pelas ruas perambulam mendigos, moradores de rua, prostitutas e catadores de papel. Guarda, entretanto, a história da cidade e abriga muitos de seus mais importantes monumentos: o fórum, a catedral, a prefeitura, os teatros, os conventos e dois grandes prédios que atestam a importância dada pelo Estado à educação no início do século.

Esta última funciona desde 1902 em prédio construído no início do século especialmente para abrigá-la. Recebeu seu nome por ter sido edificado com dinheiro da herança do comendador XX: a escola Cesário Bastos e a escola Barnabé.

Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, comerciante que ao morrer, determinou que parte de seus bens fosse utilizada na construção de uma escola pública. Em terreno doado pela Câmara Municipal em 1895, o Governo do Estado de São Paulo ocupou-se da construção do prédio.

O Barnabé serve ainda hoje à população da região e de um pequeno bairro que literalmente se ergue ao lado da escola: o do Monte Serrat. Trata-se de um dos morros mais altos de Santos, alcança 147 metros de altitude acima do nível médio do mar e tem uma área de 380.223 m². O monte pertence à Prefeitura da Cidade de Santos, aos Serviços de Eletricidade e Gás e ao Mosteiro de São Bento. Para chegar-se ao topo do Monte existem duas opções: pode-se subir uma escadaria de 415 degraus, construída ao longo do antigo caminho de pedras, ou tomar o bondinho com sistema funicular, inaugurado em 1927.

A escadaria para o Monte inicia-se logo atrás do muro dos fundos da Escola Barnabé, ao lado da Fonte do Itororó, em torno da qual desde 1532 se estabeleceram as roças dos primeiros habitantes da cidade. Hoje da bica já não jorra a água que foi poluída. Entretanto, ela marca o início da subida ao Monte. Acompanhando os degraus, foram construídos 14 nichos que representam as estações da Via Sacra e servem de referência aos moradores.

Para subir o morro, o visitante pode optar pela escadaria ou pelo bondinho, que o levará até o interior do prédio do antigo cassino, de cujo mirante é possível ter-se uma vista panorâmica de 360º. O prédio guarda amplos salões que até a proibição do jogo em 1946, eram palco também de representações e de danças. Os habitantes do morro, entretanto, não participavam dessas atividades. Até o acesso ao bondinho lhes era negado.

Uma das atrações do Monte é a capela Nossa Senhora de Serrat construída entre os anos de 1598 e 1609, por ordem do governador-geral Francisco de Souza e depois entregue aos monges beneditinos.

Hoje o Monte tem aproximadamente 1600 habitantes, na maioria nordestinos que ocupam por volta de 350 casas e alguns barracos. Na década de 1920 havia no Monte Serrat apenas 15 famílias de portugueses e espanhóis. Nos anos 50 começaram a chegar os nordestinos: cearenses, pernambucanos e alagoanos.

Quando D. Irani Abud, diretora da Escola Barnabé há 22 anos, foi informada da intenção de se pesquisar a memória da escola entre os habitantes do centro da cidade,

recomendou que as entrevistas começassem pelos moradores do Monte Serrat. Aí se encontra população permanente da região, afirmou.

A primeira pessoa a ser contatada foi Tica, senhora de 53 anos, que tira seu sustento da venda de doces e salgados. A entrevista foi agendada e o encontro combinado: a subida deveria ser feita pelo bondinho das 15h e o encontro no café da estação, no alto do morro. Depois de uma inútil espera, foi esclarecido que o compromisso havia sido esquecido. Felizmente por telefone, D. Mercedes, mãe de Tica, se prontificou a dar a 1ª entrevista e informou o caminho para sua casa, localizada na rua que começa atrás da capela. Para lá ir se tem acesso por um longo corredor descoberto que se inicia na rua. Senhora de 80 anos, de pouca altura e poucas rugas no rosto corado, esperava à porta, amparada em um cabo de vassoura que fazia às vezes de bengala. Ao entrar foi se queixando dos joelhos e da fraqueza das pernas que lhe dá medo de cair. A casa era aquela que os santistas chamam de chalé, uma construção de madeira na qual se entra por um pequeno terraço e se compõe de sala cozinha e dois quartos, com banheiro na parte de fora. Dois sofás pequenos, uma mesinha que suportava um aparelho de som com dois alto-falantes, um armário de louças e uma televisão de 29 polegadas compunham o mobiliário da sala. Há também fogão a gás, geladeira e computador.

Nessa casa vivem 4 mulheres: D. Mercedes e sua filha Tica com suas duas filhas.

Com Tica só foi possível conversar três semanas depois em nosso retorno ao monte.

Como havia o propósito em seguida de obter-se entrevistas com as filhas de Tica, que trabalham o dia todo, foi aventada a possibilidade de que os encontros se realizassem no sábado ou domingo, como fosse mais conveniente. Passaram-se semanas sem que a isso se dispusessem. Depois de muita espera apenas a mais velha concedeu uma entrevista de 40 minutos, por telefone.

Com as primeiras perguntas visou-se conhecer a vida no morro.

A primeira entrevistada, D. Mercedes, nasceu no monte Serrat em 1927. Do seu tempo de criança não se lembra do bondinho, recorda-se de um caminho, todo de pedras, que percorria diariamente para levar marmita para o pai, lá no Itotoró. Antigamente, diz D. Mercedes, havia pouca gente no morro, eram quase todos portugueses, existia uma casa aqui, outra acolá. Hoje sobraram uns três ou quatro portugueses, há ainda filhos e netos deles. D. Mercedes afirma que vive no morro porque gosta, se tivesse que viver na cidade morreria.

Um pouco diferente é a opinião da filha, Tica, hoje com 53 anos, que na infância, amou o morro.

> *Minha infância foi boa, muito boa! Ah! Que tempo bom! Meu Deus, foi boa, muito boa. A gente brincava de tanta coisa! Amarelinha, que hoje não se brinca mais. Brincávamos de roda, roubávamos arroz e feijão da mãe e cozinhávamos em uma fogueirinha, era muito bom, uma delícia. Era um tempo muito bom.Eu andava pelo morro sozinha, subia e descia, vivia trepada nas árvores. Tinha muitos amigos, eram quase todos da família, todos da mesma idade.*

Hoje, Tica gostaria de deixar o morro e explica: a vida é muito sacrificada. Quem quer sair à noite, tem que na volta subir o morro a pé, uma vez que a última viagem do bondinho é às 20h. Os habitantes do morro, atualmente, podem utilizar-se dessa condução pagando o mesmo que por uma passagem de ônibus urbano, enquanto que os turistas pagam 14 reais. Ainda que por preço especial (48 reais) o bonde suba a qualquer hora, a quantia é alta demais. Para ir ao supermercado é um sacrifício: sobe-se escada, desce-se escada, carregam-se as compras até a casa. Nos dias de tempestade, tem mais raio, mais barulho, é um terror, pensa ela e completa: "se eu pudesse, amanhã já estava morando lá em baixo".

Mercedes tem saudades dos velhos tempos e sente alguma dificuldade para se entender com os novos moradores do lugar:

> *Agora há mais brasileiros aqui, só um casal de portugueses chegou. A maioria vem do norte. Eles que me desculpem, não sei de onde eles vêm, mas eles não têm educação. Eles são demais, não são? Até as crianças, se a gente vai falar com elas, põem o peitinho para frente, não respeitam.*

Ao se manifestar em relação às mudanças no morro assim se expressa Tica: realmente a população aumentou muito, do lado oposto ao de sua casa, que corresponde à escadaria, formaram-se becos que se encheram de casinhas grudadas umas às outras. De cem pessoas que habitam essas casas oitenta são do nordeste. Esse pessoal invadiu os terrenos da prefeitura, não sabe se legalizaram a invasão ou se pagam impostos. Afirma que moram em casas grudadinhas, mas, são gente trabalhadora, muito cedo um número enorme de mães já está com os filhos a caminho das creches e seguem depois para o trabalho.

Do apuramos pelos depoimentos pode-se concluir que os habitantes atuais do morro são considerados pelos antigos moradores gente diferente deles, de educação inferior, portadores de costumes estranhos e mesmo condenáveis. Porém, não são propositalmente hostilizados, porém com eles não têm proximidade.

Quanto aos estudos soube-se que D. Mercedes não foi à escola, é analfabeta. Ela explicou o porquê:

> *Trabalhei a vida toda, desde os oito anos. Fui para São Paulo tomar conta de um bebê no carrinho. Depois vim para Santos e trabalhei em casa de família até 19 anos, quando me casei. Eu precisava trabalhar porque os filhos de minha mãe, aquela miudagem, estavam sempre doentes, dava muita maleita, eles ficavam pra morrer. Eu ganhava duzentos mil reis e colocava tudo na mão de minha mãe. Minha mãe ainda costurava para fora, fazia calças de homem, se matava, a coitada.*

A entrevistada referia-se aos dez filhos do segundo casamento da mãe, que ajudou a sustentar.

D. Mercedes não se lembra de brincadeiras no seu tempo de criança: não tinha brincadeiras, não tinha passeios, não tinha nada. Quanto à falta que a escola lhe teria feito, responde que não houve, ela casou-se, teve 4 filhos, criou todos. Depois de refletir, confessa que hoje quando vê certas coisas se arrepende. Encontra bilhetes pela casa e não sabe o que significam, acaba guardando tudo. Outras vezes, atende ao telefone e pedem a ela que marque um número. Isso ela faz, ainda que se riam dela depois. Ela diz que às vezes troca de lado as bolinhas do 9 e do 6, mas o laçinho, em baixo de 2, sabe fazer com perfeição. Não aprendeu a escrever, mas aprendeu a bordar com a sogra, portuguesa, que ia a São Paulo e trazia jogos de cama que deveriam ser bordados. Assim ganhava um dinheirinho. D. Mercedes continua: "Trabalhei bastante, não trabalhei? Mas tive uma vida boa, feliz. Na vida, como no casamento, é preciso saber levar: há espinhos, mas também há rosas. Hoje eu tenho 11 netos e dois bisnetos".

Aparentemente D Mercedes apenas sentiu falta de letramento quando sua família se tornou letrada e ganhou uma nova forma de comunicação da qual ela fica por fora. Não pode saber o que está nos bilhetes, tem dificuldades para anotar um recado. Achou importante que os filhos estudassem, eles fizeram pelo menos até o 4º ano e afirma que não lhe deram trabalho para terminar o curso. Um deles ainda fez o curso de eletricista no SENAI. Nunca recebeu reclamação da escola.

Tica, a caçula, estudou no colégio Barnabé até a 4ª série. Diz que naquele tempo era assim, somente quem quisesse fazia a 5ª série e ela não quis. Optou por não fazer. E comenta a respeito de suas aventuras e desventuras escolares:

> *Não era chegada nos estudos, não era chegada, era preguiçosa para estudar. Não era contra a escola, tanto que até hoje ajudo nas festas. Meus filhos estudaram lá, meu pai estudou lá. Até hoje sei tabuada muito melhor que a criançada. Mas não gostava, não gostava. Acho que era assim: a gente brincava muito, então tinha que parar de brincar para ir à escola! Entendeu? Aquilo era ruim para mim, se tornava um negócio chato! Chegava na hora da escola e eu andava pelos matos, trepada nas árvores. Então eu tinha que deixar aquilo de que gostava, para ir à escola e ficar ouvindo a professora falar, falar...*

O fato de "não ser chegada" fez com que usasse inúmeros subterfúgios para evitar aquilo que avaliava como "grandes sacrifícios". Quando trazia notas baixas pedia ao irmão que falsificasse a assinatura do pai o que ele fazia com perfeição, por meses seguidos, o pai

nunca "se tocou" que o boletim vinha todos os meses. Repetiu o 2º ano porque uma prima não quis passar cola para ela. Comenta ainda hoje: "Que raiva!".

Tica afirmou não haver se arrependido de não estudar mais. Talvez, diz, por não ter precisado. Com treze anos, mal saída da 4ª série tomava, sozinha, conta de uma lojinha na rua Brás Cubas, abria, fechava a loja. Trabalhou como balconista e depois de casar como diarista. Aos 22 anos arrumou o emprego de mãe no qual está até agora. Separada e depois viúva, criou as filhas com seu trabalho. Conclui dizendo que naquele tempo era diferente, hoje até para varrer a rua é preciso diploma.

Sua comparação entre a escola de hoje e de ontem é muito saborosa:

> *Hoje vejo que o professor não pode agir por si mesmo tem que fazer aquilo que a escola manda. Isso estraga as crianças. Eu sou do tempo em que o professor passava rasteira nos alunos. D. Dolores explicava, depois perguntava se todos tinham entendido, aí perguntava quem gostaria de fazer o exercício na lousa. Sempre havia um sabidão que se oferecia. Aí ia lá, se não conseguisse levava rasteira. Ela dava um jeito no pé, que a criança... pum!! Toda a classe morria de rir. Como eu gostava! Então ela brigava muito: se não sabe, porque falou que sabia... Era uma professora que explicava bem, entendeu? Era reguada, era rasteira, era puxão de orelha, mas eu acho certo. Na minha cabeça é certo. Ainda falavam que havia um quartinho escuro no porão da escola e que iam por a gente lá. Nossa Senhora! Todo mundo morria de medo! Eu acho que era certo. Todo mundo respeitava. Hoje ninguém respeita ninguém.*

Tanto Tica, como sua mãe, acreditam que a escola poderia ser melhor, se voltasse ao que era no passado As duas estão muito sensibilizadas em relação aos problemas do ensino, sobretudo àqueles que se referem às relações entre professores e alunos, fato que atribuem, com razão, ao trabalho como professora, de uma das filhas de Tica. A respeito das causas da indisciplina em sala de aula, que julga inconcebível D. Mercedes apontou o descaso dos pais que não mais educam seus filhos. Tica, porém, aponta essa causa como a segunda em ordem de importância. A primeira seria representada pelas leis que impedem que os professores batam e gritem com as crianças. Diz ela que hoje eu não culpa os professores, culpa as leis e o que as crianças não aprendem em casa. As leis fazem com que a criança fique garantida. Mesmo sem estudar é aprovada. Alarma-se pelo fato de que o professor nem possa gritar com seus alunos.

Tica aproveita para contar como agia com as filhas quando estavam na escola. Somente uma vez tentou ensinar a mais velha a fazer a lição e percebeu que a menina não prestava atenção, tinha os olhos perdidos no teto. Deu um grito e prometeu que era aquela a última vez, que perguntasse na escola à professora, esta paga para ensinar. Afirmou que não a castigaria se perdesse o ano, pois, ela própria se estaria castigando, já que um ano perdido não

se recupera. Daí por diante foi assim, suas filhas jamais perderam um ano ou deram trabalho, afirmou.

A entrevista com Ingrid ajudou a entender muitas das opiniões da avó e da mãe. Ela também nasceu no Monte Serrat e estudou na Escola Barnabé fez depois o curso de Magistério e é licenciada em Pedagogia. Revelou que, na sua opinião, nem todas as professoras que teve nos anos iniciais de estudo eram boas, algumas não sabiam passar a matéria. Revelou ainda que nas duas primeiras séries os alunos apanhavam. As professoras para bater, utilizavam-se de madeirinhas usadas para prender cartazes, que tinham preguinhos. Também puxavam os cabelos, as orelhas e davam reguadas. Afirmou que isso nunca aconteceu com ela, porque era quieta demais. Gostava muito do recreio quando junto com as amigas dava voltas na escola e conversava.

Ingrid trabalha em duas escolas: pela manhã em São Vicente, em uma creche localizada muito próxima a uma favela, onde tem 25 alunos de 5 anos. Durante a tarde trabalha na Praia Grande, em uma escola próxima à praia, onde leciona para 35 crianças de 4ª série. Os pais das crianças desta última escola, segundo ela, não apóiam os professores. Só aparecem no fim do ano para entrarem com recurso se o filho não é aprovado. A escola dá abertura, busca ajuda, faz programa de recuperação, oferece aos pais conferências e palestras sobre vários assuntos, mas eles não se interessam. Culpa os pais pela situação: somente uma pequena minoria realmente não tem possibilidade de atender à escola, a maioria é acomodada, não quer problema. Chegam a mandar bilhetes para que seus filhos sejam dispensados da recuperação. Ingrid pensa, entretanto, que as crianças dessa escola são boas, são meigas.

Na escola de São Vicente, já sentou e chorou. Diz: "Lá é o caos! As crianças só querem dançar Fank e bater umas nas outras! É o meio em que vivem. Desses alunos apenas um está alfabetizado, os demais só fazem garatuja". Os pais ela não conhece e nem sabe quem são, pois eles somente têm contato com a coordenação da creche.

De acordo com Ingrid, é preciso que se leve em consideração o capitalismo e os problemas decorrentes, mas alguma coisa tem que ser feita para melhorar a escola. Diz ela:

> *Na Política Educacional há coisas que evoluíram, mas, muita coisa se perdeu. Com a última Lei de Diretrizes e Bases e mais o Estatuto da Criança e do Adolescente, a escola se tornou assistencialista. A LDB devia ser revista. Qualquer coisa os pais apelam para o Conselho Tutelar! Há abertura demais. Sei que não pode voltar a ser como era no meu tempo, mas tem que mudar. As crianças hoje só pensam nos direitos! E os deveres?*

As entrevistas, com mulheres de três gerações diferentes, apontaram para o fato da escola se constituir para elas uma preocupação e tema recorrente de conversas, certamente em

virtude da atuação profissional de Ingrid, cujos sofrimentos balizam, igualmente, as próprias opiniões. Possivelmente o mesmo não acontecerá com outras famílias do morro, o que aponta para a necessidade de outras pesquisas.

Mais uma vez fica patente o perigo das generalizações. Cada grupo de pessoas, maior ou menor, forma suas opiniões a partir de seu contexto, suas experiências e necessidades. Se a escola quer aproximar-se das populações dos bairros em que está inserida, faz-se necessário que se disponha a conhecê-las mais de perto para que se saiba o que é possível pedir e o que é sensato esperar. Não é o bastante dizer-se como Ingrid, em seu desamparo: "É preciso mudar a cabeça dos pais".

É mesmo a cabeça dos pais que deve ser mudada? Mudar de que, para que? Que poder tem a escola? Que saber tem a escola?

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Reforma Sindical do Governo Lula: interesses e perspectivas

Gelsom Rozentino de Almeida*

Resumo: O presente trabalho visa contribuir para a análise da Reforma Sindical resultante do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e a busca de um consenso entre empresários e trabalhadores tendo como referência a noção de "pacto social". A intenção do governo federal seria atualizar a legislação do trabalho e sindical, adequando-a as novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. De forma crítica, caracteriza o processo de elaboração da reforma sindical do Governo Lula, a composição das bancadas de representantes dos trabalhadores e dos empresários, bem como os interesses representados ao longo dos debates e no resultado final.

Palavras-chave: Governo Lula - Fórum Nacional do Trabalho - reforma sindical - pacto social.

Abstract: The present work seeks to contribute for the analysis of the Syndical Reform resultant of National Forum of the Work (FNT, in portuguese) and the search of a consent between entrepreneurs and workers tends as reference the notion of " social " pact. The federal government's intention would be to update the legislation of the work and syndical, adapting it the new demands of the national development, in way to create a favorable atmosphere to the employment generation and income. In a critical way, it characterizes the process of elaboration of Governo Lula's syndical reform, the workers' representatives' composition of those supported and of the entrepreneurs, as well as the interests represented along the debates and in the final result.

Keywords: Government Lula - National Forum of the Work - syndical reform - social pact.

A origem do Fórum Nacional do Trabalho

A proposta de reforma sindical estava presente desde o final dos anos setenta no novo sindicalismo. Foi apresentada em diferentes momentos, com destaque durante a elaboração da Constituição de 1988, por representantes da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores que defendiam a implantação da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o fim da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), tida como um resquício autoritário e prejudicial aos interesses sindicais. A

* Doutor em História (UFF-2000), Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

proposta da criação de um espaço institucional de negociação esteve presente na pauta da CUT ao longo dos anos noventa.[1]

O Fórum foi criado pelo Decreto nº 4.796, de 30 de julho de 2003, com a finalidade de coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil. A estrutura funcional do FNT comporta os seguintes órgãos: I – Coordenação; II – Plenária de Representantes; III – Comissão de Sistematização; IV – Grupos Temáticos, constituídos para discutir os seguintes temas: a) Organização Sindical - GT1; b)Negociação Coletiva - GT2; c) Sistema de Composição de Conflitos - GT3; d) Legislação do Trabalho - GT4; f) Organização Administrativa e Judiciária do Trabalho; g) Normas Administrativas Sobre Condições de Trabalho; h) Qualificação e Certificação Profissional; e i) Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade. Em todos os grupos e comissões a composição é tripartide, com representantes dos trabalhadores (CUT-Central Única dos Trabalhadores, FS-Força Sindical, CGT-Central Geral dos Trabalhadores, SDS-Social Democracia Sindical, CGTB-Confederação Geral dos Trabalhadores, CAT-Central Autônoma dos Trabalhadores, CNTI-Conf. Nacional dos Trabalhadores na Indústria, CONTRATUH- Conf. Nac. dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade), dos empresários (CNA - Confederação Nacional da Agricultura, CNI - Confederação Nacional da Indústria, CNT - Confederação Nacional dos Transportes, CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras, CNC - Confederação Nacional do Comércio e CACB - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil) e do governo.Partimos do entendimento de que essa iniciativa filia-se a linhagem das demais propostas de pactos, concertos e entendimentos nacionais, de conciliação de interesses classistas.

Dentre os objetivos do FNT destaca-se a proposta de promover a democratização das relações de trabalho através da adoção de um modelo de organização sindical baseado em liberdade e autonomia. A intenção do governo federal seria atualizar a legislação do trabalho, adequando-a às novas exigências do desenvolvimento nacional, de maneira a criar um ambiente propício à geração de emprego e renda. Através desse fórum, legitimado pela participação de representantes de governo, empresários e trabalhadores, pretende-se, modernizar as instituições de regulação do trabalho, especialmente a Justiça do Trabalho e o

[1] Diante da Comissão mista do Congresso Nacional, nos preparativos para a Constituinte, o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli (que viria a ser eleito deputado constituinte pelo PT/SP), apresentou formalmente os itens defendidos pela entidade, para que "a Constituinte não seja instrumento de legitimação do domínio do capital e do latifúndio", tais como "a revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Imprensa, das Leis de Greve, revogação da legislação sindical fascista (Titulo V da CLT), ratificação da Convenção 87 da OIT." CUT, *Boletim Nacional*, no. 4, setembro de 1985.

Ministério do Trabalho e Emprego; estimular o diálogo e o tripartismo e assegurar a justiça social no âmbito das leis trabalhistas, da solução de conflitos e das garantias sindicais.

A maior parte dos integrantes do governo no FNT é composta por integrantes do PT, como o primeiro coordenador geral do fórum, Ricardo Berzoini (PT/SP), então Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego (MTE) – substituído primeiro por Jacques Wagner (PT/BA) e em seguida deste por Luís Marinho, ex-presidente da CUT (que inicialmente integrou a bancada dos trabalhadores, sendo a principal liderança, na condição de presidente da central), do coordenador-adjunto Alencar Ferreira Júnior, secretário-executivo do MTE, de Osvaldo Bargas, que atuou como principal coordenador do fórum e secretário executivo do MTE durante o principal período dos trabalhos, de reconhecida vida política e sindical, sendo inclusive um dos fundadores da CUT, Jair Meneguelli, presidente do conselho nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) e ex-presidente da CUT e Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), deputado federal (PT/SP) e ex-presidente da CUT. Nesse sentido, confirma-se a influência dos projetos petistas e cutistas nas propostas e intervenções do governo no FNT.

O comando da bancada é dividido entre a CUT e a Força Sindical, onde a Plenária e a Comissão de Sistematização foram lugares de maior disputa e de exemplos deste quadro (12 e 06 representantes da CUT, 10 e 03 da FS, respectivamente). A coordenação da bancada coube à CUT, inicialmente ocupada por Luís Marinho, e tendo como coordenador adjunto Ricardo Patah, Tesoureiro Geral da FS. Caracterizadas como pólos opostos do espectro sindical brasileiro durante anos, CUT e FS têm convergido em vários pontos, sobretudo pelo processo de transformação da primeira, o que tem possibilitado a atuação conjunta na grande maioria das vezes. As áreas de atrito ou divergência têm ficado cada vez mais em segundo plano. As demais centrais possuem poucos sindicatos de expressão filiados e, em decorrência, contam com pouca influência e poder de decisão.

Os empregadores, através das suas entidades, não atuaram de forma inteiramente unificada no FNT. Mas destaca-se a burguesia financeira como o núcleo dirigente principal. Não divulgam abertamente as suas divergências, que aparecem apenas para o público interno. Percebe-se também que, mesmo com muitos pontos em comum com as propostas dos trabalhadores e do governo, os empregadores, capitaneados por esse setor, começam a assinalar com o engavetamento das reformas sindical – já aprovada – e trabalhista, diante da possibilidade de não conseguirem a flexibilização e a ampla revogação de direitos na CLT.

A proposta de Reforma Sindical

As propostas do FNT, após relatório final da Comissão de Sistematização, foram transformadas na Proposta de Emenda Constitucional – PEC 269 e em projeto de lei, enviados ao Congresso Nacional em março de 2005. Como tratam de matéria constitucional o seu trâmite é lento e incorpora as demais propostas dos parlamentares sobre o tema, que são apensados ao processo e podem ser também serem votados, conferindo maior incerteza quanto ao resultado final.

Conforme Osvaldo Bargas e Marco Antônio de Oliveira (BARGAS; OLIVEIRA, 2005), principais articuladores do governo no FNT, a reforma sindical não seria uma mera alteração legislativa, mas um amplo reordenamento jurídico-institucional, que do ponto de vista normativo deverá envolver o Direito Sindical, a Legislação do Trabalho, o Direito Processual do Trabalho, os órgãos de Administração Pública do Trabalho e a Justiça do Trabalho.

Desse modo, a reforma sindical seria apenas o primeiro passo. A prioridade conferida a ela decorreria do entendimento de que a redefinição das normas jurídicas pertinentes às relações coletivas de trabalho deveria ser o centro dinâmico de qualquer esforço de democratização das relações de trabalho, precedendo assim a revisão dos demais institutos que as regulam no Brasil.

Segundo a proposta, são princípios do novo modelo de organização sindical: o fortalecimento das entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores em todos os níveis e âmbitos de representação; a possibilidade de existência de entidades sindicais independentes em qualquer nível de representação; a organização de trabalhadores e de empregadores por setor econômico e ramo de atividade econômica; o estabelecimento de critérios objetivos para o reconhecimento de representatividade das entidades sindicais; a garantia de prerrogativas sindicais às entidades que cumprirem os requisitos estabelecidos em lei; a definição de garantias eficazes de proteção à liberdade sindical e de prevenção de condutas anti-sindicais.

De forma bastante sintética, a proposta de reforma sindical compreende as seguintes características: a negociação coletiva em todos os níveis – sindicatos, federações, confederações e centrais -, como principal instrumento de regulação dos direitos trabalhistas – instituindo um cenário de "autonomia privada coletiva" e "estimulando a composição voluntária dos conflitos"; a distinção por setor econômico e ramo de atividade econômica será feita com base nos dados estatísticos oficiais e na observação das peculiaridades da organização sindical de trabalhadores e de empregadores, pelo Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT); reconhecimento legal das centrais sindicais como instância máxima de representação dos trabalhadores; conjuga princípios que derivam da unicidade,

como a exclusividade de representação (uma salvaguarda para o sindicato que hoje detém o monopólio da representação e que poderá continuar a ser único, mas sob novas condições), com princípios da liberdade sindical, como a possibilidade de existência de mais de uma entidade sindical em um mesmo âmbito de representação - pela nova lei, os trabalhadores e os empregadores têm o direito de constituir suas entidades sindicais, sem autorização prévia, cabendo ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) o reconhecimento de representatividade da entidade sindical; a tutela estatal estará limitada ao registro no órgão competente e ao reconhecimento da personalidade sindical pelo MTE, conforme critérios objetivos estabelecidos de comum acordo; prevê o livre direito de filiação, desligamento, permanência e participação nas entidades sindicais; assegura o direito de as entidades sindicais elegerem seus representantes, organizar sua administração, formular seu programa de ação, filiar-se a entidades internacionais e elaborar seus estatutos segundo princípios democráticos que assegurem a ampla participação dos representados; mantém o princípio constitucional que veda a dispensa de empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei; a proteção contra despedida arbitrária e transferência unilateral para até 81 dirigentes na central sindical, 81 na confederação, 81 na federação e 81 no sindicato, respeitados esses limites, nas empresas do respectivo âmbito de representação de cada entidade sindical poderá haver pelo menos 1 dirigente estável a cada 200 ou fração superior a 100 trabalhadores, que poderão ser ampliados mediante acordo com o empregador, sendo que os dirigentes afastados do trabalho a pedido da entidade sindical serão por ela remunerados, salvo acordo com o empregador; a obtenção de personalidade sindical, que vai habilitar ao exercício das atribuições e prerrogativas sindicais, dependerá de prévio registro da entidade no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e do cumprimento dos critérios de representatividade, comprovada ou derivada, que serão aferidos pelo MTE, sempre que sua representatividade for contestada por outra entidade do mesmo âmbito de representação e a entidade questionada não conseguir confirmar sua representatividade perante o MTE, a entidade sindical pode perder as suas prerrogativas sindicais; os sindicatos de trabalhadores e de empregadores terão 12 meses para optar pela exclusividade de representação, aprovada em assembléia, aberta a filiados e não-filiados - durante a transição, o sindicato terá de comprovar sua representatividade e terá que aderir a normas estatutárias (definidas pelo CNRT) que assegurem a gestão democrática de suas instâncias; as entidades sindicais de trabalhadores poderão se organizar sob a forma de central sindical, confederação, federação e sindicato, em âmbito de atuação nacional, interestadual,

estadual, intermunicipal e municipal; as centrais sindicais deverão ser constituídas em âmbito nacional, a partir da filiação de sindicatos de qualquer setor econômico ou ramo de atividade econômica e terão a prerrogativa de criar ou abrigar confederações, federações e sindicatos; a sustentação financeira das entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores será baseada na contribuição associativa (de caráter espontâneo e definida em estatuto e deliberada em assembléia) e na contribuição de negociação coletiva, além de eventuais frutos de rendimentos de seu patrimônio, doações, multas e outras rendas; as atuais contribuições confederativas e assistenciais serão extintas a partir da promulgação da nova lei, bem como a contribuição sindical obrigatória (imposto sindical), será extinta gradualmente, de acordo com regras e prazos diferenciados para as entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores; a contribuição de negociação coletiva terá periodicidade anual, estará vinculada à participação comprovada da entidade sindical em negociação coletiva e será devida por todo aquele que for abrangido por ela, filiado ou não a entidade sindical, os valores efetivos da contribuição deverão ser apreciados e aprovados em assembléia geral, aberta à participação de todos os interessados, filiados ou não a entidade sindical – caberá às entidades diretamente envolvidas na negociação coletiva indicar as entidades para quem deverão ser distribuídos os percentuais relativos aos demais níveis de representação de sua estrutura organizativa; nas negociações coletivas de âmbito municipal, intermunicipal, estadual, interestadual ou nacional, os valores correspondentes à contribuição de negociação coletiva serão distribuídos de maneira proporcional à representatividade das entidades dentro da estrutura organizativa a que pertencem; quando uma entidade não estiver filiada ou vinculada a qualquer outra ou apenas a uma federação, confederação ou central sindical os percentuais de rateio correspondentes aos demais níveis de organização serão repassados para o Fundo Solidário de Promoção Sindical (FSPS); os recursos provenientes das contribuições de trabalhadores e das contribuições de empregadores migrarão para contas separadas, que serão geridas pelas respectivas Câmaras Bipartites do CNRT; a contribuição de negociação coletiva deverá corresponder a, no máximo, 1% do valor da remuneração do trabalhador recebida no ano anterior e será paga em, no mínimo, três parcelas mensais, a partir do mês de abril, independentemente do número de contratos coletivos celebrados nos diversos âmbitos de negociação da entidade sindical.

Cabe destacar a criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), concebido como um órgão tripartite e paritário voltado às questões sindicais e de relações de trabalho, de acordo com as normas da OIT. Esse conselho teria por finalidade prosseguir na

prática consagrada pelo Fórum Nacional do Trabalho e, indo adiante, possibilitar a efetiva democratização da gestão pública na área de relações de trabalho.

Conclusões

A última década e, sobretudo os primeiros anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, representaram para os movimentos sindicais no Brasil uma fase de profundas mudanças, tanto no discurso, como na estrutura e prática sindical. A CUT tinha-se mostrado participante no processo de refreamento das políticas neoliberais implementadas desde o início da década de 90, mas estaria perdendo seu poder de aglutinação da classe trabalhadora em prol da defesa de seus direitos e conquistas e adotado uma postura *propositiva* e conciliadora com o capital, identificando interesses comuns. Todavia, como já foi demonstrado, não se pode confundir aspectos efetivamente democráticos da prática e da luta cutista e petista, não apenas conjunturais, com outros elementos mais profundos que, aparentemente de matrizes diferentes, viriam a se identificar com determinadas propostas de reformas.

Assim, a criação do Fórum Nacional do Trabalho teria como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado. O PT e a CUT que teriam se constituído na luta contra a ditadura, articulando o binômio negociação e confronto, tendo sido o principal bloco de resistência ao processo de arrocho salarial e implantação do Consenso de Washington na década de 1980, de oposição à *flexibilização e desregulamentação* da legislação trabalhista e da defesa dos direitos constitucionais no início da década de 1990, teria formulado a proposta do FNT acreditando nas teses de um desenvolvimentismo nacional, tendo como interlocutores o Estado e organizações empresariais. As propostas de reforma sindical e trabalhista já constavam dos programas da CUT e PT ao longo dos anos 90 e se apresentavam como demandas históricas dos trabalhadores, sobretudo dos setores *modernos*, sob influência liberal, e vistas como conciliáveis com o capital. O FNT representaria um pacto social na busca do desenvolvimento, entendido dentro dos limites do crescimento econômico capitalista, representando este um "consenso" para a sociedade, como se fosse possível uma conciliação de interesses estratégicos de diferentes classes e frações de classe.

A lógica da apresentação da reforma sindical teria, assim, claros elementos de fortalecimento da negociação, em detrimento do confronto, de maior concentração de poder nas centrais sindicais, destacando a competição fraterna entre a CUT e a FS, ao invés da

efetiva autonomia sindical, e o reordenamento jurídico-institucional da estrutura sindical, antecipando o processo semelhante de revisão da legislação trabalhista, quiçá o fim da CLT.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma Década Quase Perdida: 1979-1989.* Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2000.

BARGAS, Osvaldo Martines e Oliveira, Marco Antonio. É hora da reforma sindical. In: *Teoria &Debate*, edição 61, São Paulo, fev/mar de 2005.

BORGES, Altamiro. *A Reforma Sindical no Governo Lula*. http://www.espacoacademico.com.br/039/39cborges.htm

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, ICHF/UFF, Niterói, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Reforma Sindical do Governo Lula: histórico e perspectivas.* In: http://www.socialismoeliberdade.org/?id=185

DINIZ, Eli, Reformas econômicas e democracia no Brasil dos anos 90: as câmaras setoriais como fórum de negociação, in: *Dados*, no. 37, 1994.

PROGRAMA DE GOVERNO 2002. *Reforma Trabalhista.* Disponível em <http://www.pt.org.br/site/assets/programadegoverno.pdf>. Acesso em: dez. 2006

VAZ, Flávio Tonelli. *A Reforma Sindical do Governo Lula: pluralidade sindical e autonomia privada para os acordos trabalhistas.* in: http://www.diap.org.br/agencia/Anexos/RefSindTonelli.doc

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O esvaziamento das políticas federais de redução das desigualdades regionais no contexto histórico da Constituição de 1988

Ricardo Ismael*

Resumo: Embora se possa falar em iniciativas do governo federal no Nordeste na primeira metade do século passado, pode-se dizer que apenas no governo Kubitschek tornou-se freqüente a formulação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais no país. Com a chegada do regime militar, continuou presente a preocupação com a distribuição territorial das atividades econômicas, sendo amparada pelo fortalecimento do planejamento no plano nacional. A partir do início dos anos de 1980, entretanto, observa-se uma mudança no padrão de atuação da União, apontando para um esvaziamento da questão regional no federalismo brasileiro. O objetivo deste artigo é discutir o declínio das políticas federais voltadas para a redução dos desequilíbrios econômicos regionais, no ambiente da Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: Federalismo Brasileiro – Desigualdades Regionais – Governo Federal.

Abstract: Although one can mention initiatives on the part of the federal government in the Northeast in the first half of the XX century, it can be said that only during the Kubitschek administration did the formulation of public policies geared towards the reduction of regional inequalities in the country become frequent. With the arrival of the military regimen the preoccupation with the territorial distribution of economic activities remained present, supported by the strengthening of planning at the national level. Since the beginning of the 1980's, however, a change in the pattern of action on the part of the Union has been observed which demonstrates a loss of interest in the regional issue in Brazilian federalism. The objective of this article is to discuss the decline in federal policies aimed at reducing regional economic unbalances in the context of the Federal Constitution of 1988.

Keywords: Brazilian Federalism – Regional Inequalities – Federal Government.

Introdução

Um rápido retrospecto da evolução das políticas regionais implantadas pelo governo federal, indica que elas têm expressado historicamente a preocupação em reduzir as desigualdades entre as regiões brasileiras. Mais precisamente, a política regional aparece como um conjunto de políticas públicas dirigidas para a eqüidade regional, tendo a

* Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e Doutor em Ciência Política/IUPERJ.

preocupação predominante de estimular o desenvolvimento das atividades econômicas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil (BAER, 1996; ARAÚJO, 1995).

A política regional tem recebido a influência de duas abordagens principais. A visão estrutural, predominante durante a maior parte da intervenção federal, procurou orientar as ações governamentais e empresarias na direção de algumas políticas específicas, tais como "reformas institucionais, financiamento do desenvolvimento, educação e capacitação de recursos humanos, desenvolvimento científico e tecnológico, e consolidação e modernização da infra-estrutura". Surge mais recentemente, a partir dos anos de 1990, o enfoque espacial, no qual se "busca ordenar a distribuição das atividades econômicas no plano regional, articulando as diferentes regiões entre si e com o exterior, na linha de grandes eixos estruturadores de integração nacional e internacional" (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS REGIONAIS, 1997:17-19).

É possível dizer que apenas a partir dos anos 50 tornou-se "freqüente a formulação de políticas regionais 'explícitas' que visavam à redistribuição de renda e de recursos de investimentos das regiões mais ricas para as mais pobres" (BAER, 1996:301). A criação da SUDENE, em 1959, representou um marco inicial, significando uma primeira tentativa de uma política articulada e consistente de desenvolvimento regional, levada adiante pela União.

Algumas características mais gerais da evolução da política regional federal nos anos 50, 60 e 70 merecem ser sublinhadas. É importante notar que a política regional foi uma conseqüência do fortalecimento do planejamento no país, no sentido de um "processo sistematizado de orientação econômica que objetiva o desenvolvimento a médio ou longo prazo" (TEIXEIRA, 1997:5). O Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1960) representava uma experiência de planejamento envolvendo diversas metas setoriais. O surgimento da SUDENE foi, de certa forma, um desdobramento, em nível regional, da visão planejadora predominante na esfera federal, com destaque para as idéias desenvolvimentistas defendidas por Celso Furtado e outros adeptos (BIELSCHOWSKY, 1988;182-192). O arranjo institucional que prevaleceu no Nordeste, e depois em outras regiões, tinha como base um órgão de planejamento e de coordenação das ações federais (SUDENE), além de um sistema de incentivos fiscais federais, e uma instituição financeira (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL) apoiando as operações de financiamento do setor privado (ARAÚJO, 1997; 474-475).

Com a chegada do regime militar, o planejamento ganhou espaço ainda maior no plano nacional. Exemplos não faltam, tais como o Plano de Ação Econômica do Governo

(PAEG) e o Plano Decenal, ambos no governo Castelo Branco; o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) na gestão Costa e Silva; o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND- 1972-74) no governo Médici; o II PND (1975-79) durante o período de Ernesto Geisel; e o III PND (1980-85) durante no mandado do general Figueiredo (TEIXEIRA, 1997: 11-17). Além disso, o planejamento regional passou, então, a ser centralizado no governo federal. A SUDENE, por exemplo, perdeu, a partir de 1971, o poder de elaborar os planos regionais e de enviá-los diretamente para o Congresso Nacional, passando esta atribuição para o recém criado Sistema Nacional de Planejamento (SUDENE, 1990).

Apesar da redução da influência das instituições regionais no processo decisório, observou-se a partir dos anos de 1970 o início de uma "desconcentração econômica e despolarização da indústria nacional, uma reversão da polarização a partir da maior participação das grandes regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste) no PIB e no valor de transformação industrial do país" (HADDAD, 1994). No caso da economia nordestina, costuma-se dizer que ela "teve um grande dinamismo, de 1960 a 1986", embora este impulso tenha também estimulado a heterogeneidade na economia regional (GOMES, Gustavo & VERGOLINO, José, 1995: 90).

Há quem diga que a desconcentração econômica ocorrida não resultou de nenhuma política regional explícita, mas dos efeitos, nas regiões periféricas, das políticas nacionais. Nesta leitura, a política regional iniciada no Nordeste no final dos anos 50 havia apenas integrado a região ao centro dinâmico do país, fazendo com que a economia regional passasse a acompanhar a trajetória da economia brasileira (período 1960-75) e até superá-la (1975-80), tornando, por assim dizer, a economia nordestina mais sensível aos efeitos das políticas nacionais, tradicionalmente voltadas para as regiões mais industrializadas do país (GUIMARÃES NETO, 1997:47).

De qualquer forma, parece existir um relativo consenso na literatura especializada de que a política regional federal entrou em declínio a partir do início dos anos 80, tendo em vista os problemas de natureza fiscal e financeira enfrentados pelo setor público, especialmente pelo governo federal. A rigor, é possível até mesmo dizer que a preocupação com a elaboração de um planejamento nacional de médio prazo no Brasil e com o desenvolvimento regional, esteve presente pela última vez no II PND, durante o governo Geisel. A partir de então prevaleceram os problemas econômicos de curto prazo, como o

combate à inflação e o controle dos gastos públicos, de maneira que os planos nacionais e regionais ganharam um caráter secundário.

Os governos Figueiredo (1979-85) e Sarney (1985-90) tiveram que enfrentar a crise da dívida externa e o crescente endividamento do setor público, tornando a administração da conjuntura o objetivo dominante. Neste cenário, "os planos estratégicos nacionais e regionais elaborados, e as propostas de políticas de médio e longo prazo montadas, não passam de intenções e são seguidamente sufocadas pelas negociações com os credores externos e internos e seus representantes..." (ARAÚJO, 1995:477).

Na década de 1990, a opinião predominante entre os especialistas em economia regional tem sido no sentido de denunciar a ausência de uma política regional federal. Haddad, por exemplo, destacou que a indiferença do governo federal põe em risco a pequena desconcentração espacial ocorrida na economia brasileira, na segunda metade dos anos 70 (HADDAD, 1996: 129-130).

É certo que existiram algumas iniciativas no final do primeiro governo Fernando Henrique, sob a coordenação do BNDES, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estas teriam sido dirigidas para a identificação dos denominados "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento", os quais tinham como objetivo "integrar as diversas economias regionais e articulá-las aos mercados internacionais, além de trabalhar com a expectativa de crescimento econômico médio de 4,3% ao ano para o país, abrangendo o período de 2000/2007" (NASSER, 2000:167). Entretanto, este trabalho serviu mais para indicar as oportunidades de investimentos públicos e privados nos setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país, do que para impulsionar a elaboração de políticas regionais federais.

As políticas regionais federais no contexto histórico da Constituição de 1988

A redução dos desequilíbrios econômicos entre as regiões brasileiras continuou sendo limitada pelas dificuldades de financiamento do setor público, no contexto posterior à promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, a política regional esteve ainda mais restringida, por conta da presença dos seguintes fatores novos: (a) descontinuidade administrativa na área de política regional federal; (b) maior resistência à idéia de regionalizar as ações federais na federação brasileira, por parte das bancadas dos estados das regiões Sul e Sudeste no Congresso Nacional; (c) redefinição do papel da União no desenvolvimento

econômico dos estados e regiões, no ambiente marcado pela integração do país à economia internacional.

A formulação de uma política regional foi prejudicada, nos anos de 1990, pelo prolongamento da crise fiscal e financeira da União, iniciada na década anterior. É possível dividir o período em fases, de acordo com ciclos políticos governamentais. A crise do setor público brasileiro explodiu com a crise da dívida externa, em 1982, no final do regime militar. No período de 1981 a 1984, houve uma tendência de melhoria da situação fiscal por conta do ajuste promovido pelo FMI. Em compensação, no início da redemocratização, durante o governo Sarney, houve uma tendência de deterioração das finanças públicas do país. Nas gestões Collor e Itamar, de 1990 a 1994, houve uma evolução positiva das necessidades de financiamento do governo nacional. Isto se deve, entre outros aspectos, ao malabarismo de indexar tributos e atrasar o pagamento das despesas governamentais. Finalmente, no governo de Fernando Henrique, de 1995 a 1998, a situação fiscal evoluiu para um grande desequilíbrio, tornando inevitável um dramático ajuste fiscal no seu segundo mandato (GIAMBIAGI & ALÉM, 1999:93-132). A crise fiscal como era de se esperar contribuiu para a redução dos investimentos públicos. Neste caso, as regiões menos desenvolvidas são mais penalizadas do que as demais, porque dependem mais dos investimentos públicos para seu crescimento econômico, tendo em vista a menor expressão do setor privado.

Um segundo fator esteve presente nos últimos anos. A descontinuidade administrativa na área do governo federal responsável terminou, por sua vez, comprometendo a formulação e a implementação das políticas regionais. A análise das atas das reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo da SUDENE ajuda a destacar este aspecto, sublinhando as constantes mudanças ocorridas no período do governo Sarney até o final da primeira gestão de Fernando Henrique. Observa-se a presença de treze ministros ou secretários nacionais de políticas regionais, indicando uma constante descontinuidade administrativa naquela área do governo federal. Além disso, a pasta de política regional perdeu o status de Ministério nos governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique (1995-98), enfraquecendo sua relação com o Ministério da Fazenda e demais membros do primeiro escalão do governo federal (SUDENE, 1987-1998).

Uma resistência maior à idéia de regionalizar as ações federais na federação brasileira, pode ser apontada como um terceiro ponto relevante para explicar a ausência de política regional. Esta postura nascia no próprio Congresso Nacional. É importante lembrar que foram implantados os mecanismos introduzidos na Constituição de 1988 referentes à

redistribuição das receitas da União, os quais favoreceram as regiões menos desenvolvidas através das transferências constitucionais para estados (FPE) e municípios (FPM) e fundos constitucionais de financiamento regionais (FNE, FNO e FCO). Entretanto, outros dispositivos constitucionais não foram regulamentados pelo Congresso Nacional, como, por exemplo, o Art. 43, que trata das condições para a integração de regiões em desenvolvimento; o Art. 163, que define a forma de atuação das instituições oficiais de crédito; e o parágrafo 2o do Art. 192, que estabelece que os recursos financeiros da União, relativos a programas regionais, serão depositados em suas instituições regionais (CONGRESSO NACIONAL, 1993:21-22).

Além disso, não se deve esquecer das várias iniciativas na revisão constitucional de 1993, sobretudo de parlamentares das regiões Sul e Sudeste, para restringir ou mesmo eliminar os dispositivos constitucionais que favorecem a transferências de recursos federais para as regiões menos desenvolvidas. Vale ressaltar, também, a presença, naquela oportunidade, de algumas emendas defendendo a substituição na agenda pública da discussão sobre "espaços-problema" por "questões-problema", o que certamente seria uma outra forma de desregionalizar a distribuição dos recursos públicos (LAVINAS, Lena & MAGINA, Manoel, 1995: 28-29). Tudo isso parece sinalizar para uma resistência, no interior do parlamento nacional, à idéia de uma atuação cooperativa mais forte da União voltada para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Uma última razão para a ausência de política regional federal está ligada à redefinição do próprio papel do governo federal no modelo de desenvolvimento do país. O novo ambiente econômico, marcado pelo processo de globalização, parece apontar para mudanças mais permanentes na relação entre a União e as unidades subnacionais, especialmente quando envolve a promoção do crescimento econômico dos estados brasileiros.

O governo federal, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1990, passou a ter como preocupação central a inserção competitiva do país na economia internacional, diferentemente de tempos atrás, quando a prioridade era a industrialização com base no mercado interno e a integração das economias regionais. Cardoso, em entrevista ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo, ressaltou as resistências nacionalistas que enfrentou, lembrando que certa vez foi a um debate com professores da Universidade de Brasília, onde defendeu a inserção internacional soberana do país, mas mesmo assim foi criticado já que naquele momento "a idéia não era de inserção no mercado internacional: A idéia era de mercado interno. Era outro mundo"(CARDOSO, 1998:229). Em outro momento da mesma entrevista,

o ex-presidente revela satisfação com a função de "dinamizadores econômicos da região" exercida pelos governadores. Aceita, inclusive, que os Executivos estaduais estabeleçam relações comerciais diretamente com o exterior, como no modelo do federalismo norte-americano, reduzindo o papel da União na promoção do desenvolvimento econômico nacional (CARDOSO, 1998:263).

Talvez não seja exagero dizer que o governo federal assumiu progressivamente, a partir dos anos de 1990, um papel mais voltado para a inserção do país na economia internacional do que para a redução das desigualdades regionais. Em outras palavras, "a grande pressão é para integrar o país à comunidade internacional com mais urgência do que o país se integra a si mesmo" (CAMARGO, 1999:46). O impulso para estabelecer vínculos externos tornou-se prioritário, postergando qualquer discussão sobre as mudanças e o fortalecimento das políticas federais para redução das desigualdades regionais.

Considerações finais

A redução dos desequilíbrios econômicos entre as unidades subnacionais continuou sendo limitada pelas dificuldades de financiamento do setor público, no contexto posterior à promulgação da Constituição de 1988. Além disso, a descontinuidade administrativa na área de política regional federal prejudicou a elaboração e a implementação de políticas públicas, sendo também, muitas vezes, um obstáculo na tentativa de convencer a sociedade brasileira da relevância do tema. Constatou-se também, no âmbito do Congresso Nacional, uma maior resistência às ações do governo federal direcionadas ao crescimento econômico das regiões menos desenvolvidas. Boa parte das bancadas dos estados das regiões Sul e Sudeste tem se colocado em oposição a um federalismo cooperativo, desconsiderando as experiências recentes na Alemanha e na União Européia. Finalmente, a redefinição do papel da União no modelo de desenvolvimento do país tem afetado as políticas regionais federais, na medida em que o governo federal canaliza a maior parte de seus esforços para a integração do país à economia internacional, deixando em segundo plano a preocupação com a desconcentração espacial das atividades econômicas no país.

A ausência de políticas regionais federais repercutiu desfavoravelmente na cooperação entre os governos estaduais nordestinos. Não há cooperação regional sem o envolvimento do governo federal, mesmo porque não existe uma cultura política para estabelecer arranjos cooperativos interestaduais horizontais. Nos anos de 1990, portanto, o crescimento econômico nacional tornou-se mais dependente das forças de mercado do que no

poder público federal, tornando as economias estaduais do Nordeste mais ávidas por investimentos privados e por isto mesmo ampliando a competição entre os governos estaduais da região.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Tânia Bacelar de, "Planejamento regional e relações intergovernamentais". *In*: AFFONSO, Rui Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros (orgs.), *A federação em perspectiva: ensaios selecionados.* São Paulo, Fundap, 1995.

_____. "Herança de diferenciação e futuro de fragmentação". *Estudos Avançados,* vol. 11, n º 29, São Paulo, USP, jan/abril, 1997.

BAER, Werner, *A Economia Brasileira,* tradução de Edite Sciulli, São Paulo, Nobel, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

CAMARGO, Aspásia. "Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático". *In*:PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) , *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Presidente Segundo o Sociólogo: Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CONGRESSO NACIONAL, Beni Veras (relator). *Relatório Final da Comissão de Desequilíbrio Inter-Regional Brasileiro.* Volume III, Brasília, Congresso Nacional, 1993.

GIAMBIAGI, Fabio & ALÉM, Ana Claúdia. *Finanças públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

GOMES, Gustavo Maia e VERGOLINO, José Raimundo. "A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994". *TD* n º 372, Brasília/Rio de Janeiro, IPEA, 1995.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. In: *Estudos Avançados,* São Paulo, Universidade de São Paulo, vol.11, n º 29, janeiro/ abril 1997.

HADDAD, Paulo Roberto. "Os impactos do novo ciclo sobre os desequilíbrios regionais". VELLOSO, João Paulo dos Reis (coord.), *O real, o crescimento e as reformas.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1996, pp. 129-130.

JORNAL DO COMMERCIO. "Conselho da Sudene se reúne hoje". Recife, 6/12/1999.

JORNAL DO COMMERCIO. "Sudene libera R$ 54,3 milhões do Finor na 1a. reunião do ano". Recife, 01/04/2000

JORNAL DO COMMERCIO. "Bittencourt destaca a Transnordestina". Recife, 27/05/2000.

LAFER, Celso. *JK e o Plano de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

LAVINAS, Lena & MAGINA, Manoel A. "Federalismo e desenvolvimento regional: Debates da revisão constitucional". *TD* n º 390, Brasília/Rio de Janeiro, IPEA, 1995.

NASSER, Bianca, "Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento".*Revista do BNDES*, v. 7, nº 14, 2000.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS REGIONAIS. *Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional.* Brasília, Editora Universa/Universidade Católica de Brasília, 1997.

SUDENE, coordenação Jorge Fernando de Santana. *Modernização Regional em Curso: 30 Anos de SUDENE.* Recife, 1990.

SUDENE. Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo da SUDENE. Recife, SUDENE, janeiro de 1987 a dezembro de 1998, 1572p.

TEIXEIRA, Antonio Alberto. "Evoluções dos Processos de Planejamento e Orçamento no Brasil". *Texto para Discussão - Fundação IPLANCE.* Fortaleza, IPLANCE, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estrangeiros em Casa: (re) sentimentos, impressões e identificações produzidas pelos emigrantes brasileiros clandestinos nos Estados Unidos, quando de volta para Santa Catarina (1995-2005)

Emerson César de Campos*

Resumo: Esta comunicação pretende apresentar algumas das práticas e sentimentos desenvolvidos pelos emigrantes clandestinos nos Estados Unidos quando de sua volta para Santa Catarina, no período compreendido entre 1995 e 2005. Assim, se busca identificar as formas pelas quais os ex-emigrados (retornados), ditos *estrangeiros*, novamente em casa, vivem e (re)sentem a cidade de Criciúma. A partir de contato com uma série de fontes, produzimos uma interpretação do citado retorno, bem como uma análise sobre as ações promovidas que produzem novos sentidos e expressões culturais híbridas na cidade. Desta forma tentamos relacionar as impressões dos retornados com as transformações ocorridas em Criciúma, ouvindo e visibilizando vozes inseridas na polifonia da cidade.

Palavras-chave: Cidades – Identificações – Retornados.

Abstract: This communication intends to present some of the practices and feelings developed by the clandestine emigrants in the United States when of its return for Santa Catarina, in the period restrained between 1995 and 2005. Thus, if it searches to identify the forms for which the former-emigrated ones (returned), said foreign, again in home, living and feeling again the city of Criciúma. From the contact with many others sources, we produced an interpretation of the cited return, as well as an analysis about the promoted actions that produce new senses and hybrid cultural expressions in the city. This way we tried to report the impressions of the returned ones with the occurred transformations in Criciúma, hearing and turning visible inserted voices in the city polyphony.

Keywords: Cities – Identifications - Returned Foreign.

Nos últimos sete anos venho desenvolvendo pesquisas que sob formas distintas se relacionam aos estudos sobre as cidades no contemporâneo. A tese de doutoramento que defendi em 2003, se constituiu de uma investigação criteriosa das transformações ocorridas na cidade de Criciúma, localizada no Sul de Santa Catarina. Naquela oportunidade, busquei inventariar uma série de fenômenos que se apresentavam na cidade e que vêm fornecendo a ela uma face muita distinta daquela que por décadas a identificou. Assim, lugares comuns, antes cristalizados na fixação de uma identidade mais coesa da cidade, tais como as ações que

* Doutor em História, Professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

a qualificavam como *Capital Brasileira do Carvão*, foram se fragilizando ao longo das duas últimas décadas, especialmente em virtude de outras práticas que se avolumam na cidade no contemporâneo.Tais transformações podem ser identificadas de modo mais preciso a partir do final da década de 1980. Em apresentação rápida a *capital brasileira do carvão* teve sua história mbricada no que nela se convencionou chamar de *pedra fundamental do progresso*[1], o carvão, que parecia inviável sua construção fora desta base. Entretanto, em 1987, após uma redução considerável dos subsídios que por mais de 40 anos foram fornecidos pelo governo federal à indústria extrativa do carvão mineral, o setor carbonífero se retraiu abruptamente, provocando desemprego[2] e gerando uma crise social de grandes proporções. Após um período de intensas reivindicações e lutas, promovidas por movimentos sociais, sindicatos, organizações de bairros, imprensa e pelo próprio empresariado local, a cidade deixou de ser divulgada como a *capital brasileira do carvão*.

Esta alteração significativa no olhar sobre a cidade aparece em manifestações inúmeras. É possível afirmar que especialmente nestes últimos quinze anos, a cidade de Criciúma se encontra muito mais fraturada e exprime uma gama de significados amplos, que dificilmente uma sentença redutora poderia melhor qualificá-la. Para entender estes "platôs", na expressão cunhada por Deleuze, é necessário fugir de lugares comuns e bem marcados. Nesta comunicação busco discutir práticas sociais muito vivas em Criciúma, especialmente aquelas relacionadas ao que chamo provisoriamente de *dolarização da cidade,* fenômeno que venho estudando no último ano, ligado ao fluxo emigracional de criciumenses para os Estados Unidos da América, intensificado na década de 1990. Desta investigação resultou o projeto de pesquisa em andamento sob o título de Estrangeiros em Casa: (re)sentimentos, impressões e identificações produzidas pelos emigrantes brasileiros clandestinos nos Estados Unidos, quando de volta para Santa Catarina (1995-2005), do qual passo a apresentar alguns resultados prévios obtidos até o momento (abril de 2007).

Os fluxos contemporâneos e suas implicações em Criciúma

Os fluxos migratórios de brasileiros para os Estados Unidos, apenas muito recentemente vêm despertando atenção nas ciências humanas com um todo, e na Antropologia e História em particular. Aqui não se pretende fazer uma historicização dos processos emigratórios, ou mesmo o sentido "irreversível" do processo, como apontam alguns

[1] Slogan de campanha publicitária de largo alcance, realizada em Criciúma entre 1975-1980.
[2] O número de postos de trabalho que em 1987 era de 13.000 foi reduzido para 4.000 em 1990. Também em 1990 o governo federal reduz ainda mais o incentivo a exploração do carvão nacional, reduzindo de 10% para 6% a cota obrigatória de compra do carvão nacional por parte das empresas que usavam este mineral.

depoimentos coletados em mais de quinze entrevistas que realizamos[3]. Os apontamentos aqui são colocados a partir do que se poderia chamar de uma teoria geral da migração, dos fluxos contemporâneos, destacando-se entre outros, em geral, (HALL, 2003), (HIRSCHMAN, 1999) e (GUIBERNAU, 2005), e em particular, (SALES, 1997), (MARTES, 1999), (ASSIS, 2004) e (CAMPOS, 2003). O entendimento contemporâneo dos fluxos migratórios se constrói sob atenta observação na inversão de sentidos e nas transformações dos espaços, aquilo que Michel de Certeau chama de lugares praticados. No caso específico da realidade brasileira, mas precisamente daquela vivida no Sul de Santa Catarina, na região da cidade de Criciúma, as práticas de lugares antes consagrados se alteram de modo significativo nas duas últimas décadas. Criciúma foi uma cidade que tradicionalmente recebeu migrantes em busca de trabalho nas suas indústrias, em especial aquelas do setor carbonífero. Desde 1990, a partir do Governo Collor, iniciou-se um processo de redimensionamento da exploração do carvão na cidade, provocando a falência ou fechamento de várias mineradoras. Atualmente (2007) não existe mineradora explorando carvão no território de Criciúma. É plausível de se imaginar a crise pela qual passou a cidade, conforme nos mostra entre outros, (SANTOS, 1997), e como a partir daí alguns vetores constituintes da cidade se inverteram. Ou seja, uma cidade (e no limite um país, dados os exemplos de outros municípios com como Cascavel no Paraná ou Governador Valadares, em Minas Gerais) habituada a receber de modo quase contínuo durante praticamente todo o século XX, começa, a partir da década de 1990, a *exportar* mão de obra, se inserindo no fluxo migracional contemporâneo. Segundo os dados muito recentes, "a diáspora brasileira conta hoje com cerca de 3 a 4 milhões de brasileiros vivendo no exterior, em especial nos Estados unidos, onde vivem entre 1,8 a 2 milhões" (CPMI-EMIGRAÇÃO, 2006). Estima-se que algo em torno de 55 mil pessoas da Região Sul de Santa Catarina esteja no exterior, e que ao menos 20 mil criciumenses tenham emigrado para os Estados Unidos (ZAMBERLAM, 2007:39-51), o que nos indica a importância social do fenômeno tendo em vista uma população de aproximadamente 180 mil pessoas em 2005 (IBGE, 2005). Em relação ao fluxo de criciumense para os Estados Unidos, tal movimento se inicia quase sempre com uma tarefa árdua: a obtenção do visto de entrada e/ou a travessia da Fronteira.

[3] Estas entrevistas foram realizadas nos últimos seis meses e contaram com o apoio dos bolsistas de Iniciação Científica Larissa Cerezer e Pedro Eurico Rodrigues, aos quais sou grato.

(Re)Sentimentos e impressões no atravessar da Fronteira

Conforme comentado e por razões operacionais, não há possibilidade de neste texto apresentar um número consistente de depoimentos (ou recortes deles), mas de alguma forma tento colocar algumas falas (completadas com a apresentação deste texto no Simpósio) no sentido de aproximar a realidade de quem se lança a aventura de emigrar da narrativa histórica a esse respeito. Os depoimentos coletados são, em sua maior parte, bastante comoventes e suscitam uma série de questões à pesquisa. Fronteira é área de litígio. Espaço praticado do desequilíbrio. O desafio é este: perceber o quanto e quem vive neste lugar instável, instância primeira e última do entre-lugar. Segundo Silvana Aparecida (CECHINEL, 2002), em depoimento que me concedeu, "tudo ia bem até a falência do setor carbonífero, ainda em 1989". Passada uma década de dificuldades de ordens, mas principalmente financeira, em 1999 ela e seu marido decidem emigrar. Desde o final da década de 1990 tem sido muito difícil a obtenção de visto de entrada para criciumenses nos Estados Unidos. Tentaram pelo México. Primeiro foi o marido, depois de oito dias e tendo gasto cinco mil dólares, consegue chegar de forma não documentada (clandestina) no destino pretendido. Silvana, junto a outras três mulheres, sendo uma adolescente de 16 anos, viaja logo em seguida. Segue até a fronteira do México com os Estados Unidos, onde depois de dois dias tentando atravessar, é por fim presa junta as outras pessoas que a acompanhavam, ficando detida no México por vinte e três dias, sendo em seguida deportada para o Brasil (para maiores detalhes ver (CAMPOS, 2003: 70-78)).

A experiência relatada mais recentemente por José Rocha Neto, 47 anos, difere de Silvana Aparecida em muitos elementos, mas não é menos comovente. Rocha, como é chamado pelos amigos, ficou desempregado em 1993, quando decidiu emigrar para os Estados Unidos junto com um amigo, para o qual financiou os recursos. Sem instrução formal mais elaborada, e sem falar absolutamente nada em inglês, Rocha parte para a travessia da Fronteira:

> "*Fui pelo México, peguei coiotes mexicanos e tudo. Os coiotes começam a levar a genter para um lado pro outro nos perdemos no meio do mato. Eu fiquei nove dias, porque me perdi do grupo. Nun se entende o que passa lá. Todo mundo preparado e ansioso. Quando chega lá, não sei se é invenção deles, toca sirene, toca tudo, polícia no meio do mato, no rio, não sei se eles que fazem aquilo ali com água com o barco tocando sirene, dizendo:– Policia! Policia! Policia! Policia!Volta todo mundo.. Ai fica mais um, dois dias aguardando. Gente de tudo quanto é lugar, hondurenho, salvadorenho, mexicano também, brasileiro, boliviano (...) Depois de nove dias tentando e perdido do grupo, acabei me entregando para a polícia americana"* (ROCHA NETO, 2006).

Os desdobramentos a partir da prisão de Rocha foram também distintos daqueles que Silvana enfrentou. Ele conseguiu após três dias de prisão, ser libertado nos Estados Unidos, na Estação de Trem de San Diego[4]. Os momentos vividos e enfrentados por Silvana e Rocha constituem movimentos (des)integradores das enunciações as quais se lançam as pessoas postoas nos fluxos contemporâneos. Aquilo que Homi K. Bhabha chama de disjunção repentina do presente, que "torna possível a expressão do alcance global da cultura" (BHABHA, 1998:298). A cultura colocada como estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória. É transnacional porque os discurso pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural, de fluxos migracionais, e tradutória porque estas histórias espaciais de deslocamentos – a exemplo do que nos colocam Silvana e Rocha - agora acompanhadas elas ambições territoriais das tecnologias *globais* de mídia – tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por cultura, um assunto bastante complexo. Mulheres e homens desterritorializados, nômades, inseridos no discurso dos fluxos contemporâneos. Esta Cesura nos territórios, parece ser a forma narrativa de se falar e viver o contemporâneo, e nos instiga a pensar *o que estamos fazendo de nós mesmos*?. Essa indagação aflora com muito vigor, particularmente entre os familiares dos emigrados, com os quais tenho conversado, quase sempre na tentativa de tentarem entender as razões que os mantém distantes de seus familiares. As narrativas de Silvana e Rocha sob formas e fins distintos, como vimos, fornecem significado às passagens intersticiais e às diferenças culturais inscritas no entre lugar, e na própria dissolução temporal que constrói o texto global, àqueles que se lançam à aventura de atravessar a Fronteira.

O retorno, as adaptações e as transformações na cidade

Neste texto fica muito difícil realizar incursões sobre com viveram e vivem os emigrantes nos Estados Unidos, pois a preocupação aqui é discutir o retorno, a vida que re-iniciam em Criciúma os chamados *estrangeiros*. As fontes investigadas até agora (depoimentos, leitura das colunas nos jornais locais escritas desde a região de Boston) indicam motivações variadas para o retorno à cidade de Criciúma. Mas em todos os casos levantados até agora, as indicações acentuam um desconforto na volta. Sentimentos se misturam meio a uma cidade em franca transformação: em sua arquitetura, no setor de serviços, na circulação do Dólar convertido em Real nos vários bancos e casas de câmbio, nos nomes de empreendimentos comerciais e imobiliários. Mais do que a materialidade

[4] Os desdobramentos serão detalhados na apresentação deste texto durante a realização do Simpósio.

transfigurada na cidade, o incômodo inicial dos retornados quase sempre passa não mais diretamente pela oferta de serviços (para a maioria a cidade melhorou muito neste sentido), mas sim pela forma que agora sentem a cidade. Reclamam das relações alteradas com familiares, da dependência financeira de parentes para com eles, das condições de atendimento à saúde e ao lazer. A maior parte dos depoimentos coletados aponta o consumo da sociedade americana como algo que auxilia a identificação com um lugar, que estimula a maturidade de um cidadania; idéia também explorada e analisada por Nestor Garcia Canclini em (CANCLINI, 1995; 2003). Alguns depoimentos são emblemáticos neste sentido. Fernanda Detal[5], que permaneceu nos Estados Unidos por dez anos, junto ao marido e mais dois filhos, estando de volta à cidade há nove meses, diz sentir muita diferença na cidade que deixou e naquela que encontrou em seu retorno. Embora ainda siga afirmando que se sente ainda uma *estrangeira em casa*, e dizendo que foi muito importante para ela ter um rede de apoio, tanto lá quanto cá (para isto ver: (ASSIS, 2004)), Fernanda que é integrante de uma igreja protestante, sentencia: "o consumo é uma benção" (DETAL, 2007).

Através do que foi investigado até momento, é possível inferir que ao menos metade dos retornados acabam voltando para os Estados Unidos, ou na impossibilidade disto, emigrando para algum país da Europa (Inglaterra, Portugal, Espanha, Itália e Alemanha são os mais procurados). Disto resulta um problema que começa a ganhar volume: o que fazer com a cidade caso todos voltem para ela, visto que hoje, seguramente mais de vinte por cento de sua capacidade financeira gira em torno do dinheiro aplicado em Criciúma pelos chamados *estrangeiros*?. O Crescimento do setor da construção civil e o imobiliário representam muito dos investimentos dos retornados na cidade. José Eduardo Mondardo, conhecido empresário do setor imobiliário de Criciúma foi por mim entrevistado ainda em 2002, e naquela oportunidade dizia que:

> *"Em dados se pode dizer que mais de 30% do pipocar imobiliário da cidade hoje é fruto de poupança externa enviada por emigrantes que estão nos USA. Isto é certo.(...). É um movimento que está apenas começando. É irreversível, continuo e permanente. Certamente este é o movimento que vai ser o grande fator de sustentação do setor imobiliário (...).Hoje eu diria que Criciúma é a cidade mais internacional do Brasil. Diferente de Valadares, tem criciumenses hoje na Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra. A maior parte deles na faixa dos 18-35 anos"* (MONDARDO, 2002).

Naquela oportunidade (2002), como não estava focado na investigação da emigração (ver ASSIS, 2004)).Contudo, retomei o contato com o empresário no ano de 2006 e obtive uma entrevista no dia 13 de abril de 2007, onde foi possível comparar suas observações anteriores com as atuais. José Mondardo continuou afirmando que o trabalho dos

[5] O nome foi trocado para manter a privacidade solicitada pela depoente.

estrangeiros é importante para a cidade, e disse também que os retornados têm investido suas economias em Criciúma, em pequenos negócios e/ou imóveis. Isto para aqueles que conseguem uma adaptação mais segura, e não são muitos. Na maior parte dos casos os retornados têm seu padrão de vida alterado, quase sempre inferiorizado em relação a vida que tinham nos Estados Unidos. Então para atender ou manter um padrão de vida já alcançado, parte considerável dos retornados acabam voltando para os Estados Unidos, quase sempre em situação não documentada (clandestina) ou ainda, para os que podem, lançando-se a um movimento pendular, entre Criciúma e a região de Boston. José Rocha Neto em seu depoimento diz que:

> *"(Vim e voltei muitas vezes, numa delas) fiquei mais um ano aqui em Criciúma, nessa luta, vivendo pra lá, vivendo pra cá... . Tu já tem o outro lado do mundo, tu já conhece o outro lado, tu já deu uma bocada na maçã (rs). Aquela maçã "marvada", aquela maça lá é ruim (rs), Vou dar outra bocada, mas agora vai ser diferente, vou com outra idéia, com outro pensamento, eu vou assim, vai ser diferente dá primeira vez. Fui no consulado, peguei o visto, já tinha um conhecimento melhor".*

Rocha voltou ao Brasil em outubro de 2006. Diz que desta vez não volta mais, mesmo tendo um filho fazendo universidade nos Estados Unidos e tendo deixado negócios por lá. Segundo ele é tempo de descansar e viver com os amigos, à cidade. Neste texto limitado por um número de palavras fica muito difícil fazer vazar as impressões, os (re)sentimentos e as identificações que os retornados produzem em Criciúma. Espero ao menos com ele conseguir estimular o debate sobre fenômeno social tão instigante de ser estudado.

Referências bibliográficas:

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo**: rearranjos familiares e de gênero nas violências dos novos migrantes brasileiros. Campinas, 2004. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAMPOS, Émerson César de. **Territórios Deslizantes**: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____.**Consumidores e Cidadãos**: conflitos multi-culturais da Globalização. Tradução de Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CPMI. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. Site: www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/Emigracao/relFinalCPMIEmigracao.pdf. Acessado em: 18/04/2007.

GUIBERNAU, Montserrat; REX, John (orgs.) **The Ethnicity reader**: nationalism, multculturalism and migration. Maldon (USA): Polity, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** Identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende (et. al). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HIRSCHMAN**,** Charles; KASINITZ, Philip; WIND, Josh de. **The handbook of international migration**: the american experience. New York: Russell Sage Foundation, 1999. 502 p.

IBGE. Estimativa populacional para 2005. site: www.ibge.gov.br. Acessado em 18/04/2007.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Brasileiros nos Estados Unidos**: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortês, 1999.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC, 1997.

ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni (orgs.). **A emigração da Grande Criciúma na ótica de familiares** – desafios para a igreja de origem e de destino. Porto Alegre, Solidus, 2007. 110p.

Entrevistados:

Fernanda Detal (2007)

José Eduardo Mondardo (2002, 2007)

José Rocha Neto (2006)

Silvana Aparecida Cechinel (2002)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nossa Senhora Conquistadora e a Conquista Espiritual da América[1]

Paulo Rogério Melo de Oliveira*

Os desfechos da trama que envolveu a morte dos padres Roque González e Alonso Rodríguez e Juan Del Castillo, em Candelária, em 1628, não se limitaram aos ataques físicos que destruíram os corpos dos missionários. Símbolos e acessórios que os acompanhavam e os auxiliavam na evangelização foram igualmente atacados e destruídos, com impiedade gentílica, no dizer de um padre. (MONTOYA, 1997: 226) Francisco Vázquez Trujillo e Ruiz de Montoya nos contam que logo após matar os padres, os enviados do pajé Nheçu, movidos por uma raiva infernal, destruíram a imagem de Nossa Senhora Conquistadora, companheira de peregrinações do padre Roque. Vázquez Trujillo, que a época exercia a função de Provincial da Província do Paraguai, informou na carta que enviou a Roma ao padre Geral Mucio Vitelelschi em dezembro de 1629, que "los patricidas do santo Padre Roque" atearam fogo na Igreja onde haviam sido jogados os corpos dos padres, mas que

> *no paro aqui el furor y ódio de aquellos bárbaros contra nuestra santa fe católica, porque manifestando que contra ella era la rabia, a una devotísima imagen de Nuestra Señora hermosísima, hecha del H. Bernardo, que tenía en gran veneración el Padre Diego de Torres y como presea de tanta estima dejó a estas reducciones, y así podemos decir que ella ha sido la Conquistadora de tantas almas, porque con ella se comenzaban a entablar, la rasgaron con sacrílega impiedad.*. (In BLANCO, 1929)

Nas célebres páginas da Conquista Espiritual, destinadas à narrativa *do* martírio dos três religiosos da Companhia de Jesus, padre Montoya também expõe com pesar a destruição da imagem da Virgem:

> *Sentimos, e foi com dor muito grande, o destroço execrável que cometeram numa imagem da Virgem, prenda querida do santo Padre Roque, a qual havia sido companheira em suas peregrinações e que, colocada nalgum povo, depois de este se achar fundado, ele mesmo conduzia a outro. Assim, e com razão, chamava-a "A Conquistadora", atribuindo à sua presença os sucessos prósperos de suas empresas.* (MONTOYA, 1997: 226)

---

[1]* UNIVALI. Doutorando em história pela UFRGS.
Este texto é uma versão reduzida e recortada de um estudo mais amplo sobre a Virgem Conquistadora e os sentidos da conquista para os jesuítas das reduções do Paraguai.

A descoberta e conquista da América, e os choques e entrelaçamentos culturais que se seguiram, não provocaram profundas transformação apenas entre as culturas americanas. As experiências vividas pelos europeus no Novo Mundo alteraram sensivelmente seu modo de vida. Suas crenças, e os símbolos correspondentes, também sofreram alterações, conferindo novas significações às experiências da conquista. Um exemplo notável foi o que ocorreu com um dos símbolos mais evocativos do catolicismo ibérico: a Virgem Maria. Sua imagem foi tão fortemente associada às conquistas na América que levou o padre Roque González a rebatizá-la de Nossa Senhora Conquistadora. A conquista plasmou novos significados à religião trazida pelos conquistadores, atribuiu funções inéditas à Virgem e ampliou o seu horizonte de devoção. Virgem Maria ambientou-se na América, fundiu-se às crenças locais, metamorfoseou-se, ganhou um rosto indígena e, em vários momentos, suplantou as divindades nativas. O triunfo da Virgem Conquistadora, no entanto, causa uma certa estranheza à sensibilidade contemporânea, para a qual a conquista, em geral, é associada à destruição das culturas indígenas. Por quais razões o símbolo máximo da piedade católica foi associada à conquista das populações indígenas ? Que relações haviam entre o sentido corrente de conquista e a presença da Virgem na América ? O que entendia por conquista o padre Roque quando resolveu homenagear Nossa Senhora ? Comecemos pelo anátema que a palavra conquista carrega.

As palavras são signos sociais sensíveis às transformações do mundo. Pela densidade social que as constituem e por serem mediadoras fundamentais das relações humanas, são indicadores privilegiados das mudanças. Por acompanharem e expressarem essas mudanças, que também são mudanças de ordem semântica e da linguagem, não são signos fixos, não carregam significados eternos. As palavras possuem historicidades deslizantes, são socialmente e historicamente situadas.

Algumas palavras, presas a determinadas experiências, carregam uma herança histórica e sociológica tão negativa e definitiva que dificulta o exame dos seus significados no passado. É como se elas mantivessem desde sempre o mesmo sentido, uma certa pureza original, e atravessassem os séculos imunes às transformações do mundo. E este sentido, muitas vezes, é fixado no presente e projetado para outras épocas, desconsiderando os significados diferentes que as palavras poderiam ter assumido no passado.

É isso o que acontece freqüentemente com a palavra conquista, quando utilizada para se referir as primeiras décadas de ocupação européia da América. A palavra é empregada para descrever os processos turbulentos de tomada das terras dos indígenas, a ocupação territorial, os massacres, extermínios, enfim, a ação militar traumática que antecedeu a

colonização das novas terras. Não há dúvidas de que a palavra conquista traduz com precisão isso tudo. Mas também parece não haver dúvidas de que ela possuía um significado mais amplo, envolvendo também a ação militar, mas não se limitando a ela. Paralelo às conquistas militares, e inseparável delas, desdobrou-se uma outra conquista, a das almas. Denominada de conquista espiritual, e empreendida por padres e missionários de diferentes ordens religiosas, teria sido responsável pela destruição das religiões das populações indígenas e lhes imposto o catolicismo, com o apoio das armas. O dilema "entre a cruz e espada" define bem o consórcio das duas conquistas.

Evidentemente não se trata de negar nem minimizar a violência e os efeitos devastadores da conquista sobre as populações americanas. O esforço aqui é no sentido de tentar restituir à palavra os significados que o século XV, XVI e XVII, ou os sujeitos envolvidos na conquista da América, atribuíam a ela. Isto não tem absolutamente nada a ver com justificar a conquista a partir da moral vigente naqueles tempos. Sabemos que certas palavras, tão poderosas num determinado contexto, perdem a força e o significado quando isoladas e extraídas da rede social que a constituía. E perder de vista a significação de uma palavra é perder a própria palavra, pois "o que faz da palavra uma palavra é sua significação." (BAKHTIN, 1999: 49)

A palavra conquista evoca hoje, não sem razão, todas as atrocidades, injustiças e desmandos cometidos pelos espanhóis na América. Essa talvez tenha sido a mais profunda herança lascasiana da conquista, a de um paraíso destruído pela ganância desmedida e brutal dos espanhóis. A posteridade reteve, em linhas gerais, essa imagem daqueles tempos. Mas como todo tema polêmico implica luzes e sombras, a conquista da América polarizou o debate desde o século XVI até os nossos dias. De um lado, a exaltação heróica da conquista, de outro, o anátema aos criminosos. (LAFAYE, 1970: 9)

Nos séculos XV, XVI e XVII a idéia de uma conquista imposta pelas armas, em busca de riquezas, era inseparável de um significado religioso característico daquele momento. Considerar a conquista como uma variante puramente econômica, a insaciável busca pelo ouro, e esquecer a devoção religiosa dos conquistadores, é cair num reducionismo caricatural. Rubén Vargas Ugarte, num estudo sobre o culto à Virgem na Ibero-América, já havia sublinhado, não sem algum desconforto, que:

> *aunque es forzoso reconocer que muchos de los conquistadores españoles no estuvieron exentos de graves defectos, es incontestable que casi todos eran hombres de arraigada fe y además fervientes devotos de la Virgen María.* (UGARTE, 1956 : 164)

A ambígua e explosiva combinação da devoção religiosa com a devoção pelo ouro e a truculência militar, foi a marca registrada dos conquistadores e o fomento indispensável às suas vitórias. É nesta trama de interesses e devoções que se foi moldando uma semântica da conquista. O que o nosso tempo definiu como condenável e moralmente inaceitável, parecia ser desejável e moralmente justificável naqueles tempos. No ambiente ambíguo da conquista foi possível, por exemplo, associar as vitórias militares e religiosas à imagem da Virgem Maria. Uma leitura atenta da documentação, voltada para o apelo religioso que envolveu a conquista da América, mostra a indissolubilidade entre o empreendimento colonial e os símbolos religiosos, especialmente a imagem de Nossa Senhora. A conquista revestiu-se de simbologia religiosa - composta de cruzes, pinturas, relíquias, orações, rosários, evocações, missas, celebrações das datas santas - reveladora da fé e devoção daqueles homens. A cada passo, a cada gesto seguia-se um jogo ritual de advocações e evocações a Deus, a Cristo, a Virgem ou o Santo de devoção, rogando proteção ou agradecendo a graça da vitória.

Na tradição cristã católica, e especialmente na espanhola e jesuítica, a imagem da Virgem foi presença constante ao lado dos missionários e conquistadores nas campanhas como escudo protetor e estandarte da fé dos conquistadores. Foi assim na reconquista com a Virgem de Covadonga, na conquista do México com a Nossa Senhora dos Remédios e a Nossa Senhora de Loreto na conquista jesuítica do noroeste da nova Espanha.

Virgem Maria se fez presente na América desde o princípio. Desembarcou triunfal junto com os primeiros descobridores e conquistadores. Hernán Cortez, que era devoto de Nossa Senhora, era um homem atento aos signos, não descuidava das coisas da fé e não perdia oportunidade de entronizar os símbolos da cristandade em cada palmo de terra conquistada.

Na ilha de Cozumel, rebatizada de *Santa Cruz,* Cortez *informou o melhor que sabia sobre a fé católica* e "convenceu" os nativos Maias a abandonarem seu *ídolos* e deixou no lugar *uma cruz de madeira e uma imagem da Virgem Maria.* Na capital Asteca, seguindo o mesmo impulso iconoclasta, entrou no templo principal, que chamou de *mesquita,* e protagonizou uma cena surpreendente:

> *Ali dentro é que ficam seus ídolos. Os principais destes ídolos e nos quais eles tinham mais fé eu derrubei de seus assentos e os fiz descer escada abaixo. Fiz também com que limpassem aquelas capelas, pois estavam cheias de sangue dos sacrifícios que faziam. Em lugar dos ídolos mandei colocar imagens de Nossa Senhora e de outros santos*. (CORTEZ, 1996: 64)

De Colombo a Cortez, e depois entre os missionários, a imagem da Virgem pontuou os momentos mais decisivos e significativos das conquistas espanholas, tornando-se a legítima padroeira da conquista.

Este apelo às imagens, e em especial à Nossa Senhora, cresceu em proporções na Europa da contra-reforma. Acuados pelo avanço protestante, os católicos apegaram-se fortemente aos seus símbolos. Os jesuítas, que compunham uma espécie de milícia papal, assumiram um papel decisivo de defesa da cidadela cristã.

As imagens da Virgem acompanham os jesuítas desde a fundação da ordem. A conversão de Inácio de Loyola teve uma participação decisiva da imagem da Nossa Senhora Negra. A caminho do castelo de Loyola, Inácio passou pelo monastério beneditino de Montserrat, onde ficou uma noite de vigília diante da estátua de Nossa Senhora. Decidiu então abandonar a espada e a adaga pelo bastão de peregrino e roupas de mendigo. (O´MALLEY, 2004: 47)

Depois de consolidada, a Companhia de Jesus lançou seus missionários na vinha de Cristo. Espalhados pelo mundo, os jesuítas levavam o evangelho às terras mais distantes, e usavam os símbolos do catolicismo para auxiliar na conversão dos povos pagãos. Na América, ao adentrar em territórios desconhecidos para conquistar almas para o projeto cristão jesuítico, alguns padres costumavam levar na bagagem, além dos assessórios de viagem, objetos utilizados na evangelização e relíquias sagradas de santos para abençoar a atividade missionária. Outros carregavam imagens da Virgem de sua devoção e colocavam os povoados recém fundados sob sua proteção, batizando muitas vezes o novo povoado com o nome da santa.

Um caso conhecido de devoção Mariana foi o do padre Antonio Sepp. Devoto fiel de Nossa Senhora de Alt-Oettingen, não se cansa de relatar os benefícios que recebeu. A santa foi "companheira inseparável" desde sua partida da Europa até a Província do Paraguai, ou, nas próprias palavras de Sepp, "da fecundíssima Baviera (...) até estes confins do Paraguai. A Virgem misericordiosa, declarava o jesuíta, me conduziu incólume ao Paraguai, por tantos perigos em mares e rios e terras."

Mas o caso mais conhecido é o de Roque Gonzalez, que levava consigo nas suas andanças missionárias uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. Ruiz de Montoya, ao comentar a morte do padre Roque a mando de Nheçu, diz que uma:

> *imagem da Virgem havia sido companheira em suas peregrinações e que, colocada nalgum povo, depois de esse se achar fundado, ele mesmo conduzia a outro. Assim, e com razão, chamava-a "a Conquistadora", atribuindo à sua presença os sucessos prósperos de suas empresas.* (SEEP, 1980: 85)

Nossa Senhora da Conceição, a exemplo do que ocorreu com Nossa Senhora de Loreto no México, também foi chamada de Conquistadora. Essa metamorfose da Nossa Senhora nas florestas paraguaias ocorreu em 1614, quando o padre provincial Diego Torres em visita a redução de Santo Inácio Guaçu presenteou o padre Roque com um quadro da Virgem, representando a Imaculada Conceição. A imagem foi recebida com grande regozijo e carregada à redução por quatro caciques. Dois *morubixabas* que acompanhavam à distância a entrada da Virgem na redução é que pareciam não estar muito tocados pela situação. Convidados a se catequizarem, recusaram e desapareceram na selva. No dia seguinte, os dois chefes retornaram a Santo Inácio, acompanhados de outro cacique, e se dispuseram a aceitar a catequização e tornar-se cristãos. Entusiasmado pela presença prodigiosa da Virgem, e por ter conquistado o duro coração dos caciques, padre Roque passou a chamá-la de Conquistadora. Daí para frente, até a sua morte em 1628, padre Roque passou a levar sempre consigo a imagem a todas as novas reduções, atribuindo a ela o sucesso das campanhas missionárias. (KRETUZ, 2001: 28)

Do México ao Paraguai colonial observamos uma ressignificação da Virgem no contexto de conquista e colonização do Novo Mundo, a partir dos interesses e necessidades dos diferentes agentes coloniais. Com o título de Conquistadora, deposita-se sob o seu manto o sentido da conquista.

Se Nossa Senhora, que na tradição cristã ocidental representa a figura materna bondosa e humilde, foi identificada com as conquistas militares e religiosas, é porque a concepção de conquista tinha naquele momento um sentido distinto daquele retido e consagrado pela posteridade. Do ponto de vista das conquistas militares, a Virgem era evocada como protetora nas batalhas, e as vitórias, sob suas graças, representavam a expansão da fé. Nas conquistas religiosas, além de proteger dos perigos que cercavam a evangelização, a imagem da Nossa Senhora derramava bênçãos, operando milagres e promovendo curas, e era utilizada como instrumento pedagógico de catequização. Nos dois casos, a Virgem foi o baluarte da conquista, o suporte simbólico de um projeto de dominação e outro de salvação, e de todas as ambigüidades e máscaras que eles carregam.

Conquistar, no léxico jesuítico, equivale a salvar. E salvar, na visão missionária, é trazer para Deus, reintegrar a cristandade o que estava perdido, esquecido. Os indígenas, como o continente que os abrigava, foram apartados da cristandade. A conquista cumpriria então a dupla função de reintegrar os povos e o continente perdidos aos domínios cristãos. Segundo o padre Diego de Torres, na carta anua de 1609, “estos yndios como todos sus antepasados poco antes andavan como fieras em essos montes com las armas em las manos

matando y destroçando sin conocimiento de Dios." (In LEONHARDT, 1927: 164) O mesmo padre Diego de Torres, referindo-se à Missão entre os Guaicurus, chama a atenção para a necessidade de "conquistar esta gente tan ynculta, que por tantos anos vive na gentilidade." Desde que Deus os criou, continua Torres, não há quem os ensine as coisas da "Sancta Religion, si no que tudo há sido andar com las armas em las manos siendo mas que tigueres, y leones." (In LEONHARDT, 1927: 155).

Vivendo nas *selvas incultas,* nômades e ignorantes das coisas da fé e da civilização, e entregues a toda sorte de vícios, os *pobres índios* eram presas fáceis do demônio. A conquista convertia-se num resgate desta situação de barbárie, resgate do ermo bestial da selva e dos caprichos do demônio. Narrando a entrada dos jesuítas no Guairá, Montoya conta que em *seus discursos* dirigidos *aos gentios,* os padres "deram a razão de sua vinda, que era a de faze-los filhos de Deus e liberta-los da escravidão do demônio.*"* (MONTOYA, 1997: 39) Conquista espiritual então é a expansão da cristandade sob os domínios da gentilidade, é uma batalha, sob a bandeira da Virgem, contra as hostes do demônio.

Referências bibliográficas:

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1999.

BLANCO, José Maria. **História documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodríguez y Juan Del Castillo de la Compañia de Jesús Mártires del Caaró e Yjuhí.** Buenos Aires: Sebastián de Amorrortu, 1929.

CORTEZ, Hernan. **A conquista do México**. Porto Alegre: L&PM, 1996.

LAFAYE, Jacques. **Los conquistadores.** México: Siglo XXI editores , S,A. 1970.

LEONHARDT, P. Carlos. **Documentos para a historia Argentina**. Tomo XIX. Iglesia. Cartas Ânuas de la Província dela Paraguay, Chile e Tucumán, de la Compañia de Jesus (1609-1614). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927.

KREUTZ, Estanislau. **Santos Mártires das Missões**. Santo Ângelo: 2001.

MONTOYA, Ruiz de. **A conquista espiritual.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

O´MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas.** SãoLeopoldo: Editora da UNISSINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

SEPP, Antonio. **Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

UGARTE, Rubén Vargas. **Historia del culto de Maria en Iberoamérica y de sus imágenes y santuarios más celebrados.** Madrid: 1956.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Casamento e Abjuração: tensões entre católicos e luteranos no Alto Vale do Itajaí - Santa Catarina (1940-1950)[1]

Vivian Staroski*

Resumo: Em 1953, na paróquia de Salto Grande (atual Ituporanga), a protestante Teonilda Truppel, então com 16 anos, foi levada a assinar um *termo de abjuração* para ser aceita na igreja católica e poder casar com um *membro* da referida igreja. A abjuração de Teonilda não foi um caso isolado, excepcional. Casos como esse, eram comuns na Paróquia de Salto Grande, onde católicos e protestantes, alemães e brasileiros, passaram a conviver por força da colonização européia da região. O casamento entre *membros* das duas igrejas era proibido, e a união só era aceita e reconhecida se um dos noivos abandonasse a sua igreja e ingressasse na do outro. Este artigo busca analisar as tensões religiosas entre católicos e luteranos no Alto Vale do Itajaí (região de colonização européia em Santa Catarina) entre as décadas de 1940 e 1950.

Palavras-chave: Tensões – católicos – luteranos.

Abstract: In 1953, in the city parish of Salto Grande (current Ituporanga city), the protestant Teonilda Truppel, then with 16 years old, was taken to sign a term of abjuration to be accepted in the Catholic Church and has the right to marry as a member of the related church. The abjuration of Teonilda was not an isolated case. Cases like this, were common in the Parish of Salto Grande, where Catholics and protestants, Germans and Brazilians, had started to coexist by force of the European Colonization of the region. The marriage between members of the two churches was forbidden, and the union alone was accepted and recognized if one of the fiancés abandoned its church and entered the one of the other. This research search to analyze the religious tensions between Catholics and Lutherans in the High Valley of the Itajaí (region of European colonization in Santa Catarina) between 1940 and 1950.

Keywords: Tensions – Catholics – Lutherans.

Este artigo analisa as tensões étnicas e religiosas entre católicos e luteranos[2] no Alto Vale do Itajaí[3] nas décadas de 1940 e 1950. Neste período as duas instituições se consolidavam na região, com construção de capelas e locais para os cultos e, ao mesmo

---

[1]* Mestranda em História - UFSC

Este texto é uma versão reduzida do meu projeto de mestrado apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina.

[2] Luteranos da IECLB – Igreja de Confissão Luterana no Brasil.

[3] Para este artigo escolhi dois municípios do Alto Vale do Itajaí, Ituporanga e Petrolândia, em função da proximidade física entre as cidades e da facilidade de acesso aos documentos referentes às duas cidades, guardados na paróquia de Ituporanga. No entanto, histórias semelhantes que ocorreram nestes dois municípios, aconteciam em outros municípios de colonização alemã na região.

tempo, procuravam demarcar seus espaços, ressaltar suas diferenças e fortalecer suas identidades e tradições.

Os fiéis das duas igrejas se percebiam como diferentes, mas não apenas no que se refere às suas crenças. Os católicos eram chamados de "morenos"[4], e os luteranos de alemães. Essas expressões identitárias por eles mesmos inventadas, criadas**,** eram vividas no dia-a-dia, e expressavam os conflitos e tensões da colonização na região.

Nas cidades onde a pesquisa se concentra, a igreja luterana era formada por pessoas vindas da Alemanha ou de origem alemã, já os católicos vinham de Lages e Bom Retiro. Misturam-se aqui questões étnicas com questões religiosas, típicas de uma região de colonização européia, em que os imigrantes europeus passam a conviver com os habitantes das áreas colonizadas. Nesta convivência os valores e as diferentes experiências culturais são realçadas e se chocam, produzindo tensões, estereótipos e práticas de intolerância[5].

Problematiza-se aqui a invenção e construção de tradições, principalmente através da proibição dos casamentos. Os casamentos, nestas circunstâncias e dadas as diferenças, pode ser visto como um encontro cultural. E é justamente nestes momentos de aproximação do diferente, de relaxamento momentâneo das barreiras étnicas e religiosas, que a comunidade se sente ameaçada e reage se fechando na sua identidade, evocando uma pureza de origem ou uma superioridade religiosa. As brigas dentro das famílias, a imposição e recusa de namoros e de amores "impossibilitados" de acontecer devido à essas diferenças, são os fios condutores desse artigo. O casamento, portanto, é a chave de entrada para um retorno aquele contexto.

Etnia e religião ficavam latentes no dia-a-dia das pessoas. Jovens luteranos (as) proibidos (as) pelos pais de se relacionar amorosamente com católicos. Uma senhora pertencente à igreja luterana relatou: "*A gente não podia casar com gente de igreja diferente da nossa, acabava casando com primo. Eu casei com um primo. A igreja Católica e a Luterana não queria casamento nem padrinho de outra igreja pra batismo ou casamento".*[6] Essa senhora disse que chegou a gostar de um católico, mas que ela mesma se policiou, matou esse sentimento dentro dela e acabou casando com um primo que, como ela, era luterano. O casamento entre membros da mesma família – primos e primas – era uma situação que, por

[4] "Morenos" em Petrolândia, Ituporanga e região eram os católicos.

[5] Como nos sugere Paul Ricoeur, no livro produzido a partir do Foro Internacional sobre Intolerância: A Intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, de impor suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda. RICOUER, Paul. *Definições.* In: A Intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.20.

[6] Entrevista concedida à Vivian Staroski por Hilma Eger, no município de Petrolândia em 27/04/2005.

um lado, pode ser vista como uma acomodação das tensões e, por outro, um fechamento do grupo étnico.

A impressão que se tem é que tudo servia para separar católicos e luteranos. Era como se existisse uma fronteira cultural atravessando a cidade e a separar essas pessoas. Numa região de colonização européia, as diferenças entre católicos e luteranos, são fortemente marcadas em torno da origem étnica. Percebe-se na fala dos sujeitos todo um esforço de diferenciação, de afirmação das singularidades e de apego a certos atributos identitários envolvendo a origem. As questões e diferenças religiosas, que por si só já tornavam as relações difíceis, misturavam-se as questões étnicas. Segundo Philippe Poutignat *a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta.* (POUTIGNAT, 1998: 141).

Para entender os encontros e desencontros entre católicos e luteranos, que encontram-se em um sistema de produção simbólica, usamos Pierre Bourdieu. O poder simbólico, segundo Bourdieu seria uma força estruturante, "*O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo (...) só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.* (Bourdieu 1986: 14). São os bens simbólicos que garantem o poder de legitimidade no campo religioso. O poder simbólico surge como o poder que consegue criar significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Essas relações nos possibilitam compreender como os sujeitos encontram-se e desencontram-se no interior de uma comunidade religiosa, e como vão construir estratégias de sobrevivência e resistência às normas estabelecidas pelas igrejas. Aqui, verificamos realidades que se distribuem entre essas duas comunidades presentes desde a colonização da região, e observamos nesse meio os princípios fundamentais à manutenção da comunidade religiosa, tão necessária à está população.

Durante a pesquisa encontramos documentos que traduzem o ponto de vista das instituições. Na Paróquia Católica de Santo Estevão encontramos vários documentos intitulados *"Profissão de fé"*. Este documento trazia uma imposição à mudança de religião para poder casar e fazer parte da Igreja Católica. Este documento constituía-se numa espécie de confissão de arrependimento e negação da religião antes professada, que era apresentada ao protestante, pela Igreja Católica**,** como condição para ser aceito no seio da Igreja e alcançar

a salvação. Isto foi o que aconteceu com a protestante Lili Bilk, que assinou a "*abjuração de heresia"* para ser aceita na Igreja Católica e poder casar. Lili tinha 18 anos quando assinou a *Profissão de Fé,* e declarou-se arrependida do seu passado protestante nos termos firmados no documento: "*Agora, porém, pela graça de Deus, de todo o coração contrito e arrependido de haver pertencido a mencionada seita herética, detesto-a e sinceramente a abjuro, bem como com o mesmo sentimento detesto e amaldiçôo todos os outros erros e seitas contrárias e opostas a Santa Igreja Católica Apostólica Romana"*[7].

Exigia-se que este documento fosse assinado por aquele(a) que iria se dirigir à Igreja Católica, em atitude de arrependimento, e ainda pelos pais, o sacerdote e duas testemunhas. Era, na visão da igreja católica, um gesto oficial e "espontâneo" de arrependimento de ter pertencido "a uma seita herética".[8]

São inúmeros os casos como este. Encontramos vários documentos de abjuração entre as décadas de 1940 e 1950 na região de Ituporanga e adjacências. Em todos eles segue-se o mesmo padrão de arrependimento e pedido de adesão à igreja católica. Difícil dizer se havia realmente uma situação de arrependimento ou se tratava de uma imposição da instituição visando conservar seus fiéis e que, para os noivos, não fazia muita diferença. De qualquer maneira, para os noivos poderem sacramentar o casamento, um deles deveria negar sua fé, arrepender-se e assinar um documento simbolicamente violento, que definia sua fé como um *erro* e sua Igreja como *seita herética.*

> *(...) de joelhos deante de vós Padre, e tocando com minhas mãos os Santos Evangelhos, professo firmemente aceitar e crer que ninguém poderá alcançar a salvação eterna, sem que com toda a sinceridade creia e aceite tudo o que crê e ensina a Santa Igreja Católica Apostólica Romana, contra a qual Igreja de Jesus Cristo pêza-me do intimo da alma haver gravemente errado, por que aderi aos erros da seita protestante e os professei*[9] *(...).*

Na Igreja Católica existiam ainda outros documentos a serem assinados pelos noivos, católicos e protestantes, fazendo um juramento de fidelidade à Igreja. Esse juramento

---

[7] Ato de abjuração ou "Profissão de Fé" da Paróquia de Santo Estevão - Salto Grande, 28/01/1953.

[8] Essa palavra está presente no documento de abjuração. A heresia nasceu das condições históricas e das lutas religiosas da sociedade medieval. Ela não foi única e exclusivamente produto de discordância intelectual sobre a fé. De modo geral, a heresia foi o desejo, a escolha das pessoas comuns de atingir por seus próprios meios, um estado de perfeição religiosa, e de se inserir numa vida religiosa e espiritual diferente. A heresia não foi uma questão de descrença anticristã ou de secularização. Foi um impulso cristão fundamentalista, para voltar à verdade do evangelho. Heresia, de acordo com Richards, *é um conjunto de idéias, opiniões, ou* práticas com as quais desvia-se daquele corpo aceito de convicções, costumes e práticas em um empreendimento organizado. No período medieval, os hereges eram pessoas residentes em regiões católicas que, dentre outras coisas, não aceitavam a autoridade do papa.

[9] Ato de abjuração ou "Profissão de Fé" da Paróquia de Santo Estevão - Salto Grande, 28/01/1953.

era firmado num documento conhecido como Termo de Juramento da Parte Católica e Termo de Juramento da Parte Acatólica. No Juramento da parte católica, assinado pelo noivo(a) católico(a), afirmava-se que:

> *(...) Juro por Deus que invoco por testemunha do que vou dizer e pelos Santos Evangelhos em que ponho minha mão direita:*
> *1º - Que sempre me conservarei firme na profissão da fé da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana e nunca me deixarei induzir a abandoná-la para seguir outra qualquer crença*[10].

O padre fazia os noivos assinarem esse Juramento, que parece uma forma de regular e fazer com que os membros ficassem compromissados com a Igreja Católica. No campo religioso essa tradição era de suma importância. Ninguém entrava na Igreja Católica sem prestar esses juramentos. Segundo Bourdieu, "*a constituição de um campo religioso resulta da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como detentores do capital religioso"* (Bourdieu, 2001:34).

Tem-se a idéia de que esses rituais próprios da vida religiosa nos sistemas de crença sejam costumes mantidos como elo com um passado histórico mitificado, que deve ser sempre mantido, reforçado. A verdadeira doutrina precisava e deveria ser defendida, principalmente pela demonstração dramática, apoiada pelo juramento de que jamais terei e ouvirei outra igreja. Era uma demonstração de força diante da rival vizinha.

Em pesquisas nos arquivos das duas igrejas, descobrimos que documentos como estes não existiam na Igreja Luterana. Nesta igreja existia um reconhecimento tácito das proibições, ou seja, a proibição estava na fala das pessoas, incorporada nas famílias, nos sermões dos pastores, na prática social da comunidade. É nas entrevistas com os luteranos, quando abrimos o baú da memória, que nos deparamos com as reminiscências daquele tempo, as interdições, os casamentos frustrados, outros arranjados.

Em todos os casos, quer os mais extremos, as igrejas não agiam de maneira impensada, inocente. Possuíam uma percepção de que o que estão fazendo é legitimo. Justificavam seus atos para impor suas verdade.

A relevância do estudo justifica-se pela ausência de trabalhos sobre este tema na região em questão. Os poucos estudos existentes dedicam-se basicamente ao inventário das famílias colonizadoras e à descrição das atividades comerciais. A riqueza documental ainda inédita e a memória viva dos antigos moradores constitui uma possibilidade de acesso ao passado, que pode trazer um enfoque novo ao processo de ocupação e colonização da região.

[10] Termo de Juramento da Parte católica. Documento assinado por membro da igreja católica.

A problemática das tensões entre católicos e luteranos. Brasileiros e alemães, vistas através dos casamentos, permite também um olhar diferenciado sobre a colonização e religiosidade, focalizando aspectos do cotidiano e das representações sociais das comunidades religiosas.

De certa forma, a sociedade do Alto Vale do Itajaí se constituiu fortemente com a concepção de tradições religiosas, que eram passadas de geração a geração, inventadas e tomadas como indispensáveis à vida da comunidade. Para entender essas questões de manutenção e (re)invenção de tradições, tão presentes na região em questão, usamos Eric Hobsbawm. Consideramos invenção de tradições como um processo de formalização e ritualização referido ao passado. Em relação ao campo religioso as tradições são consideradas elementos importantes. Um exemplo de tradição marcante é o rito. *O rito religioso, não é mais do que a repetição do mito das origens e a religião é uma perpetuação de lembranças, daí o caráter voluntariamente conversador e imobilista das religiões* (Bastilde, 1972:36). Procura-se demonstrar, como propõe Hobsbawm, o processo de formalização e ritualização de suas práticas e explicar como a repetição inculca esses valores e gera novas tradições nas sociedades religiosas. "*Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado"* (Hobsbawm, 1984:271-316).

Através destas invenções, instituía-se e criava-se o cotidiano de católicos e protestantes, fazendo com que as Igrejas se apresentassem como instituições perfeitas, visíveis e necessárias. O cotidiano está contido na história, e torna-se mais proveitoso perceber a História permeada pelos acontecimentos do cotidiano[11], de onde tudo parte, como nos sugere Agnes Heller quando afirma que "*a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social"* (Heller, 2000:20). A relação do homem com a realidade se dá de forma tal que na medida em que lida com o mundo material, relacionando-se com os outros homens, é que também constrói suas bases conceituais e de representação desta mesma realidade e que realimenta sua práxis criadora e recriadora da História (Heller, 2000:20).

O cotidiano se revela assim, plural, híbrido e complexo. Longe da unidade sugerida pela idéia de repetição dos atos cotidianos, estes se relevam plurais por que suas ocorrências, como podemos notar, fundam sentidos e traçam a continuidade indecisa da

[11] Cotidiano entendido aqui, como lugar de sobrevivência, onde se constituem e desenrolam os conflitos e as relações sociais. Cf. Agnes Heller, 1992.

história. O cotidiano é assim a instância onde os homens produzem as coisas, as idéias, valores, símbolos, representações. Onde produzem toda a sua vida, no teor de sua completude: produção do mundo e produção de si mesmos, num ininterrupto e criador fazer/devir histórico em que o particular e o genérico, o individual e o universal, a parte e o todo ganham uma existência eminentemente dialética, plena de conflitos e contradições.

Nesse cotidiano das duas religiões, rico de representações, qualquer opinião contrária ou de desconfiança que se fazia presente, era escondida e rapidamente anulada. As igrejas não aceitavam versões contrárias ao que ela instituía como verdadeiro. Podemos observar essa situação na convivência dentro das igrejas no Alto Vale do Itajaí, relações repletas de conflitos, descontentamentos, intrigas.

Para pensarmos mais especificamente a relação de católicos e luteranos, utilizamos ainda Antônio Flávio Pierucci. Observamos as atmosferas culturais diferentes, nas quais parece generalizar-se em ritmo acelerado a consciência perturbadora de que realmente somos diferentes. Conforme podemos ler nas palavras de Antônio Flávio Pierucci. "*Temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes na origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo; em suma, somos portadores de pertenças culturais diferentes" (*PIERUCCI, 1999:07).

As diferenças significativas na população do Alto Vale estão enraizadas, no momento focado por esta pesquisa, na religiosidade. Uma parcela da população é Católica, a outra Luterana. São ao mesmo tempo diferentes e semelhantes. A maior dificuldade nas relações é que muitas das vezes cometemos erros bastante grosseiros quando tiramos conclusões sobre as pessoas apenas por olharmos para as suas características mais óbvias.

A religião é uma manifestação coletiva, geradora de alteridades e fortes sentimentos de identidade entre os seus membros. Os crentes não apenas se juntam para manifestarem a sua fé, mas também para criarem os meios de perpetuá-la e difundi-la. As organizações religiosas procuram não apenas manter as suas práticas rituais, mas também influenciar o curso dos acontecimentos sociais. Neste sentido desdobram-se num vasto conjunto de organizações que atuam em todas as áreas da sociedade, ultrapassando desta forma a simples dimensão ritualista. O casamento é um bom exemplo disso. Além de o estabelecerem como algo intrínseco ao ser humano, na região do Alto Vale do Itajaí, as instituições exigiam casamentos entre os membros da mesma igreja, exigiam que todos os

ritos se realizassem sob seus cuidados: casamento, batismo, enfim nada fugia ao seu controle, afim de que a sociedade religiosa não sofresse alterações, não oferecendo desse modo abertura a questionamentos, dúvidas.

Para pensarmos mais pontualmente questões étnicas, nos apoiamos nas reflexões de Frederik Barth sobre os grupos étnicos e suas fronteiras culturais. Barth nos sugere que a identidade étnica é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não. A partir desta delimitação, estabelece-se as diferenças entre "nós" e os "outros". Grupos étnicos, para Barth, são *"categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas"* (BARTH, 1998:189).

Está percepção da etnicidade nos ajuda a entender as barreiras sociais e culturais erguidas para separar os brasileiros dos alemães e afirmam suas diferenças. As fronteiras étnicas analisam a vida social e acarretam uma organização complexa das relações sociais e comportamentais. Essa questão étnica está presente na esfera das relações humanas fundadas em sentimentos, identidades.

Referências bibliográficas:

A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbone, 28 de março de 1997/ Academia Universal da Cultura; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*: contribuições a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1972, 2 vols (Original, 1960).

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer. In Pierre Bourdieu; prefacio Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História.* Editora Paz e Terra, São Paulo, 7ª edição, 2004.

HOBSBAWM, Eric. "*Introdução: A Invenção das Tradições*". In: Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença.* São Paulo, USP. Curso de Pós Graduação em Sociologia, 1999.

PIERUCCI, Antônio Flávio & PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma nova forma de pensar e educar: a escola única em Portugal no início do século XX

Luiz Carlos Barreira*

Resumo: Este trabalho destaca aspectos do movimento de renovação educacional em Portugal no início do século XX, especialmente as contribuições de Adolfo Lima sobre a escola única, tema amplamente debatido naquele período, não apenas em Portugal, mas também em muitos países do mundo ocidental. Essa escola, de acordo com os seus propugnadores, deveria atender a todos os segmentos da sociedade, independentemente de sua origem social, e visar à superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática. Ela também seria, segundo Adolfo Lima, a resposta científica "ao grande mal" que fomentava o ódio e o desprezo entre os indivíduos, produzindo ondas de violência que se manifestavam de diferentes formas, como a guerra. Os fundamentos dessa escola, tal como foram concebidos e divulgados por Adolfo Lima, constituem o foco deste trabalho.

Palavras-chave: Escola única – Adolfo Lima – Portugal.

Abstract: This paper points out aspects of the movement of educational renewal in Portugal of the early 1900s, especially Adolfo Lima's contributions on the progressive school, subject thoroughly discussed in that period, not just in Portugal, but also in many countries of the western world. In agreement with their defenders, that school should assist all segments of society, independently of their social origin, and to aim to the disappearance of the division between manual and intellectual labor, and between theory and practice. It also would be, according to Adolfo Lima, the scientific answer to "the great evil" that fomented the hate and the contempt among people, producing waves of violence that are showed in different ways, like war. The foundations of that school, just as they were conceived and published by Adolfo Lima, constitute the focus of this paper.

Keywords: Progressive School – Adolfo Lima – Portugal.

Introdução

Ao discorrer sobre as principais características de uma escola que era então apresentada como "única", Adolfo Lima[1] evidencia o surgimento de uma nova forma de

* Universidade de Sorocaba – Uniso, Bacharel em História e Doutor em Educação (História da Educação).

[1] Anarquista e um dos principais representantes do movimento escolanovista em Portugal, Adolfo Lima nasceu em Lisboa em 28/05/1874. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, mas foi no magistério que se destacou. Foi professor da Escola Oficina Nº. 1, do Liceu de Pedro Nunes e da Escola Normal Primária de Benfica, todas elas em Lisboa. Foi também diretor da Escola Normal Primária de Benfica e da Biblioteca-Museu do Ensino Primário, adstrita a essa escola. Faleceu em Lisboa em 27/11/1943.

pensar e educar em Portugal nas primeiras décadas do século XX. Além disso, contribui significativamente para o reconhecimento do grau de aproximação e de distanciamento então existentes entre práticas político-ideológicas voltadas para a formação do ser social, como a de anarquistas e maçons[2], por exemplo, bem como os fundamentos teóricos dessas práticas.

Nos três primeiros artigos que publicou na revista *Educação Social*[3] sobre o assunto, Lima (1924a, 1924b, 1925a) discorre sobre a orientação, a organização, o funcionamento e o método pedagógico da escola única. Porém, é no último artigo que publicou nessa mesma revista (1925b), que ele apresenta o que considerou serem as principais características desse novo tipo de escola, comentadas a seguir.

Orientação pedagógica de natureza sociológica

Adolfo Lima parte do pressuposto segundo o qual o ser humano é um animal social e, como tal, deve ser criado e educado. Por instinto, o ser humano agrega-se. Pela educação e pelo ensino (consciência e ciência), torna-se um ser sociável. Para tanto, deve ser educado integralmente, sob o aspecto subjetivo, aproveitando-se e aperfeiçoando-se todas as suas energias (fisiológicas, estéticas, mentais e sociais), e objetivo, dando-lhe conhecimento de todas as ciências e artes, de sorte a adquirir uma visão global da vida, da natureza. Segundo Lima, "toda a obra de Educação e de Ensino deve (...) ter sempre presente este caráter, e todos os conhecimentos de todas as ciências e artes devem subordinar-se a este critério" (LIMA, 1925b:47-48).

Assim, "a uma pedagogia de base exclusivamente psicológica deve seguir-se uma pedagogia de ideal e preparação sociológica" (LIMA, 1925b:48). Entretanto, Adolfo Lima não ignora os conselhos da psicopedagogia. Ao contrário, afirma ser necessário serem esses conselhos observados, de sorte a evitar "tudo que seja ensino prematuro, antes do momento fisiológico e psicológico em que toda a espécie de educação deve ter lugar" (LIMA, 1925b:48). Afirma, ainda, que se deve partir "dos centros de interesse que caracterizam os diferentes estádios da evolução da criança" (LIMA, 1925b:49), para que a escola (única) seja atraente e ativa.

[2] A Escola Oficina, onde Adolfo Lima lecionou e exerceu a função de diretor pedagógico, pertencia à maçonaria.
[3] Adolfo Lima foi diretor dessa revista ao longo de todo o seu ciclo de vida: de 10/01/1924 a 15/10/1927.

Escola ativa, ou seja, do trabalho atraente e consentido

A escola única deve ser a escola do trabalho. Não do trabalho forçado, mas, sim, do trabalho atraente e consentido. De acordo com essa perspectiva, é no trabalho atraente e consentido que o verdadeiro e autêntico esforço faz-se presente. Nas palavras de Lima:

> *(...) na escola atraente é que há (...) aquele esforço eminente e profundamente pedagógico, porquanto ele deriva das necessidades íntimas da criança, vem de dentro dela. Só este esforço, só a ação derivada da curiosidade, do interesse, da necessidade, é salutar, é forte, é dignificadora! Só as necessidades transformam a matéria em ação, criam as funções e desenvolvem os órgãos* (LIMA, 1925b:49).

Nesse sentido, o trabalho forçado estaria longe ser um esforço, por traduzir-se em um mero ato, fatigante, desmoralizador e, comumente, sem significação para o agente, que por ele se deixa levar.

Refuta-se, assim, o intelectualismo (a escola passiva), em todos os aspectos em que ele possa se manifestar. É-se partidário do ativismo (e dos grandes educadores da escola ativa), da ação vencedora, onde se crê estar o critério da verdade. De acordo com essa concepção, "a realidade das coisas só nos aparece na ação e por meio da ação" (LIMA, 1925b:49). Quer-se, assim, evitar "a abusiva e estéril tendência para uma educação pela educação, formalista, sem finalidade objetiva" (LIMA, 1925b:49).

Negação do intelectualismo e afirmação do profissionalismo

Adolfo Lima não defende a "industrialização" da educação básica, entendendo por "industrialização" a profissionalização precoce da criança e do adolescente. No entendimento de Lima, "os mesmos argumentos pedagógicos e sociológicos que (...) levam a condenar o intelectualismo podem ser aplicados ao industrialismo, ou profissionalismo na Educação geral" (LIMA, 1925b:50). Entretanto, Lima prefere este àquele e justifica essa sua preferência buscando respaldo em Dewey, Haeckel, Kant e Comte. É da doutrina deste último, entretanto, que extrai o significado que atribui à "industrialização" da educação básica. De Comte, cita a seguinte passagem da sua *Teoria das Épocas da Civilização*: "a Educação do indivíduo, quer espontânea, quer mais ou menos sistemática, reproduz, necessariamente, nas suas grandes fases sucessivas, a educação da espécie, tanto no que respeita aos sentimentos como às idéias" (COMTE *apud* LIMA, 1925b:50-51). E conclui:

> *O* homo faber*, o ser humano industrioso [e não industrial], transformador e adaptador da matéria em seu proveito, é o resultado das necessidades, que são a essência que caracteriza a natureza humana. A indústria, no seu mais lato significado, é a primordial ocupação, em todos os tempos, lugares e idades, do ente humano* (LIMA, 1925b:51).

Priorização da educação técnica

A opção pela educação técnica dá-se por um duplo movimento: o da condenação, tanto da educação intelectualizada, quanto da educação "industrializada", quando advogadas de forma exclusiva e unilateral. Émile Cohendy, em quem Adolfo Lima busca apoio, define educação técnica como "o ensino que tem, principalmente, por objeto o estudo teórico e prático das ciências, artes e ofícios, com o fim de preparar para as diferentes profissões" (COHENDY *apud* LIMA, 1925b:51).

De acordo com o sentido aqui atribuído ao termo, a escola única deveria ser "a escola do trabalho para o trabalho", ou seja, deveria preparar e condicionar "a espontânea eclosão das aptidões, inclinações ou tendências particulares que distinguem os indivíduos, e que devem ser a base da escolha ou seleção profissional" (LIMA, 1925b:51).

O trabalho manual – como método ativo e realização da educação do trabalho pelo trabalho – tem grande importância no regime da escola única. Para caracterizar a relação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, Lima cita o seguinte trecho de um artigo publicado na revista *L'Éducation*, cuja autoria não é por ele revelada: "Cada parte do ensino é o trabalho feito sobre uma matéria pela própria criança. O cérebro e a mão auxiliam-se naturalmente. Em parte alguma os dons do cérebro ou a atividade intelectual são considerados como superiores ao trabalho manual" (*L'Éducation* – Fev. 1923, *apud* LIMA, 1924b:58). Na avaliação de Lima, essas duas espécies de trabalho (o intelectual e o braçal) estariam separadas, ou, na melhor das hipóteses, não se conheciam. A escola única deveria visar à reunião dessas duas espécies de trabalho.

A implantação da escola única, em Portugal, possibilitaria a supressão das primeiras classes dos liceus e de todas as outras escolas que recrutassem crianças com menos de 15 anos, ou seja, as escolas voltadas para o ensino comercial e industrial a partir de então consideradas supérfluas. Por ser única, a existência de outras escolas paralelas careceria de sentido, sobretudo por algumas delas (os liceus, sobretudo) privilegiarem um ensino clássico, essencialmente teórico, e, outras (as comerciais e as industriais), praticarem um ensino precocemente profissionalizante. Na esteira de vários estudiosos da época, Adolfo Lima admitia, como regra geral, que "toda a especialização realizada antes dos 15 anos (...) [seria] prematura e antipedagógica, por conseguinte, sem base, e, até, irreparavelmente prejudicial" (LIMA, 1924b:56).

Destarte, ao lado de uma escola única, não poderiam existir escolas que oferecessem, separadamente, cursos de formação geral e cursos de formação especial.

Conhecimentos profissionais e gerais apresentavam-se, então, como saberes imprescindíveis à sobrevivência do homem no mundo moderno. Valores cívicos e morais deveriam ser agregados ao valor profissional. Uma educação integral, não fragmentária, deveria ser a marca distintiva de uma escola única. Uma educação que se realizaria, portanto, por meio do estudo teórico e prático das ciências e das artes ou ofícios, "com o fim de preparar os indivíduos para uma vida social intensa e fazer de cada um deles um autêntico valor social transformador das energias naturais em energias e utilidades sociais" (LIMA, 1924b:57).

O trabalho como princípio pedagógico

A criança, segundo Adolfo Lima, deveria ir à escola, não para aprender, mas para trabalhar, pois "é por meio do trabalho que melhor se aprende, verdadeiramente se aprende" (LIMA, 1925b:52). A escola, ao invés de oferecer "conhecimentos já feitos", deveria, portanto, "fazer trabalhar", mas sem reduzir o trabalho a uma de suas duas dimensões constitutivas: a intelectual e a braçal. No trabalho, o esforço da criança que aprende é sinérgico, ou seja, "realiza-se em associação, é coletivo, é cooperativo, comum e de todos" (LIMA, 1925b:52). É, portanto, social. E assim sendo, cria a solidariedade, que é, segundo Lima, o fundamento da moral e da justiça (LIMA, 1925b:52). Ao executar um trabalho (completo e perfeito) de utilidade social, a criança é educada no emprego útil das suas energias.

A criança "deve ser entregue aos sucessivos centros de interesse que brotam dela através das fases do seu desenvolvimento" (LIMA, 1925b:53). Ela não é e não pode ser tomada, entretanto, como se já fosse um profissional. Ela joga, brinca com as profissões. Oficinas, ateliês, laboratórios, gabinetes de trabalho devem ter, portanto, materiais apropriados à sua idade e força física. A intensidade e a duração dos trabalhos que executa deverão sempre estar em harmonia com as suas energias. Na escolha de certos trabalhos, ela manifestará a sua inclinação por este ou aquele tipo de trabalho. As obras que executa quase sempre revelam suas aptidões (manuais, intelectuais, ou artísticas). "É no e pelo trabalho executado que ela aprenderá as várias noções, adquirirá conhecimentos" (LIMA, 1925b:53).

As aulas "clássicas" devem desaparecer da escola única. "Cada aula é uma ambiência de trabalho, uma oficina, um *atelier*, um laboratório, etc., conforme a especialidade da ocupação, do estudo" (LIMA, 1925b:53). Devem ser concebidas, portanto, como "casas de trabalho". A criança deve ser envolvida pela "atmosfera da casa", ou seja, deve ser solicitada por tudo que a rodeia, pois "o próprio meio faz germinar a necessidade que provoca o esforço e a espécie de trabalho a executar" (LIMA, 1925b:54).

Escola modelar, mas não ajustada a figurinos

A escola única deveria ser modelar, mas jamais ajustada a figurinos. Ajustando-se, perderia sua plasticidade. Antes, deveria evoluir e transformar-se constantemente, "de ano para ano, de mês para mês (...), conforme o condicionalismo mesológico do tempo e do espaço, sempre em evolução perfectível" (LIMA, 1925b:55). O seu padrão estaria "em nunca ser a mesma coisa, em não ser hoje o que foi ontem e não ser amanhã o que é hoje" (LIMA, 1925b:55). Deveria ser, portanto, "uma imagem da vida, visto que deve[ria] preparar para a vida, para essa vida social perfectível, que segue a linha espiróide do progresso humano" (LIMA, 1925b:55).

Para que esse objetivo pudesse ser alcançado, a organização da escola única deveria observar os seguintes princípios: a) "refletir, em ponto pequeno, a sociedade dos adultos" (p. 55); b) "retratar a vida social nas suas múltiplas ocupações" (LIMA, 1925b:55); c) "seguir e acompanhar a evolução e natural curva do desenvolvimento vital (fisiológico, estético, mental e social) do indivíduo humano" (LIMA, 1925b:56). Este último princípio parece ser aquele que melhor evidencia uma das principais marcas distintivas das práticas escolares da escola única, vistas da perspectiva apontada por Adolfo Lima.

Ao passar em revista as diferentes fases da vida social, nas quais a humanidade teria satisfeito as necessidades próprias de cada uma delas, a criança recriaria a história da alimentação, do vestuário, da habitação. E, assim procedendo, criaria o seu próprio museu pedagógico. Nas palavras de Adolfo Lima:

> *(...) a realização da Escola Única não depende desta organização; mas nós julgamos que é esta organização escolar que deve ser o seu modelo, porquanto corresponde, mais do que qualquer outra, ao ideal pedagógico de que toda a Educação deve ser genética, funcional, dinâmica, social e sociológica* (LIMA, 1925b:58).

Considerações finais

Por ser uma instituição social, a escola teria de obedecer "às leis naturais da evolução dos povos, seguindo e acompanhando irresistivelmente a sua marcha" (LIMA, 1924a:27). Entretanto, a apreensão dessas leis não estaria ao alcance do homem comum, que manifestava via de regra uma compreensão marcadamente teocrática, messiânica e autocrática do social. Mas estaria ao alcance do sociólogo, "que estuda essas leis e as vê" (LIMA, 1924a:27). Lima recorre, assim, à sociologia de Auguste Comte para compreender os propósitos da escola única. Segundo ele, somente "sob as vistas orientadoras e

desapaixonadas da Sociologia, que nos ensina e esclarece acerca dos fatores que determinam os modos de ser das sociedades e das suas tendências transformadoras", é que a consciência da necessidade da implantação da escola única ganharia as mentes de todos os membros da sociedade (LIMA, 1924a:28).

Vista dessa perspectiva sociológica, a escola única seria a resposta científica para "o grande mal" que, naquela época, fomentava o ódio e o desprezo entre os indivíduos e, em conseqüência, produzia ondas de violência que se manifestavam de diferentes formas. A escola, "pela sua má orientação, pelo seu obstinado silêncio acerca da vida", seria uma das instituições responsáveis pelo "fomento da insana guerra travada entre os seres humanos, mercê da sua diversificação em escolas, não segundo as aptidões naturais, mas conforme as classes sociais" (LIMA, 1924a:28). Assim, caberia à escola (única) combater a mentalidade que considerava estar, a humanidade, fragmentada em grupos sociais antagônicos[4].

Na ótica de Adolfo Lima, uma das principais características da escola única seria, portanto, a completa abolição da "rivalidade" entre o ensino popular e o ensino burguês, "rivalidade", segundo ele, fundada em preconceitos sociais e privilégios de classe[5]. A escola única submeteria "todos os seres a um tipo único de Educação geral, conforme as qualidades comuns a todos os seres de natureza humana" (LIMA, 1924b:55).

Por essa razão, a absoluta gratuidade teria de ser outra marca distintiva da escola única. A política de concessão de bolsas de estudos a alunos carentes, praticada em Portugal no período, não abrangia e nem satisfazia a todos, "visto que só excepcionalmente", segundo Adolfo Lima, essas bolsas permitiam "valorizar as inteligências dos filhos do povo" (LIMA, 1924b:58). Concomitantemente a essa política de concessão de bolsas de estudos, Lima destacava a necessidade do estabelecimento da "plena gratuidade em todos os ciclos e espécies da educação", para todos os indivíduos que provassem não ter condições de arcar com as despesas dos seus estudos (LIMA, 1924b:58)[6].

Adolfo Lima encerra suas reflexões afirmando ter sido a criação das escolas únicas um dos acontecimentos mais fecundos da história da educação primária em Portugal,

[4] Duas fontes francesas fundamentam a posição de Adolfo Lima sobre a escola única: o trabalho de Pierre Dufrenne sobre a reforma da escola primária em França, intitulado "La Reforme de l'École Primaire", e o trabalho de um grupo de pensadores franceses, denominado "Les Compagnons", sobre um novo regime de educação, intitulado "L'Université Nouvelle". Este último, publicado em dois volumes: o primeiro apresenta a doutrina e, o segundo, discorre sobre suas aplicações (Cf. LIMA, 1924a).

[5] Pierre Bovet, pedagogo da Escola das Ciências da Educação, de Genebra, em artigo intitulado "Escola Única e Escola Ativa: o exemplo da Áustria", publicado na revista *L'Educateur*, em 02/06/1923, apresenta a posição de vanguarda da Áustria no que diz respeito à escola única, e faz uso das expressões "ensino popular" (Volksschule) e "ensino burguês" (Bürgerschule), que ele as atribui a Raschke (Cf. LIMA, 1924b).

[6] "A propos de l' École unique", artigo de autor não identificado, publicado no primeiro número da revista *L' Éducateur*, em 1924, é a fonte citada por Adolfo Lima sobre a questão, na qual busca suporte para as posições aqui assumidas.

atribuindo-lhe o seguinte significado: "É a Educação popular colocada, ao fim, no seu lugar, na sua honrosa missão. É a dignificação a que há muito tinha direito a Educação primária ou elementar" (LIMA, 1924b:59).

Referências bibliográficas:

LIMA, Adolfo. *A escola única*. In: **Educação Social**. Vol. 1, nº. 2. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 25 de jan. 1924a. Pp. 27-29.

LIMA, Adolfo. *A escola única*. In: **Educação Social**. Vol. 1, nº. 4. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 25 de fev. 1924b. Pp. 54-59.

LIMA, Adolfo. *A escola única*. In: **Educação Social**. Vol. 2, nº. 1 (25-26). Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 15 de jan. 1925a. Pp. 19-23.

LIMA, Adolfo. *A escola única*. In: **Educação Social**. Vol. 2, nº. 2 (27-28). Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 15 de fev. 1925b. Pp. 47-58.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por um Cinema Performático e Político: *Transe* e Cultura Popular na obra "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" de Glauber Rocha

Rodrigo Poreli Moura Bueno[1]

Resumo: O objetivo deste texto é discutir e compreender alguns dos aspectos históricos, políticos e estéticos presentes no filme "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" (1969) de Glauber Rocha. Nesta obra, reflexo da crise dos ideais revolucionários da época, a apropriação de figuras da cultura popular brasileira como o "Dragão" e "São Jorge", representam a possibilidade de um destino ético-político para o Brasil. A montagem teatralizada e a performance dos personagens, expressam disposições inconscientes e descontroladas na textura de imagem e som, negando uma idéia linear de história e aproximando-a da noção de *transe*. Este, aponta para a compreensão de que o passado e o futuro não mais designam o antes e o depois, eles tornam-se dimensões do próprio presente. Assim, a arte cinematográfica seria uma mediação interativa entre mito e realidade.

Palavras-chave: Cinema Brasileiro – Cultura Popular – Glauber Rocha

Abstract: The aim of this text is to discuss and to understand some historical, political and aesthetic aspects in the film "Antonio das Mortes" (1969) by Glauber Rocha. In this work, reflex of the revolutionary ideals' crisis of that epoch, the appropriation of Brazilian popular culture's figures like the "Dragon" and "Saint George", represent the possibility of an ethical and a political destiny to the Brazil. The theatrical mise en scène and the characters' performance, express unconscious and impulsive dispositions in the texture of image and sound, denying a linear perspective of history and approaching it of the trance's idea. The trance, points out to the comprehension of the past and future not like "the before" and "the after" but like dimensions of the own present. Therefore, the cinematographic art would be a interactive mediation between myth and reality.

Keywords: Brazilian Cinema – Popular Culture – Glauber Rocha

Pode-se dizer que no Brasil de fins da década de 1960, com o agravamento do regime militar, a censura e a crise dos movimentos sociais e políticos, o cineasta Glauber Rocha empreendeu novos desafios para a relação entre arte e política, percebendo a necessidade de renová-las em suas obras cinematográficas. Para este artista, o cinema possui um sentido eminentemente político. A estética, para ele, deve estar subordinada à ética, que se confundiria com transformações políticas, econômicas e culturais no país.

[1] Mestrando em História – UNESP/Assis-SP.

Dessa maneira, a ambição intervencionista do Cinema Novo, no período citado acima, foi maculada pelo próprio processo histórico que buscava atingir. A tensão entre arte e política identificada na trajetória deste cineasta adquiriu outra inflexão, pois passou a se inscrever em outro contexto histórico. Sua preocupação recairá na busca para a constituição de um cinema terceiro-mundista que recusasse, os modelos cinematográficos norte-americanos e europeus, e fosse capaz de se comunicar com o grande público.

Nessa época, inicia-se uma outra fase do Cinema Novo, na qual a politização da arte contra a indústria passa a se defrontar com um Estado autoritário e com a ruptura da certeza revolucionária que abrigou a estética de Glauber Rocha. Seus textos e artigos demonstram a preocupação de articular uma estratégia de distribuição e exibição dos filmes, já que o seu objetivo era fortalecer a industrialização cinematográfica nacional e promover um sistema de distribuição e produção para o cinema brasileiro e latino-americano. O intento parece ser o de buscar desvios, linhas de fugas e atalhos a partir dos quais possa manter, em movimento, o seu fazer artístico antropofágico.

O seu filme "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" de 1969, insere-se neste contexto histórico-político e reflete as discussões e mudanças estéticas realizadas e debatidas neste período. Aqui, o cineasta baiano consegue atingir um ponto de equilíbrio e boa receptividade como produto cinematográfico. Também a partir desta obra, ele definirá o seu cinema como *ideogramático*, ou seja, caberia ao artista recriar símbolos abstraídos da mitologia cultural brasileira e projeta-los em uma nova linguagem. Na medida em que essa simbologia é constitutiva do imaginário cultural brasileiro, a linguagem será a expressão dialógica e recodificada desse imaginário (VENTURA, 2000:256).

Vale dizer ainda que o filme reivindica um estética política épico-didática, no qual há a apropriação criticamente dos elementos da cultura popular. Neste projeto chamado de épico-didático, a épica demonstrará a partir de uma prática poética a força criativa do subdesenvolvimento, por sua vez, a didática operaria como eixo interpretativo que organiza a poética em uma forma ética-política.

Pode-se perceber que com esse projeto estético-político, o cineasta não só buscava se distanciar dos mitos colonialistas pelos quais nos pautávamos, mas também que inventássemos outros, agora libertadores, soberanos e autônomos. Glauber Rocha, a partir de "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro", desejava construir um cinema que se singularizasse, independente, anti-colonialista e "nacionalista". Assim, por meio dessa arte cinematográfica, tornar-se-ia possível contribuir para a "libertação" do país e do terceiro mundo.

Cultura Popular Encenada e seus Personagens Alegóricos

Glauber Rocha filma "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro", ciente da necessidade de aproximação com o grande público. Por isso, apóia-se em alguns gêneros cinematográficos de apelo popular, como o *western*, por exemplo, e reutiliza alguns dos temas e personagens de seu filme "Deus e o Diabo na Terra do Sol" realizado em 1964. Estão aqui presentes a questão do messianismo, do cangaço e a presença enigmática do matador de cangaceiros Antônio das Mortes. Destaque para este personagem que é recolocado diante das forças sociais e políticas com as quais esse matador se relacionava no filme anterior.

Na explicação do próprio cineasta, arma-se um cenário na pequena cidade sertaneja de Jardim das Piranhas para examinar as possibilidades do embate entre aqueles que já haviam mostrado o seu poder efetivo de lutas, os messiânicos e cangaceiros. Em suas palavras:

> *Eu acho o 'Dragão' o meu melhor filme, uma realização perfeita das minhas idéias. Lá eu tenho um palco, uma limitação espacial. Eu realizo um 'mise-em-scène' brechtiano com signos da sociedade brasileira onde eles realmente tinham que realizar no Terceiro Mundo* (apud GERBER, 1982:90).

"O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" parece assumir integralmente as diretrizes da cultura popular como saída para o projeto de modernização conservadora imposto então pelo governo militar da época. Glauber Rocha não pretende trabalhar esses elementos de forma folclorizada ou romantizada, mas, ele tenta destruir os mitos de seu país por dentro. A visibilidade que confere ao cangaço e ao messianismo não atua para um dispositivo de poder nostálgico e conservativo. Eles são ativados por sua força de crença, não somente pelo conteúdo mitológico, pois são reconfigurados, agindo em outro campo enunciativo e servindo a outras relações de poder (BENTES, 1997:26-28).

O contexto político e a crise da estética do nacional-popular, interligados, vão contribuir para a emergência do tropicalismo, movimento que pregava um fazer artístico antropofágico que religaria espacialidades e temporalidades distintas. O nacional e o estrangeiro, o tradicional e o novo deveriam ser agenciados por meio de um dispositivo de poder libertário. A saída para o artista e intelectual terceiro-mundista estaria em explorar as virtualidades da "desrazão" e do "inconsciente" presentes na cultura popular, pretendendo, assim, uma ressignificação e estetização dessa cultura nativa. Diz o cineasta:

> *A cultura popular será sempre uma manifestação relativa quando apenas inspiradora de uma arte criada por artistas ainda sufocados pela razão burguesa. A cultura popular não é o que se chama tecnicamente de folclore, mas a linguagem popular de permanente rebelião histórica. O encontro dos revolucionários desligados da revolução burguesa com as estruturas mais significativas desta cultura popular será a primeira configuração de um novo signo revolucionário* (apud PIERRE, 1995:137).

Dessa maneira, foi esse procedimento que Glauber Rocha buscava representar nas figuras típicas do imaginário do sertão brasileiro como o "Dragão" (símbolo barroco da desmedida natureza e do desarmônico) e de "São Jorge" (símbolo da guerra e da caça). Os personagem mesclam esses aspectos e atuam em um clima de instabilidade moral, já que são atores de suas próprias lendas que se confundem com a política. São eles: a Santa, o negro Antão, o professor de História, Antonio das Mortes, o cangaceiro Coirana, o Coronel, Laura, de origem urbana, mulher do Coronel e amante do delegado Matos, o padre, o jagunço Mata-Vacas e seu bando e o povo que louva a Santa e o negro Antão com seus cantos, danças, orações, bandeiras e estandartes.

A performance desses atores se dá em um cenário simbolizado pelo sertão, local do embate e dos conflitos. Os personagens urbanos, advindos de uma classe média abastada, são apresentados com venais, volúveis e traidores, reservando a eles os espaços fechados, a moldura das fachadas, a não-profundidade de campo e as cores berrantes tanto nas roupas como nos cenários. Já os personagens sertanejos, ao contrário, além da grande dignidade da qual se revestem, têm direito à paisagem e a composições cenográficas que lembram as pinturas renascentistas. Distinguem-se também as músicas destinadas aos beatos e cangaceiros e aos personagens urbanos bem com a própria variação do estilo na montagem das cenas (TOLENTINO, 2001:246-247).

Assim, tece-se no filme uma arquitetura alegórica mais barroca no qual os personagens recolocam-se em relações mutáveis uns com os outros. Os movimentos de câmera e os longos planos-sequências indicam algumas atitudes e características dos personagens e suas posições na alegoria. Ora é uma câmera fixa que os detêm estáticos em cômodos, no caso dos representantes da ordem, ora é uma câmera na mão que acompanha as multidões entoando cânticos, perscrutando tatilmente o corpos dos santos e figuras do cangaço.

Nesta película, compõem-se teatralizações dos conflitos em que o repente e a poesia de cordel não se limitam à narração e à figura de um cantador. As formas próprias da cultura sertaneja se apoderam da *mise-en-scène*. O mesmo povo que protagoniza o conflito,

também assiste o desenlace da cena. Um bom exemplo desses aspectos é o duelo entre Antonio das Mortes e o cangaceiro Coirana. Com o laço preso nos dentes, ligando um ao outro, os dois contendores tentam atingir-se. Uma cantoria de rezadeiras, seguidoras do negro Antão, emoldura o embate (o duelo é muito comum nos *westerns* clássicos, havendo sempre regras rígidas a serem obedecidas). A tomada é longa, sem cortes. Junto com a cantoria intermitente, confere à cena o tom hipnótico e alegórico. Antônio das Mortes finalmente vence Coirana, ferindo-o gravemente (CASTELO, 2004:93-94).

A montagem fílmica construída aqui, destaca a marcação teatral brechtiana, que desnaturaliza o confronto, não enfatizando acontecimentos, objeto da narração do narrador, mas a própria narração. Percebe-se também o desinteresse de alguns personagens como por exemplo, o delegado Matos que parece ator em folga, andando pela cidade enquanto espera o momento de entrar em cena. Glauber Rocha alegoriza e teatraliza a tomada de consciência de Antônio das Mortes, que ferindo Coirana, percebe que este é aliado, não um inimigo. Desencadeia-se, então, o *transe* e a violência necessários para um processo transformador e revolucionário.

O *Transe* como Espetáculo Cinematográfico e Histórico

Uma das constantes do cinema glauberiano é a questão do *transe*. Dada a cristalização de determinado olhar sobre as coisas, ele possibilita desarrumá-lo, rearranjá-lo, trazê-lo para um espaço liso, onde possa explorar todas as suas virtualidades. Nota-se que o termo *transe* ou crise serão condições de um cinema diferencial que, nasce dos impasses diante do que é terrível demais, belo demais, intolerável. O *transe,* é transição, passagem, devir e possessão. Para entrar em *transe* é preciso se deixar atravessar, possuir, por um outro. Glauber Rocha faz do *transe* uma forma de experimentação e conhecimento. Entrar em *transe* é entrar em fase com um objeto ou situação, é conhece-los de dentro (BENTES, 1997:26).

Dá-se, portanto, visibilidade ao invisível e dizibilidade ao indizível. Provoca-se, pois, estado de crise nos elementos agenciados, principalmente, naquele que olha, permitindo o desencadeamento da mudança. "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro", é um filme tanto da convulsão, da crise, quanto do dilaceramento. Nele, o sertão e seus atores são marcados pela instabilidade, corroídos e carcomidos pela morbidez e pela degenerescência. Antônio das Mortes, por exemplo, cônscio de sua finitude, sabe que, após cumprir sua função, deve desaparecer. O delegado Matos, simbolizando a burguesia nacional, morre assassinado no local que acreditava que o enriqueceria.

Além disso, o cineasta baiano recorre a estética do *transe* para intensificar elementos cinematográficos, sendo que a performance dos personagens e a teatralização das cenas permitem a emergência de forças latentes, potências de mudanças e transformações. Na montagem fílmica, cangaceiros e beatos olham diretamente para a câmera, ou em um silêncio inquisitivo e perturbador, ou berrando chavões revolucionários. Figurantes e personagens secundários ao mesmo tempo que atuam, são também espectadores comuns. A música funciona como contraponto às imagens, possibilitando um distanciamento do que é mostrado, parecendo até algumas vezes irônico. Os gêneros cinematográficos clássicos são desconstruídos, principalmente o *western,* o fantástico/horror e o melodrama, no intuito de, implodindo por dentro o cinema *hollywoodiano*, atrair e conscientizar o espectador (CASTELO, 2004:67).

Provocando o *transe* na composição de cenas e personagens, tentava-se decompor os mitos, produtos do colonialismo "imperialista", auxiliando-os depois a recompor as partes, em produção ininterrupta de novas mitologias, agora soberanas, nacionalistas e terceiro-mundistas. Na medula espinhal de "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" encontra-se o esforço do seu autor de aliar cultura popular, prática revolucionária, mito e história. Para ele, o papel histórico dos povos do terceiro-mundo se cumpre em conformidade com a tradição, não com a negação dela. Logo, a questão maior não é a superação do mito, mas a sua reinterpretação pela comunidade, em termos dos projetos de liberação (XAVIER, 2004: 138).

> *Daí o aspecto tão peculiar que a crítica do mito assume, em Glauber Rocha: não é analisar o mito para descobrir seu sentido ou estrutura arcaica, mas sim referir o mito arcaico ao estado das pulsões numa sociedade perfeitamente atual – fome, sede, sexualidade, potência, morte, adoração* (DELEUZE, 1990:261).

É importante mencionar ainda que o cinema político de Glauber Rocha é pródigo na desconstrução de mitologias. Preocupado em captar o tempo, o vir-a-ser, ele abandona a "representação" para buscar o desvio, a diferença, o que foge à explicação. Neste sentido, a história passa a ter papel fundamental, já que as temporalidades são sua matéria-prima. O tempo linear do cinema clássico, produtor do mito, da representação, é abandonado em função de uma noção de tempo fluida, variada, alegórica e barroca, capaz de em um mesmo espaço, aproximar passado, presente e futuro, possibilitando a emergência da "imagem-tempo".[2]

[2] O filósofo francês Gilles Deleuze, em seus escritos sobre cinema, distingue dois regimes de imagens, que são os títulos de duas de suas obras: *A imagem-movimento* (1983) e *A Imagem-tempo* (1985). O que os diferencia são as afinidades existentes entre o movimento e o tempo, através dos tipos de imagens e de suas relações na montagem cinematográfica. Para Deleuze, Glauber Rocha faz um cinema da imagem-tempo, pois seus filmes não são linearmente evolutivos, nem possuem uma estrutura racionalmente dividida. Neles, estão presentes situações ópticas e sonoras puras e uma apresentação direta do tempo e do pensamento muito singulares.

Na película em questão, realça-se uma narrativa permeada pelo *transe* na qual o tempo é múltiplo, fato este que afeta a história, sendo que ela já não é nem a do passado nem a do presente ou a do futuro. Essa peculiar narrativa glauberiana reúne em uma perspectiva histórica, o passado, o presente e o futuro, que por si sós são fabulações, já que tornam possíveis o ato de fala e a recriação de lendas. A partir deste entendimento, o sertão não expressa mais o espaço a ser ultrapassado pela civilidade urbana, e sim *locus* de brasilidade virtual. Neste sentido, a experiência sertaneja é presentificada. Destruindo os mitos de seu povo "de dentro", Glauber Rocha tenta produzir "enunciados coletivos capazes de elevar a miséria a uma estranha positividade, a invenção de um povo" (DELEUZE, 1990:265).

Daí que, seus filmes por mais alegóricos, simbólicos ou metafóricos que se apresentem, têm a força de uma consistência, são críveis, as imagens não representam, entram em *transe* ou "fase" com os personagens, cenários, objetos, com o espectador, e formam um só fluxo. O artista não tematiza o *transe*, cria-o cinematograficamente por meio da câmera na mão e da montagem fílmica, sendo deste modo, uma "celebração" propriamente histórico-política e cinematográfica.

Assim, pode-se notar que a obra "O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro" ao colocar em cena as imagens e sons da história e da política, frenéticas e convulsionadas, procura linhas de fuga e desvios na arte cinematográfica e na sociedade terceiro-mundista, a fim de explorar suas virtualidades e contradições. História e mito se entrelaçam e passam a ser atualizados, reconfigurados, potencializados, no intuito de se compreender a realidade e contribuir para uma possível transformação da situação social e cultural do Brasil e da América Latina.

Referências bibliográficas:

BENTES, Ivana. *Introdução*. In: ROCHA, Glauber. **Cartas ao mundo**. Org. de Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Pp. 9-74.

CASTELO, Sander Cruz. **"O dragão da maldade contra o santo guerreiro" (1969) e o terceiro cine: entre o cinema de autor europeu e o cinema clássico hollywoodiano**. 2004. 225p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GERBER, Raquel. **O mito da civilização Atlântica**: Glauber Rocha, Cinema, política e a estética do inconsciente. Petrópolis: Vozes, 1982.

PIERRE, Sylvie. **Glauber Rocha**. Campinas: Papirus, 1996.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **O rural no cinema brasileiro**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

VENTURA, Tereza. **A poética polytica de Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O filme "Desmundo", a História e a Educação

Fátima Maria Neves[1]

Resumo: O objetivo desta comunicação é a de tecer relações entre Cinema, História do Brasil e a Educação Jesuítica. O recorte temático para a análise é o da diversidade cultural e o da pluralidade lingüística, do Brasil, do início do século XVI. As Fontes utilizadas foram textos jesuíticos, como Cartas e outros fragmentos, e o filme DESMUNDO (2003), dirigido por Alain Fresnot. Considera-se, em termos de resultados, que apesar da artificialidade cênica, DESMUNDO permite reflexões que tendem a promover a superaração de um deslumbramento ingênuo que permeia boa parte do imaginário contemporâneo à cerca deste período histórico. Permite que a difícil fórmula - reflexão e o entretenimento - seja equacionada e produza resultados significativos para o desenvolvimento da percepção humana.
Palavras-Chave: Desmundo; História do Brasil Colonial; Educação Jesuítica.

Abstract. The interrelationship between cinema, the History of Brazil and Jesuit education is provided. Cultural diversity and linguistic plurality in Brazil at the beginning of the 16th century are analyzed. Sources comprise Jesuit texts such as Letters and other memoranda and Alain Fresnot's film *Desmundo* (2003). Results show that, in spite of the artificiality of the scenes, *Desmundo* makes the viewer go beyond the ingenuous fascination that is inherent to contemporary image of the historical period depicted. The film solves the difficult formula of coupling reflection and recreation and provides significant solutions towards the development of human perception.
Key words: *Desmundo*; Colonial Brazil; Jesuit education.

1 - Introdução

A fim de participar de um movimento de renovação do campo disciplinar da História da Educação, esta comunicação tem intuito de contribuir com um estudo sobre a pluralidade ou a diversidade do universo cultural e educacional, do Brasil, do início do século XVI, encenada no filme DESMUNDO (2003), dirigido por Alain Fresnot (1951-)[2].

---

[1] Universidade Estadual de Maringá, Professora do Departamento de Fundamentos da Educação, Doutora em História. fmneves@uem.br

[2] As informações foram, gentilmente, oferecidas pelo Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – FE/USP. Alain chegou ao Brasil em 1957. Graduou-se em Cinema pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) e já dirigiu os filmes: Doces e salgados (1973), Pêndulo (1974), Nitrato (1975), Trem fantasma (1977), Capoeira (1979), Amor que fica (1986), Lua cheia (1989), Pé de pato (1994), Ed Mort (1997), Desmundo (2003).

Antes de chegar às telas, DESMUNDO surgiu como romance, em 1996, pela Companhia das Letras e escrito por Ana Miranda, autora de vários outros livros, contos e crônicas, e colaboradora da Revista Caros Amigos e do periódico Correio Braziliense.

Para os analistas, Alain fez um filme que respeitou a história, o romance escondido "naquele emaranhado de fala portuguesa quinhentista reproduzida ficcionalmente pela escritora". Seu esforço se concentrou na busca de um ritmo que pudesse envolver seu público. Fresnot conta que "fez uma opção clara de eliminar devaneios subjetivos de meu filme. Fugi disso como o diabo da cruz" (PAVAM, 2005:10).

Logo, a opinião que se constelou foi a de que com DESMUNDO, Fresnot encarou um dos maiores desafios para um cineasta nacional: o de realizar um filme histórico (TRIBUNA DA IMPRENSA, 2002). Sua ousadia foi recompensada quando DESMUNDO foi aclamado como o melhor filme no Festival de Cinema Brasileiro de Paris e, também, foi o segundo longa-metragem, mais premiado, no Grande Prêmio Cinema Brasil, em Brasília, nas categorias: o Melhor Figurino, a Melhor Maquiagem e a Melhor Direção de Arte. Considerando estes aspectos entende-se justificável a análise de DESMUNDO.

2 – Desmundo[3]

DESMUNDO, filme histórico, baseado no livro homônimo de Ana Miranda, inicia sua narrativa com um fragmento de uma carta enviada pelo Padre Manuel da Nóbrega ao Rei D. João, em 1552. Na tela vemos o excerto na íntegra:

> *já que escrevi a Vossa alteza a falta que nesta terra há de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados, em que agora vivem, mande Vossa alteza muitas orphãs. E si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem á terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do peccado (NÓBREGA, 1988: 133).*

Na seqüência, a chegada das órfãs vindas do Reino, para se casarem com os homens brancos a fim de diminuir os pecados dos *brasilis*. Sob este mote se constrói a idéia do filme.

O roteiro destaca o embate entre a órfã portuguesa Oribela - com 16 anos de idade, religiosa fervorosa educada em um convento - e Francisco de Albuquerque um degredado português que enriqueceu com as terras e escravos que adquiriu na colônia. Oribela,

[3] Ficha técnica: **Produção:** Van Fresnot; **Roteiro:** Sabina Anzuategui e Alain Fresnot; **Direção:** Alain Fresnot; **Direção de Arte:** Adrian Cooper e Chico Andrade; **Figurino:** Marjorie Gueller; **Fotografia**: Pedro Farkas; **Trilha sonora**: John Neschling; **Estúdio de produção e de distribuição**: Columbia Pictures do Brasil; **Edição:** Júnior Carone, Mayalu Oliveira e Alain Fresnot; **Ano**: 2003; **País**: Brasil; **Gênero**: Drama; **Duração:** 100 minutos; **Elenco:** Simone Spoladore (Oribela); Osmar Prado (Francisco de Albuquerque); Caco Ciocler (Ximeno Dias); Berta Zemei (Dona Branca); Beatriz Segall (Dona Brites) e outros.

apavorada diante de um mundo - desmundo, não-mundo ou fim de mundo - que não compreende e tenta, sempre que pode, fugir e voltar a Portugal. Com esse intuito se envolve com Ximeno Dias, mercador espanhol, cristão-novo.

O desenrolar do enredo, as imagens veiculadas, os sons produzidos e, principalmente, as linguagens orais utilizadas em DESMUNDO permitem a construção de indagações sobre diferentes eixos temáticos que permeiam o panorama cultural do período colonial.

DESMUNDO começa, pelo título, problematizando a pluralidade conflituosa do universo lingüístico, presentes no século XVI, no Brasil, posto que falta a muitas personagens mas principalmente a Oribela um termo para expressar o que é aquela nova terra, o que sente nela e por ela quando vê que seu destino tomou um "desrumo".

Se intencionassemos analisar DESMUNDO utilizando o *corpus* teórico da literatura, o rico universo literário criado por Guimarães Rosa (1908-1967) ampararia a estudo, todavia, como não é este o propósito, cabe-nos tão somente informar aos interessados que, DESMUNDO, como tantos outros termos que aparecem no filme, advém de uma linhagem rosiana que se caracteriza por mesclar palavras, aportuguesar formas em latim, criar neologismos, inventar sufixos, trocar a ordem das palavras, enfim, conjugar, de um jeito muito próprio, "poesia e realidade". Estudos na área apontam que no léxico de Guimarães Rosa, dentre oito mil verbetes analisados, aproximadamente 30% são invenções dele, ou seja, são palavras não-dicionarizadas (PIZA, 2006: 34).

O léxico rosiano somado ao português arcaico exigiu que Fresnot incluísse legendas, em português atual, para que seu público compreendesse os diálogos. Para essa tarefa o diretor contou com o auxílio e com a supervisão de Helder Ferreira e Heitor Megale, renomados escritores e professores de Lingüística da USP.

Entretanto, os diálogos em hebraico, nagô e tupi, não receberam o mesmo tratamento. Ao que parece Fresnot desejou manter a platéia com a mesma sensação de estupefação de Oribela diante do desconhecido universo babélico de *brasilis* (PAVAM, 2005). Do romance de Ana Miranda, Fresnot manteve o plurilingüísmo e a diversidade social das línguas. O conflito lingüístico também se revela como conflito social e cultural.

A apresentação do universo lingüístico conflituoso, em DESMUNDO, oportuniza tecer relações com temas pertinentes ao ensino da História da Educação do período colonial, como, por exemplo, as demandas que giram em torno da primeira gramática brasileira, organizada por Anchieta, datada de 1560.

3 - Desmundo e a História da Educação no Século XVI

No âmbito do ensino de História da Educação é importante que se crie oportunidades para historicizar, ainda que minimante, a empreitada que os padres jesuítas realizaram para se comunicarem com os índios.

Manoel da Nóbrega, desde sua primeira carta em 1549, já revelava que todos que com ele viera, estavam empenhados em dominar a linguagem dos nativos; também informava que o Pe. Navarro era quem mais demonstrava facilidades no aprendizado (NÓBREGA, 1988: 73). Um ano depois de sua chegada, Nóbrega ainda continuava preocupado porque ele e os outros Padres ainda eram rudes e mal exercitados na língua nativa (NÓBREGA, 1988: 105)[4]. Consta que, mesmo com todo fervor e empenho, sobretudo porque Nóbrega era gago, (ANCHIETA, 1988: 482; VASCONCELOS, 1977: 175), ele não conseguiu dominar "a língua". Sentimentos motivados pela inveja, gerados pela vergonha e somados a sensação de desonra permeavam o cotidiano dos padres que não conseguiam aprender a conversar com os índios para dizer sem intérpretes o que queriam, por exemplo, ensinar (AZPILCUETA, 1988: 102, 302).

Para ficar sob os cuidados da Cia. vieram, de Lisboa, muitos órfãos que auxiliaram na tarefa civilizadora dos padres, conhecidos como "meninos-língua". Nóbrega revela que por meio destes meninos ele e os outros padres, aprendiam a língua, pregavam e atraíam os filhos dos "gentios" (NÓBREGA, 1988: 115). Na falta deles a tarefa evangelizadora ficava comprometida (NÓBREGA, 1988: 145). A intenção era a de que ao crescerem os órfãos, os meninos-língua se tornariam padres da Cia. de Jesus e, que por terem crescidos juntos aos índios, conseguiriam conquistar espaços no interior das comunidades nativas com uma margem de resistência menor à evangelização. Com este intuito o trabalho realizado pelos ex-órfãos e meninos-língua Antonio de Pina e João Pereira foi elogiado e reconhecido pelo Pe. Blasquez (AZPILCUETA, 1988: 447).

Para além da utilização dos meninos-língua, auxiliaram e atuaram como interpretes personagens como Antonio Rodrigues, João Ramalho, Diogo Correia, o Caramuru, suas mulheres e filhos (ANCHIETA, 1988: 484). Anchieta (1988: 48) registra que Pero Corrêa, por ser morador naquela região, desde 1533, possuía grandes conhecimentos da língua dos índios e isso os auxiliou em muito. Por meio das Cartas percebe-se que o trabalho pedagógico dos jesuítas, ou qualquer outra atividade colonizadora, ficava comprometido se não houvesse comunicação entre eles e os homens da terra.

[4] Nas Cartas de Anchieta pode-se identificar o mesmo conteúdo. Ver em: ANCHIETA, 1988, p.482.

Essas dificuldades e outras que aqui não ponderamos, podem auxiliar a compreender porque Pe. Geral Luiz da Grã exigiu que todos os membros da Cia. de Jesus, residentes na colônia, estudassem, diariamente, a Gramática elaborada por Anchieta. Pe. Mello, em 1560, registrou que "desta licção nem reitor, nem pregador, nem uma outra pessoa é isenta" (AZPILCUETA, 1988: 279).

A Gramática, divulgada entre os padres por meio de cópias manuscritas[5], estudada, ainda que de forma lenta, permitiria que, aos poucos, o estabelecimento da comunicação até então parcial, limitada e angustiante, caracterizada pela imitação, pela improvisação, pelo uso de acenos se amparasse em um aprendizado menos rudimentar (NÓBREGA, 1988: 95).

Anchieta (1988) relatava que os índios da província do Brasil eram inumeráveis, de várias nações, costumes e linguagens, mas que não

> *têm escrita, nem caracteres, nem sabem contar, nem têm dinheiro (...) sua língua é delicada, copiosa e elegante, tem muitas composições e sincopas mais que os Gregos, os nomes são todos indeclináveis, e os verbos têm suas conjugações e tempos. Na pronunciação são subtis, falam baixo que parece que não se entendem e tudo ouvem e penetram; em sua pronunciação não põem F, L, Z, S e RR, nem põem muta com liquida como Bra, Craze (ANCHIETA, 1988: 441).*

Este fragmento da Carta de Anchieta "Informação da Província do Brasil", de 1585, foi reproduzido inúmeras vezes justificando interesses diferenciados. Gabriel Soares de Sousa, um dos primeiros viajantes, do século XVI, redigiu o Tratado Descritivo do Brasil, em 1587, e reproduziu, parcialmente, o conhecimento da língua nativa e construída pelo jesuíta, atribuindo valores da sociedade colonial para a ausência, não de todas mas, de somente de três letras. Segue a reprodução da sua idéia:

> *[...] faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar; porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem (...) se não tem L na sua pronunciação, é porque não te lei alguma que guardar (...) e se não tem esta letra R na sua pronunciação, é porque não tem reio que os reja, e a quem obedeçam (SOUSA, 1971: 302).*

Pero de Magalhães Gandavo, outro viajante do século XVI, reproduziu a idéia de Sousa (1971) declarando que por carecerem das três letras, F, L e R "cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente" (GANDAVO, 1980: 52).

Deixando de lado as descaracterizações culturais dos viajantes, registramos que Pe. Vieira descreveu, com rigorosa precisão, sobre as dificuldades que se apresentavam na decifração da língua e na sua transcrição. Vamos à descrição:

---

[5] Sua primeira impressão foi realizada em Coimbra, 1595.

> *(...) Por vezes me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas e três semelhantes, ou compondo-se (o que é mais certo) com mistura de todas elas: umas tão delgadas e sutis, outras tão duras e escabrosas, outras tão interiores e escuras e mais afogadas na garganta que pronunciadas na língua; outras tão curtas e subidas, outras tão estendidas e multiplicadas, que não percebem os ouvidos mais que a confusão, sendo certo em todo rigor, que as tais línguas não se ouvem, pois se não ouve delas mais que o sonido, e não palavras desarticuladas e humanas (VIEIRA, s/d, p. 138).*

Este exemplo de Vieira me permite a ousadia de imaginar a cena que Fresnot poderia fazer com ela!

Penso que o procedimento de transcrição, das línguas nativas, pelos padres, se realizou, como descreve Pe. Vieira, a partir de elementos fonéticos, posto que não havia código escrito. Portanto, não se pode deixar de registrar que os códigos, os signos advindos da cultura oral não tinham relações com os códigos, signos e significados atribuídos a ela pela cultura escrita européia.

Pe. Vieira continua a contribuir quando nos revela a acentuada diferença entre aprender uma língua de tradição oral, como era a dos nativos da colônia portuguesa e uma outra, por mais estranha que soasse aos ouvidos lusitanos, que tinha tradição escrita, como a dos orientais. Segue o excerto quando ele compara e distingui o esforço empreendido no aprendizado das línguas:

> *As letras dos chinas e dos japões, muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como as do egípcios, mas enfim, é aprender língua de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia, e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela; distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas como nos costumes, não há dúvida que é empresa muito árdua a qualquer entendimento, e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida com Deus (VIEIRA, s.d. p.139).*

Limito essas considerações sobre a questão da pluralidade lingüística, das dificuldades do estabelecimento da conversação, enfim, do universo babélico do período colonial, encontrado nos relatos da época, descrito no romance de Ana Miranda e encenado no filme de Fresnot, observando que a compreensão e o entendimento do funcionamento da tradição da cultura oral auxiliam no trabalho pedagógico, inclusive, permitindo que se ponderasse acerca

da complexa estrutura lingüística dos índios. Na dinâmica para se dominar o idioma local, tem-se aprendizados culturais reveladores quando, por exemplo, identificavam que diferenças lingüísticas se explicavam ou se originavam a partir das relações sociais e familiares das comunidades. Exemplificando melhor esta idéia, podemos identificar que, se na língua portuguesa encontrava-se um significado único para os termos irmãos, irmãs, tios, tias, primos e primas na linguagem indígena essa normatização inexistia (VICENTE DO SALVADOR, 1982: 77/78). Era a relação familiar que municiava significados e fornecia os termos, diferenciando-os, por exemplo, o tio paterno do materno entre tantas outras.

Para o ensino da História da Educação, DESMUNDO permite estabelecer relações com diversos outros temas relacionados ao século XVI. O filme encena questões inerentes à geografia local, a ambientação do cotidiano dos portugueses na colônia, o estágio do desenvolvimento tecnológico da época, o universo feminino e, principalmente, a estratégia da utilização da música como uma das características da pedagogia jesuítica para os índios.

4 - Considerações Finais

Apesar das premiações, DESMUNDO não foi bem aceito pelo grande público. Diferentemente das histórias contadas por Hollywood, ele tem uma cadência lenta, que não glorifica nem embeleza a história. Todavia, permite ao expectador não esvaziar o filme como atividade artística, contribuindo com a formação do senso estético, e a sintonizar-se problematizando questões que conformam o início do processo civilizatório brasileiro. Portanto, DESMUNDO, apesar da artificialidade cênica, permite reflexões que tendem a promover a superaração de um deslumbramento ingênuo que permeia boa parte do imaginário contemporâneo à cerca deste período histórico. Oportuniza parar para pensar na elaboração do conhecimento histórico, haja vista a compreensão de que para muitos a única história que existe é a história que Hollywood conta. DESMUNDO permite que a difícil fórmula sobre a reflexão e o entretenimento seja desenvolvida e produza resultados significativos para o desenvolvimento da percepção humana.

Atualmente, os discursos sobre Cinema e sobre os filmes destacam as premissas teóricas que afirmam o cinema como técnica de reprodução, enfatizando a importância da operação de deslocamento da noção de cinema. Os filmes são vistos como produto da indústria cultural. Não se pode deixar de registrar que o cinema, os filmes e todas as relações e circunstâncias que os envolvem estão sob os ditames da maquinaria, são estigmatizados pelo signo da mercadoria. Faz-se oportuno ressaltar que o orçamento de DESMUNDO foi de R$ 6 milhões.

Levar em consideração essa relação significa um deslocamento nos processos de análises sobre o Cinema. O tratamento teórico não enfatiza mais a noção de cinema como "Sétima arte", cunhada em 1912, por Ricciotto Canudo (1879-1923), historiador italiano da cultura francesa.

Entretanto, reconhecer os aspectos comerciais que caracterizam as relações da produção e da distribuição cinematográfica não impede o estabelecimento de outras possibilidades de interpretações, quando se trabalha culturalmente com eles.

Para Eisentein (1898-1948), o cinema não se limitava a contar uma história. Para ele o cinema poderia produzir idéias buscando manter o espectador ativo e participante. Para Walter Benjamin (1892-1940), o cinema tinha a capacidade de ir até estratos ocultos da realidade, provocando paralelamente à diversão um alargamento da percepção.

Na tensão deste espaço, abre-se a oportunidade da criação, da participação, da produção de idéias não só dos temas em debate mas também da realidade em que se vive. Abre-se a oportunidade para se pensar, falar e debater sobre a arte, sobre a condição humana, sobre a sociedade, sobre o Brasil e sobre o mundo. Reforça-se, portanto, a idéia da promoção do alargamento da percepção humana por meio de filmes entre participantes envolvidos em processos acadêmicos, escolares e outros processos culturais, sem contudo, não olvidar que os filmes, de qualquer gênero, DESMUNDO, inclusive trazem a marca – não mecânica e não reduzida - de seu tempo.

Este procedimento teórico-metodológico se ampara em uma concepção de Educação, que tem proximidade com a noção de *educere*, termo que tem contigüidade com o vir à tona, revelar, emergir. Sob este pressuposto, entende-se que nos processos acadêmicos e educacionais a prioridade não é a de ensinar ou dar respostas mas, a de proporcionar meios para produção de questões, para a construção do conhecimento, para que as perguntas se realizem, para que a aprendizagem se torne, tanto quanto possível, menos reprodutora e sim autônoma, singular e criadora.

Referências

ANCHIETA, José de. (1534-1597). Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. BH: Itatiaia: SP: EDUSP, 1988.

AZPILCUETA, Navarro & outros. Cartas avulsas, (1550-1568). BH: Itatiaia: SP: EDUSP, 1988.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil: História da Província Santa Cruz. BH: Itatiaia, SP: EDUSP, 1980.

NÓBREGA, Manoel da. (1517-1570). Cartas do Brasil. BH: Itatiaia, SP: EDUSP, 1988.
PAVAM, Rosane. DESMUNDO. Revista de Cinema. www.revistadecinema.com.br (Acesso em 02/06/2005).
PIZA, Daniel. O grande sertão sem fronteiras. In: Revista Entre Livros, São Paulo: Ediouro, Janeiro, 2006, p. 34-47.
Tribuna da Imprensa *on-line*. www. anamirandaliteratura.hpgvip.com.br (Acesso em 26/11/2006).
SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. SP: Cia. Ed. Nacional - EDUSP, Coleção Brasiliana, V. nº 117. 1971.
VASCONCELOS, Simão. (1597-1671). Crônica da Cia. de Jesus. Petrópolis: Vozes: Brasília: INL, 1977.
VICENTE DO SALVADOR, Frei. (1564-1639). História do Brasil: 1500-1627. BH: Itatiaia. SP: EDUSP, 1982.
VIEIRA, Pe. Antonio. Sermões. SP: Cultrix: s.d.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cinema e Historiografia:

o atual debate sobre a Independência Norte-Americana[1]

Renato Lopes Leite*

Resumo: A reflexão pretende analisar o sentido e as mudanças da identidade dos norte-americanos a partir da narrativa historiográfica e cinematográfica de alguns filmes sobre a Revolução da Independência dos Estados Unidos.

Palavras-chave: História intelectual – Teoria e historiografia.

Abstract: This reflection analyzes the sense of the identity of the North Americans from the historiography and cinematographic narrative of some films about the Independence of the United States.

Keywords: Intellectual history - Theory and historiography.

Esta reflexão é um produto de minha atual pesquisa sobre "Cipriano Barata e a liberdade republicana", cujo foco central é verificar as transferências e adaptações intelectuais entre a Independência dos Estados Unidos e a Independência do Brasil, ou a influência do conceito de liberdade cívico-humanista.

Um dos problemas atuais de tal tema é o forte anti-americanismo em todo o mundo (pós-era Clinton-Bush) que dificulta ou obscurece o debate do passado da perspectiva do presente (RÜSEN, 2005: 9-40). Neste aspecto, é interessante verificar também que o cinema expõe seus temas através de uma narrativa cuja repercussão tem maior alcance que o discurso historiográfico (a explicação do historiador). Daí o interesse de utilizar o cinema como objeto de reflexão e também como linguagem que pode veicular a mensagem dos historiadores.

Normalmente tendemos a ver o cinema como meio de comunicação de massa, o que induz a uma série de idéias pré-concebidas. Como o preconceito de associar mídia e

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

* Professor Adjunto na Universidade Federal do Paraná - UFPR/Brasil. Fez pós-doutorado através da Universidade de Coimbra (2000). Pesquisador CNPq.

massa ao regime totalitário, hoje algo ultrapassado em particular devido ao revisionismo proposto pelo conceito cultura de massa (RIOUX, SIRINELLI: 2002). Nesse aspecto seria interessante ressaltar que o cinema, mesmo com a atual unanimidade do anti-americanismo, normalmente cativa o interesse pela cultura que a cinematografia representa (isto é, o respeito ou o interesse pelo jazz, pela arte pictórica, pela literatura e, claro, pelo cinema dos Estados Unidos). (Talvez esse seja um aspecto mais típico do anti-americanismo da 1ª metade do século XX). Ou seja, o cinema sempre se caracterizou por uma forte penetração ou repercussão. Hoje, mesmo com o forte e unânime anti-americanismo, ainda é perceptível um certo interesse pelo prestígio do cinema norte-americano.

Esses dois aspectos justificam o interesse pelo tema.

Para este texto procurei formular uma questão para nortear a análise da historiografia e do cinema sobre a Independência Norte-Americana, qual seja: a linguagem cinematográfica repercute a historiografia? Ou, há alguma relação entre as interpretações historiográficas e as narrativas cinematográficas?

Primeiramente foi possível verificar um grande corte ou ruptura da narrativa cinematográfica entre as décadas de 1960 e 1970. Principalmente no que concerne a representação do negro e do índio nas telas: ou seja, a partir dos anos 1970 há um declínio do gênero *cowboy* (marcado por um esteriótipo do indígena como alcoólatra, selvagem e violento), e a ascensão de filmes com uma representação do indígena com toda a sua dignidade cultural e humana. O filme *Broughtbrake Mountaim* sugere essa necessária reciclagem do gênero *cowboy*. É preciso ressaltar que o gênero *cowboy* foi muito utilizado para retratar a conquista do oeste dos EUA no século XIX, momento de sua consolidação ou institucionalização.

Um segundo ponto interessante é verificar que são poucos os filmes que retratam a Independência dos EUA. Como notou Marc Ferro, contrasta a existência de larga filmografia sobre a Guerra Civil e poucos filmes sobre a Independência (FERRO, 1981: 147-149).

Um terceiro ponto relevante é refletir sobre dois filmes que retratam o episódio da Independência dos EUA. São eles: 1] *Drums Along the Mohawk* (John Ford, 1939), e 2] *The Patriot* (Roland Emmerich, 2000). Chama a atenção, nos dois filmes, o uso da bandeira como símbolo patriótico. No 1º filme a bandeira Norte-Americana converte-se em símbolo da representação da união racial (branco, negro). E no 2º filme representa a glória, potência ou superioridade da nação (superioridade sobre o bárbaros e efeminados ingleses).

A seguir então vamos desenvolver a argumentação sobre este problema do

patriotismo sobre dois aspectos: o 1º, o patriotismo adotado pela cinema e, o 2º, as dissensões do atual debate historiográfico que tendem a ignorar ou minimizar o patriotismo dos pais fundadores.

Uma das principais correntes interpretativas da Independência dos EUA é formada pela historiografia contextualista (POCOCK, 1975: 506-552. BAYLIN, 2003. WOOD, 2004. APPLEBY, 2003. VIDAL, 2003. POCOCK, 2003: 323-362). Essa historiografia vê a Independência americana como um evento renascentista, influenciado pela tradição cívico-humanista de viés republicano-maquiaveliano: um dos conceitos fortes dessa ideologia seria a noção de virtude, que pode ser entendida como relações de igualdade entre cidadãos envolvidos no governar e no ser governados, também como prática da vida ativa (Cícero) ou comando ativo dos cidadãos (iguais e dedicados ao bem público) em enfrentar os infortúnios, e ainda devoção ao bem público. Neste último sentido pode-se pensar em uma proximidade entre a *virtù* cívico-humanista e a posterior vulgarização da noção de "patriotismo".

A interpretação de Gore Vidal, p. ex., é uma narrativa dramatizada onde Washington e os outros líderes proeminentes do federalismo desenvolvem ações titânicas, durante o período da Convenção de ratificação (1787-1788), para evitar a fragmentação da jovem república ou o fim da união. Ainda que para isso sejam praticamente obrigados pelas circunstâncias ou pelo contexto, a negociarem ou aceitarem a permanência da escravidão e do tráfico de escravos. É este o argumento central que norteia Gore Vidal e os outros historiadores desta corrente. O problema é que o cinema não avalizou esta interpretação. Até porque este viés se parece muito com o ufanismo tradicional dos pais fundadores.

Mas por outro lado surgiu/há/fez-se recentemente um filme que se baseou/valorizou exatamente a versão oposta: a historiografia pós-moderna ou multiculturalista. Trata-se do filme *Jefferson in Paris* (James Ivory, 1995), cujo argumento central é o sexismo de Jefferson, pai de 5 filhos cuja mãe era uma escrava. O objetivo desta historiografia (manifesta no filme) naturalmente é questionar a noção de liberdade e democracia deste que é o mais radical (no sentido de procurar estender as liberdades às minorias ou desfavorecidos) pensador do republicanismo dos EUA.

A vertente multiculturalista da historiografia pós-moderna critica fortemente, portanto, os pais fundadores da pátria Norte-Americana (WIENCEK, 2003. WILLS, 2003. BERAN. 2003. BERNSTEIN. 2003). Há pois um declínio ou mal estar com relação a tudo o que o termo patriotismo representa, ainda que seja aquela noção de virtude florentina e maquiaveliana que desapareceu no século XVIII. O argumento central desta interpretação

multiculturalista é o absurdo da manutenção da escravidão quando da Independência. Ou seja, a atual geração (ou público, ou comunidade) encara o fato "Indepenência" da perspectiva da década de 1960, isto é, a partir das conquistas do movimento dos direitos civis dos negros (e outras minorias). Há pois uma re-leitura do passado realizada por esta historiografia multiculturalista, que é uma representação muito forte pois conta com a adesão da comunidade. De modo que, hoje, há uma acesa polêmica entre historiadores contextualistas e historiadores multiculturalistas.

Os contextualistas procuram criticar essa interpretação multiculturalista. Bernard Bailyn, p. ex., argumenta que é necessário contextualizar. Gordon Wood descarta os exageros, deturpações e adulterações interpretativas da historiografia multiculturalista. E fez também uma biografia de Benjamin Franklin com sabor pitoresco de romance, mas que sugere trazer para o 1º plano o pai fundador que tem origem pobre e, além de antiescravista, e não proprietário de escravos, não é ambivalente e trabalha pelo fim da escravidão. Gore Vidal também repete o argumento, só que através de uma dramatização em estilo de romance, segundo a qual acabar com a escravidão faria os estados do Sul saírem da união federal: ou seja, argumenta no sentido de recuperar o contexto.

O cinema, por fim, não considerou esta versão historiográfica do humanismo cívico. Há, talvez, algumas contradições ou ambivalências, pois filmes que se aproveitam dos avanços do multiculturalismo, como *O Patriota,* estrelado por Mel Gibson, apresentam também forte apelo patriótico (mas não no sentido de virtude cívica). Nele há um personagem negro que aparece com toda a dignidade, heroísmo e caráter, que reiteradas vezes menciona a promessa de liberdade por agregar-se ao exército. No filme, os principais argumentos da historiografia contextualista, como a noção renascentista de virtude como coragem, não aparecem. Nenhum pai fundador ou panfletário importante é mencionado. Mas há um apelo extremamente patriótico com a bandeira, numa cena em batalha no final do filme. Ou seja, o patriotismo no sentido de devoção a coisa pública, que aparece na retórica dos pais fundadores, e é um dos argumentos centrais do contextualismo, e é ironizado pelos multiculturalista, surge num momento que marca o clímax do filme, através da exposição de uma mera imagem: a bandeira dos EUA. Ela aparece na tela por vários minutos e realiza um apelo patriótico. Na cena, Mel Gibson apanha a bandeira do chão. Bandeira em punha, ele corre em câmera lenta e reorganiza o exército, elimina com a haste da bandeira seu principal desafeto, e vence a batalha.

Tal imagem de glorificação através da imagem da bandeira é uma releitura de um filme de 1939, *Drums Along the Mohawk* (John Ford). Neste filme a bandeira surge como

imagem final do filme, e simboliza a união racial talvez desejada pelo diretor do filme. Nesta última cena a câmera perpassa um casal branco, um índico e um negro, e sobe em direção à torre da igreja, onde um soldado finca a bandeira e o filme acaba.

Em conclusão, é o patriotismo não-virtuoso que permanece (através do apelo emocional e simbólico à bandeira). Mas as narrativas dos filmes absorveram e incorporaram a crítica ao sexismo, preconceito e escravismo, de modo que percebe-se um certo mal estar no tratamento dos pais fundadores. Na era do "politicamente correto" talvez seja difícil narrar no cinema os debates sobre as virtudes da república, ou o contexto proposto pela historiografia cívico-humanista.

O cinema parece preferir, assim, aproveitar apenas elementos da historiografia. Prefere explorar pólos do debate, de modo a repercutir mais o juízo ou interpretação predominante na comunidade sobre o passado.

Referências bibliográficas:

APPLEBY, Joyce. *Thomas Jefferson*. New York : Times Books, 2003.

BAILYN, Bernard. *To Begin the World Anew: the genius and ambiguities of the American founders*. New York : Knopf, 2003.

BERAN, Michael Knox. *Jefferson's demons: Portrait of a Restless Mind*. New York: Free Press, 2003.

BERNSTEIN, R. B. *Thomas Jefferson*. New York: Oxford University Press, 2003.

FERRO, Marc. *Cinema and History*. Detroit : Wayne State University Press, 1981.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POCOCK, John. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition*. New Yersey / Chichester : Princeton University Press, 1975.

RIOUX, Jean-Pierre Rioux. SIRINELLI, Jean-François (org). *La Culture de masse: En France de la Belle Epoque à aujourd'hui*. Paris : Fayard, 2002.

RÜSEN, Jörn. History: *Narration, Interpretation, Orientation (Making Sense of History*. New York : Berghan Books, 2005.

VIDAL, Gore. *Inventing a Nation*. New Haven : Yale University Press, 2003.

WIENCEK, Henry. *An imperfect God: George Washington, His Slaves, and the Creation of America*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2003.

WILLS, Garry. *'Negro President': Jefferson and the Slave Power*. Boston: Houghton Mifflin

Company, 2003.

WOOD, Gordon. *The Americanization of Benjamin Franklin*. New York : Penguin Press, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre números: o modelo do abandono de recém-nascidos na Freguesia de Nª Srª da Apresentação, na segunda metade do sec. XVIII – Capitania do Rio Grande do Norte

Thiago do Nascimento Torres de Paula*

Resumo: Segundo a historiadora Diane Valdez, a história da criança abandonada não é recente. Sendo assim, o objetivo de nossa pesquisa é demonstrar como se comportou o processo de abandono de crianças recém-nascidas na Freguesia de Nª Srª da Apresentação na segunda parte do século XVIII. Autores como, Carlos de Almeida Prado Bacellar, Renato Pinto Venâncio, Maria Luiza Marcílio, entre outros, foram referenciais importantes para nortear a busca de nosso objeto nos documentos de batismo e óbito da dita freguesia. Tais fontes foram tratadas e analizadas, segundo o método Quantitativo-serial-demográfico, que não só nós permitiu saber da existência de recém-nascidos abandonados naquela região da América portuguesa, como também possibilitou a elaboração de um conjunto de tabelas que nos revelou informações como: o índice do abandono; a freqüência dos abandonos; os locais de abandono; etc.

Palavras-chave: freguesia - criança – abandono.

Abstract: According to the historian Diane Valdez, the abandoned child's history it is not recent. Being like this, the objective of our research is to demonstrate as behaved the process of newly born children's abandonment in the Clientele of Nª Srª da Apresentação on Monday it leaves of the century XVIII. Authors as: Carlos de Almeida Prado Bacellar, Renato Pinto Venâncio, Maria Luiza Marcílio, among other, they went important points to orientate the search of our object in the baptism documents and death of the said clientele. Such sources were treated and analyzed according to the Quantitative-serial-demographic method, that not only we allowed to know of the existence of abandoned newly born in that area of Portuguese America, as well as it made possible the elaboration of a group of tables that revealed us information as: the index of the abandonment; the frequency of the abandonments; the places of abandonment; etc

Keywords: parish - child – abandonment.

A historiadora Mello e Souza, chama a atenção para a política do Império Português, no tocante ao abandono de recém-nascidos na segunda parte do século XVIII. Em 1775 o ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, criou o alvará que regulamentou de uma maneira muito mais estrita e definida o assunto em questão. Segundo Mello e Souza, essa foi uma das principais leis criadas pela Coroa nos anos de setecentos. Bem mais relacionada para

*Bacharel-licenciado em História pela UFRN, onde cursa o mestrado em História e Espaços.

expostos (recém-nascidos abandonados), Santas Casa da Misericórdia e juizes de Órfãos, deixando um pouco de lado as implicações camararias, no que relativo o trato com os enjeitados.

Para Mello e Souza, o ano de 1775 não representava apenas o fim do terceiro quartel do século XVIII, mas também o momento em que, "intensificou-se a luta pela criação das rodas de expostos nas Misericórdias ou mesmo em casas de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes". (MELLO E SOUZA, 1999: 67)

Mesmo havendo essa permissão do governo metropolitano, para instalação de rodas nos domicílios, acreditamos que nem isso tenha ocorrido no principal núcleo de povoamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que era a cidade do Natal, onde não houve nem Santa Casa nem Roda. Principalmente por causa da quantidade de expostos que surgiram durante a segunda metade do século XVIII e, além de tudo, pela freqüência em que ocorreram os tais abandonos.

Sendo assim, um conjunto de tabelas construídas a partir de pesquisas empíricas nas fontes quantitativas, de batismo e óbito, nos possibilitaram trazer a tona, não simplesmente só a existência dos expostos, mas sobretudo modelo desse a abandono de crianças recém-nascidas na comunidade

A tabela 1, nos permite saber que medida algumas mães e até mesmo pais, abandonaram seus filhos nas terras da freguesia. Em toda a segunda metade do século XVIII, foi possível contabilizar dois mil e cem recém-nascidos batizados, dos quais apenas oitenta e dois eram expostos. Com isso podemos arrolar um índice bastante baixo de pequenos abandonados, que foi de apenas 3,9%. E que podemos considerar uma porcentagem pequena quando comparamos com outras localidades da América portuguesa.

Na segunda metade dos anos setecentistas, no meio urbano das cidades de Minas Gerais, o abandono de recém-nascidos chegava a 10% das crianças batizadas, atingindo freqüência que oscilavam entre 20% e 25% nas regiões portuárias como, Salvador e Rio de Janeiro. (VENÂNCIO, 2002).

Batismo de livres	Batismo de expostos	Nº Rel. de expostos
2100	82	3,9 %

TABELA 1 : INDICE GERAL DO ABANDONO DE CRIANÇAS DE 1753 - 1795
Fonte: LIVRO DE BATISMO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO.

Segundo Mello e Souza, "zonas urbanas expunham mais as crianças do que zonas rurais, onde as transformações lentas e as solidariedades mais acentuadas propiciavam melhor recepção aos enjeitados". (MELLO E SOUZA, 1999 : 58). Estando a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação localizada em uma capitania periférica, sem grande representatividade econômica, a pequena freqüência na prática de abandonar os pequeninos pode ser comparada com outros espaços luso-americanos. Espaços que foram caracterizados por economias que não eram de exportação.

Marcílio revela que em uma sociedade composta por pescadores e pequenos agricultores em São Paulo na região de Ubatuba, na segunda metade do século XVIII e princípio do século XIX, a prática de abandonar recém-nascidos quase não existia pois o índice correspondia a 0,6%. (MARCÍLIO, 1986). Faria, nos revela que em outras regiões em que não havia uma economia exportação, como: Guaratiba; Irajá; Jacarepaguá e Inhaúma, no Rio de Janeiro o número relativo de abandonos de recém-nascidos era de 3,3% (FARIA, 1998), tão baixo quanto o da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Macedo nos possibilita saber qual foi o índice arrolado de crianças abandonadas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, localizada no sertão da capitania do Rio Grande do Norte, no final do século XVIII e início do século XIX, que foi em torno de 5,6%. (MACEDO, 2002). Salientamos que o indice de abandono identificado por Macedo, é apenas um pouco superior ao da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, mas mesmo assim ainda corresponde a um número relacionado a uma economia que também não era de exportação, ao mesmo considerado-se que essa região da capitania fornecia gado para Pernambuco.

Frisamos também, que em outros espaços da colônia esse pequeno índice de abandono foi uma realidade. Venâncio, estudando uma comunidade na região de Minas Gerais, conhecida como Catas Altas, a qual teve a economia fundamentada na agricultura de subsistência, observa que o número relativo de expostos identificados, ficava na ordem de 2,4% no final do século XVIII. (VENÂNCIO, 2000). Mello e Souza, outra grande estudiosa do passado colonial mineiro, também detectou cifras bastante baixas em algumas comunidades com relação a pratica de enjeitar os filhos. A título de exemplos temos: Cachoeira do Brumado; São José do Raposo e Crasto de Cima, em todas essa localidades foi registrado um índice de apenas 0,2% de expostos. (MELLO E SOUZA, 1999).

Sendo dessa maneira, podemos perceber que o número baixo de crianças recém-nascidas abandonadas, quando comparado aos centros urbanos da América portuguesa, não era algo exclusivo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada no norte da

colônia. Ainda assim, não podemos deixar de comentar que a pesquisa em um conjunto documental composto por mil duzentos e trinta Assentos de óbitos, nos possibilitaram identificar em números absolutos 38 expostos, dos quais apenas seis tem referência nos Assentos de batismo. Provavelmente os demais 32 enjeitados tiveram seus registros de batismo destruídos pelo tempo.

Deixamos claro, que os 32 expostos presentes nos Assentos de óbitos, não foram contabilizados para obtenção do índice de abandono na freguesia.

Períodos	Batizados	Expostos	
		Nº Abs.	Nº Rel.
1753 - 1757	351	8	2,2%
1760 - 1766	353	27	7,6%
1768 - 1777	717	33	4,6%
1786 - 1795	679	14	2,0%

TABELA 2 : BATISMO DE EXPOSTOS SOBRE OS BATISMO DE LIVRES, 1753 - 1795
Fonte: L. B. F. N. S. A.

A tabela 2, nos permite visualizar a segunda metade do século XVIII, divida em quatro momentos marcados por algumas lacunas. Nela podemos ver o número de batizados que foram realizados em cada período, e que de uma maneira geral, as cifras são praticamente equânimes. O mais importante é saber que entre esses catecúmenos poucos eram expostos e, sobretudo, que eles estiveram presentes em todo período investigado, configurando que o ato de abandono crianças recém-nascidas na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foi uma constante.

A tabela 3, demonstra a partir de uma amostragem, que os genitores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação tinham uma preocupação com o destino de seus filhos enjeitados.

Localidades	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Domicílios	82	100%

TABELA 3 : LOCAL ONDE SURGIRAM EXPOSTOS, 1753 – 1795.
Fonte: L. B. F. N. S. A.

Preocupação essa, que está diretamente relacionada ao local onde todos os recém-nascidos da segunda metade do século XVIII foram abandonados. Os números deixam evidente o cuidado das pessoas em abandonar as criaturinhas em domicílios. Em nenhum momento, os caminhos, as igrejas, os logradouros, as capelas ou mesmo o Senado da Câmara foram lugares elegidos para se deixar os pequeninos, já que possivelmente haveria uma

probabilidade muito maior de morrem de fome, frio ou atacados por animais, como ocorria nos grandes centros urbanos.

A maneira com que os pais abandonaram regularmente seus filhos na freguesia, somente confirma o raciocínio de Marcílio, pois, "vendo o fenômeno abandono de crianças na perspectiva histórica ampla, abrangente, podemos afirmar, sem incorrer em grandes erros, que a maioria das crianças que os pais abandonaram não foram assistidas por instituições especializadas. Elas foram acolhidas por famílias substitutas". (MARCILIO, 2001: 55).

A tabela 4, nos permite visualizar os mais variados tipos de domicílios onde os expostos da freguesia foram projetados. As casas chefiadas por homens foram a grande escolha de quem por algum motivo necessitava abandonar um recém-nascido, tal predileção correspondeu a 69,3% dos domicílios que receberam enjeitados. Mas ressaltamos que essa porcentagem estava dividida em três categorias: domicílios de pessoas que eram aparentemente apenas colonos, tendo recebido 54,8% dos abandonados; domicílios de escravos, que receberam 2,4% e domicílios de militares, que tiveram "deixados em suas portas" 12,1% dos enjeitados.

Os domicílios chefiados por mulheres receberam 28% dos enjeitados, considerando que o conjunto de colonas que viviam na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, eram mulheres solteiras ou declaradas viúvas, sendo ainda algumas delas proprietárias de escravos. E 2,4% não foram possíveis identificar os locais de abandono.

Domicílios de:	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Colonos	45	54,8%
Colonas	23	28%
Escravos	2	2,4%
Militares	10	12,1%
Sacerdotes	_	_
Funcionários Reais	_	_
DNI	2	2,4%

Obs.: DNI = domicílio não identificado.

TABELA 4 : DOMICÍLIOS ONDE SURGIRAM EXPOSTOS, 1753 – 1795.

Fonte: L. B. F. N. S. A.

Os estudos investigativos tanto nos documentos de batismo quanto nos documentos de óbito não revelaram a existência de recém-nascidos abandonados na casa de sacerdotes. Porém, como a tabela 4, tal como as demais foi construída baseada dos dados retirados dos Assentos de batismo, não foi contabilizado nela a existência de um recém-

nascido deixado na porta da casa do Provedor da Fazenda Real, o senhor Antonio Carneiro de Albuquerque, já que o pequeno abandonado foi identificado nos documentos de enterramento. (ASSENTO DE ÓBITO, 1798).

Chamamos atenção que possivelmente a busca de casa de colonos para se abandonar crianças, colonos esses que já tinham famílias constituídas, representasse uma tentativa de oferecer ao filho enjeitado uma melhor sobrevivência num ambiente teoricamente estável. Contra-sensos também foram localizados nos locais de abandono, como: dentre os colonos um era solteiro. Será que o exposto era filho dele? Não sabemos, e nem descartamos a possibilidade. Porém, o que especulamos é que tipo de trato teve uma criança enjeitada em uma casa onde não havia uma mulher com a mínima experiência na criação de filhos. Como também não descartamos a hipótese do dito colono ter entregue o enjeitado para uma família com potencial de criação. Um outro problema, são os dois enjeitados na casa de escravos. Qual seria a perspectiva dos pais que abandonavam seus rebentos na porta de cativos? Já que os escravos eram criaturas sem nenhuma estabilidade e nem personalidade jurídica. (MATTOSO, 1990).

Podemos destacar o caso, do preto Joaquim que no ano de 1763 era escravo de Joaquim de Moraz (sic), morador no Ferreiro Torto. Por volta da meia noite, da quarta para quinta- feira, na data de 14-15 de setembro de 1763, o preto Joaquim encontrou deixado na porta de sua casa uma criança, que não portava nenhum bilhete. Salientamos que o pequeno exposto foi batizado subcondição, provavelmente por não aparentar boa saúde e possivelmente ainda não ter recebido o primeiro sacramento de sua vida, o batismo. Acreditamos também que o exposto tenha sido recolhido pelo dito escravo, pois o mesmo conduziu a criança até a igreja matriz, e se tornou padrinho do exposto junto com sua mulher Feliciana, que na época era uma preta forra. (ASSENTO DE BATISMO, 1763).

Na tabela 5, nós temos uma distribuição dos lugares de batismo dos pequenos enjeitados na freguesia. Esse mapeamento nos permite conjeturar que a maioria dos domicílios receptores da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação estavam localizados no espaço rural, pois 60,9% dos expostos foram batizados em capelas.

Locais	Expostos	
	Nº Abs.	Nº Rel.
Ig. matriz	25	30,4%
Capelas	50	60,9%
Domicílios	2	2,4%
LNI	5	6%

Obs.: LNI = local não identificado.
TABELA 5 : LOCAIS ONDE FORAM REALIZADOS OS BATISMOS DE EXPOSTOS, 1753 -1795
Fonte: L. B. F. N. S. A.

Diante desse panorama, podemos comparar essa freguesia com a região de Sorocaba, onde 80% dos domicílios receptores estavam localizados no espaço rural e apenas 20% apresentaram-se na área urbana. Pois, segundo Bacellar, "nenhum autor brasileiro jamais sugeriu, de modo explícito, que a exposição [de crianças] seria um fenômeno passível de ocorrer em tal grandeza no meio rural [...]." (BACELLAR, 2002 : 24). Isso demonstra que o caso, na freguesia em questão, é portador de "aspetos singulares" nas pesquisas brasileiras sobre abandono de crianças recém-nascidas no século XVIII.

A tabela 6, apresenta a repartição por sexo dos expostos da freguesia. Apesar dos meninos terem sido mais abandonados que as meninas, não cremos que tenha havido uma preferência entre os colonos em querem abandonar mais meninos. Mello e Souza, afirma que isso era apenas um "refluxo da flutuação natural que sempre corre no tocante a uma distribuição de nascimentos entre os sexos, acabando, ao fim e ao cabo, por se auto-regular". (MELLO E SOUZA, 1999 : 51).

Períodos	Expostos	Masculinos	Femininos	R. S.
1753 - 1757	8	5	3	62,5%
1760 - 1766	27	16	11	59,2%
1768 – 1777	33	19	14	57,5%
1786 - 1795	14	9	4	64,2%

Obs.: R. S = a razão de sexo, que corresponde a porcentagem de meninos sobre meninas.
TABELA 6: REPARTIÇÂO POR SEXO DOS EXPOSTOS, 1753 – 1795.
Fonte: L. B. F. N. S. A.

No que é relacionado à razão de sexo, em alguns lugares da América portuguesa, determinados estudos de caso identificaram tendências a um equilíbrio nos abandonos, tal como na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Por exemplo, na paróquia da Sé de São Paulo (1763-1770), incluindo também a jurisdição da Santo Amaro (1760-1810), trabalhadas por Venâncio. Já, Silva, investigando a mesma questão na lista nominativa para a cidade de São Paulo, encontrou uma realidade de 85 expostos, sendo 44 meninos e 41 meninas. (MARCÍLIO, 2001).

Na vila de Sorocaba, a razão de sexo também apresentou-se equilibrada. Pois, ao estudar esta região no período de 1737-1845, Bacellar identificou um grupo que correspondia a 531 enjeitados e 521 enjeitadas. (BACELLAR, 2002).

Todavia, a amostragem de tabelas apresentada anteriormente contribuiu para construção do seguinte quadro: a população de expostos não representou um conjunto de grande representação em números absolutos; não houve nenhum momento em que se acentuou o número de expostos na freguesia; houve claramente uma espécie de regularidade no nível do abandono; todos os recém-nascidos foram abandonados em domicílios, não houve evidências de expostos em caminhos, logradouros, portas de igrejas ou capelas, ou mesmo no Senado da Câmara; descobrimos também uma predileção da comunidade em abandonar seus filhos em domicílios comandados por homens, o que sugeria um lugar onde existia um grupo estável, uma família.

Por fim, detectamos que a maioria dos expostos foram batizados nas capelas, tal como a maior parte das crianças nascidas livres na freguesia, e que no decorrer da segunda metade do século XVIII foi marcada por uma auto-regulação demográfica no que é relativo ao abandono de meninos e meninas.

Fontes e referências bibliográficas:

ASSENTOS DE BATISMO. Registro manuscritos de 1753-1795. Natal: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

ASSENTOS DE ÓBITO. Registros manuscritos de 1760-1800. Natal: Acervo do instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonados nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, Século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (org.). **Segredos de família**. São Paulo: Ed. Annablume/Menge, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara**: terra e população – Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: DE FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Norma conflito***:* e aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundo mestiço**: relação interetnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX. Caicó: UFRN – Departamento de História e Geografia, 2002. (Monografia de graduação)

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

_____. **Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais***: 1775 – 1875*. In: Diálogo*s*, v.4, n.4, p. 111 – 123, 2000.

_____. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coor.). **História das mulheres no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A produção da Família Brasileira através de uma Revista produzida em família: um estudo de gênero na experiência da Revista Feminina no início do século XX

Ana Carolina Eiras Coelho Soares[1]

A *Revista Feminina* foi fundada por Virgilina de Souza Salles em 1914, na cidade de Mogi das Cruzes. Os três primeiros exemplares saíram em formato de jornal editado com o nome de *Luta Moderna*, até que houvesse a mudança do nome. Sua proposta era criar uma "leitura sã e moral" para a "educação doméstica e para a orientação do espírito feminino" dentro de padrões que trouxessem uma verdadeira educação da mulher. A revista se pretendia ser uma produção feita por mulheres para o público exclusivamente feminino.

D. Virgilina de Souza Salles era filha de Antônia Barbosa de Souza e Cláudio Justiniano de Souza, membros da elite paulista[2], e suas pretensões pedagógicas se mostraram em bastante consonância com os ideais morais católicos moderados desse momento histórico. A Revista Feminina propagava uma maneira de contribuir para a elevação da instrução feminina, e redigiu sobre diversos temas desse universo até o final de sua publicação. No entanto, a proposta de ser uma revista inovadora na luta feminina não continha nenhuma pretensão em ir de encontro com os padrões de comportamento vigentes. A defesa indelével durante três décadas de publicação do ideal de esposa e mãe não deixam dúvidas quanto as funções primordiais da mulher.

Mas, de fato alguns fatores foram inovadores para os padrões de publicações do início do século XX. A começar pela iniciativa de D. Virgilina de Souza Salles, em reunir mais de 60.000 endereços organizados por todos os estados brasileiros e ter enviado gratuitamente um total de 30.000 exemplares buscando angariar assinaturas, no intuito de continuar a sua circulação.

O dinheiro para a edição de tal empreitada aconteceu por um acordo publicitário entre a revista com a indústria de produtos de beleza das tinturas de cabelo Petalina e creme

---

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e bolsista FAPERJ.

[2] Schuma Schumaher, Erico Vital Brazil. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 523.

Dermina, de propriedade de Cláudio de Souza, irmão da dona da *Revista Feminina*, que além de literato exercia a função profissional de médico.

Apenas isso, já lhe conferia um status de inovação, uma vez que sua idéia de angariar assinaturas através da distribuição de exemplares gratuitos, a partir de uma sociedade com uma indústria de beleza já demonstra que a Revista Feminina foi um projeto editorial que acompanhou as mudanças modernizantes do início do século XX. Havia a aliança de um ideal pedagógico com as necessidades do sistema capitalista que se impunha as regras de produção no Brasil dessa época.

Inicialmente houve pouco mais de mil assinaturas, mas esse número não era o suficiente para cobrir os custos. No entanto, outra estratégia inovadora garantiu sua continuidade. A revista funcionava à base de assinaturas e em cada estado brasileiro havia uma embaixatriz nomeada para ser a responsável pelo recebimento, distribuição e divulgação para as leitoras de sua região. O prestígio conferido a estas senhoras era tal que todo número era publicado a foto de uma delas com os agradecimentos pelos seus esforços.

Cláudio de Souza também foi responsável pelos contatos com diversos intelectuais renomados, garantindo a sua colaboração.

Em doze meses a sua tiragem girava em torno de 15.000 exemplares, e em no início da década de vinte chegou a 25.000 exemplares vendidos, sendo considerado um enorme sucesso editorial, uma vez que seu público alvo era restrito – voltava-se apenas para a as matérias de interesse feminino. Deve-se levar em consideração também as questões históricas do período, uma vez que o índice de analfabetismo da população ainda era significativo e os jornais de maior publicação no mesmo período chegavam somente ao número de 10.000 exemplares[3]. Sob esse aspecto, a *Revista Feminina* foi um grande sucesso. Tanto que em 1924 foi aberta uma sucursal no Rio de Janeiro. Embora, em momento algum durante as edições, tenha sido explicitado as razões da abertura de uma "filial", creio que haja relação com o delicado momento vivido em São Paulo com as tensões deflagradas do movimento tenentista, além de demonstrar um maior *status* para a editoria da revista ao fixar-se na capital do país.

Dentre as diversas estratégias diferenciadoras da Revista Feminina destacou-se também a iniciativa de expor os trabalhos das leitoras que quisessem enviar à redação, tais como bordados, toalhas ou rendas, e vendê-los retirando apenas uma comissão para os custos da redação. Era uma forma de incentivar o trabalho feminino sem ferir a idéia de que sua dimensão deveria estar restrita ao domínio do privado.

[3] Ducília Buitoni. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986, p. 44.

Há uma explicação altruísta sobre tal assunto na matéria intitulada *O nosso êxito: o que dizem de nós*, de Janeiro de 1921

> *Todas as pessoas que quisessem podiam mandar seus trabalhos para a revista. Isso era para ajudar a mulher. Como a mulher na podia trabalhar, às vezes muito necessitada, mandava rendas do Norte, lindíssimas toalhas; a revista vendia e só tirava uma pequena comissão para sustentar as despesas da exposição. A revista estabelecia também concursos e vinham trabalhos muito bonitos.*

No decorrer da narrativa cita que a Baronesa de Araripe vinha constantemente adquirir alguns itens desse "bazar beneficente". Entretanto, existem algumas questões sobre tal atitude. A Revista Feminina propunha-se desde seu início a ser uma publicação voltada para um público feminino de senhoras de camadas sociais mais elevadas. Mas falava na matéria de mulheres sem condições sociais. E fazia questão de ressaltar que uma digna senhora – a Baronesa de Araripe, utilizando ainda a titulação nobiliárquica do Impérioomprava regularmente os produtos oferecidos, dando credibilidade e seriedade as tais exposições.
Além disso, e fundamental era que o corpo da redação e muitas das colaboradoras recebiam um salário fixo. D. Virigilina viveu em seus últimos anos exclusivamente dos ganhos de sua revista. A Revista Feminina constituiu-se, portanto, em uma das precursoras do jornalismo feminino que se pretendia profissional.[4] Levando-se em consideração que D. Virgilina era mulher da elite paulista seu sustento certamente não deveria advir de seu salário, mas ainda assim, a iniciativa de garantir que todas as pessoas envolvidas na redação era remuneradas retirava-lhe a idéia de apenas projeto de contribuição altruísta, mas sobretudo, de uma empreitada que pressupunha assalariamento dos profissionais envolvidos que necessitavam dos lucros da publicação para a continuidade da revista.

Os novos ares capitalistas esbarravam em iniciativas repletas da continuidade da mentalidade da época do império. Tal qual um salão, a Revista Feminina fazia questão de anunciar que em sua redação constava uma biblioteca aberta para à consulta de todas que desejassem, ale da exposição permanente de produtos enviados pelas leitoras. Era como a casa de uma amiga esperando a visita de suas amigas leitoras.

> A revista tinha uma correspondência muito grande com todas as embaixatrizes. Elas faziam da Revista uma conselheira, escreviam contanto seus problemas e eu respondia (...) Essa correspondência era particular, não saía da revista.[5]

---

[4] Revista Feminina. Outubro de 1918.
[5] Depoimento feito por Avelina de Souza Sales, filha de D. Virgilina de Souza Sales. In: Sandra Lúcia Lopes Lima. Espelho da Mulher: Revista Feminina (1916-1925). São Paulo: USP, Tese de doutoramento, USP, 1991, *mimeo*, p. 231.

Dentro dos padrões morais das editoras, a publicação de assuntos considerados íntimos e, portanto, de foro domiciliar deveria permanecer no sigilo da confiança que suas leitoras delegavam a revista. Não constam registros dessa correspondência, que deveria funcionar como uma espécie de consultório sentimental, e muitas vezes médico, dado à imposição do silêncio sobre os assuntos relacionados à sexualidade e ao corpo, heranças de um país católico patriarcal. No entanto, pelo depoimento de D. Avelina de que a correspondência era abundante, deixava claro que as dúvidas existiam e a revista se qualificava como uma autoridade para sanar os problemas de suas leitoras.

Em minha análise inicial da produção desses impresso acredito que a Revista seria então uma produção *sui generis*. A revista se "vendia" a idéia de ser uma produção feita por mulheres para o público exclusivamente feminino, montando estratégias que ratificassem esse mito. O estudo da *Revista Feminina* permite então, identificar quais as representações sociais e padrões de comportamento socialmente desejáveis para as mulheres das camadas médias na sociedade brasileira.

Fontes:

Revista Feminina (São Paulo – SP).
Abril a Dezembro de 1915; Janeiro a Dezembro de 1916; Janeiro, Março a Dezembro de 1917; Janeiro a Dezembro de 1918; Janeiro de 1920 a Março de 1930; Outubro de 1932; Janeiro a Abril, Junho, Agosto, Novembro de 1933; Março, Junho, Setembro, Novembro, Dezembro de 1934; Janeiro a Dezembro de 1935; Fevereiro a Março de 1936. (Fundação Biblioteca Nacional, seção de periódicos PR SPR 00844).

Referências bibliográficas:

BASSANEZI, Carla. "*Revistas Femininas e o ideal de Felicidade Conjugal (1945-1964).*" Em Cadernos Pagu. De trajetórias e sentimentos. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 1, 1993.

_____. *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher 1945-1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BUITONI, Ducília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. "*Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica).*" Em Cadernos Pagu. Fazendo história das mulheres. Publicação do Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. São Paulo: Campinas, n. 4, 1995.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador.* São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes.* Porto Alegre: UFGRS, 2002.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas.* Brasília: UNB, 1994.

_____. *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1999, v. 2.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Espelho da Mulher: Revista Feminina (1916-1925).* São Paulo: USP, Tese de doutoramento, USP, 1991, *mimeo*.

SCHUMAHER, Schuma E BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relações no campo das Forças Armadas entre Brasil e EUA no período de 1945 a 1952 – cooperação, resistência, tensões

Rodrigo Udo Zeviani[1]

Resumo: Este trabalho pretende analisar as Forças Armadas brasileiras no contexto do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) a partir da perspectiva da Guerra Fria no cenário Internacional. Considerando o Brasil como zona de influência estadunidense, pretendemos analisar a força do argumento dos EUA no interior das Forças Armadas brasileiras. Este estudo parte de documentos produzidos pela própria Embaixada dos EUA no Brasil enviados para Secretaria de Estado dos EUA no período acima mencionado.

Palavras-chave: Guerra Fria – Forças Armadas do Brasil – Governo Dutra

Abstract: This work intends to analyze the Brazilian armed forces in the government's of Eurico Gaspar Dutra context (1946-1950) starting from the perspective of the Cold War in the International scenery. Considering Brazil as zone of American influence, we intended to analyze the force of the argument of the USA inside the Brazilian armed forces. This study start from documents produced by the own Embassy of the USA in Brazil sent for Secretary of State of the USA in the period already mentioned.

Key Words: Cold War – Brazilian Armed Forces – Dutra´s government

Após a última invasão dos EUA ao Iraque, em que a ONU foi declaradamente desobedecida e afrontada, passei a me questionar o que impediria os EUA de exercerem sua força hegemônica em qualquer outro país no mundo. Se a finalidade era realmente o petróleo, me pergunto neste momento o que não será possível ocorrer quando a necessidade seja a de água. Como o maior detentor desta riqueza natural no mundo e tendo em vista a perspectiva de que a água é um recurso não renovável, sou levado a refletir na possibilidade de que o Brasil possa estar na mira dos interesses internacionais, principalmente dos interesses norte-americanos.

Não se discute a extensão do poder dos EUA, tão pouco me arriscaria a duvidar de sua ousadia. O que me incomoda neste instante é como e o quanto o Brasil estaria preparado para discutir o assunto e, quem sabe, partir para uma política de defesa mais agressiva no caso de isso se fazer necessário.

[1] Mestrando em História pelo PPH UEM – Maringá PR

Observando os gastos militares norte-americanos nos chocamos, tendo em vista que "No seu conjunto, as verbas destinadas à máquina militar americana equivalem às dos quinze países seguintes que mais gastam com armamentos no mundo. Sozinhos, os EUA estão gastando quase 40% dos recursos investidos em sistemas militares no planeta". (BERTONHA, 2006).

É claro que todo esse gasto militar existe com a finalidade de manter a predominância hegemônica (e porque não imperial) dos EUA no mundo. Mas, como salienta John Keegan, a guerra não é só combate, mas faz parte de um todo. No Brasil, encontramos instituições militares que estão amplamente ancoradas nesta idéia. Recentemente, a própria Escola Superior de Guerra – ESG – compreendendo este conceito tem debatido amplamente a renovação e estruturação das grades curriculares que pudessem oferecer suporte e atualização nas discussões militares.

É interessante notar a visão de dentro da ESG hoje sobre a posição hegemônica dos EUA principalmente no campo militar. Sobre os conceitos de Segurança e desenvolvimento, o Tenente Brigadeiro e Ex Comandante da ESG Sérgio Xavier Ferolla comenta:

> *Dentro do que chegou a ser chamado de "a nova ordem mundial", todos esses princípios passaram a enfrentar óbices quase que insuperáveis, frente a uma realidade internacional manipulada por estruturas hegemônicas que, pela força do poder econômico e militar, buscam impor às nações soberanas suas visões deformadas dos melhores rumos para a humanidade.*[2]

Compreendendo então a hegemonia das Forças Armadas dos EUA e o fato de a própria ESG participar de debates hoje que procurem reavaliar a posição crítica a respeito de si própria e a respeito do mundo no qual o Estado brasileiro está inserido, vale ressaltar que nada disso foi construído do dia para a noite. No que concerne a idéia de processo, pretendemos rever o caminho de aproximação destes dois países no campo das Forças Armadas e fazer uma releitura do grau de influência do pensamento norte-americano no interior das Forças Armadas do Brasil. Para tanto, precisamos voltar no tempo.

O ano é 1945, o cenário é o Brasil getulista e o contexto é a volta da Força Expedicionária Brasileira (FEB) do teatro de guerra italiano para o Brasil. Não pretendo aqui abordar todo o sacrifício que estava implícito neste retorno, pois este não é meu objeto e além da falta de espaço, muitos outros já o fizeram com muito maior maestria antes de mim, mas vale salientar que esta volta foi complexa na medida em que estes soldados necessitavam de um suporte da parte do governo que jamais receberam. Por fim, com medo de uma possível

[2] FEROLLA, Sérgio Xavier. **Brasil 500 anos – ESG 50 anos.** Texto publicado pela Escola Superior de Guerra.

revolta dada à união dos pracinhas, estes foram, por medida cautelar do Estado, divididos, anulados, cooptados.

Desde o início do Estado Novo, em 1937, o Brasil não contava com a presença de partidos políticos, mas, dadas as circunstâncias ao final da Segunda Guerra Mundial, era insustentável a presença política de Getúlio Vargas na presidência da república. Assim, com o processo de reabertura política e a retomada das eleições, o Brasil passava a reviver a impressão do retorno da democracia. O general Eurico Gaspar Dutra fora eleito presidente e deveria então construir alianças e procurar apoio e sustentação para seu governo dentro e fora do país.

Se, no plano interno o Brasil vivia um processo de redemocratização, no plano externo o mundo assistia aos primeiros movimentos da chamada Guerra Fria. A doutrina Truman e o Macarthismo davam claras demonstrações de que os EUA estariam dispostos a atacar o comunismo onde este se fizesse presente. Obviamente os EUA possuíam uma enorme área de influência e o Brasil não era exceção. Sobre isso, não há segredo. O próprio Tenente Brigadeiro Ferolla, citando o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães admite que

> *No centro das estruturas hegemônicas se encontram as Grandes Potências e, dentre elas, a Super Potência – Os Estados Unidos da América do Norte –, o único Estado com interesses econômicos, políticos e militares em todas as áreas da superfície terrestre, na atmosfera e até no espaço sideral, e o grande responsável pela criação das estruturas hegemônicas que lideram.*
> *Em termos mundiais, "a grande estratégia militar dos Estados Unidos poderia ser resumida na idéia de manter a hegemonia militar adquirida na Segunda Guerra Mundial, em termos de presença e de liderança tecnológica, de modo a garantir a expansão econômica pacífica dos interesses americanos, o bem estar e a segurança da sociedade americana".*
> *A estratégia política americana para a América Latina tinha e tem como objetivo principal manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias.*

Então o assunto estaria encerrado? Os EUA dizem o que desejam, os países periféricos obedecem e cada um volta muito feliz pra casa por ter cumprido seu papel. Pura ironia! É claro que o governo brasileiro precisava estar diretamente em sintonia com os interesses estadunidenses, pois, como afirma Sony Davis, os EUA chegaram a ter regimentos do exército especialmente separados para invadir o Brasil quando houve a ameaça do governo brasileiro em aliar-se às forças do Eixo ao longo da Segunda Grande Guerra. Estar aliado aos EUA também era sinal de bons negócios, em que pese que nada esteja separado, militares, política e economia.

Mas, na prática, o que podemos notar pela própria documentação do serviço de informações da embaixada dos EUA enviada para a secretaria de Estado norte-americana, é

que o Brasil cumpriu a dita cartilha. Ou seja, comunistas eram perseguidos, o Partido Comunista fora fechado, os direitos políticos de personalidades políticas foram cassados.

Interessante é notar nestes documentos que muito pouca, ou quase nenhuma observação é feita aos vários recortes de jornais de esquerda que eram enviados aos EUA. Não quero aqui provocar uma discussão historiográfica, sei que cada documento contido no NARA é passível de discussão e tem, por si só, toda a característica e edição que o poder pode proporcionar. Mas, nos próprios documentos são feitas referências ao fato de se permitir todo o tipo de crítica na imprensa aberta aos EUA, pois de alguma forma isso mostraria o perfil democrático da potência do norte.

Ao que consta nestes documentos enviados pela embaixada estadunidense à Secretaria de Estado de seu país, notamos que os levantamentos sobre atividades comunistas e infiltrações de comunistas em órgãos públicos são normalmente relatórios de entidades governamentais brasileiras.

Sabemos que o governo Dutra perseguiu comunistas no Brasil. O partido foi fechado em 7 de maio de 1947, e também é óbvio que os comunistas procuraram combater o feito, mas, acabaram sendo enfrentados e violentamente combatidos pelo "nascente regime democrático". Isso servia como um demonstrativo aos EUA de que a política brasileira estava preocupada em mostrar-se simpática aos interesses norte-americanos. Porém, pelo que temos constatado nos documentos aos quais temos acesso, é que na verdade os EUA tinham muitas outras coisas para se preocuparem do que com pequenos focos comunistas no Brasil, um país periférico. Chego a arriscar dizer que o combate aos comunistas no Brasil era muito mais uma preocupação interna do governo Dutra do que uma preocupação dos EUA.

Este é um trabalho político. As fontes são políticas e politicamente influenciadas. Sabemos que a leitura de documentos estadunidenses proporciona uma visão unilateral do processo de combate ao comunismo neste momento e é justamente em busca disso que estamos. Em busca da forma de relatar o que se dizia contra eles mesmos. Ao que parece o comunismo no Brasil não parecia preocupar tanto os EUA quanto preocupava o próprio governo brasileiro.

De acordo com os documentos do National Archives Record Administration (NARA), um dos poucos levantamentos feitos a serviço da embaixada dos EUA por norte-americanos, um adido diplomático militar no Rio de Janeiro informara a presença de comunistas nas Forças Armadas. No exército, local onde fora encontrada a maior quantidade de simpatizantes das idéias esquerdistas, cerca de 10% do baixo oficialato seria supostamente

comunista. Enquanto que no alto escalão, em todo o Brasil haveria, no máximo, cerca de 30 simpatizantes do comunismo.

Haviam comunistas nas Forças Armadas neste momento? Sim. Após a guerra, muitos soldados desejavam receber o que lhes era devido, desde a garantia de um trabalho, indenização por danos físicos ou psíquicos, direito a uma carreira, as intenções variavam, mas as respostas não. Assim, não poucos soldados resolveram filiar-se a grupos maiores que pudessem expressar os interesses do grupo como um todo. Parte destes soldados filiou-se ao Partido Comunista. Outros grupos filiaram-se a associações de ex-combatentes. Fica subentendido que boa parte, destes militares não estava no Partido Comunista exatamente por razões de ideologia. Procuravam no Partido uma espécie de trincheira, da qual poderiam disparar suas perspectivas e reivindicações, sem sofrerem retaliações diretamente pessoais. O governo, segundo outros microfilmes, teria proposto acatar as reivindicações de alguns pracinhas caso abandonassem movimentos de esquerda e, ao que consta no NARA, foram atendidos. Por outro lado, haviam muitos soldados que admiravam o que o comunismo estava realizando na URSS e eram simpáticos sim ao Partido.

Não desejamos passar aqui a impressão de que os EUA não se importavam de nenhuma maneira com o comunismo no Brasil. Como já foi citado, os EUA se preocupam com tudo. Mas enquanto o Brasil estivesse sob controle (e pareceu sempre estar) não havia razão para atitudes desesperadas. Tudo parecia estar sob controle. O Brasil estava dentro das perspectivas estadunidenses. A questão aqui é prioridade. A URSS saíra vencedora da Segunda Guerra Mundial, apesar de estar economicamente prostrada, e a Europa começava um processo de reconstrução, de maneira que proteger a Europa do avanço do comunismo era prioridade máxima para o governo dos Estados Unidos.

No dia 12 de junho de 1947, o jornal Hoje, publicou a transcrição do discurso de um deputado norte-americano – George Bender. O artigo foi enviado ao Brasil pelo correspondente do jornal em Washington. A reportagem era intitulada "A América Latina precisa de máquinas e não de canhões". Segundo o artigo, o deputado teria feito, em plenário, uma crítica ao governo Truman que pretendia fazer da América Latina um acampamento militar. Nos documentos do NARA, não existem observações e nem comentários a respeito desta e outras reportagens. Soa quase como que uma concordância irônica. Como se os EUA realmente entendessem o que a América Latina precisa, mas estão acomodados na verdade porque têm o continente em suas mãos.

Os norte-americanos chegaram a criar, junto com o alto oficialato brasileiro a Escola Superior de Guerra. Sony Davis comenta que para muitos militares brasileiros, Harry

Truman tinha uma política de ameaça à grandeza pretendida pelo Brasil na América Latina. Tendo sido o único país da América do Sul a ter enviado soldados à Segunda Guerra Mundial, o Brasil pretendia confirmar seu papel de potência militar na América do Sul. Os chamados "esquerdistas" de viés essencialmente nacionalista dentro das Forças Armadas, viam na criação da ESG a possibilidade de uma independência e fortificação militar do Brasil. Pretendiam assim, o desligamento com os EUA. No entanto os estadunidenses tinham outros planos. Para controlar o exército foi preciso ceder. Foi preciso levar o oficialato a acreditar que poderiam manter um exército atualizado se o mantivessem em contato com os EUA. O debate entre os ditos nacionalistas (esquerdistas dentro das Forças Armadas) e os internacionalistas (partidários da aliança com os EUA) durou ainda algum tempo. As eleições para o clube militar de 1950 deram a vitória aos nacionalistas. Porém, em 1952, após uma série de corruptelas flagrantes, os internacionalistas fincaram sua bandeira à liderança do clube militar. Os EUA, se um dia haviam se preocupado com a infiltração de comunistas dentro das Forças Armadas no Brasil, poderiam agora dormir felizes.

Nosso estudo não é conclusivo. Há muito que pesquisar e imensos levantamentos e cruzamentos de informações devem ser realizados ainda. Mas, a fim de refletir, valeria a pena ver o discurso de George Bender tornar-se realidade. Onde quer que os EUA colocassem o pé, que houvesse a intenção de implantar máquinas ao invés de armas. Provavelmente George Bush filho teria um enfarte fulminante neste dia.

Bibliografia:

BANDEIRA, Moniz. **Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950 - 1988)**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BERTONHA, João Fábio. **Geopolítica e relações Internacionais na virada do Século XXI: uma história do tempo presente.** Maringá: Eduem, 2006.

DAVIS, Sonny. **Brazil - United States military relations in the early post war II era.** *In:Diálogos/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.* Vol. 6. Maringá: UEM/ DHI, 2002

DAVIS, Sonny. **A Brotherhood of arms: Brazil – United States relations, 1945– 1977.** Colorado: University Press of Colorado, 1996.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Veteranos da FEB e a sociedade brasileira.** In.: *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FEROLLA, Sérgio Xavier. **Brasil 500 anos – ESG 50 anos.** http://www.esg.br/Biblioteca/biblioteca.html - 19/04/2007

MUNHOZ, Sidnei J. **Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953).** *In: Diálogos/ Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.* Vol. 6. Maringá: UEM/ DHI, 2002

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964).* 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cidadania e morte no Oitocentos: as disputas pelo direito de sepultura aos *não-católicos* na crise do Império (1869-1891)

Cláudia Rodrigues*

Resumo: Em fins da década de 1860, na conjuntura das acirradas disputas entre *regalismo* e *ultramontanismo* e da intensa campanha de parte da elite política e intelectual em defesa da causa protestante, a hierarquia eclesiástica promoveu uma série de interdições ao sepultamento dos chamados *não-católicos* nos cemitérios "públicos" de várias localidades, sob o argumento de que eram destinados aos cidadãos do Império. Fatos que evidenciaram o quão restritos eram os direitos de cidadania na época. Pretende-se, assim, identificar de que modo a morte e o morrer foram significativos aspectos através dos quais se expressaram as disputas em torno da ampliação dos direitos de cidadania no Império escravista e católico aos imigrantes protestantes, na segunda metade do Oitocentos.

Palavras-Chave: cemitério público, protestantismo, cidadania

Abstract: In the ends of the decade of 1860, in the conjuncture of the incited disputes between regalism and ultramontanism, and of the intense campaign from the part of the political and intellectual elite in the defense of the protestant cause, the ecclesiastical hierarchy promoted a series of interdictions to the burial of the so called non-catholic in the public cemeteries of some localities, under the argument that they were addressed to the citizens of the Empire. These facts, showed clearly how limited and exclusive were the citizenship rights at that time. It is intended here, to identify the way death and dying were significant aspects through which, disputes around the enlargement of the citizen rights in the slavish and catholic Empire towards the protestant immigrants were expressed, in the second half of the Eight Hundreds.

Key Words: public cemetery, Protestantism, citizenship

Apesar de afastados do interior e das proximidades das igrejas, os cemitérios públicos construídos em várias cidades do Império, em meados do Oitocentos – a exemplo dos do Rio de Janeiro, São Paulo, São João Del Rei, Recife e Fortaleza (GUEDES, 1986; REIS, 1991; RODRIGUES, 1997; ARAÚJO, 2002; CYMBALISTA, 2002; PAGOTO, 2004; CARVALHO, 2005; SIAL, 2005) – precisavam ser bentos pela autoridade eclesiástica da localidade para que entrassem em funcionamento.[1] Situação que assegurava a jurisdição eclesiástica sobre as necrópoles, partindo-se do pressuposto de que a consagração tornava-as

* Doutora em História pela UFF e Professora Titular da Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO.

[1] A necessidade da bênção dos cemitérios fora definida desde a lei de 1º de Outubro de 1828 que, ao conferir nova forma às câmaras municipais, demarcando suas atribuições, determinou no parágrafo 2º do artigo 66 que o estabelecimento dos cemitérios fora do recinto dos templos deveria "conferir com a principal autoridade eclesiástica do lugar" (BN, 1878: p.83).

extensão do terreno sagrado dos templos. Assim, não obstante serem públicos, os cemitérios eram destinavam exclusivamente ao público católico, tendo em vista que o catolicismo era religião oficial do Estado.

Poucos foram os locais nos quais houve uma preocupação com o sepultamento dos *não católicos*, a exemplo dos protestantes. No Rio de Janeiro, em que pese o funcionamento do cemitério público de São Francisco Xavier ter se iniciado em 1851, somente em 1855 seria construído um espaço destinado aos protestantes não ingleses. Até lá, existia apenas o Cemitério da Gamboa, destinado aos britânicos. Criado por ocasião dos Tratados de 1810, parece, contudo, ter recebido cadáveres dos protestantes de outras nacionalidades (BN, 1879).

Nas demais localidades do Império, nas quais não houvesse cemitério de ingleses – a exemplo de Recife –, parece ter inexistido maiores definições sobre o sepultamento dos protestantes, mesmo naquelas nas quais já houvesse cemitérios públicos. Situação que não apresentava grandes problemas, tendo em vista que a Igreja parecia tolerar a prática de sepultamento de *não católicos* nestes cemitérios. O estudo destas práticas, bem como das concepções acerca da morte e do além-túmulo entre os protestantes no Império brasileiro, contudo, é algo ainda por se fazer.

Esta situação, no entanto, se colocaria como problemática a partir do momento em que a imigração européia e, especificamente, a proveniente de regiões de matriz protestante entrou na ordem do dia no Império, na segunda metade do século XIX, como forma de substituição da mão–de–obra escrava. Provenientes de várias regiões em que predominava o protestantismo, os imigrantes que chegaram ao Brasil pertenciam a uma variada gama das chamadas "seitas" protestantes, como o luteranismo, o anglicanismo, o metodismo e o presbiterianismo (VIEIRA, 1980: 49). Juntamente com eles, viriam missionários com vistas a atender as necessidades religiosas das diferentes comunidades, custeados, em muitos casos, pelo governo imperial (ALENCASTRO e RENAUX, 1997).

A ambigüidade que se verificará no posicionamento do Estado em relação a esta questão – incentivando a imigração protestante, embora se tratasse de um estado confessional – pode ser constatada na própria Constituição de 1824. Ao mesmo tempo em que mantinha a religião católica romana como religião do Estado, permitia a existência das demais, desde que sob o culto doméstico ou particular (art. 5°); afirmava que eram cidadãos brasileiros os estrangeiros naturalizados, independente da religião (art. 6°); e determinava que ninguém podia ser perseguido por motivo de religião, desde que respeitasse a do Estado e não ofendesse a moral pública (art. 179).

Na prática, contudo, evidenciava-se uma contradição entre estes artigos e a realidade cotidiana, que limitava os direitos constitucionais dos indivíduos, tendo em vista o controle eclesiástico de uma série de atribuições de natureza civil, a exemplo dos registros dos nascimentos, casamentos e mortes e do fato de ser o catolicismo um dos critérios de reconhecimento da cidadania (BASTOS, 1997 e LORDELLO, 2002: 65-66). Assim, os protestantes não podiam ter atuação político-partidária, não tinham direito à transmissão de heranças devido aos entraves burocráticos causados pela inexistência do registro civil de nascimentos, de casamentos e de óbitos, dentre outros. Justamente por isso, na ação empreendida pelos missionários protestantes no Brasil, muitos procuraram se aproximar de políticos, fossem parlamentares, ministros ou o próprio imperador, no sentido de sensibilizá-los para a defesa de sua causa e para a implementação de medidas liberalizantes (VIEIRA, 1980).

Esta conjuntura se tornaria mais complexa diante do processo de afirmação do projeto eclesiástico *ultramontano* e *romanizante* em diferentes dioceses, a partir de meados do XIX, preconizando o fortalecimento do papado, a reafirmação dos dogmas do catolicismo e o forte combate ao liberalismo, à maçonaria, ao positivismo e ao protestantismo, dentre outros movimentos de afirmação das liberdades (GOMES, 1991). Neste contexto, se houvera uma certa tolerância eclesiástica para com os sepultamentos de protestantes em cemitérios públicos, nas regiões nas quais não havia cemitérios exclusivos, inaugurar-se-ia uma prática de interdição do sepultamento daqueles que fossem considerados pecadores, a exemplo dos protestantes.

Os primeiros casos de que tenho conhecimento foram os mencionados pelo jornal *A Imprensa Evangélica*, em editorial de 1870. Em 1867, um norte-americano encontrado morto no hotel no qual se encontrava hospedado, no interior da província de São Paulo, foi sepultado inicialmente no cemitério municipal da localidade, mas teve seu cadáver transladado para o lado de fora da necrópole por ordem do vigário local, após propalarem que se tratava de um protestante. Por volta de 1870, em localidade não indicada pelo jornal, um "homem respeitável" teria caído no "pecado eclesiástico" de possuir e estudar com gosto a palavra de Deus e, muito embora não tenha se professado formalmente protestante, o vigário do lugar proibiu que fosse enterrado no cemitério público; o que teria ocorrido, se não fosse a intervenção do juiz municipal (BN, 28/05/1870).

Estes casos não tiveram a grande publicidade e os desdobramentos que dois outros ocorridos em 1869, nos quais o protestantismo foi utilizado por membros da hierarquia eclesiástica católica como argumento para a interdição do sepultamento em cemitérios

públicos. Em março, no Recife , o bispo D. Cardoso Aires recusou o sepultamento do cadáver do conhecido General José Inácio de Abreu e Lima, com a justificativa de que ele praticara atos condenados pela Igreja ultramontana, dentre os quais a intensa atuação em defesa da distribuição de bíblias protestantes (VIEIRA, 1980: 269-270; RODRIGUES, 2005 e SIAL, 2005).

A polêmica em torno da distribuição das bíblias protestantes foi suscitada pelo episcopado ultramontano brasileiro contra o que considerava ser o perigo da disseminação do protestantismo nas várias províncias do país, principalmente a partir das propostas de imigração em massa de confederados sulistas americanos para o Brasil, entre 1865 e 1868, as quais a Igreja católica acreditava ser uma ameaça de invasão protestante. Especificamente em relação à distribuição de bíblias, alegava-se que a versão da *Bíblia* traduzida para o português e distribuída pelas sociedades bíblicas era falsa, devido a algumas mudanças nos cabeçalhos dos textos e dos capítulos. A Igreja chegou a exigir que a Coroa pusesse fim à distribuição de bíblias e a todo tipo de propaganda protestante, ao ponto de o vigário capitular da Sé de Olinda enviar carta circular a todos os párocos do bispado dando-lhes a incumbência, juntamente com as autoridades civis, de confiscarem e destruírem todas as bíblias protestantes distribuídas, sob a acusação de serem falsas. Ordem que foi seguida por vários padres e chefes de polícia nas cidades do interior de Pernambuco, suscitando ações antiprotestantes (Idem: 209-229).

Sete meses depois da interdição envolvendo Abreu e Lima, o pároco de Sapucaia, na Província do Rio de Janeiro, negou o sepultamento do cadáver de David Sampson, um operário que trabalhava na construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, no cemitério público da localidade, sob o argumento de que se tratava de um suicida, além de protestante (AN, 04/02/1870; VIEIRA, 1980: 269-270 e RODRIGUES, 2005: 149-158).

As interdições ao sepultamento do general Abreu e Lima e de David Sampson em cemitérios públicos fizeram ressaltar, em 1869, que transformações eram prementes naquela sociedade e uma delas deveria ser a da natureza pública das necrópoles. Não parecia mais ser consenso que os cemitérios fossem de domínio eclesiástico. Iniciava-se, assim, um longo e tenso debate conduzido por políticos e intelectuais da chamada *Geração 1870* a respeito da natureza da jurisdição que deveria haver sobre os cemitérios públicos, se eclesiástica ou civil (RODRIGUES, 2005: 216-308). Na medida em que o Império ganhava novos contornos sociais, econômicos e políticos, apresentando uma sociedade bastante transformada, o caráter eclesiástico das necrópoles representava um obstáculo a ser transposto, uma vez que o

"público" a quem se destinavam não seria mais exatamente o mesmo "público" que antes predominava (RODRIGUES, 2005: 154-158).

Do ponto de vista do Estado, chegou-se à conclusão de que a interdição ao sepultamento de David Sampson ameaçava diretamente a política imigrantista. Daí, ter se desdobrado numa discussão do Conselho de Estado sobre as providências que deveriam ser tomadas para facilitar os enterramentos de indivíduos *não católicos* em lugares onde não houvesse cemitério especial (AN, 04/02/1870 e VIEIRA, 1980, 269-270). Ao alcançar o Conselho de Estado em fevereiro de 1870, o impasse em torno da interdição do sepultamento de protestantes nos cemitérios públicos colocava o Estado entre a jurisdição eclesiástica sobre instâncias da sociedade e a necessidade de eliminar os embaraços jurídicos e legais – muitos deles impostos pelo próprio sistema de união – à integração do imigrante na sociedade brasileira, a fim de estimular a imigração.

Não era simplesmente a sepultura eclesiástica que estava em jogo, portanto, mas as garantias de se viabilizar o projeto imigrantista frente ao iminente fim da escravidão; sem contar, é claro, a questão racial que também estava por trás deste projeto (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 1996; dentre outros). Como resultado, a governo baixou a Resolução de 20/04/1870 determinando que os bispos providenciassem as "solenidades da Igreja" necessárias para que, nos cemitérios existentes, houvesse espaço para sepultar aqueles a quem ela não concedesse sepultura em sagrado e que, nos cemitérios doravante construídos, fosse reservado espaço para o sepultamento dos *não católicos*.

O que se depreende desta medida é que estruturalmente, os cemitérios públicos continuariam a ser de jurisdição eclesiástica e, portanto, destinados aos cidadãos católicos. Os protestantes deveriam contar com a delimitação de espaços reservados para inumação de seus cadáveres, como ocorria no Cemitério de São Francisco Xavier, na Corte. Justamente pelo fato de a Resolução não ter interferido na jurisdição eclesiástica das necrópoles, a sua implementação em várias localidades apresentaria dificuldades e até mesmo inviabilização.

Isto porque a Igreja via com dificuldades a separação de espaço nos cemitérios públicos para o fim destinado pelo governo, tendo em vista que todo o recinto era bento. Custava-lhe admitir a adoção da prática dos cemitérios franceses, por exemplo, que apesar de terem lugar reservado para os *não católicos*, não eram bentos até que o cura respectivo benzesse a sepultura no ato de o cadáver ocupá-la. Para a hierarquia eclesiástica fluminense, a responsabilidade por toda aquela situação era do governo, que não pensara na existência de lugares distintos para sepultamento dos *não católicos* quando criou os cemitérios públicos extramuros por volta da década de 1850 (BN, 08/05/1870: 144).

A repercussão que a Resolução teve entre a comunidade protestante pode ser vista no posicionamento tomado pelo jornal *A Imprensa Evangélica*, para quem o valor da medida governamental não podia deixar de se fazer sentir da parte de todos que prezassem "o progresso do país e o bem-estar religioso e social do povo". A necessidade da providência podia ser testemunhada pela recusa do enterramento em sagrado aos restos mortais do general Abreu e Lima e "o grito de indignação, que, em conseqüência dessa recusa se levantara em todo o país". Interessante é ver que o jornal não fez menção a David Sampson, referência que seria lógica posto que se tratava de um protestante, diferentemente de Abreu e Lima. A resposta para este silêncio, contudo, pode ser encontrada no fato de que, apesar de protestante, ele havia se suicidado; o que não era bem visto pelos protestantes, cujos teólogos e moralistas condenavam o suicídio tanto ou mais fortemente que os católicos (MINOIS, 1998: 150-162). Os evangélicos acreditavam que a determinação imperial iria desenganar de uma vez muitos párocos, principalmente do interior, que pareciam pensar que os cemitérios públicos ou municipais eram propriedade da Igreja que, de tal sorte estavam sob sua jurisdição, que ninguém podia se enterrar sem seu prévio consentimento (RODRIGUES, 2005: 216-256).

Na província do Rio de Janeiro, a Resolução de 20/04/1870 repercutiria nos regulamentos dos cemitérios municipais que seriam construídos nesta década, que passaram a proibir a negação de sepultura e a determinar a existência de espaço reservado para o sepultamento daqueles a quem a Igreja não concedesse sepultura em sagrado – como se pode constatar nos regulamentos dos cemitérios de Campos, Araruama, Mangaratiba, Vassouras, Santa Maria Madalena e Pati do Alferes (RODRIGUES, 2005: 216-256).

Entretanto, é possível verificar que em outras regiões do Império, o cumprimento desta Resolução não se deu com facilidade. Em Recife, após os problemas em torno do sepultamento de Abreu e Lima, o presidente da Província propôs a discussão sobre a construção de um cemitério destinado àqueles a quem a Igreja negasse sepultura, já em 1869. No entanto, o processo foi atropelado pela referida Resolução. As autoridades eclesiásticas conseguiram evitar que se desbenzesse parte do cemitério público, levando as autoridades civis a construírem o Cemitério dos Acatólicos nos fundos da necrópole, em local discreto e de difícil visualização, como forma de minimizar as críticas por parte da Igreja, somente em 1871 (SIAL, 2005: 270-279). O que se verifica neste caso, é que este cemitério parece ter tido o mesmo destino dos cemitérios para indigentes existentes no período anterior ao da criação dos cemitérios extramuros em meados do XIX, a exemplo do Campo da Pólvora, em Salvador, e do Cemitério da Misericórdia, detrás do hospital da Santa Casa, na Corte. Ou seja, era um local rejeitado por todos aqueles que pudessem evitá-lo.

Indícios de que não foi em todas as localidades que se efetivou as determinações da Resolução de 1870 foram os novos casos de interdição de sepultamento ocorridos em Queluz, na província de São Paulo, e no Maranhão, ambos em 1879. Muito embora se tratassem de casos, respectivamente, de pertença à maçonaria e de suicídio (IHGB, 1879), o fato indica a inexistência de cemitérios para *não católicos* nestas localidades mesmo dez anos depois do ocorrido com Abreu e Lima e David Sampson.

Justamente por estas dificuldades, neste mesmo ano de 1879 entrou em discussão na Câmara dos Deputados o projeto de Secularização dos Cemitérios, proposto pelo deputado maçom Saldanha Marinho e defendido por Joaquim Nabuco, dentre outros, em prol da liberdade religiosa e da causa protestante. O projeto propunha, agora sim, a jurisdição civil dos cemitérios municipais. Entretanto, mesmo aprovado com muitas dificuldades e intenso debate na Câmara e no Senado, em 1887, foi engavetado por pressão eclesiástica e somente com a República os cemitérios deixariam de ter a jurisdição da Igreja e de ser bentos, com o Decreto n° 510, de 1890, que finalmente secularizava os cemitérios brasileiros.

Todas estas questões demonstram como o catolicismo foi um dos obstáculos ao pleno exercício da cidadania concebida nos moldes liberais, no Império, como afirmou Keila Grinberg (2001), e como, na nova configuração política e social da segunda metade do Oitocentos, a noção de cemitério público como destinado apenas ao público católico não atendia mais às necessidades e às demandas de novos grupos sociais, como os protestantes. Cada vez mais, se constatava os limites de inclusão na sociedade imperial. O próprio fato de o Conselho de Estado ter que interferir na questão dos direitos de sepultamento aos protestantes indica como a questão da cidadania se tornava candente naquelas décadas finais do Império, uma vez que se percebia as dificuldades decorrentes da limitação dos direitos de cidadania à crença religiosa. Diante da crescente demanda econômica por imigrantes devido a crise escravista, não havia mais como ignorar a exclusão civil dos protestantes, que não tinham assegurados direitos plenos de cidadania por parte do Estado Imperial.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe e RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes” in: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARAÚJO, Henrique Sérgio. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no cemitério de São João Batista*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2002.

ARQUIVO NACIONAL (AN). "Enterros": cx.1226, pac.3, doc. 24: *Consulta sobre as dificuldades que ocorrem para o enterramento de pessoas que não professam a Religião do Estado, em 04/02/1870.*

BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *Católicos e cidadãos: a Igreja e a legislação eleitoral no Império*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 1997.

BIBLIOTECA NACIONAL (BN). *A Imprensa Evangélica*, 28/05/1870.

_____. *Coleção de leis do império do Brasil (de 1828)*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878.

_____. *O Apóstolo*, 08/05/1870.

_____. VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. *Legislação sobre a Empresa Funerária e os cemitérios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1879.

CARVALHO, Consuelo de Azevedo. *No silêncio dos túmulos: fim dos enterros nas igrejas e construções do Cemitério Geral na Vila de São João Del Rei (1820-1858)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005 (Dissertação de Mestrado).

CYMBALISTA, Renato. *Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios paulistas*. São Paulo: Annablume, 2002.

GOMES, Francisco José Silva. *Le projet de néo-chrétienté dans le Diocèse de Rio de Janeiro de 1869 à 1915.* Toulouse: Université de Toulouse Le Mirail, 1991. 3 vols. Thèse de doctorat

GRIMBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. São Paulo: USP, mímeo., 1986. (Dissertação de Mestrado).

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessões de setembro de 1879.

LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o reino de Deus e o dos homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX.* Brasília: Editora Unb, 2002, pp.65-66.

MINOIS, Georges. *História do suicídio: a sociedade perante a morte voluntária*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito do sagrado ao cemitério público*. São Paulo: IMESP, 2004.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Divisão de Editoração, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1830*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização" *in*: MAIO, Marcos Chor (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX.* Campinas: SP: UNICAMP, 2005 (Dissertação de Mestrado).

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1976.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.* 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1980.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Brasileiros" na escolarização de Portugal na segunda metade do século XIX

Wenceslau Gonçalves Neto*

Resumo: Na segunda metade do século XIX o Estado português não demonstrava condições de promover eficazmente a difusão da instrução elementar, implantando um sistema educacional como os que foram formados em diversos países europeus. Uma alavanca poderosa para secundar os esforços do Estado e municípios foi a ação de indivíduos que se propuseram criar, mobiliar e até manter o funcionamento de escolas. São cidadãos que pretendem deixar sua marca no desenvolvimento do município e, ao mesmo tempo, amealhar reconhecimento social. Um grupo importante desses beneméritos é constituído por emigrados que fizeram fortuna no Brasil – daí o codinome "brasileiros" –, que pretendem reverter parte do lucro pessoal em prol da comunidade de origem, em particular no cuidado da infância, por meio da criação de escolas.

Palavras-Chave: Escolarização portuguesa – Estado e educação – "Brasileiros"

Abstract: In the second half of the 19th century, the Portuguese state showed not to have the conditions to efficiently promote the elementary instruction, introducing an educational system which resembled those which existed in many European countries. A powerful support to back up the state and towns were the actions of the individuals who proposed to start schools and provide them with furniture to function. They were the citizens who intended to register their own name in the development of the town and county as well as to gather social recognition. An important group of those donators was formed by those who had become rich in Brazil – hence the name "Brazilians" – who had in mind to bring advantages in favor of their origin community, mainly in the care of childhood, by starting schools.

Keywords: Portuguese education – state and education – "the Brazilians"

O Estado e seus fins

Dentre as grandes transformações que se processam na segunda metade do século XIX europeu, duas nos interessam neste trabalho, como referências para a construção argumentativa: a formação do Estado liberal e a montagem dos sistemas nacionais de ensino, embora a implementação de ambos tenha ocorrido de forma variada nos diferentes países europeus, bem como no restante do mundo ocidental.

O processo de construção do sistema público de instrução será concomitante e complementar ao de afirmação do Estado. No confronto que se estabelece na realidade européia

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Email: wenceslau@ufu.br.

a instrução tornar-se-á uma peça fundamental, como mecanismo formador do cidadão e elemento gerador e multiplicador do progresso. Nesse sentido, "los Estados europeos asumen desde principios del siglo XIX una estrategia de creación del sistema público de educación como uno de los medios más eficaces de competir en el nuevo espacio político representado por las relaciones entre Estados nacionales" (BENITEZ, 1997, p. 40). E o controle e a manutenção do poder, representados pelo domínio do Estado, estarão umbilicalmente ligados ao mecanismo da sua legitimação que deverá ser igualmente submetido e utilizado em prol dos interesses dominantes. E esse se torna uma realidade desde o início do século XIX:

> *Lo que queda y perdura [pós Napoleão] – y eso es lo determinante – es, entre otras cosas, esa gran maquinaria del Estado que obsesionaría por igual a todos los políticos y cuya conquista se convierte en su objetivo principal. Y la educación será instrumento principalísimo de control y reproducción de esa macroestructura estatal (BARREIRO RODRÍGUEZ, 2005, p. 69).*

O avanço da instrução pública em Portugal, no entanto, diferencia-se do que ocorre nos países europeus mais avançados. Entre 1850 e 1900 o Estado português consegue apenas um crescimento discreto na alfabetização da população, passando de 15% para 25% (CANDEIAS, 2005, p. 483). O Estado, portanto, não foi competente na criação de um sistema público de ensino eficaz, suficiente para promover a escolarização da população. E se não foi capaz de o tornar realidade, busca soluções fora dos seus domínios, conclamando, por exemplo, a iniciativa privada para complementar a ação do Estado. Há um esforço para incorporar os particulares, ao qual muitos respondem com a criação de escolas, doação de livros e material escolar, mas os seus resultados não serão muito diferentes dos que foram conseguidos pelo sistema público.

A iniciativa privada na instrução portuguesa

A percepção da importância da educação na preparação do povo para uma nova realidade, se encontrava presente no ideário das elites portuguesas. No entanto, a importância dada à escola neste contexto a projeta não apenas como dever do Estado, "mas também que seja vista como um dever das populações" (TORGAL & VARGUES, 1997, p. 82). O que remete o encargo dos negócios da instrução para além das obrigações do Estado, podendo chamar, para secundá-lo, a iniciativa privada (com ou sem fins lucrativos), as instituições filantrópicas, etc. Observando que em vários países que já haviam equacionado o problema da educação nos seus territórios na segunda metade do século XIX, a iniciativa particular havia cumprido importante papel, D. António da Costa (1870, p. 58) anota: "Ao inverso de todas as nações cultas, em

Portugal o estado é o elemento principal da instrucção primaria, emquanto a localidade e a iniciativa particular são o incidente".

E o Estado irá se utilizar dessa brecha para se desresponsabilizar parcialmente das suas obrigações. Em um ofício circular de número 2, de março de 1874, enviado ao Administrador do Concelho de Mafra, o Governo Civil de Lisboa apresenta uma série de considerações sobre a necessidade de abertura de escolas nas freguesias dos concelhos, conclamando a autoridade administrativa para providenciar com as Juntas de Paróquia, Irmandades, Confrarias os edifícios e mobiliários necessários para a implantação das escolas. E adiciona uma recomendação que representa a implementação de um novo campo da caridade filantrópica, atendendo às presentes necessidades da sociedade européia no século XIX:

> *Convém outro sim que n´este empenho se consiga a iniciativa dos particulares, e o seu auxilio, e por conseguinte deve V. Senhoria procurar trazer em favor d´esta interessante cauza o amparo dos homens de bôa vontade e protegidos da fortuna, no Concelho a cargo de V. Senhoria, buscando ensejo de levar ao seu conhecimento, pela fórma que julgar mais adequada, quanto a caridade que liberaliza o pão do espirito aos desherdados dos meios de os adquirirem é pelo menos digna da mesma consideração que os poderes publicos tributam á caridade que se apressa em acudir ás victimas da doença, da miseria, ou d´outras desgraças, e que tão viva e desvelada se mostra sempre entre nós*[1].

No entanto, a forma de atuação encontrada em Portugal, para D. António da Costa (1870, p. 86), não é a forma mais acertada. O Estado deveria assumir uma atitude mais participativa, oferecendo subsídios, complementando o esforço privado, etc. O que seria necessária era uma parceria, envolvendo o Estado, os Concelhos municipais e a iniciativa privada, o que não teria ocorrido.

Os "brasileiros" de Portugal

Uma forma singular de criação de escolas foi executada pelos emigrados que retornavam a Portugal ou que, de longe, enviavam contribuições para a concretização de obras desse teor ou para outros destinos caritativos. Nesse grupo, na documentação consultada, sobressaem os "brasileiros", aqueles que se deslocaram para o Brasil, onde conseguiram fazer fortuna, desejosos de por alguma forma retribuir à terra pátria, na forma de melhoramentos sociais, uma parte da riqueza obtida.

[1] Arquivo Municipal de Mafra, Caixa: 5 – Ofícios Circulares – Século XIX Pasta: Instrução Pública – Freguesia de Mafra (não foi preenchido o campo com a data do ofício).

O exemplo mais conhecido e significativo da presença da iniciativa particular "brasileira", voltada para a instrução popular é o do legado do Conde de Ferreira em 1866, no valor de 144:000$000 réis, resultando numa rede que abrangia todo o país, conhecida como Escolas Conde de Ferreira. No seu testamento (apud COSTA, 1900, p. 197-8), foi explicitado:

> *Convencido de que a instrucção publica é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primarias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta e com accomodação para vivenda do professor.*

Neste caso, o Estado português dará rápido apoio à execução do legado. O testamento do Conde é de 15 de março de 1866 e o governo já em 27 de junho traz à luz um decreto de El Rei D. Luiz, regulamentando sua implementação, no qual, após estabelecer várias prescrições relativas às expropriações de terrenos e tratar das responsabilidades, acrescenta no seu artigo quinto:

> *São auctorisadas as camaras municipaes para contratar, nos termos legaes, com os testamenteiros do fallecido conde de Ferreira, a construcção de edificios e o fornecimento de mobilia para o estabelecimento de escolas de ensino primario, mandadas fazer em cumprimento da disposição testamentaria do mesmo conde. § unico. Os instrumentos d´estes contratos serão lavrados pelos escrivães das respectivas camaras municipaes*[2].

Apesar do estímulo governamental e do empenho das Câmaras, o processo de construção das escolas foi tumultuado, principalmente pela carência de recursos financeiros, que não foram complementados pelo poder central. Como exemplo, temos a escola de Mafra, que levou 8 anos entre a aceitação da oferta pela municipalidade e a sua inauguração. O impacto local dessas iniciativas deve ter sido grande, a julgar pela descrição pormenorizada, feita por D. António da Costa (1885, p. 168-169), de uma inauguração:

> *Está Gontinhães toda em festa no dia 9 de janeiro de 1881, arcos, bandeiras, foguetes, musicas; as familias ás janellas desconhecem a sua propria terra. No extremo, acabada de edificar e mobilar quasi sobre uma collina, bafejada de ar puro, cheia de luz, com optimas condições hygienicas, lá se ergue uma ampla escola, coroada de seu campanario, ornada de mappas, quadros, provida de todos os utensilios, com um bom terreno annexo e habitação para o professor, tudo a expensas do caritativo Antonio Manuel Alves do Rego. São nove horas. Á estação vão esperar a camara municipal de Caminha, por entre musica e vivas, os graduados e o povo da localidade. Em seguida dirige-se o prestito para a escola. Nas proximidades d'ella, Alves do Rego, após quarenta e sete annos de trabalhar em paiz estrangeiro, e 'almejando, palavras suas, por voltar á patria para fazer algum beneficio a bem do paiz', adianta-se commovido, e,*

[2] Arquivo Municipal de Mafra, Caixa: Escola Conde Ferreira, Pasta: Escola do Conde Ferreira – Documentos.

> *parando todos, offerece ao presidente da vereação uma chave de prata, dizendo-lhe: – 'Sr. Presidente da camara, tenho a honra de lhe entregar esta chave para abrir aquellas portas á instrucção d'esse povo, a fim de nunca mais se fecharem'. E dos olhos rolaram-lhe lagrimas. O presidente abraçou o doador e abriu a porta. Entraram todos. Ouviu-se então um viva unanime. Sobre cento e cincoenta analphabetos, cegos de ignorancia, rompia o primeiro raio do sol que ia alumiar Gontinhães. O templo escolar da sua civilisação festejava entre recitações e applausos a estreia da educação local.*

A extensa citação se justifica pelos detalhes do cerimonial, demonstrando o poder que se creditava à educação no destino dos portugueses. Estão presentes vereadores e graduados, mas a escola que Gontinhães nunca teve advém de um donativo externo, de alguém que teve dali sair no passado e que agora retorna trazendo benefícios. Além da caridade, o que poderia motivar esses cidadãos? Acreditamos que a necessidade de reconhecimento social, para além do sucesso econômico, complementa a compreensão: da terra natal, pelo benefício recebido; do governo, pela concessão de títulos e comendas distribuídos aos que responderam à conclamação do Estado e juntaram-se à causa da instrução.

E essas iniciativas beneméritas de "brasileiros" se multiplicam. Em 30 de março de 1889, o sub-inspector Jeronymo M; Guerra, de Vianna do Castello, comunica ao Director Geral da Instrucção Publica: "Recolho agora mesmo da Freguezia de Outeiro, onde, como a V. Exª. dissera opportunamente, fui assistir á vistoria de um bonito edificio escolar e bella mobilia – tudo mandado construir por Manuel Antonio Painhas, cidadão portuguez, natural d'aquella freguezia, mas residente no Brasil"[3].

Neste caso, a documentação não menciona honraria concedida ao dito cidadão. No entanto, deve ter recebido sua homenagem, pelo que se depreende de outras situações, não havendo razões para se duvidar de um comportamento único por parte do governo em situações desse tipo. Em 12 de dezembro de 1887, um ofício do Ministério do Reino ao Governador Civil de Braga, envolvendo a localidade de Villa do Prado, Concelho de Villa Verde, referindo-se à "inauguração solemne d'um edificio grandioso mandado construir pelo Commendador Antonio José de Souza Lima, residente no Brazil", que já mantivera um curso noturno e fornecera livros para os alunos, determina tornar pública a gratidão do Estado: "Há por bem o mesmo Augusto Senhor Ordenar que, em seu Real Nome, o Governador civil do districto de Braga transmitta ao alludido Commendador os louvores de que o torna digno o seu patriotico empenho em auxiliar

[3] Direcção Geral de Instrucção Publica, maço 157. Torre do Tombo.

tão poderosamente os progressos do ensino, promovendo a illustração dos povos da localidade, que lhe foi berço"[4].

Neste exemplo, vemos clara a intenção do Estado de premiar com honrarias as iniciativas filantrópicas, mas não oferece qualquer ajuda material para a continuidade da obra. O Estado estimulava a iniciativa particular mas não oferecia meios econômicos em seu auxílio. E solicitações ocorreram, ainda que simbólicas em alguns casos, como podemos ver na situação a seguir.

Em ofício de 18 de dezembro de 1884, o Governador Civil do Districto da Guarda informa ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, sobre os serviços prestados por Damião Francisco Alves de Moura, destacando-se a construção de escolas para os sexos feminino e masculino na freguesia de Avelans da Ribeira, Concelho da Guarda, de onde o dito Damião era natural, obra que contou também com importantes contribuições de amigos do benemérito residentes no Brasil. Depois de se referir a alguns problemas encontrados por Damião de Moura, "mormente por não ter protegido pretensões de professores que tinham mais em vista gozarem a boa morada que se lhes deparava, do que ensinarem sciencia que ignoravam", alerta que o mesmo cidadão "já em tempo solicitou do Governo de Sua Magestade alguns livros para tal fim [formar uma biblioteca escolar], mas esse pedido não foi attendido até hoje". E encerra demonstrando o merecimento do cidadão a algum tipo de galardão:

> *Por todos estes beneficios prestados á causa da instrucção por tam benemerito cidadão... [desejo] que o Governo de Sua Magestade encontre n'estas informações base segura para galardoar devidamente aquelle cidadão, tam digno de respeito e consideração. E n'esta occasião permitta-me V. Exª. que eu junte o meu pedido ao d'este benemerito para que V. Exª. se digne condeder-lhe alguns livros para a bibliotheca d'aquellas escolas, como elle tanto deseja*[5].

Noutro ofício, de 22 de abril de 1885, o mesmo Governador Civil, respondendo ao Ministério do Reino sobre qual "mercê honorifica" deveria ser concedida a Damião de Moura, volta aos livros, informando que "este benemerito nada quer para si, e só pede sejam fornecidos pela imprensa nacional alguns livros para a biblioteca da eschola que edificou na sua aldeia de Avelans da Ribeira". Esclarece que Damião "já é commendador da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo", que se trata de "homem muito modesto e muito inteligente: ganhou uma fortuna de 60 a 70 contos no Brazil", e finaliza: "Em visto do que [tenho]

[4] Direcção Geral de Instrucção Publica, Caixa 10. Torre do Tombo.
[5] Direcção Geral de Instrucção Publica, maço 155. Torre do Tombo. Os documentos indicados à frente, referentes a este processo, encontram-se todos neste mesmo maço.

exposto, parece-me que V. Exª. faria justiça sollicitando uma portaria de louvor para este benemerito cidadão". E a esperada homenagem será anunciada em portaria do Ministério do Reino, de 28 de abril de 1885:

> *Há por bem o mesmo Augusto Senhor Determinar que o Governador Civil do Districto da Guarda transmitta ao mencionado Commendador os merecidos louvores pelos esforços e donativos, que tão digna e generosamente empregara na realização d'um melhoramento, do qual devem resultar grandes beneficios para a instrucção dos povos d'aquella localidade.*

A homenagem veio, mas os livros, ao que parece, não.

Para se dimensionar melhor a extensão dos esforços despendidos por esses beneméritos, examinemos o discurso de Damião de Moura, quando da inauguração da escola feminina de Avelans da Ribeira, em 29 de junho de 1879. Seis anos de esforços teriam sido usados para fornecer

> *[...] o pão do espirito ás creanças d'ambos os sexos filhas d'esta terra que me viu nascer, e á qual amo depois da família. [...] ella é o alimento espiritual da mocidade; cultiva-nos a intelligencia e nos eleva na escala social, segundo o grau de aproveitamento de cada um. Espero, portanto, que no animo de vós todos entrará a convicção de que o homem ou a mulher instruidos, teem superioridade em maximo grau sobre o ignorante e o analphabeto.*

Vemos aí a crença no poder transformador da instrução e sua indicação como mecanismo de mobilidade social, remetendo a responsabilidade pelo sucesso na vida ao esforço de cada um no interior da escola. E, ao destacar a superioridade do alfabetizado, podemos compreender essa referência à preparação tanto para a vida como para o trabalho.

Em seguida, chama a atenção para alguns problemas da educação portuguesa do século XIX: preparação de professores e descaso dos pais para enviar filhos à escola. Quanto ao primeiro, Damião de Moura no seu discurso parece pressentir problemas, mas vê com clareza que a função da instrução, sob a ótica do Estado, estava mais relacionada à legitimação da ordem do que à promoção efetiva do educando, para o que moral e religião são mais essenciais:

> *A professora a quem vai ser confiada a infancia feminina d'esta terra, se não podér infundir-lhe grandes conhecimentos litterarios, ministrar-lhe-ha os necessarios para poderem conhecer, a seu tempo os beneficios que á sociedade em geral advem da instrucção por mais limitada que ella seja, e tenho fé que hade ensinar-lhe regras de moral e religião que, a serem seguidas, hão-de produzir bons fructos no futuro.*

Sobre o segundo, dada a necessidade dos pais de utilizar os filhos nos afazeres domésticos, o mesmo Damião verbera: "resta só que os cidadãos d'esta freguezia que teem filhas, as matriculem na respectiva aula, exhortando-os eu a que façam frequentar assiduamente, excluindo-as de certos trabalhos rudes em que até aqui as empregavam, nos quaes muitas vezes adquirem habitos nocivos ao corpo e á alma".

Mas os problemas vão além. Em cartaz datado de 31 de dezembro de 1886, Damião de Moura presta homenagem aos doadores que participaram da construção da escola. Ao final, coloca uma "nota", chamando a atenção para os obstáculos colocados por algumas pessoas:

> *Afim de que os presentes e vindouros d'esta freguezia possam ter na devida conta as pessoas que na erecção d'estas casas se empenharam consoante as forças de cada um, devo aqui registrar que em todos os seus moradores encontrei appoio á realisação do meu empenho, e ardente desejo, menos no rev.do parocho Antonio Lucio da Fonseca, de certa época em diante, como já o demonstrei pelos jornaes da cidade da Guarda, e no cidadão Estevão dos Martyres Pimentel, que, não obstante uma propriedade contigua á pedreira, que estava de relva, pertencer ainda a seu sogro, prohibiu a passagem da pedra para a escola pela referida propriedade!!!.*

As exclamações que encerram a exposição nos mostram que aa ações dos beneméritos construtores de escolas estavam longe de constituir unanimidade. Apesar do reconhecimento geral da importância e do poder da educação, os esforços não se realizavam de forma sistemática, integrando Estado, iniciativa privada e comunidades. Muitas diferenças políticas, religiosas, ideológicas se interpunham aos objetivos dos beneméritos, não sendo esses conflitos específicos do poder público.

Considerações finais

Nesta análise, percebemos a incompetência do Estado português na formação do sistema nacional de instrução pública e a tentativa de desresponsabilização parcial ao chamar a iniciativa privada para assumir conjuntamente a demanda popular pela instrução. Apesar dos resultados educacionais não parecerem alterados pela presença dessa iniciativa, os privados se fizeram, destacando-se entre eles os "brasileiros".

Procuramos identificar as motivações para a realização dessas obras, que muitas vezes se escondem ou são pouco claras aos olhos do povo. De uma forma geral, percebemos que esses beneméritos buscam o reconhecimento social, representado pelo respeito da

população e pelas honrarias oferecidas pelo Estado. Mas existem também razões de ordem prática, como preparar mão-de-obra e legitimar interesses burgueses junto ao público operário.

Por outro lado, o Estado, talvez o segundo maior interessado no processo, atrás apenas das classes populares, praticamente se omite, não contribuindo efetivamente para a construção das escolas, limitando-se a estimular, regulamentar e distribuir comendas.

Referências bibliográficas

BARREIRO RODRÍGUEZ, Hermínio. "La experiência histórica en los distintos países europeos". In: BARREIRO, Herminio & TERRÓN, Aida. *La institución escolar*: una creación del estado moderno. Barcelona: Octaedro, 2005, p. 13-78.

BENITEZ, Manuel de Puelles. "Incidencia de los factores políticos en la génesis y configuración del sistema educativo español (1809-1836)". In: ESCOLANO, Agustín & FERNANDES, Rogério (ed.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 1997, p. 35-67.

CANDEIAS, António. "Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal". *Análise Social*, Vol. XL, n. 176, Outono 2005, p. 477-498.

COSTA, António da. *A Instrucção Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

COSTA, António da. *Auroras da instrucção pela iniciativa particular*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1885.

COSTA, António da. *Historia da instrucção popular em Portugal*: desde a fundação da monarchia até aos nossos dias. Porto: Editor Antonio Figueirinhas, 1900.

TORGAL, Luís Reis & VARGUES, Isabel Nobre. "O liberalismo e a instrução pública em Portugal". In: ESCOLANO, Agustín & FERNANDES, Rogério (ed.). *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*. Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques, 1997, p. 69-98.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Amigos Pragmáticos. O Brasil e os Estados Unidos na Conferência da Paz de Haia, 1907

Christiane Laidler de Souza*

Resumo: O presente trabalho busca analisar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Conferência da Paz de Haia, em 1907. A política de amizade é então testada e encontra seus limites nas expectativas do Brasil de exercer um papel de maior significado no cenário internacional, sobretudo na América Latina.

Palavras-chave: Segunda Conferência da Paz de Haia – Direito Internacional – Soberania

Abstract: This article considers the relationship between Brazil and the United States during The Second Peace Conference at the Hague, in1907. The friendship politic is tested and find your limits in the brazilian´s interest to play a great role in the international system, specialy in Latin America.

A Segunda Conferência Internacional da Paz, ocorrida em Haia, em 1907, contou com a participação de 44 nações, 18 eram latino-americanas e, entre elas, apenas o México havia enviado representação à Primeira Conferência, em 1899. A iniciativa norte-americana de convocar o encontro de 1907 permitiu que os Estados Unidos exercessem grande influência na Conferência e na sua preparação, conseguindo que todas as nações americanas fossem convidadas, enquanto em 1899 apenas os países com representação diplomática na Rússia haviam sido convidados, uma vez que o promotor da Conferência era o czar Nicolau II. As Conferências significaram a possibilidade de vencer os desafios impostos pela "paz armada" e pela rivalidade entre as potências em um cenário de imperialismo. Tratou-se de discutir a limitação do uso de armas, a resolução de conflitos por meios pacíficos e a constituição de um tribunal permanente de arbitragem. Os contemporâneos entenderam os encontros como o processo de construção de um sistema internacional absolutamente crucial para afastar as ameaças de guerras. Entretanto, a adesão a um tal sistema também representava a limitação da soberania de cada nação individualmente. As potências, tradicionais ou novas, buscaram então dirigir o processo e dominar em conjunto as

* Professora Adjunta de História Contemporânea da UERJ/FFP, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa/FAPERJ, doutora em Ciência Política – IUPERJ.

instituições internacionais que fossem criadas. Este cenário é privilegiado para que sejam observadas e compreendidas as relações entre o Brasil, os demais países da América Latina, e os Estados Unidos, a única potência industrializada do hemisfério. O percurso deste trabalho será explorar os rumos da política externa do Barão do Rio Branco e determinar suas expectativas mais amplas para, em seguida, analisar os trabalhos da Conferência de 1907 e as dificuldades que se apresentaram como um teste para a chamada "aliança não escrita" (BURNS:1966).

Após a proclamação da República, em 1889, o Brasil orientou a sua política externa para uma aproximação com os Estados Unidos e com os demais países da América Latina. Na retórica americanista e por vezes romântica dos republicanos da primeira hora, a Europa representava os valores monarquistas supostamente restauradores (BUENO, 1995). Superado o romantismo inicial, a política externa permaneceu voltada para a aproximação com os Estados Unidos. Entre 1902 e 1912, quando o Barão do Rio Branco esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, essa orientação foi consolidada, com a elevação simultânea das legações dos dois países a embaixadas em 1905, o que tornou o Rio de Janeiro a primeira capital latino-americana a receber uma embaixada norte-americana. Em 1906, a Terceira Conferência Internacional Americana teve como sede o Rio de Janeiro e, por ocasião do encontro, o Brasil recebeu a primeira visita de um secretário de Estado norte-americano à América Latina. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos pareciam muito estreitas, e privilegiadas se comparadas com os demais países do continente. Joaquim Nabuco, na condição de embaixador do Brasil, podia relacionar-se diretamente com o governo norte-americano, o que até 1905 era impossível.

A política externa de Rio Branco tinha basicamente três eixos: cuidar dos interesses comerciais do país, consolidar as suas fronteiras – tarefa que se completou em 1909 -, e ampliar o reconhecimento e o prestígio internacional do país, o que para ele significava diferenciar-se das demais repúblicas latino-americanas, consideradas por demais instáveis para aproximarem-se do ideal de progresso e civilização. O Barão reiterava constantemente a necessidade de demonstrar a estabilidade do Brasil e de suas instituições, mas para ele contava também a expectativa que tinha de exercer uma liderança na América do Sul que fosse reconhecida e respeitada pelos Estados Unidos. Tanto os interesses comerciais, quanto o projeto de liderança regional dependiam de uma relação estreita com os Estados Unidos. Também as questões de fronteiras seriam decididas com sucesso somente se o governo norte-americano não interferisse em favor dos outros países. Entretanto, não seria fácil manter ao mesmo tempo relações próximas com os vizinhos do Norte e do Sul. Estes desconfiavam das

pretensões territoriais e políticas brasileiras. De fato o Brasil destoava ao apoiar a Doutrina Monroe e ao se antecipar em constituir relações privilegiadas com os Estados Unidos, então temidos pelas intervenções e pelo colonialismo que conduziam.

No início da Conferência, Rio Branco mandou a Ruy Barbosa instruções no sentido de que mantivesse as melhores relações com os demais governos, "sobretudo Estados Unidos, Chile, Inglaterra, Alemanha Itália e França"(telegrama n.12, de 19/06). A relação com os norte-americanos tinha prioridade absoluta e note-se que entre os vizinhos apenas o Chile parece ter especial importância. As boas relações com este país eram estratégicas, pois freavam as pretensões da mais importante rival na disputa pela liderança regional, a Argentina. No primeiro telegrama de instruções substantivas, o de número 3, Rio Branco encaminhou as instruções do governo norte-americano de acordo com informações de Joaquim Nabuco. Era do mais absoluto interesse do Brasil acompanhar as posições dos Estados Unidos. Havia apenas uma preocupação relevante: a obrigatoriedade da arbitragem. Rio Branco não concordava com ela e preferia a negociação direta ou a busca de mediação, tema que desenvolveu no longo telegrama de número 9, onde lembrou que na 2ª. Conferência Pan-Americana, em 1902, nove repúblicas latino-americanas assinaram tratado de arbitramento obrigatório no qual as "controvérsias sobre privilégios diplomáticos, limites y derechos de navegación" não comprometiam a independência ou a honra nacionais, critérios únicos para impedir o arbitramento. Em sua avaliação, o texto havia sido calculado "para obrigar-nos no caso de adesão aceitar arbitramento sobre vigência do caduco tratado preliminar ou preparatório de limites de 1777... e sobre a navegação afluentes Amazonas". Todas as preocupações de Rio Branco, no início da Conferência, estavam voltadas para os problemas reais do Brasil na sua região. Assim, em linhas gerais, Ruy Barbosa devia acompanhar os Estados Unidos e prevenir-se contra os vizinhos.

A Argentina havia levado para a Conferência a proposta de proibição de cobranças de dívidas por meio de intervenções armadas, conhecida como Doutrina Drago, que era de grande significação para as repúblicas latino-americanas, pois relacionava-se diretamente ao bloqueio dos portos da Venezuela em 1902. Sua liderança então aparecia como um fantasma a Rio Branco. O presidente Afonso Pena considerava a questão delicada, pois entendia como conduta muito ruim posicionar-se contra as repúblicas vizinhas, mas era necessário mostrar às potências a preocupação do Brasil com a questão, pois o país queria preservar sua credibilidade externa. Este era um dos argumentos de Rio Branco que talvez tenha definitivamente influenciado o presidente a concordar com o posicionamento contrário à Doutrina Drago. No entanto, a correspondência deixa clara a inquietação de Rio Branco

com a possibilidade de tal conquista por parte da Argentina. No telegrama de número 11, ele diz a Ruy: "V. Exa. sabe trabalho Argentina anda fazendo felizmente sem resultado até aqui para suplantar-nos na amizade americana". Ruy Barbosa reconhecia que havia motivos para preocupação.Afirmava não ver "meios impedir efeitos propaganda argentina consta aqui consagram este serviço um milhão de pesos ouro contra tais elementos só se luta elementos iguais". O pior é que a vizinha comprava espaço no Courrier de la Conférence, jornal editado pelo pacifista William Stead especialmente para divulgar o encontro. Nas palavras de Ruy, o "Courrier publica editoriais onde está materialmente confessada a autoria Argentina empregando pronome nós nas referências aos argentinos"(telegrama n. 18 de Ruy Barbosa). A questão da cobrança de dívidas acabou sendo decidida através de uma proposta de conciliação dos Estados Unidos que previa o arbitramento e a possibilidade de intervenção armada apenas em casos de não cumprimento das decisões arbitrais. Mas Ruy Barbosa e Rio Branco ainda assim assumiram a posição de que se fazia necessário que o Brasil expusesse os escrúpulos contrários à Doutrina Drago, mostrando as diferenças entre a proposta americana e a Argentina em declaração na sessão de votação (telegramas n.3 de Ruy Barbosa e n.25 de Rio Branco). Foi um dos delegados norte-americanos, Buchanan, que pediu a Ruy em conversa reservada que não se manifestasse pois considerava "irritante e impolítico acentuar divergência" entre as duas propostas (telegrama n. 11 de Ruy Barbosa). Segundo ele, havia consenso entre as potências e a proposta seria aprovada. Assim, deixava clara a intenção dos Estados Unidos de faturar a conquista da limitação do uso de armas na cobrança de dívidas. As nações latino-americanas deviam reconhecer no fato um esforço de seu protetor para conciliar os interesses delas e aqueles dos credores e investidores europeus.

A batalha em torno da Doutrina Drago foi perdida para o Brasil, embora também não tenha sido ganha pela Argentina. O que deve ser ressaltado, entretanto, observando a correspondência reservada entre o delegado brasileiro e o Ministério das Relações Exteriores, é a influência direta dos norte-americanos que se caracterizou no episódio. Ruy Barbosa relatou diversas conversas que teve com outros delegados e em nenhum caso houve recomendações como a de Buchanan. E a influência era exercida de fato na medida em que era de interesse do Brasil demonstrar uma postura colaboracionista, que se exprimia no início da Conferência, especialmente, na defesa da propriedade privada no mar contra a captura, proposta norte-americana combatida por algumas potências.

Caracterizaram-se, na primeira fase da Conferência da Paz, duas preocupações principais do Brasil: a de colaborar o mais possível com os Estados Unidos e a de prevenir-se contra o reconhecimento internacional da rival Argentina, que ocupou um espaço significativo

na correspondência reservada. A adesão às propostas norte-americanas tinha alguns limites de início estabelecidos por Rio Branco, que não concordava com o princípio do arbitramento obrigatório e menos com um tribunal obrigatório. O arbitramento seria aceito no momento da assinatura da Convenção de 1899, apenas para questões futuras, mas era de interesse do Brasil que os juízes pudessem ser escolhidos livremente.

Na pauta dos trabalhos estava a formação de um tribunal de caráter permanente. Sua composição era ainda uma incógnita para a maioria dos países. Mas era de se prever que as potências dominariam ou tentariam dominar as instituições internacionais que pretendiam criar para mediar os conflitos. O tribunal de presas, proposto pela Inglaterra e aprovado com apenas dois votos contrários – do Brasil e da Turquia – seria composto por juízes permanentes das oito potências com marinhas mercantes acima de 800.000 toneladas (Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, França, Japão, Itália, Rússia e Áustria-Hungria), e por juízes rotativos cujo período de atuação era proporcional ao tamanho das marinhas de seus países. Ruy Barbosa interpôs inúmeros argumentos contrários à classificação proposta[1] que desagradara profundamente Rio Branco. O Brasil teria direito a um juiz por dois anos, estando equiparado à Argentina, Chile e México. No projeto de criação do tribunal permanente de arbitragem, apresentado pelos Estados Unidos com apoio da Alemanha e Inglaterra, a mesma classificação de países seria proposta. A primeira reação de Ruy Barbosa foi a indignação, mas ainda confiou que a amizade com os Estados Unidos pudesse reverter a situação. Escreveu ao Barão ainda sem informações completas: "V.Exa. verá se por meio Washington nos poupam tamanha e amarga humilhação. Verificada ela não compreendo Brasil possa dignamente continuar Conferência" (telegrama n. 32). As tentativas de Rio Branco de, através de Washington, melhorar a situação do Brasil, ou criar um canal exclusivo de negociações fracassaram. Certamente, prevendo as inúmeras pressões que poderiam surgir durante a Conferência, o secretário de Estado saiu de Washington, e os Estados Unidos, na posição de ator importante no sistema de nações, manteve seu propósito de criar o tribunal permanente dominado pelas potências, entre as quais se incluía. A partir desse momento as relações entre os Estados Unidos e o Brasil na Conferência tornaram-se muito ruins. Mas não é possível atribuir à autonomia dos delegados, Ruy e Choate, a responsabilidade pelo afastamento, como propõe Burns (1966). Esta tese satisfazia os interesses originais de um pesquisador ligado a um grupo de estudos sobre América Latina, desejoso de estabelecer o interesse superior dos

[1] Ver discurso de Ruy Barbosa em Haia , de 17 de agosto de 1907 "Composição do Tribunal de Presas", in *Obras Completas*, 1907, Tomo II.

países do hemisfério de cooperar com os Estados Unidos e, em conseqüência, gozar dos benefícios de sua hegemonia.

O papel que o Brasil desempenhou na Conferência, a partir de então, foi o de resistência à constituição de instituições internacionais comandadas pelas potências industrializadas. Em conseqüência, as relações com os norte-americanos esfriaram. Eles não podiam oferecer ao Brasil uma posição de destaque sem ferir os demais países. Também não abririam mão do projeto que consolidaria seu novo *status* de potência mundial. O Brasil, com seu grande território, que representava o tanto que se podia perder em tempos de imperialismo, e muitas expectativas de ocupar um lugar privilegiado no continente, não aceitou as regras do novo jogo internacional. Ruy Barbosa, desde o início da configuração das pretensões das potências, pronunciou-se em favor da igualdade entre as nações como único princípio capaz de garantir a constituição de um sistema internacional justo. Escreveu ao Barão dizendo considerar essencial que o Brasil, caso a proposta americana fosse apresentada, declarasse imediatamente que não podia firmar convenção de arbitramento se ela reduzisse "pequenos Estados particularmente América Latina a esta condição subalterna". Não era possível admitir que a organização do tribunal permanente fosse outra que não aquela onde cada Estado figurasse "como um todo independente como uma unidade soberana" (telegrama n. 34).

Na medida em que o Brasil se afastava das posições norte-americanas, recebia apoios de nações consideradas pequenas. Se na disputa que envolveu o tribunal de presas apenas a Turquia se posicionou contrariamente ao projeto das potências, em companhia do Brasil, o mesmo não aconteceu com a questão da composição do tribunal de arbitragem. A princípio, colocaram-se contra o projeto os pequenos países da Europa: Portugal, cuja delegação trabalhou de forma muito próxima a Ruy Barbosa, Grécia, Romênia e Suíça. Em seguida, foi a vez das repúblicas da América Latina, que deixaram perplexo o delegado dos Estados Unidos, Choate, que mais tarde diria que "todas as grandes nações consideraram que o que tinha sido acordo sobre isto na criação da Corte de presas devia ser adotado" mas as 18 nações latino-americanas "decidiram defender que a soberania era soberania, e todas as nações são absolutamente iguais" (CHOATE: 1913,78). Destacava-se, assim, ao final da Conferência, a identidade de interesses dos pequenos e a dificuldade de se manterem relações de cooperação entre estes e as potências industrializadas cujos projetos hierarquizavam o sistema internacional e podiam significar ameaças efetivas à soberania e à própria existência dos demais.

Ao final da Conferência, o Brasil sentia-se de alguma forma vitorioso. Não recebera as honras que esperava, não ocupara a posição tão desejada acima das repúblicas vizinhas, mas a questão da composição do tribunal de arbitragem havia levado a Conferência a um impasse e acabou sendo postergada para uma oportunidade futura de novas negociações. O delegado do Brasil foi figura central neste desdobramento, atuando na comissão dos sábios que considerou por fim o princípio da igualdade como base para a composição de um tribunal internacional de arbitragem. Criticado pela imprensa das potências, Ruy Barbosa acabou alcançando grande reconhecimento por parte não apenas dos jornais que reportaram o evento em toda a parte, mas entre os seus pares. No Brasil, entretanto, ao encerrarem-se os trabalhos, todas as preocupações do Ministério das Relações Exteriores voltaram-se rapidamente para a reconstituição dos laços com os Estados Unidos. Rio Branco e Nabuco telegrafavam a Ruy recomendando a reaproximação com os delegados norte-americanos. Os documentos da Conferência não foram publicados ou traduzidos para o português. Era de todo conveniente que fosse esquecida a conduta dos Estados Unidos ou relevada como uma excepcionalidade que Choate havia desencadeado, embora o próprio Nabuco tenha confidenciado a Rio Branco que o delegado norte-americano era homem forte do governo e que suas impressões sobre o Brasil certamente seriam acolhidas pelo presidente. Mais um motivo para tentar frear o sentimento anti-americano que havia surgido durante a Conferência entre os leitores da imprensa brasileira. O encontro terminou em outubro e em janeiro Rio Branco já recebia para banquete uma delegação da marinha norte-americana. Convidou Ruy Barbosa para um discurso no Palácio Monroe como forma de demonstrar seu apreço pelo povo daquele país e de manifestar que havia superado as grosserias da delegação norte-americana em Haia e as inconveniências do correspondente do *Herald* (carta de Rio Branco de 18/01/1908). Ruy Barbosa recusou o convite, disse que entendia a obrigação que o ministro tinha pela função que exercia mas não se sentia em obrigação igual, recusou-se terminantemente. Disse ao Barão que se a visita fosse servir ao propósito da paz e do Direito iria com prazer, mas não participaria de uma manifestação marcial ostensiva da supremacia norte-americana.

Se encontramos algumas permanências na configuração de nossas relações internacionais, dois aspectos relevantes dos fatos aqui abordados merecem consideração: o primeiro é o caráter condicional e limitado com que a doutrina estabelecida de cooperação com os Estados Unidos se apresentou em Haia, o segundo é a união possível que se estabelece entre os países quando há identidade de interesses.

Fontes e Bibliografia:

BARBOSA, Rui. *Obras Completas. 1907.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1967. TomoII.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902).* São Paulo: Editora da UNESP/ Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1995.

_____. *Política externa da Primeira República. Os anos de apogeu – de 1902 a1918.* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, Bradford. *The unwritten alliance. Rio Branco and Brazilian-American relations.* New York: Columbia University Press, 1966.

CHOATE, Joseph H. *The two Hague Conferences.* Princeton: Princeton University Press, 1913.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Arquivo Pessoal (APES). Coleções de telegramas.

SCOTT, James Brown. *Texts of The Peace Conferences at the Hague, 1899 and 1907.* Boston/London: Ginn&Company, 1908.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rebeldia no planalto: a expulsão dos jesuítas de São Paulo

Sheila Conceição Silva Lima*

Resumo: Esta comunicação pretende abordar a expulsão dos reverendos padres jesuítas da Vila de São Paulo de Piratininga, no contexto da Restauração Portuguesa, em 1640, entendendo-a como um episódio de revolta, típico de Antigo Regime.Expulsão alavancada pela querela política entre jesuítas e homens bons – isto é, camaristas e sertanistas de São Paulo – em relação ao processo de colonização do Planalto de Piratininga, cujas idéias sobre a administração dos indígenas e suas terras eram bem diversas. Ou seja, a luta dos reverendos padres pela liberdade dos índios, alicerçada pela discussão jurídico-teocrática da sociedade e do poder, contra as contestações do poder secular, aqui representadas pelos camaristas, que queriam obter a administração dos gentios da terra, como lhes garantia a lei dos "usos e costumes do Bem Comum". Para tanto, os paulistas se apropriaram do discurso jesuítico para defender seus privilégios e liberdades; e combater o que consideravam os abusos dos inacianos.
Palavras Chave: Revolta – São Paulo século XVII – Jesuítas.

Resumé: Cette comunication examine l'expulsion des jésuites du village de São Paulo de Piratininga em 1640, dans le contexte de la Restauracion Portugaise. Elle veut comprendre cet épisode comme une revolte typique de l'Ancien Regime, poussé par des questions politiques entre les prêtres et les *hommes bons* - ça veut dire, conseillers municipaux et *sertanistas* – dont l'origine se trouvait dans les idées tout à fait différentes l'administration des indigénes et de ses terres tenues par les um et les autres. Si les jésuites prônaient la liberté des indiens à partir d'une conception jurídico-théocratique de la societé et du pouvair, les conseillers municipaux contestaient, d'um point de vue séculier, ce qu'ils consideraient des abus des prêtres, em rappelant les usages et les coutûmes de la terre, qui assuraient le Bien Commum. De cette façon, ce sont les *paulistas* qui ont su s'approprier du discours des jésuites eux-mêmes pour defendre leurs priviléges et libertés.
Mots Clé: Mots Maître: Revolte – São Paulo au XVIIème siècle – Jésuites.

Às duas horas depois da meia noite, os sinos tangeram e o povo reuniu-se, à praça, sob o comando dos da Câmara. O procurador do povo, João Fernandes Saavedra, leu a então sentença:

> *Pela publicação da Bula de sua Santidade, tocante à liberdade dos Índios, se levantaram na vila de Santos contra a companhia de Jesus, convocando a vila de São Vicente... e povos e ajuntou cortes para determinarem o que se havia de fazer contra a Companhia e a mesma Bula. Depois de três dias concluiu-se que botassem fora de toda aquela Capitania aos Padres da Companhia, porque vendo-se os Padres avexados e oprimidos com desejo de tornarem as suas casas e colégios, haveriam de*

* Professora da Rede Municipal de Niterói com Mestrado realizado na Universidade Federal Fluminense.

> *sua Santidade a suspensão da Bula, e de sua Santidade e Majestade licença para os poderem ter como cativos e liberdade de consciência para poderem fazer suas entradas no sertão.*(SERAFIM LEITE 1945, 255-256)

Após o pronunciamento do prédio da Câmara, os revoltosos partiram em direção ao colégio e, ao som dos murmúrios e gritarias, intimaram o padre, Nicolau Botelho, reitor do colégio de São Paulo, a se retirarem da vila, lançando-os fora aos empurrões e vozerios de "bota fora, bota fora", a 13 de julho de 1640. Os amotinados seguiram os padres desterrados até a vila de Santos, onde aqueles buscaram áxilo na Casa da Companhia. Contudo, a revolta não cessara e os homens bons, dessa vez em Santos, anunciaram a Jacinto de Carvalhais, reitor da Casa de São Miguel, o desterro daquelas terras.

As parlamentações dirigidas aos revoltosos não ajudaram os religiosos a escaparem de sua fúria, mesmo o padre lançando mão de uma imagem de Santo Inácio. Suas colocações de bons serviços prestados ao Papado e a El-Rei, não demoveu o desejo dos camaristas em expulsá-los, o que fizeram pelas ruas públicas de Santos. (SERAFIM LEITE: 1945, 259)

O ato final foi a deportação dos inacianos para o Rio de Janeiro, a 3 de agosto, impulsionada pela descida de mais de "cento e tantos homens armados de São Paulo, com muitos índios, disparando por todo o rio muitas espingardas e tocando buzinas. À noite chegaram mais oito canoas, cheias de gente armada, na vozeria pelo rio abaixo, culminando o ostracismo dos padres". (SERAFIM LEITE: 1945, 259 – 261)

A descrição feita pelo padre Jacinto de Carvalhais, que Serafim Leite reproduz em sua obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ilustra esse episódio revoltoso, típico de Antigo Regime. Os conselheiros municipais viram-se lesados pelas intervenções religiosas feitas sobre as deliberações do poder secular, acerca da liberdade dos índios, ratificada pela sociedade ortodoxa, que os próprios jesuítas tinham ajudado a edificar sob uma concepção jurídico-teocrática da sociedade e do poder.

Esse pensamento político, fundamentado na tradição tomista difundiu-se pela Península Ibérica destacando a constituição do direito para a edificação das Monarquias. Os neo-tomistas entendiam que a política era natural ao homem e os jesuítas propuseram a construção de uma teoria de Estado (SKINNER: 1996, 414).

O homem deveria basear-se no direito positivo, ou seja, subordinar os seus desejos individuais aos desejos do bem comum. Dessa forma, eles reconheciam a necessidade adicional de concordar com o estabelecimento de uma república e eram impelidos a criar alguma autoridade pública, que, através do seu consentimento, tinha por dever a manutenção

e a promoção do bem comum. Contudo, aos mesmos homens era garantido o direito à liberdade. Segundo Simão Vasconcelos, de acordo com a lei natural, pertencia os índios a disposição sobre a própria vida. (VASCONCELOS: 1977, 45-46). O que nos remete ao direito natural que garante a autonomia do "homem" no interior das monarquias. Assim reivindicavam os jesuítas que, aos homens naturais dos Brasis, fosse respeitado o status de liberdade, conforme a base teológico-jurídica determinava. (THOMAS: 1982, 152)

Entretanto, o poder secular, dos camaristas / sertanistas em especial, requeria, junto as autoridades régias, o respeito aos usos e costumes da terra, garantidos pelo bem comum e no engrandecimento do Império Ultramarino. Participantes de uma série de distinções, privilégios, dignidades e mercês, os colonos garimpavam indistintamente suas liberdades e poderes. Para eles,

> *[...] os índios eram o braço de sustentação daquelas paragens [eles possibilitavam o equilíbrio social em São Paulo], como é notório. E o serviço destes tais, se fosse livre, corria-se o risco e o perigo de os colonos perderem seus bens pela falta do artigo. Alegavam que, cumprida a obrigação [da lei de 1611 que determinava a liberdade dos indígenas], não haveria funcionamento de São Paulo.* (ACTAS DA CÂMARA DE SÃO PAULO: 1915, 298-304)

Dessa maneira, os colonos e/ou oficiais da Câmara encontravam, diante do representante régio, em 1628, amparo para suas questões, principalmente pelo fato de o ouvidor encarnar a defesa da jurisdição régia – reclamada pelos paulistas – sobre a jurisdição eclesiástica. Conscientes das limitações de suas ações, os paulistas procuravam apropriar-se do discurso jesuítico a fim de reverterem, a seu favor, a concepção do bem comum.

Desse modo, foi na década de 1630 que se acirraram, definitivamente, os ânimos entre seculares e eclesiásticos. Os inacianos e sua política de reduções tornavam-se cada vez mais um estorvo não só para os bandeirantes, como para todo o conjunto social de Piratininga. Aos impedimentos à entrada no sertão, verificados nas Actas da Câmara, somavam-se as constantes queixas de quebra de jurisdição, com a intromissão dos jesuítas na esfera do poder secular. Assim, num trecho das Actas da Câmara de São Paulo é possível ler:

> *Logo em 1629, no dia cinco de agosto, concomitantemente com as entradas dos homens ao sertão do Guairá, verifica-se o ajuntamento dos povos, requerendo dos oficiais da Câmara que punissem os reverendos padres que se assenhoravam das aldeias, induzindo seu rebanho a não obedecer às ordens dos capitães de índios, nomeados pelo governador geral, para a administração da força de trabalho. O dito povo exigia que os oficiais dessem cobro nisso, visto ser bem comum deste povo o usufruto dos gentios, como se vê no requerimento feito ao capitão dos índios, Manoel João Branco.*(ACTAS DA CÂMARA DE SÃO PAULO: 1915, 32 – 33)

Os colonos cientes de seus "direitos" reclamavam ao poder régio atenção. Aos vassalos do rei, que, mesmo em tempos de penúria e de invasões inimigas, colocavam a disposição seus exércitos (gentes e armas), sua indústria e suas fazendas, cabia a retribuição da Coroa. (FRAGOSO: 2003, 12) E se em "solo pátrio", habitavam vassalos não ligados à Coroa, muito pior. Os jesuítas representavam, muitas vezes, esse papel de intrusos, de representantes de uma espécie de poder paralelo tão forte que devia ser combatido.

Assim, desenhava-se, ao longo do século XVII, o mais claro conflito entre os padres e os colonos, animados por sentidos de vida não só diferentes, como frequentemente, opostos. A consolidação das Câmaras como órgãos decisivos e de influência, concedeu status e poder aos colonos, tornando colégio e Câmara dois termos de uma antítese. O primeiro, que tinha a obediência por virtude máxima, representava o princípio da autoridade em nome de uma razão transcendente e de rígida observância da moral católica; o segundo, que encarnava os "direitos" individuais e os interesses comuns, defendia um sentido de vida diferente, afirmando, por vezes através da violência, o primado da jurisdição civil sobre a eclesiástica e, conseqüentemente, a adaptação às realidades locais e livres instintos despertados pelo novo ambiente. (CORTESÃO: 958, 66)

Conseqüentemente, esse acirramento teve como epicentro as invasões dos sertanistas às reduções jesuíticas do Paraguai (Guairá, Itatim e Tape, a partir de 1629). Essa busca de mão-de-obra cada vez mais distante do núcleo de Piratininga remete ao crescimento da lavoura comercial, sobretudo, a de produção de trigo, concomitante aos esforços das autoridades régias que procuraram instaurar uma economia integrada de mineração e agricultura nas Capitanias do Sul, intensificando o recrutamento dos *negros da terra*. Como também, o apresamento garantia status e poder, numa sociedade de privilégios, assim como pelo fato de escassez do gênero ao redor da mesma vila.

Sendo assim, as expedições de apresamento tomaram grande vulto na terceira década dos Seiscentos, destacando o nome de Antonio Raposo Tavares, como o capitão dessas expedições, o que incomodava enormemente as autoridades eclesiásticas, identificadas aqui nas pessoas dos pés Ruiz de Montoya e Francisco Dias Taño. A constância dos assaltos dos portugueses de São Paulo às reduções jesuíticas incentivaram a construção de um imaginário distorcido dos bandeirantes, a partir da ótica eclesiástica, Para eles, o que mais importava eram

> *[...] os danos que seus filhos [os indígenas] e seus objetos que amavam ternamente [sofriam], por haverem experimentado, à vista dos olhos, as*

> *crueldades e mortes, roubos e cativeiros, que com incrível desumanidade faziam aqueles lobos carniceiros e desumanos vizinhos de São Paulo...* (VIANNA: 1970, 264)

E completavam que:

> *[...] pela forma do direito, haja lugar, que os portugueses da vila de São Paulo destruíram e roubaram as reduções de índios cristãos e gentis, que os da Companhia haviam reduzido nas províncias do Guairá... [tendo em] André Fernandes, um dos maiores ladrões de índios nos sertões...* (VIANNA: 1970, 317 – 324)

Esse imaginário foi difundido pelas epístolas trocadas entre os padres jesuítas, tanto os da assistência do Brasil quanto os da assistência espanhola, e difundia-se em Madrid e Roma, junto às respectivas autoridades. Os reverendos, buscando legitimar sua autoridade e trabalho, construíram esses discursos que, em certa medida, ofereciam uma feição "disforme" dos habitantes de São Paulo, uma vez que, distanciando-lhes do contexto no qual todos estavam inseridos, valorizavam apenas o caráter cruel dos apresamentos e da violência empregada, natural às sociedades de Antigo Regime, escusando-se da existência de um direito comunal fundamentado na ordem social e na própria legislação indígena da Coroa de Portugal. Esses discursos fomentavam, cada vez mais, um conflito que já era latente.

A destruição das aldeias do Guairá gerou um relato abrasivo e apaixonado do pe Ruiz de Montoya, em que identifica os paulistas como "assassinos impiedosos", que a "ferro e a fogo arrasaram suas construções". "O banho de sangue imposto às pobres almas nativas denegria a identidade dos homens de São Paulo, que, aos olhos do provincial espanhol, assemelhavam-se aos árabes". (Porto: 1943, 99) Não se pode perder de vista que as proposições dos jesuítas espanhóis estavam repletas de interesses políticos e pessoais, em reforçar a autoridade eclesiástica no processo de colonização do Novo Mundo, diante das autoridades seculares.

Esse imaginário "mítico" levou ao provincial, Ruiz de Montoya, a buscar ajuda e amparo das autoridades competentes – o rei Filipe IV e o Papa Urbano VIII, que ficou a cargo do padre Dias Taño, no período de 1637-8 -. Após várias audiências, em Madrid e em Roma, em que se apresentou o perigo dos avanços paulistas às reduções indígenas, obtiveram cédulas reais e a Bula Papal – *Comissium Nobis* – como resposta as entradas paulistas no sertão americano, num sentido de coibir os apresamentos dos indígenas.

As medidas de contenção dos luso-brasílicos, ao serem divulgadas no Brasil, sem prévia autorização da chancelaria de Lisboa, tornaram-se o estopim para se amotinarem a elite do Planalto, defendendo, em sua Câmara, o direito de manterem seus direitos e privilégios

estabelecidos pelo direito natural que abrangia toda aquela sociedade. Esses episódios de contestação e revolta contra a intromissão dos padres na jurisdição régia, principalmente em relação aos gentios da terra, não foram exclusividade das terras do Planalto. Assolavam os Brasis como as tensões geradas na Bahia, por conta da legislação de 1609, que levaram os camaristas expulsarem os jesuítas da terra, identificando-os como "inimigos do bem comum", o motim no Maranhão, no governo de Francisco Coelho de Carvalho, de 1626 – 1636 e as convulsões registradas no Rio de Janeiro no contexto da publicação da Bula Papal. (POMBO: 1959, 7-8 , THOMAS: 1982, 152 & BOXER: 1973)Dessa forma, São Paulo na seria exceção.

Curiosamente, desconhece-se a data em que o breve foi divulgado na vila. Nas Actas ou no Regimento Geral não há menção a ela. Todavia, os acontecimentos que sucedem a essa convocação de São Vicente são claros e profundamente relatados. A Câmara, que inicialmente congregava uma divisão política entre as famílias Pires e Camargos, congregou forças contra a ação dos inacianos de divulgarem a Bula.

Tomando conhecimento de seu teor, os sertanistas / camaristas, os proprietários de terra, o povo miúdo, em ritual simbólico e teatral, foram todos ao colégio da Companhia de Jesus notificar os padres, na figura do reverendo reitor Nicolau Botelho, que:

> *Dentro de seis dias despejassem esta vila e se recolhessem ao colégio do Rio de Janeiro para segurança de suas honras e fazendas, contra o levante do gentio de que não vive, seguros como a experiência o te, mostrado e para a segurança de todas estas vilas a que o inimigo não tenha entrada nelas, convém e é coisa muito imperiosa que os reverendos se saiam fora destas Capitanias; fundados em outras muitas coisas e razões que darão, o povo e a Câmara a S. Majestade e seus ministros.* (ACTAS DA CÂMARA DE SÃo PAULO: 1915, 25 – 28)

Os colonos exigiram dos padres, em 7 de julho de 1640, que pusessem em ordem suas coisas e se recolhessem ao Rio de Janeiro, desocupando a vila e a Capitania, no que lhes prestariam ajuda e favor. Não aceitavam ocorrer em censura ou excomunhão alguma e julgavam que, sucedendo alguma desordem, esta seria por única e exclusiva culpa dos missionários, devido à sua "contumácia". Assinaram a petição lado a lado Fernão Camargo e João Fernandes Saavedra seguidos de Garcia Rodrigues, o velho e Fernão Dias Pais.(ACTAS DA CÂMARA: 1915, 25 -28)

Contudo, a contumácia dos padres os levaram a permanecerem no alto do Planalto de Piratininga, desafiando a ordem dos homens bons de São Paulo. Sob protesto lançaram sobre eles toda a sorte de modalidades de excomunhão. Os paulistas, retrucavam que não pretendiam usar da violência e que não os lançavam fora por ódio, vingança ou por persuasão

do demônio, mas porque defendiam suas terras, honras e vidas, suas mulheres, filhos e pertences. (ACTAS DA CÂMARA: 1915, 33) Diante do impasse,

> *[...] aos treze dias de julho, requereu-se que se desse a execução o que da vila de São Vicente, cabeça desta Capitania viera determinado deitando fora desta vila os padres da Companhia de Jesus para a paz e quietação desta vila e Capitanias pelas razões já alegadas e por outras mais que dariam a sua Majestade e sua Santidade.* (ACTAS DA CÂMARA: 1915, 35)

É preciso destacar que a revolta contra os padres de São Paulo insere-se numa lógica própria, típica de seu tempo. A racionalidade da rebelião no Antigo Regime revelava um "ritual bem definido", relacionado a um contexto complexo e explosivo que se constituiu, ao longo do tempo. Tratava-se de um movimento que procurava, enfim, sensibilizar o soberano para "legitimidade da causa e a justiça das reivindicações".(FIGUEIREDO: 2005, 61) Assim, os protestos dos colonos contra os padres, como se pode verificar, cumpriam um cerimonial que lhes dava um caráter comum em todas as partes. Suas características giravam em torno dos boatos e rumores que, segundo Delumeau, eram a explicação da angústia generalizada, que se fazia acompahar das vozes e do tanger dos sinos, das ações noturnas, a melhor companheira das sedições, a favor daqueles que visavam, de alguma forma, reaver aquilo que haviam perdido. (DELUMEAU: 1989, 100)

Liderados por Ruiz de Montoya, os jesuítas espanhóis foram o gatilho que disparou todo esse movimento. Ao desafiar as administrações locais e apelar para o poder régio, eles colocaram em risco os direitos de sobrevivência dos colonos. Não obstante o apoio dos governadores e de suas milícias, a Companhia de Jesus passou a ser encarada como um empecilho para a elite local, que dependia da mão-de-obra indígena. Por outro lado, aos seus olhos, a lisura das próprias demandas fornecia aos colonos a certeza da justiça de suas reivindicações. Eles eram súditos leais, mas oprimidos por funcionários, seculares ou eclesiásticos, incapazes.

Dessa forma, na Capitania de São Vicente, em geral, e na Vila de São Paulo de Piratininga, em particular, empreendeu-se um eficaz combate aos inacianos, alicerçado no discurso dos "usos e costumes" das gentes e na ilegitimidade de interferência dos padres nos direitos imemoriais, que pareciam estabelecidos desde todo sempre por Deus. Em outras palavras, a elite do Planalto estava imbuída da crença de que defendiam seus direitos tradicionais, estabelecidos como um consenso da comunidade. Era este o costume que dava aos paulistas as ferramentas para sua luta. Costume entendido como a adoção de um ato considerado, pela comunidade, como razoável, seguro e benéfico ao povo, em conformidade à

sua natureza e disposição, reiterado por todos, que obtinha força de lei. (ANASTASIA: 1999, 107) Nesses termos, a rebeldia ocorria quando se dava algum desrespeito a esses pressupostos morais estabelecidos, que privavam os povos do que julgavam ser seus direitos e afetavam seus empreendimentos do dia-a-dia, suas funções econômicas peculiares. (THOMPSON: 1998, 159) Ou seja, embebidos dos valores sociais e corporativos de Antigo Regime, esses homens entendiam que suas ações contrárias aos padres possuíam legitimidade.

Sendo assim, as revoltas não resultavam do calor dos trópicos, mas faziam parte de toda uma conjuntura em que os súditos portugueses, daqui ou de Portugal, estavam imersos. (FIGUEIREDO: 2005, 20) Assim, por mais longínqua que estivesse a Colônia, e os colonos fossem sensivelmente diferentes em relação aos súditos do reino, haja vista a aproximação direta destes com o rei, os brasílicos não tinham como deixarem de ser influenciados também pelo pensamento político-jurídico-teológico da época, pensamento esse que conferia consistência aos discursos, constituindo-se o *direito* num motor propulsor dos movimentos de contestação. Esses movimentos fossem no período de crise da União Ibérica, fossem no abrasivo fervor da Restauração, moveram os vassalos da América Portuguesa que, entre obediência e os motins, lutaram para que suas liberdades e tradições fossem garantidas, até mesmo através da revolta.

Fontes

Archivo Municipal de São Paulo. *Actas da Câmara da Villa de São Paulo (1629 – 1652)*. São Paulo: Duprat & Cº, 1915.

DEUS, Frei Gaspar da Madre de. *Memórias para a história da capitania de São Vicente (1797*). Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

Manuscritos da Coleção de Angelis. *Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai. (1611-1758)*. Biblioteca Nacional. Divisão de Publicações e Divulgação, 1970. Trad. Hélio Vianna.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual. Feitas pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. 1º ed. Brasileira. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

Bibliografia

ANASTASIA, Carla. "América Portuguesa: Mais Direitos, Menos Revoltas". In: *1500 / 2000: Trajetórias.* Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999. p. 103 / 113.

BIRLEY, Robert. "Lês Jésuites et la conduite de l'Etat baroque". In: GIARD, Luce & VAUCELLLES, Louis (dir.). *Lês Jésuites à L'Âge Baroque (1540 – 1640).* Paris: Jérôme Millon, 1996. p.229 / 242.

BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681 – 1721).* Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH – USP, 1995.

BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602 – 1686.* São Paulo: Brasiliana, 1973.

CORTESÃO, Jaime. Raposo Tavares e a Formação territorial do Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada.*São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FIGUEIREDO, Luciano R. A. *Revoltas, Fiscalidades e Identidade Colonial na América Portuguesa. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640 – 1760.* USP – Departamento de História. Tese de Doutorado, 1996.

_____. *Rebeliões no Brasil Colônia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FRAGOSO, João. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séc. XVII. Algumas notas de pesquisa". In: *Tempo* / UFF. - Departamento de História. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003. nº 15, v.9.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. (v. 1 / 6)

LUÍS, Washington. *Na Capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

MONTEIRO, John M.. *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEVES, Guilherme Pereira das. & VAINFAS, Ronaldo. "Antigo Regime". In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. "Dos Jesuítas, um método da modernidade". In: *Jornal da Tarde – Caderno de Sábado*. São Paulo, 21 de dezembro de 1999. p. 03.

OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580 – 1640).* Lisboa: Difel, 1992.

_____. "Fiscalidade e Revolta no Período Filipino". Lisboa, 1989. Separata de *Primeiras Jornadas de História Moderna. Actas.* v. 1. Lisboa, 1986 [1989]. P. 71 / 105.

POMBO, Rocha."O Regime Colonial". In: *História do Brasil.* São Paulo: w. m. Jackson Inc.,1959. v. 2.

PORTO, Aurélio. *História das missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. v. 23.

_____. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1943. v.9.

THOMAS, Georg. *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil 1500 – 1640.* São Paulo: Edições Loyola, 1982.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus.* 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. v. 1.

VILLARI, Rosário. "Revoluciones Periféricas y Declive de La Monarquá Española". In: TARRÉS, Simon, GIL, Xavier, ELLIOTT, J. H., HESPANHA, Antônio Manuel, VILLARI, Rosário, RIBOT, Luis A, SCHEPPER, Hugo de. & ANATRA, Bruno. *1640: La Monarquia Hispânica em Crisis.* Barcelona: Editorial Crítica, 2000. p. 169 / 182.

_____. "O Rebelde". In: *O Homem Barroco.* Lisboa: Presença, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Astrologia e poder: o caso de Marcus Manilius

Ana Teresa Marques Gonçalves

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação que se estabelece entre astrologia e poder, para o fortalecimento da *auctoritas* imperial, durante o Principado Romano.

Palavras-Chave: Poder - Astrologia - Império Romano.

Abstract: The purpose of this paper is to ponder about the astrology and power relations, whereas the imperial *auctoritas,* during the Roman *Principatus.*

Keywords: Power – Astrology - Roman Empire.

Nossa atenção para a relação que se estabeleceu entre astrologia e poder durante o Principado em Roma, e a utilização de argumentos astrológicos para a sustentação de uma *auctoritas* imperial, foi despertada por uma passagem da obra *História Romana* de Dion Cássio. Este autor nos informa que Septímio Severo mandou pintar nos tetos das salas do Palácio, nas quais fazia os julgamentos, o seu horóscopo, ou seja, mandou pintar como estavam posicionados os corpos celestes no céu no dia do seu nascimento, com exceção da porção do céu que determinava a hora exata de seu nascimento, para que as pessoas que vissem as pinturas soubessem que ele era um protegido pelos deuses, mas que não tivessem como fazer a análise total do horóscopo e não pudessem fazer previsões a partir disso, principalmente a respeito da duração de seu governo e da data de sua morte (Dion Cássio, LXXVII, 11.1).

Sabemos também que Septímio foi um governante bastante ligado aos astros, aos poderes mágicos, aos horóscopos, ou seja, a tudo aquilo que poderia lhe dar vistas de como melhor governar e indicações de que ele era o Imperador determinado e protegido pelas divindades. Segundo a *História Augusta,* Severo demonstrava acreditar bastante na ação de forças sobrenaturais no desenrolar da vida humana. Ele teria se casado com Júlia Domna porque ela tinha um horóscopo que indicava que seria a esposa de um Imperador (HA, Vida

Doutora em História Econômica pela USP. Professora de História Antiga e Medieval na UFG.

de Severo, III.2) e foi após interpretar o horóscopo de Geta que ele resolveu colocá-lo na linha sucessória junto com Caracala, dando-lhe o nome de Antonino e os títulos sucessivos de César e Augusto (HA, Vida de Antonino Geta, II.1).

A crença de Septímio nas forças cósmicas e na possibilidade dos astros lhe revelarem a vontade divina nos importa pouco neste texto. O que ganha relevo histórico é sua preocupação em utilizar elementos astrológicos para garantir a adesão de grupos sociais de apoio ao seu governo e para justificar sua ascensão ao cargo imperial e sua manutenção no mesmo, possibilitando legitimidade para governar o Império, a partir de um discurso de poder que usava argumentos astrológicos. Como afirma Georges Balandier:

> *O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. (...) Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (...) A hierarquia é sagrada (...) e o soberano depende da ordem divina, dela fazendo parte ou recebendo o seu mandato. Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (BALANDIER, 1982:7).*

Para Ramsay MacMullen, a proeminência política do Imperador Romano era construída pelas suas relações de amizade, pela sua educação eloqüente, pelo seu conhecimento da lei, pela sua riqueza e pela demonstração de que sua escolha como chefe foi apenas uma percepção da vontade divina (MACMULLEN, 1971:108). Vontade esta detectada por intermédio da interpretação humana dos sinais que as divindades mandavam. Estes sinais se revelavam na relação do homem com a natureza circundante, por meio de sonhos, prodígios e horóscopos. Para a constituição do culto imperial foram agregados ao centro do poder áugures, harúspices, astrólogos e magos, sempre buscando por intermédio desses saberes o estabelecimento do que Maria Jaczynowska chamou de criação de uma religião da lealdade (JACZYNOWSKA, 1989:159), isto é, a formação de um arcabouço imaginário que garantisse a sustentação do Imperador no poder pela adesão de um número expressivo de súditos.

No que se refere especificamente à astrologia, esta se baseava em saberes matemáticos e astronômicos, desenvolvidos inicialmente para o estabelecimento de calendários agrários e para a determinação de datas para os festivais religiosos. A técnica astrológica desde os primórdios já buscava vincular o mundo humano ao mundo divino.

Desde os Caldeus, desenvolveram-se dois tipos de astrologia: a judicial, na qual os astrólogos formulavam previsões celestes ou metereológicas para os reis ou cidades, e a baseada na confecção de horóscopos, relativa às características e à fortuna individual (LUCK, 1985:309-310). Os dois tipos interessaram aos romanos, mas foi o segundo que passou a integrar o discurso que justificava o poder imperial dos governantes.

Os contatos estabelecidos entre a astrologia e o poder político no mundo romano sempre foram intrincados, visto que o saber astrológico servia não apenas para auxiliar no discurso e nas práticas que legitimavam o governante, como lhe garantiam ferramentas ideológicas para indicar o sucessor. Segundo Hugo Zurutuza, durante a época dos Antoninos as previsões dos *mathematici* (astrólogos) e dos harúspices tinham apresentado pouco interesse, porque os critérios dinásticos permaneciam estáveis, com a sucessão sendo garantida por indicação e adoção. Com o primeiro dos Severos, buscou-se enfatizar a necessidade de se conhecer a vontade dos deuses para a escolha do novo Príncipe, devido à tentativa de conservação do poder dentro de uma mesma família. Ao indicar os próprios filhos como sucessores, Septímio precisou construir dispositivos eficazes passíveis de fornecerem legitimidade aos próximos governantes pela confirmação da vontade divina (ZURUTUZA, 1998:199-201).

A instrumentalização política da astrologia concorreu, assim, para a manutenção do poder nas mãos de uma mesma *domus* (MARTIN, 1982:9). Para Lellia Cracco Ruggini, isto integra a linguagem de uma teologia política, na qual são utilizados instrumentos aquiescentes de forças superiores, enfatizando-se a dependência do soberano com relação ao mundo sobrenatural, para garantir legitimação filosófica e propagandística à sua *auctoritas* (RUGGINI, 1982:9-11), criando a *fama* (baseada nos rumores) e a *existimatio* (bom nome e reputação frente aos súditos) necessárias para gerar um *consensus civitatis,* como afirmou Zvi Yavetz (YAVETZ, 1974:49 e 65).

Quando os saberes astrológicos escapavam do controle oficial e saíam das salas privadas das casas dos particulares ou dos salões palaciais, deixavam de ser vistos como *bonae artes* e passavam a ser encarados como *externae superstitiones.* Pois a astrologia poderia servir para justificar tanto as ações do governante quanto as ações de seus opositores. Frederick H. Cramer nos fornece um interessante estudo sobre os vários momentos em que os astrólogos foram expulsos de Roma, por meio de editos dos Prefeitos do Pretório, *senatus consulta* ou editos do Imperador (CRAMER, 1967:9-50).

Nos últimos anos de seu governo, o próprio Septímio decidiu proibir as consultas a adivinhos, temendo o encrudecimento da oposição. Segundo Dion Cássio, em 205 d.C., um

homem foi acusado por sua ama de ter lhe contado um sonho, no qual ele se tornava Imperador, e este homem teria empregado algumas artes mágicas para atingir este fim. A ama foi torturada, bem como um escravo doméstico do homem, que era um senador chamado Aproniano, e ambos admitiram ter escutado a narrativa do sonho e o escravo ainda acrescentou que um outro senador calvo tinha participado das práticas mágicas. Houve um processo de traição por adivinhação, Aproniano foi acusado *in absentia*, sem chances de se defender, pois estava na província da Ásia como Governador (Procônsul), sendo imediatamente assassinado. Os senadores ficaram horrorizados, tentando descobrir quem era o calvo cúmplice, numa posição absurda e humilhante. Eles chamaram o escravo e este reconheceu um outro senador, chamado Baebio Marcelino, que tinha sido Edil e era extremamente calvo, que acabou também sendo executado (Dion Cássio, LXXVII, 8.1-9).

De acordo com a *História Augusta*, Septímio decretou a morte de muitos homens que tinham perguntado quanto tempo ia durar sua vida a adivinhos e astrólogos. Suas suspeitas recaíam principalmente sobre os mais capacitados para assumir o poder imperial (HA, Vida de Severo, XV.6). Percebe-se uma preocupação do Imperador em garantir o predomínio das práticas públicas sobre as privadas, intentado controlar as consultas sobre a extensão da vida do soberano.

A astrologia, desta forma, balançava entre bom saber e exteriorizada superstição ao bater do vento político. Para Ennio Sanzi, era o medo, o temor de ter danos, que constituía a base do relacionamento entre superstição e religião no mundo romano e não o correto culto aos deuses. Os supersticiosos cumpriam os atos de culto porque eram medrosos e desejavam obter favores para si ou para os próprios filhos, enquanto os religiosos seriam os praticantes que empreendiam de maneira diligente e atenta todas as coisas concernentes ao culto dos deuses apenas para manter a *pax deorum* (SANZI, 2006:21). Contudo, os governantes romanos souberam desde cedo mesclar a superstição com a religiosidade para lhes garantir favores políticos. E o apoio divino ao governo precisava ser divulgado para surtir efeito, por exemplo, por meio da cunhagem, onde o tipo monetário da *Providentia Deorum* parecia onipresente nas moedas do Principado (FEARS, 1977:275).

As consultas astrológicas deviam indicar com certa precisão o que um governante deveria ou não realizar para que as coisas caminhassem a seu favor. Seu sentido e finalidade era deduzir a vontade dos deuses ou realizar as cerimônias necessárias para que o interesse divino fosse suscitado (MONTERO, 1991:7-9). Para que o saber astrológico não se perdesse foram criados manuais de astrologia, como é o caso da obra *Astronomicon* ou *Astrologia,* produzida por *Marcus Manilius,* durante os governos de Otávio Augusto e Tibério. Nesta

obra, Manílio se apropria dos ensinamentos estóicos sobre o Cosmos, partindo do pressuposto de existência de um universo geocêntrico.

Para os estóicos, os corpos celestes eram a expressão da existência de um *logos* cósmico capaz de ordenar todo o universo, pois se moviam de acordo com leis eternas (LUCK, 1985:317). O *Kosmos* seria mantido e imbuído de um *pneuma* inteligente, no qual tudo manteria uma relação de simpatia com todas as coisas (BURKERT, 2001:213). A presciência não traria nem fama nem riqueza em si. Entretanto, se algo de imprevisto acontecesse, o homem poderia ser dominado pelo terror ou teria a serenidade abalada pelo conhecimento súbito do fenômeno. Porém, se estivesse prevenido pela arte da prognosticação, como a astrologia, o homem poderia aguardar o futuro com dignidade, mantendo a *ataraxia* estóica (SELIGMANN, 2002:74-75).

A obra de Manílio ganhou certa fama na Idade Média, quando o Papa Silvestre II, no século X, se interessou por adquirir uma cópia deste escrito. A obra nos chegou dividida em cinco livros. Nos três primeiros, o autor expõe as noções básicas da astrologia, enquanto nos dois últimos, demonstra a ação das constelações zodiacais e das conjunções astrais sobre o caráter dos homens.

Neste poema astrológico estóico, Manílio descreve constelações zodiacais, boreais e austrais, planetas, círculos celestes, cometas, a Via Láctea e, principalmente, o Zodíaco, isto é, um espaço de doze graus onde se encontram os doze signos zodiacais e se movem os planetas. A astrologia de Manílio é fundamentalmente zodiacal, pois sua maior preocupação é estabelecer como os signos exercem influência decisiva sobre os nascimentos. O horóscopo é a conformação de céu no momento do nascimento, fato que influenciará todo o futuro do indivíduo. O que nos chamou a atenção foi a defesa do poder imperial que se estabelece entre a descrição dos fatos astrológicos.

Em toda a narrativa, Manílio ressalta a capacidade de Otávio, a quem a obra é dedicada, de encarnar uma força suprema passível de integrar o Império sob uma mesma égide, porque no seu nascimento seu horóscopo já indicava tal predisposição. Otávio chegou a estampar em suas moedas o símbolo do signo de Capricórnio, o carneiro, para divulgar sua capacitação para o cargo imperial (LUCK, 1985:311-312).

Logo na introdução, Manílio enfatiza:

> *Com meu poema me proponho a fazer descer do céu conhecimentos divinos e sobre os astros, confidentes do destino, que definem as diversas vicissitudes dos homens e que são obra de uma razão celestial. (...) Este alento e as forças para cantar temas tão elevados quem me dá és tu, César, primeiro cidadão e Pai da Pátria, que governas no universo submetido a veneráveis leis e que mereces, como divino que és, o*

> *céu concedido a teu pai. (...) Após uma prolongada investigação, descobriu-se que os astros dominam com leis secretas, que todo o universo é movido por uma mente eterna que por indícios seguros se põem distinguir as vicissitudes do destino* (MANÍLIO, I.1-10; 55-65).

Mais adiante, Manílio defende que os astros e os homens devem ser dirigidos por uma única força divina, que o *genius* imperial representava, sendo o maior legislador na terra e depois no céu (MANÍLIO, I.250 e 385), já se contando com a apoteose de Otávio, de igual maneira como este proporcionou a *consecratio* de Júlio César. O poder para Manílio só se realizava por vontade divina, nunca pela ação da sorte, da mesma forma que o universo girava pela ação deste poder divino (MANÍLIO, I.485-486). Em volta da Terra girariam sete corpos celestes: Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Mercúrio, Vênus e Lua (MANÍLIO, I.806-808) e o céu deveria ser dividido em doze áreas, para que o horóscopo pudesse ser formulado. Ao definir os círculos celestes, guardou um para as almas heróicas e para os homens cujos nomes seriam dignos de memória. Dentre eles, indica vários romanos. Ao falar de Otávio, define:

> *A família Júlia descende de Vênus. Procede do céu e voltará ao céu que será governado por Augusto em companhia de Júpiter através das constelações, contemplará na assembléia dos deuses o grande Quirino. (...) Aquela é a morada dos deuses, esta é a dos que por sua virtude se lhes assemelham (...) (MANÍLIO, I.799-805).*

Ao chamar a atenção dos homens para *prodigia,* Manílio adverte que a culpa de todo acontecimento estava nos próprios homens que "não sabem confiar no céu" (MANÍLIO, I.905). As divindades indicavam os caminhos a serem traçados, mas cabia ao homem prestar atenção para identificar a vontade divina. A concórdia aparece, então, como ação fundamental para manter as leis constantes e evitar a guerra civil, como a que contrapôs Otávio a Marco Antônio (MANÍLIO, II.64-65):

> *O movimento sustenta o universo, mas não o modifica. Desta forma tudo no mundo permanece na devida ordem e obedece a seu senhor. Assim, esta razão que tudo governa dirige os seres vivos por meio dos signos celestes e nos obriga a reconhecer que eles regem as vidas e os destinos dos povos assim como o caráter próprio de cada ser (MANÍLIO, II.80-87).*

Ao analisar o signo de Capricórnio, Manílio só ressalta qualidades. Trata-se de signo capaz de gerar a fertilidade (MANÍLIO, II.418), é protegido por Vesta (MANÍLIO, II.445), explicando-se porque Otávio trouxe o culto desta deusa para o interior de Palácio (BAYET, s.d.:193), e domina tudo que precisa do fogo para funcionar (MANÍLIO, IV.244-247), pois é como chama, sempre ardendo, trazendo calor, luz e as pessoas para perto de si. O signo de Otávio é descrito como o mais doce por natureza; os que nascem sob sua ascendência deveriam ser suaves e saber evitar enganos (MANÍLIO, II.612-616). Todavia, os

signos também indicavam influências nefastas, mas as de Capricórnio acabam por auxiliar Augusto. Para Manílio, os nascidos sob este signo teriam tendência a desenvolver atividades bélicas no mar e a cuidar de navios, tarefas que "pouco se diferenciavam da morte" (MANÍLIO, IV.569-570). Entretanto, lembremos que foi exatamente numa batalha naval, a de *Actium,* em 31 a.C., que Otávio venceu as tropas de Cleópatra e Marco Antônio.

Deste modo, segundo Manílio, tudo concorre para um bom governo de Otávio. Até a hierarquia social estava formada e mantida de acordo com o desígnio celeste:

> *Assim como nas grandes cidades a população é separada em classes, de forma que os senadores obtenham a primazia e no lugar seguinte esteja a ordem eqüestre, com o cavaleiro sendo seguido pelo cidadão médio e este pela massa inativa dos clientes e por fim tenha-se a multidão sem nome, da mesma forma no amplo céu há também uma espécie de Estado, criado pela natureza, que constituiu uma cidade no céu (MANÍLIO, V.734-740).*

Essa natureza não poderia dar poder de mando a todos os homens. Manílio afirma que o poder é como uma chama e se a natureza tivesse garantido poder parecido a todos, o éter, que é a parte mais elevada do ar, não poderia suportar o calor dessas chamas, e esses homens ao ascenderem ao céu fariam com que todo o universo ardesse (MANÍLIO, V.743-745). Por isso, a chama/poder só poderia advir de um único homem.

Portanto, da mesma forma como haveria uma ordenação no cosmos, tornar-se-ia necessário criar uma ordenação no mundo humano, e esta deveria ser garantida pela existência de uma força superior, autorizada pelo divino, que exerceria no mundo terreno a mesma orientação estabelecida no mundo cósmico. Como o *logos* formaria as leis que regiam o cosmos, o Príncipe formularia as leis que regeriam a vida humana e, desta forma, manter-se-ia a ordem imperial. A astrologia transforma-se, deste modo, em saber capaz de justificar a ascensão imperial e de captar a adesão dos súditos.

Referências Bibliográficas

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Brasília: Edunb, 1982.

BAYET, Jean. **La Religion Romana.** Madrid: Cristiandad, s.d.

BURKERT, Walter. **A Criação do Sagrado.** Lisboa: Setenta, 2001.

CRAMER, Frederick H. *Expulsion of Astrologers from Ancient Rome.* In: **Classica et Mediaevalia.** Vol. 11. Copenhague, 1967. Pp. 9-50.

Dio's Roman History. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961.

FEARS, Rufus. ***Princeps a Diis Electus.*** Rome: American Academy in Rome, 1977.

JACZYNOWSKA, Maria. *Une Religion de Loyauté au Début de l´Empire Romain.* In: **Dialogues d´Histoire Ancienne.** Vol. 15, n. 2. Paris, 1989. Pp. 159-178.

LUCK, Georg. **Arcana Mundi.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.

MACMULLEN, Ramsay. *Social History in Astrology.* In: **Ancient Society.** Vol. 2. Leuven, 1971. Pp. 105-116.

MANILIUS, Marcus. ***Astrologia.*** Traducción de Francisco Calero y María José Echarte. Madrid: Gredos, 1996.

MARTIN, Jean-Pierre. ***Providentia Deorum.*** Rome: École Française de Rome, 1982.

MONTERO, Santiago. **Política y Adivinación en el Bajo Imperio Romano.** Bruxelles: Latomus, 1991.

RUGGINI, Lellia Cracco; BROWN, Peter. **Governanti e Intellettuali: Popolo di Roma e Popolo di Dio.** Torino: Giappichelli, 1982.

SANZI, Ennio. **Cultos Orientais e Magia no Mundo Helenístico-Romano.** Fortaleza: Ed.UECE, 2006.

SELIGMANN, Kurt. **Magia, Sobrenatural e Religião.** Lisboa: Setenta, 2002.

SYME, Ronald. *Astrology in the Historia Augusta.* In: **Bonner Historia Augusta Colloquium.** Bonn: Rudolf Habelt Verlag, 1976. Pp. 291-301.

The Scriptores Historiae Augustae. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953.

YAVETZ, Zvi. *Existimatio, Fama and the Ides of March.* In: **Harvard Studies in Classical Philology.** Vol. 78. Cambridge, 1974. Pp. 35-65.

ZURUTUZA, Hugo Andrés; BOTALLA, Horacio. **Centros e Márgenes Simbólicos del Imperio Romano.** Buenos Aires: UBA, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cabra Marcado para Morrer: uma experiência com cinema na formação continuada de professores de História

Serlei Maria Fischer Ranzi*

Resumo: Este texto apresenta e discute uma experiência desenvolvida na formação continuada com professores de História usando a linguagem fílmica. O filme utilizado para o trabalho foi "Cabra Marcado para Morrer", do cineasta Nelson Coutinho, um documento utilizado para fins de ensino que serviu para problematizar uma determinada representação do passado. Pretende também contribuir para uma reflexão sobre as possibilidades pedagógicas dos audiovisuais, apontando as dificuldades e fragilidades na formação dos professores no procedimento com esses meios tidos como fundamentais para o ensino.
Palavras chave: Ensino de História - Linguagem fílmica - Aprendizagem

Resumé Ce texte presente et discute une expérience developée dans la formation continuée avec des enseigants d´Histoire en utilisant la langage filmique. Le film utilisé pour le travail s ´appelle "Cabra Marcado para Morrer" du cinéaste Nelson Coutinho, un document adapté pour la finalité d´enseignement, et qui a servi pour problematizer une certaine répresentation du passé. C´est aussi la prétention du texte contribuer pour une réflexion sur les possibilités pédagogiques des audioviusuels, démontrant les dificultes et les fragilités dans la formation des enseignant au moment de manipuler ces moyens midiatiques assinalés comme fondamentales pour l´enseignement.
Mots-clés Enseignement d`Histoire – Document Filmique - Apprentissage

O objetivo deste texto é analisar uma experiência desenvolvida, em cursos de formação continuada com professores de História do ensino médio e fundamental, utilizando a linguagem fílmica. O filme escolhido foi "Cabra Marcado Para Morrer", de Nelson Coutinho, uma película que versa sobre tema histórico e foi utilizado como documento que pode problematizar uma determinada representação do passado para fins de ensino. A escolha foi motivada a partir da leitura de um texto sobre história oral da socióloga Aspásia Camargo, no qual ela faz referência ao cineasta Nelson Coutinho, e, principalmente, ao filme "Cabra Marcado para Morrer", definido por Camargo como um manual vivo da história oral de imagens. Quanto a Coutinho, argumenta a autora que ele foi parte daquilo que narra e filma, "na verdade não é um cineasta que está filmando uma realidade "interessante", que está apenas documentando, [..] mas é alguém que criou um processo dialógico entre ele e o objeto permitindo assim atingir a visão cristalizada, estratificada daquele universo que ele ia analisar.

[...] Ele conseguiu revelar uma realidade social extremamente dura, conflituosa, as misérias humanas por trás do heroísmo sem perder a dignidade e a grandeza. Inclusive sendo parte daquilo". (CAMARGO,1994, p.98-9).

Outro instrumento utilizado para uma melhor compreensão e análise das possibilidades de exploração do filme como um componente de aprendizagem em História foi o texto de Jean Claude Bernardet, que contribui com informações sobre o contexto de produção (1964-84), o enredo e sobre a relação do "Cabra Marcado" com outros filmes do mesmo gênero. Bernardet entende que a película foge dos chamados "filmes históricos" no sentido historicista: "nada de enfileirar fatos no espeto da cronologia e amarrá-los entre si com os barbantinhos das causas e efeitos". Para o autor o projeto histórico do filme de Coutinho demonstra uma preocupação em "lançar uma ponte entre o agora e o antes (...) entre o antes e o agora, partindo de uma ruptura: 1964". (BERNARDET 1995, p.194-202). Para Bernardet, Coutinho desenha uma história fragmentada. Pode-se, no entanto, inferir, com base em Ricouer (1994, p.133), que o filme de Coutinho desenvolve-se numa operação que busca a *compreensão narrativa*. O autor desvenda a narrativa e a constrói a partir de fontes que vão sendo estabelecidas produzidas em função do recorte feito por ele. É uma construção sobre um evento do passado inserido num contexto e problematizado de maneira diferente nos dois momentos de filmagens: 64-84. No primeiro momento da filmagem (1964), o sindicalista Pedro é o foco: aparece para representar um grupo de trabalhadores do campo, sua luta. É uma reconstrução do movimento de luta pela terra. No segundo momento (1984), utilizando principalmente *falas de memória* de Elizabeth (viúva de João Pedro), de alguns integrantes da sua família e de camponeses que participaram da experiência em 1964, Coutinho desvela, em parte, como a estrutura do regime militar atingiu essas pessoas do sertão nordestino. Trata-se de um relato dramático do passado, intenso emocionalmente e sem uma continuidade. Não é linear e sim uma narrativa cheia de retornos.

O filme selecionado é reconhecidamente complexo para ser trabalhado em sala de aula por ser demasiado longo, não possuir um apelo imagético que cative os alunos e, conseqüentemente, não teria, no ensino médio, uma aceitação imediata. Exigiria uma preparação sobre a importância temática que aborda e uma disposição do docente para enfrentar, num primeiro momento, "um certo descaso" dos alunos. De qualquer forma, a formação dos professores no uso do filme como um documento que possa problematizar o passado não deve servir como uma "receita" e sim contribuir para o uso da imagem na educação. Por outro lado, trata-se de um filme com uma riqueza de conteúdos históricos. O período abordado está inscrito na memória de familiares dos alunos e permite estabelecer

relações com a atualidade, bem como pesquisar, em outras fontes/documentos, novos elementos que contribuam para compreender aquele momento.

1.0 A linguagem fílmica como fonte para o ensino de História

Como os professores de História de 1º e 2º graus têm utilizado esse tipo de fonte? A indicação de filmes como recurso de aprendizagem no ensino de História remonta as décadas de 1920 e 30 no Brasil[1]. Mais recentemente, houve uma retomada na utilização desse recurso, principalmente dos chamados filmes "históricos" e "documentários"[2], muitas vezes empregados como ilustração de um conteúdo ou como uma produção de História. Mas como fazer desses meios audiovisuais - considerados indispensáveis no ensino - um instrumento de trabalho reflexivo e não um mecanismo de entretenimento ou uma simples ilustração de um determinado conteúdo de História? Trabalhar com cinema exige muito mais do que simplesmente escolher o melhor filme para a aprendizagem de determinado conteúdo. É necessário partir de um problema, questionando o filme como qualquer documento utilizado no ensino de História. Assim, estamos considerando a imagem fílmica como documento inserido no contexto em que foi produzido, pois reflete a mentalidade de homens e de mulheres que fazem filmes. A construção e a elaboração da imagem como atividade de conhecimento exigem, segundo Sultan, levar em consideração pelo menos dois postulados: a) tomá-la como resultado de um ato de linguagem, um enunciado plástico e não cópia do real, uma vez que a imagem faz parte de outros sistemas de representação engajados na realidade humana e social por um conjunto de regras e convenções; b) considerar também a atividade imagética, concreta e mental, como portadora de competências específicas no interior de determinadas operações do pensamento (SULTAN, 1992: p.16).

Nesse sentido, o filme, como fonte, quando bem interrogado, adquire um caráter revelador de uma visão de mundo e permite ao aluno refletir e se aproximar do passado de uma maneira diferente de um texto escrito. Por outro lado, o que um aluno aprende e como ele aprende através do documento audiovisual implica levar em consideração três dados:

[1] Os filmes educativos já eram sugeridos na reformas educacionais no Brasil ao longo da década de 1920. Em 1937, as relações do cinema com a educação se solidificaram com a criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo.

[2] Os filmes históricos e de ficção podem ser considerados como integrantes do mesmo gênero. Os documentários têm estatuto diferenciado, mas, tal qual os filmes de ficção, estão sujeitos ao mesmo processo de produção e sua construção é sempre subjetiva. Todos sofrerão um processo de manipulação, a fim de que a seqüência de imagens assuma uma determinada lógica em torno da narrativa.

aquilo de que trata o documento, o que o aluno domina e o que ele representa no contexto didático (JACQUINOT, 1992: p. 72).

Cabe, no entanto, outra questão: qual é a formação dos professores com a imagem? Ainda é pequeno o número de pesquisas realizado no contexto da sala aula sobre a utilização do filme como um instrumento de aprendizagem. Na França, um trabalho produzido por POIRIER, (1995) revela como os professores, objeto de sua pesquisa, fazem uso desse tipo de fonte: a utilização mais freqüente dos filmes tem como função a memorização e a motivação pelo atrativo da imagem em movimento, e em segundo plano, fica o uso do filme como uma forma de trabalhar com o conhecimento específico. Os dados da pesquisa mostram ainda que há uma compreensão dos professores de que os documentários construídos em torno de documentos de arquivos ou de testemunhas são os mais próximos das exigências ligadas ao conhecimento histórico. Os filmes mais explorados em sala são os de ficção baseados em acontecimentos. Dentre os maiores obstáculos arrolados pelos professores para a exploração de filmes em sala de aula estão o do tempo da aula, a insuficiência e inadequação dos documentos fílmicos.

Uma outra pesquisa realizada na Argentina[3] por Acuna (1996) revela que o comportamento em relação ao uso de audiovisuais não difere muito do resultado verificado na França: alguns professores se negam totalmente a usar o vídeo, preferindo unicamente a exposição oral e o trabalho escrito. Muitos dos que introduzem, na sua prática, o vídeo e os demais meios de comunicação desconhecem as principais características dos recursos. O estudo mostra que há professores que não assistem previamente o material; que não conhecem a sua procedência - autor, realizadores, data e contexto da produção; que não possuem uma capacitação básica sobre os elementos da linguagem das imagens em movimento; que não há uma preparação dos alunos para o trabalho audiovisual e que por último projetam-se filmes completos de uma longa duração que extrapolam o horário das aulas e ultrapassam a atenção do adolescente. Acuna detecta o desconhecimento, por parte dos professores, dos aspectos do processo ensino-aprendizagem em relação à metodologia e à articulação com o uso do vídeo na construção do conhecimento histórico.

[3] A pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa denominado Avaliação do desenvolvimento de um novo recurso didático no ensino da História: o cinema. Sob a coordenação de L. Acuna, foi desenvolvido na Província de Santa Fé nos anos de 1993,94 e 95).

2.0 Questão metodológica e encaminhamento do trabalho com a imagem fílmica

Tomando como referência os dados já referenciados, das duas pesquisas sobre a formação dos professores e a exploração da linguagem fílmica na sala de aula, encaminhamos um trabalho com o filme "Cabra Marcado para Morrer" [4].

A película foi utilizada como fonte/documento para preparar os professores na construção de noções de temporalidade com alunos do ensino médio. Para trabalhar com audiovisuais como instrumento para produzir uma relação de aprendizagem implica levar em consideração: que o documento imagético não é mais concreto que um texto escrito; que todo o documento fílmico tem conteúdo histórico e ao mesmo tempo, que todo ele funciona, em parte, como ficção. Como articular o conteúdo do filme para trabalhar, com os alunos, conceitos, noções de temporalidade? Pode-se partir da noção de evento, de ruptura, de conjuntura e estabelecer relações presente/passado/presente. Como usar partes do filme e problematizar questões que permitam a compreensão de aspectos de uma dada realidade no tempo? O filme "Cabra Marcado" insere-se numa temporalidade, numa conjuntura de mudanças, de retrocesso político que é possível problematizar com questões como: a idéia do filme surge quando? Em que contexto? Que evento interrompe as filmagens? Por quê? O que propicia o reinício das filmagens? Essa orientação de investigar o contexto contribui para aprofundar questões que o filme indica, problematiza e não explora, pois não era esse o seu objetivo.

A experiência com os professores partiu de uma análise sobre a importância da linguagem fílmica como documento para o ensino de História, de informações sobre o filme, o diretor e de uma rápida contextualização do período. O filme exibido na íntegra atraiu a atenção dos professores. Após o término, silenciaram-se visivelmente sensibilizados pelo impacto emocional causado.

Em todos os cursos, os professores foram orientados a estabelecer alguns recortes temáticos para aprofundar um determinado conteúdo e a produzir um saber escolar sobre o passado. Ao mesmo tempo, eram alertados para preparar os alunos a dominar pedagogicamente as principais operações intelectuais que merecem ênfase no aprendizado da História, como os conceitos –gerais ou específicos - e algumas possibilidades de aprendizagem / avaliação a partir de noções relacionadas ao tempo histórico. Entende-se que

[4] Essa experiência foi desenvolvida em cursos de formação continuada de professores (1999-2003), numa disciplina de 30 horas intitulada "Temporalidade e ensino de História". O Trabalho com o filme fazia parte da avaliação do módulo.

somente despertando a consciência dos ritmos da mudança social (esses ritmos se diferenciam em função do aspecto motivador social, econômico, demográfico e religioso) pode-se construir com os alunos a possibilidade de libertá-los do sentimento de impotência e de esperanças ilusórias. Eles podem avaliar as forças de resistência à mudança e não se surpreender pela lentidão com que essas ocorrem. Nesse sentido, uma questão essencial na aquisição da consciência do tempo é a relação **presente/ passado/presente.** Estabelecer relações entre aquilo que permanece e aquilo que muda, ou seja, **identificar, explicar e significar** os acontecimentos. Buscar nas múltiplas causas entrelaçadas com tempos também múltiplos a construção do sentido da mudança.

Um dos encaminhamentos sugeridos foi o de recortar o trecho do filme em que o diretor entrevista Elizabeth (a esposa do líder sindical assassinado que ficou 17 anos escondida e longe da família, com medo da repressão política da época). Sobre essa parte do filme, a problematização sugerida foi a seguinte: que título dar ao recorte? É possível distinguir Elizabeth como representante da mulher campesina: 37 anos, 11 filhos? Qual a noção de tempo de Elizabeth? Qual reação da sua família sobre o seu envolvimento na continuidade do projeto do marido. Como Coutinho estimulou as lembranças de Elizabeth? Qual é o papel de Elizabeth como educadora, professora leiga com apenas a segunda série do antigo primário? Qual a importância da memória como fonte? Muitos conceitos e expressões refletem o momento em que o filme foi produzido e, por isso, devem ser localizados historicamente, como, por exemplo, a idéia de país subdesenvolvido, a forte conotação do imperialismo como o responsável pelas nossas mazelas, o latifúndio - que adquire vida na fala de Elizabeth -, o comunismo como perigo externo, dentre outros.

Após a sessão, os professores foram reunidos em grupos para fazer uma proposta de exploração pedagógica do filme com um encaminhamento que foi sendo aprimorado pela experiência, mas que pode ser sintetizado no seguinte formato:

- Elabore uma situação de aprendizagem tomando como referência o filme “Cabra Marcado para Morrer”.
- Defina uma temática em que o filme ou parte dele possa ser trabalhado em sala de aula.
- Faça um encaminhamento, para alunos do ensino médio, utilizando o filme como fonte e propondo atividades que busquem explorar noções de temporalidade. Essa atividade deve levar o aluno a inserir a temática do filme numa duração (múltiplas temporalidades), a desenvolver noções de temporalidade como

> (antes/depois, mudanças/permanências), a estabelecer relações presente/passado/presente. Isso pode ser feito a partir de questões para que os alunos possam construir enunciados, estabelecer relações, construir ou refazer conceitos já elaborados, historicizar conceitos, elaborar sínteses e explicações.

Nem todas as questões e nem as diferentes respostas encontradas pelo professor participante do curso podem ser exploradas no interior deste texto, pois cada um as mobilizou em função da sua formação e do seu repertório pessoal sobre o passado. Selecionamos e apresentamos a seguir, uma atividade avaliativa produzida pelos professores[5]:

Série: 1º ano do ensino médio

Tema: A resistência dos trabalhadores rurais frente às desigualdades sociais no campo na década de 60.

Objetivos:

- explorar, através do tema, as noções de temporalidade: presente/passado e mudanças/permanências;
- refletir sobre os movimentos de resistência em relação à terra, ao longo do tempo, percebendo "os reais limites" de atuação dos movimentos.

Encaminhamento metodológico:

Será utilizado o trecho em preto e branco do filme que narra a luta dos trabalhadores pela igualdade de acesso à terra. A exibição terminará com a foto da morte do principal líder do movimento de resistência: João Pedro Teixeira. Desenvolveremos as seguintes atividades:

I – Pesquisa do contexto histórico do Brasil da década de 1960 para um maior aprofundamento do tema: utilizar o material que o aluno produzir para fazer uma discussão em grupo;

II – Debate de questões problematizadoras: que período o filme retrata? Quais os principais problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores rurais de Sapé? Como a comunidade se organizou para enfrentar tais problemas? O que a morte do líder Pedro Teixeira representou para esses trabalhadores? O MST, é hoje, a única forma de resistência do camponês frente às desigualdades sociais? Quais as formas de repressão enfrentadas hoje pelos movimentos sociais?;

[5] Esse atividade foi proposta por Silveli Manfré Mozar; Gisele Lutke Jarec; Marisete Rubini Ramos.

III - Em grupo, os alunos deverão montar um quadro de análise sobre as questões debatidas, articulando as noções de temporalidade:

Conceito	**Noções de temporalidade**	
	Ontem (1964)	*Hoje*
Concentração de Terras		
Vida cotidiana do trabalho rural		
Direitos trabalhistas		
Formas de resistência		
Repressão aos movimentos		
O papel da mulher nos movimentos sociais		
Reforma Agrária		

O objetivo do filme como atividade avaliativa serviu para estimular o professor a utilizar o documento como forma de aprendizagem e, ao mesmo tempo, de avaliação no ensino de História.

Temos que admitir que o professor, muitas vezes, não tem sido preparado para enfrentar a complexidade das relações entre a produção histórica e a imagem e suas múltiplas relações. O enfrentamento desse problema poderá ser feito nos cursos de formação inicial de professores demonstrando uma preocupação efetiva na educação, " da" e "pela imagem". Como chegar a uma formação que não seja exclusivamente técnica, na preparação para o uso dos audiovisuais, ou que não seja exclusivamente abstrata e distante da situação pedagógica? Algumas pistas para a reflexão desses desafios postos para o ensino de História pela contemporaneidade podem ser apontadas: formar professores, como também contribuir para a sua capacitação numa perspectiva teórico-metodológica do trabalho com a imagem; enfrentar os principais problemas colocados pelo ensino da História em relação aos adolescentes; trabalhar com o cinema como facilitador de certos processos de aprendizagem em história.

Referências

ACUNA, Lidia G. La capacitacion docente y el uso del video para la enseñanza de la Historia en la escuela media. In: **CLIO & ASSOCIADOS**, La historia Enseñada. Argentina, Centrode Publicaciones Universidad Nacional del Litoral, n.1 mayo, 1996, p.127-132.

BERNARDET, Jean Claude. Cabra Marcado para Morrer. In: LABAKI, Amir. (org.) **Folha conta 100 anos de cinema**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995, p. 194-202.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: MORAES, Marieta. (Org.) **História Oral**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994, p.75.100.

JACQUINOT, Geneviève. Apprendre des images: du réel "reproduit" au réel "calculé" In: DIDACTIQUES DE L'HISTOIRE, DE LA GÉOGRAPHIE, DES SCIENCES SOCIALES: Documents: des moyens pour quelles fins?. Paris : INRP, 1992. P. 71-80

POIRIER, Brigtte. *Dir*. **Texte filmique et aprentissage en Histoire**: le Rebelle, le chagrin e la pitié: réception et traitement par des élèves de Première et Troisième. Paris : INRP, 1993.

POIRIER, Brigitte. **Document filmique et aprentissage en histoire**: enquête sur les représenta tions et les pratiques des professeurs des lycées et des collèges. Paris : INRP, 1995.

SULTAN, J. Faire l´image: une activité de connaissance, In: POIRIER, Brigitte; SULTAN, Josette. (*Dir.)* . **Faire/voir et savoir:** connaissance de l'image image et connaissance. Paris : INRP, 1992.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Profissionais da luxuria"- Imagens do Corpo Feminino na Arte do *Fin de Siècle* Carioca

Camila Dazzi *

Resumo: Apesar de *Messalina* ser uma das obras mais famosas de Henrique Bernardelli, muito pouco, até hoje, se escreveu sobre esta tela. A obra, no entanto, se apresenta como uma excelente oportunidade para nos indagarmos sobre papel da mulher no contexto histórico do final do século XIX, assim como a forma como ele foi abordado pela cultura visual do período - sobretudo no que se refere a sua mitificação através do tipo da *femme fatale*. O tema foi de interesse comum aos artistas do último oitocentos, sendo tratado em inúmeras obras, vale aqui lembrar a *Salomé* de Moreau e a *Ishtar* de Khnopff. Por isto, na busca de compreendermos *Messalina* em sua individualidade, as perguntas que procuraremos responder são as seguintes: Como a imagem da *femme fatale* era pensada em fins do XIX? Como Henrique Bernardelli optou por tratar o tema? Como se deu a recepção às obras pelo meio artístico carioca republicano?
Palavras-chave: Messalina - Femme Fatale - Henrique Bernardelli.

Resumé: Bien que Messalina soit l'un des tableaux les plus célèbres de Henrique Bernardelli, beaucoup peu, jusqu'à aujourd'hui, si écrivait sur cette ouevre. Elle si présent, cependant, comme une excellente oportunité pour une enquête sur le rôle de la femme dans le contexte historique de la fin du siècle XIX, aussi bien que la forme comme ce rôle a été abordé dans la culture visuelle de la période - surtout quant à son mitification sur le type de la femme fatale. Le sujet était d'intérêt commun aux artistes aux bouts de l'oitocentos. Ici, cherchant comprendre Messalina dans son individualité, les questions sur lesquelles nous essayrons une reponse sont: Comment l'image de la femme fatale a été pensée aux fins du XIX? Comme Henrique Bernardelli a opté por traiter ce sujet? Comment s'est donné la réception de l'ouevre pour le millieu artistique du Rio de Janeiro republicaine?
Mots clé: Messalina, Femme Fatale, Henrique Bernardelli.

Não é incomum encontrarmos, na fortuna crítica sobre Henrique Bernardelli, algumas sucintas referências a *Messalina*, que, via de regra, situam a obra como tendo sido realizada em Roma, por volta do ano de 1885, período em que o artista se encontrava estudando na Itália[2]. Aluno da Academia Imperial de Belas Artes, Bernardelli disputou o

[1*] Camila Dazzi é Doutoranda em História e Crítica da Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ e Mestre em História da Arte pelo IFCH/UNICAMP. O presente texto foi desenvolvido a partir das pesquisas realizadas para a realização da dissertação *As Relações Brasil-Itália na Arte do Segundo Oitocentos: estudo sobre a obra de Henrique Bernardelli (1880 a 1900).* Campinas: Editora do IFCH/UNICAMP, 2006.

[2] Livros nos quais *Messalina* é datada de c.1885: CAMPOFIORITO, Quirino. *História da Pintura Brasileira no Século XIX*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983; ROSA, Angelo de Proença. *Os irmãos Bernardelli*. In: Aspectos da Arte Brasileira. SOUZA, Wladimir Alves (org.). Rio de Janeiro: Funarte, 1982. p.72-82.

Prêmio de Viagem ao estrangeiro em 1878, perdendo, em um concurso bastante polêmico, para Rodolpho Amoedo. O artista segue assim mesmo para a Itália por conta própria, em 1879, permanecendo naquele país até 1888, quando retorna ao Rio de Janeiro. No entanto, após uma pesquisa atenta as fontes da época[3], nos parece muito pouco provável que a obra tenha sido realizada na década de 1880, como consta na historiografia tradicional.

Imagem 1 - Henrique Bernardelli. *Messalina.* c. 1891.
Museu Nacional de Belas Artes. Fotografia de Arthur Valle (2005).

O nome *Messalina* não consta no catálogo da famosa exposição de Henrique Bernardelli, realizada no Rio de Janeiro em novembro de 1886, nem é mencionado nas críticas que saem na imprensa fluminense naquele ano ou no famoso livro de Gpnzaga Duque, *Arte Brasileira*, de 1888, onde encontramos um longo texto sobre a referida exposição.

Também na documentação da antiga Academia Imperial de Belas Artes, correspondente aos anos de 1886 e 1887, em nenhum momento *Messalina* é citada [4]. A obra

[3] Pesquisa realizada na documentações do Museu Dom João VI da EBA/UFRJ, nos Livros das Atas da Congregação, Livros de Correspondências Enviadas, Livros de Correspondências recebidas, Documentos avulsos.

[4] Arquivo do Museu Dom João VI/EBA/UFRJ, doc. 4994. Datação: 18/01/87 a 10/07/87. Parecer dos professores sobre os quadros oferecidos por Rodolfo Bernardelli a AIBA. Os quadros mencionados são: Abril, *Mater*, Ao sol, Meditando (pastel), Paisagem de Capri, *Tarantella*, Carroceiro e Banho Romano.

também não figurou na Exposição Nacional de Belas Artes de 1890[5], onde estavam presentes dos quadros mais antigos às mais recentes produções do artista. Tais dados nos levam a crer que *Messalina* deve ter sido uma produção posterior. O que se verifica, deste modo, é que existe na fortuna crítica sobre o artista a errônea tradição de colocar *Messalina* como tendo sido realizada em meados da década de 1880, informação que é bem menos irrelevante do que aparenta, uma vez que significaria ter sido ela pintada por um artista ainda em formação na Itália e não por um, já no início da década de 1890, respeitável artista e professor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA).

Desta forma, são grandes as possibilidades de *Messalina* ter sido pintada no Brasil, mas, ainda que o fosse, não poderíamos desconsiderar a relação, ainda muito forte, de Henrique Bernardelli com a cultura figurativa italiana. O artista, de fato, passa uma longa temporada naquele país entre o final do ano de 1890 e o início de 1891, estadia que só foi interrompida pela sua nomeação como professor da cadeira de pintura na recém inaugurada ENBA.

Devemos tentar compreender, agora, qual foi o motivo da escolha da temática da *femme fatale* por parte Henrique Bernardelli. Por que dentre outros tantos assuntos possíveis, o artista opta por fazer uma obra cujo sujeito tratado é uma meretriz? O clima cultural que reinava na Europa, e sobretudo na Itália, durante as últimas décadas do século XIX nos ajuda a compreender tal escolha.

Em fins do oitocentos, teve início uma obsessão que veio a dominar a mente masculina: a sua consolidada certeza de superioridade começava a desfazer-se frente à incipiente exigência de emancipação feminina. As primeiras reivindicações feministas, os debates a propósito do divórcio, a descrição de métodos anticoncepcionais, a busca por direitos iguais entre homens e mulheres, inclusive nas relações sexuais, os fazem perceber que o papel da mulher na sociedade está se modificando (GLEYSES, 1994:7-11). Como reação, tem início uma cruzada moralista, através de obras literárias, médica ou filosóficas, a fim de reafirmar o papel da mulher enquanto esposa e mãe. Para as mulheres, o sexo só é permitido quando para fins de reprodução. A mulher virtuosa pode concordar com os avanços de seu marido desde que ela tenha mostrado repugnância convicta na primeira tentativa e concedendo com fim único de uma gravidez próxima. Somente as mulheres "perdidas" desejam encontrar o prazer nas relações sexuais - o marido que percebia sua mulher sensível

[5] ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. Catálogo da Exposição Geral de Bellas Artes. Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1890. p. 4447,53-54.

às caricias, suspeitava, de imediato, que esta estava perdida ao "vício" (DIJKSTRA, 1992:90-100).

Imagem 2 - Franz von Stuck. *Salome*, c. 1906. 115,5 × 62,5 cm.
Städtische Galerie im Lenbachhaus.

A *femme fatale* é a transposição artística desta mulher que só deseja o prazer sexual, que consequentemente não valoriza os laços familiares, conduzindo o homem à ruína moral e o levando, por fim, leva à morte, seja marido ou amante, através dos duelos de honra. São incontáveis os romances, as pinturas e esculturas onde a encontramos, nas suas mais diversas "vestes", da *Nana* de Zola à *Salomé* de Moreau, da *Ishtar* de Khnopff à *Eda* de Camille Lemonnier.

No âmbito artístico, essa concepção negativa da mulher é reforçada, em grande parte, com a criação da sociedade francesa *Rose + Croix*, cuja influência, graças aos escritos sobre arte do seu mentor espiritual, Joseph Peladan, foi bastante significativa. A concepção da mulher como um ser material e abominável se deve à redescoberta da Gnose pelos rosacruzes, filosofia cuja idéia central dizia que todos os espíritos imanentes de Deus se degradariam ao tombarem no «monde du mélange ». Alguns conseguiriam se liberar da matéria, reencontrando desta forma sua pureza primitiva, propensão, que, como podemos deduzir, não era inerente ao espírito feminino. Desta forma, o corpo da mulher é percebido como algo

malicioso, horrível, inferior, vinculado a todas as degradações físicas e morais relacionadas aos sentidos (CAVALLIN, 2002).

Imagem 3 - Giovanni Segantini. *Le cattive Madri*, 1894.
Vienna Kunsthistorisches Museum.(detalhe)

Na Itália, a mística da Ordem Rosa Cruz se aproxima muito do programa de grupos de tendências simbolistas, como a *Scola Etrusca* e o *In Arte Libertas*, que agregavam artistas italianos e estrangeiros na busca de uma pintura de cunho idealista e subjetivista (MIGLIACCIO, 2001). Na obra de alguns deles, percebemos a mulher representada como um ser malignamente belo, projetada no espaço sem tempo do grande mito mediterrâneo, como em *Diana d'Efeso e gli schiavi* e *Gorgone e gli Eroi* de Aristide Sartório. Já na obra de outros, como *Le cattive Madri*, de Giovanni Segantini, a mulher é representada como pecadora em busca de redenção, por via da expiação e da reconciliação com o seu destino natural, o de ser mãe.

Mas as fontes de inspiração de Henrique parecem estar ligadas muito mais ao tipo feminino de mulher bela, ninfomaníaca e pérfida, divulgadas amplamente na obra do artista belga Félicien Rops, de grande renome em fins do oitocentos, cuja poética encontrou adeptos na Itália, como podemos notar na obra do torinense Francesco Mosso

Imagem 4 - Francesco Mosso. *La femme de Claude*, 1878.
Gallaria Civica d`Arte Moderna di Torino. (título original em francês).

O que mais deve ter agradado Bernardelli em tais obras é a marca constante do pessimismo fin-de-siècle, que dizia, de forma um tanto sarcástica, que a experiência dos prazeres efêmeros desembocavam na morte, - idéia, como veremos, claramente presente em *Messalina*.

Imagem 4 - Félicien Rops. *La buveuse d'absinthe*, 1870.
Coleção particular. (paru dans la revue la Plume en 1896)

La buveuse d`absinthe, 1876, de Rops**,** com sua sobriedade, é considerada a mais bela encarnação deste tipo de mulher fatal que ficou popularizada através dos trabalhos do artista, um tipo moderno de mulher insentimentalizada e livre. *Messalina* é, a sua maneira, este tipo "moderno de mulher fatal", só que transvertida em personagem da antiga Roma e não no "tipo comum de rapariga parisiense".

A própria escolha do nome *Messalina* para a obra não é inocente, e alude de forma clara ao significado que o artista pretendia que a obra transmitisse. Valeria Messalina foi a segunda esposa do imperador romano Cláudio (40 d.C.) da qual se sabe, através de relatos, somente imoralidades e delitos, incluindo vários amantes provenientes de todas as classes sociais.[6]

Ao consultarmos a fortuna crítica sobre a imagem da mulher no século XIX, descobríamos que o tipo feminino caracterizado por uma hiperestesia sexual tinha como arquétipo eleito não outro se não a Imperatriz: « Lassata, non satiata » (LASCAULT, 1985: 53)[7]. Sua história era bastante conhecida do público oitocentista, como podemos verificar através das populares obras literárias, médicas e filosóficas que tentavam teorizar sobre o feminino. Citamos aqui uma particularmente interessante *L' Histoire de la prostitution et de la débauche*, do Dr TH.-F. Debray, publicada em Paris, em1879. Assim relata ele sobre Messalina:

> *A Rome les lupanars étaient réunis dans le quartier populeux de Suburre, et c'est dans une de ces maisons, dans une cellule sur la porte de laquelle était inscrit le nom Lycisca, que la femme de l'imbécile empereur Claude allait s'offrir à la lubricité publique, trouvant fades les embrassements de ses amants ordinaires, bien qu'ils ne fussent pas souvent choisis avec une grande délicatesse.*
> *Au point du jour, il fallait chasser du mauvais lieu cette louve inassouvie quoique brisée de fatigue : Et lassata viris, necdum satiata recessit.*
> *Quelle différence il y a de cette prostituée immonde et féroce, quoique impératrice, à la moins illustre des courtisanes de la Grèce, si dépravée, si avide qu'elle fût. Chez Messaline il n'y avait plus rien que la lubricité bestiale.....* [8]

Descobertas suas traições, Messalina é condenada à morte por Cláudio, vindo a ser executada por um dos seus soldados, nos jardins de Lucullus, quando tinha somente vinte e três anos de idade.

Referências à Messalina realizadas para evocar a idéia da *femme fatale* não foram incomuns no período. Charles Baudelaire, em seu poema *Sed non satiata,* alude a Imperatriz, ao reutilizar é o mesmo título em latim de um poema satírico de Juvénal sobre a Messalina histórica[9]. A insaciabilidade sexual que conduz a morte, característica do decadentismo de

---

[6] Refrência encontrada na Enciclopédia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti. no 22 , Milano: Rizzoli & C, 1934. s/p.

[7] O texto do catálogo aponta uma clara referência a Messalina : *Insatisfaites: Ici, souvent les femmes sont les insatisfaites, peut-être parce […] ne s`occupent que de leur proper plasir […] . Telle est la figure de Messaline (que représente Rops) : "Lassata, non satiata*".

[8] Disponivel no site: http://www.noctes-gallicanae.org/Rome/empire1_1a_messaline.htm#meretrix

[9] Baudelaire, Charles. Sed non satiata. In: Les Fleurs du mal. Paris: gallimard, 1961.p.40. Bizarre déité, brune comme les nuits,/Au parfum mélangé de musc et de havane,/ [..] Quand vers toi mes désirs partent en caravane,/ Tes yeux sont la citerne où boivent mes ennuis./ Par ces deux grands yeux

finais do século XIX, está eminentemente presente na personagem de Messalina, é essa a principal característica que, acreditamos, Henrique Bernardelli tentou passar em sua tela, sobretudo através da pose que escolheu para representá-la. Bastante ambígua, a primeira vista a pintura nos apresenta uma mulher reclinada sobre almofadas, como se ali tivesse tombado para relaxar, satisfeita e exausta após o ato sexual, deleitando-se com o momento que se segue ao gozo. Mas o arquétipo da Messalina não implica a insaciabilidade? De fato, há algo na sua postura que intriga, um certo abandono, algo de inanimado, que nos faz pensar em um corpo que não é mais senhor de si, que se encontra em um estado de não-existência. Mas a pose de *Messalina* não se deve a um feliz acaso por parte do artista, ela encontra uma longa tradição na iconografia européia.

Imagem 5 - Detalhe de Messalina.

Ao olharmos para a obra, que parte do corpo de *Messalina* mais se destaca, ocupando mesmo um lugar de relevo na composição? É o seu braço direito, estendido, sem força, sobre a almofada. Assim colocado ele propositalmente nos traz a lembrança obras como *O Retorno de Meleagro*, a *Pietá* de Michelangelo, a *Colocação no Túmulo* de Caravaggio e Rafael e o *Marat*, de David. Representações do corpo morto, de cunho sagrado ou profano, todas elas possuem o mesmo motivo, o braço direito que tomba sem vida.

---

noirs, soupiraux de ton âme,/ O démon sans pitié! verse-moi moins de flamme [...]!

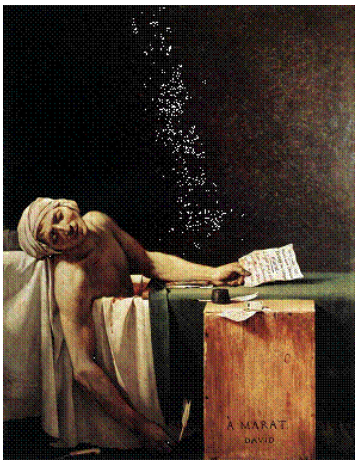

Imagens 6 e 7 - Rafael. *A Colocação no Túmulo*,1507. Galleria Borghese, Roma.
David. *A Morte de Marat*,1793. Musées Royaux des Beaux-Arts, Bruxelas.

O braço de *Messalina* não tomba, ele está estendido, o ambiente que a cerca não é o de uma tragédia de morte, no entanto, se repararmos bem, Henrique não se limita ao ' motivo do braço', a idéia da morte é reforçada de outra forma. A parte superior do corpo de *Messalina* está ligeiramente voltada ao observador, sendo possível ver o antibraço esquerdo, dados em comum com as obras anteriormente citadas. Somente relaxando ou no *momento mori*? Não sabemos, mas sem sombra de dúvida o quadro, de forma bastante hábil, mas também sutil, nos induz a este questionamento.

Imagem 8 - Detalhe de *Messalina*.

O lugar sobre o qual se deita *Messalina* também tem um caráter incerto, não sabemos se trata-se de uma cama ou de um sarcófago**.** Henrique não dá ao objeto uma identidade definitiva. Sua intenção não foi a de simplesmente pintar uma cama - se fosse certamente teria feito, não lhe faltava conhecimento para isto -, ele opta, no entanto, por nos apresentar uma estrutura de mármore sobre a qual se encontra um baixo-relevo, conjunção que nos remete imediatamente aos sarcófagos da antiguidade. O próprio relevo, apesar da sua

aparente singeleza, possui, aqui, um significado bastante forte: vemos os contornos de um homem nu, segurando um bastão e se fazendo acompanhar por um cão. Tanto o bastão, ou caduceu, como o cão são atributos reconhecidos de Hermes, que na mitologia grega era aquele que conduzia as almas até sua última morada. A ambigüidade encontrada na pose de *Messalina* é aqui de novo retomada com um propósito muito claro: aventar que o lugar onde se prática os prazeres carnais pode ser também compreendido como o leito de morte.

A imagem, desta forma, por alusão, dá conta de tudo: a mulher viva, sobre o sarcófago, representa aquela que conduz o homem à morte. Se morta, é aquela cuja devassidão e insaciabilidade só pôde ser contida através do assassínio.

Devemos nos perguntar agora, para concluirmos essa breve análise, como se deu a recepção a obra no meio artístico carioca *fin de siécle*. Cabe ressaltar, antes de mais nada, que *Messalina* não foi a única obra de Henrique Bernardelli vinculada a esta temática. O seu entecedente mais significativo foi a tela *Dicteriade*, exposta pela primeira vez no *Salon* de Paris em 1886. A obra, como outras do artista, figurou na Exposição Nacional de Belas Artes de 1890; e é no catálogo oficial dessa mostra que encontramos uma interessante referencia a sua temática:

> *Dicteriades erão genericamente chamadas na Grécia duas diversas classes de profissionaes da luxuria – as encantadoras e terríveis flautistas, muito jovens, que offerecião espetáculos de dança e música, no fim dos banquetes das casas opulentas, e os mais completos typos de abjecção humana, vagabundas das minas, das grutas, dos recantos sóbrios dos subúrbios e de todos os lugares suspeitos.* [10]

Infelizmente, apesar de constante pesquisa, não conseguimos até o presente momento encontrar uma imagem da referida tela, no entanto, as críticas e apreciações que saem na imprensa sobre ela são de fundamental importância para compreendermos como foi a recepção do nosso meio artístico a telas que representavam tais tipos femininos, uma vez que em nossas pesquisas ainda não encontramos críticas de arte referentes a *Messalina*, possivelmente porque a obra só foi exposta no Brasil em uma data posterior a das nossa pesquisas nos periódicos, que se estendeu até 1893.

No que diz respeito à Dicteriade, os críticos parecem muito mais fascinados do que chocados, contrariando a idéia de um meio artístico carioca retrógrado e moralista, como defendem alguns historiadores da arte:

> *A exposição atual [E.G. de 1890] é talvez a mais brilhante que temos tido, [vejamos] a Dicteriade de Henrique Bernardelli [...] diga-nos se não é*

[10] ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. Catálogo da Exposição Geral de Bellas Artes. Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1890. p. 4447,53-54.

> *aquilo o atestado bem eloqüente do quanto vale a permanência de um artista de talento em um meio verdadeiramente artístico. Aí está a verdadeira arte italiana moderna em toda a sua perfeição, e como a tela é de um artista nosso, ali está o que é preciso para termos arte nacional [...]* [11].

Ou ainda, dando maior destaque para o assunto do que a técnica:

> *Mas o seu quadro mais notável pelo menos nesta exposição [da E.G. de 1890] é Dicteriade. Nunca vimos escorço mais ousado nem realizado com tanta felicidade. [...] deitada; sente-se-lhe a molleza e flexibilidade do corpo. Tem no rosto uma expressão indiferente [...] os vestidos, as sandálias, tudo alli respira a profissional da luxuria, moça na idade, velha no vício, encantadora e terrível, [..] o typo completo da abjeção humana* [12].

É possível, e essa é somente uma hipótese, que a boa recepção a *Dicteriade* tenha estimulado Henrique Bernardelli a realizar uma obra com temática semelhante para a famosa Exposição Mundial Chicago, de 1893.

A Exposição de Chicago era de extrema importância para o recente Governo republicano brasileiro. Tratava-se de uma oportunidade de apresentar os avanços ocorridos com a implantação do novo regime político, inclusive na área das belas artes. Já no final de 1891, ou seja, mais de um ano antes da mostra da mostra, o Governo entra em contato com Rodolfo Bernardelli pedindo para que este, junto com outros membros da ENBA, desse início à escolha das obras que deveriam figurar na Exposição. Tratavas-se, portanto, de um dos eventos artísticos mais importantes do final do século, e que ter uma obra nela exposta traria notoriedade a qualquer pintor. A participação da *Messalina* na mostra é uma clara manifestação da sua boa aceitação pela ENBA, o que nos demonstra que o artístico carioca estava a par não somente das últimas tendências da arte européia, assim como de uma certa "misóginia *fin de siecle*", que permitia a compreensão de uma tela como *Messalina*.

Referências bibliográficas:

CAVALLIN, Francesca. *Le donne fatali di Rossetti, Khnopff e Klimt – Le sorelle inquientanti*. In: ***Art e Dossier.*** Numero 178 – maggio 2002.

DIJKSTRA, Bram. **Les idoles de la pervesité – figures de la femme fatele dans la culture fin de siècle**. Paris: Seuil, 1992

GLEYSES, Chantal. **La femme coupable – petite histoire de l`epouse adultère au XIXe siècle**. Paris: Imago, 1994.

[11] Gazeta de Notícias, março de 1890. Autor: anônimo.

[12] Jornal do Comercio. 1/4/1890. Col. Bellas Artes - "Exposição de 1890".

LASCAULT, Gilbert. *Petit dictionnaire autour de Félicien Rops*. In:**Catalogue Félicien Rops**. Paris: Flammarion, 1985. p. 48-50.

MIGLIACCIO, Luciano. *Os novos. Arte e crítica de arte no Brasil da Belle Époque*. Palestra apresentada no **XXI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**, RJ/MNBA, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Êxtase coletivo e conversão performática: cauinagem e aproximações culturais na América portuguesa

Rubens Leonardo Panegassi*

Resumo: A conquista e a colonização da América trouxeram para o continente americano a mensagem Cristã. Com isso, as bases ideológicas do universalismo cristão foram estendidas ao relacionamento inaugurado com os povos autóctones do Novo Mundo. No âmbito de um projeto evangelizador e de disseminação de sua mensagem, o cristianismo intermediou a construção de uma nova humanidade, que se dava a conhecer em terras americanas. Esta humanidade, uma vez diante da descoberta de Deus, deveria assimilar as normas de conduta regidas pela moral cristã, bem como todo seu aparato simbólico e cultural. Este texto, dedicado ao tema da alimentação, procura discutir o consumo de uma bebida específica, o cauim, na dinâmica de seus rituais de consumo: a cauinagem.

Palavras-chave: América – cristianismo – cauim

Abstract: The conquest of America came the Christian message to the Americas and their peoples. From the conquest, the Christendom wished constructs a new humanity in American lands. This humanity, in front of God, was needed assimilate the Christian moral and their symbolism. This text broaches the food theme and exams a specific drink, the *cauim* and the ritual of drink.

Keywords: Americas– Christianity – *cauim*

Nos primórdios da Época Moderna, grande parte dos recursos presentes no mundo natural continha em si aplicações diversas. Uma mesma substância podia comportar tanto virtudes curativas quanto qualidades culinárias. Portanto, a alimentação detinha um estreito vínculo com medicina. Um dos fundamentos para o agrupamento e classificação dessas substâncias era a noção de ambivalência, por meio da qual se declarava a convivência de princípios opostos no interior de uma mesma substância. Assim, todo alimento possuía sua contrapartida tóxica e, com isso o conceito aglutinador de substâncias como açúcares, frutos e outros condimentos diversos, era o mesmo utilizado para a designação de remédios, elixires e bálsamos. Essas substâncias, cujas características a elas imanentes eram consideradas interpenetráveis, foram ordenadas sob a concepção de drogas (CARNEIRO, 1994).

Na História do Ocidente as drogas se constituíram como preciosas mercadorias. Sempre cercadas de funções que excedem seu valor nutricional, essas substâncias tiveram

* Mestrando em História Social, FFLCH/USP. Bolsista da FAPESP.

grande importância por seu emprego iátrico, presente nos diagnósticos herdados da dietética medieval. Um dos empregos da alimentação em sua função iátrica ocorria no diagnóstico corretivo do estado de desequilíbrio em que se encontrava o organismo dos enfermos.

O sistema dietético medieval que regia a definição dos alimentos apoiava-se na teoria hipocrática dos humores. Nesse sistema, havia quatro humores que poderiam estar presentes, em maior ou em menor grau em cada sujeito. Esses humores eram o sangue, a fleugma, a bílis negra e a bílis amarela. O nível de presença de cada humor corresponderia a um temperamento predominante, de modo que havia os sanguíneos, os fleugmáticos, os coléricos e os melancólicos. Cada um desses, por sua vez, correspondia aos quatro elementos, o fogo, a terra, a água e o ar, bem como às qualidades humorais, ou seja, de sequidão, umidade, calidez ou frialdade (CARNEIRO, 1994).

Entretanto, de acordo com Antonio Escohotado, sob uma perspectiva histórica de longa duração, não há distinções nítidas e seguras entre esse modelo de terapia empírica, de tipo humoral, baseada em conhecimentos fisiológicos e botânicos, e as práticas mágicas e crenças religiosas. Com isso, Escohotado sugere a existência de um elemento comum existente entre as diversas instituições das populações pré-industriais, desde a mais remota Antigüidade. Para esse autor, o que existe, é um nítido temor à impureza. Ou seja, a necessidade de manter o equilíbrio humoral assenta-se na idéia de pureza e, portanto, o desequilíbrio denota a idéia da enfermidade como castigo divino (ESCOHOTADO, 1989).

Michel Foucault, por sua vez, escreve que as principais regras de conduta social e individual na Grécia Antiga eram prescritas pela idéia de "preocupar-se consigo mesmo" (FOUCAULT, 2004: 325). Diante disso é possível sugerir que a terapêutica fora compreendida como uma atribuição necessária à autonomia individual. Assim, o conhecimento de si e o cuidado de si encontravam-se associados no âmbito terapêutico-religioso e o próprio exercício da cidadania estaria necessariamente articulado ao cuidado de si.

Contudo, mais tarde, pontualmente a partir da ascensão do cristianismo como religião oficial do Império Romano, verificar-se-iam profundas transformações nos princípios morais da sociedade ocidental. Ao passo que, em um primeiro momento, o cristianismo entrou em conflito com as autoridades do Império por sua fé monoteísta impedir o reconhecimento da natureza divina dos imperadores, no momento posterior à sua ascensão assistiu-se à inauguração de seu poder político moralizador (FILORAMO, 2005).

Uma das conseqüências mais notórias das transformações morais que se verificariam na sociedade ocidental tem sua gênese nesse primeiro momento, que antecede à

sua ascensão como religião oficial. Resultado de um contexto de perseguições, no qual o vínculo à comunidade cristã deveria se manifestar pela adesão às suas normas de conduta, a promoção de seu poder político estendeu seus princípios aos comportamentos públicos radicados em orientações morais diversas (PRODI, 2005). Além disso, por ser uma religião de salvação, suas normas de comportamento possuem papel central na condução dos indivíduos ao seu fim: a imortalidade da alma sob a benção da justiça divina (FILORAMO, 2005).

Como religião de Estado, o cristianismo impulsionou o entrelaço da igreja Católica com o poder político secular. A partir disso, a igreja pôde impor como lei civil suas regras eclesiásticas e normas morais. Paralelamente, apropriou-se das instituições romanas e das idéias que circulavam no mundo mediterrânico. Foi nesse ambiente que a religião cristã assimilou o pensamento estóico e formalizou, dentro de um novo contexto, as bases ideológicas de sua ética (PRODI, 2005).

Com a hegemonia cristã no ocidente, o ascetismo, que se constituíra na Antigüidade como uma técnica estóica de si, ganhou paulatinamente um caráter de resignação a partir da renúncia de si e da realidade. Essa releitura do ascetismo mediado pelo cristianismo procurava um ideal de perfeição caracterizado, por exemplo, pelo afastamento do mundo material, pela renúncia à sexualidade, pelo desprendimento dos bens particulares, o mesmo pela limitação do uso da fala e, também, pela contenção da quantidade e qualidade das comidas e bebidas a serem consumidas.

Exemplo significativo do ascetismo cristão é a *Regra de São Bento*. Escrita por Bento de Núrsia no século VI e estendida a toda a Europa com a reforma gregoriana, a *Regra* tem orientado grande parte das comunidades cristãs. Nela, a advertência de que os monges devam se afastar dos excessos remete com nitidez à obediência, entendida como o abandono da própria vontade. Esse movimento para alcançar a renúncia de si é o que distingue o ascetismo cristão. Nele o que prevalece é mais a obrigação de "conhecer a si mesmo" por meio da submissão do que pelo cuidado de si autônomo (FOUCAULT, 2004).

A embriaguez foi especialmente combatida pelo ascetismo cristão. A *Regra* prescreve recompensa especial de Deus àqueles que tiverem força para tolerar a abstinência de vinho. Mesmo em situações onde o lugar, o trabalho ou o rigor do verão exigir a bebida, é bom evitar beber até a saciedade ou embriaguez (SÃO BENTO, 1980 [529]). Essa oposição encontra-se presente também em relação à glutonaria, pois ambos estados pressupõem um estado de deleite sensorial.

Todavia, o ímpeto de controlar a dimensão das impressões sensoriais não foi exclusividade do cristianismo. Como observa Henrique Carneiro,

> *Os estimulantes sensoriais são importantes substâncias com relevantes e múltiplos papéis culturais [...] Por [...] isso, as drogas são [...] objeto de um imenso interesse político e econômico. Seu domínio é fonte de poder e riqueza. Sacerdotes, reis, estados, a medicina e outras instituições sempre disputaram o monopólio do seu controle e a autoridade na determinação das formas permitidas de seu uso* (CARNEIRO, 2005: 16).

Com o novo papel histórico assumido pelo cristianismo após sua ascensão a religião oficial, seu principal intento residiu na disseminação do princípio ecumênico de sua mensagem. Uma vez estruturada suas bases ideológicas, o cristianismo encontrou a força necessária para sua propagação que se realizou historicamente através das atividades missionárias e do trabalho de conversão dos pagãos.

Ao passo que as drogas possuem um aspecto de transcendência em grupos cuja matriz de sua religiosidade difere da cristã, certamente, o cristianismo tendeu a compreender a multiplicidade de experiências estáticas da diversidade cultural pagã como manifestações religiosas equivocadas e, na dinâmica do processo de disseminação de sua mensagem, essas práticas deveriam ser combatidas.

A descoberta da América em 1492 pode ser considerada importante evento para a demarcação de uma fronteira entre a Época Medieval e a Época Moderna. Posteriormente às descobertas, a colonização da América realizada pelos povos ibéricos a partir do final século XV, teve como uma das mais relevantes características a efetivação do contato entre a civilização européia cristã com outras civilizações até então absolutamente desconhecidas.

Nesse sentido, o processo de conquista e colonização da América trouxe consigo a mensagem Cristã. Com isso, as bases ideológicas da ética cristã seriam paulatinamente estendidas ao relacionamento que se inaugurava com os povos autóctones do continente americano. O cristianismo tentou, por meio da ação missionária, intermediar a construção de uma nova humanidade em terras americanas. Essa humanidade, uma vez baseada na descoberta de Deus, implicaria na assimilação das normas de conduta regidas pela moral cristã, e também de todo seu aparato simbólico cultural.

Dentre esses aparatos simbólicos culturais, as plantas alimentares são muito importantes para a construção de identidades sociais e culturais. Algumas espécies, por sua importância histórica e estrutural para alguns povos receberam a designação de "plantas de civilização". Essas plantas seriam o trigo, o arroz e o milho, gêneros que foram a base alimentar das grandes civilizações que se constituíram através da história; a européia, a chinesa e a americana (BRAUDEL, s/data).

Contudo, há outras "plantas de civilização". É o caso da vinha entre os gregos, do cacau entre os astecas, da coca entre os índios andinos e do chá entre os chineses (CARNEIRO, 2003). Proveniente da civilização mediterrânica, a religião cristã tomou para si, como símbolos elementares nos rituais que lhe servem de fundamento, produtos intrínsecos à base material dessa civilização, tais como o óleo de oliva, o pão de trigo e o vinho (MONTANARI, 2003).

As novas relações culturais que o contato com o mundo autóctone americano impôs ao cristianismo foram acompanhadas da tentativa dos missionários cristãos gerenciarem os hábitos das populações nativas. O esforço de promover o ascetismo cristão nas Américas procurou impor uma cosmovisão onde algumas drogas seriam toleradas. Entre elas, o vinho ocuparia espaço privilegiado (CARNEIRO, 2005).

Em carta de 1552, escrita ao padre Manuel da Nóbrega, o jesuíta Leonardo Nunes menciona a boa disposição que o gentio Carijó do Paraguai dispõe para o cristianismo por beber vinho moderadamente. Conta o jesuíta que em suas aldeias o gentio não se embriagava, pois o consumo de vinho limitava-se a um cântaro a cada povoado, diferentemente de outros índios que bebiam muito, ocasionando muitos males (NUNES, 1957 [1552]).

O vinho sempre foi uma bebida de grande importância na Europa e acompanhou a expansão européia dos primórdios da Época Moderna. Historicamente foi produzido principalmente na região mediterrânica, onde a vinha pode ser considerada uma "planta de civilização" entre os gregos da antiguidade. Entretanto, desde tempos muito remotos, essa bebida estimulou reações positivas e negativas diante das diversas modalidades de uso que dela se fazia (GRIVETTI, 1997).

Ao passo que o vinho acompanhou a expansão européia e, assim como a Europa encontrou ao Sul e ao Leste o entrave do Islão para a difusão da bebida e, portanto, de suas conotações simbólicas e culturais, as regiões do novo mundo também trouxeram os concorrentes do vinho. Uma concorrência que se estabelecia, sobretudo no plano simbólico e cultural, ou seja, uma concorrência que, em última instância, se traduzia em um entrave ao projeto catequético dos missionários.

Na América portuguesa a aclimatação da vinha não alcançou bons resultados. Entretanto, mesmo importada, a bebida possuía seu concorrente local, "hecho de raízes o de fruitas" (GRÃ, 1957 [1554]: 132). Essa bebida preparada com raízes era chamada cauim (STADEN [1557] 1999). Para Ronald Raminelli, os testemunhos referentes ao consumo de cauim sugerem que a ingestão dessa bebida era revestida de caráter religioso, visto que os índios americanos o consumiam tanto em ritos de passagem, como em outros momentos

decisivos dessas comunidades autóctones, como nas guerras e nos festins canibais (RAMINELLI, 2005).

A percepção jesuíta dessa experiência autóctone no sentido apontado por Raminelli pode ser observada em diversos momentos das correspondências trocadas pela Ordem. A relação entre as bebedeiras e o canibalismo era assinalada como o protocolo necessário para o ritual; a bebida precedia a comida;

> *Comiençan los convidados todos a bevir um día a la tarde y beven toda la noche, y em amanecendo sale el que le há de matar com uma espada de palo [...] com ella arremete al que está atado y le da tanto em la cabeça, hasta que la quebre y después se va hechar [...] Luego tornan a proseguir en el bever hasta acabar los vinos, otros toman los muertos y chamúscanlos como puercos y guizan aquella carne y cómmenla* (CORREIA, 1957 [1551]: 228).

O morto era sempre um cativo de guerra. Uma vez de posse de alguns prisioneiros os índios retornavam às suas aldeias "para com grandes vozearias e festas e copiosíssimos vinhos, que fabricam com raízes, os comerem de maneira que não perdem nem sequer a menor unha" (ANCHIETA, 1957 [1554]: 113). Essas bebedeiras eram compreendidas como a incorporação efetiva da maldade, pois uma vez embriagados, os índios incorriam em tamanha brutalidade, "que no perdonan a ninguna persona, y quando más no pueden, ponen fuego a la casa a donde ay estrangeros" (AZPICUELTA NAVARRO, 1957 [1551]: 278).

Em sua História, o cristianismo inclinou-se a compreender as experiências de caráter extático da diversidade cultural sob a perspectiva de uma religiosidade equivocada. Nessa grade de leitura, a atribuição de uma religiosidade pressupõe necessariamente a existência de uma alma. E nisso residia a possibilidade da conversão, ao passo que presumia a dimensão humana da diversidade como algo inquestionável. Diferentemente dos infiéis muçulmanos, essa humanidade encontrava-se distante da palavra de Deus e, portanto, deveria ser conduzida pelo cristianismo à salvação. A percepção do cauim na experiência extática dos autóctones sugeriu uma correlação imediata entre os rituais de consumo do cauim e uma religiosidade autóctone. Por sua vez, o abandono das bebedeiras assumia o caráter de uma conversão, pois, na perspectiva dos jesuítas, eram o maior mal.

Ainda no âmbito desse horizonte do contato e da possibilidade de conversão, há também uma dimensão conjuntural que é muitas vezes performática. Da obstinada necessidade de propagação da palavra cristã, advinha um resultado de caráter superficial da conversão, com o assentimento aparentemente momentâneo e descomprometido por parte dos autóctones.

O irmão Pero Correia relata o caso de alguns índios, "tan buenos y tan atrevidos que quiebran las tinajas llenas de vino a los suyos para que no bevan" (CORREIA, 1957 [1554]: 70). Certamente, os índios mencionados são provenientes das escolas jesuítas e, portanto, educados na fé cristã. Contudo, sua cristianização não implicava a adoção definitiva de uma conduta de vida pautada nos valores cristãos, tal como o relato a seguir;

> *De los mochachos, que luego en el principio fueron enseñados en la escuela en cristianas costumbres, cuya vida quanto era más diferente de la de sus padres, tanto mayor ocasión dava de loar a Dios y recibir consolatión, no querría hazer mentión por no refrescar las llagas que parece algún tanto estar ya curadas. De los quales diré solamente que como llegaron a los años de puberdad y comiençaron a poder consigo, vinieron a tanta corruptión que tanto sobrepujan agora a sus padres en maldad quanto antes en bondad, con tanto mayor desverguença y desenfrenamiento se dan a las borracherías y luxurias quanto con mayor modestia y obedientia se entregavan dantes a las costumbres cristianas y divinas enseñanças* (ANCHIETA, 1957 [1560]: 262).

Enfim, ao passo que o cristianismo pressupunha um esforço definitivo de renunciar a si e à realidade, o trabalho catequético realizado no sentido de construir uma nova humanidade em terras americanas exigiu a eleição de aparatos simbólicos e culturais que pudessem guiar concretamente a constituição dessa sociedade em sua esfera moral. Entretanto, se em um primeiro momento a conversão obtinha resultados plausíveis, em um segundo momento, todo o trabalho de catequese mostrava-se volátil e passível de mudanças. Nesse ponto, o cauim, que surgira como propiciador da conversão constituía-se, simultaneamente, como seu maior entrave.

Fontes

A Regra de São Bento. Trad. D. João Evangelista Enout, O. S. B. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1980.

Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. 3 Tomos. Serafim Leite (org.). Coimbra: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1957.

STADEN, Hans. *Hans Staden: primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes.* São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

Referências bibliográficas

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415 – 1825.* Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.* As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Trad. Telma Costa. Lisboa: Ed. Teorema.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade:* uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

_____. *Filtros, mesinhas e triacas:* as drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994.

_____. "Transformações do significado da palavra 'droga': das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo". In: VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil.* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 11-27.

ESCOHOTADO, Antonio. *Historia de las drogas*. Vol. 1. Madrid: Alianza, 1989.

FILORAMO, Giovanni. *Monoteísmos e dualismos:* as religiões de salvação. Trad. Camila Kintzel. São Paulo: Hedra, 2005.

FOUCAULT, Michel. "Tecnologias de si". In: *Verve*. São Paulo: Editora PUC-SP, vol. 6, nº 6, p. 321-360, 2004.

GRIVETTI, Louis E. "Wine: the food with two faces". In: MC GOVERN, Patrick. E., *The origins and Ancient History of Wine:* Food and Nutrition in History and Antropology. London: Routledge, 1997. p. 9-22.

MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância:* história da alimentação na Europa. Trad. Andréa Doré. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça:* do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMINELLI, Ronald. "Da etiqueta canibal: beber antes de comer". In: VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil.* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005. p. 29-46.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Festas para a glória da Coroa: as festas oficiais na Colônia do Sacramento

Paulo César Possamai*

Resumo: Este artigo pretende fazer uma breve narrativa das principais festas públicas realizadas na Colônia do Sacramento por ordem dos governadores durante o século XVIII. O objetivo da descrição dessas festas é analisar o seu caráter de propaganda, que visava exaltar a glória da monarquia portuguesa.

Palavras-chave: festa, poder, representação

Abstract:This article intends to create a short narrative about the main public festivities performed in Colônia do Sacramento by its governors during the 18th century. The purpose of the description of these festivities is to analyze their propagandistic nature, which had the objective of praising the glory of the Portuguese monarchy.

Keywords: festivity, power, representation

A Colônia do Sacramento foi fundada à margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo, obedecendo ao plano do príncipe regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América a fim de assegurar vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa. Porém, se a metrópole espanhola estava enfraquecida, a isolada fortaleza de D. Manuel Lobo não pôde resistir ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a presença portuguesa no Rio da Prata constituía uma grande ameaça. A destruição de Colônia, levada a cabo oito meses após sua fundação, levou D. Pedro a ameaçar a Espanha com uma guerra, impasse que foi resolvido com a restituição do território de Sacramento através do Tratado Provisional de 1681. A fraqueza da Espanha, obrigada a ceder por meio da diplomacia o que seus vassalos na América haviam conquistado pelas armas, voltaria a se repetir em 1715 e ainda em 1763, refletindo a contradição que podia haver entre os interesses na defesa dos domínios ultramarinos e a posição da metrópole na conjuntura européia.

A história da Colônia do Sacramento apresenta diversas facetas que foram diferentemente realçadas pelos historiadores de acordo com as suas próprias opiniões. Centro de contrabandistas, mas também posto avançado da fronteira, Sacramento é um tema

* Doutor em História Social pela USP, professor adjunto da UFRN.

fascinante pela sua história *sui generis* dentro do quadro do sistema colonial da América portuguesa, onde a riqueza estava na agricultura ou nas minas e as invasões estrangeiras constituíram-se em episódios isolados e inconstantes.

A conturbada história de Colônia possui características específicas que ligam-na mais com as praças do norte da África ou da Índia que com a América portuguesa, pois lá, como no Rio da Prata, as feitorias e cidades fortificadas, que inicialmente se destinavam a controlar e proteger o comércio, não conseguiram expandir seu domínio pelo interior, onde encontraram forte oposição dos potentados locais. O armistício de 1737, que encerrou um sítio de quase dois anos a Sacramento, manteve o *status quo* entre os reinos ibéricos na América, possibilitando aos espanhóis a conservação de um estreito campo de bloqueio à Colônia do Sacramento, situação que leva a compará-la à também estratégica posição de Gibraltar, possessão inglesa na costa sul da Espanha.

Outra importante especificidade da Colônia do Sacramento era que, pelo fato de ser uma praça encravada em território disputado entre Espanha e Portugal, a mesma deveria servir como uma espécie de vitrine do poder da Coroa portuguesa aos estrangeiros. De fato, para a mentalidade barroca, a realidade abstrata tinha de ser ilustrada pela sua metáfora e, portanto, a imagem do poder chegava a ser quase tão importante quanto ele próprio, devendo, pois, traduzir-se através do brilho e do esplendor.

O monarca que, por excelência, encarnou o absolutismo foi o rei Luís XIV da França. A hierarquização da sociedade francesa, representada pela etiqueta que regia a vida na corte, foi admirada e serviu de modelo para as outras monarquias européias. A estrita obediência da etiqueta, pela qual o soberano "aproveitava suas atividades mais particulares para marcar as diferenças de nível, distribuindo suas distinções, provas de favorecimento ou desagrado" (ELIAS, 2001: 102), garantia a proeminência do rei na sua corte. Porém, para manifestar o poder do monarca fora de sua capital havia dois meios: as guerras expansionistas ou a representação do poder da Coroa por meio de festas espetaculares. Luís XIV utilizou ambas estratégias.

Enquanto as monarquias rivais preferencialmente se serviam da guerra como instrumento de prestígio, D. João V buscou o mesmo através da diplomacia, desviando para os domínios ultramarinos todas as ambições de glória de seus vassalos através do serviço militar. Mas, se a política de pacifismo iniciou-se com o fim da Guerra de Sucessão Espanhola, a ambição de equiparar a monarquia portuguesa com as principais cortes católicas européias era um sonho antigo, que vinha do tempo da Restauração. Timidamente esboçada durante o reinado de D. Pedro II, no período joanino desenvolver-se-ia uma política de

espetáculo que seria utilizada pela Coroa como afirmação grandiosa de soberania e instrumento de negociação (PIMENTEL, 1992: 76).

Segundo Jaime Cortesão, foi o ouro brasileiro que deu a D. João V as condições necessárias para implementar sua política de espetáculo, situação que explica o anacronismo de Portugal se tornar o país mais tipicamente barroco no século XVIII, quando esse estilo de arte e de vida já não era mais predominante na maior parte da Europa. Outro fator que teria contribuído para a duração da era barroca em Portugal seria a constituição da sociedade portuguesa, na qual faltava uma burguesia forte, circunstância que tornava o domínio da aristocracia incontestável (CORTESÃO, 2001: 88).

D. João V, respaldado pelos quintos do ouro brasileiro, iniciou um reinado inspirado no de Luís XIV. Em 1708, uma brilhante embaixada portuguesa foi enviada a Viena para ajustar o casamento do rei com a arquiduquesa Mariana. Em 1713 e 1714, foram dadas festas memoráveis em Utrecht em comemoração aos nascimentos dos príncipes D. Pedro (em breve falecido) e D. José, o futuro herdeiro do trono. Em 1715, o embaixador português fez uma esplêndida entrada em Paris, quando foram distribuídos, à mão larga, dinheiro e objetos de valor entre os cortesãos de Luís XIV, enquanto às pessoas que acompanharam o cortejo foram distribuídas duzentas medalhas de ouro e mil de prata com a efígie do rei de Portugal.

O fausto da entrada em Paris seria superado, três anos depois, quando André de Melo e Castro, elevado ao cargo de embaixador extraordinário junto à Santa Sé, fez sua entrada oficial em Roma. Foi tão rica a comitiva portuguesa que, por largos anos, os demais países europeus deixaram de organizar entradas solenes de embaixadores na Cidade Eterna, já que nenhum se propôs a igualar a cerimônia patrocinada pelos portugueses. Outra embaixada, desta vez enviada à corte de Pequim, entre 1725 e 1728, serviu de nova ocasião para alardear a riqueza e o poder de D. João V, quando foram enviados riquíssimos presentes ao imperador da China (BEBIANO, 1987: 109-118).

Contudo, foram os casamentos entre os príncipes do Brasil e das Astúrias com as infantas Mariana Vitória de Bourbon e Maria Bárbara de Bragança, na fronteira luso-espanhola em 1729, que deram lugar "a um dos mais impressionantes momentos de visualização do fausto joanino, num espetáculo sem precedentes de rivalidade e emulação entre duas Cortes que coincidem no mesmo local"(PIMENTEL, 1992: 78).

Se a representação faustosa da Coroa portuguesa era importante nas cortes estrangeiras e na metrópole, também o era no império colonial, onde, "embora o rei não estivesse presente fisicamente, de certo o estava no que dizia respeito ao seu segundo corpo, político ou místico, como queiramos chamar" (MONTEIRO, 2002: 168). O monarca poderia

ser representado pelo seu retrato, como fez o governador de Colônia, Luiz Garcia de Bivar, ao apresentar uma pintura de D. José I ao povo, durante a festa em homenagem a sua aclamação. Segundo Maravall, as "manifestações sociais da festa barroca ganham realce entre si, e juntas, por sua vez, devem dar a medida da potência daquele que a tornou possível" (MARAVALL, 1997: 377).

Para Jaime Cortesão:

> *O barroco foi em Portugal, mais do que em nenhures, um estilo de império. Para exprimir, quer a onipotência dum regime – o absolutismo – e duma classe – a nobreza, quer a majestade do divino, o artista, na lógica do barroco, funde todos os elementos do fausto imperial. (...) E é no Brasil, que o barroco, de origem e importação portuguesa, se tornou por definição o estilo dum Estado colonizador e absolutista e, por conseqüência, o mais apropriado para exprimir em arte, por todos os ilusionismos duma força e grandeza sem limites, o domínio da Coroa sobre os seus vassalos (CORTESÃO, 2001: 85-86).*

Como praça fronteiriça ao império colonial espanhol, a Colônia do Sacramento não deixou de participar da política de glorificação da monarquia portuguesa. Em janeiro de 1730, para festejar o casamento do príncipe D. José com a infanta D. Mariana Vitória, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos tomou a seu encargo a realização de uma grande festa, uma vez que o povoado não tinha câmara, a quem incumbia a organização de semelhantes eventos.

O governador salientou a importância da realização do festejo em Colônia, dizendo que "foi forçoso encarregar-se dele, e sem atender à despesa, nem à circunstância de cair em empenho, por ser aquela praça fronteira, e irem testemunhá-lo de Buenos Aires pessoas graves e de caráter, que aceitaram seu convite". As festividades constaram de "três noites de luminárias, fogos de artifício e descargas de artilharia, festa de igreja acabando por uma solene procissão, cavalhadas, touradas e comédias, dando trinta dias sucessivos, que durou a festividade, mesa pública às pessoas de distinção e aos vizinhos hóspedes[1]".

Características das festas barrocas, as luminárias e os fogos de artifício garantiam o caráter espetacular da comemoração. Segundo Maravall, "com suas luzes, essas artes correspondiam ao afã de deslocar o dia para a noite, vencendo a escuridão por meio de puro artifício humano" (MARAVALL, 1997: 384). Outro elemento importante da celebração era o caráter religioso vinculado à mesma, com a realização de missa solene e procissão, pois assim "a potestade divina e a potestade civil que amparava e honrava a primeira na terra ficavam igualmente enaltecidas" (MARAVALL, 1997: 378).

[1] Consulta do Conselho Ultramarino de 03 de julho de 1734. *IHGB,* Arq. 1.1.26, f. 204v.

Para além da função de glorificação da monarquia, a festa contribuía para a aproximação dos povos, pois tudo indica que o convite "à nobreza e [aos] militares da cidade de Buenos Aires" para celebrar os casamentos reais em Sacramento ajudou a melhorar as relações entre portugueses e espanhóis. O governador Antônio Pedro de Vasconcelos informou à Coroa que o governador de Buenos Aires lhe escrevera que "os convidados voltavam mui agradados do agasalho e cortejo que lhe fez pelo decurso de trinta dias que ali se detiveram, experimentando desde então distinta correspondência do que até ali tinham[2]".

Que as festas realizadas em Sacramento tinham um caráter propagandístico que visava à glorificação da pessoa do rei e da Coroa portuguesa, servem de prova a publicação, em castelhano, da relação dos festejos, como também do sermão a São Pedro de Alcântara, pregado em Colônia por ocasião da dedicação de uma nova capela em homenagem ao santo durante as festas em comemoração ao casamento dos príncipes (ALMEIDA, 1961: 165). Como ressalta Megiani, a impressão dos relatos das festas oficiais era um elemento muito importante da propaganda monárquica, pois visava transformar as imagens em memória (MEGIANI, 2004: 189).

Outra festa, cujo relato possuímos, foi realizada no ano de 1752 para celebrar a aclamação de D. José I. Em primeiro de fevereiro, acompanhado pelos oficiais militares, o governador Luiz Garcia de Bivar dirigiu-se à igreja matriz para assistir à benção do estandarte real. O fim da cerimônia foi saudado com uma salva de artilharia. No seguimento, o meirinho, o escrivão e o porteiro saíram acompanhados de trombetas para proclamar pela praça o bando do governador que ordenava três dias de luminárias em honra ao novo monarca.

Na manhã do dia 2, reuniram-se na casa do governador os funcionários reais, os oficiais militares, o clero e seis representantes da comunidade dos comerciantes. Procedido por trombetas e timbales e escoltado pela companhia de granadeiros, o grupo percorreu as principais ruas do povoado até chegar ao arco triunfal montado na praça. Ali, à vista da tropa formada, o governador subiu numa plataforma onde fez correr as cortinas de dossel, apresentando, assim, o retrato do novo rei de Portugal à população e à tropa. Aos vivas juntaram-se descargas de mosquete e salvas da artilharia da praça, da fortaleza da ilha de São Gabriel e dos navios que se encontravam no porto. O cortejo então se dirigiu para a igreja matriz, especialmente enfeitada e iluminada para a ocasião, onde se entoou um solene *Te Deum*, acompanhado pelos músicos que o governador contratou em Buenos Aires. Após colocar-se o estandarte real ao lado do evangelho, celebrou-se a missa, cujo fim foi saudado por nova salva de artilharia.

[2] Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de abril de 1730. *IHGB,* Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

Durante três dias, Luiz Garcia de Bivar ofereceu bailes de máscaras e jantares a mais de setenta "pessoas de distinção", entre as quais, alguns convidados de Buenos Aires. No terreiro em frente ao portão, realizaram-se as atividades ao ar livre que incluíram a apresentação de exercícios militares realizados pela companhia dos granadeiros, cavalhadas e touradas, para as quais foram contratados toureiros espanhóis. Numa sala do trem, os convidados puderam assistir a danças, uma tragicomédia apresentada pelos estudantes, e duas comédias, uma portuguesa e uma espanhola.

Todavia, os festejos não se limitaram à elite, pois o governador libertou presos e fez repartir esmolas entre os pobres. Durante os seis dias de festa, liberou-se o uso de máscaras, mas o governador fez questão de recomendar "sossego com a ameaça do castigo". Bivar fez questão de frisar na relação das festas que elas foram realizadas sem os recursos da Fazenda Real, mas com seus próprios meios, sendo ajudado nas despesas por seis pessoas dentre os principais moradores da Colônia do Sacramento[3]. Contribuir para as comemorações ligadas à casa real significava mostrar engajamento e fidelidade à instituição monárquica. Como ressalta Maravall, a festa na época barroca era "um instrumento, até mesmo uma arma, de caráter político. Deram-se conta disso reis e ministros que gastavam em festas o que não podiam" (MARAVALL, 1997: 382).

Em janeiro do ano seguinte, foram realizados novos festejos, por ocasião da chegada a Colônia do general Gomes Freire de Andrade, encarregado pela Coroa de chefiar a comissão demarcadora portuguesa do Tratado de Madri no sul. No dia 25, Gomes Freire se encontrou com o governador Luiz Garcia de Bivar a um quarto de légua de Colônia. O governador o esperava acompanhado de trinta dragões montados, com seus oficiais. A comitiva seguiu, então, para o povoado, encontrando-se com a infantaria próximo à chácara do almoxarife, ainda fora dos muros da praça. Ao chegar ao portão, todos desmontaram, sendo que o general foi recebido por seis oficiais das ordenanças, que representavam os oficiais da Câmara, inexistente em Sacramento. Sob o pálio que sustentavam os oficiais, Gomes Freire ouviu o discurso do governador e recebeu do sargento-mor as chaves da praça numa bandeja de prata.

O cortejo seguiu então para a igreja, sendo o pálio acompanhado pela Companhia de Granadeiros, que seguia o general em duas alas. Antes de chegar à matriz, onde foi cantado um *Te Deum,* Gomes Freire foi saudado pela artilharia da praça e do forte de São Gabriel com 21 tiros, o que voltou a se repetir quando o cortejo deixou a igreja. O general foi hospedado na casa do governador, onde foi brindado com uma ceia na qual compareceram mais de trinta

[3]*Relação das festas que fez Luiz Garcia de Bivar.* Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1753.

pessoas. Os banquetes se repetiram nos dias seguintes com a participação dos oficiais e na noite do dia 26 foi realizado um sarau com mais de trinta mascarados, todos vestidos com guarnições de ouro e prata e ensaiados pelo mestre de dança André da Costa, bem conhecido em Lisboa. Na noite do dia 27, houve um concerto de cinco rebecas, sendo tocadas muitas sonatas e cantadas muitas árias italianas.

No dia 19 de fevereiro chegou ao Arraial de Veras o marquês de Valdelírios, comissário espanhol para a demarcação no sul. Gomes Freire foi buscá-lo na carruagem do governador, acompanhado de alguns oficiais. A artilharia da praça saudou o marquês com 21 tiros e a infantaria com três descargas. Nos dias seguintes, renovaram-se as festas. No dia 20 houve um concerto de música; no dia seguinte, sarau com mais de cinqüenta mascarados e grande mesa de doces e no dia 25 cavalhadas durante o dia e sarau à noite (GOLIN, 1998: 255-261).

A preocupação em garantir que os grandes acontecimentos da corte fossem condignamente festejados na Colônia do Sacramento servia para fazer ver aos estrangeiros, principalmente aos espanhóis, o poder e a riqueza do monarca lusitano. Negligenciar as festividades seria ofuscar o brilho da Coroa portuguesa frente à espanhola, uma vez que em Buenos Aires realizavam-se festas públicas por ocasião da proclamação dos monarcas, quando se seguiam dias de festas marcadas por luminárias, mascaradas, representações teatrais, jogos, corridas de touros e outros divertimentos (TORRE REVELLO, 1943: 31-32).

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Manuel Lopes de (org.). **Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1715-1750).** Coimbra: Coimbra Editora, 1961.

BEBIANO, Rui. **D. João V, Poder e Espectáculo.** Aveiro: Estante, 1987.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid.** Brasília: Senado Federal, 2001, tomo 1.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS; Passo Fundo: Ediupf, 1998.

MARAVALL, José Antonio. **A Cultura do Barroco.** São Paulo: Edusp, 1997.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Rei Ausente:** festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 a 1619). São Paulo: Alameda, 2004.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho:** a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2002.

PIMENTEL, António Filipe. **Arquitectura e Poder:** o real edifício de Mafra. Coimbra: Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1992.

TORRE REVELLO, José. **Crónicas del Buenos Aires Colonial.** Buenos Aires: Bajei, 1943.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Consagração de domínios e gestação de conflitos (a concessão de sesmarias 1795/1822. Rio de Janeiro, Minas Gerais)

Márcia Maria Menendes Motta*

Resumo: Em fins do séc.XVIII e início do seguinte a solicitação de sesmarias poderia referendar a ascensão desejada, inserindo o lavrador nos quadros da categoria social de sesmeiro. Muitos haviam iniciado seus cultivos em terras de terceiros, outros iniciaram suas atividades a partir de ocupação de terras devolutas, pretensamente sem donos. Além disso, neste período, o Império adquiria uma territorialidade marcante e tal processo implicava o reconhecimento das inúmeras gradações de cultivadores, de perspectivas distintas na ação de ocupar.Ao intitular-se senhor de uma terra, chancelada pela Coroa como mercê, o sesmeiro operava com os dispositivos da lei para consagrar-se como legal ocupante, como também expressava seu poder na incorporação de terras ao arrepio da lei. Neste jogo de múltiplas faces, o estudo persegue a trajetória de ocupação territorial de Ignácio Pamplona e de Paes Leme; exemplos emblemáticos das possíveis intervenções da Coroa em "questão de terras".

Palavras-chave: sesmeiro, conflito, território

Conhecido como um dos delatores da Inconfidência Mineira, Ignácio Correia Pamplona foi senhor e possuídos de extensos territórios. Um dos inconfidentes, Cláudio Manoel da Costa era juiz das demarcações de sesmarias do termo da Vila Rica, mas foi o delator que conseguiu assegurar uma enorme área de terras.

Ignácio Correia Pamplona, português de nascimento, nasceu em 1731 na ilha Terceira e era filho de Manoel Correia de Melo e de Francisca Xavier de Pamplona. Casou-se com Eugenia Luiza da Silva, que era mulata e filha de uma negra forra de pai desconhecido. Com ela, Ignácio teve seis filhos: Simplícia, Rosa, Theodora, Inácia, Bernardina e Inácio Correia Pamplona Corte Real, que tornou-se padre

Segundo Márcia Amantino, nosso personagem fora comerciante no Rio de Janeiro, abastecendo as Vila Rica e São João del Rei. Sua vida foi marcada por expedições no combate aos índios e quilombolas. Já em 1764, em razão do convite feito pelo então governador Luiz Diogo Lobo da Silva deu início a uma das dezenas de expedições para o povoamento de Minas Gerais.(AMANTICIO: 2001). Em 1765, em companhia de vários outros, adentrou pelas nascentes do Rio São Francisco. Por conta desta diligência, o governador concedeu várias sesmarias aos que participaram da expedição (IDEM, p192). "Em

todas elas a causa principal para que os requerentes pedissem terras era a que tinham participado de alguma forma na conquista do sertão devoluto do Rio São Francisco, Serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio"(IBIDEM) Ignácio Correia Pamplona é ainda conhecido por sua decisiva participação na expedição de 1769 por ele relatada com riquezas de detalhes."(SOUZA,1996)

Márcia Amantino também afirma que durante toda a sua vida, Ignácio Correia Pamplona conseguiu várias sesmarias ," quase todas com a extensão de três léguas em quadra. Ele também possuía a Fazenda dos Perdizes, a do Mendanha, a do Capote, e uma outra na Lagoa Dourada, freguesia dos Padros, Comarca do Rio das Mortes(AMANTINO,2001,193)." Em razão da conquista do Bamui, Campo Grande conseguiu ainda oito sesmarias, uma dele e as outras em nome de seus filhos. Em seu testamento, de 1821, afirmou "que para conseguir medir e demarcar todas estas terras precisou fazer muitas despesas 'com pólvora, chumbo, armas de fogo, mantimentos, tropas de bestas e muitos homens"(IDEM)

Quando anos mais tarde procurou legalizar suas possessões em resposta ao Alvará de 1795, ele reiterou o fato de que elas eram oriundas da conquista outrora realizadas. Além disso, em respeito às normas régias em relação à extensão máxima a ser solicitada, Ignácio não ousou solicitar mais do que estava inscrito em lei, solicitando três léguas de terras "em atenção as distas despesas" e recebeu a confirmação em 5 de junho de 1800.

Sem ferir as normas, Ignácio Pamplona, no entanto, operava com os dispositivos legais para, ao mesmo tempo manter o seu poder sobre aquelas áreas e submeter-se aos ditames da Coroa. Assim, através de suas filhas ele solicitava outras "três léguas" na mesma região. Theodora Correia Pamplona pediu três léguas de terras "para a conquista e povoação do sertão devoluto que fica para dentro do segundo braço do rio de São Francisco, termo da Vila de São José"[1]. Sua outra filha legítima Rosa Correia Pamplona demandou também na mesma região, três léguas de terras "para a conquista e povoação do sertão devoluto que fica para dentro do segundo braço do rio de São Francisco, termo da Vila de São José."[2].Uma outra filha de Ignácio, Simplicia Correia Pamplona pediu também três léguas de terra "para a conquista e povoação do sertão devoluto que fica para dentro do segundo braço do rio de São Francisco, serra de Marcella e quilombo do Ambrosio"[3]. E ainda, outra filha, Ignacia Correia Pamplona também solicitou na mesma área, três léguas de terra "para a conquista e povoação

[1] AUU. Carta de Confirmação de Sesmarias. Theodoria Correia Pamplona Códice 166, folhas 56v a 57v

[2] - AHU .Carta de Confirmação de Sesmarias. Rosa Correia Pamplona. Códice 166, folhas 58 v a 59 v.

[3] AHU. Carta de Confirmação de Sesmarias. Simplicia Correia Pamplona.Códice 166, folhas 66 v a 67 v.

do sertão devoluto que fica para dentro do segundo braço do rio de São Francisco, serra de Marcella e quilombo do Ambrosio"[4]. Todas as sesmarias das filhas de Ignácio foram confirmadas no mesmo mês e ano e era claro que havia interesse para assegurar aquela ocupação, a despeito da enorme extensão territorial incorporada pela família. Bernardina Correia Pamplona, também filha de Ignácio foi a única que não solicitou as três léguas, e sim " ½ de léguas de terra em quadra no sítio chamado Osaes dos corvos, "da parte de cá do Rio de São Francisco"[5], mas ela também recebeu a Chancela Real. Havia ainda outro pedido, de João José Correia Pamplona, provavelmente parente de Ignácio que solicitou " ½ légua de terra em quadra na vila de São Jose, Comarca do Rio das Mortes"[6].

Mas não era assim tão fácil operar com os dispositivos régios. Como afirmei, tanto Ignácio como suas filhas receberam a Chancela de suas sesmarias, mas o estranhamento em relação à forma como as terras eram solicitadas provocou uma mudança nos planos de Ignácio. Ele teve sua sesmaria chancelada em 16 de dezembro de 1801. Rosa teve sua terra confirmada, tal como pedira, em 30 de janeiro de 1802. Theodoria não teve a mesma sorte, pois o documento vindo a seguir ao de Rosa fez ver que se tratava de uma mesma área. A chancelaria informa então que "Esta sesmaria é contudo o mesmo que a requerida logo acima desta, sem mais diferença que os nomes dos sesmeiros, e assim deve aqui incorporar todas até onde diz Jerônimo Jose Correia e Moura". Simplicia passou pelo mesmo problema, pois há a alegação de que "esta carta é de o mesmo que a requerida acima desta. Só difere nos nomes dos sesmeiros (...)com estas diferenças se deve aqui incorporar, usando do incorporamento que ela se refere"[7]

No entanto, a despeito das dúvidas provocadas quando da apresentação dos documentos para a Chancelaria não nos parece que isso tenha impedido a incorporação das terras pela família de Ignácio, pois o Conselho Ultramarino tinha referendado à ocupação daquelas áreas, sem nenhum adendo diferente das outras concessões. A chancelaria apenas acatava uma decisão que cabia ao Conselho e como não se havia exigido nenhuma demarcação precisa dos territórios almejados, a doação régia garantira a incorporação de várias léguas para a família de Ignácio.

---

[4] - AHU. Carta de Confirmação de Sesmarias. Ignacia Correia Pamplona, Códice 166, folhas 72 a 73.
[5] - AHU. Carta de Confirmação de Sesmarias. Bernardina Correia Pamplona. Códice 166, folhas 68 a 69.
[6] - AHU. Carta de Confirmação de Sesmarias. João Jose Correia Pamplona Códice 166, folhas 73 a 74 v.
[7] ANTT. Chancelaria D. Maria . Livro 65 pp. 267 a 269

Como representante de ambos interesses, o seu e o da Coroa, Ignácio Correia Pamplona já como coronel de milícias do regimento do Sertão do Piauí, ainda requereu em 1801 "a propriedade do oficio de escrivão dos Órfaos ao seu filho, o padre Ignácio na cidade de Mariana "com sobrevivências para as suas filhas e o Hábito da Ordem de Cristo com tensa para si e para seu filho"[8] Ainda neste mesmo ano, ao afirmar-se como "regente e guarda mor das terras e minerais , Ignácio solicitava a João VI o hábito de Nosso Senhor de Jesus Cristo para "seu filho e também a propriedade de oficio de escrivão de órfãos para as suas filhas"[9]

Em novembro de 1805, o então Coronel Ignácio Correia Pamplona pedia mercê por seus distintos serviços. Em dezenas de páginas encaminhadas para o Conselho Ultramarino, Pamplona relatava suas expedições, seus esforços para a destruição dos Quilombos e seu percurso como conquistador. Ele expressava assim o emblema do súdito do rei, na expectativa de ver reconhecido sua trajetória e submissão[10]

Diversa foi a trajetória de um dos herdeiros de Garcia Rodrigues Paes. Este último fora o responsável pela abertura do caminho Novo para Minas, pelos fundos da serra dos Órgãos. No entanto, a concessão outrora feita não teria consagrado o poder inconteste de Garcia Rodrigues. Em documento não datado, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro há uma extensão explanação de motivos para limitar a extensão daquelas terras

Nos documentos, os moradores informavam sobre a antiguidade da ocupação de alguns sesmeiros e alegavam que havia os que cultivavam aqueles terras há mais de vinte anos, sem "contradição alguma, sendo o que bastava para "adquirirem o perfeito domínio" Alegavam ainda que não parecia justo que depois de terem feito consideráveis despesas para cultivar as terras e beneficiar os caminhos outros se assenhoreassem daquelas terras e alertavam:

Em 09 de dezembro de 1796 Garcia Paes Leme - herdeiro de Garcia Rodrigues - dirigiu ao Conde de Resende, então presidente do Conselho Ultramarino, um pedido em que solicitava mercê em remuneração aos seus serviços. O conselho deu vista ao requerimento e solicitou que o pedido fosse apreciado pelo Fiscal das Mercês. Os papéis foram então remetidos ao Desembargador Francisco Feliciano Velho Costa Mesquita Castelo Branco. Seu parecer foi de que suplicante não apresentou "folhas corridas, requeridas pelo Regimento,

[8] AHU. Projeto Resgate. Minas Gerais. Ignácio Correia Pamplona. Caixa 160 doc. 3. CD047.145, 0405

[9] AHU. Projeto Resgate. Minas Gerais. Ignácio Correia Pamplona Caixa 160, doc 4. CD 047, 145, 0409.

[10] AHU. Projeto Resgate. Minas Gerais. Ignácio Correia Pamplona Caixa 177, doc47. CD CD052, 163,009

enquanto aos Serviços não vinham processados nem legalizados nas Conformidades das Ordens de Vossa Majestade”[11].

Em despacho de fevereiro do ano seguinte, foi solicitado ao suplicante que atendesse às exigências para o recebimento da mercê. Os documentos foram então apresentados via Conselho Ultramarino, onde mostrava que Garcia Rodrigues Paes Leme era Fidalgo da Casa de Vossa Majestade, natural de Rio de Janeiro e serviu no Posto de Capitão de Cavalos da legião dos Voluntários Reais, na Capitania de São Paulo.

Ademais, o suplicante alegava ter sido convocado pelo Vice Rei Márquez de Lavradio, por ocasião da guerra do Sul, em 1795 e que ele “levantasse as suas custas” uma companhia na região e que, em fevereiro do ano seguinte, ele obtivera ordem para marchar com a sua companhia, quarenta recrutas para o continente do Rio Grande”[12].

Garcia Paes Leme também alegava que cumprira ordens de Francisco da Cunha Menezes – que fora governador da Capitania de São Paulo –, e que “em todo o tempo do seu governo, o suplicante executara com toda a prontidão as suas ordens (...)”.[13] O suplicante pedia então que lhe fosse concedida por sesmaria o terreno onde estava já estabelecido e que mandasse o “Ministro da Relação do Rio de Janeiro e o Piloto de Corda que, à custa do suplicante, achando certo que ali não há mais estabelecimento que o do suplicante e que todo o mais terreno é ermo e inculto, lhe demarque e dê posse de três léguas em quadra”[14] “.

Ao que parece, o Conselho havia se posicionado a favor do solicitante, pois no documento do Ministério do Reino há a indicação de que o conselho reconhecia que eram dignos de remuneração os serviços prestados por Garcia Paes Leme. Além disso, a remuneração solicitada resultaria em “Benefício Público da Cultura daquelas terras que o suplicante diz se acham devolutas, ermas e incultas”[15].

O Conselho informava ainda que o suplicante ia agregar essa sesmaria à uma área que ele já possuía por partilha de patrimônio, ocorrida por falecimento de seu avô, pai e tio. Em 06 de abril de 1797, a decisão é favorável a Garcia Rodrigues de Paes Leme. Em 25 de agosto do mesmo ano, a carta de sesmaria é confirmada e se repete os serviços prestados por Garcia, merecedor da mercê solicitada. No entanto, 26 de novembro de 1799, o vice-rei, Conde de Resende, informa ao Conselho Ultramarino que Garcia Rodrigues Paes Leme não

[11] - ANTT. Ministério do Reino. Consulta do Conselho Ultramarino. Maço 322.
[12] Idem
[13] Ibidem.
[14] -Ibidem.
[15] -Ibidem.

tinha direito a sesmaria por ele obtida junto à fazenda de Santa Cruz. Ainda segundo a consulta, nosso personagem deveria devolver a carta que lhe fora concedida[16]

Em maio daquele ano, o chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Luis Beltrão da Gouveia Almeida havia encaminhado um oficio para o secretário do estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo, onde expressava sua apreensão acerca das dificuldades em administrar a fazenda Real, relatando o aumento do preço das terras, das venda marcadas por irregularidades e corrupção e encaminhando dados sobre a Fazenda Santa Cruz[17]

Naquele ano, além dos inúmeros pedidos de sesmarias, as denúncias de conflitos chegaram ao Conselho num curto espaço de tempo. Já em março o capitão Bernardo José Dantes solicitava que o provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro ou "qualquer ministro da Relação da mesma cidade "procedesse ao levantamento dos marcos de seu engenho Joary, na freguesa de Campos de Goitacases[18]

Em setembro do mesmo ano, no distrito de Campos dos Goitacases, o capitão Manoel Antonio Ribeiro de Castro queixava-se da ausência de foro próprio, e relatava as "dificuldades em torno da espoliação das terras de sua mulher"[19]:.

Ainda no mês de setembro o tenente do primeiro regimento de Milícias do Rio de Janeiro, Antonio Nunes Aguiar, encaminhava um requerimento ao príncipe regente "solicitando providências quanto à demarcação de sua sesmaria no distrito de Macaé, que tinha sido invadida por seu vizinho, Manoel José da Costa Muniz Gil e seus escravos que, nela destruíram casas e plantações; tendo este sido preso, foi solto, em razão da sua amizade com o desembargador da Relação, tendo voltado ao mesmo delito. O tenente informava ainda que seu desafeto havia usurpado parte de suas terras[20].

Em novembro foi à vez de Domingos de Freitas Rangel, morador da cidade do Rio de Janeiro. Ele solicitava que fosse passada provisão para que o ouvidor da comarca medisse e demarcasse as suas terras, na freguesia de São João de Itaboraí[21]

---

[16] AHU. Rio de Janeiro, cx.179, doc. 47. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João sobre o requerimento de Garcia Rodrigues Pais Leme

[17] AHU. Rio de Janeiro, cx. 177, doc. 5. OFÍCIO do chanceler da Relação do Rio de Janeiro, Luís Beltrão de Gouveia de Almeida,

[18] AHU Rio de Janeiro, REQUERIMENTO do capitão Bernardo José Dantas cx.173, doc. 37, cx. 180, doc. 36.

[19] AHU – Rio de Janeiro, 1799. OFÍCIO do capitão Manoel Antônio Ribeiro Castro cx.176, doc.32.

[20] AHU – Rio de Janeiro, 1799. Requerimento de Antonio Nunes de Aguiar, cx.176, doc.34.

[21] AHU – Rio de Janeiro, 1799. AHU – REQUERIMENTO de Domingos de Freitas Rangel, cx.180, doc. 7.

Ainda em dezembro daquele ano um ofício da Câmara da Vila dos Campos dos Goitacases era dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, comunicando as queixas dos moradores dos subúrbios e distritos daquela vila, contra os abusos cometidos pelos administradores das terras do visconde de Asseca[22],

Tais denúncias ou pedidos alertava ao Conselho dos resultados mais nefastos da concessão de sesmarias. A sobreposição de terras, as disputas nas fronteiras, a discussão sobre a legalidade da ocupação passava a estar "na ordem do dia"

Compreende-se assim porque em fins daquele ano o pedido de sesmaria feito por Garcia Rodrigues Paes Leme foi colocado em suspeição! Num documento oriundo do fundo do Registro de Consulta Mista há a informação de que caberia ao Vice-Rei comparar o documento apresentado por Garcia Paes Lemes

O conselho respondia a uma consulta do Vice- Rei e Capitão Geral de Terra e Mar do Estado do Brasil ,- Jose Luiz de Castro, 2º Conde de Resende, onde aquele afirmava que "Isto não só para que este conselho possa estar ciente da sua Real Resolução sobre este objeto, mas para que fique prevenido, afim de não atender semelhantes requerimentos"[23]. Segundo o documento, Garcia Rodrigues Paes Leme havia solicitado três léguas de terras em remuneração de serviços. Em aviso de nove de dezembro de 1796, expedido pela Secretaria de Negócio da Marinha e Domínios Ultramarinos de que "sob a cópia da soberana presença de V.A.R contemplada em outro anterior aviso de 12 de abril de 1796 e finalmente baixou resoluta com a portaria número 3, que expediu ao Conselho o secretário de Estado que foi da repartição do Reino Jose de Seabra da Silva",

Ainda segundo o documento, a consulta que o conselho redigiu ao trono afirmava que era comum darem-se terras vagas a "indivíduos que não tem qualidade alguma de serviços", não sendo o caso do pleiteante Garcia Rodrigues. Assim sendo, na certeza de que a mercê pedida não prejudicava quaisquer terceiros dos seus direitos, muito menos o da Real Fazenda "que nenhum lucro podia esta receber de umas terras incultas e abandonadas naqueles sertões" viram ser úteis ao suplicante, conveniente ao Público e interessante à Real Fazenda"[24] a mencionada concessão.

No entanto, a questão que se colocava a partir do requerimento enviado pelo Vice Rei era o fato de que não se podia assegurar que as terras recebidas por Garcia Paes Leme eram as mesmas das que já "estavam na possessão de outros terceiros tais quais são a fazenda

[22] AHU – Rio de Janeiro, 1799. AHU OFÍCIO da câmara da Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes.
[23] Idem
[24] Ibidem

Real e qualquer outro que estão desfrutando com titulo ou sem ele (...)". Por esta razão, o Conselho emitia o parecer, segundo o qual o Vice- Rei deveria remeter a Secretaria a "a Carta de Sesmaria que obteve o sobredito Garcia Paes. E que o mesmo Vice- Rei remeta sua cópia do Requerimento que se processou neste conselho promovam e motivam aquela Mercê acompanhando-a outra igual cópia da Portaria quem manda lavrar a dita carta, para que combinando um e outros papéis se possa ver no conhecimento se são as mesma terras , de que ele Vice Rei tratou no dito seu Oficio, Autorizando a V.A.R para que ele sendo as mesmas no todo ou em parte faça logo caçar e averbar todos os registros que ali se houverem feito da dita Carta" [25]

O caso emblemático de Garcia Paes Leme anuncia e denuncia as possíveis intervenções da Coroa em questão de terras. Em fins do século XVIII, resultado de um intenso processo de ocupação de terras, a concessão tornar-se-ia uma concessão marcadamente territorial, antes de política. Não à toa, como vimos, entre os anos de 1795 a 1806 foram solicitadas 128 provisões relativas à demarcação de terras. Ainda que poucas, no conjunto de terras já incorporadas (lembremos aqui que só no período de 1795 a 1823 foram concedidas 1024 sesmarias), elas revelam o esforço de alguns em solucionar ou evitar conflitos. Em quase todas elas, o pedido de demarcação vinha acompanhado por informações relativas às questões pendentes entre os confrontantes. Eram terras – na maior parte oriundas de sesmarias -, cujos donos buscavam solicitar uma provisão que lhe assegurasse os meios legais para a delimitação e demarcação de suas terras.

Em suas disputas por ser reconhecido como o legal ocupante daquelas terras, Garcia Paes Leme ajudava a trazer à luz a face mais interessante da concessão de sesmarias em fins do século XVIII. Elas poderiam ser dadas aos "indivíduos que não tem qualidade alguma de serviços", revelando, portanto, o reconhecimento de uma dinâmica de ocupação marcadamente intensa e a propagação desta concessão. Neste sentido, a flagrante e óbvia diferença entre os cultivadores - alguns senhores e possuidores de três léguas, enquanto outros donos de algumas braças - não inibia o fato incontestável de que os sesmeiros ou potenciais sesmeiros desejavam um título legítimo, um porto seguro, num mar de conflitos e disputas pelo acesso a terra. Os pequenos lavradores percebiam haver cumprido as determinações elementares para a concessão de sesmarias. Eles eram cultivadores de pequenas parcelas de terras e podia assim fazer jus ao título desejado. Os que tinham assenhorado enormes extensão de terras também se sentiam em crédito com a Coroa. Não somente eles haviam cultivado ao

[25] Ibidem

menos parte daquelas terras, como serviram a Coroa e, portanto, estavam ansiosos por receber tal mercê.

Ainda que os dados acima possam estar subestimados, é mais do que razoável supor que os serviços militares não eram uma "via decisiva para o recebimento desta mercê", no caso as sesmarias(Monteiro, 2005). É coerente afirmar ainda que nos territórios coloniais "intitular-se senhor de uma terra era uma distinção que conferia uma graduação nobiliárquica, evocativa de outros tempos, e mantinha a sua eficácia simbólica e social"(IDEM), mas tal título estava intimamente ligado a um exercício prático, ou seja, em poder se auto-intitular senhor e possuidor de terras, tendo como base uma mercê que lhe conferia um título legítimo. Além disso, em fins do século XVIII o Império adquiria uma territorialidade marcante e tal processo implicava o reconhecimento das inúmeras gradações de cultivadores, de perspectivas distintas na ação de ocupar. A partir da Chancela Real, é possível que muitos passassem a almejar outras mercês, sentindo-se concretamente um privilegiado em relação a uma maioria que apenas se amparava no auto-reconhecimento de ser um legítimo ocupante, mas que não podia usufruir de um título de domínio em eventuais querelas com seus confrontantes. Havia ainda os que a despeito da ausência de um documento suficientemente legitimo para referendar sua ocupação passasse a ver como não menos legítimo o emprego da violência na consagração de sua posse em detrimento de outrem. Em suma; o que desejo afirmar é que intitular-se senhor de uma terra, chancelada pela Coroa como mercê, era uma distinção que mantinha não apenas sua eficácia simbólica, mas – enquanto distinção – produzia a diferença concreta entre aquele que tem o título e aquele que não o tinha.

Referências bibliografias

AMANTINO, Márcia "O Mundo das Feras. Os moradores do Sertão do Oeste de Minas Gerais. Tese de Doutorado .Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo "O 'Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social"in: Almanack Braziliense, número 02. Novembro de 2005, pp. 4/12.

SOUZA, Laura de Mello e "Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas. Minas Gerais, 1769"in: Reis, João José & Gomes, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ética e estética da imagem: o cinema documentário no Brasil dos anos 60

Meize Regina de Lucena Lucas[1]

Resumo: O cinema documentário brasileiro surgido nos anos 60 é freqüentemente associado ao cinema-verdade francês e ao movimento cinemanovista. A partir do estudo de filmes nacionais e franceses, de artigos de jornais e revistas da época e de livros publicados na década de 60, levanta-se a hipótese de que o cinema documentário brasileiro teve uma fundamentação estética distinta da vinculada pelo cinema francês. Quanto ao Cinema Novo, ambos dividiram propostas estéticas e políticas comuns. Parte-se da premissa de que o cinema nacional desse período (ou parte dele) pautava-se pela adoção de "uma atitude documentária", segundo expressão de José Carlos Avellar, em que se buscava pela adoção de determinados temas e do tratamento dado aos mesmos, aproximar-se de realidades nacionais ausentes do cinematografia brasileira ou que existiam sob formas estereotipadas. Dessa forma, o documentário brasileiro não constituiu uma mera transposição ou adaptação do modelo francês pois integrava um movimento amplo de setores da área cinematográfica nacional (diretores, produtores, atores, crítica) que propunha uma nova forma de inserção do cinema na cultura nacional.
Palavras-Chave: cinema-verdade, documentário, estética

Resumé: Le cinéma documentaire brésilien des années 1960 est fréquemment associé au cinéma-vérité français et au mouvement du Cinéma Novo. L´analyse de films brésiliens et français, d´articles de journaux, de magazines et de livres de l´époque, permet de formuler l ´hypothèse selon laquelle le cinéma documentaire brésilien s´est basé sur une esthétique distincte de celle véhiculée par le cinéma français. Par rapport au Cinema Novo, en revanche, ils partagèrent des projets esthétiques et politiques communs. Le point de départ de notre hypothèse réside dans le fait que le cinéma national de cette période (ou une partie de celui-ci) se caractérisait par l´ utilisation d´une « attitude documentaire », selon l´expression de José Carlos Avellar, dans laquelle on cherchait, à travers l´adoption de certains thèmes et de la manière dont ils étaient traités, à se rapprocher de réalités nationales absentes de la cinématographie brésilienne ou qui existaient sous des formes stéréotypées. Ainsi, le documentaire brésilien ne s´est pas constitué seulement comme une transposition ou adaptation du modèle français dans la mesure ou il intégrait un ample mouvement de secteurs de cette aire cinématographique nationale (directeurs, producteurs, acteurs, critique) qui proposait une nouvelle forme d´insertion du cinéma dans la culture nationale.
Mots-clés: cinéma-vérité, documentaire, esthétique

O "direto" brasileiro é antes de tudo falar do Brasil

e de sua provável transformação.

(Sérgio Muniz, *Cinema direto – anotações*, 1967)

[1] Departamento de História da UFC. Doutora em História Social pela UFRJ.

No final dos anos 50, o surgimento dos equipamentos em 16 mm e o som sincrônico (gravador portátil) serviram de base técnica para a renovação das expressões documentárias na França, Canadá e Estados Unidos, chamadas de cinema direto (ou cinema-verdade). O grande atrativo do 16mm eram as possibilidades geradas pelo baixo custo de produção e pela leveza e menor volume do equipamento, permitindo maior mobilidade nas filmagens.

A evolução dos meios técnicos marcava um momento fundamental na produção de documentários. Esse novo equipamento constituiu-se como suporte de uma geração de realizadores em busca de novas formas de expressão fílmica e de uma relação entre documentarista e sujeito filmado construída em novas bases.

> *Ya no hacía falta reservar el discurso para la posproducción en un estudio, completamente alejado de las vidas de aquellos cuyas imágenes embellecían la película. El realizador ya no tenía por qué limitarse a ser un ojo de registro cinematográfico. Podía aproximarse más plenamente al sistema sensorial humano: mirando, oyendo e hablando a medida que percebía los acontecimientos y permitiendo que se ofreciera una respuesta. La voz del realizador podía oírse tanto como la de cualquier otro, no* a posteriori*, en un comentario organizado en* voice-over*, sino en el lugar de los hechos, en un encuentro cara a cara con otros. Las posibilidades de actuar como mentor, participante, acusador o provocador en relación con los actores sociales reclutados para la película son mucho mayores de lo que podría indicar el modo de observación*[2].

No Brasil, no entanto, apesar das dificuldades e da falta de recursos financeiros, o 16mm não foi prontamente adotado. Somente em 1964 serão realizados os primeiros filmes com esses equipamento, três dos quatro filmes produzidos por Thomaz Farkas: *Nossa Escola de Samba*, de Manuel Horácio Gimenez, *Subterrâneos do Futebol*, de Maurice Capovilla, e *Viramundo*, de Geraldo Sarno[3]. Também foram os primeiros a utilizar o som sincrônico.

A historiografia e a crítica especializadas viram nesses filmes uma expressão do cinema-direto. Desde *Garrincha, alegria do povo* (1962), de Joaquim Pedro de Andrade, buscou-se filiar a produção documentária nacional ao cinema direto. Se por um lado reconhecia-se, a partir dessa obra, que havia uma procura pelo despojamento, liberdade e

---

[2] NICHOLS, BILL. *La representación de la realidad – cuestiones y conceptos sobre el documental*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 79. Já não precisava reservar o discurso para a pós-produção num estúdio, completamente distanciado das vidas daqueles cujas imagens embelezavam o filme. O realizador já não tinha por que se limitar a ser um olho de registro cinematográfico. Podia se aproximar mais plenamente do sistema sensorial humano: olhando, escutando e falando na medida em que percebia os acontecimentos e permitindo que se oferecesse uma resposta. A voz do realizador podia ser escutada tanto como a de qualquer outro, não *a posteriori*, num comentário organizado *no off*, mas no lugar dos acontecimentos, num encontro cara a cara com os outros. As possibilidades de atuar como mentor, participante, acusador ou provocador em relação aos atores sociais escolhidos para o filme são muito maiores do que poderia indicar o modo de observação.

[3] O quarto filme foi *Memória do cangaço*, de Paulo Gil Soares, cuja realização teve início antes do projeto de Thomaz Farkas de produção simultânea de documentários.

agilidade, características dessa cinematografia, por outro ressaltava-se (muitos críticos deixaram esse aspecto de lado) a ausência dos equipamentos que formaram a base material do cinema direto. Os filmes identificados ao cinema-direto demoraram a chegar ao país e foram exibidos em sessões especiais e esporádicas, no entanto, proliferaram os escritos sobre os novos títulos produzidos. Cineastas brasileiros, caso do próprio Joaquim Pedro, tiveram oportunidade de ter contato com essa filmografia e seus realizadores. Em pouco tempo, as propostas e princípios do cinema-direto tornaram-se conhecidos no Brasil.

Mas se olharmos para a produção documentário brasileira e para a cultura cinematográfica da época, identifica-se a valorização de documentários nacionais anteriores, como *Aruanda* (1960), de Linduarte Noronha, e *Arraial do Cabo* (1959), de Mário Carneiro e Paulo Cezar Saraceni, considerados marcos da renovação do cinema nacional e elementos de ruptura com o que se fazia até então. Para Glauber Rocha, o filme de Linduarte Noronha encontrava-se nas origens do Cinema Novo. E, por fim, os próprios realizadores tratavam de teorizar sobre suas realizações buscando definir o lugar da produção nacional no panorama mundial. Esses eram os três principais referenciais cinematográficos – o cinema-direto, os primeiros filmes documentários feitos no país e o lugar da produção brasileira no cenário global – pelos quais se balizavam a produção e a avaliação das fitas. Podemos acrescentar ainda um quarto elemento: a contraposição à produção não ficcional que abarrotava as salas de cinema com fitas patrocinadas, cinejornais e filmes de propaganda

Mario Ruspoli, um dos principais documentaristas franceses e representante do cinema-direto, estabeleceu os seguintes critérios para distinguir o cinema-direto (ou cinema-verdade) do restante da produção documentária:

> *1. La prise de vue et de son synchrone directement sur le terrain, au moyen d´appareils légers, silencieux et portatifs, aussi peu voyants que possible, qui puisent permettre au cinéaste de filmer immédiatement n´importe où et dans n´importe quelles conditions. Les appareils sont utilisés par des équipes de techniciens réduites au minimum (2 ou 3 au plus); 2. Une nouvelle manière de travailler. Réalisateurs et techniciens doivent savoir travailler 'comme um seul homme', et presque 'penser la même chose em même temps'. Ils se trouvent dans la position d´oublier, voire de rejeter la plupart des principes du cinéma classique, de faire table rase de beaucoup de conventions, pour se consacrer à ces nouveaux moyens d´expression et de découverte; 3. Une attitude d´observation et de recherche de la part des cinéastes qui consiste à puiser directement leur substance dans les éléments même de la vie, de la societé, de l´homme, de la tribu, sans les transformer, tels qu´ils se présentent devant nos yeux ou notre caméra. Ce dernier critère est d´une particulière*

> *importance et permet de distinguer des cinéastes-vérités de quelques-uns de leurs précurseurs*[4].

Pelo que se pode compreender, segundo os parâmetros estabelecidos por Ruspoli, as diferenças entre os documentários brasileiro e francês não se resumiam ao equipamento, para o qual era necessário uma nova educação técnica. Seguir o desenrolar dos acontecimentos e o fluir da palavra humana exigia uma nova postura do diretor e de sua reduzida equipe, espécie de co-realizador do filme, pois todos deveriam realizar e pensar conjuntamente. O filme seria o resultado de uma espécie de pensamento coletivo, resultante da confiança mútua e da organicidade do grupo[5]. Essa nova atitude seria determinada pelos novos equipamentos que permitiram a conquista de um novo espaço cinematográfico e pela relação dos realizadores com a câmera. Seria necessário esquecer a câmera e adotar como atitude observar o que se passa diante dela. Contrariamente ao cinema clássico, não poderia haver mudanças de ângulo, pois o filme deveria seguir a ação que acontece e se desenrola pelo ato da filmagem.

O documentário brasileiro assume outras posturas, ao mesmo tempo que define os limites de sua filiação ao cinema-direto internacional.

> *Idealmente o cineasta que faz cinema direto "vê" e "escuta" tudo. Ainda que isso seja um conceito um tanto geral, é realmente um ponto de partida que possibilita constatar que o cinema direto verifica como, na realidade, as pessoas agem, pensam e falam. Mas diferenciando-se dos cineastas que utilizam a técnica do "direto" (freqüentemente chamado, ainda que erroneamente, de cinema verdade) nos Estados Unidos, no Canadá e na França, o cineasta brasileiro ao fazer cinema direto não se satisfaz nem concorda em só documentar tal ou qual realidade, dele ser simples espectador ou esperar que dita realidade se explique sozinha. Para o cineasta brasileiro que utiliza a técnica do direto, há que existir uma visão crítica dos conflitos e contradições que estão na realidade que seu filme apresenta. Seja qual for o nível em que a realidade for surpreendida, documentada pelo cineasta brasileiro que faz cinema direto, ela será desintegrada, examinada e posteriormente reintegrada pelo autor do filme ou pelo seu público.* [...]
>
> *O que gera tal repercussão do "direto" brasileiro é exatamente a visão crítica dos problemas do nosso país, a franqueza com que as estruturas arcaicas e/ou atuais são examinadas.* [...]

---

[4] *Lé cinéma et la verité*. Artsept, Paris, n. 2 avr./jui. 1963, p. 6. 1. A tomada e o som sincrônico diretamente no local, por meio de aparelhos leves, silenciosos e portáteis são utilizados por equipes de técnicos reduzidos ao mínimo (2 ou 3 no máximo); 2. Uma nova maneira de trabalhar. Realizadores e técnicos devem saber trabalhar 'como um só homem' e quase 'pensar a mesma coisa ao mesmo tempo'. Eles se acham na posição de esquecer, até de rejeitar a maior parte dos princípios do cinema clássico, de fazer tábula rasa de muitas convenções, para se consagrar aos novos meios de expressão e de descoberta; 3. Uma atitude de observação e de pesquisa da parte dos cineastas que consiste a extrair diretamente sua substância nos elementos da vida, da sociedade, do homem, da tribo, sem os transformar, tal como se apresentam diante de nossos olhos ou da nossa câmera. Esse último critério é de particular importância e permite distinguir os cineastas-verdade de qualquer um dos precursores.

[5] MÉTHODE I. Mario Ruspoli. França, 1962. VHS.

> *No caso brasileiro, o "direto" assume a forma de pesquisa filmada, sem nunca perder, porém, sua especificidade de cinema, pois não estamos fazendo sociologia ou antropologia, mas cinema. Ainda assim, o "direto" é um elemento de constatação, de colocação de problemas, de tomada de consciência desses mesmos problemas que se colocam e são colocados numa sociedade subdesenvolvida como a nossa. É o método que se apresenta, no campo do cinema, de conhecermos (ao mesmo tempo com a perspectiva de transformar) nossa realidade. O "direto" brasileiro é antes de tudo falar do Brasil e de sua provável transformação*[6].

As diferenças do documentário brasileiro em relação ao cinema direto ou cinema-verdade feito na Europa e nos Estados Unidos não se resumiam, portanto, a uma questão de equipamento. Aliás, por esse parâmetro (e pelo trabalho com equipes pequenas), a produção Farkas se aproxima desse cinema. O texto de Sérgio Muniz aponta para outros usos desse equipamento e das técnicas do direto. Condizente com a proposta que agregou a geração cinemanovista, era impossível transplantar modelos estrangeiros para o país.

Não tratava-se de, ao acaso, flagrar o cotidiano mas sim de dar visibilidade a um cotidiano desconhecido ou deformado (na visão dos cineastas e parte de seus contemporâneos) pelas lentes de filmes que detinham-se na superfície da realidade. Nada mais distante do falado *Chronique d'un été*, de Jean Rouch e Edgar Morin, no qual a câmera agia como um catalisador, um elemento provocador. O filme é em certa medida uma crônica de sua própria filmagem e das situações que ela provoca. No caso do cinema americano, recusava-se o comentário, a entrevista e mesmo a música. A câmera observa, mas mantém sua distância de situações e sujeitos para buscar revelar uma realidade que existe para além de sua presença.

Os textos e os filmes dos realizadores brasileiros apontam para um caminho distinto das propostas francesa e americana. O filme assume-se como uma construção. O diretor ou equipe são vistos nas imagens. Pela montagem, pela narração ou pela música é reforçada a idéia de que o filme é um ponto de vista. E, principalmente, não interessa ao realizador fazer de seu documentário o flagrante de um momento da realidade provocado pelo próprio ato da filmagem nem o registro da realidade. A câmera leve e o som sincrônico servem para documentar, e na medida em que registram, tornam esse real o elemento a partir do qual se estrutura o discurso do filme. Todos conhecem Pelé, ouviram suas entrevistas, viram seus dribles, as contusões que sofreu. Mas esses mesmos fragmentos do real, em *Subterrâneos do futebol*, organizados dentro de um discurso, ganham novo sentido ao permitirem nova leitura de sons e imagens familiares. Em *Viramundo*, o operário da construção civil, figura conhecida nos grandes centros, aparece deslocado em relação ao que

[6] MUNIZ, Sérgio. Cinema direto – anotações. *Mirante das Artes*, São Paulo, n.1, jan./fev. 1967, p. 19.

dele se sabe. Pela primeira vez ele tem voz. Ele fala de si e de sua situação de trabalho. Sua imagem e seu depoimento falam de um problema próprio, ao mesmo tempo em que integram a problemática do deslocamento de migrantes para São Paulo.

O cinema-direto chegou ao Brasil pela publicação de artigos, cartas trocadas entre amigos (caso de Joaquim Pedro, que mantinha intensa correspondência com seus colegas nos períodos em que estudou na Europa e Estados Unidos) e algumas exibições. Esse cinema teve grande repercussão e forneceu referências para a avaliação e realização de fitas documentárias. Mas a maior parte das informações proveio mais da leitura de ensaios, comentários e entrevistas do que dos filmes, raramente exibidos[7]. Seria difícil copiar algum modelo estrangeiro, já que era raro o contato com a filmografia documentária, fosse nacional ou estrangeira. Um texto de Edgardo Pallero, produtor executivo dos filmes de Thomaz Farkas, publicado à época de realização dos filmes é taxativo em estabelecer uma diferença entre o cinema-verdade e a experiência documental produzida por Farkas.

> *É importante esclarecer que não nos propusemos de início a fazer um cinema documental enquadrado nos cânones do que comumente se chama de cinema-verdade; o que se queria era fazer uma obra autêntica comprometida e útil para maior compreensão dos fenômenos culturais por ela abarcada* (COSTA, 1966, p. 275).

Houve uma apropriação da técnica do direto e a exploração das entrevistas mas dentro de uma proposta própria. Geraldo Sarno, Maurice Capovilla e Sérgio Muniz afirmam[8] que tomaram contato com a produção de documentários estrangeiros e, mais precisamente, os franceses somente após 1965. Sabe-se, no entanto, que *Chronique d´un été* (FRA, 1961) fora exibido em São Paulo na cinemateca durante a Semana do Cinema Francês em 1962. Portanto, há a possibilidade de tanto Sérgio como Capovilla terem visto esse filme ou algum outro com proposta semelhante antes de realizarem seus filmes.

Mas o que nos interessa é a afirmação, já na época de realização dos filmes como agora, de uma forma de expressão própria (que também ocorria no campo da ficção) e de outras referências cinematográficas, como o realismo, as recentes produções documentárias nacionais, caso de *Arraial do Cabo*, o neo-realismo (cujo impacto se fez sentir na cultura cinematográfica brasileira desde os anos 40 e prossegue por toda a década seguinte) e a produção documentária da Escola de Santa Fé, na Argentina, que tinha na figura de Fernando Birri sua grande referência.

---

[7] BERNARDET, Jean-Claude. As rebarbas do mundo. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 249-256, set. 1965.

[8] Entrevistas concedidas à pesquisadora entre 2002 e 2003.

Essas referências do cinema-direto e do cinema-verdade somavam-se a outras que, ao longo da década de 50, embasaram as reflexões e debates sobre o estatuto do cinema, os problemas da indústria cinematográfica nacional, as condições de produção e a questão estética. Era dentro desses debates que incluía-se a discussão sobre o filme curto e o documentário. A cultura cinematográfica elaborada nesses anos criou um ambiente propício à busca de novas propostas e formulações estéticas e o contato com o maior número possível de cinematografias. Mas, ao contrário de uma cultura cinematográfica que durante anos alimentou o mero transplante de modelos estrangeiros, nesse momento buscava-se afirmar uma expressão cinematográfica própria.

Crítica e realizadores olhavam para o que acontecia fora e ao mesmo tempo mudavam seu olhar para o próprio país. O cinema brasileiro tinha uma história cuja produção era avaliada e reivindicava-se parte dela como estando na origem de um novo cinema. O cinema brasileiro não deveria partir do zero ou de cinematografias estrangeiras, pois ele já teria uma expressão própria. Humberto Mauro era então reivindicado como a grande expressão do *cinema novo*. A figura do cineasta não era apenas uma referência estética e cultural, na medida em que fazia um cinema de conteúdo, forma e expressão nacionais. Ele igualmente representava uma tradição de produção[9]. Seu cinema realizado tanto em Cataguases como no Rio de Janeiro fora feito com recursos mínimos, fora de grandes esquemas industriais. E, por fim, a luta pelo cinema nacional era igualmente uma luta política. Um jovem realizador brasileiro não teria jamais o mesmo ponto de partida de um jovem realizador italiano, francês ou americano. Portanto, não se colocava a questão como realizar um cinema documentário *à francesa* ou americano. A cinematografia nacional deveria estar afinada com essas novas propostas mas a partir de uma construção própria.

O filme de Joaquim Pedro, *Garrincha, alegria do povo*, fornece um bom exemplo nesse sentido:

> *O fato de* Garrincha *não ter adotado plenamente essas propostas não se deve apenas à falta de equipamento, mas também às próprias concepções de cinema e à postura política do cineasta naquela época. Mesmo entusiasmado com os novos documentários que surgiam, Joaquim Pedro não parece ter modificado substancialmente as idéias que já expressava nas conversas com a equipe do curta* Couro de Gato *(filmado pouco antes de sua viagem ao exterior), quando exaltava o corte como elemento básico cinematográfico. Fica difícil imaginar um Joaquim Pedro plenamente adepto da "não intervenção" defendida pelo Cinema Direto americano. Ele até reproduz o discurso, mas o filme se encarrega de injetar nuances e trazer à tona as diferenças. Some-se a isso o impulso político de*

[9] ROCHA, Glauber. Humberto Mauro e a situação histórica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 out. 1961. Suplemento Dominical, p. 6.

> *desvendar e criticar os mecanismos de alienação e exploração pelo poder atuantes no fenômeno do futebol no Brasil – impulso que não excluía 'uma certa onipotência diante da realidade', como iria reconhecer Joaquim Pedro tempos depois. O projeto de futebol não consistia em exibir* uma *visão do futebol, assumindo o ponto de vista particular do realizador, como no Cinema Verdade, mas* a *abordagem certa: desmistificadora, totalizante,definitiva* (ARAÚJO, 1997, p. 238-239).

Se as questões cinematográficas, culturais e políticas eram distintas, seria impossível meramente transpor uma estética estrangeira para a cinematografia local. Uma das críticas mais constantes, feita pelos jovens cinemanovistas ao cinema nacional, era o transplante de modelos americanos. Substituir o modelo americano dos grandes estúdios pelos modelos francês e americano do cinema-verdade seria incorrer no mesmo erro.

O documentário brasileiro buscava se diferenciar das produções do passado e se afirmar frente aos seus congêneres estrangeiros. Ao mesmo tempo, afinava-se com o movimento internacional pela afirmação de um cinema novo em que os filmes deveriam estar o mais próximo possivel da sociedade.

Faz-se necessário pensar na dinâmica buscada entre a câmera e seu objeto no momento da captação da imagem. Os homens e as paisagens não estão em cena apenas como informações. Mais do que meramente informar, eles têm como tarefa fazer de si mesmos acontecimentos sensíveis, ou melhor, funções dramáticas, elementos ritmicos, aparições, desaparições, metáforas. Na mesa de montagem, surgem outras tantas construções: projeções da realidade saídas da cabeça de seu realizador, lampejos das relações entre quem filma e é filmado, impressões na película dos personagens e seu meio (muitas vezes só percebidos quando já se tornaram imagem cinematográfica). A filmagem passa a ser entendida e vivida como um ato.

Bibliografia

ARAÚJO, Luciana Sá Leitão Corrêa de. *Joaquim Pedro de Andrade:* primeiros anos. 1999. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 1999.

AVELLAR, José Carlos. *O cinema dilacerado*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1986.

COSTA, Flávio Moreira. Introdução ao novo cinema brasileiro. In: _____ et al. *Cinema moderno cinema novo*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1966.

NICHOLS, BILL. *La representación de la realidad – cuestiones y conceptos sobre el documental*. Barcelona: Paidós, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relações Históricas: Medicina e Saúde Pública no Brasil (1930-1945)

Keila Auxiliadora Carvalho*

Resumo: Este artigo trata de questões referentes a constituição do movimento sanitarista que colocou a saúde pública na pauta do Poder Público. Nesse sentido, a criação do Ministério da Saúde e Educação em 1930 é analisada, não como um prenúncio de um "novo" tempo inaugurado pela "revolução", mas antes disso, como um desencadeamento das lutas que se iniciaram na primeira década do século XX, ou seja, na Primeira República. Partindo dessa perspectiva, compreende-se que o período pós-1930 não representou uma "ruptura" no que se refere as políticas sociais de saúde pública, mas, antes, pode ser reconhecido pelas "continuidades" que apresenta em relação ao período anterior. O que efetivamente se modifica é a maneira pela qual se orientam tanto as demandas médicas, quanto a atenção do Poder Público às mesmas. Sendo assim, Minas Gerais é apresentada como um Estado no qual esses aspectos podem ser observados.

Palavras-chave: Saúde Pública - Estado – Medicina

Abstract: This article talks about facts referring to the constitution of the sanitary movement that put public health in the government's agenda. The creation of the Health department and Education department in 1930 is analyzed not as a "new" time inaugurated by the "revolution", but before that, as a linking factor of fights the started in the first decade of the XX century, in the First Republic. Pondering from this perspective, it is understood that those periods after 1930 didn't represent "rupture" referring to social politics of public health, but before, it could be identified by it "continuities" that present a relation to the previous period. What really changes is the way that the medical demands are oriented, in attention to public power. Minas Gerais is presented with aspects that could be observed.

Keywords: Public Health – Estate - Medicine

O contexto que tem como marco inicial a chamada "Revolução de 1930" e como fim o ano de 1945, quando Getúlio Vargas deixa o Governo Federal, é reconhecido como um dos períodos na História do Brasil cujos desdobramentos são dos mais marcantes para a sociedade, por isso mesmo, provoca intensos debates na historiografia brasileira. Repleto de ambivalências, explicações maniqueístas e simplistas não dão conta de elaborar uma compreensão, de fato, desse contexto, sendo assim, as interpretações mais lúcidas apontam para a necessidade de trabalhar os quinze anos de governo de Getúlio Vargas sob uma perspectiva que aponte para as continuidades e descontinuidades que envolvem o período.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Desse modo, uma das primeiras questões que devemos enfatizar é a discussão em torno da periodização. A historiadora Ângela de Castro Gomes critica as análises que persistem em tratar o período que vai de 1930 a 1945 como um bloco coeso, e para além disso, "situam o Estado Novo como a *consagração dos ideais da Revolução de 1930*" (GOMES, 2006: 2). De acordo com ela, essa terminologia tem origem no pós-1930, quando as elites criam um discurso cujo objetivo era se distanciar, numa perspectiva opositora, da "República Velha", e assinalar que a Revolução de 1930 inaugurara um novo momento na história do país, através da ruptura com os desacertos da Primeira República. Esse discurso, sem dúvida, se popularizou e foi adotado por diversos segmentos da elite naquele momento, mas a grande questão é que parte da historiografia passou a considerar tal discurso como um ponto de argumentação nas suas interpretações, sendo assim, tratavam o período, efetivamente, como um único bloco.

Nesse tipo de interpretação, o ano de 1930 seria a inauguração de uma nova "era", que por sua vez, teria o coroamento de seus projetos em 1937, com o Estado Novo, e por fim esse ciclo se fecharia em 1945. Ângela de Castro é bastante clara ao apontar os problemas desencadeados por uma tal perspectiva de análise:

> *Essa periodização, ao esquecer as marchas e contramarchas do período, apaga da memória histórica a marca da incerteza política que o domina, minimizando parte do sentido de fatos cruciais, como: a Revolução Constitucionalista de 1932, a experiência da Constituinte de 1934, a movimentação política da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), por exemplo.* (GOMES, 2006: 3)

A questão é que, com isso, minimiza-se uma série de eventos importantes da vida política do país, sobretudo no que tange aos esforços de mobilização da sociedade. Chegamos, então, ao ponto que queríamos com essa discussão, que é situar nossa perspectiva de interpretação das políticas públicas em saúde, bem como da mobilização política de alguns médicos, dentro do contexto que envolve os anos de 1930 a 1945. Ao fazer isso, estamos justamente corroborando para a argumentação que trabalha com a idéia de que o período é, antes de tudo, marcado por uma dinâmica de continuidade/descontinuidade. Visto que o debate que envolve a questão das reformas na saúde pública não é "inaugurado" no pós-1930, pelo contrário, inicia-se ainda na primeira década do século XX, e ganha força em 1920 com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, ainda dentro do contexto da "velha" República. Nossa intenção, ao trabalhar com o período posterior, isto é, com as décadas de 1930 e 1940, é compreender como essa questão das políticas públicas em saúde são dimensionadas e conduzidas dentro de uma política Estatal de forte caráter nacionalista,

centralizador e corporativista e, para além disso, como passam a ser tratadas dentro desse novo cenário, marcado pela criação do Ministério da Educação e Saúde.

É importante ressaltar esses aspectos relativos à periodização, justamente porque aqueles que advogam em prol da institucionalização da saúde pública no Brasil, e destacam-se entre esses os médicos, tomam para si esse discurso que pretendia distanciar a "nova" República da "velha". Sendo assim, afirmam que a "Revolução de 1930" inaugura um novo momento para saúde pública, bem como para todos os aspectos essenciais ao progresso do país, tratam da questão como se aquele fosse o ponto inicial, e não a continuidade de um movimento empreendido desde o início do século. Em um trecho do discurso de posse do médico Castilho Junior como Diretor de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais no ano de 1938, essa idéia de que se vivia um novo momento no país era explícita:

> *Estamos numa phase de transição em que o bem collectivo reclama de todos os homens de boa vontade toda a dedicação de que forem capazes. Na pessoa excelsa do presidente Getúlio Vargas encontramos o estadista incomparável que rasgou novos e luminosos horizontes ao paiz com a maior revolução registrada em nossa história e que graças ao seu gênio político e raras qualidades de brandura, se realizou, entretanto, sem choques, abalos ou violências.*(REVISTA MEDICA DE MINAS, 1938:28)

Em que pese a questão de se tratar aqui de um médico nomeado a um cargo político, e então, existir uma certa necessidade de corresponder às expectativas do governante que lhe confiou tal cargo, esse discurso não é exclusivo desse único indivíduo, mas é aceito e propagado por grande parte de sua categoria profissional. Pois, juntamente com outros profissionais de sua área, um número em torno de trinta, Castilho Junior faz parte do Conselho Científico da *Revista Medica de Minas*, o periódico da área médica mais conhecido de Minas Gerais, e nesta revista é clara essa alusão ao "tempo novo" que o Brasil vivia, também na área da saúde pública.

Sem dúvida, no pós-1930 houve modificações significativas no tange à questão da saúde, mas estas não podem ser pensadas, senão, numa perspectiva que estabeleça suas conexões com os "primeiros passos" do movimento pró-institucionalização da saúde como questão pública no país, que se iniciou ainda na Primeira República. O autor Gilberto Hochman, analisando a formação das políticas de saúde pública no Brasil, destaca que o período compreendido entre 1910 e 1930 é significativo no que concerne ao "crescimento da consciência entre as elites em relação aos graves problemas sanitários do país e de um sentimento geral de que o Estado deveria assumir mais a responsabilidade pela saúde da população e salubridade do território". (HOCHMAN, 1998: 40)

Desse modo, Hochman chama de "era do saneamento" esse contexto dos anos 1910 a 1930, quando a idéia de salvação nacional ganha fôlego e o sanitarismo se encontra no foco da discussão. Pois, principalmente, após Belisário Pena e Artur Neiva terem publicado – em 1916 - o relatório da expedição que fizeram ao interior do país, revelando uma população desconhecida, atrasada, doente, improdutiva e abandonada e, por conseguinte sem identificação com pátria, os olhares se voltam para esse interior, a perspectiva passa a ser, curar o povo e sanear o território. O argumento é de que a nação carece de uma população forte, capaz de levá-la a progredir, nesse sentido o sanitarismo estava em sintonia com as tendências gerais das correntes nacionalistas. Para recuperar esse povo seria necessário uma aliança entre médicos e Poder Público, sobretudo no que toca à ações de higiene e saneamento. É com tal discurso que a campanha pelo saneamento rural ganha força e passa a tratar a doença como um assunto que dizia respeito, não apenas ao mundo privado mas, sobretudo, ao mundo público. Como afirma Hochman,

> *A consciência da interdependência social, a consciência de que um indivíduo doente poderia causar danos aos demais, significava a percepção de que as condições de saúde de um indivíduo doente poderia causar danos aos demais, significava a percepção de que as condições de saúde de um indivíduo não eram um assunto privado, muito menos um direito natural, como a liberdade individual. O Estado deveria intervir sobre a liberdade do indivíduo e sua propriedade para proteger a comunidade.* (HOCHMAN, 1998: 85)

Reivindica-se, nesse momento, uma legislação, um código sanitário, para que fossem estabelecidas leis gerais para todo o território brasileiro, regulando todas as atividades que representassem ameaça à saúde do povo. Essa luta dos sanitaristas é muito árdua, porque o federalismo se mostra como uma barreira às suas pretensões de unificação de um programa de saúde pública para o Brasil. O governo Federal tende a delegar a responsabilidade com a saúde às unidades federativas, e estas se mostram pouco dispostas a se unirem para curar e prevenir suas populações das doenças. Mesmo diante de tais impasses a campanha pelo saneamento rural não desvanece, pois apesar de ter se iniciado de maneira não-organizada, é ampliada pela criação da liga Pró-Saneamento do Brasil[1]. E, com o passar do tempo, o movimento vai ganhando mais adeptos importantes e constituindo uma "rede de indivíduos, instituições e órgãos públicos que compartilham de uma interpretação geral sobre a centralidade da doença e das endemias rurais na compreensão dos problemas do país." (HOCHMAN, 1998: 111).

1A Liga Pró-Saneamento do Brasil foi criada em 1918, foi um movimento de caráter nacionalista que procurava combater os argumentos da deficiência climática e da composição étnica do povo.

O ano de 1920 é um marco importante dentro desse contexto, pois é criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), sua criação pode ser pensada como uma resposta do Poder Público à mobilização dos sanitaristas e seus aliados. Para Nilson do Rosário Costa, "o surgimento do DNSP, foi um esforço, bem-sucedido, de trazer para o interior do aparelho do Estado toda uma geração de jovens sanitaristas" (COSTA, 1986: 99). A partir de então, os sanitaristas se viram mais próximos das classes dirigentes do país, o que, consequentemente, abre-lhes algumas brechas para equacionarem suas questões. Existe um certo consenso na historiografia, de que o Departamento Nacional de Saúde Pública inaugura uma nova etapa nas políticas de saúde pública e saneamento no Brasil. Nessa nova fase o Estado assume maiores responsabilidades no que se refere à saúde da população, justamente porque o DNSP institucionaliza definitivamente as práticas sanitárias no interior da burocracia Estatal da Primeira República. E o movimento que, anteriormente, se voltava para a problemática do mundo rural se amplia e alcança também os problemas de saúde pública presentes na cidades. A questão da saúde pública é inserida na legislação de 1920, que firma convênio com a Fundação Rockfeller para promoção da profilaxia rural. E ainda, "passa a arbitrar sobre aspectos que envolviam a existência humana saudável nas cidades: moradia, alimentação, condições de trabalho." (COSTA, 1986: 101).

Portanto, é tendo em vista todo esse processo – que se inicia nos primeiros anos do século XX - de formação da idéia de que a saúde é um bem, tanto individual quanto público, e por conseguinte é responsabilidade do Estado, que não podemos deixar de pensar a questão da saúde pública no pós-1930, na "nova" República, numa relação de continuidade com essa fase inicial. Até mesmo, porque podemos notar que, apesar da "tomada de consciência", o Estado não assume completamente o papel de "zelador" da saúde, pelo contrário, os embates continuam, às vezes velados, outras vezes nem tanto, até mesmo em função da implantação de um regime ditatorial no país. Como enfatiza Hochman, a "era do saneamento não significou a solução de todos os complexos problemas de saúde pública, mas legou uma infra-estrutura estatal, com a autoridade sanitária presente em grande parte do território brasileiro." (HOCHMAN, 1998: 40).

Assim, temos em 1930, com a criação do Ministério da Saúde e Educação, a concretização de um projeto que vinha se constituindo ao longo de, pelo menos, duas décadas. O discurso criado em torno do ato, consoante ao discurso da "revolução", é de pioneirismo e inovação, como salienta Ângela de Castro Gomes, quando faz uma análise de algumas correspondências do ministro Gustavo Capanema, e especificamente de cartas trocadas entre ele e o arquiteto Lúcio Costa, um dos responsáveis pela obra do edifício que abrigaria o

Ministério da Saúde e Educação do Brasil: "o edifício devia demonstrar, com sua monumentalidade arquitetônica, a própria razão de ser de um ministério inaugurado para "educar e curar" o Brasil, livrando-o de seus grandes males e propiciando-lhe um futuro promissor e moderno."(GOMES, 2000:13). A retórica, não se modifica muito daquela postulada inicialmente pelos sanitaristas e intelectuais da Primeira República, o que altera é o local onde é produzido o discurso, isto é, dentro do aparelho do Estado. Porque, se anteriormente, a perspectiva era "convocar" o Poder Público a assumir seu papel de gerenciador da saúde e educação públicas, agora a tendência é justamente explorar a idéia de que a "nova república" tem à frente um governo consciente, que sabe que é seu dever zelar pelos seus compatriotas, um discurso claramente cooptativo. O que não se sustenta efetivamente, no que se refere à saúde, posto que os embates entre classe médica e Estado continuavam existindo, mas é inegável que isso ocorre com outra orientação, podemos dizer, que reivindicam de maneira mais "cautelosa".

É necessário destacarmos que, para além das continuidades existentes nas relações entre Estado e saúde pública – e/ou reivindicações da classe médica - podemos notar uma mudança na maneira pela qual são conduzidas as discussões/embates em torno da questão das políticas públicas em saúde no Brasil. Entendemos que tal mudança se dá, sobretudo, em função da crescente centralização do poder político pelo Governo Federal no pós-1930. Nesse trabalho, voltaremos nossas atenções para o caso específico de Minas Gerais, que possui um número considerável de médicos, que seguindo a tendência da classe em outros Estados do país, propõe inúmeras demandadas ao Pode Público.

Nossas fontes nos indicam uma grande transformação na maneira de "demandar" dos médicos mineiros, à medida em que a década de 1930 avançava. Sugerimos duas explicações para isso, a primeira, é a já mencionada adoção do discurso oficial de instauração de uma "nova" República e, conseqüentemente, de uma nova forma de dimensionar os problemas enfrentados pelo país. A segunda define-se muito em função da tese de Otávio Soares Dulci, que afirma ter havido uma grande politização no processo de desenvolvimento mineiro entre as décadas de 1930 e 1950. Ou seja, tendo perdido a autonomia que lhe conferia o federalismo, Minas Gerais trata de criar alternativas para não perder seu destaque no cenário Nacional, sendo assim, ao invés de entrar em confronto com o poder central, o governo Estadual entende que poderia "tirar partido de sua convergência com o centro para promover interesses regionais compatíveis com a linha-mestra do regime." (DULCI, 1999:71).

Há, então, uma ampliação dos papéis políticos do Estado, que de acordo com Dulci, procurava se situar como "cliente privilegiado, tendo em vista o seu peso político e o

prestígio de suas lideranças" (DULCI, 1999:129). Nesse processo, as elites mineiras, tanto as tradicionais quanto as emergentes[2], procuraram conduzir o processo de desenvolvimento do Estado, adaptando-se ao novo contexto, marcado pela centralização política. Os médicos mineiros, como representantes dessa elite emergente, integram este processo. Nesse sentido, é significativo pensarmos como a própria maneira de chamar a atenção do Poder Público para as questões relativas à saúde se modificam. Isso nós percebemos a partir da análise de artigos presentes na *Revista Medica de Minas,* no período compreendido entre 1933 a 1940. Para melhor situarmos esta questão, observemos a nota introdutória de um discurso proferido pelo médico Miguel Couto, por ocasião do 104º aniversário da Academia Nacional de Medicina, julho de 1933:

> *O professor Miguel Couto, há muitos anos, desde que assomou ao posto de comando das energias espirituais da classe médica brasileira, seu pastor seu guia, nivelando em seus desvêlos a tutela pelo doente e pelo analfabeto,* ***se revelou o primeiro ministro da saúde pública e da educação brasileira. Só falta que um governo esclarecido o invista com as insígnas oficiais de um decreto que valerá pela consagração do sufrágio da consciência brasileira.*** (REVISTA MEDICA DE MINAS, 1933:65, grifos nossos).

Quando os editores da revista tomam essa posição de reconhecimento em relação "àquele que efetivamente possui todas as qualidades essenciais a um ministro da educação e saúde" - se tratando, no caso, do médico Miguel Couto - eles estão se posicionando criticamente em relação à gestão de Francisco Campos que ocupa o cargo neste momento. Mas, a crítica vai além da figura do ministro, a frase: "só falta que um governo esclarecido o invista" com tal cargo, é uma crítica direta a quem tem o poder de fazê-lo, mas não o faz, ou seja, o presidente, o que, por sua vez, denota sua "falta de esclarecimento". Crítica de tal teor, dificilmente ocorre com o passar dos anos, os editores da revista, bem como os médicos que publicam seus artigos no periódico, permanecem firme no seu discurso inflamado de que a saúde da população constitui-se como um dos pilares da civilização, mas quando se referem aos Poderes Públicos o faz com mais polidez. Vejamos um trecho do discurso proferido pelo médico Mario Alves da Silva Campos na solenidade de abertura do curso de "Leprologia" na Faculdade de Medicina da Universidade da Minas Gerais, publicado na Revista Medica de Minas no ano seguinte, 1934:

---

2 Para que o processo de modernização fosse concretizado, era preciso fazer uma parceria entre as forças – entenda-se: elites - tradicionais com novos atores. Esses últimos, são provenientes dos quadros do ensino superior, compõem a "nova" elite formal que se destaca com o surgimento de uma burocracia gerencial a partir do Estado Novo. A idéia é delinear o Estado como um aparelho burocrático racional, livre dos interesses de classe. Entre esta elite emergente encontram-se, principalmente, médicos e engenheiros.

> *Nenhum momento mais propício do que êste para lançar as iniciativas da ordem desta que hoje se torna realidade, momento em que se encontra à frente do Govêrno de Minas Gerais um homem como o sr. Benedicto Valladares, que, como todos aqueles que consumaram a formação da sua personalidade ao contacto da natureza hostil e àspera do nosso sertão e no trato com as populações sofredoras do interior, tem a* ***alma impregnada do sentimento da nossa realidade****, e,* ***lúcido e enérgico****, possue* ***visão necessária para pôr em equação os problemas que constituem essa realidade*** *e virtude de enfrentá-los com o animo de dar-lhes solução adequada.* (REVISTA MEDICA DE MINAS, 1934:74, grifos nossos).

Portanto, é notório que em ambos os trechos a perspectiva é chamar atenção dos governantes em relação aos problemas enfrentados pelo país. No trecho dos editores da revista, notamos que a preocupação é instituir um ministro para a pasta da educação e saúde, realmente comprometido em equacionar os problemas relativos a essas áreas. Dessa forma, a crítica se dá de maneira direta, marcam seu descontentamento com o ministro em exercício, e ao mesmo tempo, atribuem a responsabilidade ao governo, que não foi esclarecido o suficiente para escolher alguém que fizesse jus ao cargo. Já no caso do discurso do médico Mario Alves da Silva Campos, há um tom de reivindicação, porém, a crítica não é direta, pelo contrário, ressalta-se as qualidades do interventor de Minas Gerais, que: "tem a alma impregnada do sentimento da nossa realidade, e, é lúcido e enérgico", por isso saberá resolver todos os problemas enfrentados naquele momento. É significativo ressaltarmos, que esse é um discurso proferido dentro de uma instituição pública de ensino, e que o próprio curso de Leprologia que hora se inaugura é fruto de uma demanda travada pelos médicos da instituição com o governo, visto que a lepra se apresentava como um dos principais problemas sanitários enfrentados em Minas Gerais neste período.

Temos, então, um típico exemplo de como a elite "entra no jogo do governo", no sentido de tomar para si o discurso da honestidade, da retidão de caráter e da justiça que orientam a política no pós-1930[3]. E a adoção desse discurso é, em última instância, uma maneira que esses médicos têm de continuarem demandando do Estado soluções para os problemas da saúde pública.

3 Esse é um discurso adotado para definir a figura de Getúlio Vargas, mas no caso de Minas Gerais, Benedito Valadares é a pessoa escolhida por Vargas para gerenciar os conflitos internos e garantir o apoio do Estado ao seu governo. Por isso, tecer elogios a Valadares é o mesmo que dizer que sua escolha para ser interventor de Minas Gerais, era mais um dos acertos do Presidente da República.

Fontes:

REVISTA MEDICA DE MINAS, Ano I, Belo Horizonte, Outubro de 1933 – Nº 1;

REVISTA MEDICA DE MINAS, Ano I, Belo Horizonte, Maio de 1934 – Nº 9;

REVISTA MEDICA DE MINAS, Ano I, Belo Horizonte, Dezembro de 1938 – Nº 64.

Bibliografia:

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas Urbanas e Controle Sanitário.* Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.* Belo Horizonte : Editora UFMG,1999.

GOMES. (org.) *Capanema:* o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ambigüidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz; BITTENCOURT, Marcelo & FERRERAS, Norberto (orgs.). *Sociedades e Regimes Autoritários no Século XX.* 2006, "No prelo".

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Porto do Campo: vivências, memórias e construção da(s) identidade(s) em uma comunidade negra rural*

Ana Elizabeth Costa Gomes**

Resumo: O presente trabalho tenta compreender movimentos, em torno da construção da (s) identidade(s) e conquista dos direitos de cidadania, em uma comunidade negra rural. Ao refletir sobre identidade(s) em Porto do Campo e analisar vivências desse grupo social, verifica-se que as memórias que dão sentido à sua história e cotidianidade estão alicerçadas, sobretudo**,** nas tradições que passam de geração em geração, ambas relacionando-se e sedimentando-se em um campo vivencial multifacetado no qual identidades são construídas.

Palavras chave: cultura, memória, identidade

Abstract: This work tries to understand movements, about the construction their identity (ies) and conquest of the rights of citizenship, in a rural black community. Throughout the reflection about identity (ies) in Porto do Campo and the analysis about the experiences of this social group, verifies that the memories that give meaning to their histories and daily experiences are based, especially, over the traditions that passes from generation to generation, both related and based in a myriad experienced scope in which the identities are built.

Keywords: culture, memory, identity

O debate contemporâneo nas ciências humanas e sociais sobre as experiências dos descendentes de africanos nas Américas, especialmente no Brasil, tem sido largamente operado em torno de conceitos como identidade étnica, diáspora africana, comunidade quilombola e cultura negra. Por sua vez, estes conceitos estão em circulação e revelam não apenas um "modismo", visto que têm ampliado consideravelmente o número de pesquisas nessa área, inclusive ultrapassa o âmbito acadêmico. Faz parte da agenda política nacional e das discussões realizadas pelos próprios grupos estudados, em um quadro de reivindicação de cidadania e pela busca da igualdade social e racial[1].

[1]*Neste *papper* apresentamos algumas idéias, hipóteses e observações referentes à nossa pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA.

** Licenciada em História pela UNEB. Especialista em História pela UEFS. Mestranda CEAO/UFBA

Dentre essas reivindicações e conquistas, há o sistema de cotas para negros nas universidades públicas, também se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial, este por sua vez tem gerado uma grande celeuma no meio social e também acadêmico, visto que há

Esse debate tem levado a elaboração de críticas a perspectivas historicistas que dominaram as produções acadêmicas nas quais a história da colonização da América era vista sob uma ótica eurocêntrica. M'Bow, por exemplo, salienta que "durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de africanismos." (M'BOWN, 1982:13)

Observa-se, hoje, nitidamente uma nova visão acerca das populações negras no Brasil, um dos aspectos de maior relevância diz respeito justamente a questão das identidades (re)elaboradas pelos africanos e seus descendentes e as lutas da sociedade brasileira pela construção e conquista dos direitos de cidadania. Alguns desses estudos buscam discutir acerca das novas identidades [2] que surgem e indicam uma percepção de orientação mais multicultural a respeito dos países latino-americanos.[3] Até mesmo em países com forte predominância européia e indígena, percebe-se uma crescente valorização e conscientização em torno das "heranças africanas".Nesse sentido, a presente pesquisa tem como proposta de investigação compreender movimentos, conflitos e negociações em torno da identidade étnica em uma "comunidade negra rural", localizada na Baía de Camamu, denominada de Porto do Campo. Algumas questões levantadas na pesquisa são as seguintes: Como pensar comunidade, na contemporaneidade, dentro de um contexto de contatos e trocas? Como os membros dessa comunidade operam a etnicidade na construção da identidade e como se vêem e são vistos pelo seu entorno? Quais as relações que são estabelecidas entre seu passado e presente? Que estratégias de sobrevivência eles conseguem articular frente às adversidades encontradas? Quais as práticas culturais, econômicas e religiosas que se fazem presentes no universo dessa comunidade? Como é pensada hodiernamente a origem dessa comunidade? Porto do Campo apresenta histórias, cotidiano, tradições, costumes, religiosidade, trabalho, família e relações sócio-culturais que o identifica como uma comunidade.[4] Ao procurar responder essas questões e perceber as identidades construídas nessa comunidade, a presente análise centra-se, sobretudo, nas condições e processos históricos, culturais e sócio-

divergências quanto ao seu conteúdo.

[2] Ver SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. Ver também HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

[3] Há um significativo aumento de pesquisas acadêmicas na América Latina sobre a história e o papel dos negros na construção dos seus respectivos países. Mintz e Price observam que as discussões sobre a origem e o crescimento das sociedades afro-americanas no Novo Mundo envolve um modelo implícito ou explícito dos modos como ocorreram esse encontro entre os africanos e europeus e as conseqüências desses encontros. Ver MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro Americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

[4]Utilizo o termo comunidade em consonância com a autodefinição dos moradores. Assim, utilizo alguns critérios discutidos por BAUMAN (2003) COHEN (1985) para definir comunidade.

econômicos na formação dessas identidades.

Embora muito se tenha escrito sobre a história do negro no Brasil, as transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, exigem algumas reflexões sobre as diversas formas de organização dos povoados negros, principalmente na área rural. Almeida chama atenção que "as teorias do pluralismo jurídico, para os quais o direito produzido pelo Estado não é o único, ganharam força com a Constituição de 1988. Juntamente com elas e com as críticas ao positivismo, que historicamente as chamadas "minorias" dentro da noção de "povo", também foi contemplado à diferença, enunciando o reconhecimento dos direitos étnicos". (ALMEIDA, 2006: 26)

Pretende-se notar como as práticas, os discursos, as representações e as experiências dessa comunidade conectam-se a trânsitos de idéias regionais, nacionais e globais.[5] Assim, ao discutir a experiência da comunidade de Porto do Campo, pode-se perceber que, de certo modo, se conecta às experiências de outros grupos sociais espalhados pela América Latina, sobretudo no Brasil, frequentemente marcadas pela exclusão social e pelo racismo.[6] Através dos depoimentos, buscar-se-á correlacionar os significados e os conceitos de comunidade, etnicidade,[7] identidade e cultura procurando avançar na compreensão do mundo que os moradores criaram para si, na intercessão de diversas práticas e vivências históricas.

Para muitos estudiosos, com o avanço da modernidade, ou seja, com a globalização, as "fronteiras étnicas" tenderiam a desaparecer, o que efetivamente não aconteceu, muito pelo contrário, a etnicidade continua forte, inclusive o significado de identidade toma um sentido de "pertencimento". Nessa direção Bauman sinaliza que

> *[...] tanto o pertencimento quanto e a identidade não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age _e a determinação de se manter firme a tudo isso_ são fatores cruciais tanto para o "pertencimento" quanto para a "identidade". Em outras palavras, a idéia de "ter uma identidade" não vai ocorrer às pessoas enquanto o "pertencimento" continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa". (BAUMAN, 2005:17-18)*

Cunha observa que a etnicidade tornou-se a hidra do século XX, e recorda que

---

[5] Ver SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2003.

[6] Ver SCOTT Parry e ZARUR, George (Orgs.) **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

[7] Ver BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras,** In: Poutignat, Philippe & Streiff-Fenart, J. Teorias da Etnicidade, São Paulo, Editora UNESP, 1997.

Max Weber havia escrito muito tempo atrás que as comunidades étnicas podiam ser formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços, em suma, que eram formas de organização políticas. (CUNHA, 1979: 98-101)

Oliveira chama atenção para o fato que a questão da identidade e de seu reconhecimento tem sido alvo de um reexame nos últimos anos e que não pode ser ignorada pelo antropólogo interessado em explorar seus respectivos reflexos na investigação de caráter empírico. Salienta o autor que

> *[...] a noção de etnia sempre foi aplicada aos estudos relativos às populações indígenas, a noção de raça era considerada adequada aos estudos sobre afro-descendentes, particulamente no âmbito da sociologia das "relações raciais" a raça não aparecia nessa tradição como uma entidade biológica, senão como uma representação manipulada pelos agentes sociais ou como um conjunto utilizado pelos sociólogos.* (OLIVEIRA, 2006: 19-21)

Assim, ao analisar o processo pelo qual um conjunto de pessoas que residem nessa comunidade, vivendo em condições locais de visível exclusão social, pode ser percebido como um grupo distinto, cujo reconhecimento se traduz por uma dada atribuição que pode ser denominado de "etnogênese."[8] A presente pesquisa situa-se, assim, na perspectiva da etnohistória, levando em consideração que "o desenvolvimento da ciência etnográfica não pode, em última análise, ser compreendido em separado de um debate político epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade''. (CLIFFORD,1998:19) Como salienta Geertz :

> *[...] praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário [...] mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa*. (GEERTZ, 1989: 15-20)

Deste modo, ao descortinar a história de Porto do Campo, procuro seguir a perspectiva de Hampatê-Bá quando diz que o historiador deve iniciar-se primeiramente nos modos de pensar da sociedade oral, antes de interpretar suas tradições.[9]

---

[8] De acordo com Hill o termo etnogênese tem sido usado para designar diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos. Entretanto, mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação. Apud: BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php Acesso em: 14 Nov 2006.

[9] Ver HAMPATE BÂ, A. **A Tradição Viva. In: História Geral da África**. **V. 1**. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

Um breve "retrato" de Porto do Campo [10]

Porto do Campo localiza-se no município de Camamu[11] que está localizado a 335 Km de Salvador e integra a baía homônima, sendo esta a terceira maior baía do país e a segunda do Estado da Bahia. Chegar em Porto do Campo só é possível por via marítima, pois se situa em uma ilha. Sua dimensão territorial é de aproximadamente 200 ha.[12] Sua população é composta aproximadamente por cerca de trezentos habitantes.

É principalmente no mangue e rio que se concretizam as relações de trabalho e de sobrevivência dessa população. A economia local é de subsistência e consiste principalmente na pesca, mariscagem e na produção do azeite de dendê de "roldão". A utilização dos recursos naturais é feita, sobretudo de forma tradicional. Os moradores utilizam formas ancestrais de "bater o dendê" - expressão que é utilizada para se referir ao processo de fazer o azeite - que é vendido em Camamu. As propriedades não possuem cercas, o limite entre as terras de cada morador ocorre de uma forma atípica, ou seja, a divisa das terras é sempre calculada de um determinado ponto de referência que pode ser de uma árvore a outra.

Price nota que em diversos estados brasileiros existe uma série de povoados negros espalhados pela zona rural. Neles, freqüentemente o uso da terra é comunal e tem em comum, além de sua "negritude", a resistência de longas décadas em um território que exploram (geralmente pela caça, pesca e agricultura de subsistência) sem subdivisões e sem escritura oficial. (PRICE, 2000: 249)

A maioria dos moradores em Porto do Campo não possui o título de propriedade da terra. Elas são passadas "de pai para filho", na expressão de Sr. Aderaldo

> *[...] aqui as terras têm um bucado de dono, cada um tem, até meu pai, do pai dele que deixou pra meu pai, meu pai já deixou pra gente. Tem uns que vende. Pai faleceu, pra quê? Deixa pra lá... não sei fazer... vou vender. Mas a gente tá aí eu mesmo digo, somos dez irmãos na hora que um abrir a boca pra vender eu digo: não- não dou minha assinatura. Deixa aí, se eu tenho minha casa, aí vou vender e vou pra onde? Tem os pé de manga aí, as bananas eu corto, colho banana, manga, dendê. Aí vende e pronto, fico sem* ***liberdade****, fico só assim, isso era nosso né. Era né. [...} eu mesmo não vendo, não dou minha assinatura.*[13]

---

[10] O presente ensaio etnográfico refere-se a um dos capítulos da dissertação que encontra-se em construção.

[11] Camamu é um termo de origem indígena, que "na língua brasílica quer dizer *água do peito da mulher*, pela semelhança dos esguichos de leite, que reunidos no bico do peito se difundem para diversas partes". VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVII**I. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

[12] Esses dados foram fornecidos por um dos moradores de Porto do Campo.

[13] Entrevista realizada com senhor Aderaldo no dia 19/02/2006.

Nota-se na fala de Sr Aderaldo uma certa topofilia[14]. Para ele a terra tem um valor que não é meramente capitalista, o valor ultrapassa essa fronteira, consistindo em um patrimônio cultural.[15]

Porto do Campo possui características que podem identificá-lo como "comunidade tradicional", "comunidade negra rural", ou mesmo "comunidade quilombola" [16]. Embora, até o presente momento, os moradores de Porto do Campo não se retratem como quilombolas, há alguns discursos acerca da questão por parte de agentes externos a essa comunidade. Alguns aspectos apontados nas recentes pesquisas etnográficas, que caracterizam essas comunidades, são perceptíveis em Porto do Campo. Dentre eles, destaca-se o uso da terra, que consiste em uma forma que não obedece aos padrões correntes, utilizando-a de uma forma em que se tenta manter o meio ambiente equilibrado. Essas comunidades negras não são grupos que se isolam, e a maioria possui laços de parentesco. Por fim, suas histórias são amiúde reconstruídas a partir da oralidade. (SILVA, 2000: 271-272)

Existe em Porto do Campo uma gama de atitudes e valores que, através de processos de ressignificação, subsistem ao tempo e que foram e são transmitidos através da oralidade. Entre os moradores, "bater o dendê", por exemplo, significa colher e preparar o azeite. Ao se referirem a esta atividade e a muitas outras, eles costumam salientar que "meu pai me ensinou... meu pai aprendeu com meu avô".

Ao visitar o lugar, nota-se que a comunidade preserva atitudes e valores dos seus antepassados. As vivências dos indivíduos, famílias e grupos são marcadas por um passado comum, em que o presente se constitui como um desafio, visto que seu cotidiano é marcado por dificuldades, mas também por costumes, [17]tradições,[18] festas e religiosidades e os laços familiares consistem em um dos fortes traços da comunidade, uma vez que o parentesco representa um dos aspectos mais marcantes entre os moradores da localidade.

---

[14] Procuro inspiração ao usar esse termo no estudo do geógrafo TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

[15] Para um maior aprofundamento ver: RIBEIRO, Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável** In: Revista Brasileira de História. Vol. 26, nº 51. São Paulo. 2006. pp.251-261.

[16] Uma das questões que discuto na dissertação é justamente como utilizar um desses conceitos para retratar Porto do Campo, visto que um dos maiores desafios para um etnógrafo seria justamente definir um estatuto para esta comunidade. Ao utilizar um desses conceitos levarei em consideração, sobretudo, o que observo em Porto do Campo procurando relacionar com os estudos que tratam acerca da temática ALMEIDA (2006), LEITE (2000), PRICE (2000), SILVA (2000) FUNES (1998) ARRUTI (1997)

[17] Ver THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** São Paulo : Cia das Letras, 1998, p18.

[18] Ver HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. In: RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Suas histórias estão alicerçadas, sobretudo nas memórias.[19] Ao retratar a história dos mocambos existentes no baixo Amazonas, Funes mostra que

> *[...] a memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico. Nas comunidades remanescentes de mocambos está mais viva entre os velhos, netos e bisnetos de mocambeiros, guardiões das histórias que seus antepassados lhes contavam. É a eles que se recorre, para ampliar os horizontes da pesquisa sobre essas organizações sociais. (FUNES, 1996:468)*

É possível perceber que existe na memória de alguns moradores de Porto do Campo um conhecimento sobre as práticas escravistas existentes. A narrativa abaixo revela a hipótese acerca da memória do cativeiro

> *[...] minha vó contava uma história que a vó dela contava; um dia a vó dela tava trabalhando no engenho, mexendo o açúcar uma criança começou a chorar, aí o capataz pegou a criança e jogou na fornalha, ninguém pode fazer nada. Todo mundo viu a criança ser queimada, e ninguém pode fazer nada. Ela contava isso chorando, com muita dor no coração. Eu era menina e me lembro disso.* [20]

Muito embora, esse depoimento aponte para essa questão, os moradores mais antigos, até o momento, não se reportaram a essa questão em suas entrevistas. Para Mattos

> *[...] a ausência da memória genealógica da escravidão na maioria das famílias negras brasileiras e os silêncios voluntários, relatados por muitos daqueles que se referiram diretamente a um antepassado escravo, possuem um significado óbvio que não pode ser negligenciado_evidenciam as dificuldades de construir uma identidade socialmente positiva com base na vivencia da escravidão." (MATTOS, 2005. p 55)*

Não se pode desconsiderar que, se, de um lado, é fundamental considerar que os processos identitários são mutáveis, de outro, não se pode esquecer que suas transformações se dão dentro de teias e relações sociais, históricas, políticas e culturais específicas. Como afirma Appiah, "toda identidade humana é construída e histórica" (APPIAH, 1997:243) Nesse sentido, a "identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato [...] surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos por outros". (HALL, 2005: 39).

---

[19] Para estabelecer esse diálogo, utilizo os pressupostos teóricos que discutem acerca da memória, dentre eles: NORA (1993) HALBWACHS (1990).

[20] Depoimento de Lia 46 anos (professora do Ensino Fundamental de Porto do Campo) dia 23 de março de 2005.

Referências bibliográfias

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babuçais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** Manaus:PPGSA-UFAM, 2006.

APPIAH, Kwame Anthony**. Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas.** Mana., Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php? Acesso em: 04 Feb 2007.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras,** In: Poutignat, Philippe & Streiff-Fenart, J. Teorias da Etnicidade, São Paulo, Editora UNESP, 1997.

BARTOLOME, Miguel Alberto. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php Acesso em: 14 Nov 2006.

BAUMAN, Zigmun. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003.

BAUMAN, Zigmun. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman**; Rio de Janeiro:Jorge Zahar Ed., 2005.

CLIFFORD, James. **Sobre autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX. Org., José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ. 1998.

COHEN, Anthony P. **The Symbolic Construction of Community**. London: Tavistock, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **"Etnicidade: da cultura residual, mais irredutível"** In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FUNES, Eurípedes A**. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas.** In: Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. Org. João José Reis e Flavio Gomes. São Paulo: Cia. das Letras. 1996. p. 468.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HAMPATE BÂ, A. **A Tradição Viva. In: História Geral da África**. **V. 1**. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. In: RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MATTOS, Hebe**. Memórias do cativeiro: Narrativa e identidade negra no antigo Sudeste cafeeiro.** In: Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição Ana Maria Lugão Rios, Hebe Maria Mattos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

M'BOWN, Amadou Mathar. **Introdução.** In: KI-ZERBO, J. (Org.). História Geral da África. V. 1. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. **O Nascimento da Cultura Afro Americana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história A problemática dos lugares**. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. nº 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo:Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15.2006.

PRICE, Richard. **Reinventado a história dos quilombos: rasuras e confabulações**. In: Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 23, 2000, p. 249.

RIBEIRO,Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável** In: Revista Brasileira de História. Vol. 26, nº 51. São Paulo. 2006.

SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2003.

SCOTT Parry e ZARUZ, George (Orgs.) **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, Valdélio Santos. **Rio das Rãs à Luz da Noção de Quilombo**. Revista Afro-Ásia, n. 23, 2000, p. 271-2.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** São Paulo : Cia das Letras, 1998, p18.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Bahia: Editora Itapuã, 1969.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Livros para desemburrar ou calçar pé de mesa? A circulação da cultura letrada em Nossa Senhora do Desterro, Século XVIII.

Felipe Matos*

Resumo: O presente artigo pretende evidenciar um gradual aumento da circulação de cultura letrada na ilha de Santa Catarina em meados do século XVIII. Pretende-se também analisar a remessa dos livros da Tipografia do Arco do Cego para a cidade em 1799, caracterizados pela historiografia como inúteis e exemplos do atraso e do isolamento da ilha.
Palavras-Chave: Ilha de Santa Catarina – Século XVIII – Tipografia do Arco do Cego.

Abstract: The present article pretend evident a gradual augmentation of circulation in Saint Catharine's Island in half XVIII Century. Pretend also analyze the remittance of books from the Typographic Arco do Cego for the city in 1799, characterized by historiography like inutile and example of the isolation of the island.
Keywords: Saint Catharine's Island - XVIII Century - Typographic Arco do Cego.

Assim como toda história, a História da Leitura obviamente se dá no campo do mutável, diz respeito a práticas e sociabilidades difíceis de aferir, de marcar com a exatidão dos pesos e medidas que muitas vezes de forma pretensiosa é almejada ao se iniciar qualquer pesquisa. Reconhecendo as dificuldades de se perceber como a cultura letrada afeta o comportamento humano, este artigo não busca perceber o momento exato em que o primeiro manuscrito, a primeira letra impressa, o primeiro leitor cruzou o estreito e fincou bandeira na ilha.

O que procuro aqui é tentar verificar a consolidação da circulação desta cultura letrada na ilha de Santa Catarina a fim de ir de encontro ao discurso que construiu a imagem de uma Florianópolis ilhada geográfica e culturalmente dos grandes centros brasileiros, como se a dinâmica interna de uma cidade pudesse ser reduzida à caricatura de um rádio velho fora de sintonia com seu tempo. Sem querer construir a ilusão de uma ilha imaginária que seja um caldeirão efervescente de cultura, busco - pelas fontes e bibliografia disponíveis encontradas ao longo da pesquisa – aferir a "sintonia" da ilha com os fatos de seu tempo ainda a partir de meados do século XVIII quando a ilha de Santa Catarina estava inserida como parte

* Mestrando em História Cultural pela UFSC. Bolsista do CNPq.

integrante da expansão territorial do império português no Atlântico Sul.

Após a criação oficial da capitania em 1738, seu primeiro governador, o brigadeiro José da Silva Paes, empenhou-se em estabelecer os meios de se manter a ordem colonizadora e sua hierarquização político-militar através da edificação de um sistema de fortificações na ilha e no continente próximo; além da criação de um Regimento de Infantaria de Linha. Era necessário, contudo, povoar o litoral catarinense com imigrantes portugueses que pudessem garantir a Portugal a posse das terras. Entre 1748 e 1756 cerca de seis mil imigrantes provenientes das Ilhas dos Açores e da Madeira desembarcaram na Ilha de Santa Catarina, causando um significativo impacto demográfico com o aumento de 140% da população que até então contava com cerca de 4.194 habitantes (DALLABRIDA, 2004: 139).

Neste tempo os esforços políticos e econômicos estavam direcionados para os objetivos militares da Coroa portuguesa no Atlântico Sul em detrimento das atividades agrícolas e comerciais que serviam, sobremaneira, para a manutenção dos soldados e da incipiente burocracia administrativa que se formava. Dom Pernetty, membro da expedição de Bougainville que aportou em Santa Catarina em 1763, atestava em seu relato da viagem que na vila de Desterro não se via "nenhuma tenda de mercador", encontrando-se apenas uma marcenaria e um boticário, além de comentar sobre a ausência do maquinário industrial para a separação das sementes de algodão já em uso nas Antilhas e que aparentemente ignorava-se por aqui (PERNETTY, 1996: 75-108).

Em meados da década de 1750 se fundou em Nossa Senhora do Desterro um colégio jesuíta, a funcionar na residência jesuítica localizada na praça central da cidade, ao lado da Câmara Municipal. O estabelecimento destes padres oriundos da Companhia de Jesus visavam à doutrinação dos imigrantes e o ensino da doutrina e das letras às crianças do sexo masculino[1]. Segundo documentação da Companhia de Jesus estudada por Norberto Dallabrida, em 1754 a escola era freqüentada por cinqüenta alunos quando uma provisão régia determinou que o governo da capitania suspendesse os mantimentos que eram doados aos padres, medida tida como um sintoma da política antijesuítica do pombalismo que passaria a dominar a cena política e religiosa na década de 1750 (DALLABRIDA, 2004: 136).

Com a saída dos padres jesuítas de Desterro, deportados para o Rio de Janeiro em 1758 (DALLABRIDA, 2004: 138), parece que não foram criadas instituições de ensino até os primeiros anos do século XIX. Em suas memórias, o governador Paulo José Miguel de Brito

[1] Este Colégio, segundo Walter Piazza, teve também uma Biblioteca de que se serviam os seus alunos. Contudo, segundo o autor, "a propósito desta Biblioteca tem-se informações muito parcimoniosas" (PIAZZA, 2000/2001: 90).

destacou ser de:

> *(...) sobremaneira apoucada a educação publica nesta Capitania: nela não ha sociedade alguma literária, não ha colégios, nem seminários; apenas um Professor Régio de Gramática Latina na Vila Capital; e algumas escolas de primeiras letras são os únicos meios de instrução que couberam em partilha a estes desgraçados povos, que pela maior parte fora das Vilas não sabem ler, nem escrever. Contudo ha na Capital muitas pessoas que tem instrução (que elas não adquiriram no país), sendo certo que os homens ricos que querem dar melhor educação a seus filhos os mandão para esta Corte; porem aqueles que não tem posses para fazer as despesas necessárias a este fim; também não tem a satisfação de que os filhos saibam mais do que o que podem aprender dos tristes mestres que ha na Capitania. Qual será, pois a aplicação que se terá feito do tributo que pagão estes povos ha tantos anos, denominado subsidio literário?* (BRITO, 1892: 72)

Três pontos aqui merecem particular atenção. Primeiro, a menção ao Professor Régio de Gramática Latina que se encontrava em Desterro. Ainda segundo Dallabrida, não sem certa resistência a política pombalina substituiu os colégios jesuíticos por "aulas régias" de latim, grego e retórica, tanto em Portugal quanto nas áreas coloniais (DALLABRIDA, 2004: 138). Há registros que demonstram que em 1795, a cadeira de Língua Latina na ilha de Santa Catarina era ocupada pelo padre Francisco José Ferreira Rodrigues[2], assim como o Padre-Mestre Francisco José Ramos que desde 1789 lecionava latim e gramática, sendo promovido em 1805 a Professor Régio da Cadeira de Latim, em Desterro (PIAZZA, 2000/2001: 92).

O segundo ponto é a presença em Desterro de "muitas pessoas que tem instrução", configurando-se na sociedade local uma crescente elite letrada formada na Corte e que se reproduz ao enviar seus descendentes a centros cuja instrução pública estava mais consolidada. Esta elite letrada se constitui em sua maioria na burocracia das instituições públicas instaladas na Capital, a cargo das tarefas de comunicação entre a metrópole e as sociedades coloniais. Em um espaço onde a educação não era acessível a todos, onde não se desenvolveu escolas, universidades, ou qualquer forma de caldeirão intelectual – contudo, nem por isso pode-se estigmatiza-la de "atrasada" já que esta situação no Brasil colônia era praticamente regra e não exceção – o que se percebe é uma das principais tarefas a que se espera dessa classe letrada, além das exigências de uma vasta administração colonial: a formação e a (re)produção de uma elite que deveria dirigir a sociedade a serviço do Estado.

Não á toa que em 1769 o Governador de Santa Catarina informava ao Vice-rei,

[2] AVISO (minuta) do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís Pinto de Sousa Coutinho], ao [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, Antônio José de Castro, autorizando a ordem para manter o padre Francisco José Ferreira Rodrigues como professor da cadeira de Língua Latina da ilha de Santa Catarina. 1795, Novembro, 6, Queluz. Arquivo Histórico Ultramarino (FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. 2000).

Conde de Azambuja, que por aqui não havia "letra de formados", que os letrados eram muito poucos e o que havia era um tipo de gente sem diploma algum e que por muitos anos assinava com uma cruz documentos como as atas da Câmara de vereadores (CABRAL, 1979: 91). A preocupação do Vice-Rei era justificável, pois a presença de uma classe letrada, por menor que fosse, era indispensável para o estabelecimento das exigências colonizadoras, sejam elas administrativas, militares, comerciais ou religiosas.

Para levar adiante os empreendimentos da metrópole tornava-se indispensável que as cidades que eram sedes de delegação dos poderes, dispusessem de um grupo social especializado ao qual encomendar esses encargos. Era o caso dos juízes de demarcações de terras e sesmarias os quais necessitava o Vice-rei e que por aqui não os encontrou. A constatação de Paulo José Miguel de Brito de que havia na Capital um bom número de "pessoas que tem instrução" demonstra um salto quantitativo da formação e participação desta elite letrada nos desígnios da cidade, sobretudo após a devolução aos portugueses da ilha de Santa Catarina conquistada pelos espanhóis em 1777, como veremos adiante.

Por fim, cabe destacar na fala de Paulo José Miguel de Brito a sua indagação final: "Qual será, pois a aplicação que se terá feito do tributo que pagão estes povos ha tantos anos, denominado subsidio literário?". Walter Piazza, um de nossos únicos historiadores a se dedicar ao assunto, afirma que o subsídio literário – imposto criado em meio a Reforma Pombalina em 1772 e destinado a fazer face às despesas do ensino, recaído sobre o vinho, a aguardente e demais bebidas "espirituosas" – teve diminuta aplicação no território brasileiro, tendo sido enviado ao cofre dos Rendimentos Gerais grande parte do que fora arrecadado (PIAZZA, 2002: 59-75).

Ressalta-se ainda que do dinheiro arrecadado e efetivamente gasto com a Reforma Pombalina no ensino, grande parte foi distribuído nos Estados do nordeste e do sudeste brasileiro, não atingindo o território ao sul de São Paulo. Para Piazza, um dos motivos para esta falta de investimentos durante o século XVIII se deve ao fato de que "a verdadeira estruturação e consolidação das comunidades meridionais tem lugar após a reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis (1776) e a devolução da Ilha de Santa Catarina aos portugueses (1778)" (PIAZZA, 2002: 75).

De fato, as circunstâncias que sucederam a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em outubro de 1777 – a buscar o fim das disputas entre Portugal e Espanha pelos limites territoriais na América – proporcionou a Nossa Senhora do Desterro um lento, mas gradual surto de desenvolvimento. Nos meses que seguiram à "reconquista" da Ilha de Santa Catarina pelos portugueses foi nomeado pelo vice-rei do Brasil, marquês do Lavradio, para

recebê-la e reestruturá-la, Francisco Antonio da Veiga Cabral, então Coronel do Regimento da Bahia.

Com boa localização geográfica, rodeada de portos e enseadas navegáveis, desfrutando boas águas, madeiras, terrenos férteis e alimentos abundantes de variados gêneros com os quais se poderia fazer comércio e abastecer o sustento diário de seus habitantes, a Capitania foi considerada por Veiga Cabral como "muito promissora". Era necessária, contudo, uma forte alteração dos costumes do povo, até aquele momento pouco adaptado as normatizações e racionalizações pretendidas para o estabelecimento de uma nova paisagem urbana. Segundo Maria Bernardete Ramos Flores, achava-se ser necessário "gente, meios e ardor de um espírito pátrio que soubesse promover aqueles úteis estabelecimentos", necessitando-se da execução imediata do que se considerava "eficazes remédios" para o desenvolvimento da Capitania:

> *Constância nas suas resoluções; praticar muita caridade e humanidade com os pobres; ser prudente; não se satisfazer em dar as ordens, mas ir de tempo em tempo ver se elas se executam; vigiar sobre as pessoas mais poderosas para que estas não oprimam e não vexem os mais pobres e pequenos; dar toda atenção para providenciar benefícios para os pobres, tirando da indigência os que nela viverem; castigar os culpados quando fosse preciso para que todos respeitassem as leis do Soberano e para que os povos vivessem em sossego; ouvir com muita paciência a todos, porém persuadi-los sempre a seguir as resoluções do governo* (PIAZZA, 2002: 119).

A força de articulação da pequena elite letrada se fazia presente ao impor-se pela pena e pela oratória. O período parece marcar o momento em que esta elite toma as rédeas para reger e conduzir a sociedade. Cidade porto e sede administrativa, Desterro fixava na vida da comunidade as fronteiras civilizadoras que, ao mesmo tempo, impediam a opressão dos mais pobres e exerciam sobre eles seu poder de vigilância; como bons cristãos concediam benefícios aos indigentes e puniam os que pecassem contra a ordem da estrutura sócio-econômica e cultural que seu poder garantia; ouvia a todos com paciência e boas maneiras para em seguida persuadí-los pelo verbo.

Havia, inclusive, planos do marquês de Lavradio de manter em Santa Catarina sócios colaboradores de sua academia científica, criada em 1772 no Rio de Janeiro sob a proteção de Pombal, a reunir médicos, cirurgiões, boticários, farmacêuticos e "alguns curiosos" com o intuito de encontrar "todas as coisas pertencentes aos três reinos vegetal, animal e mineral, fazendo-se-lhes todas as análises e mais observações que couberem no possível[3]".

[3] *Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776*, carta de 6 de Março de 1772 (SILVA, 1999: 27).

Como parte deste plano de desenvolvimento da ilha, houve novo incentivo a povoação da capitania feita com homens acostumados a trabalhar na terra. Casamentos foram estimulados e promovidos. Todos que casassem deveriam ganhar uma porção de terra para cultivar. Quem tivesse terras e possuísse meios de cultivá-las deveriam arrendá-las ou aforá-las. Com ajuda da Fazenda Real, o governo distribuiu sementes para sustentar o primeiro ano de cultivo, bem como providenciou os instrumentos necessários para o trabalho. A ordem para prosperar era "povoar, plantar e defender a possessão do rei" (FLORES, 2004: 121).

Neste fim de século de incentivo à agricultura aportaram na ilha uma série de livros vindos de Lisboa para serem vendidos na sede da Capitania no ano de 1799. Osvaldo Cabral narra com fina ironia o episódio desta remessa de livros enviados pelo Vice-Rei ao Governador para serem comercializados "a fim de instruírem seus habitantes". Segundo Cabral,

> *Não eram cartilhas, livros de primeiras letras, para desemburrar – mas obras mais avançadas, algumas técnicas, outras literárias, que, de graça, os moradores seriam capazes de aceitar, para calçar algum pé de mesa mais curto, em chão desnivelado, mas, pagas, nem para ver as figuras, se é que as tinham, seriam capazes de adquirir* (CABRAL: 1979: 91)..

Para Cabral, o então o Governador João Alberto Miranda Ribeiro deve ter sacrificado seu soldo a fim de adquirir todas obras enviadas e proteger algum livreiro amigo do Vice-rei em Lisboa, pois todos os livros foram vendidos, mas dificilmente foram lidos. Entre os livros que Cabral considerava "encalhados em Lisboa" e que aqui se tornaram "best-sellers" – ironicamente falando, claro – estavam títulos como *A Cultura do Tabaco nos Estados Unidos*, *Tratado de Pasigrafia*, *Mineralogia de Bergmann*, *Helmintologia Portuguesa*, *Cultura do Cânhamo*, *Pensões Vitalícias*, *A Memória sobre o Queijo Rochefort*, *Considerações Cândidas sobre a natureza do Açúcar*, *Arte de Fazer Cola*, entre outras que chegaram nas três remessas enviadas.

Cabral não acreditava que tivessem tido um só leitor: "nem mesmo o Canto Heróico, de Bocage. Ainda se fossem as anedotas, vá lá" (CABRAL: 1979: 93). Na falta de algum estudo historiográfico que se dedicasse a uma revisão sobre o episódio desta remessa de impressos, tais livros tornaram-se motivo de pilhéria e símbolos do atraso e do isolamento cultural de Desterro. Contudo, vale a pena dissecar alguns pontos do discurso de Cabral a fim de corrigir algumas imprecisões causadas, certamente, pelo desconhecimento por parte do autor sobre a origem dos livros.

Em primeiro lugar, ao contrário do que foi sugerido por Cabral, não havia, à

época, nada mais moderno e atual para uma capitania do que receber pelo porto os caixotes de livros enviados pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Tais obras demonstram a circulação em Santa Catarina dos livros da Casa Literária do Arco do Cego, projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro do Ultramar do Estado português, que incumbiu o Frei Mariano da Conceição Veloso de ajuntar e transladar em português - por meio da publicação de livros - todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil para o melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, com a finalidade de espalhar "conhecimentos úteis", técnicas modernas e idéias científicas que arrancariam "a colônia do atraso em que se encontrava" (MORAES, 2006:79).

A intenção era aproveitar de forma racional as riquezas naturais do Brasil por intermédio de técnicas modernas adotadas em outros países. Vale lembrar que nos fins do século XVIII Portugal vivia a reforma feita por Pombal na Universidade de Coimbra, em sua tentativa de romper com os padrões acadêmicos vigentes, de pendor exclusivamente literário, passando a gestar uma nova geração de estudantes com formação científica moderna (SILVA, 1999: 184).

Segundo Borba de Moraes, o ambiente na metrópole era favorável aos estudos de ciências naturais. Havia a necessidade de demarcar os limites do Brasil o que originou dezenas de expedições científicas tais como se faziam na França e na Inglaterra. Brasileiros como José Bonifácio de Andrada e Hipólito da Costa ganhavam bolsas de estudos no exterior. Demais brasileiros que residiam no exterior e formados em centros universitários como os de Coimbra, Edimburgo e Montpellier comungavam com os ideais iluministas e se interessavam entusiasticamente pelo pensamento da intelectualidade do Ocidente europeu. Foi neste ambiente que floresceu o projeto para a publicação de livros de divulgação de novas técnicas e culturas "capazes de promover o progresso do Brasil" (MORAES, 2006:80).

D. Rodrigo de Sousa Coutinho logo convidou Frei Veloso para assumir a direção da Oficina Tipográfica, Tipoplástica e Calcográfica do Arco do Cego. Tal empresa, nascida de um projeto político com aspirações iluministas de se operar reformas no Reino conseguiu articular os interesses metropolitanos com os das elites coloniais. Cabe aqui ressaltar que ganhava força entre as elites coloniais os ideais liberais perceptíveis em movimentos como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), além dos movimentos nativistas ocorridos na primeira metade do século XVIII, os ecos da Revolução Francesa, da Independência Norte-Americana, e o temor provocado pela revolta dos escravos de São Domingos em 1792, na Ilha de Santo Domingo (Haiti).

Como bem percebeu Robert Wegner, D. Rodrigo de Sousa Coutinho conseguiu

incorporar membros da elite letrada brasileira em um projeto político conjunto de Império transatlântico, no qual a colônia teria papel crucial e ativo na superação do "atraso" português (WEGNER, 2004: 132). Grande parte daqueles jovens brasileiros que se encontravam na Metrópole gravitavam em torno de Mariano Veloso e estavam inseridos nas redes de sociabilidades político-letradas da época. Muitos deles acabaram por fazer inúmeras traduções ou mesmo editaram pelos prelos da tipografia do Arco do Cego suas próprias edições.

Pela primeira vez a ciência ocupava um papel central num projeto do Estado português para a colônia, que realizava pesquisas de gêneros da natureza economicamente exploráveis e a atualização de suas técnicas agrícolas. Em sua "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América", escrita possivelmente entre 1797 e 1798, D. Rodrigo de Sousa Coutinho já delineava os princípios fundamentais da administração colonial pretendida. Para ele, o sistema político a ser adotado pela Coroa para conservar a colônia americana deveria estar calcado na agricultura e na extração de bens naturais brasileiros, "tirando da sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos ofereça" (SILVA, 1999: 184).

Ao longo de seus três anos de existência (1799-1801) saíram das impressoras da Casa Literária do Arco do Cego mais de oitenta obras - todas elas marcadas por grande sofisticação gráfica – que contribuíram para que o Estado português não desempenhasse apenas um papel de agente econômico e político, mas também o de agente cultural ao determinar a divulgação científica como pedagogia corretiva dos interesses e técnicas agrícolas e naturalistas, incentivando seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais da colônia.

Os gastos foram exorbitantes: mandou comprar prelos, grande quantidade de tipos novos em substituição dos velhos caracteres portugueses fora de moda, vindo da França os mais modernos, os de Didot. Junto à tipografia foi criada uma escola de gravura para ilustração dos livros e uma fundição de tipos (MORAES, 2006:81). Frei Veloso gastava a largo, expandiu a oficina, mandou fazer diversas traduções e a seu tempo se imprimiram todas as obras principais e de grande custo disponíveis então. Mantinha cerca de sessenta funcionários regulares, além daqueles contratados para trabalhos esporádicos (CUNHA, 1976).

Ao que parece, as obras enviadas à ilha de Santa Catarina correspondem tanto ao projeto de D. Rodrigo e Frei Veloso quanto ao de Veiga Cabral e do Marquês do Lavradio iniciado no final da década de 1770, que como vimos, visava promover o desenvolvimento da capitania através do incentivo a produção agrícola: "povoar, plantar e defender a possessão do

rei". Não à toa que folhetos como o *Discurso sobre o melhoramento do arado* foram aqui distribuídos gratuitamente, tal como feito na província de São Paulo (SILVA, 1999: 106).

Era latente a necessidade de instrução prático-científica numa capitania que até então não estava voltada para estas preocupações, como demonstra carta do marques de Lavradio enviada ao governador Veiga Cabral anos antes da chegada dos livros, informando que mandara examinar na Inglaterra umas sementes de cochonilha. Para conseguir bom resultado haveria de ter gente que soubesse lidar com a terra, tratá-la para o cultivo e fazer a colheita no tempo certo: "como não tinham quem os instruísse na produção de cochonilha, o governador deveria aproveitar as diferentes experiências, que era o que ensinava" (FLORES, 2004: 120-121).

O tempo passou, Veiga Cabral fora substituído no governo da capitania, edificações foram feitas, estradas foram abertas, o porto e o comércio continuaram a se desenvolver com a exportação de madeira, farinha, aguardente, arroz, açúcar, azeite-doce, amendoim, café, carne-seca, feijão, sal, entre outros produtos. No resto do Brasil, além das minas de ouro e diamantes e a extração de madeiras, já existiam as culturas de cana de açúcar, cacau, café, índigo, arroz, linho cânhamo, além das novas culturas da canela e do trigo (SILVA, 1999: 184). Não é de se estranhar, portanto, a circulação de tais livros em Santa Catarina.

Um olhar mais atento sobre os livros remetidos poderá perceber algumas das culturas que mereceram maior destaque: sobre a cultura do linho e do cânhamo foram mais de duzentos exemplares enviados, sendo que há décadas já se havia uma incipiente tentativa de produção de algodão na ilha, como atestam relatos de viajantes como o de Dom Pernetty, datado de 1763 e já anteriormente citado (PERNETTY, 1996: 106).

Aportaram também por aqui exemplares do *Fazendeiro do Brasil*, publicação voltada para a colônia, como o próprio título explicita. Consistiam em cinco tomos organizados em dez volumes, todos com prefácios redigidos por frei Veloso, alguns dizendo respeito a gêneros já cultivados como açúcar, café e linho cânhamo – enviados para Santa Catarina – e outros representando gêneros que poderiam ser introduzidos na economia rural da colônia, como a canela, ao cravo-da-índia e a noz-moscada (WEGNER, 2004: 133). Há ainda o envio de cinqüenta exemplares sobre o *Extrato de Salitre*, matéria prima necessária para a fabricação de pólvora e que, segundo Wegner, havia se tornado prioridade na nova política colonial (WEGNER, 2004: 137).

Não há, portanto, razões para se manter o estereótipo da inutilidade dos livros e do atraso que a circulação deles por estas terras representaram. A circulação destes livros em

Desterro, ainda em 1799, primeiro ano das atividades do Arco do Cego, demonstra também que quando se instalou no Rio de Janeiro a tipografia da Impressão Régia, em 1808, já havia, inclusive em Desterro, um comércio de produtos impressos relativamente ativo, embora muito restrito pelas condições sociais e políticas de então. Não há como afirmar, como o faz Cabral de forma ácida, de que nenhuma das obras foram efetivamente lidas, pois não havia aqui quem "as lesse, digerisse e entendesse" (CABRAL, 1979:93). Tal afirmação é uma conjectura, e como tal, o vento da suposição pode soprar em direção a diferentes humores.

Sobre a recepção às obras na ilha de Santa Catarina, há dados que comprovam que quantia significativa foi distribuída apesar do baixo numero de letrados, como demonstra ofício do governador Joaquim Xavier Curado:

> *Devo dizer a Vossa Excelência que não me foi possível completar ainda toda a distribuição dos referidos livros, porque a maior parte dos homens que neste país se aplicam à cultura o fazem mais por [?] íntima, que praticamente tem aprendido uns dos outros, do que por princípios fundamentais que tenham adquirido com a lição de livros que os possam instruir neste importantíssimo objeto, pois que a maior parte deles, nem no menor sabem ler. O que não obstante sempre espero ultimar a sobredita distribuição logo que se tenham feito as necessárias contribuições a respeito de seu conteúdo, conforme as ordens que me foram positivamente dirigidas no ofício de vinte e três de dezembro em que já em cima falo. E então terei a honra de enviar o resto da importância de que ainda falta, para completar na total remessa que me veio da Corte*[4].

A dificuldade de se avaliar o resultado que a iniciativa de remeter os livros do Arco do Cego ao Brasil colonial não é "privilégio" apenas da capitania de Santa Catarina. Dos mais de 1.700 estudantes brasileiros formados em Coimbra durante o século XVIII, cerca de 60% sitiavam nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, sendo que nelas viviam menos de 25% da população. Bem recebidas ou não, a recepção a tais obras não haveria de ser diferente de outras capitanias localizadas à margem dos principais centros urbanos de então.

Cabe ressaltar que não havia a expectativa por parte de Frei Veloso de que a venda de livros sustentasse o empreendimento do Arco do Cego. Se os livros do Arco do Cego não resolveram os problemas da agricultura brasileira, e tampouco os de Santa Catarina, certamente não se deve ao fato de que os livros não serviam nem para calçar um pé de mesa mais curto e sim porque tais problemas são tão complexos que não podem ser resolvidos com a simples publicação de livros.

Sabe-se também que o governador João Alberto Miranda Ribeiro não sacrificou

---

[4] OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], coronel Joaquim Xavier Curado, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo] sobre o pagamento dos livros que a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar enviou para esta ilha. 1801, Junho, 20, vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina.Arquivo Histórico Ultramarino. (FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. 2000).

seu soldo a fim de adquirir todas as obras e proteger algum livreiro amigo do Vice-Rei em Lisboa, como afirma o chiste de Cabral. E digo isto não apenas por duvidar do fato de que o governador poderia bancar toda a soma dos valores das centenas de exemplares para cá enviados, mas simplesmente porque João Alberto Miranda Ribeiro faleceu antes mesmo de se efetuar o pagamento de toda a quantia devida pelos impressos, sendo substituído provisoriamente por uma Junta Governativa já em 1799[5].

Outro ponto do discurso de Cabral que merece ser problematizado é quando o autor de Nossa Senhora do Desterro brada contra a falta de cartilhas e livros de primeiras letras ”para desemburrar” o povo da capitania entre os livros para cá remetidos, apesar de constar o envio de cinqüenta exemplares do *Catecismos da Língua do Brasil*, cinco exemplares da *Arte da grammatica da língua do Brasil* e do *Dicionário da Língua Geral do Brasil* além de vinte e cinco exemplares de *História da América*.

Certamente estas dezenas de livros não foram o suficiente para a instrução de todos os habitantes da capitania, mesmo porque dificilmente foram distribuídas nas escolas. Não haveria de ser diferente, pois, no Brasil, até meados do século XIX eram escassos os livros didáticos, sem mencionar as condições de ensino das poucas escolas. O que muito se usava como instrumento didático eram textos manuscritos feitos pelos próprios pais e professores, além de cartas, ofícios e documentos de cartório ou administrativos, enfim, o material impresso ou manuscrito que havia à mão (BATISTA, 2005: 87).

A falta de livros de literatura, também reclamada por Cabral, não deixa de ser exagerada, pois tais livros gozavam de reduzida circulação durante o século XVIII no país. Data de 1770 o Edital da Real Mesa Censória versando sobre a proibição dos livros de prosa de ficção e, mais especificamente, dos romances, uma vez que – na perspectiva dos órgãos censórios – os filósofos das Luzes fizeram de suas obras de ficção veículos de difusão de seu programa. A remessa de livros de prosa para o Brasil ficou ainda mais complicada quando por determinação de D. José I a Real Mesa Censória obrigou os juízes de alfândegas remeterem todos os livros que achassem para a casa da revisão, devendo os indivíduos que estivessem a transportar ou a remeter livros a terceiros listá-los num catálogo (VILLALTA, 2005: 161-181).

Obviamente seria ingenuidade pensar que todo o movimento de livros era

[5] OFÍCIO da Junta Governativa da ilha de Santa Catarina, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre estarem governando desde o falecimento do governador da ilha de Santa Catarina, tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro; sobre o envio dos ofícios acerca da recepção de impressos relativos a instrução dos habitantes do Brasil na agricultura e outros objetos. 1800, Fevereiro, 1, vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina. Arquivo Histórico Ultramarino. (FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. 2000).

submetido à avaliação dos órgãos censórios uma vez que a rigidez da fiscalização poderia variar de acordo com as orientações governamentais e o contrabando foi correntemente utilizado como estratégia deliberada de comerciantes e leitores para se fazer circular os livros proibidos, como demonstram estudos recentes de pesquisadores como Luiz Carlos Villalta. Ademais, apenas a partir do século XIX haverá um fluxo maior de obras de literatura circulando pelo país, coincidindo em parte com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

A dependência de fornecedores externos de livros e produtos impressos, e o controle de sua circulação, como afirma Bragança, "dificultavam, mas não conseguiam impedir o atendimento das demandas dos leitores" (BRAGANÇA, 2002: 66). A abertura dos portos para o livre comércio de produtos europeus, em 1808, e a suspensão da censura, em 1821, foram dois fatores decisivos para a entrada no país de uma grande variedade de títulos e autores, apesar da quantidade de exemplares não ser alta devido ao baixo número de leitores (VASCONCELOS, 2005: 203).

Se ao fim do século XVIII há a possibilidade de aferir o aumento, ainda que de forma restrita, da circulação de produtos impressos em Desterro, a partir do século XIX começarão a pulular registros de leitores que de alguma forma deixaram indícios de suas práticas de leitura.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Papéis velhos, manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB; São Paulo, S: Fapesp; 2005.

BRAGANÇA, Aníbal. Uma introdução à História Editorial Brasileira. In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*. Vol. XIV (Separata). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002.

BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina escrita no Rio de Janeiro em o ano de 1816*. Lisboa: Typografia da Academia Real de Sciencias, 1829.

CABRAL, Osvaldo. *Nossa Senhora do Desterro. Memória 2*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CUNHA, Lygia da Fonseca F. da. *Oficina Tipográfica, Calcográfica e Litográfica do Arco do Cego, Lisboa*. Rio de Janeiro: Ed. Fontana, 1976.

DALLABRIDA, Norberto. "O colégio jesuítico da vila do Desterro e a expansão portuguesa no Atlântico Sul". In: BRANCHER, Ana & AREND, Sílvia. *História de Santa Catarina. Séculos XVI a XIX*. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina*, 1777. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

FLORES, M. B. R. & SERPA, E. C. *Documentos Manuscritos avulsos da Capitania de Santa Catarina (1717-1827*). Brasília: Ministério da Cultura, 2000.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PERNETTY, Antoine Joseph. "Histoire d´un voyage aux isle Malouines (...)", in: HARO, Martim (org.). *Ilha de Santa Catarina. Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, EDUFSC: Lunardelli, 1996.

PIAZZA, Walter. "O subsídio literário e a sua aplicação no Brasil", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª Fase. Nº 21. Florianópolis: IHGSC, 2002.

PIAZZA, Walter. "Por uma História Cultural Catarinense", in: *Revista da Academia Catarinense de Letras*. Nº 16. Florianópolis: ACL, 2000/2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira*: da reforma da Universidade à Independência do Brasil. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VASCONCELOS, Sandra G. T. Caminhos do romance inglês no Brasil do século XIX. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB; São Paulo, S: Fapesp; 2005. p. 203.

VILLALTA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722-1822). In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB; São Paulo, S: Fapesp; 2005.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. In: *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, Vol. 11 (suplemento 1), 2004. p. 132.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As escritas de si masculinas: entre memórias e autobiografias – elementos para pensar as masculinidades

Antônio de Pádua Carvalho Lopes[1]

É significativo, para o estudo da masculinidade, que a escrita autobiográfica no Piauí tenha se desenvolvido especialmente como uma escrita feita por homens. Sinal de que a prática de escrever sobre si e suas experiências, numa exposição de sua trajetória, era indício de importância pública de sua posição no mundo. Quem eram esses homens que falavam de si e exerciam a prática da escrituração de sua vivência? Que lugar essa prática escriturística tinha na sociedade piauiense? O que ela pode nos informar sobre a construção das masculinidades?

Para o levantamento do corpus deste estudo considerou-se autobiográfico os escritos nos quais os sujeitos falam de si, construindo um texto em que sua trajetória de vida é o elemento central, mesmo que tangencialmente abordem temas outros. Utilizamos como critério para definição do *corpus* o estabelecido por Lejeune (1994) para a autobiografia (identidade entre autor, narrador e protagonista), embora, como afirmam Bruner e Weser (1995, p. 143), "[...] os gêneros existam não só como modo de escrever e falar, mas também como de ler e ouvir [...]".

De um total de 33 textos autobiográficos levantados pelo presente estudo, 28 são escritos por homens. Isso indica uma relevante prática de escrita desse gênero de texto por homens e o acesso dos mesmos aos meios de publicização de seus escritos, o que pode estar relacionado com o modo como os homens se apropriaram dos espaços literários no Piauí e a relação deles com o espaço público.

O *corpus* foi escrito, essencialmente, no decorrer do século XX, o recorte histórico deste estudo tendo sido definido, considerando a primeira edição dos textos, nos anos de 1939 a 2005. Esses escritos são lidos, reconhecendo-se, como coloca Larrosa (2004), que há uma estreita relação entre sujeito e narração. Buscou-se sua materialidade, através da análise dos suportes da escrita, e seu conteúdo, procurando perceber nessas escritas o modo como os modelos de masculinidade se constituíram na experiência dos narradores.

[1] Universidade Federal do Piauí

Interessa-nos, portanto, especialmente, analisar as possibilidades do uso deste acervo para a compreensão da relação das escritas de si de autoria masculina com modelos de masculinidades. Devemos, contudo, destacar que, na perspectiva dos estudos sobre gênero, como afirma Viñao (2000), o estudo desse tipo de escrita tenha sido importante, especialmente, para revelar as vozes e as experiências femininas. É preciso reconhecer, também, como afirmam Catani, Bueno, Sousa e Souza (1997), que o lugar social, possibilitador de experiências e trajetórias de vida do masculino e do feminino, constroem tipos de memórias diferenciadas.

Para Connell (1995), por sua historicidade, o gênero é aberto à transformação histórica. Segundo Connell (1995, p. 188), "[...] a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens nas estruturas das relações de gênero". Haveria, assim, masculinidades. Desse modo, o uso da categoria gramsciana de hegemonia é importante para a compreensão dessa pluralidade de masculinidades e o modo como uma se impõe às outras. Assim, segundo Almeida (1995, p. 155), a masculinidade hegemônica tem a "[...] capacidade de impor uma definição específica sobre outros tipos de masculinidade, o que significa que o modelo exaltado corresponde na realidade a muito poucos homens [...]". As masculinidades convivem, pois, em disputa em um espaço social, havendo a tentativa do modelo hegemônico de masculinidade de subjugar as outras masculinidades.

O estudo do masculino tem despertado, nos últimos anos, o interesse de pesquisadores da história do Piauí. A constituição da docência como historicamente pouco ocupado pelo masculino foi objeto de estudo de Lopes (2004) e Abreu (2003). Além desses trabalhos, tem-se o de Castelo Branco (2005), que procura compreender a prática discursiva dos literatos nas primeiras décadas do século XX.

A prática da escrita autobiográfica no Piauí

Percebemos a prática da escrita autobiografia como um modo de publicizar, responder a críticas ao autor ou informar para os membros mais jovens do grupo familiar a história de uma vida. A motivação para a escrita autobiográfica como um relato da vida a parentes e amigos pode ser ilustrada com a escrita de Mello (1976, p. 13):

> *[...] viso somente atender o desejo que há muito me veio, de legar, especialmente a meus filhos, genros, nora, netos e bisnetos, e a alguns amigos e conterrâneos, a narração verdadeira dos principais fatos havidos comigo ao longo dos dias que vivi, desde os mais longínquos que a mente me permite alcançar.*

O desejo de um público leitor mais restrito não significa que a narração não visasse um público maior, pois a definição de si do autor se dá pelas funções que ocupou (médico, professor, político e governador). Essa condição faz, inclusive, o autor imaginar que seu trabalho seja de interesse para os historiadores, como fonte sobre acontecimentos e homens dos períodos presentes em sua narração.

Mello (1976), de modo indireto, também deseja que sua narração constitua uma espécie de contraste ao muito que dele se falou quando de sua gestão como governador (1937-1945). Desse modo, nas motivações de sua escrita autobiográfica, cruzam-se diferentes motivos para a realização da mesma.

A escrita de si não é uma escrita que se faça sem que se justifique o ato como não narcisista.Vários momentos dos textos falam da necessidade da contenção da exibição meramente narcisística e da dificuldade de lidar com essa escrita. Exemplifica isso Palha Dias (1997, p. 13), quando diz: "Nos meus escritos, até aqui, nunca havia decidido escrever na primeira pessoa. Não gosto de assim expressar-me. Porém, no caso em cogitação, como falar de mim mesmo sem valer-me de tão pernóstico expediente?".

Uma autobiografia é escrita, também, com a intenção de servir de reflexão para outros e que a vida narrada contenha elementos de comparação para situações existenciais dos prováveis leitores. Campos (1941, p. 8), ao justificar seu livro, diz:

> *[...] escrevo a história da minha vida não porque se trate de mim; mas porque ela constitui uma lição de coragem aos tímidos, de audácia aos pobres, de esperança aos desenganados, e, dessa maneira, um roteiro útil à mocidade que a manuseie. Os vícios que a afeiam, os erros que a singularizam e que proclamo com inteira tranqüilidade de alma, os rochedos, em suma, em que bati, mesmo esses me foram proveitosos, e sê-lo-ão, talvez, aos que me lerem. Conhecendo-os, saberão aqueles que vierem depois de mim, que devem evitá-los, fugindo aos perigos que enfrentei, e, conseguintemente, procurando, na viagem, caminhos mais limpos e seguros.*

Do levantamento realizado de autobiografias, podemos perceber, como motivações principais explicitadas, as que estão acima indicadas. A escrita autobiográfica no Piauí constituiu, assim, prática que se justifica pela dimensão pública da atividade profissional do autor e, portanto, a masculinidade que tem nesta dimensão um aspecto relevante de sua constituição.

Falando de si mesmo, evoca-se a atividade exercida, que constitui parte importante da definição do que se é. Melo (1956, p. 3) diz, logo no primeiro parágrafo de seu livro: "[...] toda minha vida pública foi circunscrita a dois setores: a política e a magistratura.

Incidentalmente exerci o ministério público, a Administração dos Correios do meu Estado e só acidentalmente o magistério particular e a advocacia".

Isso se relaciona com a dimensão pública da construção da identidade masculina e aparece nas memórias justificando a importância da escrita das mesmas. Pois o que o autor expõe é algo de interesse geral do qual ele foi "testemunha ocular" ou "personagem central". Isso, como afirma Furtado (1990) em relação a seu livro, é uma forte motivação para a decisão de escrever autobiografia. Portanto, na prática deste tipo de escrita cruza-se a identidade masculina e a relevância da ação do autor no espaço público, parecendo ao autor do relato autobiográfico estar tratando de algo que não se reduz meramente a sua existência pessoal, mas que pode servir, inclusive, para a construção de uma história da cidade ou do Piauí que considere a visão do autor, considerado como um sujeito importante dessa história.

Tradicionalmente, no relato autobiográfico encontramos "[...] a tentativa de representação de um sujeito pleno, aquele forjado pelo modelo ocidental: homem, branco, burguês" (PÉRPETUA, 1997, p. 169) e pela "ilusão biográfica" (BOURDIEU,2000). No entanto, como a vida narrada no livro autobiográfico, podemos encontrar desarmonias, porque, como diz Silva (1988, p. 9), "harmoniosa não tem sido nossa vida". Sendo a vida "um combate", seu relato é educativo porque trata-se de pensar a experiência e

> [...] aprendermos que o bom êxito ou o fracasso em todo e qualquer intento ou ideal da nossa vida está em nós mesmos, em nossas inadvertências, em nossas paixões e falta de senso, palmilhando por caminhos errados e não ouvindo bem a voz da consciência – o conselheiro mais certo e ajuizado do homem. (SILVA, 1988, p. 10).

A escrita autobiográfica é, pois, um momento para pensar a si, seu lugar social e sua relação com os outros, bem como sua época, e servir aos leitores, pela exposição efetivada, como suporte para a reflexão sobre sua própria caminhada. Relatos de vivências e experiências (JOSSO, 2004) se cruzam nessas autobiografias.

As autobiografias escritas por homens como fonte para o estudo de masculinidades

No Piauí, há uma relação entre um certo tipo de masculinidade e a prática da escrita, que projeta os homens no espaço público através da obra editada e os faz partícipes das lides políticas através das disputas explicitadas nos jornais e da constituição da figura do literato. As polêmicas e querelas políticas parecem, inclusive, ser parte desse tipo de masculinidade.

O poder e a proximidade com ele revelam-se um traço marcante dessa masculinidade. Seus relatos autobiográficos estão marcados por essa relação com poder, seja pelo exercício do mesmo, seja por uma proximidade com ele, tornando-se isso um fator considerado relevante para a escrita de sua autobiografia. Desse modo, participe nas tramas do poder, freqüentador da "Copa e da Cozinha" dos Palácios oficiais, o masculino revela sua participação e construção nas tramas do poder, que as conversas e o freqüentar esses espaços acarretam (SILVA, 1988).

Poder econômico, político, social, prestígio e conquistas eróticas compõem essa masculinidade mais afeita às lides políticas no Piauí (SILVA, 1988). Escrita jornalística veemente e engajada nos interesses políticos de seus autores, com "[...] descomposturas, apelidos, chacotas, e até obscenidades no devassamento dos casos íntimos de alcova (SILVA, 1988, p. 33), faziam parte, também, da composição dessa masculinidade.

Conquistar parcerias sexuais é um ponto importante da masculinidade constituída próxima ao poder. A sedução do poder acrescenta a essa masculinidade predatória um elemento forte para seu exercício. "Quando o homem galga o poder, além dos deveres específicos ele quer gozar a vida deleitando-se com o amor da mulher." (SILVA, 1988, p. 51).

Uma outra masculinidade se forja a partir do trabalho como definidor da condição masculina: o trabalho como manutenção de si e dos seus. O casamento representa um acirramento dessas exigências, porque implica na construção e manutenção da casa. Nessa masculinidade, as marcas do provedor, sem que isso implique na desconsideração da importância de uma esposa prendada não somente para as lidas domésticas, mas para um trabalho que complemente renda, como diz Barbosa (1994, p.10) sobre seu casamento: "[...] mas foi preciso vender o cavalo para comprar uma máquina de costurar a fim da mulher ganhar para ajudar nas despesas. Foi um belo negócio que fiz pois minha mulher era boa modista. Arranjou boas freguesias e nunca mais faltou o dinheirinho da feira".

Fazer serenatas, cantar e tocar também fazem parte do processo de constituição da masculinidade, como boêmia, conquista e diversão. Como diz Barbosa (1994, p. 8) "[...] naquele tempo eu era malandro, acostumado a fazer serenata para os amigos apaixonados [...]. Só cantava valsas apaixonadas e de vez enquanto tomava um gole de 'cana catavento'" . A seresta fazia parte da composição dessa masculinidade, que, em grupo, declarava seu amor nas janelas da cidade. Como diz Rêgo (1988, p. 32):

> *Teresina sempre foi terra de seresteiros [...]. Parávamos sob a janela das namoradas para dedicar-lhes números especiais, tendo o cuidado de antes deixar afastado, em geral, nas calçadas vizinhas, o grosso da turma, pois eram muitos os que nos acompanhavam. Alguns deixavam as próprias casas ao ouvir os sons dolentes, a fim de se agregar aos seresteiros. O silêncio, entretanto, era imperioso.*

Sociabilidades masculinas também aconteciam nos prostíbulos, bares e cafés da cidade. O Café Avenida é relembrado por Rêgo (1988, p. 58) como um desses espaços onde conversas sobre temas diversos aconteciam, podendo se prolongar até às 21 horas. Estas sociabilidades também se constituíam nos prostíbulos das cidades, espaços tantas vezes segregados, com ruas ou portos destinados a ele. Santos (1996, p. 41) relembra que "[...] Amarante tinha vida noturna intensa na área do meretrício. Havia prostíbulos com festas, bonitas mulheres, bem vestidas." As margens dos rios pareciam ser espaços onde essas práticas se localizavam em algumas cidades. Araújo (2005, p. 21) assim se refere a Parnaíba: "[...] nas margens do Iguaruçu, proliferavam os galpões, as quitandas e os bares, que à noite se transformavam nos cabarés, onde as mulheres (raparigas) ganhavam (ou perdiam) a vida". Espaços onde as disputas com forasteiros muitas vezes punham masculinidades em confronto, como relata Santos (1996, p. 41):

> Mantinha casa noturna, a melhor da cidade, na região do Cai N ´água, nome dado à região do meretrício, onde os porcos-d´água, homens que trabalhavam a bordo dos vapores e barcos, se reuniam, e quando começavam as brigas com os moradores da cidade e aparecia a polícia, eles caíam na água, nadando até chegarem em suas embarcações, onde a polícia não podia entrar.

A iniciação sexual também se encontra relatada nas autobiografias, sendo realizada pelas conversas com meninos velhos, que iniciam os mais novos em práticas de masturbação e relações sexuais com animais, como relata Rêgo (1985, p. 61):

> *Depois de cenas como as do cruzamento os meninos corriam direto ao riacho para a prática da masturbação coletiva. [...]. Durante o dia eram as masturbações na hora no banho em local ermo do riacho [...]. De noite, eram as visitas aos chiqueiros das cabras e das bezerras. Havia quem gostasse de jumenta, cadela e até galinha.*

Há diferentes formas de lidar com o desejo despertado pela mulher, desde a posse imediata até a que idealiza o lar como espaço de vivência de um amor domesticado. Humberto de Campos (1941, p.195), desejando aos 16 anos repouso das lidas da vida e, por isso, explicando seu modo de reagir ao desejo despertado pela mulher considerada bela, afirma:

> [...] Ao ver uma mulher do seu agrado, o rapaz de dezoito a vinte anos, dominado pela libido, faz, logo, ordinariamente, cálculo do prazer que lhe daria o seu corpo, imaginando o gosto do seu beijo e a doçura do seu abraço. Eu nunca fui assim. Ao encontrar a criatura que me despertasse interesse, o que me vinha à imaginação era a idéia do lar feliz, tranqüilo e pobre, com ela a meu lado. Nunca idealizei a mulher sem a casa. O lar foi sempre, aos meus olhos, o complemento do amor. [...]

Criação de passarinhos, passeios em animais, subir em árvores, briga de galos e jogos de futebol vão forjando, conforme os escritos autobiográficos, masculinidades em diferentes épocas no Piauí, naquilo que se pode denominar a ocupação do tempo livre dos meninos, jovens e adultos. Araújo (2005, p. 30) relembra as brigas de galo em Parnaíba, em toda sua crueldade, e no envolvimento dos donos e dos apostadores na disputa. Brincadeiras de peteca, castanha, triângulo e pião, além da bola, do futebol de botão, dado e dama, sem esquecer a pipa e o cerol, bem como as caçadas e pescarias faziam parte do processo de formação dessas masculinidades não fixas e construídas e reconstruídas no escrito autobiográfico.

Masculinidades que são construídas e reconstruídas também numa relação com as idades. Como Barbosa (1994, p. 20) coloca em sua autobiografia: "[...] como é ruim deixar de ser professor para ser aluno, de mandar para ser mandado. [...]. É o peso de 74 anos que me faz esmorecer [...]. Fui menino, fui rapaz". Cada etapa uma masculinidade se reconstruindo pela experiência do ser homem.

Espaço carregado de memória de formação, os escritos autobiográficos são importantes como fonte para o estudo dos processos de socialização. Desse modo, os escritos autobiográficos podem nos ajudar a entender os processos de subjetivação masculina, pelo que neles há de vivências e experiências de masculinidades construídas e reconstruídas, como nos ajuda a compreender Connell (1995), possibilitando, por fim, uma visão heterogênea da trama dos processos de socialização a partir de diferentes olhares e experiências.

Referências

ABREU, Jânio Jorge V. **Educação e Gênero**: homens no magistério primário de Teresina. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2003.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ARAÚJO, Carlos Henriques de. **Sem lenço, sem documento**: uma viagem inesquecível. 2. ed. Teresina-PI: PiauíPel, 2005.

BARBOSA, Chico. **Reminiscências**. Picos-PI: [s.n.], 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BRUNER, Jerome; WEISSER, Susan. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. IN: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.). **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1941.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias Inacabadas**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1941.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades e escritas: a prática discursiva dos literatos e a construção da masculinidade em Teresina nas primeiras décadas do século XX. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina, PR. **Anais eletrônicos**... Londrina-PR, UFL, 2005.

CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUSA, Cynthia Pereira de; SOUZA, M. Cecília C. C. Souza. História, memória e autobiografia na pesquisa e na formação. In: _____. **Docência, Memória e Gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, RS, UFRS, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

FURTADO, José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina-PI: Academia Piauiense de Letras, 1990.

GARCIA, José de Ribamar. **Imagens da Cidade Verde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Litteris, 2000.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidad. In: ABRAHÃO, Maria helena M. Barreto (Org.). **A aventura (auto)biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2004.

LEJEUNE, Philippe. **El pacto autobiográfico y otros estúdios**. Madrid: megazul-Endymion, 1994.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Sobre frações de homem: magistério primário e masculinidade. In: PINHEIRO, Áurea Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides. **Cidade**: história e memória. Teresina-PI: EDUFPI, 2004.

MELO, Mathias Olympio. **Rumos e atitudes.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho.** Teresina-PI: COMEPI, 1976.

PALHA DIAS, William. **Memorial de um lutador obstinado**. Teresina-PI: COMEPI, 1997.

PÉRPETUA, Elzira Divina. A escrita autobiográfica. In: ALMEIDA, Maria Inês de (Org.). **Para que serve a escrita?** São Paulo: Educ, 1997.

RÊGO, Raimundo de Moura. **As mamoranas estão florindo**. Teresina-PI: Projeto Petrônio Portela, 1985.

_____. **Notas fora da pauta**. Teresina-PI: Projeto Petrônio Portela, 1988.

SANTOS, José Bruno dos. **Transpondo Barreiras**. Teresina-PI: COMEPI, 1996.

SILVA, Cunha e. **Copa & Cozinha**. Teresina-PI: Projeto Petrônio Portela, 1988.

VIÑAO, Antônio. Relatos e relações autobiográficas de professores e mestres.In: MENEZES, Maria C. (Org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras.Campinas-SP: Mercado de letras, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Forasteiros: experiências de migrantes no contexto de uma cidade industrial

Rejane Silva Penna*

Resumo: O processo migratório nacional foi amplamente estudado por sociólogos, antropólogos e estatísticos, a partir de 1960. Entretanto foram insuficientemente abordados os modos como transferiram-se os usos e costumes dos lugares de origem ao de destino e a maneira pela qual as pessoas interpretaram sua inserção no contexto da cidade maior. Buscando auxiliar no preenchimento desta lacuna, o presente trabalho analisou a experiência de migrantes interurbanos, em situação de extrema pobreza na nova comunidade, utilizando a abordagem da história oral e história local, explicando como se compreende a triangulação narrativa, memória e quadro cultural. A metodologia possibilitou interpretar os depoimentos no sentido de que mais do que articular novas formas de pensar suas vivências para enfrentar o desafio de um meio urbano maior e diverso, os migrantes recorreram aos elementos presentes em sua cultura de origem como estratégia de sobrevivência.

Palavras-Chave: migrações; representações; metodologia

Abstract: The national migratory process widely was studied by sociologists, anthropologists and statisticians, from 1960. However the ways had been insufficiently boarded as to the uses and customs of the origin places had moved to the one of destination and the way for which the people had interpreted its insertion in the context of the city biggest. Searching to assist in the fulfilling of this gap, the present work analyzed the experience of migrants interurban calls, in situation of extreme poverty in the new community, using the boarding of oral history and local history, explaining as if it understands the triangulation narrative, memory and cultural picture. The methodology made possible to interpret the depositions in the direction of that more than what to articulate new forms to think its experiences to face the challenge of a bigger and diverse urban way, the migrants had appealed to the elements gifts in its culture of origin as survival strategy.

Key-Words: migration; representation; methodology

1. Introdução

* Doutora em História. Professora do Centro Universitário La Salle e Historiógrafa do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

As inúmeras discussões e debates sobre a questão da identidade dão mostras de esgotar o interesse das pessoas que estão atentas às trajetórias sociais e seus desdobramentos.

Ainda assim, o tema continua a ser debatido, talvez porque, conforme observou WOODWARD (2000), os processos de identificação constituam-se em elementos centrais na compreensão das mudanças sociais, tanto na arena global, em que existem preocupações com as identidades nacionais e étnicas; como em um contexto mais local, vinculados à identidade pessoal e suas relações. Em ambos os casos concretizam-se na pergunta ancestral, repetida pelos homens em todos os tempos e lugares, independente da questão de existir ou não uma natureza humana – quem eu sou?

A pergunta não ocorre no vazio, mas em uma sociedade onde a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre "locais" (insiders) e "forasteiros" (outsiders). Mas não é necessária a transgressão no sentido tradicional de quebra das normas vigentes para alguém ser classificado como "forasteiro", pois a produção deste tipo de identidade tem como referência a identidade do habitante do local. Logo, aquele que chega sempre será, em maior ou menor escala, por um tempo curto ou para sempre, um "forasteiro", caso não se permita ou não lhe seja permitido ter com os habitantes locais práticas simbólicas compartilhadas. Como será que um "forasteiro" compreende sua inserção em um novo lugar e o que leva alguém a se perpetuar nessa condição ou a ser acolhido no novo meio?

Acompanha-se os passos de LAÍS CARDIA (1998) que analisou a inserção migrantes pobres em novos meios urbanos dentro da dinâmica de reprodução do sistema capitalista, o qual determina o surgimento de uma expressiva mão-de-obra desqualificada para o mercado de trabalho e que só encontra ocupação em atividades de baixa renda e pouco prestígio. Valores e papéis sociais são reordenados no interior desses grupos e, conseqüentemente, novos arranjos que lhes permitem (re)definir a sua identidade, numa luta diária para que possam se integrar à realidade que se impõem. Essas estratégias referem-se a uma permanente busca para alcançar meios de sobreviver a um cotidiano que tem que estar, sempre, sendo reinventado.

Para trabalhar esta problemática, escolheu-se um tipo específico de experiência: a chegada de migrantes muito pobres para um meio urbano maior, a cidade de Canoas, que se estende por 131,1 km na região leste da Depressão Central do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, pela divisão mais freqüente, situa-se na macrorregião nordeste, que concentra a industrialização e os maiores aglomerados urbanos, configurando-se como uma rede bem

estruturada no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e em algumas áreas adjacentes (KLARMANN, 2002) As diversas legislações regradoras do espaço urbano também empurraram a população pobre para as periferias, auxiliando, junto com a instalação de indústrias, a constituição da chamada "Grande Porto Alegre". (PENNA, GAYESKI e CORBELLINI, 1997).

Esse espaço permeado de conflitos proporciona a problematização de saber como as pessoas percebem a dinâmica do seu exílio e acomodação em um novo lugar, muitas vezes cultivando lendas, paisagens, supostos tempos felizes de uma idade do ouro que talvez nunca tenha existido, mas que auxiliam a lidar com a fragmentação do presente.

2. As migrações e a história local como recurso analítico para compreender processos amplos

No Brasil de hoje o modelo dos deslocamentos humanos em grandes fluxos e a grandes distâncias parece acabado como dominância. Especialistas apontam para a situação de "migrações de curta distância", predominantemente intra-regionais; podendo ser sazonais em áreas de modernização agrícola ou inter-municipais em áreas de maior urbanização, remetendo a um estudo de recorte espacial em âmbito concentrado.

Trata-se de um novo tipo de abordagem local, com a potencialidade de construir para a compreensão de determinados fenômenos, como as estratégias de reprodução social e familiar, entre outros aspectos, que foram subestimadas pelas versões macroscópicas do fenômeno migratório.

Segundo REZNIK (2005), a eleição de um local específico não implica uma simplificação do número de variantes e aspectos da trama social. O local alçado em categoria de análise pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores pertinentes a determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador.

3. Carroceiros e papeleiros: a vida fora de casa

Para trabalhar esta proposta, selecionamos trechos de entrevistas realizadas entre 2003 e 2004, para o projeto "Canoas – Para lembrar quem somos" [1], que expressam como o

[1] Parceria entre o Centro Universitário La Salle e Prefeitura Municipal de Canoas, visando a pesquisar a origem e desenvolvimento dos bairros da cidade.

forasteiro narra a sua vivência na cidade, bem como a relação com os habitantes e o Poder Público. Para compreender as representações sobre os processos de inserção dos forasteiros pobres na nova cidade, recorremos à metodologia da História Oral, com entrevistas semi-estruturadas, centrando o foco na abordagem local[2].

A partir do local considera-se que o espaço social é integrado pelos indivíduos que o percebem e o representam, a partir de seus quadros culturais, pressupondo, de acordo com STUART HALL (2003) que o sujeito fala sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica. Então, todo o sistema de representações, independente do que enfoca, poderá ser associado a um quadro cultural, sendo a partir dele que adotamos determinadas posições.

Logo, as palavras e expressões mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, adquirindo seu significado em referência aos quadros culturais nos quais essas posições se inscrevem.

Da hermenêutica adotou-se a problemática de saber como é possível interpretar as descrições de sentido subjetivamente intencionais, tendo em conta o fato de passarem pela subjetividade do próprio intérprete. Tomou-se como ponto de partida a metodologia descrita e aplicada por pesquisadoras na área da Educação (SZYMANSKI; ALMEIDA; PRANDINI. In: SZYMANSKI, (org.), 2002).

No caso do presente trabalho, as entrevistas foram realizadas apenas uma vez, com cada uma das pessoas, impedindo um contato duradouro que permitisse o aprofundamento da relação, mas procurou-se adotar uma postura e sentimentos conectados à reflexão de DILTHEY (apud REIS, 2003), em que compreender o outro não é submetê-lo a alguma forma de controle externo, mas estabelecer com ele uma relação de confiança recíproca, por uma escuta atenta e respeitosa das expressões da sua experiência vivida. Mas o outro, por não ser o eu, é, a princípio, intolerável, pode inspirar rejeição e repugnância, é difícil aceita-lo em sua diferença, com os seus "maus" costumes, seu cheiro estranho, sua fisionomia "feia", a sua violência iminente (REIS, 2003, p. 388-389). Há que se transpor uma série de imagens pré-concebidas que estigmatizam pessoas de ocupações semi-marginalizadas.

Ao movimento de receio, desgosto e demais sentimentos de afastamento, cabe ao pesquisador a aproximação. Mas dificilmente o olhar do pesquisador poderá desvestir-se de

[2] Maiores esclarecimentos a respeito da inserção de fontes orais na historiografia local podem ser obtidos no estudo que realizei para meu doutoramento, publicado como "Fontes Orais e Historiografia: avanços e perspectivas. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

alguns elementos pré-concebidos, admitindo-se, entretanto, o reconhecimento de sua própria subjetividade no movimento de análise.

a) Como Pradinho representa sua vida na cidade:

Marcos Antônio de Oliveira, mais conhecido como Pradinho, nasceu em 1964, na cidade de Sapucaia. Solteiro, possui o1º grau completo, exercendo a profissão de correeiro (colocação de arreios nos animais).

Pradinho costuma dizer que "administra" o local denominado Recanto da Alegria, mais conhecido como o "Pradinho", onde, aos finais de semana os carroceiros da cidade divertem-se com a "carreira de trote", utilizando suas carroças como charretes de corrida.

Perguntado sobre o porquê deste tipo de lazer, Pradinho explica: "(...) que carroceiro, na verdade, não tem opção por esporte. Não tem outro esporte, não tem lugar. Se faz carreira na estrada, não pode – olha lá tem uma carreira! Avisam a Brigada, não pode correr, então por isso tem o Prado". As apostas nos cavalos valem carne, cerveja, dinheiro ou qualquer outra coisa: "mas sai por brincadeira também. Até p'ra dar risada eles faz", afirma.

Pradinho assumiu o "negócio" quando o antigo dono faleceu e seu filho propôs que ele assumisse: "Tu me arrenda o que tem em cima e me paga uns troco... então eu disse, eu vou p'ra lá.". A água potável e a luz ele "puxa" de ruas e chácaras próximas.

Luz e água, somente por via da informalidade "(...) com a ajuda dos chacreiros que deixaram passar a rede de luz pelos pátios deles".

Mas ele enfatiza que sua sobrevivência depende realmente das atividades de correeiro: "eu faço tudo, eu arrumo, eu faço encilha nova, eu faço saia. Eu vim p'ra cá, mas eu tenho o meu serviço. O Prado não dá nada. Num fim de semana o senhor vende três caixas de cerveja. Na próxima não vende nenhuma. (...) Isso aqui é mais p'ra ocupar".

b) Como Veroni e Pedro Jucelino representam sua vida na cidade:

O casal Veroni e Pedro Jucelino vivem em um local insalubre, na beira dos diques de Canoas. Veroni nasceu em 1955, na cidade de Sapucaia e tem sete filhos da primeira relação e mais quatro da atual.

Antes de comprarem uma vaga para habitar a zona do dique, moravam em Guajuviras, uma das maiores ocupações irregulares do Rio Grande do Sul, de onde saíram porque os vizinhos reclamavam da criação de animais, como porcos e cavalos – "Era ruim para quem tem carroça".

A sobrevivência é difícil, auxiliada por uma pequena pensão que Veroni recebe da primeira relação. Aproveitam tudo do lixo: classificam os plásticos e papelões para venda e a comida para os porcos. "Dá para ir vivendo – pelo menos fome a gente não passa".

As famílias do dique vivem cada uma por si: "Ninguém ajuda. Quem quer comer tem que ir a luta ... por que senão ..."

Mas na continuidade da entrevista descobre-se que integrantes do Poder Público visitam o local para auxiliar na retirada das famílias de um lugar tão insalubre como o dique. Veroni descreve que "têm reuniões sobre o lugar que vão arrumar p'ra gente. Vão dar morada melhor. Aqui é risco mesmo porque se enche o dique ... se facilitá enche de água aqui né? Mas vai fazê seis ano que moremo aqui e não chegou água aqui no pátio, mas tem lugar p'ra baixo que enche de água".

Também é mencionado "um padre da igreja de Canoas. Agora não me lembro o nome. Ele também vem aqui ... conversa com a gente".

Quanto a Pedro Jucelino da Silva Garcia, nasceu em 1967, na cidade de Cachoeira do Sul, onde cursou até a 5ª série. Trabalhava como vigilante, mas teve de parar: "porque não consegui fazer o curso, sempre apareceu uma coisa ou outra e não pude fazer. Até perdi um emprego bom por não ter condições".

Ele veio sozinho para Canoas, no final de 1987, depois de servir no Exército, porque em sua cidade "tava difícil ... vim p'ra cá p'ra conseguir emprego melhor e não foi tão difícil arrumar emprego. Trabalhei uns meses e aí fui formando a família aqui mesmo".

Foi morar no dique, após habitar por dez anos em Guajuviras: "Só que como eu sou do interior, eu gosto de plantar, de criar. Eu gosto do que é meu sem que as pessoas venham se meter (...) E hoje morar numa vila, morar num local perto dos vizinhos, depende dos vizinhos – eu não gosto de galinha, não gosto disso, não gosto daquilo né? Então troquei tudo lá por onde estou morando agora".

A situação se complexifica, nem dá mais para cada um dos filhos ter uma carroça para si: "Agora terminou porque entrou um ano difícil que os bichos da gente ... não sei se foi

veneno que deram ... então terminou ... agora só temos duas carroças. Então se junta todo mundo ... um vai para um lado... outro vai para outro".

Os materiais para serem reciclados são recolhidos principalmente em aterros, como a sucata de ferro, no bairro Mato Grande; mas a situação piora a cada dia, pois "uns seis meses antes tava dando, tinha menos carroceiros na rua, menos pessoal catando. Agora, subiu .. não é que o material subiu, mas o pessoal p'ra catá. Aumentou o desemprego".

Também diminuíram as alternativas de complementação de renda, como a limpeza de rua, de pátios, minimizado pelo fato de que o empresário que compra o lixo selecionado adianta o dinheiro para o catador, antes da revenda.

Algo, porém, está acontecendo de diverso entre Pedro Marcelino e os dois outros entrevistados, na sua relação com a cidade. Ele está construindo um processo de identificação que o integra à comunidade, como líder na organização local de catadores de lixo, a Associação Extremo Norte do Dique. Entretanto, assemelha-se a Pradinho e Veroni ao mencionar o auxílio de um vago "pessoal do centro de Canoas", que registrou a organização, facilitando o atendimento em Postos de Saúde, por exemplo, além de sinalizar com a possibilidade de construção de um galpão para o processo de separação do lixo e até salário fixo.

As metas são simples como conseguir um lugar em que "o ônibus vai passar na frente das casas ... vamos ter casas boas, banheiro, tudo". Quanto às escolas: "nós aqui é o maior problema, porque as crianças às vezes não podem ir a escola porque as diretoras não estão deixando as crianças entrar nas salas de aula, por causa do barro ... muito barro demais".

E conclui: "Mas como diz o outro: se aqui a coisa tá difícil, imagina em outros locais".

4. Por enquanto, as primeiras conclusões

O encontro com o real pode ser totalmente diverso do encontro que outros sujeitos do discurso têm, pois a língua, ao ser colocada em funcionamento pelos processos discursivos é afetada pelas condições sócio-históricas (DORNELES, 1999, p.160). E é no ponto onde se dá a injunção de língua, sujeito e história que se constitui o lugar da opacidade, do equívoco – esse é o espaço onde trabalha a interpretação. Aceita-se que os objetos se constituem em função do

conhecimento humano e que a história não narra o real, mas uma realidade constituída pela/na trama da discursividade.

Dentro dessa perspectiva, analisa-se que Veroni vive em uma espécie letargia social, com uma percepção de abandono, paralela à noção muito vaga de que existem pessoas que a ajudam, sem nome e rostos e, principalmente, não contando com elas como essenciais à sua sobrevivência e de seus familiares.

Vive o dia-a-dia, aparentemente sem planos futuros e esperanças, recriando na zona insalubre do dique um quadro ruralizado, integrado por animais domésticos, em uma tentativa de trazer o cotidiano das localidades do interior – onde o rural e o urbano misturam-se - para uma cidade da região metropolitana. Bichos, lixos, filhos, todos entrelaçados em uma existência precária, difícil e desesperançada.

O migrante Pradinho vê-se como um sujeito que, desamparado pelo poder público na cidade para onde se deslocou, estabelece contratos informais para trabalhar, utilizando-se de diversos expedientes visando a estabelecer uma infra-estrutura mínima.

No seu depoimento percebe-se o ressentimento sobre como os carroceiros são vistos pela sociedade, mencionando um suposto excessivo controle da segurança pública em relação a meras diversões como corrida de carroças.

A necessidade de deixar de ser forasteiro e integrar-se na nova comunidade transparece na ênfase colocada na sua "real" profissão, a de correeiro, que, mesmo humilde, parece-lhe socialmente mais aceitável do que o "não trabalho" de administrador do "Pradinho".

Por fim, Pedro Jucelino ancora-se em uma realidade que o liga cada vez mais a nova cidade, pois, não sabe bem como, constituiu-se em uma liderança local e isso tocou e transformou a sua postura de forasteiro para a de homem que visualiza os problemas em um nível que ultrapassa a simples individualidade na luta pelo dia a dia. Ele planeja, pretende, reivindica e tem possibilidades de identificar as solidariedades que encontra na nova cidade, para além de um vago "tem alguém que ajuda", ainda presente no seu discurso.

Nas representações contidas nos discursos, verifica-se que os forasteiros em situação de pobreza vivem e percebem sua vivência em alguns aspectos de forma semelhante, caso da relação com o Estado e aqueles que o representam. Tudo falta: desde o preparo e qualificação para o exercício de funções mais complexas, até o domínio dos novos códigos culturais urbanos,

impedindo-os de participar do processo de mobilidade ocupacional, frustrando suas aspirações de ascensão social.

Suas reações a uma sociedade, de certa forma estranha e hostil vão, desde uma indiferença construída, até uma incipiente, mas gradativa postura propositiva, possivelmente uma das únicas formas possíveis de ultrapassar o mundo anterior e efetivamente integrar-se na nova comunidade, transformando a roupagem de forasteiro para a de novo cidadão.

Referências Bibliográficas

CARDIA, LAIS. Famílias migrantes: reordenamento e arranjo urbano. Política e Trabalho 14 - Setembro / 1998. Colocar nº do endereço eletrônico. Acessado em 27.04.2007

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, M. Cristina (org.). Os múltiplos territórios da análise de discurso. Porto Alegre. Ed. Sagra Luzzato, 1999.

HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado histórico. In: SOVIK, Liv (org.). Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

KLARMANN, Herbert. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. Ensaios FEE. Porto Alegre, v.23, número especial, 2002

NEVES, Gervásio; MIRANDA, Luiz Gonçalves; CORBETTA, Elizabeth. (org.).Atlas Social da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Metroplan, 2003)

PENNA, Rejane, Gayeski, Miguel e Corbellini, Darnis. Estância Velha. Canoas - para lembrar quem somos. Canoas: Canoas Tecnocópias Gráfica e Editora, 1997

PENNA, Rejane. Fontes orais e historiografia – avanços e perspectivas. Porto Alegre. Edipucrs, 2004.

REIS, José Carlos. Dilthey: para uma revolução moral e intelectual. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003

REZNIK, Luiz. Texto de apresentação na coordenação do Simpósio História Local. XXIII Encontro Nacional de História, julho/2005. ANPUH,

SZYMANSKI, Heloisa; ALMEIDA, Laurinda; PRANDINI, Regina. Perspectiva para análise de entrevistas. In: SZYMANSKI, Heloisa (org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. RJ/Petrópolis: Vozes, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No vai-e-vem das marés vivências das marisqueiras de Salinas da Margarida: 1960-2000

Rosana Costa Gomes[1]*

Resumo: Neste artigo discuto as vivências das marisqueiras de Salinas da Margarida Recôncavo Sul da Bahia – a partir de seus depoimentos sobre a prática da mariscagem, atividade que envolve relações de trabalho em grupo e que perpetua uma tradição marcada por aspectos próprios, referenciando a luta pela sobrevivência.
Palavras-chave: cultura; trabalho; mulheres.

Abstract: At this article is dicussed the existence of the shellfishing from Salinas da Margarida – Recôncavo to the south of Bahia – after yours testifying about the practice of the shellfishing, actiartes that evolve relations of work in group and that is perpetual in a tradition remem brance marked for own aspects, referencing the fight for surarival.
Keywords: culture;work;women**.**

A história das classes sociais populares nos últimos tempos tem ganhado força, respeito e espaço com a História oral. A produção historiográfica que outrora em sua maioria apenas exaltava a história mitificada dos que se intitulavam ou eram canonizados como heróis, agora passa a olhar para outros ângulos. Com essa nova vertente, os silenciados hoje têm voz ativa, construindo com seus feitos, mesmo parecendo simples em seu impacto social, são considerados importantes contribuintes e edificadores da história. Assim, podem fornecer para as futuras gerações, através dos registros históricos de suas vidas, orientações com exemplos que foram por eles vivenciados para que sirvam como referencial para outras pessoas, na busca da concretização de novas metas que poderão ser atingidas com êxito, ainda que sejam "coisas deixadas "de lado". Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside à imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma." (DEL PRIORE, 1997: 274).

Hoje, as pessoas simples aparentemente banais têm suas vidas sublimadas pelo respeito, a sua condição de sujeito histórico, até porque "A história vista de baixo ajuda a convencer aquele de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar." (SHARPE, 1992: 62) Uma lágrima de um homem

[1] Graduada em História; Especialista em História Regional e Mestranda em História Regional e Local pelo CAMPUS V da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, em Santo Antonio de Jesus-Bahia; Professora da Rede Pública Estadual da Bahia.

considerado comum pode ser invisível aos olhos da sociedade que ele vive, mas pode não ser apenas uma lágrima diante dos olhos de um historiador envolvido com a produção historiográfica contemporânea. Nesse sentido, a presente proposta de pesquisa que tem como objeto de estudo as vivências das marisqueiras de Salinas da Margarida. O estudo dessas mulheres oferece possibilidades novas e enriquecedoras de análise de sujeitos importantes, que constroem a história, edificando assim a produção do conhecimento histórico regional. Assim, as marisqueiras inseridas nesta abordagem da história regional, com suas histórias de vida que retratam o concreto do cotidiano e a especificidade da singularidade de suas práticas de vida, contribuem para a compreensão da história local.

A marcação cronológica do briquitar da vida das mulheres marisqueiras é regida pelo vai-e-vem das marés, esclarecendo quanto a este conceito, Thompson faz considerações quanto à temporalidade vivida no porto marítimo: "[...] a padronização do tempo social no porto marítimo observa os ritmos do mar; e isso parece natural e compreensível para os pescadores ou navegantes: a compulsão é própria da natureza". (THOMPSON, 1998: 271).

Essa noção de tempo é vivenciada pelas marisqueiras em Salinas da Margarida, pois quando as águas apresentam um menor volume nas areias das praias e nas áreas dos manguezais é que elas se dirigem para os locais que podem ser considerados a sua oficina de trabalho. Lá, elas permanecem por horas a fio independente de chuva ou sol, extraindo das areias pequenas conchas onde estão os moluscos, denominados no local de chumbinhos os quais representam o ganha pão para muitas famílias em Salinas da Margarida, município localizado no Recôncavo Sul da Bahia, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, na Baia de Todos os Santos, a 280 Km da capital Salvador via BA-001 BR-324. (CEI, 1994: 523, 535).

Uma das características desta pesca artesanal é ser desenvolvida com a participação de membros familiares em que o material pescado é consumido pela própria família ou vendido, para através desse dinheiro obterem outros bens necessários à manutenção diária de suas vidas. Na coleta do chumbinho é necessário o uso de qualquer instrumento que sirva para cavar as areias da praia em uma rasa profundidade.

FIGURA 01: Mulher mariscando. (Fotografia de pesquisa, 2003).

Esse trabalho é marcado por aspectos próprios e uma de suas características é ser desenvolvido de maneira difícil e estafante. O depoimento abaixo de Cleide, marisqueira indica essa peculiaridade:

> *É cansativo, é difícil pra caramba! Cavar de um em um ali no sol quente, pegar o peso. Pra você pegar um quilo de marisco, você passa horas ali mariscando, raspando aquela areia todinha. Lava o marisco, coloca na vasilha e leva na cabeça o peso. À distância de casa é sempre muito, muito quilômetro, muito mesmo. E você vai lá no sol, na areia quente [...] No inverno não se fala... A chuva é chuva demais, aqui chove demais. Aí, tem que ir para a maré debaixo de chuva, trovoada...* (SILVA, 2002).

Pode-se notar no depoimento, e na foto acima a dificuldade em desenvolver este trabalho. Elas o fazem de cócoras ou debruçadas sobre as areias, cavam e catam as pequenas conchas com grande maestria. A quantidade sempre depende do peso que se agüenta transportar. A denominação que é dada ao marisco chumbinho, parece fazer sentido, pois eles são pequenos, não tão pequenos quanto à esfera do chumbo industrializado para arma de fogo, mas mesmo assim pequenos e pesados, e quando fervidos pela segunda vez - a primeira vez é para poder tirá-los das conchas - sai um caldo da cor de chumbo. A necessidade de fervê-los pela segunda vez é para que seja tirada uma substância que às vezes provoca mal estar nas pessoas.

Porém, toda a dificuldade é relativamente deixada de lado quando, possivelmente por conformidade pelo fato de não possuírem outra forma de sobrevivência, agradecem a Deus por dar-lhes a maré e terem através dela o sustento. É o que Cleide expõe:

> *É muito difícil mesmo, é péssimo mariscar. Mas... É bom! Eu agradeço muito a Deus de ter a maré, como muitas pessoas, porque é um meio de sustento. Porque se não tivesse a maré... Eu já chorei várias vezes porque não tinha o que dar às minhas filhas, e naquele dia eu amanhecia aí, ia mariscar. Voltava, e de noite já tinha o leite, a farinha de mingau, coisas que se fosse em Salvador, ou em outro lugar não tinha, né? Porque aqui, apesar de ser pequena, pouco conhecida, tem o recurso que é a maré.* (SILVA, 2002).

O depoimento de Cleide é caracterizado por sentimentos ambíguos, que marcam a sua relação com o trabalho da mariscagem. O difícil, o péssimo e o bom se mesclam durante todo o período em que ela se refere ao seu trabalho. Ela aponta Salinas como uma cidade pequena que apesar de não oferecer muitas outras possibilidades de trabalho, tem a maré que permite a conquista do pão diário. Cita a capital Salvador que, apesar de possuir muitas outras possibilidades de trabalhos, ela acredita que se morasse lá passaria

dificuldades ainda maiores do que aquelas que passa em Salinas. Faz questão de ressaltar que gosta de mariscar, apenas não gostaria que fosse esse o único meio de sustento, pois sem essa preocupação, a maré se tornaria um lugar de lazer, onde é possível brincar, tomar banho, e não apenas pegar frutos do mar.[2]

Em Salinas, os moradores encontraram muitas vantagens neste marisco. Muitas casas têm suas alvenarias feitas com as conchas dos chumbinhos, substituindo as britas na composição do concreto.

FIGURA 02: Passeio e alvenaria construídos com a concha do chumbinho substituindo a brita. (Foto de Lauro Souza, 2001).

Certamente, uma imagem que salta aos olhos de quem visita Salinas são as múltiplas invenções feitas com os mariscos, além da culinária, os artesanatos feitos com suas conchas, que são produzidos também pelas marisqueiras.

A mariscagem normalmente se realiza em grupo. As mulheres na véspera de irem para o trabalho marcam o encontro. Antes se informam do horário da maré, o momento em que a maré apresenta um volume menor de água nos locais da mariscagem, deixando as areias descobertas, propícias ao trabalho. Cientes do horário se encontram e dirigem-se caminhando para a "oficina" de trabalho. Normalmente vão em grupo de quatro, cinco, seis ou mais mulheres.

Ao chegarem à praia, encontram outros grupos de marisqueiras. Esse convívio é quase sempre marcado com relativa descontração. Elas conversam sobre os acontecimentos do dia-a-dia, contam anedotas e cantam tudo isso com o intuito de tornar o trabalho mais leve, fazendo com que o tempo passe mais rápido e a atividade até fique divertida. Contudo, em alguns momentos ocorrem conflitos gerados, por exemplo, quando alguma marisqueira pega o

[2] Cleide tem 22 anos de idade, é filha e neta de marisqueiras. Começou a mariscar com a idade de 12 anos. Tem duas filhas e não mora com nenhum dos pais das crianças. Quando começou a mariscar era apenas para ajudar na renda familiar. Hoje, por não receber nenhuma ajuda dos pais das filhas, responde sozinha pelo sustento familiar. Trabalha temporariamente em uma das pousadas de Salinas. Segundo ela, esse trabalho não lhe oferece nenhum vínculo empregatício e o salário que recebe é pouco. Assim, continua mariscando para ajudar no orçamento familiar.

produto da outra ou quando problemas familiares são discutidos com os próprios parentes ou colegas no local de trabalho.

Algumas marisqueiras quando abordadas sobre possíveis desavenças ocorridas nos espaços das mariscagens, mostraram-se relutantes em falarem sobre o assunto. Cleide, com ponderação, deu amostras de como elas reagem nesses espaços de socialização quando pressionadas por algum problema. As brigas surgem para se defenderem, reivindicarem seus direitos ou expressarem suas idéias. Apesar de ocorrerem os desentendimentos, a relutância de muitas em não querer os explicitar, pode ser interpretado como uma vontade delas não quererem colocá-los como uma característica marcante nos contatos das mariscagens. Buscam com isso evitar que se tenha uma visão negativa desses convívios. É possível observar indícios da ética profissional que permeiam essas ações. Cuidam com isso para que não haja visões que de alguma forma transgridam os espaços "sagrados" de onde elas tiram seus sustentos.

Esse território de sociabilidade, conta também com a presença das crianças regularmente. Vários são os motivos que as fazem acompanharem suas mães. Vejamos no depoimento da marisqueira Cleide um desses motivos:

> *Minha mãe não tinha uma boa condição, uma condição melhorzinha pra poder manter a gente sem mariscar. A gente fazia de tudo, mas meu pai tava desempregado. Esse período foi que meu pai tava seis anos desempregado, sem fazer nada. Aí tinha que ir todo dia pra maré. Aí a gente ia pra ajudar. Minha mãe não queria, às vezes. Mas só que a gente... As maiores, como era eu e minha irmã e a outra que vem depois de mim. Eu tinha doze, dez a menor e a maior quatorze, a gente achava na obrigação de ajudar a minha mãe, e como a gente não ficava fazendo nada em casa, só fazia no período da escola, a gente achava melhor ir.* (SILVA, 2002).

Apesar de serem tão novas, o comportamento de Cleide e de suas irmãs revelam um alto grau de conscientização da ajuda delas na manutenção familiar, pois com o pai desempregado, o sustento da casa deveria ser mantido, e não achavam justo que a mãe fizesse sozinha o trabalho. O pai de Cleide dava sua contribuição através da pesca e ajudava mãe e filhas, cavando e transportando os mariscos.

As crianças são educadas durante o convívio com suas mães e com as colegas de suas mães, o tempo da convivência se repete todos os dias por longas horas, elas presenciam as conversas dos adultos enquanto trabalham e brincam. A contribuição infantil no trabalho representa uma quantidade maior de mariscos catados e também ajuda no transporte. Dessa forma também, é assegurada a transmissão da tradição. Esses adultos que faziam este trabalho quando crianças, dizem hoje que não o faziam obrigadas, colocavam-se a disposição para ajudar e lançavam-se em direção da maré com risos e brincadeiras. Lá, ao contrário dos

adultos, não sentiam tanto o peso da responsabilidade de mariscar e acabavam se divertindo com a criatividade própria da infância.

Retirados os moluscos, as conchas do chumbinho são lançadas na frente, ao lado ou no fundo das casas das marisqueiras que, entre outras utilidades, essas conchas servem para a recreação das crianças. Nesses espaços, o lazer e o trabalho infantil parecem que se encontram irremediavelmente unidos ao marisco.

FIGURA 03: Criança brincando sobre conchas de chumbinho. (Foto de Lauro Souza, 2001).

Também a respeito do cuidado com os filhos na escola e na mariscagem, Dona Francisca expõe sua preocupação:

> *Deixar em casa pra procurar confusão? Pra quando eu chegar ter confusão? Eu levava na minha frente. Eu só deixava quando era de noite. Eu saia daqui 4:00 da manhã, chegava cedo, pra ainda acordar eles pra ir pra escola, na maré de ponta. Mas quando não era maré de ponta, era maré tardeira quem estudasse de manhã ia pra escola, quem estudasse de tarde ia comigo*. (SANTOS, 2002).

Dona Francisca com 58 anos de idade, aposentada, conta que não tinha com quem deixar os filhos e por este motivo eles a acompanhavam durante as mariscagens. A maré de ponta, que ela faz referência, ocorre quando as águas vazam pouco, e isto ocorre pela manhã, bem cedo. Vazando pouco só ficam um pouco das areias descobertas propícias ao trabalho. A tardeira é quando elas vazam normalmente e mais tarde. Esta não atrapalhava o sono dos filhos e sempre de acordo com o horário da escola, eles iam com ela para a maré. Também neste depoimento é notável o cuidado da mãe com os estudos dos filhos. A preocupação primeira era o estudo e, para que não ficassem em casa sozinhos. Acompanhar as mães nas jornadas da mariscagem tinha também o significado de lazer para essas crianças. Nos locais do trabalho, eles se encontravam com outras crianças filhos de outras marisqueiras que juntos, além de catarem os mariscos, brincavam nas areias e nas águas onde se divertiam.

Esses são valores defendidos e sintetizam o pensamento comum de muitas marisqueiras. Valores que constituem o viver dessas mulheres e seus filhos e que não são

"pensados", nem "chamados" por quem quer que seja. Thompson disserta com minúcia este conceito de valor:

> *Os valores (...) são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e "aprendidas" no sentimento) no "habitus" de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria*. (THOMPSON, 1981: 194).

Os valores são produzidos e reproduzidos na prática social, emergindo nas individualidades como conteúdo de sua historicidade. Na vida das marisqueiras e nos seus depoimentos, o valor básico da vida traz sempre à tona o conceito de atingir produtivamente o pão de cada dia como ápice da realização social.

Durante as conversas mantidas com marisqueiras, tentei perceber indícios que mostrassem possíveis aspectos negativos provocados em suas vidas ou na vida de seus filhos, por terem participado tão ativamente das mariscagens quando eles as acompanhavam ainda crianças. No entanto, sempre que toquei no assunto com as mães e com os filhos, não consegui perceber insatisfação ou queixa quanto a este aspecto. Porém, é bom ressaltar que durante as jornadas das mariscagens essas crianças ouviam e participavam das conversas dos adultos. É nessa fase que ocorre o desenvolvimento da formação do caráter humano, quando as crianças são imbuídas de conceitos positivos e negativos que recebem do meio social em que vivem. O caráter é fator adquirido pelo ser humano. Portanto para um desenvolvimento sadio do caráter, é preciso um cuidado especial com as crianças e uma minuciosa análise para saber até que ponto uma criança pode ou não ouvir conversas entre adultos; as conversas que essas crianças compartilhavam com os adultos é possível, que as influenciavam em muitas situações de suas vidas, tanto de forma positiva e negativa.

Em depoimento recolhidos é visível à conformidade dessas mulheres em aceitar a grande responsabilidade da liderança nesse trabalho e, segundo os depoimentos delas, a atividade de catar chumbinho é a mariscagem que mais dar trabalho e que é considerada por muitos como trabalho de mulher. A aceitação dessas mulheres em relação à ausência dos homens no desenvolvimento da mariscagem é uma dimensão de tradições que se perpetuam ao longo das gerações em diversas formações sociais, de valores que determinam à participação ou a ausência de homens e mulheres em algumas funções vinculadas ao trabalho.

No cotidiano de Salinas, pude notar uma resistência de alguns homens em se permitirem à realização de mariscarem, porque o tempo dedicado é longo. É este um outro ponto de vista que reforça o distanciamento de muitos homens, o fato de que a mariscagem ao

ser exercida, é imprescindível a paciência para se sustentar horas a fio debaixo de sol ou chuva nesse difícil ofício. Considera-se também que depois de catados nas areias das praias em média 15 Kg do chumbinho com as conchas e, depois de retiradas as conchas, é que se obtém 1Kg de chumbinho como resultado da mariscagem. Carregados desses significados, muitos homens se afastam desse trabalho em que concebem ser a figura feminina a única dotada de paciência, que é uma característica fundamental para esta labuta.

A vida de Cleide e de Francisca é como a de muitas mulheres de Salinas da Margarida, que desamparadas por seus ex-companheiros, viúvas ou mesmo morando com seus maridos, não medem dificuldades na luta pela sua sobrevivência e sobrevivência de seus entes queridos. Um recorte da história de vida destas mulheres anuncia reflexões sobre o lugar da oralidade ao propiciar aos agentes históricos tornarem suas estratégias de sobrevivência conhecidas mediante suas próprias palavras.

Fontes orais

Cleide França Silva, 22 anos de idade, marisqueira, residente em Salinas da Margarida. Entrevista em 01 de maio de 2002.

Francisca de Jesus Santos (D.Elza), 58 anos de idade, ex-marisqueira, residente no Porto da Telha. Salinas da Margarida. Entrevista em 31 de maio de 2002.

Documento produzido pelo Órgão Público do Estado da Bahia:

Centro de Estatísticas e Informações – CEI. Informações básicas dos municípios baianos: Recôncavo Sul. Salvador, 1994.

Iconográficas

Acervo fotográfico de particulares.

Fotografia da pesquisa de campo.

Referências bibliográficas

DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada.** In: CARDOSO,Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*: Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SHARPE. Jim. **A história vista de baixo**. In; BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum; estudos sobre a cultura popular tradicional**. Companhia das Letras. São Paulo. 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conhecimento histórico entre os jovens: uma pesquisa sobre história local entre os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Itajaí/SC

Luciana Rossato[1]

Resumo: Esta comunicação pretende discutir o conhecimento histórico entre os jovens. Para isso utilizaremos os resultados de uma pesquisa diagnóstica aplicada em turmas de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itajaí/SC. A partir da fala dos alunos constatamos alguns pontos: enquanto o conhecimento da história do bairro está vinculada à memória dos mais velhos, a história da cidade está muito sugerida pelos discursos turísticos veiculados principalmente através dos meios de comunicação em datas específicas, salientando uma origem única (portuguesa-açoriana) e excluindo outras etnias, tais como alemães, africanos e afro-descendentes. A partir destes dados pretendemos discutir as possibilidades e os limites do ensino de história local e sua contribuição para a formação e o desenvolvimento da consciência histórica entre os jovens.

Palavras-chaves: Consciência Histórica, história local, ensino de história

Abstract: This communication intends to argue the historical knowledge between the young. For this we will use the results of a diagnostic research applied in 7th and 8th medium school classes off the Municipal district of Itajaí/SC. From it speaks of the pupils we evidence some points: while the knowledge of the history of the quarter is tied with the patriarchs memory, the city history it's been very suggested by the tourist speeches disclosed mainly through the communication ways in specific dates, pointing out an only origin (Portuguese-açoriana) and excluding other etnias (breed- race), such as German, African and afro-descendants. >From its data we intend to argue the possibilities and the limits of the local education of history and its contribution for the formation and the development of the historical conscience between the young.

Keywords: Historical knowledge, local history, education of history

Esta comunicação tem como objetivo desenvolver algumas discussões sobre o ensino de história e sua relação com os alunos do Ensino Fundamental. Entre os aspectos que pretendemos discutir estão o estudo da história local e suas possibilidades para a formação e o desenvolvimento da consciência histórica entre os jovens. Para tal análise utilizaremos os resultados de uma pesquisa diagnóstica aplicada pelos acadêmicos da disciplina de Prática do Ensino de História, da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) em turmas de 7ª e 8ª séries

1 Doutora em História pela UFRGS. Professora da UNIVALI/SC.

do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itajaí/SC.[2]

1. O local na perspectiva dos alunos de Itajaí/SC

Qual a definição de local para o nosso público alvo? Qual é o conhecimento que os alunos do ensino fundamental da Rede Municipal de Itajaí possuem sobre a história desse local? Para responder estas questões foi aplicada uma pesquisa diagnóstica[3] pelos acadêmicos do curso de história da UNIVALI, matriculados na disciplina de Prática de Ensino de História.

Com relação ao que os alunos entendem como local, das 347 respostas analisadas[4], 53,9% remetem ao bairro, enquanto 23,3% elaboraram respostas relacionadas à cidade. Em muitas das respostas dos alunos encontram-se superposições de lugares, como, por exemplo, na mesma resposta são citadas rua e bairro ou então o bairro e a cidade. Outro aspecto que chama a atenção é que 20,7% dos alunos não fizeram nenhuma referência ao local de onde estavam falando, seja este a rua, o bairro, a cidade ou qualquer outro lugar. Além disso, em 10% das respostas somente a rua foi citada, e em 7% do total os alunos referiram-se ao estado, ao país e ao mundo. Esses dados foram levantados a partir da resposta dada pelos alunos à primeira questão da diagnóstica. Esta questão era dissertativa e propunha uma situação imaginária: os alunos se encontram num acampamento, com jovens do mundo todo e a forma de fazer amigos era através de uma apresentação escrita onde eles deveriam "contar a história do local onde você mora".

A análise das respostas dadas pelos alunos possibilita aprofundar várias discussões. Em relação à primeira questão podemos verificar aspectos referentes ao conhecimento histórico dos alunos, o domínio ou não de habilidades que o estudo da história proporciona e que serão posteriormente utilizados na leitura do mundo no qual vivemos, tais como se identificar, situando-se temporalmente e espacialmente, estabelecer relações, generalizar e comparar. Da segunda a quinta questão o objetivo era fazer um levantamento

2 No início do ano de 2006 foi estabelecida uma parceria entre a UNIVALI, a Secretaria Municipal de Educação de Itajaí e a Fundação Genésio Miranda Lins (FGML). Esta parceria é responsável pela organização dos encontros de Formação Continuada para os professores de História da Rede Municipal de Itajaí e pela elaboração de material didático, cujo tema é a história local.

3 O instrumento (diagnóstica) aplicado foi elaborado pela profª Raquel A. S. Venera e aplicada nos meses de março e abril de 2006 em turmas de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental em 19 escolas da Rede Municipal de Educação de Itajaí. Este trabalho foi desenvolvido por acadêmicos do curso de História da UNIVALI, sob a orientação dos professores da disciplina de Prática do Ensino de História.

4 Na questão 01 da diagnóstica foram analisadas 347 respostas, que correspondem a 8% do público recortado para a pesquisa. Os alunos matriculados, no ano de 2006, nas 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itajaí correspondem a 3889 alunos. No total a diagnóstica possuía 10 questões, sendo 01 dissertativa e as outras 09 objetivas.

sobre o consumo cultural dos alunos: o que fazem nas horas vagas, a que tipos de atividades se dedicam e onde adquirem seus conhecimentos. Nas cinco últimas questões o objetivo era verificar quais eram suas relações com os mais velhos e a memória oral.

Para este artigo o que nos interessa é a relação do aluno com o local e sua história. Este aspecto pode ser analisado a partir das respostas dadas pelos alunos à primeira questão. A maioria dos alunos limitou-se a escrever uma história pessoal: 60,7% das respostas continham informações como nome, local onde mora, família, o que gosta de fazer, apesar de no enunciado da questão falar para "contar a história do local onde você mora". Muitos alunos, principalmente os das escolas que se localizam em bairros que recebem maior número de migrantes de outras cidades, escreveram que não sabiam nada sobre a história do bairro ou da cidade por que eram de fora e por que haviam chegado há pouco tempo na cidade.

Outro aspecto que chamou a atenção foi o fato de que, naquelas respostas nas quais o aluno falou do local onde vive, as informações em sua totalidade referem-se ao presente e não ao passado da localidade (bairro/cidade). Em 17,1% dos textos elaborados as respostas continham informações turísticas da cidade, como nas falas[5] a seguir:

> *Itajaí é uma cidade bonita, cheia de flores. Aqui em Itajaí tem o porto e praias maravilhosas, a festa do colono, marejada e etc...Claro que não é aquela maravilha toda mais é muito interessante. (aluno 1)*
>
> *[...] a nossa cidade, Itajaí, é uma terra de sol e mar e nosso porto é um dos maiores portos do Brasil, e também um ponto turístico. Na nossa cidade há tranqüilidade, as pessoas são hospitaleiras e gentis. Itajaí é um ótimo lugar para morar, eu gosto muito de morar aqui. (aluno 2)*

A imagem da cidade que perpassa essas falas, selecionadas entre muitas outras, é a turística. Salienta-se a beleza natural, as praias, os pontos turísticos, a hospitalidade dos habitantes locais e as festas típicas, como a marejada. Falas que remetem a propaganda turística, veiculadas através dos meios de comunicação, principalmente na época das festas e no período que antecede o início do verão. O legado histórico é apropriado e preservado pela memória coletiva, mas também é utilizado com o objetivo de desenvolver o turismo, atividade econômica que se constituiu na sociedade industrial. No que se refere a cidade de Itajaí e a Marejada recorre-se a um aspecto do passado, a contribuição portuguesa-açoriana, com o objetivo de criar uma identidade única para a cidade e que a diferencie das outras festas que também ocorrem no Estado de Santa Catarina no mês de outubro. Na busca de uma tradição para a festa e para a cidade, exalta-se exclusivamente os traços açorianos, vende-se os chamados pratos típicos e "diversas manifestações da cultura popular são apropriados pela festa e reinventadas como folclore açoriano e português" (SEVERINO, 1999: 61).

5 Optou-se por manter a ortografia e a gramática utilizada pelos alunos nas suas respostas.

O conhecimento sobre o local onde nossos alunos vivem é construído a partir de interesses vários que estão envolvidos na construção dos discursos turísticos. Quando se faz necessário este mesmo discurso turístico aciona o passado da cidade, a sua história, através das tradições, das festas típicas, como a Marejada, vendida como uma festa portuguesa-açoriana. Entre as respostas produzidas pelos alunos, algumas remetem ao passado da cidade:

> *Eu vou contar sobre minha cidade, eu não sei muito mas vou contar o que sei. Itajaí foi fundada por imigrantes portugueses, o nome Itajaí é homenagem ao rio, o rio Itajaí-açu. Em Itajaí a prática da pesca é normal, junto com os portugueses vieram suas culturas: a pesca, comida, etc. Todo ano em outubro acontece a marejada, na marejada tem comida portuguesa, atividade cultural, dança, música etc. tudo referindo-se aos imigrantes portugueses. Em Itajaí existe o maior porto do Brasil. (aluno 3)*
>
> *Moro em Itajaí uma terra explorada pelos portugueses, terra de origem açoriana com um dos maiores e melhores portos do Brasil tem uma cultura super rica e uma ótima gastronomia. (aluno 4)*

Durante os anos 80, do século XX, vários municípios localizados no Vale do Itajaí e no norte do Estado de Santa Catarina estavam atraindo, através das festas de outubro, um número cada vez maior de turistas e uma maior dinamização das atividades econômicas locais. Neste mesmo período, a cidade de Itajaí, localizada na foz do rio Itajaí-Açu, passava por uma crise na indústria e no comércio, com a diminuição no potencial pesqueiro e a desativação de estaleiros, o que afetou a economia local. Ao mesmo tempo, o potencial turístico da cidade não era muito explorado. Neste contexto, em 1987 ocorreu a primeira edição da "Marejada, festa portuguesa e do pescado". Enquanto as outras festas de outubro tinham uma vinculação com a cultura e a etnia alemã, a Marejada esteve desde o início preocupada com o "resgate da cultura luso-açoriana e portuguesa da cidade". Isto pode ser constatado a partir da análise de reportagens publicadas no jornal da cidade e em folders de divulgação da festa. Segundo Severino (1999: 53-54) "construiu-se uma idéia de que Itajaí é uma cidade de herança exclusivamente açoriana" e, através do trabalho de divulgação do evento, realizado por profissionais de marketing, a "representação que se quer fazer da cidade de Itajaí projeta-a como uma simpática comunidade do litoral".

Itajaí, que culturalmente não possuía uma identidade definida, passa a ser identificada e a identificar-se, através da festa, como uma cidade portuguesa-açoriana, excluindo desse modo sua diversidade cultural e a pluralidade étnica de sua constituição. A forma de ver, descrever e conceber a cidade não se desenvolve de forma aleatória. Ela é construída conforme o jogo de interesses e as disputas discursivas entre os diferentes grupos sociais e econômicos.

Como os próprios PCNs (1998, p. 37) salientam, não se aprende história apenas

no espaço escolar. Podemos constatar isto ao ler as respostas dadas pelos alunos na pesquisa. O discurso turístico cruza-se com o discurso histórico e com as memórias coletivas.

Qual é a história local que a escola está produzindo? A iniciação das nossas crianças no estudo da história é feita através da história de vida, na primeira série. No entanto, respostas nas quais os alunos restringiram-se a contar a sua vida em mais da metade das respostas, foram dadas por alunos que se encontram nas 7ª e 8ª séries. Isto levanta algumas questões: nossos alunos não conseguem relacionar a sua história individual com a história do coletivo? A história que está sendo produzida em sala de aula não possibilita que eles façam o movimento local/global, micro/macro, indivíduo/coletivo, passado/presente, tão importante e que é um dos objetivos dos PCNs?

2. A História Local e o Ensino de História

Segundo Selva Fonseca existe um consenso de que o estudo da história local ajuda na construção de noções de pertencimento entre os alunos. Ao mesmo tempo, a autora salienta várias dificuldades que devem ser levadas em consideração quando trabalhamos com a história local. Entre estas dificuldades está o fato que a "história ensinada consiste basicamente na transmissão da memória nacional" (2005: 153), o que significa que o espaço para uma história que não é a nacional nos currículos oficiais é bastante restrito. Um outro aspecto que a autora salienta refere-se à ênfase dada ao estudo dos aspectos políticos, como, por exemplo, a origem e desenvolvimento do município, dos fundadores e vultos da história local, reproduzindo as mesmas características encontradas no estudo da história geral e nacional: linear e elitista. Uma dificuldade no estudo da história local é "a fragmentação rígida dos espaços e temas estudados" (FONSECA, 2005: 154). Os vários espaços geográficos entendidos como local, entre eles o bairro e a cidade, são trabalhados de forma estanque, sem relacionar com os outros níveis e dimensões históricas, ou seja, o local é desvinculado do nacional e do global. Esta mesma preocupação foi explicitada por Samuel (1990: 219) em um texto publicado a mais de vinte anos. Na opinião de Fonseca, uma das possibilidades para não incorrer neste problema seria sair da localidade e tomar como ponto de partida algum elemento da vida, como, por exemplo, formas de trabalhar, formas de se divertir e de se relacionar, entre outros aspectos. O objetivo ao estudar a história local não parte do entendimento de que a redução geográfica do que é estudado vai dar conta de explicar o passado, mas sim de que este aspecto, interligado através da narrativa histórica com outras realidades, possibilitará iluminar de uma nova forma o passado. O local não contém em

si mesmo a explicação de sua realidade, mas pode ser uma perspectiva para se pensar o ensino de história, desde que se coloque em destaque a pluralidade e a diversidade de identidades, das heranças culturais e sociais que são encontradas no bairro e na cidade e que convivem no espaço escolar. Além disso, devemos salientar a necessidade deste local estabelecer relações com outros locais e com o nacional e o global.

Um outro aspecto que o estudo da história local permite é a criação de estratégias de ensino que enfatizam atitudes de investigação e de pesquisa. Estas pesquisas podem gerar no decorrer e ao final das atividades documentos, tais como depoimentos orais. Umas das possibilidades mais ricas ao trabalhar com a história local é o uso das evidências orais. A realidade dos arquivos brasileiros, a dificuldade de acesso às fontes, muitas delas constituídas de dados e materiais produzidos pelas prefeituras e pelas elites locais, remete a necessidade de produzir as fontes com as quais se pode trabalhar. Essas fontes, no caso da história oral, as falas dos indivíduos, devem ser contextualizadas e cruzadas com outras fontes, tais como jornais, fotografias, resquícios materiais de diversas categorias. Pensar, pesquisar, escrever a história do local onde vive pode possibilitar ao jovem vivenciar a experiência da pesquisa e do pensar historicamente. Nesse sentido, o estudo da história local entre os jovens pode ser pensado com uma possibilidade para a elaboração ou produção de uma consciência histórica. Para refletir sobre o que é consciência histórica recorremos aos estudos de Hans-Georg Gadamer, John Lewis Gaddis e Jörn Rüsen.

Em palestras realizadas em 1958, o filósofo Gadamer diz que a consciência histórica é o que caracteriza o homem contemporâneo: "ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião" (GADAMER, 2002: 17). Para ele, esta é uma mudança que ocorreu na época moderna e que, na sua opinião, é a mais importante revolução pelo qual passou o ser humano, uma vez que, através da consciência histórica, não recebemos mais a voz que chega do passado sem reflexão. Refletir sobre a tradição, analisando o contexto que a originou, com o objetivo de entender seus significados e valores, é uma das habilidades que o ser humano desenvolve e que Gadamer chama de interpretação. Além disso, é o senso histórico que nos permite superar a "ingenuidade natural" de julgar o passado a partir de nossas perspectivas atuais, de nossos valores e verdades.

John Lewis Gaddis analisa a consciência histórica relacionando-a com a experiência: o ser humano está limitado a aprender através do passado e este - o passado - pode ser apreendido de forma sistemática. Para ele

> *[...] os historiadores não devem se iludir pensando que oferecem os 'únicos' meios pelos quais habilidades adquiridas – e idéias – são transmitidas de*

> *uma geração a outra. Cultura, religião, tecnologia, meio ambiente e tradição também o fazem. Mas a história é, sem dúvida, o melhor método de expandir a experiência para obter o consenso mais amplo possível sobre a importância que ela possa vir a ter (2003: 24).*

Isto não significa que ao acumular experiência ocorrerá sua aplicação imediata, principalmente por que um dos méritos da consciência histórica é entender e refletir sobre as diferenças, as similaridades e as generalizações. São exatamente a partir das experiências práticas da vida que a consciência histórica vai se constituir. Segundo Jörn Rüsen a história possui um sentido prático uma vez que possibilita aos indivíduos os recursos necessários para que tenham a habilidade de interpretar as mudanças temporais que ocorrem e nas quais estão enredados. Outro aspecto que Rüsen salienta é a operação de narrar. É através da narrativa que se

> *[...] constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro (2001: 64).*

Além disso, também é através da narrativa histórica que se constitui a identidade humana. A partir dessa operação

> *[...] os homens orientam seu agir e sofrer no tempo. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro da orientação da vida prática (Rüsen, 2001: 66-67).*

Essas reflexões sobre consciência histórica e a importância da narrativa na sua formação podem ajudar a pensar o projeto de história para o município de Itajaí. Pelas falas dos alunos citadas constatamos dois aspectos: enquanto o conhecimento da história do bairro está vinculado à memória dos mais velhos, a história da cidade está muito sugerida pelos discursos turísticos veiculados principalmente através dos meios de comunicação em datas específicas. Estes discursos salientam uma origem única e para que isso ocorresse foram excluídas deste processo outras etnias, tais como alemães, africanos e afro-descendentes. O problema do discurso turístico e dos meios de comunicação é que ele uniformiza as manifestações culturais e as folcloriza, conforme a necessidade do momento. Este tratamento também é dispensado ao passado. O problema maior é os historiadores e educadores permitirem que o passado e as memórias locais sejam contados somente nesta perspectiva. Isto ocorre ao não propiciarmos que estes conhecimentos sejam trabalhados de forma mais sistemática em nossas escolas, de forma a contribuir para a formação da consciência histórica de nossos alunos, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para que estes possam

problematizar e historicizar a história do local no qual estão inseridos, relacionando-a com a história dos sujeitos que nela vivem e que vivem em outros lugares, sejam eles nacionais, globais ou regionais.

Bibliografia

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História:** experiências, reflexões e aprendizados. 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

GADAMER, Hans-Georg. **O Problema da Consciência Histórica.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História:** como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, set. 89/fev. 90, v. 9, nº 19. pp. 219-243.

SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível.** Itajaí: Editora da Univali, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Parlamento Brasileiro no Segundo Reinado: Palco de exclusão dos não-católicos através das metáforas religiosas.

Rachel de Souza Galante*

Resumo: Enfocaremos a relação entre as idéias religiosas e o não-reconhecimento do outro, representado pelos protestantes que estavam no Brasil. O recorte temporal para a presente discussão faz-se entre 1858 e 1860, pois nestes dois anos o projeto foi discutido na câmara dos deputados. No âmbito destas discussões presenciamos a produção de metáforas religiosas cujo efeito político foi a ausência de resolução dos referidos casamentos. A utilização destas metáforas religiosas, que excluíam os protestantes, propiciou a convergência de posições políticas aparentemente distintas, tais como as posições de Pinto de Campos e Villela Tavares.
Palavras-chaves: protestantes – casamento civil – idéias religiosas católicas.

Abstract: We will focus the relation between religious ideas and exclusion of the other, represented for the protestants who were in Brazil. The secular clipping for the present quarrel becomes enters 1858 and 1860, therefore in these two years, the project was argued in the house of representatives. In the interior of the quarrels, we witness the production of religious metaphors, whose effect politician was the absence of resolution of the related marriages. The use of the religious metaphors propitiated the posicion convergence pparently distinct politica, such as the positions of the Pinto de Campos and Villela Tavares.
Key – Words: protestants – civil marriage – religious ideas catholics.

Enfocaremos a relação entre as idéias religiosas e o não-reconhecimento do outro, corporificado pelos protestantes que estavam no Brasil durante o Segundo Reinado, especificamente, no momento das discussões em torno da regulamentação dos casamentos mistos, entre católicos e não-católicos, e dos casamentos entre não-católicos. Enfatizaremos dois parlamentares para esta análise: Joaquim Pinto de Campos e Jerônimo de Villela de Castro Tavares. Estes dois parlamentares contrapuseram-se ao estabelecimento dos casamentos mistos, entretanto, eles apresentaram formas diferenciadas de expressarem sua contrariedade a estes casamentos. Todavia, as diversidades entre os dois, no tocante às ações políticas, não descartaram o resultado político das suas ações: entraves ao estabelecimento dos casamentos mistos.

A análise das discussões na Câmara dos Deputados através dos *Anais do Parlamento* permite-nos observarmos a menção explícita aos textos de Paulo, sobretudo,

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

quando se apresentam os questionamentos de Villela Tavares quanto à indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos proposta pela emenda substitutiva ao projeto do governo. A partir deste quadro, ressaltamos que as obras de Pinto de Campos são importantes para observarmos a construção das idéias em torno da manutenção da Identidade Católica a partir da conjuntura vivenciada no Segundo Reinado com o aumento de imigrantes não-católicos no Brasil. Apesar de observarmos em Pinto de Campos algumas citações aos textos de Paulo quando este deputado contesta os casamentos mistos, eles não aparecem de forma tão explícita quanto na fala de Villela Tavares quando questiona a indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos. Assim, observamos, a partir das obras selecionadas de Pinto de Campos, que apesar de não explicitar de forma abundante os textos de Paulo, e da fala, sobretudo de Villela Tavares, sobre a indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos, a metáfora[1] da exclusão do outro (não-católico), cujo objetivo da utilização desta metáfora é a manutenção da Identidade católica, ou seja, da Identidade ausente de "falhas" e "quebras", como aponta Said[2]. Deste modo, consideramos que a formatação dos discursos parlamentares difere das dissertações, das cartas e artigos de jornal. Pois, os discursos parlamentares são marcados pela oralidade. Então, é preciso que se condensem determinadas questões nestas falas para que alguns pontos cruciais sejam destacados aos ouvintes. Desta forma, consideramos que a ênfase nos textos de Paulo na fala de Villela Tavares, quando este parlamentar questiona a indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos, proporciona apreendermos a referência para a metáfora da exclusão que também se encontra presente em Pinto de Campos. Assim, a partir do diálogo entre estas fontes citadas e outras que apresentaremos no decorrer de nossa reflexão, observamos que o contexto vivenciado no momento das discussões sobre os casamentos mistos e casamentos entre não-católicos foi marcado pela defesa da Identidade católica por aqueles que se apresentavam mais inflexíveis diante da possibilidade de abertura e contato com os não-católicos. Destarte, consideramos a afinidade eletiva entre os textos de Paulo que apontam a universalização através do cristianismo em detrimento das diferenças.

A obra *Casamento Civil* constituiu-se na publicação de uma dissertação elaborada por Pinto de Campos. Esta dissertação mostrou a posição deste deputado e sacerdote sobre o projeto do governo, elaborado inicialmente por Nabuco de Araújo em 1855, e apresentado às câmaras em 1858[3]. O governo pediu a posição das câmaras em relação ao projeto. Esta

[1] GINZBURG, Carlo. "Distância e perspectiva: duas metáforas" in *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp.176-198.
[2] SAID, Edward W. *Freud e os não-europeus.* São Paulo: Boitempo, 2004.
[3] NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império.* 5ªed., Rio de Janeiro, 1997.

posição seria dada por duas comissões: negócios eclesiásticos e justiça civil. Pinto de Campos, como presidente da comissão de negócios eclesiásticos, elaborou a dissertação *Casamento Civil*, que precedeu o parecer das duas comissões. Esta dissertação foi apresentada às duas comissões reunidas na Assembléia do Paço em 26 de agosto de 1858. Pinto de Campos objetivava suscitar a reflexão das comissões em relação ao projeto do governo antes da elaboração do parecer solicitado a elas. O conteúdo da dissertação *Casamento Civil* enfocava dois pontos: refutação ao estabelecimento do contrato civil para o casamento e aos casamentos mistos. O argumento principal, destacado por Pinto de Campos para mostrar a inviabilidade destes casamentos, constrói-se a partir da idéia de homogeneização religiosa, ou seja, a diminuição das diferenças religiosas é importante para a construção de uma nação sem conflitos.

As críticas à Igreja católica, que foram rebatidas por Pinto de Campos, contra-argumentam com o fortalecimento do ultramontanismo no Brasil, conforme observamos no discurso proferido por Joaquim Nabuco[4] no Grande Oriente Unido do Brasil (segmento maçom) e que foi publicado por incentivo do chefe do Grande Oriente, Saldanha Marinho. Joaquim Nabuco associa a posição reacionária da Igreja, diante das mudanças que fugiram ao controle da esfera religiosa, ao jesuitismo. Destaca a elaboração do Syllabus[5] e o Concílio Vaticano I (destaque à proclamação da infalibilidade papal) como exemplos destas ações reacionárias. Seus argumentos em relação a esta atitude da Igreja visam mostrar que o "progresso" de um país encontra-se na associação entre religião e liberdade, pois, de acordo com Joaquim Nabuco, a liberdade religiosa é importante para se combater o ultramontanismo.

Pinto de Campos destaca, na dissertação *Casamento Civil,* que os casamentos mistos são exceções que não podem ser transformadas em regras[6]. Esta preocupação de Pinto de Campos visa diminuir os efeitos dos argumentos daqueles, que se baseavam nas instruções pontifícias do papa Benedicto XIV sobre os casamentos mistos realizados na Holanda e na Bélgica, sobre a defesa da necessidade de uma legislação para os casamentos mistos, cuja conseqüência seria a validação destes casamentos por contrato civil, assim a dispensa de disparidade de cultos pelos bispos tornar-se-ia desnecessária, conforme indicava o projeto do governo apresentado às câmaras em 1858. Esta questão mostra-se relevante a Joaquim Pinto de Campos, pois a referência ao papa Benedicto XIV aparece nas duas publicações deste autor, *Casamento Civil* e *Miscellaneas Religiosas*, que antecederam a apresentação do parecer

[4] NABUCO, Joaquim. *A invasão ultramontana (Discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil no dia 20 de maio de 1873).* Rio de Janeiro: Typ. Franco-Americana, 1873, 46p.
[5] CAMPOS, Joaquim Pinto de. *A Igreja e o Estado. O catholico e o cidadão.* RJ: Typ. do Globo, 1875.
[6]----------. *Casamento Civil.* RJ: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve &C., 1858.

das comissões de negócios eclesiásticos e de justiça civil apresentado na sessão de 08 de agosto de 1859 na câmara dos deputados, e que tiveram o caráter de arregimentação das idéias religiosas inflexíveis aos casamentos mistos e aos casamentos realizados por contrato. As instruções pontifícias de Benedicto XIV foram elaboradas em 1741 para resolução dos casamentos mistos na Holanda e na Bélgica. De acordo, com estas instruções desfazia-se a necessidade de dispensa da disparidade de culto para os casamentos mistos nestes países. Assim, na obra *Miscellaneas religiosas,* apesar de não existir no corpo do texto a refutação explícita aos casamentos mistos, Pinto de Campos reserva no final da obra, em separado, um espaço em que reproduz as instruções de Benedicto XIV e a carta deste papa, cujo conteúdo visou mostrar a refutação deste papa aos casamentos mistos e a justificativa pela decisão referente aos casamentos mistos na Holanda e na Bélgica. A justificativa do papa vinculou-se à idéia de que os católicos, nestes países, constituíam a minoria, por isso a necessidade da revogação da dispensa de disparidade de culto para a concessão dos efeitos civis aos casamentos entre católicos e não-católicos. Portanto, na dissertação *Casamento Civil*, Pinto de Campos mostra a invalidade da utilização da decisão do papa Benedicto XIV sobre os casamentos mistos na Holanda e na Bélgica como argumento para estabelecimento do contrato civil para os casamentos mistos no Brasil, já que era um país católico e a instrução do papa não estabelecia o casamento civil para os casamentos mistos na Holanda e na Bélgica, ela somente destaca a garantia dos efeitos civis sem a dispensa de disparidade de culto.

Deste modo, consideramos que o destaque concedido à instrução e à carta do papa Benedicto XIV, sobretudo na obra *Miscellaneas religiosas,* mostra-se como referência emblemática na captação dos indícios que nos levam a questão referente à manutenção da Identidade católica. A instrução do papa Benedicto XIV foi utilizada como duas formas de "metáfora". Uma destas "metáforas" visou a flexibilização dos casamentos mistos por aqueles que pretenderam engendrar a facilitação destes casamentos através do estabelecimento do contrato civil e conseqüente eliminação da dispensa de disparidade de cultos. A outra "metáfora" vincula-se à postura retratada por Pinto de Campos: inflexibilidade diante da ampliação dos casamentos mistos. Deste modo, observamos a partir do conceito de afinidade eletiva[7] que a instrução do papa Benedicto XIV foi utilizada de diferentes maneiras no campo das disputas político-ideológicas. Assim, as duas formas de "metáforas" construídas a partir da mesma instrução podem ser vistas como formas da constituição de afinidades eletivas diferenciadas. As constituições destas afinidades eletivas diferenciadas ocorreram em função

[7] LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: O judaísmo libertário na Europa Central (Um estudo de afinidade eletiva)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

das diferentes respostas ao contexto histórico-social do Segundo Reinado. Então, consideramos que a abertura ou o isolamento aos não-católicos produziu diferentes formas de apreensão da instrução do papa Benedicto XIV. A partir da referência a esta instrução, retomamos a idéia da utilização dos textos de Paulo, como "metáfora" da exclusão dos não-católicos. Destacamos a posição do deputado Villela Tavares que enfatizou os textos de Paulo para justificar as conseqüências problemáticas do estabelecimento da indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos. Já que, a indissolubilidade destes casamentos poderia trazer conflitos, caso um dos cônjuges não-católicos convertesse-se ao catolicismo após o casamento. Assim, a partir da referência aos textos de Paulo, a dissolubilidade desta relação conjugal seria aprovada se o cônjuge não-católico atrapalhasse o exercício da fé católica do outro cônjuge.

A afinidade eletiva entre a postura político ideológica de Villela Tavares e os textos de Paulo, consubstanciada através da utilização por este parlamentar das "metáforas" da exclusão presentes em determinada vertente da perspectiva paulina se apresenta também na utilização da referência à instrução do papa Benedicto XIV. Villela Tavares observa que a emenda substitutiva vai de encontro à instrução do papa Benedicto XIV, pois este deputado considera que a emenda substitutiva desvincula casamento de sacramento. Ele aponta que a emenda substitutiva não é explícita quanto à legislação exclusiva dos efeitos civis. Então, diante desta questão suscitada por Villela Tavares, destacamos que as "metáforas" empregadas em relação à exclusão do não-católico, através da perspectiva paulina, casa-se através do processo de afinidade eletiva com as "metáforas" construídas em relação à instrução do papa Benedicto XIV. Consideramos que estas "metáforas", apesar do processo de afinidade eletiva, apresentam mais ênfase em relação à condenação dos casamentos mistos, como no caso de Pinto de Campos, e mais ênfase em relação aos casamentos por contrato, como no caso de Villela Tavares. Villela Tavares vale-se da "metáfora" da instrução do papa Benedicto XIV, ele menciona que as emendas substitutivas não seguiram os princípios desta instrução, pois as emendas abrem possibilidades de validação dos casamentos entre não-católicos pelo poder civil, esta validação se traduziria pela separação entre contrato e sacramento. E esta menção de Villela Tavares assemelha-se a uma contradição, pois um dos elaboradores da 2ª emenda substitutiva, Pinto de Campos, valeu-se largamente da "metáfora" da instrução do papa Benedicto XIV para arregimentar a oposição aos casamentos mistos. Além de ser um dos autores da 2ª emenda substitutiva, Pinto de Campos motivou-se largamente em combater o contrato civil para os casamentos em conjunturas diversas, conforme observamos em algumas de suas obras: *Casamento Civil, Miscellaneas religiosas,*

A Igreja e o Estado. O catholico e o cidadão e *Impressões de viagens na Itália e no sul da França*. A utilização de diferentes "metáforas" dos mesmos conteúdos deve ser observada em conjunto com o momento em que são utilizadas. As diferentes formas empregadas das "metáforas" relacionadas aos textos de Paulo e à instrução de Benedicto XIV comunicam-se através da afinidade eletiva. Esta afinidade eletiva relaciona-se à manutenção da Identidade católica diante da possibilidade de ampliação de outras identidades. Assim, quando Pinto de Campos utiliza a "metáfora" da instrução do papa Benedicto XIV para refutar os casamentos mistos e Villela Tavares utiliza a "metáfora" da mesma instrução para refutar a separação entre sacramento e casamento, devemos voltar nosso foco para os efeitos comuns produzidos por defesas aparentemente diferentes: exclusão e isolamento dos não-católicos. Assim, a reflexão através do conceito de afinidade eletiva faz-nos observar que diferentes perspectivas produziram resultados comuns. Entretanto, Pinto de Campos valeu-se da questão dos casamentos mistos através da utilização da "metáfora" da instrução pontifícia em função do momento em que se enquadrava sua refutação aos casamentos mistos[8]: momento que antecedeu a elaboração do parecer das comissões de negócios eclesiásticos e de justiça civil ao projeto do governo que incorporava a validação dos casamentos mistos por contrato civil e eliminava a necessidade de dispensa de disparidade de cultos. Após a apresentação do parecer das duas comissões na sessão de 08 de agosto de 1859, a questão dos casamentos mistos não foi mais discutida nas sessões que discutiam as emendas substitutivas ao projeto do governo.

As discussões sobre os casamentos mistos através do parecer das comissões de negócios eclesiásticos e de justiça civil [9]da câmara dos deputados foram antecedidas pela dissertação *Casamento Civil*, de Pinto de Campos. Destacamos que a posição apresentada no parecer sobre estes casamentos, apesar da inexistência de agressividade conforme se apresentou em Pinto de Campos e o papa Benedicto XIV, teve como resultado a ausência de resolução. Assim, o resultado político sobre os casamentos mistos foi ao encontro das idéias religiosas inflexíveis à abertura ao outro e conseqüente inflexibilidade em relação à ampliação de identidades. Na apresentação do parecer das duas comissões, os casamentos mistos e os casamentos entre não-católicos foram tratados como problemas distintos[10]. As comissões destacaram que as reformas deveriam se limitar às questões que necessitavam de encaminhamento pela ausência de legislação, caso em que se enquadravam os casamentos entre não-católicos. Os casamentos mistos foram tratados como uniões conjugais consideradas

[8] Villela Tavares elogia a posição das comissões quanto ao encaminhamento dado aos casamentos mistos. *Anais da Câmara dos Deputados.* Sessão de 11 de agosto de 1860, p.144.
[9] *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 08 de agosto de 1859.
[10] Idem, pp.57-58.

válidas, por isso tinham a garantia de todos os seus efeitos civis, já que eram realizados de acordo com as leis do Império, ou seja, eram realizados de acordo com as regras do Concílio de Trento. A validade dos casamentos mistos dependia, também, da dispensa de disparidade de culto pela Igreja Católica.

Villela Tavares não se restringe à questão da indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos para mostrar sua posição receosa em relação à ampliação de identidades religiosas em detrimento da Identidade católica. A 1ª emenda substitutiva, apresentada com o parecer das comissões na sessão de 08 de agosto de 1859, garantia os efeitos civis aos casamentos entre não-católicos diante da realização destes casamentos por contrato civil. Entretanto, quase um ano após, na sessão de 11 de agosto de 1860, elaborou-se outra emenda substitutiva. Assim, nesta 2ª emenda, os efeitos civis não seriam garantidos aos casamentos entre não-católicos através do contrato civil, estes efeitos seriam concedidos aos casamentos realizados diante dos respectivos cultos.

Villela Tavares menciona novamente o tema sobre a indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos na sessão de 13 de agosto de 1860[11]. Nesta mesma sessão, o membro da comissão de negócios eclesiásticos, Antônio Pinto de Mendonça, que votou pela emenda substitutiva ao projeto do governo, apresentada na sessão de 08 de agosto de 1859, e assinou a 2ª emenda substitutiva, apresentada na sessão de 11 de agosto de 1860, diz que se arrependeu de ter assinado a emenda, pois considera que a emenda atribui validade aos casamentos ausentes do sacramento[12]. Ele se encontra no mesmo diapasão que Villela Tavares quando não reconhece que a emenda, diferentemente do projeto original do governo, não atribui validade aos casamentos entre não-católicos, somente garante os efeitos civis destes casamentos. Consideramos que esta posição de Pinto de Mendonça traz o desejo pela manutenção da Identidade de católica implicitamente.

Pinto de Mendonça também contemporiza com Villela Tavares em relação à questão da indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos, ele denomina a manutenção da indissolubilidade dos casamentos entre não-católicos como "erro" da emenda substitutiva[13]. Pinto de Mendonça corrobora a idéia de não-reconhecimento do outro a partir de uma perspectiva da homogeneidade de todas as religiões vinculadas ao cristianismo. Pinto de Mendonça considera que esta homogeneidade deveria ser regida pelo catolicismo. Ele mostra preocupação com a multiplicação de identidades religiosas em detrimento da Identidade católica, ele associa a possibilidade desta multiplicação aos casamentos entre não-

[11] *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 13 de agosto de 1860. p.148.
[12] Idem, p.149.
[13] Idem, p.149.

católicos. Consideramos que a relação feita por Pinto de Mendonça entre a ampliação do protestantismo em um país católico e os casamentos entre não-católico faz-nos refletir sobre um possível indício da ausência de solução direcionada aos casamentos entre não-católicos. Já que a restrição dos direitos civis a estas uniões poderia constituir um fator para a ausência de motivação à imigração dos protestantes.

Então, diante deste quadro cujo foco concentrou-se nas discussões acerca dos casamentos mistos e da indissolubilidade do casamento entre os não-católicos, objetivamos mostrar que as disputas político-ideológicas, que em determinados momentos pareceram díspares, visavam a manutenção da Identidade católica. Não consideramos que naquela conjuntura existisse uma Identidade católica, defendemos que os personagens históricos engajados na manutenção desta Identidade, através dos entraves aos casamentos mistos e aos casamentos entre não-católicos, acreditavam na existência de uma Identidade católica única e indivisível. Apontamos que as aparentes diferenças entre determinados parlamentares, sobretudo, em relação às discussões e discordâncias sobre as emendas substitutivas ao projeto do governo, não impossibilitou o resultado político esperado e subsumido a estas diferenças: restrição dos direitos civis dos não-católicos. Por isso consideramos que o conceito de afinidade eletiva foi bastante profícuo para esta reflexão. Além disto, destacamos a utilização de "metáforas" apreendidas dos textos de Paulo em relação à exclusão dos não-cristãos, que para a conjuntura do Segundo Reinado serviu como "metáfora" para a exclusão dos não-católicos.

Indicações Bibliográficas:

CAMPOS. Joaquim Pinto de. *Casamento Civil.* RJ: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve &C., 1858.

. *A Igreja e o Estado. O catholico e o cidadão.* RJ: Typ. do Globo, 1875.

GINZBURG, Carlo. "Distância e perspectiva: duas metáforas" in *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp.176-198.

LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: O judaísmo libertário na Europa Central (Um estudo de afinidade eletiva)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NABUCO, Joaquim. *A invasão ultramontana (Discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil no dia 20 de maio de 1873).* Rio de Janeiro: Typ. Franco-Americana, 1873, 46p.

. *Um Estadista do Império.* 5ªed., Rio de Janeiro, 1997.

SAID, Edward W. *Freud e os não-europeus.* São Paulo: Boitempo, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os estudantes brasileiros e o regime civil-militar: a criminalização dos estudantes (1964-1979)

Claudia Maria Gusson*

Resumo: Durante os anos de 1964 a 1985, o regime militar brasileiro combateu os militantes contrários ao governo instaurado. Esta pesquisa tem como fonte principal os processos arquivados pelo *Projeto Brasil Nunca Mais (BNM*) que foram classificados como do movimento estudantil. O acervo do Projeto é composto pela duplicação e análise dos processos procedentes do Superior Tribunal Militar (STM) pertinentes aos anos de 1964 a 1979. A análise destes processos-crimes demonstra como foram perseguidas as organizações estudantis pelo regime militar. O estudo de processos criminais contra jovens durante o regime militar evidencia o funcionamento de parte da sociedade daquele período e contribui para uma produção historiográfica acerca da ação do governo militar na utilização de métodos para perseguir e prender seus opositores.

Palavras-chave: Movimento Estudantil - Projeto Brasil Nunca Mais (BNM) - Regime Militar.

Abstract: From 1964 to 1985, when Brazil remained under military control, political prisoners were detained by government to be sued and convicted. This research is based mainly on the military court proceedings of actual trials, which were secretly photocopied by lawyers associated with the daring Project known as *Brasil: Nunca Mais (BNM).* The project turned out public duplicate archives containing complete record of Brazil's military courts during the repression from 1964 to 1979. The analysis of conducted trials provides explanations how anyone who voiced opposition to the regime became a target, including those fighting for their rights, and their involvement in student activism. This research may prove that military justice system utilized all kind of methods to pursue and to arrest its opponents.

Keywords: Brasil Nunca Mais (BNM) – Student activism - Military Regime.

Este artigo traz algumas das discussões tratadas na dissertação de mestrado intitulada "Os estudantes brasileiros e o regime civil-militar: a criminalização dos estudantes (1964-1979)", em desenvolvimento no Departamento de História da Faculdade de Filosofia,

* Mestranda – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Esmeralda Blanco Bolsanaro de Moura.

Este trabalho estuda a relação entre o Estado autoritário e os militantes do movimento estudantil no período de 1964 a 1979. Constantemente, os jovens são referenciados como um dos principais grupos contestadores do regime estabelecido, sendo o ambiente das universidades o principal reduto destas atividades contestadoras. Esta pesquisa analisa como funcionava a dinâmica da relação do Estado com os estudantes militantes a partir do estudo da repressão direcionada a estes militantes. Para tanto está sendo identificado as similaridades entre os estudantes processados pelo tribunal militar, utilizando a análise documental de processos-crimes classificados pelo Projeto Brasil Nunca Mais (**BNM**) e arquivados no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas. Dessa maneira, é possível determinar se a repressão militar tinha um perfil previamente definido do "inimigo do Estado".

A fonte documental desta pesquisa é composta por dois tipos de documentos. O primeiro documento é a fonte classificatória do **BNM** nomeada de *Projeto A*[1] - *Atingidos,* com a relação dos processados pela Justiça Militar no período de 1964 a 1979, os demais incluem os *processos criminais*[2] contra estudantes. A documentação classificada pelo **BNM** constitui em duplicação, levantamento de 707 processos procedentes do Superior Tribunal Militar (STM) que arrolaram mais de 17.000 pessoas durantes os anos do governo militar.

Os processos-crimes do Projeto **BNM** estão classificados em três critérios, o primeiro, quanto às *organizações de esquerda*; o segundo, a respeito do *setor social*, e, por último, em relação às *atividades incriminatórias*.. Para esta pesquisa interessa os 52 processos arrolados no *setor social* classificados de ***movimento estudantil***.

A metodologia aplicada na análise dos processos-crimes envolve a leitura completa da documentação que resulta na compreensão ampla dos fatos, e, em seguida, é feita a seleção dos artigos da Lei de Segurança Nacional mais recorrentes nos processos, nos quais os citados foram indiciados. O objetivo da identificação destes artigos é quantificar os diplomas da lei para entender o funcionamento da estrutura jurídica militar, e contribuir para evidenciar a doutrina vigilante e autoritária que reprimia qualquer expressão de contestação contra o governo militar.

O trabalho com fontes judiciais tem requerido um cuidado especial, principalmente com relação ao momento histórico de elaboração dos documentos. Em

[1] O *Projeto A* contém seis Tomos, divididos em 12 volumes que fornecem explicações sobre a metodologia da pesquisa acerca dos processos classificados e reunidos pelo projeto BNM.
[2] Os Processos-crimes depois de classificados pelo BNM também são identificados por BNM nº.

primeiro lugar, impõe-se uma atenção toda especial ao contexto em que foram produzidos os processos (PRIORI, 1994). Para a análise dos processos-crimes do Projeto **BNM** é essencial o estudo preliminar da instauração do regime militar e do processo de organização dos estudantes para enfrentar a truculência do governo militar instaurado em 1964. Outro aspecto a ser considerado é o destacado por Silvia Helena Zanirato Martins:

> *Estes (os processos criminais) são depositários de informações valiosas que possibilitam apreender os valores, crenças e esperanças dos personagens envolvidos. Longe de ser portador de um discurso neutro ou mesmo objetivo, esse tipo de documento é antes o resultado de uma ação claramente desequilibrada e mediada por filtros muitas vezes deformantes. Apesar desses filtros intermediários e deformantes, tal fonte não constitui um documento menos "objetivo" do que outro. Como todo registro, é antes um código que precisa ser decifrado (Martins, 1998).*

As informações e códigos dos processos-crimes do Projeto **BNM** são totalmente relacionadas à argumentação e uso da Lei de Segurança Nacional contra os estudantes. Ainda sob a contribuição do trabalho de Silvia Helena Zanirato Martins (1998), enfatiza-se que esta pesquisa não procura desvendar o que realmente aconteceu, pois os autos policiais e judiciais traduzem não a verdade, mas a batalha que se instaura para produzir uma verdade destinada a punir, graduar a pena ou absolver. Portanto, a análise dos processos-crimes demonstra como o governo repressivo utiliza-se de códigos legislativos cada vez mais articulados para restringir qualquer tipo de contra reação da sociedade.

A metodologia desta pesquisa baseia-se em parte do método utilizado por Maria Aparecida de Aquino (1994). A autora analisou quinze processos-crimes instaurados contra jornalistas que, haviam praticado, conforme o entendimento do Estado, atividades que constituíram crimes contra a Segurança Nacional. Seguindo as orientações de Maria Aparecida de Aquino observou se que os autos dos processos podem ser separados em duas fases: O Inquérito Policial Militar (IPM) e a instância judiciária, no caso o processo em si (1994, p.236). Para esta pesquisa são utilizadas as duas partes dos autos dos processos. Primeiramente, utilizando o relatório do delegado, que faz parte da fase do Inquérito, é feita a caracterização dos réus. Esta atividade consiste na seleção dos estudantes arrolados nos processos selecionados para esta pesquisa. A partir desta primeira seleção é possível determinar idade, curso, local de estudo e qual atividade atribuída ao estudante foi considerada subversiva pelo Estado.

Em segundo, na documentação correspondente à fase judicial, são analisadas as móbiles dos processos. Nesta fase, são identificados os artigos incriminatórios e qual o embasamento legal que possibilitou a acusação. A seguir, são avaliadas razões e

argumentação do Estado para criminalizar os estudantes e justificar o pedido de prisão. Na fase judicial também são consideradas as alegações da Promotoria e da Defesa, tanto para condenar, quanto para absolver os réus. Por último, avaliamos o Acórdão, no qual é possível identificar as razões do juiz para confirmar tanto a absolvição quanto a condenação.

O estudo dos processos-crimes contra estudantes confirma a relevante participação do jovem no enfretamento ao regime militar. Sendo assim, os conceitos juventude e estudante são pertinentes para a análise da ação do movimento estudantil, ainda que, o estudante universitário possa abarcar outras idades da vida além da considerada jovem.

Vários estudos relacionados ao movimento estudantil tratam da ação deste movimento como um produto da dupla condição de jovem e estudante, portanto, algumas vezes é difícil vislumbrar, nos trabalhos, uma discussão somente relacionada ao estudante e suas especificidades. Para Hermes Zaneti (2001), a condição juvenil pode superar a condição de estudante, porque o jovem apresenta um potencial de ação transformadora e revolucionária que até pode ser estimulada pela sua condição de estudante. Entretanto, para este autor, quando o estudante extrapola as dimensões da universidade, para fazer parte de um processo revolucionário, pode ser indicação de que essa atitude revolucionária está ligada à sua condição de jovem e não à sua condição de estudante. Dessa maneira, o estudante que quebra o círculo vicioso universitário e atua em outros contextos está sendo impulsionado pela sua condição juvenil e não pela condição de estudante (p.183). Contudo, acreditamos que o impulso inicial para a atitude revolucionária foi desencadeado dentro do ambiente universitário e desta maneira, o estudante é mais revolucionário que o não estudante, apesar da alegação inicial que o fator "juventude" predomina sobre o fator "estudante".

Incontestável admitir que as mobilizações dos estudantes jovens ou não jovens durante os anos de regime militar geraram condições do aparecimento de importantes lideranças políticas e culturais atuantes na nossa atual sociedade. Desvendar os significados e vivências sociais da juventude é um recurso iluminador para o entendimento da própria sociedade moderna em diversos aspectos, como a arte, o lazer, as relações cotidianas, a política, etc. (Groppo, 2000).

A sociedade ocidental tem utilizado da combinação de critérios etário-naturais com os critérios sociais para forjar a definição de juventude e atender as realidades das sociedades modernas. No entanto, a determinação de faixas etárias têm sido um dos instrumentos mais comuns para esta definição. A Organização Internacional da Juventude define os limites etários entre 15 e 24 anos, Stoetzel define juventude no Japão do pós-guerra entre 15 e 25 anos, enquanto a WHO/OPAS (World Health Organization – ONU) entre 10 e

20 anos (ZANETI, 2001, p, 27). Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[3], considera-se adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

Apesar da ampla utilização do critério de faixas etárias para definir juventude, é preciso considerar outros aspectos além dos biológicos, como os condicionamentos socioeconômico e cultural que têm fundamental relevância para entender a juventude, fase da vida, considerada algumas vezes somente um estágio ou uma ponte para a vida adulta.

Admitindo que haja limitações quanto à utilização do uso de faixas etárias, utilizamos nesta pesquisa as concepções de juventude trabalhadas por pesquisadores como Marialice Foracchi (1972), Luís Antonio Groppo (2000), Hermes Zaneti (2001), Melissa de Mattos Pimenta (2001) e outros que conceituaram a juventude como uma ***categoria social,*** o que significa entender que a juventude está além da sua classificação etária. A juventude não pode ser definida somente por critérios etários, de modo que haja limites restritos para definir quando o indivíduo é jovem mediante seu pertencimento às categorias de 14 a 20 anos, 17 a 25 anos ou 15 a 21 anos. A juventude é uma representação sócio-cultural forjada dentro de grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos a eles atribuídos na sociedade. Dessa maneira, a juventude é produto da sociedade em que está inserida e por relações que mantém com instituições desta sociedade (GROPPO, 2000). Deste modo, o comportamento do jovem dentro da sociedade deve ser interpretado como um comportamento de transição que depende da situação em que este jovem está inserido na sociedade e não somente das condições biopsicológicas relacionadas à idade. Mesmo assim, a definição de juventude dificilmente está livre do seu referencial etário. De certa maneira, a combinação entre critério etário e critério sócio-cultural está sempre subjacente e expressa nas pesquisas (GROPPO, 2000).

Ainda concordando que a definição de juventude está além da definição natural em faixas etárias, utilizamos também nesta pesquisa o trabalho de Octavio Ianni (1968) que esclarece que o jovem está totalmente conectado ao universo econômico e sócio-cultural do qual participa a partir do momento em que tem consciência de sua inserção em uma classe social e na sociedade global.

Deixamos em evidência que, para o estudo do movimento estudantil, adotamos, nesta pesquisa, que a juventude é uma categoria social e cultural e não um grupo restrito a uma faixa etária, que pode variar conforme normas institucionais. Portanto, o estudo da juventude e suas especificidades, colaboram para o entendimento do funcionamento e transformações de diversas sociedades, de tal forma que a análise de processos criminais

[3] Estatuto da Criança e do Adolescente - LEI Nº. 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

contra jovens durante o governo militar proporciona o esclarecimento de como funcionava parte da sociedade brasileira, através da identificação de condicionamentos econômicos e sócio-culturais que estavam conectados com a realidade do jovem daquele período.

Em relação ao conceito de estudante destacamos a natural identificação do estudante como o jovem atuante nas manifestações da militância estudantil. Confirmando esta concepção, verificamos que vários trabalhos trazem a abordagem sobre estudantes relacionada diretamente à abordagem sobre juventude. Nesta pesquisa, consideramos que a atitude revolucionária do estudante não está diretamente relacionada à sua condição juvenil. Na verdade, a realidade socioeconômica e o contato com o mundo acadêmico são os principais fatores que impulsionaram o estudante para a atuação no movimento estudantil. Ressaltamos que na análise dos processos criminais contra estudantes, 14% estão registrados com idades entre 26 e 31 anos. De alguma forma, consideramos que a condição juvenil é importante para incentivar o indivíduo a participar de movimentos sociais, mas de qualquer maneira, acreditamos que o comprometimento com a militância é fruto da condição social econômica na qual o estudante está inserido, independente da sua faixa etária.

As primeiras informações coletadas dão conta que de todos réus[4] com ocupação definida como de estudante, 63%[5] estão na faixa etária entre 21 a 25 anos, 14% entre 26 a 31 e somente 1% tem mais de 31 anos. Desta maneira, confirmamos a nossa proposição de que a condição estudantil supera a juvenil no que diz respeito ao envolvimento dos estudantes em atitudes revolucionárias ou consideradas subversivas.

A faixa etária entre 21 a 25 anos, como o maior número de processados, apresenta um porcentual de 82% de estudantes do sexo masculino e 18% de estudantes do sexo feminino. Esta proporcionalidade da relação entre homens e mulheres é verificada em todas as faixas etárias, com uma pequena alteração entre os estudantes com idade superior a 31 anos, na qual se registra a proporcionalidade de 88% de estudantes do sexo masculino para 12% de estudantes do sexo feminino. Deve ser observado que essa diferença no caso de militantes acima de 31 anos ocorre em virtude do pequeno número de estudantes contidos nesta categoria (25 pessoas, ou seja, 1% do total).

---

[4] Foram identificados 1686 registros. Esta listagem é baseada no total de ocorrências, considerando a presença do denunciado em vários processos, podendo ocorrer a repetição de nomes em virtude da base de dados estar fundamentada nas especificidades do número do processo – Informações do *Projeto A - Atingidos.*

[5] Cálculo baseado no total de ocorrência - Informações do *Projeto A - Atingidos.*

Outro aspecto importante que já podemos vislumbrar nessa fase da pesquisa é a ocorrência do estudante trabalhador. Dos 1686[6] estudantes relacionados, 7% também foram classificados pelo menos mais de um processo com uma ocupação diferente da de estudante. Por exemplo, o nome de Aton Fon Filho consta como réu em 8 processos com a profissão de estudante, auxiliar de escritório, bancário, jornalista, escriturário e jornalista e a sua idade variou de 22 a 24 anos, demonstrando que este estudante foi processado em diferentes momentos. Contrapondo-se estes dados com as informações que constam nos processos criminais, encontramos a ocorrência do estudante trabalhador, que aparece envolvido com sua educação e manutenção, além do engajamento no movimento estudantil.

Outro aspecto que já podemos comprovar através da análise dos processos-crimes é ação do ação do Estado em proibir, através de mecanismos jurídicos, a liberdade de expressão política da sociedade. A análise dos decretos-lei e respectivos artigos que figuram no processo criminal demonstram o caráter opressivo das leis brasileiras e evidenciam o clima de vigilância ao qual a sociedade brasileira estava submetida. Durante a análise dos processos é verificado que toda ação suspeita deveria ser investigada e processada. Este clima de vigilância e perseguição atingia indiscriminadamente os estudantes que praticavam ações meramente resultantes do ambiente universitário, tais como as reuniões estudantis e distribuição de jornais acadêmicos, assim como a ação dos integrantes de grupos estudantis que se envolveram em um enfretamento mais radical contra o Estado vigente através de atividades que ficavam além da margem da legalidade. Evidentemente, todas as atividades executadas pelos estudantes relacionadas nos processos foram consideradas subversivas a segurança nacional, fazendo estudantes universitários responderem durante anos a processos criminais e na maioria das vezes serem condenados. A definição de "subversão" era arbitrária e foi utilizada amplamente pelas autoridades para justificar a ação penal. O conceito de subversão era limitado e consistia em "uma lógica primitiva: subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a vontade da Nação, tentar mudá-lo é, pois, delito. E todo delito merece punição." (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.159).

Os resultados preliminares aqui comentados demonstram a diversidade das ações consideradas crimes durante o regime militar. A caracterização dos réus estará consolidada na medida em que a análise dos processos avançarem.

---

[6] Neste cálculo também foi utilizado o número de ocorrência, pois em diferentes momentos da vida o estudante pode ter diferentes ocupações ou até mesmo duas simultaneamente - Informações do *Projeto A - Atingidos*.

Referência bibliográfica:

AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados**, Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964–80). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude.** Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas (Coleções Enfoques. Sociologia). Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IANNI, Octávio. O Jovem Radical. In: **Sociologia da Juventude.** v.1 BRITTO, S. (org), Rio De Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto. **1968.** Faz 30 anos**.** Campinas, São Carlos: Mercado das Letras e EDUFSCar, 1998.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Jovens em transição**. Um estudo sobre a transição pra a vida adulta entre estudantes universitários em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, agosto de 2001.

PRIORI, Ângelo. **A Legislação Social e Sindicalismo**: Um estudo sobre os trabalhadores rurais do Norte do Paraná (1956-1963). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Letras. Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo. UNESP. 1994.

ZANETI, Hermes. **Juventude e Revolução**. Uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

Fontes documentais:

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais – Projeto A** (Tomo I, II, II e Processos). São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Encenação e retórica do trabalho informal no espaço urbano

Marcia de Melo Martins Kuyumjian*

Resumo: A história cultural ao alargar suas fronteiras disciplinares para práticas intersolidárias abre um fértil canal para a compreensão dos modos como a realidade adquire forma na experiência cotidiana e sentidos nas narrativas. A cultura se estende por sobre o solo da história e do saber científico, refinando entendimentos e práticas discursivas que se explodem em estratégias, encontros e deslocamentos. É nesta perspectiva que é pensado o trabalho informal, como a fronteira entre o possível e o autorizado. Esta é a proposta deste ensaio, refletir sobre as experiências e as narrativas do trabalho informal no espaço urbano da cidade de Brasília e a complexidade da realidade social na história do tempo presente.
Palavras-chave: trabalho informal, práticas discursivas, espaço urbano.

Resumé: L´histoire culturel en même temps qui augmente ses frontières disciplinaires vers des pratiques intersolidaires, ouvre un canal très fértile pour la compréhension des manières dont la réalité prend forme dans l´expérience quotidienne et dans le sens des narratives. La culture s´étend sur le champs de l´histoire et du savoir scientifique, en affinant des savoirs et des pratiques discursives qui explosent en stratégies, rencontres et déplacements. C´est dans cette perspective que le travail informel est pensé comme la frontière entre le possible et l ´autorisé. C´est la proposition de cet article, faire une réflexion sur les mémoires et les narratives du travail informel dans l´espace urbain de la ville de Brasília et la complexité de la realité sociale dans l´histoire du temps présent.
Mots-Clé: travail informel, pratiques discursives, espace urbain

Cabe ao historiador dar conta dos possíveis entendimentos que as coisas adquirem para os atores sociais. Esses entendimentos estão ancorados nas apreciações valorativas responsáveis pelas representações que constroem e reconstroem a trama de inter-relações entre a materialidade do trabalho e seu campo simbólico. "A cada inovação tecnológica há uma grande quantidade de atividades produtivas que passam a ser denominadas de trabalho, bem como inúmeras são as que perdem este estatuto"(KUYUMJIAN, 2006:143). As atividades são nomeadas para serem inscritas em uma ordem que**,** nos termos de Foucault (1990)**,** é tateante porque depende do olhar e da linguagem e acaba por evocar a desordem das coisas, do pensamento e das palavras sem espaço e lugar próprios.

O termo trabalho celebra mais que o reconhecimento de um modo de fazer, conforme notabilizado na França no século XVII. É ao mesmo tempo a metáfora das necessidades e do *status* social, uma vez que confere sentido e se articula a uma retórica sobre

o mercado. Mais que habilidade de produzir coisas, o trabalho se vincula a uma trama relacional e depende de um tipo de sociabilidade.

As forças produtivas consolidadas no século XX induziram à passagem da disposição para a vida econômica à profissionalização. Conhecimento e remuneração tornaram-se aliados do indivíduo com desejo de existência pública e de identidade social. Se de um lado são inegáveis o conforto e as facilidades que os avanços produzem no dia-a-dia, há de se reconhecer a grande virada provocada pelas diferentes reestruturações produtivas no cotidiano dos trabalhadores, talhados na exploração e resistência. Os esforços teóricos que se fazem sentir no primeiro decênio do século XXI têm sido o de ampliar o entendimento sobre os arranjos sociais devido à diversidade cultural e a complexidade da sociedade contemporânea.

Esta é a pedra de toque da história cultural que opera sobre os detalhes como vestígios de histórias. A história cultural se obriga a reconhecer e dar estatuto de agentes históricos aos que da margem social atuam como protagonistas de suas próprias histórias. Ademais, investiga como o jogo de representações produz trajetórias que só podem ser compreendidas pelo viés comparativo das estratégias dos diferentes segmentos sociais. Estes se encontram e se confrontam nas ruas e nas formas de apropriação das políticas públicas. Deste modo, a cidade é o lugar do embate entre a cotidianidade do trabalho, a subjetividade do sujeito e a objetividade do Estado.

O discurso científico pode ser o lugar privilegiado onde o banal e o insignificante ganham fórum de existência, de norma instituída na experiência cotidiana e acontecimento histórico. Então o campo do saber se explode em mil possibilidades, substituindo certezas e ampliando as alternativas de compreensão do real.

Este processo cobra dos pesquisadores o uso mais cauteloso de conceitos e noções, a postura crítica diante das fontes e dos referenciais teóricos e, principalmente, a prontidão na ausculta da polifonia de vozes. A questão que alimenta esta reflexão refere-se à envergadura dos modos de fazer e do cotidiano tendo por referência o ponto de interseção entre a realidade e a ordem do discurso científico.

A análise sobre o mundo do trabalho impele pensar o lugar do cientista que, ao observar o modo como o trabalho não regulamentado se manifesta, o faz proferindo um discurso que, sob o crivo da ciência, tenta dar tenacidade à exposição do mundo real. Portanto, a articulação trabalho e olhares sobre o trabalho é uma questão importante por tocar nas fissuras da ordem. Como bem expressa Mello: "Se na academia os fenômenos são sistematizados, é da realidade cotidiana que ela os colhe, objetivando compreendê-los à luz de referenciais"(MELLO, 1999:152).

O trabalho histórico é marcado pelo incomodo negociar do presente com o passado, logrado por um discurso que oferece mais informação sobre o próprio discurso e as operações de leitura do que sobre os traços do passado. De Certeau resume esta inquietação ao afirmar que a história "é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhes a vida" (DE CERTEAU, 2006:46)

Na história do tempo presente, a referência está no emaranhado de opiniões ainda ofegantes que procuram auscultar os sentidos, buscando as raízes e conexões no passado. Assim, o presente é um objeto e uma prática que se agarra ao fio do passado. Esta é uma questão importante para o fazer historiográfico, espaço no qual é organizado um texto como unidade de sentidos. Como o estatuto dos escritos não se limita à narração de acontecimentos passados, a experiência do historiador inclui como objeto a inextricável relação entre si e o outro colocado no presente. A comunicação não está apartada por uma temporalidade, e tampouco pelo lugar da história como ciência, mas pela genialidade do conjunto social em abrigar no presente temporalidades de significações dispares e plurais.

Mas a preocupação com a escrita, como resultado do lugar social e das práticas científicas, tende a gerar um "sonambulismo teórico", no entendimento de De Certeau. O discurso científico é mais o resultado de um contrato sobre método e teoria, uma verossimilhança enunciativa, que ignora as alternativas históricas dos atores que deixam seus rastros no presente. São outros possíveis escritos.

Deste modo, o problema tem sido de como abrigar sobre um mesmo padrão operacional, situações que revelam temporalidades e lugares cujos liames e contatos são frágeis, senão incomunicáveis. Situação instigante que faz pensar os diferentes trabalhos que perderam *status*, desapareceram ou ainda sobrevivem nas esgueiras das cidades como abjetos.

Enfrentamos, portanto, diferentes modos de figurações com dificuldades de serem articuladas enquanto narrativas. Segundo Veyne, se desde a antiguidade, exaltava-se o ócio do notável em contraponto à degradação do trabalhador, o que define se uma atividade é ou não considerada trabalho? Este é um dos grandes enigmas da história uma vez que as atividades de trabalho tendem a se propagar, incorporando negócios, ofícios artesanais e profissões liberais:

> *[...] os postos de trabalho se alastram com o surgimento de novas atividade que vão compondo o universo da produção virtual e, a um só tempo, aumenta também a inutilidade de várias outras atividades pela sua defasagem à expansão do mercado produtor.* Não é por acaso *que Veyne questiona sobre que profissões constituem um trabalho. Pensa ele na condição do escritor, do ministro, da dona de casa, do escravo, dos filósofos, dos soldados, dos músicos e dos gramáticos, para concluir que eles não trabalham. Portanto, não é o trabalho que está sendo colocado em questão. O que está em jogo é a honra ou o desprezo aos indivíduos que*

> *trabalham. Não é por acaso que tantas vezes se busca, na etimologia da palavra "trabalho", uma explicação para os seus significados, que, em síntese*, são recortados por *dilemas sociais, de definição de status de quem trabalho, bem como de uma ordem social hierárquica fundada sobre a atividade produtiva*.(KUYUMJIAN,2006:146)

Não é possível debulhar todas as formas que o trabalho adquire nas sociedades atuais, com as variantes de tempo, habilidades, competências, impacto social e econômico. O destaque é colocado nos atores que atuam na informalidade na cidade de Brasília, como fruto da sua própria experiência, do seu enquadramento sócio-econômico, das transformações objetivas e subjetivas e do glossário de percepções sobre os sujeitos e o mundo. Entendemos que em Brasília,

> *Os trabalhadores na informalidade constituem um grupo social no sentido de um conjunto de pessoas que formam uma rede marcada por valores e normas em torno do trabalho e de hábitos culturais construídos na necessidade da migração, na mobilização diária, na negociação na pobreza e nos arranjos familiares. São afinidades que aparecem nas estratégias e práticas cotidianas abrigadas por sentimentos de pertencimento e de solidariedade mútua como expressões das acomodações feitas na vulnerabilidade (KUYUMJIAN, 2006: 75).*

Compõem este segmento camelôs, eletricistas, vendedores de frutas, sapateiros, domésticas, costureiras, pedreiros, marceneiros, mecânicos, pintores, serralheiros, artesãos, e muitas outras pequenas *atividades,* que conseguem escapar do crivo regulador do sistema e, ao mesmo tempo, padecem da ausência da proteção dos "direitos do trabalho". São trabalhadores sem encargos e benefícios sociais. Esfera de representações múltiplas negociadas no plano das trocas simbólicas entre o Eu e o Outro.

O que sobressai entre os trabalhadores informais não é exatamente o trabalho em si, mas o vínculo que estabelecem com os diferentes matizes culturais e com os quais têm que negociar cotidianamente. Os procedimentos discursivos que atuam como imperativo de dominação e de afirmação de uma identidade imaginada sobre a ordem social e seus sujeitos reatualizam permanências discursivas pela polarização. É o Outro indesejável colocado na fronteira entre o possível e o autorizado. Ajuizamento e autoridade são os coelhos da cartola da retórica com dois objetivos básicos: agenciar a encenação estética da intervenção estatal para lidar com o estranhamento e o distanciamento; reafirmar o lugar social do historiador que revitaliza o interminável diálogo entre o limite da cultura e as possibilidades da ciência. Neste universo o trabalhador do informal é descartado, posto ser reino de um campo de força e de um *habitus* que configuram e re-configuram as enunciações do discurso institucional.

Mas o trabalho escapa às algemas do sistema dominante e se insere naquilo que Orlandi denomina como regionalização dos sentidos no corpo do sujeito e na linguagem. A atitude dos indivíduos é resultado das necessidades e dos significados que se articulam na

produção de efeitos. É uma narrativa que ativa a memória sobre os valores e produz estratégias de enfrentamento ao não reconhecimento de experiências cotidianas, verificáveis nas diferentes estratégias, encontros e deslocamentos sócio-culturais.

É óbvio que trabalhar em troca de salário representa uma das mais fortes imposições da sociedade de mercado. No entanto, a zona de integração do sistema de produção, nunca foi por si só responsável pela coesão social, pois antes da sociedade de mercado, os povos se organizavam em torno valores que são hoje visualizados como folclore.

Foto 1 – Ambulantes na Plataforma da Rodoviária em Brasília. Créditos de Washington Chagas, em 7/2006.

O declínio do trabalho industrial e a nova divisão global do capital deslocam parte significativa da mão-de-obra para atividades informais. O alarde atual desconsidera as práticas em ebulição ao longo do processo de constituição da sociedade brasileira uma série de atividades, ainda por serem investigadas, sempre esteve nas cenas urbanas. Logo, vale considerar a preocupação de Veyne, ou seja, o problema está no trabalho ou na depreciação do homem?

Deste modo, o olhar se desloca da comodidade do que está estabelecido pela ordem social e epistemológica para o desvio das práticas que se proliferam no social. Este é o caso do trabalho informal, que não se reduz à nomeação a partir das mudanças econômicas, e duvidosamente tem por referência o trabalho formal. É movimento das oscilações do mundo externo conjugado com a agitação dos gestos e percepções internas, consolidando "estruturas ritualísticas", nos termos de Maffesoli.

Essas práticas ritualísticas se desenrolam no universo urbano, como lugar de representação dos territórios identitários e no modo como regularidades e assimetrias são arquitetadas. Os espaços públicos fazem aflorar a intensidade da trama social, plural e desigual. Sem generosidade dos poderes públicos e sem escrúpulo dos desordeiros, a cidade se coloca como um lugar para a aprendizagem de negociações, entre os desiguais, e a combinação de formas e sentidos manifestados em práticas discursivas que salientam as idiossincrasias.

O trabalho informal aparece mais como uma retórica do Estado tentando consolidar um Estado de Direito, baseado em normas e regras que se pretendem geral e que tomam por referência determinados nichos sociais. Esta noção é calcada em um imaginário que reproduz sentidos "já-dados" pelo antigo entusiasmo de tornar realidade velhos desejos. Presenciamos o trabalho fronteiriço da cultura que, na esteira de Bhabha, informa sobre um

discurso institucional que no fundo anuncia o sonho da "comunidade imaginada" sem paralelo na história.

Se o trabalho é um dos pilares da civilização, é também domínio da memória coletiva que persiste desde tempos imemoriais. Desta feita, sua apropriação política, como objeto sobre o qual ciência, tecnologia, empresa e Estado engendram um novo perfil à sociedade, não se realiza totalmente. Por ser propriedade da humanidade, o trabalho escapa às enclausuras do próprio sistema.

Os efeitos aparecem no grau de participação de diferentes indivíduos, com diferentes formações no processo produtivo e social. O avanço da robótica, da automação, da especialização, da informação, não impediu a entrada triunfante dos que impregnam a cidade, evocam novos valores, costuram novas práticas e sentidos, criam desconforto e obrigam governos a questionar suas planilhas de realizações para a felicidade.

Os trabalhadores informais construíram modos de se apropriar das franjas do próprio sistema. São identidades moventes e representam o "entre-lugar" que equilibra a balança da vivencia do trabalho colocado no passado e a especificidade do emprego presente.

A mística do crescimento produz um Estado protetor das forças produtivas no século XX porque o trabalho passa a simbolizar a grande energia transformadora, fundamental para a renda, a identidade social e a participação social. Contrariamente, a sociedade do século XXI está se erigindo sob a chancela da flexibilização do mercado, reduz o número de trabalhadores estáveis e aumenta exponencialmente a massa de trabalhadores precarizados e excluídos.

Não se trata apenas da virtualidade do trabalho, mas das análises que cada um faz sobre os riscos da demissão, a capacidade de adaptabilidade a situações novas e inusitadas, a disposição de conviver com alto grau de tensão e as vantagens salariais ou de renda. Nem sempre a informalidade é resultado da falta de emprego no mercado formal, mas uma decisão sobre o que é mais interessante diante das condições de cada um e da estrutura familiar. Por exemplo, avalia-se a correlação salário/renda em caso de pouca escolaridade; a disponibilidade de flexibilidade de horário se tem uma situação familiar peculiar; o tempo e custo do transporte e alimentação em relação ao salário. Estas são situações que fazem diferença na opção entre a formalidade e a informalidade.

Embora não se possa negar que as reduzidas opções para os menos qualificados já induzem à informalidade, o desemprego tem batido nas portas dos trabalhadores com alta qualificação. Por vezes, é na

informalidade que esses vêem a possibilidade de auferir maiores ganhos porque podem escapar dos encargos sociais.

De todo modo, o que estas práticas revelam é a ausência de uma adesão unânime e definitiva ao jogo mercadológico, o que há são apropriações dos movimentos das ondas do mercado com o intuito de fazer uso segundo as percepções locais.

Foto 2 – Concentração de camelôs no Centro de Brasília. Créditos de Washington Chagas, em 7/2006.

Portanto, as representações dos trabalhadores informais em Brasília são uma "encenação dramática" de identificação, de localização e de interação com seus pares, e com os outros atores: Estados, trabalhadores formais, empresários e funcionários públicos. Situação que coloca em cena dois discursos: a defesa da formalidade e a negação da informalidade, que em desvantagem assimila e joga com o discurso da formalidade como uma forma de se apropriar do direito que só se concretiza na formalidade. Dito de outra forma, o trabalhador não se reconhece no discurso proferido pelo Estado e se apropria deste discurso para validar suas ações.

Enfatiza-se no texto a produção de sentidos, a articulação discursiva como dispositivo do capital simbólico porque é no campo da linguagem que as imagens e a realidade são ditas. Reconhecer as características locais permite maior compreensão das relações e estratégias sociais de classificação que dividem e criam categorias que organizam a apreensão de um mundo e torna o Outro inteligível.

Referências bibliográficas:

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

CASTEL, Robert. De "L 'exclusion comme état à la vulnérabilité comme processus." In: AFFICHARD, Joëlle e FOUCAULD, Jean-Baptiste de (orgs.). **Justice sociale et inégalités**. France: Éditions Esprit, 1992. p.135-148.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. 5ª.ed. São Paul: Martins Fontes, 1990.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

KUYUMJIAN, Marcia M M . "Quando o trabalho é transformado em ressonância do passado". In: COSTA, C B da. **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p.109-120.

KUYUMJIAN, Marcia M M . Marcas da informalidade: o trabalho no jogo do tabuleiro. In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural**, Florianópolis, 2006.

KUYUMJIAN, Márcia M M. *O trabalho e o social: temporalidade e contextos históricos*. In: **Textos de História**. Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, vol.14, n. 1 /2, 2006. p. 141-162.

MAFFESOLI, Michel. **A transformação do político- a tribalização do mundo**. 2ª.edição. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1997.

MELLO, Maria T. F Negrão de. *Qué qui tu tem, canário. Cultura e representação no repertório de Xangai*. In: COSTA, C B da & MACHADO, M S K (orgs.) ***Imaginário e História***. Brasília Paralelo 15; São Paulo: Março Zero. 1999. p. 151-170.

ORLANDI, E P. *Tralhas e troços: o flagrante urbano*. In: ORLANDI, E P. (org.) **Cidade atravessada. Os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas, SP: Pontes, 2001. p.9-24.

PESAVENTO, Sandra**. História & História Cultural**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REIMANN, Marcos F & KUYUMJIAN, Marcia de M M. *Direito humano e direito social: para onde vai o trabalho?* In: **Revista de Informação Legislativa***,* Brasília, n. 150, abr./jun. 2001. p.145-156.

VEYNE, P. *O Império Romano*. In: VEYNE, P (org.) ***História da Vida Privada 1: do Império Romano ao ano mil.*** São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 19-224.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Presença e influências da ditadura brasileira no Uruguai (1964-1972): as conexões repressivas

Ananda Simões Fernandes*

Resumo: Este trabalho pretende analisar as relações e as conexões repressivas entre o Brasil e o Uruguai no período compreendido entre 1964 e 1972. Este marco temporal abrange o cenário do exílio brasileiro, quando era necessário, segundo as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, vigiar o "inimigo interno" localizado em outro país, até a "Operação Trinta Horas", momento em que o Brasil começou a se preocupar com o "inimigo interno" do Uruguai. Considera-se o seqüestro do cônsul brasileiro pela guerrilha tupamara, em 1970, como elemento central de articulação entre esses dois contextos.

Palavras-chave: conexões repressivas – ditadura civil-militar brasileira – governo uruguaio democrático

Abstract: This study intends to analyze the relations and repressive connections between Brazil and Uruguay from 1964 to 1972. This chronological periods starts with the scene of Brazilian exile, when it was necessary, according to the presumptions of National Security Doctrine, to control the "internal enemy" located in another country, and goes until the "Operation Thirty Hours", when Brazil started to worry with the "internal enemy" of Uruguay. The kidnapping of Brazilian consul by the tupamara guerrilla, in 1970, is considered the central articulatory element between these two contexts.

Keywords: repressive connections – Brazilian civil-military dictatorship – democratic Uruguayan government

A década de 1960 na América Latina foi marcada pelo esgotamento do modelo econômico-distributivo de caráter populista, enunciado desde os anos 50. Esse processo foi conseqüência da dinâmica capitalista na América Latina, e produziu um forte questionamento da presença dos interesses norte-americanos na região. Somou-se a essas críticas o êxito da Revolução Cubana, que acabou por intensificar uma crise da hegemonia capitalista nos países latino-americanos. Dessa forma, os movimentos operários e camponeses começaram a exigir mudanças radicais, ao mesmo tempo em que o "temor comunista" achava-se cada vez mais presente no âmago do discurso burguês. Perante essa crise, se tornou necessário, por parte do imperialismo norte-americano, reavaliar os seus aliados, procurando maior eficiência na

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

contenção de qualquer tipo de movimento de afirmação de soberania e nacionalismo, ou seja, qualquer tipo de movimento que criticasse e desestabilizasse a projeção dos Estados Unidos e seus aliados locais. Assim, começaram a ser instaurados na América Latina os regimes civis-militares, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A DSN sustentava-se nos golpes contra-insurgentes, dando legitimidade às Forças Armadas de atuarem no cenário político dos países, na questão do ordenamento social. Na DSN, as pessoas exercem de fato sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe. O Estado passa a ser identificado com a Nação: "ele [o Estado] é a vontade única da Nação" (COMBLIN, 1978:73), gerando, assim, uma despolitização social. Coube às Forças Armadas restaurar a unidade nacional, que estava sendo ameaçada pela "subversão" e pelo "perigo comunista". Assim, a DSN formulou um "estado de guerra permanente" contra o "inimigo interno", que se estendia desde opositores abertos do regime, como as organizações armadas, até qualquer pessoa que questionasse o sistema, todos identificados com o comunismo, conceito que se tornou extremamente flexível na utilização pela Doutrina: "a segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do comunismo" (COMBLIN, 1978:55).

Os intelectuais militares brasileiros acabaram por reelaborar a Doutrina de Segurança Nacional ao seu projeto político. Formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, por veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), teve como um dos principais teóricos o general Golbery do Couto e Silva, militar atuante durante a ditadura brasileira, criador do Sistema Nacional de Informações (SNI). A ESG foi formulada com base no modelo do "National War College", de Washington, escola de treinamento de agentes para o combate à subversão. Seus principais conceitos, que foram esquematizados da doutrina norte-americana (objetivos nacionais, poder nacional, segurança nacional e conceito estratégico nacional) estavam presentes na ESG desde o início da sua fundação. Com o golpe civil-militar no Brasil em 1964, os mais altos postos da administração do novo regime foram ocupados por ex-alunos dessa escola.

Na variante teórica brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, foi adicionado a essa o projeto geopolítico expansionista brasileiro. Formulada desde a década de 1930 pela intelectualidade militar, a geopolítica brasileira tinha três objetivos: "a ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico sul e a formação de uma potência mundial" (COMBLIN, 1978:27). Também se destacam as teorias de guerra, de revolução e de subversão interna elaboradas pela ESG: "*A Guerra Revolucionária* – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior,

inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação" (BRASIL, 1976:78).

Para a ESG, a guerra revolucionária (ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, que privilegiava a guerra total e a guerra nuclear), devia ser primordial para a variante brasileira da doutrina, partindo do pressuposto de que a União Soviética considerava essa modalidade de guerra como a mais importante para passar a controlar os países do Terceiro Mundo. O mais influente estudo geopolítico brasileiro é *Geopolítica do Brasil*, do general Golbery do Couto e Silva. Nele, Golbery expõe as razões que fazem com que o Brasil estivesse destinado a ser uma grande potência. As nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. A América Latina, então, em virtude do seu posicionamento geográfico, estaria comprometida com o campo ideológico dos Estados Unidos. O subcontinente latino-americano era de vital importância no quadro das alianças ocidentais com os Estados Unidos na luta contra o comunismo, sendo que, na América Latina, o Brasil seria o parceiro mais importante dessas alianças. "Que posição ocupa, afinal o Brasil nesse Ocidente […]? A defesa do Ocidente" (SILVA, 1981:219). A superioridade do Brasil nesse quadro derivava da sua posição geográfica, dos seus recursos naturais e da sua grande população.

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Os países da América Latina poderiam intervir em qualquer país do subcontinente que estivesse tendo sua "democracia" ameaçada por movimentos de orientação comunista seguindo os princípios das "fronteiras ideológicas".

O crescimento de movimentos de governos com tendências de esquerda preocupava a ditadura brasileira: no Peru, em 1968, o general Juan Velazco Alvarado instituiu um regime militar nacionalista; na Bolívia, em 1970, o general Juan José Torres, apoiado por militares de cunho nacionalista e setores populares, destituiu o antigo general governante, com posições conservadoras; em 1970, no Chile, houve a vitória da Frente Popular e do socialista Salvador Allende nas eleições presidenciais; no Uruguai, houve a formação do movimento armado dos tupamaros, em 1965. Assim, o governo brasileiro considerava-se isolado na América Latina, rodeado por países hostis: "más temprano o más tarde el país [Brasil] deberá enfrentarse con enemigos localizados en las fronteras" (SCHILLING, 1978:63). Criou-se, então, a "Teoria do Cerco", que postulava que a subversão estava nas

fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano.

Embora existam estudos das relações internacionais implementadas pela ditadura brasileira, poucos dizem respeito às conexões repressivas com o Cone Sul. A historiografia brasileira preocupa-se, em grande parte, com as relações que o Brasil estabeleceu com os Estados Unidos na ante-sala do golpe civil-militar e durante o regime, além das relações que estabeleceu com os países europeus, africanos e asiáticos, quando o Brasil tentou minimizar o grau de interdependência com a superpotência.[1]

Possíveis e reais intervenções militares brasileiras na América Latina ocorreram desde a deflagração do golpe, em 1964. Durante a guerra civil que se estabeleceu na República Dominicana, em 1965, o Brasil enviou oficialmente 1.100 soldados, quando os Estados Unidos decidiram invadir o país da América Central, para derrubar o governo nacionalista de Juan Bosch. Foram constantes as ameaças de intervenção de tropas brasileiras no Uruguai, desde 1965. O Brasil também contribuiu na preparação do golpe civil-militar no Chile, que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, enviando recursos financeiros e material bélico para a organização de direita "Patria y Libertad", posicionando, também, navios na costa do Pacífico, caso fosse necessária a intervenção (BANDEIRA, 1993).

Desse modo, faz-se importante explorar conteúdos pouco conhecidos da ditadura civil-militar brasileira, entre eles os referentes à conexão repressiva que o Brasil, no caso específico, estabeleceu com o Uruguai, já a partir do golpe de Estado, por concentrar importante exílio brasileiro. Assim, desde 1964, o Brasil pressionava o Uruguai para cooperar, participando através de um sistema de informações para averiguar as ações dos exilados, ainda mais porque a fronteira uruguaia era constantemente atravessada pelos chamados "pombos-correios", brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil. Pode-se perceber, então, a preocupação da ditadura brasileira com seu "inimigo interno" localizado em um país vizinho.

Paralelamente, essa rota de passagem também foi utilizada por espiões e agentes policiais que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a treinar agentes uruguaios nas medidas repressivas, principalmente no tocante à tortura. Integrantes do Esquadrão da Morte – inclusive o delegado do Departamento de Ordem Política e Social de

[1] A partir do golpe de 1964, estabeleceu-se o princípio de que a preservação da independência nacional pressupunha a aceitação de um grau de interdependência – econômica, política e militar (BANDEIRA, 1993).

São Paulo (DEOPS/SP), Sérgio Paranhos Fleury –, ajudaram a aperfeiçoar o Esquadrão da Morte uruguaio (HEVIA COSCOLLUELA, 1985). Portanto, desde a implantação da ditadura brasileira já existia uma conexão repressiva com o Uruguai, mesmo havendo um regime democrático nesse país.

Além disso, o Uruguai era um dos países que deveriam ser abarcados pelo projeto geopolítico brasileiro de expansão de influência – inclusive, por causa da rivalidade na região com a Argentina. Paradoxalmente, logo após o golpe de Estado no Brasil, chegou a haver um acordo entre os governos brasileiro e argentino para intervenção militar conjunta, caso a atividade sindical uruguaia persistisse (CHAGAS; TRULLEN, 2005). Tal fato permite perceber a importância que os países vizinhos conferiam ao Uruguai, assim como a dimensão de ameaça à sua soberania.

Em julho de 1970, ocorreu o seqüestro do cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, pela organização guerrilheira "Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros" (MLN), em 1970. Também foram seqüestrados o juiz Pereyra Maneli, denunciado de ser conivente com torturadores, e o agente norte-americano Anthony Dan Mitrione[2], da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Os três seqüestros faziam parte do chamado "Plan Satán", organizado pelos tupamaros. Cabe ressaltar que as ações de seqüestro do MLN não se davam de maneira aleatória, ou seja, resultavam da escolha de alvos que representavam instituições estatais e/ou governamentais uruguaias ou de outros países que ofereciam apoio ao processo de autoritarismo implantado pelo então presidente Pacheco Areco.[3]

Mitrione e Gomide foram os primeiros estrangeiros a serem seqüestrados pelos tupamaros, ação que, posteriormente, tornou-se freqüente. Suas libertações foram condicionadas à soltura de todos os presos políticos existentes no Uruguai.

Dias Gomide, vinculado ao grupo "Tradição, Família e Propriedade" (TFP), foi libertado pelos tupamaros após ter ficado sete meses seqüestrado na "Cárcel del Pueblo"[4] – quando sua esposa conseguiu pagar o resgate, exigido pelo MLN para a sua libertação, após o

[2] Mitrione foi seqüestrado por estar vinculado à Companhia de Inteligência Americana (CIA) e por ser responsável por treinar agentes para, através da tortura, extrair informações em interrogatórios de presos políticos. Antes da sua chegada no Uruguai, em 1969, havia passado pelo Brasil, entre 1960 e 1963, e posteriormente, em 1967, e pela República Dominicana, em 1964. Acabou executado pelos tupamaros, uma vez que o governo uruguaio rejeitou trocar a sua liberdade pelos prisioneiros políticos.

[3] O governo Pacheco Areco tem sido visto como uma administração autoritária que propiciou, paulatinamente, a implantação de medidas que viriam depois a ser ampliadas e consolidadas durante a ditadura civil-militar que se iniciou em 1973 e se estendeu até 1985 (uso intensivo de medias de exceção, aplicação da tortura, formação de Esquadrões da Morte, censura, repressão aos movimentos sindical e estudantil).

[4] Esconderijo da guerrilha com certa infra-estrutura para esconder pessoas por tempo prolongado.

governo uruguaio rejeitar qualquer negociação com a guerrilha –, postura essa que criou mal-estar nas relações com o Brasil. Apesar das pressões do general Médici para que o governo uruguaio aceitasse a exigência dos tupamaros e liberasse os presos políticos, a administração de Pacheco Areco não cedeu, o que levou o governo brasileiro a intensificar sua colaboração com aquela administração, enviando especialistas em contra-insurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte na busca do cônsul. Simultaneamente, concentrou unidades de pára-quedistas na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai (PADRÓS, 2005:296).

Além do MLN[5], outro movimento de oposição ao governo Pacheco Areco foi a "Frente Ampla", que optou por recorrer ao processo eleitoral, e não à luta armada. Essa Frente possuía um leque de forças que ia desde a centro-esquerda até a extrema-esquerda, sendo também antiimperialista e popular.[6] Em 1971, ano de eleições para a presidência do Uruguai, o governo brasileiro resolveu intervir militarmente nesse país, caso a Frente Ampla ganhasse as eleições. Tal plano ficou conhecido como "Operação Trinta Horas", pois esse seria o tempo necessário, segundo os estrategistas, para ocupar o país vizinho (GRAEL, 1985). Dessa maneira, a concepção do "inimigo interno" se expande, pois esse passa a se localizar também nos países vizinhos, na concepção das "fronteiras ideológicas". Nessa perspectiva, o seqüestro do cônsul foi importante para o governo brasileiro na possibilidade de posicionamento de tropas na fronteira: "desde o seqüestro do cônsul Dias Gomide, no ano anterior, tropas brasileiras haviam sido mobilizadas sobre a fronteira uruguaia […] com o intuito de conhecer a região e avaliar as condições de manobra em caso de intervenção" (PADRÓS, 2005:302).

Pode-se apreender, então, que o cenário uruguaio, no período delimitado nesse trabalho, gerou dois tipos de preocupações para a ditadura brasileira. O primeiro, entre 1964 e 1967, pelo fato do Uruguai concentrar importante exílio brasileiro que deveria ser monitorado, controlado e infiltrado, o que levou a ditadura brasileira a pressionar o governo democrático daquele país para que impusesse o cerceamento sobre os exilados. O segundo, entre 1968 e 1972, pela radicalização da situação interna do país vizinho e o surgimento da guerrilha urbana, assim como da Frente Ampla, organizações de esquerda vistas pelo Brasil como potenciais fatores de perturbação da sua segurança nacional e das suas "fronteiras

[5] Os tupamaros se anunciaram oficialmente como movimento armado em 1966. Inicialmente, suas ações restringiam-se ao estilo "Robin Hood": assaltavam bancos e distribuíam o dinheiro entre as camadas pobres da população da capital uruguaia, e denunciavam políticos vinculados à corrupção. A partir da escalada autoritária do governo Pacheco Areco, em 1968, o MLN optou pelo confronto aberto e agressivo.

[6] A Frente Ampla foi uma coalizão de partidos e de movimentos de esquerda e centro-esquerda que agregou comunistas, socialistas, sociais-democratas, democratas-cristãos e dissidentes dos partidos tradicionais (Blanco e Colorado).

ideológicas", o que levou o regime brasileiro a contribuir na espiral autoritária desencadeada pelas administrações Pacheco Areco (1968-1971) e Bordaberry (1972-1973). O seqüestro do cônsul pode ser considerado como o elemento articulador entre esses dois contextos do cenário político uruguaio e da geopolítica brasileira.

Por fim, é importante destacar que tanto o seqüestro do cônsul brasileiro quanto a montagem da "Operação Trinta Horas" ocorreram durante o período Médici, conhecido na historiografia brasileira como os "anos de chumbo" (1969-1974). Esse governo caracterizou-se pelo auge da repressão, com a violência física e institucional alcançando níveis extremos, tornando sistemáticas certas práticas como a tortura e a detenção de oposicionistas, além de promover os "desaparecimentos", mecanismo inédito no Cone Sul, que permitia ao regime obter uma grande eficiência repressiva aliada a uma responsabilidade mínima. Nesse sentido, a ditadura brasileira colaborou para estender aos países vizinhos mecanismos repressivos que vinham sendo aplicados na sua política interna e que foram importantes na implantação do Terror de Estado nos países do Cone Sul, dentre eles, o Uruguai.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Estado Nacional e política internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos teóricos.** Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Manual básico.** Rio de Janeiro: ESG, 1976.

CAULA, Nelson; SILVA, Alberto. **Alto el fuego**: FF.AA. y tupamaros. 3. ed. Montevideo: Monte Sexto, 1986.

CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. **Pacheco**: la trama oculta del poder. 2. ed. Montevideo: Rumbo, 2005.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. **Actas tupamaras.** 2. ed. Montevideo: TAE, 1987.

_____. **La tregua armada.** Montevideo: TAE, [s. d.].

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILIO, Maria Ester. **La guerrilla tupamara.** Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971.

GRAEL, Dickson M. **Aventura, corrupção e terrorismo:** à sombra da impunidade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

HEVIA COSCULLUELA, Manuel. **Pasaporte 11333.** Uruguay: … ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

LANGGUTH, A. J.. **A face oculta do terror.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LESSA, Alfonso. **La revolución imposible**: los tupamaros y el fracaso de la via armada en el Uruguay del siglo XX. Montevideo: Fin de Siglo, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay…** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 p. 2 v.. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

QUAGLIOTTI DE BELLIS, Bernardo. **Uruguay en el Cono Sur**: destino geopolítico. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1976. v. 2.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

SADER, Éder. **Um rumor de botas**: a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982.

SCHILLING, Paulo. **El expansionismo brasileño.** México, D.F.: El Cid, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional**: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. **Ditadura e resistência democrática.** República Oriental do Uruguai: 1968-1985. 304 p. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.). **Ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Infância e trabalho no Brasil: programas sociais, norma familiar burguesa e ascensão social (Florianópolis, 1930-1945)

Silvia Maria Fávero Arend*

Resumo: Este artigo analisa a legislação instituída pelo Estado brasileiro nas primeiras décadas do século XX que visava regulamentar as relações de trabalho infanto-juvenis. Essa regulamentação foi operacionalizada pelas autoridades judiciárias e contribuiu para a introdução de uma noção de infância pautada nas representações sociais de masculino e feminino, presentes na norma familiar burguesa, para as famílias pobres urbanas do Brasil durante o governo de Vargas.

Palavras Chaves: família – infância – relações de gênero – grupos populares urbanos – Poder Judiciário

Abstract: This article analyzes the regulation of the infanto-youthful relations of work through the legislation instituted by Brazilian State in the first decades of 20th century. This regulation was implemented by the judiciary authorities and contributed for the introduction of a notion of childhood based on the social representations of feminine and masculine, presents in the bourgeois norms, for Brazil's urban poor families during the government Vargas.

Key words: family - childhood - gender relations - urban popular groups - Court of Minors

A proteção e a assistência aos infantes de Florianópolis, sob os auspícios do Estado, passaram a ser uma realidade em 1935, com criação do Juizado de Menores da Comarca da Capital. Hercílio João da Silva Medeiros, na qualidade de primeiro titular do cargo de Juiz de Menores, entendia que tinha um duplo papel, ou seja, "o desempenho das funções ordinárias do Juízo e a organização dos serviços por ele abrangidos, este último de muito mais difícil execução".[1] A referida autoridade considerava que, nos seus primeiros tempos de funcionamento, o serviço melhor organizado na repartição era, sem dúvida, o que tratava das relações de trabalho infanto-juvenis.

---

* Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Este artigo foi elaborado a partir dos resultados parciais do projeto de pesquisa "Pequenos Trabalhadores do Brasil: políticas sociais e relações de trabalho na era Vargas" financiado pela Universidade do Estado de Santa Catarina. O referido projeto contou com a participação do bolsista de Iniciação Científica (PROBIC-UDESC) Maro Schweder.

[1] Relatório do Juiz Privativo de Menores da Comarca da Capital do estado de Santa Catarina ao Secretario D' Estado dos Negócios do Interior e Justiça, 1937.

É possível classificar as atividades laborais realizadas pelos menores do sexo masculino e do feminino que habitavam no município de Florianópolis, na década de 1930, em três setores: o agrícola-pesqueiro, o relativo aos serviços domésticos e o industrial, comercial e artístico. Essa setorização não foi elaborada somente em função das características de cada profissão, mas também devido a um conjunto de fatores relacionados com a forma de recrutamento da mão-de-obra, ao tipo de remuneração auferida pelos menores nesses labores e com relação às áreas em que o Estado brasileiro procurou regulamentar na época. Há ainda um outro setor ocupado pelos infantes pobres nas praças e ruas da cidade: a mendicância. Essa atividade que, pelos padrões burgueses é considerada como não trabalho, também foi alvo das ações das autoridades judiciárias na época.

Esse quadro do mundo do trabalho infanto-juvenil vigente na década de 1930 em Florianópolis, paulatinamente, passou a modificar-se durante o século XX. Uma parcela significativa dessas mudanças está associada às intervenções feitas pelo Estado brasileiro nessas relações de trabalho, a partir do que prescrevia a legislação menorista para trabalho. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, deve-se entender a lei na sociedade ocidental (que implica em dois momentos distintos, isto é, a sua produção e a sua aplicação) como um produto dos embates entre os diferentes grupos sociais e não como a manifestação da vontade de um determinado sujeito histórico, seja ele individual ou coletivo.[2] Este artigo analisa o discurso presente nessa legislação operacionalizada pelas autoridades do Juizado de Menores da Comarca da Capital de Santa Catarina durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945).

As ações das autoridades judiciárias de Florianópolis entre 1936 e 1943 eram fundamentadas em duas leis federais: o Decreto número 17.943-A, de 1927, conhecido como Código de Menores; e o Decreto número 22.042, de 1932, que regulamentava as condições de trabalho dos menores no setor industrial no Brasil. O Código de Menores de 1927 proibia o labor para os infantes de ambos os sexos que tivessem idade inferior a 12 anos. No seu relatório o governador do estado de Santa Catarina, o Juiz de Menores Hercílio João da Silva Medeiros, argumentava em favor dessas medidas afirmando que "a ciência médica condena o trabalho prematuro dos menores, por coincidir com um período crítico na vida da criança, de grande atividade orgânica, e na qual se produzem os processos mais importantes e decisivos do reajustamento fisiológico." Este listava ainda os males provenientes dos acidentes que ocorriam com freqüência, sobretudo nas instalações industriais e as patologias advindas do "trabalho precoce": alto índice de mortalidade, tuberculose, "defeitos físicos e orgânicos, falhas na vista, no olfato, no coração e nas glândulas de secreção interna". O discurso da

[2] BOURDIEU, 1989.

Pediatria fundamentava as reflexões das autoridades judiciárias para a fixação dessa idade da vida como a "idade limite" em relação ao labor dos menores. Nessa perspectiva, o que interessava era a preservação do corpo físico daqueles menores para que pudessem alcançar a idade adulta aptos para o trabalho. Em outros setores também regulamentados pelo Estado brasileiro na época, tal como a escola, a "idade limite" permanecia sendo a instituída pelos pedagogos e filósofos nos séculos anteriores, ou seja, a chamada idade da razão entre os 7 e 8 anos.[3]

Além da paulatina retirada das crianças das áreas do mercado de trabalho que foram fiscalizadas pelo Estado, outros foram os desdobramentos em relação à fixação de 12 anos como "idade limite" para o exercício do labor. O Estado brasileiro passou a garantir, pelo menos em termos jurídicos, que esses meninos e meninas até essa idade pudessem ter acesso ao saber escolar. No decorrer do século XX, a fronteira entre a infância e o que, posteriormente, veio a ser constituído como adolescência, recebeu novos significados; mas, apesar das inúmeras transformações culturais ocorridas na sociedade brasileira — decorrentes, em larga medida, da urbanização — permaneceu esta faixa etária como uma espécie de anteparo do Estado, visando garantir algum tipo de proteção às camadas mais pobres da população, sejam rurais ou urbanas.

O Código de Menores de 1927 instituía a figura jurídica do aprendiz sem referir-se a ela de forma explícita. Porém, de forma diversa da legislação precedente, a faixa etária dos menores que poderiam desempenhar essa função era superior, isto é, entre 12 e 14 anos. Os aprendizes não poderiam executar tarefas em minas, pedreiras ou oficinas, as quais colocavam em risco seu corpo físico "em desenvolvimento". Os aprendizes e os demais menores estavam proibidos de trabalhar no período noturno (entre as 19:00 e 5:00 horas) e a jornada diária não deveria exceder 6 horas. Na referida lei, assim como nas duas emitidas durante o governo de Vargas, analisadas a seguir, observa-se uma negociação entre os interesses das famílias e dos representantes do Estado. Nos estabelecimentos pertencentes aos parentes, inclusive nos classificados como industriais, era permitido que trabalhassem os meninos e as meninas que possuíam entre 12 e 14 anos. A única exigência feita pela legislação, nesse caso, era da necessidade dessas pessoas estarem recebendo instrução escolar. Possivelmente, muitos menores foram alçados à categoria de parentes de seus patrões.

O magistrado Hercílio João da Silva Medeiros, em seu arrazoado redigido em 1937, afirmava que os patrões, especialmente os donos das oficinas, e as famílias pobres que moravam na cidade manifestavam-se contra a regulamentação do trabalho infanto-juvenil . Os

[3] KUHLMANN JÚNIOR; FREITAS, 2002.

clamores dos empregadores eram debatidos até na tribuna da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Já as reclamações das mães e dos pais pobres tinham como porta-voz o Promotor Público Raulino Távora que atuava naquela instituição.[4] Para o magistrado, por sua vez, não era "possível que os pais submetessem seus filhos pequenos a trabalhos excessivos, considerando-os unicamente como capital utilizável, ainda que o menor sofra perturbações em seu desenvolvimento físico e mental".[5] A introdução da noção de infância pautada nos valores burgueses para as famílias pobres urbanas, cujos proventos da prole eram fundamentais para a sobrevivência do grupo, era percebida como uma violência.

Mas, para uma parcela dos pobres da cidade, as intervenções do Estado brasileiro em seus cotidianos possivelmente tinham um caráter ainda mais violento. O Código de Menores de 1927 previa que pagariam multa os pais dos infantes que fossem encontrados pedindo esmolas pelas vias públicas da urbe. Caso houvesse reincidência dessa prática, as crianças e os jovens seriam declarados abandonados conforme prescrevia a referida legislação. O Juiz de Menores travava uma grande batalha contra a mendicância exercida pelas meninas e meninos nas ruas e praças de Florianópolis. Entre 1936 e 1940 mães e pais "perderam" sua prole sob a alegada máxima "é de pequenino que se torce o pepino".[6] Para as autoridades judiciárias, a aprendizagem dos valores relativos ao trabalho e a disciplina tinham que estar presentes desde a tenra idade.

Entre 1936 e 1941 foram expedidas pelo Juizado de Menores 304 autorizações de trabalho para os ambulantes.[7] O Código de Menores de 1927 postulava que "nenhum varão de 14 anos, nem mulher solteira menor de 18 anos" poderia desempenhar ocupações nas ruas, praças e outros lugares públicos.[8] Caso um Comissário de Vigilância apreendesse o menino, a menina ou ainda a moça solteira que se encontrava vendendo alguma coisa no espaço público, essa pessoa seria declarada abandonada e, a seus pais ou responsáveis, seriam impostas multa e prisão celular entre 10 a 30 dias. Dentre os autos de abandono administrativo de menor emitidos no período, não foi encontrado nenhum cuja motivação fosse tal comércio realizado pelos infantes.[9] Possivelmente as mães, pais e parentes passaram a tomar certos cuidados ao enviarem as pessoas para as ruas. Por outro lado, as autoridades judiciárias deveriam fazer "vistas grossas" em muitos casos pois, diferente da mendicância, elas estavam trabalhando. A

[4] Autos de Abandono Administrativo de Menor, número 193,14.08.1937.
[5] Relatório do Juiz Privativo de Menores da Comarca da Capital do estado de Santa Catarina ao Secretario D' Estado dos Negócios do Interior e Justiça, 1937.
[6] AREND, 2005.
[7] Livro de Registro de Menores que trabalham nas vias públicas da Capital (1936 - 1941).
[8] BRASIL. Decreto n. 17. 943 A, de 12 de outubro de 1927, Artigo 112.
[9] AREND, 2005.

única exceção dava-se com as atividades relativas à venda dos bilhetes de loteria e com as apostas do jogo do bicho. Para o Juiz de Menores, estas "desviavam a juventude de suas ocupações honestas".[10]

Em relação ao setor artístico, o Código de Menores de 1927 também postulava distinções entre as atividades desempenhadas pelas mulheres e homens. Os rapazes maiores de 16 anos poderiam trabalhar como figurantes, atores e nos cafés-concertos. Somente moças maiores de 18 anos poderiam apresentar-se nos espetáculos teatrais e o labor nos cafés-concertos e cabarets estava interditado para as mulheres até a maioridade. O teor desses espetáculos não poderia ofender o pudor, a moralidade, "despertar instintos maus ou doentios" e, ainda, não eram "adequados para idade ou a seu desenvolvimento físico e intelectual".[11]

As representações sociais de feminino e masculino associadas à norma familiar burguesa estão subjacentes na regulamentação do setor artístico e na relativa aos ambulantes. As jovens foram "expulsas" das ruas da cidade pois, nessa concepção, o espaço público era um local de trabalho masculino. É importante lembrar, que desde o chamado período colonial, as mulheres em Florianópolis, e em outras cidades brasileiras, obtinham o seu sustento e/ou de sua prole como escravas de ganho, quitandeiras, vendedoras de frutas nas barraquinhas, entre outros.[12] A socialização das moças solteiras e das meninas pobres deveria acontecer no interior do lar, onde seriam iniciadas nos serviços domésticos e na maternagem, ou então, em outros locais em que estivessem sob a vigilância dos adultos, tal como a fábrica. Por outro lado, depois das jovens contraírem matrimônio, o Estado brasileiro não mais necessitava protegê-las ficando a cargo somente do marido, conforme prescrevia o Código Civil de 1916.[13] Os espectros da vadiagem e da prostituição rondavam as mentes das autoridades judiciárias. Com a elevação da idade dos menores que atuavam no setor artístico, tentava-se evitar que as moças ingressassem no ramo da prostituição e os rapazes adquirissem hábitos considerados nocivos. No mundo urbano este era, provavelmente, o setor menos fiscalizado pelos representantes do Estado brasileiro. Nos cabarés e nas "pensões" do país, eram freqüentes violências contra as meninas e jovens.

O Decreto número 22.042, de 1932, emitido no início do governo de Vargas, estabelecia as condições do trabalho dos menores na indústria. Em relação ao Código de

[10] FLORIANÓPOLIS. Portaria 64, de 29 de setembro de 1937. FLORIANÓPOLIS. Portaria 197, de 06 de julho de 1939. Livro I.
[11] BRASIL. Decreto n. 17. 943 A, de 12 de outubro de 1927, Capítulo IX, Artigo 115, Inciso V.
[12] Sobre as atividades comerciais desempenhadas pelas mulheres nas ruas de São Paulo e Florianópolis vide: DIAS, 1984. PEDRO, 1994.
[13] BRASIL. Lei n. 3.071, de 1° de janeiro de 1916.

Menores de 1927, observa-se duas inovações nessa lei. A primeira visava atender os interesses dos empresários e a outra estava relacionada com uma nova fase da gestão da população realizada pelo Estado brasileiro,ou seja, a coleta de dados sobre os infantes na área da saúde e da educação. A jornada de trabalho dos menores de ambos os sexos, a partir da vigência do referido decreto, seria similar a dos operários e das operárias consideradas adultas. Estabeleceu-se outro horário para o chamado período noturno ou seja, entre as 22 e 5 horas. A lei permitia também que os rapazes maiores de 16 anos trabalhassem durante o período noturno, em casos exigidos por interesses públicos ou por empresas.

O Decreto número 5492, de 1 de maio de 1943, denominado de Consolidação das Leis Trabalhistas é considerado até os dias atuais como o principal instrumento de regulamentação do mundo do trabalho no Brasil. Nessa legislação encontram-se os ordenamentos referentes à jornada de trabalho, salário mínimo, férias, segurança e higiene do trabalho, do contrato individual, da organização sindical, bem como a proteção do trabalho do menor. Este tema situa-se no Título III, Capítulo IV, intitulado "da proteção do trabalho do menor". Essa legislação, sancionada durante o Estado Novo, foi forjada a partir dos princípios do Positivismo, cuja premissa nesse aspecto consistia na integração do trabalhador à sociedade capitalista, reflexões provenientes dos embates do movimento operário no período anterior e idéias fascistas.

A Consolidação das Leis Trabalhistas postulava que as atividades desempenhadas pelos menores de ambos os sexos seriam regidas pela lei, com exceção das realizadas nas oficinas dos parentes. Subentende-se que a lei tinha a função de regulamentar as relações entre os patrões e os empregados nos setores industrial, comercial e artístico. O grande contingente de serviçais domésticos e de trabalhadores rurais, ou seja, a chamada mão-de-obra familiar não estaria sob a proteção do Estado brasileiro. [14]

O governo de Vargas canalizou os investimentos públicos e privados relativos à profissionalização dos infantes no setor industrial. Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Para as escolas do SENAI eram enviados preferencialmente, a prole ou os irmãos dos operários e operárias para que, na condição de aprendizes, adquirissem conhecimentos técnicos que lhes oportunizassem ingressar melhor preparados no mercado de trabalho. Tais investimentos garantiam a reprodução da força de trabalho nessa área.[15]

---

[14] BRASIL. Decreto n. 5452, de 1º de maio de 1943, Artigo 402.

[15] BRASIL. Decreto n. 4481, de 16 julho de 1942 (Aprendizagem dos Industriários). BRASIL. Decreto n. 4936, de 7 de novembro de 1942 (Amplia o âmbito de ação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários e dá outras providências) .

A Consolidação das Leis Trabalhistas ratifica 12 anos como a "idade limite" para o exercício das atividades laborais, bem como admite que as pessoas entre 12 e 14 anos trabalhem, desde que seja em "serviços de natureza leve" e estejam freqüentando a escola. A jornada de trabalho permitida para os infantes permanece semelhante a dos adultos, porém aqueles não podem trabalhar no período noturno. O labor nas ruas e as atividades artísticas, da mesma forma que nas legislações anteriores, são considerados como danosos à moral da criança e do jovem.

A mesma legislação instituiu a Carteira de Trabalho para todos os menores que desejavam empregar-se na indústria, no comércio e no setor artístico. Para obter essa carteira era necessário apresentar os documentos exigidos pela lei de 1932 e mais duas fotografias.[16] Esse documento, diferente do que propunha a legislação precedente, permanecia em poder do trabalhador ou trabalhadora. Os patrões só poderiam realizar anotações na carteira acerca do salário, data de admissão e saída, e sobre as férias. Caso a pessoa fosse analfabeta a carteira só seria emitida pelo prazo de 1 ano. Nesse meio tempo os indivíduos deveriam matricular-se em um curso primário. A lei postulava também que as mães e pais deveriam zelar pelas horas de estudo de seus filhos. Através da emissão da carteira de Trabalho do Menor, a gestão da população intensificava-se. Por outro lado, as medidas para garantir a escolarização dos infantes pobres eram bastante tímidas, pois esses tinham que labutar uma jornada de até 48 horas semanais.

Em seu relatório ao governador do estado de Santa Catarina o Juiz Menores Hercílio João da Silva Medeiros infere sobre o quão complexo era o processo de aplicação e de fiscalização da legislação menorista do trabalho, uma vez que essa expressava, quase sempre, os interesses divergentes dos patrões, das famílias pobres e dos representantes do Estado.[17] Pautada na noção de infância essa legislação garantiu, mesmo que de forma mínima, a proteção das crianças, moças e rapazes que atuavam em Florianópolis, entre 1930 e 1945, sobretudo nos setores comercial e industrial. O quadro dos demais setores permaneceu inalterado por décadas, impedindo que aquelas pessoas pudessem exercer o chamado pelos sociólogos ofício de criança, isto é, galgar o saber escolar.[18] Para os pobres brasileiros, rurais ou urbanos, a escolarização durante o século XX tornou-se paulatinamente uma das principais vias de ascensão social. No que tange às relações de gênero verificou-se que as referidas leis, tendo em vista as representações sociais de feminino e masculino vigentes na norma familiar

[16] BRASIL. Decreto n. 5452, de 1º de maio de 1943, Artigos 415, 416, 417, 418 e 419.
[17] Relatório do Juiz Privativo de Menores da Comarca da Capital do estado de Santa Catarina ao Secretario D' Estado dos Negócios do Interior e Justiça, 1937.
[18] QVORTRUP, 2001.

burguesa, transformaram as atividades comerciais realizadas nas vias públicas pelos menores em um labor exclusivamente masculino. Nos setores artístico e industrial as prescrições se restringiram as questões relativas à faixa etária e a determinados ofícios considerados perigosos.

Referências Bibliográficas:

AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação:** uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, p. 69-92.

ARIÈS, Philippe**. *História Social da criança e da família***. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOURDIEU, Pierre. A força do Direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: _. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 209-254.

CHASSAGNE, Serge. Le travail des enfants aux XVIIIe et XIXe siècles. In: BECCHI, Egle & JULIA, Dominique (Org.) **Histoire de l'enfance en occident.** Du XVIIIe siècle à nos jours. Paris: Èditions du Seuil, 1998, p. 224 – 272.

DIAS, Maria Odila Leite S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés; FREITAS, Marcos Cézar (Orgs.) **Os intelectuais na história** da infância. São Paulo, Cortez, 2002.

MOURA, Esmeralda B. B. **Mulheres menores no trabalho industrial:** os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas:** *uma* questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

QVORTRUP, Jeans. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, p. 129-152.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade***,* v. 16, n. 2, p. 15 – 22, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A imagem do sertanejo nas pinturas de Carlos Chambelland

Arthur Gomes Valle*

Resumo: Na década de 1910, o pintor e ilustrador fluminense Carlos Chambelland (1884-1950) se radicou por alguns anos, a trabalho, no Estado de Pernambuco. Julgando ter ali encontrado a própria essência da cultura brasileira, o artista começou a produzir então uma série de quadros que figuravam os tipos humanos do sertão nordestino, os seus modos de vida e o seu ambiente. Na presente comunicação, procurando compreender melhor esses quadros "sertanejos" de Chambelland, analisamos os procedimentos compositivos neles presentes e apontamos algumas de suas prováveis fontes inspiradoras. Além disso, discutimos de que maneira tais obras - que configuram uma imagem muito particular do homem do sertão, afastada de qualquer heroicização - se inseriam no debate mais amplo a respeito da identidade cultural brasileira, uma das preocupações proeminentes nos círculos intelectuais da 1ª República.
Palavras-Chave: Indentidade Cultural Brasileira, Pintura, 1ª República

Abstract: In the 1910's, the painter and ilustrador Carlos Chambelland (1884-1950) established himself, during some years, in the State of Pernambuco. There, judging to have finded the true essence of the Brazilian culture, the artist began to produce a series of pictures that figured the human types of the northeastern hinterland, its ways of life and environment. In the present paper, trying to better understand these pictures of Chambelland, we analyze their compositives procedures and point out some of its probable inspiration sources. Moreover, we argue how such works - that configure a particular image of the man of the hinterland, moved away from any heroicization - were inserted in the debates concerning the Brazilian cultural identity, one of the prominent concerns in the intellectual circles of the so-called First Republic.
Keywords: Brazilian cultual identity, Painting, First Republic

Em uma entrevista concedida ao jornalista Angyone Costa no final da década de 1920, o pintor e ilustrador Carlos Chambelland (1884-1950) foi questionado a respeito dos rumos que a arte brasileira deveria então tomar. O artista expressou a sua opinião com firmeza e com as seguintes palavras: "A orientação do pintor brasileiro, que pense comigo, nesse ponto, tem de ser a procura do convívio com agente do Norte, onde senti - eu que sou carioca, aqui sempre vivi, e só sai duas vezes para a Europa - o verdadeiro espírito da nacionalidade, o

* Doutor em História e Crítica da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de Artes no Instituto Superior de Educação da Fundação de Apoio a Escola Técnica (ISEI-FAETEC). O presente texto faz parte de uma pesquisa em andamento a respeito da questão da identidade brasileira na pintura da 1ª República, conduzida em parceria com Camila Dazzi, pesquisadora da EBA-UFRJ e coordenadora do site http://www.dezenovevinte.net/

orgulho de aqui ter nascido" (COSTA, 1927: 145). Em sua fala, Chambelland se referia ao período no qual se radicou na cidade de Recife, Pernambuco, ainda nos anos 1910, "atraído pela decoração da igreja das Graças e do colégio da Estância" (MARQUES, 2001: 119). Foi exatamente nessa ocasião que ele começou a produzir telas como *Volta da feira*, *Cabocla*, *Vaqueiro* e *Volta do trabalho*, abordando tipos e cenas sertanejas, uma temática que iria continuar a explorar nas décadas seguintes.

O interesse pelos habitantes do sertão nordestino que Chambelland exprimia em suas pinturas não era de forma alguma uma idiossincrasia pessoal. Ele se encontrava inserido em um esforço mais amplo de nossa intelectualidade, derivado de uma necessidade tornada urgente com a proclamação da República: a de elaborar mecanismos simbólicos eficazes para a consolidação da identidade e da unidade culturais brasileiras. Uma prova de que a orientação defendida por Chambelland não era um mero capricho é o fato de que ela havia se tornado amplamente difundida na época em que a entrevista acima referida foi concedida, podendo ser observada na obra de pintores como Raimundo Cela, Cadmo Fausto, Manoel Santiago ou Theodoro Braga, que igualmente buscavam inspiração nos habitantes, nos modos de vida, na natureza e nas lendas do Nordeste e do Norte do país.

Na verdade, o esforço de construção de uma identidade brasileira permeava, sem solução de continuidade, uma boa parte da nossa produção cultural desde meados do século XIX, tendo apenas se intensificado com o advento da República. Os precedentes mais antigos da tentativa de elevar um tipo brasileiro à categoria de encarnação da ansiada identidade nacional podem ser encontrados no culto indianista romântico, presente nas mais diversas artes durante o II Reinado, e cujos exemplos talvez mais típicos se encontram na literatura de Gonçalves Dias ou José de Alencar. Nas décadas finais do século XIX, todavia, o emprego da figura idealizada do índio como símbolo de identidade brasileira parecia ter exaurido completamente suas forças: um exemplo pictórico desse esgotamento é *O último Tamoyo* (1883) de Rodolpho Amoêdo, obra marcada por um tom patético e derrisório, talvez "o último grande quadro indigenista possível no Brasil. Depois, o índio torna-se figurante de ilustração histórica" (MIGLIACCIO, 2007).

Uma das alternativas ao índio como símbolo do Brasil que fixaram na mente de nossos intelectuais e artistas ainda antes do fim do período imperial foi a figura do *homem do campo*, da qual o sertanejo de Chambelland constituía uma variante particular. A escolha do camponês como emblema de uma nação não fora, na época, uma invenção brasileira, devendo as "raízes" de tal concepção ser buscadas mais longe, tanto no tempo quanto no espaço. Desde o século XIX, obras retratando aspectos do cotidiano rural haviam ganho uma inusitada importância na produção de artistas urbanos de diversos países europeus. Vários fatores

contribuíram para a elaboração dessa tendência, como a tradição bem firmada nas artes de representação de cenas pastorais e a noção de uma suposta pureza essencial da vida rural, derivada tanto da noção de "bom selvagem", formulada pelo pensador setecentista J.-J. Rousseau, quanto de idéias desenvolvidas por filósofos "românticos" como J. G. von Herder. A partir daí, muitos identificaram nos hábitos simples do camponês uma expressão de vida mais direta e pura, em contraste com a decadência das sociedades ocidentais urbanas. Todos esses fatores deram origem ao mito do homem do campo como uma figura de grande valor moral, cuja cultura foi exaltada pela sua autenticidade e criatividade intrínsecas, especialmente em países como a Itália e a Alemanha que, emergindo no final do século XIX de seus esforços de unificação, se encontravam desejosos de afirmar suas identidades nacionais.

No contexto da cultura figurativa brasileira, o interesse pela representação do homem do campo e de seus costumes ganhou um enorme incremento na década de 1880, na obra de pintores como J. F. de Almeida Júnior, Henrique Bernardelli, Pedro Weingärtner e Modesto Brocos. Complementado as suas formações artísticas em países europeus, estes artistas lá entraram em contato com as idéias que sucintamente expusemos no parágrafo anterior e fazendo simultaneamente eco aos trabalhos de intelectuais brasileiros que procuravam responder, às vésperas da proclamação da República, a questões ligadas à identidade brasileira, foram os verdadeiros responsáveis pela introdução em nossa arte de imagens de tipos regionais, notadamente as do *caipira* e do *caboclo*.

Inseridas nessa tendência mais ampla, as obras de Carlos Chambelland tratam, como já fizemos notar, de um tipo especifico de homem do campo, o sertanejo. Também para essa escolha podem ser encontrados precedentes na obra de outros artistas, especialmente na de literatos, que haviam procurado incorporar ao projeto de construção da unidade nacional o homem do sertão do Nordeste. Foi o caso de Euclides da Cunha, no clássico *Os Sertões*, ou de Afonso Arinos de Melo Franco, em obras como *Os jagunços*: em certa medida, o sertanejo era idealizado por estes e outros autores como o "cerne da nacionalidade", como o depositário da esperança na criação de civilização brasileira legítima. Logo, podemos deduzir que, para além da sua referida estadia em Pernambuco, foram determinantes para as pinturas "sertanejas" de Chambelland todo um conjunto de idéias e aspirações que por um longo período circulavam nos meios intelectuais brasileiros.

Todavia, apesar de toda a valorização do homem do campo, seria simplista pensarmos que, na 1ª República, a sua figura foi unicamente exaltada. O período foi igualmente marcado por outras teorias, como o *racismo científico* e o *eugenismo*, segundo as quais o processo de miscigenação característico da civilização brasileira e claramente

perceptível nos tipos regionais poderia conduzir à uma decadência social. Era também muito difundida a noção de que a mescla de raças "inferiores" havia gerado um povo preguiçoso, indisciplinado e pouco inteligente. Não por acaso, na primeira versão de seu célebre personagem Jeca Tatu, lançada ao público em 1914 em um artigo d'*O Estado de S. Paulo*, Monteiro Lobato caracterizava o trabalhador rural como obscurecido pela preguiça e inapto à civilização - em suma, como uma síntese das mazelas nacionais. Lançando mão dos cânones científicos vigentes como a teoria da desigualdade inata das raças e o seu corolário, a degeneração racial promovida pela miscigenação, Lobato fez o Jeca Tatu cair nas graças do público letrado precisamente por traduzir em sua prosa a percepção negativa que as elites tinham do povo brasileiro (ALVES FILHO, 2003).

Representações desse processo de degeneração racial nas artes brasileiras são particularmente freqüentes em obras ligadas àquele movimento que se se convencionou chamar *naturalismo* e que perpassava nossa cultura desde finais do século XIX. A esse respeito comentou Jorge Coli:

> *Houve então a descoberta de um exotismo social próximo, em que se dramatizava a brutalidade popular. A literatura, o teatro e até mesmo a ópera viam-se tomados por situações de violência ocorridas na cidade ou no campo. Degustavam-se com prazer os impulsos meio cegos e aterradores atribuídos à falta de sofisticação mental dos protagonistas (COLI, 2002: 6).*

Imagem 1 - CARLOS CHAMBELLAND: *Fim de jogo*, 1907.
Óleo sobre tela, 102 x 150 cm.
Rio de janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.
Fonte: (MARQUES, 2001: p.120)

Algo desse clima naturalista, tão bem exemplificado nos romances de Aluisio Azevedo ou Júlio Ribeiro, pode também ser encontrado na arte da pintura e está certamente

presente em obras do início da carreira de Chambelland, como o seu espetacular *Final de jogo*, datado de 1907 e que valeu ao pintor o Prêmio de Viagem ao Estrangeiro na Exposição Nacional de Belas Artes daquele ano. Na imediaticidade dramática de tal obra, que retrata uma briga de conseqüências aparentemente fatais entre figuras das classes mais humildes, um historiador da arte como Luiz Marques chegou a ver uma espécie de antecipação do neo-realismo cinematográfico, movimento que teria grande importância a partir do segundo pós-guerra em países com a Itália e Brasil (MARQUES, 2001: 40-41).

Todavia, no caso específico das telas "sertanejas" de Carlos Chambelland, frutos de uma concepção estética mais madura, qualquer vontade de retratar os dramas ou os conflitos violentos relativos aos personagens humildes que nelas figuram se encontra ausente. Entre as atitudes de exaltação ou de condenação do sertanejo, o pintor opta por uma posição de eminente *neutralidade*: nos quadros que tivemos oportunidade de analisar, essa postura particular do pintor se manifesta principalmente através de um tipo de caracterização dos personagens que impede que nós, espectadores, tenhamos acesso aos seus estados de espírito. Chambelland cria tal efeito de distanciamento entre personagens e espectador ao empregar alguns procedimentos compositivos que gostaríamos de rapidamente enumerar no que se segue.

Imagem 2 - CARLOS CHAMBELLAND: *Vaqueiro*, s.d.
Fonte: (EXPOSIÇÃO PÓSTUMA DE CARLOS CHAMBELLAND, 1950: s.p.)

O estado de introspecção dos sertanejos de Chambelland é evidente já em obras nas quais estes são mostrados em *close*. Um bom exemplo disso pode ser encontrado em quadro de datação imprecisa intitulado *Vaqueiro:* o rosto de perfil guarda o frescor de um

esboço rapidamente executado e é pintado com pinceladas largas, carregadas de tinta espessa. Como que contrastando com essa fatura franca, a expressão do personagem é das mais reservadas: absorvido em contemplação, ele abaixa os olhos e - traço significativo - evita estabelecer qualquer contato mais íntimo com o espectador. A atitude serena do sertanejo tornou-se ainda mais evidente quando, em 1950, o quadro figurou em uma exposição póstuma de Chambelland, realizada no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro: no catálogo dessa mostra, o *Vaqueiro* aparecia entre duas cabeças de Jesus Cristo, em um contexto que certamente acentuava a expressão algo beata da sua cabeça reclinada, emoldurada pelo chapéu de couro cujo desenho arredondado parece remeter ao de uma auréola.

Imagem 3 - CARLOS CHAMBELLAND: *Cozinha de interior*, c.1915.
Fonte: http://www.ernanileiloeiro.com.br/

Imagem 4 - CARLOS CHAMBELLAND: *Engenho de cana*, s.d.
Coleção particular
Fonte: (LEITE, 1988: p. 217)

Em outros quadros, como *Cozinha de interior* ou *Engenho de cana*, o alheamento dos sertanejos pintados por Chambelland com relação ao espectador é acentuado, de forma algo literal, pelas sua inserção em espaços amplos. Dessa maneira, a escala relativamente diminuta que os personagens adquirem em tais pinturas faz com que eles pareçam se encontrar afastados do primeiro plano; por sua vez, esse distanciamento sugerido pela perspectiva se soma ao outro, que poderíamos qualificar de psicológico, uma vez que as figuras não permitem que aquele que as observa tenha acesso aos seus estados de ânimo. Em *Engenho de cana*, por exemplo, os trabalhadores, absorvidos na atividade que foi por muito tempo identificada como a principal fonte de riqueza da região nordestina, agem de uma forma impassível, sem deixar transparecer nenhum afeto, quase como se realizassem uma espécie de ritual ou como se de autômatos se tratassem.

Imagem 5 - CARLOS CHAMBELLAND: *Volta do trabalho*, s.d.
Óleo sobre tela, 150 x 95 cm.
Fonte: (ACQUARONE; VIEIRA, 1941: s.p.)

Mais complexo é o quadro de Chambelland denominado *A volta do trabalho*. Atrás do lavrador em primeiro plano que carrega nos ombros uma enxada, quatro outras figuras, representadas dos quadris para cima, se encontram dispostas em fila, paralelamente à superfície da obra, cuja concepção se aproxima assim da de um friso escultórico clássico. Especialmente as duas na porção direita da obra são caracterizadas de um modo que lembra o acima referido *Vaqueiro*: elas não parecem se dar conta da existência do espectador e embora estejam retornando para casa, após um dia presumivelmente extenuante na lavoura, são representadas com um ar carregado de dignidade e mesmo de certa altivez. Mas é nos três personagens representados na porção esquerda da obra que a postura de alheamento dos sertanejos é representada da maneira mais espetacular, como que no próprio ato de sua manifestação.

Esse ato se inicia na justaposição dos perfis dos dois lavradores ligeiramente deslocados do centro horizontal do quadro. Pela sua relativa semelhança - ostentam o mesmo tipo bigode, de barba rala e de chapéu, fumam o mesmo tipo de cigarro - os dois rostos podem ser vistos como representando duas fases de um movimento estroboscópico unitário, o de se voltar para encarar o espectador. A justaposição dos dois perfis reforça, assim, a impressão de que o lavrador no primeiro plano literalmente acabou de se virar e agora nos fita de uma maneira desconfiada. Mas esse gesto é menos uma tentativa de se comunicar do que a interposição de uma barreira: a forma como o sertanejo segura a enxada, como se fosse um antigo lanceiro, reforça a sua postura de reserva, uma vez que a ferramenta, cortando a extensão do quadro em diagonal, se configura como um obstáculo a qualquer maior

aproximação. Se o sertanejo acabou de se dar conta de nossa presença, estranha ao seu mundo, ele imediatamente procura resguardar a sua privacidade e integridade. A última fase desse ato de alheamento é representada pela figura na extrema esquerda, que, trajando uma indumentária semelhante a do personagem no primeiro plano e também segurando uma enxada, nos dá as costas e se afasta, desviando-se para "dentro" do quadro.

Cumpriria apontar aqui as prováveis origens dessa caracterização do homem rural feitas por Chambelland. Ela nos lembra a de alguns artistas europeus contemporâneos do pintor, como aqueles ligados às tendências da cultura figurativa francesa que, transitando entre naturalismo, simbolismo, ideal moral e engajamento social, marcaram os *Salons* a partir dos anos 1880. Nesse sentido, é digna de nota as relações entre a obra de Chambelland e aquela de pintores ligados à chamada *École de Nancy*, como P.-A. Dagnan-Bouveret ou Henri Royer: a abordagem que estes faziam das tradições regionais e da vida contemporânea fora da capital francesa se encontrava, de fato, bastante afinizada com os interesses regionalistas de Chambelland.

Mas, nesse mesmo sentido, caberia lembrar sobretudo da já citada obra de Almeida Júnior: certamente, a concepção formal de quadros como *Cozinha de interior* ou *Engenho de cana* se encontra bastante próxima daquela de algumas pinturas do ituano como *Cozinha Caipira* ou *Apertando o lombilho*, ambas de 1895. Poderíamos mesmo dizer que na simplicidade e na aparente neutralidade de seus quadros, Chambelland tentava emular aquilo que algumas décadas antes Almeida Júnior havia conseguido realizar abordando o caipira paulista, ou seja, aprofundar a questão da presumida essência do homem brasileiro, evitando deliberadamente conferir-lhe um aspecto heróico. Nas pinturas de Chambelland, o sertanejo expressa a sua maneira de ser no mundo na sua própria atitude de preservação: a indiferença ou reserva do homem do sertão com relação aquele que de fora o observa nada mais seria, no nosso entender, do que a corporificação da sua natureza imune às seduções do mundo urbano.

"O Rio e o sul do país estão muito trabalhados pela influencia estrangeira", teria afirmado Carlos Chambelland: "o cosmopolitismo absorveu-nos tanto, que hoje, somente no norte, se nos depara, em sua pureza inicial, o sentimento da pátria aferrado a tradição, aos costumes, à vibração da alma do povo" (COSTA, 1927: 145). Nas telas às quais aqui fizemos referência, o pintor fluminense capturou com sutileza justamente essa natureza reservada e conservadora do sertanejo - aquilo que lhe permitiu reter o que, nas primeiras décadas da República, foi julgado por muitos como o que de mais autêntico restava da cultura brasileira.

Referências bibliográficas

ACQUARONE, Francisco; VIEIRA, Adão de Queiróz. **Primores da Pintura no Brasil**. Rio de Janeiro, 1941.

ALVES FILHO, Aluizio. **As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

COLI, Jorge. *A violência e o caipira.* In: **Estudos Históricos, Arte e História**, n.30, 2002/2.

COSTA, Angyone. **A inquietação das abelhas (O que dizem nossos pintores, escultores, arquitetos e gravadores, sobre as artes plásticas no Brasil)**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia, 1927. Disponível no site: http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/artigos_ac.htm

Exposição Póstuma de Carlos Chambelland. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde / MNBA, agosto de 1950 (catálogo de Exposição). Disponível no site: http://www.dezenovevinte.net/catalogos/cc_catalogo_1950.pdf

L´école de Nancy: peinture et art nouveau. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1999 (Catálogo de exposição).

LEITE, José R. T. **Dicionário Crítico da Pintura no Brasil**. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

MARQUES, Luiz (org.). **30 Mestres da Pintura no Brasil**. São Paulo: MASP / Rio de Janeiro: MNBA, 2001 (Catálogo de exposição).

MIGLIACCIO, Luciano. *Rodolfo Amoedo. O mestre, deveríamos acrescentar*. In: **19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte**. Vol. II, no. 2. Rio de Janeiro, abril 2007. Disponível no site: http://www.dezenovevinte.net/artistas/ra_migliaccio.htm

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos

Ariston Azevêdo[1]

Resumo: Esta pesquisa parte da sugestão de Mark Bevir para que os intérpretes das obras dos autores do passado procurem orientar sua análise pela pressuposição de coerência entre as crenças sustentadas pelo autor. Neste sentido, perguntamos: que convicções perpassaram os escritos poéticos, literários, sociológicos, políticos, além dos discursos parlamentares e administrativos, elaborados por Guerreiro Ramos ao longo de seus mais de quarenta anos de produção intelectual? Para levar a cabo a resposta a esta pergunta, procuramos nos centrar nas inter-relações entre alguns conceitos fundamentais para o autor e em algumas crenças e posicionamentos afirmados e reafirmados por ele ao longo de sua trajetória. A análise desses posicionamentos nos leva a sustentar que em Guerreiro Ramos é possível encontrar uma teorização da vida humana associada marcantemente antropocêntrica.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro; historia intelectual; Guerreiro Ramos.

Abstract: This research follows Mark Bevir's suggestion to the interpreters to guide his analysis of authors of past works by coherence presupposition among the beliefs sustained by the author. Thus, we asked: what main beliefs cross the Ramos's writings since 1930 until his last book? To answering this question, we centered our effort in the relation among fundamental concepts and beliefs affirmed and reaffirmed by him during his intellectual trajectory. Our research demonstrated that the Ramos's sociology is anthropocentric.

Key words: Brazilian social thought; intellectual history; Guerreiro Ramos.

A idéia de homem como centro pugnada por Guerreiro Ramos não deve ser confundida com a idéia do humanismo antropocêntrico moderno, este que foi condenado pelo autor, à época em que seu pensamento guardava grande afinidade com a tese de um Humanismo Integral, marcantemente espiritualizado, cujo maior elaborador foi o filósofo francês Jacques Maritain e o filósofo Russo Nicolas Berdyaev. Neste sentido, a noção de pessoa humana, como dubiedade indissolúvel e inafastável entre a materialidade secular e a espiritualidade eterna, evocada por esse humanismo (integral), procurava restituir ao ser humano aquilo que a noção de indivíduo lhe havia retirado, isto é, sua relação com a divindade, com o eterno, bem como reposicioná-lo ao seu lugar de centro no universo. Esse

[1] Doutor em Sociologia Política e Professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

humanismo – uma recuperação do humanismo clássico –, mesmo que tenha sofrido algumas atualizações ao longo da vida intelectual de nosso sociólogo, manteve-se, como uma profunda crença, em várias de suas defesas e posicionamentos, entre os quais podemos mencionar a sua idéia de indissociabilidade entre o pensamento e a ação, o seu personalismo e luta pela personalização, a defesa da liberdade (e da criatividade a ela relacionada) como condição primordial do ser humano e a retomada da razão centrada no sujeito.

De acordo com Guerreiro Ramos, a Era Moderna inaugurou um intenso processo de despersonalização humana, para o qual colaboravam as suas principais instituições. Em princípio, de maneira indiferenciada, Guerreiro Ramos denunciava a civilização, como um todo, neste processo, responsabilizando a secularização a que ela estava entregue pelas mudanças substantivas ocorridas acerca da concepção de homem e de vida humana associada. Diante disso, o Humanismo Clássico foi vítima de um profundo questionamento, tendo sido reconfigurado sobre novas bases, estas agora não mais espirituais, mas humanas, demasiadamente humanas, de modo tal que foi adjetivado de humanismo antropocêntrico. Assim, desespiritualizado, largado ao secular e material, o homem foi vítima de uma civilização que, ela mesma, passou a instrumentalizá-lo, e ele se tornou um ser gregário, despersonalizado, em síntese, um indivíduo. Foi contra este estado moderno da civilização, contra esta concepção de natureza humana e da vida humana associada que ela sugeria que Guerreiro Ramos se opôs quando jovem. Assumindo que havíamos chegado ao esgotamento (ou decadência) destas fórmulas, e negando o que então se afirmava como alternativas a elas (comunismo e fascismo), o autor pugnou por um novo homem e por uma nova civilização em bases personalistas.

Mais tarde, já com sua perspectiva sociológica formada, e inspirado na "grande transformação" narrada por Polanyi, o sociólogo encontrou na expansão da economia de mercado o elemento raiz desse processo de despersonalização, elemento que acabou enviesando a ciência social (sociologia, psicologia, ciência política, economia, administração) surgida em seu contexto de emergência. A esta ciência social comprometida com a contingência ideológica da sociedade de mercado, Guerreiro Ramos negou sua cientificidade e a acusou de obstaculizar os processos de personalização do homem e das coletividades, permeadas que eram pelo etnocentrismo que acometia o sentido de muitas de suas categorias. Premente era, portanto, para o autor, a construção dessas ciências sob novas bases.

Os escritos poético-literários guerreirianos, antes dos anos 40, estão todos eles permeados, ou pela defesa do humanismo personalista ou são a expressão de sua própria luta pela personalização, o que está presente, com maior evidência em seu livro de poesias *O*

drama de ser dois. Neste momento de sua trajetória intelectual a noção de pessoa se apresenta como fundamental, e denuncia uma forte influência de pensadores como Maritain e Berdyaev, deste último, principalmente. Os seus textos de juventude denotavam o apego guerreiriano ao Humanismo Clássico, numa vertente greco-judaico-cristã, em detrimento do Humanismo Moderno.

A idéia de personalização tinha forte conotação axiológica para Guerreiro Ramos e nisto residia sua crítica à modernidade, haja vista que esta confundia personalidade com individualidade. Ora, para o sociólogo brasileiro, e nisto ele seguia de perto o pensamento de Nicolas Berdyaev, a personalidade seria elemento essencial humano, ou, melhor dizendo, o homem seria personalidade por espírito. Personalidade seria liberdade criativa; a semelhança com Deus a tornara capaz de criar tal qual o criador, e esta era a natureza singular do ser humano, insinuando também a especialidade de cada um. Do mesmo modo, em razão desta simbiose entre a finitude e a eternidade, a noção de personalidade, para além de conotar apenas a reminiscência de um ethos substancial imutável, indiferente ao tempo, era a constância na mudança, era perduração, no sentido desta que Guerreiro Ramos se apropriou também de Alfred Whitehead. Ainda, não se pode deixar de afirmar que no sentido de personalidade guerreiriano está contida a idéia de consciência de si, de seu destino. Personalização, assim, é o processo de luta incessante pela auto-afirmação consciente de si e pela auto-realização criativa de seu propósito existencial a cumprir.

Foi por isso que Guerreiro Ramos combateu os entendimentos acerca do sentido e da importância conferidos aos processos de socialização, uma vez que, para ele, o eu era irredutível à sociabilidade, e, neste sentido, toda a socialização representaria alienação. Foi por conta desse combate que nosso sociólogo afirmava, insistentemente, o conflito insanável entre o homem (a pessoa humana) e todos os tipos de sistemas sociais projetados – a supressão desse conflito era desumanização; nestes termos, é que foram erigidas suas severas críticas ao conceito sociomórfico de homem sob o qual a ciência social estava construída; este também foi o caso de sua crítica às organizações e às psicologias do ajustamento, ou integracionista, estas que, descurando daquela irredutibilidade, ao autor tão cara, acreditavam, ingenuamente, ser possível a perfeita adaptação do homem ao sistema social. A busca incessante do homem pela auto-realização somente agravava esta tensão, pois que ao voltar-se para si na procura de sua expressão autêntica, ele o fazia por intermédio de uma necessária resistência contra as investidas da socialização de sua psique. Esta busca, ao contrário da conformação do homem aos sistemas, da unidimensionalização daquele, exigia uma adequação dos sistemas sociais às várias necessidades humanas, o que os caracterizaria como

múltiplos (e a sociedade como multicêntrica), uma vez que afetos às mais distintas dimensões que assumiriam a vida humana individual e associada. Ora, neste sentido, essa tensão entre seres humanos e sistemas sociais só teria fim, ou com a morte do homem ou então pela sua destituição de si, algo impossível, em termos absolutos, para Guerreiro Ramos.

É diante desse posicionamento que Guerreiro Ramos recuperou a idéia de razão. Ao passar em revista a história do conceito nas ciências sociais, percebeu ele que houvera ocorrido uma transavaloração da razão a partir de Hobbes, ou seja, a razão deixara de ser a "força ativa na psique humana" que o habilitava "a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social", para se tornar, em Hobbes, a capacidade humana de prever conseqüências. Assim, a razão perdeu seu sentido normativo para ganhar conotações meramente utilitárias ou de ajuste às expectativas de comportamento. Esta transvaloração retirou o lócus da razão do homem concreto, atribuindo-o ao homem abstrato e, mais tarde, aos sistemas sociais e à história. A restauração da razão era, assim, uma tarefa primeira no sentido de restituir a posição do homem ao centro do universo. Evocar o sentido de razão noética ou substantiva, para Guerreiro Ramos, era retornar a razão à psique humana e reforçar seu papel normativo, a partir do homem, na ordenação da vida pessoal e social. Este recurso à razão justificaria tornar esta o conceito básico de uma ciência verdadeira da sociedade e das organizações, em uma concepção antropocêntrica. Neste sentido, personalidade e razão eram elementos perfeitamente correlacionáveis para Guerreiro Ramos.

Este centramento do homem, em Guerreiro Ramos, é ainda marcante em sua epistemologia, na condenação do saber alienado e na defesa do saber engajado. Muito embora tenha sido fortemente influenciada pela fenomenologia de Husserl, nesta epistemologia Guerreiro Ramos não se contentou com o sujeito transcendental husserliano, adotando, contra isso, a idéia de Ortega y Gasset, de que o homem é um ser em circunstância, e a idéia heideggeriana de que o homem é um ser no mundo, condição à qual nenhum cientista escaparia. O método de redução sociológica pode ser visto também como uma autodefesa à produção de um saber alienado, haja vista que ele exige o rebatimento do saber produzido, e das experiências e conceitos externamente apropriados, à realidade social à qual ele se destina a referir. Seria assim o conhecer, para Guerreiro Ramos, porque tal atitude de desalienação é um atributo da própria pessoa; ela tende a tudo personalizar (tornar autenticamente seu), inclusive o saber, e desta condição de pessoa, o cientista não se poderia furtar sob justificativa de neutralidade ou qualquer outro valor.

Diante do exposto, as problemáticas com as quais Guerreiro Ramos se envolveu

são tratadas de acordo com esses posicionamentos acima. Talvez seja no tratamento da questão nacional que esses posicionamentos se apresentem com menor clareza ou obviedade. De todo modo, para trata da nação, Guerreiro Ramos fez uso de uma analogia com a idéia de personalização e, amparando-se muito no culturalismo alemão, para o qual cada cultura corresponderia a uma individualidade, advogou a idéia de nação como pessoa coletiva. Foi por isso que, para ele, a passagem do Brasil do estado de coletividade desagregada para o de nação representava seu processo de personalização, ou seja, de adquirir a condição de ser histórico e cultural, de tomar consciência crítica dos seus condicionamentos para, assim, afirmar-se diante da configuração de poder mundial. Este posicionamento é que o levou a criticar o serialismo como característica da ciência social no tratamento das nações, haja vista que tal serialismo, no tratamento de temas como modernização e desenvolvimento, por exemplo, se apresentava como um verdadeiro fatalismo e impedia a busca, por essas nações, de seu autêntico vir-a-ser. Este fato levou o sociólogo a propor um modelo da possibilidade como contraposição entre a Teoria N, representativa deste fatalismo serialista, e a Teoria P, na qual a liberdade era o centro das decisões políticas das nações, inexistindo, assim, qualquer nação paradigmática.

Diferentemente da questão nacional, a elaboração do modelo de homem parentético recuperou muito do humanismo que desde a juventude Guerreiro Ramos vinha sustentando. Mesmo que categoria cristã de pessoa humana tenha ficado mais subliminar, ou mais atenuada, o sociólogo não perdeu de vista a idéia de personalização e de outras características quando dessa definição de homem. Portador da razão, no sentido noético, esta é a primeira e fundamental natureza que o sociólogo atribuiu ao homem parentético. Tal homem busca, insistentemente, sua autonomia e para tanto se esquiva de todas as tentativas de aprisionamento de sua psique. A liberdade é-lhe, assim, condição essencial. A atitude parentética, ou seja, sua postura frente ao mundo, confere-lhe uma capacidade de consciência altamente crítica na avaliação dos valores, dos pressupostos que perpassam a cotidianidade dos processos e dos sistemas sociais, e o estimula a agir de modo sempre a influenciar o ambiente, a fim de torná-lo mais adequado às suas necessidades de realização pessoal. É este homem parentético, neste sentido, um resistente, mas não apenas isso, pois ele é, de igual modo, um criador de novas formas de vida pessoal e coletiva.

Também o humanismo guerreiriano não poderia deixar de ser percebido em sua proposta de delimitação de sistemas sociais, esta aliás, marcantemente humano-centrada. Em sua elaboração, considerou o sociólogo que o homem contemporâneo possuía uma variedade de interesses que não poderiam, jamais, serem totalmente satisfeitos em espaços existenciais

tão restritivos quanto o são as organizações formais de caráter econômico. O mercado, definitivamente, não satisfaz às necessidades humanas e a sua expansão necessitaria ser contida. A hegemonia conquistada pelo sistema de mercado deveria ser posta em questão e uma alternativa à sociedade centrada no mercado apresentada, para o bem da saúde psíquica do homem e da viabilidade do social. Estas considerações perpassam a todos os argumentos do último livro de Guerreiro Ramos.

Diante de uma configuração social tão restritiva, o homem, para lograr sucesso em seus projetos de realização pessoal, necessitaria de uma boa dose de heroísmo, para o qual a maioria dos indivíduos – os irrealizados – não estava preparada. Pensando nisso o autor esquematizou uma sociedade planificada a partir da correlação por ele estabelecida entre interesses humanos e lugares adequados para suas realizações e propôs as bases de uma nova ciência centrada na noção whiteheadiana de perduração. Infelizmente faleceu antes de concluí-la.

Bibliografia

AZEVÊDO, Ariston. A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos. 2006. 260f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

BEVIR, Mark. Mind and method in the history of ideas. **History and Theory**, v. 36, n. 2, pp. 167-189, may 1997.

BEVIR, Mark. **The Logic of the History of Ide**as. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. "Models of man and administrative theory". **Public Administration Review**, 32, 3: 241-6, 1972a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. "The new ignorance and the future of public administration in Latin America", *in* Clarence E. Thurber & Lawrence S. Graham (ed.). **Developing administration in Latin America**. North Carolina, Duke University Press, 1973.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. "The parenthetical man (an anthropological approach to organization design)". **Anais da Annual Meeting of the American Association for Public Administration**, Denver, Los Angeles, ASPA, 1971a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. "The parenthetical man". **Journal of Human Relations**, 19, 4: 463-87, 1971c.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A crise de poder no Brasil** (problema da revolução nacional brasileira). Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: CPDOC. **A revolução de 30, Seminário Internacional**. Brasília: Editora da UNB, 1983b, pp. 527-548.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A parenthetical trip (1)** – phenomenology and social science. Los Angeles, 1969. (mimeo.).

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A parenthetical trip (2)** – man invents himself or toward a theory of the parenthetical encounter. Los Angeles, 1970a. (mimeo.)

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A parenthetical trip (3)** – the lost of innocence, or toward a post phenomenological social science. Los Angeles, 1970b. (mimeo.)

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica** (introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro, Iseb, 1958.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. 2a. edição, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A sociologia industrial**. Formação. Tendências atuais. Rio de Janeiro, 1952.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1966.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Alberto Guerreiro Ramos (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral. 1985. 64 p. dat.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução à cultura** (ensaios). Rio de Janeiro, Cruzada da Boa Imprensa, 1939a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora ANDES, 1957a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2a. edição, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (I). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 274-5, mai. 1941a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (II). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 246-8, jun. 1941b.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (III). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 280-3, jul. 1941c.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (IV). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 285-8, ago. 1941d.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (V). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 299-301, set. 1941e.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (VI). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 274-7, out. 1941f.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Literatura latino-americana (VII). **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 398-402, nov. 1941g.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Modernization: towards a possibility model. In: BELING, Willard A.; TOTTEN, George O. **Developing nations**: quest for a model. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1970c. p. 21-59.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Nota metodológica. **Digesto Econômico**, São Paulo, n. 85, p. 133-136, dez. 1951b.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O drama de ser dois**. Salvador, 1937a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O processo da sociologia no Brasil** (esquema de uma história de idéias). Rio de Janeiro: Cândido Mendes Júnior, 1953a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Panfleto de Campanha**, 1962a. mimeo.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Sociologia de la mortalidad infantil**. México: Editora da Universidad Nacional, 1955a.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **The parenthetical diagraph**. Los Angeles, 1972b. 5p. Notas de Aula. (mimeo)

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Towards an endurance centered administrative theory**, Los Angeles, 1977. 6p. Notas de Aula. Mimeografado.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

SOARES, Luiz Antonio Alves. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos**, um estudo sobre um sociólogo polêmico. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.

SOARES, Luiz Antonio Alves. **Guerreiro Ramos**: considerações críticas a respeito da sociedade centrada no mercado. Rio de Janeiro: CRA-RJ, 2005.

VENTRISS, Curtis; CANDLER, George G. Alberto Guerreiro Ramos, 20 Years Later: A New Science Still Unrealized in an Era of Public Cynicism and Theoretical Ambivalence. **Public Administration Review**, v. 65, n. 3, pp. 347-359, may/jun. 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desejos de civilização, véus da barbárie: um olhar sobre a construção do imaginário urbano da *Belle Époque* Caipira no Almanach Illustrado de Ribeirão Preto de 1913.

Rodrigo Ribeiro Paziani*

Resumo: A proposta deste trabalho será a de interpretar o imaginário urbano da *Belle Époque Caipira* através da presença de imagens e discursos sobre Ribeirão Preto no *Almanach Illustrado.* Por este prisma, acredito que os almanaques possam revelar uma *leitura* não apenas idealizada, mas, especialmente, desejada das transformações urbanas. Mas, se a escrita produzida em almanaques afinava-se com um imaginário urbano elitista e pela presença de uma incipiente sociedade de consumo na cidade, não era menos verossímil que a *cidade-desejo* evocada nas suas páginas servisse de carapaça à uma trama ambivalente de mando pessoal, de uso da violência e de poder político entre as principais lideranças municipais operada no *lusco-fusco* do público/privado e da civilização/barbárie.

Palavras-Chave: Almanaque/Ribeirão Preto/Imaginário urbano.

Abstract: The proposal of this work will be the one of interpret the urban imaginary of the *Belle Époque Caipira* through the presence of images and speeches about Ribeirão Preto in Almanach Illustrado of 1913. For this prism, I believe that the almanacs can reveal a not just idealized reading, but, especially, wished of the urban transformations. But, if the writing produced in almanacs it tuned with an urban elitist imaginary and by the presence of a consumption incipient society in the city, was not less likely than the city-wish evoked in her pages served of scutcheon to the an woof of personal authority, of violence use and of caning politician among main municipal leaderships operated in the ambiguous mark of the public and private and of the civilization and barbarism.

Keywords: Almanac/Ribeirão Preto/Urban imaginary.

Um elemento privilegiado para uma "leitura" específica das representações e das práticas culturais (CHARTIER, 1990) estabelecidas entre o imaginário urbano e a modernidade (PESAVENTO 1999) talvez seja o almanaque (CORREIA & GUERREIRO, 1986: p. 02). Apesar de suas primeiras versões impressas apareceram pela primeira vez na Alemanha em meados do século XV (1455) na senda de progresso e difusão da imprensa (IDEM: p. 04), o aumento progressivo de sua circulação, o assumido caráter comercial e publicitário e a inserção de imagens fotográficas no decorrer do século XIX – reforçado pela

* Docente do curso de pós-graduação em História da Faculdade de Educação, Ciências e Artes "Dom Bosco" (FAECA) de Monte Aprazível (SP) e membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e da Urbanização no Mundo do Café).

narrativa simples e de caráter pedagógico, composta por um conjunto atualizado de informações gerais, úteis e de fácil compreensão ao leitor (CORREIRA & GUERREIRO: p. 05) –, o almanaque foi investido de um sentido "civilizatório" (ELIAS, 1994), carregado da "idéia de uma grande modernidade" (FERREIRA: p. 19-22 In MEYER, 2001), obra capaz de inserir o "novo".

Associado a um sistema de idéias e de imagens (textuais e iconográficas) de representação coletiva, ele era capaz de criar o "real" (PESAVENTO, 1999: p. 08), realidade que unia vivências e sonhos, mas que também poderia "ocultar" estratégias discursivas e práticas culturais de uma elite aninhada nos fios tênues que ligavam a civilização e a barbárie: é o caso da construção do imaginário urbano de Ribeirão Preto presente no "Almanach Illustrado" de 1913.

Neste sentido é que a construção do imaginário social sobre o urbano torna-se inseparável dos papéis que os almanaques (sem esquecer os jornais e as revistas) representaram na sociedade brasileira especificamente na Primeira República (MARTINS, 2001; MEYER, 2001). Embora o primeiro almanaque a circular no país tenha sido, provavelmente, o "Almanach Histórico do Rio de Janeiro", escrito por Duarte Neves e editado por aqui durante o século XVIII (PARK, 1998: p. 52), a presença deste tipo de material impresso intensificou-se a partir da segunda metade do século XIX, coincidindo com a formação de um mercado interno no Brasil, mas também devido ao crescimento demográfico e urbano e à modernização de infra-estrutura.

No Estado de São Paulo, o café e as ferrovias aceleraram os ritmos temporais e os circuitos de trocas mercantis e ampliaram as redes internacionais de negócios, e, com elas, as "maravilhas" do mundo moderno, que chegavam até os rincões mais longínquos do Estado, "civilizando" a caipirada e desenvolvendo ou mesmo "semeando" urbes (MATOS, 1974: p. 152), num "pool" experiências singulares de choque, fantasia e (des)ilusão denominada de "Belle Époque Caipira" (DOIN, 2001: p. 307).

Ribeirão Preto, até o final do Império, era uma vila muito pouco modernizada, e pior, assaltada continuamente por epidemias de febre amarela, varíola e tuberculose. A partir da implantação da ferrovia em 1883, especialmente, nos últimos anos do século XIX, quando o município tornou-se o centro da produção cafeeira do Estado (e por que não do país), a cidade foi alvo de um processo de modernização urbana (CIONE, 1987: p. 59-83; PAZIANI, 2004: p. 124-125). [1]

[1] Nascida de uma série de doações de terras por entrantes mineiros que se deslocaram para essas bandas nas primeiras décadas do século XIX para a construção de uma capela (marco da cidade), Ribeirão Preto torna-se vila em 1871 e somente é reconhecida como cidade em outubro de 1889, próximo à queda da Monarquia. A

A Câmara Municipal aprovava no início da década de 1910 uma subvenção para a publicação (do primeiro e único número conhecido) do "Almanach Illustrado de Ribeirão Preto" (1913). Dispostos a registrar as diferentes faces do estado de "adiantamento" da cidade, os editores do "Almanach Illustrado" – Sá, Manaia & Cia. – ansiavam destacar o lugar de Ribeirão Preto no cenário paulista, nacional e internacional (PAZIANI: p. 17), dada a sua influência política e a pujança econômica.

O "Almanach Illustrado de Ribeirão Preto" prestava-se ao exercício de um papel "pedagógico" e "lúdico", na medida em que funcionava como instrumento veiculador de informações úteis e conhecimentos gerais sem jamais dissociar-se das alusões metafóricas – à "Terra de Canaã", à "Petit Paris", ao "Oeste", à "Terra do Café" – que constituíam o manancial por onde se transbordavam os desejos mais latentes e inventavam-se tradições, mitos e biografias em torno da cultura cafeeira.

Dessas representações simbólicas, emergia a tentativa de "institucionalizar" no seio da sociedade ribeirãopretana um imaginário da cidade (e do município) que pretendia "espetacularizar", "refletir" e mesmo "naturalizar" os ideais de uma elite ávida por afastar as (e afastar-se das) marcas do "atraso" e do "arcaico" e reconhecer-se como portadora, ao mesmo tempo, dos valores herdados do "passado" (mitificado) e das virtudes do mundo "moderno".

3. ... e as máscaras da "barbárie".

Durante a Primeira República, os novos barbaças alocados no interior de São Paulo, além de aventurarem-se com os "negócios públicos", alimentavam uma sociedade arrivista e plutocrática (DOIN, 2001: p. 169; VIANNA, 1999: p. 138-139) que embaralhava os sentidos da civilização e da barbárie, do rural e do urbano, do arcaico e do moderno: em conseqüência disso, mal as experiências da modernidade eram assimiladas pelas cidades em floração e logo eram convidadas a "desmanchar-se pelo ar" (DOIN: p. 308), tomadas que eram pela pressa ingente da saga do café.

Porém, quem vê pelas fotografias esses homens a trabalhar "arduamente" nos interstícios do poder público, a dar provas de seus "esforços individuais", a engalanarem-se galhardamente em dias de festas e inaugurações e serem condecorados com títulos da Guarda

construção (1890) e o ajardinamento (1902) da Praça XV de Novembro, as primeiras redes de água (1898), iluminação elétrica (1899) e de esgotos (1900), a introdução da rede telegráfica e do primeiro Matadouro (1892), a fundação dos dois jornais de grande tiragem – "Diário da Manhã" de 1898 e "A Cidade" de 1905 – e a edificação do Teatro Carlos Gomes (1897), da Sociedade Recreativa de Esportes (1906), do Cassino Antártica (1914) e do Palácio Rio Branco (1917) – antiga sede da Câmara (atual Prefeitura).

Nacional (IDEM), talvez não perceba que eles procuravam ofuscar suas expressões de poder pessoal e obscurecer da cena pública os traços de barbárie (HOBSBAWN, 1998) presenciadas no município (JORGE, 1998), hábeis em forjar "máscaras" para acobertar os seus interesses privados – por vezes, sequer escondiam seu gosto pela pilhagem, extração e exploração violenta das terras – por detrás de conceitos abstratos como nação (DOIN; p. 38; MELLO & NOVAES: p. 605-606 In SCHWARCZ, 1998).

Ao contrário das práticas culturais de difusão e leitura dos almanaques pelas cidades européias – que, na esteira das revoluções francesa e industrial, representaram o surgimento de uma "esfera pública" de acesso ao conhecimento (útil e enciclopédico) que, mesmo segmentada e consumista, fomentava uma "sociedade de leitores" – no Brasil tais práticas, não de todo inexistentes (ROCHA, 1998: p. 116 e seguintes), encontravam obstáculos numa das faces perversas da formação social do país: a exigüidade do "público leitor" (IDEM: p. 137).

O "Almanach Illustrado" de 1913 – por seu recurso à "excitação" visual e à "metaforização" do social – não contemplava uma "leitura" das demandas e dos anseios das camadas populares (o que o distanciava dos almanaques europeus), mas o objetivo de incutir na mente dos habitantes uma afinidade eletiva entre o urbano e os interesses da lavoura cafeeira e de "cristalizar" na memória dos "leitores" os desejos da elite ribeirãopretana vinculados a um "processo civilizador" (ELIAS, 1994).

Esse propósito, que aparecia, por exemplo, na (re)invenção do mito do "bandeirante paulista" (FERREIRA, 2002), sujeito de bravura e ávido de riquezas que se embrenhava pelo "sertão" para levar até esse território inóspito e rude as benesses do "progresso" e da "civilização", encontrava sua justificação histórica num imaginário social construído em torno dos grandes fazendeiros de café (SENNETT, 1998: p. 271): *"A admiravel ousadia dos Bandeirantes, de proporções legendarias, tantas e tão variadas vezes enaltecidas pelos nossos historiographos, parece que veiu trazer com os rasgos dum mirifico descortino, a sua seiva fecundante ao Oeste da antiga terra de Martim Afonso [...]"* (ALMANACH, 1913: p. 12).

Mas os colaboradores do "Almanach Illustrado" não se satisfaziam em "mitificar" as lideranças municipais: seria importante demonstrar, de maneira "insofismável", à sociedade ribeirãopretana (e por que não brasileira?) a intimidade daqueles grandes fazendeiros de café com as experiências e os objetos da modernidade e, indo mais além, provar a tese segundo a qual as riquezas e os sucessos no "Eldorado Paulista" eram

conquistados por aqueles que desbravavam corajosamente os "sertões paulistas" (FERREIRA, 2002: p. 33-34).

No início do século XX, o Coronel Francisco Schmidt – maior produtor e exportador de café do mundo – era coroado pela imprensa com o título de "Rei do Café" (ALMANACH, 1913: p. 84). Entretanto, algo parecia atrapalhar os planos do milionário coronel. Na capital paulista e em várias localidades do interior, estourara uma série de greves, rurais e urbanas, durante a década de 1910 que movimentaram todo o Estado por causa de suas ações virulentas e influência anarquista (LOPREATO, 1997).

Para demonstrar e provar a face "progressista" de Schmidt, o "Almanach Illustrado" explorou a relação entre a figura do imigrante bem-sucedido e o desenvolvimento da cidade e do município. Além disso, foi publicada uma imagem fotográfica na qual o poderoso coronel posava todo imponente e garboso ao lado do seu automóvel "Ford" (ALMANACH, 1913: p. 85) – a imagem de um homem afinado com o tempo veloz e fremente da modernidade – defronte à entrada da Fazenda "Monte Alegre". Enfim, uma articulação texto/imagem que enovelava a trajetória e a pujança de Schmidt – barbaça temível – aos progressos de Ribeirão Preto tudo porque

> *[...] a vida do Cel. Schmidt tem sido de constantes lutas, das quaes sempre sae victorioso, affeiçoando-se por isto, aos grandes emprehendimentos Em Ribeirão Preto nada se faz sem o concurso poderoso de sua assistencia, que tem parte em todos os melhoramentos urbanos, que vela pelos hospitaes e auxilia todas as instituições de caridade [...] Eis em franca synthese o que é o Cel. Francisco Schmidt, a encarnação perfeita do trabalho e do dever, a quem o público deu o justo titulo de "Rei do Café" (IDEM: p. 86-87).*

O mesmo poderia ser dito a respeito de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, conhecido pela alcunha de "Quinzinho". Coronel metido à "linha dura", Quinzinho era reverenciado pela imprensa do interior paulista por ser um líder inconteste, embora aberto às ações "benfazejas", que usava do prestígio para tornar Ribeirão Preto um município em estado adiantado de progresso.

Selecionando os detalhes que correspondiam aos de um sujeito, ao mesmo tempo, benemérito, cordato e influente, os editores do "Almanach Illustrado" fabricavam um "retrato" desejado do coronel. Assim era Quinzinho, *"[...] chefe prestigiado, cuja influência política é indiscutível em todo o distrito e o seu nome é rodeado de uma simpatia geral, encontrando somente amigos e admiradores [...]"*, e, justamente por esse prestígio e fidelidade à sua pessoa, *"[...] Ribeirão Preto deve uma parte de sua situação ao exforço*

incansável do benemerito e intelligente coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira" (ALMANACH, 1913: p. 98).

Podemos citar, por último, a fazendeira Iria Alves Ferreira, cunhada do Cel. Quinzinho. A destacada "Rainha do Café" e diretora da "Associação de Proteção e Assistência à Infância" era a mesma senhora que mandara assassinar Alexandre Silva, seu capataz, por questão de "honra" na noite de 21.05.1920: um cruel homicídio conhecido pelos jornais de todo Estado de São Paulo pelo título de "Crime de Cravinhos". O caso, que se arrastou por mais de um ano na Justiça, foi finalmente "contornado" graças às articulações de Washington Luís, à época Presidente do Estado, homem do escol do Cel. Quinzinho da Cunha (CUELLO, 2005: p. 06), cuja influência política foi decisiva na eleição do próprio Washington.

Nas páginas do "Almanach", porém, a cruel assassina Iria Alves transformava-se aos olhos do "público" – constituído por leitores "pré-estabelecidos" que, provavelmente, freqüentavam o círculo de relações privadas e de contatos pessoais da "veneranda" mandatária (ROCHA, 1998: p. 141) – numa mulher "empreendedora e incansável" (ALMANACH, 1913: p. 90) que, apesar do título honorífico, primava pela caridade e o benemeritismo. Percebam como de um discurso vibrante e enaltecedor, "proxêmico" em seus apelos sentimentais, poderia emergir sutilmente um estilo ameaçador, intrínseco à conhecida fórmula do *você-sabe-com-quem-está-falando?* (DAMATTA, 1997: p. 184-192):

> *[...] Quem não conhecerá, pois, entre os muitos nomes de fazendeiros importantes deste municipio, o da exma. snra. d. Iria Alves Ferreira, a benemerita senhora cuja acção altruísta e caritativa se faz sentir em todas as instituições, em todas as iniciativas que d'essas qualidades necessitam? Quem não terá ouvido falar com respeito e veneração da 'Rainha do Café'? Quem desconhecerá a importancia de suas propriedades agrícolas em geral, e particularmente das riquezas e confortos da fazenda 'Pau Alto'? (ALMANACH, 1913: p. 89).*

Claro que a transição para o regime republicano possibilitou, ainda que com severas restrições, o acesso de um número maior de pessoas ou setores da população à cultura impressa, conseqüência de um lento processo de alfabetização e de mudanças técnicas que permitiram dotar algumas "vozes" de meios de expressão e representação social (FREYRE, 2000: p. 393). Ou seja, mesmo sob o poder de coronéis iletrados e da presença rarefeita de um "público leitor" (LAJOLO & ZILBERMAN: p. 07-08 Apud ROCHA, 1998: p. 138), a imprensa paradoxalmente alimentava o imaginário da "cidade-desejo".

Mas não nos enganemos. Os coronéis criavam "tentáculos" na sociedade e na política da localidade (WALKER & BARBOSA, 2000: p. 67), bem como nos interstícios do

poder público estadual e federal. Já que todo e qualquer grupo, especialmente nos municípios interioranos, gravitava em torno de um chefe (ROMERO, 1979: p. 191), e o poder político deste não se dissociava do domínio "interno" dos veículos de comunicação (JORGE, 2002: p. 14), a imprensa corroborava e exercia um papel decisivo, especialmente as revistas e os almanaques, pois ambas eram as grandes responsáveis pelos vínculos estreitos e nada discretos entre a coronelada e o progresso.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, R. *História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG Gráfica e Editora, 1987.

CORREIA, J. D. P. & GUERREIRO, M. V. Almanaques ou a sabedoria e as tarefas do tempo. Lisboa: Revista *ICALP*, vol. 6, Ago./Dez. de 1986, p. 02. FONTE: http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/almanaque.htm.

CUELLO, J. P. *Cel. Quinzinho da Cunha*: Poder e modernização no interior paulista. Passo Fundo: 2º Congresso Sul-Americano de História, Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 06. Texto extraído do site: http://www.2csh.clio.pro.br/josue%20peroni%20cuello.pdf.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOIN, J. E. de M. *Capitalismo bucaneiro*: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café. Franca: Tese (Livre-Docência – História), Universidade Estadual Paulista, FHDSS, 1º Vol., 2001.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1994.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante*: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FERREIRA, J. P. Almanaque. P. 19-22. In: MEYER Marlyse (org). *Do Almanak aos almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

FREYRE, G. *Ordem e progresso*. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

HOBSBAWN, E. Barbárie: manual do usuário. In: __. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

JORGE, J. *O crime de Cravinhos*: oligarquia e sociedade em São Paulo, 1920-1924. Dissertação (Mestrado – História), FFLCH, Universidade de São Paulo, 1998.

___. A imprensa paulistana: entre as demandas do povo e os interesses oligárquicos (1890-1920). São Paulo: *Revista Histórica*, Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, nº. 7, jun/jul/ago de 2002.

LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. A leitura rarefeita. Livro e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991. In: ROCHA, J. C. de C. *Literatura e cordialidade*: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.

LOPREATO, C. da S. R. *A semana trágica*: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

MARTINS, A. L. *Revistas em Revista*: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP, 2001.

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias*: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

MELLO, J. M. C. de & NOVAES, F.. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4, 1998.

MEYER, M. (org). *Do Almanak aos almanaques.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *Instituições políticas brasileiras*: fundamentos sociais do Estado. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

PARK, M. B. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Tese (Doutorado – Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PAZIANI, R. R. *Construindo a Petit Paris*: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Franca: Tese (Doutorado – História), Universidade Estadual Paulista, FHDSS, 2004.

PESAVENTO, S. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

ROCHA, J. C. de C. *Literatura e cordialidade*: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.

ROMERO, Silvio. *Realidade e ilusões no Brasil*: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALKER, T. & BARBOSA, A. de S. *Dos coronéis à metrópole*: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Fonte Documental:

RIBEIRÃO PRETO – Arquivo Público e Histórico. *Almanaque Illustrado de Ribeirão Preto*: estatístico histórico, industrial, comercial, agrícola, literário, informações e variedades. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Freiras e educação: as irmãs da Divina Providência na direção de grupos escolares em Mato Grosso – 1968 – 1978

Carlos Edinei de Oliveira*

Resumo: Esta comunicação nos possibilita analisar as atividades das irmãs da Divina Providência para manter a doutrina e a fé católica quando ocuparam por determinação da Prelazia de Diamantino-MT a função de diretoras em dois grupos escolares na localidade de colonização recente denominada de Tangará da Serra, pois este espaço fora colonizado durante o processo de expansão da fronteira brasileira e mato-grossense a partir de 1959, pois este novo território configurava-se com um conjunto grande de protestantes. As fontes paroquiais, as crônicas das irmãs da Divina Providência, os registros na imprensa local, as fontes orais, os documentos escolares, em especial o livro de Matrículas nos possibilitam um registro significativo sobre esta intenção da Igreja Católica em manter seu espaço educacional, social e religioso determinado assim uma cultura escolar específica.
Palavras Chave: Freiras, Grupo Escolar, Cultura Escolar

Abstract: This communication makes possible to analyze us the sisters' of the Divine Providence activities to maintain the doctrine and the Catholic faith when they occupied by order of the Prelacy of Diamantino-MT the directors' function in two school groups in the place of denominated recent colonization of Tangará da Serra, because this space had been colonized during the process of expansion of the Brazilian border and mato-grossense starting from 1959, because this new territory was configured with a big group of Protestants. The sources parochial, the sisters' of the Divine Providence chronicles, the registrations in the local press, the oral sources, the school documents, especially the book of registrations makes possible us a significant registration about this intention of the Catholic Church in maintaining her space education, social and religious person determined like this a specific school culture.
Keywords: Sister, School Groups, School Culture

O padre José Aleixo Kunraht observa em seu relatório demográfico realizado em 1966 a pedido do bispo D. Alonso Silveira de Mello da Prelazia de Diamantino[1], que na localidade denominada Tangará da Serra[2], território reocupado com o movimento da expansão

* Prof. Ms. da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

[1] Prelazia é uma diocese em formação. O município de Tangará da Serra pertence a Diocese de Diamantino-MT.

[2] O atual município de Tangará da Serra, local da pesquisa, encontra-se localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso, era terra de índios Paresí, e o início de sua colonização ocorreu a partir de 1959, com a chegada de algumas famílias migrantes do centro sul do Brasil. A população estimada em 2006 era de 72. 311 hab. O município fica a 240 km de Cuiabá.

da fronteira agrícola brasileira e mato-grossense a partir de 1960, que o número de protestantes no vilarejo e nas comunidades rurais circunvizinhas a ele era bastante alto.

Desta forma, D. Alonso Silveira de Mello, na tentativa de efetivar o processo romanizador da Igreja Católica, cria algumas estratégias para conter o avanço do protestantismo nestas novas terras de Mato Grosso. Assistir religiosamente as famílias migrantes seria uma das condições *sine qua non* para impedir que outras igrejas ocupassem o espaço da Igreja Católica. E uma das formas de ampliar o atendimento religioso seria transformar a Reitoria de Nossa Senhora Aparecida em Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, o que aconteceu em 09 de março de 1968.

Outra estratégia seria dar a Congregação das Irmãs da Divina Providência inicialmente a direção das Escolas Reunidas e depois dos Grupos Escolares que começavam a funcionar em Tangará da Serra. No levantamento demográfico do Padre Aleixo, está em destaque uma escola isolada que tinha como professora uma senhora protestante, e que conforme o padre deveria ser imediatamente fechada, pois os alunos não aprenderiam *boas coisas*.

Entretanto, objetiva-se analisar as atividades das irmãs da Divina Providência para manter a doutrina e a fé católica quando ocuparam por determinação da Prelazia de Diamantino-MT a função de diretoras em dois grupos escolares na localidade de colonização recente denominada de Tangará da Serra.

As fontes históricas que nos possibilitam um registro significativo sobre esta intenção da Igreja Católica em manter seu espaço educacional, social e religioso determinado assim uma cultura escolar específica, são as fontes paroquiais, em especial ao Livro Tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida[3]; as Crônicas das irmãs da Divina Providência[4]; os registros na imprensa local; as fontes orais, os documentos escolares, em especial o livro de Matrículas.

No Livro Tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida, podemos perceber vários registros sobre a ação da Igreja na necessidade de impedir o avanço do protestantismo, como outras informações sobre as atividades cotidianas dos padres. Conforme os registros do Livro Tombo o bispo vem pessoalmente a Tangará da Serra junto com a irmã Myriam Hansel, a freira que seria a futura diretora do Grupo Escolar de Tangará da Serra, para verificarem uma casa para que as irmãs pudessem morar. A irmã Myriam Hansel esteve pela primeira vez em Tangará da Serra em 18 de março de 1967, retornou em 05 de julho de 1967 e pela

[3] REITORIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA – Livro Tombo – Tangará da Serra, 1966.
[4] LIVRO DE CRÕNICAS – 1968 – 1982.

terceira vez em 29 de dezembro de 1967, com objetivo de ajudar nas cerimônias religiosas e conhecer o local onde mudaria em definitivo em 28 de fevereiro de 1968, para ser a diretora das Escolas Reunidas e depois do Grupo Escolar.

O livro de Crônicas produzido pelas irmãs, são registros sobre as principais atividades realizadas por elas durante o ano. O movimento das irmãs, a situação das escolas, e alguns acontecimentos da localidade estão registrados. Toda a movimentação de matrículas do Grupo Escolar está disposta nas crônicas.

A folha de Tangará, imprensa local nos permite também analisar a relação entre o trabalho das freiras nas escolas de Tangará da Serra, assim como, os registros orais da irmã Myriam Hansel ajudam a compreender as ações afirmativas da consolidação do catolicismo na educação.

Uma das particularidades da documentação analisada, o livro de matrículas, primeiro registro do aluno feito na escola, tem além dos dados como, nome, sexo, idade, filiação, série, a solicitação da religião. Na frente dos nomes dos alunos protestantes, inclusive os espíritas considerados e registrados como protestantes, tem um sinal de asterisco.

A localidade de Tangará da Serra – MT, localizada no sudoeste de Mato Grosso é resultado de um processo de colonização privada realizado pela Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura LTDA – SITA, uma empresa da cidade de Tupã do estado de São Paulo. A SITA foi a responsável pela propaganda da terra fértil do vale do Sepotuba, em São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Desta forma, centenas de famílias migrantes vieram para Mato Grosso em busca da construção de um futuro próspero, tendo como, elemento motivador a riqueza do *ouro verde.*

O fluxo migratório para a região sudoeste de Mato Grosso foi muito intenso nos anos 60 e 70 do século XX vários caminhões de mudança chegavam simultaneamente, fazendo com que as famílias que acompanhavam a rota do café logo ocupassem espaços rurais e urbanos de Tangará da Serra. Junto à esperança de crescer com o lugar, as famílias também almejavam um bom futuro para seus filhos, e tinha na escola uma esperança para que parte deste sonho pudesse ser alcançado. Porém, seria responsabilidade da colonizadora organizar e manter a escola, como estabelecia os contratos de colonização junto ao Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso desde 1955, conforme expressa a mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa: "Colocar nas terras os colonos que virão povoar; a dotá-las de meios de comunicações, de medi-las, de marcá-las, loteá-las, de saneá-las e assistir aos colonos que delas se fixarem" (OLIVEIRA, 2004:51).

Em Tangará da Serra, a colonizadora limitou-se em um segundo momento apenas em doar terrenos, já previstos na planta original da cidade, para a construção de escolas. As primeiras escolas que surgiram, escolas isoladas, foram de responsabilidade dos pais, que tanto na zona rural como na urbana, em regime de mutirão construíam espaços improvisados com os recursos naturais existentes, em especial a madeira, que servia como paredes e cobertura, e também arregimentavam a pessoa da comunidade com mais qualificação para ser o professor ou professora de seus filhos.

Depois que a escola estava funcionando a comunidade procurava a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres[5], município em que a localidade de Tangará da Serra pertencia para o registro do professor e também para efetivar a documentação dos alunos. Os professores recebiam seus salários então do município. O Estado de Mato Grosso só criou uma escola isolada em Tangará da Serra em 1964, com a denominação de Escola Rural Mista de Instrução Primária[6], com o número crescente de migrantes esta escola passa nos anos seguintes a ser denominada de Escolas Reunidas de Tangará da Serra em 1968. [7]

Para Escolas Reunidas em Mato Grosso também se aplica o conceito de Lopes (2006: 81-82) que eram "meras junções de escolas, antes isoladas, em um mesmo espaço físico, implicando apenas o aparecimento da figura do diretor e do porteiro".

As Escolas Reunidas em Tangará da Serra, era formada por algumas salas de aula, separadas em três pontos diferentes da cidade. Conforme o registro no Livro de Crônicas das Irmãs da Divina Providência as aulas começaram no dia 01 de março de 1969, com 9 classes de matrícula inicial com 346 alunos.[8]

Para dirigir estas Escolas Reunidas, o bispo da Prelazia de Diamantino então encaminha para Tangará da Serra a Irmã Maria Laura Hansel[9], conhecida como Ir. Myriam Hansel da Congregação das Irmãs da Divina Providência.

---

[5]A localidade de Tangará da Serra pertenceu a cidade de Barra do Bugres até 13 de maio de 1976, quando o município de Tangará da Serra emancipou-se.

[6] Esta escola foi criada pelo Decreto n.813 de 4 de setembro de 1964, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 de setembro de 1964. p.5.

[7] Não encontramos nenhum publicação em Diário Oficial sobre a criação das Escolas Reunidas, esta nomenclatura aparece na Portaria nº 202 de 23 de abril de 1969, do Secretário de Educação e Cultura, publicada no Diário Oficial em 17 de junho de 1969.que resolve admitir para a Regência de Classe das Escolas Reunidas de Tangará da Serra: Albino Ferraz, Edgar Henrique Muller, Maria Laura Hansel [Irmã Miriam], Neide Parada do Padro, Emílio Fernandes Lopes, Ciro Cândido de Freitas e Francisco Ciro Leite. A nomenclatura também aparece na documentação escolar a partir de 1968.

[8] Estas informações podem ser verificadas no livro de Crônicas – 1968 – 1982, crônicas de 1968. f.01.

[9] As irmãs da Divina Providência quando adentravam na Congregação recebia da madre superiora outro nome. Como indicativo de mudança de vida.

A Congregação das Irmãs da Divina Providência tem como fundador o padre Eduardo Michelis nascido em Münster na Alemanha (1813-1855), a Congregação foi fundada em 03 de novembro de 1842 em Münster, St. Mauritz, Alemanha. (KÖRBES, 2004). Desde a sua fundação as irmãs têm se dedicado às atividades educativas, parando com esta forma de trabalho durante o Estado Nazista e retornando posteriormente.

Na Europa as escolas das Irmãs da Divina Providência eram confessionais, em Mato Grosso, elas dirigiram escolas públicas, impondo a catequese e a doutrina católica nas escolas estaduais. As irmãs chegaram a Mato Grosso em 1962 atendendo solicitações da CNBB, inicialmente com casas nas cidades de Nortelândia[10] e Cuiabá. Posteriormente, também estabeleceram residência em Arenápolis[11] em 1968 vieram para Tangará da Serra. Estas casas eram ligadas a Província de Imaculado Coração de Maria localizada na cidade de São Miguel do Arroyo do Meio - RS.

A justificativa das irmãs por estarem em para Mato Grosso seria realizar a Ação Missionária "Eduardo Michelis" – AMEM que era: "Anunciar Jesus Cristo pelo ser e agir, testemunhando amor, doação, simplicidade e alegria" (KÖRBES, 2004:84).

A participação das irmãs nessas regiões de novos espaços territoriais também correspondia às inovações estabelecidas no Concilio Vaticano II, nos anos 60 do século XX.

> *A igreja propôs mudanças estruturais na vida religiosa feminina, tanto na organização interna quanto em suas atividades externas, apresentando como objetivo dessa reestruturação 'a adaptação aos novos tempos´ e às novas proposições pastorais da Igreja. O cristão deveria agora s `inserir-se no mundo` e ser um `fermento na massa`, para usar expressões da literatura religiosa da época. Influenciar a sociedade baseando-se em ideais cristãos passou a ser um dever imperativo dos fiéis católicos. (NUNES, 2004: 496. Grifo da autora).*

Desta forma, na perspectiva missionária que a irmã Myriam Hansel atendendo solicitações de seus superiores passa a dirigir inicialmente as Escolas Reunidas. Além de diretora, ela também exercia a tarefa de professora. Irmã Myriam não tinha curso Normal e realizava-o durante o período de férias na cidade de Rondonópolis - MT.[12] A própria distinção social de ser uma religiosa dava-lhe condições para que sociedade aceitasse sem questionamentos a atuação da irmã como professora e diretora.

---

[10] Conforme estimativas do IBGE – 2006 a população de Nortelândia é de 5.160, fica a 254 Km de Cuiabá, é uma região de garimpo de ouro e diamantes.

[11] Cidade vizinha a Nortelândia

[12] O Município de Rondonópolis fica no sul de Mato Grosso a 460 Km de Tangará da Serra, pela estimativa do IBGE 2006 tem 169.814 habitantes.

Irmã Myriam Hansel assumiu a direção das Escolas Reunidas a mando da madre superiora, devido seu voto de obediência para com a Congregação. A escola segundo ela [13] estava totalmente desorganizada, os alunos, filhos das famílias migrantes eram indisciplinados, escreviam palavrões pelas paredes das salas. O conjunto dos três espaços que formavam as Escolas Reunidas era distante e a irmã usava uma bicicleta para fazer o percurso entre as salas de aula.

> *A predominância inicial do modelo escolas reunidas ocorreu, principalmente, em decorrência de seu baixo custo em relação ao grupo escolar, e por apresentar a vantagem de, ao agrupar as escolas isoladas, proporcionar maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis, para o governo. (LOPES, 2006:88)*

A irmã representa a escola como um espaço de turbulência, assim como, eram as práticas cotidianas na localidade de Tangará da Serra, espaço em que a esperança e a desilusão eram antíteses correntes. As famílias chegavam esperando a construção de uma nova vida, com mais fartura, abundância e de uma forma rápida, porém o espaço estava ainda por ser quadriculado, tudo estava por fazer e o desejo da *fortuna fácil* necessitava de muito trabalho.

As salas de aula que formavam as Escolas Reunidas eram constituídas de poucos recursos, paredes e cobertura de madeira, com quadro de giz, bancos improvisados de madeira, os professores não tinham nenhum material didático para o exercício de sua função. Os professores não tinham formação profissional para atuar nas séries em que lecionavam. A maior parte não tinha concluído o ensino ginasial.

Porém, através da leitura das Crônicas das Irmãs da Divina Providência percebemos uma aproximação muito grande entre as atividades da Igreja e da Escola, pois não raro os professores e alunos eram responsáveis pela liturgia, bem como, pelas encenações bíblicas realizadas nas festas religiosas.

> *Dia da Ascensão de Nosso Senhor foi inaugurada a capela da Nossa Casa. Houve missa às 8 horas com a presença dos alunos maiores os 4º e 5º ano que rezaram em conjunto as partes móveis da missa. Além dos alunos havia umas dez pessoas conhecidas, incluindo os nossos bem feitores. No final da missa coube a honra a Irmã Myriam, de ascender a lamparina, sinal que Cristo veio morar nesta casa. (CRÔNICA, 1986:4)*

[13] Em Entrevista para Leonice de Fátima Alves, Porto Alegre, jul. de 2006.

Com a intensificação da migração construiu-se um grupo novo, o que pelo Decreto nº 1.131 de 29 de abril de 1970 elevou a categoria de Grupo Escolar de Tangará da Serra as Escolas Reunidas de Tangará da Serra. [14]

Ano	Nº de Matrículas
1968	346
1969	578
1970	800

Tab. 01. Nº de Matrículas
FONTE: Livros de Crônicas – 1968/1970

A tabela acima evidencia o crescimento rápido da localidade de Tangará da Serra e a necessidade que as irmãs da Divina Providência tinham de dar a assistência religiosa para todo esse povo, em especial às crianças, os valores cristãos além de serem disseminados durante as atividades cotidianas da escola, aos sábados eram abordados nos trabalhos de catequese.

O Grupo Escolar de Tangará da Serra, agora com um espaço mais apropriado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, não era nenhuma Escola Monumento, porém destoavam da arquitetura da cidade, que tinha em sua maioria absoluta construções de madeira. O Grupo Escolar era composto por cinco salas de aula, sendo três de alvenaria e duas de madeira, uma cozinha, uma sala para direção, sala de professores os banheiros (privadas) ficavam no pátio da escola. Na sala de professores, tinha globo, alguns mapas, alguns livros pedagógicos, mesa, cadeiras e armários para a guarda do material do professor. O número de salas de aula construídas para o Grupo Escolar foi insuficiente, desta forma, ainda utilizavam-se as antigas salas das Escolas Reunidas, mais no centro da cidade.

A Irmã Myriam permaneceu como diretora deste Grupo Escolar até janeiro de 1973, quando abandonou a direção e retornou a Santa Catarina, conforme relatos da própria irmã, o seu não envolvimento explicito na política para prefeito do município de Barra do Bugres fez com que um dos grupos da Aliança de Renovação Nacional- ARENA, ganhador das eleições estabelece-se um prazo para que ela deixasse a localidade de Tangará da Serra. Acusada de práticas eleitoreiras de oposição a Ditadura expulsou a diretora para o estado de Santa Catarina.

Desde o final do século XIX para a construção do ideal de progresso a elite republicana considerou a educação como instrumento para a consolidação do novo regime.

[14] Este Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de maio de 1970.

Em Mato Grosso, esta preocupação impulsiona o governo de Mato Grosso a investir na reorganização da instrução primária e também na formação de professores. [15]

Em Mato Grosso, o presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa com o intuito de modernizar o sistema escolar, para atender suas metas de governo, realiza uma reforma no ensino primário, criando em 1910 os grupos escolares, que deveria reunir em um só estabelecimento várias escolas isoladas. Porém, a criação de grupos escolares em Mato Grosso ocorreu de forma muito gradativa em todo o Estado, as escolas isoladas, e reunidas foram contemporâneas a eles, até a segunda metade dos anos 70 do século XX, quando os grupos escolares começaram a se transformar em escolas estaduais.

Em Tangará da Serra, em agosto de 1971 é criado outro Grupo Escolar, com objetivo de atender a demanda de alunos migrantes, que fazia crescer dia-a-dia a localidade. Mais uma vez, em nome do bispo da Prelazia de Diamantino e da Delegada Regional de Educação de Rosário Oeste[16] Madre Monfort freira da Congregação Sagrado Coração de Maria, indicam para diretora a Ir. Florida Kroetz (1919), natural de São Leopoldo, RS, mas residente na cidade de Arenápolis - MT para assumir a direção do Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira, criado pelo Decreto nº. 1.464 de 08 de agosto de 1971.

Ir. Osvalda, como era conhecida Florida Kroetz tinha o curso normal e durante o período em que esteve como diretora realizou dois cursos no período de férias, um de Teologia em São Paulo e outro de Administração Escolar na cidade de Cáceres. [17] O Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira dirigido por ela, era uma construção em alvenaria de cinco salas de aula, com dependências para sala de diretor e cozinha, com dois banheiros sanitários. Os alunos sentavam em carteiras individuais. Como o número de alunos aumentava significativamente faltavam carteiras e salas de aula.

Segundo Ir Osvalda[18] o trabalho dos professores era controlado pela Delegada Regional de Educação de Rosário Oeste, que visitava mensalmente o grupo e, na medida do possível fazia orientações didáticas e trazia alguma assistência material. Para Ir. Osvalda os pais estavam sempre presentes no Grupo Escolar quando convidados, a educação era rígida e

---

[15] Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (FARIA FILHO, 2003:147).

[16] Cidade da baixada cuiabana, distante cerca de 200 km de Tangará da Serra.

[17] A cidade de Cáceres fica a oeste de Mato Grosso tem conforme estimativa do IBGE para 2006 - 90.391 hab e está a 200 km de Tangará da Serra, na fronteira com a Bolívia.

[18] Em carta para Cleusa Terezinha Zanffonato e Gisele Lalinha Godrim dos Santos.

os pais faziam questão que os filhos aprendessem bem, pelo menos até a 4ª série escolar, para ela *a religião era o ponto central da educação*. Os professores eram orientados para que aplicassem o método intuitivo. [19]

Desta forma, tanto no Grupo Escolar de Tangará da Serra, como no Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio, as práticas educativas eram pensadas e construídas no referencial da Igreja Católica. A Educação Pública, ainda na segunda metade do século XX nas regiões da expansão da fronteira agrícola, estava direcionada pelo viés religioso católico. Junto às práticas das ciências ensinadas na escola, amalgamavam-se os valores e a doutrina do catolicismo, com os ideários do civismo proposto pela Ditadura Militar, pois o trabalho destas freiras se deu *nos anos de chumbo* fazendo com que estes espaços escolares produzissem uma cultura escolar singular.

Referências Bibliográficas

FARIA FILHO, L. M.. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; _____; Veiga, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 135 – 150.

KÖRBES, M. **História da Congregação das Irmãs da Divina Providência** – 1929 – 2003. Porto Alegre: Calábria, 2004. v.2.

LOPES, A. de P. C. Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, D. G..(org.) **Grupos Escolares***:* cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p.81-108.

NUNES, M. J. R.. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M.. **História das Mulheres no Brasil.** 7. ed**.** São Paulo: Contexto, 2004. p. 482-509

OLIVEIRA, C. E. **Famílias e natureza:** as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra – MT. Tangará da Serra: Sanches, 2004.

SILVA, E. P. e. O florescer de uma cultura escolar no ensino público mato-grossense. In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos Escolares** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p..215-232.

[19] Segundo FARIA FILHO (2003: 143) "O assim chamado `método intuitivo´ deve essa denominação à acentuada importância que os seus defensores davam à intuição, à observação, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana."

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As contribuições da arqueologia para o estudo histórico da sinagoga judaica no século I d.C.

Monica Selvatici[1]

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo analisar as contribuições da Arqueologia para o estudo histórico da relação entre judeus, e também cristãos, e a instituição da sinagoga no século I d.C., bem como demonstrar como os resultados de investigações arqueológicas recentes têm permitido questionar uma suposta oposição, amplamente defendida na historiografia tradicional acerca do Judaísmo e Cristianismo antigos, entre a sinagoga e a instituição do Templo de Jerusalém.

Palavras-chave: Arqueologia – sinagoga – Templo de Jerusalém – Judaísmo – Cristianismo.

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the contribution of Archaeology to the study of the Jewish and Christian relations to the synagogue in the 1st century CE as well as to demonstrate how the results of recent archaeological investigations have questioned an alleged opposition between synagogue and the Jerusalem Temple, widely defended in traditional Jewish and Early Christian studies.

Key-words: Archaeology – synagogue – Jerusalem Temple – Judaism – Christianity.

Inserindo-se no contexto mais amplo da reflexão que norteia os trabalhos do presente Simpósio Temático de História Antiga, sobre a importância da multidisciplinaridade para o surgimento de novos saberes constituídos nos estudos sobre a Antigüidade, esta comunicação tem por objetivo analisar as contribuições da Arqueologia para o estudo histórico da relação entre judeus, e também cristãos, e a instituição da sinagoga no século I d.C. Ela visa, de igual maneira, demonstrar como os resultados de investigações arqueológicas recentes têm permitido questionar uma suposta oposição, amplamente defendida na historiografia tradicional acerca do Judaísmo e Cristianismo antigos, entre a sinagoga e a instituição do Templo de Jerusalém.

O termo 'sinagoga', pelo qual a instituição judaica em questão ficou conhecida, advém do grego *sunagogué*, que significa 'lugar de reunião'. O hebraico adotou significado muito próximo, 'casa de reunião' (*beit ha-kenesset*). Em grego, ela também era denominada *proseuchē* ou 'lugar de oração'. Oração e reunião eram, assim, atividades relacionadas e

[1] Doutora em História Antiga pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora substituta de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

denotavam, juntamente com uma terceira atividade – o estudo da Torá –, a função das sinagogas.

S. Safrai (1976: 913) acredita que a sinagoga tenha sido criada dentro do Templo de Jerusalém, como parte do ritual de adoração (a leitura e o estudo da Torá). O erudito se torna uma voz dissonante na historiografia sobre a origem das sinagogas quando são considerados os trabalhos mais recentes sobre o assunto. Os autores atuais – dentre outros, Griffiths (1994); Flesher (1994); Grabbe (1994); Binder (2003) – parecem concordar em relação à questão da origem das sinagogas na diáspora. Eles concluem que as sinagogas apareceram no Egito helenístico em razão de várias inscrições do tempo do soberano Ptolomeu III que fazem menção à *proseuchē* ou 'lugar de oração'.

O levantamento realizado por Louis H. Feldman das centenas de inscrições e papiros relacionados às sinagogas da diáspora, descobertos até 1996, contabiliza sessenta e seis sinagogas geograficamente distribuídas entre a região do Mar Negro, o Egito e até a Espanha. O autor (1996: 602) observa, a partir de sua análise de tal documentação, que "as sinagogas serviram a várias funções, que diferiam de lugar para lugar e de um período histórico para outro (...) Elas não eram apenas lugares de culto".

A sinagoga era uma instituição baseada na participação pública. Constituía o local de encontro da comunidade judaica de uma cidade. Se tal comunidade judaica fosse numerosa, mais de uma sinagoga era construída na cidade. A instituição era administrada por membros da comunidade judaica em geral e não por rabinos ou sacerdotes. O título dado ao líder de uma sinagoga era *archisynagogos*. A pessoa que assumia esta posição servia também como um patrono de toda a comunidade e, normalmente, era alguém que promovia benfeitorias à comunidade.

As poucas evidências arqueológicas e textuais acerca das sinagogas em Jerusalém sugerem que elas tenham pertencido a judeus originariamente da diáspora. Por essa razão, entende-se que as sinagogas de tais judeus prestassem serviços para outros judeus que, como eles, também fossem oriundos dos territórios exteriores à Palestina judaica, observa Paul Flesher (1994: 39). A chamada 'inscrição de Teódoto', encontrada no início do século XX no fundo de um poço (que não era o seu local de origem) dentro da área que hoje é designada como a 'cidade velha de Jerusalém', constitui um importante vestígio arqueológico que aponta nessa direção. Alguns autores datam a inscrição do período anterior à queda do Templo[2] embora não haja maiores indícios que fundamentem essa datação. Outros a datam do

[2] Birger Olsson (2003: 31) afirma: "Se formos datar, por exemplo, a inscrição de Teódoto, o século I é a sugestão mais provável".

período de Adriano ou mesmo de Trajano.[3] A inscrição, no entanto, atesta o fato de que um certo Teódoto, líder de uma sinagoga e tanto filho como neto de pessoas que desenvolveram a mesma função, construiu uma sinagoga. Na placa, lê-se o seguinte:

> *Teódoto, filho de Vêneto, o sacerdote e* archisynagogos*, filho de um* archisynagogos *e neto de um* archisynagogos*, que construiu a sinagoga para os propósitos de se recitar a Lei e se estudar os mandamentos, e o albergue, câmaras e instalações de água de maneira a prover as necessidades de itinerantes do exterior, e cujo pai, com os anciãos e Simônido, fundaram a sinagoga.* (A citação se encontra em Flesher (1994: 33)).

A inscrição comprova a função de albergue para judeus peregrinos desempenhada pela sinagoga em questão. No entanto, ela não fornece indícios que indiquem se a sinagoga recebeu ampla aceitação em Jerusalém como uma instituição eminentemente religiosa.

A evidência textual mais importante da presença de sinagogas em Jerusalém no período anterior a 70 é a passagem, do relato de *Atos dos Apóstolos*, At. 6:9. Os autores, em geral – entre eles, Conzelmann (1987: 43-45); e Fitzmyer (1998) –, não encontram fundamento para duvidar da informação do autor Lucas (ou pseudo Lucas) nesse versículo, ao contrário de outras passagens do relato que fazem menção a sinagogas da Judéia – por exemplo, os discursos que Lucas faz Paulo proferir em sua defesa após a prisão em Jerusalém (At. 22:19, 24:12, 26:11) – e que são claramente criações lucanas obedecendo a seus propósitos narrativos. Além disso, as informações que At. 6:9 traz se aproximam daquelas fornecidas pela 'inscrição de Teódoto'. Em At. 6:9, há a referência a uma sinagoga (ou sinagogas) em Jerusalém "chamada dos Libertos, dos cireneus e alexandrinos, dos da Cilícia e da Ásia", que reunia judeus do Mediterrâneo helenístico, mais provavelmente, em função da língua grega e de uma identidade diaspórica partilhadas. Essa reunião de judeus do Mediterrâneo de fala grega se alia à informação de que a sinagoga construída por Teódoto desempenhava a função de dar abrigo a judeus itinerantes ou peregrinos advindos de suas comunidades na diáspora, de passagem por Jerusalém. Ela também se aproxima da informação de que a sinagoga de Teódoto era local reservado pelos judeus que residiam na cidade para 'o estudo dos mandamentos'. Como é sabido que os judeus de fala grega utilizavam a versão grega da bíblia hebraica – a Septuaginta – é óbvia a conclusão de que eles, uma vez tendo fixado residência em Jerusalém, continuariam a ler e a estudar as escrituras judaicas em sua língua materna: o grego.

[3] Paul Flesher (1994: 33) explica que, na realidade, as circunstâncias em que a inscrição foi encontrada não auxiliam em sua datação. Os arqueólogos que a acharam não utilizaram os métodos da análise estratigráfica para determinar em que segmento ela estava.

Para C. K. Barrett (1994: 338), a existência de sinagogas em Jerusalém constitui a única evidência de uma suposta tendência no Judaísmo antigo não completamente satisfeita com o culto ao Templo. A hipótese de Barrett foi, entretanto, provada incorreta. Não há evidências de que a sinagoga fosse uma instituição criada para fazer frente ao Templo de Jerusalém. No que diz respeito à dependência das sinagogas da (e não oposição à) instituição do Templo, os eruditos estão divididos em dois grandes grupos:

1. L. I. Levine afirma que, originalmente, as sinagogas não eram espaços primeiramente religiosos, mas, na realidade, centros comunitários. Elas sempre foram uma instituição multifuncional que respondia às diversas necessidades de toda a comunidade. Para o autor (2003: 21), as sinagogas não seguiram o modelo do Templo. Muito ao contrário, "tudo relacionado a essas duas instituições era diferente". Neste sentido, Levine não partilha da opinião de Barrett de que as sinagogas tenham sido criadas como espaços religiosos que se opunham ao culto no Templo de Jerusalém, mas se aproxima dela ao enfatizar uma <u>dessemelhança</u> entre ambas instituições;
2. Já autores como L. L. Grabbe e Donald Binder defendem, ao contrário, um elo estreito entre o Templo e o papel desempenhado pelas sinagogas. Grabbe acredita que, assim como o Judaísmo constituía uma religião centrada no Templo, "foi nas comunidades judaicas distantes da Palestina que a necessidade de um local para o culto da comunidade se sentiu primeiramente" (1994: 18). Em relação às sinagogas palestinas, Binder (2003: 119-20) infere a partir das evidências arqueológicas das construções mais antigas – que constituíam um tipo de basílica e não possuíam clarabóia no teto – que a inspiração para esse tipo de arquitetura haviam sido os pátios do Templo do período do Segundo Templo.

Um dado mais contundente na demonstração de que a sinagoga não era uma instituição oposta ao Templo é a evidência arqueológica das plantas das sinagogas da diáspora. Em vários casos, a estrutura da construção se encontrava direcionada para o Templo em Jerusalém, em sinal, muito provavelmente, de respeito ao santuário da cidade santa. Um exemplo desse tipo de posicionamento é o caso da planta da sinagoga na ilha de Delos, segundo aponta André Chevitarese, em comunicação pessoal datada de 21/02/2005.

Em relação às sinagogas na Judéia – Jerusalém em particular –, o estudo de Paul Flesher sobre as sinagogas palestinas conclui que

> *Em regiões onde o culto ao Templo exercia algum controle e onde as pessoas viviam próximas o suficiente para freqüentar os sacrifícios (...) não ocorre evidência de que a sinagoga tenha sido amplamente aceita pela população. Assim, Jerusalém e a Judéia não fornecem dados capazes de indicar que a sinagoga fosse uma instituição importante juntamente com o Templo* (1994: 39).

Já a Galiléia, que permanecia fora da esfera de influência direta do Templo, presenciou a criação de várias sinagogas, amplamente reportadas nos evangelhos.

Diante das evidências abundantes de que a instituição judaica da sinagoga não foi criada de maneira a opor a primazia do Templo de Jerusalém, e sim de estender a santidade do Templo para as localidades distantes do solo sagrado da cidade de Jerusalém, torna-se lícito indagar: por que, afinal, vários autores defendem o argumento da oposição sinagoga X Templo? Donald Binder, desempenhando o papel de "provocador" (termo que ele próprio utiliza em seu artigo), levanta a questão de um possível preconceito por parte dos autores que resistem à conclusão, apoiada na análise das evidências textuais e arqueológicas, de uma ligação entre sinagoga e Templo. O autor (2003: 127) se coloca nos seguintes termos:

> *Muitos de nós direta ou indiretamente extraímos significados pessoais dos ensinamentos que emanaram da sinagoga. Com isso em jogo, deve haver uma tendência inconsciente em separar essa instituição daquela cuja ênfase no sacrifício animal parece bárbara, cujo estilo de liderança patriarcal e hereditária parece chauvinista, e cujas gradações étnicas e de gênero se nos mostram ignorantes.*

François Bovon recorda que a historiografia sobre o movimento cristão no século I que entende o grupo dos judeus cristãos helenistas como ideologicamente diferente do grupo dos cristãos hebreus, atribui ao grupo helenista uma franca <u>oposição ao culto sacrificial do Templo</u> em razão da crítica presente no discurso do judeus cristão helenista Estêvão, no capítulo 7 do livro dos *Atos*, de que o santuário se assemelha à idolatria dos pagãos.[4] Esta historiografia tradicional entende serem os judeus cristãos helenistas contrários ao culto sacrificial do Templo e baseados, diferentemente, no princípio da sinagoga – uma instituição laica, gerida pela comunidade e onde não se realizava holocaustos (sacrifícios de animais), mas se praticava a oração e o estudo da Torá. Por que? É verdade que o movimento cristão

[4] Em Atos 7:48, Lucas faz Estêvão afirmar "O Altíssimo não habita em obras de mãos humanas". O termo utilizado para 'obras de mãos humanas' é *cheiropoiētos* que na Bíblia hebraica, invariavelmente, se aplica a algo relacionado aos ídolos ou à idolatria pagãos.

teve seu primeiro desenvolvimento, fora da Palestina judaica, nas sinagogas das cidades situadas na parte oriental do Mediterrâneo romano. No entanto, muitas dessas sinagogas não deram as boas vindas à mensagem cristã, vide o relato repetitivo de *Atos* da rejeição judaica em várias sinagogas em relação à Boa Nova trazida pelo apóstolo Paulo. Será que o preconceito de que fala Donald Binder não estaria entre os fatores a levarem a maioria dos eruditos que se debruçam sobre o tema do desenvolvimento do movimento cristão à conclusão de que a sinagoga se opunha ao Templo? A análise dos resultados recentes de escavações arqueológicas acerca das sinagogas judaicas tanto na diáspora quanto em Jerusalém coloca em questão a tese de uma oposição binária entre sinagoga e Templo e abre um novo cenário de busca para o estudo deste tema específico.

Bibliografia:

BARRETT, C. K. **The International Critical Commentary: Acts of the Apostles.** Edinburgh: T & T Clark, vol. 1, 1994.

BINDER, Donald D. "The Origins of the Synagogue: An Evaluation," in: OLSSON, B. & ZETTERHOLM, M. (eds.) **The Ancient Synagogue from its Origins until 200 CE. Papers presented at an International Conference at Lund University.** Oct. 14-17, 2001. Stockholm: Almqvist / Wiksell International, 2003, p. 118-31.

BOVON, François. "The dossier on Stephen, the first martyr". **Harvard Theological Review 96**, July 2003, p. 237-79.

CONZELMANN, Hans. **A Commentary on the Acts of the Apostles.** Philadelphia: Fortress Press, 1987 (1ª edição alemã 1963).

FELDMAN, L. H. "Diaspora Synagogues: New Light from Inscriptions and Papyri", in: *Studies in Hellenistic Judaism.* Leiden: Brill, 1996, p. 577-602.

FITZMYER, Joseph. **The Anchor Bible: The Acts of the Apostles. A New Translation with Introduction and Commentary.** New York: Doubleday, 1998.

FLESHER, Paul V. M. "Palestinian Synagogues before 70 CE. A review of the evidence," in: URMAN, D. & FLESHER, P. V. M. **Ancient Synagogues. Historical Analysis and Archaeological Discovery.** Leiden: Brill, vol. 1, 1994, p. 27-39.

FUNARI, Pedro P. A. Resenha da obra 'Les Synagogues' de Maurice-Ruben Hayoun & Dominique Jarrasse. **Revista de Estudos Judaicos 4/4**, 2003, p. 200-202.

GRABBE, L. L. "Synagogues in Pre-70 Palestine: A Re-assessment," in: URMAN, D. & FLESHER, P. V. M. **Ancient Synagogues. Historical Analysis and Archaeological Discovery.** Leiden: Brill, vol. 1, 1994, p. 17-26.

GRIFFITHS, J. Gwyn. "Egypt and the Rise of the Synagogue", in: URMAN, D. & FLESHER, P. V. M. **Ancient Synagogues. Historical Analysis and Archaeological Discovery.** Leiden: Brill, vol. 1, 1994, p. 3-16.

LEVINE, Lee I. "The Nature and Origin of the Palestinian Synagogue Reconsidered". **Journal of Biblical Literature 115**, 1996, p. 425-48.

_____. "First-Century Synagogue: an introduction," in: OLSSON, B. & ZETTERHOLM, M. (eds.) **The Ancient Synagogue from its Origins until 200 CE. Papers presented at an International Conference at Lund University.** October 14 – 17, 2001. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 2003, p. 3-26.

OLSSON, Birger, "The origins of the synagogue: an introduction" in: OLSSON, B. & ZETTERHOLM, M. (eds.) **The Ancient Synagogue from its Origins until 200 CE. Papers presented at an International Conference at Lund University.** October 14 – 17, 2001. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 2003, p. 27-36.

SAFRAI, S. "The Synagogue", in: SAFRAI, S. & STERN, M. **The Jewish People in the First Century. Historical Geography, Political History, Social, Cultural and Religious Life and Institutions.** Assen: Van Gorcum, vol. 2, 1976, p. 908-44.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante

Manuelina Maria Duarte Cândido[1]

Resumo: Texto com o relato e as reflexões decorrentes de uma experiência de educação patrimonial realizada em municípios do interior do estado do Ceará durante o projeto Secult Itinerante (2005/2006), da Secretaria de Cultura do Estado, no qual atuamos como educadora em 5 municípios. O maior desafio foi o território de aplicação: diferentes cidades do interior do Ceará, nem todas conhecidas por mim. Admiti (e aprendi com isso) que de qualquer maneira não cabia ao professor indicar as referências patrimoniais da cidade a serem estudados, a partir do seu 'olhar estrangeiro'. Assim, elaborei uma estratégia para discutir com os alunos conceitos de patrimônio, História, memória, cultura e outros, mas captar junto ao grupo seu próprio recorte do patrimônio a ser preservado localmente. A educação patrimonial, mais que qualquer outra metodologia, precisa considerar os referenciais do educando, seu papel enquanto sujeito que participa da construção do processo educativo, sua identidade e seus valores culturais. Apresento aqui a experiência realizada e alguns resultados.

Palavras-chave: Patrimônio, educação patrimonial, preservação

Resume: Texte avec le rapport et les réflexions courants d'une expérience d'éducation patrimoniale realizée dans districts municipaux de l'intérieur de l'état de Ceará pendant le projet Secult Itinerante (2005/2006), de la Secretarie de Culture de l'Etat dans lequel nous avons agi comme éducateur dans 5 villes. Le plus grand défi a été le territoire de l'application: villes différentes de l'intérieur de Ceará, ni toutes connues par moi. J'ai admis (et j'ai appris avec cela) qu'en aucune façon n'est pás une atribuition du professeur indiquer les références patrimoniales de la ville pour être étudieés, d'accord avec um 'regard étranger.' Donc, j'ai élaboré une stratégie pour discuter avec les élèves concepts du patrimoine, Histoire, mémoire, culture et autre, mais capter dans le groupe sa propre idée du patrimoine devant être conservé localement. L'éducation patrimoniale plus que tout autre méthodologie, doit considérer le parametres dês élèves, son rôle pendant que sujet qui participe à la construction du processus éducatif, son identité et leurs valeurs culturelles. Je presente ici l'expérience accomplie et quelques résultats.

Mots-Clé: Patrimoine, éducation patrimoniale, preservation

Este artigo pretende apresentar o relato e as reflexões decorrentes de uma experiência de educação patrimonial realizada em municípios do interior do estado do Ceará no âmbito do projeto Secult Itinerante, realizado entre agosto de 2005 e julho de 2006, no

[1] A autora é Historiadora (UECE-1997), Especialista em Museologia (USP-2000) e Mestre em Arqueologia (USP-2004), atualmente dirige o Museu da Imagem e do Som do Ceará.

qual atuamos como educadora. O projeto Cultura em Movimento – Secult Itinerante, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, percorreu os 184 municípios do estado do Ceará, com eventos estruturantes, espetáculos, capacitação, entre outras ações. O Instituto de Arte e Cultura do Ceará, IACC, executor do projeto, propôs a realização de Oficinas de Educação Patrimonial em nove municípios cearenses, cinco dos quais foram ministrados por esta educadora e serviram de base para a reflexão a seguir[2]. Cabe esclarecer que não fazia então parte da instituição, que apenas prestei serviços neste programa.

Quando fui convidada para integrar o projeto, o maior desafio que se apresentava era relativo ao território de aplicação: diferentes cidades do interior do Ceará, nem todas conhecidas por mim. Sobre a primeira, para a qual iria em uma semana, eu nada sabia até receber o convite: uma pequena cidade de 7 mil habitantes que certamente não estava no roteiro dos municípios considerados oficialmente como detentores de um rico patrimônio cultural preservado. A título de informação, o Ceará tem hoje quatro cidades com áreas urbanas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Aracati, Icó, Sobral e Viçosa. Portanto, ali começava o desafio dos 'novos territórios a serem explorados'.

Na reflexão sobre que abordagem utilizar nas oficinas tive a colaboração de Juliana Marinho, que respondia no IACC, pela capacitação no âmbito do patrimônio cultural. De sua iniciativa havia já um direcionamento para que a oficina contasse com atividades práticas, havia inclusive um material previamente adquirido para uso em sala de aula: diferentes papéis e cartolinas, tesouras, cola, lápis de cor, canetinhas coloridas. Além disso, uma bibliografia básica que orientava a proposta aprovada antes de minha adesão a ela. Mas ainda era necessário detalhar o programa e as estratégias e vencer em poucos dias a dificuldade da professora não conhecer pessoalmente as referências patrimoniais que seriam abordadas na oficina.

O salto qualitativo da experiência foi admitir que de qualquer maneira não cabia ao professor chegar com uma lista de bens patrimoniais da cidade a serem estudados, já que este ia de fora, possuía, mesmo nas cidades que já conhecia e estudara, um 'olhar estrangeiro'. Assim, elaborou-se uma estratégia para captar junto ao grupo de alunos da oficina sua idéia do que era patrimônio na cidade, como será detalhado no final do texto. Inicialmente, irei apresentar o referencial teórico do campo do patrimônio e da educação patrimonial que levaram a esta escolha.

---

[2] Itaiçaba, Aracati, Quixeramobim, Pacajus e Acaraú.

O patrimônio cultural brasileiro é compreendido como o conjunto dos "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Constituição Federal de 1988, Artigo 216). O desafio é, dentro desta imensidão conceitual, dar voz a tão diversas identidades e memórias e dar conta que esta noção de patrimônio envolve, para além da diversidade intrínseca, disputas de poder e negociações culturais que marcam os processos de seleção inerentes à preservação: jogos entre memória e esquecimento.

A educação patrimonial é, pois, "um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo." (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999: 06) É ainda "um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido." (idem: 06).

Porém, este processo de instrumentalização para a leitura do mundo não deve partir apenas dos referenciais do que o educador considera cultura ou patrimônio. E exatamente porque quando se trata de patrimônio deve prevalecer a idéia do que o grupo estabelece como referência para si, aquilo com o que se identifica, a educação patrimonial necessita se embasar em trocas e na construção coletiva do conhecimento:

> *No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em 'reciprocidade de consciências'; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo.* (FIORI, in FREIRE, 2005: 10)

A mediação no campo da educação patrimonial é, como todo o resto do trabalho relativo à memória, uma instância de seleção, de recortes. Assim sendo, requer evidenciar para o público que outros olhares seriam possíveis, dar espaço para a multiplicidade e divergência de interpretações. Ela ocorre não apenas entre o objeto e o educando, mas entre os diferentes olhares que surgem neste grupo. Deve favorecer as trocas, para que os saberes interajam em reciprocidade, sem imposição de uma leitura específica e sem 'repassar informações'.

Outro amparo conceitual usado foi o da pedagogia museológica como

> *[...] pedagogia direcionada para a educação da memória, a partir das referências patrimoniais que, por um lado, busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos e, por outro, procura ampliar as*

> *perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento.* (BRUNO, in MILDER, 2006: 122)

A pedagogia museológica contribui com a possibilidade de repasse às comunidades de procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais de forma a que sua apropriação permita a estas comunidades atuar por sua própria iniciativa para a preservação e extroversão de seu patrimônio. Compreenda-se que esta pedagogia não se limita à aplicação em instituições, mas em processos museológicos, que podem ser desencadeados em horizontes muito mais amplos, sempre que se pretenda

> *Identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do Homem frente ao seu patrimônio e desenvolver processos - técnicos e científicos - para que a partir dessa relação o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.* (BRUNO, 1996: 10)

Trazendo da experiência educativa em museus as noções de educação permanente e não formal, o trabalho com a educação patrimonial partiu da idéia de contribuir efetivamente com a formação dos grupos que se pudesse atingir no âmbito do Secult Itinerante, fossem escolares ou professores, jovens ou adultos, já que era esperado um perfil muito variado desde o momento de preparação do curso.

A educação permanente se contrapõe à idéia de que uma dúzia de anos ininterruptos de vida escolar seja o caminho único para a formação dos indivíduos, com uma proposta de extrapolar um período limitado de estudos com a oferta de outras possibilidades de educação ao longo da vida do cidadão. Da mesma forma, revê a separação entre escola e vida, marcante nos anos de escolaridade. Permite romper com a defasagem entre o "tempo escolar" e o "tempo da ação" , quando indivíduos em fase produtiva, por estarem fora da escola, tendem a estar cada vez mais desatualizados frente aos rápidos avanços das comunicações, ciências e tecnologias. A educação permanente seria "uma educação integral que abarque toda a vida e todas as possibilidades do ser humano". (FULLAT, 1979)

Já a educação não formal envolve conteúdos como conhecimentos relativos às motivações, à situação social e à origem cultural, entre outros, caracterizando-se pela ampliação do universo referencial dos indivíduos com vivências, experiências e repertório, situações estas que envolvem o encontro de gerações. Outros aspectos são a inexistência de obrigatoriedade e flexibilidade de tempos e espaços em que ocorre, sem que haja órgãos reguladores, mesmo que seja usada de forma a enriquecer a educação formal.

Embora os cursos tivessem alguma regulação, com de 40 horas/aula, controle de freqüência e emissão de certificado pelo IACC, procurou-se usar das noções acima a

evocação da origem cultural dos indivíduos e a busca pela ampliação de seu universo referencial, além da estratégia de propiciar o encontro de gerações. Na prática, os cursos atraíram um público que ia de professores e estudantes de ensino médio a radialistas, vereadores envolvidos com a criação de legislações municipais relativas a patrimônio, profissionais ligados às estruturas municipais de cultura, entre outras lideranças, inclusive de comunidades artesãs. Estes, percebendo que o tema da educação patrimonial de alguma forma lhes tocava, apareceram na expectativa de ter um contato maior com as discussões na área e se perceberem melhor como agentes da preservação do patrimônio em sua cidade. Outros, é verdade, ao verem a lista de oferta de cursos não compreenderam o que vinha a ser a educação patrimonial, mas atraídos por um certificado da Secretaria de Cultura do Estado, inscreveram-se imaginando ali um caminho para uma ocupação futura, talvez, como eu soube depois, na listagem do patrimônio da prefeitura, "aquelas mesas e cadeiras que têm a plaquinha de patrimônio."

O curso partia então de uma avaliação prospectiva do que cada grupo compreendia por patrimônio. Neste momento foi possível perceber a predominância de um discurso de valorização do patrimônio consagrado e etnocêntrico, com a referência a uma idéia de que cidades pequenas ou de recente emancipação, como foram alguns casos, não teriam História. O patrimônio estaria sempre fora, distante, no outro: na capital, na cidade vizinha que é maior ou mais velha, na Europa... Por outro lado, cidades mais antigas que haviam sido desmembradas pelas emancipações recentes ou que tinham passado por rápidos processos de transformação urbana se queixavam das perdas, foi recorrente a expressão: "esta é a cidade do já teve". Percebeu-se que ao tratar de patrimônio o discurso tendia a identificar-se com a idéia da tradição e do inalterado, em detrimento da compreensão de dinâmica cultural, do patrimônio como algo vivenciado e, portanto, recriado no presente.

Portanto, iniciamos a formação com discussões mais conceituais sobre o que se pode entender por História, cultura, identidade/alteridade, memória, patrimônio, preservação. O professor teve o papel de trazer um aporte conceitual, colocar os alunos em diálogo com diversos autores por intermédio da leitura e discussão dos textos. Mesmo após um primeiro descortinar do universo conceitual do patrimônio, as concepções ainda eram em geral bastante marcadas por uma predominância da busca por edificações singulares como expressão daquilo que captura olhares e reflexões sobre necessidade de preservação. Portanto, os esforços foram centrados no alargamento do horizonte de compreensão do que pode ser considerado patrimônio, inserindo na discussão vertentes como o patrimônio imaterial, o arqueológico, o natural, mas alertando para que as categorias não são estanques, são mais didáticas, porém

inseridas numa compreensão integrada das referências patrimoniais. Nos debates já apareciam a partir deste momento exemplificações de indicadores da memória do município que não teriam sido pensados inicialmente: o rio, os artesãos, uma festa religiosa, um doce tradicional, a ruína da primeira casa, um santuário que atrai peregrinação, o carnaubal, a comunidade de pescadores, um artefato arqueológico achado ao acaso...

Os momentos iniciais do curso, portanto, foram planejados a partir da desconstrução de conceitos normativos de cultura e de patrimônio e da ampliação de horizontes a este respeito, inserindo nas discussões temáticas como a tensão entre memória e esquecimento, os poderes envolvidos na seleção do que preservar, a não neutralidade dos processos preservacionistas.

Só então foi proposta a atividade prática ao grupo de fazer ele mesmo sua seleção do patrimônio a ser preservado em sua cidade, consciente da responsabilidade e dos poderes envolvidos nisto, das exclusões e eleições que fariam. Divididos em pequenos grupos, os alunos fizeram pequenas listas de referências patrimoniais significativas para sua cidade, com o compromisso de equilibrar elementos de naturezas diferentes, sem carregar na escolha de apenas uma categoria patrimonial. É claro, assumimos que a atividade assim dirigida já resulta numa escolha bastante diferenciada do que seria sem induções *a priori*.

Feitas as seleções, o grupo completo construiu um roteiro de percurso pela cidade para que a turma visitasse, com a professora, os pontos indicados. O passo seguinte seria o registro fotográfico do patrimônio eleito para compor um mapa patrimonial do município a ser construído ao final do curso de educação patrimonial. O roteiro incluía em média 20 locais. Os pequenos grupos apresentavam aos demais o seu eleito, justificando a escolha, orientando a breve apreciação e fazendo as fotografias. O professor neste momento era aluno, aprendendo com quem era da cidade o que eles valorizavam ali e por que.

O último dia do curso era reservado à criação coletiva do mapa patrimonial, com uma planta da área urbana e um mapa do município inteiro colocados em um grande painel feito com quatro folhas de papel pardo. Neste painel eram distribuídas as fotos, cujas legendas eram criadas pelo grupo que selecionou aquele bem, e cada referência patrimonial tinha indicada, no mapa, sua localização, pela ligação da foto a um ponto das plantas do município. A atividade de uma maneira geral propiciou a sociabilidade dos alunos e a colaboração entre os diferentes saberes e experiências de gerações. O resultado, ainda que se utilizando um material bastante simples e pouco tempo de confecção, era bastante interessante do ponto de vista visual e significativo para quem participou da elaboração, além de ser, na maior parte dos casos, um primeiro material sobre o patrimônio da cidade passível de utilização em sala

de aula. Minimizava uma lacuna freqüentemente apontada por quem era professor, de que não havia um livro sobre a história da cidade, um material de apoio que eles pudessem utilizar com seus educandos. Em alguns casos, elaboramos juntos um calendário de itinerância do mapa entre as escolas do município, sob a responsabilidade dos alunos, que chegaram a optar pela plastificação do mapa para que ele resistisse mais ao trânsito pretendido por eles entre diversas instituições.

Imagem 1: Itinerância do mapa patrimonial nas escolas de Aracati-Ce (autora da foto: Rosângela Ponciano)

O exercício tinha também a função de sugerir uma atividade que eles poderiam mais tarde, com suas interferências e alterações, refazer em sala de aula. Cabe também esclarecer que outras discussões estiveram em pauta com alguma flexibilidade, de acordo com o público que aparecesse no curso. No geral, além de discussões teóricas, debates de textos e de cartas patrimoniais, discussão de trechos das legislações federal e estadual no tocante à cultura e ao patrimônio, e da realização deste exercício de construção do mapa patrimonial do município, apresentamos a metodologia da educação patrimonial, contando com uma presença de professores e outros potenciais agentes multiplicadores da metodologia em seus municípios. Mas como foi mencionado antes, presenças mais inusitadas como a de vereadores (em dois dos cinco municípios) levaram a ações mais específicas como a discussão de projetos de leis municipais de preservação patrimonial.

Bibliografia

ALENCAR, Vera. **Museu - educação:** se faz caminho ao andar. Rio de Janeiro: PUC, 1987. (Dissertação de Mestrado).

BARROSO, Oswald. **Memória do Caminho**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

BESSEGATO, Maurí Luiz. **O patrimônio em sala de aula**: fragmentos de ações educativas. Porto Alegre: Evangraf (2ª Ed.): 2004.

BITTENCOURT, Circe. (org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia e comunicação.** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 9).

_____. **Museologia e turismo:** os caminhos para a educação patrimonial. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museus e pedagogia museológica**: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer (org.). As Várias Faces do Patrimônio. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 119-140.

CONSTITUIÇÃO Federal de 1988, Artigo 216.

DIREITO **à memória:** patrimônio histórico e cidadania, O. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

DUARTE, Ana. **Educação patrimonial:** guia para professores, educadores, monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto Editora, 1993.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria e NEVES, Kátia Regina Felipini. "Musealização, Arqueologia e Educação". In: **Educación y Antropología**. [CD ROM]. www.naya.org.ar (org.), junho/2001.

DURBIN, Gail; MORRIS, Susan; WILKINSON, Sue. **A teacher's guide to learning from objects**. English Heritage: 1993.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. **Learning from Museums**. Visitor experiences and the making of meaning. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2000.

FIORI, Ernani Maria. **Aprender a dizer a sua palavra** (prefácio) in: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FULLAT, Octavio. **A educação permanente**. Rio de Janeiro: Salvat Editora, 1979. (Biblioteca Salvat de Grandes Temas).

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003

GIRAUDY, Daniele, BOUILHET, Henri. **O museu e a vida.** Rio de Janeiro: SPHAN Pró-Memória - MinC, 1990.

GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**: Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000. (Tese de doutorado)

GUARNIERI, Waldisa R.C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n.3, p.7-12, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MENESES, Ulpiano. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 34. São Paulo: IEB/USP, 1992. p. 09-24

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MUSEU Paulista. **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista - USP, 1992.

NORA, Pierre (Org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1992.

PEARCE, Susan M. (Ed.) **Museums and the appropriation of culture.** London: Atlantic Highlands : Athlone Press, 1994. (New Research in Museum Studies).

POMIAN, Krzysztof. 1984. "Coleção". In: **Memória - História**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. (Coleção Einaudi, 1)

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Maria Célia Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus.** Salvador: Centro Editorial e Didático - UFBA, 1993.

SILVA, Marcos A. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasileinse, 1995.

VARINE, Hugues. **La culture des autres.** [Paris] : Éditions du Seuil, 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A experiência da escravidão e a constituição de uma identidade operária na Bahia da Primeira República.

Aldrin Castellucci[1]

Resumo: A comunicação analisa o Projeto de Código Rural, apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia em 1893, instrumento legal por meio do qual os representantes das elites agrárias pretendiam impor regras que visavam compelir os trabalhadores baianos – em sua maioria, ex-escravos – ao trabalho disciplinado e regular, tutelado pelo Estado e pelos proprietários rurais. Além disso, o texto procura mostrar que os mecanismos de controle social, formulados pelas classes dominantes, visavam não apenas os trabalhadores do campo, mas também o operariado urbano. Nesse sentido, a comunicação tem o objetivo de mostrar como a experiência da escravidão marcou o processo de formação de uma identidade operária.

Palavras-chave: escravidão; classe operária; identidade de classe.

Abstract: This presentation analyzes Projeto de Código Rural, presented to Assembléia Legislativa da Bahia in 1893, which was used as a legal instrument by the representatives of the rural elites who intended to impose rules aiming to compel bahiano workers – most of them former slaves – a regular and disciplined work underscored by the State and landowners. Furthermore, the article highlights that the mechanisms of social control formulated by the ruling classes applied not only to country workers but also to urban working class. Therefore, this paper focuses on how the slavery experience marked the process of formation of a working class identity.

Keywords: slavery; working class; class identity.

No dia 25 de maio de 1893, o operário da construção civil e capitão da Guarda Nacional Domingos Francisco da Silva convocou a classe operária baiana para uma reunião a ser realizada na manhã de domingo, 28 de maio, na sede do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, com o objetivo de protestar contra o Projeto de Código Rural, o qual tramitava na Assembléia Legislativa do Estado. Em sua opinião, sob o pretexto de "repressão da vagabundagem" e de "proteção à lavoura", o que se pretendia era impor um regime de "disfarçada escravidão dos fracos sob o jugo dos fortes". O líder operário declarava, ainda,

[1] Professor Assistente de História do Brasil na Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus IV). Mestre e Doutorando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contatos: aascastellucci@uol.com.br ou acastellucci@uneb.br

que aquele projeto feria de modo vigoroso não apenas as liberdades e garantias constitucionais dos trabalhadores, mas também as de suas famílias. Por fim, consignava que a finalidade da assembléia que convocara era a de usar os "meios legais e pacíficos" que lhes eram garantidos para exigir que os deputados baianos retirassem o referido projeto.[2]

O discurso de Domingos Silva contradizia radicalmente o do *Diário da Bahia*, que em editorial de 16 de abril de 1893 havia feito juras de fidelidade ao liberalismo e à democracia, mas concluíra que o respeito às liberdades individuais não poderia se constituir em impedimento ao Estado de promover a "organização do trabalho", regular as "relações entre patrões e trabalhadores" e combater a "ociosidade", a "mendicidade" e o "parasitismo", verdadeiros perigos à "ordem social e moral".[3]

A Assembléia convocada por Domingos Silva contou com "grande número de operários", e reafirmou a posição de combater veementemente o Projeto de Código Rural. Vários trabalhadores fizeram uso da palavra, ficando decidido, por unanimidade, que a classe operária não cumpriria aquele dispositivo, caso fosse convertido em lei, pois ele era inconstitucional. Ao final, uma comissão integrada por 21 operários foi formada para comunicar aos parlamentares tal desagrado e inconformismo dos trabalhadores.[4]

Localizamos o Projeto no APEB.[5] Sua leitura nos possibilitou concluir que o Projeto de Código Rural dava motivos para que parte significativa da classe operária baiana temesse uma tentativa de re-escravização, principalmente se considerarmos que ela era fundamentalmente formada por um enorme contingente de negros e mestiços, nascidos na vigência do regime escravista, derrubado há apenas cinco anos. Senão vejamos.

O Projeto de Código Rural reestruturava a organização dos distritos rurais da Bahia de modo a equiparar o seu número ao dos distritos policiais. A jurisdição das autoridades policiais das cidades e vilas baianas seria dilatada, de modo a abranger a zona rural. Da mesma forma que, sob o Império, os libertos eram obrigados a apresentar a carta de liberdade, o projeto de lei estabelecia que os "jornaleiros", independente de sexo ou nacionalidade, empregados nos trabalhos agrícolas ou em artes mecânicas, caso residissem em estabelecimentos rurais, deveriam portar uma "papeleta". Nela, constaria o nome completo do trabalhador, sua idade, nacionalidade, naturalidade, profissão e os dados sobre a data de sua admissão, especificando se trabalhava por salário, parceria ou contrato. A "papeleta" deveria

[2] *Jornal de Notícias*, Salvador, 26 mai. 1893, p. 2.
[3] *Diário da Bahia*, Salvador, 16 abr. 1893, p. 1.
[4] *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 mai. 1893, p. 1.
[5] APEB, Seção Legislativa, Documentos da Assembléia Geral Legislativa da Bahia (Projetos), livro 189. Os parlamentares que propuseram o Projeto de Código Rural foram os seguintes: Flavio Guedes de Assis, Aristides Borges, Pedro Vergne e João Martins.

estar datada e assinada pelo proprietário rural, que deveria, também, anotar no referido documento as razões que teriam levado seu trabalhador a "abandonar" a propriedade, caso ele decidisse migrar para outra região em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida. Sempre que um proprietário fosse contratar um trabalhador, deveria exigir que este lhe fornecesse a "papeleta", sendo negada aos empregadores a possibilidade de efetuar eventuais reclamações junto à polícia contra os "jornaleiros" admitidos sem o documento.

O Projeto de Código Rural dizia explicitamente que todo homem ou mulher, nacional ou estrangeiro, maior de 18 anos e sem profissão conhecida, encontrado num distrito rural sem portar a "papeleta", poderia ser detido por qualquer cidadão e apresentado à autoridade policial que, por sua vez, lhe interrogaria e lavraria uma multa de 5$000. Os que não tivessem condições de pagar a multa imediatamente seriam recolhidos à prisão e colocados à disposição da intendência municipal, que o forçaria aos trabalhos da comuna por 30 dias. Transcorrido esse tempo, o indivíduo seria novamente levado à presença da autoridade policial, que o obrigaria a assinar um termo no qual se comprometia em conseguir emprego dentro de um prazo acordado com o preposto do Estado. Além disso, o "delinqüente" deveria voltar à polícia a fim de registrar que conseguira trabalho, sendo-lhe facultada a alternativa de pedir para que seu empregador atestasse que ele efetivamente estava empregado, o que certamente aumentaria o controle social deste sobre seus subordinados. Caso a comunicação não fosse feita, a autoridade policial acrescentaria mais esse "delito" à ficha do indivíduo. A reincidência seria punida com multa de 10$000 ou 60 dias de trabalhos forçados para a municipalidade.

Mas a compulsão ao trabalho regular e disciplinado não visava apenas aos trabalhadores rurais, mas, também, ao mundo do trabalho urbano. O Projeto de Código Rural estabelecia que qualquer indivíduo maior de 18 anos, independente do sexo ou da nacionalidade, que vivesse nos limites da décima urbana das cidades e vilas sem poder provar que possuía ocupação também seria detido e obrigado a pagar multa de 5$000, ou sofreria com os trabalhos forçados para a comuna durante 15 dias. Se o "delinqüente" fosse pego em reincidência, seria encaminhado para estabelecimentos agrícolas particulares ou para colônias agrícolas estaduais ou correcionais. Nesse caso, seria obrigado a assinar um contrato de serviços e ficaria recluso por, pelo menos, um ano. Os indivíduos que portassem a "papeleta" seriam liberados do recrutamento, mas os que fossem detidos por três vezes sem trabalho seriam considerados incorrigíveis, sendo encaminhados para as colônias agrícolas policiais ou correcionais, ou, na falta delas, trabalhariam por um ano nas obras da intendência municipal.

O Projeto de Código Rural foi apresentado no dia 13 de abril de 1893, sendo encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, ironicamente, no dia 13 de maio do mesmo ano. Seguramente, em função das pressões do movimento operário, no começo de junho, já se comemorava, nas ruas, sua queda no parlamento estadual.[6]

É provável que o Projeto de Código Rural, apresentado ao Legislativo em 1893, seja um desdobramento dos trabalhos de uma comissão formada por ato do então Governador Manoel Victorino Pereira (1854-1903), em 21 de fevereiro de 1890, que tinha por objetivos declarados "estudar e apresentar projetos de um código e polícia rurais e de uma legislação florestal e de terras".[7] Um indício dessa linha de continuidade é o fato de o deputado Pedro Vergne, um dos propositores do projeto em 1893, ter sido Secretário de Governo de Manoel Victorino Pereira por ocasião da formação da mencionada comissão em 1890.

Além disso, em outubro de 1890, quando o ex-liberal monarquista Manoel Victorino Pereira já havia sido substituído no Governo da Bahia pelo republicano histórico Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), o *Jornal de Notícias* publicou um editorial no qual lhe fez elogios pela redação de um "código rural" por meio do qual prestaria "grande serviço aos lavradores", já que por meio dele a "ordem" no trabalho seria mantida e a "indolência" seria combatida. Segundo o editorial, o "código rural" seria uma "força modificadora" dos "vícios de herança" e dos "defeitos de educação" que pesavam sobre os trabalhadores brasileiros.[8]

Uma hipótese plausível é que os mais de três anos que separam o ato de criação da comissão pelo Poder Executivo e a proposição do projeto pelo Poder Legislativo sejam produto da fase profundamente instável vivida pelo Brasil naquela tumultuada década de 1890. Presidentes da República e Governadores dos Estados tinham dificuldade de se manterem em seus cargos, um clima que certamente gerava incertezas entre as comissões e os parlamentares. O caráter explosivo da situação política, a complexidade do tema e o amplo e contraditório conjunto de interesses envolvidos tornaram impossível a execução do plano.

Com a promulgação da Lei Áurea, abolindo incondicionalmente a escravidão, o clima que se instalou entre os antigos proprietários rurais foi o de insegurança. Os ex-senhores temiam que seus ex-escravos abandonassem as antigas *plantations* e que houvesse

[6] *Jornal de Notícias*, Salvador, 3 jun. 1893, p. 1.
[7] APEB, Seção Republicana, Documentos da Secretaria de Governo, Caixa 1760, Doc. 1753 (Atos de 1890), p. 14. Os membros da comissão eram os seguintes: Desembargador Thomaz Garcez Paranhos Montenegro, Dr. José Marcelino de Souza, Dr. José Gonçalves da Silva, Dr. Francisco Muniz Barreto de Aragão e Dr. Antonio de Cerqueira Lima.
[8] *Jornal de Notícias*, Salvador, 11 out. 1890, p. 1.

uma desorganização geral da produção e da própria vida econômica do Brasil. Os proprietários baianos, particularmente, achavam que tinham razões extraordinárias para temerem sua ruína econômico-financeira e o fim de seu próprio modo de vida, posto que, diferente do que havia ocorrido em São Paulo, onde o Estado fora capturado e posto a serviço dos barões do café, na Bahia, a velha aristocracia do açúcar não logrou impor uma política de subsídio à imigração estrangeira, a despeito de algumas tentativas, conforme o estudo de Jailton Brito (BRITO, 2003). Além disso, conforme observou Barickman, diferente do que ocorreu na Zona da Mata de Pernambuco, onde os senhores de engenho incorporaram, a partir de 1850, um enorme contingente de trabalhadores pobres livres à produção de açúcar, no Recôncavo da Bahia, a força de trabalho empregada na lavoura canavieira continuou a ser essencialmente escrava até a véspera da Abolição (BARICKMAN, 1999).

Por outro lado, sob o Império, os libertos tinham sérias limitações à sua cidadania. Diferente dos homens livres brasileiros, mesmo os pobres, os libertos, especialmente os de origem africana, só podiam votar nas eleições de primeiro grau, sendo-lhes vetada a condição de eleitores de segundo turno ou o exercício de cargos eletivos (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – Jurada a 25 de março de 1824). Restrições às liberdades civis eram comuns a todos os libertos, obrigados, pelas diferentes legislações produzidas ao longo do século XIX, a se submeter a contratos de trabalho com seus ex-senhores e à tutela e à vigilância constantes do Estado. A partir da Abolição, a preocupação em obter e manter o controle social sobre a força de trabalho ganhou centralidade para os proprietários. Isso quer dizer que a mobilidade atribuída ao liberto, por meio da qual, buscava maior autonomia, passou a ser vista como algo a ser combatido pelo Estado. Fixar o liberto nas propriedades rurais e compeli-lo ao trabalho regular e disciplinado eram prioridades, especialmente nas regiões para as quais não houve imigração em massa, a exemplo da Bahia. Disciplina do trabalho era a palavra de ordem dos proprietários rurais brasileiros, mesmo em regiões de próspero desenvolvimento da cultura cafeeira, como São Paulo, para a qual foi dirigida a maioria dos imigrantes estrangeiros, postos em posição de superioridade ao chamado "trabalhador nacional", considerado pela ideologia da vadiagem como inepto, indolente e com inclinações para o crime (CASTRO, 1995; GEBARA, 1986; KOWARICK, 1987; MENDONÇA, 2001).

Na Bahia, como demonstrou João José Reis, diversos mecanismos de controle sobre os trabalhadores, fossem escravos, livres ou libertos, foram desenvolvidos desde a primeira metade do século XIX. Os membros dos *cantos* – grupos de trabalho que se organizavam a partir do referencial étnico – lutavam para manter sua autonomia em relação

ao poder público desde a derrota da Revolta dos Malês, em 1835, e, em 1857, os ganhadores deflagraram uma greve de uma semana na região portuária contra a obrigação de se registrar junto à Câmara Municipal, o pagamento de uma taxa que deveria ser recolhida todos os anos, o uso de uma chapa metálica no pescoço, na qual constaria seu número de matrícula, além da apresentação, por parte dos libertos, de fiadores. A partir de 1880, quando a escravidão estava em declínio e o trabalho ao ganho em Salvador já era formado cada vez mais por livres e libertos, o controle sobre esses trabalhadores transitou da esfera política municipal para o âmbito policial. Os trabalhadores ao ganho foram obrigados a se registrar junto à Polícia e a sobrepor seu número de inscrição e a letra do *canto*, ao qual pertenciam, na manga direita de sua camisa (REIS, 2000). Desde então, a transferência do controle e vigilância sobre essa população da esfera da Intendência para a Polícia só fez aumentar, particularmente após a Abolição, conforme demonstrado na pesquisa de Iacy Maia Mata (MATA, 2002).

É nesse quadro que se deve entender o Projeto de Código Rural proposto pelos deputados baianos em 1893. Mas, para a perfeita compreensão da questão, é preciso saber, ainda, quem eram aqueles indivíduos que se insurgiram contra a proposta de implementar um regime por eles qualificado de "disfarçada escravidão dos fracos sob o jugo dos fortes" em plena vigência da República. Vamos começar pela já mencionada comissão, composta de 21 operários, que se formara para protestar, junto aos parlamentares baianos, contra o Projeto de Código Rural que estava sendo apreciado. A maior parte daqueles trabalhadores era integrada por militantes experimentados, que desde o Império tomavam parte no processo político-eleitoral brasileiro. Com a República, esses operários foram tomados de um ânimo especial, pois associaram o novo regime à possibilidade de adquirir cidadania política e social. Na realidade, os 21 membros da comissão operária eram os mesmos que integraram o primeiro diretório do Centro Operário da Bahia em junho de 1893, uma organização que surgira no contexto da luta contra o projeto nº 65 e como resultado da convergência dos antigos integrantes do Partido Operário da Bahia, fundado em junho de 1890, e de sua dissidência, a União Operária Baiana.

Um exemplo é o do operário da construção mestiço Domingos Francisco da Silva (1865-1914). Em 1890, ele integrou a direção do Partido Operário da Bahia, juntamente com o alfaiate Elysiario Elysio da Cruz, o ferreiro Francisco Pedro do Bomfim e o carpinteiro José Maria de Souza. Em 1893, foi o principal articulador da fundação do Centro Operário da Bahia, sendo eleito o seu primeiro presidente. A patente de capitão da Guarda Nacional certamente deve ter funcionado como uma porta de entrada para a política no Império, mas foi sob a República que Domingos Silva ocupou vários cargos eletivos em Salvador, como o de

juiz de paz e o de membro da junta distrital de Santana e o de conselheiro do Conselho Municipal da capital baiana. Por outro lado, Domingos Silva preservou elementos centrais da cultura e da sociabilidade trazidas do Império, sendo irmão da Venerável Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros e da Irmandade de São Benedito. Aliás, quando morreu, em 14 de julho de 1914, foi sepultado na Quinta dos Lázaros, o cemitério das irmandades religiosas.[9]

Outro exemplo é o do alfaiate pardo Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931), que foi dirigente do Partido Operário da Bahia e da União Operária Baiana, duas vezes presidente do Centro Operário da Bahia (quatriênios de 1899-1903 e 1908-1912) e membro da Federação Socialista Baiana, da Sociedade Cooperativa dos Alfaiates e da Sociedade Beneficente União dos Alfaiates. Ismael Ribeiro chegou a receber a investidura de coronel da Guarda Nacional e, antes de cometer suicídio, em 8 de janeiro de 1931, foi eleito três vezes conselheiro do Conselho Municipal de Salvador. Ao lado do pintor e desenhista preto Manoel Raymundo Querino (1852-1923), foi, sem dúvida, o principal adversário político de Domingos Silva no movimento operário baiano.[10]

Mas, a despeito das rivalidades políticas, que colocavam esses dois personagens em lados opostos nos conflitos que pontilharam a história do Centro Operário, suas trajetórias são representativas do perfil mais geral da classe operária que se formava na Bahia – composta majoritariamente por artesãos brasileiros negros e mestiços - e têm muito em comum quando investigamos a opinião de ambos sobre a condição dessa população na sociedade brasileira do pós-Abolição.

Domingos Silva, por exemplo, em um longo *"Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia"*, datado de 18 de junho de 1893, inaugurando o Centro Operário da Bahia, fez referências diretas à campanha que organizara para profligar o projeto n. 65. No documento, Domingos Silva dizia que os interesses e a vida da classe operária estavam diretamente ligados e dependentes da República, qualificada por ele de "regime do fraco contra a prepotência do forte", baseado na "igualdade dos povos", na "condenação da aristocracia em favor da democracia", no "aniquilamento do feudalismo", e no "desmoronamento das oligarquias e dos predomínios". Em sua opinião, a República era "o símbolo da liberdade, da razão e do direito". Por isso, ponderava que o regime vigente no país

[9] APEB, Seção Judiciária, 1/390/753/5; *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 abr. 1907, p. 1; 15 e 16 jul. 1914, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 15 e 16 jul. 1914, p. 2.

[10] APEB, Seção Judiciária, 6/2718/0/10 (Inventário); *A Tarde*, Salvador, 8 jan. 1931, p. 8; *Jornal de Notícias*, Salvador, 4 mai. 1901, p. 1; *Diário de Notícias*, Salvador, 3 mai. 1906, p. 1; 2 mai. 1908, p. 1; 2 mai. 1903, p. 1.

naquele momento não era verdadeiramente a República, mas "o arquejar de uma crença", uma perversão promovida por "meia dúzia de antigos potentados, que sempre teve o país inteiro como seu feudo". Daí a conclusão de que os operários eram "vítimas das mais torpes e brutais perseguições" e que "a família privilegiada de nossa terra" não queria trabalhar nem se obrigar a um ofício, confundindo os trabalhadores com seus *ex-escravos*, "de cujo sangue viviam e se banqueteavam".[11]

Do que foi dito, conclui-se que o Centro Operário da Bahia funcionou como um instrumento de valorização do trabalho manual e defesa profissional. A luta contra os mecanismos de controle patronal que lembravam o domínio paternalista da sociedade senhorial-escravista foi um passo fundamental para que os trabalhadores se reconhecessem enquanto integrantes de uma comunidade com interesses específicos e, portanto, se constituíssem como classe. A batalha contra as restrições à liberdade dos trabalhadores, contidas no Projeto de Código Rural, simbolizou a luta contra o espectro da escravidão e tudo que ela representava em termos de desvalorização do trabalho. Não foi à toa que o combate a este mecanismo tenha sido a primeira tarefa a qual se colocou o Centro Operário da Bahia. Seus militantes, em sua maioria, negros e mestiços, egressos da sociedade escravista, lembravam o que tinham vivido.

Referências bibliográficas:

BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881*). In: **Afro-Ásia.** V. 21-22. Salvador: CEAO, 1998-1999. P. 177-237.

BRITO, Jailton Lima. **A Abolição na Bahia, 1870-1888**. Salvador: CEB-UFBA, 2003.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL – Jurada a 25 de março de 1824. In: **Constituições do Brasil**. Compilação dos textos, notas, revisão e índices: Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1981, p. 629-651.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem.** A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

[11] SILVA, Domingos. "Manifesto aos dignos Artistas, Operários e Proletários do Estado da Bahia". APEB, Seção Legislativa, *livro 1187*.

MATA, Iacy Maia. **"Os Treze de Maio":** ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-Abolição (1888-1889). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia, 2002.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição.** Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. In: **Afro-Ásia**. Nº 24. Salvador: CEAO-UFBA, 2000. P. 199-242.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Isso aqui é nosso! Isso é da gente!". O perigo comunista e os índios ignorantes: a participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961)

Edson Silva*

Resumo: a partir de registros das memórias orais indígena, jornais da época, documentação do DOPS e relatórios oficiais que alertavam a doutrinação dos índios em sua "ignorância" pelos comunistas, discutiremos a mobilização e participação dos Xukuru nas Ligas Camponesas em Pesqueira-PE, na ocupação de terras onde viviam na condição de moradores e trabalhadores assalariados, os chamados "caboclos" da Serra do Ororubá, um antigo aldeamento indígena invadido pelos latifundiários.
Palavras-chave: índios; história; Ligas Camponesas; Nordeste.

Abstract*:* from registers of the verbal memories aboriginal, periodicals of the time, official documentation of the DOPS and reports that alerted the indoctrination of the indians in its "ignorance" for the communists, we will argue the mobilization and participation of the Xukuru in the Camponesas Leagues in Pesqueira-PE, in the land occupation where the inhabitants condition of and wage-earning worker lived in, "the caboclo" of Serra the Ororubá, one old aboriginal land invaded by the large estate owners.
Keywords: indians; history; workers leagues; Northeast.of Brazil.

As Ligas Camponesas em Pesqueira: contra os tatuíras integralistas

Com a manchete "Vitória dos camponeses de Pesqueira" uma notícia publicada pelo Jornal *Folha do Povo* em março de 1960[1], exaltava a organização dos agricultores que com uma greve tinham derrotado os "tatuíras integralistas – os Britos e os Didier". Comparados pelo jornal da Ligas Camponesas aos crustáceos que vivem enterrados na areia,

*Doutorando em História Social da Cultura na UNICAMP. Mestre em História pela UFPE. Leciona História no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Col. de Aplicação-UFPE. E-mail: edson.edsilva@gmail.com
[1]*Folha do povo*, Recife, 22/3/1950. Arquivo Público Estadual de Pernambuco – APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

mas a pouca profundidade, e por essa razão são arrancados pelas ondas do mar, as duas famílias da tradicional oligarquia eram donas das fábricas de doces Peixe e Rosa respectivamente. Reconhecidamente ligadas às hostes políticas conservadoras, na cidade conhecida como "germanófila", em razão dos muitos integralistas, eram acusadas de pagarem salários miseráveis e da exploração dos trabalhadores rurais.

A notícia do jornal acusava também que os "industriais latifundiários" de Pesqueira além de manterem o domínio econômico no município, em seus "feudos" não respeitavam os direitos dos foreiros, agindo com arbitrariedades quando soltavam o gado dentro das lavouras dos agricultores, e depois de destruí-las mandavam plantar o capim. Segundo ainda o texto, no município imperava a "lei da chibata e facão". Violências sexuais contra menores e capangas armados na cidade e no campo, a mando dos fazendeiros perseguiam e ameaçavam os trabalhadores com a omissão das autoridades locais. Com a greve os trabalhadores conquistaram melhores salários e a garantia do respeito aos seus direitos.

O ambiente foi de muita agitação social nos primeiros meses de 1961 na cidade de Pesqueira, localizada a 208 km de Recife. O assunto mais comentado: as Ligas Camponesas. No detalhado relatório investigativo solicitado por um "ofício reservado" da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios/SPI no Rio de Janeiro, estar evidenciado o "ambiente de insatisfação"[2] naquela cidade, uma das muitas no interior pernambucano para onde as Ligas naquele ano já com cerca de dez mil associados, se estenderam desde a Zona da Mata. (Medeiros, 1989: 48).

Estudos apontam que após 1945 ocorreu com financiamento público um crescente desenvolvimento agro-industrial no campo provocando a expropriação dos camponeses. Ocorreram então profundas transformações, fosse com expulsões de antigos de sitiantes, ou o rompimento das relações de trabalho baseadas na moradia e aforamento de terras, ou ainda pela cobrança abusiva do foro. (Azevedo, 1982) Tais situações provocaram inúmeros conflitos entre camponeses e aqueles que detinham a posse de grandes extensões de terras, os usineiros na Zona da Mata e os fazendeiros na região do Agreste. Os governos populistas pós-Guerra de Juscelino Kubistschek e principalmente o de João Goulart pregaram as chamadas reformas sociais de base, dentre elas a Reforma Agrária estimulando a organização e mobilização dos trabalhadores em todo o país entre meados da década de 1950 até os

[2]O Relatório de Paulo Rufino de Melo e Silva, datado de 08/08/1961, dirigido a Diretoria do SPI/RJ, cumpriu as determinações do "ofício reservado" de 12/07/61 e de uma Ordem Interna da 4ª Inspetoria Regional (IR4) do SPI. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 182, fotogramas 806-809.

primeiros anos da década seguinte. As Ligas foram, portanto, uma expressão desse quadro social. (Idem).

Um detalhado relatório policial de janeiro de 1962 para a Secretaria de Segurança Pública, citava as atividades de "incendiários" em Pesqueira, orientados por José de Alexandre "e auxiliares", Viana Arcoverde e Manoel Moreira, todos dirigentes das Ligas Camponesas. O documento relacionou várias fazendas atingidas, dentre elas as Fazendas Maravilha e Gravatá de Fernando Didier, a Fazenda Tambores de Praxedes Didier e a Fazenda Ipanema de Moacir Brito de Freitas. Segundo o documento, os tais incêndios causaram "vultosos prejuízos" com a perda da "colheita anual de rações para a criação". Na cidade estavam ocorrendo reuniões para organização do sindicato rural, onde em uma delas, dentre outras pessoas relacionadas, participara um vereador e um deputado vindo do Recife e um vereador local.[3]

Na longa matéria publicada em fins de 1962 em um jornal impresso na capital e de grande circulação no Estado de Pernambuco, as Fábricas Peixe anunciavam a execução com sucesso de seu plano de Reforma Agrária em Pesqueira e sete municípios vizinhos, onde existiam terras de seu domínio com plantios de tomates e frutas destinadas a fabricação de doces[4]. Após enfatizar a importância econômica daquela indústria doceira para o desenvolvimento municipal e regional, o artigo diz da preocupação com o problema social e as condições de vida dos trabalhadores.

A "parceria agrícola" estabelecida pela Fábrica Peixe estava baseada em um contrato escrito com "deveres e obrigações de ambas as partes", onde a empresa deveria dar toda a assistência técnica, sementes, cuidado com o solo, além de irrigação, habitação para o agricultor e o transporte de toda a sua produção paga em 50% , em um preço previamente fixado pela Peixe. Por sua parte, o agricultor deveria acatar as normas e determinações previstas no contrato, mantendo em bom estado o solo cultivado, a habitação e as estradas, "recebendo para isso retribuição extra" não indicada na reportagem. Além disso, ele entregaria toda a sua produção conforme o preço fixado no contrato, "somente plantar na área reservada a lavoura de subsistência, cereais ou lavouras de ciclo curto, afim de que, concluída a colheita e de acordo com o *plano de pecuária, o gado da empresa possa pastar em toda a área*, durante dois ou mais meses, até o início das culturas do ano seguinte". (Grifamos).

---

[3]Relatório. De Euclides S. Arruda (investigador nº. 70), em Recife 24/01/ 1962, para Comissário Supervisor/Secretária de Segurança Pública/SSP. APE, Fundo SSP 29285. (Documentação do DOPS).

[4]As Fábricas "Peixe" de Pesqueira executam com sucesso seu plano de Reforma Agrária. *Diário de Pernambuco,* Recife, 09/11/ 1962. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).

Desde meados de 1950 a Fábrica Peixe detinha em seu poder uma grande área agrícola, onde se situavam as "fazendas" de cultivo com base no trabalho assalariado. A parceria proposta por aquela indústria no início dos anos 1960, além de um processo de reestruturação da empresa, foi também uma estratégia de melhorar, mas fundamentalmente modificar as relações de trabalho e produção, salvaguardando os interesses da empresa. A indústria doceira outrora saudada com promotora do progresso e do grande desenvolvimento regional dava seus primeiros sinais de decadência, onde a perda dos lucros e os custos sociais foram vistos naturalmente com remediáveis. A proposta da Indústria Peixe era principalmente uma resposta das elites econômicas para atenuar os conflitos sociais, decorrentes da concentração de terras e a manutenção de relações de exploração dos trabalhadores rurais em Pesqueira e regiões vizinhas. Os graves problemas sociais eram visto antes de tudo com uma questão de polícia. É sintomático que o recorte de jornal esteja arquivado na documentação do DOPS.

Em fins de 1963 um enviado do Ministério da Agricultura recebia todo o apoio do Governador Miguel Arraes, o do delegado da Superintendência da Reforma Agrária/SUPRA em Pernambuco, para ir investigar a invasão de terras da União por trabalhadores rurais em Pesqueira. O emissário ministerial transmitiu ao delegado da SUPRA, a recomendação do Ministério na prioridade para Pesqueira em um convênio com o Governo de Pernambuco.[5] As terras em discussão estavam em Pedra D'Água, na Serra do Ororubá, tradicional local de moradia Xukuru. Tratava-se de uma área de domínio da União, posteriormente cedida a Prefeitura de Pesqueira que arrendara a fazendeiros vindos da Paraíba.

A Fábrica Peixe e as demais indústrias de doces instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960 e acentuadamente na década seguinte, segundo estudos em conseqüência das mudanças econômicas onde os capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes. Ocorreu a desagregação do clã dos Britos, a venda da empresa a um grupo canadense e posteriormente a falência. (Cavalcanti, 1979).

Em meados de 1981[6], o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira apelava para a Delegacia Regional do Trabalho por mais de 600 famílias, algumas com mais de 30 anos de trabalho em seis fazendas que pertenciam a Fábrica Peixe e foram repassadas ao BNDE para pagamentos de dívidas, contraídas com empréstimos públicos. O BNDE somente receberia as terras da empresa devedora com as escrituras em cartório e sem

[5]Relatório sobre o município de Pesqueira, em 04/12/1963; Ofício do Subchefe do Gabinete do Ministério da Agricultura, em 23/12/1963, para o Presidente da SUPRA. APE, Fundo SSP 29293. (Documentação do DOPS).
[6]Sindicalista faz apelo por mais de 600 famílias. Recife (?) *Diário de Pernambuco* (?), em 06/08/1981. APE, Fundo SSP 30930. (Documentação do DOPS).

embaraços com trabalhadores. O sindicalista acusava a empresa de estar pagando indenizações irrisórias e expulsões dos moradores das terras das fazendas. Os trabalhadores afirmavam que iriam resistir e não abandonariam as terras.

O perigo comunista e os índios: os Xukuru e as Ligas Camponesas

Muitos dos trabalhadores nas fábricas de doces na cidade, como também os agricultores na zona rural de Pesqueira eram índios xukurus. Na documentação oficial e nas memórias orais indígenas encontramos relatos das experiências vivenciadas enquanto operários urbanos ou como trabalhadores-moradores em terras de fazendeiros que invadiram do antigo aldeamento indígena de Cimbres. A época e as condições de trabalho dos índios, moradores na Serra do Ororubá, na Fábrica Peixe, foi lembrada por "Seu" Ciço Pereira,

> *Era muita gente que trabalhava na Fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia toda viagem. Que ia pra Fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate, descarregar caminhão todo, que era a Fábrica peixe lutava com cento e tanto caminhão, viu! Carregando tomate. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né? Davam pão da noite, mas toda noite que viesse, marcavam todo nisso.*[7]

As atividades noturnas, para fugir a fiscalização trabalhista já que os trabalhadores eram clandestinos, as difíceis condições de realizá-las, pois era principalmente o serviço pesado de carregar caixas nas costas, descarregar caminhões, etc. foram recordadas também por outros entrevistados. Na área rural, na Serra do Ororubá, muitos xukurus sem terras moravam "de favor", em terras nas mãos dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam desde a infância nas lavouras, que eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro,

> *Nós trabalhava arrendado com fazendeiro. Você botava meio hectare de terra ou um hectare. Fazia a broca, fazia a terra, plantava, quando a lavoura, quando nos plantava que nascia o fazendeiro já danava capim dentro! Nós trabalhava arrendado! Porque ali não desfrutava nada! Quando tava começando a desfrutar ele já botava o gado dentro! Pronto, acabava com tudo! Nós ficava sem nada!*[8].

Nesse ambiente de exploração e opressão as Ligas Camponesas em Pesqueira terão a adesão e participação dos índios. Em 1959 foi denunciada a Secretaria de Segurança

[7]Cícero Pereira de Araújo, "Seu Ciço Pereira", 81 anos. (Falecido). Bairro Xukurus, 05/01/2002, Pesqueira/PE.
[8]Idem.

Pública no Recife, a Liga Camponesa "a 12 Km. da cidade", ou seja o que corresponde a zona rural de Pesqueira. Segundo o manuscrito, o então candidato a Prefeito daquele município Luiz Neves, afirmou que "se eleito estaria ao lado dos camponeses e resolveria a situação de divisão de terra". Afirmava o denunciante que o local estava recebendo visitas de "Dr. Julião" (Francisco Julião), que organizara a sede e a diretoria da Liga naquele lugar.[9] A existência da Liga Camponesa entre os índios era do conhecimento da Inspetoria do SPI no Recife, que solicitou ao encarregado do Posto Indígena Xukuru apuração da denúncia de desvio para a Liga do leite destinado a merenda escolar, como constatara um oficial do serviço secreto do Exército[10]

A organização da Liga Camponesa prosperou e era vigiada de perto pelas autoridades. Em 1961 o Delegado de Pesqueira informava que recentemente, "camponeses construíram uma palhoça, sendo a primeira feita pela Liga. Ameaçaram os proprietários com armas, gestos e palavras".[11] Em um trecho de um relatório datado do mesmo ano[12], consta que em Pesqueira a sede da Liga estava na área urbana da cidade. E a sede das Ligas "fora da cidade", encontrava-se no Posto do SPI onde o chefe era "o agitador Arnaldo Tenório", que recentemente "tinha criado uma polícia dos índios com seu respectivo fardamento". Segundo o documento, a Liga "se empenha pelas propriedades Brejinho, Lage Grande, Cana Brava e Caipi", locais onde documentos históricos citam a moradia de xukurus. A Liga tinha mais de 400 integrantes, dirigidos por Gregório Bezerra, conhecido comunista posteriormente preso pela repressão militar do Golpe em 1964.

"Isso aqui é nosso! Isso é da gente!"

Além das memórias orais os Xukuru, diversos documentos oficiais registram a participação indígena na Liga Camponesa em Pesqueira. A formação de uma polícia indígena foi apoiada pela da Inspetoria do SPI no Recife, que remeteu ao encarregado do Posto Indígena Xukuru modelos de fardamento para a milícia.[13] Indicando que oficialmente, em um

[9]"Parte". De Eliel T. (ilegível), em Recife 8/12/1959, para o Comissário Auxiliar (Secretaria de Segurança Pública/SSP). APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).
[10]Memorando reservado nº. 25. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, em 08/09/1959, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 181, fotograma 338.
[11]Telegrama. De Modesto Oliveira, Sargento-Delegado, em Pesqueira 27/05/1961, para o Delegado Secretário de Segurança Pública no Recife. APE, Fundo SSP 1083. (Documentação do DOPS).
[12]Cópia de um trecho de relatório datado de 25 de setembro de 1961. Relatório das sindicâncias relativas às Ligas Camponesas. Da SSP/Delegacia Auxiliar, para o Comissário Supervisor. APE, Fundo SSP 29285. (Documentação do DOPS).
[13]Memorando Circular nº. 84/60 que remete cópias das Ordens de Serviço internas nº. 29, 30 e 31. Do Chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro, em 29/03/1960, para o Encarregado do PI Xukuru Coriolano de Mendonça. Museu do Índio/SEDOC, microfilme 181, fotograma 339.

primeiro momento, a idéia não tinha nenhuma relação com a Liga Camponesa ou os comunistas, como denunciou a "Parte" enviada meses antes a Secretaria de Segurança Pública no Recife.

Dois entrevistados recordaram participação na polícia indígena. O primeiro falou ter sido convidado por "Arnaldo", possivelmente o mesmo denunciado anteriormente como "agitador comunista". Nas entrelinhas da fala é possível perceber a mobilização para "a festa" como chamavam a organização para ocupação das terras,

> *Eu fui soldado do SPI. Chegou aqui um chefe, chamado Arnaldo. Nós, esse chefe chegou aí pra trabalhar. Aí o dono do terreno era desse pessoal que num aceitava ninguém no terreno dele. Era desses caboclos antigo. O que é que você veio ver minha terra? – esse rapaz! Eu vim trabalhar com vocês. – Não, aqui não tem ninguém trabalhando pra nós não. Eles falavam tudo assim! Ai ele foi ajeitou e ficou. Mandou fazer um coquetezinho (chapéu) de pano pra nós, vestia uma roupinha e nós. Chamava-se era dez soldado-índio.*[14]

O segundo depoente "Seu Brainha", foi citado pelo primeiro como um dos participantes na polícia indígena, falou da sua adesão a milícia: "Arnaldo chegou lá, em Cana Brava, né? E falou pra botar uns guardas lá. Uma polícia, lá. Polícia, milícia, o que é que eles diziam lá, né?"[15] O entrevistado lembrou que Arnaldo os levou ao quartel onde foram receberam uma repreensão e foram presos em Pesqueira,

> *Ele trouxe pro quartel pra apresentar ao tenente. Eu sem vontade de ser soldado. Nós viemos ficar aqui. Aí pegaram um reboliço lá, por causa dele lá. E nós fiquemos!*
>
> *"-Vocês querem ser polícia, vocês vem aqui, no batalhão. Num sei aonde no 4º Exército, no 2º Exército e pega a farda. Mas com esse homem aí, vocês não pegam, não". Aí o homem desapareceu pro Recife, até hoje! Nunca mais veio aqui. Nem vi a cara dele mais nunca na vida!*[16]

Por ter se envolvido na retomada de Pedra D'Água Cícero Pereira, morador em Cana Brava, onde ocorrera "uma reunião" foi acusado de subversivo e preso com outras pessoas da Serra do Ororubá e de Pesqueira,

> *Sabe por que eu já fui preso? Só porque eu fazia parte da, desse pessoal, dessas fera que manda nas usina, que tava a favor das terra. Fizeram reunião em Cana Brava ainda na casa de um pai, desse povo ai, depois dessa reunião. Retomada ai de Pedra D'Água, foi dessa retomada,*

---

[14]José Pereira de Araújo, "Zé de Ismaé", 61 anos. Aldeia Cana Brava, 20/12/2004. Serra do Ororubá, Pesqueira/ PE.
[15]Antônio Feliciano da Silva, "Seu Brainha", 79 anos. Bairro José Jerônimo, 07/07/2004. Pesqueira/ PE.
[16]Idem.

> *que dessa época ai que eu fui preso. Eu, Manoel Pereira, Joaquim Neto e Alonso. Teve uma porção lá de Pesqueira foi tudo preso*[17].

Preso em 1963, ele recordou o apoio do Governador Miguel Arraes a ocupação das terras, bem como envolvimento de pessoas que aparecem citadas nos documentos oficiais. A ocupação aconteceu depois de uma missa por gente vindo de Cana Brava,

> *Sessenta e três. Ah! Pois dessa década, dessa data. Eu tava que fizeram isso ai. Ai daqui a pouco um mês, Miguel Arraes que era Governo do Estado abriu mão pra D. Luizinha, Zé Arco-Verde, Luiz Arco-Verde, que era o advogado, que era meu advogado. Eu sei que fizeram essa miséria lá na Serra em Cana Brava, depois da missa, que eu nem assisti. Adepois da missa ajuntaram esse povo, muita gente, já ia pra Cana Brava e abriram Pedra D'Água (...), e só porque eu passava por lá e conversava com o povo me trataram como subversivo.*[18]

Um outro entrevistado falou que esteve em Pedra D'Água, ocupada pela primeira vez pelos índios. Em uma área coberta de matas, entre os ocupantes estavam os comunistas. A alegria diante das condições do acampamento deixou o entrevistado perplexo,

> *Foi a 1ª retomada! Agora que na época, tinha lá uma história assim, de dois martelos: um martelo vermelho e um martelo com... Eles cortavam a madeira, quando caía era aquela festa deles. Era tiros de bacamarte, de riú e eles todos fazendo aquela festa. As panelas debaixo dos paus. As caeiras de carvão. Ficou como um bocado de ciganos! Eu só desassombrado!*[19]

A ocupação em Pedra D'Água foi uma ação da Liga Camponesa com a participação indígena em uma área naquele momento em domínio da União, terras do antigo aldeamento, "Foi essa Liga Camponesa. Foi começo da invasão, que invadiram lá a Pedra D'Água. Foi com a Liga Camponesa, isso mesmo.. Diziam que 'esse terreno daqui não é de governo mais não. Isso aqui é nosso! Isso é da gente!'"[20]. O depoente recordou que foram presos, "Porque eles invadiram terreno do governo. Eles invadiram para trabalhar lá. Que foi como um bocado de ciganos, aquela empanada, lá"[21]. Com o Golpe Militar de 1964, a repressão foi grande, com prisões e expulsão dos ocupantes, "Saíram correndo. Foi um pau, que não foi moleza! Dessa vez que eles vieram foi o Exército! Prendeu muita gente. Sofreu lá comunistas e homem que não era comunista". [22]

---

[17]Cícero Pereira de Araújo, op. cit.
[18]Idem.
[19]José Alexandre dos Santos, "Zé de Alexandre", 76 anos. Serrinha, em 14/12/05. Serra do Ororubá, Pesqueira/PE.
[20]Idem.
[21]Idem.
[22]Idem.

Em novembro de 1990, os Xukuru reocuparam a área da Pedra D'Água que se encontrava nas mãos de 15 posseiros não-índios. Essa reocupação, um marco na organização e mobilização contemporânea Xukuru, que retomaram outras áreas em mãos de fazendeiros o que provocou perseguições, violências e assassinatos de lideranças indígenas a exemplo do Cacique Xicão em 1998. Com o apoio da sociedade civil, os Xukuru fizeram pressionaram a FUNAI para demarcação do território indígena, demarcação ocorrida em maio de 2001.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. *Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco).* Recife: UFPE, Mestrado em Economia/PIMES, 1979.

FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. *Capitalismo e camponeses no Agreste pernambucano:* relações entre indústria e agricultura na produção de tomate em Pesqueira-PE. Recife: Mestrado em Sociologia/PIMES, 1985.

MEDEIROS, Leonilde de S. de. *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.

SILVA, Edson. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. In: *Ciências Humanas em Revista*. Vol.3, nº. 2. São Luís: UFMA, 2005. Pp.51-58.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Isidoro de Sevilha: integração e discriminação no reino hispano-visigótico de Toledo.

Sergio Alberto Feldman

Resumo: Esta breve comunicação visa a analisar as razões da discriminação e perseguição realizadas pela Monarquia visigótica contra seus súditos judeus entre 589 e 711. Uma vasta legislação canônica e real foi editada nesse período. A reflexão sugerida enfoca a problemática sob a ótica político-religiosa. A busca da unidade territorial e da legitimidade monárquica sofreu inúmeras contestações, geralmente de elementos da nobreza visigótica.. A unidade religiosa serve de bandeira para a busca de uma unidade política e para o fortalecimento da Monarquia. O apoio da Igreja, sacramentando a Monarquia configura-se em gestos diversos, originados a partir do III Concílio de Toledo (589). O reverso da moeda é o apoio do rei aos projetos eclesiásticos, entre os quais a conversão e a submissão dos judeus se revelam uma armadilha fatal. Os convertidos à força serão o "inimigo interno" por um século.

Palavras-chave: Judeus. Monarquia visigótica. Unidade

Abstract: The objective of this brief comunication is to analyze the reasons for the discrimination and persecutions conducted by the Visigoth monarchy against its Jewish subjects between 589 and 711. A vast canonic and royal legislation was published in that period. A suggested thought focuses on the problem under the political- religious point of-view. The search for the territorial unity and monarchic legitimacy was widely disputed, mainly from some individuals of the Visigoth nobility. Religious unit then becomes the reason to pursue the political unit and to strengthen monarchy. The support of the Church to the monarchy was given through different ways, all of them stemming from the III Toledo Council (589). In return, the king supported ecclesiastic programs, and among them the conversion and submission of Jews, which became a fatal trap. Those who were converted by force became the "internal enemy" for a century.

Keywords: Jews. Visigoth Monarchy. Unity.

O tema de nossa apresentação é a problemática da legitimidade e da unidade política dos reinos bárbaros, que ocuparam o vazio gerado pela crise e queda do Império Romano do Ocidente. O foco escolhido é o reino visigótico no período isidoriano, ou seja, no qual prevaleceu a liderança religiosa do bispo hispalense. Isidoro de Sevilha influenciou de maneira profunda a vida religiosa e política do reino visigótico de Toledo.

A nossa análise tem por objetivo entender a discriminação aos "outros", dentro da

Doutor em Historia UFPR. Professor adjunto de História Medieval junto a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisa institucional

ótica e da justificativa da unidade, seja esta religiosa ou étnica, seja esta política. Os "outros" seriam os hereges, os pagãos e principalmente os judeus. A busca da unidade seria a "*raison d' etre*" da radicalização da Igreja e da monarquia sua aliada, em relação aos "*outsiders*", fazendo uso da expressão de Norbert Elias.

O processo de aproximação entre a Igreja e o Império se iniciou com Constantino e se consolidou com Teodósio. O Cristianismo deixa de ser uma religião proscrita e perseguida, para ser um elemento componente das estruturas dominantes. O processo de aproximação é gradual, havendo momentos de alternâncias e de dificuldades. A Igreja se consolida como a legítima representante de Jesus Cristo e sua liderança consuma uma aliança com o Império, excluindo concorrentes como o paganismo, as heresias e mantendo os judeus sob rígidos mecanismos de exclusão e controle. O poder temporal é sacralizado e em troca se coloca como o vigário de Cristo, protetor de sua Igreja. A Igreja se torna hegemônica. Sob Teodósio se consolida este processo em linhas mestras: a) o Paganismo é proscrito e perde de maneira definitiva sua condição de religião de Estado; b) as heresias são condenadas, como é o caso dos arianos, pelagianos, donatistas e priscilianistas, e em certos casos severamente reprimidas pelo poder imperial; c) Os judeus que já vinham sendo enquadrados em normas jurídicas de um grupo segregado são cada vez mais sendo restringidos na sua vida pública e nos seus direitos de cidadania, mesmo sendo ainda considerados como "*religio licita*". (FELDMAN, 2001)

Em nossa pesquisa pudemos perceber que a atuação imperial servirá de modelo às monarquias bárbaras, em seu relacionamento com as minorias. Os reis bárbaros se cercaram, via de regra, de uma assessoria administrativa e jurídica, de origem romana, seja galo-romana na Gália, seja hispano-romana na Península Ibérica. Estes assessores eram letrados, sendo muitas vezes clérigos católicos. Assim sendo optaram por manter os modelos e as tendências do relacionamento baixo-imperial, nos reinos germânicos.

As novas monarquias bárbaras envidarão esforços para atingir algum tipo de estabilidade e fortalecimento. A aproximação com a Igreja Católica só ocorrerá de maneira gradativa e por vezes até lenta. Isto não ocorreu de maneira homogênea e tampouco simultânea em todos os reinos. Com a exceção dos vândalos que adotaram políticas radicais, há uma acomodação inicial entre os monarcas bárbaros arianos e a hierarquia episcopal católica. Não se alteram as posturas vigentes no período final do Baixo Império. Assim sendo a tendência será: o paganismo seguirá proscrito, mas resistirá entre setores da nobreza senatorial romana ou nas regiões mais isoladas dos reinos; as heresias no Ocidente perdem seu vigor e tendem a ser neutralizadas e isoladas. O processo repressor gerado ainda nos

últimos anos do Baixo Império, no Ocidente, conseguira anular ou minimizar a força da maioria das heresias. Os monarcas bárbaros não assumem ações de repressão e nem se imiscuem em questões religiosas de seus súditos.

A atuação em relação aos judeus não é diferente. Algumas linhas mestras se fazem presentes nas políticas dos reinos bárbaros no período que segue a queda do Império Romano do Ocidente até Terceiro Concílio de Toledo (589). Algumas destas tendências podem ser descritas: a) a manutenção do status de "*religio licita*" existente em todo o período romano; b) a continuidade de uma parte das leis restritivas aos judeus legisladas sob Teodósio e seus sucessores no *Codex Theodosianus*, mas através de uma condensação e simplificação de tópicos, tal como as que se mantiveram no Breviário de Alarico; c) a recomendação de Agostinho e do Papa Gregório Magno, de que os judeus não podem ser convertidos à força, mas devem ser gradativamente persuadidos através da evangelização e da pregação.

Nestas tendências podem ser percebidos dois focos, que se complementam: um romano-imperial e outro clerical-cristão. De um lado a política baixo-imperial de tolerância relativa da minoria judaica: as religiões tradicionais eram toleradas sob o Império pagão e seguem sendo sob o Império Cristão. O Judaísmo era uma religião antiga, portanto se enquadrava nesta jurisdição. No Baixo Império esta tolerância é limitada em muitos aspectos: controle do proselitismo judaico em todos os níveis; restrições diversas a posse de escravos pelos judeus; limitação do poder judaico, sob a forma do exercício de cargos públicos. A lei não permite que estes sejam convertidos a força e preserva certa dose de autonomia interna nas comunidades judaicas. (FELDMAN, 2001)

O foco cristão é mais complexo. Não há unanimidade de opiniões entre os Padres da Igreja, o episcopado e os pontífices deste período. Elaboraremos uma análise simplificada das tendências marcantes durante a transição do mundo antigo ao medievo. Os Padres da Igreja adotam uma diversidade de posturas, mas todos têm clareza de opinião e unanimidade em aceitar que é missão da Igreja converter os judeus. A idéia central divaga em detalhes, mas entende que os judeus receberam a Revelação, contida no Antigo Testamento. Não a entenderam e não perceberam a chegada do Redentor. Sua teimosia deve ser refreada e os judeus devem ser convertidos a Verdade Cristã. A divergência vem na maneira de tratá-los. Alguns Padres da Igreja atacam os judeus de maneira radical. Outros como Agostinho são mais brandos e se mantém dentro da tradição paulina: tentar converter os judeus, mas evitar a violência nas palavras e nos gestos. A crítica a sua teimosia é presente e sua resistência a aceitar o Cristo é vista como um grave erro.

A postura papal é geralmente branda: os filhos de Israel devem ser evangelizados,

mas a conversão forçada não é autorizada, já que se supõe que esta não seja o desígnio de Deus. O modelo papal exemplar desta postura é o papa Gregório Magno (590-604) que define a coerência desta posição pontifícia, devido à condição da Igreja como herdeira no Ocidente, do Império Romano. A *lex* romana pré-existente a ascensão do Cristianismo definia os limites: não se poderiam retirar os direitos judaicos.

O reino hispano-visigótico de Toledo é um exemplo desta continuidade somente até a conversão dos visigodos ao Catolicismo, que ocorreu no III Concílio de Toledo (589). Depois deste evento altera-se este panorama. Voltemo-nos ao período anterior ao III CT. No final do período do reino visigodo de Toulouse são editadas as primeiras coletâneas jurídicas: o código de Eurico (dirigido aos visigodos) e o Breviário de Alarico (dirigido aos súditos galo-romanos da Aquitânia).

Neste último a inserção de leis antijudaicas, resume-se a repetição de algumas das normas presentes no *Codex Theodosianus*, mas com uma redução numérica notável. Da parte dos reis visigodos isso não representava uma preocupação e assim se prosseguiu mesmo depois da queda do reino de Toulouse após a derrota de Vouillé (509) e a criação de um novo reino, na Hispânia, que denominamos como reino hispano-visigótico de Toledo. Em suas primeiras décadas de existência, o reino estava enfraquecido e dividido por efeito da derrota contra os francos e as lutas fratricidas entre grupos de nobres e os monarcas. Isso se alterou com a ascensão de Leovigildo, que reinou de 560 a 589.

Leovigildo não dedicou suas atenções aos judeus. Sua política teve algumas ênfases. As que nos chamam a atenção seriam: a) a ocupação do território da Península Ibérica e a obtenção de uma relativa unidade territorial; b) a ordenação de uma estrutura política, jurídica e administrativa coerente, criando a primeira legislação que abrangia um princípio de territorialidade (*Codex Revisus*), a criação de governos nas províncias, e a tentativa de centralizar o poder e reduzir a pulverização do reino sob um processo de proto-feudalização, neutralizando poderes locais de nobres visigodos e de povos já estabelecidos anteriormente; c) a construção de um modelo monárquico, através da imitação de símbolos romanos imperiais (*imitatio imperii*) ao fazer uso objetos que recordavam o poder dos governantes bizantinos (púrpura, cetro e diadema), ao definir Toledo como uma *civitas regia* e também fundando cidades como Recópolis e Victoriacum, e cunhando moedas com sua efígie; d) a busca de uma unidade religiosa que redundou no fracasso, visto ter objetivado unificar seu reino sob a égide de um arianismo minoritário, que seria uma espécie de religião de Estado, identificada com a "*gens visigótica*". Seu eixo central foi, portanto, a busca da unidade e do fortalecimento do reino, lado a lado com a legitimação do poder monárquico e a

criação de uma dinastia que substituísse a tradição de eleição de um "*primus inter pares*".

O processo de unificação de Leovigildo fracassou por algumas razões. Uma delas seria a divisão religiosa do reino. Os visigodos eram cristãos arianos e a maioria da população das regiões mais desenvolvidas era hispano-romana católica. A nobreza senatorial romana que representava a tradição romana na Península Ibérica era católica e preenchia os quadros do episcopado. Uma aproximação entre a nobreza visigoda e a senatorial romana já estava ocorrendo e esta seria uma das maneiras pela qual a minoria visigoda poderia se consolidar no poder e manter sua hegemonia: unir-se e compartilhar o poder com elementos proeminentes desta nobreza. A diferença religiosa criava um distanciamento entre godos e hispano-romanos. Um processo de aproximação deveria ser encetado, mas sob a tutela religiosa da Igreja Católica e com o abandono do arianismo.

Isso se consumou com Recaredo que ascendeu ao trono em 586 e se converteu ao Catolicismo. Em 589 reuniu o III Concílio de Toledo e consumou a transição do processo: os visigodos se converteram ao catolicismo e a Igreja e a Monarquia consumaram um pacto re-ordenador do reino. A Monarquia recebia da Igreja o reconhecimento e a sua condição de protetora da verdadeira fé. O processo de sacralização da monarquia estava sendo direcionado.

A Monarquia tinha aspirações à unidade política, a legitimidade e a estabilidade do trono, de preferência sob uma dinastia. A isto se opunha a nobreza visigoda adepta da tradição de eleição de seus reis. A Igreja tinha aspirações diversas. As imediatas seriam: a consolidação do poder eclesiástico, a evangelização dos pagãos, e a extirpação das heresias. A aspiração futura era a consolidação do Cristianismo e a preparação das condições adequadas para a segunda vinda de Cristo. Isso esbarrava na teimosia e na descrença dos judeus. Essa concepção foi definida com clareza na obra de Isidoro de Sevilha que liderou o episcopado hispano-visigodo no início do século sétimo.

A obra isidoriana tem algumas vertentes centrais. Concebe uma visão de mundo e uma análise dos acontecimentos, marcadas pela luta entre o Bem e o Mal. Conhecedor do pensamento clássico resume-se a usá-lo como veículo de expressão das verdades cristãs. Compreendia o Mundo e a existência humana, sob uma visão alegórica e tendo as Escrituras Sagradas como ponto de partida para as sua análises. A Revelação Divina explica a obra divina: nada se desvenda salvo através da Palavra de Deus.

Dialogou com alguns dos monarcas com os quais conviveu e incutiu neles sua visão de mundo. Na sua obra "História" demonstrou através do exemplo de mini-biografias de reis, sua concepção da monarquia cristã que aparece também nas Etimologias e no Livro das

Sentenças. As "exempla" ou espelho de príncipes dos reis visigodos servem tanto para criticar, quanto realçar as qualidades de um monarca cristão. (ISIDORO de SEVILHA, 1975) Para Isidoro a monarquia é um veículo para ordenação do mundo e serve para a busca da Redenção entendida através da segunda vinda de Cristo. Se todo poder emana de Deus, o monarca deve servir a Deus, por gestos, intenções e ações. (ISIDORO de SEVILHA, 1971: 493-497)

O rei tem muitas funções e cumpre-as de maneira acoplada a sua condição de representante de Deus na Terra. A sua ação é por excelência controladora e repressora. Sendo o homem pecador desde sua origem, visto o Pecado original e a queda, deve ser controlado e adequado a rígidos limites. Isidoro afirma, no Livro das Sentenças, que aos reis cabe reprimir com seu poder, através do medo, aos seus súditos. (ISIDORO de SEVILHA, 1971: 492)

A visão do poder e do Estado se reduz a condição de executor do plano divino. Em resumo poderíamos dizer que: a visão isidoriana mescla os objetivos políticos da monarquia com a visão histórica agostiniana que concebia a história como estruturada em sete eras. A sexta era se iniciara com a primeira vinda de Jesus e se resumiria na sua segunda vinda, que se aproximava. A preparação das condições era uma missão sagrada: a Igreja se apropriava do Estado e o sacralizava para atingir suas metas escatológicas. Isidoro concebe as heresias, o paganismo, e em particular os judeus como elementos nocivos que contaminavam a pureza da fé e impediam a consecução do projeto divino. O Estado visigótico deveria servir de veículo para a expansão da fé e servir de esteio do Milênio que se avizinhava.

A atuação dos monarcas em relação aos judeus, a partir de Isidoro, se radicaliza. O III CT (589) decretara apenas um cânone relativo aos judeus. A nova política judaica cria uma posição que é diferente da tradição imperial e que se opõe a postura tradicional dos papas, em particular a de Gregório Magno. A reviravolta ocorre sob o governo de um dileto discípulo do prelado hispalense. No reinado de Sisebuto (612-621) ocorre a conversão forçada dos judeus. As razões deste gesto geram debates e divergências de opiniões.

As relações entre Igreja e Monarquia aparecem à primeira vista como um acerto político que ordena a sociedade e concebe através da religião, uma acomodação de forças e a estabilidade necessária para que o (s) grupo (s) dominante(s) possa (m) se legitimar no poder. (BOURDIEU, 1999:70-72) A supressão das oposições seria uma parte deste processo: o mundo ordenado por Deus, tem uma hierarquia e um sentido histórico. Os que se opõe a este sentido e a esta hierarquia são inimigos da fé e ao mesmo tempo, inimigos do Estado: devem ser suprimidos se necessário se fizer até pela força. São editadas legislações restritivas aos judeus e depois aos falsos conversos, no reino visigótico. O Estado se legitima ao adotar sua

função de coerção, fiscalização e perseguição de dissidências.

A teologia política isidoriana renova os conceitos existentes no Baixo Império. Um sentimento de inferioridade grassava entre as monarquias bárbaras diante do Império: este era o único universal, o único legítimo e fundamentado na História. Nas palavras de Reydellet, (1981: 556) os reinos bárbaros sofriam de um complexo, que ele denomina "pecado original": Isidoro altera esta visão, desenvolvendo um novo conceito de monarquia cristã. Isso se fundamenta na substituição do Império pela Igreja, como principio de universalidade. A idéia de Império universal era totalitária e não deixava espaço às monarquias, que se assemelhavam a rivais inferiores; a Igreja passa a admitir a pluralidade, pois se compunha de uma infinidade de células que, juntas, constituíam o reino ou a realeza de Cristo.

Isidoro realça em sua obra um novo sentido para a monarquia cristã, define sua importância e fortalece sua legitimidade. Reydellet entende que Isidoro inova ao conceber a realeza não mais como o produto do direito natural, mas como o governo do povo cristão. (REYDELLET, 1981: 554-555) E, fundamentado na reflexão de Gregório Magno e Agostinho, enfatiza a noção de função e serviço.

O projeto global de sociedade, concebido por Isidoro, foi resumido, por Fontaine (1990: 272) como sendo definido em quatro tópicos principais: "*Pátria Gothorum, rex rectus, civitas Dei peregrinans, e romanitas*". A unidade política e a religiosa são um conjunto harmônico e cumpre aos reis mantê-lo coeso e não dar espaço a rupturas e dissidências.

A legitimidade da monarquia se insere na sua atitude de defensora e propulsora da fé verdadeira. A quantidade de cânones e leis relativas aos judeus ou aos falsos convertidos (denominados judeus) é assustadora, a partir do IV CT (633). São raros os monarcas como Suintila e Khindasvinto que não envidaram esforços para reprimir, perseguir os judeus ou a devolver os falsos conversos a verdadeira fé e a Santa Igreja. O imaginário social cria neste período um mito do perigo judaico e concebe uma luta entre o bem e o mal, sob a aparência do conflito entre Estado e Igreja contra os judeus.

A monarquia se vincula de maneira plena nesta luta contra o Mal e busca nela se legitimar, através da sua função de defensora da fé e sendo o monarca o vigário de Cristo.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FELDMAN, S. A. De civis romanii a nefariam sectam: a posição jurídica da minoria judaica no Codex Theodosianus (séc. IV e V). IN: **Revista da SBPH,** Curitiba; SBPH, n. 21, 2001, p. 7-16.

FELDMAN, Sergio Alberto. Isidoro de Sevilha e o rei Sisebuto: os judeus no reino visigótico 2006. Site do NEAM. CICLO INTERNACIONAL DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS E DO CICLO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 2., 2006, Assis. *Anais Eletrônicos*... Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/neam/index.htm>. Acesso em: 19 mar 2007.

FONTAINE, J. Isidoro de Sevilla, padre de la cultura européia. In: **La conversion de Roma**: Cristianismo y paganismo. Madrid, 1990.

ISIDORO DE SEVILHA**:** Las Historias de los godos, vandalos y suevos. Ed. C. Rodrigues Alonso, León: Centro de Estudios S. Isidoro, 1975.

ISIDORO DE SEVILHA Los tres libros de las "Sentencias" IN: **Santos padres españoles II:** San Leandro, San Isidoro, San Fructuoso. Introducciones, versión y notas de J. Campos Ruiz & I. Roca Melia. Madrid: BAC, 1971.

REYDELLET, M. **La royauté dans la litterature latine de Sidone Apollinaire à Isidore de Seville.** Roma: Ecole Française de Rome, 1981.

A História é um jogo? Games, juventude e aprendizagens em história

Eucidio Arruda*
Lana Mara de Castro Siman**

1. Introdução

A pesquisa em curso, intitulada "História e Tecnologias Digitais: relações entre jogos de computador e construção do conhecimento histórico", procura anunciar um campo de trabalho não só pouco explorado como também permeado por alguns "pré" conceitos da academia: os videogames (*games* de computador) e suas relações com a aprendizagem escolar. Ela vem sendo desenvolvida desde março de 2006 e faz parte da Tese de Doutorado em curso, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e é financiada pelo Propic/Fumec/Funadesp.

O objetivo dessa pesquisa é investigar e analisar as concepções de história e formas de pensar historicamente construídos por jogadores adolescentes com idade entre 14 e 17 anos através dos usos e apropriações de *videogames* de computador que simulam e concretizam "situações históricas virtuais" em ambientes virtuais "multijogadores[1]"

Este campo de estudos, em vista da dificuldade decorrente de uma base conceitual mais "delimitada", necessita de múltiplas teorias que lhe dêem sustentação, ou nos ajudem a desenvolver a análise que se configura nas páginas a seguir. Em função disso, tornou-se necessário ampliar o universo teórico, buscando referenciais nas áreas da História, Educação, Tecnologia, Informática, Filosofia, Psicologia, dentre outras. O que poderia ser uma aparente "miscelânea" perigosa para a análise do objeto, poderá ser, conforme a ser explicitado, de suma importância para o problema de pesquisa que ora se configura.

Objetivo Geral

- Investigar e analisar as concepções de história e formas de pensar historicamente construídos por jogadores adolescentes com idade entre 14 e

[1]* Fumec/FaE/UFMG
** FaE/UFMG/Puc-Minas (orientadora)
Trata-se de um ambiente baseado na Internet no qual os jogadores, estabelecidos em várias partes do mundo, jogam entre si, estabelecem comunicações via bate-papo e foruns, trocam informações e criam comunidades de jogadores (clãs).

17 anos através dos usos e apropriações de *games* de computador que simulam e concretizam "situações históricas virtuais" em ambientes virtuais multijogadores.

Objetivos específicos

- Identificar e analisar os usos e apropriações que os sujeitos jogadores fazem dos jogos de computador que simulam acontecimentos históricos no que concerne
- às estratégias de aprendizagem (em geral) e em História utilizadas pelos jogadores no ambiente virtual multijogador a partir de situações de interações hipermidiáticas possibilitadas por esses meios.
- concepções e raciocínio histórico desenvolvidas por meio das estratégias do jogo e das apropriações dos sujeitos jogadores

2. Percursos do Projeto

Inicio a apresentação do projeto mostrando os percursos trilhados ao longo do ano de 2006 em busca de organização e melhor delimitação do problema de pesquisa.

2.1 - Tecnologias, games e História: em busca de interfaces

Em uma sociedade aparentemente do efêmero, do presente, como se situa o conhecimento histórico, o passado e a memória, para os jovens? A partir de nossa experiência como pesquisador e docente, tal questão foi continuamente posta em nossa prática. Afinal, em História trabalha-se com algumas categorias que, aparentemente, são pouco comuns no campo da tecnologia.

Minha hipótese é que sujeitos que têm acesso às diferentes mídias criam novas relações de saberes, novas maneiras de interpretar o mundo e, por que não, novas formas de aprendizagem e de raciocínio da História

As questões que, muitas vezes, são apresentadas por pais, professores e "especialistas", costumam limitar-se a aspectos supostamente "negativos" das mídias digitais. A partir dessas preocupações, muitos questionamentos passam a alardear os meios de comunicação e as produções acadêmicas, como: a mídia contemporânea, ao privilegiar a

cultura do espetáculo não estaria "prejudicando" a formação de valores, saberes das novas gerações? Os games digitais, a Internet e seus componentes, ao simular situações reais e e criar mundos fantasiosos não estariam representando um distanciamento do que chamamos de "mundo real"? As mídias, de maneira geral, não privilegiam ações de violência, terror e competição extremada, prejudicando as sociabilidades?

Bem, acredito que na atual configuração tecnológica, concordando com Prenski (2006), Johnson (1999 e 2005), Tavares (2006), Pacheco (2004), dentre outros, cria, ao invés desse suposto "retrocesso" nos processos de formação das novas gerações, situações de aprendizagem com níveis de complexidade cada vez maiores à medida em que informação e conhecimento ocupam cada vez mais espaço nas produções midiáticas.

A produção dos jogos eletrônicos é cada vez mais elaborada e demanda da empresa fabricante a contratação de centenas de profissionais que participam do desenvolvimento do jogo, desde o roteirista até mesmo um historiador (caso o jogo trabalhe com elementos/acontecimentos históricos). Isso leva-nos a refletir sobre o papel desses jogos na construção de saberes das novas gerações de jovens e, no nosso caso, na construção de modos de operar com o saberes, ou seja, com o desenvolvimento de raciocínios históricos.

Na pesquisa em questão, interessa-nos conhecer e analisar: quais concepções de História e formas de pensar a história estariam, pois, os jovens adquirindo na interação com os jogos de conteúdo histórico? Qual a natureza e grau de complexidade de seus raciocínios?

2.2 - Delimitação do referencial teórico da pesquisa – campos dispersos, proximidades teóricas latentes

Em função de se tratar de um tema ainda incipiente no que diz respeito a discussões teóricas mais precisas, iniciamos nosso um trabalho, ao longo de 2006, que consistiu no levantamento amplo de uma bibliografia que desse conta das nuances próprias da temática em questão. Pudemos, a partir dessas incursões no universo teórico e empírico do nosso objeto de estudo identificar, a existência de quatro eixos teóricos que o tangeciam de forma importante[2].

2.2.1 - Cultura tecnológica e cultura *gamer*.

[2] Apresento, como anexo, o levantamento bibliográfico de cada um dos eixos teóricos apresentados. Acredito que as leituras desses referenciais constituirão a base de análise do trabalho proposto.

O levantamento desses referenciais nos mostrou que, para além de se conhecer o que se tem escrito sobre jogos eletrônicos, precisaríamos também conhecer elementos mais amplos das formas de relações culturais que são criadas com o desenvolvimento da microinformática nas duas últimas décadas. O que se percebe é que a cultura *gamer* está diretamente relacionada à cultura tecnológica contemporânea. Nessa linha teórica, destacam-se autores como Pacheco (2004), Santaella (2004). Mendes (2006), Prensky (2006), Tavares, Alves (2004), entre outros..

De maneira geral, os autores identificam mudanças conceituais nos paradigmas de aprendizagem e relação como conhecimento (seja ele científico ou do senso comum). Tais mudanças representam, para a escola, um mundo completamente a descoberto, ou seja, as novas gerações têm organizado seus pensamentos de forma diferente daquela com a qual a escola está acostumada a sistematizar seus conhecimentos, o que demanda uma preocupação urgente quanto ao próprio sentido da escola nesse novo paradigma.

Saliento também a necessidade de utilização de referenciais teóricos que discutam o lugar do corpo na sociedade tecnológica atual. Na medida em que é também espaço de pesquisa os sistemas multijogadores, cabe uma análise das sociabilidades e relações com a história em um configuração em que o corpo (físico) deixa de ter a usabilidade e importância conhecida por nós. Em substituição ao corpo físico, vemos a emergência dos avatares e ciborgues.

O avatar é a representação humana em um mundo construído por bits e bytes. Ele pode ser considerado não existente, na medida em que não há composição física, no entanto, ele é a própria constituição da realidade, na medida em que sua existência é uma composição de ações e interações humanas, transplantadas para o mundo digital. Segundo Johnson (2001), esses avatares seriam como "agentes" constituintes de nossos cérebros.

Retomando o objeto de pesquisa, pensar no avatar e ciborgue no contexto de análise das concepções e formas de pensar historicamente pelos jogadores remete-nos a situações abertas de apreensão, não só das maneiras de se jogar o *game*, mas também em relação aos usos atribuidos às fontes historiográficas no processo de desenvolvimento das ações dos games. Ou seja, o avatar é real, apesar de sua virtualidade – e é o avatar quem apropria-se, faz uso das diferentes fontes (materiais ou não) historiográficas para compreender

e desenvolver a jogabilidade do game. No entanto, o avatar não é aquele que pode ser "tocado" fisicamente – ele é um sujeito real residente das redes telemáticas.

2.2.2 - Cultura jovem (ênfase nas tecnologias digitais).

Em uma linha semelhante à anterior, procurei localizar produções que, para além da discussão das tecnologias digitais e dos games de forma geral, procurassem também mostrar a relação do jovem contemporâneo com todos esses aparatos técnicos, simbólicos e organizacionais.

O jovem atual é aquele que possui acesso às novas linguagens potencializadas pelos bits e bytes do mundo digital. Dentre as principais características desse jovem, algumas pesquisas publicadas em páginas especializadas de informática mostram que: a maioria gosta de utilizar a Internet para produzir materiais, editar vídeos, filmes etc. Ou seja, mais do que um mero expectador da midia *massa* (TV e rádio, por exemplo), o jovem que utiliza as tecnologias digitais quer ser autor.

2.2.3 - Aprendizagem.

Conforme salientado no projeto, iríamos discutir a aprendizagem em história por jovens a partir do uso freqüente de jogos de computador. No entanto, um problema teórico-metodológico se fez presente no decorrer do trabalho: a qual aprendizagem nos referimos? A aprendizagem escolar ou a aprendizagem fora da escola? No caso da primeira, sob quais parâmetros seria possível estabelecer uma análise sólida sobre como o jovem aprende história "escolar" a partir dos jogos?

A partir desse problema, partiu-se para uma compreensão teórica mais ampla sobre processos de aquisição de conhecimento, independente dos espaços. Nesse caso, o referencial teórico de Vygotsky tem importância significativa. Para Vygotsky, o que nos torna humanos é a capacidade de utilizar instrumentos simbólicos para complementar a nossa atividade cognitiva. Os processos de aquisição de conhecimento depende, em essência, das interações entre os indivíduos, especialmente entre os que utilizam e dominam com maior desenvoltura as diferentes linguagens simbólicas existentes numa cultura, e os que estão iniciando o domínio destas habilidades – como entre adultos e crianças ou entre "iniciados" e "não iniciados" nos jogos eletrônicos, por exemplo.

No campo do ensino da História, ainda são raros os estudos que buscam explorar o quanto o uso de linguagens simbólicas quando interiorizadas ampliam as possibilidade de raciocínio dos sujeitos. SIMAN e COELHO consideram que (…) processo do ensino aprendizagem da história não pode prescindir do uso de signos variados, constituidores de diferentes fontes de conhecimento histórico. As fontes iconográficas, os objetos da cultural material, as fontes orais e escritas, os gráficos, as tabelas tem para o ensino e aprendizagem de história o valor de trazerem para o tempo e espaço presentes realidades ausentes - ou situadas em outras temporalidades; têm o valor de representarem a realidade

2.2.4 - Conceito de "Empatia" na aprendizagem da história.

Os autores que se destacam nessa linha são: Collingwood (1980), Booth (1986), Pereira (2003), Clements (1996), Gov (1987), dentre outros. Esse conceito promoveu discussões bastante intensas na Inglaterra na década de 1980. Trata-se de uma teoria que vincula a aprendizagem na história a partir de ações em que os alunos "assumem" papeis de personagens históricos.

Assim, a empatia procura vincular a leitura do presente às atividades que façam o aluno assumir o lugar de outro sujeito de outro tempo histórico, para que, dessa forma, ele possa compreender as nuances, as características do pensamento histórico. As formas de assumir tais papéis passam pelas produções teatrais, de vídeos, de jogos etc. No jogo de computador há, necessariamente, situações semelhantes, na medida em que o jogador assume, literalmente, o papel de um rei, de um soldado, servo, clero ou guerreiro. O jogador, ao assumir o papel de um personagem histórico no jogo, precisa, necessariamente, pensar nos problemas vividos por esse personagem (ainda que seus referenciais estejam vinculados completamente às suas experiências do presente), nas reações que tem diante do outro, nas relações que empreendem com outros personagens, o que potencializa, a nosso ver, a sua compreensão a respeito da complexidade da ação humana ao longo da história

3 - Metodologia e Resultados parciais da pesquisa de campo

3.1 - Percursos metodológicos

O problema que se apresenta para análise da pesquisa é o de investigar e analisar as formas como os jovens jogadores, com idade entre 14 e 17 anos, constroem concepções históricas e formas de pensar historicamente através do uso de jogos de computador que

simulam e concretizam "situações históricas virtuais" em ambientes presenciais e virtuais de comunicação (Bate-papos internos dos jogos.

Inicialmente a proposta era a de analisar os adolescentes jogadores a partir do contato freqüente com os jogos de computador nos ambientes físicos das *Lan-Houses* - espaços que possuem computadores de última geração conectados à internet que vendem tempo de uso dos computadores para jogar ou navegar na Internet.

A partir desse procedimento metodológico, procurou-se fazer um mapeamento de todas as Lan-Houses da cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil). Esse mapeamento teve como objetivo:

- Traçar uma localização geográfica das Lan-Houses da cidade, com vistas a conhecer o perfil sócio-econômico cultural dos jogadores em questão;
- Levantar informações sobre os sujeitos jogadores como: faixa etária, principais jogos utilizados, gênero, tempo de permanência média na Lan-House, presença de grupos de jogadores que utilizam os espaços para jogar em conjunto ou mesmo para socialização "presencial".
- Produção de um banco de dados para o tratamento dos dados, de maneira a permitir a seleção de estabelecimentos que poderiam ser pesquisados, bem como seleção dos adolescentes que seriam observados e/ou entrevistados;

Essa fase da pesquisa de campo demonstrou grandes dificuldades, conforme descreveremos a seguir

Realizamos um grande levantamento de instituições e pessoas que poderiam nos dar informações sobre como localizar as lan-houses em Belo Horizonte. Procuramos levantar dados sobre Lan-Houses nos seguintes locais: Sebrae-Mg, Fiemg, CDL, Prefeitura de Belo Horizonte, Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, sites de buscas, listas telefônicas e profissionais que trabalham na área de entretenimento. Infelizmente essa estratégia apresentou resultados insatisfatórios, com um reduzido número de Lan-houses, o que inviabilizou metodologicamente nossa pesquisa.

A partir desse resultado, construímos outro percurso metodológico a partir da criação de outro critério para busca: ao invés de levantar *todos* os estabelecimentos, partimos da organização geopolítica da cidade em regionais e procuramos, a partir desse critério, localizar uma lan-house em cada uma das 9 regiões administrativas da cidade de Belo Horizonte. Os critérios para tal seleção foram os seguintes: Lan-House mais antiga ou mais visitada pelos jovens da região.

Paralelamente a esse trabalho fizemos um extensivo levantamento de jogos de computador nacionais e internacionais de simulação e "concretização" de "situações históricas virtuais". No total alcançamos mais de 100 jogos. A partir dos resultados, escolhemos dois jogos: *Age of Empires III* e *Age of Mythology*. O primeiro trata do conteúdo "descobrimento da América e sua colonização" e o segundo trata das mitologias.

O levantamento e seleção dos jogos levou-nos a criar mais um critério no levantamento de Lan-Houses: entramos em contato com as mesmas e selecionamos aquelas que possuíam um dos dois jogos instalados. Chegamos a apenas duas Lan-Houses a partir desse recorte: uma localizada na região centro-sul de Belo Horizonte, com 12 cópias do jogo *Age of Empires III* e outra localizada na região da Cidade Nova, com 10 cópias do mesmo jogo.

O principal problema encontrado nesse levantamento foi a dificuldade em se alcançar diferentes perfis de sujeitos jogadores a partir de uma pesquisa restrita a apenas duas regiões da cidade e duas lan-houses com um número reduzido de cópias dos jogos. Em uma conversa inicial com os gerentes das lojas, percebeu-se que é difícil a localização dos jogadores devido à incipiência da organização dos dados dos jogadores por jogo "alugado" na Lan-House.

Esses resultados nos mostraram a necessidade de alteração dos rumos metodológicos da pesquisa, uma vez que a Lan-House deixa de ser o espaço privilegiado para a observação, análise, entrevista e seleção dos sujeitos jogadores.

A partir das questões anteriormente colocadas, a pesquisa passou recentemente por uma alteração nos seus percursos teórico-metodológicos. O trabalho parte, na atual fase da pesquisa, para uma *análise intensiva dos mecanismos de comunicação* interna presentes dentro dos jogos *Age of Empires III* e *Age of Mythology*, ou seja, os sistemas de bate-papo dos jogos.

Percebemos que os espaços virtuais de comunicação não só permitem uma ampliação do nosso universo de pesquisa, mas também permite uma ampliação das características sócio-econômico-culturais do nosso jogador. Ou seja, ampliaremos o universo de pesquisados para além da cidade de Belo Horizonte, procurando traçar uma análise que possibilite conhecer o jovem brasileiro e suas relações com a aprendizagem em história via jogos de computador.

Em síntese, o que a pesquisa nos mostrou é que o melhor lugar para se compreender os processos de aprendizagem, comunicação e elaboração de teorias é o bate-papo específico do jogo de computador analisado.

Referências

ALVES, Lynn, 2005 *Game over:* jogos eletrônicos e violência. São Paulo: Futura.

BOOTH, M.B., 1986, *Empathy in History.* Eastleigh: Southern Regional Examinations

CLEMENTS, P. , 1986, Historical Empathy-*RIP? Teaching History*, October, 6-8

COLLINGWOOD, R.G. , 1980. A idéia de história. *A imaginação histórica*. Porto: Editorial Presençap. 387-307

EISENBERG, N. & STRAYER, J (et.). , 1987, *Empathy and its development*. Cambridge University Press

GARBIN, Elisabete Maria, 2003, Cultur@as juvenis, indentid@ades e Internet: questões atuais? In: *Revista Brasileira de Educação*. N. 23, maio/Jun/Jul/Ago

GOV, Z. , 1987, *Empathetic thinking in History teaching in the secondary school: as a mean to promote historical interpretation*, Unpublished M. Phil Thesis, Institute of Education, University of London

JOHNSON, Steven, 2005, *Everything Bad Is Good For You*: How today's popular culture is actually making us Smarter. Riverhead Books

LEE, Peter. & Ashby, r. , 1998, *History in an information culture*. Paper given t american educacional reserarch association Conference. San Diego, California

LEE, Peter. Historical imagination. ,1984, *In:* DICKNSON, A & Lee, P. & Rogers, PJ (eds). *Learning History.* London: Heinemann

LÉVY, Pierre, 1999, *Cibercultura.* São Paulo: Editora 34

MENDES, Cláudio Lúcio. , 2006 , *Jogos eletrônicos:* diversão, poder e subjetivação. S.P. Papirus

PACHECO, Samuel, 2004, *Aprendizagem e construção do conhecimento nas redes digitais*. Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado)

PEREIRA, Maria do Ceu de Melo, 2003, *O conhecimento tácito histórico dos adolescentes*. Braga, Universidade do Minho

PRENSKY, Marc. , 2006, *Don't bother me mom – I'm learning*: How computer and video games are preparing your kids for 21st century success – and how you can help!. Paragon House, Minnesota

SANTAELLA, Lucia. *Navegar no ciberespaço*. O perfil cognitivo do leitor imersivo. 2004, São Paulo: Paulus

SUTHERLAND, M.B,*1980,* Education and Empathy. Ndon. *British journal of educational studies, vol. XXXIV, 142-151*

SUTHERLAND, M.B. ,1984, *Thinking about Empathy*. London: british Psychological Society

VIGOTSKY, L.S. , 1998, *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone-EDUSP

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Catira do São Gonçalo: entre o profano e o sagrado, a permissão divina e a invenção dos homens

Wagner César Rédua*

Resumo: A Festa ou Dança de São Gonçalo é bem conhecida no Brasil, como cultura popular que se apresenta em duas partes - sagrado e profano. Na prática, ela se dá por meio de coreografias que foram construídas à medida que o ritual se consolidava como um culto à parte pelos devotos do santo, sem obedecer como forma de resistência, à hegemonia do catolicismo oficial, que num instante da história proibiu sua manifestação e a condenou como culto profano. Nos momentos de devoção que se repartem em coreografias distintas, encontra-se, em alguns lugares, o catira, entendido como profano legítimo e praticado como parte da devoção.
Palavras-chave: Cultura popular - Devoção - Dança.

Abstract: La Fête ou Danse de "São Gonçalo"[1] est bien conue dans le Brésil, comme culture populaire que se présent en deux partie - sacré et profane. Dans la pratique, elle se donne à partir de la construition dans la mesure que le rituel se consolide comme un culte parallèle pour les persones dévoté de ce saint, sans obéir, et en résistant, à l' hégémonie du catholicisme officiel, que dans un certain moment de l'histoire a empêché sa manifestation et l'a condamné comme un culte profane. Aux moments de dévotions du sacré et profane, les chorégrafies se présentent d'une façon particulier, dont le "catira", est consideré un culte profane legitime, dan la pratique, inherant à sa devotion.
Keywords: Culture Populaire - Dévotion - Danse

O catolicismo popular é comum no Brasil e se diversifica nas suas manifestações. A Festa de São Gonçalo inserida não apenas como um ritual religioso, mas também de cultura popular é um exemplo dessas práticas diversificadas pelos vários aspectos que se entrelaçam.

Entender os aspectos que envolvem a Dança de São Gonçalo como fé religiosa mantida e preservada do catolicismo popular, comandada por leigos é buscar reflexos que sobressaem da memória como ponto crucial da crença que se abrem à prática inserida no sagrado e profano como paga da promessa anteriormente estabelecida.

> *A história só é história na medida em que consente nem no discurso absoluto nem na singularidade absoluta, na medida em que o seu sentido se mantém confuso, misturado. A história é essencialmente equívoca, no sentido de que é virtualmente estrutural. E ainda, história é na verdade o reino inexato. Por vezes é também o paradoxo existente entre a*

---

* Aluno especial do Programa de Pós-Graduação de História - Mestrado / Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na linha de pesquisa História da Cultura.
[1] "*São" est le même que Saint* .

> *representação e a prática resultantes de análises e conjecturas forjados na produção do ser histórico, o homem, na sua multiplicidade expressiva ou multiformes maneiras de criar e recriar o real. (LE GOFF, 1996, p.21).*

O que se acredita sobre a origem da Festa de São Gonçalo aparentemente simples é cercado de incertezas e mistérios, pois apesar de afirmarem sua chegada a Amarante[2], em 1250, os documentos encontrados de atos que lhe são atribuídos como a construção de uma ponte e de um convento datam do século XVI (ESPÍRITO SANTO, 1990, p.117). Os festejos em Portugal são no dia 10 de janeiro, data de seu falecimento em 1259 (CASCUDO, p. 364), onde os devotos fazem romaria, e em 7 de junho, data da Festa de São Gonçalo com procissões, missas, etc. Sua canonização, em 1561, se deu por influência do rei de Portugal D. João III, devoto do santo.

São Gonçalo é um "santo versátil", atribuído pela apropriação de seus fiéis naquilo que lhe são favoráveis. Apesar das reverências consagradas terem um caráter mantido pela tradição oral, remete-se porém ao que se conta de suas proezas como pároco de Amarante. Assim, ele é santo casamenteiro, por dizerem como evangelizavam as prostitutas de sua paróquia, conforme afirmam ele acreditava que se as mulheres participassem de danças que promovia aos sábados não cairiam na tentação aos domingos, daí logo se casariam. Considerado também protetor dos violeiros por que acreditam que era ele violeiro e folião. Também é tido como padroeiro dos homens de caminho, cavaleiros, tropeiros e viandantes. Por causa da ponte que construiu é devotado como remédio contra enchentes o que abençoa a pescaria e navegações pelos rios.

As Festas de São Gonçalo se resumem, no Brasil, em pagamento de promessas e a maioria dos devotos não têm dia certo para realização da festa, limitam-se à datas escolhidas pelo promesseiro que também as organizam. A festa é chamada de Volta de São Gonçalo, Terço de São Gonçalo, Dança de São Gonçalo, Função de São Gonçalo, Roda de São Gonçalo e algumas mais.

Por ser uma das festas populares mais antigas do Brasil porque há registros da festa no início do século XVIII, a Dança de São Gonçalo tem sido alvo de pesquisas. Muito se escreveu sobre o tema, porém as análises giram em torno da dança ou festa, priorizando o aspecto das multiformes expressões da cultura popular e/ou na dança como um todo, sem quase averiguar possibilidades de danças específicas dentro da Dança.

A Dança ou Festa a São Gonçalo compõe-se de um conjunto de coreografias distintas que se multiplicaram, mas sob um olhar microscópico ela se expressa por várias

[2] Cidade do norte de Portugal situada à margem direita do rio Tâmega, onde viveu e faleceu São Gonçalo.

fases coreográficas aparentemente diferentes, porém sob uma mesma base, nos proporcionando a concepção de *hábitus*[3] da qual nos fala Bourdieu sobre a capacidade de improvisação e que Michel de Certeau no mesmo sentido chama de *corpus constituído* onde há efetivação das operações que adquirem técnicas que constróem os fenômenos sociais, formalizando e ressaltando marcas de tal cultura popular .

> *Essas maneiras de fazer correspondem em números finitos (a invenção não é ilimitada e, como as improvisações no piano ou guitarra, supõe o conhecimento e aplicação de códigos) que implicam uma lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstâncias (CERTEAU, 1994. p. 83).*

Isso quer dizer que embora as invenções são finitas, a improvisação correspondendo ao procedimento variam de acordo com as circunstâncias parecendo infinitas, mas modificam-se sob uma mesma base.

No Brasil, as diferentes maneiras de se cultuar São Gonçalo são visíveis e específicas em suas localidades, sendo que no geral a dança é feita em duas fileiras, uma de homens e outra de mulheres sem se entrelaçarem. As festas ao santo de Amarante são encontradas por todo o nordeste onde assumem um caráter de redundância masculina, mas a presença feminina é também constante, necessária, aberta e parte integrante do ritual. No sudeste, a começar por Minas Gerais, apresenta-se mais como festa para casamento e a dança é repleta de coreografias específicas ao gênero feminino. Mas o caráter de festa como pagamento de promessa é também encontrada e nesse campo, os homens cumprem seu ritual. Em São Paulo, nosso foco de observação, por notar a introdução do catira[4] especificamente é feito por homens e mulheres em seus papéis distintos dentro da coreografia, numa festa de pagamento de promessa. Em Mato Grosso, segue-se a mesma linha de São Paulo com poucas variações.

A Dança de São Gonçalo apresenta-se no plano do sagrado e profano divisões construídas a partir de ações por parte dos clérigos católicos. Com a queda do império romano, a ascensão da igreja e sua consolidação no campo prático e místico com Carlos Magno, proporcionaram a manipulação dos agentes divinos com o fim de cooptar fiéis. Uma das formas, além da coerção, foi a inclusão de manifestações populares pagãs ao calendário religioso numa tentativa de substituição de devoção que nesse plano inclui a dança. Contudo, como o rigor acentuado da igreja os prazeres carnais suprimidos das liturgias de devoção foram consideradas profanos, aquém do sagrado. Sem conseguir conter os impulsos da cultura

---

[3] O termo *hábitus*, que Bourdieu aponta, é tomado de Panofsky, que por sua vez tomou dos filósofos escolásticos para designar a capacidade de improvisação. (BURKE, 2005).

[4] Catira é um substantivo masculino e feminino, parecendo ser usado muito mais no masculino. HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

popular o rigor acético dá lugar à tolerância e sob o controle da igreja há a permissão, por exemplo, para o carnaval com a instituição da quaresma, um momento de penitência. Assim, o profano admitido pela igreja era tolerado e permitido, já o profano, sem a permissão eclesiástica, era perseguido e condenado.

Umas das primeiras menções da Festa de São Gonçalo no Brasil datam de 1717 em Salvador, por um viajante cognominado Gentil de La Barbinais que fez o relato de uma festa em homenagem a São Gonçalo no interior da igreja com o nome do santo. O viajante, o vice-rei e toda a corte presente na festa foram coagidos a entrarem na dança, por bem ou por mal, juntamente com os devotos: padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos (TINHORÃO**,** p.135).

A dança ao som das violas e ritmo africanos acabou sendo proibida pela igreja por se tratar de festa pagã e dança dos negros, após longos anos de perseguição e resistência, respectivamente. Em 1839, foi considerada profana a Dança de São Gonçalo das Moças[5].

A Festa de São Gonçalo passou a ser realizada em terreiros, quintais e esvaindo-se das cidades refugiara-se no setor rural a espera de calmaria. Mantida e à mercê de sua própria transformação pela dialética, os festejos a São Gonçalo ganham novos vestígios sendo agregado valores rurais do sertanejo. Permanecendo ainda uma dança sagrada e jamais feita por distração, curiosidade ou diversão. A fuga para o interior rural é a forma de resistência das classes populares à hegemonia religiosa do catolicismo oficial. A hegemonia religiosa implantada pela igreja definia os limites dentro das quais se podiam ter liberdade de culto. O instrumento de controle utilizado pela igreja ampliara o que já se havia criado sobre a confissão, pois ultrapassar os limites da hegemonia constituía numa necessidade de confissão, julgamento e condenação[6].

A cultura popular, nesse caso o São Gonçalo, é também construída por discursos que podem ser apresentados pelos signos que compõem sua manifestação.

> *Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1997, p. 56).*

---

[5] LANGE, Francisco Curt. 'As Danças Coletivas Públicas no Período Colonial Brasileiro e as Danças das Corporações de Ofício em Minas Gerais.' In *B* n.1, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

[6] Gramsci criou o modelo de hegemonia, onde "os intelectuais organizam a teia de crenças e relações institucionais e sociais, redefinindo o Estado como força + consentimento, isto é, hegemonia armada de coerção". BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Thompson, por sua vez, apresenta a hegemonia suprema da *gentry* na sociedade inglesa do século XVIII e sua relação com os plebeus. THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia das Letras.

A forma de cultuar São Gonçalo se difere nas várias regiões do Brasil no seu aspecto prático e coreógrafo, pois em cada lugar são agregados valores culturais e as diferenças assimiladas apropriadas de crença e fé. No interior do Estado de São Paulo, a lógica dessa cultura popular é formada pelos aspectos a seguir: **(1)** O religioso legítimo são as danças criadas por Deus ou mediador - santo ou padre. Executadas por homens que usam uma espécie de saia por cima das calças[7] e mulheres, sem se entrelaçarem, diante do lugar santo, ou seja, na presença do altar com a imagem do santo e durante o rito devocional. Incluem nessa fase, as danças sagradas do São Gonçalo no ato da devoção, reza, louvor, homenagem, agradecimento e reverência praticados através das "voltas" que se dão no momento em que os violeiros cantam, a duas vozes, enquanto os dançarinos, sapateando na fileira em ritmo sincronizado, dirigem-se em dupla até o altar, beijam o santo, fazem genuflexão e saem sem dar as costas para o altar ocupando os últimos lugares de suas fileiras. Cada volta pode durar de quarenta minutos a três horas, equivalente aos números de dançadores, mas a média é de uma hora e quarenta minutos para cada volta. Nos intervalos de cada volta, que num ritual tem sempre número ímpar: 5, 7, 9 podendo chegar até 21, um breve tempo para degustar o manjar oferecido pelo promesseiro. Nesse frenesi, a festa quase sempre acaba ao amanhecer. A formação da dança é sempre em duas fileiras, uma frente à outra. Quanto à participação de homens ou mulheres, ou os dois simultaneamente é diferente de região para região, mas as voltas com sapateado são feitas somente por homens, pois é desrespeitoso ao santo as mulheres sapatearem. No momento sagrado o silêncio é indispensável, pois a dança assume o caráter unicamente de devoção. Na última "volta" denominada "Canjuru" ou "Cururu" é formada uma roda onde o promesseiro dança carregando o santo retirado do altar, caso haja mais de um promesseiro todos dançam simultaneamente. Os demais dançarinos[8] agitam lenços brancos. Os versos de louvores e vivas a São Gonçalo são simples e alguns feitos de repente, mas de grande significado para os devotos:

Ora viva São Gonçalo
Filho de Nossa Senhora
Pra cantas pra São Gonçalo
Invento verso na hora.

São Gonçalo do Amarante
Que veio de Portugal
Ajudai nós a vencer
Esta batalha do mal (BRANDÃO, 1981, p. 75).

[7] Dizem que São Gonçalo se fantasiava de mulher pra dançar com as prostitutas. Há quem diz que ele era efeminado.
[8] Existem dois tipos de dançarinos de São Gonçalo: os agentes do ritual, que sempre participam das festas, e os promesseiros que dançam exclusivamente como pagamento da promessa.

(2) O profano legítimo são danças abençoadas, criadas por homens imitando o que os santos ensinaram. São danças executadas por homens sem mulheres e próximo ao lugar santo - o altar, e depois do rito devocional. As danças profanas legítimas têm a permissão de Deus por não estar ligado ao prazer carnal, mas uma dança em devoção ao santo, como se nota a ausência feminina, pois tal presença pode levar à fraqueza da carne e desvirtuando o devoto. A mulher na Dança de São Gonçalo como um todo, tem lá suas permissões e proibições. A dança tem, nesse caso, o caráter profano por ser criação do homem, mas o sentido é imitar os santos, por isso é permitido. Nesse campo inclui o catira, o fandango e o cururu. O fandango no São Gonçalo é diferente do que é praticado no Sul do Brasil, pois enquanto nesse último tem o caráter de baile, no São Gonçalo é uma devoção executada por homens, parte integrante do ritual. O cururu é incorporado ao ritual independente de outras danças profanas. É no cururu que o promesseiro faz sua dança ao santo como pagamento da promessa. Imitando o santo, ele dança a seu estilo uma coreografia improvisada, sendo assim profano legítimo. O catira é a dança sincronizada entre dançarinos e violeiros, as palmas e o sapateado são constantes na Dança de São Gonçalo como um todo. No catira, o que se pode dizer, especificamente, é o sincronismo realizado aos repiques da viola. O que difere entre as danças sagrado e profano é que no sagrado os violeiros também dançam, no profano, especificamente o catira, os violeiros só cantam . As batidas fortes de pés no tablado e as palmas soando como respostas ao pontilhado, ao mesmo tempo em que ressaltam o compasso da melodia. O prazer dos devotos a São Gonçalo no catira é executar bem a dança para agradar o santo. O catira executado por grupos fora do ritual, sem o caráter religioso, é semelhante ao praticado na Dança de São Gonçalo na questão musical, formação dos pares, nomenclatura e função dos dançarinos, as palmas o sapateado. Fica evidente, a momento, uma ligação expressiva do catira atualmente praticado com a Dança de São Gonçalo, e pelas evidências é mais provável que o catira tenha saído da Festa de São Gonçalo do que incluída nela como dizem[9], pois a estrutura coreógrafa e a estrutura musical dão base para tal probabilidade. No catira de São Gonçalo os dançarinos sapateiam e batem as palmas no ritmo das violas após versos cantados pelos violeiros:

E com esse já são três versos
Que eu canto com grande fé

[9] Câmara Cascudo, apesar de apontar alguns autores de diferentes versões, contudo, evidencia o surgimento do catira no Brasil através do Padre Anchieta, que teria usado esse tipo de dança como instrumento para catequizar os índios. Tal sugestão dá a entender que o catira foi introduzido na Dança de São Gonçalo. Rosa Luxemburgo afirma essa versão.

Em frente de toda a imagem
Que ela vai nos dar coragem
É o que os devotos quer,
E todos esses pecador
Vai dar um viva em seu louvor
Batendo a mão, batendo o pé. (BRANDÃO, 1981, p. 77,78)
.

(3) O profano ilegítimo são as danças excomungadas como o baile e o pagode. Segundo a crença, essas danças são criadas pelo diabo ao imitar a dança dos homens. Executadas por homens com mulheres, tais danças são entendidas como aquelas que apelam para o prazer carnal, criadas para distraírem os homens das devoções devidas aos santos. A dança é feita longe do lugar santo e sem referência com o rito devocional. Isso quer dizer que na festa de devoção a São Gonçalo não esse tipo de dança e nem práticas comuns dessas festas profanas ilegítimas como a bebida alcoólica.

Na Dança de São Gonçalo o sagrado e o profano (nesse caso o legítimo) são partes de um ritual que se completa pelos critérios estabelecidos ao longo da construção dessa cultura popular a partir de bases religiosas constituídas pela mistura das raças vinculadas à questão cultural. A miscigenação racial proporcionou a agregação de valores religiosos em bases formadas pelo catolicismo e práticas de cultos africanos. A rejeição de valores culturais e crenças de outros povos por parte do catolicismo oficial formou um outro tipo de culto ao santo, conforme se vê, é peculiar no Brasil, tratando-se do São Gonçalo.

Dessa forma, "as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes" (THOMPSON, 1998, p. 18). Segundo o conceito de cultura como prática no estudo das categorias de representação e apropriação, as práticas são as ações de um ser social representado pelas apropriações que se deram no decurso dos tempos. As representações, segundo Chartier,

> *São estes esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (CHARTIER, 1990. p. 17). Por um lado as representações fazem ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a representação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa (CHARTIER, 1991. p. 184).*

O que se pratica na Dança de São Gonçalo através de suas coreografias, incluindo também as danças profanas como o catira, é a idéia da presença do santo. Uma presença constante, tendo por invólucro o misticismo apropriado e manifestado em forma das danças, que move o indivíduo pela crença dispensada. Assim, as práticas culturais, de um modo geral,

vão se recriando e formando seus ambientes propícios, que ao repassar de geração em geração, mantém acesa, além de uma cultura popular, os traços emergentes de um passado histórico.

Referências

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil; Rio de Janeiro, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes da Viola.** Petrópolis: Vozes, 1981.

BURKE, Peter. **Oque é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** São Paulo: Edições Melhoramentos.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis/ RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / B. Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação.** *Estudos Avançados,* 11(5), 1991.

ESPÍRITO SANTO, Moisés. **A Religião Popular Portuguesa**. Lisboa: Assírio &

Alvim, 1990, p. 117.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.'

LANGE, Francisco Curt. ***'As Danças Coletivas Públicas no Período Colonial Brasileiro e as Danças das Corporações de Ofício em Minas Gerais.***' In **Barroco** nº. 1, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 4ª ed., São Paulo: ED. Da Unicamp, 1996.

LUXEMBURGO, Rosa. **Música Caipira: Da roça ao rodeio.** São Paulo: Editora 34, 1999.

TINHORÃO, José Ramos. **As Festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Antonio de Alcântara Machado e o teatro nacional

Cássio Santos Melo*

Resumo: Objetivamos nesta comunicação analisar as opiniões e posicionamentos do escritor paulista Antonio Alcântara Machado com relação à situação do teatro brasileiro em meados da década de 1920. Utilizaremos como fontes alguns artigos do autor publicados no efêmero periódico *Terra Roxa... e outras terras*, os quais são marcados pelo debate em torno da questão do nacionalismo brasileiro. Um dos nossos objetivos principais é correlacionar as opiniões de A. A. Machado, como também a de outros intelectuais de períodos anteriores, e suas relações com o marco simbólico da Semana de 1922, de modo a explorar as similitudes e afastamentos de tais interpretações.
Palavras-Chave: Alcântara Machado; Terra Roxa; Nacionalismo.

Abstract: In this communication our objective is to analyse the opinions of the Antonio Alcântara Machado, a writer paulista, about the brazilian theater situation in 20's. The articles published by Machado in the *Terra Roxa… e outras terras* (1926), a ephemeral modernist magazine, are the main sources. We will discuss the Machado's opinions around of brazilian nationalism and other contemporary writers, and also their relationships with the classical cannon of the literature, the Week of 1922.

Key-Words: Alcântara Machado; Terra Roxa; Nationalism.

Não objetivamos nas páginas que aqui se seguem, traçar um panorama geral do movimento modernista em São Paulo, o qual tem como marco simbólico a Semana de 1922. Nossa pretensão é apenas a de acompanhar analiticamente as opiniões de um dos expoentes do modernismo paulista – Antonio de Alcântara Machado – com relação à situação do teatro nacional expressas no periódico *Terra roxa... e outras terras*, de modo a correlacioná-las com algumas interpretações ainda vigentes na historiografia teatral brasileira.

São Paulo, janeiro de 1926. Antonio de Alcântara Machado no início deste ano aporta como um dos diretores e mentores dos mais dedicados, do efêmero periódico modernista *Terra Roxa... e outras terras*, o qual concentrava seus colaboradores na cidade São Paulo; a existência de *Terra Roxa* está interligada com a de outros periódicos do mesmo período como *klaxon* (1922-1923) em São Paulo, *Estética* (1924-1925) no Rio de Janeiro e a *Revista* (1925-1926) de Belo Horizonte.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da FCL da Unesp/Assis desde 2005. Bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo).

Como se pode notar, além de possuírem uma vida curta, o nascimento desses periódicos modernistas ocorre de maneira sucessiva, com a conseqüente formação e desagregação de novos grupos. Para a historiadora carioca Ângela de Castro Gomes, tal caráter se explica pelo fato de que nestes inícios de século no Brasil tanto a cultura como o papel do intelectual na sociedade passa por diversas transformações. Novas linguagens, um novo público que abria perspectivas para novas práticas e estilos e a recente relação dos intelectuais com o aparecimento dos meios de comunicação em massa, dão a nota desta mudança. Diante de tais transformações,

> *[...] não é casual a existência de polêmicas que ora aproximassem ora distanciassem os intelectuais, situando-os em "grupos" que se reorganizavam continuamente com o passar dos anos e dos eventos estéticos e políticos. Estas disputas estão longe de serem meras disputas regionais ou de vaidades individuais, elas exprimem a intensidade e a dificuldade das questões então enfrentadas pelo país* [...] (GOMES, 1999: 13)

Os participantes do movimento auto-intitulado modernista se apresentavam como porta-vozes dos novos tempos, grupos sociais e ideários, propondo modelos de representação histórica tanto para São Paulo quanto para a nação. Isso significou fundar novos pilares simbólicos como também investir contra outros já consagrados. O advento do modernismo foi o momento no qual "a imaginação literária paulista atualizará, em versão de vanguarda, o discurso da tradição regional".[1]

Neste sentido, uma das questões a serem interrogadas no estudo das relações entre intelectuais, modernismo e nacionalismo, "é a própria centralidade que os modernistas paulistas atribuíram a si mesmos e a da duração da memória que construíram sobre seu papel de vanguarda intelectual hegemônica".[2] Cabe lembrar que a questão moderna já era um elemento crucial na produção cultural brasileira desde o começo do século, e não uma repentina descoberta do grupo paulista nos anos de 1920.[3]

Segundo Cecília de Lara, "em Terra Roxa... e outras terras não há como definir posições estéticas desligadas da preocupação vigente naquele momento modernista: "o brasileirismo" nome que assume o nacionalismo na pena dos colaboradores do jornal.[4]

Os modernistas buscaram diferentes acepções dentro do mesmo conceito: o que é brasileirismo? Nas páginas de *Terra roxa*, A. A. Machado dentro desta questão se mostrou

[1] FERREIRA, A.C. *A Epopéia Bandeirante*: Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 286 e 303.
[2] GOMES, A. C. Op. cit., p. 12.
[3] Cf. FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
[4] *Terra Roxa... e outras terras*. [Introdução de Cecília de Lara] São Paulo: Martins, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p. IX. Edição com reproduções fac-similares dos números publicados do periódico: Ano I, n. 1-7, 1926.

fortemente preocupado com a presença da cultura estrangeira no cenário nacional, temendo que a primeira pudesse sufocar a segunda, que estava nascendo. Este problema, segundo a ótica da revista, é apontado por Antonio de Alcântara Machado com relação ao movimento teatral brasileiro.

Um dos artigos de Alcântara, publicado no primeiro número do periódico, intitulado *Indesejáveis*,[5] é marcado por uma profunda crítica às companhias estrangeiras que vêm ao Brasil para dar à platéia espetáculos que agonizam de podre, com elencos desfalcados em companhias lideradas por empresários inescrupulosos. Se, o nosso crítico teatral afirma que tem "vontade de logo pegar em madeira" [sic] quando ouve falar nesses conjuntos estrangeiros, as suas observações quanto à situação atual do teatro brasileiro não são menos duras.

Para Alcântara o teatro nacional não é nosso, não é nacional. "Os assuntos vêm de Paris. Ou melhor: o comediógrafo brasileiro imagina um enredo que ele julga parisiense".[6] No dizer do nosso crítico "peças auri-verdes são raríssimas" à exceção de *Juriti*, de Viriato Corrêa, peça na qual figura como personagem principal um caboclo do sertão nordestino. Alcântara reclama que o teatro brasileiro ainda não conhece o verdadeiro Brasil e não se ateve a retratar os tipos nacionais que representariam a síntese da nacionalidade brasileira, a exemplo de *Juriti*. Neste sentido, a cena nacional só conhece algo que seja realmente brasileiro: o palhaço Piolin e suas peças cômicas compostas de pantomimas e improvisações cômicas que divertem e são originais, "revela o Brasil. Improvisa brasileiramente tudo. É tosca. É nossa", assim finaliza seu artigo Alcântara Machado.

Bem, as afirmações de Antonio Alcântara Machado deixam-nos a sensação que o teatro brasileiro até o momento não é digno de receber o qualificativo de teatro nacional, pelo fato de, segundo os pressupostos de Alcântara, não ter retratado em suas tramas o verdadeiro brasileiro. A partir destas premissas acreditamos que a análise dos posicionamentos de A. A. Machado com relação ao teatro dos anos 20 possa-nos fornecer pistas para compreender os porquês da produção teatral brasileira do período, compreendido grosso modo pela Primeira República, ser apenas citada pontualmente pelas historiografias teatrais. Até o presente momento em nossa pesquisa de mestrado temos verificado a existência de uma expressiva produção artística existente desde o final do século XIX, e que se notabilizou em meados dos anos de 1910, em que personagens como o caipira ou sertanejo eram expressões de um

[5] Idem, Ano I, N° I, 26 de Janeiro de 1926, p. 5.
[6] Idem.

nacionalismo pujante. Nesse sentido, parece existir uma contradição nas declarações de Alcântara Machado e o que afirmamos anteriormente.

Tentaremos esclarecer tal contradição partindo do último parágrafo do artigo de Cláudio de Sousa, *O Theatro no Brasil*.[7] Com um misto de otimismo e pesar, carregado com doses científicas evolucionistas, o autor de *Flores de Sombra* observa:

> *O que temos é pouco, mas ainda é patrimônio maior do que o de muitas nações. Orgulhemo-nos daquelle pouco, que para a nossa idade é muito. Ha um nacionalismo de que nenhum coração se deve apartar: é o do sangue, da raça, da belleza das tradições, das epopéas nacionaes, de sua moral, de seu heroísmo, de sua nobreza. Este nacionalismo tem no theatro seu grande glorificador, como ao theatro compete corrigir a raça de seus rediculos.* (SOUSA, 1930: 586)

Se o Brasil ainda não atingiu um nível de maturidade suficiente para firmar seu nacionalismo enquanto nação civilizada, cabe à arte, em específico à literatura dramática, firmar este nacionalismo que deve se amparar nas tradições nacionais.

Cláudio de Sousa nasceu no interior de São Paulo na cidade de São Roque, e logo depois de ter concluído os estudos secundários foi para o Rio de Janeiro cursar a Faculdade de Medicina, desde os dezesseis anos já colaborava na imprensa carioca. Depois de diplomado foi residir em São Paulo. Ali instalou consultório médico e continuou colaborando na imprensa paulistana. Foi professor de Terapêutica na Escola de Farmácia de São Paulo, hoje integrada à USP. Em 1909, juntamente com um grupo de intelectuais, foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras. Todavia, foi no Rio de Janeiro a partir de 1913, depois de ter abandonado a Medicina, que passou a se dedicar totalmente às letras, chegando a se tornar o terceiro ocupante da cadeira vinte e nove da Academia Brasileira de Letras, eleito em 28 de agosto de 1924, honraria obtida por poucos paulistas; até mesmo Monteiro Lobato, em 1922 no auge de seu prestígio à frente da *Revista do Brasil*, tivera que amargar uma derrota ao candidatar-se a uma vaga nesta agremiação.[8]

Assim, Cláudio de Sousa torna-se um contraponto interessante para atingirmos nosso objetivo nesta breve fala, qual seja o de compreender, mesmo que hipoteticamente, as várias lacunas presentes na historiografia teatral das primeiras décadas do século XX. Em primeiro lugar, pelo fato de que Cláudio de Sousa, tal qual Alcântara Machado, criticava teatro nacional e o sucesso de gêneros ligeiros em detrimento da comédia. Todavia ele não

---

[7] SOUSA, Cláudio de. *O Teatro no Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, Anais do Congresso Internacional de História da América em 1922, Vol. IX, Rio de Janeiro: 1930. Acervo Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

[8] LUCA, T. R. de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 278.

possuía uma visão tão pessimista e desqualificadora como a de Machado, mesmo em detrimento de suas ressalvas enxergava no teatro nacional o papel de regenerador da nacionalidade. Uma outra questão é o fato de que Sousa mesmo sendo um dos grandes representantes da literatura dramática das primeiras décadas do século XX, seu nome, sua obra, como também a de vários autores que se dedicaram ao teatro, estão jogados na vala comum do esquecimento.

A par de tais opiniões, o que notamos é que tanto Cláudio de Sousa quanto Alcântara Machado, muito próximos temporalmente entre os quatro anos que separam seus textos, reproduzem posicionamentos semelhantes. De modo diverso, buscam nutrir discursos, que a despeito das críticas à situação atual do teatro no Brasil, ambicionam um teatro que seja verdadeiramente brasileiro.

Ancoradas na tradição, ambas interpretações, e este é o ponto de convergência das mesmas, se debatem na busca do verdadeiro Brasil. Acreditamos que Alcântara o faça de maneira mais consciente propondo que o teatro nacional conheça melhor os tipos nacionais, que segundo ele, ainda não conhece, como o ítalo-paulista, o imigrante e o político.

Com algumas ressalvas, pode-se afirmar que as observações de Alcântara estão carregadas de algum ressentimento quanto à produção nacional, como também a diversos acadêmicos como Cláudio de Sousa, o qual foi alvo de feroz crítica de Alcântara Machado nas páginas de *Terra Roxa*, quando Sousa propôs o lançamento de uma temporada teatral brasileira em Paris no ano de 1926, pois

> *Tudo isso não existe. O que não presta não existe. Ao menos para os olhos estrangeiros gente de fora só deve pôr a vista em cima do que temos de bom... Cláudio de Sousa por falta de reflexão ou excesso de vaidade quer sujeitar o Brasil a mais um ridículo desses. Eu protesto aos gritos, na ponta dos pés, gesticulando! O que temos de interessante em teatro é ainda tentativa. Não caia o teatro brasileiro em igual esparrela. Trate de nascer e crescer primeiro. Muito quietinho. E depois apareça*. (TERRA ROXA, 1977: 3)

Sem sombra de dúvida, os tipos nacionais aos quais Alcântara se refere foram tratados e encenados nos palcos brasileiros por autores brasileiros. É o caso do *Coronel Ferraz*, personagem da comédia *Flores de Sombra*, de autoria de Cláudio de Sousa, um estereótipo do político brasileiro da Primeira República, voluptuoso e sedento por poder e que tenta angariar votos de todos para atingir seus fins, inclusive dos mortos; eleitores bem fiéis, diga-se de passagem.

Todavia, e é esta a grande diferença que marcará nos anos seguintes a diferenciação de ambos os discursos, a luta de poder dentro do campo intelectual. O discurso

histórico de vanguarda disseminado pelos modernistas soou mais forte, mais intenso, e fez herdeiros, como os intelectuais da chamada geração de 30 reunidos em torno da revista *Clima*, que "deram prosseguimento, em novas chaves, ao trabalho de consolidação da cultura moderna, cujo impulso inicial fora dado pelos modernistas que os precederam".[9] Mas, isso já é assunto para outras tantas páginas, por ora ficamos por aqui.

Referências Bibliográficas

FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

FERREIRA, A.C. *A Epopéia Bandeirante*: Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GOMES, A. C. *Essa gente do rio...*: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LARA, Cecília de. *De Pirandello a Piolin*: Alcântara Machado e o Teatro no Modernismo. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.

LUCA, T. R. de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

[9] PONTES, Heloisa. *Cidades e intelectuais*: "os nova-iorquinos da *Partisan Review* e os "paulistas" de *Clima* entre 1930 e 1950. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 18, n. 53, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 de fevereiro de 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Políticas Públicas e Projetos de cidade: Uberlândia segundo a imprensa

Orlanda Rodrigues Fernandes*

Resumo: Este trabalho tem como problemática central a construção de memórias históricas por meio da imprensa. Refletindo como esta produção compõe o enredo social, analisando sua construção e problematizando os projetos de cidade presentes.

Palavras-chaves: Memórias, imprensa, políticas públicas.

Abstract: This paper has with center problem the construction of the history memory for the newspaper. Reflecting about this production represent the social plot, analyzing their construction and question the projects about the city into the newspaper.

Keywords: Memories, newspaper, public political.

Este artigo apresenta reflexões da pesquisa em andamento que tem como problemática central a construção de memórias históricas por meio da imprensa. Refletindo como esta produção compõe o enredo social, analisando sua construção para problematizar os projetos de cidade presentes, indagando sobre suas interferências no real.

As discussões sobre memórias e suas produções têm sido recorrentes entre os historiadores da História Social. Numa proposta mais ampla de romper com a idéia de voltar ao passado pelo passado e de uma grande história universal e acadêmica, esses historiadores problematizam o conceito de memória dentro da forma como encaminham suas pesquisas, como legitimam seus temas e da responsabilidade que têm para com os procedimentos de pesquisa que adotam, deixando claras suas intenções e posições.

Compartilhando dessa posição, não há em meu trabalho uma definição fechada, trabalho com a idéia de memórias em movimento e produzidas no social a partir do presente e não do passado, e utilizo esse conceito no plural, pois compreendo que são maneiras como grupos, classes sociais, interpretam o passado, ou seja, como um campo de disputa por aquilo que queremos para a nossa sociedade. As memórias produzidas a partir de significações do

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia com projeto de pesquisa financiado pela CAPES.

presente com interpretações sobre o passado projetam um futuro e, portanto, é uma construção em disputa de acordo com interesses e projetos de sociedade que se almeja.

Logo, o interesse pela memória produzida pelo jornal *Correio de Uberlândia*[1] na década de 1960 se fez, pois a considero representativa de frações de classe, com um projeto de sociedade que se queria edificar, uma visão de mundo apresentada de determinadas formas com intenções e objetivos.

É fundamental problematizar essa visão do periódico, bem como a memória produzida por ele, percebendo e questionando a ligação de interesses presente nessa produção e difusão. Pois os projetos das diversas forças sociais são articulados pela imprensa segundo os interesses de seus proprietários, financiadores e grupos aos quais representa, influenciando diretamente a produção da memória histórica sobre o período presente na fonte. (MACIEL, 2004: 14-39)

Com o levantamento e análise dos proprietários, financiadores, redator chefe do jornal e grupos aos quais o *Correio de Uberlândia* representava, a questão da disputa por hegemonia de determinados posicionamentos aflorou no trabalho. Compreendi então o posicionamento do jornal, que sujeitos escreviam e construíam as reportagens, ou melhor, quem controlava essa produção, para quem se dirigiam ao fazê-lo e com qual intenção.

São esses elementos que representam os interesses dos grupos que colocam sua posição na imprensa e o projeto de sociedade que se quer para Uberlândia. Parece que o governo militar já estava presente antes mesmo de 1964, ou seja, já se disputa uma imagem de um possível governo que essa parcela almejava, travando um provável diálogo com intelectuais e pensadores da região que possuíam outro posicionamento.

Havia um interesse local por parte das classes dirigentes – constituídas de proprietários de terras e propriedades imobiliárias na cidade, que também estavam na política enquanto prefeitos, vereadores e deputados – em difundir o ideal liberal industrial, visto que seriam eles mesmos os investidores e lucradores de tal expansão, além disso, difundindo esse

[1] O jornal Correio de Uberlândia é um periódico de Grande circulação na cidade de Uberlândia que na década de 1940 pertencia a cotistas ligados à UDN – União Dmocrática Nacional - entre eles João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos e Alexandrino Garcia. Valdir Melgaço Barbosa, vereador e deputado pela UDN, assumiu sua direção em 1952, onde permaneceu por toda a década de 1950 e de 1960. Ainda na década de 1950 o jornal foi vendido para Agenor Garcia, irmão do comendador Alexandrino Garcia (também ligado à UDN), permanecendo nessa família até 1971, quando foi comprado por Sergio Martinelli, voltando, em 1986 às mãos dos Garcia por meio da compra do jornal pelo grupo ALGAR – grupo empresarial brasileiro com sede em Uberlândia, e que atua principalmente na região Sudeste e Centro-Oeste, num processo de expansão para todo o país e exterior, fundada por Alexandrino Garcia em 1954 com a intenção de implantar um sistema de comunicação, hoje é uma empresa que atua nas áreas de telecomunicações, agronegócios e entretenimento.

ideal num jornal destinado claramente às classes médias, visavam atrair apoio destas e de classes industriais de outras cidades e/ou outros estados para Uberlândia:

> *Mais uma comissão de uberlandenses dirige-se à capital mineira para a obtenção de benefícios para a cidade. Domingo partiu de Uberlândia, liderada pelo chefe do executivo municipal, uma caravana de homens de negócios e industriais que vão falar com o governador Magalhães Pinto sobre assuntos ligados à Cidade Industrial. O prefeito Raul Pereira de Resende, os srs. Luiz Della Penna, eng. Helvio Felice, Cesarino Crosara e outros, neste momento já devem ter entrado em contato (ontem) com o chefe do executivo estadual através da atuação do deputado Valdir Melgaço que fez a ligação entre o governador e os uberlandenses. Embora não seja conhecida em seu total a agenda de reivindicações, sabemos perfeitamente que o sr. Raul Pereira de Rezende, com o apoio do deputado Valdir Melgaço, promoverá meios para retornar a Uberlândia trazendo uma verba de 20 milhões de cruzeiros, retida em Belo Horizonte e destinada a serviços na futura Cidade Industrial. Outro assunto que será tratado, refere-se à isenção de impostos e à fiscalização estadual em Uberlândia, ora tão em atualidade dentro do panorama político de nossa terra. A notícia da viagem da comissão a Belo Horizonte, não deixa de ser das mais importantes para esta comunidade. Realmente, os homens que a compõem, figuras destacadas do progresso industrial, comercial e político da metrópole triangulina foram altamente credenciados a conseguir um benefício que o estado tem obrigação de nos dar. A atuação do deputado Valdir Melgaço, que é uberlandense e ocupa relevante lugar no mundo político estadual, deverá constituir ponta de lança na obtenção do atendimento às nossas reivindicações. Por isso aguardamos, tranquilamente, o sucesso da viagem do prefeito e dos industriais."*[2]

A utilização de uma linguagem no plural transmite numa primeira leitura acrítica a sensação de que toda a população já sabia dessa viagem e de sua necessidade – mesmo sendo a primeira vez que noticiam essa informação – e que os benefícios serão para toda a cidade.

Os interesses a serem atendidos, são os dos industriais comerciais e políticos que usufruirão desses benefícios, eles foram negociar com o governo estadual a liberação da verba que já estava decidida previamente por essa classe, participante da sociedade política uberlandense, para ser investida nas indústrias.

Portanto, para recuperarmos essas interpretações e analisar o que há de local com relação ao apoio a um determinado regime e o que isso significava em termos de projetos para a cidade é necessário romper com a idéia de neutralidade e verdade do jornal, colocando-o como prática social produtora de memórias.

---

[2] Matéria intitulada: Comissão Capital, retirada da coluna: *Assim Pensamos, Correio de Uberlândia.* Dia 22 de setembro de 1964. P. 3.

Com isso fui capaz de perceber, que o jornal, como outras práticas, se localiza historicamente no tempo e no espaço e que é uma prática social de sujeitos específicos. Isso está relacionado ao caráter do periódico que defende a idéia de desenvolvimento ligado à industrialização e o estabelecimento das multinacionais, além de possuir um caráter de propaganda política em favor de seu diretor destacando sempre seus feitos enquanto deputado que beneficiaram a cidade de Uberlândia.

Por meio de seleção sobre o que se diz do Regime Militar, abordando seu caráter revolucionário e progressista para o Brasil, a figura de linguagem representa e define a realidade como um todo único, sinônimo de desenvolvimento econômico, progresso, ordem, fim dos conflitos entre as classes e soluções de seus problemas para a construção de uma nação forte. Diante disso, é preciso perceber

> *[...] a imprensa espaço articulador de projetos políticos e formador de opinião, e também que desnudar sua pretensa universalidade passa por decifrar o jogo da linguagem por meio do qual produz memória; a investigar, no discurso literário, sua capacidade de colocar em diálogo vozes e perspectivas opostas, de abrigar o diferente, de zombar das perspectivas dominantes e reducionistas e domesticadoras, de abrir para o leitor, e também para o historiador, horizontes múltiplos e referenciais com os quais possam refletir sobre o mundo e sobre seu próprio lugar nele. (FENELON, 2004: p10)*

O jornal não traz uma visão universal do Regime Militar, tão pouco existe uma visão única que estava presente em toda imprensa nacional, o que foi defendido no jornal uberlandense, o foi por trazer benefícios e atender aos interesses locais, medidas que por ventura fizessem o contrário seriam rechaçadas com a mesma intensidade das que foram defendidas e aplaudidas .

São os interesses locais que fazem os sujeitos defenderem as inúmeras medidas do governo pós 64, o posicionamento do periódico não é apenas um reflexo da conjuntura nacional. A imprensa é mais que um veículo de informação, produz ações e idéias, dá forma aos eventos, que nos leva a refletir como esse jornal uberlandense toma o Regime Militar como sendo a salvação do país e no que isso interessa a esses sujeitos, recuperando essas interpretações que atendem a uma memória histórica forjada e que se pretendia e se pretende hegemônica, bem como os sujeitos que nela atuam, seus papéis e desempenho.

Percebe-se que em Uberlândia, a grande parte da rede de comunicação na década de 1960 pertencia a uma classe dirigente que se beneficiava, como já colocado, do agronegócio e da especulação imobiliária e que também participava da esfera política articulando a produção cultural difundida pelos meios de comunicação com suas políticas públicas a fim de conquistar apoio para os projetos de cidade que os beneficiariam de alguma

forma, e que, apesar de não ser uma esfera dominada por um único posicionamento, era uma área de atuação dos políticos que eram ao mesmo tempo proprietários rurais que começavam a atuar como industriais na cidade, ou seja, mudam as formas de lucro, mas a classe que as desfrutam é a mesma e, por mais que houvesse disputa, as que apareciam dentro dessa rede de imprensa da cidade se davam dentro de um ideal liberal de sociedade.

Na imprensa uberlandense, a disputa se dava entre projetos com o mesmo fim desenvolvimentista[3], a luta era pra ver quem receberia e investiria para alcançar e aproveitar esse dito desenvolvimento. Logo, se as medidas governamentais se incompatibilizassem com esses interesses, não teriam apoio e espaço no jornal.

A difusão do jornal não propicia apenas novas práticas culturais, influencia e compõe diretamente as práticas sociais. Portanto mais que transformar a educação e a cultura de uma comunidade, ela constrói cultura e educação a partir de seus ideais de cidade e sociedade que são representativos de sujeitos específicos, difundindo e compondo valores, modos de viver, pensar e agir, políticas públicas.

Toda essa análise possibilita a problematização do que era Uberlândia para esses sujeitos que compunham a imprensa nesse momento, uma cidade voltada para a propriedade rural e imobiliária, onde o comércio possuía uma fundamental importância e que visava a industrialização e o desenvolvimento econômico proveniente disso.

A idéia de "modernidade" permeia as práticas desses sujeitos que visam expandir o capitalismo e que gera, não contraditoriamente, mas sim como fruto desse desenvolvimento capitalista uma sociedade desigual denominada de "Cidade Jardim", termo que fazia uma propaganda de Uberlândia e que indicava políticas públicas de limpeza e conservação, conserto dos passeios públicos e a retirada de mendigos e indigentes do centro da cidade, tudo isso legitimado pela idéia de "higienização das cidades modernas", para que a população não ficasse a mercê de doenças advindas das práticas e modos de viver antigos e/ ou ruins, a fim de justificar medidas totalmente antidemocráticas e preconceituosas.

Eram questões que tinham o intuito de mudar a imagem da cidade por meio de políticas de limpeza urbana, pavimentação de ruas e demolições de construções antigas,

---

[3] Utilizo o conceito de desenvolvimentismo como caracterizador de experiências históricas de defesa da industrialização, do intervencionismo limitado, de apoio à abertura da economia ao capital estrangeiro legitimados por uma ideologia nacionalista, porém alguns pesquisadores consideram um equívoco escolhido devido a falta de uma definição precisa de desenvolvimentismo e dessas medidas adotadas a fim de atingir a industrialização. Para essa definição mais precisa, ver: FONSECA, Cezar Dutra. Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economoa Política – Departamento de Economia da PUCSP, Sp,* Volume 15, nº 2 (26), pp. 225-256, 2004.

medidas de intervenção no espaço urbano que aparecem nas matérias como desejo de toda sociedade uberlandense, da "metrópole triangulina".

Ou seja, a parte central de Uberlândia, espaço freqüentado por uma pequena parcela da cidade recebia inúmeras verbas para manter a aparência de cidade jardim que, como colocado por Campos Filho analisando as cidades brasileiras e a questão da urbanização e da valorização do centro das cidades em detrimento das periferias, na maioria das vezes vem da arrecadação de todo o município e são investidos, graças à relação entre setores de classe dominante e sociedade política, em regiões desfrutadas por esses grupos enquanto as áreas urbanizadas da periferia permanecem em um estado de precariedade quanto aos recursos de infra-estrutura urbana. E, alem disso, são os proprietários dessas áreas, bem como os especuladores imobiliários que se beneficiam da valorização imobiliária dessa região: (CAMPOS FILHO, 1992).

Com uma determinada interpretação do presente, que se liga a uma reelaboração do passado projetam um futuro capaz de atender seus interesses. Construindo não apenas fatos, mas também significados que modelam a consciência do agora e do ontem colocando algumas possibilidades e apagando outras, na tentativa de remodelar valores e desejos segundo os seus.

Um projeto de uma cidade moderna, sem miséria, com arranhas-céu, desenvolvida e industrializada, sem problemas sociais, um imenso jardim, um projeto que se referia apenas ao centro da cidade, a parte necessária aos grupos que difundiam esse projeto e que tentava apagar uma Uberlândia que para eles não tinha muitas belezas naturais, possuía uma arquitetura simples e estava isolada dos grandes centros.

O jornal traz a cidade vivida pela classe que o compõe e, para esta, Uberlândia, na década de 1960, não era apenas uma cidade em transformação urbanística, mas também de valores, atitudes e comportamentos que deveriam ser inculcados na população a fim de se atingir o projeto da "Cidade Jardim".

A problematização dessa prática social permite-nos ver que, a imprensa traz o registro das implementações dos projetos de cidade dessas classes dirigentes, que não é apenas um discurso na tentativa de convencer. Elas têm um lugar social, mostram o que essas classes estão fazendo, o que estão realizando e o que pretendem alcançar com essas realizações. Algo que para essas classes é real, uma vez que lucram e se desenvolvem dentro de uma concorrência capitalista.

Assim, o que se tem é a industrialização como meta e sinônimo de desenvolvimento e modernidade e a utilização de uma série de mecanismos para que essa

industrialização atenda aos interesses dos investidores, que, por serem políticos, economistas responsáveis por ministérios, participavam da elaboração de políticas públicas.

Percebe-se que há uma articulação de interesses que vai além do econômico, essa articulação é muito bem pensada, planejada e discutida por teóricos ligados a esse projeto de desenvolvimento e o trânsito entre as sociedades estritamente política e civil desses sujeitos faz com que as políticas públicas absorvam esse debate e que acordos de industrialização desejados se realizem.

Como forma de realização de seus ideais e legitimação das políticas adotadas, essas classes investidoras ligam o conceito de desenvolvimento à idéia de industrialização e modernidade na tentativa de tornar seu projeto de cidade hegemônico, mas mesmo sendo dominante, essa hegemonia não é exclusiva e muito menos total, é um processo em disputa.

Referências Bibliográficas

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades Brasileiras: seu controle ou caos.*Nobel Editora: São Paulo, 1992.

FENELÓN, Déa Ribeiro. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: *Muitas memórias, outras histórias.* Olho D'água: São Paulo, 2004.

FONSECA, Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política* – Departamento de Economia Política da PUCSP, SP, Volume 15, nº2 (26), 2004.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa. 1880-1920. In: *Muitas memórias, outras histórias.* Olho D'água: São Paulo, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desnaturalizando o mito do amor materno: imagens e discursos sobre práticas infanticidas (Paraíba, 1960/1970)

Gilmária Salviano Ramos*

Resumo: A presente comunicação é parte da pesquisa que venho realizando no Mestrado em História da UFPE. Nela argumento que a historiografia de gênero é também possível por meio de um repensar dos vários comportamentos femininos que não operacionalizam os preceitos moralizantes e disciplinarizantes no que diz respeito à maternidade. A partir da análise do discurso da imprensa e da justiça sobre práticas de infanticídio na Paraíba nas décadas de 1960 e 1970, pode-se assinalar que nem todas as mulheres têm ou sentem desejo de ser mãe, o que significa que nem todas podem ser vistas e/ou classificadas como dotadas de uma natureza imanente à maternidade. Assim, inseridas em um conjunto de normas e regras de como se deve cuidar e amar os filhos, algumas mulheres paraibanas o fizeram diferente, desnaturalizando o conceito de ternura e de afabilidade construído em torno delas.

Palavras-chave: Infanticídio- Norma-Imprensa.

Abstract: The present communication is part of the research that I come carrying through in the Master in History of the UFPE. In it argument that the historiography of sort is also possible by means of one to rethink of the some feminine behaviors that do not operacionalizam the moralizantes and disciplinarizantes rules in what it says respect to the maternity. From the analysis of the speech of the press and justice on practical of infanticide in the Paraíba in decades of 1960 and 1970, it can be designated that nor all the women have or feel desire of being mother, what it means that nor all can be seen and/or be classified as endowed with a nature imanente to the maternity. Thus inserted in a set of norms and rules of as if it must take care of and love the children, some paraibanas women had made it different, disnaturalizing the concept of ternura and afabilidade constructed around them.

Keywords: Infanticide-Norm-Press.

Rastreando como a imprensa campinense constrói a imagem feminina, deparei com o cruzamento do poder político-religioso com efeitos de discursos. Isto é, frases dispersas que constituem e dão sentido a uma unidade; conceitos em torno de uma personagem: a figura feminina associada à idéia do mito universal. Trata-se de significados que apregoam como a mulher deve se coadunar à maternidade. Excessos de adjetivos que

* Aluna de Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

singularizam a figura feminina e que, ao mesmo tempo, tornam-se um "manual de receitas" de como esta deve se portar.

É perceptível como a figura feminina é construída em torno de um conjunto de imagens que a coloca como principal portadora de orientar os filhos durante a vida. Imagens que a associam a um ser divinizado. Trata-se aqui de uma antologia de "poemas" que investe em reforçar pressupostos que consiste na idéia do mito do amor materno, reforçando seus desdobramentos discursivos, o qual constitui os vários sentidos de uma conduta materna universal e necessária à mulher.

A idéia da essência materna, como mostra Silêde Leila Cavalcanti, é acelerada a partir da chamada modernidade, o que resignifica o conceito de maternidade como uma maneira de adestramento feminino. Segundo a autora, esse momento consiste em concentrar todas as energias da mulher nas investidas para "engravidar, gestar, parir, educar e cuidar dos filhos e do marido" (CAVALCANTI, 2000:187). Partindo deste postulado, este trabalho pretende responder a seguinte questão: que imagens e discursos são inscritos pela imprensa nas condutas femininas a partir de práticas que destoam do mito do amor materno?

Este trabalho trata de uma antologia de estigmas e classificações que constitui não só sentidos, mas palavras que se transformam em "verdades obstinadas" que atravessam o tempo e o espaço perseguindo vidas infames.[1] Nomes que já dizem nada e, que só tiveram, em algum momento, uma relação de existência em virtude da quebra de alguns lugares construídos para elas.

Um clarão ilumina as páginas do *Diário da Borborema* no ano de 1963, denotando um outro tipo de imagem feminina a partir do momento em que práticas femininas não condizem com o modelo de mãe construído em torno destas. A guisa de exemplo o jornal anuncia: "Monstruoso crime de Infanticídio em Patos. - Mãe desalmada esmaga o crânio de um recém-nascido com uma pedra - A criminosa é casada e separada do marido".

A imprensa registra um episódio em que classifica como um "bárbaro crime". Trata-se de uma narrativa sobre Mariana Angelita, que teria esmagado a cabeça do filho com uma pedra e, por conseguinte, abalado "a sensibilidade de todo o povo patoense"? Para melhor ilustração, segue o relato:

> *Monstruoso crime de infanticídio foi perpetrado neste município, no sítio Lagôa do Açude onde Maria na (sic) Angelita de Morais, de vinte e sete anos de idade, casada e separada do marido, após dar a luz a*

[1] Estou pensando o termo infame, segundo Foucault, ou seja, mulheres que "por causa das abomináveis recordações que deixaram, das malfeitorias que se lhes atribuem, do respeitoso horror que inspiraram" são transformadas em mulheres gloriosas, "mesmo que as razões desse renome sejam inversas das que fazem, ou deveriam fazer a grandeza humana" (FOUCAULT, 1994:102-103).

> *uma criança de sexo masculino, assassinou-a esmagando a cabeça com uma pedra* (*DB, terça-feira, 16 de julho de 1963, n° 1868, p. 8).*

Segundo a narrativa da imprensa, Maria Angelita morava com os pais, João Morais e Mariana de Morais. O crime teria sido descoberto pelo proprietário do sitio que a teria denunciado a "autoridade policial". Afirma ainda o *DB*, que Mariana Angelita "confessando-se arrependida do que havia feito, foi internada no Hospital Regional desta cidade e, em seguida transferida à Casa de Detenção, onde aguarda o pronunciamento da Justiça". (Ibid).

A imprensa, aqui, parece induzir a população, entrecruzando um jogo de circunstâncias que a coloca como principal alvo do conhecimento médico e jurídico. Trata-se, ao que se percebe do "olhar do poder e o estrépito de sua cólera" que, talvez tenda a suprimir qualquer pensamento ou sentimento de piedade que se tenha para com a mulher. A maneira como investe em termos fortes e com certa dimensão sensacionalista, é possível perceber como a imprensa demonstra parcialidade e juízos valorativos com relação à conduta de Mariana Angelita.[2]

Tais estereótipos dão uma dimensão sensacionalista ao episódio, sugerindo como uma mulher que se desvia do "imperioso" modelo de mãe deve ser tratada e pode ser punida e marginalizada. Todavia, tais estereótipos não são algo que se atribui apenas às mulheres infanticidas da cidade de Patos, interior do estado da Paraíba, mas os encontramos em outras cidades brasileiras em um período anterior às décadas de 1960 e 1970, como demonstra Joana Maria Pedro.

Pesquisando sobre a campanha contra a prática do infanticídio em Florianópolis na primeira década do século XX, Joana Maria Pedro traz à luz, a partir de um caso encontrado no jornal *O Dia,* vários estereótipos semelhantes aos do *Diário da* Borborema. Observe-se como *O Dia* investe em classificações acerca da figura feminina, de forma muito próxima àquelas encontradas no *DB*.

> *Ontem, apareceu boiando na praia, em frente ao Largo 13 de maio, o cadáver de um recém-nascido, já em estado de putrefação. A policia trata de averiguar os culpados do hediondo e repugnante crime que esse fato revela. Não temos frases para estigmatizar o procedimento bestial dessas mães desnaturadas que sem quererem assumir a responsabilidade de seus erros, cometem crimes que desonram a sociedade em que vivem (PEDRO, 2003:43).*

---

[2] Ver a imprensa como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. LUCA, Tânia Regina de. "Fontes impressas". In: PINSKY, Bassanezi. Carla.(Org) *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2005:118.

O caso de Mariana Angelita é um dos em que aparecem os múltiplos cruzamentos do saber médico e jurídico, o qual a constitui como uma infanticida. A narrativa apresentada pelo jornal demonstra o entrecruzamento de discursos com efeitos de poder, em que a coloca como alvo do poder psiquiátrico quando esta é internada no Hospital Regional para, em seguida, transferi-la à Casa de Detenção, quando é submetida ao aparato jurídico-policial.

Essa relação entre a medicina e a justiça não é algo recente. Desde 1890, quando da criação do primeiro Código Penal republicano, que se percebe a presença do conhecimento da medicina legal. Ou seja, com a participação dos médicos na elaboração de processos judiciais. "O exame de corpo de delito no feto ou neonato, e de parto suposto na acusada, eram peças obrigatórias já no inquérito policial, em acusação de infanticídio" (PEDRO, 2003:43).

Os métodos veiculados através das malhas da Justiça e do saber médico visando mensurar as características individuais de um criminoso aparecem no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, em 1894. Tendo em vista estudar a personalidade criminosa do indivíduo, a policia cientifica investe, tanto neste estado como em São Paulo, na investigação de estatísticas criminais, reforçando, do mesmo modo, o temor do crescimento da criminalidade, o que se observa também na cidade de Florianópolis na primeira década do século XX (PEDRO, 2003:48-49).

Possivelmente tais métodos tenham alguma relação com o discurso da autoridade policial paraibana no que tange a exemplos de mães que desnaturalizam o mito do amor materno.

A tese de que o amor materno não existe em toda mulher, em todos os lugares e épocas, foi uma das questões que provocou grande repercussão na França em 1981, a partir da publicação da obra *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno* (BADINTER, 1985:27).

Badinter mostra que o amor materno é apenas um sentimento humano como outro qualquer e, como tal, incerto, frágil e imperfeito. A autora apresenta questões que contrariam a crença generalizada em nossos dias: "o amor materno não está profundamente inscrito na natureza feminina. O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire", ou melhor, algo que se conquista (Ibid).

Segundo ela, a mulher é, desde cedo, educada para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda e qualquer exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. Se esse discurso foi tão propalado na França dos séculos XVII e XVIII pode-se afirmar que houve uma inversão das práticas no que se refere ao amor materno se

compararmos com um dos casos de mulheres infanticidas catalogado no ano de 1970. Refiro-me especialmente a um episódio em que a imprensa afirma que a doméstica Maria do Carmo Dantas, de vinte e dois anos, revoltada com o seu marido, teria assassinado a golpes de faca peixeira os seus filhos menores Joab Dantas e Joema Dantas de três e um anos respectivamente.

> *O horripilante crime foi praticado no interior da residência do casal (...) e êste causou um traumatismo geral no seio da população desta comuna e uma verdadeira multidão ocorreu à Cadeia Pública no afã de ver de perto esta mãe desnaturada.(...) quando estava em casa em companhia das duas crianças e então (sic) bolou o diabólico plano de eliminar os meninos, servindo-se de uma afiada faca peixeira assassinou o seu casal de filhos e em seguida deixando-os entendidos dentro de poças de sangue e tratou de fugir. Tão logo tomou conhecimento da hedionda ocorrência, o tenente Santos (...) entrou em diligências de (sic) prender a criminosa (DB, 21 de Julho de 1970, n° 4126, p.5).*

O ato desta mulher sai do espaço privado para se transformar em um problema ou tragédia de ordem pública, repercutindo na mobilização da população. Segundo Joana Maria Pedro, a indignação que estes episódios provocam leva a população a colaborar com a policia (PEDRO, 2003:56).

No caso de Maria do Carmo não se trata apenas da intervenção dos poderes médico-jurídicos, mas também do envolvimento dos moradores, o que incita a punição da mulher através do escândalo que, geralmente, ganha maior audiência a partir das palavras que traduzem certo efeito no qual se misturam repúdio e assombro por parte do discurso da imprensa.

Como um instrumento moralizador de vingança, a imprensa gesticula, agride moralmente a criminosa, marca na conduta feminina um gesto "monstruoso". Propicia para que o crime ganhe vida não apenas nos laudos médicos, nos inquéritos policiais, mas vivo e visível, por algum momento, nas conversações cotidianas.

Tipificado como uma "hedionda ocorrência", o caso de Maria do Carmo é redimensionado a partir de seu contato com o poder, o qual engendra jogos discursivos em torno do episódio como: "mãe desnaturada", "horripilante crime", "diabólico plano". E, assim, o que se diz é registrado, acumulado, entrecruzam conceitos em arquivos que constituem, pelo tempo afora, perseguindo todo e qualquer comportamento feminino que se aproxime ou comungue com tais atitudes, instituindo, assim, no contexto social, "exclusões, incriminações, medo, solidão e morte" (PEDRO, 2003:57).

E, é através da exclusão que o indivíduo entra na morte em virtude das "práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de 'marginalização'". Efeitos de discursos e

mecanismos de poder que se exercem sobre "os loucos, sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os desviantes" (FOUCAULT, 2001:54).

Isto porque a imagem feminina foi construída, como mostra Silêde Leila Cavalcanti, na modernidade pela religião, medicina e justiça, marcadamente pela idéia da emotividade, maternidade, passividade, fragilidade e aversão à violência. Assim, segundo a autora, tal naturalização de comportamento ou personalidade inata às mulheres impõe um modelo a ser seguido que, quando é quebrado ou burlado, as coloca em condição de pecadora, anormal, desnaturada, desalmada, imoral (CAVALCANTI, 2000:186).

Outro caso é o de Maria dos Anjos Campelo Farias "envolto" em uma das páginas do jornal que aparece em destaque na primeira página do *DB*.

> *Doméstica acusada de ter morto o filho de 3 anos com uma surra.*
>
> *Ontem pela manhã, chegou ao conhecimento dos policiais, na Delegacia de Policia, que no Sitio Covão, uma mãe havia morto o próprio filho de apenas 3 anos de idade com uma violenta surra. (...) Ao ser interpelada a respeito de manchas que o cadáver do menor apresentava ao longo do corpo, a acusada disse que eram provenientes da doença que o vitimara, pois um dos médicos do Pôsto de Saúde já as havia diagnosticado como sendo provenientes do fígado. Enquanto isso o seu marido, o servidor público Paulo Ferreira de Farias, ainda não foi ouvido pela Policia, tendo alguns vizinhos afirmado ser o mesmo muito ruim para a esposa, a ponto de ter inventado a versão de que ela havia morto o filho do casal com uma surra (DB, 23 de Outubro de 1968, n° 3605.p.1).*

Diferentemente dos quatro casos anteriormente comentados neste, em especial, a imprensa mostra certa imparcialidade na narrativa em torno do crime. Isto é, não imprime uma antologia de adjetivos como "desnaturadas", "desalmadas", "monstruosas e hediondas crimes" que têm aparentemente a função de intensificar o ato criminoso da mãe.

Ao que parece, o *DB*, especialmente neste caso, enfatiza sim o testemunho dos vizinhos contra o marido ao afirmarem "ser o mesmo muito ruim para a esposa, a ponto de ter inventado a versão de que ela havia morto o filho do casal com uma surra". Todavia, a imprensa assinala que o marido ainda não teria sido ouvido pela Policia. E, talvez, por isso o desfecho do caso tome outros caminhos em virtude da autoridade que tem o discurso misógino. Pois como demonstra Neckel: "Os testemunhos das mulheres tornam-se relevantes (...) sem a presença de homens, pois, quando estes estavam presentes somente suas falas eram autorizadas. Sobre a moral [das] mulheres, eram os homens os chamados a falar" (NECKEL in PEDRO, 2003:88).

Parece que os indícios reunidos pela policia como os relatos da própria imprensa não eram suficientes para obter a condenação de Maria dos Anjos ou nomeá-la como uma

criminosa como nos demais casos. Talvez, por isso, um tom ponderado na escrita do jornal seja notório no trecho "uma mãe havia morto o próprio filho".

Como se pode perceber, o discurso misógino assume efeitos de poder, uma postura valorativa contra a mulher. Refiro-me a uma outra nota do *DB* encontrada em que traz na narrativa da imprensa respostas convictas da suposta veracidade do crime a partir do testemunho do marido. A gravidade do delito de Maria dos Anjos assume outras proporções, tanto o é que ela é detida, logo em seguida, pela polícia.

Percebe-se como a imprensa procura chamar a atenção para o ato criminoso da mulher a partir da denúncia de seu cônjuge. A menção dos indícios do crime encontrados no corpo do menino aparece novamente aqui assumindo a constatação de prova que supostamente respalda a fala do marido. Para tanto, o *DB* descreve o testemunho do esposo e dos vizinhos em torno do crime da mulher, bem como tem a preocupação de descrever como a criança teria sido assassinada.

> *Prêsa, mãe de ter (sic) havido morto o filho de 3 anos com uma surra*
>
> *Ontem, voltou à tona o caso do menor Luciano, de apenas 3 anos de idade (...). No inicio da presente semana, alguns moradores daquela propriedade denunciaram que um menor de 3 anos havia morrido de uma surra aplicada pela sua própria mãe, como bem atestava várias manchas escuras no cadáver da criança (...). Enquanto isso, seu marido, Paulo Ferreira de Farias fazia côro às acusações contra a mulher, afirmando que ela de fato era muito má para o menino. (...) O servidor público Paulo Ferreira, (...) continuou acusando a mulher, dizendo que esta havia confessado, que segunda-feira, tinha surrado o menino, tendo êste "tomado o chôro", não mais retornando e, em conseqüência perdendo a vida. Em decorrência das acusações do marido, Maria dos Anjos Câmelo (sic) foi detida pela policia enquanto era providenciada a exumação do cadáver (DB, 23 de Outubro de 1968, n° 3605, p.5).*

Aqui o discurso misógino aparece com autoridade. Invertem-se os papéis, tem-se aí um homem em defesa do filho e, não a mãe, como normalmente se pensa. O último suspiro da criança é sufocado por sua morte para dar vida ao estereótipo de infanticida inscrito na conduta da mulher. Uma marca registrada na fisiologia de um "anjo", ou melhor, Maria dos Anjos que, talvez, para o discurso religioso daquele momento, mais parecesse um demônio.

Parece que os argumentos construídos pelos moradores ou testemunhas e pelo marido, além de exporem publicamente uma experiência que causa estranhamento à população, substituem a fala dessas mulheres. Apesar disto, penso que Maria do Anjos não teria sido detida pela policia apenas pelas declarações prestadas pelas testemunhas, mas possivelmente, em virtude das marcas encontradas no corpo da criança. Tal questão parece ser decisiva para dimensionar a culpa da mulher. Principalmente pela maneira como a imprensa

coloca tal questão. Isto é, coloca-a com uma criminosa. A imprensa se torna instrumento de pedagogização e de divulgação, assegurando assim, que casos semelhantes sejam denunciados às delegacias de policia pela população.

A partir disso é possível estabelecer um perfil de algumas mulheres infanticida, estas são em geral solitárias, solteiras, separadas, empregadas domésticas que, na maioria das vezes, moram na casa dos patrões na área urbana. Mulheres que se desentendem com os maridos e se vingam sufocando o último fôlego de seus filhos.

Referências bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CAVALCANTI, Silêde. L. **Mulheres Modernas, Mulheres Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes-Campina Grande 1930/1950**. Dissertação de mestrado em História do Brasil do Centro de Filosofia e Ciênciais Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE: 2000.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: **O que é um autor**. Lisboa: Presença, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. *Fontes impressas*. In: PINSKY, Bassanezi. Carla.(Org) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Aborto e infanticídio: práticas muito antigas*. In: **Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX.** Joana Maria Pedro, organizadora. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o homem e o espaço: o regionalismo de Monteiro Lobato

Danyllo Di Giorgio M. da Mota*

RESUMO: Analisando a obra de Monteiro Lobato, é possível mapear inúmeras questões que estavam postas para os intelectuais de sua época. A consolidação de uma identidade paulista, através do trabalho de uma elite intelectual local, adquiriu traços de identificação do homem nacional. Inserida em um contexto regionalista, a obra de Lobato apresenta características que a distinguem das obras de outros autores que seguiram essa linha. Uma dessas características é a relação entre o homem e o espaço. Nessa relação, a desqualificação do caipira e a valorização do espaço caracterizam o regionalismo da obra de Lobato.

Palavras-chave: Monteiro Lobato, Regionalismo, Identidade.

RESUMÉ: En analysant l'oeuvre de Monteiro Lobato, il est possible d'envisager de nombreuses questions que se posaient les intellectuels de son temps. La consolidation d'une identité "paulistaine", à travers le travail d'une elite intellectuelle locale, a acquis des traits d'identification de l'homme national. Insérée dans un contexte regional, l'oeuvre de Lobato présente des caractéristiques qui la diffère des oeuvres des autres auteurs qui ont, eux, suivi ce même chemin. La relation entre l'homme et l'espace en est un exemple. Dans cette relation, la déqualification du paysan et la valorisation de l'espace caractérisent le regionalisme de l'oeuvre de Lobato.

Mots-clé: Monteiro Lobato, regionalisme, identité.

No Brasil, o período que se estende entre o final da década de 1910 e a primeira metade da década de 1940, é marcado por grandes transformações no campo político e ideológico. A crise do sistema republicano, caracterizado pela Republica dos Conselheiros e pela Política dos Governadores, liga-se à falência de um sistema oligárquico dominado por uma elite decadente. O problema da constituição de uma identidade nacional e a própria idéia de consolidação de uma nação brasileira ainda estão no centro dos debates intelectuais nesse período. Os intelectuais dos anos 1920-1940 mostram-se preocupados com o problema da identidade nacional e das instituições, por não reconhecerem que a nação já esteja formada (PÉCAUT, 1990: 14). Daí a procura por características que fossem propriamente da nação brasileira, como forma de afirmar a existência da própria Nação.

* Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

Segundo Edward Said, a afirmação de identidades nacionalistas, entre o final do século XIX e o primeiro quartel do século XX, está ligada à resistência cultural ao imperialismo europeu e norte-americano (SAID, 1995: 12). O Imperialismo é sustentando por formações ideológicas que afirmam que alguns povos precisam e imploram por formas de dominação, exercidas através de práticas políticas, econômicas, ideológicas e sociais (SAID, 1995: 40).

Para Márcia Naxara, a identidade nacional brasileira que se buscava forjar no final do século XIX e inicio do século XX, era pensada em função do progresso e da formação de uma sociedade do trabalho. Há também o problema causado pela imigração para a formação da identidade de uma população que apresentava-se cada vez mais heterogênea (NAXARA, 1998: 115). Surge assim, no final do século XIX, a necessidade de construção de uma identidade em oposição ao estrangeiro, que entrava de forma maciça e beneficiava-se de um imaginário que o colocava como melhor que o componente nacional (NAXARA, 1998: 77).

A variedade cultural do Brasil levou ao não reconhecimento da esfera social como um povo único. Existia uma oposição entre um conjunto de "povos e raças" diferentes, que não formavam um corpo social homogêneo, e uma elite que não reconhecia o seu povo por não identificar-se com suas tradições culturais (NAXARA, 1998: 39). Era necessária a organização desses vários povos, com características culturais diferentes, para que fosse possível seu reconhecimento como um povo homogêneo. Esse era um critério indispensável para o reconhecimento do Brasil como nação. E essa urgente tarefa de organizar a nação cabia às elites intelectuais e políticas (PÉCAUT, 1990: 14).

A relação entre cidade e campo também está ligada à consolidação de uma cultura nacional. Em nosso entendimento, esse é um dos pontos centrais da obra de Monteiro Lobato. A oposição entre cidade e campo passa pela alteridade entre uma elite ilustrada e uma população pobre e ignorante. A maior parte dessa população estava identificada ao campo que, por sua vez, estava identificado ao atraso, opondo-se a uma minoria que vivia nas cidades, da qual apenas uma parte poderia ser identificada com o progresso (NAXARA, 1998: 42).Esse problema também esteve presente nas obras de Monteiro Lobato, que utilizamos como objeto de estudo.

Quando fazemos uma investigação histórica tendo a literatura como fonte, é preciso perguntar de que literatura estamos falando. Quais as suas características e quais as formas como o autor ou a "escola" concebem sua arte (CHALHOUB e PEREIRA, 1998: 08). É preciso, então, levantar essas questões em relação à obra de Monteiro Lobato para confirmar sua relação com uma determinada construção ideológica, que se desenvolveu no

Estado de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX, que visava a definição e valorização da identidade paulista.

O Homem

É no cenário do regionalismo que Lobato está inserido. Sua obra apresenta inúmeros aspectos de valorização do Estado de São Paulo como símbolo da nacionalidade, por seu desenvolvimento econômico, suas riquezas e seu potencial produtivo, sobretudo no meio rural. Apesar disso, sua visão sobre o povo é radicalmente negativa, sobretudo na primeira fase de sua obra, representada pelo personagem Jeca Tatu.. Entretanto, devido às criticas feitas à sua obra, essa visão negativa foi amenizada pelo autor.

Em muitos momentos, Lobato parece dar mais valor ao espaço que constitui o Estado de São Paulo, que ao povo que nele habita. Contudo, isso não impede que o povo seja identificado em sua obra, ainda que seja pelo signo da ausência, como escreve Noé Freire Sandes (SANDES, 2002: 11). Para elucidar a ligação entre a obra de Monteiro Lobato e a questão da definição da identidade paulista, selecionamos dois de seus artigos para serem analisados com mais atenção. Os artigos são: *Os Sertões de Mato Grosso* e *O Vale do Paraíba: diamante a lapidar* (LOBATO, 1964). Os dois textos estão contidos no livro *Idéias de Jeca Tatu*, que teve sua primeira edição publicada em 1919. Contudo, o texto *O Vale do Paraíba*, produzido em 1943, foi anexado ao livro apenas na edição que compõe a coleção *Obras Completas*. A escolha desses dois artigos, como fontes para uma análise mais apurada, deve-se às diferentes visões de mundo que Lobato deixa transparecer nos dois textos.

A ligação de Lobato com o meio rural transparece em sua visão sobre sua região e também sobre o Brasil como um todo. Em sua obra, Lobato deixa subentendido que o Brasil está dividido em duas esferas – sertão e litoral. Essa visão, comum à grande parte dos intelectuais do inicio do século, está exposta no artigo em que Lobato reflete sobre *Os Sertões de Mato Grosso* (LOBATO, 1964). Escrevendo sobre as características da população indígena dessa região, e comparando-a com a população rural do interior paulista, Lobato afirma a "idéia avessa da realidade", que "nós da praia fazemos do Mato Grosso" (LOBATO, 1964: 219). Assegura ainda que o "padrão geral da nacionalidade" encontra-se na região litorânea (LOBATO, 1964: 223). Escrevendo sobre os índios do Mato Grosso, o autor afirma:

> *(...) são civilizadissimos, capazes de dar muita lição a essas gentes cultas do litoral que já com quatro séculos de europeismo no lombo, lêm o 'Binóculo' do João do Rio e juram em cima do Sr. Wenceslau Braz.*

> *Ah, se fossemos aqui civilizados como os índios que Rondon nos mostra em sua fita (LOBATO, 1964: 220).*

Mais que o elogio ao modo de vida dos índios do sertão de Mato Grosso, Lobato pretendia criticar as características presentes no povo da região litorânea que, para ele, representava o "padrão geral da nacionalidade". Nessa passagem, fica exposta a crítica aos leitores da revista de João do Rio, escritor que representa o cosmopolitismo carioca que adaptou idéias européias, sobretudo francesas, alcançando grande divulgação no Rio de Janeiro. Também está exposta, ironicamente, a relação entre "as gentes cultas do litoral" e os índios civilizados. A própria idéia de civilização, transplantada da Europa para o Brasil, era negada à "gente culta do litoral" que tanto prezava esse ideal, sendo direcionada aos índios, vistos por essa mesma população litorânea como exóticos e atrasados.

Nesse mesmo artigo, o autor também expõe sua visão sobre o caipira paulista ao compara-lo com o índio de Mato Grosso:

> *Quanto ao resto, para vê-los escusa ir a Mato Grosso. Lá pelas imediações de Caçapava, Taubaté e Tremembé ha-os iguaisinhos, senão mais abugralhados ainda. A diferença está em mais ou menos roupa no corpo. Ponham em pêlo os nossos caipiras daqui, inclusive o Cornélio Pires, façam-os dansar as dansas guerreiras de Gonçalves Dias, botem as caboclas a mascar milho para o cauim – e qualquer cinematografista não precisa chegar ao Mato Grosso para produzir excelentes fitas de nhambiquaras. A diferença única é que os nhambiquaras de cá são muito mais feios que os de lá (LOBATO, 1964: 221).*

Lobato indica características que igualam o caipira paulista aos índios de Mato Grosso, mas ressalta um aspecto que desvaloriza o primeiro em relação ao segundo, dizendo que os "de cá são muito mais feios que os de lá". Assim, as afirmações sobre o caipira paulista, representante da região litorânea, "definidora do padrão geral da nacionalidade", estão em desvantagem em relação ao homem do sertão, representado pelo índio do Mato Grosso. Ao estabelecer essa relação entre o caipira e a região litorânea, Lobato define o caráter do homem comum do interior paulista como símbolo da nacionalidade, ressaltando, sobretudo, as características negativas desse indivíduo.

Nesse mesmo trecho, Lobato cita, de forma critica, dois escritores que também formularam imagens do homem brasileiro, com as quais o autor não concordava. Gonçalves Dias foi um dos expoentes da literatura romântica que consagrou a imagem idealizada do "índio-gentil-homem" como símbolo da nacionalidade brasileira (RÍCUPERO, 2004: 155). Visão que esse mesmo texto refuta. A imagem do índio de Mato Grosso, em seus aspectos essenciais, difere da idealização romântica dos povos indígenas.

O outro escritor, sutilmente criticado por Lobato, é Cornélio Pires, que produziu uma obra na qual construiu uma imagem idealizada do caipira paulista. Em sua obra, *Conversas ao Pé do Fogo* (1921), Cornélio Pires estabelece uma divisão de quatro grupos distintos de caipiras - o caipira branco, o negro, o mulato e o caboclo. Este último grupo – os caipiras caboclos - possuiria as características do Jeca Tatu como qualidades negativas (NAXARA, 1998: 123-124). Os debates entre Lobato e Cornélio Pires devem-se ao fato do primeiro desqualificar o homem rural do interior paulista, não aceitando as distinções feitas pelo segundo, que leva em consideração a questão racial, relegando característica negativas apenas a uma parcela dessa população e formando uma imagem idealizada dos outros grupos. Essas questões estão presentes no chamado "caboclismo" – o "nacionalismo carro-de-boi" – criticado por Lobato por sua aproximação com a idealização romântica do indígena.

O Espaço

Um outro aspecto do regionalismo, presente na obra de Lobato, está exposto no artigo *O Vale do Paraíba: diamante a lapidar* (LOBATO, 1964). Nesse texto, escrito em 1943, Lobato faz uma defesa apaixonada da região do vale do rio Paraíba, localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa região teria um valor estratégico por sua localização – entre a cidade porto, o Rio de Janeiro, e a cidade entreposto, São Paulo – desempenhando o papel de celeiro para esses "dois grandes apetites" (LOBATO, 1964: 226).

Essa importância do vale do Paraíba não se limita à capacidade de produção agrícola, mas está ligada, sobretudo, à sua localização geográfica. Outras regiões que apresentassem essa mesma capacidade de produção, ainda estariam em desvantagem em relação ao Vale, devido a sua proximidade com os grandes centros urbanos do litoral. Nesse texto está ressaltada a ação da natureza que, através dos processos milenares de erosão, possibilitou a formação de uma região com características tão apropriadas para a produção agrícola. Para que essa produção alcançasse resultados mais favoráveis, faltava apenas uma ação mais firme dos homens que desejassem esse desenvolvimento.

A visível relação entre o homem e os aspectos geográficos, também presente em *Urupês*, revela-se na seguinte afirmação do autor:

> *O que a Natureza podia fazer pelo vale do Paraíba, já fez e está fazendo (...). Resta que o homem condicione o que falta, por que o que falta não depende da Natureza, sim e só, do homem (LOBATO, 1964: 230).*

O homem ao qual Lobato se refere nesse trecho é o "homem que administra o estado", o político ao qual cabe a elaboração dos planos para os "desenvolvimentos futuros". Assim, há uma diferença fundamental entre esse texto e o artigo *Urupês*, onde Lobato dirige ao homem simples do campo toda a culpa por sua improdutividade. Esse texto também revela outros aspectos dessa nova visão do autor em relação ao caipira do vale do Paraíba. Diferente dos textos *Urupês* e *Os Sertões de Mato Grosso*, a população do interior paulista é apresentada agora como "civilizada e capaz de iniciativas" (LOBATO, 1964: 230), ressaltando as transformações na obra do autor. De toda forma, esses textos apontam o caipira paulista como o portador das características que identificam a população de uma determinada região.

Podemos estabelecer uma ligação entre a identificação dessa população e a idéia de "paulistanidade". O conceito de "paulistanidade", utilizado por Luiz Fernando Cerri e por ele atribuído a Alfredo Ellis Jr, é entendido da seguinte maneira:

> *(...) mecanismos de sistematização e transmissão de uma ideologia regionalista, significando tanto uma valorização da condição de 'filho' de São Paulo quanto uma ideologia que procura definir a identidade e o patriotismo paulista (CERRI, 1996).*

Os textos de Lobato estão incluídos nessa idéia regionalista de definição de uma identidade e mesmo de um patriotismo paulista, mas não seguem exatamente esse caminho de valorização da "condição de filho de São Paulo". O artigo *Os Sertões de Mato Grosso* deixa claro o caráter de identificação do homem paulista, sobretudo no meio rural. Essas características são negativas - muito próximas dos traços apresentados em *Urupês* e *Velha Praga* - sendo apontadas como o "padrão geral da nacionalidade".

Lobato identifica o homem paulista através de características que o desvalorizam, mas o autor valoriza o espaço físico que constitui a "região" chamada São Paulo. A isso está ligada a idéia presente no artigo *O Vale do Paraíba*, no qual Lobato enumera as potencialidades daquela região e chama a atenção dos homens para a necessidade de condicionar esse potencial. Ao mesmo tempo em que define a identidade do homem paulista, sobretudo do caipira, Lobato "nacionaliza" essa identidade.

O livro *Urupês* também está incluído nessa relação entre regionalismo e nacionalismo. Segundo Wilson Martins, o livro está envolto num tecido de contradições. Era um livro regionalista, e dessa forma foi recebido e aclamado, mas também respondia ao "nacionalismo visceral" de Lobato (MARTINS, 1978: 115). *Urupês* encaixa-se no que Antonio Cândido definiu como "regionalismo naturalista". Segundo Luciana Murari, esse tipo de regionalismo literário conduz a um total alheamento do homem. Ele passa a integrar a

paisagem natural. No caso de *Urupês*, essa integração revela uma dependência do homem em relação à natureza. A narrativa literária, própria desse regionalismo naturalista, ressalta, sobretudo, o caráter exótico e pitoresco dos personagens, formulando imagens negativas (MURARI: 1999). Essas características apresentam-se em *Urupês* e também no artigo *Os Sertões de Mato Grosso*.

Dual e contraditório são, provavelmente, os adjetivos mais presentes na definição da obra de Monteiro Lobato. Sem duvida, as alterações internas em seu pensamento possibilitaram essa interpretação. Mas, todas essas relações entre a obra de Monteiro Lobato com a literatura e com outras formas de expressão da arte nacional, ressaltam suas características mais marcantes. São o que Wilson Martins chama de "nacionalismo visceral" e a defesa de sua região como o centro cultural, político e econômico da nação, os aspectos que definem da melhor forma a obra de Lobato. Mesmo caracterizado por aspectos negativos, o caipira paulista – aos olhos de Lobato o legitimo representante da região litorânea, definidora do padrão geral da nacionalidade - tornou-se o símbolo do homem nacional.

Considerações Finais

Ao analisar a obra de Monteiro Lobato, destacamos a importância da literatura para a definição de uma identidade nacional, nesse caso, aos moldes de uma região específica: o Estado de São Paulo. Como ocorreu com outros autores, a obra de Lobato esteve envolta pela contradição entre o regional e o nacional. Assim, a construção identitária que encontramos na obra do autor, representa a busca pela afirmação de uma identidade regional.

Em seus textos, Lobato reserva uma importância excepcional ao espaço físico - sobretudo ao tratar do vale do rio Paraíba. No nosso entendimento, esse fato está ligado à influência do determinismo geográfico, que conduz a uma maior valorização do meio em relação ao homem, sendo esse o ponto central do regionalismo naturalista. Esse fato se liga a uma outra característica da obra de Lobato. Seus personagens, que a partir do seu sucesso editorial, tornaram-se símbolos do homem brasileiro, representam a nacionalização da identidade paulista frente à nação, sendo o caipira do vale do Paraíba, o expoente maior dessa construção.

Nos textos do autor, o caipira paulista e o brasileiro são identificados pelas características que lhes faltam, pelo signo da ausência, como em toda a fase inicial de sua produção. Acompanhando as diferentes imagens do caipira construídas por Lobato, o autor

reservou ao espaço físico um papel de destaque em relação ao próprio homem. Para Lobato, eram as características geográficas que determinavam a forma de vida do caipira e do brasileiro, tanto em uma construção negativa, quanto em uma visão otimista.

Bibliografia

ALEIXO, Adriana C. V. ***A Imagem Literária de um Sertão chamado Brasil***. Disponível em http://www.uepg.br/rhr/v1n1 em 03/08/2006 às 13:35.

CERRI, Luis Fernando. ***Regionalismo e Ensino de História.*** Revista de História Regional: volume I, num. 01, 1996. Disponível em http://www.uepg.br/rhr/v1n1 em 26/09/2006 às 17:20.

CHALHOUB, Sidney; e PEREIRA, Leonardo A. de M; ***A História Contada***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

LOBATO, Monteiro. ***A Barca de Gleyre***. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. ***Idéias de Jeca Tatu.*** São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. ***Urupês***. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Wilson. ***História da Inteligência Brasileira***. São Paulo: CULTRIX, 1978: v. VI.

MURARI, Luciana. ***O Culto da Diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo***. *Revista de História 141 (1999), 45-58. disponível em* http://www.fflch.usp.br/dh/FLH/Revista em 20/10/2006 as 17:40.

NAXARA, Márcia R. C. ***Estrangeiro em sua Própria Terra***. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

PÉCAUT, Daniel. ***Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Povo e a Nação***. São Paulo: Ática, 1990.

RÍCUPERO, Bernardo. ***A nação segundo o Romantismo Brasileiro.*** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAID, Edward. ***Cultura e Imperialismo***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANDES, Noé F. ***Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)***. Goiânia: UFG, 2002.

WEHLING, Arno. ***A Invenção da História: estudos sobre o historicismo***. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: UFF, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desigualdades em pensamentos igualitários: os intelectuais Esteban Echeverría e Pedro de Angelis e suas propostas de construção das nações no Rio da Prata

Eduardo Scheidt*

Resumo: Esteban Echeverría e Pedro de Angelis, destacados intelectuais de meados do século XIX, protagonizaram uma acirrada polêmica, em meio a qual houve um confronto entre contrapostas concepções de nação e projetos para o país. Embora imbuídos de idéias igualitárias, ambos os intelectuais propuseram desiguais condições de cidadania em meio ao confronto de propostas rivais. O presente estudo analisa as concepções de nação de Echeverría e De Angelis, tomando como fonte seus livros e artigos publicados durante o governo de Juan Manuel de Rosas.

Abstract: Esteban Echeverría and Pedro de Angelis, important intellectuals of the nineteen century, have promoted an intense controversy, in witch there was a fight between contrary nation's conceptions and projects for the country. Although they were supporters of equality ideas, both of them have proposed unequal politic participation's rights during the fights between contrary projects. This work deals with the nation's conceptions of Echeverría and De Angelis, utilizing as source their books and other texts, witch have been published during the Juan Manuel de Rosas' government.

O argentino Esteban Echeverría e o ítalo-argentino Pedro de Angelis, destacados intelectuais de meados do século XIX, protagonizaram uma acirrada polêmica na época do regime político instaurado pelo governador bonaerense Juan Manoel de Rosas. Em meio a essas discussões, houve um confronto entre contrapostas concepções de nação e projetos para o país. A construção dos Estados nacionais na América Latina, especialmente no Rio da Prata, foi um processo lento, conturbado, caracterizado por intermitentes conflitos, não somente armados, mas também ideológicos[1].

* Professor do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Professor da Universidade Gama Filho. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

[1] Processo complexo, conturbado, vivido de diferentes maneiras conforme distintos sujeitos históricos, o surgimento de nações é tema de crescente relevância na historiografia política recente. Embora marcado por inúmeras dificuldades, os estudos sobre a "nação" têm suscitado interesses cada vez maiores entre os pesquisadores. Na Argentina, por exemplo, a questão das origens da nação voltou a ser discutida, a partir das pesquisas renovadoras do historiador José Carlos Chiaramonte (1991), que lançou a tese de que as nacionalidades latino-americanas, ao contrário do que a historiografia costumava afirmar até então, seriam inexistentes na época da independência e primeiras décadas posteriores. Os posicionamentos do autor têm estimulado polêmicas, como o debate com a historiadora Pilar Gonzáles Bernaldo, autora de um artigo (Gonzáles Bernanldo, 1997) no qual discorda do seu colega, argumentando que a questão da nação já teria importante relevância no momento da emancipação, embora com significados bastante distintos dos momentos históricos posteriores.

Durante este processo, todas as primeiras tentativas de unificação territorial a partir de Buenos Aires fracassaram, enquanto as soberanias de algumas das principais cidades da época colonial passaram a abarcar um território mais amplo em torno delas. Com o passar dos anos, assim, as províncias substituíram os *cabildos* como principais comunidades políticas de pertencimento, constituindo-se, na prática, em Estados independentes e soberanos durante toda a primeira metade do século XIX. Durante o regime de Rosas, deu-se continuidade aos conflitos com outras províncias no que tange à unidade nacional. O conturbado processo de construção do Estado entrava em uma nova etapa, na qual os bonaerenses, com Rosas à cabeça, buscaram submeter as demais províncias sem o estabelecimento oficial de um governo nacional ou a elaboração de uma constituição escrita. Neste sentido, enquanto as províncias se mantinham independentes e soberanas em teoria, efetivava-se informalmente, na prática, um Estado nacional que, em comparação com as tentativas anteriores de unificação, teve vida mais longa, correspondendo a todo o período da segunda gestão rosista. No interior deste processo, as lutas desenvolvem-se tanto em terreno militar como no ideológico.

O presente estudo analisa as concepções de nação de Echeverría e De Angelis, tomando como fonte seus livros e artigos publicados durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas (1835-1852), quando os intelectuais em análise travaram a mencionada polêmica concomitante ao recrudescimento dos combates militares e de idéias acerca da construção da nação.

Esteban Echeverría foi um dos principais integrantes do grupo de intelectuais conhecido como "Geração de 1837" [2]. Devido ao acirramento das perseguições do regime rosista aos opositores políticos, o jovem intelectual argentino refugiou-se no Uruguai em 1840, onde viveria até sua morte em 1851. Pela imprensa de Montevidéu, de onde combatia ideologicamente o governo de Rosas, os "jovens de 37" difundiam um projeto próprio e original de nação no Rio da Prata. Conforme as concepções do grupo, os protagonistas de maio de 1810 tinham fundado a "pátria" com a revolução de independência, mas "hábitos e costumes da era colonial" persistiam, o que explicava o fato de o país ainda não ser "livre". A liberdade só se consumaria com a conquista, entre outros elementos, de "inteligência", leis,

[2] O grupo surgiu a partir de um pequeno número de intelectuais dissidentes do regime rosista que fundaram, naquele ano, o "Salão Literário" em Buenos Aires e designaram a si mesmos como a "Nova Geração". No ano seguinte, o grupo cria uma sociedade secreta, a "Jovem Argentina". Devido às perseguições promovidas pelo regime, a maior parte dos integrantes do grupo refugia-se em Montevidéu a partir de 1838, onde fundam a "Associação de Maio" e iniciam uma intensa atividade de oposição a Rosas na imprensa local. O grupo foi influenciado pelo romantismo europeu, principalmente por autores como Saint-Simon, Pierre Leroux, Lamennais e Giuseppe Mazzini. Os principais integrantes do grupo foram, além de Echeverría, os argentinos Juan Bautista Alberdi, Juan Cruz Varela, Miguel Cané e o uruguaio André Lamas.

literatura e costumes próprios. Caberia à juventude da "Nova Geração" a tarefa de completar a construção da nação através da inteligência, da razão e da civilização. Para plena construção da nação, portanto, era preciso a conquista de novos hábitos e costumes, ditos civilizados, o que, segundo os "jovens de 37", ainda estava longe de se realizar no continente americano.

Pedro de Angelis, por sua vez, converteu-se num dos principais defensores do regime rosista. Radicado em Buenos Aires desde 1827[3], o intelectual italiano exerceu funções diversas, entre as quais a de jornalista. Durante os governos dos unitários Bernardino Rivadávia e Juan Lavalle, o autor se manteve fiel a suas concepções liberais moderadas, de origem européia, confrontando-as com a realidade local. Neste sentido, criticou veementemente as intermináveis guerras civis e a instabilidade das instituições, concluindo pelo "mau funcionamento" da "nação" no Rio da Prata. Entre 1829 e 1835, De Angelis aderiu paulatinamente ao Partido Federalista, mais especificamente à sua facção rosista, defendendo suas práticas e idéias políticas. Ao longo do período, desenvolveu a tese de que a província de Buenos Aires, onde haveria o pleno funcionamento das instituições republicanas, estava "no caminho certo da construção nacional".

Ao longo do segundo governo de Rosas, De Angelis aderiu plenamente à defesa do regime. De 1843 a 1852, ficou ao cargo do principal periódico de sustentação da administração rosista: o *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*. Nesta nova conjuntura, mudou sua concepção acerca da nação no Rio da Prata, conforme percebemos no trecho abaixo de um de seus artigos:

> *La Confederación Argentina salió también radiante de las ruinas del sistema colonial: invocó su libertad y proclamó su independencia. [...] El voto de los pueblos, tan claramente expresado en los poderes de la gran mayoría de los Diputados al ultimo Congreso, era por la conservación del sistema federal,* ***que se hallaba estabelecido de hecho en la nación*** *[sem grifos no original]. [...].*
>
> *Estas bases de asociación fueron consiguidas en el primer estatuto que se sancionó el año de 1811, y son precisamente las que*

[3] Pedro de Angelis nasceu em Nápoles a 20 de junho de 1784. Durante a juventude, foi republicano e carbonário. Quando da invasão napoleônica, apoiou o governo colaboracionista de Joaquim Murat (1805-1815), devido a suas medidas progressistas de combate aos resquícios do regime feudal. Após a queda de Murat e o estabelecimento de governos identificados com a Restauração, De Angelis partiu para o exílio, primeiro em Genebra e logo em Paris. Na capital francesa, abandonou as ligações com as sociedades secretas para se dedicar exclusivamente a atividades intelectuais. O italiano estabeleceu amizade com diversos autores, tais como Villemain, Guizot, Victor Cousin, Lafayette, Destutt de Tracy, Victor Hugo e Michelet. Ainda na Europa, portanto, nosso autor buscou vínculos prioritários com liberais moderados, que combatiam, ao mesmo tempo, tanto os governos despóticos e conservadores como as propostas revolucionárias. Ainda em Paris, De Angelis conheceu Rivadávia que o convidou para trabalhar como jornalista no Rio da Prata. Interessado em "civilizar" seu país, o argentino fora à Europa em busca de intelectuais e outros profissionais de diversas áreas para oferecer trabalho em Buenos Aires. Para mais informações sobre a trajetória do italiano e sua atuação na imprensa de Buenos Aires, consultar nossa tese de doutorado: Eduardo Scheidt (2004).

> *restabeleció el General Rosas en 1831. [...].(Archivo Americano, n.º 17, Buenos Aires, 11/12/1849: 205).*

De Angelis, pois, elaborou um discurso, segundo o qual, a "nação", denominada de "Confederação Argentina", já existiria "de fato", a despeito da ausência de constituição escrita ou governo nacional. Segundo sua ótica, Rosas teria "reorganizado" a nação fundada na época da independência, mas destruída pelas intermitentes guerras civis. Mesclando suas tradicionais idéias liberais com as práticas e concepções próprias do regime rosista, em especial a "unanimidade política" e o poder unipessoal, o italiano buscou construir um discurso coerente, culminando em uma representação original e, em certo sentido, paradoxal de nação, em que conviviam concepções liberais modernas, de origem européia, com as práticas específicas do regime local. Em seus editoriais, De Angelis retrava Rosas e seu regime como democráticos e liberais. O "restaurador" era também apontado como o principal artífice da "nação". O autor demonstrou uma grande adaptação à nova conjuntura e ao contexto local. Incorporou, em sua nova concepção, características de um regime político centrado no poder unipessoal, com suas exaltações a Rosas, retratado como o representante "unânime" de toda a população argentina. De Angelis, entretanto, não abandonou suas concepções liberais, e sim buscou adaptá-las ao regime rosista, daí o caráter "paradoxal" da suas propostas políticas do período.

Esta curiosa "mescla" de elementos liberais e características do regime rosista, tidas como antiliberais, é claramente perceptível em um de seus artigos de resposta aos que buscavam "desmontar" o suposto liberalismo de Rosas. No seguinte trecho, De Angelis responde com eloqüência a um viajante europeu que esteve em Buenos Aires:

> *De estas observaciones fútiles [criticas do viajante à propaganda política de Rosas através dos símbolos do partido federal], pasa el Viajero a hacer cargos más graves a la administración del pais. Le inculpa la destrucción de los poderes constitucionales, y la actitud silenciosa de la Sala de Representantes, anulada de hecho y derecho por la permanencia del General Rosas en el mando.*
>
> *¿Que divergencia puede haber en los que profesan los mismos principios, y que tienen a un mismo objeto? El pueblo que ve a sus elegidos llenar con fidelidad sus mandatos, ¿que motivo tendria para revocarlos? El Viajero se admira que "las elecciones, que ocasionaban antes luchas sangrientas, no presentan en el día ni un solo voto disidente, y este es un país trabayado por las discordias civiles." Estas últimas palabras, añaditas para acreditar un espíritu reflexivo, descubren el ningún conocimiento que tiene el Viajero de nustra situación política. (Archivo Americano, n.º 9, Buenos Aires, 30/11/1843: 168).*

De Angelis defendia com ardor seus posicionamentos nas páginas do Archivo Americano, combatendo energicamente os contrários a suas concepções, em especial os antigos unitários e os jovens intelectuais da Geração de 1837. A questão da "unanimidade" torna-se compatível por que, no discurso do autor, somente os que partilhassem dos posicionamentos políticos de Rosas e de seu grupo, possuem efetivos direitos à cidadania. Quem fosse opositor, não era considerado um cidadão da Confederação Argentina, pois era automaticamente estigmatizado como "selvagem unitário", mancomunado com os ingleses e franceses, a favor, portanto da "recolonização" do continente americano.

De Angelis publicou, em janeiro de 1847, o artigo *Dogma socialista: juicio sobre este libelo*. Trata-se de uma resenha crítica ao livro de Echeverría, publicado no ano interior. Este livro era uma nova edição do documento *Código o declaración de los principios que constituyen la creencia social de la República Argentina*, publicado originalmente em 1839 no *El Iniciador*, de Montevidéu, redigido em sua maior parte por Echeverría, O *Código* é considerado uma declaração de princípios da Geração de 1837, sintetizando as diretrizes do pensamento do grupo, quando de sua fundação.

De Angelis classificou a obra como escrita por "traidores", "submetidos a influências estrangeiras" e inimigos dos "defensores da lei" e "protetores dos direitos do povo". Além de denominar Echeverría como "selvagem unitário", nosso personagem ainda acusa os jovens de 1837 do "ridículo intento" em querer "converter os argentinos em uma sociedade de sainsimonianos" e estarem imbuídos dos "delírios de Fourier e Considerant" [4].

Em sua resposta, Echeverría utilizou o mesmo tom, acusando De Angelis de ser o principal representante da "imprensa mazorqueira", além de "estrangeiro mercenário" e "difamador". Ao longo de sua primeira carta, o jovem argentino refuta as acusações do italiano, defendendo sua obra como patriótica, em sintonia com a realidade rio-platense e bastante distintas das idéias de Saint-Simon, Fourier ou Considerant.

O choque entre De Angelis e Echeverría é bastante referido pela historiografia. O que pouco se conhece é que, no interior desta polêmica, os autores adentraram na questão da "existência" ou "inexistência" da "nação argentina". Na segunda carta do intelectual argentino dirigida ao jornalista italiano, o autor se debruçou sobre a questão nacional. Após um rápido histórico sobre a independência e primeiras décadas posteriores, conclui que não haveria "vínculos de nacionalidade" entre os habitantes do Rio da Prata:

[4] Consultar Pedro de Angelis. *Acusación y defensa de Rosas.* Buenos Aires: La Facultad, 1945. Nesta obra, há tanto o citado artigo do autor como as duas cartas redigidas por Echeverría a De Angelis, como respostas a suas críticas.

> *El virreinato no era más que una agregación de provincias o de localidades dispuestas en miras de mejor adminstración y recaudación de rentas; no era una Asociación, que sólo existe entre iguales, para el amparo y fomento de intereses comunes. [...]. La revolución, apelando a las armas para reivindicar la libertad individual y la independencia social, robusteció el primer sentimiento, predominante en el individuo, y el segundo dominador en la localidad o la Provincia, y de este modo fomentó y legitimó sus posteriores extravíos. [...].*
>
> *Tenemos, pues, por una parte este resultado histórico, ningún vínculo de sociabilidad nacional legado por la colonia, ninguno enjendrado por la revolución [sem grifos no original]. (Echeverría in De Angelis, 1945: 452-453).*

Para "desmontar" a idéia de uma "nação argentina", conforme defendia De Angelis, Echeverría buscou demonstrar a ausência de laços associativos entre os rio-platenses. Sob sua perspectiva, a revolução de independência não havia alterado em nada a situação de dispersão legada da época colonial.

Com o intuito de responder às críticas do italiano, o intelectual argentino foi além em suas argumentações:

> *Debo extrañar muchísimo que un hombre tan sabio en política y tan versado en historia llame federación a esas alianzas transitorias que sólo estipulan unión de fureza para defensa común, y delegan al gobierno de Buenos Aires la facultad de representalas en el exterior; [...]; pero en nuestra época, señor editor, una federación es algo más que una agregación o justaposición de partes, algo más que una alianza ofensiva y defensiva; es una verdadera Asociación de iguales, lo que equivale a decir: comunidad de intereses, de instituciones y de principios políticos, comunidad de tendencias y de miras, comunidad de trabajo entre los miembros tendiente al bienestar común, comunidad, en suma, de vida social. (id., ibid.: 425-426).*

Echeverría, assim, negou que a "Confederação Argentina" se constituísse em uma efetiva associação nacional, contrariando as teses defendidas nos artigos de De Angelis. O argentino afirmou que a denominada "Confederação Argentina" seria uma mera aliança defensiva e ofensiva entre províncias independentes, pois não haveria verdadeira comunidade de interesses entre elas. Echeverría, diferentemente do jornalista italiano, forjou uma concepção de nação que vai além de um pacto político entre pessoas ou províncias. Seria preciso o estabelecimento de uma comunidade mais coesa, que partilhasse de mesmos interesses, princípios políticos, instituições e vida social.

Leitor dos românticos, o jovem argentino tinha pleno conhecimento do "princípio das nacionalidades" em voga no continente europeu. Entretanto, não fez uma transposição das idéias difundidas na Europa para a Região Platina. Ele não se utilizou de características culturais para definir aquela associação política. Os laços de união entre integrantes de uma

nacionalidade seriam de princípios políticos e ideológicos, almejando uma associação de pessoas que partilhassem idéias semelhantes e visassem o bem-comum. Neste sentido, a nação proposta pelo intelectual argentino era construída pelos homens, já que não se fundamenta em elementos culturais, tido como naturais e existentes independente da vontade humana. Com base nos seus critérios, Echeverría buscou "desconstruir" a nação defendida por De Angelis, argumentando que a nacionalidade rio-platense ainda estaria longe de constituir-se efetivamente.

Echeverría criticou tanto os unitários, que pretenderam criar artificialmente uma nação numa época em que era impossível, quanto os federalistas, que contribuíam para manutenção das tendências isolacionistas no Rio da Prata, concluindo que a "nação" só seria efetivamente conquistada no futuro:

> *Y ¿por qué? Porque la obra de crear y de centralizar el poder social es trabajo de muchas generaciones, y el resultado normal de otra obra anterior, lenta, difícil, de asociación o de fusión de todos los intereses, de todas las opiniones, de todas las creencias predominantes en el espíritu de un pueblo o de una nación: ahí está para atestiguarlo la historia de todas las Repúblicas y monarquías del mundo. Esa obra debe ser más difícil para los pueblos americanos, que pasaron del más abyecto y oscuro vasallaje al ejercicio de la más desenfrenada libertad; que no han tenido educación moral y política, ni tiempo bastante para ilustrarse, socializarse y acostumbrarse a vivir en comunidad. (id., ibid.: 428).*

Para Echeverría, a "nação" não se fazia por imposição, decretos nem constituição. Seria preciso o trabalho árduo de muitas gerações, especialmente na ilustração e educação da população. Os jovens de 37 compartilhavam da teoria de que era preciso um grupo intelectual ilustrado, do qual eles se autodeclararam os fundadores, para iniciar esta tarefa. Todos os grupos que não referendassem este projeto eram excluídos da condição de cidadão da futura "República Argentina". Echeverría, pois, também tratava de forma desigual a partidários e opositores de suas idéias políticas.

As acirradas polêmicas entre De Angelis e Echeverría, portanto, expressaram o conflito ideológico em torno à construção da nação no Rio da Prata, surgido na época da independência, que teve continuidade durante o regime de Rosas e que persistiria após sua queda. Ao longo da administração rosista, neste sentido, percebemos intensos debates ideológicos entre grupos políticos rivais, no interior dos quais se confrontaram diferentes projetos de nação para o Rio da Prata. Os apoiadores de Rosas, entre os quais Pedro de Angelis teve um papel crucial, sustentaram uma acirrada luta de idéias contra os intelectuais da Geração de 1837 e outros opositores do regime, exilados em Montevidéu. Para os primeiros, a "nação argentina" já seria uma realidade, enquanto os segundos, entre os quais

Echeverría, sustentavam a "inexistência" da nação, argumentando que esta seria fruto de um longo e árduo processo.

Embora ambos os projetos fossem calcados em idéias igualitárias, eles expressavam desiguais condições de cidadania. Para De Angelis, quem não compartilhasse da proposta de nação do regime rosista, era considerado um inimigo político e não tinha direitos políticos de cidadão. No projeto de nação de Echeverría, os opositores políticos igualmente não mereciam a designação de cidadão da "República Argentina". Os direitos à cidadania e mesmo as identidades políticas eram atribuídos muito mais a questões políticas, mais precisamente defender um certo grupo e suas idéias, do que o fato de nascer num determinado país. Em tempos de intensas lutas políticas, só eram tratados de forma igualitária os correligionários, enquanto aos adversários, prevaleciam práticas desiguais.

Referências bibliográficas

DE ANGELIS, Pedro. *Acusación y defensa de Rosas.* Buenos Aires: La Facultad, 1945.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

_____. *El mito de los origenes en la historiografia latinoamericana.* Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991.

_____. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografia reciente y el caso del Rio de la Plata. In: *Anos 90. Revista do curso de pós-graduação em História.* Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, 1993, p. 49 e 50.

ECHEVERRÍA, Esteban. *Dogma socialista: edición crítica y documentada.* Buenos Aires: Imprenta López, 1940.

_____. *Obras completas.* Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1951.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862).* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. La "identidad nacional" en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas com el antiguo régimen. In: *Anuario del IEHS "Prof. Juan C. Grosso",* n. 12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 1997, p. 109-122.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina,* t. 3. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1993.

MYERS, Jorge Myers. *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista.* Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

_____. Rosas. In: Jorge Lafforgue (org.). *Historias de caudillos argentinos.* Buenos Aires: Punto de Lectura, 1999, p. 327-381.

SALVATORE, Ricardo. "Expresiones federales": formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema.* Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 189-222.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie.* Petrópolis: Vozes, 1997 [1845].

SCHEIDT, Eduardo. A crítica da "geração de 1837" às experiências republicanas rio-platenses. In: *História Unisinos. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.* São Leopoldo – RS: v. 6, n.º 5, 2002, p. 175-188.

_____. Pedro de Angelis e os debates sobre a questão nacional no Rio da Prata. In: *Revista do Mestrado de História. Revista do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra.* Vassouras – RJ: v. 7, 2005, p. 125-179.

_____. Representações de América nas obras dos intelectuais utópicos Esteban Echeverría e Francisco Bilbao. In: SANTOS, Cláudia Andrade dos; SENA FILHO, Nelson (org.). *Estudos de política e cultura: novos olhares.* Goiânia: Vieira, 2006, p. 107-123.

_____. *Representações de nação por periodistas italianos na Região Platina (1827-1860)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"A Nação que se salvou a si mesma". Entre memória e história, a campanha da mulher pela democracia (1962-1972)

Janaína Martins Cordeiro*

Resumo: A proposta deste trabalho é verificar as tentativas de construção de uma memória dos segmentos sociais que participaram diretamente das articulações golpistas e que estiveram comprometidos com a consolidação do regime instalado em 1964. Particularmente, analisarei este processo tendo em vista um grupo em particular: a associação feminina Campanha da Mulher pela Democracia, criada no Rio de Janeiro ainda em 1962. O discurso deste grupo constitui-se em espaço privilegiado para compreendermos as especificidades da memória – permeada por silêncios - dos setores que apoiaram o golpe sobre tal período, bem como para verificar a complexidade dos comportamentos sociais diante da ditadura civil-militar, formando um consenso fundamental para que o regime se sustentasse.

Palavras-chave: memória, ditadura civil-militar, consenso

Abstract: Cet article propose de vérifier les tentatives d' élaboration d' une mémoire des segments sociaux qui ont participé aux articulations qui ayant conduit au coup d'État permis la consolidation du régime de 1964. En particulier, j' analyserai ce processus par l' observation des pratiques politiques d' un groupe : la *Campanha da Mulher pela Democracia* [Campagne de la Femme pour la Démocratie] (CAMDE), qui a été née à Rio de Janeiro en 1962. Le discours de cette association constitue un espace privilegié pour comprendre les particularités de la mémoire – remplie de silences – des segments qui ont soutenu le coup d'Etat a cette époque. Par ailleurs, nous pouvons vérifier dans leur discours la complexité des comportements collectifs vis-à-vis de dictature civil-militaire et la formation d' un consensus fondamental pour soutenir le régime.

Mots clés : mémoire, dictature civil-militaire, consensus

Em meados da década de 1970, quando o quarto general-presidente da ditadura civil-militar Ernesto Geisel iniciou seu projeto de distensão lenta, gradual e segura e ao longo dos anos 1980, na medida em que se concretizava o processo de redemocratização política, a sociedade brasileira deu início às sucessivas reconstruções de memória sobre o golpe e o regime civil-militar de 1964. Em geral, prevaleceu uma memória ancorada no mito da resistência, ou seja, na idéia de que a sociedade, como um todo havia resistido à ditadura, desde sempre um regime estranho à *índole pacífica e democrática* do brasileiro.

* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista CAPES.

O historiador francês Pierre Laborie, ao tratar da relação entre os franceses e a memória construída sobre a resistência organizada contra Vichy e a ocupação nazista nos dá importantes instrumentos para pensar a memória da resistência construída após a abertura política pela sociedade brasileira ao afirmar que "a apropriação da Resistência como bem comum servia de cortina de fumaça. Favorecia a amnésia e evitava dolorosos exames de consciência" (LABORIE, 2003: 272).

Respeitadas as especificidades de contextos históricos distintos, como é o caso da França pós-1944 e do Brasil dos anos 1980, podemos observar que a apropriação de uma memória da resistência como *bem comum* também ocorreu no caso brasileiro e, nesse sentido, permitiu a conformação de um projeto de democracia capaz de conciliar diversos segmentos sociais a partir do momento em que supunha a negação da ditadura e de suas políticas pela nação como um todo. E, tendo em vista a vitória de um projeto de anistia no qual predominou a lógica da *reconciliação* e do *esquecimento*, procedeu-se a uma reconstrução de memória a partir da qual as esquerdas foram vitimizadas e a luta armada redefinida antes como um segmento radicalizado da resistência democrática do que como um projeto de realização da revolução socialista (REIS FILHO, 2004: 48).

De acordo com Denise Rollemberg, "sobre o período de 1974 a 1985 temos uma memória da abertura que transcende o período, pois porta em si as interpretações do que teriam sido as relações da sociedade com a ditadura ao longo de toda a sua existência (1964-1985)" (ROLLEMBERG, no prelo: 6). Nesse sentido, a sociedade aparece não apenas como o ator central dos movimentos pela anistia e pela redemocratização, como também se redefine as relações estabelecidas entre esta sociedade e *sua* ditadura, silenciando sobre o fato desta não ter sido imposta unicamente por meio de instrumentos repressivos, mas que, ao contrário, é produto social. Portanto, ao mesmo tempo em que os grupos de esquerda são consagrados como vítimas, os movimentos sociais de direita, que ao fim, constituíram a base social de apoio e legitimação da ditadura são silenciados ou *esquecidos*.

Não obstante, podemos observar que ao longo dos vinte e um anos de regime civil-militar, expressivos segmentos sociais e instituições respaldaram e legitimaram os governos dos generais-presidentes. Um bom exemplo de como parte da sociedade estava organizada em defesa de valores que mais tarde seriam partilhados e incorporados pela ditadura são as inúmeras Marchas da Família com Deus pela Liberdade que se proliferaram por todo o país antes e depois do golpe de março de 1964 (PRESOT, 2004).

As Marchas por sua vez, foram organizadas e convocadas por associações "cívicas femininas" que, em geral, foram fundadas antes do golpe[1] e prosseguiram atuando após as Marchas durante os anos 1960. Sob este aspecto, recuperar a trajetória destes grupos torna-se fundamental para melhor compreender a ditadura civil-militar como um processo de construção social, tornando mais complexa a lógica da manipulação e coerção, chamando atenção também para o universo simbólico que fazia com que determinados grupos se identificassem com certos valores e militassem em sua defesa. Vista dessa maneira a história de sociedades que viveram sob regimes autoritários, pode-se compreender melhor a diversidade dos comportamentos coletivos. Isso porque está se considerando não apenas os mecanismos coercitivos – os quais possuem importância capital na estrutura desses regimes – mas também o *consentimento*, as formas pelas quais as pessoas viveram tal situação e se representaram através dela.

Neste texto, meu objetivo é analisar, de maneira geral, de que forma os grupos sociais que apoiaram o golpe e legitimaram a consolidação do regime civil-militar lidam com essas questões diante de uma sociedade que, para absolver-se de qualquer relação com os governos militares, tenderam a silenciar sobre a importância do tipo de ação desenvolvida por esses setores. Trata-se de analisar as especificidades da construção de uma memória das direitas – tomando como ponto de partida o caso particular da CAMDE - a qual também procura recusar maiores proximidades com os militares, relativizando sua atuação junto ao Estado sem recusar a essência de sua militância, qual seja, a luta contra o comunismo.

Assim, procede-se a uma *amenização* da oposição feita ao governo Goulart sem, contudo negar a rejeição tanto ao trabalhismo, como ao comunismo e sua "infiltração" no Estado. Transparece uma construção de memória que procura isentar o presidente Goulart de qualquer eventual tentativa de comunizar o país. A acusação de comunista não recai diretamente sobre Jango, mas sobre as pessoas à sua volta, que compunham o governo:

> *- Na época em que nós entramos na CAMDE* [...] *o Jango era quem estava no poder e ele não era comunista, o Jango não era. Ele era, vamos dizer...*
> *– Marmiteiro! Ele era popular.*
> *– É, popular e vamos dizer assim, ele gostava muito do poder. Ele gostava de aparecer, o Jango.* [2]

O então presidente é lembrado como um líder fraco, alguém que se deixava seduzir pelo poder e manipulado pelos comunistas infiltrados no governo. Marieta M.

[1] É o caso da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), da Guanabara e da União Cívica Feminina (UCF) e do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), ambos de São Paulo.
[2] Entrevista concedida por duas ex-diretoras da CAMDE que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.

Ferreira, ao tentar recuperar a memória sobre João Goulart chama atenção para a diversidade de elementos que a compõem, tanto à esquerda como à direita. Em ambos os casos sobressai a idéia se não de um político despreparado, ao menos de alguém que tomava decisões equivocadas, (FERREIRA, 2006: 23).

Particularmente, interessa-nos o que a historiadora chama de "memória dos conservadores" sobre Goulart. Analisando os depoimentos de políticos da UDN e do PSD que compõem o acervo do Cpdoc/FGV, Ferreira aponta aspectos da memória sobre Jango que são comuns a políticos destes setores, tais como o argumento de que o então presidente representava uma ameaça, pois seu governo significaria a entrada do comunismo no país. Ou, por outro lado, a associação da idéia de que Jango era uma liderança fraca e descomprometida com qualquer projeto político. Em muitos depoimentos, transparece uma imagem sobre Goulart de acordo com a qual ele seria um homem "bom, fraco e influenciável e, ao mesmo tempo, um político perigoso, pois estava patrocinando os preparativos de um golpe comunista" (FERREIRA, 2006; 13). Assim, nos relatos de políticos conservadores, o então presidente também não era diretamente acusado de comunista.

Mas, embora não fosse comunista, o fato de ser uma pessoa que se deixava influenciar e a aproximação com políticos de esquerda, foi suficiente para disseminar o medo de uma revolução comunista por parte dos setores conservadores. Esta lógica é exatamente a que encontramos no trecho do depoimento das militantes da CAMDE citado acima e, de certa forma, serve para legitimar a intervenção militar e o apoio da sociedade civil a este evento.

Se por um lado, as militantes dos grupos femininos recusam, no plano da memória, uma oposição direta e ofensiva contra Goulart, com relação ao pós-1964, embora sua militância tenha adentrado a década de 1970, elas tendem a limitar a participação da sociedade civil ao período do governo Castelo Branco, normalmente identificado como um "governo moderado".

Portanto, se levarmos em consideração os processos através dos quais a direita conservadora brasileira tenta construir no presente a memória de sua militância política, estamos, num certo sentido, diante do que Alessandro Portelli chamou de "memória dividida": se temos por um lado a tentativa de construção de uma memória que procura negar a participação e colaboração da sociedade com o regime militar, por outro lado, os grupos de direita não podem negar o que constituiu o cerne de sua organização, qual seja, a oposição ao governo Goulart e a militância a favor de uma intervenção militar que colocasse fim à suposta infiltração comunista no Estado, permitida por Jango.

Concordamos também com Portelli quando este afirma que a definição de "memória divida" deve ser ampliada para dar conta não apenas de uma aparente dicotomia, por vezes simplista, mas também para entendermos que mesmo se tratando da memória de um grupo bem particular e definido da sociedade, ela não é um "todo sólido" e se divide entre "o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar" (PORTELLI, 2005: 128). Assim, encontramos nos depoimentos das associadas da CAMDE opiniões a respeito de sua militância na associação do tipo: "foi a maior glória da minha vida ter podido servir ao meu país". Mas também: "Em um dado momento, a revolução virou um rebotalho, voltada apenas para o empreguismo. E depois veio a tortura, o que foi repugnante"[3]. Além disso, encontramos também aquelas que se recusam a falar sobre o assunto, buscando *silenciar* sobre este passado.

Essa diversidade de opiniões não invalida as análises sobre as memórias deste grupo, ao contrário, dão bem a medida da complexidade das relações estabelecidas entre ditadura e sociedade no Brasil. A própria dificuldade ou a recusa absoluta por parte de algumas militantes em falar sobre o passado permite refletir sobre o papel importante que o *silêncio* ocupa nas reflexões a respeito da memória. Assim, diante de uma sociedade que preferiu negar qualquer tipo de relação de apoio ou simpatia pelo regime que aqui seria apenas *dos militares,* as mulheres da CAMDE optaram pelo *silêncio* sobre a sua ação militante em favor da ditadura. É importante destacar que neste caso, há que se compreender o silêncio destas mulheres como *uma forma de lembrar*, como um *modo de presença no mundo* (LABORIE, 2003: 52-53) que se define diante da consolidação de uma memória coletiva que evoca a sociedade como resistente.

Pierre Laborie analisando os *silêncios* dos franceses a respeito de Vichy e discutindo as formas de apropriação do passado pelo presente bem como as formas de representação do silêncio, afirma haver *silêncios da memória* e *memória do silêncio*. O primeiro liga-se ao que ele chama de "má consciência", a incapacidade ou *vergonha* de assumir coletivamente a responsabilidade pelos crimes do passado (LABORIE, 2003: 54-55). A tendência é, então, silenciar sobre determinados eventos e se apropriar de outros. Já a *memória do silêncio* está relacionada ao sentido que o acontecimento toma, ao uso que o presente faz dele, onde o "dizer nada é uma maneira de testemunhar". Ou seja, a memória do silêncio expressa um sentimento de acordo com o qual, determinado tipo de comportamento

[3] Ambos os trechos de depoimentos citados encontram-se em ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe -1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001. p. 58.

do passado tornou-se incompreensível no presente, por isso os problemas em falar sobre este passado (LABORIE, 2003: 58 e 61).

No caso específico das mulheres da CAMDE, os dois processos se misturam, expressando de forma singular as maneiras pelas quais a memória do grupo é construída permeada pelo silêncio. Neste sentido, há memória do silêncio quando recusam admitir sua militância nos anos de maior repressão da ditadura; há também memória do silêncio quando, de alguma forma, tentam tomar parte na memória da *sociedade resistente*; há memória do silêncio, pois, superado aquele contexto, como compreender o sentido de uma militância que se dizia "em defesa da democracia" e que, em nome desta democracia defendeu e legitimou medidas como o AI-2? Principalmente, há memória do silêncio quando, por todas essas razões, essas mulheres simplesmente decidem não falar sobre o passado.

Por outro lado, há silêncio da memória quando calam sobre a sua atuação ofensiva contra o governo de João Goulart. Silêncio da memória quando negam no presente a adesão em torno da "candidatura" e do governo de Costa e Silva e conseqüentemente, sobre o apoio dado ao AI-5 e ao fechamento do regime; silêncio da memória também quando se "escondem" por trás da metáfora – reconfortante para quem apoiou o regime – dos *porões da ditadura*, a qual diz desconhecer a tortura como política de Estado.

Assim, quando atentamos para a leitura que esta associação faz hoje de sua atuação, é interessante observar as tentativas no sentido de se inserirem num suposto movimento de repúdio à ditadura, num misto de memória do silêncio e silêncio da memória:

> *E depois da Revolução, tinha um menino, um rapaz da PUC que assassinaram ele. Nessa época eu era presidente (...) Eu disse: 'Eu vou como um protesto'. Porque nós éramos da Revolução, mas o que é isso? Matar um estudante? Nós fomos ao enterro do rapaz, do estudante num protesto contra o ato revolucionário, pelo qual nós trabalhávamos*[4].

Os conceitos de *zona cinzenta* e *penser-double* elaborados por Pierre Laborie para tratar da diversidade dos comportamentos sociais dos franceses sob Vichy podem ajudar a compreender esse tipo de conduta das mulheres da CAMDE durante a ditadura, uma vez que implica em reconhecer que nem sempre denominações como *resistência* ou *colaboração* dão conta de expressar a complexidade dos comportamentos coletivos diante de regimes autoritários. Se neste depoimento a então presidente da CAMDE não nega sua vinculação ideológica e militante à "Revolução de 1964" - muito ao contrário, a afirma -, ela também não pode aceitar o assassinato de um jovem estudante. Até porque, a CAMDE sempre buscou legitimar sua atuação política apresentando-se publicamente como *mães* preocupadas com o

[4] Entrevista concedida por uma ex-diretora da CAMDE que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.

futuro dos filhos e das famílias e, nesse sentido, não podia admitir a violência daquele *ato revolucionário* empregado contra um estudante que bem poderia ser seu *filho*.

Para além dessa questão, a recusa do fato de terem apoiado o endurecimento do regime não deixa de ser uma tentativa de reivindicarem para si participação nesta memória conciliadora que evoca a nação como resistente à ditadura. Assim, ao mesmo tempo em que é importante se distanciar de eventos que as liguem ao consentimento com relação ao endurecimento do regime, é também importante para a memória dessas mulheres reverenciar o governo Castelo como sendo o tempo da *moderação*, em que os *ideais revolucionários* foram preservados.

Nesse sentido, uma das diretoras da CAMDE afirma que as atividades da associação foram um pouco além do governo Castelo, com reuniões, trabalho de assistência social e uma campanha contra a carestia que durou seis meses[5]: "Mas depois do Castelo não tínhamos mais razão de existir. Ainda assim, a CAMDE atuou por cerca de 10 anos, sem, contudo, nos metermos em política" (ASSIS, 2001:62).

A documentação produzida pela CAMDE fornece importantes elementos a partir dos quais podemos notar a adesão das mulheres em torno do presidente Costa e Silva. Em 1967, por exemplo, em entrevista à revista feminina *Livro de cabeceira da mulher*, Amélia Molina Bastos, presidente da associação afirmava ter "muita esperança neste gôverno"[6]. Em 1968, após a edição do Ato Institucional nº. 5, a CAMDE divulgou uma mensagem de Natal na qual manifestava *fé* nos rumos da nação e na qual afirmava que "um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio (...)" [7]. Este manifesto, divulgado na véspera do Natal, ou seja, apenas alguns dias após a edição do AI-5 demonstra bem o apoio dado pela CAMDE ao Ato.

Nesse sentido, podemos observar os limites da memória que estas mulheres procuram construir quando associam a trajetória deste grupo feminino ao governo Castelo Branco. Não obstante a adesão em torno da figura do marechal Costa e Silva, há um esforço dos membros da associação no sentido de se desvincularem deste governo, associando-o ao início do endurecimento do regime. Perguntadas a duas diretoras se percebiam grandes

---

[5] Trata-se da Campanha pela Economia Popular, promovida em parceria com, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) em 1965. FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 40. Pasta 1.

[6] "D. Amélia Molina Bastos ou como e onde marcha a CAMDE". Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah. In: *Livro de Cabeceira da Mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Ano I, volume 5, p.168.

[7] FUNDO CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA. Arquivo Nacional/ CODES. Documentos Privados. Código PE. Caixa 38. Pasta 1. Recorte de jornal: "Mensagem de Natal da CAMDE exprime confiança no Brasil". *O Globo*, 24/10/1968.

diferenças entre o governo Castelo e o governo Costa e Silva, elas foram unânimes na resposta:

> *– Eu acho que a coisa foi piorando, a coisa foi endurecendo.*
> *– Foi piorando. O Castelo Branco foi ótimo, maravilhoso.*
> *– Depois foi endurecendo e virou uma ditadura.*
> *– Ditadura Militar.*
> *– Não tinha mais razão de ser a gente continuar*"[8].

É interessante notar a resposta de uma das entrevistadas como que complementando a fala anterior: é importante destacar o fato de que foi uma ditadura *militar* o que ocorreu no país após a posse de Costa e Silva, o que por sua vez exime a sociedade civil de qualquer participação nos rumos daquele evento, sobretudo, absolve as *mães* da CAMDE do apoio dado ao AI-5 e a outras medidas repressivas adotadas pelos militares. Em segundo lugar, chama atenção a insistência em afirmar o encerramento das atividades da associação após o governo Castelo, ligando o governo Costa e Silva a um total desvirtuamento dos "*ideais da Revolução*": "Depois que o Costa e Silva veio com esse negócio de ditadura militar, eu me desiludi completamente"[9].

Dessa forma, podemos compreender melhor a adesão em torno de Castelo Branco e o silêncio sobre o apoio ao governo Costa e Silva tendo em vista os tipos de representação social do silêncio. A memória do silêncio que emerge das lembranças das associadas da CAMDE não é senão a forma encontrada de se inserirem num esforço mais amplo de parte da sociedade brasileira de se desvincular do consenso formado em torno dos militares e formar o consenso em torno da democracia. As dificuldades em recordar o passado deve-se em parte ao fato de que, numa sociedade que optou por celebrar os vencidos de 1964, essas mulheres possam temer que suas motivações não sejam mais compreensíveis nesse novo contexto.

Dessa forma, busca-se consolidar uma memória sobre a militância destes grupos que não apenas procura se posicionar diante do mito de uma sociedade resistente, mas que também apóia-se na dicotomia militar entre *moderados* e *linha-dura*. Podemos, então, entender o orgulho de ter participado da "*Revolução de 1964*" e do governo Castelo Branco e a simultânea *desilusão* com relação aos demais governos militares.

Nesse sentido, a militância política da CAMDE, somada aos complicados processos de construção de uma memória deste grupo permitem refletir sobre a complexidade dos comportamentos sociais sob regimes autoritários, os quais transitam entre coerção e consentimento, colaboração e desilusão. De toda forma, se temos uma memória atravessada por silêncios e *má consciência*, temos também uma militância que permite compreender as

[8] Entrevista concedida por duas ex-diretoras que solicitaram anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006.
[9] Entrevista concedida por uma ex-diretora que solicitou anonimato. Rio de Janeiro, 12/09/2006, p. 14.

formas pelas quais a sociedade não apenas se conciliava com as práticas autoritárias mas também, em muitos momentos a incentivava, formando um consenso em torno da ditadura, crucial para que ela se sustentasse por 21 anos.

Bibliografia

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe -1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "Introdução". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles.* De la guerre d' Espagne a la Liberation. Paris, Seuil, 2003.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. pp.103-130.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In: REIS, Daniel Aarão (*et ali*) (orgs.). *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. "Caminhos para o passado. Memórias da Associação Brasileira de Imprensa (1964-1974)". (no prelo).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Em direção ao sul: os caminhos e a arte colonial no extremo sul da América Portuguesa

Marcia Bonnet*

Resumo: O território colonial que se estendia entre Laguna e a Colônia de Sacramento, incluindo a região missioneira, talvez exatamente por configurar uma zona de fronteira, apresenta em suas manifestações artísticas uma série de aspectos específicos, que refletem o processo singular que teve a colonização do extremo sul da América Portuguesa. Uma parte considerável deste patrimônio artístico já está irremediavelmente perdida. Os exemplares que sobrevivem, entretanto, demonstram que o caminho percorrido pelos homens parece ter determinado em muito o trânsito de modelos formais entre vilas e capitanias. Entre a capitania de São Vicente e a Colônia de Sacramento, as formas foram se adaptando e se transformando, conferindo assim características únicas à arte produzida ao longo dos caminhos que conduziam à expansão territorial em direção ao extremo sul.

Palavras-chave: arte colonial - caminhos antigos - Continente de São Pedro

Abstract: The stretch of land between Laguna and Colônia de Sacramento, including the region occupied by the Jesuit Missions - probably due to its character as a border zone territory – presents in its artistic manifestations a series of specific traits, which reflect the singular process of colonization that took place in the southernmost limits of Portuguese America. A considerable part of that artistic heritage has been irreparably lost. Nevertheless, the few surviving examples show that the paths followed by men seem to have determined the transit of formal patterns between villages and capitanias. Between the capitania of São Vicente and Colônia de Sacramento shapes seem to have adapted and shifted thus conferring unique traits to the art which was produced along the roads that led to the expansion of the colonial territory towards the extreme south.

Keywords: colonial art - ancient roads - Continente de São Pedro

Durante o período colonial, cobrir grandes distâncias na vasta extensão de terra que coube à Coroa Portuguesa, era muitas vezes mais rápido e prático por mar. Esta nem sempre foi uma opção viável, entretanto, e como conseqüência, entre os séculos XVI e XVIII se estabeleceu uma verdadeira rede de vias terrestres, muitas delas aproveitando antigos caminhos indígenas. Foi através destes caminhos que se processou boa parte da expansão territorial na América Portuguesa. O impulso colonizador direcionado no sentido de conquistar cada vez mais terras, transformou a linha do Tratado de Tordesilhas mais em um ponto de

* PhD em História e Teoria da Arte (Essex, 2001), pesquisadora e professora adjunta de História, Teoria e Crítica da Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

partida do que em um marco limitador. Vastas extensões de terra ao longo de toda a linha foram sendo conquistadas e anexadas.

No caso específico dos limites meridionais do território, a partir da fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, estabeleceu-se o interesse no povoamento das terras entre Laguna – a vila mais ao sul dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas, fundada logo em seguida à Sacramento – e o Prata. Vilas e pequenos povoados foram surgindo naquela extensão de terra: Rio Grande foi fundada em 1737; Viamão já era sede de uma capela em 1741; em 1752 se deu a construção da fortaleza Jesus Maria José, que daria origem à futura vila de Rio Pardo (GOLIN, 2002:49 e KÜHN, 2006:65). Na segunda metade do século XVIII, foram ainda criadas algumas paróquias como as de Triunfo (1756), Santo Antônio (1763) e Porto Alegre (1772) (KÜHN, 2002:49). Tropeiros passaram a cruzar a região, estabelecendo caminhos que ligavam a extremidade meridional do Caminho Velho – que passava pela capitania de São Vicente e desembocava na vila de Paraty – e o Caminho de São Paulo à Colônia de Sacramento. Por esses caminhos passavam gado e mercadorias que eram levados e trazidos de outras capitanias, entretanto, tudo leva a crer que as tropas veiculavam mais do que animais, objetos e mantimentos. Parece que através destes caminhos também se estabeleciam elos de comunicação entre vilas e povoados, bem como entre diferentes capitanias. A análise da produção de talha no Continente de São Pedro leva a crer que pelos caminhos também passaram informações estéticas.

A circulação destas informações pode ser observada de maneira pronunciada nos modelos utilizados para a fatura de retábulos e nos elementos ornamentais que povoam os interiores religiosos remanescentes do antigo Continente de São Pedro. Dois retábulos-mor chamam atenção em particular: o da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e o da Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

O retábulo-mor da Matriz de Viamão parece ecoar a estrutura e a distribuição dos elementos e motivos ornamentais de vários outros retábulos-mor localizados em diferentes vilas vicentinas: o da Igreja da Ordem Terceira do Carmo e o da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em São Paulo, o da Matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu, o da Matriz de São João Batista de Atibaia, o da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Santos, o do Santuário de Bom Jesus de Tremembé e o da Matriz de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz.

Destacarei aqui apenas três retábulos-mor vicentinos, dois da década de 1790 e um da década de 1770, de diferentes igrejas e localidades: igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em São Paulo (1791), Matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu (1770), Matriz de São João Batista de Atibaia (c. 1795).[1] Os três retábulos-mor têm estrutura muito semelhante ao de Viamão, sendo que todos partilham também dos mesmos elementos ornamentais. Quanto a estrutura, o embasamento do retábulo-mor de Viamão é muito próximo dos de Itu e de Atibaia, cuja movimentação acompanha os avanços e recuos da primeira e da segunda ordem.[2] O altar em forma de ânfora não é exatamente raro, mas de qualquer maneira também se repete na igreja de Atibaia. As estruturas da primeira e da segunda ordem do retábulo de Viamão também se repetem nos três retábulos vicentinos. O sacrário ao centro da primeira ordem é ladeado por painéis côncavos entremeados por consolos em voluta. Na segunda ordem, o camarim é bastante semelhante aos dos retábulos de Itu e de Atibaia e aparece flanqueado por dois pares de colunas de fuste liso (como as de Atibaia) entremeadas com painéis côncavos onde aparecem nichos laterais (como nos retábulos de Itu e Atibaia). O trono, como o de Itu, é formado por seis níveis, todos variando em forma e ornamentação. O coroamento do retábulo de Viamão tem estrutura e elementos básicos idênticos aos de Itu e de Atibaia: cartucho central sobre dossel com lambrequim, ladeado por plintos encimados por volutas que, por sua vez, são flanqueadas por fragmentos de arco.

Em termos de ornamentação, o retábulo-mor viamonense poderia ser situado entre o retábulo de Itu, mais profusamente decorado, e o de Atibaia, com pouquíssimos *apliqués* de talha e onde se optou por enfatizar mais o tratamento marmorizado. Os motivos auriculares em 'c' e em 's', que aparecem em todas as ordens do retábulo de Viamão, aparecem também em inúmeros retábulos vicentinos dos quais destacaria os retábulos-mor das igrejas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em São Paulo (1791) e a Matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu (1770). Outros motivos ornamentais semelhantes, sobretudo elementos fitomórficos, podem ser observados na talha da Matriz de Santo Antônio dos Anjos de Laguna.

---

[1] Datações da fatura de retábulos vicentinos adotadas conforme sugeridas em TIRAPELI, Percival. **Igrejas Paulistas: Barroco e Rococó.** São Paulo: UNESP, 2004.

[2] Para efeito de análise é costumeiro se dividir os retábulos em ordens, que se organizam entre as cornijas. Trabalho aqui com a divisão em embasamento (onde está posicionado o altar), primeira ordem (onde encontramos o sacrário e os consolos que sustentam as colunas), segunda ordem (onde estão os fustes e capitéis das colunas e o camarim) e coroamento (porção acima do entablamento e que finaliza o retábulo).

Retábulos-mor: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Rio Grande do Sul, (c. 1790?), Matriz de São João Batista de Atibaia, (c. 1795), Matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu (1770) e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em São Paulo (1791), as três últimas igrejas, em São Paulo. Foto do retábulo de Viamão, da autora, 2007. Dos demais retábulos, detalhes de fotos de Manoel Nunes da Silva (TIRAPELI, 2004:89, 303 e 331).

O retábulo-mor da Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo é também bastante semelhante ao seu equivalente na igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, que ficava na rota da Estrada Velha, próximo à Paraty. A estrutura dos dois retábulos é extremamente próxima, bem como a distribuição das colunas e as relações de proporção das laterais da primeira e segunda ordem em relação ao camarim. Há suspeita de que o coroamento do retábulo de Rio Pardo tenha sido modificado: é provável que tenha sofrido um corte na base para se ajustar ao pé-direito da capela-mor. Ainda assim, pode se perceber alguma semelhança nas linhas curvas que definem os recortes dos dois coroamentos.

Retábulos-mor: Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, Rio Grande do Sul e Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Cunha, São Paulo. Fotos da autora, 2006, e de Manoel Nunes da Silva (TIRAPELI, 2004:277), respectivamente.

Em termos de ornamentação, percebe-se que o retábulo-mor de Cunha recebeu uma decoração mais leve e mais discreta com talha mais superficial, o que poderia indicar que seria mais tardio do que o de Rio Pardo. Entretanto, a comparação das colunas utilizadas nos dois retábulos faz pairar dúvidas neste sentido: enquanto as quatro colunas do retábulo de Cunha são pseudo-salomônicas, no retábulo de Rio Pardo apenas as duas colunas mais externas o são, sendo as duas mais internas de fuste liso, com decoração diferenciada no terço inferior e festões florais, distribuídos diagonalmente nos dois terços superiores.

Nos dois casos analisados aqui, pode se perceber que as influências recebidas não parecem ser oriundas exclusivamente das vilas circundantes ou de cidades e vilas que

porventura pudessem configurar uma referência óbvia como Laguna, última cidade no limite sul do território delimitado pelo Tratado de Tordesilhas e ponto de origem de uma parcela considerável dos primeiros povoadores do Continente de São Pedro, ou Rio de Janeiro, então sede do bispado e capital do Vice-Reino. Mas as influências que se pode observar nestes dois casos apontam para origens menos óbvias: motivos ornamentais e modelos de retábulos parecem ter percorrido longos e tortuosos caminhos. Não apenas os caminhos que ligavam o Continente de São Pedro à vila de São Paulo, mas também os caminhos que ligavam a vila de São Paulo às capitanias do Rio de Janeiro, das Minas, do Mato Grosso e de Goiás. Em última análise, as influências estéticas parecem ter percorrido os caminhos que faziam a ligação da vila de São Paulo com o restante da América Portuguesa e chegado ao extremo sul através dos caminhos das tropas.

Cabe perguntar, como estas idéias estéticas estariam se propagando. Não me parece que seja o caso de afirmar que houvessem tratados específicos viajando de vila em vila nos lombos dos animais, já que não pude encontrar semelhanças entre os modelos utilizados e os propostos nos principais tratados em uso na época. Também não me parece provável que artífices estivessem viajando de São Vicente em direção ao sul. É possível sim que houvesse circulação de artífices entre Laguna e as recém-criadas paróquias do Continente, mas que viessem de São Vicente para assumir encomendas no extremo sul me parece bem pouco provável. A limitada demanda de trabalho que tudo indica ter havido para os artífices da talha no Continente de São Pedro também não parece justificar a importação de mão-de-obra de outras capitanias. Parece mais plausível que as idéias estéticas estivessem seguindo a rota dos tropeiros na forma de riscos de retábulos ou de motivos ornamentais específicos. Assim, as obras de talha coloniais do antigo Continente de São Pedro acabaram por se constituir em registros dos estágios por que passaram estas formas em trânsito, testemunhos de momentos específicos em um processo maior de transformação que acompanhou a expansão territorial da América Portuguesa em direção ao sul.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tao (coord.). Colônia. In **História Geral do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Méritos, 2006.

BONNET, Márcia. **The Transient Form: source, reflection and innovation in the woodcarving of Portuguese America.** Tese de doutorado em História e Teoria da Arte. Colchester, University of Essex, 2001, inédito.

_____. A Forma em Trânsito: um estudo de caso envolvendo metamorfose e representação. In **Caesura**. Canoas, ULBRA, n. 22-23, jan/dez de 2003, p. 71-80.

GOLIN, Tao. **A Fronteira**. Vol. 1. Porto Alegre: LP&M, 2002.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da américa portuguesa – século XVIII.** Tese de doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006, inédito.

PRADO, Fabrício. **Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa.** Porto Alegre: Fabrício Prado, 2002.

TIRAPELI, Percival. **Igrejas Paulistas: Barroco e Rococó.** São Paulo: UNESP, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma relação política entre os conceitos de *libertas*, *auctoritas* e *liberalitas* em Tácito.

Rafael da Costa Campos[1]

Resumo: Neste artigo pretendemos abordar o estabelecimento de uma relação política entre os ideais romanos de *libertas*, *auctoritas* e *liberalitas*, dentro do conjunto de transformações presentes do final da República e o início do Principado, e em específico sobre os reinados de Augusto e Tibério, trabalhando como fonte principal os *Anais* de Tácito.

Palavras-chave: Império Romano – político – Tácito.

Abstract: In this paper we intend to embrace the establishment of a political relationship between the roman ideals of libertas, auctoritas and liberalitas, inside of a complex of transformations presented at the Republic's final moments and the beginning of the Principate, specifically Augustus's and Tiberius's reigns, using like textual document the Annals of Tacitus.

Keywords: Roman Empire –Politics – Tacitus.

Propomo-nos aqui a falar sobre a transformação de alguns dos ideais políticos de *auctoritas*, *libertas* e *liberalitas*, tendo como um recorte histórico o Principado de Augusto e a conseqüente sucessão por seu enteado Tibério Cláudio Nero. Para tal intento, nos dedicaremos a reportar a construção destas relações tomando como base a leitura de Públio Cornélio Tácito sobre os eventos ocorridos nos governos destes dois imperadores, apresentados nos *Anais*.

Especula-se que Tácito escreveu suas obras entre 75 e 115 d.C., diante de uma evidente preocupação em mostrar as contradições presentes entre os grupos sociais e a instituição legitimada pela autoridade do soberano, em um misto de ressentimento e autocrítica diante das denúncias que este faz principalmente aos próprios membros da aristocracia, da qual ele faz parte (GALVÃO, 2004).

As relações entre os grupos sociais e o Imperador eram muito mais complexas do que uma cômoda oposição entre o fim da República como marco de um período de liberdade e o estabelecimento de uma tirania cerceadora. O Principado foi considerado durante muito tempo pela historiografia, especialmente a dos séculos XVIII e XIX, como justificativa

[1] Universidade Federal de Goiás/ CNPQ

legitimadora da organização política dos estados nacionais europeus. Em termos de uma oposição aos estados absolutistas, a escrita da história sobre a Antiguidade foi usada para justificar um discurso de orientação para a legitimação política dos governos calcados ideologicamente no liberalismo emergente (MOMIGLIANO, 2005:179-185; WISEMAN, 2004:305-307).

Partiremos assim de dois pontos: primeiramente, considerarmos brevemente os conceitos de *imperium* e *res publica*, com suas alterações de significado. Em seguida, estabeleceremos uma relação destes com os conceitos de *auctoritas*, *libertas* e *liberalitas*, exemplificando como essas transformações nestes três conceitos se inserem num complexo panorama dentro da sociedade romana, que transcende as estruturas políticas e sociais, abarcando também o aspecto cultural.

A palavra *imperium*, durante o período monárquico em Roma significou a legitimidade do poder do rei sobre todos os súditos e todas as causas dentro da Cidade de Roma. Com a queda da monarquia e o estabelecimento da República, este ideal foi preservado, mas limitado às fronteiras da Cidade de Roma (*pomerium*) e por um curto período de tempo, protegendo simultaneamente contra os perigos de uma desunião política engendrada pela pluralidade, e uma autocracia originada pela indivisibilidade, sob o controle dos cônsules e o conselho do Senado (ADCOCK, 1989:16-18).

O termo *res publica* também teve seu significado alterado ao longo da história da sociedade romana, durante a República e Principado. No primeiro período, *res publica* significava o conjunto de todas as coisas públicas, diretamente associadas ao governo do "Senado e o povo de Roma" (*Senatus populusque romanus*). Sendo compreendida como "Estado", esta continuou existindo durante o Principado, mas a distinção de significado que existe nesse ideal entre o período republicano e um período imperial não é ignorada: Tácito foi um dos primeiros a fazer esta distinção, assim que uma política de propaganda de restauração da *res publica* não continuou sendo sustentada, com o fim do governo de Augusto e a ascensão de Tibério (EHRENBERG, 1974:108; MICHEL, 1971:59).

Os conceitos de *imperium* e *res publica* estão intrinsecamente ligados ao conceito de *auctoritas*. Este penetra efetivamente todo o sistema político romano, das origens monárquicas até o Dominado, e sua etimologia remonta a uma derivação do substantivo *augeo*, que implica uma noção de acréscimo, aumento e engrandecimento alguma coisa ou alguém. Associada a um corpo jurídico-político, esta noção de aumento passa a significar que uma pessoa ou uma instituição assume uma autoridade positiva, garantindo uma procura pela liberdade e busca do bem comum, através do prestígio e dignidade que o detentor assume. O

conceito pode ser definido a partir de uma inseparável relação com o poder constitucional legítimo (*potestas*), sendo a atualização ou projeção prática de uma superioridade ideal, pela detenção de uma dignidade, prestígio ou sabedoria, que a comunidade dos cidadãos romanos reconhece como qualidade inconteste de um sujeito ou grupo de sujeitos (CASINOS MORA: 2000: 17-25).

Compreendido o significado de *auctoritas*, que está relacionado à garantia da superioridade de uma instituição em buscar o bem-estar do corpo dos indivíduos na *res publica*, o conceito de *libertas* constitui-se como a capacidade individual de um cidadão para a possessão de direitos e a ausência de sujeição; e está relacionada com a *ciuitas*, que denota primordialmente o estatuto de um indivíduo em relação a uma comunidade. Desta forma, a *libertas* não significa a liberdade inata a qualquer ser humano, mas um conjunto de direitos individuais e políticos que só dizem respeito a um cidadão romano, um *ciues* (WIRSZUBSKI, 1968: 3-6). A determinação da quantidade de liberdade que um romano possui depende principalmente da estrutura política do Estado, e o termo que faz oposição à *libertas* é *regnum*, a tirania: os romanos datam a aquisição de sua *libertas* com a abolição da monarquia e a determinação de uma comunidade composta pelas *gentes*, e das preocupações do conjunto do povo com as coisas públicas.

Durante a República, a responsabilidade pela administração da *res publica* estava a cargo do Senado e do povo de Roma. Podemos afirmar a existência de uma *auctoritas senatus*, uma designação que estabelece a legitimidade e a autoridade do Senado pela criação e desenvolvimento das leis através de um corpo de magistrados. A garantia de que a *libertas* do cidadão comum não seria violada por qualquer tipo de abuso na autoridade dos magistrados era assegurada pelo direito à apelação sob qualquer decisão judicial que ameaçasse a integridade do cidadão romano: a *ius provocationis*, que ligada ao direito de *provocatio* e ao tribunado da plebe, não era apenas um sentimento, mas um direito legalmente exercido que se interpôs claramente em relação ao conjunto de decisões que ligavam o cidadão e os magistrados (NICOLET, 1976:430).

Além da legitimidade do poder atribuída ao Senado, dentro de um conjunto de valores morais na sociedade romana, a aristocracia, que se auto-definia como o conjunto dos cidadãos mais aptos para administrar e legislar sobre as coisas públicas, deveria mostrar que sua virtude não se restringia somente ao plano político. A *liberalitas* deve ser então inserida neste contexto e percebida como um conceito em que estava ligado à composição do perfil de um *uir bonus*, um cidadão nobre.

Para Javier Andreu (2001:541), no *De Officiis* (Dos Deveres), Cícero considerava a *liberalitas* uma virtude muito elevada que se relacionava à *modestia*, *iustitia*, *temperantia* e *fides*, equiparando-se com a *beneficentia* e a *benignitas*. Tal virtude, amplamente baseada sob preceitos estóicos, era natural à essência do ser humano e do cidadão romano, e também de grande utilidade na vida política. No entanto, para Cícero existiam dois tipos de liberalidade, e a diferenciação é importante para compreendermos como o significado da *liberalitas* se alterará no Principado: o primeiro tipo consiste no fornecimento de benefícios em dinheiro e o segundo em serviços pessoais, oriundos da *uirtus* do cidadão em querer o bem do próximo. Do primeiro tipo surgirão os *prodigi*, os cidadãos que manifestariam sua *liberalitas* pela realização de banquetes, festas, jogos e várias modalidades de entretenimento efêmero; do segundo os *liberales*, que exerceriam a caridade retirando indivíduos da miséria ou praticando a hospitalidade.

Compreendidos estes três conceitos em sua idealidade primeira e prática durante os primórdios da sociedade romana e seu estabelecimento como República, poderemos observar como eles se modificaram a partir do estabelecimento do Principado como forma de governo. De antemão, a existência de um espaço público efetivo em que se apresentavam demandas políticas concretas e coletivas, através de um complexo jogo político, do qual diversos grupos sociais participavam de diferentes maneiras por meio de éticas políticas desejáveis mais ou menos sistematizadas e específicas, desvanece uma imagem simplista do Principado como apenas uma monarquia absoluta travestida de roupagens republicanas (GUARINELLO; JOLY, 2001:137).

Tácito (*Anais*, 1-1, 2) afirma que Augusto assumiu as funções do Senado, do exército e mesmo o controle das leis; não havia mais oposição em meio ao cansaço do povo romano depois de tantas guerras e discórdias civis durante a República. Encontrou facilidade em obter consenso político e concentrar em si as magistraturas, as funções senatoriais e legislativas, pois aliciou o exército e a plebe com dádivas, não encontrou oposição política e encontrou a nobreza sobrevivente disposta a agir com subserviência (*servitio promptior*).

Como podemos perceber pela passagem acima, e de acordo com Michael Grant (1949:97-112), o estabelecimento do poder de Augusto faz parte de um intento conjunto deste e seu exército com a preocupação de uma nova camada governante em construir uma publicidade que assegurasse a restauração da *res publica*, e que se deu numa divisão de quatro etapas primordiais: o recebimento da autoridade tribunícia (*uis auxilii*) em 30 a.C.; a restituição da *res publica* ao Senado e a atribuição por parte deste do título de *Augustus* para Otávio, em 27 a.C.; a manutenção de sua *prouincia* e seu *imperius maius* pelo controle

pessoal das coortes urbanas, pretorianas e legiões em 23 a.C.; e o estabelecimento de uma série de reformas morais assegurada pelo seu poder tribunício em 23 a.C.

Nesse momento de transição é importante compreendermos como ocorre um deslocamento da *auctoritas* do Senado para as mãos do *Princeps*. A restauração dos *mores* por Augusto e um conjunto de intelectuais foi a base de uma política propagandista que lhe assegurou a *auctoritas*. O deslocamento da autoridade não está restrito apenas ao plano da política e da moralidade, mas também da cultura, pois a este processo somam-se mudanças nas tradições, nas leis, na concepção de tempo, espaço e linguagem (WALLACE-HADRILL, 1997: 7-16). A *auctoritas senatus* passou gradualmente a ser compreendida como *auctoritas Princeps*. Com a morte de Augusto, a autoridade legítima do Imperador já não dependeria necessariamente de uma política de propaganda que sugerisse a cooperação entre Imperador, Senado e o poder tribunício. A partir de Tibério, a preocupação do *Princeps* em agir conforme os preceitos da *res publica*, como um primeiro entre os iguais (*princeps inter pares*) nos moldes de Augusto, foi em grande parte relegada a um segundo plano pelos imperadores que o sucederam (GOODMAN, 1989:133).

Desta maneira, o significado de *libertas* no Principado deixa de ser uma preocupação de cunho constitucional e torna-se muito mais o questionamento em relação às atitudes que os cidadãos romanos deveriam tomar sob a inevitabilidade do poder soberano (PERCIVAL, 1980: 124-125). Tácito não se mostra contra a instituição do Principado: o seu critério de julgamento sob um *Princeps* varia de acordo com suas atitudes em relação à liberdade de expressão que este admite em seu governo. Desta forma, mesmo sob a tutela de maus *Princeps* poderia haver grandes homens, e que lealdade e moderação, acompanhadas por energia e vigor, são mais louváveis do que as ações daqueles que por caminhos perigosos, e sem benefício ao Estado, buscam a morte numa glória pelo afrontamento (TÁCITO, *Vida de Agrícola*, 42).

Segundo Chaim Wirszubski (1968: 160-166), Tácito reconhece que se a República foi o momento de maior atividade e liberdade política, o preço da estabilidade sob o Principado foi o fim dessa velha liberdade republicana: isso sugere um conflito, em que de um lado está a consciência de uma *pax* romana cujo pré-requisito é o absolutismo, e do outro a consciência de que, desde a detenção do poder tende à corrupção, o absolutismo está apto a se tornar um despotismo. Desta forma, a única opção parece ser confiar na manutenção dos valores políticos e das tradições, o que varia de acordo com o governante que se estabelece no poder.

A partir disto podemos observar que a *liberalitas* do Imperador torna-se fundamental para distinguir este como um bom governante ou como um déspota, e desta maneira, nos voltamos novamente com a prática da *liberalitas* definida por Cícero. Para ele, o cidadão que praticasse a liberalidade não poderia pensar mais nas vantagens oferecidas pelo benefício do que o bem-estar do receptor: a prática deveria ter como fundamento principal o bem em si (CÌCERO, *Dos Deveres*, 1-44). Além disso, deveria haver uma atenção especial ao tipo de relação estabelecida entre doador e receptor, pois o primeiro não poderia doar mais do que possuía, nem tampouco poderia tomar dos outros para oferecer àquele que desejava beneficiar.

No entanto, a preocupação de Cícero em estabelecer uma série de padrões de conduta no que diz respeito à *liberalitas* revela que havia um abismo entre o ideal dos filósofos estoicistas e a prática dos cidadãos; além disso, quase sempre era usada como instrumento de autopromoção e de busca por popularidade; e por último, geralmente era desempenhada de um superior para um inferior, quase como uma relação patrono-cliente. Desta forma, tal prática acabou por adquirir uma conotação pejorativa, e por isso mesmo, foi evitada recebeu outras denominações, como *clementia* e *misericordia* (MANNING, 1985: 78-79).

Desta forma, durante a República a *liberalitas* pode ser categorizada em três tipos: o primeiro se refere às doações feitas à indivíduos privados; o segundo se refere às doações feitas às comunidades ou províncias; e o terceiro tipo, que trouxe a desvalorização do conceito durante a República e ao mesmo tempo passou a ser amplamente praticado no Principado foi o oferecimento de doações por parte dos candidatos aos cargos da magistratura ou outros cargos importantes durante o período. Com a transferência do controle do acesso às magistraturas e governadores para o *Princeps*, não trouxe mais tantas oportunidades para que alguém, além do *Princeps*, desempenhasse a *liberalitas* com objetivos políticos (MANNING, 1985: 78-79).

Contudo, ao analisarmos a *liberalitas* exercida pelo Imperador segundo os preceitos ciceronianos, esta seria uma *prodigalitas*, pois este já não estava em competição política com outros aristocratas que, sobretudo passaram a ser receptores do *Princeps* (ANDREU, 2001:550). A *liberalitas Princeps*, também compreendida como evergetismo ou munificência (*munificentia*) passou a consistir em doações de dinheiro e víveres à comunidades cívicas, pagamento e reforma de construções públicas, celebrações de festas e espetáculos, com um intuito claro, e principalmente desejado e bem aceito de manter a ordem civil, e ao mesmo tempo manter o apoio dos grupos poderosos (MANNING, 1985:81).

A importância da prática da *liberalitas*, como forma de manutenção da *auctoritas* do Imperador e de uma salvaguarda da prática da *libertas* de acordo com a compreensão deste conceito por Tácito, pode ser constatada, por exemplo, pelo fato de Tibério ter sido incapaz de obter o apreço da maioria da população, mesmo desempenhado com regularidade suas tarefas como Imperador (YAVETZ, 1988:107). Apesar de não deixar de cumprir suas obrigações para com o povo romano, (TÀCITO, *Anais*, 4.6; 2.87; 6.13; 4.6; 3.53), todavia agia de maneira distante e rude, e mesmo quando auxiliou nas tragédias que ocorreram em seu governo, nenhuma de suas ações o tornaram popular perante o povo, que aparentemente não demonstrou nenhuma gratidão pelas suas ações, mesmo com as devidas precauções em relação ao quadro possivelmente pretensioso que Tácito estabeleceu sobre seu reinado (SHOTTER, 2005:16).

Por fim, podemos concluir que com a transformação dos elementos constitutivos do poder na sociedade romana, e as profundas alterações com o fim da República e o estabelecimento do Principado, os conceitos de *auctoritas*, *libertas* e *liberalitas* também sofreram modificações em seus significados, mas continuaram sendo relacionáveis e possuindo importância para a compreensão da composição política e social da sociedade romana.

Referencias bibliográficas

ADCOCK, F.E. **Las ideas politicas y la practica politica em Roma**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1989.

ANDREU, Javier. *Algunas consideraciones sobre la* liberalitas *en el* De Officiis *de Cicerón*. In: **Anuario filosófico** Vol. 2, n°. 34. Navarra: Universidad de Navarra, 2001. Pp. 541-554.

CASINOS MORA, Francisco Javier. **La noción romana de *auctoritas* y la responsabilidad por *auctoritas*.** Granada: Editorial Comares, 2000.

CÍCERO. **Dos deveres.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

EHRENBERG, Victor. *Some roman concepts of State and Empire.* In: **Man, State and Deity:** essays in ancient history. London: Methuen & Co. ltd., 1974. Pp. 107-126.

GALVÃO, Carlos. *Autocracia, ressentimento e engajamento político no Principado romano.* In: **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004. Pp. 315-332.

GOODMAN, Martin. **The roman world:** 44 Bc – Ad 180. New York: Routledge, 1997.

GRANT, Michael. *The Augustan constitution.* In: **Greece & Rome** Vol. 18 n° 54. London: the classical association/ Cambridge University Press. Pp. 97-112.

GUARINELLO, Norberto Luiz. JOLY, Fábio Duarte. *Ética e ambigüidade no Principado de Nero.* In: **Ética e política no Mundo Antigo.** Campinas: Unicamp, 2001. Pp. 133-152.

MANNING, C.E. Liberalitas: *the decline and rehabilitation of a virtue.* In: **Greece & Rome** Vol. 32 n° 1. London: the classical association/ Cambridge University Press. Pp. 73-83.

MICHEL, Alain. *De César à Marc Aurèle: Principat et domination.* In: **histoire dês doctrines politiques à Rome.** Paris: Presses universitaires de France. 1971: 51-81.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Tácito e a tradição taciteana.* In: **Raízes clássicas da historiografia.** Bauru: EDUSC, 2004. Pp. 157-186.

NICOLET, Claude. *Libertas: le citoyen et les pouvoirs.* In: **Le métier de citoyen dans la Rome républicaine.** Paris: Gallimard, 1997. Pp. 425-455.

PERCIVAL, John. *Tacitus and the Principate.* In: **Greece & Rome** Vol. 27 n° 2. London: the classical association/ Cambridge University Press. Pp. 117-133.

SHOTTER, David. **Tiberius Caesar.** New York: Routledge, 2006.

TÁCITO. **Vida de Agrícola.** Tradução de Agostinho Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

_____. **Anais.** Tradução de A. J. Woodman. Indianapolis: Hackett, 2004.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Mutatio Morum: the idea of a cultural revolution.* In: **The roman cultural revolution.** London: Cambridge University Press, 2000. Pp. 3-23.

WIRSZUBSKI, Chaim. **Libertas as a political idea at Rome during the late Republic and Early Principate.** London: Cambridge University Press, 1968.

YAVETZ, Zvy. **Plebs and Princeps.** New Jersey: New Brunswick, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A história das idéias e o mercado: análise multidisciplinar de um conceito[1]

Wagner Ricardo dos Santos[2]

Resumo: Na perspectiva da história dos conceitos, as palavras em geral e os conceitos em particular são portadores de experiências existindo uma relação direta entre, de um lado, a historicidade de grupos sociais (comunidades e sociedades) e, de outro, entre os conceitos e as idéias por eles veiculadas. Giovanni Sartori ressalta que "as vicissitudes da terminologia estão ligadas ao destino das sociedades e das suas instituições". A presente comunicação volta-se à apresentação da metodologia denominada história dos conceitos e dos principais resultados decorrentes de sua aplicação ao estudo do conceito de mercado. Foram identificadas quatro perspectivas disciplinares distintas: a econômica, a sociológica, a histórico-antropológica e a da política. Vistas em conjunto, evidenciam o papel assumido pelos mercados, estados, indivíduos e pela política nas sociedades de mercado contemporâneas.

Palavras-chave: conceito – mercado – história das idéias.

Abstract: In the perspective of the history of concepts, there is a direct relationship between the historicity of social groups (communities and societies) and their ideas and concepts. The words in general and the concepts in particular carry out social experiences. Giovanni Sartori shows that the "the dynamics of terminology are linked to the destiny of the societies and their institutions". This work focuses on the presentation of the history of ideas' methodology and on the main results of its application on the study of the market concept. Four disciplinarians perspectives were identified: the economic, the sociological, the historical-anthropological and the political views. Together they show out the role played by the markets, states, individuals and politics in the contemporaneous market societies.

Keywords: concept – market – history of ideas.

Introdução

A presente comunicação centra-se na apresentação da metodologia de estudo das idéias sociais e políticas denominada história dos conceitos e de sua aplicação a um caso específico. Volta-se para a identificação das acepções e sentidos adquiridos pelo conceito de mercado na literatura selecionada. O ponto de partida foi a constatação de que a "comunidade de mercado" de Weber; a "civilização do capitalismo" de Schumpeter; a "civilização

[1] A presente comunicação é um extrato da dissertação intitulada "Mercado: Aspectos Institucionais e Político-Ideológicos de um Conceito", a ser defendido no IUPERJ no correr do ano de 2007.

[2] Graduado em História pela UFMG (1995), professor de História Econômica e de Teoria Política da Universidade Candido Mendes (RJ) e mestrando em Ciência Política. Contato: wagnerricardosantos@gmail.com.

econômica do século XIX" de Polanyi; a "sociedade de mercado" de Macpherson e Hirschman; a "grande sociedade" de Hayek; e a "civilização material" de Braudel são designações utilizadas para denominar o mesmo fenômeno social: o crescente e paradigmático papel adquirido pelas trocas econômicas ocorridas nos mercados sobre a vida e as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos, pelos agentes estatais e econômicos privados nas sociedades contemporâneas.

Os argumentos apresentados pelos autores mencionados permitiram a identificação de quatro perspectivas disciplinares acerca do conceito de mercado: a da teoria econômica, a sociológica, a histórico-antropológica e a da política.

As Idéias e a História dos Conceitos

Na atualidade, várias são as disciplinas que têm se lançado ao estudo dos conceitos e das idéias por eles veiculadas. Norbert Elias, discutindo as diferenças semânticas entre os conceitos afirma que os conceitos sociais não são como os conceitos matemáticos. Em suas palavras: "conceitos matemáticos podem ser separados do grupo que os usa. Triângulos admitem explicações sem referência a situações históricas. Mas o mesmo não acontece com conceitos como 'civilização' e Kultur. (...) Foram usados repetidamente até se tornarem instrumentos eficientes para expressar o que pessoas experimentaram em comum e querem comunicar" (Elias, 1994, p. 26).

Giovanni Sartori afirma que um conceito não pode ser analisado de forma isolada, descontextualizada. O estudo de um conceito tem que se preocupar com a gênese, desenvolvimento histórico e com o seu campo semântico, "isto é, à série de conceitos que [o] implementam ou [o] complementam (...) É a história, portanto, que testa nossas idéias - e esses testes se refletem na história dos conceitos. É bom ter em mente, portanto, que o todo conceito tem uma história e que, nessa história (...), as vicissitudes da terminologia estão ligadas ao destino das sociedades e das suas instituições políticas" (Sartori, 1994, p. 19).

De forma sistêmica, a metodologia proposta e empiricamente testada por Reinhart Koselleck denominada história dos conceitos afirma que os conceitos são qualificações a partir das quais os indivíduos estabelecem relações e criam identidades. É a partir da inserção dos indivíduos num grupo social é que se estabelece a noção de pertencimento, bem como são estabelecidas relações de identidade com outros. Os processos de socialização e de formação de identidades permitem a articulação das identidades individuais às identidades de grupos que, por sua vez, determinam a sociabilidade cotidiana. Afirma ainda que todo "conceito

articula-se a um contexto sobre o qual atua, tornando-o compreensível". Ressalta que a semântica é imprescindível para o uso pragmático da língua, ao uso da linguagem voltado para o agir politicamente e à "tudo aquilo que se possa imaginar como atos sociais e históricos" (Koselleck, 1992, p. 135).

A partir da metodologia proposta, o autor defende que os conceitos podem ser classificados a partir da influência exercida num determinado contexto social e político, surgindo assim dois tipos de conceitos: *os conceitos contrários assimétricos* e os *conceitos gerais concretos*. A estrutura semântica dos conceitos contrários assimétricos, historicamente, redundou em polarizações sociais excludentes: pagão *versus* cristão e heleno *versus* bárbaro, entre outros. Essas classificações foram elaboradas de forma unilateral pela cultura ocidental para representar outros grupos sociais que lhe eram diferentes. Trata-se de pares de conceitos que, como qualificações, têm a função de distinguir, por exclusão, um grupo social qualquer fornecendo, ao mesmo tempo, uma identidade e uma unidade de ação social e política.

O conceito de humanidade, formulado a partir dos séculos XV-XVI, rompeu com o padrão de exclusão que os pares de conceitos contrários assimétricos representavam, ocorrendo o rompimento com critérios territoriais e espirituais. Passa a abarcar todos aqueles que pudessem ser incluídos na condição de humano variando, no entanto, a inserção dos indivíduos no mundo da razão. Assim, o conceito de humanidade rompe com o padrão de diferenciação entre quem está dentro e fora e assume uma pretensão de universalidade alargando o espaço de ação política assim como a unidade de ação, que passam a ser, respectivamente, a totalidade da terra e todos os serem humanos (Koselleck, 1993).

Outro tipo de conceito descrito por Koselleck se refere aos conceitos gerais concretos. São conceitos que podem ser usados de forma paritária, não impedindo que outro grupo social ou político se reconheça como tal. Baseiam-se na reciprocidade e são transferíveis (Koselleck, 1993). Entre os conceitos, assim classificados, temos: *polis,* povo, partido, sociedade, igreja, estado, etc.

Mercado é um conceito geral concreto, assim como o conceito de humanidade. Trata-se de um conceito dotado de um sentido que, antes de excluir situações e circunstâncias inclui outras tantas. A possibilidade de negação ou exclusão quando nos referimos a tais conceitos se dá antes pela sua negação do que pela existência de um outro conceito que lhe seja contrário, diferentemente de conceitos como comunismo, capitalismo, liberalismo e absolutismo. A expressão de posicionamentos contrários se dá pela sua negação.

Não existindo conceitos contrários assimétricos ao de Estado, sociedade ou mercado, a possibilidade de fornecer os sentidos que exprimam o seu contrário se dá pela sua

negação: não-Estado; não-sociedade; não-mercado ou pela recorrência de conceitos outros para exprimir a limitação ou a negação que se quer. A título de exemplo, o conceito que mais forte expressou a negação do conceito Estado e de sociedade foram os conceitos de anarquia e barbárie.

Trata-se de afirmar que, em torno de conceitos gerais, a articulação de unidades de ação se dá antes pela disputa quanto à interpretação mais adequada e verdadeira do que a partir da existência de conceitos que representem o seu contrário. A questão refere-se à possibilidade de existência de um Estado (democrático, autoritário ou totalitário), de uma sociedade (justa, excludente ou integrada...) e do mercado (aberto, competitivo, eficiente, etc.). É a partir da interpretação dos sentidos atribuídos ao conceito e de sua qualificação é que se organizam os posicionamentos em uma sociedade, determinando assim os campos de ação social e política.

De forma conceitual, mercado pode ser definido como uma qualificação de um conjunto de instituições e práticas sociais que são simétricas a um sem número de circunstâncias e espaços diversos. Ao se recorrer a uma descrição apurada e crítica, chega-se à confirmação da sua historicidade, porosidade e da sua maleabilidade. Na atualidade, o conceito tem sido utilizado como um desqualificador de posições favoráveis à intervenção estatal na esfera econômica, tratando-se de reformas orientadas para o mercado, das instituições de mercado, das liberdades de mercado.

Os opositores à extensão dos mecanismos de mercado não conseguem formular um conceito novo que se posicione contrariamente ao mesmo. Portanto, a disputa a ser descrita se dá sobre a melhor interpretação do conceito com conseqüências diretas sobre as escolhas feitas pelas sociedades. A percepção da realidade circundante dos homens é moldada a partir da compreensão que os mesmos têm sobre as idéias, conceitos, normas e instituições. Nesse contexto, a política surge como ponto a partir do qual os homens visualizam a possibilidade de alterar a sociedade, partindo do entendimento que têm sobre a realidade, cuja visão é mediada pelos conceitos que lhe afiguram como adequados.

A perspectiva da teoria econômica

Na perspectiva do liberalismo econômico clássico, as formulações teóricas relativas ao funcionamento das economias assentavam-se sobre quatro premissas: (i) a racionalidade hedonista, egoística e maximizadora da natureza humana; (ii) virtudes das motivações individualistas dos indivíduos, metaforicamente representados pela fábula das

abelhas; (iii) automatismo das forças de mercado; e (iv) à orquestração dos incentivos à produção, bem como dos mecanismos de formação de preços de bens, produtos e serviços realizados pelo princípio da oferta e da demanda. Em certo sentido, "... florescia a idéia de que era natural e conveniente que não houvesse qualquer intervenção na ordem econômica. . A ordem econômica deveria resultar da ordem natural que governa todos os aspectos da vida humana" (Rossetti, 2003, p. 299). O *"laissez-faire, laisser-passer, lê monde vá de lui même"* surge como síntese máxima da ordem econômica aos olhos do pensamento econômico clássico.

Caberia ao mercado a incumbência de articulação, coordenação e regulação das atividades econômicas. À autoridade política restariam as atividades de segurança pública e administração da justiça. Historicamente, essas proposições teóricas situavam-se num contexto de forte presença dos estados absolutistas. Como decorrência da aplicação das proposições sobre as atividades econômicas, tem-se: (i) a redução das atribuições e do poder da autoridade política, resultando, na segunda metade do século XIX, em um tipo de "civilização econômica [de mercado]"; (ii) propriedade privada dos meios de produção; (iii) livre iniciativa empresarial; (iv) o mercado como mecanismo institucional de articulação, coordenação e regulação das atividades econômicas.

A perspectiva sociológica

Max Weber afirma que "existe el capitalismo dondiquiera que se realiza la satisfacción de necessidades de un grupo humano, con carácter lucrativo y por médio de empresas, cualquiera que sea la necessidad de que se trate; especialmente diremos que una empresa lucrativa que controla su rentabilidad en el orden administrativo por medio de la contabilidad, estabeleciendo um balance (exigência formulada primeiramente en el año 1698 por el teórico holandés Simon Stevin)" (Weber, 1942, p. 20).

Três aspectos sobressaem da citação acima. O primeiro refere-se ao caráter utilitário da definição que Weber usa para definir o que é o capitalismo. O segundo aspecto relaciona-se com a legitimação do interesse, representado pelo lucro, como característica diferenciadora e definidora do capitalismo moderno. Por último, o uso da contabilidade moderna como critério para se aferir a eficiência de uma empresa. Sua rentabilidade, como categoria definidora do sucesso de um empreendimento, ou da satisfação das necessidades de um grupo social.

Racionalidade, utilidade e lucratividade. Estes elementos constituem a tríade, o *leitmotiv* explicativo das características assumidas pelo capitalismo moderno que o tornou tão avassalador quando comparado com os seus congêneres anteriores, levando à constituição do que Max Weber caracterizou como comunidade de mercado influenciando, sobremaneira, as sociedades contemporâneas e constituindo-se na força motriz para o constante aperfeiçoamento do desempenho econômico individual e das estruturas sociais.

A perspectiva histórico-antropológica

Além do desenvolvimento de uma mentalidade calculadora por parte dos indivíduos, boa parte das explicações sobre a origem da autonomia da economia de mercado pode ser encontrada no interesse das autoridades políticas européias em incentivar o comércio com o intuito de auferirem ganhos crescentes com a tributação. Nesse sentido, a criação das instituições econômicas contemporâneas e dos mecanismos de troca e empréstimo, bem como consolidação e a expansão do sistema capitalista, tem sua origem em fenômenos díspares como a secularização do conhecimento e da riqueza, a naturalização de comportamentos materialistas, individualistas e egoístas, por oposição à ética medieval cristã e ao monopólio exercido pela Igreja Católica sobre o saber e o surgimento e consolidação dos modernos estados nacionais.

O moderno sistema capitalista, ancorado na sociedade de mercado e no incentivo ás motivações materialistas e egoísticas dos indivíduos, não nasceu de uma ordem espontânea, como apregoam os pensadores liberalismo econômico clássico, mas a partir de um extenso sistema de normas e legislações que refletiam a defesa dos interesses da classe emergente de capitalistas e as necessidades dos reis absolutistas que, em troca de apoio financeiro, utilizavam-se de instrumentos legais para impor a nova ordem econômica sobre os demais grupos sociais, alterando assim o *status quo* da sociedade medieval. Superava-se assim as leis e normas sociais ancoradas nas tradições e nos costumes, mais especificamente na ética medieval cristã (Hunt, 1981). Recursos monetários, auferidos por meio da tributação ou da emissão de letras do tesouro, visavam ao custeio do sustento das cortes européias de estruturas burocráticas e militares requeridas pelas autoridades políticas européias, bem como o sustento dos camponeses e o pagamento de suas obrigações servis.

Sendo assim, o ocaso da ética medieval cristão e da redução da influência da Igreja Católica sobre as instituições e o comportamento dos indivíduos, bem como a aceitação, senão a valorização do interesse como motivação para ação dos indivíduos,

proporcionou à civilização ocidental transformar-se no que hoje conhecemos: numa rede de sociedades de mercado. Foram estes fenômenos que permitiram, ao longo do século XIX, a emergência da sociedade de mercado com conseqüências tão devastadoras que, levadas às últimas instâncias, teriam arruinado com a humanidade. No entanto, os genes da autoproteção da sociedade já estavam sendo fecundados.

A perspectiva da política

Em uma sociedade de mercado, o compartilhamento pelos indivíduos da racionalidade calculadora, bem como a existência dos sistemas monetário e tributário, permite não apenas a inteligibilidade das ações econômicas como também a manutenção e a expansão das atividades estatais através da tributação monetária dos bens, dos produtos, dos serviços e da renda do trabalho. As relações econômicas de trocas ocorrem em ambientes subordinados a um ordenamento jurídico formal, no qual o estado desempenha papel fundamental, visto que não apenas tem a função de aplicar as sanções legalmente previstas em casos de desrespeitos aos contratos e de usurpação da propriedade privada, como também é responsável pelos sistemas monetário e tributário, sistemas estes, que contribuem para que as relações de mercado se tornem inteligíveis.

Nesses termos, a política, entendida como uma arena que incorpora a ação humana, as estruturas estatais e os processos decisórios para se governar uma sociedade, surge como elemento indispensável tanto ao cumprimento dos contratos quanto de suporte às ações econômicas. Contribui para que as mesmas tenham o caráter inteligível necessário às propriedades da lei da oferta e da demanda. Da cunhagem das moedas à tributação incidente sobre o livro de partidas dobradas, principio precursor dos modernos balanços e indicadores contábeis, identifica-se uma relação de utilidades e interesses recíprocos que são importantes tanto para os estados quanto para os indivíduos e os agentes econômicos em uma sociedade de mercado.

Trata-se de um processo de interdependência recíproca pelo qual não apenas o estado dá suporte às trocas em uma sociedade de mercado, como também a tributação incidente sobre estas trocas financia as atividades deste mesmo estado. Ao sancionar as regras para observância dos contratos, as normas para que sejam feitos os registros contábeis, permitindo comparar os resultados entre empresas, o estado está tornando inteligíveis as ações econômicas sem as quais os mercados não teriam algumas de suas principais características.

Estas condições só adquirem sentido, funcionalidade e aplicabilidade universal a partir do momento em que passam a ser compartilhadas pelo conjunto dos indivíduos e dos agentes econômicos em uma sociedade de mercado. É partir da racionalidade contábil-calculadora e do uso generalizado da moeda é que as relações econômicas de mercado adquirem as propriedades que as fazem independentes dos horizontes temporais e espaciais, além de assegurar à riqueza uma virtualidade que permite o seu entesouramento, bem como a tributação "monetária" por parte do estado.

Bibliografia

BRADUDEL, Fernand. O Jogo das Trocas. In: Civilização Material, Economia e Capitalismo: sec. XV-XVII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol. II.

FLIGSTEIN, Neil. The Architecture of Markets. Oxford: Princeton University Press, 2001.

HALL, Robert E. Microeconomia: princípios e aplicações. SP: Pioneira, 2003.

HIRSCHMAN, Albert A. A Economia como Ciência Moral e Política. SP: Ed. Brasiliense, 1986.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico, RJ, Ed. Campus, 1981.

KOSELLECK, R. Sobre la semántica histórico-política de los conceptos contrarios asimétricos. In: *Futuro Passado: para una semática de los tiempos históricos.* Barcelona: Paidós, 1993, pp. 205-250.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: Estudos Históricos, RJ, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

KUHN, T. Introdução: um Papel para a História. In: *A Estrutura das Revoluções Científicas*. SP, Perspectiva, 2003.

POLANYI , Karl. A Grande Transformação. As origens sociais de nossa época. RJ, Campus, 1980.

ROSSETTI, José P. Introdução à Economia. SP: Ed. Atlas, 2003. p. 304.

SARTORI, Giovanni. *O que é Democracia? Definição, Prova e Preferência*. In: A Teoria da Democracia Revisitada, 2. As Questões Clássicas. SP: Ed. Ática, vol. 2, p. 7-25.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 2a. ed. Brasília: Ed. UNB, 1999, vol. 1.

WEBER, Max. História Económica General. Mexico (DF): Fondo de Cultura Económica/Clássicos de Economia, 1942.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Festas e celebrações no Brasil Colonial: representações de poder e elos de ligação com a cultura portuguesa do século XVIII

Maria Berthilde Moura Filha*

Resumo: No século XVIII, em cumprimento de determinações do poder régio português, eram celebradas nas principais vilas e cidades brasileiras os casamentos de membros da família real, o nascimento de seus sucessores, bem como eram dadas demonstrações de pesar pela morte de reis e rainhas. Através da análise de documentação de época, procura-se apontar estas festas e celebrações como um elo de ligação cultural entre Portugal e Brasil e como forma de continuidade do poder régio português na colônia.

Palavras-Chave: Festas, Brasil, Século XVIII

Abstract: In the XVIII century, in carrying out of determinations of the portuguese regal powder, were celebrated in the main villages and brazilian cities the weddings of menbers of the royal family, the birth of their successors, as well were given demonstrations of sorrow for the death of the kings and queens. Through the documentation analysis of the age, try to point these parties and celebrations as a link connection between Portugal and Brazil and as a form of continuity of the portuguese regal powder in the colony.

Key-Words: Parties, Brazil, XVIII century

Introdução

Desde remoto passado, fatos significativos da história foram marcados por celebrações: as vitórias militares, os momentos de renovação das dinastias, as datas referentes aos calendários religiosos. Cada tempo definiu seus rituais que também eram moldados a depender da motivação da celebração.

Na época moderna, em diversos países da Europa, cenários efêmeros eram concebidos quando dos grandes festejos, sendo estes ora um cortejo régio, ora uma procissão religiosa. Em meio a estes cenários efêmeros transitavam os carros alegóricos, distribuíam-se os aparatos dos fogos de artifício, dando o tom de grandiosidade a estas festas que eram significativas por sua função social e política.

* Arquiteta, professora do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Em Portugal estes cenários efêmeros vão ser mais explorados a partir do princípio do século XVI caracterizando um período "de manifestações mais urbanas, caras às sociedades do Renascimento". (PEREIRA, 2000: 6)

Mas anteriormente já se definia o modelo destas festas em Portugal. Em 1451, em Lisboa, para celebrar o embarque da Princesa D. Leonor – quando do seu casamento com Frederico III da Alemanha – foi concebida uma arquitetura efêmera, com palanques e tribunas compondo o espaço onde ocorreram os espetáculos de cavalaria e as corridas de touros.

Por sua vez, os arcos triunfais passaram a ser parte do repertório cenográfico das festas em Portugal desde a entrada em Lisboa de Filipe I, em 1581, e os carros alegóricos se tornaram comuns nas festas régias apenas no século XVII. (PEREIRA, 2000: 10-11)

Ao longo deste tempo, configurava-se em Portugal o modelo de festa a ser transferida para o Brasil, tanto a composição cenográfica – arcos do triunfo, carros alegóricos, espaços efêmeros de representação – quanto a estrutura das celebrações – corridas de touros e cavalos, danças, representações teatrais, além de procissões e missas solenes, sempre indissociáveis das festas oficiais.

Verifica-se que em Portugal as festas de caráter oficial foram importantes para consolidar o poder absolutista dos reis e para a demonstração da opulência dos grupos sociais dominantes. No Brasil, estas tinham como principal objetivo estabelecer um elo de ligação entre um rei, geograficamente distante, e seus súditos através de acontecimentos que significavam a continuidade do seu poder.

Fazendo uma análise da documentação que tramitava entre a metrópole e o Brasil, no período colonial, verifica-se que são diversas as ordens que partiam de Portugal, determinando que fosse comemorado o nascimento ou casamento de membros da Família Real, ou ainda, especificando as formalidades a serem adotadas nos funerais da realeza. Por sua vez, partiam dos oficiais das câmaras e dos governadores das capitanias do Brasil, ofícios e cartas prestando conta das celebrações realizadas como uma indispensável demonstração de fidelidade ao poder metropolitano.

Cronologicamente, a documentação trabalhada indica que desde meados do século XVII, celebrava-se no Brasil datas significativas da Coroa Portuguesa. No entanto, as mesmas estavam restritas, quase que exclusivamente, a algumas capitanias brasileiras: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão. O século XVIII, em particular, na sua segunda metade, vai ser o período de maior realização das festas oficiais, que passam a acontecer em todo o Brasil.

Mas ao tratar estas festas como um elo de ligação entre a metrópole portuguesa e a colônia, é preciso fazer algumas considerações preliminares. Em Portugal, é conhecida a suntuosidade que estas festas atingiram. Algumas, em específico, foram marcantes pela produção de elementos efêmeros que transformavam o espaço urbano em verdadeiros cenários, idealizados com qualidade artística e função simbólica.

Por sua vez, no Brasil, foram poucas as ocasiões em que as festas alcançaram um apogeu. É preciso lembrar que se tratava de uma realidade bem distinta, onde as limitações orçamentárias nem sempre permitiam maiores investimentos em tais eventos. Ressalta-se, também, que sendo manifestações eminentemente urbanas, essas festas só vão ter evidência no Brasil a partir do momento em que suas vilas e cidades se apresentavam mais consolidadas, com uma estrutura social e econômica mais estável. Isto explica porque, cronologicamente, estas festas só se tornaram relevantes no decorrer do século XVIII.

Contudo, através da documentação trabalhada, é possível verificar que, quando se apresentava um contexto favorável, surgia logo a intenção de reproduzir na colônia o tipo de solenidade que se desenvolvia na metrópole. Constata-se que, basicamente, a estrutura da festa vai ser transposta para o Brasil, onde a exemplo de Portugal, constavam de missas solenes, procissões, representações teatrais, danças, corridas de touros, jogos de cavalaria. Mas, principalmente, identifica-se a reprodução da essência da festa barroca, caracterizada pela teatralidade, pelo espetáculo e riqueza visual, sempre que possível utilizando cenários efêmeros que vinham enriquecer esteticamente as cidades.

Para melhor avaliar esta realidade foram selecionadas informações sobre algumas solenidades realizadas para marcar os casamentos, nascimentos e funerais de membros da família real, buscando-se refletir sobre tais aspectos.

Os Casamentos Reais

Os documentos expedidos pelos governadores e pelas câmaras mostram que para celebrar os casamentos dos príncipes ocorriam "*demonstrações de alegria*", segundo um modelo que consideravam ser de "*costume em semelhantes ocasiões*". As missas solenes, as procissões e as noites de luminárias parecem ter sido elementos essenciais das referidas solenidades.

A fim de verificar como essas festas ocorreram no Brasil Colônia, toma-se como baliza um acontecimento dos mais celebrados em Portugal, no século XVIII: o duplo matrimônio dos infantes D. José, príncipe do Brasil com D. Mariana Vitória, filha de Filipe V,

e D Fernando, príncipe das Astúrias com D Bárbara de Bragança, filha de D. João V. Esta aliança, considerada como o auge da política de luxo e magnificência de D. João V devia também ser celebrada em todas as cidades e vilas brasileiras, as quais por carta régia, foram convocadas a festejar este duplo consórcio.

Em carta datada de 1º de maio de 1729, o Capitão-mor do Rio Grande do Norte, prestava conta ao rei das solenidades feitas para festejar os casamentos dos príncipes reais dizendo:

> (...) *não obstante a exterellidade e lemitassão deste paiz e o deminuto das suas posses, quis mostrar o muito que aplaudi estas fellicidades cellebrando nove dias successivos, com comedias, varias festas de cavallo e mascaras, e outros gallanteyos, com muito fogo de artefficio e salvas de artelharia, Missa sollenemente cantada com o Senhor exposto e procissão, illuminandose tres noites todas as cazas desta cidade* (...) *cauzando muita allegria a estes vassallos, por nunca terem visto outra semelhante cellebração especialmente aos muitos Indios Tapuyas das Aldeyas desta Cappitania que ficarão admirados, fasendo mais aprehensão da Real grandeza de Vossa Magestade* (...) (AHU – ACL – CU – 018, Cx. 2, D.136)

Reproduzindo o modelo da festa portuguesa, vê-se que estas eram utilizadas com a intenção de fazer presente na colônia a imagem do rei e impor seu poderio diante dos povos colonizados, cativando-os através da música, das luzes, de Deus.

Mas houve, também, ocasiões em que estas festas chegaram a excessos de riqueza a exemplo daquelas que aconteceram em Minas Gerais, onde a alta rentabilidade do ouro oferecia meios para que as comunidades promovessem, com mais recursos financeiros e qualidade cênica, os seus eventos públicos. Sendo assim, em 1786, as nove Câmaras existentes na Capitania de Minas Gerais celebraram "*com mayor gosto, luzimento e grandeza que foy possivel*", o casamento de D. João VI com D. Carlota Joaquina e da Infanta D. Mariana Victoria com D. Gabriel, Infante de Espanha.

Segundo informou o Governador, Luiz da Cunha Menezes, a mais pomposa dessas festas aconteceu em Vila Rica, havendo no dia destinado às "*festas de igreja*", uma missa solene, uma procissão acompanhada pelos Regimentos de Cavalaria e Infantaria, e por fim os fogos e disparos que faziam o encerramento das solenidades religiosas. Seguido a este, "*brilhante dia*" sucederam os dias de festas públicas assim descritos:

> (...) *tres mais de Cavalhadas executadas por quarenta e oito excelentes Cavaleiros rica e uniformemente vestidos; tres mais de touros e tres de Operas Publicas, e em todos os sobreditos dias ouverão iluminaçoens por toda esta Villa entrando neste numero as da Camara e mais as de hum passeio publico ou jardim alegoricamente iluminado com seis mil lumes que fizerão na sua brilhante e luminoza decoração demonstrar o plauzivel*

> *objecto a que se dedicavão humas semelhantes festas* (...) (AHU_ACL_CU_ Cx. 125, D. 12)

A partir desta citação, chama-se a atenção para a forte relação que sempre houve entre igreja e poder, sendo todas essas datas comemoradas com as "*festas de igreja*", repetindo o modelo que, além da sua essência de teatralidade, constava sempre de missa solene, procissão, fogos e disparos de artilharia. Em paralelo, ganhavam cada vez mais espaço as festas públicas, com as tradicionais cavalhadas e corridas de touros, e a introdução das óperas e outras encenações de caráter profano.

Um segundo aspecto a comentar é a preparação da cidade para esses dias de festa ocorrendo a construção, em Vila Rica, de uma espécie de passeio público com ruas arborizadas e até mesmo dois lagos artificiais onde aconteceram as touradas e cavalhadas e onde armaram os camarotes destinados à gente nobre da vila, ricamente ornamentados de cortinas de damasco. (Cf. FERREIRA, 1987)

O Nascimento de Infantes

O nascimento de um príncipe era sempre saudado como uma dádiva com a qual Deus felicitava o reino, pois representava a continuidade da família real e, conseqüentemente, do seu poderio. As colônias, colocando-se como constantes merecedoras das mercês e benefícios dos seus soberanos, tinham mais uma vez que aplaudir estes acontecimentos.

Sendo assim, em1762, a Câmara de Aquiraz, cabeça da comarca do Ceará, parabenizou D. Maria I pelo nascimento do Infante D. José, agradecendo a Deus a mercê de lhes dar um príncipe e assim "*ver firmada a propagação Regia*". Informava que tinham sido feitas as "*demonstrações de alegria que couberão na pobreza da terra*". A exemplo do ritual adotado para comemorar os casamentos reais, as festividades em Aquiraz, constaram de três noites sucessivas de luminárias, e três dias de "*entrudo*", patrocinados pelo Corregedor da Comarca. (AHU–ACL–CU–017, Cx. 8, D.498)

A mesma ocasião do nascimento do príncipe D. José foi comemorada na Vila de São João del Rei, em Minas Gerais. Os oficiais da Câmara informaram das "*demonstraçoens de jubilos e festejos costumados em semelhante acção*", compostas das festividades de Igreja e dos repetidos dias de festas nas praças públicas, sendo tudo comemorado "*com tão brilhante lustro, que fez inveja aos mais conselhos*". (AHU_ACL_CU_, Cx. 80, D. 69)

Na Cidade da Paraíba, em 1794, foi festejado o nascimento da Princesa da Beira, filha de D. João VI. Foram três dias de festa assim descritos: no primeiro dia, foi iluminada

toda a cidade e se celebrou uma famosa comédia. No segundo, continuada a mesma iluminação, houve marchas e exercícios. No último dia, celebrou-se missa cantada e a tarde foi realizada uma procissão e por fim o cântico de um *Te Deum* com muita música e demonstração de fogos de artifício. (AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2307)

Os Funerais dos Reis

Em Portugal, a importância das cerimônias fúnebres, como forma de exaltação da monarquia, justificava a construção de grandiosos cenários montados para essas ocasiões, quando as igrejas eram ornamentadas com símbolos da morte, destacando-se sempre um grandioso mausoléu, erigido como principal elemento do repertório decorativo. (TEDIM In. PEREIRA, 2001: 236 – 279)

No Brasil, porém, os lutos e cerimônias fúnebres, impostas como obrigatoriedade pela coroa portuguesa, nem sempre podiam ser cumpridos com a grandiosidade que estes momentos requeriam, havendo restrições em conseqüência da precariedade de recursos financeiros. Mas é curioso perceber que, também nessas ocasiões, ocorria uma transferência do modelo de solenidade que acontecia na metrópole, reproduzido na colônia, de acordo com as circunstâncias locais.

Alguns documentos testemunham o contexto em que estas cerimônias aconteciam. Uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, datada de 10 de outubro de 1754, trás um breve relato das exéquias de D. João V, celebradas na Capitania do Piauí, e das limitações que se apresentavam para realização dessa cerimônia. Segundo relata este documento:

> (...) *por falescimento do Senhor Rey Dom João o quinto que esta em gloria celebrou a Camera daquela Vila as suas exequias com a suntuozidade que permitira o inculto daquelas terras formando na Igreja Matris hum tumulo grande guarnecido das possiveis demonstrasoes de sentimento, convocando toda a Clerezia e Religiosos de S. Francisco, e da Companhia de Jezuz, com cujo tumulo, cera e muzica e mais gastos da Igreja se dispenderão trezentos mil reis* (...) (AHU_ACL_CU_016, Cx. 5, D. 333)

Neste relato, vê-se a presença de um grande túmulo como elemento central das exéquias realizadas em memória de D João V, seguindo o modelo das solenidades da metrópole, onde sempre o grandioso catafalco era o principal elemento do repertório decorativo das cerimônias fúnebres. Este modelo vai continuar a se repetir ao longo do tempo.

Por Provisão Régia, datada de 10 de Dezembro de 1795, a Rainha D Maria solicitava ao Governador da Capitania do Mato Grosso que informasse sobre as "*despesas*

dos Funerais e Exequias das Pessoas Reaes, e do costume que se tem practicado". (AHU_ACL_CU_010, Cx. 34, D. 1781)

Em cumprimento a essa provisão, o Governador do Mato Grosso solicitou às Câmaras das vilas existentes na Capitania que prestassem tais informações. Sobre a prática adotada em tais solenidades, respondeu a Câmara da Vila de Cuiabá:

> *A practica observada nesta Villa desde a sua creação té agora sobre as Exequias das Pessoas Reaes, hé da maneira seguinte. Logo que em Camera se abre a Carta de participação da noticia dirigida pelo Exmº. Snr. General do Estado, se mandão publicar Edittais porque se ordenão os lutos conforme a ley, e se declara o dia em que devem ser celebradas as Exequias, para que a ellas venhão assistir toda a Nobreza da terra e Povo.*
>
> *Para isto se manda construir na Igreja Matriz hum Mauzuleo com a maior pompa possivel, se convoca todo o Clero, e Irmandades a maior muzica, e o milhor orador; se requer ao Mestre de Campo hu Corpo de Milicias, que acabada a função dem as descargas de estilo* (...) (AHU_ACL_CU_010, Cx. 34, D. 1781)

Na carta dirigida a Rainha, acrescentou o Governador do Mato Grosso que em Vila Bela, "*por falecimento do Senhor Rey Dom Joze 1º, Augusto Pay de Vossa Magestade, se quebrarão tãobem aqui os Escudos, como se practica no Reyno*". E sobre a não realização de cerimônias nestas "*tristissimas occaziões*", informou o Governador ser conseqüência dos baixos rendimentos da capitania e que tal falta seria corrigida, caso o comércio com a cidade do Pará ampliasse, ou se a coroa prestasse algum auxílio extraordinário, para que por falta de meios, não deixassem de satisfazer "*a estes indispensáveis deveres da saudade e Fidelidade Portugueza*".(AHU_ACL_CU_010, Cx. 34, D. 1781)

Guardadas as limitações econômicas, vê-se claramente que os governantes locais tinham a consciência de estar seguindo os modelos de solenidades realizadas em Portugal, e embora essas cerimônias fossem marcadas pela modéstia cumpriam seu principal objetivo que era a demonstração de fidelidade à Coroa Portuguesa.

Portanto, estas cerimônias eram, de fato, um forte elo de ligação entre a Metrópole Portuguesa e o Brasil, fazendo sempre presente o distante poder real. Ao mesmo tempo, confirma-se a transferência, para o Brasil, dos modelos de festas adotados em Portugal, seja na repetição da estrutura básica das cerimônias, ou na intenção de reproduzir, ainda que muito modestamente, o espírito da festa barroca, marcada pela teatralidade e pelo espetáculo.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Delson Gonçalves. *Cartas Chilenas: retrato de uma época*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

PEREIRA, João Castel-Branco. Posteridades do efêmero. In: PEREIRA, João Castel-Branco (Coord). *Arte Efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 9-19.

TEDIM, José Manuel. Aparatos fúnebres, ecos saudosos nas exéquias de D. Pedro II e de D. João V. In: PEREIRA, João Castel-Branco (Coord). *Arte Efémera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 236 – 279.

Documentação

AHU–ACL–CU–018, Cx. 2, D.136. Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos de Morais Navarro, ao rei D. João V, sobre as festividades que ocorreram pelo casamento dos príncipes reais. NATAL. 1729, Maio, 10.

AHU_ACL_CU_ Cx. 125, D. 12. Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, informando ter cumprido as ordens régias referentes à realização de festejos alusivos aos casamentos do Infante D. João com a Infanta Carlota Joaquina, e da Infanta D. Mariana Vitória com o Infante D. Gabriel. VILA RICA. 1786, Agosto, 6.

AHU–ACL–CU–017, Cx. 8, D.498. Carta da câmara da vila de Aquiráz ao reino, comunicando os festejos pelo nascimento do Príncipe da Beira. AQUIRÁZ. 1762, Março, 6.

AHU_Cons.Ult._Brasil / MG, Cx. 80, D. 69. Representação dos oficiais da Câmara de Vila de São João del Rei, cumprimentando pelo nascimento do Príncipe e informando a grande festa feita nesta vila naquela ocasião. SÃO JOÃO DEL REY. 1762, Dezembro, 15.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2307. Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando sobre os preparativos da festa feita pelo nascimento da Princesa da Beira. PARAÍBA. 1794, Abril, 7.

AHU_ACL_CU_016, Cx. 5, D. 333. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a carta do ouvidor de Parnágua, António Pires da Silva e Melo Porto, acerca das despesas que a Câmara fez com as exéquias do rei D. João V. LISBOA. 1754, Outubro, 10.

AHU_ACL_CU_010, Cx. 34, D. 1781. Carta do governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro à rainha D. Maria I, sobre o cumprimento da provisão régia que ordena as câmaras pratiquem as formalidades de funerais e exéquias das pessoas reais. VILA BELA. 1798, Junho, 10.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociedade mercantil e conflitos de jurisdição: o caso do ouvidor João Antonio Vaz Morilhas – 2ª metade do século XVIII

Nauk Maria de Jesus*

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os conflitos de jurisdição envolvendo o primeiro governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura (1752-1765), a câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e o ouvidor da comarca João Antonio Vaz Morilhas, que evidenciam, entre outros aspectos, a existência de redes de poder unidas em torno de interesses econômicos e políticos.

Palavras – chave: Mato Grosso – conflitos – política

Abstract: This article has the purpose to analyze the jurisdiction conflicts involving the first governor and general captain from administration division of Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura (1752-1765), the Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) municipal council and the district magistrate João Antonio Vaz Morilhas, which evidenced, among other things, the existence of power net joined by o political and economical interest.

Key-words: Mato Grosso – conflicts – politician

A capitania de Mato Grosso, fundada em 1748, estava localizada na fronteira oeste da América portuguesa e era constituída por duas vilas: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), fundada para ser sede de governo. Esta capitania era mineira como as Gerais e fronteira geopolítica como o Rio Grande, mas diferenciava-se desses dois territórios por congregar essas duas características que demarcavam a sua especificidade no cenário imperial português. Mato Grosso era uma *capitania-fronteira-mineira.* Deslocando o olhar para este território, objetiva-se analisar os conflitos de jurisdição envolvendo o primeiro governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura, a câmara da Vila Real e o ouvidor da comarca João Antonio Vaz Morilhas. Tal análise evidencia, entre outras questões, a existência de redes de poder unidas na perpetuação de interesses econômicos e políticos assentados no descaminho de ouro e diamantes. [1] Em torno deste ponto desenvolveremos as discussões a seguir.

---

* Professora do Dep. de História da Universidade do Estado de Mato Grosso. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

[1] Este texto tem como base as discussões desenvolvidas em: Nauk Maria de Jesus. *Na trama dos conflitos.* A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). Tese de Doutoramento em História, PPGH, Dep. de História, UFF, 2006.

As redes de poder eram constituídas por relações entre diferentes atores históricos em variados territórios no interior dos impérios ultramarinos. Relações, essas, não apenas assentadas nas redes clientelares, mas também nas de parentesco e de apadrinhamento que aproximavam e afastavam diferentes indivíduos e grupos, estabelecidos no Reino e no ultramar, ao longo dos séculos XVII e XVIII. Ressalta-se que as redes de poder não se limitavam às relações políticas, pois a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesmo regida por ela. Nessa esfera, embora as elites imperiais desempenhassem papel importante para a efetivação do *bom governo* nas conquistas, elas conciliavam, em muitos casos, os interesses materiais da Coroa aos pessoais e dos seus respectivos grupos. Interesses públicos e privados estavam imbricados e a formação de grupos, tecidas desde o Reino, reforçavam as cadeias hierárquicas. Assim, a sobrevivência de uma rede estava relacionada a uma gama de interesses pessoais que faziam com que os mais variados grupos de indivíduos se unissem, inclusive, a aqueles representados pelas elites locais do ultramar. (GOUVÊA, FRAZÃO, SANTOS, 2004: 96-30).

Acusações

O ouvidor João Antonio Vaz Morilhas chegou à Vila Real em 20 de março de 1749. Nesse mesmo ano, também chegou à vila o novo intendente e provedor da Fazenda Real, Francisco Xavier dos Guimarães Brito, substituindo João da Fonseca da Cruz.

Quando chegou a Vila Real em 1751, o governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura (1752-1765) ouviu diversas reclamações dos moradores contra o ouvidor e ao ser enviado para a capitania de Mato Grosso, possivelmente já estivesse ciente das ações praticadas por Vaz Morilhas, pois queixas foram enviadas a Lisboa pelos oficiais da câmara. Segundo carta do governador, o ouvidor desviou bens dos ausentes e defuntos, cobrou taxas excessivas nos processos, cobrou a mais no aferimento das balanças de medidas e nas licenças, rubricou ilegalmente os livros da câmara, tirou a residência do provedor João da Fonseca da Cruz beneficiando-o, perseguiu desafetos e protegeu os seus parciais. Por isso, solicitava ao secretário do Conselho Ultramarino que vencesse o tempo de permanência do ouvidor na vila, que necessitava de um oficial limpo de mãos e desinteressado. [2]

Por sua vez, a câmara da Vila Real ainda se queixava pelo fato de os contratos municipais não poderem ser arrematados e obras públicas não serem construídas sem a

[2] *Antonio Rolim de Moura (correspondências).* Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982 (Coleção Documentos Ibéricos), vol. 1, p. 33 e p. 59.

permissão do ouvidor. Os contratos possibilitavam à municipalidade obter rendas e principalmente cooptar aliados e ao autorizar ou não a arrematação dos contratos, o ouvidor mexia na principal artéria do órgão, limitando os poderes da câmara e aprovando quem ele desejasse como contratador. Deste modo, Morilhas poderia assegurar ou ampliar a sua rede de contatos em Vila Real. Contudo, para que suas ações fossem bem sucedidas, outras pessoas estabelecidas na administração local e em outras partes do governo português na América portuguesa participavam das ações constituindo uma *sociedade*.

Na cidade do Rio de Janeiro, eram aliados, além do juiz de fora da cidade, Vicente Ribeiro Leite e Francisco Ferreira de Azevedo; em Goiás, o ouvidor Agostinho Luiz e o provedor da Fazenda Real Luiz Antonio Rosado; na Vila Real, o intendente João da Fonseca da Cruz; em Lisboa, Gregório de Souza e Manoel Pedro de Abreu, nomeados para servirem na casa de fundição da capitania de Mato Grosso; Belém, que tinha sido almoxarife dos ausentes e passou pela cidade de São Paulo; Francisco Rodrigues da Silva, Antonio José de Oliveira, José Gomes da Silva, Antonio José (o Bolas) e José Tomás da Silva, *caixeiros ou mercadores* de Morilhas que traziam *carregações* do Rio de Janeiro. (Códice (1760-1767). N.ºC11, pp. 27-52- APMT) Essas pessoas estabelecidas em diferentes lugares e postos da administração do Império português estavam unidas por relações sociais, políticas, mercantis e de parentesco que interligavam as áreas de mineração aos portos litorâneos da América portuguesa.

A participação do provedor de Goiás, Luiz Antonio Rosado, e do intendente de Vila Real, João da Fonseca da Cruz, não era gratuita, afinal eram pessoas responsáveis pelo controle das rendas e da atividade mineira, com acesso facilitado ao ouro, sendo os nomes de ambos citados no processo contra Morilhas.

Encontramos, no ano de 1749, Luiz Antonio Rosado no ofício juiz de fora do Rio de Janeiro e Francisco Rodrigues da Silva, acusado de ser *caixeiro* de Morilhas, no de escrivão da alfândega da mesma cidade na década de 1740. (Cd rom 5, rolo 58, docs. 508 e 90 – AHU – RJ (Coleção Eduardo Castro e Almeida)). No decênio de 1750, Francisco Rodrigues da Silva já se encontrava na Vila Real, e, na devassa contra Morilhas foi acusado de ser seu parcial. Quanto a Vicente Ribeiro Leite, recebeu a provisão do Conselho para o cargo de escrivão da ouvidoria e tabelião dos defuntos e ausentes quando ainda se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1740, e lá encontrou com Francisco Ferreira de Azevedo e propôs o acordo para se dirigirem às minas cuiabanas. Francisco chegou a Vila Real na comitiva do intendente João da Fonseca da Cruz.

Luiz Antonio Rosado ainda foi acusado de ser sócio de Morilhas numa carregação de negros levada para Vila Real por João da Fonseca da Cruz. O intendente João da Fonseca ao deixar o cargo na Vila Real em 1751, se dirigiu para Lisboa e contraiu matrimônio com uma irmã de Morilhas. (Códice (1760-1767). N.ºC11, p. 64 verso – APMT).

Ele poderia continuar sendo o canal de negociações na Corte. O casamento do ex-intendente com a irmã do ouvidor parece confirmar a aliança entre os dois oficiais e revela uma das estratégias usadas pelas redes para assegurar o poder. Casamento, coerção extra-econômica, marcada algumas vezes pela violência física, e laços de reciprocidade (proteção, concessões de terras) eram algumas das formas de cooptação.

Ao ocuparem a Intendência do ouro, a ouvidoria e a casa de fundição, os membros do grupo obtinham o controle sobre o desvio de bens e de descaminho do ouro e diamantes. Para completar a sociedade, era importante a associação com poderosos locais, preferencialmente ocupando postos na administração. Entre eles estavam Manoel dos Santos Coimbra, o juiz ordinário Antonio de Mello, o sargento-mor Lourenço Soares e o capitão Antonio José Pinto de Figueiredo. Manoel e Lourenço Soares foram protegidos pelo ouvidor em questões judiciais. Antonio José Pinto de Figueiredo chegou na comitiva do governador Antonio Rolim de Moura em 1751 e ocupou cargos na administração camarária como juiz ordinário, além de ser oficial de Ordenanças. (Códice (1760-1767). N.ºC11, p. 33 verso – APMT). Isso demonstra que a ocupação em determinados postos era fundamental para as ações das sociedades mercantis.

No entanto, além das acusações apontadas anteriormente, outra nos chama atenção, o de descaminho de diamantes. Tinham-se notícias de que uma das monções que partiu de Vila Real levou diamantes brutos, e tal não podia ser encoberto porque o piloto da canoa depois retornou à vila e confirmou o fato. As pedras teriam sido enviadas para Londres. Maiores indícios sobre essa possibilidade foram encontradas em duas cartas, de João da Fonseca da Cruz, entre os pertences de Morilhas. Elas foram escritas de São Paulo, no principio de 1752, às vésperas da partida de João da Fonseca para o Reino e redigidas com *caracteres vulgares do nosso abecedário, tem pelo meio muitas palavras escritas por uma cifra composta de letras e de números.* O Secretário de Estado de Portugal, após analisá-las, concluiu que foram escritas para amigos de Vila Real e para estrangeiros, por quem mandou para Londres os *pós de cobras* ou os diamantes. (Códice (1760-1767). N.ºC11, págs. 87, 92 e 109-APMT). Laura de Mello e Souza apresenta essa possibilidade ao enunciar que: *através de Mato Grosso e Goiás, nessa época de fronteiras esfumaçadas, o ouro e os diamantes eram*

trocados por prata espanhola... Neste tipo de transação, os ingleses tiveram ao que tudo indica um papel importante. (SOUZA, 1990: 134)

A localização da capitania de Mato Grosso em área de fronteira e ainda o seu caráter minerador, fez com que a Coroa portuguesa agisse com diplomacia para impedir uma invasão espanhola na região. Por esta razão e visando valorizar o produto no mercado internacional, ela impediu durante o século XVIII a exploração de diamantes encontrados na capitania, apesar das tentativas frustradas de estabelecimentos de contratos para a exploração das minas diamantinas na região.

O ouro e o diamante, por meio também do descaminho, saíam da Vila Real por rota fluvial para São Paulo e por caminho de terra para Goiás, local este, onde estava estabelecido o provedor Luiz Antonio Rosado, um dos sócios de Morilhas. Em seguida, de Goiás ou de São Paulo, o produto era enviado para o Rio de Janeiro ou Bahia, alcançando os portos do litoral. No Rio, o contato do ouvidor era o juiz de fora. Os mercadores ou caixeiros parciais de Morilhas - Francisco Rodrigues da Silva, Antonio José de Oliveira, José Gomes da Silva, Antonio José (o Bolas) e José Tomás da Silva - eram figuras importantes nessa conexão, pois entravam com carregações de secos, molhados e escravos e saíam com os metais preciosos da vila.

O controle dos caminhos era importante para o sucesso da empresa e isso causava disputa entre diferentes grupos de comerciantes constituídos por oficiais da administração régia e local, que estendiam os desentendimentos para a esfera do político, resultando, algumas vezes, em longos conflitos de jurisdição. Neste caso em especial, o conflito de jurisdição envolvendo representantes dos poderes régios e locais resultou na prisão do ouvidor.

A prisão do ouvidor

A câmara da Vila Real por se sentir vexada e oprimida pelos abusos dos ministros enviou diversas cartas ao governador e ao Conselho Ultramarino. Por causa dessas cartas, o ouvidor Agostinho Luiz e o provedor Luiz Antonio Rosado, de Goiás, por meio de cartas ameaçaram os camaristas, caso continuassem denunciando o ouvidor.

As acusações dos camaristas chegaram a Lisboa e, no ano de 1753, o rei D. José nomeou o substituto de Morilhas, Fernando Caminha de Castro encarregado de tirar residência do ministro, indagando se ele havia comercializado. No entanto, Caminha de

Castro não tomou posse, pois faleceu logo que chegou à capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela, em janeiro de 1754.[3]

Segundo Rolim de Moura, quando o ouvidor soube da vinda de Caminha de Castro, tentou fugir da vila e acordou com um soldado Dragão paulista e bom sertanista que o levasse até Goiás. A sua fuga para Goiás é compreensível, pois lá estava o provedor Luis Antonio Rosado e o ouvidor, dois dos seus principais elos comerciais. Porém, com a morte do novo ouvidor, ele mudou o seu plano e passou a confrontar-se com o governador, intentando desacreditá-lo na Corte. [4]

Os camaristas da Vila Real ao saberem do falecimento do ouvidor substituto enviaram uma carta ao governador Rolim de Moura solicitando o afastamento de Morilhas do cargo. Entretanto, o governador preferiu agir com prudência, respondendo que reconhecia a opressão sofrida pelos moradores e que já havia informado ao Vice-Rei, mas enquanto não recebesse nenhum comunicado real, eles deveriam se conter, não provocando *novidade alguma a este respeito, antes se conservem na mesma dependência do ouvidor, respeitando e obedecendo o Ministro D´El Rei.* Recomendou aos camaristas apenas que fizessem uma representação ao rei expondo todo o caso. (CORRÊA FILHO, 1995: 348).

No dia 20 de julho de 1755, os camaristas em casa do juiz presidente Antonio de Pinho de Azevedo fizeram a vereança e redigiram o documento. Na representação enviada, os camaristas destacaram *domínio despótico e absoluto* dos ouvidores de comarca que haviam passado pela Vila Real, destacando-se, sobretudo João Antonio Vaz Morilhas. (Códice (1760-1767). N.ºC11, p. 38 – APMT).

Meses depois, Antonio Rolim de Moura submeteu a questão ao Conde dos Arcos que se encontrava em Goiás. Em 22 de agosto de 1755, os oficiais de Goiás reunidos em junta, no arraial de Meia Ponte, votaram que se devia intimar o ouvidor Morilhas a deixar o lugar. Caberia ao juiz de fora de Vila Bela, Teotônio da Silva Gusmão, executar a suspensão. O Conselho Ultramarino, anos mais tarde, repreendeu a decisão, pois nem o vice-rei, nem o governador tinham jurisdição para suspender um ministro, mesmo que as justificativas fossem justíssimas. Segundo o Conselho, essas ações poderiam servir como exemplo em outras circunstâncias; porém, naquele caso, como já haviam tomado a decisão, deveriam mantê-la, nomeando um sindicante capaz de averiguar o caso: *ficando o governador advertido para a não tornar suspender outro Ministro e a mesma advertência se deve fazer ao Vice-Rei.* (*Livro de Consultas do Conselho Ultramarino.* Arq. 1.2.6, p. 236 verso – IHGB).

---

[3] *Antonio Rolim de Moura (correspondências)...,* vol. 2, p. 15.
[4] *Antonio Rolim de Moura. Correspondências...*, vol. 2, p. 96.

No dia 20 de dezembro de 1755 a suspensão foi lida em câmara. Os camaristas enviaram uma carta ao ouvidor, conforme as instruções do governador Rolim de Moura, e empossaram o ouvidor substituto, no caso o intendente Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa. Este assumiu o ofício de ouvidor porque o juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão, alegando envolvimento nas obras da igreja matriz da capital e saúde debilitada para empreender longa viagem até a Vila Real, se demitiu do cargo de ouvidor e o indicou.

Após a leitura da carta de suspensão, os camaristas, acompanhados do ouvidor empossado, puseram-se imediatamente às ruas em ato da câmara, com capa e volta e as varas nas mãos, publicando editais sobre a suspensão do ministro, informando os moradores para que reconhecessem o doutor Francisco Xavier por ouvidor geral. Em seguida dirigiram-se à casa de Morilhas e intimaram à suspensão. Morilhas saiu até a porta da rua em roupa de chambre e chinelos, dizendo às pessoas que lá estavam que fossem testemunhas do que ocorria, pois ele se recusava ir à câmara, e avisou aos camaristas que daria conta de tudo o que acontecia ao rei. Morilhas tentou tirar de uma gaveta dois embrulhos de diamantes sem sucesso, porque os executores da prisão o embaraçaram. Eram no total 156 diamantes, pesando cerca de 80 kilates. Os seus bens foram avaliados em 19.000 oitavas de ouro. (Códice (1760-1767). N.ºC11, pp. 27-52 - APMT).

Em maio de 1756, Vaz Morilhas enviou uma carta ao rei D. José I queixando-se da violência utilizada contra ele e da arbitrariedade da câmara em suspendê-lo do ofício. Ele solicitou ao rei que algo fosse feito contra os camaristas, pois se eles ficassem *sem um exemplar castigo* terminariam como exemplo àquele povo *inconstante, revoltoso e mal inclinado,* ou agiriam em outra circunstância da mesma maneira, quando lhes conviesse, quando um ministro cometesse excessos. Este, por sua vez, ficaria temeroso e não os puniria receando semelhando ato. (Cd -rom 3, rolo 8, doc. 365 AHU-MT).

Na carta do ouvidor a que tivemos acesso, ele se defendeu apenas dizendo que as pessoas que participaram do movimento de suspensão eram seus inimigos. Ele não apresentou outros dados que o inocentassem das acusações de descaminho de ouro e diamante ou das intervenções nos assuntos da câmara. A sua representação não obteve sucesso e o processo foi instaurado. Comprovadas as acusações, Morilhas foi preso em 13 de julho de 1761. De Vila Real foi levado para Vila Bela, depois para o Pará e em seguida Lisboa, para a prisão do Limoeiro. A punição atingia a honra do indivíduo, que poderia ter as suas chances de ascensão política encerradas.

Os envolvidos nessa sociedade estabelecidos em Goiás também não saíram ilesos. Agostinho Luis teve seus bens seqüestrados e até onde sabemos Luis Antonio Rosado foi

pronunciado juntamente com outros oficiais de Goiás. (Cd rom 3, rolo 24, doc. 142 e 163 - AHU GO).

Portanto, o caso de João Antonio Vaz Morilhas demonstra como a capitania de Mato Grosso, marcada pela existência de minas de ouro e diamantes, esteve envolvida nas teias do descaminho de ouro e diamante que a conectava, naquele momento, a Goiás, Rio de Janeiro e possivelmente Londres. Alguns dos oficiais régios estabelecidos nas minas cuiabanas eram os elos de uma sociedade mercantil que ligava as regiões mineiras ao litoral. Vencido o tempo de permanência nas vilas, eles deixavam o local, mas isso não significava necessariamente que as conexões se rompiam, pois durante as suas estadias, cooptavam e se aliavam a grupos locais, nomeando representantes para darem continuidade aos negócios até a chegada de outro oficial. O sucesso dessas sociedades se devia também ao fato de elas contarem com a participação de oficiais régios estabelecidos na Corte.

O caso analisado permite concluir que os conflitos de jurisdição ocorridos na capitania de Mato Grosso não eram homogêneos na sua formação e interesses e as relações tempestuosas entre as autoridades régias e locais encobriam, muitas vezes, o descaminho de ouro e diamante. Política e economia caminhavam juntas e faziam parte de um conjunto de situações referentes ao processo de expansão de fronteira.

Referência bibliográfica

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, FRAZÃO, Gabriel e SANTOS, Marília Nogueira dos. "Redes de poder e conhecimento na governação do Império português, 1688-1735". *Topoi.* Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFRJ. V. 5, n. 8, jan. - jun., 2004, pp. 96- 137.

JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos.* A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778). Tese de Doutorado em História, PPGH, Dep. de História, UFF, 2006.

MOURA, Antonio Rolim de *(correspondências).* Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982 (Coleção Documentos Ibéricos).

SOUZA, Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Duas narrativas para um mito: Tiradentes nas obras de Lúcio José dos Santos e Francisco de Assis Cintra

Tereza Cristina Pereira Lima*

Resumo: A presente pesquisa se propõe a analisar as representações historiográficas sobre o papel de liderança de Tiradentes na Inconfidência Mineira e identificar o processo de mitificação de Tiradentes como herói deste movimento nas obras de Lúcio José dos Santos e Francisco de Assis Cintra. A Inconfidência Mineira tem sido elemento de suporte a uma determinada construção historiográfica, Tiradentes desponta como seu símbolo, síntese das idéias das quais o movimento seria o precursor, no Brasil.

Palavras-chave: memória, identidade nacional, representação e imaginário.

Abstract: Two narrations for one myth: Tiradentes in the works by Lúcio José dos Santos and Francisco de Assis Cintra. This research proposes the analysis of the historiographic representations about the leadership role of Tiradentes in the Inconfidência Mineira (Minas Conspiracy) and the identification of the mythologization process of Tiradentes as the hero of this movement in the works by Lúcio José dos Santos and Francisco de Assis Cintra. The Minas Conspiracy has been a support element for a determined historiographic construction, where Tiradentes appears as its symbol, a synthesis of ideas of which the movement would be the predecessor, in Brazil.

Keywords: memory, national identity, representation and ideal.

Os trabalhos historiográficos desenvolvidos no início do século XX procuraram desenvolver na sociedade brasileira o culto à Pátria, aos seus símbolos, às tradições, às instituições e aos grandes vultos de sua história. Nessa concepção, os homens não aparecem como construtores da história; ela é conduzida pelos "grandes vultos", cultuados e glorificados como os grandes sujeitos históricos. Isso significa que ao valorizar certo tipo de ação heróica e abnegada de alguns personagens da História como modelos de conduta moral e patriótica, alguns historiadores trabalhavam com noções e valores caros à formação cultural brasileira, de forte herança cristã. A provável identificação da população com esses valores certamente poderia facilitar a apreensão daquilo que se queria transmitir e reforçar, do ponto de vista da formação moral e política, pelo menos até meados do século XX.

* Graduada em História pela UPIS – União Pioneira de Integração Social, Especialista em História Cultural pela Universidade de Brasília. Trabalho realizado sob orientação do Prof. Emerson Dionisio G. de Oliveira.

As referências culturais de base religiosa dos militantes e historiadores republicanos do final do século XIX devem ser consideradas na análise das formulações sacralizadas construídas em torno de Tiradentes. A sua aceitação, como herói republicano, seria facilitada, numa sociedade de forte formação católica, pela associação entre o sacrifício cristão e o sacrifício patriótico. Segundo Carvalho, nesse momento "Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro" (CARVALHO, 1990:70). Civismo e moral estabeleciam o laço entre política e religião, visível também no discurso político do período.

Lúcio José dos Santos fez a exposição de sua obra mais conhecida, *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, por ocasião das comemorações do centenário da Independência brasileira. O autor não se limitou a copiar e resumir os fatos narrados nos Autos da Devassa, traçou cuidadoso plano de exame crítico dos documentos. Procurou estabelecer os antecedentes (o contexto histórico); a prioridade na idéia (o líder); a conspiração (planos e ações dos inconfidentes); os agentes; a denúncia e a repressão (a prisão, o inquérito e a condenação), buscando estudar e expor o "verdadeiro" papel de Tiradentes na Inconfidência.

Santos apresenta em sua obra um Tiradentes decidido e corajoso propagandista de um país independente, republicano e auto-suficiente. Lutando para desencadear a revolta, Tiradentes apresentou-se como um revolucionário capaz de correr qualquer risco para enfrentar o sistema repressivo no qual vivia. Procura estudá-lo nas relações pessoais, na família, no trato social de seu tempo, segundo os documentos autênticos, sem tradições, sem preconceitos.

Em Santos temos claramente explicitada uma leitura em que sobressaem aspectos do idealismo e da abnegação dos inconfidentes mineiros, concebidos, sobretudo, como elementos de construção tanto da nação como do lugar de Minas Gerais na identidade nacional. Suas análises estão fundadas na compreensão dos "grandes acontecimentos" e voltadas para o fortalecimento dos sentimentos de civismo, os direitos e os deveres dos cidadãos para com a pátria e a humanidade. Ele analisa o movimento pautado pela idéia da construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação[1], formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente.

Como o termo "nação" está ligado a uma vastíssima produção intelectual de onde surge um campo minado de concepções e contra-concepções, vamos nos limitar ao conceito

[1] O termo "nação", no século XIX, esteve com freqüência associado aos conceitos de povo (uno) e seu "espírito" patriótico.

de Benedict Anderson, para quem nação é, "dentro de um espírito antropológico uma comunidade política imaginada". Se, no sentido amplo, todas as comunidades são imaginadas — isto é, constituídas a partir do discurso — a nação se distinguiria das demais por ser implicitamente limitada e soberana. Limitada, porque possui fronteiras finitas. Soberana, porque imaginada como livre e autônoma diante das outras nações. Comunidade, finalmente, porque, apesar das desigualdades e conflitos existentes na prática, é sempre concebida como um espaço de relações de fraternidade e solidariedade horizontais (ANDERSON, 1989:14-16). Solidariedade esta que se refere ao compartilhamento de objetivos ou interesses.

Na busca da recuperação do passado no quadro do ideário nacionalista, a ênfase em grandes feitos e grandes heróis não poderia deixar de ser considerada. Uma das idéias mais caras a essa perspectiva é a do trabalho em prol do coletivo, o serviço prestado à nação e o sacrifício pela pátria. O discurso sacralizado será, portanto, perfeitamente adequado aos objetivos do Estado. A obra de Santos reforça esta idéia. Em referência aos inconfidentes, o autor afirma que "Eles empreenderam salvar a pátria, tentaram obter a liberdade, sacrificaram-se por um ideal nobilíssimo, sofreram cruel suplício: é quanto basta para a sua glória e para o nosso reconhecimento" (SANTOS, 1927:583).

Assim, verifica-se a ênfase no civismo e no patriotismo de Tiradentes, elementos explorados num esforço de produção de sentimentos capazes de fixar as relações sociais no processo de construção de uma identidade nacional coletiva. A apropriação de sua imagem como sustentáculo dessa nacionalidade brasileira vai se estender além da década de 30, com a instauração do Estado Novo. O governo de Getúlio Vargas, desde 1930, entendeu a importância do cultivo de uma história e de uma memória nacionais para a construção da identidade nacional específica. Suas estratégias não se limitavam ao ensino escolar propriamente dito, mas iam além, atingindo políticas de preservação do patrimônio histórico e da celebração da memória da nação, por meio das festas cívicas, marcando fortemente o chamado período populista, até o início da década de 60 (FONSECA, 2003:72).

Francisco de Assis Cintra em, *Tiradentes perante a história:* revelações *sobre a Inconfidência Mineira,* de 1922, faz um estudo também baseado na análise documental dos Autos de Devassa. Seu trabalho pode ser considerado um contraponto a obra de Santos. Não é difícil localizar nos textos diferenças de enfoque entre os historiadores. Essa diferença é proporcionada pelo tema que suscita um leque bastante amplo de questões. Sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem e não às circunstâncias. Não deixa a análise totalmente de lado, mas ela não constitui o arcabouço de sustentação em torno do qual constrói sua obra.

Para desenvolver uma determinada consciência cívica, a propaganda republicana e a história tradicional procuraram exaltar e valorizar de maneira extrema qualidades e características consideradas heróicas – devoção, abnegação, patriotismo, sacrifício, altruísmo, coragem – em detrimento aos sentimentos humanos, revestindo assim, o movimento e seus personagens, de uma roupagem mítica ou heróica. Cintra procura restaurar essa humanidade aos personagens do movimento mineiro, principalmente a Tiradentes, o seu principal articulador, demonstrando que esse caráter humano não é incompatível com os grandes atos "heróicos".

Assim Cintra nos mostra como ponto falho no caráter "humano" de Tiradentes suas negativas de envolvimento no levante ocorrido, quando dos três primeiros interrogatórios. As negativas em si não tiram o mérito de Tiradentes, mas as palavras que este usou para proferi-las segundo o autor ferem a honra do herói.

> *Que dissesse não saber da nada; que negasse seus projectos e suas idéas; que se fizesse pequeno e humilde para não se apontado como chefe; que se desculpasse; que renegasse sua fé; que fizesse tudo isso com palavras dignas, em que sua honra não se ferisse na torpeza de respostas villãs...* (CINTRA: 1922:07)

Toda a criatura humana é falível, sujeita às fraquezas e medos. Para o autor a falibilidade tem limites, ela não é compreensível quando afeta a dignidade e o brio. A resposta dada por Tiradentes quando inquirido sobre o movimento: "Fallaria em independencia um bebado ou um doido" (ibidem:7) é uma expressão de covardia e fraqueza que sombreia a glória de Tiradentes. No seu segundo interrogatório quando é perceptível que Tiradentes caminha para uma possível confissão, isso o faz entre avanços e recuos nas suas respostas às inquirições. Para Cintra este comportamento é destoante de um caráter firme e reto: "E Tiradentes? É o que se está vendo: Fraquezas improprias dum heroe" (ibidem:20).

Para Cintra acima de sua falibilidade, no fundo de um cárcere escuro, apertado e frio, Joaquim José fez um esforço tremendo para vencer seus próprios medos e superar seus opressores. Coisa que nenhum dos outros condenados mineiros conseguiu ou tentou fazer. Enfrentou a morte com muita determinação. Dentista prático, médico rudimentar, minerador, tropeiro, militar, engenheiro frustado, sempre em busca de uma inatingível melhoria de vida, o alferes Joaquim José foi muito mais que um herói, foi simplesmente um homem. E isso, em tempos de opressão, violência do Estado e terror ante a morte, é ser tudo.

Apesar de sua diversidade de caráter, posição social, educação, Tiradentes continua constituído como um herói. Um herói humanizado, com seus temores e paixões, suas fraquezas e limitações.

> *Verdade é que Tiradentes fraquejou... Mas também é verdade que merece a veneração do Brasil porque cimentou os alicerces da Independencia Brasileira com o seu generoso sangue de martyr. Tiradentes negou sua fé republicana tres vezes; nem por isso deixou de ser quem na realidade foi: um precursor da Independência (idem, ibidem:.37).*

Kenneth Maxwell em sua obra verticalizou a análise historiográfica aprofundando-se na documentação mais conhecida sobre a Inconfidência, articulando-a a outras fontes, propondo uma abordagem inovadora e mais complexa do movimento. A Inconfidência Mineira foi movida, segundo ele, única e exclusivamente por motivos pessoais, por homens que viam na proposta de um Estado independente a única solução para seus problemas bem menos nobres que uma preocupação ideológica de fundo nacionalista. "A conspiração dos mineiros era basicamente um movimento de oligarcas e no interesse das oligarquias, sendo o nome do povo invocado apenas como justificativa" (MAXWELL, 2001:119).

O autor desenvolve a tese de que o alferes Joaquim José da Silva Xavier trazia em si todas as condições para ser "eleito" bode expiatório sendo o único a ter sua sentença efetivamente executada. O autor sugere até mesmo que aquele que viria a ser herói não atuava além das questões práticas. A sua morte, espetáculo público, usada como exemplo pelo governo, fez dele um símbolo.

A análise das representações de Tiradentes no universo social brasileiro demonstra como a história é um poderoso instrumento de legitimação política, o que foi percebido com muita lucidez pelos grupos que assumiram o poder em 1930. As bases de formação cívica e nacionalista por eles lançadas fincaram raízes profundas, sobrevivendo ao regime que as criara e, com certeza, ainda produzem efeitos nos dias atuais.

Segundo Thaís Nívia, as idéias de liberdade, coragem, abnegação, sacrifício, patriotismo são parte integrante das experiências sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, desde o século XVIII (FONSECA, 2002).

Muitas transformações ocorreram na historiografia desde daquela época. Entretanto, muitas das antigas idéias ainda ecoam em nossos dias e, mesmo que, aparentemente, não despertem mais interesse, elas continuam a ser repetidas e, de certa forma, a fazer sentido.

Este trabalho apresentou diferentes versões e exemplos de absorção sociocultural dos temas e imagens ligados ao movimento inconfidente e ao seu principal protagonista. São pequenos "fragmentos" da intensa apropriação de fatos e eventos ligados à Inconfidência Mineira por parte da sociedade e da historiografia brasileira. Uns, bem-sucedidos em seus objetivos, outros, nem tanto, são notáveis exemplos de como a discussão sobre o "mito de Tiradentes" é um objeto permanentemente trespassado pelas ansiedades e indagações do presente, o que propicia repetidas releituras dos fatos.

A criação e o enraizamento de mitos políticos, como é o caso de Tiradentes, devem ser entendidos na concretização das experiências e das referências sociais que possibilitaram a sua aceitação, permitindo sua circulação, seu reconhecimento e facilitando sua apropriação.

Uma releitura das idéias propagadas pelos inconfidentes, das leituras feitas pelos intelectuais setecentistas, uma reflexão sobre o caráter republicano construído do evento histórico, uma análise sobre suas apropriações históricas, uma discussão sobre o mito e seu papel no cenário político e cultural brasileiro após a década de 30, são algumas das possibilidades indicadas para discussões posteriores. Carecemos, entretanto, do "mergulho" nas fontes, tanto naquelas da historiografia tradicional, como os *Autos da Devassa*, como nas menos exploradas, principalmente no âmbito da história da cultura, do imaginário e do simbólico. Estas ainda aguardam pelo historiador da Inconfidência Mineira. Tiradentes ainda espera ser revelado, sem preconceitos, como o mito vivo que de fato é.

Alguns poucos trabalhos têm buscado esse manancial e têm aberto as fronteiras para os avanços neste campo. José Murilo de Carvalho já havia indicado alguns caminhos para a pesquisa dessa problemática, discutindo, em *A formação das almas*, a construção do mito de Tiradentes pelos republicanos no final do século XIX. Segundo Carvalho "o segredo da vitalidade do herói talvez esteja, afinal, em sua resistência aos continuados esforços de esquartejamento de sua memória". (CARVALHO, 1990:73).

Tem-se aí um conjunto de representações em torno do episódio Inconfidência Mineira e de seu principal personagem, apropriadas ao longo do século XX por grupos políticos e sociais os mais diversos, em diferentes momentos, com múltiplos interesses e objetivos. Porém, a imagem de Tiradentes, herói nacional, mito moderno do nosso ideal de liberdade, sobrevive no tempo. A historiografia da Inconfidência Mineira e os interesses políticos e ideológicos cumprem o papel de perpetuar o mito. O campo político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações e sugere constantemente

novos objetos de estudo. O imaginário, a representação, a produção e a recepção do discurso historiográfico reformularam a compreensão da cultura política.

Nessas reflexões ficam claros alguns aspectos importantes na construção do perfil heróico de Tiradentes, que apropriados pela historiografia clássica, acabam por utilizar suas fraquezas, sua situação social, e até mesmo seus supostos erros, como elementos de valorização de sua pessoa e de sua atuação. No fim, todos acabam por concordar que, pela morte, ele superou todas as restrições e, qualquer que fosse sua natureza, fez despontar, postumamente, todas as suas "verdadeiras" qualidades. Não é difícil perceber as possibilidades de aceitação dessa representação — e, também, de sua manipulação — junto ao público em geral, a partir de uma percepção deste Tiradentes que poderia simbolizar as conquistas de toda uma nação. Sua sombra legendária de vítima do despotismo merece o respeito da História.

Em nossa perspectiva, o exame da historiografia de referência e suas fontes, assim como o imaginário simbólico e o contexto histórico no qual foram geradas, revelaram-se um momento privilegiado para a apreensão do processo de construção do mito Tiradentes. Ao colocar-nos diante das opções feitas pelos historiadores em suas pesquisas, os estudos da historiografia nos permitiram avançar na crítica e na compreensão de sua relação com as fontes, bem como no entendimento da constituição da identidade e memória nacionais.

Da forma como foi sugerida neste trabalho, a análise sobre as apropriações historiográficas das representações de Tiradentes, na perspectiva da cultura política, possibilitou romper com a idéia de que elas dizem respeito apenas ao acontecimento histórico. Vistas nas suas relações com o imaginário e as representações políticas, elas se mostram multifacetadas, expondo as ações dos sujeitos nela envolvidos, a multiplicidade de interesses presentes em sua constituição e as referências culturais de que se alimentam.

A análise fundamentada em aportes teóricos da História Cultural propiciou a ampliação da diversidade de fontes e de seu tratamento, do desenvolvimento de análises que considerem as múltiplas temporalidades e os indícios de permanências e de rupturas nas representações políticas, que são também práticas culturais.

Temos de considerar o tema em seus múltiplos aspectos e tentar refletir sobre o seu alcance e sobre a natureza de suas apropriações políticas; tentar identificar por que, afinal, as questões relativas à representação política, às liberdades individuais e à cidadania são tão particularmente vinculadas ao discurso sobre a Inconfidência Mineira, o que é recorrente na História do Brasil. Instigante seria prosseguir na sondagem dos usos e funções que assume o mito político a partir da década de 30, período correspondente a uma nova etapa no

desenvolvimento político e cultural do país. A investigação já avança nesse sentido e poderá ser completada no futuro.

Referência bibliográfica:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CINTRA, Francisco de Assis. **Tiradentes perante a história:** revelações sobre a Inconfidência Mineira. São Paulo: Globo, 1922.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960)*. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 22, nº. 44, 2002, p. 439-462.

_____. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FURTADO, João Pinto. **O Manto de Penélope:** história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **A Devassa da Devassa – Inconfidência Mineira**: Brasil e Portugal 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Lúcio José dos. **A Inconfidência Mineira**: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. São Paulo: Lyceu Coração de Jesus, 1927.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto. **História da Conjuração Mineira.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 2 vols.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Para uma história da experiência contemporânea do sofrimento

Daniel Pereira Andrade*

Resumo: Desde 1970, a psiquiatria debruçou-se cada vez mais sobre o tema da depressão, divulgando pesquisas, índices epidemiológicos alarmantes e novos tratamentos. Por outro lado, os sujeitos de experiência incorporaram esta concepção científica à percepção da própria dor anímica, objetivando-a como uma doença e constituindo uma relação medicalizada consigo mesmos. Diante disto, propõe-se uma análise crítica desta experiência contemporânea do sofrimento, questionando os seus limites e a positividade de seus efeitos. Para realizá-la, a solução metodológica encontrada foi uma combinação entre a genealogia de Michel Foucault e a sociologia das emoções de Le Breton, Rom Harré e Ian Burkitt.

Palavras-chave: depressão – sofrimento – sociologia das emoções

Abstract: Since 1970, psychiatry leaned on the subject of the depression, divulging researchs, alarming epidemiologics indices and new treatments. On the other hand, the experience citizens had incorporated this scientific conception to the selfperception of their psychic pain, objectifying it as an illness and constituting a medical relation with himselves. Ahead of this, a contemporary experience of suffering's critical analysis have to be done, questioning its limits and the positivity of its effects. To carry through it, the metodologic solution founded was a combination between the genealogy of Michel Foucault and the sociology of emotions from Le Breton, Rom Harré and Ian Burkitt.

Key-words: depression; suffering; sociology of emotions

Desde meados de 1970, a depressão tornou-se um dos maiores problemas de saúde pública mundial. Houve uma multiplicação de pesquisas psiquiátricas sobre o tema; o desenvolvimento de drogas antidepressivas pela indústria farmacêutica; um interesse crescente das neurociências pelo funcionamento cerebral e controle biológico das emoções; a divulgação de índices epidemiológicos alarmantes nos países ocidentais; a constituição de políticas públicas e o gasto de vultuosos recursos econômicos para o tratamento e prevenção deste transtorno e a divulgação de campanhas de conscientização da população. Por outro lado, o termo depressão se popularizou e, ainda que tenha se vulgarizado e extrapolado o seu sentido científico, estendendo-se a estados mais transitórios e leves de tristeza, ele difundiu uma relação medicalizada do sujeito consigo mesmo. Aumentou assim o número de pessoas

* Doutorando em sociologia pela FFLCH/USP financiado pela CAPES.

que lidam com o próprio sofrimento como algo patológico, objetivando-o como doença e procurando gerir seu humor por meios farmacológicos, de dietas, exercícios e hábitos de vida considerados saudáveis.

Diante deste quadro, cabe um questionamento sobre a experiência contemporânea do sofrimento como depressão. Mas questionar a depressão não quer dizer negar o sofrimento de quem o experimenta, ou duvidar de sua intensidade. Inversamente, trata-se de o pressupor, mais do que isso, de partir subjetivamente dele, de sua sensação – o sentimento do sofrimento como ponto de partida. Por outro lado, tampouco se trata de fazer um elogio do sofrimento, esquecendo-se da dura realidade de quem o vive. Trata-se, isto sim, de realizar um estudo crítico sobre os limites desta nossa experiência contemporânea. O fato de se partir do sofrimento para realizar tal crítica não quer dizer também expressar ou descrever a vivência "pura" daquele que sofre, ou seja, revelar liricamente os sentimentos que estariam "abaixo" dos discursos médicos *sobre* ele. Isto parece mesmo impossível, na medida em que a dor profunda é algo tão intenso, subjetivo e íntimo que se torna incomunicável. Partir do sofrimento permite um outro tipo de sensibilidade – a sensibilidade vertiginosa de um olhar que, mirando do fundo da exclusão, vê do avesso os parâmetros tidos como intocáveis de nossa existência individual e coletiva, reconstituindo os processos insidiosos de dominação que resultam na sua patologização e no estigma. Não se busca aqui dar voz ao lirismo de um sentimento, mas o operar de uma razão dura e aguda, que se limita a fazer sobressair o fato da dominação no seu íntimo e na sua brutalidade, expondo cruamente seus mecanismos. Com isto, procura-se romper com as evidências e as familiaridades da condição atual, desconstruir as verdades aceitas sobre nós mesmos, para confrontar os indivíduos com os limites de sua experiência e incitá-los de modo mais intenso a provocar eles mesmos o gesto concreto de sua libertação.

A análise crítica da atual experiência do sofrimento como depressão deve questionar os seus limites indagando-a de dois diferentes modos: primeiro, se a incorporação da concepção científica-objetivadora do sofrimento por parte daquele que o vivencia não agrava ainda mais a sua dor, justamente por privá-la de um sentido e impedir que seja digerida como uma experiência significativa; segundo, perguntando pela positividade de seus efeitos, ou seja, que efeitos de poder e saber ela produz e como eles se relacionam com outros mecanismos de poder para constituir uma determinada configuração emocional e um certo tipo de subjetividade. A depressão parece ser um dispositivo que articula mecanismos de modulação emocional da sociedade de consumo com o biopoder.

O conceito de sofrimento é definido nesta pesquisa segundo o antropólogo francês David Le Breton (1995). Le Breton estabelece uma diferenciação entre dor e sofrimento. Dor refere-se ao padecimento físico, é um fato pessoal, encerrado no concreto e irrepetível interior corporal. O sofrimento refere-se à percepção psico-afetiva do padecimento, e, por ser algo extremamente subjetivo, é incomunicável. A dor também é conhecida pelos animais, mas o sofrimento só o é pelo homem, pois somente este tem consciência de que sofre quando sofre, o que o leva freqüentemente a problematizar a dor que experimenta, perguntando-se por sua razão e significado. O sofrimento é o modo pelo qual o homem realiza a experiência subjetiva de sua dor, mas não necessariamente o sofrimento refere-se à percepção emocional do corpo físico, podendo ser também de tipo moral ou da alma.

O foco de Le Breton é a dor humana (e, por conseqüência mas indiretamente, o sofrimento). No entanto, para esta pesquisa o que interessa é apenas o *sofrimento* (a vivência ou experiência psíquica de padecimento), em especial o *sofrimento anímico*, deixando por hora em suspenso as suas relações com as dores físicas. Le Breton sugere que a dor e o sofrimento são uma realidade humana irrefutável, uma experiência comum, um tema universal que acompanha o homem ao longo do tempo e por toda parte. Simultaneamente, trata-se também de um fato histórico, pois, ainda que isolado no sujeito que o padece, o sofrimento, como uma percepção emocional, é indefinidamente moldado pela matéria social, cultural e relacional que o impregna. Enfim, o sofrimento (assim como o corpo e as emoções) é, ao mesmo tempo, uma construção histórica ligada a diferentes problematizações, práticas e significados, e também uma realidade vivida (ainda que de diferentes maneiras) por todos os sujeitos concretos.

Definido o que entendemos por sofrimento, é preciso em primeiro lugar compreender como que ele se converteu em objeto do saber científico, como ele foi objetivado e convertido em depressão, para, em segundo lugar, entender como que os sujeitos de experiência incorporaram subjetivamente este conceito científico, objetivando o próprio sofrimento e estabelecendo um novo conhecimento e cuidado de si. No primeiro caso, trata-se de um estudo essencialmente histórico, que coloca em questão as relações entre emoções, subjetividade, saber e poder, e que deve ser realizado por meio de uma combinação entre as idéias da sociologia das emoções com a análise genealógica de Michel Foucault. No segundo, trata-se de uma pesquisa que pode ser realizada empiricamente, ainda que de modo indissociável da pesquisa histórica precedente, para compreender os mecanismos de subjetivação e as relações de si para consigo que os sujeitos estabelecem. Neste último caso, as sugestões de autores como Harré, Burkitt e Le Breton acerca do sofrimento e das emoções

podem ser pensadas conjuntamente com a genealogia da ética de Foucault e com as análises da sociologia fenomenológica.

Evidentemente, há conexões estreitas entre as relações de saber-poder que definem o padecimento como objeto científico e os mecanismos de subjetivação pelos quais os sujeitos lidam com seu próprio sofrimento. Segundo Foucault, além da objetivação, as relações de poder e saber podem promover também uma subjetivação dos sujeitos (Foucault, 1995: 232). E isto pode se dar por meio de um conhecimento e de um cuidado de si. No primeiro caso, o sujeito é induzido a conhecer a si mesmo e a reconhecer-se de acordo com as exigências do poder e em conexão com os discursos objetivadores do saber científico. As relações de poder-saber podem produzir, portanto, não só a verdade, como também a verdade que o sujeito apreende de si mesmo. Ao reconhecer-se conforme a verdade que dele é extraída e que a ele é imposta, o indivíduo é ligado à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento, e é submetido, deste modo, aos outros (Foucault, 1995: 235).

Este conhecimento de si encontra-se inscrito, segundo Foucault, em uma relação mais ampla, em um cuidado de si, no qual é levado a cabo um trabalho que é efetuado pelo sujeito sobre o próprio sujeito (cf. Foucault, 1999: 109-110). Neste trabalho são desenvolvidas diversas técnicas que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos com o fim de alcançar certo estado (Foucault, 1990: 48). Estas técnicas têm sua natureza específica, mas entram em constante interação com outras (tecnologias de produção, tecnologias de sistemas de signos, tecnologias de poder). Foucault chama a atenção para a sua interação com as técnicas de poder, "os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas de si são integradas em estruturas de coerção" (Foucault, 1993: 207). Por vezes os mecanismos de poder colonizam e tomam a seu proveito as relações que os sujeitos estabelecem consigo mesmos. Neste caso, as técnicas de si convertem-se em uma extensão das relações de poder. Em outras ocasiões, contudo, o cuidado de si pode dar lugar a práticas de liberdade, contrapondo-se às relações de poder que procuram colonizá-lo, e permite assim que o sujeito deixe de ser sujeito aos outros e constitua a si mesmo como sujeito moral.

Os processos de subjetivação são constituintes da experiência vivida dos sujeitos. O modo como estes percebem e concebem suas relações com os outros e também como percebem e concebem a si mesmos, está, portanto, largamente moldado, de um lado, pelas

relações de poder e de saber, e, de outro, pela relação que o sujeito estabelece consigo mesmo. A própria percepção das emoções e a maneira como então se lida com elas é inteiramente perpassada por tais relações históricas.

Segundo Rom Harré (1986), as emoções são discursivamente construídas e induzem a práticas sociais. As palavras que diferentes sociedades empregam e empregaram para os variados estados emocionais conferem a estes seus significados culturais e prescrevem o que se deve sentir e como se deve agir em certos contextos. O vocabulário emocional está intrinsecamente ligado a uma ordem moral, e é em relação ao sistema de normas, regras, direitos e deveres que se estabelece uma diferenciação, avaliação e prescrição de emoções. De fato, o vocabulário emocional, para ser utilizado, precisa atender a três diferentes condições (ainda que não necessariamente as três precisem estar presentes): primeiro, precisa remeter a uma agitação corporal (sentimento); segundo, a emoção precisa ser intencional, ou seja, precisa ser relacionada a ou dirigida para alguma coisa (ainda que, por vezes, este objeto intencionado pela agitação corporal não seja imediatamente observável, demandando um estudo que o revele); por fim, o vocabulário emocional deve estar envolvido com uma ordem moral, tanto para a sua diferenciação quanto para sua pré- ou proscrição em um contexto determinado (Harré, 1986: 8).

As emoções, tal como Harré as concebe, não são entidades simples, reações fisiológicas herdadas de nosso passado primitivo, um atavismo biológico ainda não tocado pela cultura, que estariam presentes universalmente em todos os seres humanos. Ao contrário, elas seriam o produto de relações sociais histórica e culturalmente delimitadas. Seriam produto, em primeiro lugar, dos discursos, dos jogos de linguagem e do repertório disponibilizado por uma determinada cultura; em segundo lugar, da ordem moral e das avaliações morais que controlam o significado e a ocasião de empregabilidade das terminologias emocionais; em terceiro, das ações (discursivas ou não discursivas) socialmente prescritas como manifestações emotivas; em quarto, das narrativas sobre o desenrolar das situações emocionais; e, em quinto e último lugar, do sistema de papéis sociais por meio do qual a qualificação emocional de ações e de atores são mantidas, transformadas e criticamente relatadas e ensinadas (p. 13).

Traduzindo algumas observações de Harré nos termos de Foucault, pode-se dizer que as relações de poder fazem emergir determinados vocabulários emocionais como objeto de discurso e de saber; por sua vez, os discursos e os saberes que constróem as emoções induzem ou prescrevem, de acordo com o tipo de normatividade a que estão articulados, determinadas práticas sociais (ou determinadas ações e papéis sociais concebidos como

manifestações emocionais). As próprias agitações corporais (ou sentimentos) experimentadas nas emoções podem ser compreendidas como reações induzidas, incitadas ou desencadeadas pela construção discursiva dos vocabulários emocionais e da sua prescrição no contexto de determinadas relações sociais. Os discursos e saberes que constróem as emoções como objeto podem também moldar a relação de si para consigo, permitindo que as relações de poder colonizem a relação ética que o sujeito estabelece consigo mesmo. Neste caso, o sujeito seria levado a constituir um certo conhecimento de si, conformando o modo como ele percebe e concebe suas próprias reações corporais (sentimentos), e um certo cuidado de si, determinando o trabalho que o sujeito realiza sobre suas próprias emoções, visando atingir um modo de ser e sentir socialmente prescrito.

Esta visão construtivista, que se detém sobretudo no vocabulário emocional e nos papéis emocionais socialmente condicionados pensam as emoções simplesmente como um fenômeno secundário produzido pelo discurso. Por isso, ela não pode explicar inteiramente a ambivalência dos sentimentos humanos onde as emoções entram em conflito ou não são sempre as únicas prescritas para um contexto cultural particular; elas também não dão resposta à experiência comum de sermos incapazes de expressar nossos sentimentos com palavras, o que deixa claro que sentimentos e o vocabulário emocional disponível nem sempre coincidem.

Para solucionar estes problemas sem abandonar a idéia da construção social das emoções, adotamos a distinção feita por Ian Burkitt (2002) entre sentimentos (*feelings*) e emoções (*emotions*). Para o autor, a nossa consciência prática da vida cotidiana não possui uma idéia clara e discursivamente articulada das relações sociais e de suas transformações no presente vivido. Estas transformações, então, são mais sentidas do que pensadas, ou seja, é através de estruturas de sentimento que percebemos tais transformações e determinamos nosso modo de agir e reagir na fluidez do presente. No âmbito desta ação inseparável do sentimento, o agente está consciente do que está fazendo, de modo que, na consciência prática do dia-a-dia, o pensamento não se contrapõe ao sentimento; o pensamento é sentido e o sentimento é pensado. Neste nível, diversos desses sentimentos não chegam a ser nomeados como emoções determinadas, permanecendo amorfos.

O homem, portanto, torna-se consciente dos padrões de relacionamento por meio de uma estrutura de sentimento que é instalada por nosso engajamento corporal no mundo social. O que quer dizer que o sentimento é corporal e intrinsecamente relacional, não podendo ser experimentado fora do contexto de relação do *self* com outros corpos humanos ou não-humanos, reais ou representados. Já as emoções pertencem à consciência discursiva e

envolvem o modo como nós articulamos estes sentimentos com os vocabulários emocionais. Por meio de tais vocabulários, nós refletimos sobre nossos sentimentos e identificamos alguns com emoções específicas. O sentimento, portanto, não é expressado, mas complementado na palavra, tornando-se uma emoção. O que significa que, quando articulado na consciência discursiva, o sentimento é reestruturado, passando por uma transformação que o converte em um objeto sobre o qual se pode refletir e agir sobre. É no ponto onde encontra sua forma em palavras que a emoção ganha sua aparência de algo objetivo e substancial, ao invés de um padrão de relacionamento. Emoções, então, ganham sentido apenas no contexto das relações, envolvendo estados corporais ativos (sentimentos) e também gêneros discursivos por meio dos quais nós tentamos articular estes sentimentos.

Pode-se dizer, portanto, que o vocabulário emocional e o discurso vinculado a ele completam a experiência emocional, mas não a constróem inteiramente. E também que os sentimentos, mesmo sendo corporais, são expressão de padrões de relacionamento mais do que forças causais em si mesmos. Primeiro, por meio das relações, os sentimentos emergem na consciência prática, e, somente depois, são completados discursivamente para tornarem-se emoções. Isto não significa que a consciência prática da vida cotidiana não seja profundamente moldada socialmente, apenas que ela não é inteiramente construída discursivamente.

De fato, para que os sentimentos se convertam em uma imagem que permita, de modo sensorial e pré-discursivo, uma interpretação significativa do mundo, eles precisam ser baseados em um *padrão recorrente de relações* entre as pessoas e entre elas e o seu meio. Mas a estruturação do campo das ações possíveis por meio de uma padronização das relações já caracteriza a forma como o poder é exercido (uma ação sobre ações possíveis), tal como Foucault o descreve. O poder, moldando e padronizando as relações, molda também os sentimentos, influenciando a capacidade e a disposição de nossos corpos para experimentar determinados afetos, tornar o mundo sensivelmente significativo de um certo modo e exercer determinadas ações. Mas, simultaneamente, o inverso também pode ser verdadeiro: o poder procura moldar as relações por meio dos sentimentos, *afetando* os sujeitos, induzindo-os, incitando-os, seduzindo-os a agirem de uma maneira precisa. Além disso, a ação sobre os sentimentos pode se dar também por meio das emoções, as quais, através de discursos e saberes, conferem um nome e um significado sociocultural aos sentimentos, convertendo-os em um objeto a ser refletido e a ser trabalhado pelo sujeito. O discurso sobre as emoções conduz o sujeito a um determinado conhecimento e cuidado de si, que se interpõe entre o sentimento e a ação por ele desencadeada, redirigindo o rumo desta.

Há, assim, não uma coincidência, mas uma grande pertinência entre os sentimentos, as emoções, as relações de poder e as relações de si para consigo. Pode-se falar de uma dinâmica emocional das relações de poder, assim como de uma dimensão de poder dos sentimentos e emoções, ainda que nem sempre se possa identificar automaticamente um sentimento a uma emoção.

A partir de tais considerações, é possível realizar uma história do sofrimento, questionando os saberes que o colocam em discurso e que estabelecem a verdade acerca dele como depressão, os poderes que o investem, incitando ou bloqueando sua produção, e o modo como os indivíduos se reconhecem como sujeitos de sua própria emoção ou como eles são divididos no seu interior e em relação aos outros por meio de práticas divisoras (o deprimido-patológico-doente mental e o sadio-normal). Mas fazer uma história do sofrimento implica também uma história mais ampla dos mecanismos sociais e culturais que lhe conferem um lugar integrado na nossa existência ou que, inversamente, o excluem ou o procuram eliminar parcial ou totalmente do espectro das experiências aceitáveis. Neste último caso, é preciso observar a dinâmica da desintegração, uma dinâmica que parte do centro da sociedade e que determina a exclusão na periferia (Castel, 1998: 26). É preciso compreender, portanto, como que o discurso sobre a depressão e seus efeitos interagem e se articulam com outros discursos, relações de poder e relações de si para consigo que, incitando determinados sentimentos e emoções no centro das sociedades, acabam impondo um modo afetivo de ser como normal, ao mesmo tempo que desqualificam a dor anímica como patológica. Com isto tornam-se visíveis as microlutas que levaram à atual exclusão da profunda e/ou duradoura dor anímica e revelar as relações de poder que mantêm cativa, sob controle, nossa variação afetiva, modulando indefinidamente nossos sentimentos e emoções, por um lado, e colocando um limite (o limite da normalidade) à amplitude e à persistência de estados emocionais (humor), por outro.

Bibliografia

BURKITT, Ian. Complex emotions: relations, feelings and images in emotional experience. In BARBALET, Jack. *Emotions and Sociology*. Oxford: Basil Blackwell, 2002.

CASTEL, Robert. Présent et généalogie du présent: une approche non évolutionniste du changement. In *Au risque de Foucault*. Paris: Centre Georges Pompidou/Centre Michel Foucault, 1997, pp. 161-168.

_____. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. Tecnologías del yo. In MOREY, M. *Tecnologías del yo, y otros textos afines*. Barcelona: Paidós/ICE-UAB, 1990.

_____. Verdade e Subjetividade (Howison Lectures). In *Foucault: Uma Analítica da Experiência* – número especial da *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 19, Lisboa, Ed. Cosmos, 1993.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica).* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

HARRÉ, Rom. *The social construction of emotions*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

LE BRETON, David. *Anthropologie de la douleur*. Paris: Métaillé, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Brasil e Cuba: diálogos e sintonias na construção do patrimônio cultural

Alex Ricardo Medeiros da Silveira*

Resumo: Para uma história do conceito de patrimônio no Brasil e em Cuba é necessário considerar articulações internacionais e usos locais, estabelecendo contrapontos teóricos e fronteiras entre relatos e práticas provenientes desses cenários.

Palavras-chave: patrimônio cultural – história Brasil/Cuba – cultura, recurso

Abstract: For a history of the concept of heritage in Brasil and Cuba it's necessary to consider international articulations and local uses, establishing theorical counterbalance and borders between reports and practices originating from these sceneries.

Keywords: cultural heritage – history Brasil/Cuba – culture, expediency

Entre a correspondência de quase vinte anos mantida por Glauber Rocha e Alfredo Guevara, revelada no livro *Cartas ao Mundo*, encontro a carta que Glauber escreveu, em novembro de 1979. Ela viajaria do Rio de Janeiro até Havana nas mãos de Geraldo Sarno. Glauber conta ao presidente do *Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos* (ICAIC) sobre seu sucesso no programa "Abertura", da TV Tupi, com "20 milhões de espectadores aos domingos" e que havia decidido abandoná-lo, após oito meses, "porque não podia sair nas ruas, abordado pelas multidões" (BENTES, 1997: 658-660) ! O programa, a começar pelo nome, contribuía para o ambivalente, porém irrefreável, afrouxamento do regime militar no Brasil. Como alguém que reencontra um bom amigo, Glauber fala do seu amor pela companheira, dos seus filhos, de livros e filmes. Revela seu contentamento pela iminente finalização de "A Idade da Terra", "meu melhor filme", e pergunta se Alfredo soube da premiação do documentário "Di" em Cannes. Insurge-se aqui e ali, entretanto, a dimensão irônica do texto, referindo-se a atos da ditadura[1] - que foram de fato bandeiras dos movimentos operários e sociais –, critica as "velhas esquerdas", em quem não acredita, e os "intelectuais acadêmicos", de quem quer distância.

---

[1]* Mestre em Antropologia Social e doutorando do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília.

"Geraldo lhe dirá que a censura praticamente acabou e agora Figueiredo anistiou mais de 30.000 presos comuns e os últimos 4 presos políticos." In: BENTES, ibid.

Alfredo Guevara era, então, um dos principais quadros do governo cubano e estava à frente do ICAIC, o Instituto de maior visibilidade da política cultural do país, desde 1959. Em Cuba ele também vivia período de transição, o controle do Estado sobre a produção artística se atenuava (VILLAÇA, 2006: 235), embora novas críticas surgissem quanto à centralização do Ministério da Cultura, criado em 1976. O próprio Alfredo se envolveu diretamente na polêmica[2], rejeitando a subordinação do ICAIC ao Ministério. Quando a carta de Glauber era redigida, Alfredo preparava a primeira edição do *Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano*, que teria início no mês seguinte.

No discurso que profere na solenidade de abertura do Festival, Alfredo faz reverência ao pioneirismo do Cinema Novo, precursor dentre outros movimentos cinematográficos latino-americanos que passariam a ser chamados de *nuevo cine*. Os cineastas brasileiros são destacados nesse discurso porque "se reconocieron desde el primer dia herederos de movimientos significativos de su cultura y tradiciones"[3]. A partir daí, como sublinha Villaça (op. cit.), funde-se na historiografia e na memória a identidade entre cinema cubano e *nuevo cine latinoamericano*. E, do mesmo modo, vinculam-se cinema cubano e brasileiro, este último presente em todas as edições do Festival de Havana, em diferentes categorias (ficção, documentário e animação), colecionando importantes premiações e com repercussões sobre platéias e realizadores, daqui e de lá. Uma importante *fronteira*, que em Certeau (2005: 212-214) não é apenas limite, mas também comunicação, espaço de articulação, ponte. Nela se realizaram freqüentes deslocamentos – de correspondências, pessoas, discursos e representações artísticas –, circunstanciando diálogos efetivos. O festival pode ser considerado, até hoje, para seguir a intuição de Negrão de Mello (2004: 65-87), uma *ponte imaginária*[4] entre as duas sociedades e Cuba um *lugar de sintonias*, mesmo durante um período em que as ideologias de Estado foram incompatíveis.

É desse abismo, sobre o qual artistas e pensadores construíram "pontes abstratas" (Glauber, apud NEGRÃO DE MELLO, idem), que se nutre a ironia glauberiana. O tratamento da ditadura no Brasil (em 1979) como uma "democracia à la portuguesa" e "a mais livre da América Capitalista", parece estar ali não como sentido invertido do que pensa sobre a realidade brasileira e, sim, para apontar a ambigüidade da realidade cubana. Glauber, um

---

[2] Para uma visão geral sobre a trajetória do ICAIC e seus dirigentes, bem como para alguns acontecimentos da história cubana, baseio-me na vigorosa tese de doutorado em história social de Mariana Villaça, cf. bibliografia.
[3] GUEVARA, A. Disponível em: http://www.habanfilmfestival.com/noticias/index_noticias_amplia.php3?ord=378. Acessado em 24/03/2007.
[4] A metáfora da ponte está presente em Glauber e também em entrevista de seu filho Erik Rocha, diretor do filme Rocha que Voa, para a autora se trata também de exercício metodológico para aproximação do pensamento de cineastas cubanos contemporâneos de Glauber Rocha.

entusiasta de primeira hora da revolução, foi a Cuba em 1971 a convite do mesmo Alfredo Guevara, com homenagens e liberdade de produção no ICAIC, mas deixou o país em 1972, após conflitos de ordem ideológica e estética. É na cumplicidade com o interlocutor, como é próprio da ironia (RAMOS, 1997: 21-49), que Glauber parece se ancorar, evitando, porém, a interpelação direta, socrática, sobre a liberdade artística em Cuba [5]. A ironia nos convida também a pensar sobre a notável ausência do mais destacado nome do Cinema Novo na abertura daquele festival, justamente quando o movimento cinematográfico brasileiro era apropriado pelo discurso, ali enunciado, do *nuevo cine* latino-americano.

Essa valorização da obra de arte cinematográfica enquanto lugar de representação da tradição e da identidade de povos e regiões não é provavelmente original, mas revela a emergência de uma nova destinação para o cinema, esboçada naqueles fins de 1970: o patrimônio (*heritage*). O sentido do cinema se move, então, entre 'lugar da tradição' e 'patrimônio da nação'. Sentido materializado em atribuições como "testemunho", "memória histórica" e "identidade" que são dirigidas ao cinema, assim como a vários outros objetos ou *práticas culturais*. Move-se aí também a destinação pública dos *bens culturais* e surgem novas formas de gerenciamento. Fatos que se inserem num processo mais amplo que George Yúdice (2004: 13) chamou de *expediency of culture*, considerando que, na era da circulação global e de certa racionalidade econômica que aí se afirma, a cultura torna-se uma "reserva disponível", em torno da qual diversos agentes privados, governos e agências já se organizam e competem. No diapasão da cultura como recurso nada parece ser mais emblemático do que o discurso do "patrimônio", seus diversos usos e as expectativas que escoam de seu culto.

Sintonias em discursos brasileiros e cubanos

Em outras sociedades latino-americanas, onde o sistema capitalista prevalece, a categoria *patrimônio*, recém-recoberta com o manto *cultural*, encontrou terreno fértil. O caso brasileiro, em particular, o demonstra e, com freqüência, antecipa discursos do patrimônio. Em 1977, ano da primeira lei do período constitucional da República de Cuba, que é exatamente a *Ley de Protección al Patrimônio Cultural*, o Brasil aceita a 'Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural', aprovada pela 17ª conferência geral (1972) da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

[5] Para KIERKEGAARD (1991: 221), "a ironia *sensu eminentiori* [no sentido mais elevado, mais próprio] não se dirige contra este ou aquele existente individual, ela se dirige contra toda a realidade dada em uma certa época e sob certas condições. É oportuno lembrar que a Constituição cubana de 1976 institui a liberdade de criação, "desde que seu conteúdo não seja contrário à Revolução". Sobre o caráter de cumplicidade, ver RAMOS (1997: 21-49).

Cultura). Cuba aí se inclui, após a ratificação em 1981. Contudo, por que relacionar Brasil e Cuba num estudo que se dedica a investigar a trajetória do conceito de patrimônio? Uma história de inflexões no discurso oficial sobre o patrimônio cultural, dos anos setenta à atualidade, se beneficia da comparação entre esses dois contextos?

Do nosso ponto de vista, compreender a dinâmica cultural de Cuba e como pensadores caribenhos tem refletido sobre ela é um contraponto fundamental em pelo menos dois sentidos. Um deles é romper com uma tendência da pesquisa sobre patrimônio no Brasil, que ignora ou subestima o campo comum e decisivo das articulações internacionais em torno do tema. O outro está na percepção do patrimônio como discurso que, ao instituir as coisas e as práticas a que se refere, estabelece usos e apropriações que perpassam sistemas econômicos e políticos diferentes e remetem a ativismos locais, com desafios semelhantes.

Além do mais, as "(in)definições", como faz ver Cabrera, em torno do espaço sócio-histórico e cultural do Caribe, oferecem novos referenciais teóricos para pensar a dinâmica cultural brasileira. Nesse ínterim, a apreensão das sociedades caribenhas pelo conceito de *fronteira* se mostrou restrita, por conta do viés colonialista de sua formulação[6], dando lugar a concepções mais abertas ao caráter multiétnico e às relações raciais e interculturais presentes na região. Transculturação, diáspora e crioulização são alguns conceitos que traduzem "configurações elaboradas pelos intelectuais dos próprios povos caribenhos" (CABRERA, 2006: 07). O *pensamento de arquipélago* (Glissant), "pois o arquipélago é ao mesmo tempo uno e múltiplo" (BERND, 2004:104), permitiria ver a identidade mais mosaicada, "sempre conflitual e caótica" (Chamoiseau, apud BERND, idem). O processo identitário, concebido nessa perspectiva, sugere aproximações em relação às trocas culturais no Brasil, ao mesmo tempo em que alguns contextos brasileiros começam a ser integrados à história dos *Caribes*[7].

Na perspectiva de uma história do patrimônio que atente para as articulações entre o local e o global é indispensável observar o papel formulador e mediador da UNESCO, organização a que Cuba (1947) e Brasil (1946) se vinculam, ao lado de vários países latino-americanos, desde o início de sua trajetória. De fato, é com a UNESCO (SILVA, 2003: 56) que se consolida a "adoção de instrumentos jurídicos instituídos exclusivamente para a proteção de bens culturais", previstos no Estatuto da Corte Internacional de Justiça. A referida Convenção de 1972 é o instrumento jurídico internacional de maior adesão pelos Estados

[6] Esta reflexão, sobre o uso da noção de fronteira no contexto do Caribe, está em CABRERA (2003).
[7] A Revista Brasileira do Caribe e outras publicações organizadas pelo Centro de Estudos do Caribe no Brasil reúnem inúmeros artigos de autores americanos, em sua maioria, sobre as redefinições do espaço geográfico e histórico do Caribe.

membros da UNESCO. Seu produto mais destacado é a Lista do Patrimônio Mundial, que contabiliza 830 itens inscritos.

A Lista e suas assimetrias resultam da gestão efetiva da convenção pelo Comitê do Patrimônio Mundial e duas organizações consultivas (ICOMOS e UICN), a partir de inventários elaborados pelos Estados signatários. Esse investimento prévio explicaria, em parte, a desigual distribuição do *patrimônio mundial* construída pela Lista. Dentre os maiores doadores de *properties* ao sistema estão cinco Estados da Comunidade Européia, França (29), Alemanha (32), Itália (41), Espanha (39) e Reino Unido (27). Eles formam um clube seleto, sozinhos reúnem 168 monumentos ou sítios (culturais, naturais ou mistos), número maior que os 88 "sítios culturais" das Américas e mais de 20% do total de itens da Lista[8].

Do nosso ponto de vista a desigualdade e as assimetrias são constitutivas da produção de patrimônios, como observou Nestor Canclini (2003: 195):

> *Ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos [e, podemos pensar, também entre as nações]. Esse princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas.*

A legislação brasileira antecede a Convenção do Patrimônio Mundial em mais de três décadas. Destaco o anteprojeto do 'serviço do patrimônio artístico nacional' de Mário de Andrade, em que propõe o tombamento da "arte popular" ("música, cantos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc.") inserida na categoria "obra de arte". No entanto, a lei federal sobre patrimônio (1937) instituiria apenas os livros de tombo (i) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (ii) Histórico, (iii) das Belas-Artes ("coisas de arte erudita") e (iv) das Artes Aplicadas. Nesse caso e também no sistema mundial consagrado em 1972 é a invenção européia de *monumento histórico* (CHOAY, 2001) que se afirma, associado ao valor cognitivo das *antiguidades* e, logo, ao saber histórico e à definição de arte.

Em Cuba, considerado o primeiro recorte temporal da pesquisa (1975-1985), merece nota a distinção feita entre a 1ª lei (Patrimônio) e a 2ª (Monumentos), esta última define *centros históricos urbanos*, *construções* e *sítios* e estabelece os critérios para que possam ser declarados como monumento nacional ou local. A Lei nº1, por sua vez, trata de bens culturais em geral e o seu "regulamento para execução" (decreto nº 118, de 1983)

[8] Pedro Funari e Sandra Pelegrini apontaram recentemente outras assimetrias encontradas na prática patrimonial da UNESCO (2006: 25-28)

identificaria uma série de objetos e documentos (originados pelas artes plásticas, filatelia, etnografia, cinema, etc.) a serem registrados como patrimônio (inclusive os monumentos), mas sem incluir aí práticas culturais performadas no tempo presente. De fato, o paradigma do patrimônio imaterial só se consolida no discurso oficial cubano durante a década de 1990, assim como ocorreu no Brasil. Não obstante a precocidade, nesse sentido, da reflexão realizada pelo Centro Nacional de Referências Culturais, sob a liderança intelectual de Aluísio Magalhães[9].

Optei, na tese de doutorado em andamento, por trabalhar pontualmente com dois processos, o da inclusão do *Centro Histórico de La Habana Vieja e su Sistema de Fortificaciones Coloniales* na Lista do Patrimônio Mundial, que receberia o emblema da UNESCO em 1982, e, no lado brasileiro, o título de patrimônio mundial conferido à Brasília, em 1987. A análise desse material pode revelar significados de patrimônio cultural enunciados, agentes e interesses que nortearam cada iniciativa e as contradições que emergem da compreensão do patrimônio como *artefato*, como *testemunho do passado* e monumento histórico a ser *tombado*. São esses atributos que na atualidade começam a dar lugar à outra compreensão: a do patrimônio como *prática*, como *fazer cotidiano* e bem cultural a ser conhecido e *registrado*. Inconformado com as posturas patrimoniais em 1983, Michel de Certeau (2003:199) escreve contra a museificação do patrimônio:

> *Isso é desperdiçar o verdadeiro capital de uma nação ou de uma cidade. Pois seu patrimônio não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, à maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e "poetisadas".*

Novos diálogos sobre o patrimônio

A reação da Bolívia na 17ª conferência geral da UNESCO sobre o texto da Convenção (1972) recém-aprovado, abre o caminho de crítica ao patrimônio como artefato. A Bolívia propôs um "Protocolo específico sobre patrimônio imaterial" (LANARI BO, 2003: 80), um indício revelador do que Koselleck chama de "tensão entre conceitos e fatos", mesmo num momento em que o valor *histórico* predomina sobre o *cultural*, este reduzido na convenção a *monumentos*, grupos de construções (*conjuntos*) e *sítios*. Já se pode observar o início de um deslocamento na linguagem das nossas fontes, até que uma clivagem, posterior,

[9] Para uma introdução a trajetória do CNRC, recomendo o livro de FONSECA (1997) e a coletânea de vários proferimentos e textos de Aloísio Magalhães (1997), intitulada **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.**

agregue ao conceito de patrimônio "a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada" (KOSELLECK, 2006: 97-118).

A emergência das manifestações intangíveis nos discursos patrimoniais, culminando com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial aprovada na 32ª conferência geral da UNESCO (2003), tem longa trajetória. Depois da reação boliviana, a UNESCO optou pela consagração de noções como *folclore*, *cultura tradicional* e *cultura popular*, cujas inconsistências seriam demonstradas, pouco a pouco, no âmbito das ciências sociais. Em outras esferas das relações internacionais, ao contrário, um paradigma mais coerente com a complexidade do fenômeno cultural tomava força (MAGALHÃES, 1997: 94):

> *Nós do Terceiro Mundo reivindicamos uma conceituação de bem cultural muito mais abrangente, muito mais ampla. Nós podemos inserir no conceito de bem cultural toda uma gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção de uma realidade (...)*
>
> *Essa é outra linha que a meu ver representa a importância da nossa presença (...) face aos grandes organismos internacionais encarregados dos sistemas internacionais de preservação.*

A saudação de Aloísio Magalhães, na época secretário da SPHAN (secretaria normativa) e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, aos participantes do V Curso Interamericano sobre Política e Administração Cultural ilustra a articulação entre os Estados que estavam na periferia, não só da economia capitalista, mas também da hegemonia sobre as representações do patrimônio. No tempo presente encontramos a esfera do patrimônio imaterial ou intangível já constituída. A nova adjetivação do cultural resultou de intensa batalha semântica entre agentes e agências culturais em cada país, mas também entre poderes desiguais e projetos de governança distintos, que caracterizam os "grandes organismos" referidos acima. Pode-se pensar, inspirados nos estudos de Armand Mattelart, em uma "nova ordem patrimonial". Uma aproximação rápida dos signatários da Convenção de 2003, relativa ao patrimônio cultural *imaterial*, evidencia a adesão majoritária de países africanos e latino-americanos.

Finalmente, no pequeno espaço definido para esta publicação, resta apenas apontar que um estudo como o nosso conduz a uma apreciação mais ampla do significado do patrimônio nas sociedades estudadas, sendo suas diferenças muito adequadas à reflexão, além de muito instigantes naquilo que suas manifestações culturais têm em comum de efervescência social e vitalidade.

Referências Bibliográficas

BENTES, Ivana. **Cartas ao Mundo/Glauber Rocha**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BERND, Zilá. O Elogio da Crioulidade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA Jr., B. (Org.) **Margens da Cultura:** mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

CABRERA, Olga. A Literatura e a Filosofia da Contracultura Caribenha em Alejo Carpentier. In: ALMEIDA, J. de et all (Orgs.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____ Editorial. REVISTA BRASILEIRA DO CARIBE. Goiânia, CECAB, v. 7, n. 13, dez. 2006.

CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade**.** 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano:** 1. artes de fazer. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano:** 2. morar, cozinhar. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

FUNARI, Pedro & PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FONSECA, M. Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

KIERKEGAARD, S. **O Conceito de Ironia:** constantemente referido a Sócrates. Petrópolis: Vozes, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANARI BO, João. **Proteção do Patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?**: a questão dos bens culturais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: Nova Fronteira, 1997.

MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo:** história das idéias e das estratégias. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

NEGRÃO DE MELLO, Thereza. Santa Maria, Pinta e Nina: a redescoberta dos Caribes em espaços discursivos brasileiros. In: ALMEIDA, J. de *et all* (Orgs.). **Cenários Caribenhos**. Brasília: Paralelo 15, 2003.

_____ Nas Terras do Sol: Brasil e Cuba nas representações de Glauber Rocha. In: ALMEIDA, J. e CABRERA, O. (org.). **Caribe: sintonias e dissonâncias**. Goiânia: CECAB, 2004.

RAMOS, Graça. **Ironia à Brasileira**. São Paulo: Paulicéia, 1997.

VILLAÇA, Mariana. O *Instituto Cubano del Arte y Industria Cinematográficos* (ICAIC) e a Política Cultural de Cuba (1959-1991). 2006. 434 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura:** usos da cultura na era global**.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O clero católico e a república: uma relação de conflitos (Rio Grande do Sul 1890 – 1900)

Alexandre de Oliveira Karsburg*

Resumo: A chegada da ferrovia, no início da década de 1880, transformou a vila de Santa Maria da Boca do Monte em um dos locais mais prósperos e importantes do interior sul-rio-grandense. Hábitos e costumes identificados ao passado foram questionados por aqueles que queriam ver Santa Maria alçada aos tempos do *Progresso*. A religiosidade popular e suas várias devoções, bem como a velha matriz católica em ruínas, eram indícios e símbolo que se buscava modificar ou apagar. Esse processo de transformações foi capitaneado por autoridades públicas e profissionais urbanos preocupados em criar uma imagem de cidade moderna. Por outro lado, havia o clero local e o bispado em Porto Alegre que não aceitaram ver a Igreja Católica retirada do centro das decisões, e, a partir disso, ocorreu uma série de conflitos envolvendo autoridades municipais, párocos, bispos e também luteranos e maçons.

Palavras-Chave: República – Igreja Católica – Poder

Abstract: In the 1880's, the arrival of railroads transformed the Santa Maria da Boca do Monte village into one of the most important and prosperous cities in Rio Grande do Sul countryside. Former habits and customs were extensively discussed by the citizens who would like to introduce the community to the *Progress* age. The popular religious tendency and their devotions, as well the deterioration of the old church, were a fact and a symbol that should be extinguished and could be faded away. Local authorities and urban professionals started and directed a complex process aiming to build for the city mood a modern environment. On the other hand, local clergymen and the diocese of Porto Alegre did not accept that Catholics were not an active force in the center of the developing process. The present study comprised the period from 1884 to 1897. It was marked by constant conflicts among local authorities, priests, diocesan bishops, Lutherans and masons.

Key Words: Republic – Catholic Church – Power.

O clero católico e a perturbação da ordem

Em janeiro de 1897, o bispo Dom Cláudio Ponce de Leão partiu de Porto Alegre para fazer uma visita pastoral na região de Santa Maria. Desembarcou na estação ferroviária da cidade, e apesar do badalar dos sinos e dos morteiros anunciando sua chegada, foi recebido por "insignificante número de cidadãos", segundo o jornal *O Combatente*.[1] O bispo realizou

* Licenciado em História pela UFSM; Mestre em História pela PUCRS.

[1] "Bispo". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 3 de janeiro de 1897. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC).

duas missas na capela do Divino Espírito Santo, templo que servia de matriz desde antes da demolição da antiga, em 1888. Falando para os fiéis que estavam na cerimônia, Dom Cláudio atacou as leis da República e ofendeu as famílias, causando a revolta de alguns:

> *Toda a população de Santa Maria assistiu ontem à noite, na igreja católica desta cidade, a maneira como calcou os pés à Constituição da República – o sr. Bispo Dom Cláudio – condenando em absoluto o casamento civil. "Não está casado quem não vier receber o sacramento da Igreja", ousou avançar o jesuíta! (...) Já na noite anterior o roupeta teve o desplante de dizer: "meus filhos, os pais e os maridos que não deixarem suas esposas, suas filhas irem ao confessionário antes fossem enforcados!"*[2] *(grifos nossos)*

Sentindo que as leis da República foram atacadas, bem como afrontados os direitos do pai e marido sobre a família, algumas pessoas, que ouviram o discurso, esperaram o término da missa e vaiaram o bispo, protesto que o acompanhou até a residência onde estava hospedado. Segundo os registros do padre Caetano Pagliuca, essa foi uma manifestação "anticlerical", ocasião, inclusive, que o prelado teve sua vida ameaçada.[3]

É bastante provável que palavras duras e ofensivas foram dirigidas ao bispo, mas esse, no alto de seu cargo, continuava acreditando que as leis da Igreja deveriam se sobrepor à República, e não teve receio em externar a sua posição. Além do que, o próprio teria usado termos agressivos em suas prédicas, chamando a igreja de Santa Maria de "chiqueiro"! Um cronista do jornal *O Combatente* contra-atacou:

> *Se a igreja daqui é um chiqueiro, na pitoresca frase do audaz e ignorante jesuíta, não foi este povo, com sacrifício, que a levantou? E para que? Para vir um homem, sim um homem como nós, revestido de paramentos e poderes que não sabe respeitar, e que tem o dever de zelar essas manifestações dos corações crentes, enxovalhar esse mesmo povo? Não!*[4] *(grifos nossos)*

Para aqueles que não estavam de acordo com o ponto de vista de Dom Cláudio, a reação "do povo" foi totalmente justificável, uma vez que o "jesuitismo" insistia em "absorver nas suas concupiscentes prédicas a família, que tenta estender suas negras asas sobre o que nos é mais caro – o relicário santo do lar doméstico! (...) *Tudo pela família e pela República*!".[5]

A notícia de mais esse fato repercutiu na capital, e os jornais deram razão aos manifestantes em virtude do bispo ter, mais uma vez, abalado o "*modus vivendi*" pretendido

---

[2] "Bispo vaiado". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 10 de janeiro de 1897. ACMEC.
[3] Livro Tombo n. 3 (1889-1914), p. 85 a 87 verso. Casa Paroquial de Santa Maria (CPSM).
[4] "O jesuitismo não triunfará". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 17 de janeiro de 1897. ACMEC.
[5] "Bispo vaiado". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 10 de janeiro de 1897. ACMEC.

pela República, não reconhecendo o seu papel na nova ordem. Contudo, o contrário aconteceu em Santa Maria, quando alguns que vaiaram a autoridade religiosa se viram discriminados por senhoras que não compactuaram com a manifestação.[6] Mas em defesa da República e da honra de suas famílias, não se importaram com essa retaliação.

Dando seqüência à sua visita pastoral, o bispo seguiu para povoados próximos a Santa Maria, até que chegou a São Martinho da Serra e realizou um sermão aproveitando o último dia da Festa de Santo Antão Abade, no Cerro do Campestre, em 17 de janeiro de 1897.[7] Foi nessa ocasião que humilhou publicamente o padre Aquiles Catalano, acusando-o como responsável pela derrubada da velha matriz de Santa Maria, em dezembro de 1888, e por ser um sacerdote sem moral. Pelas informações do jornal *O Combatente*, não houve reação a mais essa atitude "intempestiva" do bispo, mas o cronista não deixou escapar a oportunidade:

> *Pois roupeta boçal, se [Aquiles] Catalano é desmoralizado e tudo mais que afirmastes e que por tais motivos não pode continuar em Santa Maria, como é que ele serve para estar em São Martinho? (...) Audácia perante o público, insulto também público é o que fizestes no dia 17, aproveitando-vos de um momento de uma festa popular que o educado povo santa-mariense seria incapaz de interromper (...). Pois se aquele sacerdote pode servir, com os defeitos apresentados, noutra igreja, como não o pode na nossa? Não dissestes ao povo a verdadeira causa, sr. bispo. E não o dissestes, está claro, porque não convinha e não convêm aos subalternos interesses vossos e da camarilha que vos cerca.*[8]

A transferência do padre Aquiles, de uma importante cidade como Santa Maria, para outra que decaía, como São Martinho da Serra,[9] pode explicar as insinuações proferidas pelo cronista do jornal *O Combatente*. O que o bispo queria era criar uma estrutura eclesiástica forte na região central do Rio Grande do Sul, e Santa Maria, por ser um local em desenvolvimento econômico, era ideal para tais fins.

---

[6] Segundo pudemos constatar no artigo escrito por João Monteiro Vale Machado, algumas senhoras deixaram de cumprimentá-lo e até mesmo viraram-lhe às costas por ser ele um dos que vaiaram o bispo na noite do dia 3 de janeiro. Em resposta, o mesmo afirmou: "Como santa-mariense, como cidadão, condenei e assumo a responsabilidade do que fiz (...). Eu quero, preciso mesmo conhecer os jesuítas (...)." Ao referir-se às senhoras, atacou: "Vão para um convento, porque assim não terão de baixar a cerviz quando enfrentar homens como nós. Não podem nivelar-se conosco, é bom que não nos cumprimentem." Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 17 de janeiro de 1897. ACMEC.

[7] A maior festa católica do interior do estado. Para maiores informações, ver minha dissertação de mestrado (KARSBURG, 2007).

[8] "O povo triunfará". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 24 de janeiro de 1897. ACMEC.

[9] No livro de Romeu Beltrão, há várias páginas dedicadas a São Martinho da Serra, que se tornou município no final do século XIX, e anos depois voltou a ser distrito. Acabou sendo prejudicado por não ver passar perto de seu perímetro urbano os trilhos do trem, decaindo em termos econômicos e perdendo importância política tanto para Santa Maria como para o recém-criado município de Júlio de Castilhos (BELTRÃO: 1958). São Martinho da Serra foi a "residência" do padre Aquiles por alguns anos, até que o bispo novamente o mudou de lugar, encerrando sua vida em Cruz Alta, falecendo em 1903.

Por esse motivo Dom Cláudio substituiu o sacerdote Aquiles Catalano por Carlos Becker, e posteriormente pelos padres palotinos, que além de estarem dentro dos padrões exigidos pelos católicos reformistas de Santa Maria, seriam representantes de seus interesses na cidade. O prelado queria que aqueles organizassem a freguesia, administrassem as irmandades e orientassem as devoções, eliminando o que ele considerava "excessos da religiosidade popular", submetendo os fiéis à hierarquia, enfim, expandir o catolicismo romano e fazer de Santa Maria uma referência religiosa estadual.

Só que para concretizar tais intentos, seria preciso, primeiro, enfraquecer a resistência antiultramontana, mas atitudes como as do bispo não ajudavam em nada o trabalho dos padres nas paróquias. Pelo contrário, fazia com que mais pessoas se tornassem hostis à Igreja Católica e aos seus representantes, e uma vez que os leigos se levantavam contra o clero, a reação de Dom Cláudio era quase sempre a mesma: interditar as igrejas,[10] o que gerava um círculo vicioso.

No caso específico de Santa Maria, os anticlericais exaltados faziam muita propaganda de seus feitos, diziam-se representantes do povo, falavam em nome dele: "*Tome bem nota bispo D. Cláudio, escrevei na vossa cartilha o dia 17 de janeiro* [de 1897] *e não esquecei o período que em nome do povo falamos (...). Gravai na memória, se possível for, o seguinte: O povo de Santa Maria sabe o que vai fazer! O povo triunfará!*".[11] Igualmente aspiravam que a cidade se tornasse um modelo de resistência ao "jesuitismo": "aos que virão caberá por sem dúvida a apologia destes feitos contrários ao jesuitismo",[12] afirmou um dos redatores d'*O Combatente*. Os jornais de Porto Alegre contribuíram para a construção da "fama", dando ampla cobertura dos fatos ocorridos.

Também o padre Caetano Pagliuca fez "apologia" dos "feitos contrários ao jesuitismo", pois, em seus relatórios, muito destacou a força dos "inimigos da religião" em Santa Maria. Baseando-se em seus escritos, a historiografia eclesiástica que veio na seqüência consolidou essa versão, acreditando que a "elite política e intelectual" de forma geral era contrária à religião. Para a idéia de "cidade descrente" e "corrompida" a distância foi curta.

A nosso ver, as interpretações exageram quanto à força dos adversários da Igreja na cidade. Primeiro porque a resistência não foi da população, mas sim de uma parte da elite que não simpatizava com a proposta ultramontana de religião. Falavam em nome do povo

---

[10] A interdição de igrejas era a saída encontrada pelo bispo para punir a população que reagia ao ultramontanismo. Não só Santa Maria teve sua igreja interditada, também Cachoeira do Sul, em 1898; Dona Francisca, na região da ex-Colônia Silveira Martins, por duas vezes, em 1896 e 1906; além de outras na Serra gaúcha. Sobre as interdições, ver dissertação de mestrado de Maíra Ines Vendrame (VENDRAME: 2007).

[11] "O povo triunfará". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 24 de janeiro de 1897. ACMEC.

[12] "Os jesuítas". Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 10 de janeiro de 1897. ACMEC.

para verem legitimadas as suas ações perante a opinião pública sul-rio-grandense. Em segundo lugar, havia uma outra elite que buscava a reforma religiosa, enxergando no padre Carlos Becker, e depois nos palotinos, personagens importantes que auxiliariam no *Progresso* da cidade. Contudo, as elites de um modo geral não concordavam com as atitudes de um bispo que usava seu poder com fins políticos, tentando recuperar ao Estado a tutela da sociedade e passando por cima da autoridade do pai sobre a família. Essa iniciativa do prelado era inaceitável para os republicanos.

Concordamos com Vitor Biasoli quando esse afirma que aqueles "eram tempos de áspero conflito político-religioso", mas devemos relativizar quando o mesmo diz que "os adversários da Igreja romana eram fortes e pareciam inabaláveis" (Biasoli: 2005, 203). Demonstraram força ao expulsar um padre da cidade, mas os "adversários da Igreja", além de não representarem a totalidade da população, não eram "inabaláveis", uma vez que possuíam rivais à altura.

Pertenciam à elite política e intelectual, mas nesse mesmo grupo social havia os que se postaram ao lado do vigário, que, por sinal, exerciam cargos dos mais relevantes em Santa Maria. Intendente, membros do Conselho Municipal, juizes, advogados, farmacêuticos e outras categorias assinaram um documento declarando-se contrários ao grupo que intimou o padre Becker. Tomaram "as dores" desse e contra-atacaram os que se diziam representantes do povo. O próprio Carlos Becker declarou que tinha a simpatia de muitos católicos santa-marienses, e que as famílias confiaram os filhos ao ensino da catequese.

Talvez a comprovação final de que Santa Maria não era uma cidade "dominada" pela Maçonaria e por pessoas "inimigas da religião", foi que com a chegada dos palotinos ao local, em 1896, houve uma aproximação entre a elite católica e os padres dessa congregação para trabalharem em conjunto a fim de criar uma estrutura eclesiástica forte e alcançarem o *Progresso*. As atitudes inoportunas do bispo certamente dificultaram a ação dos palotinos, e uma vez criado o clima adverso, tiveram que agir para reverter a situação até reconquistar a confiança dessa elite santa-mariense.

Vitor Biasoli acredita que os palotinos ofereceram um norte religioso para uma sociedade que estava em processo de desenvolvimento por causa do crescimento sócio-econômico (Biasoli, 2005: 17). A cidade estava na condição de ponto central da malha ferroviária, atraindo pessoas de várias partes do estado e do país, além dos imigrantes italianos que cada vez mais se faziam presentes no local. Era urgente e necessário haver um controle sobre essa população, operação de "disciplinamento social" (Ribeiro, 2003: 17-8)

especificamente, e uma instituição como a Igreja Católica era uma poderosa aliada nesse sentido.

Mas os padres teriam que trabalhar a favor das leis da República, deixando de atacá-las, e com o firme propósito de formar cidadãos dentro de uma moral politicamente aceita. Se assim o fizessem, os republicanos católicos não se furtariam em apoiá-los em seus projetos. A construção de uma Catedral de grandes proporções, que simbolizou a supremacia do catolicismo ultramontano na cidade, e a criação do bispado em 1910, são as maiores provas do sucesso da aliança entre os palotinos e parte da elite.

O clero católico e as tentativas para se manter a ordem

Em julho de 1900, o bispo Dom Cláudio Ponce de Leão enviou uma carta, para o então pároco de Santa Maria, o palotino Pedro Wimmer (1896-1900), mostrando-se preocupado com a situação da maioria das freguesias administradas pelos padres da Pia Sociedade das Missões. Essa carta era uma resposta do bispo às queixas que o vigário fez relatando sobre as dificuldades que vinha enfrentando na paróquia. Deliberando com outros membros da Igreja, Dom Cláudio constatou que tais problemas tinham por culpado o próprio padre Wimmer, sendo assim, o bispo aconselhou que fosse melhor aquele pedir exoneração do cargo de vigário, isso para evitar males maiores.

O bispo igualmente relembrou um caso ocorrido em Caxias do Sul anos antes, quando os palotinos haviam sido expulsos pelos imigrantes italianos daquele lugar. Dom Cláudio estava profundamente desgostoso com a congregação, pois também na região da ex-Colônia Silveira Martins reinava descontentamentos: em Dona Francisca, Arroio Grande e até no "berço" Vale Vêneto.[13] O bispo argumentava que os padres jesuítas mudavam os seus vigários quando percebiam inconvenientes, ao contrário da Pia Sociedade, "que sofre grande prejuízo com tudo isso (...), e talvez mais tarde sofra ainda mais". Dirigindo-se ao padre Wimmer, Dom Cláudio continuou em seus desagravos:

> *Entreguei essa freguesia a V. Revma. [padre Pedro Wimmer] com o desejo de favorecer a Pia Sociedade das Missões dando uma*

[13] A pesquisadora Maíra Ines Vendrame analisa detalhadamente essa carta do bispo, concluindo que os palotinos estavam passando por uma situação delicada na região da ex-Colônia Silveira Martins (VENDRAME, 2007: 114-5).

> *freguesia rendosa, reunindo todos os Revdos. Padres Palotinos em redor de Santa Maria, o que conclui nomeando o Revdo. Padre Mathias Vigário de Silveira Martins. Parece que meu plano não foi aprovado por Deus, porque, excetuando por ora Silveira Martins, por toda a parte reina grande descontentamento. V. Revma. sabe que tenho dado todo apoio aos Padres Palotinos, mas isso nada tem adiantado.*[14] *(grifos nossos)*

Como comentamos anteriormente, ao crescer economicamente e despontar como um dos locais mais prósperos do estado, Santa Maria atraiu a atenção do bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio Ponce de Leão, que tomou ciência do grau de importância que seria "conquistar" a cidade para o catolicismo reformado, visando criar uma estrutura eclesiástica forte, revertendo a situação institucionalmente frágil da paróquia. E esse foi um dos motivos para dispensar Aquiles Catalano e nomear o padre Carlos Becker e, depois, os palotinos, pois esses trabalhariam objetivando aquele fim.

Atendendo às reclamações do prelado, não passou muito tempo para que o superior da Pia Sociedade das Missões, Carlos Gissler, exonerasse Pedro Wimmer do cargo e indicasse outro para seu lugar. No dia 25 de dezembro de 1900, assumia o italiano Caetano Pagliuca, talvez o mais diplomático dos sacerdotes palotinos.

O padre Caetano é considerado o grande herói da reforma católica em Santa Maria, figurando quase como um mito[15] entre os pesquisadores eclesiásticos.[16] Ao escrever o relatório – que seria entregue ao bispo coadjutor Dom João Pimenta quando de uma visita pastoral à região em 1907 –, a intenção era desfazer a imagem negativa que Dom Cláudio tinha sobre a congregação. E havia fatos e motivos para comemorar: a nova igreja matriz quase concluída, estando num dos pontos mais centrais da cidade; o hospital de caridade

---

[14] *Cópia da carta do bispo Dom Cláudio Ponce de Leão ao padre Pedro Wimmer*, 26 de julho de 1900. Transcrição feita pelo padre Claudino Magro do Arquivo Geral de Roma, sem data. AHPNSC. Esse documento foi publicado de modo parcial no livro de Genésio Bonfada, tentando criar uma impressão de que a relação entre o bispo e os palotinos foi sempre harmoniosa (BONFADA, 1989: 129).

[15] Acreditamos que o padre Caetano Pagliuca esteja próximo da "Lenda do Salvador", isso porque o próprio sacerdote, em seus registros, colocou-se como um lutador, um combatente, sempre ameaçado, resistindo à beira do precipício, recusando submeter-se a um contexto desfavoráà sua Igreja. Seguindo os modelos de heróis de Raoul Girardet, o padre Caetano Pagliuca se aproxima do tipo "Sólon", aquele que possui gestos sóbrios, rosto atento, concentrado na meditação e na demonstração, que procura assentar e definir as regras que amanhã serão as da vida coletiva, construindo o edifício que as gerações futuras terão por tarefa conservar (GIRARDET, 1987: 77-8).

[16] Em jornais e revistas católicas que surgiram nas décadas seguintes, percebemos quão esta história foi se tornando idealizada. No jornal *O Santamariense*, de 30 de novembro de 1922, há a comemoração do Jubileu Sacerdotal do Reverendo Padre Caetano Pagliuca. Assim está escrito na primeira página: "O reverendo padre Caetano é o nome, em toda Santa Maria, conhecido e reverenciado. Numerosas obras piedosas e caritativas atestam a sua operosidade que não vencem nem os múltiplos empecilhos que encontra a cada passo o homem que quer semear o bem e a verdade, nem o embate soez de inimigos gratuitos que atacam a idéia e, subjugados pelo respeito, admiram o trabalho indefeso (...). O impulsor da nova vida católica que se vem notando em Santa Maria, de vinte anos para cá, e a sua alma, digamo-lo com todas as letras, é o Reverendo Padre Caetano Pagliuca." Jornal *O Santamariense*, Santa Maria, 30 de novembro de 1922. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria. AHPNSC.

estava sob os cuidados das irmãs franciscanas; os colégios São Luiz e Santa Maria sob a direção do vigário e tendo como professores os irmãos maristas; o colégio Santana dirigido pelas irmãs franciscanas funcionava a contento; o Apostolado da Oração dos Moços e do Campestre estavam reorganizados; a Congregação Mariana das Filhas de Maria fora inaugurada em 1906, além de outros tantos setores de atuação que aumentavam a influência ultramontana na sociedade.

O relatório, portanto, deve ser lido como uma propaganda positiva do trabalho palotino em Santa Maria. E se o padre Wimmer não conseguiu grandes progressos anos antes, Caetano Pagliuca argumentou que foi por culpa das perseguições que sofria, já que Maçonaria, protestantes e autoridades municipais agiam para impedir o avanço da reforma católica.

Esse documento, que vem servindo de parâmetro para escrever a história da religião em Santa Maria, desconsiderou o trabalho feito pelos padres anteriores aos palotinos, acentuou a ruína da vida religiosa na paróquia e aumentou a força dos "inimigos da religião". Se havia a intenção de redimir o padre Wimmer, também desejava mostrar que a Pia Sociedade era confiável e merecedora de administrar uma freguesia tão rendosa como Santa Maria. Além da conciliação com Dom Cláudio, os resultados apresentados visavam atestar que a cidade poderia ser uma diocese, e, quem sabe, que fosse administrada pelos palotinos.

Bibliografia

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria** – 1797-1933. Porto Alegre: Selbach, 1933.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. 1° Volume (1787 – 1930). Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.

BIASOLI, Vitor Otávio F. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte** (Rio Grande do Sul - 1870/1920). São Paulo: USP, 2005. (Tese de doutorado)

BONFADA, Genésio. **Os palotinos no Rio Grande do Sul**. 1886 a 1916: fim da Província Americana. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1991.

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 4ª ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha*. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, vol. 18, n. 1, julho de 1992.

_____. *Católicos, Pica-paus e Maragatos*. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893-95: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia** (Santa Maria 1884-1897). Porto Alegre: PUCRS, 2007. http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=482

MARIA, Pe. Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. (Dissertação de Mestrado). (http://www.dominiopublico.gov.br)

SERPA, Élio Cantalício. *Bispos: Elites dirigentes e catolicismo popular em Santa Catarina*. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, vol. 19, n. 2, dezembro de 1993.

VENDRAME, Maíra Ines. *"***Lá éramos servos, aqui somos senhores": a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins** (1877-1914). Porto Alegre, PUCRS, 2007. http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=483.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul** (1893-1928). Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre máscaras e serpentinas: a campanha civilista na crônica carnavalesca

Vera Lúcia Bogéa Borges*

Resumo: No Brasil, a sucessão presidencial de 1910 contou com a participação de dois candidatos, de um lado Hermes da Fonseca e do outro Rui Barbosa. Inaugurou-se, assim, uma nova etapa na vida política do país, uma vez que temos a primeira disputa à presidência da República com campanha eleitoral. Neste confronto, há um palco privilegiado: a capital federal, centro das decisões políticas da nação. Com a chegada do século XX, a imprensa marcada por grandes transformações passou a ter interesse particular pelo fato político uma vez que este afetava diretamente os seus projetos e negócios. Neste momento, uma das inovações era a crônica carnavalesca que se consagrou enquanto forma de noticiário especializado na cobertura da festa. Discutiremos os ecos da política pela ótica da folia a partir dos jornais Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil.

Palavras-chave: Carnaval – Primeira República – Campanha presidencial

Abstract: In Brazil the 1910 presidential succession had two candidates, on one side Hermes da Fonseca and on the other, Rui Barbosa. We witnessed, in this way, a new era in the country's political life, once we had the first dispute for the Republic's presidential seat that featured an electoral campaign. In this battle, a site stands out: the federal capital, the center of the nation's political decisions. With the arrival of the twentieth century, the press, having gone through great transformations, began to take a special interest in the political event because it directly affected their projects and business. At that time, one of the innovations was the carnivalesque chronicle, which established itself as the specialized coverage of the Carnival festivities. We shall discuss the echoes of politics through the eyes of the merrymaking making use of the periodicals Gazeta de Notícias and Jornal do Brasil.

Key words: Carnival - First Republic - Presidential campaign

A campanha presidencial de 1909-1910 apresentou inovações em relação às demais disputas presidenciais na Primeira República. Em primeiro lugar, não temos candidatura única como era comum naquela etapa da vida política do país, mas sim dois concorrentes: Rui Barbosa e Hermes da Fonseca[1]. Os dois candidatos não eram figuras

* Doutoranda em História (UERJ) e Professora Efetiva de História no Colégio Pedro II (Unidade Engenho Novo II).

[1] Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923), na República foi vice-presidente do governo provisório e ministro da Fazenda, cargo no qual promoveu a política econômica do *Encilhamento*. Além disso, foi senador pela Bahia e vice-presidente do Senado entre 1906 e 1909. Nos primeiros anos da República, Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) ocupou o cargo de ajudante-de-ordens de seu tio, o marechal Deodoro da Fonseca. O jovem militar gaúcho ainda foi agraciado com as patentes de major e de tenente-coronel durante o ano de 1890. Posteriormente, na administração de Afonso Pena, ocupou o cargo de ministro da Guerra.

desconhecidas na política, sendo nomes presentes desde os primórdios republicanos. Portanto, o marasmo de outros pleitos apresentava uma inovação, havia uma disputa. Os adeptos da primeira candidatura apoiavam a *campanha civilista* em oposição aos seguidores do *hermismo*. De acordo com José Maria Belo,

> *Em 1909-1910, na campanha civilista, Rui despertara o Brasil para a insólita experiência de uma disputa eleitoral no ruidoso estilo norte-americano. O que havia de mais espontâneo e de mais puro na consciência nacional, temerosa de um surto militarista e ansiosa de abrir para a vida republicana uma fase nova de livre-concorrência democrática que o redimisse da longa tradição legada pelo Império. (BARBOSA, 1967:s/n).*

As eleições na esfera do executivo federal geravam debates acalorados tanto nas páginas dos jornais quanto nas tribunas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ainda não havia sido institucionalizada na vida política do país a fase dos comícios, os *meetings,* como eram chamados pela imprensa a mobilização política popular. Portanto, as esferas de discussões estavam restritas a instâncias específicas. A partir dos primeiros sinais de equilíbrio nas finanças do país, obtidos com os empréstimos no exterior pelos estados cafeicultores estabelecido pelo acordo do *Convênio de Taubaté*[2]*,* o presidente da República Afonso Pena, que tinha sua base na oligarquia mineira, parecia sentir-se em condições de buscar a contrapartida política e influir nos destinos políticos da nação. A Câmara dos Deputados reagia. Barbosa Lima era um dos defensores da idéia constitucional de que não era lícito o chefe de Estado pretender influir na escolha do seu sucessor. Na sessão de 20 de agosto de 1909, como um dos integrantes do *movimento da coligação*, o político pernambucano proferiu um discurso condenando a condição de protagonista do presidente da República na discussão acerca da sucessão presidencial[3]. Naquele mecanismo republicano poucos escolhiam os candidatos aos postos eletivos, o povo, afastado, não dava à República brasileira uma base de sustentação democrática[4]. Segundo Raimundo Faoro, o regime republicano inaugurado em 1889 extingüiu o sistema censitário da Carta de 1824 mas consagrou o capacitório com a exclusão dos analfabetos[5].

No Brasil, o confronto de 1910 teve um palco privilegiado: a capital federal, centro das decisões políticas da nação. No final do ano anterior, a campanha hermista apresentou sua plataforma no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A chapa opositora reagiu e

---

[2] Cf. Thomas Holloway. **Vida e morte do Convênio de Taubaté***:* a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
[3] **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. v. 6, Pp. 610-630.
[4] Cf. **Bibliografia sobre a Campanha Civilista**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981. Prefácio *Um relance* por Francisco de Assis Barbosa. Pp. 6-15.
[5] Cf. Raymundo Faoro. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1977. v.2.

dois meses depois, nesta mesma cidade, a campanha civilista publicou um manifesto à Nação. Em tempos de carnaval esta movimentação política não passou desapercebida. A chegada do século XX assinalou a afirmação da grande imprensa marcada por modificações tanto nos planos de produção e circulação quanto nas relações dos jornais com os anunciantes, com a política e com os leitores. Assim, a imprensa passou a ter interesse particular pelo fato político já que este se ligava diretamente aos seus projetos e negócios. Neste momento, uma das inovações era a crônica carnavalesca que se consagrou enquanto forma de noticiário especializado na cobertura da festa. Discutimos os ecos da política pela ótica da folia a partir da *Gazeta de Notícias*[6] e do *Jornal do Brasil* [7] .

No final do século XIX, a modernização dos processos de impressão, além de diminuírem o preço dos jornais, permitiu, ainda, a diversificação gráfica e o aumento quantitativo no número de publicações. Desta forma, não só a imprensa atendia a tendência do mundo que agitava os costumes cariocas, mas a festa carnavalesca também se transformava ao permitir que a cultura popular ocupasse o espaço público burguês através das colunas de Momo[8] que diariamente invadiam os domicílios mais abastados da capital. A expressão síntese da cidade era o *Rio civiliza-se*, portanto tudo deveria seguir os padrões estabelecidos e aos poucos a festa carnavalesca era absorvida pela cultura oficial e transformava-se em expressão da nacionalidade brasileira[9]. Os autores dessas colunas não integravam a elite do jornalismo, pelo contrário, formavam aquilo que podemos identificar como intelectualidade marginal ao representarem vozes que além de defenderem a cultura negra, ainda, denunciavam as arbitrariedades policiais repressivas às massas pelos padrões civilizatórios europeus. Mas no que esta festa tanto ameaçava a minoria privilegiada carioca? Para Nicolau Sevcenko: "... a atmosfera tensa, gerada pela Primeira Guerra Mundial, que deu o impulso decisivo para a dança baseada em ritmos frenéticos tornar-se um das atividades simbólicas preponderantes da vida social". (SEVCENKO, 1998: 594). Ainda segundo este autor, se a dança se tornava uma paixão, com certeza seu clímax estava no Carnaval.

[6] "Jornal carioca diário fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a República Velha". Verbete *Gazeta de Notícias*. Alzira Abreu de et al. (Coord.).**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, 2001. v.III. Pp.2507.

[7] "Jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. (...) em função dos problemas econômicos, o jornal sofreu uma profunda alteração gráfica, passando em 1906, a apresentar a primeira página totalmente ocupada por anúncios classificados. Essas modificações não alteraram porém o conteúdo do Jornal do Brasil, que se manteve voltado para o noticiário popular". Verbete *Jornal do Brasil*. Alzira de Abreu et al. (Coord.). Op. cit. Pp.2866-2868.

[8] Podemos compreender o cronismo carnavalesco como a estrutura do noticiário especializado desta festa que tem como cenário a cidade do Rio de Janeiro.

[9] Eduardo Granja Coutinho. **Os cronistas de Momo***:* Imprensa e Carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

Dominó Preto, Vagalume, Jota Efegê, Peru dos Pés Frios eram alguns dos cronistas, jornalistas boêmios que antes de mais nada eram entusiasmados foliões sendo conhecidos no exercício de seu ofício pelos apelidos. Este "baixo clero" jornalístico originava-se das camadas mais baixas da sociedade, ligados às religiões afro-brasileiras e freqüentadores dos terreiros das casas das tias baianas da Cidade Nova, consideradas as pioneiras no incentivo ao samba. Assim, estes repórteres viviam a ambigüidade de serem, a um só tempo, agentes de uma empresa jornalística e promotores do Carnaval que transformam a paixão pessoal em assunto profissional e inauguram a reportagem carnavalesca. Apesar da utilização freqüente das máscaras para incorporação de personagens à folia, o seu uso parecia desnecessário nos dias gordos do festejo:

> *É preciso que o folião penetre, se integre e se entregue a uma massa de estranhos para que ele perca as referências da sua identidade e se incorpore na dimensão maior da multidão enlouquecida. Se alguém que o conhece permanecer perto dele, ele não pode deixar de se reconhecer no olhar que o identifica. Daí a necessidade da fantasia e das máscaras como recurso auxiliar de despersonalização. O efeito do Carnaval é dissolver a consciência individual na pulsação sensual dos corpos em comunicação por meio do ritmo. É apenas estando sozinho, portanto, que se pode viver a emoção do coletivo. (...) A loucura de todos nós só pode nascer da loucura individual de cada um. Isso faz do Carnaval uma hora da verdade, ninguém mais precisa manter a personalidade construída para contemplar as pressões, demandas e convenções sociais. (SEVCENKO, 1998: 596-597).*

Com o passar do tempo, a imprensa passa a registrar as atividades desenvolvidas pelas grandes sociedades carnavalescas que surgiam no âmbito dos clubes como Tenentes do Diabo (1855), dos Democráticos (1867) e Os Fenianos (1869). Cada agremiação tinha, além da sua publicação oficial, alguns outros títulos que circulavam pelos bailes que antecediam os desfiles. Nos dias de Carnaval, essas folhas eram distribuídas pelas ruas com objetivo de esclarecer a população sobre o sentido das críticas e o significado das alegorias. A marca dessas edições era o deboche e apresentavam como inovação literária os chamados pufes, termo emprestado do inglês *puff*, assoprar, e tinha como finalidade despertar o ânimo dos foliões Aos poucos os pufes passaram a estampar as edições das folhas do jornalismo comercial. Gratuitos num primeiro momento, conforme conquistaram os corações dos leitores tornaram-se matéria paga. De acordo com Maria Clementina Cunha,

> *Nos cortejos, dispendiosos e longamente preparados, expunham à população da cidade seus próprios pontos de vista sobre a política, os costumes, os personagens que faziam a vida da cidade e do país. Os temas eram divulgados nas semanas anteriores em grandes anúncios na imprensa , os puffs, para despertar curiosidade: versos cômicos alusivos*

> *aos acontecimentos do ano que iriam aparecer nas ruas naquela segunda-feira, alvoroçando a assistência dividida em verdadeiras torcidas. (CUNHA, 2005: 18-19)*

Desde a Convenção de Maio de 1909, na qual os representantes dos Estados indicaram chapa vencedora para a presidência, com Hermes da Fonseca para titular, e que recebeu o apoio do Partido Republicano Mineiro, que em troca garantiu a indicação do vice com o mineiro Wenceslau Brás, muitos acontecimentos agitaram a vida política do país. Dentre os quais podemos destacar a morte prematura de Afonso Pena, a interinidade de Nilo Peçanha no cargo e a recusa, por parte de Rodrigues Alves, em concorrer numa outra frente. O apoio à candidatura militar também veio do presidente Nilo Peçanha, do senador Pinheiro Machado e de alguns estados do norte e do nordeste do país. A reação contrária à "campanha militarista" tinha duas motivações, a primeira contra a ameaça do militarismo, e era este o rótulo que lhe atribuíam os civilistas, a segunda era o direito de o país escolher por si mesmo os seus representantes, entre os mais idôneos, de acordo com a interpretação deles. Além disso, as críticas também acompanhavam o desenrolar da candidatura uma vez que, entre o lançamento da candidatura e a apresentação pública da plataforma de Hermes passaram-se sete meses, finalmente dada no banquete político realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 26 de dezembro de 1909. Este aspecto foi largamente explorado por Rui Barbosa ao lançar seu próprio nome à presidência. Para o senador baiano isto era a prova da ausência de idéias do oponente que só se dedicava à carreira militar e que, se tinha idéias políticas, até então não as tinha revelado. A resposta da oposição vem em janeiro de 1910, em clima de pré-carnaval, Rui leu a sua plataforma no Teatro Politeama, em Salvador.

Ainda no mesmo mês, na edição de 30 de janeiro de 1910, o último domingo que antecede o Carnaval, encontramos inúmeras referências à sucessão presidencial. Em uma de suas páginas existem oito personagens da política brasileira, entre eles os dois candidatos à presidência, Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, retratados com toques de irreverência bem característicos da festa carnavalesca, sofrem alterações intencionais de seus rostos sob o título de Carantonhas para o Carnaval, entre os quais destacam-se: o Sr. Conselheiro Rui Barbosa com a cabeleira do General Pinheiro Machado; o chefe gaúcho com a respeitável calva do Sr. Barão; o Marechal Hermes da Fonseca com as barbas do Dr. Barbosa Lima entre outras. Algumas páginas à frente, há um puff referente ao Teatro Recreio Dramático conclamando os leitores para,

> *Hoje domingo – 2º iniciativico baile popular honrado com as presenças das diretorias dos invencíveis adeptos de Momo: Democráticos, Fenianos, Tenentes do Diabo e Farofas.*
> *Bailes hermicivilisticos*
> *Que vão agradar em cheio*
> *São iniciáticos*
> *Do pessoal do Recreio*
> *Claras, coradas, trigueiras*
> *Dos foliões, bem no meio,*
> *Rebolando-se faceiras*
> *Dão alegria no Recreio*
> *Claras, coradas, trigueiras*
> *Dos foliões, bem no meio,*
> *Rebolando-se faceiras*
> *Dão alegria no Recreio*
> *Vinde, pois, sem mais demora*
> *Com elas vos divertir*
> *Tristezas deitem nas pás fora*
> *Chega o momento de rir*
> *Do Carnaval a festança*
> *Já faz sentir o calor*
> *Ao Recreio sem tardança*
> *Aos bailes com Paz e Amor*
> *EVOHÉ! EVOHÉ! Às 10h da noite farão a sua entrada triunfal no recinto desse teatro os garborosos foliões que ao som de uma retumbante Zé Pereira prestarão as honras devidas a Momo. (Jornal do Brasil de 30/1/1910:22)*

Naqueles dias que antecediam à folia, os jornais noticiavam também que a primeira sociedade a se mostrar em público foi a dos Farofas que apresentou no seu terceiro carro alegórico, *Ouro é o que o ouro vale*, os retratos do presidente da República Nilo Peçanha acompanhado de outros políticos: Campos Sales, Joaquim Murtinho e Leopoldo Bulhões. O motivo da homenagem, segundo relatavam os alegres carnavalescos da Cidade Nova, se dava pelo fato daqueles cavalheiros não fazerem política para inglês ver e por isso a divisa do carro era: *Quem não deve não teme*. Aqui vale uma observação. Este carro referia-se ao fato do governo restabelecer os pagamentos dos empréstimos contraídos pelo país com a Inglaterra. Desta forma, além dos retratos, viam-se também as armas da República, várias libras esterlinas e alguns versos nos quais se podia ler: "a nossa amada terra, a pátria brasileira e a muito boa amiga do Brasil".

Segundo Elias Thomé Saliba[10], durante Belle Époque o humor constituiu-se numa forma privilegiada da história das sociedades marcada por um ritmo alucinante com tantos contrastes, novidades e estranhamentos presentes. Para o autor:

---

[10] Elias Thomé Saliba. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da belle époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

> *Fugindo dos verbetes dos dicionários, podemos caracterizar a representação humorística, portanto, como aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebarbas das temporalidades que a história, no seu constructo racional, foi deixando para trás. (...) Por tudo isso, mais do que percepção e sentimento da ruptura e da contrariedade, a representação humorística é uma epifania da emoção. Ela se dilui na vida cotidiana e só de vez em quando brilha e ilumina, como um intervalo de riso e de alegria na rotina dos ritmos repetitivos e diários. (SALIBA, 2002: 29).*

A associação entre humor e imprensa, também existente na Europa e que já tinha aqui exemplos de jornalismo satírico na Regência bem como nos folhetins cômicos do Segundo Reinado, ganhou maior fôlego com o desenvolvimento da grande imprensa. Assim a produção humorística passou a ocupar lugar fixo e estava cada vez mais freqüente nas publicações periódicas. A sátira política em tempos de Carnaval sempre trazia à folia referências aos principais acontecimentos políticos daquele momento, através de procedimentos, pela utilização de recursos e estratégias de linguagem. Ocupando um lugar privilegiado de mediação entre políticos e sociedade, a imprensa esmiuçava os fatos da vida cotidiana propiciando ao leitor a possibilidade de repensar a história e desvendar a realidade em que estava inserido.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira de et al. (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 5.v.

ALBERTI, Verena. **O riso e risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar/ Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. v.6. p. 610-630.

Bibliografia sobre a campanha civilista. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1981. Prefácio *Um relance* por Francisco de Assis Barbosa. Pp.6-15.

BARBOSA, Rui. *Campanha presidencial*. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1967. v.XLVI. t.I, 1909. Prefácio de José Maria Belo sem numeração de página.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Os cronistas de Momo***:* Imprensa e Carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CUNHA, Maria Clementina. **Ecos da Folia**: uma história social do carnaval Carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

___. *A capital cai na folia*. In: **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, janeiro de 2005. ano 2. nº16. Pp.18-24

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1977. v.2

Fundação Casa de Rui Barbosa. **Rui Barbosa***:* cronologia da vida e obra. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro. Janeiro de 1910.

HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté***:* a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Janeiro/fevereiro de 1910.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da *belle époque* aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

___. *A dimensão cômica da vida privada na República*. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. v.3. Pp. 289-365.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

___. *A capital irradiante: técnica, ritmos e tiros do Ri*o. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. v.3. Pp. 513-619.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Jovens diante da história: ensino, aprendizagem e consciência histórica de jovens no Brasil e na Argentina

Luis Fernando Cerri [*]
Gonzalo de Amézola [**]

Resumo: O projeto de pesquisa "Jovens brasileiros e argentinos diante da História", dirigido pelos autores, é apresentado em suas justificativas (a necessidade de projetos de pesquisa destinados a produzir conhecimentos sistemáticos e generalizáveis sobre o ensino e a aprendizagem de história nos dois países, de modo a favorecer a integração internacional), a inspiração (o projeto europeu Youth and History, desenvolvido ao longo dos anos 90), método e adaptações (*survey* a partir de questionários fechados para professores e alunos, complementado por pesquisa qualitativa com entrevistas a partir de sujeitos escolhidos por amostragem) e situação atual (preparação e adaptação cultural dos questionários para o *survey*).

Abstract: The research project "Brazilian and argentine youth in the face of the History", coordinated by the authors, is presented through its justifications (the need for research projects destinated to generate systematic and generalized knowledge about history teaching and learning in both countries, as a way to promote the international integration), the inspiration (the european project Youth and History, developed along the 90´s), method an adaptations (survey starting from closed questionnaires to teachers and students, completed by qualitative research with interviews of individuals chosen by sampling) and actual situation (preparation and cultural adaptation of the questionnaires to the survey).

Que sabem os jovens sobre a História?
Que sabem os professores sobre o ensino de História?

Tanto no Brasil quanto na Argentina, temos testemunhado, nas últimas décadas, a formação de comunidades acadêmicas e campos de conhecimento voltados para o estudo, o debate e a proposição de alternativas para o ensino de História (AMÉZOLA, 2002; CERRI, 2003). Essas comunidades de professores e pesquisadores foram responsáveis por diversos sucessos em distintos campos, sendo que um dos mais notáveis pode ser identificado na renovação teórica promovida, pela qual o ensino de História ultrapassa o campo da

[*] Departamento de História e Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, Brasil.
Pesquisa financiada pela Fundação Araucária.
[**] Departamento de Historia - Universidad Nacional de La Plata; Universidad Nacional de General Sarmiento – Argentina.

metodologia do ensino (sem abandoná-lo) e conquista o espaço da reflexão teórico- prática sobre a aprendizagem e sobre todo o contexto do amplo fenômeno social que envolve o aprender e o ensinar História. Tratou-se não de um movimento nacional, mas de uma virada epistemológica conduzida ao longo dos anos 70 e 80, e registrada em diversos outros países (cf., p. ex., RÜSEN, 2006; ZAVALA, 2005), na qual deslocam-se as perguntas e o objeto do campo de investigação e ação: de "como ensinar", as questões espraiam-se para "por quê ensinar, para quem, a favor de quem ou do quê, a serviço de quem, quando, onde ...". Essa virada significa uma ampliação de objetos e, parafraseando uma coleção francesa dos anos 70, de Le Goff e Nora, novos objetos, novas abordagens, novos problemas.

Movimento contínuo (embora não se possa precisar uma relação de causalidade, mas sim de concomitância), o ensino de História desenvolvido nas escolas e nos cursos de formação de professores sofre mudanças. São desenvolvidos novos materiais e procedimentos, currículos e programas, novos temas. Passadas duas décadas, entretanto, o balanço é controverso, e há uma sensação de que a inércia de mais de um século de sistema educativo não tenha sido significativamente rompida pelos "ventos da mudança" (é o que afirma entre outros, para o caso brasileiro, ABUD, 2004). Ao lado do refinamento das referências teóricas e metodológicas para investigar esse descompasso entre discussão acadêmica e a realidade percebida do ensino de História nas escolas, vem crescendo a noção de que pouco podemos dizer, de modo fundamento e generalizado, sobre o efetivo estado do ensino e da aprendizagem da História nos nossos países, uma vez que os sinais da realidade são fragmentados e contraditórios.

É nesse quadro que se insere a pesquisa em tela. Sua justificativa tem base na idéia de que temos poucas possibilidades de fazer afirmações gerais sobre o estado atual do ensino de história, da aprendizagem histórica, da cultura política e da consciência histórica dos professores e alunos de História, de que sabemos pouco e assistematicamente sobre o que sabem e o que pensam alunos e professores sobre a História. A justificativa se completa diante da percepção da necessidade de saltos qualitativos na pesquisa nesse campo, e da hipótese de que grandes *surveys* podem fornecer a toda a comunidade de pesquisadores uma sólida base comum sobre o "estado da arte", a partir da qual seja possível orientar, pela livre interpretação dos sujeitos, caminhos de ensino e pesquisa que possam contar com uma abordagem cumulativa, superando o "eterno retorno" a muitos temas e problemas sobre os quais temos opiniões, mas cuja situação atual desconhecemos de forma sistemática (embora conheçamos de forma assistemática).

Dois conceitos são importantes para orientar teoricamente um processo de pesquisa sobre esse objeto tão amplo (o estado atual do ensino e da aprendizagem histórica que, obviamente, não se resumem aos espaços educacionais institucionais). Trata-se do conceito de consciência história e do conceito de cultura política. Quem resume o primeiro conceito é RÜSEN, para quem a consciência histórica é "a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo." (RÜSEN, 2001, p. 57). Uma descrição mais sintética é "o grau de consciência da relação entre o passado, o presente e o futuro" (ANGVIK e BORRIES, 1997, p. 403); o debate sobre o conceito vem sendo feito por diversos autores, sendo que Cerri (2001) apresenta uma síntese provisória. Para Rüsen (2001), a consciência histórica inclui as operações mentais (emocionais e cognitivas, conscientes e inconscientes), através das quais o tempo experienciado em forma de memória é usado como meio de orientação na vida diária.

O conceito de cultura política é tomado a partir da síntese de Fábio Lopez de la Roche, que comenta a multiplicidade de temas e abordagens que o conceito cobre e alerta para os problemas do uso do conceito. Trata-se, enfim, de um instrumento teórico de fronteiras amplas, o que traz desvantagens e vantagens. Entre as vantagens está a de estimular a comparação intercultural, ao definir seu objeto de modo estrutural e sistemático (na vertente da "cultura cívica" como "el patrón de actitudes individuales y de orientación com respecto a la política para los miembros de un sistema político. Es el aspecto subjetivo que subyace en la acción política y le otorga significados." (ALMOND e POWELL, citados por ROCHE, 2001, p. 38).

O projeto Youth and History – um survey intercultural sem precedentes na década de 90

A prática de pesquisas interculturais referentes ao ensino e aprendizagem dos saberes históricos não é recente. Seu primeiro ímpeto remonta a análises comparativas de livros didáticos de História. Ao final dos anos 80, segundo aponta Borries (1993), surgiram as primeiras pesquisas voltadas para a opinião e as representações dos alunos sobre a História . Esse autor tem desempenhado um papel expressivo nas pesquisas interculturais no âmbito da Didática da História, e seu trabalho, juntamente com o de Rüsen, foi fundamental para o surgimento do projeto "Youth and History".

O projeto "Youth and History", desenvolvido nos países europeus a partir de 1994, com base na rede European Standing Conference of History Teachers Associations procurou dar respostas às questões sobre a qualidade, as características e os resultados do ensino de História, bem como sobre a configuração geral da consciência histórica dos jovens europeus. Isso foi feito a partir de um levantamento comparativo de amplo alcance, através de um questionário respondido por jovens de 15 anos de 25 países europeus mais Israel e Palestina e seus professores de História, versando sobre conteúdos, métodos e concepções de História e cidadania, com sustentação no conceito de consciência histórica. O levantamento europeu conseguiu 31.000 respondentes. A pesquisa constituiu-se da elaboração, aplicação e tabulação de um questionário para alunos e outro para professores, definido após várias reuniões entre as dezenas de pesquisadores de toda a Europa, liderados por Magne Angvik e Bodo von Borries [1].

O questionário sistematizou vários temas que se desdobraram em perguntas organizadas como afirmações, às quais os alunos responderam assinalando um dos itens de uma escala de valoração que ia de "concordo totalmente" a "discordo totalmente", passando por "concordo", "indeciso" e "discordo". Os alunos responderam, além de informações para contextualizar cada indivíduo, sobre a sua concepção e a importância da história, credibilidade em fontes de conhecimento histórico, descrição e aproveitamento das aulas de história assistidas, concepções de futuro, conhecimentos cronológicos, interesse por períodos da história, assuntos ou temas históricos, conhecimento e avaliação de fatores de mudanças históricas atuais e futuras, avaliação e imagens atribuídas aos períodos e personagens da história, atribuição de causas às mudanças no Leste Europeu, expectativas de futuro pessoal e de futuro da Europa (um dos motivos principais da pesquisa é a produção de conhecimento útil para sobre o processo de unificação da Europa), motivos da divisão das sociedades em classes, perguntas de reações pessoais se vivendo situações do passado (como casamentos forçados, por exemplo), fatores de composição da nacionalidade e da soberania sobre um território, preservação de patrimônio histórico, conceitos de nação, posicionamentos políticos controversos quanto a questões prementes nos países ou na Europa em geral.

Os professores responderam a questões de contextualização do indivíduo nos países, de formação acadêmica, experiência docente em anos, particularidades curriculares no ensino da história, avaliação da capacidade intelectual dos alunos, significado de religião e de política para a vida cotidiana do professor, seu posicionamento político, períodos da história

[1] Há uma descrição sumária do projeto e seus resultados em http://www.erzwiss.uni-hamburg.de/Projekte/Youth_and_History/homepage.html.

enfatizados, conceitos mais importantes ensinados, métodos de ensino – aprendizagem, objetivos do ensino da história, interesse dos alunos, principais problemas do ensino de história no país segundo a visão do professor, fatores de mudança histórica que considera mais relevantes e projeção de futuro quanto a fatores de mudança histórica.

Os resultados da pesquisa são em parte previsíveis ou impeditivos de maiores generalizações, mas também significativos para a reflexão sobre educação, ensino de história e consciência histórica. O primeiro dado é que a influência do professor de história sobre as opiniões históricas do aluno é, no mínimo, limitada, como também é limitada a influência dos currículos oficiais de história sobre o trabalho do professor e seu resultado. A pesquisa permite concluir que os elementos narrativos constantes dos currículos oficiais ou da formação que os professores recebem não passam a salvo para a opinião dos alunos. Assim, é comum encontrar opiniões divergentes sobre a história entre o âmbito oficial, incluindo aí a escola, e os alunos que se relacionam com essas esferas, o que nos conduz para a conclusão de que a formação histórica dos alunos depende apenas em parte da escola, e que precisamos considerar com interesse cada vez maior o papel dos meios de comunicação de massa, da família e do meio imediato em que o aluno vive se quisermos alcançar a relação entre a história ensinada e a consciência histórica dos alunos. Um outro aspecto considerável refere-se à "modernização" dos processos de ensino e aprendizagem em história, que são muito mais restritos do que o investimento em formação de professores a partir de novas concepções, conteúdos e técnicas podem supor, o mesmo valendo para o esforço de especialistas em educação instalados na burocracia estatal e seus projetos de mudança de rumo do ensino em geral, e em particular do ensino da história. Uma hipótese considerável em relação a esse tópico é a de que a função social do ensino da história transcende os projetos contemporâneos e liga-se a uma necessidade de perpetuação do grupo (Estado – nacional) sobre a qual a capacidade de influência do debate contemporâneo é restrita.

A pesquisa européia, que sucedeu outras investigações de menor fôlego, deu espaço a uma grande quantidade de encontros, debates, publicações e estudos (por exemplo, na coletânea organizada por Leeuw-Roord, 1998). Um deles, "Is history teaching up to date?" de Signe Barschdorff, por exemplo, coloca em questão o tema da inovação e as características temáticas, políticas e metodológicas do ensino nos países participantes da pesquisa.

No Brasil, Schmidt e Garcia aplicam o conceito de consciência histórica em experiências de sala de aula com base em materiais de acervo familiar em escolas de Curitiba e região metropolitana. Outro estudo é a dissertação de mestrado de Maria Rosa Chaves Künzle, defendido no PPGE da UFPR em 2003, intitulado "O ensino de história e o conceito

de nação: um instrumento de pesquisa". Tal estudo selecionou algumas das questões do instrumento europeu para os alunos, referentes à nação, história e identidade nacional, adaptando-as para o contexto da história e cultura política do Brasil, aplicando-as em escolas públicas e particulares de Ensino Médio da cidade de Curitiba. Além disso, desenvolveu método para quantificar e cruzar respostas utilizando planilhas de dados.

Jovens brasileiros e argentinos diante da História – um piloto para um survey intercultural latino-americano

Estudos que abordam o tema da consciência histórica, como qualquer outro tema das ciências humanas, podem ser formatados a partir de diversas perspectivas, tanto qualitativas como quantitativas. A bibliografia pertinente aponta a complementaridade entre estudos quantitativos e qualitativos, dada a maior capacidade de abrangência dos primeiros com a maior profundidade dos segundos. Desta forma, apresentam-se possibilidades como o *survey Youth and History* (já mencionado), as pesquisas comparativas interculturais baseadas em questionários fechados e / ou abertos (Borries, já citado), a utilização de redações e outras produções dos alunos (Pais, 1999), discussões em grupo dirigidas (Kölbl e Straub, 2001). Segundo Rüsen (2001), as abordagens metodológicas da consciência histórica devem levar em conta que este objeto expressa-se em representações narrativamente estruturadas do passado, cuja obtenção e análise dos respondentes, qualquer que seja o método, é a base para o estudo sistemático deste tema.

O estudo foi iniciado pela discussão e análise dos questionários do projeto Youth and History, concomitantemente ao estudo de instrumentos de pesquisas relacionadas, de modo a constituir propostas de instrumentos que, de acordo com os pesquisadores envolvidos, tenham validade intercultural. Isso significou, além de tradução para o vernáculo, a busca de linguagem não - ambígua, utilização de exemplos e estímulos com efeito similar em cada um dos países ou regiões, reflexões sobre as características dos depoentes e respectivos cuidados a tomar na elaboração do material, e assim por diante.

No que se refere às diferenças construídas entre os questionários, podemos apontar o que segue. Foram feitas adaptações quanto a itens que, embora importantes no questionário europeu, tinham pouco significado no contexto sul-americano. Foram retiradas, por exemplo, questões referentes a conflitos étnicos e imigração recente, mudanças nos países socialistas, reparação de nações africanas ou referências ao processo colonizador na condição de metrópole, questões que envolviam uma profundidade temporal ausente na América (como

casa rústica de 300 anos ou igrejas medievais). Por outro lado, uma série de questões pertinentes para o nosso contexto, não contempladas no questionário europeu, foram incluídas: os heróis nacionais (canônicos e subversivos), as ditaduras militares, o papel das mulheres.

O exercício da reforma do questionário apontou também os limites das pesquisas interculturais, sobretudo nas questões que, embora candentes para um país (como o caso das reparações aos negros pela escravidão e o racismo, no Brasil), não são relevantes para a Argentina e outros países do cone sul. Por outro lado, o tema das ditaduras militares da segunda metade do século XX é presente em praticamente todos os países latino-americanos, o que viabiliza questões sobre o tema, ao contrário do que ocorreu na Europa, devido a uma maior heterogeneidade política entre os países envolvidos.

Referências

ABUD, Kátia Maria. História que não muda. *Nossa História.* Rio de Janeiro, p. 19-20, 01 jul. 2004.

AMÉZOLA, Gonzalo de. Tirando el niño com el agua sucia. *Clio & Asociados*. Santa Fe, n. 6, p. 133- 154, 2002.

ANGVIK, Magne e BORRIES, Bodo von (eds.) *Youth and History*. A comparative european survey on historical consciousness and political attitudes among adolescents. Hambourg: Edition Körber-Stiftung, 1997. Vol. A.

BARSCHDORFF, Signe. Is history teaching up to date? In: LEEUW-ROORD, Joke van der. *The state of History Education in europe*. Challenges and implications of the "Youth and History" Survey. Hamburg: Ed Körber-Stiftung, 1998, p. 77 -102.

BORRIES, Bodo von. Bodo von Borries, "*Exploring the construction of historical meaning: Cross-Cultural Studies of Historical Consciousness Among Adolescents*". Disponível em http://waxmann.com/fs/borries.pdf Acessado em 24/04/2006.

Brasília: Editora da UnB, 2001.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História no Brasil: Um panorama. *Trabajos y comunicaciones (2ª época)*. n. 28-29, p. 125- 141, 2002- 2003.

CERRI. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93 – 112, 2001.

KÖLBL, Carlos & STRAUB, Jürgen. Historical Consciousness in Youth Theoretical and Exemplary Empirical Analyses. *Forum of Qualitative Social Research*. v. 2, n. 3, sept. 2001, Disponível em http://www.qualitative-research.net/fqs. Acessado em 24/04/2006.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves. *O ensino de História e o conceito de nação*: um instrumento de pesquisa. Curitiba: Dissertação de Mestrado PPGE-UFPR, 2003.

PAIS, José Murilo. *Consciência histórica e identidade*. Oeiras: Celta, 1999.

ROCHE, Fábio López de la. Aproximaciones al concepto de cultura política. In: HERRERA, M.C. e DÍAZ, C.J. (comps.) *Educación y Cultura política*: una mirada multidisciplinaria. Bogotá: Plaza & Janés Editores, 2001, p. 29-58.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 2, p. 7 – 16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. The History Didactis in West Germany: towards a new self-awareness of historical studies. *History and Theory,* v. XXVI, n. 3, p. 275 – 283, 1987.

_____. What is Historical Consciousness? - *A Theoretical Approach to Empirical Evidence.* Paper presented at *Canadian Historical Consciousness in an International Context*: Theoretical Frameworks, University of British Columbia, Vancouver, BC, 2001. Disponível em http://www.cshc.ubc.ca/pwias/viewabstract.php?8, acessado em 20/04/2006.

_____. *Razão Histórica* – Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e GARCIA, Tânia Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. *Cadernos do CEDES*. Campinas, SP, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

ZAVALA, Ana. Enseñamos, narramos, teorizamos ... In: ZAVALA e SCOTTI. *Historias de la enseñanza de la historia. Relatos que son ... teorias*. Montevideo: CLAEH, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Legitimações de terras, imigração e a política da Coroa na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

Cristiano Luís Christillino*

Resumo: Neste trabalho discutimos a política fundiária da Coroa na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em meio às especificidades políticas locais e ao processo imigratório. O Governo Imperial utilizou os processos de legitimações de terras para cooptar os chefes políticos gaúchos, especialmente os comandantes na Guarda Nacional. Era o presidente de província quem julgava, os processos de legitimações. Sua ação não fugiu aos propósitos da Coroa nesta conturbada Província. Ao mesmo tempo em que era preciso alavancar o processo imigratório, como uma forma de limitar o poder dos estancieiros da Campanha. Para isto utilisamos a metodologia de pesquisa da Micro-História, na medida em que a redução da escala de análise nos permite ampliar a análise da dinâmica de nosso objeto, através do estudo de caso do litígio entre Primórdio e Maria José, no Município de Taquari.
Palavras chaves: Lei de Terras, processo imigratório, política imperial.

Abstract: In this work we argue the agrarian politics of the Crown in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, in way to the local specify politics and it immigratory process. The Imperial Government used the processes of land legitimations to co-opt the heads politicians gauchos, especially the commanders in Guarda Nacional. Who was the province president judged, the processes of legitimations. Its action did not run away to the intentions of the Crown in this agitated Province. At the same time where she was necessary to stimulate the immigratory process, as a form to limit the power of the farmers of the Campaign. For this we use the methodology of research of Micron-History, in the measure where the reduction of the scale of analysis in allows them to extend the analysis of the dynamics of our object, through the study of case of the litigation between Primórdio and Maria Jose, in the City of Taquari.
Key words: Law of Land, immigratory process, politics empire.

O grande número de colônias oficiais de imigração fundadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, intensificou a apropriação da terra ao longo da segunda metade do século XIX. Um verdadeiro *rush fundiário* foi desencadeado, gerando a especulação e a grilagem em torno das terras públicas. Este processo traz a tona uma série de conflitos em torno da posse da terra. É neste contexto que entra em vigor a Lei de Terras de 1850. Polêmica e contraditória na época de sua promulgação, a Lei de Terras foi analisada, primeiramente, na historiografia, a partir do "impacto" na transição ao capitalismo e também em relação à frustração de seus objetivos. Mais recentemente o debate em torno da Lei foi inovado, ao resgatar o uso que os pequenos posseiros fizeram da Lei na sua resistência à

* Mestre pela UNISINOS e Doutorando em Historia pela UFF.

expropriação da terra (especialmente a partir do trabalho de MOTTA, 1998). Nosso objetivo, neste trabalho, é analisar a aplicação da Lei de Terras a partir da sua interface com a dinâmica política da segunda metade do XIX.

A Província de São Pedro recebeu, desde o final da Farroupilha, uma atenção especial da Coroa. Isto em função do potencial bélico dos milicianos gaúchos, imprescindível a afirmação política do Império no Prata, e da sua posição geopolítica. Desde a gestão de Caxias na Presidência da Província (1845-1846), a regularização do acesso a terra, vinha ganhando espaço na política de cooptação das elites locais. A "ratificação" das posses da Família Silva Prado, em Cruz Alta, é um exemplo, deste mecanismo. Neste artigo fazemos um estudo de caso do litígio entre Primórdio Centeno de Azambuja e Maria José Ribeiro Teixeira, no Município de Taquari ao longo das décadas de 1860 e 1870. Nosso objetivo é mostrar o uso político da Lei num caso de grilagem, quando a conveniência política é privilegiada à aplicação dos dispositivos Lei.

Taquari era um município de ocupação antiga e, na década de 1860, situado entre colônias oficiais e particulares de imigração. As terras do vale do rio Taquari eram consideradas as mais férteis da Província As inundações permitiam o cultivo em campos permanentes, quando a exaustão do solo era o traço marcante da lavoura brasileira. A produção agrícola das grandes fazendas estavam em franca decadência, conforme podemos observar nas correspondências da câmara municipal e nas memórias de época. Esta situação contrastava com a expansão das colônias de imigração em direção a Taquari. Este processo possibilitou grandes negócios imobiliários aos proprietários locais, e intensificou a grilagem sobre as áreas florestais, que vinham sofrendo uma intensa valorização. Neste sentido agiram algumas empresas colonizadoras, como a Schilling e Cia, e muitas famílias locais, como foi o caso das famílias Azambuja e Ribeiro.

O estudo da trajetória das famílias Ribeiro e Azambuja nos permite uma melhor análise do litígio entre Maria José e Primórdio. A família está na base da construção das redes de relações pessoais de nossos personagens. Ela teve uma importância fundamental na consolidação do poder dos chefes locais, através da constituição de um *capital político familiar* (CANEDO, 1994). Nossas duas famílias analisadas têm suas raízes nos antepassados estancieiros-milicianos e, ao longo do Segundo Reinado, tiveram seus membros integrados aos regimentos da Guarda Nacional. Os cargos desta milícia tinham um peso político e simbólico muito forte na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (FERTIG, 2003). Os Ribeiro eram formados pelo núcleo constituído pelo Ten. Cel. Vitorino José Ribeiro e Ana Emilia Sampaio, os pais de Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira. Já a Família Azambuja,

corresponde ao núcleo familiar do Ten. Cel. João Xavier Azambuja e Laura Centeno de Azambuja, progenitores de Primórdio Centeno de Azambuja. Estas famílias eram proprietárias de grandes extensões de terras na região do Alto Taquari e passaram a se dedicar, ainda na metade final da década de 1850, à comercialização de terras.

Em 1861 Maria José de Sampaio Ribeiro Teixeira, encaminhou um pedido de legitimação de uma área de 4.593 hectares na Repartição Especial de Terras Públicas[1]. Esta "posse" sofreu uma significativa valorização em função da sua proximidade com as colônias Teutônia, Estrela e Conventos. A Fazenda Beija-Flor constituía um grande patrimônio fundiário (a área poderia ser dividida em 90 lotes coloniais, que poderiam ser comercializados a pelo menos 500$000 reis cada um!). A venda de terras aos imigrantes era a principal atividade econômica da família de Maria José. Os Ribeiro constituíram um grande patrimônio através destes negócios.

Maria José comercializou, primeiramente, uma parte desta área em 1860[2], obtendo mais de 11 contos de réis. Logo em seguida ela encaminhou um pedido de legitimação para garantir o seu domínio sobre o restante da área, a qual estava sendo contestada pelo seu "vizinho", o Capitão Primórdio Centeno de Azambuja. Maria José alegava ser "senhora e possuidora" da fazenda denominada Santo Antonio e da fazenda Beija-Flor. Estas fazendas teriam sido doadas como datas de terras, mas as suas cadeias sucessórias não são descritas no processo.

Maria José apresentou uma cópia do documento no qual o seu marido teria arrendado "um sítio" a um lavrador[3]. A extensão comprovada da ocupação da posse, denominada Beija-Flor, é extremamente contraditória com uma área superior a 3.000 hectares que Maria José pretendia legitimar. Contraditória quanto a forma de acesso a terra, desproporcional entre a extensão "comprovada" e a superfície requerida, a legitimação de Maria José expressou na medição, as fraudes constantes no seu processo. O relato da mensuração da área, normalmente continha mais de 30 páginas, detalhando a afixação e localização dos marcos e as técnicas utilizadas. No processo de Maria José, cuja área medida era de 4.593 hectares, o Agrimensor Ernesto Müsel apresentou um auto que possuía somente quatro páginas, apenas relatando que havia realizado a "verificação dos rumos já abertos e com os marcos já fincados".

---

[1] Auto de Medição nº 48. Autor: Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira,1861, Taquari. AHRS.

[2] Registros de transmissões do 1º Tabelionato de Taquari do período de 1850 a 1931. Livro nº 04, fls. 39, 41, 52 e 65. APERS.

[3] Um sítio na região, neste momento, correspondia a uma área inferior a uma colônia de 50 hectares, conforme podemos observar nos registros de transmissões de tabelionato.

Primórdio Centeno de Azambuja entrou com um pedido de embargo contra a medição de Maria José. Primórdio argumentava que a medição, ao realizar o "acréscimo à área original", incorporou parte da data doada ao seu avô, e que estaria sob seu domínio. Primórdio também questionava o fato de Maria José não possuir título da Fazenda Beija-Flor, e de não ocupá-la devidamente, o que impedia a sua legitimação como uma posse.

O pedido de embargo de Primórdio Centeno de Azambuja não surtiu efeitos no processo de legitimação que tramitava na Repartição Especial de Terras Publicas. O delegado da Repartição o julgou improcedente, numa sentença de apenas cinco linhas! A argumentação de Primórdio não foi avaliada e nem comentada pelo Delegado Antonio Vicente Pereira Leitão, o qual julgou "firme e valiosa" a medição de Maria José. A Família Ribeiro gozava de grande prestígio neste momento junto a Presidência da Província em função dos resultados da Colônia Estrela, de imigração alemã, que havia se tornado a "mais florescente colônia particular da Província de São Pedro". O Presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão, também aprovou o processo de legitimação, alegando que a posse havia sido transmitida desde o primeiro posseiro. Em tese, Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira, a partir de então, obteria pleno direito sobre a área que legitimara, conseguindo o seu *título de propriedade*, lavrado em 1862.

Embora aprovada pela presidência da província, o processo de legitimação de Maria José foi anulado pela Diretoria Geral de Terras Publicas e Colonização. Este foi o único caso de anulação no biênio 1862-63. Não conseguimos resgatar as circunstâncias políticas que levaram a anulação do mesmo processo. Isto na medida em que as repartições especiais de terras públicas, e a diretoria a que estavam submetidas, foram criadas com uma finalidade judiciária, mas dentro da própria estrutura burocrática do Executivo. Era o presidente de província quem dava o parecer final sobre os processos, e o recurso a sua decisão caberia ao ministro da Agricultura. Desta forma a avaliação dos processos de legitimações era, antes de qualquer outra, uma decisão política (CHRISTILLINO, 2006).

O que podemos perceber é que a avaliação da Diretoria Geral de Terras Públicas, na prática, não pôs fim ao domínio de Maria José sobre a Fazenda Beija-Flor. Ainda em 1868 Maria José vendeu uma parte desta área a João Altenhofen[4]. Embora o parecer do diretor mostre que a medição Maria José invadiu as terras públicas, demarcadas pelo Governo Provincial, nos fundos da Fazenda Beija-Flor, ela não fez regredir os limites de Maria José. Esta área vendida a Colonizadora Schilling & Cia (LANG, 1992), não foi comercializada até,

[4] Registros de transmissões do 1º Tabelionato de Taquari do período de 1850 a 1931. Livro nº 05, fls. 55. APERS.

pelo menos, o final do Império. O processo de legitimação de Maria José nos mostra o peso do capital político familiar dos Ribeiro neste momento. Mesmo que ela não tenha conseguido o título de propriedade da Fazenda Beija-Flor, na prática os seus *direitos de propriedade* foram assegurados.

Em 1874, uma década após o término do processo de legitimação de Maria José, Primórdio, já ocupando o posto de Ten. Cel. da Guarda Nacional, ingressou com um processo de legitimação da área na qual havia entrado em conflito com Maria José. Neste contexto a família Ribeiro não possuía mais o prestígio e influência de outrora. Já os Azambuja haviam conquistado um espaço importante junto aos órgãos públicos provinciais, criando condições para Primórdio afirmar a sua "propriedade" frente ao domínio, até então consolidado, de sua vizinha.

Ele fez o pedido de legitimação de 1.327 hectares[5]. Esta área compreenderia cinco oitavos da data de terras que teria sido doada ao seu avô, o Ten. Cel. Antonio Xavier Azambuja. A primeira vista, a extensão da dita concessão já nos oferece indícios da tentativa de grilagem de terras públicas. As datas de terras doadas em Taquari não ultrapassaram 1.089 hectares, e esta concessão não consta na relação de terras outorgadas na então Capitania de São Pedro. Desta forma podemos perceber que a data de terras dos Azambuja no local denominado "Poço Grande do rio Taquari" provavelmente nunca existiu. E o pedido de legitimação de Primórdio Centeno de Azambuja, por conseguinte, não passava de uma grilagem.

Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira, "senhora e possuidora" da Fazenda Beija-Flor, apresentou um pedido de embargo ao processo de legitimação de Primórdio. Maria José alegava que o autor não comprovava o direito à área em questão por títulos, e também acusou Primórdio de invadir a sua "propriedade medida e demarcada". Mesmo que Maria José tivesse sua medição anulada pela Diretoria Geral de Terras Públicas, ela se auto-intitulou "proprietária" da área em litígio. Primórdio, por sua vez, não usou a anulação como argumento em momento algum. Ele apenas atribuiu à "propriedade" de Maria José as mesmas inconsistências legais que ela atribuía a sua "data". Isto mostra que o domínio sobre uma determinada área não era assegurado apenas pelas vias legais. Havia outros mecanismos de afirmação, que revelam uma dinâmica complexa da apropriação fundiária.

O depoimento das testemunhas mostra os mecanismos fraudulentos sobre os quais estava assentado o processo. A posição social dos depoentes era vital no processo. As testemunhas de Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira refletem as perdas sofridas pelo capital

[5] Auto de Medição nº 696. Autor: Primórdio Centeno de Azambuja, 1875, Taquari. AHRS.

político familiar da Família Sampaio Ribeiro. As três testemunhas apresentadas pela embargante eram lavradores humildes. Enquanto que os grandes fazendeiros e os chefes da Guarda Nacional estavam ao lado de Primórdio. Uma vez "*precizando da opinião de todos os meos vizinhos os mais notáveis do lugar"*, ele enviou uma carta para os mesmos responderem. Primórdio substituiu o depoimento oral das suas testemunhas em sessão junto ao juiz comissário, por um questionário escrito enviado às mesmas. Um ato totalmente ilícito. Este recurso não foi utilizado em nenhum outro processo de legitimação de terras. E a "carta", constitui uma grande fraude. Ela foi redigida e assinada pela mesma pessoa, exceto a primeira das seis testemunhas. O documento não foi apresentado como um traslado. Uma fraude grosseira foi considerada válida perante a Delegacia de Terras Públicas e Colonização, e se tornou a peça fundamental para a desconstituição de um domínio de propriedade. Mas o processo foi reprovado pelo Delegado Fontoura Palmeira em novembro de 1875. Sua alegação era a falta de comprovação de doação da área ao avô de Primórdio. Mas a decisão final do processo caberia ao Presidente da Província São Pedro do Rio Grande do Sul, João Pedro Carvalho de Moraes.

Este último, ocupou a presidência por mais de três anos, num período em que a Província teve, em média, mais de um presidente ao ano. Isto ocorria quando a política da Coroa em realizar um rodízio de presidentes de província, geralmente com políticos de outras regiões, visava impedir a criação de vínculos entre estes e o poder local (CARDOSO, 1977). Ao mesmo tempo, era atribuído ao presidente de província a tarefa de selar acordos entre as facções políticas rivais locais, diminuindo as fissuras internas destes grupos (GRAHAM, 1997). No caso do Presidente João Pedro Carvalho de Moraes, Conservador, administrando com a Assembléia Provincial de maioria Liberal, sua função a Coroa estaria justamente na cooptação das chefias políticas locais, principalmente aqueles que comandavam batalhões Guarda Nacional. Especialmente, na década de 1870, quando a eleição de 1876 prometia fazer com que os liberais pegassem em armas[6]. Terras públicas, a Coroa tinha muita por demarcar. O que lhe faltava na Província de São Pedro, o *Calcanhar de Aquiles do Império*, era o apoio político e militar. Algo que os Azambuja sabiam, desde outrora, negociar em troca de beneplácitos.

Maria José estava ciente do alargamento das redes de relações pessoais dos Azambuja, assim como o contexto político pelo qual passava a Província, quando o apoio das chefias locais, mesmo que marginais ao foco de poder concentrado na Campanha, seriam

[6] Isto pode ser visto nas correspondências particulares da Família do General Osório. Coleção General Osório-Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB).

importantes à manutenção da ordem política. O domínio de Maria José sobre a Fazenda Beija-flor estava sendo contestado, e justamente no momento no qual sua Família já não contava mais com o capital político familiar de outrora. A possibilidade de um acordo com Primórdio seria mais viável a Maria José do que o prosseguimento do embargo. Com relação a Primórdio Centeno de Azambuja, um fato novo viria lhe mostrar a necessidade de um acordo: a reprovação do seu processo de legitimação pela Delegacia de Terras Públicas e Colonização. Embora a decisão final fosse tomada pelo presidente da província, a reprovação pelo diretor da Delegacia de Terras Públicas e Colonização, e o litígio com uma confrontante poderiam comprometer o êxito da sua legitimação.

Um acordo amigável foi a saída encontrada por Primórdio e Maria José para assegurar o domínio de ambas as partes sobre as terras do "Poço Grande do Rio Taquari". Assim, em 21 de março de 1876 Maria José declarou desistência do seu embargo apresentado junto a Delegacia de Terras Públicas e Colonização. Logo em seguida a medição foi reavaliada, desta vez recebendo o parecer favorável da Delegacia, totalmente contraditória com a avaliação realizada quatro meses antes. A sentença também foi confirmada pelo Presidente da Província.

O Delegado José Maria da Fontoura Palmeira alegou, na sua aprovação, terem sido resolvidas algumas "faltas" anteriormente verificadas. Mas, a ausência de título de concessão, a extrapolação da extensão de uma data de terras e a invasão das terras públicas, não foram resolvidas. A superfície legitimada foi a mesma. Este não foi um simples ato equívoco do Diretor da Delegacia de Terras Públicas e Colonização e do Presidente da Província. Havia uma política clientelista de cooptação das chefias locais, que utilizava a Lei de Terras com este propósito. Trata-se de um processo iniciado desde o final da Revolta Farroupilha.

Primórdio finalmente conseguiu obter o seu *título de propriedade*, sobre as terras do "Poço Grande do rio Taquari". Mas o domínio sobre a terra era dinâmico, e um título não mudaria esta conjuntura, sobre a qual a Lei de Terras não trouxe um mecanismo eficaz de afirmação de propriedade. Em 1881, Primórdio permutou uma parte área legitimada com seu genro, o influente burocrata e deputado Rodrigo d' Azambuja Villanova, pelas terras concedidas ao mesmo em 1877 pelo Governo Imperial, nos fundos da Colônia Nova Berlin. Este foi um negócio "ruim" para Primórdio naquele momento, embora ele tivesse trocado 290 hectares de terras no Poço Grande, 4350 hectares no lugar conhecido como "Paredão da Serra Geral". As terras do Poço Grande eram consideradas uma das mais férteis do Vale, de fácil acesso, e sofrendo uma valorização intensa, o que permitia a venda de lotes coloniais menores

e a preços altos. Ao passo que as terras do "Paredão", não eram tão férteis, e distribuídas entre montanhas íngremes, impróprias para a agricultura. Mas (LEVI, 2000) mostra que os preços não dizem tudo a respeito da mercantilização da terra, na medida em que existe uma série de fatores de ordem familiar, de solidariedade e de reciprocidade que permeiam estes negócios. Desta forma, a troca de Primórdio com seu genro e sua filha, envolve valores não econômicos. Esta negociação, provavelmente tinha como objetivo a preservação do domínio da família sobre a área de terras no Poço Grande. A *propriedade* de Primórdio, em breve seria contestada. O "protesto" do autor, contra a medição do Governo Provincial, não foi julgada pela Delegacia de Terras Publicas e Colonização. Esta área demarcada, e que incorporava as terras legitimadas por Primórdio, foi vendida a colonizadora Schilling e Cia, que era a fundadora da Colônia Teutônia, uma das mais prósperas do período (década de 1870). A Schilling e Cia., com certeza reivindicaria a parte da sua área incorporada na medição de Primórdio, a exemplo de outros enfrentamentos que a mesma vinha realizando com outros fazendeiros e colonizadores locais[7]. Diante desta possível ameaça, estas terras estariam mais seguras nas mãos do influente burocrata Dr. Villanova, que em breve ocuparia o cargo de Presidente da Província.

Primórdio desestruturou o domínio de Maria José, mas o título que ele obteve junto a Delegacia de Terras Publicas e Colonização, não foi o suficiente para assegurar a sua plena *propriedade*, na medida em que foi necessário realizar uma troca com o seu genro para garantir este patrimônio nas mãos da família. Neste processo percebemos que a afirmação de propriedade ainda continuava a ocorrer no âmbito do clientelismo. Isso ainda no final do Império. O litígio estudado também não é um caso isolado. Vários outros colonizadores locais obtiveram a aprovação de processos de legitimações nestas condições, como foi o caso de Vitorino José Ribeiro, Ignácio Teodoro de Godoy, Marcelino de Oliveira Danhanhaia, Bento Rodrigues da Rosa, Joaquim Alves Xavier, Antonio Israel Ribeiro, Luiz Alves de Oliveira Bello, entre outros. Este outros exemplos permitem a afirmação de nosso caso como um *excepcional-normal*, conforme defende Edoardo Grendi.

Considerações finais

[7] Falo dos processos de medições de Vitorino José Ribeiro, Augusto Brochier e Antonio Israel Ribeiro.

Este litígio nos faz refletir sobre a propriedade privada no século XIX. Em muitos trabalhos, ainda percebemos a referência a Lei de Terras como o elemento legal assegurador da propriedade sobre a terra, mas esta, como vimos, não foi assegurada totalmente pela Lei. Se no período anterior a Lei de Terras o solo era usufruto do rei, após a promulgação e a aplicação desta, houve uma lenta transição à propriedade privada, na qual, continuaram a prevalecer as velhas práticas do século XIX: a inserção em boas redes de relações de poder e clientelísticas. Ela estava inserida em toda uma estrutura que não seria desconstituída apenas por uma lei. Num contexto em que o título de "propriedade" pode ser desconstituído a qualquer momento por artifícios clientelísticos, ainda não há condições à plena existência da propriedade privada.

O estudo de caso analisado mostra que o domínio sobre a terra era dinâmico, e por tempo limitado, sendo influenciado diretamente pela posição política da família no contexto provincial, isto se contrapõe com a questão da transição ao capitalismo e aos objetivos de modernização da estrutura agrária previstos pela Lei de Terras. A trajetória de nossos personagens mostra que o impacto da lei de Terras no processo de "abolutização da propriedade privada" foi pouco significativo, para não dizer nulo. A anulação do título de propriedade de Maria José, não desconstruiu o seu domínio sobre uma área pública. Por outro lado o título de propriedade de Primórdio não lhe ofereceu garantias à afirmação de domínio sobre as disputadas terras da Fazenda Beija-Flor. Este caso mostra que a *absolutização da propriedade* não ocorreu no Segundo Reinado, quando os fatores extra-legais continuavam determinando a posse sobre a terra.

Bibliografia:

CANÊDO, Letícia Bicalho. *Caminhos da memória: parentesco e poder.* In: Revista de Pós-Graduação em História da UNB, vol.2, n.3, 1994, p.85-122.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *A Lei de Terras de 1850: uma face oculta da centralização monárquica*. In: Sociais e Humanas, Santa Maria/UFSM, v. 19, n° 01, jan./jun. 2006, pp. 31-42.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.* Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yeda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Hucitec,1986.

MOTTA, Márcia (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo do Estado, 1998.

ZARTH, Paulo Afonso. Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O poder do discurso e a eficácia da palavra na (re)produção do social

Gabriel de Carvalho Godoy Castanho*

Resumo: Vivemos hoje um momento de retorno e ampliação da análise minuciosa dos relatos escritos no trabalho do medievalista. Sinal disso é a "semântica histórica" defendida visceralmente por A. Guerreau em um de seus últimos trabalhos. Faz-se então necessário entender os modos de produção de textos como um ato social que ao cristalizar alguns aspectos da organização coletiva, interfere neles por meio de uma unidade discursiva que se apresenta homogênea, atendendo às necessidades culturais amplas e especificas dos autores. A partir daí se percebe claramente a escrita como um ato de poder. Ela organiza e instaura uma ordem, uma hierarquia, definindo grupos sociais. Em nossa apresentação teremos tais considerações em mente ao abordarmos a criação de um ser: o eremita medieval.

Palavras-Chave: Retórica – Dinâmicas Sócio-Culturais – Eremitismos Medieval

Abstract: Today we live a moment of return and amplification of the detailed analysis of the written sources in the medievalist's works. One of this sign is the "historical semantics" strongly argued by A. Guerreau in his last works. Therefore, it is necessary to understand how the texts are produced as a social act, crystallizing some aspects of collective organization and, at the same time, interfering in these aspects through a discursive unit presented as homogeneous (corresponding to wide and particular cultural author's necessities). From this point, it is clearly noted that writing is an act of power, organizing, establishing an order, a hierarchy and defining social groups. In our presentation we will have in mind such considerations while dealing with the creation of one being: the medieval hermit.

Key Words: Socio-Cultural Dynamics – Medieval Eremitisms – Rhetoric

A cultura letrada cristã medieval notoriamente foi capaz de criar representações tidas como correspondentes a essa ou aquela estrutura social. Contudo, pouco se atentou a seu caráter processual. Isso significa reconhecer que ao mesmo tempo em que estamos lendo certo documento é preciso perceber nele um elemento vivo de uma longa cadeia de sentidos, muitos deles antagônicos entre si, e possuidores de objetivos mais ou menos claros.

É nesse sentido que devemos abordar objetos históricos como o eremitismo medieval. Figuras recorrentes nos relados do período, os eremitas medievais foram objeto de reflexões que acabaram por reforçar certas imagens representacionais em detrimento de

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. O texto aqui apresentado foi constituído a partir de nossa dissertação de mestrado.

outras. Criaram-se tipos eremíticos diferentes, cada um resultado de processos argumentativos consideravelmente complexos. Evidentemente alguns documentos nos permitem perceber melhor esse caráter processual fundamental ao conhecimento histórico. No caso dos eremitas medievais, dispomos de um poema bastante rico. Trata-se dos *versus Pagani Bolotini de falsis heremitis qui vagando discurrunt* escrito por um cônego da cidade de Chartres por volta dos anos 1130.

Trata-se de um poema no qual o autor organiza seu discurso com a finalidade de demonstrar a hipocrisia de falsos religiosos que se pretendem eremitas. Percebemos, na forma poética escolhida por *Bolotinus*, um indício de que o texto teria sido escrito com a finalidade de exposição. Corrobora para essa hipótese, a sua função combativa, evidenciada pela preocupação em convencer o público alvo, de que aqueles a quem ele atacava eram, de fato, falsos religiosos que iludiam os mais simples por meio de artes malignas. Censurava-se a falsidade religiosa de alguns para que esses fossem punidos por seus atos e para que fossem esclarecidas as mentes daqueles que os seguem. Exposição e meios de persuasão: esses elementos eram, desde a Antigüidade Clássica, constitutivos da Retórica

Retórica Como Instrumento

Dentre os diversos manuais de Retórica que circulavam no período, um merece destaque: a *Rethorica ad Herennium*, uma das artes sobre a oratória mais difundidas no Ocidente medieval. Nessa Retórica, trata-se dos três gêneros de causas: o demonstrativo (epidítico), o deliberativo e o judiciário. Logo no início do trato da causa judiciária, somos instruídos sobre como conquistar os ouvintes (ou leitores). Diz o autor para aqueles que pretendem atrair a benevolência da platéia contra seu adversário que é preciso levá-la "ao ódio, à indignação e ao desprezo" do outro por meio da baixeza, perfídia, crueldade, impudência, malícia, depravação, riqueza, intemperança, inércia, ociosidade e luxúria dos adversários (Livro I, V, 8). Ou seja: para constituir a causa judiciária em que incrimina o adversário, o orador deve aplicar lugares-comuns de pessoa (*loci a persona*) próprios do gênero demonstrativo, que é, como dizem os latinos, *ars laudandi ac vituperandi*, arte de louvar e de vituperar. Este parece ter sido mote essencial para a redação do poema, que, ao atacar a falsidade de certos eremitas, buscou provocar no leitor afetos de repulsa, constituindo a inferioridade dos tipos vituperados por meio da sua caracterização como tipos viciosos: "Nenhum [deles] honra a nobreza nem a probidade, / Nenhuma glória dos costumes [lhe] confere utilidade" (v. 27-28). Ainda no campo da causa judiciária, se uma parte quer acusar a

outra de buscar obter vantagens, "o acusado evidenciará a cupidez do réu" (Livro II, III, 4.). Parece-nos clara a vontade de *Bolotinus* de demonstrar o anseio por vantagens entre seus acusados. Anseio esse que sempre vem ilustrado por traços de cupidez, como na passagem em que o falso eremita aparece tão glutão quanto avaro: "Assim como o grande acervo de riquezas aflige o avaro, / Comer das delícias aflige esses" (v. 227-228).

O discurso deliberativo, que propõe o que se deve fazer no futuro, parece ser o menos adequado a nosso poema. Apesar disso, merece destaque a importância da modéstia, parte da matéria honesta de que trata a deliberação. Diz a Retórica: "usaremos as partes da modéstia se vituperamos os desejos excessivos de honrarias, dinheiro e similares; e se mantivermos cada coisa no seu limite definido por natureza; se mostrando o quanto é suficiente em cada caso, dissuadirmos de buscar o que é excessivo e estabelecermos a medida de cada coisa" (Livro III, III, 5). Ora, o poema trata justamente da medida das coisas. Da medida do eremita, de quando um religioso deixa de o ser por ultrapassar o limite da ordem (natural, divina), buscando satisfazer desejos incompatíveis com o que deveria ser sua função neste mundo. A modéstia retórica encontra eco na humildade cristã e sua prima, a constância monástica, defendida desde a abertura do poema: "Falto de ordem, ordem nefanda, quando vestido com pele de carneiro, / Quer ser reconhecido como religioso" (v. 1-2).

Finalmente, o gênero demonstrativo. Este é, como dissemos, o gênero do louvor e do vitupério. Visa expor para seu público, os perigos de certas práticas, destacando os atos injustos, imodestos, covardes e imprudentes do acusado. Segundo o preceito aristotélico e latino, a vituperação compõe tipos inferiores, caracterizando-os como tipos deformados aos quais falta a virtude. De modo geral, na variante vituperadora do gênero demonstrativo: se o acusado possui qualidades, o acusador deve defender que o acusado não exerceu de maneira satisfatória aquilo que lhe era possível por natureza exercer; se possui vícios, esses devem ser destacados por meio da ampliação que os exagera e deforma. Afirma-se ainda que, nesse gênero, a utilidade das outras duas causas (judiciária e deliberativa) é grande, por isso a brevidade no trato por parte do autor da Retórica a Herênio nesse ponto de seu manual (Livro III, VI, 10 à VIII, 15).

Temos ainda um último aspecto importante a destacar em nossa aproximação entre a estrutura do poema e as diretrizes do rétor romano. Lemos no livro segundo sobre o gênero judiciário: "se o réu goza de forte reputação de pureza e integridade, dirá o acusador que os fatos, não a fama, devem ser levados em conta, pois o réu antes ocultará seus defeitos" (Livro II, III, 5). Ora, esse é o próprio núcleo do texto de *Bolotinus*: desconstruir a fama dos eremitas por intermédio da acusação de hipocrisia. A passagem a seguir demonstra bem a

implosão pretendida pelo autor: "Condena os avaros, sendo um avaro. Diz coisas doces, / Sendo amargo: lobo pelo coração, cordeiro pelas vestes. / Assim simula a religião, pois se veste com túnica. / Assemelha-se a um religioso pelas vestes pretas" (v. 10-13).

Instrumento Como Construção de Sentidos

Assim, partindo das sugestões dadas àqueles que pretendem atacar quem goza de boa reputação, o cônego se utilizou de regras de eloqüência para efetivar seu discurso e defender seus interesses. Porque é construído segundo preceitos discursivos, não devemos tratar o poema como mero exercício retórico realizado em um *scriptorium* e, por isso, sem relações com o mundo exterior (o que é feito até hoje pela historiografia especializada no poema). É preciso buscar provas, índices e dar sentido à retórica, como reivindicou Ginzburg (2002), a fim de evitarmos a reprodução do discurso arquitetado nos versos de *Bolotinus*. É preciso assumir o caráter polêmico (processual) do poema decorrente de sua inserção espaço-temporal, somando nele (no poema) seu aspecto discursivo formal e sua substância significativa sócio-cultural (ao invés de considerar um ou outro em separado como duas totalidades explicativas independentes). Nesse sentido, perguntamo-nos: se a função da Retórica era dar instrumentos discursivos para aqueles que disputavam causas públicas, qual o interesse de *Bolotinus* em atacar eremitas benquistos por boa parte da sociedade local? Afinal de contas, por que e dentro de quais quadros *Bolotinus* escreveu seu poema?

O poema de *Bolotinus* nos apresenta dois tipos de eremitismos: ambos valorizam a constância e o isolamento, embora preencham esses preceitos com conteúdos diferentes. No primeiro caso, imperam os graus de humildade beneditina bem como o espírito de vocação anunciado na Regra; no segundo, o isolamento passa a se tornar circunstancial (não se trata mais de "ser", mas de "estar" eremita) devido à importância da pregação e correção das almas que levam ao contato com outras pessoas. Para o poeta, esses dois modelos de vida eremítica se misturavam negativamente naquele momento. A forma pela qual se configurava a relação com o poder eclesiástico era duramente criticada. Acreditamos estar diante da disputa de poder entre dois grupos aristocráticos: um conservador, visto aqui segundo a Regra de São Bento e o monasticismo tido como tradicional; o outro acusado de laico pelo primeiro, por levar uma vida religiosa relativamente mais autônoma baseada na vida apostólica e na pregação evangélica.

O estudo do poema de *Bolotinus* nos abre as portas para a compreensão da sociedade e do eremitismo dos séculos XI e XII. Momento de forte ebulição tradicionalmente entendido pela historiografia como sendo o da reforma gregoriana, da busca idealizada pela

igreja primitiva e pela vida apostólica, da reforma canonical, da crise cenobítica que levaram ao fortalecimento da pregação e à percepção de uma religiosidade laica. Trabalhos que analisam essas questões muitas vezes permanecem nos limites dos enunciados. Circunscrevendo tais mudanças ao domínio clerical, pressupõem a conseqüente impossibilidade de acesso às concepções de outras parcelas da população e suas maneiras de interpretar a experiência coetânea. Assim, muitas vezes, fica-se apenas no aspecto discursivo mais superficial e evidente, projetanto a suposta unicidade da forma sobre a multiplicidade de conteúdos significativos engendrados na documentação. Nossa análise do poema busca perceber, delinear e ultrapassar essas fronteiras formais a fim de tentar compreender qual é o campo semântico geral dos significados articulados no texto.

Uma vez delineado, esse campo semântico se mostra ambíguo, pois apropriado de maneiras diferentes por grupos opostos. A partir de um universo cultural comum que é delineado pelo poeta, contrapõem-se duas linhas de sentidos diferentes. De forma resumida, o percurso é mais ou menos o seguinte: o eremita, figura amplamente aceita e positivamente valorizada pela sociedade medieval, é tido como possuidor de uma única forma, seja lá qual for, em diferentes discursos; na mentalidade do período, há uma imagem de eremita que *Bolotinus* define e avalia, a partir de parâmetros, conceitos e categorias como avareza, alimentação, vestimentas, humildade e, principalmente, dos eixos constância/inconstância e isolamento/contato articulados por meio da pregação itinerante; todos esses elementos, por sua vez, são manejados pelo poeta de modo a confeccionar o pano de fundo geral, o campo cultural comum sobre o qual os diferentes modelos de eremita são dramatizados; surgem, assim, o verdadeiro eremita (aquele que não cobiça alimentos ou bens, que age e se veste humilde e decorosamente, que evita as esferas de poder pois vive em constância e isolado) e o falso eremita, que é o seu exato oposto. Terminado esse percurso, observamos como se dá a construção do ser eremítico mediante a exclusão de outras possibilidades. Uma vez patente a criação dessa denegação, somos levados a refletir sobre a possibilidade de entender a prática dos acusados como uma forma legítima de eremitismo. Neste sentido, o fato de não encontrarmos veto algum além do proferido pelo poeta (pelo contrário, os louvores ao acusado são regra para os personagens do poema), permite-nos pensar em outros conteúdos para a forma de vida eremítica.

Dinâmicas Semântico-Sociais

As críticas feitas aos falsos eremitas não recaem, à primeira vista, sobre a falta de autorização normativa vinda da cúria diocesana: "enquanto a cúria o favorece, enquanto assim é considerado caro" o eremita é visto sair da floresta e ir pela cidade (v. 125). Pelo contrário, as relações próximas entre eremitas e a cúria são duramente atacadas pelo cônego (v. 87-90). As artimanhas dos primeiros, buscando obter favores e dons, seduzem os membros da segunda (v. 331-332). Vemos a cúria erroneamente autorizar esses eremitas, que, por sua vez, segundo o poeta, deveriam observar certas práticas normativas para serem autorizados. "Essa congregação vive vagando em volta de ordem nenhuma" e, mesmo assim, "honras eclesiais são dadas pelos vestidos com túnicas" (v. 111 e 253). Porém, "enquanto a santa vida dos primeiros monges vigorava," "Nenhum amava as honras da cidade e os dons dos poderosos. / Cada um passava a noite em vigília com trabalho, com lágrimas e com hinos. / Cada um se encerrava com outros, recluso, no cárcere da floresta. / Cada um nas vésperas bebia muito somente da fonte" (v. 261 e 265-268).

Atentemos então para o palco de ação no qual se desenvolve o poema. É verdade que ainda há muita controvérsia acerca da preponderância do poder episcopal sobre o condal na região; entretanto, não há dúvida de que, nas primeiras décadas do século XII, o bispo concentrava um poderio considerável, enquanto a dinastia de Teobaldo IV, conde de Blois e Chartres, buscava afirmar-se na região. Havia clara disputa entre as duas maiores potências da diocese. A tensão crescia em proporção ao alcançar duas esferas diferentes: por um lado, o bispo chartrense, possuidor de menos prebendas do que seu capítulo, passou gradativamente a enfrentar resistência em seu canonicato no que se referia aos assuntos administrativos da diocese; por outro lado, as disputas entre os poderes aristocráticos laicos e a alta hierarquia eclesiástica da diocese se inseria num conjunto mais amplo de disputas que contrapunham a dinastia capetiana (ligada à catedral) aos anseios dos condes locais. Se, em 1129, o bispo Godofredo de Lèves (1116-1149) sagrou Felipe, filho do Rei Luis VI, o Gordo e casou o delfim Luis VII com Eleonora de Aquitânia em 1137, evidenciando a estreita ligação entre o bispado chartrense o poder régio em franca luta de fortalecimento, esse mesmo poderio se mostrou pouco afeito às ações da família condal de Chartres associada aos reis ingleses. Em meio a toda essa confluência de autoridades, o bispado ganhou destaque quando, em 1132, durante a visita do papa à região (no contexto do cisma de Anacleto), o pontífice romano nomeou Godofredo de Lèves seu núncio.

Esse quadro ajuda a explicar o fato de um ano depois da morte de Ivo de Chartres, em 1115, os bens episcopais terem sido ameaçados pela pilhagem empreendida por Teobaldo IV. Com o trono diocesano vacante, conde e cônegos travaram dura disputa pela eleição do

sucessor de Ivo. O acordo só veio depois da intercessão de dois eremitas itinerantes e pregadores famosos na região: Bernardo de Thiron e Roberto de Arbrissel, cabendo, a esse último, papel preponderante no apaziguamento dos dissidentes canonicais. Impossível saber com precisão qual era o posicionamento de *Bolotinus* nessa contenda. Contudo, ao lembrarmos que seu poema polemiza com eremitas que interferem em decisões episcopais e buscam acompanhar concílios, somos levados a considerar a possibilidade de que o poeta se refira a casos como o mencionado. Assim, chegamos a uma reflexão fundamental para a compreensão do poema: não é difícil pensarmos que seu autor estaria entre os cônegos contrários à eleição de Godofredo de Lèves ao bispado, o que explica a forte crítica contra seu imediato superior na hierarquia eclesiástica, por meio do ataque ácido àqueles que o ajudaram a assumir o trono diocesano, vale dizer, contra eremitas itinerantes e pregadores como Bernardo e Roberto.

O eremitismo nos parece ser um elemento de convergência cultural privilegiado para o estudo da sociedade medieval, o que, consequentemente, nos faz reconhecer o caráter dinâmico e constantemente mutante do substrato cultural comum. A própria construção desse campo compartilhado é uma necessidade que foi realizada, no caso de *Bolotinus*, ao longo da redação do poema. A retórica constrói o senso comum. O cônego parte da assunção de que existe uma figura eremítica positiva e passa a delineá-la contrapondo-a a seu anti-modelo. Como resultado, temos a (re)afirmação de sensos comuns sob a forma de *topoi*, os quais não acreditamos ser apenas elementos técnicos da escrita, mas sim noções construtoras de aspectos organizadores de determinada concepção de mundo. Como obra particular, as palavras manifestam o ponto de vista de seus autores e dos grupos a que pertencem; socialmente são responsáveis por interferências que podem confirmar ou alterar as convicções de muitos. Encontramos no poema um exemplo da dinâmica estabelecida entre modelos culturais e suas atualizações.

A partir do delineamento do campo cultural comum no qual o autor deseja desenvolver sua argumentação, o texto se torna inteligível não apenas para aqueles que compartilham das opiniões ali defendidas, como também para aqueles que são criticados. Isso se torna possível, pois, o autor define um mínimo denominador comum entre as partes. Há que se notar que essa conformação é parcial, uma vez que privilegia os valores de um dos grupos em contenda, transformando o outro em seu negativo. O embate não é travado em campo neutro, nem intermediário. Ele se dá, sim, em uma área que é compartilhada por ambos os exércitos. Mas, no momento exato em que a batalha começa, uma armada tenta invadir os domínios da outra, tomando-lhe seu espaço. Para terminar nossa metáfora militar, resta dizer

que quem escolhe o campo de batalha o faz porque sabe que ali pode dispor da melhor maneira o seu corpo armado.

O mínimo denominador cultural comum, como destacou Franco Júnior, é atravessado por uma via de mão dupla na qual se dão as trocas entre grupos diferentes (FRANCO JUNIOR, 1996, p. 35-36). Grupos estes que se diferenciam não apenas em função de critérios classistas, mas também de organizações sociais extremamente voláteis (ou duradouras, dependendo do recorte efetuado pelo analista), mas que são sempre construídas em função de uma afinidade, algo que dê sentido à aproximação entre as pessoas e sirva de cimento social. Assim, a afinidade pode ser obedecer a leis, servir a Deus, estruturar famílias e topo-linhagens, realizar trabalhos, peregrinar, pregar etc.. A noção de grupo permite as mais diferentes sobreposições de associações, gerando, ao mesmo tempo, fragmentações e comunidades culturais. Essas comunidades são apropriadas pelos grupos em jogo em função de seus interesses mais ou menos conscientes, excluindo de seu interior aquilo que percebem como fragmentador. Tal dinâmica faz com que surja uma oposição a partir do substrato comum, levando a organização do discurso a se aproximar mais de um pólo ou de outro. Assim, a construção, a organização e a manifestação da cultura comum se dão juntamente com a forma da enunciação imprimida nela pelo autor numa situação específica, segundo uma posição particular e um sentido muitas vezes polêmico, como é o caso do poema de *Bolotinus*.

Bibliografia

CHEDEVILLE, A. *Chartres et ses campagnes XIe-XIIe siècles*. Chartres: Garnier, 1991. p

FRANCO JUNIOR, H. "Meu, teu, nosso: reflexões sobre o conceito de Cultura Intermediária." In. Id. *A eva barbada: ensaios de mitologia medieval.* São Paulo: Edusp, 1996.

GINZBURG, C. "Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez." In: Id. *Relações de força: história, retórica, prova*. (Trad.). São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HRACIO. *Epistles, book II and Epistle to the Pisones ('Ars Poetica')*. Editado por N. Rudd. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

LECLERCQ, J. "Le poème de Payen Bolotin contre les faux ermites". In: *Revue Bénédictine*, 68, 1958.

LÉPINOIS, E. de et MERLET, Lucien. *Cartulaire de Notre-Dame de Chartres*. Chartres: Garnier, 1862. 2 vols.

MORIN, D. G., "Rainaud l'ermite et Ives de Chartres: un épisode de la crise du cénobisme au XIe-XII siècle", In. *Revue Bénédictine*, XL, 1928.

SEABRA, A. *Ethos e Pathos na Retórica a Herênio*. Dissertação de Mestrado – FFLCH/USP, 2003.

SUGER. *Vita Ludovico Grossi regis*. In. WAQUET, H. (ed./trad.) *Vie de Louis VI le Gros*. Paris : Honoré Champion, 1929.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Políticas públicas para a educação catarinense: a questão da formação de professores em nível superior na década de 1960

Letícia Carneiro Aguiar[1]

Resumo: Este trabalho analisa o discurso da política de formação de professores em nível superior no estado de Santa Catarina, na década de 1960. É resultante de pesquisa documental, privilegiando como fontes as leis, os planos e programas educacionais governamentais. Nessa década surgiram os primeiros cursos de licenciatura, num contexto de adoção de políticas públicas de caráter desenvolvimentista/modernizador e conservador. Pela primeira vez foram instituídas políticas voltadas à formação de professores em nível superior pra atender demandas por letramento de uma sociedade capitalista em desenvolvimento.

Palavras-chave: História - Política Educacional - Formação de Professores;

Abstract: This work analyses the policies for teach formation of high education status in Santa Catarina back in 1960. It's a result of a documental research basing its focus on laws, plannings and state educational programs. At this time happened the first teaching programs which adopted public schools politics with developmentist and conservador ideals. It also was instituited policies for high education teaching programs to attend demands of a growing capitalist society.

Key-words: History – Politic Educational - Teach Formation.

A década de 1960 representou para Santa Catarina um marco no seu processo de modernização econômica. A ampliação e diversificação da base produtiva a partir da segunda metade da década de 1945, quando começaram a surgir elementos de um novo padrão de crescimento, encontrou na década de 1960 uma forte intervenção estatal favorecedora da acumulação privada de capital. O capital industrial se consolidava e promovia, juntamente com as forças oligárquicas no comando do aparelho governamental, a integração produtiva do estado. O golpe militar de 1964, apoiado pela oligarquia catarinense, ao procurar emudecer a oposição e acentuar o exercício da coerção, possibilitou determinadas condições para que governantes e seus aliados concretizassem políticas que favorecessem o desenvolvimento do capital, a concentração de renda e a ampliação das desigualdades sociais. As forças econômicas – historicamente hegemônicas no governo, em franco processo de organização, eram as únicas em condições de sustentar e determinar os rumos para as políticas

[1]1 Doutora em Educação; Professora do PPGE/Mestrado da Universidade do Sul de Santa Catarina.

governamentais, ao contrário dos segmentos populares, que se encontravam dispersos, desorganizados (AURAS, 1991).

O aparelho governamental foi desafiado a modernizar-se e, pela primeira vez na história do estado, utilizou-se da técnica do planejamento com o objetivo de desenvolver e articular as políticas públicas para atender às exigências do modo de produção capitalista. O pretexto de modernizar o sistema educacional para responder às necessidades do desenvolvimento desse modo de produção, fez com que as questões educacionais passassem a ser enfrentadas numa perspectiva global. O binômio "educação e desenvolvimento" era o eixo das políticas de modernização do Estado brasileiro. Nessa perspectiva a política educacional passou a ser pensada como integrante dos planos econômicos globais e, como política pública, voltou-se para atuar na correlação de forças sociais, seguindo as determinações daquele desenvolvimento. No âmbito estadual, este binômio foi estrategicamente planejado a partir da elaboração das leis do sistema estadual de ensino, do plano estadual de educação e com a realização de reformas no aparelho estatal e nos diferentes níveis e modalidades do sistema escolar.

O acentuado desenvolvimento econômico em curso produziu o aumento da população urbana em Santa Catarina que, de uma população até então predominantemente rural, passou a ser marcada pelo predomínio do urbano. Ocorreu um aumento do leque de empregos, principalmente nos setores secundários e terciários, expressando a necessidade do letramento, do avanço da escolarização. Ampliou-se a rede escolar catarinense, sobretudo, a do nível primário. Por conta da necessidade da formação de professores para o primeiro nível da escolarização, expandiu-se a rede escolar de nível médio, principalmente, as escolas normais. Cresceu, sobremodo, o número de cursos superiores e nos primeiros anos da década de 1960 foram criadas duas universidades públicas – em 1960, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em 1965, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), e poucos anos após, surgiram escolas e faculdades isoladas (as fundações educacionais), num crescente processo de expansão da educação superior por meio do ensino privado. Vários cursos de licenciatura foram criados, marcando o início da formação de professores em nível superior em Santa Catarina. Destaca-se que a gênese dos primeiros cursos de licenciatura no estado de Santa Catarina é decorrência de um movimento nacional de expansão das Faculdades de Filosofia, com o intuito de atender demandas de professores para a escola secundária.

No período, três principais documentos de política educacional normalizaram pela primeira vez na história da educação catarinense a questão da formação de professores em

nível superior: a primeira Lei do Sistema Estadual de Ensino – LSE/63 (Lei n. 3.191, de 8 de maio de 1963); a segunda Lei do Sistema Estadual de Ensino – LSE/69 (Lei n. 4.394, de 20 de novembro de 1969); e o primeiro Plano Estadual de Educação 1969-1980 – I PEE/69 (Resolução CEE n. 15/69 e Decreto Estadual SE n. 8.828, de 31 de dezembro de 1969). Estes documentos proporcionaram em termos globais o ajustamento do setor educacional estadual às determinações estabelecidas pela Lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e Lei 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária), e integraram parte da estratégia governamental para inserir o estado de Santa Catarina entre os estados alinhados com a política nacional de reformar os sistemas de ensino visando adequá-los às necessidades do desenvolvimento capitalista global. O processo de elaboração desses documentos contou com a assessoria de intelectuais da UNESCO e da USAID, a partir dos convênios firmados com o MEC. Esta assessoria voltava-se a preparação da "elite cultural dos estados, de 'adestrá-la', com vistas à elaboração do planejamento da educação, segundo a ideologia do desenvolvimento econômico com segurança" (AURAS, 1993: p. 50). Essa maneira de fazer política educacional "pelo alto" produziu uma cultura de subordinação da sociedade civil à sociedade política. Incorporava-se, assim, ao discurso desenvolvimentista e modernizador do Estado, a diretriz segundo a qual as decisões relacionadas à educação não competem aos educadores, restando-lhes apenas a tarefa de executar as diretrizes concebidas pelos técnico-especialistas "detentores do saber".

Até o início de 1960, em Santa Catarina a formação de professores aconteceu nas Escolas Normais de 1º ciclo (nível ginasial) e de 2º ciclo (nível colegial). Estas escolas tinham como objetivo formar o professor regente para o ensino primário e funcionavam nos prédios dos grupos escolares, no período noturno, ou comprimido nos períodos intermediários entre os turnos da manhã e tarde, ou entre o período da tarde e noite. Os cursos não possuíam quadro administrativo próprio, e "tinham como docentes os próprios professores da escola primária, do que certamente resultavam pesadas conseqüências, no que se refere à oferta de uma satisfatória fundamentação teórica e instrumentalização técnica ao futuro professor" (AURAS, 1995: p. 19).

Os primeiros cursos de formação de professores em nível superior de Santa Catarina surgiram em 1960, na Faculdade Catarinense de Filosofia, que a partir deste ano passou a integrar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já na década de 1950, esta faculdade oferecia cursos de bacharelado em Filosofia, História e Geografia, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. Somente em 1960 existiram condições objetivas para o oferecimento de cursos de licenciatura com a criação dos cursos de Didática e de Pedagogia.

Esses cursos surgiram sob inspiração do "padrão federal" (1939) de ensino superior. E, em 1963 surgiu a Faculdade de Educação (pública estadual), que foi integrada a UDESC, quando da sua criação em 1965.

A partir de 1965 outros cursos de licenciatura foram criados em faculdades ou escolas superiores isoladas localizadas no interior do estado, como decorrência de uma política de expansão via interiorização e privatização do ensino superior, em virtude da intensa política de privatização do ensino superior adotada pelo regime militar pós-64. No período de 1960 a 1970, as instituições de ensino superior que criaram cursos voltados à formação de professores, no interior do estado catarinense, foram: em Itajaí, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1964; em Blumenau, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1967; em Criciúma, a Faculdade de Ciências da Educação de Criciúma (FACIECRI), em 1970; em Tubarão, a Escola Superior de Ciências e Pedagogia (ESCP), em 1970; em Lages, a Faculdade de Ciências e Pedagogia (FACIP), em 1970.

Nesse período, a política educacional oriunda da esfera governamental estadual estava fortemente marcada pela concepção liberal de educação na sua vertente tecnicista e economicista, fundamentada na Teoria do Capital Humano, sendo elaborada no âmbito dos Planos de Metas dos Governos (PLAMEGs) de Celso Ramos (1961-1966) e Ivo Silveira (1966-1971) como instrumento de organização do sistema estadual de ensino, adequando-o às necessidades do projeto societário desenvolvimentista através da preparação de "recursos humanos" necessários às novas demandas econômicas. A Teoria do Capital Humano atrela a educação ao mercado de trabalho, como fator de mobilidade social e como elemento favorecedor da elevação do consumo, afirmando a educação como "formadora de mão-de-obra, de consumidores, de indivíduos atomizados que participem nessa qualidade e particularmente dos mecanismos institucionais". Para tanto, a "[...] educação deveria adquirir uma nova dinâmica que fosse adequada ao processo de transformação rápido e profundo", sendo que o seu planejamento "[...] compete aos planejadores da educação promover por todos os meios a seu alcance, uma mudança profunda na estruturação escolar" (SANTA CATARINA, 1969: p. 1).

Quanto à formação de professores em nível superior, os textos da LSE/63 e da LSE/69 reproduziram o que já determinavam as leis federais. A LDB/61 tratou o tema da formação dos profissionais da educação de forma muito concisa, modificando ligeiramente a situação até então vigente. Esta lei deixava intocada a estrutura do ensino superior. Na prática, as mudanças propostas acabaram por significar apenas a redução do conteúdo obrigatório da formação pedagógica nos cursos de licenciatura. As poucas alterações estruturais propostas,

como a obrigatoriedade da existência de um Colégio de Aplicação, anexo às Faculdades de Filosofia e a extinção do curso de Didática e, conseqüentemente, do "esquema 3+1", tiveram reflexo muito limitado dadas as condições concretas de funcionamento das instituições (GARCIA, 1994). Estabelecia a LDB/61 que a formação do professor primário e pré-primário ocorreria nas escolas normais e "a formação de professores para o ensino médio será feita em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica". Apesar de prescrever a exigência da formação em nível superior para atuar na escola média, tanto a LDB/61 (Artigo 117), quanto as leis do sistema estadual, previam exceções para o exercício do magistério neste grau de ensino em situações nas quais não houvesse número suficiente de professores habilitados, poderiam atuar nestes níveis de ensino professores desde que realizassem o "exame de suficiência". Este "exame de suficiência" correspondia à "verdadeira" forma com que muitos desses professores estavam sendo habilitados para o exercício da docência. O discurso da política educacional era o da eliminação de toda e qualquer admissão de professores não habilitados para atuar no sistema estadual de ensino, e do estímulo aos municípios para reduzirem o ingresso de não habilitados nos seus quadros de magistério. Mas, na prática, ocorreu o inverso: "os leigos eram designados para o magistério sem serem submetidos aos exames de suficiência" (LINS, 1971: p. 237).

Tal prescrição somente contribuía para a precarização da formação e da atuação docente. Importa observar que as leis do sistema estadual de ensino valorizavam a formação em cursos de nível superior somente para àqueles profissionais cujas funções no sistema escolar não se enquadravam como atividades docentes, ou seja, funções de natureza técnica e administrativa, como a orientação educativa, administração escolar e inspeção escolar. É questionável este tipo de valorização, haja vista que na rede escolar havia um grande contingente de leigos no exercício do magistério e que o mercado sempre esteve requerendo profissionais com habilitação para a docência. Portanto, não teriam sido as exigências desse mercado que determinaram e/ou solicitaram um profissional para o exercício dessas atividades não docentes, tendo em vista que a carência maior era por professores.

Pesquisa realizada em 1967 (SANTA CATARINA, 1967: p. 85) evidenciava um quadro de composição do magistério de ensino médio preocupante: dos 3.253 professores atuantes, 1.403, ou seja, 43% são normalistas. Se levarmos em consideração apenas a rede estadual, este percentual se eleva a 61%.

Há uma flagrante contradição entre o discurso e a prática da política educacional, quanto às exigências do corpo docente das escolas normais ser formado por licenciados em

Faculdades de Filosofia ou de Educação ou por professores habilitados em cursos especiais. Também aliada a este fato, contribuindo para a precarização da formação de professores, estava a política estadual de remuneração e contratação de professores: os salários pagos eram baixos, levando os professores a lecionarem em mais de uma escola e a se deslocar para escolas distantes. Para minorar o problema da baixa remuneração muitos professores exerciam outras atividades além do magistério, ocasionando uma fuga dos professores efetivos para outros níveis do setor educacional, ou até mesmo para outras áreas, em busca de melhor remuneração. 57,21% exerciam outras funções no magistério, além de professores do ensino médio, sendo que 37,43% (1.597) desempenhavam atividades fora da docência. Desta forma, aliado ao problema da baixa remuneração, havia o problema da instabilidade funcional, causado pela falta de concursos públicos (quase 90% dos professores eram designados), concorrendo para o fato de que o tempo médio de permanência no magistério na Escola Normal fosse de apenas cinco anos, acarretando, assim, uma acentuada mobilidade do professor (SANTA CATARINA, 1969: p. 20).

Na Lei 5.540/68, a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada, criando-se a Faculdade de Educação. A lei também tornou o magistério, tal como ocorreu ao nível de segundo grau, uma habilitação dentre outras. Pela reforma, a formação superior de professores para o ensino médio e a dos especialistas daria direito também ao diploma de bacharel. Este diploma, no entanto, foi substituído pelo de licenciado com a aprovação do Parecer CFE n. 252/69. Porém, se ao contrário de 1939 a Faculdade de Educação vinha agora para o interior da universidade, isso não significou mudanças substantivas, pois permaneceu o "modelo 3+1", isto é, bacharelado mais disciplinas pedagógicas, sendo que o curso de Pedagogia continuou como miolo da Faculdade de Educação, e uma área como a Faculdade de Educação, autonomizada pela dissolução da FFCL, acabou sendo reduzida a uma área técnica, cuja função foi fundamentalmente agregar estudos pedagógicos para as licenciaturas e formar um pedagogo. Essa separação em unidades diferentes produziu um distanciamento, em termos de identidade de objetivos e de adequação de currículos, entre a formação em disciplinas de conteúdo e a formação em disciplinas didático-pedagógicas, fragmentando ainda mais a formação integral dos professores. Pela Lei 5.540/68 foram reestruturados os cursos de formação de professores em nível superior, segundo regulamentação através do Parecer CFE n. 252/69, Parecer n. 632/69 e Parecer n. 672/69. A nova estrutura criada para a formação de profissionais da educação não se esgotou aí. A parte referente à formação de docentes e especialistas para o ensino técnico profissional e educação especial teve regulamentação proposta através de vários dispositivos legais e

pareceres. Na Lei 5.540/68 afirma-se que "a formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior".

A política educacional do estado catarinense assumiu um caráter mais global, articulado e coerente quando pela primeira vez na história desse estado foi elaborado o primeiro Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 1969-1980. Com relação à formação de professores, o I PEE apresentou apenas dois objetivos: formar, aperfeiçoar e reciclar docentes e técnicos para a expansão e aprimoramento dos diferentes graus, ramos e modalidades de ensino; e assegurar ao pessoal destinado às altas funções técnicas e docentes, que revelem inclinações para tais meios que lhe assegure cumprir pós-graduação universitária. (SANTA CATARINA, 1969: p. 4). Ou seja, no Plano propunha-se que para técnicos e docentes ocupantes de funções estratégicas no aparelho governamental e escolar, uma formação de nível superior, em cursos de graduação e de pós-graduação.

As metas (curto, médio e longo prazo) e os objetivos do Plano estavam direcionadas para a formação continuada, compreendida numa perspectiva reducionista e instrumentalista, expressa a partir do uso de categorias como "treinamento" e "reciclagem". Neste sentido, a exceção apenas ocorria em relação à formação dos "técnicos educacionais" (administradores, supervisores e orientadores educacionais), cujo interesse do plano apontava que deveria ser ampliada para níveis superiores. O acesso aos níveis superiores de formação estaria aberto apenas para oss indivíduos "vocacionados" para liderar e planejar a política educacional proposta pelas classes dirigentes. Essa direção dada à formação dos técnicos, além de refletir os princípios da Reforma Universitária de 1968, revelava uma história de práticas conservadoras na condução do sistema educacional catarinense. Práticas que se caracterizavam, entre outras coisas, "pela preocupação maior com as funções administrativo-burocráticas do que com as pedagógicas, decorrente, em parte, possivelmente de falta crônica de pessoal especializado em todos os níveis do sistema" (LEAL, 1989: p.36-37).

Assim, como a LSE/69, o I PEE absorveu, em grande escala, o ideário pedagógico tecnicista que afirmava ser a competência do professor uma questão meramente técnica, em detrimento de sua dimensão política e social. Decorrente desse ideário instala-se na escola uma concepção distorcida da divisão técnica do trabalho, resultante das condições gerais de trabalho entre professores e àqueles que assumem atividades técnico-administrativas, levando a escola, os seus educadores e mesmo a carreira do magistério para uma divisão do trabalho

que faz da direção, da equipe técnica e do grupo de professores, elementos profundamente diferenciados e hierarquizados.

A política educacional priorizava uma expansão massiva de ingresso no sistema educacional, adotando também a incorporação massiva dos professores leigos, sustentando sua formação nos programas de "treinamento". Tal incorporação massiva gerou a proletarização do magistério particularmente do ensino básico; bem como, se constituiu numa forma de desqualificar o trabalho escolar. Esse fato representou um flagrante descaso para com a qualidade da escola freqüentada pelas classes populares, aliado à sistemática desvalorização profissional e degradação econômico-social dos profissionais da educação, revelando o descompromisso do Estado para com a efetiva democratização social e econômica do conjunto da sociedade. Tal descaso pela formação de professores em nível superior, na verdade, não representou uma desconsideração, mas a verdadeira face dessa política, se considerar a concepção educativa dominante no período: ocorreu uma clara opção por uma determinada perspectiva de formação considerada como senso a mais adequada ao projeto econômico-social hegemônico. O que aconteceu foi uma mediocrização da área, não por sua falta de importância, mas pelo modo como os governantes, através dos seus legisladores, pensaram a educação.

Referências bibliográficas

AGUIAR, L.C. **O curso de Pedagogia em Santa Catarina**: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

AURAS, G. M. T. **A formação do professor das séries iniciais do ensino de 1º grau no âmbito da política de modernização econômica no Estado de Santa Catarina.** 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

_____. Política de modernização econômica e formação do professor das séries iniciais em Santa Catarina. **Perspectiva,** Florianópolis, Ano 13, n. 23, p. 11-25, jan.jun. 1995.

AURAS, M. **Poder oligárquico catarinense:** da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos". 1991. 416 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

GARCIA, M. M. A. **A Didática no ensino superior**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

LEAL, E. J.M. **Instituto Estadual de Educação**; a erosão da ordem autoritária. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa. **Lei 3.191**, de 8 de maio de 1963. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

_____. Assembléia Legislativa. **Lei 4.394**, de 20 de novembro de 1969. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

_____. Plano Estadual de Educação 1969-1980. Florianópolis, 1969.

_____. **Sobre as Condições do Processo Educacional de Santa Catarina.** Florianópolis: FESC/UDESC/FAED/CEPE, 1967.

_____. **A situação do ensino médio em Santa Catarina.** Florianópolis: FESC/UDESC/FAED/CEPE, 1969.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo

Dharana Pérola Ricardo Sestini*

Resumo: Este artigo busca compreender o apoio civil à intervenção militar de 1964, por meio das entidades femininas criadas neste contexto. Dentre estas entidades destaca-se a União Cívica Feminina de São Paulo que esteve à frente da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" de São Paulo ainda em 19 de março de 1964 desempenhando, desta maneira, um papel fundamental na desestabilização do governo Goulart.

Palavras-Chave: Regime militar, apoio civil, mulher brasileira.

Abstract: The purpose of this paper is the analysis of the civil support to the military intervention of 1964, by studying the feminine entities created in this context. Among these entities it is distinguished the União Cívica Feminina de São Paulo, which was the leadership of the "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" in São Paulo by March 19th of 1964, playing an important role in Goulart government´s breakdown.

Key Words: Military regime, civil support, Brazilian Woman**.**

No início dos anos 60 algumas entidades femininas começaram a organizar-se, de maneira efetiva em alguns dos principais centros políticos. Em São Paulo a União Cívica Feminina (UCF-SP) foi criada a partir de reuniões entre jornalistas e algumas mulheres da sociedade paulistana. De acordo com um folheto da entidade a criação da União Cívica Feminina no início do ano de 1962, foi resultado das articulações das mulheres "conscientes da gravidade das crises sociais, políticas e econômicas" (União Cívica Feminina, sd) Nestas reuniões procuravam-se congregar esposas e amigas dos empresários e militares paulistanos, grupo que daria origem à primeira configuração da UCF-SP, e alertar quanto aos perigos que a ameaça comunista oferecia às famílias brasileiras. De acordo com uma das fundadoras da entidade, Maria Paula Caetano da Silva, as motivações para a fundação da entidade eram ligadas ao temor ao comunismo:

> *O que se pode fazer para segurar a caminhada dos 'sem Deus'? Então seria uma entidade. Seria uma associação. Mas não era interessante a gente fazer*

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e Mestranda em História Social na Universidade de São Paulo. A pesquisa conta com apoio financeiro do CNPq.

> *logo uma associação pública para não provocar a ira dos poderosos. Então nasceu a União Cívica de boca. Ela só existia com o nome e se reunia pra cá, pra lá... Ainda não tinha sede (Entrevista gravada em 26/09/2006).*

No Rio de Janeiro a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) surge em seguida e sob o mesmo prisma: resguardar a família do perigo comunista que rondava a pátria. Seguindo os passos da precursora paulista, a CAMDE é fruto de reuniões que aconteceram ainda em junho de 1962 entre alguns padres, empresários cariocas e suas esposas ou parentes próximos, quase todas com alguma ligação com o IPES[1].Com ampla cobertura da mídia carioca, a entidade lançou um manifesto de repúdio à política do governo Goulart e organizou palestras para alertar as mulheres sobre a real situação política brasileira. Amélia Molina Bastos, irmã do general Antônio de Mendonça Molina, ligado ao IPES, foi uma das fundadoras da CAMDE e segundo ela a defesa da pátria contra o comunismo tinha um significado ainda maior: a defesa da Igreja e do catolicismo (POLLANAH, 1967: 157-174).

Em Belo Horizonte, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) surge discretamente a partir de 1963 e atua, em princípio, de maneira clandestina. É fruto do processo de expansão da CAMDE que aciona o IPES em Minas Gerais e inicia a formação da congênere mineira. A participação da LIMDE na empreitada de desestabilização do governo foi bastante representativa. A primeira ação deste grupo foi um protesto contra o congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) que seria realizado em Belo Horizonte em janeiro de 1964. As mulheres organizaram cartas de repúdio, protestos públicos, missas e até ameaçaram deitar-se na pista do aeroporto para que os aviões com os convidados não pousassem. O resultado foi a transferência do congresso para Brasília e uma vitória significativa do movimento anticomunista (SIMÕES, 1985:85).

Diante do cenário da criação das entidades femininas no contexto dos anos 60 é preciso pontuar ainda alguns episódios relevantes para análise. O primeiro deles é a influência no Brasil da "Cruzada do Rosário em Família" fundada em 1942 pelo Padre Patrick Peyton[2]. O movimento chegou ao Brasil no início dos anos 60 carregando seu lema principal: "família que reza unida permanece unida". Assim, representou uma espécie de preparo ideológico para o que ocorreria nas "Marchas". Consistia em reuniões públicas – em alguns casos com 500.00 pessoas, em outros chegando a ter 1.000.000 [3] – que rezavam o terço coletivamente e pregavam a "união entre as classes". De cunho anticomunista e fortemente religioso, a

[1] Entidade fundada em 1961 que congregava empresários paulistanos e procurava fomentar a desestabilização do governo de João Goulart

[2] O Padre Patrick Peyton tem origem irlandesa, mas emigrou para os EUA. Fundou o "Rosário em Família" em retribuição a ter se recuperado de uma tuberculose que, segundo ele, foi curada por Nossa Senhora. http://www.rosarioemfamilia.org/padrepeyton.htm arquivo consultado em 17/11/2006.

[3] Respectivamente em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

"Cruzada" cristalizou a ligação entre os elementos Deus, Pátria e Família, e representou o elo fundamental para o surto anticomunista dos anos 60.

Outro elemento significativo é a maneira como a idéia da "Marcha" surgiu[4]. A idéia partiu da Freira Ana de Lurdes no dia 13 de março de 1964, em conversa com o deputado federal Cunha Bueno e alguns amigos que, reunidos no Hospital São Paulo onde a freira era médica psiquiatra, partilhavam da indignação com o comício de João Goulart no Rio de Janeiro[5] na mesma tarde. Durante o comício Goulart havia feito referência ao rosário:

> *Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria (FICO, 2004:284).*

A referência devia-se a uma manifestação de mulheres ligadas à LIMDE em Belo Horizonte que haviam impedido Brizola de discursar em um evento da Frente de Mobilização Popular (FMP). Com os rosários nas mãos as mulheres ocuparam o palco do evento e começaram a rezar contra Brizola causando um grande tumulto e, ao serem retiradas do palco, usaram inclusive cadeiras e sombrinhas contra a polícia (SIMÕES, 1985:77).

Em função destes episódios a "Marcha" foi pensada como um desagravo ao rosário:

> *O problema era simples: Nossa Senhora havia sido ofendida pelas palavras pecaminosas do Presidente da República, e referência ao rosário e tudo que havia a fazer era convocar as mulheres de São Paulo para uma grande reunião pública de desagravo ao rosário. Elas compareceriam em massa. Nossa Senhora as escutaria e Deus teria misericórdia do Brasil (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, 1964).*

Esta mobilização era em defesa de valores tradicionais da sociedade brasileira: religiosidade, pátria e família. Isto aparece muito claramente nos documentos da UCF-SP: "Queríamos alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático." (União Cívica Feminina de São Paulo, 1992, grifos meus).

Esses valores estariam sendo ameaçados pelas tendências comunistas do governo Goulart. Segundo Motta:

> *Organizaram-se para defender valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida*

[4] Esta explicação está de acordo com as fontes da UCF-SP e o livro "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", publicação da entidade dedicada a documentar os preparativos do evento.

[5] Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, dia 13 de março de 1964.

> *que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente (MOTTA, 2002: 241).*

Um ato de fé numa hora de trevas

A concentração para a "Marcha" aconteceu no dia 19 de março de 1964, dia de São José padroeiro da família e do trabalhador, às 16 horas na Praça da República em frente à placa em memória aos heróis de 1932. Segundo documentos da UCF-SP, antes do horário programado a praça já não comportava a multidão que partiu em direção à Praça da Sé seguindo Leonor Mendes de Barros[6] e a cavalaria da Força Pública. De acordo com as fontes da entidade havia 700.000 pessoas no momento dos discursos. O exemplar especial da revista Seleções do Reader's Digest, A nação que salvou a si mesma, trás o número de 600.000 pessoas (READER'S DIGEST, 1964:108) em frente à Catedral Metropolitana de São Paulo. Não é possível saber com precisão este número, mas de qualquer forma foi uma multidão que ocupou boa parte do caminho entre a Praça da República e a Praça da Sé.

No mesmo momento circulava nas bancas um manifesto das Mulheres Paulistas contra o comunismo ameaçador que terminava da seguinte maneira:

> *(...) Eles infiltraram o nosso país, o nosso Governo, as nossas Forças Armadas e até as nossas Igrejas com servidores do totalitarismo exótico para nós e que tudo destrói... Mãe de Deus, defendei-nos contra a sorte e o sofrimento das mulheres martirizadas de Cuba, da Polônia, da Hungria e de outras nações escravizadas!(READER'S DIGEST, 1964:108)*

Após D. Leonor Mendes de Barros hastear a bandeira ao som do Hino Nacional, leu-se a "Oração a Anchieta", composta especialmente para a ocasião:

(...) Dai-nos a paz e a ordem, convertei os maus e os opressores – fazei que os justos e os dignos triunfem e não sejam arrebatados das nossas mãos os estandartes da fé e da pátria.

> *De joelhos, ó apóstolo do Novo Mundo, nós suplicamos à Mãe de Deus, que é Vossa Mãe e também nossa Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, para guarde e proteja nossas liberdades e a família brasileira – não permitindo que esta nação e seu povo se transformem em nação mártir e num povo opresso, com as nações e os povos escravizados do brutal e ateu comunismo. (...) (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, 1964).*

Segundo Maria Paula Caetano da Silva, que também foi secretária da UCF-SP no período do pré-64 e uma das principais organizadoras da "Marcha":

> *(...) a marcha foi uma reação ao que se configurou na reunião da Central do Brasil (...). Neste dia, o Jango foi para a praça com a mulher, uma coisa que não acontecia naquele tempo. Naquela noite no discurso dele, ele formulou,*

[6] Esposa do então governador de São Paulo Adhemar de Barros e conhecida por sua extensa obra assistencial, foi em seu nome que a "Marcha" foi convocada.

> *vamos dizer assim, as idéias fundamentais do comunismo. (...)(entrevista gravada em 26/09/2006).*

Muitos ocuparam o palanque da "Marcha", entre eles o deputado Cunha Bueno que em seu discurso denominou a "Marcha" como "um ato de fé numa hora de trevas" (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, 1964). Também subiram ao palanque líderes estudantis, religiosos, diversos políticos e representantes de entidades civis que aderiram à "Marcha".

Algumas visões do contexto

Algumas análises da conjuntura do pré-64 são base para este estudo. O trabalho de René Armand Dreifuss centra-se na idéia de manipulação de classes (DREIFUSS, 1981). Segundo ele, as entidades femininas fazem parte de um amplo processo que inclui entidades de tipos diferentes – estudantis, de classe, femininas – e que funcionam como uma maneira de mobilizar as classes médias em função dos interesses das elites orgânicas. No caso específico da conjuntura pré-64, segundo o autor, visavam a causar uma situação de crise em que as Forças Armadas justificassem sua intervenção. Segundo ele:

> *(...) a mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como a nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra (...)(DREIFUSS, 1984: 291) .*

Pode-se perceber claramente a relevância do complexo IPES/ IBAD para a formação das entidades femininas e viabilização de suas atividades. Do mesmo modo, não se pode negar que estas cumpriram com sucesso a empreitada de mobilização da população em favor da intervenção militar o que, de certa maneira, justificou a própria intervenção.

No entanto, as entidades femininas que surgiram no contexto do pré-64 devem ser vistas enquanto um fenômeno social heterogêneo, e não apenas como instrumentos de classe, tal qual é entendido por Dreifuss. Entende-se que procuravam construir uma idéia de Mulher Brasileira, guardiã dos valores tradicionais da família e que, por isso, era seu dever defender a pátria supostamente ameaçada pelo comunismo.

Elemento central deste imaginário social é o anticomunismo, e, neste ponto, é relevante a contribuição de Motta, observando que o anticomunismo não apenas esteve sempre presente nas grandes articulações golpistas, como lhe coube o papel de convencer a sociedade civil de que esta se encontrava sob forte ameaça de invasão comunista:

> *O anticomunismo forneceu argumento principal para as duas rupturas institucionais mais graves do período republicano, que deram origem aos regimes totalitários mais duradouros já experimentados (ou sofridos) pelo país. A alegada urgência de combater o comunismo convenceu a muitos, inclusive a setores democratas, da necessidade de romper a normalidade institucional (MOTTA, 2002: 280).*

Este sentimento anticomunista foi capaz de mobilizar setores da sociedade que se fizeram presentes na "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" em São Paulo em 19 de março de 1964.

Também Presot (2004), faz uma análise das "Marchas" sob um ponto de vista diverso. Segundo ela:

> *É preciso que se tenha cuidado, contudo, com certas interpretações algo mecanicistas. De fato, as articulações do núcleo que congregava o IPES mostram-se decisivas em diversos momentos para que o projeto de uma intervenção militar fosse vitorioso, mas elas não constituem condição determinante para que o golpe se efetivasse satisfatoriamente (PRESOT, 2004:38).*

Partindo de uma idéia de que as escolhas individuais não estão estritamente ligadas a classes, mas também a condições culturais específicas, a autora problematiza abordagem clássica da temática das agremiações femininas no contexto dos anos 60. Da mesma maneira, opera uma reconstituição da "Marcha" do Rio de Janeiro, em seguida, discute o caráter plural que as demais "Marchas"[7] adquiriram ao incorporar elementos culturais locais das cidades onde ocorreram sem, no entanto, perder o forte apelo anticomunista e religioso. Segundo Presot: "A inserção de elementos presentes nas culturas políticas regionais na realização das marchas concorre para que o acontecimento se torne, também, produtor de sentidos" (PRESOT, 2004: 83).

Também no trabalho de Evelyn Chaves Silva (2002), a reflexão centra-se no conceito de imaginário social. Segundo a autora, por meio das representações presentes no imaginário de uma sociedade é possível conhecer a maneira pela qual o mundo é percebido. As "Marchas", de acordo com essa idéia, evocavam símbolos já consolidados na sociedade brasileira:

> *Ao tomarem as ruas defendendo seus interesses, a manutenção de um sistema de representação no qual acreditavam ser o melhor para o bem comum, os participantes das Marchas acionaram símbolos que há muito vinham se inscrevendo no código do imaginário – a saber, a bandeira do anticomunismo e da fé cristã – engrenagens que os levaram a construir representações deles mesmos, dos seus inimigos e do mundo (SILVA, 2002: 45 e 46).*

---

[7] Segundo levantamento da autora ocorreram sessenta e nove "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" entre março e junho de 1964 (PRESOT, 2004:72).

Sob esta perspectiva, o imaginário social brasileiro é entendido como fator preponderante para o êxito da mobilização das mulheres no contexto dos anos 60 e para que as "Marchas" tivessem alcance sobre as diversas camadas sociais que estiveram presentes.

Referências Bibliográficas:

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.

POLLANAH, Stella M. Senra. In: Livro de Cabeceira da Mulher. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Vol. 5, p. 157-174.

PRESOT, Aline Alves. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. Rio de janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 2004. (dissertação de mestrado).

SILVA, Evelyn Chaves. Memória Esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, 2002. (dissertação de mestrado).

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1985.

Fontes documentais

A nação que salvou a si mesma. Revista Seleções do Reader's Digest. Suplemento Especial, novembro de 1964.

União Cívica Feminina, Folheto explicativo. Sem data. Arquivo pessoal.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Documento produzido pela União Cívica Feminina de São Paulo na ocasião da organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. São Paulo, 1964.

Fundo Adhemar de Barros. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Pronunciamento de aniversário de 30 anos da União Cívica Feminina de São Paulo. Maria Paula Caetano da Silva. São Paulo, 1992.

Entrevistas:

Maria Paula Caetano da Silva. Entrevista gravada. 26/09/2006.

Violeta Maciel de Castro. Entrevista gravada. 05/12/2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade de São Paulo contada através das imagens Militão Augusto de Azevedo no século XIX e German Lorca no século XX

Adriane Acosta Baldin[1]

Resumo: Militão Augusto de Azevedo e German Lorca são nomes importantes dentro da história da fotografia da cidade de São Paulo. Em comum, eles têm o "olhar" para o urbano. Cada um a seu tempo, amava o cotidiano paulistano e era atraído a registrá-lo. A obra destes dois artistas apresenta algumas características que os aproximam, enquanto intérpretes das cenas urbanas passadas. Porém, a qualidade formal e o conteúdo, remetem a modos específicos de tratamento fotográfico do espaço urbano, sendo importante destacar a distância de quase um século entre o trabalho de ambos. Militão fotografou, em 1860, uma São Paulo que estava prestes a sofrer uma enorme reurbanização. Lorca, por sua vez, produziu um dos maiores acervos da cidade de São Paulo no século XX.. Na obra de Militão Augusto de Azevedo e German Lorca é possível descobrir o talento de mestre destes dois fotógrafos que foram testemunhas do desenvolvimento escarpado por que passou São Paulo.

Palavras-chave: Cultura visual, memória e cidade

Abstract: Militão Augusto de Azevedo and German Lorca are important names in the photography history of São Paulo city. They have in common the "look" for the urban. Each one at his time loved the paulistano daily life and were attracted to register it. The work of these two artists presents some characteristics that approached them as interpreters of past urban scenes. But the formal quality and the content point to specific ways of photographic treatment of the urban space, being important to remark the distance of almost one century between their work. Militão photographed in 1860 a São Paulo that was about to suffer a huge reurbanization. Lorca on the other hand created one of the greatest collections of São Paulo city photographs of the XX century. In the work of Militão Augusto de Azevedo and German Lorca one may discover the talent of a master of both photographers that witnessed the boosting development through which São Paulo went.

Key-words: visual culture, memory and city.

Ao fazermos um estudo comparativo entre a obra de Militão Augusto de Azevedo e German Lorca, apesar das diferenças cronológicas, técnicas, artísticas e conceituais, podemos elencar num primeiro momento, algumas características que possibilitam o paralelismo.

[1] Mestre em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUCCAMP

Primeiramente, ambos fotografaram a mesma cidade, São Paulo, em períodos distintos. Militão no século XIX e Lorca no século XX. Ambos tinham o mesmo "olhar" diferenciado para o urbano e respeito à cidade.

Outro aspecto, é que os dois fotógrafos produziram um grande volume de imagens de São Paulo, criando assim uma documentação iconográfica considerável. Essa documentação tornou-se uma fonte de pesquisa riquíssima, colaborando para a valorização da fotografia como documento histórico primário.

E por último, a preocupação que os dois fotógrafos manifestaram com o contínuo processo de destruição e reconstrução por que passou a cidade de São Paulo.

Tentaremos desenvolver brevemente estas características que marcam o paralelismo entre a obra destes dois fotógrafos.

Desde de sua criação, em 1839, um dos temas prediletos da fotografia são as cidades e sua arquitetura. Muitos artistas se dedicaram a fotografar cidades, tanto na Europa como no Brasil. Esse tipo de produção fotográfica normalmente era vinculada a questões comerciais. Os fotógrafos viajantes que se dedicavam a essa atividade tinham como principal objetivo a comercialização das imagens.

No Brasil, isso se dá a partir da década de 1850 com a chegada de fotógrafos europeus como Victor Frond, August Stahl, entre outros. As cidades brasileiras e sua paisagem tropical foram fotografadas e comercializadas no Brasil e no exterior.

Nesse período, o fotógrafo que melhor exemplifica esta vertente na cidade de São Paulo é Militão Augusto de Azevedo que tem uma vasta produção fotográfica da cidade em 1862 e novamente volta a fotografá-la em 1887, quando monta o *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887*.

Militão Augusto de Azevedo nasceu no Rio de Janeiro em 18 de junho de 1837, veio a falecer em São Paulo em 1905. Inicia a sua atividade fotográfica ainda na capital do Império.

Mudou-se para São Paulo em 1860 e trabalhou como ator de teatro. Iniciou sua atividade de ator ainda no Rio de Janeiro, em algumas companhias de teatro; Joaquim Heleodoro (1858 e 1860), na Companhia Dramática Nacional (1860 e 1862) e na de João Caetano, em 1869. (GRANJEIRO,2000: 82*)*

Dois aspectos são fundamentais dentro de sua produção;

Primeiramente, o acervo do fotógrafo está em bom estado de conservação, o que facilita o acesso à pesquisa.

O segundo aspecto, é o grande volume de sua produção fotográfica e a versatilidade de seu trabalho, visto que além das fotos urbanas, seu acervo é rico em retratos. De 1862 a 1887, Militão Augusto de Azevedo registrou a cidade de São Paulo e sua gente por meio de um volume impressionante de fotografias, 12.000 retratos num período em que a cidade contava com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes.

A cidade de São Paulo foi amplamente fotografada por Militão Augusto de Azevedo no século XIX.. Especialmente na década de 60 quando São Paulo ainda não havia passado pelo surto do café e da ferrovia e mantinha características de cidade colonial.

A obra fotográfica de Militão Augusto de Azevedo seguramente nos aproxima da dinâmica comercial, cultural e social da cidade naquele período .

Nestes quase 150 anos de existência, essas imagens não envelheceram, pelo contrário, ganharam vida nova nas mãos dos pesquisadores que através delas vêem novas nuances e detalhes sutis que estão registrados somente nas fotografias.

Essa perenidade das imagens reforça a idéia do documento fotográfico como fonte primária de conhecimento, base de pesquisa em tantas áreas. Ferramenta necessária para elucidar a trajetória humana e suas manifestações materiais.

A São Paulo que Militão nos apresenta é inimaginável diante da realidade atual. O esforço de Militão em fotografar toda a urbe, ou pelo menos, os locais mais importantes, era de certa forma desproporcional à importância da cidade naquele período. Ao que parece, o urbano fascinava Militão. Isso explica em parte, a confecção dos álbuns[2], pois em termos financeiros, nunca foi um bom negócio. Em muitas ocasiões registra o desgosto que teve economicamente em produzi-los, ao mesmo tempo, deixa relatos de sua preocupação com a cidade que ia perdendo as suas referências, em termos urbanos e arquitetônicos com a destruição contínua de seus edifícios e largos.

Militão era um fotógrafo bem sucedido, dirigia um dos maiores ateliês fotográficos da cidade, a *Photografia Americana*. O que efetivamente dava lucro nesse segmento eram os retratos, tanto assim, que Militão produziu mais de doze mil retratos em São Paulo. Pode-se concluir, portanto, que não fez os álbuns apenas com o intuito de ganhar dinheiro, tinha fascinação pelo tema.

Na época de Militão, os fotógrafos que se dedicavam à foto de paisagem tinham um outro perfil profissional, eram fotógrafos itinerantes, normalmente sem endereço fixo e sem uma estrutura de estúdio .

[2] "Álbum da cidade de São Paulo" – confeccionado pelo fotógrafo em 1862 e "Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo", em 1887. Neste último, Militão refaz as imagens de 62, nos mesmos locais.

Ao fazer a leitura da cidade e definir os objetivos para retratá-la , Militão se punha a campo de forma pertinaz, andando com um pesado equipamento por toda a urbe, incansavelmente.

Todo o trabalho de preparação e revelação era feito no próprio local da foto. Isso porque o negativo de colódio úmido em vidro tinha que ser preparado, exposto e revelado em um espaço de tempo reduzido para que a imagem se tornasse viável.

O que se sabe ao certo é que, Militão em São Paulo, teve o desejo de retratar a cidade em sua totalidade. Ao observarmos as suas imagens panorâmicas, foram escolhidos pontos estratégicos para se fazer essas tomadas. Além das panorâmicas, Militão registra todo o triângulo histórico e o comercial[3], sendo bastante detalhista com as principais ruas da cidade. A Rua 15 de Novembro foi amplamente fotografada , era a principal rua de comércio da cidade, na época.

Dentre todas as tentativas de decifrar o pensamento deste homem oitocentista e suas estratégias e percepções do espaço urbano, o caminho mais curto talvez seja perguntar-nos qual a contribuição deixada pelo inquieto fotógrafo. A resposta é imediata, a obra de Militão lança luzes na história do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Tornou-se um cúmplice desse processo histórico e sua obra tem um valor documental inestimável, elucidando pesquisas em diversas áreas.

Ao analisarmos as imagens produzidas por Militão na década de 60, podemos constatar que São Paulo não era nem tão pacata e nem tão monótona como nos faz crer Álvares de Azevedo, então estudante da Academia de Direito e morador da cidade. Alguns autores reforçam a idéia de que São Paulo estava esquecida no alto do planalto até o advento do trem e o surto do café que vieram para transformar a cidade em termos econômicos, sociais, comerciais, culturais e arquitetônicos. Todos esses aspectos sofreram transformações de forma gradativa durante todo o século XIX e não em etapas estanques, somente nas últimas décadas.

Na década de sessenta, a cidade de São Paulo já contava com uma infra-estrutura comercial interessante, organizada e setorizada. Havia o comércio de gêneros de primeira necessidade que acontecia em locais determinados ou nas ruas através das quituteiras e quitandeiras, mulheres pobres e muitas vezes negras que tinham seus pontos de concentração muito próximos às pontes e saídas da cidade. Em termos alimentícios, havia a região portuária do Rio Tamanduateí, por onde entravam as mercadorias para o abastecimento da cidade.

[3] O triângulo histórico de São Paulo refere-se aos pontos do vértice onde a cidade se implantou , a saber: Igrejas de São Bento , São Francisco e Carmo.O triângulo comercial é o local que ficou conhecido como o ponto mais comercial da cidade no século XIX. Compreende as ruas; Direita, São Bento e 15 de Novembro

Havia o Piques e o Bexiga que eram pólos comerciais importantes, tanto para o comércio local como para o comércio exterior. No Piques, rota dos tropeiros, chegavam as mercadorias do interior com destino ao porto de Santos. No Largo do Bexiga havia uma feira semanal de materiais de construção vindos de Santo Amaro, deveria ser bem dinâmico, visto que seu funcionamento era semanal.

A mescla social foi a tônica da cidade na década de sessenta. Conviviam no mesmo espaço urbano, pessoas de origens diversas. Constituía um pólo de recepção de pessoas e mercadorias.

Esses diferentes grupos sociais habitavam o espaço urbano de formas diferentes. Havia maneiras distintas de morar na cidade naquele período.

Através das imagens de Militão, fica evidente que havia três formas de morar na cidade de São Paulo na década de sessenta; A região do "triângulo comercial", habitada pelo comerciante europeu, na sua maioria português, e das famílias tradicionais da cidade, muitas delas oriundas das fazendas de açúcar e do comércio de muares do século XVIII. A região do entorno do "triângulo comercial" que se diferenciava pela simplicidade de soluções arquitetônicas; casas simples, muitas ainda do período colonial em taipa de pilão, térreas na sua maioria e que não primavam pela ornamentação. Quem vivia nesta área da cidade era a população mais modesta, comerciantes de pequeno porte, prestadores de serviços, trabalhadores simples e escravos alforriados. Finalmente, uma terceira forma de morar, eram as chácaras que ficavam a volta desse entorno do "triângulo comercial". Viviam neste local desde famílias mais abastadas até camponeses simples, bem como europeu que se identificavam com esse modelo urbano.

Já no século XIX, tínhamos uma São Paulo que começava a mostrar alguns traços de metrópole, principalmente pelos diferentes grupos humanos que já habitavam na cidade e pela sua vocação comercial.

Através do acervo fotográfico de Militão Augusto de Azevedo foi possível desvendar algumas características que ficaram desconhecidas ou deixadas em segundo plano na bibliografia tradicional, com relação à história urbana da cidade de São Paulo.

A partir do início do século XX, outros fotógrafos irão registrar São Paulo, agora com outro proposta. Seus registros tendem a mostrar uma cidade em franca evolução e com feições *modernas,* no sentido de infra-estrutura urbana. Entre esses fotógrafos, destacam-se; Guilherme Gaensly, fotógrafo suíço, que se esforçou em mostrar uma outra São Paulo, sem os traços coloniais. Marc Ferrez, que se destacou no começo do século XX, cuja produção tendia mais para a paisagem. Fotografou panorâmicas de fazendas, plantações e portos. Ferrez se

autodenominava "fotógrafo-paisagista". A partir da segunda década do século XX esse tipo de fotografia pictórica era muito comercializado em São Paulo, especialmente para a elite cafeeira.

A fotografia moderna em São Paulo começa a evidenciar-se em meados da década de 1940 e tem em German Lorca um dos seus expoentes.

> *No Brasil, a fotografia moderna se desenvolveu no interior do Foto Cine Clube Bandeirante, fundado em 1939 (como Foto Clube Bandeirante), em São Paulo. José Yalenti, Thomas Farkas, Geraldo de Barros e German Lorca estão entre os primeiros a empreender a renovação da linguagem fotográfica no país (LIMA E CARVALHO, 1997: 104)*

German Lorca é paulistano, nascido no proletário bairro do Brás. Os seus pais eram imigrantes espanhóis, que como muitos outros, vieram para São Paulo no começo do século XX. No início de sua vida profissional, Lorca deixou de lado a contabilidade, profissão que exercia, para se dedicar a grande paixão que era a fotografia. Seus pais se opuseram, pois acreditavam que teria um futuro promissor como contador. Foi na década de 40 que German Lorca começou a dedicar-se à fotografia profissionalmente. Com o seu trabalho, como fotógrafo, produziu um dos maiores acervos da cidade de São Paulo do século XX. Segundo o próprio artista, o seu trabalho é uma mistura do cotidiano com o impressionismo. Lorca , hoje com 84 anos, continua a exercer a profissão de fotógrafo, pois mantém um estúdio de grande porte na cidade de São Paulo.

Com o desenvolvimento das técnicas de reprodução fotográfica e com o aperfeiçoamento das câmeras de mão no século XX, o trabalho do fotógrafo se tornou bem mais viável do que no século anterior, quando o equipamento fotográfico era pesado e de difícil locomoção, junta-se a isso a necessidade de revelação imediata das imagens.

Independentemente destas inovações técnicas, a fotografia urbana moderna ganha nuances novas nas mãos de fotógrafos como German Lorca. A ênfase não recai mais sobre o conjunto estrutural do edifício e sim sobre sua plasticidade. Começa a valorização dos fragmentos arquitetônicos, assim como da altura. Há uma mudança radical de sentido, sendo muito prestigiada a abstração nas imagens, acompanhando uma tendência a modernização da cidade e de suas relações.

Na obra de Lorca, o novo enfoque dado à fotografia urbana é evidente e pioneiro no Brasil. Assim como ele, Militão foi também pioneiro em seus registros, foi o primeiro fotógrafo a registrar São Paulo e montar álbuns fotográficos da cidade. Na produção de Lorca, encontramos uma outra São Paulo e uma nova visão da produção fotográfica.

Juntamente com nomes como Chico Albuquerque, Geraldo de Barros e Thomaz Farkas, German Lorca foi um dos pioneiros da fotografia moderna brasileira. Hoje parte de sua obra encontra-se no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM- SP.)

Foi no Cine Clube Bandeirantes que Lorca se desenvolve profissionalmente e em 1952 abre o seu próprio estúdio, o *G. Lorca Foto Studio*. Desenvolvia fotografias comerciais, reportagens em geral e até álbuns infantis e de casamento. Assim como Militão, Lorca também se dedicava aos retratos em seu estúdio.

Dois anos mais tarde, abre o estúdio *Lorca Fotógrafos Ltda.,* no bairro do Cambuci, cuja atividade principal era a fotografia publicitária.

Em 1988 passa a trabalhar com os filhos na *Photoimagem 5,* desenvolvendo fotos documentais e publicitárias. Portanto, em 60 anos de profissão, Lorca variou na produção, fez fotografia de rua, retratos, paisagens, nus, naturezas-mortas, fotos publicitárias e reportagens.As fotos que nos interessam para esse estudo são as que fez da cidade de São Paulo e seu cotidiano.

A base de seu ganho profissional não eram as fotos urbanas, mas, como Militão, dedicou-se profissionalmente à fotografia publicitária. Essa opção pela fotografia publicitária, além do sustento financeiro, conferiu a Lorca diversos prêmios por sua atuação e desempenho.[4]

Em 1954, Lorca se lança como fotógrafo oficial do *IV Centenário da Cidade de São Paulo,* quando realizou uma reportagem fotográfica para a editora Abril.

Somente em 1996, Lorca diminui a sua atividade como fotógrafo publicitário e se dedica aos seus ensaios autorais e artísticos.

Em 1997, três fotos de Lorca entram para uma coleção Pirelli-MASP de fotografia.

A pesquisadora, Daniela Ribeiro da Silva, da Escola de Comunicação e Artes da Usp, que estuda a produção de German Lorca do final da década de 40 e início da década de 50, período em que o fotógrafo está atuante no Foto-Cine Clube Bandeirantes, centra as suas investigações nas cenas cotidianas que ele produziu e na questão do flagrante ou do não flagrante em sua produção.[5]

---

[4] Mérito, fotos publicitárias em Miami, EUA (1961); Menção honrosa, fotos publicitárias em Miami, EUA (1962); Folha de Ouro, fotos publicitárias, Folha de S. Paulo (1963); Medalha de bronze, fotos publicitárias, Folha de S. Paulo (1965); Prêmio Colunistas, melhor campanha fotos publicitárias de caminhões, São Paulo(1985); Medalha de prata, foto publicitária Seafesp, São Paulo (1986); Prêmio Colunista para o Nordeste, melhor campanha de fotos publicitárias do Banco do Brasil, (1989) . (RIBEIRO, 2006, p. 8)

[5] Trabalho para obtenção do título de mestre na Escola de Comunicação e Artes da USP, com o título: "Verdade ou Mentira? Considerações sobre o flagrante, o pseudoflagrante e a composição na fotografia de German Lorca"

Uma das imagens mais polêmicas do fotógrafo é *Menina na Chuva,* onde Lorca fotografa uma menina pulando uma possa d`água no bairro do Cambuci, em São Paulo. É impressionante a espontaneidade da fotografia. A impressão que se tem é que o fotógrafo capta o momento certo, porém, Lorca afirma não ser um flagrante e sim de uma fotografia encenada com sua sobrinha Eunice, para participar de um concurso do Foto-Cine Clube Bandeirantes, denominado "Dias de Chuva". Lorca faz uso freqüente desse recurso na sua produção, cria até um lema; "A fotografia acontece para o fotógrafo e ele a faz acontecer". Em outras imagens, o fotógrafo lança mão desta solução, de criar o flagrante, tais como: *Malandragem (*1949) e *Homem na Chuva* (1950). (RIBEIRO,2006: p.15).

Outra questão levantada pela pesquisadora é o desconhecimento de Lorca com relação ao trabalho de Henri Cartier-Bresson. Esse renomado fotógrafo francês, defendia o "momento decisivo" na fotografia. Pressupunha a existência de um instante privilegiado, capaz de sintetizar todo o significado de um dado acontecimento e o fotógrafo seria o profissional especializado que saberia identificar esse momento e materializa-lo na imagem. Henri Cartier-Bresson, em sua famosa foto *Atrás da Estação Saint-Lazare,* de 1932, fará essa leitura.

Daniela Ribeiro conclui, portanto, que Lorca sendo um fotógrafo de formação tão humilde, teria tido contato com a obra de Cartier-Bresson no Foto-Cine Clube Bandeirantes.

> *Todos esses dados me ajudariam a concluir que o contato de Lorca com os parâmetros praticados por Cartier-Bresson seria fruto das atividades promovidas pelo Foto-Cine Clube Bandeirantes das quais participaria, mesmo que pudesse não ter consciência disso naquele momento (RIBEIRO, 2006: 20)*

Fazendo um paralelo, em entrevista recente com o Sr. German Lorca, conversamos sobre a produção fotográfica de Militão Augusto de Azevedo. Ele não conhecia o trabalho de Militão. Não sabia dos álbuns, das fotos urbanas e da relevância de sua obra. Antes de falarmos dos álbuns, ele comentou que tinha vontade de fotografar novamente nos locais onde havia feito as imagens urbanas de São Paulo em 1950 e assim fazer um comparativo de como a cidade havia sofrido modificações urbanas e arquitetônicas. Ficou surpreso quando lhe disse que Militão já havia feito um álbum comparativo da cidade, em 1887. Portanto, é possível concluir que, apesar de não ter conhecimento do trabalho de Militão e de Cartier-Bresson, Lorca recebe essas informações no meio artístico de alguma maneira ou por pura intuição do artista, em sintonia com o mundo a sua volta. Neste contexto, valeria uma maior discussão sobre esse tema, em outra ocasião.

A cidade de São Paulo que German Lorca vivenciou na década de 40 e 50 do século passado, era um marco dentro do país. São Paulo vivia num crescente industrial e na necessidade de mostrar uma feição de metrópole moderna. Essa noção de desenvolvimento urbano é constante nos álbuns fotográficos da cidade, produzidos naquela época.

A construção civil vivia o seu apogeu, com inúmeros edifícios sendo projetados e construídos. O projeto nacionalista de Vargas, continuado por Juscelino Kubitschek, dava o tom para as grandes cidades e chega ao ápice com a construção de Brasília, em 1960.

German Lorca tentará decifrar essa cidade em sua produção. Destaca em seu trabalho o cotidiano da mesma, sempre tendo o elemento humano em suas imagens.

Retrata os bairros de periferia, os bairros industriais, onde os imigrantes italianos e espanhóis instalaram-se no começo do século XX. Essas imagens, com riqueza poética, deixam na história da cidade o seu real cotidiano, a mescla cultural e étnica que sempre foram marcantes na cidade, porém ausente nos álbuns fotográficos oficiais. O Brás, o Cambuci, o Bixiga eram bairros operários e industriais que não se distinguiam como bairros de elite mas como a força produtora da cidade. Eram dessas regiões que saía o capital que fez de São Paulo a grande metrópole.

Lorca traz, na sua obra, toda essa realidade paulistana pautada na visão da fotografia moderna. Sempre cuida muito da composição, da luz e da sombra. Utiliza com maestria as formas geométricas, mas por sua intuição artística e simplicidade, consegue perceber que a fotografia urbana não é mais uma tentativa de capturar o real mas de interpreta-lo.

No aniversário de 450 anos de São Paulo, em 2004, foi realizada uma exposição com as fotos da cidade, feitas por German Lorca. Nesta ocasião, o fotógrafo relata com certa tristeza a sua experiência de fotografar edifícios e locais que já não mais existem em São Paulo.

"A vista da Faculdade de Direito não é mais a mesma. O prédio, de onde a foto foi tirada, foi demolido. É uma vista que não poderá mais ser reproduzida." (LORCA,2004)

Militão Augusto de Azevedo e German Lorca, duas obras e um mesmo objeto, a cidade. Os dois foram cúmplices de um processo histórico que souberam paralisar em suas lentes. Mostraram uma São Paulo da garoa, que não mais existe. Fica a certeza da contribuição destes dois fotógrafos para a história e a iconografia paulistana.

Referências bibliográficas:

GRANJEIRO, C. D., **As artes de um negócio: a febre photographica - São Paulo: 1862 – 1886,** São Paulo**:** Mercado das Letras, 2000, p.82

LIMA,S. F., CARVALHO, V. C.,**Fotografia e Cidade,** Álbuns de São Paulo (1887-1954), São Paulo: Mercado das Letras, 1997, p.104

LORCA, G., disponível em:http://www.abril.com.br /especial450/matérias/

Lorca/imagens/Lorca.jpg, 2004

RIBEIRO, D.M., **Verdade ou mentira?** Considerações sobre o flagrante, o pseudoflagrante e a composição na fotografia de German Lorca, São Paulo:tese de mestrado apresentada a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006,p.8,15 e 20

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A posse e a comercialização da terra na Colônia Rio Uruguay entre 1920 e 1950

Carlos Fernando Comassetto[1]

Resumo: A crise da produção e do trabalho escravizado no Brasil coincidiu com a transformação agrária promovida pelo avanço do capitalismo na Europa. Este processo motivou a tendência migratória interna e a travessia transoceânica de trabalhadores, sobretudo rurais, para a América. A Lei de Terras marcou o fim da concessão gratuita de terras e abriu caminho para a especulação imobiliária privada. Em meados do século 20, a ocupação territorial do Estado de Santa Catarina ocorreu principalmente com a atuação das companhias particulares de colonização. Um aspecto a ser considerado para a ocupação do Alto Uruguai Catarinense é a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. A comercialização de terras trouxe a lógica da acumulação capitalista. O objetivo principal dessa comunicação é estudar e compreender a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveram a ocupação da região do Alto Uruguai catarinense, entre 1920-50, por colonos camponeses, tendo como eixo de estudo a Colônia Rio Uruguay.

Palavras-chave: terra, colonização, Alto Uruguai

Abstract: The agriculture crises production and the slavery in Brazil coincide with the agriculture transformation, promoted by the Capitalism System in Europe. This process/situation was the main reason why so many rural worker from Europe move to America. The Lands Law ends the free landing from government and created the real state speculations. The occupation of the actual area of Santa Catarina State it happens mainly with private colonization companies which demarked and sell the area. They demarked the area and sell it. The construction of the railroad called Sao Paulo Rio Grande in the middle of the XX century was decisively for the Alto Uruguay. The commercialization of such lands created the usual capital accumulations for the companies. The main purpose of this message is to understand the way the colonization company worked and the occupation of the region between the years 1920 to 1950 by land workers on the Colonia Rio Uruguay.

Key-words: land, colonization, Alto Uruguay.

Introdução

A crise da produção e do trabalho escravizado no Brasil coincidiu com a transformação agrária promovida pelo avanço do capitalismo na Europa, que "provocou a

[1] COMASSETTO, Carlos Fernando. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH–UPF), pesquisador do Núcleo de Estudos Histórico-Lingüístico – NHEL. Professor da rede pública estadual de Santa Catarina. Pesquisa sem apoio de agência financiadora.

expulsão do camponês da terra", transformando-o em trabalhador assalariado e dependente, não raro, empregado em ocupações esporádicas nos centros urbanos. Esse processo impulsionou a tendência migratória interna naquele continente e acelerou a travessia transoceânica de trabalhadores, sobretudo rurais, para as Américas.(CORTEZE, 2002: 35-40).

Para acelerar o processo colonizador, o governo provisório da República executou os princípios da Lei de Terras (Lei nº 601 de 18/09/1850), que dispunha sobre as terras *devolutas*. Com a Lei, o governo brasileiro determinou o fim da concessão gratuita de terras. A partir de então, a terra poderia legalmente ser adquirida através da compra com título de propriedade: abriu-se, dessa maneira, o caminho à especulação imobiliária privada.(ORTIZ, 2006: 02)

Durante o período de vagatura da Lei nº 601, em torno de quatro anos, a ordem pública estava desnorteada, "muitas legitimações de propriedades foram feitas de forma fraudulenta". Em 25 anos, mais de 218.000 hectares passaram do domínio público para o domínio privado. Entre 1881 e 1889, foram negociados mais de 547.000 hectares. (ROCHE,1969: 118-9)

Na primeira metade do século 20, a ocupação territorial do atual Estado de Santa Catarina ocorreu principalmente através da atuação das companhias colonizadoras privadas, que lotearam e venderam boa parte do espaço geográfico catarinense. Com isso, apresentou-se uma nova ordem social, "já que a livre iniciativa capitalista florescia tão claramente", para legitimar, o *desenvolvimento* através da colonização do Alto Uruguai catarinense. Assim, tanto os nativos (caingangues) quanto os caboclos, como são nominados os "brasileiros" pela fração de imigrantes e migrantes que colonizou a região pesquisada, não foram incluídos nessa ação.(HOBSBAWM, 2002: 63) (RENK, 1997: 10 e 11)

Centramos nosso estudo na formação da ocupação do espaço sócio-econômico regional, provocada pela migração interna do Rio Grande do Sul até a Colônia do Rio Uruguay, no oeste de Santa Catarina. O processo migratório envolveu, sobretudo, agricultores e pequenos proprietários de ascendência italiana e alemã.

Pretendemos compreender a disposição da ordem agrária na Colônia Rio Uruguay, no período histórico estudado, sua inserção econômica em Santa Catarina e no país. Observamos a geração de uma classe social dominante que, por meio do uso das relações políticas, do poder econômico, da legislação e da força, expulsaram nativos e caboclos das terras que utilizavam para sustentar a vida.

O objetivo principal deste trabalho é estudar e compreender a atuação das companhias colonizadoras e do movimento migratório que promoveram a ocupação da região

do Alto Uruguai catarinense, entre os anos de 1920-50, por colonos camponeses, tendo como eixo de estudo a Colônia Rio Uruguay, também conhecida como Colônia do Rio do Engano e Colônia Concórdia. No transcorrer do estudo pretendemos comprovar a nomenclatura.

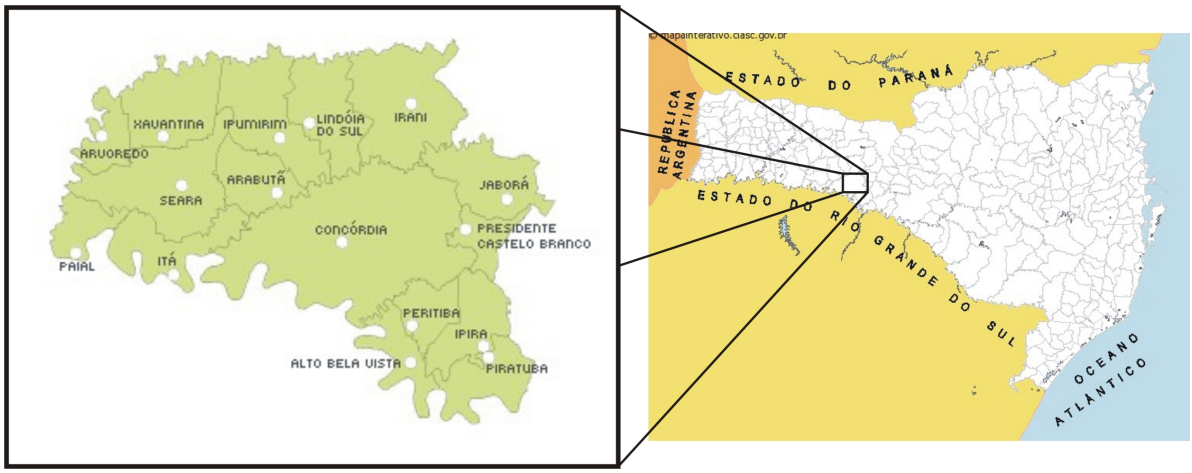

Fig. 1 – Mapa do Estado de Santa Catarina. Destacada a região do Alto Uruguai.
www.mapainterativo.ciasc.gov.br/# - acessado em 30/08/2006, ás 10h00.

Não podemos ignorar os aspectos referentes às adversidades encontradas pelos colonos europeus nos primeiros tempos no Brasil. Enfeita-se o processo imigratório ao se ignorar aqueles que fracassaram na aventura americana, que viveram dura e pobremente por longos anos ou por toda a vida. Simples personagens de carne e osso, homens e mulheres, de verdade, e não semideuses mitológicos, que partiram, forçados, para tentar vencer, no novo mundo, a luta que haviam perdido no velho. Aos derrotados na luta pela sobrevivência, é negado o direito de participarem na saga americana, comprometida com o sucesso desde o começo.

O artigo é parte integrante da dissertação, em andamento, de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), sob a orientação do professor dr. Mário Maestri.

A Europa

No século 19, na Europa Ocidental, as transformações sociais, políticas e econômicas ocorreram através da navegação e da construção de uma ampla rede ferroviária. No norte da Europa, aprofundaram-se as transformações na agricultura, num sentido mercantil. Observou-se que este processo capitalista não se desenvolveu de modo uniforme,

nem mesmo dentro do continente europeu. "Isto proporcionou uma gigantesca alteração na vida diária de milhões de europeus". (MACHADO, 1999: 43-4)

Cada passo no desenvolvimento econômico foi acompanhado pela transformação política. Cada vez mais das ruínas da sociedade feudal, brotou a burguesia moderna, que, para Karl Marx, "significa a classe dos capitalistas modernos, que possuem meios de produção e empregados assalariados", instalou a indústria manufatureira, estabeleceu um novo sistema de produção e incorporou novos mercados. A nova classe financiou enormemente o comércio, a comunicação por terra, que originou cidades enormes. Em 1850, por primeira vez na história, a população urbana de muitos países europeus superou a rural.(MARX, 1998: 9-63)

O europeu não português

A exceção da introdução de casais açorianos, em meados do século 18, a primeira leva de emigrantes europeus não portugueses, com fins de colonização territorial, patrocinada pelo Governo Imperial Português, no Brasil, ocorreu em 1819.

A Corte Real Portuguesa retorna para Lisboa em 1821 e no Brasil foi proclamada a independência em 1822. Ambos acontecimentos não alteraram a política de colonização iniciada por dom João VI e continuada pelo seu filho e Imperador dom Pedro I. "Além do mais, a Independência foi realizada e aproveitada, em grande parte, por personalidades e pequenos grupos ou comunidades urbanas", sob a hegemonia dos grandes comerciantes e produtores escravistas.(CARVALHO, 2005: 36)

Os alemães em Santa Catarina

Em 1828, desembarcam em Desterro, atual Florianópolis, os primeiros imigrantes alemães. Destinados ao núcleo colonial de São Pedro de Alcântara, localizado a 31 km da atual capital do Estado. Em 1º de março de 1829, iniciou-se oficialmente a colonização. Desde o desembarque no porto do Rio de Janeiro, até a ocupação territorial da colônia, os imigrantes foram alojados e assistidos pelo governo brasileiro, receberam inclusive uma diária de 160 réis para compensar o atraso pela não demarcação do lote e sua transferência definitiva.(PIAZZA,1983: 246)

Enquanto no Rio Grande do Sul havia condições favoráveis, solo fértil, proximidade com o centro consumidor, em Santa Catarina as adversidades naturais impossibilitaram resultados positivos. Bem diferente da trajetória de sucesso apresentado

pelas colônias de São Leopoldo e Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul, o fracasso da colônia de São Pedro de Alcântara, desmente a explicação do *sucesso* da ocupação colonial-camponesa do território pelo fator étnico.(MAESTRI, 2005: 20)

O Oeste catarinense e a Guerra do Contestado

A demarcação dos limites entre a América Espanhola e América Portuguesa aconteceu segundo Mario Maestri, com "o Tratado de Madrid, pactuado entre Portugal e Espanha, [...] que constitui tentativa de solução pacífica global das desavenças territoriais ibéricas na América". O artigo V deste Tratado descrevia o limite português e a Colônia espanhola, determinando que a fronteira subiria do rio Uruguai pelo leito do seu afluente Peperi, até encontrar o rio Iguaçu. Sabe-se que desde a assinatura do tratado, inúmeros outros o sucederam em busca de uma precisão quanto aos limites hidrográficos dos dois domínios.(MAESTRI, 2006: 22)

Em 1881, o território compreendido do planalto catarinense até as matas argentinas foi palco de disputa internacional. Na Argentina, foi conhecida como *Cuestión de Missiones*, no Brasil, como Questão de Palmas. Durante o século 19, foram superados diversos problemas territoriais, contudo entre Brasil e Argentina predominou uma rivalidade latente na busca por uma posição hegemônica no contexto sul-americano.(CARVALHO, 2005: 148)

A Guerra do Contestado é um dos principais episódios bélicos e um dos mais importantes movimentos sociais da história brasileira. No período compreendido entre 1912-16, na área disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta pela propriedade da terra levou às armas cerca de vinte mil pessoas. Os sertanejos enfrentaram as forças militares dos dois Estados e cerca da metade do efetivo do Exército da República Velha, deslocado e encarregado da repressão. (COMASSETTO; AMADOR, 2006)

Dos sobreviventes, prisioneiros de guerra, muitos continuaram habitando a região. Tornaram-se ocupadores de terrenos devolutos e alguns escolheram o Alto Uruguai para nascer de novo. Apesar de sua dimensão, o acontecimento foi negado nos livros escolares, esquecido pela historiografia e praticamente apagado pela memória nacional, até há poucos anos. (MACHADO, 2004: 324)

Alto Uruguai catarinense: a região pesquisada

O Estado de Santa Catarina atualmente esta organizado em 21 associações, totalizando 293 municípios. Destaca-se, entre elas, a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), com dezesseis municípios. Nos seus limites encontra-se uma fauna de grande valor e quantidade diversificada, tendo um número expressivo, principalmente de pequenos animais e diversas espécies de aves. "Uma cobertura vegetal, diversificada, com *cedros, imbuías, canelas, perobas*, *araucária*, em especial o *pinheiro*, exploradas pelas empresas colonizadoras e ou madeireiras". (WOLOSZYN, 2006: 214)

A hidrografia é marcada pelo rio Uruguai e pelo rio Irany; os demais são considerados riachos. O rio Uruguai, não tem direito a leito: tem calha, cavada no basalto por sucessões de corredeiras. É um rio diferente. O rio Canoas, um pouco mais ao norte e o rio Pelotas mais ao sul. Quando chegam em Campos Novos, os dois se juntam e formam o rio Uruguai. Os dois descem rápido, formam corredeiras, grotas, cascatas, cachoeiras e peraus. Muitos trechos não são navegáveis, exceto quando as enchentes encobrem os saltos. (ITÁ, 2004: 23–58)

O conhecimento sobre grupos humanos que ocupavam o vale do Rio Uruguai, através de pesquisa antropológica, recua, de acordo com as datações pelo processo de radiocarbono, a 8.640 A.C. até 1.735 D.C., fundamentado nos relatórios técnicos do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai – Barragem Itá. (GOULART, 1997: 2)

Os grupos nativos que viviam no Brasil, bem como seus descendentes, são erroneamente tratados, em algumas literaturas, como *índios*. Comunidades nativas de caçadores-coletores, de língua jê povoaram, esparsamente, parte dos territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai e dos três estados do Sul do Brasil sendo subdivididos em *caingangues, choclengues e carijós*. A história da aculturação, da destruição e exterminação dessas comunidades apenas começa a ser escrita.(COMASSETTO, 2006: 151-3)

As companhias colonizadoras

Com a extensão de terra recebida do governo imperial, como pagamento pela construção de uma ferrovia, através do Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, posteriormente, renovado no governo republicano pelo Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890, a empresa controladora *Brazil Railway Company* iniciou o serviço de exploração e ocupação

territorial. Em 1906 assumiu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, que era a concessionária titular para a construção da ferrovia. Cessionária de uma extensão contígua de terras, a partir do eixo da estrada, de 15 km para cada lado, para efeitos de colonização. Foi o que fez a *Brazil Development and Colonization Company*, controlada pela *Brazil Railway Company,* com a extensão territorial denominada como Colônia do Rio Uruguay.[2]

Várias outras empresas exploradoras do comércio de terras fixaram-se na região. Elas encaminharam famílias de origem italiana e alemã procedentes do Rio Grande do Sul. A colonização caracterizou-se pela pequena propriedade colonial-camponesa, que permitiu um aglomerado mais denso das populações. A seguir as principais empresas que atuaram na Colônia Rio Uruguay.[3]

Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.

Em 1894, o engenheiro João Teixeira Soares, brasileiro, financista de múltiplos negócios, transferiu da Companhia União Industrial dos Estados do Brazil para a companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, a concessão titular para a construção da via-férrea entre os municípios de Itararé, no presente estado de São Paulo, até a estação de Boca do Monte, no município de Santa Maria, no atual estado do Rio Grande do Sul. O negociante recebeu conforme o Decreto nº 10.432, de 9 de novembro de 1889, do decadente governo imperial brasileiro, a cessão gratuita de terrenos *devolutos*. Posteriormente, renovado no governo provisório republicano, pelo Decreto nº 305, de 7 de abril de 1890, uma zona máxima, a partir do eixo da estrada numa extensão de 15 km para cada lado. Em 9 de novembro de 1906, a *Brazil Railway Company*, assumiu, o controle acionário da Sociedade Anonyma Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG) e a construção da ferrovia. Cabia a empresa estadounidense uma remuneração de 8% do capital que viesse a empregar na obra.(FERREIRA, 1992: 32)

[2] Seção de coleções especiais, www2.camara.gov.br/Internet/legislação/legin.html. Acessado em 06 de fevereiro de 2007, ás 15h00

[3] Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nº 04, 3ª fase, 1982-1983, Direção Jali Meirinho. pp. 307 a 313.

Southern Brazil Lumber and Colonization Company e **Brazil Development & Colonization Company** empresas controladas pela **Brazil Railway Company**.

Otto Deiss era o responsável pela venda de imóveis em Rio do Peixe e Carlos Muller pela área no rio Uruguai. Eram da companhia estadounidense as concessões de terras denominadas como: Lageado do Leãozinho, Rio do Peixe, Rio Uruguay, Rancho Grande, propriedade do Rio do Engano, entre outras. Na propriedade do Rio do Engano a porção de terras atingia mais de 107.000 hectares. A *Brazil Development & Colonization Company* negociou a área com a empresa Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

Empresa povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão.

A Empresa povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão, sediada em São Paulo, dirigida pelo francês Theodore Jean Leon Capelle possuía 1.244 lotes rurais; 75 lotes urbanos e três chácaras. Além disso, mais 50 lotes da fazenda de Parampo. A empresa negociou com a *Brazil Development & Colonization Company* a gleba Rancho Grande, aproximadamente 32.500 hectares.

Luce, Rosa & Cia. Ltda.

A empresa foi constituída em 1910, em Porto Alegre, pelos proprietários Adolpho Guilherme Luce, Thimóteo da Rosa e José Petry. Adquiriu em 1883 terras da baronesa de Limeira, nas margens do rio Uruguai. Apostou na especulação imobiliária com a construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. A Luce, Rosa & Cia. Limitada foi a primeira empresa a colonizar glebas de lotes no território do Contestado. Inicialmente, dividiu 3.641 lotes coloniais com 24,2 ha. cada. Explorou lotes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No lado catarinense, foram formadas as colônias de Nova Santa Cruz, a Fazenda Barra Grande e Nova Teutônia (município de Arabutã), a Colônia Uvá e a Colônia Poço Rico (no atual município de Itá), Monte Alegre, Nova Milano e São Raphael (hoje município de Chapecó). A companhia vendeu terras para a Sociedade Bertaso Maia & Cia., que comercializou a área onde agora se encontra o município de Chapecó (SC).

Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia.

Em 9 de março de 1938, ocorreu o pedido de registro de firma e contratos de formação de uma sociedade civil, tendo como objeto a venda de terras para colonização mediante o pagamento à vista, podendo, no entanto, ser ampliados os negócios sociais a juízo dos gerentes abrangendo qualquer especulação lícita. A sociedade, com sede em Marcelino Ramos (RS), foi constituída inicialmente com capital social de R 700.000.000 (setecentos contos de réis), formado da seguinte maneira: João Mosele; Leonel Mosele; Rodolfo Ahrons; Alexandre Ahrons; Abramo Eberle & Cia e Hugo Gerdan, contribuíram com R 100.000.000 (cem contos de réis). Os sócios Eberle, Ludwig & Cia e Hugo Ahrons contribuíram com R 50.000.000 (cinqüenta contos de réis).(RÜBENICH, 2002: 145-50)

Os gerentes receberam como honorários em remuneração pelo seu trabalho 12% sobre o valor das vendas efetuadas, assim, distribuídos: 2% para o gerente Alexandre Ahrons e do restante 5% para o gerente João Mosele e igual porcentagem para Leonel Mosele.

A empresa adquiriu da *Brazil Development & Colonization Company* 3.346 lotes coloniais. Em 1925 assumiu o encargo de colonizar a gleba "Rio Engano". Em 1932, na sua Colônia Rio Engano, dividiu, 3.638 lotes rurais, 256 lotes urbanos e 26 chácaras (futura colônia Concórdia).

Esta pesquisa se encontra em desenvolvimento, ainda buscamos informações sobre as seguintes companhias: **Colonizadora Brum; Ângelo De Carli & Cia**; **Nardi, Rizzo, Simon & Cia.** e sobre a **Empresa Moule,** essa última iniciadora da divisão da colônia Concórdia, no lugar denominado "queimados".

Bibliografia

CARVALHO, Haroldo L. **A trama da integração**. Soberania e identidade do Cone Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

COMASSETTO, Carlos F.; BISON, Cleonice.; FAVERO, Márcio.; DALLA ROSA, Zelir. **História de Concórdia no período anterior a sua emancipação.** In: ZOTTI, Solange A. (Org.). *História faz história: contribuições ao estudo da História Regional.* Universidade do Contestado (SC) UnC-HISED. 2006.

COMASSETTO, Leandro Ramires. AMADOR, Milton C. P. **Guerra do Contestado:** memória reconstruída em museu virtual. Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História. Florianópolis: UFSC, 2006.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in américa:** história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

FERREIRA, Antenor Geraldo Z. **Concórdia:** o rastro de sua história. Concórdia: [s.ed.] Fundação Municipal de Cultura. 1992.

GOULART, Marilandi (coord.). **Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai** – Barragem Itá – Introdução. Itajaí: UNIVALI, 1997. v. I.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875.** 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização no Império.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo P. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra:** a colonização italiana no Rio Grande do Sul 1875-1914. 2 ed. ver. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2005.

MAESTRI, Mário. **Uma breve história do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. *V. 1 - A ocupação do território* - Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

MANFRÓI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** Tradução Maria Lucia Como. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes:** *a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do rio grande do sul (Soledade – 1850-1889).* Passo Fundo: PPGH- UPF 2006. 203 pp. [Dissertação de mestrado]

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina:** sua história. Florianópolis: UFSC. Lunardelli, 1983.

RENK, Arlene. **A luta da erva:** um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RÜBENICH, Wilmar Wilfrid. **Marcelino Ramos:** a guerra e o pós-guerra do Contestado. Erechim: São Cristóvão, 2002.

WOLOSZYN, Noeli. **Os Trabalhadores do Rio:** Balsas e balseiros do Alto Uruguai 1930-1960. Passo Fundo: PPGH-UPF 2006. 214 pp. [Dissertação de mestrado]

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nº 04, 3ª fase, 1982-1983, Direção Jali Meirinho. Redação Walter Fernando Piazza e Carlos Humberto Corrêa.

Coleção de Monografias Municipais, nova série – nº 255, de 1982. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. ISSN 0102-1087. Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

ITÁ - Memória de uma Usina - Consórcio Itá Tractebel Energia S.A. Produzido entre agosto e outubro de 2000. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imagens porta adentro e uma história com móveis

Marize Malta[1]

Resumo: Pretendemos apresentar caminhos de leituras sobre os móveis domésticos oitocentistas consumidos e vivenciados no Rio de Janeiro que ultrapassem as abordagens tradicionais da história da arte e do design. Partindo do diálogo com os estudos da cultura visual e observando os ambientes da casa de Rui Barbosa, traremos questões que considerem os móveis *em situação*, as imagens que proporcionavam e o aspecto decorativo que construíram.

Palavras-chave: mobiliário oitocentista, cultura visual, imagens decorativas.

Abstract: We intend to present ways to read domestic furniture consumed and experienced in Rio de Janeiro during the 19th-century that surpass the traditional approaches of art and design history. Starting from the dialogue with the studies of visual culture and observing the interiors of Rui Barbosa's house, we'll deal with questions that consider the furniture in situation, the images that it provided and the decorative aspect that it constructed.

Keywords: 19th-century furniture, visual culture, decorative images.

No Brasil, até o século XIX, os móveis eram raros e genericamente muito simples, salvo em espaços religiosos e em alguns poucos sobrados aristocráticos. Contudo, no decorrer do século, principalmente no seu último quarto, a decoração de interiores e o mobiliário não foram apenas esparsos coadjuvantes na ambientação das casas brasileiras. A decoração assumiu papel fundamental nas cenas da vida doméstica; os móveis se multiplicaram, adornaram-se e adquiriram um poder de representação até então pouco usual. Como exemplo, podemos citar o museu-casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, que preserva a sua casa mobiliada como na época em que lá morou (1895 a 1923). Seus interiores e móveis representam uma sociedade que valorizou o aspecto decorativo dos objetos cotidianos e construiu uma cultura visual porta adentro (MATOS, 2002).

Poucas têm sido as histórias sobre os móveis do tempo de Rui, cujas narrativas seguem a tradição da história do mobiliário, articulada, grosso modo, a partir da visão do móvel enquanto arte decorativa ou objeto de design, o que gerou, a princípio, histórias

[1] Professora da Escola de Belas Artes da UFRJ, doutoranda em História pela UFF.

antagônicas. Pela via da arte decorativa, a história dos móveis foi encarada como uma especialidade pouco prestigiosa da história da arte e construída por uma 'evolução' dos estilos. Os móveis se apresentavam através de longas descrições das características estilísticas, a partir da seleção de peças excepcionais encontradas em museus e coleções, grande parte pertencente à nobreza. O reconhecimento de estilos, ligado às questões do ornamento, era o princípio norteador para o móvel se fazer conhecer pela história da arte. Caso um objeto não apresentasse as características que lhe direcionassem a algum estilo, era descartado, taxado de tardio ou híbrido, como que dando um basta à sua problemática. Pertencer a algum estilo significava aparentar determinados repertórios formais (ou vice-versa), encaixar-se em certa regra, convenção, padrão. Qualquer desvio não seria potencialmente historicizado pelo viés da história dos estilos, que implicava per si narrar objetos de valor artístico.

Ao passearmos pelos espaços da casa de Rui Barbosa não encontramos apenas móveis de estilo. O valor das peças não está, de imediato, em suas qualidades estéticas. As peças estão lá, sim, pelo valor do proprietário para a história nacional, são símbolos de seus gostos e modos de vida. O fato de estarmos trabalhando com museus-casa traz outras questões, diferentes das endereçadas a peças localizadas em museus de arte e de artes decorativas. O acervo de um museu-casa tem um valor documental relevante; representa um gosto datado e individualizado de determinada família. Os objetos não estão lá porque um curador os escolheu, mas porque as pessoas que lá moraram, segundo convenção, necessidades cotidianas, estilo de vida, oferta da época e gosto, elegeram aqueles objetos. Diferente do conjunto de objetos ou mesmo de ambientes transpostos para museus históricos, caso em que tomam mais facilmente a classificação de semióforos (ABREU, 1996), estamos diante de móveis em seu lugar de idealização, uso, convívio e, portanto, não estão fora do lugar. Mesmo que não estejam mais em uso, estão em uma condição prestes a serem usados. Sentimos que eles estão em casa.

Os acervos de museus-casa, como o de Rui Barbosa, podem nos sugerir a dimensão decorativa dos móveis a partir das práticas do vivido. Ainda mais, os móveis não se inserem todos na lógica do estilo então vigente à época: o ecletismo. Ele mesmo, o estilo eclético, já é um problema perante os repertórios fechados da tradição estilística e é considerado muitas vezes um não-estilo. Além disso, várias peças ditas ecléticas receberam ataques veementes quanto à ausência de valor artístico, justificando a escassez de seus estudos diante da história da arte. Tal conjuntura gerou uma história do mobiliário que não consegue dar conta da totalidade de móveis encontrados nas casas oitocentistas.

Os objetos não artísticos foram, em parte, absorvidos por uma história relativamente recente, a história do design que, a priori, considerou somente a história dos objetos de amplo consumo e descartou "(...) toda produção que leve em conta o objeto de exceção de vocação decorativa, como, por exemplo, os móveis esculpidos e marchetados ou a tapeçaria contemporânea" (LAURENT, 1999: 5). A visão dessa história subjugou a parcela artística dos artefatos, desprezando o fator decorativo, pois design seria uma categoria distante da arte, na medida que lida apenas com coisas 'úteis'. Só faria parte da história do design aquilo que participasse do processo industrial, preferencialmente os artefatos fabricados em grandes séries ou cuja constituição ou operação envolvesse tecnologias. Promoveu-se, assim, uma ruptura historiográfica, justificada pelos meios de fabricação dos objetos: artístico e artesanal - história das artes decorativas, utilitário e mecanizado - história do design. Tendo em vista que os móveis ecléticos foram considerados frutos da produção mecanizada, seus estudos tenderam para o campo do design e foram observados como imperfeições industrializadas, algo a ser reformado, renovado, modernizado, levando a crer que já surgiu ultrapassado, conformado, velho, fadado ao fracasso.

O entendimento dos móveis oitocentistas, de linguagem eclética, foi alvo dessas duas tradições historiográficas, conduzindo sua leitura a tomá-los como objetos fora do lugar e de seu tempo. Desejamos ver os artefatos oitocentistas com outras lentes, que detenham características multifocais, e permitam outros olhares, capazes de reconfigurar dicotomias e classificações tradicionais para repensar esse tipo de objeto. Ver os objetos decorativos oitocentistas sob o prisma da cultura visual, o que propomos fazer, é um indício de querer ver diferente; é uma opção por alargar as delimitações que as abordagens pelo design e pela arte vêm imprimindo a esses objetos. A noção de cultura visual engloba os objetos tratados nas histórias da arte e do design e inclui outros, freqüentemente super olhados ou ignorados por elas (BARNARD, 2001: 3). Estamos propondo uma história do mobiliário como cultura visual e material produzida por grupos sociais que colaboraram na expressão de sentido de mundo. Consideramos que o móvel deve ser inserido "em situação" (MENESES, 1998), ou seja, no conjunto de discursos e práticas próprias da sociedade que os produziu, com o fim de compreender o funcionamento social da arte decorativa, elemento ativo na construção de identidades de indivíduos e grupos no século XIX (ZERNER, 1997: 10). Focalizamos o estudo da cultura visual porta adentro, na vida cotidiana, na experiência visual da burguesia, seus elementos mundanos, domésticos. A experiência visual dos espaços domésticos faz parte de um conjunto de visualidades que tiveram impacto na construção da identidade pessoal e no senso de pertencimento social dos que compartilharam desses ambientes.

Não nos interessa olhar o móvel isoladamente (costume da história do mobiliário) mas desejamos ver o objeto no seu lugar, acompanhado das coisas que o cercam para comporem o todo da decoração. Assim, escolhemos nos distanciar de uma história **de** móveis e propor uma história **com** móveis, inseridos em interiores e que geraram visualidades próprias. Trabalhar interiores residenciais é lidar com o conceito de doméstico, o qual lida com as relações entre imagem e espaço, pois o senso de domesticidade "(...) emerge como um duplo interior, um interior que é conscientemente entendido tanto como imagem quanto como condição espacial"(RICE, 2004: 275).

O termo interior passou por diversas interpretações ao longo do tempo: esteve relacionado à divisão entre lado de dentro e lado de fora; serviu para descrever a natureza interior da alma; foi caráter interior, um tipo de subjetividade individual; foi vinculado aos assuntos domésticos do estado; foi identificado como regiões internas dos territórios (RICE, 2004: 275). A palavra só passou a designar a parte interna de uma edificação ou de uma sala em inícios do século XIX. Apesar de a palavra também dar conta do cenário das peças teatrais (interiores dos teatros), o uso do termo acabou por estabelecer uma conotação mais doméstica e sua especificidade conceitual, que se articulava com o distanciamento da arquitetura, construiu-se no contexto da domesticidade burguesa.

Esse interior não é simplesmente arquitetônico, "(...) ele se apropria do envoltório proporcionado pela arquitetura para se articular através da decoração, o invólucro literal da parte interna da 'concha' arquitetônica"(RICE, 2004: 276). O interior não está vinculado apenas a questões espaciais, provenientes da tradição arquitetônica, pois a arquitetura lhe é sugestão, não imposição. A configuração do interior se articula principalmente através dos fenômenos baseados na imagem, mais estreitamente relacionados com a decoração.

O tratamento sobre o privado pode ser verificado na obra 'História da Vida Privada' que sublinhou a relação entre o espaço privado como lugar de evidência das práticas cotidianas e apontou o século XIX a época da emergência da privacidade e da domesticidade. Se também a decoração de interior foi evidenciada nesse século, isso leva a crer a relação de interdependência entre as noções de privado, doméstico e decoração. Perrot e Guerrand, no quarto volume da obra, apontam que a escolha e arranjo dos objetos teriam demarcado muito mais o interior privado e individualizado do que a natureza física do espaço. A alusão ao interior doméstico como lugar do privado, do indivíduo, do subjetivo, levou a certas interpretações.

Apesar de a decoração de interiores atingir outros espaços que não o doméstico, sua relação é estreita e primeva com a domesticidade, o ambiente privado. Nesse sentido, seu

estudo parece ter o compromisso de ter que lidar somente com as questões das relações cotidianas vinculadas a intimidade das pessoas e, *pari passu*, ter que dar conta de significados profundos. As casas não se inserem apenas e exclusivamente no universo da privacidade. Muitos de seus espaços estão abertos ao público (seleto, sim, convidados, de preferência), alguns pensados e arrumados para recebê-lo. A casa, portanto, longe de ser impermeável às questões do espaço público e mesmo ilusoriamente protegida das coisas da rua, organiza-se através da negociação entre lugares mais abertos e mais fechados para o lado de fora, com variados estratos de intimidade, pois não podemos acreditar que exista apenas uma.

Ao abordarmos os móveis oitocentistas como integrantes de uma decoração de interiores, estamos alargando nosso campo visual e, conseqüentemente, nossa estratégia de abordagem. A condição do objeto – coisa decorativa ou obra de arte ou objeto utilitário – é dependente do tipo de olhar que a ele é lançado. Esse olhar é resultante de posturas frente ao objeto, as quais são ordenadas pelo tipo de lugar onde o objeto está intencionalmente localizado, dentre outros fatores. Considerando o olhar uma atividade historicamente específica, precisamos qualificar o olhar oitocentista para esse objeto, a fim de traçar os significados e as experiências associados a ele. Segundo Richard Leppert, "Imagens adquirem 'significado' não apenas em relação aos seus 'conteúdos' internamente específicos e ao que as pessoas dizem sobre esses conteúdos, mas também, em parte, de acordo com o local onde as obras de arte são exibidas, isto é, com seu lugar físico"(LEPPERT, 1996: 12). Tal afirmativa é fundamental para nosso trabalho que trata do mobiliário residencial; portanto, o sítio original de nosso objeto de estudo não é o museu, mas a casa. O olhar para a casa, sua decoração e seus objetos é diferenciado daquele que observa peças que se tornam visíveis em museus e galerias. O comportamento do olhar é outro. Da mesma forma que havia comportamentos sociais diferenciados para cada local (casa, café, livraria, teatro, etc.), havia também uma forma de olhar compatível para cada sítio.

Estamos lidando com móveis domésticos inseridos em seus lugares de uso, vistos no seu conjunto, dialogando com outros tantos objetos, muitos dos quais poderiam ser designados de obras de arte ou bibelôs. Ao se relacionarem no espaço doméstico, os objetos nem sempre permanecem em suas categorias de origem e muitas delas perdem sentido. Um quadro, por exemplo, ao ser pendurado na parede de uma sala de estar pode ganhar o qualificativo de objeto de decoração e dependendo do gênero do quadro, do seu autor ou do seu dono pode também ser um objeto de prestígio. Nessa relação as categorias não se sustentam, pois quando postas em conjunto adquirem outras possibilidades que vêm se somar aos qualitativos originais ou até transformá-los.

As noções de obra de arte e de design não dão conta de cobrir a complexidade de um ambiente com inúmeros objetos, superfícies, texturas que se espalham pelos cantos, pendem dos tetos, assentam-se em paredes, pousam nos pisos. Nem tudo é fruto de design nem é obra de arte. Isso não significa que essas noções devam ser excluídas ou anuladas, mas tomadas isoladamente ou estritamente, como uma prática corrente da historiografia, não conseguem incluir toda a sorte dos elementos matéricos que compõem os ambientes domésticos. Observando as salas de Rui Barbosa, encontramos piano, relógio, cortinas, banco, pinturas, luminárias, tapete, vasos, console, gravuras, cadeiras, paninho de mesa, vitrine, *bonbonnière*, canapé, espelhos, almofadas, armário, bibelôs, plantas, biombo, pedestais, manta, porta-bengalas, álbuns, jarros, flores... Objetos naturais, artificiais, artesanais, mecânicos, manuais, artísticos... Podemos encontrar quase toda sorte de categorias abrigadas sob o teto da domesticidade oitocentista. Porém, diferente de ver os objetos pelas categorias que os tomam isoladamente e predeterminam olhares, desejamos observá-los conjuntamente, recuperando o sentido do ato de decorar e o olhar relacionado à decoração de interiores.

O processo de construir ambientes domésticos é dinâmico, está em constante transformação, pois uma peça que se mude, uma cor que se modifique, um móvel que se troque de lugar altera a imagem do conjunto. Essa complexa rede de escolhas, combinações e mudanças interage com os comportamentos que ora vigoram e as relações sociais que se desenvolvem, ou mesmo os dirigem, em alguns casos. Esse emaranhado de imagens variáveis não é nada simples, nada passível de ser reduzido a esquemas unilaterais. A natureza da decoração de interiores é dinâmica; os objetos que a definem estão em constante movimento e mudança. Assim, as leituras dos interiores e das identidades que representam não podem ser estáveis.

A decoração, sendo resultado de operação que trabalha com multiplicidade de fatores e uma série de variáveis, é objeto de difícil análise, além de apresentar relação ambígua com a arquitetura. A decoração de interiores se faz com coisas que enchem vazios, preenchem espaços, ocupam o nada, anulam ausências, saciam faltas. Seu valor é o do cheio, é o da matéria, principalmente se contraposto à arquitetura que prima pelo valor espacial, pela expressão daquele vazio que se constrói ao delimitar estruturas, coberturas, paredes e vãos. Arquitetura é continente, decoração é conteúdo. Essa natureza distinta pressupõe olhares diferentes e, portanto, não é por lentes arquitetônicas que melhor podemos visualizar os diferentes aspectos da decoração. Devemos buscar uma maneira de entender a decoração que não reproduza os caminhos da arquitetura, pois afinal não podemos continuar a acreditar,

como desejava Bruno Zevi (ZEVI, 1978), que é só através da arquitetura que ambientes se constroem.

Queremos saber de que maneira os móveis eram vistos pela sociedade que consumiu e usufruiu de suas formas e aconchegos. Ver os móveis demandava adquirir a condição de sedentarismo, não precisar estar se movimentando, pois para olhar com atenção é preciso que se olhe detidamente e isso é favorecido ao se estar parado. A condição do corpo inerte é fundamento para apreciar decoração e olhar com certa demora para o que o cerca. Para se desfrutar dessa inércia, o corpo pode estar sentado e a posição dos assentos vai privilegiar certos pontos de vista. Canapés e cadeiras não ocupariam lugares apenas para favorecer posição confortável à conversação social; esses assentos marcariam lugares estudados que delimitavam pontos de observação e assim cada tipo de lugar ocupado podia favorecer determinadas visualidades.

Enquanto o olhar para a arquitetura, mesmo internamente, prioriza as questões espaciais e relações em macro escala, a decoração de interiores lida com outro ponto de vista. Ele parte dos detalhes, das pequenas peças, das estampas e de como tudo isso em conjunto constrói um ambiente, o qual reconstrói o vazio arquitetônico transformando-o em outro lugar. O olhar para a decoração demanda múltiplas visões e é incapaz de se fazer entender por uma perspectiva fixa e única, como nos pode fazer crer algumas pinturas de gênero ou fotografias. Para se ter uma visão mais abrangente do ambiente, para se captar todos os seus detalhes, a inércia tem que ser vencida. É preciso se movimentar pelo cômodo para visualizar todos os paramentos e todas as peças.

As várias visões que constroem a totalidade do ambiente não são um somatório apenas de imagens que se movimentam. É necessário igualmente uma posição sedentária para que a contemplação atue, porque não se contempla andando. Sendo assim, faz-se preciso um tipo de movimento que concilie deslocamento e fixação. Esse passeio, que se desloca com vagar e se detém por alguns instantes em detalhes, é diferente daquele empreendido em uma galeria, onde o olhar artístico atua. O olhar pára de obra em obra e se fixa apenas em obras, de arte. O ritmo de uma exposição é dado pelos intervalos das obras, as quais normalmente exigem um lugar ideal de visão – com o observador em pé, para trás e no meio, caso dos quadros, e em pé, girando em torno do objeto, caso das esculturas. As pessoas vão à galeria, a priori, para olhar obras, o que não ocorre a quem vai a uma residência fazer uma visita. Nas casas há muito mais coisas para ver, muito mais detalhes a observar e diversas peças a contemplar.

O olhar para o interior doméstico também é diferente do olhar de colecionador sobre os interiores que guardam seus objetos. Segundo Walter Benjamin (BENJAMIN, 1989: 35-89), o colecionador, o 'verdadeiro morador do interior' no século XIX, despiria os objetos de seu caráter de mercadoria, libertando-os do trabalho penoso de serem úteis. Porém, os ambientes interiores não são montados, em princípio, para coleções, são lugares de vida, de atividades domésticas, de sociabilidades. O olhar para os interiores domésticos conta com peças que operam ao serviço dos seus ocupantes e não só com objetos de fruição. Mais que isso, encontramos coisas que são servis ao corpo e serventes aos olhos. Por outro lado, a prática do colecionador aponta a experiência de se tomar posse do objeto e colocá-lo em um canto específico do interior onde outros valores serão atribuídos a ele. Sair da loja ou da oficina (lugar de mercadoria, lugar de trabalho, lugar da esfera pública) e chegar e instalar-se em casa (lugar de bibelôs, lugar de descanso, lugar do privado) implica mudanças consideráveis de sentido. O objeto foi submetido a um processo de transubstanciação ou fantasmagoria, segundo Benjamin (BENJAMIN, 1989), ou fetichização, segundo Marx (MARX, 1974), recebendo mais outros valores, mais subjetivos, diferentes ou distantes do valor de mercado. O objeto ao ser adotado pelo espaço doméstico vai agregando valores do privado e estabelecendo novas relações com as imagens porta adentro, sendo ele mesmo agente provocador de novas imagens ao ser adicionado na prévia arrumação.

Existia tempo certo e coisas certas para se olhar nos interiores oitocentistas. Por exemplo, não se ficava olhando por muito tempo determinadas coisas, como o padrão de uma cortina ou o desenho do tapete; era mal visto ver detidamente as escarradeiras ou querer visualizar a parte de trás das cortinas. Os objetos em destaque eram para ser propositalmente olhados com atenção, demora, talvez admiração. A arrumação das peças direcionava percursos e apontava lugares de parada. Também as ocasiões determinavam posições a ocupar, tanto dos convivas quanto dos objetos.

Ao se contemplar os interiores era necessário, antes de tudo, ter o que olhar, ou seja, motivo para parar e fixar o olhar. Há uma relação de interdependência entre as coisas da decoração e o ato de parar e contemplar. Para ficar e olhar é preciso que haja coisas que propiciem a permanência do corpo e dêem condições para que se pare e fique. Para usufruir das imagens de um ambiente interior há que se permanecer no lugar por algum tempo, experimentar várias posições e variadas imagens de coisas múltiplas, imagens que se constroem porta adentro.

Se Perrot (PERROT, 1989: 5-8) afirmou que habitar é um ato tanto cultural quanto material, nos arriscaríamos a sugerir que habitar também é um ato visual. As imagens

da decoração dos interiores domésticos de fins do século XIX enchiam os olhos com suas estampas, cores, texturas e objetos que interagiam entre si. Ao mesmo tempo, essas imagens despertavam o desejo de compartilhar do prazer visual desse conjunto e demandaram um novo tipo de olhar: um olhar decorativo.

Referências bibliográficas:

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal; memória, história e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BARNARD, Malcolm. **Approaches to understanding visual culture.** Hampshire: Palgrave, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capitale du XIXe siècle.** Paris: Les Éditons du Cerf, 1989.

LAURENT, Stéphane. **Chronologie du design**. Paris: Flammariom, 1999.

LEPPERT, Richard. **Art and the committed eye; the cultural functios of imagery.** Oxford: Westview Press, 1996.

MARX, Karl. *O fetichismo da mercadoria e seus segredos. Capítulo I – A mercadoria*. In: **O capital.** Coimbra: Centelha, 1974.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru: EDUSC, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público.* **Estudos Históricos – Arquivos Pessoais**, Rio de Janeiro, n. 21, 1998/1.

PERROT, Michelle. *Introduction: Le secrets de la maison*. In: ELEB, Monique ; DEBARRE, Anne. **L'architecture de la vie privée, XIIe-XIXe siècles**. Brucelles: AAM, 1989. Pp.5-8.

PERROT, Michele ; GUERRAND, Roger-Henri. *Cenas e locais.* In: PERROT, Michele. (Org.) **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 Pp.305-411.

RICE, Charles. *Rethinking histories of the interior.* **The Journal of Architecture**, vol. 9, 275-287, autumn 2004.

ZERNER, H. **Ecrire l'histoire de l'art.** Paris: Gallimard, 1997.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Divulgação científica para a agricultura brasileira no século XIX: iniciando um debate.

Graciela de Souza Oliver*

Resumo: A comunicação apresenta as premissas necessárias para o estudo das publicações que divulgaram conhecimentos científicos para a agricultura brasileira no século XIX. Partindo de uma perspectiva da História das Ciências, explora os marcos conceituais e contextuais do período, destacando o cenário de Minas Gerais, fazendo uso de bibliografia sobre a história da divulgação científica, da institucionalização científica e da leitura.

Palavras-Chave: História das ciências - divulgação científica - história agricultura no século XIX

Abstract: This paper presents the assumptions for the study of science literacy and the popularization of science for Brazilian agriculture on XIX century. Regarding tree points of view (social history of science, popularization of science and history of literacy), it will expose conceptual and contextual problems to the objetc of study which intends to focus on Minas Gerais.

Keywords: History of Science - Popularization of Science - History of Agriculture on XIX century.

A divulgação científica atualmente no Brasil apresenta-se em pleno desenvolvimento, apresentando um número crescente de profissionais e meios de comunicação especializados. Por aqui, o termo *divulgação científica* foi estabelecido com o mesmo sentido que o termo *vulgarização científica,* como é preferido na França, ou *popularização da ciência* ou *science literacy* em países de língua inglesa (MASSARANI, 1998; MASSARANI & MOREIRA 2001). Estes termos foram consolidados como fruto de um movimento de apoio à ciência do século XX, ou depois do surgimento da *Big Science*, bem como no movimento de entendimento das atitudes do público sobre essa ciência, a partir da década de 1950, na tentativa de estabelecer uma ponte entre "sábios" e "ignorantes" (COOTER & PUMFREY, 1994; MILLER, 2002).

---

* Bolsista PRODOC/CAPES, programa de pós-graduação em História/UFMG. gracioliver@gmail.com
Comunicação apresentada no Simpósio Temático de **História-Ciência-Tecnologia-Sociedade,** do XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridades territórios e deslocamentos, 15 a 21 de julho de 2007, UNISINOS, São Leopoldo/RGS

Entretanto, o processo de comunicação da ciência para além de seus pares não se trata de um fenômeno histórico recente (BRÉGUET, 1990; GREGORY & MILLER 1998). Tampouco, a noção de fosso entre especialistas e leigos sempre existiu (COOTER & PUMFREY, 1994). Até onde podemos identificar a presença da ciência pressupõe-se a sua divulgação, quer seja entre aqueles que a praticavam, observavam ou a impulsionavam quer a um público mais geral. Mas com o triunfo da ciência baconiana e a meta de divulgá-la para todos, uma esfera pública da ciência foi criada, trazendo os experimentos do âmbito particular para a esfera pública de prova (BROMAM, 1998; ABRANTES, 1998; ROSSI, 2001; OLIVEIRA. 2002).

Neste contexto ilustrado do século XVIII, consolidou-se uma cultura letrada entre diferentes segmentos sociais (CHARTIER, 2001; BURKE, 2003), iniciando também a circulação dos periódicos, livros, enciclopédias, manuais, lições, jornais e coleções científicas (BESAUDE-VINCENT, 2001). Entretanto, a constituição de um público consumidor específico para a divulgação científica trata-se de um fenômeno mais recente. Este movimento de *popularização da ciência* teve início no século XIX, utilizando-se de meios de comunicação tais como: conferências, manuais, magazines, exibições, museus e filmes. Nesse período, Besaude-Vincent (2001) salienta que ainda não se pressupunha a existência de um fosso entre ciência e público leigo, o que seria uma construção do século XX.

Não podemos perder de vista que, a partir dos oitocentos, outros processos históricos estão em curso, por exemplo, o de urbanização, de industrialização, nas cidades e no campo, e de institucionalização e profissionalização das ciências e, até mesmo, de constituição de políticas continuadas de apoio do Estado às atividades científicas (BAIARDI, 1999). Em outras palavras, entender a divulgação científica na história é também compreender como se deu os enlaces entre ciência e a sociedade. Também deveríamos dar especial atenção às relações entre a ciência e a tecnologia, principalmente, depois da Segunda Revolução Industrial (1850), quando a ciência foi consecutivamente incorporada ao processo produtivo industrial, transformando as sociedades ocidentais no século XX.

Desse modo, utiliza-se o termo divulgação, vulgarização e popularização científicas para sublinhar a diferença quanto ao termo difusão científica. Este, mais abrangente, pode significar tanto o processo de desenvolvimento social da ciência no mundo, como cultura científica (MASSARANI, 1998). Nesse quadro conceitual, a divulgação científica faria parte do processo histórico de difusão das ciências, relacionando-se com todos os âmbitos dessa difusão, como o campo institucional, intelectual e material, o qual não pode ser reduzido apenas aos artefatos da imprensa.

Toda a tecnologia carrega em si não só conhecimentos científicos, mas o mito do progresso, a crença e o entusiasmo na utilidade da ciência (WRIGHT, 1992). Disto se conclui que a própria repercussão de tecnologias nos mercados constitui-se um tipo de difusão científica e possibilita um tipo de divulgação, por exemplo, por meio de propagandas, catálogos e manuais de artefatos tecnológicos.

Dentro desse esquema conceitual, Bréguet (1990) distingue quatro pressupostos para que a divulgação científica exista. De certa forma, tais prerrogativas também podem ser entendidas dentro de uma temporalidade. Além de uma certa seqüência para seu aparecimento, é possível observar um momento de inflexão, no qual todas as características passaram a atuar de forma conjugada. Assim, primeiramente, teríamos a necessidade de (1) divulgar as concepções claramente afirmadas, o que ocorreu desde a Antiguidade e mais acentuadamente depois da criação da imprensa em 1450 e do processo de legitimação da ciência frente às correntes ocultistas (ROSSI, 2001).

Na seqüência, e com a criação de academias científicas, a partir de fins do século XVII, observa-se a necessidade de (2) receber e propagar conhecimentos e técnicas das sociedades científicas incontestadas, bem como a necessidade de (3) "traduzir" esse conhecimento, nas diversas esferas públicas da ciência. Já o momento de inflexão pode ser caracterizado pela existência (4) de uma clara convicção sobre a utilidade geral desse saber "transformado" para a sociedade, um ideal que aparece no decorrer do século XIX e se consolida no XX.

O próprio surgimento do jornalismo científico data do século XIX, revivendo as tradições iniciadas nesse momento entre as décadas de 1960 e 1980 (NELKIN, 1987). Nos Estados Unidos, em periódicos e nos *yellow pages*, um tipo de publicação mais objetiva para atender diferentes interesses comerciais, a ciência foi trata de forma séria e ao mesmo tempo sensacionalista, causava terror e paixão. Publicavam-se palestras e notícias sobre Huxley, Agassiz, AsaGray, John Tyndall entre outros. Mas, principalmente, informações práticas sobre novas técnicas agrícolas, sobre os mais novos remédios e as últimas sensacionais histórias de ficção (NELKIN, 1987, 86).

Assim, por esse esquema temporal simplificado, entende-se que a criação de lugares do discurso científico demandou contemporaneamente a criação de formas específicas para o trânsito de informações, tanto entre a comunidade científica como para um público maior. Para evidenciar melhor essa relação, tomo como exemplo o estudo de Roger Hahn (1971), sobre a trajetória da Academia Real de Paris (1666 - 1803).

Divulgação científica como parte do processo de institucionalização da ciência

Neste livro, compreende-se que foi preciso garantir a continuidade dos experimentos, o contínuo apoio do Estado, a publicação de "proceedings" e a exclusão de membros amadores não cientificados pela Academia, para que esta instituição se tornasse um local específico da atividade científica. Para Peter Burke (2003), a exclusão de "amadores" atestaria ainda a presença de uma tradição oral de desenvolvimento da ciência naquele momento, fazendo da imprensa também uma peça fundamental no processo de difusão da ciência moderna e institucionalizada.

Dessa maneira, por meio de suas publicações as academias construíram formas especializadas para a execução, direção e comunicação científica entre os pares. Ao mesmo tempo, transformavam a empresa científica em algo "palatável" para a sociedade, ou determinado círculo de poder, disponibilizando resultados gerais e de interesse coletivo para outras esferas sociais (HAHN, 1971, 3). Podemos, então, dizer que o apoio real dos Estados modernos possibilitou tanto a institucionalização da ciência experimental como transformou as academias em lugares do atendimento das demandas políticas e sociais.

No caso do século XVIII, além do conhecimento da natureza e da matemática, buscava-se o desenvolvimento das artes, tais como a arquitetura, fortificações, escultura, pintura, desenho, irrigação, metalurgia, agricultura e navegação (Hahn, 1971, 11). É nessa relação entre Estado, sociedade e academias científicas, a partir do século XVII e XVIII, que entendo o sentido do termo *propagação da ciência*, ou seja, para o melhoramento e conhecimento das técnicas (cf. BRÉGUET, 1990).

Respeitando as características particulares de cada lugar e contexto, a divulgação científica para a agricultura ocorreu ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX na civilização ocidental como um todo. Gregory & Miller (1998) salientam que foi para incrementar a agricultura e a saúde que mais se concentraram os esforços em promover uma ligação entre o conhecimento e seus utilizadores. Um dos objetivos da Real Academia de Londres era justamente orientar os fazendeiros para os conhecimentos científicos úteis para a agricultura, saúde e industria (IDEM)

Definindos cientificamente, a natureza e o corpo humano, novos termos foram criados para retratá-los, distantes dos usos cotidianos anteriores. Com a aceleração do

processo de urbanização e industrialização no século XIX, novas sociabilidades surgiram entre o homem e a natureza (THOMAS, 1988). A natureza passou de obra divina para ser obra dos homens e para seu deleite.

Contudo, com o surgimento de um olhar romântico de crítica à razão, a natureza poderia ser revelada tanto pelo olhar científico como pelo contato direto, tal como buscou Henri Thoureau. Em conseqüência, a figura do amador foi revitalizada, reforçando o apelo à popularização da ciência, fustigando o surgimento de *hobbies*, para saciar a curiosidade ou divertimento, na nova civilização.

História da Leitura: criando um público interessado

Portugal não esteve fora deste movimento de divulgação científica para a agricultura. Desde fins do século XVIII, a ilustração luso-brasileira buscou racionalizar as atividades produtivas do Império, por meio de viagens e publicações. Tomaram como base as ciências e sua utilidade nas artes médicas e agrícolas (DIAS, 1968), as obras dos agrônomos franceses (NUNES, 2001) e as idéias políticas e econômicas de diversos matizes, e não só a fisiocracia, para conciliar o desenvolvimento das indústrias portuguesas e o bloqueio de atividades similares na colônia (ARRUDA & NOVAES, 2003).

Este discurso científico para a agricultura foi originado a partir dos trabalhos de membros de instituições como: Real Academia das Ciências de Lisboa (1779), Faculdade de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra e nas Memórias Econômicas da Academia de Ciências (NUNES, 2001). Durante a segunda metade do século XVIII, estes "homens de ciência" e funcionários do Estado, tal como os governadores e capitães-gerais, inclusive de Minas Gerais, sustentaram rede de conhecimentos científicos sobre as colônias portuguesas. Enviavam amostras de plantas, mapas, pedras, animais embalsamados, tudo que pudesse constituir riqueza para a metrópole e contribuísse para a agricultura, indústria, comércio e farmácia também da colônia (DOMINGUES, 2001, 824-5).

Como resultado, vários relatos de viagens, publicações e instituições cientificas foram surgindo, coincidindo com a volta de uma certa geração de formados na Universidade de Coimbra (DANTES, 1988). Para José Bonifácio, um dos representantes dessa geração de formados por Coimbra, a divulgação científica para a agricultura tinha por objetivo dar publicidade aos novos produtos, propagando os benefícios econômicos da diversificação da produção e do seu melhor aproveitamento (PÁDUA, 2000). Os trabalhos desses egressos

também foram publicados e notificados na imprensa periódica brasileira *O Patriota* (1813 -1814) ou no *Correio Brasiliense* (1808 - 1822) (DIAS, 1968), além da portuguesa.

Em Portugal, a Nova Agricultura de Tull e Duhamel foi traduzida e difundida conjuntamente aos novos cultivares, como o arroz e a batata, por meio da leitura de periódicos científicos, manuais, catecismos, memórias, tratados e no julgamento de prêmios. Nesse caso, teve papel influente a própria disseminação dos novos cultivares, provocando o surgimento de uma imprensa preocupada especificamente com a divulgação científica (NUNES, 2001). Nessas publicações, o Brasil tornou-se o lugar preferencial para o desenvolvimento do espaço econômico metropolitano e para a regeneração agrícola, pela racionalização e diversificação da produção, e cujo sucesso dependeria somente da leitura - " *interpretar científica e empiricamente os segredos do solo e do clima*" (NUNES, 2001, 205). Exemplo disso, pode ter sido a publicação do *Fazendeiro do Brasil,* por Manuel Conceição Veloso, discípulo de Domingos Vandelli, na tipografia Arco do Cego (WEGNER, 2004).

Contudo, mesmo que essas publicações tenham sido disseminadas desde o início do século XIX, devemos ser cautelosos quanto ao que esperar como resultados desse processo de divulgação científica para a transformação da agricultura brasileira. Na historiografia que discute a economia brasileira, o século XIX é visto como um momento de transição. Nele, aos poucos a lógica do comprar mais barato, para vender mais caro, foi sendo substituída pela lógica do produzir mais, com menor custo e preço. (NUGUERÓL, 2003).

Particularmente em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX, a agricultura desenvolveu-se tendo por orientação não somente as culturas de exportação, tais como a cana-de-açúcar, o algodão e o café, mas foi também amparada na pequena produção da pecuária, do milho, da rapadura, da aguardente, entre outros. Atrelada a estas atividades, desenvolveu-se o comércio de escravos, o comércio de mulas, com o objetivo específico de abastecer um mercado interno, quer fosse nas Minas Gerais ou na Corte (a partir de 1808), sustentando uma vida de caráter nitidamente urbano.

Para Szmrecsányi (1998, p. 11), podemos identificar uma agricultura brasileira (como uma atividade especializada e continuada) apenas a partir do segundo quartel do século XIX, mais especificamente depois da Independência (1822), quando se observa a formação de um mercado interno e um setor econômico agrícola diferenciado. Seria com o objetivo de tornar tal atividade guiada por uma nova racionalidade que obras editadas em Lisboa foram trazidas e distribuídas nas províncias, mas sem sucesso segundo o autor, o que somente seria retomado com a iniciativa de Carlos Augusto de Taunay e as publicações da Sociedade Auxiliar da Indústria Nacional, criada em 1820 (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 26).

Em relação à história dos livros no Brasil, sabe-se que seu uso foi restrito a uma elite, notadamente, os romances. Os livros técnicos, de maior valor, eram poucos e foram encontrados nas bibliotecas de seus profissionais, entre fins do XVIII e no XIX (ARAUJO, 1999; ABREU et alli, 2005). A primeira tipografia mineira só passou a funcionar em 1822, apesar das impressões iniciais do Padre José Joaquim Viegas de Menezes de início do século XIX (COSTA FILHO, 1955). Mas, qual teria sido as relações entre as instituições anteriores de ciências naturais e as publicações a partir de 1820?

Com a criação da imprensa periódica e de uma esfera pública do poder em Minas Gerais (MOREIRA, 2006), os trabalhos institucionais seriam também validados nesse âmbito do discurso, criticando a agricultura, mas também noticiando as principais melhorias nacionais ou estrangeiras (FERREIRA, 1988). Sem contar com aquelas criadas no Rio de Janeiro, podemos salientar de especial interesse para o desenvolvimento da temática: o Jardim Botânico, o Instituto Histórico e Geográfico de Ouro Preto e as associações de agricultores, no caso, a Sociedade Nacional de Agricultura (1897), da qual posteriormente surgiu a Sociedade Mineira de Agricultura (1910). Nestes lugares, teriam sido criadas bibliotecas públicas e um espaço para a discussão da utilidade da ciência na agricultura, entre especialistas, amadores e fazendeiros.

Assim, ao contrário do que foi compreendido para a Europa, no caso brasileiro, a divulgação científica para a agricultura ocorreu antes mesmo da formação da agricultura como atividade econômica e, paralelamente a formação de um público leitor. Este teria sido motivado a conhecer novas práticas agrícolas, a aplicá-las, experimentá-las e contestá-las publicamente. Ademais, é preciso ter em mente, que no decorrer do século XIX também estiveram presentes e entrelaçados o processo de emergência das ciências agrícolas, em meio a outras áreas científicas (OLIVER, 2005), e o processo de divulgação popularização da ciência agrícola moderna.

Por essas razões, é possível supor que em Minas Gerais uma dada concepção e programa de vulgarização da agricultura científica se fez presente em meados do século XIX. Esta, tal como salientou Henri Gorceix (1897, p.18), compreenderia livros publicados no estrangeiro que tratavam das teorias científicas sobre o clima, solo, condições sociais e econômicas daqueles países. Contudo, este tipo de difusão da ciência não era mais visto como vantajoso em fins do século XIX, tanto por sua inadequação das teorias científica ao local como pela falta de campos e laboratórios para a realização dessa adequação, o que motivava Henri Gorceix a esboçar como deveria ser o ensino agrícola em Minas Gerais.

Bibliografia

ABRANTES, Paulo. **Imagens da natureza, imagens de ciência.** Campinas: Papirus, 1998

ABREU et alli. *Caminhos do Romance no Brasil: séculos XVIII e XIX*.. Disponível em www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br, 2005.

ARAUJO, J. S.**Perfil do leitor colonial**. Ilhéus: Editus, 1999.

ARRUDA, J. & NOVAIS, Fernando. *Prometeus e Atlantes na forja da nação*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 225-243, 2003.

BAIARDI, Amilcar.**Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica**. São Paulo; HUCITEC, 1996.

BAIARDI, Amilcar. *A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização oriental*. In: Martins, R. A.; Martins, L.A.C.P.; Silva, C.C.; Ferreira, J.M.H. (eds.). **Filosofia e História das Ciência no Cone Sul: 3o. Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004, pp. 23-28.

BÉGUET, B.(Ed.) **La science pour tous. Sur la vulgarization scientifique en France de 1850 à 1914**. Paris: Bibliothèque du Conservatoire National des Arts et Métiers, 1990.

BENSAUDE- VINCENT, Bernadette *A genealogy of the increasing gap between science and the public* .**Public understand.Sci.** 10. 99-113, 2001

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

BERNAL, Joseph. *Desenvolvimentos das Ciências nos séculos XVIII e XIX*, **Ciência na História**. Lisboa: Livros Horizonte, vol. III, 1969.

BROMAN, Tomas. **The Habermasian Public Sphere and "Science in the Enlightenment**. Science History Publications Ltd, 1998.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento...** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHARTIER, Roger (dir.). **Práticas de Leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COOTER, R. & PUMFREY, S. *Separate Spheres and Places: Reflections on the history of*

science popularization and science in popular culture, **History of Science**. xxxii (1994) 237-267.

COSTA FILHOS, M. **imprensa mineira no 1Reinado.** Tese apresentada ao VI Congresso nacional de Jornalistas, Rio de Janeiro, 1955.

DANTES, Maria A M. *Fases da implantação da Ciência no Brasil*, **Quipu**, maio-ago., 5(2), 1988, pp.265-275.

DENIS, Gilles. *A Agronomia e a Naturalização de Vegetais Estrangeiros (Exóticos) na França do fim do século XVIII*. In Alfonso-Golbfarb, Ana Maria e Maia, Carlos A. **História da ciência: mapa do conhecimento**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995, pp.653-692.

DIAS, Maria O S. Aspectos da ilustração no Brasil. **Revista IHGB**, 278, jan.-mar., 1968, pp. 105-170.

DOMINGUES, Ângela. For a better understanding of colonial domains: the creation of an information net during the Portuguese Empire at the end of the eighteenth century. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, 2001, vol.8 supl, p.823-838.

FERREIRA, Lucas. **Imprensa agrícola no império, na primeira republica e no estado novo: (subsidios para uma historiografia)**. Dissertação de Mestrado, UNB. Brasilia, 1989. 144 f

GALLISON, Peter. *Culturas etéreas e culturas materiais*. In. Karnango, Gil (coord.). **A ciência tal qual se faz**. Lisboa: Ed. João de Sá da Costa, 1999.

GIERYN, Thomas. **Cultural Boundaries of Science. Credibility on the. Line**. Chicago: University of Chicago Press,1999.

GORCEIX, Henry. **O ensino agrícola em Minas Gerais. Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura**. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897, 155p.

GREGORY J. & MILLER, S. **Science in public: Communication, Culture, and Credibility.** Cambridge: Basic books, 1998.

HAHN, Roger.**The Anatomy of a Scientific Institution. The Paris Academy of Sciences (1666-1803)**. Los Angeles: University of California Press, 1971.

MARCUS, Alan I. **Agricultural Science and the quest for legitimacy**.Ames, Iowa State University Press, 1985.

MASSARANI, Luiza. **A divulgação científica no Rio de Janeiro:Algumas reflexões sobre a década de 20**, Dissertação (Mestrado UFRJ/ECO), 1998.

MASSARANI, Luiza. & MOREIRA, Ildeu de Castro. A divulgação científica no Rio de Janeiro: Algumas reflexões sobre a década de 20. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 627-651, 2001

MASSARANI & ALLI (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, Casa da Ciência, 2002.

MILLER, 2002. IN: MASSARANI, L. & ALLI (Orgs.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, Casa da Ciência, 2002.

MOREIRA, Luciano. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.

NELKIN, DOROTY. **Selling science: how the press covers science and technology**. New York: W. H. Freeman, 1987.

NUGUERÓL, L. P. **Sabará e Porto Alegre na Formação do Mercado Nacional no Século XIX**. Tese de Doutorado, IE-UNICAMP, 2003.

NUNES, Fátima. *Difusão agrícola na imprensa científica do liberalismo: as novas culturas.* In: Ramos, Luis º (coord). **Actas do Congresso Internacional D. Pedro IV Imperador do Brasil, Rei de Portugual. Do absolutismo ao Liberalismo**. Universidade do Porto: Tipografia Lousanense, 2001.

OLIVEIRA, Bernardo. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

OLIVER, Graciela de S. **O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional**. Tese de Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra – Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas**,** Campinas, 2005.

PÁDUA, José Augusto A PROFECIA DOS DESERTOS DA LÍBIA: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio, **RBCS**, Vol. 15 no 44 outubro/2000.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: EDUSC, 2001.

ROSSITER,, Margaret W. **The emergence of Agricultural Science. Justus Liebig and the Americans, 1840 – 1880**. New Haven, Yale University Press, 1975.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998.

THOMAS, Keith - **O Homem e o Mundo Natural.** São Paulo: Cia das Letras, 1988

VELHO, Léa & VELHO, Paulo. *The emergence and institucionalization of agricultural science*, **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasilía, 14(2), 1997, p.205 – 223.

WEGNER, R. *Livros do Arco do Cego no Brasil colonial*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. Supl. 1, p. 131-140, 2004.

WRIGTH, John (ed.) **Possible Dreams: Enthusiasm for Technology in America** Dearborn,MI: Henry Ford Museum & Greenfield Village,1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A revista Veja e o governo Lula

Carla Luciana Silva[1]

Resumo: A pesquisa visa analisar a relação entre a revista Veja e o governo Lula no que diz respeito ao seu programa de política econômica. Através da análise sistemática dos editoriais da revista pretendemos verificar seu posicionamento com relação às políticas neoliberais, especialmente as reformas de estado (previdência, trabalhista, fiscal), observando em que medida ela busca influenciar a posição da sociedade política brasileira, averiguando qual a noção de democracia deriva das posições verificadas nas posições da revista quanto aos poderes constituídos.

Palavras chaves: revista Veja, governo Lula, estado e poder

Abstract:The research seeks to analyze the relationship among the magazine Veja and the government Lula in what concerns his program of economical politics. Through the systematic analysis of the editorials of the magazine we intended to verify his positioning regarding the neoliberal politics, especially the state reforms (labor, fiscal), observing in that measured her search to influence the position of the Brazilian political society, discovering which the democracy notion flows of the positions verified in the positions of the magazine as for the constituted powers.

Keywords: Magazine Veja; State and Power; government Lula

A pesquisa visa analisar a relação entre a revista Veja e o governo Lula no que diz respeito ao seu programa de política econômica. Através da análise sistemática dos editoriais da revista pretendemos verificar seu posicionamento com relação às políticas neoliberais, especialmente as reformas de estado (previdência, trabalhista, fiscal), observando em que medida ela busca influenciar a posição da sociedade política brasileira, averiguando qual a noção de democracia deriva das posições verificadas nas posições da revista quanto aos poderes constituídos.

A história recente tem sido registrada e interpretada por aqueles profissionais que produzem para a imprensa, na maior parte das vezes jornalistas. Nossos referenciais teóricos e metodológicos não se confundem com os da comunicação, é necessário problematizarmos a

[1] Professora do Curso de História e do Mestrado em História da UNIOESTE – Linha de Pesquisa Estado e Poder. carlalssilva@uol.com.br

questão, a fim de distinguir as formas e conteúdos das distintas áreas. Não podemos desconhecer o caráter intencional que está presente nos textos jornalísticos, fruto dos projetos políticos aos quais se enquadram os diferentes veículos de comunicação. Por isso o principal referencial teórico é a noção da imprensa como partido, que se vincula com a concepção de que os órgãos de imprensa são também aparelhos privados de hegemonia, portanto, atendem a interesses de classe.

As relações no âmbito da atuação da imprensa se constituem como trincheiras da luta de classes. No entanto, os detentores dos meios de comunicação possuem, nesse caso, evidentes vantagens estratégicas. Sobretudo, o poder concreto de produzir hegemonia sobre as formas ideológicas de seus programas políticos. Fazer com que o projeto dominante seja entendido como o projeto da classe trabalhadora tem sido a prática configurada na noção de "modernidade" e "globalização" ao longo das últimas duas décadas.

Existem duas teses recorrentes para tratar das relações de poder. A primeira indica que "o poder está em todo lugar", portanto, perde-se sua especificidade, perde sua historicidade. Não se pode, a partir dessa idéia, aprofundar o alcance do poder econômico no sentido estrito, além disso, apresenta como equivalentes poderes que não o são como mostra um exemplo banal: o poder do jornalista sobre o bilheterista de um espetáculo não se equivale ao poder do proprietário do jornal sobre seus editores.

Por outro lado, o poder não é um "bem em si": não se busca o poder pelo poder como propõe discursivamente uma dada história positivista e a história política tradicional que propõe estudar grandes homens, grandes fatos como se o motor da história fosse apenas a busca desenfreada pelo poder, centrado-se em grandes "personalidades históricas", e não nos seus programas políticos e interesses concretos de classe.

Como decorrência, temos outra falácia, a de que chegar ao Estado significa alcançar "o poder", como se tratasse de um bloco homogêneo e livre de contradições. O poder possível no âmbito do Estado é limitado pelo seu sentido histórico mais amplo. Por isso é necessário questionar o que é o Estado? Quem nele está representado? Sendo ele um espaço de atuação de classes sociais em luta, seu sentido é criar formas de organizar a dominação de classes. Se perderem isso de vista, as lutas sociais se perdem dentro do Estado, por diversos mecanismos que vão desde a ineficiência da burocracia, a cooptação e às conseqüências da corrupção. Chegar ao Estado pode levar à ilusão de poder "distribuir benefícios", mas se não for para propor um governo efetivo apenas vai tornar mais eficazes as formas de organizar a classe trabalhadora para o capital. Isso traz também a necessidade de pensar sua relação com

sociedade e a noção de "ampliação do Estado" e também de sociedade como espaço da luta de classes. (ver, entre outros: FONTES, 2005).

Ao estudarmos a história do Brasil teríamos uma ruptura nos anos 1980, pós-Ditadura, a "redemocratização" em que existiria finalmente, o "*poder para a sociedade civil*". Essa forma de colocar a questão restringe novamente o poder a apenas sua face política, ocultando que o poder político tem sido uma das formas de ocultamento do poder econômico e da própria exploração do trabalho pelo capital.

É diante desse contexto que se coloca a questão: problemetizar o governo Lula implica em discutir até que ponto se trata de "poder dos trabalhadores". E problematizar em que medida os meios de comunicação se conformam como parte da organização da sociedade e do estado brasileiro. Por isso, muito longe de apresentar a imprensa como "quarto poder", vamos buscar as suas relações com os governos e seus programas de adaptação do Estado à fase atual do capitalismo.

Essa pesquisa, ainda em andamento em sua fase atual, visa perceber que, em que pese uma postura crítica com relação a questões pontuais relativas ao governo, a postura de *Veja* tem sido de proximidade programática explícita com o governo, especialmente na defesa irrestrita das contra-reformas neoliberais (contra-revolucionárias). Assim como durante o governo Collor:

> *Veja manteve-se em sua posição dúplice: definidora e difusora de uma certa política; mantendo uma distância e cobrança permanente frente ao governo. Portanto, se ela está "vigiando", está fazendo isso em torno de parâmetros que ela mesma estabelece como os corretos, mas que no seu discurso aparecem sempre como os únicos e indiscutíveis. Ao longo deste governo é perceptível uma atuação permanente em manter a governabilidade, até o momento em que tal posição se tornou insustentável, mas isso se deu sempre em nome do projeto em disputa.(SILVA, 2005, 183).*

Embora a revista tenha desejado construir uma imagem sobre si que a mostrava como o grande instrumento do impeachment de Collor, ela fez o que estava ao seu alcance para mantê-lo no governo e depois para controlar a "transição" ao governo de Itamar Franco. Ao colocar-se como portadora do "quarto poder" a imprensa busca legitimar sua ação para que a mesma apareça como não-política. Essa noção falaciosa precisa cair por terra pois,

> *Ao falar "em nome da sociedade", é como se ela própria não fosse parte da sociedade que, por sua vez, é quem forma o próprio Estado. Na sua definição, esses sujeitos são estanques e separados. Desta separação artificial deriva a noção de quarto poder, como se a imprensa, que não faria parte da sociedade, não estivesse representada também no Estado, não fosse uma empresa que tem interesses econômicos e de classe. Este veículo de imprensa quer mostrar-se não apenas como neutro e independente, mas*

> *fora do processo, sem vínculos, sem projetos. Por isso é tão cara a idéia de que ela seria o quarto poder, aquele que vigiaria os demais poderes. A concepção gramsciana que estamos trabalhando não nos permite fazer esta divisão estanque, pois no sistema capitalista Estado e sociedade se confundem, e os poderes convergem para um mesmo sentido, a dominação de classes. A análise da postura de Veja ao longo dos anos 1990 nos mostrou que é correto dizermos que ela vigia o poder. O erro está em dizer que faz isso "em nome de todos". Se a imprensa vigia, e faz isso com muita propriedade, o faz em nome de um programa e um projeto muito bem definido por ela, seus estados maiores e think tanks. (SILVA, 2005, 632)*

Como decorrência, uma das formas de apresentar a questão da corrupção pela grande imprensa é o discurso da defesa da "governabilidade", que nada mais é do que fazer todos os acordos e alianças possíveis para manter a ordem a qualquer preço. Trata-se de "*uma noção dotada de grande eficácia político-ideológica conservadora*", ao mesmo tempo em que "*aponta para dimensões estruturais da dominação capitalista de classe*" (ALMEIDA, 2005, 43).

Minha hipótese de trabalho é de que mesmo diante de uma postura de crítica latente para com elementos do governo, sobretudo a relação de Lula da Silva com o seu partido, *Veja* teve uma postura amena com o governo de Lula, e chegando a se colocar francamente ao seu lado quando estavam em jogo as reformas neoliberais às quais o mesmo fora incumbido de levar adiante, dando seqüência ao programa de contra-reformas de Fernando Henrique Cardoso. Assim como já ocorrera durante a crise política de Collor, a revista denuncia a corrupção, mas sua indignação tem muito a ver com o fato de colocarem-se obstáculos para o "bom desenvolvimento" do governo, ou seja, da manutenção de suas contra-reformas. Até porque, percebemos uma "*natureza corrupta do capitalismo*", e portanto, trata-se da "*atualização do projeto de corrupção tetrasecular vivido neste território*" (DIAS, 2006, 51). Claro que *Veja* não pode colocar a questão nesses termos, mas isso ajuda a explicar porque a revista apenas se preocupa com o tema de tempos em tempos quando a pequena política toma a pauta da imprensa. O mais importante a destacar é o acompanhamento que a revista faz do governo Lula e do *transformismo* (DIAS; COELHO) pelo qual o PT passou ao longo dos anos 1990, em consonância com o programa neoliberal.

O objetivo desse texto é apenas introduzir a questão, sendo portanto uma versão preliminar da investigação, tanto das leituras teóricas como da pesquisa empírica, embora assentada em hipótese já acumulada na experiência de pesquisa. O trabalho buscará confrontar a hipótese a partir da análise sistemática e pretendemos publicizar seus resultados o mais breve possível.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Lucio Flavio. Exorcismo ideológico e abuso das noções de "globalização" e "governabilidade". *Lutas Sociais*. 13/14. 2005.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira*: embate de projetos hegemônicos. São Paulo, Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.

FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.

PETRAS, James. *Brasil e Lula*: ano zero. Blumenau, Edifurb, 2005.

SILVA, Carla. Veja e o PT: do "risco Lula" ao "Lulalight". *Lutas Sociais*, 15/16, NEILS, SP, 2006.

SILVA, Carla. VEJA: o indispensável partido neoliberal. Tese de Doutorado. 2005. UFF, Niterói.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Etnia e cidadania indígena no Brasil: reflexões histórico-antropológicas

Poliene Soares dos Santos*

Resumo: Diante da Internacionalização da questão indígena nas últimas décadas, coloca-se em discussão a atualidade da questão indígena no Brasil, a partir de dois vieses de análise: Estado e Etnia (observando a diversidade étnica e o discurso homogeneizador da cultura) e o longo caminho rumo à cidadania no Brasil. Para tanto, priorizamos alguns temas e conceitos centrais: Unidade e Diversidade Cultural; Localização e Globalização; Cidadania e Estado; Nação Pluriétnica e Identidade Étnica; Soberania Nacional e Organizações Supranacionais e Não-governamentais; etc.

Palavras-chave: Estado, Etnia e Cidadania.

Résumé: Face à l'internationalisation de la question indigène au cours de ces dernières décénies, nous soulignons au cours de cette discussion l'actualité de la question indigène au Brésil, ceci à partir de deux voies d'analyses: État et Ethnie (en observant la diversité éthnique au Brésil et le discours homogénéisateur de la culture) et le long chemin qui conduit à la citoyenneté brésilienne. Pour cela nous mettons en avant certains thèmes et concepts centraux: Unité et Diversité Culturelle, Localisation et Globalisation, Citoyenneté et État, Nation Pluriethnique et Identité Ethnique, Souveraineté Nationale et Organisations Supranationales et Non-Gouvernementales, etc.

Mots-clés: État, Ethnie et Citoyenneté

José Carlos Reis (2006) analisa a questão da Identidade hoje, e questiona a própria existência de uma identidade nacional no mundo globalizado. Utilizando essencialmente as contribuições de Stuart Hall (2000), Reis chama a atenção para a possibilidade de que o mundo globalizado teria desmobilizado a idéia de Nação-Estado, tão forte e tão definidora das identidades do século XIX.

> *A crise de Identidade trazida pela globalização é perceptível sobretudo nessa dimensão nacional. A globalização atingiu profundamente tanto o 'nacionalismo' expansionista dos Estados-nações, quanto o 'sentimento nacional íntimo' das culturas nacionais. A globalização desintegra as culturas nacionais ao ocidentalizá-las... Há uma homogeneização cultural que atinge todo o planeta. O Ocidente está em toda parte... Contudo, há forte resistência das nacionalidades locais a esse processo de ocidentalização. O efeito da globalização é duplo e ambíguo:*

* Professora de História do Brasil e das Américas na Universidade Estadual de Goiás, Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás e Doutoranda em História Social pela Universidade de Brasília.

> *por um lado, ela é desejada, pois traz a 'modernidade'; mas, por outro, estimula os nacionalismos culturais locais. (REIS, 2006:17)*

É justamente este discurso homogeneizador da cultura que o Estado, se apropriando da idéia trazida pela globalização de que o mundo se ocidentalizou, continua tomando para si; todavia, é preciso ater à outra questão posta por Reis: a da resistência das culturas locais a este discurso homogeneizador das mesmas. Acreditar nas promessas da globalização de que o mundo ficou pequeno e de que as fronteiras do conhecimento, da pobreza e do acesso à informação ficaram mais curtas, é negligenciar o fato de que no mundo subdesenvolvido esta ainda é uma realidade muito distante de se vislumbrar.

As culturas locais, que são parcialmente ignoradas, não estão e nem nunca estiveram mortas. A ironia maior é que o mundo globalizado, através dos meios de comunicação, tem contribuído para que as suas vozes sejam ouvidas a distâncias nunca imaginadas. Aqui, enquadramos estas culturas locais no discurso das Identidades Étnicas, na tentativa de afirmar que "os conflitos nacionais e étnicos parecem ser caracterizados por tentativas de recuperar e reescrever a história". (WOODWARD *apud* SILVA, 2002:25)

Hall chama a atenção para a necessidade de se visualizar o "outro" do discurso da globalização, pois ao valorizar o que ele chama de "nichos de mercado", acaba-se por dar importância também às diferenças locais. Este, dentro outros fatores, nos leva a perceber que "ao invés de pensar o global como 'substituindo' o local seria mais acurado pensar numa articulação entre 'o global' e o 'local'." (2005:7) A questão das etnias indígenas no Brasil, principalmente a partir dos anos 80, abre-se para a necessidade de pensar esta nova relação entre o global e o local.

Com a Constituição de 1988 as minorias étnicas indígenas do país puderam se organizar e atuar frente ao Estado e organizações supranacionais de maneira mais ativa. O direito à terra e ao seu usufruto, assim como assistência à saúde e à educação, tornaram-se reivindicações constantes dos índios. A incompatibilidade de interesses entre as exigências das etnias, do setor empresariado (garimpeiros, madeireiras, fazendeiros, etc.) e do Estado (políticas indigenistas ultrapassadas, a Soberania Nacional, etc.), levou a uma série de debates e confrontos que trouxe para o cenário nacional as Organizações Supranacionais e Não-governamentais que, *em defesa dos direitos humanos* (grifos nossos), passaram a dividir com o Estado Brasileiro os debates em torno da questão étnica no País.

A atuação de Organizações Supranacionais como a ONU, a OEA e o Tribunal Russell, assim como das Organizações Não-Governamentais (ONGs), chama a atenção para o nível de interferências do global no local, e ao mesmo tempo força os Estados nacionais a

repensarem suas próprias políticas, neste caso, em relação às minorias étnicas. Várias complicações surgem deste impasse: os direitos das minorias étnicas à cidadania plena assegurada pela Constituição Nacional, a relação entre cultura nacional e culturas étnicas, os interesses do mercado, das minorias étnicas e do Estado, a diversidade étnica em território nacional, as Organizações Supranacionais e Não-governamentais e a questão da Soberania Nacional.

Em relação à cultura nacional, é preciso citar Homi K. Bhabha (2003), para quem "cada vez mais, as culturas 'nacionais' estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas". Para o autor, o aumento das movimentações em torno das minorias, através do que Boaventura de Souza Santos chamou de Novos Movimentos Sociais (NMSs), amplia a cada dia o número de "histórias alternativas dos excluídos, que produziriam, segundo alguns, uma anarquia pluralista" (BHABHA, 2003:25). A diversidade dos novos movimentos sociais se caracteriza "por um fenômeno aparentemente contraditório de globalização-localização", que chamamos à atenção linhas atrás, e "a emancipação por que se luta visa transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora, não num futuro longínquo". (SANTOS, 2005:259)

Por outro lado, as Identidades Étnicas estariam retornando ao centro da questão, como conseqüência da agudez das diferenças étnicas e dos diversos movimentos destes grupos étnicos em prol de mais reconhecimento e direitos, o que implica numa das maiores contradições da globalização, pretendente a uma homogeneização econômica e cultural do mundo. "O primeiro efeito tem sido o de contestar os contornos estabelecidos da identidade nacional e o de expor seu fechamento às pressões da diferença, da "alteridade" e da diversidade cultural." (HALL, 2005: 83)

Para Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a identidade étnica só existe e tem sentido em oposição a outra, que é diferente do seu grupo. Em hipótese alguma uma identidade étnica se afirma em separado, isolada de outra identidade que lhe faça oposição. A Constituição de 1988, pela primeira vez na história constitucional do País, reconheceu aos índios "o direito de permanecerem índios em termos culturais, sociais e territoriais", mas "em nenhum momento declara ser o país uma nação pluriétnica" (RAMOS, 2004:172), como fez o Paraguai, a Colômbia e a Bolívia. (SOUZA FILHO, 1999:157 *apud* BARRETO FILHO. *In*: I ENCONTRO DE ESTUDOS: questão indígena, 2003:11).

Pensar a Nação brasileira enquanto uma "Nação Pluriétnica" ainda é um problema para e nos tramites constitucionais e jurídicos. Segundo Alcida Rita Ramos (2004), ainda é um tabu falar em plurietnicidade no Brasil diante de juristas conservadores e contraditórios.

Por um lado, reconhecem aos índios o seu caráter de cultura étnica, concedem-lhes o usufruto de suas terras (exceto do subsolo, que continua a pertencer à União), dão-lhes direitos de cidadãos tais como a liberdade de se organizarem, etc.; por outro lado, se recusam a aceitar que o Brasil é uma nação pluriétnica e, logo, precisa ser tratada como tal. Ao enrijecerem suas posturas quanto ao assunto, o Estado Brasileiro acaba dando abertura às nações estrangeiras para intervirem nos problemas nacionais que, através dos discursos humanitários, interferem em questões internas que, teoricamente, feririam os princípios da Soberania Nacional.[1]

As conquistas indígenas alcançadas durante a Constituinte de 1987-88 resultaram dos esforços de grupos pró-indígenas (Conselho Indigenista Missionário, por exemplo) e das Organizações Supranacionais já mencionadas. Isso mostra que se o Estado não levar a sério e reconhecer o caráter pluriétnico da nação brasileira, forças externas continuarão a atuar cada vez mais comprometidas com a causa indígena, tanto para o bem, quanto para o mal, uma vez que possíveis interesses econômicos podem estar em jogo (riquezas da Amazônia, por exemplo, como minérios, madeiras, plantas medicinais, etc.) Aqui deixo uma questão em relação à atuação do Banco Mundial, na década de 1980, quando resolveu atuar frente aos interesses indígenas.

> *Na década de 1980, o Banco Mundial, entre outros, no esforço de mostrar uma cara humana, abriu as portas às reivindicações indígenas e demandou dos estados clientes uma série de condições que incluíam medidas de proteção aos povos indígenas afetados por projetos de desenvolvimento* (*World Bank*, 1981 *apud* RAMOS, 2004:179).

A pergunta que fica é: até onde os seus interesses são apenas mostrar uma cara humana? A dificuldade dos Estados em perceberem e aceitarem as etnias, em respeitá-las e estabelecer com elas um diálogo claro e honesto, tem contribuído para o que Ramos chama de "internacionalização da questão indígena". Vive-se na atualidade um verdadeiro "confronto entre etnias e estados", o que resulta numa participação cada vez maior das ONGs e das Organizações Supranacionais na política de Estado Brasileira. Assim, as ONGs acabam por

[1] O Estado Brasileiro tem visto a sua questão indígena ser levada a fóruns internacionais, como a ONU, a OEA, o Tribunal Russell. Defende-se lá fora, contestando acusações de quebra dos direitos humanos, evocando uma legislação que por mais esclarecida que seja no mais das vezes é letra morta, e ataca aqui dentro com pressões ou represálias contra aqueles que lá fora o denunciaram. A Igreja, as organizações não-governamentais e alguns líderes indígenas já sentiram os efeitos de confrontar o nacionalismo brasileiro com o universalismo internacional. Esses efeitos, curiosamente, representam entraves ao exercício desta mesma cidadania, como o direito de ir e vir (índios proibidos de viajar ao exterior) ou de exercer a profissão (médicos e antropólogos expulsos de seu campo de trabalho). Aos olhos do Estado, em especial de seus segmentos militares, a questão passa a ser caracterizada como uma traição aos princípios patrióticos da nação brasileira em benefício de interesses estrangeiros, sempre à espreita, prontos para investir contra a Soberania Nacional. O Estado vê-se, pois, justificado em reincidir naquilo de que foi acusado, ou seja, infringir os direitos humanos de seus cidadãos. (RAMOS, 1991: 10)

interferirem diretamente na relação política entre "o local e o global", conferindo "aos índios o poder, pequeno, mas necessário, que lhes permite ultrapassar a resistência estatal e lançar sua causa no campo internacional". (RAMOS, 2004:180).

Outro aspecto deste impasse entre Estado, Etnia e Cidadania pode ser percebido na abordagem que Roberto Cardoso de Oliveira (1981:25) faz dos povos indígenas e de suas relações com o "branco", representante da cultura dominante, mas que, como vimos acima, tem perdido espaço para atuação cultural das etnias. A essa relação de contato entre etnias diferentes, Cardoso chamou de Fricção Interétnica e, no caso do Brasil, este contato entre o branco e o índio se agravou diante "da expansão da sociedade brasileira sobre os territórios tribais, resultando na destruição dos indígenas."[2]

Depois de 1980, esse contato entre índios e brancos tornou-se mais próximo, tanto pelas questões econômicas, quanto pela questão dos direitos que os índios cobravam do Estado. O contato que resulta na fricção interétnica, observando as devidas proporções do mesmo, pode acarretar em alterações sócio-culturais significativas.

> *O que fizemos foi penetrar na dimensão política da situação de contato a fim de descrever e analisar a estrutura de poder subjacente: o poder na esfera tribal, tradicional, e como ele é transfigurado quando a sociedade indígena se insere noutra maior, mais poderosa, que lhe tira (a princípio parcial, depois, totalmente) sua autonomia.* (CARDOSO, 1981:26)

Ao ler esta citação, podemos notar o quanto a questão da cidadania indígena é peremptória no sentido de se repensar o contato entre a sociedade dominante e as etnias indígenas. O confronto entre o Estado e as Etnias é o pior caminho a seguir. Imagina-se que a busca de consensos diante da diversidade de interesses em jogo é o passo mais sensato a dar. Pois do confronto, o Estado ganhará o reconhecimento mundial da sua incapacidade de perceber as diferenças e de procurar dialogar com elas, além da interferência direta de organizações estrangeiras prontas a assumir papéis inicialmente delegados a ele; e não assumi-los de maneira inteligente implica em possíveis perdas do poder de decisão.

Com a Constituição de 1988 a política indigenista no Brasil teve um grande avanço, principalmente por se referir aos índios "de maneira uniforme e geral, reconhecendo-lhes, entretanto, as especificidades culturais e históricas e os direitos originários sobre a terra

---

[2] Chamamos de "fricção interétnica" o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por aspectos *competitivos* e, no mais das vezes, *conflituosos*, assumindo este contato muitas vezes proporções "totais", i. e., envolvendo toda a conduta tribal e não tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. Entretanto, essa "situação" pode apresentar as mais variadas configurações, todas elas definidas pelas características acima mencionadas. Desse modo, de conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos. (CARDOSO, 1981: 118)

que ocupam tradicionalmente".(RAMOS, 2002:279). Ainda que durante este longo caminho rumo à conquista de direitos a condição de tutelados pelo Estado tenha se imposto, retirando dos índios a possibilidades de agirem independentemente, em defesa dos seus direitos individuais e coletivos, a Constituição de 1988 avança muitíssimo. Rompeu com a velha política integracionista imposta às etnias (conseqüência de muitas situações de fricção interétnica que resultaram em mudanças sócio-culturais no interior das etnias), questionou a postura de tutor do Estado, e deu ao índio o direito deles mesmos reivindicarem os seus direitos.

> *[...] lhe são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar os seus bens, por serem índios, tudo assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e por um arcabouço de 120 (cento e vinte) leis, decretos-lei e portarias*. (ROSA, 2004:109 *apud* Revista da Escola Superior de Guerra).

O discurso homogeneizador da cultura no Brasil é ilusório, não apenas por conta das etnias indígenas, mas também devido à diversidade de povos (europeus, africanos e orientais principalmente) que em vários momentos da nossa história, por diversas razões, para cá vieram e se estabeleceram, trazendo consigo, claro, uma cultura própria. E, ainda assim, "o pluralismo, enquanto realidade social, continua a ser oficialmente negado no Brasil" (RAMOS, 2004:165). Não somos *unos* (grifo nosso) nem lingüística nem culturalmente. Fala-se no Brasil cerca de 170 línguas distintas apenas entre as etnias indígenas, que correspondem aproximadamente a 215 etnias diferentes (ROSA, 2004:109 *apud* Revista da Escola Superior de Guerra). Essas tantas etnias se encontram ainda hoje sob processo de etnização por parte da sociedade dominante, através do que se conhece por etnicidade.

> *[...]. o conceito de etnicidade ... é definido como envolvendo relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas ou, ainda, de nacionalidades inseridas no espaço de um Estado-Nação*. (CARDOSO, 2006:89)

Organizações pró-indígenas (CIMI, UNI e diversas ONGs) apareceram no cenário nacional a partir da década de 70 com o objetivo de lutar pelos direitos das etnias mais ameaçadas (seja pelo Estado, seja por empresários, garimpeiros, fazendeiros. etc.). Este trabalho foi fundamental para os avanços que a representatividade indígena alcançou durante a Constituinte de 1987/88. A inserção das Organizações Supranacionais, como já ressaltamos, também foi de fundamental importância nesse processo, quando a causa indígena se

internacionalizou. Este debate gerou uma discussão política em território nacional: a constante inserção destes órgãos, como a ONU, a OIT e a OEA, além das ONGs, nas questões indígenas não poderiam ameaçar a Soberania Nacional e, logo, a defesa nacional?

> *A política indigenista possibilita não só o desencadear de ameaças externas mas também de ameaças internas contra a nossa soberania... A defesa nacional deve ser entendida como sendo um conjunto de ações do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais... Diz-se que o cidadão é o melhor defensor da soberania e o índio, sentindo-se um índio-cidadão, será o mais precioso aliado na defesa de nossas fronteiras.* (ROSA, 2004:121-125 apud Revista da Escola Superior de Guerra)

O Estado Brasileiro demonstrou-se sensível diante das pressões internacionais, pois foram feitas várias concessões aos índios na Carta de 1988 também devido à permanente ingerência destes órgãos. Por outro lado, percebe-se a fragilidade do Estado (que ainda se pretende uma Nação culturalmente homogênea) em lidar com a pluralidade étnica e com os direitos indígenas à cidadania, tornando um problema aparentemente interno numa questão internacional, que poderia ser resolvida se o Estado tomasse uma postura menos universalizante diante da igualdade de direitos, e pudesse atuar quanto às diferenças através de um expressivo relativismo cultural.

A cidadania indígena é uma questão ainda em aberto, por sua tamanha complexidade e pela clara dificuldade que o Estado tem em lidar com ela, o que acaba corroborando para que outros órgãos e instituições, principalmente estrangeiras, intervenham na questão. Para Carlos Frederico Marés (1983), citado por Alcida Rita Ramos (1991) "ser o índio um cidadão brasileiro é uma ficção", que para alcançarem os direitos de cidadão, precisam muitas vezes abrir mão da sua condição de *diferentes*, ou seja, precisam deixar de ser índio.

Bibliografia

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. *Caminhos da Identidade*: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

_____. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. *O índio e o mundo dos brancos*. 3ª . ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: Pioneira, 1981.

GOMES, Mércio Pereira. O Caminho Brasileiro Para a Cidadania Indígena. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, CARLA Bassanezi. (Orgs.). *História da Cidadania.* 2ª . ed. São Paulo: Contexto, 2003.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª . ed. Rio de janeiro: DP&A, 2005.

I ENCONTRO DE ESTUDOS INDÍGENAS: Questão Indígena. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2003.

RAMOS, Alcida Rita. Por falar em Paraíso Terrestre. Brasília: Série Antropologia, 1995.

_____. *A Crítica da Desrazão Indigenista*. Brasília: Série Antropologia, 1998.

_____. *Convivência Interétnica no Brasil. Os Índios e a Nação Brasileira*. Brasília: Série Antropologia, 1997.

_____. *Projetos Indigenistas no Brasil Independente*. In: Revista Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, pp. 267-283.

_____.*Os Direitos do Índio no Brasil*. Na Encruzilhada da Cidadania. Brasília: Série Antropologia, 1991.

_____*Pluralismo Brasileiro na Berlinda*. In: Revista Etnográfica, Vol. VIII (2), 2004, pp. 165-183.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2*: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSA, Fernando Henrique Pereira. *A Política Indigenista: a utilização das terras indigenistas (TI) no contexto da Defesa Nacional, em especial na faixa de Fronteira.* In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. v. 20, n. 43 (dez/2004). Rio de Janeiro: À ESG – 2004, p.105-126.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 10ª . ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Para mim, morrer por ti é viver, e viver sem ti é morrer". O soldado de Deus e o jovem desertor: a carta de São Bernardo de Claraval (1090-1154) a seu sobrinho Roberto

Carlile Lanzieri Júnior*

Resumo: Uma das figuras mais influentes da Cristandade no século XII foi São Bernardo de Claraval. Homem ativo e de grande prestígio, Bernardo tornou Cister uma das ordens monásticas mais famosas da História, contrapondo-a à ordem de Cluny. Bernardo foi arguto defensor de uma volta triunfal às origens beneditinas do monasticismo, assim como ao modo de vida que Jesus levou ao lado de seus apóstolos: uma vida frugal e austera. Ao se entregar de corpo e alma a essa tarefa, Bernardo escreveu diversas cartas pregando, entre outras coisas, o que acreditava serem os verdadeiros valores que norteariam a existência de um monge. Das muitas cartas deixadas por este santo, analisaremos nesta comunicação a que ele redigiu a seu sobrinho Roberto, jovem monge que abandonou Cister para ingressar na ordem de Cluny.

Palavras-chave: São Bernardo – Cister – Cluny

Abstract:One of the most influent figures of the Christianity in twelfth century was St. Bernard of Clairvaux. An active and prestigious man, Bernard made Cîteaux one of the most famous monastic orders in History, counterputting it to the Order of Cluny. Bernard was a strong defender of one triumphal back to the Benedictines origins of the monasticism, as well as to the way of life that Jesus took with his apostles: one frugal and austere life. Giving himself with his body and his soul to this work, Bernard wrote many letters preaching, among other things, what he believed to be the true worthies that guided the life of a monk. From the letters left by this saint, we will analyze in this communication that he wrote to his nephew Robert, young monk that left Cîteaux to enter in Cluny Order.

Keywords: St. Bernard – Cîteaux – Cluny

Em fins do século XI, o ocidente medieval viu florescer uma nova ordem monástica. Desejosa de voltar à perfeição do passado do cristianismo, onde Jesus viveu na frugalidade com seus apóstolos, e restabelecer os valores da *Regra de São Bento* (1999), a Ordem de Cister tinha a simplicidade, a humildade, e a obediência como diretrizes. Segui-las era se harmonizar com a essência da ética cristã, e distanciar-se da degradação representada pela vida secular. Ao se opor aos excessos da antiga Ordem de Cluny, Cister ganhou adeptos e se espalhou pela Cristandade.

* Mestre em História Social das Relações Políticas pela UFES. E-mail: lanzieri@uai.com.br.

Denominados monges brancos devido à simplicidade de seus hábitos, os primeiros cistercienses se afastaram das cidades, e se isolaram em campos e florestas (COLOMBÁS, 1994:592). No fundo, acreditavam serem esses lugares ideais para se libertarem dos impulsos mundanos. Os mosteiros e abadias de Cister primavam pela singeleza arquitetônica e exortação ao trabalho manual cotidiano.

O grande mentor e divulgador dos ideais cistercienses foi São Bernardo, abade de Claraval. Monge de rígidas convicções éticas e religiosas, Bernardo almejava cooptar todas as pessoas para Cister. Para realizar seu sonho, ele se valeu de seus sermões e de sua escrita. Das numerosas cartas deste santo, a primeira foi feita por volta de 1125, e se destinava a seu sobrinho, o monge Roberto de Châtillon.[* *]

Jovem e de saúde debilitada, Roberto não suportou os rigores de Cister, e se transferiu para Cluny em 1119. Nesta carta, Bernardo pedia o retorno de Roberto e explicitou seus sentimentos contrários à Cluny. Embora o texto se dirigisse a uma pessoa, ele era um documento aberto, e expôs o primeiro ataque de São Bernardo contra a ordem cluniacense (COLOMBÁS, 1994:521).

Cabe aqui uma advertência: a lógica literária da Idade Média é diferente da atual. Ao escrever, os medievais não tinham nossa objetividade, o que torna obrigatória a análise das fontes a partir de seus *núcleos de narrativa*, e segundo o modo pelo qual estes eram elaborados (HAMESSE, 2002:141, n. 1; LEMMERS, 1998:175-176). Além do mais, em uma época em que os recursos da escrita eram escassos, incentivava-se o discernimento através de textos que permitiam a memorização dos ensinamentos pela reflexão (CARRUTHERS, 1990:8; LAUAND, 1998:10). A carta de São Bernardo exemplifica esse estilo, e, em seu teor, versava sobre o combate entre matéria e espírito. Sua intenção: induzir os leitores daquele período – provavelmente, outros monges – a refletirem sobre seu comportamento.

As frases de Bernardo foram medidas. Atrás de sua bela retórica, encontravam-se ásperas críticas à vida cluniacense, algo que o abade de Claraval avaliava ser conflitante com os ideais da *Regra São Bento*. No entanto, São Bernardo não planejava o fim de Cluny. Pelo contrário, ele amava os cluniacenses, sua meta era alertá-los sobre os males que estabeleceram em suas casas (DUBY, 1990:55).

Do alto de sua importância e prestígio, Bernardo se curvou, e, em suas considerações iniciais, demonstrou humildade, importante valor beneditino.

[* *] Neste artigo, tomamos como referência a tradução para o português da carta de São Bernardo feita pelo professor Dr. Ricardo da Costa (UFES): "Carta de Bernardo a Roberto, seu sobrinho, que mudou da ordem cisterciense para cluniacense". Disponível na *INTERNET* no endereço: www.ricardocosta.com/textos/bernardo.htm. A referida tradução foi feita a partir da edição bilíngüe (latim/ espanhol) encontrada em SAN BERNARDO (1993: 40-59).

> *É certo que a culpa de sua partida foi minha. Fui muito austero com um delicado adolescente, tratei com dureza desumana a um jovem. De fato, essa era a causa de teus murmúrios contra mim, que eu recordo, quando ainda vivia conosco. E por essa razão, segundo soube, não cessas de desprestigiar-me. Não te culpo. Eu poderia desculpar-me e explicar-te que era necessário coagir as paixões de tua adolescência lasciva, e conduzir a difícil idade desde seu começo com uma disciplina dura e áspera, como diz a Escritura: "Dá a vara a teu filho que o livrará da morte", e em outro lugar, "O Senhor castiga aos que ama e açoita os filhos que reconhece como seus", e este outro, "São preferíveis os golpes do amigo que os beijos do inimigo."*

Como um bom abade, Bernardo tratou seu sobrinho com carinho, e, com boa argumentação, quis ser justo: Roberto errou, mas esse erro, em parte, era fruto do tratamento rigoroso a ele imposto e da instabilidade de uma alma jovem e claudicante. Em consonância com a pedagogia medieval, que afirmava ser necessário considerar a idade dos discentes (NUNES, 1979:112), Bernardo compreendeu sua falha e por ela sofria. Porém, ele afirmou suas boas intenções, e ansiava mostrar a Roberto que uma educação disciplinada e aplicada desde cedo era o meio para se chegar à correta formação moral e intelectual de uma pessoa (COSTA, 2002:17-18).

> *Sofro muito porque não te tenho ao meu lado, não te vejo, pois vivo sem ti e, para mim, morrer por ti é viver, e viver sem ti é morrer. Não pergunto por que fostes; o que me dói é que não voltes. Não denuncio as causas de tua partida, mas a dilação de teu regresso. Vem e façamos as pazes; volta e satisfaça meus desejos. Vem, insisto, volta que eu cantarei com gozo: "Fora morto e reviveu; fora perdido e encontrado."*
>
> *[...] eu te engendrei para a religião com a minha palavra e com o meu exemplo. Alimentei-te depois com leite, eras ainda uma criança e não podias tomar outra coisa. E se houvesse esperado para crescer, eu também teria te dado pão. Ah, quão prematura e intempestivamente desmamaste!*

Bernardo amava Roberto, amor sincero de uma *mãe* preocupada com o bem-estar e com as etapas do crescimento de seu filho, e de um *pai* intolerante com esmorecimentos. Esse complexo sentimento moldava o pensamento bernardiano: *amor não sexual* que combinava a severidade de um pai com a compreensão de uma mãe (BYNUM, 1982:115-118). Para entendermos as pretensões de São Bernardo, devemos nos ater a essas especificidades do cristianismo da Idade Média, que, muitas vezes, concebia Deus como uma entidade híbrida, e que pregava o amor entre os cristãos.

Os monges medievais estavam cônscios que os maiores tesouros que possuíam eram o amor fraterno em suas comunidades e o amor de Deus para com eles. Um sentimento *não carnal*, mas *espiritual*, sutileza difícil de ser compreendida pela pós-modernidade, pouco

atenta à *alteridade* do vasto universo cultural por trás das frases deixadas por homens de tempos tão distantes (LAUAND, 1998:106-107).

Em seguida, Bernardo revelou a seu sobrinho que ele foi aliciado por palavras doces, e estas o induziram a uma triste decisão. Roberto pecou porque foi fraco, porque se entregou a pessoas que nunca trariam conforto à sua alma.

> *Ele o atrai para si, o acaricia, o lisonjeia e, pregando-lhe um novo evangelho, o recomenda à embriaguez e condena sua sobriedade, fazendo-o ver que pobreza voluntária é uma vida miserável, e que são loucuras o jejum, as vigílias, o silêncio e o trabalho manual.*

Aos olhos de Bernardo, as facilidades da fartura e da riqueza desafiavam o senso de disciplina dos monges. Perigosas seduções que embriagavam o corpo e dilaceravam a alma. Os prazeres que este tipo de vida proporcionava arrebatavam, mas não apresentavam a única delícia que um cristão deveria esperar: viver ao lado de Deus. Como Cristo na cruz, os monges precisavam perseverar na obediência, mesmo quando submetidos a enormes provações.

Logo na abertura de seu prólogo, *A Regra de São Bento* (1999:3) deu grande importância ao ato de ouvir, um ouvir com a alma e que permitia ao monge discernir e compreender as mensagens do Criador. Dessa forma, o silêncio era ordem nos mosteiros, pois deixava os reclusos com seus espíritos elevados e em sintonia com os desígnios celestiais (MACEDO, 2003:144-152).

Os cristãos medievais acreditavam que o corpo era a fonte dos pecados que assolavam os homens (LE GOFF, 1994:150-160). Autocontrole e disciplina eram os meios para conseguirem se desvencilhar dos vícios deste mundo. Para os monges, a negação da própria carne e de tudo a ela relacionado assumiu contornos profundamente ascéticos, concretizados em diversos tipos de castigos e jejuns. Em várias passagens, a preocupação com o corpo mostrou-se presente na carta de São Bernardo.

> *E o que assegura mais a salvação, a bela veste e uma comida opulenta ou a alimentação sóbria e a veste moderada? Santificam-se as peliças finas e de qualidade, os tecidos sutis e preciosos, as luvas grandes e os capuzes largos, as capas de pele e as estamenhas suaves, e o que faço eu que não te sigo?*

Alimentação e vestuário, símbolos de riqueza e conforto material no medievo. Ambos receberam trato especial por parte de São Bernardo, uma vez que estavam estritamente ligados aos pecados do mundo. Segundo o abade, indumentárias belas e ornamentadas não tinham valor espiritual, e somente a privação dessas lascívias efêmeras que

adornavam o corpo mostraria a um monge quão melhor era negar seu "eu" em benefício dos ganhos que lhe esperavam no Além.

No que dizia respeito às roupas, *A Regra de São Bento* previa o uso de um vestuário modesto, adequado às condições climáticas e renovado periodicamente. Os cistercienses promoveram uma revolução na interpretação deste ponto da regra, e transformaram suas vestes em emblemas de austeridade e humildade. Sem titubear, passaram a usar túnicas muito simples, que mal os protegia do cortante inverno europeu (COLOMBÁS, 1993:100-101). O que valia era a recusa máxima da carne.

> *Tudo isso serve de alívio para os efeminados, mas não são armas de combatentes. Os que vestem trajes delicados estão nas cortes dos reis. O vinho e seus derivados, o mosto e vida fácil servem ao corpo, não ao espírito. Os condimentos não engordam a alma, mas o corpo. Pois muitos irmãos nossos serviram muito tempo a Deus no Egito sem comer peixe.*

As palavras de Bernardo apelavam à reflexão: mais tem valor o gosto dos sabores que arrebatam o corpo, ou o rigor que fortalece a alma? Para afirmar que a segunda opção era melhor, ele alicerçou no passado suas certezas. Ao fazer isso, Bernardo confirmou que lá estava a perfeição da história da humanidade, tempo em que os exemplos de virtude eram encontrados. Aos humanos, decaídos pela viciosidade do presente, o passado era o modelo no qual tinham que se espelhar (BASCHET, 2006:266).

Ainda que a regra beneditina falasse pouco acerca da comida, os cistercienses muito se consagraram a essa questão. Os monges que entravam para esta ordem precisavam se alimentar moderadamente, o que implicou na renúncia de pratos variados (COLOMBÁS, 1993:99), e no respeito pelos períodos de abstinência alimentar. Os cistercienses asseveravam que uma dieta módica e sem condimentos era a chave para o controle das pulsões sexuais (DUBY, 1990:54).

De acordo com São Bernardo, um ponto estava claro: alimentação e salvação ligavam-se visceralmente, apenas os humildes e de apetite brando chegariam ao Paraíso. Embora cativante, o pensamento bernardiano não era original, pois a relação entre alimentos e sexualidade foi uma das características cristianismo medieval, que acreditava na firme necessidade de hábitos alimentares frugais para o domínio dos instintos primitivos do homem (LE GOFF & TRUONG, 2006: 57-59).

Se em um primeiro momento Bernardo mostrou-se afetuoso e compreensivo com seu sobrinho, nos posteriores manifestou descontentamento. Caso Roberto persistisse na deserção, sua alma se manteria em pecado, um péssimo exemplo de instabilidade e desobediência.

> *Ah, criança insensata! Quem te fascinou para que descumprisse os votos que teus lábios pronunciaram? Por acaso não será tua boca que te salvará ou te condenará? Por que te preocupas com o voto de teus pais e te esquece do teu? Serás julgado pelo compromisso deles ou pelo teu? Pedirão conta dos votos de teus lábios, não do deles. Por que podes te agradar em vão com o indulto apostólico se tua consciência está atada pela sentença divina? Aquele que deixa o arado e segue olhando para trás não serve para o reino de Deus.*

Nesse extrato de sua carta, Bernardo falou sobre o respeito ao voto de estabilidade. Para ele, quem que vestia o hábito e era tonsurado deveria ser honrado e fiel, apagar as lembranças do mundo ao qual pertenceu, e saber que este não mais fazia parte de sua existência. No momento em que era aceito no mosteiro, o recluso despia-se de tudo, e se entregava de corpo e alma à sua nova morada. Por pensar assim, Bernardo reafirmou um valor central dos beneditinos: negar-se a favor das questões espirituais. Igual a Jesus, o monge tinha que assumir sua missão, e dela não se esquivar.

Determinado em suas afirmações, São Bernardo foi menos decidido em sua prática, pois um de seus maiores defeitos foi justamente sua instabilidade. Envolvido com a política eclesiástica de seu tempo, ele viajou muito, o que o fez delegar a pessoas de sua confiança a administração de Claraval. Contudo, Bernardo permaneceu fiel à sua casa, e não aceitou outro cargo na hierarquia do clero cristão. Como abade de Claraval, ele permaneceu até a morte (COLOMBÁS, 1993:139 e 150).

Em novas advertências dirigidas a Roberto, São Bernardo insistiu no imperativo monástico de se ouvir com a alma, sublime ato espiritual que o levaria à compreensão da verdade dos ensinamentos divinos: a *sapientia* (MULDER-BAKKER, 2005:38-41). Deste modo, Roberto, e qualquer outro monge que lesse as palavras de Bernardo, tomaria consciência do dever de se interrogar acerca de sua real condição interior.

> *Filhinho meu, se os pervertidos tentam te enganar, não concordes. Não creias em qualquer espírito. Que sejam muitos os que te saúdam, mas mestre, um entre mil. Evite as ocasiões, despreze a lisonja, feche os ouvidos à adulação, interroga a ti mesmo, porque tu te conheces melhor que qualquer outro. Vigia teu coração, interrogue tua intenção, consulte a verdade. Que tua consciência responda por que fugistes, por que abandonastes tua ordem, os irmãos, o lugar e a mim, que sou teu chegado na carne e muito mais no espírito.*

Bernardo convidou Roberto ao discernimento, ao exame de consciência, pois sabia que a verdadeira religião residia no interior do homem (DUBY, 1990:49; LAUAND, 1998:260-262). O escopo de São Bernardo era despertar todos para a necessidade de se fazer

a correta distinção entre os apelos do bem e os do mal. Alcançar esse saber era recuperar a natureza divina do homem. Quem não possuía essa capacidade se igualava às bestas (COSTA, 2005:37 e 63). Os cistercienses asseguravam que na vida abjeta de Cluny a formação desse saber estava ameaçada.

O cuidado dos monges de Cister com o corpo não se traduziu apenas na preocupação com roupas e comida. Relegado a um plano simbólico em Cluny, o trabalho manual ganhou importância central na cosmovisão dos primeiros cistercienses, que acreditavam ser ele o mecanismo de controle das vontades do corpo (LE GOFF, 2002:567). De acordo com São Bernardo, a ociosidade fomentava mesquinharias que inibiam o progresso espiritual.

> *Decida-te, levanta-te, evita o ócio, esforça-te, move-te, ocupa tuas mãos, faz algo, e logo sentirás que o único que te apetece é matar a fome, não adular o paladar. Isso porque o exercício devolve o sabor a muitas coisas perdidas pela inércia. Depois de trabalhar, tu tomarás com vontade muitos alimentos que rechaças em tua ociosidade. Porque a desocupação engendra o desgosto, o trabalho a fome, e a fome, misteriosamente, torna doce o que o aborrecimento faz insípido.*

Em um dos momentos mais belos de sua carta, Bernardo destacou a importância do trabalho manual na peleja contra as tolices de uma vida fácil. O monge que trabalha não tem tempo para imoralidades. Junto com as orações, o trabalho manual diário formava a via de acesso para a salvação, e também era um método para ensinar o valor dos alimentos e a necessidade de se consumi-los não por prazer, mas por serem combustível indispensável ao homem.

Perspicaz, São Bernardo apontou e disparou sua flecha. Certeiro, ele denunciou o apresso excessivo dado por Cluny ao ócio. Perdidos na infindável liturgia de suas celebrações, os cluniacenses tinham pouco tempo para o trabalho, que ficava nas mãos de terceiros. Além do mais, através de vultosas doações recebidas, muitas das casas dessa ordem tornaram-se detentoras de grandes propriedades rurais que lhe proporcionaram melhoras significativas nos víveres que dispunham para o conforto de sua comunidade (COSTA, 2002:127-129). Essa abundância tornou-se um apelo perigoso à glutonaria e à lassidão. Para ampliar seu poder de convencimento, Bernardo alertou:

> *Te espantam as vigílias, os jejuns e o trabalho manual, mas para aquele que medita nas chamas eternas, isso é muito leve. Além disso, a lembrança das trevas exteriores faz com que a solidão não nos horrorize. Se pensas no juízo futuro das palavras ociosas, o silêncio não te desagradará em demasia. Se levas diante dos olhos do coração o pranto eterno e aquele ranger de dentes, dará no mesmo dormir sobre uma esteira ou num colchão.*

A possibilidade de ir para o inferno fazia um recluso aceitar sem reclamações as asperezas do claustro. A alegação de São Bernardo era forte: melhor padecer e se corrigir neste mundo, do que sofrer as tormentas do inferno. Silêncio, jejuns, vigílias, nenhum dos sacrifícios dessas atividades ascéticas se comparava aos horrores infernais. O medo em relação ao que lhes esperava depois da morte era um motivo contundente para os monges erguerem suas armas e lutarem contra as hostes demoníacas.

> *Portanto, levanta-te, soldado de Cristo, levanta-te, sacode a poeira, volta à batalha da qual fugiste, para lutar com maior brio depois de tua fuga, e de teu triunfo será mais glorioso, porque Cristo tem muitos soldados que começaram a lutar com intrepidez, perseveraram e venceram, mas poucos desertores arrependidos se arrojaram de novo ao perigo que se esquivaram. Poucos foram os que puseram em fuga aos inimigos de quem fugiram. E como todo o extraordinário é precioso, me alegra que tu possas ser um desses que, quanto mais excepcionais, mais são gloriosos.*
>
> *[...] o adversário te persegue mais alegremente se foges que se lhe fazes frente, ataca com mais audácia pelas costas, mas oferece menos resistência quando é enfrentado. Tu lanças as armas e dormes tranqüilo pela manhã precisamente na hora em que Cristo ressuscitou, e ignoras que desarmado perdes valor e és menos temível para os inimigos?*

Bem e mal cruzavam gládios, mas a vitória sempre sorria para os soldados cristãos. Os cistercienses eram combatentes preparados e sabiam que Deus os protegia como um escudo indestrutível. Mas, mesmo certos do triunfo, eles não poderiam baixar guarda. Em uma visão humana desses guerreiros, São Bernardo sabia de seus esmorecimentos, de suas dúvidas, afinal, o combate era árduo. Por ter consciência disso, ele os confortou, e assegurou que Deus não os abandonaria, nem mesmo em períodos inglórios, e se alegrava com aqueles que se arrependiam e retomavam seu lugar na luta.

A postura belicista de São Bernardo, que defendia o uso justificado da violência, sobretudo na defesa do cristianismo contra seus opositores, encontrava-se arraigada no pensamento medieval e afirmava o permanente duelo das forças do bem contra as do mal (FRANCO JÚNIOR, 2001:146-150). Sem meias verdades, Bernardo fez uma intimação: as dificuldades existiam, mas elas não justificavam a covardia, que servia apenas para fortalecer o inimigo.

Por volta de 1128, o monge Roberto de Châtillon retornou para Cister. O incansável São Bernardo de Claraval vencia mais uma de suas muitas batalhas pessoais (COLOMBÁS, 1994:521). Misericordioso e perseverante na busca pela vitória, ele conseguiu mostrar a seu sobrinho a gravidade do erro cometido.

Em sua essência, a carta de Bernardo a Roberto sintetiza os valores que os cistercienses desejavam estabelecer entre aqueles que abraçaram o monasticismo. Valores de

raízes profundas na Ordem de Cister em seus primeiros anos, mas que, aos poucos, foram desvirtuados pelo seu crescimento. No segundo século seguinte ao seu surgimento, Cister se corrompeu e sucumbiu pelos mesmos erros que apontou em Cluny. Humanos, os cistercienses foram seduzidos pelos caprichos de sua natureza.

Em relação à Cluny, as incisivas críticas de São Bernardo geraram certa animosidade, mas muitos de seus membros perceberam que algo precisava ser feito. Sem muito sucesso, buscaram corrigir os abusos cometidos. Contudo, Cluny não mais se recuperou, e viu sua hegemonia sensivelmente abalada.

Bibliografia

Fontes primárias:

SAN BERNARDO DE CLARAVAL. **Obras completas de San Bernardo**. Madrid: BAC, ocho volúmenes, 1993, MCMXCIII-MCMXCIV.

SÃO BENTO DE NÚRSIA. **A regra de São Bento** (edição bilíngüe: latim / português). 2. ed. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 1999.

Fontes secundárias:

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

CARRUTHERS, Mary. **The book of memory**: a study of memory in medieval culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

COLOMBÁS, García M. **La tradición benedictina**: ensayo histórico (el silgo XII). Zamora: Monte Casino, t. IV, volume I, 1994.

_____. **La tradición benedictina**: ensayo histórico (el silgo XII). Zamora: Monte Casino, t. IV, volume I, 1994.

COSTA, Ricardo da. A educação infantil na Idade Média. **Videtur**, Porto, n. 17, p. 13-20, 2002.

_____. **Las definiciones de las siete artes liberales y mecánicas en la obra de Ramón Llull**. São Paulo / Porto: Mandruvá, 2005.

DUBY, Georges. **São Bernardo e a arte cisterciense**. São Paulo: Martins fontes, 1990.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico da leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002, v. 1, p. 123-146.

LAUAND, Luiz Jean (org.). **Cultura e educação na Idade Média**: textos do século V ao XII. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. Trabalho. In: **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: Edusc / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002c, v. 2, p. 559-572.

_____; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMMERS, Trudy. **Guibert van Nogent Monodiae**: een twaalfde-eeuwse visie op kerkelijk leiderschap. Hilversum: Verloren, 1998.

MACEDO, José Rivair. Disciplina do silêncio e comunicação gestual: os *signa loquendi* de Alcobaça. **Signum**: Revista da ABREM, São Paulo, v. 5, 2003, p. 133-167.

MULDER-BAKKER, Anneke B. **Lives of the anchoresses**: the rise of the urban recluse in medieval Europe. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2005.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Confissão Cristã e sua Assimilação Indígena nas Reduções Platinas

Guilherme Galhegos Felippe*

Resumo: Antes de instalarem as primeiras reduções na região platina, os jesuítas já procuravam difundir a fé cristã em suas missões itinerantes catequizando e batizando os nativos. Frente às inúmeras dificuldades surgidas, iniciou-se a instalação das reduções jesuíticas que teriam o objetivo de abrigar, proteger e facilitar o acesso indígena ao conhecimento católico. Desta forma, sacramentos como a confissão teriam mais facilidade para serem implantados no meio reducional. Analisando-se a correspondência jesuítica escrita entre os anos de 1609 a 1640, observa-se um fato peculiar: existe uma grande incidência de relatos envolvendo a confissão sacramental, porém apenas uma minoria deles comprovam a eficácia da realização do sacramento. O presente estudo tentará compreender o que provoca esta desigualdade no discurso jesuítico registrado.
Palavras-chave: Reduções jesuíticas – Confissão sacramental – Análise do discurso.

Abstract: Before building the first reductions in the platinian region, the Jesuits already sought to spread out the Christian faith in its missions, through catechesis and the baptizing of the natives. In face of the multiple difficulties that arised, they began settling the jesuitic reductions, which had the objective to protect and facilitate the Indian introduction into catholic knowledge. Thus, sacraments as the confession would be easier to be implanted in the reduction area. Analyzing the Jesuit's written correspondence between the years of 1609 and 1640, a peculiar fact can be noted: even though there was a great incidence of stories about the sacramental confession, only a minority of them proves the effectiveness of accomplishing the sacrament. This study will try to understand what causes this difference in the registered jesuitic discourse.
Keywords: Jesuitic reductions – Sacramental confession – Analysis of the discourse.

A função primordial da empresa reducional platina que os inacianos promoveram era a de manter um contato mais íntimo e regulador para com os nativos. Ao contrário do que se passou com as missões itinerantes, onde os padres catequizavam e sacramentavam os indígenas sem permaneceram com estes, as reduções viabilizavam o controle sistemático de uma rotina cristã implantada na vida reducional. Desta forma, creram os padres, a conversão indígena estaria assegurada.

Um dos rituais mais importantes administrados pelos jesuítas era a confissão, que tinha papel fundamental na medida em que servia como um instrumento para policiar as atitudes dos novos fiéis e fazê-los pagar pelos seus pecados através das penitências. Tal prática, que deveria ser instituída em rituais exercidos freqüentemente, visava controlar as ações e pensamentos dos fiéis, impondo-lhes limites e condutas que deveriam ser seguidos. Além disto, o sacramento servia como um sinal do bom andamento da empresa

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, bolsista da CAPES.

evangelizadora: por ser uma religião trazida pelos estrangeiros, com práticas e cultos estranhos, os indígenas mostrariam adesão à cristandade se passassem a confessar seus pecados regularmente. De acordo com isso, é objetivo aqui analisar o discurso jesuítico proveniente das experiências confessionais, de forma a tentar entender como a confissão cristã havia sido administrada aos indígenas e, por sua vez, como estes encararam tal sacramento.

O que ocorre é uma grande incidência de relatos edificantes, afirmando, a princípio, a boa realização da confissão indígena; por outro lado, são raros os registros que confirmam a eficácia do sacramento, presentes no que será chamado aqui de *casos modelares*. Desta forma, serão analisados primeiramente estes *casos modelares*, ou seja, aqueles relatos que seguem a lógica ideal da confissão cristã, onde o pecador procura o padre, realiza uma boa confissão e é descrita sua condição após realizar o sacramento – justamente o dado que geralmente falta na maioria dos relatos. Logo após, serão analisados os *casos edificantes* que correspondem aos relatos enaltecedores da implantação da confissão no meio reducional, mas sem terem a confirmação, como nos *casos modelares*, da eficácia do sacramento na vida indígena.

Casos modelares

Estes tipos de relatos, à primeira vista, apresentam registros completos acerca da confissão, contendo uma informação rara aos demais casos sobre o sacramento: a condição do pecador após confessar-se. Este dado importante não apenas para dar um desfecho ao relato, mas fundamental para confirmar a eficácia da realização sacramental, configura os *casos modelares* como sendo raros dentro da documentação, ficando sua freqüência muito abaixo do esperado. Em um relato de 1614, do padre Diego de Boroa, evidencia-se um exemplo:

> *A outra pessoa (segundo ela referiu) fez-lhe ver, Nosso Senhor, os fogos do inferno e depois teve outra admoestação divina, tudo, segundo entendo, entre sonhos, estando doente, ajudando-a também interiormente e pressionando-a o mesmo Senhor com que veio a fazer uma boa confissão e mudança.* [1]

Sendo objetivo e, poder-se-ia dizer, completo sobre uma confissão bem sucedida, o relato inicia com uma motivação que leva o índio ao confessor e, por sua vez, obtêm *mudança*, provavelmente, em seu comportamento. Não é descrita qualquer natureza desta modificação, porém este dado é importante pelo fato de concluir de forma edificante um *caso modelar*, tornando o sacramento eficaz.

[1] **1614. V - CARTA ÂNUA...**, p. 18. De forma a facilitar o acesso às cartas citadas, preferiu-se referenciá-las parcialmente em notas de rodapé – visto a impossibilidade de fazê-lo conforme as normas *autor-data* –, e, ao final do artigo, citar a referência integral das mesmas. Optou-se pela citação traduzida para o português destes registros que estão originalmente em espanhol arcaico, de maneira a facilitar sua leitura.

Em um relato de 1628[2], o padre Nicolau Duran descreve uma situação vivida por índios que eram atormentados, em sua casa, por "*balidos e grandes estrondos e rastros que deixavam pisadas de cabra e outros animais*". De forma a resolverem o problema, "*buscaram melhor remédio comparecendo todos a confessar e desde aquele dia não se atreveu mais o demônio a inquietar-los*". Como no caso anterior, a motivação para recorrer à confissão não foi, diretamente, algum pecado. Aliás, nem ao menos é citado qualquer erro cometido pelos indígenas. De qualquer forma, os relatos têm a função de enaltecer a boa realização do sacramento e fazem de forma eficaz: os problemas que levaram à confissão foram solucionados. Observa-se um caso registrado pelo padre Pedro Romero, em 1635:

> *Outro índio estava afligidíssimo com intensas dores que não lhe deixavam repousar há três meses. Confessou-se e recebeu o santo sacramento e logo sarou sem que voltasse mais as dores e assim levantou-se e pode trabalhar* [3]

Movido a confessar-se pelas intensas dores que sentia, o índio só melhorou fisicamente após realizar o sacramento, tornando o relato edificante. Um caso semelhante é registrado por Pedro Comenzalo[4], onde um índio, que não cumpriu sua promessa de confessar-se, foi acometido por uma "*terrível febre nunca vista que lhe pesou todo o corpo como chumbo e atacava-lhe os nervos*" fazendo-o, efetivamente, confessar-se "*com muita dor e* [...] *ao fim melhorou.*".

Estes dois últimos relatos citados assemelham-se pela motivação que levou ao ato confessional. Nenhum dos padres responsabiliza algum pecado concreto que tenha incentivado o indígena a procurar sua reconciliação. Na verdade, a confissão passa a ter outro caráter: o sacramento não foi procurado para *limpar* pecados cometidos, mas sim para curas físicas. Um verdadeiro remédio do corpo, e não da alma.

Estes relatos que apresentam casos de confissão eficaz e modelar têm sua falha: apesar de darem conta da *pós-confissão*, não tratam a questão do pecado que, teoricamente, deveria ser o motivo principal para que um indivíduo procurasse o confessor. Pelo contrário, estes relatos parecem demonstrar que os indígenas utilizavam a confissão como uma forma de curar doenças ou acabar com visões. Cabe, então, analisar os *casos edificantes* que tratam diretamente dos pecados cometidos.

---

[2] **1628. XXXVIII - CARTA ÂNUA...**, p. 223.
[3] **1635. XV – CARTAS ÂNUAS...**, p. 93.
[4] **1642. CARTA ANNUA...** (Caixa 29/ Doc 6-888). As referências às cartas manuscritas inéditas serão feitas de acordo com a procedência dos micro-filmes da Coleção De Angelis do Centro de Pesquisas Históricas da PUCRS, que foram obtidos através do financiamento do CNPq, dos originais pertencentes à Biblioteca Nacional do RJ.

Casos edificantes

Um dos pontos salientados nestes relatos é a grande quantidade de índios que se confessam. Os padres diversas vezes registram altíssimos números de confissões realizadas, de forma a mostrar a adesão indígena ao sacramento. O padre Matin Xavier, por exemplo, em suas andanças pelos povoados do Guairá, relata que se ocupou quase todos os dias à confissão dos neófitos, chegando a confessar quase todo um povoado em duas semanas[5]. Pedro Romero também exalta a façanha que um colega seu conseguiu, confessando "*até 700 almas*" na redução de Encarnação de Itapua, os quais "*ouviam com gosto o que o padre lhes dizia para seu bem, derramando muitas lágrimas de dor e arrependimento*"[6]. Aqui, além da grande quantidade de confissões, evidencia-se a intenção do padre em descrever também os sentimentos aflorados pelos índio, agregando mais sinceridade e vontade em suas confissões.

De fato, a Igreja católica via tal sacramento como a forma mais eficaz do pecador arrepender-se do erro cometido e só assim reconciliar-se com Deus. Para isso, o indivíduo deveria confessar demonstrando arrependimento pelos pecados cometidos e com sentimentos de dor e pesar. Para enfatizar emoções verdadeiras e genuínas dos indígenas confessos, os jesuítas escreviam de maneira bastante expressiva, tentando passar aos leitores emoções sinceras de arrependimento dos índios que se confessavam "*com dor de seus pecados*"[7] e "*com grande consolo*"[8]. O padre Nicolau Duran salienta a atitude dos neófitos frente ao sacramento confessional, afirmando que o "*hábito de la confesión lo observan con regularidad y es tal la ternura de estas puras criaturas que, por la más ligera falta, en los ojos les afloran abundantes lágrimas*." (Duran In Duviols, 1991: 101).

Além de pontuar que a confissão é um hábito praticado regularmente pelos índios e que o fazem de forma bastante emotiva, Duran atenta para um aspecto fundamental dos *casos edificantes*: *pela mais ligeira falta* os nativos reduzidos buscam confessar-se. Relatos que salientam a qualidade das confissões têm uma importante função no discurso jesuítico, na medida em que descrevem a boa adesão indígena ao sacramento. Por isso, diversas vezes, os registros vão enfocar o fato de os índios estarem confessando pecados graves e leves:

> *Um índio que em seu modo parecia-me muito boçal, estando doente, confessou-se com tanto cuidado de todos os seus pecados, grandes e pequenos, que, admirado da*

[5] **1612. RELACION...** (Caixa 14/ Doc. 12-258).
[6] **1634. VI - CARTA ÂNUA...**, p. 45.
[7] **1635. XV – CARTAS ÂNUAS...**, p. 91.
[8] **1609. PRIMEIRA CARTA…**, p. 8.

> *confissão, disse no fim: "é verdade que não entra ninguém no céu com uma mínima mancha".* [9]

Conseguir fazer com que os indígenas confiassem todos seus íntimos segredos ao padre e confessassem "*coisas muito pequenas de suas consciências*"[10] era o principal objetivo dos jesuítas no que tange à questão da confissão sacramental. E, de acordo com os relatos, o sacramento da confissão foi tão bem introduzido na vida reducional que os índios "*têm-no tão acreditado que, vendo-se em qualquer necessidade ou perigo, amparam-se nele como remédio geral de todos*"[11].

O discurso jesuítico também atenta, em grande parte dos relatos, para a confissão administrada em situações extremas ou a indígenas moribundos. Estes casos de *confissão seguida de morte* são bastante comuns na documentação por seguirem uma lógica cristã: estando o indivíduo em uma condição iminente à morte, sua última ação é realizar uma confissão satisfatória para demonstrar arrependimento por pecados cometidos e estabelecer sua reconciliação com Deus. Em 1613, o padre Roque González relata o caso de um índio que, indo caçar com outros, foi picado por uma cobra e caiu mortalmente ferido na mata. Seus companheiros, segundo o jesuíta, deixaram-no ali por não conseguirem carregá-lo, avisando somente dias depois o ocorrido e seu paradeiro. González então saiu rapidamente a sua procura e, depois de muito caminhar, achou o índio imóvel e desfalecido, sujo de terra e cinzas do fogo que os índios haviam acendido. Limpou-o com um pouco de água e tentou recobrar seus sentidos chamando-o a atenção. Por fim, o padre escreve que o índio abriu os olhos e, reconhecendo-o, "*animou-se de sorte que parece senão que viu um anjo do céu. Disse-me que queria confessar e fez muito bem e acabando de dar a absolvição deu sua alma ao Senhor*"[12]. Este longo relato, cujo foco principal está no esforço que o padre teve para o índio, descrevendo detalhadamente sua busca e preocupação em achá-lo, finaliza objetivamente com a realização de uma boa confissão – praticada com os últimos esforços vitais do moribundo – e sua morte. O sacramento é apenas mais um ponto de todos os outros citados, ficando apenas como pano de fundo de todo relato. E a morte do índio faz do relato um *caso edificante*, mas faz de sua confissão a comprovação de sua fé cristã.

---

[9] **1637. XIX - PONTOS PARA A CARTA...**, p. 153.
[10] **1628. XL - CARTA ÂNUA...**, p. 295.
[11] **1628. XXXVIII - CARTA ÂNUA...**, p. 223.
[12] **1613. ANNUA DE LA REDUCCION...** (Caixa 28/ Doc. 8-856).

Analisando outros casos de *confissão seguida de morte*, pode-se observar peculiaridades do discurso jesuítico sobre a confissão, como a supervalorização do sacramento em detrimento da falta de práticas religiosas:

> *Um índio surdo e com mais de noventa anos estava em um rancho ou cabana de uma boa índia que de pura caridade sustentava-lhe. Havia muitos anos que não se confessava por falta de ministros, e tendo notícias dele foi ver-lhe o padre Aranda e levou alguns presentes e achou nele uma alma admiravelmente disposta e desejosa de ver Deus. Confessou-o e deu-lhe a extrema unção e logo outro dia morreu.* [13]

O relato trata de um índio velho que vivia longe dos padres, que não é descrito como cristão[14] e, segundo o autor, fazia tempo que não se confessava. Nestas condições, é questionável a sua inclinação à fé cristã e a utilidade da confissão em sua vida. Mesmo o sacramento tendo grande destaque neste relato, torna-se inócuo a sua realização, já que nada comprova a favor de uma possível inclinação do idoso ao catolicismo, quanto menos à prática regular dos costumes e normas cristãs.

Em outro caso relatado por Diego de Boroa em 1619[15], depara-se com o exemplo de uma índia batizada que, por trinta anos, viveu distante dos jesuítas junto a "*índios infiéis*". Estando certa vez doente, a índia pediu que lhe levassem aos padres, só conseguindo seu intento após muita insistência. Seguiram com ela mais dez indígenas, entre eles o seu "*mancebo*". Chegando à Redução de Nossa Senhora da Encarnação, o padre Roque González recebeu-os e, "*como era cristã*", consentiu em confessar a doente, com a condição que "*se separasse de sua má companhia*". Após largá-lo, "*confessou com muitas mostras de fé e, acabando de confessar, morreu*". Mesmo vivendo décadas com índios infiéis, longe do contato com os padres e *amancebada*, Roque González acha conveniente confessá-la, sem questionar em momento algum seu batismo que, pelos dados fornecidos pelo relato, deve ter sido realizado em sua infância. Ao que tudo indica, a índia realiza a primeira confissão de sua vida, sem passar por ensinamentos, ter ouvido sermões ou comparecido a missas e, mesmo assim, sua confissão é muito bem vista pelo autor que nunca questiona sua inclinação à fé. Além disso, o relato finaliza com a morte da índia, fazendo com que não se tenha certeza da eficácia da confissão: a sua boa morte dá um caráter edificante ao caso, mas deixa dúvidas

---

[13] **1609. PRIMEIRA CARTA…**, p. 8.

[14] Sabe-se que para a realização do sacramento confessional é necessário que o indivíduo seja batizado e com os índios não era diferente. Porém, crê-se aqui que é muito significativa a falta desta informação à descrição do índio, ou seja, o autor busca adaptar o caso ao modelo de discurso edificante, entretanto, acaba por descrever atitudes e práticas do indígena que em nada correspondem a de um cristão. Obviamente, sua ausência pode ser justificada pelo simples esquecimento do autor, mas é difícil pensar que com tantas descrições sobre a vida do idoso, a mais importante tenha passado em branco. Apesar de não ser o único caso registrado sem especificar que o indígena era cristão, a falta aqui é maior devido à vida que o idoso levava longe do meio reducional e, por conseguinte, longe dos costumes, práticas e crenças cristãos. Não identificá-lo como já batizado – ou esquecer disto – debilita o próprio discurso jesuítico.

[15] **1619. CARTA ANNUA...** (Caixa 28/ Doc 15-863).

quanto à utilidade do sacramento em sua vida. Não se sabe se ela realmente tinha conhecimento do que estava fazendo, que tipo de *pecados* confessou, se iria mudar-se para a redução ou se, dali em diante, confessaria com mais freqüência. Mas, de acordo com o discurso jesuítico, sua morte absolveu-a de todas as dúvidas e glorificou o sacramento.

Observa-se outro relato do padre Boroa, escrito em 1614:

> *Moveu Nosso Senhor um índio a que se confessasse bem, o que não havia feito em sua vida, e por sua fraqueza ou instigação do demônio arrependeu-se antes de acabar a confissão. E já estava à morte e assim o padre, com desejo de ajudar aquela alma, voltou à sua casa depois, ainda que estivesse chovendo muito. E perguntando-lhe se tinha alguma coisa para confessar, disse que sim. Acabou de confessar-se bem e morreu.*[16]

Boroa salienta, no início do relato, o fato de o indígena nunca ter realizado uma boa confissão em sua vida, e permaneceu assim até estar próximo à morte. Somente na segunda confissão citada pelo padre – justamente aquela na qual o jesuíta procurou-o – é que o índio confessa-se bem e morre logo após. Novamente, a morte absolve qualquer dúvida sobre a inclinação à fé cristã ou vontade que o nativo tinha em confessar.

Milhares de índios confessando-se aos padres, emoções afloradas em forma de lágrimas, confissões minuciosas dos mais íntimos e pequenos erros e realizadas no leito de morte em registros otimistas quanto à boa aceitação nativa ao sacramento. Em contraponto, estes *casos edificantes*, como brevemente se viu, não comprovam nem a adesão à cristandade, quanto menos a eficácia do sacramento para a vida dos nativos, deixando persistirem dúvidas sobre a utilidade que os índios viam na confissão e a forma como eles utilizavam-na.

Conclusão

Se por um lado os *casos modelares* apresentam registros completos, que descrevem situações com um desfecho que confirma a eficácia sacramental, por outro, não correspondem diretamente a problemas pecaminosos, algumas vezes são relacionados apenas a problemas físicos dos índios envolvidos. Assim, nestes casos, a confissão perde sua função original relacionada às questões morais, deixando transparecer que os nativos compreenderam o sacramento da forma que lhes era mais apropriada. Já os *casos edificantes* ressaltam o fato de os indígenas não só procurarem a confissão movidos por pecados, mas também enaltecem grandes quantidades de índios confessando-se de forma minuciosa e emocional. Para o discurso jesuítico isto é bastante relevante, porém, estes casos não têm um desfecho comprobatório da eficácia do sacramento, sempre restando dúvidas sobre o destino tomado pelo recém-confesso.

---

[16] **1614. V - CARTA ÂNUA...**, p. 18.

Ao que parece, os relatos sobre a confissão cristã fazem do sacramento um instrumento discursivo, tendo mais importância em relação à função do jesuíta de informar a situação das reduções, do que em relação à sua função sacramental relacionada à conversão dos nativos. E, para estes, a confissão parece ter sido assimilada de uma forma oposta àquela desejada pelos padres: por vezes, o sacramento tem a finalidade de curar o corpo; outras tantas é simplesmente administrado, sem qualquer resposta indígena posterior –, ou é realizado em situações extremas, cuja única atitude ulterior é o registro de uma boa morte. Os índios entenderam a importância que os jesuítas depositavam na confissão cristã e souberam, partindo disto, utilizá-la conforme suas necessidades. Ao que tudo indica, confessavam-se não para demonstrar arrependimento por erros cometidos ou reconciliar-se com Deus; mas sim porque sabiam a importância que tal ritual tinha para os padres, estabelecendo assim uma aliança importante para si.

Referências documentais:

1609. PRIMEIRA CARTA, DEL P. DIEGO DE TORRES, DESDE CÓRDOBA DEL TUCUMÁN. In: Documentos para la Historia Argentina, Tomo XIX, Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1927, pp. 3-40.

1612. RELACION DE UN VIAJE Á LAS MISIONES DEL GUAYRA. (Caixa 14/ Doc. 12-258)

1613. ANNUA DE LA REDUCCION DE SAN IGNACIO DEL PARANÁ CON LA DESCRIPCION DE LAS TIERRAS DEL IGUAI. (Caixa 28/ Doc. 8-856)

1614. V - CARTA ÂNUA DA MISSÃO DE TODOS OS SANTOS DE GUARAMBARÉ DIRIGIDA PELO PADRE DIOGO DE BOROA AO PROVINCIAL DIOGO TÔRRES. In: CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952, v. II, pp. 12-26.

1619. CARTA ANNUA DE LA REDUCCION DE N.^{TRA} S.^{RA} DE LA ENCARNACION DE ITAPUA. (Caixa 28/ Doc 15-863)

1628. XXXVIII - CARTA ÂNUA DO PADRE NICOLAU DURAN EM QUE DÁ CONTA DO ESTADO DAS REDUÇÕES DA PROVÍNCIA DO PARAGUAI, DURANTE OS ANOS DE 1626 E 1627, NA PARTE QUE DIZ RESPEITO ÀS REDUÇÕES DO GUAIRÁ. In: CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, v. I, pp. 203-258.

1628. XL - CARTA ÂNUA DO PADRE ANTONIO RUIZ, SUPERIOR DA MISSÃO DO GUAIRÁ, DIRIGIDA EM 1628 AO PADRE NICOLAU DURAN, PROVINCIAL DA COMPANHIA DE JESUS. In: CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, v. I, pp. 259-300.

1634. VI - CARTA ÂNUA DAS MISSÕES DO PARANÁ E DO URUGUAI, RELATIVA AO ANO DE 1633, PELO PADRE PEDRO ROMERO. In: CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, v. III, pp. 33-95.

1635. XV – CARTAS ÂNUAS DAS REDUÇÕES DO PARANÁ E URUGUAI DE 1634. In: VIANNA, Hélio. Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, v. IV, pp. 80-144.

1637. XIX – PONTOS PARA A CARTA ÂNUA DA REDUÇÃO DE SANTANA, PELO PADRE JOSEPH DE OREGIO. In: VIANNA, Hélio. Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, v. IV, pp. 151-153.

1642. CARTA ANNUA DE LA REDUCCION DE SANTA MARIA DEL URUGUAY. (Caixa 29/ Doc 6-888)

DURAN, Pe. Nicolás. “Son prodigios dignos de admiración ver la sumisión de esos bárbaros”. In: DUVIOLS, Jean-Paul & SAGUIER, Rubén Bareiro (Org.). *Tentación de la Utopía*, Barcelona: Tusquets, 1991, pp. 100-102.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A exposição que sonhou com um museu

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira*

Resumo: Este trabalho procurou investigar um ponto-chave na constituição do acervo do Museu de Arte de Brasília (MAB): a produção, a execução e a divulgação da mostra intitulada "Sala Brasília", componente da XII Bienal Internacional de São Paulo, em janeiro de 1976. A mostra nasceu da parceria entre a Fundação Bienal e a Fundação Cultural de Brasília e era, a principio, o início do acervo do Museu do Artista Brasileiro (MArB), planejado para ser implantado na capital federal. Tal enlace entre exposição, museus 'desejados' e acervo(s) também permitiu que nos aproximássemos das razões que fizeram com que a capital federal só viesse a ter um museu de arte trinta anos após a sua concepção, bem como dos possíveis porquês da ausência de um museu no projeto inicial.
Palavras-chave: Museu de arte; Exposições; Acervo.

Abstract: This paper sought to investigate a key point in the constitution of the collection in the Brasília Art Museum (BAM): the production, the execution and the divulgation of the exhibition entitled "Brasilia Hall", which was a component of the XII São Paulo International Biennial, in January 1976. The exhibition was born from a partnership between the Biennial Foundation and the Cultural Foundation in Brasília and was, in principle, the beginning of the Museum of the Brazilian Artist collection, planned to be implemented in the Federal Capital. This entwinement between exhibitions, 'desired' museums and collection(s), also enabled us to approximate the reasons why the Federal Capital only had an art museum thirty years after its conception and the possible whys as to the absence of a museum in the initial project.
Keywords: Art Museum; Exhibitions; Collection.

Brasília nasceu como elemento simbólico do governo de Juscelino Kubitschek antes mesmo de apresentar-se como a cidade que apreendemos a chamar de capital. Sua realidade já era um campo de representações contraditórias que matizaram o projeto desde de 1955. Matizes diversos foram sendo alterados e alternados ao longo dos anos. Brasília "era" a cidade utópica e pioneira, ao mesmo tempo em que figurava como a cidade autoritária e artificial. A representação que nos interessa de Brasília é aquela que confere ao projeto o *status* de "cidade modernista", no sentido mais estrito da História da Arte, o que de fato não elimina as acepções anteriores, mas as destaca através de outra lente.

O ponto específico do projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer que procuramos analisar começa com a confecção do anteprojeto – que, em seu caráter "moderno", não continha nenhum museu, em especial, nenhum museu de arte, como bem destaca Valerie

* Mestre em História da Arte pela Unicamp e aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho foi orientado pela Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito e contou com recursos da CAPES.

Fraser –, e salta para a XIII Bienal Internacional de São Paulo em 1975, quando da mostra intitulada "Sala Brasília", cujo objetivo central era angariar obras de arte para construção do Museu do Artista Brasileiro (MArB), com sede na capital federal, configurando-se como o primeiro museu da cidade.

O projeto do MArB nunca chegou a se concretizar. Em seu lugar, outro museu foi criado, dez anos depois, e levaria o título de Museu de Arte de Brasília, com caráter diverso daquele sonhado nos anos 70, mas herdando dele parte do acervo reunido pela Fundação Bienal. O primeiro passo para compreender essa tênue relação é investigar como Brasília foi configurada como símbolo modernista e o que significou para seus "arquitetos" a ausência de um museu.

Brasília tinha sido concebida como uma articulação entre os preceitos formalistas do pensamento do mestre arquiteto Le Courbusier e o modo peculiar e orgânico com que a arquitetura brasileira assimilou tais preceitos. A urbe, na acepção da dupla Costa-Niemeyer, deveria ser uma cidade organizada, eficiente e, sobretudo, capaz de articular duas esferas: o espaço político administrativo – sua natureza mais óbvia – e um centro cultural que promovesse, no Planalto Central, o encontro das diversas matrizes da cultura brasileira.

Costa defendia que a cidade "deveria ser concebida (...) não como uma *urbs* (...), mas como uma *civitas*, tendo as virtudes e atributos apropriados a uma verdadeira capital". [1] Parte dessa ambição foi concretizada na construção de espaços administrativos, edifícios amplamente conhecidos e outros que reconheciam presenças necessárias à "cidade moderna", como a igreja, a universidade e o teatro-ópera. Este último, de fato, configurou-se como um elemento-símbolo daquilo que os arquitetos denominaram como Espaço de Lazer e Diversões. Nesse *locus*, o museu não era uma alternativa.

A questão merece apreciações cuidadosas. Como adverte Ulpiano Bezerra de Meneses, a história da criação dos museus e sua proliferação – mesmo que tardia, no caso do Brasil – está intimamente ligada à idéia do fortalecimento de um modo de operar e de representar a nação. Museus históricos foram importantes na medida em que constituíram uma certa memória nacional, vista como comum e consensual. Da mesma forma, museus de arte foram chamados a construir, por meio do domínio estético, valores cívicos (MENESES, s.d.: 103), cuja finalidade era dupla: produzir referências narrativas comuns e garantir ao Estado um papel importante nas dinâmicas do que deveria ser considerado *arte* e, por conseguinte, um amplo aparato classificatório da cultura, cortejado por denominações como Museu do Folclore, Museu de Arte Sacra, Museu de Belas Artes ou de Arte Moderna. Nesta

[1] Lúcio Costa *apud* FRASIER, 2006.

medida, nada mais corriqueiro que um museu para coroar o projeto nacionalista-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (MOREIRA, 1998:19).

Embora o próprio projeto da Pampulha, em Belo Horizonte, no início dos anos 40, marco da primeira parceria entre os arquitetos e JK, não possuísse um museu numa reconhecida área de lazer. É, também, constrangedor lembrar que, em 1954, Niemeyer projetou o atual Museu de Arte Moderna de Caracas, um excelente exercício do modo como edifícios modernistas podiam estar aptos a abrigar obras de arte que compartilhavam um projeto estético semelhante. Como nos lembra Maria Cecília França Lourenço sobre aquele período: "A imagem da arte moderna é vitoriosa e unida a valores positivos – arrojo, heroísmo, ousadia, audácia, entusiasmo, coragem, progresso e destemor –, atraindo o poder político e, em especial, o econômico, para criação de tais museus" (LOURENÇO, 1999: 12).

Embora esses motivos possam soar como óbvios para a constituição de um espaço museal para arte (ou um museu histórico de amplitude nacional), os idealizadores de Brasília não estavam dispostos a garantir um espaço de memória no Plano Piloto. Fraser, em seu artigo "Brasília: Uma Capital Nacional sem um Museu Nacional", dá-nos importantes indícios do problema. Segundo ela, o projeto de Lúcio Costa não comportava um museu, porque a instituição, para o urbanista, estava vinculada à idéia de passado, em sua acepção negativa. O projeto de Brasília havia sido inserido na representação de uma cidade sem passado, em uma região que precisava ser desbravada e conquistada, legando à cidade todas as expectativas do futuro. O que excluía um museu, visto como espaço antimoderno. Uma visão futurista dos espaços de memória catalisada por um antiacademicismo [2].

Em sua obra *A cidade modernista*, James Holston (1993) salienta que Brasília só se tornou uma realidade política viável quando passou a caracterizar uma completa ruptura tanto com o passado, quanto com o presente, com suas manifestações urbanas em outros locais do País. A cidade surge nos planos do governo como uma espécie de antídoto contra as mazelas brasileiras. Holston afirma que a cidade utópica dos anos 50 é fruto de uma leitura estética do modernismo num aspecto preciso: o apagamento (HOLSTON, 1993:13). Tal leitura incita à reinscrição. É um modelo que se aplica à ausência de um museu numa cidade que acabara de nascer, uma vez que o acervo de qualquer museu traria para essa nova urbe bens de um Brasil do passado, exterior à cidade, um país que deveria ser superado dentro da perspectiva que, novamente Holston, chama de *futuro alternativo*. De certo modo, a recusa de

[2] "Le Corbusier é, novamente, uma figura de importância neste momento. Lúcio Costa e Niemeyer teriam tido bastante familiaridade com o desdém de seu mestre por todas as coisas acadêmicas e sufocantes, por meio de seus escritos, de suas palestras no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1929, e por terem trabalhado com ele no prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, em 1937"; cf. FRASER, 2006.

um *lugar de memória* que não fosse dedicado à própria memória e à história da cidade põe à vista um movimento paradoxal: a descontextualização, por meio da recusa de elementos de memória exteriores (o Brasil que deveria ser superado [3]), e a noção de contexto histórico contemplada pela inauguração do Museu da Cidade, em 1960, (planejado por Niemeyer para guardar a posteridade a história da construção da cidade).

Com Brasília, Costa desejava rejeitar as hierarquias sociais e culturais incentivadas pelos museus. "Isto tornaria o fato de que ela não possui um museu uma virtude, ao invés de uma ausência, como a aplicação da ideologia antimuseu de tantos modernistas" (FRASIER, *op.cit.*). Essa hierarquia promovida pelos projetos museais tradicionais também era lida como um obstáculo para a utopia da arte total, entendida como a unidade de todas as artes, excluindo os projetos e as instituições que promoviam sua fragmentação. Dentro dessa lógica, um museu de arte moderna, o mais contemporâneo possível, não seria bem-vindo no Plano Piloto, uma vez que continha os dois movimentos museais rejeitados – hierarquia e classificação –, além de indicar que a arte moderna estaria sendo apropriada como um fato do passado, uma contradição evidente numa cidade modernista.

No entanto, a ausência de um museu de arte de amplitude nacional passou a incomodar as autoridades no início dos anos 70, de modo que, em 1975, a Fundação Bienal de São Paulo produziu a mostra "Sala Brasília", uma exposição anexa à XIII Bienal de São Paulo. A iniciativa partiu de Oscar Landmann – presidente da Fundação Bienal na época –, e do fundador Francisco Matarazzo Sobrinho. Ambos ambicionavam a construção de um museu na capital federal, um museu que, naquele dezembro de 1975 e no mês seguinte, em 1976, se insinuava na criação do acervo do futuro MArB. Parte da mostra, senão toda ela, seria doada ao novo museu a ser construído pela Fundação Cultural do Distrito Federal (FCB), órgão responsável pelos aparelhos e instituições culturais presentes em Brasília e nas cidades satélites. Durante o evento, a Fundação Bienal agiu como intermediária entre o futuro museu e "destacados elementos e entidades do meio empresarial paulista", que foram estimulados a adquirir obras, dentre aquelas presentes na mostra, para transferi-las ao museu mediante doação.

O texto do catálogo da mostra, intitulado "A sala Brasília e o museu do artista brasileiro", sem assinatura – o que configura um projeto institucional –, afirmava que cerca de 300 obras de "artistas de diferentes épocas e tendências" estavam presentes naquela iniciativa. O texto alertava para o fato de que a iniciativa da sala traz prestígio "sem prejuízo das

[3] "Embora tenha sido concebida para criar um tipo de sociedade, Brasília foi necessariamente construída e habitada por outra – pelo resto do Brasil, que se pretendia negar"; cf. HOLSTON, 1993, p.30.

características fundamentais" da Bienal, ao mesmo tempo em que lançava o embrião de outra instituição de arte.

Nos documentos presentes no arquivo da Fundação Bienal, pode-se verificar que a primeira idéia era a constituição de uma sala denominada "Sala do Artista Americano". Idéia abandonada e que passou para a criação do Museu do Artista Brasileiro:

> *...mais afinada com a de transformar Brasília no grande centro americano de estudos brasileiros, de acordo com o programa dentro do qual se desenvolve o ambicioso projeto de constituição da Memória Nacional, destinada a englobar de forma sistematiza toda a documentação referente aos assuntos relacionados com a vida brasileira em todos o seus aspectos. (FUNDAÇÃO BIENAL, 1976: 06)*

De fato, a engenharia do evento foi do embaixador Wladimir Murtinho, da FCB (GDF, 2003), cuja presença política foi fundamental para a constituição de um museu de arte em Brasília (o MAB, em 1985). O convênio entre as fundações era simples; coube à Bienal a realização da exposição, a escolha das obras e dos artistas, e a FCB comprometia-se a construir e a manter o futuro museu, o que de fato fez, mas com alterações significativas, e dez anos depois. Desta forma, a Bienal tentava manter uma de suas características primeiras: um *evento-instituição*, "competente canal difusor e ativador de modas" e com "capacidade de impor nomes para a formação dos acervos e preparar o público para o desafio da novidade artística." (LOURENÇO, 1999: 22).

"Sala Brasília" foi uma mostra que sonhou com um museu de impacto nacional. O Museu do Artista Brasileiro, contudo, esbarrou no nacionalismo do governo militar da época. Entre os escolhidos para compor a mostra – o que não foi nenhuma novidade para o meio cultural e artístico – havia uma quantidade sensível de artistas estrangeiros.

Uma análise dos artistas listados no catálogo da mostra indica-nos que o futuro "Museu do Artista Brasileiro" teve dificuldade de absorver um conceito tão estranho à arte nacional, como aquele que procura definir um certo "artista brasileiro", na medida em que nomes como como Di Prete (Itália), Tomie Ohtake (Japão), Isabel Pons (Espanha), Liuba Wolf (Bulgária), Fayga Ostrower (Polônia), Fernando Odriozola (Espanha), Jacques Douchez (França), Lothar Charoux (Áustria) e Yolanda Mohalyi (Hungria), por exemplo, não eram casuísticos. Pelo contrário, são exemplos de artistas estrangeiros que marcaram em definitivo a cena da arte brasileira desde os anos 40. A questão, de fato, é espinhosa, porque há um número grande de artistas "estrangeiros" que não foram selecionados para a mostra e que, mesmo assim, cindiriam, ou ao menos complicariam toda a estratégia conceitual de uma arte visual "brasileira".

A prova dessa complicada manipulação conceitual esteve presente na própria XIII Bienal de São Paulo. Uma das polêmicas que marcaram o evento foi o desabafo do artista piauiense Mestre Dezinho, que, embora selecionado na Pré-Bienal de 1974, teve suas obras ignoradas pela organização (montagem) e pelo júri, preocupados com figuras nacionais conhecidas e ao grande número de estrangeiros (Amarante, 1989:236) [4].

O exemplo serve para ilustrar quão difícil eram (e de certa forma continuam a ser) os encontros entre diferentes modos de fazer arte. Artes que, embora contemporâneas entre si, não pertenciam todas àquilo que depois consagraremos como a instituição "Arte Contemporânea". Nesse caso, "o artista brasileiro" e sua produção eram um falso problema, uma vez que, para resolvê-lo, os sonhadores do MArB teriam de abrir uma difícil trincheira numa área onde as fronteiras nacionais e o culto da nacionalidade eram cotidianamente desafiados, ora por artistas migrantes, ora pela lógica anticonvencional de desafiar o discurso identitário.

A ditadura burocrático-autoritária vigente encontrou, então, respaldo para concretizar o MArB dentro da própria homogeneidade da produção artística nacional. Era tarde demais para sonhar com uma arte visual legitimamente brasileira. Contudo, cerca de 34 obras daquela mostra em São Paulo chegaram à inauguração do Museu de Arte Brasileira; cerca de 15% do acervo original do museu (223 obras listadas no catálogo inaugural). As obras chegaram via FCB, que as havia acolhido em 1976, e estavam imersas na coleção dessa Fundação.

Com o MAB, o caráter nacional do MArB deixou de ser protagonista. O museu que agora advogava a missão de reunir obras de arte dentro das esferas e influências da cidade registra uma mudança importante em relação à utopia da cidade síntese e anti-Brasil. Desde o primeiro momento, o MAB procurou indicar que suas ambições eram mais regionais que nacionais e que o caráter nacional de seu acervo – mesmo internacional – estava ligado à dinâmica da cidade, a seu papel como capital e, sobretudo, a sua própria história.

Vinte cinco anos haviam se passado desde a inauguração, e trinta desde o início da formulação do projeto; de certa forma, o MAB já não poderia almejar ser o *lugar de memória* da arte brasileira, como queria a Sala Brasília. Como se pode ler em seu catálogo, as obras provenientes daquela mostra e destinadas a outro projeto museal agora estavam convivendo com uma representação diversa daquela que procurou, durante anos, predominar

[4]A questão descortinou um jogo discursivo que buscou, desde 1970, criar uma forma "democrática" na escolha dos artistas brasileiros (a figura do curador ainda não havia se imposto). Na Pré-Bienal eram escolhidos os artistas que participariam, no ano seguinte, da Bienal Internacional, cf. ALAMBERT & CANHETE, 2004, p.142.

no imaginário brasileiro. O texto de João Evangelista de Andrade Filho, museólogo responsável pela implantação técnica do museu, mostra-nos a preocupação com uma arte regional, que, de fato, será predominante no acervo do MAB:

> *Diga-se de passagem que esses Salões das Cidades-Satélites, como o espírito integrador que os informa, representam o maior êxito da política cultural do DF, no que se refere às artes plásticas. (...) não se pode falsear a nossa Brasília, misto de pompas e misérias, repleta de contradições que devem ser resgatadas. (GDF,1985:15)*

Como podemos observar, a ausência de um museu de arte importante na cidade deu tempo a toda uma nova geração de artistas recém-chegados – ou nascidos na capital – de ocupar parte do espaço vago. De certo modo, há que se ter um juízo crítico sobre os porquês dessa ausência. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ignorar que ela pode ter sido um dos motivos para o fortalecimento da produção artística local, que, por 25 anos, não teve de dividir espaço com uma instituição nacional que privilegiaria a produção exterior. Mas esta é apenas uma ilação, sendo necessária uma pesquisa específica sobre o tema.

Referências Bibliografias:

ALAMBERT, F. & CANHETE, P. **Bienais de São Paulo**: da era dos museus a era dos curadores. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
AMARANTE, L. **As Bienais de São Paulo**: 1951 a 1987. São Paulo: ProEditores, 1989.
FRASER, V. "Brasília: Uma Capital Nacional sem um Museu Nacional" *In*: **Fórum Permanente de Museus de Arte**: entre o público e o privado. Disponível em: http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.painel/artigos/val_fraser/.
FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **Sala Brasília: XIII Bienal de São Paulo.** Catálogo. São Paulo: Fundação Bienal, 1976.
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Museu de Arte de Brasília**. Catálogo de acervo e exposição, 1985.
HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
LOURENÇO, M.C.F. **Museus acolhem o Moderno.** São Paulo: Edusp, 1999.
MENESES, U.B.de. "Pintura histórica: documento histórico?" In: **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista da USP, s.d..
MOREIRA, V.M.L. **Brasília: a construção da nacionalidade:** um meio para muitos fins (1956-1961). Vitória: EDUFES, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Amor, namoro e casamento em quadrinhas populares

Elizangela Barbosa Cardoso*

RESUMO: O texto analisa a obra *Quadrinhas populares*, de Áurea Queiroz, a partir da categoria gênero. Identifica nas quadrinhas uma fonte de significação do feminino, do masculino e de suas relações. Do mesmo modo, evidencia que no conjunto de quadrinhas analisado predominam aquelas que dizem respeito aos significados do amor, do namoro e do casamento em suas interfaces com o feminino e o masculino. Os sentidos atribuídos aos verbos namorar, amar e casar, ora confirmam concepções que se tornam normativas durante a primeira metade do século XX, ora as rebatem, apontando para o universo plural das relações de gênero no período.
PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Quadrinhas populares. Amor.

ABSTRACT: The text analyzes the job *Quadrinhas Populares* of Áurea Queiroz from gender class. It identifies in *quadrinhas* a source of significance of the feminine, masculine and its relations. In the same way, it evidences that in the set of *quadrinhas* analyzed those that indicate about love, date and marriage in its interfaces with feminine and masculine. The senses assigned to the verbs to date, to love and to marry, by confirms conceptions that become normative during the first half of the 20th century, by repelling, showing to the universe of the gender relations in the period.
KEY WORDS: Gender. Popular *Quadrinhas*. Love.

As quadrinhas são formas de expressão cultural constituintes das sociabilidades femininas e masculinas. Transmitidas via tradição oral por mulheres e homens mais velhos às novas gerações, as quadrinhas veiculam concepções de mundo, valores e conselhos, que atuam na constituição das diferenças de gênero, ora reforçando hierarquias, ora contestando-as.

No universo de meninas e meninos, comumente os versos surgiam em meio a diversas brincadeiras, como forma de pagamento de prendas. Mediante o processo de escolarização, intensificado no decorrer do século XX, as quadrinhas passaram a fazer parte, também, do universo escolar, na medida em que as meninas, em grupo, passaram a inventar versos, especialmente no horário do recreio. Assim, as quadrinhas figuram nos cadernos juntamente ao conteúdo escolar. (QUEIROZ, 2007).

Além desse espaço, as quadrinhas também eram escritas nos diários e em cadernos de questões cuidadosamente enfeitados com inúmeros coraçõezinhos. Nos diários, as meninas-moças escreviam versos oferecidos aos namorados reais ou àqueles do desejo,

* Doutoranda pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

àqueles que faziam parte apenas das expectativas. Nos cadernos, as quadrinhas, muitas vezes, situavam-se em meio aos questionários sobre temas como felicidade, sonhos, padrão de beleza, desejo, beijo, namoro e casamento.

Em geral, a dona do caderno pedia às amigas que respondessem ao questionário e, às vezes, em um dos itens, solicitava que escrevessem um verso. Ao responderem às perguntas, muitas meninas-moças inventavam novos versos ou passavam para o universo escrito um saber que havia sido transmitido oralmente, pelo/as avós, pais, mães, tios/as e conhecidos/as. Dessa maneira, mediante a tradição oral e a escrita compunha-se um universo de saberes sobre assuntos diversos que constituía referências importantes no processo de subjetivação feminina e masculina, na medida em que circulavam concepções de homem, de mulher e de suas relações. Nesse sentido, procura-se abordar o conjunto de quadrinhas publicado na obra *Quadrinhas populares*, de Áurea Queiroz, a partir da perspectiva de gênero. (QUEIROZ, 2007).

Os versos publicados em *Quadrinhas populares* são resultado de uma prazerosa e intensa pesquisa desenvolvida por Áurea Queiroz. Iniciado na adolescência da autora pelo prazer de colecionar versos, o conjunto de quadrinhas foi enriquecido, em primeiro lugar, pela realização de entrevistas, predominantemente, com mulheres de diferentes idades; em segundo lugar, pela consulta a obras relativas à cultura popular, no Piauí.

Considerando o fato de as quadrinhas conservarem-se tanto através da tradição oral quanto da escrita e a maneira como foi composta a obra *Quadrinhas populares*, é importante ressaltar que não é possível apresentar com precisão o período a que se referem. Aparentemente dizem respeito, notadamente, ao século XX, apontando para diferentes temporalidades internas ao período. Em conjunto, as quadrinhas apresentam uma cartografia sentimental desse século e indicam suas tensões e ambigüidades. (ROLNIK, 1989).

De modo especial, as quadrinhas expressam formas de significação do namoro, do amor e do casamento, com destaque aos modos de significação dos verbos amar, namorar e casar atribuídos pelas mulheres. O que, por sua vez, possibilita destacar como tais significados ora confirmam ora rebatem as concepções dominantes de amor, de namoro e de casamento.

Nas primeiras décadas do século XX, namorar e amar são práticas que, paulatinamente, convergem para o casamento, na medida em que o amor e a sexualidade realizada são considerados bases da felicidade conjugal e passam a orientar as escolhas matrimoniais femininas e masculinas. Essa irrupção do amor e da sexualidade no universo conjugal rompe o padrão de casamento dos membros da elite, vivenciado, no Brasil, desde o

período colonial e estabelece, em confluência com fatores econômicos e sociais, uma nova configuração que vai predominar durante o século XX. (PRIORI, 2005).

Em Teresina, cidade que nas primeiras décadas do século XX integrou-se perifericamente à dinâmica capitalista, o reordenamento das relações de gênero no período torna-se objeto de reflexão dos intelectuais. Abdias Neves, por exemplo, no romance *Um manicaca*, ao narrar a história de Júlia, critica o modelo de casamento arranjado pelo pai, o enlace matrimonial de uma mulher jovem com um homem velho e a ausência de uma educação feminina em vista ao desenvolvimento do autocontrole. Clodoaldo Freitas, por sua vez, em parte de sua produção literária critica o controle direto dos pais sobre as filhas, por considerá-lo inadequado às condições de vida moderna. Isso porque, em sua concepção, ao falhar o controle, os encontros de jovens enamorados tornam-se perigosos, pois os corpos encontram-se, uma vez que não há intermediação. Fato considerado lastimável, seja por macular a mulher, seja por antecipar o intercurso, que no caso das mulheres, deveria ocorrer somente após o casamento. Em vista a intervir nesse quadro, propõe uma educação sentimental a partir do ideário do amor romântico. (CASTELO BRANCO, 2005).

Na escrita de Clodoaldo Freitas, amar significa idealizar o ser amado, ter-lhe cortesia e respeito. Amar é saber manter os corpos castos; saber manter a sutileza e a pureza dos encontros; saber resguardar o corpo, em vista à entrega na noite de núpcias, espaço considerado legítimo para a vivência da sexualidade. (CASTELO BRANCO, 2005).

Quanto ao consumo cultural do ideário romântico, acentua Castelo Branco que foi incorporado, sobretudo, pelas mulheres. Isso porque poucos foram os homens sensibilizados por essa forma de significar o amor. Nesse sentido, parece que a *educação dos sentidos* no universo masculino delineou-se, predominantemente, na aprendizagem da classificação das mulheres em casadouras e não casadouras e, ao mesmo tempo, na elaboração de códigos de postura diferenciados para um modelo e outro de mulher. (CASTELO BRANCO, 2005; GAY, 1988).

Essa aprendizagem remete à forma distinta como se concebem, no período, as sexualidades feminina e masculina. Os homens são classificados como sexualmente ativos, sendo, inclusive, o exercício da sexualidade um dado fundante na construção da identidade masculina. (NOLASCO, 1995). Esse modo de significar a aprendizagem da masculinidade, por sua vez, leva à polarização das mulheres em direitas e prostitutas. As mulheres direitas são aquelas encaminhadas a vivenciar o casamento e a maternidade, são aquelas sexualmente controladas, cuja sexualidade limita-se ao universo conjugal, são aquelas que devem ser virgens, se solteiras; fiéis aos maridos, se casadas. Às prostitutas, consideradas sexualmente

ativas, possibilita-se, em termos normativos, viver a sexualidade, mas nega-se a respeitabilidade e o casamento.

Essa forma de classificação da sexualidade feminina e masculina embasa-se, especialmente, no discurso médico. Em ascensão a partir da terceira década do século XIX, a medicina social produziu um saber considerado científico e verdadeiro que prescreveu padrões de feminino e de masculino e instituiu uma nova norma familiar. Atuando a princípio nas famílias de elite, o poder médico propiciou a passagem da família colonial à nuclear, conjugal e regulada, sinônimo de família burguesa. Nesse processo, a mulher foi significada como mãe e esposa, cujas características demarcadas *por razões biológicas* seriam a fragilidade, o recato, o predomínio da afetividade sobre as faculdades intelectuais e a subordinação da sexualidade à maternidade. O homem, além de definido como pai, era considerado detentor de uma sexualidade sem freios e, ao mesmo tempo, mais racional, autoritário e inteligente, que amoroso e sentimental. (COSTA, 1989; SOIHET, 1989).

Exaustivamente enfatizada durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, essa concepção de feminino e de masculino configurou condutas e restringiu a sexualidade feminina ao universo conjugal. Com efeito, na constituição da moça casadoura o controle da sexualidade era fundamental. A virgindade era considerada um valor que deveria ser mantido a qualquer custo, pois da manutenção do controle da sexualidade das mulheres de uma família, dependia a honra familiar. As *moças de família*, portanto, deveriam sempre lembrar que, qualquer deslize, colocaria em xeque sua reputação e a de sua família.

O mesmo movimento que impulsiona o amor para o âmbito do casamento, reforça a dupla moral sexual, pois se espera que as moças casadouras mantenham-se puras e castas; quanto aos rapazes, as aventuras sexuais são consideradas parte do processo de aprendizagem da masculinidade hegemônica. (CONNELL, 1995).

Nos anos 1940 e 1950, o namoro foi significado como o momento de formação do par, como uma das etapas do processo de seleção dos cônjuges, em que o sentido era dado pela possibilidade de casamento. O namoro começava como os primeiros olhares, os primeiros sorrisos, os primeiros contatos entre moças e rapazes. O passo seguinte era a individualização do par, momento em que através da iniciativa de aproximação e dos insistentes galanteios do rapaz, a moça deixava-se, paulatinamente, enamorar-se. Em um terceiro momento, ocorreria a oficialização do par, através do noivado que, por sua vez, culminaria no casamento. Quem namorava, deveria namorar para casar. O sentido do namoro era dado, portanto, pela expectativa de casamento. (SOARES, 1999; CARDOSO, 2003).

Assim, namoro sem perspectiva de casamento causava tristeza, como expressa a seguinte quadrinha:

Estava na beira do rio
Pra ver os peixinhos nadarem
Não há coisa mais triste
Que namorar pra não casar

Embora namorar para casar constitua a norma e o desejo de muitas jovens, no período em estudo, no conjunto de quadrinhas em análise, um dado que chama a atenção é a existência de poucos versos que, como esses, estabelecem a relação direta entre namoro e casamento. Isso indica que as quadrinhas são indícios importantes para pensar a diferença entre o ser e o dever ser. Nesse sentido, se o dever era namorar para casar, na prática, poder-se-ia namorar porque namorar é bom!

Lá em cima daquela serra
Tem duas pedras de amolar
Uma amola outra desamola
Coisa boa é namorar

Namorar por outras finalidades que não o casamento era uma possibilidade que atormentava aos pais e mães de família, bem como a sociedade, posto que o ato de namorar apresentava significados diferentes quando se considera o feminino e o masculino. As moças teriam que fazer tudo para não ser intituladas de *namoradeiras*, pois as que muito namoravam, lembrava o saber popular, não casavam!

Moça que muito namora
Não ajusta casamento
Um amor de hora em hora
É uma chuva com vento

Dei um nó na fita verde
Tá custando a desatar
Tantos homens que namoro
Tô custando a me casar

Ora, se a moça que tinha muitos namorados, na perspectiva normativa, não ajustava casamento ou isso demorava a acontecer, situação semelhante não ocorria ao rapaz, pois essa era uma possibilidade que exaltava sua condição de conquistador, vista como parte do processo de constituição da masculinidade. O rapaz que obtinha o rótulo de *namorador* impunha-se no universo dos pares, pois demonstrava sua superioridade em relação aos demais. No universo das práticas, a ação do conquistador poderia incidir, inclusive, sobre as colegas da namorada, como nos diz a seguinte quadrinha:

Meu amor comeu pimenta
Pensando que não ardia
Namorou com minha amiga
Pensando que eu não sabia

Mas se o ato de namorar mais de uma moça fazia parte da aprendizagem da masculinidade, não era prática bem aceita por todas as jovens, pois em muitas quadrinhas escritas no feminino se critica o rapaz namorador. Um dos argumentos ressaltados era o de que o homem para ser homem não precisava de dois amores. Em alguns versos, enfatiza-se, também, o desejo da moça de ser a única namorada, como no exemplo a seguir:

Queria ser tudo
Queria ser nada
Queria ser apenas
Sua única namorada

Quanto às jovens, aquelas que desejavam um namoro firme, mandava o *bom senso* que buscassem informações a respeito do rapaz com o qual estavam flertando. Comumente obtidas através da rede de comunicação composta pelas amigas. As moças deveriam buscar dados, especialmente, a respeito da origem familiar e do tipo de comportamento do rapaz, pois nem todos os rapazes serviam para namorar e casar. Para namorar, as moças deveriam escolher alguém que tivesse certo grau de estudo, preferencialmente formado, que tivesse emprego ou boas perspectivas de tê-lo no futuro. Deveriam escolher alguém que pudesse desempenhar a contento o papel de provedor familiar e que procedesse de boa família. O que significava dizer, um rapaz que possuísse situação social no mínimo compatível com a da moça e um futuro promissor, filho de pais, devidamente, casados, cujo lar fosse estruturado. Recomendava-se, também, que as moças procurassem rapazes um pouco mais velhos. Era preciso observar, igualmente, se o rapaz escolhido não era namorador e se tinha boas intenções, isto é, se pretendia casar, pois sobre os rapazes pairava o fantasma do aproveitador, daquele que, na verdade, queria apenas desonrar as filhas alheias. (SOARES, 1999; CARDOSO, 2003). Repetir essas recomendações era tido como fundamental, uma vez que os tempos eram considerados outros e muitas moças e rapazes alegremente recitavam:

Se amar fosse crime
Se beijar fosse pecado
O céu estaria vazio
E o inferno estaria lotado

Dizem que beijo na boca
É um pecado horroroso
Não sei porque Deus deixou
Este pecado tão gostoso

Os critérios ideais nem sempre coincidiam com os parâmetros usados pelas moças no momento de escolha do namorado, algumas ao escolherem um rapaz para namorar,

observavam se era bonito, simpático, alegre, bem vestido e se sabia dançar. Assim, diante da conquista amorosa, uma moça poderia enfatizar:

Gosto da rosa branca
Porque nasce no sereno
Gosto do meu benzinho
Porque é lindo e moreno

Outra moça, por sua vez, poderia ressaltar que gosta de seu benzinho porque é lindo, moreno e possui uma bela boca. Isso porque segundo o que se observa nas quadrinhas, a boca era e continua sendo uma parte do corpo considerada sedutora e objeto de desejo de rapazes e de moças. São muitos os versos que a erotizam e expressam o prazer do beijá-la. Eis alguns exemplos:

É triste ver uma estrela
E não poder pegar
É triste ver sua boca
E não poder beijar

Amor é sempre mistura
De sentimento e desejo
Trazendo a gente a ventura
De unir as almas num beijo

Ora, se beijo na boca era dado com emoção, fazendo o sangue correr rapidamente nas veias, nos anos 1940 e 1950, as moças que desejavam casar não deveriam se deixar beijar com facilidade, muito menos em público, pois isso maculava sua imagem. E os rapazes assim como as moças, ao se interessarem por alguém, costumavam investigar sua vida sentimental. As informações obtidas serviam de parâmetro inicial ao desenvolvimento do relacionamento. Isso porque os jovens deveriam classificar as jovens a partir das intimidades que, supostamente, permitiam. Para namorar com vista ao casamento, a expectativa dos rapazes era a de que as moças obedecessem ao padrão normativo. Um rapaz que desejava firmar namoro consideraria desde a imagem da moça aos mínimos comportamentos, observando a maneira de ser da escolhida a partir do flerte. Caso o flerte levasse ao namoro, deveria lembrar que uma moça direita não se deixa convencer rapidamente, mostrando-se sempre cautelosa e reservada. A respeito desse jogo amoroso, eis o que diz a quadrinha:

Menina que diz que sim
E ao mesmo tempo que não
Anda cá perto de mim
Te quero pegar na mão

A posição das moças era extremamente delicada, pois ao mesmo tempo em que articulavam códigos e condutas para conquistar um namorado, tinham que demonstrar, desde o flerte, que eram dignas de respeito. Isso implicava não fazer uso do corpo, não expor

abertamente os desejos e sentimentos, equilibrar-se na tênue linha entre a oferta e a reserva, para que pudessem se tornar noivas e, posteriormente, esposas. Essa posição ambígua requeria que as moças fossem reticentes, que soubessem elaborar uma política de valorização pessoal, uma vez que seus comportamentos eram constantemente avaliados e dependiam de aprovação masculina. Afinal de contas, comumente se repetia que somente aquelas cujos comportamentos fossem aprovados poderiam ouvir a seguinte quadrinha:

Gostei muito dos seus modos
E do seu procedimento
Vou pedir para seus pais
Sua mão em casamento

Assim, para que futuramente sua mão fosse pedida em casamento, a moça casadoura deveria observar mais dois preceitos básicos. Em primeiro lugar, ao se deixar acompanhar pelo rapaz após o flerte, não aceitar o namoro imediatamente. Em segundo lugar, em momento posterior, quando o namoro estivesse firmado e, mesmo durante o noivado, resistir às investidas mais ousadas do pretendente, lembrando-se que ao rapaz cabia insistir; à moça, resistir! Isso porque as que muito cediam, pensando agradar, na verdade, muito perdiam! Esse jogo de insistência e resistência é ilustrado na seguinte quadrinha:

Eu queria, ela queria
Eu pedia, ela não dava
Eu chegava, ela fugia
Eu fugia, ela chorava

Àquelas que diante da insistência cediam, os rapazes diziam:

As meninas me incriminam
Por eu ser muito pidão
Eu peço porque careço
Mas elas por que me dão?

Na tessitura da resposta, aparentemente, um raciocínio muito comum aos rapazes era o seguinte: se ela me deu, dará aos outros, também! Não serve para casar! Não é digna de meu nome e de minha família! Na resposta, portanto, não era considerado que as moças também poderiam estar festejando seus corpos, para usar expressões de Rachel Soihet. (SOIHET, 2003).

A despeito dos preceitos normativos, ao se considerar o conjunto de quadrinhas organizado por Áurea Queiroz, irrompem afirmações de desejo e de sentimentos femininos, que ora reforçam o dever ser, ora expressam outra forma de ser ou, mesmo, denotam paralelamente o que deve acontecer e o que não deve. Nesse último caso, várias quadrinhas cujo tema é o casamento constituem exemplos, uma vez que querer casar e namorar para casar

é um dever, mas expressar o desejo, ao contrário, não é considerado um bom procedimento. E eis o que dizem as seguintes quadrinhas:

Gosto da cor verde
Porque é a cor da esperança
Quero me casar com você
Pra ter uma linda criança

Quero ser sua companheira
Quero ser sua namorada
Quero sentir seu calor
Em sua boca beijada

Além de beijar, namorar e casar, nos versos de *Quadrinhas populares*, o desejo que emerge com mais força, talvez seja o desejo de amar. O amor é um assunto recorrente, atravessando os diversos temas sobre os quais abordam as quadrinhas. Aparece ao lado da amizade, da esperança, da paixão e da saudade.

Repetidas vezes, os versos dizem que da amizade pode nascer o amor.

Amizade é muito bela
Mas às vezes faz sofrer
De uma simples amizade
O amor pode nascer

E, ao nascer, a esperança é o sentimento que conforta a quem só quer e só pensa em namorar. É sentimento que fortalece e conforta, face à espera do Outro. É uma forma de dar significado ao futuro. O fato de se ter esperança faz esperar a chegada de alguém que satisfará o desejo de amar, mesmo que o amado pertença a outra, como se enfatiza no verso:

Mesmo que você goste de outra
Não deixo de te amar
Pois quem ama de verdade
Não se cansa de esperar..

A saudade, por sua vez, é a companheira de quem ama.

Ontem éramos três
Eu, você e a felicidade
Hoje somos dois
Eu e a saudade

Situando o amor ao lado da amizade, da esperança e da saudade, as quadrinhas que tratam desse sentimento são plurais e apresentam conselhos, concepções de mundo, formas ideais de homens e mulheres se portarem diante do amor, bem como formas alternativas de significá-lo. O amor surge como sentimento que nomeia o mundo subjetivo feminino, como sentimento através do qual o futuro ganha significado, uma vez que o amor é um meio para se alcançar a felicidade.

A paz traz harmonia
Harmonia traz bondade
A bondade traz amor
O amor a felicidade

O amor é também um sentimento que marca a vida, que serve de parâmetro para situar o passado e o futuro. É sentimento que vence o tempo, posto que, se o tempo traz mudanças, o amor ajuda a *permanecer. Como dizem os versos,*

O tempo passa
O mundo envelhece
Mas de um grande amor
A gente nunca esquece

O amor é um sentimento
Difícil de entender
Quanto mais o tempo passa
Mais desejo amar você

É um sentimento que promete e cobra exclusividade!

Perante o crime
Eu sou inocente
Perante o amor
Sou sua somente

É, ainda, uma forma de ressignificar aprendizagens, pois

Se amar for pecado
Nunca serei inocente
Há no mundo um rapaz
Que amo loucamente

O amor é, igualmente, substantivo que requer adjetivos plurais, dada à existência de amores novos, velhos, verdadeiros, impedidos, falsos, fingidos e sinceros. A respeito dessa pluralidade, vejamos o que dizem os versos:

Só corto bananeira
Quando o cacho está maduro
Só deixo amor velho
Quando o novo está seguro

O amor quando é sincero
Merece consideração
Mas quando é fingido
Merece uma traição

Assim, é possível afirmar que as quadrinhas populares expressam significados que ora reforçam concepções dominantes do feminino, do masculino e de suas relações, ora as contestam, insinuando a dinâmica plural das relações de gênero na primeira metade do século XX.

Referências

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares*: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Famílias e escritas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, n. 20, v. 2, p. 185-206, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Áurea. *Quadrinhas populares*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental.* São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, n. 20, v. 2, p. 86, 1995.

SOARES, Vânia Coimbra. *O namoro e o comportamento dos jovens em Teresina nas décadas de 1950 e 1990*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1999.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003. p. 177-197.

As possibilidades de pesquisa histórica em arquivos audiovisuais: um estudo das imagens do Rio de Janeiro nos cinejornais da Agência Nacional nos anos 50.

Renata Vellozo Gomes*

Resumo: Este trabalho teve como objeto de estudo 23 cinejornais da série Cine Jornal Informativo produzido pela Agência Nacional. Focalizamos as imagens da cidade do Rio de Janeiro durante a década de 50, enquanto capital federal. Os cinejornais da Agência Nacional constituem um acervo público sob a custódia do Arquivo Nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Como recurso metodológico 36 imagens-síntese foram geradas para analisar os filmetes e o emprego da semiologia foi utilizado para estudar os elementos contidos em cada uma. O objetivo do trabalho é averiguar se os cinejornais têm potencial de difundir conhecimento sobre o cotidiano cultural vivido pelos cariocas durante a década elegida, mesmo que as características desse tipo de cinejornal sejam essencialmente para fazer a propaganda de ações e deliberações do Estado.
Palavras-chave: cinejornal, Rio de Janeiro, cotidiano cultural, anos 50.

Abstract: The object studied on the present work is a set of 23 newsreels, part of the Cine Jornal Informativo series produced by the Agência Nacional (Brazilian National Agency). We focused on the Rio de Janeiro images during the Fifties, by that time it was yet the Brazilian capital city. The Agência Nacional newsreels are stored as a public collection under the custody of the Arquivo Nacional based in Rio de Janeiro. As analysis methodology 36 images were selected to analyze the newsreel and the semiology theory was employed to study the elements present on each image. The work objective is to research if these newsreels have the potential to diffuse knowledge about the daily culture experienced by the people during that time, although the primary purpose of the films were to propagate the official government acts.
Key-words: newsreel, Rio de Janeiro, daily culture, fifties.

O trabalho é extraído dos resultados das pesquisas reunidas na dissertação de mestrado em Artes Visuais intitulada "COTIDIANO E CULTURA: AS IMAGENS DO RIO DE JANEIRO NOS CINEJORNAIS DA AGÊNCIA NACIONAL NOS ANOS 50"[1] defendida em abril de 2007. O objetivo principal foi analisar um conjunto de imagens extraídas de 23 cinejornais produzidos pela Agência Nacional durante década de 1950. Os cinejornais da Agência Nacional constituem um acervo público sob a custódia do Arquivo Nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Como recurso metodológico 36 imagens-síntese, geradas a partir dos fotogramas dos cinejornais, foram selecionadas para analisar os

* Mestre em Artes Visuais, PPGAV/UFRJ, bolsista pelo CNPq.

filmetes e o emprego da semiologia foi utilizado para estudar os elementos contidos em cada uma.

Muitos exemplos de cinejornal dessa categoria ficaram de fora da triagem final. Ao longo da pesquisa dos 228 cinejornais da série Cine Jornal Informativo da década de 50, inúmeros exemplares continham homenagens ao presidente, à primeira-dama ou algum outro político e parlamentar. Como nossa metodologia de análise contempla somente aqueles que priorizam o cotidiano cultural do Rio de Janeiro, achamos certa a razão de não incluirmos temas pertinentes ao cotidiano do Estado, motivo central das produções da agência de notícias oficial do governo. O termo Agência Nacional, nos remete à questões políticas e de poder, e quase não associamos a possibilidade de poder fazer uso desse material para descobrir registros, formas de ver e mostrar outros aspectos do Brasil. Para tanto escolhemos imagens produzidas na cidade do Rio de Janeiro. Quer-se investigar, portanto, o que se mostra nessas imagens e ir além do caráter oficial que é inerente ao órgão de notícias do governo. Examinamos se os cinejornais têm potencial de difundir conhecimento sobre o cotidiano cultural vivido pelos cariocas durante a década elegida, mesmo que as características desse tipo de cinejornal sejam essencialmente para fazer a propaganda de ações e deliberações do Estado. Durante a pesquisa, reagrupamos os cinejornais nas seguintes oito temáticas: Crianças, Mulheres, Novidades, População, Carnaval, Lazer/Esportes, Artes Visuais e recepções no Catete. No contexto dessa pesquisa, esses 23 cinejornais foram extraídos de sua concepção cronológica, pois o que importa é investigar a Vida na cidade carioca.

Em CRIANÇAS vamos abordar as cenas em que elas aparecem em destaque e quando participam ativamente nos eventos. Estes aqui selecionados fazem parte dos episódios que fizeram parte de suas vidas e constituíram as atividades culturais da infância vivida na década de 50. Essa temática foi escolhida porque as crianças são motivo raro em cinejornais da Agência Nacional, já que estes tratam de reportagens de assuntos mais sérios e que dizem respeito à vida adulta. A presença delas nos cinejornais quebra o ritmo rigoroso das notícias oficiais. É interessante que elas tenham sido contempladas, e nesse sentido, compreendemos que as crianças também são uma categoria da nação brasileira. Elas são importantes, são o Brasil de amanhã. Através dos cinejornais o Estado se mostra atento a elas e as inclui na engrenagem que move a pátria. Os cinejornais abordados são o Cine Jornal Informativo vol. 2 n.º 21 dos "Jogos Infantis - Solene abertura no Estádio do Fluminense", o Cinejornal Informativo vol 3. n.º 6 "Ano Novo! Vida Nova!" e o Cine Jornal Informativo n.º 44/56 "Largada de Balões - Novas Homenagens ao Pai da Aviação".

MULHERES: O século XX, principalmente a partir da segunda metade, foi o momento em que as mulheres puderam se projetar às diferentes instâncias sociais, com a conquista de funções antes só desempenhadas pelo sexo masculino. A tomada gradativa dessas oportunidades permitiu que o sexo feminino aos poucos se descolasse do rótulo de que serve apenas para o serviço do lar e do cumprimento de atividades menos significativas. Acredita-se que para compreender os dias atuais e principalmente, entender o processo dos acontecimentos vale-se do uso de documentos iconográficos que iremos analisar a seguir, que são capazes de demonstrar como os meios de vida e as trocas sociais aconteciam. De todo o conjunto de cinejornais da década de 50 analisado, as mulheres desempenham papéis entre a figura da primeira dama, as misses, as senhoras da sociedade, a mulher cidadã, a freqüentadora da feira, do clube, que participa da formatura do curso de corte e costura, que vai à praia, que festeja o carnaval, que acompanha suas famílias para assistir os desfiles militares, ou que assiste aulas na Escola de Serviço do Lar. Todos os cinejornais em que as mulheres aparecem poderiam se encaixar no perfil deste recorte proposto. Mas o que norteou a metodologia deste eixo temático foi separar aquelas imagens em que as mulheres são de fato o assunto do cinejornal. Excluímos da análise dessa temática aqueles filmes onde a figura da primeira-dama é protagonista, justamente porque não queremos dar destaque e porque não estamos tratando da figura do Presidente da República em uma temática específica. Por isso achamos por bem reduzir o grande número de possibilidades em apenas três assuntos, para não correr o risco da análise se tornar repetitiva. Veremos nas atividades como a Formatura do curso de corte e costura, os desfiles no Copacabana Palace, as aulas na Escola de Serviço do Lar exemplificam os elementos cotidianos da vida da mulher nos anos 50. Os cinejornais elegidos são: o Cine Jornal Informativo vol. 1 n.º 253 "Central do Brasil – Cerimônia de terminação do curso e entrega de diplomas", dois cinejornais que tratam dos desfiles no Copacabana Palace: Cine Jornal Informativo vol. 2 n.º 24 "Copacabana Palace. Festa de caridade em prol do lar da criança." e o Cine Jornal Informativo vol. 3 n.º 22 Desfile de Modas" e o Cine Jornal Informativo n.º 37/54 "Obra educacional", sobre o dia-a-dia na escola de aprendizagem para os serviços do lar.[1]

[1] Chamo a atenção de que o acervo pesquisado inclui ainda no período da década de 50 mais dois cinejornais sobre desfile de modas: o **Cinejornal Informativo vol 3 n. 15 "Festa das Rosas"** e o **Cinejornal Informativo n. 34/55 Casa do Estudante. Desfile de Modas em prol de sua campanha financeira".** Ambos foram devidamente assistidos, copiados para o formato em videocassete e depois transformados para o meio digital, assim como todos os outros cinejornais pertencentes ao conjunto dessa dissertação. Todos os quatro cinejornais que totalizam o tema foram úteis para a análise do evento *desfile de modas*. Entretanto, as imagens extraídas desses dois cinejornais citados já foram apresentadas em trabalhos de pesquisa anteriores à conclusão desse trabalho dissertativo e para manter uma coerência da análise qualitativa, achamos por bem não exagerar essa temática com demasiadas imagens sobre o mesmo tema.

Em NOVIDADE reunimos dois cinejornais que têm como tema em comum o fato de mostrarem um evento que se inaugura ou traz uma novidade para os habitantes do Rio de Janeiro. A cidade é o cenário escolhido para esses acontecimentos e veremos como em algumas cenas a paisagem do Rio se configura. Para este exercício de análise, as referências visuais são o Cine Jornal Informativo vol.2. n.º 24 "Equilibristas no Castelo" e o Cine Jornal Informativo vol.3. n.º 25 "KLM. Primeiro vôo do avião D C-6.".

POPULAÇÃO: Os espaços públicos são o local privilegiado de observar como se dá a produção social do homem. Nesses espaços a coletividade se encontra para festejar ou para protestar. Na sociedade carioca, essas práticas também não são diferentes. A temática proposta integra esses espaços públicos com as manifestações da população, convertidas em ações conjuntas, em episódios marcantes. Por isso vamos comentar sobre eventos, onde a população se reuniu pela mesma causa, no mesmo lugar. Veremos que exemplos dessa categoria foi explorado nos cinejornais, visto que foram acontecimentos que fizeram parte do calendário da cidade e interferiram na vida das pessoas, mobilizando-as e fazendo-as interromperem as suas atividades pessoais para se reunirem para manifestar. Pela relevância da situação, os eventos se tornaram notícia. Como exemplo desse tipo de tema abordado em cinejornal, reunimos para o exame o Cine Jornal Informativo n.º 34/55 "Carmen Miranda. A cidade do Rio de Janeiro presta às últimas homenagens à sua cantora", o Cine Jornal Informativo n.º 6/58 "Brasil campeão do mundo. Homenagens espetaculares aos jogadores brasileiros." e o Cine Jornal Informativo vol. 2 n.º 51 "Chegam ao Rio cinco Jangadeiros do Nordeste".

CARNAVAL: O Carnaval é uma manifestação cultural antiga e rica da história da humanidade. Na década de 50 o Carnaval manifesta-se na cidade carioca por diversas formas: os desfiles de variados blocos pelas ruas da cidade, bailes em clubes, hotéis ou no Teatro Municipal e principalmente nos desfiles das escolas de samba que aconteciam na Avenida Presidente Vargas. As reportagens dos cinejornais da Agência Nacional conseguem flagrar: o baile no Teatro Municipal, os desfiles de agremiações de samba e os desfiles dos blocos pelas ruas do centro da cidade. Para analisar tais eventos, tomamos como referência a festa popular do ano de 1956 no Cine Jornal Informativo n. 8/56, apresentada como último assunto desse cinejornal com o título "Carnaval de 1956 – Baile do Teatro Muncipal e desfile dos préstitos[2]" conforme a imagem abaixo. Nesse exemplar aparecem um baile no Teatro Municipal e um desfile de rua. Esse assunto tem a duração de dois minutos e 29 segundos. O som não foi

[2] Préstitos: agrupamento de numerosas pessoas em marcha, cortejo, procissão. Novo Aurélio Século XXI, 1999, p. 1635.

preservado, logo a metodologia analítica terá apenas o título desse para auxiliar na análise das imagens.

Em LAZER/ESPORTES examinamos a reunião de um dos cenários dos litorais mais cobiçados nos momentos de lazer no Rio de Janeiro. Nesse eixo analisa-se momentos em que os ambientes de lazer também se configuram como espaço propício para a prática de esportes. Comentamos três cinejornais: o primeiro sobre uma prova de iatismo na Baía de Guanabara, o segundo que trata da Praia Vermelha, no bairro da Urca e o terceiro e último dessa seção captado na praia de Ipanema. Logo as imagens analisadas referem-se aos seguintes cinejornais: o Cinejornal Informativo vol. 2 nº 38 "IATISMO. Regata promovida pelo Carioca Iate Clube", o Cinejornal Informativo nº 17/56 "PRAIA VERMELHA. Flagrantes de um dos belos recantos da capital da República" e o Cinejornal Informativo vol. 3 nº 6 "Ano Novo, Vida Nova!".

ARTES VISUAIS: A temática proposta apresenta uma síntese de alguns dos eventos divulgados nos cinejornais da Agência Nacional que têm as Artes Visuais como assunto predominante. De maneira geral pode-se dizer que a cobertura dada a esse assunto foi generosa, pois os cinejornais preservados que tinham os eventos culturais e artísticos como tema, em sua maioria concentrou-se em documentar inauguração de exposições de pintura, os salões competitivos e as mostras internacionais. Em algumas ocasiões tratou de registrar a visita de estudantes universitários ou de personalidades políticas a esses eventos. Nesse conjunto destaca-se a reportagem das obras da construção da nova sede do Museu de Arte Moderna no Aterro do Flamengo. Mas o modo como os filmes eram editados difere dos demais: o foco da reportagem era o ato inaugural, muitas vezes liderado por algum político ou governante, o que tornava o cinejornal bem menos interessante. A escolha entre todas as possibilidades de cinejornais procurou equilibrar-se em mostrar a atmosfera dos eventos como um todo e não somente concentrar-se nas personalidades ou somente nas obras. Analisamos os seguintes cinejornais: o Cine Jornal Informativo vol. 3 n. 4 com o assunto: "No Ministério da Educação", o Cine Jornal Informativo vol. 3 n. 15 contemplando o tema: "BELAS ARTES. Inaugurado o Salão de Arte Moderna" e o Cine Jornal Informativo nº 11/57 onde está: "Diretora do Museu de Arte Moderna, Niomar Bittencourt, visita obras de construção da sede no Aterro do Flamengo".

RECEPÇÕES NO CATETE. A temática que encerra os trabalhos de análise dos cinejornais da Agência Nacional elege três momentos distintos de homenagens e reconhecimento de personalidades pela figura do Presidente da República. Entre visitantes estrangeiros, como atores e atrizes norte-americanos, ou maestros como Camargo Guarnieri e

Villa-Lobos, ou a visita ao Brasil do tapeceiro francês Jean Lurçat, os eventos resumiam-se em uma recepção elegante e concorrida, com a presença de alguns homens do governo e muitos jornalistas. Mas a qualidade do filme, principalmente o estado precário de conservação levou-nos a eleger apenas três cinejornais para fazerem parte dessa temática. Os principais destaques dos filmes que analisaremos a seguir são: as misses de todos os estados brasileiros, os melhores cantores de rádio, onde focamos a artista Ângela Maria e ainda a ilustre atriz alemã Marlene Dietrich. Coincidentemente são produtos cinejornalísticos do governo de Juscelino Kubitschek e de homenageadas do sexo feminino. São mulheres que quebram muitos paradigmas, mas que continuavam sendo criticadas pela sociedade. Aqui procuramos agregar sim, os aspectos da valorização das personalidades como também, fazer a ponte entre esses exemplos de ícones da cultura e a instância do Estado, nesse caso, o Presidente J.K. Uma observação metodológica a ser reparada é que dentre esses três cinejornais, um contém uma recepção no Palácio das Laranjeiras. Lugar da residência da Presidência da República, também era utilizado como local de recepções. Então, destacamos aqui os seguintes exemplares das audiências especiais com o Presidente: o Cine Jornal Informativo nº 26/56, "Presidência da República. As 'Misses' no Catete. Discursa o Presidente – No Arsenal de Marinha e no Jardim Botânico", Cine Jornal Informativo nº 31/56 "Os melhores do rádio, no Catete." E o Cine Jornal Informativo nº 14/59 "Laranjeiras no Rio de Janeiro. Marlene Dietrich é recebida pelo Presidente JK."

A seguir dispomos 8 das 36 imagens-síntese que integram a parte analítica do cotidiano cultural vivido no Rio de Janeiro durante a última década da capital federal:

Imagem 1

Imagem 2

Imagem 3

Imagem 6

Imagem 4

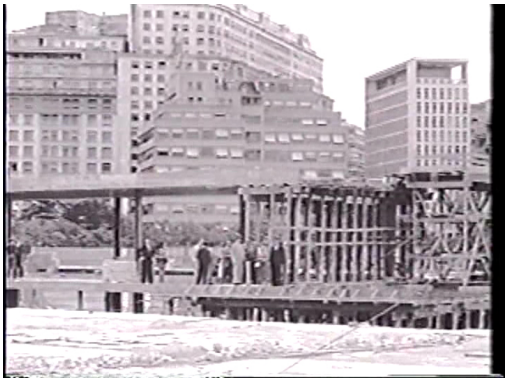

Imagem 7

Imagem 5

Imagem 8

As imagens-síntese estudadas abrangeram cenas bonitas e positivas da cidade. Não experimentamos imagens que continham facetas de pobreza ou de desigualdade social, ou qualquer forma de protesto contra o Estado. Esse caráter exprime o perfil do tipo de cinejornal produzido pela Agência Nacional que procurava colocar em evidência cenas de uma cidade feliz, para fazer mesmo uma propaganda de uma gestão governamental bem sucedida. O cinejornal é apenas um dos veículos para que o governo pudesse propagar suas idéias, isso foi verificado quando estudamos as funções da Agência Nacional, pois está descrita na dissertação uma abrangente investigação, levando em conta a importância dos

documentos visuais selecionados como guardiões da memória social da cidade do Rio de Janeiro, pois em cada temática, pudemos observar características culturais e do cotidiano da sociedade carioca. São registros de variadas ações e atestamos o que essas imagens são capazes de revelar sobre a vida na cidade. Também podemos dizer que todo o trabalho dissertativo apresenta uma revisão bibliográfica que abrange as questões da conservação e preservação da memória, da semiologia, do cotidiano e cultura, da fotografia e cinema, do espaço e da cidade do Rio de Janeiro, assim como entrevistas com profissionais atuantes na prática cinejornalística e um estudo aprofundado sobre a história do cinejornal.

A investigação foi iniciada com o pré-projeto para admissão ao curso de mestrado em Artes Visuais – Linha de Pesquisa "Estudos da Imagem e Representações Culturais", baseado nos resultados da monografia de fim de curso "Cinema, Memória e Identidade", apresentado ao corpo docente do curso de Especialização Planejamento e Uso do Solo Urbano do IPPUR/UFRJ no ano de 2004. Tudo partiu da idéia de que em primeiro lugar, se relacionamos o papel do cinema com a questão da memória urbana, entendemos que essa mídia é capaz de promover o resgate histórico através da encenação e da reconstituição de fatos passados. Traz aos cidadãos de outras gerações o que ocorreu em épocas passadas. Permite representar ou mostrar realidades de uma cultura para a outra, e assim difunde o conhecimento. Admite mostrar a paisagem: o espaço construído pelo homem e o espaço da natureza e consegue entrar nos processos de relações sociais de cada membro retratado na obra. Os seus efeitos na formação da identidade do sujeito é dele poder associar a si próprio à medida que ele se identifica ao assistir o filme, pois ele se vê representado naquele enredo podendo, inclusive, chegar a ponto de fazer uma avaliação crítica da sociedade em que vive e de si mesmo, o que muitas vezes é a proposta de cineastas de renome, cuja crítica social é um tema bem recorrente (GOMES, 2004, 13-14).

Com a indicação para a continuação dessa pesquisa em curso de doutoramento esperamos expandir as possibilidades de pesquisa e desvendar ainda mais possibilidades de análises através do exame de exemplares preservados e/ou restaurados de cinejornais de qualquer produtora atuante na cidade do Rio de Janeiro. Os arquivos audiovisuais constituem um acervo muito particular e privilegiado de imagens que podem auxiliar em variadas instâncias do Conhecimento, e não somente em História ou em Arte. Nossa iniciativa vem para abrir caminhos e possibilidades de pesquisa e alertar a sociedade para a importância da preservação desses documentos.

[1] Contém referências bibliográficas. Disponibilizamos exemplares nas seguintes Bibliotecas da UFRJ: Escola de Belas Artes (Centro de Letras e Artes) e IPPUR (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Sob" sentidos do político: história, gênero e poder no cinema de Ana Carolina (*Mar de rosas*, *Das tripas coração* e *Sonho de valsa*, 1977-1986)

Flávia Cópio Esteves*

Resumo: O cinema, como um veículo para uma interpretação de um tempo histórico particular, mantém estreitas relações com o contexto no qual é concebido e visto. O diálogo entre filmes e História é focalizado, neste trabalho, através da trilogia escrita e dirigida pela cineasta brasileira Ana Carolina. Em *Mar de rosas* (1977), *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de valsa* (1986), estão em cena relações de poder na esfera familiar, as faces femininas que habitam os sonhos de um homem em um colégio católico de meninas e os desejos românticos de uma mulher de trinta anos. Relações sociais cotidianas e conflitos subjetivos compõem, por meio das personagens femininas, um espaço de análise do poder em suas múltiplas dimensões — em outras palavras, concebendo e vivenciando o *pessoal* como *político*.
Palavras-chave: História e Cinema - Estudos de gênero - Representações.

Abstract: Cinema, as a vehicle for an interpretation of a particular historical time, keeps close relations with the context in which it is conceived and seen. The dialogue between films and History is focused in this essay through the trilogy written and directed by the Brazilian film director Ana Carolina. In Mar de rosas (1977), Das tripas coração (1982) e Sonho de valsa (1986), the stories show the complex relations of power in a family, the feminine faces that live inside the dreams of a man in a catholic school for girls and the romantic desires of a thirty-year-old woman. Social relations in the daily routine and subjective conflicts compose, through the feminine characters, a space to analyze the power in its multiple dimensions — in other words, conceiving and living the private as political.
Keywords: History and Cinema - Gender Studies - Representations.

Para todos aqueles que apreciam o cinema, são nítidas as relações que se estabelecem entre este e a História. Perpassando a própria trajetória da produção cinematográfica, múltiplos acontecimentos, personagens e épocas têm fornecido a matéria-prima para o exercício de uma particular linguagem que alcançou intensa repercussão ao longo do século XX. Tempos históricos variados atuando como fonte para o cinema, mas, por outro lado, as possibilidades abertas pelo emprego do documento fílmico na investigação historiográfica mostram-se candentes. Citando Marc Ferro, a hipótese central reside na percepção de "que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História" (FERRO, 1992:86).

Percorrer o território das relações entre História e Cinema não é algo feito sem alguns percalços. Os caminhos traçados pela pesquisa que originou minha dissertação de

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professora da Fundação Educacional de Volta Redonda - RJ.

mestrado, com todas as mudanças sofridas desde o projeto inicial, trazem certas pistas nesse sentido. Sua proposta original teve como ponto de partida uma entrevista (retomada ao longo dos capítulos seguintes) concedida por três cineastas a Jean-Claude Bernardet e publicada no jornal *Movimento* em 1975, na qual Ana Carolina, Eunice Gutman e Rose Lacreta avaliavam a situação das mulheres no cinema brasileiro como profissionais e personagens. As críticas de Ana Carolina que, naquele momento, ainda não filmara a trilogia abordada aqui neste trabalho, se dirigiam, especialmente, para a maneira como as mulheres foram representadas nas produções ao longo da história do cinema brasileiro. Dizia ela: "psicologicamente, os diretores não entendem nada de mulher".[1] Um cinema, em resumo, feito por homens e direcionado para homens.

No momento de sua concepção, a pesquisa tinha, a partir disso, os seguintes problemas centrais: haveria, naqueles anos, tentativas de repensar as representações do feminino no cinema brasileiro que estabelecessem alguma sintonia com as demandas dos movimentos feministas em voga ao longo das décadas de 1960 a 1980, os quais já então revelavam aos meus olhos o amplo espectro de suas propostas? Como viabilizar uma pesquisa neste sentido? Que critérios adotar para buscar as fontes, ou seja, cineastas e produções? A trilogia de Ana Carolina, composta pelos filmes *Mar de rosas* (1977), *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de valsa* (1986) e produzida alguns anos depois, parecia estabelecer o forte diálogo que buscava.

Entretanto, como afirma Phillippe Dubois, tal atitude, que toma a imagem como um objeto a serviço de uma interpretação, impõe certas limitações à investigação:

> *Um historiador que estuda as imagens dizendo "É isso que eu estava procurando, porque essa imagem se inscreve em tal contexto, pertence a tal situação", naturalmente vai encontrar o que procura, mas não vai encontrar o que não estava procurando. Por isso, é preciso não procurar nada numa imagem, para ser capaz de descobrir aquilo em que não estávamos pensando, que não era imaginável a priori. (DUBOIS, 2004:155).*

Isso se mostrou nítido ao longo da pesquisa e da análise de cada um dos filmes. Manter abertas as possibilidades de questões e leituras que eles próprios levantavam revelou-se, cada vez mais, um passo essencial para sua compreensão. Além disso, percorrer a bibliografia, os jornais e as revistas da época contribuiu para ampliar o olhar que eu, então, direcionava a essas produções.

À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, inicialmente nas críticas e comentários acerca dos filmes, um aspecto era mencionado de forma recorrente: uma certa oposição entre *subjetividade* e *política*. Aqueles críticos que rejeitavam os filmes os definiam

[1] CINEMA de homem para homem. *Movimento*, 21 jul 1975, nº 3, p. 23.

como truncados, herméticos e subjetivos demais, enquanto os que teciam elogios destacavam a perspectiva crítica da cineasta. Entretanto, subjetividade e política, a partir dos movimentos e questionamentos trazidos à tona naqueles anos, não constituíam traços contraditórios. Cabia, diante disso, indagar sobre os *sentidos do político* que os filmes não só continham, mas que era possível formular e debater a partir deles.

Em outras palavras, as vivências das personagens femininas, expostas nos três filmes em seus conflitos cotidianos e, por vezes, até íntimos, excluiriam discussões em torno do poder, do enfrentamento da autoridade e de tentativas de ruptura? Frente a tais indagações, o enfoque direcionado para a chamada "questão da mulher", que adquire uma nova dimensão entre os anos 1960 e 1980 no Brasil e no mundo, alcançava possibilidades adicionais: não apenas experiências femininas estão em foco, mas *relações de poder*, em seu nível mais microscópico. Nesse sentido, pensar a dimensão cotidiana do político, esboçada por meio das relações de poder vivenciadas pelas personagens femininas em cada uma das produções, significava articular uma concepção do cotidiano como espaço também do político e as representações construídas socialmente e desmontadas pelos filmes em torno do feminino. Tal percepção trazia como questão fundamental uma avaliação dos múltiplos sentidos assumidos pelo "fazer político" ao longo daquelas décadas.

A percepção do político evocada neste trabalho também adquire contornos mais amplos, com fronteiras mais fluidas e móveis — "a idéia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais" (GOMES, 2005:31). A partir de tal concepção, as relações de gênero, peças-chave nesta análise, ganham caráter essencial em sua dimensão política, ou seja, como afirma Joan Scott, "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder" (SCOTT, 1994:14). Pode-se considerar que, em síntese, o cerne desta investigação compreende uma reflexão em torno de uma "articulação fina dos poderes e dos contrapoderes, trama secreta do tecido social", extremamente fértil em se tratando dos estudos de gênero (PERROT et alli, 2001:22).

Graduada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, no Departamento de Fisioterapia, e especialista em Paralisia Cerebral, a trajetória profissional de Ana Carolina na área médica não segue adiante. Cursa ainda a Faculdade de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ingressando na carreira cinematográfica em fins dos anos 1960 com o curso da Escola Superior de Cinema São Luiz, que contava, no seu

corpo docente, com nomes como Flávio Mota, Décio Pignatari e Jean Claude Bernardet.[2] A atividade iniciada em 1967 com o trabalho como continuísta de Walter Hugo Khouri em *As amorosas* prossegue com a co-direção do curta-metragem *Lavra-dor* (1967), em parceria com Paulo Rufino, uma análise poética do sindicalismo rural em São Paulo tendo como base trechos do poema de Mario Chamie (HOLLANDA, 1989).

Em 1968, assina seu primeiro filme solo, o documentário *Indústria*, produzido com verba adquirida por meio de um concurso realizado pela Prefeitura. Em 1974, realiza seu primeiro longa-metragem, ainda documental, *Getúlio Vargas*, usando imagens do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com narrativa de Paulo César Pereio e música de Jards Macalé. Em fins dessa década, dá início a uma trilogia de forte caráter autoral que funde expressivas personagens femininas e discussões sobre faces cotidianas do poder, composta por *Mar de rosas* (1977), *Das tripas coração* (1982) e *Sonho de valsa* (1986). Nessas produções, "usando como mote o domínio de pais sobre filhos, de professores sobre alunos, ou de homens sobre mulheres, procura tocar no cerne mesmo da sociedade autoritária" (ORICHIO, 2000:93).

Em cena no primeiro filme, uma viagem familiar que toma rumos inesperados, um casamento em crise, uma tentativa de assassinato, uma fuga. Estes são os elementos que desencadeiam a trama ao longo da qual uma trama complexa de relações de poder se desenha. Perseguidores e perseguidos têm seus papéis constantemente alternados: poderes e contrapoderes se misturam em um cotidiano em que nada é um "mar de rosas". Felicidade e Niobi vivem o dia-a-dia do casamento, a primeira profundamente insatisfeita com os rumos tomados por seu relacionamento com o marido, Sérgio, e a segunda subvertendo uma possível relação de poder. Delineia-se o retrato de uma sociedade alienada e autoritária em suas relações mais pessoais, as quais se convertem em alvo do olhar perspicaz e das violentas ações da protagonista Betinha.

Em *Das tripas coração*, o último dia do ano letivo em um colégio católico de meninas constitui o espaço para transgressões em relação à disciplina, expressa pelo que seria uma "educação feminina", prezada pela contenção e pelo silêncio em relação aos corpos das alunas adolescentes. Estas são apenas algumas das mulheres que compõem o sonho e a imaginação do personagem masculino, cujos delírios constroem a narrativa. Professoras histéricas e invejosas, adolescentes incontroláveis e rebeldes, descobrindo sua identidade

[2] ORICHIO, Luís Zanin. Verbete Ana Carolina. In RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luis Felipe (orgs.) *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000 (p. 93); Transcrição da entrevista concedida para a série *Esse Nosso Olhar* (Centro Cultural Banco do Brasil, 1992), a qual foi gentilmente cedida pelo Prof. Roberto Moura, do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense. (p.01)

sexual, são objetos dos desejos desse homem. As representações do feminino elaboradas pelo olhar masculino na sociedade e no próprio cinema brasileiro são, assim, descortinadas e alvos de críticas.

Teresa, a protagonista de *Sonho de valsa*, anseia por um destino posto às mulheres e prezado por muitas delas: somente encontrando seu príncipe encantado é possível experimentar a felicidade completa. Às voltas com os vários homens nos quais buscou e projetou esse amor eterno e incondicional — o pai, o irmão e uma série de romances fracassados — Teresa percorre um longo martírio antes de sair do fundo do poço. Precisará perceber que relacionamentos unem pessoas reais e que somente ela é a responsável por sua felicidade.

De acordo com Lagny, abordar o cinema a partir de uma perspectiva histórica não implica falar apenas de filmes, mas também falar através deles e, a partir deles, de uma série de outros aspectos que lhes conferem sentido e valor. Tal perspectiva inclui as instituições que os produzem e/ou controlam, as equipes e os autores envolvidos na sua realização, os públicos que os recebem e como o fazem, as representações sociais que expressam ou induzem, o impacto político que acarretam (LAGNY, 1997:26).

Subjetividade, família, sexualidade, religião, educação, são apenas alguns dos ingredientes que compõem as tramas. São peças de um painel mais amplo composto pelas três produções, um painel que traz como eixo uma percepção do *político* que emerge no seio dos movimentos culturais e políticos naqueles anos, mais difuso, mais microscópico. Um poder que assume múltiplas faces e age sobre diversos atores, tendo outros muitos como agentes, em diferentes momentos. Um poder, em síntese, que atravessa as várias relações sociais.

Tal concepção do *político* remete a um processo cujas raízes devem ser compreendidas nas idéias e posturas geradas pelos acontecimentos de 1968, os quais implodiram a visão tradicional de política, passando a valorizar as emoções e a subjetividade, esta concebida como a vivência particular de sentimentos e experiências pessoais vinculados à liberdade ou à opressão (ARAÚJO, 2000:97). A política passava, então, a ser entendida de forma diferente: como o exercício difuso do poder. É o que define Michel Foucault: torna-se, neste sentido, essencial perceber esta forma capilar de existência do poder, ou seja, o "ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana", sendo exercido "(...) no corpo social e não sobre o corpo social"(FOUCAULT, 2003:131).

Significa captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, em termos de suas manifestações e estratégias através das quais sujeitam os corpos, dirigem os

gestos e os comportamentos. Deve ser considerado "como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir" (FOUCAULT, 2003:08).

Segundo Hall, o feminismo traz elementos específicos e decisivos, ao questionar a tradicional dicotomia entre o público e o privado — para as feministas, o *pessoal* era *político* (VARIKAS,1997:59-80) — e abrir espaço para a contestação política de esferas concernentes à família, à sexualidade, ao trabalho doméstico, ao cuidado dos filhos. O que surge como movimento direcionado para o questionamento da posição social das mulheres estende-se para a questão da formação das identidades sexuais e de *gênero* (HALL, 2005).

Tomando o termo *intelectual* em uma acepção ampla e sociocultural, como define Sirinelli, podemos pensar em uma concepção do cineasta como *ator político* e como um dentre outros agentes que contribuem para conformar uma determinada cultura histórica (SIRINELLI, 2003:242). Inserida em "contextos de experiência e atividade" específicos, dos quais fazem parte as vivências de engajamento estudantil, as motivações ao ingressar no "fazer cinematográfico" e os revezes sofridos ao longo dos anos do regime militar, Ana Carolina lança um olhar particular sobre o passado recente do país e sobre a sociedade que lhe é contemporânea (DUTRA, 2002:18).[3] Afinal, como ela afirma, o cinema brasileiro tem um compromisso social e histórico:

> *O cinema é por definição uma militância social no sentido mais abrangente da palavra. O cinema é, por excelência, um instrumento de oxigenação social, seja do ponto de vista econômico, político, psicanalítico, afetivo... O cinema lida com todas essas coisas naturalmente, mesmo que, no Brasil, a gente não esteja conseguindo fazer isto cem por centro, o cinema faz isto.*[4]

Inscrita no quadro das normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, de seu passado e seu futuro, a ampliação da categoria *política* concebida e vivenciada ao longo desses anos se expressa, no cinema de Ana Carolina, através de uma leitura particular acerca de seu próprio tempo (BERSTEIN, 1998:350). Seu cinema se mostra, dessa forma, como um elemento importante dentro da multiplicidade de nuances

---

[3] Incorporamos de Daniel Cefaï a noção de "contextos de experiência e atividade dos atores", compreendidos como "lugares e momentos do mundo da vida cotidiana dos atores, onde esses dão sentido ao que dizem e ao que fazem; onde eles se acomodam aos ambientes naturais, institucionais e organizacionais; onde eles entram em relações de coordenação, de cooperação e de conflitos e onde eles produzem [...] novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo". CEFAÏ, Daniel. "Experience, culture et politique" In CEFAÏ, Daniel (org) *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001. Apud DUTRA, Eliane. "História e culturas políticas - definições, usos, genealogias". *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 28, dezembro de 2002. (p. 18).

[4] ANA Carolina – "Estamos todos marginalizados". *Jornal de Brasília*, 27 out 1984.

experimentada pela produção artística e a variedade de caminhos esboçados pelos sujeitos na conformação de um olhar sobre a realidade social naqueles anos.

Destacar tal face política significa também ressaltar que colocar em cena tais questões adquire, em si, dimensão política, e traz percepções fundamentais na própria representação e presença das mulheres no cinema brasileiro. Ana Carolina define seu cinema como "sob", ou seja, um cinema predominantemente reflexivo, no qual o próprio filme desempenha o papel de instrumento de análise da cineasta. Um cinema que não se coloca "acima" dos assuntos que aborda, mas que, ao contrário, percorre, atravessa, corrói por dentro os aspectos da realidade social com os quais se depara, esboçando por meio de seus personagens, diálogos e situações uma sociedade marcada por múltiplas relações de poder e autoritária nos seus espaços mais cotidianos. Vivências femininas e faces do poder se cruzam, estendendo os contornos do político naqueles anos e, dentro de uma perspectiva mais ampla em relação ao cinema, alargando as fronteiras dos territórios a serem percorridos pela disciplina histórica no presente.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BERSTEIN, Serge. "A cultura política" In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

DUBOIS, Phillippe. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Almeida Kornis. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro 2004

DUTRA, Eliane. "História e culturas políticas - definições, usos, genealogias". *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 28, dezembro de 2002.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAGNY, Michèle. *Cine y Historia. Problemas y métodos en la investigación cinematográfica*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Quase Catálogo 1 – Realizadoras de cinema no Brasil (1930-1988).* Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som/CIEC/Escola de Comunicação da UFRJ/Secretaria de Estado e Cultura, 1989.

PERROT, Michelle et alli. "A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia". *Gênero: Revista do núcleo transdisciplinar de estudos de gênero*. Niterói, v. 2, n.1, 2º semestre de 2001.

RAMOS, Fernão. (org.) *História do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Art/SEC – SP, 1990.

RAMOS, Fernão & MIRANDA, Luis Felipe (orgs.) *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica" Recife, SOS Corpo, 1991. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SIRINELLI, François. "Os intelectuais" In RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VARIKAS, Eleni. "'O Pessoal é Político': desventuras de uma promessa subversiva". *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 59-80.

Narrativas sobre Revolução: a desapropriação do Engenho Galiléia, as Ligas Camponesas e as disputas políticas em Pernambuco, 1959 a 1962.

Pablo Francisco de Andrade Porfírio*

Resumo: Esse trabalho analisa o período pré golpe de 1964, buscando entender como o Nordeste – e especificamente Pernambuco, após a desapropriação do Engenho Galiléia em fevereiro de 1960 - foi se tornando cada vez mais o centro das atenções de setores sociais locais, nacionais e internacionais (notadamente os EUA), os quais tinham medo de que uma revolução comunista ocorresse naquela região do Brasil.
Palavras-chave: Nordeste; Revolução; medo.

Abstract: and specifically Pernambuco, after the expropriate of Engenho da Galiléia in february 60's, became the center of the atencions of the social, national and international sectors (specially the USA) that ones were afraid of a comunist revolution apeared in that Brasilian's region.
Keywords: northeast, revolucion, fear

1 - Após a vitória...

A desapropriação do Engenho Galiléia, aprovada em dezembro de 1959 pelos deputados estaduais de Pernambuco e sancionada em fevereiro do ano seguinte pelo governador Cid Sampaio, possibilitou uma maior notoriedade, tanto nacional quanto internacional, para o movimento dos camponeses em Pernambuco. No início dos anos 60, as Ligas Camponesas intensificaram o seu processo de expansão e se instalaram em diversos municípios do Estado, assim como passaram a realizar suas atividades na Paraíba, tendo como destaque a Liga Camponesa de Pedra de Fogo, fundada em 1962. Para Fernando Azevedo, "a vitória, no caso Galiléia, deu não só notoriedade nacional às Ligas, como se constitui num fator importante para a sua expansão em Pernambuco, na medida em que a desapropriação funcionou como um mecanismo de efeito-demonstração para os camponeses". (AZEVEDO, 1982:86)

O efeito-demonstração talvez não se direcionasse apenas para os camponeses, os quais teriam passado a acreditar, apoiar e participar com mais intensidade das atividades desenvolvidas pelas ligas, como sugere Fernando Azevedo. Esse efeito-demonstração, contudo, atingiu também diversos outros setores sociais, os quais passaram a observar com mais atenção e receio as ações desenvolvidas pelo movimento de camponeses no interior do

*Mestrando em História pela UFPE com o apoio financeiro do CNPq.

Estado. Essa observação, todavia, não começou a ser realizada apenas por parte da sociedade local e nacional, mas também no exterior do país, visto que diversas reportagens passaram a ser publicadas em jornais internacionais, acerca da mobilização camponesa no Nordeste do Brasil, principalmente através da ação das Ligas Camponesas.

Em outubro de 1960, o jornalista do The New York Times, Tad Szulc, foi enviado a região Nordeste, notadamente a Pernambuco, para observar de perto os movimentos sociais organizados pelos camponeses e que ganhavam tanta repercussão. O jornalista americano conheceu o Recife e fez algumas entrevistas com funcionários da prefeitura. Além disso, Tad Szulc visitou o Engenho Galiléia e conversou com alguns dos integrantes da Liga Camponesa sediada no engenho, o qual tinha sido desapropriado em favor dos camponeses no início daquele ano.

O resultado dessa viagem ao Nordeste do Brasil foi dois artigos publicados no The New York Times, nos dias 31 de outubro e 1° de novembro, de 1960, sendo que o primeiro ocupou com destaque a capa do citado jornal e tinha como título "*A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de Revolta*".

No começo da reportagem, afirmava o jornalista norte-americano:

> *"Os componentes de uma situação de revolução tornam-se cada vez mais visíveis na vastidão de um Nordeste brasileiro assolado pela pobreza e perseguido pela praga da seca. [...] A miséria como questão social é explorada através de uma crescente influência esquerdista nas cidades superpovoadas. As Ligas Camponesas infiltradas por comunistas que organizam e doutrinam, têm se tornado importante fator político nessa área. [...] O primeiro ministro de Cuba Fidel Castro e Mao Tse-Tung o Presidente da China Comunista são apresentados como heróis a serem imitados pelos camponeses do Nordeste e pelos estudantes."*[1]

O início da matéria procura direcionar a percepção do leitor, apresentando um Nordeste do Brasil formado por componentes, os quais estavam potencialmente habilitados para promover uma situação de revolução, cujo resultado consistiria em acontecer na região uma revolução comunista. O jornalista norte-americano afirma que a pobreza manifestada em boa parte da população residente naquela área era utilizada por setores da esquerda, como as Ligas Camponesas, para propagar a doutrina comunista. Além disso, Fidel Castro e Mao Tse-Tung, representantes do comunismo, segundo Tad Szulc, eram apresentados como heróis e estavam sendo imitados por uma considerável parcela da população.

Diversos setores da sociedade norte americana, os quais estavam tendo o primeiro contato, através daquelas reportagens, com o Nordeste do Brasil, poderiam ter começado a pensar que os ditos heróis eram extremamente populares, conhecidos e idolatrados por quase toda a população e isso já era um bom argumento para validar a idéia de

1 The New York Times. Monday, October 31, 1960. p. 01. Arquivo Pessoal.

que as revoluções comunistas ocorridas em Cuba, em 1959, e na China, em 1949, poderiam estar também muito próximas de ocorrer naquela região do Brasil.

Para consolidar ainda mais esse seu argumento, Tad Szulc transcreve no decorrer de sua matéria a fala de um assessor de Francisco Julião, que afirmava aos camponeses, em uma determinada reunião:

> *"O exemplo de Cuba está aqui. [...] Queremos uma solução pacífica para nossos problemas, mas se isso não for possível, viremos aqui pedir a vocês para pegar em armas e fazer a revolução".* [2]

O Nordeste, especificamente Pernambuco, descrito no The New York Times apresentava-se como pré-revolucionário ou como estando em um processo de revolução quase que irreversível. Tal concepção do jornal gerou diversas ressonâncias e, no mínimo, podemos afirmar que a região e notadamente as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião em Pernambuco passaram a ser um destacado motivo de interesse de parte dos norte-americanos.

Diversas expedições de jornalistas, políticos e professores passaram a visitar o Brasil e, notadamente, a área do país, que segundo as notícias, estava prestes a se tornar comunista, através de uma revolução.

02 – Os americanos encontram o Nordeste.

Em 1961, quando J. F. Kennedy já era o presidente dos Estados Unidos, o Nordeste do Brasil passou a ter destaque no plano de ações do governo dos Estados Unidos, de forma que algumas visitas de assessores diretos do presidente Kennedy ao Brasil, notadamente a Pernambuco, ocorreram com o objetivo de produzir relatórios sobre a situação da região e o economista Celso Furtado, presidente da SUDENE, foi convidado a fazer uma visita a Casa Branca, a fim de discutir as possíveis ações que poderiam ser realizadas em relação à situação de extrema pobreza no Nordeste do Brasil. (FURTADO, 1989: 109)

A opinião pública norte-americana a cada dia se interessava mais pelas informações sobre aquela região do Brasil marcada pela miséria. Matérias jornalísticas e documentários eram exibidos na imprensa mostrando, geralmente, a pobreza das pessoas e indicando que aquela situação era muito favorável para a ocorrência de um processo revolucionário, o qual findaria com a instalação de uma regime comunista. Em uma sociedade atemorizada com os caminhos trilhados pela Revolução Cubana e que se via as

2 Ibdem Idem, p. 04.

voltas com um forte movimento anticomunista, a idéia de que se poderia deflagrar uma outra revolução ao sul dos Estados Unidos despertava a atenção de várias pessoas.

É nessa condição que a jornalista norte-americana Helen Jean Rogers chega a Pernambuco para fazer um documentário sobre a mobilização social da população mais pobre da região e suas condições de vida. Segundo Celso Furtado, a jornalista, que trabalhava para a cadeia de rádio e televisão ABC, era bem relacionada com os integrantes do governo John Kennedy e visitou, em companhia do presidente da SUDENE, feiras da Zona da Mata de Pernambuco, entrevistando alguns camponeses, assim como acompanhou a mobilização do deputado Francisco Julião frente a alguns trabalhadores. Por fim, Furtado afirma também que Helen J. Rogers em sua visita teve a oportunidade de conhecer a casa de um senhor de engenho e ter contato com a fartura e o luxo da vida dessas pessoas. Com o material coletado nos diversos locais visitados, a norte-americana produz um média-metragem chamado *The Troubled Land*, exibido em horário nobre da ABC, obtendo extraordinária repercussão. (FURTADO, 1989: 109-110)

Não tivemos acesso ao documentário, mas podemos imaginar, a partir da descrição feita por Celso Furtado aliada a algumas experiências vividas pela jornalista no período que passou em Pernambuco, o que foi, em parte, apresentado pela correspondente da rede televisiva ABC.

Uma dessas experiências, provavelmente, deve ter ocorrido no dia 23 de fevereiro de 1961, quando a jornalista viu e ouviu Francisco Julião, em discurso no Alto do Pascoal, região norte do Recife, afirmar para os norte-americanos:

> *[...] em vez [de] visitarem os pontos chic da Cidade, deviam ir para Ilha de Xié para verem o povo e as crianças de Xié ali, morrem de fome á culpa do Governo e que o povo por este motivo, deviam unir-se e seguir o exemplo do grande Fidel Castro e para isto é que Sábado iria para Paraíba, arregimentar camponeses para uma futura revolução e que o Governo já tinha visto o exemplo do povo de Galiléia de Vitória [...].*[3]

Logo após o discurso, os jornalistas norte-americanos dirigiram-se, em companhia de Francisco Julião, para a Ilha do Xié[4], onde viram a pobreza dos moradores, os quais foram filmados e fotografados pelos jornalistas. [5]

Podemos imaginar o conteúdo do material resultante dessa visita de integrantes da imprensa norte-americana. A condição de miséria de grande parte da população, tanto rural quanto urbana, ganhava destaque e era apresentada em imagens, a partir de fotografias e

3 Ibid, idem.
4 A Ilha do Xié fica localizada na Região Sul da cidade do Recife, sendo composta por moradias precárias fixadas próximo ao mangue.
5 Transcrição da ocorrência n° 54, 23 de fevereiro de 1961. Coleção Francisco Julião - Prontuário Dops. Mp 01. FUNDAJ.

filmes. A veiculação de tal material na televisão, em horário nobre, fazia com que parte da opinião pública dos Estados Unidos se envolvesse no processo e exercesse, de certo modo, uma pressão sobre o novo Governo Kennedy, notadamente pelo medo de se ter uma nova revolução comunista no continente.

Essa situação adquiria um forte efeito de verdade. Para além das matérias veiculadas no *The New York Times*, agora setores da sociedade dos Estados Unidos poderiam ver a pobreza da região Nordeste do Brasil, assim como ver e ouvir as declarações de Francisco Julião, quando o mesmo afirmava a alguns trabalhadores de Pernambuco que esses deviam se organizar para seguirem o exemplo de Cuba e de Fidel Castro.

Para além disso, os norte-americanos poderiam também ver Julião assegurar que iria arregimentar mais camponeses, inclusive em um Estado vizinho a Pernambuco, a Paraíba, a fim de realizar uma futura revolução, algo considerado viável pelo deputado estadual, visto que a organização e mobilização dos trabalhadores do Engenho Galiléia já tinha proporcionado uma efetiva vitória, ou seja, a desapropriação dessas terras em favor dos foreiros.

03 – Dos Estados Unidos ao Engenho Galiléia.

No dia 30 de julho de 1961 o movimento de pessoas era intenso no Aeroporto dos Guararapes, no Recife. Diversas autoridades, integrantes do governo Cid Sampaio, se faziam presentes, especificamente, a espera de um vôo, cujo horário de chegada estava previsto para as 15 horas.

A expectativa em torno da chegada desse vôo era notória. Além de diversos integrantes do governo estadual estarem presentes no Aeroporto, todo um esquema de segurança tinha sido preparado e iria ser executado por policiais civis da Delegacia Auxiliar.[6]

O editorial do Jornal do Commércio do dia 30 tecia comentários sobre a visita que chegava ao Estado de Pernambuco naquela tarde, cujo significado seria o de:

> *[...] uma verdadeira cruzada pela harmonia e coesão do mundo livre, sem intuitos belecistas, mas com propósitos firmes de, nessa unidade, formar uma barreira capaz de impedir que as liberdades humanas sejam sufocadas pela sanha de conquistas do imperialismo vermelho.* [7]

E ainda sobre a visita, continua:

6 Jornal do Commércio. 30 / 07 / 1961. p. 09..
7 Ibid. Idem. p. 04.

> *Está visando o Nordeste particularmente, em vista das graves condições do pauperismo regional. Daí o motivo da visita [...].* [8]

O texto do Jornal do Commércio utilizou o termo cruzada, para caracterizar a visita que chegaria naquele dia 30, a qual tinha como objetivo de combate o "imperialismo vermelho", isto é, o comunismo. O termo *cruzada* produz a idéia de salvação, ou seja, o dito visitante, mesmo sem utilizar recursos belecistas, iria salvar o Nordeste do dito avanço comunista, promovendo também o combate ao *pauperismo regional.*

O chefe dessa dita cruzada, que chegou ao Recife as 15 horas do domingo, era o senhor Edward Kennedy, irmão do presidente dos Estados Unidos. Logo após a chegada, provavelmente sob os olhares de muitos curiosos, o visitante e sua comitiva beberam alguns *drinks* no restaurante do próprio aeroporto e em seguida deslocaram-se para o Grande Hotel, onde ficaram hospedados.

Quais os significados produzidos para a visita do irmão do presidente dos Estados Unidos a Pernambuco naquele período? A priori, a visita de Edward Kennedy não tinha nenhum significado dado, contudo as relações nas quais a mesma estava inserida produziram alguns significados para a estada do representante norte-americano em Pernambuco. Nesse sentido pensamos tal momento levando em consideração o que nos afirma Foucault: "o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros". (FOUCAULT, 2002:05)

Entendemos a vinda do irmão do presidente Kennedy como um indicador de que o Nordeste, e mais especificamente Pernambuco, com as suas mobilizações sociais, chamavam cada vez mais a atenção do governo dos Estados Unidos, afinal de contas já era a segunda missão de caráter oficial em menos de um ano de governo Kennedy, onde se procurava observar de perto as condições de miséria, em que grande parte da população vivia em Pernambuco, e as quais vinham sendo amplamente divulgadas por diversos setores da imprensa norte-americana.

Na segunda-feira, dia 31, logo pela manhã, a comitiva de E. Kennedy rumou para Vitória de Santo Antão, onde Edward Kennedy teve a oportunidade de conhecer alguns integrantes da Liga Camponesa do Engenho Galiléia, o qual tinha sido desapropriado no ano anterior.[9]

Parece-nos que o irmão do presidente Kennedy veio a Pernambuco com o objetivo pré-determinado de conhecer pessoalmente a organização de camponeses, a qual era

8 Idem.
9 Jornal do Commércio, Op. Cit.

apontada por muitos como um foco de mobilização comunista e revolucionária. Ao chegar ao Engenho Galiléia, Edward Kennedy e as pessoas que o acompanhava, incluindo três fotógrafos e quatro cinegrafistas, dirigiram-se para a sede da Liga Camponesa, onde se encontraram com alguns camponeses. Estando o presidente da SUDENE, o senhor Celso Furtado atuando como tradutor, o irmão do presidente dos Estados Unidos passou mais de uma hora conversando com os camponeses, inclusive realizando diversas perguntas, as quais demonstram um pouco do interesse, que o governo norte-americano tinha em conhecer o movimento organizado pelos camponeses.[10]

O inquérito realizado com os camponeses era quase uma pesquisa de campo, ou seja, tanto Edward Kennedy, quanto os seus assessores, visitaram diversos camponeses, incluindo aqueles que estavam dentro de suas casas, e realizaram junto aos vários trabalhadores do campo perguntas semelhantes, as quais, acreditamos, já tinham sido pensadas em um momento anterior. Todas as respostas eram cuidadosamente registradas. [11]

Entre as questões feitas aos camponeses estavam as seguintes; quantos filhos você tem? Seus filhos estão na escola? Que pretende fazer com seu filho quando ele crescer? Qual o seu partido político? Qual a solução que você acha melhor para o seu problema: a de Julião ou a do Governo?[12]

Não tivemos acesso às respostas dos camponeses, mas a partir das perguntas podemos pensar algumas questões. Em primeiro lugar, o interesse dos norte-americanos estava no grupo de pessoas, cujo desenvolvimento estava ocorrendo no Galiléia. Parecia ser importante rastrear quantos eram, que formação estavam recebendo e qual futuro os pais planejavam para os seus filhos. Torna-se importante percebermos que talvez em dez anos, ou menos, já se teria no Galiléia uma geração de jovens adultos, cuja formação de sua visão de mundo ocorreria nas relações que estabeleceu com todos aqueles, os quais lutavam por reforma agrária, reivindicavam melhorias nas condições de vida e conseguiram uma vitória que ganhou repercussão: a desapropriação do engenho no qual viviam.

Em segundo lugar, porém não situadas em uma posição menos importante, encontravam-se as preocupações com uma dimensão político-partidária. No que se refere a essa dimensão, podemos perceber que se tentou mapear a filiação partidária de alguns camponeses, assim como a aceitação que as propostas de Julião ou as do Governo Estadual tinham entre os moradores daquele engenho.

Essas informações obtidas por Edward Kennedy, provavelmente, juntaram-se

10 Idem.
11 Idem.
12 Ibid, idem.

com as outras produzidas pelas diversas visitas de integrantes do governo dos Estados Unidos ao Brasil no início do mandato de John F. Kennedy. Aliado a tudo isso, ainda tinham as informações publicadas em revistas, jornais e na televisão, os quais divulgaram reportagens e documentários sobre os camponeses do Nordeste do Brasil e as lutas sociais desenvolvidas pelos mesmos.

Além disso, a visita do irmão do presidente norte-americano, o qual colheu *in loco* diversas informações sobre a organização dos camponeses, ratifica a idéia de que o governo dos Estados Unidos, principal opositor do regime comunista, estava preocupado com a direção tomada pelo movimento dos trabalhadores no Nordeste e isso deve ter produzido ressonâncias em diversos setores sociais locais e nacionais, os quais acabaram por reforçar o sentimento de medo em torno de uma possível revolução nos moldes da que tinha recentemente ocorrido em Cuba.

O sentimento de medo e a idéia do perigo de uma revolução, anunciada a partir de uma dita intranqüilidade social a qual se estabelecia na região, foi um dos significados instituidor de um regime de verdade (FOUCAULT, 2002:12) acolhido por diversos setores sociais e que se encontrava relacionado intimamente com a mobilização dos camponeses e a desapropriação do Engenho Galiléia.

Isso pode ser observado não só nos discursos encontrados nos jornais, revistas e anais do legislativo estadual, mas também nas práticas relacionadas a tais discursos, as quais constituíram as ações de governos e de setores da sociedade que ratificaram e fortaleceram significados. Nesses o Nordeste é institucionalizado como um problema, composto pela situação de extrema pobreza da maior parte dos trabalhadores da região, que aos poucos vai sendo visto como promotor de uma revolução comunista.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO**,** Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964 in: Projeto História*. São Paulo, nº. 29, tomo 02, 2004. pp. 391 – 416.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FURTADO, Celso. *A Fantasia desfeita.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SCHLESINGER JUNIOR, Arthur M. *Mil dias: John Kennedy na Casa Branca.* Vol. 1. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

" Todos bem. Vanda espera cegonha antes do dia 26. abraços Zéca"

(A Greve Nacional dos Bancários em 1946 no Estado do Rio Grande do Sul)

Mário Augusto Correia San Segundo*

Resumo : O presente artigo trata sobre a greve nacional dos trabalhadores bancários em 1946 no estado do Rio Grande do Sul. Tentou-se, através desta análise, perceber aspectos da consciência de classe e da cultura associativa que levaram parte dos trabalhadores brasileiros a colocarem-se em movimento no pós-guerra. A greve foi organizada a partir de comitês locais e sindicatos, contou com a participação expressiva de mulheres e foi fortemente marcada por mobilizações de rua e debates na imprensa. No RS a greve ocorreu em 36 cidades. O movimento caracterizou-se pelo legalismo, na tentativa de conquistar os mais variados setores da sociedade para se posicionarem a favor dos trabalhadores e do direito de greve que estava sendo reconquistado "na marra", após a ditadura do Estado Novo.
Palavras-chave: Trabalhadores – Greves – Bancários.

Abstract : Le sujet de cet article est la grève nationale des employés de banque en 1946 dans l'état du Rio Grande do Sul. L'objectif, à travers cette analyse, est de comprendre des aspects de la conscience de classe et de la culture associative qui ont mené une partie des travailleurs brésiliens à se mettre en mouvement lors de l'après guerre. La grève fut organisée à partir de comités locaux e syndicaux, compta avec la participation significative de femmes e fut fortement marquée par la mobilisation de la rue et de débats dans la presse. Dans le Rio Grande do Sul, la grève se déroula dans 36 villes. Le mouvement se caractérisa par le légalisme dans la tentative de conquérir les secteurs les plus variés de la société pour se positionner en faveur des travailleurs et du droit de grève qui était en phase de reconquête après la dictature de l'Etat Nouveau.
Keywords : Travailleurs – Grève - Employés de banque

Introdução

" Todos bem. Vanda espera cegonha antes do dia 26. Abraços Zéca." Este foi o aviso, recebido através de um telegrama, pelos bancários porto-alegrenses, para que fosse desencadeada a greve nacional dos trabalhadores bancários em 1946. Queria dizer: "Negociações até agora sem resultados, a greve deverá ser iniciada dia 24." Esta greve, que durou 20 dias entre 24 de janeiro e 12 de fevereiro daquele ano, ocorreu no período da "redemocratização" do Brasil após a ditadura de Vargas e em um momento no qual o direito de greve não era reconhecido.

O presente artigo é resultado da monografia de conclusão do curso de graduação em História na Universidade Federal de Pelotas. Devido ao interesse pelos aspectos da

* Mestrando em História, UFRGS.

consciência de classe e da cultura associativa que levou parte dos trabalhadores brasileiros a colocarem-se em movimento durante o período corriqueiramente denominado como "populista", pretendeu-se analisar através da greve nacional dos trabalhadores bancários de 1946, como esses elementos ocorreram na categoria profissional no estado do Rio Grande do Sul(RS).

Este estudo foi feito a partir de fontes encontradas em cinco órgãos de imprensa diferentes. A greve foi bastante divulgada e acompanhada pela mídia nacional e gaúcha, deixando um vasto rastro de matérias sobre a movimentação, entrevistas com dirigentes, militantes de base, e boletins informativos do próprio comando de greve, publicados de forma integral, pela imprensa de Porto Alegre(POA). Se usou para a pesquisa matérias da revista comunista Libertação; jornais Correio do Povo(CP) e Diário de Notícias(DN), ambos de POA; e os jornais Diário Popular(DP) e Opinião Pública(OP) da cidade de Pelotas.

Quanto à opção de se utilizar como objeto de estudo uma greve para entender elementos constitutivos de pelo menos parte da classe trabalhadora, se pode evocar os argumentos de que não é possível pesquisar o cotidiano e a cultura operária, deixando de fora suas instituições e lutas coletivas ou individuais, estimuladas pela ação do movimento operário.

> *Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia..*(PETERSEN, 1997: 65)

Nestes mesmos sentidos parece trabalhar Beatriz Loner, que ao comentar pesquisas desenvolvidas sobre a história do movimento operário gaúcho nas primeiras décadas do século XX, afirma que nos momentos de greve se evidencia a conformação de posições de grupos sociais em relação uns aos outros e a respeito da importância dos trabalhadores na sociedade.

> *A própria percepção do papel e importância do operariado na sociedade é continuamente forjada e recriada durante esses momentos de conflito maior, no qual a classe não mais se dirige apenas a seu patrão, individualmente, mas inscreve suas exigências no espaço público, frente ao conjunto das demais classes e do governo.* (LONER, 2001: 66)

Portanto, pode-se afirmar que há no particular elementos do todo, e é também através disso que este estudo de caso pode contribuir com elementos que constituíram o todo da consciência e ação da classe trabalhadora durante o período.

A greve nacional dos bancários de 1946

A situação financeira em que se encontravam os bancários, não se diferenciava muito da do conjunto dos trabalhadores no pós-guerra, pois sofriam profundo arrocho salarial. Do ponto de vista dos direitos trabalhistas da categoria, as seis horas de trabalho diários e as férias de quinze dias eram freqüentemente desrespeitadas, além disso, para trabalhar em um banco eram feitas exigências que não correspondiam ao salário pago. Para ser bancário, era necessário passar em concurso com provas de português, matemática, datilografia, contabilidade, ter o curso secundário, usar traje social e ter provas de bons antecedentes, entre outros requisitos.

A organização dos bancários em 1946 era bastante elevada. Possuíam uma tradição de lutas que datava da década de 30, quando se organizaram comissões por locais de trabalho em várias partes do país. (KAREPOVS, 1994). Em 1946 as comissões sindicais tiveram importante função na mobilização e organização para a greve (MATTOS, 2003: 49).

A pauta de reivindicações da greve era composta por sete itens. Entre estes os principais eram a assinatura do decreto do salário profissional, criação de quadros, com critério para promoções, não desconto dos dias parados e que nenhum bancários sofreria demissão, coerção, transferência ou outra (CP, 27/01/1946: 20).

Esta foi também a primeira greve de impacto nacional após 1945 em que o sindicato da categoria assumiu seu papel dirigente, assimilando a posição dos trabalhadores em lutar por suas reivindicações (COSTA, 1999: 99). Sendo fundamental para a reconquista do direito de greve por parte dos trabalhadores, pós ditadura.

A greve no RS

A ação de militantes que acabou por desencadear a greve, foi bem mais ampla e anterior a sua deflagração. As 35 entidades que participavam da Comissão Paritária no RJ, diante da possibilidade de terem que apelar para uma greve, se anteciparam, realizando um sistema de troca de dirigentes no qual o sindicalista de uma entidade ficava responsável por passar algum tempo em outra, afim de ajudar na preparação da greve.

No dia 21 ocorreu uma passeata em POA, pedindo o apoio do executivo estadual aos bancários. Este movimento foi chamado de “visita coletiva”, deixando bem claro o seu caráter pacífico de tentativa de convencimento da opinião pública e de se salvaguardar da repressão policial violenta à greve. Logo após, os manifestantes dirigiram-se para a frente do jornal Correio do Povo quando solicitaram apoio da imprensa, fechando uma costura que iria

ser importante para o sucesso do movimento não só no Estado mas no país inteiro (CP, 22/01/1946: 7).

Em Pelotas, com o intuito de garantirem o bom andamento do movimento, uma das primeiras ações de Comissão Reguladora que coordenou a greve na cidade foi a de visitar a delegacia de polícia, a prefeitura e o posto do MTIC para salientar que a greve "era um movimento disciplinado e pacífico"(DP, 26/01/1946: 6).

Estas ações que prepararam a greve, em relação a instrumentos do Estado e a imprensa geraram frutos, pois por um lado inibiu a ação repressiva logo de saída declarando que as intenções eram totalmente dentro dos marcos da ordem ao mesmo tempo que pedia apoio dos governantes aos trabalhadores.

A deflagração da greve em POA já era certa na noite do dia 23, pois haviam recebido telegrama em código que indicava o início da greve para o dia 24. Na mesma noite, uma comissão de bancários foi à sede do jornal CP para informar que, em face das últimas notícias, que nenhum avanço nas negociações nacionais havia ocorrido durante o dia, a Comissão Coordenadora da Greve (CCG/RS) havia decidido aderir a greve. A greve rapidamente se espalhou pelo interior do Estado atingindo ao final do movimento 36 municípios.

No RJ, SP e em POA os sindicatos estiveram a frente das mobilizações, já em Pelotas temos um exemplo diferente. No dia 25, o sindicato foi procurado para ser comunicado da decisão da assembléia, e dia 26 a Comissão Reguladora publicou uma nota na imprensa afirmando que a diretoria do sindicato não tinha responsabilidades por nada do que tinha sido articulado até o momento, sendo esta atropelada pelas bases que aderiram a greve e tomaram a sua sede, utilizando-a durante toda o período.

O CCG/RS foi formado com dois representantes de cada banco envolvido, que coordenavam a greve na capital e passavam orientações para o interior do estado. Alguns municípios enviaram representantes para que ficassem em contato direto com a CCG/RS repassando as orientações para a cidade, como foi o caso de Caxias (DN, 30/01/1946: 7).

Sobre a adesão à greve as conclusões que podem ser tiradas das fontes, é a de que o funcionamento da maioria dos bancos foi garantido devido a ação de funcionários de altos escalões que efetuaram o atendimento ao público, a exemplo do que aconteceu no centro do país. Elemento interessante foi de que, na maioria das cidades do interior, as paralisações nos bancos privados eram totais e quando isso não aconteceu, causou espanto pela falta de solidariedade dos que trabalhavam, bem mais do que espantou em POA em que os "furões", foram tratados, na maioria das vezes, com pedidos tranqüilos de adesão à greve.

Não se tem notícias da organização de piquetes, pelo menos nos moldes clássicos quando um grupo de piqueteiros impede a entrada dos trabalhadores no local de trabalho à força, se for necessário. O momento não era propício a este tipo de ação, pois poderia ter sido visto como atitude anti-democrática e autoritária por parte dos grevistas que estavam se esforçando para demonstrarem o caráter pacífico e ordeiro da greve.

Tem-se informações de dois tipos de ação nos locais de trabalho, que são a passagem de comissões nos bancos, entregando documentos e conversando com os colegas, requisitando a adesão destes a greve, e a aglomeração de militantes nas portas dos bancos pedindo para que os funcionários não entrassem para trabalhar. Esta segunda ação é a que mais se parece com um piquete, porém não se tem nenhuma notícia no estado de qualquer incidente ocorrido em virtude do uso da força por parte do movimento, para o impedimento do trabalho. Os meios utilizados para o convencimento eram outros. "Na frente dos bancos aglomeraram-se massas de paredistas convidando os colegas a aderirem e colocando cartazes escrito 'fechado por greve.'"(CP, 25/01/1946: 5)

Várias matérias que dão conta do dia-dia das sedes dos sindicatos em POA, Pelotas e Caxias, sempre falam que estavam cheios de grevistas que formavam verdadeiras assembléias permanentes. Em POA os bancários se dividiam em várias comissões para a realização de tarefas. A sede do Sindicato tornou-se o ponto de referência e de sociabilidade, reencontrada após as intervenções federais em suas direções. Esta aglomeração de grevistas também foi ativa na construção de passo a passo da greve, pois foi na sede do sindicato que se geraram as ações mais importantes para o movimento.

Uma comissão importante, que se constituiu no segundo dia da greve, foi a de finanças, que servia para organizar a campanha de arrecadação de dinheiro de entidades e populares que apoiavam a greve, afim de auxiliar os grevistas em maiores dificuldades e para cobrir os altos gastos do movimento. Esta comissão recebeu doações dos mais variados setores como comércio, indústrias, entidades de trabalhadores, culturais e também de pessoas que, ao passar pela rua, eram abordados pelos homens-sanduíches. Estes, segundo a imprensa, eram um espetáculo à parte, pois circulavam de lado a lado na rua dos Andradas(Rua da Praia) com cartazes alusivos à greve acompanhados de "senhoritas bancárias", arrecadando contribuições financeiras em leiteiras (DN, 2/2/1946, 2).

A comissão financeira foi basicamente organizada por mulheres bancárias, que eram minoria entre a categoria, e que tiveram destacado papel na greve, tanto na comissão de finanças, como na comunicação, porém não se teve registro de alguma mulher na coordenação do movimento. Para se ter uma idéia, na cidade de Pelotas, dos 67 trabalhadores bancários

com carteira de trabalho assinada, nesse período, apenas 11 eram mulheres, isso corresponde a 16,42%[1]. Os comunicados da CCG/RS e as reportagens dos jornais, várias vezes fizeram menção a marcante presença feminina na organização da greve, ocasionando, inclusive, uma mudança na linguagem, rara até hoje em dia, pois em vários documentos redigidos pelos grevistas, se lia "Bancários e bancárias".

Além das finanças, tiveram ação destacada nas radiodifusões, feitas através das rádios Gaúcha e Farroupilha para todo o interior do estado, lendo textos que escreviam e dirigindo-se aos "companheiros e companheiras" do interior, solicitando a manutenção ou a adesão a greve (CP, 27/1/1946: 4) (CP, 29/1/1946: 12).

Para a comunicação, os bancários utilizaram o telégrafo e as rádios com bastante intensidade, passando os informes sobre o movimento nacional e orientações de como proceder na implantação diária do movimento. Os boletins do CCG/RS eram publicados em alguns jornais e transmitidos pelas Rádios, além de panfleteados entre a categoria. Em POA foram cedidos espaços na programação, quatro vezes ao dia, para as notícias sobre a greve, além de inserções em outros programas que tratavam sobre o assunto. Em Pelotas foi cedido um espaço na programação da Rádio Pelotense que era chamado de "Hora do Puxa-saco" que ia ao ar todos os dias. Em Caxias do Sul, um transmissor de rádio foi instalado dentro da sede do sindicato pelo qual se transmitiam músicas e notícias sobre o movimento. Através destes meios, se travaram importantes batalhas contra os banqueiros que, jogando informações em espaços pagos na mídia, tentavam desmobilizar o movimento.

A relação dos grevistas com a imprensa também foi fundamental para explicar o sucesso do movimento. Desde o primeiro momento eles dirigiram-se aos meios de comunicação, privilegiando o acesso destes a informações sobre o movimento, o que gerou uma certa simpatia da imprensa pela greve que foi amplamente divulgada com documentos do CCG/RS transcritos completamente e com espaços cedidos gratuitamente em Rádios comerciais de renome na capital e no interior.

Através destes elementos pode-se ter uma noção mais ampliada a respeito da ação dos bancários durante o período da greve em que se percebe que houve uma intensa participação de parte da base do sindicato ajudando a construir o cotidiano da greve. Uma adesão que, se não pode ser medida, está longe de parecer a ação de uma cúpula grevista sem base. É bom lembrar que para isso não ocorreram piquetes e nenhum tipo de incidente

[1] Agradeço a Paulo Luiz Crizel Koschier, o acesso a estes dados, que fazem parte de sua pesquisa para o trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História do Brasil na UFPel, cujo o título será "Perfil dos Trabalhadores pelotenses na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da DRT-RS". Documentação que está à disposição no NDH-UFPel(Núcleo de Documentação Histórica).

violento. Isso possibilitado, provavelmente, por uma unidade mínima de olhares sobre a situação, e, por que não dizer, uma consciência de classe que se salientou no decorrer dos dias em que a greve acontecia, se refazendo na convivência entre grevistas na ação a cada momento.

Conclusões

Em relação a consciência de classe pode-se perceber uma coesão, no sentido de pensarem a sua ação conjunta para realizarem uma greve por ganhos econômicos através de um ganho político bem definido, que era derrotar os banqueiros através da adesão e apoio público à greve para conquistar a pauta de reivindicações.

A coesão da categoria se salientou quando os próprios grevistas caracterizaram os banqueiros e os colegas que não participaram do movimento, pois desta identificação do antagonista, que é rico através da exploração e dos seus "puxa-sacos", surgiu a figura do "o bancário," aquele e aquela que não só trabalhavam em agências bancárias mas que participavam da classe compactuando de seus anseios e na coletividade buscando as soluções para os seus problemas. E através das necessidades de terem maior salário e maior garantia de estabilidade, surgiu a identificação com o conjunto da classe trabalhadora brasileira, que em sentido inverso, organizada em alguns setores ou, em não raros casos, individualmente, apoiaram a greve e se empolgaram com ela pois esta representou os anseios da classe naquele momento e não apenas o da categoria bancária.

Quanto à "consciência legal" destes trabalhadores pode-se dizer que esta existiu, mas pouco vinculada a legislação trabalhista do governo Vargas. As declarações dos grevistas estão longe de serem pela busca da efetivação das leis trabalhistas brasileiras, mas são carregadas de conteúdo legalista quando evocam leis internacionais para justificarem o direito de greve, a conquista do salário profissional de outras categorias para justificar o pedido do seu, quando disputam a legitimidade do aumento devido a carestia do custo de vida e a alta lucratividade dos banqueiros, entre outros. Tem-se uma busca de argumentos dentro da legalidade para justificarem uma exigência de melhoria das condições de vida, mas pelo menos neste caso não se percebe muito o recurso ao uso da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em si como vai ser percebido por Jonh French e outros em alguns casos no mesmo período.

As atividades grevistas foram bastante marcadas pelo legalismo de suas ações. Entende-se isso como uma opção política derivada da conjuntura de saída de uma ditadura, que poderia voltar, pois os setores que a implementaram estavam ainda no poder, e uma

reintrodução do país aos tramites democráticos, algo que havia sido plenamente requisitado pelo próprio movimento operário. Então parece que a posição assumida neste momento foi a de construir uma maneira de negociação através de greves, que girava em torno do debate público pela razão dos fatos e o uso da organização interna do movimento para o convencimento da categoria para que fossem evitados os piquetes. Utilizaram com maestria os meios de comunicação existentes, vencendo a batalha na imprensa e organizando bem as informações entre os grevistas se usando disso para a mobilização.

Bibliografia

BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História UFRGS, n. 08, p. 62-78, dez. 1997.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: FORTES, Alexandre et al. **Na Luta por Direitos:** Estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed.UNICAMP, 1999. p. 87-122.

FRENCH, Jonh D. **Afogados em leis.** A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

KAREPOVS, Dainis, et al. **A História dos Bancários:** Lutas e conquistas 1923-1993. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, 1994.

KOSCHIER, Paulo L. C. **Perfil dos Trabalhadores pelotenses na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da DRT-RS.** Pelotas: UFPel. (Trabalho de Conclusão da Especialização em História do Brasil), 2006.

LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: **Revista História UNISINOS.** n° Especial, V Encontro Estadual de História. jul/dez. p. 53-80, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964.** Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

OLIVEIRA, Ana L. V. de S. C. **Sindicato e sindicalismo bancário.** Rio de Janeiro: EDUR, 1998.

PETERSEN, Sílvia R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História UFRGS, n.08, p. 62-78, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma conquista sem santos: a ausência da Igreja na crônica de Ulrico Schmidl

Luis Guilherme Assis Kalil*

Resumo: Análise da crônica de Ulrico Schmidl, soldado bávaro que veio para o Novo Mundo em 1535 na esquadra comandada por Pedro de Mendoza. Em sua "*Viaje al Río de la Plata*" Schmidl ignora a presença dos clérigos católicos e as justificativas religiosas para o contato com os indígenas, apontando a busca por metais preciosos como o objetivo das expedições realizadas. Esse silêncio fica evidente quando sua crônica é comparada com outras obras do período, como as de Alvar Núñez Cabeza de Vaca e Domingo Martínez de Irala, que enfatizam a busca pela "salvação" dos nativos e a influência dos clérigos nas expedições. A ausência da Igreja relaciona-se também com a provável conversão de Schmidl ao protestantismo após sua volta à Europa, tornando-se assim uma forma de criticar os rumos da conquista comandada pelos católicos espanhóis.
Palavras-chave: Rio da Prata, crônicas, conquista.

Abstract:
A conquest without saints: the absence of the Church in the Ulrico Schmidl's chronicle
Analysis of the Ulrico Schmidl's chronicle, bavarian soldier who came to the New World in 1535 at the fleet guided by Pedro de Mendoza. In his "*Viaje al Río de la Plata*", Schmidl ignores the presence of catholic clergymen and the religious justifications for the Indians contact, pointing to the search for precious metals as objective of his expeditions. This silence becomes evident when his chronicle is compared with other sixteenth century works, like Alvar Núñez Cabeza de Vaca e Domingo Martínez de Irala, that emphasizes the search for natives "salvation" and influence of the clergymen in the expeditions. Church's absence is connected also with the probably Schmidl's conversion to the Protestantism after returning to Europe, becoming so a form to critic the ways of the conquest guided by Spanish catholics.
Keywords: River Plate, chronicles, conquest.

Introdução:

Depois de mais de dezesseis anos participando da conquista da região do Rio da Prata o *lansquenete* bávaro Ulrico Schmidl[1], após receber uma carta de seu irmão doente, decidiu retornar à sua terra natal, palco de intensas disputas religiosas no período, onde escreveu suas memórias.

Soldado voluntário que veio para o Novo Mundo em uma embarcação de comerciantes alemães que acompanhavam a expedição do *Adelantado* Pedro de Mendoza, Schmidl participou de diversas expedições realizadas no sul da América (entre outras, uma

* Mestrando em História Cultural pela Unicamp com bolsa concedida pela FAPESP.
[1] Utilizamos a grafia Ulrico Schmidl por ser a forma mais utilizada em língua portuguesa. Grafias diferentes só serão mantidas em citações.

que buscou alcançar o reino das Amazonas e outra que chegou até "*la rica tierra del Perú*"), além da fundação de portos, fortes e povoamentos, como os de Asunción e Buenos Aires – abandonado anos depois devido à escassez de alimentos e ao ataque de quatro grupos indígenas.

Sua obra, escrita em alemão, mas mais conhecida pelo título em espanhol *Viaje al Río de la Plata*, aborda apenas os anos que o autor passou no Novo Mundo (desde sua saída da Europa no final de 1535 até seu retorno, partindo de São Vicente, em 1553) e descreve uma série de povoamentos indígenas com que teve contato em suas expedições, além do canibalismo praticado por alguns grupos nativos e pelos espanhóis durante a frustrada primeira fundação de Buenos Aires.

A primeira edição da crônica foi lançada em 1567, seguida por várias outras nos últimos anos do século XVI (editadas por Levinus Hulsius e Theodore de Bry). Entretanto, não se sabe ao certo quando a obra foi escrita. Muitos autores, como Bartolomé Mitre e Joahannes Mondschein (biógrafo do cronista), indicam que Schmidl a escreveu após sua conversão ao protestantismo, que resultou em sua expulsão da cidade de Straubing e seu estabelecimento em Regensburg. Outros autores discordam dessa conversão, entre eles Edmundo Wernicke, para quem Schmidl foi "*bién católico como todos los conquistadores*" (SCHMIDEL, 1938: 19), apontando como argumento principal a existência de cruzes nas páginas de um dos manuscritos da obra[2]. Contudo, a análise da crônica dá indicações de que o autor teria se convertido ao protestantismo e que essa mudança influenciou sua escrita em vários aspectos, como nas descrições dos costumes indígenas e na presença de clérigos no Novo Mundo.

O silêncio sobre os clérigos e as justificativas religiosas:

Em sua *Viaje al Río de la Plata*, Schmidl praticamente exclui as justificativas religiosas e a presença de clérigos nas expedições realizadas no Novo Mundo. Ao descrever a divisão dos europeus que estavam em Buenos Aires, o autor afirma que "*se repartió toda la gente; la que era para la guerra se empleó en la guerra; y la que era para el trabajo se empleó en el trabajo*" (SCHMIDEL, 1938: 48). Percebe-se nesse trecho que ou Schmidl inclui os religiosos em uma das categorias – sem deixar isso evidente em seu texto – ou os exclui totalmente.

[2] Há dúvidas a respeito de qual seria o manuscrito original (atualmente são conhecidos três com mudanças significativas de conteúdo entre si).

Em toda a crônica só há duas passagens que citam clérigos: na decisão de se condenar à morte o líder dos índios Timbús e na transmissão do governo para Alvar Núñez Cabeza de Vaca. As duas ações são muito criticadas por Schmidl. Como exemplo podemos citar a passagem em que os religiosos confirmam os documentos do novo governador, onde o cronista aponta que "*tal cosa no pudo sacar en límpio el común, pero los clérigos y dos o tres capitanes hicieran que él mandara*" (SCHMIDEL, 1938: 99).

Nas poucas vezes que o cronista os cita, ele os denomina apenas como "*sacerdotes*" ou "*clérigos*". Não há menção a nenhum nome próprio, o que traz a idéia de generalização, como se todos os religiosos agissem da mesma forma. Fato este melhor compreendido quando se percebe que as citações de clérigos estão ligadas ao governo e aos aliados de Cabeza de Vaca, que são duramente criticados por Schmidl em toda a obra: "*Si él* [Vaca] *hubiere muerto ya en ese tiempo, no se hubiere perdido mucho con esto pues él se porto de tal modo con la gente de guerra, que nosotros no dijimos mucha cosa buena de él*" (SCHMIDEL, 1938: 121). Com isso, percebe-se que essas passagens são incluídas sempre em tom de crítica e, dessa forma, esclarece-se o fato de Schmidl excluir religiosos que atuaram na prisão e expulsão de Vaca (como os freis Bernaldo de Armenta e Alonso Lebrón), passando a imagem de que o clero apoiou exclusivamente o governador expulso.

É importante ressaltar que, apesar da região do Rio da Prata na primeira metade do século XVI não ter sido um destino muito recorrente dos clérigos que se dirigiam ao Novo Mundo, outros documentos do período mostram a atuação de vários deles na região, além da construção de igrejas (como as quatro incendiadas em um ataque indígena a Asunción – o que Schmidl também omite). Como exemplo podemos citar a *Carta al Emperador don Cárlos* do clérigo Martín Gonzalez, a carta do soldado Antônio Rodrigues (escrita em 1553, após sua entrada na Companhia de Jesus, descreve a bem sucedida ação do padre Nuno Gabriel entre os Carijós) endereçada aos "irmãos de Coimbra", e a "*Memoria de la gente quel dia de oy se tiene por ser y son bibos en las províncias de los ríos de la Plata, Paraguay y Paraná*", que indica a presença de vários clérigos (LAFUENTE MACHAÍN, 1939: 525 – 534).

A comparação com outros textos do período aponta para outro aspecto também "silenciado" por Schmidl em sua crônica. Ao descrever as expedições ao interior do continente, autores como Domingo Martínez de Irala (governador da região após a partida de Pedro de Mendoza e a morte de seu sucessor) e Cabeza de Vaca sempre enfatizam que elas se realizavam para o benefício de "*Dios y de Su Majestad*". Já Schmidl em nenhum momento indica justificativas religiosas, apontando a busca por metais preciosos como a única finalidade das "*entradas*": quando chegaram aos Jerús "*el rey preguntó a nuestro capitán*

sobre nuestro deseo e intención; entonces nuestro capitán contesto al rey de los Jerús que él queria buscar oro y plata"; quando falta água o autor afirma que os homens esqueceram os objetivos da expedição e "*no se preocupaba ni por oro ni plata ni por comida ni por otros bienes más, sinó por el água*" (SCHMIDEL, 1938: 113 e 147).

A ligação entre o silêncio sobre os aspectos religiosos e a crítica à ação dos católicos espanhóis na América torna-se mais evidente nas descrições que o autor faz sobre a antropofagia praticada pelos espanhóis e os costumes dos nativos. As passagens a respeito do canibalismo indígena se atêm mais aos aspectos rituais – e não à ingestão dos corpos humanos – e incluem comparações com elementos alemães, como suas Igrejas, casamentos e festas: "... *y como se ceban los chanchos en Alemania, así ceban ellos á los prisioneros (...) la matan y se la comen* [prisioneira]*, y con ella hacen fiesta solemne, ó como si fuese para una boda*" (SCHMIDL, 1903: 172); ao narrar como os Yapirús e Batatáes guerreavam, afirma que eles decepavam as cabeças dos inimigos, retiravam o crânio, secavam a pele e "*coloca él esta piel sobre una vara delante de su casa o donde él habite, para recuerdo, como aquí en esta tierra se acostumbra que los alféreces u otros hombres de guerra que tienen un pendón lo colocan en la iglesia*" (SCHMIDEL, 1938: 128). Para François Hartog essas comparações visam aproximar situações distantes, tornando assim o canibalismo indígena algo, de certa forma, menos "bárbaro" e mais próximo de seus leitores (HARTOG, 1999: 242).

A esse respeito é interessante a comparação da crônica de Schmidl com a do também "alemão" Hans Staden. Na descrição de suas duas viagens ao Novo Mundo, Staden faz inúmeras comparações entre os costumes, a flora e a fauna americana com sua terra natal: aproxima a crença indígena de que uma embarcação salvou seus antepassados com o dilúvio bíblico, compara os veados da América com os de Héssia, os morcegos "maiores do que aqui na Alemanha", entre outras (STADEN, 1974: 174; 189; 193). Entretanto, ao descrever o canibalismo praticado pelos Tupinambás essas comparações cessam. Não há como comparar esse "costume bárbaro" – que, segundo o autor, é fruto da hostilidade e do ódio e não da fome (STADEN, 1974: 176) – com os dos europeus.

Já na descrição da antropofagia praticada por espanhóis em Buenos Aires, Schmidl não tenta minimizar ou aproximar a prática a elementos alemães: o autor aponta que três soldados foram enforcados por terem matado e comido um cavalo e que, na noite após as execuções, outros espanhóis cortaram pedaços dos corpos dos condenados para se alimentarem; aponta também que outro soldado espanhol comeu o cadáver de seu próprio irmão e termina afirmando que "*esto ha sucedido en el año de 1535 en nuestro día de Corpus Cristi*" (SCHMIDEL, 1938: 48 – 50). Nesse trecho de sua obra, diferentemente de grande

parte da crônica, o autor não se inclui entre os espanhóis, descreve apenas como observador e não como um dos integrantes da expedição.

Fica evidente na comparação das duas descrições a idéia de que os pecados (no caso a antropofagia) são muito mais graves para aqueles que já têm conhecimento do que aos ignorantes índios. Por esse motivo Schmidl chega até em alguns momentos a tratar o canibalismo indígena com certa "naturalidade", apenas citando que os nativos comeram alguns prisioneiros, sem descrições ou repreensões.

É interessante observar que o ocorrido em Buenos Aires, que acabou sendo usado como "munição" para os protestantes criticarem o comportamento espanhol na América, chegou ao conhecimento da Corte espanhola. O que fez o "*cronista mayor*" Antonio de Herrera y Tordesillas, em sua *Historia General*, ressaltar que foram enviados seis franciscanos à região, além de tentar mostrar que o ocorrido era algo atípico, porém justificável (a fome extrema os "*havia forzado*" a comer carne humana), e que levou os soldados a deixarem de agir como cristãos e passarem a viver como "*alarbes*":

> "*... por que se entendió que la extrema hambre que aquellos Castellanos habían padecido, los havia forzado á comer carne humana, i que por temor de ser castigados se andaban entre los Indios, viviendo como Alarbes, el Rey los perdonó, i mandó, que los recibiesen sin castigarlos por ello, teniéndolo por menor inconveniente, atenta la gran hambre, que á ellos los necesitó, que pasasen la vida sin oír los Divinos Oficios, ni hacer obras de Christianos.*" (HERRERA Y TORDESILLAS, 1946: 303)

O uso de descrições de antropofagia como base, ou pretexto, para a crítica a outros grupos não é um procedimento exclusivo da crônica de Schmidl. Ronald Raminelli afirma que "atenuar o canibalismo índio servia como arma contra os católicos espanhóis" (RAMINELLI, 1996: 49). Já o oposto – ressaltar a antropofagia – também era procedimento comum tanto para católicos como para protestantes. Manuela Carneiro da Cunha afirma que o canibalismo no século XVI é um tema quase obsessivo e que serviu de "operador" para as grandes cisões do século. Segundo a autora: "Os casos de antropofagia alimentar e de crueldades inauditas durante as guerras de religião, na França ou na conquista espanhola das Américas, são rememorados acusatoriamente por católicos e protestantes. De um lado como de outro, publicam-se cenas de esquartejamento e suplícios" (CUNHA, 1990: 108)[3]. Como exemplo desse procedimento podemos citar dois clérigos católicos: o franciscano Pedro de Aguado e o jesuíta Giovanni Botero. Aguado, quando vai criticar os espanhóis que acompanharam os alemães na Venezuela, introduz em sua narrativa várias passagens que

[3] Peter Burke afirma que na França do século XVI católicos e protestantes se acusavam mutuamente de praticarem
canibalismo. (BURKE, 1989: 193).

apontam para o barbarismo dos espanhóis onde o tema mais recorrente é o canibalismo (BORJA GÓMEZ, 2002: 88); Laura de Mello e Souza ao analisar a obra de Botero afirma que para o jesuíta a antropofagia é mais um emblema do que uma preocupação efetiva:

> *"... as considerações sobre o Brasil não passam de pretexto para que o propagandista da fé católica exercite seu poder de fogo, exaltando os méritos e imprescindibilidade das missões enquanto põe a nu os horrores da Reforma, aproximando seus* agentes *dos gentios bárbaros que, do outro lado do Atlântico, teimam em comer carne humana"* (SOUZA, 1993: 64).

Tanto o uso da antropofagia espanhola como pretexto para críticas aos católicos espanhóis quanto o "vazio religioso" descrito pelo cronista, quando apresentado para leitores protestantes, podia ser interpretado como um incentivo à colonização. Incentivo este que foi muito reforçado através das ilustrações que Theodore de Bry fez para suas edições da crônica de Schmidl (1597 e 1599)[4]. Nelas, os indígenas são representados como seres inocentes que recepcionavam festivamente as expedições para serem torturados e cruelmente mortos logo depois pelos espanhóis antropófagos. A esse respeito Ronald Raminelli afirma que "... entre os protestantes, os valores atribuídos aos 'selvagens' possuíam um forte apelo colonialista, pois enfatizavam a inocência dos nativos para denunciar as atrocidades perpetradas pelos ibéricos no Novo Mundo". (RAMINELLI, 1996: 17).

Com isso, pode-se concluir que o silêncio sobre os aspectos religiosos na crônica não impede que ela exerça uma grande influência em sua construção. Pelo contrário. A análise da obra de Schmidl indica que foi justamente sua conversão ao protestantismo que o levou a omitir a presença religiosa no Novo Mundo.

Fontes:

SCHMIDEL, Ulrich. *Derrotero y viaje a España y las Indias*. Santa Fé: Editora Universidad Nacional del Litoral, 1938.

SCHMIDL, Ulrico. *Viaje al Río de la Plata*. Notas biograficas y bibliograficas por Bartolomé Mitre – traducción de Samuel Lafone Quevedo. Buenos Aires: Editora Cabaut, 1903.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; Edusp, 1974.

[4] "*De Bry did not handle his material neutrally, he sought previously published works that he could translate and then illustrate in the service of a protestant vision.*" (CONLEY, 1992: 104)

Bibliografia:

BORJA GÓMEZ, Jaime Humberto. *Los Indios Medievales de Fray Pedro de Aguado: construcción del idólatra y escritura de la historia de una crónica del siglo XVI*. Bogotá: CEJA, 2002.

BURKE, Peter *Cultura Popular na Idade Moderna Europa 1500 – 1800.* São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CONLEY, Tom. *De Bry's Las Casas* IN **JARA**, René & **SPADACCINI**, Nicholas (editors) "Amerindian Images and the Legacy of Columbus". Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992. pp. 103 – 131.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Imagens de Índios do Brasil: o Século XVI* IN USP –Estudo Avançados 4/10 – set./dez. 1990. pp. 91 – 110.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto – ensaio sobre a representação do outro.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de. *Historia General de los hechos de los castellanos en las islas, y tierra-firme de el Mar Occeano*. Volume VII. Asunción: Editorial Guarania, 1946.

LAFUENTE MACHAÍN, R. de. *El Gobernador Domingo Martínez de Irala*. Buenos Aires: Editora La Facultad, 1939.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico – demonologia e colonização Séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mulheres catarinenses: discursos normatizadores

Giorgia de M. Domingues [*]

RESUMO: O presente artigo pretende identificar nos discursos higienista, positivista e católico as razões que levaram a distinção entre os papéis femininos e masculinos em Santa Catarina. A pesquisa compreenderá o espaço temporal entre os anos de 1930 e 1945, momento no qual ocorreram inúmeras transformações no discurso político, médico e religioso em relação ao corpo, ao ambiente familiar e social.
PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, papéis sociais, discursos normatizadores

RÉSUMÉ: Le présent article vise à identifier dans les discours hygiéniste, positivista et catholique les raisons qui ont pris la distinction entre les papiers féminins et masculins dans Santa Catarina. La recherche comprendra l'espace séculier entre les années de 1930 et 1945, moment où se sont produites innombrables transformations dans le discours politique, médical et religieux concernant le corps, à l'environnement familier et social.
MOTS-CLÉ: Femmes, papiers sociaux, discours réglementaires

Na metade do século XIX, a ciência da saúde apresentava-se pouco desenvolvida no Brasil. Nesse período, praticamente não existia regulamentação das condições sanitárias, normatização dos corpos, dos indivíduos e das condutas sociais. Como a ciência médica ainda não se apresentava devidamente institucionalizada, a população recorria freqüentemente aos mais diversos tipos de praticantes de cura como barbeiros, curandeiros, parteiras e em casos mais específicos a cirurgiões e médicos científicos.

Ao final do século XIX e início do século XX, com a reorganização política do modelo republicano, o cenário da vida cotidiana foi ganhando lentamente novos discursos, modelos, novas práticas e colorações. A necessidade de reorganização social em seus mais diversos aspectos gerou inúmeros discursos que originaram uma gama de ideologias e práticas[1] a serem definidas, seguidas e instituídas. No cerne dessas discussões surgiu a ideologia higienista que tinha por finalidade normatizar as condutas sociais através das práticas médico/sanitaristas.

Nesse novo contexto, o indivíduo, a família e a sociedade tornaram-se os grandes alvos das novas medidas que deveriam ser adotadas, não apenas para o bem maior de cada

[*] Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

[1] Em sua obra: *O que é ideologia*, Marilena Chauí observou que a ideologia foi definida de inúmeras formas no decorrer da História. Dentre as definições, poder-se-ia dizer que a ideologia é o conjunto de idéias elaboradas pelo homem em um período específico para organizar os mais diversos segmentos da sociedade. Esse conjunto de idéias pode ser observado em sua totalidade, ou seja, sob o prisma da opinião geral da época, ou analisado do ponto de vista da elaboração teórica dos pensadores do período.

cidadão, como também para o bom desempenho na construção da ordem, para o sucesso da pátria e reordenação da sociedade.

O movimento higienista, que fora gerado no seio médico/científico e erudito, enalteceu o poder médico e transferiu a ele o controle da família, do sexo, dos prazeres e das normatizações das condutas sociais gerais. Desta forma, com a institucionalização do saber médico e da prática de cura, o médico científico tornou-se uma das figuras mais importantes do controle sanitarista da cidade. O discurso higienista introduziu-se nos mais diversos meios da sociedade, perpassando a família, a escola, os prostíbulos e os mais variados espaços, com a intenção de promover hábitos que modelassem e regrassem os padrões e as condutas sociais. (MACHADO, LOUREIRO. LUZ & MURICY, 1978)

A incidência do processo higienista na sociedade brasileira ajustou-se ao mesmo tempo com o processo de urbanização de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo – devido às condições sanitárias ameaçadoras e as epidemias, e com os ideais do regime republicano, calcados primordialmente na doutrina positivista. Conforme a sociedade necessitava da reordenação de valores e práticas, a civilização do corpo[2] tornou-se um procedimento de caráter nacional.

O primeiro contato com as fontes sugere que a partir do momento em que a família passou a ser enfocada pelo médico e pelo Estado, a mulher automaticamente tornou-se a personagem principal desse novo cenário da vida cotidiana. A ordenação, definição e separação dos papéis femininos e masculinos segundo o novo modelo médico e político era muito importante para a implementação e sucesso das novas ideologias e práticas.

O corpo, que até o presente momento era observado apenas sob o prisma biológico/natural, passou a ser averiguado pelos higienistas sob o ponto de vista de sua finalidade processual, trabalhista e moral. Desta forma, os corpos e suas diferenças passaram a definir e refletir suas funções sociais e morais. (LENHARO, 1986: 76)

A distinção biológica existente entre homens e mulheres propiciou a formação efetiva dos papéis femininos e masculinos. O corpo da mulher refletia sua função social de mãe e educadora, por esse motivo ela devia voltar-se à esfera privada e aos afazeres do lar. O corpo do homem, por sua vez, afirmava seu papel de progenitor e dominador do espaço público.

[2] O autor Jorge Crespo utiliza o conceito de civilização do corpo para definir a profunda reestruturação social ocorrida através da normatização dos hábitos gestuais e corporais de cada indivíduo. Esse processo, também conhecido por educação do corpo, originou-se no extrato social erudito e seguiu uma linha rígida e disciplinada de padrões considerados corretos, utilitários e morais para a formação do indivíduo e da sociedade.

As relações entre o feminino e o masculino, portanto, foram ordenadas pela diferença e não pela igualdade ou semelhança. Os corpos passaram a ser observados como escalas hierárquicas de poder. Através das diferenças biológicas existentes entre eles era possível classificar os papéis sociais e políticos dos homens e das mulheres. Embora as características biológicas tenham sido utilizadas como suporte de distinção entre os papéis sociais femininos e masculinos, as construções hierárquicas e as relações de poder não foram ordenadas pela natureza, mas, pela sociedade. (LUZ, 1982: 62 - 63)

As construções culturais em torno do feminino e do masculino legitimaram a identidade, o espaço físico, o papel social e político de cada sexo. Assim sendo, instituíram-se modelos assimétricos nos quais o sexo feminino foi caracterizado como frágil, emotivo e maternal enquanto o sexo masculino foi constituído culturalmente como forte, racional e dominante.

Seguindo a linha de raciocínio do modelo positivista constata-se que a distinção entre os papéis femininos e masculinos era essencial não só para o estabelecimento do modelo republicano fundamentado na ordem e no progresso, como também para o sucesso da prática sanitarista e reestruturação do modelo familiar.

Conforme Augusto Comte, a mulher era considerada responsável pela moral e organização do culto familiar. Sem ela o lar desorganizava-se, desestruturava-se, destruía-se. Devido a esse fator, naquele momento as autoridades políticas sentiram a necessidade de originar modelos femininos calcados na ordem e no pensamento conservador positivista. Para manter a ordem da sociedade, a mulher deveria ser sustentada pelo homem, pois só desta forma ambos estariam cumprindo seu papel social. Assim sendo, a mulher encarregava-se dos afazeres domésticos, enquanto o homem responsabilizava-se pelo sustento da casa. Entre outras palavras, o homem era visto como provedor do lar, enquanto a mulher era observada como mantenedora do mesmo. (ISMÉRIO, 1995)

A necessidade de distinguir os papéis femininos dos masculinos fez com que o Estado criasse escolas na tentativa de complementar as ideologias do modelo positivista. Desta forma, as novas escolas continuavam diferenciando as atividades femininas das masculinas. Essa constatação pode ser observada através do Regimento interno das escolas de Santa Catarina no ano de 1903:

> *Princípios de Agronomia – terra com relação a sua cultura - espécies de terra e suas propriedades, modos de a tornar mais fértil ou productivas; conjunto de meios a empregar o agricultor para tirar maiores e melhores proveitos da terra; rudimentos de metereologia; phenomenos atmosphericos, espécies e formação e sua acção sobre a terra com relação a agricultura, nas escolas para homens. Trabalhos de agulha, corte e feitio de roupas branca para crianças, mulher e homem, crochet e trabalhos de lã em linho, seda ou algodão, nas escolas para mulheres. (Arquivo Público de Fpolis. Regimento Interno para as escolas primárias de Fpolis. Artigo 6, cap 2, 1 de Jul. 03.)*

Sob o prisma dos médicos higienistas verifica-se que a educação feminina também se tornou o cerne das principais discussões. De acordo com as idéias médico/sanitaristas, a mulher deveria ser educada para os afazeres do lar, para ser mãe das futuras gerações do país, bem como para seu aperfeiçoamento físico e moral. Aperfeiçoamento, este, que deveria ser transmitido a seus filhos e seus familiares. A mulher, portanto, transformava-se em principal agente familiar da higiene individual e coletiva. Seu papel social passava a ser observado como mais importante de todos. Ela não apenas deveria gerar seus filhos e cuidar do seu lar, como também ser o baluarte moral de toda a sociedade.

Ao educar seus filhos a mulher não se responsabilizava apenas pela formação higiênica individual, mas também colaborava para a formação efetiva do coletivo social. A educação doméstica era considerada primordial, utilitária e benéfica para toda a sociedade. Os higienistas alegavam que as crianças deveriam seguir o arquétipo dos adultos. Desta forma, o corpo da mulher/mãe tornou-se o espelho para modelar desde a infância os corpos e atitudes de seus filhos. Seus gestos não só influenciavam constantemente na constituição deles como também serviam para fortalecer a virtude e reprimir as condutas consideradas perniciosas. (CRESPO, 1990: 501 - 502)

Como fora verificado anteriormente, existiam discursos normatizadores que debatiam a necessidade de enfatizar as diferenças entre as funções femininas e as masculinas. Esses discursos apareciam constantemente nos mais diversos meios de comunicação e espaços de atuação dos homens e mulheres. No jornal O Apóstolo, não raro encontravam-se notas que abordavam constantemente de forma indireta a necessidade de manter cada qual em seu lugar na sociedade. Para que ambos cumprissem seu papel social de maneira adequada era de suma importância que seguissem determinados modelos pré-estabelecidos.

Luizinha, portanto, era um modelo ideal de mulher, pois "sabia ler, contar e escrever, tocava o piano da sala e o piano da cozinha, lavava, passava, e engomava com perfeição. Boa dona de casa. Modesta, simples, piedosa, caseira, recolhida. Boa esposa, depois boa mãe..." (O Apóstolo, 15 jan. 37)

Se o trabalho fora do lar circunscrevia o papel social do homem, sua educação era voltada desde a infância para seu futuro profissional. O mesmo raciocínio era empregado com as mulheres. Desta forma é possível constatar que se a maternidade definia o papel social da mulher, ao casar-se ela deveria ter filhos para assegurar sua função social. Lares sem filhos eram observados como casas sem pilares. Os filhos não só asseguravam a função social do homem e da mulher, como também a união dos casais.

> *Diz elle, que o vínculo mais forte que liga um casal é os filhos. Com a chegada do filhinho a familia começa a ser verdadeiramente uma familia. Creanças mudam muitas cousas num lar. Primeiro de tudo elles alteram o caracter das relações maritaes, impondo a ambos os esposos uma nova obrigação. Sem poder attender aos sentimentos entre marido e mulher – sem attender ao próprio bem estar - devem agora attender ao bem estar e á felicidade de sua prole. Ora este facto actua não somente como um liame que tende para afastar o divórcio, mas realmente cria novos parentescos e novos sacrificios mútuos que atrahem os corações dos paes um para o outro. (O Apóstolo, 1º ago. 35)*

Como fora analisado anteriormente, lares sem filhos eram observados como uma dupla ameaça para a sociedade. De acordo com o pensamento da época, mulheres casadas sem filhos teriam muito tempo livre e ocioso. O espaço vazio deveria ser preenchido por atividades voltadas a sua função social. Sozinhas em casa e sem filhos, as mulheres acabavam dedicando seu tempo livre a hábitos de "dondocas" como ir ao cabeleireiro, sair para comprar roupas, sapatos, luvas, maquiagens e chapéus. Além de não cumprir seu papel social, seus hábitos de dondoca podiam trazer discórdias no lar e ser motivo de brigas e separações:

> *Eis a ferida mortal da mulher; destinada ao mais puro amor da família e da prole, transformava-se em um egoísmo indomável, ambição de riqueza, ambição de luxo, ambição de prazeres. Ora, náufraga da fé, depravada na moral, outra norma não segue, sendo a do seu capricho; ávido de todas as satisfações contrárias à lei de Deus, ao preceito da honra e até violando a mesma finalidade da natureza da mulher.(O Apóstolo, 15 mar.38)*

Conforme se pôde averiguar nos jornais, casais sem filhos estariam mais propensos a separações. Não era apenas a separação que estava em voga nessas discussões. Se pararmos para pensar, chegaremos a conclusão que os casais que constituíam seus lares e o alicerçavam com os filhos cumpriam de forma correta o padrão pré-estabelecido dos modelos instaurados pelas instituições normatizadoras, pois o "divórcio é a maior calamidade social e moral de um povo, porque dissolve a celula mater da nação, que é a família. Por isso, todo homem de critério e todo patriota sincero deve combater o divórcio como sendo o coveiro da prosperidade social da nação" (O Cruzeiro, 26 mar. 33).

As discussões referentes ao divórcio eram constantes nos jornais. Quando ambos não cumpriam de forma correta seu papel social ou havia traição de uma das partes o desquite era negociado perante o juiz. Nesses casos havia a separação de corpos, mas os cônjuges continuavam legalmente casados. "Não havendo divórcio no Brasil, como existe em quase todos os países civilizados do mundo, o homem traído se desquita e procura esquecer o que, não raro, é inesquecível." (O Estado, 13 mar. 35)

Quando o motivo para a separação de corpos manchava a honra do homem e de sua família, era permitido que ele a lavasse com sangue. Quando o homem não lavava sua honra com sangue a sociedade supunha que havia conivência. Assim sendo, é possível entender porque os crimes realizados para limpar a honra repetiam-se constantemente, pois para não ficar desmoralizado perante a sociedade devido o adultério cometido por sua esposa, o indivíduo matava "a mulher que o traiu, mas para dar uma espécie de satisfação ao público, livrando-se assim de suas "vontades" implacáveis." (O Estado, 13 mar.35).

As fontes consultadas sugerem que as novas ideologias: positivista e higienista justificavam a restrição feminina no lar quando elegiam a mulher como figura e agente principal para o sucesso do novo modelo instaurado. Esses discursos que enalteciam e glorificavam a mulher, eram os mesmos que indiretamente puniam "o perigo feminino", que debatiam a significação de sua restrição ao lar, como também propalavam sua culpabilidade em casos de desvios físicos, psicológicos, sociais e morais. Desta forma, médicos e positivistas alegavam que qualquer profissão exercida pela mulher fora do ambiente doméstico deveria ser analisada como caótica e desviante.

Quando a jornada de trabalho feminina fora do ambiente do lar era necessária para o sustendo do mesmo, as oratórias positivista e higienista tentavam normatizá-la. Como fora citado anteriormente, as mulheres aprendiam afazeres domésticos nas escolas femininas, enquanto os homens aprendiam atividades que pudessem exercer fora do ambiente do lar. Alguns desses afazeres ensinados nas escolas femininas como lavar, passar, engomar, e costurar poderiam servir futuramente como fonte de renda extrafamiliar. Essas tarefas eram devidamente escolhidas, pois as mulheres não precisavam sair do espaço domiciliar para executá-las.

Conforme fora possível verificar, a formação de perfis masculinos e femininos pela ideologia higienista exaltava constantemente que o homem era um indivíduo forte, racional, com inteligência suficiente para responsabilizar-se pela construção e desenvolvimento urbano, estando, portanto, mais capacitado para os trabalhos extradomiciliares. A mulher, por sua vez, era observada como um ser passivo, emotivo, frágil,

mas importante para sociedade, por ser fecunda e perpetuadora da civilização através da maternidade.

Quando se tratava de debater questões referentes à mulher, a família, a moral e a normatização das condutas sociais, ideologias que se apresentavam opostas entre si, paradoxalmente amalgamavam-se. O discurso católico, por exemplo, que se fundamentava na fé, religiosidade e no caráter miraculoso, confrontava-se com o discurso higienista, porém, em determinados momentos entrava em concordância com alguns de seus preceitos.

A partir do momento em que ocorreu a institucionalização do saber médico, pressupõe-se que o discurso católico/religioso perdeu um importante espaço para o conjunto de ideologias higienistas, calcadas principalmente na razão, na lógica e no cientificismo. Iniciaram-se dessa forma, no espaço do discurso, inúmeras batalhas entre os conjuntos ideológicos católico/religioso e higienista. Aos poucos, a oratória católica que se mostrava naturalmente contrária a higienista, absorveu parte de seus ideais. Observa-se que essa atitude fora tomada pelos religiosos para que seu próprio discurso se mantivesse e legitimasse.

Assim sendo, sugere-se que o catolicismo não só se apropriou em parte da ideologia higienista para se manter, como também criou para a sociedade da época e para o higienismo a necessidade de seu próprio discurso. A instituição religiosa nesse momento apareceu como sustentáculo do novo homem que surgia com o regime republicano.

O catolicismo, portanto, tentava suprir as ausências que o novo sistema trazia aos indivíduos. O excesso de cientificidade, conforme discutiam os católicos, deixavam o homem alienado, sem valores e sem orientação. “Não se discute que a moral evangélica é a única que atravez dos tempos em que pese ao labor das hostes adversas, tem contribuido a contento para a edificação e consolidação da família”.(Alvorada, 16 ago. 35)

Constata-se, que o novo homem, desamparado, necessitava de um baluarte para sobreviver dentro dos padrões cientificistas e individualistas. De acordo com o jornal “Boletim Escolar”, a “religião é o traço de união das relações do homem com Deus, é o primeiro, o maior e mais universal recurso e amparo à fraqueza humana” (Boletim Escolar, 3 nov. 1905). Era a Igreja, portanto, a segurança que o homem procurava. Assim sendo, cabia a ela o papel de efetiva formadora da conduta do caráter e da moral social bem como da formação de cidadãos rumo a ordem e ao progresso.

Referências Bibliográficas

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia.** São Paulo, Brasiliense, 1980.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

CRESPO, J. **A história do corpo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Lisboa: Portugal, Difel, 1990.

ISMERIO, C**. Mulher:** a moral e o imaginário: 1889-1930. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.

LENHARO, A. **Sacralização da política.** Campinas, SP, Papirus, 1986.

LUZ, M. T. **O lugar da Mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MACHADO, R. LOUREIRO, A.,LUZ, R., & MURICY, K. **Danação da norma:** a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

RIBEIRO JUNIOR, J. **O que é positivismo**. 9a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Gênero, corpo e comunicação das atenienses na *pólis*: uma trama aperfeiçoada"

Maria Angélica Rodrigues de Souza
Professora Mestre em História Comparada
PPGHC-IFCS-UFRJ

Resumo: Concebemos que por intermédio de linguagens específicas, as esposas dos cidadãos abastados atenienses, usavam do esquema tático para se comunicarem. Dessa forma, elas faziam circular informações da vida dos atenienses, sinalizando a integração não somente nos grupos que estavam inseridas no dia-a-dia, mas com a comunidade *políade*.
Palavras-chave: Atenas Clássica, processos de comunicação femininos, gênero.

Abstract: We understand that using specific languages, the rich citizens' wives used a tactical way to communicate. So thus, these women interchanged informations about life, integrating not just in those groups they were inserted, but in the *pólis* itself.
Keywords: Athens Classical, female communication processes, gender.

Nosso estudo está inserido no cotidiano ateniense do Período Clássico. Nos domínios onde ocorriam maior evidência da participação das mulheres, na construção social do corpo enquanto veículo de comunicação e nas relações de gênero que permearam suas vidas. Concebemos, dessa forma, que através da linguagem das esposas dos cidadãos atenienses podemos verificar sua participação ativa na sociedade e que esta atuação diluía o modelo *mélissa*[1]. Lançaremos mão, neste trabalho, da comédia de Aristófanes, *As mulheres que celebram as Thesmophórias*, do mito de Philomela e de pesquisadores contemporâneos que abordam o tema.

Ao buscarmos apreender as dimensões da linguagem das esposas dos cidadãos abastados atenienses, nos predispomos a considerar que, por intermédio da virtude do "não falar", do silêncio que integrava o modelo ideal de esposa, as mulheres criaram outras maneiras de se comunicarem. Então, diante deste posicionamento, nosso trabalho priorizará a linguagem verbal, que acreditamos ser as palavras faladas e escritas e a linguagem não-verbal que se faz presente em várias manifestações humanas por intermédio das pinturas, da dança, da escultura, da caricatura e dos sinais.

De acordo com Neyde Theml, as sociedades são dotadas de meios de comunicação, e os veículos são notados tanto nas mais simples quanto nas complexas

[1] Este modelo está relacionado com a abelha (*mélissa*). Suas características são destacadas pelo filólogo Marcel Detienne: tipo de vida puro e casto, ou seja vida sexual bastante discreta, hostilidades aos odores, à sedução e a fidelidade conjugal (DETIENNE, 1976: 55 - 56).

sociedades, e que esses meios de comunicação não se restringem à fala e à escrita, mas estão também presentes no corpo e nos gestos, nas roupas, nos artefatos, nas imagens e nos monumentos (THEML, 2002: 11). Estes veículos de comunicação funcionavam como anunciadores da vida na *pólis*.

Incluso na discussão acerca dos veículos de comunicação Roy Porter em seu trabalho **História do Corpo** afirma que "Chegamos nus ao mundo, mas logo somos adornados não apenas com roupas, mas com a roupagem metafórica dos códigos morais, dos tabus, das proibições e dos sistemas de valores que unem a disciplina aos desejos, a polidez ao policiamento" (PORTER, 1992: 325). Percebemos que o corpo e as roupas funcionam como portadores de mensagens desde o nosso nascimento e que sofremos influências sociais que foram construídas ao longo dos tempos.

Tais induções foram legitimadas por intermédio dos discursos tradicionais dos médicos, filósofos e outros estudiosos. Já que estes, na antiguidade, atribuíram a subordinação das mulheres a sua condição biológica, inferior dentro do esquema da Criação. "Com sua natureza mais fria e mais fraca, e sua genitália contida internamente, as mulheres eram essencialmente equipadas para a criação de filhos, não para uma vida racional e ativa dentro do fórum cívico. As mulheres eram criaturas privadas, os homens eram públicos" (PORTER, 1992: 316). Pela dominação masculina e o que se entende por formas de justificar o discurso social, lidimava-se, assim entendemos, a subordinação feminina, ao mesmo tempo que se procurou neutralizar o feminino.

O corpo da mulher, para os médicos, era mais estranho do que o corpo privado de vida que eles não podiam dissecar. Aline Rousselle enfatiza que devido à união das mulheres ao se ajudarem nos momentos mais difíceis os médicos conheciam pouco sobre elas. As indicações sobre sua natureza, as doenças e sua esterilidade contidas no *Corpo Hipocrático* originam-se de confidências feitas por parteiras aos médicos ou pelas próprias mulheres. As mulheres, geralmente, examinam-se a si mesmas: quando estão com boa saúde ou quando estão se tratando. "Foi uma ciência das mulheres, baseada na observação, que os médicos do Corpo Hipocrático recolheram" (ROUSSELLE, 1984: 39).

Segundo, Aline Rousselle à partir da ignorância anatômica, da ignorância fisiológica e da fantasia o raciocínio lógico construiu uma ciência masculina do corpo feminino, unindo os dados recolhidos através dos depoimentos e uma ciência empírica pacientemente acumulada. Ela destaca a política que os homens exercem sobre o corpo feminino, uma política que se legitima por meio de uma reflexão médica. Uma política de dois homens o pai e o marido.

Os cidadãos gregos clássicos tentaram silenciar, anular as esposas que viveram na pólis, porém sustentamos que este objetivo não foi totalmente alcançado. As atenienses se apropriaram e desenvolveram outras formas de comunicação rompendo o esquematismo social. Hoje, segundo Richard Buxton, as pesquisas sobre as mulheres fazem com que saibamos mais sobre elas do que elas mesmas. Os homens tiveram uma atitude entre eles de não as nomear e torná-las uma realidade silenciosa. Segundo este mesmo autor, a *pólis* aparece sempre para frear a atuação feminina no espaço público (BUXTON, 1996: 131). Elas quando conseguiam, assim acreditamos, atuavam no espaço do "outro", utilizando-se de táticas, subvertendo dessa forma a dominação masculina, pois de acordo com Michel de Certeau esta dominação "(...) pode ser subvertida, não rejeitando-a diretamente ou modificando-a, mas pela sua maneira de usá-la para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não se podia fugir" (CERTEAU, 1999; 39).

Pierre Bourdieu abordando a construção social dos corpos enfatiza que a divisão entre os sexos está vinculada à normalidade, está "na ordem das coisas". Ela se faz presente em todo o mundo social, nos corpos e nos hábitos dos agentes sociais. Dessa maneira, a divisão social entre os sexos tende a ser aceita de forma natural, evidente, ganhando, assim, validação. Compartilhamos com Bourdieu que esta é uma divisão pautada na oposição entre o masculino e o feminino e está inserida na divisão das coisas, nas atividades sexuais e outras (BOURDIEU, 1999; 16).

Pierre Bourdieu nos sinaliza que o corpo é composto pelo mundo social como uma realidade sexuada e que contém em si princípios de visão e divisão sexualizantes.

> *"Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: ele é que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social" (BOURDIEU, 1999: 18 - 20).*

Roy Porter destaca que o corpo não pode ser tratado simplesmente como biológico, chamando atenção para uma análise onde o corpo é mediado por sistemas de sinais culturais (PORTER, 1992: 308). O culto ao corpo está incluso na manutenção de uma determinada ordem. Ele reage dentro de aspectos sociais, culturais e outros.

Verificamos que, a trama aperfeiçoada de comunicações através do corpo, das roupas, dos gestos, das palavras, dos bordados e de outros, se estabelecia na medida em que as esposas atenienses usufruíam de espaços que eram eminentemente e socialmente das mulheres e portanto vivenciados por elas diariamente e também quando criavam espaços sociais que possibilitavam o diálogo, a troca de impressões e que contribuíam para a formação de sua

identidade. Nesses intercâmbios comunicacionais as relações de gênero se faziam presentes, já que o gênero rompe com o as determinações sexuais macho e fêmea, homens e mulheres e nos apresenta as variabilidades. Então, imersos neste leque de pluralidades que o gênero nos oferece, vamos perceber os ruídos dessas ligações.

Neste sentido, os estudos acerca das mulheres a partir da categoria gênero, nos possibilitam uma compreensão das relações entre os seres humanos sem estar vinculados diretamente à diferença biológica. É no decurso do estudo do cotidiano, das convivências entre os do gênero humano onde o entendimento da diferença sexual é concebida através da cultura e não do aspecto biológico que incluímos nosso estudo. A partir deste pressuposto almejamos conseguir respostas para nossas questões sobre a linguagem das mulheres atenienses.

Os estudos de Thomas Laqueur referentes ao corpo e gênero são relevantes em nosso trabalho, pois o autor afirma que, antes do século XVIII tínhamos o sexo único, onde as mulheres seriam uma versão inferior do homem, o que existia era o gênero[2]. "Ser homem ou mulher era uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois incomensuráveis" (LAQUEUR, 2001: 19). Quanto às diferenças entre o corpo masculino e o corpo feminino, Pierre Bourdieu afirma que estas se tornaram valorosas para que se organizasse uma justificativa natural da desigualdade socialmente construída entre os gêneros (BOURDIEU, 1999: 20). Incluídos nesta visão entendemos que não existe nada que comprove que o homem é dominante e a mulher dominada, o que temos são construções sociais que ganharam autenticidade no decorrer de nossa existência.

Assim, expandindo nossos conhecimentos acerca dos estudos de gênero, partilhamos com os pesquisadores que o sexo está mais relacionado ao aspecto biológico – as diferenças entre machos e fêmeas, enquanto o gênero está associado à cultura – as variabilidades (TILLY, 1994: 42; YUVAL-DAVIS, 1997: 8-9). Louise Tilly afirma que "Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente" (TILLY, 1994: 31).

Laqueur defende que a constituição do sexo único com suas versões concernentes a no mínimo dois gêneros foi efetuada na Antiguidade, objetivando valorizar a

---

[2] Segundo Roy Porter, Thomas Laqueur afirmou que a conceituação médica referente à natureza da mulher foi posta em xeque no século dezoito. "O sexo feminino deixou de ser visto literalmente como uma versão inferior do masculino, tornando-se, em vez disso, encarado como essencialmente diferente mas complementar" (PORTER, 1992: 316-317).

afirmação cultural do patriarcado (LAQUEUR, 2001: 30). Então, em busca de novos testemunhos sobre as mulheres, se procurou rever as imagens, dar visibilidade às mulheres. Por intermédio desses estudos, novas histórias emergiram, falas foram recuperadas (MATOS, 2000: 7).

Segundo Bridget Hill, a História tem sido monopólio dos homens, visto que eles detinham o poder de decisão sobre as informações que poderiam chegar até nós, ou seja, as que deveriam ser registradas e investigadas (HILL, 1996: 6). Apesar desta constatação os registros das peças teatrais que chegaram até nós se constituem em valiosos documentos de nosso estudo.

O teatro antigo, nos fornece informações concernentes à linguagem feminina, também quanto às relações de gênero existentes na antiguidade e a construção dos corpos enquanto canais condutores de mensagens. Compartilhamos com os pesquisadores que abordam o tema teatro quando eles afirmam que a sociedade se faz representar nas peças teatrais, que através delas analisam e levantam questões do seu próprio cotidiano e refletem sobre ele. Para Redfield, um tema que os trágicos e os comediógrafos lançam mão é a ameaça do poder feminino, um perigo de que os cidadãos percam o controle sobre as mulheres. "Quer em sentido trágico quer em sentido cômico, o poder feminino é sempre tratado como uma perturbação da ordem natural das coisas, provocada ao mesmo tempo pela loucura e pela fraqueza dos homens" (REDFIELD, 1994: 153).

Quanto ao gênero cômico, utilizaremos a obra de Aristófanes, por acreditarmos que esta contenha maiores informações sobre a vida cotidiana da sociedade por nós estudada. Segundo Jean-Mar Defays o cômico objetiva fazer rir. Assim rir é prazer, é transgressão, é subversão. Rir não é um fim em si, mas um meio de comunicação (DEFAYS, 1996: 6). Aristófanes parte do cotidiano e o apresenta diferentemente na representação cênica com o intuito de obter o riso, pois este é cultural e também propõe diversas possibilidades de leituras do dia-a-dia ateniense.

Na peça de Aristófanes, *As mulheres que celebram as Thesmophórias*, especialmente, nos deparamos com esta diversidade no que diz respeito à comunicação, as relações de gênero e ao corpo enquanto anunciador de um discurso. Por intermédio de suas personagens o comediógrafo diversas vezes enfatiza a fala feminina euforizando-a, ou seja, atribuindo elogios após a falação de uma das personagens como podemos verificar nos seguintes versos da obra: "Nunca ouvi mulher mais engenhosa do que esta, nem mais hábil a falar. Tudo que ela diz é justo. Examinou todos os aspectos da questão, ponderou tudo e, com inteligência, soube encontrar argumentos sutis, bem arquitetados" (ARISTÓFANES. *As*

mulheres que celebram as Thesmophórias. vv. 435-440). A festa, era um momento em que as esposas possuíam liberdade de expressão, onde tinham a oportunidade de dialogar livremente e trocar impressões, já que era um ritual onde só as mulheres participavam, no caso do festival das *Thesmophórias*.

Além dos momentos de fala, comprovamos que na comédia há uma preocupação com o registro[3] e temos espaços que tratam da união das mulheres com outras mulheres e com o que o autor considera como afeminado. No que diz respeito à união entre as mulheres, o comediógrafo nos remete a uma situação interessante, através da personagem do Parente de Eurípides quando este está disfarçado de mulher. Neste momento, seu discurso é de mulher e ele lança mão justamente da união entre as mulheres para se aproximar delas e defender seu genro[4].

Examinando ainda a obra, confirmamos que o autor por intermédio da personagem Clístenes[5] destaca a união das mulheres com afeminados: "Mulheres, minhas caras amigas, parentes minhas por afinidades de costumes, que sou vosso amigo, logo se vê na cara. Sou doido por mulheres, sempre fui o vosso protector" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias.* vv. 574-576). O comediógrafo aborda a aproximação dos homens que possuem características femininas, ou seja, que são dotados de virtudes femininas que foram nomeadas pela sociedade ateniense, com mulheres. Estes versos nos informam claramente que na sociedade masculinizada ateniense tínhamos costumes masculinos e femininos. E que, no caso observado, os homens que apresentavam características femininas como Clístenes eram considerados afeminados por aquela comunidade.

Aristófanes, no início desta comédia, trata a construção do corpo enquanto anunciador de uma mensagem. Primeiro ao tentar através da personagem de Euripides convencer um poeta, Ágaton, a se disfarçar de mulher e discursar à seu favor no festival: "Para tomar parte na discussão, no meio das mulheres, e, se for preciso, dizer uma palavra em meu favor" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias.* v. 90). Ágaton

---

[3] Primeira Mulher

"Era isto que eu queria dizer publicamente. O resto vou escrevê-lo aqui com a secretária" (ARISTÓFANES.*As mulheres que celebram as Thesmophórias*. vv. 433-435).

[4] Parente

"No entanto, temos de trocar impressões umas com as outras. Estamos sós, nem uma palavra sai daqui" (ARISTÓFANES.*As mulheres que celebram as Thesmophórias*. vv. 471-473).

[5] "Clístenes é um afeminado largamente parodiado por Aristófanes" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias*. nota 41).

não concorda em se vestir de mulher, mas deixa-nos uma mensagem relevante ao afirmar que: "É preciso que o poeta atue de acordo com as suas peças, que lhes adapte o seu tipo de vida. Por exemplo, se fazem peças com mulheres, é preciso que o corpo participe desta natureza" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias.* vv. 150-152), compreendemos que o corpo do poeta, neste caso, estará levando uma mensagem e para que a comunicação se estabeleça se faz necessário a aproximação com as características da personagem.

Ágaton não aceita o pedido de Eurípides, mas o cunhado de Eurípides se dispõe a disfarçar-se de mulher e cumprir o planejado. Diante da oferta, partem para a caracterização da personagem do Parente com atributos femininos, para que ele se tornasse apto a integrar o grupo de mulheres que participariam das *Thesmophórias* e se pronunciar à favor de seu genro. Este momento, registrado em alguns versos, é de grande importância já que Aristófanes decompõe a preparação do corpo do Parente desde o início até o fim.

Assim, através dos versos, temos a composição do corpo que vai ser o suporte físico da mensagem desde quando este se depila, faz a barba para que sua pele fique macia, sem pêlos, para que se aproxime do corpo feminino ateniense: "Bom, já que se pões à minha disposição, tira essa roupa. Já está no chão. Mas o que é que tu me vais fazer? Fazer-te a barba aqui e queimar-te por baixo" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias.* vv. 214-216). Quanto às roupas o autor lança mão de várias peças femininas para compor a personagem do Parente. Na comédia tais roupas são conseguidas por intermédio de empréstimo com o poeta, "Ágaton, já que não estás disposto a prestares tu próprio a esse papel, ao menos empresta-nos um manto e um corpete, para este tipo vestir. Não me vais dizer que não tens" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias.* vv. 249-251).

São utilizadas várias peças do vestuário feminino ateniense como manto, corpete, túnica, redinha, turbante e capa. Ele finaliza a constituição da seguinte maneira: "Cá temos o nosso homem com ar de mulher. Se falares, dá à voz um tom bem feminino, que convença" (ARISTÓFANES. *As mulheres que celebram as Thesmophórias.* vv. 266-268). Dessa forma, a comédia, nos permite analisar o corpo e as roupas enquanto veículos de comunicação na sociedade ateniense, pois quando escolhemos uma roupa são discursos que estão se materializando. Acreditamos que tais obras não objetivavam apenas levar ao riso, mas também anunciar uma mensagem aos espectadores.

Contidos nesta discussão acerca da extensão da comunicação feminina nos voltaremos, neste momento, para o mito de Philomela que nos oferece indícios da

comunicação não-verbal. Defendemos que os mitos faziam parte da sociedade dos atenienses, das peças teatrais antigas, principalmente das tragédias. Assim a tragédia e o teatro fazem emergir uma forma de divulgar e criticar os valores da *pólis* e os democráticos. Visto que é no teatro que os mitos são reinterpretados e apresentados em várias versões para o público. E não é qualquer público, mas aquele que tem a necessidade de ouvir e ver (THEML, 2002: 14). De acordo com Marc Augé as mitologias estão ligadas as origens, porém lança-se mão de tais mitos explorando-os e reimaginando-os para responder as questões do presente. "A mitologia é apenas uma parte da cultura. Mas essa parte resiste bem" (AUGÉ, 1998: 26-27).

Nesse sentido, no mito os meios de comunicação se fazem presentes. De acordo com ele, Philomela era irmã de Prócne e cunhada de Tereu, rei da Trácia. Philomela acaba por ser violentada por Tereu, seu cunhado. Este, para que a violação não fosse revelada, corta a língua de Philomela. Resta-lhe, então, a arte de tecer e bordar para narrar à sua irmã o que havia acontecido. Ela tece um tapete com a narrativa do ocorrido. Prócne – como forma de punição, visto que Tereu havia transgredido uma das regras de relações de intimidade entre os que viviam no interior do *oîkos* – mata o próprio filho, cozinha e oferece a carne como refeição ao marido. Temos o conhecimento pelo mito que as mulheres utilizavam os recursos de sua esfera como maneiras de comunicação e, dentre elas, está a tecelagem como uma linguagem que era decodificada pelos diversos grupos de mulheres (BUXTON, 1996: 141; BRANDÃO, 2000: vol. II, 41 e vol. III, 150 e 236; LESSA, 2001: 69-70). Entendemos que as mulheres lançavam mão de seus atributos domésticos para se comunicarem.

Concluímos, que as relações de gênero permeavam o dia-a-dia ateniense e foram registradas, como verificamos, nos documentos antigos. Concebemos também que o corpo na sociedade ateniense era um canal, ou seja, um veículo que transporta uma mensagem e que as interações culturais entre os seres humanos da antiguidade contribuíram significativamente para que as informações compartilhadas pelas esposas *bem-nascidas* ultrapassassem os espaços sociais compartilhados por elas e se apresentassem na dinâmica da *koinonía*.

Bibliografia

1. Documentação textual

ARISTÓFANES. **As mulheres que celebram as Tesmofórias**. Coimbra:INIC,1988.

2. Dicionário

BRANDÃO, J. S. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 2000, 3 volumes.

3. Bibliografia Instrumental e Específica

AUGÉ, Marc. **A guerra dos sonhos: exercícios de etnoficção**. Trad. Maria L. Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BUXTON, R. **La Grèce de I'Imaginaire,les contextes de la Mythologies**. Paris: Edition la Découverte, 1996.

CERTEAU, M. de **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Trad. E. Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEFAYS, Jean-Mar. **Le comique**. Paris: Seuil, 1996.

DETIENNE, M. *O Mito: Orfeu no Mel*. IN: LE GOFF, J. & NORA, P. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FOXHALL, Lin. *Women's ritual and men's work in ancient Athen*. IN: HAWLEY, R. & LEVICK, B. **Women in Antiquity: New Assessments**. London and New York: Routledge, 1995.

HILL, B. *Mulheres, História e Revolução*. IN: **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG, 1996, n° 15.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LESSA, F. S. **Mélissa Tecendo Redes Sociais entre os Atenienses (séculos V e IV a. C.)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

LEWIS, S. **News and Society in the Greek Pólis**. London: Chapel Hill, 1996.

MATOS, M. I. S. de. **Por uma História da Mulher**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

PORTER, R. *História do Corpo*. IN: BURKE, P. (Org.) **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 291-326.

REDFIELD, J. *Fontes: a presença de uma ausência*. IN: VERNANT, J-P. (org) **O Homem Grego**. Trad. Maria J. V. de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1994.

ROUSSELLE, A. **Pornéia. Sexualidade e amor no mundo antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

THEML,N. (Coord.) **Linguagens e formas de poder na antiguidade**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad. 2002.

TILLY, Louise A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. IN: **Cadernos de Pagu: desacordos, desamores e diferenças**. Campinas: PAGU/UNICAMP, 1994, v.3.

YUVAL-DAVIS, N. **Gender & Nation**. London: SAGE Publications, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Produção dos Alunos em Aulas de História: idéias que o aluno tem em relação à narrativa histórica do Paraná

Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd*

Resumo: A preocupação com o ensino da História do Paraná esteve presente em pesquisa desenvolvida durante o mestrado. Naquele momento, buscou-se investigar a presença desse ensino em escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. Ficou evidenciado que existe um ensino desses conteúdos no Ciclo II, mais especificamente, na 4.ª série. Dando continuidade a essa pesquisa, pretende-se fazer um estudo pautando-se em pesquisas desenvolvidas na área da Educação Histórica, mais especialmente, na linha de investigação da cognição histórica, a qual engloba estudos que têm como perspectiva a compreensão das idéias dos alunos em contexto de ensino – aulas de História. Tomando como referência pesquisas desenvolvidas por Peter Lee (2001), busca-se fazer uma relação entre os conceitos substantivos, nesse estudo, os conteúdos da História do Paraná, e o conceito de segunda ordem – narrativa. No processo atual de pesquisa, buscam-se elementos para que se possa compreender qual a relação que existe entre a narrativa histórica da professora e a narrativa produzida pelo aluno.
Palavras-chave: Ensino de História – Educação Histórica – História do Paraná.

Résumé: Pendant l'élaboration de la recherche en vue du Mastère, nous avons abordé le thème de l'enseignement de l'Histoire du Paraná et nous avons étudié la présence de cet enseignement dans le Réseau Municipal d'Enseignement de Curitiba. Il a été constaté qu'il existe bien un enseignement de ce type de contenu dans le Second Cycle et notamment pendant l'anné de CM2. Poursuivant ces recherches, notre but est de faire un travail fondé sur les études développées dans le domaine de l'Education Historique, et plus spécialement, selon la ligne de recherche de la cognition historique dont le point de vue est la compréhension des idées des élèves dans leur salle de classe pendant les cours d'Histoire. Prenant comme référence les études élaborées par Peter Lee (2001), nous tenterons de faire la relation entre les concepts substantifs, c'est à dire les contenus de l'Histoire du Paraná, et le concept de deuxième ordre – le récit. Dans le processus actuel de recherche, on analyse les éléments permettant de comprendre quelle est la relation qui existe entre le récit historique de la professeure et le récit produit par l'élève.
Mots-clé: Enseignement de l'Histoire – Education Historique – Histoire du Paraná.

O interesse por esse estudo surgiu a partir de minha pesquisa desenvolvida no mestrado[1]. A minha preocupação naquele momento foi investigar a presença do ensino de História do Paraná em escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME). Tendo como categoria de análise o conceito de *código disciplinar*, proposto por Raimundo Cuesta Fernandes (1997), procurou-se reconstruir como foi se constituindo o ensino de História do

* Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná; Integrante da equipe da Gerência de Currículo – Área de História, Departamento do Ensino Fundamental, Secretaria Municipal da Educação de Curitiba.

1 A dissertação de Mestrado recebeu o título de "*História do Paraná*: a construção do código disciplinar e a formação de uma identidade paranaense", sob a orientação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Schmidt, pelo Programa de Pós-Graduação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, tendo sido defendida em agosto de 2003.

Paraná, procurando identificar as permanências, as mudanças e as descontinuidades que se efetivaram desde as primeiras indicações desses conteúdos, enquanto saber escolar, até a proposta curricular da RME, de 1997-2000.

As análises encetadas na pesquisa apontaram para a existência da História do Paraná enquanto saber escolar, a qual começou a se constituir no final do século XIX, quando apareceram as primeiras manifestações de um ensino voltado para o estudo de conteúdos sobre a história do Estado. Este conteúdo pode ser encontrado a partir da legislação de 1895, *Regulamento para a Instrução Pública*: "noções gerais de geographia e história pátrias, especialmente do Estado" (PARANÁ, 1897:274-275). Esta seria a primeira manifestação de uma história regional indicada pela legislação. A partir deste Regulamento, a indicação de conteúdos da história regional esteve sempre presente nas legislações. Ademais, constatou-se a presença de manuais didáticos[2], que enfocavam a história regional, a partir desse período, no contexto escolar. Discutiu-se, também, em que medida esses conteúdos estão presentes na cultura escolar hoje, a partir das "falas" de professoras da RME por meio de entrevistas[3], bem como de trabalhos produzidos por alunos e alunas dessas professoras. No processo de pesquisa, ficou evidenciado que existe um ensino de conteúdos de História do Paraná, no Ciclo II, especialmente, na 4.ª série.

Diante disso, pretende-se agora no doutorado dar continuidade a esse estudo, tendo como referência pesquisas na área da Educação Histórica, mais especialmente, na linha de investigação da cognição histórica, a qual engloba estudos que têm como perspectiva a compreensão das idéias dos alunos em contexto de ensino – aulas de História, tomando como referência conteúdos históricos concretos. Tendo como referência os estudos desenvolvidos nessa linha de investigação pretende-se fazer uma relação entre "conceitos substantivos" e "conceitos de segunda ordem". No dizer de Peter Lee: "Existem conceitos substantivos como agricultor, impostos, datas, eventos, democracia, revolução" que são importantes para o ensino de História, e "conceitos de segunda ordem", que dão consistência à essa disciplina, como "narrativa, relato, explicação" (LEE, 2001:15).

Nessa perspectiva, esse estudo propõe uma relação entre: "conceitos substantivos", aqui tomados como os conteúdos de História do Paraná, e o "conceito de segunda ordem" - narrativas. Nesse momento, pretende-se buscar ver as estruturas das narrativas presentes no contexto escolar: as narrativas que a professora seleciona e as

2 Durante o processo de pesquisa constatou-se a presença de manuais didáticos que tratam da história do Estado, a saber: *História do Paraná*, de autoria de Romario Martins, publicado em 1899; *O Brasil e o Paraná*, de Sebastião Paraná, publicado em 1903.

3 Foram entrevistadas 22 professoras que atuavam com o ensino de História em escolas de 5.ª a 8.ª série, dessas 14 atuavam em 3.ª e 4.ª série e que passaram a ser foco do estudo.

narrativas produzidas pelos alunos.

Para isso, tomarei como referência os estudos desenvolvidos por autores que têm discutido sobre narrativas históricas e suas estruturas. Nessa linha de pensamento, encontra-se James Wertsch, que busca mostrar o papel que as narrativas têm na constituição da memória coletiva, distinguindo entre as "narrativas específicas" e as "narrativas esquemáticas padrões". Segundo o autor, as narrativas específicas envolvem explicações provisórias que constituem um conjunto de eventos explicitados e diferenciados e estão mais articuladas à História política. Protótipos destas narrativas podem ser encontrados em manuais didáticos que focalizam principalmente eventos como guerras, revoluções e outros acontecimentos políticos (WERTSCH, 2004:51-52).

Segundo Wertsch, as narrativas esquemáticas padrões servem para dar significados para a compreensão de diferenças e semelhanças entre duas gerações. São chamadas narrativas esquemáticas no sentido de que elas possuem funções abstratas e generalizantes, constituindo espécies de estruturas esquemáticas do pensamento. Elas se constituem como padrões de narrativas que implica que estas estruturas abstratas podem ter prioridade sobre diferentes narrativas específicas, cada uma delas com suas particulares posições, contextos e datas. Este ponto de vista sugere que a memória coletiva constitui não uma longa lista de narrativas específicas sobre o passado, como itens separados, mas um conjunto de ferramentas culturais o qual inclui alguns blocos básicos construídos sobre o passado (WERTSCH, 2004:55-57).

As narrativas padrões não são alguma espécie de arquétipos universais, mas elas pertencem a tradições características particulares que podem parecer diferentes de um contexto cultural para outro. Ademais, elas não se dão a ler para uma reflexão consciente, mas são utilizadas de maneira irrefletida, raramente são discutidas. Para o autor, a narrativa padrão usa caracteres, eventos, datas, e circunstâncias, que são básicos e relativamente constantes (WERTSCH, 2004:57).

Em relação às estruturas das narrativas busca-se elementos nos estudos de Jeretz Topolski. Esse autor distingue três estruturas, que também podem denominar-se "níveis" da narrativa histórica: o nível superficial ou informativo – lógico e gramatical; o nível persuasivo ou retórico, e o nível teórico-ideológico ou de controle (TOPOLSKI, 2004:105).

Segundo Topolski, o primeiro nível – o nível informativo compõe-se de orações históricas, com seqüências mais curtas ou mais longas e de totalidades narrativas. A característica da oração histórica é apresentar "elementos determinantes de tempo e espaço", e

que são os marcos básicos das narrativas, no entanto, aponta que o emprego desses marcos não resulta uma condição suficiente para a coerência das narrativas históricas. Além dessa coerência – tempo e espaço, deve-se somar a coerência que será garantida pelo "conteúdo da narrativa", ou seja, a coerência será dada "pela identidade do objeto de uma determinada narrativa" (TOPOLSKI, 2004:106-108).

O segundo nível, persuasivo ou retórico, comunica ao leitor as "crenças do historiador". Nesse nível a comunicação se faz pela persuasão. As crenças do historiador, que é o autor da narrativa, apresentam dois aspectos: "a convicção, praticamente comum a todos os historiadores, de que em sua narrativa estão transmitindo a verdade" e "diferentes convicções ideológicas em relação com a realidade atual e a realidade passada" (TOPOLSKI, 2004:108).

O terceiro nível, teórico e ideológico, é o nível onde se descobre não só o "conhecimento ou a ideologia conscientes" do historiador, mas também os "mecanismos e as pressões menos conscientes" que interferem na visão de mundo que o historiador tem e o modelo para construir a narrativa histórica (TOPOLSKI, 2004:114).

Os elementos que constituem o terceiro nível da narrativa histórica fazem com que o "processo de construir a imagem do passado e de transmitir as crenças do historiador" torne-se "complexo e cheio de tensões". A tensão entre a "tendência em construir novas imagens do passado" e a "mitologização (dogmatização) permanente do conhecimento adquirido"; e a "polêmica entre as ideologias não científicas do historiador" e a "ética da investigação da comunidade científica". Essas tensões são as "forças impulsionadoras da historiografia", bem como da didática da história (TOPOLSKI, 2004:118,119).

Nessa mesma direção estão os estudos realizados por Mario Carretero e Liliana Jacott (1997). Esses autores fazem considerações em relação à importância de dois elementos na narrativa para a explicação de acontecimentos históricos: "os agentes" a quem são atribuídos certas ações e os "motivos" que explicam essas ações. Os autores iniciam a reflexão apontando que a disciplina de História tem sido ensinada como uma simples narrativa não sendo considerada a interação complexa que existe entre as estruturas sociais e políticas. Comentam que a História tem sido criticada por apresentar "personagens caricaturados que desempenham o papel de protagonistas", sendo utilizados para explicar os acontecimentos não levando em consideração os fatores abstratos dos fatos. Como exemplo, os autores citam que um ensino nessa perspectiva, ao explicar os conflitos bélicos, o fundamental torna-se a figura de um "rei determinado ou o seu confronto com o rei vizinho", não sendo levado em conta os aspectos sociais e políticos que os produzem (CARRETERO;

JACOTT, 1997:87).

Ao pesquisarem alunos de diferentes idades e diferentes níveis de escolarização, procuraram saber qual o "papel" que os alunos "conferem aos agentes [históricos] dentro da causalidade histórica". Pretendiam analisar os "tipos de agentes incluídos nas narrativas produzidas pelos alunos de diferentes grupos quando explicam porque se produziu o 'descobrimento' da América." No referido estudo, os relatos produzidos pelos alunos foram analisados considerando dois elementos da narrativa que, no dizer dos autores, são essenciais na explicação de acontecimentos históricos: "os agentes, a cujas ações é atribuída a produção de determinados acontecimentos históricos, e os motivos que permitem explicar essas ações" (CARRETERO; JACOT, 1997:91-93).

À luz dos estudos delineados por esses investigadores, pretende-se compor esse trabalho focando uma parte da investigação já realizada – Observação Piloto. As observações foram realizadas em contexto de ensino – aulas de História, em uma escola da RME, em uma sala de 4.ª série, no segundo semestre de 2006.

Para nortear as observações definiram-se algumas questões, a saber: quais são as narrativas históricas do Paraná presentes em aulas de História; a forma como a professora expõe essas narrativas históricas; se a professora utiliza o manual didático ou não; quais as metodologias adotadas pela professora; como o aluno produz a sua narrativa, ou seja, a sua explicação. No processo atual de pesquisa obtiveram-se alguns elementos para responder a essas questões, no entanto não será foco desse trabalho. Optou-se, nesse momento, por proceder-se à análise de uma narrativa da professora e as narrativas produzidas pelos alunos, por considerar-se relevante no estágio atual da investigação.

Durante o período da Observação Piloto, efetivou-se 08 (oito) observações, dessas, 04 (quatro) enfocam a História do Brasil, as demais se constituem em narrativas históricas do Paraná: *Tropeirismo*, *O ouro no litoral*, *O Paraná Província* e *Revolução Federalista.*

Para realizar essa análise, selecionou-se uma narrativa que trata de um conteúdo histórico concreto: *Tropeirismo*, que será tomado, no dizer de Peter Lee (2001:15), como um "conceito substantivo" da História do Paraná, na medida em que tem sido privilegiado nas narrativas historiográficas que explicam a história do Estado.

Ademais, o *Tropeirismo* pode ser considerado como uma "narrativa esquemática padrão", pois segundo James Wertsch (2004:57) a narrativa padrão usa "caracteres, eventos, datas, e circunstâncias, que são básicos e relativamente constantes". Esses elementos podem ser identificados na historiografia paranaense em relação a esse

conteúdo histórico desde a primeira obra da historiografia regional - *História do Paraná*, de Romario Martins, publicada em 1899, até os manuais didáticos presentes no contexto de sala de aula atualmente.

Romario Martins, em sua obra *História do Paraná*, no capítulo XI – *Origens da economia rural*, aborda o conteúdo referente ao *Tropeirismo*. Sua narrativa está estruturada contendo os seguintes itens: *Minas, fazendas e invernadas*, *Arraiais do planalto*, *Os Currais e o Tropeirismo*, *Incremento e decadência da criação pastoril*, *Os três ciclos do povoamento* (MARTINS, 1995: 269-274). No decorrer da narrativa, o autor, privilegia datas, acontecimentos, bem como faz referência a dados e informações obtidas em fontes escritas – relatórios, para compor a sua explicação sobre esse contexto histórico.

Pela análise realizada pode-se constatar a permanência de alguns elementos da narrativa de Romario Martins na narrativa da professora, bem como nas narrativas produzidas pelos alunos e alunas em aulas de História.

A narrativa produzida pelos alunos e que será foco de análise nesse estudo foi uma atividade proposta pela professora Ana após ter sido trabalhado o conteúdo sob o título: *Tropeirismo: a lida com o gado*. No decorrer da aula a professora passou no quadro o texto e os alunos copiaram no caderno de História. Ao mesmo tempo, a professora fazia uma explicação do conteúdo. Os alunos faziam perguntas tirando as dúvidas do assunto trabalhado.

Além disso, como material complementar a professora distribuiu aos alunos:

a) um mapa com o título: *Caminho das Tropas*, que corresponde aos Estados da região sul: RGS, SC, PR, indicando as cidades surgidas com o Tropeirismo;

b) um desenho que representa as tropas, as mulas, o tropeiro, a pousada;

c) um desenho que representa o tropeiro em seu traje típico.

Todo o material foi entregue aos alunos acompanhados de uma explicação e descrição pela professora. Em seguida, foi solicitado aos alunos que pintassem o material entregue.

Em outro dia de aula de História, a professora passou no quadro as atividades a serem respondidas pelos alunos: questões de perguntas e respostas e, no final, uma atividade a ser realizada em folha separada, que consistia em que os alunos escrevessem um texto sobre: *A importância do tropeiro para o Paraná*. A atividade deveria ser realizada sem a consulta ao

texto original. Passa-se a transcrever a narrativa da professora:

> *Tropeirismo: a lida com o gado*
> *Tropeirismo foi uma atividade econômica desenvolvida no sul do Brasil; onde os portugueses trouxeram as primeiras cabeças de gado cavalar e vacum da Europa.*
> *Na época, século, XVIII, o gado muar (mulas) era muito utilizado como meio de transporte de cargas e pessoas.*
> *O tropeiro (pessoa que seguia e guiava as tropas) ele era uma pessoa solitária que acompanhava os índios e os negros. Ele comercializava o gado conduzindo-o pelo Caminho do Viamão, isto é, saíam de Viamão no Rio Grande do Sul, passando por terras catarinenses e campos curitibanos, indo vendê-los numa feira em Sorocaba.*
> *Quando paravam aqui nos Campos Gerais e próximo de Curitiba, os fazendeiros da região, alugavam seus pastos para a alimentação depois que o gado descansava e engordava, eles seguiam viagem.*
> *As mulas eram muito valorizadas, pois só elas conseguiam passar pelos precários caminhos.*
> *Onde os tropeiros iam parando, acabavam surgindo pousadas, vilas e hoje são grandes cidades.*
> *Uma pessoa importante na tropa era o cozinheiro, pois era o responsável pelas refeições da tropa, fazendo milagre com o que carregavam (feijão, farinha de mandioca, arroz, carne seca, toucinho) e outras coisas que achassem nas paradas.*
> *Ele cuidava também das ferraduras, dos ferimentos e levava os animais pastar e beber água.*
> *A viagem podia durar meses e o tropeiro também fazia o papel de carteiro.* (Grifos da professora)

Dos 37 alunos matriculados, 31 estavam presentes, sendo que 01 (um) aluno não fez a atividade, entregando a folha em branco. A maioria dos alunos copiou partes da narrativa escrita pela professora. Após análise, apresenta-se os elementos históricos que mais incidiram nas narrativas dos alunos:

a) marco espacial: Caminho do Viamão – 19 alunos; Sorocaba/São Paulo – 14 alunos; Curitiba –

04 alunos; campos curitibanos: 06 alunos;

b) marco temporal: 08 alunos;

c) agentes históricos sociais/ações: portugueses – 07 alunos; tropeiros – 13 alunos; cozinheiro –

20 alunos.

Constata-se que alguns alunos usaram informações presentes nos materiais complementares, como: mapa, desenhos, ou mesmo na explicação da professora. É o caso do aluno Paulo (10a), que cita o nome das cidades surgidas com o Tropeirismo: "Palmeiras, Curitiba, Ponta Grossa, Castro, Jaguariaiva, Lapa e Itararé". Os nomes das cidades não estão presentes na narrativa da professora, mas localizados no mapa da região Sul entregue pela professora.

Já a aluna Hana (9a), escreve: "eles andam a cavalo, tomam chimarrão". Essa informação também não consta da narrativa da professora, no entanto, esteve presente na

explicação da professora quando a mesma entregou os desenhos dos tropeiros para os alunos.

Alguns alunos emitem opiniões, valores em relação ao conteúdo histórico. Como por exemplo, Luiz (9a) "As mulas tinham que ter muita força se não eles batiam na mula e ela ficava nervosa e ela dava chifrada neles e daí eles demoravam meses para chegar ao Rio Grande do Sul." Ao analisar a narrativa de Luiz, pode-se constatar que essas informações não estão presentes na narrativa da professora, não estiveram presentes na explicação da professora. No entanto, o aluno usou-as para elaborar a sua explicação.

Pode-se observar que, a narrativa da professora, como a dos alunos, está constituída por orações históricas curtas e declarativas, podendo ser consideradas de acordo com Topolski (2004:106-108) uma narrativa no nível informativo.

A partir dessa análise, fica evidenciada a necessidade de entrevista com os alunos como estratégia metodológica, para buscar compreender quais as idéias dos mesmos quando constroem suas narrativas. Como por exemplo, quando o aluno Paulo expressa em sua narrativa a relação entre o tropeirismo e o surgimento de algumas cidades. Para saber o que o aluno tentou expressar, só uma entrevista poderia clarear o que realmente o aluno compreendeu desse contexto histórico.

Portanto, a análise preliminar dessas narrativas tem como objetivo principal testar o instrumento de pesquisa para que se possa proceder às alterações que se fizerem necessárias, existindo a possibilidade de que o processo de pesquisa leve a delimitações e novas estratégias metodológicas. Ademais, o foco central desse estágio da investigação, Observação Piloto, tem sido buscar elementos para que eu possa entender qual a relação que existe entre a narrativa da professora e a narrativa produzida pelo aluno, bem como buscar ver qual o significado do ensino da História do Paraná no contexto escolar.

Referências bibliográficas:

CARRETERO, Mario; JACOTT, Lilian. *História e relato*. In: CARRETERO, Mario. **Construir e ensinar as ciências sociais e a história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FERNANDES, Raimundo Cuesta. **Sociogénesis de una disciplina escolar**: la Historia. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, S.A., 1997.

LEE, Peter. *Progressão da compreensão dos alunos em História*. In: BARCA, Isabel. ***Perspectivas em educação histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de***

Educação Histórica. Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001.

MARTINS, Romario. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

PARANÁ. **Leis e Regulamentos do Estado do Paraná de 1895-1896**, Curityba, Atelier Novo- Mundo, 1897.

TOPOLSKI, Jeretz. *La estructura de las narrativas históricas y la enseñanza de la historia*. In: CARRETERO, Mario; VOSS, James F. (comps.). ***Aprender y pensar la historia***. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

WERTSCH, James. *Specific narratives and schematic narrative templates*. In: ***Theorizing historical consciousness***. Edited by Peter Seixas. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Encarcerados: os detentos da Cadeia Pública de Mariana nos primeiros trinta anos do século XIX

Alan Nardi *

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora referente aos presos da Cadeia Pública de Mariana entre os anos de 1800 e 1830. Qual o número de presos registrados pela administração carcerária neste período? Quantos destes eram homens? Quantas eram as mulheres? Quantos eram escravos? Quais eram os principais crimes cometidos? Todas são questões que tentamos responder. Para isso utilizamos os termos de prisão, os alvarás de soltura e os processos crimes como fontes para discutir tais questões. A partir dos dados gerados foi possível nos aproximarmos do ambiente vivido no período pelos infratores da lei e pelos responsáveis em fazer cumpri-la.
Palavras-chave: Criminalidade – Prisioneiros – Prisão.

Abstract: This work has for objective to present the results of the research developed on Master's Degree Program from Federal University of Juiz de Fora, regarding to Mariana's Public Chain prisoners among the years of 1800 and 1830. Which number of prisoners registered by the prison administration in this period? How many of these were men? How many were women? How many were slave? Which were the main committed crimes? These were the subjects tried to answer here. For that, was used the prison terms, the looseness permits and the processes crimes as sources to discuss such subjects. From the generated data it was possible approximate ourselves of the atmosphere lived in the period by the offenders of the law and for the responsible in doing to accomplish it.
Keywords: Criminality – Prisoners – Prison.

O estudo da criminalidade e da violência tem ganhado a cada dia maior destaque entre os historiadores que buscam entender a dinâmica do controle social em diversos países. Entender de que maneira o controle social ocorreu ao longo dos anos nos permite visualizar a história do sistema prisional e a metodologia empregada no tratamento dos encarcerados.

Pesquisar o sistema prisional no início do século XIX implica discutir a força das Câmaras Municipais e as leis do Código Filipino, visto que, o principal órgão executor das disposições contidas nas Ordenações Filipinas, era nas colônias, a Câmara. Esta reunia o poder político-administrativo e judicial na sua expressão mais elaborada. Ao mesmo tempo em que possuía grande autonomia na condução dos assuntos locais, era também por meio das Câmaras que a metrópole fazia chegar suas determinações de âmbito geral. As Câmaras Municipais eram compostas por um conjunto de oficiais, com atribuições estipuladas pelo Livro I do código filipino: um juiz ordinário, três vereadores, um procurador, um ou dois almotacés e um escrivão. Em muitos casos, a complexidade e importância das

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes.

municipalidades proporcionavam o provimento de outros cargos como o de meirinho, carcereiro, juiz de fora, tesoureiro e outros. O juiz ordinário, os vereadores, o procurador, o escrivão e o tesoureiro, quando havia, eram escolhidos por meio de eleição indireta, dentre os homens bons da localidade. As funções deliberativas cabiam exclusivamente aos vereadores sob a presidência do juiz. De acordo com Renato Pinto Venâncio, a Câmara Municipal de Mariana entre 1746-1808 apresentava uma intensa distribuição de funções, o que fazia com que a mesma se dividisse em cargos de natureza econômica, judiciária, política, fiscal-administrativa, assistencial e territorial.

A Cadeia Pública era parte constitutiva do poder municipal. Era a ela que recorria a Câmara, com seus oficiais, para apreender criminosos e todo tipo de transgressores. Instalada em um cômodo qualquer, numa casa alugada ou numa dependência ao lado da Câmara, nunca apresentava condições adequadas de segurança, iluminação e higiene. Nas vilas e cidades melhor providas de recursos, construía-se a Casa de Câmara e Cadeia, um prédio de dois pavimentos no qual a parte de baixo era ocupada por enxovias [1] e o andar superior pela Câmara.

> *A prisão deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é "onidisciplinar". Além disso, a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. (FOUCAULT, 1987, p. 198)*

A distância entre a prisão idealizada e retratada por Michel Foucault e a realidade encontrada nas Minas do século XIX é gritante, não somente pela diferença estrutural, mas pela função delegada a cada uma. A prisão colonial não visava à recuperação do delinqüente, não tinha o intuito de prepará-lo para o retorno à sociedade, mas prestava-se realmente ao armazenamento dos infratores. As Ordenações Filipinas não estipulavam para nenhum crime ou circunstância a pena de prisão isoladamente, sendo o encarceramento freqüentemente utilizado como um recurso coercitivo. Apesar de não visar a recuperação dos detentos, as autoridades responsáveis pela manutenção das Cadeias no século XIX se preocupavam com o corpo físico das Prisões, mesmo que, essa preocupação ficasse somente no campo do discurso.

Em 1824 foi instituída a primeira Constituição do Brasil. De acordo com o artigo 21 as cadeias deveriam ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para

[1] Enxovias eram cárceres térreos ou subterrâneos, escuros, úmidos e sujos. Em Bluteau encontramos ainda, para caracterizar as enxovias, os adjetivos baixa, escura, asquerosa e imunda.

separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes. Já no ano de 1830, o Código Criminal traduzia no seu artigo 48, que as prisões públicas tinham que oferecer comodidade e segurança para os detentos. O Código Criminal visava o remanejamento das estruturas de poder. A partir de 1828, os presidentes de províncias do Brasil Império eram responsáveis pelas fiscalizações de suas respectivas prisões. A Lei de 1° de outubro de 1828 determinava que se nomeasse uma comissão de cidadãos respeitados que visitariam as prisões civis, militares e eclesiásticas para informarem do seu estado e dos melhoramentos necessários. Esta comissão deveria enviar o relatório sobre as condições encontradas para os presidentes e vereadores das Câmaras Municipais.

Elizabeth Rouwe destaca dois pareceres referentes à Cadeia Pública de Mariana, um do ano de 1834 e um de 1855, totalmente distintos. Enquanto o primeiro verificou ótimas condições para a prisão, o segundo condenou não somente sua estrutura física, como também o tratamento que os presos recebiam. Essa segunda comissão afirmou que a casa de reclusão se assemelhava aos antigos calabouços da inquisição. Além disso, as paredes das celas, por serem de adobe [2], necessitavam com urgência serem forradas com espessas tábuas. Também as grades, o assoalho e o lajeamento interno precisavam de reparos. O inspetor chamou a atenção ainda, para as águas das chuvas, que constantemente infiltravam-se nas paredes das celas. A péssima condição do ambiente carcerário era também retratada em outras cidades mineiras.

A cadeia de São João del-Rei, por exemplo, se encontrava num estado deplorável. Na década de 1830, os inspetores, ao vistoriarem essa instituição, disseram que a mesma parecia mais um caverna, e que a qualquer instante desmoronaria, pelo estado de ruína em que se encontrava. No ano de 1828, as autoridades administrativas de São João del-Rei enviaram um relatório à Assembléia Legislativa pedindo a liberação dos recursos para continuar as obras do novo prédio que abrigaria a cadeia da vila. Segundo Maria Tereza Cardoso, a cadeia de Lavras, a exemplo, da de São João del-Rei, não oferecia comodidade e segurança, podendo esta ser facilmente arrombada.

Em meados da década de 1850, os relatórios apresentados pelos fiscais sobre as condições de várias cadeias da província de Minas Gerais demonstraram que as mesmas necessitavam urgentemente de reformas, como era o caso de Ouro Preto, Patrocínio e São Romão. [3] Outros locais como Baependi, Pouso Alegre, Diamantina, Pitangui, Paracatu e

[2] Espécie de ladrilho grosso, não cozido ao fogo, mas seco ao sol.

[3] João Manuel Pohl, cujo livro "Viagem no Interior do Brasil" foi editado em 1837, viu o arraial de Nossa Senhora do Patrocínio como um "lugar pobre, com uma Igreja de madeira e barro, que só recebe luz pelas portas, e umas trinta casas, cuja construção denuncia claramente a penúria de seus donos". Patrocínio teve as regalias de paróquia, com o título de Nossa Senhora do Patrocínio, com a lei n° 114, de 09 de março de 1839. A lei n° 171,

Sabará precisavam reconstruir as suas prisões devido ao estado precário em que elas se encontravam. Na vila do Rio Pardo [4] a situação também não era cômoda, uma vez que não havia "presídio" na mesma. Diversas reformas foram feitas ao longo do século XIX, e mesmo com essas, a cadeia de Mariana não oferecia à sociedade e aos detentos a segurança necessária. Em 1855 os funcionários afirmavam que a cadeia de Mariana não reeducava os presos devido às condições precárias da mesma, devendo ser enviados para a Cadeia de Ouro Preto, os detentos mais perigosos.

Várias casas de reclusões da província mineira no século XIX estavam em condições críticas. Infelizmente as pequenas reformas feitas nessas instituições não resolveram os problemas, uma vez que as mesmas necessitavam de mudanças drásticas. O sistema carcerário de Mariana no século XIX, segundo Rouwe, além de não promover reformas estruturais efetivas, colaborava para garantir a reincidência. A comissão encarregada de inspecionar as repartições públicas decretou em 1855 que "*a grande máxima evangélica a respeito do homem é corrigir, e não destruir*". Partindo desses princípios, os fiscais afirmavam que a prisão não dispunha de uma política de reeducação dos prisioneiros e seu sistema colaborava para a permanência desses homens na criminalidade.

> *Numa época em que inexistiam meios mais sofisticados, burocratizados de fazer cumprir o pagamento de uma multa, por exemplo, a detenção do indivíduo se tornava a garantia física, corporal, de que ele saldaria o pagamento imposto. Assim, é comum encontrarmos no Livro V das Ordenações a fórmula "sejam presos e da cadeia paguem [...] cruzados". Com relação às outras penas – morte, açoite, degredo, etc –, até que fossem atribuídas ou executadas, contava-se com a prisão como meio para garantir a contenção do acusado ou criminoso. (SALLA, 1999, p. 34)*

Para a Administração do Reino, a Cadeia constituía um lugar seguro, onde se aprisionariam ladrões, assassinos e criminosos da mais variada espécie. A função principal da execução da Justiça, na Colônia e no início do Império, era o combate ao desrespeito às leis Reais, e o papel da Cadeia neste intuito era fundamental. Não importavam as más condições de higiene do local, e talvez fosse até este o verdadeiro intuito da Administração Real, um

---

de 23 de março de 1840, criou a vila, que foi instalada em 1842. São Romão é um município do Alto Médio São Francisco criado pela lei n° 843, de 07 de setembro de 1923. O arraial primitivo denominado denominado Manga ou Santo Antônio do Manga surgiu nos primórdios do século XVIII. Foi elevado à categoria de vila no dia 13 de outubro de 1831, com o nome de Vila Risonha de São Romão

[4] Freguesia criada em 1740, subordinada ao bispado da Bahia, é das antigas paróquias de Minas. Em 1831, era dos mais importantes arraiais da região; e o decreto da Regência de 13 de outubro de 1831 criou a vila, com o nome de Rio Pardo. Foi solenemente instalado o novo município a 24 de agosto de 1833.

ambiente extremamente insalubre que serviria de depósito para os que se atrevessem a desobedecer à lei. Com certeza ninguém gostaria de ficar recluso, muito menos num lugar como este. Mas era este ambiente, essa região mais sombria do aparelho de justiça, que aguardava aqueles que ousassem cometer os crimes.

As autoridades responsáveis pela Cadeia Pública de Mariana eram o alcaide-pequeno, o meirinho das execuções, o carcereiro e o porteiro do juízo. O oficial de Justiça encarregado de defender a autoridade judicial local era o alcaide-pequeno. Este era escolhido pela Câmara de uma lista tríplice apresentada pelo alcaide-mor. Acompanhado de um tabelião nomeado pelo conselho da Câmara, tinha a obrigação de policiar dia e noite as cidades e vilas que lhe coubesse vigiar, prender os transgressores da lei em flagrante ou por ordem dos juízes, trazer os presos às audiências públicas e fiscalizar a atuação dos almotacés com relação a carnes e pescado. Auxiliar do ouvidor ou juiz ordinário, o meirinho das execuções era nomeado pelo capitão-mor. Era ele que realizava os mandados judiciais. A responsabilidade da cadeia estava nas mãos do carcereiro. Ele evitava que os presos fossem soltos sem um mandado de justiça, conduzia-os às audiências, registrava a entrada e a saída dos prisioneiros e levava alimentos aos detentos pobres. Já o porteiro do juízo apreendia os bens e os leiloava de acordo com as determinações da Câmara. Os cargos de delegado e subdelegado surgiram somente no ano de 1841 para assumir as funções que eram de responsabilidade do juiz de paz.

É importante demarcar aqui a maneira como as autoridades pensavam a estrutura carcerária do inicio do século XIX. Parecia existir uma grande preocupação com este ambiente, mesmo que esta não resultasse em soluções eficazes para o problema. Entre os anos de 1800 a 1830 a administração carcerária contabilizou 445 delitos no território que compunha o Termo de Mariana. A documentação referente à Cadeia Pública nos mostra uma variação social muito grande da população carcerária, na medida em que encontramos ali detidos, homens e mulheres, escravos e livres, brancos e mestiços.

Tabela 1 - Os crimes cometidos no Termo de Mariana (1800-1830)

	Crimes	*Número*	*Porcentagem*
Crimes Contra a Ordem Pública	*Desordem*	*02*	*0,40%*
	Infração de posturas	*12*	*2,70%*
	Resistência à autoridade	*03*	*0,70%*
	Agressão de autoridades	*05*	*1,10%*
	Vadiagem	*01*	*0,20%*
	Porte de armas proibidas	*03*	*0,70%*
Crimes Contra a Pessoa	*Homicídio*	*48*	*10,80%*
	Tentativa de homicídio	*12*	*2,70%*
	Crime sexual	*02*	*0,40%*
	Injúrias	*01*	*0,20%*
	Agressões físicas	*88*	*19,80%*
	Mancebia	*02*	*0,40%*
Crimes Contra a Propriedade	*Atravessamento*	*01*	*0,20%*
	Danos à propriedade	*14*	*3,10%*
	Dívida e penhora	*79*	*17,80%*
	Furto	*37*	*8,30%*
	Fabricação de moeda falsa	*03*	*0,70%*
	Porte de ouro falso	*02*	*0,40%*
	Pagamento com ouro falso	*01*	*0,20%*
Outros	*Querela*	*28*	*6%*
	Não menciona	*101*	*23%*
	Total	*445*	*100%*

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Podemos perceber, de acordo com a tabela 1, que durante os primeiros trinta anos do século XIX ocorreram 445 crimes no Termo de Mariana, evidentemente crimes em que foi possível a identificação dos réus resultando na prisão dos mesmos. O número total de crimes não corresponde ao número exato de presos, na medida em que alguns destes cometeram mais de um delito. É possível identificar três categorias definidas por nós para a melhor classificação dos crimes: contra a ordem pública, contra a pessoa e contra a propriedade.

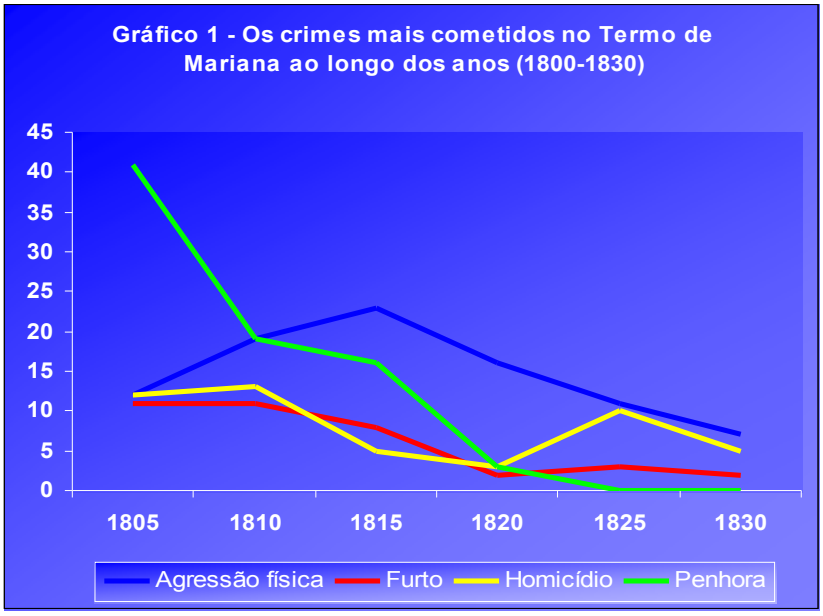

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Os crimes com maior número de ocorrências que resultaram na prisão foram: as agressões físicas, os homicídios, os furtos e o não pagamento de dívidas. De maneira geral o gráfico acima nos mostra que o número de crimes que resultaram na prisão diminuíram ao longo dos primeiros trinta anos do século XIX, e apesar de algumas oscilações, o número de delitos cometidos apresentava uma tendência de queda.

As agressões físicas, nos cinco primeiros anos dos oitocentos somam 12 ocorrências. Este número sobe ao longo dos anos, sendo que puderam ser contabilizadas 19 agressões entre os anos de 1805 e 1810, e 23 entre 1810 e 1815. Nos quinze anos seguintes o número de ocorrências cai, sendo 16 casos entre 1815 e 1820, 11 entre 1820 e 1825 e apenas 7 entre 1825 e 1830. O número de homicídios oscila ao longo dos anos, mas também apresenta tendência de queda. Entre 1800 e 1805 ocorreram 12 mortes e nos cinco anos seguintes 13. No período entre 1810 e 1815 foram somente 5 ocorrências, seguidos de 3 casos nos próximos cinco anos. Após esta queda, sobem para 10 o número de homicídios entre 1820 e 1825, voltando a cair, agora para 5, entre os anos de 1825 e 1830. Os furtos também diminuem ao longo dos anos sendo 22 casos nos dez primeiros anos e 15 nos próximos vinte. As prisões pelo não pagamento de dívidas apresentam uma diminuição mais acentuada ao longo dos trinta anos estudados. Só nos cinco primeiros anos são contabilizados 41 delitos desta natureza, caindo para 19 entre 1805 e 1810 e para 16 entre 1810 e 1815. Nos próximos cinco anos são realizadas somente 3 prisões e os outros dez anos este delito não aparece mais entre a documentação carcerária.

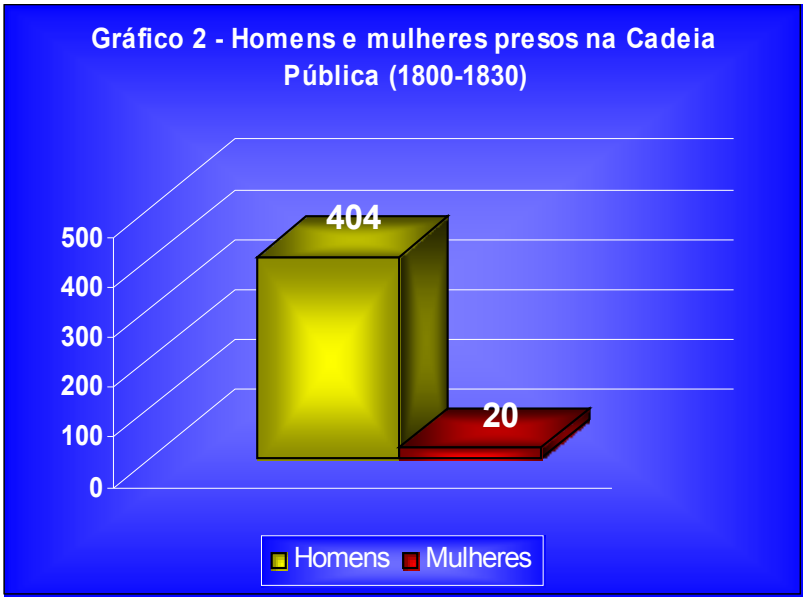

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Encarcerados na Cadeia Pública de Mariana pudemos encontrar 424 pessoas, sendo 404 homens e apenas 20 mulheres. Logo, 95% dos presos eram homens e 5% eram mulheres. Esta imensa diferença encontra explicação em uma realidade importante: o papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade dos oitocentos. Apesar de sabermos que na camada mais pobre da população a mulher exercia um papel fundamental no auxílio financeiro ao lar, a responsabilidade pelos problemas da família, quando esta estava constituída, era atribuída ao homem. Um problema financeiro a ser solucionado ou uma questão de honra da família devia ser resolvido pelo homem, que muitas vezes acabava sendo preso.

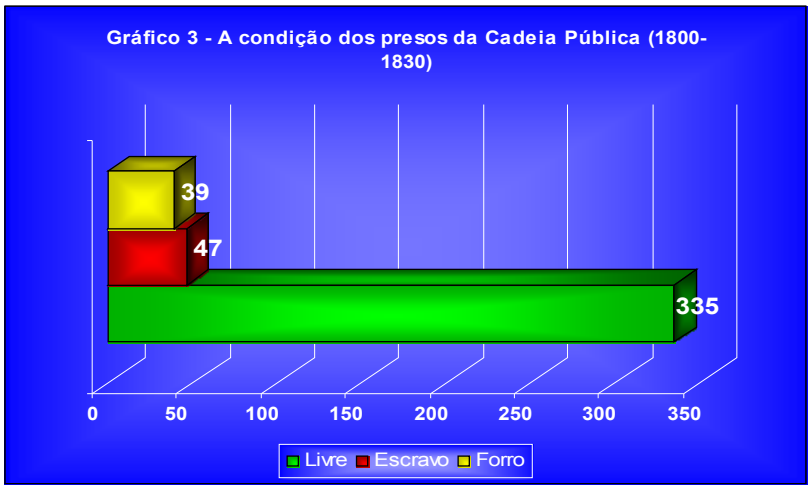

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Podemos observar no gráfico 3 a condição dos presos da Cadeia Pública de Mariana nos primeiros trinta anos do século XIX. No total foram 335 delitos praticados por livres, 47 por escravos e 39 por forros. Logo, aproximadamente 80% dos crimes eram praticados pelos livres, 11% pelos escravos e 9% pelos forros. A preocupação da administração colonial com os escravos e forros era intensa e tornava-se costumeiro encontrar reclamações das autoridades que tinham como teor a qualidade dos povos. O gráfico nos mostra uma realidade bem diferente, visto que 80% dos encarcerados da Cadeia Pública eram homens livres, o que é natural, na medida em que a população livre prevalece.

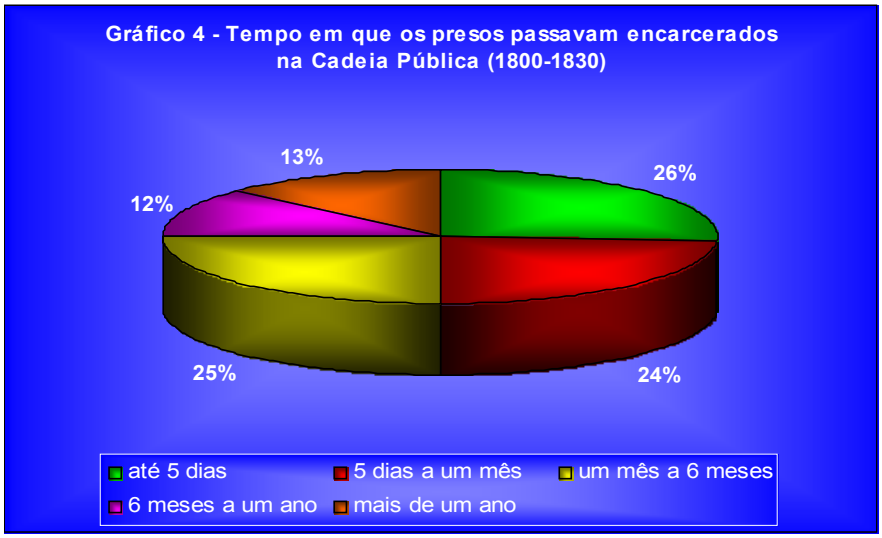

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

Verificando os alvarás de solturas da Cadeia Pública de Mariana foi possível calcular o tempo que as pessoas passavam encarceradas. Em média, 26% das pessoas ficavam presas por até cinco dias, 24% de cinco dias a um mês, 25% de um mês a seis meses, 13% de seis meses a um ano e só 12% ficavam encarcerados por mais de um ano. Logo, 75% das pessoas presas ficavam no máximo seis meses encarceradas.

Enfim, é possível perceber que a execução da Justiça ocorria de acordo com a especificidade de cada caso, mas não só quanto à diversidade do delito praticado e sim quanto à colocação social do indivíduo na sociedade. Era essa uma característica fundamental das Ordenações Filipinas. No entanto, é necessário lembrar, que quando o delito afetava diretamente a Coroa a punição tornava-se exemplar. As Câmaras municipais eram fundamentais na ação judicial. A Cadeia Pública de Mariana, assim como as demais cadeias de Minas apresentavam péssimas condições estruturais. A administração camarária

preocupava-se com tal situação, mas nenhuma medida efetiva era tomada para uma melhora significativa no corpo físico da Cadeia. A Constituição de 1824 e o Código Criminal do Império de 1830 também não efetivaram mudanças significativas. A Cadeia ao longo do período foi utilizada como meio coercitivo da ação judicial. Isso fica mais claro quando percebemos que apenas 13% do número de presos entre 1800 e 1830 permaneceram presas por mais de um ano. Os dados apresentados ilustram o perfil da população carcerária no período, apontando que homens livres eram maior número nesta estatística.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *A casa de Câmara e Cadeia de Mariana*: algumas considerações. *In*: **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

LARA, Silvia Hunold (org.) **Ordenações Filipinas, livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo**: 1822-1940. São Paulo: Annablume, 1999.

SOUZA, Elizabeth Valéria Rouwe. **A administração carcerária de Mariana no século XIX**. Monografia de Bacharelado. Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Estrutura do Senado da Câmara*. *In:* **Termo de Mariana**: história e documentação. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Etiópia: símbolo de africanidade

Alexandre K. Marques*

Resumo: A Etiópia (ou Abissínia) representou um elemento importante de referência à África na construção da identidade dos afro-brasileiros. Durante fins do século XIX até meados do século XX, os descendentes de africanos que viviam no Brasil fizeram menção à Etiópia como uma forma de estabelecer um vínculo com o continente de origem. A partir de fragmentos e citações à Etiópia encontradas na imprensa, em livros e trabalhos acadêmicos, este trabalho busca discutir os significados desta identidade, tentando entender sua origem, importância e relação com a realidade mais imediata das populações afro-americanas da época e com a própria história deste país.
Palavras Chave: Etiópia – afro-americanos – identidade

Abstract: Ethiopia (or Abyssinia) represented an important element of Africa's reference in the building of an afro-brazilian identity. By the end of the XIX century until the middle of the XX century, the african descendents who lived in Brazil made mention to Ethiopia as a form to establish a link with the original continent. From fragments and quotations to Ethiopia found in the press, in books and academic studies, this article tries to discuss the meanings of this identity, his origins, his importance and relation with the immediate afro-american's reality in that time and with the Ethiopian history.
Keywords: Ethiopianism – afro-american – identity

Este artigo busca trazer para a discussão alguns indícios que apontam para a Etiópia (ou Abissínia) como um símbolo de africanidade para os negros que viviam na América e, em especial, no Brasil. Tentarei analisar a natureza desta "identidade etíope" e problematizá-la, buscando entender sua origem, importância e relação com a realidade mais imediata das populações afro-americanas da época e com a própria história deste país. Essas referências à Etiópia aparecem muito dispersas em diferentes períodos e locais: são fragmentos encontrados em jornais, notas carnavalescas e fontes mencionadas em trabalhos acadêmicos (livros, entrevistas, notas da imprensa e outros).

O primeiro estudo que chamou a atenção para o tema foi o trabalho de GERMANO (1999), *Brasil, Rio Grande do Sul e Etiópia*, que trata do carnaval entre a população negra nas décadas de 1930-40 em Porto Alegre. Partindo de menções à Etiópia encontradas em notas carnavalescas e entrevistas com personagens deste ambiente, a autora chamou a atenção para a presença do país africano no imaginário da comunidade negra estudada. A autora aponta como principal elemento desta referência à Etiópia, o seu caráter de

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico–CNPq-Brasil.

resistência ao colonialismo europeu, que data do final do século XIX. Todavia, ao me deparar com outras referências em diferentes contextos históricos e espaço-temporais, decidi me debruçar sobre o tema e tentar entender as nuances que compõem este processo de construção de uma identidade que faz referência à África através da evocação da Etiópia.

A construção de identidades étnicas é sempre um fenômeno de auto-afirmação, uma diferenciação perante o outro, uma marca de pertencimento a um grupo. Tal identidade é construída, geralmente por meio de um imaginário comum, de referências ao passado e/ou à história do próprio grupo, que nem sempre se remetem à realidade de fato, mas se dá a partir de uma "invenção", como afirmaram Eric Hobsbawm e Terece Ranger.

Essa construção de identidade étnico-social entre os afro-brasileiros foi elaborada desde o momento de sua chegada às Américas, na condição de escravos. Os africanos chegados ao Brasil mantiveram várias práticas religiosas, sociais e culturais que trouxeram da África, apesar da violência, preconceito e ação sistemática da sociedade escravocrata em eliminar tais manifestações. Porém, serão nos anos posteriores à abolição da escravidão que os descendentes de escravos recriam e utilizam (pelo menos de forma mais visível) uma "imagem da África".

Assim, durante o final do século XIX e início do século XX, a Abissínia, país situado na África Oriental, próximo ao Oriente Médio, foi mencionado em diversas ocasiões como um símbolo de africanidade pelos afro-brasileiros e, de forma mais geral, pelos negros no continente americano. A Etiópia teve um papel central nessa construção identitária, mesmo não possuindo um vinculo real com o tráfico de africanos para as Américas. Como veremos, são elementos de sua história que forneceram instrumentos aos afro-descendentes para a elaboração de uma identidade vinculada à África.

O mais antigo indício sobre a Etiópia que encontrei entre a população negra no Brasil é referente ao *Centro Ethiópico*, entidade de representação da raça que foi fundado em 1884 na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, em meio ao movimento abolicionista da cidade (LONER, 2001: 243). Segundo GERMANO, a evocação da Etiópia entre os negros americanos estava intimamente ligada à sua condição de resistência perante o imperialismo das potências européias:

> *Desde o século passado, a Etiópia apresentava um histórico de lutas e resistências ao sistema colonialista e estava associada à libertação do povo africano. Em 1896, por exemplo, apogeu do colonialismo europeu, a Itália tentara, fracassadamente, invadir a Etiópia. (GERMANO, 1999: 258)*

A vitória de Menelik II sobre os italianos na batalha de Adowa (1896) marcaria, então, o início da identificação da Etiópia como símbolo de africanidade, pois a partir desta

batalha a Etiópia tornava-se, juntamente com a Libéria, o único Estado africano independente. Além disso, a continuidade histórica deste país e de sua monarquia remontam, pelo menos, à Idade Média. A Etiópia, dessa forma, fornecia um rico repertório de significados aos afro-descendentes. Porém, a data de fundação do *Centro Ethiópico* é 1884, quase uma década antes da batalha de Adowa. A partir desta referência, comecei a me indagar sobre outros possíveis significados do termo *ethiópico* e de seus usos no interior da comunidade negra. Uma outra referência ao termo apareceria algumas décadas depois. Em 1909, foi fundado, também em Pelotas, o *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*, organização criada "no bojo da mobilização contra a recusa em empossar, como deputado federal, o negro Monteiro Lopes" (LONER, 2000: 261-262).

O segundo indício mais antigo também data do final do século XIX, mencionado no trabalho de Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. Trata-se de uma representação do Imperador Menelik II (1889-1913) no carnaval baiano de 1897, realizada no desfile do clube carnavalesco *Embaixada Africana*:

> *A África então trazida à cena carnavalesca tinha como personagem principal uma caricatura do rei etíope Menelik. Referido em um panfleto distribuído pelo clube como o "vitorioso negus dos negus", Menelik regularmente ocupava as páginas dos jornais locais. (ALBUQUERQUE, 2002: 217)*

Esta menção ao Negus Menelik II[1] não deixa dúvidas que se trata diretamente da Abissínia e de seu papel de resistência. É importante ressaltar que esta referência ao imperador Menelik II pelo clube *Embaixada Africana* se dá no ano seguinte (1897) à vitória dos abissínios sobre as tropas italianas, o que aponta para uma consciência e atualidade no conhecimento sobre os conflitos e a situação na África por parte dos negros baianos.

A idéia de um império africano parece ter causado certo fascínio entre os negros da diáspora: A figura do imperador Menelik II também foi a inspiração para o título do primeiro jornal da imprensa negra paulista: em 1915 era publicado em São Paulo o periódico *O Menelike*, que justificava seu título como uma homenagem ao "grande rei da raça preta Menelik II, falecido em 1913." Consta também que os imigrantes italianos que viviam em São Paulo nesta época costumavam chamar os negros de *meneliques*. (FERRARA, 1991: 201)

Em 1935, a invasão da Etiópia pelas tropas italianas de Mussolini gerou uma mobilização internacional dos negros. Novamente a Etiópia seria referida pelos afro-descendentes no Brasil. Uma citação bastante curiosa aparece em nota carnavalesca publicada no *Correio do Povo*, em fevereiro de 1936:

> *Da Comissão de Festeijos da Rua da Margem, recebemos ontem a seguinte nota: Aportará hoje, na Ponte do Riacho, situada na Rua da Margem esquina Figueira*

[1] *Negus Negast* era o título do imperador etíope e significava "Rei dos Reis"

> *[Cel. Genuíno], S. A. Real Ras Goma, chefe da juzidia embaixada enviada por S. M Real Hai É O Seilassié, afim de presenciar os folguedos dedicados a Momo, que se realizarão na Rua João Alfredo. A. S. C. Piratas do Riacho, promotora do carnaval nesta importante artéria, resolveu receber condignamente tão ilustre personagem e sua comitiva (Correio do Povo, apud GERMANO, 1999: 261).*

Como a autora muito bem demonstrou, tratava-se de uma referência à Etiópia típica do carnaval, carregada de ambigüidades e conteúdo jocoso. Tal nota foi publicada em momento avançado das hostilidades, pouco antes da tomada de Addis Abeba[2] pelas tropas italianas.

Entre as comunidades negras que reconheciam a Etiópia como referência ao continente de origem, destacaram-se os responsáveis pela produção do jornal *A Alvorada* de Pelotas (1907-1965). Neste periódico, um dos mais importantes da chamada "imprensa negra" do período, podemos encontrar inúmeras referências sobre a Etiópia, como destaca SANTOS: "em 1935, quando a Etiópia foi invadida por italianos, sob o comando de Mussolini, recebeu apoio por parte dos articulistas do jornal que, alguns, colocaram-se à disposição para ir lutar pela liberdade daquele país africano" (2003:167). Os articulistas de *A Alvorada* publicaram, ao longo da segunda metade do ano de 1935[3], uma série de artigos sobre a invasão da Etiópia pelas tropas italianas. Sempre com títulos expressivos de indignação, os articulistas de *A Alvorada* condenaram a ação militar da Itália e defenderam a soberania da Abissínia. Além das referências diretas ao conflito durante os anos de 1935, um artigo do jornal trata de uma visita de negros paulistas para a fundação da Frente Negra Pelotense (FNP, fundada em 1933), que aparece da seguinte forma: "Estamos na época das 'Frentes únicas', cabendo a todos se defenderem. [...] É certo que, estando à frente desse movimento reivindicador os maiores intelectuais da ***raça etiópica paulista*** [...]"[4] (SANTOS, 2003:163) SANTOS avalia o uso do termo raça etiópica, por parte dos articulistas do jornal, como referência direta à Etiópia e seu conteúdo de independência e força, remetendo-se ao episódio de Adwa novamente:

> *Os negros pelotenses, conforme se percebe no jornal, acreditavam fazer parte de uma "raça etiópica", pois eram descendentes da Etiópia, símbolo de resistência e liberdade para os negros e africanos espalhados pelo mundo, desde 1896, quando resistiu à invasão italiana sob o comando de Menelik II (SANTOS, 2003 :166-167).*

Esse assunto foi motivo de debates nas páginas de *A Alvorada.* A suposta "origem etiópica" era defendida por uns e desmentida por outros escritores do semanário. Num artigo de Rodolfo Xavier, intitulado Origem Etiópica, o autor busca esclarecer a origem de tal expressão, a qual considerava enganosa:

[2] Addis-Abeba é a capital da Etiópia.
[3] Os exemplares do ano de 1936 não foram recuperados.
[4] Grifos meus.

> *Em geral, no Brasil, a raça descendente de africanos é tida e havida por etiópica. Desconhecedora, em sua quase totalidade, de sua verdadeira origem a raça afro-brasileira pavoneia-se de* ***etiópica*** *cuja região não contribuiu com um único especimem para o trafico de escravos, não só para o Brasil como para toda América.[...] Raça "chamita" e como tal considerada ramo da raça branca, a raça etiópica, ancestral dos abissínios, escraviza negros de outras procedências, considerados por eles, inferiores a sua raça. (A Alvorada. Pelotas. 7 de julho de 1935. p. 2)*

Em outro artigo, algumas semanas antes, Rodolfo Xavier versava sobre as origens históricas da Abissínia, onde afirma que os abissínios não são negros:

> *Sem espírito de raças, porquanto a Abyssinia não é propriamente paiz de negros, descendentes que são de ethiopes e que os antigos situavam ao sul do Egito e da Lybia, e como diz Nina Rodrigues, pertencem a um ramo da raça branca: "De facto a primeira descriminação a fazer entre os verdadeiros negros e os povos chamitas que, mais ou menos pretos, são todavia um simples ramo da raça branca e cuja alta capacidade de civilisação se attestava excellentemente na antiga cultura do Egipto, da Abyssinia, etc" (Ibidem, p. 2)*

Duas semanas depois, o articulista Humberto de Freitas apresenta uma resposta contundente ao debate iniciado por Rodolfo Xavier sobre a "origem etiópica" e a negritude dos abissínios. Num artigo chamado "A Itália e os negros da Abissínia" o autor relata:

> *[...] Com a próxima guerra entre os conquistadores de terras e a valorosa Etiópia, vem novamente a baila uma velha questão etnológica. São os abissínios, negros ou brancos? [...] Até hoje o povo abissínio, é o que a gente quer que o seja. Negro. Branco. Ou pretos-brancos ao mesmo tempo. Com os egicios foi a mesma coisa. [...] Há, até hoje, os que crêem não ser os abissínios, negros, pelo fato de ter existido até poucos dias, escravos pretos na Abissínia. [...] Povos da raça branca, não escravisam povos da raça branca? Porque então, nos admirar de que negros escravisassem os proprios negros. [...] Bastou, para diser-se que os egicios e abissínios fossem brancos, o fato de se ter encontrado no Egito e na Abissínia vestígios de uma antiga Civilização, o que não poderia ser feita por negros... (Ibidem, p. 2)*

Pode-se observar um apurado senso crítico neste artigo. Rodolfo Xavier não publicou uma réplica posteriormente, aparentemente dando por encerrada a discussão[5]. Esse debate no interior das páginas de *A Alvorada* aponta as nuances e os limites da identificação da Etiópia como símbolo de africanidade por parte da comunidade negra de forma mais ampla. Comentando uma carta de um leitor recebida pela redação, a coluna *Pesquei*, que tratava de assuntos referentes ao cotidiano da comunidade, dizia: "Pesquei – certas pessoas dizerem que não querem mais assinar o jornal porque este só trata agora da crise e do massacre dos pretos abissínios" (*A Alvorada*, 18 de agosto de 1935. p.3).

No final dos anos de 1930, encontrei mais duas curiosas menções à Abissínia feitas por uma 'mãe de santo' de Pernambuco. Ambas as citações encontram-se em um artigo

[5] Segundo SANTOS, Rodolfo Xavier fora empossado secretário do *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*, logo em seguida à sua fundação, em 1909. Isto apontaria certa ambigüidade nas posições de Xavier.

sobre a repressão aos cultos *afro,* durante o Estado Novo (CAMPOS 2002/2003:106). Em reportagem do jornal local, em 1937, os jornalistas relatavam:

> *A mãe do terreiro, já avançada em idade, como a princípio frisamos, se levantou da cadeira, procurando arrebatar-nos os croquis que havíamos composto, dizendo que fossemos para a Abyssinia, sua terra natal, se quiséssemos aprender a fazer xangô. (CAMPOS 2002/2003:106)*

É interessante notar à menção à Etiópia como terra natal desta mulher, o que não é possível confirmar a partir deste documento. Alguns anos depois, em reportagem à *Folha da Manhã*, a mãe de santo se queixava aos repórteres de que seus santos foram-lhe confiscados pelas autoridades:

> *Implora ao repórter para enterceder [sic] junto ás autoridades a fim de que lhe sejam descobridos [sic] os santos que trouxe da Abyssinia e que estão atualmente no museu do Estado. É sua única tristeza numa vida de cento e dezoito anos. (Ibidem: 107-108)*

A relação entre os cultos *afro-umbandistas* e a Abissínia parece se dar num plano mítico, em uma origem imaginada pela mãe de santo, uma vez que a Etiópia é um país cristão, de doutrina monofisista e com grande parcela de muçulmanos, além dos *falachas*, os judeus negros. Como é sabido, os cultos que originaram a Umbanda e o Candomblé no Brasil tem origem na costa da África Ocidental e ligação direta com o tráfico de escravos. Essa referência talvez tenha se estabelecido em função da simbologia religiosa da Etiópia e de sua monarquia, que se dizia descendente do rei Salomão e ostentava títulos como "Leão de Judah". Além disso, a Etiópia é citada em algumas passagens do Velho Testamento. Tal simbologia foi decisiva no surgimento do Rastafarianismo na Jamaica, a partir da década de 1930.[6]

Como vimos, as referências à Etiópia aparecem em contextos muito diferentes e parecem indicar significados distintos em algumas ocasiões. Assim, proponho dividir as referências à Etiópia em 2 grupos: um que diz respeito diretamente ao país e sua história e que aparece, na maioria das vezes, sob o nome de *Abissínia*. O outro grupo é identificado com citações ao termo *Etiópia*, *ethiópicos* ou *etíopes*, que, além de remeter-se ao país africano, possui algumas variações de significado e origem diferente dos primeiros. Desde a antiguidade e durante a Idade Média, os europeus se referiam aos povos negros como *etíopes*, como analisa MACEDO: "O termo utilizado com freqüência em toda a Europa ocidental para designar as populações de tez escura ocupantes das margens meridionais do mundo era *aethiops* – palavra de origem grega utilizada inicialmente como significado de 'face

[6] Neste sentido ver BARRET, Leonard. *The Rastafarians*. Boston, Beacon Press, 1988.

queimada'." (2001:118) Os lusitanos parecem ter mantido esse costume por bastante tempo, como atesta o título de uma obra publicada em Lisboa, por volta de 1758, pelo padre Manoel Ribeiro Rocha: *Etíope resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. (ROCHA,1992) Segue-se a isso a utilização do termo *Ethiopia* para designar a África como um todo e do termo *Abissínia* (de origem semita: *Habachan* ou *Al Habashat*, que significa "povo mestiçado") para referir-se especificamente àquele país. É neste contexto que devemos entender a referência ao *Centro Ethiópico*, fundado em 1884 em Pelotas e ao *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*, que de fato não fazem alusão direta ao país africano, mas sim a uma idéia mais ampla de África e africanidade. Da mesma forma, o termo *raça etiópica*, utilizado pelos negros do jornal *Alvorada* seria uma maneira de referir-se aos afro-descendentes de forma a valorizá-los, em detrimento ao termo *negro*. Como destaca NASCIMENTO (1981:38), "[...] elemento integral dessa reconstrução de identidade africana e afro-americana é a autodenominação do grupo negro". O movimento pan-africanista do início do século XX surgido nos EUA, Caribe, Inglaterra e colônias inglesas, estabeleceu uma discussão muito semelhante que demonstra como o termo *etíope* era utilizado de forma mais ampla pelos afro-descendentes. J. E. Casely Hayford, escritor e ativista negro da Costa do Ouro (Gana) protestou, em 1906, contra o uso do termo *negro* ou *nigger* da seguinte forma: "Nenhuma raça que tem auto-respeito deve submeter-se a ser chamada por nomes oprobriosos [...] Nós somos etíopes – africanos. Assim somo conhecidos desde os dias de Heródoto e Homero." (NASCIMENTO, 1981:38) Casely Hayford, por outro lado, via com muito entusiasmo a independência da Etiópia frente aos impérios europeus na África. Assim, publicou em 1911 o livro *Ethiopia Unbound* (Etiópia Desacorrentada) dedicada "aos filhos da Etiópia do mundo inteiro", sugerindo que a Etiópia é, simbolicamente, a pátria-mãe dos africanos (AKPAN, 1985:286).

Podemos indicar então que a utilização do termo *etíope* pelos afro-descendentes foi uma apropriação feita a partir de uma definição *exógena*, isto é, feita pelos europeus. Todavia, seu conteúdo foi "positivado", uma vez que os europeus utilizavam essa denominação de forma pejorativa. Os negros da América atribuíram a ele um valor de ancestralidade, de referência a um passado distante, que os conectava à suas raízes africanas. Como afirmam POUTIGNAT e STREIFF-FERNT (1998:142), "é esta relação dialética entre definições exógenas e endógenas da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição." Simultaneamente, o país conhecido por Etiópia, a partir do século XIX tornou-se um sinônimo de África, pois era o único estado livre do continente. Dessa forma, essas duas referências se cruzaram. É

interessante notar que grande parte das dos países africanos oriundos da descolonização adotaram as cores da bandeira imperial etíope: verde, amarelo e vermelho.

Assim se viu como foi construída essa imagem da Etiópia pelos afro-brasileiros, de maneira dinâmica, desde o fim do século XIX até meados do século XX e que significados ela carregava. A partir de indícios e fragmentos aparentemente desconexos, pudemos vislumbrar as nuances e peculiaridades da evocação dos termos *Ethiópia* e seus derivados, como um complexo movimento de construção de identidade e referência ao continente africano. Além disso, apontamos para a idéia de que este movimento se deu em um contexto mais amplo, isto é, nas comunidades afro-americanas em geral. E se torna indispensável ressaltar que os espaços que os negros ocupavam no sentido de poderem se expressar e serem ouvidos, no Brasil da virada do século XIX para o XX, eram muito reduzidos, o que talvez explique essa fragmentação das fontes.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. "Esperanças de Boaventuras: construções da África e africanismos na Bahia (1887-1910)." In: *Estudos Afro-asiáticos*. Vol 24, n. 2. Rio de Janeiro, 2002.

AKPAN, Monday B. *Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos.* In: BOAHEN, A. Adu (Coord.). *História Geral da África vol.VII.* Paris: Ática/Unesco, 1985. (p.286)

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. "Os afro-umbandistas e a resistência na ditadura do Estado Novo." In: *Seaculum* – Revista de História, João Pessoa: UFP, n. 8/9, 2002/2003.

FERRARA, Miriam N. *A imprensa negra paulista, 1915-1963.* Dissertação de Mestrado em Sociologia USP, São Paulo, 1991.

GERMANO, Íris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia.* Dissertação de Mestrado. PPG de História/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 2ª ed.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).* Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001.

MACEDO, José Rivair. “Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval.” In: *Signum*: revista da ABREM. n. 3. São Paulo, 2001.

NASCIMENTO, Elisa K. *Pan- africanismo na América do Sul.* Petrópolis: Vozes, 1981.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNT, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.* São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1758. Edição fac-símele, Petrópolis: Vozes, 1992.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou “A Alvorada”: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957).* Pelotas: Editora Gráfica Universitária, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A História ensinada por eixos temáticos: reflexões sobre a prática de professores do litoral sul do Estado de São Paulo

José Martins Ribeiro[1]

Resumo
Este trabalho tem por finalidade estudar as apropriações que têm sido desenvolvidas pelos professores da rede estadual paulista sobre a proposta de ensino de história por eixos temáticos. O objetivo é chamar a atenção para a importância de discutir a escola e as mudanças propostas levando em conta o tema do desenvolvimento profissional dos docentes. Esse é um dos elementos importantes para se entender como anda o trabalho do professor e o ensino de história nas escolas de Ensino Básico.
Palavras-chave: desenvolvimento profissional docente – ensino de História por eixos temáticos – políticas públicas educacionais.

Abstract
In this work I intend to discuss the appropriations that the State of São Paulo school system educators have developed regarding the proposal of teaching History per thematic lines. The objective is to call up the importance of discussing the school and the propose for changes about the subject of teacher professional development. This is one of most the important subjects to understand the teacher's work and the History education in elementary school.
Keywords: Educator professional development – teaching History using thematic lines – public educational policies.

Explicitando o tema

Este trabalho tem por finalidade discutir as apropriações que têm sido desenvolvidas pelos professores da rede estadual paulista sobre a proposta de ensino de história por eixos temáticos. A pesquisa orientou-se pela questão: "Passada mais de uma década da proposta dos eixos temáticos, como os professores de história do ensino fundamental, na rede estadual paulista, têm-se apropriado desse procedimento de ensino na prática cotidiana?" O estudo utilizou-se inicialmente de um questionário com 32 professores da rede estadual, região da Baixada Santista, para diagnóstico prévio e seleção dos sujeitos. A seguir adotou-se o procedimento de entrevistas recorrentes, de forma a aprofundar o olhar com base nas experiências de docentes que afirmavam utilizar os eixos temáticos em sua prática profissional. Nessa perspectiva o estudo encaminhou-se para as condições de desenvolvimento profissional dos docentes.

[1] Mestre em educação (Universidade Católica de Santos)

Este estudo, cujo olhar é voltado às precárias condições do desenvolvimento profissional do professor, pode contribuir com novos questionamentos sobre as mudanças sugeridas pelo poder central. As discussões sobre a profissionalidade docente suscitam várias questões. Christopher Day (2001) destaca que o desenvolvimento profissional contempla vários aspectos e, em relação ao currículo, declara: "O modo como o currículo é interpretado depende da construção das identidades pessoais e profissionais dos professores" (DAY, 2001:17).

Tomo como referência para introduzir a discussão desse tema o fato de que no Estado de São Paulo desde de 1992, com a efetivação da Proposta Curricular de História da CENP, oficialmente predomina o ensino dessa disciplina através de eixos temáticos. Essa forma de organizar os conteúdos também foi adotada no PCN de história a partir de 1998, redimensionando essa sugestão para o nível nacional. O fato de se tratar de uma sugestão oficial indica a necessidade de uma reflexão mais sistematizada, principalmente no que se refere à prática dos professores. "Aquilo que diz respeito à maioria, contudo, não parece chamar muito a atenção dos pesquisadores do ensino de história, isto é, como ocorrem, na prática, as apropriações de programas e de diretrizes curriculares, de livros didáticos e paradidáticos, das propostas de inovação" (FONSECA, 2004:70).

Partindo do pressuposto de que a Proposta Curricular da CENP e o PCN são documentos oficiais e, que de alguma forma, essa sugestão dos eixos temáticos está presente na escola, é fundamental colher pistas de suas interferências no ensino através da prática do professor. "É na sala de aula que se realiza um espetáculo cheio de vida e sobressaltos. Cada aula é única. Nesse espetáculo, a relação pedagógica é, por essência, plural" (SCHMIDT e CAINELLI 2004:30).

A rede escolar do estado paulista tem passado por inúmeras intervenções nas últimas décadas que têm afetado diretamente a sua dinâmica interna. Os últimos anos foram marcados, entre outras coisas, pela municipalização, progressão continuada, sistema de ciclos, classes de aceleração. Todas essas mudanças ocorreram sem o aprofundamento das discussões com os professores da rede de ensino. Os professores não receberam uma contrapartida em sua formação para enfrentar esse novo quadro educacional. Almeida (1999) pontua que não houve sequer interlocução entre as partes envolvidas.

Atualmente o ensino tem-se caracterizado, entre outras coisas, por "um aumento significativo de tarefas a realizar ao mesmo tempo e com escassos incentivos ao longo da sua carreira docente" Garcia (1999:145).As diversas reformas produzidas por vários governos ainda não enfrentaram suficientemente a questão da remuneração. Também não se discute em profundidade a implantação de uma jornada sensível à série de atividades que compreendem o

trabalho do professor além da sala de aula. "(...) isso impede não somente o amadurecimento da experiência do professor, como lhe retira qualquer disponibilidade para o preparo das aulas, para o estudo, para uma implementação inteligente e competente dos conteúdos" (FRANCHI, 1995:20).

A rapidez propiciada pelos avanços técnicos e a quantidade enorme de informações que circula diariamente, bem ou mal, compõem o universo dos jovens que freqüentam as escolas. Segundo Hobsbawm, "quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem" (1995:13). Diante disso, como a escola e o professor (de história) conseguem propiciar elementos para que os alunos façam relações conjunturais e estruturais? Como enfrentar o presenteísmo latente na formação desses jovens? Segundo Gómez, "(...) mais do que transmitir informação, a função educativa da escola contemporânea deve se orientar para provocar a organização racional da informação fragmentária recebida e a reconstrução das pré-concepções acríticas" (2000:26).

O desenvolvimento profissional

Todo docente tem características peculiares que foram desenvolvidas ao longo de sua vida pessoal e profissional. Aliás, esses caminhos estão entrelaçados. Uma leitura atenta dessas trajetórias é central para a compreensão do trabalho docente. Nóvoa chega a falar em um processo identitário profissional. "A forma como cada um de nós constrói a sua identidade profissional define modos distintos de ser professor, marcados pela definição de ideais educativos próprios, pela adopção de métodos e práticas que colam melhor com a nossa maneira de ser" (1998:28).

O docente mobiliza e produz saberes. Seu trabalho requer investimento na autonomia, sem essa dimensão profissional, não é possível garantir um processo de educação formativa, que capacite o sujeito a apreender conteúdos significativos e de transformar a sua realidade. Em relação a isso, Nóvoa afirma que: "Os professores não são apenas consumidores, mas são também produtores de saber. Os professores não são apenas executores, mas são também criadores de instrumentos pedagógicos" (1998:31).

Muitos governantes, porém, continuam propondo reformas que desconsideram os saberes produzidos pelos docentes. Muitas propostas insistem em reservar para o professor o papel de executor do que foi concebido por equipes técnicas. O discurso é de autonomia, mas na prática o espaço de atuação do professor é cada vez mais reduzido. Como constatação basta observar a carga horária que a maioria dos professores são "obrigados" a se submeter.

A despeito dessa situação, nas últimas décadas a educação tem ocupado o centro dos discursos políticos. Entre as diversas propostas de intervenção no sistema educacional está a discussão sobre a necessidade de modificar o trabalho do professor para fazer frente às novas agendas sociais e políticas. Nesse sentido, um dos temas recorrentes entre os professores e teóricos da educação é o do desenvolvimento profissional docente. Segundo Contreras "o tema do profissionalismo parece bastante instalado no discurso teórico, bem como nas expressões dos próprios docentes sobre seu trabalho" (2002:31). Esse conceito vai além dos que são tradicionalmente utilizados para a formação de professores. Em relação a isso Garcia ressalta ainda: "A noção de desenvolvimento tem uma conotação de evolução e de continuidade que parece superar a tradicional justaposição entre formação inicial e aperfeiçoamento dos professores" (1992:145).

Não são incomuns as análises que procuram relacionar os baixos índices nas avaliações do ensino básico à má formação dos professores. Trata-se de um tema sempre presente na agenda educacional. Os governantes nunca deixam de mencionar algum programa relacionado a essa área em sua plataforma de governo. Como aponta Fonseca a formação de professores, "(...) aparece não só como 'bode expiatório', uma das principais causas do fracasso educacional brasileiro, mas também como 'panacéia', fórmula milagrosa capaz de mudar as práticas em nossas escolas" (1996:1001-102).

Ricci (1998) citou alguns depoimentos de professores de historia que relacionavam necessidades na formação para o trabalho com a nova proposta CENP. A análise da autora, feita em cima de depoimentos de professores no período de discussão da proposta da CENP, parece guardar alguma semelhança com o que Pompeu encontrou ao analisar a documentação referente ao Programa de Educação Continuada (PEC), dos professores de história, realizado entre 1996 e 1998 na região do ABC de São Paulo: "Parte dos professores recebeu bem o uso da proposta curricular, pois acreditavam que seriam ensinados a trabalhar com ela" (2005).

Esse registro indica, por um lado, que havia a necessidade de capacitações para a efetivação dessa proposta curricular. Por outro, sugere que o tema não fora contemplado na formação inicial desses professores. Esse relato foi feito há quase uma década, período em que ocorria a elaboração dos PCN. Tudo leva a crer que há uma dissociação entre a elaboração de propostas curriculares e o processo de formação inicial e continuada. Essa desarticulação dificulta a adesão a novas propostas de mudanças que são sugeridas pelas proposições curriculares.

Por outro lado, pode-se afirmar que a apropriação de sugestões curriculares e de novas práticas pedagógicas passa pelas condições em que o docente exerce a sua profissão; pela sua

trajetória de vida; pelas oportunidades que teve e criou no processo de seu desenvolvimento profissional. É preciso refletir, então, sobre o quanto essas questões são consideradas na implementação de novas propostas.

O professor de história e a proposta de ensino por eixos temáticos

É bom lembrar que algumas medidas adotadas, já na época dos governos militares (1964-1985), contraditoriamente contribuíram para um avanço no sistema educacional. Com o estabelecimento de oito anos para o ensino de primeiro grau, houve a ampliação do acesso à educação básica. Novas camadas sociais entraram no sistema público de ensino. A presença desse novo contingente da sociedade no sistema educacional provocou um impacto no cotidiano das unidades escolares. Os professores enfrentavam a necessidade de modificar a sua prática para atingir esse novo público escolar, agora, mais heterogêneo.

> *As condições políticas e culturais exigiam um repensar das condições de trabalho do professor e seu papel na vida escolar, mas era igualmente urgente estabelecer novas formas de relações pedagógicas para possibilitar diálogos com alunos cujo perfil era bastante diferente de outros momentos da história escolar brasileira (BITTENCOURT, 1998:13).*

Ao mesmo tempo, as discussões em torno do ensino de história começaram a se aprofundar, em parte, recebendo a influências das mudanças provenientes dos campos da historiografia e da pedagogia. O novo quadro, então, exigia que novos elementos fossem incorporados à prática docente. A demanda por propostas curriculares na década de 1980 está, em parte, relacionadas a essas necessidades de readequação dos conteúdos escolares e das metodologias de ensino ao novo público que adentrava a escola. A produção apresentada pelos estudos historiográficos, as discussões em torno de um novo currículo para o ensino de história e as experiências pessoais ou em grupos relatadas em diversas publicações estimularam muitos docentes de história a demonstrar a inviabilidade de se trabalhar com "toda" a história da humanidade. Assim, surgiram questões como: qual é o ponto de partida para o ensino de história? Essas são questões "antigas" e que permanecem atuais; com freqüência ressurgem, e o professor se vê com uma certa constância diante de dessas reflexões.

Pode-se afirmar que os PCN não provocaram as mesmas polêmicas na rede básica de ensino do estado paulista como as geradas no período das Propostas da CENP. Na década de 1980 as discussões relacionadas ao ensino básico convergiam na luta pela redemocratização. Guardadas essas especificidades do processo histórico, vale ressaltar que os PCN também

sugeriram a proposta de ensino por eixos temáticos. É preciso refletir, então, sobre como os professores estão discutindo e organizando os conteúdos nesta perspectiva de ensino?

Considerações finais

As entrevistas indicaram que os professores continuam, em grande parte, dependendo das organizações sugeridas pelos livros didáticos, fato que não deve ser considerado isoladamente, pois os livros didáticos que estão organizados na linha dos eixos temáticos, têm sido uma referência importante para os professores que decidiram trabalhar nessa perspectiva, principalmente porque ainda não há uma longa tradição em tal proposta de ensino.

Os relatos dos docentes indicam que eles tiveram de buscar alternativas para as necessidades sentidas no processo pedagógico e ao mesmo tempo compartilhar suas dúvidas com outros pares que também acreditaram nessa perspectiva da história ensinada por eixos temáticos. Não houve um trabalho sistemático contínuo na rede paulista, o que dificultou a ampliação de tal proposta. Tudo indica que os docentes que não vivenciaram esse processo de discussão na época de implantação da proposta da CENP, provavelmente têm mais dificuldades de adotar esta linha de ensino. Os profissionais pesquisados parecem ter alguns diferenciais, são pessoas com uma consciência profissional aguçada; buscam ir além do que receberam na formação inicial; ousam experimentar e procuram os subsídios para enfrentar as dificuldades da profissão. Mesmo assim, os limites da rede escolar impedem maiores avanços.

O trabalho com a proposta de ensino da história por eixos temáticos, entre os professores que foram objeto/sujeito desta pesquisa, está ligado às relações que tiveram oportunidade de estabelecer na rede de ensino. O contato com outros profissionais mais experientes proporcionou o conhecimento e a incursão nessa proposta. Trata-se, então, de uma apropriação parcial e circunscrita a um pequeno número de docentes. Nem mesmo o aparecimento de livros didáticos nessa linha contribui para a ampliação de adeptos na nova sistemática. É preciso ampliar as discussões para aprofundar o conhecimento sobre como os docentes estão lidando com a história ensinada na rede pública de ensino.

Tudo indica que há numa mesma escola a convivência de linhas diferentes de ensino dessa disciplina. Uma mais voltada para um ensino linear da história e outra buscando os eixos temáticos. As condições de trabalho existentes nas escolas dificultam a prática docente e estimulam a sua "rotinização". Com isso, o professor pode limitar o seu trabalho ao livro didático e às aulas expositivas, o que contribui para o empobrecimento do conhecimento histórico adquirido no ambiente escolar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. I. *Os Professores diante das mudanças educacionais*. In: BICUDO, M. A.; SILVA JÚNIOR, C. A. (orgs.). ***Formação do educador e avaliação educacional***, 3. São Paulo: UNESP, 1999. Pp. 249-262.

BITTENCOURT, Circe. *Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história*. In: BITTENCOURT, Circe (org.). ***O Saber histórico na sala de aula***. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998. Pp.13

CONTRERAS, José. **A Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002. Pp. 31

DAY, Christopher. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios de aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. *A Formação do professor de história no Brasil*. In: II ENCONTRO PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA. ***Anais***. São Paulo: FEUSP, 1996. Pp. 101 – 102.

FONSECA, Thaís Nívia Lima e. **História & ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FRANCHI, Eglê Pontes. *A Insatisfação dos professores: conseqüências para a profissionalização*. In: FRANCHI, Eglê. (org.). ***A Causa dos professores***. Campinas: Papirus, 1995. Pp.20.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores*: para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999. Pp. 145.

GARCIA, Carlos Marcelo. **A Formação de professores**: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, António (coord.). *Os Professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. Pp. 55.

GÓMEZ, Angel Pérez. *As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência*. In: SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángel Pérez. ***Compreender e transformar o ensino***. Porto Alegre: Artmed, 2000. Pp. 26.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.13.

NÓVOA, A. *Relação escola-sociedade: "novas respostas para um velho problema"*. In: SERBINO, Raquel V. et al. (orgs.). ***Formação de professores***. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.Pp.28.

POMPEU, Carlos Alexandre. **História, política e projetos**: formação continuada de professores de história. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da UNICAMP. (Disponível em: http://libdigi.unicamp.br/document/. Acesso em: 14 mar. 2006).

RICCI, Claudia Sapag. *Quando os discursos não se encontram: imaginário do professor de história e a reforma curricular dos anos 80 em São Paulo*. **Revista Brasileira de História**, v.18, n.36, 1998. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo. Acesso em: 18 mar. 2005.)

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004. Pp. 30.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Goya em Burdeos: dos corredores que se bifurcam

João André Brito Garboggini*

RESUMO: O filme selecionado como objeto de estudo neste trabalho é *"Goya en Buerdeos"* (1999) do cineasta espanhol Carlos Saura, inserido na categoria dos não-documentários. O filme constrói uma biografia ficcional sobre a vida do pintor espanhol Francisco de Paula Jose de Goya y Lucientes (1746-1828). Considerando o pintor mostrado no filme como um *grande homem* (ELIAS,1995: 101) da história da arte, a idéia é verificar e responder a algumas interrogações relevantes. Como seria possível recriar uma noção biográfica a partir de imagens fílmicas? Como pode ser construída uma realidade fílmica relativa à vida de determinado pintor, como personagem de um filme?
Palavras-chave: Recepção cinematográfica, Biografia Ficcional, Pintura

ABSTRACT: The object of study for this work is the film "Goya en Burdeos"(1999) directed by the Spanish director Carlos Saura, inserted in the category of non-documentary movies. The film is constructed in a kind of fictional biography about the life of the Spanish painter Francisco de Paula Jose de Goya y Lucientes (1746-1828). Considering that the painter is showed in the movie as a great man (ELIAS,1995: 101) of Art History, the idea is to verify and answer some relevant questions. How could be possible to recreate a biographical notion from filmic images? How could be constructed a filmic reality related to a life of a specific painter as a film character?
Key-words: Cinematographic Reception, Fictional Biography, Painting

Observações sobre como o cineasta Carlos Saura mostra a vida do pintor Francisco de Paula Jose Goya y Lucientes

Quando a pintura é mostrada no cinema, está sujeita a uma segunda subjetividade, neste caso a do cineasta, que se manifesta pela arte cinematográfica. Assim, as particularidades da visão do pintor serão vistas através de uma refração causada pela singularidade que o cineasta utiliza para mostrar a vida deste como personagem. Mesmo uma obra fílmica documental está sujeita a esta refração que pode enfatizar aspectos selecionados arbitrariamente pelo cineasta.

Mesmo como um personagem fílmico, o pintor pode ser representado em determinado trecho de sua vida, revelando uma parte de sua história. Assim, além de contar a

* Docente do Centro de Linguagem e Comunicação – PUC-Campinas. Mestre em Multimeios (UNICAMP). Doutorando em Educação e Artes (UNICAMP).

história do pintor, um filme pode contar a história de sua obra, elaborando uma realidade fílmica[1] que pode ser considerada uma referência da vida do artista e de suas obras. Outra forma de mostrar a vida do pintor é criar uma realidade fílmica sem ter por base acontecimentos reais, fantasiando sobre a sua vida e suas criações, como num romance.

Goya em Burdeos é o projeto mais antigo da carreira de Carlos Saura, cineasta espanhol, que produz, desde 1950, uma filmografia que oscila entre a crítica às instituições da Espanha e o registro da cultura popular do país. Na filmografia de Carlos Saura destacam-se vários filmes sobre a música e a dança espanholas. Exemplo disso são *Bodas de sangre* (1980), *Carmen* (1983), *El amor brujo* (1986), *Sevillanas* (1992), *Flamenco* (1995), *Tango* (1998), entre outros.

Seu filme *Goya em Burdeos*, de 1999, além de propor uma visão da biografia do artista, procura estabelecer uma ambientação que retoma diversas composições e mesmo texturas visuais que remetem diretamente à obra do pintor espanhol, não se atendo apenas em narrar sua vida, mas em recuperar, nas imagens, características estéticas utilizadas por Goya para elaborar o seu estilo. Trata-se de um filme sobre o pintor e sua pintura, mas em algumas seqüências o filme retoma uma das características da obra do cineasta: referências a cultura popular espanhola. Saura teatraliza as pinturas, conferindo-lhes movimento.

Uma das seqüências mostra a encomenda e a realização do *Milagre do Santo* (1798), obra sobre um milagre de Santo Antônio de Pádua. A narrativa na voz de Goya é transposta para uma encenação do que deveria a ser pintado por Goya. Nesta seqüência fica clara a opção por teatralizar as cenas fílmicas e a fusão do desejo do pintor em aproximar o tema sagrado do milagre do santo, com o povo de Madri.

Saura coloca a personagem Goya no cenário de uma festa popular, onde o pintor vê uma multidão, que pode ser uma síntese daquilo que tanto o cineasta, como o pintor, sonhariam ser o povo de Madri. Ao fundo, sob uma luz amarelada, um painel faz uma clara referência, à tela de Goya, La *Pradera de San Isidoro* (1787). Goya passeia por sua tela, observa rostos, ouve o burburinho, presencia cenas de dança, ao ritmo da música de

[1] A realidade fílmica se manifesta através da construção de um espaço fílmico que é suportado por um espaço real "presente", "conferível". (OLIVEIRA, Bernardo, *Política e Cinema em Alfred Hitchcock* www.geocities.com/hollywood/cinema/4680/politicaecinemaemhitchcock.html, capturado em 11/12/06).

castanholas, como se planejasse sua pintura. Encerrando a seqüência, Saura mostra a pintura na cúpula da igreja de Santo Antonio de la Florida, em Madri, para onde fora encomendada.

Biografia Fílmica de Goya

Na abertura do filme, ao som de uma música tipicamente espanhola, um *travelling* mostra, sobre um chão de terra sombrio, objetos como cordas, facas e cutelos, sobre um banco de abate, uma bacia com sangue e pedaços de carne. A luz saturada avermelha-se até alcançar o cadáver de um touro, provavelmente abatido em uma tourada. Como num matadouro, a grande peça de carne é pendurada. Com esta imagem no centro da tela, a câmera vai fechando em *zoom in* no interior da peça suspensa e, num efeito de fusão, vai se transformando no rosto de um homem envelhecido, deitado em sua cama, sob uma luz âmbar. O olhar opaco, melancólico. A música se encerra. O homem pergunta-se: "Onde estou?" Levanta-se da cama, calça seus chinelos. "Para onde me trouxeram? Quem me trouxe aqui?". Anda em direção à luz que emana da janela aberta. Num plano de fora do quarto, o homem desenha com o dedo na janela embaçada, uma espiral. Ele diz: "A espiral é como a vida." Seu quarto forrado de papel de parede vermelho, respira uma luz azulada, que se alterna com o escuro. Ele vê, ao lado de sua cama, um vulto que escapa pela porta do quarto. Ele sai do quarto, perseguindo a sombra.

O homem encaminha-se, agora, por um longo corredor branco, de piso xadrez preto e branco. Em profundidade de campo, vê o vulto: uma mulher que desaparece no fim do corredor. Abandonado, o homem vê uma cozinha branca cheia de móveis e de panelas de cobre penduradas. Uma criada, agachada, esfrega o chão. Sobre a mesa, dois gansos abatidos, prontos para serem preparados, pingam sangue dentro num balde. Ele continua pelo corredor branco. Repentinamente, está fora de casa. Um cavalo relincha à sua frente. Na rua, as carruagens passam. Perdido na névoa da cidade, trajando um camisolão de dormir e calçando

chinelos, observa os transeuntes e se pergunta mais uma vez "Onde estou?" Um outro homem de sobrecasaca e cartola, aproxima-se e pergunta se pode ajudá-lo, o velho balança a cabeça negativamente, o homem se afasta. Ele se vira e dá alguns passos; escuta uma música cantada por uma mulher, volta-se e vê uma mulher trajada de negro, que se aproxima e passa por ele, que a reconhece e a chama pelo nome de "Cayetana, o que esses animais fizeram com você?" Ela desaparece. Ele esbarra num casal. Desculpa-se. A mulher, olhando-o de cima a baixo, diz: "Deixe-o, René, é estrangeiro. Deve ser louco." O casal se afasta certo da loucura daquele homem. Aproxima-se dele então, uma menina chamada Rosarito, que o conduz de volta para casa.

O Goya fílmico não tem futuro. Ele acorda em seu futuro. Está exilado em Burdeos, sul da França. O artista conta para sua filha Rosarito memórias do seu passado. Sua vida de pintor da corte de Fernado VI, onde conhece Cayetana, a Duquesa de Alba, uma influente cortesã e onde planejará suas conquistas pessoais, artísticas, políticas, amorosas.

A criação do medo

Neste filme, a vida de Goya é construída de modo não linear. As recordações de Goya vão montando a personagem do pintor. Após a inserção da personagem no contexto cortesão, o velho Goya encontra-se com o Goya jovem e narra o sofrimento da perda de sua audição, que quase o levou à morte. Em seus delírios febris, a voz do velho Goya dialoga com o jovem Goya sobre os sons que não mais poderia ouvir.

Goya ensina à sua filha Rosarito: a arte concretiza desejos, fantasias, devaneios, delírios, alucinações, sonhos, pesadelos. É como se ele percorresse os corredores de sua surdez. O som de suas memórias produz as imagens dos Caprichos que desfilam pela tela.

O Sonho da Razão produz Monstros (1796)
Água forte da série "Caprichos"

Sentado à sua mesa de trabalho, a luz da janela filtrada pela tela de um difusor, Goya vê os desenhos de Rosarito e discorre sobre o processo de descoberta do próprio caminho nas artes. Confessa que aprendeu muito com seus mestres: influências necessárias até a descoberta de um caminho pessoal, que só pode ser percorrido por quem o faz. Fala de suas habilidades de toureiro, quando jovem, que nunca empunhou uma arma que não fosse o pincel e que alcançou a "idade da sabedoria". Agora, com 80 anos vividos e com a surdez, escuta coisas que antes não ouvia, com seus ouvidos interiores. Ele propõe que Rosarito escute com seus ouvidos interiores ruídos terríveis como o de centenas de touros, pisoteando a terra; uma mulher chorando porque mataram seu filho; o grito da dor, os estampidos dos canhões, o disparo dos fuzis, o uivo de uma fera.

Ele diz a sua filha que com a imaginação, pode se cometer os maiores crimes e ninguém pedirá satisfação. Pode subir aos céus, descer ao inferno, ser grande ou infinitamente pequena. Ser uma artista genial, o melhor estrategista, o maior e mais poderoso dos políticos. Só há um perigo. É preciso deter-se a tempo, para não ser devorada pela obscuridade e pela loucura.

À noite, os relâmpagos, a chuva e o vento entrando pelas janelas. Sob a luz das velas, Goya pinta nas paredes de sua casa. Usando sua cartola, rodeada de velas, invoca as imagens de suas pinturas mais fantásticas. Rosarito aparece com medo de seus pesadelos e dos monstros que ela vê nas pinturas que seu pai pinta nas paredes. O pai, a leva por um corredor explicando a diferença entre a crueldade humana e a dos animais.

Goya prossegue durante a noite, pintando. Enquanto pinta, é acometido por uma terrível dor de cabeça que o faz delirar. Ouve sons aterrorizantes e enxerga suas pinturas negras que se sucedem na tela:

O Colosso (1809)

Saturno devorando um de seus Filhos (1820-3)

Goya enxerga à sua volta máscaras hediondas, uma multidão de monstros tenebrosos. Os movimentos circulares da câmera em diversos ângulos, as diversas fusões nas imagens, a luz quente e esmaecida aumentam o desespero e o sofrimento que se passa no interior de sua mente. Os sons e imagens angustiantes diminuem sob o olhar assustado do pintor. Agora ele vê, numa luz azulada Cayetana como um espectro que se afasta num salão de espectros e o abandona mais uma vez.

Numa taverna em Burdeos, o velho Goya desenha uma espiral num caderno, enquanto confraterniza com seus amigos liberais. Exilados na França, bebem o vinho de Burdeos e brindam pela liberdade, pela Revolução Francesa. Brindam por uma Espanha livre de tiranias, sem guerras, iluminada. O velho artista dança solitário, ao som da música que louva os liberais e a liberdade e pede que ele permaneça em Burdeos.

Pintor da Corte

Uma seqüência de imagens alternam o Jovem e o Velho Goya:

O Jovem Goya pinta o retrato de Cayetana, a Duquesa de Alba. Durante a execução do trabalho seus olhares se encontram. Os diálogos calculados encaminham-se para uma troca de pausas e intenções, onde a sedução converge para a intimidade dos dois.

A Duquesa de Alba (1797)

O velho Goya acompanha o processo de impressão de suas litografias, numa oficina gráfica. Ao lado de Rosarito avalia a impressão de uma de suas Touradas.

O jovem Goya pinta *A Maja Desnuda*. A modelo é a Duquesa de Alba, uma mulher poderosa, articulada no ambiente cortês, junto à Rainha Maria Luísa, esposa de Fernando VI.

La Maja Desnuda. (1800)

O velho Goya, sozinho, rabisca a figura de Cayetana, descreve suas recordações do corpo da amante. Rosarito espreita seu pai. Pede que lhe conte sobre a Duquesa. O pai lhe mostra o retrato da Duquesa, atentado para o detalhe de seu nome escrito no chão da pintura. Descreve a personalidade de Cayetana. Diz que ela tomava parte de um complô para derrubar a Rainha. Por isso a Rainha mandou mata-la. A Rainha fora retratada por Goya, a contra gosto, diversas vezes. O pintor sempre que realizou obras sobre encomenda para a família real conseguiu imprimir sarcasmo e ironia, fruto de sua antipatia por uma nobreza cortês decadente.

Após a morte da Duquesa, Goya continuou freqüentando ambiente cortês, porém as relações de poder o fizeram entrar em conflito com um lado intolerável de sua personalidade: uma auto-observção disciplinadora de suas relações sociais e mundanas. Suas premeditadas e calculadas atitudes para manter-se na posição de pintor da corte.

Neste momento, Goya divaga, sobre as dificuldades de sobreviver numa corte de fantoches e sobre as astúcias necessárias a "um perfeito cortesão, senhor de seus gestos, dos seus olhos, do seu rosto que sorri aos inimigos; oculta sua má disposição, mascara suas paixões, contraria o coração, fala e age contra os seus sentimentos."(ELIAS,1995:79) Os pensamentos da personagem Goya se desenvolvem, enquanto ele percorre, em sua surda digressão, o corredor de um museu imaginário, onde sucedem-se imagens de suas pinturas sob encomenda. Pinturas que não podia deixar de fazer, de pessoas que não mereciam ser pintadas, mas que foram realizadas para conquistar os cargos de Pintor da Corte e Diretor da Academia de San Fernando. Desta maneira, Goya propagaria suas idéias sobre o exemplo iluminista francês, totalmente diverso da realidade espanhola. Após caminhar pelo corredor de pinturas que lhe causavam repugnância, surge à sua frente um jardim onde:

> *as árvores e as plantas estão dispostas de modo fácil de se abarcar com o olhar, tal como os cortesãos durante o cerimonial cortês. As copas das árvores e os ramos dos arbustos devem ser talhados de forma a apagar quaisquer vestígios de um crescimento desordenado e selvagem*. (ELIAS, 1995:198)

Nesta paisagem comedida e cheio de sol, Goya, como que encerrado em sua surdez, troca olhares com sua esposa Josefa e com sua amante Cayetana. Esta o observa com certa reserva, aquela se afasta, demonstrando revolta. Cayetana conversa com outras damas, que ao perceberem o olhar de Goya, silenciam e lançam olhares ambíguos para o pintor. Josefa percebe as intenções da Duquesa e tenta desviar o olhar de seu esposo, desaparece na paisagem verde, onde predominam mulheres e crianças, à sombra de salgueiros.

Numa clara referência à pintura *O Manequim*[2], algumas cortesãs brincam de manteado com um boneco de pano.

---

[2] *Um suplício simulado, o que sofre O Manequim: enquanto as moças risonhas – frescas feiticeiras – formam com os braços a imagem de uma guirlanda, o fantoche oblíquo, projetado para o alto, oferece o aspecto do desespero. A torção, o desajeitamento, a inércia dolorosa do personagem factício nos revelam a vida estranha da matéria – seu cômico e seu poder de terror naquele ambiente comportado onde* o *riso logo acaba e nos deixa tomados de estranhamento*. (STAROBINSKY,1988:124-127)

O Manequim (1791-2)

Aqui, o olhar de Goya parece racional, irônico, distante das mulheres da corte e das crianças, acompanhado pelas imagens e trilha musical, que desfaz o jardim cortesão idílico, de um romantismo pastoril, quando Josefa corre em direção a um lago e desmaia ao ver dois homens retirando o corpo de sua filha Rosarito do lago.

O velho Goya abre a porta do quarto de Rosarito, para verificar se ela dorme. O cômodo iluminado apenas pela vela que ele traz à mão ao retornar para seu quarto, onde Josefa dorme. Sob uma luz vermelha que ilumina o quarto, Goya deita-se, ao lado de Josefa e a observa com carinho e pena. Ela acorda com os carinhos do marido. Eles se abraçam e Goya confessa que sonhou não sabe com o quê. Talvez as imagens do jardim cortês tenham sido um de seus pesadelos. A luz se apaga.

O jovem Goya entra numa sala, acompanhado por um cortesão que o apresenta *As Meninas* de Diego Velázquez. A pintura é detalhada pela câmera, enquanto são feitos comentários admirados sobre a obra. Goya permanece sozinho na sala e prossegue com suas inquietações. Um diálogo entre as vozes do velho e do jovem Goya:

> *Durante anos, procurei algo, mas não sabia o quê. E ali estava! Tudo explicado claro e evidente. Uma revelação. Essa era a pintura que eu queria fazer. Uma pintura que parecia inacabada, leve, com aparência de ser feita sem esforço. Fora de tempo espaço e lugar. E com muita delicadeza e sabedoria.* (SAURA: *Goya em Burdeos*)

Enquanto pensa ele se afasta, de costas e não percebe atrás de si vários espelhos encostados na parede, que reflem a pintura de Velázquez. Parafraseando GULLAR (2003:30), Goya está de costas para os espelhos, o quadro está de frente para Goya e para os espelhos, e Velazquéz, de frente para Goya. A câmera de Carlos Saura colocada no lugar do quadro olha para Goya. Saura se coloca no lugar de Velazquéz, que pinta um retrato fílmico de Goya, numa sala fora do tempo. Nos espelhos atrás de Goya a pintura de Velazquéz se fragmenta ainda mais do que a pintura original que constrói diversos vetores de olhares. Ao afastar-se do quadro, a personagem Goya depara-se com os espelhos e vê várias imagens suas refletidas junto às imagens refletidas da pintura de Velazquéz. O Goya fílmico refratado pela câmera do cineasta, diz: "Além da realidade palpável e física – volta-se para os espelhos e continua – 'está outra realidade, a que nasce da pintura, espelho deformador da vida reflexo de um instante. Realidade mágica onde tudo é possível." (SAURA: *Goya em Burdeos*)

Os Desastres: Observações Finais

Goya revela seus mestres na pintura: Velázquez, Rembrandt e a natureza. Abre a porta do mesmo quarto do início, onde encontra o velho Goya está deitado. O jovem senta-se ao lado do velho, que repete os nomes de Velazquéz, de Rembrandt e da imaginação.

O velho Goya diz ao jovem sobre a triste época em que viveu e por que passou a Espanha. Um período em que as intrigas, a corrupção, a intolerância, as doenças e a guerra se apoderaram de tudo.

Em diálogo o velho e o jovem Goya discutem as visões de mundo do pintor. A admiração pela França e por seus ideais iluministas que poderiam ser aplicados à Espanha, abandonada por Deus e pela monarquia. Mas a França agora, sob o comando de Napoleão invadiria a Espanha, impondo um novo monarca, desfazendo os sonhos e ideais almejados por Goya.

A partir d'*Os fuzilamentos de 3 de maio de 1808*, Saura mostra a invasão do exército napoleônico na Espanha. A pintura de Goya é uma das imagens que melhor expressa a desumanidade do homem para com o homem. A luz da lanterna ilumina o povo sendo fuzilado e coloca os soldados do exército napoleônico na penumbra que se esvai em trevas.

Os Fuzilamentos do 3 de Maio (1814)

Goya foi um romântico precoce, que vivia no interior da rede de interdependências, característica da sociedade de corte, também presente na corte espanhola e via nas expressões da cultura popular uma reação contra a tensão mantida pela aristocracia de seu país. Suas pinturas negras, seus desastres, seus caprichos mostram a violência da situação social espanhola à época das guerras napoleônicas. São testemunhos de um indivíduo atormentado, mergulhado em conflitos angustiantes.

O cinema filma a pintura e a faz ser pintura duas vezes. É como se a câmera de Saura fosse um pincel que detalha com novos gestos, uma tela já pintada. Carlos Saura "ilumina as trevas do Antigo Regime espanhol, uma metáfora da luz vitoriosa das trevas" (STAROBINSKI,1988:119). As utopias de Goya não se realizaram, mas sua pintura se encontra na passagem dos ideais neoclássicos para os ideais do romantismo. O Pintor filmado por Saura recupera arroubos do romantismo.

Referências Bibliográficas

ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

GULLAR, Ferreira, *Relâmpagos – dizer o ver*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Bernardo, *Política e Cinema em Alfred Hitchcock*. www.geocities.com/hollywood/cinema/4680/politicaecinemaemhitchcock.html, capturado em 11/12/06

STAROBINSKI, Jean, *1789, Os Emblemas da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Imagens – capturadas em 12/12/2006 nos sítios:

http://www.sonypictures.com/classics/goyainbordeaux/director/index.html.

http://planicie-heroica.weblog.com.pt/arquivo/2005_05.html

http://www.spaceandmotion.com/Philosophy-Art-Truth.htm

http://www.goya.unizar.es

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Formação intelectual de rocha pombo e seus interlocutores teóricos (1879-1892)

Névio de Campos*

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a formação intelectual de Rocha Pombo, político e pensador paranaense, que viveu entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras dezenas de anos do novecentos, privilegiando o processo de sua interlocução com teóricos europeus e brasileiros no período entre 1879 e 1892. Apóia-se nas obras escritas por este intelectual, intituladas **A supremacia do ideal: estudo sobre educação**, publicada em 1883 e **Petrucello**, editada em 1892. Inscreve-se na história intelectual, portanto, propõe-se a restituir do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de sua obra, garantindo a compreensão das formas de percepção e de apreciação, ou seja, das modalidades específicas de pensar e de agir deste intelectual paranaense.
Palavras-chave: História; intelectual; cultura.

Abstract: The objective of this article is to analyze the intellectual formation of Rocha Pombo, politician and paranaense thinker, who lived between the last decades of century XIX and the first sets of ten of years of the nine hundred, privileging the process of its interlocution with European and Brazilian theoreticians in the period between 1879 and 1892. It is based in the workmanships written for this intellectual, entitled **The supremacy of the ideal: study on education**, published in 1883 and **Petrucello**, edited in 1892. It is enrolled in intellectual history, therefore, is considered to restitute it of the sociological, philosophical and historical point of view, the context of production of its workmanship, guaranteeing the understanding of the appreciation and perception forms, or either, of the specific modalities to think and to act of this paranaense intellectual.
Key-words: History; intellectual; culture.

A trajetória de Rocha Pombo foi marcada pela incursão em diversos campos, como o exercício do magistério, a atuação na área do jornalismo, na esfera política, principalmente no legislativo, na literatura, enfim, numa série de instituições culturais e políticas do Paraná e do Brasil. Maria Tarcisa Bega considerou que:

> *Rocha Pombo é uma personagem da história paranaense e brasileira que pode ser abordada em diversas facetas: jornalista, político, historiador oficial da República Velha, deputado provincial pelo Partido Conservador e mais tarde deputado federal pelo Paraná, filólogo e professor. Foi um romancista com extensa produção e com uma das poucas obras de prosa de ficção simbolista – No Hospício – publicada em 1905, bem como com incursões no ideário socialista e reformador social. (BEGA, 2001, p. 157-158)*

Rocha Pombo iniciou sua atuação com dezoito anos no magistério das primeiras letras ao substituir seu pai, que fora professor em Morretes. Além disso, sua família teve

* Doutor em História da Educação. Professor Adjunto no Departamento de Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

participação na vida política da cidade, pois seu pai teve rápida incursão na política local, pelo Partido Conservador, chegando à suplência de vereador. Rocha Pombo afirmava que aprendeu muito cedo o gosto pelas questões da política, pois tinha acesso a diversos jornais locais, nacionais e estrangeiros.

Rocha Pombo teve grande dificuldade para conhecer os grandes intelectuais de sua época, pois teve que lançar mão do autodidatismo para se inserir no debate teórico de seu tempo. Segundo BEGA (2001, p. 166), "firma-se como jornalista – o seu ganha-pão – diferentemente dos outros [simbolistas paranaenses] que conjugam a escrita a outra atividade que lhes garanta a sobrevivência". No entanto, isso não o impediu de ler os autores filiados à Filosofia e à Ciência. De acordo com a autora,

> *...de escritor autodidata converte-se em filólogo, dominando idiomas como o inglês, francês e alemão. Isso lhe faculta o acesso ao pensamento de escritores como Kant, Nietzsche, Emerson, Carlyle, Lord Byron, Hypolite, Taine e outros, que serão a base de sua formação intelectual e que possibilitarão sua conversão, ainda jovem, à carreira de escritor. Tais influências se manifestam em suas obras, especialmente em A Supremacia do Ideal, ensaio filosófico escrito em 1882. (BEGA, 2001, p. 160)*

No período em que esteve em Curitiba, Rocha Pombo consolidou sua relação com os ervateiros, iniciada no litoral. Nesse período, que vai de 1880 a 1883, consolidou-se "como jornalista influente, estando presente nos principais acontecimentos vividos em Curitiba" (BEGA, 2001, p. 160-161). A partir de 1880, Rocha Pombo centrou seus esforços em estudos teóricos, embora continuasse a sua atividade jornalística. Ele foi, no decorrer daquele ano,

> *tomando mais a sério o propósito de estudar. Quanto mais estudava, mais claramente compreendia o pouco que lucrava o meu espírito, a vista do que havia ainda a lucrar. As ciências seduziram-me logo. As letras me pareciam nada ter de verdadeiramente útil. Preferia ler M. Chevalier, Guizot, Bonneval etc., a matar o tempo com romances e poesias. (POMBO, 1883, p. 18-19, sem grifo no original)*

Nesse processo de inserção na Filosofia e na Ciência, ele foi "aprendendo alguns nomes de sábios modernos, como Darwin, Littrè, Comte, Büchner, Spencer etc. Sentia um desejo insofrido de conhecer o que esses grandes homens sabiam" (POMBO, 1883, p. 20).

A obra *A supremacia do ideal: estudo sobre educação* (1883) foi expressão de seus estudos teóricos empreendidos a partir de 1880, na qual explicitou a sua crítica à ciência moderna. Nessa obra, Rocha Pombo já havia rompido com aquele posicionamento de desprezo que tinha pelas letras. Na introdução, o autor afirmava que seguiu a orientação central do livro *A religião do belo*, pois queria "tornar mais claras as minhas idéias, mais firmes as minhas teorias; pensei em dar outro livro que obedecesse ao mesmo plano do

primeiro, mas que fosse vazado num molde menos ideal, menos exclusivamente literário, mais filosófico, se me é permitido" (POMBO, 1883, p. 2). Naquela obra o autor expressava, de modo mais sistemático, o seu projeto cultural, no qual a educação ocupava um papel fundamental no processo de mudança dos modos de pensar, de sentir e de agir dos indivíduos.

Ele sustentava que

> *Devia buscar nos livros – na história e na ciência – a consagração do que muita gente terá chamado o meu idealismo. Ampliei o mais que me foi possível o plano primitivo. E abalancei-me a levar bem longe as minhas idéias, como quem tivesse autoridade: dei-lhes, a meu ver, um certo ar de verdade filosófica, de acordo com o próprio positivismo. (POMBO, 1883, p. 3)*

O autor aliou o jornalismo e o estudo teórico, pois o primeiro consistiu em um espaço de intervenção direta na esfera da cultura paranaense; o segundo implicou em debruçar-se no debate teórico empreendido na Filosofia e no pensamento científico.

Em 1881, afirmava o autor,

> Já as minhas idéias se iam reformando. Pouco me lembrava da política, e as letras me iam seduzindo, se bem que o estudo sério continuasse a parecer-me uma necessidade. Era-me impossível disfarçar muita predileção por Darwin, por Comte, por Littrè etc. Um desejo impaciente me atormentava de conhecer Spencer. Apanhei um dia a *Expressão das emoções* de Darwin; mas desanimei ao chegar ao segundo capítulo; não porque me faltasse a coragem de leitor, mas porque queria aprender com *método* o grande sábio: era-me indispensável primeiro a *Origem das espécies*, porque sempre suspirei. Büchnner e o grande naturalista inglês tinham completado em meu espírito o que Comte começara. (POMBO, 1883, p. 27)

Rocha Pombo estabeleceu interlocução com os autores brasileiros que se dedicavam ao estudo da filosofia positiva, como por exemplo, com Pereira Barreto. Essa situação caracterizou que o pensamento de Rocha Pombo seguiu processo semelhante de estudiosos brasileiros que estavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou seja, ele seguiu a trajetória de parte da intelectualidade brasileira que, primeiramente, teve contato com a filosofia positiva de Comte e, posteriormente, com as idéias de Darwin, Spencer e outros. Essa intensa sensibilidade de Rocha Pombo em relação às idéias que circulavam no Brasil deveu-se ao fato de que "até 1879 o jornal, o livro e o parlamento fazem muito mais pelas concepções novas do que a escola" (BARROS, 1986, p. 332). Sob esse aspecto, é possível compreender Rocha Pombo debatendo o que estava se discutindo na capital do Império. Ele afirmava que para escrever os artigos publicados no início de 1881, na *Revista Paranaense*, cujos títulos eram "Questão negra" e "Filosofa para o povo", empreendeu a leitura de Pereira Barreto, considerado o divulgador do positivismo no sul do Brasil, pois foi "a partir de 1874, com o início da publicação de *As três filosofias*, de Luiz Pereira Barreto, que o positivismo,

especialmente no sul, começará a mostrar toda a sua eficácia na luta pela transformação do país" (BARROS, 1986, p. 123).

No início dos anos de 1870, também os pensamentos de Darwin e outros encontraram espaço nos debates entre uma parte da intelectualidade brasileira. Em 1875, na Bahia, Domingos Guedes Cabral fez pesquisa sobre as funções do cérebro, fundamentada no darwinismo e no materialismo. Pereira Barreto, conforme BARROS (1986, p. 146), "já na sua Filosofia Metafísica, refere-se ao darwinismo, embora sem conhecimento direto da obra de Darwin, e revela estar informado sobre a obra de alguns materialistas modernos". No artigo "Filosofia para o povo", Rocha Pombo dialogava com algumas noções do darwinismo, das idéias de Büchner e da classificação das ciências de Comte,[1] o que evidencia que ele teve contato com os teóricos da filosofia positiva e da ciência moderna por meio da obra de Pereira Barreto.

As leituras feitas por Rocha Pombo dos teóricos da filosofia positiva e da ciência moderna resultaram, por um determinado período, em uma profunda adesão ao projeto científico moderno. Ele confirma esta assertiva ao dizer que ao escrever *Um folhetim a Voltaire*, em 1881, manifestava a sua adesão ao projeto da ciência moderna, pois estava convencido "de que o homem como todos os corpos, não é mais do que uma forma da manifestação da matéria" (POMBO, 1883, p. 28). Naquele momento, o intelectual paranaense estava convencido de que o materialismo científico constituía o modelo explicativo mais completo. No seu dizer,

> Não me restava a menor dúvida: o filósofo alemão estava com a verdade.[2] Darwin me apresentara o homem, não como um conjunto permanente de formas plásticas determinadas, mas como um dos múltiplos moldes da *vida* animal, sujeito completamente a influência dos meios e ao atrito do tempo. (POMBO,1883, p. 30)

Cabe ressaltar que o contato de Rocha Pombo com a obra *Deus na natureza*, de Camille Flamarion,[3] representou a ruptura parcial com o projeto da ciência moderna. Ele teve acesso a essa obra por meio de Monteiro Tourinho, com o qual teve amizade desde sua chegada a Curitiba. Na *Revista Paranaense*, entre os quais estava Monteiro Tourinho, teve

---

[1] Na obra *A supremacia do ideal*, Rocha Pombo afirmava que no artigo "Filosofia para o povo" apresentou algumas idéias de Darwin, Buchner e Comte.

[2] Buchner afirmava que o homem era uma espécie de máquina. Essa tese teve forte impacto sobre o pensamento de Rocha Pombo. Mais tarde, ao aderir ao pensamento romântico, questionava aquela afirmação.

[3] Camille Flamarion teve incursão pelo campo da Física, particularmente pela Astronomia. No entanto, é mais conhecido pelas obras escritas no âmbito da religiosidade. O seu centro de análise foi a teoria espírita. Ele viveu entre os séculos XIX e XX na França, tendo sido grande amigo de Allan Kardec.

contato com as Letras, pois aquele periódico, de publicação quinzenal, versava sobre produções poéticas, estudos sobre Ciências Políticas e Sociais, Crítica e História Literária, literatura científica, Geografia, História, Etnografia, Ciências Morais, Filosofia, agricultura, enfim, seu programa era muito amplo. Pode-se dizer então que o contato com outras expressões intelectuais representou mudanças no pensamento de Rocha Pombo, o que contribuiu sobremaneira no processo de organização da concepção de universidade proposta nos anos de 1890.

Em sua afirmação,

> Fiz em meu espírito uma verdadeira transformação! Desde essa época [1881], adquiri a virtude de ter sonhos, de ver o lado poético da criação, de sentir as emoções do belo e do sublime – de soltar a minha alma, renovada e lépida, aos turbilhões do infinito. Flamarion não derreçára, a *meus* olhos, as afirmações do materialismo; mas dera-me um novo mundo, um mundo mais vasto, mais delicioso e brilhante a minha alma; dirigira o meu espírito para o ideal, que nunca a ciência positiva vencerá. (POMBO, 1883, p. 32)

Ele explicitava a sua crítica ao projeto da ciência moderna, embora não recusasse a contribuição do saber científico. Ele rompia com a visão reducionista do conhecimento científico, pois considerava que o ser humano era mais do que afirmava a ciência. Ele dizia que abraçou "apaixonadamente as letras, sem deixar arrefecer o amor da ciência. Um artigo que escrevi, sob o título – *A nossa literatura* –, para o periódico *Província do Paraná*, marca a transição" (POMBO, 1883, p. 33). A partir de 1881, Rocha Pombo estava dialogando com o pensamento romântico, mas não era um intelectual avesso à Ciência, nem apóstolo da filosofia científica; não era um pensador alheio ao poder da poesia, da religião, do mito, enfim, da arte em geral, nem um seguidor exclusivista desses saberes. Sustentava Rocha POMBO (1883, p. 33-34),

> *Pela Religião do belo, compreender-se-á perfeitamente o estado a que chegou o meu espírito. Todas as minhas crenças devem consubstanciar-se nisto: saber é bom, mas é preciso saber e ter sonhos, sonhar e ter Deus. Excluída a poesia, o esplendor de um Deus, não há encanto algum para a alma, não há doçura na vida.*

Ao se aproximar do romantismo, ele preconizava unir saber e sonhos, o que não caracterizava contradição, pois, de acordo com Antônio CÂNDIDO (1981, p. 73), "o amor à ciência, o culto do ciclo histórico, a transcendência verbal, se enquadram perfeitamente nos aspectos messiânicos do Romantismo, na sua visão exaltada do progresso, no culto ao saber".[4]

[4] O Romantismo foi um movimento iniciado na Europa do fim do século XVIII e primeiro quartel do XIX. Ele se constituiu, segundo Benedito NUNES (1978, p. 52), a partir de "várias fontes, filosóficas, estéticas e religiosas próximas e reabriram-se veias mágicas, míticas e religiosas remotas". Ele relativizava as bases da sociedade industrial moderna. Entretanto, não desconhecia o papel da Ciência e da filosofia racional. O que ele

Na obra *Petrucello*, afirmava: "o que mais impressiona entre os modernos é o estado de completa desorientação em que se acham, no meio da geral anarquia do espírito humano – característica da crise atual. Pouca coisa é necessária a uma obra prima ao gosto moderno" (POMBO, 1892, p. 44).

Vinculado ao movimento romântico, Rocha Pombo indicava na obra *A supremacia do ideal* o seu projeto educativo, no qual expressava o seu desencanto com a instrução e com a sociedade da época e lançava as bases para o seu ideal societário. O romantismo insere-se no cenário cultural brasileiro a partir dos anos de 1820, mas foi a partir dos anos de 1860 que ganha maior relevância. No Paraná, nos anos de 1870, surgiram alguns admiradores do romantismo, porém foi nos anos subseqüentes que este movimento se constituiu, ou melhor, conforme afirmava Nestor Vitor dos Santos, em sua *Obra crítica*, de 1969, "com R. Pombo outros rapazes de seu tempo bruxuleavam, querendo fazer da recente e ainda tão acanhada Província mais um núcleo intelectual no Brasil" (SANTOS, 1969b, p. 63). Ao se aproximar do Romantismo, Rocha Pombo se mostrava sem expectativa positiva em relação ao projeto de modernidade que estava em curso, o que o caracterizava como crítico ao projeto moderno de arte, pois, para ele,

> *Tudo é pequeno entre os modernos (queria dizer entre os homens do naturalismo ou do realismo) porque o espírito de seita literária é o escolho onde naufragam os homens de talento. Quem quiser sentir e criar, com outra preocupação exclusiva da grande arte, será pigmeu. Os gigantes e enervantes dissensões com que se entretêm os medíocres. (POMBO, 1892, p. 42)*

Não obstante, acreditava na possibilidade de constituir a sociedade ideal, desde que a humanidade recorresse

> *...aos sentimentos religiosos que favorecem e dulcificam a vida mística; à poesia, ao exercício das belas emoções, que podem trazer a alma n'uma espécie de contemplação sobrenatural das suas próprias belezas, do que ela tem de mais puro e elevado e de todos os encantos que ela descobre nas maravilhas da criação. (POMBO, 1883, p. 302)*

A preocupação de Rocha Pombo era com a renovação cultural. No dizer do autor:

> *Que é a filosofia, que é a ciência sem a arte? Só compreende o grande talento, o verdadeiro gênio, na sua qualidade de artista. Não! Não se entregará a estudos que embotam as faculdades emocionais. Há de aborrecer para sempre tudo que não convergir para o grande templo da arte – centro de toda a vida espiritual. (POMBO, 1892, p. 69, sem grifo no original)*

---

faz é ampliar as fontes de compreensão da vida humana.

Essa passagem é fundamental para entender a relação de Rocha Pombo com o pensamento alemão, particularmente com Goethe e com Nietzsche.[5] No entanto, ele não cancelou a contribuição da ciência, mas acreditava que a renovação cultural estava condicionada à arte romântica.

Ao mesmo tempo em que o autor tecia críticas à modernidade, vislumbrava a modernidade. Certamente são projetos de modernidade diferentes, pois Rocha Pombo "imaginava uma cidade, ou antes, uma nação moderna, dirigida por homens muito sábios e em cuja vida se imprimia toda a influência do espírito do século" (POMBO, 1892, p. 63). Ao postular o papel do sábio como dirigente da sociedade estava defendendo a superioridade do homem esclarecido. O sábio não seria o cientista, e sim o artista, o grande artista, indivíduo com capacidade de pensar a Ciência à luz da Arte, e a Arte sob o olhar da vida. Rocha Pombo freqüentemente manifestava seu desencanto pela transformação propagada pela reforma das leis, embora propusesse reformas do estado no período em que foi legislador, mas não acreditava na possibilidade de constituir o seu ideário societário apenas pelas mudanças das leis. Era um intelectual encantado com a ação pedagógica, haja vista que o processo de constituição de seu projeto cultural estava vinculado ao projeto educativo. Não pregava a educação estritamente da elite, mas propunha a educação universal, ou seja, a educação do povo. A sua crítica se endereçava à precária ação pedagógica, bem como à inexpressiva taxa de atendimento no ensino das primeiras letras.

A direção da nação deveria ser tarefa de uma elite esclarecida, formada por sólida educação científica e artística. Entre a intelectualidade brasileira daquele contexto a idéia predominante era a de que "é a alta cultura, especialmente de índole científica, que produz as prosperidades materiais, que pode enriquecer o país, torná-lo saudável e feliz" (BARROS, 1986, p. 207). Rocha Pombo acreditava que a prosperidade material do Brasil dependia do desenvolvimento do saber científico, porém, o desenvolvimento cultural da humanidade era tarefa da Arte.

A noção de modernidade de sua época estava imbuída sobremaneira pelo domínio da ciência moderna. A ele este projeto não servia, pois a ciência não era tudo. As esferas das Letras deveriam ser consideradas como saberes importantes no processo de formação do indivíduo.

---

[5] Embora o pensamento de Nietzsche seja compreendido em três momentos, nos quais há rupturas e continuidades, as idéias de Rocha Pombo, presentes nas obras *A supremacia do ideal* e *Petrucello* se aproximam das duas primeiras fases do pensamento do filósofo alemão. Para aprofundar a compreensão dessa divisão, é possível consultar a obra *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*, de Scarlett Marton.

Os interlocutores de Rocha Pombo foram diversos.[6] Até o início dos anos de 1880, os representantes da ciência moderna tiveram profundo impacto no pensamento daquele intelectual; posteriormente, estava dialogando com o movimento romântico, o que caracterizou dois momentos de significativas mudanças no pensamento desse intelectual paranaense.

Referências

BEGA, M. T. S. No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo. In: LOPES, M. A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia – FFCH – USP.

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

CAMPOS, N. Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950. Curitiba, 2006. Tese (Doutorado em História da Educação). Setor de Educação – UFPR.

CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MARTON, S. **Nietzsche**: das teorias cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POMBO, F. Rocha. **A supremacia do ideal**: estudo sobre educação. Castro: Tipografia Echo dos Campos, 1883.

_____. **Petrucello**. Curitiba: Impressora Paranaense, 1892.

[6] Na obra *A supremacia do ideal*, Rocha Pombo citava diversos autores com os quais demonstrava estabelecer algum tipo de diálogo, como por exemplo, Littrè, Comte, Spencer, Darwin, Pereira Barreto, Buffon, Cuvier, Condillac, Destutt-Tracy, Kant, Hegel, Renan, Turgot, Humboldt, Lamartine, Flamarion, Vitor Hugo e outros.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As diferenças sociais e a divisão do trabalho presentes no ensino feminino do Colégio Nossa Senhora de Sion de Campanha (MG)

Ana Cristina Pereira Lage[1]

Resumo: Neste artigo pretende-se levantar alguns pontos referentes à instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion na cidade mineira de Campanha. O referido Colégio (1904-1965), mantido pela congregação francesa de Nossa Senhora de Sion, foi responsável por educar meninas da elite sul – mineira (meninas de Sion), como também meninas pobres da região (denominadas martinhas). O tratamento para as alunas era diferenciado: preparava as primeiras para exercer papéis de liderança familiar e, as meninas pobres, para o trabalho doméstico. Partindo das discussões mais recentes no campo da História da Educação, fazendo uma análise do particular, das especificidades, mas sem perder de vista o geral, pretende-se então compreender as relações de ensino, de dominação e de divisão do trabalho presentes no universo sionense.
Palavras – chaves: Educação feminina – educação confessional – educação e trabalho

Résumé: Dans cet article prétend être soulevée quelques points afférents à l'installation du Collège Notre Dame de Sion dans la ville de Campagne (MG). Le dit Collège (1904-1965), maintenu par la congrégation française de Notre Dame de Sion, a été responsable d'instruire des filles de l'élite sud - minière (filles de Sion), comme aussi des filles pauvres de la région (appelées des petites marthes). Le traitement pour les élèves est différencié: il préparait les premières pour exercer des rôles de direction familière et, les filles pauvres, pour le travail domestique. En partant des discussions le plus récent dans le champ de l'Histoire de l'Éducation, en faisant une analyse du particulier, des spécificités mais sans perdre de vue le général, se prétend alors comprendre les relations d'enseignement, de domination et de division du travail présente dans l'univers sionense.
Mots - clés: Éducation féminine - éducation confessionnelle - éducation et travail

Durante todo o período de funcionamento do Colégio Nossa Senhora de Sion na cidade de Campanha (1904-1965), este ofereceu o ensino confessional tanto para meninas da elite quanto para aquelas pobres da região sul – mineira. Este ensino apresentava-se de forma diferenciada para as duas categorias. Enquanto as Meninas de Sion estudavam internas e recebiam um ensino considerado "completo" para a sociedade da primeira metade do século XX, as meninas pobres recrutadas principalmente na zona rural da região, denominadas de Martinhas, recebiam algumas lições morais e, especialmente, eram preparadas para o trabalho

[1] Doutoranda em História da Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

doméstico. Desde a chegada da Congregação de Nossa Senhora Sion no Brasil, no início da República, já previa - se esta distinção entre as alunas.

> *Abriram-se sucessivamente colégios no Rio de Janeiro (1889) em Petrópolis (1890) em S. Paulo (1901). Entusiástico foi o acolhimento que tiveram as Irmãs, quando, em 1904, se instalaram em Campanha (Sul de Minas) a conselho dos jesuítas que aí mantinham um noviciado.*
> *(...) Em todos os lugares e estabelecimentos foram oficialmente reconhecidos e tornaram-se centros de múltiplas atividades apostólicas. Como sempre,* ***não foram esquecidos os pobres e pequeninos bem como as pessoas do interior, das fazendas, cuja instrução religiosa é tão deficiente quanto a condição material.*** *(grifos meus, MONDESÉRT, 1956: 36)*

As martinhas viviam também internas no Colégio Sion, e, em troca do ensino que recebiam, ajudavam, na maioria dos casos, na limpeza do prédio. Era comum também a presença de martinhas nas demais escolas mantidas pela Congregação Nossa Senhora de Sion no País. O nome homenageava Santa Marta, a qual havia sido hospedeira de Cristo e trabalhava para o seu bem – estar, segundo o Novo Testamento.

Durante o período de funcionamento do Colégio Sion em Campanha, as martinhas realizavam diversos serviços dentro do Colégio: trabalhavam na rouparia, na limpeza dos quartos, nos banheiros, na cozinha, etc. O tempo de trabalho ao longo do dia era superior ao tempo de estudos, pois as mesmas dedicavam, em média, apenas três horas diárias para esta última atividade. Os espaços ocupados por elas também eram diversos em relação aos espaços ocupados pelas meninas de Sion – os dormitórios, o refeitório, os banheiros e até as salas de aula eram separados. Ressalta-se também que não podia haver contatos entre as meninas de Sion e as martinhas.

As fontes referentes à passagem das meninas de Sion pelo Colégio são várias. Estão presentes nos acervos do *Centro de Memória Cultural do Sul de Minas*, no *Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort* e no arquivo particular da *Congregação Nossa Senhora de Sion*, todos localizados em Campanha/ MG. Praticamente todos os livros de notas e matrículas estão preservados, há um conjunto de fotos que mostra os momentos cotidianos e as festas, os espaços por onde essas meninas passaram, artigos de jornais, e vários outros documentos (programas de festas, lista das alunas preparadas para a Primeira Comunhão, diário da Primeira Superiora, livros de propaganda, etc), além das entrevistas que possibilitam a articulação entre a História da Educação e a História Oral.

Por outro lado, os registros sobre as martinhas são poucos. Os artigos nos jornais pesquisados não fazem referência à ação das irmãs em educar meninas pobres. Dentro do

antigo prédio onde funcionou o Colégio Sion, o espaço ocupado pelas martinhas (dormitório, lavatório e refeitório) não existe mais: a única parte do prédio que não foi preservada.

A partir dos poucos documentos encontrados sobre este assunto, valoriza-se a pequena quantidade para compreender um pouco mais este universo das *martinhas* no Colégio Sion. No acervo particular da Congregação Nossa Senhora de Sion de Campanha foi encontrada uma caderneta com o registro dos nomes das *martinhas* que entraram no colégio desde 1905 até 1945; um caderno de registros diários das ações das *martinhas* de 1935 a 1937 e ainda poucas fotografias. Algumas anotações foram também encontradas no livro de registros de notas (1955) do Grupo Escolar de Campanha. Percebe-se, então, a necessidade de complementar a pesquisa utilizando os relatos orais. Mais uma vez são encontrados silêncios.

Somente algumas ex-martinhas não se importam em falar de sua passagem pelo universo sionense (total de 07 na perspectiva de 20 tentativas). Foi realizado um grande esforço para encontrá-las e algumas recusaram - se a conceder entrevista, alegando que não se lembravam daquele tempo ou até mesmo que tinham medo de falar. Em vista do pequeno número de entrevistadas, optou-se por valorizar o qualitativo e não o quantitativo das fontes, resgatando, assim, a importância das experiências individuais, realizando o cruzamento de dados contidos nas entrevistas e nos documentos encontrados.

Pelo levantamento das fontes torna-se possível perceber que a presença das martinhas e a relação destas meninas com as freiras pode ser dividida em duas fases: da instituição da escola até meados da década de 50; e deste momento até o fechamento do Colégio.

A primeira fase é caracterizada por uma educação voltada principalmente para a instrução moral das martinhas. Pelos relatos descobre-se que as freiras tinham a preocupação em trabalhar questões de cunho moral, mas não há, neste momento, uma necessidade da formalização do ensino. Este fato é detectado até mesmo na falta de anotações sobre esta atividade. As entrevistadas que freqüentaram o colégio no período anterior queixam-se de não ter recebido um diploma.

A segunda fase instaura-se quando uma diretora do Grupo Escolar da Campanha propôs oferecer o Ensino Primário para as martinhas (década de 1950). Foram, então, montadas duas salas de aula: uma que oferecia o ensino relativo à 1ª. e à 2ª. séries, e outra que contempla a 3ª. e a 4ª. séries. A partir deste momento estas meninas passaram a receber um ensino formal público, que utilizava o espaço privado do Colégio Sion. Dessa forma, o público e o privado se mesclavam. As irmãs continuavam ensinando e utilizando o serviço

doméstico das martinhas, justificado como uma forma de pagamento pela hospedagem e também na necessidade de preparação destas meninas para o futuro.

As martinhas, contudo, não são as únicas que trabalhavam na limpeza e organização do Colégio Sion de Campanha. Há ainda algumas *moças de serviço* (que recebiam pagamento), e as freiras *conversas*, que também realizavam serviços manuais e orientavam a organização da Casa, além dos encarregados da manutenção dos jardins, das hortas, etc. Verifica-se que a presença das martinhas no Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha foi constante e primordial para o bom funcionamento da Casa. Elas estiveram sempre presentes no período de funcionamento do Colégio, apenas variando o número total.

Com as anotações feitas por uma freira em uma pequena caderneta é possível fazer o levantamento do total de martinhas que passou pela Instituição desde 1905 até 1945: 481 meninas. Esta caderneta não só fornece o nome de meninas que entram ano a ano na Instituição, mas, ao lado de cada nome, o período em que lá permanecem. Algumas têm uma passagem bastante rápida, somente dias ou semanas, mas outras ficam muitos anos.

Ao verificar-se a quantidade de meninas de Sion e o total de martinhas matriculadas, percebe-se que, enquanto as matrículas eram crescentes entre as meninas de Sion, esta proporção não era aplicável à quantidade de martinhas. O número de martinhas nunca superou a quantidade de 50 (1927). Este número variava de acordo com as necessidades das irmãs e também com o interesse de permanência por parte delas na Instituição. Tal permanência dependia da possibilidade de adaptação ao estilo de vida sionense.

Pelos depoimentos é possível investigar sobre o dia-a-dia destas meninas e perceber que o tempo de trabalho é maior, comparando-o ao tempo de estudos. Com pequenas alterações, o dia de uma martinha iniciava-se da seguinte forma: acordar cedo, variando entre 5 e 5:30 da manhã. Fazer a higiene e assistir à missa. Após havia o café da manhã.

Durante todo o período da manhã as martinhas realizavam diversas tarefas domésticas, dependendo do setor ao qual fora designada. Ao longo da estada das martinhas na Instituição, elas deveriam aprender diversas atividades. Nunca ficavam por muito tempo com um único serviço. Acontecia um rodízio nas diversas atividades, preparando assim estas meninas para um futuro trabalho doméstico, dentro das regras e da ordem sionenses. Havia uma divisão do trabalho entre elas, como também não poderiam ficar muito tempo em uma mesma atividade. Deveriam ser preparadas para todas as atividades necessárias a uma mãe de família pobre ou também como uma possível e futura empregada doméstica. Cada uma

exercia funções diferentes ao longo de sua jornada diária. Depois de um período em determinada função eram remanejadas de posição.

Inicialmente ficavam encarregadas da limpeza das salas de aula e dormitórios, como também da preparação do café da manhã das meninas de Sion. As salas de aula deveriam ser limpas naquele momento pois logo seriam ocupadas pelas meninas de Sion. Toda esta atividade acontecia após a missa das martinhas e enquanto era realizada a missa das meninas de Sion. Após este momento, algumas martinhas deveriam limpar a capela e outras iriam para os serviços de costura, lavagem, cozinha, repassagem, limpeza do banheiro e organização dos refeitórios. Ás 11 e meia da manhã todas paravam seus afazeres domésticos e almoçavam.

As entrevistadas não sentiam diferenças na alimentação fornecida, mas apontavam alguns caminhos para a percepção das desigualdades: o refeitório separado, o que restava do almoço das meninas poderia ir para o jantar delas e também a forma de servir a comida.

Deve-se pensar também a origem social destas meninas. Para muitas essa era a única chance de uma alimentação saudável, já que algumas provinham de famílias muito humildes. A grande maioria era originária da zona rural de Campanha e cidades vizinhas. Junto às freiras, essas meninas seriam mais fáceis de adaptação ao mundo do trabalho, já que estavam acostumadas a exercer atividades domésticas em suas respectivas casas. Era também uma forma de adequar estes seres às normas de civilidade e higiene necessárias para o progresso da nação. Do lado das meninas, seria a única chance de educação formal, já que as escolas ficavam muito distantes de suas casas.

Segundo os relatos, percebe-se que há diferenças entre as próprias martinhas. Algumas delas recebem pequenos presentes, especialmente alimentos, quando são visitadas por seus familiares. Estes presentes podem ser compartilhados com as outras internas, significando, assim, um poder de troca, de barganha e ascensão entre elas. Muitas utilizam desta barganha para ganhar a amizade das *anjas, também presentes para as Meninas de Sion.* A menina que acaba de ingressar na Instituição deve ficar sob a guarda de uma *anja* e esta é uma martinha que possui mais tempo na casa e deve ser tanto responsável por ensinar o serviço, quanto por controlar as atitudes da ingressante. Segundo as depoentes, algumas destas *anjas* abusam de autoridade, do poder de mando e de controle sobre as martinhas.

Durante as refeições as *anjas* controlam os deslizes das mais novas à mesa. Após o almoço, ocorre ainda um tempo de trabalho anterior às aulas da tarde, pois é necessário ainda lavar as louças. Segundo os relatos, o tempo utilizado para o ensino varia, mas nunca ultrapassa três horas diárias.

Na caderneta de 1935/1937 foram registradas diariamente as atividades das meninas quanto ao trabalho realizado. Segundo esta, entre os dias 8 de abril até 22 de setembro de 1935, as meninas foram analisadas seguindo os seguintes critérios e partindo do melhor para o pior conceito: *perfeita, ótima, muito bom, bom, sofrível*, *quebrou algo* e *não merece a cruz.* Quebrar qualquer objeto era considerado uma falta muito grave, já que consta na caderneta as seguintes observações no período analisado: Antonieta (número 01) quebrou uma tigela e uma xícara; Maria do Rosário (número 21) quebrou um prato. Além destas observações, elas não foram dignas de nenhum outro conceito. As anotações das atividades das martinhas neste momento acontecia segundo o critério do trabalho, e não acerca de seus rendimentos escolares.

Comparando os conceitos semanais das alunas nos anos de 1935 a 1937, chega-se à conclusão de que poucas eram consideradas perfeitas (*parfait*); a grande maioria recebia o conceito bom ou muito bom. Mas muitas também *não merecem a cruz.* Como também acontecia com as meninas de Sion, significava que a aluna não poderia portar uma cruz no pescoço em um determinado período (que variava de acordo com a gravidade da falta cometida). Quem perdesse a cruz ficava marcada visivelmente diante de suas companheiras. A martinha Annita (número 31) perdeu a cruz por oito vezes entre os anos de 1935 e 1937, e a caderneta informa ainda que esta menina *não guardava silêncio.* Esta era uma falta considerada gravíssima, pois a conversa entre elas só poderia acontecer em alguns horários e sendo sempre vigiadas.

Segundo algumas entrevistadas, só poderiam falar o necessário durante o trabalho. O horário específico para conversar era o recreio, que acontecia depois do lanche, após as aulas. Até a quantidade de recreios das martinhas (01) era menor, se for levado em consideração o número de recreios diários das meninas de Sion (03). Era o momento de descontração, tornando-se, então, possível sair do prédio e brincar nas alamedas, mas sempre sob vigilância. A diferença era percebida até no vestuário:

Meninas de Sion, S/D

Martinhas, S/D

Acervo CNSS/ Campanha Acervo CNSS/ Campanha

Após o recreio, voltavam para o trabalho. Era necessário preparar o jantar. Após um dia permeado de atividades domésticas, as martinhas tomavam banho e dormiam às 21 horas impreterivelmente. Todos os dias deveriam seguir a mesma rotina.

Algumas meninas podiam sair do Colégio para trabalhar na limpeza da Catedral de Campanha. Estas saídas funcionavam como uma gratificação para as mais comportadas. As saídas do Colégio eram comemoradas como grandes momentos de variação da rotina. No meio do ano, quando estavam sozinhas com as freiras no Colégio, tinham a comemoração do dia de *Santa Marta* (29 de julho). Geralmente era feito um *picnic* com as freiras dentro das terras do Colégio e, neste dia, como gratificação, as martinhas não trabalhavam.

As permissões para visitas e saídas também eram diferenciadas entre meninas de Sion e martinhas. Enquanto as primeiras poderiam receber visitas todo domingo e, na maioria das vezes, dispor de duas férias por ano, no segundo caso só poderia haver geralmente uma visita mensal e só tinham férias no final do ano, quando, então, tinham permissão para encontrar suas famílias. Mesmo assim, só poderiam sair uma semana depois das meninas de Sion, e retornavam uma semana antes, para organizar o prédio. Em muitos casos, estes eram os momentos de abandonar o Colégio, pois percebe - se que muitas não retornavam dessas férias.

Conclusão

A diferenciação social educativa dentro do Colégio Sion parte do pressuposto que deveria haver uma hierarquia das ocupações, que ocorria em relação às martinhas e às meninas de Sion, ou até mesmo entre estas e suas *anjas*, para garantir a ordem. Não é apenas uma ordenação dos espaços, mas deve-se pensar em uma abrangência ainda maior: a ordenação da própria sociedade, um princípio que já é proposto desde a Antigüidade por São Paulo:

> *Assim como num só corpo temos muitos membros, e nem todos os membros têm a mesma função, assim, (ainda que) muitos, somos um só corpo em Cristo, e cada um de nós membros uns dos outros. Mas temos dons diferentes, segundo a regra de fé; quem tem o ministério, exerça o ministério; quem tem o Dom de ensinar, ensine; quem tem o de exortar, exorte; o que reparte, faça-o com simplicidade; o que preside, faça-o solícito; o que faz obras de misericórdia, faça - as com alegria. (Epístola aos Romanos. 13, 4 – 8)*

Na sociedade capitalista, o trabalho é explorado e a sua força recebe sempre um valor menor do que seria merecido. As martinhas recebiam a educação em troca de seu

trabalho, mas o pagamento também era menor, já que as horas de estudos eram bem menores do que as horas de trabalho diário. Mesmo participando da necessidade de ordenação social presente desde a Antigüidade, também funcionava como uma estratégia de sobrevivência e de aprendizado destas meninas, com a preparação para o mundo do trabalho.

Bibliografia:

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: Editora UNESP, 1998

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 1999

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Uso e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2ª. ed., 1998

MONDÉSERT, Claude. **As religiosas de Nossa Senhora de Sion.** Lion, França: M. Lescuyer et fils, 1956

MOURA, Geovana Ferreira Melo. **Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores – Uberaba, 1940/1966).** Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Uberlândia, 2002

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A monarquia castelhana e a questão das penalidades no séc. XIII

Marta Silveira Bejder[1]

O séc. XIII representou, para as monarquias medievais, um momento de consolidação. O Ocidente medieval experimentou, em sua maioria, um processo de busca de fortalecimento do poder real. Processo este que implicou na construção de símbolos de poder que buscavam promover a unicidade do reino. Com o reino de Castela, não foi diferente. Segundo Adeline Rucquoi, a sociedade peninsular ter como uma das suas características básica a construção de monarcas centralizadores em virtude de ser uma sociedade voltada para a guerra, em função da presença constante e intermitente dos muçulmanos nesta região (RUCQUOI,1995,16). Além do combate aos inimigos externos, os reinos peninsulares tiveram que enfrentar sérios problemas de ordem política que implicavam em disputas internas pelo poder que colocavam em choque forças nobiliárquicas, eclesiásticas e urbanas.

A convivência política de Castela e Leon estava longe de ser pacífica, até o séc. XIII, quando Fernando III, vencendo as forças políticas centrífugas dos reinos e ao mesmo tempo estando a elas submetido, conseguiu consolidar o seu poder unificador. O mesmo projeto político foi seguido por seu filho e sucessor Afonso X.

Foi justamente neste contexto que podemos situar o nosso trabalho, pois o *Fuero Real*, por nós selecionado como fonte, foi composto a mando de Afonso X, por juristas, entre os anos 1250 a 1280 (RUCQUOI,1995,251). Representado uma tentativa de promover a unicidade dos diversos ordenamentos (fueros) já existentes no reino castelhano-leonês e vigentes nas diversas comunidades urbanas do reino. Este documento foi produzido com base nas disposições legais já aplicadas nas diversas comunidades urbanas do reino, pois a Coroa tinha como prática conceder a cada núcleo urbano que se criava a partir dos processos de Reconquista e de repovoamento, mais correntes no séc. XII, um ordenamento que visava afirmar a autoridade real e ordenar as questões cotidianas dos habitantes da região. Logo, no séc. XIII, havia uma multiplicidade de fueros.

Não se tratava, portanto, de ordenar uma sociedade que se encontrava desordenada, mas de colocar em prática um projeto político monárquico que retratava o rei como o grande ordenador das discórdias internas, reforçando, assim, o seu poder. Vejamos a

[1] Mestre em História Social pela U.F.R.J.
Professora da Universidade Gama Filho/RJ
Professora das redes municipal e estadual de ensino do RJ
Colaboradora do Programa de Estudos Medievais da U.F.R.J.

fonte: "Et por esta razon uienen muchas discordias et muchas contiendas entre los omnes. Onde conuiene al rey que ha a tener sus pueblos en iusticia & en derecho". (FR,I,1)

Para que possamos empreender a análise da fonte e da temática por nós proposta, cabe considerarmos aqui a natureza do conhecimento jurídico produzido, com intensidade, já a partir do séc. XII, no Ocidente medieval, quando houve o resgate dos princípios do direito romano que se impôs sobre o chamado direito feudal cujas bases advinham do antigo direito germânico.

O campo jurídico lidou, ao longo do medievo, com a tensão que caracterizou o discurso laico e religioso, com o dualismo, sempre presente, entre as matérias teológicas e jurídicas. Observemos, então, cada um dos planos para que possamos caracterizar a tensão existente entre os mesmos ao longo do período que pretendemos analisar.

No plano secular houve a retomada do direito romano, resgatado por Justiniano e vigente no Império Bizantino. Este direito garantia alguns princípios jurídicos básicos. Em primeiro lugar, a concepção de que a justiça vinha do alto, representada pela figura do soberano. Em segundo lugar, a escolha, pelo soberano, dos seus representantes, os procuradores, aqueles que aplicavam as penalidades referentes aos crimes cometidos. Em terceiro lugar, a noção de crime foi sendo substituída pela de infração. O dano não era tratado somente como uma ofensa ao indivíduo em si, mas ao próprio soberano que representava a coletividade e falava em nome dela. Desta forma, em quarto lugar, o soberano que havia sido lesado em seu direito, de alguma forma, passava a exigir reparação, tanto para si quanto para a parte que, individualmente, havia sido lesada. (FOUCAULT,2005,65-67).

O direito romano, então, oferecia material jurídico suficiente para a construção de um discurso que auxiliava na consolidação do poder monárquico. No entanto, outros elementos jurídicos encontravam-se envolvidos neste processo. Vejamos a questão do direito canônico, que caracterizou o plano religioso.

O nascimento do direito canônico, como ordenamento, ou seja, como "sistema jurídico orgânico e auto-referente" (PRODI,2005,63), pode ser situado no séc. XII, o que não implica no fato da Igreja possuir, anteriormente, uma atividade normativa nos séculos anteriores. Este direito representou uma resposta da Igreja ao contexto de submissão ao poder laico, por ela enfrentado, nos séculos anteriores. Sendo assim, "tornou-se o principal instrumento para a fundação do novo poder pontifício e para fazer da Igreja a autêntica herdeira do Império Romano." (PRODI,2005,64).

A Reforma Gregoriana na tentativa de libertar-se da interferência laica nos assuntos religiosos, propôs-se a consolidar o poder papal e a fortalecer a estruturação interna

da Igreja. A monarquia papal passou a servir como exemplo para as monarquias laicas que, ao longo do séc. XII, buscavam estruturar-se no Ocidente. A questão que se colocava era a necessidade de demarcar, claramente, o foro de atuação da justiça administrada pelas autoridades eclesiásticas e pelo poder laico. De acordo com a concepção eclesiástica, a lei humana só teria significado quando entendida como um instrumento utilizado para reprimir a audácia dos homens, após o pecado original, quando a lei evangélica não bastava para resolver os litígios entre eles (PRODI, 2005,92).

Ao refletir sobre a questão do pecado (e da expiação do mesmo a partir da aplicação de penitências e da excomunhão), dos inquéritos (instaurados para a resolução das questões de disciplina interna da comunidade eclesiástica), do poder concernente aos tribunais episcopais e outras questões significativas, a Igreja forneceu às monarquias um material jurídico básico que serviu como exemplo para a organização do aparato jurídico laico.

O interessante, é que o projeto cesaropapista não apresentou os resultados esperados. Ao invés de favorecer o desenvolvimento de um único direito da cristandade, terminou por permitir a formação de uma pluralidade de ordenamentos jurídicos concorrentes, para a distinção entre o foro eclesiástico e o civil e para uma nova relação entre a lei humana e a consciência (PRODI, 2005,111). Desta forma, o séc. XIII foi caracterizado pela existência de uma pluralidade de ordenamentos que concorriam, entre si, em uma relação dialética onde o dualismo entre sagrado e o profano se fez sentir.

No que se refere à questão das penalidades, é necessário considerarmos que, no medievo, não havia um campo específico para a matéria do direito penal. Até porque, para que se possa compreender a noção de penalidades, precisa-se considerar a relação entre pecado e infração, pois ambas foram extremamente próximas no contexto em que nos predispomos a estudar. Não cabe aqui entrarmos em uma discussão teológica e jurídica profunda sobre esta relação, mas é interessante entendermos que a construção da noção de processo terminou por distinguir, mesmo que primariamente, uma divisão de matérias entre o civil, o penal e o canônico. Desta forma, passa a ser definido como crime tudo aquilo que constitui uma lesão à ordem social, pois é de interesse público que o crime seja punido, portanto, havia uma íntima relação entre pecado e delito. A ação penal, então, passou a ser considerada como o principal instrumento para disciplinar os súditos. Esta foi, segundo Paolo Prodi, uma das grandes contribuições do direito canônico para a formação do direito moderno, pois permitiu a incorporação do problema do foro da consciência e do pecado dentro do universo jurídico (PRODI,2005,150).

Nosso objetivo, portanto, é considerar a forma como, especificamente no *Fuero Real*, a tipologia diversa de penalidades foi aplicada. Desta forma, a partir da análise da fonte, podemos caracterizar três tipos de penalidades no que dizia respeito a questões relativas à condição feminina: as corporais, as indenizatórias e as morais. Procuraremos analisá-las separadamente.

- Penalidades corporais

Não teríamos como compreender a aplicabilidade das penalidades corporais no FR sem levar em consideração a noção de corpo social que se construiu política e ideologicamente neste período. Numa clara analogia entre o corpo eclesiástico, o corpo humano e o corpo político, os teólogos e intelectuais do período que estavam a serviço das monarquias nascentes, buscaram consolidar o poder real sobre o corpo social. Assim como o corpo humano tem somente uma cabeça, a Igreja era dirigida por um só cabeça: Cristo. No entanto, a ordem terrena precisava ser estabelecida nos moldes da realidade celeste, daí a Igreja delegar aos monarcas a atribuição de garantir o ordenamento social.

O pecado era entendido pela Igreja como uma falta contra todo o corpo social. Um delito, também o era, merecendo, portanto, ser punido e o transgressor, dependendo da gravidade do seu crime, deveria ser extirpado do corpo social, a fim de não servir como referência para os demais em suas más ações. Era a idéia de bem comum desenvolvida por São Tomás de Aquino, "Ora, se a infecção ameaça o corpo todo, o médico corta legítima e beneficamente a parte doente, do mesmo modo o Príncipe, justamente e sem cometer pecado, manda matar os criminosos, por temer que a paz social seja perturbada." (MEREU,2005,28).

Desta forma, o que estava em questão não era a caridade, mas a utilidade daquele indivíduo para o corpo social. A sua inutilidade, mesmo aos olhos da Igreja, legitimava a sua morte. No entanto, é interessante considerarmos que, agindo desta forma a Igreja não traía o mandamento mosaico de não matar, pois delegava à autoridade laica o poder e a responsabilidade sobre a morte. A "titularidade da ação penal, ou seja, a autoridade de dizer quem, como, quando e por que um homem deve ser morto, cabe exclusivamente ao príncipe." (MEREU,2005,31).

No FR, observamos que a penalidade corporal poderia ser subdividida em dois campos: a aplicação da pena de morte e a perda da liberdade, do controle sobre o seu próprio corpo que seria entregue a um outro indivíduo ou a Coroa. Eram passíveis de morte as seguintes transgressões: a mulher que se casasse com o seu servo (devendo morrer tanto ele

quanto ela) (FR,IV,174), os servos judeus e mouros que ousassem se casar com a sua senhora (FR,IV,174), a mulher adúltera que poderia ser morta por seu marido (mas somente se ele matasse também o amante, pois a lei era clara em não permitir que um dos transgressores ficasse vivo) (FR,IV,167), se um homem raptasse uma mulher para fornicar com ela deveria morrer por isto (FR,IV,172) e se houvesse um rapto coletivo onde todos tivesse fornicado com a mulher em questão (FR,IV,172).

Concluímos, então, que as penalidades corporais, nos casos acima citados, eram aplicadas, com a permissão da Coroa, em casos que comprometessem a ordem social, como os raptos (individuais e coletivos) e em casamentos que promoveriam a união de elementos constitutivos de grupos sociais diferenciados (o que era considerado uma ameaça à ordem social); em situações onde estavam envolvidos elementos considerados minoritários (como os judeus e mouros, considerados uma ameaça em potencial à ordem social e em situações morais extremas (como no caso do adultério) onde a honra de um indivíduo estava envolvida, tendo ele legitimidade para matar.

Havia, no entanto, penalidades corporais que não implicavam em morte. Como era o caso, por exemplo, da submissão do indivíduo à servidão. Isto ocorreria caso alguém casasse o seu servo com uma serva sem o consentimento do senhor da mesma. Neste caso, tanto a servo quanto os filhos desta união se tornariam servos do senhor ofendido (FR,IV,175). O mesmo se daria caso a situação fosse inversa. O servo que viesse a se casar com uma mulher que não sabia que ele era servo poderia vir a ser resgatado pelo seu senhor (FR,IV,174). A mesma pena era aplicada ao homem que levasse uma mulher casada à força que havia sido resgatada antes do ato fornicatório, pois, nesse caso, o infrator e seus bens (caso não houvesse filhos legítimos) ficariam sob o domínio do casal (FR,IV,172).

Ser reduzido à servidão, então, representava uma total perda de autonomia nesta sociedade extremamente hierarquizada que era a sociedade medieval. Era como impingir a um indivíduo, um compromisso de submissão que, no caso de um homem livre, lhe suprimia a liberdade e o prestígio social, se o houvesse.

Além da redução à servidão, o indivíduo também poderia ser conduzido à prisão, o que também implicava em uma espécie de penalidade corporal. No caso, por exemplo, de uma mulher grávida que tenha sido condenada, ela não pode ser passível de nenhum castigo corporal até que seu filho tivesse nascido, mas deveria ser metida na prisão (FR,IV,160). O mesmo ocorreria com uma viúva de bons antecedentes ou uma donzela que tivessem servido como alcoviteiras entre um homem e uma mulher casada, após ter se apresentadas provas em

relação a tal ato; elas deveriam ser presas, mas não sofrer nenhum tipo de castigo corporal (FR.IV,173).

Estar preso era estar diretamente submetido à autoridade da Coroa, tendo sua liberdade cerceada, sendo marcado, publicamente, como uma ameaça ao corpo social e dependendo, unicamente, da generosidade do monarca, pois somente a sua palavra poderia livrar um condenado. Desta forma, o rei impingia sua autoridade, de forma legítima, sobre os súditos. Ele era o salvaguardador da ordem social, aquele que se dispunha e tinha a autoridade de extrair do corpo social aqueles membros espúrios.

- **Penalidades indenizatórias**

As penalidades indenizatórias foram, talvez, o mecanismo jurídico mais contundente de consolidação do poder real neste momento, pois além de fortalecer politicamente ao monarca, garantia o enriquecimento contínuo dos seus cofres. Como o monarca passasse a ser considerado também como parte ofendida em alguns delitos, era prática comum que as indenizações fossem divididas também com ele.

A questão das indenizações poderia ser assimilada ao chamado preço de sangue corrente no direito germânico, onde se procurava resolver os litígios sem recorrer com freqüência às armas, o que acabava por criar mais conflitos sociais, principalmente nobiliárquicos. Representava, portanto, "o valor em dinheiro que o assassino deveria pagar à família da vítima para evitar a vingança" (MEREU,2005,9). Dentro dessa lógica, portanto, o valor da vida humana variava de acordo com o seu posicionamento social.

A Coroa castelhana, então, utilizando o aparato legal já vigente nos ordenamentos correntes, introduziu a figura do monarca como parte ofendida, já que ele representa o corpo social, que também precisa ser indenizado por aqueles que o ofenderam. Desta forma, a Coroa era indenizada quando um senhor permitia que o seu servo se casasse sem tornar pública a sua condição de servidão; quando uma mulher se casasse com o seu servo, perdendo assim o direito aos seus bens, e não tivesse herdeiros que os herdassem, esses passavam às mãos da Coroa (FR,IV,174); quando havia um rapto coletivo e os envolvidos, que não violaram a mulher mas participaram do rapto, fossem obrigados a pagar uma indenização dividida entre a parte ofendida e a Coroa (FR,IV,172); quando a família consentia que uma mulher desposada (noiva) fosse raptada, devendo pagar uma indenização ao noivo que seria dividida com o rei (FR,IV,172) e outros casos que poderíamos citar aqui.

O interessante é que a Coroa era indenizada quando a transgressão era considerada pública, ou seja, quando havia uma transgressão à ordem social (o servo deixava de ser servo), quando a parte ofendida não tinha herdeiros para receber a herança, quando o crime era considerado uma agressão à coletividade e quando a parte ofendida era traída por seus próprios parentes. No entanto, quando se tratava de conflitos no campo do privado, as indenizações eram entregues integralmente à parte ofendida. Como no caso da mulher que se separava do seu marido sem arcar com "a pena das arras" e terminava por perder tudo o que havia ganho com o seu marido (FR,IV,161) e do noivo ou noiva que foi desonrado no dia da sua núpcia que deveria receber 500 soldos por essa ofensa (FR,IV,163). Nota-se, portanto, a continuidade do chamado preço de sangue, mas também a tentativa da Coroa de também a ele sobrepor a sua autoridade.

- **Penalidades morais**

As penalidades morais aparecem no FR em um número bem menor do que as demais. De uma forma geral eram passíveis de penalidades morais como o degredo, a perda dos bens, a vida em clausura, aqueles que desrespeitassem as regras da moral cristã. O que demonstra um ponto de interlocução entre o direito laico e o canônico.

Aqueles que não respeitassem a lei canônica no que se referia às regras matrimoniais (casando-se com pessoas abaixo do grau de parentesco estabelecido pela Igreja), deveriam ser metidos em um monastério e só poderiam sair de lá com o aval do rei (FR,IV,168). Onde também deveria estar enclausurada a religiosa que havia sido violada por um homem. Este deveria casar-se com ela, mas não poderia usurfruir da sua companhia (FR,IV,169).

A questão do casamento suscitava questões morais consideráveis em uma sociedade onde esta instituição auxiliava ordenação e a regulação da mesma, definindo papéis sociais, praticamente indicando aos indivíduos o seu lugar social, principalmente nas famílias nobiliárquicas. Desta forma, o casamento foi passível de ser tratado legalmente, apesar de ser considerado um sacramento da Igreja desde o séc. XII. Sendo assim, a lei seguia os princípios estabelecidos pelo direito canônico. Era o caso, por exemplo, do respeito às mulheres dos pais e dos irmãos. Um homem poderia ser banido do reino caso fosse pego em flagrante com a mulher ou a barragana do seu pai, seu irmão e seu filho (FR,IV,169).

Além do direito canônico, neste caso, encontrava-se em jogo a própria moral laica que regia as relações entre os membros da ordem nobiliárquica. Isto fica claro quando além

do respeito devido à esposa legítima, deveria haver também o respeito a barragana, ou seja, a concubina, uma figura que poderia ser considerada ilegítima no discurso oficial da Igreja, mas perfeitamente aceita nas relações cotidianas nas casas nobiliárquicas. A penalidade, sem dúvida, era uma das mais duras, pois o degredo simbolizava a exclusão do seu meio social, a perda de prestígio e de bens. Novamente somente o rei poderia reverter este quadro.

Após esta breve análise, concluímos que, no séc. XIII, a Coroa castelhana buscou consolidar e legitimar o seu poder a partir da formulação e da aplicação de leis que garantiriam, também, uma busca pela uniformidade jurídica em um reino marcado pela pluralidade de ordenamentos. Para tanto, utilizou como um dos mecanismos jurídicos a aplicação de diversos tipos de penalidades.

Fontes Primárias

FUERO REAL. Disponível em CD ROOM. O´NEILL,J. (org.). Eletronic textes and Concordances of the Madison Corpus of Early Spanish Manuscripts and Pritings. The Hispanic Seminary of Medieval Studies. Madison and New York, 1999.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT,M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro:PUC,2005.
MEREAU,Ítalo. **A morte como pena**.São Paulo: Martins Fontes,2005.
PRODI,P. **Uma História da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes,2005.
RUCQUOI,A. **História Medieval da Península Ibérica**. São Paulo: Estampa, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade e os grupos escolares: arquitetura e espaço escolar em Minas Gerais (Juiz de Fora, 1907 - 1930)*

Marina Fernandes Braga*

Resumo: No início do século XX a cidade de Juiz de Fora - MG passa por modificações em sua paisagem urbana. Diante desse cenário é implantada na cidade a escola primária pública republicana. Para tal escola, prédios específicos seriam construídos ou adaptados para seu funcionamento. Nesse sentido, é a partir de análises do primeiro edifício destinado a tal forma escolar, que pretendo explicar como se apresentaram inicialmente, a linguagem arquitetônica e os espaços escolares pretendidos e concebidos pelo Estado mineiro na paisagem urbana da cidade de Juiz de Fora.
Palavras chave: cidade, grupos escolares, arquitetura e espaço escolares.

Abstract: At the beginning of century XX, the city of Juiz de Fora -MG passes for modifications in its urban landscape. Ahead of this scene, is implanted in the city the republican public primary school. For the school, specific building would be constructed or adapted for its functioning. In this direction, from analyses of the first building destined to such form school that I intend to explain as they had been presented initially, the architectural language and the spaces of the school intended and conceived by the State of Minas Gerais in the urban landscape of the city of Juiz de Fora.
Keywords: city, school groups, architecture and space of the school.

O movimento da cidade

No início do século XX, a cidade de Juiz de Fora vivenciou um intenso processo de modernização resultante da ação de fazendeiros e industriais da região, responsáveis pelo incremento de sua economia que, em pouco tempo, levou-a a se diferenciar das demais regiões do estado de Minas Gerais. Ademais, sua proximidade geográfica com o Rio de Janeiro e São Paulo, grandes centros da época, e sua localização estratégica entre estes podem ser apontados como possíveis fatores na construção de cenários econômicos e culturais específicos que a destacou de outras cidades mineiras marcadas por uma religiosidade católica peculiar e uma arquitetura tipicamente barroca (CHRISTO, 1994).

---

* Este trabalho é uma versão revisada do trabalho intitulado "A paisagem da cidade e os grupos escolares: arquitetura e espaço escolar em Minas Gerais (Juiz de Fora, 1907 – 1930)" apresentado no VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais realizado em maio de 2007 na UFJF, cidade de Juiz de Fora-MG.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Área Temática em História e Historiografia da Educação. O presente trabalho é desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq - Brasil.

No ano de 1907, a cidade contava com uma população total de 85.450 habitantes, sendo que entre esses, 28.553 encontravam-se na zona urbana e os demais na zona rural. Nas primeiras décadas do século XX, a imagem do progresso e da modernização foi enfatizada através da reforma e instalação de um planejamento urbano e higiênico que pôde contar com vários tipos de obras e serviços como construção de prédios e praças, abertura de novos arruamentos, saneamento, calçamento, arborização das ruas, elevação de pontes, abastecimento de água, matadouro, eletricidade, veículos de transporte, casas de espetáculo, instituições educativas e outras benfeitorias que pudessem embelezar e causar impressões de cidade modernizada. Uma característica que lhe é peculiar no início do século XX, foi sua industrialização acelerada permitindo seu destaque como importante cidade de Minas Gerais, em especial na Zona da Mata mineira.

Além desses aspectos, a cidade também possuía uma expressiva representação de intelectuais que contavam com um grande número de jornais diários para fazer circular seus ideaias e críticas, os quais também travavam das notícias da cidade e de acontecimentos no restante do país e no mundo. No jornalismo apareciam desde o enfoque político, passando pelo humorístico, classista e religioso (OLIVEIRA, 1981).

Sua intensa vida cultural pode ser percebida pelas visitas de companhias teatrais, pelos circos armados em alguns pontos da cidade, saraus dançantes e conferências literárias que reuniam intelectuais da época (TRIBUNA DE MINAS, 199_) .

Observa-se, portanto, um movimento da cidade longe do que caracterizaria uma cidade do interior.Era uma cidade sofrendo influências de diversos setores, buscando o que parecia ser o mais moderno e desenvolvido, era uma cidade com novas necessidades.

Considerando-se o conjunto de transformações político-educacionais do cenário histórico nacional e juiz-forano, foi instalado, em 1907, um novo modelo de escola primária através dos grupos escolares como defensores da bandeira republicana de universalização do ensino para as crianças (YASBECK, 2006). Esta nova modalidade de organização de ensino foi inaugurada em São Paulo, no ano de 1893, e serviu como modelo de ensino para outras regiões do país. Em 1902, Estevam de Oliveira, Inspetor Técnico do Ensino de Minas Gerais, conheceu a realidade escolar paulista e, tornou-se, a partir de então, um dos maiores defensores na adoção dos Grupos Escolares como a forma mais moderna e eficiente de organizar o ensino em todo o Estado de Minas (OLIVEIRA, 1902). Entretanto, a Reforma do Ensino em Minas Gerais, só se efetivou no ano de 1906 durante o governo de João Pinheiro, quando as propostas de Estevam de Oliveira se concretizariam.

No estado de Minas Gerais, Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades a contar com a nova proposta de ensino público. A iniciativa de colaborar com a reformulação do ensino no Estado foi enfrentada como um desafio pelo diretor dos primeiros grupos escolares, o Sr. José Rangel, que enxergava na reforma do ensino primário uma "revolução ao seio da primitiva escola primária":

> *Não obstante ter de operar em centro dos mais cultos do pais, qual a moderna e laboriosa cidade de Juiz de Fora, que se salienta sempre pelos seus excelentes estabelecimentos educativos, alguns dos quais forneceram as mais brilhantes intelectualidades a geração moderna, desde logo verifiquei que causas múltiplas haviam de dificultar minha tarefa, destacando-se entre outras, o preconceito rotineiro e conservador de espíritos não aparelhados para compreender e aceitar as idéias e cometimentos impostos pelo evoluir progressista, culminante na quadra contemporânea.*
>
> *A reforma, calcada sob feição inteiramente nova, de acordo com as conquistas mais recentes da observação pedagógica, havia de impressionar vivamente os timoratos e os leigos, tal a revolução que vinha trazer ao seio da primitiva escola primaria, ainda sob moldes rudimentares edificada.*
>
> *Assim, pois, foram os meus primeiros passos no sentido de fazer compreender o valor do plano em execução, de destruir a sua má inteligência e fazer com que essa propaganda se tomasse frutífera e eficaz.*
>
> *Desta obra de tenacidade, paciência, convicção e energia, dão os habitantes da cidade vivo e palpitante testemunho pela forma por que, hoje, prestigiam este estabelecimento, considerando-o um centro inteligentemente constituído para a moderna educação popular, com todos os requisitos para proporcionar ao individuo os elementos completos de que carece para a luta e para a vitória, no concurso geral de aptidões morais, físicas e intelectuais, no qual a seleção natural mais uma vez se porá em evidência flagrante. Estou convencido de que, generalizando-se essa campanha, que é acolhida com aplausos e simpatia em todo o Estado, uma verdadeira revolução se operará nos costumes, sob o ponto de vista moral, atingindo os benefícios dela a própria vida econômica, pois, em uma cidade como esta, eminentemente industrial, teremos em vez de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão e por rumo da nossa atividade* (APM - SI 2829).

Em meio ao seu destaque intelectual e cultural, a cidade acompanhava um processo de disseminação da escola primária pública que ocorria em diferentes estados do Brasil (FARIA FILHO e SOUZA, 2006). A crença na mudança do ensino primário que ocorreria a partir de então, estaria sintonizada com o discurso de que os grupos escolares seriam uma instituição educativa comprometida com os ideais da república e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira (SOUZA, 2004, 1998).

Arquitetura e espaços escolares em Minas Gerais

Uma das formas mais visíveis de intervenção frente à forma de ensino do período Imperial seria a utilização de espaços próprios à renovada forma escolar. Portanto, a adoção

de um local próprio à função de ensinar seria uma questão importante a ser enfrentada pelos poderes públicos que colocavam a instrução como o principal meio de civilização. O historiador Antonio Viñao (2006, p.48), afirma que os edifícios escolares são, e tem sido, a expressão visível da intervenção dos poderes públicos no âmbito educativo; seriam "signo e símbolo de interesse dos ditos poderes pela educação".

Os estudos de Faria Filho (2000), destacam que a criação dos grupos escolares na capital de Minas Gerais foi concebida como signo de modernidade republicana, seguindo os caminhos da cidade e adotando a linguagem arquitetônica como instrumento de visibilidade do poder público que marca o processo de civilização que se queria na República. Desse modo, podemos pensar que este tipo de instituição atrelava a linguagem arquitetônica à racionalidade pedagógica da escola graduada, uma vez que sua organização reunia várias escolas primárias em um único local e agrupavam os alunos em classes homogêneas. Como o fez Bencostta (2005, p. 98) para o caso da capital do Paraná que afirmou ter sido "necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de construir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso de uma moderna pedagogia".

Em seu relatório apresentado ao Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais em 1902, Estevam de Oliveira retrata a situação do ensino elementar em todo o Estado e quando se refere à situação dos locais destinados ao ensino primário, indica que a construção de prédios escolares seria o fundamento primordial de toda e qualquer reforma de ensino primário, mas que no Estado de Minas parecia ser um problema sem solução. Não havia nenhum tipo de lei orçamentária destinada a esse fim e caso fossem empregados recursos financeiros para que tal problema fosse solucionado de forma generalizada, a máquina orçamentária viria seu "naufrágio" (OLIVEIRA, 1902).

Tomando como exemplo o caso do ensino fluminense e paulista, Estevam de Oliveira destaca em seu relatório várias normas para as construções de prédios, pensando como o espaço escolar deveria se dispor obedecendo as idéias pedagógicas e higiênicas. Várias questões referentes à utilização do espaço escolar foram alertadas por ele como a capacidade das salas escolares, número de alunos que se devia manter, o revestimento interno das paredes para permitir luz suave e graduada, a sua cubagem e sua iluminação.

O decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906, que vem regulamentar a instrução primária e normal no Estado de Minas, no seu capítulo IV, trata de forma sintética a questão dos prédios escolares. Primeiro, coloca que na execução de seu plano de ensino, o governo para instalar qualquer tipo de instituição, daria preferência às localidades que o auxiliassem,

fosse por somas em dinheiro ou doação de prédios, terrenos ou materiais. Dessa forma, o governo compartilharia as ações para implementação de seu novo plano de ensino com as municipalidades e privilegiaria as cidades mais abastadas. As instituições de ensino poderiam e deveriam funcionar em casas próprias e para os prédios escolares que fossem construídos o governo forneceria os tipos arquitetônicos a serem adotados.

No regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas de 1907 alguns artigos apontavam condições para uma boa organização do prédio escolar, normatizando-o frente aos discursos da nova pedagogia e higiene, para a utilização e conservação dos espaços. Essas determinações visavam uma organização da escola sob os discursos educacionais e higiênicos, com elementos de uma racionalização pedagógica. Os edifícios seriam construídos e possuiriam espaços próprios e diversos às diferentes práticas que a nova organização pedagógica propunha.

O primeiro edifício escolar na paisagem de Juiz de Fora: um primeiro olhar

O primeiro edifício que abrigaria o primeiro grupo escolar da cidade é também o mesmo prédio em que funcionou a Escola Normal da cidade, o Palacete Santa Mafalda[1], que foi desativada de tal edifício no fim do ano de 1906, e em 1907 passa a funcionar um grupo escolar modelo sob a direção do Sr. José Rangel que havia sido diretor até então da Escola Normal (O PHAROL, 1906).

O grupo escolar teve sua instalação adiada segundo o jornal O Pharol (1907), devido à grande procura para matrículas, sendo instalado efetivamente no dia 04 de fevereiro de 1907, data instituída pelo diretor escolar, com solenidade aberta a toda a população. Para o ano de 1907, foram matriculadas 476 crianças inicialmente, passando a 501, segundo informações do diretor José Rangel em relatório desse mesmo ano, enviado à Secretaria do Interior. Ainda no mesmo ano, esse edifício passaria a abrigar o segundo grupo escolar com matrícula de 396 crianças, passando a 501 o número total de crianças matriculadas. O prédio abrigaria a partir de então dois grupos escolares funcionando em turnos diferentes para atender o grande número de crianças em idade escolar.

O prédio escolar em que foi instalado o primeiro grupo escolar da cidade, situava-se à rua Direita, atual Avenida Barão do Rio Branco, próximo a outros prédios

[1] O Palacete foi construído em meados do século XIX com a finalidade de presentear o Imperador e servir de casa de verão para a família imperial. Mas tal palacete não foi aceito como presente pelo imperador e por isso, antes de seu falecimento o Barão de Santa Mafalda faz uma doação do referido prédio à Santa Casa, que por sua vez o arrenda ao governo que o utiliza para finalidades educacionais. MINAS GERAIS. *Palacete Santa Mafalda – Escola Estadual Delfim Moreira*. 2000.

públicos municipais e também à Igreja Matriz, localizando-se na área central da cidade. O grupo escolar estava em local privilegiado, bem no centro da paisagem urbana, podendo ser percebido e admirado. Seus portões de ferro, situados em suas extremidades e sua fachada imponente, acabam delimitando a faixa divisória do que é próprio à escola e do que é externo a ela.

O inspetor do ensino Estevam de Oliveira em relatório enviado à Secretaria do Interior no ano de 1906 informava as condições em que o prédio utilizado pela Escola Normal se encontrava. Ele era um vasto prédio, constituído de dois pavimentos, o térreo e o superior, pertencentes ao patrimônio da Santa Casa da cidade e estava arrendado ao governo do Estado por escritura pública.

> *Duas secções integram o edifício: o corpo do prédio propriamente dito e uma ala à direita de quem penetra no edifício. A portaria de entrada situada no meio do prédio, tem 3m,40 de altura sobre 1m,65 de largura; as janelas em seus pavimentos, tem a dimensão de 2m,22 X 1m,12; as paredes internas as seguintes alturas: no pavimento térreo 4,20m; no pavimento superior, 4m,30. Não há pintura interna a óleo, porquanto todas as paredes são forradas de papel finíssimo, é certo variegadas cores, que em alguns compartimentos modificam-se sensivelmente as condições da iluminação interna. Nem é esse o sistema preferido da higiene escolar.*
>
> *Atinge a 26m,32 o comprimento total da frente do prédio sobre 15m,55 de largura; a superfície da área direita (única existente) é de 17m,15 X 11m,0.* (APM, SI 2829).

Apesar de ter sido um edifico adaptado à finalidade de ensinar, não construído para tal utilização e ainda fora das mais perfeitas condições higiênicas, ele é um edifício atraente e colabora para dar visibilidade às ações da renovação no ensino primário, conforme os ideais Republicanos.

Portanto, o Estado de Minas Gerais investiu em locais próprios e destinados à instrução pública primária e a cidade de Juiz de Fora, juntamente com o processo de melhorias na cidade, acompanha de perto o movimento de disseminação desta nova forma escola juntamente com outras cidades de grande importância, recebendo-a como um modelo de ensino civilizatório e modernizador. Mas, frente às regulamentações do Estado e as condições que o primeiro edifício se encontrava, o edifício que abrigaria os primeiros grupos escolares ainda precisaria de algumas adaptações para torna-se um edifício destinado ao ensino e conforme os discursos pedagógicos e higiênicos.

O espaço escolar público primário vai se tornando, paulatinamente, com a República um elemento básico para a atividade educativa possibilitando uma das formas de visibilidade das ações educacionais do Estado. O edifício - escola passava a ocupar um

conjunto de símbolos e significados na vida da sociedade. Seria, portanto, uma construção diferenciada das demais, que se separava do lar e de outros edifícios públicos, civis e religiosos, independente de qualquer outra construção e adequado para a finalidade de ensinar.

Fontes:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Relatório de Estevam de Oliveira enviado à Secretaria do Interior no ano de 1906. SI 2829.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Relatório do sr. José Rangel, enviado à Secretaria do Interior em 1907. Acervo do Arquivo Público Mineiro, SI 2829.

DIVISÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. Resoluções da Câmara Municipal 1906 a 1930.

ESTEVES, Albino de O.(org). Álbum do município de Juiz de Fora, Bello Horizonte, Imprensa Oficial, 1915, 2 ed.

MINAS GERAIS. Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1907.

MINAS GERAIS. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.

MINAS GERAIS. Palacete Santa Mafalda – Escola Estadual Delfim Moreira. 2000.

OLIVEIRA, Estevam. *Reforma do ensino público primário e normal de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 1902.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora.* Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria. 2 ed, 1966.

O PHAROL, 13 de maio de 1910.

O PHAROL, 18 de dezembro de 1906.

O PHAROL, 01 de fevereiro de 1907.

TRIBUNA DE MINAS. *Juiz de Fora em dois tempos*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 199_.

Referências:

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). In: _____(org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A Europa dos pobres:* a belle-époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

OLIVEIRA. Almir. *A imprensa em Juiz de Fora.* Juiz de Fora: Imprensa da UFJF,1981.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização:* a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. Lições da escola primária. In: _____ et all. (orgs). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____ e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.). G*rupos Escolares:* cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIÑAO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade*: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Templos de la patria, templos del saber. Los espacios de la escuela y la arquitectura escolar. In: ESCOLANO, A. (org.). *Historia Ilustrada de la escuela en Espanã*. Dos siglos de perspectiva histórica. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, pp.47-71.

YASBECK, Lola. Um projeto modernizador: o grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares:* cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 - 1971). Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2006.

WOLLF, Silvia Ferreira Santos. *Espaço e educação*: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Associativismo docente e a construção de uma identidade profissional – 1901-1910

Ilíada Pires da Silva[1]

Resumo: Esta comunicação examina a atuação da *Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, no período de 1901 a 1910, sob a perspectiva da construção de uma identidade sócio-profissional para o professorado público paulista.

Palavras-chave: associativismo docente, profissão professor e Escola Normal

Abstact: This report surveys the performance of the Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, from the point of view of building a socioprofessional identity to the Estado de São Paulo public professorate.

Keywords: teaching body associtiveness, teaching as a profession, normal school

Até a década de 1960, as profissões foram pensadas, predominantemente, como formas de ocupação de distintos grupos profissionais e os estudos relacionados ao tema se preocuparam em identificar os seus traços característicos, as suas etapas evolutivas, o seu modo de funcionamento e as suas formas organizacionais.

Tal modo de caracterizar as profissões refere-se muito mais a uma reprodução de um conjunto de estereótipos produzidos pelos próprios campos profissionais do que uma teoria geral de um objeto construído pelos estudos sociológicos. Valoriza as profissões como formas superiores de organização do trabalho, como indício de modernização e progresso; sempre compreendidas como o resultado de um processo natural de diferenciação das funções sociais (Rodrigues, 1997: 2).

Sob esta perspectiva, que faz a apologia do profissional, os principais atributos das profissões estão referidos ao conhecimento profissional adquirido através de uma formação específica, especializada e longa e pelo modo de agir altruístico, ou seja, a comunidade profissional se orienta para a prestação de serviços à sociedade democrática e não para os seus interesses particulares (Dubar, 1997: 128).

Nas últimas décadas, os debates e as investigações em torno do tema das profissões foram ampliados e aprofundaram significativamente os conceitos e os modelos

[1] Doutora FEUSP, Professora da FCT - UNESP.

analíticos. O aumento do interesse por parte de pesquisadores provocou na década de 80 uma redescoberta do tema. Dentre as amplas possibilidades de abordagem, optei por um recorte que privilegia o debate em torno dos processos de constituição das profissões; considerando os investimentos de grupos sociais na luta para afirmar e reafirmar continuamente as identidades profissionais, a ação de grupos ocupacionais que buscam legitimar suas atividades, além de criar e manter situações de monopólio profissional, de privilégio e de poder para determinados grupos profissionais (Rodrigues, 1997: 3).

Esta comunicação pretende discutir o associativismo docente a partir da questão da identidade sócio-profissional, examinando a atuação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, no período de 1901 a 1910, sob o ângulo da construção de uma identidade sócio-profissional para o professorado público paulista (Silva, 2004).

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo foi criada em 27 de janeiro de 1901, por um pequeno grupo de profissionais da instrução pública paulista com a intenção de criar uma agremiação que reunisse todos os professores públicos do estado de São Paulo.

No final do século XIX e início do século XX, a capital paulista passou por um momento de intenso crescimento urbano e de expressivo aumento das agremiações mutualistas. Estas formas associativas foram muito atuantes em São Paulo e representaram uma resposta destes grupos não apenas à situação de penúria em que viviam os trabalhadores na capital (Luca, 1988: 80) como também à ausência de uma política de saúde centralizada no Estado.

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo foi criada neste momento, com sede na capital paulista e os seus fundadores tinham como finalidade, conforme os seus Estatutos, de atuar em três direções: amparar o professorado através da concessão de benefícios; defender os interesses da categoria tanto no que diz respeito à constituição de um corpo de saberes e técnicas e de um conjunto de normas próprios ao magistério, quanto às condições do trabalho docente.

Para este trabalho, interessa indagar como um restrito grupo de educadores que fundou e organizou esta agremiação, de 1901 a 1910, investiu para afirmar e reafirmar uma identidade sócio-profissional para o professorado paulista. Trata-se de interrogar, primeiramente, sobre o significado dado à classe do professorado pelo grupo fundador. Quem

eram os profissionais que compunham esta classe e até que ponto constituíam um bloco homogêneo como este termo faz supor. De outro modo, a intenção de reunir todos os professores públicos do estado de São Paulo pressupõe que estavam apenas separados espacialmente ou indica um distanciamento dentro da própria categoria? A leitura dos *Estatutos* fornece as primeiras informações sobre a condição do professorado quando observa que pretende agregar como sócio efetivo o

> *(...) professor publico ou diplomado por Escola Normal do Estado, mesmo que não esteja em exercicio; ou sem ser diplomado, tenha exercido durante cinco annos, o magisterio publico, embora se ache afastado do exercício, por aposentadoria ou outra causa (...)*[2].

Aqui é possível distinguir dois tipos de sócios efetivos: o professor público, que tem o Estado como empregador, e o normalista, formado por instituição de formação estatal. Tal critério se amplia e se inverte quando afirma que também poderão ser aceitos na categoria de sócio efetivo os professores que não estejam no efetivo exercício, portanto não sejam professores públicos, e os que não tenham a carta de normalista, mas desde que tenham exercido o magistério público por cinco anos.

A noção classe do professorado não representa exatamente um bloco homogêneo, uma vez que apresenta segmentos constituídos pela diversidade de formação, de empregador e de efetivo exercício no magistério. Interessa saber o modo como esta diversidade interfere na composição do conjunto do professorado e,como tais diferenças, sobretudo de formação profissional e de formas de acesso ao magistério público, interferem no modo de seus membros partilharem valores, interesses e construírem uma identidade comum? De que modo os processos de formação nas instituições profissionais ou a formação adquirida diretamente nas práticas do magistério podem desenvolver identidades distintas no interior do próprio grupo?

Nos Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, apresentados entre 1893 a 1897, aparecem três categorias de professores públicos: normalistas regentes das Escolas Preliminares; habilitados regentes das Escolas Intermédias e interinos regentes das Escolas Provisórias. Quanto aos não diplomados, temos dois tipos de professores: os habilitados que, segundo a regulamentação do Império, prestavam exames diante de uma Comissão Examinadora nomeada pelo Governo, e os interinos, examinados pelos inspetores de distritos, conforme a legislação republicana.

---

[2] Estatutos da Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado de São Paulo, 27/01/1901.

No âmbito dos professores diplomados, também aparecem distinções produzidas pela existência de dois tipos de instituição de formação. A Escola Normal da Capital, única instituição até 1894, e as Escolas Complementares, implantadas a partir desta data[3].

Estas duas categorias de cursos de formação se desenvolveram simultaneamente e de modo segmentado. Tanuri considera que, a partir da instalação das Escolas Complementares, criadas para responder às necessidades de uma formação acelerada e numerosa, o sistema de formação do magistério tornou-se dual e estratificado, mantendo, de um lado, a Escola Normal de elevado padrão e, de outro, as Escolas Complementares de categoria inferior, que se constituiu no principal processo de qualificação de professores preliminares (Tanuri, 1979: 101).

Também João Lourenço Rodrigues, formado pela Escola Normal em 1890, observa em sua obra de cunho memorialístico que:

> A classe do professorado publico veio a constituir assim uma curiosa escala de valores; no ápice um escól reduzidíssimo de professores complementares, de preparo quasi encyclopedico, e na base um número considerável de professores quasi sem preparo: eram provisorios só de nome, pois dada a carencia de normalistas diplomados, ninguem iria disputar-lhes as collocações *(Rodrigues, 1930a: 327).*

A sua classificação é importante porque expressa o modo como os normalistas se auto-representavam e representavam o seu outro, a grande massa do professorado e, por estas representações terem sido continuamente reproduzidas pela historiografia da educação.

Deste modo, a presença de segmentos diversos no interior da classe do professorado fica esclarecida. Resta saber como os diferentes grupos se relacionam e de que modo o jogo de relações de forças se dá em função da construção de uma identidade unificada para o professorado.

Mais do que diversidade, o que se nota é a instalação de uma hierarquia entre normalistas, interinos ou habilitados, já assinalada pela classificação de Rodrigues. Tanuri, ao examinar os significados das reformas da Instrução Pública e o tipo de mudanças por elas desencadeadas, sustenta que a Escola Normal permaneceu durante aproximadamente as duas primeiras décadas republicanas

> *(...) como uma categoria à parte, de categoria superior, mas de limitada contribuição para o magistério primário propriamente dito, uma vez que, além de pequeno o número de seus egressos, parte deles de dirigia para os cargos administrativos do ensino, ou para o magistério de outros níveis* (Tanuri, 1979, 103).

[3] Em 1895 foi criada a primeira Escola Complementar, junto à Escola Normal da Capital. Entre 1897 e 1903 foram criadas mais quatro Escolas Complementares na capital e no interior.

As Escolas Complementares, de tendências mais modestas, exigiam que os alunos tivessem apenas concluído o curso preliminar, possuíam um único docente responsável por todas as matérias para cada um dos anos e não havia matéria de caráter profissional em seu currículo (Tanuri, 1978: 103). Assim, a instalação destas escolas fez aparecer duas categorias de professores preliminares, diferenciados e hierarquizados em função da posse de um saber mais sofisticado ou mais modesto.

É esta a situação que o grupo de fundadores da agremiação do professorado encontra naquele momento de sua fundação. Um magistério constituído, de um lado, por uma elite diplomada pela Escola Normal, com alto padrão de ensino e elevado ideal de missão e, de outro, uma maioria de professores não diplomados ou formados pelas Escolas Complementares de nível inferior ao da Escola Normal. Estes dois tipos de curso de formação do magistério, com suas diferenças na estrutura, no currículo e no padrão de ensino, assim como a permanência de professores não diplomados, repercutiam na vida destes profissionais em função de distinções na concessão de privilégios na forma de obter situações de monopólio, prestígio social, vantagens salariais e poder. De um lado, a maioria do magistério paulista constituída pelos professores formados pelas Escolas Complementares e pelos docentes sem formação institucional, de outro, os egressos da Escola Normal.

A estes últimos era garantido, através de legislação, o monopólio de diversas funções na Instrução Pública de São Paulo, uma vez que a carta de normalista representava a conquista de autorização oficial para exercer determinadas atividades interditadas a outros. A legislação republicana concedia aos normalistas o direito de assumirem o magistério nas melhores escolas (grupos escolares, escolas-modelo, ginásios, Escola Normal), os cargos de diretor e inspetor de escola e a possibilidade de se projetarem na política e na administração da Instrução Pública. Também se destacaram como autores da maior parte dos manuais didáticos aprovados pelo Governo do Estado.

Quanto à Associação Beneficente do Professorado Público paulista resta saber como pretendeu representar a classe do professorado considerando suas segmentações e hierarquizações. Quem são os componentes do grupo que se aglutinam em torno desta agremiação? De que modo são representativos dos diversos segmentos constitutivos da associação? Pelo exame das atas das sessões das diretorias e das seções da *Revista de Ensino* é possível traçar o perfil do grupo fundador, dos membros das diretorias e do corpo de redação da revista entre 1901 e 1910.

Na Ata da Assembléia de Fundação, realizada em 27/01/1901, foram relacionados os nomes de 24 profissionais da Instrução Pública que assinaram a adesão aos *Estatutos*, seguidos de suas respectivas funções na Inspetoria Geral do Ensino Público: dez inspetores de ensino; oito professores; cinco diretores de escola e um Oficial de Gabinete do Secretário do Interior. Deste total, 23 eram diplomados pela Escola Normal e não há registro da presença de professoras (Silva, 2004: 69).

Através do exame das Atas das Sessões da Directoria entre 1901 e 1910 e os números da Revista de Ensino da Associação do Professorado Público de São *Paulo,* entre 1902 e 1910 constatou-se quanto à formação profissional que dos 44 profissionais que participaram como membros das dez diretorias no período estudado, 36 diplomaram-se pela Escola Normal da Capital e seis pelas Escolas Complementares[4]. Já quanto às comissões editoriais da Revista de Ensino, observa-se que dos dezessete redatores, quinze eram egressos da Escola Normal da Capital e um de Escola Complementar[5] (Rodrigues, 1930b).

Nota-se ainda que 43 profissionais se formaram na Escola Normal entre 1882 e 1903, com uma concentração dos formandos nos sete anos decorridos entre 1887 e 1893. Percebe-se que a passagem pela Escola Normal, para a maioria dos profissionais que posteriormente se aglutinou em torno da agremiação e de seu periódico, ocorreu entre a última década do Império e os primeiros anos do regime republicano, momento de grande entusiasmo pelos ideais republicanos e de discussão em torno da missão regeneradora da escola na nova ordem.

Outro aspecto a ser examinado refere-se às atividades profissionais de cada membro da diretoria ou do corpo de redação da revista. A primeira constatação relaciona-se à proporção elevada de inspetores e diretores na direção da entidade bem como de seu periódico, confirmando a tendência dos professores normalistas deslocarem-se do exercício do magistério para ocuparem cargos administrativos de inspeção e controle das atividades docentes[6], atingindo até, em alguns casos, a chefia da Inspetoria Geral do Ensino Público.

No que se refere às professoras, nota-se que não foi apenas no momento de sua fundação que elas permaneceram ausentes dos quadros da direção da entidade e do corpo editorial da revista, já que no decorrer destes dez anos não lhes foi atribuído nenhum lugar

[4] Com relação a dois deles, não foram encontradas referências sobre a instituição formadora.
[5] Não foi localizada nenhuma referência quanto a um deles.
[6] O Governo do Estado detinha o privilégio de nomear e dispensar os diretores e inspetores de ensino. A escolha de diretores, deveria recair sobre professor diplomado pela Escola Normal e, na sua ausência, sobre professor diplomado pela Escola Normal Complementar, com dois anos de efetivo exercício no magistério. Quanto ao mandato de inspetores, este só poderia recair em professores diplomados pelas escolas normais e com três anos de exercício no magistério.

relacionado ao exercício do poder. Às docentes, residentes na capital paulista, foi atribuída a função de mordomo, através da qual eram encarregadas de auxiliar os associados necessitados.

Deste modo, é possível notar que a tendência apresentada quanto à situação dos grupos que constituem a Associação não se distingue dos dados da Instrução Pública paulista. Segmentada e hierarquizada, as lideranças da entidade e da revista eram predominantemente constituídas por normalistas do sexo masculino, sendo os egressos da Escola Complementar minoria. A mesma característica de elitização profissional notada por Tanuri se desdobra nesta agremiação: a elite da profissão docente constitui a associação nos mesmos moldes da Instrução Pública.

Nos Estatutos, a classe do professorado está representada como um bloco homogêneo, constituído por associados que se uniram em razão de compartilharem certos elos. Esta explicação enquadra melhor os membros da diretoria e da redação da revista do que o conjunto do professorado.

O conhecimento abstrato e o saber prático, assim como um conjunto de valores e normas adquiridos nas Escolas Normais, permitiram aos seus membros partilharem, por um lado, valores, identidades e interesses específicos que lhes garantia o monopólio de seu campo e, por outro impedia o acesso aos leigos. As longas formações e as práticas seletivas não repousam apenas em exigências técnico-pedagógicas, mas constituem-se nos principais fatores de diferenciação e segmentação social, separando os iniciados do restante da sociedade. A classe do professorado, constituía-se de segmentos representativos das diversas instituições formadoras e desenvolveram identidades distintas na medida em que interiorizavam saberes, valores, atitudes e comportamentos diversos.

A construção de uma e não *a* identidade pelos membros das diretorias e da revista não representa a somatória dos diversos segmentos, mas a afirmação e legitimação da identidade normalista como modelo. Os normalistas representam uma elite identitária que serve como grupo de referência para os outros segmentos. Eles têm o poder de definir a identidade enquanto demarcam a diferença e classificam de forma assimétrica através de divisões receptoras de diferentes cargas de valor. Por fim, elegem a identidade normalista como o parâmetro e através deste avaliam e hierarquizam o professorado. Disputada em um campo hierárquico, a disputa pela identidade envolve uma dimensão mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. Representam o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (Silva, 2000, 81-84).

Este processo de afirmação e legitimação interna se cruza e se funde com a busca de ascensão e reconhecimento social. Os seus planos de reforma da instrução pública, manifestos pelo seu poder de atuar tanto no campo do executivo pela ocupação de cargos na hierarquia administrativa e do legislativo na elaboração de reformas da instrução pública quanto na associação, sobretudo através de textos publicados em seu periódico, significavam mais do que a melhoria da qualidade do ensino público e da sua situação profissional. Significavam construir para o professorado e conquistar perante a sociedade um lugar de destaque na construção da nova ordem republicana. Significava demarcar para o professorado o papel de regeneradores do social.

Afirmando-se como uma espécie de mensageiros do progresso, os membros das diretorias e do corpo editorial da revista desta agremiação, ao mesmo tempo em que declaravam e legitimavam sua identidade nos limites do campo profissional buscando a ascensão e reconhecimento social, assumiam-se enquanto portadores dos ideais de progresso e de modernização do país. Para além, de afirmarem-se como porta-vozes dos interesses do professorado paulista, constituíram-se em agentes fundamentais para a legitimação do modelo republicano de sociedade que ajudavam a implementar.

Referências Bibliográficas

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades profissionais.* Porto: Porto Editora, 1997.

Estatutos da Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado de São Paulo, 27/01/1901

Livro de Actas das Sessões da Directoria I, II, III e IV. (1901-1910).

LUCA, Tânia Regina de. *O Mutualismo em São Paulo: o sonho do Futuro Assegurado*. Dissertação de Mestrado, FFLCH / USP, 1988.

Poliantéia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal de São Paulo - 1846-1946. São Paulo: Gráfica Brescia, 1946.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo.* São Paulo: Instituto Dª. Anna Rosa, 1930a.

RODRIGUES, João Lourenço. *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital.* São Paulo: Instituto Dª Anna Rosa, 1930b.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das Profissões.* Oeiras: Celta Editora, 1997.

SILVA, Ilíada Pires da. *A Associação Beneficente do Professorado Publico do Estado de São Paulo e a Construção de uma Identidade Sócio-Profissional Docente - 1901-1910*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo, FEUSP, Série Estudos e documentos, v. 16, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Expressões do sagrado na música do sertão

Maria Amélia Garcia de Alencar[•]

RESUMO: O estudo analisa duas canções sertanejas compostas no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX que revelam a relação do sertanejo com a natureza como formas de expressão da religiosidade popular. Busca-se relacionar, na análise, letra e melodia, que se completam para transmitir uma mensagem poético-musical.
Palavras-chave: música popular , símbolos, religiosidade

ABSTRACT: The text examines two "canções sertanejas" written in Rio de Janeiro, during the first half of the twentieth century, revealing the relationship between the "sertanejo" and nature as a form of expressing popular religious feelings. We try to analyze words and melody that complement each other to pass a poetic-musical message.
Key words: popular music- symbols – religious feelings

Neste trabalho, examinamos o simbolismo de cunho religioso inscrito em alguns temas recorrentes na chamada "canção sertaneja", produzida no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, em especial a relação com a natureza. Procuramos relacionar as letras das canções com seu desenho melódico, no sentido de verificar como as duas partes que compõem a canção se completam, a fim de construir, para o ouvinte, a mensagem do compositor.

Lamartine Babo, o autor famoso de marchinhas e hinos, compôs em 1937 *Serra da Boa Esperança*, uma canção marcada pelo lirismo:

Serra da Boa Esperança
esperança que encerra
no coração do Brasil
um punhado de terra
no coração de quem vai
no coração de quem vem

[•] Professora do Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Doutora em História.

Serra da Boa Esperança
meu último bem.

Parto levando saudades
saudades deixando
murchas caídas na serra
lá perto de Deus.
ó minha serra, eis a hora
do adeus vou-me embora
deixo a luz do olhar
no teu luar
adeus.

Levo na minha cantiga
a imagem da serra
sei que Jesus não castiga
o poeta que erra.
Nós, os poetas, erramos
porque rimamos também
os nossos olhos
nos olhos de alguém
que não vem.

Serra da Boa Esperança
não tenhas receio
hei de guardar tua imagem
com a graça de Deus.
ó minha serra, eis a hora
do adeus vou-me embora.
deixo a luz do olhar
no teu luar
adeus.[1]

Neste poema, Lamartine identifica no interior do país um lugar quase mágico que, apesar de ser apenas *um punhado de terra,* um lugar qualquer, guarda a esperança, como seu nome indica.[2] Esperança, talvez, de um retorno a um período utópico, em que a identificação homem-natureza não se havia rompido. A serra deixa o mundo natural e se instala no coração do país, mas também no coração dos que a deixam e dos que a conhecem (TATIT, 1996: 77), revelando a nostalgia do mundo rural que habitava os homens da cidade grande. As serras são freqüentemente personalizadas em objeto de amor e desejo, a quem se fala na imaginação. O interior guardava a última reserva de utopia e de esperança para os que haviam partido. No último verso da primeira estrofe os sentimentos expressos são individualizados: *meu último bem.*

[1] Criação: 1937. Fonograma utilizado: RCA Victor, com o cantor Francisco Alves, 1937 (primeira gravação), acompanhamento da Orquestra Victor Brasileira (piano, três violinos, pistão, violoncelo, contrabaixo e bateria), coleção História da Música Popular Brasileira, Abril Cultural, nº 6. *Serra da Boa Esperança* foi analisada por Tatit (1996: 72-84), no estudo da *dicção* de Lamartine Babo.
[2] Existe o município de Boa Esperança, em Minas Gerais.

Eliade (1992:38 e seg.) relaciona os simbolismos ligados à terra natal e às serras/montanhas: nas religiões primitivas, a Montanha Cósmica é o centro do mundo, possibilitando a ligação entre a Terra e o Céu. Esse simbolismo liga-se ao "nosso mundo", onde existe a montanha sagrada, como um lugar santificado, uma "terra santa" porque mais próxima do céu. Schamma (1996: 25) relembra que um dos maiores anseios da humanidade é achar, na natureza, consolo para a nossa mortalidade.

Na parte mais expressiva da canção da *hora do adeus* restam apenas as saudades, *murchas,* mas que ainda aproximam o poeta da possível unidade Deus. O sentimento de partida é definitivo, trágico. Como partes da rememoração, ficam a luz do olhar gravada no luar e a imagem imortalizada na cantiga. A religiosidade aparece nas menções a Deus e a Jesus nas três últimas estrofes.

Na terceira estrofe há uma passagem que se afasta da temática tratada, ao mencionar os *erros* dos poetas, quando se enganam quanto ao objeto de seu amor. Para finalizar, na última estrofe, o poeta reafirma: como a amante que corresponde ao sentimento do amado, a serra não precisa ter receio de ser esquecida. O poema termina com a repetição do lamento da despedida.

Serra da Boa Esperança apresenta uma estrutura em duas partes – A e B. Observa-se, ao longo de toda a canção, um desenho melódico descendente, com repetição de notas: *Serra da Boa Esperança ... no coração do Brasil ...* e, mais adiante, *Parto levando saudades ...* A partir do quinto verso – *no coração de quem vai...* o compositor faz um salto ascendente dez semitons, seguido da repetição da mesma nota até *vai* e *vem*, quando sobe mais dois semitons. O recurso enfatiza a idéia de último refúgio.

Parte A

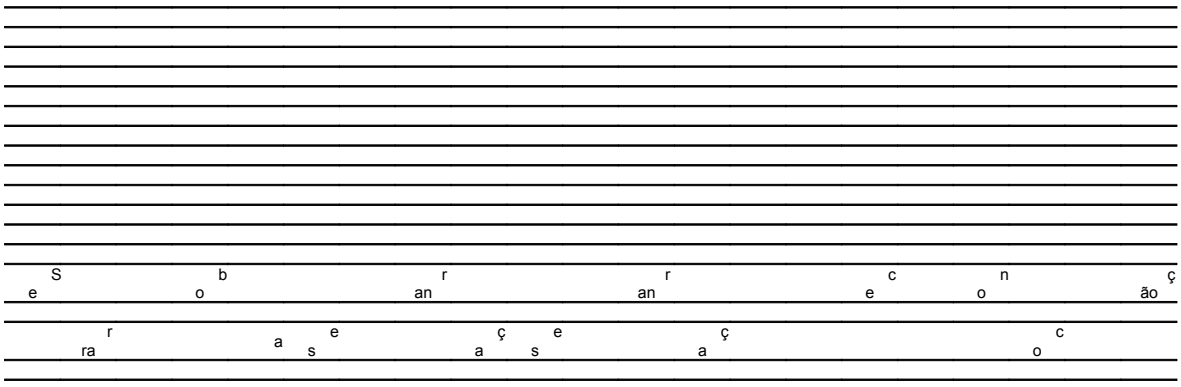

d p p q e r
a e e ue n a
r
ra

ai

o o a ão e uem

il há e

o m o

ra u e

ra

em

o o a ão e uem l

e o an

ra s a em

o

a e eu i

Parte B

M
ur í

c d
has as

c
a

P v d d x
ar an a a an

t d d d
o o es es

l s s d
e au au ei

d
o

A melodia da parte A é repetida na primeira frase musical da parte B até ... *saudades deixando*, quando faz um salto ascendente e reproduz o modelo melódico dez semitons acima: *murchas caídas...* No final*,* apresenta um salto de seis semitons para ressaltar a palavra Deus (elevação).

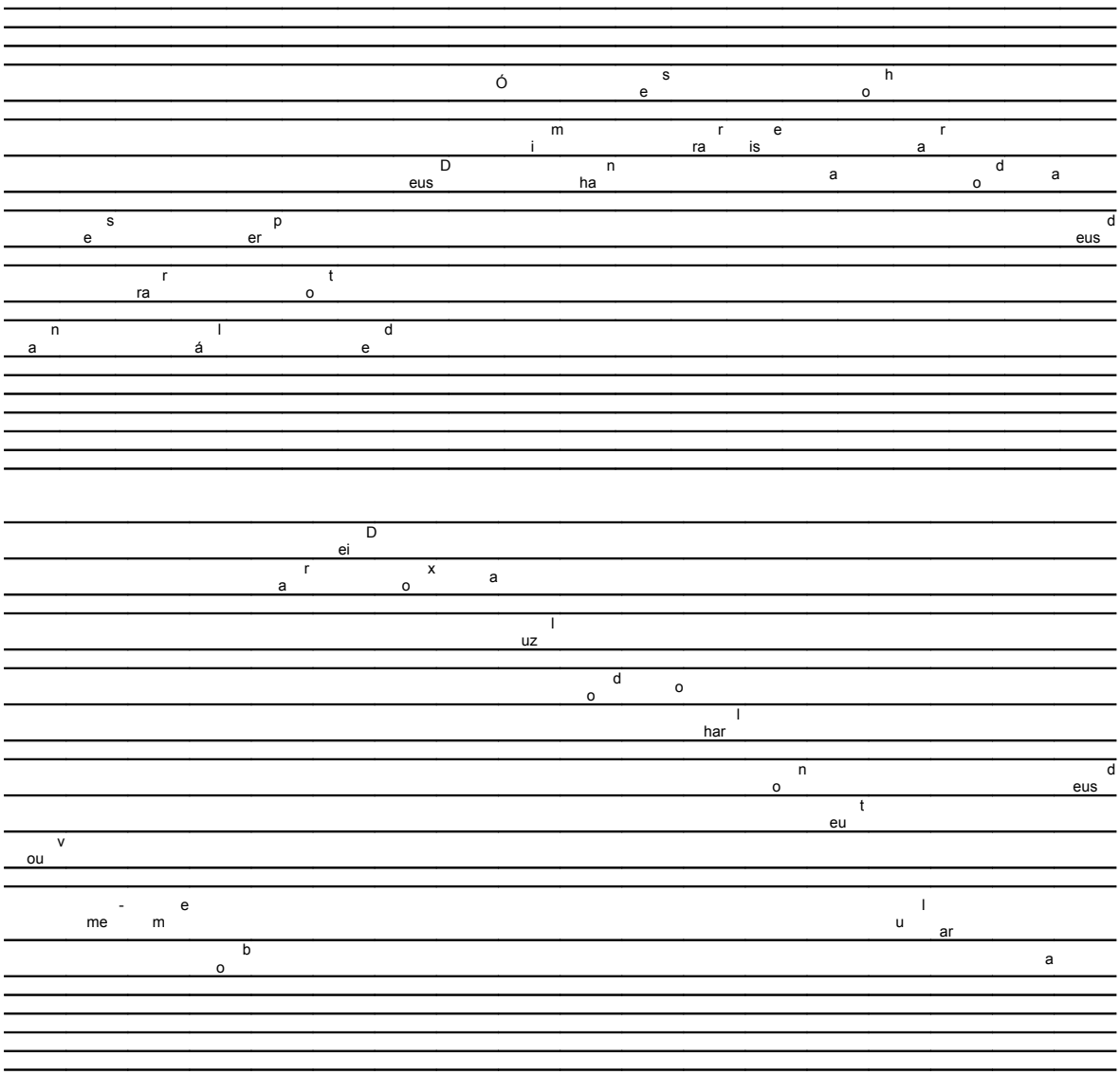

O último segmento de *Serra da Boa Esperança*, correspondendo ao lamento da despedida e, portanto, a parte mais expressiva da canção, se inicia mais uma vez como A até a elevação de uma oitava na última sílaba – v*ou-me embora.* A partir desse ponto, a última frase melódica apresenta longa descida com pequenos intervalos (descida da serra?) até o desfecho *adeus,* com o intervalo ascendente de cinco semitons. Letra e música se combinam aqui para enfatizar a mensagem do compositor: o interior como última esperança de paz, redenção, re-

unificação.

***

Luar do Sertão é a música mais conhecida de Catulo da Paixão Cearense (considerada por muitos críticos sua melhor criação, apesar da polêmica em torno da autoria) e considerada marco inicial do gênero sertanejo. Aqui, seu campo de referências é um sertão imaginário, descrito através de imagens noturnas, iluminadas pelo luar, modelo que vai se fixar neste tipo de canção. O tema da solidão aparece junto ao tema da saudade e do luar e se constituirão em marcas do gênero que depois viria a ser conhecido como "canção sertaneja" ou "canção modinha" (Enciclopédia, 1977: 137):

Não há ó gente ó não
luar como esse do sertão
Ó que saudade do luar da minha terra
lá na serra prateando folhas secas pelo chão
este luar cá da cidade tão escuro
não tem aquela saudade do luar do meu sertão

Se a lua nasce por detrás da verde mata
mais parece um sol de prata prateando a solidão
a gente pega na viola que ponteia
a canção é a lua cheia a nos nascer do coração

Ai quem me dera que eu morresse lá na serra
abraçado à minha terra e dormindo de uma vez
ser enterrado numa cova pequenina
onde à tarde a sururina chora a sua viuvez [3]

As imagens criadas pelo autor são recorrentes nesse tipo de poética: luar, saudade, viola, solidão... O tema da canção aparece no verso – *Não há ó gente ó não luar como esse do sertão...*, onde a estilística da repetição confere força à idéia a ser desenvolvida. Ao longo das estrofes que se seguem, o "eu" lírico canta as saudades do luar da sua terra.

Eliade (1992:130) indica como o simbolismo lunar possibilitou, nas religiões primitivas, "relacionar e estabelecer correspondências entre fatos tão heterogêneos como o nascimento, o devir, a morte a ressurreição; as Águas, as plantas, a mulher, a fecundidade, a

[3] Criação – 1914. Fonograma utilizado: Odeon, com o cantor Francisco Alves, 1943, acompanhamento da Orquestra Odeon, maestro Lírio Panicali, Collector´s Studio, CFA 043. Originalmente, *Luar do Sertão* tem doze estrofes; geralmente, as gravações mais recentes incluem a primeira, a segunda e a nona estrofes, as mais divulgadas. A autoria de *Luar do Sertão* é também discutida (Severiano e Mello, 1997: 38/39), sendo atribuída a melodia ao violonista João Pernambuco, o que Catulo sempre negou.

imortalidade; as trevas cósmicas, a vida pré-natal e a existência além-túmulo, seguida de um renascimento de tipo lunar...”.

A oposição campo x cidade é explicitada quando o luar claro do sertão é confrontado com o luar escuro da cidade, remetendo a uma terra de promissão. A canção é um manifesto da inadequação do sertanejo à vida na cidade.

Na segunda estrofe, a *lua nasce por detrás da verde mata* revelando que o sertão a que o poeta se refere não é o da caatinga nordestina na época da seca, mas um sertão verdejante, possivelmente renascido depois das primeiras chuvas. É nessa região também que o caboclo *ponteia a viola,* inspirado pela lua cheia. Mesmo a solidão do sertanejo é “prateada” amenizada pelo luar, que traz a inspiração para a canção. Na última estrofe, o poeta lança seu último pedido que possa ser enterrado na serra, em sua terra natal, tendo o canto triste da ave sururina para velar sua última morada.

A melodia simples de *Luar do Sertão* está estruturada em duas partes A e B , sendo A referente ao refrão e B às estrofes. Seu desenho melódico, nas duas partes, não apresenta grandes saltos, mas subidas e decidas suaves em graus conjuntos (serras?) acompanhando a beleza do tema e favorecendo a narrativa. As células de três notas que se repetem na ascensão recaem sobre as palavras “saudade”, “luar”, “serra” e “terra” e enfatizam a temática tratada. LIMA (1999:130 e seg.) lembra que a relação com a natureza parece ser o aspecto mais valorizado pelo sertanejo. Letra e melodia se combinam num clima de tristeza, dolente, como devem ser as noites mornas do sertão.[4] A simplicidade de *Luar do Sertão* fez do seu refrão talvez os versos mais conhecidos do cancioneiro sertanejo:

Parte A

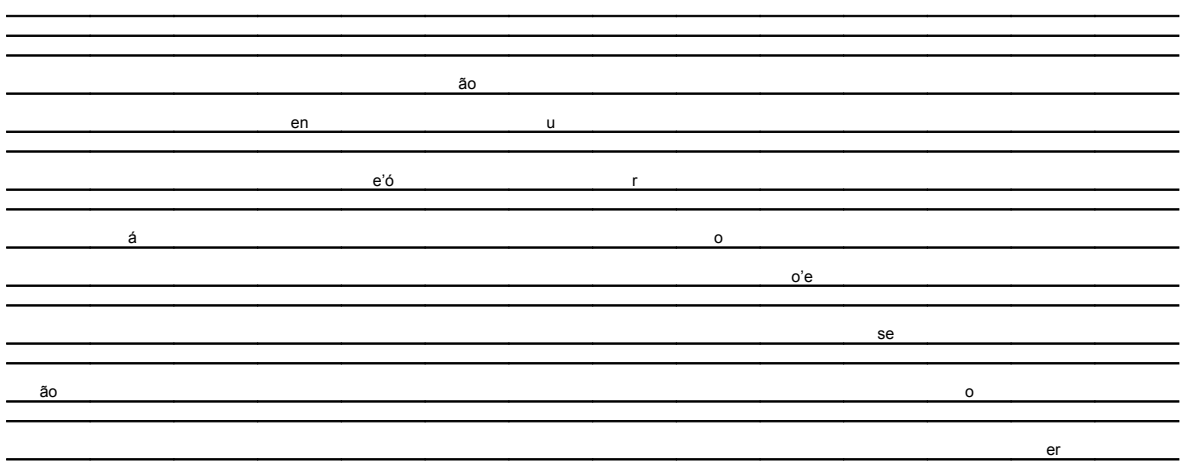

[4] As “imagens musicais” são estudadas por Tagg, 1987.

ão

Parte B

e ra á

r a i a ra

u ha e

a e o

au

ue

ra n

e o r á a

o e u

has as e

e s

o

hão

u o ão

a e ão em ue

i s a a

au e

o r

u o

eu

er

ão

Na "canção sertaneja" a celebração da natureza do campo/sertão é apresentada de maneira idílica, em paisagens puras, intocadas, com matas verdejantes, onde existe a

abundância. Rios e cachoeiras de águas cristalinas, símbolos de regeneração espiritual, fazem parte desta paisagem. As serras são freqüentemente personalizadas em objeto de amor e desejo, a quem se fala na imaginação. Suas belezas, muitas vezes, só são reconhecidas com os olhos do coração. Apenas um fenômeno natural pela vontade de Deus, a seca, pode quebrar o encantamento, rompendo a unidade homem-natureza, fazendo o caboclo migrar.

Jean Delumeau (s/d: 12) aponta, entre os séculos XIV e XVIII, os três grandes temas que dominaram a imaginação ocidental: a nostalgia do paraíso terrestre, a espera de um reino de felicidade na terra e que duraria mil anos (daí os movimentos milenaristas) e a esperança de uma alegria perfeita e sem fim no além cristão. A crença no paraíso terrestre jardim do Éden "... onde havia reinado a perfeição, a liberdade, a paz, a felicidade, a abundância a ausência de coação, de tensões e de conflitos..." criava o ambiente propício ao amor, onde homens e mulheres viveriam ternos romances. Esta crença produziu, na consciência coletiva, uma profunda nostalgia do paraíso perdido, mas não esquecido, e o forte desejo de reencontrá-lo).

Na expressão de Benjamin: imagens coletivas do desejo que evocavam a memória cultural dos mitos e símbolos utópicos de uma proto-história, um *ur-passado* (noção inspirada na *ur-história*, de Goethe), em outras palavras, de uma sociedade sem classes, sem explorações e plena de felicidade. Na medida em que essas imagens são reconhecidas, são sincrônicas com uma determinada época, pretérito e presente se juntam como numa constelação, num momento fulgurante, numa relação dialética: "Só imagens dialéticas é que são imagens autenticamente históricas, isto é, não arcaicas. A imagem lida, isto é, a imagem no agora de sua recognoscibilidade porta em alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura" (BENJAMIN, citado por KOTHE, 1991:15).[5]

Eliade (1992: 134).) aponta para a permanência de "situações religiosas" arcaicas no universo mental do homem religioso, integrando ao "cristianismo uma grande parte de sua herança religiosa pré-cristã, de uma Antigüidade imemorial". Esta herança inclui o sentimento de santidade da Natureza, da qual o homem faz parte, como elemento da criação.

Quando os conhecimentos geográficos levaram à desilusão com a existência do paraíso terreal, a arte e a imaginação se encarregaram de evocar os paraísos mitológicos. Desde o Renascimento, a arte se caracterizou pela saudade da idade de ouro, quando os homens viviam em harmonia com a natureza e podiam elevar-se a dimensões celestes.

Na arte popular do interior do Brasil, inclusive na música, encontramos traços

[5] Em seus estudos de musicologia, Phillip Tagg aponta para o mesmo reconhecimento de fragmentos musicais (musemas), que comunicam sentido para o ouvinte.

destes elementos culturais, que, daí, se transferem para os ambientes urbanos e se expressam nas canções sertanejas. Por oposição à vida dura de trabalho nas cidades, ao sentimento do efêmero, do transitório, o mundo do sertão é reencantado pelas musas da poesia e da música; sertão tornado mito, sucedâneo do paraíso perdido. Afinal, os mitos da natureza nunca desapareceram, permanecem à nossa volta como um antídoto aos venenos da sociedade industrial e urbana (SCHAMMA, 1996: 17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELUMEAU, Jean. *Uma História do Paraíso*: o jardim das delícias. Lisboa: Ed. Terramar, s/d.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ENCICLOPÉDIA DA MÚSICA BRASILEIRA: erudita, folclórica, popular. São Paulo: Art Editora Ltda., 1977.

KOTHE, Flávio R. (org.) *Walter Benjamin.* São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil:* intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia, das Letras, 1996.

SEVERIANO, Jairo e MELLO, Zuza Homem de. *A Canção no Tempo*: 85 anos de músicas brasileiras. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ed. 34, 1998.

TAGG, Phillip. Musicology and the semiotics of popular music. *Semiotica,* n.66, 1987, p. 279-298.

TATIT, Luiz. *O Cancionista:* composição de canções no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um retrato das classes médias urbanas: os profissionais liberais presentes em *Olhai os lírios do campo* e *Caminhos Cruzados.*

Renata Meirelles*

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar em que medida os romances *Olhai os lírios do campo* e *Caminhos Cruzados,* de Érico Veríssimo, podem constituir fontes históricas relevantes para o estudo das classes médias urbanas da década de 1930. O escritor gaúcho, talvez justamente por pertencer ao grupo dos profissionais liberais, percorreu esse universo, retratando visões de mundo, experiências concretas e os anseios da classe média urbana brasileira.

Palavras-chave: classes médias, consciência de classe e Érico Veríssimo

Abstract :Érico Veríssimo seems to have chosen to describe middles classes desires, intentions and plans through his novels. This paper intends to demonstrate how the novels *Olhai os lírios do campo* and *Caminhos cruzados,* written by Érico Veríssimo, may represent important historical sources for analysing the Brazilian middle classes during the 1930 decade.

Keywords : middle class, Érico Verissimo, class consciousness

Caminhos cruzados

Escrito em 1934, *Caminhos cruzados* percorre as trajetórias de uma variedade de indivíduos pertencentes às classes médias urbanas de Porto Alegre. Diretamente inspirado no romance *Contraponto*[1], cuja narrativa estrutura-se a partir de histórias entrelaçadas, Érico Veríssimo incorporou o estilo e a forma do romance de Huxley para narrar histórias que se interligavam na cidade de Porto Alegre dos anos 1930.

---

* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense.

[1] Em 1934, Érico Veríssimo trabalhava na redação da Revista do Globo e acabara de concluir a tradução do romance *Contraponto*, de Aldous Huxley. Até então o escritor gaúcho escrevera dois livros sem nenhuma repercussão por parte da crítica literária e que tampouco contaram com uma boa recepção por parte do público leitor. Érico Veríssimo desfrutou de êxito editorial apenas em 1938 com a publicação de *Olhai os lírios do campo*. O sucesso deste romance trouxe interesse por suas obras anteriores, o que acabou por gerar uma demanda pela reedição de *Caminhos Cruzados*.

A estratégia de entrecruzar diversas histórias não parece ser uma opção aleatória do romancista, mas sim um recurso para percorrer universos sociais distintos, buscando apreender a realidade de diferentes classes sociais. Embora a maioria dos personagens seja composta por profissionais liberais pertencentes às classes médias urbanas, outros segmentos sociais são também retratados, a exemplo do universo burguês e das camadas populares.

Ambientado em uma rua do subúrbio de Porto Alegre, onde a maioria dos personagens reside, *Caminhos cruzados* narra as lutas cotidianas, anseios e projetos das classes médias, que têm em comum uma situação financeira em que enfrentam dificuldades para manter o aluguel em dia, para se estabelecerem no mercado de trabalho e para sustentarem suas famílias.

Embora esses personagens habitem o mesmo espaço e atravessem situações e problemas semelhantes, é possível notar que não estabelecem qualquer tipo de laço de solidariedade ou tampouco de identidade de classe. Ao contrário, percebe-se com clareza um sentimento individualista e também de competitividade em relação aos demais.

Em *Caminhos cruzados,* os personagens pertencentes à classe média parecem não possuir consciência de classe, na medida em que não se identificam e não se reconhecem em indivíduos que enfrentam dificuldades semelhantes, que atravessam situações em comum e que têm os mesmos anseios e interesses.

A ausência de consciência de classe é recorrente entre os personagens de *Caminhos cruzados*. A personagem conhecida como viúva Mendonça agencia prostitutas em um de seus apartamentos e aluga os demais para outros inquilinos: todos eles compostos por famílias e profissionais liberais pertencentes às classes médias. Ao perceber que um de seus inquilinos, João Benévolo, está com o aluguel atrasado, pensa em despejá-lo, mesmo sabendo que fora demitido e que atravessava terríveis dificuldades para alimentar a família. O fragmento abaixo ilustra como a viúva está determinada a despejá-lo:

> *"A gente do João Benévolo...Três meses atrasados no aluguel. Ele, o água-morna, está desempregado. Ela costura nas mãos mas não tira nada. Nem dá pra comer. Às vezes fico com pena e dou alguma coisa. Não! – a viúva se inflama de entusiasmo indignado. – Mas isto não pode durar! Preciso botar eles pra rua. Sou pobre, vivo do meu trabalho honesto e não posso ser assim explorada..."*(VERÍSSIMO, 1997: 94)

O próprio personagem de João Benévolo, embora sofra o impacto de estar desempregado há meses, não parece questionar as relações de trabalho capitalistas. Esse é talvez o personagem que mais personifique a ausência de consciência de classe, na medida em que repudia qualquer tipo de questionamento ao sistema capitalista, apesar de sofrer

diretamente os seus efeitos. João Benévolo enaltece a burguesia e aceita as desigualdades entre as classes como algo natural. O fragmento abaixo ilustra a passividade de João Benévolo:

> *"João Benévolo mira o carro com o olho triste. O que sente não é raiva. O Sebastião, que também está desempregado, tenta impingir-lhe idéias comunistas. Diz que o dinheiro está mal distribuído no mundo: uns têm demais, outros têm de menos; uns tomam banho em champanha, outros morrem de fome. Mas o sentimento que os ricos despertam em João Benévolo é de admiração e de inveja. Uma inveja passiva de quem sabe que nunca, por mais que faça e pense e grite, poderá atingir aquelas culminâncias de felicidade e conforto. João Benévolo admira os ricos como criaturas dum mundo remoto completamente fora de seu alcance e aceita-os quase como os povos antigos aceitavam os seus reis – por direito divino."* (VERÍSSIMO, 1997: 47)

É possível perceber que a classe média urbana retratada em *Caminhos cruzados* partilha uma visão de mundo em que os ideais liberais, tais como a exaltação do indivíduo e a supremacia da propriedade privada constituem valores que orientam a conduta ética e moral dos personagens.

Individualista e competitiva. São essas as características atribuídas às classes médias urbanas em *Caminhos Cruzados.* Não há qualquer sentimento de pertencimento de classe ou de consciência de classe. Os personagens, portanto, são conscientes de que atravessam situações e dificuldades semelhantes e, no entanto, são incapazes de encontrar soluções em grupo, de atuarem coletivamente.

A ausência de consciência de classe entre a classe média é notada por Georg Lukács em *História e consciência de classe.* O marxista húngaro percebe que a pequena burguesia é incapaz de adquirir consciência de classe, uma vez que se considera acima do conflito entre burguesia e proletariado.

Lukács mostra-se cético quanto à possibilidade de a pequena burguesia possuir projetos autônomos, não diretamente vinculados àqueles da burguesia ou do proletariado. Portanto, Lukács, ao inferir que a pequena burguesia não tem sua existência fundada exclusivamente sobre sua situação no processo de produção capitalista, descarta a hipótese da existência de uma "consciência de classe" para esse segmento. Em relação às "classes médias" ou "pequena burguesia", afirma:

> *"a pequena burguesia, como "classe de transição em que os interesses das duas outras classes se enfraquecem simultaneamente" se sentirá "acima da oposição das classes em geral". Como conseqüência, ela buscará "não os meios de suprimir os dois extremos, capital e salário, mas de atenuar sua oposição e transformá-la em harmonia. Em sua ação, passará, portanto, ao largo de todas as decisões cruciais*

> *da sociedade e deverá lutar alternativamente, e sempre de modo inconsciente, por uma ou por outra das decisões das lutas de classes... A pequena burguesia só poderá desempenhar um papel ativo na história enquanto esses objetivos almejados coincidirem com os interesses econômicos das classes reais do capitalismo, como no momento de abolição dos estamentos durante a Revolução Francesa."* (LUKÁCS, 2003: 157)

A única personagem que demonstra ter consciência de classe em *Caminhos cruzados* é Fernanda, que trabalhava como secretária na mesma loja em que João Benévolo. Assim como ele, apesar de responsável e competente, é demitida sem justa causa. Seu patrão, Leitão Leiria, não hesita em demiti-la, a fim de atender um pedido de um amigo para que contratasse uma funcionária indicada por esse. Ao se dar conta de que não tem qualquer motivo para demiti-la, Leitão Leiria acusa-a de ter "idéias comunistas", visto que, dessa forma, possuía uma justificativa para dispensá-la, uma vez que temia a interferência do sindicato de sua categoria:

Em *Caminhos cruzados* é possível perceber que não apenas no setor privado a contratação de funcionários, com freqüência, obedecia a relações clientelísticas. O favorecimento das relações pessoais, em detrimento do mérito, era também recorrente no setor público. O romance indica em que medida o funcionalismo público constituía uma das aspirações da classe média urbana.

Após a Revolução de 1930, com governo Vargas, assiste-se a um processo de centralização autoritária, em que a burocracia do Estado é ampliada consideravelmente. Vargas, ao conceder postos de trabalho bem remunerados a partir da expansão do aparelho burocrático, atuou no sentido de favorecer estratos da burguesia e das classes médias urbanas.

Essa política de favorecimento das classes médias foi observada por Marx na sociedade francesa estabelecida após a Revolução de 1848. Em *O 18 brumário*, Marx aponta o fortalecimento da burocracia como um dos mecanismos de dominação de classe. Em sua análise sobre a ascensão de Luis Bonaparte após a Revolução de 1848, a formação de um quadro burocrático constitui uma das estratégias de Luis Bonaparte para estabelecer uma base de apoio com intuito de assegurar sua hegemonia.

> *"Sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luis Felipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio."* (MARX, 1969: 114)

Sérgio Miceli, em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*, trabalha com a tese de que o governo de Getúlio Vargas, ao criar novos postos de trabalho para

preencher a máquina burocrática, procurou beneficiar parte das oligarquias arrasadas economicamente e derrotadas politicamente com a Revolução de 1930.

Para o autor, com o processo de centralização autoritária, o regime Vargas ampliou consideravelmente os postos de serviço público em áreas como educação, cultura, justiça e segurança. Há, assim, a abertura de novos Ministérios, Conselhos e Departamentos. Miceli ressalta que embora a maioria desses órgãos tivesse apenas função consultiva, operavam como fontes de legitimação para a crescente ingerência do Estado nos planos econômico e também cultural, uma vez que a área da cultura passa a constituir um campo estratégico do Governo Vargas, implicando um orçamento próprio e o recrutamento de intelectuais renomados para a difusão do trabalho intelectual e artístico.

A expansão da máquina burocrática permitiu a consolidação de uma nova categoria social formada pelos funcionários públicos do setor civil e militar. Sérgio Miceli, como Marx, identifica que a formação de um quadro burocrático civil e militar está diretamente ligada a uma estratégia política de formação de uma base social de apoio para o Estado:

> *"O ingresso no serviço público permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da classe dirigente resgatar o declínio social a que se viam condenados assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação. O funcionalismo público, federal, civil e militar, recebeu um tratamento privilegiado que consistiu, basicamente, num conjunto articulado de direitos e prerrogativas estatuídos em leis especiais que envolviam os principais aspectos relativos à reprodução das condições materiais e do status de praticamente todos os escalões do pessoal burocrático de carreira. Tornando-se o alvo de benefícios significativos, o funcionalismo público acabou convertendo-se numa das bases sociais decisivas para a sustentação política do regime."* (MICELI, 1979: 134)

Olhai os lírios do campo:

Publicado em 1938, *Olhai os lírios do campo* contou com grande aceitação por parte do público leitor. O romance é estruturado a partir da oposição entre os personagens de Eugênio e Olívia, ambos médicos recém-formados na Faculdade de Medicina, na cidade de Porto Alegre dos anos 1930. Enquanto Eugênio tem origem humilde e esforça-se para ascender socialmente a qualquer preço, casando-se com uma moça de família abastada, Olívia opta por uma vida simples, trabalhando como médica da rede pública, atendendo a população mais pobre.

A opção por retratar profissionais do campo da medicina não aparece de forma aleatória no romance. [2] Érico Veríssimo parece ter optado por mergulhar no universo de uma carreira que permite transitar entre diferentes cenários e classes sociais, mostrando uma variedade de visões de mundo e de experiências concretas. O tema do exercício da medicina revela-se, ao longo da narrativa, como caminho para a análise e crítica social, uma vez que apresenta a polarização entre aqueles que fazem o uso do diploma exclusivamente para atender à clientela burguesa e aqueles que encontram na profissão um meio para atender as classes baixas.

Embora o tema da profissão médica prevaleça em *Olhai os lírios do campo,* os mais diferentes profissionais liberais são retratados no romance, todos eles envolvidos de alguma forma com confronto entre ambição e ética, constituindo pontos de referência para a análise daquele momento histórico, em que a sociedade brasileira achava-se em acelerado processo de transformação. Nesse sentido, *Olhai os lírios do campo* pode constituir uma fonte histórica não convencional para a análise do contexto histórico dos anos 1930, momento de crescimento dos centros urbanos, da afirmação das classes médias no cenário político e da implantação do Estado Novo.

A narrativa tem início na memória de Eugênio, que se recorda da infância pobre e do sofrimento do pai que trabalhava como alfaiate. Somente em função do trabalho do pai para um internato, o protagonista pôde freqüentar uma instituição para meninos ricos. Na faculdade de medicina, Eugênio entrou em contato com colegas que pertenciam à elite, cujo universo o fascinava, mas também lhe provocava revolta.

A inserção da elite e das classes médias nos cargos públicos do governo é tema evidente em *Olhai os lírios do campo,* o que denota a percepção de Érico Veríssimo para algo recorrente nos anos de 1930. Com o crescimento da burocracia estatal, eram os setores da elite e das classes médias que ocupavam os cargos da administração pública. Esta política, que foi conduzida pelo governo Vargas, com o intuito de garantir renda e estabilidade aos setores das elites e das classes médias, está presente na consciência de Eugênio, como indica o fragmento abaixo:

---

[2] O interesse de Érico Veríssimo pelo tema da medicina está também relacionado à admiração do escritor gaúcho por autores da literatura inglesa, a exemplo dos romancistas Somerset Maughan, Katherine Mansfield e Aldous Huxley. Maugham tornou-se um escritor mundialmente famoso com a publicação de *Servidão humana,* que narra a história da formação de um jovem médico em busca de realização profissional na Inglaterra vitoriana. Em sua autobiografia, Érico Veríssimo admite ter escrito *Olhai os lírios do campo* sob influência de uma certa "moda" de escrever romances com personagens médicos. No período de 1936 a 1938, Érico Veríssimo dirigiu a revista *A Novela,* publicação destinada à difusão de grandes autores estrangeiros desconhecidos no Brasil. Dentre os autores selecionados, encontram-se Somerset Maughan e Katherine Mansfield, quase sempre traduzidos pelo próprio Érico.

> *"Lembrou-se das lutas dos tempos de prepatoriano, das dificuldades em que se vira para pagar a matrícula. Obtivera a muito custo o lugar de repórter num jornal. Trabalhava até de madrugada e odiava aquele serviço. Pensava noutros colegas pobres mais felizes que ele, pois tinham conseguido bons empregos públicos. A mãe lhe dissera um dia: "Este teu amigo Alcebíades bem podia te arrumar um emprego. O pai dele não é um manda-chuva?." Realmente, Alcebíades, se quisesse, poderia arranjar-lhe alguma coisa. Mas Eugênio repelia a idéia de pedir. Preferia continuar roendo pedra. Pedir era humilhar-se e ele estava farto de humilhações."* (VERÍSSIMO, 2005: 53)

A decisão de tornar-se médico coloca para Eugênio o dilema entre atender a uma clientela burguesa, o que lhe renderia uma condição de vida confortável, e atender as camadas mais pobres da população. O exercício da medicina de forma solidária, de atendimento às populações carentes, é descrito no romance a partir do personagem Seixas. O fragmento abaixo ilustra como Eugênio na juventude nutria admiração por Dr. Seixas, mas, ao perceber que não tinha vocação para lidar com a população pobre, desiste de seguir seus passos:

> "*Fora ainda lendo a história dos grandes benfeitores da humanidade que Eugênio decidira estudar medicina. Havia, entretanto, outra razão mais poderosa que essa. Desde menino vivia impressionado com o sofrimento do pai e com a figura do dr. Seixas, um médico que se sacrificava pelos pobres, que era ele mesmo um pobre, pois aos quarenta e vários anos não tinha automóvel, não possuía um tostão de seu, vivia crivado de dívidas e atormentado por compromissos de dinheiro que vinham dos tempo de estudante...Ficava furioso quando alguns dos clientes pobres lhe falavam em dinheiro ...Eugênio admirava-o. Queria ser médico para seguir os passos do dr. Seixas e para curar o pai. Pelo menos era o que pensava no tempo dos preparatórios...Mas hoje...Agora via o mundo com outros olhos. A função de repórter pusera-o em contato com a verdadeira miséria. A pobreza de sua gente chegava a ser riqueza, comparada à indigência que ele agora conhecia. Como era difícil aproximar-se daquelas casinholas fétidas, daquela gente repugnante! Olhava de longe, anotava, fazia perguntas apressadas e depois sua fantasia completava a reportagem. Mas quando fosse um médico que se quisesse dedicar aos pobres seria obrigado a colocar o dedo naquelas feridas, respirar longamente o ar viciado daquelas casas, sentir na cara o hálito pestilencial daquela gente."* (VERÍSSIMO, 2005: 54)

Centrado na antítese entre a ambição de Eugênio e a ética de Olívia, o romance procura criticar a crise moral inerente à sociedade capitalista, na qual muitos renunciam aos valores humanos e morais para inserirem-se no topo da hierarquia social. Assim, Eugênio embora se identifique com Olívia e goste de sua companhia, casa-se com Eunice, filha de um grande empreendedor. Olívia, por sua vez, tem em uma trajetória oposta à do ambicioso Eugênio: opta por atender pacientes pobres,.

Embora reconheça que *Olhai os lírios do campo* lhe trouxe um importante retorno profissional, o próprio Érico se mostrou bastante crítico ao seu conteúdo, ao escrever o prefácio para a edição do ano de 1966. (VERÌSSIMO, 2005: 17) Para o escritor gaúcho, tanto

Olívia como Eugênio lhe pareceram personagens irreais. O altruísmo e dedicação de Olívia e seu amor incondicional por Eugênio lhe soaram inumanos.

Não é intenção deste trabalho fazer qualquer juízo estético acerca do romance, tampouco se aproximar de qualquer tentativa de crítica literária. Contudo, não se pode deixar de ressaltar que *Olhai os lírios do campo*, de fato, é atravessado por uma perspectiva "salvacionista," na medida em que Olívia é retratada como redentora de Eugênio, apresentando-se como guia para conduzi-lo pelo caminho do "bem." Érico Veríssimo, através da ética cristã, denuncia a fragmentação das relações humanas diante da crescente comercialização da vida, a perda de valores tradicionais superados pelo dinheiro e a busca desenfreada por ascensão social.

Conclusão

A análise dos fragmentos extraídos de *Olhai os lírios do campo* e de *Caminhos cruzados* indica que estes romances representam fontes literárias relevantes para o conhecimento de alguns aspectos da realidade dos setores médios brasileiros da década de 1930. Em sua escrita, Érico Veríssimo foi capaz de condensar experiências concretas vivenciadas por trabalhadores urbanos em busca de realização profissional, no momento de consolidação das relações capitalistas no Brasil.

Em ambos os romances é possível perceber que os personagens se deparam com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores urbanos, em um momento de polarização das lutas políticas, de adaptação às transformações provocadas pela urbanização e de ascensão das classes médias no cenário político.

Érico Veríssimo, ao presenciar o crescimento urbano de Porto Alegre nos anos 1930, encontra em seus romances um meio para questionar a miséria, a degradação da condição humana e a exploração do homem pelo homem, que acompanhavam as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas a partir da ditadura de Getúlio Vargas.

Bibliografia

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe.* São Paulo: Martins fontes, 2003.

MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelman.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945.* São Paulo: DIFEL, 1979.

VERÍSSIMO, Érico. *Caminhos cruzados.* São Paulo: Editora Globo, 1997.

_____ *Olhai os lírios do campo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Simpatia": imaginação e sentimentos em Adam Smith.

João de Azevedo e Dias Duarte.[1]

Resumo: Este trabalho foca-se na *Teoria dos Sentimentos Morais*, obra de Adam Smith em filosofia moral, publicada em 1759, e seu objetivo é propor uma leitura desta obra e de seu conceito central, a "simpatia". Para tanto, será levado em consideração o contexto de discussão em que seu autor se insere. Argumentar-se-á, sobretudo, que a simpatia, e, consequentemente, a TSM, é uma resposta ao "problema do egoísmo", tópico de debate que, emerso da teoria do direito natural moderno, propaga-se na filosofia moral do século XVIII, particularmente no chamado Iluminismo Escocês.

Palavras-chave: Iluminismo Escocês – filosofia moral – Adam Smith.

Abstract: This paper focuses on *The Theory of Moral Sentiments*, a work published by Adam Smith in 1759, and intends to offer an interpretation of this work and its central concept, "sympathy". In that sense, it will be necessary to take into consideration the context of the debate in which the author was involved. I shall argue, above all, that sympathy, and so the TMS, is an answer to the "selfishness problem", a point of debate within the modern natural law theory that finds expression in eighteenth century moral philosophy, and especially in the so-called Scottish Enlightenment.

Keywords: Scottish Enlightenment – moral philosophy – Adam Smith.

Em 1759, era publicada, com base numa série de palestras ministradas na cátedra de filosofia moral na Universidade de Glasgow, a *Teoria dos Sentimentos Morais*, primeira obra de Adam Smith, e aquela que tornaria seu nome conhecido em toda a Europa. Mas de que trata a TSM? É esta pergunta que irei procurar responder neste texto, propondo uma interpretação sua a partir de seu conceito central, a simpatia.

A *Teoria dos Sentimentos Morais* é uma teoria das "paixões", "sentimentos" ou "emoções"[2]. Mas a que questão é esta teoria uma resposta? Adam Smith, na última parte de seu livro, nos informa quais devem ser as questões examinadas por qualquer teoria dos sentimentos morais. Estas são duas: primeira, "em que consiste a virtude?"; segunda, "porque poder ou faculdade do espírito esse caráter se recomenda a nós?", ou seja, através de que

[1] Mestrando, PUC-Rio, bolsista FAPERJ.
[2] Adam Smith, na TSM, usa estes termos de forma intercambiável, já no primeiro parágrafo do livro os três termos aparecem com o mesmo sentido.

meios este ou aquele "tom do temperamento, ou teor da conduta" vem a se recomendar a nós como virtuoso ou não. Pode-se dizer que boa parte da TSM é dedicada a responder a esta segunda pergunta, formulando uma complexa descrição, nos termos de uma psicologia moral, do mecanismo de operação da simpatia. Esta noção, a "simpatia", é, portanto, central à teoria de Smith, e é nela que irei me concentrar aqui. Mas o que exatamente Smith entende por simpatia? Porque ela é importante para a sua Ética?

Uma primeira resposta a estas perguntas poderia ser simplesmente que a simpatia articula a idéia básica de que nós, indivíduos da espécie humana, somos não apenas capazes de penetrar e compreender as experiências alheias e, a partir deste conhecimento, ajuizar sobre a conduta e sentimentos dos outros, como fazemos isto o tempo todo, espontaneamente. É possível dizer-se ainda que a simpatia manifesta um princípio fundamental da natureza humana: o desejo de se entender, de estar de acordo com nossos próximos (Haakonssen, 1981; 49). Afinal,

> *"...o grande prazer do convívio e da sociedade surge de certa correspondência entre sentimentos e opiniões, de certa harmonia entre espíritos (...). Por isso, todos desejamos sentir como o outro é afetado, penetrar no peito do outro, e observar os sentimentos e afetos que realmente ali subsistem" (TMS, VII, iv, 28; (422))*[3].

Este interesse quase compulsório em outras pessoas é extremamente importante, e dá origem à troca contínua que subsiste em toda cultura. A moralidade depende desta capacidade e deste interesse em compreender as situações de outras pessoas e formar juízos a respeito de seus comportamentos. É no jogo social contínuo entre "agentes" (ou "atores") e "espectadores" que se estabelecem padrões de comportamento e de valores compartilhados, os quais garantem a possibilidade de um mundo social comum.

Deste relato sintético logo se depreende um aspecto importante a respeito da noção de simpatia. Percebe-se que a noção se opõe logicamente ao "egoísmo", i.e., à idéia de que nós não nos interessamos por outras pessoas, ou que o fazemos apenas em função de nosso próprio interesse; de fato, a primeira frase da TSM levanta este ponto:

> *"Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela" (TMS, I, i, 1, 1; (5)).*

[3] Todas as citações, salvo em caso de divergências em relação à tradução, serão feitas a partir da edição em português, da editora Martins Fontes, 2002, acompanhadas da referência à localização no texto original, conforme à edição de Glasgow, estabelecido em 1976. Ficando então assim: (TMS, part, section, chapter, paragraph; (número da página na edição em português)).

Smith parece interessado em se opor a visão de que o egoísmo é a única, ou a principal, motivação do comportamento humano. Segundo ele, nós, por natureza, nos interessamos pela fortuna dos outros e consideramos importante sua felicidade, independentemente do que este interesse possa nos trazer em termos de vantagens pessoais. A "piedade" e a "compaixão" são dois dos princípios que revelam este "interesse desinteressado". Mas a piedade e a compaixão referem-se apenas ao sofrimento, enquanto que a simpatia tem um significado mais universal, estendendo-se ao amplo espectro das paixões humanas:

> *"Piedade e compaixão são palavras que com propriedade denotam nossa solidariedade pelo sofrimento alheio. Simpatia, embora talvez originariamente sua significação fosse a mesma, pode agora ser usada, sem grande impropriedade, para denotar nossa solidariedade com qualquer paixão" (TMS, I, i, I, 5; (8)).*

Porém, solidarizar-se com o outro implica ainda, para Smith, sermos capazes de penetrar em seu mundo e compreender as suas emoções como relacionadas a uma determinada situação; e a simpatia, acionando a imaginação, significa também este processo: "Por intermédio da imaginação podemos nos colocar no lugar do outro (...), é como se entrássemos no corpo dele e de certa forma nos tornássemos a mesma pessoa, formando assim, alguma idéia das suas sensações (...)" (TMS, I, i, 1, 1; (6)). Vê-se que a simpatia tem, portanto, pelo menos dois sentidos evidentes: ela é uma emoção, paixão ou sentimento; e, ao mesmo tempo, representa os meios através dos quais as paixões são transmitidas e compreendidas[4], dando ensejo a uma espécie de conhecimento prático. Em ambas as acepções a simpatia se opõe ao egoísmo: nós não apenas nos interessamos desinteressadamente pela sorte dos outros, como somos também capazes de extrapolar as fronteiras físicas que nos separam e compreender as experiências alheias.

Há, então, uma tensão explícita, desde a frase inicial da TSM, entre a simpatia e o egoísmo, e, para Smith, a moralidade e, de uma maneira geral, a sociedade, depende de que não sejamos egoístas nos dois sentidos mencionados, ético e psicológico. A questão do relacionamento entre os indivíduos, da harmonização entre o "eu" e o "outro", portanto, o problema sociológico a respeito daquilo que constitui o amálgama social, é um tópico comum na obra de Smith, e esta tensão não é exclusiva à TSM[5]. Mas porque o problema do egoísmo é

---

[4] "Smith occasionally slides back and forth between the narrow and broad meanings of the term, and so between what might in a Christian tradition be thought of as a laudable sentiment or virtue and a notion in moral psychology with bearing on epistemic issues" (Griswold, 1999; 79).

[5] "The general issue of harmonizing self and other is fundamental to both *The Theory of Moral Sentiments* and *The Wealth of Nations*. Both books are a response to the same fundamental problem, and insofar as there is a tension between sympathy and selfishness, it suffuses the corpus as a whole" (Griswold, 1999; 78).

tão premente a ponto de Smith, no momento de abertura de seu livro em filosofia moral, referir-se, opondo-se, à suposição de que o homem é exclusivamente egoísta? E, sobretudo, quem, para Smith, sustenta tal suposição?

O problema do egoísmo é extremamente importante porque o que está em disputa é uma certa visão a respeito da "natureza humana", uma antropologia, e as conseqüências morais, sociais e políticas que dela decorrem. Sabe-se também que ele é um ponto de debate na tradição, na qual Smith está com freqüência operando, do direito natural moderno de Grócio, Hobbes e Puffendorff[6]. Na sétima parte da TSM, onde são descritos outros sistemas de filosofia moral, Mandeville é explicitamente identificado como defensor de um sistema licencioso que, ao reduzir a razão de todo comportamento humano ao amor de si (*self-love*), destrói a distinção entre virtude e vício (TMS, VII, ii, 4, 6; (382)). Logo em seguida, Mandeville e Hobbes são aproximados por serem: "autores que deduzem do amor de si o nosso interesse pelo bem-estar da sociedade" (TMS, VII, iii, 1, 1; (392)). Smith se pergunta ainda como um sistema tão "destrutivo" como o de Mandeville pode ter provocado tanto alarido e ludibriado tantos (TMS, VII, ii, 4, 13; (388))? A resposta é que em alguns aspectos ele teria "bordejado a verdade". Os humanos são, de fato, vãos, e, suas paixões frequentemente viciosas. Mas nem sempre: "A simpatia, no entanto, de maneira alguma pode ser considerada um princípio egoísta" (TMS, VII, iii, 1, 4; (394)).

Acredito que Smith esteja assumindo um contexto em que o "egoísmo" se tornou um problema particularmente importante, qual seja: a visão de que o desentendimento, o conflito e a guerra são elementos básicos da vida humana. É esta visão que orienta boa parte da reflexão política moderna, pelo menos a partir de Hobbes. Ao contrário de grande parte da ética e da teoria política antiga, as quais, partindo de princípios mais ou menos consensuais a respeito daquilo que constituía a natureza da "boa vida", esforçavam-se para estabelecer os meios através dos quais ela poderia ser atingida, para os modernos, o potencial para a desarmonia passou a ser o ponto de partida, e a evitação do conflito o objetivo buscado. A primordialidade do conflito explica ainda o porquê do estatuto especial da justiça na filosofia moral e política moderna, inclusive em Adam Smith[7].

---

[6] Para um relato detalhado das discussões travadas dentro da tradição do direito natural do século XVII, e da sua relação com a filosofia moral do XVIII, veja-se: Haakonssen (1985; 1996). Segundo o autor, partes significativas da filosofia moral setecentista, especialmente no Iluminismo Escocês, foram diretamente influenciadas pelas teorias do direito natural que se desenvolveram dentro do Protestantismo a partir de Hugo Grócio.

[7] "A beneficência é, assim, menos essencial à existência da sociedade que a justiça. A sociedade poderá subsistir, ainda que não segundo a condição mais confortável, sem beneficência, mas a prevalência da injustiça deverá destruí-la completamente" (TMS, II, ii, 3, 3; (107)).

Mencionei anteriormente que o "egoísmo" era um ponto de debate dentro da tradição do direito natural do século XVII, e que grande parte das discussões travadas aí se estendeu até o Iluminismo Escocês. Vejamos então, resumidamente, em torno de que se dava este debate.

Segundo Haakonssen (1985; 1996), a contribuição mais importante de Hugo Grócio para o pensamento moderno foi a sua teoria dos direitos, a qual transforma o conceito tradicional de *ius* (direito), tal como este se encontrava no direito romano e em Tomás de Aquino. Ao invés de ser algo que uma ação ou um estado de coisas é, quando em conformidade à lei, *ius*, visto por Grócio, torna-se algo que o indivíduo possui, torna-se uma qualidade moral do sujeito[8]. Na medida em que *ius* deixa de ser uma condição objetiva apontada pela lei, mas algo que pertence ao indivíduo, a idéia da vida humana como uma disputa entre direitos individuais torna-se uma possibilidade teórica óbvia. É justamente esta possibilidade que Hobbes virá a explorar em sua teoria do estado de natureza, sugerindo que o exercício normal dos direitos individuais conduz à anarquia, e que, portanto, a tarefa da lei seria a de restringir estes mesmos direitos, submetendo-os a um direito maior. Evidentemente, esta possibilidade, do ponto de vista dos advogados do direito natural, parecia monstruosa, não apenas por suas próprias conseqüências em termos políticos, mas, sobretudo, porque significava que a lei da natureza permitia tal conflito, que ele fazia parte da própria natureza e que, portanto, Deus não teria providenciado aos homens uma ordem moral – em última instância: que não havia lei natural alguma, esta sendo uma mera convenção humana.

Em contraste com Hobbes, Grócio operava com a idéia de que a natureza havia sim tornado possível uma ordem ideal no mundo moral, e que a função da lei seria a de mantê-la e não criá-la, o conflito sendo meramente residual, resultado do exercício inadequado dos direitos individuais por alguns. A solução de Grócio para o problema que a sua própria inovação introduzia foi a de combinar sua nova concepção de direito com uma teoria mais tradicional de lei natural, definindo esta em termos de uma *socialitas* humana, uma natureza social. O homem é sociável porque foi criado para viver de acordo com a lei da natureza para este sentido; e a *socialitas*, para Grócio, significa simplesmente a obrigação de respeitar os direitos dos demais, subjetivamente concebidos, de modo que uma ordem mínima seja garantida, i.e., um mínimo de vida social seja possível. Mas seja numa formulação seja na outra, a questão fundamental torna-se a possibilidade de uma vida social comum:

> *"Whether it is set within the Hobbesian threat of natural disorder or within the Grotian promise of an ideal natural order, the idea that humanity from the hand of*

[8] "The concept becomes 'subjectivised', centred on the person: it is a power which the person has, and it is as such also called a moral quality of the person" (Haakonssen, 1985; 54)

> *nature is engaged in an open-ended, uncoordinated bargaining process in order to maintain its several rights, leads to the question of how a common life – morality and society – is possible" (Haakonssen, 1985; 55).*

Percorrido este caminho, retorno ao Adam Smith e à *Teoria dos Sentimentos Morais*. Acredito que a simpatia seja o fundamento deste livro porque o egoísmo, seu antagônico, é a chave para a natureza conflituosa e dissoluta da vida humana, e, um dos propósitos de Smith, senão o propósito, é demonstrar que, apesar do potencial inextinguível para o conflito, é possível viver harmoniosamente.

Na antropologia empírica de Smith a simpatia é um elemento chave, porque é ela que nos torna sensíveis à situação de nossos próximos e, ao mesmo tempo, acionando outros poderes internos ao sujeito, a imaginação e o entendimento, dá ensejo a uma espécie de conhecimento prático dos sentimentos e comportamentos alheios, o qual será a base para os juízos morais de conveniência e mérito. Mas aquele que tem a prerrogativa do ajuizamento moral é sempre o "espectador", i.e., aquele não diretamente envolvido, que observa a situação de uma posição distanciada e imparcial. Os sentimentos são morais ou virtuosos quando aprovados pelo espectador imparcial. O "espectador imparcial" é o outro conceito central à TSM, e, junto com a "simpatia", articula um processo civilizador de regulação moral pelo controle das emoções.

Desde o começo do livro, a assimetria entre ator e espectador emerge, assim como o privilégio concedido ao ponto de vista do último, e, portanto, a TSM é uma teoria da aprovação das emoções pelo espectador[9]. Agir sob o olhar do espectador impõe ao agente reduzir o tom de seu sentimento original, rebaixando-o até o ponto em que aquele seja capaz de simpatizar. Ele: "Precisa, se me permitem dizer assim, abrandar a intensidade de seu tom natural, reduzindo-o à harmonia e concordância com as emoções dos que estão ao seu redor" (TMS, I, i, 4, 7; (22)). É só assim que o agente pode esperar angariar a simpatia do espectador e, portanto, ter o seu comportamento e sentimentos aprovados como convenientes. Isso explica o papel destacado que a virtude estóica do autodomínio assume em toda a TSM[10].

A formação dos juízos a respeito de nossa própria conduta deriva deste modelo da interação entre ator e espectador. Segundo Smith, pela observação dos comportamentos e sentimentos alheios nos educamos, formando nossa consciência moral. Entronizamos o ponto

---

[9] "E se analisarmos todas as diferentes paixões da natureza humana, descobriremos que são consideradas decentes ou indecentes na proporção exata da maior ou menor disposição da humanidade [do espectador] a simpatizar com elas" (TMS, I, ii, intro, 2; (29-30))

[10] Na sexta parte do livro, *Do Caráter da Virtude*, Smith oferece um tratamento descritivo de algumas virtudes tais como, a prudência, a benevolência, a justiça e o auto-domínio. Neste ponto somos informados que esta última funciona como uma espécie de meta-virtude, indispensável para o funcionamento adequado das demais.

de vista do "espectador frio e imparcial" e, nos imaginando "espectadores de nossa própria conduta", passamos a guiá-la por esta referência. É como se formássemos um duplo eu, espectador e ator de si mesmo: "...tudo se passa como se me dividisse em duas pessoas; e que eu, examinador e juiz, represento um homem distinto perante ao outro eu, a pessoa cuja conduta se examina e julga" (TMS, III, 1, 6; (142)). Através da entronização deste olhar distanciado adquirimos reflexividade a respeito de nossos próprios sentimentos, e, desta forma, passamos a agir de acordo com aquilo que o espectador de nós mesmos julga apropriado.

É aí que reside a harmonia da sociedade, ela depende da simpatia mútua, da correspondência entre os sentimentos do ator e do espectador, sendo que é este último quem determina a mediania, ou o ponto de conveniência, apropriado para cada paixão. Dada a sua posição distanciada de observador, este ponto estará, naturalmente, situado abaixo do grau em que a paixão imediatamente se inspira na pessoa primeiramente afetada, o que exigirá do ator um esforço para reduzir a manifestação de seus sentimentos até este ponto apropriado. Desta forma se configura o processo de regulação moral que garante a estabilidade do sistema social:

> *"A fim de produzir essa concordância [a harmonia da sociedade], do mesmo modo como a natureza ensina o espectador a assumir as circunstâncias da pessoa diretamente envolvida, também ensina, a esta última, a assumir, em certa medida as dos espectadores. Assim como estes estão continuamente colocando-se na situação do sofredor para conceber emoções similares às que ele sente, da mesma forma, ele está se colocando constantemente na posição deles, para conceber certa frieza com que olham a própria sorte. (...). Assim como a solidariedade (sympathy) destes os faz ver tal situação em certa medida com os olhos do sofredor, também sua solidariedade (sympathy) o faz considerá-la em certa medida com os olhos deles, especialmente quando em sua presença e agindo sob sua observação. E, como a paixão refletida que ele assim concebe é muito mais débil que a original, necessariamente reduz a violência do que sentia antes de estar em presença dos espectadores, antes de começar a lembrar de que maneira seriam afetados, e antes de considerar sua própria situação sob esta luz franca e imparcial" (TMS, I, i, 4, 8; (23)).*

Reproduzi esta longa passagem não apenas com o propósito de esclarecer o mecanismo do processo civilizador descrito por Smith, mas também para enfatizar um seu aspecto importante, o qual não foi mencionado até aqui. Refiro-me ao papel da natureza, ou melhor, da Providência, em todo o processo. Em última instância é ela que nos ensina os caminhos adequados para se atingir o seu fim predileto, a felicidade e perfeição do mundo[11], o

[11] "Ao agirmos de outro modo [que não de acordo com os ditames de nossas faculdades morais], inversamente, parecemos obstruir em certa medida o plano que o Autor da natureza estabeleceu para a felicidade e perfeição do mundo, e nos declaramos, se assim posso dizer, em alguma medida inimigos de Deus" (TMS, III, 5, 7; (200-201)).

qual depende de que o mundo social esteja bem ordenado e em harmonia. Portanto, sugiro a hipótese de que Smith, na TSM, mobilizando um deísmo iluminista particular, retoma um argumento do tipo grociano para se contrapor a idéia de que a operação normal dos indivíduos no mundo social conduz a resultados diruptivos ou, na versão mandevilliana, que a prosperidade da sociedade depende exclusivamente da operação do comportamento auto-interessado, por sua vez, identificado com o vício[12]. Quero dizer: para Smith, a sociedade, o mundo dos direitos individuais, tende, naturalmente, à harmonia graças à operação, no campo da moral, da causa eficiente da simpatia, que revela os desígnios de uma divindade benevolente e sábia. Deus, em sua infinita perfeição e bondade, não poderia ter-nos deixado completamente na escuridão: é o seu amor que se manifesta na operação da simpatia, garantindo, naturalmente, uma ordem moral que fornece a estabilidade necessária ao todo social. Mas ao expor o mecanismo da simpatia, Smith acaba por descrever e, sobretudo, prescrever, na linguagem de uma ciência empírica da moral, um processo civilizador de regulação moral pelo controle ativo das emoções.

Referências Bibliográficas:

GRISWOLD, C. L. *Adam Smith and the Virtues of Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HAAKONSSEN, K. *Natural Law and the Scottish Enlightenment*. *In*.: Man and Nature: proceedings of the Canadian Society for eighteenth-century studies. Vol. IV. Edited by David H. Jory & Charles Stewart-Robertson. Edmonton, Alberta, 1985.

_____ . *The Science of a Legislator: the natural jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. viii, 240 p.

_____ . *Natural Law and Moral Philosophy: from Grotius to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

[12] Reconheço que os dois argumentos são distintos: uma coisa é dizer que o comportamento humano é exclusivamente auto-interessado e que, portanto, naturalmente conduz ao conflito; outra é dizer que é apenas através do comportamento auto-interessado, identificado com o vício, que o bem-estar da sociedade se produz. Mas a solução de Smith para ambos é próxima. Em relação ao primeiro, responderia Smith que o homem não é apenas egoísta, ainda que o seja muitas vezes, mas possuiu alguns princípios em sua natureza, como a simpatia, que conduzem a uma ordem moral, em termos gerais, harmoniosa e benéfica. Em relação ao segundo, diria Smith: o egoísmo não é, em si, necessariamente vicioso. O amor-de-si (*self-love*), assim como todas as outras paixões, tem também o seu ponto de conveniência, de modo que, mantendo-se aí, não poderá ser considerado um vício. Este é o assunto tratado na *Riqueza das Nações*, onde Smith irá distinguir um campo da ação humana, a economia, onde a operação do egoísmo conduz a resultados positivos. Assim se resolve ao mesmo tempo o problema do egoísmo e o chamado problema de Adam Smith, i.e., a compatibilidade entre a TSM e a RN: (a) o egoísmo, devidamente simpatizado pelo espectador imparcial, não é um vício; (b) enquanto motivação para a ação econômica, o egoísmo é não apenas conveniente como contribui também para o propósito divino de garantir a ordem social e produzir "*the greatest possible quantity of happiness*".

SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of The Wealth of Nations*. Edited by R.H. (Roy Hutcheson) Campbell, Andrew S. Skinner. Oxford: Clarendon Press, 1976. 2v.

_____. *The Theory of Moral Sentiments* / edited by D. D. Raphael and A. L. Macfie. Oxford : Clarendon Press, 1976. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Trad. Lya Luft. Revisão Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A música e a construção do conhecimento histórico em aula

Milton Joeri Fernandes Duarte

Resumo: O principal objetivo deste artigo é discutir a importância da música para a construção do conhecimento histórico dos alunos, pois as representações históricas construídas pelos alunos e incentivadas pela música podem ser compreendidas e trabalhadas de maneira diagnóstica pelo professor através da linguagem musical, transformando-se assim em uma ponte entre a consciência histórica dos alunos e o passado histórico.

Palvras-chave: Música - Educação - História.

Abstract: The main objective of this article is to discuss the importance of the music to the construction of the students' historical knowledge, well the historical representations built by the students and motivated by music can be understood and worked from diagnosis way by the teacher through musical language, transforming itself therefore in a bridge between the students' historical consciousness and the historical past.

Keywords: Music- Education - History.

As representações históricas construídas pelos alunos, incentivadas pela música, podem ajudar na construção do conhecimento histórico propiciando a identificação dos diferentes significados dos elementos definitivos e provisórios contidos nas representações históricas dos alunos, que podem ser compreendidos e trabalhados de maneira diagnóstica pelo professor através da linguagem musical e assim se transformar em uma ponte entre a realidade atual e o passado histórico.

A música não é apenas uma combinação de notas dentro de uma escala, mas também ruídos de passos e bocas, sons eletrônicos, ou ainda uma vestimenta e gestos do cotidiano de determinados indivíduos que gostam de um tipo de som. A música hoje é o resultado de tudo isso como produto de longas e incontáveis vivências coletivas e individuais com as experiências de civilizações diversas ao longo da história. Portanto, não podemos nos

espantar ao depararmos com novas experiências que nos revelam as várias facetas – concretas e abstratas – de que a música é constituída.

> *"(...) o antropólogo americano Alan P. Merriam formulou uma 'teoria da etnomusicologia', na qual reforçou a necessidade da integração dos métodos de pesquisa musicológicos e antropológicos. Música é definida por Merriam como um meio de interação social, produzida por especialistas (produtores) para outras pessoas (receptores); o fazer musical é um comportamento aprendido, através do qual sons são organizados, possibilitando uma forma simbólica de comunicação na interrelação entre indivíduo e grupo"* (Pinto, 2001: 224).

Quando se fala em ouvir e entender música, fala-se da percepção musical. Entende-se como percepção o processo através do qual o ser humano organiza e vivencia informações, estas basicamente de origem sensória. Longe de existir um consenso, música e sua percepção cognitiva são assuntos que já causaram polêmica entre representantes de diversas disciplinas. Assim, há psicólogos que acreditam em processos cognitivos como universais de natureza, pois cada ser humano dispõe de um sistema nervoso. A visão oposta, que essa pesquisa procurará seguir, já enxerga na diversidade cultural a predisposição para uma preferência e seleção naturais dos padrões visuais e auditivos, fazendo de cada processo cognitivo um caso específico e culturalmente impregnado (Pinto, 2001: 236-237).

Todas essas questões sobre a essência da música acabam por ser respondidas a partir das especificidades culturais de cada povo, grupo social e indivíduos. De acordo com essa visão de que é como arte e conhecimento sociocultural que a música deve ser entendida é que pretendo desenvolver esse trabalho de pesquisa.

Como a música é linguagem devemos expor o jovem à linguagem musical e dialogar com ele sobre e por meio da música. Como acontece com qualquer outra linguagem, cada povo, grupo social e indivíduo, tem sua própria expressão musical. Portanto, cabe ao professor, antes de transmitir sua própria cultura musical, no caso, relacionada ao conhecimento histórico, deve pesquisar o universo musical a que o jovem pertence, e encorajar atividades relacionadas com a descoberta e com a construção de novas formas de conhecimento através da música.

Qualquer que seja nosso comportamento diante da música, de alguma maneira nos apropriamos dela e criamos algum tipo de representação sobre a mesma. Sabemos da alegria que os jovens encontram em comunicar-se com outros jovens e pessoas, graças as suas músicas, executadas ou simplesmente ouvidas, pois vivem, acolhem e levam em conta a diversidade cultural, o que lhes parece com freqüência ser o valor essencial na escuta e na atividade musicais. Com isto, conseguem dividir e se respeitar, pois cada um pode ter a sua

parte de colaboração na música, como executor ou audiência, fazendo parte de um movimento cultural e criando uma identidade para o grupo.

Outro aspecto fundamental na relação entre História, música e o processo de aprendizagem é a articulação entre texto e contexto para que a análise histórica não seja reduzida e limitando assim a própria importância do objeto analisado. O grande desafio do pesquisador é mapear os sentidos embutidos numa obra musical, bem como suas formas de inserção na sociedade e na história.

O problema da recepção cultural tem sido um dos grandes desafios dos estudos culturais, e se torna ainda mais difícil no caso da história cultural da musica, na medida que o objeto se encontra distante no tempo, construído a partir de uma diacronia que implica na impossibilidade de reconstruir ou mapear a experiência cultural dos agentes que tomaram parte no processo estudado. Como mapear e compreender os "usos e apropriações" (Certeau, 1994: 40) que os alunos fazem da música é um dos principais desafios desta pesquisa?

O aluno, mesmo sem conhecimento técnico, possui dispositivos, alguns inconscientes, para dialogar com a música. Estes dispositivos, verdadeiras competências de caráter espontâneo ou científico, não são apenas fruto da subjetividade do ouvinte diante da experiência musical, mas também sofrem a influência de ambientes sócio-culturais, valores e expectativas político-ideológicas, situações específicas de audição, repertórios culturais socialmente dados. O diálogo-decodificação-apropriação dos ouvintes não se dá só pela letra ou só pela música, mas no encontro, tenso e harmônico a um só tempo, dos dois parâmetros básicos e de todos os outros elementos que influenciam produção e a apropriação da canção (vestimentas, comportamento e dança). Tudo isso gera o que podemos chamar de consciência musical.

A visão clássica que separa músicos e ouvintes em dois blocos estanques e delimitados deve ser revista. Um compositor ou músico profissional é, em certa medida, um ouvinte, e sua escuta é fundamental para a sua própria criação musical. Por outro lado, os ouvintes não constituem um bloco coeso, uma massa de manipulados pela indústria cultural e nem um agrupamento caótico de indivíduos irredutíveis em seu gosto e sensibilidade. O ouvinte opera num espaço de relativa liberdade influenciado por estruturas objetivas (comerciais, culturais e ideológicas) que lhe organizam um campo de escutas e experiências musicais (Napolitano, 2002: 82).

Na verdade, os agentes e instituições formadoras do gosto e das possibilidades de criação e consumo musicais formam um contexto imediato, cujo pesquisador deve articular ao contexto histórico mais amplo do período estudado com as músicas apresentadas aos alunos.

Trata-se de uma maneira de problematizar a "escuta" musical do aluno em relação ao processo de construção do conhecimento histórico. Segundo Arnaldo Contier:

> *"Os sentidos enigmáticos e polissêmicos dos signos musicais favorecem os mais diversos tipos de escuta ou interpretações –verbalizadas ou não- de um público ou de intelectuais envolvidos pelos valores culturais e mentais, altamente matizados e aceitos por uma comunidade ou sociedade. A partir dessas concepções, a execução de uma mesma peça musical pode provocar múltiplas 'escuta' (conflitantes, ou não) nos decodificadores de sua mensagem, pertencentes às mais diversas sociedades, de acordo com uma perspectiva sincrônica ou diacrônica do tempo histórico"* (Contier, 1991: 151).

Todas estas questões de ordem histórica, sociológica e antropológica não negam o nível da experiência estética subjetiva da música, mas também colocam uma outra ordem de reflexões ligadas às questões cognitivas do processo de construção do conhecimento histórico em sala de aula.

Levando em conta a História Cultural, a relação entre conhecimento histórico e a música se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de expressar o mundo, que guardam distintas aproximações com o real. Ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro. Valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõem falar. São ambas formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história, e, nesta medida, possuem um público destinatário (leitor e ouvinte), atuando como aproximações que unem o conhecimento histórico e a música.

As representações históricas construídas pelos alunos, incentivadas pela música, podem ajudar na construção do conhecimento histórico propiciando a identificação dos diferentes significados dos elementos definitivos e provisórios contidos nas representações históricas dos alunos, que podem ser compreendidos e trabalhados de maneira diagnóstica pelo professor através da linguagem musical, podem se transformar em uma ponte entre a realidade atual e o passado histórico. Já os alunos, tal como os historiadores, precisam compreender por que motivos as pessoas atuaram no passado de uma determinada forma e o que pensavam sobre a forma como o fizeram, mesmo que não entendam isto tão bem quanto nós professores de história.

Desde o final da década de 60 que se vem desenvolvendo uma área de investigação relacionada com o pensamento histórico dos alunos, fazendo com que essas representações possam ser analisadas enfatizando-se o contraste entre o sentido do

"provisório" e do "definitivo", no pensamento do adolescente, que introduz um elemento de incerteza nas conclusões históricas.

Essa visão geral do processo cognitivo de aprendizagem da História, pois depois dos 11-12 anos, o conceito de probabilidade torna-se organizado: há uma síntese entre acaso e operações, e estrutura-se um sistema de probabilidades (Barca, 2000: 35).

Nesse sentido, é salutar a utilização da linguagem musical no ensino de História com o objetivo de estimular os alunos a buscar compreender por quais motivos as pessoas atuaram no passado de uma determinada forma, e o que pensavam sobre a maneira como o fizeram (ainda que não tenham maturidade suficiente para a total apreensão do objeto estudado - lembremos que os historiadores ao pesquisar tais fontes realizam semelhante operação mental). Portanto, uma das principais preocupações desse artigo foi mostrar, de maneira simplificada, como professores e seus alunos utilizam modelos definitivos ou provisórios de explicação histórica e, ao mesmo tempo, como esses modelos são estimulados pela linguagem musical, partindo do pressuposto que a progressão das idéias é algo comprovado nos alunos no que tange à compreensão do processo histórico.

Portanto, a elaboração de uma pesquisa sobre "a música e a construção do conhecimento histórico em aula" terá como principal objetivo relacionar a prática do ensino de História em sala de aula com a utilização da música, procurando entender de que forma a linguagem musical contribui na construção do conhecimento histórico, o que também deve levar a outras questões como:

1) quais os elementos destacados por professores e alunos em relação à linguagem musical no âmbito da sala de aula?

2) como esses elementos formam uma consciência musical em professores e alunos?

3) quais os diferentes significados dos elementos definitivos e provisórios contidos nas representações históricas destes jovens estimulados por essa consciência musical?

Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria. A construção curricular em sala de aula. História & Ensino. Revista do Laboratório de Ensino de História / UEL, v. 9, p. 171-184, out. 2003.

_____Processos de construção do saber histórico escolar (artigo digitalizado a ser publicado na Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL).

_____ Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de História (artigo digitalizado a ser publicado nos Cadernos CEDES).

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. "Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação". In: *Em Aberto*. Brasília: INEP, nº 61, p. 60-78. 1994.

BARCA, Isabel. *O pensamento histórico dos jovens*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho, 2000.

BRANDÃO, Antonio Carlos & DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos Culturais de Juventudes*. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção polêmica).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. 5ª ed. Petrópolis: vozes, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. "O mundo como representação". In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 5, nº 11, p.173-191. 1991.

CHERVEL, André. "História das disciplinas escolares sobre um campo de pesquisa". In: *Teoria e educação*, nº2. Porto Alegre, p.117-229. 1990.

CONTIER, Arnaldo Daraya. "Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60)". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 18, nº 35, p. 13-52. 1998.

_____ "Música no Brasil: história e interdisciplinaridade algumas interpretações (1926-80)". In: *História em debate: problemas, temas e perspectivas. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História*. Rio de Janeiro, 22 a 26 de julho de 1991, p. 151-189.

DUARTE, Milton Joeri Fernandes. Representações dos movimentos político-culturais da década de 60 nos jovens de ensino médio. Dissertação de mestrado, FEUSP, 2005.

FERREIRA, Martins. *Como usar a música na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Como usar na sala de aula).

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. *História e ensino de história*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção história e reflexões).

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artemed, 1993.

ILARI, Beatriz Senoi (org.). Em busca da mente musical: ensaios sobre os processos cognitivos em música. Curitiba: UFPR, 2006.

JEANDOT, Nicole. *Explorando o universo da música*. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2001. (Coleção Pensamento e ação no magistério).

MORAES, José Geraldo Vinci de Moraes. *"História e música: canção popular e conhecimento histórico"*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 203-221. 2000.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais. 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NAPOLITANO, Marcos & Maria Clara Wasserman. *"Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira*". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 167-189. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *História e música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção história e reflexões).

_____*Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB* (1959-1969). São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Contexto / ANPUH, vol. 15, nº 29, p. 9-27. 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte; Autêntica, 2003. (Coleção história e reflexões, 5).

PINTO, Tiago de Oliveira. "Som e música. Questões de uma antropologia sonora". In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 44, nº 01, p. 221-286. 2001.

RÜSEN, Jörn. "A história entre a modernidade e a pós-modernidade". In: *História: Questões & Debate,* v. 14, nºs 26/27, p. 80-101. 1997.

_____. "El desarrollo de la competência narrativa em el aprendizage histórico". In: *Propuesta Educativa*. Buenos Aires, año 4, nº 7, p. 27-37. 1992.

_____. *Razão histórica – teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

STEFANI, Gino. *Para entender a música.* Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SNYDERS, Georges. *A escola pode ensinar as alegrias da música?* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TEVES, Nilda e RANGEL, Mary (orgs.). *Representação social e educação*. São Paulo: Papirus, 1999. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Imagens e imaginário na história*: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997. (Série terras, vol. 42).

WEBER, Max. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo: Edusp, 1995.

ZAMBONI, Ernesta. "Representações e linguagens no ensino de história". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Contexto / ANPUH, vol. 18, nº 36, p. 89-101. 1998

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Permanências e ruptura: mulheres, família e casamento em Teresina nos anos 1970

Márcia Castelo Branco Santana*

Resumo: As mulheres que construíram seus processos de individuação a partir dos anos 1960 tiveram suas vidas marcadas por novas experiências, principalmente no que se refere às possibilidades femininas no mundo do trabalho e no processo de escolarização. Em Teresina, o impacto das novas propostas vão ser sentidos e divulgados com intensidade nos jornais escritos, que abordam enfaticamente as tensões, os medos e os desejos relativos ao universo feminino. Dessa forma o presente texto tenciona refletir sobre as sociabilidades femininas, sobre as práticas familiares em torno do casamento e das novas possibilidades abertas às mulheres, bem como, entender como tais mudanças foram sendo escritas e representadas pela imprensa. Na elaboração do texto utilizamos crônicas e notícias veiculadas no Jornal **O Dia** na década de 1970.

Palavras-chave: Gênero - Família - Imprensa

Abstract: Women who constructed their individuzation process apart the 1960's had their lives marked by new experiences, especially in what reffers to the female possibilities in the world of the work and in the education process. In Teresina, the impact of the new purposes will be felt and reported with intensity in the written journals, which talk about tensions, fears and desires in relation to the female universe. This way the present text means to reflect about the female sociabilities, about familiar practices around the wedding and the new possibilities open to the women, as well as, to understand how such changes were written and represented by the press. In the elaboration of the text we used chronicles and news reported in the newspaper "O Dia" in the 1970's.

Keyword: Gender – Family – Press.

Quando iniciei minha pesquisa para o mestrado a primeira fonte que consultei foi um jornal que circulava em Teresina desde o início dos anos 50. Como meu recorte temporal de estudo está mais voltado para a década de 1970 fiz uma leitura mais detalhada das notícias que circulavam no Jornal O Dia naquele período. Nesse percurso foi chamando minha atenção um número considerável de matérias jornalísticas que sinalizavam para o crescimento e urbanização da cidade, paralelo a outras notícias que veiculavam ora a inserção intensa de

* Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

valores modernos na sociedade teresinense ora um apego aos valores tradicionais para a família e a mulher.

Diante dessas informações escolhi, então, realizar uma análise do material tencionando refletir sobre as sociabilidades femininas, sobre as práticas familiares em torno do casamento e das novas possibilidades abertas as mulheres, bem como entender como tais mudanças foram sendo escritas e representadas pela imprensa naquele momento. Para constituição desse trabalho privilegiamos uma pesquisa que analisa os textos publicados no referido jornal entre os anos de 1970 a 1979.

O conceito de prática escriturística[1] de Michel de Certeau (1994) foi fundamental para entendermos como os jornalistas iam delineando, pelo escrito, formas de comportamentos para a sociedade, na medida que abordavam quais deveriam ser a postura de uma mulher frente as novas experiências e vivências da década 70. Discurso também direcionado para o universo familiar, pois o modelo de família nuclear formado a partir de uma relação matrimonial e legal que cabia ao homem ser o provedor e chefe da família e a mulher a parceira que cuidava da harmonia do lar sinalizaram para profundas transformações no que concerne a sua composição e a superioridade que o marido possui com relação à esposa e os filhos.

Outro conceito fundamental no trabalho são os de representação[2] e gênero[3]. Quando manuseamos a documentação hemerográfica foi constituindo a idéia de pensarmos como as mulheres ganharam visibilidade naquele meio e se fizeram visíveis. Nesse ponto o uso do conceito de representação segundo Roger Chartier foi uma referência para realizarmos as análises das fontes e percebermos que "[...] formas institucionalizadas e objectivas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade" (CHARTIER, 1990:23).

---

[1] Três idéias fundamentais articulam esse conceito: o de "pagina em branco", o de "construção do texto" e o de "produção de sentido". Quando Certeau constituiu a idéia de página em branco nos remete ao fato de que há "[...] um lugar de escritura, do domínio (isolamento) de um sujeito diante de um objeto"; na construção do texto as articulações das palavras constitui o mundo que se idealiza, que se deseja; por fim temos a produção de sentido que visa mudar a realidade a qual se destina, para ordena-la enquanto um corpo social harmônico. A partir desses três pontos é possível afirmar que a prática escriturística ocorre de um lugar próprio de saber, onde estão imbricados o poder e o conhecimento que se estruturam no discurso para criar regras e modelos como o objetivo de prescrever uma ordem para o corpo social a qual se destina (CERTEAU, 1994:221-230).

[2] "[...] práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; [...]" (CHARTIER, 1990:13-28).

[3] Esta é uma discussão feita a partir do texto "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" de autoria de Joan Scott e publicada na revista Educação & Realidade, 1995.

Emerge paralelo a essa questão a preocupação de refletirmos como no jogo de representação as identidades de gênero foram abordadas. Daí porque buscarmos o conceito de gênero de Joan Scott que traz uma discussão relacional e plural do que sejam as categorias homem e mulher, vistas aqui não como categorias fechadas e dadas, mas construídas historicamente no seu interior e entre elas (SCOTT, 1995). Perspectivas que nos ajudou na compreensão de como o masculino e o feminino ganham contornos diversos conforme os discursos e estratégias específicas de sua elaboração.

Ao buscarmos compreender os significados dessas expressões podemos penetrar nas diversas manifestações do que era escrito e representado sobre a sociedade teresinense, assim como percebermos os impactos daquelas transformações no viver feminino. Para isso a abordagem terá como primeiro momento uma reflexão do que a imprensa expressou sobre as novas sociabilidades femininas, marcadamente relacionando estas com a questão do trabalho e educação. O acesso cada vez mais intenso das mulheres no campo da educação e aliado a isso a preocupação da afirmação feminina no mercado de trabalho gerou uma série de discussões enfatizando não só essas questões como em que sentido esses foram investimentos delineadores de outros arranjos familiares. O que nos proporcionou pensarmos um segundo momento, na elaboração do texto, como esses novos arranjos na família foram abordados pelos jornais, assim como os modelos prescritos.

AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA DÉCADA DE 1970 EM TERESINA

Quando em 1971 o governo estadual anunciava para os piauienses a implantação definitiva de uma instituição superior na cidade - Universidade Federal do Piauí - setores mais abastados de Teresina consolidavam a certeza de que a capital do Piauí passava por um momento de profundas mudanças em diversos setores e que a educação configurava-se como o reflexo dessa situação. Isso por que a universidade representava um campo de formação de profissionais qualificados para economia local ao mesmo tempo que representava a marca de uma sociedade antenada com o que de moderno poderia ser identificado em um lugar.

O reflexo dessa euforia foi traduzido pela imprensa local que teceu vários comentários elogiosos ao governo, maior responsável pela realização do projeto. Ao lado dessa euforia era notório o entusiasmo da população pela entrada de Teresina no contexto de novos horizontes culturais e educacionais, que se tornaram fatores definidores de experiências inovadoras para homens e mulheres. Questões que seriam ampliadas a partir de outros hábitos

que reforçaram a delineação de valores e costumes distintos do que, até então, eram visualizados entre os teresinenses.

Isso se dava em virtude do próprio acesso feminino aos espaços públicos que se concretizou a partir da década de 60 no Brasil, sendo um contexto pertinente em Teresina nos anos 70, pois o que temos em décadas anteriores era a idéia muito forte de que cabia a mulher como destino natural o lar. Para tanto se articulava no meio brasileiro a propagação exaustiva de uma imagem feminina centrada na fragilidade, delicadeza de abnegadas criaturas que iriam, quando assim fosse à hora, serem mães e esposas mantedoras de lares felizes. Construção que teve sua delimitação no início do século XX e que voltou com força nos anos 50, quando foi necessário retirar uma parte considerável dessas mulheres do espaço do trabalho para que os homens retornassem ao seu posto após a guerra.

Para Maria Lúcia Rocha-Coutinho a ênfase nessa ideologia foram tão pertinentes que:

> *uma carreira era praticamente inconcebível para a mulher nos anos 50 e início dos anos 60 e sua educação percebida como um luxo, visava principalmente a criar mães melhores, companhias mais agradáveis para seus esposos e melhores companheiras para os maridos com carreiras. Embora algumas mulheres tenham ido à universidade, a carreira ou o curso universitário deveriam ser abandonados como o casamento (ROCHA-COUTINHO, 1994:101).*

Considerava-se, então, a mulher não a partir do que possuía enquanto desejo e vontade pessoal, porém do que poderia oferecer enquanto mulheres dedicadas aos filhos e ao marido. Desse modo sua realização passava primeiramente pelo sucesso dos outros, na medida que ela servia como base para que os filhos atingissem seus objetivos sem grandes abalos, bem como o esposo conseguisse seu sucesso profissional.

O que de certa forma levou o encorajamento por parte daquela sociedade de que os esforços femininos deveriam ser voltados para o desenvolvimento de atividade que pudessem identificá-las como perfeitas "rainhas do lar". Quadro também mantido a partir de um controle rígido sobre a sexualidade feminina, uma vez que ser virgem e recatada eram condições necessárias para que as moças conseguissem realizar um casamento desejado pela família, pois a mulher que não se mantinha em tal condição, que vivia sem limite e freqüentava lugares impróprios para uma garota considerada de família ficava mal falada, consequentemente não possuía as características ideais para o casamento idealizado pela sociedade dos anos 50 e 60.

Daí porque muitas não seguiam com seus estudos ou com uma vida profissional que rompessem com esses padrões. E aquelas que faziam tal opção o conquistavam mediante

estarem moldando suas realizações pessoais às cobranças de que deveriam dedicar-se também ao papel de abnegadas donas de casa, mãe e esposa.

A ambigüidade vivenciada por tais mulheres reverberou muito bem na insatisfação que marcou a vida de algumas delas que começaram a perceber as limitações do tradicional papel de rainha do lar ao qual era destinado a sua pessoa. Segundo Rocha-Coutinho o que antes era pensado como um projeto familiar, desloca-se para outro sentido na medida que:

> *[...] o questionamento de que o casamento traz a felicidade eterna como esposa e mãe levou as mulheres não só a buscar novas formas de realização pessoal numa profissão ou trabalho como também as formas alternativa de relacionamento afetivo e sexual (ROCHA-COUTINHO, 1994:117*).

Portanto, as mulheres daqueles anos situaram-se entre viver um papel tradicional ou buscar mudanças que contemplassem suas necessidades individuais. Nesse jogo era presente um número cada vez maior de jovens investindo em uma carreira e profissão sem abandoná-las quando casavam. Perspectiva que possibilitou a presença considerável de mulheres em espaços públicos tradicionalmente recortados como masculinos.

É válido lembrarmos que esse quadro foi marcado, principalmente, pelo investimento realizado no mundo do trabalho e no processo de escolarização que permitiu não só essas que essas jovens trilhassem uma vida profissional como ampliou seu campo de vivencia e formulação de novas experiências individuais. Nesse sentido, salientamos que tal deslocamento significou a abertura de discussões na imprensa ora contemplando os efeitos daquelas conquistas para as mulheres ora colocando em questão que conseqüências mais pertinentes às conquistas femininas representavam para a sociedade[4].

Geralmente o desenvolvimento dessas construções ocorria em períodos que havia uma crítica aos padrões vigente e outros valores estavam sendo estabelecidos. Em face dessas mudanças havia uma gama de argumentos que abordavam enfaticamente em que medida os novos padrões interferiam na vida dos indivíduos, bem como os que deveriam ser incorporados ou afastados.

Teresina, na década de 70, passa por um desses momentos como abordamos no início dessa discussão. Aqueles eram anos que marcaram a cidade de forma distinta, pois não só a cidade ganhou novos investimentos em termos infra-estruturais como os teresinenses

[4] A respeito desse conflito vivenciado pelas mulheres teresinenses na década de 50 e 60 e abordado com ênfase na imprensa, consultar CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: F.C.M.C., 2003.

passaram a vivenciar de maneira mais próxima com valores modernos que eram divulgados pelos meios de comunicação ou mesmo incorporados aos hábitos da sociedade.

Quadro manifestado com nitidez no Jornal O Dia ao abordar em suas páginas vários desses novos hábitos e padrões de valores que os habitantes de Teresina já possuíam, como revela os seguintes fragmentos da coluna de Ismael Santana em abril de 1970.

> *Se na época dos nossos avós muitas mulheres foram proibidas de freqüentar escolas superiores destinadas exclusivamente a formação de homem para as profissões liberais – se no tempo de nossos pais não era visto com bons olhos o fato de mulheres passarem o dia inteiro fora dos seus lares – na época atual, é coisa previamente decidida que, em todas as famílias homens e mulheres se equiparem na luta pela vida, produzindo e se elevando por meio do trabalho honesto e bem orientado (SANTANA, Ismael. A mulher que trabalha. O Dia, Teresina, ano XX, n. 2968, p. 7, 11 abr. 1970).*

No trecho podemos identificar o destaque que o articulista deu as práticas consideradas inovadoras para a sociedade piauiense e em particular para o universo feminino. Nesse sentido, já era possível visualizar o comportamento feminino para além dos papeis que tradicionalmente circunscreviam a mulher em mães e donas de casa.

No entanto, o discurso nem sempre emergia de maneira homogênea nos jornais. Ao folhearmos os anos de 1971 a 1975 encontramos artigo que mostravam uma preocupação da preservação dos valores tradicionais na sociedade, assim como entre as mulheres, destacando, por exemplo, como estas deveriam fazer para conviverem bem com os homens e para desenvolverem o perfil de qualidade exigido por estes na hora de escolherem uma esposa.

Nas interfaces dessas escritas podemos visualizar abordagens que delineavam pontos fundamentais para o mundo feminino: deixavam claro quais os comportamentos esperados daquelas mulheres e definiam que modelos estas deveriam seguir. As definições ocorriam com o objetivo de pontuar que espaços e comportamentos cabiam as moças e ao rapaz, numa época onde esses limites não possuíam demarcações precisas em virtude das modificações dos padrões culturais que proporcionaram rapazes e moças, homens e mulheres uma convivência mais próxima.

Assim, para as moças que começavam a ingressarem mais fortemente no mercado de trabalho e nos cursos superiores alargando suas experiências, os escritos presentes nos jornais pontuavam suas conquistas mostrando os benefícios que estas traziam para a sociedade, porém alertando as mulheres como deveriam conviver com as novidades sem abandonarem os papéis tradicionais tão bem realizados em épocas anteriores. Ou seja,

representavam essas mulheres a partir de tais elementos enfatizando um modelo escriturado por aspectos conciliadores entre as permanências e as novas experiências, chamando a atenção para dosarem com cuidado essas questões no sentido de não desestruturarem o lar ou abandonarem os desejos individuais. Esperava-se da mulher que ela fosse esse ponto de equilíbrio ao conviver com os novos arranjos sem distanciar-se das atitudes de recato, sacrifício e dedicação à estabilidade familiar.

Carla Bassanezi aborda que "Na ideologia dos Anos Dourados maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam ponte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação" (2002:609). Não sendo estranho para aquele contexto considerar a família a partir do que a mulher representava nessa instituição. Os comportamentos cobrados das jovens casadoiras era o de recato e pureza como requisito para conduzirem à futura família dentro de padrões de moralidade posto naquele momento. Das mulheres casadas esperava-se o cumprimento de suas atividades domésticas, serem esposas abnegadas e prestativas, bem como mães dedicadas ao sucesso dos filhos.

Nos últimos anos da década de sessenta esse modelo começa a sofrer suas primeiras críticas com a inserção de outros padrões de comportamento nas relações familiares, o que permitiu a formação de arranjos e hábitos distintos dos que estavam até então presente na família. A mulher passou a buscar objetivos para além do casamento, investindo nos estudos e profissão.

As análises das fontes nos permitem dizer que Teresina já convive nos anos 1970 com uma multiplicidade de pensar e olhar quais seriam as escolhas mais apropriadas para as mulheres, pois havia discursos que assinalavam para conciliação entre os papéis tradicionais de mãe, esposa e profissional, quanto os que demonstravam a necessidade de uma independência completa desses elementos no viver da mulher. Desse modo, essas mulheres foram subjetivando sua individuação, a partir da família, dos estudos, profissões e mesmo do casamento, uma vez estes passaram a ser caminhos possíveis em sua vida.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Fontes

Jornal

O Dia, de 1970 a 1979, circulação diária.

2 Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. *Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil* (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. Pp. 101-189.

BASSANEZI, Carla. *Mulheres Nos Anos Dourados*. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002. Pp. 381-416.

BESSE, Susan K**. Modernizando a desigualdade:** a reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: F.C.M.C., 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História, estudos de gênero e contemporaneidade*. In; PINHEIRO, Áurea da Paz (Org). **Cidade, História e Memória**. Teresina, EDUFPI, 2004. Pp. 261-269.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *Introdução; Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: _____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Pp. 13-28.

GIDDENS, Antony**. A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEDRO, Maria Joana. *Mulheres ao Sul*. IN: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002, Pp. 278-321.

PERROT, Michelle. *Escrever uma história das mulheres: um relato de experiências*. In: **Cadernos Pagu**. nº 4. São Paulo. 1995. Pp. 9-28.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres: as vozes do silêncio*: In: FREITAS, Marcos (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998. Pp. 217-235.

QUEIROS, Teresinha de Jesus Mesquita. *Juventude, cultura e linguagem na década de sessenta.* In: _____. **Do singular ao plural**. Recife: Edições Bagaço, 2006. Pp. 225-236.

_____*Juventude anos sessenta no Brasil: modos e modas*. In: _____. **Do singular ao plural.** Recife: Edições Bagaço, 2006. Pp. 273-291.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por traz dos panos:** a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: *uma categoria útil de análise histórica*. In: **Educação & Realidade**. Vol. 2, nº 20, jul. /dez. 1995. Pp.71-99.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O "Atlântico negro" e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: memória e identidade.

Amilcar Araujo Pereira*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a importância das lutas de libertação nos países africanos e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos para a constituição do movimento negro brasileiro a partir da década de 1970. Essas lutas fazem parte de uma "memória coletiva" e são recorrentemente citadas pelos militantes entrevistados como importantes referenciais para construção de suas próprias identidades como negros e como militantes políticos.

Abstract: The aim of this paper is study the importance of the struggles for independence in Africa and the civil rights movements in United States to the contemporary black movement constitution in Brazil, in the 70s. These struggles make part of a kind of "collective memory" and are usually cited by the interviewed activists as important references to the build of their own identities like blacks and activists.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância das lutas de libertação nos países africanos e dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos para a constituição do movimento negro brasileiro a partir da década de 1970. Para que este objetivo seja alcançado, é necessário antes compreendermos o que seria esse movimento negro. Entendo por movimento negro, o conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social.[1] Este trabalho estará focado na construção política do "movimento negro contemporâneo", que surge, com suas características e especificidades, a partir da década de 1970.

Vale ressaltar que ainda na década de 1920 surgem jornais que fazem as primeiras denúncias e promovem manifestações contra a discriminação racial, que viriam, no início da

---

[1*] Amilcar Araujo Pereira é doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Nesse sentido, seria correto utilizarmos a expressão "movimentos negros" no plural. Entretanto, tenho verificado, ao longo de toda a pesquisa, que tanto as lideranças quanto os militantes desse movimento social se autodenominam e são denominados militantes do "movimento negro", no singular, o que me autoriza a falar, assim como vários autores, em "movimento negro contemporâneo".

década de 1930, a desembocar na construção de organizações políticas compostas por negros e voltadas para o combate ao racismo no Brasil.[2] A mais conhecida, a Frente Negra Brasileira, FNB, foi criada em 1931 em São Paulo e espalhou-se por vários outros estados. A FNB tornou-se, em 1936, um partido político, sendo fechado logo no ano seguinte, como todos os outros partidos políticos, pela ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Há vários outros casos de organizações negras surgidas a partir de então, como por exemplo a União dos Homens de Cor, UHC, criada em Porto Alegre em 1943 e com ramificações em 10 estados da federação; e o Teatro Experimental do Negro, TEN, criado no ano seguinte no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento. Essas organizações exerciam práticas político-sociais, hoje percebidas como práticas comuns ao movimento negro.

Segundo Regina Pinto, o termo "movimento negro" teria aparecido pela primeira vez em 1934, num texto publicado no jornal *A Voz da Raça*, que era o órgão de divulgação da FNB. (PINTO, 1993: 213) Contudo, esse termo passou a ser utilizado recorrentemente pelos militantes que se engajaram na luta contra o racismo durante a década de 1970. Em 1978, a criação do Movimento Negro Unificado, MNU,[3] em 7 de julho, num ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que teve repercussão nacional e internacional, parece ter sido responsável pela difusão da noção de "movimento negro" como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento.

É importante ressaltar que as influências externas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho, e que certamente contribuíram para a constituição do movimento negro no Brasil, de maneira nenhuma podem ser consideradas determinantes para o surgimento desse movimento social. A própria fundação do MNU, que se tornou um marco e uma espécie de impulsionador para a criação de diversas entidades negras pelo Brasil afora (como, por exemplo, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, em 1979, e o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Cedenpa, em 1980), ocorreu em São Paulo em função do

[2] Desde o final do século XIX há registros de jornais voltados exclusivamente para assuntos relacionados à população negra, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Durante os anos 1920, boa parte desses jornais passa a ter um caráter reivindicatório e de denúncias das discriminações sofridas pela população negra que vivia nos centros urbanos, notavelmente nas cidades citadas. O *Clarim d'Alvorada*, fundado em 1924, por José Correia Leite em São Paulo, é considerado por alguns autores como um dos primeiros instrumentos da luta organizada contra o racismo no Brasil, e permaneceu em circulação até 1932. (SANTOS, 1994; PEREIRA, 2005; HANCHARD, 2002) Segundo Joel Rufino dos Santos (1994: 89) é dessa chamada "imprensa negra" de São Paulo que surge, em 1931, a primeira organização política constituída por negros para buscar melhores condições de vida para a população negra, a Frente Negra Brasileira (FNB). Ver: BARBOSA, 1998.

[3] No ato de 7 de julho de 1978 foi criado o MNUCDR, Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que, no ano seguinte se tornaria somente MNU. Durante a sua criação, o MNU propunha ser um movimento nacional unificado, e conseguiu contar com a participação de militantes de alguns estados. Todavia, com os diversos rachas e com as diferentes visões em relação à luta contra o racismo, existentes no meio da militância negra, o MNU tornou-se uma entidade, como várias outras, com ramificações em todas as regiões do país.

protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Outro caso interessante é o relatado por Vanda Menezes, sobre a motivação para a criação da Associação Cultural Zumbi, em 1979, no estado de Alagoas:

> *A Associação Cultural Zumbi surge porque um companheiro nosso, que fazia medicina, na época só se tinha clubes fechados, e ele vai para um baile na Fênix [Clube]. E ele é convidado a sair desse baile porque é negro. Ele é filho de Laura Dantas. Uma mulher negra, que foi professora dos governadores... Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas em um complexo do estado. E, por conta disso, há uma revolta dos próprios companheiros brancos, que faziam medicina, com essa atitude do... não chama diretor, era um nomezinho que dava a esses caras que tomavam conta desses clubes. E é uma confusão! Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia medicina, e é posto para fora da Fênix. E aí muitos companheiros começam a discutir isso. E nós fomos chamados, eu fui chamada para uma reunião para discutir isso. Éramos 33 pessoas: duas mulheres – eu e Ana – e 31 homens, que se reúnem na Universidade [Federal de Alagoas] (...)*[4]

Ou seja, o que determinou a arregimentação, a mobilização negra que acabou resultando na criação de entidades e organizações do movimento negro contemporâneo, em geral, foram situações de racismo a que toda a população negra está exposta em nossa sociedade, e a percepção das desigualdades aqui existentes.

Entre as características específicas do movimento negro contemporâneo, que o diferencia das tentativas e organizações anteriores à década de 1970, podemos destacar ao menos três: a constante denúncia do chamado "mito da democracia racial", ou seja, da idéia de que as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas;[5] a nítida, e praticamente exclusiva, aproximação com as organizações de esquerda, que marcou profundamente a constituição das primeiras organizações, ainda durante o regime militar; e a assunção do 20 de Novembro (dia da morte de Zumbi dos Palmares) como dia a ser comemorado pela população negra em substituição ao 13 de Maio (dia da abolição da escravatura), fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negra, e provoca objetivamente uma revisão sobre o papel da população negra na construção da sociedade brasileira, na medida em que desloca propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição

[4] Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 28/10/2005. Vanda Menezes é militante do movimento negro desde o final da década de 1970. Formada em psicologia, ela é inspetora da Polícia Civil do Estado de Alagoas. Foi uma das fundadoras da Associação Cultural Zumbi, em 1979, em Maceió, Alagoas. Na época da entrevista, era a titular da Secretaria Especializada da Mulher do Estado de Alagoas, Semulher.

[5] Esse mito ganhou força especialmente após a publicação do clássico *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, e acabou se constituindo em um dos pilares de nossa "identidade nacional", que consagra a miscigenação como uma espécie de contribuição brasileira à civilização do planeta.

para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos.[6]

O principal conjunto de fontes históricas utilizado para a elaboração deste trabalho é o acervo com 38 entrevistas de história oral com lideranças do movimento negro contemporâneo de todo o Brasil, realizadas no âmbito do projeto "História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas", implementado pela Drª Verena Alberti e por mim no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Neste acervo de entrevistas percebe-se que as lutas envolvendo as populações negras na África e nos Estados Unidos a partir de meados do século XX, fazem parte de uma "memória coletiva" e são recorrentemente citadas pelos entrevistados como importantes referenciais para construção de suas próprias identidades como negros e como militantes políticos. Nesta comunicação, à luz das entrevistas, já referidas, e de jornais da chamada "imprensa negra", que ganhou novo fôlego a partir da década de 1970, será feita uma breve análise sobre a importância dessa "memória coletiva" para a construção das identidades dos militantes negros brasileiros e sobre a relação dessas identidades com as lutas ocorridas no chamado "Atlântico negro", ao longo da segunda metade do século XX.

Hédio Silva Júnior, militante do movimento negro desde o final da década de 1970, por exemplo, fala sobre as influências externas recebidas pelo movimento, da seguinte forma:

> *Nós podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. (...) E por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas idéias a respeito do que seria o ocidentalismo, o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens.*[7]

Uma das primeiras entidades do movimento negro contemporâneo, surgida no Rio de Janeiro, foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, Sinba, fundada em 1974. Essa

[6] A reivindicação pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil" e pela "valorização da cultura negra" já estavam presentes na Carta de Princípios elaborada quando da fundação do MNU em 1978. Para essa discussão sobre a construção do movimento negro contemporâneo, ver: ALBERTI & PEREIRA, 2007.

[7] Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 21/7/2004. Hédio Silva Júnior foi presidente da Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, e assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Nesse último ano fundou em São Paulo o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006.

entidade publicava o jornal *Sinba*, que circulou entre 1977 e 1981, e logo no primeiro número, de julho de 77, na matéria intitulada "O que é a África?", aparecem questões fundamentais para o movimento social negro que se constituía naquele momento: discussões sobre as informações que nos levam a constituir memória e sobre as identidades construídas pelos negros brasileiros. Ao questionar as informações que nos levariam a formar um senso comum preconceituoso em relação à África, o texto diz: "Falar de África como terra de nossos escravos, mãe de nosso folclore, e outros lugares comuns, é tentar manter uma imagem completamente superada no tempo. E no entanto, é a única que ocorre aos mais bem informados brasileiros." O texto prossegue questionando a ausência de informações sobre a África contemporânea, e diz o seguinte:

> *(...) nós negros brasileiros somos sempre chamados a nos identificar com a África Ancestral e seus valores correspondentes da época do tráfico ou anterior. Se somos conscientes que a história não pára, por que ficarmos presos àquela época e desconhecermos o seu desenvolvimento histórico? (...) Se cultural, étnica e historicamente temos tantas afinidades, se geograficamente somos tão próximos, climaticamente tão parecidos; se no campo econômico muito podemos realizar, por que ainda estamos tão mal informados e preconceituosos com relação à África? Por que quase tudo desconhecemos sobre sua história recente, sobre povos, das suas conquistas, enfim, da sua atualidade? (jornal Sinba, 1977: 5)*

A memória que se buscava construir em relação à África, como importante elemento para a construção de identidades negras positivas, deveria se basear nas lutas protagonizadas por negros africanos, não só no passado longínquo, mas principalmente naquele momento histórico de descolonização, de luta por liberdade e pela conquista de melhores condições de vida. Michel Pollak, em seu artigo *Memória e identidade social*, afirma que a "memória é um fenômeno construído", e que ela "(...) também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória." (POLLAK, 1992: 204) Ele também diz o seguinte:

> *Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992: 205)*

Nesse sentido, parece que os militantes que faziam o jornal *Sinba*, ainda em 1977, já compartilhavam das idéias que Pollak apresentou no Brasil somente na década de 1990, na medida em que, em seu primeiro número, eles apresentaram sete matérias falando sobre as lutas contemporâneas em diferentes países africanos; desde a matéria de capa, intitulada "Depoimento de um líder estudantil de Soweto", denunciando os horrores do regime do

apartheid na África do Sul,[8] até matérias sobre as lutas na Namíbia e na Rodésia, e também sobre Moçambique e Nigéria, ressaltando o valor das lutas e as conquistas alcançadas.

Amauri Mendes Pereira, um dos fundadores da Sinba e um dos redatores do jornal, faz um relato interessante, refletindo sobre a importância das influências externas para a sua trajetória política posterior. Ele conta como se sentiu ao tomar contato com alguns livros que ele recebeu de um amigo e que o teriam marcado profundamente:

> *Entre esses [livros] tinha o* Alma no exílio *de Eldridge Cleaver e* Os Condenados da terra *de Frantz Fanon. Eu comecei a ler* Alma no exílio*, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois entrei no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade, "a violência como a parteira da História." Preconizava a violência do colonizador, o ódio... O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara, porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça, aquilo me apaixonou.*[9]

A transformação do conhecimento adquirido em referência para os militantes fica clara no depoimento de Lúcia Xavier, militante desde o início da década de 1980, que lembra a dinâmica das discussões no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN:[10]

> *Então eu acho que o IPCN foi importante nisso. Também foi importante para perceber que nós não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. Na universidade, eu começo a ter, depois, no convívio nessa fase da minha vida, uma formação muito marxista, e também vou encontrar isso no movimento negro, principalmente nesse grupo do IPCN, que tinha como ponte os revolucionários africanos: Amilcar Cabral, Patrice Lumumba... E o Amauri fazia essa releitura sob o ponto de vista intelectual... O que ele fazia? Ele pegava os escritos e relia a realidade brasileira, e retraduzia as idéias. Não que a gente não tivesse acesso às idéias, mas, como ele era a liderança em torno da qual nós estávamos, e ele é muito... Como chama? Eu tenho uma expressão para isso: aquela pessoa que tira as frases de efeito, como a famosa "há muitos perigos na vida". Então ele pegava aquelas frases desses revolucionários e, de repente, você estava no maior caos, e ele: "Porque Amilcar Cabral dizia...!" Então, isso ia nos ajudando também a ter essas referências. A gente tinha uma África mítica e, ao mesmo tempo, essa África, também mítica, mas aí, sob o ponto de vista da releitura dos nossos heróis e heroínas. (...) Então, a gente não sabia como o Mandela era, porque era um desenho, mas a gente tinha o entendimento da luta contra o apartheid, a gente tinha os contatos, porque o IPCN era um ponto de referência e lá você tinha o contato, tinha informação; mesmo que muito precária, você tinha. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação.*

---

[8] Ainda na matéria de capa, o jornal traz a seguinte informação sobre o massacre realizado pela polícia do *apartheid* num bairro negro da cidade de Soweto, África do Sul: "Soweto – 16 de junho de 1976 – mais de 600 mortos" e afirma que, segundo a Unesco, "São poucos na história os exemplos de uma polícia que dispara sobre escolares sem armas e os mata em tal quantidade que o número exato de mortos não pode nunca ser estabelecido."

[9] Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 31/10/2003. Além de fundador da Sinba em 1974, Amauri Mendes participou da criação do MNU, em 1978, em São Paulo. Integrou a direção do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio, em dois momentos: no início da década de 1980 e em meados da década de 1990, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela Uerj, à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

[10] O Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1975.

> *Então, nos ajudou a ampliar o leque de entendimento: que aquela luta não era só nossa, não era local do nosso bairro, que o mundo inteiro passava por aquilo. Ao mesmo tempo, as referências americanas, essas referências trazidas do próprio continente africano, as coisas que aconteciam no continente europeu... Então a gente tinha lá um caldo profundo de releitura teórica sobre a maneira de superar o racismo, de enfrentar..., que nação nós queríamos, que mundo a gente queria – se mais à esquerda, se mais à direita...*[11]

É interessante notar, por exemplo, que segundo o que foi relatado no jornal *Jornegro* n° 4, de setembro de 1978, Carlos Alberto Medeiros, representando o IPCN na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, ocorrida em São Paulo em 12 de julho daquele ano, e referindo-se à "movimentação atual" dos negros, credita "a maior consciência existente em nossa comunidade" à "influência dos movimentos afro-americanos e das libertações africanas." Vinte e seis anos depois, em entrevista cedida ao CPDOC em 2004, o mesmo Carlos Alberto Medeiros diz o seguinte em relação ao movimento negro contemporâneo na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 70:

> *Nós tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos: como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes daquilo... Quer dizer: em nenhum momento se imaginou que se pudesse copiar as formas de luta nos Estados Unidos, muito menos na África – e particularmente na África do Sul, que é mais semelhante com a questão daqui, do que a questão da luta anti-colonial. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia lá, valia na África, nos Estados Unidos, também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a coisa da história afro-brasileira: adaptar essa idéia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra, isso era uma coisa que cabia... Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive num movimento, que acabou sendo e como é agora – não uma coisa de mão única, mas algo de mão-dupla: eles têm vindo muito para cá. Os negros americanos, curiosamente, têm vindo muito para cá. Salvador está virando uma espécie de "Meca" dos negros americanos. Interessante essa história. Então não é uma coisa subserviente de imitação do estrangeiro. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época e estava claro para a gente.*[12]

Um exemplo interessante e objetivo de que essa relação não seria de mão-única, como afirma Medeiros, foram os cartazes de manifestações do movimento negro brasileiro realizadas durantes as décadas de 1970 e 80 em três diferentes estados (Bahia, São Paulo e Alagoas), que foram recentemente encontrados no porão de uma casa vendida na pequena

[11] Entrevista gravada no Rio de Janeiro, em 5/12/2003. Integrante do IPCN na década de 1980, em 1992 Lúcia Xavier fundou a entidade do movimento de mulheres negras Criola, que ocupava, à época da entrevista, a função de secretaria executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997.

[12] Entrevista gravada em 15/4/2004. Carlos Alberto Medeiros participou da fundação da Sinba e do IPCN, em 1974 e 1975, respectivamente. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), entre 1995 e 1996, e subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro. Jornalista formado pela UFRJ, é mestre em sociologia e direito pela UFF.

cidade de Charles Town, West Virginia, nos Estados Unidos. Um norte-americano branco que comprou a casa, acabou enviando os cartazes de volta para o Brasil por meio de uma brasileira, que é dona de uma loja de produtos latinos naquela cidade. Em um exemplo marcante de circulação de referenciais (neste caso, 360°), os cartazes acabaram chegando até o Brasil e a mim, que estou pesquisando justamente o impacto dessa circulação de referenciais, pelo chamado "Atlântico negro", na formação do que alguns autores afirmam ser um "movimento negro transnacional". (HANCHARD, 2002; GUIMARÃES, 2000)

De acordo com a pesquisa que venho realizando, entendo que essa construção, levada a cabo pelos militantes do movimento negro, de uma "identidade negra", racializada, determinada pelo imperativo político de combater as estruturas que reproduzem as desigualdades raciais no Brasil seria animada, tanto a partir da "cultura afro-brasileira" e das relações raciais aqui existentes, quanto pelo "legado cultural e político" do que Paul Gilroy chamou de "*Atlântico negro*", ou seja, o conjunto cultural e político transnacional de elementos e ações produzidos pela diáspora negra desde o final do século XV. Gilroy diz que

> *o piloto de Colombo, Pedro Nino, era africano. Desde então, a história do Atlântico negro, constantemente ziguezagueado pelo movimento de povos negros – não só como mercadoria, mas engajados em várias lutas de emancipação, autonomia e cidadania – propicia um meio para reexaminar os problemas de nacionalidade, posicionamento, identidade e memória histórica. (GILROY, 2001: 59)*

Levando em conta toda essa discussão sobre a circulação de referenciais e as influências externas para a constituição do movimento negro brasileiro, Michael Hanchard diz que "os movimentos sociais negros brasileiros fazem parte de uma política negra transnacional", e afirma que a FNB, por exemplo, deve ser vista, não só como forma de apresentação de história nacional e regional, "mas também como faceta integral de uma comunidade multinacional, multilingüe, ideológica e culturalmente plural uma comunidade imaginada, se quiserem, mas não necessariamente limitada por um país territorial singular." (HANCHARD, 2002: 89)

Conhecer melhor as condições, as influências, a história da constituição do movimento negro no Brasil, bem como suas estratégias iniciais, sua articulação com os diferentes movimentos sociais, inclusive no exterior, etc., podem nos fornecer importantes elementos para pensarmos a sociedade brasileira e para que possamos compreender os mecanismos que movem as relações raciais neste país tão desigual.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar Araujo. "O movimento negro contemporâneo". In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge Luiz. *Revolução e democracia* (vol. 3 da Coleção As esquerdas no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (No prelo)

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar Araujo. "A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo". In: *Estudos Históricos* n° 37, jan. – jul. de 2006. Rio de Janeiro. Pp. 143-166.

BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira:* depoimentos. São Paulo, Quilombhoje, 1998.

BARCELOS, Luiz Cláudio. "Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica". In: *Afro-Ásia* n° 17, 1996. Pp. 187-210.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. "Apresentação." In: Guimarães, Antônio Sérgio A. & Huntley, Lynn (org.). *Tirando a máscara*: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e o Poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. "Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada." In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n° 1, 2002.

LEITE, José Correia e CUTI . *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Organização e textos: CUTI. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992**.**

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro.* Rio de Janeiro: Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Gráfica da Alerj, 2005.

PINTO, Regina P. *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH / Universidade de São Paulo, 1993.

POLLAK, Michel. "Memória e Identidade Social". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Pp. 200-212.

SANTOS, Joel Rufino dos. "A Luta Organizada Contra o Racismo". In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os *"ladrões da honra"*: homens e mulheres envolvidos em crimes sexuais em Pernambuco Imperial (1860-1888).

Maria Emília Vasconcelos dos Santos.*

Resumo: Mulheres "vítimas" de crimes sexuais foram parar na polícia ou na justiça para cobrar a sua honra e seus direitos. Mas afinal, quem eram as mulheres/meninas "vítimas" de crimes sexuais, que recorreram à justiça em Pernambuco de meados dos oitocentos? E quem eram os homens acusados por esses crimes? Para esta análise selecionamos 29 processos de crimes sexuais do Tribunal da Relação de Pernambuco. Pudemos, a partir dessa discussão repensar idéias do senso comum onde as mulheres pobres "vítimas" de crimes sexuais aparecem como alijadas de qualquer recurso à Justiça.
Palavras - chave: Crimes sexuais, mulher, século XIX.

Abstract: Woman "victims" of sexual crimes went to the justice, and to the police to claim their honor and their rigts. But, who were the woman/grils "victims" of sexual crimes, that used to appel to the Pernambuco's law in the 19 centtury? And who were tha man, offenders for that crimes? For that analysis we selected 29 process of sexual crimes fom the Tribunal of Relacion from Pernambuco. Acording to this discussion we could rethink ideas from comum sense, that poor woman "victims" of sexual crimes, devoid of any resource had their rights recognized by the law.
Keywords: sexual crimes, woman, century 19

O andamento dos processos de crimes sexuais – rapto, estupro e defloramento - seguia a trajetória burocrática própria da instituição judiciária. E havia uma série de exigências para a configuração do delito e o posterior encaminhamento por parte dos profissionais da polícia e do judiciário. Da queixa ao resultado do processo se levava algum tempo, em média 1 ano. O processo começava, quase sempre, com uma queixa levada à Delegacia. Nessa ocasião iniciavam-se as diligências para apurar informações sobre o caso,

* Mestre em História pela UFPE com o apoio financeiro do CNPq

como recolher depoimentos, realizar exame de corpo de delito, fazer o auto de qualificação do acusado e da ofendida, além do levantamento da vida pregressa do casal por meio das testemunhas ou por comentários de outras pessoas que, às vezes não tinha a identidade revelada ou era denominada de *"voz pública"* ou de *"ouvir dizer"* sendo apenas a apreciação dos informantes "anônimos" sobre a circunstância contemplada. A força dos comentários era reconhecida, por isso, era levada em consideração pelas autoridades e em uma cultura onde a oralidade era bastante presente, boatos eram sólidos circuitos de informação. (Moura, 2005) Após esses encaminhamentos, por fim, um relatório era emitido pelo Delegado ou Subdelegado e alguns casos eram enviados aos profissionais do judiciário.

O encaminhamento dado a processos de crimes sexuais precisavam mais do que um drama envolvendo questões relacionadas à reputação, transgressões sexuais e disputadas relacionadas à honra. Eram indispensáveis também outros elementos para configurar as queixas em crimes, alguns deles iremos tratar a seguir.

Idade

A partir dos dados referentes á idade observamos um percentual avultado de mulheres com idade entre 14 e 17 anos. A idade das meninas era um fator que facilitava a incursão do agressor ou sedutor por serem eles superiores em força física ou com maior capacidade de convencer as meninas/ ou mulheres para manterem uma relação afetivo-sexual. A tabela a seguir apresenta a faixa etária das vítimas.

Tabela nº1

Faixa etária	Quantidade	Porcentagem
8 – 13	11	36,67%
14 – 17	16	53,34%
18 – 25	1	3,33%
Não sabe a idade	2	6,66%
Total	30	100%

Fonte: processos criminais 1863-1887.

A menor Francisca Maria, de 11 anos de idade e que tinha por ocupação o serviço doméstico, em dias de julho de 1881 foi à casa de sua irmã Justina que se encontrava doente e por isso precisava de ajuda para cuidar de seus dois filhos pequenos. No trajeto para a casa de sua irmã enquanto Maria Francisca equilibrava um saco com suas roupas e objetos pessoais, quando fazia esse percurso foi atacada e estuprada por seu cunhado o qual a estava

conduzindo. No desenrolar do processo que se abriu para averiguar o caso iniciou-se um debate entre defesa e acusação a respeito da existência ou não da ingenuidade das mulheres mais jovens. O acusado em seu depoimento pontuou os limiares de responsabilização e entendimento dos menores sobre seus atos. Para o acusado, a mulher menor de 17 anos, já possuía o discernimento e tinha alguma responsabilidade na sua defloração, nota-se que ele chama atenção para essa questão porque foi estabelecido pelo Código Criminal do Império a idade de até 17 anos, como a faixa etária da inocência e também onde caberia legalmente a intervenção da justiça. Por outro lado o Promotor Público coloca que a pouca idade por si só tem como característica a falta de discernimento e por isso o ato mesmo que voluntário das menores para a consumação do ato sexual não pode ser condenado.

Pouca chance deveria ter a mulher, que não fosse menor de 17 anos, de ver reparado o mal pelo casamento, pelo recebimento de um dote ou pela condenação do *"ladrão de sua honra"*. A idade era umas das formalidades exigidas pelo Código Criminal do Império para se configurar o crime de sedução, defloramento e nos casos de estupro quanto mais novas as mulheres maiores eram as chances de ter a sua queixa atendida pela justiça, já que existia uma crença que as mulheres mais adultas poderiam ter consentido na consumação do ato sexual e que poderiam ser defender de um ataque de um homem mais afoito.

A noção de uma idade intermediaria entre a infância e a idade adulta para os contemporâneos dos dezenove é percebida visivelmente pelo modo como essas meninas aparecem nos processos e com certa freqüência usando expressões como ofendidas, meninas e menores. Mas dependendo de quem produzia a opinião outras referências vinham à baila. Para os promotores e testemunhas das ofendidas poderiam serem as menores referidas por seu nome ou por expressões como "moça", "menina" ou "moça honesta", todos esses termos têm ligação com as qualidades positivas reservadas para as mulheres como castidade, ingenuidade e honestidade. Por outro lado, na fala dos acusados, dos seus advogados e das suas testemunhas as referências a elas são feitas pelos termos "mulher", "menina perdida" ou "prostituta". Já nos pareceres e na documentação produzida por promotores e por alguns bacharéis as expressões mais utilizadas para fazer referência às meninas eram os termos "ofendida", "menor" ou "vítima" todas estas recorrentes no universo jurídico.

Podemos pensar também que a predominância de mulheres jovens como vítimas de crimes sexuais se deu por estarem elas mais expostas as situações cotidianas que possibilitaram a efetuação desses crimes.

Preto é preto!Branco é branco! Nada de confusões!

A declaração da cor das meninas aparecia, com maior freqüência, em duas partes específicas dos processos; nos autos de qualificação e nos exames de corpo de delito. A referência à cor da pele aparece distribuída da seguinte forma:

Tabela nº 2

Cor	Quantidade	Porcentagem
Parda ou semi-branca	9	31,05%
Branca	3	10,34%
Preta	1	3,44%
Não mencionada	16	55,17%
Total	29	100

Fonte: processos criminais 1863-1887.

Como podemos observar pela tabela nº 2 existe um número significativo de processos onde não se fez referência à cor das meninas. Quando houve dificuldades em obter esse dado procuramos outros caminhos desde características biológicas como a referência a cabelos pretos e crespos ou pela cor com que seus pais eram identificados. Por vezes encontramos a designação da cor das meninas através dos depoimentos das testemunhas contidos nos autos.

Por outro lado, ter acesso ao registro sobre a cor das menores não foi tão esclarecedor, e acabava criando situações em que uma pessoa podia ser de cores variadas, como no caso de Anisia Maria da Conceição, de 13 anos e empregada no serviço doméstico que teria sido raptada por Neco do Valle na noite do dia 25 de agosto de 1882[1]. Anisia recebeu três classificações para identificar a matiz da sua pele. No seu registro de batismo, anexado ao processo, a menor é dita como de pele *"branca"*. No laudo pericial feito por 2 médicos diplomados ela recebeu a designação imprecisa de *"semi-branca"* para identificar a coloração da sua pele. Já a testemunha Augusto Pater, de 50 anos, casado, natural de Pernambuco e que vivia de suas agências disse em seu depoimento que Anisia era *"mulatinha"*. Branca, semi-branca, parda, crioulinha, mulatinha ou preta são apenas algumas das variadas terminologias utilizadas para identificar a cor da tez das menores. Pensamos que a atribuição da cor não se dava numa completa isenção de quem a determinava; a diversidade cromática presente nos processos dependia dos "olhos" de quem as identificasse.

Por conta de episódios como o apresentado acima de imprecisão da classificação

1 IAHGP, 1883 2º Cartório do Crime/ Denúncia AA- Justiça RR- Manoel do Valle.

da cor da pele aliado ao expressivo 55,17% apresentado na tabela número 2 para os processos onde não há referência a cor não podemos discutir se o encaminhamento das queixas e os resultados dos processos podiam ser determinados pela cor das "vítimas". Como foi realizado por Martha Abreu e Sueann Caulfield em seus trabalhos as quais perceberam um maior número de processos considerados improcedentes de mulheres negras e pardas. Ao contrário dos casos que envolviam mulheres brancas, e nos levar a pensar como seria difícil para as meninas pobres de cor conseguirem a proteção da justiça nas ocorrências de crimes sexuais. (Esteves, 1989; Sueann, 2000)

O fato de não podermos definir a cor das mulheres e também dos homens num percentual significativo de processos é um desafio que se colocou ao trabalho do Historiador, principalmente, daquele interessado na discussão das relações raciais e dos papéis de gênero.[2]

Hebe Mattos é uma das estudiosas que se dedicaram a investigar a inexistência da declaração da cor nos processos abertos em fins do século XIX. A autora em seu trabalho, observou que a partir da segunda metade do século XIX, a menção a cor passou a ser excluída dos processos. Para ela, esta ausência estava associada ao fato de que a cor não era mais um determinante para definir o status social de um indivíduo. A posse ou não de uma propriedade passou a servir cada vez mais de referência para indicar a situação social de uma pessoa. Neste período cresceu o número de negros e mestiços livres, o tráfico transatlântico foi extinto por lei e ao longo da segunda metade dos oitocentos a escravidão enquanto instituição se arrecefe. A cor deixa de ser uma referência **automática** do lugar social do indivíduo, e passa então a ser silenciada. (Mattos, 1999)

Tendo por base as análises de Hebe Mattos e acreditamos também que a menção a cor da pele presente nos processos pesquisados tinha como uma das suas funções racializar os comportamentos dos sujeitos não brancos. Certamente quando a cor era mencionada não tinha esse único significado, podia servir também para facilitar na identificação das mulheres envolvidas nos casos.

As representações sobre a população afro-descendente em geral apontavam para uma inferiorização desse grupo, talvez porque tivessem uma proximidade com um passado ou antepassado escravo. (Faria, 1998) Foi esse o caso de um processo de defloramento. Nesse episódio uma testemunha declarou que o acusado já estava no seu 4º ou 5º defloramento, mas *"quando é acusado por esses fatos, responde que negro e mulato não tem honra."*[3] *A*tribuiu-

2 Para termos acesso a cor dos homens a dificuldade foi ainda maior, pois, eles não passavam por exames de corpo de delito, nos casos por nos estudados, e apenas em alguns poucos autos de qualificação e através do depoimentos das testemunhas obtivemos essa informação.

3 IAHGP. Apelação crime do júri da Cidade do Recife, apelada: A Justiça, apelante: Augusto Moreira da Silva, 1886.

se as mulheres pardas e mulatas[4] imagens carregadas de esteriótipos e que as associavam como naturalmente possuidoras de uma sexualidade desenfreada e portadoras de vícios da escravidão e da pobreza (Abreu, 2003) o que as distanciava da imagem de mulher honesta a qual deveria assumir os papéis de boa mãe e esposa.

Para uma mulher "vítima" de crime sexual ser considerada mulata, como foi o caso de Anisia, era desvantajoso, pois, os estereótipos raciais poderiam determinar o quanto uma pessoa era virtuosa e consequentemente, honrada ou não. (Assis, 2006) É provável que o significado do termo *"mulato"* atribuído a Anisia fosse o mesmo da palavra dicionarizada por Antonio de Moraes Silva; mulato seria o filho do cavalo com a burra, transpondo essa relação para os seres humanos assim seriam nomeados os filhos da relação entre brancos e pretos. (Santos, 2005) Animais e escravos ocupavam posições similares o que acabava equiparando-os no status legal e nas representações sociais. Numa sociedade escravista, por exemplo, a maneira que se fazia referência aos cativos nos inventários post-mortem colocando-os lado a lado aos animais como bens semoventes permitiu que associações como essas fossem comuns. (Chalhoub, 2003) Essa categoria traduzia as hierarquias sociais e poderia expressar como já observamos a inferioridade das pessoas de cor e que provavelmente teriam alguma ligação com o cativeiro. Os pardos, segundo Moraes eram os indivíduos que tinham a cor entre o branco e o preto, como a do pardal, muitas vezes como o registro da cor não era uma tarefa fácil de ser definida poderia também indicar um mulato.

Nos documentos relativos a crimes sexuais quando as referências a cor da pele foram registradas ilustram que a cor poderia ser tomada como critério para determinar a moralidade, honra sexual ou distinção social de alguém. Talvez o silêncio com a menção a cor nos processos pesquisados indique a desvantagem de ser negra ou mulata no Brasil. (Sueann, 2000)

Ocupações, serviços e ofícios.

Com relação às atividades de trabalho exercidas pelas meninas, a tabela abaixo apresenta a distribuição das ocupações encontradas na leitura dos processos:

4 Ser identificado como de cor parda, devida à imprecisão que esta terminologia indicava, não estabelecia uma correspondência exata com ser branco, mas também não podia ser considerado negro. A cor parda era ampla o suficiente para ser usada, dependendo de quem falava e em que lugar era falado, para produzirem significados conflituosos ora destacando a sensualidade ora destacando a aproximação com os ideais de honra e pureza. Por outro lado, precisar quem seria efetivamente mulata era difícil como vimos pelo caso de Anisia. Mas ser considerada mulata tornava mais crível sua associação com a cor negra e com a herança africana o que possuía significados depreciativos.

Tabela nº 3

Ocupação	Quantidade	Porcentagem
Costureira	4	13,79%
Serviço Doméstico	10	34,48%
Vendedora de lenha	1	3,45%
Indigente	1	3,45%
Não mencionada	13	44,83%
Total	29	100

Fonte: processos criminais 1863-1887.

Observamos pela tabela nº 3 34,48% das atividades de trabalho exercidas pelas meninas dos processos pesquisados, são por nós consideradas atividades ligadas à casa, como as amas-secas, engomadeiras, costureiras e lavadeiras, isto para citarmos às atividades mais comuns.[5] Existiam outros serviços domésticos menores realizados pelas meninas, comuns tanto às áreas urbanizadas e ao interior da província, como suprir as residências com água, livrar-se do lixo produzido por uma casa, preparar alimentos, limpar a casa, cortar lenha, ajudar na lavoura ou no trato com animais de pequeno porte como galinhas.

O número elevado de mulheres no setor das atividades domésticas ocorria porque os ensinamentos desse universo davam-se no dia-a-dia e ainda muito pequenas eram aproveitadas para executar as tarefas domésticas de suas casas ou quando acompanhavam as suas mães nas residências de seus patrões.

Sheila Faria chama nossa atenção para o ingresso de crianças nas atividades produtivas. Segundo a autora: *"meninas de 6 e 7 anos já se iniciavam nos ofícios de costureiras e rendeiras, o que as colocariam bastante cedo como contribuintes do orçamento familiar."*(Faria, 1998) As crianças e os adolescentes eram uma força de trabalho importante para as suas famílias.

Pudemos observar que o serviço doméstico, categoria genérica que poderia englobar diversas ocupações, era a atividade predominante entre as meninas livres e pobres da segunda metade do século XIX. Essas meninas transitavam com freqüência no espaço da rua por conta, principalmente, de suas atividades de trabalho. Mas ao mesmo tempo essa liberdade de movimento propiciada pelos constantes ires – e – vires cotidianos das atividades de trabalho poderiam despertar a desconfiança com relação à honestidade das meninas. O universo do trabalho é apenas um pedaço de suas vidas que encontramos nos processos crimes junto a histórias de encontros e desencontros amorosos, experiências difíceis de serem

5 Os exemplos das atividades de trabalho femininas , citados neste parágrafo, foram retiradas também do rol das testemunhas.

conhecidas de outra forma.

Entre "Moças Honestas" e "Meninas Perdidas".

Transpor os conflitos vividos por homens e mulheres encontrados nos processos crimes em números não dá conta da complexidade dos episódios de amor ou de violência, que fizeram parte de suas experiências de vida, despertando os mais diversos sentimentos como a vergonha, o medo, a esperança, a alegria e a tristeza. Mas pelo menos, essa incursão nos ajudou a ter uma dimensão de quem eram as mulheres vítimas de crimes sexuais que levaram suas questões à Justiça.

Podemos traçar o seguinte perfil para um número significativo de jovens que tiveram uma parte de suas histórias registradas em um processo entre as décadas de 1860 e 1880: elas eram em sua maioria com idade entre 14 e 17 anos, de cores branca e parda e de ocupações ligadas ao serviço doméstico e foram "vítimas" de crimes de estupro, rapto ou defloramento.

Mesmo correndo o risco de cometer erros ao reunir trajetórias diversas e generaliza-las em números, ainda assim, apostamos nessa estratégia narrativa e corremos esse risco porque esses dados nos fizeram repensar idéias do senso comum onde os pobres aparecem como alijados de qualquer recurso à Justiça. Acreditamos que para os homens e mulheres pobres livres, o uso do poder judiciário como espaço de negociação não passou de maneira despercebida. Pelo contrário, eles estavam atentos às utilidades que a justiça, de alguma forma, poderia oferecer as suas demandas. Por outro lado, a nossa pesquisa e análise nos permitem enxergar mulheres pobres, pardas e com arranjos familiares não convencionais como beneficiarias e demandantes do sistema judiciário.

Bibliografia

Abreu, Martha. *"Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos": conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)*, Tempo, RJ, nº 16, 2003.

Assis, Nancy Rita Sento Sé de. *Baianos do Honrado Império do Brasil: Honra, Virtude e Poder no Recôncavo (1808-1889),* Tese de doutorado, UFF, 2006.

Caulfield, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro 1918-1940. Campinas, SP: Ed. da Unicamp/Cecult, 2000.

Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis Historiador.* SP : Companhia das Letras, 2003.

Duarte, Cláudio Luiz. *Representações da Virgindade.* Cadernos Pagu (14) 2000.

Esteves, Martha Abreu. Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Bélle Époque, Paz e Terra, 1989.

Faria, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Mattos, Hebe Maria. *Das cores do silêncio – Os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.* 2ª edição, Editora Nova Fronteira, 1999.

Moura, Denise A. Soares de. *Sociedade Movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808 – 1850.* SP : Editora UNESP, 2005.

Santos, Jocélio Teles dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVII-XIX.* Afro-Ásia, 32 (2005).

Vigarello, Georges. *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX.* RJ: Jorge Zahar Ed., 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A recepção, a apropriação e a exploração das imagens do negro no cotidiano escolar

Francione Oliveira Carvalho[1]

Resumo: Ao analisarmos as imagens dos negros no Brasil, inevitavelmente, chegaremos em quem as produziu e em quem as escolheu. E nessa confrontação é possível percebermos que as imagens estendem-se além do outro que é visto, porque contam sobre a identidade e as ações morais que orientam aquilo que somos, no sentido de nos dá formas de avaliação para aquilo que vemos e sentimos. Daí o cuidado que devemos ter para avaliar as imagens que elaboramos do outro. No caso, o cuidado que o professor deve ter nessa nova ordem educacional fundada em um currículo que traz à tona o universo da imagem cultural negra.

Palavras-chave : Identidade - Representações do negro – Escola.

Resumé : Si on analyse les images des noirs du Brésil, inévitablement, on arrivera à ceux que les ont produit et que les ont choisit. Et dans cette confrontation c'est possible de percevoir que ces images s'étendent au delà de l'autre que est vu, puisqu'elles parlent de l'identité et des actions morales qu'orientent ce que nous sommes, dans le sens de nous donner des moyens d'évaluer ce que nous voyons et ce que nous sentons. Alors, on doit faire attention par rapport aux images qu'on élabore de l'autre. Dans ce cas le souci que doit avoir le professeur dans cette nouvelle ordre éducationnelle fondée sur un curriculum que insiste avec force sur l'image culturelle des noirs.
Mots-clef : Identité - Image culturelle des noirs – École.

A partir dos anos 70 do século passado, o Brasil presenciou, de um modo mais contundente, o surgimento do debate sobre a identidade e os direitos políticos do negro no interior da nossa sociedade. Discussões que se originaram do movimento pelos direitos civis nos EUA, nos anos 60, e que foram o ponto de partida para a elaboração do multiculturalismo. O mesmo pode ser analisado como um sintoma indicador de uma mudança das práticas políticas no interior das sociedades ocidentais contemporâneas. Fenômeno que trouxe à tona as reivindicações de determinadas minorias para que sua especificidade e sua identidade sejam reconhecidas no espaço político.

Os teóricos do multiculturalismo também acreditam que a imagem colabora no processo de reconhecimento, já que a produção de identidades é sempre dada com relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação de convivência. Portanto, se analisarmos

[1] Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, bolsista CAPES e apoiado pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA.

essas idéias a partir do cotidiano escolar, perceberemos que as imagens utilizadas pelos professores mostram como se dá o reconhecimento do outro, já que os indivíduos e os diversos grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade. Pesavento (2005) afirma que o termo "representações" é um conceito-chave na recuperação das dimensões da cultura realizadas nos anos 80 pelos historiadores, por que ela é uma construção mental da realidade feita por meio de idéias, imagens e práticas dotadas de significados que os homens elaboram para si. Sendo "incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX" (2005, p.24).

As representações são também portadoras do simbólico, dizem mais do aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, muitas vezes dispensando reflexão, tal o caso do estereótipo. E trazem consigo o *imaginário,* que por ser histórico, mostra como cada época constrói representações que dão sentido ao real:

> *Entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.*
> *A idéia do imaginário como sistema remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação. A referência de que se trata de um sistema de representações coletivas tanto dá idéia de que se trata da construção de um mundo paralelo de sinais que se constrói sobre a realidade, como aposta para o fato de que essa construção é social e histórica (PESAVENTO, 2005, p.43).*

A imagem colabora no processo de reconhecimento, já que a produção de identidades é sempre dada com relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação. Os outros, que marcam a diferença, são múltiplos, tais como os recortes de pertencimento identitário podem ser também variados e se superpor em uma mesma pessoa. "As diferenças são forjadas na percepção de quem vê e enuncia o outro, descrito e avaliado pelo discurso, figurado e representado por imagens" (PESAVENTO, 2005, p.60).

O uso de imagens como experiência da diferença ou da semelhança são enriquecedoras, porém, pode se tornar uma experiência desestruturadora quando um indivíduo sente sua auto-imagem repassada pelo outro, através de imagens, atitudes e palavras que o desvalorizam e o discriminam. Araújo (2004) aponta para a necessidade de um olhar crítico e contextualizador do professor na abordagem das imagens selecionadas, já que a depreciação sistemática afeta a auto-estima de um indivíduo, podendo ser instalada e interiorizada pela sua identidade.

Ao observarmos os livros didáticos adotados pelas escolas ou as ilustrações utilizadas pela mídia nos temas africanos ou afro-brasileiros, notamos que esses meios

utilizam as mesmas fontes iconográficas. Ou seja, as imagens se repetem cotidianamente e, trazem consigo, os diversos discursos que durante toda a história do Brasil fizeram parte da abordagem do negro e de sua identidade.

Para Priore/Venâncio (2004) a África Atlântica a exemplo do que Said (1977) disse a respeito do Oriente é uma "invenção européia". Para os autores, a Europa elaborou no decorrer da história visões distorcidas sobre o continente africano e conseqüentemente, dos negros trazidos pelo tráfico negreiro para a América. "A cor negra, associada à escuridão e ao mal, remetia, no inconsciente europeu, ao inferno e às criaturas das sombras" (Priore/Venâncio, 2004, p. 56). Para os europeus a África era habitada por monstros, seres estranhos, flora e fauna exóticas envolta de lendas fabulosas, e de clima ameaçador.

As imagens contadas pelos viajantes europeus do período, e retratadas em relatos de viagens, gravuras, mapas e ilustrações mostram alegorias e montagens de elementos da realidade e da fantasia. Na obra *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul* , de Luiz Felipe de Alencastro (2000) há diversas ilustrações do século XVI e XVII que comprovam essa tese. Tal como a obra *"América"* do pintor holandês Jan van Kessel, que faz parte de uma série sobre os quatro continentes. Nela dezesseis quadros menores, que retratam a flora e a fauna de diversas regiões segundo as noticias difundidas nos Países Baixos, emolduram a cena central intitulada "Paraíba do Brasil" que mostra um negro de cocar acompanhado da mulher índia e dos filhos miscigenados.

Os artistas oriundos dos Paises Baixos tiveram influência decisiva na representação dos negros trazidos para a América. Na primeira metade do século XVII o Brasil foi invadido e ocupado pelos holandeses, e é desse período as primeiras imagens de negros africanos e seus descendentes em terras brasileiras. Protegidos por Maurício de Nassau e pela *Companhia das Índias Ocidentais*, agência responsável pela administração das colônias da Holanda no Atlântico, artistas e estudiosos participaram do projeto de reunir o máximo de conhecimentos sobre o lugar, retratando artisticamente a natureza original e exuberante da nova terra. Entre os artistas estavam o retratista *Albert Eckhout* e o pintor *Franz Post*, autor de *Ilê de Itaparica*, de 1637, que segundo Moura (2000) é considerada a primeira obra sobre a presença africana no Brasil.

Esses artistas foram os autores das imagens do período da extração da cana de açúcar no Nordeste e registraram principalmente os tipos étnicos, os costumes e a paisagem local. Em muitas das obras há detalhes excessivos, deslocamentos e arranjos alegóricos, tal como ocorreu nas imagens produzidas sobre a África. Apenas dezoito dos mais de 100 quadros catalogados de Post foram pintados *in loco,* a partir da observação direta da paisagem

brasileira, o restante são paisagens recriadas na Holanda a partir do que ele observou no Brasil.

Na obra de Eckhout, a presença negra é bem maior que na de Post, porém, mesmo registrando a diversidade étnica africana, é possível perceber que os sujeitos retratados possuem características físicas muito parecidas e sofrem a influência dos diversos relatos anteriores de viajantes europeus, que tomavam a Europa branca como paradigma para a leitura da cultura do novo mundo.

O exotismo e a exuberância dos costumes acompanham a imagem do negro brasileiro desde os seus primórdios. Imagem construída pelo olhar europeu, que analisa, compara e ratifica a superioridade da sua identidade. Aos negros só cabia o papel de retratados, o que só mudaria no início do Barroco Brasileiro no séc. XVIII. Já que os pintores de origem negra ativos no Brasil nos tempos coloniais eram numerosos e consolidaram o que de melhor se produziu na arte brasileira do período: *Antônio Francisco Lisboa*, o Aleijadinho, em Minas Gerais; *Mestre Valentim* no Rio de Janeiro e *Jesuíno do Monte Carmelo* em São Paulo.

Mas foi a partir da chegada da *Missão Artística Francesa* em 1816, que o negro ganha destaque como personagem artístico. Disposto a declarar o Brasil um reino digno de um rei europeu e dar um verniz de civilização ao país, D. João VI traz um grupo de pintores, escultores, gravadores e arquitetos franceses para darem uma nova "cara" ao país e criarem a *Academia Imperial de Belas Artes*. É desse período a produção iconográfica do francês *Jean-Baptiste Debret* e do alemão Johann Moritz Rugendas, porém, esse não fez parte da Missão Artística Francesa.

Debret e *Rugendas* registraram muitas cenas do tráfico negreiro, da relação entre senhores e escravos, porém, na primeira Constituição brasileira, de 1824, a única a vigorar durante todo o período monárquico, não há uma única citação da palavra escravo. As pessoas reduzidas ao cativeiro não pertenciam à massa de cidadãos, portanto, não gozavam de direitos sociais e políticos e não tinham espaço na vida pública.

> *Num país construído sobre os ombros de trabalhadores escravos, a presença deles no texto constitucional ficava subentendida no artigo que firmava o compromisso do Estado imperial em reconhecer e defender as formas de propriedade privada existentes na sociedade. Desse modo, os escravos tornavam-se apenas mais um tipo de propriedade. Podiam ser comprados e vendidos, alugados, hipotecados, leiloados, herdados. Nos inventários dos proprietários falecidos, os escravos eram classificados como "bens semoventes", ao lado de vacas, porcos e outros animais, em contraste com bens imóveis, como casas, fazendas (CHALHOUB, 2006, p.39)*

Se a constituição não mencionava a população negra, muitos intelectuais não fizeram o mesmo, e, durante todo o século XIX vemos diversas publicações discutirem a presença dos africanos e seus descendentes na recém criada sociedade brasileira. Para Rodrigues (2006) , *Memória e considerações sobre a população do Brasil*, escrito em 1867 pelo juiz de direito de Nazaré, na Bahia, Henrique Jorge Rebelo, reflete alguns temas que preocupavam intelectuais nos primeiros anos do Império, tais como: o aumento da população negra e o destino deles no Brasil. O juiz baiano foi o mais extremado dentre os autores que fizeram propostas sobre a criação do povo brasileiro, algo que até meados do século XIX as elites políticas julgavam não existir.

A constituição da idéia de raça no século XIX, baseada na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo, estruturou uma acentuada diferença entre brancos e negros. O termo é originado da palavra "ratio" do latim, usado para designar categoria, espécie, descendência, porém, não possuía o status cientifico que adquiriu depois. Foi a Biologia, nascida no séc. XIX, a fornecedora da epistemologia capaz de explicar a diversidade humana:

> *Se o preconceito contra o outro é tão velho quanto a própria humanidade, a novidade foi o estabelecimento de uma inferioridade intrínseca, que impediria a possibilidade da conversão, assimilação ou aprendizado. Foi apenas no século XIX, sob a égide da ciência, que noção de raça recebeu o reforço de critérios morfológicos como a cor da pele, o formato do crânio ou o tipo de nariz. Convém lembrar que a ciência crescia em autoridade na mesma medida em que a religião declinava, e foi sob os auspícios desse novo critério da verdade que se chegou a afirmar a desigualdade natural das raças (SCHNEIDER, 2006, p.78)*

Schwarcz (2005) afirma que o termo *raça* foi introduzido na literatura mais especializada por Georges Cuvier, que inaugurou a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Porém, foi o inglês *Francis Galton* (1822-1911), que a partir de 1865, desenvolveu a noção de *eugenia*, procedimento cientifico destinado a aperfeiçoar artificialmente a qualidade genética de uma população, influenciando o pensamento racista no Brasil. A ascensão do racismo científico logo se faria sentir no país, através do americano *Louis Agassiz* e do francês *Arthur Gobineau,* que escreveram livros sobre o Brasil. Ambos registraram os problemas de uma sociedade cheia de negros e de mestiços, que para eles era ainda pior devido a miscigenação que enfraquecia e criava uma nova categoria racial.

A valorização da contribuição da cultura negra no Brasil foi sendo institucionalizada lentamente, principalmente nas manifestações culturais como as festas do

interior e o carnaval. Ferreira (2004), lembra que foi a valorização da cultura negra que varreu a Europa nas primeiras décadas do século XX uma das responsáveis pela mudança do olhar em relação ao negro. O sucesso que faziam em Paris a bailarina Josephine Baker e os músicos de jazz, e a utilização da temática africana nas pinturas de Picasso e Leger, são exemplos desse processo.

> *O reflexo desse interesse pela cultura dos povos africanos e seus descendentes iria se expressar em terras brasileiras através de textos teóricos "modernistas" – como os publicados na revista Estética, por exemplo -, através da utilização da temática negra nas artes – como o quadro A negra, pintado por Tarsila do Amaral, em 1923, ou painel Samba e Carnaval que Di Cavalcanti pintaria, em 1929, para o Teatro João Caetano – ou na literatura, com o livro Essa negra Fulô, de Jorge de Lima. A relação entre a "negrofilia" à francesa e a intelectualidade brasileira tem um bom exemplo em Oswald de Andrade que, em uma conferência em Paris, em 1923, chegou a afirmar estar sentindo, naquela cidade, a "presença sugestiva do tambor negro e do canto do índio" (Ferreira, 2004, p. 256/257).*

Porém, somente em 1933 com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, de *Gilberto Freyre*, o eixo da discussão é deslocado ao passar do conceito de "raça" ao conceito de cultura, permitindo um maior distanciamento entre o biológico e o cultural:

> *A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava danos irreparáveis ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia (MUNANGA, 2004, p. 88).*

A partir dos anos cinqüenta com a *Escola Paulista de Sociologia*, muitos autores destacaram críticas ao trabalho de Freyre, tais como: a falta de rigorosidade cientifica, pois não sendo um pensador sistemático Freyre não se incomodava com precisões, não se detendo a explicitar os conceitos ou noções com que trabalhava; a idéia de uma pretensa harmonia social, por eliminar as contradições do processo histórico brasileiro e criado o mito de um Brasil exemplarmente miscigenado e socialmente democrático.

No exaustivo trabalho de Pallares-Burke (2005) sobre a formação intelectual e as influências da cultura vitoriana nas idéias de Freyre, a autora levanta outras críticas, como o desaparecimento dos conflitos internos de Gilberto Freyre em sua obra, já que durante as sucessivas publicações de seus textos ele foi tirando trechos e citações que pudessem comprometê-lo, principalmente as que demonstravam condescendência aos conceitos

defendidos por *Benedict Davenport, Madison Grant, Lothrop Stoddard,* teóricos que conferiram respeitabilidade científica a preconceitos raciais e que batalharam para tornar o modelo de eugenia norte-americano o parâmetro de um movimento mundial.

Pallares-Burke conclui que o caminho trilhado por Freyre para a aceitação das idéias de *Franz Boas*, que iam contra o ambiente racista e eugênico do período por levar em conta os efeitos culturais e ambientais sobre os traços raciais, foi bastante conturbado e sinuoso, já que a crença na inferioridade dos africanos e mestiços foi o maior obstáculo para se chegar à *Casa Grande & Senzala*. E demonstra também que há uma negligência da importância do antropólogo brasileiro *Roquette-Pinto* nas idéias defendidas posteriormente por Gilberto Freyre, pois enquanto esse ainda estava envolvido nas idéias eugenistas durante sua estadia no exterior, no Brasil Roquette-Pinto já publicava artigos nos jornais que afirmavam que a eugenia estava longe de ser uma ciência madura, questionando noções difundidas como comprovadas pela ciência. Para ele, os negros e mulatos em vez de ser exemplos de "inferioridade" racial, eram, na verdade, testemunhas de condições sociais sofríveis a exigirem melhoria, opinião que era contrária ao antropólogo Oliveira Lima, que em conferência nos E.U.A sobre conflitos raciais disse que não havia questão racial no Brasil.

O otimismo que caracterizava a análise culturalista de Gilberto Freyre foi questionado, como já dissemos, a partir do final da década de 50 e encontrou teóricos que se debruçaram sobre a questão racial no Brasil. Os trabalhos sociológicos de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso entre outros, mostraram que a escravidão brasileira, como qualquer outro sistema hierárquico, continha violência e opressão. O negro passa a ser analisado enquanto minoria que enfrenta obstáculos para se integrar a sociedade. Sendo que muitas das dificuldades tenham sido reflexos da forma de exploração e colonização do Brasil, pois deixou a população negra e pobre longe do acesso aos bens culturais e políticos.

Diversos movimentos sociais em defesa da questão étnica, surgidos a partir dos anos sessenta, como já dito no início do texto, tinham em comum a idéia de que para os negros se libertarem das imagens racistas e preconceituosas seria necessário eles se apoderarem da fabricação delas. Na sociedade contemporânea esse debate torna-se atual, já que vivemos num período histórico onde os diversos recursos tecnológicos e de comunicação nos tiram o direito a privacidade e a propriedade da nossa imagem. A realidade e a imaginação se confundem? Como identificar nas novas imagens que são fabricadas a todo momento, o que é real? O que não é fabricado? Said disse " Aplicar o que se aprende em

um livro à realidade literalmente é arriscar-se à loucura e a ruína "(1990, p102), será que podemos fazer a mesma relação sobre a utilização das imagens? E será que os professores atentam-se aos discursos que permeiam as representações do negro presentes na escola ?

A partir desse texto podemos concluir que as imagens não são neutras, porque trazem consigo o selo expressivo de quem as produziu. E o mesmo podemos dizer em relação aos professores, já que a intencionalidade é a condição necessária para a ação, e compreender esse elemento dinâmico e motor é fundamental para qualquer educador, especialmente em um contexto de valores imprecisos e de rotinas estabelecidas diante de desafios importantes que exigem respostas comprometidas com a formação do aluno como bem de suma importância.

Referências bibliográficas :

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras,2000.

ARAÚJO, Paulo Roberto Monteiro. **Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Identidades contemporâneas: criação, educação e política. Porto Alegre: Zouk, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Exclusão e Cidadania.* In : **Temas Brasileiros. Revista História Viva**, n. 3, 2006.

FERREIRA, Felipe. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 50ª edição. São Paulo: Global Editora, 2005

Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro: 2000.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A Travessia da Calunga Grande: Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: Uma introdução à História da África Atlântida.** São Paulo: Editora Campus, 2004.

ROFRIGUES, Jaime. *Visões distorcidas do medo*. In : **Temas Brasileiros. Revista História Viva**, n. 3, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHNEIDER, Alberto. *Mistificações da Ciência.* **In : Temas Brasileiros. Revista História Viva**, n. 3, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Contra-informação e cultura política

Ivone Gallo*

RESUMO: Este artigo trata das formas de comunicação produzidas pelos grupos underground a partir da análise de um caso concreto: a ocupação da Estação Guanabara de Campinas por um grupo de anarcopunks e sem teto no final da década de 1990.
Palavras-chave: história contemporânea, ocupações urbanas, anarquismo

ABSTRACT: This paper deals with forms of communication produced by underground groups, based on the concrete case of the squatting of Guanabara Railway Station in Campinas, promoted by a group of Anarcopunks and homeless by the late 1990s.
Keywords: Contemporary History, squatting, anarchism.

O objeto da nossa comunicação é tratar deste fenômeno da atualidade do aparecimento de novas formas de comunicação alternativas[1] produzidas e apresentadas de maneira até então desconhecida. Eu me refiro mais precisamente, a uma cultura urbana que se manifesta através da produção de grupos underground, das pichações, grafites, inscritos nos muros e prédios da cidade, incorporados, portanto, à arquitetura, bem como às demais intervenções sobre o corpo na forma de tatuagens piercings, próteses, etc. que juntos transformam a paisagem urbana. O assunto sugere uma pluralidade de manifestações que devem ser distinguidas o que passamos a fazer agora, para posteriormente enfocarmos um caso específico que nos fornece a chance de desenvolver em detalhes parte de nossa argumentação.

As formas mais contemporâneas de resistência às comunicações e informações autorizadas surgiram nos anos 70 do século XX, com o movimento de rádios livres teria tomado impulso na Europa, a França estabelecendo, em 1969, a sua primeira rádio livre (Radio Campus-Lille). Vejamos que, enquanto comunicação alternativa isto não apresentava nenhuma novidade se considerarmos que nos Países Baixos e também Chicago, desde 1925, houve uma iniciativa na radio difusão alternativa promovida pelo movimento operário e sindical destes países. Na Bolívia em 1952, os mineiros bolivianos empreenderam uma

* Doutora em História e docente da Faculdade de História da PUC-Campinas

[1] Aqui faço uso livre da palavra, mas é preciso considerar as implicações conceituais que envolvem o emprego da mesma, pois imprensa alternativa não significa imprensa underground que pressupõe uma iniciativa contra-cultural explícita.

experiência de autogestão neste campo e, no Brasil, por volta dos anos 70, e na vaga do movimento na Europa, fundou-se uma cooperativa dos Radio Amantes (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1986). Assim, nos interrogamos sobre um fio condutor a ligar estas insurgências passadas em diferentes épocas.

Inicialmente, aparece nestes movimentos, como característica forte, uma crítica ao Estado, ou ao Estado burguês, dependendo do caso, visto como o controlador do discurso. Na qualidade de senhor dos meios de comunicação, este organismo não apenas adquire o poder de emitir uma informação e legitimá-la, mas de, por meio de concessões feitas por um mecanismo clientelista autoriza privilégios e, consequentemente, a permanente reprodução da informação autorizada. Isto se torna uma evidência, sobretudo em momentos de crise, quando toda fala fora do sistema é calada, pois atribui-se ao discurso não autorizado o tratamento de crime contra a segurança nacional.

O desenvolvimento tecnológico que promove cada vez mais um distanciamento da população em geral das formas de produção do aparato técnico, cada vez mais sofisticado e acabado dentro de um sistema que retira das vistas as várias fases de sua confecção, representa um agravante para as tentativas de democratização das informações, pois deixamos de conhecer os meios que permitiriam a sua reprodução. Não pretendo dizer com isto que a tecnologia impeça os mecanismos de reação ao sistema instituído, muito ao contrário, as formas de resistir ao controle estão aí, nas rádios livres, na mídia independente, no hakerismo. As transmissões de rádios Livres, geralmente são promovidas com trabalho autogestionado e com poucos recursos porque não tendo como finalidade o mercado, independem do uso de um equipamento sofisticado. Entretanto, o alcance, é preciso que se reconheça, torna-se limitado inclusive pela precariedade dos materiais empregados nesta empreitada, muitas vezes restrito a emissões de caráter local. Evidentemente que, mesmo com um curto alcance a comunicação independente pode gerar um grande incômodo, para exemplificar há a referência de Guattarri à Rádio Tomate, vez por outra, invadida por desempregados, mendigos, ou habitantes do bairro que faziam ecoar pelo Quartier Latin suas vozes (MACHADO, MAGRI, MASAGÃO, 1986). Se a emissão de contra-informação implica trabalhar na invisibilidade devido a própria coerção legal, inclusive, vemos que foi a internet quem ofereceu nos últimos anos um potencial maior para estes processos com a criação do conceito de rede como uma forma de economia de informação, calçada na invisibilidade e na diversidade como propõe Hakim Bey (HAKIM BAY, 2001)[2]. Reinventando autores como Foucault, Deleuze, Baudrillard e

[2] Deste personagem legendário, sobre o qual circulam histórias inverossímeis na internet, pouco se sabe de fato, pois vive no underground, recusando-se a aparecer na mídia.

Guattarri, o autor defende a TAZ como tática eficaz numa "revolução de todo dia", como uma recusa do mundo do controle que trabalha com a tecnologia de forma invertida, isto é, se a internet foi estabelecida como forma de acelerar o sistema, utiliza-se o sistema provocando o efeito contrário. Na medida em que opera com o conceito de rede e de nomadismo alcança eficácia pela capacidade que desenvolve no estabelecimento de relações extensas e ao mesmo tempo mutantes fator de garantia de sua permanência na ativa, cada vez mais fortalecida pela incapacidade do próprio sistema de eliminá-la. Na verdade, a TAZ, faria parte de um todo que implica numa contestação global, nos moldes do anarquismo e pleiteia na sua seqüência o não comparecimento às eleições, uma recusa ao trabalho em sentido extenso, como vadiagem, embriaguez em serviço, falta de atenção, sabotagem, ilegalidade, etc.

A tecnologia moderna facilitou hoje em dia o surgimento das mídias independentes que procuram noticiar fatos não abordados ou mínimamente comentados na imprensa tradicional. Um fato curioso é que neste tipo de veículo de informação é concedido ao público leitor um amplo espaço para a divulgação de assuntos que julgue importantes e, algo muito importante, para a crítica e o comentário daquilo que é apresentado. Infelizmente, a democratização das informações não impede os abusos, seja do poder, seja dos grupos que pretendem miná-lo.

Uma distinção é necessária, pois nem toda forma de comunicação alternativa representa uma ruptura definitiva com a ordem estabelecida. Este é o caso, por exemplo, das Rádios Piratas, que para fugirem da legislação dos monopólios, transmitiam fora do circuito, normalmente montadas em barcos que portavam uma bandeira negra, como as dos corsários. Financiadas por multinacionais, almejavam a quebra dos monopólios em comunicação, sem abrir mão do lucro, assim uma associação às avesas com a imagem dos piratas parece evidente. Do ponto de vista de Hakim Bay, por exemplo, a inspiração do fora de lei que a imagem do pirata evoca quando apontamos para a sabotagem na moderna comunicação, adquire uma conotação diferente, mais radical, inclusive geográficamente, como ilhas de foras da lei, que romperam efetivamente com a ordem. Afinal de contas, é preciso mencionar, o contato dos piratas com o ouro diferia da concepção de riqueza da Idade Moderna, pois os tesouros que açambarcavam eram gastos numa vida desregrada, de prazeres e aventuras, enfim, uma conduta em muito distante daquela incentivada pela pirataria moderna, patrocinada pelas grandes empresas, cuja expectativa do lucro pela quebra da concorrência é o motor principal. O hackerismo, na sua forma mais contestatória, e outras formas radicais de uso do sistema, adaptam-se melhor às imagens evocadas em torno da figura do pirata, pois, os

contraventores modernos agindo na clandestinidade o fazem no sentido de uma contra informação.

Aquilo que usualmente conhecemos como imprensa alternativa, cujos sucessos são muito difundidos numa batalha incessante contra o movimento militar de 1964 no Brasil, também preserva uma diferença muito grande com as formas atuais de expressão crítica como as pichações, grafites, tatuagens e demais intervenções sobre o corpo, os fanzines, etc. Isto não apenas no seu aspecto formal. Se os jornais alternativos dependiam do aparato das grandes empresas jornalísticas que, para operacionalizar melhor o seu maquinário, pessoal e espaço faziam rodar aqueles jornais (KUCINSKI, 2003), a produção atual rejeita francamente esta opção de atrelamento. Os zines dos grupos mais engajados decorrem de um trabalho quase artesanal de colagem, montagem e produção coletiva e caseira, sem finalidade de lucro. Normalmente, o preço deste material é calculado com base no custo e visa apenas à cobertura deste gasto, pois a idéia é fazer circular no universo undergroud a produção dos vários grupos distintos que tomam parte nesta cultura.

No caso das tatuagens e escarificações e piercings é o próprio corpo que se presta a um uso como suporte de informação que nesta condição perde uma representação meramente orgânica para adquirir, ao invés disto, uma valorização simbólica. As inscrições e modificações sobre o corpo, na verdade, existem nas sociedades tribais ou não, do Brasil ao Japão, e servem como fator de identidade, como substituto da escrita, como vetor de memória, poder, ou simplesmente como valorização estética. Na sociedade contemporânea, o uso de tatuagens e piercings disseminou-se a partir dos movimentos de jovens - do hippie às tribos urbanas - e reflete comportamentos de resistência, esperanças de liberdade ou meras demonstrações de autonomia individual como forma de recusa aos grilhões da sociedade de massa (PIRES, 2005; ARAUJO, 2005).

O conceito de underground vem sendo discutido a partir das teorias de Baudrillard que entende um mundo pos moderno de reposição incessante do mesmo pela capacidade midiática em apropriar-se da crítica ao sistema, fazendo com que a crítica incorporada sirva aos interesses do controle social. As pesquisas de campo que desenvolvi neste sentido chocam-se frontalmente contra esta perspectiva analítica (KEMP, 1993). Uma análise de caso nos ajuda a compreender melhor este ponto. Eu me refiro ao acompanhamento, como observadora, do processo de ocupação da estação Guanabara de Campinas durante os anos de 2002 e 2004[3]. As ocupações urbanas vêm se difundindo por todo o mundo, porém não

[3] A ocupação da antiga estação, na verdade, vinha ocorrendo desde a década de noventa por grupos de sem teto, catadores de papel e uma população heterogênea à qual se juntou em 2000 um grupo de anarcopunks que ali produziu uma série de ações sociais.

representam algo novo. Christopher Hill menciona os squatters como um segmento na categoria de homens sem senhores que na Inglaterra do século XVII ocupavam ilegalmente os terrenos comunais, as áreas incultas e florestas e com suas ações resistiam aos cercamentos, às determinações reais e às leis restritivas à propriedade comunal e à pobreza (HILL, 1987). Precurssores dos runters, foram considerados vagabundos e párias sociais que viviam desligados da cultura dominante e criando um modo de vida próprio pautado na liberdade sexual e distante da moral religiosa do período. Para o caso da França, há o artigo de Michele Perrot intitulado "Na França da *Belle Époque*, os "Apaches", primeiros bandos de jovens" sobre os jovens pobres, na maior parte, filhos de operários que, no início do século XX, em Paris, adotaram uma postura sarcástica e irônica em relação a sua condição de pobres e excluídos, contra o capitalismo, porém sem um projeto revolucionário, optando pela vadiagem e, antes disto, pela recusa ao trabalho (PERROT, 1988). Distintivos de uma cultura urbana, deslocavam-se da periferia em direção ao coração da cidade em busca de diversão e notoriedade.

Atualmente, podemos acompanhar processos de ocupação rural e urbana e mesmo agrupamentos chamados de coletivos e de squatt (palavra que, entre nós já se torna um verbo, "esquatar", portanto definidora de uma ação), cujas características são as mais diversas. Há jovens artistas que habitam coletivamente e produzem trabalhos fruto deste compartilhar vidas, experiências e idéias; há, por exemplo, os acampamentos de sem terra com uma conotação política mais explícita; do mesmo modo há as ocupações urbanas de sem teto que estreitam seus vínculos com outros movimentos de ocupação; há, desde há muito tempo, as ocupações anarquistas de cunho político e comportamental. Todos estes modelos, não sendo totalmente inspirados naqueles exemplos citados do passado, ainda assim, nos permitem estabelecer certas comparações cuja natureza ainda está por ser investigada mais a fundo. De todo modo, o fundo geral de compreensão destes processos é o periódico ciclo de expansão do capitalismo que provoca juntamente o aumento da miséria aliada a um crescimento populacional constante e formas de opressão que incidem sobre linguagens destoantes. É este o dado que nos permite uma aproximação entre períodos e espaços geográficos tão distantes como o século XVII da Inglaterra e o século XXI no Brasil e, sobretudo, o caso que estamos analisando.

O que tudo isto nos diz então, é que existem culturas de grupos, espontâneas ou organizadas, de caráter popular ou intelectualizadas, enfim, uma Babel manifesta hoje em dia, nas ruas, nos clubes, com seus trajes, linguagens, anseios, comportamentos que o sistema de comunicação oficial não consegue mais encobrir. Evidentemente, neste campo, há distinções

necessárias a se fazer entre os que se situam claramente à esquerda e aqueles que se posicionam à direita, bem como entre aqueles que assumem uma ideologia e os que a transformam apenas na moda passageira do momento. Este assunto é bastante extenso e para efeito deste artigo vou deter-me na participação do grupo de anarcopunks na ocupação da Estação Guanabara de Campinas de 2002 à 2004. Para efeito desta análise cabe um conceito de cultura underground enquanto contestação da ordem vigente que passa, à partir da ótica da periferia, à discussão dos ritos, mitos, linguagens e práticas da cultura dominante. Em breves artigos, venho há algum tempo esboçando algumas conclusões a que cheguei a respeito do que se passou e que retomo alguns pontos aqui para a informação do leitor. Inicialmente o dado importante sobre a ocupação ter se feito em um prédio considerado como Patrimônio Histórico da cidade de Campinas, assim reconhecido pelo Codenphacc, e que suscita uma série de polêmicas acerca do destino dos símbolos de memória e de sua apropriação. Os sem teto, os drogados, a juventude pobre rebelde, em suma, os excluídos da história, no ato da ocupação questionaram o valor do edifício como representação de uma memória coletiva. No prédio ocupado uma nova linguagem e uma nova representação de patrimônio histórico, antes emudecido pelo abandono, passou a vigorar, agora como símbolo da miséria e da opressão centenária a que vive submetida a sociedade brasileira. A fachada externa e as paredes internas foram recobertas com grafites e inscrições que se remetiam a aspectos do dia a dia daquela comunidade bem como à condição de parias sociais de seus habitantes (MANCO, ART, NEELSON, 2005).[4] Uma análise desta produção pode ser feita do ponto de vista da sua qualidade gráfica e artística tanto quanto do seu valor histórico, político e social.

As pichações, tão polêmicas no que se refere a intervenção que provocam no espaço urbano e no que tange à sua intervenção na propriedade pública e/ou privada, inspira reflexões sobre a estética e sobre papéis sociais representados por grupos periféricos nas grandes cidades. Sem meios de expressão que garantam a emissão de seus anseios, os muros, paredes, fachadas de edifícios, convertem-se nos meios passíveis de garantir, pela ampla visibilidade, que a sociedade ouça, em alta voz, os clamores da periferia. A sua significação, muitas vezes, não se encontra na palavra grafada, pois ela pode aparecer para o leitor como um amontoado de letras que juntas não portam um significado, ou melhor, a sua significação estará associada ao grupo capaz de reconhecer naquela inscrição a assinatura do seu autor. Aos de fora, as inscrições assemelham-se a uma arquitetura das palavras sobreposta àquela de cimento e concreto que redesenham a cidade e concedem aos prédios emudecidos a voz da

[4] Atualmente existe uma vasta bibliografia que permite conhecer a história do grafite nas suas diversas fases e ambientes, bem como a contradição/interação entre grafite e pichação.

periferia. Mais do que uma compreensão da literalidade das palavras, que, de todo modo, na sociedade moderna parecem esvaziadas de sentido, a arquitetura das palavras espera a sua compreensão mais da impressão que a imagem é capaz de provocar, isto é, ouve-se em alta voz os clamores da cidade esquecida quando vistos, em tamanho descomunal nas fachadas e muros, nos becos e no coração da cidade.

Um segundo ponto a que gostaria de me referir é sobre o próprio ato de produzir as pichações e grafites. O desenho ou inscrição, ganha em significação também pelos processos de risco que envolve a performance, por configurar-se enquanto uma contravenção e por exigir que o pichador ou grafiteiro execute sua ação, muitas vezes do alto dos prédios sem uso de equipamento de segurança. É, portanto, uma ação de provocação, mas também de desafio para aquele que a executa, sem outro modo de realizar o seu intento, pois, antes de mais nada, a idéia é exprimir uma oposição, uma insubmissão, um desacato e, com tudo isto, alcançar notoriedade. Este último aspecto torna-se importante para a análise pela ironia de atingir fama independentemente da mídia e, além disto, por tornar-se visível pela mídia televisiva que não tem como impedir que as imagens aderidas ao espaço público sejam transmitidas a todos os lugares.

No caso específico dos anarcopunks da estação guanabara, a linguagem e a expressão dela adquirem um significado ampliado pelo seu modo de fazer (TOLSTOI, 2002). A palavra adquire um conteúdo pleno pelo seu modo crítico de produção. Um exemplo que gostaria de citar é o da Associação dos Poetas, estabelecida dentro da ocupação e que com base em autorias coletivas e sem finalidade de lucro produzia os poemas, depois impressos em zines da série La Poema, que circulavam nas redes de relações do grupo (HOME, 2004) [5]. Uma compreensão mais ampla destas questões apenas pode ser alcançada se avançarmos nas nossas interpretações, desligando-nos de uma análise meramente presa à lingüística enquanto um método para uma abordagem no campo de uma história social que permita vislumbrar a linguagem na sua dinâmica com a sociedade, nas suas interações e nos seus conflitos (BURKE, POTTER, 2005, a).

[5] Em Londres, entre os anos de 1990 e 1993, grupos de artistas ligados a Stewart Home paralisaram suas atividades como questionamento de uma arte legitimada por especialistas e administradores. A partir do esvaziamento do conteúdo da arte pelo seu ingresso na teia de relações do sistema, propuseram uma Greve da Arte como forma de resistência. Em oposição às teses de Baudrillard visavam uma recondução da arte ao seu papel na luta de classes pela inspiração revolucionária de idéias, formas e técnicas.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Leusa. *Tatuagem, piercing e outras mensagens do corpo*, São Paulo: Cosac Naify, 2005

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. "Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares", in *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol.23, n. 45, 2003.

BURKE, Peter e POTTER, Roy (orgs.). *História Social da Linguagem*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____ *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP (Biblioteca Básica), 1997.

FABRIS, Annateresa e KERN, Maria Lúcia Bastos. *Imagem e conhecimento*, São Paulo: Edusp, 2006.

GALLO, Ivone C. D. "O Patrimônio em questão: a ocupação da Estação Guanabara", in *Notícia Bibliográfica e Histórica*, n. 199, outubro/dezembro, 2005, pp. 383-401.

_____ ."A ocupação da Estação Guanabara e o papel dos anarcopunks". Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História, "Historia: Guerra e Paz", Londrina, julho 2005.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAKIM BEY. *TAZ, Zona Autônoma Temporária*, São Paulo: Conrad Editora do Brasil (Col. Baderna), 2001

HOME, Stewart. *Manifestos Neoístas: greve da arte*, São Paulo: conrad Editora do Brasil (Col. Baderna), 2004

MACHADO, Arlindo et alli. *Dádios Livres. A reforma agrária no ar*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa,* São Paulo: Edusp, 2003.

MANCO, Tristan et alli. *Graffiti Brasil*, Londres: Thames&Hudson, 2005

PIRES, Beatriz Ferreira. *O corpo como suporte da arte: piercing, implante, escarificação, tatuagem*, São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

TOLSTOI, Leon. *O que é arte?* São Paulo: Ediouro (Clássicos Ilustrados), 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um olhar sobre o texto dramático Cala a boca já morreu de Luís Alberto de Abreu

Vilma Campos[1]

Resumo: O texto *Cala a boca já morreu* montado e escrito em 1981 retrata o período de 1960 a 1978 num enredo localizado na cidade de São Paulo. Os acontecimentos históricos anteriores a esse período interferem diretamente na trajetória dos personagens que se entrecruzam na execução da fábula. Os próprios encontros entre dois protagonistas Atílio, um anarquista e João, um saquarema sem nenhum posicionamento crítico chamam a atenção para uma multiplicidade de tramas. Todo o primeiro ato com onze cenas acontece durante o ano de 1960. Essa assim como outras obras iniciais de Abreu parecem contribuir para numa representação do migrante e do imigrante na cidade de São Paulo.
Palavras chave : Dramaturgia – (I)migração - São Paulo

Abstract: The play *Cala a boca já morreu*, written by Luís Alberto de Abreu and staged in 1981, treats of the period between 1960 and 1978, and its plot takes place in the city of São Paulo. The historical facts before these years influence directly the characters development in the performance of this fable. The meetings themselves between two main characters — Atílio, an anarchist, and João, a suburbanite with no critical point of view — draw attention to a multiplicity of plots. The entire first act (11 scenes) happens in 1960. This play and the others its playwright has written may contribute to a representation of the (i) migrant in São Paulo city.
Key words: dramaturgy, (i)migration, São Paulo city.

Luís Alberto de Abreu é um autor que estreou na dramaturgia nos anos oitenta do século XX. Com mais de quarenta textos, Abreu continua com uma produção considerável. Entre sua obra em construção destaco: *A Guerra Santa*(1993)*; O homem imortal* (1990)*; Till Eulrndpirhrl*(1999) *; O livro de Jô* (1995)*; Maria Peregrina*(2000) *; Um Trem Chamado Desejo*(2001)*; Bella Ciao*(1982)*; Bar,Doce Bar*(1997)*; Foi bom meu bem*(1980)*; O Rei do Brasil*(1990)*; O Rei do Riso*(1985)*; Burunganga*(1996)*; Xica da Silva*(1988)*; Um Merlin(*2003). O autor nos últimos anos tem se inserido na produção de roteiros cinematográficos como, por exemplo, o filme, *Narradores de Javé* e *Kenoma* ambos em

[1]* Professora do Curso de Teatro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Artes pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

parceria com a diretora Eliane Caffé e iniciativas para a TV como a mini-série *Hoje é dia de Maria.*

> *Depois de um longo período, a partir de Antunes Filho, e, sobretudo durante a década de 1980, e que preponderou no Brasil o "reinado do encenador", Luís Alberto de Abreu foi um dos autores que mais colaborou para restabelecer o papel da dramaturgia na organização da cena brasileira(...)Seu trabalho veio reafirmar a importância do dramaturgo cuja função, mesmo que partilhada por um projeto de equipe, é primordial (*CARRICO: 2004, 6)

Pesquisadores da área teatral como, por exemplo, Rubens Brito e André Carrico têm se interessado por aspectos da dramaturgia de Luís Alberto de Abreu, tendo o primeiro discutido a matriz dramatúrgica trabalhada por Abreu em seu processo criativo e o segundo enveredado pela análise da produção cômica do autor.

Um aspecto que me parece ainda uma lacuna sobre a dramaturgia de Abreu é a importância de suas primeiras obras no início da década de oitenta, principalmente pensando numa contribuição historiográfica com relação a representação do papel do migrante e do imigrante na cidade de São Paulo nos últimos vinte anos do século XX.

> *Abreu pertence a uma geração de dramaturgos que iniciou sua produção na época que sucedeu o período repressor da censura do regime militar. A influência do teatro de Augusto Boal em sua obra é nítida. Nos anos 1970, em São Bernardo do Campo, segundo nos revelou em depoimento, Abreu participou como ator de uma montagem de 'A Exceção e a Regra", de Bertolt Brecht. Também tomou parte, na mesma cidade, numa oficina de teatro ministrada por Edson Santana, ator do Teatro de Arena de São Paulo. Essas experiências seriam cruciais na definição de sua prática dramatúrgica posterior. A partir delas e, baseado no método de 'teatro jornal', de Boal, Abreu escreveu sua primeira cena* (CARRICO: 2004, 8).

Abreu diz que no início se preocupava muito com os fatos históricos em suas obras e em vários depoimentos tem pronunciado a necessidade de um autor estar sintonizado com o pulso do seu tempo para atingir o seu público.

> *Ao criar as situações e o discurso de seus personagens, há uma escolha ideológica em Abreu, sempre em busca da chave certa para saber como falar a seu público. A influência de Brecht, nesse sentido, mais uma vez é inegável. Sem ser didática ou panfletária, e mesmo situando suas fábulas no espaço longínquo e no tempo pretérito, a poética de Abreu não deixa de refletir a sua época.*(CARRICO:2004, 10)

A despreocupação para com os fatos históricos na trajetória do dos últimos anos do século XX e no início do século XXI é apenas aparente, Abreu ainda hoje é um artista

sensível ao contexto contemporâneo e comprometido com o seu tempo, como podemos ver no exemplo a seguir em 1996:

> *Sacra Folia é um auto sacramental que celebra o Advento, mas interceptado pelas Malas-artes da dupla Teité e Matias, guiando a Sagrada Família a Belém do Pará. O texto, entre outros assuntos, faz uma analogia entre o genocídio de Herodes e a chacina de menores na calçada da igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1993. Miséria e genocídio infantil são, portanto pontos presentes no texto, a despeito de sua proposta cômica.*(CARRICO, 2004:68)

Mas como perceber o desenvolvimento da obra com relação ao posicionamento do autor diante do mundo particularmente em suas primeiras obras como *Bella Ciao, Cala a boca já morreu* e *Sai da Frente que atrás vem gente*? no início da década de 80?

> *Segundo depoimento a Brito(1999), além de ter se criado e viver ainda hoje no ABC paulista, região eminentemente operária, Abreu chegou a trabalhar em fábrica e desde "Cala Boca, já Morreu"até "Borandá", é inegável a influência de suas experiências operárias na constituição de sua obra; da linguagem e do vocabulário dos tipos, passando pelas histórias narradas, até aquilo que sua obra talvez tenha de mais rico: a capacidade de retratar a alma dos personagens proletários. A fragmentação do sujeito, vítima das mazelas do meio urbano contemporâneo, é outro mote das fábulas articuladas pelo autor(CARRICO: 2004: 11).*

Nesse sentido, pensando no sujeito e no lugar de onde fala (CERTEAU) para investigar um desenvolvimento de ponto de vista e uma representação histórica nos primeiros anos da obra de Abreu , pretendo aprofundar estudos sobre as considerações que o dramaturgo pela voz dos sujeitos-personagens cujas vozes são enunciadas e evidenciadas em seu discurso:

> *Através do discurso dos criados, a voz do proletário se faz presente no primeiro texto escrito para o projeto da Fraternal Cia*[2] *e será recorrente em todo o repertório subseqüente do grupo. 'Rico só promete o que não é dele', diz a certa altura João Teité.* (CARRICO: 2004, 50)

Os exemplos desses personagens de um submundo aparecem e, embora não sejam restritos ao urbano, transbordam nele. Em *O Anel de Magalão* (1995), por exemplo, Matias Cão diz:

> *E aqui vai Matias Cão, engatando uma primeira, cantando pneu e arrastando sandália, passando livre pelas três primeiras ruas do Jabaquara em direção ao centro da cidade. Evita um assalto a mão armada na Vila Mariana, dribla sensacionalmente dois motoristas paranóicos no cruzamento do Paraíso, ultrapassa no peito e na raça uma passeata de grevista em plena Avenida Paulista. Percebe que tomou metrô errado, evita chegar à linha de fundo da Estação Clínica e retorna de novo ao Paraíso. Avança novamente pela linha Norte-Sul, evita a torcida de*

[2] Trata-se de Parturião escrito em 1994.

> *porco palmeirense que faz baderna na Estação Vergueiro depois da derrota de quatro a zero para o Corinthias e chega sensacionalmente à Estação da Luz. Faz que vai mas não vai e toma o subúrbio. Livra-se com um jogo de corpo dos marreteiros do trem, avança em direção à Lapa, ultrapassa Piqueri, dribla com classe um arrastão de pivetes no último vagão e chegoooouuuu! Chegoooooouuuuu a Pirituba! Pirituba! Pirituba!*

A partir dessa constatação primeira com relação aos personagens, interessou-me fixar em como se apresenta o processo de migração e industrialização na grande São Paulo percorrendo sua obra. Essa abordagem é fortemente presente na peça *Cala a boca já morreu* (1980), sua segunda peça e escrita a partir de depoimentos orais e primeiramente encenada por Ednaldo Freire.

Outras peças da lavra do autor também se inserem numa temática similar como *Bela Ciao* (1982), *Sai da Frente que Atrás vem gente* (1984) e finalmente em *Nossa Cidade* (1998) que foi um projeto que ele coordenou com a escrita e colaboração de vários outros dramaturgos.

Nossa cidade (1998), inclusive a versão radiofônica da peça, parece encerrar um ciclo temático urbano e esse universo leva o autor a retratar a trajetória de heróis que aparentemente são menos localizados historicamente. Esse deslocamento para heróis ligados a outros espaços menos urbanos e mais próximos do campesinato, num êxodo é também reflexo da vida contemporânea.Algumas peças que foram escritas para campanhas dentro de fábricas como: *Quem não se comunica e Em Fábrica que tem Prevenção, Todos brigam e Ninguém Tem razão* .

As considerações a seguir, restritas ainda a uma das peças, *Cala boca, já morreu*, justificam-se pelo estudo estar ainda em um estágio inicial.

A maneira como Abreu apresenta o migrante e o imigrante referente ao período histórico em que acontece a peça de 1960 a 1978 é muito comunicativa. O autor não se contenta com o tempo vivido no presente dos personagens, perpassa outros momentos históricos do passado deles e que são fundamentais para o entendimento daquela realidade. Abreu faz analogias por meio de um cruzamento entre tempos diferentes, trazendo à tona uma perspectiva da longa duração histórica (LE GOFF, BRAUDEL)

Todo o primeiro ato com onze cenas acontece durante o ano de 1960, com personagens que retomam esse passado como Maya e Sr. Artidônio. A Revolução Russa muda a trajetória de Maya, assim como a queda da bolsa em Nova York a de Artidônio.

As oposições não ficam por conta apenas da cronologia do passado. O segundo ato acompanha o ritmo galopante dos trabalhadores da indústria automobilística. Os próprios encontros entre os personagens, como por exemplo, Atílio, um anarquista que é espécie de

alter ego de João, este último um *saquarema* inicialmente sem nenhum posicionamento crítico. Esse fluxo de migração e imigração de certa forma vai ser retomado em outras peças de Abreu.

Venho formulando uma hipótese de que há uma oposição cidade e campo que vem percorrendo a obra desse dramaturgo e que essa temática tem ligação com o rumo da sua obra como um todo, particularmente os seus investimentos em processos colaborativos.[3] Os contextos vão mudando e a obra de Abreu vai se diversificando em temática, mas seguindo coerência com relação interna. Em livro-depoimento da coleção imprensa o autor diz:

> *A situação das cidades me preocupa. A violência, as depredações, as perdas de referências, o futuro das metrópoles são assuntos candentes para mim. A cidade é o território concreto da existência e só se conquista cidadania, termo muito em voga atualmente, se se exerce um papel ativo no presente e no futuro da própria cidade. Nesse sentido elaborei projetos; ajudei a criar um curso de cinema e vídeo; fiz palestras; escrevi roteiros, peças para teatro; coordenei oficinas. Os projetos foram muitos, a maioria deles ligado à comunidade: resgate da memória, valorização da história familiar, dos saberes de cada um compartilhados com o grupo (NICOLETE:2004,147)*

A peça *Cala boca já morreu* é emblemática na obra de Abreu, surge "da sobra" de um material que ele havia colhido em depoimentos para uma outra peça::

> *(...)o Mambembe queria falar sobre o movimento operário. Muitos de nós éramos do ABC, tínhamos trabalhado em fábrica pelo menos uma vez e, se não bastasse, era um assunto do momento por causa dos sindicatos, das greves. Fizemos uma pesquisa bastante aprofundada, estudamos toda a formação do movimento anarquista, muitos livros e documentos. E fomos falar com pessoas também, quem tinha vivido os fatos. Entrevistamos antigos operários e sindicalistas..."*(NICOLETE: 2004, 75)
> *(...)Nós tínhamos recolhido material sobre operários italianos, nordestinos e mineiros; nossa pesquisa abarcava o período de 1990 a 1980. Foi difícil delimitar o universo da próxima peça. Depois de muitas idéias, muitos planos, decidimos centrar a história numa família italiana e descrever sua trajetória até 1945. Desse recorte resultou a primeira versão de Bella Ciao, em 1980.*
> *Mas o Mambembe não gostou do texto – acho que eles estavam mesmo ligado em comédia...(NICOLETE: 2004, 77)*

E por causa de uma verba que o grupo recebe para fazer uma peça em 60 dias é que nasce *Cala boca já morreu*, forçando uma criação simultânea entre cena e dramaturgia:

> *Depois de bater muito a cabeça pra encontrar uma estrutura adequada pra peça, cheguei ao teatro de revista – essa seria a melhor maneira de contar a história do caipira que se torna urbano(...). No começo eu ia dando as idéias e o grupo improvisava. No final, com o tempo se esgotando, o Ednaldo ficava ensaiando os atores e eu escrevia o texto, sozinho, e ia mandando pra eles... Quando eu fui ver o ensaio geral, lá no Teatro de Arena, disseram que eu precisava mudar o final!*

[3] Processo de construção teatral em que todos os criadores colaboram para a execução do espetáculo. Esse sistema foi experimentado na Escola Livre e com o Teatro da Vertigem.

> *Mudei naquele mesmo dia!(...) Engraçado que esse tipo de trabalho emergencial acabou me dando prazer! (NICOLETE, 2004: 78)*

O prólogo da comédia é uma narração de um coro que testemunha o nascimento, a infância, a juventude e a saída de João do interior para a capital, advertindo o herói sobre as conseqüências de seu ato. O epílogo também é dado pelo coro:

> *Dos vinte e cinco em diante*
> *Ganhou nova feição*
> *Caboclo sonso, bicho do mato*
> *Não existe isso mais, não"*

Brito nos diz:

> *O autor vale-se do coro para, além de identificar a figura, sugerir uma postura crítica do espectador em relação aos acontecimentos que sobrevirão. Esta atitude, na verdade, confere ao próprio espetáculo o caráter de engajamento social e político (*BRITO, 114)

A cena 1 mostra a chegada do herói em 28 de janeiro de 1960 na cidade de São Paulo. Uma locutora que radia o programa "Cenas do Dia a Dia" mostra o primeiro contato de João com o submundo da cidade com uma mendiga, com prostitutas e com um cafetão

Na cena 2, João encontra o seu anfritrião na cidade, Atílio Ronqueto, que vai acompanhá-lo em aventuras e desventuras no decorrer do primeiro ato: é com a ajuda dele que João encontra um pensão. Também por causa de Atílio que questiona as condições de trabalho de João em uma venda, João perde o emprego. Chega a ser preso junto com Atílio por este último fazer um discurso em um velório. Ao final do primeiro ato, Abreu, materializa uma cena de Revista, intitulada *"De Gegê a J.K,* num metateatro – uma vez que a estrutura da peça já se encontra dentro do parâmetro desse gênero teatral – em que se aborda os principais acontecimentos do período histórico que vai de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. O segundo ato vai reforçar a evolução de João como operário, por isso a menção ao *Cala boca já morreu* – João aparece enquanto representação de um operário do ABC Paulista, onde à época se situa um dos maiores parques industriais do país".

O fio condutor é aproveitado para abordar o período abordado entre 1960 a 1978. O recurso épico é novamente empregado no segundo ato com um rádio que interage com a ouvinte e há também cinco flashes, como diz Brito, *iluminando ora a angústia ou a alegria de um personagem, ora o macrocosmo social e político retratado na peça (como é o caso do flash em que a cena é invadida por sons marciais, remetendo à 1964).* (BRITO: 1999, *116)*

É *um tipo de intervenção cênica inédita até aquele momento do texto e por ressaltar no espetáculo a dimensão que se estabelece no jogo indivíduo/corpo social (micro e*

macrocosmo), que é possível acompanhar no segundo ato o autor está *deixando de lado o discurso político e realçando a tensão social presente no universo do operariado* (BRITO:1999, 62) e que *ao viver sua epopéia, João Gregório, viaja do ingênuo sonho da felicidade na cidade grande para a consciência de cidadão brasileiro, cobrando o que é seu por direito. Trajetória acompanhada de perto pelo velho Atílio e pelo coro de atores. (*BRITO:1999,125)

Para finalizar esse investimento por se fazer acerca de Abreu, dois exemplos da crítica,a partir da investigação de Brito:.

Ilka Marinho Zanotto: *A obra fornece um painel do País através de flashes inteligentíssimos organizados em torno de alguns personagens centrais realmente comovedores em sua autencidade.*

Ulysses Cruz, na época, crítico do jornal local da região do Grande ABC:

> *Enquanto a figura do anarquista Atílio Ronqueto é bastante clara e definida, servindo de contraponto à alheação em que se acha mergulhado João Gregório, o herói do texto (...).O Mambembe* desvenda *quase meio século da história político-social brasileira, em pouco menos de duas horas(...)*

As críticas e os estudos já realizados sobre Abreu como fonte para uma análise mais aprofundada sobre a representação do migrante e do imigrante na cidade de São Paulo é o foco e a intenção do presente estudo, ainda em processo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, L. *Comédia Popular Brasileira.* São Paulo: Siemens, 1996.

ARANTES, L. H. M. *Teatro da memória*: história e ficção na dramaturgia de Jorge Andrade. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, 172 p.

ARANTES, L. H. M. *Teatro da memória*: história e ficção na dramaturgia de Jorge Andrade. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, 172 p.

BRAUDEL, Fernand. *Esritos sobre a história.* São Paulo: Perspectiva, 2000.

BRITO, R. *Dos peões ao rei. O teatro épico-dramático de Luís Alberto de Abreu.* 1999, 218 f. (Doutorado em Artes) – ECA/USP, São Paulo, 1999.

CARRICO, A. *Por conta do Abreu: comédia popular na obra de Luís Alberto de Abreu.* 2004, 158 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – IA/UNICAMP, 2004.

CERTEAU, M. *A escrita dah istória.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, 345 p.

CHARTIER, R. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1988, 244 p.

_____. *Do palco à página*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, 127 p.

COPFERMANN, É. *O teatro popular por quê?*. Porto: Portucalense Editora, 1971, 222 p.

COSTA, I. C. *Panorama do Rio Vermelho*: ensaios sobre o teatro americano. São Paulo: Nankin Editorial, 2001, 175 p.

GARCIA, S. *Teatro da militância*: a intenção do popular no engajamento político. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, 212 p.

HUNT, L. (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, 317 p.

LE GOFF, J. "Para uma Antropología Histórica". In. *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente.*p. 312 a 385.

MENCARELLI, F.A. *Cena aberta*: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. 196 p.

NICOLETE, A. *O teatro de Luís Alberto de Abreu até a última sílaba.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, 183 p.

PARANHOS, K. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971-1982.* Dissertação. (Mestrado em História) – UNICAMP, 1995. 210 f.

_____. *Mentes que brilham (sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo).* Tese. (Doutorado em História) – UNICAMP, 2002, 390 f.

PATRIOTA, R. *Vianinha*: um dramaturgo no coração de seu tempo. São Paulo: Hucitec, 1999, 229 p.

PATRIOTA, R.; RAMOS, A. F. (orgs.). *História e cultura*: espaços plurais. Uberlândia: Aspectus, 2002, 362 p.

WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade*: 1780-1950. São Paulo: Editora Nacional, 1969, 335 p.

_____. *Tragédia moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, 272 p.

_____. *La política del modernismo*. Buenos Aires: Manantial, 2002, 245 p.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os intelectuais e a nação. Considerações acerca das concepções de Hélio Jaguaribe e do papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no decênio de 1950.

Maria Emilia Prado [1]

Resumo: Objetiva-se neste artigo refletir sobre o papel dos intelectuais no debate sobre a questão nacional no decênio de 1950, atentando para o significado da ação política desenvolvida neste momento, que se caracterizou pelo fato dos intelectuais poderem atuar num cenário político democrático unindo reflexão, planejamento e assessoria com vistas a atuação na esfera política. De modo particular, esta comunicação estará voltada para apontar alguns aspectos da vida e da obra de Hélio Jaguaribe.
Palavras-Chave;Intelectuais, Desenvolvimentismo, história intelectual.

Abstract:This article intends to analyze the role of some intellectuals in the discussion about the main brazilian national problems and interests in the decade of the fifties. I will be mainly focusing on the global meaning of the political actions carried on by them in this particular moment, when they could work in a democratic environment, joining academic tasks and political participation. Secondarily, this paper will try to point out the most distinguished features of prof. Helio Jaguaribe`s life and intellectual work.
Key-words: Intellectuals, development, intellectual history

O lugar dos intelectuais na política e nas questões públicas é tema que há décadas desperta debates. Qual o papel dos intelectuais no mundo moderno? Dito de outra forma, os intelectuais teriam o dever de se deslocar de seus castelos para atuarem na vida pública? Seus escritos e reflexões precisam ser destinados a um público ampliado ou deveriam ser lidos e discutidos apenas pelos especialistas? O intelectual deve falar a um público ampliado? Ele deve penetrar no terreno da política, pondo-se a serviço da engenharia política? Ou deve ele diante da Política e do Estado, manter-se distante do poder? A respeito dessa permanente tensão, lembremos o dilema expresso por Max Weber a respeito da *ética da convicção* e da

[1] Profª Titular de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ética da responsabilidade. Haveria necessidade de escolha por parte dos intelectuais ou existiria um caminho capaz de permitir equilibrar as duas éticas e os dois apelos?

Muito já se escreveu a respeito da dificuldade em se conciliar o trabalho nos domínios das idéias e/ou da cultura com aquele desempenhado na esfera do político, propriamente dito. Constituem os intelectuais um grupo à parte? De Julien Benda a Bobbio, Miguel Winock, e Habermas, passando por Croce, Ortega y Gasset, Gramsci, Mannheim e Sartre, que esta temática vem suscitando debates.

Entre a defesa da *torre de marfim* como lugar reservado ao intelectual ou o seu engajamento nas tarefas da operação política propriamente dita debatem-se, há décadas, os próprios intelectuais quando dedicados à definição do seu lugar no mundo. E nesse sentido, optamos por ancorar este projeto nas concepções teóricas de autores que optaram por uma postura de reconhecimento de que engajados ou não nas tarefas do gerenciamento em instituições pertinentes ao Estado, os intelectuais no mundo moderno atuam e interagem no espaço público, alimentam-se desse espaço e de forma mais ou menos constante colaboram para a configuração deste espaço público, já que são partes constitutivas da *esfera pública literária* (HABERMAS,1978).

No Brasil a questão nacional tem sido um tema recorrente nas reflexões e análises feitas pelos intelectuais que buscam, há muito, encontrar os meios necessários para que possa ser estabelecida no Brasil uma ordem liberal, com a conseqüente instauração do capitalismo. Neste sentido, encontramos os que defendiam que esta ordem deveria ser democrática e os que buscavam a modernização do país, mas sem preocupação com o exercício dos direitos políticos. A temática dos direitos em seus diferentes aspectos- civil, político e social- esteve, porém, no cerne das reflexões intelectuais.

No Rio de Janeiro no decênio de 1950 um conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, decidiram se reunir sob a liderança de Hélio Jaguaribe com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de "Grupo de Itatiaia". Em 1954, ainda sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado o **Instituto Brasileiro de Economia**, **Sociologia e Política** (IBESP) que funcionava na rua do Ouvidor no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos sobre História, Sociologia e Política nacionais que funcionavam no auditório do Ministério da Educação. Em 14 de julho de 1955, através do Decreto nº 37.608 era criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente tinha por objetivo o estudo, o ensino e a divulgação das

ciências sociais. Objetivava-se, também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o ISEB passou para o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55 em Botafogo.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram: Roland. Corbusier, Michel Debrun e Álvaro Vieira Pinto,Guerreira Ramos, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, Nelson W.Sodré, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes. Caracterizavam-se por seu papel como intelectuais públicos (JACOBY, 1990) e também por seguirem a marca da intelectualidade brasileira: a preocupação com identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado.

Após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas idéias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Em março de 1957 O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio ao mesmo tempo em que principiava a incomodar diversos segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que integravam o ISEB a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira (JAGUARIBE, 1958)* onde defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em

que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

O ISEB chegou ao ano de 1960, reformulado em seus quadros. Não apenas Hélio Jaguaribe saiu, mas, logo a seguir também saíram Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabal. O Conselho Consultivo foi extinto e o Conselho Curador passou a ter apenas poderes administrativos. No final de 1950 o ISEB viu-se na situação de estar privado da verba orçamentária estatal. Ao iniciar o ano de 1961 o ISEB não dispunha de verba para suas atividades e dessa forma o curso regular teve que ser suspenso sendo mantidos, apenas, os seminários, as conferências e os cursos extraordinários. Não havia mais o governo Juscelino e Jânio Quadros não tinha nenhum interesse no ISEB. Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio do ISEB foi invadido e as instalações quebradas e sua biblioteca destruída. Abriu-se então um IPM (inquérito policial militar) de enormes proporções. O ISEB foi considerado braço de Moscou, uma vez que oferecia cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc..

Do ponto de vista intelectual, o ISEB não conseguiu se impor diante dos grupos mais representativos das ciências sociais ligados a USP e a antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Sociólogos e cientistas políticos desses dois centros universitários viam os intelectuais do ISEB como carentes dos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o exame científico da sociedade brasileira. Essa mesma desconfiança pode ser encontrada em alguns segmentos da imprensa e das associações empresariais, esses últimos associavam o ISEB com a esquerda e mais especificamente o PCB.

A historiografia produzida sobre o ISEB e os intelectuais direta ou indiretamente vinculados a esta instituição produziu, salvo exceções, uma verdadeira fratura cognitiva. O ponto de inflexão pode ser encontrado na tese de doutoramento defendida por Caio Navarro de Toledo e publicada com o título de *ISEB: fábrica de ideologias (TOLEDO, 1975).* Esta obra provocou enorme polêmica e suscitou resposta por parte de alguns intelectuais oriundos do ISEB como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. A crítica feita por Toledo ao ISEB centrava-se na desqualificação do pensamento isebiano em virtude da impossibilidade dos isebianos em distinguir ideologia e ciência bem como pelo caráter autoritário presente nesta produção intelectual. Na realidade, há que se considerar que a perspectiva teórico-metodológica adotada por Toledo estava distante do historicismo,(MEINECKE,1982 E WEHLING,1994) opção dos isebianos. Dessa forma, as interpretações sobre a produção intelectual do ISEB resultaram na construção de um arsenal de acusações que desqualificou a

produção intelectual dos isebianos contribuindo para o seu esquecimento no cenário da História das Idéias no Brasil.

Inaugurava-se, a partir de então, um novo cânone de interpretação da História bem como do pensamento social brasileiro e mais que isto este novo cânone servia para todas as áreas das ciências humanas. O modelo nacional historicista estava sendo substituído, ainda que os temas pertinentes à realidade social brasileira que tinham sido objeto das análises dos isebianos ainda se fizessem presentes. Ou seja, na realidade histórica do Brasil dos decênios de 1970 e 1980 os temas da questão nacional incompleta ou não resolvida estavam postos, mas, os instrumentos de análise agora utilizados calcavam-se em outro paradigma cognitivo e a partir dele se invalidava os textos dos intelectuais isebianos. A exposição deste outro paradigma tendo sido feita de modo áspero provocou uma reação também bastante violenta por parte dos intelectuais isebianos. Dessa forma, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, redigiram artigos respondendo às acusações que lhes foram feitas (JAGUARIBE,1979 e WERNECK SODRÉ, 1977).

Há que se ressaltar, porém, que por esta mesma época foi defendida a tese de doutoramento de Alzira Alves de Abreu (ABREU, 1975) sobre o ISEB. Mas, o texto de Alzira não foi transformado em livro nem traduzido. Dessa forma, sua análise que diferia de Toledo e de alguns outros textos produzidos neste período, não serviu como contraponto para o tom adotado.

O livro de Toledo analisa três questões referentes ao ISEB. A primeira referente a ênfase dos isebianos na necessidade de construção de uma “ideologia do desenvolvimento”, responsável pela promoção do desenvolvimento econômico, uma vez que exerceria um papel fundamental sobre as consciências levando-as a se direcionarem para buscar superar o atraso e traçarem uma meta comum rumo ao desenvolvimento. Toledo examinou, ainda, a relação feita pelos isebianos entre ciência e ideologia. Afirma o autor: "*impossibilitados que estiveram os isebianos de constituir uma teoria crítica das ideologias - em virtude do conceitual teórico com que operavam- foram vítimas do processo de ideologização do pensamento; em outras palavras, foram incapazes de se livrar da ideologização da própria ideologia que buscavam produzir como verdade do momento histórico"(TOLEDO,1975).* A questão da utilização pelos isebianos do conceito de alienação bem como as fontes que serviram de base foi ponto central da análise de Toledo. Por-fim, concluiu sobre o papel preponderante exercido pelo ISEB no ofuscamento da consciência da classe operária, uma vez que colocava em segundo plano a contradição entre capital e trabalho.

Maria Sylvia de Carvalho Franco em "O tempo das Ilusões" (CHAUÍ, 1978) aprofundou algumas das teses de Toledo. Para a autora os intelectuais isebianos eram prisioneiros de a uma concepção instrumental do papel do cientista e os concebia como responsáveis pela elaboração de uma "ideologia" cujo fim era ser um *motor do processo de transformação* das condições objetivas da sociedade. Em suas críticas afirmava faltar aos isebianos precisão teórica e por contribuírem para ratificar o conservadorismo e o autoritarismo.

Dentre os textos que criticaram as análises propostas por Toledo cabe considerar o de Bolívar Lamounier (LAMOUNIER,1979). O autor procurou destacar o fato do ISEB ter denunciado os chamados setores "antinacionais" ou "parasitários" (como definiram os isebianos), caso da burguesia agrário-mercantil, indicando que esses setores se encontravam mais bem organizados e representados nas instâncias do poder- caso do Congresso Nacional- e em certos setores do aparelho estatal. Lamounier enfatizou que nesse cenário os isebianos propuseram a aliança de classe entre setores "progressistas" (burguesia industrial, trabalhadores urbanos) e deles com o poder executivo. Lamounier busca demonstrar que as análises dos isebianos estavam mais próximas das condições objetivas que impossibilitavam a ampliação do sistema de representação política. A ideologia isebiana objetivava construir um amplo quadro de alianças destinadas a criar as bases para uma "arregimentação de forças". Com base nesta visão, o autor não aceita as interpretações de Toledo e de Maria Sylvia sobre o caráter autoritário das propostas. Destaca, ainda, a importância em se estudar a produção do ISEB a partir de duas dimensões: elaboração de "ideologias" e análise econômica. Afirma haver entre essas dimensões uma complementaridade, uma vez que a análise econômica sustentava, do ponto de vista concreto, as "ideologias". Chama, finalmente, atenção para o fato de que essas análises econômicas tinham uma concepção própria a respeito do papel do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento, bem como dos meios necessários ao melhor aproveitamento da capacidade ociosa existente na economia brasileira e da necessidade de proceder reformas para que o desenvolvimentismo pudesse, de fato, levar a incorporação dos excluídos.

Bresser Pereira (BRESSER PEREIRA, 2005) é autor de vários artigos sobre o ISEB e na medida em que considera que deve o início de sua formação ao aprendizado recebido quando o ISEB forneceu alguns de seus cursos em São Paulo, os textos de Bresser-Pereira procuram retomar algumas das discussões travadas no ISEB. A questão da crítica ao ISEB feita pela por São Paulo foi analisada no trabalho de Norma Côrtes (CORTES,2003) a respeito do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. A autora retoma o debate intelectual travado a

respeito do ISEB para com base na hermenêutica de Gadamer propor nova forma de analisar a obra de Vieira Pinto recusando as interpretações de cunho ideológico.

Figura central do ISEB, Helio Jaguaribe nasceu no Rio de Janeiro, em 1923. Filho do geógrafo e cartógrafo da Comissão Rondon, Francisco Jaguaribe de Mattos e Francelina Jaguaribe de Mattos. Seu pai foi decisivo na sua formação, pois dele recebeu "um profundo espírito cívico e ético"(BARROS & KUMASATA,1988). Estudou no Santo Inácio, onde principiou o interesse por Filosofia. No Clássico passou a se interessar pelo marxismo, especialmente as obras do jovem Marx. Terminada essa etapa ingressou no curso de Direito na PUC do Rio de Janeiro.

Durante a formação universitária interessou-se por Ortega y Gasset que se tornou um autor basilar para Jaguaribe. Através de Ortega conheceu o pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930. Ainda estudante, decidiu desenvolver sua atividade intelectual fora da Universidade, já que constatara a precariedade da vida universitária no Brasil dos anos de 1940. Optou por seguir a carreira de advogado, mas sem abandonar o interesse pela Filosofia e pela Ciência Política.

Seguindo a tradição dos intelectuais brasileiros Jaguaribe utilizou seus escritos para analisar os impasses com que se defrontava o Brasil para se construir como uma nação economicamente forte e socialmente e politicamente integrada. Com base no arsenal teórico-metodológico weberiano e sempre tendo Ortega y Gasset por guia, elaborou teses e construiu categorias destinadas a compreender as razões desse atraso do Brasil diante dos países desenvolvidos. Inserido na linhagem dos "intérpretes do Brasil" que ao longo do século XIX preocuparam-se com temas pertinentes à construção do Estado e com a formação do povo para logo depois se dedicarem às reformas para integração nacional ou já no século XX com a definição da natureza do povo. No decênio de 1950 o tema que ocupava o cenário político e intelectual foi o desenvolvimento e neste cenário Jaguaribe atuou produzindo textos basilares. Sua obra *O Nacionalismo na Realidade Brasileira* (JAGUARIBE,1958) produziu uma inflexão no debate intelectual travado no ISEB. Ao não fazer a defesa de que o capital internacional devia ser totalmente rejeitado como parceiro no desenvolvimento da industrialização no Brasil, Jaguaribe produziu uma leitura diversa dos caminhos do desenvolvimentismo no Brasil. Para ele o processo de industrialização brasileira não precisava ser efetivado de modo dependente do capital internacional, mas não precisava repeli-lo em nome de um nacionalismo exacerbado. Defendia que era perfeitamente possível ter um projeto de desenvolvimento industrial nacional e incluir o capital internacional na medida do necessário e sempre colocando em primeiro plano os interesses nacionais.

Os intelectuais isebianos não formularam um projeto uníssono para o desenvolvimento do Brasil e isto por si só revela a importância intelectual do conjunto da obra ali produzida. Por outro lado, ao assumirem o papel de intelectuais comprometidos com a Política e a esfera pública, Jaguaribe bem como todos os integrantes do ISEB construíram uma página fundamental na história dos intelectuais no Brasil. Este texto pretendeu fazer considerações iniciais sobre o ISEB, sua obra e seus componentes dentre os quais Hélio Jaguaribe assumiu um papel preponderante fruto de sua liderança e de seu profundo comprometimento com a construção da nacionalidade brasileira.

BIBLIOGRAFIA.

ABREU, Alzira Alves de. **Nationalisme et action politique au Brésil: Une étude sur l'ISEB.** *T*hése Pour le Doctorat de 3º Cycle. Paris: Université René-Descartes,1975.

BARROS, Luitgarde e KUMASAKI, Hiro. *Entrevista com Hélio Jaguaribe*, Unicamp: 1988, **www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos**

FRANCO, M. S. de C. "O tempo das ilusões". In: CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho e. **Ideologia e Mobilização popular**. *Rio de Janeiro: Paz e Terra,1978.*

HABERMAS, J. *L' Espace Public.* ***Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la societé bourgeoise.*** **T**rad. Paris : Payot, 1978.

JAGUARIBE, Hélio. "ISEB - Um breve depoimento e uma reapreciação crítica". *Cadernos de Opinião,* Rio de Janeiro; 14: 94-110, out./nov. 1979.

----------. **O Nacionalismo na realidade brasileira**, Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. Trad. São Paulo: Edusp, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar. "O ISEB: notas à margem de um debate". D*iscursos,*SãoPaulo:1979,9:153-158.

MEINECKE, F**.** ***El historicismo y su génesis***. México: Fondo de Cultura Econômica, 1982.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser."Os Três Momentos de Hélio Jaguaribe". In Alberto Venâncio Filho, Israel Klabin e Vicente Barreto, orgs. ***Estudos em Homenagem a Helio Jaguaribe.*** São Paulo: Editora Paz e Terra,2000:237-246

_____ "O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido".Texto para discussão, 137, FGV. **www.breserpereira.com.br**

SODRÉ, Nelson Werneck. *Temas de Ciências Humanas.* São Paulo: Grijalbo, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB, fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática , 1977.

WEHLING, Arno. **A invenção da história. Estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Eduff,1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre História e Memória: A Campanha em Defesa da Escola Pública em São Paulo em meados do século XX e a participação do movimento estudantil

João do Prado Ferraz de Carvalho[1]*

Resumo: A historiografia brasileira tradicionalmente recorre ao envolvimento dos chamados educadores liberais objetivando compreender a constituição de nosso sistema educacional. Sob o manto de "pioneiros", "escolanovistas", "renovadores", etc, abriga-se um conjunto vasto de sujeitos históricos. O intuito aqui é compreender esse envolvimento nos embates relativos à defesa da escola pública atentando-se principalmente para a constituição de uma determinada memória histórica produzida a partir dos escritos sobre tal temática. Dialogando com essa produção e transitando pelas complexas articulações entre memória e história, trabalha-se com a tese de que determinados fatos, sujeitos e projetos históricos foram iluminados enquanto outros foram apagados, entre esses a participação dos estudantes na luta pela escola pública.
Palavras-chave: movimento estudantil e escola pública; historiografia educacional; história e memória.

Abstract: The traditional Brazilian History turns to the involvement of those called liberal educators in order to undestand the Constituition of our Educational System. Covered by the "pioneers", "escolanovistas" and "renovadores",etc., there is a vast group of historic subjects . The objective here is to understand this involvement concerning to the defense of a public school observing specially the constituition of one specific historical memory coming from some abstracts about this topic. Juggling with this production and crossing the complex articulations between memory and history , we work on the statement that specific facts, groups and historical projects were lighted up while some were switched off, among them the students participation in the fight for the public school.
Key words: the students' movement and the public school; Educational History; History and Memory.

A historiografia educacional brasileira, quando trata do tema escola pública no Brasil durante o século XX, tradicionalmente recorre ao envolvimento dos chamados educadores liberais objetivando compreender a constituição de nosso sistema educacional. Sob o manto de "pioneiros", "escolanovistas", "renovadores", etc, abriga-se um conjunto vasto de sujeitos históricos frequentemente acionados com destaque na busca de dar a esse processo inteligibilidade histórica.

Sem questionar a importância de nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, assim como dos "novos pioneiros da educação nova", como Laerte

[1] *Doutor em História da Educação e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ramos de Carvalho, Roque Spencer Maciel de Barros, João Eduardo Rodrigues Villalobos,[2] entre outros, o intuito neste texto é compreender a participação desses sujeitos históricos não apenas nos embates com os quais se evolveram na defesa da escola pública, mas atenta-se principalmente para a constituição de uma determinada memória histórica produzida a partir dos seus escritos sobre tal temática. Dialogando com essa produção e transitando pelas complexas articulações entre memória e história, trabalha-se com a tese de que determinados fatos, sujeitos e projetos históricos foram iluminados enquanto outros foram apagados.

Entende-se que um dos apagamentos produzidos e cristalizados na memória educacional foi a participação do movimento estudantil na Campanha em Defesa da Escola Pública, que na perspectiva anunciada acima é aqui estudada. Sendo assim, optei por desenvolver uma reflexão sobre a relação entre memória e história, selecionando para esse fim um fragmento da historiografia educacional brasileira, historiografia essa aqui entendida como lugar de memória.

Para dar conta de tal empreitada, problematizo a construção de uma determinada memória sobre um importante movimento desencadeado pela sociedade civil no final dos anos 50 do século XX, a Campanha em Defesa da Escola Pública, citada acima. Estudo esse movimento menos preocupado com a sua reconstituição histórica, centro minha atenção no sentido de interrogar uma determinada memória construída a seu respeito.

Resultante dos embates ocorridos em torno da tramitação da LDB 4.024/61 pelo Congresso Nacional na sua fase final, desencadeou-se como uma mobilização da sociedade civil que questionava o caráter privatista de tal Lei.[3]

Trabalho aqui na perspectiva de questionar a memória educacional erigida sobre este movimento. Procuro averiguar a hipótese de que a produção de determinadas versões sobre os acontecimentos históricos constituem-se em fontes para o historiador, transmutando-se assim em testemunhos no sentido de documentos, apagando nesse processo outras leituras, o que nos obriga a refletir sobre "o caráter monumental dos documentos" na concepção de Le Goff (1984).

Zaia Brandão em seu trabalho sobre Paschoal Lemme (1999), procurando transitar "por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil", aposta na proposta de

[2] Ver Carvalho (2003).
[3] Sobre o desenvolvimento da Campanha, consultar Carvalho (2003)

"trabalhar todo documento como monumento". Esta postura quando de seus estudos, levou-a a caracterizar a memória dos pioneiros sobre a trajetória histórica da Escola Nova no Brasil, objeto de seu estudo, como monumento.

A partir de Le Goff, Brandão trabalha com a tese de que as memórias, assim como os monumentos, resultam de um esforço "para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias" . Explicitando sua postura metodológica diante das fontes, afirma que "caberia portanto trabalhá-las enquanto montagens interessadas que, para terem valor de testemunhos, precisariam ser desmontadas, analisadas e problematizadas enquanto memórias/monumentos." (1999: 16)

Porém, se os pioneiros constituíram uma determinada memória, os historiadores que se debruçaram sobre este objeto de estudo, a Escola Nova no Brasil, constituíram outra, ou seja, a historiografia também cristalizasse como memória.(Brandão: 1999).

Tendo presente estas preocupações acima expostas, pretendo aqui fazer a leitura de um momento de nossa história educacional, momento esse que, na minha avaliação, também deve ser pensado a partir da relação memória/história, e a partir da chave explicativa segundo a qual a historiografia também se converte numa memória.

Defendo que a leitura que se cristalizou na historiografia brasileira sobre a Campanha em Defesa da Escola Pública tem sua matriz no livro *Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade*, de João Eduardo Rodrigues Villalobos, publicado em 1969, e que, portanto, deve ser estudado como documento/monumento.

Primeiro trabalho que procurou descrever a história dos 13 anos de tramitação das diferentes propostas de projetos de LDBs pelo Congresso Nacional[4], esse livro transformou-se numa matriz da qual derivou a forma predominante de tratar a história dessa tramitação e é citado em todos os textos importantes por mim consultados que tratam da temática educacional em meados do século XX no Brasil.

[4] O primeiro projeto foi enviado pelo Ministro da Educação de Dutra, Clemente Mariane, em 1948. Portanto, em 1961, ano de sua aprovação, completava 13 anos de tramitação,.

A principal característica dessa obra é o seu posicionamento em relação aos acontecimentos a partir de uma visão liberal[5], embora esse fato seja negado pelo autor logo na introdução do texto.

Nutrindo-se de um conjunto rico de fontes, o autor afirma que com o seu trabalho não objetivou "abordar os fatos que caracterizaram a referida época a partir de um ponto de vista histórico determinado e, muito menos, enquadrá-lo num sistema de idéias em função das quais pudessem, eventualmente, ganhar este ou aquele significado" (Villalobos, 1969, XIII). Em suas palavras o que pretendeu foi

> *seguir certos dados que me pareceram mais relevantes, dados que me permitissem trazer à luz alguns dos motivos que estiveram por trás da tramitação do Projeto de diretrizes e Bases da Educação no Congresso Nacional e que, uma vez considerados, pudessem servir de subsídios à compreensão do drama do ensino brasileiro. Por isto, sem esquecer embora as ideologias que se defrontaram quando se discutia o projeto, e em nome das quais, de forma explícita, diferentes orientações eram defendidas, preocupou-me muito mais a pesquisa dos motivos concretos que subjaziam às razões exteriorizadas e às justificações propostas, na forma pela qual pude percebê-los (Villalobos, 1969, xv).*

Assim, o autor afirma que o que lhe interessou foram as "idéias formuladas a propósito da educação brasileira" a partir das diversas e diferentes manifestações de educadores e legisladores brasileiros a respeito do tema da lei educacional que se discutia no Congresso Nacional (Villalobos, 1969, xv).

Embora tenha anunciado esse posicionamento metodológico diante do seu objeto de estudo - o que implicaria apenas numa narração dos acontecimentos sem uma interpretação posicionada, como se isso fosse possível - não é esse o resultado produzido, pois a defesa das idéias liberais, com o conseqüente posicionamento do autor, são explicitados diversas vezes ao longo do livro.

Villalobos apresenta o itinerário de diversos projetos que foram discutidos no Congresso Nacional, desde o primeiro projeto de 1948 até o texto final aprovado e sancionado pelo presidente João Goulart, em 1961. Apresenta e comenta esses projetos a partir de seus diversos posicionamentos quanto ao tratamento dado aos níveis primário, secundário e superior, quanto à questão da centralização ou descentralização da gestão da educação, quanto ao financiamento à educação, quanto à formação e função dos Conselhos

[5] O posicionamento de João Eduardo Rodrigues Villalobos diante dos fatos que marcaram a tramitação da LDB 4.024/61 é discutido no Capítulo 5 de minha tese de doutorado. Ver Carvalho (2003).

de Educação, enfim, quanto a tudo o que era matéria de preocupação dos educadores e legisladores no momento de produção da lei educacional.

O resultado do trabalho de Villalobos é a produção de uma história da tramitação do projeto de LDB, que resultou na lei 4.024/61. História essa que se transformou numa matriz interpretativa e que é utilizada por todos os autores que consultei quando pesquisei tal temática[6].

A farta documentação utilizada e os detalhados comentários técnicos sobre os diversos pontos da lei certamente são um atrativo no livro e configuram sua grande contribuição à pesquisa sobre o tema, explicando-se, assim, a importância que assumiu na historiografia educacional. Porém, como neste o objetivo não é recuperar a história da LDB e sim apenas refletir sobre a memória construída sobre a campanha em defesa da escola pública que se desenvolveu no final dessa tramitação, vamos centrar nossa atenção na maneira como Villalobos posicionou-se sobre tal acontecimento.

É importante afirmar que Villalobos procura, no corpo do texto, apresentar os diversos projetos de lei educacional segundo as justificativas de seus autores, procurando resistir em tecer comentários pessoais, mas em longas notas de rodapé, não só se posiciona claramente em função de suas idéias liberais como estabelece um diálogo crítico com suas fontes. As notas do autor formam, na verdade, uma outra versão da tramitação do projeto, permitindo perceber claramente o seu posicionamento.

Vejo este fato como interessante porque esse procedimento parece indicar que o autor entendia que suas notas gozavam de uma certa autonomia em relação ao corpo principal do texto, autonomia que chegava ao ponto de ser possível, na sua visão, falar numa posição ideológica neutra, já que o seu posicionamento sobre os principais momentos da tramitação do projeto de LDB aparecem de forma mais clara nesse espaço.

Assim, nessas notas de rodapé Villalobos sai em defesa dos educadores liberais e aparece como autor claramente posicionado em função do objeto que analisa. Será este o mesmo posicionamento adotado quando tratou do tema que aqui nos interessa, qual seja, a Campanha em Defesa da Escola Pública.

---

[6] Consultar Carvalho (2003).

Entendendo que os debates em torno da lei educacional deviam ser compreendidos como continuidade dos acontecimentos que já haviam polarizado os educadores católicos e liberais desde a década de 30, Villalobos apresenta a Campanha como mais uma etapa desse processo histórico. Para ele essa polarização atingia, quase trinta anos depois, "o seu ponto culminante na fase final de tramitação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" (1969, p. 4).

Por tratar-se de uma análise que está na matriz da historiografia sobre o movimento em defesa da escola pública aqui estudado, justifica-se sua apresentação na forma como o autor o definiu, mesmo que para isso seja necessário uma longa citação. Escreveu Villlobos:

> *Foi em São Paulo, em campanha que abrangeu todo o estado e que de lá foi levada a outros pontos do país, que se organizou a resistência sistemática, incansável, ao projeto, e de onde partiram as maiores pressões no sentido de modificá-lo, pressões que quase lograram equilibrar - outro fato inédito - as que procediam de opositores de há muito organizados e muito mais poderosos. Professores de todos os níveis, estudantes, escritores, jornalistas, operários, representantes das minorias religiosas, homens de diferentes camadas sociais e graus de cultura, muitas vezes distantes de suas convicções morais e políticas, uniram-se no movimento, meses a fio, quase dois anos, muitos no início, menos em seguida, poucos no fim. Organizaram-se, disciplinaram a campanha, escreveram, fizeram conferências onde foram solicitados, reuniram-se em convenções, realizaram comícios, procuraram os senadores, propuseram emendas, redigiram um substitutivo. Três convenções, que lotaram auditórios, foram promovidas na cidade de São Paulo e, desde a primeira, firmaram-se os princípios: em primeiro lugar, os da própria Constituição da República; em seguida, a prioridade do Estado no ministério e na organização do ensino, admitida a iniciativa particular como elemento supletivo, respeitada a legislação vigente; a prioridade do ensino primário em nome do desenvolvimento social-econômico e da efetivação da obrigatoriedade imposta pelo texto constitucional; igual expansão e assistência ao ensino industrial e agrícola; extensão da escolaridade até os 14 anos; reorganização do ensino médio em atendimento às exigências da sociedade moderna; moralização do magistério em todos os níveis; adoção de exame de estado para os portadores de diplomas profissionais de nível superior; eliminação de todas as formas de discriminação nas escolas públicas e particulares; emprego do dinheiro público exclusivamente na manutenção e desenvolvimento da escola pública (Villalobos, 1969: 151 - 152).*

Temos na citação acima uma boa definição do que foi o movimento do ponto de vista dos educadores liberais e, principalmente, lemos nessa definição a tese da qual a memória historiográfica da educação brasileira se nutriu.

Sobre a Campanha, João Eduardo Rodrigues Villalobos afirma que embora "intensa nos primeiros meses", foi "diminuindo gradativamente", prosseguindo "sem hiatos

até a decisão do Senado, em agosto de 1961" (1969: 147-147). Porém, esse mesmo autor que reconhecera o caráter radicalizado do momento final da tramitação da LDB, não escreve uma só palavra sobre os motivos que teriam provocado a "diminuição gradativa" da Campanha. Não trata da participação dos estudantes, não cita as mobilizações de rua e o envolvimento da sociedade civil como tema.

O que o autor não afirma é que os estudantes continuaram a defender a escola pública com a mesma intensidade anterior, porém, não mais sob a condução dos educadores liberais, fato que a historiografia que foi produzida a partir da memória construída com a colaboração desse educador não registrou. Aqui vale indicar que a força de tal memória impactou também a historiografia crítica em relação à atuação histórica dos chamados educadores liberais. Até os estudiosos que adotaram uma perspectiva marxista na análise do tema e que, portanto, deveriam ser sensíveis ao tema da participação popular, reproduziram a visão histórica que encobriu a importância da participação dos estudantes. Postura essa que pode ser explicada pelo fato desses trabalhos terem ficado restritos apenas às fontes coletadas por Villalobos (1969), que configurou-se assim num guia seguro para todas as análises da tramitação do projeto de LDB as quais tive acesso.

Após esta definição da Campanha Villalobos, novamente numa nota de rodapé, afirma que atribuí a esse movimento realizado em São Paulo uma "grande importância", entendendo-o como um "marco fundamental" de "uma fase decisiva da história contemporânea da educação brasileira, particularmente no campo das idéias" (1969, p. 151, nota 24).

Esta interpretação do movimento também caracteriza a maneira como a historiografia educacional tratou a questão, constituindo-se numa memória do movimento que apagou a luta dos estudantes paulistas pela escola pública. Não estudando a forma como os sujeitos históricos atuaram na defesa da escola pública, ou melhor, privilegiando-se as idéias e não o fazer dos homens portadores dessas idéias, o autor não dá conta do objeto como um fenômeno histórico. Vale lembrar que embora a consciência sobre a importância da escola pública possa ser aferida por um estudo no campo das idéias, ela também é resultante das experiências dos sujeitos, que por isso devem ser estudadas no seu todo (Thompson: 1981).

Aqui temos uma questão decisiva sobre a memória construída sobre a Campanha, pois embora Florestan Fernandes (1966) tenha escrito vários textos apontando para a importância do envolvimento da sociedade civil com a temática da educação, inclusive dos estudantes, essa produção foi pouco considerada pela historiografia, cristalizando-se assim a visão de Villalobos.

Concluindo, é importante lembrar que a leitura realizada por João Eduardo Rodrigues Villalobos sobre a participação dos estudantes paulistas na Campanha em Defesa da Escola Pública foi aqui estudada como um exemplo de nossa historiografia educacional, caso no qual memória e história se confundem, fatos são iluminados e outros apagados, cabendo ao historiador questionar tal relação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Zaia. *A Inteligentsia Educacional. Um Percurso com Paschoal Lemme. Por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/ EDUSF, 1999.

CARVALHO. João do Prado Ferraz de. A Campanha de Defesa da Escola Pública em São Paulo (1960 -1961). Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

_____ . "A Campanha de Defesa da Escola Pública nas páginas de *O Estado de S. Paulo*". In*:* HOEFFLER, Angélica*. Tradição e Modernidade: arte, educação e cultura*. Santo André: Editora UniABC., 2003.

_____. "Os estudantes e sua luta na Campanha em Defesa da Escola Pública" In: Pulsar. Revista de Educação. São Paulo: Editora Pulsar, out. – dez. 2005, pp. 27 – 34.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. O novo, o velho, o perigoso: relendo A Cultura brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (71) : 29-35, nov, 1989.

_____. A Escola e a República. São Paulo: ed. Brasiliense, Col. Tudo é História, 1989.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: Enciclopédia Einaudi.1. Memórias-História. Porto: Imprensa nacional- casa da Moeda, 1984.

_____. *História e Memória*.Campinas: Editora da Unicamp. 1994.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares.” In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, vol. 10, dez. 1993, pp 7 - 29.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. Diretrizes Bases da Educação.Ensino e Liberdade. São Paulo: Pioneira, 1969.

WARDE, Mirian Jorge. A historiografia da educação brasileira: construção da memória e do conhecimento. Projeto de Pesquisa. São Paulo, PUC/CNPq. 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Wilson Simonal e a Música Popular Brasileira nas décadas de 1960/70.

Adriane M.Eede Hartwig*

Resumo: A música brasileira , criada a partir de vários estilos e sons, destacou-se nas décadas de 1960/70, pelo fato de alguns artistas a utilizarem para assumir posicionamentos de legitimação,de contestação ao sistema, ou a nenhum destes, criando assim, uma série de discursos e representações que possibilitam conhecer mais sobre esse contexto histórico.
Houve , neste momento, uma significativa criação nas artes como um todo, e, a música brasileira, chamou a atenção da crescente industria cultural por produzi-la, em função do grande interesse demonstrado pelo público. Neste contexto, se destacam artistas como Wilson Simonal, que em função de sua trajetória, chegou a representar um símbolo de identidade nacional, produzindo uma música que, agradou de um público mais popular à um público mais erudito, ditando moda, inovando e quebrando modelos pré-estabelecidos.
Palavras-chave: Música - Identidade - Wilson Simonal

Abstract*:* The Brazilian music, created from different styles and sounds, standed out in the sixties and seventies because of the fact that some artists used it to show their thoughts, to challenge the governmental system, or none of them, creating different speeches that enable us to know more about this historical context. There were, at that moment, a significant art creation in general, and the Brazilian music called attention to the growing cultural industry because of the great public interest. In this context, there are well known artists like Wilson Simonal, which, because of his career, happened to represent a symbol of the national identity, producing a style of music that pleased not only a folk public but also a selected and educated public, making a new style, innovating and breaking models that were already been established.
Key words: Music - Identity - Wilson Simonal.

Na contemporaneidade, a busca pelo conhecimento histórico se torna cada vez mais complexa pela possibilidade da utilização de fontes variadas, oficiais ou não.Nesse sentido, a utilização da música, que foi produzida por sujeitos heterogêneos, na sua forma de pensar e agir, tendem a relatar algumas experiências e vivências representadas a partir de situações cotidianas, vindo a demonstrar sentimentos, expectativas, frustrações , desejos e ideologias, num determinado momento histórico.

A musica brasileira se apresenta com grande diversidade de estilos e sons percebida ao longo dos tempos.Na atualidade, ela disputa espaço com as estrangeiras, mas já teve seus momentos de glória, tendo a preferência do público brasileiro, como percebido nas

* Mestranda em História pelo curso de Pós-graduação stricto sensu em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

décadas de 1960 e 1970, período este marcado pela ditadura dos governos militares que, apesar da censura e repressão, não conseguiu inibir muitos artistas de produzirem sua arte.

Ao contrário, muito se produziu nesse momento, fazendo surgir os mais variados sons e estilos musicais,como Bossa Nova, MPB, Jovem Guarda e Tropicalismo, para citar alguns mais expressivos, e promoveu diferentes representações, tais como música como "arma política" ou engajada, a busca por uma música popular e brasileira , a música "alienada" ou descompromissada das questões políticas , dentre outros.

Neste cenário múltiplo e controverso, muitos artistas se destacaram por sua produção artística, considerados atualmente ícones de uma época marcada por transformações tanto políticas e econômicas quanto sociais e culturais, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Carlos Lyra, Elis Regina, Jair Rodrigues, Roberto Carlos para citar alguns.Destacou-se também Wilson Simonal, um cantor que chegou a ser mais popular que Roberto Carlos e circulou por esse universo musical do período, marcado pela diversidade.

A obra de Wilson Simonal se desenvolveu num momento em que o Brasil estava vivenciando o chamado período da Ditadura Militar Brasileira, iniciado em 31 de março de 1964, quando os militares desferiram um golpe na democracia brasileira, através da chamada Revolução de 64, implantando um governo de linha dura e pouco diálogo. A alegação para tanto era o discurso da Segurança Nacional em função do "Perigo Comunista" por receio de comunistas aqui se instalarem, em função do contexto histórico mundial vivido pela Guerra Fria, disputa ideológica entre EUA e URSS , onde ambos almejavam a hegemonia de seus sistemas sendo Capitalismo e Socialismo, respectivamente.

A América Latina estava em meio a essas questões todas, especialmente após a Revolução Cubana, feita por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara no final dos anos 50, por ter implantado o Socialismo em seu país, deixando atônicos os norte-americanos. Receosos de que essas idéias de espalhassem pela América como um todo, muito em função do atuante papel de Ernesto Che Guevara, os norte-americanos passaram a exigir um posicionamento de países como o Brasil, que o faz em favor do sistema capitalista, implantando uma Ditadura..

Mas este momento foi significativo em termos de produção cultural, seja na música, no cinema ou no teatro. A música brasileira dessa época além de ter muita popularidade com seus diversos públicos e estilos, despertou o interesse do público, como o caso do disco "Dois na Bossa", de Elis Regina e Jair Rodrigues de 1965. Este disco "tornou-se o disco de música brasileira mais vendido da história"(CASTRO,1990:373).

Nesse contexto sócio-cultural que abrangeu principalmente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, considerados centros da difusão cultural do país, em função da vinda das

grandes gravadoras, é que Wilson Simonal cresceu e desenvolveu o gosto pela música, iniciado ainda garoto num internato, ampliando-se no exército, onde fazia shows particulares à oficiais.

Quando saiu do exército, passou a cantar de bar em bar , na cidade do Rio de Janeiro, chamando a atenção de Carlos Imperial, um dos mais respeitados produtores musicais da época e que se especializou em produzir uma música mais comercial, popular e vendável, como fez com a carreira de Simonal.Este por sua vez levou-o ao seu programa "Os Brotos comandam". De boate em boate, chegou ao templo da Bossa Nova, O Beco das Garrafas, em Copacabana no Rio de Janeiro e conviveu com artistas como Carlos Lyra, Elis Regina, Chico Buarque, dentre outros.A chegada se Simonal ao Beco das Garrafas provocou espanto e admiração.

> *"...quando surgiu no Beco, em 1963, provocou uma sensação que é hoje indescritível e talvez inacreditável. Ele era apenas o máximo para seu tempo: grande voz, um senso de divisão igual ao dos melhores cantores americanos e uma capacidade de fazer gato e sapato do ritmo, sem se afastar da melodia" (CASTRO,1990:362)*

Este era o lugar onde a boemia carioca se reunia para apresentações musicais. Segundo Nelson Motta, todos os grandes artistas deste período por lá passaram. Dizia-se que era o templo da bossa nova e outras tendências. Lá se reuniram cantores amadores e profissionais, produtores, cineastas, teatrólogos.Havia diversos barzinhos onde os artistas se apresentavam e trocavam suas experiências .

Foi neste lugar que Simonal começou a mostrar sua música e seu estilo, até que Carlos Imperial lhe compõe aquele que será seu primeiro sucesso, um chácháchá chamado *Terezinha.* Simonal empolgou os freqüentadores do Beco, aprendendo novas estratégias para suas apresentações.Conheceu então Lenie Dalle, um bailarino norte americano, que estava em descanso no Brasil das gravações do filme Cleópatra. Ao conhecer o Beco das Garrafas, propõe a artistas como Simonal e Elis Regina, uma mudança nas apresentações, trazendo mais agitação e movimento aos seus espetáculos. Simonal que já era todo irreverente, passou a adotar algumas técnicas de Dalle em seus shows. Gravou seu primeiro disco em 1961, com 78 rotações: de um lado, o chá-chá-há *Terezinha*, do outro, o calipso-rock *Biquínis e Borboletas*, duas músicas alegres e divertidas, com repertório que falava da beleza da mulher e do mar. Em 1963, lançou seu primeiro disco de grande projeção "Wilson Simonal tem "algo mais""e destacou-se por unir Bossa Nova com orquestra.

Além de Imperial e Dalle, Simonal também conheceu no Beco , Roberto Menescal, Ronaldo Bôscoli e Carlos Miélli que tentaram afastá-lo da influência de Carlos

Imperial, propondo uma música mais sofisticada , com um material mais original, com músicas como "Telefone", "Ela vai , ela vem", "Mais valia não chorar". Segundo Rui Castro, Simonal era perfeito também para coisas jazzísticas como "Nanã", de Moacyr Santos e tornou-se o melhor interprete de Jorge Bem até "País Tropical."

> *"Naquela fase ele era capaz de encaixar as bossas mais surpreendentes num tema e torna-lo irresistível. Mas, quando só as bossas passaram a ser importantes em seu estilo, Simonal ficou repetitivo e voltou a esfera de Carlos Imperial. Em 1966, já estava cantando "mamãe passou açúcar ni mim".(CASTRO, 1990:363)*

Logo Simonal , o Simona como foi chamado, caiu nas graças do público, tornou-se popular, tanto que dividiu com Elis Regina a apresentação de um programa na TV Record, O Fino da Bossa.Mas teve um programa próprio, chamado Show em Si...monal,em 1966/67, pela mesma emissora de TV, tornando-se uma grande estrela do show biz, num estilo musical que misturou Bossa Nova com o samba. Esse estilo que criou era a tal da Pilantragem, misturando Samba, Bossa Nova e Swing."A convivência diária de Simonal, Imperial e Mariano fez surgir um estilo popular, mais novo e diferente de tudo o que estava acontecendo. Enquanto bossa nova, tropicália e artistas como Roberto Carlos dividiam a cena musical da época, o que estava "deixando cair" mesmo era a "pilantragem"".(HERCULANO,2004:01)

Ser um pilantra nessa época era coisa de quem estava ligado nas novidades, de ser oportunista, coisa essa que Simonal levou muito a sério.Numa entrevista, Simonal declarou: " Quando falo e Pilantragem, o público sabe o que é. Só a imprensa não sabe. Pilantragem é uma posição otimista; se o mundo vai mal, a pilantragem se preocupa em saber o que é possível fazer no sentido de melhorar, no sentido de divertir o povo. É o descompromisso com a inteligência."(SIMONAL apud SILVA, 1969:147).

Com essa pilantragem, quebrou modelos pré-estabelecidos como no caso da Bossa Nova. A bossa nova não teve muito interesse em popularidade, até porque era uma música mais requintada, com semelhanças ao estilo jazzístico norte americano, considerada por alguns críticos como música intimista, de melodias veladas, poesia inlectualizada e ritmo acentuado, e não teve penetração junto ás massas.

Sua carreira se destacou entre os anos de 1963 a 1975, num período em que muito se produziu para a musica brasileira. Neste momento, a música brasileira esteve no auge, devido ao interesse das gravadoras e dos festivais da canção, festivais estes que foram espaços de exibição de novas composições e novos artistas, uma espécie de vitrine do "viria por aí", para demonstrar novas criações da música brasileira.

Ficou conhecido como um "show man", pelo grande público que atraiu, pelo estilo de vida que levou, pelas festas que participou, ditou moda, com seus bonés e óculos escuros grossos, falando gírias.Simonal foi "um *showman* irresistível, capaz de transformar o público em imenso coral; o primeiro cantor negro a comandar um programa de TV (*Spotlight*, e mais tarde *Show em si monal*), o lançador de modas, gírias e estratégias de marketing".(ARAGÃO,2004:01).

Exerceu grande poder ao animar e despertar reações calorosas no público, apesar de todo controle exercido pelos militares, como no episódio do show no Maracanãzinho, no Festival Internacional da Canção em 1966 em que regeu um coral de mais de 30.000 vozes, fato este que impulsionou sua carreira artística, tanto no cenário nacional quanto internacional..

Este episódio fez com que fosse procurado pela Shell, empresa multinacional, que assinou com Simonal em 1969/70, um dos contratos mais cobiçados pelos artistas do período, entre 3 e 300 milhões de cruzeiros por mês, durante um ano, diz J.C.Magaldi, assessor especial da Gerência de Comunicações de Marketing da Shell.

Esta empresa foi a patrocinadora da seleção brasileira de futebol, e buscou em Wilson Simonal, financiar eventos que reforçassem a imagem de excelência do Brasil.O cantor passou a ser visto como "um herói da classe trabalhadora, transformado em superstar, um soulman que trafegava pela tradição e pela contemporaneidade, seu garoto propaganda perfeito", pois contribuiu para propagar uma imagem de "Brasil – tudo vai dar certo", especialmente quando esteve junto à recepção da seleção brasileira de futebol de 1970, num momento em que a ditadura se intensifica.

> *Em 1970, o cantor foi escolhido para acompanhar a seleção brasileira de futebol à Copa do Mundo. A atuação dos maiores artistas das duas grandes especialidades brasileiras – música e futebol – foi vitoriosa: Simonal em campanha de sucesso e Brasil tricampeão.(HERCULANO,2004:01)*

Com canções de repertório e arranjos melódicos, tais como "Meu Limão, meu Limoeiro", "Escravos de Jô", "O Elefante e a Formiga", "Mamãe passou açúcar ni mim", e outras que, segundo críticos musicais, tinham arranjos mais apurados, de alto nível e sofisticação, como "Sá Marina", "Lágrima Flor", "Nana", para citar algumas, Simonal se tornou um astro da música brasileira.

Sua participação nas produções culturais do período entre 1963/1975, ocorreu num contexto em que alguns artistas tinham como objetivo utilizar sua arte para fazer uma crítica às questões sociais, ou seja, usar a arte como "arma política".Este engajamento muito se deu a partir da criação do Centro Popular de Cultura(CPC) em 1962, pela UNE, que teve

entre seus idealizadores, Carlos Estevão Martins. O objetivo foi de promover uma crítica ás questões sociais políticas e econômicas, da dependência cultural, para alertar a sociedade aos problemas de pobreza, do subdesenvolvimento, além de questões ligadas ao nacionalismo, e utilizaram filmes, peças de teatro, e da música para atingir as classes populares.

> *"...o artista despolitizado, alienado, romântico, está totalmente alheio em face dos problemas sociais e concretos vivenciados pelos homens em realidades históricas cronologicamente determinadas.(...) o artista despolitizado, defensor da arte pela arte, transformava-se numa presa fácil ou numa vítima dócil, ou ainda, num instrumento de classe dominante, em função da produção de obras sintonizadas com o status quo, ou antipopulares."(MARTINS,C. apud.CONTIER,1998:*24)

Muitos artistas utilizaram estratégias técnico-poéticas para se fazer entender pelo público, pois alguns queriam atingir as classes mais populares, com performances mais simples e teatralizadas, em sua música.Esse era o discurso de alguns artistas que se identificavam como engajados, mas no entanto, outros optaram em demonstrar em suas canções, temas, como o amor, os carros bonitos, o mar, as mulheres, etc.., como na canção interpretada por Wilson Simonal, "Garota Moderna", presente em seu LP Wilson Simonal de 1965.

> *Tão bonita que é ela é*
> *Cabelos lisos como eu nunca vi*
> *Camisa esporte sobre a calça Lee*
> *Um ar esnobe de quem nada quer*
> *Lá vai ela e pensa que é mulher...*[1]

Como percebeu-se na canção acima, assim como Simonal, outros artistas também optaram em representar em suas composições ou interpretar músicas que tematizavam sobre as belezas do Brasil e de sua gente como a turma da Jovem Guarda, por exemplo.

Considerou-se este tipo música como "popularesca" e comercial, criou-se controvérsias nos grupos engajados mais exaltados, ligados às questões político-sociais, e estereotipou-se essa música como "alienada".Com isso, surgiu nesse contexto uma discussão defendeu a criação de uma identidade á música brasileira, no sentido de criar um estilo de canção que identificaria a nação brasileira.Surgiu então a Música Popular Brasileira – MPB, que encontrou no samba carioca, uma referência para a construção dessa identidade.

A constituição dessa identidade esteve muito ligada às questões nacionalistas, pois a pretensão de buscar uma identificação à música popular brasileira foi em função da presença de ritmos estrangeiros, por querer mais espaço neste momento histórico. Percebeu-se então, como as identidades foram criadas, e que , assim como a MPB criou uma identidade para sua música, também o fez Wilson Simonal , com um repertório variado, indo do

[1] letra completa disponível no sítio: http://sombrasil.ig.com.br/cifras, acessado em 18/09/2006.

folclórico ao sofisticado.Ter se tornado um cantor de grande popularidade não significou cantar uma música popular, produzida para as classes populares simplesmente, pois Simonal cantou muito sobre a zona sul, para um público que era da zona norte e que freqüentou muitos de seus shows.Ou seja, ora Simonal se identificou à um público mais popular ora a um público mais erudito.

Segundo Tomaz Tadeu Silva, as constituições de identidade nunca são inocentes, pois estão ligadas a um jogo de interesses e de poder. Afirmar uma identidade pressupõe diferenciar-se da identidade do outro. "A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido á práticas e a relações sociais definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.".(SILVA, 2000: 81)".

Simonal representou um ícone de brasilidade, daquele que melhor representou o povo brasileiro, do herói da classe trabalhadora.Mas o povo não é um todo homogêneo, portanto, nem todos compactuaram dos mesmos ideais e nem todos compreenderam essas representações da mesma forma, pois foram vistas e entendidas por sujeitos diferenciados,que segundo seus valores, deram novo significado a essas identidades.

O que houve neste momento foi uma disputa de representações, pois mostrou que de um lado, alguns sujeitos utilizaram sua arte voltada ao engajamento e representou-se como símbolo daquilo que deveria ser o certo e estigmatizou aqueles que, por outro lado, não comungaram dos mesmos ideais, por ter preferido fazer uma música apolítica.

No entanto, o fato de Simonal dizer que não esteve aliado nem ao regime militar e nem participou das questões de engajamento, por querer apenas produzir sua música, representou um certo desinteresse pelas questões sociais, justamente por aquele que simbolizou uma identidade nacional.Esse não assumir posição declarada consistiu de certa forma, em assumir um tipo de posicionamento que não foi aceitável nesse momento.

Então, quando surgiu o boato de que foi um informante dos militares, sua falta de posicionamento definido lhe custou sua carreira, que marcada por glamour e sucesso, caiu ostracismo irrecuperável.

Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE,Ricardo. **Biografia de Wilson Simonal**.São Paulo:Emi/Odeon,2002.
ARAGÃO, Helena. **O som do rei da pilantragem está de volta**. Jornal do Brasil on-line em 21/05/2004, disponível em: http://jbonline.terra.com.br, acesso 12/07/2006.
CASTRO,Rui. **Chega de Saudade:A História e as Histórias da Bossa Nova.**São Paulo:Cia. Das letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**.Lisboa: Difel,1990.

CONTIER, Arnaldo D. Edu Lobo Carlos Lyra: **O Nacional e o Popular na Canção de Protesto(anos 60)** in Revista Brasileira de História:Dossiê Artes e Linguagens. São Paulo:Humanitas, 1998, vol.18,nº 35,

FALCON, Francisco.**História Cultural – Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura.**Rio de Janeiro: Campus, 2002**.**

HERCULANO, Mônica. **Wilson Simonal – O rei do pa-tro-pi.** Revista on-line Digestivo Cultural de 26/04/2004 , disponível em: http://www.digestivocultural.com/, acesso em 25/06/2006.

MOTTA,Nelson.**Noites Tropicais:solos, improvisos e memórias musicais**.Rio de Janeiro:Objetiva,2001.

NAVES, Santuza Cambraia. **Da Bossa Nova à Tropicália**. Rio de Janeiro,:Zahar, 2001

NAPOLITANO, Marcos.**Seguindo a canção: engajamento político e industria cultural na MPB(1959-1969)**.São Paulo:Annablume:Fapesp,2001.

SILVA,Tomaz Tadeu(org**). Identidade e Diferença. A Perspectiva dos estudos culturais**.Petrópolis-RJ:Vozes,2000.

SILVA, Milton Severiano da**, "Este homem é um Simonal"** in Revista Realidade.Dezembro de 1969, ano Iv, nº 45, p.136-148.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A marca dos anos 1990 na forja das políticas educacionais brasileiras: o olhar a partir de um estudo de caso

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani*

O texto examina a construção de políticas educacionais a partir do contexto da década de 1990, trazendo como pano de fundo a trajetória de uma rede municipal de ensino no interior sul-rio-grandense, baseando-se em uma pesquisa qualitativa desenvolvida dentro de duas abordagens: a análise de conteúdo e a revisão bibliográfica. Os anos 1990 são assinalados pela consolidação da globalização econômica, que desencadeou um processo de reformulação das políticas públicas e fundamentou uma reforma educativa assentada na idéia da educação como peça central para o desenvolvimento humano mas que, em contrapartida, trouxe a perspectiva economicista para a agenda de debates educacionais. No Brasil, a reforma foi assinalada por leis e planos, iniciados com o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993) e que desembocaram no Plano Nacional de Educação (2001). No município foco dos estudos, a década de 1990 foi marcada pela ênfase em avaliações externas; pela disseminação de práticas de intervenção no cotidiano escolar, como a formação docente em serviço; pela consolidação da perspectiva construtivista enquanto eixo de políticas voltadas para prática pedagógica; além da perspectiva economicista de racionalização de recursos humanos e financeiros.
Palavras-chave: política educacional – reforma educativa – estudo de caso

The text it examines the educational politics construction from the context of the decade of 1990, bringing as background the trajectory of a municipal network of education in the Rio Grande do Sul province, based on a qualitative research developed inside of two boardings: the content analysis and the bibliographical revision. The 1990's are designated by the consolidation of the economic globalization, that unchained a process of public politics reformularization and based an educative reform seated in the idea of education as central part for the human development but, on the other hand, it brought an economic perspective for the agenda of educational discussions. In Brazil, the reform was designated by laws e plans, initiates with the Decennial Plan of Education For All (1993) who lead to the National Plan of Education (2001). In the city focus of the studies, the decade of 1990 was marked by the emphasis in external evaluations; by the dissemination of intervention on the daily school, as the teaching formation in service; through the construction perspective consolidation as source of politics directed to the education practical; beyond of the economic perspective of rationalization of human and financial resources.
Word-key: educational politics - educative reform - study of case

Para início de conversa...

No início dos anos 2000, pesquisei acerca da (re) construção de políticas

*Doutora em Educação, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo / UPF. Pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fapergs.

educacionais no âmbito municipal, a partir de uma análise que incidiu sobre doze anos na trajetória histórica da Rede Municipal de Ensino de Passo Fundo / Rio Grande do Sul, de 1993 a 2004, ou o período equivalente a três administrações municipais. O texto final foi construído a partir de uma pesquisa qualitativa sobre um estudo de caso, desenvolvido dentro de duas abordagens metodológicas: a análise de conteúdo e a revisão bibliográfica.

Tal pesquisa mapeou o que representava a década de 1990 para a citada rede de ensino: um momento emblemático onde se traçaram os rumos do que hoje entendemos ser a Rede Pública Municipal de Ensino de Passo Fundo/RS. Ocorre que os enfoques das políticas educacionais verificados no estudo não estão de forma alguma, descontextualizados de políticas, ações e programas traçados em diferentes níveis e esferas administrativas, ao longo da década em questão.

Disto resta a conclusão que os anos 1990 tiveram um peso preponderante no desenho da educação pública, seja pelos rumos contextuais tomados, seja pelas ênfases projetadas em se tratando de políticas educacionais.

Destarte, analisar a marca dos anos 1990 na forja das políticas educacionais brasileiras, tendo como pano de fundo um estudo de caso, é sublinhar a relevância que acontecimentos tecidos no seio dos anos 1990 representam no perfil histórico traçado para a educação nos anos 2000.

Os anos 1990...

O paradigma econômico-estrutural que fundamentou o Estado capitalista dos últimos anos do século XIX até meados do século XX, entra em crise no período pós-Segunda Guerra Mundial. Desta crise surge o traçado de novos rumos para o capitalismo em escala planetária, provocando uma ampla reestruturação político-econômica e cultural das relações sociais e de trabalho em sua dinâmica de desenvolvimento, cujas características constituem o chamado 'neoliberalismo'.

O neoliberalismo, nas fronteiras da intencionalidade do texto, é entendido como uma "... reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar" (ANDERSON, 1998: 09), gestada na Europa, no final da II Guerra. A idéia central era que, as políticas reguladoras e de redistribuição social do Estado de bem-estar, acabariam por ferir as liberdades econômicas e políticas, interferindo no livre jogo do mercado e na "saudável desigualdade" (ANDERSON, 1998: 11) da sociedade. O remédio, segundo os defensores do neoliberalismo, seria "... manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder

dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas" (ANDERSON, 1998: 11)

Esta nova 'leitura' apregoa uma ordem social em que o campo econômico se constitui na base de articulação das questões sociais, além de ser o modelo de orientação das políticas públicas em geral, e educacionais em particular. As antigas teses centradas na idéia da educação como investimento, deram lugar a uma concepção de educação como capital técnico, associada ao novo paradigma econômico, o que remetia a novos enfoques e novas prioridades.

Além do mais, o cenário de transformações provocadas pelo advento da globalização em escala planetária, trouxe reflexos para a esfera educacional no âmbito da América Latina, principalmente em países como Argentina, Chile e Brasil, que desde a década de 1990 vêm passando por um amplo processo de reformulação das políticas públicas e de modo especial das políticas educacionais.

Isto porque alguns contornos importantes da chamada globalização também definem novas relações entre classes e grupos/setores sociais, no momento em que reestruturam o mercado de trabalho (BURBULES; TORRES, 2004).

Os anos de 1990 também consolidam a ingerência do Banco Mundial[1] na forja das políticas sociais (educacionais) para os países em desenvolvimento. Entre as propostas apresentadas por tal agência, figuram: a) o investimento em medidas prontas, quase universais e aplicáveis em distintas realidades; b) descentralização de sistemas educativos; c) o realocamento de recursos na educação básica (em detrimento do ensino superior, por exemplo), pois a capacidade de trabalho das classes economicamente desfavorecidas cresce com a educação básica; d) avaliação de unidades educativas, instigando a concorrência; e) programas suplementares destinados a sanar certos 'déficts' que afetam o aprendizado: educação pré-escolar, programas de saúde e nutrição direcionados à fome a curto prazo (almoço ou lanche...); f) capacitação do corpo docente mediante programas paliativos em serviço e, g) manutenção de um número mínimo de alunos por turma... (adaptado de CORRAGIO, 2000: p. 100-101).

[1] O Banco Mundial é uma instituição financeira multilateral, integrado/composto por diversas agências, entre elas, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Associação Internacional de Desenvolvimento – AID. Tal organização foi criada em 1944, na Conferência de Bretton Woods, e teve sua fundação vinculada ao Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo ambas instituições frutos da preocupação dos países centrais com uma nova ordem internacional no pós-guerra, sobretudo no tocante a uma maior estabilidade econômica mundial, de forma a propulsionar o crescimento e evitar crises. (adaptado de TOMMASI; JORGE; HADDAD, 2000)

Tais propostas têm influenciado a gestão de redes e unidades de ensino, bem como a elaboração, organização e aplicação de políticas sociais, em especial educacionais. Ou seja, a influência de organismos internacionais de financiamento levaram a uma reforma educativa que trata a educação como mediação para o desenvolvimento econômico pela formação de capital humano.

A educação passa a ser peça central para o desenvolvimento humano e, em contrapartida, a perspectiva economicista passa a figurar na agenda de debates e reformas no campo da educação, agora encharcado por uma perspectiva econômica e de co-relação entre a prática pedagógica formal e o mercado.

Pois (CORAGGIO, 2000: 102):

> *Para enquadrar a realidade educativa em seu modelo econômico e poder aplicar-lhe seus teoremas gerais, o Banco* [Mundial] *estabeleceu uma correlação (mais do que uma analogia) entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de serviços, entre relações pedagógicas e relações de insumo-produto, entre aprendizagem e produto, esquecendo aspectos próprios da realidade educativa*.

Assim, o agudo debate em torno da Reforma Educativa enquanto um dos veios das reformas sociais mais amplas características do período, também balizou a década de 1990.

No Brasil, a reforma na área educacional foi assinalada por meio de leis, planos e decretos, com relevo para o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e o Plano Nacional de Educação (2001).

A década de 1990 no município de Passo Fundo/RS

O alvorecer da década de 1990 traz novos tempos e os tempos eram, seguramente, de reformas na área da educação.

Entre a década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, são divulgados entusiasticamente aqui no Brasil, os estudos psicopedagógicos baseados nas idéias de Piaget e Vygotsky, estudos que defendiam o processo de ensino-aprendizagem em uma perspectiva mais inovadora do que as idéias e ideais da escola tecnicista ainda em voga. É o advento do chamado 'movimento construtivista', que entra em cena contestando as práticas pedagógicas de abordagens superficiais, envolvendo o apelo à memorização pura e simples dos conteúdos, não raras vezes desconectados do cotidiano, sendo a escola vista como uma 're-passadora' de conteúdos.

A década de 1990 também nasce sob o impacto da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990 e que vai desembocar, no Brasil, na construção do Plano Decenal de Educação Para Todos, datado de 1993.

Tal Plano materializou o alinhamento do Brasil às premissas de Jontiem; definiu a educação como tema central na agenda de desenvolvimento do país; demonstrou a boa-vontade brasileira na definição de políticas coadunadas com as diretrizes de órgãos como o Banco Mundial, pois "com esse plano o Brasil traçava as metas locais a partir do acordo firmado em Jontiem e acenava aos organismos multilaterais que o projeto educacional por eles prescrito seria aqui implantado" (SHIROMA et al., 2002, p. 62); além de defender a educação como via de acesso aos 'códigos de modernidade', que segundo Shiroma et.al.(2002: 64). seriam as capacidades

> *...requeridas para o manejo das operações aritméticas básicas, a leitura e compreensão de um texto escrito, a comunicação escrita, a observação, descrição e análise crítica do entorno, a recepção e interpretação das mensagens dos meios de comunicação modernos e participação no desenho e execução de trabalhos em grupo*

Outro olhar inaugurado pela década de 1990 diz respeito a infância e a adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990 -, introduz mudanças significativas em relação à legislação anterior, o chamado Código de Menores, instituído em 1979. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, desafiando administrações públicas em diferentes níveis a implementarem políticas públicas especialmente dirigidas a esse segmento.

A década de 1990 ainda é assinalada, aqui no Brasil, pela prática de avaliações externas de redes e sistemas de ensino:

> *Nos anos finais da década de 1980 registra-se a primeira iniciativa de organização de uma sistemática de avaliação do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional. Esta sistemática é denominada pelo Mec, a partir de 1991, de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB toma como um dos indicadores da avaliação o desempenho em provas de uma amostra de alunos do ensino fundamental e médio, de todas as Unidades Federadas* (SOUZA; OLIVEIRA, 2003: 880).

No município examinado, o início da década trouxe a ênfase no controle externo e na comparação/competição entre as escolas da rede; causa e efeito da preocupação crescente com a aferição da qualidade do ensino.(Ata no. 37/95, de 20/12/95).

As ações e políticas objetivavam reverter o quadro de reprovação nas escolas municipais, buscando consolidar um perfil de qualidade para a rede municipal de ensino, sobretudo através do fomento à competição entre as unidades educativas (Ata no. 34/95, de 04/10/95). Contudo, nenhum outro tema é mais latente e característico da década de 1990 no município em foco quanto as avaliações externas (Ata no. 09/93, de 04/08/93).

Peça central dos mecanismos de controle estatal sobre o produto da escolarização, a avaliação externa foi alvo dos mais ferrenhos ataques à política educacional organizada no município de Passo Fundo na primeira metade da década em questão. Criticado sobretudo por deslocar o foco de atenções dos processos para os produtos (SOUZA; OLIVEIRA, 2003), a avaliação externa – também no caso em estudo -, tratou de verificar o produto da ação da escola, certificando sua qualidade.

Por outro lado:

> *... a avaliação legitima "valorações" úteis à indução de procedimentos competitivos entre escolas e sistemas para melhorar pontuações nos rankings, definidos basicamente pelos desempenhos em instrumentos de avaliação em larga escala. Tal competição é garantida pela associação entre desempenho e financiamento, podendo redundar em critérios para alocação de recursos, que incidem, até mesmo, em remunerações diferenciadas dentro de sistemas de ensino que até a pouco trabalhavam com a noção de remunerações isonômicas...* (SOUZA; OLIVEIRA, 2003: 876)

Basicamente, a avaliação externa no contexto em estudo era justificada com base na qualidade e cobrança de resultados, argumentos que expressam

> *... uma concepção acerca do papel do Estado na condução das políticas educacionais. Ao que parece, a questão central nesta proposta não é a de buscar subsídios para intervenções mais precisas e consistentes do poder público, ou seja, uma análise das informações coletadas para definição e implementação de políticas para a educação básica, mas sim difundir, nos sistemas escolares, uma dada concepção de avaliação, que tem como finalidade a instalação de mecanismos que estimulem a competição entre as escolas, responsabilizando-as, em última instância, pelo sucesso ou fracasso escolar* (SOUZA; OLIVEIRA, 2003: 881).

Entretanto e a despeito das críticas, o exame possível acerca desta matéria não pode fugir de dois comentários: a) a emergência da regulação avaliativa se deu no percurso da configuração de um novo paradigma de gestão educacional: os testes de aprendizagem em larga escala como subsídios para ações e políticas no campo da educação, tão utilizados hoje pelos distintos entes federados (tripé avaliação – informação – ação). A estranheza causada pela aplicação dos testes padronizados no município foco de estudos tinha como origem o pioneirismo da aplicação deste modelo e, b) a tão combatida avaliação externa foi a gênese de uma nova cultura nas escolas públicas municipais de Passo Fundo, cultura esta impregnada

por valores de majoração e potencialização do perfil dos docentes da rede (no que tange ao aspecto competência), e do abandono do discurso diminutivo: 'coitadinha da professorinha que dá aulinha na escolinha' - incapaz de fazer algo em face do contexto -, uma cultura que gerava um modelo de vitimização, auto-comiseração e conformação. A partir da avaliação externa a rede foi colocada à prova, exposta, desvelada...

Não é possível ainda, descolar os testes padronizados encetados pela Secretaria Municipal de Educação na início dos anos 1990, de uma tendência vislumbrada em diversos níveis da administração pública em todo o país e por diferentes partidos políticos: as **avaliações externas enquanto via de regulação estatal da educação**, tendência que se consolidou nos anos posteriores, sendo mesmo uma das mais efetivas políticas públicas para o campo da educação nos dias atuais.

Trata-se do embrião do estado avaliador e da "cultura do desempenho"(SANTOS, 2004: 1151) , tão aplaudida contemporaneamente (SANTOS, 2004: 1151):

> *Os diferentes e reiterados tipos de críticas aos chamados "ineficientes sistemas burocráticos de governo" deram abertura e legitimidade à penetração crescente de uma nova lógica de administração derivada do setor privado. Essa nova lógica lentamente vai introduzindo formas, muitas vezes bastante sutis, de privatização, mas seu elemento-chave é a análise de desempenho de pessoas e de instituições. A garantia da implementação de políticas, que se estruturam e se desenvolvem com base na cultura do desempenho, é assegurada pela criação do Estado avaliador.*

Já os anos finais da década de 1990 desenharam-se no campo educacional, sob o impacto de três eventos: a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o relatório Jacques Delors e a proximidade (quase) 'mítica' do final do milênio.

Os anos subseqüentes à homologação da LDB 9.394/96 foram marcados por uma intensa mobilização dos educadores no estudo de tal lei (CADERNOS de Reflexão I, 1999), sobretudo nos aspectos tocantes à sua exeqüibilidade (jurisprudência).

Tal contexto provocou nos educadores a ânsia por formação continuada, tanto na perspectiva de apropriação do texto legal, quanto para dar conta de temas e situações até então pouco discutidas em redes e unidades educativas, como: o Projeto Político-pedagógico (que apesar de não ser 'novidade', com a LDB fica expressa sua obrigatoriedade); a articulação das unidades educativas com a comunidade, e todos os demais temas atinentes a estas novas possibilidades: discussões de currículos, planos de estudos, recuperação, problemas de aprendizagem... (Atas no. 59/97, de 18/04/97 e 55/97 de 27/02/97).

Neste sentido, foi feita uma opção política assentada na percepção de que é preciso respaldar o professor para que ele se construa profissionalmente ao longo da carreira, e não

apenas com a formação inicial (CADERNO Propostas e Ações, 2000).

O Relatório Jacques Delors – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, sob o título "Educação: um tesouro a descobrir" –, iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996, toma o cenário da globalização das relações econômicas e culturais e o transforma no palco que reconfigura o papel da educação.

Tal relatório, publicizado e publicado no Brasil seqüencialmente a LDB de 1996, foi a "obra-referência" para educadores comprometidos com os novos 'ares' educacionais que vinham no bojo da então nova lei e da proximidade do final do século XX e do 2º milênio.

Isto porque o relatório Jacques Delors delineava o papel que a educação deveria assumir no século XXI, sobretudo diante das demandas emergentes, pois no relatório (SHIROMA et al, 2002: 66):

> *... a educação é apresentada como um 'trunfo para a paz, liberdade e justiça social', capaz de favorecer um 'desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico' e apta a fazer 'recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerra'. Cabe, assim, à educação responsabilizar-se pelo desenvolvimento humano sustentável, pela compreensão mútua entre os povos, pela vivência concreta da democracia, levando em consideração os valores e preocupações fundamentais 'sobre os quais já existe consenso no seio da comunidade internacional e no sistema das nações unidas: direitos humanos, tolerância e compreensão mútua, democracia, responsabilidade, universalidade, identidade cultural, busca da paz, preservação do meio ambiente, partilha de conhecimento e luta contra a pobreza, regulação demográfica.*

Em amplos traços, este novo conceito de educação é estabelecido a partir de quatro tipos de aprendizagens: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver junto.

Esses três eventos contribuíram para uma pré-disposição simbólica e mesmo uma expectativa de mudanças e inovações no cenário educativo.

A herança dos anos 1990... à guisa de uma conclusão

No município foco dos estudos, a década de 1990 foi marcada pela ênfase em avaliações externas; pela disseminação de práticas de intervenção no cotidiano escolar, como a formação docente continuada; pela consolidação da perspectiva construtivista enquanto eixo de políticas voltadas para prática pedagógica; além da prevalência da perspectiva economicista de racionalização de recursos humanos e financeiros.

Outro ponto fundamental para entender os anos 1990 no município estudado é a configuração de plasma do mesmo aos movimentos e reformas educacionais encetadas em

diferentes níveis. Todos os processos, ações e políticas contextuais da década tiveram reflexo na forja das políticas educacionais no município de Passo Fundo/RS.

Na primeira metade da década a ênfase recaiu sobre uma lógica coerente e coadunada com as idéias manifestas em nível macro, forjando um discurso consistente, embasado na perspectiva economicista de racionalização de recursos humanos e financeiros.

A perspectiva economicista introjeta valores do mercado me outras esferas, introduzindo na lógica da educação princípios como concorrência e indicadores de desempenho (CORAGGIO, 2000).

É possível destacar ainda dois fenômenos: o órgão administrativo como responsável direto pela condução da rede; e avaliações externas como fomento para a melhoria qualitativa do ensino, via cobrança de resultados.

Já na segunda metade da década o contorno mais nítido foi o fortalecimento - em se tratando de políticas, projetos e ações para a rede municipal de ensino - de uma prática específica de intervenção na docência: a formação continuada de professores sendo que, de maneira geral as ações formativas pautaram-se na crença de que a melhoria qualitativa de uma rede de ensino dá-se, em boa parte, pelo desenvolvimento profissional dos que nela trabalham.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalsimo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 09-23.

BURBULES, N. e TORRES, C. A (eds.) *Globalização e Educação – perspectives críticas.* Porto Alegre : ArtMed, 2004.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Lívia de; JORGE, Miriam; HADDAD, Sérgio. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, R. P. de; ARAUJO, G. C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, jan./abr. 2005, no.28, p.5-23.

SANTOS, L.L. de C. Formação de Professores na Cultura do Desempenho. *Revista Educação & Sociedade***.** Campinas, v. 25, n.89, p. 1145-1157, set/dez. 2004.

SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. M de. EVANGELISTA, O. *Política Educacional.* 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, S. Z. L. de; OLIVEIRA, R. P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação e Sociedade*, vol.24, no.84, p.873-895, Campinas: setembro de 2003.

TOMMASI, L. de; JORGE, M.; HADDAD, S. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Fontes documentais

CADERNOS de Reflexão I - Projeto Educação Formal e Periferia. Vol. I: Passo Fundo: UPF, 1999.
CADERNO Propostas e Ações. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Secretaria Municipal de Educação, gestão 1997-2000, 2000.
LIVRO DE ATAS das reuniões entre a Secretaria Municipal de Ensino de Passo Fundo e a equipe diretiva das escolas da Rede Municipal de Ensino, 1992 – 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Famílias, Casamentos e Mestiçagens no Recife Colonial

Gian Carlo de Melo Silva*

Resumo: O presente estudo é parte de uma pesquisa maior em que buscamos entender o processo de mestiçagem em que vivia a sociedade recifense no final do século XVIII, por meio da formação de famílias legitimadas e originadas no "santíssimo sacramento do matrimônio". Utilizando como fonte assentos de casamento encontrados na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife, observamos uma variedade enorme de pessoas das mais diversas localidades, dentro dessa pluralidade colorações somáticas de origens, portugueses, africanos e brasileiros. A freguesia se revela emblemática na compreensão de uma coletividade, que encontra-se residindo na fronteira entre o porto e o acesso para o interior da capitania congregando nesse cotidiano, diversas misturas étnicas e culturais.
Palavras – Chave: Família, Casamento, Sociedade.

Abstract: The present study is part of a bigger research where we search to understand the mestization process at the recifense society in the end of century XVIII lived by means of the formation of families legitimated and originated in "santíssimo sacrament of the marriage". Using as source seats of marriage found in the First Church of the Santíssimo Sacrament of Saint Antonio of Recife, we observe an enormous variety of people from the most diverse localities, inside of this plurality somatic colorations of origins, Portuguese, Africans and Brazilians. The clientele if discloses emblematic in the understanding of a collective, that meets inhabiting in the border between the port and the access to get in the captainship congregating in this daily one, diverse ethnic and cultural mixtures.
Key-Words: Family, Marriage, Society.

...O traço europeu
Alma e raça africana
Que tanto sofreu
Se misturou com sabor imigrante
Deixando heranças culturais
Incomparável mistura, só aqui se faz
Brasil arte numa tela multicor...[1]

O Casamento e a Mestiçagem

O casamento católico foi inserido dentro dos objetivos de povoamento da coroa portuguesa visando garantir a posse do vasto território brasileiro, que já despertava o interesse

* Mestrando em História Social da Cultura Regional - UFRPE

[1]GILSINHO. Diniz, Mauro: Cavaco Ary do: Scafura, Junior: Cruz, Marquinhos de Oswaldo: Naldo.[Compositores].*In*: **Brasil marca tua cara e mostra para o mundo**.Gravadora Escola de Samba LTDA, 2005. 1 cd (ca. 77 min.49 s.) .Faixa 13 (5m. 43s.).

de outras nações, principalmente ingleses e franceses que se aventuravam nas terras portuguesas extraindo o pau-brasil.

Com a presença desses novos invasores, Portugal decidiu tomar posse do que era seu por direito, garantido pelo tratado de Tordesilhas. Dentre as principais iniciativas temos a partilha do território em diversas capitanias, que são cedidas para serem administradas por homens nobres do império português. O envio de famílias, além de garantir a presença da coroa foi algo estratégico, pois, ao trazer sua família seria uma garantia de fixação desses homens e a partir deles outros também viriam povoar o Brasil funcionando assim como um atrativo para novos colonos.

Entretanto, não foram somente famílias formadas que desembarcaram aqui no nosso passado colonial, muitos homens solteiros, aventureiros, ou que tinham abandonado mulher e filhos na Europa encontram nos braços das índias o conforto e os prazeres do corpo e nesses contatos de pessoas com culturas e origens diferentes surgem os *mamelucos*, que segundo Zacarias Wagner era possível encontrar formosos e delicados tipos, quer de homens quer de mulheres (WAGNER, *apude* COSTA, 1983, p.200), e num local onde a falta de mulheres brancas para casar era algo constante.

A ausência dessas mulheres fez com que as índias ou suas filhas passassem a ser alvo do desejo dos portugueses para suas esposas legítimas, dando início à formação de uma nova família, composta a partir do contato de culturas, religiosidades, crenças e somatismos díspares inventando uma das bases da sociedade brasileira, a família mestiça. Entretanto é necessário pensar também que Portugal tinha uma população numericamente pequena, se fosse depender apenas de portugueses para a execução do projeto colonizador o mesmo falharia. Assim, a conversão dos mamelucos e pardos a este projeto foi fundamental.

Mestiçagem que se processou num contexto de dominação, da cultura que se dizia civilizada, contra atrasada, mas que gera um processo de miscigenação singular em todo mundo, que se torna mais complexo com a chegada do homem negro vindo da África para viver sob a égide da escravidão.

Não foi somente através dos relacionamentos ocorridos nas matas e nos lugares ermos do cotidiano colonial que o contato entre homens e mulheres ocorreu de forma mais "quente", dando continuidade a essa mistura de corpos e que nos faz ser tão mestiços. Existiram contatos dentro das casas, nos engenhos e também nas famílias que se formavam, legítimas aos olhos de Deus, ou somente aos olhos dos homens, seja com as índias já possuidoras de ½ do sangue "civilizado" ou com as negras que viviam como escravas.

No processo de mistura veremos a Igreja e o Estado tentando combater o pecado em que vivam alguns homens e mulheres. Foi nesse contexto que o casamento se inseriu como a forma de salvação dessas almas pecadoras, garantindo assim, a legitimação da família na sociedade e conseqüentemente o povoamento, além da propagação da fé católica numa união constituída aos olhos de Deus com as bênçãos do reverendo padre. Casamentos entre índios ou portugueses com mulheres negras, crioulas, brancas, pardas, mamelucas, ou como foram denominados, todos em alguma medita se misturaram, formando uma nova gente, um novo povo, mestiço desde sua invenção.

O Nascimento de uma Criança

No ano de 1799 uma parteira e talvez algumas outras mulheres que pudessem ajudá-la estavam reunidas na casa de uma certa Zeferina Barboza,[2] que encontravasse em trabalho de parto e consegue trazer ao mundo o fruto de seu ventre, a pequenina Jacinta, uma menina parda que nasce próximo ao início de um novo século em que grandes transformações atingiram o Brasil e Pernambuco, que foi marcado por revoltas e insurreições em busca de liberdade, a independência de política do Brasil diante de Portugal e o alvorecer do Império Brasileiro.

Sendo esse o cenário que estava reservado para Jacinta, não sabemos se ela conseguiu sobreviver às intempéries da fase dos cueiros, mas um fato é certo, Jacinta não pode ser incluída no grupo dos pardos desafortunados pelo destino que nasceram fruto de relações mal vistas pela moral, da Igreja e da sociedade como o concubinato ou amancebamento onde muitas crianças, frutos desses relacionamentos caíram nas malhas da escravidão.

Buscar entender quem era essa mãe nos fez ir além do que pretendíamos. Primeiramente temos que começar nossas observações a partir do continente africano, dentro das terras que forneciam mercadoria humana para os mercados de compra dos escravos espalhados no mundo, que foram explorados pelos portugueses e outros povos principalmente a partir da formação de laços com a nobreza de várias regiões da África, o que facilitou o comércio de escravos para as colônias americanas (SOUZA, 2006, p.114-135).

A vinda de Zeferina para cá, desde de sua possível captura pelos atravessadores de escravos na África nos leva a refletir um pouco de como se dá esse fluxo de gente, trazidos dentro de navios para atender a demanda de força humana necessária para a exploração das

[2] Arquivo da Matriz de Santo Antônio do Recife (AMSAR) - Livro de Batismo 1800, assento. p. 352.

terras, cultivo das lavouras, tendo suas energias sugadas dentro do sistema escravocrata visando atender aos lucros dos senhores que cresceram a partir do século XVIII no Brasil.

Voltemos ao nascimento da pequena Jacinta, que era filha de mãe preta, uma ex-malunga [3](CARVALHO, 2001, p.186), que provavelmente procuraria uma união com algum homem vindo de sua terra, da mesma origem, língua e costume, algo que facilitaria sua adaptação e posterior sobrevivência dentro da escravidão. [4]

Partindo de uma perspectiva, na qual os escravos não foram tão submissos aos seus senhores nem ao sistema como um todo, pesquisas conseguem identificar mulheres negras, escravas que usavam a sedução, o poder e fascínio que exerciam entre os homens para auferirem meios que facilitavam a melhoria de vida, sua sobrevivência dentro da escravidão, comprando sua liberdade ou simplesmente possuindo bens e utensílios que eram privilegio de uma minoria.[5] Muita "negrinha" conseguiu despertar a ira de suas senhoras, das esposas dos homens com os quais mantinham relações e vitimadas devido ao ciúme incontrolável e vingativo tiveram partes de seu corpo arrancado, algumas chegando até a serem mortas. (FREYRE, 1999b, p.337).

Nesse contexto nos perguntamos em que grupo se enquadraria Zeferina Barbosa? Teria sido essa mãe, mais uma escrava que usou do seu corpo para conseguir vantagens com o seu senhor, vivendo de portas adentro e desse relacionamento nasceu mais uma mestiça?

Ao tentar reconstruir a história de Zeferina podemos afirmar que ela era uma mulher solteira no início do ano de 1799, moradora da freguesia de Santo Antônio do Recife, ladeada pelas águas do Capibaribe e que era passagem quase obrigatória para as terras continentais propriamente ditas (CARVALHO, 2001, p. 39); ao ser mãe era uma mulher forra, tendo sido seu último e talvez único senhor um certo Antonio Fagundez.

Zeferina inseriu sua filha na religião católica, batizando-a com menos de 20 dias de nascida e em bom estado de saúde, já que foi a mãe e não a parteira quem levou a criança

---

[3] Ser um malungo significava uma forma de solidariedade com outros africanos construída na travessia da África para o Brasil, segundo Marina de Mello essa foi a primeira relação sólida desenvolvida pelos africanos e que possibilitou uma nova maneira de se inserirem numa realidade diferente e de reconstruírem um mundo para si. (SOUZA, 2006, p.148). Assim, ao nos referirmos a Zeferina como uma ex-malunga tentamos resgatar toda uma carga de solidariedades que ela pode ter feito parte, além do processo de reformulação de sua identidade que começa já a partir do momento em que ela passa a ser originária da "Costa da Mina" perdendo todo um referencial de raiz e local de origem, de nascimento, para fazer parte de uma região muito ampla da costa africana.

[4] Ainda não existem estudos para Pernambuco que identifiquem a ocorrência dos casamentos entre africanos dentro do próprio grupo de origem sendo este um campo de pesquisas a ser desbravado na historiografia local.

[5] Algumas mulheres escravas conseguiram comprar sua liberdade através da prostituição e algumas escravas de ganho por meio da venda de sues produtos ou do contrabando na região da minas. (Cf. FIGUEIREDO, 1993: p. 34 *et seq*.)

na igreja para receber os "santos óleos", [6] sendo mais uma alma introduzida no seio da religião católica tão presente no Brasil desde o começo de sua colonização e que tinha no batismo uma das necessidades para o fiel católico.

O gesto de batizar a filha revela uma familiaridade com o catolicismo e o que a inserção nos seus ritos poderia proporcionar. Essa mãe também pode ter sido batizada ao desembarcar na América, um dos primeiros atos no processo de desconstrução e reformulação da identidade dos africanos ao chegarem às novas terras, pois o fato de possuir um nome e sobrenome, comuns para o cotidiano colonial é um indicativo do mesmo. Talvez tenha adotado o Barboza do seu antigo senhor, já que esse era um costume entre os escravos algo que podemos observar como uma estratégia para conseguir alguma garantia de proteção ou mais uma marca que era imposta pelo dominador, distinguindo com seu nome a sua propriedade, todavia no caso de Zeferina não conseguimos encontrar o nome completo do proprietário que lhe concede alforria não sendo possível ratificar esta possibilidade.

Depois de traçarmos um pouco da história da mãe de Jacinta, os possíveis caminhos pelos quais passou e percorreu ao longo de sua jornada desde a África até a freguesia de Santo Antônio do Recife ainda existe outro lado que precisamos tentar responder, afinal o cromatismo da menina Jacinta ainda não foi respondido, quem é a outra metade do cruzamento.

Sendo o produto final dessa síntese, a parda Jacinta, encontramos no outro lado de sua origem Nicolau Maria Pereira Santiago, que igualmente a Zeferina era morador da freguesia de Santo Antônio do Recife e não tinha seu local de nascimento na mesma freguesia, mas sim na de Santa Cruz do Castelo, localizada nos arredores da cidade de Lisboa em Portugal, próximo ao rio Tejo e as atuais freguesias do Castelo e de Santiago.

Acerca do nosso português não conseguimos rastrear nenhum passaporte que o autorizava vir para o Brasil, nem de seu pai, já que poderiam ter vindo todos juntos, entretanto constatamos que Nicolau não veio para a capitania de Pernambuco ainda criança acompanhando seus pais, pois ao ser dispensado dos banhos de sua origem, no caso Lisboa, não alegou ter vindo de "menoridade" para freguesia de Santo Antônio do Recife.

Nicolau Maria era um homem que tinha pais e mães vivos, ao menos até a data de 26 de junho de 1799, só não sabemos onde estavam, em Lisboa, na freguesia de Santa Cruz do Castelo ou em Santo Antônio do Recife. Esse dia marcou as vidas de Zeferina e Nicolau, pois ambos comparecem a Igreja de Santa Rita, localizada na freguesia e recebem as 19:00

[6] Ao analisar os batismos da Matriz de Santo Antônio percebemos que as parteiras estavam presentes nesses assentos quando a mãe ou a filha estava correndo risco de morte, algo que não ocorreu com Jacinta e sua mãe Zeferina.

horas a bênção do padre Manuel Pereira Camello, que os consagra marido e mulher perante Deus e a sociedade.[7]

Sendo testemunhas desse ritual Bernardo Pereira da Sylva e Jozé Tavarez, homens que certamente entendiam muito bem o que estavam testemunhando, por já serem casados e talvez escolhidos de modo pensado para o enlace dando maior crédito aos nubentes a ao ritual de seu matrimônio, algo que pode ser justificado pela não presença das mesmas testemunhas em casamentos ocorridos no mesmo ano nas diversas igrejas da freguesia. Homens conhecidos, casados e moradores da mesma freguesia, que ao testemunharem tal enlace, dão ao mesmo à credibilidade que um casamento necessitava para ocorrer .

Tendo o mútuo consentimento dos nubentes e a presença das testemunhas necessárias para validar o casamento, no dia 26 de junho estava sacramentada a união de um lusitano com a africana que se conheceram no cotidiano colonial da Vila do Recife, formaram uma família reconhecida e que se enquadravam nos moldes ditados pela moral da sociedade.

Agora que conseguimos traçar parte da história não só da pequena Jacinta, mas também de seus pais podemos entender a "pardialidade" de sua pele. Entretanto um dado curioso nos chama atenção quando juntamos os assentos de batismo e casamento que envolve a família Santiago Barboza, ao observarmos o dia de nascimento de Jacinta e das núpcias de seus pais existe uma proximidade muito grande. Sabemos como foi dito anteriormente que a pequena Jacinta era uma criança saudável ao nascer pelas pistas que o documento deixa escapar, sendo assim ela não era prematura.

Com esse indício da boa saúde da criança e o pouco tempo que separa a união dos pais de Jacinta e seu nascimento, quase sete meses, cogitando que a pequena nasceu no tempo normal de uma gravidez verificamos que Zeferina, a escrava forra e africana da Costa da Mina casou grávida, com aproximadamente 90 dias de gestação.

Difícil imaginar que uma gravidez, possivelmente indesejada, pudesse acabar de forma tão surpreendente para uma mulher como Zeferina, depois de todas as intempéries pelas quais passou conseguiu formar uma família constituída legitimamente no limiar do século XIX em pleno regime escravocrata. Não queremos elevar nossa família mestiça em exemplo único de formação familiar "exótica", mas mostrar que existiam possibilidades, as brechas dentro do próprio sistema que não relegava a todos o mesmo destino, principalmente para as mulheres negras. Talvez Zeferina tenha tido sua alforria comprada pelo seu futuro marido antes do casamento, para assim poder ter uma esposa livre e por inteiro.

[7] Arquivo da Matriz de Santo Antônio do Recife (AMSAR) - Livro de Casamento 1799, assento. p. 54.

O que pensou a sociedade ao se deparar com uma família como esta? Os preconceitos com relação ao negro eram tão fortes a ponto de uniões entre "elementos" diferentes não se unirem, vivendo numa promiscuidade tolerável? O que levou Nicolau a assumir um relacionamento com uma ex-escrava, que não era crioula ou parda, mas sim negra africana? Muitas questões envolvendo a trama social e o íntimo dos nubentes, o amor, o desejo, as estratégias e táticas usadas dentro e fora do relacionamento para alcançar o matrimônio ficam sem respostas pelas delimitações dos documentos e dos destinos de nossos personagens.

O nascimento de Jacinta no Recife colonial é um entre tantos outros exemplos de uniões que deram origem a frutos mestiços, dando continuidade à mistura que começou no início da colonização com a chegada dos primeiros europeus e se processou durante muitos anos e existe até hoje, e como diz o trecho do samba citado em nossa epígrafe, *só aqui se faz Brasil arte numa tela multicor,* multi pelas misturas, pelos resultados finais das sínteses que Bomfim nos escreveu no início do século XX, um misto eclético de cores, formas e traços físicos, de genética que forma um povo tão singular.

Referências

AHU - Avulsos de Alagoas. Cx. 01, Doc. 34, 1726.

AMSAR - Livro de Casamento 2. ano de 1799.

AMSAR - Livro de Batismo 3. ano de 1800.

Sonoro:

GILSINHO. Diniz, Mauro: Cavaco Ary do: Scafura, Junior: Cruz, Marquinhos de Oswaldo: Naldo.[Compositores]. *In*: **Brasil marca tua cara e mostra para o mundo**.Gravadora Escola de Samba LTDA, 2005. 1 cd (ca. 77 min.49 s.) . Faixa 13 (5m. 43s.).

Bibliografia:

ANASTACIA, Carla Maria Junho & PAIVA, Eduardo França. (Orgs) **O Trabalho Mestiço**: Maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI a XIX. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001. 353 p.

_____. *De Portas Adentro e de Portas Afora: Trabalho Doméstico e Escravidão no Recife, 1822-1850*. *In*: **Revista Afro-Ásia** Vol.29/30, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2004. 954 p.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos** 1795 – 1817. Recife, FUNDARPE. 1984.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento** – Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de janeiro: Nova fronteira, 1998. Coleção Histórias do Brasil. 432 p.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste** –Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 5º edição. Rio de janeiro: José Olympio; Recife: FUNDARPE, 1985 a. 203p.

_____. **Casa-Grande e Senzala** – Formação da família Brasileira sob o regime da economia Patriarcal. 36º edição. Rio de Janeiro: Record ,1999 b. 569 p.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA. **Documentos para História do Açúcar**. Vol. I. Legislação (1534-1596). Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1954.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Negra**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial** – A Mulher no Imaginário Social Mãe e Mulher, Honra e Desordem Religiosidade e Sexualidade. São Paulo: Contexto. 2003. 95 p.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia**. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2001. 285 p.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

REYCEND, João Baptista. **O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez**: dedicado e consagrado aos Excell. e Rev. Senhores Arcebispos, e Bispos da Igreja lusitana. Tomo I e II. Lisboa: Officina Patriare de Francisco Luiz Ameno. 1781

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista**: História da coroação do Rei do Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 387 p.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados:** Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1997. 363 p.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da**. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**, Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de Junho do ano de 1707. São Paulo: Typografia de Antonio Louzada Antunes 1707.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Regularização Fundiária e Patrimônio da União na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro

Maria Sarita Mota*

Resumo: Os processos de regularização fundiária revelam conflitos de diversas naturezas e permitem identificar uma grande diversidade de situações relativas à posse e propriedade da terra. As explicações para as dificuldades encontradas na implementação dos atuais programas governamentais recorrem à história fundiária, a inadequação das leis, aos agentes privados, etc. Soma-se à complexidade do problema a incapacidade do poder público de fiscalização e implementação da legislação urbanística e fundiária. Essa comunicação analisa, especificamente, ações voltadas para a solução dos conflitos pela terra, que envolvem posseiros em terrenos de marinha no entorno da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, localizada na zona oeste do Município do Rio de Janeiro.

Palavras chaves: Regularização Fundiária; Patrimônio da União; Rio de Janeiro.

Abstract: The processes to legalize the land possession reveals strifes of several natures and alouds to identify a large variety of related situations that belong to it. The explanation for such dificulty found at the implementation of the actual goverment schemes lies on the history of land possession, on the inadequacy of the laws, on the private agents, etc. Also adding up to the complexity of this problem, is the incapacity from the public control sector and urban/land possession implementation of the legislation. This communication analyses, in particular, the actions for land conflicts solutions that implicates illegal land owners at the marine terrains around the Biological and Archaeological Area of Guaratiba, located at the west zone of the Rio de Janeiro county.

Key words: Land possession legalization, Union's patrimony, Rio de Janeiro.

Introdução

O presente trabalho aborda a questão da regularização fundiária urbana e a problemática da exclusão social intensificada por demandas judiciais que tentam negar o direito à propriedade a populações de baixa renda residentes em áreas dominiais da União. Analisa, particularmente, a ocupação da área do entorno da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba localizada na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Mostra que os processos de regularização fundiária revelam conflitos de diversas naturezas e permitem identificar uma grande diversidade de situações relativas à posse e propriedade da terra, com

* Doutoranda do CPDA/UFRRJ.

impactos diferenciados sobre a cidade e o acesso à moradia. Modo geral, as explicações para as dificuldades encontradas na implementação dos atuais programas governamentais de regularização fundiária recorrem à própria história fundiária do Brasil, a inadequação das leis, aos interesses de mercado que, como se sabe, impõe problemas ao ordenamento jurídico da sociedade. No entanto, observamos que parte das dificuldades práticas decorre tanto da legislação urbanística que, como matéria concorrente, requer ações conjuntas dos entes federativos, quanto pela singularidade de cada ocupação irregular. A solução frente às dificuldades tem sido a flexibilização da legislação. Em relação à propriedade da União o problema torna-se mais complexo. E, neste estudo de caso, trata-se ainda da difícil tarefa de tentar compatibilizar o direito à moradia com a preservação ambiental e a própria manutenção da propriedade pública.

Conflitos fundiários em uma área de preservação ambiental

A Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba compreende uma área de aproximadamente 2.800 hectares e está compreendida no litoral nordeste da Baía de Sepetiba, abrangendo terrenos de marinha que são parcialmente ocupados pelo Ministério do Exército e outros órgãos públicos. Atualmente, o Exército divide com a Fundação Instituto Estadual de Floresta a fiscalização da Reserva, para que se evitem danos ao patrimônio público inibindo práticas de aterros, desmatamentos e novas construções próximas aos manguezais. A Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no § 1º do Art 10 diz que "a Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei". Na região em questão, as situações envolvendo o patrimônio público e o patrimônio da União se sobrepõem. É preciso um estudo para conhecer cada tipo de propriedade bem como o regime jurídico específico para a intervenção nessas propriedades. Recorrendo ao Código Civil, o Art 66 classifica os bens públicos em *bens de uso comum*, *bens de uso especial* e *bens dominicais*. Os *bens de uso comum* destinam-se a coletividade; os *bens de uso especial* destinam-se ao uso específico dos entes federativos e os *bens dominicais* constituem o patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e das autarquias e podem ser alienados. Devem ainda ser registrados, mantidos e conservados pela administração pública em perfeitas condições. Os *bens de uso comum* constituem o patrimônio de domínio público e também devem ser administrados pelo poder público evitando assim que se transformem em propriedade privada.

Como Unidade de Proteção Integral, a prioridade é manter a conservação ambiental da Reserva Biológica sem interferência humana direta, mas o Exército não consegue resolver o problema da ocupação irregular. Desde fins da década de 1970 a União tem movido várias ações possessórias contra os ocupantes. Invariavelmente, a justificativa dos moradores nos processos em que são réus era de que estavam na posse desde os anos 1950 e, em alguns casos, há mais de cem anos, portanto, anterior a data da criação da Reserva de Guaratiba, ocorrida por Decreto Estadual nº 7.549, de 20/11/1974. O argumento principal da União nas inúmeras ações de reintegração de posse que estamos acompanhando (julgadas e/ou em andamento) está baseado no Decreto-Lei 9.760, de 07/07/1946, no seu Art 71: "O ocupante de imóvel da União, sem assentimento desta, poderá ser sumariamente despejado e perderá, sem direito a qualquer indenização, tudo quanto haja incorporado ao solo", e ainda sujeitos ao disposto nos artigos 513, 515 e 517 do Código Civil. Em alguns dos processos os advogados da União não apresentaram certidão da Secretaria do Patrimônio da União indicando o Registro Imobiliário Patrimonial. Neste caso, justificavam a ausência dos documentos baseados ainda neste decreto-lei que afirma que a Fazenda Nacional é a legítima proprietária originária dos terrenos de marinha e acrescidos, de acordo com toda a legislação colonial, imperial e republicana. Este argumento prevaleceu a favor da União nas decisões dos juízes de algumas varas federais no Rio de Janeiro. Neste caso, a utilização de instrumentos jurídicos antigos sobre os bens da União mostrou-se válida, ainda que necessitam de renovação. No que pese as terras da União, são bem conhecidos os problemas de demarcação, de apropriação indevida e toda a burocracia que cerca a gestão patrimonial. O Estado não pode desobrigar-se de cumprir o princípio constitucional da função sócioambiental da propriedade nem de reconhecer o direito social de moradia.

No entanto, quando os moradores recorrem da sentença (processos concluídos entre 2005 e 2006), a interpretação dos magistrados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base no artigo 505 do antigo Código Civil de 1916, determina que a posse em favor daquele que não tem domínio não impede a reintegração do terreno, mesmo que tenha sido ocupado em boa fé. Mesmo que o novo Código Civil não incorpore esse dispositivo, julgam que não se deve decidir pela posse em desfavor de quem possui o domínio do bem. No mais, a própria Constituição de 1988 tornou impossível a usucapião em coisa pública. Por outro lado, o argumento da Defensoria Pública tem sido o da não existência de relação contratual entre a União e o particular, o que impediria a citação do Art 71, pois todos estavam no caso de "posse velha". Além disso, o argumento da "função social da propriedade" mostrou-se bastante eficaz na defesa dos posseiros. Deste modo, em relação ao

direito à propriedade, a Constituição é citada para garantir a justiça social; já o Código Civil é citado para proteger a propriedade individual.

Há que se observar que o conflito ambiental não é o principal argumento da União nos processos. Os moradores são acusados primeiro de "invasão", de ocupação com casa edificando construções, prejudicando as atividades militares, penetrando no imóvel e efetuando depredações, tais como o corte e aterro dos mangues, lançamento de esgotos e poluentes nos cursos d'água. Em um dos processos o advogado da União fez menção ao conflito ambiental ao descrever o local como "zona especialíssima, onde se integram as atividades de defesa nacional, ciência e tecnologia e reserva biológica, de acordo com as disposições da Lei 4.771, de 15/09/1965, Código Florestal". Desconsidera-se a importância da área para o meio ambiente; e mesmo o papel do Exército como agente poluidor (através de atividades como aterramento de mangues e das áreas de sambaquis, que tiveram um impacto negativo sobre o ecossistema da região). Guaratiba representa inúmeras contradições relativas ao uso do solo. A regularização social que ora se implementa na região deverá priorizar tanto a preservação do meio ambiente quanto garantir padrões de sustentabilidade e qualidade de vida a população local.

Regularização fundiária de interesse social no Rio de Janeiro

A região de Guaratiba apresenta problemas sócio-espaciais complexos e requer um aprofundamento da utilização da legislação e dos instrumentos urbanísticos de regularização fundiária. A área aqui estudada é uma entre inúmeras outras existentes no país. Nisto reside sua importância.

O primeiro processo de regularização fundiária em terras da União na cidade do Rio de Janeiro ocorreu na Quinta do Caju, zona norte da cidade, com atuação conjunta do governo federal e da prefeitura. Incluída no Programa Favela-Bairro, a comunidade foi reconhecida em 1998 como Área de Especial Interesse Social (AEIS) e em 2004 passou a integrar o programa do Ministério das Cidades, denominado Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável - Papel Passado, coordenado pela Secretaria Nacional de Programa Urbano do Ministério das Cidades e executado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento. A área sofreu a ação de dois programas de regularização, um de âmbito federal e outro de âmbito Municipal. O programa federal permitiu o registro da área em cartório e na Secretaria do Patrimônio da União, favorecendo a individualização dos títulos dos lotes e sua transferência aos moradores.[1]

[1] Ver *site* do Ministério das Cidades: http://www.cidades.gov.br/media/TerrasdaUnioabrildo2007v.pdf

Face às reivindicações das associações de moradores, ao grave problema ambiental, a necessidade de inclusão social, a região da Barra de Guaratiba foi priorizada no Programa Nacional de Apóio à Regularização Fundiária, respeitando os preceitos instituídos, ou seja, para a regularização fundiária em terras públicas exige-se conformidade dos assentamentos informais com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e a Medida Provisória 2.220, de 04/09/2001. Deste modo, o tamanho do terreno não pode ultrapassar 250m; o tempo de ocupação deve ser de cinco anos e a natureza pacífica da posse deve ser confirmada.

Barra de Guaratiba e o patrimônio público

O bairro de Barra de Guaratiba está localizado na Área de Planejamento 5 (AP5) do município do Rio de Janeiro. Compreende a encosta do Maciço da Pedra Branca e a baixada de Guaratiba-Sepetiba. Praias, manguezais e uma restinga compõem a paisagem litorânea da região. A importância dos manguezais é inestimável. Consistem num ecossistema litorâneo resultante da transição entre o meio ambiente terrestre e o marinho. Os manguezais se situam no fundo da Baía de Sepetiba e estuários de rios como o Piracão e o Guandu. São áreas de reprodução marinha, berçário das espécies marinhas e abrigo de microorganismos. A região apresenta uma parte de mangue, com sua vegetação e fauna características, que acompanha a maior parte da estrada que corta o bairro. O manguezal vai aos poucos se misturando com o ambiente de restinga ao aproximar-se da Marambaia, região de propriedade das forças armadas. A área de mata que recobre a montanha se estende, em determinados locais, até o litoral.

Trata-se de uma área de preservação ambiental que apresenta uma das maiores faixas contínuas de Mata Atlântica do litoral brasileiro e que vem sendo alvo de disputas pela posse da terra desde a década de 1950. Com a instalação do polígono de Tiros da Marambaia em 1944 e abertura da Estrada da Barra de Guaratiba (atualmente Estrada Burle Max), a ocupação humana se intensificou e toda a região passou para o controle do Exército. Como vimos, em 1974 foi criada a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba. Os limites da Reserva incluíam as terras ocupadas pelo Exército, a Serra da Grota Funda e a faixa dos manguezais. No ano seguinte foi criado o Centro Tecnológico do Exército (Decreto nº 84.095, de 16/10/1975). Para a implantação do CTEx, uma extensa área de inestimável valor arqueológico foi soterrada. Também se instalaram nesta área a EMBRAPA (Lei nº 5851, de 07/09/1972) e em 1985 a EMBRATEL instalou um centro de comunicações. Juntos, estes órgãos formam o complexo científico e tecnológico de Guaratiba. Trata-se de uma área

circunscrita por vários interesses, marcadas por ocupações populares (favelamentos e invasões) que chegam até as encostas da Serra de Guaratiba, residências de veraneio, inúmeros restaurantes e as forças armadas.

A pesca sempre foi a principal atividade econômica da região que abastecia, regularmente, o Mercado Municipal da cidade. Até a década de 1940, o acesso à região fazia-se por via marítima. A viagem até a Praça XV era longa; durava em média dois dias em águas tranqüilas. As condições geográficas favoreciam a pesca que era sempre abundante naqueles tempos. São em geral pessoas de baixa escolaridade e que sobrevivem da pesca, do cultivo da banana ou dos serviços prestados pelos diversos restaurantes localizados ao longo da estrada. A origem desses restaurantes remonta as esposas dos pescadores que foram criando pequenos estabelecimentos à beira da estrada, primeiro vendendo frutos do mar; depois servindo refeições a base de peixe. Assim, surgiram as várias "tias" da região, ou seja, restaurantes como nome de mulheres cozinheiras que complementavam com esta atividade a renda familiar. O turismo no verão e o conseqüente aumento populacional contribuíram para que essas pequenas pensões expandissem e a região tornou-se parte do pólo gastronômico do estado. Já não se vê pescadores artesanais nem suas esposas cozinheiras nos restaurantes locais. A prática do arrendamento de terrenos tornou-se comum; proliferaram os restaurantes as margens da estrada, não raras vezes contando com gerência e administração profissionais. Como regulamentar a atividade comercial extrativista, a especulação imobiliária dos grandes proprietários da região, baseados em uma lógica formal e conservadora fundada no império da propriedade privada acima de qualquer direito, inclusive o do patrimônio da cidade?

Ações integradas para a promoção do direito à moradia

O direito a propriedade foi assegurado pela primeira vez, no Brasil, na Carta Magna de 1824, que garantiu o direito em toda a sua plenitude, ressalvando a possibilidade de desapropriação. Na República, a Constituição de 1934 avançou significativamente quando os legisladores introduziram o conceito de "função social da propriedade". Na evolução do conceito, a Carta de 1988, no inciso XXIII do Art 5º, contemplou a regra pela qual a "propriedade atenderá a sua função social". No texto, a função social da propriedade é um dos princípios fundamentais da ordem econômica. No art 182, no seu § 2º, lê-se: "A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor". E para o meio rural, no Art 186, dispôs outras condições que, não obstante o avanço social em relação à preservação do meio ambiente, juridicamente acabou por dificultar a reforma agrária em terras que não fossem as públicas. Por outro lado,

em relação à reforma urbana, o argumento da função social tem sido usado por juízes progressistas em favor das classes populares que pleiteiam direitos de moradia. No que pese a existência de várias legislações, é importante observar a nova competência atribuída ao Plano Diretor obrigatório para as cidades de mais de vinte mil habitantes. Deste modo, destaca-se o papel da municipalidade nos programas de regularização fundiária. Ao lado disto, observa-se uma tendência ou estratégia política de ocupação de terras públicas pela população de baixa renda devido ao fato de serem mais fáceis de regularizar. No Rio de Janeiro, os loteamentos ilegais têm sido privilegiados nas políticas de regularização fundiária.

A Lei 10.406, de 10/01/2002 que instituiu o novo Código Civil traçou nos seus Artigos 1228 e seguinte, os novos contornos do direito de propriedade e as regras que disciplinam o direito de construir. Deste modo, o direito de propriedade deve estar em consonância com a preservação do meio ambiente. Portanto, estão contempladas as funções ambiental e cultural da propriedade urbana e rural, de acordo com a determinação constitucional. Deste modo, o gestor urbano não pode desconsiderar as limitações urbanísticas ao uso da propriedade. Em síntese, para garantir a regularização fundiária, a própria Constituição Estadual, a Lei Orgânica, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor conferem os mecanismos (que podem ser de caráter fiscal e financeiro; jurídico-urbanístico; urbanístico-institucional e administrativo) através dos quais o Poder Público pode assegurar as funções sociais da cidade e da propriedade. No entanto, na prática, o estado do Rio de Janeiro apenas tem utilizado o mecanismo da regularização de loteamentos irregulares. Isto decorre em parte pela falta de vontade política para implementar a regularização, sempre deixada em segundo plano na história da cidade. Neste aspecto, citamos os planos de remodelação urbana (melhorias urbanísticas) ocorridos na década de 1990, como o Rio-Cidade e o Favela-Bairro. Este último pretendia integrar a favela à cidade, transformando-a em bairro. A questão fundiária não foi priorizada; isto porque aparentemente não há interesse da parte dos moradores na obtenção de títulos tendo em vista a plena consolidação das favelas na cidade (o Rio de Janeiro possui a maior população de favelados do país) e ainda o fato de que a Constituição Estadual não permite a remoção das mesmas.

Esse embate de forças e interesses econômicos, políticos-ideológicos, ambientais e sociais reflete questões controversas: como reconhecer o direito à moradia em áreas de preservação ambiental? Nestes casos de embates entre direitos fundamentais a jurisprudência leva em conta a proporcionalidade dos valores em confronto; deste modo, o direito ao meio ambiente (coletivo) prevalece sobre o direito dos moradores (individual), que podem ser

deslocados para outro local, sob pena de lesar o preceito constitucional (Art 6º) que assegura o direito à moradia.

Considerações finais

A história urbana da cidade do Rio de Janeiro durante o século XX foi marcada pela implantação de vários planos urbanísticos em detrimento de programas de regularização fundiária. Deste modo, há um atraso neste estado na implementação dos instrumentos clássicos de regularização fundiária. No âmbito do Programa Nacional de Apóio à Regularização Fundiária um dos últimos esforços do governo federal para legalizar as ocupações realizadas por populações de baixa renda em terras da União foi um acordo de Cooperação Técnica celebrado em 20 de julho de 2006, entre o Ministério do Planejamento, o Ministério das Cidades e o Comando do Exército. O acordo prevê a constituição de um Grupo de Trabalho reunindo técnicos e assessores desses ministérios para definirem a totalidade das áreas a serem regularizadas no país. A cooperação abrange procedimentos de regularização fundiária e dominial e levantamentos topográficos e sócio-econômicos dos imóveis. No município do Rio de Janeiro, as ações se voltaram para a assistência de famílias na região de Barra de Guaratiba, no entorno da Reserva Arqueológica e Biológica de Guaratiba. É importante registrar o avanço desta medida, pois a matéria urbanística é de competência concorrente, como previstas na Constituição. Os três entes federativos deverão atuar sempre em termos de cooperação no sentido da ordem de questões urbanísticas. No caso de Guaratiba, têm-se normas federais, estaduais e municipais recaindo sobre uma mesma propriedade. Como vimos no caso das favelas e loteamentos irregulares o Estado tem flexibilizado a aplicação da norma legal, legalizado a moradia ilegal. Portanto, o processo de regularização fundiária em curso na região merece uma análise mais acurada dos reflexos jurídicos, políticos, sociais e ambientais da constitucionalização do direito à moradia.

Ainda no início de sua operação, o Comando do Exército já realizou o levantamento topográfico e um cadastro geral de ocupantes, arrolando 790 famílias. As limitações urbanísticas (como as normas de uso do solo, o plano de manejo e recuperação) ainda não foram elaboradas. Sabe-se que remoções serão necessárias em relação às ocupações dos morros acima da cota 100 e nas áreas de risco. Em abril de 2006, a União solicitou a suspensão de vinte processos de reintegração de posse contra os ocupantes dos terrenos de marinha, o que confirma a anuência do ente competente na alienação da área em litígio. No

mais, espera-se que estas ações em conjunto contribuam efetivamente para garantir o direito à moradia, a preservação do meio ambiente e a manutenção da propriedade pública.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o novo Código Civil brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2002.

____. *Lei 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outra providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de julho de 2001.

____. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06, de outubro de 1988.

____. Ministério das Cidades. *Site* que dispõe sobre informações relativas ao ministério e suas ações. Disponível em: www.cidades.gov.br.

FERNANDES, Edésio. "Legislação ambiental brasileira: panorama geral e breve avaliação". In: FERNANDES, Edésio. RUGANI, Jurema. (orgs). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico.* Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil-MG, 2002.

MINISTÉRIO DO INTERIOR E IBAMA. *Unidades de Conservação do Brasil – Vol I – Parques Nacionais e Reservas Biológicas*. Opta Originais Gráficos e Editora Ltda, Brasília, 1989.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Guia das Unidades de Conservação Ambiental do Rio de Janeiro*. Imprensa da Cidade, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Estado Novo da Portela

Guilherme José Motta Faria[1] *

Resumo: As escolas de samba, criadas no final dos anos 1920, alcançaram o posto máximo do carnaval brasileiro. As agremiações e especialmente a Portela, durante o Estado Novo deram destaque a visão ufanista de Brasil, afinando seu discurso com o do Governo. A escolha dos enredos, a representação em fantasias e a composição dos sambas demonstram a apropriação da Portela dos discursos nacionalistas. O contato dos sambistas com as cartilhas escolares, produzidas pelo Ministério da Educação e pelo DIP permitia uma circularidade cultural, onde as "verdades históricas" e o caráter de exaltação se transformavam em samba. Nosso recorte vai até 1947, onde a Portela heptacampeã, se destaca como um "agente" para a circulação dos ideais da Era Vargas.
Palavras-Chave: GRES Portela; nacionalismo; Era Vargas

Abstract: The samba schools, which were created in the late twenties, reached the maximum point of the brazilian carnival. These schools, specially Portela, during the "Estado Novo" period, highlited a patriotic vision of Brazil, tuning their speech with the Government's. The choice of the themes, the representation of phantasies and the "sambas" compositions shows the Portela's appropriation of the nationalistic speeches. The contact beteween the "sambistas" and the didactic books, made by "Ministério da Educação" and by "DIP" , alowed a cultural circulation, where the "historic truths" and the dither character were transformed in samba. Our cut goes on until 1947, when Portela, that had already won seven times, gets detached as an "agent" to the circulation of "Era Vargas" ideals.
Keywords: GRES Portela, nationalism, Era Vargas

1 – Introdução

Dentre os festejos característicos do período carnavalesco, as escolas de samba, criadas no final dos anos 1920, foram galgando espaços e na virada do milênio alcançaram o posto de símbolo máximo do carnaval brasileiro.

A trajetória dessas agremiações é repleta de "lances" cuja dramaticidade está sempre presente. De uma organização tida como "marginal", em seus primeiros desfiles, as escolas de samba foram paulatinamente conquistando as camadas sociais mais privilegiadas e os meios de comunicação social. A visibilidade que as agremiações passaram a ter a partir das décadas de 60 e 70 foi fruto de uma combinação de fatores endógenos e exógenos.

[1] Mestrando em História Política
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Internamente as escolas catalisaram os anseios das comunidades dos bairros periféricos e dos morros da cidade, no intuito de se exibirem no espaço urbano privilegiado (outrora construído para as elites), pois, estavam desejosos em mostrar sua força cultural.

Outro fator de caráter interno se deu na ação "antropofágica" das escolas que passaram a agregar elementos das manifestações carnavalescas, que num movimento inverso foram desaparecendo da festa carioca. Os enredos e as fantasias dos ranchos, a pujança do ritmo dos blocos, cordões e cucumbis, além das grandiosas alegorias das Grandes Sociedades foram elementos que se plasmaram ao universo dos desfiles das escolas de samba, sendo hoje características que lhe são inerentes, lhes conferindo sua singularidade e magnitude.

Em relação aos fatores externos reconhecemos a importância da política de subvenção oficial desde o carnaval de 1935, estabelecendo um profícuo diálogo entre as agremiações e o poder público. Muito embora, nenhuma relação se estabeleça sem ônus, à iniciativa dos governantes em diversas ocasiões possibilitou que os desfiles fossem reconhecidos pelas autoridades, trazendo, conseqüentemente em seu bojo o reconhecimento das diversas classes sociais.

Ainda na questão dos estímulos exógenos podemos considerar o crescente papel de incentivo que os meios de comunicação dispensaram às agremiações, como ponto de ebulição do fenômeno escolas de samba. No início dos anos 30 os jornais, patrocinando concursos, cobrindo os preparativos e o evento em si. Nos anos 40/50 as rádios entram em sintonia com o espetáculo e

divulgam em profusão as músicas carnavalescas em geral e a partir da década de 70, as emissoras de TV passam a transmitir ao vivo os desfiles.

2 – Escolas de Samba: Um conceito em mutação

Pesquisando periódicos dos anos 30/40[2] percebemos, entretanto, que a cobertura não era generalizada. Um ponto que se estabelece como mote dessa constatação, se dá pelo fato de não terem as escolas de samba, desde a sua criação o papel de destaque na hierarquia da organização do carnaval carioca. O Jornal do Brasil, envolvido com a ACC [1], com a divulgação dos bailes e do carnaval das Grandes e Pequenas Sociedades não inseria em sua cobertura notícias relativas às escolas de samba. Em outros jornais como o Diário de Notícias percebemos uma cobertura inconstante ou em outros momentos referindo-se equivocadamente as escolas de samba, compreendendo-as e rotulando-as como ranchos.

O que podemos levantar, ainda com uma pesquisa preliminar é que somente os periódicos que promoviam diretamente os concursos é que destinavam espaços mais generosos com as agremiações. Mesmo assim, esse espaço ainda era ínfimo perto das demais

manifestações. Outro ponto que nos chama a atenção, ainda nos remetendo a pesquisa com periódicos é a mutação que o conceito[4] escola de samba foi sofrendo desde sua criação aos dias atuais.

Na fundação da primeira escola de samba por um grupo de sambistas do Estácio, capitaneados por Ismael Silva, Alcebíades (Bide) entre outros, o nome apareceu como contraponto as críticas que outros núcleos de compositores de samba faziam ao "pessoal do Estácio". Tendo em frente do ponto que eles se reuniam o prédio da Escola Normal (formadora de futuros mestres), o grupo se auto-denominou escola de samba, pois ali eles eram os professores e os demais compositores da cidade deveriam aprender com eles como deveriam "fazer" sambas. A agremiação *Deixa Falar* entra assim nos anais do carnaval carioca com direito a primazia, muito embora nos seus desfiles, em sua breve existência sempre participou dos concursos de ranchos e só nesse segmento concorreram ao título. Se até os fundadores não tinham a necessária percepção que haviam criado algo novo, não podemos culpar os jornais por sua desorientação.Sendo assim o conceito escola de samba era utilizado de forma errônea, abstrata e imprecisa na maioria das vezes.

O que impressiona nesta breve análise em relação ao conceito em si é que com o correr dos anos, ocorre uma supremacia do fenômeno escola de samba que se torna hegemônica em relação às demais manifestações capitalizando a cada ano maior interesse dos meios de comunicação e da população da cidade do Rio de Janeiro e de todo Brasil. Chegamos aos anos 80/90 com uma situação paradoxal, pois o conceito ultrapassa seus limites, se tornando mais abrangente e em muitas ocasiões supera o próprio conceito de Carnaval.

3- Tensões, apropriações e contradições

A história da consolidação das escolas de samba se fez com muitos embates, tendo no primeiro momento um papel destacado alguns sambistas que com sua conduta pessoal e espírito de liderança foram vencendo as resistências e impondo a marca de respeitabilidade que as agremiações almejavam alcançar.

Dentro deste contexto a figura emblemática de Paulo da Portela [2] se constitui como basilar na relação estabelecida com o Estado e a sociedade carioca, repleta de tensões, apropriações e contradições. O estilo impecável que mantinha e exigia de seus músicos, estendendo aos componentes da agremiação *Vai como Pode*, posteriormente Portela, marcou época [3]. O que estava em jogo era a questão da aceitação por parte do Poder Público,

dos meios de comunicação e da "boa sociedade" ao movimento carnavalesco das escolas de samba (SILVA e SANTOS,1989: 15-19).

Na relação com o Estado, a Portela capitaneada por Paulo, vivenciou com muito vigor a chamada Era Vargas. Momento marcado por forte centralização e repressão na manutenção da ordem social. Como o contingente das escolas era formado em sua maioria por negros e mulatos, a pecha de "malandros" era recorrentemente lhes dirigido. Num tempo onde se buscava consolidar o ideal do trabalhismo [4], os sambistas eram considerados como indesejáveis, pois se estavam envolvidos com samba não gostavam de "pegar no batente". Essa idéia vigente criava de imediato uma tensão, onde os sambistas pareciam ser a antítese do que apregoava o Governo que desejava despertar nas classes populares o desejo de construir a Nação Brasileira com seu esforço, constituindo-os como os "Trabalhadores do Brasil" [5], "motor e base" do processo de industrialização do projeto econômico nacionalista de Getúlio Vargas.

A própria história da agremiação de Madureira é afetada por conta desta tensão. O delegado Dulcídio Gonçalves quando foi renovar a licença da escola para o carnaval de 35, implicou com o nome da agremiação, pois não achava digno da importância que a agremiação já possuía, obrigando os diretores a mudarem o nome da escola, sugerindo a troca de Vai como pode para GRES [6] Portela, devido ao fato do endereço de Paulo Benjamim de Oliveira ser na Estrada do Portela, eixo principal que corta Oswaldo Cruz e Madureira (CABRAL, 2004:37-38).

Eleito cidadão-samba em 1937, Paulo exerceu outra função pioneira estabelecendo um diálogo intenso com os jornalistas e alguns intelectuais, possibilitando uma divulgação maior para a sua agremiação. Enxergava assim, de forma visionária que era necessário "furar o bloqueio social" que era recorrente em relação aos sambistas e a produção cultural de caráter popular. Dessa forma, a Portela seguiu ao encontro do desejo do Governo, que buscava nas variadas manifestações culturais construir e reforçar a identidade nacional. A exaltação ao povo e às manifestações culturais são motivos presentes nas ações do Governo Vargas. A descrição das belezas naturais e da gente do Brasil, explicitados em canções populares como "Aquarela do Brasil" de Ary Barroso, davam a tônica da construção de uma perspectiva que era incentivada tanto pelo Ministério da Educação e Saúde, quanto pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

As escolas de samba de maneira geral e especialmente a Portela durante o período do Estado Novo deram destaque a essa visão de Brasil, afinando seu discurso com o do Governo. A escolha dos enredos e a composição dos sambas demonstram essa apropriação

com a memória que se construía da história brasileira pela via carnavalesca. Essa apropriação dos fatos históricos e dos personagens se dava pelo contato dos sambistas com as cartilhas escolares, material produzido pelo Ministério da Educação com colaboração do DIP, permitindo uma circularidade cultural [7], onde os dados ou "verdades históricas" ganhavam a cadência do samba com versos inspirados pelos sambistas de várias agremiações.

A atenção dispensada aos desfiles e a anuência do público eram cada vez maior, criando condições para que esse momento carnavalesco servisse como canal de divulgação das idéias nacionalistas. A obrigatoriedade de um discurso oficial não partia somente do governo, mas sim da própria Associação das Escolas de Samba, comprovando assim a existência de uma cultura estatal-nacionalista na própria sociedade. Portanto o que o governo fez não foi mera imposição, pois a sociedade se identificava com seu papel.

4– O Estado Novo da Portela

Nosso recorte temporal se apropria do período do Estado Novo, mas o compreende com maior elasticidade, estendendo sua linha demarcatória até o Carnaval de 1947. O que parece, a primeira instância um corte cronológico arbitrário, tem sua lógica própria, pois o último título do heptacampeonato da Portela acontece nesse ano. Mesmo não sendo mais o representante máximo do Executivo Nacional suas idéias continuavam a ser acalentadas e sua forma centralizada de governar havia deixado saudades. Getúlio Vargas era a "grande ausência presente", tanto nas críticas pelo lado da UDN, quanto nas ações que buscavam trazer novamente os jovens e os trabalhadores para a cena política. Dessa forma enxergamos o período em destaque de forma mais dilatada, sem perder o ponto central de nossa análise que é a presença dos discursos nacionalistas, característicos da Era Vargas, refletido na opção das escolas de samba, sobretudo da Portela, num momento histórico que a agremiação de Madureira reina absoluta como a grande campeã do carnaval carioca.

Em 1938 o enredo *Democracia no Samba* criado por Paulo da Portela apresentava um caráter próprio na utilização da palavra democracia. No primeiro ano do Estado Novo o desfile aconteceu sob fortes chuvas, o que impediu a comissão julgadora de fazer sua avaliação, não sendo, portanto declarado nenhum vencedor. O público, entretanto, pôde apreciar a exibição de um carro alegórico todo espelhado – uma novidade até então - que a Portela apresentou naquele Carnaval.

No ano seguinte com o enredo *Teste ao Samba*, também enredo de Paulo da Portela, a agremiação causou certo impacto, pois era a primeira vez que uma escola de samba articulava o samba, o enredo e apresentava fantasias que integrasse esses elementos. Os passistas vestidos de estudantes e Paulo como o grande mestre distribuindo diplomas para o

público e para a comissão julgadora foi a imagem que ficou marcada. O título conquistado nesse ano abriu para a Portela e para as demais agremiações um caminho que deveria ser trilhado. A partir de então os sambas não seriam mais improvisados na avenida e os cuidados em "vestir a fantasia" nos componentes se tornou fundamental.

Homenagem a Justiça foi o enredo de 1940, partindo de um enredo de Lino Manuel dos Reis, que executaria a maior parte dos enredos do heptacampeonato e que chegaria a presidência da escola. O samba era de Paulo e tinha em seus versos a exaltação: Salve a Justiça!, "Reza a lenda" que as pastoras [8] cantaram na hora da apresentação: Pau na Justiça! Não se sabe se foi um ato de reprovação a Ditadura ou um erro de entendimento. Por coincidência a Portela ficou apenas com a 5ª colocação, mesmo apresentando várias alegorias representando A Justiça e a Liberdade.

Em 1941, numa Praça XI bastante destruída a agremiação de Madureira levou cerca de 300 componentes para a avenida, fantasiados de baianas (obrigatório no regulamento), cadetes, acadêmicos, árabes, diabos (fantasia característica dos carnavais do passado) e alas simbolizando a justiça e a união. O Enredo *Dez anos de Glória* possibilitava uma dupla interpretação, onde se comemoravam os dez anos da escola e também da presidência de Getúlio Vargas. Com o título de campeã do Carnaval a Portela inicia a sucessão de desfiles vitoriosos. Porém nem tudo foi comemoração, pois antes de iniciar o desfile houve um desentendimento entre Paulo da Portela e Manoel Bambambam, que acarretou no afastamento definitivo de Paulo da escola que ele havia ajudado a criar [9].

Aparentemente superado o trauma, novas lideranças foram emergindo como a do já citado Lino Manuel dos Reis que elaborou o enredo *A Vida do Samba* em 1942. A escola levou cerca de 400 componentes e causou sensação com uma alegoria que exibia uma foto de um enorme arranha-céu de Nova Iorque, simbolizando o sucesso que Carmem Miranda fazia nos Estados Unidos. Mais um título para a comunidade de Madureira e Oswaldo Cruz.

Mesmo com o conflito mundial tomando proporções cada vez maiores, o carnaval de 1943 teve a peculiaridade de ter apresentado dois desfiles. O primeiro, a pedido de D. Darcy Vargas aconteceu no dia 24 de janeiro com dez agremiações, incluindo a Portela. O outro dentro do período carnavalesco novamente elevou a escola ao primeiro lugar. O enredo nesse ano foi *Carnaval de Guerra* e as alegorias ironizando Hitler e Mussolini fizeram enorme sucesso.O samba apresentava, logo em sua abertura um verso enigmático: "Brasil, terra da liberdade" (TUPY, 1988: 142-144).

Com *Motivos Patrióticos* a Portela exaltava os símbolos nacionais (Bandeira, Brasão da República, Letra do Hino, Armas) presentes nas alegorias e nos 500 componentes.

A escola exaltava assim os símbolos que eram a representação material da idéia de Nação brasileira tão acalentada pelo Estado Novo. Dessa forma mostrava ao público que era fundamental manter a união num momento difícil e traumático da história da humanidade, onde até soldados brasileiros marcharam para o front. Em um desfile com apenas nove agremiações a Portela chegava ao quarto título consecutivo.

No último carnaval sob a égide do Estado Novo, o palco do desfile das escolas de samba é deslocado para o emblemático Estádio de São Januário. Foi no campo do Clube de Regatas Vasco da Gama onde aconteciam as maiores manifestações do governo no período analisado. Principalmente as festas de 1º de maio que eram comemoradas em grande estilo com uma platéia, sobretudo formada por trabalhadores e estudantes que legitimavam assim o Poder de Vargas. Nessa inusitada "avenida" a Portela apresentou *Brasil Glorioso*, uma reedição e complementação do desfile do ano anterior. Não interessava a escola de Madureira se o local do desfile era uma avenida ou um gramado de campo de futebol, pois entre as oito agremiações que desfilaram, novamente ela se sagraria campeã.

Alvorada do Novo Mundo foi o enredo de 1946, onde várias escolas voltaram a desfilar, após um recesso forçado por conta da 2ª Guerra Mundial. A UGES [11] decidiu que todas as agremiações fariam desfiles alusivos a vitória dos aliados. O desfile que aconteceu na Avenida Presidente Vargas, recém-inaugurada, apresentou uma série de inovações, transformadas em regulamento, que visava, sobretudo, marcar uma diferença mais forte em relação, principalmente aos ranchos. Nesse ano também, definitivamente os sambas seriam formatados para a adequação ao desfile passando a serem identificados como samba de enredo ou samba-enredo. A Portela mais uma vez empolgou o público apresentando um Panteão alegórico representando as Nações Unidas, vitoriosas e trazendo a figura de Hitler esmagado e Mussolini enforcado, externando assim uma representação do imaginário popular. No final do desfile uma alegoria de Tio Sam de pé, tendo Hitler ajoelhado aos seus pés, demonstrava a percepção da ascensão de uma nova força hegemônica na política mundial. A empatia do público foi enorme e a Portela chegava ao seu sexto título.

O sétimo título veio com um enredo em homenagem a Alberto Santos Dumont, designado de *Honra ao Mérito*. O desfile também foi realizado na Avenida Presidente Vargas e a escola de Madureira apresentou belas fantasias, sempre em azul e branco, painéis que explicavam o enredo, cobertos de brilhantina em mais uma novidade portelense. Uma alegoria chamou a atenção, pois reproduzia o vôo de Santos Dumont em redor da Torre Eiffel.

5 - Considerações Finais

Na trajetória histórica da Portela, no período em questão a tônica dos enredos era centrada no nacionalismo. Vários pesquisadores, de forma apressada analisavam essa opção da agremiação como uma ação de adesão ao regime ditatorial, instituído em 1937, o que lhe conferia o caminho seguro da vitória. Era também levantada a questão de que a obrigatoriedade dos temas nacionais teria sido imposta pelo DIP, o que corroborava com a idéia de que até as manifestações populares eram "manipuladas" pelo Governo sendo utilizadas como instrumento de propaganda política. No livro O Brasil do Samba-Enredo, Monique Augras refuta essa questão, observando através de documentos da União Geral das Escolas de Samba onde a própria entidade, antes mesmo de ser conflagrado o Estado Novo já incorporava e legitimava a obrigatoriedade das escolas em apresentar tema/enredos que estivessem de acordo com motivos nacionais. É um caso exemplar a desclassificação da escola de samba Vizinha Faladeira que apresentou o enredo Branca de Neve e os sete anões no carnaval de 1939 (AUGRAS, 1998: 53-58).

Dessa forma a idéia de pacto entre o Estado e as classes populares, manifestada pela própria auto-regulamentação, demarca essa perspectiva onde o governo Vargas não possuía essa "onipotência" que sempre lhe foi atribuído. Percebemos, com clareza, o esforço do Estado em imprimir um discurso, onde o nacionalismo fosse o alvo e a seta ao mesmo tempo, mas em se tratando das escolas de samba esse desejo de ser aceito e ser bem visto pela sociedade e as autoridades, antecipa a ação, evitando que as agremiações sofressem punições ou retaliações. A determinação da União Geral das Escolas de Samba deixa claro que o governo poderia contar com as agremiações no esforço de propagação dos ideais nacionalistas, fenômeno esse que não foi restrito ao Brasil e sim uma realidade que solapou o mundo no período entre guerras. Não há, portanto, "manipulação" se não houver o desejo de "ser manipulado" (FERREIRA e DELGADO, 2003:15-18). Nenhuma relação se estabelece em mão única. Os dois lados estabelecem seus interesses, conquistando vantagens, cedendo em alguns pontos, ocasionando assim uma relação que se estabelece no terreno da "aliança" do "pacto" (GOMES,1988: 204-206).

O caso exemplar das escolas de samba e da Portela de maneira singular demonstra como as idéias e as ações caminham no mesmo sentido em diversas circunstâncias. A opção da escola de Madureira por dar uma visão e tratamento artístico ao discurso nacionalista de

Vargas e assim vencer sete vezes seguidas à disputa entre as agremiações é uma contingência histórica. Outras escolas tentaram trilhar esse mesmo caminho, mas a maestria com que os componentes e diretores da Portela executavam seus desfiles lhe deram a visibilidade e a respeitabilidade entre as "co-irmãs". A competência e a elegância se tornaram marcas registradas da Portela e mesmo que o rompimento com Paulo Benjamim de Oliveira, o eterno Paulo da Portela tenha ocorrido no carnaval de 1941, a sua forma de condução anterior se constituiu como um legado, uma herança, onde independente das colocações obtidas em períodos mais recentes é notado que sempre que a escola de Madureira surge na avenida temos a garantia de um espetáculo competente e muito digno das tradições da eterna Portela.

6 - Referências Bibliográficas

AUGRAS, Monique. *O Brasil do Samba-Enredo*. – 1.ed. Rio de Janeiro:FGV, 1998.
CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2004.
CANDEIA, Antonio e ARAUJO, Isnard. Escola de Samba – a árvore que esqueceu a raiz. Rio de Janeiro: Lidador, 1978.
CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. 2. Ed. Lisboa: Difel, 1990.
COSTA, Haroldo. 100 anos de carnaval carioca. 1. ed. Riode Janeiro: Irmão Vitale, 2000.
FARIAS, Edson. O Desfile e a Cidade: O Carnaval-espetáculo carioca. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2006.
FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – Vol. 2- o tempo do nacional-estatismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
GINZBURG,Carlo.O Queijo e os vermes. 2. Ed. São Paulo: Cia das Letras,2006
GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.
LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
SILVA, Marília Teixeira Barbosa e SANTOS, Ligia. Paulo da Portela: traço de união entre duas culturas. Rio de Janeiro:Funarte,1989.
SKIDMORE, Thomas. Brasil, de Getúlio a Castelo. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
TUPY, Dulce. Carnavais de Guerra. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.
VARGENS, João Baptista M. e MONTE, Carlos. *A Velha Guarda da Portela*. – 2.ed. atual. Rio de Janeiro: Mariati,2001.

7 – Notas Bibliográficas

1 – Associação dos Cronistas Carnavalescos.
2 – O nome completo era Paulo Benjamim de Oliveira. As autoras Ligia Santos e Marília Trindade Barbosa publicaram uma biografia intitulada: Paulo da Portela – traço de união entre duas culturas.
3 – Sérgio Cabral comenta a famosa frase de Paulo : Os sambistas devem manter as mãos e o pescoço ocupado. Simbolizando o uso de terno e gravata para uma maior aceitação social.
4 – Ver GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.
5 – Saudação típica do presidente Getúlio Vargas quando se dirigia aos trabalhadores nas comemorações do 1º de maio.
6 – Toda agremiação tem esse "prefixo" que significa Grêmio Recreativo Escola de Samba.
7 – Ver SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Assim como os comentários sobre a obra de Carlo Ginzburg "O Queijo e os vermes" Cia das Letras,2006.
8 – Grupo de canto coral formado por mulheres, muito comum nos primeiros anos das escolas de samba.
9 – Manoel Bambambam, responsável por conduzir o desfile daquele ano que não permitiu que Cartola e Heitor dos Prazeres, que haviam viajado com Paulo, desfilassem de terno preto. O dirigente seguia a diretriz do próprio Paulo que só permitia que os componentes da Portela desfilassem de azul e branco.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Implicações da utilização da fotografia no ensino de história

Iandra Pavanati*

Resumo: Refletir sobre a presença das imagens na sociedade contemporânea, e a sua utilização didática para o ensino de história é o foco desta produção. Em aproximação às análises de Le Goff, cabe um enfoque sobre a fotografia enquanto documento/monumento, produzido intencionalmente numa época, sendo determinado histórica e socialmente. A utilização didática da fotografia envolve implicações as quais devem ser consideradas pelos profissionais, como o olhar atento sobre a aparente característica de objetividade e isenção da fotografia, como se fosse de fato o real que estivesse presente na foto, quando se trata de uma representação da realidade produzida intencionalmente por alguém e até pelos próprios atores da sala de aula, pois com a digitalização das imagens é crescente o acesso de alunos e professores à produção e manipulação de fotografias.
Palavras-chave: Fotografias – Audiovisuais – Linguagens.

Abstract: o contemplate on the presence of the images in the contemporary society, and its didactic use for the history teaching is the focus of this production. In approach to the analyses of Le Goff, a focus fits on the picture while document/monument, produced intentionally in a time, being certain historical and socially. The didactic use of the picture involves implications which should be considered by the professionals, as the attentive glance about the apparent objectivity characteristic and exemption of the picture, as if it was in fact the royal that it was present in the picture, when it is a representation of the reality produced intentionally by somebody and even for the own actors of the classroom, because with the digitization of the images it is growing the students' access and teachers to the production and manipulation of pictures.
Keywords: Pictures, Audiovisual, Languages

A preocupação com a utilização de recursos visuais enquanto meios de tornar mais significativo o ensino de história não é recente. Podemos encontrá-la, no Brasil, já na década de 1980, quando Marcos A. da Silva denunciava a ausência de preocupação por parte dos educadores ante a possibilidade de apropriação para o ensino, de uma realidade perpassada por inúmeros estímulos visuais e sonoros:

> *Cabe assinalar a paradoxal situação de onipresença de visualidade e sonoridade no mundo contemporâneo em contraste com a restrita atenção que lhe é dedicada pela educação formal, onde o trabalho com linguagens quase só se restringe ao verbal e ao cálculo matemático* (SILVA, 1986: 51).

Em seguida os órgãos governamentais também passaram a se preocupar com a utilização de novas linguagens no ensino de história, por meio das propostas curriculares desenvolvidas em diferentes unidades administrativas da federação. Na década de

* INESA e UTESC, Mestre em Educação – UFSC.

1990, encontramos essas preocupações nos PCNs que, introduzindo os referenciais da Nova História, permitem e valorizam a utilização dos mais variados recursos nas aulas de tal disciplina.

Contudo, na realidade escolar, essas "inovações" ainda não estão sendo plenamente realizadas, como informa Stephanou:

> *(...) a distância que separa as discussões acadêmicas da produção de recursos didáticos para o ensino de 1º e 2º graus ainda é bastante considerável. Uma breve análise dos conteúdos curriculares mínimos atestam o predomínio de uma visão enciclopédica, etnocêntrica e de cultivo do passado, com ênfase em sua contribuição 'moral' para o presente. Atualmente, os livros disponíveis no mercado se caracterizam por uma 'modernização', ou seja, uso abusivo de deliciosas imagens e apresentação gráfica dinâmica e instigante, atributos igualmente indispensáveis. Importa não descuidarmos do fato de que essa nova embalagem também instala um processo de formação dos estudantes, e que a abordagem dos conteúdos e concepções epistemológicas subjacentes, no mais das vezes, diferem muito pouco dos manuais de anos atrás* (STEPHANOU, 1998: 27-28).

A autora preocupa-se com a utilização desordenada e pouco contextualizada dos recursos visuais, presentes, inclusive, nos materiais didáticos produzidos para o ensino. Tal atenção é importante, pois se espera que estes recursos sejam meios de construção de conhecimentos e, portanto, capazes de levar à reflexão consciente sobre a realidade a qual representam.

Para que se possa, de fato, realizar a contextualização dos recursos didáticos – tomando especificamente a fotografia – torna-se fundamental uma análise específica da produção intelectual existente a respeito de tais fontes.

Ernesta Zamboni, em artigo da Revista Brasileira de História, se debruça sobre as implicações da fotografia enquanto recurso didático afirmando que:

> *A fotografia como linguagem documental representa uma dada realidade em um determinado momento. O fotógrafo é um sujeito que conhece o tema que está sendo registrado, uma pessoa que tem um olhar direcionado e cheio de significados e significantes. Entre os dois momentos fotográficos, a criação e a produção, o fotógrafo é envolvido em um conjunto de decisões que vão desde a escolha do filme (marca, asa, cor) até a qualidade do papel no qual o filme será revelado. São os detalhes referentes à intensidade de luz, cor, velocidade, aproximação, tipo de lente existentes no momento da fotografia, que dão ao fotógrafo a concretude de suas intenções* (ZAMBONI, 1998: 92).

Zamboni toma a fotografia como documento, produzido intencionalmente por um sujeito, que ao optar por um ou outro tipo de material na sua confecção, está exercendo uma escolha voluntária. No entanto, esta fotografia também é um monumento, algo que no dizer de Le Goff, "é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1996: 545). Assim sendo, a fotografia não é somente a produção de um indivíduo isolado, mas sim de um sujeito que

atua e se relaciona em sociedade. A partir dessa constatação pode-se avançar de modo a deduzir-se que "só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa" (LE GOFF, 1996: 545). Tal concepção leva a uma utilização mais emancipada da fotografia em sala de aula, pois se assume a possibilidade de questionamento do documento, tomado não mais como verdade irrefutável.

Miriam Moreira Leite contribui para essa discussão ao apontar como

> *(...) as fotografias devem ser consideradas pelos historiadores da mesma forma que outra prova qualquer – 'avaliando mensagens que podem ser simples e óbvias ou complexas e pouco claras. Nunca contêm toda a verdade e muitas vezes se limitam a registrar aspectos visíveis, de matéria-prima a ser elaborada* (LEITE, 2001: 26-27).

Com essa afirmação, a autora atenta para o caráter de verdade que se costuma atribuir à fotografia, uma vez que seria a apresentação de um instante da realidade aprisionado e visível. Para Leite, há que se duvidar de um suposto "realismo fotográfico", pois ele é falso, como conclui após estudar o livro *Through Indian Eyes*, da historiadora norte-americana Judith Mara Gutman, a qual

> *analisou fotografias hindus do século XIX [e] verificou que estas são alteradas em sua perspectiva e em seu contraste e cobertas de miniaturas delicadamente desenhadas por vários artistas, a fim de que correspondam à maneira específica de os hindus integrarem a identidade humana no mundo animal e inanimado, a partir da utilização de um mecanismo inocente como parece ser a máquina fotográfica* (LEITE, 2001: 27).

De posse desses dados, Leite propõe a utilização da fotografia com a superação dos mitos de realidade, veracidade e imparcialidade que tem cercado esse recurso. Afirma que "após a identificação do conteúdo da fotografia é preciso deduzir o que *não* se vê, em torno daquilo que se está vendo" (LEITE, 2001: 44, grifo da autora), ou seja, nas imagens há que se ouvir as vozes e os silêncios.

A fotografia passa a ser tomada enquanto uma representação da realidade a qual constrói sentidos e, portanto, deve ser analisada e contextualizada pelo professor quando da sua utilização didática, pois,

> *(...) a representação do real é em si mesma uma transformação do próprio real. Ao pensar neste real, o fotógrafo pensou em todos os referenciais que estão ao seu redor. Portanto, a fotografia não é apenas uma ilustração, é um documento direcionado. Cada fotografia tem um significado e gera significantes, cada pessoa que olha uma fotografia ou um desenho, passa a lê-los com um determinado olhar e busca nessas representações uma mensagem* (ZAMBONI, 1998: 92-93).

É lugar comum entre os historiadores a necessidade de manter sempre um olhar crítico sobre as fontes utilizadas. No entanto, em se tratando de fotografia esse olhar

deve estar, seguramente, mais aguçado. Eduardo França Paiva aponta que "é importante lembrar, quanto mais colorida, mais bem traçada, mais pretensamente próxima da realidade, no passado e no presente, mais perigosa ela se torna" (PAIVA, 2002: 18). O perigo de se tomar a fotografia – representação do real – como o próprio real é maior que o de outras fontes, pois elas são capazes de seduzir, como afirma o autor:

> *(...) a armadilha iconográfica parece ser mais sedutora que as armadilhas das outras fontes. Talvez seja a própria beleza da imagem que sirva de isca, uma espécie de canto inebriante de sereia que tem o poder de cegar a vítima e de conduzi-la diretamente ao seu colo traiçoeiro. A imagem, bela, simulacro da realidade, não é a realidade histórica em si, mas traz porções dela, traços, aspectos, símbolos, representações, dimensões ocultas, (...) Cabe a nós decodificar os ícones, torná-los inteligíveis o mais que pudermos, identificar seus filtros e, enfim, tomá-los como testemunhos que subsidiam a nossa versão do passado e do presente* (PAIVA, 2002: 18-19).

Tomados os devidos cuidados, a fotografia torna-se uma grande aliada na renovação metodológica sempre necessária nas ciências humanas e em história, especificamente. Paiva, após expor os limites e perigos da iconografia[1], afirma as possibilidades dessas fontes, pois,

> *Nessa perspectiva a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente. E é por isso que ela não se esgota em si. Por meio dela, a partir dela e tomando-a em comparação é possível ao historiador e ao professor a análise de outros temas, em contextos diversos* (PAIVA, 2002: 19).

Marilene da Silva em sua tese de doutorado percebe na imagem fotográfica – aliada a outras fontes – a possibilidade de ler o poder municipal no processo republicano, na cidade do Rio de Janeiro. Para a autora

> *As possibilidades do uso da fotografia para o estudo da história são inquestionáveis. Ela representa uma fonte riquíssima, entretanto sua utilização merece atenção especial. A imagem, mais especificamente, a imagem produzida pela máquina, contém uma aparente carga de isenção, conseqüentemente uma mitificação da verdade, que exige um redobrado cuidado hermenêutico por parte do pesquisador* (SILVA, 2000: 125).

Importa frisar a necessidade de o professor/pesquisador estar atento à interpretação crítica da fotografia em sala de aula, visando a uma compreensão da imagem e das condições – espaço/tempo – em que foi produzida. Tal observação é importante principalmente em razão do período histórico contemporâneo, onde se vivencia uma reificação das imagens, principalmente das fotografias, utilizadas principalmente enquanto valor de troca pela propaganda.

---

[1] Conforme Paiva, "iconografia é um termo que significa a imagem registrada e a representação por meio da imagem. A origem do termo é grega. Ele deriva da palavra *eikón*, que significa imagem. Daí *eikonographía*, que se transformou em *iconographia* no latim, transformando-se em iconografia em português" (2002: 14).

Marilena Chaui em artigo, publicado no jornal Folha de São Paulo, analisa o livro "Videologias – Ensaios sobre televisão", de Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl. Esta análise se aproxima de uma interpretação crítica das imagens na atual "sociedade do consumo e do espetáculo na qual o gozo e a satisfação se tornaram imperativos sociais e morais" (CHAUI, 2004: 13). Para tanto, a categoria elaborada por Marx sobre o fetichismo da mercadoria é significativa para procurar-se entender, na atualidade "o modo de produção do imaginário contemporâneo pela compreensão crítica da imagem" (CHAUI, 2004: 12). Segundo Chaui, o fetichismo da mercadoria foi pensado por Marx para

> *(...) descrever o processo social de inversão da realidade social, isto é, o fato de que no modo de produção capitalista, em lugar das relações sociais serem relações entre sujeitos mediadas pelas coisas, elas são relações entre coisas mediadas pelos sujeitos. Ou, melhor, as mercadorias são fetiches porque parecem ter vida própria, personificam-se, enquanto os indivíduos que as produziram se tornam peças de uma engrenagem produtiva, se coisificam e se relacionam entre si como mercadorias que produzem mercadorias* (CHAUI, 2004: 12).

Uma alternativa ao fetichismo da mercadoria-imagem no ensino é proposta por Paiva, ao sugerir que se adote como embasamento necessário à utilização de imagens, as categorias históricas de permanência ou continuidade e de ruptura ou descontinuidade, segundo o qual,

> *(...) é necessário tomá-las, transformando-as em indagações, em questões, em problemas, que devem ser sempre colocados às fontes icônicas, sejam elas quais forem, assim como qualquer outro tipo de fonte usada pelo historiador. O jogo estabelecido entre as mudanças e as permanências históricas no que tange aos valores, gostos, idéias, conhecimentos, referências e padrões é uma das chaves principais para que se possa compreender melhor a história das imagens e a nossa relação intensa com elas (PAIVA, 2002: 27).*

Tomar as fotografias de forma problematizada e contextualizada enquanto fontes para o ensino de história parece ser uma saída significativa em se tratando de uma realidade permeada por imagens e vivenciada tanto pelos professores, quanto pelos alunos.

Fica clara a importância da utilização didática da fotografia também no artigo de Zanella, Lenzi e Campos, onde as autoras analisam o trabalho realizado com uma turma de alfabetização de adultos, com a qual se desenvolveu um trabalho mediado por esse recurso, percebendo a sua importância no ensino:

> *Experiências dessa natureza contribuem para a formação do pensamento divergente, que ajudam a quebrar a rigidez do certo e do errado ou dos que sabem e dos que não sabem. A linguagem não-verbal, ou seja, a linguagem visual, propicia espaços de criação, de descobertas de outros modos de conhecer e aprender, levando o indivíduo a reconhecer-se como sujeito de saberes* (ZANELLA, 2003: 178).

A possibilidade de os alunos, nesse caso específico, produzirem as fotografias analisadas em sala de aula favorecia a sua aproximação com o mundo letrado, ao permitir que os sujeitos se identificassem enquanto produtores daquilo que estavam analisando.

Com as análises expostas neste artigo pretende-se a constituição de um espaço para a discussão acerca da utilização didática das fotografias na educação, especificamente na disciplina de história, campo de formação da autora. Para tanto, busca-se levantar questões para a reflexão nesse vasto campo que se abre aos estudiosos – o dos recursos visuais:

1) Como está se dando a formação de professores em relação às possibilidades e os limites desses recursos didáticos?
2) De que maneira os alunos, provenientes de uma geração formada pela saturação de imagens, se relacionam com a iconografia apresentada pela escola como estudo?
3) Podem as imagens ser tão ricas e profundas na análise da realidade quanto os textos escritos?
4) Atualmente nas escolas existem condições para que os professores incorporem as fotografias à sua didática?

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** História/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAUI, Marilena. A forma da violência. **Folha de São Paulo**, ano 84, n. 27.472. São Paulo, 20 de jun. 2004. Caderno Mais, p. 12-13.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família:** leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 6, nº 11, set.1985/fev.1986.

SILVA, Marilene Rosa N. da. O poder das imagens e as imagens do poder. **Revista Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, v. 23, n.1-2, jun.-dez. 2000, p. 124-142.

STEPHANOU, Maria. Currículos de história: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 18, nº 36, 1998.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 18, nº 36, 1998.

ZANELLA, Andréia Vieira, LENZI, Lúcia Helena C. e CAMPOS, Neide Pelaez de. Da fotografia à grafia de novas trajetórias: retratos de um processo. In: COSTA, Fabíola C. B. e CAMPOS, Neide P. de (org.s). **Artes visuais e escola:** para aprender e ensinar com imagens. Coleção Cadernos CED. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os professores e seus romances: o estudo das obras ficcionais escritas por professores paulistas (1920-1935).

Dislane Zerbinatti Moraes[1]

Resumo: Este trabalho efetua a análise retórica e histórica de romances escritos por professores paulistas (1920-1935), identificando os contextos de produção e recepção dos livros. Trata-se de uma literatura de cunho testemunhal, em que os autores dialogam com os discursos educacionais oficias, buscando valorizar a prática docente e a experiência pessoal.
Palavras-chaves: história da educação, fontes literárias, história da profissão docente.

Abstract: This paper effects the rhetorical and historical analysis of romances written by teachers of São Paulo (1920-1935), identifying to the contexts of production and reception of books. It is about a literature of testimonial character, which the authors dialogue with the educationals discourses of official government, searching to value the practical teaching and the personal experience.
Keywords: history of the education, literary sources, history of the teaching profession.

> *"Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar".*
> (FOUCAULT, 1996: 10)

As décadas de 1920 e 1930 se caracterizaram por uma intensa circulação de idéias, propostas, utopias e políticas públicas ligadas à área da educação. Os autores dos romances por nós analisados, posicionam-se nesta circulação de idéias como representantes dos professores e buscam, através de suas narrativas, apresentarem a *"realidade"* escolar, conforme eles a concebem. Assim, podemos perceber uma crítica à maneira como os

[1] Professora de Metodologia do Ensino de História da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

professores eram encarados pelos órgãos de direção do ensino e, por conseguinte, a literatura, neste caso, transformou-se em instrumento político. Os recursos narrativos, os temas trabalhados e os prefácios situam os autores no espaço de disputa pela legitimidade da direção do campo educacional (CATANI, 2003)

Nosso objetivo é o de contribuir para uma escrita da história da educação brasileira voltada à análise das práticas escolares e das representações que os professores constroem de sua *"história*". Nesta medida, esta investigação faz parte de um conjunto de pesquisas que interpretam fontes oficiais ou não, memórias, imprensa pedagógica, revistas de cultura, diários de professores e materiais pedagógicos.

O *corpus* de nossa pesquisa é constituído de quatro romances que têm como elemento comum o fato de terem sido escritos por professores de escolas primárias paulistas, alguns tendo certa visibilidade e importância no meio profissional: 1. Leo Vaz. *O professor Jeremias,* 4a. ed., São Paulo, Monteiro Lobato & C. Editores, 1921 (1a. ed. 1920); 2. Dora Lice. *O calvário de uma professora*, São Paulo, Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1928; 3. Raimundo Pastor. *Alegrias, Agruras e Tristezas de um Professor*, São Paulo, Centro do Professorado Paulista, 1970 (escrito entre l927 e 1930); 4. Máximo de Moura Santos. *O professor Policarpo: páginas de bom humor, dedicadas ao magistério,* 2a. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1940, (1a. ed. 1935).

Entendemos que a análise de romances, como fontes históricas, é potencializada com o aproveitamento dos estudos de Bakhtin a respeito do gênero:

> *"O discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre o seu objeto: se nos desviarmos completamente desta orientação, então sobrará em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada saberemos, nem de sua posição social, nem de seu destino. Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está inserido e pela qual ele é determinado"* . (BAKHTIN, 1993: 99)

Bakhtin faz esta observação a propósito da relevância dos instrumentos da retórica para a compreensão do gênero romance, o qual, segundo o autor, encerra um *plurilingüismo e uma bivocalidade*, que transporta as posições sociais para dentro do texto literário. O personagem do romance é sempre um ser ideológico, e, como tal, veicula idéias que são encontradas no mundo concreto no qual o escritor está inserido. É necessário perceber que há um *diálogo* entre a voz do autor e a de seus personagens e que, tanto autor como personagens estão ligados à realidade social, Por isso é importante este caminho entre texto e contexto. Os sentidos dos romances são revelados pelo contexto sim, mas não o contexto histórico que se

espelha no texto como se fosse uma crônica dos fatos. O contexto de que se fala é aquele que determina a intencionalidade dos autores, e, que se traduz em linguagens dentro do texto. O autor ao escrever um texto, concebe o leitor ideal, os efeitos que deseja provocar neste leitor, bem como refrata o sistema literário e ideológico em que está inserido. Nesse sentido, o nível das representações está na base da confecção do texto. (CHARTIER, 1990)

Ao tomarmos o universo documental sobre história da educação na Primeira República, encontramos um conjunto de representações sobre o professor, que estão intimamente ligadas às propostas educacionais, ou funcionam como legitimação para determinadas ações administrativas e técnicas. Na maioria dos discursos sobre questões de ensino, o professor e a professora são configurados como indivíduos passivos, resignados e, algumas vezes, como péssimos profissionais, incompetentes e descuidados. Podemos identificar estas representações nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* – documentos oficiais editados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo:

> *"É sabido que certos professores deixam de dar aulas durante dias e dias consecutivos; outros terminam seus trabalhos antes da hora regulamentar, outros ainda, prolongam o recreio durante uma ou duas horas, abandonando as crianças".* (RODRIGUES, 1910: 155) [2]
> *"Os professores não permanecem nos bairros senão o tempo marcado para a promoção, tempo inteiramente insuficiente para ensinar a ler aos seus alunos. O tempo de bairro é considerado como um prazo de desterro, terminado ele, o professor se remove, e os materiais da escola se extraviam ou deterioram."* (ANUÁRIO de Ensino, 1907,1908: 27)[3]

A leitura dos romances indica a intenção dos autores de responder a esta visão consagrada e propor novas perspectivas de interpretação da atividade docente. Como se fosse um subtexto, que estivesse sempre presente no pensamento dos autores, as representações do professor e da professora elaboradas pelos dirigentes do ensino e reformadores se constituem em mola propulsora das metáforas e do imaginário criado no texto ficcional. (MORAES, 1996)

Não encontramos informações detalhadas sobre a vida profissional de Dora Lice, autora de *O Calvário de uma professora*. No entanto, a forma de exposição das idéias e o tipo de recepção que ensejou indicam que o romance era autobiográfico. Sud Menucci, na época jornalista d'*O Estado de S. Paulo*, ex-Delegado Regional de Ensino em Piracicaba e Campinas e futuro presidente do Centro do Professorado Paulista (l934-l948), publicou uma resenha sobre o livro e citou o romance no ensaio *A crise brasileira de educação* de 1930. Em

[2] Parecer de João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral da Instrução Pública, emitido em l907. *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo.* São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1910, p. 155.

[3] *Anuário de Ensino...*, 1907-1908, p. 27.

l956, um livro, *A professora: ensaio sobre contos relacionados com a atividade das professoras,* do jornalista Antonio Vieira, informa o verdadeiro nome da autora. Chamava-se Violeta Leme. Sud Menucci, na sua resenha de 1928, diz: *"O Calvário de uma Professora é, sem a menor dúvida, em grande parte, uma auto-biografia. Os aspectos que relata, as scenas que põe em relevo, os episódios que escolhe denunciam na autora uma profissional do offício".*

No prefácio, endereçado ao Secretário do Interior, apela aos dirigentes do ensino para que seja concedida maior autonomia à professora primária paulista. Procura demonstrar que o seu relato é mais verdadeiro e confiável do que aqueles proferidos por diretores, inspetores e políticos, acionando os recursos estilísticos do drama e do melodrama. O romance trata da vida particular e profissional de Hermengarda, professora primária, formada na Escola Normal de São Paulo. Nele podemos conhecer a infância e adolescência, as experiências escolares, a entrada na Escola Normal, a decisão de ser professora e o ingresso na carreira. A sua trajetória como professora em escola isolada e depois em grupos escolares em regiões centrais. Destacam-se as dificuldades cotidianas, os desafios de uma mulher em funções públicas, como a de professora, e a organização do sistema de ensino. Aflora no romance a voz de uma professora que concebe a carreira como uma situação contraditória, em que a visão idealizada da profissão é recalcada pela experiência cotidiana de controle. Por exemplo, em dois momentos distintos da sua vida, Hermengarda tece considerações opostas sobre o trabalho docente. Quando está decidindo o seu futuro diz:

> *"Nunca! Nunca serei professora pública! Uma pobre criatura, sempre humilhada, por tantos superiores hierarchicos – diretores, inspetores, secretário.*
> *Quero trabalhar sim, não porém como escrava! Quero trabalhar como um ser pensante, e não como essas infelizes criaturas, transformadas em verdadeiras machinas, movidas tão somente pela pesadíssima e complicada engrenagem, denominada – Diretoria Geral da Instrução Pública".* (DORA LICE, 1928: 22)

Nos momentos em que pensa a sua própria prática, deixa-se influenciar pelos discursos de exaltação da profissão e reflete:

> *"Não somos apenas servas de superiores intolerantes. Somos uma força social, viva e poderosa. Em nossas mãos tão frágeis está o futuro da Pátria. Somos nós, o exército de professoras primárias, que temos a responsabilidade dos caracteres em formação. Somos formadoras da alma e seremos por isso, remodeladoras do caracter nacional!* (DORA LICE, 1928:115)

Pelos temas tratados por Dora Lice, podemos imaginar que o romance poderia ser lido como um manual de educação da normalista. A preocupação com a educação amorosa e

sexual, as histórias de professoras ingênuas perdidas no interior de São Paulo, enfrentando a imagem social negativa, - todos estes temas revelam a intenção da autora de aparelhar a mulher com regras de comportamento que facilitariam a sua vida.

As críticas de Sud Mennucci ao livro de Dora Lice, no entanto, demonstram que o texto era, de alguma forma, subversivo. Continha um componente de "*mágoa"*, apontava para uma crítica aos costumes no magistério, que destoava do discurso reformador da época. Na argumentação este discurso, expresso nos trabalhos de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho [4], formulava-se uma avaliação negativa da realidade escolar: imobilismo do sistema, resignação e passividade dos professores, tradicionalismo nos programas e métodos, injunções políticas. Portanto, o discurso reformista se apoiava na crítica à estrutura escolar paulista dos anos de 1920. No entanto, parece que, segundo Sud Mennucci, Dora Lice ultrapassou os limites aceitáveis de denúncia reformista:

> *"O que há de mais lamentável em "O Calvário de uma professora" é a falta de serenidade. Justamente porque quiz ser uma obra de these, quasi a "clé", pleiteando ardorosamente a causa das preceptoras resignadas, essa faculdade mestra não poderia ser regateada. Só a imparcialidade, a visão do alto e do conjunto, a abstenção de preconceitos imprimiriam ao seu trabalho aquele cunho de verdade suprema que convence e que leva os espíritos a açção impulsiva pelas modificações necessárias"* . (MENUCCI, 1928)

Nas entrelinhas, percebe-se o esforço de Sud Mennucci em aproximar o retrato das normalistas feito por Dora Lice à imagem que ele tem das *"professoras resignadas*". É assim que ele interpreta o romance, mas percebe que o efeito da leitura do romance pode ser outro, diferente do autorizado por aqueles que se auto-investiam como tendo a interpretação correta da situação do ensino: o próprio Sud Mennucci, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros. Discurso para a mudança, discurso pedagógico para a integração da mulher na sociedade: estas são as duas formas de interpretação. Podemos lançar a hipótese segundo a qual o contexto ideológico dos debates carregava estas ambigüidades: mudança e conservação.

---

[4] Lourenço Filho foi Diretor Geral da Instrução Pública e responsável pela difusão do ideário do "movimento das escolas-novas" no ensino público paulista. Fernando de Azevedo foi delegado de ensino em São Paulo e posteriormente participou ativamente das reformas educacionais do governo Vargas. A respeito da criação do discurso reformista existe vasta bibliografia. Neste trabalho utilizo basicamente os escritos de Fernando de Azevedo e os estudos de Marta Maria Chagas de Carvalho, obras estas citadas nas referências bibliográficas deste trabalho.

Os romances de Leo Vaz e Máximo de Moura Santos apresentam um tom irônico, com o objetivo de sublinhar a oratória pedante e a estrutura de poder que caracterizariam o sistema de ensino paulista. A crítica irônica e bem humorada pode ser interpretada como um recurso discursivo para moralizar os costumes e hábitos dos dirigentes do ensino e reforçar a argumentação dos reformadores da *Escola Nova.*

O professor Jeremias, escrito por Leo Vaz, conta a história de um professor primário que, depois de constantemente ridicularizado pela esposa, devido a *"miserável"* profissão que exercia, resolve abandonar a família e viver no interior de São Paulo. No romance, a Diretoria da Instrução Pública é criticada por supervalorizar as relações pessoais e formalidades protocolares e desvalorizar as atividades docentes. Ao inventar o *Manual do Perfeito Professor Público,* o narrador diz:

> *"Obra indispensável a todo mestre-escola, contendo fórmulas de cartas, officios, bilhetes, requerimentos, recibos, procurações, cambiais, congratulações, discursos sobre todas as festas e datas nacionais, sonetos, hymnos, noticias diversas, relatórios e outros modelos úteis."*

Em seguida relata a condição de subserviência dos professores, na estrutura de poder:

> *"Não há nenhuma recompensa em conhecer a pedagogia.*
> *Mas na prática é uma sólida e bela coisa. Basta dizer, Joãosinho, que a Pedagogia é uma pirâmide. No ápice, um Diretor, agudo e fino, ameaça a furar o firmamento, na base, inumeráveis mestres escolas. De permeio, quantun satis de inspetores escolares, contínuos, amanuenses e bedeis."* (VAZ, 1921: 7-8)

Leo Vaz foi, de fato, mestre-escola entre l914 e l918 e nesta época escreve o romance. Em 1919, abandona a profissão para tornar-se jornalista, crítico literário e de artes do jornal *O Estado de S. Paulo* Foi amigo de Monteiro Lobato e de Sud Mennucci (o personagem Sadi, no romance) e de Lourenço Filho.

Máximo de Moura Santos foi professor da rede pública entre 1913 e 1922, assistente técnico do Departamento de Educação, a partir de l932 e seguiu como proprietário de um Curso Ginasial e de Cursos Preparatórios de Exames em São Paulo. Era grande amigo de Sud Mennucci Em l935, retoma a temática desenvolvida por Leo Vaz, no romance *O professor Jeremias*, aproveitando as representações sobre o magistério construídas na década anterior. No romance, a interferência de políticos locais na decisão de instalação de escolas isoladas e a insatisfação quanto à formação oferecida pela Escola Normal são destacadas. O autor reforça a interpretação dos reformadores da Escola Nova, a qual havia localizado as qualidades da tradicional escola paulista, nos idos de l890 e l892, com a Reforma Caetano de

Campos. Após este período áureo, os professores e o sistema de ensino teriam entrado num período de penumbra e imobilismo.

Raimundo Pastor escreveu um livro de memórias contanto a sua experiência como professor entre l9l9 e l926, desenhando uma imagem ora sombria, ora colorida, de uma etapa de sua vida profissional. Personagens e situações são criadas para traçar um retrato do processo de formação do tipo ideal do professor, segundo o modelo da Escola Nova. A narrativa da primeira viagem ao litoral sul de São Paulo remete a um percurso simbólico, no qual o autor descobre a realidade do mundo rural e toma consciência da natureza da profissão. Efetua a escrita ficcional de sua formação, explicitando a necessidade pessoal de reflexão sobre a profissão.

Em menor ou maior grau, os textos guardam as marcas e os heróis da memória coletiva sobre a educação paulista. As diferenças de intenções e temas representam o ponto de vista individual dos autores. Temos, portanto um plano de memória coletiva e um plano de memória individual. Os romances são decorrentes de um processo de identificação social a partir da introjeção da memória histórica, mas, simultaneamente, revelam o ponto de vista pessoal através da manifestação de consciência dos conflitos entre o *vivido* e o *concebido*. (HALBWACHS, 1990). Os autores efetuam um esforço de totalização da realidade, que unificou idealmente, uma situação de instabilidade produzida pelos discursos de renovação educacional. Duplo processo de identidade, muitas vezes caminhando em sentidos opostos: como educadores aceitam a memória das *"qualidades"* do ensino paulista e, buscando a identidade individual, criam um "*ponto de fuga"*, sintetizado no ato de escrever os romances. A experiência percebida de modo fracionado; as múltiplas obrigações e representações atribuídas ao professor; o anseio de ser reconhecido como profissional; todos estes elementos estão imbricados na busca de uma identidade. Podemos entender este *"ponto de fuga"* como um conceito estético e como um processo de distanciamento dos papéis sociais.

O recurso à literatura, mobilizado pelos professores-escritores, tem um significado de rompimento com os discursos pedagógicos e políticos. Cria-se, nesta medida, uma interdição na comunicação. Os professores constroem um espaço discursivo diferenciado, próprio, autônomo, em que outras dimensões do universo profissional ganham relevo.

Referências bibliográficas:

1. Fontes e documentos:

ANUÁRIOS de Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1907-1908 e 1910.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

MENUCCI, Sud. Livros Novos: Dora Lice: O calvário de uma professora. *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1928.

MENUCCI, Sud. *A crise brasileira de educação*. Oficinas Gráficas Irmãos Ferraz, 1930.

VIEIRA, Antonio. *A professora: ensaio sobre contos relacionados com a atividade das professoras.* São Paulo: s/ed., 1956.

2. Referências Bibliográficas Gerais:

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. " O novo, o velho e o perigoso: relendo a *Cultura Brasileira*. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas (71), nov. de l989.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República.* São Paulo: BRasileinese, 1989.

CATANI, Denice Barbara.. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre* A Revista de Ensino *da Associação Beneficente do Professorado de São Paulo (l902-l9l8).*São Paulo: EDUSF, 2003 (originalmente tese de doutorado, FEUSP, 1989)

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações,* Lisboa: Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*.São Paulo: Loyola, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

MORAES, Dislane Zerbinatti. *Literatura Memória e Ação Política: uma análise de romances escritos por professores paulistas.* (dissertação de mestrado) São Paulo:Faculdade de Educação da Universidade São Paulo, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do Código de Processo a Reforma de 1841: entre acertos e erros a organização judiciária na Província de São Pedro

Elaine Leonara de Vargas Sodré*

Resumo: A partir da promulgação Código de Processo Criminal, em 1832, oficialmente deixava de existir a "hierarquia jurídica colonial" e se organizava o sistema judiciário, propriamente, brasileiro. Na prática, houve uma reorganização. Os cargos foram extintos, mas eles eram ocupados por sujeitos e estes não poderiam ser dissipáveis. A nova configuração judiciária foi determinada nas províncias. Em 1833, em São Pedro do Rio Grande do Sul, foram criadas cinco comarcas e 14 termos. Esses constituiriam-se nas sedes da administração judiciária. Na seqüência, foram nomeados os magistrados que ocuparam aqueles lugares. Entre muitas dificuldades e poucos bacharéis, funcionou o poder judiciário na primeira década de vigência do Código de Processo. Neste texto, apresentamos algumas considerações sobre esse complexo processo.
Palavras-chaves: Código de Processo Criminal – organização judiciária – Rio Grande do Sul

Abstract: From the promulgation of the Code of Criminal process, in 1832, officially it left to exist the colonial hierarchy and it was organized the judiciary system Brazilian. In the practical one, it had a reorganization. The new judiciary configuration was determined in the provinces. In 1833, in São Pedro do Rio Grande do Sul, had been created five judicial district and fourteen terms. These was formed in the headquarters of the judiciary administration. In the sequence, the magistrates had been nominated who had occupied those places. Between many difficulties and few bachelors, the judiciary power in the first decade of validity of the Code of Process functioned. In this text, we present some considerations on this complex process.
Key-word: Code of criminal process – judiciary organization – Rio Grande do Sul

A Constituição de 1824 apresentou as bases da estrutura do Estado, bem como os direitos dos brasileiros. Apesar do caráter de "lei maior" muito faltava em termos legislativos e o próprio texto constitucional indicava a necessidade de leis complementares. No caso específico do poder judiciário, além dessas, também previa a elaboração de códigos capazes de tornar exeqüíveis as determinações constitucionais. Nos anos seguintes, as Casas legislativas teriam a árdua tarefa de complementar as carências indicadas pela Constituição, bem como outras que surgiriam a partir da realidade administrativa.

* Doutoranda em História – PUCRS. Bolsista Cnpq.

Até 1822, a administração judiciária brasileira seguiu as determinações portuguesas. Após a Independência lentamente começou o processo de mudança, que principiou em 1827, quando a lei de 15 de outubro criou o cargo de juiz de paz, que foi o primeiro cargo da magistratura criado pela legislação brasileira. Esse "novo magistrado" tinha nítida semelhança com o juiz ordinário colonial. Ambos os cargos eram ocupados através de eleições, por leigos de quem não se exigia nem formação em direito, nem conhecimento das leis. O juiz de paz encarnava o caráter conciliador e essa deveria ser sua primeira e principal função. Contudo, no Brasil, ao mesmo tempo, agregava várias outras funções, tanto jurídicas, quanto administrativas e por essa característica foi alvo de muitas críticas.

Ainda na primeira década pós-independência, outras lentas mudanças alteravam a estrutura judiciária. Em 1828, a lei de 18 de setembro criou o Supremo Tribunal de Justiça, em teoria "*uma instituição mista de caráter político e administrativo, e em que o primeiro predomina mais*". (BUENO, 1972:336). Essa determinação era controversa para o Brasil, que devido a divisão dos poderes e suas atribuições acabou relegando ao Supremo "*pouca ou nenhuma função política, na verdade tinha o Tribunal, desconhecido então o poder de defesa da Constituição em face do Legislativo por meio da revisão da constitucionalidade das leis*" (NEQUETE, 2000:41). O Supremo era o vértice da estrutura judiciária, funcionava como terceira e última instância, tinha marcadamente um caráter de vigilância e sua principal competência era a revista.

Desde 1826, se ouvia entre os legisladores discursos sobre a necessidade da elaboração de um código penal brasileiro. A Câmara resolveu empenhar-se naquela tarefa. No ano seguinte, foram entregues dois projetos, um por Clemente Pereira e outro por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Uma comissão foi organizada para analisar as duas propostas e optou-se pela do segundo, não sem antes se demorar alguns anos em discussões, sendo a principal delas referente à pena capital. Em 1830, as divergências foram equacionadas e passou a vigorar o Código Criminal que era a personificação da lei penal brasileira. Até a conclusão do Código se recorria ao Livro V das Ordenações Filipinas, caracterizado pela desigualdade entre o crime e o castigo. Assim, quando comparado com a lei vigente, via-se no novo Código uma "*inspiração liberal e a atenção ao movimento reformista penal moderno*" (SILVA, 2003:227). Contudo, tal característica não foi um privilégio brasileiro, a maioria dos códigos criados na mesma época também tinham aquela inspiração.

Tão importante quanto o Código Criminal, foi o Código de Processo Criminal, cuja elaboração seguiu lento e tortuoso caminho. Em 1829, surgiu o primeiro projeto, contudo faltava-lhe uma premissa cara aos liberais: o sistema de jurados. Diante da ausência

inconcebível o projeto foi rechaçado de tal forma que nem foi apreciado pelo parlamento. Em 1831, Manuel Alves Branco apresentou nova proposta que foi rapidamente aceita na Câmara dos deputados, mas vagou mais de um ano no Senado. Em 1832, foi aprovado o Código de Processo Criminal, o primeiro depois da abdicação de D. Pedro I. Se até 1831 se observava um movimento "liberal oposicionista", com a ausência do Imperador não havia mais propósito para tal. Sendo assim, se deveria esperar que o novo código, mais do que os anteriores, servisse aos interesses daquele grupo político. De fato, são visiveis no Código de Processo, algumas premissas caras aos liberais especialmente, a descentralização administrativa, o fortalecimento do juiz de paz e a inserção do corpo de jurados.

No que se refere à estrutura do Código de Processo, a título de comparação ele era similar ao Livro I das Ordenações Filipinas, foi o responsável pela reorganização do sistema judiciário e criou uma hierarquia diferente daquela colonial. A nova organização fez poucas alterações nas instâncias superiores. No topo, manteve o Supremo Tribunal; na segunda instância, os Tribunais de Relação, que permaneciam quatro. Os cargos dessas duas esferas eram preenchidos por magistrados de carreira: os ministros e os desembargadores, respectivamente. Na primeira instância, os juízes de direito seriam nomeados pelo governo imperial, os demais cargos: juiz de paz, promotor e juiz municipal e de órfãos, seriam preenchidos pelas administrações locais ou pelo voto. O Código de Processo, também previa a nova divisão judiciária, determinando que a primeira instância ficaria dividida em distrito de paz, termos e comarcas extinguindo as Ouvidorias e Juntas de Justiça. Em sua segunda parte, determina as formas que deveriam ter os processos jurídicos.

O Código de Processo Criminal foi promulgado pela lei de 29 de novembro de 1832 e, pelo Decreto de 13 de dezembro foram dadas as instruções para a sua execução. Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o primeiro e único exemplar dele chegou em fevereiro de 1833. Em 11 de março, o presidente da província propôs, na 5ª sessão ordinária do Conselho Geral, dar execução ao Código de Processo. A principal tarefa para aqueles que estavam reunidos era o cumprimento do artigo 3º do Código, referente à nova divisão de termos e comarcas. O presidente começou por questionar se havia necessidade de se criar mais algum termo, além dos doze já existentes. Analisando a questão, "*resolveu o Conselho ser indispensável a criação de mais dois Termos, um em São Borja, e outro no Espírito Santo da Cruz Alta".* Sobre a criação das comarcas o Conselho determinou que seriam cinco: Missões, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo.

Em teoria, a partir da promulgação do Código de Processo a "hierarquia jurídica colonial" deixava de existir. Na prática, não foi tão simples, pois não era uma mera

transposição, nem se podia por fim à organização existente e começar do zero. Talvez seja mais correto dizer que houve um processo de mudança que organizou a nova estrutura jurídica tendo por base a antiga. É verdade que os cargos foram extintos, mas eles eram ocupados por sujeitos e estes ao contrário daqueles não poderiam ser dissipáveis. Na província de São Pedro, na reunião do Conselho Geral de 11 de março, ao mesmo tempo em que novos cargos eram criados, alguns deles eram providos. As novas nomeações foram exclusivamente para os lugares de juiz de direito, já que para os demais o Conselho não tinha autonomia.

Criadas as comarcas os conselheiros passaram a analisar sobre a demanda de juízes de direito em cada uma delas. As primeiras considerações foram sobre Porto Alegre, que pelas características populacionais, foi consenso deveria ter dois juízes de direito. Para Rio Grande, por "*sua extensão, e giro comercial*" também foram criados dois daqueles lugares. As outras três comarcas Rio Pardo, Piratini e Missões ficaram com um magistrado cada. O lugar de juiz de direito é o que torna mais claro a interpretação de que as nomeações estavam muito mais reformulando do que estruturando a magistratura. Visto que, conforme foi possível, realocaram-se os juízes togados que estavam em exercício na província. O ouvidor e o juiz de fora de Porto Alegre foram escolhidos como os dois juízes de direito da comarca. O juiz de fora de Rio Grande passou a ser juiz de direito da comarca, enquanto o de Rio Pardo foi nomeado juiz de direito de Piratini. Nessa mesma ocasião, "*por falta de magistrados"*, não foram indicados nomes para a vara cível de Rio Grande, nem para as comarcas de Rio Pardo e Missões. A falta a que se referiam os conselheiros era de: "*bacharéis formados em Direito, maiores de 22 anos, bem conceituados, e que tenham, pelo menos, um ano de prática no foro"*, conforme o artigo 44 do Código de Processo. Esses "ilustrados" eram indispensáveis para compor a estrutura da magistratura profissional.

Além dos quatro magistrados que foram automaticamente recolocados, faltava ainda a indicação de outros três bacharéis. Ao observar a ocupação desses lugares também se percebe que mais uma vez houve "reaproveitamento" de funcionários que já haviam atuado na província. Manoel Paranhos da Silva Velloso, por exemplo, havia sido juiz de fora de Rio Pardo, e pelo decreto imperial de 30 de abril de 1831 foi removido para o Rio de Janeiro; por ocasião das novas nomeações de 1833, foi transferido de lá para a vara criminal de Rio Grande. Outro exemplo é o de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, sabe-se que ele ingressou na magistratura em 1825, como ouvidor da comarca de Alagoas. Depois, passou a ocupar o mesmo cargo na comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde ficou até dezembro de 1831, quando para sua vaga foi nomeado outro bacharel. Nessa ocasião, Rodrigo Pontes,

encaminhou requerimento à Regência, através da presidência da província solicitando o "*lugar de Procurador Fiscal da Tesouraria desta Província com vencimento da antiguidade na carreira da Magistratura".* Em março de 1833, ele foi empossado na Câmara da vila de Rio Pardo no lugar de Juiz de Fora, um paradoxo, já que o cargo estava extinto. Depois foi confirmado como juiz de direito daquela comarca.

A comarca de Missões foi a última a ser provida de juiz de direito. O Conselho Geral valendo-se do dispositivo legal nomeou interinamente para lugar o bacharel Francisco de Sá Brito. Atenta-se para o fato de esta ser a única nomeação interina e que só valeria enquanto o Ministério da Justiça não efetuasse a definitiva, o que foi feito ainda em maio de 1833; quando nomeou o bacharel Agostinho de Souza Loureiro. Estava posto o problema! O juiz de direito interino apresentou-se na Câmara municipal de Alegrete, prestou juramento e começou a atuar. A situação agravou-se de fato quando o titular chegou para iniciar seu exercício. Previamente, havia passado por Porto Alegre, junto à presidência da província prestou seu juramento, recebeu a carta de nomeação, devida e legalmente documentado, rumou para comarca. Lá chegando soube que o cargo já estava ocupado e a Câmara de Alegrete se recusou a lhe empossar, seguiram meses de discussões, até que em maio de 1834, o Ministério da Justiça finaliza o problema, dando ordem para legalizar a posse do juiz de direito nomeado e desconsiderar a nomeação do interino.

Mas além dos juízes de direito, o quadro da magistratura era composto por juízes municipais, de órfãos e promotores públicos, tais cargos estavam vinculados às administrações municipais. Após a reunião de 11 de março, imediatamente todas Câmaras municipais foram oficiadas de suas obrigações. Entre elas, a de organizar as listas tríplices para a presidência, escolher e nomear os magistrados. Segundo o 10º artigo das Instruções ao Código "*além dos nomes se fará menção nesta proposta da profissão de cada um dos propostos, declarando-se suas luzes, serviços, inteligência, e quaisquer outras qualidades, que os tornem aptos para ocupar os cargos respectivos para que são propostos*." Os indicados para juízes municipais deveriam ser "*os três candidatos, tirados dentre os seus habitantes formados em Direito, ou advogados hábeis".* Para promotores públicos, segundo o artigo 36 do Código de Processo, estavam aptos "*os que podem ser Jurados: entre estes serão preferidos os que forem instruídos nas Leis".* Nem sempre se conseguiria cumprir as determinações legais. Nos anos seguintes, na província de São Pedro, se veria uma magistratura com poucos bacharéis e uma limitada administração judiciária.

Entre 1833 e 1845, foi possível localizar 35 bacharéis oficialmente nomeados na magistratura sul-riograndense, o que é um número muito baixo. É possível organizá-los em

dois grandes grupos, aqueles que ocupam o cargo de juiz de direito e os que ficam nos cargos inferiores até 1845, resultando dessa divisão a seguinte configuração: 46% ocuparam os lugares de juiz de direito e 56% os "demais cargos". Em "demais cargos" estão juízes municipais, de órfãos e promotores públicos. No que se refere, exclusivamente aos 46% composto pelos juízes de direito, 44% o foram na primeira nomeação de 1833. Do grupo total, 15% antes de ascender ao lugar de juiz de direito ocupou alguns dos cargos de promotor público ou juiz municipal e de órfãos. A continuidade da carreira verifica-se em 42%, que foram nomeados desembargadores para alguma das Relações do Império. Finalmente, desse grupo de desembargadores 25%, ascendem até o mais elevado posto da magistratura: ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Assim, tem-se o retrato da magistratura togada que atuou na província de São Pedro até 1845. Contudo, o grupo maior era o de magistrados leigos. Com a finalidade de sistematizar as informações desse grupo tão complexo, foi demarcado o período de 1833 a 1842, pois a partir da execução da Reforma de 1841, as nomeações dos cargos de juízes municipais, de órfãos de promotores seriam obrigações do Imperador ou dos presidentes das províncias, diminuindo consideravelmente a influências das Câmaras, já que elas passariam a indicar apenas os suplentes daqueles cargos.

A partir das listas de propostas, confeccionadas pelas quatorze Câmaras municipais da província de São Pedro, foi possível identificar 364 indicações, que referem-se a 268 nomes diferentes, isso porque 67 deles foram indicados duas vezes ou mais. Ressalta-se não serem esses números representativos da totalidade. Num exercício hipotético de funcionamento perfeito supõe-se que seriam mais de 400 indicações em toda a província entre 1833 e 1842. Contudo, essa simplificada matemática não serve para o Rio Grande do Sul, provavelmente, não sirva para outras províncias também. Uma vez que, além da periodicidade trienal, as propostas também deveriam ser encaminhadas pela Câmara, nas circunstâncias "*de falecimento, ausência por mais de um ano para fora do município, de provimento a emprego compatível, e de reconhecida incapacidade física, ou moral de cada um dos ditos empregados"* (Art. 16, das Instruções).

Desse grupo, no que se refere à profissão apenas 11% dos indicados eram bacharéis formados ou advogados. Exatamente metade do grupo era composta por "proprietários", se forem desconsiderados os 25% sem profissão declarada e ao mesmo tempo somar-se os lavradores, chega-se a mais de 70% do total. O que significa em última instância, uma maioria maciça, sem profissão, pois na categoria "proprietários" agrupamos aqueles que eram descritos como: charqueadores, estancieiros, negociantes, fazendeiros e proprietários. Ou seja, os nomes lembrados estavam relacionados com aqueles que tinham algum poder

econômico, o que não significa dizer que estavam habilitados para desempenhar a função de magistrado.

Entre os magistrados da primeira instância, apenas os juízes de direito recebiam ordenado, que era marcado pelas administrações provinciais. Logo, o emprego na magistratura eleita não era sinônimo de fonte de renda. Em alguns casos, a falta de estímulo monetário era responsável por recusas, mas havia muitos outros motivos alegados pelos indicados. Diante de tal escassez, era comum encontrar homens que se dividiam entre interesses públicos e privados. Não raro também se observa a mesma pessoa ocupando diferentes cargos nas administrações e na política municipais, por exemplo, coletor de rendas, vereador, delegado, escrivão, entre outros.

Para finalizar, as informações referentes à magistratura leiga, citamos, uma correspondência enviada pela Câmara municipal de Porto Alegre à presidência da província. Esse documento sistematiza praticamente todos os empecilhos, mais comumente alegados pelos nomeados para justificar suas recusas, bem como o infrutífero resultado do labor das Câmaras. Em meados de 1839, procurava-se candidato ao cargo de juiz municipal da Capital da província. Frente a pergunta se aceitavam a ocupação daquele cargo:

> *"produziram cada um as suas causas de recusa, o primeiro por ser empregado público na província de São Paulo, achar-se nesta com licença de 6 meses, que a pouco fora prorrogada com prazo fixo, causando-lhe excessivo desgosto que não possa desprezar seu emprego* (...); *o segundo por achar-se comprometido no Foro, como Advogado, ao patrocínio de não pequeno número de causas, tanto cíveis, como criminais, de onde principalmente tira os meios de sua subsistência; acrescendo que como empregado público que já exerce, de dirigir as escolas públicas de Instrução primária da província, não poderia bem preencher uns e outros deveres; o terceiro ponderando, como vereador atual da mesma Câmara, o legítimo impedimento de escusa, que tem para servir o dito emprego, não tanto pela sua idade de mais de 60 anos, quanto em razão das moléstias, que procede; o quarto que a sua idade avançada, e moléstias o privavam de poder aceitar semelhante encargo; o quinto, que sofrendo enfermidades com especialidade a de reumatismo e tendo a avançada idade de 65 anos, não pode por isso servir tal emprego; e o sexto finalmente, não lhe ser possível aceitar a nomeação, por não ter absolutamente nenhum dos quesitos, que se requerem para servir o emprego, além do mau estado de sua saúde, que com a idade já provecta o inabilita inteiramente para o exercício desse, e de outros cargos, que exigem saber, atividade e, energia. E parecendo a Câmara atendíveis os impedimentos ponderados, resolveu que assim declarasse* (...)*; significando a mesma Câmara a V.Exª. que continua a consultar alguns cidadãos mais, que lhe parece poderão entrar na proposta ordenada; posto que com bem pouca esperança de encontrar quem aceite a nomeação do mencionado emprego de Juiz Municipal; por isso que tendo consultado anteriormente em março deste ano para a serventia interina dele a 64 cidadãos, nenhum houve que se prestasse a tal aceitação.* Câmara municipal de Porto Alegre, 12 de outubro de 1839.

O Código de Processo conforme foi aprovado e posto em execução caracterizou o fortalecimento da justiça independente, os poderes locais e os funcionários eleitos, conjunto

esse totalmente desvinculado da administração central. Nas províncias, os presidentes poderiam interferir, mas dependiam, a princípio dos Conselhos Gerais e depois de 1834 das Assembléias provinciais. O Ministério da Justiça não tinha controle sobre a mais larga esfera da magistratura. Essa falta de controle do governo imperial sobre significativa parte da administração judiciária fez com que o Código de Processo tão logo começou viger fosse alvo de críticas e clamores por mudanças, as quais acabaram sendo personificadas na Reforma de 1841. Ao analisar a situação da magistratura da província de São Pedro, nessa década anterior à Reforma, se conclui que realmente o governo central pouco poderia intervir. Contudo, talvez mais grave que isso era a precária situação em que funcionava o poder judiciário. Os poucos bacharéis nomeados, alternavam-se entre a burocracia e a política, muitas vezes, o que menos faziam era jurisdicionar suas comarcas. Ao mesmo tempo, o restante dos "magistrados", eram leigos, mais interessados nas demandas privadas do que nas públicas. Ou seja, o problema ia além da "luta pelo poder", não bastava uma simples centralização, eram imprescindíveis alterações estruturais para dar nova dinâmica ao funcionamento do poder judiciário. No Ministério da Justiça era consenso a urgência de mudanças. A realidade que se observa na província de São Pedro, ratifica tal necessidade.

Referências Bibliográficas

BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império.* Brasília: Senado Federal, 1972.

NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência:* I. Império. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000.

SILVA, Mozart Linhares da. *O Império dos bacharéis:* o pensamento jurídico e a organização do Estado-nação no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A presença do esporte no cinema da América do Sul: apontamentos para uma análise comparada

Victor Andrade de Melo*

Resumo: Em estudo anterior (MELO, 2006), procurei demonstrar as fortes relações entre esporte e cinema no decorrer da história, notadamente suas articulações no âmbito da constituição do ideário da modernidade, bem como as potencialidades do uso de filmes enquanto fontes que podem permitir ampliar nossos olhares acerca da presença social das mais diversas práticas corporais no Brasil (esporte, educação física, capoeira, entre outras). Este trabalho pretende apresentar os passos iniciais de uma investigação que tem por objetivo discutir a presença do esporte na cinematografia da América do Sul. O intuito é coletar elementos para a construção de um estudo comparado, de maneira a testar as compreensões sobre o caso brasileiro, vislumbrando identificar se é possível pensar em linhas gerais de constituição de uma possível cultura latino-americana desde o caso dos encontros entre esporte e cinema.
Palavras-Chave: Esporte; Cinema; América do Sul.

Abstract: In another study (MELO, 2006), I tryed to demonstrate the strong relations between sport and cinema, specifically its joints in the scope of the constitution of the idea of modernity, as well as the potentialities of the use of films while sources, that can allow to extend our looks concerning the social presence of most diverse corporal practices in Brazil (sport, physical education, capoeira, among others). This paper present the first steps of a research that has for aim to argue the presence of the sport in the cinematography of the South America. The objective is to collect elements for the construction of a compared study, in way to test the hypotheses of the Brazilian case, trying to identify if it is possible to think about general lines of constitution of a possible Latin American culture since the case of the meeting between sport and cinema.
Keywords: Sport; Cinema; South América.

Introdução

Em estudo anterior (MELO, 2006), procurei demonstrar as fortes relações entre esporte e cinema no decorrer da história, notadamente suas articulações no âmbito da constituição do ideário da modernidade (na "invenção da vida moderna", nas palavras de Charney e Schwartz, 2001), bem como as potencialidades do uso de filmes enquanto fontes

* . Programa de Pós-Graduação em História Comparada/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estudo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério do Esporte (recursos da Rede Cedes).

que podem permitir ampliar nossos olhares acerca da presença social das mais diversas práticas corporais no Brasil (esporte, educação física, capoeira, entre outros).

Procurando chamar a atenção para as peculiaridades das relações entre cinema e história, dediquei-me notadamente, em linhas gerais, às seguintes tarefas: a) mapeamento da produção cinematográfica nacional que de alguma forma aborda o esporte; b) utilização dos filmes para discussão de temáticas específicas, na sua articulação com o esporte (tais como construção de masculinidade e formação de identidade nacional).

Está investigação, ainda em fase inicial, objetiva discutir a presença do esporte na cinematografia da América do Sul. Por que investir nesses esforços de pesquisa? Depois de muitos anos nos quais a produção brasileira esteve limitada a poucas referências, a partir da década de 1990 é possível observar um aumento exponencial do número de estudos históricos que têm como objetos de investigação as práticas corporais institucionalizadas.

Uma característica marcante dessa produção é que normalmente tratam-se de estudos locais ou regionais, relacionados a cidades ou estados, clubes, personalidades, fatos ou temas específicos. Obviamente isso se dá por ser uma clara tendência nas investigações históricas como um todo, algo acirrado pelas próprias condições operacionais que se impõe aos pesquisadores, notadamente a escassez de tempo e a dificuldade de acesso a arquivos e documentos.

A despeito da importância dessa produção, algumas questões merecem ser levantadas. Não estaríamos perdendo a visão do "todo" em função da fragmentação das abordagens? Como ampliar nossa visão acerca da realidade nacional sem crer que essa é simplesmente o resultado da soma dos entendimentos locais? Como fazer dialogar o cenário brasileiro com outros contextos? Talvez o método da História Comparada possa nos apontar alguns indicadores para responder, ainda que parcialmente, tais perguntas.

Argumentamos que a implementação de estudos comparados pode nos apontar excelentes indicadores para entender mais profundamente a América do Sul, testando as compreensões sobre a realidade brasileira, prospectando o espaço e o papel do esporte na formação cultural do continente, vislumbrando identificar se é possível pensar em linhas gerais de constituição de uma possível cultura latino-americana, as entendendo a partir de suas peculiaridades de hibridização (CANCLINI, 1997), desde o caso dos encontros entre esporte e cinema.

Neste estudo apresentaremos apenas um balanço do trabalho inicial de investigação, realizado com os países sul-americanos. Analisou-se a cinematografia de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela,

identificando-se em quais películas o esporte esteve presente. Posteriormente analisaremos os sentidos e significados dessa presença no contexto de cada país. Por fim, pretende-se realizar a comparação com o caso brasileiro.

Coletando fontes na cinematografia dos países da América do Sul

Quando, no ano de 2003, demos início ao projeto "Esporte e arte: diálogos"[1] (na época ainda com o nome de "Memória do esporte no cinema brasileiro"[2]), nosso intuito era levantar cenas de esporte presentes em filmes brasileiros (a princípio somente longas-metragens) de forma não só a discutir as suas representações (com o intuito de melhor descortinar o importante papel que duas das mais importantes manifestações culturais ocuparam na construção da cultura brasileira) como também os diálogos intersemióticos entre ambas (esperando melhor debater o papel do esporte na constituição do imaginário da modernidade).

Para tal, estabelecemos níveis de presença das cenas de práticas esportivas, categorizados em 3 listas: a) filmes onde o esporte é o tema central; b) filmes onde ocupa lugar de importância, ainda que não seja central; c) filmes onde é mero coadjuvante (aparece em poucas cenas, intencionais ou ocasionais). Adotamos também alguns princípios básicos: a) um conceito ampliado de esporte, de forma a captar de maneira multifacetada as representações do objeto; b) se houver dúvida, cadastramos a película em nosso banco de dados[3], dando visibilidade e contando que futuramente o uso por parte dos pesquisadores ajude a refinar nosso esforço de catalogação.

Para proceder nossa coleta de dados, utilizamos basicamente: a) o trabalho de catalogação de Silva Neto (2002); b) o banco de dados da Cinemateca Brasileira; c) outros bancos disponíveis na Internet; d) indicações bibliográficas diversas. Temos refinado esse processo da seguinte maneira: a) mantendo atualizado o banco com novos filmes que são lançados; b) descobrindo cenas em filmes antigos que nos passaram desapercebidos; c) corrigindo dados a partir de informações de livros, de Internet e de pesquisadores; d) dando seqüência a busca em outros bancos de dados. Considerando o mês de maio de 2007, temos hoje 240 longas nacionais cadastrados, sendo que em 79 o esporte é o assunto central.

Desde aquele momento nos indagávamos sobre a possibilidade de estender esse esforço para o cenário internacional (algo que estamos também fazendo com a catalogação de obras de artes plásticas), mas reconhecíamos que: a) isso seria de grande dificuldade

[1] . Maiores informações em: www.anima.eefd.ufrj.br/esportearte.
[2] . Maiores informações em: www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema.
[3] . Maiores informações em: www.anima.eefd.ufrj.br/esportearte.

operacional; b) no que se refere a filmes europeus e norte-americanos, já existem outros bancos que, ainda que deficientes, cumprem parcialmente a função.

Mas e no que se refere à América do Sul? No decorrer desse processo três fatores nos motivaram: a) não encontramos bancos de filmes sobre esporte na América Latina; b) cresceu muito o nosso interesse pelo nosso continente e por iniciativas de intercâmbio; junto a isso emergiu também uma clara postura política e o nosso desejo de ajudar a melhor compreender nossa formação cultural, o processo histórico pelo qual passamos; c) efetivamente descobrimos que era possível construir bancos de dados, ainda que parciais, fazendo uso da internet e de livros publicados nos países sul-americanos.

Assim sendo, este estudo inaugura os nossos esforços latino-americanos. Certamente temos que ter em vista algumas observações: a) se no caso brasileiro o nosso trabalho é parcial, no que se refere a outros países é ainda mais, pois temos, lamentavelmente, poucas possibilidades de assistir a maioria dos filmes, fazendo uso, portanto, das sinopses e/ou roteiros; b) por esse motivo, na catalogação de filmes de alguns países, preferimos não classificá-los em listas, temendo erros maiores; c) temos mais dificuldades de atualização com as películas recém-lançadas, já que a maioria não chega ao Brasil.

Ainda que com essa série de limites, cremos que nossos esforços podem se mostrar alvissareiros. Mesmo sabendo que muitos filmes ficarão de fora, esperamos que os identificados já se constituam em material suficiente para nossos intuitos de construção de um estudo comparado. Mais ainda, a experiência com a América do Sul nos incentivou a ampliar a esfera de nossos estudos: atualmente já temos em nosso banco dados do cinema de Portugal, Espanha, México, Cuba, bem como temos projetos de abordar a cinematografia de países africanos, asiáticos e mesmo europeus.

Passemos então a apresentar o resultado de nossa coleta de fontes em 9 países da América do Sul[4].

Argentina

O cinema argentino é um das mais reconhecidos e premiados do mundo, sendo também o mais farto em número de títulos dos países estudados. Em função desse aspecto, do importante espaço que o esporte ocupa neste país e da qualidade do material usado para consulta, foi no que mais encontramos filmes onde o esporte é representado: 123, sendo o primeiro de 1921 e o último de 2006.

[4] . Os dados completos das películas estão disponíveis em www.anima.eefd.ufrj.br/esportearte.

Entre as modalidades esportivas, estão presentes: automobilismo, basquete, esqui, ciclismo, turfe, iatismo, remo, natação, rugby, lutas, ginástica e principalmente futebol e boxe, práticas de grande importância para os argentinos. Vale destacar a presença de importantes diretores, atores e atrizes, bem como destacados filmes da cinematografia argentina entre os cadastrados.

Para a coleta de fontes, fizemos uso dos seguintes materiais: a) a publicação de Manrupe e Portela (1995); b) bancos de dados na Internet; c) livros sobre a história do cinema argentino.

Dada a fartura e qualidade do material, pretendemos futuramente priorizar o estudo comparado entre Brasil e Argentina.

Bolívia

A Bolívia parece ter freqüentemente encontrado dificuldades para o desenvolvimento de sua cinematografia nacional (dificuldade de produção e exibição, intermitência, dificuldades técnicas, entre outros), algo que, em diferentes graus, é comum a todos os países latino-americanos, mesmo naqueles em que há uma produção maior (caso do Brasil, da Argentina, do México e de Cuba).

Assim como nos outros países, as primeiras cenas de esporte são encontradas antes em cinejornais e/ou documentários curtos do que em longas-metragens. Por exemplo, em 1912, Luis Castillo e J. Goytisolo lançam suas primeiras películas, exibindo o cotidiano das cidades, onde encontramos algumas cenas esportivas.

Isso também pode acontecer em películas como "Por mi Patria" (1924), documentário sobre os costumes do povo boliviano, lançado tendo em vista o centenário da república, e "Al pie del Illimani" (1948), da empresa Emelco, um documentário sobre os festejos do IV centenário de fundação de La Paz. Fazem-se necessárias maiores investigações para que tenhamos uma posição mais concreta.

De qualquer forma, identificamos 5 películas recentes onde o esporte esteve representado: tratam-se de cenas de boxe, de futebol, de futebol americano, de lutas e de um filme dedicado a realização dos VIII Jogos Bolivarianos (1978).

Chile

O trabalho de investigação com a cinematografia chilena foi bastante empolgante. Mesmo enfrentando problemas diversos, trata-se de uma história fascinante, cuja documentação pode ser encontrada em abundância na rede.

Nesse país, o cinema também chegou no final do século XIX, com a exibição das na época comuns vistas documentais. Os historiadores chilenos apontam que a primeira película nacional foi exibida em 1900, exatamente dedicada a uma prática esportiva: "Carreras em Viña", sobre corridas de cavalos no hipódromo de Viña del Mar. O esporte aparece em muitas dessas películas pioneiras.

Dos primórdios do cinema naquele país, há duas películas de grande importância onde o esporte esteve presente. Preferimos não inseri-los na lista de longas-metragens por não termos clareza de suas especificações técnicas (parecem ser no máximo médias-metragens). Uma delas é "Las aventuras de Juan Peco Boaxeador" (1925), de Alberto Santana; a outra é "El Rayo Invencible" (1925), de Jorge Délano, sobre competições com cavalos. Há também registros de participação do boxeador Luis Vicentini em 3 filmes: Tración (1925), Martín Rivas (1925) e "Diablo Fuerte" (1925).

Apesar disso, somente encontramos 5 longas onde cenas de esporte estiveram retratadas, todas da última década. Destaca-se o futebol.

Colômbia

No caso da lista dos filmes colombianos, usamos três tipos de fontes: a) o livro "Largometrajes colombianos em cine y video: 1915-2005", publicado pela Fundación Patrimonio Fílmico Colombiano; b) o banco de dados "the internet movie database"; c) outras informações na Internet.

O material utilizado nos permitiu acesso a boas informações. Foram encontrados 24 filmes, com destaque para as películas boxe, futebol e ciclismo, só em menor número do que a Argentina e o Brasil.

Equador

Tivemos bom acesso à produção equatoriana para fazer nossa busca, bem como auxílio da Cinemateca do país, por nós contactada por e-mail. A despeito de muitas cenas em cine-jornais e curtas-metragens, no que se refere aos longas-metragens, entre os cerca de 20 filmes já realizados naquele país, dois tematizam o esporte: um centralmente dedicado ao futebol e outro onde vemos cenas de lutas.

Peru

A cinematografia peruana parece bem intensa, ainda mais se a compararmos a outras realidades latino-americanos. Provavelmente ocupa um lugar intermediário entre países de maior produção (Brasil, Argentina, Cuba e México) e países cuja produção é bastante pequena.

Vale destacar que encontramos mais de 80 longas-metragens peruanos, uma boa produção de curtas e realizações bastante antigas. Um elemento, contudo, dificultou nossa busca: a pouca organização das informações e o fato de que o sítio da filmoteca peruana, ligada ao Museu de Artes, estava fora do ar.

No que se refere ao esporte, assim como em outros países, encontramos cenas esparsas nas primeiras películas nacionais de caráter documental. Mas, até esse momento, só conseguimos encontrar um longa-metragem, bem recente aliás, dedicado ao futebol.

Paraguai

Em nossas buscas até agora, certamente o caso paraguaio é o que expressa menor grau de desenvolvimento cinematográfico e menor organização das informações. Ainda que exista uma cinemateca, criada bastante tardiamente em relação a outros países (1989), pouco se consegue saber sobre suas atividades, não há um sítio nem e-mail para contato. Tudo indica que a instituição ainda se organiza e/ou vive precariamente.

O número de títulos encontrados, notadamente de longas-metragens, também é bem pequeno. A primeira película, um curta de 10 minutos, realizada por paraguaios foi realizada somente em 1925, "Alma Paraguaya", de Hipólito Jorge Carón. Anteriormente, somente estrangeiros realizavam os comuns informes e cenas da vida cotidiana, dos quais não foi possível coletar mais informações.

Cenas de esporte poderiam ser encontradas nas películas documentais de 9 e ½ mm realizadas por Agústin Carrón Quell: o Automóvel Clube de Assunção, lutas de boxe no já não mais existente Parque Morocoa, corridas de automóveis. Grande parte desse material se perdeu ou se encontra em más condições de preservação.

Entre os longas-metragens, não foi possível identificar nesse momento cenas de esporte.

Uruguai

O caso uruguaio é bastante curioso. De acordo com as informações disponíveis no sítio "El cine em Uruguay" (http://cineuruguayo.cinecin.com/), fonte principal de nosso trabalho, a cinematografia uruguaia passou por muitos percalços, ainda que tenham sido

produzidas películas de boa qualidade. Assim sendo, não é muito extensa a lista de longa-metragens produzidos naquele país.

A despeito disso, o esporte esteve presente já nas origens do cinema uruguaio. A primeira película realizada naquele país, em 1898, por Félix Oliver, comerciante espanhol radicado no país, que trouxera da Europa o equipamento para realizar a filmagem, foi "Uma carrera de ciclismo en el velódromo de Arroyo Seco", disponível no sítio acima citado.

Curiosamente quase foi relacionado ao boxe o primeiro longa uruguaio de ficção "Puños y Nobleza", estrelada pelo pugilista Angelito Rodríguez. Por problemas diversos na produção, tal película não chegou a estrear. Em 1930, outro documentário de curta-metragem pela primeira vez incluiu o futebol no cinema: "Campeonato Mundial de football de 1930".

Ainda assim, somente bem mais tarde surgiriam as primeiras cenas de esporte nos longas-metragens (em 5 nos quais a temática esteve presente, todas com o futebol) e na cinematografia uruguaia só há um longa-metragem especificamente dedicado ao assunto: "Uruguayos campeones", um misto de documentário e ficção realizado por ocasião da conquista da Copa do Mundo de 1950.

Venezuela

O processo de busca de filmes venezuelanos onde o esporte tenha sido retratado foi também bastante curioso. Inicialmente encontramos uma produção cinematográfica ampla e mesmo uma boa organização das informações. Contudo, menos do que nos outros países, encontramos referências ao esporte nas sinopses.

Assim sendo, somente localizamos um filme onde o esporte é retratado, o que possivelmente, desconfiamos, não corresponderia à realidade. Assim, entramos em contato com a cinemateca venezuelana, solicitando apoio à nossa investigação, procedimento, aliás, que tomamos com todos os países pesquisados.

A Cinemateca Venezuelana nos respondeu (somente a Equatoriana fez o mesmo) e foi possível identificar mais 4 longas. O destaque: beisebol.

Para terminar

Dada a natureza dessa investigação inicial, não há uma conclusão propriamente dita. Podemos dizer que já é possível traçar as primeiras observações: a) há um maior número de filmes de esporte onde a cinematografia é maior; b) há um maior número de filmes de esporte em países que obtém bons resultados em competições esportivas; c) a um maior

número de filmes de esporte em países que não tem tantos problemas sociais relacionados à construção de sua identidade.

De qualquer forma, está claro que devemos dar seguimento as investigações em livros locais e/ou cinematecas dos países, bem como que já temos bom material para dar início a nossas pesquisas de natureza comparada.

Referências

CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

CHARNEY, Leo, SCHWARTZ, Vanessa (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac e Naify, 2001.

MANJUPE, Raul, PORTELA, Maria Alejandra. *Un diccionário de films argentinos*. Buenos Aires: Corregidor, 1995.

MELO, Victor Andrade de. *Cinema e esporte: diálogos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2006.

SILVA NETO, A. L.. *Dicionário de filmes brasileiros*. São Paulo: Futuro Mundo Gráfica e Editora, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Teatro Popular": a dramaturgia nacional em debate

Carla Michele Ramos*

Resumo: Em fins da década de 1950 o teatro brasileiro passou por um processo de mudanças em relação à linguagem e às temáticas abordadas. A realidade nacional passou a ser o foco de discussão entre jovens artistas que freqüentavam o Teatro de Arena de São Paulo e que posteriormente passaram a fazer parte do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), movimento que teve início em 1961. Essa apresentação visa compreender o debate em torno do "teatro popular" realizado por dramaturgos e intelectuais que participaram dessas duas entidades e que através de suas perspectivas contribuíram para a renovação da linguagem teatral. Na intenção de verificar como esse debate se fez presente nas produções teatrais da época, o estudo irá privilegiar as peças *Eles Não Usam Black-tie* (1958) de Gianfrancesco Guarnieri e *A Vez Da Recusa* (1961) de Carlos Estevam Martins.
Palavras-chave: Teatro Popular - Teatro Brasileiro - CPC da UNE

Abstract: At the end of 1950, Brazilian theatre changed in language and themes. Young artists that used to play at Teatro de Arena, São Paulo, started to focus and discuss Brazilian reality; they joined afterwards the Popular Center of Culture of the National Union of Students (CPC of UNE), a movement started in 1961. This presentation aims to understand the speeches about the "popular theater" by dramatists and intellectuals that participated of those two entities and the way they have contributed for the renewal of the drama language. We intend to verify this debate on drama productions, so we are going to study some of the dramas *Eles não usam* Black-tie (1958), by Gianfrancesco Guarnieri and *A Vez da Recusa* (1961), by Carlos Estevam Martins.
Keywords: Popular Theatre - Brazilian Theatre - CPC of UNE

> *Já não estamos mais na época da torre-de-marfim, na qual prevalecia a concepção da arte pela arte. O artista não pode ficar indiferente às aspirações da humanidade, às lutas, ao sofrimento, às alegrias. Não pode ficar apático, fechado em sua arte, burilando palavras e publicando coisas apenas eruditas, sem finalidade. A função do artista é despertar a nacionalidade, expondo os problemas tristes ou os casos alegres sem subterfúgios. (BORBA FILHO, 1957:181-182).*

Hermilo Borba Filho no artigo *Um teatro brasileiro* (Revista Brasiliense, nº12) abordou uma das questões bastante discutidas no meio intelectual durante as décadas de 1950 e 1960, sobre a função do artista e da sua obra. Como podemos observar, o autor revela a

* Mestranda do Curso de Pós-graduação em História da UNIOESTE – campus de Marechal Cândido Rondon, PR

necessidade de um comprometimento por parte do artista em realizar uma atividade com propósitos sociais, uma ação que não poderia estar alheia à vontade da população. A função da arte foi tema abordado em diversos artigos redigidos nesses anos, gerando uma série de concepções entre artistas brasileiros. O teatro começava a ser compreendido pelos intelectuais como espaço de discussão de assuntos nacionais. Sendo "uma arte essencialmente popular no sentido mais elástico da palavra" (1957: 180) essa arte deveria se identificar com o público e conquistar aceitação entre as platéias mais marginalizadas do acesso à cultura. Nesse mesmo artigo, Borba afirmou que um dos meios para construir um teatro brasileiro era buscar temas relacionados ao povo, pois só a partir daí o público teria condições de compreender e discutir as perspectivas encenadas. A arte dramática brasileira, na sua visão, ainda não teria atingido o povo; - os motivos de tal afastamento eram o fato de os dramaturgos não buscarem seus temas no meio da população e também por ser o espetáculo teatral inacessível a maioria das pessoas devido ao preço do ingresso. O artigo de Borba Filho põe em relevo uma perspectiva artística que foi se difundindo no espaço intelectual brasileiro, principalmente no ambiente teatral. A necessidade de uma renovação na linguagem artística favoreceu o surgimento de teses culturais nacionalistas e revolucionárias. Essas teses podem ser identificadas nos artigos construídos por intelectuais da época e também em suas obras de arte, e no caso da dramaturgia, nos textos teatrais. Nas edições da Revista Brasiliense, além do artigo já citado, outros fazem referência diretamente à questão do teatro popular e nacional[1].

O período final da década de cinqüenta foi definido por Santiago (1959) como um momento de renovação do teatro brasileiro, uma fase onde os dramaturgos buscavam uma estética condizente com a realidade do povo brasileiro, destacando seus anseios e problemas. Nessa época a peça *Eles Não Usam Black-Tie* (1958) já estava sendo encenada no Teatro de Arena (TA) de São Paulo, peça que, para Paulo Pinto, teve um especial sabor para os marxistas, pois recolocava a "velha e discutida tese da obra de arte servindo a revolução" (1958:181). O texto teatral criado por Gianfrancesco Guarnieri marcava uma nova fase nas artes brasileiras, onde a intelectualidade passava a buscar inspiração nas situações vividas pelo povo. Críticos da época, como Décio de Almeida Prado, Delmiro Gonçalves, Paulo Francis e Sábato Magaldi[2] discutiram as principais características da peça de Guarnieri e seu

[1] Para citar alguns: *O teatro como expressão da realidade nacional* (Gianfrancesco Guarnieri, nº25, 1959); *Teatro nacional popular* (Haroldo Santiago, nº26, 1959); *Teatro e nacionalismo* (Idem, nº27, 1960); *Pelo realismo revolucionário* (Octavio Brandão, nº35, 1961); *Experimento de um teatro popular* (E.C.N., nº38, 1961); *Centro Popular de Cultura* (Idem, nº42, 1962) e Novos caminhos do teatro universitário (Camila Ribeiro, nº43, 1962).

[2] As concepções desses críticos estão presentes no livro GUARNIERI, Gianfrancesco. **Eles Não Usam Black-Tie**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

impacto na dramaturgia brasileira. Para Francis, (Revista Sr.- janeiro de 1960), esse artista marcou o despertar daquela geração que buscava no povo a essência da obra de arte. Prado, (*Teatro em Progresso*, Editora Martins), definiu-o como um jovem fenômeno. De uma carreira de ator iniciada alguns anos antes no Teatro Paulista do Estudante Guarnieri recebeu vários elogios por construir uma peça que "trouxe para o nosso palco os problemas sociais provocados pela industrialização, com o conhecimento das lutas reivindicatórias de melhores salários" (MAGALDI In: GUARNIERI, 1987, 16-17).

Eles Não Usam Black-Tie possui como temática principal o conflito entre pai (Otávio) e filho (Tião) sobre a ação grevista. O pai defendia a greve, sem medo de perder o emprego Otávio representava os interesses coletivos, enquanto Tião, que está noivo, preocupado com o futuro da sua esposa e do bebê que estava por vir, resolve furar a greve, contrariando a sua comunidade. A peça mostra que o fato de Tião não aderir à greve não está relacionado somente ao amor que sente por sua noiva (Maria). Tião não se identificava com o morro e nem com a fábrica onde trabalha, desprezava a amizade do pessoal acreditando que ela não iria ajudá-lo a se ajeitar na vida. Seu pai preferiu sustentar a idéia de que a culpa de tudo isso era de ter mandado o filho ainda adolescente para a casa de seus padrinhos na cidade. A personagem Romana, esposa de Otávio, representava a mulher companheira que mesmo nas dificuldades estava ao lado do marido, defendendo os interesses da família. Quando tomou conhecimento da atitude de seu filho permaneceu ao lado do marido na decisão de não aceitá-lo mais em casa, mas nem por isso perdeu o carisma de mãe, questiona, mas não condena.

No momento final da peça, Tião tenta convencer Maria que furar a greve foi a melhor maneira de não perder o emprego e que a ida à cidade será uma mudança positiva para o casal. A noiva questionou o valor de companheirismo do rapaz, acredita que fora do morro não haveria felicidade e por isso resolve permanecer na favela educando o filho que receberá o nome do avô. A separação de Tião não significa ausência de postura por parte do autor, a intenção no decorrer da peça é mostrar os interesses divergentes entre pai e filho na intenção de caracterizar cada parte que as duas personagens representam (coletivo x individualismo). Em vários momentos da peça é exaltado o valor da amizade, da luta reivindicatória e do convívio comunitário, enquanto, que o peleguismo, o medo de perder o emprego e o individualismo são questionados. Além disso, três falas demonstram o sentido político que o autor tentou passar ao público. A primeira quando Romana, ao despedir-se do filho, diz que ele ainda vai ver que é melhor passar fome no meio de amigo do que no meio de estranho. Outro momento é a decisão de Maria de não acompanhar o noivo, uma fala triste, mas com

esperança, pois ela termina pedindo para que ele volte ao morro quando acreditar na sua gente. E a última fala de Otávio na peça dirigida à sua esposa "enxergando melhó a vida, ele volta" (GUARNIERI, 1987:115), instante em que se une decepção e expectativa positiva de um dia o filho regressar ao lar e ao mundo que pertence.

A temática social abordada por Guarnieri e o seu sucesso no TA provocaram um ânimo no espaço artístico brasileiro. Um autor brasileiro, falando de uma questão nacional, com uma linguagem que se identificava com a região a qual abordava e que não utilizava um discurso panfletário e extremista - ao contrário, deixava o público conhecer as razões dos dois mundos em contrastes. Por isso a peça foi vista pelos críticos já citados como um marco da renovação teatral brasileira. Para Magaldi, o clima de euforia trazido pelo êxito da peça *Eles Não Usam Black-Tie* apressou a criação dos seminários de dramaturgia:

> *Aberto em abril de 1958, dois meses após a estréia da peça de Guarnieri, o Seminário abrangia os seguintes itens: 1) parte prática – a técnica de dramaturgia; b) análise e debates de peças; 2) parte teórica – a) problemas estéticos do teatro; b) características e tendências do teatro moderno brasileiro; c) estudo da realidade e artística e social brasileira; d) entrevistas, debates e conferências com personalidades do teatro brasileiro. A seleção e o encaminhamento de peças e a divulgação das teses e do resumo dos debates competiriam à Secretaria do Seminário. (1984:33).*

A partir do sucesso da peça de Guarnieri vieram outros textos que contribuíram de maneira significativa à dramaturgia nacional. Entre eles: *Chapetuba Futebol Clube* (1959) de Oduvaldo Vianna Filho e *Revolução Na América Do Sul* (1960) de Augusto Boal. Essas peças marcaram uma nova fase no TA, a afirmação do autor brasileiro no espaço teatral gerando uma renovação na linguagem e nas temáticas abordadas. O principal desdobramento disso foi a riqueza de debate em torno do teatro nacional. No ano seguinte à estréia de *Eles Não Usam Black-Tie*, Guarnieri manifestou suas idéias sobre a dramaturgia brasileira no artigo *O teatro como expressão da realidade nacional* (Revista Brasiliense, nº25, 1959), ressaltando a necessidade do público de assistir a peças que falassem da realidade brasileira, dos problemas que viviam, daquilo que era sensível ao povo. Em relação aos autores da época, propõe que lutem contra os empecilhos trazidos pela imaturidade, procurando uma definição em sua obra.

O neutralismo e a atitude reacionária dos artistas era inaceitável para Guarnieri, e o caminho para uma dramaturgia nacional era a "definição clara ao lado do proletariado, das massas exploradas" (1959: 124). Na sua visão, o artista deveria se definir como homem, elemento da sociedade e participante ativo em suas lutas, vivendo os problemas de seu povo, aderindo às reivindicações do proletariado. Essas condições seriam essenciais para alguém

que pretenderia escrever com sinceridade e justeza sobre o povo. Mas não adiantava somente conhecer e conviver com o povo, retratando no palco suas situações e seus anseios, era preciso renovar o público, sair em busca de novas platéias, atingir as grandes massas, habituando o povo brasileiro a assistir espetáculos teatrais. A conquista de um teatro popular para o autor deveria ser feita no terreno político, dramaturgia que consistia em:

> *Fazer um teatro de temas populares, cantando as possibilidades, conquistas e lutas de nosso povo, impondo uma cultura popular, demonstrando à minoria que vai a teatro o que ela ignora, não perdendo oportunidades de uma vez ou outra, realizarmos espetáculos para as grandes massas e na, prática, através de uma luta política, batalharmos pelas reivindicações mais sentidas de nosso povo, colocando entre elas, o teatro. (1959:126).*

Com a peça *Eles Não Usam Black-Tie* o debate em torno da dramaturgia popular e nacional proporcionou o surgimento de diferentes concepções e experiências teatrais. O caminho para um teatro que abordasse temas sociais estava sendo trilhado por alguns dramaturgos, mas a questão do contato com o grande público[3] ainda gerava insatisfação entre os artistas. Haroldo Santiago (1959) destacou que o Teatro de Arena tinha como intenção ideológica comunicar-se com um público mais popular, mas infelizmente a instituição falhava, pois para sobreviver financeiramente precisava cobrar ingressos com valores que estavam fora do alcance da maioria da população brasileira. Na sua visão, era necessário que os sindicatos e outras entidades que representavam as classes operárias organizassem grupos teatrais e oferecessem espetáculos a preços mínimos. Num outro artigo, o crítico apontou que os espetáculos dessa companhia teatral "ficam ainda restritos a uma minoria de iniciados que se abriga neste grupo" (1960:189). Afirmava que um teatro para ser nacional só poderia ser um teatro que apoiasse o proletariado na luta por sua emancipação humana.

O fato do Teatro de Arena limitar-se a realizar espetáculos para uma minoria populacional contribui para a saída de Oduvaldo Vianna Filho, um dos fundadores do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), movimento que surgiu em 1961 na cidade do Rio de Janeiro após uma experiência teatral na faculdade federal de arquitetura desta cidade. Nesse espaço acadêmico jovens artistas encenaram a peça *A Mais-Valia Vai Acabar, Seu Edgar*, texto produzido por Vianna e dirigido por Francisco de Assis com o auxílio de Carlos Estevam Martins, sociólogo que freqüentava o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Essa peça tinha como objetivo explicar o conceito de mais-valia, a partir de uma crítica do sistema capitalista. O intenso fluxo de pessoas durante as apresentações

[3] Termo que está sendo empregado para substituir "massas", no sentido de um público mais popular como: operários, estudantes e camponeses.

dessa peça fez com que as pessoas envolvidas no espetáculo teatral e outros como Leon Hirszman procurassem a diretoria da UNE e firmassem uma ligação entre a entidade cultural e a entidade estudantil.

Essa fase transitória foi registrada por Vianna num artigo intitulado *Do Arena ao CPC* (Revista Movimento, outubro, 1962). Nele o dramaturgo questionava a limitação do Teatro de Arena em contentar-se com a produção de cultura popular e não construir a responsabilidade de divulgação e massificação dessa cultura. Para o autor não bastava um teatro inconformado; era preciso uma "arte que enfrenta os problemas mais fundos da existência humana, que indaga com mais vigor e mais audácia a origem dos comportamentos, os porquês das circunstâncias que nos envolvem" (1962:33). Portanto, a arte dramática deveria questionar a realidade, comprometendo-se com os problemas vividos pela maioria das pessoas, sendo esta a função da dramaturgia; caberia ao artista brasileiro optar pela participação ativa no plano social. Na entrevista a Ivo Cardoso em 1974 (PEIXOTO, 1983: 174), afirma que um dos objetivos dos intelectuais cepecistas era "horizontalizar a cultura, de levá-la ao povo que se manifestava através dos sindicatos, dos seus jornais, das suas organizações".

Carlos Estevam Martins, primeiro diretor da entidade cepecista, escreveu a peça *A Vez Da Recusa* em 1961. Dividida em três atos ela possuía 40 personagens, o hino da juventude socialista e vários slides de apresentação. A função dos slides era denunciar questões como a fome, o analfabetismo, a pobreza e o imperialismo. O público não se deparava somente com as críticas, mas também com a reflexão e a ação. Num dos slides o Brasil foi caracterizado como colonial, servil e capitalista, entretanto há uma crença na mudança e uma voz declarava que na "segunda metade do século vinte, os povos da América Latina despertavam para a consciência e a luta" (PEIXOTO, 1989: 144). O texto abordava a deficiência do ensino superior brasileiro denunciando o sistema de cátedra vitalícia e o sistema classista e arcaico da universidade. O personagem Felipe, vice-presidente do diretório acadêmico, colocava a necessidade da reforma educacional, pois acreditava fazer parte de uma nova geração formada por "jovens de hoje, da recusa de ontem e no desafio aos de amanhã" (PEIXOTO, 1983: 184). A peça além de abordar questões que estavam em discussão na conjuntura política de 1961-64, como a reforma universitária e a aliança operário-estudantil, também destacou o pensamento revolucionário socialista que influenciava as posturas políticas estudantis naquele período, seja pela Revolução Cubana que serviu de exemplo para muitas lutas, seja pelo PCB que atuava por meio de suas idéias entre as forças de esquerda.

Martins redigiu um artigo em 1962, intitulado *Por uma arte popular revolucionária* na Revista Movimento, e nele revelou que os artistas do CPC conceberam como forma artística a *arte popular revolucionária*, arte que acreditava ser a expressão do povo brasileiro. Ao revelar que fora da política não haveria arte popular, esse intelectual procurou demonstrar que a intenção da obra artística era iluminar e mobilizar o ser total do homem. O popular, na sua concepção, era a identificação com a aspiração fundamental do povo.

> *Nossa arte se populariza porque repudia a métrica e a ótica do ego da arte alienada e ambiciona, ao contrário, intensificar em cada indivíduo a sua consciência de pertencimento ao todo social; busca investi-lo na posse dos valores comuns e das aspirações coletivas, consolidando assim sua inserção espiritual no conjunto dos interesses comunitários.*
> *A popularidade de nossa arte consiste por isso em seu poder de popularizar não a obra ou o artista que a produz, mas o indivíduo que a recebe e em torná-lo, por fim o autor politizado da polis. (MARTINS, 1962).*

Em relação às peças que aqui foram abordadas podemos constatar duas formas diferentes de se dirigir ao povo. Em *Eles Não Usam Black-Tie* o autor problematizou um tema nacional – a greve – a partir do conflito de geração, a linguagem do morro foi priorizada e a maneira que os fatos foram conduzidos demonstra a tentativa de não cobrar do público uma postura a favor de Otávio ou de Tião. A platéia era convidada a refletir sobre um problema que atingia a população brasileira levando em consideração o contexto das personagens envolvidas. Em *A Vez Da Recusa,* Martins utilizou uma linguagem mais direta e militante, uma vez que ela foi encenada ao público estudantil na intenção de politizá-lo sobre a necessidade de uma reforma universitária. As experiências teatrais que emergiram no Brasil durante os anos finais da década de 1950 e início de 1960 representam o intenso debate em torno da dramaturgia popular e nacional, modelo que foi entendido ora como expressão da realidade social, ora como instrumento político de conscientização e mobilização.

Referências bibliográficas:

BORBA FILHO, Hermilo. *Um teatro brasileiro*. In: **Revista Brasiliense**. nº.12. São Paulo: Brasiliense, julho-agosto, 1957. Pp.180-188.

GUARNIERI, Gianfrancesco. **Eles Não Usam Black-Tie**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUARNIERI, Gianfrancesco. *O teatro como expressão da realidade nacional*. In: **Revista Brasiliense**. nº.25. São Paulo: Brasiliense, setembro-outubro, 1959. Pp.121-126.

MAGALDI, Sábato. **Um palco brasileiro:** O Arena de São Paulo. São Paulo: Brasiliense. 1984.

MARTINS, Carlos Estevam. *Por uma arte popular revolucionária.* In: **Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes.** nº.2. Editora Universitária, maio, 1962.

PEIXOTO, Fernando. (org.) **O melhor do teatro do CPC da UNE**. São Paulo: Global, 1989.

PEIXOTO, Fernando. **Vianinha: teatro, televisão, política**. São Paulo: Brasiliense: 1983.

SANTIAGO, Haroldo. *Teatro e nacionalismo*. In: **Revista Brasiliense**. nº.27. São Paulo: Brasiliense, janeiro-fevereiro, 1960. Pp.186-189.

SANTIAGO, Haroldo. *Teatro nacional popular*. In: **Revista Brasiliense**. nº.26. São Paulo: Brasiliense, novembro-dezembro, 1959. Pp.198-201.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Do Arena ao CPC.* In: **Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes.** nº.6. Editora Universitária, outubro, 1962. Pp.30-33.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma imagem atlântica: o ilustrado em vestes jesuíticas, Antonio Vieira por João Lúcio Azevedo e Capistrano de Abreu

Eduardo Ferraz Felippe[1]

Nunca se viram, nunca se olharam. Isto tornou tudo mais forte. Ausência do corpo, ausência da fala. Os contornos da escrita mais se intensificaram. Sem discussões, sem divergências; sugestões harmônicas a um plano antes traçado. Entre documentos barganhados, sugestões trocadas e dissabores compartilhados, o Atlântico não foi obstáculo suficiente para afastá-los. Uma amizade gestada da falta. Uma proximidade constituída pela distância.

Foi através desta moldura que se constituiu a troca epistolar entre João Lucio Azevedo e João Capistrano de Abreu. Dois "Xarás" apresentados por um amigo em comum já nos últimos anos de vida. Dois pesquisadores da história aproximados por uma "rede de pesquisa" em comum e por anseios existenciais similares.

Amizade e troca intelectual foram, em alguns casos, moedas fortes na produção letrada de alguns autores. Interessa, nesse trabalho, investigar caso dessa natureza: a composição da imagem atlântica de Antônio Vieira, elaborada pela biografia assinada por João Lúcio de Azevedo, escrita, em certa medida, a quatro mãos, como fruto das parcerias com o amigo brasileiro Capistrano de Abreu. . Através da troca epistolar, para além de simples envio de documentos, houve intervenção direta na composição do perfil e das marcas identitárias do personagem. No enunciado biográfico produzido, Vieira assumiu fisiognomias, encarnadas em certo tipo de ação intelectual, numa narrativa onde sua história de vida tornou-se o enredo para a compreensão de experiências luso-brasileiras no século XVII.

Nessa indagação, todavia, busca-se realizá-la na qualidade de análise histórica, centrada na intenção de compreender o lugar social de produção (CERTEAU 1982: 66-77) e alguns dos sentidos da *História de Antonio Vieira* de João Lúcio Azevedo, no campo de uma história da escrita de biografias, nas suas interfaces com a História, aqui apropriadas e lidas sob a chave dos discursos fundadores do imaginário da nação (ORLANDI 1993).

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Este trabalho contou com o auxílio da CAPES.

Nesta senda, a intenção é, por um lado, problematizar a noção de autoria e questionar a operação intelectual capaz de construir certo ser racional chamado autor. O Vieira que emerge é o personagem compreendido como unidade sólida fundamental, guardando os atributos do gênio, servindo como referencial para a leitura de sua produção escrita e oratória. Por outro lado, emerge uma matriz discursiva, como se fosse uma narrativa (auto)biográfica, que associa labor jesuíta e política. O que se quis ver do mundo seiscentista.

Um rosto talhado a quatro mãos

Quando João Lúcio e Capistrano começaram a relação epistolar, em 1916, ambos já eram sexagenários. Aproximados por José Veríssimo, que enunciava em suas conversas o nome de um para o outro, o contato tecido marcou um importante acontecimento na vida de ambos. Capistrano, então, já era um historiador renomado e bastante conhecido no meio intelectual em que vivia. Havia escrito o *Capítulos de História Colonial*, o importante estudo publicado no Jornal do Commercio, em 1899, sobre o povoamento durante a Colônia, e posteriormente intitulado pela sociedade Capistrano de Abreu de *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* e *Rã-txa Hu-ni-ku-i – A língua dos Caxinauás no Rio Ibuaçú, afluente do Marú.* Além disso, havia escrito o Necrológio sobre Varnhagen e participado da importante Exposição de História e Geografia do Brasil, organizada pela biblioteca Nacional, em 1881. (CÃMARA, 1969:30-56).

Já o historiador português, no instante do encontro entre ambos, através de suas missivas, já havia escrito *Os jesuítas no Grão-Pará (1901)* e *O Marquês de Pombal e sua Época (1909).* Sócio do IHGB, por proposta assinada por José Veríssimo e Alencar Araripe, também foi amigo de Oliveira Lima e participante da Academia de Ciências de Lisboa. Rico herdeiro de uma empresa de navegação fluvial e de exportação de borracha do Pará, posteriormente optou por dedicar-se unicamente aos estudos históricos, focados nos três principais temas prediletos: os jesuítas, o marquês de Pombal e a história de Portugal. (RODRIGUES, 1999:37 – 67).

Nunca se encontraram pessoalmente. Por mais de dez anos, as águas do Atlântico seriam testemunha da troca de epístolas de maneira quase telegráfica entre os dois. Havia uma contigüidade de espírito entre ambos que favoreceu a sincronia de opiniões e gestos, descritos em letras em suas missivas, e gerou um movimento de interlocução plena. (AMED, 2006:194) Favorecidos pela distância, a relação se constituiu através de um "vínculo de *afeto* que

protegeu e estimulou a intimidade, o gosto de conversar e conviver através das cartas". (GONTIJO, 2004:101 – 129)

Mas esta amizade não ficou restrita unicamente ao plano íntimo. Ao longo das epístolas pode-se observar que transbordou para a produção letrada de ambos intelectuais. A tentativa aqui será apreender suas cartas como um universo fechado, compreendida como um modo autônomo de organização da experiência, capaz de abrir veredas onde argumentos possam germinar das mesmas. Nesse acesso ao "pequeno mundo dos intelectuais", esse "dar-se a ver" específico (GOMES, 2004:19) que as epístolas configuram será lido através da composição de um argumento particular que permite ser dito a partir delas.

Principalmente, pode-se aqui dizer, Capistrano incidiu com apontamentos significativos em um livro importante de João Lúcio, qual seja, a *História de Antonio Vieira.* Uma pintura talhada entre envios de documentos, apontamentos acerca da ação do personagem e, principalmente, sua condição de ação política no mundo.[2]

Foi de Abreu (como Capistrano gostava de ser chamado na juventude) a sugestão da feição que Vieira assume ao longo do livro.

> *Sabia da resolução do eminente historiador dos Jesuítas no Grão-Pará de abordar a biografia do Padre Antonio Vieira, e regozijei-me por ter achado um assunto à altura de seu talento e de seu saber. Recebi e agradeço as primícias da grande obra: oxalá ainda me seja dado lê-la, como fiz com as duas monografias tão interessantes. Vieira lembra-me o nosso Rui Barbosa: poucas convicções inabaláveis e fundamentais, o resto conforme as constelações exigiam.* (ABREU, 1977: 10)

Apesar de missivas regidas pelo signo da afetividade terem como característica a interferência ampla entre os missivistas em seus projetos intelectuais, neste livro o volume de sugestões se aguça, assim como a quantidade de respostas geradas pelo correspondente português. Após o elogio de Capistrano acerca do resultado final do livro, o João português agradece de maneira entusiasta. "tive grande alegria em ver na sua carta que leu com prazer o capítulo da *Historia de Vieira* sobre as missões." O conjunto de sugestões do polígrafo cearense é tão forte que João Lúcio continua a missiva definindo como sua escrita desenvolveu-se pressupondo a presença do outro. "creio que, quando escrevi aquilo, o fiz com o sentido de lhe agradar." (ABREU, 1977(b): 230).

---

[2] A coragem de lidar com tema espinhoso, por parte de João Lúcio, se relaciona ao mais amplo conjunto de questões fundamentais que serviam de fundo para pensar o passado português. Três grandes questões caracterizaram o período 1900-1930, individualizando-o e concedendo-lhe unidade: a questão do regime, a questão religiosa e a questão religiosa. (MARQUES, 2000: 283-295).

A leitura da *História de Antonio Vieira* faz com que diante dos olhos do historiador seja estabelecida uma imediata correlação entre os eventos do presente e do passado estabelecendo uma afinidade eletiva entre os dois momentos, o que permite dizer em tom irônico "...comecei a ler a *História de Antonio Vieira*, a partir da p. 82, e levei ao fim o capítulo do político. Quanta novidade! E como é feliz o confronto dos Sermões e dos fatos contemporâneos!" (ABREU, 1977 (a): 123). Para Capistrano os fatos contemporâneos e os fatos do passado possuem uma semelhança gritante. O jesuíta será um combatente, um soldado de Deus que agirá no "teatro do mundo" através de sua forte oratória e acuidade política. Pintado com o rosto de um intelectual-vitrine contemporâneo, Vieira assumirá muito dos vícios presentes no Brasil do início do século XX, por sugestão de Capistrano.

Ilustrado em vestes jesuíticas

Publicado pela primeira vez em 1918, o Antônio Vieira assinado por João Lúcio Azevedo integrou o conjunto das análises acerca do renomado jesuíta, propondo constituir-se em um marco divisor de águas frente às interpretações anteriores. Ao fundar-se no método histórico, propunha, enquanto objetivo primeiro, ser capaz de fugir do envelhecimento, do "defeito da idade" que todas as biografias anteriores teriam contra si. O controle das fontes seria capaz de dotar de longevidade este seu retrato em letras, fugindo, justamente por que pautada no critério científico, de se tornar "antiquada".

Para ambos, a concepção moderna do estudo da história, divulgava um ideal de pesquisa objetiva, apoiada em documentos inéditos e testemunhas oculares. A atenção documental deveria, necessariamente, estar conectada à capacidade do historiador de se mover do campo das descobertas que ampliam o conhecimento dos fatos e levam à condição da narrativa. (ARAÚJO, 1988:28-54). A construção identitária de João Lúcio como historiador moderno foi uma das causas da excessiva demora na publicação de seu texto sobre Vieira. O longo período de preparação e a vagarosa execução associavam as dimensões características desta concepção de escrita da história. Para o historiador português, as anteriores narrativas sobre o jesuíta não levaram em consideração dois fatos históricos: o criptojudaísmo e o sebastianismo. Vieira foi aquele que, justamente por sua ação, fez com que estas "duas questões nacionais por espaço de séculos" chegassem ao seu momento de crise. Compor um retrato em letras desta "personalidade única", pela variedade e originalidade de

seus aspectos, era contribuição para o conhecimento desta "época notável" da história portuguesa[3].

Ao querer decifrar o seu biografado valendo-se da crítica histórica, constrói uma trajetória onde o processo de desenvolvimento do indivíduo ocorre através da alternância de múltiplos e diferenciados períodos. A unidade de sentido para a existência do personagem ocorre através dos diferenciados contextos que a vida atravessa, levando em conta a multiplicidade de campos e temporalidades em que ele viveu. O Vieira que foi talhado por ambos se constitui em um político hábil, oportunista, maquiavélico: tal seria o conselheiro pessoal de D.João IV, o enviado diplomático extraordinário, um português com imensa clareza acerca do sistema de equilíbrio entre as Potências européias, suscitando sempre no leitor a impressão de que a apreensão dos milagres estava sempre ligada ao fortalecimento do Estado. Este Vieira é capaz de contrastar com um Vieira "missionário", doando suas camas aos doentes ou o rendimento da publicação de seus Sermões à dotação das missões, homem determinado a avançar por entre estas terras desconhecidas de um território ainda pouco explorado encabeçando a resistência aos moradores brancos dispostos a ceder aos jesuítas a alma, mas não o corpo dos indígenas escravizados. Nesse momento, o "Apóstolo do Brasil" desdobra-se já na imagem do "Pajé-Açu" (AZEVEDO, 1931 vol.I:284).

Esse texto ensaia o abandono das monumentalizações ufanistas de escritores e dirigentes políticos, apostando na boa receptividade do esquadrinhamento da humanidade contraditória de todo e qualquer sujeito individual. O biógrafo, em diálogo, com outros autores, realizou suas escolhas, e decidiu substituir metáforas de certa tradição de escrita biográfica. Saía a estátua de bronze fixadora da celebridade e entrava em cena o homem de gênio e humor variável "à luz dos documentos". Assim, uma imagem que estará no retrato em papel e letras de Vieira e que o acompanhará será a da *inconstância*. Apesar da convicção de espírito e força nas ações, sendo estes os principais atributos capazes de conferir sentido a sua existência individual, "a constância nas idéias não era em Vieira virtude fundamental." (AZEVEDO, 1931:93). Será este tumulto mental, esta personalidade multifacetada, que apesar de aproximar o personagem biográfico daquela fisiognomia dos intelectuais, irá atrair a atenção de João Lúcio. Após um grande tempo de trocas de missivas, o João português irá pedir uma descrição detalhada acerca do perfil do intelectual brasileiro. Capistrano irá compor uma imagem onde vários dos atributos deste político brasileiro estarão presentes no jesuíta

[3] Importante observar que neste momento a imagem jesuítica cultivada por Portugal era associada ao momento de decadência do período barroco. Antero de Quental e Oliveira Martins consideram a atuação da Companhia de Jesus como um dos fatores mais negativos para a historia da Península Ibérica, uma das causas fundamentais da sua decadência. No Brasil, Paulo Prado, em seu *Retrato do Brasil*, segue esta imagem da Companhia, construindo a identidade cultural do bandeirante justamente contra estes religiosos (PRADO, 1997)

seiscentista. A grande capacidade na escrita e na oratória, a análise, a memória como faculdade fundamental e a capacidade de combinar, em seus trabalhos intelectuais, a vontade forte com a abulia em outros projetos foram atributos fundamentais de sua forma de ação política. A versatilidade do jesuíta está associada a sua busca por atingir seus objetivos. Sobre o recebimento de uma carta sobre Vieira dirá "assaz interessante como testemunho do caráter do padre, capaz de adular sem pejo o Castelo-Melhor seu cruel inimigo..." (ABREU, 1977: 231).

Neste exercício biográfico, a caracterização do personagem se apóia em dois pilares interligados: a personalidade e o pensamento. Ao lado do retrato do homem Vieira (enquanto ser moral e intelectual), uma interpretação da obra é constituída. As ações políticas do autor - que mesmo através das diferenciadas fases "jamais será capaz de abandonar" – são transpostas para a interpretação da obra. O Antonio que emerge é o personagem de imagens contraditórias, caracterizado pelo "amor próprio e gênio impetuoso", onde a qualidade de seus textos é apropriada, única e exclusivamente, através de sua propriedade retórico-política, onde a *sacramentalidade*[4] de suas linhas é expurgada, isentando-as de seu peso teológico e de seu valor teleológico. Assim, a unidade teológico-retórico-política dos Sermões é decantada e apreendida, aos olhos daquele que escreve, por um personagem que busca objetivos especificamente pragmáticos. O religioso Vieira é apagado diante da iluminação que recebe seus traços de "orador e político". A ordem objetiva do mundo sempre o atrai, o plano das contingências sempre é descrito como se demandasse a intervenção e a opinião aguçada do forte espírito jesuíta. O arquiteto político Vieira é permanentemente o personagem fundamental de uma série de eventos que gravitam ao seu redor e sempre tenta, a cada momento, controlar, através da palavra, aqueles que com ele mantém contato. Seria através dele que "dois fatos históricos" o "sebastianismo e o criptojudaísmo", "grandes questões nacionais" por espaço de séculos atingiriam a "fase de crise". (AZEVEDO, 1931: 6) Vieira guardará os atributos do gênio. Um personagem dotado de autenticidade suficiente para experienciar sensações e sentimentos originários e de expressá-los gerando a intersubjetividade capaz de tocar uma comunidade individual ampla.

Não há dúvida de que em Vieira fala nele certo espírito laico, não estranho à Companhia de Jesus. Mas nos traços desta biografia, ele é laicizado fortemente, a partir de uma leitura colada à percepção de alguns contemporâneos seus.

---

[4] Para Alcir Pécora, a base articulatória de sentido e eficácia dos Sermões é dada por sua impregnação do divino. A verdade divina preveria a sua mobilização eficaz na história, na vida, no conhecimento, e na linguagem do homem, devido a isto, nenhuma destas instâncias pode-se autonomizar sem crime contra esta verdade. Para este autor, os Sermões compõe uma unidade teológico-político-retórica (PÉCORA, 1994: 41)

> *Os padres austeros escandalizavam-se de seus hábitos mundanos, adquiridos nas missões diplomáticas; do vestuário secular, escarlate e ouro, notavam eles, que trouxera em Lisboa muitos dias, chegando ao excesso de sentar-se assim vestido no refeitório com outros religioso; do abuso de manter ao seu serviço um criado, com ofensa da humildade própria da Companhia de Jesus. E algum malévolo o pintou tão afastado da modéstia, que dizia correrem na corte certas canções amorosas de que seria ele o autor." (AZEVEDO, 1931 vol I: 169)*

Seus adversários – e testemunhas oculares para os historiadores do início do século XX - observaram os hábitos pouco ortodoxos do importante orador. Isto não implica que seja uma transcrição inocente das imagens acerca de Vieira, mas que este relato historiográfico sob a forma de biografia, com sua construção desdobrada e estratificada de remissões a outros textos – crônicas e documentos- leva a um *saber do outro* (CERTEAU; 1982: 101-102) que dota a feição do jesuíta da imagem secular que lhe havia sido implementada por seus contemporâneos. O passado representado é o efeito particular com que o discurso histórico estabelece a sua relação com as testemunhas oculares. A cultura histórica como a cultura "do comentário e da análise", desde o momento em que o historiador se coloca como *leitor.* (HARTOG; 2003) O que se quis ver da feição jesuítica e do mundo seiscentista.

Bibliografia:

Cartas de Capistrano de Abreu para João Lúcio Azevedo In: ABREU, João Capistrano de **Correspondência de Capistrano de Abreu** (org.): José Honório Rodrigues 2°ed. **Volume II** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1977. (a)

Cartas de João Lúcio Azevedo para Capistrano de Abreu In: **Correspondência de Capistrano de Abreu** (org.): José Honório Rodrigues 2°ed. **Volume III** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1977. (b)

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu. Sociabilidade e vida literária na *belle epóqué* carioca.** São Paulo: Ed. Alameda, 2006

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de *Ronda Noturna. Narrativa, Crítica e verdade em João Capistrano de Abreu.* **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 28 – 54.

AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antonio Vieira** 2°ed. VOL I Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1931.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva **Capistrano de Abreu. Tentativa biobibliográfica**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica.* In **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, pp. 31-119.

GOMES, Ângela de Castro *Escrita de Si, Escrita da História: a título de prólogo* In: **Escrita de Si, Escrita da História** Rio de Janeiro: FGV Ed. 2004

GONTIJO, Rebeca *A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio Azevedo (1916-1927)* In: **Trajetos- Revista de História UFC** vol.3 n°5, 2004.

HARTOG, François **O Século XIX e a História. O caso Fustel de Coulanges** Rio de Janeiro Ed. UFRJ: 2003.

MARQUES, A. H. Oliveira *Da Monarquia para a República* In: **História de Portugal.** MATTOSO, José (org) São Paulo: Unesp 2000

ORLANDI, Eni Puccineli (org). **Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas; São Paulo: Pontes, 1993.

PÉCORA, Alcir **Teatro do Sacramento** São Paulo: Ed. da USP: 1994

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras,1997

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins *O achamento do Brasil e de Portugal: Perfil intelectual do historiador luso-brasileiro João Lúcio Azevedo* In: **Acervo – Revista do Arquivo Nacional.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 12n.1/2, p37-67, jan/dez, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Indústria têxtil, movimento operário e a questão das greves na cidade de Sorocaba

Jefferson Carriello do Carmo[1]

Resumo: No contexto, demarcados entre os anos de 1914 a 1919, há registros de vários movimentos de greve no Brasil. Em Sorocaba ocorre em 1914 dos ferroviários em 1910 da fábrica de tecelagem Santa Rosália e em 1917 a greve geral. O objetivo desse estudo, tendo como referência a indústria têxtil e a organização da classe trabalhadora sorocabana do início do século XX, é investigar as greves nesse período, as reivindicações presentes nesse movimento e a luta política e social instaurada nesse contexto.
Palavras chaves: formação operária; condições de trabalho, reivindicações operárias

Abstract: In the context, demarcated between the years of 1914 the 1919, have registers of some movements of strike in Brazil. In Sorocaba it occurs in 1914 of the railroad workers in 1910 of the weaving plant Rosália Saint and in 1917 the general strike. The objective of this study, having as reference the textile industry and the organization of the sorocabana diligent classroom of the beginning of century XX, is to investigate the strikes in this period, the claims gifts in this movement and the fight restored social politics and in this context.
Words keys: laborer formation, work conditions, laboring claims

O processo da industrialização têxtil em Sorocaba

O início do processo de industrialização têxtil, em Sorocaba, contou com o apoio governamental de proteção à indústria, que desde 1882 ajudou na inauguração da primeira fábrica em Sorocaba a Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte.

No dia 24 de outubro de 1890, o *Diario de Sorocaba* noticia a futura instalação de outra indústria na cidade, a Companhia Industrial Santa Rosália e no dia 01 de novembro de 1890, o mesmo jornal faz a descrição do capital investido e seus acionistas da Companhia Industrial Santa Rosália. Essa fábrica destinava-se a fiar e tecer algodão possuía 30.168 fusos, 625 teares e 60 cardas, mais ainda não atende à crescente exportação para os Estados Unidos. Trabalhava 840 operários de ambos dos sexos, que produziam mensalmente 100.000 metros de algodãozinho, consumindo nesse espaço de tempo 80.000 quilos de algodão, quase todo cultivado no município. Para o cumprimento desse trabalho havia uma seção especial de máquina de descaroçamento na própria fábrica, tornando-a uma das mais modernas.

[1*]Doutor, docente e pesquisador na Universidade de Sorocaba.

No ano de 1890, o Banco União de São Paulo, sob a presidência do senador Antonio Lacerda Franco, comprou em Sorocaba a fazenda Cachoeira de Votorantim por 110:000$000 (cento e dez contos de réis), que marcou o início de uma nova etapa industrial em Sorocaba com a construção de uma estamparia destinada a tingir o tecido que seria importado cru da Inglaterra. Essa aquisição proporcionou a construção da estrada férrea para o transporte do pessoal encarregado das edificações, dos materiais e equipamentos, em 1893.

No ano de 1904, com a estamparia de chitas, houve a ampliação das atividades de fiação e tecelagem, que já contavam com 14.000 fusos e 624 teares, interrompendo suas atividades em 1917, com a falência do Banco União. Com a falência do Banco esse acervo industrial foi comprado por um grupo de sorocabanos e, no ano de 1918, já anunciada, pela primeira vez, a Sociedade Anônima Indústrias Votorantim.

Segundo Almeida (1951) em 1909, foi fundada a S. A. Estamparia e a última grande indústria têxtil fundada, nesse período, foi a Fabrica de tecelagem Santo Antonio. Há registros que na cidade de Sorocaba o crescimento industrial no período que remonta às primeiras indústrias têxteis possuía no ano de 1917 bem mais de oito dezenas (WERNECK, 1914: 237). Todas elas já estavam sendo desenvolvidas na ótica capitalista da relação entre capital e trabalho.

No cerne desse processo há transformações profundas na ordem social na passagem da base manufatureira para a industrialização, em que se verifica a "estreiteza" técnica, quando esta tem como base os seres humanos. No caso de Sorocaba, o crescimento industrial ocorreu através de fatores múltiplos, como: o investimento financeiro de vários industriais visionários, organização da classe operária, anteriormente obscurecida pela escravidão, aspectos geográficos e a imigração.

A condição operaria em Sorocaba

Em Sorocaba, o jornal *O Operário*, de cunho socialista e anarquista, cuja missão era "defender a legião dos oprimidos que constitui o elemento primordial do progresso e consequentemente o da riqueza universal"[2] (O Operário, Anno II, nº 79, 09/04/1911, p. 1) não se arriscava em desmentir o progresso representado pela indústria. Sobre a fábrica de tecidos Nossa Senhora da Ponte, a primeira do gênero em Sorocaba, não restavam dúvidas que por ser pioneira, havia dado "um passo gigantesco na senda do progresso da nossa terra" (O Operário, Anno II, nº 72, 19/02/1911, p.2).

[2] Nesta, assim, como nas demais citações dos Almanaques e jornais, optou-se por não atualizar a ortografia encontrada nos originais.

Com o lema do progresso, as fábricas impunham um ritmo de trabalho, em que as jornadas de trabalho de 12, 13, 14 e até 15 horas diárias como no caso das fábricas Santa Maria, Santa Rosália e Fonseca. Em alguns casos, o chamado "serão" era estendido até a madrugada. Entre outras coisas, essas jornadas de trabalho muito longas impediam que os menores em serviço freqüentassem as escolas noturnas (O Operário, Anno I, nº 6, 02/10/1909, p. 2).

Outro aspecto denunciado pelo jornal eram os castigos corporais, aos menores, realizados pelos contramestres e fiscais das seções da Fábrica N.S.da Ponte (O Operário, Anno I, nº 13, 12/12/1909, p. 2). O trabalho menor também era utilizado nas fábricas, porém combatido e denunciado. Nas longas jornadas de trabalho existia a má alimentação, o cansaço em demasia dos pequenos operários de 10 e 12 anos, que trabalhavam como ajudantes dos operários principais, causando-lhes diversos acidentes, algumas vezes graves. (O Operário. Anno II, nº 44, 24/07/1910, p. 2)

O grande perigo dos acidentes espreitava os menores no trabalho a exploração do trabalho não pago e as longas jornadas que lhes eram impostas, impediam-nos de serem crianças de freqüentar as escolas noturnas, fazendo com que muitas vezes crescerem semi-analfabetos.

Em resumo, na gênese da implantação da indústria, em Sorocaba, a formação da classe operária caracteriza-se pelas relações entre capital e trabalho em que as relações com os meios de produção estabelecem a obrigatoriedade da venda do único bem que operário possui a força de trabalho. É exatamente durante esse exercício cotidiano que se desenvolvem algumas das mais (senão a mais) importante contradição das relações sociais - as relações contraditórias do trabalho.

As greves em Sorocaba

As greves em Sorocaba datadas nos anos de 1910, 1914 e 1917 estão configuradas com o crescimento industrial, com a condição e organização operária local e do país e com as crises socioeconômicas provenientes desse contexto.

A greve dos tecelões da fábrica Santa Rosália, dos proprietários Oetterer e Speers & Companhia iniciou-se na manhã do dia 10 de março de 1910 tendo a duração de apenas um dia. Os motivos pelos quais houve essa paralisação foram a insatisfação dos "operarios tecelões, (...) com o misero salario que é pago por aquella fabrica, e ainda mais com o exhaustivo numero de horas de trabalho" (O Operario Anno I, nº 27, 20/03/1910, p. 2). O

procedimento, primeiro dos operários para obter melhor salário e melhores condições de trabalho foi criar uma comissão composta de três operários um brasileiro, um italiano e um espanhol. Ao dirigirem-se para as negociações não foram atendidos pelo patronato que declararam categoricamente que não iriam atender a nenhuma das reivindicações exigidas. Isso conhecido na secção de tecelagem "tomaram a resolução, todos os operários, de abandonarem o trabalho e declaram-se em greve pacifica" (O Operário, Anno, I, nº 27, 20/03/1910, p.2).

O patronato ao tomar conhecimento da paralisação e dos nomes dos operários que estavam encabeçando a greve e de outros trabalhadores ordenou o pagamento do salário dos respectivos e também de outros que não quisessem mais continuar no trabalho, sendo "um número de setenta, pouco mais ou menos e que tinham o prazo de 2 horas, e o mais tarde de 24 horas para que desocupassem os prédios em que habitavam nos terrenos da fábrica, o que foi feito sem resistência" (O Operário, Anno, I, nº 27, 20/03/1910, p.2). Sendo acompanhada pela policia essa greve durou um dia sem maiores incidentes, não tendo apoio dos operários do importante estabelecimento fabril, havendo apenas um pequeno numero de solidários.

No dia 8 de agosto de 1914 é noticiada pelo *Jornal Cruzeiro do Sul* a reunião dos industriais e comerciantes na Câmara Municipal de Sorocaba para debaterem sobre a crise que assolava todo o país e que estava afetando Sorocaba. Nessa reunião foram tomadas várias resoluções que se impõe na atual emergência, procurando-se todo meio de salvaguardar os interesses do comércio e da indústria sem sacrificar a enorme massa de operários que constitui grande parte da população.

Após a reunião é publicado pelo Jornal *O Cruzeiro do Sul* a noticia "A crise" em que foram salientados alguns pontos que evidenciavam os motivos da crise e a situação dos trabalhadores. Frank Speers, diretor da fábrica Santa Rosália discursou sobre os problemas enfatizando: "(...) com situação, o meio mais fácil seria o fechamento immediato de todas as fabricas, o que resultaria o abandono sem pão, de milhares de operários" (Cruzeiro do Sul. Anno XV, nº 3341 08/08/1914, p. 2).

Em seguida a esse pronunciamento tomou a palavra Joaquim Soares Fernandes diretor gerente da fabrica Nossa Senhora da Ponte. Após algumas considerações sobre a atual situação em que estava passando a cidade lembrou uma medida bem simples que garantia tanto o operariado como o fornecedor. "(...) a emissão de bilhetes, por conta da empresas industriaes, dando direito ao fornecimento, até a normalização da vida econômica de gêneros de primeira necessidade. Esses bilhetes serão garantidos pelos industriaes" (Cruzeiro do Sul. Anno XV, nº 3341 08/08/1914, p. 2).

Essa proposta foi aceita por todos, em seguida, organizou-se uma lista dos comerciantes que se dispuseram fornecer o necessário ao operariado, mediante a troca dos bilhetes, aceitos por vários comerciantes.

Neste mesmo ano 1914 final de outubro os ferroviários, não contentes com a situação que estava passando Sorocaba entraram em greve. Através de um boletim, assinado pela União dos Ferroviários de 9 de outubro de 1914 e destruído entre eles foi anunciado os motivos da greve. Sendo o pagamento dos salários de junho a volta das 10h de serviços diários e as horas acrescidas pagas como extra e mais duas folgas por mês remuneradas. Junto a esta informação havia uma recomendação e um ultimato "o companheiro que não for leal, será sentenciado pelos outros"e se a volta desses direitos não fosse atendida até o dia 25 do mês entrariam em greve novamente. Esse foi um período, em que a estrada de Ferro Sorocaba tinha sido arrendada para o grupo *Soutem Brazil Railway*. (apud, ARAUJO NETO, 2005)

Em Sorocaba o número de grevistas ferroviários contava por volta dos cem operários. Relata o delegado de policia que ação destes, foi paralisar alguns trens de passageiros por falta de maquinistas desconectaram as maquinas das composições e encaminharam para os seus depósitos o que resultou num descontentamento dos passageiros que foram obrigados a desembarcar gerando insatisfação contra a empresa.

Essa greve durou até o dia 28, em que as reivindicações foram aceitas, com exceção do retorno dos ferroviários que foram dispensados por um corte anterior a paralisação. Com a ajuda do deputado estadual Campos Vergueiro junto ao governo do Estado houve vitória dos grevistas.

A greve que teve maior repercussão em Sorocaba foi a geral de 1917 descrita pelo Jornal Cruzeiro do Sul, em detalhes, com a manchete, *A greve nesta cidade*. Como nas demais paralisações essa obteve proporção nacional e trouxe dentre outras reivindicações o "aumento de salário". Um número estimado de 10 mil operários paralisou sendo apoiados pelos trabalhadores do comércio, que fecharam suas portas e a interrupção dos bondes.

Participaram desse movimento os operários da fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, que "influenciaram" os da fábrica Santo Antônio.

Para o Jornal o *Cruzeiro do Sul* o anúncio de greve por parte dos operários não era "surpreza", já que a situação dos trabalhadores em Sorocaba era semelhante aos da capital.

> *O encarecimento rápido e crescente dos generos de primeira necessidade e o decrescimo de salarios, realisado em alguns estabelecimentos concorreram, além de outros motivos de ordem secundaria, para levar os operarios à greve. De facto, não era possível que as coisas continuassem no pé em que estavam. A miséria negra e horrivel ameaçava centenas de lares.*

> *Ao trabalho exhaustivo de horas excessivas, não correspondia uma alimentação generosa e bôa, pois a começar do pão, todos os artigos subiram muito o preço e os operarios eram coagidos a reduzir ainda mais o seu parco "menu".*
> *Os operarios em parede pacifica procuram nem mais nem menos do que conseguir um pequeno augmento de salario.*
> *Foi para esse fim que se declarou A GREVE. (Cruzeiro do Sul, Anno XV, nº 3347, 17/07/1917, p. 01)*

Embora os primeiros operários a iniciar a greve em Sorocaba foram os da fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte que tiveram dificuldades para "convidar" e conclamar os operários da Fábrica Santo Antonio. Foram necessários entendimentos, pois estes haviam recebido uma gratificação em 25% em seus ordenados e a promessa de melhorá-los ainda mais, mas acabaram estes por aderir ao movimento em consideração aos colegas.

Após percorrem as Oficinas da Sorocabana encaminharam-se para as Fábrica de Chapéus Souza Pereira para a Fábrica de Tecidos Santa Rosália para Fábrica Santa Maria, que já haviam tido aumento de salário, mas concordaram a paralisação em solidariedade e espírito de união. Conforme noticia do *Cruzeiro do Sul* do dia 17 de julho de 1917, a Fábrica de Estamparias São Paulo, a fábrica de Arreios de Ferreira & Cia, Fábrica de Calçados Soares, Fábrica de Tecidos Votorantim e a Fábrica de Calçados também aderiram a greve o que revela que dia-a-dia mais fábricas vão aderindo a paralisação.

Há registros pelo jornal *Cruzeiro do Sul* que a policia da cidade recorreu às forças da capital a fim de controlar e reprimir o movimento, ocorrendo atos de violência aos grevistas que se estendiam numerosamente com muita rapidez, na cidade.

> *A força policial vinda da capital teve ordens de dispensar uma agglomeração de populares que, desde cedo, estacionava na praça Cel. Fernando Prestes.*
> *Intimou, pois, por três vezes, o povo que se dispersasse. Como não fosse attendida e não tivessem os operarios licença para realizar o comicio em que fallava o sr. Bandoni – a policia fez uso dos espadins, chegando mesmo a cometer excessos lamentaveis e ferindo pessoas de representação da nossa sociedade que nada tinham com a greve e se achavam misturadas por curiosidade com os operarios. O dr. Alonso Negreiros (delegado) sabedor desse facto lamentou-o muito e promptificou-se a dar explicações aos queixosos. (Cruzeiro do Sul, Anno XV, nº 3347, 17/07/1917, p. 01)*

Com medo que a greve em Sorocaba tomasse os mesmos rumos da cidade de São Paulo os industriais decidiram conceder alguns benefícios aos operários anunciados no Jornal *Cruzeiro do Sul*:

> *O que resolveram os industriaes:*
> *Como dissemos os industriaes daqui subscreveram as resoluções tomadas pelos da capital com o fim de dar uma solução à greve que agitou São Paulo a acta de reunião dos nossos industriaes.*
> *"Os industriaes de Sorocaba abaixo-assignados, reunidos hoje nesta cidade resolveram fazer aos seus operarios as mesmas concessões feitas ao operariado da capital pelos industriaes dalli e que são as seguintes:*
> *a – augmento de 20% sobre os salarios em geral*

> *b – não dispensar do serviço qualquer operario que tenha tomado parte da presente greve*
> *c – respeitar "in totum" o direito de associação dos seus operarios*
> *d – effectuar o pagamento dos salarios dentro da primeira quinzena que se seguira do mez vencido*
> *e – acompanhar com a maxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar condições moraes, materiaes e economicas do operariado de Sorocaba*
> *Estas condições serão postas imediatamente em vigor, desde que os operarios recomecem amanhã seu trabalho"*
> *Sorocaba, 16 de julho de 1917*
> *Os industriaes (Cruzeiro do Sul, Anno XV, nº 3347, 17/07/1917, p. 02)*

Essas decisões colaboraram para que uma grande quantidade de operários voltasse para o trabalho, o que diminuiu a intensidade da greve. Essa volta foi incentivada pelo delegado de polícia de Sorocaba, que sempre apoiou a forma como os industriais estavam conduzindo o movimento.

> *Ao povo*
> *Em reunião os industriaes desta localidade resolveram adaptar as concessões do operariado da capital, hoje publicadas pelos jornaes*
> *A policia esta preparada para garantir as pessoas a propriedade e o trabalho da população ordeira de Sorocaba, bem assim para agir no caso de qualquer excesso por parte dos elementos perturbadores da ordem pública contando com a calma e prudencia de todos os habitantes desta culta cidade*
> *Sorocaba, 16 de julho de 1917*
> *Alfredo de Lima Camargo*
> *Delegado de Policia. (Cruzeiro do Sul, Anno XV, nº 3347, 17/07/1917, p. 02)*

Constata-se que após essa reunião não houve um retorno total dos grevistas para as fábricas gerando várias ameaças a estes que insistiam em manter a greve. Essa persistência resultou em uma nova reunião dos industriais que tomaram as seguintes decisões:

> *Em virtude da má vontade dos Srs. operários em recomeçar o trabalho, esta fábrica fechará por tempo indeterminado.*
> *Entretanto, se os Srs. operários apresentarem-se nos portões amanhã ás 7 e meia horas, como prometeram, reabriremos o estabelecimento. (Cruzeiro do Sul, Anno XV, nº 3348, 18/07/1917, p. 02)*

Na imprensa local há outros registros que advertem os não conformados com a situação. "Os operários mais esclarecidos que convençam disso os colegas (voltar ao trabalho), porque se prejudicados estão sendo os patrões, muito mais o serão os que vivem do produto do seu labor cotidiano e têm esposas e filhos a reclamar o seu apoio".

Considerações finais

Verificou-se, sumariamente, que com o processo de industrialização em Sorocaba, no início do século XX, trouxe para a cidade homens de negócios visionários cuja preocupação era investir no local, com a ajuda e proteção do governo. A emissão de recursos financeiros e outros propiciaram o crescimento industrial ocasionando novas condições de

trabalho para a classe trabalhadora: longas jornadas das atividades fabris, incerteza do dia de pagamento dos salários, condições insalubres, mão-de-obra de mulheres e crianças em condições deploráveis, indiferença, e desobrigação das indústrias em atender as vitimas de acidente de trabalho e aqueles que adquiriram doenças próprias das condições insalubres.

Com o crescimento industrial forma e organiza a classe operária por imigrantes que trazem do velho continente as idéias anarquistas, socialistas e anarcossindicalistas para o meio operário e incentivam a luta de classe e a conquista dos seus direitos. Na busca dessa conquista estava presente, na intenção de greve: a redução da jornada de trabalho, as melhores condições de trabalho, e melhores salários dentre outras.

Verificou que para algumas lideranças a greve não visava só conquistas sociais, mas fazer revolução. No jornal *O Operário* de 18 de setembro de 1910 há uma orientação dos procedimentos de greve em que deveriam ser momentos de preparação para a insurreição através de ações diretas num contexto de evolução econômica em que torna mais acerbado o conflito entre os trabalhadores e os patrões. Havia a preocupação de desenvolver a consciência do conflito, no qual os revolucionários tiravam vantagens.

Referências

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba operária:** ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba 1897-1920. Sorocaba, SP: LINC, 2005.
ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba – 1822- 1889**. Sorocaba, SP: Gráfica Guarani, 1951.
WERNECK, Braulio (org.). **Almanach Ilustrado de Sorocaba para 1914**. Sorocaba: Typografia Werneck, 1914.

Fontes primárias – Jornais e Revistas

O Operário (1909-1913);

Diário de Sorocaba, (1880 - 1893);

Cruzeiro do Sul, (consultados 1914 e 1917).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória, História e Comemorações – alguns aspectos contextualizadores

Isabel Maria Freitas Valente[1]

No fundo da nossa memória, há estrelas cuja luz ainda não descobrimos mas podem elipticamente acender os múltiplos centros da nossa identidade histórica.

João Maria André

As palavras memória e história evocam o mesmo tempo – o passado. Contudo memória e história não se confundem.

Ainda que directamente relacionada com a história a memória é vista como fonte de experiência ou como suporte da identidade colectiva. A memória pode também apresentar-se de forma individualizada podendo ser também, social ou nacional.

A este propósito, não deixa de ser oportuno, recordar as palavras de Fernando Catroga – "existe um relativo consenso acerca da necessidade da anamnesis na formação das identidades pessoais e sociais". A memória pode ser analisada como um sistema onde se cruza todo o tipo de estruturas culturais, políticas e económicas enquanto códigos de representação.

Assim sendo, as "representações do passado e do presente bem como as idealizações do futuro também convivem na memória, conferindo ao indivíduo identidade cultural e grupal". Neste contexto, Candau destacou a existência de três tipos de memória: *proto-memória, memória propriamente dita e metamemória.*

Tendo em conta o objectivo para que é convocada aqui e agora esta reflexão sobre a memória, parece-nos também importante reter o contributo de Burke que tece fortes críticas aos revolucionários franceses por estes querem criar "tudo a partir do nada, sem memória, utilizando modelos naturais que só poderiam produzir rupturas". Deste modo, gera-se a ideia que as sociedades poderiam ser apagadas, criando, assim um novo modelo racional,

[1] Doutoranda do Programa de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos Internacionais) da Universidade de Coimbra, Portugal.

homogéneo e geométrico. (Criar tudo a partir do modelo jacobino). De acordo com a análise de Burke, este modelo originaria o *Terror,* e isto porque as evoluções/transformações sociais não podem ocorrer pela ruptura como se a sociedade fosse uma "tábua rasa que rejeita a herança". Este autor contrapõe o modelo revolucionário francês ao modelo inglês. Este último apresenta um carácter consuetudinário que contempla a continuidade e a mudança – Tese Primordialista (leitura conservadora). De acordo com o paradigma inglês a memória e a questão da mudança pressupõem continuidade, apresentando-se como "elo" entre o passado, o presente e o futuro.

Importa acentuar a ideia de que o caso inglês representa o modelo típico do historicismo homogéneo "os mortos governam os vivos" – espécie de memória do futuro na sua intersecção com o passado. Estes princípios acentuam o relevo dado à questão da memória mesmo quando esta é meramente retrospectiva.

Por sua vez, a memória do pensamento tradicionalista tende a ser "uma mera saudade do passado, sem saudade do futuro".

Recorde-se também que nos anátemas lançados contra a maior experiência de aceleramento do tempo que a Europa conheceu, a Revolução Francesa encontrava-se o facto de se apagar o passado para insinuar que se estava num grau zero, num grau novo. Existe a convicção de que nunca haverá necessidade da memória a "ilusão da não corrupção do tempo por quem criava um tempo novo". Podemos afirmar que, para os revolucionários franceses, a ideia de eternidade não estava sujeita à corrupção do tempo. Por isso mesmo sublinhavam a ideia de eterna juventude num país novo.

A comemoração da Revolução Francesa revela, desde as suas origens, um paradoxo pois ao instaurar as festas cívicas visava, tal como a historiografia, "representificar o passado, silenciando-se o facto de a sua evocação assentar numa selecção através da qual o presente paga aos defuntos ilustres a sua dívida de reconhecimento".

Podemos então concluir que a Revolução Francesa havia compreendido que "a mobilização da memória dos mortos era decisiva para a solidificação dos elos sociais entre os vivos, preceito que Comte sintetizou na célebre fórmula – *les vivants sont toujours, et de plus en plus, domines par les morts"*[2]

Ganha assim sentido, face ao exposto, afirmar que a calendarização feita por Auguste Comte, inspirada no catolicismo e na Revolução Francesa, é inseparável de uma concepção linear e acumulativa do tempo. Neste sentido, e de acordo com tais pressupostos,

[2] Cf. Fernando Catroga, "As Comemorações como liturgias cívicas", in *História da História em Portugal sécs XIX-XX,* Lisboa, 1996, p.548.

estamos em crer que no tempo acumulativo característico das "concepções evolutivas da história, o futuro era tão-só a desenvolução das potencialidades do passado, e o paradigma dos 'grandes mortos'devia funcionar como um farol a sinalizar a marcha do devir".[3]

Estes pressupostos indiciam o modo como o poder político tentou ritualizar a história desde os meados do século XIX, conjuntura em que os Estados-Nação apoiaram o desenvolvimento de uma religiosidade cívica que teve nas comemorações um dos seus ritos essenciais. No dizer de Comte, "ser religioso, no sentido positivo, quer dizer sentir-se ligado aos outros por uma comunhão de sentimentos e de ideais".

Por esta ordem de ideias, as comemorações nasceram da tomada de consciência já sentida pela Revolução Francesa de que "as representações racionais só seriam mobilizadoras se fossem completadas por uma vivência cultural que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e colectivo ao sentido do tempo e, simultaneamente, congregasse as consciências atomizadas à volta de memória(s) consensualizadora(s)."

Assim, quer seja na justificação historicista (que evoca sempre aspectos retrospectivos), quer seja na comemoração cívica ou ainda nas correntes construtivistas (os pensamentos de Michelet podem ser perfeitamente utilizados por um conservador), a dimensão da memória está sempre presente.

A atenção dada à memória social data dos finais de Oitocentos e princípios do século XX quando se verificou que "as sociedades independentemente dos seus indivíduos geram relações e redes próprias". As relações sociais passam então a ser objecto exterior ao próprio Homem. O que vem ao encontro do novo paradigma da época – diferenciação e distância entre sujeito e objecto. Esta epistemologia da ciência social elege, num dos seus ramos, a Memória como objecto do pensamento sociológico.[4] Neste sentido, o objecto próprio da sociologia é a Humanidade que não se reduz a uma espécie biológica. Há na Humanidade uma dimensão suplementar - a História – o que constitui a originalidade da cultura, da civilização. O homem, diz-nos Comte, "é um animal que tem uma história" porque é, ao mesmo tempo, um inventor e um herdeiro (línguas, instrumentos, pensamentos). Pela linguagem, e, nos últimos milénios, também pela escrita este património é transmitido às gerações seguintes que, por sua vez, exercem suas faculdades de invenção apenas dentro do quadro recebido. Neste sentido, a "memória é, em última análise, a linguagem".

---

[3] *Idem.*

[4] O termo *Sociologie* foi cunhado por Auguste Comte, que esperava unificar todos os estudos relativos ao homem — inclusive a História, a Psicologia e a Economia. O seu esquema sociológico era tipicamente positivista, defendendo que toda a vida humana tinha atravessado as mesmas fases históricas distintas e que, se a pessoa pudesse compreender este progresso, poderia prescrever os remédios para os problemas de ordem social.

Ora, o positivismo de Comte encontra-se impregnado por esta ideia – "a linguagem como forma de sociabilidade do indivíduo."

O sociólogo Halbwachs, um dos discípulos de Durkheim[5], o mais influente estudioso da memória, defendia que a memória possuía sempre carácter social. Pelo que não existiria uma memória que fosse estritamente individual, a memória não seria um vestígio simples do passado, algo que resistisse à erosão da passagem do tempo, ao esquecimento. Também não significaria uma mera reminiscência de factos passados. Seria antes, e sempre, uma reconstrução enquanto representação do passado elaborada no presente. Portanto, Halbwachs destaca o papel de "determinados *quadros sociais* – como a família, o grupo profissional ou a classe social – enquanto matriz da memória."[6]

Esta concepção da memória em que o presente, o grupo, o conhecido moldam a recordação do passado e aquilo que é novo tem grandes afinidades com a perspectiva de Bartlett. Este defende uma concepção sócio-cultual da memória.

À memória sócio-cultural Lukács contrapõe a consciência colectiva e a consciência de classe. A única perspectiva científica da memória seria a colectiva. Por exemplo, segundo Lukács a "marca da memória do discurso sobre o trabalho é a história dos conflitos sociais. Este é o real histórico da memória".

Pierre Nora, em reflexão desenvolvida na obra *Os lugares da memória,* chama a atenção para a designada aceleração histórica, com as suas componentes, as transformações constantes e as suas concorrências, a ameaça do esquecimento – "o mito do eterno presente" – situações que conduzem a uma obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos, em síntese pela história: "Aceleração da história. Para além de metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. (…) Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais". Para o autor, a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e susceptível a todas as manipulações. Em contrapartida, a história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Neste sentido, "a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenómeno sempre actual, um elo vivido no eterno presente."

---

[5] Foi com Émile Durkhein que a sociologia ganha o "status" de Ciência, academicamente reconhecida. É o responsável por uma das duas grandes escolas do pensamento sociológico a – Funcionalista que entende a sociedade se assemelha a um organismo humano-biológico, ou seja, se uma das partes do corpo (órgãos) não está bem, o todo também não estará bem.

[6] Halbwachs 1994 [1925] p.34.

Pelo exposto, uma questão se torna pertinente: porque é que este balanço e enfatização da sociologia da memória é importante?

Dir-se-ia que, quando o alvo se transforma em objecto do conhecimento, se tenta captar um fenómeno que está a ser secularizado. Segundo Fernando Catroga, este facto é "sempre sintoma de apartamento entre a vida e o que merece ser analisado enquanto objecto." Não nos vamos deter na caracterização das etapas históricas dessa objectivação, mas parece-nos importante, em termos de contextualização, referir as três fases que colocaram a sociologia da memória na ordem do dia. Em primeiro lugar o grande impulso dado pela psicanálise, nos anos vinte. Em segundo lugar a *Crise da memória* que se traduz também na crise das políticas da memória, nos moldes praticados desde o século XIX. Em terceiro lugar, a *perda da memória* em relação a momentos importantes, como por ex. o esquecimento do holocausto. As memórias vividas passam a ser arquivadas. A ideia de testemunho da memória da vida perde-se.

Revisitados assim alguns dos pressupostos filosóficos a partir dos quais é possível formular as respostas mais concretas ao problema da memória, retomemos um dos três tipos de memória gizados por Candau – a Metamemória. Este procedimento não significa que a metamemória exista de forma independente dos outros tipos, mas porque "define as representações que o indivíduo faz da sua própria memória e o reconhecimento que tem desse facto" o que explica o modo como cada um pratica a sua memória espontânea e as suas próprias políticas da memória ou seja, como cada indivíduo constrói a sua identidade e a sua distinção em relação aos outros, isto é, a sua alteridade. Sendo assim a "memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, calcadas nas lembranças provocadas pelos vestígios do passado." Ao produzir a convocação do passado estamos perante a *Comemoração,* perante as políticas da memória. Como se sabe e, segundo Fernando Catroga "o homem tem a necessidade metafísica de criar monumentos, forma plástica que objectiva o seu protesto contra a precariedade das coisas e da existência. Sem essa angústia não teria necessidade de projectar o seu sonho de eternidade e de criar signos reactualizadores da memória"[7], contribuindo, deste modo, para o reforço da vida colectiva dos vivos o que origina tensões entre o que se quer recordar e o que se quer esquecer, entre uma sociedade com memória e uma sociedade amnésica. Na opinião de Paul Ricoeur, essa manipulação da memória, ou seja, a utilização deliberada do esquecimento ocorre através do carácter selectivo da própria memória. "É, então, pela selecção da lembrança, que passa essencialmente a instrumentalização da memória."

[7] *Op. Cit., p. 670.*

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objecto de jogos de interesses (políticos, ideológicos, éticos, etc.). Dir-se-ia que o uso perverso da memória colectiva encontra-se, portanto, nesse processo de rememoração social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento.

Comemorar significa, então, reviver de forma colectiva a memória de um acontecimento considerado como acto fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade. Atente-se no exemplo do bicentenário da Revolução Francesa. A comemoração desta data procurou celebrar, em 1989, os ideais universalistas inscritos na declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos e que constitui objecto de consenso nacional. Deste modo, privilegiou-se dentro do período revolucionário, unicamente o ano da publicação dessa declaração e da instauração da ideia de democracia, apagando por completo a fase do Terror que marcou a Revolução Francesa.

Neste contexto, ganham acuidade as palavras de Nietzche "não existem factos apenas interpretações".

Nesta linha Koselleck opera uma ruptura com o positivismo histórico. Com efeito parte da ideia de que a história não é mais do que uma forma de linguagem. Segundo este autor, uma "sociedade conhece-se não tanto pelo seu passado, mas pela forma como o narra" O ensejo de compreender a forma como as sociedades europeias formularam o seu passado levo-o a conceber um novo género historiográfico – a história conceptual, que recupera ideias dos anos 20 tanto de Carl Schmit como de Walter Benjamin. De acordo com esta perspectiva a memória histórica seria, tão-só, a "maneira singular como cada época tenta postular o tempo".

Acresce dizer que "sem memória não há identidade, sem identidade, não há nação" (Smith). Neste horizonte, convém referir que a memória nacional é o produto de uma comunidade mnemónica específica - a nação. Assim o processo da formação e reprodução dessa memória nacional funde-se com a história da formação da nação. Convém ressalvar que nesta acepção nação não deve confundir-se com o estado. A identidade social constitui-se assim como uma propriedade dos indivíduos enquanto seres sociais. Há uma multiplicidade de identidades sociais a saber: de classe, género, ocupacional, religioso, entre outras como a nacional. A identificação pressupõe auto-identificação, similitude – *Nós* – e a constatação da diferença – *os Outros.*

Portanto, identidade e memória são indissociáveis pois "o significado nuclear de qualquer identidade individual ou colectiva, que consiste principalmente no sentido de se

permanecer o mesmo no tempo e no espaço, sustenta-se pela recordação; e o recordar é definido pela identidade assumida."[8]

A identidade e a memória nacional são algo incessantemente apreendido e reproduzido no quotidiano em múltiplos espaços, das esferas geridas pelo estado ao universo familiar, através de processos com os quais os indivíduos identificam e se identificam.

Por conseguinte, quando falamos em identidade nacional, não estamos a referir-nos a algo que possa ser descrito como um conjunto substantivo interiorizado de crenças e discursos sobre o colectivo mas, como refere Smith "a algo que é mais vivido, sentido e querido do que imaginado ou descrito."

[8] John Gill

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX

Maria Lucília Viveiros Araújo*

Resumo: Entre os anos 1790 e 1810, duas sociedades de negociantes paulistas arremataram o registro de Curitiba. Os contratadores aproveitavam-se desses pontos estratégicos e da sua situação privilegiada para desenvolver uma série de atividades comerciais com vistas à maximização dos seus lucros. Dessa forma, propomos analisar os diversos negócios explorados nessas paragens, as estratégias de enriquecimento desses comerciantes, assim como suas alianças comerciais e familiares. Concluímos que esse comércio revitalizava a economia da parte sul da América Portuguesa e favorecia o crescimento da burguesia regional, no entanto, parte dessas trocas ainda continuava ligada ao modelo comercial monopolista do Antigo Regime.

Palavras-chave: História da América Portuguesa, História Econômica de São Paulo, História dos tributos.

Abstract. We analyze the diverse businesses explored in the Register of Curitibia and the strategies of enrichment of these traders. This commerce revitalized the economy of South of Portuguese America and favored the growth of the local bourgeoisie, at the same time, these exchanges followed the monopolista commercial model of the Old Regime.
Key words: Economic History of São Paulo; Economic History of Portuguese America; tributes.

No século XVIII, a Coroa portuguesa passou a tributar as atividades econômicas ligadas às atividades das Minas. Dentre esses tributos, destacamos as passagens dos rios, as entradas e a contagem dos animais. Dada a posição estratégica da capitania de São Paulo, parte significativa dos Registros ficava em seu território. Os Registros foram inicialmente administrados pela Fazenda Real, a seguir, foram arrematados por negociantes, na falta de interessados, retornavam para a administração direta (RECEITA FEDERAL; AMED, 2000).

O Registro de Curitiba teve sua arrecadação em ascensão. Em 1751, a Real Fazenda arrecadou 19:280 contos de réis; para os triênios 1777-83, Manoel de Araújo Gomes, do Rio de Janeiro, e o capitão Manoel Antônio de Araújo, de São Paulo, arremataram o contrato dos animais por 34:010 contos de réis, além do novo registro da passagem do rio Curitiba por 211$000. Os sócios mestre-de-campo José Vaz de Carvalho, tenente-coronel Paulino Ayres Aguirra, dr. Francisco José de Sampaio Peixoto e o capitão-mor de

* Pesquisadora com projeto de pós-doutorado em História Econômica na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Guaratinguetá Manuel da Silva Reis arremataram o contrato dos meios direitos dos animais criados nas fazendas do Rio Grande de São Pedro até Serra Acima e os direitos completos dos animais criados nas fazendas de Serra, Vacaria e Lajes até o Registro de Curitiba por 18 contos de réis pelo triênio de 1796-98. No triênio seguinte, os sócios pagaram 36:720 contos de réis e, de 1801 a 1805, 50:401 contos de réis.

Nossa comunicação tem por objetivo analisar as contas desses últimos contratos do Registro de Curitiba e refletir sobre as oportunidades de negócios e acumulação dos comerciantes paulistas sob o regime monopolista do Antigo Regime.

O comércio intra-regional e os registros da capitania de São Paulo

A partir da exploração do ouro nas minas e das necessidades de transporte de mercadorias para essa região, cresceu muito a demanda por mulas nas áreas de mineração. Foi criado então um caminho terrestre permanente do Sul para São Paulo. A Estrada Real ligou Viamão (Rio Grande do Sul), Curitiba (Paraná) e Sorocaba (São Paulo) às Minas nos anos 1730. O coronel de milícias Cristóvão Pereira de Abreu teria auxiliado o traçado do caminho, recebendo assim mercê dos meios direitos do registro de Curitiba por 12 anos, concedida para Thomé Joaquim da Costa Corte Real, conselheiro do Conselho Ultramarino e secretário de Estado dos Negócios da Marinha na segunda metade do Setecentos (HAMEISTER, 2002). A seguir, foram instalados o Registro da Patrulha ou Viamão, hoje cidade de Santo Antônio da Patrulha; o Registro de Curitiba, provavelmente às margens do rio Iguaçu; por último, o Registro de Santa Vitória, às margens do Rio Pelotas.

Segundo Carlos Eduardo Suprinyak (2006), o capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel (1727-1732) organizou o sistema de contagem de animais e arrecadação de impostos cujos condutores não pagavam os pagavam os direitos em Curitiba, eles recebiam uma guia, abonada por um fiador, para ser liquidada em Sorocaba.

Esses tributos foram transferidos para terceiros em meados do século XVIII. A Coroa recebia um valor estipulado ao final de cada ano do contrato, ficando o arrematador na obrigação de contar e cobrar os impostos dos condutores de animais. Até a organização do Estado brasileiro, diversos grupos de negociantes disputaram os direitos da cobrança dos impostos na passagem de animais de Curitiba e Sorocaba (COSTA, 1985). A partir de 1819, Antônio da Silva Prado arrematou o Registro de Sorocaba e tentou controlar o preço dos animais na praça do Rio de Janeiro (PETRONE, 1976).

Os historiadores têm estudado essa documentação visando a identificar o número de animais comercializados, seus valores e os lucros auferidos, em outras palavras, para reconstituir a dinâmica do comércio de carnes e do transporte.

Na dissertação de mestrado, Suprinyak (Op. cit.) pesquisou o registro de Rio Negro e a barreira de Itapetininga no período Imperial, de 1830 a 1869. Em artigo, em conjunto com Renato Marcondes (2006), esse autor retoma a questão do comércio de animais, utilizando as *Lista geral dos meyos direitos pertencentes aos senhores contratadores, o capitão Francisco Cardozo de Menezes e Souza e Sebastião d'Alvarenga Braga, das tropas que passarão neste rezisto de Coritiba*, de 1765 a 1767, e a série do registro de Sorocaba de 1779 a 1782. Essas séries são comparadas com os dados da pesquisa de Martha Hameister do registro de Curitiba do triênio 1769-71 (Op cit). Viviane Tessitore (1995) identificou o valor desse imposto estacionado até 1870 em 2$800 para muar, 2$000 cavalos e $480 vacum. Resumindo, esses estudos identificaram o valor do imposto, o percentual de animais em circulação, os principais negociantes de tropas e seus fiadores.

Nossa comunicação retoma o registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX com intuito de identificar a rede de trocas instalada na localidade e as possibilidades de lucros desses empreendimentos. Para isso, utilizamos a prestação de contas das sociedades anexadas aos inventários dos contratadores.

A sociedade dos meios direitos da Casa Doada de Curitiba

O Dr. Francisco José de Sampaio Peixoto arrematou o contrato de Curitiba nos triênios de 1799-1805, em sociedade com o sogro, o brigadeiro José Vaz de Carvalho e o tenente-coronel Paulino Ayres de Aguirra (ARAÚJO, 2006).

Paulino Ayres Aguirra foi negociante de tropas, arrematador de contratos, fazendeiro e criador em Sorocaba. Era casado com Maria de Nazareth em segundas núpcias, faleceu em 1798, seu um monte-mor foi avaliado em 29 contos de réis. Ele participou da fase de arrematação do contrato, mas coube a Sampaio Peixoto executá-lo e prestar contas ao espólio. Aguirra havia participado antes da sociedade da cobrança dos dízimos de Curitiba com o mestre-de-campo Manoel de Oliveira Cardoso e Francisco Pinto Ferraz[1].

O tenente-coronel Francisco José de Sampaio Peixoto (1751-1811), português, formado em direito, fora casado em Portugal, entre 1770 e 1804, com Ana Pereira de Souza.

[1] Hameister identificou o mestre-de-campo Manoel de Oliveira Cardoso como inspetor da passagem de Curitiba de meados do século XIX. Esse comerciante faleceu em 1795, mas o inventário foi encerrado somente em 1817. Descontadas as dívidas do Registro de Curitiba e do Dízimo da capitania para a Real Fazenda, restaram 12 contos de réis que ficaram com o Estado aguardando possíveis herdeiros.

Pai e filho foram negociantes e juízes em São Paulo. Após a viuvez, casou-se com Jacinta Cândida de Macedo e Carvalho[2], mais nova que ele trinta e seis anos. O casal morava na Rua Direita, num sobrado de três lanços, avaliado em 2:400 contos de réis, e tinha ainda um sítio na Lapa. Os bens de raiz representavam 16% e os créditos de seus dois inventários 68%[3].

O brigadeiro José Vaz de Carvalho (1746-1823) era português, casado com Escolástica Joaquina de Macedo, negociante de bestas do sul, morador na Rua Direita. Seu nome aparece em várias histórias da cidade como negociante e arrematador de contratos bem-sucedido, contudo estava falido. Seus bens foram avaliados em aproximadamente 9 mil contos de réis, com dívidas de 24 contos de réis. Seu maior credor era o senador Vergueiro, com 14:570 contos de réis, e sua filha Jacinta, com uma dívida de 8:603 contos de réis, correspondente às contas do contrato de Curitiba, que o pai não havia acertado. Os bens pessoais e os metais preciosos somavam 13,5% dos bens; a propriedade mais cara era o sítio de Cotia, local de invernada dos animais que vinham de Curitiba. Parece que o negociante acumulou muitas dívidas perdidas e foi protelando a prestação de contas com os sócios, até tornar-se insolvente.

Receita dos meios direitos de Curitiba		
1º triênio 1799-1801		
Curitiba	60.676.500	
S.Vacaria	5.855.030	
D.Lages	1.578.320	
Subtotal	**68.109.850**	
2º triênio 1801-05		**Crescimento**
Curitiba	104.401.180	72,1%
S.Vacaria	8.894.460	51,9%
D.Lages	2.370.320	50,2%
Subtotal	**115.665.960**	**69,8%**
Total	**183.775.810**	

Fonte: inventário nº 1583, do 1º Ofício da capital, AJESP.

Centraremos nossa atenção no anexo do inventário do tenente-coronel Sampaio Peixoto "Francisco Jose de SamPayo Peixoto". A viúva apresenta ao Juiz dos órfãos o

[2] Sobrinha de Maria Francisca Xavier de Matos, viúva de rico comerciante da capital.
[3] Conforme inventários nº 493 (20 contos de réis) e 1583 (28 contos de réis), de 1811, do 1º Ofício da Capital, AJESP.

"Extratcto do ajustamento da conta dos Meios direitos de Curitiba rematados em Sociedade por 7 anos que findarão em Dezembro de 1805, e Passsagem do Rio Negro".

Essas contas foram divididas em dois triênios. De 1799 a 1801, haviam arrecadado 60:676$500, acrescido de 5:855$030 dos direitos de Cima da Serra do triênio, mais 1:578$320 do distrito de "Lagens", totalizando 68:109$850. No segundo triênio, de 1802 a 1805, a arrecadação aumentou consideravelmente, passou para 104:401$180, os direitos de Cima da Serra de Vacaria foi de 8:894$460, do Distrito de "Lagens" foi 2:370$320, somando 115:665$960. A receita dos impostos alcançara 183:775 contos de réis, quantia equivalente à passagem de 92.000 ou 15.332 cavalos ao ano. Petrone encontrou nas contas do registro de Sorocaba de 1820, do barão de Iguape, circulando 26.539 animais e tendendo a subir. Hameister identificou a passagem de 9.770 animais no registro de Curitiba em 1769, e de 10.915, em 1771.

Haja vista que o valor do imposto fora congelado, houve um crescimento de 69,8% na passagem de animais entre o primeiro e o segundo triênio. O "registo" de Curitiba tinha o maior afluxo deles e tendia a crescer em torno de 72%, enquanto as passagens de Cima da Serra de Vacaria e do distrito de "Lagens" expandiu aproximadamente 50%.

O documento informa ainda sobre a loja de fazendas e gêneros que a sociedade mantinha no registro para a "assistências das tropas, e vendas a vista" adquiridas por 53:531$771 e vendidas, no tempo da existência do contrato, por 72:303$608, promovendo um lucro de 35%. Essa loja, da época de Oliveira Cardoso (HAMEISTER, Op. cit.), possibilitava diversificar os negócios com os criadores e condutores de animais do sul. Possivelmente todos os registros tivessem esses estabelecimentos, entretanto, foram omitidos na documentação. Devia ser um local privilegiado para a venda de fazendas secas e de molhados. Muitos criadores vendiam os animais nessas passagens, estavam, portanto, com dinheiro e disposição para adquirir mercadorias e retornar. Não localizamos nas vilas paulistas da época nenhuma loja com esse valor em mercadorias. A loja do brigadeiro Luís Antônio, no porto de Santos, tinha estoque avaliado em 14:000 contos de réis[4].

Seguem as despesas da sociedade. No primeiro triênio, foram pagos na Junta da Real Fazenda 36:720$000 e no segundo, 50:401$440 (37%), quer dizer, a arrecadação crescera proporcionalmente mais que o valor do pagamento dos direitos. Entre os descontos inerentes ao contrato, constam duas guias de 251 cavalos da Real Fazenda que deveriam pagar 251$000 mil réis, considerando essa informação, o imposto sobre os eqüinos era mil réis, logo poderia ter passado o dobro de animais pelo registro. O contratante apresentava essas guias ao

[4] Inventário nº 530, 1819, 1º Ofício, AJESP.

inspetor do registro de Sorocaba para receber o dinheiro, os atrasados eram quitados com juros, por isso os sócios receberam desse inspetor 1:603 contos de réis. Por outro lado, eles descontaram 1:073 contos de réis das falências. O valor total das despesas chegou a 107:191 contos de réis.

As contas são sumárias. Somada a parte da Real Fazenda, os 8% da propina, o custeio dos sócios, os impostos perdidos por falências, segue-se o lucro de 63%. Não são computados gastos com mão-de-obra (caixeiro e escravos) ou seguro. É possível que um camarada da confiança do contratador fosse residir na passagem. Não localizamos a correspondência de nenhum comerciante, nossas informações restringem-se às prestações de contas.

Os três sócios dividiram então 98:135 contos de réis, ou 32:711 contos de réis para cada um, inclusos os lucros da loja de fazendas e gêneros. Uma quantia considerável para os padrões da época em São Paulo, somente Ana F. Novaes de Magalhães, em 1805, havia acumulado fortuna maior que os ganhos nesse registro (72 contos de réis)[5]. Ela era casada com Francisco Pinto Ferraz, da sociedade com Aguirra e Oliveira Cardoso dos dízimos de Curitiba de 1789/92, e do contrato do dízimo de Mogi Mirim. Todos eles acabaram investindo em propriedades rurais.

Mas se compararmos o desempenho da referida sociedade com os negócios de Antônio da Silva Prado, nossos números parecem razoáveis. Petrone informa-nos que o barão de Iguape vendeu os dízimos de Curitiba, em 1818, com lucro de 56%. No triênio 1820 a 1822, em sociedade com os negociantes do Rio de Janeiro, Manoel e Custódio Moreira Lírio, empatou 37:173 e arrecadou 52:264 contos de réis no contrato de Sorocaba, com lucro de 45,9% (talvez seja 41%). No mesmo período, no contrato de Cubatão, a sociedade teve lucro líquido de 31,5%. Parece, portanto, que o porcentual dos lucros dos Registros paulistas estava em ascensão.

Certamente o grande proveito dessas barreiras era a possibilidade de manipulação dos preços. Petrone observou que o barão de Iguape, antes dos negócios das tropas, tentou forçar a subida do preço dos animais de corte e acabou tendo prejuízo, pois os animais de corte vinham de várias províncias, não sendo possível controlar seu afluxo somente pelo Registro de Curitiba e Sorocaba. O comerciante centrou então seus esforços no comércio de mulas. Um representante estacionava os animais na região de Sorocaba, enquanto outro pesquisava a cotação dos preços no Rio de Janeiro, estudando a melhor ocasião para a chegada das tropas.

[5] Inventário nº 1090, 1805, do 1º Ofício da capital, Arquivo do Judic. Est. S. Paulo.

Os antigos historiadores referiam-se aos rendimentos fantásticos do comércio tradicional paulista, hoje, ele não seria considerado um grande negócio. Eram empreendimentos ousados e arriscados, em locais distantes, com população esparsa, retorno duvidoso, a longo prazo, muitos podiam render cerca de 50%, mas muito perdia-se também. Esses fatores podem explicar o interesse dos comerciantes paulistas pelas propriedades agrícolas.

Em seguida, localizamos as contas das tropas adquiridas por Vaz de Carvalho e Sampaio Peixoto em sociedade. Essa documentação oferece dados interessantes sobre os negócios de animais entre as barreiras de Curitiba e Sorocaba. A primeira tropa foi comprado do capitão Narciso José Pacheco. Eram 560 bestas por 15$000 cada, e 13 cavalos, por 8$000 cada um, totalizando 8:537$600. De Curitiba à invernada em Cotia, eles gastaram mais 310$205 (178$080 novos impostos de Sorocaba, capataz 38$684, dois camaradas e despesas menores), totalizando 8:847$805. Lucraram 1:035$795, 11,7%. Outra tropa comprada do coronel Manoel G. Guimarães proporcionou 17,7% de lucro. Foram 254 bestas compradas a 12$000 cada uma, eles pagaram 81$280 pelos novos impostos de Sorocaba e venderam os animais por 3:810$000.

Os compradores dessas tropas provinham de diferentes localidades, Goiás, Minas Gerais, Lorena, Sabará, arraial de São Simão. No custo dos animais era incluído o valor da compra, sacos de sal, invernada, coxo e curral, novos impostos, camaradas para o transporte, mas não são apontados gastos com caixeiro, escravos ou seguros.

Maria Thereza S. Petrone (Op. Cit.) estimou que o barão de Iguape teve lucros entre 19 e 64% com as mulas, com o capital aplicado entre 12 e 18 meses. Os exemplos de negócios de tropas acima apresentados indicam que os lucros com as tropas, no início do Oitocentos, não eram exagerados, e por isso o barão de Iguape passou a negociar bestas controlando toda a oferta desse produto. Após a Independência, o preço das bestas teria aumentado 400% (ARAÚJO, Op. Cit.).

Notamos importante diferença entre as estratégias de Sampaio Peixoto e de Silva Prado. Sampaio Peixoto havia montado um sistema comercial da tradição comercial paulista. Seus lucros provinham da diferença entre a parte devida à Real Fazenda e a cobrança do direito dos animais que passavam por Curitiba. A sociedade aproveitava então a posição estratégica e vendia outros produtos (fazendas secas e gêneros), adquiria também animais para serem revendidos em Sorocaba, aceitava receber em espécie (principalmente escravos) para revenda ou fornecia crédito. Eles comercializavam de tudo, em alguns ganhavam mais, em outros menos. Na revenda dos animais, seu percentual de ganho dependia de conseguir um

bom preço em Curitiba e realizar uma excelente venda em Sorocaba. Não localizamos negócios com o Rio de Janeiro, os compradores de Sorocaba prosseguiam a jornada até o consumidor. Sampaio Peixoto usufruía, assim, de parte da longa viagem dos semoventes de São Pedro até a corte. Esses negócios davam bons lucros para os padrões do sul, mas eram modestos se comparadas às transações realizadas no Rio de Janeiro.

Silva Prado inaugura outra forma de negociar nas barreiras paulistas. As vendas dos importados devem ter reduzido significativamente com a concorrência dos comissários ingleses após o Tratado de 1808, por isso sua loja de fazendas visava, particularmente, aos pregões do governo provincial. Os ganhos com os impostos passaram a ser secundários, alguns foram revendidos (com bons lucros). Ele decidiu, então, vender os animais diretamente na Corte controlando o preço de venda. Para adquirir todos os animais em Sorocaba e controlar a oferta, ele precisava de muito capital de giro, para isso associou-se ao irmãos Moreira Lírio. Enfim, ele transformou o comércio de animais antes a retalhos num grande atacado em Sorocaba. Parece uma história de glórias, nenhum paulista havia antes desafiado a poderosa praça do Rio de Janeiro, mas isso deve ter provocado a alta dos preços dos animais e reduzido o número de comerciantes antes envolvidos nessa atividade.

Considerações finais

Sérgio Buarque de Holanda, no prefácio do livro de Maria Theresa Petrone, afirmou que o fazendeiro era também um comerciante, pois tinha que negociar sua produção. O professor tinha razão, pois muitas das grandes fazendas paulistas foram adquiridas com os lucros do comércio terrestre.

Os negócios de Curitiba nos fornecem informações das estratégias dos paulistas para participar das atividades mercantis da América Portuguesa utilizando capital menor que seus pares do comércio exterior da praça do Rio de Janeiro ou da Bahia.

Não se organizou ainda uma lista desses antigos contratadores. Essa documentação está dispersa em diferentes arquivos, a maioria pode estar perdida. No entanto, nossas informações apontam que diferentes grupos de comerciantes de São Paulo puderam arrematar esses contratos até a Independência.

Os comerciantes compravam e vendiam nas barreiras as mercadorias locais, tais como gado, mulas e cavalos, mas vendiam também as fazendas secas e as bebidas do comércio exterior recebidas de Lisboa pelo Porto do Rio de Janeiro ou de Santos. Recebiam em dinheiro ou espécie, os escravos entravam nessas trocas. Até a abertura comercial de 1808,

os comerciantes paulistas foram certamente os representantes privilegiados do comércio internacional no sertão.

Referências bibliográficas

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. História dos tributos no Brasil. São Paulo: sinafresp, 2000.
ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006.
COSTA, Hermani Maia. *Barreiras de São Paulo* (estudo histórico das barreiras paulistas do Séc. XIX). São Paulo, 1985. Dissertação (Mestrado) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro:* os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763). Niterói, RJ, 2002. Dissertação (Mestrado) UFRJ.
MARCONDES, Renato; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, XII, Anais... BH, Cedeplar, UFMG, 2006.
PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O barão de Iguape, um empresário da época da independência.* SP: Nacional, 1976.
SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Comércio de animais de carga no Brasil imperial*: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo. Araquara, SP: 2006. Dissertação (Mestrado) FCLAr/Unesp.
RECEITA FEDERAL.
http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/registros.asp
TESSITORE, Viviane. *Fontes da riqueza pública*: tributos e administração tributária na província de São Paulo (1832-1892). São Paulo, 1995. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. SP: Ed. Pub. e Com., 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História, territorialidade e desenvolvimento local no contexto das monções em Camapuã

Maria Augusta de Castilho [1]
Vanuza Ribeiro de Lima [2]

Resumo: A pesquisa aborda a História, a territorialidade do varadouro de Camapuã, município localizado no interior de Mato Grosso do Sul e que no período entre os séculos XVIII e XIX foi rota de passagem dos monçoeiros para as minas de ouro do Mato Grosso. O movimento ficou conhecido na História do Brasil como Rota das Monções. O conhecimento sobre o lugar e o fortalecimento das relações com o território colaboram para a formação da identidade cultural e são elementos essenciais ao desenvolvimento local. O estudo teve como aporte teórico autores nacionais e internacionais que sinalizam o desenvolvimento de uma comunidade por meio da compreensão do passado relacionando-o com o presente.

Palavras-chave: Monções, Territorialidade e Desenvolvimento Local.

Abstract: The research approaches the History, the territorialidade of the varadouro of Camapuã, located municipal district inside Mato Grosso of the South and that in the period among the centuries XVIII and XIX were broken of passage of the monçoeiros for gold mines of Mato Grosso. The movement was known in the History of Brazil as Route of the Monsoon. The knowledge on the place and the invigoration of the relationships with the territory collaborates for the formation of the cultural identity and they are essential elements to the local development. The study had as contribution theoretical national and international authors that signal a community's development through the understanding of the past relating him/it with the present.

Keys-word: Monsoon, Territorialidade and Local Development.

A história de um local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as relações de vizinhança, a territorialidade e o sentimento de pertencer àquele lugar. No aporte de Tuan (1976) a história é a sua reconstrução consciente na memória do grupo para as finalidades correntes, exercendo um papel essencial no sentido humano de territorialidade e lugar. A identidade de um lugar é a

[1] Professora de História da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Doutora em História pela Universidade de São Paulo – USP.
[2] Graduada em História e mestranda em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT.

sua característica física, sua história e como as pessoas fazem uso de seu passado para promover a consciência coletiva.

Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 15) observa que o lugar guarda em si "o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória" e por meio dos sentidos e do corpo. Por esse prisma o lugar é o ponto de articulação entre a mundialidade em construção e o local como sendo a espacialidade concreta.

O território tem uma localização definida com um substrato físico de referência, que possui características naturais e podem se transformar em recursos utilizáveis. No meio territorial manifestam-se como formas materiais e imateriais que espelham a formação sócio-espacial e a cultura local. Entretanto, o substrato físico não deve ser super valorizado, visto que o território como fruto de apropriação do espaço é um constructo social e a apropriação é um espaço de produção humana, que envolve relações sociais na criação de obras que atribui sentido a vida (LE BOURLEGAT, 2006).

A perspectiva de uma história local implica no valor e significado que cada detalhe adquire na rede de relações dos elementos constitutivos da mesma. Leva-se em conta a junção dos processos de identificação do sujeito, não como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria, mas sim a elevação do local à categoria central de análise.

Elizalde (2000) apresenta uma proposta sobre as necessidades humanas fundamentais como sendo a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a criação, a participação, o ócio, a identidade e a liberdade. Todas têm importância similar e não há qualquer hierarquia entre elas. Pelo mesmo viés, diferencia três subsistemas: o das necessidades relacionadas à interioridade, vivenciada no plano pessoal; o das satisfações que contemplam as formas históricas e culturais e o subsistema dos bens, ou seja, artefatos materiais produzidos pelo ser humano. O autor observa que na visão tradicional a pobreza está associada exclusivamente a ausência de subsistência. Porém, em sua concepção esse fenômeno está ligado à falta de qualquer uma das necessidades humanas fundamentais.

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Em tal contexto, os lugares ditos desenvolvidos não consideram as diferenças culturais e a existência de outros valores e concepções, uma vez que isso gera certa distinção entre o 'desenvolvido' e o 'subdesenvolvido', e dá a impressão de superioridade do primeiro e inferioridade do segundo. Em análise convergente, Ávila (2000) explicita a idéia de que o crescimento econômico por si só não é sinônimo de desenvolvimento, pois este se caracteriza por conotações tipicamente quantitativas, enquanto

que desenvolvimento abrange também as dimensões referentes tanto à qualidade do processo de evolução econômico-social quanto à amplitude participativo-beneficiária de toda a população.

O desenvolvimento local é visto de maneira mais ampla; no entendimento de Marques *et al* (2001) trata-se de um conjunto original de estratégias que devem ser adequadas a um território, que tem suas redes de relações, sua identidade e conta com a participação ativa e solidária da população que nele habita, para encontrar formas viáveis, sustentáveis, contínuas e organizadas de utilização integrada dos recursos materiais, naturais e humanos disponíveis, em prol da obtenção de melhorias para a comunidade.

Martins (2002) pondera que o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local está na participação, uma vez que a mesma assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade, que pode-se visualizar enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Da mesma forma, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar.

O desenvolvimento local vem contra a corrente no que diz respeito às idéias de desenvolvimento das décadas anteriores, pois Ávila (2000) relembra que esse processo leva em conta a dinâmica espacial das localidades, a dimensão territorial, o equilíbrio entre relacionamentos dos tipos primário e secundário, as identidades social e histórica, perspectivas de coesão solidária, potencialidades e condições locais, assim como os dinamismos agenciadores.

Na perspectiva de desenvolvimento local encontra-se a necessidade da valorização da história local, cultura, identidade, entre outros. A rota das monções no município de Camapuã insere-se nesse contexto histórico.

O termo monção é utilizado no Brasil para designar os ventos alternados que determinavam as épocas de navegação rumo ao interior do país em busca de ouro. Todavia, a descoberta das minas de Caxipó Mirim marca o ponto de partida para a história das monções, precedida pelas empresas bandeirantes, em que os rios constituíam obstáculos à marcha (HOLANDA, 1989).

A Rota das Monções ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, sendo que nesse período os monçoeiros, constituídos em sua maior parte por paulistas, percorriam três mil e quinhentos quilômetros por água, e na metade desse trajeto atravessavam por terra treze quilômetros no Varadouro de Camapuã, para chegar às minas de ouro de Mato Grosso. As

viagens eram muito perigosas e cheias de obstáculos; a princípio eram realizadas em canoas de casca, técnica aprendida dos índios. Outra forma de transporte era a jangada que, pelas constantes perdas durante as viagens, recebeu a instalação de toldos. O tempo estimado dessas expedições era em torno de cinco meses até chegar a Cuiabá.

As expedições eram realizadas de duas formas: pelo governo, que levava forças militares e autoridades administrativas para cobrança e fiscalização do imposto pago pelo ouro; e por particulares, ou seja, pessoas interessadas no comércio com as áreas de mineração.

Nas primeiras rotas desciam as canoas do Tietê até a foz, seguiam o Paraná, entravam, em geral, no Pardo, subiam a Anhaduí-Guaçu, Rio Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Contudo, foi por volta de 1720 e graças à diligência dos irmãos Leme, os quais fundaram a fazenda Camapuã, que se começou a verificar as vantagens de uma alteração nesse itinerário, de modo que as canoas subissem a parte encachoeirada do Pardo, que fica acima da barra do Anhaduí-Guaçu. A partir de então, saíam de Porto Feliz (SP), iam pelo rio Tietê, seguiam pelo Rio Paraná, Rio Pardo, Rio Camapuã, Rio Coxim, Rio Taquari e Rio Cuiabá (HOLANDA, 1989).

O primeiro paulista a chegar ao Rio Cuiabá em busca de índios foi Antônio Pires de Campos. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro com índios que aprisionou e Miguel Sutil desenvolveu o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá com organização política própria depois de encontrar ouro naquela região que, segundo as crônicas da época, "podia ser extraído da terra como se extrai a nata do leite" (HOLANDA, 1989, p. 23).

Em Cuiabá só se exportava ouro e em relação a subsistência, aos poucos se introduziram algumas práticas agrícolas e de criação de animais, sendo que em alguns casos com resistência das autoridades. Os primeiros moradores do arraial cuiabanos tiveram uma existência comparável a dos índios coletores e caçadores.

Nas expedições monçoeiras os viajantes deparavam-se com vários grupos étnicos nativos, que interagiam ativamente com os forasteiros, tanto com alianças políticas contra grupos inimigos, quanto com lutas em defesa de seus territórios. Sob esse prisma, pode-se perceber a os contrapontos entre as trocas interculturais e a afirmação de identidades, envolvendo paulistas, cuiabanos, assunsenhos e vários grupos étnicos nativos, sobretudo Kayapó, Guaykuru e Payaguá. (CARVALHO, 2005).

O território dos Kayapó ficava nas margens dos rios Paraná, Pardo e na região de Camapuã, e foram nas localidades citadas que o grupo étnico fez despovoarem-se todas as roças, exceto a fazenda de Camapuã. No entanto, Carvalho (2005, p.2) descreve sobre a expedição de Cabral Camelo até as minas de Cuiabá de 1727-1734, da seguinte forma:

> *A seguir chega à fazenda de Camapuã, cuja população vive ali "como em um presídio", temerosa dos assaltos dos Kayapó. "De uma e outra parte há gentios", adverte Camelo, mas supõe-se que sejam "nações que os sertanistas conquistaram".*

De acordo com Carvalho (2005) era preciso incluir o escravo ou afro-descendente como agente histórico decisivo nas zonas de contato interétnicas, visto que "sua ausência de muitos trabalhos sobre o tema tem aparecido com um silêncio demasiado eloqüente". Vale ressaltar que essa ausência pode ser entendida como conformidade e simples aceitação da condição na qual se encontrava esse grupo e de acordo com Taunay (*apud* CARVALHO, 2005, p. 9) "a tripulação de escravos negros das monções" estava submetida a "uma das mais cruéis servidões de reação contra a terrível servidão".

Levando em conta o interesse dos Payaguá na captura de negros para comercialização em Assunção e as péssimas condições em que se encontravam na expedição de Cabral Camelo no ano de 1730, os negros embrenharam-se em fuga pelo mato assim que principiou o ataque dos Payaguá. (*ibidem*).

Em conformidade com as idéias de Carvalho (2005) que recorre ao conceito de fronteira, utilizado aqui para interpretar as relações de intersecção, trocas e manutenção de identidades entre os grupos étnicos envolvidos nas monções, pode favorecer uma revisão da noção oficial de conquista do oeste. Em vez da inevitável necessidade histórica e da passividade dos nativos e dos negros, é fundamental atentar para a ação de indivíduos e coletividades e para a contingência do processo histórico da época.

Na Rota das Monções era conveniente aos navegantes o estabelecimento de um varadouro breve, por onde pudessem ser transportadas as canoas. Uma vez escolhido o sítio, convinha fazer plantios e criações necessárias para o abastecimento das expedições. Foi o que aconteceu com a fundação, no local do varadouro da fazenda de Camapuã.

O varadouro de Camapuã era o ponto de travessia e contato entre as bacias do Paraguai e do Paraná. Os primeiros roçados de mandioca, banana e milho foram semeaduras de sorocabanos, parnaibanos e ituanos. A navegação dos rios, implicava o conhecimento de todas as suas armadilhas, que teria sido uma arte desenvolvida e exercida pelos indivíduos que ali viviam. O local era passagem inevitável e entreposto de pessoas e guarnições, assentados a meio caminho entre o ouro e o litoral (SILVA, 2004).

Os primeiros bovinos chegados a Cuiabá seguiram da fazenda de Camapuã, levados por gente do lugar, tiveram que atravessar um caminho desconhecido orientando-se

por estimativas. É provável, que os próprios bovinos de Camapuã descendessem do gado da Vacaria, levado por terra pelos cerrados do alto Rio Pardo (HOLANDA, 1989).

A comida utilizada consistia de pouco mais de cem gramas de toucinho, um litro de farinha de milho ou mandioca e meio litro de feijão e podiam dar-se por contentes, tanto os mareantes como os passageiros. Havia abastecimento na fazenda Camapuã, que de acordo com Holanda (1989, p. 319) "é uma ilha onde o mareante vai buscar refresco e repouso".

A variedade das canoas se dava de acordo com a vegetação encontrada para a produção destas, como também pela comodidade de navegar em rios menos volumosos como o caso do Rio Camapuã e o Sanguexuga. Ao mesmo tempo tinham que se preocupar em armazenar a produção de tal forma que não perdesse a alimentação durante o percurso.

Os monçoeiros se apropriaram daquele espaço, produziram formas materiais e funcionais para a reprodução da vida e também formas imateriais, pois produziram território com as relações sociais que estabeleceram ali.

O imaginário popular existente entre familiares e moradores idosos que nasceram em Camapuã ou vivem no município desde a infância é repleto de histórias acerca do ouro, mais especificamente sobre os "enterros" que, segundo a crença popular, eram tesouros enterrados em alguns lugares da região e que foram e ainda são guardados pelos espíritos. Vários habitantes do local dizem ter conhecido pessoas que os encontraram, ficaram ricas e morreram ou se mudaram do lugar.

De acordo com essa crença o ouro foi guardado pelos padres jesuítas e existe um espírito que cuida do tesouro e é ele quem escolhe a pessoa para retirá-lo dali. Então, a comunicação inicial é feita por sonho, e são dadas todas as instruções para realizar a retirada, e nenhuma pode ser desprezada, sendo que o castigo é a perda do direito ao enterro. O escolhido não deve levar ninguém para lhe ajudar nessa tarefa. Além disso, se depara com vários animais, vultos, espíritos e tudo o que for de mais ameaçador. Ao final, o escolhido tem até o prazo de um ano para se mudar de Camapuã ou, conforme a maldição pode sofrer um acidente e morrer.

Esse imaginário está ligado aos padres jesuítas. Entretanto, a fazenda de Camapuã – que atualmente é o município com o mesmo nome – não constituía uma mina de ouro e a prática dos jesuítas não era a mineração. O movimento de ouro que aconteceu na região está ligado à rota das monções quando a fazenda Camapuã era um sítio de abastecimento aos viajantes que se deslocavam até as minas de Cuiabá.

Tanto a história local quanto a crendice popular foram conservados e transmitidos pelos moradores de Camapuã constituindo-se em necessidades humanas fundamentais, já que

fazem parte do imaginário popular e pode ser considerado um dos elementos de formação da identidade e cultura do lugar.

Ao entender cultura como criações dos grupos humanos que são passadas por gerações, pode-se afirmar que é algo dinâmico, ou seja, pode mudar sempre que necessário. As pessoas do lugar agem de acordo com sua cultura, pois estão aí impregnados os valores recebidos da família e da sociedade em que vivem. O plano da mentalidade é o que mais demora a se modificar. A quebra dos códigos morais não acontece de uma hora para outra; é um processo bem longo e se diferencia de acordo com influências internas e externas. Levando em conta que o processo de desenvolvimento local deve ser endógeno e ter como atores principais os próprios membros da sociedade, é de vital importância entender como essas pessoas percebem o mundo.

Nos territórios as pessoas podem ter mais relacionamentos "primários" do que "secundários" em uma localidade considerada pequena, na qual é chamada de comunidade. Quando as relações são mais formais num espaço/território maior chamamos de sociedade. Tanto uma como a outra desenvolvem sentimento de identidade que está ligado à teoria de desenvolvimento local, pois é com esse sentimento que as pessoas buscam o desenvolvimento para sua comunidade (ÁVILA, 2003).

De forma geral, os livros didáticos de ensino fundamental não valorizam a história local, visto que a própria historiografia, até pouco tempo, estava preocupada com os "grandes feitos" dos "grandes centros". A escola é um lugar muito interessante para a multiplicação da teoria e prática da história, cultura, identidade e desenvolvimento local, pois é um ponto de referência. Ela pode se tornar até mesmo um centro para o desenvolvimento das potencialidades de alunos, professores, pais e todos aqueles que encontrem nessa perspectiva uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das pessoas na comunidade onde esteja inserida.

O processo de valorização e reconhecimento das potencialidades locais deve-se iniciar pelas crianças. Se elas crescerem com esse pensamento, podem contaminar seus pais e – quando adultas – se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento com a capacidade de abstrair e universalizar conhecimentos de toda ordem.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Educação escolar e desenvolvimento local:** realidade e abstrações no currículo. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____ *et al*. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Alex Lopes de. Os "senhores dos rios" e suas alianças políticas. In. **Revista de Antropologia Iberoamericana**. n 42, julh-agos 2005. Disponível no site: www.plazamayor.net/antropologia/42jul/articulos/jul0501b.pdf. Acesso em: 18 de out. 2006. 11h00min.

ELIZALDE, Antonio. Desarollo a escala humana: conceptos y experiências. In: **Interações.** Campo Grande: UCDB, vol1, n1, p.51-62, set. 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, Tomo I, vol. I.

_____. **Monções.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KASHIMOTO, Emília, M; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: **Interações.** Campo Grande: UCDB, v. 03, n 01, p. 13-20, set. 2002.

LE BOULERGAT, Cleonice. **Territorialidades e dinâmicas-sócio ambientais**, fev-julho de 2006. (Notas de aula – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco, UCDB).

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. In: **Interações.** Campo Grande: UCDB, v.3, n5, p. 51-59, set. 2002.

MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto e MARTIN, José Carpio. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas.** Campo Grande: UCDB, 2001.

SILVA, Antônio Valderes. **Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções do Vale do Médio Tietê.** Campinas, 2004. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. Trad. Maria Helena Queiroz. In. **Annals of the Association of American Geographers**, 66: (2), junho 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Profissionalização do magistério no contexto de difusão do ideário da Escola Nova (rio de janeiro:1920-1930)

Libânia Nacif Xavier

A presente comunicação explora alguns aspectos das reformas educacionais promovida por expoentes da Escola Nova na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1920-30. Situadas no contexto de difusão do movimento da Escola Nova, tais Reformas apresentam os primeiros esforços de modernização do sistema de ensino da Prefeitura da antiga capital da República. Por seu turno, são coetâneas de outras reformas educacionais promovidas nas grandes capitais brasileiras.

Em seu conjunto, as três reformas empreendidas no Distrito Federal nas décadas de 1920-1930 – a de Carneiro Leão (1922-1926); a de Fernando de Azevedo (1927-1930) e a de Anísio Teixeira (1930-1935) – demonstram que a relação entre o que se idealiza como projeto e os resultados alcançados no âmbito da implementação de políticas públicas depende de variáveis muito complexas, pois que emergem da relação entre campos com lógicas muito particulares.

Tendo em vista tais observações, apresentaremos, inicialmente, uma breve reflexão a respeito da relação entre projeto pedagógico e implementação de políticas educacionais para, em seguida, identificar as linhas centrais das concepções e das políticas dirigidas ao magistério nas três reformas anteriormente identificadas. Ao final, pretendemos tecer algumas considerações a respeito do processo de profissionalização do magistério sob o influxo do movimento da escola nova na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1920-1930.

As Reformas do Ensino e o Magistério

Durante a gestão de Alaor Prata na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, a pasta da Educação teve à sua frente o pernambucano Antônio de Arruda Carneiro Leão, que promoveu a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, no período 1922-1926.

Considerado um dos expoentes do movimento da Escola Nova, Carneiro Leão deixou registrados em um livro intitulado “O Ensino na Capital do Brasil” (1926), alguns

aspectos marcantes de seu plano de reformas, assim como assinalou as dificuldades e os pontos de atrito que o reformador encontrou em seu percurso. Nesse livro, ele destaca as dificuldades de obtenção de recursos para a plena realização de seu projeto remodelador, reconhece da importância que a qualificação do magistério deveria receber em sua administração, identificando as dificuldades para alcançar tal meta. Registra, ainda, os óbices colocados pela descontinuidade política e administrativa, como veremos a seguir. Ao expressar a sua concepção de escola e discorrer sobre o que ele considerava ser o foco fundamental de um projeto de reforma de cunho modernizador, Carneiro Leão levanta, ainda, as dificuldades postas pela lógica política predominante no Distrito Federal, à época. Disse o reformador:

> *Se a escola era outrora apenas um acessório, um suplemento da vida, sendo agora sua essência, deve ser mais dispendiosa, porque a vida tem de ser trazida à vista da criança. ... Assim, a ação imediata deve ser sobre o mestre. Há três anos propugnamos pela reforma do ensino normal que, embora modesto, (por não ser possível aspirar a coisa melhor, por hora, no nosso meio) já corresponderia às nossas necessidades mais urgentes. Infelizmente ainda não a obtivemos do Conselho Municipal. (Carneiro Leão,1926:45)*
> *No Distrito Federal, portanto, em que de 1893 a 1922, em vinte e nove anos tinha havido 26 Diretores de Instrução, quase um por ano, que garantia poderia nos dar uma reforma cujo ponto de apoio fosse exclusivamente a Escola Normal? E se esperássemos por ela para agir, que teria sido feito de nós? (Carneiro Leão, 1926:46)*

A citação indica a ordem de dificuldades que o reformador vinha enfrentando com relação ao apoio político e financeiro dos membros do Conselho Municipal, assim como evidencia a grande rotatividade de diretores que ocuparam a pasta da Instrução Pública no Distrito Federal, quase um por ano, desde 1893 até 1922.

As dificuldades de ordem política, melhor dizendo, as dificuldades de relacionamento com o Conselho Municipal, não estiveram ausentes da agenda de seu sucessor, Fernando de Azevedo. Como demonstramos em trabalho anterior (Xavier e Freire, 2005:56), a Reforma da Instrução Pública levada a efeito por Fernando de Azevedo, advertida ou inadvertidamente, atuou como evento desencadeador de um novo debate em torno da legitimidade da ação política na capital federal. Como um roteiro já previamente determinado, os discursos dos oponentes daquele projeto de Reforma retomaram a polarização em torno de questões como política partidária X administração; clientelismo X racionalização; autonomia X intervenção. O ponto nevrálgico da discórdia entre Fernando de Azevedo e alguns membros do Conselho Municipal foi a demissão dos professores contratados sem concurso público e a negativa do reformador em contratar os professores “apadrinhados” pelos vereadores.

Tal como ocorrera com a administração de Carneiro Leão, também a administração de Fernando de Azevedo pautou-se pela perspectiva de modernizar o ensino, sendo que, diante da postura bem mais agressiva do segundo, a questão da liberação de recursos pelo Conselho Municipal transformou-se em instrumento de pressão e de poder exercido por seus opositores. De fato, várias estratégias para obstruir a votação do Projeto de Reforma apresentado por Fernando de Azevedo foram colocadas em curso e a situação só se resolveu ao final de seu primeiro ano de mandato, em dezembro de 1927, quando o Conselho Municipal aprovou o Projeto de Reforma Educacional, sob forte pressão política, administrativa e financeira.

Verifica-se que a Reforma de Ensino conduzida por Fernando de Azevedo concedeu ênfase à profissionalização do magistério, defendendo fortemente o ingresso na carreira por meio de concurso público. Tal modelo de organização da carreira remete-se ao processo que Nóvoa (1991) identificou como de *funcionarização* do magistério. Os conflitos registrados no curso da Reforma em tela devem-se às estratégias de captação de votos e de *clientes* por parte dos vereadores, assim como às expectativas dos professores que aspiravam o ingresso na carreira por meio da indicação política em confronto com a intransigência do Reformador frente aos pedidos dos representantes políticos (vereadores em sua maioria) envolvidos na clássica troca de favores que marcava a cultura política carioca naquele contexto.

Em virtude das modificações políticas decorrentes da Revolução de 1930, Fernando de Azevedo foi destituído de seu cargo, sendo sucedido, contudo, por outro expoente do movimento renovador, Anísio Teixeira. Convidado pelo Prefeito Pedro Ernesto Batista para assumir o Departamento de Educação do Distrito Federal (RJ), Anísio integrou-se ao programa político do Prefeito, que emprestava forte ênfase aos serviços de saúde e de educação. Inicialmente indicado interventor pelo Governo Vargas, Pedro Ernesto logrou eleger-se Prefeito, em 1934, tornando-se o primeiro Prefeito eleito do Distrito Federal. Nessa condição, ele manteve Anísio Teixeira no Departamento de Educação, garantindo continuidade ao trabalho educacional já iniciado.

A gestão de Anísio Teixeira à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal foi marcada pelo empenho em equipar os órgãos de ensino de uma estrutura administrativa capaz de conciliar uma suposta segurança oferecida pelo planejamento de caráter técnico – isto é, baseado no levantamento e apreciação de dados da situação educacional – com uma proposta pedagógica bastante flexível, visto que estava apoiada na perspectiva experimentalista, típica da filosofia Deweyana, segundo a qual *"a velha escola de*

ouvir" deveria ser substituída pela *"nova escola de atividade e de trabalho"(apud* Lessa, 1960:120).

Ao longo de sua gestão (1931-1935), o educador deu andamento à campanha de expansão do ensino primário, além de facultar a articulação entre o ensino técnico profissional e o ensino superior, antes reservado apenas aos que cursassem o ensino secundário. No âmbito do Ensino Superior, ele criou a Universidade do Distrito Federal (UDF) – composta pelas Escolas de Ciências, Economia e Direito, Filosofia e Letras e pelo Instituto de Artes. Outra medida que reflete a ambição de promover a articulação ente os níveis de ensino, remete-se à organização do Instituto de Educação. Na estrutura da UDF, o Instituto de Educação ocupava lugar central, contando com um jardim de infância, uma escola primária e uma escola secundária, ao lado de laboratórios para pesquisas educacionais. Como parte integrante do Instituto de Educação, a Escola de Formação de Professores ocupou-se, também, da formação de especialistas em educação (técnicos) e com o aperfeiçoamento dos professores em exercício.

Merecem registro a organização do Instituto de Pesquisa Educacionais e a criação das *escolas experimentais*, espaços que oportunizaram os estudos sobre as práticas educacionais em curso nas escolas da cidade. Essas medidas indicam a íntima associação entre formação e aperfeiçoamento do professor primário, ao lado de uma política de estímulo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a educação escolar aliada ao registro e divulgação de experiências pedagógicas relevantes, inclusive com base na publicação de manuais didáticos dirigidos ao professorado. [1]

A Reforma Anísio Teixeira coloca em relevo a implantação de uma série de medidas de *profissionalização* do magistério público da rede de escolas primárias. Como bem observou Ana Waleska Mendonça (2002) a marca particular de Anísio Teixeira na direção da UDF se faria notar, dentre outros aspectos, pela posição estratégica da Escola de Professores — denominação que passa a assumir o Instituto de Educação. Sob a direção de Anísio, o Instituto de Educação tinha como objetivo não só promover a formação do magistério em todos os graus, mas, também, formar um centro de documentação e pesquisa para o

[1] Segundo relato de Silveira (1960:203), a publicação *dos programas analíticos – precedidos da orientação metodológica das matérias, acompanhados de sugestões de atividades e de previsão do mínimo a ser obtido em cada série – era uma novidade no meio educacional.* Interessante assinalar, ainda, que os Programas de Ensino publicados pelo Departamento de Educação do Distrito Federal entre 1934-1936 foram reeditados em 1955, quando Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor do INEP. Uma terceira edição dos Guias de Ensino seria obtida com recursos do Programa de Emergência do MEC, em 1962, compondo a chamada *Biblioteca da Professora Brasileira.* Cf: Xavier:2005.

desenvolvimento de estudos sobre temáticas ligadas à educação a ao ensino e, conseqüentemente, para a formação de uma cultura de nível superior no ramo.

Defendendo um modelo de escola que ampliasse ou mantivesse, ao invés de reduzir, o número de séries e o tempo de permanência da criança na escola e visando enriquecer os programas com atividades educativas independentes do ensino propriamente intelectual. ele instituiu as chamadas escolas experimentais. Foram cinco as escolas experimentais criadas pela Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal sob a direção de Anísio Teixeira, a saber: Escola Bárbara Otoni, Escola Manuel Bonfim e as Escolas Argentina, Estados Unidos e México.

Na Escola Bárbara Otoni, o desenvolvimento das atividades ligadas ao *método de projetos* era o ponto central da proposta pedagógica adotada. Ali, a aplicação dos *centros de interesse* constituía uma das regras práticas de organização das classes e do currículo, tendo em vista a participação dos alunos em um conjunto de atividades comuns, de modo a desenvolver a individualidade pela divisão de atividades, segundo os interesses e possibilidades de cada um. Todas as etapas do trabalho eram exaustivamente discutidas pelas crianças, desde a escolha do tema e a opção pela forma de conduzir o estudo até o pleno desenvolvimento do projeto adotado. Interessante observar que a flexibilidade do programa curricular mobilizado pela aplicação do método de projetos não comprometeu a aprendizagem dos conteúdos formais de ensino, a despeito de ser uma metodologia alternativa, ainda pouco explorada nas escolas da rede pública à época. Como nos informa pesquisa realizada com base em relatos orais de atores que participaram dessa experiência, *o corpo discente saía-se muito bem nas testagens de promoção realizadas pela Secretaria de Educação para toda a rede pública de ensino, conforme atesta a direção da escola no relatório* (Cf: Siqueira, Coutinho e Portilho, 2005) .

Estudo de Miriam W. Chaves sobre a Escola Argentina esclarece que a mesma tornou-se modelo de escola experimental, estabelecendo um tipo de educação integral que, somado ao sistema administrativo e ao projeto arquitetônico de tipo *Platoon* se tornaria a própria síntese do projeto *anisiano* para o Distrito Federal : *um projeto cujos aspectos administrativos, pedagógicos e arquitetônicos mesclam-se de tal modo entre si que só podem ser compreendidos como parte de uma mesma proposta educacional* (Chaves,2003:119-120).

Segundo a autora, as perspectivas qualitativa e quantitativa também se integravam no funcionamento da Escola Argentina, onde se promoveu a ampliação do tempo de duração das aulas, a introdução de novas disciplinas na grade curricular, além de se reestruturar a ocupação e circulação dos alunos no espaço da escola, de acordo com um Plano de Atividades

que os dirigia para as salas de aula ou para as salas ambientes ou, ainda, para suas instituições escolares como o jornal, o clube literário, a cooperativa e a oficina agrícola, dentre outras. Do ponto de vista quantitativo, a autora acrescenta que a mudança da Escola, em 1935, de um prédio em estilo neocolonial – situado no bairro do Engenho Novo, para um prédio moderno situado no bairro de Vila Isabel e construído em consonância com o Sistema *Platoon* – aprofundou as possibilidades de tornar o ensino mais dinâmico e participativo, ao mesmo tempo em que permitiu a abertura de novas vagas, possibilitadas não só pelo aumento do número de salas construídas, mas, também, pelo uso mais dinâmico e racional do espaço escolar.[2]

O percurso das Escolas Experimentais não foi longo, na medida em que a continuidade desse projeto necessitava da permanência de uma política que o apoiasse ou, na pior das hipóteses, que não considerasse tais escolas negativamente, como focos de divergência do padrão oficial de organização escolar. Após a demissão de Anísio Teixeira da Secretaria Geral de Educação e Cultura, em 1936, foram extintas as Escolas Experimentais. Contudo, a perspectiva experimentalista seria retomada nas décadas de 1950-60, em nível nacional, com a nomeação de Anísio Teixeira para a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep/MEC).

A experiência das escolas experimentais constitui um legado histórico que, ainda hoje, fornece elementos valiosos para repensarmos as políticas atuais de qualificação do magistério, tal como ocorrem na maioria das vezes: descoladas do contexto escolar, fora do controle e participação daqueles que conduzem e exercitam as práticas pedagógicas – os professores.

Consideração de ordem geral

Embora remetida a um contexto situado no tempo e no espaço, a proposta de investigação apresentada pretendeu articular dados e informações, bem como estudos e interpretações que avançam no entendimento de um território definido de estudos. O território de uma história da política educacional abriga diversas motivações (individuais ou coletivas) que se entrecruzam em diferentes instâncias (políticas, administrativas ou institucionais) e se

[2] A proposta do sistema *Platoon* incidia sobre o rodízio entre turmas, organizadas em pelotões, que, ao longo da jornada escolar, se deslocavam no espaço da escola, de acordo com as atividades previstas – aula convencional, brincadeiras e exercícios, trabalhos em oficinas, atividades sociais e de expressão no auditório ou atividades externas. Nessas condições, seu espaço e tempo eram reorganizados, aumentando a sua capacidade de matrícula em 40%, assim como o tempo diário de aulas é ampliado em 20%. Cf : Chaves, 2003:118.

configuram de maneira particular em contextos específicos, no caso, o Distrito Federal nos anos 1920-1930.

Ao nosso ver, uma história da política educacional deve procurar expandir sua análise para além do estudo de um projeto específico ou das ações de um único governo. Nessa perspectiva e dando continuidades a nossas investigações, pretendemos estender o recorte temporal do objeto de estudo de modo a ampliar as possibilidades de se produzir uma análise histórica das permanências e regularidades contidas em processos que, à primeira vista, definem-se a partir de rupturas e descontinuidades.

Ao estudarmos a emergência de uma pequena sucessão de políticas voltadas para a organização do ensino na cidade do Rio de Janeiro – as gestões de Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira – estamos investigando, também, as relações entre o poder político e a sociedade, estabelecendo um corte entre as esferas pública e privada, assim como observando as ações Estado em face de uma segmentação da sociedade em setores influenciados por fatores econômicos, técnicos e políticos. Tal estudo implica a observação acerca da manipulação do poder econômico, do poder ideológico e do poder político propriamente dito (Bobbio et all:1991).

Dessa forma, é pertinente buscar articular os impulsos do governo e as iniciativas de diferentes setores da sociedade envolvidos com a questão educacional, considerando, por exemplo, a relativa margem de autonomia dos agentes que atuam na burocracia estatal, a opinião pública veiculada na imprensa e em outros canais de comunicação, além das manifestações, organizadas ou espontâneas, que expressam as respostas da comunidade em relação aos efeitos das políticas públicas de educação.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, N. (1996). *Os Intelectuais e o poder.* São Paulo, UNESP.

CHAVES, Miriam Waidenfeld (2000). O liberalismo de Anísio Teixeira. In *Cadernos de Pesquisa,* nº 110, pp. 203-211, julho .

_____ (2003). A Educação Integral e o Sistema Platoon; a experimentação de uma nova proposta pedagógica no Distrito Federal nos anos 1930. in *Educação em Foco* : *História da Educação*. Juiz de Fora, Vol. 7, nº 2, pp.115-126, setembro/fevereiro.

CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de Ofícios nos primórdios da idustrialização.* Brasília, UNESP – FLACSO, 2000.

LESSA, Gustavo (1960). O pensamento liberal na obra de Anísio Teixeira. In *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, vol. 3, pp.126-130.

LOURENÇO Filho, M. B. (s/d). *Introdução ao estudo da Escola Nova no Brasil.* São Paulo, Edições Melhoramentos (7ª edição).
MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (2002). *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro, EDUERJ,2002.
NÓVOA, Antonio (1991) . Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In *Teoria e Educação,* nº 4, (pp.109-139).
_____(2000). Os Professores e o "novo" espaço público da educação. In *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico.* Educa, Lisboa, (pp.09-30)
NUNES, Clarice (2000). *Anísio Teixeira : a Poesia da Ação.* Bragança Paulista, CDAPH / EDUSF.
PORTO JR., Gilson (org.) (2001). *Anísio Teixeira e a Escola Púbica.* Rio Grande do Sul, Editora da Universidade Federal de Pelotas.
SILVEIRA, Juracy (1960). Alguns aspectos da Reforma Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro. In *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, vol. 3, pp. 191-209.
SIQUEIRA, S.A; COUTINHO, M.A; PORTILHO, L.R. (2005). História Oral e Educação no Rio de Janeiro: Escola Experimental Bárbara Otoni, um estudo de caso. In *VI Encontro Regional Sudeste de História Oral: História, Cultura e Poder*. UFJF, CD-Rom.
XAVIER, Libânia Nacif (1999). *O Brasil como Laboratório: Educação e Ciências Sociais no Projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE/Inep/MEC (1950-1960*). Bragança Paulista, EDUSF.
_____ (2000). "O Espírito Científico e a Sociedade Democrática em Anísio Teixeira. *Especiaria* . Ilhéus – BA. ano III, nº 5, pp.83-110, jul./dez.
_____ (2005). *Espaço Anísio Teixeira: referência para a pesquisa educacional no Brasil.* CD-Rom, Rio de Janeiro, FUJB-Proedes/UFRJ-IBAP.
XAVIER, L.N. e FREIRE, Américo (2005). Consenso e Conflito: Fernando de Azevedo e a Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (1927-1930), in SENTO SÉ, João Trajano e PAIVA, Vanilda (orgs.). *Pensamento Social Brasileiro.* São Paulo, Cortez. pp. 45-67.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O olhar trágico-histórico: espelhos da crônica de Machado de Assis

Claércio Ivan Schneider*

Resumo: Tendo como referência o estudo de Barreto Filho, neste artigo pretende-se identificar e analisar a constituição e o significado do pensamento trágico no cronista Machado de Assis. Compreender o cronista tangido pelo seu cotidiano, à luz de suas interrogações e conclusões a respeito dos homens e dos acontecimentos de uma cidade que ajudou a construir a partir de seus textos, é um exercício interpretativo que permite ver como este autor fez de sua crítica um registro múltiplo de sua época. A idéia fundamental do artigo é considerar o registro trágico machadiano em sua interface com o seu momento histórico, na convicção de que este exercício possibilita interpretar e analisar uma diversidade de sensibilidades e de percepções impressas na leitura da constituição do homem "moderno".
Palavras-chave: Machado de Assis; História e filosofia; Tragédia.

Abstract: Tends as reference Barreto Filho's study, this article intends to identify and analyze the constitution and the meaning of the tragic thought in the chronicler Machado de Assis. To understand the chronicler concerned by its everyday life, at the light of its interrogations and conclusions regarding the men and of the events of a city that it helped to build starting from its texts, is an interpretative exercise that allows to see as this author did of its critic a multiple registration of its time. The fundamental idea of the article is to consider the "machadiano" register tragic in its interface with its historical moment, in the conviction that this exercise facilitates to interpret and analyze a diversity of sensibilities and of perceptions printed in the reading of the "modern" man's constitution.
Keywords: Machado de Assis; history and philosophy; tragedy.

Buscar na crônica madura de Machado de Assis elementos históricos para a análise do seu olhar trágico é um dos objetivos que constituem a problemática da pesquisa de doutorado – em andamento – da qual este artigo é resultado. Neste texto, em particular, tem-se a pretensão de identificar e apresentar, tendo como referência a obra *Introdução a Machado de Assis* de Barreto Filho, a concepção e a constituição do pensamento trágico em Machado, para, num segundo momento, ponderar sobre a importância da categoria tragédia como conceito viável para a análise das crônicas machadianas. Este procedimento se faz necessário para o exercício de historicização da tradição interpretativa já existente em torno do cronista e que, direta ou indiretamente, influenciou boa parte das gerações de críticos

* Doutorando em História pela UNESP-Assis. Bolsista da Capes.

subseqüentes que se debruçaram sobre o projeto literário machadiano. Busca-se, com isso, a exemplo de Pierre Bourdieu, compreender os esquemas de pensamento herdados e reaplicados no exercício de interpretação. Este ato de decifração constitui-se enquanto método fundamental para a percepção das categorias de pensamento que já foram empregadas na análise do projeto criador de Machado de Assis[1]. Os discursos críticos sobre a obra e a produção do valor da obra aparecem interligados, uma vez que evidenciam um campo de produção no qual o artista objetivado, socialmente instituído em "criador", também é o produto. Este procedimento também vem, em grande medida, a justificar a idéia problematizadora que permeia a estrutura analítica da tese. Ou seja, identificar as categorias de pensamento, de percepção e de apreciação já estabelecidas em torno do objeto, para, na seqüência, reconstruir o código que se encontra empregado na produção da obra cultural.

José Barreto Filho – poeta, advogado, ficcionista e crítico – na obra *Introdução a Machado de Assis*, publicada em 1947, constitui-se como um dos primeiros autores que passa a valorizar os problemas existenciais na composição da obra machadiana, buscando, para tanto, perceber as posições políticas, o enfoque trágico e a noção de tempo destruidor. É a partir do estudo deste autor, de sua fórmula interpretativa, que se inicia o pensamento a respeito do caráter propriamente trágico presente na obra de Machado em sua maturidade e que vai ser reflexo, em estudos posteriores, na importância atribuída à filosofia na formação do pensamento pessimista.

A leitura de Barreto Filho identifica o espírito trágico enquanto um componente interpretativo que perpassa por toda a obra machadiana. Segundo o autor, o sentimento do tempo fazia com que Machado nutrisse uma compreensão desconfiada, muitas vezes negativa, do sentido do progresso, da vida e da morte, fazendo uso da ironia, do humor e do pessimismo, como instrumentos retóricos para a sua narrativa trágica.

> *A presença do trágico é, com efeito, sintoma de grande maturidade, porque está sempre ligada à época clássica de uma nação, ao apogeu e equilíbrio de suas forças. O artista trágico cria então os modelos que hão de sobreviver e inspirar a alma popular, retificando a consciência e o caráter da coletividade (1947: 127).*

A maturidade machadiana está ligada ao que os críticos identificam enquanto revolução de espírito, que se mostra, em termos de produção literária, a partir de 1880 com a

[1] Como destaca Bourdieu, "a análise do discurso crítico sobre as obras é, com efeito, a um só tempo um pré-requisito crítico da ciência das obras culturais e uma contribuição à ciência da produção das obras enquanto objetos de crença". (Bourdieu, 1996: 339).

publicação de *Memórias Póstumas*, e, na vida particular, com a manifestação mais aguda da doença epilética que o incomodava e humilhava. A partir deste momento, continua Barreto Filho,

> *ele se coloca subitamente no ângulo de visão adequado à sua vocação do trágico, e promove com um gesto decidido a derrocada das aparências que lhe impediam o acesso às fontes da realidade. Não mais a ilusão, nem a fuga na produção idealizada [fase romântica]. O que ele vai agora contemplar é a essência da vida e do homem (1947: 131).*

Fruto da instabilidade social de seu contexto? Um sentimento de crise de espírito diante dos abalos físicos e emocionais de sua vida pessoal? Talvez a resposta para seu olhar trágico possa ser encontrada pela combinação destes elementos. Seja como for, "as transformações sociais a que ia assistindo, e aquelas que pressentia, articulavam-se aos temas eternos, constitutivos da visão trágica da vida: a irreversibilidade do tempo, a lei do perecível, a dura contingência da morte e a existência do mal sob todas as suas formas" (1947: 130). Questões complexas que se relevam, acima de tudo, na fase madura de Machado. Acredita-se, assim, que seu sofrimento físico e moral, bem como as incertezas quanto ao futuro, amadureceram Machado, além de aguçar seu pessimismo e seu olhar trágico em relação à crueldade da vida e à incerteza do destino humano. É na contemplação da verdade, portanto, da realidade que assistia a partir de sua privacidade, que fez com que percebesse em tudo o absurdo e o mal da existência. É natural que um espírito inquieto se manifestasse através do trabalho artístico, uma vez que este lhe dava a oportunidade de expressar e dominar um lado sombrio da realidade de seu tempo. Mas em que consiste esta visão trágica? Segundo Barreto Filho,

> *a visão trágica (...) não se detém na superfície das coisas nem das aparências. Não são as manifestações sociais ou psicológicas do sofrimento e do mal o que semelhante artista procura fixar. A arte naturalista ou romântica apenas aflora as camadas externas do mal, mas conserva uma possibilidade otimista, como se a harmonia fosse inerente à vida. O artista trágico avança para o fundo da existência. É o desbravador audacioso e descenda o mal absoluto, irremediável e fatal. Somente a arte e a magia da forma são capazes de trazer essa misteriosa consolação (...) (1947: 128,29).*

Machado fez de seu projeto literário uma arte que servia de consolo para o espírito. Neste ponto, a interiorização do espírito passa pela análise das contradições do homem em

matéria moral, reflexo da instabilidade social de seu tempo, que se caracterizava, em termos institucionais, na corrosão da estrutura do Império. Para dialogar com a fragilidade deste tempo é que faz uso do recurso ao trabalho artístico, que "lhe dava oportunidade de transcender e dominar o lado sombrio da realidade, pela superioridade do espírito" (1947: 130). A atitude sarcástica, o pessimismo latente e o humorismo são marcas desta fase madura que Machado manifestava em seu projeto criador.

> *Uma espécie de cinismo amargo e desenvolto caracteriza as produções da época de Brás Cubas, inclusive as suas crônicas. O moralista adota uma atitude sarcástica, cheia de virulência especial. Há nele pela primeira vez um frenesi interno, que o estilo comedido mal consegue disfarçar, e que poreja revolta e desapontamento, como se a vida houvesse abusado de sua inocência e boa fé. A sua reação, em face da crise dos quarenta anos, reproduz a surpresa melindrada da infância, já agora sem o corretivo da alegria matinal de viver. De modo que o seu espírito é sombrio, irônico, ferino e inquieto, disfarçando a agitação da sensibilidade no derivativo do humorismo (1947: 132).*

Barreto Filho alerta para o uso do humor como instrumento destinado a fornecer um ângulo de visão que desnudava a contemplação da essência da vida de todas as suas aparências. Uma liberdade de espírito que Machado não podia manifestar em sua vida profissional. Neste ponto, o recurso da atividade artística, ou seja, seu projeto criador ou a obra de arte, lhe oportunizava transcender o lado sombrio da realidade, constituindo-se enquanto uma via de "liberação amarga e árida porque nela não houve lugar para a esperança, ficando apenas o orgulho do espírito solitário e inatingível, afrontando o mal da existência" (1947: 133). Um humor, portanto, fruto do desengano, da decepção, da angústia e do desequilíbrio que a vida pessoal e profissional introjetava, a ponto de consolidar a partir de sua arte, um pessimismo definitivo que passa pela representação sombria, irônica, inquieta e debochada da realidade da qual fazia parte, derivativa do humorismo. O romancista, destaca Barreto Filho, "começa a sorrir da razão, pleiteando contra ela uma filosofia do desespero, e aplicando toda a sua virulência sobre as consolações racionais que o otimismo do século agitava" (1947: 136).

A angústia do tempo e da morte é tema recorrente em seus escritos na maturidade. A contradição da aspiração pela vida, pela eternidade, se esvai na certeza da morte, que nem a razão consegue explicar, eis a realidade absurda e contraditória que o homem não consegue alterar. Machado criticava os otimistas de seu tempo que procuravam, a partir de teorias

sociais – como o positivismo – "afastar do foco da consciência o problema fundamental do sofrimento e da desarmonia do universo" (1947: 137). Ou seja, a aversão de Machado às teorias inventadas pelos homens passa pela crença de que tal expediente adormecia a consciência trágica do irremediável, da qual o homem não passa de um joguete em meio a forças desconhecidas. Ainda com Barreto Filho,

> *O que acontece, pois, a partir da crise de espírito dos quarenta anos, é que ele descobre afinal e consente em encarar de frente o trágico da condição humana, e experimenta uma reação de pânico e perplexidade que a criação procura corrigir, porque só a formulação desse estado vertiginoso e angustiado equivale à liberação. E ao mesmo tempo se apresenta a perspectiva adequada para comunicar essa experiência, que é o humorismo e a ironia, essa maneira de depreciam sistematicamente a vida por nostalgia e ressentimento (1947: 153).*

Neste ponto, Barreto Filho afirma diferentemente dos críticos contemporâneos, que o ressentimento machadiano não se restringe às deficiências reais de sua condição social, mas sim, "passa por uma queixa da vida pela sua contradição intrínseca, pelo grande amor que ela desperta sem ser capaz de saturar, pelo seu caráter efêmero" (1947: 154). Mas essa melancolia e desesperança não teriam influenciado a realidade vivida, prática do autor? Para Barreto Filho

> *O que é mais estranho nele é que esse desconsolo, esse espírito do Eclesiastes, não tenha crestado definitivamente o seu humanismo, que permaneceu sob as espécies de uma sabedoria natural das coisas humanas, deixando-o indulgente, cortês, reservado, cultivando um conjunto de virtudes morais e sociais, e preferindo obstinadamente os prazeres da vida privada. É isso que não permite à sua figura humana alcançar a grande antiga, chamando deliberadamente a sua experiência, de fundo genuinamente trágico, para um registro inferior (1947: 154).*

É a arte que acalma a sua inquietação. A força da disciplina garantia o equilíbrio, a ponderação e o domínio de sua emotividade. Neste ponto, a ironia e o humor, componentes retóricos de seu projeto criador, possibilitavam olhar para o objeto de análise com uma certa distancia que acabava por diminuir a ação do estímulo sobre a sensibilidade, mantendo a serenidade do espírito. A explicação para esta feição particular pode ser entendida a partir de sua identificação com a tradição imperial. Isso pode ser percebido quando se observa o antagonismo de Machado para com as modificações que o império passava. Ausentou-se dos

acontecimentos, considerando-os de longe com indisfarçável hostilidade, mostrando-se insensível para com os entusiasmos republicanos.

> *A queda da monarquia era aos seus olhos a ruína da tradição, a derrocada institucional, sob a pressão dos excessos temperamentais e das inconseqüências que ele e o Império desejaram frear no nosso povo. Valia como uma infração às leis da proporção e do bom gosto, retirava a pompa da Coroa e o sentido civilizador do parlamentarismo para deixar o país identificado com a vulgaridade dos demais países da América Latina, que ele tanto ironizava. No homem que se modelara pela feição imperial, orgulhosa de sua diferenciação no continente, tudo isso era sofrido como uma lesão na sua própria personalidade (1947: 157,58).*

Com a instalação da república e a conseqüente ordem civil retomada, o tom das crônicas machadianas variava. No entanto, a referência constante às sobrevivências do estilo imperial no jogo das instituições republicanas era feita com satisfação. Assim, antes de ir ao encontro das revoluções pelas quais passava o Brasil, opta por retroceder seu olhar às coisas mais antigas, que se referem aos grandes homens do império, ao parlamento, entre outros temas propriamente imperiais, que lhe pareciam mais gloriosos, por isso de sua predileção. Como destaca Barreto Filho,

> *Machado se retrai à vertigem dos novos tempos, e pôde assim apurar a sua contemplação e o trabalho paciente de exprimi-la. A natureza humana desvenda-lhe os seus segredos e surpresas. Há uma curiosidade psicológica que o leva a investigar os desvãos da alma como se desmonta um aparelho delicado para observar as suas engrenagens. A loucura, a excentricidade, os compromissos da consciência, o maquiavelismo da vida cotidiana, são os assuntos prediletos desse moralista que perdeu, pouco a pouco, a intenção de corrigir ou reformar, mas que recomendava o exame da consciência como necessário à saúde mental (1947: 161).*

O exame da consciência parece indicar a necessidade da crítica das idéias e das práticas do homem na modernidade brasileira. O maquiavelismo da vida cotidiana, a loucura, a excentricidade e a consciência aparecem como temas prediletos uma vez que mostram as contradições de um mundo feito de aparências onde os homens interpretam personagens fragmentados, de consciência dilacerada. A obra de Barreto Filho, que pode ser considerada uma leitura obrigatória da bibliografia sobre Machado de Assis, ressalta os problemas existenciais do escritor fluminense, fazendo menção a influencia deste autor com Proust, sobretudo em relação ao tempo como destruidor. Assim, ora a obra é que explica o autor, ora

o autor é que explica a obra gerando um sistema reflexo, ou seja, mostrando que a estética esteve em paralelo com a moral.

O constante problema que perpassa por toda a obra machadiana é o homem, ou a visão antropológica do mundo. Para tanto, os valores metafísicos transfigurados em valores estéticos e artísticos é que situa o pensamento de Machado no exercício de analisar a alma humana na especificidade brasileira do final do século XIX. Barreto Filho, como visto, atenta a esta questão, mas não é o único. Afrânio Coutinho e Miguel Reale também se detêm na identificação das influências filosóficas em Machado de Assis, destacando, principalmente, a presença de Schopenhauer, de Pascal e de Montaigne como influências determinantes na formação do pensamento crítico do cronista, autores estes que merecem um estudo à parte.

Os críticos citados bem como outros aqui não mencionados, mesmo quando não concordam com a idéia de uma filosofia machadiana não deixam de convergirem no reconhecimento da presença e da densidade filosófica em seus escritos. Influência filosófica esta que se tornou essencial para a compreensão do escritor pelo significado do mundo e o sentido da vida humana. Além disso, a obra acima resenhada sintetiza, *grosso modo,* uma tradição que toma a filosofia enquanto chave de leitura do "projeto criador" do escritor fluminense.

Analisar, portanto, as referências filosóficas que, segundo os seus críticos, formaram o espírito trágico em Machado é um procedimento indispensável para o exercício crítico histórico uma vez que caracteriza a produção de crônicas que registram aspectos de um ambiente sócio-político em acelerada transformação: modernização, racionalização burguesa, cientificismo (discussões raciológicas; idéia de evolução), campanha abolicionista, republicanismo, transição da monarquia para a república, projetos imigrantistas, entre outros inúmeros acontecimentos (oficiais ou não) que marcaram a mudança de condições mundanas do homem urbano em transição para a modernidade.

O estudo das crônicas machadianas revela a compreensão que este autor teve de seu tempo, ressaltando, dentre inúmeros temas, o lado trágico da história da constituição do homem "moderno", entrevisto nos descaminhos do pensamento liberal, na desilusão imposta ao indivíduo pela modernidade e, em muitos momentos, no desprezo para com a nova ordem burguesa. Mais que isso: a crônica machadiana é o exemplo representativo de como um gênero pode encontrar, na visão de mundo e no estilo de um escritor deste porte, sua transcendência, perenidade e atualidade, haja vista que o sentido trágico instituído por

Machado também é uma interpretação da experiência acumulada pelo homem sempre que pensa a humanidade e a sociedade. Portanto, é importante compreender o projeto literário machadiano como uma visão aberta da existência. O conceito de tragédia torna-se categoria imprescindível, uma vez que é a partir dele que Machado reavalia as experiências do homem, atribuindo sentido ao mundo vivido ao repensar os diferentes problemas da sociedade.

No entanto, a discussão do conceito de tragédia como gênero literário não basta para entender toda a sua dimensão, principalmente quando compreendida como dimensão da existência humana. Para tanto, há uma longa bibliografia que parece ser fundamental para compreender o trágico em Machado: Schopenhauer e Nietzsche, por exemplo, mais do que pensadores importantes sobre o trágico, surgem como influências diretas na construção da obra machadiana. Além destes filósofos da tragédia, considera-se na pesquisa em andamento, uma bibliografia mais recente sobre o pensamento trágico – com destaque a autores como Raymond Williams e Roberto Machado – com o objetivo de historicizar esta categoria apontando para os aspectos propriamente históricos que auxiliam na construção de um conceito viável para o exercício de análise das crônicas machadianas.

Referências bibliográficas

BARRETO FILHO. **Introdução a Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aproximações sucessivas uma forma de construir reformas curriculares

Aida Rotava Paim*

A Proposta Curricular de SC/ 1988 – 1991, constituiu-se de um esforço coletivo dos profissionais da educação para a democratizar a educação escolar em Santa Catarina, a partir do Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação 1988-1991. A política educacional adotou como forma de construção do texto a *metodologia de aproximações sucessivas*, no intuito de buscar a participação de todos os profissionais da educação, para engajar-se no processo.

Os documentos estudados possibilitaram pelo menos dois entendimentos do que seria a "*metodologia de aproximações sucessivas*" inicialmente, consistia em uma forma de produção de conhecimento coletivo, que tinha por referência os documentos "Plano Diretor de Ensino", "Política de alfabetização" e "Documento preliminar para uma proposta curricular", que representavam as novas concepções de educação, homem e sociedade as quais os educadores catarinenses deveriam aproximar com o que já vinham realizando na escola.

O segundo consiste nas sucessivas aproximações geográficas regionais, para facilitar a operacionalização das discussões e suas sistematizações, como podemos observar nesse cronograma:

> *De 07 a 11 de agosto de 1989 houve encontros nos pólos em Brusque – Chapecó e Florianópolis com os grupos por disciplina numa primeira aproximação com as regiões e unidades escolares.*
> *De 2 a 6 de outubro de 1989 nos pólos de Laguna, Brusque e Balneário Camburiú, uma segunda aproximação.*
> *De 13 a 15 de dezembro de 1989, na cidade Laguna, a terceira aproximação que sistematizou a proposta da Pré-escola até o 2º grau (SANTA CATARINA, 1991, p.9).*

A forma como o texto foi escrito possibilitou a dupla interpretação da metodologia de aproximações sucessivas. A aproximação dos diferentes saberes, do senso comum e do conhecimento científico, para a síntese da totalidade e aproximação dos diferentes saberes das regiões geográficas sintetizarem-se na *linha única* do resgate dos conteúdos científicos.

A Proposta Curricular, exigia de cada profissional da educação disponibilidade para estudo, tempo para organizar suas aulas fundamentadas no saber científico vinculado

* Doutoranda da FE/UNICAMP, Bolsista do CNPq

com a realidade próxima e distante do aluno. Essas exigências fizeram com que os profissionais entrassem em conflito, devido à organização dos tempos e espaços escolares serem programados somente para o atendimento do aluno, nas salas de aula.[1]

O trabalho coletivo de construção da proposta era interrompido, por diferentes motivos, entre eles greve dos professores, troca de pessoal administrativo, rotatividade de professores, professores trabalhando em várias escolas, entre outros. Dessa forma, o que era planejado e proposto em um encontro, modificava-se no seguinte e o resultado do trabalho divergia do esperado, mesmo assim houve as discussões e resultaram-se as sínteses.

A síntese dessas discussões foram publicadas em 3 jornais à medida que aconteceram os encontros (aproximações). Esses jornais foram editados e publicados pela Secretaria de Estado da Educação e pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, (nenhum deles trouxe a tiragem). Sua distribuição foi via - UCREs para todas as escolas do estado.

Esse trabalho teve uma abrangência maior do que o encontro dos pólos, pois neles reuniam-se somente os delegados, ou representantes das Coordenações Locais de Educação – CLEs, distribuídas por todo o estado, os quais promoviam nas localidades a discussão dos documentos norteadores, bem como a proposta dos conteúdos que deveriam compor o currículo prescrito por disciplina e área de conhecimento.

A Secretaria de Estado da Educação – SEE, através da equipe da Coordenadoria de Ensino – CEDEN, acompanhava o processo nos pólos regionais para, com o grupo dos especialistas (professores de cada disciplina e/ou área de conhecimento), sistematizarem e dar formato a cada jornal. Os jornais continham na primeira página discursos dos representantes políticos administrativos do estado, que se dirigiam aos educadores com palavras de estímulo ao trabalho proposto e chamavam para a responsabilidade da função social da escolarização naquele momento histórico de redemocratização. Na seqüência apresentava o trabalho específico de cada aproximação sucessiva.

Destaco a articulação dos gestores técnicos e políticos, através de seus editoriais; o discurso articulado sobre democracia e participação e as formas de controle na produção do documento e deste sobre seus implementadores.

O Jornal nº 1- "A secretaria de Estado da Educação lança a primeira edição da PC, discutida pelos segmentos educacionais da rede pública do Estado", trazia em seu expediente

[1] O termo profissionais da educação congrega todos os envolvidos no trabalho escolar, tanto pedagógico, como administrativo

a organização do governo de Pedro Ivo Figueiredo de Campos. Constituia-se um documento de implementação de política de governo.

O editorial do primeiro jornal continha esclarecimentos sobre o documento base, que serviriam de referencial para as discussões preliminares. Estimulou os professores, os pais e os alunos a participarem da construção da proposta afirmando:

> *A Proposta Curricular é um desafio à responsabilidade social, enquanto convite à participação na construção de uma prática capaz de oferecer respostas efetivas ao problema da qualidade do ensino; um verdadeiro mutirão intelectual para reoxigenarmos os ânimos que, por razão qualquer, esmoreceram ou se desmotivaram no meio da caminhada (SANTA CATARINA, s.d. 1ª página).*

A equipe que estava à frente dos trabalhos tinha presente que as ações desse governo, em retirar direitos que a categoria do magistério havia conquistado no documento da Democratização da Educação, bem como os períodos de greve, sem sucesso, haviam esmorecido os ânimos dos profissionais da educação catarinense. Mas convidou para a participação em nome da melhoria da qualidade de ensino, sendo esta responsabilidade de todos. E esse apelo esteve sempre presente quando da elaboração da proposta.[2]

Observando os planos e propostas para a educação de SC percebe-se que a mística da participação esteve presente, ou no momento da elaboração do plano, ou na organização curricular. A sociedade foi chamada a contribuir. Segundo Laville, (1998, p. 120) "[...] em uma sociedade liberal, este tipo de ação é prevista – quando não é encorajada – justamente para afiançar o caráter liberal da sociedade; estas ações estão entre os elementos reguladores do sistema e, talvez, contribuem para assegurar-lhe a perenidade".

Embora as políticas liberais usem de estratégias de participação em momentos diferenciados dos envolvidos nos processos de mudança, é importante salientar que não se faz reforma de educação sem a participação dos professores (LAVILLE, 1998 e POPKEWIZ , 1998).

Entendo as reformas como construções sociais, como tal, não-dotadas de neutralidade. Laville (1998, p. 110) em diálogo com Popkewitz, considera que todo o programa "é filtrado e transformado pelas condições sociais em que se realiza*"*.

O Jornal nº 1 trouxe, também, um pronunciamento do Secretário da Educação José Tafner, que dirigiu-se aos professores, fazendo um apelo para que deixassem de lado as animosidades com relação as lutas salariais e pensassem em nome do "*sério e eivado amor à educação e à criança*". Enalteceu a dedicação e a competência dos professores para a

[2] No período de 1982 a 1986,, na gestão de Esperidião Amin, houve um movimento de Democratização da Educação, no qual os professores produziram, pelo planejamento participativo, um texto com os problemas da educação catarinense e apontando deliberações para a solução dos mesmos. O qual no governo da gestão seguinte ignorou e propôs a construção da Proposta Curricular.

produção da "Nova Proposta Curricular, uma resposta constante aos reclamos da sociedade catarinense: melhoria da qualidade do ensino" (SANTA CATARINA, s.d. 1ª página).

O secretário afirmou ainda, que: "Não é uma proposta pronta, acabada e prosaica, mas uma proposta de estudo constante, sereno e profundo do conteúdo programático e do trabalho de formação do homem no contexto social." Continuou dizendo que a proposta independe de "linhas ideológicas", está alicerçada na "atitude científica e na postura educativa de cada professor".Concluiu acreditando no profissionalismo e honestidade para orientação cultural e formativa do homem de amanhã.

Tafner agiu como motivador, o novo modelo de gestor – gestor técnico e político - conforme Nogueira (1998, p.189):

> *[...] o gestor técnico e político, isto é, operar como um agente de atividades gerais que possui conhecimentos específicos, como um planejador que trabalha 'fora' dos escritórios com os olhos no processo societal abrangente, em seus nexos contraditórios e explosivos; como um profissional cujo êxito depende de uma dinâmica que não é friamente controlável, mas é essencialmente política e, como tal, não se deixa isolar dos interesses e das paixões humanas. Seu raio de ações está colado aos problemas da democracia, da representação e da participação.*

O secretário de estado da educação, representante do poder público, imbuído na tarefa de uma reforma curricular que exigiria a participação dos professores - que pelo já relatado apresentava-se em desânimo -, além do saber técnico e administrativo que a função lhe exigia, teve atitude política de enaltecer o trabalho dos profissionais da educação e chamar para a responsabilidade da melhoria da qualidade de ensino.

Para o momento democrático exigia-se um professor que respondesse a este ideal . Como nos coloca Popkewitz (1998, p. 157) "O 'novo' professor (e a "nova" criança) é 're-elaborado' como indivíduo 'dotado de poder' e solucionador de problemas, capaz de responder de maneira flexível aos problemas que não têm um conjunto definido de limites ou respostas singulares".

Esse profissional precisava estar aberto às novas propostas, independente das situações adversas que ocorreram no conjunto do exercício de sua profissão.

Enfatizo o caráter político do texto para a categoria dos professores, porque considero que o apelo à participação caracteriza uma política cultural importante: ao conclamar aos professores que esquecessem as animosidades, apesar de não haver solucionado os problemas que a criaram, o documento apresenta uma ressonância com o clima de redemocratização que vivia-se no país, e embora a participação resultasse numa efetiva mudança de comportamento, com outras responsabilidades sobre a proposta, parece que a tentativa dos administradores do estado, naquele momento, era a de restabelecer

relações de trabalho, assim como refazer os pactos sociais, tendo como base a necessidade incontestada pelos distintos agentes da educação em melhorar a educação e modificar as formas de produção da política local.

O Jornal nº 2 – foi editado em nov/89, no qual consta o Conteúdo/Forma nas diversas áreas do conhecimento básico. Esse jornal foi uma continuidade dos trabalhos realizados no anterior. Na primeira página o texto "Duplo Desafio", escrito pelo Coordenador Mário Cesar Brinhosa, reforçava a idéia de ser um desafio construir a Proposta Curricular e que deveria ter sempre como referência o documento preliminar e o Jornal nº 1.[3]

Para dar visibilidade ao processo de descentralização e de participação apresentou os nomes dos educadores das disciplinas e áreas de conhecimento, bem como dos consultores externos advindos das diferentes universidades do país envolvidas na construção dos textos.

Os textos do jornal nº 2 apresentavam concepções teóricas e metodológicas das áreas específicas, procurando aproximar-se da concepção crítica da educação.

O destaque do jornal nº 2 foi a preocupação com a continuidade do processo de reorganização curricular fundamentado na organização disciplinar, o que ratifica a busca pelos conhecimentos científicos enfatizados pelo secretário da Educação José Tafner na carta endereçada aos professores ainda no Jornal nº 1. "Uma proposta que independe de linhas ideológicas porque se alicerça na atitude científica e na postura educativa de cada professor" (SANTA CATARINA, s.d. 1ª página).

Essa afirmação me leva a questionar se a atitude cientifica não é ideológica, e se ela se constitui "a verdade"? No meu entendimento esta afirmativa entra em contradição com o caráter histórico da produção do conhecimento que o documento norteador vem propondo.

O texto "Duplo desafio", que abre o segundo jornal, destaca a necessidade e a importância da produção coletiva na PC/SC e chama a tenção para as seguintes preocupações, a autonomia do processo, a seleção, organização e seqüência dos conteúdos, conforme os referencias do documento norteador, visando a interdisciplinaridade e a mudança de concepção e prática pedagógica.

Essas preocupações estavam voltadas ao objetivo maior que era de construir uma PC abrangente, contemplando a totalidade dos conhecimentos, e interdisciplinar, evitando assim que ocorresse a discussão sobre um aspecto único, de assuntos específicos do campo disciplinar.

[3] O documento que no jornal nº 1 foi apresentado como "Documento preliminar para uma proposta curricular", é o mesmo texto "Documento norteador da PC" trabalhado no capítulo I.

A PC estava estruturada por disciplinas e buscava a interdisciplinaridade. Tinha uma linha histórica e filosófica que a norteava. Propôs uma metodologia específica para a elaboração do texto pelos professores que passaria a ser adotada em sala de aula com os alunos. Definira que os conteúdos a serem trabalhados seriam os científicos.

O debate no interior das escolas, restringiu-se as questões educacionais, na disputa de conteúdos e número de aulas. Os professores envolvidos nesse debate, centram esforços nas discussões pedagógicas e administrativas, ficando limitado seu tempo para as questões, gerais da educação, da sociedade, da construção da disciplina e da organização política da categoria.

A estratégia de trabalhar com a *metodologia de aproximações sucessivas*, possibilitou o acompanhamento dos professores, pelas equipes da CODEN, orientando o debate e evitando que o assunto tomasse outros rumos. A participação dos professores foi monitorada durante todo o processo.

Naquele momento da reforma, os educadores catarinenses movimentavam-se coletivamente pelas lutas trabalhistas. Houve o envolvimento de muitos profissionais da educação, alguns vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina – SINTE/SC, que apresentavam reflexões sobre os aspectos gerais da educação e de certa forma mobilizavam para as lutas da categoria.

Defendiam qualidade de educação para todos, bem como a qualificação dos professores e remuneração condigna. A pauta de reivindicação centrava-se na democratização da educação, com eleição dos diretores, organização do Plano Estadual de Educação e do Plano de Cargos e Salários.

O coletivo dos professores produzia ações na construção da PC no sentido de "reconstruir princípios de participação e responsabilidade que iriam induzir os pais e a comunidade a subscrever as racionalidades políticas" (POPKEWITZ, 1998, p. 155). Nas lutas da categoria, os conflitos eram inevitáveis, pois como o governo chamava a responsabilidade para as relações de trabalho, a categoria se constituía como uma instituição na busca de direitos.

O jornal nº 3 foi editado com o título "Uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos", que apontou a dimensão da reforma a que se propôs. Nesse jornal, o expediente mudou devido a morte do governador Pedro Ivo Campos: assumiu o governo o vice-governador Casildo João Maldaner, o qual compôs sua equipe administrativa.

O novo Secretário da Educação, Julio Wiggers, escreveu o editorial de apresentação do documento à rede de ensino. Destacou o entusiasmo e a dedicação dos professores na elaboração do documento e, ainda, a importância que teve o

> *[...] espaço de estudo e discussão, garantido pela SEE, foi decisivo para que se oportunizasse a construção desta proposta, calcada na reflexão, estudos e discussões dos fundamentos científicos de cada área do conhecimento, e, elaborada por profissionais capazes, competentes e confiantes na possibilidade de fazer acontecer um ensino de melhor qualidade (SANTA CATARINA,1990, primeira página).*

Novamente, a figura do gestor público, técnico e político aparece como o motivador, destacando a importância do órgão gerenciador, a SEE, a qual garantiu os espaços para estudo e discussão: ratificando os estudos científicos e valorizando os profissionais envolvidos no grande desafio de melhorar a qualidade de ensino.

Paralelo aos estímulos verbais ao trabalho dos professores, a Secretaria de Estado de Educação, usou os seguintes mecanismos para manter os professores envolvidos no processo: a dispensa das aulas para os alunos; a exigência da presença para não desconto do dia parado; a certificação de horas de aperfeiçoamento. Com esses mecanismos, o professor obrigava-se a participar, questiona-se quanto ao entusiasmo, posto em relevância pelo secretário.

O Coordenador de Ensino, que se mostrou articulado, pois fez uma retrospectiva, fundamentada no Plano de Ação da SEE 1988/91 em que um dos grandes desafios era a reorganização curricular. [4]

> *concebendo o currículo a se construir, um elemento capaz de cooperar com a escola no seu papel de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e de emancipar o cidadão, dando a ele a possibilidade de compreender as relações sociais das quais participa, numa visão científica, que supere o senso comum e a visão apenas ideológica (primeira página).*

Esse discurso vinha influenciado pela literatura da pedagogia "crítico-social dos conteúdos", fundamentada por José Carlos Libâneo e Dermeval Saviani , que teciam crítica à escola tradicional e à escola nova, quanto à ação política e ação educativa, e sinalizam a necessidade da perspectiva historicizadora, buscando a superação da consciência ingênua na direção da consciência crítica (SAVIANI, 1986)

A discussão para superação da visão ingênua da sociedade permeava os discursos que visavam mudar a forma de ver a educação, ou seja, tê-la como histórica e cultural. Segundo Libâneo, (1986, p. 134) "a invenção da escola na sociedade não é mera casualidade,

[4] Paulo Hentz Coordenador de Ensino da SEE, foi Conselheiro do Conselho Estadual de Educação, afastou-se para o doutorado e retornou a assumir o posto em mar/2005. É doutor em educação pela Universidade de Seigen, na Alemanha. Foi Diretor da Educação Básica. na gestão de governo 2002-2005.Em 2006 voltou a ser membro do Conselho Estadual de Educação.

mas resultado de necessidades e exigências sociais, que lhe dão o caráter inelutável de historicidade e ação formativa existente".

Assim, com professores críticos e conteúdos científicos, trabalhados a partir da prática social, a escola estaria contribuindo para uma sociedade mais justa e de cidadãos emancipados.[5]

Nessa terceira edição do jornal, o coordenador Paulo Hentz ressaltou que a metodologia de aproximações sucessivas foi mantida nas três etapas de encontros realizados, e apresentando um crescente nível de complexidade e aprofundamento.

Esse modo de conduzir os trabalhos, gerou a possibilidade de organizar-se coletivamente, pelo menos entre profissionais de disciplinas comuns. A proposta de cada disciplina era pensada para todos os níveis de ensino desde o pré-escolar até a 3ªsérie do 2º grau, dando, assim, uma visão de totalidade do currículo escolar, com a devida fundamentação, metodologia, o rol de conteúdos e a forma de avaliação.

Em todas as edições do jornal foi reforçada a importância da metodologia de aproximações sucessivas, visando a superação do trabalho individual, para a visão do trabalho coletivo. Assim houve o envolvimento do Órgão Central (Secretaria de Estado da Educação) e seus órgãos descentralizados para, a partir de uma discussão científica, produzir coletivamente o texto da proposta.

A metodologia de aproximações sucessivas naquele momento do trabalho evidenciou que ela se constituía mais do que uma forma de produzir um documento; constituiu-se em uma forma de conceber o conhecimento. E conceber o conhecimento na sua totalidade, exige do professor modificar a forma de trabalhar os conteúdos, de relacionar-se com os alunos e de avaliar todo o processo.

O discurso do secretário e o do coordenador tinham em comum a melhoria da qualidade de ensino, porém, o secretário falou em eqüidade social, um termo que remete a pensar que essa reforma, queria alterar as relações sociais, tinha uma dimensão política para além do fazer pedagógico. Já o Coordenador estava centrado na elaboração da proposta e nos mecanismos que garantiriam sua produção. A dimensão era de organização hierárquica, de reconhecimento à boa vontade da SEE; tinha a preocupação de manter a metodologia de "aproximações sucessivas" para educar e orientar uma prática pedagógica de planejar o trabalho, dos educadores catarinenses.Assim os órgãos centrais, construíam reformas curriculares regulando a participação democrática dos profissionais da educação.

[5] "Prática Social" ponto de partida e de chegada do estudo de Dermeval Saviani sobre sua teoria que chamou de "pedagogia revolucionária" "colocar a educação a serviço da referida transformação das relações de produção" SAVIANI, (1986, p.79).

Fontes

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular.** Jornal n. 1. s.d.
SANTA CATARINA. **Proposta Curricular.** Jornal n. 2. 24/11/1989
SANTA CATARINA. **Proposta Curricular.** Jornal n. 3. junho/1990
SANTA CATARINA. **Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do Pré-Escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos.** IOESC. Florianópolis, SC.1991

Referências Bibliográficas

LAVILLE, Christian. A próxima reforma dos programas escolares será mais bem-sucedida que a anterior? In: WARDE, M.J. (org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas.** São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p.109 – 124.
LIBÃNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública; a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 4.ed.São Paulo:Loyola, 1986.
NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As* **possibilidades da Política; idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
POPKEWITZ, Thomas S. A administração da liberdade: a cultura redentora das ciências educacionais. In: WARDE, M.J. (org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas.** São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p.147 -172.
SAVIANI, Dermeval**. Escola e democracia.** 13. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Memória do Império: O papel de uma coleção na história de Portugal e suas conquistas

Ana Paula Sampaio Caldeira*

Resumo: No século XVIII, o abade português Diogo Barbosa Machado fez uma coleção de imagens, mapas e folhetos sobre vários momentos da história portuguesa. Agora, estes materiais fazem parte da coleção da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro. No mestrado, nós tentamos entender esta coleção como um arquivo e também como uma forma de escrever a história. Neste trabalho, nós pensaremos na importância do trabalho dos historiadores e antiquários, como Barbosa Machado, na construção retórica e histórica do império português.
Palavras-chave: Coleções; Historiografia; Portugal – século XVIII

Abstract: At the 18th century, the Portuguese abbot Diogo Barbosa Machado made a collection of images, maps and pamphlets about several moments of the Portuguese history. Now, these materials are part of the collection of the *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. In the master's degree, we tried to understand this collection as an archive and also as a form of writing the history. In this work, we will think about the importance of the historians' work and antiquarians, like Barbosa Machado, in the rhetorical and historical construction of the Portuguese empire.
Key-word: Collections, Historiography, Portugal – 18th century.

Recentemente em Portugal, historiadores foram convocados a falar de uma questão um tanto embaraçosa. Tratava-se da possibilidade de desenterrarem o corpo do Rei D. Afonso Henriques para estudo. A pesquisadora da Universidade de Coimbra, Eugênia Cunha, especialista em Antropologia biológica, estudava as relíquias do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra quando percebeu que o local passava por uma restauração. Acreditando que aquela seria uma boa possibilidade para a abertura do túmulo onde estão enterrados os restos de D. Afonso Henriques e de sua mulher, D. Mafalda, Eugênia Cunha solicitou a autorização da Diocese de Coimbra e da direção regional do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) para a exumação do corpo do rei. O pedido foi aceito e, momentos antes da abertura da pedra do túmulo, chegou a notícia de que a direção nacional do IPPAR não autorizava a exumação.

O motivo do impedimento foi meramente burocrático. A direção nacional do IPPAR e a ministra da cultura afirmaram não terem sido consultados sobre a decisão. O

cancelamento gerou frustração da equipe de estudiosos, que contava, entre outros pesquisadores, com o conhecido historiador português José Mattoso, autor de uma biografia de Afonso Henriques. O objetivo do empreendimento era "reconstituir o perfil biológico do primeiro rei de Portugal, a sua estrutura física, a sua estatura, a idade que tinha quando morreu, bem como tentar deslindar algumas patologias que o afligiram e que deixaram vestígios nos seus ossos", afirmava Eugénia Cunha.[1] O método de radiocarbono – o mesmo empregado para o estudo das múmias egípcias – conseguiria datar o esqueleto, identificar o seu perfil genético, reconstruir sua face em imagens tridimensionais e, através da análise química dos ossos, seria possível ainda saber qual era a dieta do rei.

A proibição acabou por favorecer a repercussão do projeto na imprensa, não só porque Eugênia Cunha recorreu da decisão, mas porque a exumação do corpo poderia confirmar ou não certas características físicas do monarca, tido como alto, forte e belo, qualidades que acompanham os mitos em torno dos heróis nacionais. [2] Em meio às polêmicas, alguns especialistas foram convidados pela imprensa a opinar sobre a exumação. Entre eles, constavam alguns historiadores.

A polêmica sobre a exumação de Afonso Henriques trouxe à tona um problema em torno da memória do personagem fundador da nacionalidade portuguesa. Desenterrar os restos daquele monarca poderia não abrir novas perspectivas, mas, antes, trazer desavenças, afinal, trata-se de uma figura fundamental da história lusitana. Cabe mencionar que a própria imprensa, ao se referir à exumação, mencionava D. Afonso como o "fundador da nacionalidade portuguesa".[3] É possível imaginar o debate que se abriria caso fosse descoberto que aquele não era o corpo de quem há tantos séculos pensávamos que fosse, ou, então, perceber que, na verdade, o monarca era muito diferente da imagem construída em torno dele.

Essa questão permite pensar como a memória de personagens de referência da história ou da religiosidade portuguesa permanece, ainda hoje, muito viva. Cabe aos historiadores pensar como essas memórias foram forjadas, em que momento, com que intuito, e não tratá-las como naturalmente dadas. Determinadas memórias de Afonso Henriques, D. Sebastião, entre outros, foram inventadas e construídas em determinados momentos, algumas vezes séculos depois de suas mortes.

---

[1]* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

http://www.researchcafe.net/content/view/866/ acessado em 09/10/2006.

[2] Em alguns sites da imprensa portuguesa é possível ter acesso a essas reportagens: http://expresso.clix.pt/Actualidade/Interior.aspx?content_id=367200; www.cienciahoje.pt/index.php?oid=3604&op=all; www.rtp.pt/index.php?article=248395&visual=16

[3] Agência Lusa (Notícia SIR-8149653).

No século XVIII, a questão da memória ocupou alguns eruditos portugueses. Referimo-nos aos membros da Academia Real da História. O principal objetivo daquela instituição, criada por D. João V em 1720, era coletar documentos e informações sobre os homens valorosos que estiveram ao lado dos monarcas portugueses, defendendo territórios, expandindo a fé cristã, lutando pela liberdade ou contribuindo para a grandeza do reino português com sua produção intelectual. Trata-se de um momento, como lembra Blandine Kriegel, em que as atividades de historiador e colecionador não eram desconexas, mas imbricadas. Coletar objetos e papéis não era o início, mas o fim da atividade dos historiadores eruditos do século XVIII. Na esteira do projeto da Diplomática, eles consideravam que a recolha e crítica dos testemunhos eram fundamentais para uma escrita da história clara e verdadeira (KRIEGEL, 1988: 168).

Além de ganhar um estatuto de acesso ao passado, os documentos ou vestígios possibilitavam àqueles eruditos "tirar do esquecimento" os varões dignos de memória, mas que se encontravam sepultados na desordem dos arquivos portugueses. Um reino importante deveria ter homens valorosos. Havia ainda um sentido mais prático em trazer à memória alguns homens do passado. Por se tratar de uma sociedade em que o indivíduo era relacionado diretamente à casa em que nasceu (MONTEIRO, 1998), ter um antepassado valoroso que contribuiu para as vitórias lusitanas, significava a possibilidade de, no presente, participar da lógica de uma economia política de privilégios (GOUVEIA, 2001: 288). Trata-se, portanto, de um trabalho de memória em um momento em que esta e a história não estavam separadas. Nesta tarefa de coletar documentos, lembrar e esquecer, as atividades de historiador e antiquário se uniam. Além de coletados, os testemunhos eram guardados. Tê-los perto de si era uma maneira também de tocar o passado, ser testemunha ocular se não do que aconteceu, pelo menos dos vestígios que indicam que tal coisa aconteceu ou existiu. Era comum, portanto, que eruditos da época, principalmente os da Real Academia, organizassem coleções pessoais, além da própria coleção de documentos daquela instituição (BRIGOLA, 2003: 508-11).

Nos últimos anos nos dedicamos a estudar uma dessas coleções particulares, atualmente pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São mapas, retratos e folhetos agrupados sob o nome de seu colecionador, o abade português Diogo Barbosa Machado. Como acadêmico real, ele tinha autoridade para selecionar personagens e fatos dignos de memória e documentos confiáveis para esta história. Outros acadêmicos gozavam desta mesma autoridade. Mas, no caso do abade de Sever, parece que suas pretensões foram mais ambiciosas. Ele juntou também materiais referentes a vários períodos

da história portuguesa, dando a ela uma cronologia e uma ordenação. Selecionou esses documentos, guardou-os, organizou-os em uma coleção, que era, ao mesmo tempo, um arquivo e uma escrita. No fim da vida aceitou doá-la, não sem antes fazer as últimas arrumações. Entregou-a ao rei D. José, coroando uma trajetória recompensada pelo valor dado à sua obra e pela pensão vitalícia adquirida graças a ela.

Em nossa dissertação de mestrado, nos dedicamos a estudar esta coleção específica, entendendo-a como uma forma de escrita da história. No entanto, ela também nos levou a outras questões ligadas à dinâmica do Império português. Esboçamos aqui algumas dessas reflexões, destacando que elas também podem ser pensadas a partir de uma abordagem historiográfica.

Embora a preocupação da monarquia portuguesa em relação ao passado não date da primeira metade do século XVIII,[4] foi no reinado de D. João V que este interesse ganhou dimensão institucional a partir da fundação de uma academia voltada *exclusivamente* para a história (KANTOR, 2004: 41).[5]

Para Íris Kantor, havia necessidades políticas muito claras neste empreendimento. Em uma conjuntura posterior à Paz de Vestfália, as justificativas religiosas não eram mais elementos que assegurassem os interesses geopolíticos lusitanos. A história – em seus diversos gêneros – era chamada para justificar os interesses geográficos e políticos dos reinos europeus. Porém importava, agora, que ela fosse pautada em documentos comprobatórios que confirmassem a legítima ocupação ou domínio de um território. Este interesse político explicaria a importância da história e das compilações durante o reinado joanino (KANTOR, 2004: 45-6).

Por outro lado, o interesse da monarquia portuguesa pelo passado pode ser complexificado se pensarmos que os gêneros históricos intermediavam e construíam uma relação entre os súditos e o rei, relação esta extremamente relacionada ao que Fátima Gouveia, por exemplo, denominou economia política das mercês (GOUVEIA, 2001). Trata-se, portanto, de não restringir a questão de um uso político da história apenas à monarquia ou aos interesses de um suposto "Estado Moderno", mas pensar também como a curiosidade pelo

[4] Em relação à constituição de um ambiente letrado em Portugal e ao interesse dos eruditos no que se refere à história, não podemos esquecer de um personagem importante e profundamente admirado por Barbosa Machado. Trata-se de Manuel Severim de Faria, chantre de Évora. Organizador de uma importante coleção, Severim de Faria valorizava os testemunhos oculares e escritos na constituição de uma história clara e verdadeira. Sobre ele, ver os recentes trabalhos de Ana Paula Megiani e a dissertação de Luiz Cristiano de Oliveira Andrade.

[5] Vale ressaltar que a especialização em história é bastante inovadora para os padrões europeus da época, uma vez que esta matéria ainda não se constituía como um campo muito claro e separado. As demais academias, como a espanhola, acabavam estudando não apenas história, mas também poesia, física, política, entre outros assuntos. Isso é particularmente interessante se pensarmos o esforço dos próprios acadêmicos portugueses em definir um espaço seu, separando, por exemplo, o que eles fazem do oficio dos poetas.

passado e a constituição de uma determinada forma de escrita da história criavam uma relação de interdependência entre o rei e seus súditos, considerando a complexidade política do Império português.[6]

Na coleção de opúsculos, Barbosa Machado tratou das várias dimensões da vida aristocrática do Antigo Regime. Nascimentos, casamentos, governos, batalhas e mortes eram momentos importantes nas trajetórias daqueles homens e mulheres. Eles nasciam, uns casavam-se, outros dedicavam-se dos estudos ou seguiam a carreira eclesiástica. Alguns permaneciam no reino, outros, por sua vez, aventuravam-se pelas Índias, América ou África, conhecendo povos diferentes e expandindo a fé cristã. De qualquer maneira, todos, a partir das suas possibilidade, ocupavam posições na trama daquela sociedade e, como é próprio da condição humana, morriam, como se fosse o último ato de um espetáculo grandioso cujas etapas mereciam ser registradas nas descrições, elogios, genetilíacos e epitalâmios. Nessas trajetórias de reis, nobres e eclesiásticos Barbosa Machado conferia vida e dinâmica o império português.

Dessa forma, consideramos importante pensar a construção deste império a partir das letras, enfatizando, sobretudo, como os gêneros históricos, com seus procedimentos retóricos, diziam o que o Império foi, o que ele era e o que se esperava de seus súditos para que ele continuasse sendo no futuro. Cremos que seria interessante observar como os eruditos da Academia Real construíram, pelas letras, esta idéia de Império; de que maneira a lembrança e o esquecimento de alguns personagens poderia mexer com a hierarquia de poderes; como fazer parte de uma academia como aquela já lhes conferia notoriedade nesta mesma hierarquia; de que forma o desenrolar de fatos do passado em um dado território legitimava, no século XVIII, a possessão daquelas terras. Por fim, como a história foi fundamental, ao longo do governo joanino, para criar uma noção de território, de virtude e de Império português. Este trabalho poderia iniciar-se com a coleção que temos em mãos. O Império tornava-se uma realidade a partir destes enunciados persuasivos (PÉCORA, 2001), a partir de um esforço de escrita no qual os textos históricos tinham um importante papel.

A história, em seus vários gêneros, instruía, era mestra da vida. A ela cabia aconselhar, acusar, defender, elogiar e censurar. Em outras palavras, ensinar as virtudes e

[6] As discussões acerca do Império português foram marcadas, no século XIX, por categorias como Estado e poder absoluto, valorizando o poder metropolitano como poderoso ao mesmo tempo em que desconsiderava os poderes periféricos. Estudos de António Manuel Hespanha mostraram as limitações deste modelo explicativo, tão difundido, especialmente nos livros didáticos. Tanto este historiador quanto outros de uma nova geração, como Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro, em Portugal e João Fragoso, Fernanda Bicalho e Fátima Gouvêia, no Brasil, procuram mostrar como o poder real, longe de ser "absoluto", partilhava o espaço político com outros poderes. As câmaras e as instituições eclesiásticas e senhoriais tinham seus espaços de autonomia e sabiam tirar proveito das fraquezas e da distância geográfica do poder.

levar os homens a aderirem a certos valores (ANDRADE, 2004). Esta concepção de história amarrava presente, passado e futuro. Era preciso tirar os homens valorosos do esquecimento porque eles mereciam ser eternos e vencer a finitude e também porque as ações do passado serviam como espelho e estímulo para os homens daquele presente e das gerações seguintes. A Coleção Barbosa Machado não é apenas uma compilação de personagens e eventos, mas uma coleção de exemplos morais. Estes exemplos fazem sentido em um mundo aristocrático em que o passado jogava luz sobre o futuro ao mesmo tempo em que os homens do século XVIII limitavam suas experiências e expectativas a partir dos exemplos de um tempo pretérito (KOSELLECK, s/d: 43).

Uma memória dos homens do passado era construída retoricamente. Da mesma maneira uma memória do Império se construía, pois este mesmo Império foi feito pelos seus homens. Os folhetos e imagens ensinam as virtudes e mostram também que elas foram reconhecidas pelos reis do passado, que souberam dar aos seus súditos as mercês e honras cabidas pelos seus serviços. Também D. João V saberia reconhecer o esforço de seus varões. Tanto rei quanto súditos participavam de uma idéia de virtude, de saber dar e receber, e do desejo de, assim como seus antepassados, terem também seu lugar no edifício da memória. Quanto a Barbosa Machado e aos demais eruditos, podemos dizer que não estavam alheios a esta lógica. Seus serviços davam-se pelas letras. Serviam ao rei através da construção de uma memória, por outro lado, queriam participar desta mesma memória.[7]

Neste sentido, cremos que, a partir da coleção, seja possível também pensar a idéia de um Império português em dois sentidos. Em primeiro lugar, enfatizando a importância de historiadores e colecionadores letrados como Barbosa Machado na construção retórica e histórica deste Império. Lembrar determinados personagens e estabelecer suas virtudes exemplares não é algo natural, "captado" no ar, mas é algo criado em textos, a cada palavra e a cada elogio. Em segundo lugar, como esta coleção relaciona-se a toda a complexidade deste mesmo Império: evidencia suas hierarquias, suas políticas de serviços e mercês, isto é, seu jogo de poder.

Assim como os historiadores do XIX construíram uma memória da nação, no século XVIII, Barbosa Machado e seus pares construíram uma memória do Império, edificaram uma imagem de personagens clássicos do cânone de heróis portugueses, como a rainha Isabel, Santo Antônio de Lisboa, D. Sebastião e o "fundador" D. Afonso Henriques. Séculos passaram, mas determinadas memórias continuaram vivas. Mesmo que a tendência

[7] Barbosa Machado chega a inserir uma imagem sua na parte de sua coleção de retratos reservada aos homens e letras e ciências.

historiográfica hoje seja problematizar, colocar em xeque determinadas concepções estabelecidas, datá-las como inventadas em uma época – idéias que possibilitam, inclusive, uma reflexão de cunho historiográfico – parece que, em relação a determinados assuntos e personagens, é melhor que continuem mortos e enterrados.

Fontes

MACHADO, Diogo Barbosa. *Coleção de Folhetos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

____. *Coleção de Retratos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

____. *Coleção de Mapas Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Bibliografia

ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A Narrativa da Vontade de Deus: A História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630).* (Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2004.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CURTO, Diogo Ramada. *O Discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 2v.

FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARTOG, François. *Régimes d´Historicité. Présentisme et expériences du temps.* Paris: Seuil, 2003.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004.

____. A Academia Real da História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Lúcia Amaral.

Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 239-256.

KOSELLECK, Reinhart. Le concept d´histoire. In: *L´expérience de L´histoire*. Paris: Gallimard, 1997. p. 15-99.

____. *Futuro Passado. Para uma semántica de los tiempos históricos.* Barcelona, Buenos Aires, México: Paidos, s/d.

KRIEGEL, Blandine. *L'Histoire à l'age Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988.

MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993, v.4.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente.* São Paulo: Alameda, 2004.

____. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX.* São Paulo: Alameda, 2005. p. 239-256.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de Memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

____. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado, in *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2005, no prelo.

____; LEITE, Jorge Miranda. Os manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado moderno, in ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura Política, Historiografia e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.113-131.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.

PÉCORA, Alcir. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões*. São Paulo : Hedra, 2001.

____; SCHWARTZ, Stuart. As excelências do governador: O panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). Rio de Janeiro : São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional; Companhia das Letras, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Sábado é dia de Inauguração": política e apropriação espacial em São Gonçalo/RJ à luz dos periódicos locais (1977-1979)

Stanley Plácido da Rosa Silva*

Resumo: Invariavelmente, no imaginário popular, a urbanização está associada à modernidade, sendo, no mundo atual, o símbolo do progresso. Contudo, como toda obra humana, não deixa de ter implicações e usos políticos. Tendo isso em vista, este trabalho objetiva analisar, por meio dos periódicos locais, o uso e apropriação política que se fez da urbanização em São Gonçalo/RJ no final da década de 1970. Para tal, focalizaremos um programa denominado "Sábado é dia de Inauguração", no qual o prefeito inaugurava pessoalmente, com direito a comício e comemorações, uma pequena obra ou melhoria a cada sábado. Dessa forma, buscamos compreender a relação existente entre o urbano e o político no âmbito municipal e analisar os usos que podem ser feitos do e no território.
Palavras-chave: Política – Urbanização fluminense – São Gonçalo (município).

Abstract: Unvariable, in popular imaginary, urbanization is associated to modernity, being, in the actual world, the symbol of progress. However, as all human works, it does have political implications and uses. Keeping that in mind, this essay intends to analyse, through local periodics, the use and political apropriation that some people people did in the urbanization process in São Gonçalo/RJ at the end of the seventies(1970). For this, we will focus on a show called "Sábado é dia de Inauguração", in which the mayor inaugurated personally, with a rally and celebrations, a small work or improvements each Saturday. This way, we look for understanding the relation beetween the urban and the political in the city sphere and analyse the uses that can be done in and of the territory.
Keywords: Politics – Fluminense Urbanization – São Gonçalo (City)

* Mestrando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP

Em meados de 1970, o mundo encontrava-se no que Hobsbawm chamou de "o fim da Era de Ouro", numa analogia à prosperidade que o mundo conhecera do fim da Segunda Grande Guerra até o período em questão. Desta data em diante, o mundo enfrentaria uma crise econômica comparável apenas ao *crash* de 1929, afetando não só os países de economia capitalista como também os do chamado "socialismo real", pondo fim ao *welfare state* americano e à social – democracia européia, que ruíram frente ao neoliberalismo adotado como solução à crise. (1994: 393-420).

No plano nacional, sob a égide da ditadura civil - militar instalada em 1964, o Brasil sente os impactos dessa crise e, como reflexo, assiste – se ao colapso do chamado "milagre econômico" que, como conseqüência, atinge de forma sensível a população assalariada, sobretudo nas camadas mais populares. (SILVA, 2000: 373) Logo, uma das medidas do período seria justamente acelerar a industrialização e a urbanização do país, na crença de que estas trariam o desenvolvimento e, consequentemente, a redução dos indicadores de penúria social.

Nesse contexto, surge, em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, significando, de certa forma, a superação das bases do "milagre econômico", isto é, "esperar o bolo crescer para depois dividi-lo" partindo para uma política ativa de, ao menos, minoração dos desajustes sociais. Dessa forma, como afirma Ilza Andrade,

> *[...] a partir do II PND, o governo federal faz modificações no conteúdo da política social, chamando a si a tarefa de proteção aos pobres e marginalizados, numa clara demonstração de que a magnitude da pobreza, principalmente da pobreza urbana, era um dado preocupante, pelo que podia representar em termos políticos. (1996: 27)*

O Brasil, e mais especificamente a região Sudeste, experimentava na década de1970 um momento de forte urbanização e, nas palavras de Milton Santos, de metropolização das cidades, com o aumento do número de cidades milionárias e com mais de 100.000 habitantes, sendo que este fenômeno é interpretado, em grande medida, como resultado do enorme fluxo migratório que atingiu a região nas décadas anteriores. (SANTOS, 1993: 69-77).

Com uma urbanização premente e o agravamento das questões sociais no núcleo urbano, o governo decide pela criação de nove Regiões Metropolitanas[1], buscando, a partir do II PND, no caso das Regiões de Rio e São Paulo, reorganizar e evitar o crescimento urbano das mesmas. Não obstante, o plano previa que a execução das políticas básicas de urbanização

[1] As nove regiões, criadas em 1973, eram: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém.

(saneamento básico, asfalto e habitação, dentre outros) ficaria a cargo dos municípios, ficando a liberação das verbas a cargo da União (ANDRADE, 1996: 33-38).

Segundo Milton Santos, "é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social" (1996: 15) Igualmente, concordamos com José Reis quando este afirma que "um território (não sendo um dado, não sendo estático nem sendo garantidamente homogêneo) é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder" (2005: 69).

Entendemos que toda a ação de uma sociedade se passa num dado território, sendo que, habitado pelo homem, este é um lugar que não escapa de ações políticas. Assim, partindo desse pressuposto e diante da conjuntura apresentada, este trabalho objetiva discutir e analisar, ainda que brevemente, o uso político que foi feito desse processo de urbanização, ou seja, como as autoridades transformaram um direito intrínseco da população – a oferta de serviços públicos e a progressiva melhora em sua condição de vida – num objeto de barganha político-eleitoreira que se fez com as alterações espaciais no território gonçalense, mais especificamente no período de 1977 a 1979.

São Gonçalo possui 251,3 Km² extensão, fazendo divisa ao norte e a leste com o município de Itaboraí, ao sul com o município de Niterói, ao Sudeste com o município de Maricá e pelo lado oeste com a Baía de Guanabara.[2] A cidade que hoje possui algo em torno de 900 mil habitantes[3], contava, na década de 1970, com aproximadamente 200.000 eleitores, para uma população que chegava próximo dos 600.000 habitantes. Sua condição sócio-econômica não destoava do restante do Estado do Rio de Janeiro, tendo dentro dos limites do município a maior favela da América Latina, vítima constante de enchentes e carente, até os dias de hoje, de serviços mínimos de saúde e educação básica. (ARAÚJO, 2006: 194-198)

Nas eleições de 1976, a população elege para o cargo de prefeito, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o deputado federal Jayme Mendonça de Campos, com o total de 39.491 votos válidos contra 43.847 de seu principal adversário, o candidato apoiado pelo governo, Hairson Monteiro, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).[4] Sua eleição se dá num momento de forte ascensão do MDB tanto no plano nacional como no

[2] Disponível em < www.saogoncalo.rj.gov.br >. *Site oficial da Prefeitura de São Gonçalo.* Acessado em 26 de fevereiro de 2007.

[3] Segundo o Censo Demográfico de 2000, de autoria do IBGE, a cidade possui 889.828 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e o sétimo do Brasil.

[4] O pleito eleitoral era realizado em turno único e o que contava não era a quantidade de votos ao candidato, mas ao conjunto de candidatos do partido nas chamadas sublegendas. Junto com Campos, concorreram pelo MDB mais dois candidatos na chamada sublegenda. Foram eles: Darcy Brum, com 27.397 votos e Luiz Vianna, com 10.318, o que contabilizou 77.206 votos para o MDB contra 58.621 para a ARENA, distribuídos os 14.774 restantes entre Ayrton Rachid, com 11.055 e Mario Correia com 3.719 votos, o que tornou Campos, portanto, prefeito do município.

plano estadual, fruto direto do processo de abertura política do país, motivo pelo qual sua vitória se dá mais pelo peso da sigla do que propriamente pela sua figura. (DINIZ, 1982: 71-87)

Em 15 de janeiro de 1977, com a confirmação de sua eleição, Jayme Campos concedeu entrevista onde destacava como medidas futuras de seu governo: "interligação dos bairros, saneamento e urbanização, criação de regiões administrativas, pavimentação e abertura de ruas e avenidas, instalação de passarelas sobre o leito das ruas de maior movimento [...]"[5]

Como se vê, a questão urbana estava presente desde a confirmação de sua eleição, e seria através da urbanização que Jayme Campos buscaria atingir de forma consistente o seu eleitorado.

Todavia, antes de se analisar a atuação da administração municipal sobre o território gonçalense, torna-se necessário, contudo, esclarecer que inaugurar as obras por si só não renderia dividendos eleitorais, fazendo-se necessário, portanto, divulgá-las. Nesse ponto, entra no jogo o papel de divulgador que o jornal *O São Gonçalo*, uma das fontes de pesquisa desse artigo, teve durante esse período.

Inicialmente, à época da eleição, o referido jornal chegou a assumir acintosamente sua opção pelo candidato arenista, como podemos observar nos dois exemplos a seguir extraídos do jornal: "Inquestionavelmente, HAIRSON MONTEIRO está altamente qualificado para bem administrar o município"[6]; [...]nenhum outro candidato ou grupo político, que neste momento assumisse a prefeitura de São Gonçalo, teria envergadura, meios e modos de administrar São Gonçalo que Hairson e seu grupo."[7]

Não obstante, após a eleição do novo governante, o jornal já agia de forma dócil em relação ao prefeito eleito, ocorrendo também uma recíproca por parte deste em relação ao jornal. Assim, a manchete deste jornal no dia 07 de junho é bastante esclarecedora, "Jayme Campos elogia editoriais de O São Gonçalo."[8]

Desta data em diante, em praticamente metade das edições do jornal que falavam de realizações da prefeitura, estaria o rosto sorridente de Jayme Campos, estabelecendo uma aliança entre mídia e governante, imprensa e política, que sempre teve muita importância na política brasileira e revelou-se muitas vezes decisiva nos cursos do país (LUCA, 2005: 134). Todavia, a prática era comum também aos políticos fluminenses, inclusive alguns integrantes

[5] *O São Gonçalo*, 15 jan. 1977, p. 01.
[6] *O São Gonçalo*, 11 jul. 1976, p. 03. [grifo do original]
[7] *O São Gonçalo*, 18 e 19 ago. 1976, p. 01.
[8] *O São Gonçalo*, 07 jun. 1977, p. 03.

do MDB, chegando o próprio governador do Estado da Guanabara e, posteriormente, Rio de Janeiro[9], Chagas Freitas, a ser proprietário de um jornal de grande circulação. (DINIZ, 1982: 129-166)

A análise das notícias de *O Fluminense*, jornal com sede em Niterói, cidade vizinha a São Gonçalo, acrescida das análises de *O São Gonçalo*, permite-nos, embora o último fosse comprometido com o governo, perceber que, de certa forma, seus críticos estavam certos, pois Campos, para certificar-se de que teria sempre uma obra a inaugurar, o fazia por partes, um dia inaugurando uma rua, outro uma travessa, em outro a iluminação e assim sucessivamente, garantindo, dessa forma, um comício por final de semana.

O programa "Sábado é dia de Inauguração"

Em 16 de maio de 1977, Jayme Campos inaugurava a primeira obra de sua administração, o calçamento das ruas centrais da cidade, fato que seria posteriormente comemorado como o início do programa carro chefe de seu governo. No entanto, é no dia 24 do mesmo mês, ao inaugurar o asfaltamento de uma rua no Jardim Catarina, periferia do município, que Jayme lançaria seu mais famoso programa de governo, "Sábado é dia de Inauguração", como podemos verificar pelo noticiário de *O São Gonçalo*:

> *O Prefeito Jayme Campos garantiu ao povo e autoridades presentes que tudo fará para, até o final de seu governo, entregar uma obra por semana à população "que já foi muito sacrificada e merece um governo de realizações e sem perseguições".*[10]

Teve início uma verdadeira maratona de obras, com o prefeito inaugurando religiosamente, a cada sábado, uma obra ou melhoria à população. À medida que as obras iam se concretizando, a população ia cada vez mais sendo grata ao prefeito.

O programa do prefeito logo começou a receber críticas de seus opositores políticos, apontando um caráter eleitoreiro nas obras da prefeitura. O programa para estes, em vez de "Sábado é dia de Inauguração", era "Sábado é dia de Enrolação". Não obstante as críticas, o prefeito continuava a inaugurar suas obras.

Quanto a isso, para que possamos chegar uma compreensão sobre o que foi este programa, torna-se importante analisar, a título de exemplo, algumas das inaugurações noticiadas: "Cumprindo o prometido 'Sábado é dia de Inauguração', o prefeito [...] inaugurará uma rua, a Travessa Miguel Restun [...] com 500 metros..."[11]. No mês seguinte, por ocasião de

[9] Em 1975 os estados da Guanabara, antigo Distrito Federal, e Rio de Janeiro, com capital em Niterói, fundiram-se um só, dando origem ao atual Estado do Rio de Janeiro, com capital na cidade de mesmo nome.
[10] *O São Gonçalo,* 25 mai. 1977, p. 03.
[11] *O São Gonçalo*, 21 mai. 1977, p. 03.

outras inaugurações, foi noticiado o seguinte: "Jaime Campos [sic] entrega hoje, às 18h00min horas, a pavimentação asfáltica da Rua Jardim Caiçara[...] com cerca de 300 metros."[12] Na semana seguinte: "Depois do descerramento da fita simbólica, acompanhado de autoridades, convidados e o povo, o Prefeito percorreu o trecho de 500 metros de rua asfaltada."[13] Por último, já no mês de julho, sobre o asfaltamento de uma alameda, e depois de uma rua, temos respectivamente as seguintes notícias: "A Alameda Nossa Senhora Aparecida tem cerca de 250 metros de extensão[...]"[14] e "Com 300 metros de extensão, a Rua Artur Silva também é uma opção para os gonçalenses que vão à feira do Alcântara. [...]"[15]

Devemos ressaltar que a situação do município era crítica, com 36% das crianças em idade escolar fora da escola[16] e apenas 3% dos prédios tendo esgoto tratado.[17] Mesmo assim, o prefeito negligenciava tais fatos para contemplar o que ele chamava de "recompensa para o povo", ou seja, a inauguração de obras para a comunidade. Estas inaugurações, de uma forma ou de outra, garantiam a popularidade do prefeito, haja vista a situação em que viviam tais pessoas, isto é, qualquer coisa seria bem vinda. Nesse ponto, podemos verificar o uso político da carência, o que *grosso modo*, significa que

> *no trato do problema social é politicamente vantajoso adotar a 'estratégia da deterioração: não fazer nada, ou quase nada, até que a situação atinja um tal nível de penúria, a partir do qual o mínimo realizável soe como um esplendor de solução possível e de eficiência* (GÉNÉREUX apud MODESTO, 2006: 315)

O caráter eleitoreiro do "Sábado é dia de Inauguração" não é revelado apenas pelo fato de se urbanizar determinadas localidades do município, mesmo que precariamente. Mais do que isso, era um espetáculo a ser visto pela população. Esse tipo de espetacularização sempre foi muito perigosa para a prática democrática, pois

> *Quanto mais se teatralizar a política – quanto mais os cidadãos forem reduzidos a público, a espectadores das decisões políticas -, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum, com a res publica que deu nome ao regime republicano. (RIBEIRO, 1994: 34)*

Mais que transformar a inauguração de obras em espetáculo, Jayme Campos ganhou status de "salvador da pátria", cumpridor de uma missão. Ao menos é essa a visão de Antônio Trajano Dias que, em nome dos moradores locais, declarou: "São Gonçalo, por meio de *Deus*, para completar sua felicidade, confiou seus destinos a Jayme Campos." [grifo

[12] *O São Gonçalo*, 11 jun. 1977, p. 03.
[13] *O São Gonçalo,* 22 jun. 1977, p. 03.
[14] *O São Gonçalo*, 02 jul. 1977, p. 03.
[15] *O São Gonçalo*, 27 jul. 1977, p. 03.
[16] *O São Gonçalo*, 17 jun. 1977, p. 03.
[17] *O São Gonçalo*, 22 jun. 1977, p. 03.

nosso][18] Entretanto, o agradecimento em relação ao prefeito não tocava apenas a população humilde, pois veremos um diretor de escola declarar que "Este prefeito é imprevisível [...] Nós não esperávamos por isso: imaginem só que *presentão* estamos recebendo"[grifo nosso][19]

Percebe-se nestes discursos de agradecimento ora a dádiva ora o favor, prática comum dos governantes nacionais que acaba instituindo um poder que na concepção de Marilena Chauí "Pretende operar numa relação direta entre governantes e governados" (1994: 19), excluindo o aparelho estatal da relação política e garantindo a identificação da prestação de serviços não para com o Estado, mas com a pessoa ocupante do cargo, como se não fosse obrigação das diversas instâncias administrativas o atendimento de um direito do cidadão/contribuinte.

Verifica-se, portanto, que a política campista não representava os interesses populares, mas sim o da classe dirigente do município. Nestes termos, o prefeito presta contas à classe dominante gonçalense e entrega, em jantar no restaurante Oásis, cópias do plano de governo no qual consta o pedido às autoridades competentes para a desativação do ramal ferroviário local, o que beneficiaria diretamente o comércio local, em detrimento dos interesses da população gonçalense.[20] Participaram do jantar representantes da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), do Rotary Lions e da Associação Comercial e Industrial de São Gonçalo (ACISG), sendo que a composição da mesa de jantar revela os termos do encontro. [21]

É muito elucidativa a declaração do prefeito justificando a necessidade de uma rodoviária municipal e a conseqüente desativação do ramal ferroviário. Na sua visão, a construção de uma rodoviária, mais que benefício à população, "[...] iria incrementar o comércio gonçalense e dar mais conforto não só aos usuários como também aos empresários de transportes coletivos do município."[22]

Cabe ressaltar, contudo, que no campo educacional o prefeito não agia diferente, sendo o seu secretário de educação, Luiz Vianna, proprietário de uma escola particular, o que põe em dúvida as intenções do governo quanto à política educacional, ainda mais quando este mesmo governo, no lugar de ampliar a rede pública, firma convênio com 28 colégios particulares para a concessão de bolsas integrais[23], o que, constatadamente, não era uma

---

[18] *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 05 out. 1979, p. 03.
[19] *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 14 abr. 1979, p. 03.
[20] O ramal ferroviário em questão sempre é lembrado como provável trajeto de um projeto de metrô que ligaria a cidade à capital estadual, Rio de Janeiro, o que facilitaria de forma considerável a vida da população local em grande medida empregada no Rio de Janeiro, obrigada a fazer um trajeto que leva em média 90 minutos e poderia ser reduzido pela metade.
[21] *O São Gonçalo*, 02 out. 1978.
[22] *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 01 abr. 1978.
[23] *O São Gonçalo*, 06 jan. 1982.

prática exclusiva da prefeitura de São Gonçalo durante o período de vigência da ditadura civil-militar iniciada em 1964. (CUNHA, 2002: 35-87)

Podemos observar que, ao eleger a urbanização como carro-chefe de seu governo, o Executivo gonçalense simplesmente ignorou as outras carências do município, como a educação – optando por privilegiar donos de colégios particulares com a privatização do ensino –, o saneamento básico ou os transportes, problemas que até hoje afetam os habitantes do município. (ARAÚJO: 2006; MODESTO; 2006).

Nesse sentido, a própria imprensa do período destaca que a preocupação maior do prefeito era com o setor urbanístico, que valorizava imóveis e abria caminho para as empresas de ônibus e não com o social, que em sua administração resumiu-se a asfaltar ruas.[24]

Considerações finais

Poulantzas afirma que o território tende a modificar-se de acordo com os modos de produção e, sob o capitalismo moderno, passa a ser essencialmente político na medida em que o Estado tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço e usar esses procedimentos como objeto de dominação e coerção sobre sua população (1991: 113-123).

O uso que é feito do território e do espaço urbano dificilmente deixará de ter uma conotação política. No entanto, isso não quer dizer que as intervenções estatais sobre o mesmo devam ter, necessariamente, fins políticos *stricto sensu.* Abordando especificamente o "Sábado é dia de Inauguração", implementado pelo prefeito Jayme Campos, não é difícil perceber que isso não ocorreu, isto é, suas intenções visavam claramente o cenário político municipal e estadual.

A preocupação com o *marketing* político e com seu fortalecimento eleitoral fez com que Jayme Campos, diferentemente do que esperava a população, adotasse uma postura personalista e de conciliação junto á classe dominante, fazendo do "Sábado é dia de Inauguração" apenas um artifício enganoso e por que não, maquiavélico, ao promover festanças em que aparecia ao lado da população carente ao mesmo tempo em que governava para a classe dirigente.

Reconhecemos que tal prática política não se restringe à década de 70 e 80 do século XX, mas que continuam a existir de certa forma, não apenas em São Gonçalo como em diversos outros municípios do país, sendo o município aqui estudado apenas um exemplo dentre vários possíveis. Não obstante, esperamos que com este breve estudo, tenha ficado

[24] *O Fluminense*, Edição São Gonçalo, 13 mai. 1977.

claro que a questão urbana é muito mais complexa do que aparenta, perpassando diversos outros aspectos da vida social que não apenas as alterações geográfico-territoriais que produz.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ilza Araújo Lima de. *Políticas e Poder: o discurso da participação.* São Paulo/Natal: Ad Homem/Coop. Cultural UFRN, 1996.

ARAÚJO, Eloísa Carvalho de. "Projeto de urbanização integrada como experiência de planejamento urbano na metrópole". In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território.* Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

CHAUI, Marilena de Souza. "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados." In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. "Roda Viva" In: _____; GÓES, Moacyr de. *O Golpe na educação.* 11ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção Estudos brasileiros; v. 59).

FREIRE, Désirée G.; FREIRE, Denise G. "Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial: novas questões para a reflexão." In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território.* Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

HOBSBAWM, Eric. J. *Era dos extremos: o breve século XX.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos." In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

MODESTO, Nilo Sérgio d'Ávila. "As práticas espaciais do poder político em São Gonçalo". In: SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano José G. de (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade, território.* Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

REIS, José. "Uma epistemologia do território." *Estudos Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, vol. 13, nº. 1, 2005, pp. 51-74.

RIBEIRO, Renato Janine. "A política como espetáculo" In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização". In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil.* 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Território: globalização e fragmentação*. 3ªed. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A mudança de linguagem em Nietzsche: uma possibilidade historiográfica.

Guilherme Cantieri Bordonal*

Resumo: A abordagem crítica da linguagem é um dos problemas colocados à historiografia contemporânea. Este trabalho analisa a mudança de linguagem na filosofia de Friedrich Nietzsche. Na passagem da segunda para a terceira fase de seu pensamento, Nietzsche cria novas formas de linguagem. Para questionar a cultura e a tradição filosófica Ocidental, é preciso estabelecer uma mudança de linguagem. Não seria possível superar os cânones filosóficos com uma linguagem que repetia padrões marcados pela coerência e a racionalidade como instâncias fundamentais do filosofar. Tem-se em "Assim falou Zaratustra", uma mudança vertiginosa na linguagem de Nietzsche. Encontra-se aqui, uma porta de entrada para discutir as formas de linguagens que, para a historiografia, apresentam-se gastas.
Palavras-chave: Linguagem – Historiografia – Nietzsche.

Abstract: The critical approach of the language is one of the problems put to the contemporary historiography. This work analyses the language changing in the philosophy of Friedrich Nietzsche. In the passage from the second to the third phases of his thought, Nietzsche creates new forms of language. To question the culture and the Occidental philosophic tradition it is necessary to stabilize a changing of language. It wouldn't be possible to overcome the philosophic canons with language that repeat standards marked by the coherency and the rationality as fundamental instances of the philosophizing. There is in "Also sprach Zarathustra" a vertiginous changing in the language of Nietzsche. It is found here the entrance door to discuss the language forms that, to the historiography, seems to be waste.
Keywords: Language – Historiography – Nietzsche

Um dos grandes problemas colocados à historiografia na contemporaneidade é com relação à linguagem. Para tratar de tal assunto, é necessário o diálogo direto da História com outras disciplinas, que também partilham destes problemas por dois motivos: a deficiência de pesquisa no campo da História que aborda esta questão, e o fato de existir uma produção historiográfica que se apresenta teoricamente conectada com a preocupação em pensar a linguagem por ela produzida, mas que, na prática, repete um padrão narrativo empregado no século XIX.

* Graduado e mestrando em História, Universidade Estadual de Londrina.

Independente destas dificuldades, sabe-se que os problemas pensados por outras disciplinas podem contribuir para uma crítica da linguagem empregada pelo historiador, visto que, estas disciplinas também operam na mesma freqüência – a linguagem.

Dentro das várias possibilidades de acesso para abordar este assunto, o pensamento de Friedrich Nietzsche é tomado aqui como porta de entrada para contribuir com as preocupações acerca da linguagem na produção historiográfica. Seu pensamento não foi dirigido exclusivamente à História, - aborda questões filosóficas, artísticas, culturais, educacionais - no entanto, no século XIX, quando Nietzsche produz sua obra, a História possuía um caráter de destaque, dentre outras disciplinas, por tratar de um período que tentava legitimar uma cronologia que indicava um progresso do passado para o futuro; logo, a História, tida como ciência, seria capaz de registrar e legitimar isto.

Colocando em suspeição as bases que estruturam o pensamento moderno no Ocidente[1], Nietzsche sustenta a perspectiva de uma "filosofia a marteladas". Contudo, essas marteladas não seriam dirigidas somente aos sistemas políticos de uma Alemanha que no século XIX tentava unificar-se; não seriam dirigidas somente à teleologia religiosa moderna, que conceitualmente remetia-se ao platonismo; não seriam dirigidas somente a uma cultura educacional que não se preocupa com a formação crítica e sensível do homem; não seriam dirigidas somente à cultura Ocidental que concedeu o estatuto de verdade ao apego socrático pelo saber, entendendo que este daria conta de explicar e de atribuir um verdadeiro sentido para a compreensão do real.

As preocupações citadas acima são encontradas na filosofia nietzschiana e na obra de outros filósofos como Voltaire, Schopenhauer e Rousseau. Ora, o que teria, afinal, de especial no pensamento de Nietzsche em detrimento de outros pensadores? Por que merece este pensador uma atenção especial?

Ao embrenhar-se nas preocupações nietzschianas, nota-se a peculiaridade de um pensamento que, mesmo ao conectar-se com questões que aparentemente são externas ao indivíduo, colocam o sujeito questionador em análise, em suspeita e em questão[2]. Mais do que isto, atribui uma dúvida perversa ao próprio valor do pensar, do analisar, do refletir, diretamente, do filosofar.

> *"Por um propósito dionisíaco, a solidez do martelo, a alegria da própria destruição, são premissas absolutamente necessárias. O imperativo 'sede rudes!',*

[1] "Ou seja, desconstruir o edifício conceitual, o emaranhado de valores morais que a modernidade sustenta, implica, no fim das contas, uma desconstrução da pedra, do material com que este edifício foi construído, e este material é a linguagem. Não somente a linguagem metafísica, mas a metafísica da linguagem, ou seja, a vontade de duração presente em toda palavra" (*MOSÉ, 2005: 59*).

[2] "O que nos coloca numa posição incômoda, já que essas técnicas de interpretação nos dizem respeito, e que nós, como intérpretes, teremos que interpretarmo-nos a partir dessas técnicas" (*FOUCAULT, 1987: 17*).

> *a profunda certeza de que todos aqueles que criam são rudes, constituem o verdadeiro sinal característico de uma natureza dionisíaca*" (*NIETZSCHE, 2000: 106*).

As marteladas impulsionadas ao exterior voltam-se contra o punho, tido até então, como firme e inabalável. A capacidade de observar, apreender, compreender e criticar é envolvida pela "natureza dionisíaca" que mantém um olhar crítico à sua própria ação, não estabelecendo conclusões fixas, mas priorizando sempre o movimento.

Quando este pensamento volta os olhos sobre si mesmo, ele detecta a debilidade ontológica que se tem do real, ou no caso da História, de trabalhar com o passado. Logo, se Nietzsche entende que o pensar configura um campo para pensar contra si mesmo e contra o seu tempo, ele não encontra pontos de apoio dentro da filosofia Ocidental que, de Sócrates até a modernidade, sempre levou em conta a capacidade da linguagem racional de exprimir críticas ou entendimentos sobre o real, enquanto objeto de preocupação do filósofo[3]. É somente na Grécia arcaica, nos pré-socráticos e na tragédia grega, que Nietzsche encontra ares capazes de oxigenar o que fora sufocado até então, pelo o que ele denomina enquanto modernidade, a qual se inicia com Sócrates.

O despertar deste novo pensamento, que coloca sob suspeita seus alicerces, exige, segundo Nietzsche, a configuração de um novo campo onde ele possa operar. Sendo a filosofia uma disciplina que trabalha com ferramentas racionais que se apresentam em forma de linguagem, seria preciso, então, configurar um novo campo de linguagem[4]. Segundo Nietzsche, não seria possível abalar as concepções racionais por meio de uma linguagem que se expressa de maneira lógica, coerente e equilibrada. Este problema é muito bem colocado também para o historiador que quer trabalhar com uma linguagem diferente das correntes historiográficas do século XIX, como o materialismo histórico, a escola metódica e o idealismo. Não basta ao historiador decretar-se antenado com outras linhas metodológicas e trabalhar em um campo de linguagem produzido por um universo que acreditava que a História dispunha de métodos os quais retratassem o passado com uma fidelidade peculiar, já que a linguagem é a ferramenta de trabalho do historiador, esta sim deve estar ligada diretamente e em sintonia epistemológica com o campo teórico de sua pesquisa.

---

[3] "Toda filosofia é uma teoria do real, isto é, conforme a etimologia grega da palavra teoria, o resultado de um olhar sobre as coisas: olhar ao mesmo tempo criativo e interpretativo, que pretende, à sua maneira e segundo seus próprios meios, dar conta de um objeto ou de um conjunto de objetos dados" (*ROSSET, 2002: 11*).

[4] "O que queremos argumentar, enfim, é, primeiramente, que a genealogia somente pode ser levada a efeito se, antes de tudo, for uma genealogia da linguagem. E, a seguir, que somente uma crítica corrosiva da linguagem pode permitir uma linguagem afirmativa, ou seja, afirmação da linguagem decorre da compreensão de sua negação constitutiva. E, por último, que a crítica da linguagem é o ponto culminante de qualquer genealogia, ela é um dos alvos cruciais da guerra contra os valores, capaz de permitir a transvaloração. Portanto, o processo de transvaloração exige, para a sua consumação, uma genealogia da linguagem" *(MOSE, 2005: 59*).

Sendo assim, nota-se um movimento interno na filosofia nietzschiana com relação à linguagem, pois, nos primeiros momentos de sua produção – influenciado por Arthur Schopenhauer e Richard Wagner – tem-se um pensamento trágico e extemporâneo[5]; e em um segundo momento, depois de ter se curado da doença do romantismo – segundo o próprio filósofo – seu pensamento ainda se mantém nos limites da linguagem da tradição filosófica. No decorrer da constituição de seu pensamento, Nietzsche passa a refletir sobre a superação de uma linguagem que não se dê nos moldes gastos desta tradição.

Destaca-se, dentro da filosofia de Nietzsche, a obra "Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém," como a expressão máxima deste pensamento que ao ser externo, volta os olhos para si mesmo e tenta transpor os limites sisudos da racionalidade[6], usando uma nova linguagem para o filosofar. Zaratustra é o dançarino, isto indica movimento, leveza, elementos da linguagem poética empregada por Nietzsche, que passa a ser diferente de outrora.

> *"Parto do princípio de que, ao escrever Assim falou Zaratustra, Nietzsche não está propriamente interessado em renovar ou modificar os conceitos da filosofia; seu objetivo principal, do ponto de vista da forma de expressão, é libertar a palavra da universalidade do conceito, construindo um pensamento filosófico através da palavra poética, mais do que, como nas outras obras, através do uso do aforismo, do fragmento, ou mesmo do ensaio" (MACHADO, 1997: 21).*

Aqui as experiências metafóricas são trabalhadas para darem conta de um pensamento que não é comportado pelas amarras do racionalismo, que não constitui a única via de acesso para a interpretação, mas apenas uma perspectiva, assim como a dês-razão, o sonho, o lúdico, a poesia, o espírito da música, o dionisíaco, o inventar-se a si mesmo, o devir[7].

Este é um dos motivos que justifica a preocupação de Nietzsche em não produzir um sistema para o seu pensamento. "Eu desconfio de todos os sistemáticos e afasto-me do seu caminho. A vontade de sistema é uma falta de honestidade" (NIETZSCHE, 2002: 21). Visto que o sistema tentaria balizar as possibilidades de uma força criativa que só existe porque é indomável.

Na segunda parte de "Assim falou Zaratustra", no capítulo "O menino com o espelho", Zaratustra retorna à caverna depois de ter discursado pela cidade, na praça pública

---

[5] Um pensamento contra o seu tempo.

[6] "Não há dúvida de que *Assim falou Zaratustra* é obra de um filósofo, e, até mesmo, sua obra mais importante. Contudo, a meu ver, a dicotomia arte-filosofia – que ele denunciou em *O Nascimento da tragédia*, com a crítica as socratismo, e denunciará na 'Tentativa de autocrítica' como estando presente no estilo conceitual de seu primeiro livro -, é agora neutralizada pelo projeto de fazer da poesia o meio de apresentação de um pensamento filosófico não conceitual e não demonstrativo. Um pensamento emancipado, portanto, da razão" (*MACHADO, 1997: 23*).

[7] "A minha ventura é louca e apenas dirá loucuras; ainda é nova demais" (*NIETZSCHE, 2001: 73*).

para todo o tipo de gente, "como o semeador que lançou a semente" (NIETZSCHE, 1998: 97). Nietzsche cria uma cena, onde Zaratustra, indo para a solidão da sua montanha tem um sonho e se espanta. Ele teria sonhado com um menino que se aproxima portando um espelho. "Ó Zaratustra – falou-me o menino – olha-te no espelho!" (NIETZSCHE, 1998: 97). Ao lançar seu olhar ao espelho, Zaratustra fica assombrado, pois não encontra o reflexo de seu rosto, mas a imagem de um demônio. Ao levantar, ele põe-se a pensar no sonho que teve e fala sobre a preocupação em estabelecer uma nova linguagem que expresse seu pensamento.

> *"Novos caminhos sigo, uma nova fala me empolga: como todos os criadores, cansei-me das velhas línguas. Não quer mais, o meu espírito, caminhar com solas gastas. Lento demais, para mim, correm todos os discursos: vou pular para o teu carro, furacão! E, mesmo a ti, quero fustigar-te com a minha maldade" (NIETZSCHE, 1998: 98).*

É para o furacão que Zaratustra quer partir, pois não lhe apraz mais a calmaria confiante do discurso racional que, até então, foi tido pela modernidade como confiável, canonizado e intocável pela dúvida.

Vale lembrar que, ao analisar tal obra, a percepção deve ser dirigida ao campo interpretativo da metáfora; as imagens construídas por Nietzsche não podem ser abordadas em seu sentido literal, pois dialogam com o restante da obra e com as preocupações anteriormente levantadas.

Se a linguagem é uma das preocupações centrais deste capítulo analisado, o fato de uma criança – um menino - aparecer em sonho para Zaratustra é uma informação a se destacar. "Em verdade, bem demais compreendo o sentido e o aviso do sonho: minha doutrina corre perigo, o joio quer chamar-se trigo" (NIETZSCHE, 1998: 97). Mas por que o sonho? Ora, pois se a intenção de Nietzsche é fugir das formas gastas do sistema racional, o espaço do sonho oferece possibilidades infinitas, não mensuráveis, para um pensamento não sistemático que pensa sobre si mesmo, estabelecendo uma crítica e não o tomando como uma verdade.

A figura da criança tem um papel fundamental no pensamento nietzschiano. Na primeira parte de "Assim falou Zaratustra", no capítulo "Das três transformações", é a primeira vez que a criança aparece como uma finalidade para o homem que não quer conduzir sua vida com a premissa do rebanho. No entanto, antes de tornar-se criança e partindo desta ingenuidade tem-se a possibilidade de criar novos valores, este homem deveria tornar-se um camelo; ir para o seu deserto e experimentar a sua solidão; em um segundo momento tornar-se um leão, que com grande astúcia poderia ter a coragem para estremecer os pilares erigidos pela moral de rebanho para assim conquistar a sua liberdade. E somente depois se tornar

criança irresponsável, que com um espírito lúdico, teria a possibilidade de estabelecer para si novos valores.

O fato de o espelho ser trazido por essa ingenuidade infantil no espaço não racional do sonho é muito significativo, pois é ele que assusta Zaratustra. Este é um pensamento que, como foi dito anteriormente, volta os olhos para si mesmo, e é no espelho que a metáfora efetiva esta maneira de pensar. Quando Zaratustra não encontra sua imagem no espelho e se assusta - isto porque este espaço não é habitado pela razão em sua totalidade tem-se a perspectiva de que a linguagem, seja ela poética ou racional, configura um campo débil para explicar o real; logo, com debilidade para mostrar ao próprio sujeito pensante quem ele é, o que o constitui, o que o molda, quais são seus limites, qual é a sua imagem definitiva. É por isso que Zaratustra não encontra a sua imagem refletida, pois este é o instrumento interno desta filosofia que questiona suas próprias bases, seus estatutos, seus métodos e seus resultados. Tem-se um movimento circular na filosofia nietzscheana, onde ao tentar fixar um pensamento e a suspeita é o seu motor, trava-se uma batalha contra si mesmo.

Michel Foucault, em seu texto "Nietzsche, Freud e Marx", salienta que dentro do século XX, tem-se a possibilidade de estabelecer novas formas interpretativas, diferentes do racionalismo cartesiano, devido ao pensamento nietzschiano. No entanto, isto nutre um incômodo, visto que essas novas abordagens colocam em questão o próprio sujeito questionador. É o que Foucault chama de "jogo de espelhos".

Com a mudança empreendida por Nietzsche, tem-se a infinita possibilidade interpretativa, ou seja, o perspectivismo. Essa mudança é muito significativa para a historiografia, pois amplia o espaço interpretativo do historiador, contribuindo para o questionamento da linguagem utilizada pelos historiadores que, muitas vezes, não é colocada sob um crivo crítico a respeito da sua constituição.

Para Nietzsche, os "fatos históricos" não existiriam enquanto essência, ou como algo que realmente aconteceu, mas sim como narrativas, ou como construção interpretativa do passado. O historiador é visto com uma capacidade plástica de criar o passado e atribuir o significado que convir a si próprio, visto que o passado não existe enquanto realidade ontológica. Ele é inapreensível. As possibilidades interpretativas são infinitas, formando um movimento circular em torno do sujeito pensante, pois a todo o momento que interpreta algo já interpreta a si próprio.

Isto denota um problema para certas epistemologias que, assim como no século XIX, acreditam na relação da História com uma verdade única. Em Nietzsche, a verdade é uma construção fixada no plano da linguagem. Não se consegue ultrapassar esta máscara que

encobre o que não se pode ter acesso. Contudo, trabalhar em um novo campo epistemológico, que sabe da debilidade de seu método para se chegar a uma verdade, exige por parte do historiador um posicionamento crítico para com a linguagem por ele empregada, mesmo que para isto seja necessária a criação de um novo universo simbólico que dê conta de expressar pela linguagem o que se pensa teoricamente. Este é um problema que não está resolvido e não se sabe se chegará a ter um fim, no entanto, um primeiro passo foi dado pela dúvida e pela suspeita que aqui se apresentam como forças indispensáveis para um pensamento o qual sempre está em movimento.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx.** Teatrum Filosofium. 4 ed. São Paulo: Princípio, 1987.

MACHADO, Roberto. **Zaratustra, tragédia nietzscheana.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos**. Lisboa: Guimarães Editores, 2002.

_____. **Ecce Homo.** São Paulo: Martin Claret, 2000.

ROSSET, Clément. **O princípio de crueldade**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A institucionalização do regime militar brasileiro na visão da diplomacia argentina

Helder Gordim da Silveira*

Resumo: A presente comunicação analisa a forma pela qual a diplomacia argentina interpretou o golpe militar de 1964 no Brasil, procurando enfatizar como esse discurso, reproduzindo interpretações recorrentes, possivelmente atuou como uma ideologia da solução militar frente à crise política e institucional que crescia na região pelo menos desde a década de 1950.
Palavras-Chave: Regime Militar; Diplomacia; Brasil-Argentina.

Abstract: This paper analyses the way by wich argentine diplomacy interpreted 1964 military revolution in Brazil, intending to underline how that discourse, as it reproduced recurent interpretations, possible acted as an ideology of military solution face of the political and institutional crises that was growing in the region since as early as the decade of 1950.

A presente comunicação insere-se em uma proposta mais ampla de pesquisa que busca examinar as formas de repercussão do golpe militar brasileiro na grande imprensa e na diplomacia argentina, no período que se pode entender como de gestação e implantação do novo regime no Brasil, vivendo a Argentina os impasses do contexto de tutela militar de pós-1955.

De forma geral, Brasil e Argentina representam-se mutuamente como os países mais poderosos no cenário sul-americano e, eventualmente, como pólos de uma disputa pela supremacia estratégica em tal espaço. Nessa perspectiva, constroem-se, nos círculos diplomáticos, na grande imprensa e em outras esferas de produção discursiva, representações de identificações e contrastes em ambos os países relativas a eventos ou cursos de longo prazo de suas respectivas ordens socioeconômicas e políticas internas que ganham, assim, notável potencial ideológico no que tange à inserção internacional de ambos, aí incluídas as relações bilaterais situadas no contexto hemisférico frente à construção da hegemonia norte-americana, desde, pelo menos, o princípio do século XX.

Na conjuntura da década de 1960, Brasil e Argentina atravessam os impasses e conflitos dramáticos condicionados pela crise dos respectivos modelos de modernização

* Professor do PPGH da PUCRS.

socioeconômica das eras varguista e peronista como projetos nacionais, diante do cenário hemisférico e global da Guerra Fria. Cenário no qual a Revolução Cubana atuava como um extraordinário catalisador de tensões.

Pretende-se aqui sustentar que a solução do abril de 1964 no Brasil repercutiu na diplomacia de Buenos Aires de modo a concorrer para a (re)construção ali de uma ideologia de tal solução, justificando-a e explicando-lhe as origens e implicações, no sentido de colocá-la em posição paradigmática para a Argentina e o subcontinente, considerando-se as identificações dos respectivos cenários internos frente a uma certa visão do contexto internacional.

Neste cenário, ganha potência ideológica, entre a elite na esfera político-diplomática, sobretudo no interior do Estado, a interpretação do movimento de abril de 1964 produzida pelo então embaixador argentino no Brasil, Carlos Alberto Fernández. Propõe-se que tal interpretação constitua uma manifestação de racionalizações recorrentes acerca do mesmo tema, nos campos jornalístico e político acima aludidas, privilegiada pelas posições de poder nas quais é construída e para as quais é destinada.

O embaixador embasa toda a sua racionalização acerca do movimento de abril, compondo a imagem de um país vivendo dias de paz e tranqüilidade políticas, em contraste contundente com a avaliação do regime caído e, pode-se claramente inferir, com a situação interna de seu próprio país, vítima, então, de uma *revolução* inacabada, desde 1955. Diz nessa direção Fernandez:

> *"El año 1964 llegó a su término, com el país viviendo días de relativa tranquilidad y seguridad política. (...) En sus ocho meses iniciales, la revolución llegó a transformar en mucho la situación del país. Viendo el panorama actual, y el de enero passado, debemos admitir que existe uma fundamental diferencia. (...) El Brasil respira en cierta tranquilidad em su marcha hacia el futuro, en contraste con lo que se vislumbraba antes de la revolución, quando esse mismo futuro no era solamente un interrogante, sino por el contrario, una real amenaza."*[1]

Aqui estão postos os elementos essenciais da racionalização: um estado de caos cuja superação impõe e legitima a saída *revolucionária*, cujo sentido essencial repousa na tarefa de depuração para a futura restauração de uma ordem natural, nos trilhos da tradição ocidental na qual se vê o país inserido desde os fundamentos da nacionalidade.

Vejamos o embaixador compondo o quadro do caos:

[1] Carlos A. Fernandez a Miguel Angel Z. Ortiz. 20 de janeiro de 1965. Ministério de las Relaciones Exteriores y Culto, Fundo Arquivístico E, Cx 70, pp. 1-2. As demais citações são deste documento.

> *"Diremos que el año [1964] comenzó muy mal para el país, con el reagravamiento del desorden existente, ya que podia facilmente apreciarse que el gobierno Goulart perdia el control de la situación política, a la vez que las contínuas crisis sociales asumían aspectos verdaderamente dramáticos. El despeñamento inflacionário hacia el que marchava Brasil, (...) la inexistencia de una controlada y técnica política económico-financiera, las inusitadas reivindicaciones sindicales que apremiaban al Poder Central eran (...) aspectos dominantes de esos dias."(p.2)*

Nesse ambiente anárquico, que o discurso já põe em um passado tão recente quanto quase acabado por detrás da ruptura revolucionária de abril, situa-se a política assim vista como pseudo-reformista dos últimos tempos do regime caído:

> *"Partió allí, quizás como producto del atolondramiento a que fué llevado el Gobierno por todos estos problemas, uma'carrera' hacia uma política reformista, que utilizó como bandera para la defensa de sus objetivos ideológicos, al tiempo que lanzaba sus críticas a las estructuras existentes que calificaban de arcaicas y que, en su sentir, acarreaban todos los males (...) que afligían a la nación"(p 2-3)*

O reformismo goularista fica assim posto como "bandeira" – falsa – para objetivos ditos "ideológicos"- verdadeiros e amplamente favorecidos pelo caos. A designação *ideológico*, de resto, constitui sempre uma referência direta ao comunismo, nos quadros do discurso, também quanto a isso típico. Assim, fica reproduzida no discurso do embaixador uma das faces da figura política de Goulart então composta: um certo maquiavelismo posto em ações e discursos conscientes de sua condição de meio para atingir fins de natureza diversa em relação à sua aparência assim dissimuladora.

Entretanto, o que é também recorrente, cola-se a essa face da imagem de Goulart, uma outra, aparentemente em contradição com a primeira: a do líder político simplesmente incapaz de agir segundo o sentido dessa liderança, sendo assim vitimado, por essa própria incapacidade geradora de ingenuidade, pela ação de terceiros, mal postos em condição de aliados, estes sim agentes conscientes dos verdadeiros fins do suposto reformismo - os *comunistas* de variadas estirpes. Nesse sentido diz o embaixador: "la incapacidad política del gobierno (...) y la desconfianza que sus líderes y sus métodos inspiraban (...), hacían la situación más grave a cada día". E ainda:

> *"las reformas que no se concretaban y ni siquiera passaban la fase del estúdio preliminar, servían al solo objecto de aparentar la dinámica de um gobierno que no sabía concretar, en la realidad, sus objetivos de buena administración de la cosa pública."(p. 3-4)*

Entre esses extremos contraditórios do maquiavelismo e da incompetência mobilizava-se ainda para a composição múltipla da imagem de Goulart e seu (des)governo a

tradição da idéia de demagogia. Nessa direção refere Fernandez: "puede decirse que la demagogia se instaló directamente em la Presidência de la República, y que a su nombre se gestaron impactos profundos para subvertir el orden público" (p.4)

Seja por maquiavelismo, por incompetência, ingenuidade ou demagogia a que se poderia agregar o qualificativo *populista*, o sentido *real* do processo político tal como este se apresentava no princípio de 1964 era um só:

> *"los pasos del gobierno Goulart fueron (...) dirigidos hacia una evidente izquerdización que, si no revestía el carácter directamente comunista, favorecia ampliamente la acción de los líderes de tal ideología, interesados en aumentar el caos y favorecer el desorden como elementos propícios a la implantación posterior de su régimen".(p.3)*

Esse sentido último das tendências do cenário político retratado, criava, nas palavras do embaixador, "un verdadero ambiente revolucionário". Põe-se aqui o aparente duplo sentido da idéia de Revolução, mobilizada na construção dos fundamentos simbólicos legitimadores/mobilizadores da solução de abril e suas congêneres no Cone Sul, conforme se tenta inferir aqui nos indícios apontados pelo discurso do diplomata argentino. Tal duplo sentido é a base da racionalização recorrente segundo a qual a Revolução de abril, "en que se reencontró el país", emerge de uma Contra-Revolução. Vale dizer, a Revolução na qual o país é *reencontrado* surge de um movimento - nacional e consciente - contrário à *outra* Revolução, cuja possível vitória representaria sua perda. Diz a respeito o embaixador:

> *"la estructura que podríamos llamar contra-revolucionaria, opuesta totalmente a los planes del Gobierno, hacía mucho tiempo que preparava su acción. Aunque siempre listas para reaccionar ante el menor intento de un golpe oficial, por parte de los ideólogos que estaban encaramados en el poder, estas fuerzas nunca se sintieron lo suficientemente aptas para reacccionar abiertamiente, ya sea por falta de confiaza em su poderío, o quizás (...) por el temor de dar un paso en falso que pudiera privarles del poder de reacción en masa".(p.5)*

Entretanto, este movimento nacional reativo em sua essência iria encontrar fundamentos para transitar da reação à ação, numa transformação qualitativa essencial. Nas palavras do embaixador, criaram-se circunstâncias para "operarse la transformación de la contra-revolución, hacia la real revolución que surgió el 31 de marzo". Vale dizer, o 31 de março, no interior da racionalização assim posta, supera a condição de mera reação na qual se origina para constituir-se em um movimento de ruptura radical, constituinte de uma nova ordem, embora restauradora e depuradora em seu significado político essencial, em uma operacionalização de noções fundantes da tradição liberal. Daí a legitimidade para que se

rompesse, para restaurá-la em novos termos, "la firme convicción de respeto hacia el primado de legalidad, que trasciende de todos los sectores de la vida nacional brasileña".

Tal passagem da reação à ação revolucionária deu-se "solamente al (...) herirse profundamente las herarquías militares, ya sea por acción deliberada o ineptud oficial", quando "las mentes dirigentes del movimiento se decidieron a pasar de una etapa a la outra, la definitiva, que desembocó en la directa salida revolucionaria".(p.5)

Em que pese haver sido deflagrada a partir de interesses mais diretamente ligados à esfera hierárquica das Forças Armadas – o embaixador confere importância crucial, nesse sentido, para os episódios do Clube Naval e do Automóvel Clube- , a Revolução sustentava-se por seu caráter inequivocamente nacional e por seus propósitos essenciais, em última análise francamente civilistas. Assim:

> *"la revolución antigoularista fué realizada sin disparar prácticamente um solo tiro, con las organizaciones sindicales y estudantiles disgregadas por falta de reales liderazgos (...), mientras que el esquema militar revolucionário recibía inúmeras adhesiones en todo el território nacional. De esta forma fué relativamente fácil concretar la toma del Poder y el reestablecimiento del orden en todo el país, com maniobras de tipo militar que deben ser consideradas de mero valor psicológico".(p.6)*

Assim, "ante la vocación civilista y democrática de los militares, la acción organizada de grupos políticos intentaron desvanecer la verdadera finalidad del movimiento". Entretanto, "prevaleció la tesis de los que defendían la existência real del movimiento, como un principio revolucionário".

Veja-se nessa direção a análise do embaixador argentino sobre o marco jurídico fundador da revolução nacional brasileira:

> *"con el Acto Institucional, la Junta Militar se reveló ante el consenso popular. A través del mismo se armaron los quadros en los quales se afirmó la revolución, y por su intermedio se mantuvo y revigorizó al Congreso Nacional. Ello demonstró, una vez más, el sentido civilista de los militares brasileños".*

Ficava assim demarcado com bases firmes no terreno da reordenação jurídica o limite que apartava o movimento de 31 de março da condição de mera ditadura de tipo militar. Refere ainda Fernandez a seu Ministro de Exteriores:

> *"Contando con todas las posibilidades de elegir el camino fácil y seguro de armar uma dictadura, las autoridades prefirieron buscar el apoyo de juristas y políticos de formación y relevantes condiciones democráticas para encontrar la fórmula 'intermedia' que les posibilitase la promulgación de un elemento legal y revolucionário que permitiese al Poder Ejecutivo contar con algunos dispositivos de fuerza para facilitar sus primeros pasos políticos".(p.7)*

É assim que não constitui nenhum tipo de contradição no interior do quadro discursivo a assertiva, de notável robustez ideológica na qual se articulam de modo coerente e ancorado na tradição doutrinária de corte liberal, menções de punição, afastamento, revolução e democracia, segundo a qual "es con la elección indirecta del nuevo Presidente de la República, y el alejamiento de inumerables políticos y militares que integraron las primeras listas de punidos por la revolución, que se inicia el processo revolucionário de redemocratización brasileña".

A eleição de Castelo Branco, posta como "encabezada por el grupo de Gobernadores que se había integrado en el movimiento" e contando con "el apoyo decidido de los militares", é vista pelo embaixador como garantia segura de preservação do elo civil-militar de raiz democrática posto na base do movimento de 31 de março. É assim que afirmaria o diplomata a Buenos Aires:

> *"desde um comienzo, fué evidente el deseo del Presidente Castelo Branco de caracterizar su Gobierno en um amplio sentido civilista. Dejando de lado su posición militar, de la que se alejó oficialmente, aún antes de iniciar su tarea gubernativa, procuro dejar bién aclarado que no recorreria el ya conocido camino del caudillismo, camino al cual encontraba abiertas muchas brechas políticas".(p.8)*

A figura pessoal e política bem como os fatos assim constituídos novamente reforçavam a diferença essencial do movimento em relação aos caminhos do *caudilhismo*, de significação potente, para muitos sentidos, no cenário latino-americano.

A integridade do painel discursivo deveria, entretanto, enfrentar a questão posta, nas palavras do embaixador, pela "lucha tenaz y sostenida de los grupos que pretendían instaurar rápidamente el 'imperio de la revolución'"(p.9). Tal integridade será perfeitamente sustentada pela estratégia de posicionar as ações da chamada *linha dura* revolucionária no interior das noções complementares de excesso e exceção, de todo modo controlados pela ação política, punitiva ou negociadora, do governo revolucionário de Castelo Branco. Refere o embaixador a respeito desta ação do governo Castelo em relação à linha dura:

> *"la maniobra táctica fué ejecutada en secuencias limitadas y por etapas, y con ello se logró encuadrar en el processo gubernativo a los principales jefes militares del movimiento revolucionário. Los que no quisieron o no supieron adaptarse a esa tónica impuesta por Castelo Branco, debieron conformarse con el alejamiento de sus cargos o aceptar traslados (...) que les desvincularon prontamente del panorama que tenían ante si".(p.9-10)*

Assim, o governo revolucionário "comenzó la tarea de poner em su lugar los excesos cometidos por aquellos militares que, validos de los poderes extra-legales, habíanse apartado de la verdadera justicia". Todavia, essas diferenças quanto a ritmos e métodos no interior dos quadros revolucionários jamais tocavam uma diferença essencial de propósitos finais ou que diziam da própria natureza da revolução. Assim, poderia o embaixador considerar de forma sempre coerente que "la 'línea dura' revolucionaria no perdió su cohesión, ni mucho menos desapareció – como muchos creyeron". E complementava:"ante [várias] acciones que evidenciaban el grado de decisión y unidad de los círculos afactos a tal línea política, el Gobierno no exhibió ni demostró su pesar, por el contrario, en ciertas medidas apoyó decididamente las 'sugestiones' que desafiaban abiertamente todos los princípios legales vigentes" (p.10)

Longe de representar debilidade do governo revolucionário, tal fato compunha uma advertência política:

> *"esto es ampliamente demostrativo de que no existe un divorcio político-militar entre el gobierno revolucionário y la llamada 'línea dura', tal como pretenden ver algunos espíritus interesados en pasar rapidamente a la legalidad político-electoral para lucrar con la débil madurez que hasta allí pueda alcanzar la revolución y sus métodos depurativos y esclarecedores" (p.10-11)*

Compõem-se assim a coesão ideológica do quadro discursivo com o apelo à natureza depuradora da revolução nacional sobreposta à legalidade formal, sempre passível essa de instrumentalização demagógica. Nessa mesma estratégia essencial o discurso enquadra igualmente os excessos policiais do novo regime que vinham a público:

> *"esos aspectos 'dudosos' de la actividad oficialista, tienden en general hacia una acción intimidatoria del tipo físico-cultural, que hasta hoy, han sido anulados em su gran parte por la acción del Presidente de la República, apoyado por altos Jefes Militares que secundan abiertamente su tarea. Esas excepciones no reflejan ni comprometen en líneas generales, el ambiente em que se desenvuelven las actividades políticas, ambiente diríamos, diametralmente opuesto al que existia a fines de 1963 y a comienzos de 1964"(p.12).*

Assim se enfeixa a representação dada ao Ministério de Exteriores argentino, da revolução de 31 de março, consolidada como projeto nacional brasileiro. Nas palavras do embaixador:

> *"si hacemos una exploración da la verdadera opinión pública encuanto a la situación, encontraremos que la gran mayoría del pueblo siente y aprueba que el gobierno Castelo Branco viene actuando com elevada decencia y honestidad para encaminar al país hacia la gran solución nacional, no solamente en el sentido político, sino también en el social y cultural, y en lo econômico"(p.11).*

Ocioso recordar o paralelo das situações nacionais – notadamente aquela entre goularismo e peronismo - e as condições do contexto regional e hemisférico, como o não-dito do discurso, para perceber a potencialidade ideológica do panorama sóciopolítico brasileiro assim composto pelo discurso diplomático argentino.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *Conflito e Integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARDOSO, F. H. e FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DE RIZ, Liliana. *La Política en Suspenso 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DONGHI, Tulio H. *La Democracia de Massas*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina Um Ensaio de História Comparada.* São Paulo: Ed. 34, 2004.

GOLDWERT, Marvin. *Democracy, Militarism and Nationalism in Argentina, 1930-1966*. Austin e Londres: University of Texas Press, 1972.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NORA, Pierre, "O Retorno do Fato" In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

OLIVEIRA, Odette Maria de. "Relações Internacionais e o Dilema de Seus Paradigmas: Configurações Tradicionalistas e Pluralistas" In: *Relações Internacionais, Interdependência e Sociedade Global*. Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2003.

POTASH, Robert. *El Ejercito y la política en la Argentina 1962-1973*, 2 vol, Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1994.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de la Argentina, 2001.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil Cuatro Siglos de Rivalidad.,* Buenos Aires*:* Ed. La Bastilla*,* 1976.

THOMPSON, John. *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*, Petrópolis: Vozes, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Vida doméstica e patriarcalismo no final do Império e no pós-escravidão: as criadas na literatura pernambucana do período

Maciel Henrique Silva*

Resumo: Trata-se de um estudo sobre a vida doméstica em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, a partir de representações literárias relativas ao patriarcalismo e às criadas.
Palavras-chave: Patriarcalismo – Escravidão – Literatura

Abstract: This paper, based on literary representations of patriarchy and housekeepers, studies domestic life in 19th Century Pernambuco.
Keywords: Patriarchy – Slavery – Literature

Fundada em 1901, a Academia Pernambucana de Letras (APL) guarda precioso material para o historiador social que enfoque o século XIX e décadas iniciais do XX. Textos diversos apontam para costumes antigos, práticas esquecidas, memórias submersas, linguagens hoje estranhas. Recentemente, sob organização do escritor Lucilo Varejão Filho, a Academia decidiu reeditar romances com sabor de tempos idos, que marcaram a própria origem da instituição. Assim, obras até então esquecidas ou conhecidas apenas por especialistas vieram a lume. Não obstante o sabor de monumentalização, efeito comum desses projetos, esses livros reeditados constituem riquíssimas fontes para o historiador, e auxiliam a construir narrativas, a caminhar por temas e problemas do Recife de outrora.

São esses os registros que vamos interrogar: *Seu Candinho da Farmácia* (1933) e *Os Azevedos do Poço* (1938), os chamados romances urbanos de Mário Sette; e *Senhora de Engenho* (1921), romance rural de Sette; *A Emparedada da Rua Nova* (publicado em folhetins entre 1909 e 1912), de Carneiro Vilela; e *Passsionário* (1897), de Theotônio Freire.

Carneiro Vilela, recifense nascido em 1846, viveu integralmente a segunda metade do século XIX, vindo a falecer em 1913. Ele, Theotônio Freire e outros fundaram a APL. Ao contrário de Freire, que estudou na Escola Normal do Rio de Janeiro, teve formação em

* Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Pesquisador do GEHSCAL-UPE; Prof. do CEFET-PE.

Direito pela Faculdade de Direito do Recife; sobre Freire, paira alguma confusão sobre sua origem: diz-se que teria nascido no Rio Grande do Norte. Seja como for, é considerado escritor pernambucano. Registra-se seu nascimento no Recife, no ano de 1863, e sua morte em 1917, na mesma cidade.

O recifense Mário Sette também nasceu no século XIX, em 1886, tendo falecido em 1950. Embora vinculado ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, e vindo a ingressar na APL em 1922, foi sempre um autodidata. Sua produção, às vezes difícil de caracterizar, o situa como cronista, historiador, escritor, memorialista. Escrevia e lia fluentemente em francês, e esposava, não obstante pertencer a uma modesta classe média, os valores aristocráticos da elite açucareira pernambucana (ALMEIDA: 2000). Portanto, todos esses escritores são herdeiros diretos do XIX, e este século continuará a persegui-los em sua produção. A escravidão, as relações domésticas, os gestos, a paisagem, as tradições, tudo irá servir de contexto para conferir sentido às representações aqui discutidas.

Os romances, certamente, não pairam acima da história, inatingíveis, transcendentais, como produção descolada do real. Se eles não se reduzem à mera cópia do real, também não fogem a uma certa "lógica social" que se precisa desvendar (PEREIRA, CHALHOUB: 1998, pp. 7-13). Portanto, devemos interrogá-los sem cerimônias, historicizá-los, inserindo autores e obras no processo histórico. Não é sem razão que o sociólogo Sebastião Vila Nova fala de uma "realidade social da ficção", e da possibilidade de se investigar uma dada estrutura social a partir de textos ficcionais e seus significados (VILA NOVA: 2005, pp. 29-59).

A relação entre História e Literatura enquanto disciplinas, como se vê, não será o foco da análise, uma vez que tratamos aqui o texto literário enquanto fonte histórica, como aporte para se alcançar elementos da realidade social, como representações verossímeis, às vezes utópicas, das relações sociais em dada época. Seria ingênuo pensar tais textos como "retratos" de uma "realidade objetiva".[1]

Escritores, antes do que os historiadores, sempre foram atentos às situações cotidianas, aos detalhes miúdos da vida doméstica, aos temas que, mais tarde, passaram a compor o imenso leque de preocupações dos historiadores.

As criadas e a vida doméstica recifense na segunda metade do século XIX

[1] Sobre as complexas relações entre História e Literatura, penso, como Luiz Costa Lima, que o historiador necessita da "aporia da verdade do que ocorreu", e seu texto, portanto, difere do texto do ficcionista. Cf. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 22.

Em *Seu Candinho da Farmácia*, Mário Sette escolheu como cenário o bairro de São José na década de 1920, ainda de ruas estreitas e sinuosas, de costumes antigos, lar de uma classe média. O tema do romance é a maledicência, e sobre ela se estrutura todo o enredo até seu desfecho. José da Penha, afilhado de Candinho Tamarindo, casado com uma mulata, comprara a farmácia do padrinho, e, entretanto, iria depois sofrer a concorrência do velho farmacêutico que abrirá nova farmácia para levar o afilhado à falência, usando os recursos vis da maledicência.

As criadas estão em toda parte. Logo na primeira página, na sala de jantar, serve à mesa, muda os pratos, enquanto os patrões Genoveva e José da Penha "Calaram-se discretamente" (SETTE: 2005, p. 23). A criada não deveria ouvir detalhes da vida íntima dos pequenos burgueses. A relação é sóbria, discreta, os lugares sociais estão marcados, a criada serve e retorna à cozinha, e então os patrões continuam a conversa interrompida. A empregada não tem cor. Sette silencia neste ponto. Podia ter qualquer cor. A própria Genoveva, após a concorrência da farmácia de Candinho, fará "bolos para fora" (Idem: p. 28, 193).

Seu Candinho não era santo. Era um "requestador". Insinua-se, na conversa de Genoveva, que ele traía sua esposa com as criadas: "Agüentar um homem daqueles... saber o que sabia... ver o que via até dentro da própria casa!..." (Idem: p. 24). O velho, apesar da fama de honrado, cortejava esposas de outros, desencaminhava *copeiras*. Sua predileção, as negras... Ele também mirava as operárias (Idem: p. 98, 117). Mas ele gostava mesmo de negras e mulatas: "Sempre foi caído por carvão..." (Idem: p. 142), diziam. Constrói-se a representação de um conquistador de criadas: "Forte homem para gostar de rabos de saia... Até com as amas!" Mas não só ele: outro personagem, também velho, "vive por aí a seduzir as criadinhas alheias, sacudindo as pobres na perdição" (Idem: p. 79, 80). A imagem da objetificação sexual das criadas sempre aparece. Na descrição dos carnavais antigos, Sette não esquecerá de dizer que as misturas envolviam "o patrão de uma casa com a copeira da outra" (Idem: p. 61). Aqui o tom do narrador é de memorialista: tudo é maravilhoso, alegre inversão...

Não sendo propriamente uma criada, mas cozinheira de fama no bairro, a canjiqueira Maria Joana, crioula escura filha de antiga escrava, é importante personagem do romance. Seduzindo Candinho, estimula-o a reabrir a farmácia que levará o afilhado dele à falência, porque queria empregar o sobrinho como administrador. Era sócia de prestígio do Clube Carnavalesco Canjiqueiras, do qual fora presidente. Depois que um namorado "fizera-lhe mal e a abandonara", vivia de fabricar canjica e vendê-la: "Honestamente", diz Sette

(Idem: p. 88-90, 92). Mulher autônoma, apesar da "proteção" do velho, tinha dinheiro na Caixa Econômica. Cozinheira bem sucedida, fornecendo para hotéis e festas, não era criada de ninguém (Idem: p. 172-3). Tinha um conceito próprio de honra: homem que a sustentava não tinha "sócio". (Idem: p. 182). Contudo, sofre com os preconceitos: é sempre uma negra, e mais, canjiqueira: "Negra! Afoita! Vendedora de canjica!" (Idem: p. 184 e 192).

As costureiras também têm o seu lugar. O carnaval não seria possível sem os trabalhos de agulha para as fantasias: muitas pessoas costuravam suas próprias fantasias ou contratavam costureiras profissionais. Seja como for, a vida se tece (Idem: p. 53). E é uma criada que tece um dos fios mais decisivos do romance: compra um medicamento em uma farmácia (não sabe com clareza qual), provocando a morte de certa pessoa. Seu confuso depoimento vai ajudar a afundar o José da Penha, mesmo ficando a suspeita de que seria armação do rival, seu padrinho.

Bem, e como todo mundo fala de todo mundo, as criadas também falam de seus patrões. Na matriz de São José, numa Quinta-feira Santa cheia de gente, criticam os ricaços do bairro da Boa Vista:

> *– Olham para nós por cima dos olhos.*
> *– Muito luxo, mas também muito calote nas amas...*
> *– Eu que diga. E quando fui cobrar meu ordenado, recebi um baile danado da patroa, uma assanhada que dava corda a um primo... um banzé de cuia!*
> *– Também já fiquei sem 25$000... um mês inteirinho. O patrão que era não sei quê na polícia inda quis me botar na cadeia... (...).* (Idem: p. 140).

Em *Os Azevedos do Poço*, o contexto é o final do XIX, auge da família fictícia, até por volta de 1920, momento de decadência cuja causa maior será a modernização da cidade. O romance se passa nos bairros do Poço da Panela e do Recife. Poucos romances se esforçaram tanto por representar a decadência do patriarcalismo no meio urbano pernambucano: uma família de comerciantes nobilitados pelo casamento com aristocrática família de engenho terá sua saga contada.

A típica casa-grande de engenho aparece pouco, mas quando surge não falta a recorrente passagem em que patriarcas são descritos "festejando (...) uma mulatinha em serviços de mucama", com o respectivo castigo cruel da Sinhá. As criadas continuam objeto de desejo, mesmo não sendo mais as escravas de outrora: o Afonsinho, filho do decadente Barão Zumba, representado como um "estróina e mau marido": "fez tantas estripulias mesmo dentro de casa com as amas... uma de lá saiu de lá, assim, de nove meses..." (Idem: pp. 377-78).

No meio urbano, o patriarcalismo tem algumas faces que repetem o do meio rural. Há a soberba aristocrática e haveria ainda a doçura de Quininha, personagem que, por si só, representa o fim do *ethos* patriarcal: filha do Barão Zumba de Azevedo, mantinha relações íntimas com as escravas, de quem comia "bolotes de carne com farinha" que elas faziam. Delas ouvia histórias. Visitava o "quadro", cortiço do Poço da Panela. E, pior e mais dramático: abandonou o casamento arranjado e casou-se com simples empregado da Empresa de Vapores, branco, irmão de boleiras famosas, mas pobres. Ao fim do romance, a romântica Quininha está na calçada com as crianças e "a criada", pelo modo como Sette narra, sua única criada (Idem: pp.381-86, 454). É uma grande inflexão.

Não falta a imagem patriarcal da *mais humilde* e bondosa criatura da casa, a negra Sianinha que, alimentando o filho dos senhores com pirão de ovo, contava-lhe "histórias maravilhosas ao anoitecer" (Idem, p. 267). Malaquias, nascido logo após a Abolição, lembra de sua infância "embebida nos seus reflexos pela convivência da gente preta ainda cheia de obediência, de ternura, de dedicações." (Idem: p. 268). Como a dizer: tempos bons que não voltam. Nem precisa dizer que os ex-escravos dos pais dele permaneceram na casa servindo fielmente.

Cenas da vida doméstica que já haviam encantando viajantes ainda pulsam: as lavadeiras do Poço da Panela. Personagens que, diz Sette, eram íntimas dos ricos do bairro, algumas já servindo como amas de leite quando jovens (tempos da escravidão), e que agora habitavam os casebres do cortiço: umas de taipa sem reboco, outros de flandres, outros de madeira (Idem: p. 282).

Em Sette, um dos sinais de decadência não é só "fazer bolos para fora", é também costurar. O autor, leitor voraz de escritores franceses, evoca diretamente Zola e Hugo. Mulheres que trabalhavam para firma de tecidos e que recebiam em troca um "salário somítico" são descritas como arrimos de pais invalidados ou de filhos órfãos, mantenedoras de casas cujos maridos preferiam as amantes a trabalhar, mulheres grávidas sem promessa de casamento, solteironas. Enfim, toda um rol de "infortúnios, sacrifícios, dedicações, paciências, penúrias" (Idem: pp. 388-89).

Nos Romances Rurais, Sette vai contrapor, romanticamente, a vida rural à vida urbana; os "costumes simples e castos" do campo aos da cidade moderna e artificial (SETTE: 2005, p. 21).[2] Em *Senhora de Engenho* narra-se a vitória do rural sobre o urbano. Escrito em 1921, tenta resgatar os valores rurais de uma elite decadente, que precisa se adaptar às

[2] A APL reeditou os Romances Rurais e Urbanos no mesmo ano, mas em volumes separados. A paginação, portanto, a partir de agora, refere-se ao vol. 5 da Coleção.

modernidades mas sem perder as tradições do Norte. Há forte tom regionalista: ser nacional é ser autenticamente regional. Escolheu-se Tracunhaém, município da Zona da Mata pernambucana, onde, na descrição dos engenhos, Sette derrama-se em passagens belas e idílicas. Fala-se pouco de criadas, mas é claro que na casa-grande do engenho Águas Claras elas existem.

Só idílio: em Águas Claras, os servos são sempre "amorosamente acolhidos", pois "Era tradicional Águas Claras pela doçura dos seus costumes, da sua disciplina, desde os tempos do cativeiro. Feita a abolição, nenhum escravo abandonou". Paraíso para onde fugiam os escravos maltratados de "outros engenhos". (Idem: p. 100). Mesmo assim, quando um grupo de senhoras de engenho se reúne e o assunto se estende à vida doméstica, surgem os "sussurros contra a criadagem que se amalandrava". (Idem, p. 106). Saudades da escravidão. Mas nada de maiores tensões, apenas os cuidados com a nora afligem a dona do engenho, que cozinhava com suas próprias mãos, sem o auxílio das criadas, quitutes para agradar a nora grávida (Idem: p. 113). Também na hora de costurar o enxoval da criança, as mulheres todas trabalham. Nem criadas são mencionadas (Idem: p. 120). Mas na procura por uma ama-de-leite, surge um problema: as do Recife não são confiáveis, cheias de doenças. Resultado: rejeitam-se as amas do Recife e contrata-se a esposa de um vaqueiro do engenho (Idem: p. 136). Não há dúvida, as criadas do engenho são melhores que as da capital.

Eis que surge uma imagem ainda mais sombria e lúgubre do Recife: o contexto é a déc. de 1860; o escritor, Carneiro Vilela; o tema: a honra, o crime, os dramas domésticos. Em *A Emparedada*, o autor se apresenta ao leitor como narrador fiel de acontecimentos misteriosos, mas só pode assim proceder tendo como garantia uma escrava doméstica. Vendida para o Rio de Janeiro enquanto testemunha incômoda dos terríveis crimes ocorridos na casa, servira como criada na casa do narrador. A onisciência dela é a onisciência do narrador. (VILELA: 2005, p. 466).

Portanto, todas as cenas amorosas, a gravidez de Clotilde, os assassinatos, as confissões dos dramas amorosos, tudo é percebido ou entrevisto pelos criados. A trama toda, carregada de mistérios, não faria sentido sem, de um lado, a investigação de um personagem (o Jereba), e de outro, a presença das criadas e a intimidade conquistada aos senhores. São elas que testemunham a desonra de seus amos, os acessos de cólera, os encontros furtivos (quando não são elas mesmas a estimular esses encontros). É a escrava da filha de Jaime Favais que, como "demônio familiar" (expressão do autor que remete à peça homônima de José de Alencar), "soprava-lhe ao ouvido as palavras de tentação e exaltava-lhe a imaginação e os sentidos", dirimindo qualquer dúvida da jovem se devia ou não se dirigir ao encontro do

homem. Ela irá. A escrava servirá de sentinela. E esse é um dos episódios centrais da trama (Idem: p. 290).

Aparentemente um folhetim pouco pretensioso, fica um registro dramático do declínio do patriarcalismo urbano. A honra passa a ser comprada (vira negócio) e, além disso, o colapso do poder do pai/marido fica evidente quando ele precisa recorrer a crimes hediondos para sujeitar esposa e filha, e lavar sua honra. É nas atitudes de paroxismo que a autoridade patriarcal mostra sua fraqueza na segunda metade do XIX (Idem: p. 385, 461-62 e ss).

Influenciado pelo romantismo, as cenas romanescas têm sabor de crônica minuciosa, mas não de realismo. Entretanto, na descrição das cenas mais prosaicas, o autor busca a precisão: uma escrava doméstica seria desperta de seu sono sobre uma esteira velha de periperi, aos gritos e "com um vigoroso ponta-pé", mal vestida com um "xale de lã sujo e esburacado", erguendo-se "logo de um salto, como habituada àquela espécie de despertador." (Idem: pp. 215-16) Trata-se de uma escrava para todo o serviço.

Enquanto Vilela põe criadas como agentes condicionantes da trama, Theotônio Freire situa uma costureira como personagem principal de *Passionário*. Lúcia, entretanto, inicia o romance como costureira e mulata, mas após um constante investimento moral e cultural, transmuta-se completamente em Senhora, adotando o *ethos* burguês de suas freguesas. Estuda a língua vernácula e o francês, adquire as etiquetas das mulheres para as quais costurava, adorna sua virgindade e beleza para regenerar o homem branco que desejava apenas possuí-la pela luxúria, como amante (FREIRE: 2005, p. 95, 158). Imagens invertidas: a costureira de origem social e racial inferior, nobilitada por esforço próprio (com auxílio da profunda religiosidade), civiliza o homem branco decaído e de "instinto grosseiro" (Idem: pp. 154-55).

O autor, em texto marcadamente religioso e espiritualista, constrói uma das raras representações literárias de uma mulata casta. Nada aqui que lembre as mulatas luxuriosas, reforçando o mito da mulata como "tipo anormal de superexcitada genésica". Lúcia tinha tudo para cair na prostituição ou viver em relações consensuais. O inverossímil está menos no argumento que no estilo do narrador: o derramamento religioso, a transferência abrupta da cultura de elite para Lúcia (em menos de um ano já lia francês, tinha maneiras e falas nobres), a minimização da influência cultural do grupo de convivência da costureira. Seja como for, Theotônio foi original na composição: criou um tipo de mulata burguesa, angelical, redentora do branco imoral e arrogante em possuir mulheres de todas as cores, mas derrotado pela muralha de castidade da mulata, com quem terminou se casando.

Conclusão

Mário Sette, em sua vida, sempre buscou escrever como se salvasse o passado, as tradições, os valores sociais mais caros à aristocracia pernambucana. Com profundo sentido de historicidade, suas representações se pretendem fidedignas. Mas o historiador não deve se enganar: muitas vezes o texto de Sette diz menos o que aconteceu e mais o que ele gostaria que tivesse acontecido. Isso fica evidente em seu *Senhora de Engenho*. Em *Os Azevedos*, constrói uma representação muito particular das mudanças sociais e econômicas do Recife na passagem do XIX ao XX: mistura o saudosismo romântico aos fatos inexoráveis dos novos tempos. De Vilela, apesar da imagem de verdade que reputa ao texto, pode-se dizer que fez um registro verossímil a partir de um enredo bastante fantasioso. Há um substrato de realidade na composição do folhetim: uma análise menos rápida pode vir a mostrar um Vilela bastante atento aos valores aristocráticos e sua crise na segunda metade do oitocentos. Theotônio Freire, na contra-mão de todos, traz menos episódios cotidianos das criadas, e transfere toda a atenção do leitor a uma costureira ideal que logo se transmutará na mulher ideal: casta, honrada, instruída. Construiu um mito. Vale a pena comparar as costureiras miseráveis e sofredoras de Sette com a Lúcia de Theotônio que, não obstante sofra também, seu sofrimento é mais psicológico que social.

Bibliografia:

ALMEIDA, Magdalena. *Mário Sette: o retratista da palavra*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000;

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo. (org.) *História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998;

FREIRE, Theotônio. *Passionário e Regina*. Recife: Ed. do Organizador, 2005;

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006;

SETTE, Mário. *Romances Urbanos*. Recife: Ed. do Organizador, 2005;

_____. *Romances Rurais*. Recife: Ed. do Organizador, 2005;

VILELA, Carneiro. *A Emparedada da Rua Nova*. 4ª ed. Recife: Ed. do Organizador, 2005;

VILA NOVA, Sebastião. *A realidade social da ficção*. Recife: Massangana, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Discurso normatizador metropolitano e práticas civis de mulheres no século XVIII

Jeannie da Silva Menezes[1]

Resumo: Este estudo propõe um debate sobre o escrito nas representações gerais nas normas civis metropolitanas sobre as mulheres e o inscrito nas práticas registradas na documentação. É, por esta razão, também uma abordagem sobre mulheres que, no século XVIII, contrariaram com suas práticas, registradas numa documentação administrativa do Pernambuco colonial, o ideal de virtude e castidade. As representações serão aqui pensadas, a partir dos mecanismos para adaptar ao contexto colonial o direito elaborado na metrópole. Somamos também a idéia de que estas representações são também negociadas, entre grupos e personagens subalternos e aqueles que são investidos de poderes e de comando na sociedade.
Palavras-chaves: Colonial - Lei - Mulheres

Abstract: This study it considers a debate on the writing in the general representations in the civil norms metropolitans on the registered women and the enrolled one in the practical ones in the documentation. It is, for this reason, also a boarding on women who, in century XVIII, had opposed with its practical, registered in an administrative documentation of the colonial Pernambuco, the ideal of virtue and chastity. The representations here will be thought, from the mechanisms to adapt to the colonial context the right elaborated in the metropolis. We also add the idea of that these representations also are negotiated, between subordinate groups and personages and those that are invested of being able and of command in the society.
Key words: Colonial - Law - Women

Introdução

Entre os muitos modos de representar as tramas coloniais, neste trabalho, privilegiamos as determinações mais gerais para a condição civil feminina, contidas nos discursos normatizadores e algumas ações de mulheres que a partir dele foram encenadas de um modo particular. Nele investigo, as percepções de direito e de justiça na vida colonial, sob o olhar das relações que as mulheres construíram com as instituições naquela temporalidade.

Nosso horizonte documental seleciona dois grupos de fontes: um primeiro grupo, a legislação civil mais geral contida nas *Ordenações do Reino,* bem como nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*; e um segundo grupo, de origem administrativa, sintetiza-se em cartas de mulheres dirigidas ao rei.

[1]Mestre em História. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

Ligeiramente, abordaremos em primeiro o debate historiográfico que privilegiou os espaços reclusos para a aparição das mulheres coloniais e as abordagens recentes sobre a história das mulheres. Em seguida a ele, extraímos alguns tópicos que representaram, a nosso ver, as condicionantes civis das mulheres no Livro V das Ordenações e na regulação do matrimônio contida nas primeiras constituições eclesiásticas para a Colônia. Por último, àquelas representações que teriam reforçado a passividade feminina naturalizada pela historiografia, reunimos as práticas civis que indiciam uma atuação mais destacada das mulheres no espaço colonial.

Papéis institucionais das mulheres na historiografia

Em um artigo sobre 'O motivo edênico no imaginário social brasileiro', José Murillo de Carvalho, sintetiza o espaço colonial como naturalmente concebido nos relatos quinhentistas e seiscentistas em visões edênicas da paisagem e em costumes transgressores dos homens. Aquelas imagens da Colônia teriam sido, desde então, celebradas pela historiografia do século XIX que teria afastado as mulheres do papel de protagonistas da história colonial, seguida por uma outra que no século XX reservou para elas papéis encenados tão somente no grupo familiar.

Como obras que trataram especificamente das mulheres coloniais, 'A mulher na Expansão Ibérica' e 'Casa Grande & Senzala' ficaram como contribuições referenciais para a história das mulheres no Brasil. Naquelas obras, os contingentes femininos foram referidos de forma generalizada e, em resumo, fora da vida doméstica, da família e do casamento, as falas das mulheres pareciam não terem sido proferidas no "theatrum mundi" da Terra Nova.

Mary Del Priore, em um dos artigos organizados por Laura de Mello e Souza, na 'Historiografia Brasileira em Perspectiva' nos alerta para esta questão e cita que "as teses defendidas sobre as questões que envolvem a mulher, incidem mais sobre a história da família, do casamento ou da sexualidade do que sobre a mulher" (PRIORE, 2001: p. 226). Uma historiografia recente em suas análises da sexualidade e do trabalho, além dos limites que o lar doméstico parecia oferecer no século XVIII contribuiu para o reforço de outros papéis institucionais femininos, além dos papéis vinculados ao casamento.

Seguindo as novas temáticas em torno das mulheres coloniais, a carência de investigações sobre as posses das mulheres e o modo de transmissão de seus bens tem sido ressaltada pelos historiadores. Sobretudo, Maria Beatriz Nizza da Silva no artigo 'Mulheres e

patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial', publicado na Revista do Arquivo Nacional, em 1996, alerta para aquelas lacunas.

A abordagem institucional feminina a qual me refiro neste estudo, situada fora dos espaços reclusos do ambiente doméstico e conventual, diz respeito às representações das mulheres reelaboradas a partir do discurso normatizador civil e eclesiástico que resultaram nas práticas registradas numa correspondência administrativa que nos levaram a questionar algumas naturalizações da historiografia. Para realizar esta abordagem adotamos uma perspectiva que volta seu olhar para os novos encaminhamentos da história do poder e do social.

A nosso ver, sob a ótica das práticas sociais, outras percepções sobre poderes e constituição das elites coloniais são propostas na medida em que a historiografia é acrescida de novos temas, abordagens e objetos. Hespanha, em um estudo sobre a constituição das elites, repensa o político em meio à nova história do poder, a qual, para ele, contempla alguns desdobramentos que sintetizam nosso ponto de partida. Em um artigo recente, ele afirma que:

> *A primeira conseqüência há-de ser a de multiplicar os planos de emergência das elites, com a eventual conseqüência de trazer par a luz da observação histórica grupos de outro modo subalternos. O exemplo da mulher é, porventura, dos mais paradigmáticos. No conjunto habitual de planos de emergência das elites, as mulheres nunca se notavam. Não podiam deter cargos, raramente eram por si mesmas ricas, poucas vezes se destacavam pela cultura. Todos esses planos correspondiam, de fato, a mundos masculinos em que só vingavam as 'mulheres viris', a partir de qualidades que eram masculinas.* (HESPANHA, 2005: p. 41)

Partindo desta perspectiva de Hespanha, as imagens de submissão e passividade feminina no período colonial naturalizadas pela historiografia dos cronistas e pela historiografia brasileira até meados do século XIX, encontram hoje uma nova sensibilidade historiográfica disposta a ampliar os caminhos de abordagem da história das mulheres.

Estas novas possibilidades abertas para a expressão feminina na história, expõem espaços para as mulheres na ordem colonizadora, mais ainda, na ordem social da Colônia. Em territórios ainda pouco visitados pelos historiadores, como o das normas civis, nestes novos espaços as abordagens teimosamente insistem na descristalização das relações coloniais e da referida passividade.

Como vimos, a abertura do campo historiográfico para uma desnaturalização de conceitos tem proporcionado o reexame de muitas questões. As inovações ocorrem na medida em que novos olhares problematizam idéias naturalmente concebidas e proliferadas no discurso historiográfico. Personagens bem mais criativos e bem mais representativos na

sociabilidade colonial começam a aparecer em cenas do trabalho, de relações amorosas proibidas, enfim em papéis bem menos passivos do que sugerira a historiografia.

O civil, o eclesiástico e as representações das mulheres

Normalmente, as representações que enfatizaram a castidade e a passividade das mulheres na literatura portuguesa no século XVI e que serviram de referência para os séculos seguintes encontrar-se-iam sintetizadas em duas obras. Autores quinhentistas como João de Barros e Ruy Gonsalves no 'Espelho de Casados' e na obra 'Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais que o gênero masculino',[2] deixaram suas impressões sobre mulheres na sociedade portuguesa. A partir destas impressões, as representações elaboradas para as mulheres em instituições como o direito podem também ser pensadas.

De forma mais geral, a imagem que a mulher representava nos textos de direito comum europeu teve suas refrações próprias nas localidades onde ele foi aplicado, como foi o caso do direito português (HESPANHA, 2001: p.14). Outras noções embasaram o direito português, como a representação da inferioridade feminina, que foi reproduzida nos tratados clássicos e medievais, e teve o amparo do ordenamento eclesiástico. A condição de tuteladas era então justificada naquela representação que as tornava incapazes para os ofícios públicos e civis. Na Colônia, era a Igreja que oficializava os três principais atos da vida civil: o nascimento, o casamento e a morte e determinava os limites da civilidade feminina.

Naquele ordenamento, as mulheres dispunham de um estatuto próprio, assim como os órfãos. A condição civil das mulheres não é negada pela lei e em virtude da condição da tutela masculina que as acompanhava, a civilidade feminina também era resultante da masculina.

As condicionantes que instrumentalizavam as representações da civilidade na Colônia, tomavam como referência dois aspectos. O primeiro deles correspondia aos entrelaçamentos entre o civil e o eclesiástico, e deste modo, às atribuições disciplinadoras da Igreja que repercutiam no Estado e vice-versa. Um segundo aspecto estabelecia que as

[2] Citados por Sueli Almeida na tese de doutoramento intitulada *O sexo Devoto- normatização e resistência e resistência feminina no Império Português, XVI-XVII* e anteriormente citados por Maria Regina Tavares da Silva. O que se dizia sobre as mulheres. *Revista Oceanos.* Lisboa, n. 21, p. 81-88. janeiro/março p 81.

relações interpessoais de parentesco, amizade, apadrinhamento e suborno, ritualizaram a civilidade colonial, como afirma Schwartz.

O entrelaçamento entre as atribuições civis do Estado Metropolitano com o disciplinamento eclesiástico para as condutas individuais gerou noções de civilidade ancoradas nos princípios moralizantes do clero. Sobre este entrelaçamento cita Eliana Goldschmidth,

> *Determinações conciliares quanto ao casamento sacramental, monogâmico e indissolúvel (...) competiu ao Estado, desempenhando a Igreja, um papel auxiliador e atuando o Santo Ofício na função de controlar e castigar os transgressores. O poder Eclesiástico detinha a exclusividade absoluta sobre o matrimônio, legislando o poder secular sobre questões civis a ele referentes, tais como herança e emancipação, concentrando a inquisição nos desvios de caráter herético.* (GOLDSCHMIDT, 1998: 95)

Aparentemente, o poder eclesiástico era auxiliar do Estado, no entanto sua autoridade foi mais além desse papel, pois o destaque para o matrimônio implicou na ampliação dos braços do clero nas questões civis. Raymundo Faoro já destacava que ao promover o poder cível, o Estado português não tornou possível a superação deste pelo poder eclesiástico (FAORO, 1990: p. 65). Enquanto instrumentos gerais do Direito Metropolitano e Eclesiástico, as Ordenações do Reino e as Constituições do Arcebispado versam, respectivamente, sobre os modos de exercício deste poder e do disciplinamento das práticas sociais e civis.

A mulher ideal e virtuosa, além da obediência, teria como traços característicos: religiosidade, tolerância, prudência. Tal ideário representado nas mulheres virtuosas no meio social da Colônia guardava estreita relação com as condicionantes exigidas para os meios sociais e institucionais portugueses. A regulação da conduta feminina unia os propósitos da ordem colonizadora sob a vigilância de uma igreja disciplinadora.

Práticas civis de mulheres no Pernambuco do setecentos

Ao examinar uma documentação administrativa da Capitania de Pernambuco na primeira metade do século XVIII composta de cópias de manuscritos oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino sob a guarda do Laboratório de Pesquisas históricas - LAPEH – da UFPE, constatamos que muitas mulheres naquele contexto recorreram à administração com solicitações diversas pedindo o reconhecimento de suas propriedades e bens em geral, de tutelas, de reconhecimento de filhos, e de saídas ao reino.

Naquelas solicitações, requerimentos, pedidos, todos produzidos em grande número pela administração colonial há pistas para acessar o universo dos significados produzidos pelo direito na cena colonial. Aparece em destaque a atuação de grupos de mulheres que lutaram para sobreviver em virtude da ausência de seus tutores masculinos: maridos, irmãos, pais e filhos. Este grupo de mulheres escapou do interesse de cronistas, viajantes, e da historiografia do século XIX e suas práticas problematizam idéias naturalizadas sobre os contingentes femininos da colônia, tais como a passividade e os limites da reclusão. A problemática a ser discutida neste breve ensaio sugere um olhar mais detido sobre práticas como estas que extrapolaram os limites estabelecidos nos instrumentos normatizadores, possibilitando a aparição de mulheres nos órgãos de justiça e de administração, requisitando modos de sobreviver, em virtude da ameaça de declinar de sua condição social.

Através de falas indiretas, aqueles grupos de mulheres, a um primeiro olhar, contradisseram ou extrapolaram a condição de tuteladas, ou ainda, encontraram estratégias de adaptarem tal condição às suas necessidades de sobreviver. Elas recorreram a múltiplas estratégias de sobrevivência e tiveram alguma expressão por sua aparição pública reclamando direitos. Grosso modo, elas caracterizaram-se como personagens intermediárias, pelas relações que protagonizaram e pela categoria social que representaram, enquanto uma camada de mulheres aspirante à elite e às voltas com a possibilidade da pobreza e da marginalização social.

Para uma leitura do discurso normatizador aliado às práticas que a documentação sugere recorremos aos instrumentais instauradores do social na Colônia. No entendimento acerca da eficácia das normas civis naquele contexto, temos no século XVII o costume como um dos comandos da mentalidade portuguesa. Cita Hespanha sobre o direito e a prática judiciária em Portugal que, no século XVII, 85% dos casos eram regulados pelos padrões de conduta. Ele destaca a importância da norma particular e concluía que o privilégio era lei. (HESPANHA, 1993: p. 15). Esta situação poderia ser traduzida no contexto colonial sempre que as leis escritas não se adequassem às necessidades sociais. A uma primeira vista, a regra escrita na lei era superada por um costume que poderia se tornar regra, sobretudo, se socialmente aceito.

Vale ressaltar, que o costume ou a conduta socialmente aceita na Colônia dependia também do interesse e da confirmação régia para tornar-se regra, esta era, portanto, outra condicionante das normas civis.

Tal sociedade não dispunha de uma cultura letrada propriamente dita e, portanto, não teria encontrado na lei escrita um terreno eficaz para sua expressão. Seria este um outro

traço da civilidade colonial. Vale ressaltar que, o direito escrito também era minoritário em Portugal e o direito oficial era de natureza doutrinal, afirma Hespanha. Na verdade, a lei escrita tinha pouca expressão inclusive no contexto do reino, isto porque o direito popularizado ainda era o costumeiro no século XVIII. O que explica também a existência de leis gerais que não preenchiam as lacunas do ordenamento colonial nos desvios que se apresentavam.

Pernambuco e Minas Gerais certamente foram espaços nos quais os reclames contrários às leis metropolitanas foram freqüentes As trilhas da eficácia das normas civis nestes dois espaços certamente revelam muitas adaptações em virtude da importância que dispunham para os propósitos da colonização.

A expressão da lei fora dos espaços formalizados, teria sido um recurso amplamente utilizado pelos colonos para barganharem, negociarem seus direitos, e as práticas que encontramos registradas naquela documentação nos chamam a atenção para isto. Elas poderiam evocar o costume através da necessidade de sobreviver e empreender ações que a priori a lei escrita não permitia. Costume no singular para diferenciar dos costumes plurais, na perspectiva de Thompson que especifica as características da prática costumeira relacionada com o direito e a referência dos costumes de modo mais abrangente como "discretas sobrevivências" do passado (THOMPSON, 2002: p. 14).

As mulheres representavam nos espaços sociais da colônia um grupo especial justamente no âmbito das questões civis e, ao que nos parece, tiveram uma participação significativa na afirmação do costume no ordenamento social com suas práticas. Elas representaram com a "boa conduta" o ideal de civilidade na sociedade, e com suas práticas reelaboraram as determinações contidas nos discursos normatizadores.

Considerações finais

Para as mulheres de um modo geral nos espaços da colonização, uma produção significativa de documentos novos e de novos olhares sobre documentos já conhecidos, chama a atenção para a necessidade de investigações a partir de problemáticas atuais. Revisões na história das mulheres no Brasil, de um modo geral, têm trazido à tona outras possibilidades de estudo sobre elas. Este estudo se propôs a iniciar um debate sobre as representações das normas metropolitanas partindo de um primeiro olhar sobre uma documentação do Pernambuco colonial, e lançou algumas questões sobre as percepções e recepções do direito e da justiça na vida colonial. Sobretudo, abordou as mulheres que foram

além do ideário metropolitano de virtude e castidade, e através dos testemunhos deixados por elas questionamos certas cristalizações historiográficas sobre seus papéis supostamente passivos no meio social da Colônia.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sueli Creusa Cordeiro Almeida. Tese de doutoramento. *O Sexo Devoto – normalização e resistência feminina no Império Português, XVI-XVII.* Recife, UFPE, 2003.
FAORO, Raymundo. O*s donos do poder- formação do patronato político brasileiro.* Porto Alegre: Ed. Globo, 1990.
CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *O motivo edênico no imaginário social brasileiro.* Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 13, n. 38, São Paulo, out, 1998. p 63-79
GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista.* São Paulo: Annablume, 1998.
HESPANHA, Antonio Manuel Hespanha. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. *Modos de Governar-idéias políticas no Império português (sécs. XVI-XVII)*. São Paulo, Ed. Alameda, 2005.
_____. El estatuto jurídico de la mujer em el derecho comum clasico. *Revista Jurídica.* Madrid: Universidade Autônoma de Madrid. 2001. p 71-87.
_____. Da Iustitia à Disciplina – textos, poder e política penal no Antigo Regime. In: *Justiça e Litigiosidad: história e prospectiva.* Lisboa: Ed. Da Fundação Calouste Gulbenkian. 1993. P. 287-370.
_____. *As vésperas do Leviathan.*Lisboa: Pedro Ferreira Artes Gráficas, 1986
MONTEIRO, Rodrigo Bentes Monteiro. Família, soberania e monarquias na República de Jean Bodin. *Modos de Governar - idéias políticas no Império português (sécs. XVI-XVII)*. São Paulo, Ed. Alameda, 2005, p 235.
NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Mulheres brancas no fim do período colonial.* Congresso internacional, Lisboa, Universidade de São Paulo, Universidade Portucalense, 1994, p. 441-451.
NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. In: *Revista do Arquivo Nacional*, *Acervo*, 1996.
SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade colonial*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979. 327p.
THOMPSON, E. P. Thompson. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. 485p

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Participação, conflito e negociação: principais e capitães-mores índios na implantação da política pombalina em Pernambuco e capitanias anexas

Ricardo Pinto de Medeiros*

Resumo: O presente trabalho pretende, a partir de fontes manuscritas e à luz de estudos recentes sobre a política indigenista do período pombalino, analisar o papel que os principais indígenas tiveram no processo de implantação das modificações advindas com a imposição do "Diretório" e de sua versão local, a "Direção" para Pernambuco e suas capitanias anexas. Além disso, problematiza a importância que os capitães e sargentos-mores índios tiveram no processo de prisão, repressão, transferência e redução em vilas dos índios aldeados e dispersos do sertão.
Palavras-chave: Política indígena/ Política indigenista/ História colonial

Abstract: The present work intends, starting from manuscript sources and guided by recent studies on the indigenist politics of the Pombal period, to analyze the role that the natives leaders had in the process of implantation of the modifications, with the imposition of the " Directory " and its local version, the " Direction " for Pernambuco and its enclosed captaincies. Besides, questions the importance that the captains and "sargentos-mores" Indians had in the prison , repression, transfer and reduction in villas of the settlers and dispersed Indians from the interior.
Key-words: indigenous politics, indigenist politics, colonial history

O presente artigo pretende contribuir com algumas informações e reflexões sobre as mudanças ocorridas durante o período pombalino no que diz respeito à relação entre as políticas indígena e indigenista na região, tomando como base alguns eventos em que os principais indígenas, capitães-mores e sargentos-mores índios atuam na implantação e transformação das políticas orginalmente traçadas.

* Doutor em História - UFPE

A história dos povos indígenas na região que compreende atualmente o Nordeste brasileiro, assim como os de toda a América portuguesa, que em grande parte do século XVIII correspondia aos Estados do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil, foi profundamente marcada pelas transformações advindas com as reformas propostas durante o governo de D. José I (1750-1777), tendo como figura central do seu governo o seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1770). (BOXER, 1977; SILVA, 1988; MAXWELL, 1996; FALCON, 2001)

Neste sentido, uma série de medidas é implantada em relação aos povos indígenas nos seus domínios na América. A idéia agora era civilizar os índios, integrando-os na sociedade portuguesa, ao contrário da política anterior de segregação, que havia caracterizado a administração missionária, principalmente a jesuítica. (PERRONE-MOISÉS, 1992; ALMEIDA, 1997).

Uma série de trabalhos a partir da década de 20 do século passado tem apresentado análises mais locais sobre esta política, possibilitando perceber algumas semelhanças e diferenças na sua implantação. (BARICKMAN, 1995; SAMPAIO, 2001; SALDANHA, 2002; ALMEIDA, 2003; SILVA, 2003; PIRES, 2004; LOPES, 2005, COELHO, 2005)

Um dos elementos significativos observados na documentação pesquisada é que o cargo de capitão-mor nas vilas instituídas, aparentemente é sempre ocupado por índios, ao contrário dos diretores, que são sempre brancos. A análise realizada por Patrícia Sampaio para a região Amazônica, indica o mesmo padrão, o que, apesar das diferenças regionais, pode ser interpretado, conforme reflexão baseada na leitura da mesma, como uma forma de negociação política entre as lideranças indígenas e o poder colonial, reforçando-se a idéia da implantação da legislação pombalina como um produto da interação entre as políticas indígena e indigenista. (SAMPAIO,2001)

Segundo Rita Heloísa de Almeida, para o Estado Monárquico em Portugal, conceder patentes militares a índios responde à máxima do estabelecimento de alianças políticas com as populações que habitavam as terras conquistadas, instaurando um pacto de favores e lealdade que alicerçava a soberania .(ALMEIDA, 1997:255)

As medidas são tomadas praticamente todas ao mesmo tempo, e estão interligadas. Uma das primeiras, é um alvará de catorze de abril de 1755, que declara que os vassalos do Reino e da América que casarem com os índios, não ficarão com infâmia alguma, antes se farão dignos da atenção real e serão preferidos nas terras em que se estabelecerem e para os lugares e ocupações que couberem na graduação de suas pessoas. Proibia também que

os vassalos casados com índias, ou seus descendentes, fossem tratados com o nome de caboclos, ou outro semelhante, que pudesse ser injurioso.Em seguida, vem a lei de seis de junho de 1755, proibindo a escravidão indígena no Maranhão. Esta não só restituiu aos índios a sua liberdade, como também os seus haveres, assim como mandou levantar em vilas as aldeias que tivessem o competente número de índios. No dia seguinte, foi decretado o alvará que tirava a administração temporal dos missionários no Maranhão, passando-a para os governadores, ministros, e para os principais dos índios. (NAUD, 1971:255; COSTA, 1983:5)

Dois anos depois, baseado no argumento de que os índios eram incapazes de se auto governarem, é estabelecido no Pará, em três de maio de 1757 o "*Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*" pelo qual se introduzia a figura do diretor, que deveria administrar os índios enquanto estes não tivessem esta capacidade. Segundo este documento, o diretor deveria ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os índios. Entre as medidas a serem adotadas estavam: a proibição das línguas nativas e a obrigatoriedade da língua portuguesa; a proibição da nudez; a obrigatoriedade de morar em casas separadas; o combate ao alcoolismo, a obrigação que os índios tivessem nome e sobrenome, sendo escolhidos para tal, nomes de famílias portuguesas, enfim, toda uma série de medidas no sentido de anular a identidade étnica dos povos indígenas.

Em oito de maio 1758, a lei de liberdade de 1755 e o Diretório de 1757 são estendidos ao Estado do Brasil. Dez dias depois é criada, em Pernambuco, uma versão adaptada do Diretório do Maranhão: a "*Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas*." Nesta adaptação, alguns capítulos são idênticos, no entanto, são feitas algumas alterações. Entre estas, o incentivo à extração do gravatá e à pecuária, a proibição de serem tratados ou se tratarem entre si pelos termos cativo, caboclo e Tapuia e, de acordo com o parágrafo dezoito: "não consentindo o uso de aguardente mais do que para o curativo, e abolindo inteiramente o uso das juremas contrário aos bons costumes e nada útil, antes prejudicialíssimo à saúde das gentes". [1]

Em 14 de setembro de 1758, a Rainha enviou cartas ao governador de Pernambuco determinando que se transformassem em vilas as missões de Pernambuco e suas anexas administradas pelos jesuítas, que deveriam ser recolhidos ao colégio de Olinda. Em 19

[1] Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* XLVI, 1883, 121-171.

de maio de 1759, o ouvidor Geral Bernardo Coelho da Gama e Casco partiu para o Ceará para dar início à instalação das novas vilas de índios. (LOPES, 2005:100-124)

A preocupação em considerar as lideranças indígenas pode ser percebida na atitude tomada pelo governador de Pernambuco, que antes de enviar o ouvidor geral para as sete aldeias administradas pelos jesuítas nas capitanias do Ceará e Rio Grande, que deveriam ser erigidas em vilas, enviou correspondência aos seus principais para comparecerem ao Recife.

Em ofício do dito governador de Pernambuco ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, de 13 de junho de 1759 é possível perceber alguns detalhes da visita destes principais ao Recife e qual a visão política e estratégica que o governador tinha ao convidá-los e o porquê do tratamento dado aos mesmos. Na primeira correspondência informa que os convidou :"pelo fundamento de pessoalmente lhes destruir algumas sinistras impressões que receava lhes pudessem dar com que obstassem aos ditos estabelecimentos" Informa ainda que logo que receberam as cartas se puseram à caminho por mais de 300 léguas: "acompanhados não só dos dois, ou três mais inteligentes, que lhes pedia de cada uma, mas da maior parte dos oficiais que voluntariamente os quiseram seguir*"*. Os índios chegaram no dia 29 de maio de 1759, e eram mais de cem. O governador relata que decide convidar os mestres de campo da Serra da Ibiapaba e da Parangaba(posteriormente Arronches) para jantar no dia do aniversário do rei:

> *"Convidei a D. Felipe de Sousa e Castro, mestre de campo da Serra da Ibiapaba, hoje Vila Viçosa Real para jantar comigo, tanto por ser o principal chefe a quem sete ou oito mil almas que domina, respeitam com inteira obediência, como por se achar condecorado com o hábito de S. Iago, e o mesmo pratiquei com o da Parangaba, João Soares Algodão por motivos de igual qualidade, ainda que não de tanta força por ser menos numerosa a aldeia, que governa, aos quais dei a cada um, um vestido, e para a mulher do primeiro um corte de seda (...)tudo por me parecer justo distingui-los e contenta-los afim de que os outros lhes conservassem respeito, e os povos, vendo que eu lhe atendia, os tratassem com decência: maiormente quando ambos tem comprovado em todas as ocasiões que se tem oferecido do Real Serviço per si, e seus antecessores, ações qualificadas de valor e exemplares mais fortes da fidelidade".*[2]

Os conflitos de interesse entre as liderenças indígenas e a nova ordem que se queria implantar, ficam claros durante a estadia no Recife. O mestre de Campo da Serra da Ibiapaba, reinvidica direitos de cobrança de impostos e posse de terra. É interessante observar que o governador não cede na questão da cobrança dos impostos, mas permite uma

[2] Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando que os principais das aldeias reduzidas em vilas, estiveram em sua companhia, para tomarem as instruções devidas. Recife, 13 de junho de 1759 AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7284.

distribuição especial das terras, o que é um exemplo interessante da interação entre as políticas indígena e indigenista no momento em questão:

> *"O dito mestre de campo D. Felipe de Souza se houve com tal bizarria , que na minha presença, cedeu toda a civilidade, que lhe provinha das potaba, que cobrava como principal da Ibiapaba, as quais consistiam em meia pataca que lhes passava cada índio, que saía a comboiar gados por todo este continente, sem que fosse preciso mais, que dizer-lhe que não era justo, que ele percebesse contribuições daquelas mesmas pessoas, de quem El Rey Nosso Senhor como legítimo soberano os podia cobrar, e não levava. O mesmo me representou que para sustentar com decoro correspondente ao posto, e honras com que Sua Magestade Fidelíssima o havia distinguido, se lhe fazia preciso o dito senhor lhe conservasse uma fazenda de gado, que possuía com duzentas cabeças e lhe desse terra para estabeleceu outra afim de que pela utilidade de ambas se pudesse decentemente entreter e a sua família sem extorquir dos seus súditos porção alguma de que se prevalecesse, por não querer nesta parte incorrer na justa indignação do mesmo senhor vista a honra que lhe fazia em determinar fossem tratados com os mais portugueses, e segundo as graduações dos seus postos. Confesso a Vossa Excelência que esta rogativa me pareceu tão justa, unida a reflexão da muita terra que há na Serra da Ibiapaba, que me não pude dispensar de avisar ao Ouvidor Geral a que lha desse, além da porção, que lhe toca pelo diretório(...)Outros acho que me pediram o mesmo a respeito de menores porções de terra que compraram com o seu trabalho, em que faziam as suas plantas e entretinham algumas cabeças de gado, que ganharam nos serviços que fizeram entre os brancos e como entendi, que pelo benefício da cultura não deviam ser de pior condição, antes era justo premiar a atividade de a fazerem, (...) ordenei ao dr. Ministro, que além das que tivessem bem fabricadas, e povoadas lhes desse as que lhe tocam pelo Diretório, querendo-as, e sendo-lhes precisas em quanto o mesmo sr. não mandar o contrário".*[3]

Após este primeiro momento, que se dirigiu especificamente às aldeias administradas pelos jesuítas, a responsabilidade pela ereção das vilas e povoados foi atribuída pelo governador de Pernambuco ao juiz de fora, Miguel Carlos de Pina Castelo Branco que ficou responsável por 23 aldeias nas capitanias do Ceará, Paraíba e Pernambuco e ao ouvidor geral das Alagoas, Manuel de Gouveia Alvares, que ficou responsável por 24 aldeias da região sul da Capitania de Pernambuco, onde estavam localizadas as missões dos franciscanos e dos capuchinhos italianos, que também foram expulsos das suas missões e os seus bens inventariados e vendidos, tendo o fruto da venda sido aplicado nas vilas e povoações criadas.

É interessante observar que nos sertões da região em análise, além das aldeias existentes, havia ainda grupos indígenas que não estavam aldeados, vivendo ou tendo voltado a viver de "corso", tendo sido fundamental para a ação do ouvidor geral das Alagoas na parte que lhe coube, o trabalho anteriormente realizado pelo sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, personagem fundamental no processo de implantação da ordem pombalina nos sertões do São Francisco.

[3] Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, informando que os principais das aldeias reduzidas em vilas, estiveram em sua companhia, para tomarem as instruções devidas. Recife, 13 de junho de 1759 AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7284.

Logo em seguida às ordens recebidas do governador de Pernambuco, o dito sargento-mor escreve do Ararobá ao Capitão Mor do Piancó Francisco de Oliveira em fevereiro de 1760, solicitando brancos e índios para a empresa que estava iniciando:

> *"É preciso que vossa mercê dessa parte do Piancó faça por prontos até trezentos homens capazes de guerra moços os mais robustos, acostumados a entrar nos matos municiados de munições de guerra e balas e armados das melhores armas e entre elles alguns índios dos mais fiéis e valorosos que houverem nesse distrito armados de seus arcos e flechas quando não tenham boas armas de fogo,"*[4]

A participação de capitães mores índios nesta nova bandeira ao sertão é intensa. O sargento-mor envia correspondência para capitães-mores de várias aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas, solicitando ajuda na luta contra o gentio rebelado. A correspondência de Jerônimo Mendes da Paz com capitães mores índios da capitania da Paraíba serve como exemplo para entender a participação de indígenas no processo de implantação da ordem pombalina no sertão nordestino.

Em carta de 02 de julho de 1760, o sargento-mor escreve do Alojamento das Flores da Ribeira do Pajaú, no sertão da Capitania de Pernambuco a Frutuoso Barbosa da Cunha, capitão mor dos índios da nação Icozinho, localizada no sertão da capitania da Paraíba:

> *"E assim me parece dizer a vossa merce, e por esta ordenar-lhe que faça logo voltar todos os soldados que se retiraram e fugiram vergonhosamente da bandeira do Piancó e busque que até encontrar os Xocós, os Oguêz, ou Pipipans, ou Humans, ou Caracuis, (...)que lhes não hei de fazer mal; por que eu não venho mais que a reduzi-los por bem à obediência de nosso rei, e pô-las em estado de eles gozarem das muitas felicidades que lhe quer logrem todos os seus vassalos e muito principalmente os indios a quem o nosso rei quer muito bem. Porem se eles não quiserem obedecer os prenda a todos e os traga a minha presença nesta Ribeira do Pajaú.(...) se recear que sejam muitos ajuntem-se com os Panatis, ou Pegas, ou com a gente do rio de São Francisco, ou com qualquer outra bandeira."* [5]

Dois dias depois, ordena também a Pedro Soares de Mendonça, sargento-mor dos índios da mesma nação, que com sua gente auxiliem no combate aos índios das nações Xocós, Oguês, Mangueses, Pipipans, Umans e Caracuis, desde Santa Luzia e cabeceiras do Rio Piranhas, no sertão da Capitania da Paraíba até o rio Pajau, no de Pernambuco, e recomenda que os Icós soldados não cometam mortes, nem crueldades, nem maltratem os presos, nem façam agravos aos moradores onde passarem e nem causem prejuízos nos gados e lavouras.[6]

[4] Carta de Jerônimo Mendes da Paz para o capitão mor do Piancó Francisco de Oliveira Ledo. Ararobá, 19/02/1760, ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, f. f.100/100v

[5] Carta de Jerônimo Mendes da Paz para Frutuoso Barbosa da Cunha Capitão Mor dos índios da nação Icozinho. Alojamento das Flores da Ribeira do Pajaú, 2 de julho de 1760, ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, f. f. 115

[6] Copia da ordem passada por Jerônimo Mendes da Paz a Pedro Soares de Mendonça sargento Mor dos indios da nação Icozinho da Aldeia de Santa Luzia. Alojamento das Flores, 4 de julho de 1760, ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, f. 116

Em nova carta escrita da Povoação de Belém de São Francisco em setembro de 1760 ao governador de Pernambuco, o sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz informa a chegada do capitão-mor Francisco Gomes de Sá com umas presas que havia feito em uma grande maloca dos Ohês que tinha como governador um índio chamado Antonio Preto – Sargento-mor da missão do Brejo que há anos havia fugido e que foi morto no conflito..[7]

A rebeldia destes capitães mores pode ser percebida na carta do governador de Pernambuco ao diretor da Aldeia do Panati, no sertão da capitania da Paraíba em 04 de junho de 1761:

> *"fico no conhecimento da pouca obediência e grande desarranjo em que se acham os índios desta missão, pela desordem em que estavam criados e mau procedimento do capitão-mor, e outros oficiais seus parciais, e como as circunstancias que pondera a respeito das conseqüências que receia, se originam de prender os cabeças do referido desmancho, atendendo ao estado presente em que se acham, podem servir de obstáculo a fazer-se diligência descoberta, se faz necessário usar do caminho da indústria para se alcançar a separação dos perturbadores, o que se facilita, mandando a V.M. o dito capitão mor e mais os motores do seu séqüito a esta praça com carta de recomendação em que diga são os primeiros para os empregos e como tais vem dar juramento de suas patentes e instruir-se das novas ordens de Sua Majestade Fidelíssima, para saber o que há de praticar com acerto, sem que na dita carta inclua outra alguma circunstância de que possa presumir se procura proceder contra eles, ou deixa V.M. de se interessar verdadeiramente a seu respeito. Para que eles não repugnem a este meio lhes lembrará que a criação das ditas vilas que se formarem tem procedido virem receber as ditas instruções os cabos mais distintos delas, como praticou D. Felipe de Souza Mestre de Campo da Ibiapaba, hoje Vila Viçosa Real, Algodão e todos os mais, o que lhe não pode deixar de ser manifesto, da mesma sorte, que a atenção que tive com eles de os socorrer, para as despesas do caminho, quando se retiraram."* [8]

Assim, tentou-se provar que na região em análise, as lideranças indígenas(principais, capitães-mores e sargentos-mores índios) não foram meros expectadores da implantação da política indigenista, tendo com suas ações e reações, ou seja, através da política indígena, influenciado de maneira ativa na implantação da legislação do período pombalino.

Bibliografia:

BOXER, C.R. A ditadura pombalina e suas conseqüências (1755-1825) in: BOXER, C.R. *O império Colonial Português*: textos de cultura portuguesa. Lisboa: Edições 70, 1977;

[7]Carta do Sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz ao governador de Pernambuco Povoação de Belem de S. Francisco. 09/09/1760, ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, f. 133-145

[8]Carta do governador de Pernambuco Luiz Diogo Lobo da Silva ao sr. Manoel Álvares Vianna diretor da Aldeia do Panati.Recife, 04/06/1761. BN - I - 12,3,35, f.65/66v

SILVA, André Mansui-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808. In: BETHELL Leslie. (org.) *História da América Latina*.vol I. São Paulo: Edusp, 1988;

FALCON, Francisco C. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José. (org.) *História de Portugal*. Bauru,SP: UNESP/ Lisboa: Instituto Camões, 2001.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar*: um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798).São Paulo: Universidade de São Paulo –Programa de Pós-Graduação em História Social (tese de doutoramento), 2005.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*. Um projeto de "civilização" dos índios do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da Legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, Manuela C. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BARICKMAN, B.J. "Tame indians" , Wild Heathens", and settlers in southern Bahia in the late eighteenth and early nineteenth centuries.*The Americas*, 51:3, p. 325-368, january 1995

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos*: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c.1823.. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado)2001

SALDANHA, Suely Maris. *Fronteiras dos Sertões*: conflitos e resistência indígena em Pernambuco na época de Pombal. Recife: Universidade Federal de Pernambuco(dissertação de mestrado), 2002

ALMEIDA,Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*:identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande*: dinâmicas locais sob o diretório pombalino. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Tese de doutoramento), 2003

PIRES, Idalina Maria da Cruz. *Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial*: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas, 1757-1823. Recife: UFPE-Programa de Pós-Graduação em História (Tese de doutoramento), 2004

LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade*: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Recife: UFPE-Programa de Pós-Graduação em História (Tese de doutoramento), 2005

NAUD, Lêda Maria Cardoso. Documentos sobre o índio brasileiro (1500-1822) In: *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, vol. 8, n.29, 1971.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Vol 5. Recife: FUNDARPE, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O imaginário científico sobre o corpo construído pela mídia a partir de 1950

Célia A. Rocha*

Resumo: Este texto é parte de um projeto de pesquisa que visa compreender as mudanças das representações sociais acerca do corpo, na segunda metade do século XX, a partir da análise da mídia impressa. Entendemos que a contínua e acelerada mudança tecno-científica impactou profundamente os corpos na sociedade contemporânea, cuja construção acontece pela vivência da tecnologia e da veiculação de representações construídas pela grande imprensa. Visamos pensar o aumento exponencial do uso da tecnologia na reconfiguração dos corpos e da vida na contemporaneidade, cujas conseqüências afetam a sociedade em relação às categorias de classe, gênero e raça. Nesse sentido, buscaremos compreender o corpo a partir das relações entre saber e poder, por isto, nossa intenção é investigar este conhecimento de dimensões extraordinárias e perigosas, através de uma atualização do conceito de biopoder do filósofo Michel Foucault.
Palavras-chave: corpo, tecno-ciência, biopoder.

Abstract: This text is part of a research project aiming at understanding the changes in social representations concerning the body, during the second half of the XX century, based on the analysis of the printed media. We understand that the continuous and accelerated techno-scientific changes have had a deep impact on human bodies in the contemporary society. This occurs through the experiencing of technology and what is built up by the mass media. We intend to think of the exponential augmentation of the use of technology in the reconfiguration of human bodies and life in contemporaneity whose effects influence class, gender and race in our society. In order to do so, we will try to understand the body through the relationship between knowledge and power. Therefore, our intention is to investigate this knowledge of extraordinary and dangerous dimensions through the updated use of Michel Foucault's concept of biopower.
Keywords: body, techno-science, biopower.

Este texto é fruto de uma pesquisa que parte do pressuposto da categoria corpo-objeto[2], como instrumental múltiplo de inscrição tecnológica e científica e através também da compreensão do corpo como uma construção histórica e cultural, sobre a qual, articulam-se diferentes discursos e saberes científicos e tecnológicos. Nossa análise se centrará nas representações de corpos e práticas construídas por duas revistas de grande circulação no país durante a segunda metade do século XX e terá como hipótese de trabalho a reconfiguração

* Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista da CAPES – PIQDTEC.
[2] MERLEAU-PONTY, 1999. *Passim*.

corporal pelo discurso técnico-científico. No caso deste estudo, os meios de informação de massa escolhidos como fonte de pesquisa foram as revistas de publicação semanal: Manchete (1952-1968)[3] e Veja (1968-2006).

Entendemos que os avanços advindos deste conhecimento tecno-científico 'corporificam ou reconfiguram o corpo' através de uma lógica que transforma tanto a nossa maneira de ver/sentir o corpo, quanto nosso posicionamento perante o outro e o mundo. Principalmente se considerarmos que a ciência é considerada como o paradigma de conhecimento que detém a verdade acerca do homem e do mundo. Assistimos a uma redefinição antropológica da condição humana, quando na contemporaneidade todos os processos humanos são coisificados pela hiperbiologização do homem e sua realidade é progressivamente mediada pela tecnologia. No discurso tecno-científico contemporâneo há uma insatisfação ou um desconforto com o humano, levando-nos ao pós-orgânico, ao pós-humano, proporcionados por uma potencialidade de atividades. A visão do homem-máquina é cada vez mais acentuada, visando sua re-construção, sua re-modelação. Desta forma, entendemos que o conhecimento tecno-científico modifica a corporeidade dos seres humanos, sendo este processo também uma forma de educar os corpos na sociedade. Por este motivo, nossa proposta de investigação ancora-se no campo da corporeidade, pelo fato de entendermos que é no corpo que se aplicam as mais diversas tecnologias de poder.

É Foucault quem diz que o controle da sociedade se faz também pelo corpo e com o corpo. O poder, segundo Foucault (1988, p. 131), desenvolveu-se concretamente a partir do século XVII e pode ser traduzido através de dois modos: o primeiro entende o corpo enquanto máquina, nesse caso, garantido pelo poder implícito nas formas disciplinares de tratamento dadas ao corpo. Pode-se dizer que houve uma anatomia-política do corpo. A partir da segunda metade do século XVIII, forma-se um novo modo de poder ou o que Foucault chama de biopoder. Este biopoder é localizado no corpo-espécie e garantido pelas intervenções e controles reguladores, que são traduzidos por estratégias biopolíticas aplicadas à população. Para Foucault estas são duas formas de poder diferentes, com origens distintas, mas que não se excluem. Pelo contrário, se o poder disciplinar em um determinado momento tinha poder de esquadrinhar, desarticular os corpos, em um segundo momento, constitui-se, assim como o poder aplicado ao corpo-espécie, em um modelo, cuja função, assenta-se no investimento total sobre a vida. Entretanto, enquanto o primeiro liga-se a um poder individual centrado no corpo, o segundo associa-se a mecanismos globais de regulação centrados na vida. Na época

[3] Nossa análise será feita até 1968, mas é necessário esclarecer que a Revista Manchete foi publicada no período de 1952 até meados do ano 2000.

clássica, o gerir a vida passa a ser o centro da questão de poder com o objetivo de sujeitar e controlar os corpos da população, sendo as noções de anatomia-política e bio-política técnicas desse poder, utilizadas pelas diversas instituições da sociedade.

Diferentemente do poder disciplinar, cujo princípio geral era representado pelo modelo do *Panopticon*[4], onde prevalecia o regime individual disciplinar, o biopoder tem como função gerir e controlar tudo aquilo que é múltiplo, a população, não mais em espaço vigiado e fechado, mas em espaço aberto. Este é um modo de poder centrado no corpo espécie, na regulação da vida, que tinha como preocupação questões relativas à proliferação da sociedade, natalidade, saúde, longevidade, em suma, tinha os processos biológicos do ser humano como suporte. Todos esses processos sofrem intervenções e controles reguladores e é o que Foucault chama de uma biopolítica da população.

Inúmeros estudos debruçaram-se sobre diversas instituições, grupos sociais, nas mais diversas épocas, no intuito de analisar os dispositivos de poder presentes. Na cena contemporânea também é possível esta análise, mas através de uma atualização da questão do biopoder, como determinante das biopolíticas, tendo em vista as novas descobertas da técnica e da ciência, aplicadas à vida, ao corpo, à população, ao homem enquanto espécie.

Este novo horizonte tecno-científico coloca algumas questões de suma importância, como por exemplo, o futuro da espécie humana frente os avanços da biotecnologia e da engenharia genética, a nova representação humana frente ao desenvolvimento da tecnologia da informática e da comunicação, a vida humana em meio aos objetos técnicos[5]. Uma das possíveis atualizações do biopoder pode ser vista através das reflexões feitas por Paul Rabinow (2002), que discute as mudanças de nossas práticas de vida e éticas sociais com o avanço do projeto Genoma. Ele considera essas práticas de vida e a remodelação da sociedade os lugares mais potentes de novos saberes e poderes. O eugenismo é uma de suas preocupações, pois projetos anteriores foram embasados em metáforas biológicas. Através da nova genética, novas identidades e novas práticas individuais e grupais poderão surgir.

Isto é o que Rabinow chama de biossociabilidade, gerada pelo esquadrinhamento genético possibilitado pelas novas tecnologias. Em todo caso, é possível afirmar que este saber fazer ressurgir ou redefinir antigas questões envoltas de ódio e violência, como é o caso

---

[4] *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Cf. FOUCAULT, 1974, p. 69.

[5] Mesmo sendo certo que a cultura humana sempre esteve em meio aos objetos técnicos, estamos enfatizando a potencialidade da tecno-ciência contemporânea, acreditamos que isto confere um outro sentido entre a relação homem e técnica.

do racismo. Este exemplo é atual e busca prever um futuro próximo, mas que nos ajuda a pensar historicamente na tecnologia, como determinante de nossas vidas, de nossa existência. E também que nos faz questionar sobre nossa história: como os corpos foram construídos levando-se em conta a interferência cotidiana da técnica e da ciência?

Se entendermos que hoje a técnica é um elemento fundamental da cultura, fica mais fácil compreender que esta questão não é, por exemplo, apenas dos geneticistas ou dos filósofos, pela ótica da ética, mas também, talvez sobretudo, da educação. Nossa vida é marcada pela técnica. A técnica está em tudo e em todos os lugares, seja através dos instrumentos, das máquinas ou inserida no próprio corpo. A técnica e a tecno-ciência caracterizaram e caracterizam, mantiveram e mantêm a sociedade, cujo poder foi e é baseado na disciplina, na força, na capacidade de manipulação do simbólico e com a potencialidade da tecnologia baseia-se cada vez mais na capacidade de controle.

O exercício do poder e o controle da sociedade sobre o corpo não advêm apenas da tecno-ciência, mas também da divulgação científica deste conhecimento para o público leigo. Com este estudo pretendemos investigar representações acerca do corpo, com base no complexo da tecno-ciência, construídas pela mídia. Entendemos que o veículo midiático mais propício para esta análise é aquele caracterizado como 'grande imprensa', por este motivo, escolhemos, como fonte da pesquisa, revistas semanais impressas, editadas a partir de 1950, são elas: Manchete(1952-1968) e Veja (1968-2006).

Estas revistas[6] não podem ser consideradas revistas especializadas em divulgação científica, mas podemos considerar que elas exerceram (e no caso da revista Veja, ainda exerce) forte influência no imaginário social sobre a ciência. Como veículos de comunicação, estas revistas interferem na visão de mundo das pessoas, ajudando-as a formar conceitos, que estruturam percepções, comportamentos e compreensões. Além de divulgar a ciência, estas revistas podem ser vistas também como uma potente forma de 'educar' e/ou conformar os corpos na sociedade. Desta forma, escolhemos estas revistas por entendermos que elas participam efetivamente da construção e veiculação de sentidos na sociedade. Estas revistas

[6] Tanto a revista Manchete, quanto a revista Veja são revistas semanais e de circulação nacional. De acordo com ANDRADE & CARDOSO (2001), a revista Manchete não revelava suas tiragens, a estimativa de publicação era feita através da capacidade de produção das máquinas. No início, por volta de 1950, sua tiragem era de 200.000 exemplares, posteriormente, de acordo com o depoimento de Bloch, sobre a capacidade das máquinas rotativas, estimou-se que a tiragem era de 800.000 exemplares. A revista Veja, por sua vez, segundo Augusti (2005), foi lançada com uma tiragem de 700.000 exemplares, entretanto, segundo ele, as vendas em 1968 giravam em torno de 100.000 a 150.000. Porém, no mesmo período a produção caiu para 70.000 exemplares; em 1972 caiu para 40.000 exemplares (segundo Augusti, há fontes que indicam que as vendas neste período caíram para 19.000 exemplares). A partir de 1976, a revista Veja volta a ampliar o número de exemplares e alcança a vendagem de 170.000 exemplares por semana; em 1978, aumenta para 250.000 exemplares por semana e no início dos anos 80, alcança um total de 400.000 exemplares por semana. Atualmente sua tiragem é superior a um milhão de exemplares.

atuam como meios de formação e de informação sobre a vida, o corpo, a ciência, sobre modos de ser e viver, desde que se entenda o processo de educação a partir de uma concepção mais ampla, que considere o estatuto pedagógico da mídia e o modo como operam seus dispositivos.[7]

A Manchete era uma revista semanal de fatos diversos, com estilo moderno, cuja inspiração adveio da ilustrada parisiense "*Paris Match*". Andrade e Cardoso (2001), no estudo realizado sobre a Revista Manchete no período entre 1952 a 1962, afirmam que esta revista contribuiu para a formação de uma mentalidade científica na história da ciência no Brasil.[8] Acreditamos que a Revista Veja[9] também contribuiu e contribui na formação de uma mentalidade científica. Realizamos, no primeiro semestre de 2006, um levantamento do material a ser pesquisado, no sentido de perceber a viabilidade do projeto. A partir desta pesquisa diagnóstica, podemos inferir que a Revista Veja ocupa-se de conteúdos científicos extremamente importantes. O grande problema e que também de certa forma justifica nossa escolha, está no tratamento da temática. Esta revista se apóia em referências científicas legitimando não só o conhecimento científico, mas também sua abordagem de questões complexas, como as de gênero, sexo e raça. Outra questão diagnosticada foi o discurso celebrativo da ciência o que reforça a crença que a ciência é a única instância da sociedade que detém a verdade acerca do conhecimento. Numa trama que envolve imagens e palavras, o corpo muitas vezes é figura central, onde texto escrito e imagético fundem-se em uma perfeita harmonia no jogo do convencimento.

A divulgação da ciência realizada por essas revistas envolve também o modo como os jornalistas interpretam as informações e seu público alvo, o modo como o público percebe e recebe as informações e abordagens e ainda de que modo esse mesmo público interage e transforma o conhecimento assimilado e divulgado. Como a ciência é um dos temas mais explorados pelos meios de comunicação de massa na contemporaneidade, sua divulgação é mediada, portanto, recontextualizada antes de ser divulgada. Este fenômeno

[7] A partir desta afirmação é importante o esclarecimento de que este trabalho não toma as revistas como objeto de estudo. Nossa busca é investigar o corpo e sua relação com a potencialidade da tecnologização da vida cotidiana.

[8] Sobre a divulgação da ciência/tecnologia no período compreendido entre 1952-1962, apesar de não haver uma seção dedicada à ciência, esta divulgação aparece em reportagens exclusivas, pequenas notas e pequenos registros feitos em seções de fatos diversos. O discurso e linguagem foram apropriados do fotojornalismo – as matérias acompanhadas por fotos ocupavam a página inteira ou quase 70% dela –, isto facilitava o entendimento do que estava sendo divulgado para o público leigo e distante da atividade científica e tecnológica. Cf. Andrade e Cardoso (2001).

[9] Augusti (2005, p. 80) apresenta um panorama dos leitores da Revista Veja: "5.000.000 (em média, 4 leitores por exemplar); 940.000 têm carteiras de assinantes; 52% são mulheres; 68% (3.415.000) pertecem à classe A e B; 47% têm entre 20 e 39 anos; 55%* têm nível superior; 80%* têm casa própria; 80%* têm automóvel no lar; 51%* têm TV a cabo. (*) Base: leitores/adultos classe AB acima de 18 anos. Obs: (números de out. 2002, fornecidos por Veja, via e-mail, em 07.jun.2005 – Fontes: Estudos Marplan)".

envolve poder, na medida em que envolve produção de sentidos pelo veículo que realiza a divulgação.

Como afirma Baczko, a emissão e controle dos discursos depende dos avanços dos meios de comunicação de massa que asseguram a circulação de informações e imagens. Este autor ainda observa que, um único emissor, através dos meios de comunicação de massa, pode alcançar uma audiência incalculável. Outra questão a ser observada em relação aos meios de comunicação de massa é que, estes podem amplificar de modo extraordinário as funções dos discursos e dos imaginários que veiculam (BACZKO, 1985, p. 313). Por isto, a categoria do imaginário será essencial em nossa investigação. Acreditamos que este trabalho nos ajudará a refletir sobre questões como esta, a partir do momento que problematiza a popularização de um dos conhecimentos que mais atinge as pessoas – o conhecimento acerca do corpo humano. Estes avanços tecno-científicos nos forçam a repensar o corpo, suas possibilidades e nossas práticas.

Na sociedade contemporânea, a mídia tem o poder de criar representações e práticas sociais acerca do corpo, que, além do conteúdo específico da ciência, abrangem questões relativas ao gênero, à sexualidade, ao racismo e à humanidade de uma forma geral. Diante disto nos perguntamos: qual a influência das biotecnologias nas representações e nas práticas sociais em relação às categorias de raça, classe e gênero na sociedade contemporânea? Neste sentido, uma das questões em pauta neste estudo, refere-se ao eugenismo, e se as novas biotecnologias engendraram a retomada de um projeto eugênico de sociedade. Pois a tecno-ciência, modifica nossas vidas, nossos corpos, ao produzir um conhecimento que arregimenta, na medida em que 'avança' e a cada época, novas sensibilidades em relação às noções de gênero, de sexo e de raça. Produz novas formas de comportamento, novos valores, novos sentidos atribuídos ao mundo, à sociedade e a nós mesmos.

Portanto, nos interessa, neste estudo, perceber a formação de um imaginário científico sobre o corpo. É por isto que neste trabalho, não nos interessa apenas a divulgação científica sobre o corpo, mas também a divulgação de todo o complexo da tecno-ciência, no qual o corpo está inserido. Perceber o corpo neste contexto pode nos ajudar a entender também a legitimação da ciência em nossa cultura, assim como, pode ajudar a entender melhor a sociedade através dos corpos.

Como parte de um projeto de pesquisa, o presente estudo tem uma perspectiva histórica, baseada na abordagem qualitativa da identificação, análise e interpretação das representações a serem investigadas com o objetivo de compreender a formação de um

imaginário científico acerca do corpo, a partir dos discursos formulados pela mídia impressa. O conceito de imaginário social será essencial neste trabalho, cuja abordagem será guiada pela concepção de Castoriadis. Através de suas reflexões, buscaremos as condições teórico-conceituais, cuja sustentação nos possibilite compreender a complexidade da formação do imaginário, que nos parece ser, em decorrência das características do nosso estudo, o caminho mais propício a ser incorporado. Outras contribuições relevantes ao estudo das produções imaginárias na sociedade serão a de Baczko, a teoria de Chartier sobre representações, os princípios e procedimentos em análise do discurso de Pêcheux e Orlandi. É claro que, somam-se a estes, outros importantes nomes a serem incorporadas em nossa análise das formações imaginárias.

Referência Bibliográfica

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leandro Rocha. *Aconteceu, virou manchete*. Revista Brasileira de História, 2001, vol. 21, número, 41, p. 243-264.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. *Jornalismo e comportamento:* os valores presentes no discurso da Revista Veja. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

BACZKO, B. *A imaginação social*. In. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 283-347.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A invenção do cotidiano* – Artes de Fazer. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. *O mundo como representação*. Estudos Avançados – USP, 1991. v. 5. nº. 11, jan./abr./, p. 173- 191.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder – Uma análise da mídia.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Conversações.* 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DESCARTES, René. *Discurso do Método.* Tradução: Étienne Gilson. – Lisboa: Edições 70, 1979.

DURAND, Gilbert. *O imaginário. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem.* Rio de Janeiro: Editora Difel, 1998.

FALCON, Francisco. *História Cultural* – Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).* Tradução: Maria Ermantina Glavão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. 20 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Resumo dos cursos do Collége de France (1970-1982).* Tradução: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 1997.

_____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIACOIA O., *Hans Jonas:* o princípio responsabilidade. In: Oliveira M. A. de, (Org), Correntes fundamentais da Ética Contemporânea, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 194.

HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. *Império.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*: antropologia e sociedade. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MASSARANI, Luisa et al (org.). Terra Incógnita: a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: FOCRUZ, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A fenomenologia da percepção. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NOVAES, Adauto et al. *O homem máquina*: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. "*Imaginário Científico e História da Educação".* In: VEIGA, C. & FONSECA, T.: *História e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão* – ensaios de Paul Rabinow. Rio de janeiro: Relume Dumará, 2002.

Revista Manchete de 1952-1968.

REVISTA VEJA de 1968 – 2006.

ROCHA, Célia A. *O "re-conhecimento" do corpo na educação física escolar como modalidade do ser-no-mundo.* 2001. 203 f. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2001.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática* – as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do ciborgue* – as vertigens do pós-humano. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques.* Paris: Editora Aubier, 2001.

SOARES, Carmen (org.). *Corpo e história.* 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

WIENER, Norbert. *Cibernetica.* Madrid: Guadiana de Publicaciones, 1960.

_____. *O homem e a máquina.* In: O conceito de informação na ciência contemporânea. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. p. 69-99.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Significado Além do Texto: contexto e intencionalidade na história das idéias

Ricardo Silva*

Resumo: O trabalho tem como principal objetivo examinar os esforços de Quentin Skinner e de Mark Bevir para a recuperação das abordagens contextualista e intencionalista na história intelectual.
Palavras-chave: História intelectual – intencionalismo - contextualismo

Abstract: *The main purpose of this paper is to examine the efforts made by Quentin Skinner and Mark Bevir to recovery the contextulist and intentionalist approaches in the filed of intellectual history.*
Keywords: *Intellectual history - intentionalism - contextualism*

No curso das últimas três décadas, diferentes tendências acadêmicas têm difundido a sugestão de que os estudiosos da história intelectual devem ocupar-se exclusivamente da *textualidade* das idéias legadas do passado. Em defesa do princípio da autonomia semântica do texto, este novo textualismo têm denunciado: 1) a inocuidade dos esforços interpretativos que buscam compreender o significado dos textos a partir da reconstrução de seus respectivos contextos históricos; 2) a impossibilidade de resgate das "intenções autorais" subjacentes à escritura ou publicação dos textos. Este trabalho destina-se ao exame de abordagens contemporâneas que têm procurado responder a estas denúncias, reafirmando a importância de se olhar além dos limites do texto para uma adequada compreensão do significado das crenças expressas nos textos do passado. Após analisarmos alguns dos argumentos centrais do "caso antiintencionalista", apresentaremos brevemente as linhas gerais de duas abordagens parcialmente concorrentes na defesa dos pressupostos contextualistas e intencionalistas na história das idéias: o "contextualismo lingüístico" de Quentin Skinner e o "novo intencionalismo" de Mark Bevir.

O novo textualismo e o caso antiintencionalista

* Dr. em Ciências Sociais pela UNICAMP, pesquisador do CNPq e Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina

O novo textualismo na história intelectual e nas ciências humanas é um produto das décadas recentes e sua emergência representa o efeito conjugado de diferentes correntes de pensamento. Para além das inúmeras diferenças que essas correntes guardam entre si, há um ponto de partida em comum que aqui nos interessa explorar. Trata-se do ceticismo com relação à possibilidade de recuperação das intenções autorais nos contextos históricos de surgimento do textos. Por razões de espaço, limito-me aqui a tomar como exemplares algumas das objeções ao intencionalismo levantadas por Paul Ricouer e Roland Barthes, e isso em razão da forte influência desses autores na configuração do novo textualismo nos campos da hermenêutica e do pós-estruturalismo, repectivamente.

Porém, convém antes mencionar que o ataque ao intencionalismo já vinha sendo realizado no campo da teoria literária por influentes críticos do século XX, tais como Thomas Eliot e Wimsatt e Beardsley. Estes últimos chegaram a cunhar a expressão "falácia intencional" para se referirem à pressuposição de que o julgamento crítico de uma obra deveria orientar-se pelo resgate da intenção de seu autor. Para esses críticos, "o desígnio ou a intenção do autor não está disponível nem é desejável como padrão de julgamento do sucesso de uma obra de arte literária" (WIMSATT e BEARDSLEY, 1954, p. 3), uma vez que "a avaliação de uma obra de arte permanece pública; a obra é medida em função de algo fora do autor" (*Idem*, p. 10).

A contribuição de Ricouer consiste em tecer um conjunto de distinções entre o modelo da conversação ordinária face a face e o que ele designa como o "modelo do texto". O resgate da intenção autoral, objetivo legítimo quando referido à conversação ordinária, é apresentado como impróprio para compreender os significados dos textos escritos.

> *Com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto cessam de coincidir. Esta dissociação entre o significado verbal do texto e a intenção mental é o que está realmente em questão na inscrição do discurso. Não que possamos conceber um texto sem um autor; a ligação entre o falante e o discurso não é abolida, mas distendida e complicada. (...) a carreira do texto escapa ao finito horizonte vivido por seu autor (RICOUER, 1979, p. 78).*

No texto escrito, desaparecem parcialmente os elementos de prosódia que, na conversação oral, facilitam a identificação do significado da sentença com a intenção do falante. Além disso, a inscrição do discurso "explode" a estreiteza da situação que caracteriza a comunicação oral, na medida em que estabelece uma espécie de autonomização do discurso de seus referentes imediatos. Nas condições particulares de uma situação dialógica, o caráter

referencial do discurso aparece de maneira "ostensiva". Somente o discurso escrito, "ao libertar-se, não somente de seu autor, mas das constrições de uma situação dialógica", poderia viabilizar uma espécie de "abertura", capaz de revelar-nos "novas dimensões de nosso ser no mundo" (RICOUER, 1979, p. 79).

Outra influente linha de ataques ao intencionalismo e defensora do princípio da autonomia do texto em relação ao mundo de seu autor tem como ponto de partida a celebrada metáfora da "morte do autor", anunciada por Roland Barthes e depois endossada por Foucault (1979). Para Barthes, o "autor" é uma figura moderna, emergente com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma. Seu prestígio consolida-se com a aparição do indivíduo ou, de modo mais nobre, da "pessoa humana". Todavia, a literatura e a crítica literária têm se empenhado em mostrar que "é a língua que fala, não o autor" (BARTHES, 1977, p. 143). Ainda que funcional à obsessão da crítica de fixar o significado de um texto, a figura do autor deve ser destruída de modo a dar lugar à autonomia do texto e à figura do leitor. O texto não é um conjunto de palavras secretando "um significado último (a 'mensagem' do Autor-Deus), mas um espaço multidimensional em que várias escrituras, nenhuma delas original, fundem-se e chocam-se" (*Idem*, p. 146). Sua unidade não se encontra em sua origem, mas em sua destinação. Contudo, tal destinação não pode ser compreendida em termos pessoais, a exemplo do que se faz com a figura do autor. E isso porque o destino do texto é o leitor, e este "é sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é simplesmente *alguém* que reúne conjuntamente em um mesmo campo todos os traços pelos quais um texto escrito é constituído (…) O nascimento do leitor deve se dar ao custo da morte do autor" (*Idem*, p. 148). Removida a figura do autor, esvaece-se também a idéia de "obra", cuja marca é a assinatura do autor. O que passamos a ter é o texto como um novo objeto, com sua pluralidade e indeterminação, objeto que pode ser abordado, experimentado, em reação ao "signo", mas jamais fechado em um significado originalmente pretendido pelo autor.

Convenções lingüísticas e intenção autoral em Quentin Skinner

A despeito dos ataques acima esboçados, a perspectiva intencionalista na história intelectual recebeu um novo impulso com as intervenções metodológicas de pensadores vinculados à chamada "escola de Cambridge" de história do pensamento social e político. Desde o começo da década de 1960, historiadores como John Pocock, John Dunn e, principalmente, Quentin Skinner têm-se esforçado em defender o princípio interpretativo segundo o qual o significado de um dado texto deve ser determinado mediante a mobilização

de uma metodologia capaz de recuperar a intenção do autor no contexto de convenções lingüísticas e normativas da escritura do texto. Vamos nos ater, aqui, à contribuição de Skinner, tendo em vista a centralidade do conceito de intenção autoral em sua obra e a maior dedicação desse autor, relativamente a seus colegas de escola, ao enfrentamento do debate teórico e metodológico.

Como o próprio Skinner (2001) reconhece, a abordagem historiográfica dos contextualistas de Cambridge constituiu-se sob a influência mais ou menos direta da filosofia da história de R. G. Collingwood, para quem toda ação historicamente significativa deve ser reconstituída tendo-se em vista o pensamento do agente que a efetuou. Collingwood distingue entre os aspectos externos ("eventos") e os aspectos internos de um acontecimento (COLLINGWOOD, s/d, 266). Embora possa começar pela descoberta do exterior de um acontecimento, o trabalho do historiador só irá completar-se na medida em que ele consiga relacionar o evento descoberto com o interior do acontecimento. Para isso o historiador "tem de recordar-se sempre de que o acontecimento foi uma ação e que sua tarefa essencial é meter-se ele próprio no interior dessa ação, é discernir o pensamento do seu agente" (*Idem*, p. 267).

Para dar forma à sua metodologia da história intelectual, Skinner combina os princípios da filosofia collingwoodiana da história com os desenvolvimentos no campo da filosofia da linguagem ordinária que se seguiram à difusão, na década de 1950, das idéias do segundo Wittgenstein. Skinner parte da célebre formulação de Wittgenstein segundo a qual "palavras também são atos" (WITTGENSTEIN, 1958, p. 146), enquanto procura elaborar o princípio pragmático de que o significado dos atos lingüísticos depende de seus usos em determinados jogos de linguagem. Skinner recorre aos teóricos da linguagem que mobilizaram a noção wittgensteiniana de significado para a elaboração do que se convencionou designar "speech-acts theory". John Austin, o mais influente desses teóricos, desafiava a visão de que os enunciados lingüísticos devem ser estudados exclusivamente a partir de suas funções "constatativas", ou seja, a partir do que representam como descrição (que pode ser avaliada como verdadeira ou falsa) de determinado estado de coisas. Além das sentenças constatativas, há toda uma classe de enunciados lingüísticos dotados de uma *força* que não pode ser julgada conforme os parâmetros de verdade ou falsidade. Austin define essa classe de enunciados como "performativos", para indicar que "a emissão de um enunciado é a efetuação de uma ação" (AUSTIN, 1975, p. 6). O autor distingue três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) alguma coisa; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o falante

está *fazendo* ao dizer (*in saying*) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos do ato de fala tanto para o ouvinte como para o falante, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo (*Idem*, p. 94-120).

A taxonomia dos atos de fala elaborada por Austin é mobilizada sistematicamente por Skinner em sua teoria da interpretação. Num primeiro momento, Skinner estabelece uma equalização entre a compreensão do significado de um texto e o resgate da intenção ilocucionária do autor. Compreender o significado de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo. Para isso, dever-se-ia estudar o modo como a intenção do autor se inscreve no contexto de convenções lingüísticas em que o texto foi produzido (SKINNER, 1988a, p. 63-64). Em momento posterior, Skinner passa a conceder que é possível distinguir entre três diferentes sentidos do termo. Primeiramente, há o que o Skinner designa *meaning 1*, modalidade de significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: "O que as palavras, ou específicas palavras ou sentenças significam nesta obra?" (SKINNER, 1988b, p. 70). Este tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso a nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários. Em seguida Skinner refere-se ao *meaning 2*, associado à questão: "O que isto significa para mim?" (1988b, p. 70) Trata-se aqui de entender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, o que, de um ponto de vista historiográfico, dá surgimento a uma história da recepção dos textos enquanto fenômenos que transcendem o contexto e o momento de sua produção original. Por último há o que Skinner denomina *meaning 3*, que está em jogo quando se pergunta: "O que o autor quis significar com o que ele disse nesta obra?" (1988b, p. 70).

Não obstante a concessão dessas distinções, Skinner reafirma o ponto central de sua metodologia ao defender a posição de que uma interpretação comprometida com o resgate do significado *histórico* dos textos do passado exige que o historiador se concentre na terceira concepção de significado mencionada acima, a única conectada com a intenção autoral incorporada na escritura dos textos; e conectada a ponto de se poder falar em uma "equivalência" entre significado e intenção (1988b, p.75-76 – grifo no original). Neste ponto, Skinner sugere ainda uma outra distinção estratégica para a defesa de sua metodologia. Uma coisa seria falar dos "motivos" que levaram um determinado autor a escrever o que escreveu e nas circunstâncias em que escreveu. Outra, inteiramente distinta, é considerar as intenções do autor *ao* escrever determinado texto. Os motivos de um autor podem ser examinados como causas externas do enunciado lingüístico cristalizado no texto, causas que se conectam apenas de modo contingente com tal enunciado. Por outro lado, sua intenção ao escrever o texto,

intenção incorporada na própria ação lingüística, não exterior a ela, "deve ser tratada como uma condição necessária para que se possa interpretar o *meaning 3* de suas obras" (1988b, p. 77). Com base nessa distinção autor defende a possibilidade de uma explicação não causal dos textos históricos considerados como ações lingüísticas. Este tipo de explicação, estranho a tradição "naturalista" de explicação da ação social, teria como suporte o procedimento de redescrição da intenção ilocucionária do autor do texto.

Mas não é somente contra o naturalismo que a distinção entre motivos e intenções é mobilizada por Skinner. Ela também serve a seu esforço para afastar-se do tipo de hermenêutica romântica que identifica o resgate da intenção autoral com uma espécie de mergulho do intérprete na *mens auctoris* do passado. Skinner busca evitar o subjetivismo subjacente a esta vertente intencionalista chamando a atenção para o caráter "publicamente legível" das intenções autorais (2002 p. 120). A compreensão do significado de um texto não requer do intérprete a misteriosa habilidade de penetrar na mente do autor para revelar seus estados psíquicos interiorizados na forma de desejos, planos ou desígnios. Requer, sim, o procedimento muito mais prosaico – embora necessariamente paciente e erudito – de situar o texto em questão no contexto de convenções lingüísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas com os quais o texto se ocupa. Conforme o próprio autor,

> *de modo a recuperar tais intenções, é normalmente tido como essencial cercar o texto dado com o contexto apropriado de pressuposições e convenções a partir do qual o significado exato intencionado pelo autor pode ser decodificado. Isto acarreta a conclusão crucial de que o conhecimento das pressuposições e convenções deve ser essencial para a compreensão do significado do texto (SKINNER, 1975, p. 216).*

"Intencionalismo fraco" e significado no novo intencionalismo de Mark Bevir

A exclusividade que Skinner atribui à intenção ilocucionária dos autores-escritores para a compreensão do significado da ação lingüística tem sido alvo de objeções provenientes do próprio campo intencionalista. Mark Bevir, em seu amplo projeto de reforma da perspectiva intencionalista na história das idéias, reconhece que Skinner, mediante sua conhecida distinção entre "motivos" e "intenções", procura distanciar-se da tendência de identificar a noção de intenção autoral com os propósitos originais dos autores. Com isso, Skinner evita alguns erros das abordagens mais ortodoxas do intencionalismo, às quais Bevir classifica como "intencionalismo forte".

Todavia, Skinner elabora sua noção de significado histórico recorrendo exclusivamente à força ilocucionária dos enunciados, o que o leva a enfatizar, no processo de compreensão, os "desejos" e "pro-atitudes" de um dado autor, ao invés das "crenças" que ele sustenta. Para Bevir, não se trata de "excluir todos os desejos do aspecto intencional da ação", mas de defender o ponto de vista que tais desejos "não entram no significado de uma obra" (1999, p. 69). A preocupação do intencionalismo fraco deveria ser mais com o universo de "crenças substantivas" de determinado autor do que com desejos e pro-atitudes expressos pela intenção ilocucionária. Além disso, Skinner compartilha com o "intencionalismo forte" o equívoco de ignorar o papel dos leitores na atribuição de significado a um determinado texto, fazendo da intenção do autor o critério exclusivo para tal. Mas por que ignorar o papel ativo de leitores na atribuição dos significados? Segundo Bevir, Skinner parece assumir que, de certo modo, os textos têm significados em si mesmos, não importando o que seus intérpretes e leitores pensem a seu respeito. E, do ponto de vista histórico, o significado que o texto carrega consigo foi determinado pela intenção de seu autor no contexto original de sua produção. Tal significado histórico, de uma vez por todas estabelecido no passado, estaria à espera para ser corretamente recuperado pela mobilização do instrumental metodológico apropriado à empreitada.

Bevir, por seu turno, além de duvidar da crença de que um método, qualquer que seja, possa ter a virtude de garantir uma interpretação correta, também argumenta que textos não têm significados em si mesmos. Sem a intervenção humana, textos nada mais são do que marcas registradas em papel ou outro meio físico. São os indivíduos (tanto autores quanto leitores), dotados de capacidade de agência, que a eles atribuem significados. Daí a necessidade de um "individualismo procedural" para a superação dos dilemas colocados pelas vertentes antiintencionalistas ao intencionalismo convencional. Ou seja, a pergunta acerca do significado de um texto do passado deve sempre ser acompanhada da pergunta sobre *quem* (indivíduos ou grupos de indivíduos, autores ou leitores) sustentava tal ou qual significado (BEVIR, 2002, p. 213).

Referências bibliográficas

AUSTIN, John. **How to Do Things with Words**. 2ª ed.. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

BEVIR, Mark. **The Logic of the History of Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BEVIR, Mark *How to be an intentionalist*. In: **History and Theory**, vol. 41, 200. Pp. 209-217.

BARTHES, Roland. *The death of the author*. In: **Image, Music, Text**. Glasgow: Fontana Collins, 1977.

COLLINGWOOD, Robin. **A Idéia de História**. Lisboa: Presença, s/d.

FOUCAULT, Michel. *What is an author?* In: HARARI, J. (ed.). **Textual Strategies***:* perspectives in post-structuralist criticism. Ithaca: Cornell University Press, 1979.

RICOUER, Paul. *The Model of the Text: Meaningful action considered as a text*. In: RABINOW, Paul. and SULLIVAN, William. (Eds.). **Interpretive Social Science: a Reader**. Berkeley: University of California Press, 1979.

SKINNER, Quentin. *Hermeneutics and the role of history*. In: **New Literary History**, v. 8, 1975. Pp. 209-232.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: TULLY, J. (ed.) **Meaning and Context**: Quentin Skinner and his critics. Cambridge: Polity Press, 1988a.

SKINNER, Quentin. *Motives, intentions and interpretation of texts*. In: TULLY, J. (ed.) **Meaning and Context:** Quentin Skinner and his critics, Cambridge: Polity Press, 1988b.

SKINNER, Quentin. *The rise of, challenge to and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought*. In: CASTIGLIONE, D. & HAMPSHER-MONK, I. (eds.). **The History of Political Thought in National Context**. Cambridge. Cambridge University Press, 2001

SKINNER, Quentin. **Visions of Politics***,* vol. 1 – Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WIMSATT, W. & BEARDSLEY, M. *The intentional fallacy*. In: WIMSATT, W. (ed.). **The Verbal Icon**: studies in the meaning of poetry. Lexington: University of Kentucky Press, 1954.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1958). **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História, hegemonia e senso comum: a trama do agronegócio em regiões do Cerrado brasileiro

Dilma Andrade de Paula*

Resumo
O agronegócio tem sido amplamente elogiado pelos grandes aparatos de comunicação privada e pelos porta vozes do governo Lula da Silva, por ter aumentado expressivamente sua participação na pauta de exportações brasileiras nos últimos anos. No caso do cerrado, pretende-se demonstrar que no exercício da hegemonia, o agronegócio passou a valorizar por um lado, a incorporação dos argumentos "científicos/ambientais" que fundamentam o discurso e a prática de organizações e movimentos ambientalistas, por outro, em que pese a manutenção da violência, os instrumentos de cooptação passam a ser ativados com mais freqüência.
Palavras chave: agronegócio, hegemonia, Cerrado

Abstract
Agribusiness has been widely acclaimed in the media, both private and governmental, as having substantially boosted its participation in the forefront of Brazilian exports over the recent past years. In this case of Cerrado region, the main purpose of this paper is to show that, in exercising its hegemony, agribusiness has, on the one hand, come to prize the incorporation of the "scientific environmental" arguments that are the grounds for the discourse and practices of the environment organizations and movements and, on the other hand, notwithstanding the maintenance of violence, it has tended to activate its cooptation instruments more frequently.
Key words: agribusiness, hegemony, Cerrado

A região do Cerrado brasileiro, que perpassa vários estados do Brasil Central até alguns em menor extensão do Norte e Nordeste, que outrora fora considerado como área improdutiva, devido à acidez dos solos, a partir dos anos 1970 comportou investimentos maciços de capital em todas as suas formas, tendo atualmente vastas áreas produzindo grãos para exportação.[1] Segundo Ricardo Ribeiro, autor de um monumental trabalho de pesquisa sobre a constituição histórico-social-ambiental do Cerrado, principalmente em sua extensão no estado de Minas Gerais:

* Professora Adjunta do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica.
[1] O Cerrado é um dos oito ecossistemas brasileiros, além da Floresta Amazônica, Campos do Sul, Mata de Araucárias, Caatinga, Mata Atlântica, Cocais e Pantanal. Está conectado com quase todos os demais, "constituindo áreas de transição entre eles e representando um ponto de equilíbrio entre as diversas paisagens brasileiras" (Ribeiro, 2005:47), embora visto como de menor importância e "pobre".

> *O Cerrado se constituiu, recentemente, numa enorme fronteira agrícola, que em grande parte, substituiu a Amazônia como espaço possível de expansão econômica rumo ao interior. Ao contrário desta, cuja preservação se transformou em preocupação internacional, o Cerrado tem sido esquecido como bioma. Um exemplo disto é a sua exclusão do capítulo sobre meio ambiente da Constituição Federal de 1988, que representou um avanço na preservação dos ecossistemas brasileiros. Ele reconhece a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional, assegurando que o seu uso será dentro de condições que preservem o meio ambiente (2005:53).*

A produção política de regiões do cerrado no Centro-Oeste ganhou legitimidade após a construção de Brasília, em 1960, nos caminhos do desenvolvimentismo conservador, que passou a irradiar novos pólos de expansão econômica, mudando também o eixo das comunicações e criando novas sinergias, interligando as extremas regiões do Brasil, segundo Tânia B. de Araújo (1998:164).

A fabricada vocação ruralista do Brasil central paradoxalmente começava a inserir-se progressivamente na lógica urbano-industrial-financeira, ao atrair diversas empresas de capital nacional e internacional.[2] Dessa forma, foi realizado todo um esforço econômico e cultural para a incorporação dos cerrados de Minas Gerais à fronteira agrícola. Muito longe de se considerar a riqueza desse bioma, ao contrário, seus solos ácidos teriam a chance de serem "aproveitados para fins agrícolas":

> *Atualmente constituem-se em terras inaproveitadas ou semi-aproveitadas por pequenas lavouras ou por intensiva pecuária. De acordo com dados disponíveis é fácil antever que eles podem transformar-se em apreciáveis áreas para implementação de lavoura em larga escala, favorecidas ainda por excelentes condições topográficas para a prática do cultivo mecanizado. Além disso, as jazidas espalhadas por toda a área garantem o calcáreo necessário para a correção da acidez do solo e a rede hidrográfica abundante proporciona energia a baixo preço e irrigação constante. (Minas Gerais, 23/06/1979:01)*

Nesse discurso, a noção de natureza é meramente instrumental e a questão é como aproveitar um solo pobre para fins econômicos, desconsiderando-se o seu papel na manutenção de todo um conjunto de seres vivos. De fato, desde 1976 o cerrado brasileiro veio sendo alvo de novos "aproveitamentos", começando com o POLOCENTRO, em 1975 (abrangendo os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e depois seguido, em 1979 pelo PRODECER I – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados ou JICA – Japan International Cooperation Agency, articulando novos interesses internacionais, por meio do

[2] Em 1974, por meio de Jornal Minas Gerais, órgão oficial de divulgação do Estado, noticiava-se a inauguração de silos na cidade de Uberlândia e afirmando no subtítulo da matéria: "estamos voltando racionalmente para nossa vocação agrícola". Graças ao apoio do governo CASEMG caminha firme e significativamente para alcançar seus objetivos. (Jornal Minas Gerais, 03/05/1974, n. 84: 04) Acervo privado: Geovanna de Lourdes Ramos.

capital japonês e programado para ser desenvolvido nos municípios mineiros de Coromandel, Irai de Minas e Paracatu. [3] A pecuária extensiva cedia espaço aos cultivos da soja, milho, ervilha, trigo e café que passaram também a capitanear os principais investimentos, com a conseqüente valorização das e disputas pelas terras. A grande vantagem dessa nova fronteira seria sua localização junto aos grandes mercados urbanos do país. A característica dessa formação, de uma vegetação mais esparsa também facilitou sua derrubada e a expansão dos cultivos. Até então, já sofria depredação devido à extração de madeira para lenha e carvão, para uso doméstico e industrial. Mas, sem dúvida, a ocupação com monoculturas e a pecuária tem sido persistentemente ainda mais destrutivas.

A valorização econômica e política de áreas do cerrado durante o Regime Militar, passava pelo investimento em corredores de exportação para a safra agrícola, direcionando o investimento às ferrovias que serviam a essas áreas e à construção e pavimentação de rodovias, à construção de silos, pesquisa agropecuária, projetos de implementação do setor de energia, assistência e crédito rural, o que acabaria provocando um efeito-cascata sobre outros setores. Em Uberlândia, município localizado no Triângulo mineiro, por exemplo, desencadeia-se todo um esforço de desenvolvimento do setor industrial, com novos incentivos fiscais, com a implantação de centros de formação de mão-de-obra para a indústria e para o comércio, como o SENAC (1974), com a realização de Feiras da Indústria, reunindo empresas mineiras, goianas e paulistas. Data dessa década também, a instalação de grandes fábricas, como Souza Cruz, Daiwa do Brasil Têxtil Ltda, Coca-Cola, etc.[4]

Evidentemente, que, para tais realizações fosse necessário costurar uma eficaz aliança política, estampada no Jornal oficial *Minas Gerais*, com o título de "Desenvolvimento global":

> *A partir de 64 e, mais recentemente, nos dois últimos períodos administrativos, os programas de governo vêm-se caracterizando por um espírito de integração que reflete na prática, a tradição histórica da unidade nacional. Por um lado, unem-se, em um esforço comum, os governos da União e dos estados, em busca de idênticos objetivos, da mesma forma como assim também têm agido o poder público e o empresário particular – ambos identificados, hoje, na luta pelo mesmo ideal de progresso e bem-estar social. (...) Assim, distancia-se na história a época em que as divergências partidárias – e ás vezes até as pessoais – colocavam em pólos antagônicos os governos estaduais e federal (...) Nessa mentalidade de "integração", o governador Aureliano Chaves visitou Uberlândia, Patos de Minas e Cláudio.(Minas Gerais, 26/05/1976, n. 99)*

[3] Cf. Vera Lúcia Salazar Pessoa (1988: 02-08 e p. 100) em 1980 foi criada uma CPI–comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o PRODECER I ou o que teria levado o governo brasileiro a assinar acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de hectares de cerrado. Contou também com a oposição da CONTAG, CNBB e até algumas entidades patronais que, certamente, ficaram alijadas desse novo acordo, p. 125/126.

[4] Cf. Jornal *Estado de Minas Gerais*, 1970-1986.

Tais ideais de progresso e bem-estar, cimentados na "harmonia" entre estados e governo federal, eram construídos pelos representantes, no Estado, dos interesses das empreiteiras, de grandes empresas agrícolas e industriais, como se pode ver nos quadros a seguir, ilustrativamente somente durante o governo Rondon Pacheco (1971-75):

Quadro 1. Cargos e Agentes

Gov. Federal	**Gov. Estadual**	**Ministério Agricultura**	**Ministério dos Transportes**	**Diretoria DNER**
1969-1973 Emílio G. Médici	Rondon Pacheco	Alysson Paulinelli	Mário Andreazza	Eliseu Resende

Quadro 2: Agentes e Atividades

Agentes	**Atividades**
Emílio G. Médici	*Emílio Garrastazu Médici* nasceu em Bagé (RS) no dia 4 de dezembro de 1905, filho de Emílio Médici e de Júlia Garrastazu Médici. Seu pai era comerciante e fazendeiro de origem italiana e sua mãe descendia de ricos estancieiros de origem basca espanhola. Teve uma ascendente carreira no meio militar, sendo que no dia 17 de março de 1967, dois dias após a posse de Costa e Silva na presidência da República, Médici foi investido na chefia do SNI, em substituição ao general Golberi do Couto e Silva, o que lhe rendeu grande prestígio no meio militar. "Em 25 de outubro de 1969, com 239 votos a favor e 76 abstenções - do MDB - , Médici foi eleito pelo Congresso presidente da República, tendo como vice-presidente o almirante Augusto Rademaker. No dia 28 de outubro, convidou o senador Filinto Müller e o deputado Geraldo Freire para exercerem a liderança do governo nas duas casas legislativas, e o deputado mineiro Rondon Pacheco - ex-chefe do Gabinete Civil do governo Costa e Silva - para ocupar a presidência da Arena." www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes
Rondon Pacheco	Nasceu em, Uberlândia, em 31 de julho de 1919. Bacharel em Direito, formou–se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, turma de 1943, exercendo suas atividades em Belo Horizonte. Foi deputado estadual e membro da Constituinte Mineira de 1946. Deputado Federal em cinco legislaturas, secretário de Estado e do Interior e Justiça, em Minas. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República no Governo Costa e Silva. Foi Governador de Minas no período de 1971/1975, sendo eleito de forma indireta, conforme a Constituição de 1967/1969 e o AI-2. "E neste cargo, implementou ações que viabilizaram a vinda para a nossa cidade das principais empresas nacionais e internacionais, tornando a nossa cidade um ponto de referência no desenvolvimento industrial."(Prêmio Rondon Pacheco de Mérito ao Desenvolvimento. Câmara Municipal de Uberlândia. www.camaradeuberlandia.mg.gov.br. Arquivo acessado em 31/03/2007)
Alysson Paulinelli	Na gestão 1974-1979, o agrônomo e produtor (grãos, fruticultura e pecuária de corte) Alysson Paulineli era o ministro da Agricultura Foi deputado federal constituinte, secretário estadual de agricultura, pecuária e abastecimento de Minas Gerais duas vezes, Presidente da CNA- Confederação Nacional da Agricultura e do Fórum Nacional da Agricultura.
Mário Andreazza	Oficial-gabinete do Gal. Arthur da Costa e Silva; Ministro dos Transportes (1967-1974); Ministro do Interior (1979). Membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Adjunto do Conselho de Segurança Militar (1961); Participou da elaboração do AI-5. Presidência da CEC - EQUIPAMENTOS MARÍTIMOS (1974) E INDUSTRIAIS e Presidência da Companhia de Seguros Atlântica Boa Vista
Eliseu Resende	Mineiro nascido em Oliveira/MG - 07.02.1929. "Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tendo obtido o "Master of Sciences" e o "Doctor of Philosophy" (Ph.D) pela Universidade de Nova Iorque. Foi professor Catedrático da Escola de

	Engenharia da UFMG do Curso de Engenharia Nuclear do Instituto de Pesquisas Radioativas e Professor Titular da Universidade Católica de Minas Gerais. Exerceu os cargos de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e de Ministro de Estado dos Transportes. A partir de 1983 foi eleito Diretor-Presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB) Presidente do conselho de Administração da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC) membro do Conselho de Administração da COPENE - Petroquímica do Nordeste S/A membro do Conselho de Administração da SALGEMA - Indústrias Químicas S/A membro do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira membro do Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em 4 de junho de 1990 foi eleito Diretor-Presidente de FURNAS - Centrais Elétricas S/A membro do Conselho de Administração da Nuclebrás Engenharia S/A - NUCLEN. Em 21de outubro de 1992 foi nomeado Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS."Cf. www.fazenda.gov.br/português/istitucional. Acessado em 03 de março de 2007

Pode-se observar que os titulares de pastas-chave, como Ministérios da Agricultura e Transportes, tiveram amplo trânsito em setores público e privado, possivelmente capitaneando interesses privados com as benesses públicas. Atualmente, Alysson Paulineli, por exemplo, é consultor de diversas empresas particulares do ramo do agronegócio, como Manah, Bunge e Serrana, nas quais também pertence ao Conselho Administrativo. É também representante do setor produtivo no Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro) e da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio – RIPA, realizando palestras, workshops e gestando informação (e formação) para o site na Rede Mundial de Computadores (www.ripa.com.br). O portal, para o ex-ministro é o: "´*centro democrático do processo´ porque está sempre on line, é aberto e vai receber todo tipo de sugestão, requerimento, inovação, ofertas de competência*" (Portal Ripa: 18/06/2006). Em junho de 2006, ganhou o "Prêmio Mundial da Alimentação", homenagem a quem ajuda a melhorar a qualidade, disponibilidade e quantidade de alimentos, junto com Edson Lobato (ex-chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Cerrados (Planaltina-DF)) e o pesquisador do Instituto Internacional de Pesquisa, dos Estados Unidos, Colin MacClung. Segundo o sítio da Embrapa, "em 20 anos de premiação, é a primeira vez em que há três vencedores. Eles foram apontados como os responsáveis pela transformação da estéril região do Cerrado brasileiro num dos mais produtivos celeiros do mundo." E, ainda:

> *O Prêmio Mundial de Alimentos foi criado por Norman E. Borlaug, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1970. De acordo com o presidente da Fundação Prêmio Mundial de Alimentos, Kenneth M. Quinn, o trabalho do trio "ampliou a produção agrícola e ajudou a melhorar as condições econômicas e sociais no Brasil". A dupla brasileira e o pesquisador americano, segundo os organizadores do prêmio, exerceram papel vital em transformar o Cerrado –outrora uma região infértil- em uma terra altamente produtiva para o cultivo de grãos. (Prêmio internacional reconhece trabalho desenvolvido no Cerrado (19/06/2006). Cf. www.embrapa.br/noticias. Arquivo acessado em 03 de março de 2007)*

A própria Embrapa noticia que desde sua fundação, em 1973, "contribui para o sucesso do agronegócio e do desenvolvimento sustentável." (Cf. Linha de Ação. www.embrapa.br/noticias. Arquivo acessado em 03 de março de 2007.)

O que queremos mostrar com os quadros, com a citação acima e com o exemplo do ex-ministro Paulinelli é que, embora haja diferenças no processo de expansão de fronteiras na década de 1970, sob a égide do Estado e no pós-1990, sob a lógica dos "mercados globalizados" (Paula, 2005) muito do que foi realizado naquele período, em termos de benefícios estatais à expansão capitalista, acabou construindo caminhos para essa fase atual.

Projetos estratégicos como PRODECER ou POLOCENTRO, que visavam, em tese, a "modernização" da agricultura, alcançaram dois grandes objetivos, segundo Vera Salazar Pessoa: "a introdução de novas culturas no cerrado (soja, café e trigo) e a valorização do preço das terras em decorrência da infra-estrutura implantada na região. Porém, os beneficiados constituíam apenas uma parcela da propriedade rural que detém recursos de capital".(1988:108). Embora esses projetos tivessem suas especificidades regionais, geralmente não desenvolvidos integralmente, a atuação de agentes ou intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano, como Paulinelli, que também é um produtor, mostra uma das faces dessa ponte atual com os projetos da ditadura militar.[5] Essas informações são fáceis de serem localizadas e recolhidas, principalmente pelos sítios da web, mas nem sempre são conectadas com um panorama mais amplo. O recorte, a dispersão e a multiplicidade ao infinito de notícias são também características do momento atual. Em termos gramscianos, esses aparelhos privados de hegemonia (os sítios web, revistas e demais instrumentos de mídia), além das palestras e workshops, funcionam como divulgadores e organizadores do agronegócio.

De que forma, então, essa hegemonia do agronegócio vem sendo tecida e atualizada?

Sonia Regina de Mendonça desvenda as entranhas da gestação e desenvolvimento desse processo, tratando do processo de construção de hegemonia de um novo segmento patronal rural no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, por meio de projetos e estratégias políticas adotadas pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras e, por sua criatura desde 1993, a ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness, cuja liderança mais destacada é Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura do primeiro governo Lula da Silva. Para a autora, "as lideranças da OCB recriaram a noção de agricultura, atrelando-a àquela bem mais ampla, de 'agronegócio', não mais limitada á atividade agrícola propriamente dita".(2006) Embora

[5] Mais uma vez nos reportamos ao estudo já citado de Sonia Mendonça que mostra as trajetórias pelas esferas públicas e privadas nacionais e internacionais, da diretoria da OCB e da ABAG.

esse processo tenha suas origens na década de 1970, denominado e repetido acriticamente por setores da mídia e por intelectuais, de "modernização da agricultura brasileira", na sua versão atual encontra-se profundamente associado às atividades financeiras e pautada em três noções: competitividade, tecnologia e gestão.[6] A autora ressalta, ainda, o papel da imprensa na construção do consenso em torno dessa nova entidade, veiculando mensagens progressistas ligadas ao agro. A modernização da agricultura, portanto, está em seu ápice, pois envolvida por uma rede financeira nacional e internacional, altamente tecnologizada e concentradora, englobando empresas que vão desde aquelas que se dedicam à produção e aperfeiçoamento de sementes até as ligadas à mídia, como a TV Globo. Segundo os estudos de Sonia Mendonça a ABAG reuniria cerca de 59 membros, algumas sendo cooperativas originárias da OCB e muitas outras que envolvem conglomerados diversos como Algar SA, Pionner, Bunge, etc. De todas, há um predomínio absoluto de grandes empresas internacionais do agribusiness junto aos quadros da ABAG, "mormente aquelas ligadas ao setor químico, num total de dezoito empresas, do porte da Monsanto, AGCO do Brasil; Bayer Cropscience LTDa; Du Pont do Brasil AS; Pioneer Sementes ou John Deere Brasil Ltda, etc." (2006: 27)

A hegemonia do agronegócio comporta, então uma série de desdobramentos em termos de política e produção agrícola, de concentração de capital, de relações de trabalho (na medida em que a tecnificação é usada como explicação para o largo desemprego e precarização das relações de trabalho), de nocivos efeitos sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, sobre as condições de vida de vastas populações.[7] Mas, tudo isso envolto em preocupações supostamente ecológicas, divulgadas por ONGs e empresas, nos argumentos de um desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, de uma "economia sustentável".

No campo do senso comum, portanto, existe de um lado o extremado otimismo e de outro, algumas denúncias e lamentos – nem sempre relacionadas criticamente com o avanço do agronegócio e das monoculturas – sobre os efeitos do êxodo rural, da destruição da flora e fauna nativas e com elas, a mudança climática, a poluição e esgotamento progressivo de reservas de água, afetando variados setores sociais.

---

[6] "logo, a noção de "agribusiness" organizou e instrumentalizou um poderoso complexo de operações de cunho muito mais comercial e financeiro e cuja importância não pode ser aquilatada, apenas, por seu desempenho econômico mas, sobretudo, por sua influência política (Mendonça, 2006:25)

[7] O cultivo da soja transgênica é um exemplo ainda mal divulgado de destruição sistemática de condições de vida presente e futuras. A Argentina foi escolhida, desde 1996, pela norte-americana Monsanto para experimentar massivamente a produção da soja OGM, geneticamente modificada. Devido a fatores diversos, o cultivo se espalhou rapidamente ocupando de 6 milhões de hectares a 15,2 atualmente. Os efeitos sócio-ambientais já estão sendo sentidos: a exposição de agricultores ao Roundup, de propriedade da Monsanto, provoca graves danos ao aparelho respiratório. Por outro lado, acelerado desflorestamento, concentração de terras e redução do plantio de outras culturas. (Viollat, 2006)

Bibliografia

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Elogio da diversidade regional brasileira. In: BENJAMIN, C. et. Al. (orgs). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
MENDONÇA, Sonia Regina de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. *Antítese* – marxismo e cultura socialista, Goiânia-Go, n. 2., maio de 2006, p. 11-29.
OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
PAULA, Elder. *(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental*: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza, Rio Branco: Edufac, 2006.
PESSOA**,** Vera Lúcia Salazar (1988). Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG. Rio Claro, SP. IGCE/UNESP, Tese (doutoramento em Geografia).
RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão*: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O folheto popular e as revistas ilustradas: os circuitos de comunicação cidade / sertão na virada do século XIX para o século XX

Sylvia Regina Bastos Nemer [1]

Resumo: Na literatura de cordel, e em particular na obra de Leandro Gomes de Barros, a mulher, vista na literatura popular tradicional como frágil, ingênua e generosa, passa a ser retratada como uma figura maliciosa, frívola e superficial. O homem, por sua vez, também passa a ser representado segundo novos padrões de comportamento e moralidade: de um ser dotado de força e coragem, ele começa a aparecer como um tipo galante, interesseiro, cheio de artimanhas para conseguir seus objetivos. Tais representações, largamente veiculadas pelas Revistas Ilustradas, começam a chegar ao sertão nordestino junto com os primeiros folhetos que teriam atuado como canal de difusão de uma certa "sensibilidade moderna" em um tipo de sociedade onde as idéias circulantes nos meios mais cosmopolitas do país eram até então muito restritas.
Palavras-chave: literatura de cordel, revistas ilustradas, trocas culturais

Abstract: In literatura de cordel and particularly in Leandro Gomes de Barros work, woman, that was seen in the popular traditional literature as fragile, ingenuous and generous, becomes malicious, frivolous and superficial. Man, is also represented according to new patterns of behavior and morality: from strong and courageous, he becomes snobbish, self-seeking, a person that doesn't measure efforts to achieve his objectives. This representations, of wide circulation in the illustrated magazines, started to reach the sertão nordestino with the firsts folhetos which might have acted as channel of diffusion of a certain "modern sensibility" in a kind of society where the ideas circulating in the areas most cosmopolitans of the country were still then very restricted.
Key-words: litertura de cordel, illustrated magazines, cultural changes

Introdução

A partir das relações estabelecidas entre o Rio de Janeiro e o Nordeste, na virada do século XIX para o XX, o objetivo deste trabalho é pensar sobre as imagens da modernidade em circulação nas duas regiões, representadas, respectivamente, pelas revistas ilustradas e a literatura de cordel.

[1] Doutora em Comunicação pela UFRJ, IFCS-UFRJ, Fundação Casa de Rui Barbosa/FAPERJ
sylvianemer@terra.com.br

A noção de "trocas culturais", servirá de referência à análise, permitindo-nos um distanciamento das duas posições comumente adotadas em relação à cultura, como apontou Umberto Eco em "Apocalípticos e integrados" (ECO, 2004).

A partir desse quadro teórico, discutiremos o processo de circulação de idéias entre as cidades e o sertão com ênfase sobre o papel do folheto popular na disseminação, nos meios sertanejos, de uma sensibilidade moderna de que as revistas ilustradas eram as principais porta-vozes.

1. A poesia popular sertaneja na república das letras

Como situar a literatura de folhetos, é uma indagação freqüente e que se deve, entre outros fatores à confusão entre a poesia popular oral corrente no Brasil ao longo do século XIX, e a impressa, no caso o folheto de cordel.

Tendo surgido no final da referida década, a literatura de cordel caracteriza-se pela associação de elementos provenientes de tradições remotas, tipicamente rurais, com outros de traços mais caracteristicamente urbanos.

O folheto se impôs como uma novidade em meio às tradições poéticas em uso no Brasil no final do século XIX. O ano de 1893 constitui um marco nessa área junto com o nome de Leandro Gomes de Barros a quem costuma ser atribuída a autoria do primeiro folheto de cordel publicado no país. A trajetória de Leandro Gomes de Barros, do sertão para a cidade onde iniciou sua produção de folhetos, mostra que o cordel, ao contrário da poesia oral tradicional, é um produto urbano. O fato de seu surgimento ter ocorrido num momento em que o país passava por importantes mudanças é uma das possíveis explicações para a adoção, no lugar das temáticas tradicionais, de temas relacionados aos acontecimentos da época.

Poderíamos, assim, supor que a obra de Leandro Gomes de Barros, produzida em um ambiente propício a circulação de novas idéias (como a cidade de Recife, maior centro intelectual e cultural do Nordeste no período em que esse estudo se concentra), expressasse elementos novos que, por sua vez, chegavam ao interior do estado através de uma ampla rede de distribuição. Essa rede levava o folheto a pontos remotos do país transformando-o em veículo de propagação de idéias entre segmentos carentes de meios convencionais de comunicação e informação.

2. A passagem do oral para o impresso

Pode-se verificar, na passagem da poesia popular oral para a impressa a incorporação, pelos poetas sertanejos, de certos traços estilísticos e temáticos da literatura urbana, em especial da crônica política e de costumes. Essa forma de expressão literária, cujos traços de destaque, eram a ironia e a temática do cotidiano, se manifestavam igualmente no folheto de cordel.

Produto típico da chamada *belle époque* carioca, a crônica teve nas revistas ilustradas seu principal meio de veiculação. O riso, que refletia o desapontamento dos cronistas em relação à situação política do país, se revela igualmente nos folhetos de Leandro Gomes de Barros para quem a sensação de passagem do antigo para o novo vinha associada a um certo mal estar e a uma grande dose de bom humor.

A maneira jocosa como costumava tratar o cotidiano, traduzia-se em sua temática, voltada para questões da atualidade. A ênfase nesses dois elementos (humor e atualidades) diferenciava sua obra do conjunto das expressões literárias dominantes nos meios sertanejos no século XIX ao mesmo tempo em que abria espaço, nesse meio, para um novo tipo de manifestação cultural.

A literatura de cordel, embora tenha preservado traços da literatura oral, estabeleceu relações com outras modalidades narrativas, entre as quais, o jornalismo ao qual se vincula através do folheto de atualidades.

Esses dois campos temáticos (o tradicional e o de atualidades) podem ser encontrados na obra de Leandro Gomes de Barros que tem entre suas publicações títulos inspirados no romanceiro tradicional, como "História da Donzela Theodora", ao lado de outros menos vinculados àquelas tradições, como os já mencionados folhetos de atualidades. É o caso, por exemplo, do folheto "Discussão de Leandro Gomes de Barros com uma velha de Sergipe" no qual o poeta se vale da estrutura do desafio (uma forma tradicional de poesia oral, improvisada) para discutir o comportamento das mulheres, tema, aliás, recorrente em sua obra. Há, no entanto, entre os dois textos citados uma grande diferença no tratamento do tema.

A "Donzela Theodora" é uma novela de origem oriental que teria vindo, durante a Idade Média, para o ocidente onde foi publicada pela primeira vez no século XV, na Espanha. Ao longo de sua trajetória da Península Ibérica até o Brasil, onde teria chegado em folhetos impressos trazidos pelos colonizadores, ela foi pouco a pouco se afastando de suas raízes eruditas e se transformando em novela popular. Em torno de 1840 a história da donzela começou a circular em impressões brasileiras, mas o seu modo predominante de transmissão continuou sendo oral pelo menos até o final do século XIX, quando foi publicada a versão de Leandro Gomes de Barros (CASCUDO, 1957).

A versão de Leandro, substitui, por versos, a forma original da composição, em prosa, e populariza a sua veiculação pela via impressa no lugar da oral. Nos demais aspectos, a matéria tradicional se mantém intacta. É o caso, por exemplo, da representação da figura feminina, cujos traços heróicos herdados da tradição permanecem como características centrais nessa nova modalidade poética, ou seja, o romance popular em versos.

No folheto, menos ligado às formas tradicionais de representação, o tratamento dado à mulher e às suas experiências é totalmente diferente, como se observa na peleja travada entre Leandro e a velha de Sergipe.

Ao contrário do estilo sério que caracteriza a "História da Donzela Theodora", a discussão imaginária entre Leandro e a velha é travada num tom de piada que pode ser visto como uma crítica à tradicional divisão de papéis entre o homem e a mulher. Na literatura erudita, o romantismo produziu os melhores exemplos dessa distribuição: força e coragem de um lado, passividade e fragilidade do outro. Na literatura popular, os seus exemplos mais típicos dessa divisão se encontram nos chamados "livros do povo" nos quais, seguindo quase sempre o mesmo esquema, a donzela em perigo era salva por um cavaleiro corajoso que no final a tomava como esposa (CASCUDO, 1957).

Colocando em confronto os pontos de vista do poeta e o da velha, o folheto estabelece novas impressões acerca destes, revelando uma mudança nos padrões de representação que pode, de certa forma, ser associado ao adotado nas crônicas das revistas ilustradas.

3. A representação das figuras masculina e feminina no folheto popular e nas revistas ilustradas

De natureza efêmera e descartável, como sugeriu Antonio Cândido (CÂNDIDO, 1992: 13-23), a crônica mundana não estava preocupada em construir tipos ideais, como a literatura romântica. Sua finalidade era distrair, oferecendo algumas pinceladas de cotidiano ao leitor mais apressado.

Objeto de centenas de crônicas publicadas na época, a temática frívola traduz perfeitamente bem o espírito das revistas ilustradas, em especial o da *Fon-fon* que confirmava sua linha editorial, assumindo a defesa dos ideais de elegância, e *smartismo*, que figuravam na ordem do dia dos integrantes da república das letras. Rompendo com antigos padrões morais, a revista, através das figuras da *coquette* e do dândi, se colocava no compasso dos novos tempos fazendo elogio à falsidade, aos interesses, às extravagâncias, à vaidade e, acima de tudo, à cavação.

Publicada na *Fon-fon* de 22 de janeiro de 1910, a crônica intitulada "Uma espiga" define a forma mais freqüente de cavação, no caso, a tentativa de subir na vida por meio de um casamento vantajoso.

Aqui o que está em jogo não é o amor, a honestidade da dama, a coragem do cavaleiro. O que interessa é o dinheiro, como se revela na tentativa de Theotonio de conquistar uma viúva rica.

Após informar sobre os passos da conquista, a crônica acaba tendo um desfecho inesperado: ao cometer uma gafe, enganando-se na idade da dama, Theotonio é solenemente dispensado.

Na charge que acompanha o texto, a figura reduzida de Theotonio diante da imagem impassível da viúva é ilustrativa do processo de inversão que incide sobre as formas de representação dos lugares sociais: aqui quem ocupa a posição superior é a mulher (retratada como "uma espiga", alta, esguia, dominadora) enquanto a Theotonio é reservada uma posição absolutamente subalterna.

O que passa a comandar a relação entre os sexos, como fica claro nessa e nas outras crônicas do gênero, não é mais o código de valores que informava a estética romântica, mas a capacidade de dissimulação para envolver o sexo oposto.

Essa mudança é também visível no campo da literatura de cordel que, se, por um lado, continua ligada à tradição por meio dos heróis e heroínas dos romances de amor e aventuras, por outro, distancia-se dessa mesma tradição adotando, nos folhetos de atualidades, uma postura de desconfiança em relação às "verdadeiras" intenções do homem e da mulher no jogo da conquista.

No folheto que vínhamos anteriormente comentando a posição tomada por Leandro contra os argumentos da velha segue a linha assumida em inúmeros outros folhetos de sua autoria, ou seja, de que a mulher constitui um peso na vida do homem. Retratado como vítima, sua impotência, já revelada na capa do folheto (onde aparece pequeno, acuado, diante da velha que lhe aponta o dedo na cara), define-se logo em seguida quando se vê contestado por sua adversária que afirma que também o homem é um peso para a mulher. O poeta rebate os comentários acusando o jogo da sedução como uma arma nas mãos da mulher para iludir e prender o homem.

No final, o debate entre os dois lados revela, não apenas os pontos fracos da mulher, dissimulada, maliciosa e aproveitadora, segundo palavras de Leandro, mas também os do homem, descrito pela velha como vadio, cachaceiro e ciumento.

Trata-se, evidentemente, de um desafio imaginário, porém, tanto nesse (que se desenrola nas páginas do folheto) quanto no desafio real (improvisado), a razão de ser do embate é o próprio embate, ou seja, a disputa verbal (FERREIRA, 2004: 353-357). O objeto mostra-se, nesse caso, irrelevante, um mero pretexto para que a peleja se desenrole. O que está em jogo, de fato, é a palavra, a maneira como é empregada e, principalmente, o efeito que irá provocar. O objetivo é entreter o leitor; o riso, é o seu elemento chave.

Em relação ao romance popular, é visível, no folheto de atualidades, a descida de tom no modo do poeta lidar com a matéria de seu texto. O mesmo pode ser dito do estilo da crônica mundana, leve, superficial, em relação aos exageros característicos dos autores românticos.

Constitui, portanto, uma marca dos folhetos populares bem como das crônicas publicadas nas revistas ilustradas, a adoção de padrões estilísticos e temáticos novos em relação aos vigentes no século XIX. Que ambas coincidam temporalmente talvez seja mais do que um mero acaso.

A virada do século XIX para o século XX foi marcada por mudanças profundas na estrutura do jornalismo brasileiro. Verifica-se nessa época a passagem de um jornalismo combativo, engajado nas questões políticas e sociais, para uma imprensa de caráter mais comercial (SODRÉ, 1999). As matérias das revistas ilustradas, se inscrevem nesse contexto. No que diz respeito à literatura de cordel há também, na passagem do padrão oral para o impresso, uma mudança de finalidade: aqui a história já não representa um fim por si só; ela é escrita para ser vendida.

Considerando que a linguagem (sobretudo o humor) teria um peso na decisão do leitor adquirir ou não o impresso, nos perguntamos se, a predisposição do público das revistas ilustradas seria, em alguma medida, semelhante à do público consumidor dos folhetos, já que, como se procurou mostrar até aqui, existem pontos de contato entre os dois veículos. A questão agora é pensar como esses contatos se estabelecem.

4. Traços de modernidade no sertão

Quanto às visões sobre a modernidade, não podemos, evidentemente, falar em uma perspectiva comum ligando o centro produtor e consumidor das revistas ilustradas ao dos folhetos de cordel. Mesmo considerando que a literatura de cordel fosse um produto, predominantemente, urbano, uma vez que a sua impressão era feita nas cidades maiores onde também se localizava parte de seu público, a sua base referencial era o sertão de onde provinham os poetas e para onde se dirigia o grosso da produção.

Além disso, mesmo uma cidade como Recife, dificilmente poderia ser equiparada ao Rio de Janeiro em termos de culto às novidades. Nesse sentido, como estabelecer elos de ligação entre as revistas ilustradas (portadoras desses ideais) e os folhetos de cordel?

De imediato esclarecemos que não é essa a nossa proposta. Nem sabemos ainda quais destas publicações circulavam no Nordeste e entre as que circulavam, que abrangência tinham, que regiões alcançavam, que grupos sociais atingiam. Será que um poeta de cordel teria acesso a esse tipo de leitura? Provavelmente não. Por outro lado podemos supor que parte das idéias que ali circulavam estivessem, de alguma forma, disseminadas pelos jornais.

No caso de Leandro sabemos por sua obra que ele era um leitor assíduo de jornais cujas notícias eram traduzidas em versos para os folhetos nos quais sobressai a idéia de "mundo às avessas", de passagem dos tempos antigos para os novos. Associado a uma decadência total de valores, os novos tempos, na visão do poeta, representavam uma mudança radical não apenas no estilo de fazer política mas na forma, geral, de atuar na sociedade. No que se refere aos comportamentos feminino e masculino, predomina a superficialidade das relações amorosas, o interesse exagerado pela moda e muitas vezes a inversão de papéis, como aparece no folheto "As saias calções" que comenta a novidade da mulher vestir calça e do homem raspar o bigode.

A desconfiança do poeta em relação às saias calções lembra os comentários de um jornalista carioca no artigo intitulado "*Jupe-cullote*". Após mencionar o pandemônio na Avenida Central causado por uma mulher que desfilava em plena manhã de sábado com uma saia colada no corpo ele fala da reação dos transeuntes que vaiaram, agarraram, quase despiram a mulher em público (NOSSO SÉCULO, Vol. 2: 108).

Se numa cidade de hábitos avançados como o Rio de Janeiro uma *jupe-cullote* causava tal reação, no Nordeste a atitude não poderia ser diferente. O folheto de 1911 foi escrito na mesma época da crônica. Porém, ainda que se possa supor que a rejeição à saia-calção fosse a mesma entre os consumidores de folhetos e os que agrediram a mulher na Avenida Central, o que, efetivamente, não se pode afirmar é que o público dos folhetos esperava da leitura o mesmo que esperavam os leitores das revistas ilustradas. Num caso prevalece o gosto pelas novidades. No outro a rejeição a estas. O ponto comum era a constatação de que o novo (ainda que visto de formas diferentes) havia se transformado no elemento básico da vida de cada um, fosse habitante do Rio de Janeiro ou do Nordeste, das cidades ou do sertão.

Em "Boemia literária e revolução", Robert Darnton toca num ponto semelhante. Analisando o contexto pré-revolucionário francês, ele dirige sua atenção para o mundo das

letras e percebe que embora a posição dos literatos fosse radicalmente distinta da ocupada pelos subliteratos havia um ponto comum em seus escritos: o ataque à figura do rei.

No nosso caso o alvo era a República que havia repercutido na vida do país como um todo. No Nordeste os desdobramentos da mudança de regime foram particularmente visíveis no movimento de Canudos que estabeleceu como símbolo da República a imagem da imoralidade. Era também essa imagem que informava as representações da República nos folhetos de cordel. No que se refere aos segmentos urbanos ligados às revistas ilustradas, a associação entre República, mulher, sedução e corrupção era corrente, como se pode constatar nas inúmeras charges publicadas naqueles periódicos (CARVALHO, 1992: 505-527). Percebe-se, portanto, uma relação entre as idéias circulantes nas revistas ilustradas e as que circulavam nos folhetos de cordel. Como tais relações se estabeleceram é uma outra discussão.

Podemos arriscar, como hipótese, que a mudança do regime político representou o ponto a partir do qual passou a prevalecer um sentimento geral de ruptura de laços com o passado. Tal sentimento se traduziu tanto nas revistas ilustradas quanto nos folhetos de cordel. No que diz respeito a estes, as imagens do novo veiculadas pelos poetas estariam ligadas, como diria Michel de Certeau, ao "lugar" de produção de tais imagens (CERTEAU, 2002). O Nordeste, afetado pelas novas regras políticas, pelas imposições dos grupos que chegavam ao poder, pela desarticulação de antigas alianças locais é esse "lugar". Havia, nesse sentido, um ambiente de mudanças, de choque entre o antigo e o novo, informando a narrativa do folheto. Por outro lado, não se pode desconsiderar a leitura que o poeta fazia dos jornais. Essa leitura, ainda que não se possa dizer que tenha determinado uma ruptura efetiva com antigos hábitos mentais, talvez tenha proporcionado uma visão dos acontecimentos menos condicionada pelos padrões tradicionais de interpretação do real. Nesse sentido, talvez possamos dizer que o poeta, lembrando a experiência de Menocchio relatada por Umberto Eco em "O queijo e os vermes", seria o elemento de mediação entre as culturas populares tradicionais e a cultura de elite.

Conclusão

Antes de finalizar chamaria atenção para um aspecto da literatura de cordel ainda não devidamente mencionado, no caso, a sua dupla natureza, oral e escrita. Essa condição é o que explica a sua abrangência entre os segmentos a quem se dirige. Tivemos já oportunidade de mencionar o esquema de circulação envolvendo os centros produtores e consumidores de folhetos. Esse esquema, por si só, explicaria a sua abrangência. No entanto, muito mais do

que a comercialização do folheto, o principal fator de sua disseminação é o modo como é transmitido.

Falamos anteriormente da passagem do oral para o escrito. Devemos no entanto lembrar que não se trata da eliminação da oralidade a favor da escritura. Pelo contrário, é justamente porque preservou, através das métricas e rimas, os traços da oralidade que a sua transmissão continuou a ser realizada, predominantemente, pela via oral.

A história era cantada pelo próprio poeta ou pelo vendedor de folhetos com acompanhamento da viola. Em torno dele se reunia o público para escutar a cantoria. Um ou outro comprava o folheto e repetia a operação para sua platéia. Acontecia de algumas histórias serem decoradas e repetidas sem a leitura do folheto. E assim ia sendo passada adiante, formando uma comunidade de ouvintes que imprimia sua marca na história, muitas vezes modificando-a e, nesse sentido, estabelecendo uma relação de troca entre consumidores (localizados majoritariamente no interior) e produtores (atuando principalmente nas cidades maiores). E é com base nesse processo que talvez possamos falar em circulação de idéias entre a cidade e o sertão e não da cidade para o sertão. O folheto é o veículo dessa circulação.

Referências bibliográficas

CÂNDIDO, Antonio. *A vida ao rés do chão*. In: CÂNDIDO, Antonio [et al.]. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. Pp. 13-23.

CARVALHO, José Murilo de. *República-mulher: entre Maria e Marianne*. In: CÂNDIDO, Antonio [et al.]. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. Pp. 505-527.

CASCUDO, Câmara. **Cinco livros do povo: introdução ao estudo da novelística no Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957.

CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ECO, Umberto. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias e de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERREIRA, Jerusa Pires. *A palavra, ocupação de rivais*. In: BATISTA, Maria de Fátima B. de M. [et al.] **Estudos em literatura popular**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004, Pp. 353-357.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Fontes

BARROS, Leandro Gomes de. **História da donzela Theodora**. João Pessoa: Popular Editora, s/d, 31 p.

_____ **Peleja de Leandro Gomes com uma velha de Sergipe**. s/l: Tipografia Antunes, s/d, 15 p.

_____ **As saias calções**. Recife: s/e, 1911. Pp. 1-8, 16 p.

Nosso Século (Enciclopédia) Vol. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1981. P. 108.

Fon-Fon. Ano IV, nº 4. Rio de Janeiro, 22 jan. 1910

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nos limites do patriarcalismo: gênero, identidade e chefia feminina de domicílios em Mariana, c. 1800 – c. 1822.

Romilda Oliveira Alves[1]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar parte de um estudo sobre a chefia de domicílios por mulheres solteiras, em Mariana, Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX. Através de uma abordagem qualitativa dos testamentos/inventários bem como quantitativa das listas nominativas, este estudo pretende analisar a estrutura e organização dos domicílios rurais e urbanos, procurando similaridades e diferenças entre eles.
Palavras chave: Mulher, Família e Domicílio

Abstract: The present work has as objective presents part of a study on the leadership of homes for single women, in Mariana, Minas Gerais, in the first decades of the century XIX. Through a qualitative approach of the testamentos/inventários as well as quantitative of the nominative lists, this study intends to analyze the structure and organization of the rural and urban homes, seeking similarities and differences among them.
Keywords: Womem, Family, Houses

A partir da década de 1980, a historiografia de gênero no Brasil, no campo da história social, tem produzido inúmeros trabalhos sobre a diversidade das condições de vida das mulheres que, ao longo, do tempo construíram a nossa história**.** Os estudiosos de gênero, ao se dedicarem a analisar as fontes da demografia histórica, abriram espaços para que se repensasse o papel feminino na sociedade, principalmente no interior da família.[2] A historiografia recente que aborda o período colonial observou, por exemplo, que "mulheres atuantes, chefes de domicílio e de negócios emergiram como contraponto à mulher branca de elite, ociosa e deitada na rede a gritar com seus escravos" (SAMARA, 1996: 23).

Nesta perspectiva, o presente trabalho pretende abordar a questão da chefia feminina solteira de domicílios em Minas Gerais, no período colonial. Tomando como cenário privilegiado a região de Mariana, nas primeiras décadas do século XIX, analisaremos a

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

[2] A categoria gênero refuta o determinismo biológico, expresso em termos como "sexo" ou "diferença sexual". Dessa maneira, esta categoria coloca em xeque os enfoques que, naturalizando e universalizando as experiências femininas e masculinas, não conseguem perceber a complexidade da vida cotidiana dos sujeitos históricos.

estrutura e organização dos fogos[3] rurais e urbanos, procurando similaridades e diferenças entre eles. Verificaremos se na área rural havia um pequeno número destes domicílios se comparado com os do meio urbano. Assim, buscaremos traçar a condição e o perfil social dessas mulheres chefes solteiras: quem eram, quantas eram, se tinham filhos (ilegítimos ou naturais) e a qual etnia pertenciam.

Para esse estudo, privilegiamos as freguesias de Santa Rita do Turvo, São João Batista do Presídeo, São Januário do Ubá e Rio Pomba, por se caracterizarem como regiões de "expansão agrícola". A escolha das listas nominativas de habitantes[4] dessas localidades se deu por elas apresentarem, no século XIX, – de acordo com a historiografia -, um perfil econômico tipicamente agrícola. No que diz respeito à cidade de Mariana, nossa escolha se deveu ao seu caráter urbano. A essa documentação fomos articulando um conjunto de inventários/ testamentos que possuem alguma referência à prole ilegítima e/ou mulheres solteiras, a partir dos quais foi possível tecer uma compreensão sobre o universo social e econômico em que elas estavam inseridas.

Os estudos desenvolvidos por Donald Ramos acerca da família em Vila Rica dos séculos XVIII e XIX foram referência central, ao longo de todo o trabalho. Buscando explicar as razões pelas quais as mulheres encontravam obstáculos variados para formar uma família legítima, Ramos levanta hipóteses de diversas naturezas: econômicas, burocráticas e emigrações da população - na maior parte masculina - para áreas de fronteira agrícola. O autor conclui que nas regiões estudadas por ele, a presença de mulheres como chefes de família é significativa nos vários contextos econômicos, exceto na área de expansão agrícola. Samara corrobora estes argumentos; segundo ela, ao que tudo indica, nas áreas rurais, e especialmente nos momentos de expansão agrícola, a presença feminina na chefia de família é menor do que nas áreas urbanas, o que se explica pela maior migração masculina em busca de melhores condições de sobrevivência em regiões de fronteira, nos espaços urbanos (RAMOS apud SAMARA, 1993: 53-55). Tais hipóteses não puderam ser testadas em nosso estudo; no entanto, os resultados obtidos por Ramos e Samara nos foram úteis, uma vez que percebemos

[3] Utilizar-se-á os termos "fogo", "família" e "domicílio", como sinônimos. Clotilde Andrade Paiva mostra que fogo é o termo português usado no século XIX para se referir a domicílio. Segundo ela, os termos fogo e família também foram utilizados como sinônimos nas listas nominativas de habitantes mineiras. Essa utilização se deu tanto nos casos em que havia relações consangüíneas explícitas entre os arrolados, quanto naqueles em que dentro de uma mesma unidade doméstica existia a presença de pessoas ligadas por laços consangüíneos juntamente com agregados e escravos. Desta forma, os critérios usados para definir fogo ou família vão muito além da presença ou não das relações consangüíneas. Cf. PAIVA, Clotilde A. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. p. 59.

[4] As Listas são documentos manuscritos, elaborados por distritos de paz, que contêm a relação nominal dos habitantes com algumas características pessoais e domiciliares. Cf . PAIVA. A, 1996.

que a representatividade de unidades domésticas, em Mariana, sob comando feminino, encontrava-se no meio urbano.[5]

Assim, observamos que dos 330 fogos arrolados em Mariana - caracterizada como área urbana -, 89 domicílios eram chefiados por mulheres solteiras (27,0 %). Por outro lado, em Santa Rita do Turvo - região rural - foram listados 217 fogos, dos quais apenas 9 (4,14%) eram de chefes femininas solteiras. No caso da região rural de São João Batista do Presídeo, verificamos que, dos 469 fogos listados aparecem 81 (17,3%) chefiados por mulheres solteiras. Dos 133 domicílios rurais de São Januário de Ubá, apenas 19 (14,3%) estavam sob o comando doméstico das mesmas. Esta pequena proporção de chefatura feminina solteira também se observa para a região rural de Rio Pomba, do total de 110 domicílios, somente 13 (11,1%) eram dirigidos por tais mulheres. Dessa forma, nos fogos rurais, a proporção de chefia feminina solteira representa, aproximadamente, em Turvo 4,14%; Presídeo 17,3 % e em Ubá 11,1%.

Em Vila Rica, no ano de 1804, Ramos observou 764 mulheres adultas sustentando a própria família, e esse número representava 45% do total de domicílios desta localidade. Segundo ele, as cidades ofereciam melhores oportunidades de trabalho para as mulheres chefes de família, pois as mesmas poderiam se dedicar às atividades de costura e de venda. O que explicaria, de acordo com o autor, pelo menos em parte, o predomínio delas nas áreas urbanas.

Nosso estudo também mostra que, dentre os domicílios encabeçados por mulheres solteiras, as pardas predominavam nas regiões analisadas. No que diz respeito aos fogos da área urbana, a participação das pardas é de 40,4%, seguidas pelas negras, 33,7 %, e as brancas com 24,71%. Já no distrito rural de Santa Rita do Turvo, observamos 66,6% de pardas e 33,30% de brancas, sendo que as negras não aparecem como chefes de fogo. Em Presídeo, vemos que as pardas solteiras representavam 57,14%, as brancas 31,17% e apenas 11,69 eram negras. Por sua vez, observamos também em São Januário de Ubá, pertencente à freguesia de Presídio, o maior número de pardas (58,33%) como chefes solteiras, assim como em Rio Pomba (61,54%). De um modo geral, a comparação destes resultados nos permite afirmar que as mulheres solteiras chefes de fogo demonstraram a mesma tendência comportamental em

[5] José Luiz de Freitas, ao estudar as estruturas fundiárias de Jundiaí do século XIX, também observou que, os domicílios encabeçados por mulheres, predominavam no meio urbano. A pequena proporção de chefatura feminina no meio rural, de acordo com Freitas, poderia estar no fato de que, muitas mulheres deveriam estar agregadas a outros domicílios chefiados por parentes ou mesmo pudessem ter emigrado para as áreas urbanas. FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica.* São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 218.

relação à questão étnica no universo rural e urbano de Mariana, onde predominavam as pardas.

Este fenômeno do predomínio das pardas como chefes de família tanto no universo rural quanto urbano é bem interessante, pois confirmam os estudos de Donald Ramos para Vila Rica. Tal autor evidencia para o ano de 1804, cerca de 38,2% de mulatas chefiando domicílios, seguidas pelas crioulas 38,1% e brancas 10,5%. Já para Ouro Preto – em 1838 - o autor observou 52,2% de chefes femininas mulatas, seguidas pelas brancas 30,3% e crioulas 12,6% (RAMOS, 1989: 155). Por outro lado, tal fenômeno difere dos estudos de Samara dedicados à área urbana de São Paulo do Século XIX, onde 64,9 % das mulheres chefes eram brancas, 28% mulatas e 6% pretas (SAMARA, 1989: 38).

Constatamos que o setor de agricultura é aquele onde se inclui a maioria das mulheres solteiras com ocupação declarada, nas regiões de Santa Rita do Turvo, Presídeo, Ubá e Rio Pomba, em 1819/1821. No entanto, vemos um número relativamente alto de atividades femininas que não foram mencionadas na lista nominativa de Presídeo e São Januário de Ubá. Observamos também que há um número considerável de chefes femininas e solteiras arroladas como indigentes em Santa Rita do Turvo. No que diz respeito a Rio Pomba, dentre as 13 chefes solteiras, detectamos uma preponderância de agricultoras (6), seguida das costureiras (5) e, por fim, das tecedeiras (2). Portanto nesta localidade, há uma maior diversificação de ocupações femininas listadas quando se comparada às demais regiões rurais acima analisadas. Francisco Andrade nos informa que, o setor de artesanato muito bem representado pelo número de fiandeiras, tinha participação expressiva nas regiões rurais de Mariana, no século XIX (ANDRADE, 1994: 79).

No tocante às atividades femininas no meio urbano, dentre as 89 solteiras e chefes, encontravam-se 15 indigentes, 4 que viviam de vendas e 2 ocupadas com lavras, além de 68 com ocupações não declaradas. Ida Lewkowicz ao estudar a lista nominativa observou que o recenseador foi bastante rígido ao classificar as ocupações. Aos mais pobres designou como indigentes, embora estes tivessem meios para ganhar a vida (LEWKOWICZ, 1992: 71).

Como interpretar tão poucas referências às atividades femininas nas listas nominativas? A sugestão é a de que elas possivelmente estivessem sub-registradas. De acordo com Clotilde Andrade Paiva:

> *Escravos e mulheres tinham por definição, implícitos em suas condições individuais, o exercício de um leque de tarefas tais como serviço doméstico em geral, fiar e tecer, fazer o que lhe mandam etc. que podia não ser percebido pelo informante como algo distinto da sua própria condição. Arriscamos*

> *a dizer, que poderia ser quase redundante dizer que uma mulher exercia tarefas domésticas ou que um escravo fazia isto ou aquilo* (PAIVA, 1996: 64).

Desse modo, muitas destas chefes solteiras que não tiveram suas ocupações declaradas poderiam estar envolvidas numa diversidade de atividades da indústria têxtil doméstica, bem como nos pequenos negócios e vendas.[6] Donald Ramos, assinala que era por meio de atividades de venda e costura que grande parte das mulheres pertencentes à área urbana de Vila Rica buscava recursos econômicos para sustentar a sua família, principalmente as mães solteiras. Segundo ele, a venda de comida nas ruas era uma atividade predominantemente do domínio das mães solteiras chefes de família, e em geral, tais mulheres eram identificadas pelo título bastante ambíguo, "vive de sua agência" (RAMOS, 1989: 163).

Como já sabemos, um significativo número de mulheres livres que se ocupavam das atividades do setor têxtil, dentre elas, fiandeiras, tecelãs, rendeiras e costureiras foi fartamente documentado nos estudos recentes sobre a economia mineira oitocentista. Douglas Libby ao analisar o mapa de população correspondente ao período de 1831-1840, observou que na Zona Metalúrgica – Mantiqueira, onde se localiza Mariana – mais de 50% das mulheres livres se ocupavam das atividades do setor têxtil, dentre elas, fiandeiras, tecelãs, rendeiras e costureiras (LIBBY, 1988, 187:196). Para Libby, a produção doméstica de fios constitui uma das principais atividades de transformação durante boa parte do século XIX, e foi por meio delas que muitas mulheres obtiveram recursos para o sustento do seu lar. Na visão do autor, a participação de um número significativo de mulheres e meninas neste ramo de atividade chegou a superar numericamente qualquer outra categoria profissional, isto contribuiu para a construção de uma indústria têxtil nas Minas oitocentista (LIBBY, 1988:14-17).

Outro aspecto importante para a compreensão da composição e organização dos domicílios é o plantel de escravos. Neste estudo observamos que em todas as regiões analisadas - exceto em Presídeo - o número médio de escravos por domicílios, comandados por mulheres solteiras, foi sempre superior a 1,0. Chegando ao máximo de 3,05 em Ubá. Por outro lado, percebemos também que havia um pequeno número de escravos presentes nos

---

[6] Os diferentes papéis ocupados pelas mulheres foram estudados pela historiadora Maria Odila Leite da Silva. A autora observou, para a cidade de São Paulo no século XIX, que era no espaço urbano que as mulheres mais pobres, livres, forras e escravas melhor improvisavam a sua sobrevivência. Roceiras e vendedoras perambulavam cotidianamente pelas ruas e principais pontos da cidade, fazendo o comércio clandestino e iludindo o fisco. Muitas dessas mulheres se viam obrigadas a improvisar papéis masculinos, como era o caso de tropeiras que conduziam boiadas e/ ou exerciam papel de vendedoras. Segundo Silva Dias, muitas dessas livres eram brancas empobrecidas, solteiras, solteironas que disfarçavam a sua pobreza sob os mantos de baeta negra, herdados de tempos melhores. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 22 - 58 *passim*

domicílios urbanos se comparado com os do meio rural. Contudo, no meio rural e urbano as maiores posses de escravos estavam nas mãos de mulheres solteiras brancas, enquanto a não propriedade de escravos - e algumas pequenas posses - era domínio das pardas e crioulas. No entanto, chama-nos a atenção o fato de encontramos apenas duas mulheres solteiras chefes de domicílio, moradoras da cidade de Mariana, como donas de mais de 9 escravos. Certamente, a explicação mais plausível para tal realidade pode ser tirada na discussão historiográfica que trata de uma relação direta entre o número de escravos e a prosperidade de um domicílio. Assim, podemos aventar a hipótese de que alguns desses domicílios pertenciam às camadas populares.

É bem provável que as mulheres solteiras e chefes, tanto da área urbana quanto da rural não tivessem tido condições de manter um número considerável de agregados em suas propriedades. Uma vez que o número médio deles por domicílio em ambas às localidades não chegou a ultrapassar 1,0.[7] Além disso, observamos que o número médio de filhos remanescentes nos domicílios das mães solteiras, tanto do meio urbano quanto do rural, mostrou-se relativamente pequeno: 1,1 e 2,3 respectivamente.

Ramos, ao analisar os censos de Vila Rica do ano de 1804, fez um estudo diacrônico, ou seja, acompanhou a evolução dos lares chefiados por mulheres ao longo do tempo. Assim o autor concluiu que, no geral, as mães solteiras chefes de família, tanto no meio urbano quanto no rural, tinham em média menos filhos do que as mulheres casadas, e inclusive, moravam em fogos menores. Segundo Ramos, o baixo *status* econômico que muitas mulheres solteiras possuíam, incapacitava-as para sustentar famílias grandes, principalmente nas áreas urbanas. É este fator pobreza, de acordo com o autor, que contribuía para que houvesse um número médio pequeno de filhos por fogos chefiados por mulheres solteiras. "Na cidade, os mais pobres se separavam dos filhos que eram encaminhados para a proteção de outras famílias, engordando o séqüito de dependentes. Lá aprendiam um ofício ou tornavam-se serviçais" (RAMOS, 1989:155-163).

É possível que grande parte destas mulheres solteiras - chefes de domicílio - estariam vivendo em uniões consensuais uma vez que, para as mais pobres, a opção por uma relação consensual poderia ter significado uma forma de sobrevivência. Infelizmente, esse tipo de informação não aparece em nossas fontes. Porém, esta omissão é compensada pela forte presença de crianças, definidas nos registros de batismo como "naturais". [8] Desta forma,

[7] Donald Ramos afirmou que, o pequeno número de agregados e escravos dentro de um domicílio, é uma indicação de pobreza e baixo status social da família.

[8] Em nossa pesquisa, observamos nas atas de batismos -1807/1817-, da Catedral da Sé de Mariana que o número de ilegítimos representava 53,09% do total das crianças que receberam o sacramento do batismo no período. O

talvez o fato de muitas mulheres serem mães de filhos naturais, é um indício de que muitas delas estariam vivendo em uniões consensuais quanto em fortuitas no momento da realização do sacramento do batismo. No entanto, também inferimos que algumas destas mulheres foram celibatárias; e outras nunca tenham constituído famílias ilegítimas.

É necessário salientar que apesar de observarmos a presença de agregados e filhos nos fogos de mulheres solteiras, foi significativo o número de domicílios solitários, principalmente na área urbana de Mariana. Algumas delas, por não terem herdeiros forçados, deixaram como herdeiros de seus legados, pessoas com quem tinham maiores vínculos afetivos. Assim, observamos em nossa amostragem de inventários um grande número de testadoras solteiras sem filhos, deixando seus legados para sobrinhos, irmãos, afilhados, parentes em geral e amigos mais próximos. Este é caso de Clara Maria Dias Batista, moradora na cidade de Mariana.

> *Declaro que sou natural e batizada na freguesia de São Sebastião termo desta cidade filha legitíma digo filha natural de Maria Fernandes Preta courana e de pai icógnoto (...) me tenho no estado de solteira sem herdeiros ascendentes nem descendentes que hajão de herdar meus bens por cuja razão depois de pagas as minhas dívidas e cumpridos os meus legados de todo remanescente que sobrar de minha fazenda instituo por minha universal herdeira a Maria parda filha de Francisca Dias moradora desta cidade.* [9]

Encontramos ainda casos de mulheres solteiras, pardas e forras, de razoável condição econômica material. Caso notável foi o de Iria Pereira de Jesus, moradora da cidade de Mariana. O domicílio desta mulher, em contraste com os de outras mulheres solteiras pesquisadas, era o mais afortunado, pois, além de uma casa situada na rua Direita, possuía ela quatros escravos e outros bens arrolados, dentre entre eles: jóias em ouro/ prata, barras em ouro/ prata e um chapéu fino inglês avaliado em 3$ 000 réis. No seu testamento, datado de 1816, declara:

> *"(...) a dez anos possuo mais ou menos tenho tido [sic] sociedade em todo o gênero de negócio com certa quantia de dinheiro com meu primeiro testamenteiro José Ferreira de Oliveira (...) do qual já recebi o principal da sociedade e só estão os lucros por liquidarem (...)."*[10]

O caso de Iria Pereira de Jesus é muito interessante, pois, era filha natural da escrava de Francisco Pereira de Araújo. Iria era ainda afilhada de Francisco Pereira de Araújo

índice de legítimos (33,33%), apesar de menor que o de ilegítimos, não é muito baixo. Já o índice de abandonados (expostos) é de 11,68%.

[9] AHCSM, códice 52, auto 1162, 1° ofício.
[10] AHCSM, códice 144, auto 3029, 1º ofício.

– que aparentemente lhe doara o sobrenome. Isso indica, talvez, que Iria era filha de seu padrinho que, por sua vez, dera alforria à sua mãe.

Por fim, observamos algumas semelhanças entre os nossos resultados e aqueles obtidos por Donald Ramos para Vila Rica, tais como: nas áreas urbanas os domicílios chefiados por mulheres solteiras eram em maior proporção que nas áreas rurais. Além disso, as pardas sobrepõem-se em número e proporção às brancas e negras em ambas as áreas. Observamos, no geral, que várias destas chefes femininas, viviam totalmente sozinhas, outras acompanhadas de filhos, e/ ou agregados e escravos. Entretanto, devemos ressaltar que se havia mulheres solteiras que faziam parte do contingente de "desclassificados sociais"[11] chefiando domicílios, havia também outras com perfis sociais e econômicos distintos.

Em suma, o que este trabalho procurou ressaltar através do estudo da chefia de família por mulheres solteiras em Mariana - na primeira metade do século XIX- foi que esse fenômeno esteve vinculado às transformações sociais e econômicas ocorridas nesta sociedade. Assim, demonstramos que de fato a chefia feminina de domicílios foi significativa no momento em que Minas Gerais passava pelo processo de expansão da fronteira agrícola.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.* 1994. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEWKOWICS, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX).* 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1998.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

[11] Laura de Mello e Souza, ao se dedicar a estudar o homem livre e pobre na região de Minas Gerais do século XVIII, apontou a existência de um grande contingente de "desclassificados sociais". Neste estudo a autora indicou que a pobreza era o elemento determinante para a formação destes "desclassificados sociais". MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

PAIVA, A. Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. **Anais...** São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.154-163.

RAMOS, 1990a apud SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. Revista História, São Paulo, v.12, 1993. p. 53.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX.* Marco Zero, Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989.

_____. Gênero e identidade na historiografia. *LPH*: *Revista de História Depto de História /UFOP.* Ouro Preto, n .6, p.16-26, 1996, p. 23.

Fontes

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - AHCMM

Listas nominativas: códice 651; Códice 742; Códice 398; Códice 398; Códice 701.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - AHCSM

Inventários *Post – Mortem* com testamentos (1807 -1822) 1º ofício.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A lei 4.330 e os caminhos da (i)legalidade das greves durante o regime militar

Clarice Gontarski Esperança*

Resumo: A comunicação pretende apresentar uma análise da lei 4.330, promulgada em 1964 e conhecida como lei "antigreve". Apesar de não proibir totalmente os movimentos paredistas, esta legislação estabelecia requisitos minuciosos que, na prática, obstaculizavam ao máximo o reconhecimento legal das paralisações do trabalho durante o regime militar. Sua derrubada foi um dos cavalos-de-batalha do movimento sindical emergente no final dos anos 70 e início dos 80. No entanto, em algumas ocasiões específicas, a lei foi empunhada em favor dos trabalhadores, ajudando a legalizar movimentos e garantindo vantagens a grevistas. A comunicação objetiva tentar compreender o uso e as críticas a esta legislação autoritária, bem como a postura aparentemente ambígua dos sindicalistas.
Palavras-chave: História do Trabalho, legislação, greves.

Abstract: This communication intends to present an analysis of the law 4.330, promulgated in 1964 and known as "antistrike" law. Although it did not forbid entirely the strike movements, this law established meticulous requirements that, in actuality, encumbered to the most the legal acknowledgement of organized labor walk-outs during the military regime. One of the battles of the union, which came about at the end of the 70s and beginning of the 80s, was the withdraw of this law. However, in some specific situations, the law was used in favor of the workers, helping to legalize some movements and guaranteeing to strikers advantages. This paper aims to understand the use and criticism to this authoritarian legislation, as well as the apparent ambiguous attitude from the unionists.
Keywords: Labor History, legislation, strikes.

O tema desta comunicação é a lei 4.330, uma das leis que regiam as greves durante a ditadura militar. Pretendo refletir sobre o uso da lei no horizonte de lutas do trabalhador brasileiro, mesmo na época do regime autoritário.

A lei 4.330 foi aprovada em maio de 1964 por um Congresso Nacional já enfraquecido pelo Ato Institucional nº1 e sancionada a 1º de junho pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Esta legislação alterava o decreto-lei nº 9.070, de 1946[1], que

* Mestre pelo PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora substituta na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. A elaboração da dissertação de mestrado contou com apoio de bolsa do CNPq.

[1] A respeito do decreto nº 9.070, uma curiosidade é que ele entrou em vigor oito dias antes da vigência da Constituição de 1946, portanto ainda sob a carta de 1937, que definia greve e *lock-out* como "recursos anti-sociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional". O decreto nº 9.070, ao contrário, admitia a greve como direito, porém fixava termos estritos na regulamentação de seu exercício. A Constituição de 1946 reconhecia o direito de greve em seu artigo 158, porém sujeito à regulamentação; "é reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará" (NASCIMENTO, 1989: 11-12).

regulava anteriormente as greves. Quando entrou em vigor, a 4.330 foi saudada em editorial do jornal gaúcho *Correio do Povo* (então o principal diário do Rio Grande do Sul) como uma forma de evitar que o país voltasse "àquele nunca acabar de greves sobre greves que se instaurou no governo do sr. Juscelino Kubistschek e que chegou ao apogeu no calamitoso e felizmente inconcluso desgoverno do sr. João Goulart"[2]. Em artigo no mesmo jornal, o juiz João Didonet Neto foi ainda mais enfático: "O direito de greve deveria ser extinto e não regulamentado" [3].

Um dos fatores que impedia a extinção pura e simples do direito de greve era a opção dos novos governantes em manter a Constituição de 1946[4]. De fato, a 4.330 só era taxativa e vedava terminantemente as paralisações de funcionários públicos (artigo 4, mesmo assim com exceções[5]), afirmando, em seu artigo 1º, que "o direito de greve, reconhecido pelo artigo 158 da Constituição Federal, será exercido nos termos da presente lei".

Mesmo nos anos seguintes, as leis do regime militar nunca chegaram a proibir abertamente as paralisações. Optaram por tentar obstaculizá-las ao máximo no âmbito legal. A Constituição de 1967 as interditou nos serviços públicos e atividades essenciais. O decreto-lei 1.632 (1978) relacionou uma ampla gama destas atividades[6] e atribuiu ao ministro do Trabalho a função de reconhecer o estado de greve. Ainda em 1978, a Lei de Segurança Nacional previu punições para a incitação à greve.

A lei 4.330, que permaneceu vigente de 1964 a 1989, estabelecia uma série de pré-condições para o exercício legal da greve, que o tornava, na prática, quase impossível. Em suma: teoricamente um "direito" como previsto na Constituição de 1946, as paralisações do trabalho eram, na prática, quase sempre ilegais. Os principais requisitos da 4.330, considerados por alguns juristas como "condenáveis" (DUARTE NETO, 1992: 58) ou "exagerados" (NASCIMENTO, 1989:13), eram basicamente os seguintes:

---

[2] GREVE e lei. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30/05/64, p.4.

[3] NETO, João Didonet. O direito de greve e sua regulamentação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/05/64, p. 4 .

[4] Boris Fausto vê na manutenção aparente da vigência da Constituição de 1946 um indício de como o regime militar sempre se recusou a assumir sua feição autoritária. (FAUSTO, 2000: 465-467).

[5] Diz o artigo 4: "A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da União, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho".

[6] Água, esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem como, por ato do Presidente da República, indústrias de interesse da segurança nacional. (NASCIMENTO, 1989: 14 e 101-102). Anteriormente, a lei 4.330 considerou fundamentais "as atividades nos serviços de água, energia, luz, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga ou descarga, serviço funerário, hospitais, maternidade, venda de gêneros alimentícios de primeira necessidade, farmácias e drogarias, hotéis e indústrias básicas ou essenciais à defesa nacional".

1) A greve precisaria ser autorizada por assembléia geral da entidade sindical (dois terços dos associados em primeira convocação e um terço na segunda, com intervalo mínimo de dois dias entre elas). Em sindicatos que representassem mais de 5 mil trabalhadores, o quórum em segunda convocação era de um oitavo dos associados;

2) A assembléia seria convocada com a publicação de edital em jornais com antecedência mínima de 10 dias;

3) A decisão da assembléia seria tomada por *voto secreto* (cédulas "sim" e "não");

4) A mesa apuradora da votação seria presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por alguém designado pelo procurador-geral do Trabalho;

5) Se a decisão fosse por greve, a diretoria do sindicato notificaria o empregador *por escrito,* dando-lhe prazo de cinco dias para o atendimento das reivindicações e informando o dia, mês e hora do início da greve, com intervalo mínimo de cinco dias nas atividades consideradas "acessórias" e 10 dias nas "fundamentais".

6) Cópias autenticadas da notificação ao empregador e da ata da assembléia deveriam ser encaminhadas ao Delegado Regional do Trabalho, que tentaria conciliar ambas as partes.

O não-cumprimento dos "prazos e condições estabelecidas" tornava a greve passível de ser considerada ilegal (artigo 22). Pela letra da lei (artigo 29), a simples participação em uma greve ilegal já podia sujeitar o trabalhador individual a uma pena de reclusão de seis meses a um ano, além de multa. "Atos de violência" (como "agressão, depredação, sabotagem, invasão do estabelecimento, insultos, afixação ou ostentação de cartazes ofensivos às autoridades ou ao empregador") justificavam a demissão por falta grave do trabalhador (artigo 8). Outros "excessos" cometidos davam o direito ao patrão de punir o empregado com advertência, suspensão ou demissão (artigo 27).

Em contraponto, os grevistas "legais" tinham garantias teoricamente nada desprezíveis, como "aliciamento pacífico", "coleta de donativos e uso de cartazes de propaganda, desde que não ofensivos e estranhos às reivindicações da categoria profissional", "proibição de despedida de empregado que tenha participado pacificamente de movimentos grevistas" e "proibição, ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas" (artigo 19). Além disso, a greve considerada lícita assegurava aos grevistas o pagamento dos dias parados (artigo 20). O problema era cumprir todas as exigências da licitude.

O movimento sindical do final dos anos 70 tomou a derrubada da lei 4.330 como um de seus cavalos-de-batalha. Isto ocorreu já a partir da primeira greve dos metalúrgicos do ABC paulista, em 1978. Na ocasião, o movimento foi declarado ilegal pelo TRT paulista com base na legislação e, para surpresa do governo e dos empresários, continuou, mostrando a crescente ineficácia da 4.330. Em reportagem publicada no jornal *Em Tempo*, alinhado com os sindicalistas, a lei era alcunhada de "antigreve" e definida como "uma trama sofisticadíssima de pré-condições, condições, procedimentos (papéis, atas, editais, notificações autenticadas em cartório etc) para, na prática, proibir a greve para qualquer categoria de trabalhadores". A luta contra sua vigência era definida como "uma bandeira dos programas de todas as oposições sindicais"[7].

A posição não era descabida. Mesmo ineficaz, a lei pairava como uma ameaça constante aos sindicalistas. Em 1979, por exemplo, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ocupou uma rede nacional de rádio e TV para intimidar trabalhadores grevistas com sua aplicação rigorosa[8]. Porém, a segurança e a freqüência com que o Executivo empunhava a 4.330 nem sempre era vista com bons olhos no Judiciário.

Em abril de 1980, numa decisão encarada à época como surpreendente, o TRT paulista decidiu que não cabia ao tribunal decretar a legalidade ou ilegalidade da greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Ouvido pelo jornalista, um juiz teceu críticas a "essas leis antijurídicas que não se podem aplicar e à atitude de ministros, como Murilo Macedo, que dizem previamente que a interpretação vai ser essa e tal". Dessa forma, a decisão do TRT paulista foi interpretada como uma forma de reafirmar a autonomia do Judiciário[9]. A decisão pressupunha, porém, a volta ao trabalho. Como os trabalhadores continuaram parados, o tribunal mudou de posição e, em novo julgamento, declarou a greve ilegal. A sentença abriu caminho para violenta repressão do governo, com a prisão de 16 líderes sindicais, intervenção no sindicato e ocupação da região por tropas do Exército. No mesmo ano, a batalha pela derrubada da 4.330 constou da resolução aprovada pela comissão diretora nacional provisória do Partido dos Trabalhadores[10]. Seis anos depois, a legislação era citada explicitamente nas resoluções do 2º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores como a lei "que

---

[7] A LEI anti-greve. *Em Tempo*, São Paulo, nº 13, 29 de maio a 4 de junho de 1978, p. 4 .

[8] GREVE: legislação não foi usada com rigor. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 11/05/79, sem indicação de página.

[9] SARDENBERG, Carlos Alberto. E a ilegalidade? *Istoé*, São Paulo, 09/04/80, p. 3. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/especiais/greve80/istoe_reportagem2.htm> Acesso em 21/01/04.

[10] No item liberdade sindical. 21 ANOS do PT – Campanha de Filiação para a legalização do PT. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/especiais/21 anos/rep01.htm>. Acesso em 14/07/2004.

inviabiliza o direito de greve e permite ao governo e aos patrões o direito da repressão" (CUT, 2003).

Á primeira vista, o Direito aqui se configura como meio de dominação *stricto senso*, destinado somente a legitimar ideologicamente a hegemonia burguesa (e, no caso, o regime autoritário). Porém, ao examinar o tema sob a ótica de Thompson, pode-se perceber algumas nuances desta interpretação. Para o historiador, as relações de classe são expressas na forma da lei, sendo esta dotada de características, história e lógicas próprias: "É inerente ao caráter específico da lei, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade" (THOMPSON, 1987: 353). Se o que legitima a exploração econômica em sua forma legal é a noção de justiça, torna-se necessário que, em algum momento, esta idéia se torne crível para dominantes e dominados.

A complexidade do pensamento de Thompson sobre o Direito está no fio tênue que une três aspectos: a possibilidade de vitória pontual dos dominados no campo jurídico, a legitimação (fortalecimento) da dominação pela lei e a limitação do arbítrio dos dominantes. O Direito é, assim, uma arena complexa onde se travam batalhas com repercussões importantíssimas em todos os âmbitos sociais.

Sem ignorar ou minimizar o arbítrio e o autoritarismo do regime militar, é importante lembrar que a ditadura não foi uma época sem leis. Os atos de cassação e intervenção na vida civil, o cerceamento dos direitos, a repressão aos sindicatos foram tema da extensa legislação do Poder Executivo a partir de 1964. Mesmo quando fechou o Congresso e outorgou-se poderes excepcionais, o governo o fez através de uma lei, o AI-5. Eram legislações arbitrárias, nem sempre cumpridas – a pena de morte instituída pelo AI-14 (1969) nunca chegou a ser executada (SILVA, 2005), apesar de vigir informalmente nos porões – mas a preocupação em editar tais normas revela um esforço de legitimação.

Esforço de legitimação que se dá também pela edição da autoritária lei 4.330. A opção inicial do regime por manter formalmente a Constituição anterior e a pressa em regular as greves impedia, paradoxalmente, que as paralisações do trabalho fossem sumariamente banidas da legalidade formal. Portanto, fiel à sua lógica interna e coerente com o ordenamento constitucional vigente, a lei mantinha uma margem acanhada de legalização dos movimentos.

Apesar de estreita, tal margem não era impossível. Só no Rio Grande do Sul, das 10 greves realizadas entre o golpe militar de 1964 e o ano de 1978, no período mais negro da ditadura, duas foram consideradas legais: a dos calçadistas em 1965 (por atraso de salários) e a dos bancários em 1966 (por não cumprimento de dissídio)..

De fato, o artigo 16 da 4.330 abria espaço para a legalidade em casos específicos, ao estabelecer prazos especiais para situações excepcionais: "será de 72 horas o pré-aviso para a deflagração da greve, nas atividades fundamentais e nas acessórias, quando motivada pela falta de pagamento de salário nos prazos previstos em lei ou pelo não cumprimento de decisão, proferida em dissídio coletivo, que tenha transitado em julgado". Citando explicitamente a falta de pagamento de salários e o não cumprimento de decisão de dissídio coletivo, o artigo foi interpretado tradicionalmente pelos juristas e advogados como um aval para a legalização das greves nestas situações. Mas isto não as eximia do cumprimento dos prazos e requisitos, os quais sempre eram alvo de debate nos tribunais.

Um exemplo é a greve dos funcionários da Maxwell Eletrônica Comercial e Industrial, de São Paulo, julgada pelo TRT daquele estado em janeiro de 1978. Motivada pela falta de pagamento de três meses de salário, a paralisação teve parecer favorável pela legalidade da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, que desconsiderou pedido da empresa para que a greve fosse considerada ilegal devido ao suposto não cumprimento do prazo de 72 horas do aviso prévio. Os juízes do tribunal aceitaram o argumento dos trabalhadores de que o prazo fora realmente cumprido e decidiram pela legalidade, condicionando a volta ao trabalho ao pagamento de salários [11].

Em minha dissertação de mestrado (ESPERANÇA, 2006), analisei o caso da greve da Empresa Jornalística Caldas Júnior, motivada também pelo atraso no pagamento de salários. O movimento, que envolveu jornalistas, gráficos e motoristas do já citado jornal *Correio do Povo* e também do diário *Folha da Tarde*, durou 56 dias, entre dezembro de 1983 e fevereiro de 1984. Seus líderes eram claramente sindicalistas ligados às correntes alinhadas ao novo sindicalismo, fenômeno geralmente caracterizado pelas retomadas dos movimentos grevistas, a partir de 1978, e pela ascensão de militantes de oposição ao regime nas cúpulas sindicais. A imagem de novo sindicalismo foi construída tradicionalmente tendo como um de seus alicerces características como a ruptura com práticas sindicais do pré-64 e um enfrentamento tanto com o regime quanto com o arcabouço legal trabalhista.

Em fevereiro de 1984, o TRT gaúcho julgou a greve da Caldas Júnior e proferiu uma sentença considerada uma "vitória" pelos trabalhadores: legalidade do movimento, o pagamento dos salários atrasados em 10 dias (sob pena de multa de 50% dos débitos), a readmissão de empregados demitidos e a garantia de emprego e não-punição dos grevistas,

[11] Processo DC9/78-A, acórdão TP. 40/78, de 17 de janeiro de 1978. *Revista de legislação social, doutrina e jurisprudência*. São Paulo: LTR, 1978. p. 42/340-42/342 (BDir).

bem como o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A base da decisão era a obediência aos requisitos da lei 4.330. Tal sentença foi suspensa temporariamente pelo TST em março, mas reafirmada em julgamento do mérito pelo mesmo tribunal em setembro (com exclusão da multa e da obrigatoriedade dos depósitos do FGTS e da Previdência Social).

Ao tentar compreender este caso específico, observei entre os fatores que possibilitaram e condicionaram o acontecimento as próprias brechas na lei 4.330. Mas o levantamento permitiu entrever ainda uma movimentação entre uma parcela dos juízes e advogados da época que, expressa em termos de artigos, de posicionamento público por meio de entidades de classe e de decisões jurisprudenciais, defendia um alinhamento do Judiciário com as lutas sociais e a democratização.

Além disso, encontrei evidências de uma opção planejada e consciente dos trabalhadores pela via legal. Ao mesmo tempo em que promoviam paralisações e passeatas, distribuíam cartas abertas à população e organizavam piquetes, os empregados definiram uma estratégia jurídica de enfrentamento com o patronato. A decisão por uma saída legal foi tomada em assembléia meses antes da greve e o processo foi instruído cuidadosamente, com cópias de atas e editais de convocação, documentos referentes à situação legal da empresa e um conjunto de 12 ofícios, enviados à DRT pelos sindicatos entre abril e novembro comunicando o atraso salarial. Um folheto distribuído entre os trabalhadores ainda em outubro de 1983, numa assembléia que tinha como pauta a discussão da possibilidade de greve (decisão só tomada dois meses depois), ratifica a ênfase na atenção às minúcias da lei acenando com as vantagens de seu cumprimento – entre eles, o impedimento legal de demissão dos grevistas.

Outro ponto interessante é que algumas evidências coletadas permitem pensar que diversos pontos necessários à legalidade pelo texto da lei não foram realmente cumpridos, como por exemplo, a realização de voto secreto e de duas assembléias para ratificar a greve. Houve muito mais uma preocupação em *provar* por meio de documentos tal cumprimento, numa postura que indica uma utilização consciente e calculada do caminho jurídico, estratégia calcada na idéia de justiça e alicerçada numa idéia de direitos não só ética ou moral, mas fundamentalmente legal.

Neste sentido, podem ser encontrados traços do horizonte cultural legalista que Paoli já identificara como característico dos trabalhadores no Brasil. Conforme esta autora, "a formação da classe operária brasileira não pode ser entendida sem considerar-se a intervenção

legal do Estado nas relações de trabalho cotidianas" (*apud* FRENCH, 2002:10). A lei, portanto, condicionaria a forma de agir e, principalmente, de pensar, do trabalhador brasileiro, não só em termos de limites, como de possibilidades.

Violentamente criticada pelo movimento sindical "combativo" que então emergia, a 4.330 não deixou de ser utilizada por lideranças "autênticas" a seu favor quando houve oportunidade. O próprio crescimento explosivo das demandas individuais nos anos 90 na Justiça do Trabalho, como indica levantamento de Cardoso (CARDOSO, 2003:162), tende a relativizar a idéia de um distanciamento dos trabalhadores brasileiros na época em relação ao arcabouço legal trabalhista, distanciamento este tradicionalmente empunhado como bandeira de luta do novo sindicalismo. Tanto a crítica feroz à legislação quanto a sua utilização (quando convinha) tinham o mesmo objetivo: ampliar e garantir os direitos dos trabalhadores numa sociedade de tradição extremamente autoritária e excludente.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2003.

COLOMBO, Neli Terezinha Fornari. *O sindicalismo urbano no RS (1964-1979)*, Porto Alegre, Iespe, PUCRS, s/d.

CUT 20 anos 1983-2003. Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/CUT, 2003. CD-ROM..

DUARTE NETO, Bento Herculano. *Direito de greve: aspectos genéricos e legislação brasileira*. São Paulo: LTR, 1992.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. A greve da oficina de chumbo – O movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Dissertação (mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP/Fundação para o desenvolvimento da Educação, 2000.

FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil – Ensaios de História Social.* Campinas: Unicamp, 2006, p. 379-416.

MELLO, Maildes Alves de. *A greve no Direito Positivo Brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1980.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Comentários à lei de greve*. São Paulo: LTR, 1989.

PRUNES, José Luiz Ferreira. *A greve no Brasil*. São Paulo: LTR, 1986.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e repressão legal: a pena de morte rediviva e o caso Theodomiro Romeiro dos Santos (1969-1971).* Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, 2005, Universidade Estadual de Londrina.

SILVA, Shirlei Inês Mendes da. *Reconstruindo a democracia: a experiência dos bancários de Porto Alegre/RS*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Unicamp, Campinas, 1999.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Primeiro Patrimônio Etnográfico do Brasil: a coleção-museu de magia negra.

Alexandre Fernandes Corrêa[1]

Resumo: Este artigo analisa aspectos históricos e conceituais vinculados ao tombamento da Coleção Museu de Magia Negra do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 1938. Trata-se de uma reflexão sobre o conceito de etnografia no pensamento social brasileiro do início do século XX.
Palavras-chave: Patrimônio Etnográfico – Museologia – Memória Social

Abstract: This article analyze historics and conceptuals aspects connected at the cultural herance. The Black Magic Collection Museum of the Rio de Janeiro was inscription in the Brazilian cultural patrimony in 1938. This article to deal about reflection of the ethnographic concept in the brazilian social thought in the last century.
Keys-words: Cultural Herance – Museology – Social Memory

O conteúdo deste ensaio é o resultado de um ano de trabalho sobre os diferentes olhares enfocados nas coleções etnográficas[2] constituídas a partir dos processos jurídicos ligados à repressão policial e psiquiátrica aos terreiros, casas de santo, centros de espiritismo e práticas de magia, bruxaria e feitiçaria ocorrida no início do século XX. Essa investigação tomou como base interpretativa o uso do conceito de patrimônio etnográfico, aplicado a essas coleções museológicas.

O projeto de pesquisa (UFRJ/CNPq) desenvolveu-se inicialmente voltado para o estatuto museológico das coleções etnográficas, definidas categoricamente como representantes do campo religioso afro-brasileiro. Historicamente essas coleções foram criadas a partir da ação repressiva estatal, ação policial e sanitária que coincide com a ascensão do Estado Novo autoritário e centralizador. Esse processo se dá numa sociedade em

---

[1] Docente Adjunto de Antropologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA (PPGCS). Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia PUC/São Paulo. E.mail: alexcorrea@antropologia.com.br. Texto base apresentado na XXVª Reunião ABA–2006, no GT-38: Patrimônio, linguagens e memória social. Re-apresentado na XXXª Reunião Anual ANPOCS-2006, no ST-06: Memória Social e Patrimônio: desafios contemporâneos.

[2] Coleções Etnográficas com objetos de magia afro-brasileira: Museu Antropológico Estácio de Lima (Coleção Nina Rodrigues), Salvador (BA); Casa de José de Alencar (Coleção Arthur Ramos), Fortaleza (CE); Centro Cultural São Paulo (Coleção Mário de Andrade), São Paulo (SP); Museu do Estado de Pernambuco (Objetos de culto afro-brasileiro), Recife (PE); Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Coleção Perseverança), Maceió (AL); e Museu da Polícia Civil (Coleção Museu de Magia Negra), Rio de Janeiro (RJ).

transformação acelerada, rompendo laços com a vida rural, através da industrialização que incrementa a urbanização do país, a partir da década de 1920.

No entanto, o absolutismo da "hipótese repressiva" – que toma o Estado como o agente central da ação policial e sanitária –, subjacente a esse posicionamento, no decorrer da pesquisa esgotou seu alcance de análise, conduzindo a investigação a um impasse epistemológico. Esse dilema interpretativo implicou na mudança dos caminhos até então seguidos no estudo. Identificados os obstáculos epistemológicos e interpretativos, buscou-se tentar superá-los através do mergulho na contextualização histórico-cultural da época em que foram constituídos os diferentes olhares sobre esses acervos museológicos e etnográficos – em especial a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro. Este trabalho, pois, faz parte de uma pesquisa mais ampla que considera os museus como dramatizações sociais, com lógica simbólica própria, exercitando o jogo do esquecimento e da lembrança no grande teatro das memórias sociais da sociedade brasileira[3]. No teatro da memória social brasileira o acervo cultural em foco, após sua inscrição no Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, passou várias décadas esquecido e abandonado[4]. Somente na década de 1980 testemunha-se a recuperação dessa coleção do esquecimento institucional, ao qual estava condenada. Mais precisamente em 1979, a equipe, financiada pela FUNARTE e o CNDA, realizou pesquisa etnográfica no Museu da Polícia Civil[5]. Assim, a presente pesquisa dá continuidade a esse trabalho de recuperação e 'distabuzação' dessa coleção museológica.

Princípios Metodológicos

As bases teóricas que balizaram o esforço interpretativo foram as seguintes. De imediato, é preciso indicar que as bases teóricas deste ensaio se apóiam diretamente nas

[3] Como escreveu Ulpiano T. Bezerra de Meneses: "O *Theatrum Memoriae* insere-se nessa linhagem [renascentista], mas enraizando-se, também, nas artes da memória da Antiguidade e da Idade Média, que propunham a articulação de imagens a lugares e espaços, para assegurar a rememoração. Hooper-Greenhill vê aí o surgimento do Museu como teatro da memória, conceituação que ela acredita deva ser explorada, mesmo hoje, pois seu potencial permaneceu ainda parcialmente inexplorado: é mais eficiente do que a escrita e outros sistemas intermediados de registros já que a matriz sensorial facilita a rememoração. A partir da seleção e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico" (MENESES, 1994: 9-10). Sobre o teatro da memória foi consultado também Henri-Pierre Jeudy, *Memórias do Social* (1990). Esse aspecto é desenvolvido na tese de doutoramento que se defendeu (CORRÊA, 2003), e no artigo *Teatro das Memórias Sociais e do Patrimônio Cultural*, a ser publicado.

[4] O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional só passou a incluir a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro nos seus relatórios de bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo, em 1984.

[5] As pesquisas realizadas pela Yvonne Maggie, no final da década de 1970, resultaram no trabalho de tese de doutorado *Medo do Feitiço*, concluído em 1993.

propostas metodológicas de Claude Lévi-Strauss, particularmente quando sustenta a ambição da antropologia em investigar a *totalidade*. Segundo suas próprias palavras, a antropologia

> *(...) vê, na vida social, um sistema cujos aspectos estão todos organicamente ligados. Ela reconhece de bom grado que é indispensável, para aprofundar o conhecimento de certos tipos de fenômenos, dividir um conjunto, como o fazem o psicólogo social, o jurista, o economista, o especialista em ciência política.*
>
> *Mas, quando o antropólogo procura construir modelos, tem sempre em vista, e como segunda intenção, descobrir uma forma comum às diversas manifestações da vida social. Esta tendência se encontra tanto atrás da noção, introduzida por Marcel Mauss, de fato social total, como também na de pattern, da qual se sabe a importância que adquiriu na antropologia anglo-saxônica no curso destes últimos anos (LÉVI-STRAUSS, 1975: 406).*

O campo de trabalho investigado foi especialmente adequado para refletir sobre os alcances desses princípios. No que tange às interpretações sobre os diferentes olhares sobre a Coleção Museu de Magia Negra, tombada no início do século XX, pode-se dizer que problemas de análise cruciais se levantaram, do tipo que Lévi-Strauss já prenunciava que o etnólogo enfrentaria. Problemas e riscos que foram enfrentados, quando se almejou traçar um modelo interpretativo sobre as representações sociais e os olhares sobre as coleções museológicas indicadas, levando em conta que, na sociedade estudada, já existiam diversas interpretações próprias sobre tais representações e olhares subordinados a sistemas de valor ou ideologias; interpretações que se confundiam num vocabulário sociológico comum.

Seguiu-se a orientação de Claude Lévi-Strauss, citando seus textos clássicos, no sentido de colocar com mais propriedade os desafios enfrentados na pesquisa. Admite-se que não se tem condições de testar e medir o grau de exatidão ou verossimilhança das hipóteses interpretativas oferecidas: não se possuem dados considerados concretos ou empíricos que atestem 'a verdade da hipótese' que aqui se levanta sobre as razões que levaram o grupo de intelectuais do antigo SPHAN a tombar a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro, em 1938. Contudo, apesar dessas dificuldades não se ficou isento do risco de formular hipóteses: cabe à crítica colocar os termos no devido lugar. Pretensões há por toda parte, mas deve-se ter em conta que uma ciência que não arrisca hipóteses de trabalho, não é digna desse nome.

Assim, procurou-se adentrar no universo cultural e imaginário do início do século XX, almejando construir um modelo básico que organizasse uma configuração, o mais lúcida possível, sobre os olhares construídos sobre esse acervo museológico em foco, no período histórico de sua criação. Para tal, a partir da análise de dados recolhidos através de depoimentos, entrevistas, correspondências, acontecimentos históricos, e também em documentos escritos, entre os quais poesias, prosas, ensaios, correspondências, dissertações, filmes, teses e obras publicadas – materiais difusos e, por vezes, heteróclitos, buscou-se

organizar um quadro de referência teórico que servisse como um modelo de análise plausível. Esse modelo, como foi visto acima, pode estar ora mais, ora menos consciente ou inconsciente, para os agentes e personagens envolvidos na trama social.

Cabe frisar que, ao utilizar alguns princípios estruturalistas defendidos por Claude Lévi-Strauss, considerado o fundador do estruturalismo, não se celebra filiação a uma ortodoxia de escola. Fez-se referência, sim, a uma tradição teórica fecunda, desejando preservar alguma liberdade de movimentação e autonomia metodológica. O modelo de análise que se utiliza não se apóia em bases matemáticas ou estatísticas; antes são fontes de trabalho, assim como os dados usados para reflexão são heterodoxos (e heteróclitos), sujeitos a contaminações variadas, em domínios do conhecimento por vezes tão diversos (artes plásticas, cinema, ciência, literatura, poesia, filosofia, sociologia, etc). De fato, esses objetos "são interpretações de interpretações"[6]. Nesse sentido, caberia defender aqui um princípio científico antipositivista que se considera salutar.

Antropologia do Olhar

O estudo aqui empreendido realizou-se através de uma antropologia dos olhares sobre a Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro. Procurou-se efetuar um procedimento interpretativo apoiado na prática antropológica apresentada por Claude Lévi-Strauss na obra *O Olhar Distanciado* (1986), procedimento que foi resumido em entrevista concedida em 1998:

> *O olhar distanciado caracteriza o olhar antropológico. A expressão 'olhar distanciado' é de Hami, que foi um grande ator dramático japonês. Ele dizia que, para ser um bom ator, era preciso olhar para si mesmo, o tempo todo, com os olhos afastados do espectador. O olhar distanciado pode ser aprendido através de treinamento, mas também é algo que se pode possuir desde o nascimento, uma espécie de característica da personalidade de cada um*[7].

De acordo com esse procedimento metodológico, começou-se a esboçar um quadro sinótico dos olhares constituídos historicamente em relação à Coleção Museu de Magia Negra, tombada em 1938. Foram esses olhares que demarcaram a construção dos cinco capítulos desse estudo interpretativo. Cada capítulo expressa a "visão" de cada olhar sobre esse conjunto museológico. Cada "olhar" tem uma forma específica de elaborar o estatuto museológico desse acervo de objetos e peças religiosas e mágicas. Foi possível realizar esse

[6] Como escreveu Michael Taussig: "De qualquer modo, o que chega até nós são histórias, vinhetas, descrições, boatos – em suma, filigrana e fragmentos de narrativas, entretecidos, permeados e moldados em narrativas míticas" (1993: 86). Não há uma verdade dos fatos, como a ciência positivista pregava; o que há são 'versões', 'narrações' – para o cientista social interessa, no entanto, o ser social da verdade.

[7] Entrevista para Beatriz-Perrone Moisés em Paris, 1998. Jornal Folha de São Paulo, Domingo, 27 de junho de 1999, Caderno *Mais!*, página 7.

"mapa dos olhares" sobre essa coleção museológica a partir da abordagem antropológica apontada por Lévi-Strauss, isto é, através do estranhamento e do distanciamento em relação aos olhares dos outros, e deste pesquisador, em relação a ela[8].

Abordagem Antropológica e Análise Intercultural

Os procedimentos metodológicos realizados se inspiraram numa prática que aprofunda o alcance das pesquisas antropológicas nas sociedades contemporâneas. No caso específico dos estudos e pesquisas sobre acervos museológicos e o teatro das memórias sociais, a abordagem antropológica se mostrou extremamente fecunda, conforme aponta com precisão Patrice Pavis:

> *A abordagem antropológica fornece uma perspectiva de conjunto, não se limita à visão Ocidental – abre-se ao leque de práticas espetaculares vivas, sejam quais forem os contextos culturais. É um método plural, em perpétua elaboração, que federa diversas abordagens e não se reduz a um só olhar (PAVIS, 2003: 257).*

A conseqüência direta e imediata dessa prática foi a abertura do campo de possibilidades interpretativas que se efetuou neste ensaio, de maneira exemplar. Nada mais se fez que tentar realizar o que está condensado nestas linhas:

> *A abordagem antropológica obriga a um olhar comparativo e a um questionamento dos métodos de análise. Assim como uma cultura só se define realmente em relação e em contraste com as outras, uma tradição teatral e um método de análise só tomam sentido em relação às outras (Idem: 257).*

Ao tomar os museus e as coleções museológicas como formas de dramatização do social, utilizou-se a abordagem antropológica e a análise intercultural para tentar compreender o significado cultural desse conjunto museológico de magia negra. Neste trabalho tomou-se a Coleção de Magia Negra como um conjunto museológico comparável a um 'ato dramático'. Através da etno-cenologia[9], pretendeu-se empreender a análise interpretativa, do modo como Jean Duvignaud indicou: "A cerimônia dramática é apenas um caso de figura das cerimônias sociais: "Em diferentes graus, um comício político, uma missa, uma festa de família ou de bairro são, da mesma forma, atos dramáticos" (In, PAVIS, 2003: 254).

Sinopse do Ensaio Interpretativo

---

[8] Como exemplo de exercício mais recente desse método, ver a obra *Olhar, Escutar, Ler*, na qual o autor "interroga três procedimentos estéticos básicos e examina suas variantes e sua possível estrutura comum" (LÉVI-STRAUSS, 1997).

[9] Primeira fase do conhecimento produzido pela etnocenologia, definida por Patrice Pavis como: "o estudo, nas diferentes culturas, das práticas e dos comportamentos humanos espetaculares e organizados" (PAVIS, 2003: 272).

No Capítulo I, intitulado 'olhar patrimonial', faz-se uma análise histórica e epistemológica do conceito de *patrimônio etnográfico*, apontando para suas metamorfoses mais recentes. Apresentam-se as bases teóricas e históricas da crítica à noção de patrimônio etnográfico, que jamais conseguiu se livrar do sentido pejorativo do seu uso a-crítico. Nesse trajeto indicam-se os caminhos possíveis para sair do impasse de uma herança colonialista que ainda insiste em perpetuar-se. A partir da crítica ao "etnografismo[10]" contemporâneo que se nutre de um discurso fragmentador e segmentado por egoísmos étnicos, sugere-se a relativização radical do uso do termo "etnográfico", superando enfim a ideologia colonial e ultrapassando o cânone tradicional da disciplina[11]. Não seria o caso de propor uma nova nomenclatura, uma nova terminologia para indicar as primeiras fases do processo de conhecimento antropológico?[12] Talvez o termo "culturografia" (ou 'semiografia' dos sistemas culturais) expressasse com mais propriedade a missão científica da antropologia: uma aventura, mais fecunda, através da 'des-etnografização' irônica da investigação antropológica, recolocando em foco a diversidade cultural e reencontrando assim sua vocação original[13]. Nesse primeiro capítulo, após apresentar as vicissitudes históricas do tombamento do primeiro patrimônio etnográfico do país, analisa-se a criação do volume etnográfico do Livro do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No Capítulo II, descreve-se a construção do 'olhar policial' a partir das reformas cientificistas e positivistas empreendidas na Segurança Pública, pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores, no começo do século XX. Desenvolve-se especial atenção sobre a criação e atuação das quatro Delegacias Auxiliares ligadas ao Chefe da Policia Civil do Distrito Federal e do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, onde havia um Museu que foi célula embrionária do futuro Museu da Polícia, vinculado à Escola da Academia de Polícia. No fim do capítulo destaca-se uma reflexão sobre a museologização do mundo do crime e a apresentação da hipótese dos riscos atuais que a coleção está correndo com o

---

[10] Sobre a obsessão etnográfica José Carlos Rodrigues indaga: "Não estaria aí o sentido da urgência de os poderes providenciarem Outros artificiais, de fazerem etnografias de emergência, de museologizarem, de 'conservarem', afinal?" (RODRIGUES, 1991: 178).

[11] Como escreveu Antoine Vitez : "Não gosto que me digam que não posso entender nada dos outros, nem os outros de mim. Tenho horror desta moda que faz as diferenças irredutíveis. Então não compreendo nada das mulheres por que sou homem, dos africanos por que sou europeu? Ao pé da letra, isso me enlouquece. Se devesse pensar nisso, não poderia mais viver" (*apud* PAVIS, 2003: 258).

[12] "Ao assumir uma atitude 'irônica' frente às formas de representação etnográfica, o efeito de sua reflexão é desetabilizar a própria noção antropológica de cultura, tal como esta se configurou ao longo do século XX. Em especial aquelas concepções em que a 'cultura' aparece como uma totalidade integrada no espaço e contínua no tempo, dotada de uma 'identidade' e de fronteiras muito bem definidas, fundada em 'raízes' e portadora de 'autenticidade'" (CLIFFORD, 1998: 11).

[13] Como salientou Merleau-Ponty: "a antropologia contribui para a constituição das ciências humanas como 'ciências semiológicas', isto é, ciências que investigam a 'região do signo'" (MERLEAU-PONTY, 1984: 194-5). Nesse sentido, poderíamos apontar na direção de uma futura 'semio-grafia', ao invés da 'etno-grafia'.

crescente número de agentes e detetives convertidos ao pentecostalismo, fato que tem provocado a suspeita de que a recusa em expor os objetos e peças de magia afro-brasileira se fundamente nisso, e não na alegada falta de espaço – desculpa que não se justifica, pois existem salas vazias no prédio em que atualmente está hospedado o Museu da Polícia Civil.

No Capítulo III sublinha-se que uma das inspirações teóricas que sedimentaram esse percurso tem uma fonte segura nas análises inauguradas no livro *O Medo do Feitiço* (MAGGIE, 1992) – trabalho pioneiro no trabalho de recuperação histórica dessa coleção etnográfica – que investigou densamente os inquéritos jurídicos de acusação às práticas de magia, bruxaria e feitiçaria no Rio de Janeiro, desde a Primeira República. Nesse estudo, observa-se que o Estado brasileiro "se imiscuiu" nos assuntos de magia, revelando nesse processo as raízes profundas das relações estruturais e históricas entre poder, instituição e campo religioso na sociedade. Foi a partir dessa investigação inaugural, iniciada no final da década de 1970 – mais precisamente em 1979, quando a FUNARTE e o CNDA[14] contrataram a pesquisa sobre Arte e Magia Negra no Rio de Janeiro – que se deram os primeiros passos antropológicos no sentido de recuperar a memória e revelar os conteúdos simbólicos na compreensão do significado cultural dessa coleção museológica, muito tempo esquecida e abandonada. Essa pesquisa e o 'olhar antropológico' direcionado e construído sobre essa coleção museológica são o tema do terceiro capítulo deste trabalho, capítulo que apresenta ainda uma reflexão sobre os paralelos entre a atividade surrealista e a prática etnográfica na Europa e no Brasil. Através das análises do historiador da antropologia James Clifford (1998), que pesquisou o modernismo europeu, especialmente os movimentos artísticos vanguardistas surrealista e dadaísta, percebeu-se que suas descobertas traziam muita luz sobre os acontecimentos históricos e estéticos protagonizados pelos artistas nacionais, nas décadas de 1920 e 1930. Assim, apoiado nesse escopo interpretativo comparativo, se encontrou solo firme para desenvolver um trabalho compreensivo mais fundamentado e sereno. Em seguida, reflete-se sobre a crença generalizada na magia na sociedade brasileira.

O 'olhar modernista' é o tema do Capítulo IV. Nessa parte do trabalho apresentam-se as bases de uma nova hipótese pela qual essas coleções etnográficas passam a ser interpretadas no contexto do imaginário social e cultural modernista, do início do século XX. O foco concentra-se especialmente na análise da Coleção Museu de Magia Negra, hospedada no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Percebeu-se que as personagens principais, ligadas diretamente à formação dessa coleção, estavam vinculadas direta, ou

[14] Convênio Fundação Nacional da Arte e Conselho Nacional de Direitos Autorais. Nessa época quem coordenava o Núcleo de Estudos e Pesquisas do órgão era Adauto Novaes – coordenação que exerceu por mais de 15 anos.

indiretamente ao movimento artístico modernista desencadeado na década de 1920. A partir dos estudos sobre as relações entre antropologia, etnografia, literatura e artes plásticas, formulou-se uma nova hipótese interpretativa especialmente em relação à Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro.

No Capítulo V, intitulado 'olhar poético', após ser delineado o horizonte histórico e antropológico da pesquisa, destaca-se, desse conjunto interpretativo, a figura do poeta carioca Dante Milano. Analisa-se a vida e obra desse artista como um modernista marginal, um verdadeiro forasteiro da modernidade, ou ainda como um tipo de nacional-estrangeiro, como sugere Sérgio Miceli (2003). A descoberta do valor extraordinário da obra poética e da vida de Dante Milano, no modernismo brasileiro, junto com o amigo Manuel Bandeira, modificou completamente o trajeto deste estudo. É quando se analisa o imaginário literário do mal, base interpretativa fundamental do ensaio. Esse novo trajeto investigativo encontra-se nesse capítulo seminal, em que se defende a hipótese central deste trabalho.

No Capítulo VI, apresenta-se a contribuição desta pesquisa para a interpretação do significado cultural da Coleção Museológica de Magia Negra, designada como 'olhar mefistofélico' a explorar o simbolismo literário que essa rica personagem mitológica tem no imaginário moderno. Esse novo 'olhar' interpretativo se soma às outras interpretações possíveis, todas elas construídas a partir dos olhares dos diferentes interpretes. Dessa análise chegou-se à conclusão de que essa coleção etnográfica em particular – primeiro patrimônio etnográfico do Brasil – constituiu-se no processo de simbolização e encenação museológica do mal, do diabólico e do satânico, na sociedade brasileira moderna. Ao parafrasear, livremente, o título do livro *O Mal à Brasileira* de Patrícia Birman (1997), pretendeu-se indicar os caminhos trilhados no exercício de interpretação antropológica desse acervo museológico e etnográfico heteróclito formado no começo do século XX.

Nas Considerações Finais, sintetizaram-se as linhas gerais que balizaram a reflexão, retomando os pontos principais da argumentação, sob o título de *Recuperação do Encoberto: 'distabuzação' da Coleção Museu de Magia Negra*.

Referências bibliográficas

BIRMAN, Patrícia (Org.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1998

CORRÊA, Alexandre F. **Vilas, parques, bairros e terreiros** (Patrimônios bioculturais): novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Luís e São Paulo. São Luís: EDUFMA. 2003

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural I**. Brasília: Tempo Brasileiro, 1975
___. **O olhar distanciado**. Viseu: Edições 70, 1986
___. **Olhar, escutar, ler**. São Paulo: Companhia das Letras. 1997
MAGGIE, Yvonne et al. **Medo do Feitiço**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992
MERLEAU-PONTY, Maurice. **Textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1984
MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
PAVIS, Patrice. **A análise dos espetáculos**. São Paulo: Perspectiva, 2003
RODRIGUES, José C. **Ensaios antropologia do poder**. Rio de Janeiro: Terra Nova. 1991
TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Milagres e Indígenas em perspectiva: Autores, personagens e circunstâncias no discurso Jesuítico (séc XVII)

Carla Berto*

Resumo: A análise em questão propõe reconsiderar o estudo do milagre, recorrente na documentação jesuítica, privilegiando os elementos articulados no discurso religioso que acompanham e culminam no fenômeno.
Palavras-Chaves: Milagre; Discurso jesuítico; Guarani.

Abstract: The analysis discussed in this paper proposes the reconsideration about the study of the miracle appealed into the Jesuitical documentation, privileging the pronounced elements in the religious speech which followed and culminate inside the phenomenon.
Keywords: Miracle; Jesuitical Speech; Guarani.

Este estudo busca analisar os registros de milagres, selecionados em documentação jesuítica, a partir de elementos discursivos que viabilizam – em perspectivas de verticalização e horizontalização de análise – possibilidades de questionamentos e reflexões sobre o projeto reducional na América, juntamente com o complexo fenômeno de contato cultural. O desafio, ainda, consiste em desenvolver uma pesquisa em ciências humanas, tendo-se bem presente que os pressupostos-guia do mesmo – objeto, método e perspectiva de abordagem –, embora interligados, não se apresentam de forma constante e progressiva, pois muitas das transformações pressupõem alguns repensares. Para o seu desenvolvimento foram utilizadas cartas jesuíticas, que compõem os Manuscritos da Coleção De Angelis, e apresentam grande quantidade de relatos sobre milagres.

Primeiramente, a problemática desta pesquisa enfatizou questões sobre a grande abundância de registros de milagres na documentação e sobre quais as explicações que poderiam ser inferidas para compreender a vulgarização dessa narrativa e as variações do fenômeno. Se o milagre consistiu em uma espécie de sinônimo dos exemplos de evangelização e sucessos de conversão, por que estes registros evidenciam características contrárias a este modelo, como os comportamentos desviantes e os fracassos nos trabalhos jesuíticos?

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da PUCRS.

Desde já se faz necessário advertir que o objetivo do estudo não inclui divagações sobre a natureza e empiricidade dos fenômenos milagrosos. Possui por diretriz **a análise dos registros de milagre**, interpretados como casos de edificação, no qual o jesuíta desempenha as funções de vivenciar e relatar o fenômeno, como personagem ativa e autor do mesmo. As sedutoras discussões sobre a relevância e mesmo o caráter sobrenatural do fenômeno não estão inclusas nesta proposta.

Procurou-se, portanto, identificar a composição do modelo discursivo religioso, para assim poder pensar, a partir da documentação, o seu autor e o objeto da pesquisa. Assim sendo, **o milagre – enquanto objeto – apresenta-se como via de acesso para a caracterização desta construção, e não um fim**. Nas Cartas Ânuas há a ocorrência de uma repetição nos relatos que, apesar da quantidade, constituem-se bastante semelhantes entre si. Sabe-se que esta escrita é dirigida para alguém e tem um porquê (Santos, 2003), e, para tanto, o primeiro aspecto evidenciado é a regularidade na organização do relato: parte de um caso extremo seguido de um pedido de auxílio e que tem por resultado a conversão ou manutenção da fé. Desta forma, o relato apresenta uma estrutura discursiva permanente, na qual as mudanças se constituem internas às circunstâncias, mas na mesma ordem discursiva.

Em virtude destas considerações, exemplifica-se com um relato de 1614 (MCA, 1952 [1614]: 19), cujo elemento fixo e constante – na maioria dos documentos – consiste na intervenção de Santo Inácio como protetor de crianças e mulheres grávidas. Este constitui apenas um dos diversos exemplos de modelos discursivos acima mencionados, podendo ainda se diversificar entre circunstâncias de salvaguardas jesuíticas e curas milagrosas. Neste relato, verificam-se circunstâncias de dificuldades da mãe para parir a criança:

1º) <u>Exaltação da eficácia de Santo Inácio em circunstâncias de partos difíceis</u>: *"Também fez N° Senhor que experimentassem, esses índios que estão sob cuidados da Companhia,* ***a eficácia da intercessão de nosso Santo Padre Inácio e a virtude de suas relíquias****..."*

2º) <u>Circunstâncias difíceis para a parturiente</u>: "*Porque, uma noite, uma índia encontrando-se* ***em grande perigo durante o parto****,* ***dores constantes faziam-na dar gritos*** *(fora de seu costume, pois são muito contidos em suas dores e doenças)..."* [inserção do jesuíta/autor no relato].

3º) <u>Jesuíta personagem-ativa traz a relíquia de Santo Inácio, para a índia, filtra e constrói o milagre ao relatar que a mesma está em melhores condições</u>: *"... chamamos o* ***bom Padre Balthassar Seña e eu*** *fui à casa da índia e o Padre colocou a* ***relíquia*** *sobre a índia,*

enquanto todos rezávamos de joelhos o credo, e antes do término da oração, nasceu um menino, o qual por devoção ao santo se chamou Inácio e mãe ficou livre de perigo..."

O trecho selecionado apresenta, em primeiro lugar, o vocativo a Santo Inácio – consensual protetor acionado nestas circunstâncias em documentos – para que em seguida tenha início a narrativa, em primeira pessoa, dos preparativos para o parto, com todos os presentes certos da proteção divina. Os dois padres verificam o milagre, indiretamente, e o legitimam como fenômeno divino, afirmando a intercessão do santo por intermédio da relíquia, sem deixar de observar, no relato, os efeitos de dores e dificuldades das mulheres indígenas, em virtude desta circunstância. Não só relatam e observam aquilo que selecionam, como evidenciam a grande recorrência de casos semelhantes, bem como a eficácia constante da mesma oração em solicitação aos santos para estes casos: *" ... e outra vez o mesmo grande perigo sucedeu a outra mulher, antes de acabar a mesma oração e com esta experimentaram o favor divino por intermédio do santo".*

Uma vez caracterizado o modelo de discurso sobre o milagre, buscaram-se os elementos que se distinguiam do mesmo: relatos em que a função do jesuíta reduziu-se apenas ao registro. A partir desta leitura, foram encontrados outros elementos que compunham a descrição, como a ausência dos santos no documento, junto aos constantes desvios de comportamento indígena. Portanto, procurando moldar estes casos heterogêneos aos sucessos de conversão dos fenômenos mais tradicionais, o jesuíta insiste em exaltar a eficácia dos sacramentos. Simultaneamente, registram práticas da cultura indígena, permissíveis e passíveis de sua interpretação. O sucesso e o fracasso da evangelização aparecem cruzados em um mesmo registro. A partir desta seleção de casos, atentou-se para estes elementos da cultura Guarani, para que se pudesse verticalizar algumas questões. Também se compreendeu a prevalência do filtro ocidental nestes registros, uma vez que não se pôde fugir da interpretação jesuítica ao analisar os casos de milagres – característica inerente ao elemento empírico fonte.

Como exemplo destes novos elementos, constatou-se que os relatos seguiram apresentando, como causa de todos os males e impulsos demoníacos, a manutenção de alguns aspectos da cultura Guarani, como se verifica na redução de Santa Teresa (MCA, 1969

[1634]: 93) onde um índio, sofrendo de fortes dores, pede o batismo e lhe é solicitado a deixar sua outra mulher[1]:

> Outro índio estava em mal estado pela dor nas costas e, mesmo que o padre o tenha catequizado e ele pedisse pelo batismo. Porém, o padre o fazia esperar porque, além da mulher principal, **possuía uma rapariga e com ela tinha um filho pequeno a quem tinha muito amor, e parecia ao padre que tinha muitas dificuldades em deixá-la**.

Porém, para receber o batismo, o índio deveria deixar sua segunda mulher e o padre enfatiza o abandono da poligamia em função do sacramento:

> ***mas pedia o batismo com tanto afeto*** *que pareceu ao padre que queria morrer ou que Deus, por meio do batismo, queria dar saúde ao índio. O padre disse ser necessário abandonar a rapariga e tirá-la de sua casa. O* ***índio a chamou e ordenou que se fosse com um tio****...*

O registro se refere, também, ao desespero da índia ao ter que deixar aquela família, uma vez que enfrentaria dificuldades com o filho que tinha com o candidato ao batismo. Em virtude da ressaltada firmeza do índio em deixá-la – e, portanto, renegar a poligamia -, recebe o batismo, bem como o milagre de cura se consolida. Nestes relatos evidencia-se que "*la tradición no nace en el momento de la confrontación; la tradición, como 'comportamiento sacramentado', está presente antes, durante y después del accidente colonial*" (MELIÀ, 1997: 108), lembrando que este comportamento se encontra devidamente filtrado pelo jesuíta. Desta forma, o autor frisa: "*hay que notar que los misioneros no conseguían pensar la poligamia sino como libertinaje sexual y desenfreno, cuando la lectura contextual de las expresiones de los Guaraní permite detectar que para ellos es ante de todo una forma esencial y tradicional de cultura*" (MELIÀ, 1997: 111).

Uma das relevantes vertentes destes milagres consistiu em visões e aparições sobrenaturais – de caráter santo ou demoníaco. A estrutura do relato se manteve com indígenas experimentando e narrando as aparições, enquanto ao jesuíta coube a função de registrar. Desta vez, a classificação em verdadeiras e falsas aparições não se mostrou suficiente para separar os casos. As constantes ocidentais cruzaram-se com elementos distintos e registrados da cultura indígena, evidenciando que classificações e ordenamentos metodológicos não podem ser rígidos. Subtraindo certezas e multiplicando possibilidades, o pesquisador permaneceu reformulando suas metas.

Puderam-se levantar algumas reflexões como a demonização da cultura indígena e o conflito dos líderes religiosos. Do registro de 1614 ao de 1637 – incluindo as cartas cujas datas não estão especificadas – as características fantásticas das aparições diminuem, quando

[1] Conforme Melià (1997, p. 114), "*Parecería que para los misioneros la mayor oposición a la conversión y a la reducción era simplemente de orden moral, concretamente la supuesta lujuria inherente a la poligamia, y no de orden propiamente religioso*".

referem às intervenções demoníacas, evidenciando o conflito jesuítico com as práticas xamânicas, enquanto que os casos que referem as aparições santas são carregados de elementos fantásticos, dependendo ainda de quantos narradores cada fenômeno relatado possui. Em verdade, quanto mais relatores e registradores de milagres estiverem envolvidos, maior a carga fantástica das intervenções santas.

Premiando o bom comportamento indígena, em carta do período entre 1635-1637 (DHA, 1929 [1635-1637]: 688), a aparição da Virgem se evidencia de grande pomposidade a duas pequenas índias. A primeira parte do registro ressalta a vida exemplar da família destas duas crianças, que fazem parte de uma das congregações à Nossa Senhora:

> ***Eram congregantes consagrados aos serviços da Santíssima Virgem,*** *e sua congregação possuiu destaque e estima desde o seu início, e ainda segue tendo.* ***Seus membros são os eleitos entre os cristãos*** *e esta instituição é um forte estímulo para a virtude de todos.* ***Praticam muito os santos sacramentos*** *e, cada sábado, dia consagrado da Virgem, frequentam todos a missa solene e cantam as orações, e durante à tarde todos vêm, mesmo cansados, para rezar o rosário.* ***A mãe de Deus manifestou muitas vezes que lhe agradam estes exercícios de piedade****. Vou referir uma evidente prova disso...*

O relato segue salientando a predestinação destas meninas à cristandade. Reforça que a mãe possui conduta exemplar e que ensinou às filhas o amor à Virgem Maria:

> *A mãe desta menina era congregante,* ***de vida exemplar****, a qual a levava junto à sua irmãzinha de três anos, muitas vezes, a visitar a imagem da Virgem na Igreja,* ***havendo-lhe ensinado a rezar o rosário****.* ***Era-lhe muito fácil inspirar a estes ternos corações o amor à Maria****, muito grande, em especial, à maior das meninas, a qual não desviava de sua vista a Virgem na Igreja e rezava de joelhos diante da outra pequena,* ***presa à parede de sua casa****.*

O registro é concluído assim que o jesuíta/autor ressalta que, mesmo repreendida pela avó, a menina maior segue com sua devoção à Maria. Após esta espécie de teste, a narrativa se concentra na descrição da santa e no milagre da aparição às meninas:

> ***Repreendeu-a, por isso, sua avó mal-humorada, mas a menina não lhe fazia caso e seguiu com sua devoção****. Um dia estava ela sentada diante da porta, rezando o rosário juntamente com sua irmã, quando se apresentou uma* ***senhora semelhante a uma rainha. Tinha a roupa resplandecente, mais branca que a neve, levando, na cabeça, uma coroa de ouro e, em seus braços, um gracioso menino****. Aproximou-se, muito afavelmente, e disse sorrindo à menor: não temas! Logo te devolverei tua irmã.* ***Ao dizer isto tomou a irmã maior em seus braços****.*

Em contrapartida, evidenciando as supostas ações do demônio, o registro de 1634 (MCA, 1970 [1634]: 119), na redução de São Carlos, narra o caso de um índio que havia retornado às suas terras e imediatamente se tornou vítima de doença. Relacionado a esta mazela, junto à conduta inapropriada do indígena, o jesuíta/autor interpreta como intervenções demoníacas as aparições que o indígena recebeu:

> ***Um índio gentio, ao encontrar-se doente, foi para sua terra.*** *E um dia, estando abatido devido à doença,* ***apareceu o inimigo comum do gênero humano (como ele mesmo contou ao padre) na forma de um tigre feroz****, o qual quis afogá-lo,* ***porque disse para não se tornar cristão e que morresse naquele estado, como todos seus antepassados haviam morrido****,...*

Este trecho levanta novamente a reflexão sobre o conflito de lideranças carismáticas, pois o "mau comportamento" interpretado pelo jesuíta/autor pode estar relacionado a práticas antigas indígenas, bem como o "inimigo do gênero humano" , como o jesuíta/personagem-indireta relatou, pode estar se referindo a uma intervenção xamânica. Segundo Melià (1997: 120) "*la actuación de los misioneros se dasarrolla en buena parte como confrontación y respuesta a los 'hechiceros', una 'guerra de mesias'...*". Para tanto, têm-se as imagens do tigre, novamente, junto à insistência pela manutenção dos "costumes antigos", ou ainda vigentes. Apenas no decorrer do registro, o jesuíta/autor atribuirá o caráter demoníaco para tal aparição:

> *E o índio,* ***auxiliado por Deus, não lhe deu crédito,*** *mas depois pediu para chamarem o padre, o qual foi voando para onde estava e assim que chegou, o índio muito sobressaltado e* ***aflito disse ao padre: Faça-me logo filho de Deus porque o Demônio apareceu a mim e quis me afogar*** *e me levar com ele, dizendo que eu não devia tornar-me cristão e,* ***por resistir, me tratou muito mal. O padre o batizou*** *e procurou consolá-lo e animá-lo que já o havia ajudado, e ele,* ***vendo-se já cristão e filho de Deus, não cabia em si de tanta alegria*** *por se ver livre de tão grande perigo e fora das garras daquela besta feroz.*

Segundo o jesuíta/autor, a suposta vontade do indígena em tornar-se cristão mostrou-se superior à intervenção deste demônio. Mais uma vez a cura do corpo é preterida em função da salvação da alma, enquanto que o remédio utilizado para a circunstância, novamente, consistiu no sacramento do batismo.

Estas questões procuram dar continuidade às reflexões sobre a potencialidade de análise destes documentos e, de forma alguma, encerrar a discussão. É preciso salientar que estas cartas estão impregnadas de interpretação religiosa, a fim de que não se nutra a ilusão de poder encontrar práticas culturais, ou melhor, um Guarani idealizadamente puro nesta documentação. O próprio objeto científico construído e os casos selecionados possuem um caráter religioso-ocidental, porém, não mais com um caráter permanente e constante. Procurou-se apontar para as questões de que estes elementos religioso-ocidentais também se modificam, podendo constituir-se inconstantes.

O alerta de Santos (2003) ao referir que o discurso é composto a partir de "*uma articulação de categorias que descrevem, relatam, interpretam aquilo ou aquele(s) que são objetos do discurso"*, evidencia a necessidade de identificar a articulação de elementos, bem como suas disposições construídas pelo autor do documento, uma vez que não se permite mais perceber o discurso como um bloco fechado e único. Identificar o modelo discursivo

oportunizou melhores condições para conhecer o autor do documento, tornando possível perceber as impressões deste autor sobre o "outro". Como alerta Viveiros de Castro (2002), o nativo sempre será relativo a quem observa e produz o conhecimento sobre ele.

Além de constituir uma experiência religiosa interior, Gruzinski (2003: 278) adverte que, a partir da segunda metade do século XVI, o milagre tornou-se, também, um componente de uma "pedagogia da conversão e do sobrenatural", alertando para a composição de um modelo discursivo. Estes fenômenos envolveriam não só o domínio da natureza, como a retenção de incêndios e controle sobre a chuva, mas, principalmente, o domínio das curas milagrosas, cujos casos mais eloqüentes seriam classificados como "veneráveis". Porém, mesmo tornando-se um elemento importante para a pedagogia sobrenatural cristã, o fenômeno milagroso não perdeu seu caráter de experiência religiosa. Conforme Melià (1997: 98), na documentação, "*todo era juzgado y 'criticado' desde el punto de vista reduccional; no se puede leer el discurso etnográfico misionero fuera de esta perspectiva. Por otra parte, esta constatación no lo invalida, pero sí lo relativiza*".

A partir da análise, acima resumida, da primeira metade do século XVII, estendeu-se a leitura à segunda metade do mesmo, bem como a primeira metade do século XVIII. Nesta documentação a permanência de registros de milagres é constatada, porém de forma distinta, salientando em maiores proporções os trabalhos evangélicos e o salvo conduto jesuítico resguardado pelo divino. O teor das narrativas de milagres é deslocado para o jesuíta, uma vez que os elementos indígenas evidenciam-se relatados de forma mais rápida e menos fantástica, indicando uma transformação contextual e do filtro do documento. Todavia, o modelo discursivo sobre o milagre permanece presente. O relato contém uma via de possibilidades, na medida em que se constitui um elemento do discurso jesuítico que, ao invés de estereotipar e generalizar eventos descreve aquilo que não entende procurando forçar o novo ao seu entendimento. Ainda assim, gradualmente se podem perceber transformações no discurso religioso. Onde, antes, as constantes transformações da murta (VIEIRA, 1957 [1657]) eram vistas nos indígenas, parecem estar evidentes nas personagens que foram consideradas o mármore da relação de contato.

Referências:

GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido**: ensayos de etnohistoria. Assunção: CEPAG/CEADUC, 1997.

SANTOS, Maria Cristina dos. Abordagens da Etnohistória: modelos de discurso sobre a inconstância da alma dos brasis. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2003.

VIEIRA SJ. Antônio. Sermão do Espírito Santo [1657]. In: Sermões. São Paulo: Editora das Américas, 1957.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

FONTES DOCUMENTAIS:

1614. CARTA ANNUA DE LA REDUCCION DE TODOS OS SANTOS DE GUARAMBARÉ. In: CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760).** Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.

1634. ESTADO GENERAL DE LAS DOCTRINAS DEL PARANA Y URUGUAI. In: CORTESÃO, Jaime (org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641).** Vol.III. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

1634. ESTADO GENERAL DE LAS DOCTRINAS DEL PARANA Y URUGUAI. In: VIANNA, Hélio. **Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

1635-1637. ANNALES DE LA PROVINCIA DEL PARAGUAY, DESDE AÑO DE 1635 HASTA 1637. DÉCIMA CUARTA CARTA ANUA EN DONDE SE RELACIONA TODO LO ACAECIDO EN LOS AÑOS 1635-1637. In: **Documentos para historia argentina.** Tomo XX. Buenos Aires: Tailleres Casa Jacobo Preuzer, 1929.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro: territorrialização da memória social

Artur Monteiro Bento*

Resumo
Este trabalho constitui um capítulo da tese de doutorado em Memória Social na UNIRIO, intitulada "Memória, espaço e identidade: a experiência de imigrantes caboverdianos no Rio de Janeiro (1950-1973)". Nele trataremos da territorialização da memória social de imigrantes caboverdianos, através das suas narrativas. O nosso objetivo é compreender as peculiaridades da construção da memória no contexto da Associação Caboverdiana, e refletir sobre as questões relacionadas à refundação de algumas características culturais caboverdianas, que se efetiva no novo espaço social. Para o alcance dos objetivos, este estudo está inspirado na metodologia de História Oral, privilegiando os relatos orais de alguns atores sociais, além da análise da construção social da memória. Esta instituição está localizada em Mesquita, Baixada Fluminense e é dotada de representações sociais capazes de envolver os imigrantes através das lembranças.
Palavras-Chave: memória social, identidade, territorialização.

Abstract
This work constitues a chapter of the PHD Degree thesis in social memory at UNIRIO, intituled "Memory, space and identity: the experience of capeverdian in Rio de Janeiro (1950-1973)". At this present work we discuss the territoriality of social memory of capeverdian immigrants, by their narratives. Our goal is to understand the peculiarity of their memories recollection in the Associação Caboverdiana, and give a reflection over questions related to some capeverdian characters, that reflects on its new social space. To reach these goals this study employs an oral history methodology, privileging oral relations of some social players, beyond the analysis of a social building from memory. This institution located in Mesquita, at Baixada Fluminense, posess a social relationship that's able to embrace the Capeverdian immigrants through these recollections that remains in the imagination of the associates.
Keywords: social memory, identity, territorialization

1. Introdução

O presente trabalho constitui parte da tese em desenvolvimento no Programa de Memória Social da UNIRIO e tem por objetivo discutir a territorialização da memória social de caboverdianos imigrados no Rio de Janeiro, tendo como centro a Associação Caboverdiana. Esta instituição é de relevância social e histórica no contexto da região metropolitana do Rio. Ao mesmo tempo, é um espaço de diversão apreciado pelos imigrantes.

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Doutorando em Memória Social, bolsa FAPERJ

Entretanto, a Associação[1] não possui um arquivo histórico documental que guarde os seus 36 anos de fundação. Nesta direção, cremos que um bom caminho para analisarmos as formas pelas quais a memória coletiva é construída e transmitida pelos atores sociais é estudar a trajetória desse grupo através dos motivos que propiciaram a imigração no Rio. O fundamental aqui é reconhecer que o início do povoamento em 1466, com povos oriundos de diferentes partes do mundo, destacando-se os escravos africanos e os portugueses que ali se fixaram para a exploração das riquezas, o país viveu sob exploração até a proclamação da independência em 5 de julho de 1975. Sendo assim, o contato com o resto do mundo era efetuado através dos navios que ali chegavam, sendo que a dificuldade de comunicação com o exterior, decorrente das condições de navegação da época, favoreceu um grande fluxo de emigração a partir do século XVIII em busca de melhores condições de vida. Aqui fica claro que diversos fatores propiciaram este fenômeno, desde os geográficos e climáticos - trata-se de um país marcado pela insularidade, pelo terreno montanhoso e acentuado declive, pela escassez das chuvas, - até fatores econômicos, políticos, demográficos e históricos, como a agricultura de subsistência, a fome, o desemprego, tudo isso aliado à intensa circulação de navios. Assim, emigração é um fenômeno marcante no processo de formação da sociedade caboverdiana, com uma população emigrada estimada em 517.780 conforme o IC (2007). Esta cifra é bastante significativa para uma população em torno de 475.947, seguindo o INE (2007*)*. Portanto, analisar a Associação consiste em acompanhar a trajetória desses imigrantes, seus referenciais, seus hábitos e costumes nativos. Neste contexto, apresentamos este centro de referência como ancoragem da memória coletiva.

2. A Associação Caboverdiana do Estado do Rio de Janeiro: espaço de ancoragem da memória coletiva

No que se refere ao espaço, a sede da Associação foi construída numa área de 396 metros quadrados que inclui 2 lotes de terreno, medindo 12 metros por 33. De cômodos, destacamos: 1 escritório, 1 cozinha, 1 sala de festas, 1 bar, 3 banheiros. Além disso, há uma pequena moradia do caseiro, 2 cômodos inacabados e uma área externa que usamos como estacionamento. Esta instituição teve inicio na década de 60, conforme as narrativas de alguns imigrantes fundadores. Nesta direção, consideramos o depoimento do Sr. Manuel de importância fundamental quando diz: "Eu sou sócio fundador, porque chegamos aqui em 1958, aí tinha uma turma na década de 60, a gente ia jogar sueca, então o pai da Sônia disse:

[1] Esta instituição está localizada na Rua Magalhães Pinto nº. 15, bairro Rocha Sobrinho, cidade de Mesquita, Baixada Fluminense.

vamos fazer uma associação da ilha de São Nicolau porque só tinha pessoal de São Nicolau" (Entrevista, março, 2007).

Continuando, ele conta que: "Aí todo o mundo disse: vamos fazer uma casa, aí começou a Associação; o João Vicente, já falecido, cobrava em Mesquita, e eu cobrava aqui embaixo (Rio), muita gente não sabe como é que começou a Associação" (Entrevista, março, 2007).

Visando a institucionalização da Associação, os imigrantes Manuel e Sérgio convidaram outros caboverdianos a fazer parte enquanto membros fundadores. Neste sentido, foi convidado o Sr. Dantas, de acordo com o depoimento:

> *"Vamos chamar o Dantas, foi assim que começou a Associação, pois começamos aqui para fazer uma associação de São Nicolau, e, todo o mundo pagava direitinho, talvez se tivesse continuado assim, a gente tivesse uma sede naquela época, era barato comprar terreno" (Entrevista com Manuel, março, 2007).*

No trecho da entrevista que nos concedeu, notemos que, desde os anos 60, os imigrantes vinham se reunindo na casa de outros caboverdianos, para programar algumas festas de confraternização. Todavia, os imigrantes estavam se dispersando no Rio de Janeiro, pois estas reuniões não eram suficientes para manter a unidade do grupo, tendo em conta que a comunidade carecia de um espaço físico e não tinha condições financeiras para arcar com as despesas de uma obra destinada a *manter a cultura caboverdiana viva no Brasil*, conforme alguns depoentes. Além disso, a entrevista nos relata a importância do espaço físico para a ancoragem da memória coletiva. Assim, pensamos que o espaço tem uma dimensão simbólica, pois confirmaria a garantia da transmissão de algumas características culturais da descendência caboverdiana no Rio. Neste sentido, Bourdieu (2003) investiga as relações entre estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. O espaço social se concretiza nas divisões do espaço físico, assim como este funcionaria como "uma espécie de simbolização espontânea do espaço" (BOURDIEU, 2003:160). Assim sendo, o espaço físico exprime as divisões sociais. Ele é hierarquizado pela posição que o grupo social ocupa "no lugar do espaço físico em que está situado, e pela posição relativa que suas localizações temporais (...) e sobretudo, permanentes (...) ocupam em relação às localizações de outros agentes" (BOURDIEU, 2003:160).

As transformações do espaço da Associação, de acordo com o entrevistado guardam relações com construção da sede atual. Para tanto, conforme o Sr. Joãozinho, imigrante desde os anos 50, nunca chegamos a formar uma "associação". Para ele, tratava-se de reuniões ocasionais feitas na casa de caboverdianos para organizar alguma festa, que consistia em dançar as músicas caboverdianas como a morna e a coladeira e comer uma

"cachupa", comida típica feita à base de milho, feijão, legumes, peixe ou carne e toucinho de porco. Esta foi uma forma que os imigrantes encontravam para não perder as raízes culturais no Rio. Observemos que na década de 60, pensou-se em fundar uma associação, mas essa idéia teve vida efêmera devido a não contribuição dos sócios e a dificuldade de acertar um nome para o local. Entretanto, inicialmente, este espaço foi chamado de Associação de São Nicolau, com o objetivo de congregar imigrantes naturais daquela ilha, mas com o tempo seus membros começaram a pensar num nome que abarcasse o arquipélago que, por conseguinte, representaria os imigrados do país como um todo.

É neste entorno que o Sr. José, na década de 70, procurou alguns imigrantes mais próximos da sua residência em Nova Iguaçu para persuadi-los sobre a necessidade de comprar um terreno e dar início à construção de uma obra de grande porte, para que a cultura caboverdiana pudesse se perpetuar no Rio através da descendência caboverdiana. Por outro lado, temia o desaparecimento das raízes culturais devido ao enfraquecimento dos laços com o país de origem e a cessação da entrada de imigrantes caboverdianos no Brasil.

Frente às preocupações com a sobrevivência da cultura caboverdiana, o Sr. José descreve os caminhos percorridos para a fundação desse centro de referência:

> "Para formar a Associação caboverdiana, eu me senti na obrigação, apesar de trabalhando, sair procurando caboverdianos e conscientizá-los que o homem é um ser gregário, a nossa obrigação era se agregar e formar a associação caboverdiana, e graças à compreensão de todos, hoje, nós somos uma comunidade muito bem congregada" (Entrevista, agosto, 2006).

Nesta narrativa, há que se considerar uma crescente sensibilidade para a territorialização da cultura caboverdiana sob a forma de uma reivindicação dos direitos da descendência em conhecer suas raízes culturais, levando com ela os modelos de organização do sistema simbólico caboverdiano, atribuindo à Associação o centro de referência caboverdiana. Como observou Pollak (1992), "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual quanto coletiva" (POLLAK, 1992: 2004). Para o autor, a memória opera no sentido de reforçar a coesão dos grupos, bem como definindo as fronteiras entre eles. No entanto, de acordo com ele, a memória é uma construção social, produto de negociações e conflitos coletivos.

Notemos tal caráter dinâmico na fala dos entrevistados quando evocam lembranças da trajetória de construção da sede. Contudo, pelo cruzamento de informações, constatamos que houve conflito entre os narradores, já que um grupo fala da origem inicial da Associação, enquanto outro da sede atual. Nesta, a Presidente Neusa conta que a Associação enquanto sede, "foi fundada em 1971 e, mais tarde, em 1978, as pessoas se reuniam, alguns

caboverdianos se reuniram e compraram o terreno onde é a sede da Associação hoje, e estamos lá até hoje" (Entrevista, março, 2007). Entretanto, foi em 1983 que se inaugurou *a* Associação, tendo recebido doações de imigrantes para a compra do terreno e a construção do prédio. Como a maioria desses imigrantes é formada por trabalhadores braçais, o edifício foi construído com as suas próprias mãos, com o próprio suor. Assim, por unanimidade, este espaço foi denominado de patrimônio caboverdiano, conforme alguns relatos. Neste sentido, Halbwachs (1990) em suas formulações acerca da memória coletiva, destaca que as recordações são essencialmente memórias de grupo e que toda a memória se estrutura em identidades de grupos. Para ele nós construímos nossas memórias como membros de determinados grupos sociais e que para tal utilizamos os quadros de referências sociais. Assim, para Halbwachs quando lembramos de um acontecimento o fazemos através da reconstrução de uma série de imagens fragmentadas e de um acúmulo de experiências vividas e compartilhadas. Nesta perspectiva, o Sr.Domingos conta, com orgulho, que os imigrantes tiveram que capinar o terreno antes de colocar a primeira pedra, conforme as suas lembranças: "onde compramos o terreno havia muito capim. Um dia, enquanto a gente capinava, saiu uma cobra. Compramos terreno, capinamos, construímos a Associação com as nossas próprias mãos" (Entrevista, maio, 2004).

A importância do espaço já se encontra na discussão de Halbwachs (1990),

> *"não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. (...). E sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir que devemos voltar nossa atenção" (HALBWACHS,1990: 143).*

Nesta visão, a memória está ancorada nas estruturas espaciais que funcionam como referências para o indivíduo. Pois, para o autor o indivíduo projeta sua identidade num quadro espacial, enquanto categoria fundamental na refundação da identidade. Diante dessas qualificações destacamos a existência de um grupo dinâmico, onde as práticas sociais se tornam cada vez mais rotineiras à medida que o indivíduo se identifica com seu centro de referência. Sendo assim, a identidade ganha significado em função de um grupo e supõe um conjunto de traços comuns e, por isso, depende do quadro de referência no qual evolua o grupo.

Um aspecto importante é que, no início não havia prazo determinado para os cargos de diretor. Assim, o Sr. José, um dos fundadores, ocupou o cargo por mais de 20 anos. Entretanto, devido ao cansaço e sua idade avançada, passou a responsabilidade para o Sr. Raimundo, filho de caboverdianos que elaborou o estatuto da Associação, atribuindo ao

presidente um mandato de dois anos. Ele, entretanto, se manteve na função por três anos. Sendo caminhoneiro, não podia conciliar as duas atividades, apesar das cobranças da comunidade para que reunisse mais vezes os imigrantes. Assim, foi nomeado o Sr. Pedro, caboverdiano que chegou no Rio de Janeiro ainda criança, para se juntar à família que aqui se encontrava. Em 2006, o cargo de Presidente foi conferido ao representante de uma 2ª geração, Juiz César Pinto. Em 2007, os imigrantes elegeram como Presidente, a Profa. Neusa.

Neste sentido, visando conhecer a organização interna da Associação, perguntamos a Sra. Neusa, como é feita a eleição de Presidente. Nisso, ela narra que:

> *"Esta foi por aclamação, pedido feito a mim que eu viesse como a Presidente devido ao trabalho que eu estava apresentando na Associação. Nós pedimos a interferência do conselho deliberativo para que abrisse um cronograma de eleição, então houve um prazo para a inscrição de chapas e quem quisesse concorrer à diretoria, e ao final desse prazo somente a minha chapa estava inscrita, toda a comunidade que estava presente aplaudiu, apoiou a nossa chapa e fomos eleitos" (Entrevista, março, 2007).*

Notemos que o Conselho Deliberativo é uma espécie de conselho fiscal, cuja função é eleger a Diretoria, discutir e votar o relatório de contas, reformar o estatuto, julgar assuntos diversos de interesse da comunidade. Este conselho é formado por 15 membros permanentes e 5 suplentes e, são eleitos pela comunidade após o término do mandato de 2 anos numa Assembléia por aclamação, ou seja, por concordância dos presentes. Porém, deve existir, por isso, um quorum, sem um número pré-determinado de presentes. Além do Conselho deliberativo, a Associação é constituída por 8 diretorias, que são escolhidas pelo candidato a presidência durante a inscrição das chapas. Assim sendo, temos: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretario, 1º e 2º Tesoureiro, Diretor Social Cultural e o Diretor de patrimônio. No que se refere à função das diretorias, constatamos que cabe ao presidente organizar todos os eventos e manter a unidade do grupo. O secretário deve redigir os eventos, dar falta do presidente, ter toda a contabilidade da associação em dia. Ao diretor social cultural cabe entrar em contato com empresas e governos que podem ajudar na associação. E, finalmente, o diretor de patrimônio deverá zelar pela manutenção do prédio através de reforma em geral.

Sendo assim, a lógica da Associação funciona um lugar de encontro comunitário, constituindo um eixo passível de identificação com o país de origem, além de ser um lugar de acolhimento aos efeitos da permanência e da cidadania brasileira. Deste modo, o espaço ganha uma identidade social, mas ao mesmo tempo dinâmico e dialético, repleto de possibilidades no cenário do Rio de Janeiro. E, é apenas enquanto processo de territorialização que a maioria dos imigrantes resistem em chamar este local de clube, como

os fundadores o fazem, pois, na opinião de alguns a Associação deveria fomentar workshops, palestras, montagem de espetáculos e oficinas de dança em busca do fortalecimento e da divulgação da cultura caboverdiana, ao invés de ser destinado somente para festas ocasionais.

Neste contexto, a Presidente Neusa elaborou 2 projetos que foram encaminhados em outubro de 2006, ao Instituto das Comunidades em CaboVerde, órgão de Estado, encarregado de promover a integração de imigrantes na diáspora, que prevê a reestruturação da Associação através da construção de salas de jogos, de exposições, de biblioteca. O entendimento dessa reestruturação passa pela materialização de valores culturais, que raramente se faz através da persuasão, mas da refundação da memória coletiva, com características brasileiras ou cabo-brasileiras. Esta reorganização social pode ser observada no depoimento do Sr. José:

> *"A nossa preocupação é porque, agora, não tem como vir mais caboverdianos, de modo que essa é uma preocupação muito grande, mas embora a nossa consciência a levamos tranqüila, passamos aos nossos filhos a cultura caboverdiana, agora não podemos dizer que vão dar continuidade porque a mentalidade do mundo moderno está muito arriscada" (Entrevista, agosto, 2006).*

Neste sentido, a Associação está tentando mudar a representação de que a Instituição é apenas um lugar para *brincar*, tão arraigada entre os imigrantes mais idosos, para um espaço de *manutenção e divulgação* da cultura caboverdiana, de modo a entrelaçar a memória dos descendentes com o país de origem, uma vez que esta cultura tende a perder espaço em detrimento de uma maior abertura à sociedade brasileira, e a emergência de novas formas de identificação social, as quais, não mais se definem em função de uma busca de raízes imemoriais, mas em função de uma reelaboração desses produtos culturais no território brasileiro. Assim, a Associação cumpre a tarefa de integração entre os membros da comunidade e um resgate dos descendentes. Deste modo, este centro de referência cumpre os seguintes objetivos: resgatar a descendência, manter a cultura viva entre os imigrantes. Entretanto, por mais que a Associação se esforce em alterar a representação do *brincar*, para um espaço de refundação da memória social, observamos que a maioria dos imigrantes ainda continua com esta idéia. No entanto, notemos certo desinteresse e distanciamento da maioria dos imigrantes, alegando a idade avançada como fator que interfere na ida a este lugar que para alguns permanece na memória como referência cultural, assim como Cabo Verde. Num sentido mais forte, os imigrantes afirmam que já cumpriram a tarefa de transmissão da identidade social, deixando o cargo à descendência que tende a articular a identidade brasileira com a caboverdiana, mas dizendo-se brasileiros, embora cultuem alguns hábitos e

costumes caboverdianos. A afirmação de valores e práticas em sintonia com a cultura nacional brasileira vem legitimar e reforçar a visibilidade pública desta Associação.

Notemos que a idéia da memória social está atrelada à identidade social, como vimos no valor simbólico das danças e da *cachupa* caboverdiana. A partir disso, concluímos que a Associação Caboverdiana é um centro de referência e de convergência social, um lugar identitário, relacional e histórico, onde é possível reconhecer os traços culturais. Assim, acreditamos que no espaço associativo, uma nova comunidade está sendo refundada por seus agentes sociais. Então, este espaço constitui uma referência de integração social, sendo que a ancoragem da memória coletiva adquire um papel fundamental no cenário do Rio de Janeiro. Sendo assim, este espaço possibilita integrar o passado ao presente, num processo de reelaboração, em permanente reconstrução.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: ___. (org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

IC http://www.ic.cv acesso em 03/10/2007.

INE http://www.ine.cv acesso em 03/10/07

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa e estado autoritário no brasil (1964-1970): a construção da dominação

Osvaldo Mariotto Cerezer[1]

Resumo: O presente trabalho analisa a relação entre imprensa e Estado autoritário no Brasil nos anos de 1964 a 1970, buscando compreender a relação existente entre ambos na construção da dominação social. A pesquisa foi realizada utilizando-se como fonte documental o Jornal *A Razão*, jornal de abrangência regional, situado em Santa Maria, RS. A pesquisa possui como foco de análise editorias do jornal e reportagens publicadas por representantes do Exército Nacional com sede na mesma cidade. Os discursos publicados pelo jornal produziam uma realidade pautada na necessidade de construção de uma imagem adequada ao projeto político do Estado autoritário. Nesse contexto, a imprensa possui papel relevante na divulgação de dados e informações e na construção de idéias que passam a interagir no tecido social e a produzir novos olhares e comportamentos sobre uma dada realidade.
Palavras-Chave: Sociedade; Imprensa; Estado autoritário.

Abstract: This work analyses of the relationship between press and authoritarian State in Brazil in the years from 1964 to 1970, and it wants to understand the existent relationship between both in the construction of the social dominance. The research was accomplished being used as documental source the Newspaper *The Reason*, newspaper of regional currency, located in Santa Maria, RS (Brazil). The research possesses as focus of analysis sections of the newspaper and reports published by representatives of the National Army with Head Office in the same city. The speeches published by the newspaper produced a reality based on the construction of an appropriate image to the political project of the authoritarian State. In that context, the press possesses relevant function in the popularization of data and news and in the construction of ideas that they start to interact in the society and to produce new glances and behaviors about a social reality.
Key-Words: Society, Press, authoritarian State.

O estudo realiza uma análise acerca das manifestações discursivas produzidas na imprensa pela ditadura militar com o objetivo de divulgar a "revolução de 64" e buscar apoio da população brasileira para as mudanças propostas pelo poder político. Nesse contexto, a imprensa possui papel fundamental na implantação e desenvolvimento da ideologia política militar do governo.O estudo realizado utilizou-se de matérias publicadas pelo exército brasileiro, no jornal A Razão, jornal de circulação regional, sediado em Santa Maria/RS.

[1] Professor Mestre do Departamento de História da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Cáceres. omcerezer@hotmail.com.

As análises desenvolvidas procuraram entender as relações existentes entre jornal e poder político, dando ênfase às características das informações veiculadas, os apoios, omissões e interpretações sobre o golpe de 64. Importa aqui compreender o jornal A Razão como representante do poder instituído e formador de opinião, usando sua popularidade para divulgar e construir bases de apoio político ao poder central. As análises permitem identificar a construção de relações de poder e dominação através da identificação dos discursos.

Para Roger Chartier, a história cultural analisa a construção de realidades sociais de acordo com o contexto histórico e político e com os interesses inerentes a este contexto. Essa abordagem parte da necessidade de construir uma realidade em face dos anseios do poder em atuação. Nesse contexto, a realidade precisa ser compreendida e aceita pelo contingente social. Assim, há a elaboração de categorias que organizam a apreensão da realidade social, fundamentando e dando novos significados à mesma. O processo de internalização dessas idéias produz um novo sentido, uma nova face à realidade concreta que passa a ser usada para o desenvolvimento dos projetos de dominação dos grupos que as produzem.

A produção de discursos favoráveis ao governo militar e de convocação do povo brasileiro para auxiliar o Exército no desenvolvimento da política nacional encontra campo fértil nas publicações diárias do jornal. Costa e Silva, Ministro da Guerra do governo Castelo Branco, em nota oficial publicada pelo Jornal *A Razão* de Santa Maria, no dia 28 de Agosto de 1964, ao referir-se ao papel do Exército na revolução de 64, discorre:

> *O Exército, nos idos de março e princípios de abril, juntamente com as forças irmãs da Aeronáutica e Marinha, brindou o povo brasileiro com a fulminante vitória democrática que salvou o país das desgraças da comunização e corrupção avassaladora, que destruiriam, sem dúvidas, esta Nação, digna de melhor sorte (p.5-6).*

A concepção de que o país estaria sendo invadido por idéias comunizantes, portanto, prejudiciais e subversivas, levaram as Forças Armadas a "criar inimigos internos". Para o combate ao inimigo subversivo, o regime militar implantou uma ampla e complexa rede de atuação, repressão e tortura, visando impedir sua atuação e disseminação no interior da sociedade. Essa complexa rede de mecanismos coercitivos estendia suas raízes por todo o território nacional, espalhando o medo e a insegurança entre os cidadãos.

Mourão Filho, figura atuante do golpe militar, no discurso em que deixava o

comando do IV Exército do Recife ao colega Antônio Carlos Muricy, ao falar da revolução de 1964, comenta:

> *Ela somente será completa quando este sistema for realmente erradicado com a punição inevitável dos criminosos. A subversão no Brasil foi orientada e comandada com a ajuda estrangeira, conforme prova abundante documentação em poder das Forças Armadas e em grande parte a corrupção foi destinada a financiar a subversão, constituindo tudo isto um crime de traição e agressão à Pátria, que enquadra seus autores na Justiça Militar (A Razão, Santa Maria, 28 de Setembro de 1964, p.5).*

A corrida pela eliminação do sistema subversivo, que estaria profundamente enraizado em diversos segmentos políticos e sociais, leva as Forças Armadas a implantar um complexo e eficiente sistema de combate e controle das forças adversas ao "regime democrático", atrelando a sociedade civil a atos de profundo autoritarismo, mediante prisões, torturas e cassações de mandatos políticos.

O difícil processo de reconstrução nacional que o país começava a almejar encontra-se expresso num comunicado do Gen. Poppe de Figueiredo, Comandante da Quarta Região Militar em Santa Maria, RS, publicado pelo Jornal *A Razão,* de 08 de Abril de 1964. Segundo o Gen. Figueiredo (p.05)

> *Passadas as operações militares, considero que estamos na fase mais delicada da política brasileira. Agora iniciamos a reconstrução do Brasil que dentro em pouco recordará com amargura os dias sombrios vividos desde 1961 até 2 de abril de 1964, data da erradicação do comunismo em nossa querida Pátria. A tarefa será árdua a partir desse momento, pois completamente minado o país pelos adeptos de Moscou terá que ser levada a efeito com a máxima urgência e energia e no mais curto prazo uma obra verdadeiramente patriótica de extirpação do cancro maligno do comunismo no Brasil.*

Nesse processo de reconstrução do país, órgãos de repressão foram criados e usados como mecanismos que garantissem a implementação das reformas e imposições dos governos militares. A repressão e a tortura, juntamente com a censura nos meios de comunicação; a cassação de direitos políticos e a intensa violação dos direitos humanos foram, sem dúvida, os componentes mais fortes e representativos da ditadura militar.

O uso intensivo da censura nos meios de comunicação não estatal era visto como um processo necessário para alcançar as metas de convencimento e subordinação da sociedade civil, desejando a adesão desta aos atos e decisões tomadas pelos governos militares. Com esses objetivos claros, a censura passou a ser um importante instrumento a serviço da alienação e subordinação do povo frente aos acontecimentos político/econômicos e sociais que o país atravessava.

A censura, ao mesmo tempo em que impedia a divulgação de informações "perigosas" ao regime político vigente, utilizava-se da manipulação das informações a serviço da defesa e exaltação dos interesses políticos do regime militar. Com a manipulação das informações eram publicadas ou tornados públicos somente os informes previamente selecionados e analisados pelos vetores. Ao falar em manipulação da informação, Stoppino (1998: 730) comenta:

> *A supressão da informação é outra técnica genérica da manipulação informativa. De per si, a supressão da informação não envolve a mentira: simplesmente não se publicam determinadas notícias, interpretações ou apreciações. Neste caso, a manipulação restringe a base dos conhecimentos, das interpretações e das avaliações de que os destinatários da informação poderiam dispor, e conseqüentemente, limita as alternativas de escolha que se lhes oferecem, tanto em termos de crenças como de comportamentos. Com efeito, as formas mais comuns de supressão política da informação – como as práticas de Governo secreto e a censura política dos meios de comunicação privada – têm como um dos objetivos essenciais o de inibir as oposições potenciais.*

A busca pela legitimação do poder constituído dava-se, sobretudo, pelo processo de inculcação no imaginário da sociedade, da "crença" no poder legitimado/constituído e na sua força e importância como mecanismo capaz de transformar a realidade social e política existente no país. Com esses objetivos, os governos militares criaram um complexo sistema de produção simbólica para legitimar os seus atos políticos e convencer a sociedade da importância dos mesmos para o desenvolvimento e segurança do país. Segundo Bourdieu e Passeron (1992:19)

> *Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.*

Na nota oficial do Comandante da 3 D.I.(Divisão de Infantaria), publicada em *A Razão,* do dia 5 de abril de 1964, observa-se a busca de apoio dos cidadãos para o sucesso da revolução, e a luta contra os agitadores e inimigos da democracia, principalmente, os "comunistas". Diz a nota:

> *O país, com tranqüilidade, entra em sua vida normal, havendo apenas por todo o território nacional, prisões de conhecidos elementos do extinto partido comunista. O Comando da Guarnição, cônscio de que até agora cumprindo com dignidade o seu dever, agradece à todas as entidades e ao povo em geral, a colaboração que vem prestando no sentido da preservação da ordem pública. Conclama a todos, para que cooperem na fiscalização de conhecidos agitadores, que desejam prolongar a intranqüilidade do povo Santamariense. Pede, que na defesa do próprio ideal democrático, todos concorram para neutralizar a maldade daqueles que não querem perceber quão ignóbil é sua ação, não acreditando nos seus boatos, evitando difundi-los e dedicando, daqui por diante, toda força do pensamento e da sua capacidade para a construção de uma Nação livre e democrática.(Quartel General em Santa Maria, RS, 1964, p. 02). Ass. Ramão Menna Barreto – Coronel Comandante da 3ª D.I.*

A intensa utilização dos meios de comunicação de Santa Maria, principalmente do Jornal *A Razão*, para a divulgação das notícias referentes ao novo governo instaurado, conjuntamente com os pedidos de apoio da sociedade, constituiu-se em importante mecanismo de divulgação e busca de consolidação da "obra revolucionária de 1964". Nesse sentido, o comando das Forças Armadas com sede em Santa Maria mandava publicar no jornal, quase que diariamente, notas oficiais tentando acalmar os cidadãos em relação aos acontecimentos decorrentes da "revolução", ao mesmo tempo em que fazia grande apelo à população no sentido de ajudar as forças armadas a eliminar o perigo de elementos subversivos, e auxiliar de todas as formas possíveis na implantação do projeto político/revolucionário.

Exemplo disso é uma nota oficial do Comando da 3ª D. I., de 11 de novembro de 1964: ALERTA DO COMANDO DA 3ª D.I.: "Repelirá com energia movimento de perturbação". (A RAZÃO, 11 de novembro de 1964, p. 5-6).

> *O Cmt da 3ª D.I. por intermédio do seu serviço de Relações Públicas dirige-se mais uma vez à laboriosa população santamariense com a finalidade de trazer-lhes a necessária tranquilidade em face da crescente onda de boatos que diariamente circulam, com o objetivo único de lançar dúvida e confusão à respeito de todos os atos emanados do atual governo. Concita a todos os cidadãos desta cidade a manterem-se calmos e confiantes nas medidas saneadoras e benéficas ao país que estão sendo tomadas pelos dirigentes atuais da Nação e a repelirem os boatos e seus autores pois eles constituem uma das muitas táticas empregadas pelos inimigos dos regimes de liberdade e nessa tática se confundem todos aqueles que foram corridos dos postos de comando da Nação, pela vitória das armas e da consciência pública. Estejam eles asilados no estrangeiro ou caminhando ao seu lado nas ruas, procurarão sempre desprestigiar e combater todas as medidas justas que lenta mas decididamente vai tornando o Governo do digno e honrado Marechal Castelo Branco. O Comando da 3ª D.I. como responsável que é pela manutenção da ordem e do respeito às autoridades constituídas dentro da área de Santa Maria, pede a colaboração do povo em geral no sentido de rechaçar os "boateiros" que por todos os cantos espalham inverdades alarmantes e deletérias. Esclarece ainda que a Guarnição Militar sob seu comando acha-se perfeitamente entrosada com a Guarnição da Brigada Militar e os órgãos Policiais, está atenta e vigilante a todas essas manobras espúrias e imorais e repelirá com energia a todo e qualquer movimento que vise perturbar a normalidade da vida desta cidade ou em qualquer ponto de sua área de responsabilidade. Por último, o Comando da 3ª D.I. faz um apelo a todos para que trabalhem, dêem tudo de si e o que possam, como administradores políticos, técnicos, estudantes ou operários, para ajudar a soerguer o Brasil colaborando com o honrado Presidente da República na ingente e difícil jornada da Redenção da Pátria tão grande qual seu povo. Por sua vez cumprirá com o seu dever constitucional e manterá o prevalecimento da ordem e das instituições vigentes, dentro dos salutares propósitos da Revolução porque unidos em torno dos nossos chefes e do Presidente da República, confiamos na sua obra de consolidação do regime democrático.*

O jornal *A Razão* destacou-se em 1964 como importante aliado das Forças Armadas com sede na cidade de Santa Maria, no sentido de oferecer forte apoio aos acontecimentos políticos que se sucederam. Como demonstra uma nota oficial de *A Razão*

publicada na capa do jornal, do dia 14 de maio de 1964, onde se lê: "QUE FIQUEM POR LÁ"

> *Estão começando a deixar o Brasil as primeiras levas de asilados. Entre eles não há inocentes, pois o próprio reconhecimento de sua culpabilidade de que os induz a fugir ao julgamento das leis brasileiras. São todos homens de destaque na vida social, para ao quais não haverá problemas de ordem financeira no exílio. Os humildes que neles acreditaram ficarão por aqui, prestando contas às autoridades policiais. Os cabeças da subversão já traziam no bolso os endereços das Embaixadas, e na hora de debandar só se preocuparam em salvar a própria pele. Eram esses os líderes de um movimento que se propunham a defender os milhões de espoliados contra a minoria privilegiada. Que fiquem por lá e não voltem tão cedo, são os votos do povo brasileiro.*

O apoio das diferentes entidades de classes ao golpe militar não escondeu, contudo, os atos autoritários do regime recém instalado, como as intervenções em diversos órgãos públicos estadual e federal de Santa Maria, como a intervenção na Inspetoria Seccional de Ensino de Santa Maria; na União Santamariense de Estudantes (USE); na administração dos Correios e Telégrafos; na Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, entre outros órgãos públicos.

O comunicado do Cel. Ramão Menna Barreto, Comandante da Guarnição em Santa Maria, publicado em *A Razão*, em 7 de abril de 1964 (p.02) sobre a atuação do novo sistema político, coloca que: "os elementos ordeiros podem ficar perfeitamente tranqüilos, uma vez que a ação das forças armadas como já é tradicionalmente conhecida, será executada em alto nível de imparcialidade, justiça e elevado respeito à dignidade humana".

O que se observa nos comunicados do exército e nos pedidos de auxílio para a sociedade,é uma intensa campanha de defesa e exaltação da atuação da Forças Armadas frente à situação vivida no país antes do golpe. Nessas campanhas publicitárias buscava-se o apoio da sociedade para as reformas político/sociais e econômicas necessárias, garantindo-lhe a permanência da democracia e dos direitos políticos de cada cidadão, assegurados na Constituição brasileira. Estes "discursos democráticos", no entanto, não corresponderam à realidade de atuação das Forças Armadas no decorrer da sua permanência na administração política do país.

Na busca pela sua consolidação e reconhecimento, o regime militar brasileiro acobertou-se com o aparente manto democrático, mantendo em funcionamento ideologias de cunho democrático, instituições e concepções democráticas de governo, conjuntamente com uma Constituição democrática que aos poucos foi sendo violada e manipulada de acordo com os objetivos propostos pelo novo modelo político implantado. Com isso, a frágil aparência

democrática do regime instaurado no pós-64 transformou-se "numa simples veste simbólica" (Stoppino: 1998).

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.43

_____.O poder simbólico. Trad. de Fernando Tomaz, Lisboa: DIFEL, 1989.

CHARTIER, Roger. A história cultural. Lisboa, Difel, 1990.

CAPELATO, M.H.R. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

JOSÉ, E. Imprensa e poder: ligações perigosas. Salvador: UFBA, 1996.

MOREL, M.& BARROS, M.M. de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINSKY, Carla B. A. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

STOPPINO, Mario. Poder. IN: Dicionário de política. 4 ed. Braília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

PNLD: "Garantia de qualidade dos livros didáticos de História"?

Angela Ribeiro Ferreira*

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a qualidade dos livros didáticos no que se refere a incorporação da história das mulheres no Brasil. A questão a ser pensada é: será que a avaliação feita pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD garante a qualidade do material? Existe uma preocupação, dentro dos parâmetros nacionais para o ensino de história, e nas discussões de pesquisadores e professores da área que é a inserção, na escola, dos debates sobre as relações de gênero, mas em que medida essa preocupação faz parte do trabalho de autores e editores na produção do livro didático? Ao analisar os livros aprovados pelo PNLD e utilizados nas escolas públicas do país percebe-se claramente um distanciamento entre qualidade e história das mulheres. Tais elementos são colocados em discussão diante da necessidade da sua urgente consideração para a formação de identidades pessoais e políticas que condigam com o atual estágio das práticas e reconhecimentos jurídico e social dos direitos referentes à condição feminina.
Palavras-chave: livro didático, história das mulheres, PNLD.

Abstract

This work aims to set a discussion about the quality of didactic books considering the insertion of the women history in Brazil. The question is: does the assessment done by National Plan of Didactic Book – PNLD guarantee the material quality? Inside national parameters for history teaching and among researchers and teachers there is a concern on insertion of debates about gender relations. But, how much are authors and editors worried about it when producing the didactic book? Though the analysis of the didactic books approved by PNLD and used in Brazilian public schools can be noticed a position of distance between quality and women history. Such elements are put in discussion due to the necessity of their urgent consideration to form personal and political identities in the same level of the praxis and social-juridical recognition of the rights concerned to women condition.
Key-words: Didactic book; Women history; PNLD.

A problemática que envolve o livro didático hoje não diz respeito apenas ao Brasil, embora aqui o problema seja amplamente pensado por conta das políticas públicas destinadas à compra e distribuição gratuita de livros didáticos. No México, por exemplo, existe uma preocupação com as novas demandas incorporadas ao livro, como a utilização de imagens, e a

* Mestre em Educação e Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR, na área de Ensino de História.

precariedade da formação dos professores para a exploração do material (OSORIO, 2005). Ou a constatação na análise de livros para a escola básica nos EUA, de como a mulher é inserida nos objetivos e explicações da história do mundo, ou seja, como ela é raramente inserida (HARRIMAN, 1997).

Uma preocupação hoje é que as pesquisas históricas surgem de carências de orientação no presente, e elas precisam retornar à sociedade como resposta – função social da pesquisa. A historiografia sofre uma pressão social decorrente dos temas e questionamentos que preocupam as pessoas das várias sociedades e grupos em tempos específicos, contribuindo para a formação da identidade desses mesmos grupos e sociedades no tempo. Como salienta Pollak (1992, p. 204)"a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros".

Os grupos precisam construir a sua identidade e isso não se faz isoladamente, é necessário o reconhecimento social e este pode ter como via a escola, na medida em que esse complexo de narrativas e idéias que justificam ou explicam as posições dos sujeitos agindo no tempo afeta, entre os vários espaços da existência social, a Educação. Por exemplo, as concepções de História presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) filiam-se genericamente às propostas de uma "nova História", absorvendo inclusive a temática das mulheres. No mesmo sentido, em tese, esse debate deveria ganhar espaço nos materiais didáticos. Todavia, isso não pode ser comprovado de modo tão direto quanto nos PCN, que podem ser vistos como uma tentativa de síntese e absorção dos debates sociais e acadêmicos para a agenda da escola.

Cabe, entretanto, reconhecer que a primeira demanda de um autor ou autora de livro didático é a necessidade de ter leitores. Assim, verificando que determinada parte do público não se afina com as perspectivas historiográficas e políticas emergentes, autor / editora podem elaborar seu material tendo em vista a satisfação desse público.

Os Parâmetros, como as demais estruturas curriculares em História no passado, propõem que se deve ensinar uma História que forme cidadãos, sujeitos políticos ativos na sociedade. Mas será que a História que está sendo ensinada, a política de escolha dos conteúdos, permite essa construção da cidadania? Para formar um cidadão, um indivíduo com plena consciência histórica e social, que entenda e perceba a si próprio como sujeito histórico, é imperativo, além de um ensino de História que inclua todas as pessoas como sujeitos históricos, que se faça também uma reflexão sobre como, historicamente, essas subjetividades se constituíram.

Como contribuir para democratizar a sociedade dentro dos padrões contemporâneos, colocando em pauta a questão dos direitos das mulheres, formar cidadãs que tenham consciência do seu papel na sociedade, se na escola a criança sempre estudou uma "história masculina", na qual os sujeitos são sempre homens? As mulheres raramente se viram como sujeito na História ensinada; já dizia Simone de Beauvoir, numa frase da década de 1950, bastante citada nos estudos sobre esse tema, que a mulher não nasce mulher, mas se torna mulher conhecendo a sua história. Diante disso é imperativo incluir a mulher na História ensinada, tratar dos papéis vividos pelas mulheres no decorrer da história do Brasil.

De certa forma, o ensino de História é também um exercício de identidade para aqueles que aprendem, na medida em que se vêem representados na narrativa, pelo menos como herdeiros daquele passado. O padrão do ensino da História no Brasil foi originalmente forjado para um público, elitista e masculino, e não é despropositado imaginar que guarda, até certo ponto, essas marcas de origem. No entanto, a educação se universalizou, as classes populares e as meninas passaram a ter acesso à escola e o ensino que recebem continua em parte preso aos moldes desenvolvidos para educar a elite. Para formar o "povo" é necessário incluí-lo na história e não educá-lo numa escola que reforça e legitima a sua exclusão. As pessoas precisam estudar uma história em que se percebam parte do todo e não meros figurantes no processo histórico (FONSECA, 2003).

O ensino de História dará conta de formar um cidadão crítico quando este for capaz de compreender que, por exemplo, a condição feminina de inferioridade e o pensamento de que a submissão ao marido, o amor materno, etc. não são naturais da mulher, mas pensamentos construídos ao longo da história.

Uma série de demandas sociais compõe a história nos livros didáticos, é o caso da história das mulheres. No entanto, são temas que não buscam mudanças estruturais, são reivindicações de alguns grupos, melhorias muito definidas que atendem a demandas identitárias de um ou outro grupo social, que servem para pontuar ou qualificar o livro e não para desclassificá-lo.

História das Mulheres: a qualidade dos livros didáticos

Ao analisar algumas coleções de livros didáticos que permaneceram na lista de aprovados do MEC na avaliação de 2002 e 2005, vários problemas podem ser identificados no que se refere à inclusão da história das mulheres e de outras demandas sociais.

Dentro das coleções de livros didáticos selecionados[1] foram escolhidos para estudo os capítulos que tratavam da história do Brasil, visto que o interesse era analisar as representações sociais de mulher produzidas na historiografia nacional.

O livro de José Roberto Martins, embora cite algumas vezes a participação da mulher, não inova, pois a mulher aparece nos assuntos que tradicionalmente elas estão (sociedade patriarcal, trabalho escravo doméstico, trabalho das operárias nas fábricas). Apenas no último volume, de oitava série, o autor resolve colocar um texto sobre as mulheres e suas lutas no final do século XX. Um ponto importante a destacar é que aparecem mais fotos e gravuras do que textos escritos, ou seja, há uma sucessão de imagens no livro sem reflexões que as contextualize. Em quase toda a coleção, as mulheres (nomeadas ou não) são apenas citadas, sem nada discorrer sobre elas nos textos.

A coleção de Mário Schmidt, embora esteja longe do ideal – pois na maioria das vezes, a mulher aparecem superficialmente, não há uma discussão, incorporação da mulher ao processo histórico narrado, apenas cita, sem estabelecer (em vários momentos) uma relação direta com o texto – a coleção traz o assunto, não trata apenas da dona-de-casa, mas de várias participações sociais das mulheres, a militante política, a escrava, a índia, as mulheres perseguidas em alguns momentos políticos ou religiosos e, mesmo, de algumas mulheres que ficaram famosas pela sua atuação: Anita Garibaldi, Olga Benário, Princesa Isabel, Tarcila do Amaral, Domitila, Pagu, entre outras. O que demonstra a "falha" na incorporação do tema é que em grande parte a mulher é citada nos textos complementares, fotografias e gravuras, o autor ainda não coloca a mulher no processo, nos textos principais, que são a base do livro didático.

A coleção de Nelson e Claudino Piletti, comparando com outras obras, dá um pequeno salto com relação ao tema, aborda as mulheres nos movimentos populares (Canudos, Contestado, Cangaço, Revolta da Vacina), propõe alguns textos complementares seguidos de atividades para discussão sobre as mulheres negras escravas, as brancas da sociedade patriarcal, as índias. No entanto, em grande parte do livro, os autores citam e não desenvolvem o tema no texto didático básico.

Gilberto Cotrim está entre as coleções que menos abordam a história das mulheres. A pouca citação se resume a fotografias e gravuras ou algumas referências rápidas no texto

[1] As coleções de Livros Didáticos escolhidas para análise foram:
História, José Roberto Martins Ferreira, Editora FTD; Nova História Crítica, Mario Schmidt, Editora Nova Geração; Saber e Fazer História, História Geral e do Brasil, Gilberto Cotrim, Editora Saraiva; História Temática, Andréa Montellato, Conceição Cabrini, Roberto Catelli, Editora Scipione; História e Vida Integrada, Nelson Piletti e Claudino Piletti, Editora Ática; História: Cotidiano e Mentalidades, Eliete Rosa Toledo e Ricardo Queiroz Dreguer, Editora Saraiva.

principal. O interessante é que comparando os livros didáticos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio deste autor, tem-se tal surpresa, a mulher raramente é abordada nos livros de quinta a oitava série, enquanto que nos livros de Ensino Médio traz vários textos sobre o tema. Isso leva à informação que nem sempre o autor do livro é realmente quem o escreveu, mas apenas o autor que tem o nome conhecido suficientemente para vender o livro.

A coleção: "Para compreender a História" de Renato Mocellin é um dos poucos que aborda o tema no decorrer do texto principal, às vezes com itens específicos ou incorporando-o ao restante do conteúdo. Aliás, das coleções de livros didáticos analisados, esta é a única que aborda temas e bibliografias da historiografia recente sobre a mulher, sobre a prostituição, a inquisição no Brasil e outros assuntos.

Ao deparar-se a uma proposta metodológica diferenciada e inovadora, como é o caso da coleção: "História Temática", espera-se que a abordagem dos conteúdos também fosse diferenciada, mas não é o que ocorre com relação a história das mulheres. A coleção frustra as expectativas do leitor que vai com essa busca, pois trata muito pouco sobre as mulheres.

Outra coleção que vai à contra-mão da sugestão apresentada é: "História: Cotidiano e Mentalidades". Já que se diz que as mulheres não são abordadas, porque os autores seguem as listas canônicas de conteúdos, quando se propõe um livro que irá tratar do cotidiano e da mentalidade, espera-se que as mulheres sejam contempladas. Não é isso que se evidencia na coleção, os autores abordam a história das mulheres apenas nas partes chamadas: "cenas cotidianas" e não acrescenta nada muito interessante, ao contrário, repete várias vezes que a mulher ficava em casa, fazia serviços domésticos, cuidava das crianças, via revistas de moda, as mulheres pobres trabalhavam como lavadeiras, etc. Nessa coleção, dá-se a impressão que as mulheres não foram nada além de esposas, mães e donas-de-casa.

Mesmo que os autores não incorporem a história das mulheres por opção, o que deveria estar nos textos de apresentação é a explicação do por que dessa opção. Se escolherem uma abordagem tradicional dos conteúdos, podem pelo menos explicar, nessa abordagem, por que as mulheres não estão presentes, a mentalidade dos diferentes períodos sobre a mulher e por que ela ficou boa parte da história do Brasil relegada ao espaço privado. Muito pouco do que já foi produzido sobre as mulheres, foi incluído nos textos didáticos. O pouco que aparece tem um espaço secundário.

Esses livros possibilitam um pequeno começo na abordagem da mulher no material didático de História, os autores reconhecem a presença dessa discussão na historiografia, embora não escolham marcantemente o tema na definição dos conteúdos.

Pode-se perceber, que a pressão política e social dos movimentos de mulheres acaba por produzir a noção "politicamente correta" ou "moderna" da necessidade de introduzir a temática feminina nos materiais didáticos. Mas a forma pela qual essa apresentação ocorre indicia que a constituição da seqüência canônica de conteúdos, com raízes no século XIX, compõe um núcleo pouco permeável de informações / conhecimentos, sobre a qual as "modernizações" acabam por gerar apêndices, e não uma transformação intrínseca ao modo de selecionar conteúdos e contar a História do Brasil.

Diversos fatores podem ser apontados como causadores dessa situação. Inicialmente, em termos de produção do conhecimento, verifica-se que a própria história das mulheres teve um impacto aquém do esperado. Ao contrário do que acreditavam as historiadoras, o conhecimento produzido não transformou os paradigmas da disciplina. A história das mulheres não abalou as estruturas da historiografia, no máximo ampliou a visão sobre a história. Pode estar aí uma explicação para o fato de não existirem mudanças estruturais no livro didático, no que se refere à mulher. Se a própria historiografia ainda não reconhece na história das mulheres elementos de mudança da sua estrutura, a mediação didática não encontra subsídios para se sustentar.

Uma outra possibilidade de explicação é referente à própria lógica de mediação didática. A opção dos elaboradores de livros didáticos por não incluir as mulheres, sobretudo quando fora do seu "tradicional papel de mulher", decorre muito provavelmente da concepção de uma narrativa didática, em que as grandes afirmações simplificam e generalizam as realidades e grandes relativizações acabariam por enfraquecer os argumentos ou gerar confusão entre os alunos. Assim, a equipe de produção do livro opta por não incluir narrativas, documentos e iconografia que possam relativizar os esquemas gerais de compreensão fornecidos. Se a opção narrativa – como ocorre na maior parte dos casos – é por uma simplificação e uma explicação mais ou menos homogênea e esquemática no tempo, no espaço e nas sociedades, os fatores que destoam desse esquematismo podem ser considerados enfraquecedores desse padrão explicativo, e, portanto, preteridos em função de outros exemplos que confirmam ou não se chocam com esse padrão.

É preciso considerar ainda os posicionamentos sociais quanto a determinados temas ligados à história das mulheres, que certamente fazem parte do cálculo de autores e editoras no momento de elaborar os livros. Embora a igualdade da mulher seja um direito em ascensão, reconhecido pelo poder público, pela legislação vigente e consolidado em diversas camadas da população, é forçoso reconhecer que a desvalorização da mulher persiste, e o machismo ainda articula o pensamento de uma parcela muito expressiva dos homens e mesmo

das mulheres. Esse fator pode colocar, para os produtores dos livros didáticos, uma representação "adequada" da mulher fora dos primeiros lugares em termos de prioridades a serem atendidas nos livros. Além disso, por envolver direta ou indiretamente os temas da sexualidade e das práticas sexuais, a historiografia acaba por não encontrar ressonância nos livros diante da ameaça desses serem recebidos com polêmica, rejeição e diminuição da vendagem. O conservadorismo no que se refere a essa discussão, sobretudo quando envolve a educação das crianças e adolescentes, é um fator presente mesmo em grupos sociais que politicamente não são conservadores. Ou seja, ao mesmo tempo em que o movimento das mulheres expressa uma demanda social de orientação temporal e representação no ensino, essa mesma sociedade pode acabar por impor limites e condicionamentos objetivos e subjetivos àquelas representações.

Por fim, um outro dado a destacar sobre os livros didáticos analisados é a ausência de relação direta entre avaliação e classificação da coleção no PNLD e a sua qualidade referente à história das mulheres. Foi possível verificar que livros muito bem avaliados pelo programa – como História e Vida Integrada ou História Temática – não sustentam uma discussão que seja considerada adequada no que se refere à integração da História das Mulheres na História do Brasil. Isso, certamente, não desautoriza o trabalho de avaliação desenvolvido, mesmo porque a avaliação é composta por vários critérios e o tratamento dispensado às mulheres é apenas mais um dentre todos eles, tendo peso restrito no conjunto dos quesitos. Esse dado permite estabelecer um questionamento no sentido de que a avaliação do PNLD pode estar parcialmente descolada de algumas demandas sociais contemporâneas. Isso porque, nas avaliações já publicadas, livros considerados bons não o são no que se refere ao tratamento da história das mulheres. Enquanto que outros com avaliações de qualidade próximas ao mínimo recomendável abordam a história das mulheres com um pouco mais de propriedade. Evidentemente, o critério que é utilizado neste trabalho para identificar a qualidade dos livros em função da história das mulheres pode não ser o mesmo do PNLD.

A incorporação da história das mulheres nos livros didáticos é importante na medida em que contribui para a formação de uma nova mentalidade em relação à mulher. Somente o assunto entrando em pauta nas discussões escolares e, por conseguinte em outras instâncias da sociedade, os preconceitos, a aceitação e respeito aos papéis desempenhados pela mulher na sociedade serão reavaliados. A tendência dos livros é rumar em direção à incorporação da história das mulheres para atender a demanda crescente na atualidade, diante da participação da mulher em todos os âmbitos da sociedade.

Referências

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19, p. 29-42, set. 89/ fev. 90.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARRIMAN, Helga H. **Women's history and the National Standards for World history**: change and continuity. Journal of Women's History. v. 9, n. 3, (Autumn 1997): 161 (3). *InfoTrac OneFile*. Thomson Gale. CAPES. 24 Apr. 2007.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história. Rio de Janeiro**: Civilização Brasileira, 1993.

OSORIO, Soledad Deceano. **La Enseñanza de la His**toria**:** Y las Imágenes de los Libros de Texto gratuitos. Revista Agenda. México, N. 12, 2005. Disponível em: www.cch.unam.mx/historiagenda Acesso: 30/04/07.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasilia: UnB, 2001.

_____. El desarrollo de la competência narrativa em el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, n. 7, p. 27-36, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A retomada da língua Kaingáng na E.I.E.B. Cacique Vanhkrê: um fator de identidade étnica[1]

Talita Daniel Salvaro*

Resumo: Este artigo objetiva mostrar como a língua Kaingáng é ministrada na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê – E.I.E.B.C.V., após os direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Como fontes para dar suporte a este estudo, trabalhamos com atas de reuniões de pais e professores da E.I.E.B.C.V., no período de 1988 a 2006, Constituição Federal do Brasil de 1988, entrevistas com professores de língua Kaingáng e membros da comunidade, além da bibliografia complementar. Busca-se visualizar a língua materna como fator de identidade étnica, visto que ela é parte essencial da cultura indígena, mantendo seus aspectos tradicionais como religião, mitos, alimentação, artesanato, passados de geração para geração, através da oralidade. A retomada da língua na escola serve como um fortalecimento e valorização da mesma, onde os professores de Língua Kaingáng produzem os seus próprios materiais didáticos e lutam pela autonomia.
Palavras chaves: Kaingáng, língua, educação.

Abstract: This article intends to show how the Kaingáng language is taught at Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê (Basics Education Cacique Vanhkrê Indigenous School - E.I.E.B.C.V. for short), after the constitutional rights guaranteed by the Brazilian Federal Constitution of 1988. The sources used to support this study were recorded meetings of Fathers and Teachers Meetings of the E.I.E.B.C.V. from 1988 to 2006, the Brazilian Federal Constitution of 1988, interviews with teachers of the Kaingáng Language and members of the community, the complementary bibliography about the same matter was also used. The mother language is visualized as an ethnic identity factor, since it is the main part of the indigenous culture, keeping its traditional aspects such as religion, myths, alimentation and artifacts, passed from generation to generation through orality. The re-utilization of the language in the school is used to strength and increase the value of itself. This indigenous school is a place where the teachers of the Kaingáng language produce their own didactics material and fight for its autonomy.
Key-words: Kaingáng, language, education.

O presente artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas com a etnia Kaingáng residente na Terra Indígena Xapecó, localizada no oeste catarinense, entre os municípios de Ipuaçú e Entre Rios. A T.I. Xapecó, "possui uma área de 15.600 hectares, com uma população majoritária Kaingáng, tendo também um pequeno grupo Guarani" (NÖTZOLD, 2003:17),

[1] Este artigo faz parte do 3º capítulo do meu Trabalho de Conclusão de curso intitulado "A importância da língua Kaingáng na educação escolar indígena: proibição e retomada", apresentado em fevereiro de 2007.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Cultural da UFSC, bolsista CNPq. Bacharel e Licenciada em História, integrante do LABHIN – Laboratório de História Indígena. Orientanda da Prof.ªDr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

totalizando uma população em torno de 5000 habitantes, divididos em aldeias e uma sede. O estudo volta-se para a escola da Sede, Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê – E.I.E.B.C.V., que possui aproximadamente 800 alunos, tendo o ensino fundamental, médio, o ensino de libras e educação de jovens e adultos, sendo que quase todos os profissionais em educação são indígenas.

O ensino dentro das comunidades indígenas se dá de geração para geração através da oralidade, porém concomitantemente com essa tradição, têm-se nas aldeias as escolas tal qual a cultura não-indígena a concebe, com carteiras, direção, professores, merenda.

O ensino escolar voltado para as sociedades indígenas foi introduzido primeiramente por não-indígenas, onde objetivava a "integração à sociedade nacional, através de um processo de substituição gradativamente da sua cultura pela cultura dita 'civilizada'" (TAUKANE,1999:111). Anterior à criação do SPI[2], a única forma de instruções de ensino foram obtidas através da catequese instituída pelos missionários, visando converter os indígenas ao cristianismo. Segundo D'Angelis:

> *a introdução de escolas começou, a generalizar-se após a instalação do SPI, mas ainda assim, bastante lentamente. Muitas comunidades Kaingáng, só vieram a conhecer as primeiras escolas na década de 40 ou 50 e alguns depois disso (D'ANGELIS, 1999:3).*

Durante a atuação do SPI a cultura indígena não foi respeitada, pois vivia-se uma política de integração nacional, onde o indígena era considerado um atraso para o progresso do país e para a formação de uma identidade única, pois possui línguas diferentes da nacional que é a língua portuguesa. Portanto no período de atuação deste órgão, tivemos a iniciativa de portugalização da língua, sendo que a língua materna dos povos indígenas foi proibida.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, há uma mudança na forma de pensar o indígena, em relação à questão lingüística também há mudanças, a língua que fora proibida foi retomada pelas populações indígenas principalmente no campo da educação, inserida através de aulas bilíngües e como disciplina escolar. A inserção da língua materna na escola é um dos aspectos culturais que fazem parte do currículo intercultural e diferenciado garantido pela legislação, juntamente com as "crenças, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais do trabalho, às relações humanas e às manifestações artísticas" (GRUPIONI,2002a:53).

[2] Criado em 1910, o órgão de proteção chamava-se Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPI/LTN, entretanto em 1914, não atendendo mais aos trabalhadores nacionais, passou a utilizar apenas a sigla SPI, o órgão foi substituído pela FUNAI em 1967.

Portanto é a partir desta Constituição que buscamos perceber como a língua Kaingáng foi retomada na instituição escolar, sendo esta um traço muito importante da identidade indígena, pois "constitui o código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações"(I Reunião do Consed,1997:6). Por isso, a educação exerce papel fundamental para que a língua seja mantida, pois ela também é um marco de resistência.

Fazemos uso da metodologia de História Oral, pois consideramos os indígenas parte deste trabalho, ou melhor, agentes da História, além do que concordamos com Le Goff , quando diz que "o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história"(LE GOFF, 1942:246).

Após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação escolar indígena no Brasil já obteve muitas conquistas, como a substituição de professores não-indígenas por indígenas, a inserção dos aspectos culturais no currículo escolar e aos poucos o acesso de alunos indígenas ao ensino superior. Porém, muitos fatores ainda precisam ser modificados para que a escola possa atender a todos os itens que a identificam como diferenciada e específica, começando pelo reconhecimento destas como categoria "escola indígena",

> *pois são pouquíssimas que são reconhecidas como escolas indígenas (...) em sua grande maioria essas escolas são ainda hoje, consideradas como escolas rurais ou salas de extensão de escolas urbanas, seguindo calendários e currículos próprios desses estabelecimentos"(GRUPIONI, 2002b:91).*

A escola é parte fundamental da comunidade, onde as crianças têm acesso aos conhecimentos universais e aprendem a valorizar a cultura indígena através da tradição de seu povo. A identidade Kaingáng está sendo retomada através da escola e principalmente na valorização e fortalecimento da língua materna, pois muitas pessoas não têm domínio da língua. A identidade de um povo é representada por aspectos culturais compartilhados entre eles e que os fazem reconhecer e serem reconhecidos como indígenas e como pertencentes à etnia Kaingáng. A identidade Kaingáng reúne o grupo em prol de seus direitos e luta para a permanência de sua cultura através das gerações.

Primeiramente nós todos temos uma identidade, ou melhor várias identidades, onde algumas em determinadas ocasiões entram em conflitos com outras. Outras vezes as identidades fazem parte de um jogo em busca de um propósito e em alguns momentos não

precisamos afirmar nossa identidade, haja vista que estamos em determinado espaço onde compartilhamos dos mesmos elementos simbólicos que os demais indivíduos.

No passado os Kaingáng não precisavam afirmar que eram indígenas que falavam sua língua materna e que sua cultura fazia parte da identificação do seu povo, mas sentiram essa necessidade há medida que o contato se acentuou e que sua identidade foi negada frente à outra cultura. Neste momento a identidade ganhou voz, pois "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (HALL, 2002:9). Sendo assim, depois de um período em que seu modo de vida foi negado, percebeu-se que os vários aspectos que compreendem a identidade indígena poderiam ser utilizados para afirmar a diferenciação do povo em relação a outros e conquistar seus direitos através destes. Um exemplo é a luta pelas demarcações de terra, onde se utiliza da língua materna e tradições do povo como forma de resistência e de identificação por parte dos indígenas, pelo reconhecimento do seu território tradicional. Pode-se dizer que hoje a identidade além do reconhecimento do 'eu' em relação ao 'outro diferente', também se tornou uma estratégia.

Após a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tivemos algumas mudanças no sistema de ensino. Na escola a identidade indígena passou a fazer parte da instituição escolar e em relação à língua, "observamos que na referida grade, a escola não optou pela Língua Estrangeira Moderna e sim pela Língua Indígena Kaingáng "(Diário Oficial 05-01-1989 nº 13.614 - Atas da E.I.E.B.C.V.).

Mas o cenário em relação à língua materna se agravava, pois os alunos chegavam à escola falando apenas a língua portuguesa, pois a língua Kaingáng não era falada em casa com os seus pais e por isso não a praticavam, para eles a língua materna, seria uma segunda língua, pois dominavam a língua portuguesa, o número de alunos não falantes equivalia a metade, conforme o professor de língua Kaingáng Pedro Kresó: "metade dos 450 alunos chegou à escola sem saber a língua-mãe"(Fala de Pedro Kresó, escrita por Mylton Severino à amigos, janeiro de 2001 - Atas da E.I.E.B.C.V).

A língua Kaingáng era ministrada de forma bilíngüe após a Constituição da República Federativa do Brasil, para as crianças que se iniciavam na escola, de 1ª a 4ª série do

ensino primário. As aulas eram realizadas todos os dias, sendo que havia dois professores na sala de aula, o quadro negro era dividido e se ensinava nas duas línguas, no começo era mais oralmente, e depois vinha a escrita, o professor Leacir conta como acontecia a aula:

> *A gente vai conversando em português e falando também a nossa linguagem Kaingáng e aonde fizemos a aula prática nós, inclusive, a gente traz uma panela, a gente mostra né, pra toda as crianças que esse objeto seria a panela e aqui que nós chamamos o nome do Kaingáng, nos chamamos que é (aicrum), e esse (cucrum), ... outros objetos a gente traz dentro da sala de aula, então ali onde a criança venha entender, que aquele objeto é aquilo que é usado né, então nós, a gente explica em português e no Kaingáng, onde que eles vêm em aprender(LOPES, 2000).*

Neste período que se estende até começo deste século (2001-2002) a língua materna tinha mais espaço dentro da escola, sendo trabalhada de forma mais intensa, sobre este período o professor Pedro Kresó pode nos contar, pois leciona a língua Kaingáng há treze anos na T.I.X, segundo ele:

> *no passado era melhor, até porque você trabalhava com dois professores por turma, e a aprendizagem também tava melhor, eu penso porque daí dá tempo de você atender, porque nós temos turmas, assim grandes de alunos, as vezes 30, 35 alunos por sala, né, então, as vezes, pra um professor é complicado, na época era, você ficava com dois professor em sala, com 35 alunos, crianças e me parece que era mais fácil dá conta do recado, porque aí enquanto a professora fazia um tipo de atividade, a gente também ajudava os alunos lá no canto da sala e, daqui um pouco a gente ajudava a passar uns temas, atividade diferente, assim então a gente trabalhava juntos era muito legal, mas hoje tá difícil, né (KRESÓ, 2006).*

O professor Pedro Kresó refere-se a "hoje tá difícil", pois não há mais dois professores em sala de aula, no começo desse século (2001-2002) a língua Kaingáng tornou-se uma disciplina curricular, com horários na grade escolar como as demais disciplinas, dificultando o aprendizado dos alunos, pois têm menos contato com a língua, além do que também virou motivo de evasão escolar.

Porém, mesmo com as adversidades encontradas para a manutenção da língua, a escola sempre buscou despertar na comunidade a importância de mantê-la viva. As lideranças sempre deram apoio para que os pais incentivassem seus filhos a aprenderem a língua materna. Nas atas de reuniões da Associação de Pais e Professores da escola, a questão da língua materna é citada com freqüência e na citação a seguir podemos observar que os professores, diante do que aconteceu no passado com sua cultura, estão se empenhando em mantê-la:

> *Então nós professores índios temos um pensamento sobre o futuro do nosso povo. E por isso que foi decidido pelos professores bilíngües na última reunião com todos os professores índios e não-índio da Escola cacique Vanhkrê e Pinhalzinho para estudar a língua Kaingáng na teoria e na prática. Essa parada vai ser nas quartas-feiras somente uma vez por mês. Porque seria uma forma de nós todos juntos estarmos fortalecendo a nossa cultura. Também ficou decidido que os professores bilíngües durante esse ano de 2003 vão estar trabalhando diferente todas as terças-feiras das semanas com a língua Kaingáng. Porque na comunidade muita gente não fala mais a língua materna Kaingáng. Temos na comunidade somente os velhos que falam. Por isso que a nossa preocupação é muito grande. Porque nós pensamos que, a língua, a tradição, os costumes, a história, o artesanato, a terra, as ervas medicinais, tudo isso pode ser resgatado e fortalecido através da língua Kaingáng (Ata nº. 05/03 de 02/04/2003. (Atas da E.I.E.B.C.V.).*

O ensino bilíngüe deveria acontecer de forma que a criança aprendesse a língua materna e a língua portuguesa e dominasse estas duas, além de ser inicialmente alfabetizada na língua indígena, porém não podemos generalizar o grau de contato e de aproximação com a língua portuguesa para todas as etnias, sendo que em algumas é possível falar apenas na língua materna e produzir materiais monolíngües. Mas no caso aqui estudado, devido ao contato extremo com a cidade e o domínio da língua portuguesa, são poucas as pessoas que podem ser consideradas bilíngües.

Na E.I.E.B.C.V., a alfabetização se dá na língua portuguesa, pois as crianças têm mais facilidade. Nas séries inicias os professores de língua Kaingáng fazem rodízios nas salas de aula, para ajudar os professores que não dominam a língua, o que acontece da seguinte maneira:

> *É este ano to trabalhando de 1ª a 4ª série, então eu trabalho em forma de rodízios, então eu trabalho a língua Kaingáng e o português em várias é, tipo assim, a gente fica em dois professores na sala, dependendo os horários, porque a gente faz o rodízio, eu dou aula de Kaingáng pra primeira, pras segundas séries, pras quarta séries, né, então eu geralmente trabalho com outra professora na sala de aula, a professora regente no caso (KRESÓ, 2006).*

Nos primeiros anos trabalha-se mais a oralidade e depois a escrita, os professores de língua Kaingáng se reúnem para elaborar o plano de aula, contemplando o objetivo de conhecer a língua como identidade do povo e a sua valorização. A importância de que as crianças aprendam desde pequenas a dar valor e praticar a língua, é porque nelas se tem a esperança de perpetuação da cultura Kaingáng.

O material didático utilizado por estes professores são produzidos por eles mesmos, são elaborados cânticos, textos, atividades ilustrativas com palavras em português para passar para a língua Kaingáng ou vice e versa e atividades diversas. Elas são produzidas

em um caderno escolar e rodadas no mimeografo para os alunos terem cópia e poderem fazer os exercícios.

Os professores indígenas querem autonomia para poder melhorar cada vez mais a educação escolar indígena e dar sentido à escola diferenciada. O professor Getúlio Narciso, coloca que "desde 95 vem sendo discutido o que se quer para as comunidades indígenas, se a lei diz que precisamos ser escola diferenciada, são os índios que tem que decidir os rumos de sua educação, e não a GEREI, nem a secretaria da educação"(Ata nº. 001/2006 de 20/04/2006 - Atas da E.I.E.B.C.V).

Ao encerrar este artigo, pode-se perceber, principalmente através dos relatos dos professores de língua Kaingáng obtidos através das entrevistas, o grau de importância que a língua Kaingáng exerce dentro da comunidade. Parece ambíguo tomarmos como "tão importante" um fator de identidade étnica, onde a maioria das pessoas não são falantes da língua materna, porém fica evidente a valorização e a caminhada deste grupo no fortalecimento da língua. A língua é um dos principais representantes nas lutas indígenas, é um dos fatores mais visíveis de identidade e perpassa as tradições e a história do povo. A produção de material didático em língua Kaingáng serve para mostrar que ela está viva e que mesmo com as dificuldades para sua manutenção, ela perpassou os obstáculos de integração e negação da cultura.

Fontes E Bibliografia

- Atas de reuniões de pais e professores da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê de 1988 a 2006.

- Materiais produzidos pelos professores da E.I.E.B.C.V. para as aulas de língua Kaingáng.

- República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**. Brasília. Senado Federal, 2000.

Relação de entrevistados

Entrevistas com professores de língua Kaingáng:

- Leacir Lopes

- Pedro Alves de Assis Kresó

Bibliografia

Cadernos de Educação Escolar Indígena. **3º Grau Indígena**. Vol 2, nº 1, 2003. Barra dos Bugres/MT.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **A língua Kaingáng, a formação de professores e o ensino escolar**. Texto apresentado e distribuído no I Seminário de Educação Escolar Indígena da Região Sul, promovido pela Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas/MEC. Balneário Camboriú-23-24 de nov. de 1999.

Educação Indígena – **I Reunião do Consed 1997**. Recife-Pernambuco. Ministério da Educação e do Desporto.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (org). **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

_____. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaceria Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso Vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

TAUKANE, Darlene, Escola: Território Estrangeiro. In:_____. **A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi**. Cuiabá, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do jornal ao livro: a organização da coletânea de contos *Papéis Avulsos*

Daniela Magalhães da Silveira*

Resumo:
Este trabalho apresenta reflexão sobre a organização da terceira coletânea de contos de Machado de Assis, *Papéis Avulsos*, editada em 1882. Por meio de leitura cruzada entre a publicação nos periódicos, das notas deixadas pelo autor no livro e de interpretação dos contos, tento compreender algo a respeito da sua relação com os leitores e também da forma como ele próprio lia e ressignificava suas histórias para atender a mudança de suporte.
Palavras-chaves: Machado de Assis, imprensa, contos brasileiros.

Abstract:
This work presents a reflection about the organization of the third collection of short histories written by Machado de Assis, *Papéis Avulsos*, which was edited in 1882. Through cross reading of the publication in periodicals, annotations left by the author in the book and the interpretation from the short stories, it attempted to understand the author's relationship with his readers, also to comprehend the way the author himself had read and resignified his stories in order to consider type changes from his publications.
Keywords: Machado de Assis, press, short histories.

A coletânea *Papéis Avulsos*, de Machado de Assis, foi organizada a partir de contos publicados em jornais e revistas entre novembro de 1875 e outubro de 1882. Para o livro, foram selecionadas 12 narrativas que ocuparam 300 páginas. Foram elas: "O alienista", "Teoria do medalhão", "A chinela turca", "Na arca", "D. Benedita", "O segredo do Bonzo", "O anel de Polícrates", "O empréstimo", "A sereníssima República", "O espelho", "Uma visita de Alcibíades" e "Verba testamentária". Além dessas, seu autor ainda inseriu uma "Advertência" no começo do livro e, no final, as "Notas". Os leitores das primeiras versões

* Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em História Social da Cultura. Bolsista do CNPq.

tiveram em suas mãos *A Época*, *O Cruzeiro*, o *Jornal das Famílias*, *A Estação* e a *Gazeta de Notícias*.

Ao ser lançada essa coletânea, Machado já havia publicado outros dois livros de contos – *Contos Fluminenses* (1870) e *Histórias da Meia-noite* (1873) – selecionados dentre aqueles publicados no *Jornal das Famílias*.[1] Seguia tendência geral de usar primeiro os periódicos como forma de divulgar seus escritos e criar um público leitor fiel. Ainda no início de sua carreira, já rendia reverências ao jornal como meio de comunicação que proporcionava discussão, aproveitando-se do calor da hora.[2] No decorrer dos anos, e com reconhecimento da crítica coeva, abriu suas histórias para várias leituras. Essa estratégia, talvez tenha feito com que, mesmo retiradas das páginas dos jornais, continuassem provocando os leitores. Essa foi uma de suas intenções ao preparar *Papéis Avulsos*.

Neste texto, o objetivo é pensar sobre o projeto de escrita dessa coletânea. Em primeiro lugar, buscarei pistas lançadas no próprio livro, na disposição dos contos e comentários do autor. Junto a isso, tentarei entender a opção por se publicar ora em revista de moda, ora em jornal de maior circulação e também o processo de escolha e reescrita para formar o livro. Tudo isso possibilita-nos buscar indícios sobre a relação daquele literato com seu público de leitores. Além mesmo da forma como lia essas histórias e as ressignificava, quando oferecia formato final. Essa coletânea foi quase sempre lida pela crítica literária como livro da segunda fase ou fase madura de Machado, recém-inaugurada com as *Memórias póstumas de Brás Cubas*.[3] Com algumas particularidades interessantes, não só pensando em suas antecedentes, mas também naquelas que seguiram, é comum encontrarmos leituras que não levam em consideração que algumas delas já vinham sendo escritas e reescritas havia algum tempo. Não houve de forma alguma uma ruptura em sua forma narrativa. Talvez adaptações ao suporte de escrita, às mudanças na imprensa e aos debates políticos e sociais que envolviam o autor. Tudo isso compôs longas e, às vezes, acirradas discussões presentes em vários jornais da época. Longe de ser voz dissonante, esse autor usava sua literatura como forma de intervenção em questões que interessavam a todos.

---

[1] A única exceção foi "Mis dólar", publicada apenas em *Contos Fluminenses*. Para uma análise dessas duas coletâneas, ver AZEVEDO, S. *A trajetória de Machado de Assis: do Jornal das Famílias aos contos e histórias em livro*. (tese de doutorado). São Paulo, FFLCH-USP, 1990.

[2] Ver os seguintes artigos: Machado de Assis. "O jornal e o livro". *Correio da Manhã*. 10 e 12/01/1859 e Machado de Assis. "A reforma pelo jornal". *Correio Mercantil*. 23/10/1859.

[3] Essa é leitura corrente, desde as primeiras análises da obra de Machado de Assis, e que ainda hoje continua ganhando adeptos. Para uma interpretação dos seus contos, seguindo esse modelo, ver GLEDSON, J. "Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo". In: ASSIS, M. *Contos/uma antologia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A organização dos contos no livro não seguiu nem a ordem de publicação dos periódicos, nem foram agrupados de acordo com o jornal ou revista nos quais apareceram inicialmente. Ali reunidos ganharam sentidos que antes não possuíam. Podiam ser lidos a partir da proposta do autor ou aleatoriamente. Já não era necessário esperar o próximo número para saber o desfecho da trama, e também não dialogavam mais de forma tão direta com as notícias jornalísticas. Com isso, deixavam de ser tão datadas como quando pertenciam aos periódicos. Por outro lado, se já não tinham mais as notícias do dia ou da quinzena como suporte, os próprios contos do livro faziam com que os leitores encontrassem ligações que até então não existiam. Isso foi ajudado pelo autor em sua proposta organizativa. A história de abertura – "O alienista" – é a mais comprida e densa. Reúne vários temas centrais, que foram discutidos posteriormente e com mais detalhes nos outros contos. A disposição tende, portanto, a propor releituras, idas e vindas, na medida em que a todo o momento retoma as mesmas questões.

Além dos contos, a "Advertência" e as "Notas" preparadas para aquela edição ajudam-nos a pensar um pouco mais sobre as intenções e também em algumas leituras sugeridas pelo autor. A escolha do título, embora pudesse se referir à ausência de unidade, sua indicação era de que havia algum ponto de contato. Eram "avulsos", mas "não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família que a obrigação do pai fez sentar a mesma mesa". (MACHADO DE ASSIS, 1882: s/p). Dentre os pontos de união, para começar, temos a própria autoria, pois são filhos do mesmo pai. Mas não era só isso. Como parte de um mesmo projeto, possuem também temas em comum, conforme já viemos discutindo. As questões centrais giravam em torno da própria literatura, passando pela política imediata e pelos debates que envolviam as acaloradas polêmicas em torno dos caminhos e descaminhos da ciência. Guardando várias semelhanças, por outro lado, como é comum entre irmãos, cada um deles possui aparência própria e singularidades. A forma narrativa escolhida ajudou a caracterizá-los e a dar feição específica. Diálogo, conferência, sonho, capítulo bíblico e de livro, carta, anedota e retrato ajudaram a compor essas especificidades.

Outra questão importante, levantada ainda na "Advertência", versava sobre o gênero literário conto. Se para alguns aquelas histórias não poderiam ser classificadas como tal, o autor defendia-se usando São João e Diderot. O primeiro no sentido de mostrar que ali poderia ser encontrada alguma sabedoria, e o segundo enfatizando a alegria do espírito e a passagem do tempo. Por essa via, indica-nos um pouco daquilo que teria influenciado sua escrita. Aliás, vale a pena lembrar que o conto havia ganhado naqueles anos de 1880, vários

novos adeptos, para não falar no já reconhecido e várias vezes citado pelo próprio Machado, Edgard Allan Poe. Essa literatura era parte de movimento maior, em que a escrita de narrativas curtas e publicadas nos jornais ganhava espaço.

Para a compreensão da organização desse livro, as "Notas" são bastante importantes. Dispostas de A a F traziam informações específicas sobre alguns contos. Podem ser vistas também como espécie de guia aos leitores mais atentos. Logo de cara, Machado dizia responder a duas cartas anônimas que o repreenderam, quanto ao uso da palavra "reproche", no "O alienista", e usada outra vez na "Advertência". Entre outros pontos, faz esclarecimentos sobre o periódico no qual publicou "A chinela turca" e revela que a versão inicial de "Uma visita de Alcibíades" passou despercebida aos leitores. Quanto ao sentido específico dos contos, afirma na "Nota E", sobre "A sereníssima República" que, "este escrito, publicado primeiro na *Gazeta de Notícias*, como outros do livro, é o único que há um sentido restrito: - as nossas alternativas eleitorais. Creio que terão entendido isso mesmo, através da forma alegórica". (MACHADO DE ASSIS, 1882: 300).

Machado explicava questões mais específicas e literárias, e, ao mesmo tempo, deixava entrever o quão grande era sua preocupação com os leitores. Ao editar a coletânea, respondia cartas e contava sobre o esquecimento de uma de suas páginas no *Jornal das Famílias*. Junto a isso indicava a existência de várias leituras possíveis para a mesma história. Algumas dentre essas previstas por ele próprio ao elaborá-las e outras que apareceram, seguindo as diversas experiências de seus leitores, seja de classe ou de gênero. Essa suposição da parte do autor precedia à própria organização do livro. Acompanhava-o desde a escolha do periódico no qual publicaria a primeira versão. Ao organizar *Papéis Avulsos*, Machado colaborava com mais regularidade na *Gazeta de Notícias* e na *Estação*. Foram esses dois que publicaram o maior número de contos seus nos anos de 1880. Enquanto *A Estação* era revista de moda e literatura, dedicada ao público feminino, a *Gazeta* levava aos leitores nova forma de fazer jornalismo. Muito mais barato e preocupado em atrair maior número de leitores. Sendo assim, nada mais apropriado do que buscar esse jornal para publicar história sobre as reformas eleitorais, já que aquela discussão permeava suas páginas havia tempo. Por outro lado, esse autor não menosprezou seu público feminino. Contando com larga experiência em escrever para as "gentis leitoras", foi a *Estação* o escolhido para publicar a primeira versão daquela que abriu o livro.[4]

[4] A participação de Machado na *Estação* teve início em 1879 e durou praticamente até seus últimos anos. Além de contos, publicou também ali o romance *Quincas Borba*. Antes disso, no entanto, havia passado 14 anos escrevendo em outra revista de moda e literatura. Foi o *Jornal das Famílias* que recebeu seus primeiros escritos. Era uma publicação de B. L. Garnier, que teve nesse autor o principal colaborador. Sobre a participação de Machado de Assis nessa revista e sua relação com as leitoras, ver SILVEIRA, D. *Contos de Machado de Assis:*

Dentre aqueles que publicaram os contos de *Papéis Avulsos*, *A Época* foi o mais singular. Em suas páginas foi publicada "A chinela turca", logo no primeiro número, de 14 de novembro de 1875. Apareceu na primeira página, em seguida à pequena introdução que afirmava ser o recém-lançado periódico, destinado "a apresentar, sob uma forma ligeira, uma opinião refletida sobre as diversas questões artísticas, literárias e políticas, que mais interessam ao nosso tempo". (A ÉPOCA, 1875: 3) Seu redator principal foi Joaquim Nabuco, que, ao lado de outros amigos, assinavam seus artigos por meio de pseudônimos. Machado de Assis assinou como Manassés, e além da escolhida para integrar sua coletânea, ainda publicou, no segundo número, "O sainete".[5] Um dos objetivos do conto que abriu o periódico, bem como da revista como um todo era refletir acerca da literatura que se produzia naquele momento. Machado retomava forma narrativa já usada, inspirada na literatura fantástica, sob influência de Poe, para colocar em debate a produção literária de má qualidade tão corrente. Para isso, usou periódico que tinha essa discussão como prioridade.

Da revista para a publicação em livro, as modificações em "A chinela turca" de maior efeito foram feitas tanto no primeiro, quanto no último parágrafo. Entretanto, se no começo o que foi feito não passou de rearranjo de palavras, para terminar, os cortes e inserções foram mais profundos. Se em ambas as versões podem ser observadas a intenção de deixar lição ao leitor, na *Época*, isso parece mais claro e sintético, seguindo a mesma tendência da grande maioria de suas histórias, escritas nos anos de 1870: "Livre do pesadelo, Duarte despediu-se do major jurando a si próprio nunca mais assistir à leitura de melodramas, sejam ou não obras de major. É a moralidade do conto". (MACHADO DE ASSIS, 1875: 6) Esse mesmo parágrafo, no livro, passou a ser:

> *Duarte acompanhou o major até a porta, respirou ainda uma vez, apalpou-se, foi até a janela. Ignora-se o que pensou durante os primeiros minutos; mas, ao cabo de um quarto de hora, eis o que ele dizia consigo: - Ninfa, doce amiga, fantasia inquieta e fértil, tu me salvaste de uma ruim peça com um sonho original, substituíste-me o tédio por um pesadelo: foi um bom negócio. Um bom negócio e uma grave lição: provaste-me que muitas vezes o melhor drama está no espectador e não no palco. (MACHADO DE ASSIS, 1882: 125).*

Ao recontar o mesmo parágrafo, uma pimentinha a mais foi colocada. O sentido da "lição" ganhou maior amplitude por inserir as trocas entre espetáculo e espectador. Essa necessidade de apurar cada vez mais seus escritos levava-o, ao reescrever certos trechos, a

leituras e leitores do Jornal das Famílias. Campinas, SP, Dissertação de Mestrado em História, 2005.

[5] "O sainete" foi um dos contos desprezados por Machado, não aparecendo em nenhuma coletânea por ele organizada. Tinha como tema central um daqueles tão usados no *Jornal das Famílias* naquela época, ou seja, o casamento. Dirigia-se diretamente às possíveis leitoras da revista tanto no começo, como no final da história. Aliás, apresentava até mesmo as diferenças de compreensão daquilo que escrevia entre os dois sexos.

não apenas aperfeiçoar o estilo, como também a propor novas formas de leituras. Nem sempre o que houve foi tentativa de esclarecimento. Foi mais comum a inserção de elementos que jogavam com aquilo que pudesse parecer obvio em leitura inicial. Seu papel como escritor parecia um pouco mais complexo do que a proposta daqueles que imaginavam guiar a sociedade por meio de literatura infestada por supostas dicas de comportamento. Preocupava-se com seus leitores, e tentava propor leitura comprometida com a realidade social de cada um deles. Ao levar a história do jornal para o livro, funcionava como leitor de si mesmo e da recepção outrora obtida.

Enquanto esse conto sobre literatura compôs revista que tinha como subtítulo "*fantasias, romances, letras, teatros, belas-artes"*, outras apareceram num jornal de modas. A participação de Machado de Assis na *Estação – jornal ilustrado para a família* foi longa e reveladora de detalhes sobre sua relação com as leitoras. Para *Papéis Avulsos*, foram escolhidos de lá "O alienista" e "D. Benedita". Ambas reúnem discussões que a cada dia cresciam mais tanto naqueles dedicados às famílias, como também em jornais de maior circulação. Entre outros temas, focalizam em especial as questões científicas. Para isso, no entanto, não deixava de buscar aproximação com aquelas páginas, suas seções e principais discussões, e por esse caminho também com suas leitoras. Nesse sentido, a cuidadosa construção das personagens femininas foi recurso muitas vezes utilizado. Em "O alienista", a esposa do Dr. Bacamarte logo no primeiro capítulo é traçada como alguém que "reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes". (MACHADO DE ASSIS, 1881) Essa descrição ia ao encontro daquilo que se enfatizava nas seções de higiene da revista. No entanto, D. Evarista desmentiu todas aquelas teorias, não conseguindo gerar filho algum.

Nesse conto, Machado ainda continuou seguindo essa linha de raciocínio nos capítulos seguintes. As causas da internação de D. Evarista foram definidas a partir da crescente vaidade da mulher. Sempre preocupada com as "sedas, veludos, rendas e pedras preciosas", chegando a ponto de passar toda uma noite indecisa quanto ao uso de um colar. A estratégia de inserir falas que poderiam ser ouvidas em outras seções era maneira de tornar sua narrativa mais fluente, e até mesmo mais atrativa àquelas que formavam seu público leitor majoritário. Por mais que existissem inúmeras outras discussões propostas naquelas histórias, havia certa entrada para as mulheres que em conseqüência acabavam sendo levadas a refletir sobre questões consideradas do domínio masculino. Além disso, enquanto as outras seções da revista tendiam a apresentar guias de comportamento pré-definidos, Machado de Assis se

colocava como interlocutor, alguém pronto para questionar instituições vistas como essenciais para o bom andamento social, como, por exemplo, a maternidade e o casamento.

Em "D. Benedita", por outro lado, a personagem feminina que intitula o conto havia realizado aquilo que era considerado a função máxima das mulheres. Mas nem por isso, ou quem sabe exatamente por esse motivo, era carreada de contradições. Era mãe de dois filhos, e, além disso, ainda tomava conta sozinha da casa, já que seu marido havia sido enviado como presidente para alguma província do Norte. Mesmo este tendo encontrado outra mulher por lá, D. Benedita mantinha na Corte as aparências do casamento, escrevia cartas comunicando sobre a educação dos filhos e, até mesmo depois de morto, cumpria todos os passos de sua viuvez. Das 7 histórias escritas na *Estação*, Machado de Assis selecionou apenas essas duas para *Papéis Avulsos.* Ou talvez seja mais apropriado pensar que das histórias dessa coletânea apenas essas foram escolhidas para integrar as páginas da revista feminina.

Além dessas revistas, os contos de *Papéis Avulsos* ainda foram publicados em dois jornais. Usou o espaço de folhetim do *Cruzeiro* e da *Gazeta de Notícias*. No primeiro, publicou em 14 de maio de 1878, "Na arca",[6] e para a *Gazeta* foram reservadas oito histórias. Com esses números, podemos imaginar como foi fértil para sua produção colaborar nessa folha. Sua primeira participação foi com "Teoria do medalhão", em 18 de dezembro de 1881. Parecia importar-se de fato em ter naqueles leitores seu público. Porque a última história que formaria o livro foi publicada apenas alguns dias antes da primeira crítica ao livro sair nos jornais. Era sua antiga crença de que o jornal superava o livro, levando o frescor das idéias. As inovações apresentadas pela *Gazeta* ofereciam a Machado mais um espaço de debate. Ajudava na construção da imprensa como espaço privilegiado de discussão. Por isso, seus contos apresentam, muitas vezes, possibilidades de leituras diversas daquilo que apareciam em outras seções do jornal, embora o tema fosse idêntico. Uma das principais discussões propostas referia-se aos debates científicos, às teorias darwinistas e positivistas e às inovações da medicina.

Ao tratar das variações no processo eleitoral, ou mais exatamente sobre a aprovação da lei Saraiva de 1881, em "A sereníssima república", na *Gazeta de Notícias*, começava referindo-se aos estudos de Darwin e Bürchner. Colunas intituladas *sciencia* apareciam aos montes não só nesse jornal, como na grande maioria dos publicados àquela época. Então, mesmo que não fosse para tratar desse tema, a questão serviu de porta de

[6] A participação de Machado de Assis no *Cruzeiro* teve início com a publicação dos folhetins que formaram *Iaiá Garcia* logo no primeiro número do jornal, de 01 de janeiro de 1878. Depois disso, continuou ocupando aquele mesmo espaço, com críticas literárias, crônicas e contos. Muitas vezes usou o pseudônimo Eleazar.

entrada. O tema que, segundo sua própria nota, restringia o conto, também era um dos que mais discussão havia causado. A *Gazeta de Notícias*, aliás, já havia brigado para garantir o direito de manter seus leitores informados sobre os andamentos da questão que tantas controvérsias causavam. Os contos publicados nos jornais guardavam muito daquilo que esse autor havia definido como calor da hora.

Machado de Assis fazia assim questão de escrever suas histórias em jornais e revistas. Além do mais era aquele o suporte de maior tiragem, e também por isso com maior número de leitores. Do jornal para o livro tentava manter algo da atmosfera dos jornais. Sabia da impossibilidade disso, e não deixava de ter naquelas efêmeras folhas primeiro suporte para seus escritos. Quando os selecionava, e editava suas coletâneas, em especial, *Papéis Avulsos*, não buscou apenas os mais recentes. Além disso, tinha consciência de que seu maior número de leitores não era formado por aqueles que compravam livros, mas pelos leitores daqueles periódicos. Portanto, sua intenção ao lançar a coletânea não foi apenas vender livros, mas a de buscar novo público, propor novas leituras para suas histórias, e, especialmente, oferecer característica de menor transitoriedade para aqueles escritos. Levados para o livro a chance de caírem no esquecimento era muito menor. Passariam a ser usados nas escolas e serviriam para a formação de novos leitores, trazidos com tempo.

Fontes e referências bibliográficas:

A Época, 1875.

A Estação, 1881- 1822

Correio da Manhã, 10 e 12/01/1859.

Correio Mercantil, 23/10/1859.

Gazeta de Notícias, 1881-1882.

O Cruzeiro, 1878.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Papéis Avulsos*. Livraria Garnier, 1882.

AZEVEDO, Sílvia Maria. *A trajetória de Machado de Assis: do Jornal das Famílias aos contos e histórias em livro*. Tese de doutorado em Teoria literária, USP, 1990.

GLEDSON, John. "Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo". In: ASSIS, M. *Contos/uma antologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do Jornal das Famílias*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Idéias, intelectuais e instituições: o movimento latino-americano de história das idéias

Eugênio Rezende de Carvalho[1]

Resumo: O trabalho explora a natureza e trajetória de um movimento intelectual organizado na América Latina por volta da década 1940, que fundou uma vigorosa corrente de reflexão e estudos sobre a História das Idéias ou do Pensamento Latino-americano. Entre os seus principais teóricos, líderes e articuladores encontram-se o filósofo mexicano Leopoldo Zea Aguilar (1912-2004), o uruguaio Arturo Ardao (1912-2000) e o argentino Arturo Andrés Roig (1922-). Para além de uma mera vertente particular da História das Idéias, tratou-se de um movimento intelectual organizado e articulado por todo o continente americano, que fundou destacadas organizações e instituições - dentro e fora dos meios universitários -, com o propósito de promover o intercâmbio e a articulação dos inúmeros investigadores que atuavam na área da História das Idéias na América Latina.
Palavras-chave: História das Idéias – América Latina – Movimentos Intelectuais

Abstract: The paper explores the nature and course of an intelectual movement organized in Latin America around the 40's that established a vigorous current of thought and study about the History of Latin american Ideas or thinking. Among the principal authors, leaders and organizers we find the mexican philosopher Leopold Zea Aguilar (1912-2004), the uruguayan Arturo Ardao (1912-2000) and the argentinian Arturo Andrés Roig (1922-). It was more than a particular trend in the History of Ideas; it was an intelectual movement articulated across Latin America that founded important organizations and institutions - inside and outside the universities - with the goal of promoting the exchange and organization among inumerous researchers in the History of Ideas.
Keywords: History of Ideas – Latin América – Intelllectuals movements

Entre as décadas de 1940 e 1950, um grupo representativo de intelectuais latino-americanos e caribenhos de diferentes nacionalidades, constituído basicamente por filósofos, deu início a uma vigorosa corrente de reflexão e estudos sobre a história do pensamento latino-americano no período pós-independência, bem como sobre aquelas que seriam as características essenciais e originais desse pensamento, fundando assim uma vertente peculiar da História das Idéias na América Latina. Entre os principais representantes desse movimento destacam-se o mexicano Leopoldo Zea Aguilar (1912-2004) - sem dúvida, a principal

[1] Doutor em História Social e das Idéias pela Universidade de Brasília, com pós-doutorado na Universidade de São Paulo – USP sobre o movimento latino-americano de história das idéias, professor Adjunto e pesquisador do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás – UFG.

referência do grupo -, o uruguaio Arturo Ardao (1912-2000) e o argentino Arturo Andrés Roig (1922-).

Na verdade, para além de uma mera corrente ou vertente particular da História das Idéias, tratou-se mesmo de um movimento – como doravante passaremos a denominá-lo -, organizado e articulado por esses intelectuais de meados do século XX, que associou o seu projeto de uma História das Idéias latino-americana a uma perspectiva de auto-afirmação nacional e continental. Entre outras atividades, tal movimento fundou destacadas organizações e instituições - dentro e fora dos meios universitários -, produziu e incentivou um número significativo de eventos e de publicações, sempre com o propósito de promover o intercâmbio e a articulação dos inúmeros investigadores que atuavam na área da História das Idéias na América Latina. Mas, também, um movimento que, por outro lado, utilizando desses meios, procurou sugerir e implementar um determinado programa de orientação dos estudos latino-americanos nos campo das idéias, segundo certos pressupostos teóricos, metodológicos, filosóficos e epistemológicos relativamente claros.

A origem do movimento latino-americano de História das Idéias é tradicionalmente identificada pela historiografia com a fundação simultânea e paralela, no México e na Argentina, no ano de 1940, de dois importantes focos de irradiação e de promoção dos estudos das idéias latino-americanas. O primeiro foco teve origem com as ações pioneiras do filósofo espanhol de formação orteguiana José Gaos (1900-1969), exilado no México desde 1938, sobretudo a partir da sua iniciativa de criação, em 1940, n' *El Colegio de México*, de um Seminário dedicado aos estudos de História das Idéias na América, em convênio com a UNAM. Já o segundo foco de irradiação da História das Idéias teve como referência o filósofo argentino de origem espanhola Francisco Romero (1891-1962), herdeiro da tradição de seus mestres Alejandro Korn e José Ingenieros, que fundou em 1940 no *Colegio Libre de Estudios Superiores* um centro filosófico que denominou "Cátedra Alejandro Korn", com o propósito de difundir a História das Idéias e o pensamento filosófico argentino.

As ações pioneiras de Gaos e Romero abriram assim as portas para o desenvolvimento da História das Idéias na América Latina, seja por meio de suas contribuições paralelas do ponto de vista organizacional e de incentivo à produção e difusão de estudos nesse campo, seja por seus esforços simultâneos por lançar as bases e os fundamentos teórico-metodológicos que deveriam guiar a nova disciplina. A partir dos anos 40, as iniciativas de Gaos e de Romero iriam paulatinamente convergir e se integrar num

amplo e movimento de História das Idéias que logo alcançaria uma amplitude continental, não apenas pela ação direta desses dois filósofos, mas, sobretudo, pela ação coordenada de sucessivas gerações de seus discípulos, diretos ou indiretos, espalhados por vários países latino-americanos. Dentre esses discípulos, o mais importante foi o filósofo mexicano Leopoldo Zea, que iria se constituir, a partir de meados da década de 1940, no principal líder desse processo de convergência dos focos mexicano e argentino, com seu empenho decisivo na articulação, unificação e organização da produção latino-americana no campo da História das Idéias visando à constituição de um movimento de projeção continental, conforme veremos mais adiante.

Sob a orientação de seu mestre José Gaos, no início da década de 1940, Leopoldo Zea desenvolve as suas teses de mestrado e doutorado junto a UNAM sobre o tema do positivismo mexicano, que resultaram na publicação dos livros *El positivismo en México* (1943) e *Apogeo y decadencia del positivismo en México* (1944). Logo em seguida a tais publicações, Leopoldo Zea foi incentivado por seu mestre José Gaos a estender seu estudo sobre o positivismo no México ao âmbito latino-americano, incorporando ainda um estudo sobre a etapa prévia do romantismo, numa ampla investigação sobre a História das Idéias na América Latina[2]. Com tal propósito Zea realiza entre 1945 e 1946 uma viagem de estudos pelos Estados Unidos e América do Sul, consultando um rico universo de fontes e estabelecendo contatos e intercâmbios com inúmeros intelectuais desses países que muito lhe ajudariam na sua tarefa de pesquisa[3].

Um dos resultados mais imediatos e significativos dessa viagem de Zea pela América do Sul se deu na esfera institucional, com a concretização do projeto de integrar organicamente, em âmbito continental, a produção e os investigadores no campo da História das Idéias, até então dispersos, apoiando-se na base das relações e contatos estabelecidos nos vários países por onde passou. Daí surgiu a proposta de fundação, em 1947, sob a presidência de Zea, do *Comité de Historia de Historia de las Ideas en América*, ligado à *Comisión de Historia* do *Instituto Panamericano de Geografía e Historia – IPGH*. Nos anos seguintes ao de sua fundação, o Comitê de Historia das Idéias, a partir de suas distintas filiais em vários

---

[2] Tal investigação resultaria na publicação, em 1949, do livro de Zea *Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica. Del romanticismo al positivismo* - obra que seria reeditada em 1965, numa versão ampliada, sob o novo título *El pensamiento latinoamericano*.

[3] Entre os quais, na Argentina, Francisco Romero, José Luis Romero e Gregorio Weinberg; no Peru, Francisco Miró Quesada; no Uruguai, Arturo Ardao; no Brasil, João Cruz Costa; no Chile, Enrique Molina; na Bolívia, Guillermo Francovich; na Colômbia, Danilo Cruz Vélez e Germán Arciniegas; no Equador, cm Benjamin Carrión; na Venezuela, Mariano Picón Salas.

países americanos, organizou um intenso trabalho, em âmbito continental, de promoção dos estudos sobre o pensamento americano e a História das Idéias em suas mais diversas formas e expressões.

O processo de consolidação do movimento latino-americano de História das Idéias, intensificado ao longo da década de 1950, contou com alguns marcos importantes no âmbito da sua organização institucional, com destaque para a iniciativa de Comitê de História das Idéias, do Instituto Panamericano de Geografia e História – IPGH, de organizar em 1956 o *Primer Seminario de Historia de las Ideas en América*, realizado em Porto Rico. Desse Seminário participaram nomes de grande projeção no campo da História das Idéias[4]. Esse evento representou a primeira grande iniciativa concreta do Comitê no sentido de articular e colocar em contato alguns dos principais investigadores no campo da História das Idéias e do pensamento americano, originários de vários países, forjando um pioneiro debate e balanço geral dos estudos realizados nesse campo até então. Além de constituir uma oportunidade única de contato e intercâmbio entre os diversos investigadores membros do Comitê, assim como um espaço de apresentação e debate de suas comunicações, o Seminário de História das Idéias tomou algumas deliberações relevantes para o movimento no continente, tais como a proposta de criação de comissões nacionais, bem como e criação de um órgão editorial periódico que pudesse veicular seus trabalhos[5].

Em cumprimento a uma recomendação anterior da UNESCO para que se discutisse a publicação de uma coleção que se denominaria *América Latina en su cultura*, realizou-se n'*El Colegio de México*, em 1974, uma reunião de especialistas em História das Idéias na América Latina para programar um volume dessa coleção que se intitularia *América Latina en sus ideas*. Dessa reunião participaram alguns dos principais representantes do movimento, como Leopoldo Zea, Arturo Ardao, Francisco Miró Quesada, Arturo Andrés Roig, Guillermo Francovich, Abelardo Villegas, entre outros. Nessa oportunidade, esse grupo de especialistas propôs, discutiu e aprovou um conjunto de "recomendações metodológicas para o tratamento das idéias" que, para além do objetivo imediato de nortear a referida publicação, visou prescrever algumas normas e princípios orientadores dos estudos no campo

---

[4] Entre os quais se destacam, além do próprio Leopoldo Zea, os mexicanos Samuel Ramos e Abelardo Villegas Maldonado, o argentino José Luis Romero, o uruguaio Arturo Ardao, o peruano Francisco Miró Quesada, o brasileiro João Cruz Costa e o italiano Antonello Gerbi, entre vários outros.

[5] Surgiu assim, em 1959, a *Revista de História de las Ideas en América*, dirigida por Leopoldo Zea, cujo primeiro número constitui-se numa fonte inestimável de consulta sobre o Seminário que decidiu pela sua criação, na medida em que ela veiculou as deliberações, bem como as comunicações e informes apresentados naquele evento.

da História das Idéias latino-americanas como um todo. Tais recomendações foram ratificadas posteriormente em uma reunião do Comitê de História das Idéias, realizada em 1982, em Quito, no Equador e, a partir de então, tiveram uma ampla difusão por todo o continente.

Num esforço de síntese e interpretação dessas recomendações podemos inferir das mesmas pelo menos quatro grandes eixos prescritivos de reorientação e ampliação teórico-metodológica da História das Idéias latino-americanas, interligados entre si, quais sejam: 1) ampliação do objeto historiográfico "idéias"; 2) alargamento do campo geográfico de sua abrangência para além do nacional; 3) redefinição do status epistemológico da disciplina História das Idéias; e 4) renovação dos enfoques e tratamentos da História das Idéias.

Quanto ao primeiro eixo prescritivo de reorientação, relativo à concepção de "idéia" como objeto historiográfico, percebe-se nas recomendações uma preocupação, não totalmente nova, por situar e tratar as idéias sempre vinculadas e condicionadas por uma estrutura social, política e econômica, ainda que, ao mesmo tempo, dotadas de certo poder transformador dessa mesma estrutura. Mas a principal mudança quanto à concepção desse objeto foi a sua ampliação de forma a abranger formas variadas de manifestação das idéias, como as de natureza ideológica e não-acadêmica, não se restringindo apenas às suas expressões especificamente filosóficas.

Com relação ao segundo eixo reorientador, que propõe o alargamento do campo espacial de abrangência da História das Idéias, percebe-se uma clara preferência por uma História das Idéias de tipo regional ou continental, não restrita a um único país, tal como vinha sendo praticada majoritariamente no seio do movimento e, em alguns momentos, até incentivada. A razão maior dessa proposta de alargamento se ligava aos pressupostos explicitamente assumidos da unidade do processo histórico latino-americano e de um projeto comum de libertação e integração da América Latina, motivados fundamentalmente por uma profunda preocupação identitária regional.

Sobre o terceiro eixo reorientador, relativo à redefinição do status epistemológico da disciplina História das Idéias, as recomendações evidenciam um intento de transformá-la em uma espécie de "meta-disciplina", que deveria transcender os campos epistemológicos e disciplinares tradicionais, servindo-se ao mesmo tempo das produções realizadas pelos mesmos. Tal deslocamento epistemológico da História das Idéias sugere, em certo sentido, a proposta, e mesmo a necessidade, de abordá-la não apenas a partir de sua dimensão especificamente historiográfica, das suas possibilidades enquanto um tipo de saber científico historiográfico, mas também, ao mesmo tempo, a partir da dimensão especulativa-funcional.

Por fim, com respeito ao quarto e último eixo prescritivo de reorientação, que aponta para a renovação dos enfoques e tratamentos da História das Idéias, intimamente ligado ao eixo anterior, pode-se destacar nas recomendações pelo menos duas propostas interligadas entre si. De um lado, a de se encarar a História das Idéias a partir do presente latino-americano e, de outro, a de entendê-la como história da "consciência social latino-americana" dos problemas concretos de sua realidade e das respostas oferecidas aos mesmos. Tal consciência histórico-social do passado, enfocada a partir do presente, se estenderia a esse último, instrumentando os seus historiadores para o enfrentamento dos problemas ainda persistentes na circunstância concreta do presente latino-americano (dependência, dominação, fragmentação, entre outros), motivando e fortalecendo seu compromisso com a transformação dessa realidade, num projeto de futuro. Assim, tal enfoque da História das Idéias reforçaria ainda mais o seu valor funcional de fonte legitimadora tanto de uma filosofia da história como de uma filosofia da libertação latino-americanas.

Na condição de um dos principais inspiradores e mentores intelectuais dessas recomendações, o filósofo argentino Arturo Andrés Roig assumiu, a partir de então, uma posição protagônica no interior do movimento como defensor intransigente da exigência de uma ampliação temática e uma renovação metodológica da História das Idéias latino-americanas. No período entre o lançamento das recomendações metodológicas em 1974 e a sua ratificação em 1982, Roig produziu e publicou uma série de textos nos quais explorou e reafirmou os conteúdos dessas propostas[6].

Um forte impulso no âmbito da organização institucional do movimento latino-americano de História das Idéias, embora dentro de uma preocupação mais ampla de promoção dos estudos latino-americanos em geral, se deu no final dos anos 70 e início dos anos 80, sob a articulação e empenho de Leopoldo Zea, com a criação de duas sociedades: a *Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre América Latina y el Caribe* (cuja sigla adotada mais tarde seria SOLAR) e a *Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe* (FIEALC) que incluía também a SOLAR e as instituições latino-americanistas dos Estados Unidos, Europa e Ásia. (Zea, 1995, p. 63-64) Como órgão coordenador e executivo dessas sociedades, foi criado ainda em 1979 o *Centro Coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos* (CCyDEL), cuja sede permanente ficaria na Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM, sob a responsabilidade do próprio Zea.

[6] Com destaque para: *Importancia de la historia de las ideas para América Latina* (1977), *De la historia de las ideas a la filosofía de la liberación* (1977) e *Problemática de la filosofía latinoamericana. Problemas actuales de la filosofía en el ámbito latinoamericano* (1979), *La historia de las ideas y sus motivaciones fundamentales* (1983) e *La "Historia de las Ideas" cinco lustros después* (1984).

Há que se destacar a relevante função que essas entidades desempenharam na difusão e promoção, inclusive para além das fronteiras americanas, de estudos e temas relativos à América Latina como um todo, com particular ênfase para as questões identitárias e de integração regional. Entretanto, elas não foram propriamente, como no caso do Comitê de História das Idéias na América, órgãos comprometidos exclusivamente com o campo de estudos da História das Idéias, embora tais estudos tenham encontrado um significativo espaço nos eventos e publicações patrocinados por tais entidades. De qualquer forma essas organizações contribuíram sobremaneira, a partir de sua idealização e fundação por iniciativa e empenho decisivo de Leopoldo Zea, na condição de mais um suporte institucional do movimento latino-americano da História das Idéias, paralelamente ao Comitê de História das Idéias e ainda a outros suportes no campo acadêmico e universitário em várias partes da América e mesmo de outros continentes - de onde surgiram inúmeros centros e linhas de investigação dentro desse campo de estudos[7].

Diante do exposto, podemos concluir que, para além de uma mera vertente de uma disciplina particular, o movimento latino-americano de História das Idéias constituiu-se num movimento intelectual organizado e articulado por todo o continente americano, que fundou destacadas organizações e instituições - dentro e fora dos meios universitários -, com o propósito de promover o intercâmbio e a articulação dos inúmeros investigadores que atuavam na área da História das Idéias na América Latina. Mas, também, um movimento que, por outro lado, utilizando desses meios, procurou sugerir e implementar um determinado programa de orientação dos estudos latino-americanos nos campo das idéias, segundo certos pressupostos teóricos, metodológicos, filosóficos e epistemológicos relativamente claros.

Fontes e Referências Bibliográficas

ARDAO, Arturo. **Estudios latinoamericanos de historia de las ideas**. Caracas: Monte Ávila, 1978.

ARDAO, Arturo. La historiografía de las ideas en Latinoamérica. ***Latinoamérica***. *Anuario de Estudios Latinoamericanos*, México, UNAM, 1977.

ROIG, Arturo Andrés. **Análisis. Homenaje a Arturo Andrés Roig**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, vol. XXVIII, números 53-54, 1991. Reeditado como **Historia de las ideas,**

[7] Para citar apenas alguns exemplos na América Latina, tivemos o *Colegio de México*, o *Centro de Estudios Latinoamericanos* da *Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM*, o *Instituto de Filosofía* da *Universidad de Buenos Aires*, o *Centro de Estudios Latinoamericanos "Rómulo Gallegos"* de Caracas, o *Centro de Estudios Latinoamericanos* da *Pontificia Universidad Católica del Ecuador*, além de vários outros.

Teoría del discurso y Pensamiento latinoamericano. Bogotá: Universidad de Santo Tomás - Ediciones USTA, 1993.

ROIG, Arturo Andrés. **El pensamiento latinoamericano y su aventura**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 2 tomos, 1994.

ROIG, Arturo Andrés. Importancia de la Historia de las ideas para América Latina. ***Pucará,*** *Revista de la Facultad de Filosofía, Letras y Educación, Universidad de Cuenca*, Ecuador, 1 (1977a): 49-55.

ROIG, Arturo Andrés. **Teoría y crítica del pensamiento latinoamericano**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

ZEA, Leopoldo. (coord.) **América Latina en sus Ideas**. México: UNESCO / Siglo XXI Editores, 1986.

ZEA, Leopoldo. **Apogeo y decadencia del positivismo en México**. México: El Colegio de México, 1944.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento latinoamericano**. 1ª ed. México: Editorial Pormaca, 1965. 2 tomos. / 3ª ed. México: Ariel/ Barcelona: Esplugues de Llobregat, 1976. [Edición ampliada de ZEA, Leopoldo. **Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica: del romanticismo al positivismo**. México: El Colegio de México, 1949.] Edición digital. Proyecto Ensayo Hispánico. Disponível em: <http://www.ensayistas.org/filosofos/mexico/zea/pla/indice.htm>. Acessado em 19/12/2005.

ZEA, Leopoldo. **El positivismo en México**. México: El Colegio de México, 1943.

ZEA, Leopoldo. **Esquema para una Historia de las Ideas en Iberoamérica**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1956.

ZEA, Leopoldo. **La filosofía como compromiso de liberación**. [***Antologia***] Selección, cronología e bibliografía: Liliana Weinberg de Magis y Mario Magallón. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relações interétnicas nas fronteiras da América meridional no século XVIII

Glória Kok*

Resumo
Durante o século XVIII, complexas relações interétnicas se estabeleceram na conquista do extremo oeste da América portuguesa, a partir da descoberta de ouro em Cuiabá (1718) e em Goiás (1725). Três grupos indígenas se destacaram nos confrontos com os agentes colonizadores e outros grupos nativos: os Kaiapó meridionais, os Mbayá-Guaicuru e os Payaguá. Nesse violento processo, novas identidades se forjaram nas fronteiras ibéricas. Os territórios indígenas foram redefinidos de modo a significar não apenas o marco do domínio territorial das Coroas ibéricas, mas um divisor de águas entre etnias distintas, o que provocou mudanças profundas tanto nas culturas nativas quanto nas européias.
Palavras-chave: Índios, Conquista, América Meridional

"Abstract"
Au XVIIIe siècle des complexes relations interethniques se sont developpées dans le cadre de la conquête de l´extrême ouest de l´Amérique portugaise, qui se suit a la découverte des mines d´or au Cuiabá (1718) et au Goiás (1725). Trois groupes indigènes ont lutté contre les colonisateurs: les Kaiapó meridionales, les Mbayá-Guaicuru et les Payaguá. Des nouvelles identités sont formées aux frontières iberiques. Les territoires indiennes furent redéfinis pour signifier, non seulement le domaine des couronnes iberiques, mais sourtout la division entre les differentes populations amérindiennes, ce qui a provoqué des profondes transformations soit dans les cultures indigènes, soit dans les européennes.
Keywords: Indigènes, Conquête, Amérique Meridional

A expansão paulista do século XVIII em direção ao extremo oeste da América Meridional entrelaçou a história de muitas nações indígenas à história dos povos ibéricos. Novas frentes de povoamento no interior da América portuguesa enfrentaram uma forte ação de resistência por parte de alguns grupos indígenas que se mostraram capazes de elaborar respostas de caráter étnico à nova fase da possessão ibérica (VANGELISTA, 1991:152). No processo de conquista dos territórios indígenas, os agentes coloniais redefiniram as fronteiras do continente americano, de modo a significar não apenas o domínio territorial das Coroas ibéricas, mas, sobretudo, um divisor de águas entre etnias distintas.

Nesse contexto, três grupos indígenas destacaram-se pelos conflitos renitentes contra colonizadores e grupos nativos que colaboravam para efetivar a colonização nas fronteiras do Mato Grosso: os Kaiapó meridionais, os Mbayá- Guaicuru e os Payaguá.

Identidades indígenas redesenhadas

* Pós-Doutora, Departamento de Antropologia/CPEI, UNICAMP, Agência Financiadora CNPQ.

Os Kaiapó, nome tupi dado pelos colonizadores que significa "cara de macaco", pertenciam à família Jê. No século XVII, viviam numa região que se estendia a noroeste da vila de São Paulo, ao norte de Cuiabá e a leste e ao norte de Goiás. No processo de conquista, os Kaiapó meridionais deslocaram-se para o sudeste do Mato Grosso, na região do Rio Pardo, atingindo a embocadura do Araguaia (NEME, 1969:104). A resistência ao avanço português motivou contínuos confrontos com os paulistas que circulavam pelos caminhos fluviais, da embocadura do Rio Tietê até o Rio Taquari, e pelas vias terrestres que conduziam a Goiás e a Mato Grosso.

Os Mbayá-Guaicuru habitavam nas margens do Rio Paraguai e percorriam vastos campos existentes entre os rios Paraná e Paraguai, no século XVIII. Segundo o comandante Francisco Rodrigues do Prado, os Guaicuru eram reconhecidos por diferentes nomes: os espanhóis os nomeavam *Cambas*; os habitantes de Vila Real e Assunção, *Línguas*; e, por fim, os moradores da cidade de Santa Cruz de la Sierra os chamavam de *Xiriquanos*. O documento os descreve como índios errantes, de alta estatura, robustos e saudáveis, sem sobrancelhas nem pestanas (PRADO, 1908: 22-23).

Empecilho à circulação e à ocupação das fronteiras do Mato Grosso, o grupo indígena que se autodenominava Evuevi ou Euébe, conhecido pelo nome Payaguá. Os Payaguá habitavam nas margens do Rio Jaguari ou Taquari, e deslocavam-se pelos sertões do Mato Grosso e de Goiás (MARQUES, 1980:150). Tais índios, que falavam a mesma língua dos Guaicuru, eram hábeis canoeiros e faziam seus ranchos em uma das ilhas do Rio Paraguai, a seis ou sete dias de viagem da cidade de Assunção(CAMELLO, 1981:125).

A história da relação entre nativos, portugueses e espanhóis na América Meridional revelou-se bastante dinâmica. Políticas de alianças e dissensões perpassaram os contatos interétnicos como formas de reação e expressão à colonização ibérica. No século XVIII, as autoridades recomendavam a incorporação dos índios à sociedade colonial por meio do trabalho. De acordo com o parecer de Ricardo Franco de Almeida Serra, os índios deveriam se estabelecer em aldeamentos, "de tal forma que sejam úteis à agricultura e à mineração" (SERRA, 1866:204). No entanto, caso houvesse manifestação de resistência, ordenava-se escravização ou extermínio de grupos indígenas considerados hostis.

Os Kaiapó meridionais recusaram-se a aceitar a conquista de suas terras e a escravização iniciada pela bandeira comandada por Garcia Rodrigues Velho, em 1612. Como conseqüência, iniciou-se uma etapa de franca hostilidade nas relações entre ameríndios e paulistas no século XVIII. Os Kaiapó atacavam as canoas que incursionavam pelos rios Pardo,

Paraná, Taquari, Verde, Coxim e Camapuã, os estabelecimentos dos dispersos moradores que ensaiavam roças às margens desses rios e os caminhos terrestres para Goiás. Para lutar, usavam arcos e flechas, além de uma espécie de porrete ou bilro. No varadouro de Camapuã, os viandantes precisavam de extrema cautela, sobretudo nos dias em que as cargas eram descarregadas pelos escravos. Já nos caminhos terrestres, principalmente na rota para Goiás, os Kaiapó demonstraram ter estratégias diversificadas de ataque. Quando as condições eram propícias, faziam um cerco de fogo com o intuito de impedir a fuga, abrasando *in loco* os viandantes. Com os corpos pintados da cor do mato, os Kaiapó atacavam grupos de sertanistas que se desgarravam para caçar. Conforme a descrição de Francisco Palácio:

> *"Costumam estes estar escondidos em qualquer moitazinha de matto bisuntados com terra, e estareis olhando para elles, sem divizares q. he gente, e deixandovos passar vos faram tyro por de traz com o já nomeado porrette pondo vos os miolos a mostra, e basta hum só gentio desta nação para acabar hua tropa de muitos milhares de homens" (PALÁCIO,séc. XVIII:14 verso).*

Em 1785, constavam entre os escravos de Camapuã, os Kaiapó, capturados três anos antes por uma expedição punitiva organizada pelo fazendeiro que capturou umas oitenta pessoas, além de pedaços de ferro, facas, tesouras e outros produtos "furtados". (TAUNAY, 1981:226)

Por volta de 1700, os Mbayá-Guaicuru acirraram as hostilidades contra portugueses e espanhóis. A apropriação do cavalo trazido pelos espanhóis possibilitou um novo equacionamento de forças dos Mbayá-Guaicuru diante das tribos indígenas e dos adventícios. Graças à superioridade que os cavalos lhes proporcionavam, os Guaicuru guerrearam contra diversos grupos indígenas. Em suas aldeias viviam índios das nações Guaxi, Guató, Cayovaba, Bororo, Coroa, Caiapó, Xiquito e Xamococo (PRADO, 1795:31). Esses cativos de guerra serviam como reféns para serem trocados por produtos, formando uma complexa rede social. Ao longo do século XVIII, somaram-se os reféns espanhóis, portugueses, negros, mulatos e mamelucos. Hercules Florence presenciou a chegada de uma menina branca de doze anos em Cuiabá, capturada pelos Guaicuru no Paraguai quando ainda era bebê. Falava a língua guaicuru e tinha assimilado todos os costumes indígenas (FLORENCE, 1977: 90). "En cada expedición se contentan con obtner una sola ventaja. Sin esto no quedaria ya hoy un español en el Paraguay ni un português en Cuyabá" (AZARA, 1998:61), comenta Félix Azara.

Os Guaicuru possuíam armas bem diversificadas, reflexo do intenso intercâmbio cultural: arco e flechas, porretes e laços de couro, remos de canoas afiados nas extremidades, lança, facão e espingardas. Em combate, "vestem uma camisa de couro de onça, que lhes dá

pelos joelhos, a qual julgam impenetrável a todas as obras offensivas, mesmo as balas". (PRADO, 1797: 32).

A principal estratégia guaicuru era combater a cavalo em campo aberto em grandes tropas de cavaleiros. Quando avistavam os paulistas, "ajuntavam os cavallos e bois, e cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violencia com que iam, rompiam e atropellavam os inimigos, e elles com a lança matavam quantos encontravam diante" (CAMELLO, 1981:124). Os paulistas só conseguiram escapar à investida quando se embrenhavam na mata. No combate fluvial, os Guaicuru disparavam flechas e jogavam água nas armas de fogo (HOLANDA, 1986:54-55).

Os Payaguá, "corsários fluviais", dividiam-se em tribo meridional – os Tacumbu, que se estabeleceram nos arredores de Assunção – e tribo setentrional – os Cadigué, que atacavam suas vítimas no delta do Paraná e na margem esquerda do Paraguai para capturar reféns. A partir do século XVIII, passaram a assaltar as monções paulistas, de Porto Feliz a Cuiabá, quando transitavam pelas águas do Rio Paraguai. Observou o capitão Araújo que "traziam as caras, e corpos todos pintados, ornavam com variedade de penas as cabeças, [...] se se viam acossados de alguma canoa nossa, lançavam-se à água, em que nadam como peixes, e a viravam"[...] (ARAÚJO, 1981:142). Os Payaguá eram temidos pela habilidade com que guerreavam em suas canoas portando arco e flecha, porrete e lanças pequenas com pontas de ferro.

Dos produtos saqueados nos ataques, os Payaguá comercializavam ouro, prata e escravos em Assunção, e valiam-se do ferro para fabricar machados e pontas de flechas. No dia 15 de setembro de 1730, D. Carlos de Los Rios Valmaseda testemunhou a chegada de sessenta canoas de índios payaguás à cidade do Paraguai.

> *Quatro índios "muy emplumados, y armados com flechas, y lanças, y almagrados los rostros, vestidos com uno [s] cassacones de cuero de tigres a dar parte al d.º Governador, en como traian a unos cautivos Portugueses, que queriam vender a los Españoles; [...] poniendo excessivo precio a una señora Portuguesa, y a dos mancebos fuera de otros, y mulatos" (VALSAMEDA, 1981:146).*

Depois de estabelecidos os termos satisfatórios da transação, os Payaguá trouxeram a senhora, chamada Domingas Roiz, natural de Lisboa, dois rapazes e doze negros e mulatos para serem trocados por prata. O sucesso do assalto payaguá com a captura de numerosos prisioneiros, além da apropriação de grande quantidade de ouro e prata, reforçou a identidade da tribo e incentivou a circulação de produtos coloniais nas aldeias indígenas, alterando o próprio circuito do comércio ibérico. Os Payaguá vendiam portugueses, mamelucos, negros e

mulatos na cidade do Paraguai. Tão grande era o influxo de ouro trazido pelos nativos "oy se compran yá los generos de Castilla por oro, y no por yerva, ni tavaco" (VALSAMEDA, 1981: 148). A presença dos Payaguá no Pantanal, além dos constantes assaltos às monções, enfraqueceu os Guató, que dominavam a região e reforçou a aliança com os Guaicuru de 1719 até 1768.

Arenas de conquista

Com o agravamento das tensões ibero-ameríndias, o governador D. Luís Mascarenhas determinou que se efetivasse a conquista dos Kaiapó meridionais, nas circunvizinhanças de Vila Boa. Para tanto, ordenou, em 1741, a formação de duas companhias compostas por índios Carijó e *bastardos forros* para "se desenfestar as campanhas dos suburbios desta Villa do Gentio barbaro Cayapó, que tantas mortes, e estragos continuamente está fazendo" (*DI*,XXIII:166). Se os índios se entregassem, seriam presos e julgados, mas, se lutassem, seriam executados, excetuando crianças com menos de dez anos para "se tirar o quinto de S. Mag.e" (*DI*,XXII:168). Em 1742, Antonio Pires Campos,[1]conhecido como *Pai Pirá*, conquistador dos Bororo do planalto do Mato Grosso, firmou um contrato perante o governador D. Luiz Mascarenhas, cujos termos estipulavam a recompensa de uma arroba de ouro em troca de afugentar e destruir os Kayapó (*D.I.*,XIII:238-239). Campos atribuiu costumes canibais aos Kaiapó para justificar a guerra. Em 1774, sem ter mais condições de resistência, os Kaiapó foram conduzidos à aldeia de São José, onde "por motivo da mortandade e deserção os índios caíram em ruínas" (MATTOS, 1874: 244).

Sucessivas expedições punitivas também foram organizadas contra os Payaguá, que resultaram na expulsão desse grupo das tangentes do Rio Paraguai. No entanto, os assaltos às monções continuaram a ocorrer nos anos de 1737, 1740, 1744, 1752, 1753 e 1770. As contínuas investidas dos nativos modificaram as estratégias de destruição dos Payaguá. A partir da década de 1740, as autoridades enviaram "um cabo capaz de presentear e fazer amizades com o gentio Aycurú, para, por meio delles, destruírem-se os payaguás" (SÁ, 1898-1899:89). Uma expedição capitaneada por Antonio João de Medeiros, com doze canoas e 140 homens partiu com destino ao território dos Guaicuru para presenteá-los com panos de cores, baetas, chitas, barretes, chapéus, fitas, contas, pentes, facas, tesouras, machados, entre outros.

[1] Antonio Pires de Campos era natural de Itu e descobriu "também os rios Cuiabá e o afluente Coxipó em 1718, conquistando a numerosa tribo deste nome, e fundando várias aldeias, entre as quais a de Guarinos, notável pela sua numerosa população, hoje extinta. Fundou também a aldeia de *Sant'Ana* em Goiás, onde reuniu a tribo dos temíveis índios Bororo, em 1741". (MARQUES, 1980: 76)

Em resposta, os Guaicuru ofereceram-se como aliados na guerra contra os Payaguá e contra os espanhóis. Comemorando a aparente conquista dos índios hostis, Barbosa de Sá observa: "plantou-se ali uma cruz e acclamou-se em altas vozes: – Viva El-Rei de Portugal, dizendo os gentios o mesmo que diziam os portuguezes: prometteram não ofender aos portuguezes e ser seus amigos" (SÁ, 1898-1899:94). No dia seguinte, contrariando o acordo, os Guaicuru mataram cinqüenta soldados.

As autoridades procuravam interferir na política de aliança estabelecida pelos nativos, fazendo com que um grupo indígena se voltasse contra o outro. Ao mesmo tempo, vislumbravam possíveis alianças com os espanhóis na guerra contra os Payaguá. No ano de 1753, D. Antonio Rolim pediu autorização ao governador de Assunção (que nunca a concedeu) para ultrapassar as fronteiras com o objetivo de concluir a guerra contra os Payaguá "adentro das demarcações pertencentes a Castelha, nas vizinhanças de Cidade de Assunção" (JORDÁN & IZARD, 1991:159). Na década de 1770, foram fundados os presídios de Albuquerque e Coimbra, eficazes na guerra de conquista dos nativos e na interrupção da circulação das etnias pelo território sul-americano, abalando profundamente a resistência indígena. Nessa etapa da conquista, analisa Jordán e Izard, "se abre de hecho un período en el cual las naciones indígenas de frontera comenzaron un proceso de identificacion del território étnico con el territorio de las dos coronas" (JORDÁN&IZARD, 1991: 162).

Com a redução da população e do campo de locomoção dos guerreiros, os Payaguá se transladaram para Assunção, em 1791, onde se comprometeram perante as autoridades a "viver tranqüilos" (CARVALHO, 1992: 466), numa comunidade de cerca de mil pessoas. No ano seguinte, dois caciques Guaicuru, *Emavidi Channé*, chamado de Paulo Joaquim Ferreira, e *Queyma*, o João Queima de Albuquerque, acompanhados de dezessete guerreiros e de uma negra brasílica levada como intérprete, foram à Vila Bela, onde, perante o governador, "fizeram um tratado de perpétua amizade, a aliança com termo de vassalagem à coroa Fidelíssima*"* (CASAL, 1976: 119).

Em síntese, no processo de conquista dos territórios indígenas da América Meridional, novas identidades, definidas por Jonathan Hill como etnogêneses, se forjaram no contexto colonial das guerras de resistência e de incorporação dos produtos coloniais pelos grupos ameríndios com interferências no circuito comercial ibérico. Contudo, no final do século XVIII, os grupos indígenas passaram a ter sua circulação controlada e limitada dentro de territórios demarcados pelas coroas, com a construção de fortes e formação de aldeias, que

desorganizaram e enfraqueceram os movimentos de resistência dos ameríndios da América Meridional.

Bibliografia

AZARA, Félix.*Viajes por la América Meridional*. T.II, Buenos Aires: El Elefante Blanco, 1998.

CAMELLO, João Antonio Cabral. "Noticias Práticas das Minas do Cuiabá e Goiases, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver Padre Diogo Juares, o Capitão João Antonio Cabral Camello". In: TAUNAY, Affonso d'E. *Relatos monçoeiros*, introdução, coletânea e notas de Affonso de E. Taunay, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

"Carta de um Passageiro de Monção (1785)". In: TAUNAY, Affonso d'E *Relatos monçoeiros*. Introdução, coletânea e notas de Affonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

CARVALHO, Sílvia Schmuziger. "Chaco: encruzilhada dos povos e 'melting pot' cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense". In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: Sec. Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

CASAL, Manuel Aires. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1895-, vols. XII, XIII e XXIII.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1977.

HILL, Jonathan (org.). *History, Power, and Identity. Ethnogenesis in the Américas, 1492-1902*. Iowa: University of Iowa Press, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Sec. do Estado da Cultura, 1986.

JORDÁN, Garcia& IZARD, Miquel. *Conquista y resistência en la Historia de América.* Barcelona: Universitat de Barcelona, 1991.

MARQUES, M.E. de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*, t. II, coligidos por Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. "Chorographia Histórica da Província de Goyas", *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Ethnográfico do Brasil*, 2º trimestre de 1874.

MOURA, D. Antonio Rolim. Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da Cidade de S. Paulo para a Vila de Cuyabá em 1751. In: TAUNAY, Affonso de E. *Relatos monçoeiros*. Int., coletânea e notas de Affonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1981.

NEME, Mário. "Dados para a história dos índios Caiapó", In: *Anais do Museu Paulista,* t. XXIII, São Paulo, 1969.

PALÁCIO, Francisco. "Roteyro da viagem de São Paulo p.ª as Minas do Cuyabá que fez Francisco Palácio no anno de 1726". Manuscrito do século XVIII (1734?). Coleção Yan de Almeida Prado, IEB.

PRADO, Francisco Rodrigues do Prado, "História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycuru", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 3ª ed., t.I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

SÁ, José Barbosa de. Chronicas do Cuyabá. In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, IV, 1898-1899. São Paulo.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descripção dos seus usos, religião, estabilidade e costumes", *Revista Trimensal de Historia e Geographia*, 2ª ed., t. VII, Rio de Janeiro, 1866.

VALMASEDA, D. Carlos de Los Rios. "Notícia 4.ª Prática vinda da Cidade do Paraguai à Nova Colonia do Sacramento com aviso de venda, que fizeram os paiaguás dos cativos portugueses naquela mesma cidade, e escrita por D. Carlos de los Rios Valsameda". In: TAUNAY, Affonso d'E. *Relatos monçoeiros*, int., coletânea e notas de Affonso d'E. Taunay, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

VANGELISTA, Chiara. "Los Payaguá entre Asunción y Cuiabá: Formación y Decadencia de una Frontera Indígena (1719-1790)". In: Pilar Garcia Jordan e Miquel Izard, *Conquista y Resistencia en la Historia de América*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura Portuária e Transformação do Trabalho

João Carlos Gomes[1]

Resumo : Este trabalho analisa, a partir dos aportes teóricos de Edward Palmer Thompson, a trajetória de um coletivo de trabalhadores que hoje vivência um forte impacto produzido pelo processo de modernização dos portos: o "Consertador de Carga e Descarga do Porto de Santos" . O estudo se insere num dos temas clássicos da história social do trabalho ao tratar das conexões entre organização do trabalho, constituição da classe, articulação com outras classes e ação no processo de constituição. Procura-se, relacionar dialeticamente, estrutura e ação pelo fato de articular, no desenrolar da história desses trabalhadores, a cultura do trabalho com ações objetivas no interior das instituições coletivas de seus movimentos. Privilegia-se o conceito de experiência como instrumento para analisar comportamentos, condutas e costumes na sua relação com a transformação.
Palavras chave : subjetividade, trabalho, porto.

Abstract : This study research analyses, coming from the theory resource of Edward Palmer Thompson, the route of a group of employees that are living an impact produced by the process of modernization in the ports: the "Santos Port "Repairer of Loading and Unloading". The study is inserted in one of the classic subject of the work social history when it deals with the connection between the work organization, the class constitution, and the link with other classes and the action of constitution process. It is looked for dialogue relationship, structure and action for the fact of articulate, unfolding the history of theses employees, the work culture with objective actions in the inside of the collective institutions of the movements. The privilege is given to the concept of experience as an instrument to analyze behaviors, conduct and customs in the relationship with the transformation.
Keywords: subjectivity, work, port.

Este trabalho, parte de pesquisa em desenvolvimento no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Católica de Santos intitulada, "Reestruturação Produtiva , Relações de Trabalho e Identidade Operária na História do Porto de Santos", traz para a reflexão, a experiência de uma categoria profissional que hoje vive praticamente momentos agonizantes de sua existência, o Consertador de Carga e Descarga do Porto de Santos.

A partir dos aportes conceituais de Edward Palmer Thompson,analisamos as vivência desse coletivo de trabalhadores.

---

[1] Doutor em História Social - Universidade Católica de Santos

Procura-se, relacionar dialeticamente, estrutura e ação pelo fato de articular, no desenrolar da história operária, a cultura do trabalho com ações objetivas no interior das instituições coletivas de seus movimentos, e pôr em evidência o sentido de que os homens experimentam suas ações e relações produtivas determinadas como interesses, necessidades e antagonismos, tratando-os em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981:182)

A história desses trabalhadores é apresentada a partir de um olhar que procura compreendê-los nos seus próprios termos, como viam e viviam seu mundo social e como em sua consciência, respondiam e respondem a esse mundo. Por serem participantes da elaboração de normas duradouras para regular as relações de trabalho, tal qual as demais categorias funcionais cujos contingentes eram significativamente maiores, mas diante da transformação que limita significativamente a sua atividade laboral, se tornaram distintos em relação a elas.

Não se trata portanto, de uma perspectiva exclusiva no interior do processo produtivo, pois é considerada também, a partir de uma visão mais ampla, que se estende à noção de controle sobre a vida.

A categoria nasce no interior da base técnica do transporte marítimo mundial das primeiras décadas do século XX que orientava o processo de trabalho no porto, onde os reparos em embalagens com variados tamanhos, volume e peso, demandavam por trabalho manual em grande escala, e pequenas inversões de capital em equipamentos. Seus salários tinham elevado poder de compra, e foram determinantes nas relações pragmáticas com o Estado

O trabalhador Consertador de Carga e Descarga do Porto de Santos como profissional relacionado ao reparo de avarias em cargas de diferentes volumes,peso e forma, típicas da base técnica do transporte marítimo até os anos 80 do século XX, teve estatuto de categoria funcional no interior do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga até o ano de 1950 quando ocorre seu desmembramento, passo importante para a legalização da profissão em 1960.

A legalização da profissão, em 1960, estabelecia um contingente inicial de 170 homens onde 19000 trabalhadores representavam outras categorias do porto. Só a Companhia Docas de Santos, nesse ano, tinha um contingente 8885 homens.

A base técnica do transporte marítimo mundial da época orientava o processo de trabalho no porto, o que se constata no artigo 2° das Instruções Reguladoras do Exercício da Profissão de Consertador de Carga e Descarga do Porto de Santos que preconizava:

> *Considera-se serviço de conserto de carga e descarga de mercadorias a realização dos reparos , consertos e restauração de sacos, caixas, engradados, em geral, amarrados de madeira, ensaque e reensaque , costura e recostura e de outros quaisquer volumes carregados ou descarregados no Porto de Santos.(Livro de Atas, 2005:18)*

e no artigo 15° onde constava:

> *Para os serviços de consertos a serem executados em barris, quintos, quartolas, pipas, bordalezas,tonéis, soldagens,cintagens e lacração, bem como de serviços por dalas e de mercadorias sujeitas a ensaque e reensaque e empacotamento de sacos vazios , sempre que necessários a juízo da Entidade Estivadora , deverão ser escalados 2 consertadores por porão operando.(Livro de Atas, 2005:18).*

As embalagens com variados tamanhos, volume e peso, demandavam por trabalho manual em grande escala, e pequenas inversões de capital em equipamentos.

Os princípios que imperavam era os do taylorismo clássico já que a organização se baseava na divisão entre trabalho manual e intelectual, os tempos eram impostos (indiretamente), a tarefa era individualizada e sob vigilância da hierarquia.

Esse trabalho demandava exigências por conhecimento formal limitadas, como se nota no Artigo 8 que trata das condições essenciais para o ingresso no quadro de consertadores:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado;
b) prova de idade entre 21 e 45 anos;
c) apresentar atestado de saúde passado por médico da Instituição Oficial a que esteja vinculada a categoria;
d) apresentar atestado de bons antecedentes passado pela policia;
e) declaração de boa conduta , assinado por duas pessoas de notória idoneidade;
f) quitação do serviço militar;
g) atestado de vacina;
h) certidão da alfândega de que nada consta contra os interesses fiscais;
i) prova de habilitação profissional e de alfabetização, perante comissão examinadora designado pelo conselho da D.T.M.

Como categoria de sindicato avulso, esses trabalhadores tinham, seu salário administrado pelo Estado e percebido através da Entidade Estivadora, agência intermediária

que representava no porto os Armadores. Além da remuneração normal, o consertador tinha direito para os serviços à noite, a um adicional de 50% (cinqüenta por cento) sobre o salário do dia correspondente, para o serviço extraordinário a um adicional de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo salário-hora; para os serviços nas horas de refeição, a um adicional de 50% (cinqüenta por cento) sobre o salário do período correspondente; para os serviços aos domingos, a um adicional de 50% (cinqüenta por cento) sobre o salário-hora normal; para os serviços nos dias feriados estabelecidos em lei, a um adicional de 100% (cem por cento) sobre o salário normal.

Seus salários tinham elevado poder de compra, o que se comprova na Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 1965 (Fls. 4) onde o salário do interventor Elias José da Silva, que já era presidente do desde 1961, fixado em CR$ 400.000,00 cruzeiros mensais, (fixado por lei e representativo do maior salário da categoria) representava 9,5 salários mínimos da época, período em que o salário mínimo se encontrava no seu maior patamar de recuperação em termos de poder de compra. Esses direitos, orientavam os costumes construtores das subjetividades no plano da vida política , social e no lazer.

O "fazer-se" da classe era articulado no interior desse contexto e determinado pela base técnica do transporte marítimo da época.

Sr. Adilson de Souza, atual presidente do sindicato informa sobre os significados do ofício:

> *.....o tanoeiro surgiu do grande movimento de whisk, barris, tonéis do vinho, da azeitona, e outros produtos salgados que vinham em barricas e o tanoeiro, a prática dele, é consertar a barrica, montar uma barrica , é uma arte, ... , ela tem um segredo, você não consegue montar uma barrica, você vai aprender e tem que ter muita prática, porque ela é matemática, sabe, aquelas aduelas que são as partes de madeira que circundam os tampos da barrica tanto inferior como superior tem uma técnica,..... (SOUZA, entrevista: 2005)*

A experiência do trabalho é sentida como instrumento de formação capaz de valorizar o papel dos saberes da experiência no meio de outros saberes. (NUNES E CUNHA, 2005)

A área portuária, como monopólio do Estado, não funcionava como um empreendimento produtivo capitalista clássico. Sua gestão não implicava em padrões de competitividade entre firmas, modelo dos portos atuais. Os custos operacionais estavam associados à simples interface física de deslocamento (embargue. e desembargue de cargas e pessoas) que determinava o conceito de porto da época. Não estava presente nessa dinâmica,

o processo que contava com as instalações portuárias privatizadas onde a produtividade do trabalho era guiada pela capacidade de competição e negociação entre as empresas operadoras de terminais privatizados.

Na organização da vida social, os valores constituídos a partir do trabalho tornam-se centrais, as certezas eram consolidadas pelo modo de vida que centra o indivíduo, insere-o nos contextos tradicionais, lócus relativamente estável de existência. Essa cotidianidade articulava outros elementos orgânicos da vida.

A atividade social, como elemento estruturante da identidade, se manifestava dentro do grupo (a família dos consertadores) e fazia a mediação entre o indivíduo e os costumes. Filhos, esposas, aprendiam nas festas de natal e ano novo, religiosamente comemorado todos os anos nas dependências do sindicato, os valores de integrações maiores da classe. Essas festas mediavam as relações familiares a partir do sentido estruturante do trabalho.

O lazer, como outro elemento orgânico da cotidianidade do trabalho, também era fonte de integração do grupo e por onde se transmitia para a sociedade a constituição de sua identidade. A inauguração da sede na colônia de férias na cidade de Serra Negra foi matéria do Jornal A Tribuna de Santos de 11 de Setembro de 1983

A modernização e o progresso estavam sendo construídos e não havia o medo do que pudesse acontecer, até porque, o horizonte se descortinava como um ponto saudável a ser alcançado. O que se constata é o trabalho como fator constitutivo da subjetividade dos trabalhadores, e elemento básico da identidade coletiva

O período entre 1977/80, marca principalmente os movimentos de transição no controle do porto, onde a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), passa a assumir, a 7 de novembro de 1980, com o fim da concessão imperial à família Gafreé Guinle, o controle da administração do porto, em substituição à Companhia Docas de Santos (CDS). A partir daí, são gestadas as condições para realização de uma das maiores transformações na vida desses trabalhadores.

Em 1983, articulações políticas anunciavam um novo tempo e a classe, tal qual em períodos mais perturbadores, sente os riscos.

Na Ata da Assembléia Geral Extraordinária constante do livro próprio de 23/3/1983 pode-se identificar que o monopólio do Estado no Porto estava com seus dias contados e que as articulações do lado do capital tinham uma estratégia própria para proceder a transformação conforme segue:

> *.... o Sr. Adilson de Souza evidenciou que já era de costume em todas as oportunidades em que realizaram os citados encontros com a participação dos armadores usuários do porto e autoridades em geral, mas sem a presença das Representações Sindicais, o que torna fácil trabalhadores avulsos serem alvos das atenções, a válvula de escape dos problemas do porto, causas dos custos operacionais, é o objetivo principal destas reuniões e encontros, porque acreditamos que as soluções todos já conhecem e não interessa, devemos insistir juntos aos organizadores destes encontros, que convidem as lideranças dos trabalhadores para participarem, apresentando sugestões para por fim a este tipo de situação e posições, que, servem somente para dificultar ainda mais o andamento das nossas e legítimas reivindicações na área do Governo ..... (SOUZA, entrevista: 2005)*

Nesse período, a economia Brasileira passava por uma recessão profunda e o PIB que havia crescido 9,1% em 1980, apresentava uma retração de -3,1% em 1981, evoluindo para 1,1% em 1982 e recuando para -2,8% em 1983.

Nos anos 1980 ganha importância a vida cultural e social dos trabalhadores em Santos. O esporte (em especial o futebol) e os dias de festa, eram comemorados nas associações de classe onde a bebida e a comida eram abundantes, as crianças ganhavam prêmios e brinquedos, e os bailes nas sedes de recreação envolviam os trabalhadores.

Em 1984, o sindicato dos consertadores realiza um evento mostrando a dimensão dos espaços conquistados em toda essa trajetória. Um jantar dançante para 800 pessoas no Clube Atlético Santista é realizado no dia 11 de julho, ao preço de CR$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros) por pessoa o que correspondia a 10,5% do salário mínimo médio daquele ano

A Lei n.º 8630, promulgada em 25 de fevereiro de 1993 conhecida como Lei de Modernização dos Portos, vem (confirmando as mudanças suspeitadas em 1983) com o propósito de adequar a estrutura dos portos brasileiros ao novo processo. Os trabalhadores vivenciam, através dela, alterações institucionais , desde a mudança na estrutura de gestão das administradoras dos portos, à inclusão de novos atores operacionais nos portos organizados, reflexo da adesão brasileira ao novo ambiente econômico neoliberal.

As mudanças, também, implicam em novas formas de controle social da produção, especialmente com a figura de órgãos gestores intermediários (OGMO) que marcam as disputas entre o capital e o trabalho, fraturando os valores produzidos pela tradição e pelos costumes.

Ora , a experiência vivida por esses trabalhadores, não encontra na transformação em curso as mesmas condições estruturais que a classe experimentou no passado.O que se observa, agora, não é só a ruptura a base técnica do transporte marítimo, mas também as formas de controle social impostos pelas novas tecnologias nos portos. Esses ajustes aliados

aos novos padrões de competitividade entre as empresas nacionais e internacionais trouxeram esvaziamentos econômicos nas cidades onde os grandes portos se encontram.

GODOY, 2000, apud FABRE (1992) e HAYOT (1992), mostra em estudo com os seis modernos portos europeus – Barcelona, Hamburgo, Marselha, Roterdã, Liverpool e Gênova – que as transformações tecnológicas resultaram, em quase todos eles, nos mesmos efeitos sociais, tais como: perda de 100.000 habitantes em Marselha em 15 anos; perda de 50.000 em Barcelona em 15 anos; 120.000 em Gênova em vinte anos; 265.000 em Hamburgo, em 25 anos, e 400.000 em Liverpool, o que representa metade de sua população em 20 anos.

Quanto ao mercado de trabalho, no porto de Liverpool houve aumento de 27% da taxa de desemprego, o dobro da média nacional, em 1991. Marselha teve taxa de desemprego de 18%, em 1991, e Hamburgo, de 8,8%. Em Roterdam, onde se situa o maior porto do mundo, essa taxa atingiu 20%, em 1988.

A precarização segue-se ao esvaziamento conforme o depoimento do Sr. Adilson de Souza:

> .....em muitos casos o sujeito teve que se refazer, teve que se adaptar a uma nova situação, filhos que estavam em determinados colégios particulares saíram para colégios públicos, em faculdades particulares, tiveram que trancar a matricula e parar de estudar. (SOUZA, entrevista: 2005)

Analisando o futuro da categoria ele fornece o seguinte depoimento;

> .....é imprevisível, eu gostaria de encontrar forças e ter sabedoria de maneira que o meu pessoal...., eles ganhassem conhecimento em acompanhar o avanço da tecnologia , que as autoridades, a gente não joga a responsabilidade em cima das autoridades, nós temos essa responsabilidade de procurar junto às autoridades competentes uma maneira de nos acompanharmos essa evolução passo-a-passo, caso contrario nós estamos fadados.... é só parar o nosso país de exportar açúcar ensacado..... (SOUZA, entrevista: 2005)

O processo atual não incorporou nenhuma mudança no conceito de produtividade, pois permanece centrado na relação quantitativa - produção por horas/homem. Isso tem influência no processo de capacitação pois, na medida em que os conteúdos do trabalho ainda se preservam, a importância conferida aos cursos técnicos fica minimizada.

Essa experiência mostra que as implicações sociais da atual transformação, não estão inscritas no processo tecnológico nem nas suas demandas por conhecimento, mas nas relações sociais que presidem a utilização da tecnologia. Os homens que formaram esta classe são trabalhadores educados e socializados na tradição do ofício que ajudou na formação das suas identidades.

A modernização em curso ao demandar por "outros saberes" elimina o sentido tradicional do ofício e anula suas ações estratégicas nascidas de experiências vividas e ressignificadas em chão conhecido. O atual terreno não permite adaptação a partir da tradição.

A questão, portanto, não se resolve apenas pela capacitação profissional, mas necessita também levar em conta o acesso a programas mais amplos de socialização especialmente aqueles que contemplam fóruns de discussão e negociação de tais questões a partir de políticas públicas que levem em conta a participação dos trabalhadores.

O trabalho como referência histórica não pode ser entendido exclusivamente pelo tipo de atividade que se realiza mas pela sua articulação em certas relações sociais de subordinação, poder, cooperação, autonomia, cultura, estética e moral.

Referências Bibliográficas:

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2003.

GODOY, Amália Maria Golberg :*Transformações tecnológicas e mudanças nas relações entre o porto e a cidade de Paranaguá*. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento** n. 99. Curitiba: jul./dez. 2000. Pp. 5-25.

NUNES, Célia Maria F. & CUNHA, Maria Amália de A. in **:** *A escrita de si como estratégia de formação continuada para docentes*. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá: Julho 2005.

PAOLI, Maria Célia. **Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros**. In: Cultura e Identidade Operária: Aspecto da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

THOMPSON,E.P. **Tradición, Revuelta Y Consciência de Classe.** Barcelona: Crítica,1979.

_____ .**A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa.vol.II. Comunidade**. Lazer e Relações Pessoais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum - estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A Carga e a Culpa**.São Paulo:Hucitec, 1995.

_____ .**Operários sem Patrão - Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**.Campinas : Editora Unicamp, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cinema na cidade: a resignificação da linguagem social em Uberlândia

Kellen C. Marçal de Castro Neves*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a discussão sobre as diversas perspectivas a respeito da resignificação da sociabilidade na cidade de Uberlândia, principalmente, no tocante ao ato de ir ao cinema. A reorganização da sociabilidade, decorrente das práticas sociais, é um processo perceptível nos mais diferentes aspectos. O hábito de ir ao cinema implicava, necessariamente, a ida às ruas centrais. Os freqüentadores desfrutavam de passeios nessas ruas e nas praças próximas. Essa prática perdurou até a década de 1990. Com as transformações urbanas e, principalmente, com a construção de um templo do consumo – Center Shopping, em 1992, há uma reorganização do espaço urbano e a conseqüente incorporação de um novo espaço social. Há uma mudança significativa decorrente da transposição das salas centrais para as salas de cinema do shopping. Muda-se o espaço, o hábito e a representação das mesmas.
Palavra-chave: cinema – cidade – sociabilidade

Abstract: The aim of this study is the discussion about perspective of remeaning sociabilities at Uberlandia's city, mainly, about the action of going to the cinema. The reorganization of a sociabilities, according to the social practice, this is a visible process in many diferents aspects. The habit of going to the cinema implied, necessarily, go to the central streets. The people used go for a walk on the streets and public parks and it was along to the 1990 decade. The housing development, meanly, after the building of shopping center, in 1992, there is a new urban space and a new social space. There is a significant change between the reality and the cinema. Change everything, the space, the habit and their representation.
Keywords: cinema – city – sociability

Este trabalho tem como objetivo resgatar, na cidade de Uberlândia, especificamente na década de 1990, o processo de reestruturação de uma forma de entretenimento calcado nos parâmetros da modernidade. O ato de ir ao cinema respaldava uma convivência, num dado contexto histórico e social que forjava uma sociabilidade dos citadinos dentro de um padrão cultural de lazer.

As estruturas e a simbologia criadas em torno do cinema sofrem interferência direta dos referenciais da modernidade e se transformam a partir do processo de construção de novos significados deste espaço. O ato de ir ao cinema usufruía uma simbologia de acontecimento social, valorizado como imprescindível ao viver e no compartilhar de

* Mestranda em História Social, pela Universidade Federal de Uberlândia e bolsista do CNPq.

experiências de uma época marcante nas lembranças dos freqüentadores. Assumia uma aura de mistificação e de prazer. Com os tempos modernos, cria-se um novo ritual.

Neste sentido, requer desvendar e compreender um fenômeno recente e socialmente aceito: a inserção de grande parte dos cinemas aos complexos mercadológicos dos *shoppings centers*. Esta aliança entre cinema e shopping disseminou-se entre as grandes capitais do país e cidades consideradas metropolitanas que já possuem essa estrutura. Torna-se imprescindível, então, resgatar os elementos propiciados pelo ícone da dinamização social e econômica da cidade de Uberlândia, o **Center Shopping**, servindo de escopo para pensar esta relação.[1]

Assim, problematizar sua implantação tendo como pano de fundo as estruturas que movimentaram sua construção e, conseqüentemente, forjaram um novo padrão de entretenimento, uma nova sociabilidade circunscrita a um espaço delimitado. Como este espaço abre novas possibilidades, ao mesmo tempo em que fecha ou delimita antigas práticas sociais.

Entender a estrutura envolta na transformação do cinema requer problematizar as noções que perpassam em torno dele, buscando compreender como o processo de construção e inserção da tecnologia modificou num dado momento o cinema. Segundo Ben Singer, as mudanças na cidade proporcionam, sobretudo, novas formas de adaptação e interação entre os indivíduos que convivem naquele espaço "... modernidade tem que ser entendida como um registro da experiência subjetiva fundamentalmente distinto, caracterizado pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno".(SINGER, 2001:116)

Referenciar as estratégias, criadas e ampliadas pela modernidade ao longo do tempo, possibilita trabalhar o novo em contraposição ao antigo espaço do cinema. Os indivíduos sofrem interferência direta e indireta do ambiente, forjando uma nova sociabilidade respaldada pelo espaço criado.

> *"A modernidade transformou a estrutura não apenas da experiência diária fortuita, mas também da experiência programada, orquestrada. À medida que o ambiente urbano ficava cada vez mais intenso, o mesmo ocorria com as sensações dos entretenimentos comerciais."* (SINGER,2001:133)

Desta forma, entender a modernidade a partir de suas ferramentas intrínsecas possibilita mobilizar e transformar as salas de cinema em complexos tecnológicos altamente sofisticados, atendendo aos requisitos de mercado: praticidade, segurança e rentabilidade. As

[1] Análise mais detalhada da construção do shopping e dos mecanismos que a movimentaram ver: CASTRO, Kellen C. M de. *Salas de cinema em Uberlândia:* as novas formas de exclusão social. Uberlândia: UFU, 2004.

mudanças no ato de ir ao cinema são sentidas à medida que, na virada do século XX para o XXI, há um *boom* de novas formas de diversão e lazer[2]. Este movimento incita e, ao mesmo tempo reduz, o cinema à lógica de mercado. O que antes se configurava como acontecimento social perde, então, sua aura. O ato de ir ao cinema nos fins da década de 1990 torna-se mais uma, dentre as várias opções de lazer existentes.

Anterior a esse momento, as antigas salas centrais de cinema eram conhecidas como "palácios" ou cine-teatros e tinham como características o grande número de poltronas, pé-direito altíssimo, arquitetura elaborada, palco e um glamour inerente à sua magnitude. Alocadas no centro comercial e financeiro da cidade, onde convergia trânsito de pessoas e veículos, constituía-se como opção de entretenimento, juntamente com bares, restaurantes e boates. O centro da cidade era pólo de atração para diversas atividades. Paulatinamente, caracterizou-se mais em estabelecimentos voltados à prestação de serviços, comércio e atividades financeiras.

O anterior local de passeio torna-se local de passagem. Não se trata de afirmar a atual inexistência de bares, boates e restaurantes. O único espaço que se extinguiu do centro foram as salas de cinema[3]. Quanto aos demais, houve uma pulverização destes espaços em outras regiões da cidade[4].

Em relação às salas de cinema houve um outro movimento. Com a inauguração do **Center Shopping,** que inicialmente competia com as salas centrais, paulatinamente passou a ter a preferência do público. Dessa forma, o Cine Windsor em 1998, os Cine Bristol, Comodoro e Regente em 1999. Este último ainda foi reaberto em 2000 e, por déficit de público, é definitivamente fechado em 2003. Seus espaços passaram a ser utilizados como bingo, igreja evangélica, loja de eletrodomésticos. Não obtendo sucesso, foram demolidos ou reformados para atender a outras finalidades. Foi desrespeitada inclusive a ordem de tombamento pelo Patrimônio Histórico Municipal do prédio do Cine Regente, não restando nenhum resquício do prédio.

Assim, no momento em que os espaços são criados e recriados a fim de atender a uma lógica de mercado, o lazer insere-se no binômio conforto-tecnologia. O ato de ir ao cinema assume um outro significado, introduzindo novos valores e referenciais de atração.

---

[2] O que antes se configurava como passeios na praça, na rua, nos clubes e igrejas sofrem modificações ampliando-se para uma variedade de bares, boates, restaurantes, churrascarias, pizzarias, casas de shows, teatros, danças e museus atendendo diversos gostos.

[3] Há ainda uma sala de cinema, Cine It, no centro da cidade de Uberlândia, esta é voltada única e exclusivamente para a apresentação de filmes pornográficos, shows eróticos ao vivo e *dark room* atendendo a uma clientela específica.

[4] Depois de cinco anos restrito exclusivamente ao Center Shopping, foi inaugurado no Pratic Center, em 2002, duas salas de cinema.

Este ato, forja em torno de si, uma nova sociabilidade e reconhecimento dos indivíduos neste espaço social.

A modernidade como co-responsável direta e indireta deste processo, encampa uma nova lógica de pertencimento e de compartilhar de experiências que vão sendo elaboradas dentro da relação homem e sociedade e, estendendo-se social, política e culturalmente, convergindo-se a um viver atrelado ao novo ritmo de trabalho, consumo e lazer.

> *"... experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como 'modernidade'. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos".* (BERMAN, 1986: 15)

Partindo desta premissa, Berman enfatiza a importância do homem enquanto um agente que interfere diretamente na natureza, modificando tudo ao seu redor, inventando e destruindo o que está ao seu alcance. Nessa constante luta para criar e recriar estabelece relações no espaço percorrido, numa dialética de pertencimento entre o arcaico – condições que já estão dadas e pré-estabelecidas - e o moderno – o novo, o que pode transformar e modificar o que está por vir.

O ato de ir ao cinema configura-se como um dos mais pungentes hábitos que se esvai na poeira dos anos. Todo o *glamour,* presente nos anos da *Belle Époque,* perde-se em meio à euforia e a agitação da vida moderna. O que antes se constituía como um acontecimento social, para o qual as pessoas trajavam-se adequadamente, o adentrar às sessões escurinhas, contemplando a enorme tela - assemelhava-se a um ritual de esplendor e contentamento.

O cinema era considerado local de representação social e, para tal, as famílias que freqüentavam aquele espaço deveriam portar-se de maneira adequada ao ambiente. Segundo observou Rodrigues "havia um entendimento das regras e comportamentos sociais" (RODRIGUES,2004: 72), pois o cinema causava boas sensações, transformando aquele espaço de diversão em uma nova forma de sociabilidade.

As sessões de cinema constituíam-se como atração em diversos níveis, como a apresentação de "bons filmes, importantes documentários, registrar ações cotidianas, viajar no futuro da imaginação, demonstrar nas telas os efeitos especiais, a imaginação científica" (RODRIGUES, 2004: 73), toda essa magia envolvia as salas e ante-salas dos cinemas nas

primeiras décadas do século passado. Inexoravelmente, havia uma convivência do cinema enquanto palco de manifestação social e, por outro lado, configurava-se como espaço tecnológico do expansionismo de mercado.

Essa dualidade em relação ao cinema foi crescendo, à medida que a tecnologia também avançava. Com a onda de desenvolvimento em todos os setores da vida - mais efetivamente no final do século XX - à proporção que os anos passavam, impunham-se necessidades a serem criadas e ampliadas. Neste sentido, alguns hábitos e costumes sobreviviam, enquanto outros desapareciam e, neste turbilhão de transformações, o antigo hábito de ir ao cinema, com toda a sua magia, esfacelava-se. Novos hábitos e comportamentos são renovados e inseridos em uma nova forma de diversão e entretenimento.

A mudança no referencial de cinema, bem como toda a estruturação e racionalização em torno de um novo perfil de suas salas, assumem uma nova representação deste espaço. Entender como o cinema inseriu-se em uma nova relação social se faz de suma importância:

> *"Ao mesmo tempo, ele permitiu a ampliação do foco da investigação, deixando uma abordagem institucional mais estreita para empreender uma investigação interdisciplinar da modernidade, buscando situar o cinema em um conjunto mais abrangente de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais".* (HANSEN,2001: 498)

Segundo as reflexões de Hansen, novos paradigmas surgem para além da idéia inicial de cinema, enquanto invenção, a imagem criada em torno dele, permite problematizar a relação estabelecida entre a representação, o espectador e a exibição. Assume um papel na modernidade, estruturando a percepção e a interação humana "o cinema surge como parte de uma cultura emergente do consumo e do espetáculo que congrega em si uma efemeridade e obsolescência aceleradas – de sensações, tendências e estilos". (HANSEN,2001: 498)

Neste sentido, o cinema vai sofrendo transformações que acompanham a tecnologia e as mudanças constantes no meio social. As sensações e os estímulos propiciados pela vida mais fugaz e frenética interferem diretamente, à medida que a velocidade das informações cresce aceleradamente. Permite analisar um segmento social de entretenimento, encampado e desenvolvido nos moldes da modernidade. O *shopping center*, enquanto território da valorização das imagens em detrimento do ser humano, cuja construção erige-se em sintonia com o que há de mais avançado para causar êxtase e admiração.

O shopping agrega em si grandes baluartes. O movimento de circulação de pessoas num espaço circunscrito que possibilita encontros, convivência, comunicação, compras e

lazer. E, para, além disso, configura-se como canal de passagem que determina um viver social atrelado a valores gestados no presente momento. Toda a sua estrutura tem como condição *sine qua non* os seguintes requisitos: ambientes fechados, com vigilância vinte e quatro horas, monitoramento por câmeras em todos os setores, segurança nos estacionamentos, conforto e praticidade aliados ao prazer.

Há em torno de suas passarelas uma aura de mistificação ao adentrar aquele espaço: o ato de andar, vestir, falar e os modos alimentares, são compartilhados pelos segmentos sociais, assumindo nova simbologia. Diante desta constatação, sabe-se que a modernidade constrói nos indivíduos valores e preceitos de consumo, os lugares a serem freqüentados e o comportamento condizente a uma lógica, devem ser compreendidos em sua especificidade.

A imagem torna-se referencial acima de qualquer valor social. É através das aparências que os indivíduos se agrupam para usufruir e compartilhar o espaço. A percepção de lazer, forjada intencionalmente, compele a uma estreita relação entre os que buscam o prazer no ato de consumir diversos produtos e os que compartilham deste espaço a fim de se inteirar, de uma forma ou de outra, a este entorno social. Neste lugar determinado os sujeitos elaboram um viver e uma sociabilidade atrelada aos valores de beleza, estilo, agilidade e conforto. Em seu interior, artificialmente iluminado (seus corredores, escadas, painéis e lojas), a idéia reinante é a do bem-estar social.

Tal promessa efetivar-se-á na possibilidade de reunir em sua estrutura uma gama de atividades e serviços variados. Estes serão disponibilizados e concentrados em um único espaço, a fim de atender uma imensa rede de serviços, tais como: lojas de roupas, sapatos, eletrodomésticos, enxovais, supermercados, lotéricas, bancos, correios, joalherias, restaurantes, *fast food*, lojas de conveniência, cinemas, entre outras.

Assim, recuperar a aura envolvente no processo de construção de um destes pilares da modernidade faz-se imprescindível, no momento em que a análise recai sob o projeto arquitetônico do **Center Shopping**[5] e, posteriormente, sobre a estrutura a qual o envolve. Desta forma, restaurar a significação criada em torno da construção de um *shopping center* na cidade de Uberlândia – na década de 1990[6] – proporciona reconstruir o sentimento e

[5] Esta escolha deve-se acima de tudo à possibilidade empírica que este espaço, Center Shopping, propiciou à cidade de Uberlândia, como ícone de desenvolvimento e de modernidade. Como foram gestadas e apropriadas as imagens e os significados desta estrutura, tão valorosa e respeitada por uma parcela da população. Desta forma, a necessidade de priorizar e problematizar este espaço, pensando um momento característico não só de Uberlândia, mas de todas as cidades que priorizam os shoppings enquanto locais consagrados.

[6] A inauguração é em 28 de abril de 1992. O complexo contém 117 lojas e 22 mil m2 configurando-se como varejo. Um shopping ao lado de um hipermercado. Jornal Correio 23 de abril de 1992, p.4.

a euforia em receber tal edificação. Mas, tal sentimento reinante impulsionava a valorização de alguns espaços em detrimento de outros. Diante disso, havia espaços socialmente consagrados no viver uberlandense que assumiram uma aura de mistificação ancorados nos padrões de mercado.

A promessa de ampliar e diversificar a sociabilidade em Uberlândia com a magnitude de tal construção foi veiculada e disponibilizada pela imprensa local como prova "inconteste de sua obstinada caminhada ao progresso" (JORNAL CORREIO, 18/02/1990: B8). Para que tal idéia fosse aceita e se constituísse como uma necessidade, argumentos como "de imediato, a construção do complexo geraria aproximadamente 1500 empregos diretos" (JORNAL CORREIO,18/02/1990: B2) ou "começou a virar realidade o surgimento de um novo centro de negócios que, com toda certeza vai deslocar grande parte do movimento da região". (JORNAL CORREIO, 31/03/1991: B2)

O complexo do shopping referenciava um crescimento e valorização da região, proporcionando aos empresários e políticos locais o engrandecimento da cidade em consonância com o desenvolvimento nacional. Além disso, foi necessária a venda da idéia num primeiro momento, no qual a parceria com a imprensa caminhou na direção de efetivar o projeto e sua conseqüente aceitação sempre tendo como meta o progresso.

A extensa campanha iniciada pelos jornais da cidade, três anos antes da construção, deveu-se à necessidade de incorporar Uberlândia ao circuito nacional de modernização, sem contar o desejo ufanista de desenvolvimento a todo custo. Enfatizar um empreendimento de tal envergadura justificava-se mediante tal argumentação. Segundo a imprensa e suas reportagens "o consumidor local e da região pode ser considerado um público de shopping" (JORNAL CORREIO, 04/03/1990: B1) no qual "a região do Triângulo Mineiro, em especial Uberlândia, se desenvolveu muito rapidamente e o mercado comporta perfeitamente um shopping". (JORNAL CORREIO, 25/03/1990: 01)

Desta forma, o **Center Shopping** identifica um grupo que, diante da possibilidade de lazer, enaltece uma nova forma de sociabilidade para Uberlândia. A acuidade de congregar o lucro aliado ao entretenimento faz deste espaço a atração mais proeminente, uma vez que cria em sua extensão um *footing* nas imagens projetadas nas vitrines. Estas prendem a atenção dos diversos segmentos sociais que usufruem deste espaço.

A convivência compele as pessoas a freqüentar o shopping com um intuito preeminente de ver e serem vistas nos corredores, tornando-se, de certa forma, vitrines vivas. O espaço cuja aura envolvente e hipnotizante é palco de diversos sentimentos, experiências e vivências. A união entre shopping e cinema foi uma grande estratégia de *marketing* que visa

atrair uma significativa parcela de freqüentadores. Esta parceria parece ser proveitosa, segundo as palavras de Pedro Naves, proprietário das salas de cinema no **Center Shopping**:

> *" ... é um casamento que deu certo. Um casamento entre cinema e shopping, já vinha dando certo em diversos lugares no mundo, quando chegou no Brasil deu certo. Pois aonde se fazia um shopping se fazia também um cinema, o cinema faz parte da loja-âncora do shopping, que ajuda a atrair público."*[7]

A inclusão do cinema ao shopping modificou de forma significativa toda a estruturação das antigas salas. O que antes se constituía como local separado, privado e organizado unicamente para aquele fim, muda-se. O padrão subentende agora um espaço racionalizado e esquematizado. Prioriza-se a diversidade e a ampliação do número de salas de cinema. As antigas telas e a grande quantidade de poltronas perdem seu lugar para o que há de mais moderno e eficiente: o formato *multiplex,* o ritmo e a proporção das sessões também assumem uma nova configuração.

O cinema, ao se tornar uma *griffe* dentro do shopping, comercializa imagens, sonhos, conforto, tranqüilidade e prazer aos freqüentadores. A exigência de mercado é perceptível na variedade de cores, de iluminação, a quantidade de cartazes referentes ao filmes e as imagens dos mesmos, misturando charme e requinte. A ampliação do *hall* de entrada para as salas torna-se mais um atrativo nesta loja. É chamativo e convocativo. Sua estrutura remete a um universo de possibilidades e acessos, uma vez que há dez salas de cinema, cada qual exibe vários filmes e horários diferentes, sem contar na viabilidade de, antes de cada sessão, o freqüentador pode usufruir dos corredores do shopping. É interessante salientar a diversidade de público: desde jovens, adultos, idosos e crianças, convivem e fazem parte de uma interação mais ampla, onde os grupos se assemelham, dependendo do estilo criado por cada um. O antigo hábito de ir ao cinema não desapareceu por completo. Sua escolha dentre as opções de lazer deve-se ao acesso fácil, barato e popular.

A alocação das salas de cinema no shopping proporcionou aos freqüentadores, além de uma boa sessão escurinha nas salas, um *footing* antes e depois de cada sessão, entre as lojas, a praça de alimentação e os corredores artificialmente iluminados. Este caminho percorrido possibilita um viver social carregado de encontros, experiências e vivências, que podem tanto ser compartilhados quanto individualizados.

A conseqüência mais imediata da mudança de espaço do cinema para o shopping é a estruturação de uma sociabilidade presente na incorporação de novos referenciais que não

---

[7] Entrevista realizada no dia 31 de março de 2004, com o proprietário da rede **Cinemais** em Uberlândia, localizado no **Center Shopping**.

eliminam, em si, práticas sociais historicamente estabelecidas. O *footing,* anteriormente praticado nos espaços abertos de ruas e avenidas, ganhou nova roupagem nas passarelas fechadas dos corredores do shopping. O burburinho do antigo *hall* de entrada dos cinemas transpôs-se para as filas do segundo piso do shopping e estendeu-se pela ante-sala – a praça de alimentação – o livre exercício do compartilhar de experiências peculiares à nova historicidade.

No entanto, não há como negar que os encontros, os namoros, os passeios e os flertes ainda continuam nas passarelas ou na bilheteria. O cinema ainda consegue congregar em seu entorno uma significativa parcela que disputa aquele espaço dentro de uma relação muito tênue. Por um lado, os freqüentadores podem ser considerados consumidores ávidos, ou, por outro, apenas cidadãos que procuram lazer e distração em suas horas de relaxamento. Mas, diante da representatividade social, as pessoas se reconhecem exercendo sua cidadania através do ato de comprar e adquirir algo que as promova a um pertencimento social.

Referências Bibliográficas

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar***:* a aventura da modernidade. Trad.: MÓISES, Carlos Felipe e LORIATTI, Ana Maria. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

CANCLINI, Nestor Garcia**. *Consumidores e cidadãos:*** conflitos multiculturais da globalização. 3º ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CASTRO, Kellen C. M de. **Salas de cinema em Uberlândia***:* as novas formas de exclusão social. Monografia apresentada como conclusão do curso. Instituto de História. Uberlândia: UFU, 2004.

CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). **O Cinema e a Invenção da Vida Moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

HANSEN,Mirim Bratu. *Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade.* In: CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). **O Cinema e a Invenção da Vida Moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. Pp.498

RODRIGUES, Eliane Aparecida S. **Sociabilidade em Catalão (GO):** entre o arcaico e o moderno. (1920-1960). Dissertação apresentada a Universidade Federal de Uberlândia. Programa de pós – graduação, Instituto de História, UFU, Uberlândia, 2004.

SIMOES, Inimá Ferreira. **Salas de cinema em São Paulo**. Pesquisa realizada pela equipe técnica de Cinema, PW/Secretaria Municipal de Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1990.

SINGER, Ben. *Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular*. In: CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. (orgs.). **O Cinema e a Invenção da Vida Moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. Pp 116 -.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O 'espírito' e a 'lei': o Conselho Penitenciário do Paraná e a querela entre 'antigos' e 'modernos'

Clóvis Gruner*

RESUMO
Criado pelo decreto federal 16.665, de 6 de novembro de 1924, e instituído no estado do Paraná três meses depois, o Conselho Penitenciário tinha, entre suas funções, a de analisar os pedidos de livramento condicional apresentados pelos sentenciados e seus advogados. No Paraná, os membros do conselho muitas vezes utilizavam a análise dos pedidos e dos processos e relatórios que embasavam seu parecer para, ora afirmar, ora refutar, as bases supostamente científicas que orientavam o pensamento jurídico e criminológico no Brasil especialmente a partir da Primeira República. Como resultado desta querela que opõe adeptos do "direito positivo" e do "direito clássico", vislumbra-se não apenas o desejo de ruptura e a vontade de permanência, mas os caminhos tensos pelos quais se constituiu, no Brasil, um novo olhar sobre o crime e o criminoso.
Palavras-chave: Conselho Penitenciário; crime; criminologia

RÉSUMÉ
Créé par le décret fédéral 16.665 du 6 novembre 1924 et après trois mois emplanté au état du Paraná, le Conseil Pénitentiaire avait, entre ses rôles, celui-ci d'anlyser les demandes de délivrance conditionnelle présentées par les sentenciés et leurs avocats. Au Paraná, les membres du conseil utilisaient tant de fois l'analyse des demandes et des processus et rapports qui soutenaient leur opinion pour affirmer, or refuser les bases prétendument scientifiques qui orientaient la pensée juridique et criminologique au Brésil, sourtout a partir de la Première Republique. Comme résultat de cette querelle qui oppose les adeptes du "droit positif" et du "droit classique", on entrevoit non seulement le désir de rupture et la volonté de permanence, mais les chemins tendus par lequels s'est constitué, au Brésil, um nouveau regard sur le crime et le criminel.
Mots clés: Conseil Pénitentiaire; crime; criminologie

O pensamento criminológico, no Brasil, constituiu-se como parte de um processo mais amplo de modernização do aparato jurídico e penal brasileiros ao longo da Primeira República. Suas idéias, adotadas quase que simultaneamente ao Velho Mundo, ganham impulso decisivo entre fins do século XIX e inicio do XX, quando nomes como Viveiros de Castro, Paulo Egidio ou Evaristo de Moraes, entre outros, mobilizam esforços no sentido de adequar o pensamento e as instituições jurídicas e penais nativas aos ventos que sopravam da Europa (ALVAREZ, 2003). Tal esforço se faz em meio a um quadro político e social marcado por contradições as mais diversas.

De um lado, o esforço de modernização característico daquele período não se estende, necessariamente, à esfera política, com a ampliação das instituições democráticas e

* Professor Adjunto na Universidade Tuiuti do Paraná/Mestre em História (UFPR)

da participação popular. É que, entre outras características – o apelo à ciência e a um modelo europeu de progresso, por exemplo –, o processo modernizador aqui implantado tem como traço fundamental, além do patrocínio estatal, a centralização política e administrativa e um favoritismo que reforça seu o caráter excludente. Grosso modo, pode-se dizer que os republicanos aprofundam uma contradição que não inventaram, mas que também não resolveram: aqui, os ideais liberais caminham *pari passu* ao aprofundamento das desigualdades políticas e sociais (ADORNO, 1989: 235-246).

Se o cenário político e institucional era contraditório, não o era menos o social. Se desde as últimas décadas do oitocentos já se vivenciavam algumas experiências que visavam a integração do país à sociedade urbano-industrial, é a partir dos primeiros anos do novecentos que este processo ganha contornos definitivos. Se a experiência da modernidade é contraditória, em terras tupiniquins esta contradição foi acentuada pelo ambiente conturbado das primeiras décadas do novo século, marcado entre outras coisas pela urgência em se estabelecer instituições novas que comportassem o desejo de acelerar a história e fazer do Brasil um país "moderno" e "civilizado". Um desejo, bem o sabemos hoje, efetivado apenas parcialmente e não raro a ferro e fogo, como já o denunciava contemporaneamente uma mente lúcida e inquieta como a de Lima Barreto, entre alguns outros que ousaram destoar do "bovarismo" que acometia parte da inteligência e da elite nacionais.

A recepção das idéias européias pelos estudiosos brasileiros é, portanto, parte fundamental deste empreendimento modernizador que alcança e penetra em diferentes segmentos, entre eles o jurídico e penal. No que deveria ter sido o primeiro resultado deste diálogo, o primeiro Código Penal republicano, de 1890, militantes do direito positivista acusam a presença de resquícios do idealismo filosófico e pouco científico do direito clássico (CANCELLI, 2001: 22-51). Se, por um lado, as queixas dos "positivos" tinham fundamento, e eles não deixaram de assinalá-lo, por outro parece inegável que o mesmo Código tão duramente criticado lançou as bases para uma série de ações e investimentos públicos que, nos anos subseqüentes, desdobraram-se em inovações técnicas e institucionais que passariam a ser incorporadas ao aparato policial e jurídico, em parte como uma forma de compensar o descompasso, ou mesmo a defasagem, entre o que se esperava do Código e aquilo que ele de fato veio a ser. As primeiras prisões republicanas, construídas já no alvorecer do novecentos, cumprem esta função. De acordo com Salla, as teorias positivistas serviram

> *de esteio para justificar as práticas de gestão e operação nas instituições que surgiram na passagem do século, além de respaldar a intervenção do Estado junto à sociedade no contexto dos controles e inserções que promovia por meio destas instituições. (...) O Estado republicano (...) é assim peça fundamental no delineamento da ordem pública. (...) E isto se dava, entre outras coisas, por meio da implantação de uma rede de instituições especializadas, mas ao mesmo tempo articuladas, destinadas a alcançar, incorporar e controlar setores cada vez mais amplos da sociedade (SALLA, 1999: 151).*

A nova lei, portanto, promove, ou pelo menos estimula, uma série de modificações que não são apenas "discursivas", mas que afetam o funcionamento das instituições policiais, jurídicas e penais republicanas. Mudanças que nem sempre se efetivaram de imediato, mas que compõem o próprio processo de consolidação e regulamentação do Código Penal. É mais ou menos neste sentido – como parte integrante e ao mesmo tempo complementar ao aparato jurídico proposto em 1890 – que se deve entender o Decreto 16.665, de 6 de novembro de 1924, que cria o Conselho Penitenciário e, ao fazê-lo, regulamenta no Brasil o benefício do livramento condicional, desde então submetido ao crivo dos Conselhos Penitenciários estaduais, cujas criações se efetivam nos meses seguintes ao decreto federal.

É verdade que o próprio Código Penal já havia tratado do tema nos artigos 50 a 52. Neles, prevê que o livramento condicional será concedido "por acto do poder federal, ou dos Estados (...) mediante proposta do chefe do estabelecimento penitenciario, o qual justificara a conveniencia da concessão em minucioso relatório", aos condenados à prisão celular por no mínimo seis anos, que tivessem cumprido metade da pena e demonstrado, ao longo deste período, bom comportamento. Antes da efetivação da condicional, o texto determinava a transferência para uma penitenciária agrícola, onde o preso deveria perseverar no bom comportamento antes de gozar a liberdade, ainda que provisória e duplamente condicionada: uma vez fora da prisão o detento deverá residir no lugar que lhe for designado e submeter-se à vigilância policial. Em caso de reincidência ou de não cumprimento de algumas das determinações legais, a condicional seria automaticamente revogada.

Apesar de bem intencionado, ou pelo menos atualizado, no que tange às garantias e direitos legais do condenado, o Código pecava em pelo menos dois aspectos. Primeiro, ao restringir a liberdade condicional aos condenados à prisão celular quando, em 1890 e mesmo nos anos seguintes, este modelo estava longe de ser plenamente efetivado no Brasil. Segundo, ao simplesmente delegar a autoridade federal ou dos estados o poder de conceder o direito, sem especificar a que autoridade se reportava, a lei penal estabelecia critérios tão genéricos e dúbios de responsabilidade que, não raro, dificultavam a sua aplicação ou, na melhor das hipóteses, acabavam por permitir a cada estado interpretá-la a seu bel prazer (SANTOS,

2004). Na prática, segundo um jurista contemporâneo à lei 16.665, o baiano Aliomar Baleeiro, as "condições exigidas para a sua concessão [do livramento condicional] foram de tal ordem que o instituto não pôde ter vida além das folhas do Código. (...) O indulto do poder executivo foi em regra o encurtamento costumeiro das penas no Brasil" (*Apud* SANTOS, 2004).

Com a criação dos Conselhos Penitenciários a intenção era regulamentar a concessão do livramento condicional a partir de critérios juridicamente coesos, que não dessem margem a interpretações equívocas. Ao mesmo tempo, forjava uma instância competente a quem delegar a autoridade e a responsabilidade de não apenas conceder o privilégio, mas fiscalizar tanto as condições e para quem ele será concedido quanto o cumprimento, por parte do sentenciado, do que lhe for legalmente exigido.[1] Os estados respondem rapidamente à nova lei, criando nos meses subseqüentes seus respectivos Conselhos, que passam a desempenhar as funções antes dispersa e fragilmente atribuídas a uma quase abstrata autoridade federal ou estadual pelo Código Penal.

No Paraná o Conselho Penitenciário[2] foi empossado no dia 13 de fevereiro de 1925. O início dos trabalhos coincide com o agravamento da crise do sistema penitenciário do estado, criado em 1909 com a instalação da Penitenciária do Estado, em Curitiba. Celebrada, à época de sua inauguração, como um "atestado vivo do progresso", em um curto espaço de tempo a situação da penitenciária se deteriora e, pouco a pouco, torna-se cada vez mais difícil manter em vigor o projeto original, baseado no modelo de Auburn. Apenas três anos depois de inaugurada, são 89 presos ocupando as 52 células; em 1917, já são 122 – mais de dois para cada cubículo. Segundo Maria Ignês de Boni, a "superlotação, que alterava a disciplina, e a carência de recursos para por em funcionamento as oficinas, levaram as autoridades a novamente se referirem à 'prisão promiscua', 'escola de crime' (...)" (BONI, 1998: 75). Uma das alternativas propostas é a criação de uma Casa de Detenção, voltada ao recebimento e reclusão dos presos pronunciados, o que só viria a acontecer em meados de 1925 – a instituição entra em funcionamento em agosto, apenas alguns meses depois da instalação do Conselho Penitenciário.

---

[1] Entre outros critérios, deveriam ser levados em conta pelo Conselho Penitenciário no julgamento do mérito, as circunstâncias em que o crime foi cometido, o caráter do liberando antes e durante a "prática delituosa", com o fim de verificar a "natureza psíquica e antropológica do preso" e os seus procedimentos na prisão – se dócil ou rebelde, sua aptidão ao trabalho e relacionamento com outros sentenciados e funcionários do estabelecimento.

[2] Compunham o Conselho os juristas Euclides Bevilaqua, presidente; Joaquim Ignácio Dantas Ribeiro; Antonio Martins Franco; Pamphilo D'Assumpção e Luiz Xavier Sobrinho; o médico José Guilherme de Loyola e o diretor da Penitenciária do Estado, Ascanio Ferreira de Abreu, nomeado secretário.

Assim, não parece de todo equivocado afirmar que, mesmo não intencionalmente, o Conselho Penitenciário aparece no Paraná como uma medida a mais na tentativa das autoridades de sanar – ou ao menos remediar – as dificuldades do sistema penitenciário estadual, porque permitia, se não diminuir a superlotação da penitenciária, a abertura de vagas a novos sentenciados, liberando condicionalmente os que fossem julgados dignos deste direito. Além disso, criava uma instância jurídica de caráter aparentemente ambíguo, mas cujas funções, complementares, atestavam sua coerência: autônoma, ela desobrigava o governo da responsabilidade quase cotidiana (e o número de pedidos de livramento condicional comprova isto) de verificar a situação legal dos presos, liberando-o para ações e investimentos de ordem estrutural. Por outro lado, atrelado e dependente do poder público, o Conselho na prática legitimava as políticas de segurança, ao mesmo tempo em que consolidava a centralização do aparato jurídico e o exercício do poder legal pelo Estado (BOURDIEU, 1989: 236-240).

Consensos e dissensos

Mais que espaço de deliberações, o Conselho Penitenciário nasce, portanto, como lugar de produção de discursos cujo fim é atestar a eficiência e a competência tanto do campo jurídico quanto do Estado. Mas também discursos sobre o outro, o criminoso, tornado objeto de um saber – a criminologia – em vias de consolidação e que encontra no Conselho um lugar privilegiado de enunciação. Mas se a instituição do pensamento criminológico no Brasil não se deu senão por caminhos tortuosos, estas descontinuidades aparecem também nas discussões travadas no interior do Conselho Penitenciário do Paraná, onde as atas registram os ziguezagues dos conselheiros em busca de uma coerência nem sempre ainda possível. Os argumentos muitas vezes contraditórios dos especialistas são a expressão de um pensamento frágil porque inacabado, em construção, acerca de uma definição moderna, positiva e científica do crime e, principalmente, do criminoso e de sua natureza.

Este esforço conceitual se revela em diferentes perspectivas. Em determinados momentos, ele serviu à construção de consensos, como no caso do sentenciado João Domingues de Oliveira, cujo parecer, assinado pelo jurista Pamphilo D'Assumpção, favorável à concessão do livramento condicional foi aprovado por todos os conselheiros. Condenado em junho de 1921 por homicídio, João Domingues – que à época contava apenas 17 anos – foi libertado principalmente devido ao seu histórico antes do crime que, sob a ótica do Conselho, comprovava "que o seu espírito não se conformava com o acto criminoso que havia

praticado." Referendava tal convicção seu comportamento nos anos de prisão, onde "continuou a demonstrar exemplar conducta, (...) Sempre dócil e respeitador, tem sabido captar as sympathias dos funccionarios da Penitenciária e a amizade de seus companheiros de sorte".[3]

Foi outra a sina de Octavio Santos, condenado por um homicídio cometido em janeiro de 1921. Diferente de João Domingues, Octavio Santos foi apontado no parecer do conselheiro Marcellino Nogueira como "um delinqüente perigoso, de perversidade manifesta, de temibilidade irrecusável, sempre exposto a reincidir no crime, que consummou com a insensibilidade peculiar aos indivíduos de conducta anti-social, sem jamais encontrar ensejo para revelar o mais ligeiro remorso, siquer." Para Marcellino Nogueira, a "continuação de sua reclusão é o único meio de corresponder as exigências da prophylaxia social do delicto, cohibindo-lhe a actividade criminosa, (...)". De acordo com o relatório, Octavio não era "um deliquente de occasião, na rigorosa accepção dessa expressão", razão pela qual mesmo seu bom comportamento na penitenciária é interpretado como "virtude occasional, que vem a ser, nos delinqüentes, o mesmo que é o delicto occasional nos caracteres socialmente normaes".[4] Se virtude ocasional e não regeneração, melhor garantir a continuidade da pena. E Octavio Santos, por decisão comum, permaneceu na penitenciária.

A unanimidade, entretanto, não era a tônica nas reuniões. As opiniões divergiam, ora porque o parecerista era favorável à condicional e os demais conselheiros, não; ora porque acontecia de os conselheiros votarem pela condicional contra o parecer do relatório. Há também aqueles casos em que o Conselho se divide e o requerente ganha ou não o direito à condicional por apenas um voto de diferença – o do presidente.

E dos casos estudados até aqui nenhum é mais significativo que o de Joaquim de Christo Castro, cujo pedido ficou sob o encargo de Dantas Ribeiro. Condenado em agosto de 1920 a seis anos de prisão por crime de homicídio e desde janeiro de 1921 recolhido à Penitenciária, Joaquim de Christo Castro mereceu de Dantas Ribeiro um longo relatório, onde o jurista, desde o início, mostra-se favorável à concessão do livramento condicional.[5] A inclinação aparece já nas primeiras linhas, onde o conselheiro defende que "Não se trata de considerar o gráo de gravidade da falta, porque esta apreciação foi feita para a decretação da pena, sim, porém, de medir o estado moral do condemnado e o gráo de garantia que este estado suppõe".

---

[3] Acta do Conselho Penitenciário do Estado de 21 de setembro de 1925.
[4] Acta do Conselho Penitenciário do Estado de 16 de novembro de 1925. Grifo no original.
[5] Acta do Conselho Penitenciário do Estado de 20 de julho de 1925. Todas as citações a seguir referem-se a este documento.

Ora, a se acreditar no relatório do diretor da Penitenciária e secretário do Conselho, Ascânio de Abreu, reproduzido integralmente no parecer, as tais garantias parecem, no mínimo, duvidosas: Joaquim de Christo é "facilmente irritável e um tanto violento", tendo sido já punido por tentar introduzir um pedaço de fumo de corda no estabelecimento e por ter, diversas vezes, "chegado a vias de facto" com seus "companheiros de infortúnio". Por outro lado, sempre de acordo com o relatório de Ascânio de Abreu, "Para com os seus superiores tem (...) demonstrado sempre o maximo respeito, pondo-se ao lado da administração desta casa toda a vez que se tem feito preciso reprimir uma indisciplina, uma insubordinação". Entre a irritabilidade e a obediência, Dantas Ribeiro não apenas opta pela segunda como justifica a primeira:

> *O impetrante é "facilmente irritável e um tanto violento". Pouco importa. Questão de feitio moral, tão somente. Pode-ser dizer: altivo, independente, porém honrado e trabalhador. Independência, sabe-se, é questão de feitura moral e não de meios materiaes; há pobres e subalternos altivos e sobranceiros, ao lado de ricos e potentados abjectamente servis (...) E tanto é verdade que o impetrante "para com os seus superiores tem, entretanto, demonstrado sempre o maximo respeito, pondo-se ao lado da administração desta casa toda a vez que se tem feito preciso reprimir uma indisciplina, uma insubordinação". Deu-lhe a fortuna elementos para, em certas causas, melhor desempenhar a sua missão, prestar serviços, fazer beneficios...(...).*

E talvez inspirado pelo segundo nome do detento, Dantas Ribeiro abandona qualquer aspiração científica e afirma, sem hesitar, suas convicções não apenas idealistas, mas profundamente religiosas e, pondo de lado Lombroso ou Ferri, fundamenta seu voto recorrendo a "Imitação de Cristo", do cônego português José Inácio Roquete:

> *No mundo não há ordem nem vida senão pela obediência: ella é o laço dos homens entre si e com seu autor, o fundamento da paz e o principio da harmonia universal. Quando obedecemos um homem revestido de autoridade, obedecemos a Deus; elle é o único monarcha, e todo o poder legitimo é uma emanação de sua omnipotencia eterna e infinita.*

O primeiro conselheiro a discordar do parecer é o também jurista Martins Franco, para quem Christo não apresentava ainda condições de ser liberado "porque foi impulsionado ao crime por defeito do seu caracter impulsivo, defeito que a sua permanência na prisão não foi sufficiente para modificar, tornando-se dest'arte o mesmo elemento perigoso que foi quando commetteu o crime". Em acordo com Martins Franco, o advogado Pamphilo D'Assumpção acusou ainda o caráter por demais impulsivo do detento, que continuava a "ser facilmente instável e um tanto violento". A conclusão de Dantas Ribeiro encontra apoio no médico José Guilherme de Loyola, mas Christo carregaria por um tempo ainda sua cruz: contra ele votou o presidente Euclides Bevilaqua, para quem "o requerente não merecia os favores do livramento condicional".

Diferente do parecer, reproduzido quase que integralmente, não há maiores detalhes acerca da argumentação dos três conselheiros que o rejeitaram. Mas há indícios de que não se tratava de uma diferença pontual: como já disse, o Conselho instituiu-se não apenas como espaço de deliberações, mas lugar de afirmação de um saber jurídico sobre o crime e o criminoso que, desde fins do século XIX e naquelas primeiras décadas do XX, batia-se contra os resquícios de uma concepção clássica que já não se coadunava com os novos tempos que a República pretendia construir e consolidar. E não se pode perder de vista aqui o quanto a criminalidade, entendida enquanto fenômeno social (FAUSTO, 2001: 19), aparece profundamente articulada à modernização e ao progresso que ela engendra: ao apresentar-se como o seu avesso, o aumento nos índices de violência criminal, bem como sua maior visibilidade principalmente nas páginas da imprensa, não negam, mas reafirmam uma modernidade inexorável, desejada na mesma proporção em que é temida.

Não por acaso os argumentos dos conselheiros concentram-se principalmente sobre duas noções: de um lado, o *indivíduo criminoso* importa mais que o *crime*, o sujeito mais que a ação; saber o caráter do detento antes do delito é tão importante quanto conhecer sua índole no interior da instituição penal, não apenas para medir a eficiência da prisão no que tange ao seu fim último, a regeneração, mas para avaliar o grau de periculosidade do criminoso, sua tendência nata ao crime. Deriva daí o segundo elemento fundamental, a tese da *defesa social*, que confere à sociedade o direito de defender-se da ação dos criminosos por intermédio do Estado e suas instituições – no caso, as prisões – negando-lhes a liberdade não tanto para fins punitivos, mas apelando à necessidade de prevenir-se contra potenciais ameaças à segurança e a ordem públicas.

A adesão a este conjunto de proposições, que emprestam ao discurso jurídico um verniz "científico", não se deu, entretanto, sem fissuras que denunciam, aqui e acolá, em uns mais que outros, a incômoda permanência das veleidades de um pensamento clássico que a penalogia moderna pretende rejeitar. O caso de Joaquim de Christo Castro é, neste sentido, exemplar, embora não único. Em torno ao seu pedido de livramento condicional, confrontaram-se não apenas leituras e interpretações distintas de um caso, mas concepções diversas do que define o crime e, principalmente, o criminoso. E não é difícil concluir quem sai vencedor desta querela: entre o elevado sentimento religioso de Dantas Ribeiro, que espera ver em um Christo profano a imitação de outro, o divino; e a objetividade positivista de um Pamphilo D'Assumpção, prevalece a ciência, e não a religião – ainda que, por caminhos tortos, a crença nas possibilidades da ciência não raro se traduza em uma fé secularizada e que

a ciência, por sua vez, tenha servido inúmeras vezes como fermento à incompreensão e ao preconceito.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder** – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, criminologistas e juristas** – saber jurídico e nova escola penal no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Código Penal do Brazil. Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890. Commentado por Oscar de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Garnier, 1908.

DE BONI, Maria Ignês Mancini. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo (1822-1940)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SANTOS, Brasilino Pereira dos. *O livramento condicional e o Conselho Penitenciário*. **Jus Navigandi**. Teresina, ano 8, n. 301, 4 maio 2004. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5161>. Acesso em: 28 abr. 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Outras Histórias sobre Antônio Dó: Imprensa e memória do Norte de Minas

Rejane Meireles Amaral Rodrigues*

Resumo
O presente texto se propõe a analisar as memórias do povo da cidade de São Francisco. Localizada no Norte de Minas Gerais, acerca da vida de Antônio Dó, com o intuito de perceber elementos da identidade e a releitura que o sertanejo faz de si. Objetiva contribuir com o entendimento sobre os discursos produzidos sobre o sertão Norte Mineiro para analisar o tratamento dedicado por parte de governos a esta região. Utilizaremos como fonte, entrevista com vários moradores da cidade de São Francisco e com a população que habita a área rural desta cidade, jornais locais e nacionais que divulgaram notícias sobre o Norte de Minas durante a Primeira República.
Palavras – Chave: Memória, Antônio Dó, oralidade.

SummaryThe present text if considers to analyze the memory of the people of city of San Francisco. Located in the North of Minas Gerais, concerning the life of Antônio Dó, with intention to perceive elements of the identity and the releitura that sertanejo makes of itself. Objective to contribute with the agreement on the speeches produced on the hinterland Mining North to analyze the dedicated treatment on the part of governments to this region. We will use as source, interview wilh some inhabitants of the city of San Franscico and wilth the population whorn the agricultura area of this city inhabits, local and national periodicals that had divulged notice on the North of Minas during the First República.
Key-wolds: Memory, Antônio Dó, orality.

A Primeira República apresenta-se como a fase da história nacional cujas relações sociais teoricamente estariam se reformulando e o sistema jurídico estaria regularizando o perfil de cidadão, segundo a Constituição de 1891.

A idéia de sociedade que a região central do país e o litoral "construíam" estava longe de ser o modelo ideal para legitimar a sociedade normalizada pela primeira constituição republicana.

Se a região considerada "mais desenvolvida" não absorvia estas idéias de "sociedade civilizada", muito menos o interior, cujas relações sociais eram "menos amigáveis" e a violência estava incluída nos "códigos comportamentais" como experiência de cultura para resolução de impasses e problemas cujas leis jurídicas não resolviam ou não se faziam valer em razão de falta de algum órgão oficial.

* Doutoranda da Universidade Federal de Uberlândia – UFU/ Professora do departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Os quarenta e um anos da Primeira República foram marcados por vários embates sociais, cujos signos e símbolos de lutas se divergiram mais pelos discursos que foram delegados a eles, do que pelas trajetórias trilhadas pelos grupos que os compunham. De Canudos (MELO,1997) à Coluna Prestes (FORJA,1987), o ideal de reforma social e repúdio aos desdobramentos do sistema vigente foram apropriados por veículos de comunicação e aos poucos as notícias do interior do país sobre estes vários momentos de embate social[1] contribuíram para as "sociedades urbanas" projetarem um "perfil" de sociedade e homem do interior, e estes discursos com o passar dos anos se tornaram pilares para políticas públicas, que acentuaram as distâncias sociais entre regiões "menos desenvolvidas" e regiões "mais desenvolvidas". Já os embates sociais ocorridos nos "grandes centros"[2] representam momentos em que a mídia legitimou o perfil de desenvolvimento e urbanização destes centros uma vez que ressaltavam os problemas sociais urbanos, mas sempre davam uma sutil idéia de que, após sanado o problema, a antiga ordem social seria superada e uma nova ordem social surgiria para cada vez mais embasar o "progresso e o desenvolvimento em que o Brasil vivia".

No interior do Brasil, as relações sociais formadas e baseadas nas relações de poder colonial de dependência aos donos e administradores de terras não se romperam com o estabelecimento da constituição liberal republicana; pelo contrário, as antigas práticas de obediência e dependência econômica dos fazendeiros e as relações de mutirão, compadrio e vizinhança (QUEIROZ,1973) continuaram existindo e contrastavam com o discurso de desenvolvimento e industrialização.

Não somente os estados no Norte e Nordeste do país apresentavam áreas com este perfil, mas também os estados que compõe atualmente a região Sudeste, que já naquela época era considerada a região cujas relações sociais e de produção eram mais "desenvolvidas". Minas Gerais, por exemplo, apresenta uma formação histórica de dependência à exploração da terra, pois a região considerada mineradora foi dependente economicamente do "sertão" da capitania, levando-se em conta o abastecimento de grãos, carne, sal e outros produtos: "a possibilidade de contribuir para o abastecimento da população mineira incentivou a formação de grandes currais nas margens do São Francisco. A lavoura desenvolveu-se em razão do mercado crescente para seus produtos".(ANASTASIA, 1998:65).

Essa dependência de produtos evidencia uma região onde a sociedade desenvolvida se baseia na agricultura e pecuária e em relações de poder figuradas entre famílias que se

[1] Referimo-nos aos seguintes embates sociais: Canudos, Contestado, Juazeiro, a saga de alguns cangaceiros e a Coluna Prestes.
[2] Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Greve de 1917 e 1919 e Movimento Tenentista.

alternavam no poder, cujos parentes ao seu redor viviam. O desdobramento deste tipo de relação de poder são as relações coronéis/agregados, fazendeiro/jagunços e interesses particulares/ interesses públicos.

O Norte de Minas foi formado a partir de movimentos de bandeiras e espaços ocupados por aventureiros que em busca de ouro (ANASTASIA,1998), e aprisionamento de índios (RIBEIRO; 2005), que proporcionaram a ocupação de espaços que aos poucos tornaram-se pequenos arraiais e posteriormente cidades. Tantos as cidades ribeirinhas, localizadas às margens do rio São Francisco: Januária, Pirapora a cidade de São Francisco como a cidade de Montes Claros, apresentam no seu passado resquícios de passagem de bandeiras, pois, a relação homem/ terra deu-se através da ocupação do espaço em primeira instância pelas fazendas e estas com a exploração da agricultura e da pecuária. Com o aumento gradativo do número de pessoas que habitavam as fazendas, as mesmas formaram pequenos arraiais, que com a idealização de uma sociedade, tiveram seus "cargos de representação política" ocupados por pessoas que atuavam na lógica do mamdonismo e da parentela.

Pensando em sociedades que se enquadram na descrição supramencionada, temos o caso de Antônio Dó e seus homens, cuja trajetória já foi por nós estudada em dissertação de mestrado.

A memória evocada sobre Antônio Dó permite-nos analisar as relações sociais estabelecidas na cidade de São Francisco, Norte de Minas Gerais, e nesta mesma perspectiva entender o papel social desempenhado por Antônio Dó nesta região, além de identificar quais classes o queria bandido e quais o queria herói, uma vez que entendemos que "ser bandido" ou "ser herói" depende de quem cria o dito perfil.

Antônio Dó, quando ainda era fazendeiro, após ser preso por questões de demarcação de terra com seu vizinho Chico Peba, em 1909, e somada a mágoa de não ter-se esclarecido o assassinato do seu irmão, Honório Antunes França, fugiu da delegacia em que estava encarcerado. Recrutou um grupo de homens que, a partir de então, passou a segui-lo e juntos fizeram "justiça com as próprias mãos". Durante dezenove anos, Antônio Dó percorreu o Norte de Minas, Sul da Bahia e Sul de Goiás. Fez alguns trabalhos para coronéis da região, trabalhou por conta própria em um garimpo na região de Paracatu, mas jamais voltou a exercer a função de lavrador. Confrontou-se com a Polícia Militar várias vezes naquele período chamado de Força Pública.

O período em que seu bando existiu foi marcado por um excesso de intervenções na administração local em razão de interesses particulares. Os homens que detinham o poder não

limitavam suas ações para conseguir o que queriam, e, conseqüentemente, "retiravam" ou eliminavam do caminho as pessoas que não estavam de acordo com suas vontades.

Antônio Dó foi assassinado em 1929 por um membro do seu bando que acreditava que seu líder possuía uma garrafa cheia de diamantes.[i]

Durante nossos estudos no mestrado, percebemos que a problemática do "silêncio *versus* produção cultural popular", que nortearam nossas conclusões, evidenciava mais produções de memória do que representação figurativa de um elemento ausente se fazendo presente. Estas "produções" eram na verdade memórias que grupos sociais evocavam sobre a vida de Antônio Dó. E cada grupo ao criá-las contribuía para legitimar um discurso diferente sobre si mesmo e a sociedade em questão:

> *"Constatamos, que há uma fixação progressiva da imagem de Antônio Dó, nos jornais que pesquisamos. Identificamos que a imagem construída pelos jornalistas é marcada pelo preconceito. O personagem aparece em 1913 como sendo um malfeitor que está invadindo e ameaçando São Francisco e esta imagem vai se perpetuando à medida em que a imprensa escrita registra não só a atuação do seu bando, como a tentativa da Força Pública em detê-lo. Ao registrar sua morte, fica evidente a idéia de que o ícone da violência norte-mineira não existe mais. E posterior à sua morte, a necessidade de afirmar o perfil de bandido e malfeitor volta à imprensa. Notamos claramente que até hoje há uma tentativa de cristalizar o "bandido" Antônio Dó".(RODRIGUES, 2004:129)*

Para realizar o estudo proposto, entendemos que autores da história social contribuirão conosco. Tais autores, ao reelaborarem as metodologias de pesquisa histórica e darem mais ênfase à antropologia, possibilitaram "dar voz às pessoas comuns" e assim a prática e o debate metodológico em relação ao uso da técnica de história oral neste campo têm intenso, nos últimos vinte anos, mapeando seus avanços e limitações.(CASTRO, 1997:51)

O campo de debate da história social a partir da década de 60 acenou à relevância de inserção, na historiografia, de classes sociais ainda não estudadas ou, se estudadas, apresentadas apenas como personagens secundários nas narrativas. Dentre os pesquisadores que salientaram a necessidade de identificar a classe trabalhadora, Thompson[3] destaca-se como inovador da metodologia de pesquisa e da amplitude das indagações feitas aos objetos de estudo, o que permite uma maior gama de informações sobre seu objeto de pesquisa.

Thompson contribui com os estudos da história cultural ao identificar as *inter-relações recíprocas* que tangem ao *povo* e à classe dominante, e a consciência que este tem ou não de si mesmo. Esse estudioso valoriza os rituais, as manifestações coletivas como *experiências* vividas e transmitidas de uma geração a outra, como fora de código de leis que normalizam a vida em uma dada sociedade. A *consciência* adquirida ou criada pelo grupo,

[3] Edward Palmer Thompson

para Thompson, pode ou não ser um fator gerador de *identidade,* mas esta jamais deixará de ser um fator político.(VAINFAS, 1997:155-158).

Assim, a fonte oral ao ser estudada trousse à tona uma série de elementos que constituem uma teia da relações sociais do povo de São Francisco e proporcionou-nos um estudo acerca das relações de poder estabelecidas naquela sociedade. Também nos possibilitou entender as "várias memórias" evocadas em torno da vida de Antônio Dó e a apropriação destas memórias por parte de segmentos da sociedade no intuito de legitimarem um discurso de "coitadinho": algumas reportagens escritas comentam que as ações de Antônio Dó e seus homens são meras "construções" de uma sociedade totalmente à parte do contexto da Primeira República.

Vale salientar que a imprensa escrita durante a Primeira República passava por um processo de "modernização" e tornou-se mais um elemento econômico do que objeto de informação e denúncia.

Com os arquivos de jornais, trabalhamos resquícios da vida de Antônio Dó uma vez que esta foi registrada por vários jornais da época, mas o trabalho com jornais requer do historiador uma atenção a mais ao interpretar as fontes. Principalmente, quando se trata de narrativas sobre a vida de pessoas como Antônio Dó, pois encontramos, neste tipo de reportagens, a percepção do jornalista sobre o assunto, discursos de vários segmentos sociais e interesses variados sobre "qual o perfil" se pretende dar ao objeto narrado.

"Graves acontecimentos em São Francisco

Nova incursão de jagunço – A força policial é atacada, sahindo ferido o delegado militar. Travou-se renhido tiroteio havendo varias mortes.

Mais uma vez foi a cidade norte mineira de São Francisco victima da san.. da jagunçada que infesta os nossos sertões, dando lugar a que repetidas vezes sejam necessárias providencias energicas por parte do governo.

Logo pela manhã do dia 22 correram nesta cidade vários boatos de que São Francisco havia sido atacada por uma horda de jagunços, chegando-se mesmo a propalar serem estes chefiados por Antônio Dó, já celebre por façanhas semelhantes.

Logo depois chegaram a nossa redação os primeiros telegramas, confirmando as notícias, enviadas por um dos amigos da "Gazeta", ali residente, o dr. Luiz de Oliveira, actualmente naquella villa, em serviços de sua profissão de agrimensor.

Por esses telegramas que foram affitados a porta do edifício da "Gazeta", trazendo-a sempre cheia de pessoas, ávidas de notícias, ficaram os nossos leitores scientes do que se passou naquella cidade.

A ultima hora constou ter o tenente Amaral seguindo em preseguição dos jagunços, havendo novos tiroteios e outras nortes, já fora da cidade.

Por telegrama particular que nos foi obsequiosamente mostrado sabemos achar-se terminado o conflito e pacificada a cidade.

O tenente Amaral recebeu três ferimentos, todos leves.

> *Villa Brazilia, 22 (9hs) – Indalécio, à frente de grande numero de jagunços atacou hontem, às quatro horas da tarde à cidade de São Francisco, havendo um grande conflicto.*
>
> *O tenente Alcides do Amaral depois de muitos esforços conseguiu manter-se em seu posto, enfrentando a jagunçada e garantindo os habitantes da cidade. Tem havido mortes de parte a parte. A todo momento chegam aqui pessoas procurando refugio. A situação é gravíssima. Unge provinciar afim exitar maiores desastres. Polícia e povo estão apavorados. Saudações.*
>
> *Villa Brazilia, 22 (16hs) –Cresce a noticia do numero de mortes havido no conflito de São Francisco. Em frente à cadeia estão nove mortos. O tenente Amaral acha-se ferido. Entre os fugitivos espavoridos que aqui chegaram está o snr. João de Andrade, ahi residente. Pediram forças para Januária e Brazilia. Tem causado grande consternação aqui tão lutuoso facto.*
>
> *Villa Brazilia, 22 (17 hs). – entre os mortos no conflito de São Francisco acha-se o tio do Cel. Carolino, de nome Mathias Borges. Acha-se aqui o telegraphista de São Francisco que, milagrosamente, escapou, pois achava-se junto ao tenente Amaral quando foram atacados, havendo mais de 100 tiros.*
>
> *Seguiram forças daqui e de Januária continua a chegar gente espavorida, daquella cidade. Só temos notícias verbaes pois o telegrafo está interrompido".(GAZETA DO NORTE,1920:2)*

Nestas reportagens, percebemos um exagero nas descrições das pessoas e situações narradas, o que contribuiu para a criação de uma "sociedade imaginativa" e à parte do contexto de desenvolvimento do Brasil durante a Primeira República. Esta situação foi para o Norte de Minas prejudicial, uma vez que em décadas posteriores, muitas leis e projetos foram feitos tendo como base tais discursos da imprensa.

A oralidade das pessoas que habitam a região do Vale do São Francisco e Norte de Minas também contribuiu para perpetuar uma memória exagerada sobre a vida de Antônio Dó e a elite da região foi a maior responsável por algumas das "várias fases da vida" deste jagunço, tanto que, na entrevista que fizemos com a professora de História Maria de Perpétuo Socorro (São Francisco-MG), ela nos revela tais em 1987 quando encenaram uma peça teatral em uma escola estadual da cidade de São Francisco houve um certo "desconforto" por parte de alguns moradores da cidade.

1- Por que resolveram estudar este tema (história de Antônio Dó) na escola?

2- Quem foi que não gostou da absolvição de Antônio Dó?

3- Ele era mesmo bandido?

4- E finalmente, qual dos autores memorialistas apresenta uma melhor versão da história de Antônio Dó para se ler? Assim, seguem as respostas, respectivamente:

> *"Por que estava no planejamento da 8ª série. É época de estudar as revoltas aqui no Brasil para mostrar justamente para o aluno as diferenças entre o cangaceiro e o jagunço e também para mostrar a realidade. Porque, quando o aluno estuda a história, parece que aquilo está distante do aluno, longe da sua realidade. E quando pegamos um acontecimento daqui, foi para que ele pudesse sentir o que é a história e que o que acontece no Nordeste, no Rio de Janeiro, lá fora, no exterior, nos EUA, também pode acontecer aqui ou refletir aqui.*
>
> *(...)*
> *A história dele não está tão distante e existe ainda uma geração viva e que achou um absurdo Antônio Dó ser absolvido (houve reação contrária quando na peça ele foi absolvido).*
>
> *(...)*
>
> *Bandido. É claro que quem fez Antônio Dó bandido foi a elite de São Francisco. E o que quisemos mostrar com a peça é isso, que ele foi feito bandido pela elite são-franciscana, sendo que foi uma reação espontânea dos alunos absolver Antônio Dó, nós não influenciamos os alunos.*
>
> *(...)*
> *Conheço, mas eu li o livro de Saul Martins e Manoel Ambrósio. Mas, o de Ambrósio eu achei um pouco distante da realidade. O de Martins, achei melhor que o de Ambrósio. O certo é o que está no de seu Brazinho. Você vai ler, você vai ver que a história de verdade está lá. Às vezes, ou sempre bajulando alguém, alguém, todos dois são assim, mais o livro de Ambrósio, achei mais fraco."*[4]

Desta forma, entendemos que vários discursos produzidos tanto pelos jornais como as narrativas que circularam e circulam no Norte de Minas sobre a vida de Antônio Dó contribuíram e contribuem para legitimar o "Norte de Minas do atraso" e que a identidade sertaneja torna-se um elemento frágil frente a tais narrativas.

[4] Maria do Perpétuo Socorro, entrevista concedida em 23 de agosto de 2002. Duração 40 minutos.

i

Bibliografia

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII.** Belo Horizonte: C/Arte. 1998.

BRAZILIANO, Braz. **São Francisco nos caminhos da História.** São Francisco: Lemi, 1977.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In: VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teorias e metodologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 51.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e politica. Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República.** 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

KHOURY, Yara Aun. *Narrativas orais na investigação da História Social.*In: **Projeto História.** São Paulo, V. 22, Junho de 2001. p.83.

MARTINS, Saul. **Antônio Dó – A história verídica de um jagunço famoso,** 3ª ed. Belo Horizonte: SESC/MG. 1997.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Que foi a Guerra Total de Canudos.** Recife: Stahli.Recife. Editora. 1997.

_____. **Guerreiros do sol. Violência e banditismo no Nordeste do Brasil.** São Paulo: A Girafa Editora. 2004.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira, **Florestas anãs do sertão. O cerrado na história de Minas Gerais.** Volume , Belo Horizonte: Autentica, 2005.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antônio Dó: um bandido social das margens do Rio São Francisco – 1910/1929.** Uberlândia. Dissertação de Mestrado. 2004.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais***.** In **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. p. 64, Vol. 1 nº 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro**.** *As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeaatinas. História, mito, rituais e símbolos.* In: **História e Perspectiva.** N. 25 e 26 – jul./dez.2001/jan./jun.2002.Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia.

PORTELLI, Alessandro. *Historia Oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli***.** In: **História e Perspectiva.** N. 25 e 26 – jul./dez.2001/jan./jun.2002.Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia. P. 31.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro.** São Paulo: Vozes, 1973.

THOMSON, Alistair. *Histórias (co)movedoras: Históira oral e estudos de migração.* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, V 22. nº 44pp. 341-364.2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum- estudo sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia das Letras, 1997.

THOMPSON,Paul **"A Voz do Passado". História Oral.** São Paulo: Editora Paz & Terra. 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural.* In: VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teorias e metodologias.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 155 a 158.

Modificações dos costumes urbanos pela ótica da política de saúde pública

Carla Francielle Kurz*

Resumo: O artigo apresenta algumas considerações acerca do discurso modernizador e higienizador promovido pelo Estado e pelo saber médico no Paraná na década de 1970. A importância das ações da medicina e do Estado está vinculada à necessidade da implantação de novos costumes na sociedade — visando o desenvolvimento social racionalizado — resultante da implantação das Políticas Públicas de Saúde. A perspectiva de abordagem do discurso médico está orientada pela ótica foucaultiana. Assim, os discursos são analisados nas suas relações de poder, uma vez que buscam a formação de uma sociedade disciplinar, na qual o indivíduo aparece como "uma produção do poder e do saber". Para tanto, se discute a prática do discurso médico e Estatal como saber-poder que se constrói dentro do próprio corpo social.
Palavras-Chave: Medicina social; Discurso higienizador; Modernização..

Abstract: The article presents some considerations concerning the speech of modernization and hygienization promoted by the State and for the medical knowledge in Paraná in the decade of 1970. The importance of the actions of the medicine and of the State is linked to the need of the implantation of new habits in the society, seeking the rationalized social development, resultant of the implantation of the public politics of health. The perspective of approach of the medical speech is guided for the foucaultian optics. Thereby, the speeches are analyzed in their relationships of power, once they look for the formation of a disciplinary society, in which the individual appears as "a production of the power and of the knowledge". So much, the practice of the medical and State speech is discussed how knowledge-power that is built inside of the own social body.
Keywords: Social medicine; Speeches of hygienization; Modernization.

As Políticas de Saúde são cartazes para o resultado de uma boa saúde e a boa saúde da população é cartaz da eficácia do governo. Seguindo esse pensamento que o Estado promove planos capazes de modificar os costumes urbanos na tentativa de fomentar uma sociedade saudável. Exemplo disso pode ser observado nas propostas de modernização para o Paraná na década de 1970, onde a preocupação maior com as higienizações, com as vacinações e com os tratamentos intensivos em hospitais possibilitavam a observação e a regulamentação dos corpos no tecido social. Para isso, se formulou regras e técnicas para obtenção de melhores índices de saúde e de condições de vida pública que passaram a ser, como afirma Sully Urbach, "o conjunto de regras e condições de vida" que deveriam gerir a população. Essas regras baseadas na prática médica, segundo a autora, se transformaram em

*Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

uma estrutura cada vez mais carregada de responsabilidades, salientando que "quanto maior o desenvolvimento econômico e conseqüentemente quanto maior a complexidade social, maior é a importância da estrutura médica como elemento sustentador do edifício social" (1978: 148), transformando o papel da medicina não apenas como o de curativa, mas um exercício de socialização.

Nessa linha de raciocínio, portanto, ao Estado coube buscar, no que se refere à saúde da população, uma "política de salubridade", impedindo que o indivíduo entrasse em contato com a precária salubridade. Essa política implicava pensar nas formas preventivas, ativando a "verdadeira medicina social" estabelecida sobre as bases técnicas do saneamento, da epidemiologia, da assistência social, da criação de hospitais e da pesquisa oportuna da afecção precoce no homem supostamente sadio.

Em se tratando de estratégias sanitárias, observa-se que o Estado adota um modelo sanitário feito de "Campanhas", em locais de interesse econômico. No final da década de 1970 as campanhas de vacinações são constantes, acompanhadas de uma informatização de dados que servem como indicadores de saúde. É na necessidade estratégica de uma ordem econômica para o desenvolvimento que se adotou um modelo de saúde pública de campanhas. Esses programas objetivavam, fundamentalmente, campanhas de vacinação e saneamento das cidades em direção ao projeto modernizador paranaense.

Inserido nesse modelo de saúde é significativa a constatação de a saúde pública passa a ser um campo marcado por tensões entre interesses individuais e institucionais que definem novas relações de poder, intercambiadas entre o Estado e o poder disciplinador do conhecimento médico. Essas tensões, segundo Michel Foucault são "uma espécie de imensa luta econômico-política em torno dos saberes, a propósito desses saberes, a propósito da dispersão e a heterogeneidade deles; imensa luta em torno das induções econômicas e do poder ligados a posse exclusiva de um saber, à sua dispersão e ao segredo" (1999: 215).

O Estado assumindo o controle social tinha em vista manter determinada organização e vigilância do comportamento humano inserido no discurso da ordem. Esse tipo de discurso é aquele que profetiza o futuro, isso porque está inserida em seu discurso a combinação de "ordem e progresso".

Mandel Luz fundamenta que as regras para manter das relações institucionais (Estado/ Políticas de Saúde) são a ordem e a disciplina, caracterizando que "a ordem, que garante a estrutura, e a disciplina que assegura as relações sociais. Como os dois são aspectos do mesmo jogo, são dependentes um do outro. (...) Sempre é necessário estabelecer a ordem para manter a disciplina e assegurar a disciplina para que não haja quebra da ordem" (1982:

35).

A afirmação de Mandel pode ser compreendida no que Foucault denomina como micro-poder e, no caso desta pesquisa, por micro-poder entende-se o discurso médico. Neste ponto, o poder é determinante uma vez que "intervém materialmente, atingido a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa a nível do próprio corpo social (...)", dessa forma Foucault afirma que "o poder penetrou no corpo, [e] encontra-se exposta no próprio corpo (1979: XII). Ainda em pauta a discussão da ordem, Foucault escreve sobre a segurança, a população e o governo. Segundo ele, "governar um Estado significará, portanto estabelecer a economia ao nível geral do estado, isto é, ter em relação aos habitantes, as riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família" (1979: 281). Essa relação está concretizada numa sociedade disciplinada pelo discurso do controle social, de uma forma programada para ser urbanizada e modernizada sob a vigilância da ordem governamental e a disciplina do discurso médico.

Essa forma do Estado exercer o poder que moldava e integrava através do discurso médico é "o poder mediado por um poder que se apresenta, mais do que nas outras, como conjunto de regras de conduta, de normas de proceder e de conhecer" (1979: 40). Para Foucault "governar é governar as coisas", portanto ele caracteriza como "coisas" tudo o que se referem ao habitante do seu território de governo, tais como:

> *riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, hábitos, as formas de agir ou de pensar etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (FOUCAULT, 1979: 282).*

Controlando dessa forma o Estado estava garantindo a sua soberania dentro de seu território governamental, consolidando a sua presença em todo espaço que lhe é denominado para governar.

O controle do Estado para a esperada modernização provoca mudanças culturais e disciplinares que são tratadas neste trabalho como respostas às interferências feitas através do discurso médico nos hábitos da população e nas instituições de saúde pública que atravessam o cotidiano das cidades que são ao palco na modernização.

Para Foucault, "a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de reatualização

permanente das regras" (1996: 36). Trata-se, então, de introduzir seguimentos rigorosos para manter a ordem e a norma, e para isso sendo auxiliada pela disciplina e higiene de corpos dentro de instituições do Estado onde o discurso é viabilizado pela legitimidade de instituição do saber, tais como a instituição hospitalar ou os postos de saúde.

Foucault nos fala em um discurso de verdade, ou seja, à vontade daquele que produz o discurso, de que ele seja verdadeiro, pois é um "discurso que põe em jogo o poder e o desejo" (1996: 21), surge então, as grandes campanhas pautadas no saber médico e no interesse modernizador do Estado, sendo as vacinações um bom exemplo pra compreensão da conexão de interesses saber médico/ Estado. Isso porque, a vacinação promove uma sociedade mais sadia, livre de doenças, portanto, pertinente ao programa de desenvolvimento.

Para Foucault práticas e discursos se interconectam, portanto, a união do poder estatal com o saber médico é a união do discurso científico do discurso médico com a prática de ordem e higiene idealizada pelo Estado. Portanto,

> *as instituições estatais de saúde, instituições médicas, portadoras de um discurso tecno-científico e praticando este discurso saber sob forma de intervenção maciça e organizada na vida de diversos setores da população, tornam-se as agências políticas de contenção e controle da doença coletiva (LUZ, 1986: 14).*

A partir disso, temos uma integração do desenvolvimento e a modernização através do discurso médico, pautado a partir da prática higienista assegurada pelo reforço científico que apóia o saber médico, desenvolvendo assim, dentro do Estado, um conjunto de normas e disciplinas a serem seguidas. Esse conjunto de normas que fundamenta o discurso da higiene pública consiste na verificação (do Estado respaldado pelo saber médico) dos lugares que podem provocar doenças; no controle da circulação – que consiste na circulação dos indivíduos – da água e do ar; e a organização do sistema de saneamento.

Com a intervenção da medicina no cotidiano da população, as relações da família com o Estado modificaram-se, visto que a saúde dos indivíduos vai significar a saúde do Estado, da nação. A idéia trabalhada por Jurandir Freire Costa é de que "a ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria" (1989: 48). Seguindo a linha foucaultiana, o autor trabalha a prática de poder médico exercido no controle social, na administração. O controle social tem, nesse sentido, o objetivo de mudar as características da sociedade através do poder normatizador, ou seja, que dita as normas de higiene que os indivíduos devem seguir para modelar a modernização e a urbanização das cidades conduzida pelo Estado. Seguindo uma intenção desenvolvimentista estratégica, portanto, é que o Estado

estabelece locais onde seria deslocada uma atenção maior referente à saúde e as práticas a serem executadas e o médico aparece como o interlocutor entre o Estado e a população.

Nesse caso, a cidade é palco para que esse poder seja instrumentalizado. Assim, o poder político exercido no tecido social confere aos médicos o papel de difusão do ideário socializante e a população como grande ator social que "obedece" ao discurso médico e reivindica melhorias do seu estado de saúde e condições de sobrevivência.

Foucault afirma que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar" (1996: 10). É através desta questão que é possível analisar a abrangência do discurso sobre a população urbana, considerando que os conflitos se apresentam entre essas duas forças distintas unidas (saber médico/poder estatal) por um ideal em comum: a disputa de afirmação no espaço da cidade. Para tanto, são utilizadas diversas formas de sujeição dos habitantes para o enquadramento da população na higiene e na ordem da sociedade higienizada.

Nessa forma de atuação da medicina, ela se apresenta como medicina social. O conceito de "medicina social" surgiu na Alemanha, com Johann Peter Frank (1745-1821) e avançou com Rudolf Virchow, que escrevia, em 1848, que "a medicina é uma ciência social" ou "a política não é mais do que a medicina em grande escala (ROSEM, 1994: 367).

A medicina social apresentada como força política tem o papel de fomentar a concepção de higiene, de saúde pública e a importância das condições sociais e econômicas na relação saúde-doença, visando à necessidade de submeter essas relações à investigação científica e a obrigação do Estado de assegurar o direito de boas condições de saúde. A medicina social engloba temas profundos e complexos que têm ocupado boa parte da história recente da medicina e o papel desempenhado dentro das sociedades. Envolvem uma revolução de paradigmas sobre o papel da medicina e do médico em relação aos problemas de saúde. O discurso médico acompanha a vida coletiva dos seres humanos, fazendo parte das ciências sociais.

Higiene pública e estrutura social

O discurso médico da higiene pública considerava o homem um objeto de conhecimento, pois acontece uma articulação de saberes do médico com a estrutura social. Esse saber médico era uma prática disciplinar e uma forma de fiscalizar a vida do corpo social, pois através dele que se exerciam os poderes políticos, econômicos e culturais, porque esse saber é dotado de poder.

Foucault não trata esse poder como algo maléfico, pois ele o considera um produtor de conhecimento, e que o poder sobre o corpo produziu um conhecimento sobre o fisiológico e o orgânico. O poder funciona em cadeia, pois ele se modifica conforme a necessidade de mecanismos de controle. É o mecanismo de controle que possibilita a modificação do comportamento social, pois atua na sociedade indicando as obrigações de disciplina, de higiene.

O Estado, na perspectiva modernizadora, busca uma sociedade saudável, pois é através da saúde que se verifica a eficácia do governo, considerando que a saúde é definida como uma questão política. Rubem Alves afirma que "a patologia é um sintoma de impotência política" (1978: 38), e conclui que no problema da saúde encontramos ainda um outro problema que é o problema político. O problema político, por sua vez, nas palavras de João Moraes "é um problema de totalidade social, ou seja, ele se constitui no foco para qual se convergem todos os componentes sociais" (1978: 79).

Dentro desses componentes se define o que é saúde pública e, para isso, são elaboradas as políticas de saúde pública. Na perspectiva de eficácia da política organizar e controlar a sociedade é fundamental, pois, segundo pesquisas de antropólogos, historiadores, sociólogos, economistas etc., verifica-se que as pessoas ficam doentes pela sociedade em que vivem e pela vida que levam. Rosa Kraussz, por exemplo, destaca que com a evolução da saúde pública percebeu-se que "tanto a falta de ações que levam a promoção de saúde, como a luta contra a doenças, dependem da ideologia dominante, das pressões sócio-econômicas situacionais" (1977: 151).

A partir dos aspectos mencionados por Kraussz, se desencadeia o equacionamento do problema no que se refere à elaboração das políticas de saúde pública. Através delas implementa-se a observação da insalubridade, da alimentação, da habitação de todos os segmentos do comportamento social, elaboradas para corresponder a uma ideologia do governo de sociedade saudável.

A institucionalização da medicina significava, na década de 1970, a possibilidade da intervenção médica, aliada ao Estado, no controle da população e das normas de atuação profissional. Em outros termos, o esforço teórico de construção das Políticas de Saúde Pública

ocorreu num contexto político bastante específico onde o discurso médico estava se consolidando através das políticas públicas articuladas ao discurso de desenvolvimento, de modernização e de urbanização. Mandel Luz observa que para se chegar à modernidade num discurso desenvolvimentista deve-se atentar às condições vitais da população como problema de Estado. Assim, "as instituições estatais de Saúde, instituições médicas, portadoras de um discurso tecno-científico e praticando este discurso-saber sob forma de intervenção maciça e organizada na vida de diversos setores da população, tornam-se as agências políticas de contenção e controle da doença coletiva" (LUZ, 1986: 13,14). Dessa forma, a questão da saúde torna-se uma questão política, uma forma de se utilizar o conhecimento médico para encontrar um desenvolvimento econômico, incluindo o pensamento da higiene e do controle social.

O direcionamento do Estado como disciplinador atuando através da saúde pública, que implicava na caracterização de sua soberania, sua força política e de poder na sociedade, dava-se, como afirma Márcia Ristow, "em nome de uma soberania, [criando] uma rede de serviços visando à permanência da população na consolidação e ocupação do território para a constituição da nação. Corpo médico, corpo teórico, corpo da pátria" (2001:)

Sidney Chalhoub cita um projeto feito pelo higienista-mor do Império, José Pereira Rego, para justificar a preocupação com a higiene juntamente com o desenvolvimento do Rio de Janeiro. No discurso desse médico percebe-se a função da saúde pública na administração da cidade, justificativa essa que ainda reflete a concepção da saúde pública na sua relação com o progresso e a civilização. Segundo o autor,

> *o aperfeiçoamento e progresso da saúde pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização. Tão verdadeiro é o princípio que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países... (1996: 34).*

A relação estabelecida pelo Estado e a Saúde coincidem com o desenvolvimento econômico do Estado. Seguindo o pensamento de Jurandir Costa "a saúde da população inscrevia-se, assim, na política de Estado. Por meio dessas noções e ações a medicina apossou-se do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas do seu poder" (1989: 30).

Essa relação possibilita a legitimação de poderes (estatal e do saber) que através das disciplinas corporais garantem a "verdade" do discurso médico e a soberania do Estado frente ao plano modernizador e é no campo do saber e das práticas disciplinadoras que direcionam a saúde como fenômeno social e, portanto, de interesse público.

Assim, é possível concluir que o campo da medicina social e do Estado modernizador tem como referência de atuação as Políticas de Saúde Pública, sendo pertinente observar o dilema entre a instrumentalidade e politicidade do discurso médico e estatal como pontos importantes para o debate atual da saúde da população.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. *Religião e enfermidade.* In: MORAES, João, F. R. de. (org.) **Construção social da enfermidade**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

BARROS, E. *Política de Saúde no Brasil: a universalização tardia como possibilidade de construção do novo.* In: **Ciência e Saúde Coletiva**. V.1, n.1, 1996.

BRAGA, J. C., PAULA, A. G. **Saúde e previdência: estudos de política social**. São Paulo: Cebes/Hucitec, 1981.

CARVALHO, M. A. R. de e Lima, N. V. T. *O argumento histórico nas análises de saúde coletiva*. In: Fleury, S. **Saúde coletiva? Questionando a onipotência do social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Conflitos e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FILHO, David. C. **Da Saúde e das Cidades**. São Paulo: Hucitec, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11º edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993. -----. **Em defesa da sociedade***:* curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

---. **O nascimento da clinica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

---. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

JACOBI, Pedro R. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo: Cortez, 1989.

---. *Movimentos sociais e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva.* COSTA, Nilson do Rosário, RAMO, Célia Leitão, MINAYO, Maria C.S., STOTZ, Eduardo N. (orgs.) In: **Demandas populares, políticas públicas e saúde**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

KRAUSSZ. Rosa Rosemberg. *Algumas reflexões sobre a formação de recursos humanos pra a saúde pública*. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 1977.

L MEHRY, E. E. **Saúde pública como política: um estudo de formuladores de políticas**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LUZ, Mandel T. **Medicina e ordem política brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MORAES, João, F. R. *O meio urbano: mercado de aflições.* In: **Construção social da enfermidade.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

RISTOW, Márcia Regina. **Saber médico e populações nas práticas de saúde pública no Paraná, nas décadas de 1930 e 1940.** (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, 2001.

ROSEM, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec/Unesp/Abrasco. 1994.

URBACH, Sully. *Medicina e patologia.* In: MORAES, João, F. R. de. (org.). **Construção social da enfermidade**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memórias da Ditadura: representações do regime militar no cinema nacional

Marcia Santos*

Resumo: O presente estudo[1] busca analisar a construção de representações do regime militar (1964 – 1985) através da produção cinematográfica brasileira, relacionando estas representações ao contexto de produção dos filmes pesquisados. Nesta perspectiva, as reflexões sobre esses filmes são exploradas através de uma diferenciação temporal: o início do período conhecido como Retomada e o outro referente aos dias atuais. A partir desta distinção, busco então apreender as memórias elaboradas para o período citado sob a luz das condições de produção dos mesmos.
Palavras-chave: cinema – memória – representação

Abstract: This study analyzes the construction of representations of the military regime (1964 – 1985) through the Brazilian filmmaking, relating these representations to the production context of the researched films. In this perspective, the reflections about these movies are explored from a temporal differentiation: the beginning of the period known as "Retaking" (*Retomada*) and nowadays. From this distinction, it apprehends the memories elaborated about the cited period in the light of their production conditions.
Keywords: cinema – memory – representation

Ao lidar com a imagem como representação,[2] devemos obrigatoriamente historicizá-la, ou seja, pensá-la enquanto objeto inserido em uma temporalidade que não pode ser ignorada. Enquanto discurso imagético, o filme não se restringe ao seu conteúdo, mas também transmite valores e expectativas daqueles que o produzem e da própria sociedade que o recebe. Marc Ferro considera, assim, que não há linguagem cinematográfica que seja inocente. Há sempre uma intencionalidade, mesmo que inconsciente, que reflete as aspirações e as condições de produção da obra cinematográfica (FERRO, 1992). Isso demonstra que, para analisarmos um filme pelo viés historiográfico, as relações exteriores e interiores a ele

* A autora é mestranda em História Cultural, pela Universidade de Brasília (UnB).

[1] O presente artigo aborda o tema de um capítulo de minha monografia do Curso de Especialização em História Cultural, na Universidade de Brasília, concluído em novembro de 2006, sob o título "Memórias da ditadura: as representações do regime militar através do cinema nacional". Encontra-se aqui adaptado e resumido.

[2] Conceber um documento histórico através da noção de representação significa partilhar especialmente das concepções de Chartier, que assim a define: "pode se pensar a história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse". (CHARTIER, 1990: 19)

são imprescindíveis, pois há uma polissemia inerente à obra que deve sempre ser levada em conta. Imagem e sociedade não estão nunca desvinculadas.

O foco inicial de minha análise encontra-se na reflexão sobre os filmes históricos *Lamarca* (Sérgio Resende, 1994) e *O Que É Isso, Companheiro*? (Bruno Barreto, 1997). São filmes que, por diferentes caminhos, procuram construir uma determinada **memória** sobre o período em questão, mais especificamente sobre os militantes que se dedicaram à luta armada. Memória essa que certamente não é homogênea. Mais correto seria falar em diferentes memórias, sem deixar de se considerar os seus pontos convergentes.[3]

Considerando o pensamento de Micheal Pollak relativo à construção da memória, tanto individual como coletiva, o autor chama a atenção para o fato de que esta é sempre seletiva e portanto essa memória

> *sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa... As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também para a memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada (...) Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – mostra que* ***a memória é um fenômeno construído***. (POLLAK, 1992: 203, grifos originais)

Os filmes de ficção analisados – *Quase Dois Irmãos* (Lúcia Murat, 2004) e *Cabra-Cega* (Toni Venturi, 2004) – também estão voltados para a construção de memórias, na medida em que apresentam concepções específicas em relação ao regime militar. Assim como os filmes históricos referidos não devem ser vistos como a "versão verdadeira dos fatos", os ficcionais também não devem ser percebidos apenas como "um filme de mentirinha". Este gênero possui como matéria-prima o real, podendo, muitas vezes aproximar-se mais de seu referente do que o filme histórico (Cf. FERRO, 1992).

O aspecto de interesse para o presente estudo são as condições de produção dos filmes aqui analisados. Por esse motivo, há que se levar em conta o fato de que os dois filmes históricos foram produzidos na década de 1990, no período conhecido como Retomada do cinema nacional; já os outros dois foram elaborados em 2004, portanto, em uma época em que o cinema brasileiro já atravessava outras circunstâncias.

---

[3] Esta recorrência aos militantes da luta armada, nos filmes que tratam o regime militar, é analisada mais profundamente no segundo capítulo de minha monografia, *supra* citada.

O que se observa neste campo de apreciação do cinema nacional é que, abordando um tema ainda muito recente, a memória histórica que se quer estruturar é um **objeto de disputa** muito intensa. A princípio, observa-se a predominância da valorização de uma "memória subterrânea" (POLLAK, 1989), que representaria a memória de minorias, dos grupos dominados, ou seja, da esquerda brasileira que atuou em oposição aos militares. No entanto, por trás desta aparente representação homogênea da esquerda no Brasil, haveria uma diversidade de representações acerca de nosso passado recente.

Lamarca e *O Que É Isso, Companheiro?* situam-se em um momento particular para a trajetória do cinema nacional: a Retomada.[4] Este termo não deve ser entendido sob o ponto de vista de recuperação de um determinado estilo cinematográfico, mas sim da reconstrução desta atividade que se encontrava intensamente prejudicada pelo momento histórico que o país vivia no início da década de 1990. Refiro-me ao fato de que o país encontrava-se recém-saído de vinte anos de ditadura, passara pela conturbada transição para a democracia, com a morte de Tancredo Neves, pela crise econômica do governo Sarney e pela eleição de Fernando Collor, que em 1992 foi destituído por um *impeachment*. Antes de sua saída, porém, Collor tomou medidas que determinaram os rumos do cinema nacional naquele momento: em 1990, rebaixou o Ministério da Cultura à categoria de Secretaria e extinguiu todos os órgãos de promoção e apoio à produção cultural, entre eles a Embrafilme. Além disso, sua reforma não previa nenhum outro órgão substitutivo para promover ou incentivar o cinema nacional.

Com esta característica de "terra devastada", como se referiu o ator Paulo Betti ao analisar o momento de fabricação do filme *Lamarca*,[5] a produção cinematográfica nacional ficou entregue às perspectivas das políticas neoliberais como ocorreu, aliás, em todas as outras áreas do governo Collor.

A denominada Retomada começou a configurar-se, portanto, nos anos seguintes à saída de Collor. Apesar da manutenção das práticas neoliberais nos governos subseqüentes, a partir do final de 1992 o governo já demonstrava algum interesse em novamente incentivar o cinema nacional, o que pode ser constatado com a criação da Lei do Audiovisual.[6] Esta previa

[4] O filme *Carlota Joaquina*, de Carla Camurati, produzido em 1995, é considerado por muitos críticos de cinema como o "marco zero" da Retomada, por ter ultrapassado a marca de um milhão de espectadores. Certamente que esta classificação deve ser flexibilizada, não se restringindo a um filme e a um ano em particular, visto que os frutos da Lei do Audiovisual já se faziam sentir nos dois anos anteriores ao filme de Carla Camurati.

[5] Depoimento de Paulo Betti, contido nos extras do DVD *Lamarca*. DVD Vídeo / Paramount Pictures, 2005.

[6] Lei n.º 8.685, de 20/07/1993. Anteriormente, havia sido criada a Lei nº. 8401/92, de regulação da atividade audiovisual, permitindo o apoio de empresas e pessoas físicas com o benefício do abatimento de imposto. A lei seguinte foi um aperfeiçoamento desta. Ver: CALDAS, R. e MONTORO, T. **A Evolução do Cinema Brasileiro**

benefícios de isenção fiscal para o capital privado investido no cinema. Com isso, já a partir de 1994 e, principalmente, a partir de 1995, a produção nacional começa sua curva ascendente que caracteriza a Retomada. *Lamarca*, produzido em 1994, faz parte deste contexto.

Em 1996, uma nova lei eleva de 1 para 3% o limite de dedução do imposto para empresas que investissem em cinema.[7] Sintomaticamente, entre 1996 e 1999, assiste-se ao auge da Retomada, com uma produção cada vez mais ampla, o início de uma expansão de nossos filmes no mercado estrangeiro e, ao mesmo tempo, com o público interno voltando progressivamente a se interessar pelos filmes nacionais. É neste momento que se insere o filme de Bruno Barreto, *O Que É Isso, Companheiro?*.

Em 2001, surge a ANCINE,[8] que busca uma relação mais estreita entre o Estado e o cinema nacional, criando uma série de órgãos de incentivo a esta atividade. O início deste século representa para o cinema nacional uma nova fase, que poderia ser concebida como o fim da Retomada, na medida em que apresenta algumas características específicas, apesar de evidentes traços de continuidade com o período anterior.[9] Destaca-se, como característica marcante de nosso cinema atual, a multiplicidade de representações, incluindo aí, tanto a diversidade de temas quanto de opções estéticas. Desta forma, a análise das condições de produção dos filmes *Cabra-Cega* e *Quase Dois Irmãos* levam em conta esta crescente diversidade no interior da atividade cinematográfica, enquanto resultado de um reflexo da conjuntura cultural em que vivemos hoje.

Ainda em um período bem crítico para o cinema nacional – o ano de 1994 – Sérgio Resende produz o filme *Lamarca*. Vivia-se o clima de "terra devastada", referente ao governo Collor e ao fim da Embrafilme. Assim como o obstinado "herói" do filme, a produção de *Lamarca* transformou-se em uma verdadeira epopéia, pois o filme foi produzido sem nenhum financiamento estatal.[10] Como destacou o ator Paulo Betti, havia uma necessidade político-ideológica de resistência a este contexto de crise, sendo praticamente uma questão de honra fazer um filme nacional naquele momento.[11]

---

no Século XX. Brasília: Casa das Musas, 2006, p. 156.

[7] Lei n.º 9.323, de 05 de dezembro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9323.htm. Acesso em: 22/10/2006.

[8] Agência Nacional do Cinema, através da Medida Provisória nº. 2.228. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2228-1.htm. Acesso em: 22/10/2006.

[9] Esta periodização que atribui uma "nova fase" para o cinema nacional é sugerida por Oricchio que ainda aponta o filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles como o "divisor de águas" entre a Retomada e a atualidade. Cf. ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo. Um balanço crítico da Retomada**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

[10] Segundo depoimento de Sérgio Resende, o filme contou apenas com algum recurso do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Cf. Depoimento contido no DVD *Lamarca*, *op. cit.*

[11] Cf. Depoimento de Paulo Betti, contido no DVD *Lamarca*. *op. cit*.

Ao mesmo tempo viva-se um breve período de empolgação, proporcionado pelo *impeachment* do Presidente Collor, que refletia um certo clima de reavivamento político. Era, portanto, o momento propício para se retratar nas telas a história de um guerrilheiro ideal, que lutara bravamente por seu país. Observa-se, aqui, a já referida dialética entre o presente (o contexto de produção) e o passado (aquilo que é representado no filme), como fica claro no depoimento da produtora Mariza Leão, referindo-se a *Lamarca*:

> *Eu tive a certeza que aquele filme iria representar* ***alguma coisa extra-cinematográfica****, que era a força de um personagem que, discutível ou não nas decisões que tomou, optou por um percurso de lutar pelo Brasil.*[12]

O filme *Lamarca* aparece para lembrar ao público, primeiramente, que as vítimas da ditadura agora tinham voz e poderiam contar a "sua história"; afinal, vivíamos novamente em uma democracia. Segundo que, apesar de toda a decepção política com os primeiros anos de retorno desta democracia – com um ex-presidente "herói", que rapidamente transformou-se em "vilão" –, ainda havia homens dignos e honrados de quem o povo deveria se lembrar e se inspirar. É, enfim, um filme extremamente otimista com as novas perspectivas políticas para o país.

Simultaneamente, esta empolgação que se depreende do filme já traz as marcas de um novo tempo. Não se trata mais da valorização de um projeto ideológico comum à maioria do povo brasileiro.[13] Nos anos 90, o individualismo sobrepõe-se ao plano coletivo e esta conjuntura reflete-se nas telas de cinema. *Lamarca* expõe, assim, um drama que, apesar de político, resolve-se no plano individual (SANTOS, 2006: 17-20). Há a necessidade de construção de uma memória silenciada por tantos anos, demonstrando uma postura "politicamente correta", característica dos anos 90. Mas, paradoxalmente, também é deixado de fora o projeto mais amplo no qual o capitão Lamarca estava inserido, demonstrando então um esvaziamento do caráter coletivo da política, o que também é típico deste período de vigência do neoliberalismo.

---

[12] Depoimento de Mariza Leão, contido no DVD *Lamarca*. op. cit. (grifos meus).

[13] Como, até então, fora característico no cinema nacional dos anos 60, assinalado como um cinema engajado politicamente. Refiro-me ao papel desempenhado pelo Cinema Novo na conjuntura cultural do país, nos anos 60. Para uma comparação entre o Cinema Novo e o cinema da Retomada, ver: ORICCHIO, *op.cit*.

O Que É Isso, Companheiro? contou com uma grande aceitação na época em que foi lançado, abarcando um público de 321.450 espectadores.[14] Tratava-se do período de ápice da Retomada, e o cinema nacional começava a fazer as pazes com o seu público. Além disso, o país atravessava uma conjuntura econômica mais favorável, proveniente das reformas liberais do governo de FHC. Vivia-se certo clima de euforia, com o fim da hiperinflação e a estabilidade da moeda. Bruno Barreto seria o expoente da política neoliberal no cinema brasileiro naquele momento. O diretor produz um filme pensando no mercado internacional, especialmente o norte-americano.

O filme reflete este desejo em vários aspectos. O diretor preocupa-se, por exemplo, em utilizar um elenco quase que exclusivamente de atores televisivos e que, naquela época, estavam em destaque na Rede Globo de Televisão, como Fernanda Torres, Pedro Cardoso e Luís Fernando Guimarães. Evidencia-se aqui a intenção em proporcionar um cinema de entretenimento, caracterizado por um intenso diálogo com a mídia televisiva. Ao comparar com os outros filmes analisados, percebe-se que este é o único que busca a exposição de "estrelas de primeira grandeza" da TV, enquanto os outros trabalham com artistas não tão explorados por esta mídia.[15]

Destaca-se, ainda, a relevância que é dada para o personagem do embaixador Charles Elbrick (Alain Arkin). Ele é o personagem mais sensato do filme. Na realidade, é o próprio narrador da trama e a história contada nas telas se passa sob a sua ótica (norte-americana), e não sob a ótica de Fernando Gabeira (em quem o filme se baseou). Várias cenas do filme se desenvolvem com a narrativa em *off*, representando o pensamento do embaixador, manifestando a sua visão sobre os seqüestradores e sobre a situação em que se encontrava, não faltando espaço para exprimir o seu repúdio às medidas ditatoriais do governo brasileiro. Elbrick, com seu perfil humanista e democrata, situa-se no centro dos dois pólos dramáticos do filme: de um lado, os guerrilheiros, de outro, o regime militar. Ele representa a ponderação e a neutralidade diante dos acontecimentos históricos que o envolviam. Percebe-se, assim, que o filme é relativamente acrítico em relação aos Estados Unidos, oferecendo um perfil norte-americano de oposição à ditadura militar, que não correspondia ao contexto político internacional daquele período.[16]

---

[14] Fonte: dados da Ancine, disponível em: http://www.ancine.gov.br

[15] Com exceção do ator Paulo Betti, já bem antigo no meio televisivo, os outros atores de relevância no filme *Lamarca* não possuíam muita expressão à época. Também os filmes *Quase Dois Irmãos* e *Cabra-Cega*, utilizam muitos atores praticamente desconhecidos nos meios de comunicação de massa, naquela época.

[16] Sobre a participação do governo norte-americano na manutenção do regime militar no Brasil, ver: GORENDER, Jacob. A Violência do Opressor. In GORENDER, J. *Combate Nas Trevas.* A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, p. 226-234.

Um outro aspecto, que complementa e reforça o ponto acima explorado, é o fato de que boa parte do filme possui diálogos na língua inglesa. Além das falas em *off* de Elbrick, que não são poucas, há os diálogos na embaixada norte-americana e também várias conversas entre Elbrick e o guerrilheiro 'Paulo'. "Falar inglês" assume no filme um significado que vai além do uso do idioma. Ela representa um deslocamento da narrativa para a perspectiva norte-americana, já que nosso cinema estaria buscando espaço no mercado globalizado segundo os padrões desse país (Cf. BUCCI, 1997: 216). Contemplando este padrão, o filme segue o estilo hollywodiano, com direito à perseguição de carros, romance e sedução. Trate-se, portanto, de um bom *thriller* político.

Conclui-se que o filme *O Que É Isso, Companheiro?* foi produzido visando um mercado consumidor mais amplo do que o brasileiro. Esta é inclusive, uma tendência crescente a partir dos primeiros anos da Retomada e relaciona-se à inserção do país no mundo globalizado da década de 1990. Este fato parece explicar os perfis, quase sempre estereotipados, que foram construídos para os diversos personagens do filme. Explica ainda o tipo de representação deste episódio histórico e, portanto, que tipo de memória do regime militar buscou-se elaborar: uma memória crítica, mas dentro de certos limites, tendendo mais para a conciliação e neutralização do contexto de luta política, pois praticamente anula o significado das motivações coletivas e da ação política dos guerrilheiros (Cf. SANTOS, 2006).

Observa-se, desta forma, que esta visão um tanto "despolitizada" dos filmes históricos – no sentido de valorização das ações individuais sobre as coletivas, ou da neutralização do contexto de luta política – passa a caracterizar o cinema da Retomada.

Cabra-Cega e *Quase Dois Irmãos* fazem parte de um contexto mais atual que já apresenta traços distintivos em relação aos filmes da década de 1990. Esta distinção explica-se, em parte, pela criação da ANCINE, com a adoção de várias medidas no sentido de incentivar a atividade cinematográfica: estabeleceu reformas na Lei do Audiovisual, buscando aumentar o incentivo de empresas privadas, ampliou a destinação de verbas do orçamento da União e incentivou Estados e Municípios a implementarem leis de incentivo fiscal a investidores e patrocinadores locais. A principal conseqüência deste fato foi a de ter viabilizado a produção de filmes de pequenas produtoras e/ou de cineastas, não tão consolidados no meio cinematográfico.[17] Esse é o caso de Toni Venturi, diretor de *Cabra-Cega* e de Lúcia Murat, diretora de *Quase Dois Irmãos*.

[17] São os filmes denominados 'produção independente', com veio mais autoral.

Outro aspecto da conjuntura a se destacar é o fato de que esses dois filmes inserem-se em um momento de total multiplicidade – estética, temática etc. – no interior do cinema nacional. Não se pode falar em predomínio de um ou dois gêneros, nem mesmo na preponderância de uma linguagem cinematográfica sobre outra. O que se vê, cada vez mais, é a diversificação na forma de se tratar os diferentes temas – e o regime militar não constitui exceção. Indício dessa tendência é a multiplicidade de diretores que procuram trabalhar este tema através da ficção e não somente do filme histórico, como era mais comum na década anterior. Se no período mais próximo à ditadura era quase uma obrigação resgatar a memória de figuras históricas reais, procura-se nos dias atuais a abordagem de aspectos anteriormente negligenciados sobre o período da ditadura militar e mais especificamente dos militantes que lutaram contra este regime de governo. *Cabra-Cega* e *Quase Dois Irmãos* propõem uma revisão crítica sobre a vida dos guerrilheiros.

Percebe-se que a referida diversificação está intimamente relacionada às transformações culturais por que vem passando a nossa sociedade nos últimos tempos. Como observa Oricchio (2002: 25-34), este "cinema multifacetado" estaria refletindo o perfil da sociedade brasileira contemporânea, marcada por uma intensa fragmentação mental. Se, nos anos 60 do século XX, identificavam-se facilmente os responsáveis pelas mazelas sociais do país (as elites econômicas, o imperialismo e o regime militar, principalmente), nos dias de hoje não se sabe mais quem são os nossos "inimigos". Esta conjuntura proporciona um esvaziamento de projetos políticos, uma concepção de mundo individualista e até mesmo um pessimismo em relação ao país e à vida contemporânea, que se reflete no cinema.

Nem tudo, entretanto, deve ser visto sob uma ótica pessimista. Esta diversidade cinematográfica também é fruto de novas possibilidades de análise de situações, antes vistas sob apenas um prisma. "Memórias subterrâneas" têm, atualmente, a possibilidade de emergir e tornarem-se visíveis, através das telas do cinema.[18]

Percebe-se, assim, que os filmes *Cabra-Cega* e *Quase Dois Irmãos* refletem as transformações por que vem passando o cinema nacional nos últimos anos, o que não está desvinculado das mudanças percebidas na sociedade em geral e que foram aqui brevemente relatadas.

---

[18] Apenas para citar alguns exemplos desta produção recente sobre o regime militar: *Araguaya, a Conspiração do Silêncio* (Ronaldo Duque, 2005), *Zuzu Angel* (Sérgio Resende, 2006), *O Sol* (Tetê Moraes, 2006), *Caparaó,* (Flávio Frederico, 2006), *O Ano em Que Meus Pais Saíram de Férias* (Cao Hamburger, 2006), *Batismo de Sangue* (Helvécio Ratton, 2006).

Conclui-se, desta forma, que qualquer filme que aborde uma época histórica está, em primeiro lugar, oferecendo uma entre diversas possibilidades de interpretação do episódio referido. Ademais, é fundamental que uma análise historiográfica sobre o cinema leve em consideração que um filme geralmente "fala" muito mais sobre o seu presente do que sobre o passado que procura retratar. Como, aliás, qualquer objeto de análise histórica.

Bibliografia

ALMADA, Izaías. *História: ficção, realidade e hipocrisia*. **Revista Adusp**, n. 10, junho de 1997.

BUCCI, Eugênio. *O Deslocamento do Narrador em 'O Que É Isso, Companheiro*?'. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al*. **Versões e Ficções: o seqüestro da história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. [publicado em O Estado de São Paulo, em 11/06/1997]

CALDAS, Ricardo e MONTORO, Tânia. **A Evolução do Cinema Brasileiro no Século XX**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. **Entre práticas e representações**. (Trad. Maria Manuela Galhardo), Difel: Lisboa, 1990.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. (Trad. Flávia Nascimento). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1992.

NAGIB, Lúcia. **O Cinema da retomada: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90.** São Paulo: Editora 34, 2002.

ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo. Um balanço crítico da Retomada**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

POLLAK, Micheal. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social,* **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 5, n. 10, 1992.

SANTOS, Marcia de Souza. **Memórias da ditadura: as representações do regime militar através do cinema nacional**, 2006. 67p. (Monografia em História Cultural) Universidade de Brasília – UnB. Brasília.

XAVIER, Ismail. (Org.). **A Experiência do Cinema: antologia**. Rio de Janeiro: Edições Graal/Embrafilme, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A construção de alianças entre os portugueses e os índios missioneiros durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri

Elisa Frühauf Garcia*

Resumo: Durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri na região sul, o general Gomes Freire de Andrada, instruído por Sebastião José de Carvalho e Melo, desenvolveu uma política de atração da população missioneira para os domínios portugueses. Em alguns encontros com os índios durante o conflito conhecido como "guerra guaranítica" (1754-1756), assim como depois da sua entrada nos povos, Gomes Freire se valeu de todo um cerimonial característico da sociedade de Antigo Regime visando demonstrar aos missioneiros a maior "bondade" e "justiça" dos portugueses se comparados aos espanhóis. Pretende-se, a partir das fontes consultadas, perceber como o general colocou em prática a sua estratégia e quais foram as respostas da população indígena, considerando-se que uma parte desta seguiu os portugueses após a sua retirada das missões.
Palavras-chave: índios guaranis – Tratado de Madri – política pombalina

Abstract: During the attempts of shaping the Treaty of Madrid in the Brazilian South, general-in-arms Gomes Freire de Andrada, instructed by Sebastião José de Carvalho e Melo, developed a policy of attracting the population from the Jesuit missions to the Portuguese dominions. In some meetings with the Indians during the conflict known as the Guaraní War (1754-1756), so as after its conquest of the missions, Gomes Freire took as instrument a whole ceremonial code characteristic from Ancient Regime society soothing to demonstrate for the indigenous population from the missions the bigger "kindness" and "justice" of the Portuguese if compared to the Spaniards. Based on the referred sources, the intention is to analyse how the general played his strategy and what were the responses from the indigenous people.
Keywords: Guarani Indians – Treaty of Madrid – Pombal policy

Em janeiro de 1750, as coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri, através do qual pretendiam resolver as suas seculares contendas relativas aos limites entre as suas possessões ultramarinas. Para a região sul da América, ficou estabelecida a troca entre a Colônia de Sacramento, da parte de Portugal, pelo território dos Sete Povos das Missões, do lado espanhol. De acordo com os termos do tratado, os índios deveriam abandonar as suas reduções, podendo levar consigo seu bens móveis e semoventes, porém deixando para os lusitanos as suas terras e benfeitorias.

* Doutora em História Moderna, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para efetivar as demarcações, a coroa portuguesa designou como comissário geral o governador do Rio de Janeiro, general Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela. Para execução desta tarefa, Gomes Freire permaneceu durante sete anos na América meridional, de 1752 até 1759.

A execução do Tratado de Madri no sul na América ficou célebre pela oposição à demarcação por parte dos guaranis de algumas reduções, ocasionando uma série de confrontos entre as milícias indígenas e os exércitos ibéricos, conflitos estes que ficaram conhecidos na historiografia como "guerra guaranítica" (1754-1756). Em decorrência disto, a maior parte das análises sobre a execução do tratado ficou centrada na chamada "guerra guaranítica", deixando em segundo plano outros aspectos daquela conjuntura histórica, principalmente no que concerne aos relacionamentos construídos naquele contexto entre os missioneiros e os portugueses.

Nesse sentido, ainda permanece na historiografia uma visão muito esquemática da relação dos índios com os exércitos ibéricos, principalmente com os portugueses. Durante o século XVII, as reduções foram alvo de ataques constantes dos "bandeirantes", sendo que inclusive alguns povos tiveram de ser abandonados e transmigrados para regiões menos acessíveis aos paulistas[1]. Por conta destes ataques, os missioneiros receberam autorização para possuírem armas de fogo, com as quais poderiam se defender dos "mamelucos del Brasil", como eram conhecidos os paulistas. Assim, ao longo da experiência missioneira, a população reduzida desenvolveu um processo de formação da sua identidade em oposição aos portugueses (NEUMANN, 2000). Esta identidade, apesar de estar baseada na experiência histórica sumariamente descrita acima, também era constantemente recriada no cotidiano das missões através de várias maneiras, entre as quais representações teatrais (HAUBERT, 1990: 281).

Este passado de conflitos, por sua vez, justificou abordagens pouco criteriosas que, a partir desta oposição, consideravam improvável algum tipo de relacionamento, a não ser os estritamente bélicos, entre os missioneiros e os portugueses. No entanto, as coisas se passaram de maneira mais complexa, não apenas porque os índios não eram "prisioneiros" deste tipo de oposição esquemática, mas também porque os lusitanos desenvolveram uma política de atração da população missioneira, baseada na oferta de uma série de benefícios, tanto materiais quanto simbólicos.

Antes do início da demarcação do tratado, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, enviou uma carta para Gomes Freire na qual o instruía acerca do

[1] Sobre os ataques dos bandeirantes às missões veja-se: MONTEIRO, 1994: 57-98 e MÖRNER, 1968: 48-59.

modo pelo qual deveriam ser tratados os missioneiros, visando atraí-los para os domínios de Portugal. O intuito de tal incentivo era transformar os índios em súditos do Rei Fidelíssimo, garantindo assim vassalos para a ocupação do território em disputa. Segundo a missiva, Gomes Freire deveria observar atentamente como era a vida dos guaranis nas missões, a fim de oferecer-lhes melhores condições junto aos portugueses:

> *examinando as condições que lhes fazem [aos índios] os padres da Companhia espanhóis, e concedendo-lhes outras à mesma imitação, que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Espanha*[2].

Carvalho e Melo ainda expunha que deveriam ser extintas todas as diferenças entre os missioneiros e os portugueses, assim como incentivados os casamentos mistos entre as filhas daqueles e os lusitanos. Os filhos gerados nestes consórcios seriam tidos como naturais do Reino, aptos a ocupar qualquer cargo e a receber todas as honrarias, não sendo passíveis, portanto, de nenhuma restrição pela sua ascendência indígena. Também proibia a "ridicularização" dos missioneiros e dos seus descendentes através da utilização de termos pejorativos como: "bárbaros, tapuias, e a seus filhos mestiços e outras semelhantes antonomásias de ludíbrio e injúria"[3], como era costume acontecer.

Seguindo as diretrizes emanadas da corte, visando modificar a "má fama" dos lusitanos junto aos índios e, conseqüentemente, atraí-los para os domínios de Portugal, Gomes Freire desenvolveu uma política chamada genericamente de "bom tratamento". Por esta, não apenas o general, mas também todos os integrantes das tropas portuguesas, deveriam tratar os missioneiros da maneira mais "amiga" possível, de modo a mostrar como estes estavam enganados sobre aqueles. Assim, durante a campanha, Gomes Freire recebia pessoalmente os índios que se dirigiam ao acampamento português, no qual eram tratados com toda a cortesia[4].

Em fevereiro de 1756, os índios rebelados foram derrotados pelos exércitos ibéricos coligados na batalha de Caiboaté, após a qual as tropas entraram nos povos. Num primeiro momento, ambas ficaram estabelecidas em São Miguel. Posteriormente, os espanhóis acamparam na redução de São João e os portugueses na de Santo Ângelo. Gomes

---

[2] Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750. Lisboa, 21 de setembro de 1751. In: MENDONÇA, 1960: 188.

[3] Idem.

[4] Há várias referências sobre o "bom tratamento" dispensado aos índios por Gomes Freire, principalmente quando estes se dirigiam ao acampamento português. Veja-se, por exemplo: HENIS, 2002 [1754]: 34.

Freire aproveitou o período no qual o exército português permaneceu no território das missões para desempenhar a sua política de atração dos índios com maior profundidade, aproveitando-se da intensa convivência com estes.

No relato "História da transmigração dos Sete Povos Orientais", escrito em 1760, o jesuíta Juan de Escandón fornece informações detalhadas sobre as diferenças no comportamento dos dois exércitos quanto ao tratamento dispensado aos índios e sobre o período no qual os portugueses permaneceram em Santo Ângelo. Para o autor, as dessemelhanças começaram já no momento de divisão do butim de guerra, ou seja, na repartição entre os soldados dos bens das reduções. Enquanto os espanhóis agiram como de praxe, efetuando a divisão, Gomes Freire não permitiu que os lusitanos fizessem o mesmo. No momento da divisão, o general:

> *protestou de público, em nome de seu Rei, no de seu próprio e no de todos os soldados lusos, que expressamente renunciava em favor dos infelizes índios a todos os bens móveis que lhe poderiam caber dos despojos daquele Povo, dizendo que o exército luso por enquanto se dava por contente com a glória de haver vencido* (ESCANDÓN, 1983[1760]: 349).

Note-se que Gomes Freire não apenas não permitiu a divisão do butim entre os portugueses, mas fez questão de dizê-lo em alto e bom tom, transformando a sua atitude numa arma política. Ele aproveitou aquela situação para demonstrar aos índios a pretensa superioridade dos portugueses em relação aos espanhóis, através de uma representação cuidadosamente planejada[5]. A sua estratégia parece ter dado resultados. A notícia da diferença de tratamento concedida aos índios pelos lusitanos e castelhanos se espalhou pelos demais povos:

> *elas correram célebres como notícias pelos Povos, acompanhadas da compaixão, do carinho, agasalho e bons modos, com que os portugueses todos tratavam de maneira uniforme a todos os índios. Valia isso dos chefes, cabos e soldados, principalmente desde que, já aquartelados todos com o seu Gomes Freire em Santo Ângelo, os índios os viam não lhes fazendo nenhum vexame nem moléstia* (ESCANDÓN, 1983[1760]: 350).

Juntamente com estas notícias do "bom tratamento" dispensado aos índios pelos portugueses, a atitude dos espanhóis parece ter sido inversa, pois além de pilharem as suas partes, ainda ficavam com as que os lusitanos haviam aberto mão (ESCANDÓN, 1983

[5] Sobre a representação que os atores fazem de si durante as suas relações sociais veja-se: GOFFMAN, 1975.

[1760]: 351). Segundo Escandón, passaram então os missioneiros a comparar os portugueses "antigos" com os "atuais": "embora os portugueses antigos de fato tinham sido péssimos e mortais inimigos de sua nação de guaranis e tapes, agora contudo os modernos e atuais já não eram senão pessoas muito boas e amantes dos índios" (ESCANDÓN, 1983 [1760]: 351).

Os portugueses, seguindo as diretrizes de Sebastião José de Carvalho e Melo, ofertavam presentes aos índios, os soldados se ofereciam para casar com as mulheres, tratavam os missioneiros sem soberba, mas sim "de igual para igual" e pagavam os produtos que necessitavam. No entanto, segundo Escandón, o elemento mais importante nesta política era o fato dos lusitanos não obrigarem os índios a passarem para o outro lado do rio Uruguai. Gomes Freire, por sua vez, também sempre tentava se mostrar magnânimo, perdoando os missioneiros, principalmente quando os espanhóis pretendiam castigá-los (FARIA, 1999 [1750-1761]: 501).

Neste período, ocorreu o aniversário do rei de Portugal, Dom José I, ocasião celebrada com as devidas festividades, das quais participaram os oficiais portugueses e espanhóis. Para animar a festa, foram chamados índios músicos, os quais:

> *mandou o nosso general tratar com muita grandeza. Lhes deu mesa pública e vários mimos, com que se retiraram muito contentes, dizendo que não pode haver no mundo gente de tanto agrado, bom coração e liberdade como os portugueses.* ***E que agora era que nos conheciam bem, porque sempre andaram enganados. E que, à vista de nós, nada valem os castelhanos, porque são muito pobres e maus, e nós muito ricos e bons*** (FARIA, 1999 [1750-1761]: 509, grifos meus).

O aniversário do Rei Fidelíssimo era uma ótima oportunidade para demonstrar, com toda a pompa e circunstância que o momento requeria, a grandeza e a benignidade do rei português. Segundo Rodrigo Bentes Monteiro: "as festas na América portuguesa afirmavam-se como um reforço do poder monárquico bragantino", o que conforme o autor significava: "a maior conscientização da realeza portuguesa, no referente à sua função colonizadora no ultramar americano" (MONTEIRO, 2001: 146)[6]. Ou seja, no contexto da monarquia portuguesa, foi justamente neste período que as festas, principalmente as vinculadas diretamente à figura do rei, passaram a ser pensadas de forma consciente como um importante instrumento da colonização, durante as quais era demonstrada e recriada a fidelidade à monarquia portuguesa[7].

[6] Para uma análise das festas no período do governo de Gomes Freire de Andrada veja-se: MONTEIRO, 1993.
[7] Segundo Abner Cohen: "As cerimônias de autoridade não só refletem essa autoridade como servem para criá-la e recriá-la permanentemente" (COHEN, 1978: 11).

A festa adquiria neste contexto um sentido de impressionar estes índios, para que eles não apenas se mostrassem interessados pela coroa portuguesa, mas passassem a desejar as ofertas de mudança de vassalagem. Dessa forma, a partir da "pompa e circunstância" demonstrada no cerimonial, o rei de Portugal competia em grandeza com o monarca espanhol, competição que deveria reverter na atração de novos vassalos. Caso os índios aceitassem as ofertas, assim queria indicar o cerimonial, passariam a ser, também eles, vassalos de um monarca "tão generoso", sendo partícipes nestas comemorações. Esta possibilidade era ainda mais sedutora na medida em que os portugueses lhes estavam prometendo os casamentos mistos, nos quais os filhos gerados seriam tidos por iguais aos naturais do Reino.

Conforme as respostas dadas pelos índios ao tratamento dos lusitanos, nas suas comparações entre os portugueses antigos e atuais e entre estes e os espanhóis, pode-se perceber como os guaranis estavam participando ativamente das propostas de Gomes Freire. Assim, a questão não é se eles pensavam ou não desta maneira, mas sim que dialogaram com as propostas do general. Afinal, estas eram sedutoras, vinham ao encontro de muitos dos seus anseios, principalmente o de não efetuar a transmigração para o outro lado do rio Uruguai. Neste sentido, responderam justamente o que o general queria ouvir, participando da sua representação e mostrando-se bastante hábeis na construção de uma aliança que lhes garantiu vantagens.

Através das declarações dos índios percebe-se como, naquele contexto no mais das vezes desfavorável, uma parte dos missioneiros repensou a sua trajetória histórica de contato com os portugueses e espanhóis, reformulando as concepções que orientavam a sua aliança tradicional com os segundos e inimizade com os primeiros. Assim, a iminência da perda dos seus povos e o acampamento dos exércitos ibéricos nestes, foi percebido não apenas como um momento difícil e de perda, mas também reformulado no sentido de ganhos futuros, através da utilização das propostas lusitanas[8].

A partir do diálogo desenvolvido ao longo das tentativas de demarcação do Tratado de Madri, uma parte dos missioneiros selou uma aliança com os portugueses, que resultou na mudança de cerca de três mil índios para os domínios do Rei Fidelíssimo. Como novos vassalos de Portugal, se posicionaram como pessoas que tinham escolhido a mudança de soberania e souberam cobrar dos portugueses as promessas feitas naquela ocasião.

[8] Joanne Rappaport, ao estudar a consciência história dos Páez da Colômbia, demonstra como para aquele grupo a história era constantemente reformulada a partir de questões colocadas pelo presente, quando os índios utilizavam o passado para repensar as suas condições atuais e planejar o futuro (RAPPAPORT, 1990: 1-25).

Referências bibliográficas:

COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

ESCANDÓN, Juan de. **História da transmigração dos Sete Povos Orientais**. São Leopoldo/RS: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1983 [1760].

FARIA, José Custódio de Sá e. *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)*. In: GOLIN, Tao. **A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo/RS, EDIUPF; Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

HAUBERT, Maxime. **Índios e jesuítas no tempo das Missões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HENIS, Pe. Tadeo. **Diario histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranís, situados en la costa oriental del río Uruguay, del año de 1754**. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "Entre festas e motins: afirmação do poder régio bragantino na América portuguesa". In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris. **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 2001.

_____. **O teatro da colonização: a cidade do Rio de Janeiro no tempo do Conde de Bobadella (1733-1763)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MÖRNER, Magnus. **Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata: la era de los Habsburgos**. Buenos Aires: Paidos, 1968.

NEUMANN, Eduardo. *Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757*, **Revista Complutense de História de América**. Madri, 2000. n.26.

RAPPAPORT, Joanne. *Introduction: Interpreting the Past*. In: _____. **The Politics of Memory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Getúlio Vargas biografado

Marcelo Hornos Steffens*

Resumo: Várias biografias foram escritas sobre Getúlio Vargas. Da década de 1930 até o ano de 2006 elas têm sido publicadas, retratando de formas distintas um dos personagens políticos mais importantes da história republicana brasileira. Esse trabalho pretende analisar as transformações ou permanências nas formas do escrito biográfico, tanto em suas características como gênero de escrita, quanto no uso que historiadores dele fizeram, e vêm fazendo, particularmente em relação às biografias escritas sobre Vargas.
Palavras-chave: Getúlio Vargas – Biografia – Escrita de si

Abstract: Several biographies of Getúlio Vargas have been written; from the 30's to 2006 they have been published, portraying one of the most important political characters of the Brazilian republican history in distinct ways. This paper aims to analyze the changing and recurring patterns of this genre, studying not only its features as a specific written style but also concentrating on how historians have been using such characteristics in relation to Vargas' written biographies.
Key words: Getúlio Vargas- Biography- Self writing

Introdução

O presente trabalho pretende discutir uma biografia, dentre as várias produzidas sobre Getúlio Vargas, e publicada no ano de 1955.

Buscamos, através da análise dessa biografia, identificar as imagens que se intentaram construir de Vargas e sobre o período em que governou o Brasil. Buscamos analisar, também, a concepção do biográfo a respeito desse gênero de escrita.

* Professor do Centro Universitário Newton Paiva/MG. Mestre em História pela PUC-RS. Doutorando em História na UFMG.

Além disso, as biografias contêm discussões importantes sobre o contexto, sobre valores morais e políticos do período no qual foram escritas e que talvez não tenham sido levadas suficientemente em conta pela historiografia que analisou a era Vargas.

As biografias

A origem da biografia, no Ocidente, remonta à própria emergência da modernidade. Segundo Ângela de Castro Gomes, "há um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua prática, grosso modo, do século XVIII, quando indivíduos "comuns" passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si".(GOMES, 2004: 10-11)

Como afirma Ribeiro, "o desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, o de construir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória".(RIBEIRO, 1998) A esse anseio atendem a guarda de objetos, o registro de atos cotidianos em diários, da vida por si mesmo em autobiografias ou através de outros, através da biografia.

Ângela de Castro Gomes, em trabalho recente, percebe a ausência de estudos sobre a chamada escrita de si.

> *Cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia. A despeito disso, não são ainda muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escrito na área de história do Brasil. As iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de história da educação.(GOMES, 2004: 8)*

Do ponto de vista metodológico, o historiador deve assumir o risco das análises sobre o gênero, tomando os cuidados necessários, principalmente aqueles que distinguem a leitura do historiador da de um produtor mais "descuidado" de biografias. Como bem distingue Benito Schmidt:

> *Já no campo da história, apesar da aproximação com a literatura também ser marcante, a margem para a invenção é menos dilatada. Afinal os historiadores, por dever de ofício, têm um compromisso muito mais cabal com sujeitos históricos concretos, que existiram na realidade e que chegam até o presente através de documentos. Ou seja, os trabalhos produzidos nesta área, para além de suas qualidades estilísticas, devem prestar contas ao 'tribunal de apelação da história': o passado e seus vestígios.* (SCHMIDT, 1997: 9)

Biografia detratora

Iremos analisar, a obra do psiquiatra Cláudio de Araújo Lima[1], *Mito e realidade de Vargas,* publicada no ano de 1955, pela Editora Civilização Brasileira. Essa obra chama a atenção, inicialmente, por ter sido publicada no ano seguinte à morte de Getúlio Vargas, pelo seu tom acusatório, e por ter sido publicada por uma editora respeitável, o que surpreende dada a veemência das críticas dirigidas contra Vargas.

Cláudio de Araújo Lima iniciou o livro com alguns alertas em relação à sua posição de biógrafo que, no seu caso, confundiu-se com a do psiquiatra e a de alguém que tenta dar um depoimento, afirmando:

> *[...] busca-se neste ensaio, mais do que fazer obra de pura interpretação psicológica, dizer a verdade sobre um homem que marcou, com o selo de sua discutida personalidade, todo o último quarto de século da história brasileira. Não a verdade abstrata e rígida, que pertence à especulação metafísica. Mas aquela outra, de índole propriamente pirandeliana, que é concreta, prática, numa palavra – existencial. E por isso mesmo exprime, antes de mais nada, uma opinião pessoal do autor, que vê a dita verdade como esta lhe parece a ele.* (LIMA, 1955: 11)

O interesse pelo tema surgiu, para o autor, como uma forma de compreender o movimento de 1930 que, segundo ele, causara a sensação de um "espetáculo de uma tão brusca reviravolta na hierarquia dos valores". Decidiu então estudá-lo não do ângulo exclusivo de formação profissional, mas no sentido de uma "avaliação histórica do processo que fixara o seu eixo aparentemente na pessoa de quem, a 24 de outubro de 1930, passou a simbolizar o poder civil na chamada República Nova". (LIMA, 1955: 12)

Para o autor, Vargas surgiu num momento em "que se hispostasiavam os princípios de um movimento que, em suas origens, pugnava por um programa de renovação política". A sua geração ansiava por uma transformação "que permitisse criar-se um campo de aplicação para a nova filosofia do progresso, à base de uma política nacionalista, capaz de realizar todas as potencialidades da nação em marcha".(LIMA, 1955: 14)

No entanto, Vargas não foi capaz, segundo Lima, de levar adiante o que a necessidade histórica lhe colocou. Ele, com o tempo, ultrapassou a sua "condição de simples efeito. E tornou-se a causa da mentalidade que se foi modelando no Brasil, à custa de um trabalho insidioso de replasmar a alma brasileira, até dar-lhe a forma aberrante em que hoje, desgraçadamente, ela se encontra".(LIMA, 1955: 14-15)

---

[1] O autor já publicara uma outra biografia: *Plácido de Castro: Um caudilho contra o Imperialismo* (Biografia). 2ª edição. Companhia Editora Nacional, 1952.

Então, para conhecer Vargas, o autor começou a interrogar seu temperamento. Ele, segundo Lima, não pertenceria ao grupo dos que têm em suas ações um contato íntimo com a realidade, "aos síntonos", mas pertenceria ao grupo

> *[...] dos que têm a sensibilidade principalmente voltada para dentro de si mesmos, donos de uma alma sempre enclausurada em egoística torre de marfim. [...] Em vez de vibrarem, de um modo ou de outro, ao contato das vivencias ambientes, permanecem à margem da realidade, subjetivamente distantes de todos os acontecimentos que não atinjam os interesses da sua vida pessoal, num absenteísmo que justifica a designação de "autistas", que a linguagem técnica lhes dá.* (LIMA, 1955: 15-16)

Para Lima, essa é uma das características essenciais da personalidade de Vargas, esse desligamento das coisas que aconteciam à sua volta. Para o autor, não havia situações de alegria ou tristeza que o tirassem da neutralidade. Tipos assim "são frios, anestesiados, marcados por um embotamento afetivo, que vai da simples aparência de calma, matizada por um leve ar de ternura ou de ironia, até os extremos de uma frieza que pode chegar à glacialidade cínica de certos psicopatas delinqüentes". (LIMA, 1955: 16)

Seu comportamento seria glacial. "Indiferente a tudo que não lhe fira diretamente o eu, ou supersensível e irritável diante de certos estímulos específicos, únicos capazes de atravessar a carapaça de sua alma aparentemente enigmática". Para o autor, a frieza de Vargas teria sido comprovada por inúmeros acontecimentos. Por exemplo, ele não teria sido capaz de perdoar o médico-cirurgião que salvara a perna de sua esposa, que como reconhecimento foi desterrado. Não expressou qualquer emoção na morte de seu pai ou na perda de aliados e secretários.

> *Nenhuma das tais ocorrências – que ele dirá 'naturais' – terá o poder de comprometer os pendores gastronômicos ou a volúpia com que fuma os caríssimos charutos que lhe presenteiam. Esses fenômenos da 'fatalidade biológica' não logram perturbar o saboreador matinal de chimarrão. Nem o degustador de anedotas que se refiram a golpes de maquiavelismo ou a vitórias sinuosas. Sobretudo se a última, que lhe for levada por um dos principais bufões da corte palaciana, tiver como centro a sua própria pessoa, em atitude de passar alguma rasteira em militares intransigentes ou em qualquer político ladino.* (LIMA, 1955: 31-32)

Segundo o autor, Vargas ao mostrar-se forte diante de situações de perda tão terríveis, para qualquer ser humano normal, tinha traçados objetivos bem definidos: "A mostrá-lo nos flagrantes de magnanimidade ou cordura, de confraternização ou simplicidade populista com que se começa então a preparar a criação do mito em que, por aquele tempo, a propaganda governamental já decidira transformá-lo". (LIMA, 1955: 33)

As ofensas, insultos ou calúnias dos adversários, de acordo com o autor, somente em condições muito particulares é que produziriam alguma reação de Vargas, quando o ofensor fizesse "qualquer insinuação, por velada que seja, à transitoriedade do seu poder. [...] Na perpetração do pecado capital de negar-lhe a eternidade no Poder, aí sim, pecador algum seria poupado". (LIMA, 1955: 33-34)

Vargas sorri sempre. Nos momentos mais dramáticos da vida brasileira, na paz ou na guerra, "ele continua a cumprir, calmo e sorridente, todos os prazeres da vida vegetativa". Dorme "maravilhosamente, de ponta a ponta da noite, em cujo negror se confunde a vigilância canina de Gregório, que enquanto o amo ressona, engendra negociatas e coleciona punhais de prata". Além disso, como afirma Lima:

> *Come, com hierático apetite, as iguarias que lhe são servidas quase sempre a sós, como vai melhor ao paladar de um solitário. E que ele saboreia com a serenidade de quem ignorasse que os ávidos tubarões da carne vão espoliando, dia por dia, o sangue dos trabalhadores. [...] Bebe ainda melhor, embalado pelos ditirambos que o transmissor de rádio lhe reproduz aos ouvidos durante a 'Hora do Brasil'. Ainda que a seca destroce, um pouco em cada ano, as populações do Nordeste. Ou que ali bem perto dele, em plena capital da República, o povo tenha a garganta resseca e morra de tifo, porque o seu risonho governo permitiu que uma firma palaciana roubasse os milhões com que deveria dar água ao Rio de Janeiro.* (LIMA, 1955: 39-40)

Segundo Lima, para Vargas, nada disso importava, nem o fato de sua polícia, "totalitária e cruel," se divertir "arrancando a alicate as unhas de um inocente" ou que membros dessa Polícia Especial estuprassem "em frente ao convento dos filhos de São Francisco [...] uma velha indefesa, diante do próprio marido imobilizado, a quem queriam arrancar a delação de companheiros [...]". E, ao fim da jornada, "se tivesse o hábito do 'diário íntimo', seria bem capaz de nele escrever apenas a palavra 'Nada'". (LIMA, 1955: 40-41)

Vargas, de acordo com o autor, foi incapaz de criar uma ideologia em razão do seu tipo de inteligência. Seu maior objetivo, no entanto, não seria esse, seria apenas manter-se no poder. O seu oportunismo explicaria a ausência de ideologia. Nem mesmo maquiavélico ele

seria, uma vez que essa característica dependeria de "uma inteligência criadora", o que Vargas não tinha.

> *Todo o suposto e lendário maquiavelismo de Vargas se reduz, na verdade, a uma técnica – simplista e primária – de escolher entre um certo número de soluções que lhe apresentem em determinado momento. E para essa escolha, ele só exige que as soluções já se ofereçam acabadas, prontas, digeridas, em condições de dispensar qualquer trabalho de imaginação.* (LIMA, 1955: 64)

A oratória de Vargas também mereceu observações do autor. Ela teria sido a "antítese da técnica oratória de Mussolini [...] Ao invés da facúndia do ditador italiano, o plebeísmo vocabular". À teatralidade quase caricatural do Duce, a "escassez da gesticulação, a pobreza mímica, enfim, a máscara impassível, que lhe completava a figura inexpressiva". Além disso, "faltava a Vargas o arrebatamento endemoniado da oratória de Hitler". Se Vargas não utilizou as técnicas de falar de seus inspiradores políticos, muito menos o fez com os "expoentes democráticos da época", Roosevelt e Churchill. (LIMA, 1955: 47-49)

Para o autor, Vargas tinha inúmeras frustrações. Desde sua baixa estatura, até frustrações amorosas. De acordo com Lima, Vargas, em momento algum, teria dado mostras de virilidade, tão comum e tão influenciada pela função política. "Os motivos psíquicos que impulsionam o brasileiro à busca de uma função política ou cargo de mando [é a] de satisfação dos apetites genésicos – mais até que os propriamente pecuniários – que o impele à conquista das posições". (LIMA, 1955: 95)

> *Pois Vargas, desse ponto de vista erótico, é a negação do brasileiro típico. Dele nada se sabe, com segurança, capaz de integrá-lo na atitude brasileira do sultanismo dos poderosos. Com provas, diretas ou indiretas mas indiscutíveis, não se apontam em sua vida madura situações eróticas dignas de crédito. As poucas aventuras amorosas que lhe atribuem são vagas, imprecisas, duvidosas. Provavelmente até inventadas pelo orgulho nacional, preocupado em não permitir que justamente o ídolo, o símbolo da Pátria, fugisse à regra da hipervirilidade, tão grata ao patriotismo erótico.* (LIMA, 1955: 97)

Segundo o autor, para Vargas, 1930 teria representado a vitória sobre um homem que era sua antítese, Washington Luiz: "de porte aristocrático. De maneiras elegantes. Indumentária requintada. Máscara cinematográfica. E – sobretudo – um homem de elevada estatura". (LIMA, 1955: 73)

Depois, em 1937, quando Vargas deveria ser substituído, reage, quando seu maior medo se aproxima, o drama de ter de abandonar o poder. Se depararia, então, com alguém que reuniria características que viriam a fustigar o maior de seus complexos: suas pernas curtas.

> *Armando Sales de Oliveira é como um insulto às suas pernas curtas e simboliza todo um contraste para a alma de quem, como ele, não logrou superar suas frustrações mais fundamentais. Que drama ver a postura aristocrática do gentilhomem paulista, a afrontar o seu jeitão prosaico de estancieiro fronteiriço [...] A cidade contrapondo-se ao campo. O 'gentleman' a desafiar o peão. Litoral versus fronteira. Whisky-and-soda e chimarrão.* (LIMA, 1955: 75-76)

Vargas, segundo o autor, direcionou "uma sistemática hostilidade, ora aberta ora embuçada, contra os homens que houvessem recebido da natureza, do sangue ou da educação, aqueles dons que eram a antítese da tragédia que carregava de sua inferioridade física". Por outro lado, a lista dos

> *[...] que mais favoreceu com a sua simpatia e tolerância, muitas vezes a ponto de lhes permitir todos os direitos no uso e abuso do círculo segundo do Poder, quanta ternura pela fealdade do Sr. Apolônio Sales. Pelo ridículo do Sr. Barreto Pinto. Pelo ar simiesco de Gregório Fortunato. Por tudo, enfim, que possa equivaler ao grotesco de seu próprio físico.* (LIMA, 1955: 85)

Começou, também, a propaganda para a construção do mito. "Então a Propaganda já o aponta, não mais como o 'chuchu' insípido e inexpressivo dos primeiros tempos de revolução. Agora é dono de uma inteligência maquiavélica [...] vão semeando a lenda do corpo fechado, de rei da rasteira, que ninguém 'passa para trás'". Também, "pai dos pobres", que ele sacrifica dia-a-dia, "anjo tutelar das crianças, que devem formar nas paradas do 'dia da raça', se a avitaminose ainda lhes permitir" ficarem de pé. (LIMA, 1955: 110-111)

Assim como Mussolini, que era dramaturgo, e Hitler, pintor, a propaganda varguista construiu então seu lado intelectual. Seus discursos foram publicados por um conceituado editor e, mais tarde Vargas tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). Encomendam-se biografias, escritas por autores estrangeiros, "por qualquer aventureiro de nome arrevesado, que a imprensa dirigida promoverá urgentemente, de último a primeiro escritor da sua pátria de origem". (LIMA, 1955: 115)

Retornou ao Catete com quase setenta anos de vida, contudo, segundo Lima, não aprendeu com a idade. "Vargas foi condenado pelo próprio triunfo a mais trágica solidão". (LIMA, 1955: 123) De acordo com o autor, era sobre um mar de lama que se balançava o seu

barco. Quando percebeu a situação, estremeceu. Não encontrou ninguém próximo. "Sem um amigo que lhe faça companhia. Sem uma mulher que lhe afague a cabeça encanecida. Sem um deus que o ampare no instante supremo. E se abate sobre o mar de lama. Sob o céu vazio". (LIMA, 1955: 129-130)

Considerações finais

Vários aspectos apresentados nessa biografia chamaram a atenção. A total despreocupação em relação à indicação das fontes – se escritas ou orais, não se sabe - de onde foram retiradas as várias informações que geraram suas reflexões sobre o governo e a pessoa de Vargas.

Houve muitas coincidências das reflexões do autor com a percepção geral da oposição, estampada por grandes jornais. De acordo com Jorge Ferreira, houve uma clara tentativa de identificar Vargas a Hitler e a Mussolini, particularmente, a semelhança de estratégias quanto à propaganda política e sua interferência no pleno desenvolvimento da democracia.

> *Em 1945, as correntes liberais e antigetulistas demonstraram incapacidade para assimilar manifestações populares a favor de Vargas. Assim, entre a influência do nazismo e a atuação de idéias perniciosas, entre a mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, a oposição liberal esforçava-se para dar conta dos conflitos que surgiam. Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Getúlio, desse modo, era a saída legítima para o problema.* (FERREIRA, 2001: 112-113)

Em relação à propaganda política do governo nesse período, Ferreira identifica que houve uma aproximação entre aa avaliações dos jornalistas e historiadores. Na tentativa de explicar a relação entre o Estado e os trabalhadores, estes atribuiram à propaganda política responsabilidade pela dominação, inculcando nos trabalhadores uma ideologia de submissão a Getúlio e ao Estado, impedindo-lhes de organizarem-se livremente. Isso tudo seria agravado, pela crença no baixo grau de desenvolvimento de uma "cultura política popular brasileira". (FERREIRA, 2001: 113)

Ferreira também identifica outras características atribuídas a Getúlio, acusado de "criminoso, materialista, imoral, desonesto, conivente com ladrões e comparado a uma grande peste". O autor da biografia analisada, Cláudio de Araújo Lima, usou, ao longo de sua obra,

inúmeras vezes, a imagem de corrupção, crise moral, roubo e dilapidação do patrimônio público durante o governo Vargas, argumentação curiosamente coincidente com a da oposição lacerdista.

Ao que parece, nesta análise inicial de biografias escritas por detratores de Vargas, o objetivo primeiro, antes de qualquer estudo assentado sobre elementos mais consistentes, foi o de construir uma imagem negativa e que tirasse o maior peso político do varguismo, e de seus representantes e herdeiros, para as futuras gerações de eleitores, o que parece não ter sido conseguido.

Fontes de Pesquisa

LIMA, Cláudio de Araújo. *Mito e Realidade de Vargas*. RJ: SP: BA: Civilização Brasileira, 1955. [1ª ed.].

Referências Bibliograficas

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história:* debate e crítica. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história.* RJ: Ed. FGV, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... In: *Estudos Históricos.* RJ, n 21, 1998/1.

SCHMIDT, Benito. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: *Estudos Históricos,* RJ, n° 19, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Árabes no sertão do Brasil: o caso de Dourados no Sul de Mato Grosso (1910-1980)

Roney Salina de Souza*

Resumo: Imigrantes árabes sírio-libaneses estabeleceram uma rede de relações econômicas e identitárias na cidade de Dourados, no antigo Sul de Mato Grosso, atravéz de uma movimentação comercial deslocaram elementos de sua cultura a fim de sobreviverem num mundo de fronteira. Iniciavam com o trabalho móvel de mascates, depois fixam residências e casas comerciais já no início dos anos 1920. Com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943, a cidade acelerou seu processo de urbanização, aumentando a população e tornando-se um espaço promissor de maiores relações comerciais atraindo mais ainda imigrantes sírios e libaneses, os quais ajudaram a compor as diferentes identidades locais.
Palavras-chave: Sírios – Libaneses – Sul de Mato Grosso.

Abstract: Syrian Lebanon Arabian immigrant settled economic and identity relation ship in the city of Dourados, the ancient South of Mato Grosso, through businesslike moving they dislocated some elements of their culture in order to survive in frontier world. They started as peddlers and the beginning of 1920 they have houses and shops. With the introduction of Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, in 1943, the city sped up its urbanization process, increasing its population and become a promising space of bigger bussines relationship, attracting more and more Syrian immigrants and Lebanon people who help us to compose the different local identities.
Keywords: Syrian – Lebanon people – South Mato Grosso.

Há situações que levam a rompimentos de atitudes, caso de grupos imigrantes que se vêm impelidos a mudarem suas atitudes frente a novas situações, incorporando o outro em si, mas não deixando de lado muitos de seus aspectos originais, gerando uma cultura hibrida: misto da vida nas relações de fronteira onde os deslocamentos são constantes.

* Mestrando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

No dizer de Canclini a hibridação trata-se de "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam deforma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas", todavia, adverte que é preciso "esclarecer que as estruturas chamadas discretas foram resultado de hibridações, razão pela qual não podem ser consideradas fontes puras" (CANCLINI, 1998: 19). Esta é a realidade do processo histórico dos sírio-libaneses em Dourados aprendendo a comerciar, o idioma português, da comida oriental, *tabule*[1], à mandioca com arroz e feijão.

Os fatores que fizeram sírios e libaneses cruzarem o Atlântico no século XIX, estão ligados ao imperialismo europeu do capitalismo espalhando-se pelo mundo, com uma produção cada vez mais rápida, desenvolvendo novas tecnologias, com forte espírito de lucro e colonizando áreas de influência partilhadas entre as principais potências (HOBSBAWM, 1981: 62); estas transformações econômicas vão atingir as comunidades aldeãs do Oriente Médio como melhoria nos meios de transporte, reduzindo a produção artesanal. A urbanização deslocou a produção agrícola para fins comerciais diminuindo as de subsistência e os jovens percebiam que nesse universo não haveria sucesso (TRUZZI, 2000: 316).

No campo político o Oriente Médio se tornou uma zona de influência dos interesses ingleses e franceses. Em 1916, no calor da Primeira Guerra, ocorrem os Acordos de Sykes-Picot, no qual, dividiram a região da "*Grande Síria*", que englobava Palestina, Síria e Líbano, ficando sob o mandato da França (MASSOULIÉ, 1994: 20). Os muitos Estados Nacionais que atualmente compõem o mapa do Oriente Médio, como Síria e Líbano, não existiam e seus habitantes estavam submetidos ao Império Otomano dos turcos que após 1918, fragmenta-se. O período principal de imigração sírio-libanesa para o Brasil, segundo Truzzi, se dá de 1908 à 1939; neste período teriam entrado 47.361 pessoas desta nacionalidade (TRUZZI, 1997: 30).

No início do século XX antes de 1914, os sírio-libaneses já dominavam o comércio de tecidos atacadista e industrial[2], em São Paulo, concentrados na rua 25 de Março, (TRUZZI, 2001: 8). Esses pioneiros que obtiveram este sucesso são uma primeira geração de imigrantes cujas estratégias podem ser descritas assim: "À medida que o tempo passou [...] imigrantes chegados mais tarde tiveram que se estabelecer em regiões mais distantes do centro de São Paulo, ou em outras cidades e estados (TRUZZI, 2001: 8).

Os imigrantes novos, segunda geração, vem à "outras cidades" como no antigo Sul de Mato Grosso – SMT: Corumbá, Campo Grande e Dourados. Ainda nos primeiros anos de

[1] Vegetais com trigo para quibe hidratado.
[2] Setor de confecções e têxteis.

1900, a cidade de Corumbá abrigava muitas casas comerciais, de donos de origens diversas, dentro os quais, sírio-libaneses, cujos produtos eram redistribuídos para o interior da província mato-grossense como Aquidauana, Miranda, Dourados, etc. (SOUZA, [s.d.]: 85). À medida que o tempo avança os sírio-libaneses foram se instalando em Campo Grande, a qual, em 1914, passa a ligar-se com o oeste paulista via Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, recebendo um contingente populacional maior e possibilitando que mais pessoas adentrassem o interior sertanejo povoado do SMT. (OLIVEIRA, 2001: 40).

Neste interior estava a cidade de Dourados, região povoada inicialmente por índios que em fins do século XIX recebe os migrantes paulistas, paranaenses, mineiros e gaúchos. Aos poucos se formou um núcleo, feito município em 1935, sob certas nuances urbanas que separava-se da vida campeira. Dourados, aos poucos, acabava servindo de "ponto de encontro onde, de tempos e tempos, as pessoas se reúnem em função do comércio – que começa a aparecer – ou em função das festas religiosas. Isto faz com que o povoado se acostume com visitantes e *forasteiros* que aí chegam [...]", (MOREIRA**,** 1990: 11). Neste período já há referência de árabes como "Moisés Ralili Salomão, que chegou a Dourados em 1914 [...]. Na década de 1910, chega [...] José Martins, sírio, comerciava mel e prestava serviços de transporte de passageiros em seu pequeno carro Ford [...]", e ainda Elias Milan, que chegou a Dourados em 1922" (SOUZA, 2007: 9).

Nos anos que se seguiram, Getúlio Vargas no Estado Novo, 1930-1945, numa tentativa de aumentar o contingente populacional das fronteiras via criação de colônias agrícolas, deu início ao projeto *Marcha para Oeste*, trazendo migrantes em direção ao Mato Grosso, Goiás, Paraná e Amazonas. Em Dourados foi criada Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, atraíndo muitos migrantes nordestinos (LENHARO, 1986: 15). Aumentando a população, ocorre um aumento da demanda de serviços urbanos e procura de gêneros do comércio desde alimentos a roupas, calçados, tecidos, etc., isto faz com que se avolumem os imigrantes de orígem árabe em Dourados (SOUZA, 2003).

No calor do cotidiano os elementos de suas vidas iam se movimentando para o mundo do presente – Dourados – ou para o mundo do passado – Síria, Líbano. Aponta Bhabha que o "trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o 'novo' que não seja parte do contínuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural", essa "arte", esse recriação "renova o passado, refigurando-o como um 'entre-lugar' contingente [indeterminado, incerto], que inova e interrompe a atuação do

presente", isso nunca de forma homogênea e horizontal, mas num movimento cujo desenho são linhas que vêm e vão em ondas, para frente e para trás. Quando os sírio-libaneses de Dourados mudam suas estratégias para sobreviver e atingir sucesso e aceitação na sociedade nativa. Incorporando novas atuações é que o "'passado-presente' torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver", ou seja, eles não abandonam o passado à própria sorte, mas pela necessidade da vida reconfiguram o presente (BHABHA, 1998: 27).

Dentre os elementos de negociação em Dourados há muitos, mas destaco a língua e o esporte futebol. A língua árabe era falada pelos imigrantes, pessoas com poucos anos de estudo, vide, por exemplo, Ismail "tinha 27 anos, eu estudei primeira ano só três meses, depois noutros anos só três meses, porque precisava trabalhar" (Depoimento de Ismail Mohamad El Chamaa). Isso fez com que o mesmo se alfabetizasse em árabe posteriormente no Brasil. Percebe-se o passado voltando.

A família de um certo imigrante sírio, Hayel Bon Faker, referem-se à vinda dele para o Brasil após ouvir de outros provavelmente retornados "a descrição do Brasil, feita por amigos, *patrícios* como se diz no bom *árabes* (mistura do árabe com português) (*O Progresso*, 1995: 4-5; grifos no original).

Goulart faz menção à atividade do mascate, e a prática dos *árabes*, à sua "plasticidade", pois "a rapidez com que aprendiam a relativa perfeição com que acabavam falando o idioma português [...] levavam aos confins do país [...] o comércio" (Goulart, 1967: 169-170). Este ponto é confirmado por Ismail "com seis, sete mês, já falava algumas coisa".

O futebol foi outro espaço de articulação entre etnias o libanês Afif "a gente jogava futebol, amador, não é profissional, a gente tem muita amizade, o futebol cê faz amizade rapidão, lá no Líbano não jogava futebol, aprendi aqui no Brasil" (Dep. de Afif Hani Abu Harbi). Essa "amizade" é a fragmentação das relações, nós e o outros que levam a uma interação de pessoas.

Hayel Bon Faker fundou junto com um mineiro estabelecido em Dourados, Rafael Bianchi, o Ubiratan Esporte Clube em 1947, dito *Leão da Fronteira*, os jogadores eram douradenses, e paraguaios e os próprios filhos de Hayel; na época surgiu também o Estrela, por volta das décadas de 1940 e 1950 da família Milan, libaneses (Dep. de Anis Faker).

Neste período, anos 1950, 1960, 1970, eram comuns as disputas esportivas entre algumas famílias, o time Ubiratan era organizado por Hayel Bon Faker, que disputava com um outro time, o Operário, comandado por *dom* Ranulfo Saldivar, paraguaio, jogavam num clima de disputa esportiva.

Não poderia deixar de mencionar as movimentações acerca da formação das identidades nacionais dos grupos envolvidos, todavia sob aspecto da formação de seus Estados Nacionais. A idéia de uma identidade nacional no período de 1880-1918 é o ponto da relevância de:

> *sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada [...] A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui (CHAUÍ, 1996 :18).*

Estes símbolos encontravam seu alicerce na língua, costumes e na raça, elementos dispersos nas sociedades que "com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais" mesmo que houvesse diferenças, um único elemento encontrava sentido "sob o fundo comum da nacionalidade" (CHAUÍ, 1996: 19). Embora depois da Segunda Guerra Mundial, o fluxo de imigrações e mudanças continuou levando as pessoas nativas à xenofobia, reacendendo nacionalismos, no caso dos sírio-libaneses à uma vida híbrida, além de uma idéia de nação estática, para uma vida diária num ambiente *transnacionalizado* (Wenden apud CORDELIER, 1995: 41).

Ao pensarmos em imigrantes sírios e libaneses estamos falando do mundo árabe. É preciso ter em mente que este "mundo" é uma história, na maioria das vezes, feita por ocidentais que traduziram a sua maneira, o modo vida e a história do Oriente Médio. Said aponta que este local não é homogêneo, mas é representado num conjunto de formas chamada *orientalismo*, no qual o "Oriente era quase uma invenção européia [...] um lugar de romance, de seres exóticos [...] uma das mais profundas e recorrentes imagens do Outro" (SAID, 1990: 13).

Este orientalismo é um discurso com intensão autoritária. Os sírio-libaneses o são como o nome diz, mas também são imigrantes, são comerciantes, são pessoas, tem diferenças, são humanos e são árabes. Este conceito de árabe vem do fato de que quando o Islã surge na Península Arábica, a nova religião une politicamente grupos meridionais e setentrionais da região. Consolidada a união, formou-se um Estado, depois um Império. A partir da expansão há dois movimentos muito importantes: o de *arabização* e o de *islamização*. A arabização é o conjunto de costumes, mentalidades e a língua árabe que muitos grupos, como na Síria e Líbano, diferentes aos poucos foram aderindo ou resistindo. A islamização é o processo de incorporação da religião islâmica à cultura local. Estes dois movimentos estão dentro da

expansão árabe, porém com alcances em tempos heterogêneos. Deste processo há países hoje que passaram pela islamização, mas não são árabes como a Turquia, o Irã e o Paquistão e outros que passaram pela arabização sem ser islamizados como o Líbano.

No século XX, quando muitas idéias européias estavam florescendo no Oriente Médio, a idéia de nação vai tomar fôlego para a formação dos Estados Nacionais e no Egito com Abdel-Nasser e o *pan-arabismo*: há uma retomada do termo *árabe* na pretensão de unificar os países árabes. Porém haverão pensamentos independentes como os intelectuais Taha Hussein e Luís Auad ser egípcio, descender do povo faraônico era diferente de ser árabe. (NUNES, 2002: 191) Ainda há outros que afirmam que ser árabe significa falar a língua árabe, como aponta Sati Al-Husri, que argumentava uma possibilidade de homogeneização dos árabes por via lingüística, desconsiderando particularidades sócio-geográficas locais (HARBI, 1998, p. 88).

A pretensa identidade nacional busca elementos constituintes do grupo, ou de sua maior parte, e por mais que sejam partilhados entre os membros, nunca revelam a totalidade do ser humano, por exemplo, se um sírio fala árabe, emigrou geograficamente de Damasco – caso de , Hayel Bon Faker – é possível por uma questão unicamente de classificação que eu o pense enquanto sírio, mas ele é mais que isso, a partir de sua vida aqui num outro lugar ele passa a viver na fronteira ao ponto de pertencer ao clube nativo classificado como douradenses e brasileiros. O fator histórico e o da formação de nacionalidades, que por vezes pretendem uma história nacional, são elementos fortes para classificar uma etnia, mas isso não significa que ela se resuma a isso, a vida nos entre-lugares vai variar de acordo com o interesse e a ocasião: dizer "fulano é sírio, é libanês, é douradense, é as duas coisas!" fala muita coisa, mas não diz tudo, é apenas *um dos* traços do que na realidade estes imigrantes são: agentes históricos.

Eles pensam a si mesmos! Quando perguntados sobre como se sentiam se mais brasileiros ou sírios, libaneses, algumas fontes apontaram imigrantes como Hayel Bon Faker que "nunca se naturalizou brasileiro. Os filhos contam que tinha prazer em dizer que era libanês [...] É que o Líbano é considerado por eles [libaneses] a *menina dos olhos* do Oriente.." diz o jornal (*O Progresso*, 1995: 4-5; grifos no original).

Dos entrevistados, a maioria respondeu que se identifica com o Brasil, que se sentiam brasileiros, de casa "Aqui em Dourados eu conheço todo mundo [...] tenho 50, 60 anos aqui já [...] eu não nacionalizei porque na Polícia Federal, eu fui lá dois, três vezes não dava certo" afirma Zaki (Dep. de Zaki Ahmad Gebara), continua sua esposa: "ele fala minha

pátria é o Brasil, eu amo o Brasil, a gente vivi daqui né? [...] Às vezes, é mais brasileiro que árabe, pega muito costume" (Dep. de Mufida Gebara).

Mas ao longo das justificativas, em suas falas eles e elas deixavam escapar quase que como numa *delação* palavras que os vinculavam às *misturas*: "Todos nós somos seres humanos, irmãos, todos filhos de Adão e Eva, nós temos muito com os portugueses, espanhóis, tem muita mistura, muito parente" (Dep. de Zaki Ahmad Gebara). E novamente às misturas:

> *me vejo total como brasileiro, apesar de se eu ir lá no Líbano lá eu tenho dupla cidadania [...] Se alguém pergunta eu sou brasileiro naturalizado, tem que honra o nome a tradição né, nasci lá, sou brasileiro, nasci lá, sangue árabe, é um destino, Deus prega na gente, tenho orgulho das duas pátrias (Dep. de Afif Hani Abu Harbi; grifos meus).*

E claro, à reafirmação de si mesmo: "muita gente que acha que os [...] [o imigrante sírio-libanês] veio pra enriquecer aqui no Brasil", afirma Zaki, mas tal como outros, retoma o elemento família "deixamos os filhos poderosos, filhos estudados", e ainda "construção pra todo lado, construímos a cidade", e conclui quase que num lamento nacionalista "minha pátria não foi beneficiada com isso!", mas "tudo que ele conseguiu ele sofreu aqui, ele, deixou aqui" ajuda Mufida (Dep. de Zaki Ahmad Gebara e Mufida Gebara).

Sem dúvida, *mudança* e *conservação* são marcas destes sírio-libaneses em Dourados, eles são um objeto híbrido. Já no calor da batalha, a *brasilidade* se fez marcar, ou seria impossível a vida aqui, mas a *arabidade* foi guardada e usada nos encontros entre amigos, quando já havia certo sucesso comercial, ao ler e escrever cartas, ao fazer festas e convidar brasileiros, ao fazer comidas árabes e estar à mesa com nativos, por fim, a *brasilidade* também se rende a *arabidade* como que numa dança cósmica indo e vindo, são duas vidas, duas terras, dois corações numa só pessoa.

Bibliografia e fontes

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1998.

BOSCO, Maria Goretti Dal. Hayel Bon Faker, um pouco da história alegre da colonização árabe. *O Progresso*, Dourados, 1-2 jul. 1995. p. 4.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GOULART, José Alípio. *O mascate no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1967.

HARBI, Mohammed. O mito nacional árabe em questão. In: CORDELIER, Serge (Coord). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*: Europa 1789-1848. Trad. Maria Tereza Lopes Pereira e Marcos Penchel. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 366 p.

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*: séc. XX. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

MOREIRA, Regina H. Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.

OLIVEIRA, Marco A. M. de. *Mais Importante era a Raça. Sírios e Libaneses na Política em Campo Grande, MS*. Tese de doutorado. F.F.L.C.H., USP, 2001.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Lécio G. de. *História de Corumbá*. s/c:s/e, s/d.

SOUZA, Roney Salina de. A imigração de sírios e libaneses no antigo Sul de Mato Grosso: o caso de Dourados (1914-1980). *História em reflexão*, Dourados, ano 1, n.º1. jan.jul. 2007. Acesso em 2 abril 2007.

SOUZA, Roney. *A presença dos imigrantes sírio-libaneses no povoamento e nas relações comerciais da região de Dourados (1920-1960)*. 2003. 41 f. Monografia (Iniciação Cientifica) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios*: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997. 247 p.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Bóris (Org). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000. p. 315-351.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

Depoimentos

Afif Hani Abu Harbi, 2 nov. 2006;

Anis Faker, 3 mar. 2007;

Ismail Mohamad El Chamaa, 15, nov. 2006;

Mufida Sater Gebara, 23 de nov. 2006.

Zaki Ahmad Gebara, 23 de nov. 2006;

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Interfaces e continuidades dos distritos eleitorais e do federalismo.

Wlaumir Doniseti de Souza*

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar o sistema distrital no Império e na Primeira República enquanto mecanismo intermediário entre o poder local e o Estado. Em parte, herdado do Império e, por outro, Bandeira do Partido Republicano, pretende-se compreender o real funcionamento dos distritos eleitorais em meio ao processo de fraudes eleitorais sistemáticas e seus impactos no centro do poder.

Palavras-chave: distritos eleitorais, eleições, sistema eleitoral.

Abstract: The proposal of this paper is to analyze the district system during the Empire and in the First Republic as being an intermediate mechanism between the local power and the State. Some of its roots can be found in the Empire and it also became a flag for the Republican Party, among the process of constant election frauds and its impacts in the middle of power.

Key-words: election districts; elections; election system.

No Brasil Colônia, a única esfera legislativa existente era a "Câmara Municipal", onde a liberdade de ação era total, apesar dos limites legais. Este mandonismo do poder local resistiu por séculos às forças de centralização do Estado (QUEIROZ, 1969).

Rompeu-se a monotonia do "legislativo municipal" com a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil. 1808 foi um marco no início da crescente tensão entre o controle central e o poder local.

Todavia, foi com a Independência, em 1822, que ocorreram transformações significativas no Legislativo, especificamente, com a primeira Constituição - outorgada por Dom Pedro, em 1824 – que implantou pela primeira vez no País o Legislativo Provincial contrabalançado pelo Império Unitário. Este centralizava o processo, cabendo a cada Província, enquanto unidade administrativa e com presidente nomeado pelo poder central, um Conselho Geral Provincial submetido ao Conselho Geral do Império. Iniciava-se o que Nouh e Carneiro (1984) denominam da *primeira fase* (1822-1834) do Legislativo Provincial.

* Graduado em Filosofia pela PUC, Mestre em História – FHDSS – e Doutor em Sociologia – FCL – pela UNESP. Professor das Faculdades de História e Geografia do Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto – SP. wlaumir@hotmail.com

O Conselho Provincial deveria contemplar o "direito de todo cidadão intervir nos negócios de sua província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares." e, como órgão consultivo, elaborar propostas e encaminhá-las ao Conselho Geral do Império, o único competente para legislar (GORDINHO, 1991).

Hierarquizava-se rumo ao poder central o sistema legislativo, inclusive as Câmaras, com lei de 1° de outubro de 1828. Essa centralização não foi aceita sem resistências do poder local, dos municipalismos, que aspiravam maior autonomia local, da Câmara e seus recursos. O municipalismo era uma das faces do mandonismo. (QUEIROZ, 1969).

Segundo a definição de Love (1982: 178-179), o *municipalismo* pode ser entendido como uma posição política e uma atitude, um *sentimento*, onde um não exclui o outro necessariamente, caracterizando-se pela defesa do maior grau possível de autonomia ao plano local. Neste sentido, se estenderia à República com o coronelismo.

Com a abdicação do trono, a 7 de abril de 1831, de Dom Pedro I, assumiu o poder um Conselho de Regência, que promulgou, a 12 de agosto de 1834, a reforma da Constituição - Ato Adicional. Este foi o marco final da primeira fase do legislativo.

Na *segunda fase*, 1834 a 1889, os Conselhos Gerais de Província passaram a Assembléias Legislativas Provinciais, com a atribuição de legislar, seguindo o ideário liberal, que legitimava as aspirações regionais de maior autonomia, embora não contemplasse o municipalismo (NOUH e CARNEIRO, 1984).

A rigor, as Assembléias Legislativas Provinciais foram criadas em 1834, pelo Ato Adicional. Este permitia as Províncias legislar e deliberar sobre as proposições municipais sem depender, embora subalternas, do poder central. Portanto, permaneceram tuteladas, apesar dos reclames do poder regional e dos localistas/municipalistas que aspiravam maior liberdade às Câmaras.

Em contrapartida à "autonomia" legislativa da Província, esta deveria conduzir o processo de centralização administrativa provincial. Aos Presidentes de Província e as Assembléias Legislativas coube dar a organização municipal, mantendo-as tuteladas. Era mais uma derrota dos municipalistas.

Da Constituição Outorgada à abdicação, o Brasil sofrera um processo de centralização legal que buscava romper com a tradição localista, sobretudo autonomista da colônia, mas sem interferir ou alterar o mandonismo. As divergências frente ao processo de centripetismo conduziu a ampliação das crises no Reinado de Pedro I, onde a abdicação abriu caminho para que os tutores do governo do Príncipe herdeiro dessem vazão às aspirações de centrifugação, com: 1) a ampliação do número de deputados eleitos por província; 2) as

Assembléias Provinciais passaram propositivas a legislativas; 3) a divisão eleitoral em colégios permitia maior atuação dos chefes e líderes regionais frente ao centro e abria espaço à construção de "distritos eleitorais".

Devido a resistência ao processo de centralização, passou-se a buscar um processo de intermediação entre o plano local e o central; em outros termos, a organização do poder em bases macrorregionais. Assim, o processo de ampliação da centripetação ganharia uma forma legal com o sistema distrital, em 1855, onde cabia aos homens mais poderosos do macrorregional impor-se ou negociar com os demais.

Aos adeptos da descentralização isto parecia responder às demandas municipalistas e regionais. Todavia, não permitiu a autonomia municipal aspirada, e, assim, os distritos consolidavam lideranças que buscariam controlar os localistas/municipalistas, em favor do processo de centralização como meio de garantir apoio do centro às demandas que "representava" diante de recursos escassos. Segundo Schwartzman (1975: 79) houve um processo de redução dos recursos disponíveis à Câmara dos Deputados até o golpe republicano, concentrando no executivo os gastos, para garantir a centralização.

Na interface e contrário à centralização, em 1870, organizou-se o Partido Republicano, no Rio de Janeiro. Um dos pontos-chave do programa era a federação, entendida diversamente segundo os interesses, tendo em comum a reivindicação de maior autonomia. Todavia, não se esclarecia se a maior autonomia era referente às Províncias ou aos municípios. Uns consideravam o federalismo válido nos dois níveis - as províncias seriam federações de municípios; e, o Império a federação das províncias; outros, apenas a segunda hipótese (LOVE, 1982).

O mote era a "organização interna de um futuro Estado cuja existência dependeria de uma mudança ainda não definida". (KUGELMAS, 1986: 23)

Os republicanos paulistas, que se organizaram na Convenção de Itu (1873), fundando o PRP, que agregava principalmente homens do Velho Oeste - região de Campinas, Rio Claro e Itu, também estavam acordes quanto à descentralização federativa que transparecia na designação do Partido. Consolidava-se um partido fracionado, sem uma organização nacional que permaneceria assim até o final da Primeira República. Este fracionamento era mais um reflexo contra a centralização monárquica e a favor da descentralização que consolidaria um espírito regionalista à Republica (MOTTA, 1999: 49).

Autonomia era diretamente ligada a (com)federalismo. Este era uma marca dos PRs, ficando cada província independente e responsável pelo seu modelo partidário. Todavia,

o que queriam, era uma mudança institucional e não estrutural, onde as críticas dos republicanos não era diversa da dos conservadores e liberais.

O Manisfesto Republicano de 1870 retomava a questão da centralização e da descentralização, onde os liberais eram, de modo geral, favoráveis à centralização no trono, e os consevadores, de maior autonomia provincial, de um certo federalismo (KUGELM,AS, 1986: 30).

O federalismo passava de ideário republicano a monárquico, sobretudo nas províncias mais prósperas que se diziam usurpadas pela centralização monárquica. Assim, o (com)federalismo, entendido como autonomia, ganhou espaço em São Paulo pelo prognóstico do café que era carcomido pela monarquia centralizadora. Todavia, ao utilizar o termo autonomia e federalismo, sem especificações possibilitava a confusão entre federalismo e confederalismo provincial e até municipal (LOVE, 1982).

Aos republicanos a descentralização seria um meio eficiente à manutenção da unidade pela autonomia provincial, enquanto a manutenção da centralização monárquica significaria o desmembramento do Brasil o que em São Paulo (1887) forjou um movimento separatista. O separatismo evocava um compromisso radical com a autonomia regional que desembocava e escancarava as disputas internas do Partido permeadas por clivagens macrorregionais e personalistas do poder em São Paulo (CASALECCHI, 1987: 41-42).

Este não era um problema apenas de São Paulo; *grosso modo*, fortaleciam-se três grupos de PRs, cada qual com seu modelo de República. Ao PRP, com o apoio do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, interessava o modelo federalista norte-americano, com a ênfase no individualismo, que definia o público enquanto soma dos interesses individuais, postergando-se e evitando-se, se possível, a participação popular, garantindo-se os interesses dos cafeicultores, ou seja, os paulistas percebiam as clivagens regionais e macrorregionais do tipo de café como um peso na definição do poder de composição bicameral. Era o liberalismo ortodoxo, paralelo ao qual havia as aspirações da população urbana pró-jacobinismo, enquanto participação política na praça pública, e os positivistas (CARVALHO, 1999: 93).

Os interesses provincialistas e municipalistas influenciaram as diretrizes do Partido desde a Convenção de fundação, garantindo que no programa, ao lado do federalismo, ficasse estabelecida a autonomia municipal. O primeiro princípio era uma resposta à elite estadual, eleita indiretamente, e ao poder moderador do Imperador; o segundo, à ausência de maior liberdade legislativa e administrativa aos poderes locais (Casalecchi, 1897: 51-52).

Com o avanço dos republicanos em São Paulo, no Segundo Congresso, realizado em 1874, os líderes regionais da propaganda do PRP, unidos aos chefes locais, conseguiram inscrever no projeto de Constituição de São Paulo, então aprovada, que, para cada município, seria eleito um deputado, e os senadores por circunscrições compostas por dois municípios - este o ideal de distritalização municipalista (com)federativo. Sancionava-se então o formato bicameral. O regionalismo e seu par, o municipalismo, eram influências patenteadas na Propaganda Republicana e impunha *interfaces e continuidades entre os distritos eleitorais e o federalismo*. (TELAROLLI, 1981: 468).

Mas, a indefinição do que seria o federalismo no Brasil, permanecia mesmo com o crescimento do Partido Republicano, na década de 1880, e das aspirações autonomistas nas Províncias. O parlamentar Aureliano Tavares Bastos, na defesa da federalização da monarquia, caracterizava-a como descentralização administrativa, autonomia política provincial, controle provincial do sistema bancário e da política de imigração, além da descentralização da receita pública. Com isso trazia luz à questão, embora não a homogeneizasse, em proveito do enfraquecimento do poder central, e a favor das províncias (LOVE, 1982: 150).

Por outro lado, os localistas manisfestavam-se em suas múltiplas facetas e interpretações do que seria o federalismo, indo do municipalismo ao provincialismo passando pela distritalização, até a sua forma mais severa, o separatismo provincial regionalizado e até macrorregional. A intermediação entre o municipalismo e o provincialismo estava na distritalização eleitoral e administrativa à coalização do poder regional e seus interesses específicos.

Em meio à proposta federalista difusa, às pressões municipalistas e provincialistas, via-se a de Anibal Falcão que criticava a possibilidade de criar-se "vinte reis suseranos do imperador". Silva Jardim, por sua vez, defendia a "organização do Brasil em muitas Pátrias, a partir da unidade republicana", negando o separatismo, mas já defendendo o que se tornaria o Estaduísmo da Primeira República (CASALECCHI, 1987: 48; KUGELMAS, 1986).

Assim como cresciam as pressões por uma monarquia federativa, também o separatismo ganhava espaço na década de 1880, fazendo-se um amplo debate que incluiu o Congresso do PRP, de 1887, publicações de livros e artigos. Era pouco visível a diferenciação entre separatismo e federalismo exacerbado (KUGELMAS, 1986: 30).

Não apenas o federalismo era algo carente de conceitualização que tendesse a uma unidade, comprometido "com um ideário conhecido de todos e assumido por todos", mas também o de República igualmente era difuso. A "identificação " republicana

> *[...] admitia uma plêiade de nuances em que, mais que a internalização, propriamente dita, de princípios ideológicos, pareciam pesar lealdades e afinidades polarizadas em torno de figuras de proa do partido; daí a proliferação, com o passar do tempo e ao sabor das circunstâncias, dos 'prudentistas', 'capos-salistas', 'jorgistas', 'bernardistas', 'alvistas', 'hermistas', 'lisistas' e assim por diante (ROSA, 1990: 118).*

Em meio a estes embates personalistas, e entre federalistas e (com)federalistas ou federalistas exacerbados - os separatistas e os federalistas municipalistas -, uma característica era lapidar nos avanços do PRP das agremiações congêneres junto às eleições ao Legislativo, o hábil oportunismo no tratamento de questões de alianças com o partido que estivesse na oposição ao Gabinete do Império.

Característico deste oportunismo, temos de um lado Francisco Glicério, adepto ao compromisso separatista, que era líder do republicanismo no interior do Oeste, ou Novo Oeste Paulista, sendo "um dos cinco conspiradores reunidos no Rio, a 11 de novembro, e também presente quadro dias depois". No Velho Oeste a figura de Campos Sales era emblemática, também estando a par do processo no Rio de Janeiro. Campos Sales e F. Glicério rivalizar-se-iam em diferentes momentos do PRP (LOVE, 1982: 154, 157).

O problema no PRP era saber até onde pressionar pela descentralização; em outros termos, a que grau de descentralização se queria chegar. Alguns membros do Partido chegaram a ameaçar uma solução separatista, caso a federação não fosse instituída. Por algum tempo, Manuel de Campos Sales fora separatista, juntamente com seu irmão Alberto Sales, mas o separatismo não era um objetivo explícito do PRP, era, antes, uma técnica de intimidação aos imperiais. Era o oportunismo paulista (LOVE, 1982: 151).

Entretanto, apesar do oportunismo, o sentimento separatista alavancava-se devido ao crescimento econômico de São Paulo com o café, que permitia antever São Paulo como uma potência na América do Sul, mas, que recebia do Império investimento desproporcional ao que contribuía com os cofres reais. Esta possibilidade esta minada pelo centralismo monárquico que relegava o aparato administrativo e a Província de São Paulo à penúria. Os paulistas republicanos viam no ideal (com)federalista uma forma de manter recursos na Província, e caso este não se realizasse, o separatismo era a única saída (CASALECCHI, 1987: 19).

A efervescência das idéias republicanas em coalizão ao combate da centralização imperial com o alardeado - mas, pouco explicado - respeito à especificidade política de cada região que aspirava maior liberdade - até institucional - colaborou para que, em poucos anos, os republicanos avançassem sobre diferentes Províncias e seus interiores. Neste quadro favorável às forças de descentralização que - ia do municipalismo, passando pela distritalização e deste para o federalismo ao separatismo -, os republicanos buscaram pragmaticamente o apoio do poder local para fortalecer sua "frente de expansão" e compor seus quadros.

O crescimento do PRP pode ser visto pela documentação do Partido, protegida no *Arquivo Histórico Municipal de São Paulo*, e composta por uma coletânea de adesões que eram feitas em qualquer tipo de papel, com ou sem pauta, quadriculado ou não, rasgado, cortado ou emendado, com cartões de visita servindo para aderir ao "ideário republicano", sem qualquer formalidade. Esta não era uma prática isolada. No legislativo pode-se encontrar igual prática. Um projeto era rabiscado rapidamente e apresentado à mesa à votação em qualquer papel sem as menores etiquetas protocolares.

Depois da ação dos propagandistas e correligionários, estas assinaturas eram agrupadas e publicadas, segundo a informação dos documentos, no Boletim do PR, exceção aos que pediam sigilo da adesão ao partido - um sintoma do adesismo ao vencedor e da violência e o controle ideológico reinantes. Montava-se uma rede de informações típicas da disputa pelo poder, colaborando para que o PRP crescesse a ponto de fazer-se eleger, ainda que com o apoio pragmático do partido na oposição, ora o Partido Liberal, ora o Conservador.

Isto denotava o compromisso de passar à República sem revolução, e, sim, pelo processo "histórico de evolução", traduzido por eleições, enquanto os republicanos do Rio de Janeiro eram favoráveis a uma solução armada. Um regime armado não era bem- vindo aos paulistas, pois um regime militar não lhes proporcionaria a liberdade almejada. Uma vez implantada a República, a oposição ao regime da espada foi quase imediata.

Apesar da posição dos paulistas e da presença no Rio de Janeiro de Glicério e Sales, durante o processo de organização do sufrágio eleitoral de 25 de novembro de 1889, à Assembléia Legislativa Provincial, no dia 15 de Novembro, a República tornava-se uma realidade inesperada pela maioria dos republicanos históricos, por um processo “revolucionário”, o primeiro golpe militar de sucesso da história do País (MOTTA, 1999).

Na República, devido aos compromissos diversos entre as várias noções de (con)federalismo, a distritalização dos Estados às eleições estaduais e nacionais seria uma das maiores demandas municipalistas. A contemplação deste sistema eleitoral seria fundamental à

manutenção do federalismo com o apoio dos coronéis às oligarquias. Os distritos tornar-se-iam realidade na República Velha.

Referências Bibliográficas:

Carvalho, José Murilo de. **Pontos e bordados.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
GORDINHO, Margarida da Cintra. **Assembléia Legislativa de São Paulo.** Um exercício de democracia. São Paulo: Marca D'Água, 1991.
KUGELMAS, Eduardo. **Difícil hegemonia:** um estudo sobre São Paulo na Primeira República. 1986. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
Love, Joseph. **A locomotiva.** São Paulo na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MADISON, James. **Os artigos federalistas, 1787-1788.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
NOUH, Jamile Abou; CARNEIRO, Carlos Eduardo. **O Legislativo estadual paulista.** São Paulo: ALESP, 1984.
QUEIROZ, Maria I. Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira.** S.P.: IEB-USP, 1969.
ROSA, Zita de Paula. **A dominação legitimada.** São Paulo: Contexto, 1990
SCHWARTZMAN, Simon **São Paulo e o Estado Nacional.** São Paulo: Difel, 1975.
TELAROLLI, Rodolpho. **A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na Primeira República.** 1981. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 1981. 2 v.
SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Democracia Bandeirante.** Distritos eleitorais do Império à Primeira República. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências de Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conveniência e zelo do Real Serviço

Marcos Guimarães Sanches*

Resumo: As descobertas das minas no final do século XVII ensejaram ações da metrópole com objetivo de aprimorar e reforçar o controle da colônia que foram mediados por diferentes formas de resistência dos Colonos. A ação de Artur de Sá e Menezes no governo da capitania do Rio de Janeiro (1697-1702) constituiu exemplo de "pacto" entre as intenções da metrópole e os interesses dos colonos.
Palavras-chave: Brasil Colonial. Mineração. Relações de Poder.

Abstract: The discovery of mines at the end of 17th Century, propitiate metropolis actions with the purpose to acquire more strength and improve the colony controll so that differents reactions took place by the colonys inhabitants. The activity of Governor Artur de Sá e Meneses, at Rio de Janeiro captaincy, established an oustanding example of the "agreement" among the metropolis and colonist interests.
Key Word: Brazil Colonial. Mining. Power Relations

Conveniência do serviço real e zelo do colono são atributos destacados pelo Rei no provimento de Garcia Rodrigues Paes como Guarda Mor das Minas, em 1702. As descobertas minerais do final do seiscentos promoviam novas inflexões no processo de colonização da América portuguesa. As novas perspectivas de riqueza alternativas à crise geral da centúria, agudizavam as dinâmicas e contradições da colonização, na qual o colono era ao mesmo tempo, o conquistador.

O Brasil, centro de um império agora eminentemente atlântico – a sua "vaca de leite" -, tornou-se alvo central da atenção lusitana. Fomento a produção, maior controle sobre a colônia e incentivo a ações dos colonos, particularmente no desbravamento do território e procura de metais foram orientações comuns que perpassam diversos documentos normativos da metrópole.

No Reino, o fim da guerra com a Espanha e a estabilidade do governo sob a regência de D. Pedro encaminharam uma trajetória de consolidação da monarquia na direção de um modelo absolutista. Na administração da fazenda, as necessidades do Estado e os efeitos da crise geraram crescente demanda de recursos que, face as conhecidas limitações da

* Professor de História do Brasil Colonial nas Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro e Gama Filho. Doutor em História Social (UFRJ).

capacidade fiscal da monarquia fizeram recair sobre as colônias o maior peso da voracidade da Fazenda real.

Em trabalho anterior, definimos como linhas de força da administração fazendária: 1. Crescente preocupação com a eficácia dos órgãos da fazenda, acrescidos de novas atribuições conseqüentes ao estabelecimento de novas contribuições; 2. Maior rigor no controle dos contratos de arrematação dos dízimos; 3. Reiteração das restrições monopolistas; 4. Incentivo a exploração de novos produtos, com destaque para os recursos minerais. No entanto, sua aplicação fundada nos princípios mercantilistas mantinha-se subordinada a lógica de uma sociedade de Antigo Regime, produzindo tensão permanente com a dinâmica da sociedade colonial. Para usar a expressão de Carl Hanson a recuperação portuguesa consolidada pelas descobertas minerais do Brasil apenas permitira "a fachada barroca do velho regime revestir-se de uma nova beleza" (HANSON. 1986: 22).

A historiografia brasileira tendeu durante longo tempo, a interpretar a profusão de orientações metropolitanas e a ampliação das atribuições de seus agentes no mundo colonial como medidas de centralização, indicativas de uma forma absoluta de governo, o que nos parece deva ser relativizado a partir do estudo de casos particulares, pois a variação de escalas torna mais perceptíveis as diferenças que os grandes modelos nem sempre permitem observar (REVEL, 1998: 210).

Como representativo das questões a serem investigadas, focamos o governo de D. Artur de Sá e Menezes na capitania do Rio de Janeiro, exercido entre 1697 e 1702, coincidente com o início da exploração mais sistemática de ouro nas Gerais e marcado por um sensível alargamento da jurisdição dos governadores da capitania, incluindo a subordinação de outras unidades administrativas, processo que culminou em 1763 com a transferência para o sul da sede do governo do Estado do Brasil.

A exploração mineral, verdadeira obsessão desde o início da colonização, foi atividade regulamentada antes do achamento de quaisquer ocorrências mais significativas. O empenho oficial em encontrar os sonhados “el-dourados” foi sustentado no princípio da livre exploração, reafirmado nos regimentos filipinos das Terras Minerais do Brasil. A precoce regulamentação, tradicionalmente explicada como exemplo da centralização administrativa,

teve dinâmica bastante peculiar, pois após a morte de do governador D. Francisco de Souza a Provedoria das Minas foi passada a Salvador Correa de Sá, que antes do Regimento passado ao seu neto, em 1644, teve confirmada pela Carta Patente de 6.7.1641, todas as Provisões passados em 1608, a Francisco de Souza (SILVA, 1854-1859: VI, 102).

Nas últimas décadas do seiscentos, já sob a regência de D. Pedro, a Coroa chamou a si alguns empreendimentos do que poderíamos chamar de expansão colonial. Nas minas a designação de Rodrigo Castelo Branco (1673) desencadeou conflito aberto com os colonos, resultando na morte do oficial. Castelo Branco, designado Superintendente das Minas de Itabaiana, (MENDONÇA, 1972: 339-343) teve sua jurisdição ampliada em 1667 como Provedor-mor e administrador-geral das minas de Paranaguá e Sabarabuçu. As suas diligências no sul o colocaram em contato com os paulistas que davam prosseguimento a exploração dos indícios colhidos na famosa bandeira das esmeraldas. Quando trilhava os mesmos caminhos a Câmara de São Paulo comunicava, de forma seca, a sua morte ao Rei, em 1682, recaindo desde então a suspeita sobre Manuel Borba Gato, genro de Fernão Dias e participante da citada bandeira (FRANCO, 1989: 81-84).

Na mesma conjuntura, o reforço de autoridade do Governador Geral com o Regimento de 1677 passado a Roque da Costa Barreto e a designação de Manuel Lobo para o Rio de Janeiro são bastante sugestivas da atenção dispensada pela metrópole ao Estado do Brasil. Manuel Lobo sempre citado pela fundação da Colônia do Sacramento em cumprimento de "Instruções" específicas datadas de 18.1.1678, teve Regimento passado em 7.1.1679 que embora não apresentasse nenhuma orientação original, enfatizava a importância de várias ações destinadas ao aprofundamento da exploração da colônia: edificar e reedificar engenhos, fazer cumprir a obrigação de cultivo das sesmarias, reiterar a proibição de comércio com estrangeiros, a exceção das concessões existentes principalmente no caso dos ingleses e holandeses e "favorecer vassalos", via concessão de mercês, envolvidos no descobrimento das minas. Recomendava ainda, informar as rendas da Capitania, autorizando o Governador a proceder tomada de contas.

Por outro lado, a própria Coroa reconhecia as limitações/dificuldades para a sua ação: Mandava relacionar os oficiais dos diferentes ramos da administração, identificando-

lhes os provimentos e se detinham serventia ou propriedade, reiterando a proibição de envolvimento dos oficiais em atividades mercantis, ao mesmo tempo, permitia a sucessão dos filhos nos ofícios, quando não houvesse provimento por parte do Governador Geral. Finalmente, o próprio Regimento reconhecia a profusão e confusão das normas existentes:

> *"tem estas muito confusas e encontradas com várias Provisões e Alvarás e Cartas e por esta razão se não observa e ser conveniente assy pello que toca a seu serviço como para o bem da justiça e do bom governo desses povos emendarem-se e reformarem-se tendo se consideração o tempo presente ..."* (MENDONÇA, 1972: 902-909).

As recomendações do Regimento se tornaram recorrentes. Antonio Paes Sande, em 1693, recebeu total jurisdição sobre todos os assuntos relativos as minas do sul, submetidas até então a "única autoridade legítima" – expressão de Affonso Taunay – o Guarda Mor Superintendente (TAUNAY, 1948: IX, 134). O autor justificou o insucesso das ações de Paes Sande pela "ignorância completa do caráter dos paulistas" (Idem, p. 27), indicação recolhida nas fontes coligidas por Pedro Taques que recomendavam ao Governador "não exaltassem tão inquietos e suscetíveis vassalos" (LEME,s/d: 145 sg.).

As referências aos achados minerais mais ou menos relevantes desde a década de 1680 foram acompanhadas de recomendações para uma atuação mais ativa dos governadores. Carta Régia de 23.11.1683 ordenava ao Governador Duarte Teixeira Chaves dar toda assistência ao Capitão-mór da estrada e descobridor das minas, mas em 2.3.1689, o Rei delegava aos governadores o provimento exclusivo dos oficiais de milícias e Ordenanças, objetivando reforçar o controle sobre as forças coloniais.

A nomeação de Sá e Menezes em 12.1.1697 com a incumbência muito especial de incentivar a exploração aurífera nas capitanias do sul, foi seguida de outras medidas de reforço da sua jurisdição. Tomou posse em 2 de abril e já a 16 lançava Bando restringindo a circulação de ouro não quintado, objeto de mais uma reação dos paulistas liderados pelo Juiz Ordinário Pedro de Camargo. Em 2 de setembro recebeu ordens de passar ao sul e em 27.12.1697, quando já se encontrava em São Paulo, era encarregado de examinar as minas do sul com ampla jurisdição – "sem outra dependência mais que a real pessoa" (8,333[1]), o que significava nesta matéria, autonomia em relação à Bahia, da qual foi o Rio de Janeiro formalmente desligado no ano seguinte. A centralidade da Capitania se completou com a subordinação formal da Colônia do Sacramento, em 9.11.1699.

---

[1] As citações de Cartas Régias foram colhidas na Coleção existentes no Arquivo Nacional e inventariadas nas **Publicações do Arquivo Nacional I** (PH1). Rio de Janeiro, 1922. Os números indicam respectivamente volume do códice e a página.

O inventário das Cartas Régias nos leva a concluir com Maria Fernanda Bicalho por uma jurisdição sensivelmente alargada.(BICALHO, 2003: 316). Mas, ao contrário da tradição historiográfica voltada para a valorização da centralização, em uma perspectiva absolutista, apropria-se aqui o conceito de "região colonial", tal como formulado por Ilmar Mattos (MATTOS. 1986: 24), implicando na percepção de uma rede de circularidades, na qual as ações do Estado metropolitano e os interesses dos colonos não são forças necessariamente contrárias, mas interagiam no mesmo processo em torno do que lhes era comum: os resultados positivos da exploração colonial.

Os governos antecedentes a Artur de Sá e Menezes receberam várias determinações objetivando conhecer o "verdadeiro" estado das minas e ordenar sua exploração, mas todos enfrentaram reações dos colonos, o que de certa forma, o governador conseguiu contornar, pois o "círculo se fecha", no dizer de Paulo Cavalcante, "quando o incentivo real foi direcionado para os paulistas, oferecendo-lhes mercês e distinções, em outras palavras, quando ao pragmatismo do pacto fizeram incorporar os práticos da terra" (CAVALCANTE, 2006: 95).

Sá e Menezes já acumulara experiência nos negócios coloniais tendo governado o Maranhão no final da década de 1680[2], onde foi substituído por Antonio de Albuquerque, futuro governador no sul da colônia. Nas Cartas Régias endereçadas ao Rio de Janeiro é possível perceber claramente as contradições do sistema colonial, sendo a preocupação de controle da metrópole permanentemente temperada com um delicado jogo de negociação, retribuições e mercês aos colonos.

Ainda em 1697 eram temas tratados de forma recorrente na documentação: "cautela" com as esquadras estrangeiras em 18.3.1697 (8,216); apuração dos rendimentos das Câmaras em 4.11.1697 (8,28) e não admissão nos contratos dos devedores da Fazenda real em 8.11.1697 (8,291). Mas, ao mesmo tempo em que se procedia a devassa contra o Provedor das minas de Paranaguá por descaminhar os quintos em 8.11.1697, a Coroa, seguindo a estratégia de retribuição aos colonos, recomendava ao Governador em 19.11.1697, prover Garcia Rodrigues Paes em "alguma" administração, em atenção "ao zelo na averiguação dessas minas" (8, 203).

No geral, as orientações indicavam a necessidade de manter sob o controle a evidente expansão demográfica e econômica que animava a Capitania do Rio de Janeiro. Durante a sua estada em São Paulo, o Rei, em 26 de outubro mandava "subsistir" a

[2] A documentação referente ao seu governo no Maranhão sugere uma forte atuação fomentista. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselho Ultramarino, 1.2.23 e 1.2.24.

condenação aos que ocultassem escravos ou lhe vendessem mantimentos, aplicando-se o produto das penas nas obras dos quartéis (8,226). Pouco depois, em 7 de dezembro limitava as concessões de sesmarias em 3 léguas de comprimento por uma de largura, medida reiterada, até com extensões menores em várias ocasiões ao longo do século (8, 316).

O controle administrativo sobre as minas também é revelador da dinâmica da administração. Se a Carta Régia de 27 de dezembro lhe concedia ampla autonomia, documento anterior datado de 2 de setembro embora recomendasse o uso de "toda a jurisdição" ressalvava que ao retornar das minas a sua direção pertenceria ao Provedor de Fazenda (8, 218,) ofício que praticamente desde a fundação da cidade estava monopolizado por algumas das mais expressivas redes de poder da sociedade colonial.

A sua estada em São Paulo entre outubro de 1697 e maio de 1698 foi dedicada prioritariamente a sossegar os ânimos exaltados desde 1694 contra a redução da moeda, fenômeno que então se repetia, agravado pela insatisfação da confirmação pelo Rei da Casa de Fundição de Taubaté existente desde 1695.

De volta ao Rio de Janeiro se mantinham as orientações enviadas da metrópole: controlar as concessões e confirmações de sesmarias, reiterando-lhes a obrigação de cultivo (9,120 e 224); castigar os culpados na devassa sobre as minas de Paranaguá (9,68); evitar o onipresente descaminho do quinto (9,220) e retribuir com tenças, mercês e hábitos os descobridores de minas (9,234).

A segunda viagem a São Paulo e depois estendida as minas, entre outubro de 1699 e março de 1700, produziu uma das mais emblemáticas ações do Governador no sentido de pactuar com os homens da terra o perdão concedido a Manuel Borba Gato, confirmado pelo Rei que lhe passou ainda a patente de General. A ligação com os conquistadores paulistas já fora explicitada na primeira viagem, ao designar Garcia Rodrigues, Guarda-Mór das minas em 15.1.1698 e contratar com Garcia Rodrigues Paes a abertura do caminho para o Rio de Janeiro. O entendimento com os paulistas, alvos de agradecimentos e homenagens do Rei articulados pelo Governador, lhe rendeu ainda uma pouca comum manifestação da Câmara de São Paulo ao Rei, em 6.11.1700, registrando o seu "bom procedimento" e solicitando "se lhe prorrogasse por mais tempo" o seu exercício (IHGB, 1.1.22: 415).

Na copiosa bibliografia bandeirista subsistem divergências sobre a seqüência dos indivíduos providos na funções de Guarda-Mór e Superintendente. No parágrafo anterior, por exemplo, seguimos Basílio de Magalhães que identificou Garcia Rodrigues Velho, irmão de Fernão Dias como o designado sendo o seu filho Garcia Rodrigues Paes, só investido em 19.4.1701 (MAGALHÃES, 1915: 5-14). Borba Gato teria sido Provedor em 1701 e

Superintendente em 9.2.1702 (FRANCO. 1989: 182), concomitante a José Vaz Pinto, nomeado em 29.4.1701 (LEME, s/d: 150) ou a 29.4.1702 (TAUNAY, 19848: IX, 358) se apontando no mesmo ano o exercício Domingos da Silva Bueno, neto de Amador Bueno (LEME, 1980: 85), típico representante das redes de poder hegemônicas em são Paulo, reproduzindo o padrão de controle sob as minas vigente desde a sua administração pelos Correia de Sá.

Independente das divergências nos basta a constatação de que todos os citados pertenciam ao que se convencionou chamar de "nobreza da terra", uma elite colonial que tinha na conquista e no exercício da administração instrumentos de ascensão e reprodução do seu status.

A terceira viagem as minas entre o segundo semestre de 1701 e julho de 1702 foi a culminância do seu envolvimento com os negócios da mineração e com interesses dos paulistas, Cuidando de proibir as comunicações com as capitanias do norte e assegurando o fluxo de escravos para as Gerais. Não escapou das desconfianças do Conselho Ultramarino de ocorrência de "prejuízo" nas datas de Sua Majestade, sendo repassada, em 26.11.1701, orientação ao Provedor Luis Lopes Pegado de mandar um "familiar" de Manoel Rodrigues Arzão "assistir a repartição e escolher o "melhor assento" (IHGB, 1.1.23: 32-33). As suas atitudes não escaparam a crítica contemporânea de Rocha Pita:

> *"...foi a elas mas como particular que como governador, pois não exerceu atos de seu poder e jurisdição naquelas partes, fazendo-se companheiro daqueles de que era superior, e se recolheu para o seu governo levando mostras que o podiam enriquecer, posto que da bondade do sei ânimo e do seu desinteresse se pode presumir, que foi a elas menos por cobiça que pela informação que havia de dar a el-rei da qualidade das minas, e da forma com que os seus descobridores a lavraram"* (PITA. 1976: 223).

O estar nas minas como governador e particular que chamou atenção de Rocha pita, não era estranho ao arranjo estatal da época moderna, mas é fato que o Governador acumulou "grande cabedal" nas duas vezes que foi as minas (ANTONIL, 1976: 172). Affonso Taunay sempre compreensivo com as ações dos conquistadores relativiza a afirmação de Rocha Pita (TAUNAY, 1948: 251), evocando a recomendação do Regimento de 1702 (MENDONÇA, 1972: 345-346) para o Governador transferir-se para as minas, que também não escapou da ironia de Pedro Calmom:

> *"Artur de Sá Tinha o direito de vangloriar-se da primeira organização das explorações auríferas e da disciplina que lhes dera: mas estava milionário. Foi o primeiro funcionário régio a se locupletar com o ouro do Brasil: reapareceu em Lisboa como umdos sujeitos mais opulentos da monarquia"* (CALMOM, 1981, 910-911).

Pertencia o nosso Governador de família fidalga com longo exercício no ultramar. Ana sua ascendência mais próxima nos fixamos em Miguel de Almeida, 4º Conde de Abrantes, personagem destacado da Restauração e do reinado de D. João IV como Vedor da Fazenda e Conselheiro de Estado, o que pode ter contribuído para impulsionar a carreira de D. Artur. O próprio Taunay reconhece que o governador explorou datas para si e insinua a colaboração de Borba Gato, certamente grato pelo perdão recebido:

> *"Na repartição tomara o Governador ... datas par si, no luygar, assinalado pelo próprio Borba Gato. Delas diziam tirar trinta e tantas arrobas de ouro, com quew se fora muito rico para Lisboa, abençoando provavelmente o bafejo dos deuses beneficiadores manifestados por intermédio dos bacamartes dos dois pagens prostadores do desastrado D. Rodrigo de Castel Blanco..."* (TAUNAY, 1948: IX, 131).

A riqueza acumulada pelo Governador foi decisiva para a consolidação da sua casa no reino como apontou Nuno Monteiro ao examinar a trajetória do seu sobrinho herdeiro D. Rodrigo Anes de Sá Menezes e Almeida, 7º Conde de Penaguião, Marques de Fontes e 1º Marques de Abrantes, um dos grandes do reino e mecenas dos experimentos de Bartolomeu Lourenço de Gusmão (MONTEIRO, 1998: 357 sg). No entanto, Parecer do Conselho Ultramarino a sua Residência, em 1.4.1704, concluiu "haver servido com muita limpeza de mãos" (IHGB, 1.1.23: 131-133)

A trajetória dos familiares de Fernão Dias Paes e suas relações com o Estado são exemplos ilustrativos das múltiplas interfaces entre a sociedade colonial e os agentes da metrópole. A aproximação e o "perdão" a Borba Gato, genro do bandeirante, se revelou uma estartégia bastante bem sucedida, tanto no apoio a sua missão institucional, quanto na sua lucrativa ação como minerador.

O envolvimento de Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante, com os negócios da mineração é mais explícito ainda, pela sua diversificação e duração. Desde 1697 a Carta Régia já citada recomendava provê-lo em "alguma" administração, mas a sua designação como Guarda-Mór (19.04.1702) é bastante elucidativa do perfil esperado pela Coroa do colono-conquistador:

> *"... e na pessoa de Garcia Rodrigues concorrem os requisitos de ser das principais pessoas daquela Capitania e mui zelo ao meu serviço, pondo todo o cuidado em se abrir o caminho pelas ditas Minas, tendo perdido por este respeito grandes conveniências por não faltar, ao que se lhe encomendou e se achar com grande noticia para fazer sua obrigação como convém..."* (LEME, s/d: 150-151).

A mercê recebida por 3 anos foi de certa forma ampliada pela Carta Régia de 2.5.1703 ao declara que a Guardamoria não o obrigava a se afastar do Caminho Novo,

permitindo a sub-rogação do exercício a seu filho Pedro Dias Paes Leme. A nova orientação parece relacionada a sua capacidade de dar conta da obra do caminho, cujo estado já preocupava o monarca desde o pedido de informação a Sá e Menezes em 15.11.1701, mas só respondido em 7.7.1702 por Antonio da Silveira de Albuquerque, novo governador da capitania.

As relações com o novo governador parecem não ter sido tão cordiais com as mantidas com seu antecessor. Albuquerque recebeu pedido de ajuda de Rodrigues Paes em 8.7.1703 e o encaminhou ao Rei em 14 do mesmo mês, observando os "poucos cabedais e escravos" para terminar a obra. Em 13.3.1704 respondia negativamente a Rodrigues Paes e a 24 de maio encomendava novo caminho a Amador Bueno da Veiga, representante de outra rede de poder da sociedade paulista (MAGALHÃES, 19878: 301 sg).

O velho conquistador continuou reforçando seus vínculos com a elite fluminense, pelo casamento de sua filha, em 1706, com Martim Correia Vasques, filho do Alcaide-mór do Rio de Janeiro Tomé Correia Vasques, cuja família também controlava através de seu irmão Manuel Correia Vasques, o ofício de Juiz da Alfândega.(REINGANTZ, 1965: I, 251). Na década de 1720, declinou da tarefa de abrir o novo caminho, concretizado por Bernardo Soares Proença, mas não deixou de pleitear terras na nova via, envolvendo-se em longo conflito de interesses entre grupos ligados as duas regiões[3].

A crescente centralização da administração na passagem para o século XVIII não eliminou a interferência das redes de poder sob a administração. Ganharam elas nova dimensão envolvendo desde os grandes do reino, até a sedimentação dos vínculos entre grupos de diferentes partes do Império. Eram homens "entrelaçados pelo conjunto" (GOUVEA, 2001: 293), exercendo a dupla face de colonos e conquistadores, dos quais o empreendimento colonial não podia prescindir como reconheceu D. Fernando de Lencastre, em 14.2.1709:

> *"convém conservar os paulistas nas minas por serem seus estes descobrimentos e só eles capazes de os prosseguirem e aumentarem, pois nos forasteiros se não acha o préstimo de talarem os sertões para novos descobrimentos, que sem estes acabarão as minas, e de sentidos ocultarão os de que tiverem noticia. E se eles não expulsarem o Gentio d'aquele sertão era inútil e infrutuoso este haver e assim são mais úteis à fazenda de Vosso Majestade...)* (Apud TAUNAY, 19948: XI).

Referências Bibliográficas

[3] Os documentos estão parcialmente transcritos em ALMEIDA, Eduardo Castro. *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1917. Volume XXXIX. Ver como exemplo os documentos 4.398 e 7.832.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALMOM. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça. Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

GOUVEA, Maria de Fátima. *Poder político e administração na formação do complexo atlântico português* In FRAGOSO; BICALHO, GOUVEA. **O Antigo Regime nos Trópicos A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HANSON, Carl A. - **Economia e Sociedade no Portugal Barroco**, Lisboa, Dom Quixote, 1986.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Informação sobre as minas de São Paulo**. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana. Histórica e Genealógica**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MAGALHÃES, Basílio. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1978.

MAGALHÃES, Basílio. *Garcia Rodrigues Paes (Alguns Subsídios para a História dos Bandeirantes)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 84, 1915.

MATTOS, Ilmar Roloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.

MONTEIRO, Nono Gonçalo de Freitas. **O Crepúsculo dos Grandes**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

REINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

REVEL, Jacques. **Jogo de Escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa compilada e anotada desde 1603*. Lisboa: Imprensa J. J. Silva, 1854-1859.

TAUNAY, Affonso de E. *Bartolomeu de Gusmão e sua prioridade aristocrática*. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Volume IX, 1936.

TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nazismo Tropical? Conflitos raciais e especificidades regionais[1]

Ana Maria Dietrich

"Eles preservaram fora do país a sua raça pura e evitaram se miscigenar com a população local."

Der Auslandsdeutsche, jan. 1937.
Sobre a "preservação da raça" dos alemães no Espírito Santo.[2]

Acompanhando-se a formação dos círculos, grupos locais e pontos de apoio do partido nazista no Brasil, percebemos que, embora a presença expressiva do partido nos estados sulinos, onde havia maior representação de alemães, os primeiros grupos do partido se situavam também nos estados do Nordeste — caso da Bahia e Pernambuco, com maior número de integrantes — e no Norte, caso do Pará. Em termos numéricos, apesar de em menor proporção em comparação com os estados do Sudeste e do Sul, não podemos desconsiderar a presença de 40 partidários na região Nordeste e 54 na região Centro-Oeste. Isto é pouco representativo se comparado com os principais núcleos (Sudeste, com 1339 partidários, e Sul, com 1152), porém, eles se articularam com a comunidade alemã local, marcando presença em clubes, firmas e jornais.

O partido nazista estava presente em 17 estados brasileiros. Uma presença expressiva e com números proporcionais à comunidade alemã estabelecida em cada um destes estados. Mesmo que a historiografia brasileira tenha se concentrado em estudos relativos à colônia alemã no Sul do Brasil, havia grupos germânicos por todo o País, com números significativos nos estados do Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Pará e Bahia. Tais grupos, a exemplo do que acontecia na região sulina brasileira, também tiveram seus representantes

[1] Adaptação do capítulo 3 da tese de doutorado de minha autoria. DIETRICH, Ana Maria, *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil.* São Paulo: NEHO/FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007. Orientação: José Carlos Sebe Bom Meihy.

[2] "Sie haben draußen ihre Rasse rein gehalten und jede Vermischung mit der eingeborenen Bevölkerung unterlassen". Der Auslandsdeutsche jan. 1937, p. 32. PAA/S, Alemanha.

ligados ao governo nazista e estabeleceram grupos regionais do partido ou pontos de apoio. Também comemoravam as datas festivas do III Reich, organizavam-se em clubes, escolas e publicavam jornais em língua alemã. As tabelas relacionadas acima mostram a proporção equivalente entre o número de alemães de cada estado e o número de partidários, a preponderância numérica dos grupos do partido do Sul e Sudeste e a presença, mesmo em menor proporção, do partido em estados do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste:

Número de filiados / número de alemães no Brasil[3](1930/ 1940)

São Paulo	785	33.397
Santa Catarina	528	11.291
Rio de Janeiro	447	11519
Rio Grande do Sul	439	15.279
Paraná	185	12.343
Minas Gerais	66	2000
Pernambuco	43	672
Espírito Santo	41	623
Bahia	39	542
Mato Grosso	31	426
Pará	27	186
Goiás	23	284
Paraíba	21	115
Ceará	4	140
Amazonas	4	64
Sergipe	1	47
Alagoas	1	45
Rio Grande do Norte	-	35
Acre	-	22
Maranhão	-	21
Piauí	-	20
Sem informação de local	137	-
TOTAL	**2.822[4]**	**89.071[5]**

[3] Não são considerados os teuto-brasileiros.
[4] MORAES, Luís Edmundo, Op. Cit. nota 39. No Doutorado, o autor trabalha com o número de 2.900.
[5] MORAES, Luís Edmundo, Op. Cit. nota 39, p. 16.

Número de filiados / alemães por região do Brasil (1930/ 1940)

Sudeste		
São Paulo	785	33.397
Rio de Janeiro	447	9475
Minas Gerais	66	2095
Espírito Santo	41	623
Total	**1339**	**45590**
Sul		
Santa Catarina	528	11.291
Rio Grande do Sul	439	15.279
Paraná	185	12.343
Total	**1152**	**38913**
Nordeste		
Pernambuco	43	672
Bahia	39	542
Sergipe	1	47
Alagoas	1	45
Paraíba	21	115
Ceará	4	140
Total	**109**	**1561**
Norte		
Pará	27	186
Amazonas	4	64
Total	**31**	**250**
Centro-Oeste		
Goiás	23	284
Mato Grosso	31	426
Total	**54**	**710**
Sem informação de local	137	-

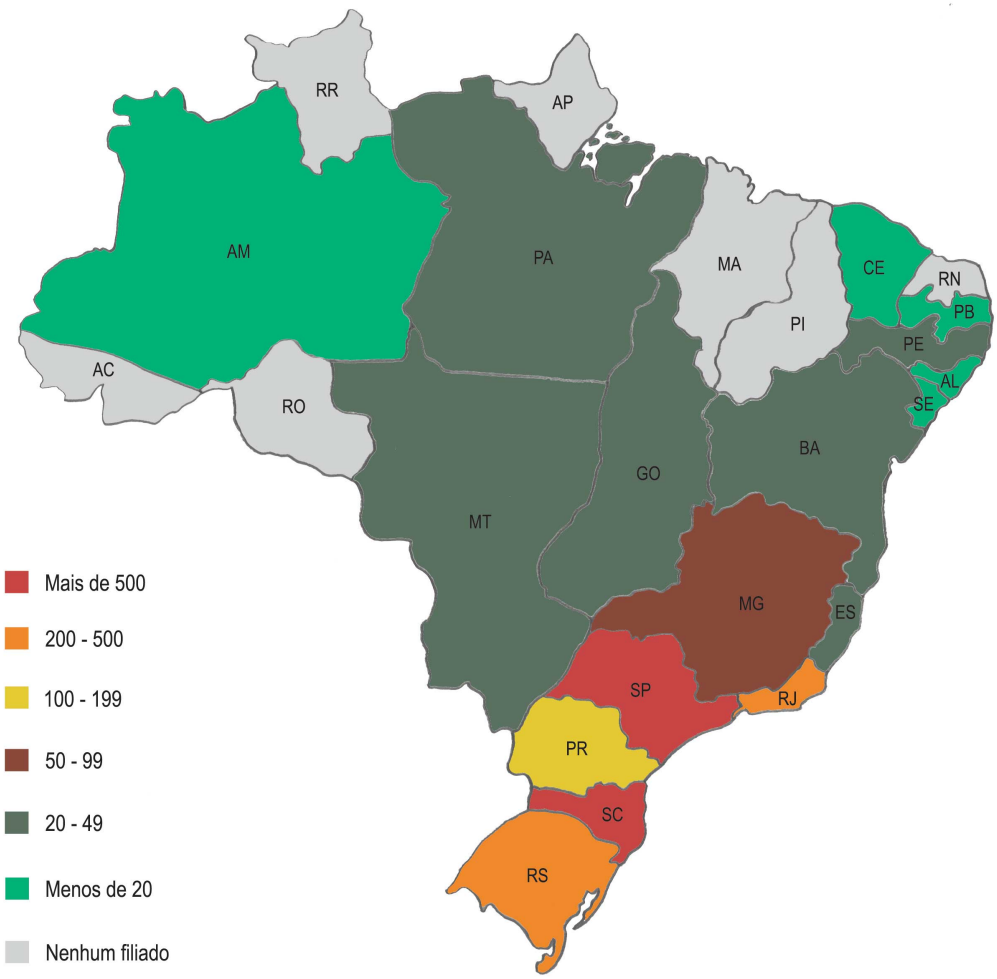

3.1. Mapa do Brasil com indicação dos filiados ao partido nazista por estados.
Arte: Andréia Moriz

Os estados do Sudeste contabilizavam o maior número de partidários e alemães de nascimento, seguidos pelos estados do Sul, que apesar de possuírem a maior colônia de descendentes, perdia em número de germânicos possuidores da cidadania, condição que poderia ser observada principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Mesmo assim, os grupos do partido no Sul também eram bastante expressivos. No Nordeste, os grupos regionais de maior contingente eram a Bahia e Pernambuco, seguidos de grupos menores. No Norte, destaca-se o Pará. No Centro-Oeste, apenas Goiás e Mato Grosso tinham alguma representatividade.

Esses números não incluíram a parcela flutuante de partidários, ou seja, os alemães da agremiação que não faziam parte dos quadros do partido do grupo do Brasil, mas que faziam viagens e expedições às terras brasileiras com fins etnográficos e de observação.

Por exemplo, apesar do grupo de partidários ser formado apenas por quatro pessoas no Amazonas, houve uma expedição nazista liderada pelo geólogo e piloto alemão Otto Schulz-Kampfhenkel, que durou de 1935 a 1937, para fazer um reconhecimento da fauna e da flora da Amazônia.

Várias foram as viagens dos dirigíveis alemães ao Brasil. Em outubro de 1935, por exemplo, o então prefeito de Frankfurt am Main (Alemanha), Friederich Kreps, voou para o Brasil a bordo de um dirigível. O objetivo era visitar a América do Sul, em especial, o Rio de Janeiro. Na viagem, o prefeito teria levado 50 garrafas do mais puro vinho e a nova bandeira do Reich. Após a viagem, Krebs enviou cartas de agradecimento à hospitalidade dos brasileiros e alemães que encontrou.[6]

A imagem do paraíso tropical perpassou os relatórios de viagem produzidos por diplomatas, partidários e funcionários do III Reich. Ela é representativa do olhar do colonizador sobre o Brasil. Nas fotos que circulavam na Alemanha e dentre a colônia alemã no Brasil eram recorrentes as imagens de palmeiras, matas, cabanas, enfim, a imagem de um país pobre, rural e tropical. Desejava-se retratar, principalmente, a precariedade dos alemães estabelecidos no Brasil, o lado exótico da fauna e flora, a população local e a queima da mata. Das cidades brasileiras, a escolhida como cartão-postal era o Rio de Janeiro. Associações como a *Jugend-Gemeinschafts-Siedlung Heimat* (Fundação jovem de colonização da pátria) procuravam divulgar a idéia, por intermédio da propaganda, que elas iriam auxiliar o imigrante a "desbravar esta selvagem floresta brasileira".[7] Transmitiu-se, então, uma imagem bastante negativa do Brasil associada à idéia de barbárie, mas que não impediu a emigração de 238 mil alemães para o Brasil, de 1884 a 1933.[8]

Ao traçar a história do partido nazista no Brasil em seus diferentes núcleos regionais, foram analisadas algumas questões. A primeira é a dimensão do Brasil aliado as suas diferenças regionais. Instalar um partido no Pará, próximo à selva Amazônica, no litoral de Recife e entre as colônias agrícolas alemãs de Santa Catarina, só para citar três exemplos, tem uma grande diferença, tanto de clima, como de costumes, de hábitos, de conjuntura política e de economia local. A história do partido foi marcada por tais peculiaridades que aqui serão interpretadas como as múltiplas formas de tropicalizações do nazismo.

Tais diferenças foram analisadas sob a perspectiva dos próprios partidários ou representantes do povo alemão, uma vez que os documentos foram produzidos por eles.

---

[6] _Magistratsakten – 47/69. Signatur 5318. Dienstreisen des Herrn Oberbürgermeisters. 1115/10a, 1935-1938. Staat/F, Alemanha.

[7] Ata 127503. AA/B, Alemanha.

[8] KUNDT, Ernst. *Auslandsorganisation der NSDAP*. Bonn, 21 jun. 1965. Ata R127875. AA/B, Alemanha.

Pretendeu-se, assim, recuperar a visão e vivência destes alemães a respeito do território brasileiro, desnudando o olhar sobre o "país tropical" — considerado ora como um País de Hospedagem (*Gastland*), ora como uma colônia da Alemanha, sempre sendo comparado com a Pátria Mãe (*Heimat*) e enfatizadas as diferenças. Nesses documentos foram ressaltados aspectos como o estabelecimento das colônias "em meio à selva" e a resistência "nativista"[9] ao *Deutschtum* (espírito de ser alemão).

As lideranças partidárias e os membros dos consulados e da embaixada preocupavam-se em mostrar ao Reich o "desvendamento" dessa realidade para eles tão "obtusa" e "estranha", fornecendo inúmeros detalhes sobre as regiões, como o tipo de agricultura que era praticada e dados sobre a economia, movimentos políticos e número de habitantes. Quanto maior fosse o conhecimento destas realidades singulares ao olhar europeu alemão, melhor seria para o governo do Reich fortalecer suas instituições em solo estrangeiro, principalmente o partido nazista.

A propaganda nacional-socialista reforçava a idéia de que os alemães residentes no exterior deveriam oferecer uma espécie de *sacrifício* à Pátria Mãe para que acontecesse, também no estrangeiro, algo similar ao processo que a Alemanha tinha passado. Segundo tal propaganda, teria havido um "despertar da primavera", no qual a Alemanha, pela ascensão do nacional-socialismo, superou uma profunda crise econômica e política e "renasceu da noite escura".

A Alemanha, neste momento, voltou seus olhos para o desenvolvimento do *nazismo tropical* nestas áreas caracterizadas como "colônias" e terras "nativas". De norte a sul, o interior do Brasil foi descrito como uma grande selva, e os alemães, corajosos aventureiros. Segundo a propaganda, o nacional-socialismo — por meio de seus representantes — procurava alcançar cada colono alemão, mesmo aquele que morasse na mais distante picada de mato. Esta é a primeira grande semelhança entre os estados brasileiros que percebemos nas descrições dos documentos relativos aos grupos do partido nazista espalhados pelo Brasil: seja no meio da floresta amazônica ou nos pampas gaúchos, eles estavam instalados — ao olhar destes alemães — "em meio a um país tropical".

O Brasil nos anos 1930 era predominantemente rural: dos 30 milhões de residentes, 75% –moravam no campo, portanto, muitos grupos locais e pontos de apoio do partido foram estabelecidos em colônias rurais. Tais imigrantes alemães que se adentraram no interior do Brasil rural, tiveram que construir, de maneira precária, as próprias residências e

[9] Os alemães classificavam de maneira pejorativa, de "nativismo", o sentimento nacionalista brasileiro.

plantar seu alimento, o sustento de suas famílias. Este "pioneirismo" era constantemente ressaltado nos relatórios como um aspecto positivo, mas ao mesmo tempo associado à idéia de perigo desta condição de "desbravadores". Isto era uma grande preocupação para a Alemanha.

Como o maior grupo de partidários fora da Alemanha, a expressividade do partido nazista no Brasil não passou desapercebida pelas autoridades nacional-socialistas. O enviado da Alemanha Schmidt-Elskop, por exemplo, descreveu a situação da seguinte maneira: "Em nenhum lugar nas terras do além-mar vivem alemães e descendentes em tal número em colônias fechadas como no Sul do Brasil".[10]

A maioria destes alemães se mantinha fiel à terra de seus antepassados, mesmo vivendo em vilas em meio à mata, "distantes dias a cavalo ou a carro". Aqueles que já estavam no Brasil há cinco ou seis gerações haviam "germanizado" a língua portuguesa ou "abrasileirado" a alemã. Por exemplo, palavras como "Schacker" (chácara) e "Kabocler" (caboclo) não existiam na língua alemã e eram adaptações criadas pelos imigrantes e descendentes estabelecidos no Brasil. Ao contrário do pensamento vigente na época, que acreditava que os alemães viviam em guetos fechados, étnica e socialmente, houve um processo de interação com a sociedade brasileira em diferentes escalas. Isto fez com que mesmo a língua, considerada um dos elementos de manutenção da cultura alemã, se transformasse em contato com a sociedade brasileira.

Pelo conceito de tropicalização, no entanto, percebe-se que o uso da língua alemã no Brasil não impediu que ela se transformasse e, diferentemente da oficial utilizada na Alemanha, se tornasse não apenas uma língua germânica, mas *uma língua alemã falada no Brasil com seus abrasileiramentos, sotaques e dialetos*.

Mas como atestou Seyferth, estes abrasileiramentos da língua alemã não foram suficientes ao Estado Novo que queria somente uma língua nacional que expressaria um único sentimento de brasilidade: o português. Neste sentido, foi implementada a campanha de nacionalização, principalmente após 1939, que atingiu as áreas coloniais. As conseqüências foram fortes tanto no ensino, com a substituição de professores estrangeiros pelos "nacionais", quanto na imprensa, com a censura a jornais étnicos, e no cotidiano em geral, com a proibição de se falar idiomas estrangeiros em público. Jovens descendentes de estrangeiros foram recrutados para o Exército e foram criados entraves às organizações

[10] Relatório de Schmidt-Elskop. Deutsche Gesandtschaft. Deutschtum. Anlage 3. 25 abr. 1935. AA/B, Alemanha.

comunitárias culturais. Com a entrada do Brasil na Guerra, em 1942, os ânimos contra as comunidades de alemães, italianos e japoneses se exaltariam ainda mais.[11]

Mesmo que muitas idéias e hábitos de tal germanidade tivessem sido preservados ao longo de gerações, havia grande resistência ao nazismo da parte dos descendentes. Alguns se diziam nacionalistas e, ao mesmo tempo, leais ao governo brasileiro. Além disto, se recusavam a seguir a liderança dos alemães integrantes do partido, a partir do seguinte pressuposto: "Nós nada temos contra o nazismo, apesar de não querermos que nossos jovens sejam "guiados" por estranhos. Queremos nós mesmos os guiar e realizar nossas festas".[12]

Haveria, portanto, uma certa dificuldade para os colonos — que até então haviam vivido sob um regime liberal — incorporarem os valores da "nova Alemanha", como o país passou a ser chamado na época do III Reich. Esta foi a opinião de Elskop, o enviado alemão ao Brasil, que afirmou também que os alemães e descendentes estabelecidos no Brasil desenvolveram um novo sentimento no lugar do tradicional *Deutschtum*, que seria o *Deutsch-Brasilianertum* (germanismo brasileiro ou abrasileirado). Suas características, além da estranheza aos integrantes do partido, seria a reivindicação para participar da política local. Os adeptos do "germanismo brasileiro" queriam eleger governantes que protegessem seus interesses. Isto viria contra a política da não-interferência na política local, umas das premissas instituídas pelo partido exterior.[13]

Para a resistência dos teutos-brasileiros se transformar em conflito aberto não demoraria muito. Ao observar tal tensão no ar, as autoridades alemãs tanto no Brasil quanto na Alemanha se preocuparam em encontrar soluções viáveis. Uma delas foi confiar na competência e no espírito de conciliação de Hans Henning von Cossel, o chefe do partido nazista no Brasil. A outra seria formar uma associação exclusiva para os teuto-brasileiros, que pretendia formar personalidades da colônia alemã que se destacassem no contexto político brasileiro, como foi o caso dos irmãos Konder.[14]

Especificamente na regiao Sul, com a chegada dos representantes do partido nazista local na década de 1930, foi palco de grandes conflitos. Muitos dos alemães que moravam nestes estados já estavam entre a 2ª e a 3ª geração e, por isto, eram chamados de *Volksdeutsche* (alemães do povo) em comparação com os *Reichsdeutsche* (alemães de sangue). Os *Volksdeutsche* não podiam entrar no partido nazista. Os *Reichsdeutsche* eram, em sua maioria, jovens e radicais, e se sentiam intimamente superiores pela questão da cidadania

[11] *Ibidem.*
[12] Relatório de Schmidt-Elskop. Deutsche Gesandtschaft. Deutschtum. Anlage 3. 25 abr. 1935. AA/B, Alemanha.
[13] Ibidem.
[14] Adolfo Konder foi governador de Santa Catarina entre 1926 e 1930. Victor Konder foi ministro da Viação do governo Washington Luís. Ibidem.

e por se sentirem "incumbidos pelo Führer da missão de desenvolver o partido em terras distantes".

Os *Volksdeutsche*, há tempos instalados no chamado "País de hospedagem", não aceitavam a liderança destes jovens. Muitos deles, principalmente no estado de Santa Catarina, mesmo sendo, em sua grande maioria, fiéis admiradores do regime de Hitler, escolheram militar nas fileiras de outra facção política, a do partido integralista, causando desconforto à matriz do partido na Alemanha.

Nos estados do Sul, houve diferenças na recepção e no acolhimento dos grupos locais do partido nazista pelas autoridades locais. Em Santa Catarina, houve uma oposição marcante vinda, principalmente, dos interventores Aristiliano Ramos (1933-1935) e seu primo Nereu Ramos (1935-1945), este último responsável por uma série de nacionalizações em escolas e associações alemãs.[15] Enquanto isso, os interventores do Paraná, Manoel Ribas, e do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, apoiaram a difusão do chamado germanismo e as manifestações pró-nazistas.

Um dos conflitos registrados foi, por exemplo, entre o partido nazista, a Frente de Trabalho Alemã — DAF — e o Centro Agrícola na colônia Cruz Machado, localizada próxima a Curitiba (PR). Ocupados em proteger e preservar os interesses dos alemães e teuto-brasileiros, seus papéis acabaram por se chocar. Após algumas negociações, ficou estabelecido que o partido nazista, juntamente à DAF, se responsabilizariam pela esfera do político, enquanto o Centro Agrícola cuidaria dos interesses econômicos e culturais.

Tais divisões estanques não solucionaram os problemas de divisão de tarefas. Sempre que possível, o partido nazista reivindicava ações na esfera cultural, ao que o Centro Agrícola discordava. O centro argumentava que não seria possível que o partido cuidasse destas questões uma vez que os colonos se sentiriam melhor em uma organização brasileira. Mas, mesmo assim, o centro admitiu que houvesse uma tentativa de trabalho em conjunto com o partido, tolerando a presença de um partidário na direção do centro. Os colonos — em carta aberta à liderança do círculo local do partido — reclamavam da presença e interferência do partido: "Nós somos gente da terra, que duramente ganha seu pão e existência (...) temos todos a dura batalha pela preservação da raça e da língua. Além da política, nós precisamos trabalhar aqui (...)".[16]

Na região sudeste, São Paulo foi o maior grupo nacional do partido, fato que pode ser explicado pela grande colônia de alemães de nascimento. Pode ser considerado também o

[15] http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html
[16] Carta aberta de Cruz Machado à liderança do partido nazista. Ata R127503. 16 set. 1937. AA/B, Alemanha.

grupo de maior importância devido a presença da sede nacional do partido[17] e do seu chefe máximo Hans Henning von Cossel, da publicação do *Deutscher Morgen* e da expressidade das organizações nazistas, desenvolvidas em diversas células e instituições.[18]

A imigração para São Paulo, estado considerado — já na década de 1930 — como importante pólo econômico e industrial, atraiu mão-de-obra técnica qualificada estrangeira. Muitos alemães, desiludidos com a crise que se instaurava na Alemanha com o fim da I Guerra Mundial e o estabelecimento da República de Weimar, emigraram para outros países, inclusive para o Brasil. Mais tarde, com a ascensão ao nacional-socialismo, este grupo de alemães recém-imigrados se juntaram em torno dos ideais nazistas constituindo o partido em território paulista. Isto se deu até mesmo antes de Adolf Hitler se tornar chanceler alemão, em 1931.[19]

Outro pólo importante do partido foi o Rio de Janeiro. Sua importância se deu não só pelo expressivo grupo do partido que lá se desenvolveu (apenas atrás numericamente de São Paulo e Santa Catarina), mas também por ser a capital federal e centro irradiador da política nacional e sediar a Embaixada Alemã. As festas nazistas, a organização de células do partido em bairros cariocas, a difusão de idéias anti-semitas nos periódicos de linha nacional-socialista — tudo isto aconteceu — sem repressão ou controle das autoridades nacionais pelo menos até 1938 — na capital brasileira da época.

A historiografia sobre os germânicos no Brasil subestima a presença de alemães no Norte e Nordeste do País. No entanto, não só havia uma colônia expressiva alemã em alguns estados destas, como é o caso da Bahia e em Pernambuco, como também apareceram, na década de 1930, grupos, círculos, pontos de apoio e células do partido nazista.

A presença mais significativa foi na Bahia e em Pernambuco, mas o estado do Pará apareceu como um dos primeiros grupos do partido no Brasil. A lógica permaneceu a mesma: em todo o território brasileiro, nas regiões onde houvesse colônias rurais de alemães, havia também representantes do partido nazista.

Em Manaus, por exemplo, existe o registro da colônia Tomé Guaçu. Apesar de o estado do Amazonas contabilizar o pequeno número de quatro partidários, houve uma importante expedição na região, em 1936, de cientistas nazistas que queriam pesquisar a flora e fauna local.

---

[17] A partir de 1934, antes a sede era no Rio de Janeiro.

[18] Para Luís Moraes, no entanto, o grupo de maior importância era o da Capital Federal, Rio de Janeiro. MORAES, Luís Edmundo S. M. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro.* Berlim, 2001. Tese (História social) – Zentrum für Antisemitismusforschung. Tecnische Universität zu Berlin.

[19] Sobre o partido nazista em São Paulo, ver: DIETRICH, 2001, op. cit.

Na região da Bahia ou em Pernambuco, percebe-se traços de tropicalização deste nazismo. Ao mesmo tempo em que comemoravam o aniversário de Hitler, o 1º de maio, e festas do calendário nazista, havia espaço para a comemoração da brasileira Festa de São João, com direito a fogueira e canjica.

Na região Centro-oeste, temos a presença do partido nazista apenas nos estados de Goiás e Mato Grosso. Neste último estado, registrou-se, na época, a presença de 426 alemães. Destes, apenas 31 faziam parte da célula local do partido. Em Goiás, somam-se 284 alemães com apenas 23 partidários.

A grande maioria destes germânicos se concentrava na colônia Uvá, no norte do estado de Goiás. Tal colônia foi fundada com incentivo do governo local, em 1924, especialmente para colonizar esta parte do Brasil. Esta região era a menos desenvolvida do estado, com grande instabilidade social e presença do banditismo dos jagunços. Nesta época, a população de Goiás era de um pouco mais de 500 mil habitantes.

Segundo artigo publicado na revista *Deutschtum im Ausland*, de autoria de Franz Zwick, logo depois do fim da I Guerra Mundial, o governo de Goiás incentivou um processo de colonização alemã no norte do estado.[20] Teria sido a primeira experiência de imigração européia incentivada na região Centro-oeste, até então pouco povoada, e com suas atividades concentradas na agricultura e pecuária, além da extração de ouro e diamantes.

Antes da chegada dos germânicos, já estavam instaladas em Goiás duas colônias pequenas de imigrantes italianos e japoneses. Elas ficavam no sul do estado, próximas às fronteiras com Minas Gerais, o que, para Zwick, se constituía uma vantagem, pois a comunicação era bem melhor com o Sudeste do país. Mas, reclamou Zwick, a região do sul do estado não havia sido ofertada aos alemães. Também na região da cidade de Caldas Novas havia alguns teutos que se dedicaram à criação de porcos, mas suas atividades não tinham prosperado em virtude do solo pedregoso. Outras terras, como a do platô nesta mesma região, teriam sido melhores escolhas, mas elas pertenciam ao governo.

Sobre o partido nazista no Mato Grosso, não encontramos registros de mais detalhes, a não ser anúncios publicados no jornal *Deutscher Morgen* estimulando os imigrantes alemães a irem para colônia Tannenberg, pela Cia. de Viação São Paulo — Mato Grosso. Segundo o anúncio, havia nesta colônia "solo frutífero" para todas as culturas: farinha, arroz, batata e plantas de fibra. Outra vantagem~~,~~ seria a abundância de madeira.[21]

---

[20] Aus der Staate Goyaz in Brasilien – Zukunftausichten der detusche Kolonie Uvá- Die neue Staatshauptstadt Goyanea. Revista *Deutschtum im Ausland*, 1937. IFA/S, Alemanha.

[21] *Deutscher Morgen*, 1934. IFA/S, Alemanha.

A estruturação do partido no Brasil aconteceu no contexto de regiões brasileiras bastante heterogêneas. Mesmo abordando algumas questões regionais, ficará em aberto para futuros trabalhos a análise pormenorizada da história de cada núcleo regional do partido.[22] O objetivo, no nosso caso, é traçar um panorama nacional, centrado na problemática do nazismo tropicalizado no Brasil.

[22] Alguns projetos já estão em desenvolvimento. É o caso da história da partido nazista no Paraná e no Rio Grande do Sul. SILVA, Micael A. *Tríplice fronteira: preconceito e repressão no Estado Novo.* Projeto do Programa Uniamérica de Iniciação Científica – PRUIC. Faculdade União das Américas / PR. Orientador: Blasius Silvano Debald. CAMPELO, Tais. *Cortando as asas do nazismo: a Polícia Política no Rio Grande do Sul.* Projeto de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Guarani Mbya: interfaces entre Antropologia e História

Kalna Mareto Teao*

Resumo: Mesmo sendo os Guarani Mbya amplamente retratados no campo do discurso antropológico, quando se refere à construção da história do Espírito Santo, os Mbya são silenciados e tornados invisíveis na maioria dos livros didáticos regionais e também na imprensa. Dessa forma, neste trabalho, pretendemos analisar o levantamento de fontes históricas e antropológicas desde a chegada dos Mbya ao estado (1967 aos dias atuais). Ao efetuar tal análise, a relação entre História e Antropologia possibilita uma compreensão mais aprofundada acerca dos Mbya ao contribuir para o levantamento de fontes acerca desses povos indígenas. Além disso, promove a interdisciplinaridade ao fornecer, no campo teórico, conceituações fundamentais e no campo metodológico, a etnografia.
Palavras-chave: Guarani Mbya- História indígena- Antropologia

Abstract: Even being the Guarani Mbya widely shown in the field of the anthropological speech, when it refers to the construction of the history of Espírito Santo, the Mbya are silenced and became invisible in most of the regional text books and also in the press. In that way, in this work, we intend to analyse the lifting of historical and anthropological sources from the arrival of the Mbya to the state (1967 to the current days). While effectuating such a analysis, the relation between History and Anthropology makes possible an understanding more deepened about the Mbya while contributing to the lifting sources about these native people. Besides, it promotes the interdisciplinarity while supplying, in the theoretical field, conception fundamentals and in the methodological field, the ethnography.
Keywords: Guarani Mbya- Indigenous History- Antropology

História dos Guarani Mbya

No Espírito Santo, os Guarani Mbya situam-se no município de Aracruz, litoral norte do estado, há cerca de 83 quilômetros da capital, Vitória. Os Mbya localizam-se nas aldeias de Tekoa Porã, Mboapy Pindo e Piraquê-Açu.[1] Segundo LADEIRA (1992), os Guarani Mbya são o único subgrupo que continuam migrando à procura da Terra sem Males, em tempos presentes. Em resumo, a Terra sem Males significa a procura dos Guarani do

* Mestre em Educação pela UFES (Universidade Federal do Espírito Santo)

[1] No Espírito Santo, existem as etnias Tupinikim e Guarani. Os Tupinikim são povos originários do estado, concentrando-se no município de Aracruz, nas aldeias de Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá e Comboios. As aldeias guarani localizam-se dentro do território tupinikim de Caieiras Velhas. Segundo censo da Funai de 2005, a população indígena compreende cerca de 2.346 indígenas aldeados, sendo 2.109 da etnia Tupinikin e 237 Guarani.

tekoa, um lugar apropriado ao seu modo de vida e que reúne condições físicas como proximidade à região de Mata Atlântica, a mar e em sentido leste. A relação dos Guarani com o *tekoa* e a obediência às normas de vida em sociedade são as condições essenciais para se atingir a Terra sem Males. O *guata* (caminhada) realizado pelos Mbya apresentam inúmeras explicações que variam desde a religião, como o conflito de terras, a busca pelos antepassados, parentes, casamentos, sementes e alianças políticas.

O *guata* configura uma intensa relação com a formação do território guarani, já que para eles, não existe uma demarcação geográfica ou física dos seus limites espaciais. Para CICCARONE (1996:14), a concepção de território dos Mbya é complexa, pois se articula ao ecossistema, aos caminhos percorridos pelos antepassados, às relações de reciprocidade e de parentesco entre as aldeias, à localização segundo o eixo leste e perto do mar. Em relação ao *guata,* GARLET (1997) prefere utilizar o termo deslocamentos, pois possui maior amplitude devido aos Mbya buscarem parentes, casamentos, caminhos já percorridos pelos antepassados. Ele afirma que as pressões interétnicas, causadoras dos deslocamentos, promovem um movimento de desterritorialização e reterritorialização, isto é, com a ação de fazendeiros ou não índios, os Guarani retiram-se de suas aldeias e procuram novas regiões, reconfigurando, assim, seu território.

O *guata* foi iniciado pela família da líder religiosa, ou *yraydjá*, Tãtãtxi Ywa Reté, cujo ponto de partida consistiu na aldeia de Pindovy, localizada no Paraguai. Os avós, chefes espirituais, lideraram os familiares para a Argentina, na região de Santa Maria, lá permanecendo por sete anos. Por volta de 1940, o grupo decidiu-se mudar para o Rio Grande do Sul. De lá percorreram os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. No estado, passaram pelo município de Guarapari, Vitória e se estabeleceram em Caieiras Velhas, região de Aracruz. Sua longa trajetória fora motivada por inúmeras causas, como a revelação religiosa, os conflitos pela terra, os conflitos internos nas aldeias, o trabalho forçado nas fazendas, a morte de parentes e a exploração para o turismo[2].

[2] Os Guarani foram considerados um problema a ser resolvido quando localizados em Guarapari, município litorâneo turístico do estado. O então prefeito da época havia prometido terras em troca da exibição do grupo como índios exóticos para os turistas. Nesse ínterim, o chefe da ajudância Minas/Bahia, Itatuitim Ruas, reconheceu a presença guarani no Espírito Santo, levando-os para a fazenda Carmésia, em Minas Gerais, na época funcionava como uma espécie de presídio para índios considerados desajustados durante o período da ditadura militar. Confira o trabalho de CICCARONE (2001).

A posse da terra[3] torna-se uma questão persistente para os Guarani. Atualmente, os Mbya e os Tupinikim estão em processo de disputa pela terra com a empresa Aracruz Celulose. Esse conflito remonta quase quarenta anos. Iniciou-se em 1967, com a implantação da empresa no estado e a conseqüente expulsão dos Tupinikim de suas áreas. A comprovação das terras foi seguida paralelamente pela necessidade de afirmação da existência de povos indígenas no Espírito Santo, que até então era negada oficialmente pelo Estado.

Os Guarani vivem basicamente do artesanato, do turismo e da agricultura. No entanto, a área agricultável é insuficiente e não apresenta boas condições para o cultivo. Além disso, os Mbya sofrem com a má qualidade da terra, em virtude da grande presença de eucaliptos no entorno da região, a redução das matas nativas e a poluição da empresa Aracruz Celulose.

Fontes para a história Guarani Mbya

Ao analisar os documentos oficiais, principalmente os relatórios da Funai (Fundação Nacional do Índio), os principais temas direcionavam-se à questão do problema da posse da terra. Nos relatórios, aparece a primeira fase da luta pela terra, sendo que as informações sobre os Guarani são muito vagas. MARCATO (1980:18) resolve no seu estudo incluir os Guarani, embora não fossem originários da região, porque tinham relações de proximidade com os Tupinikim e se identificavam com o território de Caieiras Velhas.

O relatório da Funai de 1994[4] recupera o histórico da luta pela terra dos dois povos, levantando a história de ocupação dos Tupinikim, relatos históricos dos viajantes e pintores, como Biard, os documentos e os mapas. Também inclui novas informações, como a

[3] A história da luta pela terra pode ser dividida em três fases. A primeira, ocorrida de 1967, ano da implantação da Aracruz Celulose no estado, ao de 1983, ano de homologação das terras indígenas. A segunda fase inicia-se em 1993, quando os Tupinikim e Guarani reivindicaram a ampliação da área indígena, e dura até 1998, com a ampliação do território de Caieiras Velhas. E a terceira fase, que correspondente à época atual, iniciou-se em fevereiro de 2005, através da assembléia das duas etnias para lutar pela ampliação da área indígena e romper o Termo de Ajustamento de Conduta. Este termo foi assinado pelas duas etnias com a empresa Aracruz Celulose em 02 de abril de 1998. Neste documento, a empresa cederia uma quantia de dez milhões e duzentos e sessenta mil reais às comunidades indígenas num prazo de vinte anos. Além disso, a empresa permitiria que os índios explorassem os eucaliptos. Ainda, a empresa seria responsável pelo pagamento das contas de água e energia elétrica até o valor de sete mil e novecentos e oitenta reais ao ano, além de subsidiar projetos destinados à agricultura. A comprovação das terras foi seguida paralelamente pela necessidade de afirmação da existência de povos indígenas no Espírito Santo, que até então era negada oficialmente pelo Estado. Os relatórios da Funai de 1979, 1983, 1994,1998 e 2006 comprovam que as terras são indígenas, utilizando-se de embasamento histórico, antropológico e arqueológico. Nos relatórios de MARCATO (1980 a e b) há uma grande preocupação acerca da identidade étnica, definida a partir de critérios de auto-identificação do grupo étnico.

[4] Funai. Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. Proposta de unificação das terras indígenas.Grupo técnico, Portaria nº 0783/94, de 30 de agosto de 1994.

descoberta de sítios arqueológicos em Santa Cruz[5] e traz os registros orais de antigos moradores de aldeias já extintas, chegando a contabilizar a existência de quase 40 aldeias[6], em Aracruz. Além disso, diferentemente dos demais estudos que silenciavam os Guarani, por meio de informações muito vagas, o presente relatório aponta a história, a sociedade e a cultura dos Mbya. A presença Guarani no Estado antecedeu os anos de 1960, segundo o relatório (1994:41), nos documentos do SPI (Serviço de Proteção ao Ìndio) foram encontrados registros de Guarani em 1950 a 1960, no Posto Indígena de Pancas. Segundo depoimento de Werá Kwaray (CICCARONE,1996), Tupã Kwaray e Werá Djekupé, os Guarani do Rio de Janeiro e os mais velhos contam que os índios de Pancas foram envenenados através da água do rio, supostamente pelo fazendeiro da região. VALLE (1979-1984) destaca a relação dos Guarani na primeira fase da luta pela terra, suas relações com os Tupinikim e os conflitos ocorridos com os dois povos e a empresa Aracruz Celulose.

CICCARONE (1996) apresenta os depoimentos orais dos Mbya sobre os caminhos, as estratégias e as dificuldades da trajetória associada ao seu universo mítico. Nesse sentido, ao narrar a migração para o Espírito Santo, os Guarani revelam sua cultura, religiosidade, seu modo de ser, as regras da vida em sociedade, as relações interétnicas, a concepção de terra, território e natureza. Os relatos dos Mbya demonstram as relações interétnicas estabelecidas com a sociedade envolvente em dois aspectos. O primeiro traz à tona as estratégias utilizadas pelo grupo migratório para efetuar sua sobrevivência ao terem uma representante mulher, Keretxu Mirim, que negociava com políticos, fazendeiros e igrejas evangélicas as possibilidades e meios de subsistência, como os recursos para obter alimentos como transporte e moradia. O segundo, relaciona-se à preocupação dos Guarani com a mudança cultural, isto é, temem que o contato com a sociedade não índia faça-os perder, alterar e esquecer seu modo de ser, e, principalmente demonstram grande preocupação com a religião e a língua. Repetem normas da vida em sociedade Guarani, como a construção da *Opy* (Casa de Reza) nas aldeias, as orações e músicas religiosas, a obediência aos líderes xamânicos e aos caciques. Rejeitam, sobretudo, hábitos culturais alheios, como a ingestão de bebidas alcoólicas, os casamentos com os brancos, os bailes e os forrós.

Com relação à migração guarani destacam-se Ciccarone e Ladeira. CICCARONE (2001) analisa os relatos sobre a migração guarani dando voz aos diversos sujeitos. Sua tese

[5] Santa Cruz é um distrito do município de Aracruz, muito próximo às aldeias indígenas.

[6] As aldeias eram Caieiras Velhas, Irajá, Comboios, Pau Brasil, Araribá, Córrego do Ouro, Guaxindiba, Amarelo, Olho d'Água, Lancha, Cantagalo, Macacos, Braço Morto, Areal, Tombador, Gimuhúna, Piranema, Potiri, Sahy Pequeno, Batinga, Santa Joana, Córrego do Morcego, Rio da Minhoca, Morobá, Rio da Prata, Ambu, Lagoa Suruaca, Cavalinho, Sauaçu, Concheira, Rio Quartel, São Bento, Lajinha, Baiacu, Peixe Verde, Jurumim e Destacamento.

central é que por meio da expressão dos gestos e comportamentos das mulheres Mbya, como o riso, o silêncio, entre outros, revelam-se as regras da vida em sociedade, seja através do cumprimento ou do questionamento destas. Esta obra reconstitui a história dos Guarani no estado.LADEIRA (1992) estabelece as relações que levam à migração religiosa dos Guarani na região do litoral. Ao mesmo tempo, a autora recupera inúmeros mitos explicativos da Terra sem Males e da cosmovisão Mbya. LADEIRA (2001) discute a concepção de terra e território para os Guarani associado à ao seu modo de ser. Concentra-se em aspectos sociais, espaciais e ambientais que compõem o mundo Guarani. Estabelece as relações entre as regras sociais e a dinâmica de ocupação territorial.

As interfaces entre História e Antropologia

Por serem os indígenas excluídos e invisibilizados da maioria dos documentos oficiais e geralmente, do mundo da escrita, como jornais e livros didáticos, é que se faz necessário a busca por suas vozes e, por conseguinte, de seu protagonismo histórico. Os movimentos sociais e lideranças indígenas reivindicam que uma nova história seja contada nas escolas e nos livros didáticos. A crítica dos índios a esse tipo de história deve-se a exclusão deles diante da História nacional e a hegemonia da "visão do branco". Além disso, predominou na ciência, a influência do evolucionismo no qual o índio tornar-se-ia civilizado, integrado ou aculturado. O índio presente nos livros didáticos aparecia somente a partir da chegada do branco, com o processo de colonização. MOREIRA (2001) atribui a invisibilidade dos povos indígenas a um processo de dupla exclusão, tanto historiográfica quanto social dos grupos minoritários diante da sociedade nacional.

> *"(...) pois se o índio é pouco visível nas obras de caráter historiográfico, especialmente naquelas que tratam do período pós-colonial, é porque, em grande medida, teve também pouca visibilidade no ambiente social que gerou aquelas obras. Formou-se um círculo vicioso: a subalternidade social gera uma espécie de "invisibilidade" social."* MOREIRA (2001:88)

Para ALMEIDA (2003:26-28), os índios somente eram incluídos na história a partir do contato com o europeu, seja para resistir à dominação branca ou apareciam como "massa amorfa" e integrada à sociedade colonial, abordados sob o aspecto da aculturação. A autora aponta que um dos problemas da relação entre História e Antropologia foi que a maioria dos estudiosos separou os "sujeitos antropológicos de seus contextos históricos". Para FERREIRA NETO (1997), durante o século XIX, a História e a Antropologia analisavam os

povos não europeus dentro de uma perspectiva de comparação e de hierarquização, influenciada pelo evolucionismo, a partir de parâmetros ocidentais e etnocêntricos. Foi a partir da terceira geração dos Annales que a História tomou emprestado os objetos da Antropologia, como o material etnológico, a memória, a tradição oral, os comportamentos e a temporalidade. MONIOT (1976:108). A interdisciplinaridade entre os dois ramos do saber possibilitou a formação da Etno-história, aqui entendida não como a história dos povos sem escrita, mas a partir do cruzamento e interpretações dos grupos sociais de acordo com o contexto histórico. (ALMEIDA, 2003:31).

A História procurou superar a visão de tempo linear e evolucionista, ultrapassando os acontecimentos em uma série cronológica. Nas sociedades tradicionais, o historiador se depara com a memória, com a tradição oral e outros ritmos de tempo. Para LE GOFF (1990: 431):

> *Nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestigio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas ligadas à magia religiosa.*

No caso dos Guarani, a idade do grupo é medida pela história de vida da líder religiosa Tãtãxi Ywa Reté. A memória e a história se confundem com a narrativa do mito. O mito aborda a origem daquela sociedade investigada e torna impreciso o uso da cronologia. Compreendemos o mito como pensamento lógico, racional e explicativo de uma sociedade. Para SILVA (2004), o mito possui uma linguagem própria, uma maneira de expressar o pensamento e as idéias. Além disso, fornece respostas aos grupos em questões como o funcionamento da sociedade e sua origem, promove a reflexão sobre a vida social e a história da comunidade e define atributos da identidade pessoal e do grupo em contraste com o outro. Através da movimentação do tempo, o mito promove a relação passado e presente para redefinir o futuro, justificando assim sua própria existência.

Quanto ao tempo, os Guarani possuem um ritmo próprio, que obedece aos rituais religiosos e ao ritmo da natureza. As expressões que os Mbya utilizam para demarcar o tempo são: *Ara Ymã* – ano velho/inverno, *Ara pyau* – ano novo/verão, *Ymã gware* – antigamente, *Aymã*- hoje e *Are'i* – pouco tempo. Para BORGES (2002:106), o tempo guarani deve ser pensado em relação à cosmovisão, aos mitos, aos tempos socioeconômicos e às novas temporalidades advindas das situações de contato, como a educação escolar e às novas práticas curativas dos postos de saúde. Borges afirma que o tempo serve para situar o sujeito nas sociedades, atuando como elemento formador das instituições e dos valores. O autor

acrescenta ainda que o tempo imaginário ou social pressupõe a unidade da sociedade, sem o qual encontrar-se-ia em estado de dispersão contínua.

Como a maioria das fontes encontradas sobre os Mbya são de natureza etnológica, cabe ressaltar que o recurso às categorias de análise empregadas pela Antropologia são essenciais para a compreensão histórica dessa etnia. Ao pesquisar sobre os Guarani, é essencial o domínio de categorias, como o *guata,* a terra, o território, a migração.[7] E em relação ao tratamento da diversidade cultural destacam-se os termos cultura, grupo étnico, identidade étnica e tradição.[8] Além das categorias empregadas no campo antropológico, faz-se necessário o estudo também destas na visão dos nativos.

A concepção de cultura para GEERTZ (1989) consiste em um sistema entrelaçado de teias que o próprio homem teceu, repleta de símbolos compartilhados socialmente e passíveis de interpretação de acordo com os grupos sociais investigados a partir de um dado contexto. As novas teorias demonstram o aspecto dinâmico e a própria historicidade da cultura. Nesse sentido, atribuições aos índios como aculturados, integrados ou assimilados, encontram-se superadas em termos acadêmicos, mas que ainda, apresentam forte ressonância diante dos discursos da sociedade nacional. As novas teorias antropológicas de tradição crítica (MACEDO, FARAGE, 2001:186) rechaçam a visão de perda da cultura, pois, para elas, a cultura se transforma e os membros das sociedades tradicionais rearranjam e adaptam novas culturas em seu interior.

Quanto ao método de pesquisa, a incursão à etnografia possibilita ao historiador recuperar as vozes indígenas ausentes do mundo da escrita, trabalhando com o que Malinowski chama de "fontes vivas". Para lidar com essas fontes vivas é necessário que o historiador domine a etnografia tanto em seu método como no que se refere à literatura. Em particular, a etnografia promove a oportunidade de conhecimento dos vários aspectos do cotidiano da sociedade tradicional investigada, relegados ao mundo invisível, que consiste na abordagem do universo microscópico da Antropologia, através dos rituais, dos gestos, do comportamento, dos mitos, da cosmologia, da cosmogonia, dentre outros. GEERTZ (1989) atribui ao etnógrafo o árduo trabalho em realizar uma descrição densa da cultura e propõe uma ciência interpretativa em busca do significado. Nesse sentido, o historiador e o

[7] Para o entendimento destas categorias, confira os estudos de GARLET (1996), CICCARONE (2001), LADEIRA (1992, 2001), dentre outros.

[8] Os estudos acerca de grupo étnico partem da matriz teórica de BARTH (1969 apud POUTIGNAT, STREIFF-FEINART,1998:188), que concebe os grupos não mais por diferenciação de traços diacríticos, mas pela oposição de um grupo em relação ao outro e o reconhecimento do membro como pertencente ao grupo. Nesse sentido, convergem CUNHA (1987) e OLIVEIRA (1976). Para uma compreensão da categoria tradição, confira HOBSBAWM (2002).

antropólogo trabalham com a interpretação e análise das fontes, selecionando-as e criticando-as, ao observar as diversas visões dos grupos sociais envolvidos em um contexto, é possível a aproximação com uma realidade totalizante.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria R. C. de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
BORGES, Luiz C. *Os Guarani Mbya e a categoria tempo*. In: **Tellus.** Campo Grande: UCDB, ano 2, nº 2, abril de 2002.
CICCARONE, Celeste. **Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani**. Tese de Doutorado.Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC- São Paulo, 2001.
_____(org). **Memória viva Guarani: revelações sobre a terra**. Comunidade Tekoa Porã. Vitória:UFES,1996.
CUNHA, Manuela C. **Antropologia do Brasil. Mito, história e etnicidade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense,1987.
GARLET, Ivori. **Mobilidade Mbya: História e significação.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC- Rio Grande do Sul,1997.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC,1989.
HOBSBAWM, E.J. RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,2002.
LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: O território mbya à beira do oceano.** Dissertação de mestrado. Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC-São Paulo,1992.
_____**Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso.** Doutorado. Programa de Geografia Humana. USP, 2001.
LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
MACEDO, Ana V.L. da S. FARAGE, Nádia. *Construção de histórias, ensino de história: algumas propostas.* In: SILVA, Aracy L. FERREIRA, Mariana K. L. (orgs). **Práticas pedagógicas na escola indígena.** São Paulo: Global, 2001.
MONIOT, Henri. *A história dos povos sem história*. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 99-112.
MOREIRA, Vânia M. L. *Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica.* In: **Diálogos Latinoamericanos**. Dinamarca: Centro de Estudos Latinoamericanos/ Universidade de Aarhus. nº 3/2001.
NETO, Edgar Ferreira. *História e etnia*. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios na História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
OLIVEIRA, Roberto C. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.
POUTIGNAT, P. STREIFF-FEINART, J. **Teorias da etnicidade : seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederich Barth.** São Paulo: Unesp, 1998.
SILVA, Aracy L. *Mito, razão, história e sociedade: interrelações nos universos socioculturais indígenas.* In: SILVA, Aracy L. GRUPIONI, Luís D. B. (orgs). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** 4 ed. São Paulo: Global, Brasília: MEC/MARI, UNESCO, 2004.

Documentos:

MARCATO, Sônia de Almeida. Funai. **Remanescentes indígenas do Leste Brasileir*o***. Brasília, 7 de maio de 1980a.

_____ Funai. **Da indianidade dos Tupinikim.** Brasília, 13 de junho 1980b.

Funai. **Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. Proposta de unificação das terras indígenas**.GT, Portaria nº 0783/94, de 30 de agosto de 1994.

VALLE, Lilia. **Relatórios do Centro de Trabalho Indigenista.** Rio de Janeiro, UFF 1979 a 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A instrução pública para trabalhadores : o Grupo Escolar Estevam de Oliveira de Juiz de Fora – MG

Maria Aparecida Figueiredo Cohn*

Resumo: Este trabalho tem como proposta de pesquisa, a (re) construção da história da escola pública primária, de ensino noturno, a instituição escolar: O Grupo Escolar Estevam de Oliveira, destinado aos trabalhadores da cidade de Juiz de Fora – MG. O recorte temporal privilegiado refere-se ao nascimento do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, em 1926 até sua extinção em 1971 em concordância com a Lei 5692/71. Recorremos às formulações teórico-metodológicas da História Cultural cujos referenciais têm possibilitado o estudo e a compreensão de novos objetos da historiografia da educação permitido um novo olhar sobre as instituições escolares.
Palavras - chave: Grupo Escolar - Cultura Escolar - Ensino Noturno - Juiz de Fora – MG.

Abstract: This work has as research proposal, the (re) construction of the history of a primary public school, of nocturnal education, the school institution: Group Estevam de Oliveira, destined to the workers of the city of Juiz de Fora – MG. The privileged temporal moment makes reference to the birth of the school Group Estevam de Oliveira, in 1926 until it became extinguished in 1971 in agreement with Law 5692/71. We use the theoretical - methodological formularization of the Cultural History whose reference have made possible the study and understanding of new objects from the historiography of education allowing a new look at the school institutions.
Key Words: school Group - school Culture - Nocturnal Education - Juiz de Fora – MG.

A História da Educação no Brasil assiste, atualmente, a um dos mais intensos debates e movimentos de pesquisadores em relação à escola primária. Nunca os temas educação primária, Grupos Escolares e a ação do Estado na organização do ensino elementar do País, foram tão debatidos no campo da historiografia da educação brasileira.

Frente ao exposto, é válido salientar a relevante contribuição que os estudos históricos sobre os grupos escolares têm trazido para a história do ensino primário e da escola pública no Brasil. Urge destacar que, durante muitos anos, a história desse nível de ensino foi relegada ao segundo plano.

Pesquisar a história de uma instituição escolar exige uma compreensão ampla e organizada sob vários olhares do pesquisador. Magalhães (2004:133-134) destaca que para re

* Mestranda do Curso de Mestrado em Educação do PPGE DA UFJF. Orientadora: Profª. Drª. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck;Universidade Federal de Juiz de Fora; Capes

(constituir) a história de uma instituição escolar é mister "integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de região, seu território, seus públicos e zonas de influência".

O objetivo principal deste trabalho é reconstruir a história do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, como também, compreender os aspectos ligados ao ordenamento normativo, os espaços, tempos, currículos, e principalmente, o conhecimento dos sujeitos que freqüentaram e produziram a primeira escola pública destinada aos trabalhadores da cidade de Juiz de Fora – MG. Uma escola que veio compor a tríade dos Grupos Escolares, os Grupos Centrais[1], instalados em 1907 na cidade de Juiz de Fora – MG. O período a ser estudado obedece a um recorte que vai desde a sua instalação em 1926, até a década de 1970, quando do seu surgimento e sua respectiva extinção como grupo escolar.

Esclarece-se que o término de suas atividades ocorreu em obediência à Lei 5.692 / 71[2], de 11 de agosto de 1971, que implementou o ensino de primeiro grau. De acordo com a referida lei, a escola primária e o ginásio passam a integrar uma única escola com oito anos de duração, compondo o que, atualmente, denominamos de ensino fundamental.

De acordo com SOUZA e FARIA FILHO (2006), a história dos grupos escolares é recente, emerge nos anos 1990, como fruto do movimento de renovação dos estudos em história da educação e em torno de questões como: a história das instituições escolares e cultura escolar. Tais estudos significaram uma redescoberta do ensino primário, possibilitando uma nova forma de escrever história.

Dentro desse contexto, a renovação da História da Educação, com base na Nova História Cultural e na Escola dos Annales, faz-se dentro de uma nova forma de entender e escrever a história. Segundo Burke (1991), as idéias dos Annales buscam substituir uma história linear, através de fatos estritamente políticos por uma história que busca a integração com outras disciplinas das Ciências Sociais.

---

[1] Nome justificado pela sua localização, em frente à Catedral Metropolitana, numa área central que nos idos dos primeiros vinte anos do século XX, compunha um trecho urbano considerado nobre, na principal avenida da cidade, em cujas vizinhanças abrigavam as residências da alta burguesia local. Os Grupos Centrais eram formados pelas três instituições: Grupo Escolar José Rangel, Grupo Escolar Delfim Moreira e Grupo Escolar Estevam de Oliveira. (YAZBECK, 1999: 102)

[2] A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, fixou as diretrizes e bases da escola de 1º e 2º graus. De acordo com a lei, o ensino de 1º grau compreendendo a duração de oito anos letivos (art. 18) destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente (art. 17), correspondendo ao ensino primário obrigatório e gratuito dos 7 aos 14 anos, estabelecido pela Constituição Federal de 1967 (art. 176 § 3º, II). Pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei n. 9.496, de 20 de dezembro de 1996), esse primeiro período de educação escolar passou a denominar-se ensino fundamental.

No Brasil, esse campo de estudos aproximou-se de uma nova forma de escrever história, possibilitando uma nova leitura, principalmente, da escola. LOPES E GALVÃO (2001) destacam que os estudos passaram a ser mais contextualizados, ocupando-se da organização e funcionamento interno das escolas, enfatizando aspectos culturais, cotidianos, curriculares, etc.

A reconstrução da história do Grupo Escolar Estevam de Oliveira adquire especial importância ao realçar alguns aspectos da história social e política da cidade, bem como da própria educação. Faria Filho (2005:43) destaca que uma das formas de se compreenderem as relações entre cidade e escola é buscar entender como a instituição escolar inscreve-se nas teias das relações urbanas.

Dadas as especificidades do tema, optei por uma pesquisa qualitativa de cunho histórico-cultural. A efetivação do estudo ocorrerá através de consultas em Arquivos, documentos internos da escola e governamentais , jornais da época e depoimentos orais.

O nascimento dos grupos escolares

Os grupos escolares, modelos de renovação do ensino, surgiram na legislação de 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e implantados a partir de 1894 em São Paulo.

Para Faria Filho (2003:147), os grupos escolares, que foram construídos como verdadeiros *templos do saber,* encarnavam todo um conjunto de saberes, de projetos político – educativo, propondo um modelo definitivo da educação do século: o das escolas seriadas. Vistos como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que, na República, o povo, em harmonia com a nação, construiria uma sociedade ordeira e progressista.

Em Minas Gerais foram criados, legalmente, pela Reforma João Pinheiro de 1906, que normatizou o ensino elementar no Estado. Os grupos escolares foram criados pela Lei de número 439, de 28 de setembro de 1906 e regulamentados pelo Decreto de número 1960, de 16 de dezembro de 1906. A reforma do ensino instituída pelo governador João Pinheiro é considerada o marco divisório na instrução mineira em função da criação dos grupos (MOURÃO,1962:94)

Sobre a implementação dos Grupos Escolares em Juiz de Fora, (YAZBECK, 2006:268) destaca que “a cidade guarda com curioso orgulho a idéia do pioneirismo, por ter abrigado a instalação do primeiro grupo escolar do estado de Minas Gerais”.

O modelo dos grupos escolares atravessou o século XX, constituindo-se como referência básica até a atualidade, como na organização das classes seriadas, na utilização racionalizada do tempo e dos espaços, como também na fiscalização do trabalho das professoras, o que nos leva a pensar que o modelo de escola ainda persiste, tendo apenas mudado de nomenclatura.

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira e a cidade de Juiz de Fora – MG

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira constitui o objeto de maior interesse para este estudo. Para tratar esse assunto, faz-se necessário situar a cidade de Juiz de Fora para que se proceda à sistematização do *corpus* e das informações sobre as singularidades da trajetória histórica dessa instituição escolar.

No entender de Faria Filho (2005: 43),

> *É na cidade, sem dúvida, que a escola vai ter que se defrontar continuamente e de forma sistemática com outras formas de socialização que ora se lhe mostram complementares, ora francamente antagônicas, como a rua, os espetáculos públicos e a fábrica, por exemplo. Em relação a essas,ora se desenvolve uma clara hostilidade, ora a apropriação de alguns de seus elementos estruturantes, ora tentativas mais ou menos frutíferas de escolarização, ou seja, de submetê-las à cultura escolar.*

Juiz de Fora, cidade situada na Zona da Mata, surge da construção do Caminho Novo dos Campos Gerais, que visava facilitar aos comerciantes do Rio de Janeiro o acesso a Minas Gerais, surgindo daí, o maior intercâmbio econômico e cultural entre as cidades.

Com a abertura da Rodovia União Indústria, em 1861, podemos constatar a origem do crescimento econômico da cidade, principalmente pelo fato de sua proximidade com a cidade do Rio Janeiro, centro de maior importância do país. Juiz de Fora ocupou um local de destaque nos âmbitos estadual e federal, uma vez que era vista como pólo de referência intelectual e industrial. Como enfatiza YAZBECK (1999 : 3),

> *"No final do século XIX, pela ação da parcela da elite agrária, a cidade de Juiz de Fora iniciou o seu desenvolvimento industrial por meio de um projeto de modernização que inclui iniciativas no âmbito da saúde, da educação e da cultura. A educação em Juiz de Fora tornou-se um dos signos da cidade, e esta recebeu a denominação de "Atenas de Minas" pela tradição de suas escolas primárias e secundárias."*

De 1908 a 1920, a indústria de Juiz de Fora teve seu maior índice de crescimento destacando-se como o mais importante centro industrial de Minas Gerais. O setor têxtil despontava como predominante entre as atividades industriais.

O desenvolvimento econômico da cidade fazia com que esta se mostrasse diferente em relação às tradicionais cidades mineiras. CHRISTO (1994 :10) destaca tal situação, quando diz que "enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neoclássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades."

Na década de 1930, o setor cresce, mas já evidencia algumas dificuldades, sinalizando a fase de estagnação e declínio econômico pela qual passaria a cidade. Entretanto, a indústria local conseguiu recuperar-se, persistindo o setor têxtil como preponderante.

Nessa perspectiva, é importante situar, nesta pesquisa, as condições nas quais ocorre a criação do Grupo Escolar Estevam de Oliveira, observando os atores sociais que se envolveram no processo, organização e funcionamento, de fundação dessa instituição.

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira foi criado em 21 de dezembro de 1926, pelo Decreto número 7432, por ato do Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos, sendo secretário de Educação, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Campos, para atender à classe de trabalhadores que necessitassem estudar no horário noturno, sendo portando, de acordo com as Leis e Decretos, o segundo Grupo Escolar Noturno do estado. Quando da sua criação, foram matriculados 410 alunos distribuídos por sete classes, tendo como diretor. o Sr. Professor José Augusto Lopes e a primeira auxiliar Maria José Brandão.

O Grupo Escolar Estevam de Oliveira é instalado em 15 de janeiro de 1927, com alunos matriculados nos primeiro e segundo anos.

Através de leituras de documentos e atas dos grupos, pode-se inferir que a origem do Grupo Escolar Estevam de Oliveira possa estar vinculada a uma Escola Noturna para adultos do sexo feminino, criada em 1914, a qual funcionava anexa ao Grupo Escolar José Rangel, o qual funcionava no período da manhã..

É válido destacar que investigar o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, hoje, Escola Estadual Estevão de Oliveira, permite traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e sua trajetória em nossa sociedade

O palacete Santa Mafalda : o prédio escolar

O prédio onde funcionavam os Grupos Centrais, o grande casarão da avenida Rio Branco, localizado em frente à Matriz, Catedral Metropolitana, possui uma história curiosa.

Com base no Livro de Instalação dos Grupos Escolares e alguns historiadores da cidade (OLIVEIRA, 1966; YAZBECK, 2006), constatou-se que tal prédio fora construído para ser presenteado ao Imperador D. Pedro II, pelo Comendador Manoel do Valle Amado em 1861, na ocasião de sua visita à cidade para a inauguração da Estrada União Indústria.

O Palacete foi oferecido oficialmente ao Imperador que o recusou, recomendando que o prédio fosse utilizado para fins de caridade ou instrução para crianças pobres. Como a sugestão foi recusada, o Comendador determinou que o prédio jamais fosse habitado, mandando fechar portões, portas e janelas do Palacete.

Com o falecimento do Senhor Comendador, em 1862, seu descendente, o Barão de Santa Mafalda, legou em testamento o Palacete à Santa Casa de Misericórdia que por motivos econômicos, negociou o prédio com o Estado.

Após 43 anos, o Palacete foi reaberto, para ser utilizado conforme o desejo inicial de Dom Pedro II. Instala-se, a partir de 04 de abril de 1904, um estabelecimento de instrução, a Escola Normal. Que permanece no prédio por apenas dois anos.

Em 1907, são instalados o primeiro e segundo grupos, "José Rangel" e "Delfim Moreira". O grupo escolar, símbolo de uma cultura popular, passa a integrar o núcleo urbano da cidade composto pela Prefeitura, Câmara Municipal, correios, lojas, bancos e Igreja Matriz, a Catedral Metropolitana. Ao mesmo tempo distinguia-se das residências, das casas comerciais e dos edifícios que constituíam a cidade. Um espaço imponente no centro da cidade!

ESTHER BUFFA (2002) salienta que, na paisagem das cidades, é possível distinguir, com clareza, um edifício imponente onde funcionava um Grupo Escolar, construído nas primeiras décadas do período republicano.

Compreendemos que no início do século XX a escola configurava-se como um lugar de referência para as cidades, sendo percebidas como "modelos". Como enfatiza (SOUZA,1998: 123)

> *"(...) o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. (...) O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos."*

A partir de 1927, o espaço do palacete é alterado para atender às necessidades da escola e à demanda de alunos matriculados. Podemos constatar esse fato através da publicação no Jornal "O Dia" de 07/04/1927.

Em publicação do mesmo jornal em 25 de maio de 1927, podemos conferir a notícia da construção de um novo pavilhão no prédio dos grupos escolares. Recentemente, o Estado de Minas Gerais empreendeu uma série de obras de restauração e ampliação do Palacete Santa Mafalda em que se busca recuperar as características do prédio. Como edificação mais antiga naquela área urbana, o Palacete, tombado pelo Decreto nº 2864, de 19 de janeiro de 1983, integra o conjunto de edificações preservadas pelo patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade.

Em 1992, o Palacete passa a ser ocupado nos três turnos pela Escola Estadual Delfim Moreira.

Concluindo...

Os grupos escolares, em Juiz de Fora, nasceram no movimento de visibilidade da modernidade republicana e da modernização e neste ano de 2007, comemoram seu Centenário.

Portanto, a re (construção) desta história adquire especial importância para que se chame a atenção, de maneira peculiar, para o Grupo Escolar Estevam de Oliveira, de ensino noturno. Buscando através dele, resgatar de certa forma a história de muitos cidadãos e da própria cidade de Juiz de Fora – MG, bem como da educação que através de uma instituição pode ser reconstituída em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e educacionais.

No momento em que a educação pública enfrenta novos desafios, busca novos espaços de atuação e abre novas oportunidades para os cidadãos, é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua contemporaneidade.

LOPES (2001) refere-se à escola como uma instituição que educa e instrui, mas cada sociedade, cria, e cada uma a seu tempo, maneiras de educar homens, mulheres, crianças, jovens e adultos.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (org). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BUFFA, Éster; PINTO, Gelson de A. **Arquitetura e educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas. 1893/1971. São Carlos: EDUFSCAR/Brasília, INEP, 2002.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929 -1989)** São Paulo: Ed. Unesp,1991.

_____. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Editora da UNESP, 1992.

BRASIL, **Decreto nº 7970-A de 15 de outubro de 1927.** Aprova o Regulamento de Ensino Primário, Belo Horizonte, MG, 1927.

BRASIL, **Decreto nº 1994 de 20 de março de 1907** – Cria a Escola Noturna em Juiz de Fora.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela de Galhardo. 2ª Edição. Lisboa- Difel. Rio de Janeiro,1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres:** Juiz de Fora na "Belle Époque Mineira". Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 1994.

ESCOLA ESTADUAL ESTEVÃO DE OLIVEIRA. **Livro de Atas de Reunião de Leituras dos Grupos Centrais – 1951 – 1957** Juiz de Fora. (Documento não publicado).

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios:** Cultura escola e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. **Cultura Escolar e Cultura Urbana**. In: Revista Presença Pedagógica, v.11, nº 66, nov/dez.,2005, p.41-43.

_____. **O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX**: uma introdução. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (ORG) Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; EDUFU,2002.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930**. Juiz de Fora, Ed. da UFJF, 1988.

LOPES, Eliane e GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. Ed. DP & A. 2001.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas – Entre A Memória e o Arquivo. In: **Para a História do Ensino Liceal em Portugal. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895).** Universidade do Minho, 1999.

_____ **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MOURÃO, Paulo Kruger Correa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930).** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

OLIVEIRA, Paulino. **A História de Juiz de Fora** (2ª ed.). Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PALACETE SANTA MAFALDA – Secretaria da Educação de Minas Gerais. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: Almeida, J. S. de; Saviani, D. **O legado educacional do século XX.** Campinas: Autores Associados,2004.

_____.**Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910**). São Paulo: Fundação UNESP, 1998.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **As origens da universidade de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1999.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **Formando os bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais**. In: Cadernos de História da Educação, nº 02 – Universidade Federal de Juiz Uberlândia – janeiro a dezembro de 2003,p.99/106.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"For the blood is the Life": O Discurso Médico-científico em Dracula de Bram Stoker.

Andrezza Christina Ferreira Rodrigues*

Resumo: Este trabalho pretende fazer a análise de algumas das tensões historicamente constituídas pelo avanço da modernidade durante as últimas décadas do século XIX, tendo como eixo norteador das reflexões o livro Drácula (1897) de Bram Stoker (1847-1912). É possível vislumbrar traços culturais de um cientifiscismo triunfante em relação às noções de saúde, em especial no que tange ao sangue. Na década de 1880, o darwinismo social, propôs aos ingleses a cobertura biológica para a teoria da degeneração urbana hereditária, reforçando a posição a chamada "idéia sanitária" desenvolvida por Chadwick, encontrando sua expressão no controle de doenças e na degenerescência através da mistura do sangue. As teorias médicas investem no sangue como condutor da carga humana que interfere no comportamento do corpo e da mente.
Palavras-chave: Ciências médicas – Modernidade – História e Literatura

Abstract: This work intends to make the analysis of some of the tensions historically consisting by the advance of modernity during the last decades of XIX century, having as north axle of the reflections Dracula (1897) from Bram Stoker (1847-1912). It is possible to glimpse cultural traces of a triumphant scientific thought in relation to the health slight knowledge, in special in what it refers to blood. In the decade of 1880, the social Darwin Theory, considered by Englishperson the biological covering for the theory of hereditary urban degeneration, strengthening the position named "sanitary idea" developed by Chadwick, finding its expression in the control of illnesses and the degeneration through the mixture of the blood. The medical theories invest in blood as conducting of the load human being who intervenes with the behavior of the body and mind.
Keywords: Medical sciences – Modernity - History and Literature

Durante o período conhecido como fin de siècle (termo adotado na Bretanha por volta de 1890, para descrever o caráter único do século XIX), no qual Bram Stoker (1847-1912) escreveu *Dracula* (1897), foi marcado por mudanças sem precedentes que afetaram quase todos os aspectos da vida humana (social, econômica, intelectual, entre outros). O próprio Stoker era um produto de um mundo muito mais tradicional.

O período que Bram Stoker viveu foi o tempo em que a Irlanda e o resto da Europa fizeram a transição, de fato, do mundo tradicional para o moderno. A vida de Stoker começa então no ápice do regime vitoriano, e termina, com a Europa modernizada. Como resultado, Stoker possui familiaridade com ambos.

* Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com bolsa mestrado Cnpq.

Londres possui a avant-garde literária, líderes políticos, cientistas e exploradores de novas tendências e correntes. Logo, não é surpreendente que seus romances e contos, gerados nesse período, incluindo Dracula, incorporem frequentemente elementos tanto tradicionais como modernos, uma característica marcante do fin de siècle.

No fim do século XIX, o império britânico controla um quarto do mundo e emerge como a maior potência econômica, definindo e ditando o ritmo mundial. A correnteza moderna invade o campo dos valores tradicionais, fazendo com que estes sejam repensados, trazendo-os para um universo mais científico, experimental, que já estavam presentes desde o século XVIII.

O povo, no século XVIII, estava sujeito a pressões para "reformar" sua cultura, segundo novas determinações do Estado inglês, que propunha, entre outras medidas regulamentadoras, a alfabetização (que suplantava a tradição oral, mantida desde a Idade Média); o "esclarecimento" escorria dos estratos superiores chegando aos inferiores. Pressões em favor da "reforma" sofriam grande resistência, fazendo com que "o século XVIII abrisse um profundo hiato entre cultura patrícia e plebéia" (THOMPSON, 2000: 13). Os problemas do século XVIII são diferentes dos enfrentados no século posterior, e claramente mais agudos, pois o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada em fatores tradicionais aparecem em conflito.

A experiência moderna invade os espaços humanos, e anula suas fronteiras e, por muitos momentos apresentada como ameaça a toda uma tradição cultural, a modernidade põe-se a desenvolver uma rica história, traçando assim uma variedade de tradições próprias.

No século XIX, o desarranjo de organizações vistas como tradicionais – papéis produtivos dentro do núcleo familiar, a inexpressão da classe camponesa – facilitam a penetração do moderno, este com o objetivo de dissipar-se por todas as camadas sociais, no campo e na cidade. À medida que o cotidiano foi tomado por racionalização[1] cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício, mas que aos poucos envolveram outros extratos, especialmente a dinâmica social, pondo hábitos maneiras de viver em cheque. O turbilhão da vida moderna alimenta-se em muitas fontes, dentre elas: as grandes descobertas científicas, a industrialização da produção que transforma conhecimento científico em tecnologia; se abrem novos ambientes humanos.

[1] "E. Durkhein e G. H. Mead viram que o mundo da vida racionalizado é caracterizado antes por um relacionamento reflexivo com tradições que perderam sua espontaneidade natural" (HABERMAS, 2001: 4)

O que marca o grande aglomerado urbano, perfil de muitas cidades no período, é o fato dos homens se assemelharem á figuras fugidias, não palpáveis e tampouco passíveis de análise além do que se pode observar em sua forma exterior. Existe de certa maneira a necessidade de permanecer incógnito, ter enfim, a identidade individual substituída pela do habitante, do *citzen* de uma metrópole como Londres. Tais formas foram apresentadas por inúmeros literatos, porém Stoker nada contra a corrente, sem deixar de ser um observador, sentirá a incumbência de ser um informador e formador de opiniões e tendências nas quais o homem moderno está submetido e na qual é movido.

Num momento em que o hábito da leitura já invadia distintas classes sociais – demonstrando que a alfabetização inglesa obteve sucesso – esse público fazia uma exigência: identificar-se com o que lia e, por outro lado, o Estado inglês fazia uma outra: que o público tivesse conhecimento do quão grandioso o império britânico era, e do quanto se avançava em diversos campos – o ideal burguês de se identificar com o que lia, aos poucos, tomou proporções de "popular", e assim, o fascínio pelo moderno invade mentes e corações, independente de classe ou gênero. E é justamente esse campo que autores como Mary Wollstonecraft Shelley (*Frankenstein*), Robert Louis Stevenson (*Dr. Jekyll & Mr. Hyde*), e Bram Stoker vão utilizar para apontar o moderno dentro do campo científico, especialmente no que concerne ao médico, tanto em formas de crítica como de admiração.

Dracula é o romance que inaugura, através do conjunto de assuntos explorados em seus capítulos, o gênero de horror moderno. Sustentando uma narrativa com características que ainda remontam ao tradicional, abre espaço para uma abordagem que traz já a tendência da modernidade para suas páginas. É considerado pelos críticos como a obra de ruptura com o modelo típico do século XIX; é uma obra divisora de águas, inaugurando a estética moderna de literatura. Segundo J. R.R. Tolkien, conjugar o contexto histórico no qual o texto se insere, o que denomina de sub-criação, é uma corrente específica do século XX, a exceção é justamente *Dracula*.

Um dos meios de avaliar as obras da modernidade, como revela Umberto Eco, seria conseguir triunfar acerca da visão positivista de uma relação autor-texto-leitor para um valor pautado na sua duplicidade: o leitor, de um lado, e o quebra-cabeça montado pelo conjunto de informações do texto, que remete ao seu momento criativo, de produção, que começa, justamente, na linguagem. A desconstrução da língua, começa na sua forma gramatical, passa pela análise comparativa de significante-significado, até despejar-se no contexto. Eis então um estado muito sutil, do discurso: a narratividade é quebrada e a história permanece, no entanto, legível.

Quando Dracula é publicado em 1897, se olhava mais à frente do que para o passado. De fato, o termo fin de siècle costuma apontar o moderno, progressivo, avançado (mas existem correntes de pensamento que empregam o termo como constatação de decadência). A crença no progresso é intensificada pelas descobertas científicas e inovações tecnológicas. Dracula revela a fascinação de Stoker pelo desenvolvimento desse campo. Proveniente de uma família interessada por ciência, formado em matemática e ciência pura, a utiliza como forma de celebração da mesma, de perpetuação e informação ao público das inovações tão caras aos ingleses.

Também, o emergente modernismo (como corrente, literária, filosófica, costumes, entre outros) faz com que os valores tradicionais sejam repensados e que o mundo, seja mais científico, experimental. Bram Stoker acompanha a corrente moderna, apesar de ainda conservar traços tradicionais, no que concerne, em especial, na ambiência de seus romances.

Na Londres da metade do século XIX, com dois e meio milhões de habitantes, projetam-se com total nitidez a promiscuidade, a diversidade, ou seja, os considerados perigos da vida urbana. Para além do fascínio, os cidadãos sentem medo.

Os combates do dia se interrompem, a multidão trabalhadora repousa e a noite, despertam "os demônios" para preencher o espaço urbano. Nessas horas escuras, surgem as prostitutas, os escroques atentos às mesas de jogos, os ladrões em seu trabalho silencioso, essas são suas personagens. Na escuridão a multidão renova o espetáculo da promiscuidade, da agressão, do alcoolismo, cotidianamente; todo o perigo pressuposto como presença em repouso durante o dia, põe-se de tocaia à noite, nos becos mal iluminados.

No centro de Londres, numerosas ruelas de casas miseráveis entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos parques públicos; essas ruelas lotadas de casas "abrigam crianças doentias e mulheres andrajosas e semimortas de fome" (Engels,1998:57)

Esse período é marcado pelo encerramento da sexualidade ao quarto do casal, a privação dos jogos de azar e a doutrina do trabalho, onde não há lugar para padrões de comportamento fora de uma ética puritana, característica da Era Vitoriana. Esses ameaçam a sociedade constantemente, fazendo com que a ciência trace teorias para combater essas "mazelas sociais".

Na década de 1880, o darwinismo social, propôs aos ingleses a cobertura biológica para a teoria da degeneração urbana hereditária, reforçando a posição a chamada "idéia sanitária" desenvolvida por Chadwick, encontrando sua expressão no controle de doenças e na degenerescência através da mistura do sangue.

As discussões acerca do funcionamento e funções do sangue no corpo humano aparecem já no século XVII, mas ainda com outro sentido: a necessidade de descobrir o corpo humano, suas particularidades, e de quais maneiras o bombeamento sanguíneo interfere no corpo. O sangue, nesse momento ainda estava pautado na condição hereditária, herança aristocrática, que determinava posição social do indivíduo.

No século XIX, as teorias médicas investem no sangue como condutor da carga humana que interfere no comportamento e propensões do corpo e, principalmente da mente, ou seja, seria como se a mistura sanguínea que um homem carrega, trouxesse as características de seus antepassados e o habilitasse para desenvolver características ao longo de sua vida, como por exemplo, a disposição para o trabalho, a loucura, a promiscuidade, a mendicância, entre outros.

Tema que traz preocupação à sociedade inglesa do período, pois o alto índice de miséria da parte operária, e principalmente a prostituição exacerbada dessa população, fazem com que o sangue misture-se e provoque o aparecimento de novas feridas sociais: as doenças do sangue.

O livro cria uma mistura do ambiente gótico, tradicional — um castelo antigo, parcialmente em ruínas, num lugar distante, que incita a imaginação, numa região desconhecida e montanhosa, com um vilão terrível, tipicamente reconhecido em uma obra do final do século XVIII — com o que há de mais moderno, tecnológico; marca do período em que Stoker o escreveu. Assim, segundo Botting,

> *"os fragmentos da narrativa de Dracula são de uma moldagem essencialmente moderna. Embora aludam a dispositivos góticos como manuscritos perdidos e cartas, esses fragmentos são registrados da maneira mais moderna possível: através de máquina de escrever, em taquigrafia e em fonógrafo. (...) A modernidade da ambientação do romance também é assinalada através do status profissional dos homens que se unem contra o vampiro: com exceção do remanescente aristocrático, Arthur Holmwood, eles são os advogados e doutores do centro da vida comercial vitoriana tardia. (....) Van Helsing é uma combinação de professor, médico, advogado, filósofo e cientista"* (Botting, 1996:147)

Apesar de Stoker dividir seu romance em capítulos e não em partes, podemos separar estes em quatro seções, que facilitam a compreensão da narrativa enquanto fonte:

A primeira seção relata a viajem de Jonathan Harker, ao Castelo de Drácula. É aqui o ponto de partida para a discussão do moderno, pois o choque entre a cultura inglesa carregada por Jonathan e sua pitoresca viajem à lugares distantes da dinâmica das grandes cidades, como a obscura Transilvânia, aflora e entra em conflito com as impressões e hábitos de um povo desconhecido, personificado pelos longos diálogos com o Conde. Anuncia-se a

tendência do autor em discutir questões exploradas pela ciência, pois sua personagem inicia questionamentos acerca de sua sanidade, questões estas que são aprofundadas na segunda seção do livro.

Já na segunda seção, podemos assistir a chegada de Drácula à Inglaterra, onde seduz e destrói a jovem Lucy Westenra. Essa é a parte chave do romance, onde o autor explicita as teorias médico-científicas do período, através de suas duas grandes personagens, Dr Abraham Van Helsing e Dr. Jack Seward. Também é nessa parte que os exercícios do Dr. Seward se intensificam com seu paciente, Renfield, internado na casa de alienados que o Doutor dirige. Pode-se constatar que o sábio Van Helsing, assim como o médico Seward, conhecem as teorias científicas, como a criminologia de Lombroso e Nordau. Eles ainda empregam as técnicas médicas e descobertas científicas mais recentes, utilizando, até mesmo, o hipnotismo de Charcot para ter acesso ao "cérebro infantil" de Drácula, através de Mina. Segundo De La Rocque e Teixeira,

> *"em Drácula, a ciência, seus métodos, saberes e instrumentos são usados como armas contra o vilão que nomeia o romance, e assim a obra, apesar de estar mais bem situada no gênero de horror que de ficção científica, realiza algo que talvez seja muito mais eficiente na divulgação, entre o público leitor, de uma noção positiva de ciência: personifica a idéia do cientista como detentor da chave de um conhecimento que não é perigoso, mas, ao contrário, útil à humanidade (...); em Drácula o sábio Van Helsing livra o mundo de um flagelo, empregando seu amplo conhecimento de maneira racional e científica"* (De La Roque e Teixeira,2001:22)

Podemos destacar, na terceira seção, as maneiras possíveis de combater o vampiro, teorias que vão do sobrenatural, supersticioso, ao que há de mais moderno na ciência, como é também visto na segunda seção. Ocorre a sedução de Mina Harker, a narradora mais presente no livro, que perde sua "voz" à medida que deixa dominar-se por Drácula; há a decisão de refazer o percurso iniciado por Jonathan nas primeiras páginas do livro, seguir o Conde até seu castelo e, destruí-lo.

Por fim, na quarta seção, acompanhamos a destruição do vampiro pelo grupo, que traz consigo todas as glórias de uma modernidade científica triunfante em relação a uma tradição ligada às superstições.

Seguindo essas convergentes discussões, o trabalho tem como objetivo principal trilhar o percurso da ciência, em suas manifestações na medicina do final do século XIX. Sendo assim, o estudo sistemático da fonte aponta como eixo norteador do trabalho o sangue, tanto dentro do circulo médico quanto sua simbologia, e também os campos de atuação patológicos e profiláticos no qual se insere.

Bibliografia:

Barthes, Roland O Prazer do Texto, São Paulo, Perspectiva, 2004.

_____ O Grau Zero da Escrita, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Bejamin, Walter Obras Escolhidas Vol 1, São Paulo, Brasiliense, 1996.

Dobson, Mary J. Contours of Death and Disease in Early Modern England, Oxford, Oxford, 2002.

Eco, Umberto Interpretação e Superinterpretação, São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____ Seis Passeios Pelos Bosques da Ficção, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

Foucault, Michel História da Sexualidade Vol 1, São Paulo, Graal, 2005.

_____ História da Loucura, São Paulo Perspectiva, 2003.

_____ O Nascimento da Clínica, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

Habermas, Jürgen Der Philosophische Diskurs Der Moderne, Main, Suhrkamp Verlag, 2001.

Mort, Frank Dangerous Sexualities – Medico-Moral Politics in England Since 1830, Londres, Routledge, 2000.

Porter, Roy Madness: A Brief History, Oxford, Oxford, 2002.

_____ Das Tripas Coração: Uma Breve História da Medicina, Rio de Janeiro, Record, 2003.

Senf, Carol Dracula: Between Tradition and Modernism, Nova York, Twayne Publishers, 1998.

Thompson, E. P. Costumes em Comum, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A utilização da literatura no ensino de história: estabelecendo a trama como fronteira

Antonio Germano Magalhães Junior*

Resumo
Ensinar história utilizando obras literárias é um tema que estimula questionamentos sobre os quais nos propomos a desertar de forma reflexiva. Serão objeto de nosso olhar investigativo três situações que permeiam a temática em questão: a possibilidade da utilização da literatura no ensino da história, suas dificuldades e práticas. A intenção de escrever sobre a práxis dos espaços fronteiriços existentes na utilização da literatura no ensino de história parte da tomada de consciência de que não devemos, nem mesmo podemos, separar o que se realiza; nomeamo-la de prática do que acreditamos ser a teoria que norteia esta ação. Nossa escritura possibilita demonstrar que a constituição da trama pode ser uma fronteira que enlace a literatura e o ensino de história.
Palavras-chave: Literatura, história e Ensino de história.

Abstract: To teach history through literary pieces of work is a theme that stimulates questionings about which we are going to comment in a reflective way. Three situations will be the object of our investigative look that get in to the thematic one in question: the possibility of teaching history using literature, your difficulties and practical. The intetion of writing about the "práxis" of the borders space that exist in the use of literature in the history education has broken of the conscience taking of that does not have, not even we can, to separate what it is become fullfilled; we nominate it of practical what we believe to be the theory that guides this action. Our writing makes possible to demonstrate that the constitution of the tram can be a border that connect the literature and the education of history.
Keywords: Literature, History, Teach History

Ensinar história utilizando obras literárias é um tema que estimula questionamentos sobre os quais nos propomos a desertar de forma reflexiva. Serão objeto de nosso olhar investigativo três situações que permeiam a temática em questão: a possibilidade da utilização da literatura no ensino da história, suas dificuldades e práticas. Para realizarmos tal propositura necessitaremos estar constantemente vivenciando o exercício de escrever a práxis, termo transcrito da palavra grega que significa ação (ABBAGNANO, 1998). A intenção de escrever sobre a práxis dos espaços fronteiriços existentes na utilização da literatura no ensino de história parte da tomada de consciência de que não devemos, nem mesmo podemos, separar o que se realiza; nomeamo-la de prática do que acreditamos ser a teoria que norteia esta ação. Procuraremos exercitar o ato de refletir sobre prática sabendo que

* Prof. da Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduado em Pedagogia e História, Mestre e Doutor em História da Educação. E-mail: germanomjr@yahoo.com.br.

não podemos separá-la da teoria, arriscando incorrermos em dicotomia que empobrece e não permite visualizar o funcionamento maquínico das coisas entrelaçadas com suas forças de intenção desejante.

Seremos obrigados a estar nos reportando ao que se faz e o que fundamenta este fazer na intenção de não separarmos o que acreditamos acontecer como um amálgama. Procuraremos ser o que os pedagogos chamam de didáticos, mesmo conscientes de que esta atribuição não é exclusividade deles. Acreditamos que ser didático é procurar caminhar com o outro e não fazer pelo outro; é ser claro e construir conjuntamente. Dividiremos a escritura em partes, embora cientes de incorrer no erro da separação do que não deve, ou mesmo pode, ser repartido. Acreditamos, todavia, que as coisas podem ser olhadas através de uma lupa e que ampliar o grau de visão não significa perder a consciência de que o objeto em foco está cingido em trama que amarra, esgarça e comprime dependendo do tempo, espaço e contexto.

Os questionamentos que se seguirão poderão estimular mudanças de práticas no ensino de história. Isto já bastaria para estimular a escritura deste texto, mas as palavras de Le Goff, redigidas no prefácio do livro "Apologia da história, ou, o ofício do historiador", inspiram ainda mais as linhas que se seguem.

> *Entrar no teor deste livro é portanto grave. Trata-se de um tema sério, abordado em uma situação dramática. No entanto, Marc Bloch logo reencontra e repete uma das virtudes da história: ela "distrai". Antes do desejo de conhecimento, ela é estimulada pelo "simples gosto". E eis reabilitados, num lugar decerto marginal, limitado, a curiosidade e o romance histórico colocados a serviço da história: os leitores de Alexandre Dumas talvez não sejam senão "historiadores em potencial". É preciso, portanto, para fazer a boa história, para ensiná-la, para faze-la ser amada, não esquecer que, ao lado de suas "necessárias austeridade", a história "tem seus gozos estéticos próprios". Do mesmo modo, ao lado do necessário rigor ligado à erudição e à investigação dos mecanismos históricos, existe a "volúpia de aprender coisas singulares"; daí esse conselho, que me parece também muito bem-vindo ainda hoje: "Evitem retirar de nossa ciência sua parte de poesia"* (In BLOCH, 2001: 19).

Comecemos pelo que vivemos no ensino de história. Não é necessário nos determos em detalhes da prática do ensino de história no Brasil para sabermos o que acontece no cotidiano de muitas das salas de aula. O que vamos relatar/refletindo não é coisa de todos, coisa que acontece em todo lugar, mas você, leitor, reflita se já não aconteceu durante suas experiências escolares. Relatos, relatando, delatados, usurpados, heroizados, muitos "ados", pouco participados, quase sempre não questionados, "decorados", passados para aqueles que muitas vezes só querem passar, ver o fim daquilo. Datas, fatos, lugares, pessoas que não sei por que estão sendo ditas, mal ditas, bem ditas, são ditos a quem não diz, não fala, se falar

poderá até sair, é assim, quase sempre é assim. Pode ser diferente? Às vezes sim, mas devemos pensar o que pensa aquele que está posicionado para ouvir, sentado, quieto, o "bom aluno é o quieto!". Será? Que é ser bom? Recomendamos uma dosagem de Nietzsche (1999) para compreendermos o que proporcionou a obtenção do título de "bons" para os "bem" comportados.

História e Literatura: a trama como fronteira

E a literatura? Qual a relação com tudo o que foi dito/visto? Para podermos melhor compreender, vamos enlaçar e diferenciar ao mesmo tempo. Acreditamos que começar com a diferença é mais "didático". História é literatura? Literatura é história? Uma pergunta digna da esfinge. Coisa de quem quer complicar? Não, coisa de quem quer esclarecer e ajudar a fazer.

Consultando o dicionário encontramos sobre o termo Literatura:

> *Arte de escrever trabalhos artísticos em prosa e verso. Conjunto das produções literárias de um país, de uma época. Profissão do homem de letras: dedicar-se à literatura. Conjunto de obras sobre um determinado assunto; bibliografia; literatura sobre o câncer. Literatura de cordel, literatura popular, de pouco ou nenhum valor literário, geralmente em brochuras ou folhetos pendurados em cordel de bancas de jornaleiros ou vendidos em feiras do Nordeste. Literatura de ficção, o romance, a novela, o conto* (KOOGAN, 1978: 513).

Se literatura é arte de escrever, podemos afirmar que um escrito de história é uma obra literária? Aqui chegamos a um questionamento em que necessita ser demonstrada a diferença para podermos responder se existe igualdade. Partindo da definição do termo história, veremos que ele possui uma historicidade e modificou-se em diferentes temporalidades. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na "realidade histórica" ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula (LE GOFF, 1996: 18). Considerando as duas epígrafes anteriores, podemos inferir que a história faz fronteiras com a literatura; mas vejamos: o termo fronteira remete a encontro e separação. Nas palavras de Le Goff, uma narração pode ser verdadeira ou falsa. Então o que caracterizaria a narrativa histórica? Acreditamos que é a submissão do narrar a realidade acontecimental. Podemos dizer tudo o que os acontecimentos/documentos nos permitem dizer. Encontramos uma diferença que se faz fundamental. Um romancista, escrevendo sua obra literária, poderá estar descrevendo minuciosamente um acontecimento real vivenciado em um tempo, espaço e contexto particular. Mas ele poderá, como romancista, criar, veja

bem, sair dos acontecimentos vividos na realidade, descolando das amarras do real, construir/exercitar seus desejos, vivenciar suas ilusões e montar uma trama como acredita que ficaria mais desejante.

Alguém poderia perguntar: um historiador está sujeito as amarras da verdade? A palavra verdade relacionada à história possui uma vinculação direta aos fatos ocorridos em um tempo, espaço e contextos particulares, sendo que estes acontecimentos estão sujeitos à interpretação dos historiadores. Realizar uma narração historiográfica requer cuidados metodológicos que credenciarão uma narrativa como historiográfica. Mas podemos indagar: quem credenciará? Os seus iguais historiadores, seus pares, e todo o publico que utilizará o termo: "isto foi verdade, porque os fatos/documentos assim o confirmam", imprimindo assim o teor de narrativa de história e não de ficção, para um determinado texto/acontecimento.

Estas fronteiras, como as miragens, às vezes enganam. Um historiador poderá redigir sua narração, comprometido e comprometendo sua obra com ideais falaciosos, buscando gerar certezas que possam arrefecer questionamentos e ações. Não existe história pronta e acabada que não mereça ser revisitada e interpretada através de diferentes questionamentos. Esta incessante busca pela verdade, através do ato interpretativo, possibilita uma constante vigilância dos pares, narradores do real, de estarem se olhando e entrecruzando suas interpretações. A problematização do que se passou nas ações humanas no tempo é o motor propulsor do trabalho historiográfico. Mas devemos melhor definir e demonstrar as fronteiras entre a história e a literatura através da diferença existente entre a narração histórica e a ficcional.

> *A narrativa histórica e a narrativa ficcional apenas colocam-se em campos diferentes na maneira delas referirem-se ao real. Considero muito prudente a colocação de Paul Ricoeur que "a história e a ficção referem-se ambas à ação humana, embora o façam na base de duas pretensões referenciais diferentes. Só a história pode articular a pretensão referencial de acordo com as regras de evidência comum a todo o corpo das ciências", ao passo que, "as narrativas ficcionais podem cultivar uma pretensão referencial de outro tipo, de acordo com a referência desdobrada do discurso poético. Esta pretensão referencial não é senão a pretensão de redescrever a realidade segundo as estruturas simbólicas da ficção" (In: Tempo e Narrativa, 1994). Esta cuidadosa observação de Ricoeur é muito importante, pois, apesar de assumirmos, junto com Paul Veyne, que a história não é uma ciência, tal como a física, ela se estrutura, ao fim e ao cabo, no campo epistemológico das ciências, por ser um conhecimento baseado nas evidências empíricas e, portanto, sujeito ao crédito da prova, no caso, documental* (DECCA, 1998: 17).

Ao percebermos as demarcações fronteiriças entre a história e a literatura, devemos lembrar que existe um termo utilizado nas duas diferentes áreas do conhecimento

que, ao mesmo tempo que separa, mediado pela diferente forma de narrar as ações humanas, aproxima pela particularidade e a necessidade de utilizar este olhar epistemológico. Estamos falando da trama. Podemos encontrar duas formas distintas de narrar um acontecimento histórico ou ficcional, de maneira linear, encarrilhando os acontecimentos como um trem sob duas linhas. Dirigindo-se para frente ou para trás, guiando-se pela cronologia dos acontecimentos, ou mesmo como um rosário, com suas contas amarradas, não permitindo a entrada de novas ou diferentes contas, que poderiam enriquecer pela quantidade e pela diversidade o objeto de devoção. Acreditamos que a postura linear de narração histórica, quase sempre, pouco estimula o leitor a compreender o acontecido. Um rosário está no âmbito do sagrado; logo, algo que venha a ser retirado ou acrescentado daquele objeto vai interferir na sua "ordem", o que é encarado como não questionável. Acreditou-se que a descrição factualista de datas, nomes de pessoas envolvidas no acontecimento, a localização exata do ocorrido e a descrição minuciosa dos detalhes do que estava presente no cenário bastavam para se ter uma história "científica". Mas, muitas vezes, faltava a trama, torque que gera o gosto. Os autores ficcionais normalmente estão menos presos às narrativas lineares. Acreditamos que este fato esteja associado à necessidade de não perder de vista o prazer da escritura e da leitura.

Existe uma relação entre o estabelecimento das tramas e o prazer da leitura. Devemos melhor compreender o que seja a trama.

> *Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco "científica" de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, Guerra e Paz ou Antônio e Cleópatra* (VEYNE, 1998: 42).

Podemos perceber que a narrativa em forma de trama se caracteriza pela constituição de um enredo, personagens que se enlaçam, ações que não necessariamente se dirigem por uma cronologia crescente ou a escolha das ações de quem está aparentemente no poder. Nas tramas não podemos esquecer os outros atores que contracenam, os figurantes, aqueles que fazem a diferença na descrição de uma feira pública repleta de pessoas, local de um assassinato. Sem estes outros, que correm, gritam, choram no momento do atentado mortal, a cena fica sem cor, cheiro ou gosto e transforma-se de uma aquarela em um rosário

repetitivo e enfadonho, que ao passar de uma conta à outra não exercita a diferença. O gosto pelo texto é motivo de muitos debates nos ambientes educacionais.

Pensando nos ambientes educacionais, podemos perceber que existem deferentes motivos para os educandos estarem presentes nestes espaços. Mas se questionarmos pais, alunos, professores, ou outros quaisquer envolvidos nesta trama do educar no ambiente escolar, podemos encontrar diferentes discursos para justificar a ida aos estabelecimentos educacionais. O nosso objetivo é possibilitar reflexões sobre o que poderia auxiliar nas práticas de ensino de história para gerar uma melhor aprendizagem desta disciplina escolar. Mencionamos sobre os desprazeres de muitos alunos em relação ao estudo da história, conscientes de que existem muitos outros que realizam seus estudos com profundo gosto e prazer. Mas o que poderia atrair na tarefa de conhecer as ações humanas no tempo? A necessidade de saber como aconteceu? O prazer de saber sobre outros? A busca da identificação estudando as diferenças? Acreditamos que tudo isto e muito mais. Mas existe uma forma que pode auxiliar a busca do conhecer, já que a intencionalidade básica dos estabelecimentos escolares é possibilitar a aquisição do conhecimento. Mas o que seria conhecer?

> *Reconhecendo, no entanto, a quantidade e a velocidade das informações na sociedade de hoje, cabe estabelecer a diferença entre informação e conhecimento. Conhecer é mais do que obter informações. Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações na perspectiva de transforma-las em conhecimento é uma tarefa primordialmente da escola. Realizar o trabalho de análise crítica da informação relacionada à constituição da sociedade e seus valores, é trabalho para professor e não para monitor. Ou seja, para um profissional preparado científica, técnica, tecnológica, pedagógica, cultural e humanamente. Um profissional que reflete sobre o seu fazer, pesquisando-o nos contextos nos quais ocorre* (PIMENTA; GHEDIN, 2002: 39).

Na epígrafe anterior, percebemos duas temáticas que ajudam na tarefa a que nos propomos. O papel da escola é trabalhar o conhecimento, não como mera informação, mas como mecanismo de manipulação, aplicação e descoberta. Mas devemos ter profissionais devidamente preparados para a tarefa do construir conjuntamente com seus alunos o ato de conhecer.

Passemos a analisar a possibilidade da utilização de obras literárias no ensino de história, de forma que auxiliem na construção de conhecimentos e não sejam mera aquisição de informações.

Obras literárias no cotidiano das aulas de história

Antes de iniciarmos algumas indagações que podem possibilitar uma reflexão/ação daqueles que pretendem utilizar obras literária no ensino de história, devemos esclarecer que não são somente os autores de obras literárias que escrevem e geram prazer em suas escrituras; muitos autores da história, na ânsia de "não fugir da veracidade dos fatos", construíram verdadeiros rosários historiográficos, despreocupando-se com o prazer do leitor.

Como relata Roland Barthes, O prazer do texto é esse momento em que meu corpo vai segui suas próprias idéias – pois meu corpo não tem as mesmas idéias que eu (2002: 24). Barthes, em seu livro O prazer do texto, indaga sobre o que possibilita esse prazer do autor e do leitor. Acreditamos que esta força desejante que impulsiona a escritura e a leitura de cada nova página está associada à construção da trama. Não é somente isto: a trama gera a possibilidade de entrar nela e vivê-la, construir e construir-se em um tempo, espaço e contexto particular mas, ao mesmo tempo, seu, meu, de quem deseja entrar nele. Existem professores de história que, ao relatarem o que se foi, parecem estar possuídos por uma força oculta que faz os olhos dos ouvintes virarem para trás e mergulhar no passado, passando a viver, reviver e pulsar nas ações humanas no tempo. Coisa que parece mágica. Mas o que faz o professor fazer "viajar", mergulhar de forma desejante nas tramas da história? Acreditamos que é o poder da trama que está presente nas obras literárias.

Existem muitas obras na área de história que estão sendo elogiadas pelo poder de "prender a atenção do leitor como uma obra literária". São exemplos: O queijo e os vermes, de Carlo Ginzburg, e A sagração da primavera, de Modris Eksteins. Sem desmerecer outros autores, estes foram os dois que surgiram à memória no memento da escritura deste texto. Existe a possibilidade da escritura da história permeada pela trama do acontecimento, algo que emaranha e dá sabor, possibilita o desejo do leitor.

Novamente os escritos de Barthes nos chamam a atenção.

> *Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente;: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer* (2000:14)
> *Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homem, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no*

> *esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura* (2000: 16).

Barthes demonstra o poder da língua, como desempenho de toda linguagem, afirmando a possibilidade de trapacear, criar, mesmo que estejamos sujeitos ao seu aspecto fascista. Professores de história podem utilizar obras literárias para auxiliar seus alunos a melhor compreender e interpretar as tramas dos acontecimentos que estão sendo motivos dos estudos históricos. Livros como Os Sertões, de Euclides da Cunha, O ateneu, de Raul Pompéia, e A Normalista, de Adolfo Caminha, são alguns dos exemplos de obras que podem auxiliar a interpretar o contexto da trama dos acontecimentos históricos. Professores podem trabalhar juntos escolhendo obras que podem ser usadas nas aulas de história, literatura, geografia, sociologia, filosofia, são muitas as possibilidades que o prazer da literatura pode auxiliar no estudo da história.

Professores estão buscando formas de atrair seus alunos para o estudo dos conteúdos trabalhados nos estabelecimentos escolares. Uma batalha difícil em um mundo repleto de estímulos audiovisuais que encantam pelas propostas de interação e construção conjunta dos ambientes e tramas: os games, blogs, flogs ou quaisquer outros ambientes de que o usuário se sente autor. Temos que pensar/agir em estratégias e estimular o gosto pela leitura. O vídeo apresenta as imagens aos sentidos, não estimulando a criação delas como acontece com os livros que nos fazem criar cenários, figurinos e personagens que estão presentes no imaginário particular de cada novo leitor. São possibilidades outras de criação.

Devemos encerrar a escritura deste texto com a sugestão de possibilidades. Podemos escolher, juntamente com professores de outras disciplinas escolares, os livros que podem ser trabalhados conjuntamente, no caso da história, auxiliando na interpretação das tramas que ficção e realidade: vistas juntas e interpretadas separadamente podem gerar uma melhor compreensão do real e um prazer maior pelo estudo das ações humanas no tempo. Literatura e história trabalhadas conjuntamente, respeitando e interpretando suas diferenças, podem servir de fonte de conhecimento e prazer para alunos que a cada dia lêem menos e necessitam de mais conhecimento no enfrentamento das exigências de um mundo mais competitivo e exigente.

Bibliografia

ABBAGNAMO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARTHES, Holand. O prazer do texto. Trad. J. Guinsburg. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
_____. Aula. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Ed. Culrtrix. 2000.
BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história, ou, O ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
CAMINHA, Adolfo. A Normalista. 13ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.
CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo: Circulo do Livro, 1992.
DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da história. In LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; (orgs). História e história da educação. Campinas, SP :Autores Associados: HISTEDBR, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).
KOOGAN, Abrahão. Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções. Rio de Janeiro, Larousse do Brasil, 1978. Literatura.
LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.
POMPÉIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2003.
VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o controle e a resistência: o Presídio da Ilha das Flores como espaço de luta e afirmação de identidade de ex-prisioneiros políticos

Maria Fernanda Magalhães Scelza*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o espaço físico e social do Presídio da Ilha das Flores, relacionado à construção da identidade de ex-prisioneiros políticos nele encarcerados no período de 1969 a 1971. O estudo, em andamento, priorizou a análise das suas memórias, no que diz respeito a atividades de resistência e sobrevivência na referida instituição prisional.
Palavras-chave: Memória – Ditadura Militar – Sistema Prisional.

Abstract: The present work has as objective to characterize the physical and social space of the Presídio da Ilha das Flores, related to the construction of the identity of former-prisoners politicians in it jailed in the period of 1969 the 1971. The study, in progress, it prioritized the analysis of its memories, in that it says respect the activities of resistance and survival in the related prisional institution.
Keywords: Memory – Military Dictatorship – Prisional System

1. O espaço e a identidade: conceitos

O presente artigo possui como objetivo discutir as relações estabelecidas entre a construção da identidade coletiva dos ex-prisioneiros políticos do Presídio da Ilha das Flores com o espaço físico do cárcere, dialogando com os eventos de resistência ocorridos dentro do próprio Presídio. O enfoque se restringe ao período de 1969 a 1971, que marca as datas da primeira prisão e soltura dos ex-prisioneiros.

As fontes documentais consultadas e utilizadas no artigo estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e fazem parte do Fundo Polícias Políticas. A pesquisa aqui apresentada se ampara na metodologia da História Oral. Para tal, foram entrevistados cinco ex-prisioneiros políticos que atuaram em diferentes organizações, armadas ou não, durante o Regime Militar. Dada a natureza do tema abordado e a fase preliminar do estudo, optei por omitir os nomes dos narradores.

A partir dos relatos por mim colhidos foi possível ter acesso às informações que constituem a memória desses agentes sociais. Vale ressaltar que tratamos aqui de memórias

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), na linha de pesquisa História Política e Cultura.

submetidas a um processo seletivo, fruto do silenciamento e esquecimento dos fatos vividos em experiências limites.

Dessa maneira, entendo a memória como um dos elementos formadores da identidade, sendo ela coletiva ou individual. Tal sentimento se mistura ao instinto de continuidade, fortalecendo e fomentando a coerência na formação do próprio indivíduo ou do grupo em questão. Embasando-me nessa idéia, procurei buscar o acesso às informações resguardadas pelos ex-prisioneiros políticos.

Ao apontar a construção e permanência de uma memória coletiva proveniente do espaço físico onde ocorreu a atuação dos atores sociais, identifico uma relação de mão-dupla, já que "não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial (...) é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças" (HALBAWACHS: 1990, 143).

Assim, analisando o cotidiano dos ex-prisioneiros políticos na Ilha das Flores é possível refazer as rotas da constituição não só da memória e do espaço em si, mas, principalmente, da identidade político-cultural ali fomentada. Este levantamento possui como objetivo apontar uma cultura política de resistência nascida nos dias de clausura do coletivo.

2. O golpe e as flores: conjunturas

O tema escolhido para o estudo está inserido na conjuntura do Regime Militar no Brasil. O período, inaugurado em 1º de abril de 1964 a partir de um golpe civil-militar protagonizado pelas Forças Armadas e apoiado por parcelas da sociedade civil, acabou por destituir o presidente eleito João Goulart. Apesar da grande adesão ao governo por parte das camadas populares, este desmoronou sem qualquer resistência. A sociedade, assim como as forças políticas de esquerda e o próprio presidente, que temia uma guerra civil, nada fizeram no sentido de impedir o avanço conservador.

É importante ressaltar a idéia de que "a ditadura foi uma construção histórica e social da sociedade brasileira" (REIS Fº: 2005, 51). Não se tratou de um golpe efetivado simplesmente por militares, mas sim um golpe de caráter civil-militar, existindo a participação dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, encabeçada inicialmente pelas elites. A ação foi argumentada como sendo um contra-golpe a favor da 'democracia'.

Ao assumir o poder, os militares desenvolveram como base estrutural as chamadas Comunidades de Informações, onde cada uma das Forças Armadas tinha um contingente informacional (CIE, CISA e CENIMAR). No caso aqui específico, destaco o

CENIMAR que desempenhou importante papel como órgão de repressão. A Marinha contava com algumas instalações prisionais, dentre as quais, o Presídio da Ilha das Flores, pano de fundo do objeto desse trabalho.

Apesar do nome um tanto poético, o Presídio da Ilha das Flores possui peculiaridades que em nada lembram poesia. Anteriormente à instituição carcerária, no local funcionara a Hospedaria de Imigrantes, construída em meados do século XIX. Tratava-se do espaço onde os recém-chegados imigrantes permaneciam em quarentena, aguardando informações sobre o rumo a tomarem para trabalhar. Estando localizada no atual município de São Gonçalo, nas imediações do bairro de Neves, próximo à Rodovia Niterói-Manilha, a Hospedaria ficava sob a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Provisoriamente, durante a I Guerra Mundial, em 1917, a Ilha passou ao Ministério da Marinha, sendo devolvida com ressentimentos ao ministério de origem em 1919.

Antes mesmo de 1964 a Hospedaria já possuía parte de seu espaço adaptado ao Presídio, passando a receber um número considerável de detidos. Inúmeros soldados da Revolução Constitucionalista de 1932 foram encaminhados para a Ilha.

Conforme o Regulamento do Presídio da Polícia Civil Instalado em uma Seção da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, de 10 de agosto de 1942, a Hospedaria da Ilha das Flores passou a abrigar um presídio. A Hospedaria e os respectivos funcionários permaneceriam ao sul da Ilha e o presídio com sua estrutura funcional, ficariam situados ao norte. Algumas dependências da Hospedaria de Imigrantes foram transformadas em campos de concentração para presos do pós-II Guerra Mundial (FÁVERI: 2005, 65).

O Presídio utilizou as instalações da antiga hospedaria para o seu funcionamento. Era uma espécie de sobrado repleto de quartos pequenos de um lado e de outro, que foram transformados em celas. Existia uma ala masculina e uma feminina. A ala feminina ficava no final do pavilhão. Lá também ficavam as celas dos presos incomunicáveis, que ficavam voltadas para a cidade de São Gonçalo. A outra parte das celas ficavam voltadas para o Rio de Janeiro. O banheiro ficava na ponta do corredor dos incomunicáveis, distante das demais celas.

A Hospedaria manteve o seu funcionamento paralelo ao do presídio até o ano de 1966. No mesmo ano, deram por terminadas suas atividades, instalando na Ilha das Flores o Centro Nacional de Treinamento (CENATRE), uma espécie de escola de treinamento para oficiais militares, administrada pela Marinha.

A Marinha toma posse da Ilha das Flores no ano de 1969. Em abril, "o comandante Clemente Monteiro Filho montara com um destacamento de fuzileiros navais seu

pequeno campo de concentração da Ilha das Flores" (GASPARI: 2002, 263). Sob o comando de Monteiro Filho, a Ilha das Flores abrigou um centro de tortura que funcionava na chamada Ponta dos Oitis. No local existiam pequenas casas que serviam para guardar os equipamentos de tortura e, também, onde era praticada a mesma.

LC, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi um dos primeiros a chegar à Ilha junto de toda organização. Ele explica, em entrevista concedida em 12 de janeiro de 2006,

> "(...) pegaram uma casinha que a gente chamava de Casa Vermelha, que era um centro de horrores. Todo o esquema de tortura lá, equipamentos... E era uma tortura... Vinha gente de tudo que era lugar torturar a gente. (...) afastada do pavilhão e atrás da casa da burocracia, do comando da Ilha das Flores. Tem o pavilhão, tem umas casas brancas e era lá atrás, a Ponta dos Oitis. Tudo muito antigo. Está demolido esse negócio".

Segundo VH, ex-militante da Ação Popular (AP), entrevistado pela autora em 1º de novembro de 2005, "é um lugar muito longe, na ponta da ilha. Então, você só via mesmo a baía, o mar. Você se sentia abandonado. Ali era um local bastante ermo. Tinham duas casas abandonadas. Então, ali você estava entregue mesmo".

JM, também ex-membro da AP, em entrevista concedida à autora em 24 de janeiro de 2006, rememora a Ponta dos Oitis,

> "Era um lugar lindo, bucólico, com umas árvores floridas, com o mar batendo e tinha uma casinha branca no canto. (...) Devo ter sido o quarto a ser levado. Cheguei lá e os caras me tiraram a roupa, me deram bofetão, porrada, o cacete, mas ainda era um troço muito leve. Mandaram-me segurar uns fios de magneto, ficaram dando choques e jogaram água salgada por cima. Uma sessão de duas horas, mas não foi uma porradaria".

O centro de tortura da Ilha das Flores deixou de existir com a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), entre o final de 1969 e o início de 1970. O DOI-CODI tinha como objetivo principal centralizar as informações obtidas pelos centros de tortura de cada uma das Forças Armadas. Assim, as ações dos militares tornaram-se mais eficientes, já que as informações circulavam entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Somente em 1978, a Marinha se transfere definitivamente para a Ilha das Flores. Atualmente, é mantida na ilha uma Base de Fuzileiros Navais e Tropa de Reforço.

3. O controle e a resistência: o dia-a-dia no Presídio

As lembranças do clima de tensão que permearam o cotidiano dos prisioneiros no Presídio da Ilha das Flores iniciaram-se logo no trajeto para o local de clausura. Os ex-prisioneiros políticos entrevistados antes de rumarem para a clausura da Ilha, foram interrogados em centros de informações, onde foram expostos às mais cruéis torturas.

RG, ex-militante da Ação de Libertação Nacional (ALN), em depoimento ocorrido em 18 de outubro de 2005, explica o funcionamento do presídio: "Quando se passava para os comunicáveis, você sabia que a tua prisão já tinha sido oficializada. Antes disso, você era preso clandestino, até porque se eles quisessem matar você não tinha sido preso".

FM, também ex-membro da ALN, recorda sua passagem pelo isolamento e as marcas dessa experiência em sua vida em relato concedido em 23 de janeiro de 2004.

> "Uma coisa ficou desse período que estava isolado era que havia uma obra na Ilha das Flores e de manhã cedo, ligavam uma serra elétrica. Durante vinte e tantos anos, aquele barulho da serra elétrica me perturbou. Isso foi uma coisa que só a minha terapia me livrou... (...) Toda vez que eu estava numa situação de me desprender totalmente da realidade, no sono, principalmente, a serra elétrica me despertava. Como se eu não pudesse ignorar o real".

A partir da liberação da comunicabilidade dos presos políticos, estes passavam a ter a oportunidade de dividir as experiências vividas com seus pares. É nesse momento em que iniciam as diferentes formas de resistência no cárcere. Para ilustrar a resistência na prisão, resolvi destacar alguns eventos relatados pelos ex-prisioneiros políticos.

Dentre as atividades desenvolvidas, os estudos e a prática de esportes possuíam grande importância. Eram formas de impedir o esquecimento do tempo/ data (tortura psicológica em que o indivíduo fica alheio à passagem dos dias/ horas). JC, ex-militante Vanguarda Revolucionária–Palmares (VAR-PALMARES), afirma no relato concedido em 04 de novembro de 2005, que "(...) Tinham muitas discussões políticas, filosóficas, econômicas e futebolísticas e teve um momento, inclusive, na Ilha, que nós chegamos a ter uma certa liberdade no banho de sol, e organizamos um campeonato de vôlei".

O apoio familiar foi imprescindível. Além de levar livros e alimentos, as famílias também colaboravam com a resistência dos presos na Ilha. Muitos bilhetes eram repassados aos familiares para serem entregues às organizações e/ ou aos prisioneiros. O chamado 'Papa',

rádio que os presos utilizavam para informarem-se sobre os acontecimentos externos à Ilha, foi levado pela mãe de RG.

> "Eu falei: 'Mãe, a gente precisa ter um rádio aqui'. Na prisão, lia-se jornal, mas rádio não. E meu pai tinha passado no Japão, numa Copa do Mundo que ele foi, e ele trouxe dezenas de rádios de pilha do tamanho de uma caixa de fósforos. Eu perguntei: 'Ainda tem aquele radinho?'. Ela falou: 'Mas como é que eu boto isso aqui dentro?'. Nós recebíamos mantimentos de casa. Na época, o açúcar era saco de papelão costurado em cima. Eu falei 'Se você tiver paciência, você tira o barbante que costura o saco, vai na balança de precisão da farmácia, pesa o radinho, tira a mesma quantidade de açúcar, envolve o radinho num plástico, bota dentro e fecha de novo'. Ela fez isso e nós tínhamos um rádio lá".

Quanto as relações desenvolvidas com os militares que guardavam a Ilha, os entrevistados são unânimes: na maioria das vezes, não havia uma relação propriamente dita. O confronto era direto, pois, para RJ, ex-participante da VAR-PALMARES, em entrevista de 04 de novembro de 2005,"uma coisa terrível, uma situação altamente estressante. Por causa disso, a qualquer momento, você poderia voltar para o pau, voltar para a tortura".

Para LC, os militares "são pessoas muito duras, muito limitadas e covardes. É prepotência, querer mandar, querer dizer que eu não posso fazer isso, me subjugar". Ainda assim foi possível conseguir a adesão de algumas guardas. A tática utilizada, de acordo com JM era "(...) não cumprir provocação, tratar todo mundo com dignidade, ninguém se submeter, mas não entrar nas provocações".

A vida da prisão está longe de ser tranqüila. São inúmeros os obstáculos físicos, psicológicos e ideológicos a serem transpostos. A individualidade perde espaço para um coletivismo, a priori, forçado. Sem dúvida, a troca e o apoio entre os prisioneiros fizeram com que a situação fosse sustentável. A preocupação, a solidariedade, o ânimo injetado uns nos outros foram triviais para conseguir transcender o momento do desespero e da solidão.

Dentro desta realidade, os presos políticos acabaram por formar um grupo bastante coeso, um coletivo tendo como principal característica o apoio prestado reciprocamente. Por conta disso, construíram uma identidade conjunta, onde seus temores e anseios se misturam à fecunda amizade que passa a existir. A utilização do próprio cárcere como trincheira de luta serviu para garantir a sobrevivência. Os presos políticos notaram a necessidade de organizarem-se dentro do próprio presídio. Uma série de prisões arbitrárias foram efetuadas pelos organismos de repressão a partir da homologação do AI-5. Os acusados de subversão não tinham o direito de habeas corpus , nem de averiguar seus processos. Além disso, as condições oferecidas nas casas de custódia eram precárias.

Através da comunicação criativa[1] que os prisioneiros utilizavam, receberam a informação de que haviam levado três jovens militantes: MS, MM e MV, integrantes da Ação Popular (AP). Como forma de protesto, uma greve de fome foi deflagrada em fins de outubro de 1970. As militantes citadas "tiveram suas prisões relaxadas pelo Superior Tribunal Militar e foram violentadas no seu direito à liberdade" (APERJ: 1970), sendo seqüestradas e levadas para local desconhecido no momento em que deixavam a Penitenciária Feminina de Bangu, onde se encontravam reclusas.

Os prisioneiros conseguiram escrever um panfleto denunciando os desmandos do governo militar, onde os detentos elaboraram uma lista de reivindicações em prol de melhorias de vida no Presídio da Ilha das Flores. O panfleto foi divulgado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), campus da Praia Vermelha. As militantes seqüestradas reapareceram e algumas das reivindicações sobre melhores condições carcerárias foram cumpridas.

O encarceramento de parte do grupo dos ex-prisioneiros políticos da Ilha das Flores tem fim com o seqüestro do embaixador suíço, empreendido pela organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), onde foi possível libertar 70 presos políticos. Foram "cerca de 40 dias de negociações, com veto da ditadura a vários nomes da lista inicialmente apresentada. O desgaste dessa ação, associado à fraqueza orgânica do que restava da esquerda armada, destroçada pela repressão, colocou um ponto final nos seqüestros" (RIDENT: 1999, 19).

Os ex-prisioneiros políticos da Ilha das Flores entrevistados foram, com exceção de VH e LC, libertados em 1971 após o seqüestro do embaixador suíço, seguindo para o exílio. A partir daí, os presos que constavam na lista de negociação ficaram isolados e no dia 10 ou 11 de janeiro de 1971 foram levados para a Base Aérea do Galeão. De lá, seguiram para o exílio no Chile, onde permaneceram até 1973.

4. Considerações finais

Certamente a rememoração dos acontecimentos relacionados ao período do regime militar é dolorosa. As feridas ainda não se encontram totalmente cicatrizadas. Muitas obscuridades referentes à 'revolução democrática' dos militares e ao 'golpe civil-militar' dos opositores têm de vir à tona e serem investigadas. São inúmeros os mortos que têm de ser enterrados e arquivos que necessitam serem abertos. Além disso, muita justiça ainda tem de

[1] Os presos comunicavam-se através de copos encostados à parede e ao ouvido concomitantemente.

ser feita. Sendo assim, acredito que os levantamentos memorialísticos e documentais são imprescindíveis, da mesma forma que as pesquisas e publicações que abordem o assunto.

Com base na análise das fontes por mim selecionadas, tanto escritas quanto orais, pude perceber a importância da reconstrução do espaço prisional na memória de ex-prisioneiros políticos. Ao rememorar o espaço físico da prisão, conseqüentemente, são desencadeadas lembranças silenciadas pela dor e angústia que promovem.

É interessante ressaltar que os narradores não se isentam da violência utilizada contra a ditadura militar. Apresentam as atrocidades das torturas sofridas e as limitações da liberdade, mas reconhecem o 'jogo de cartas marcadas' que envolvia as relações com o regime. Os que optaram pelo uso da violência e participaram de grupos armados, compreendem a reação vinda dos militares. Isso não quer dizer que a tortura seja aceita. Mesmo imobilizados pela prisão, os presos políticos deram continuidade à luta de resistência.

Muitas foram as ações que imprimiram a luta pela sobrevivência diária na prisão. Entre pequenos gestos e feitos sensacionais, a resistência só foi possível graças a boa convivência dos presos. Apesar das divergências político-ideológicas, prevaleceu a amizade e solidariedade mantida até os dias de hoje, onde o carinho e afeto são notados nas menções feitas pelos narradores.

Assim, o artigo cumpre o papel por ela proposto. Sem a pretensão de esgotar o assunto e, muito menos, as análises dos relatos, lança luz nos testemunhos dos que vivenciaram a experiência da clausura sob o regime de horror.

Referências bibliográficas:

FÁVERI, Marlene de. *As línguas proibidas*. In: **Revista Nossa História**. Ano2. Nº 21 – Jul. 2005. Pp 60-65.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

REIS Fº, Daniel Aarão. Entrevista. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Ano 1. Nº 3 – Set. 2005. Pp 50-53

RIDENT, Marcelo. *Que história é essa?* In: REIS Fº, Daniel Aarão. **Versões e ficções:** o seqüestro da história. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. **Informação, identidade e memória:** o espaço prisional da Ilha das Flores pela ótica de ex-prisioneiros políticos da ditadura militar. Monografia defendida como trabalho de final do curso de graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tracejando esboços da cidade (embates sobre a memória e a história de Florianópolis)

Luiz Felipe Falcão[•]

Resumo: Considerada como uma cidade relativamente pequena do ponto de vista demográfico ao longo das décadas de 1940 e 1960, além de pouco dinâmica em termos econômicos e culturais, Florianópolis já vivenciava uma série de contatos com as maiores cidades do Brasil, um início de verticalização das construções na parte central da sua urbe e uma tentativa de planejamento urbano. Entretanto, a partir de 1970, a cidade foi sendo bastante transfigurada em relação ao que sua paisagem mostrava até então, com uma nova ponte ligando sua porção insular à continental e novas avenidas e estradas aproximando as localidades mais distantes, dando ensejo a intensas disputas acerca da produção de uma memória e de uma história da cidade capazes de lhe conferirem um perfil identitário singular no Estado de Santa Catarina e mesmo no Brasil.

Palavras-chave: Cidade, memória, identidades.

Abstract: Considered as a relatively small city between the decades of 1940 to 1960, beyond little dynamic in economic and cultural terms, Florianópolis already lived deeply a series of contacts with the biggest cities of Brazil, some buildings in the central part of the town and an attempt of urban planning. However, from 1970, the city was being sufficiently changed in relation what its landscape showed until then, with a new bridge binding its portion insular and continental and new avenues and roads approaching the localities most distant, producing intense disputes concerning the production of a memory and a history of the city in conditions to confer a singular identity profile in Santa Catarina State and in Brazil.

Key-words: City, memory, identities

Em um instigante artigo publicado há alguns anos, o historiador norte-americano Richard Morse propunha estudar as cidades como "arenas culturais", entendendo-as como "cadinhos de mudança na era moderna". Nesta perspectiva, ele afirmava que pretendia vislumbrá-las como palco de expressões e manifestações do ambiente urbano, para além das descrições e análises feitas acerca delas:

> *(...) O que estamos buscando é o ambiente urbano, não como descrito e analisado, mas como experimentado e expresso. As cidades tornam-se teatros e nossos informantes, atores. Estes últimos não são repórteres ou especialistas em diagnósticos, mas participantes envolvidos, que se lançam sobre todas as fontes ou recursos intelectuais e psíquicos de que dispõem para interpretar, não a condição urbana, mas a condição humana.* (MORSE, 1995: 205).

[•] Professor do Departamento de História/Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Tomando como referência estas assertivas, elas podem ser úteis para refletir sobre as tensões contidas nas tentativas de instituição de uma certa memória e de uma determinada história de uma cidade, na medida em que tanto aquela memória quanto esta história pretendem descrever e interpretar com legitimidade as trajetórias pelas quais passaram e seguem passando as cidades contemporâneas, dizendo portanto mais a respeito de uma "condição humana" na atualidade do ambiente citadino do que sobre uma "condição urbana" propriamente dita. Em outras palavras, elas podem se mostrar reveladoras de que os modos de construção de uma tal memória, bem como os procedimentos de constituição de uma tal história, não estão isentos de interesses e contradições os mais diversos.

Tomando, para efeito de discussão, a cidade de Florianópolis, cidade de porte médio (em torno de 400 mil habitantes em 2006) situada no Brasil meridional, pode-se constatar algumas questões interessantes acerca destes processos. Trata-se da capital do Estado de Santa Catarina e que, por isto mesmo, sempre possuiu um contingente numeroso de funcionários públicos, contrabalançando o fato de ali não existir nenhuma produção industrial, agrícola ou extrativa de maior relevância. Em realidade, até hoje a dinâmica econômica é assegurada pelo setor de serviços, onde encontram destaque as empresas concessionárias de serviços ou de interesses públicos (distribuição de energia elétrica, comunicação de massa) e as atividades vinculadas ao turismo (sobretudo nos meses de verão), o que permite à cidade ostentar certo cosmopolitismo lado a lado a algumas práticas culturais antigas e, de certo modo, tradicionais.[1]

Considerada como uma cidade relativamente pequena do ponto de vista demográfico ao longo das décadas de 1940 e 1960, e pouco dinâmica em termos econômicos e culturais, Florianópolis foi descrita neste período, ou apresentada em rememorações posteriores, como "pequena", "pacata" e mesmo "provinciana", onde todos se conheciam e de algum modo se ajudavam e a circulação monetária era restrita, em crônicas e artigos jornalísticos, em opúsculos de divulgação da cultura local, em entrevistas com seus habitantes mais proeminentes (letrados, lideranças políticas, etc.). E, realmente, ela era uma cidade pequena, com um núcleo urbano parte insular, parte continental, sem grande expressão produtiva, demográfica e cultural, e com várias pequenas localidades mais ou menos distantes em que vigorava uma atividade de subsistência pautada na agricultura e na pesca. E como os acessos eram precários, e os meios de transporte disponíveis muito raros e caros para quase

[1] Para o conceito de tradição, ver HOBSBAWM E RANGER (1985).

toda a população, podia-se dizer que a vida transcorria num ritmo pouco frenético se comparado a outras capitais brasileiras.

No entanto, a idéia de uma cidade "pequena", "pacata" e mesmo "provinciana", onde todos se conheciam e de algum modo se ajudavam e a circulação monetária era restrita, é no mínimo controversa e está na dependência de que grupo social a está formulando, e para qual finalidade. Ou seja, estas imagens que oscilam do bucólico ao paroquial deixam de lado, propositalmente ou não, que muitos de seus habitantes já vivenciavam pelo menos desde a segunda metade do século XIX uma série de contatos com outras cidades do Brasil e com atividades econômicas pautadas pelo pagamento em espécie das mercadorias, como o atestam as viagens de trabalho, negócio, lazer ou estudo das parcelas mais endinheiradas da população, ou as experiências dos embarcados (em geral, indivíduos pobres que todos os anos se empregavam durante meses nas embarcações de pesca que tinham como destino final os portos de Rio Grande, Santos ou Rio de Janeiro), o que foi recorrente em meados do século passado. Por seu turno, houve um importante esforço concentrado de modernização da cidade já nas primeiras décadas do século XX, quando se implantou o início do abastecimento canalizado de água e se edificou a primeira ponte ligando sua porção continental à insular, entre outras obras, o que foi seguido por uma nova onda modernizadora, talvez menos vigorosa, mas certamente mais normalizadora, na década de 1940 (quando ganharam corpo instituições como a Penitenciária da Pedra Grande e o Abrigo de Menores). Mais ainda, na década de 1950, um início de verticalização das construções na parte central da urbe já tinha começado, e uma tentativa de planejamento urbano foi esboçada inclusive com a contração de um escritório sul-rio-grandense especializado para este fim (LOHN, 2001).

Todavia, é inegável que, a partir de 1970, Florianópolis passou por um processo de transformação muito mais rápido e significativo do que qualquer outro que lhe antecedeu (PEREIRA, s/d.), notadamente no que diz respeito a dois aspectos: primeiro, a efetivação e o incremento de sua metropolização (mediante a qual o núcleo urbano foi vinculado às localidades e municípios do seu entorno por novas estradas e avenidas, enquanto que uma nova ponte ligava suas porções insular e continental, facilitando os deslocamentos de uma população que não parou de crescer a taxas elevadas). Segundo, o deslocamento para a cidade de um contingente numeroso de "forasteiros" proveniente do interior do Estado, de outros Estados brasileiros ou mesmo de outros países, formado por indivíduos sem maior qualificação profissional atraídos pelas oportunidades de trabalho que surgiam e,

principalmente, por indivíduos de elevado capital social e cultural. E, como era de se esperar, este conjunto de mudanças deu então ensejo para disputas acerca da produção de uma memória e de uma história da cidade capazes de lhe conferirem um perfil identitário singular no Estado de Santa Catarina e mesmo no Brasil.

Curiosamente, porém, a metropolização da cidade fez acentuar o seu destaque como capital de Estado (político, econômico, cultural) do Estado, sem contudo torná-la um pólo aglutinador ou mesmo um centro de referência inquestionável (não é a cidade mais populosa do Estado, nem a maior arrecadadora de impostos, tanto quanto não abriga as principais manifestações culturais de Santa Catarina). Por seu turno, a atração dos forasteiros ocorreu, em primeiro lugar, pela criação ou transferência de grandes instituições e empresas para a cidade (universidades, empresas estatais de energia elétrica ou de telecomunicações, sucursais de meios de comunicação de massa); em segundo lugar, pelo desenvolvimento do turismo; e, finalmente, em terceiro lugar, pela oferta ou promessa de condições de vida mais atrativas que nos grandes centros urbanos do país (terrenos baratos, razoável infra-estrutura, reduzido nível de violência urbana, etc.).

Seja como for, o fato é que a metropolização e a chegada dos "forasteiros" deram ensejo ao surgimento de tensões socioculturais inusitadas, opondo sobretudo parcelas dos novos habitantes a alguns dos mais preeminentes moradores nascidos ou já ambientados na cidade (aos quais se juntaram indivíduos das camadas populares sobretudo nas áreas em que os contatos com os estranhos têm sido mais intenso)[2], o que ganhou concretude em debates acalorados (inclusive acadêmicos), confrontos físicos, disputas eleitorais e articulações via internet investigadas pela Polícia Federal (caso da "comunidade" Fora Haole Floripa, no sítio de relacionamento Orkut). Em corolário, tais tensões manifestaram-se igualmente nas disputas em torno dos signos de identificação da cidade e da própria memória de sua constituição e trajetória.

De acordo com isso, existe uma Florianópolis recordada como um lugar tranqüilo, onde as pessoas dormiam com a porta de casa aberta, não havia violência, as pessoas todas se conheciam e freqüentavam os mesmos ambientes, como as mesas do extinto bar Miramar, o footing da Praça XV de Novembro ou as bancas de peixe do Mercado Público, embaladas pelo movimento suave das águas de um mar protegido por baias ao Norte e ao Sul. Enfim,

[2] Um estudo sobre situação semelhante pode ser encontrado em ELIAS e SCOTSON (2003)

uma cidade que poderia ser considerada como razoavelmente pacata, não fosse esta imagem contestada pelas memórias de quem vivenciou a juventude naqueles anos.

Isabel Ouriques, por exemplo, relembra que na virada de 1960 para 1970 havia uma grande atração pela praia enquanto programa de lazer no fim de semana, e que o lugar mais festejado era a Praia do Bom Abrigo, na área continental, para onde todo sábado e domingo de verão convergia todo tipo de gente, sobretudo jovens, lotando os bares que ficavam em frente, participando ou apreciando o desfile de automóveis pela rua de acesso e aproveitando as oportunidades para um namorico. Em suas palavras:

> *A minha família era muito pobre, mas isto não impedia que a gente ficasse fora da agitação, sobretudo nos fins de semana. Existiam várias turmas diferentes, como a do Quiosque, na Ilha, ou a de São José, no Continente, mas em geral todo mundo se encontrava na praia do Bom Abrigo (Canasvieiras e Jurerê eram muito longe e não tinham quase nada, então só se ia raramente). Todo mundo se conhecia, falava um com o outro ou um do outro, pegava carona de carro e até de iate para dar uma volta. Mas depois veio também o pessoal da favela, e no começo a gente estranhava porque existiam muitos negros. Mas é inegável que isto, associado ao fato de que muita gente de fora ter vindo morar aqui, mudou a cara da cidade e tornou tudo mais fácil e acessível.* [3]

Aqui, a referência à lembrança de que "todo mundo se conhecia" não remete a um ambiente pacato, nem muito menos harmonioso e sem conflitos, mas sim ao usufruto da praia enquanto um espaço público aberto a indivíduos de condições sociais diferentes, como o atesta o estranhamento com a presença dos moradores das favelas. E isto traz à baila uma Florianópolis sintonizada com o seu tempo e, por isto mesmo, mergulhada no turbilhão de uma outra vaga de modernização acelerada, com seu complemento de urbanização sem planejamento e de manutenção dos privilégios e preconceitos de todo tipo cujas seqüelas são fáceis de distinguir na ocupação dos territórios públicos e privados.

Este, porém, não é exatamente o ponto de vista de Sérgio da Costa Ramos, cronista que escreve há anos na imprensa diária de Florianópolis. Filho de uma tradicional e abastada família, ele divide vários dos seus escritos em recordações saudosas da cidade de outrora e condenações melancólicas das mudanças que ela sofreu e de suas conseqüências nos dias que correm. Num destes textos, por exemplo, ele lamenta o que denomina de "invasão da Ilha" pelos intrusos (deixando claramente de lado a porção continental da cidade), o que ameaça a "mansuetude" da paisagem local, para então concluir que "não é preciso ser

[3] Isabel Ouriques, 50 anos, natural de Florianópolis e nela residente: depoimento concedido a Luiz Felipe Falcão e Thiago Sayão em Florianópolis, 21 de setembro de 2005.

saudosista para admitir: o passado era melhor".[4] Mas o tom das palavras, por vezes, eleva-se e se torna mais cáustico:

> *Vi com meus próprios olhos a invasão da Ilha neste fim-de-semana, como se nossa casa fosse uma Normandia às vésperas do 6 de junho de 1944...*
>
> *Vi que essa nossa Normandia está recebendo apenas um "destacamento precursor". A invasão de verdade acontecerá daqui a três meses, quando janeiro vier junto com os reis Magos, os paulistas e os argentinos...*
>
> *Contemplo esse estupro da Ilha com olhos ciumentos. Imagino que deveria haver uma "catraca" medidora de forasteiros, um limite para a invasão da Ilha – como os controles que tio Jorge W. Bush hoje impõe sobre a castigada Manhattan, como medo de algum explosivo turbante.*[5]

Nesta ótica, os "forasteiros", pois, "invadem" e "estupram" a "ilha" enquanto não se lhes impõe um limite, desfigurando Florianópolis que assim perde o seu encanto habitual. A cidade não é mais o que foi, depreende-se destas linhas, mas o que se sabe com certeza é que dessas e de outras Florianópolis sobreveio Floripa, como é hoje chamada carinhosamente por seus habitantes. Todavia, se isto é algo consumado, não há acordo possível quanto às representações de sua formação e trajetória, pois ela cresceu, ficou mais complexa e mais anônima, e com isso algumas pessoas proeminentes tiveram deslocados o estatuto e as prerrogativas que anteriormente gozavam em favor dos "forasteiros"[6], proporcionando entre elas um amálgama de nostalgia e de ressentimento[7].

Com uma leitura parecida no que tange a lamentar as transformações pelas quais Florianópolis passou recentemente, o museólogo e folclorista Gelsi José Coelho, filho de família remediada, credita seu começo à ação de padres católicos, a partir da década de 1960, influenciados pelas reformulações preconizadas pelo Concílio Vaticano II e distantes das "tradições portuguesas". Para ele, a população da cidade era muito religiosa, sendo comuns as novenas, as procissões e as festas de santos padroeiros, definindo uma sociabilidade peculiar que os sacerdotes condenaram como enunciadora de contra-sensos: "As mudanças não foram do progresso, mas da própria ação da Igreja Católica que eliminou muitas tradições"[8].

---

[4] RAMOS, Sérgio da Costa. "Domingo Verde", In: *Diário Catarinense*, Florianópolis, 24 de novembro de 2003 (agradeço a Jaqueline Ferraro por me chamar a atenção para os escritos deste cronista).
[5] RAMOS, Sérgio da Costa. "Mares e bares", In: *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 de outubro de 2003.
[6] Sobre a atribuição de uma culpa aos "forasteiros" de uma "desordem" e "desorganização" de Florianópolis, ver FANTIN (2000).
[7] Sobre isto, ver BRESCIANI e NAXARA (2001).
[8] Gelsi José Coelho, 54 anos, natural da vizinha cidade de São José e residente em Florianópolis: depoimento concedido a Luiz Felipe Falcão em Florianópolis, 1 de setembro de 2006.

Prosseguindo em sua narrativa, Coelho afirma que as alterações ganharam corpo na década de 1970 com a abertura de estradas e a facilidade dos contatos e das comunicações, levando a uma autêntica invasão da cidade e à subversão dos modos de vida habituais:

> *Na década de setenta, com a abertura da rodovia BR 101, houve a entrada de um monte de gente estranha. Gente bem apessoada, com muito dinheiro, que comprava as propriedades dos pescadores com a maior facilidade, demolia as casinhas e os ranchos e construía residências bem distintas em seu lugar. Os gaúchos, que eram a maioria, erguiam, por exemplo, casas com tijolinho à vista.*

A memória de Coelho apresenta Florianópolis em certa medida destruída como que por cataclismos, provocados primeiro pelos padres católicos (estrangeiros, diga-se de passagem...) e depois pelos estranhos. Nela inexiste nostalgia, ainda que seja perceptível uma crítica à derrocada das tradições que se traduz num trabalho profissional notável pelo seu empenho colecionador e conservacionista.

Numa perspectiva bem oposta, Aírton da Rosa, oriundo de uma família pobre composta na quase totalidade por negros e que hoje trabalha como mecânico de automóveis em oficina de sua propriedade, teceu outras recordações da cidade. Ele relembra a infância difícil em que a comida era servida para ele e seus irmãos numa espécie de alguidar: “Não tinha prato na verdade. Fazia aquela quantidade de comida e botava um montinho pra cada um no ´alguidá´.”

Ele recorda sem rebuços que passou por muitos constrangimentos devido a ser negro: "Pela idade que eu tenho sofri preconceito, claro. Estou com cinqüenta, e quem tem essa idade e disser que não passou preconceito... Passei preconceito em várias situações, principalmente em clube."[9]

A questão é delicada porque Florianópolis possui uma história de racismo ainda pouco discernida. Por exemplo, na década de 1970 havia os clubes onde somente era permitida a entrada de brancos. Depois, com o passar dos anos, passaram a permitir a entrada de ambos, mas colocavam uma cerca no meio, até terminar de vez com estas discriminações explícitas. Entretanto, não é apenas por isso que Rosa assevera ter Florianópolis se tornado melhor para se viver:

> *Hoje evoluiu pra caramba. Pra mim na verdade Florianópolis cresceu quando o povo de todos os lugares veio se encontrando. Cresceu pra quem trabalha num comércio, pois tem mais facilidade de trabalhar, tem mais movimento pra realizar*

[9] Airton da Rosa, 50 anos, natural da vizinha São José e residente em Florianópolis desde pequeno: depoimento concedido a Rafael Damasceno Dias em Florianópolis, 27 de setembro de 2006.

> *teu trabalho... Na antiga era difícil, tinha de suar... Se pudesse, eu não voltaria ao passado. Pra mim está muito melhor.*

Rosa, tanto quanto Ouriques, e ao inverso de Ramos e Coelho, observa que, de seu ponto de vista, a cidade melhorou bastante pela maior oferta de oportunidades. Mais ainda, pela sua trajetória de vida, ele considera que são relevantes e positivos os contatos com o estranho, com o diferente, o que decerto não é compartilhado por alguns de seus conterrâneos mais conhecidos.

As recordações aqui expostas ilustram por que tortuosos meandros Florianópolis, que um dia foi Desterro e poderia ter sido Ondina, e que para alguns deveria ser Açorianópolis (em homenagem aos colonos açorianos trazidos pela coroa portuguesa), tornou-se Floripa. Como em muitos outros domínios, também a memória trama recordações díspares e contraditórias sobre a cidade e seus habitantes. E, lidando com este caleidoscópio, a história contribui para mostrar a rica polifonia nela presente e, também, a fértil polissemia dos atributos que lhe empresta a diferença cultural.

Referências:

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e ressentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas (SP): UNICAMP, 2001.
ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (2003).
FANTIN, Márcia *Cidade dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
LOHN, Reinaldo L. *Pontes para o futuro*: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis 1950-1970. Tese. Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
MORSE, Richard M. As cidades "periféricas" como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 8, no. 16, 1995.
PEREIRA, Nereu do Vale. *Desenvolvimento e modernização* (um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, s/d.
RAMOS, Sérgio da Costa. “Domingo Verde”, In: *Diário Catarinense*, Florianópolis, 24 de novembro de 2003.
RAMOS, Sérgio da Costa. “Mares e bares”, In: *Diário Catarinense*, Florianópolis, 20 de outubro de 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Sagrado na Terra do Trabalho: memórias e narrativas de experiências religiosas afro-brasileiras em Joinville/SC

Gerson Machado*

Resumo: Este trabalho discute, a partir da coleta de depoimentos orais, as narrativas de dois membros do candomblé, em Joinville/SC. Destacamos suas trajetórias religiosas e o significado construído por eles em torno dessa religião, em diálogo com o espaço urbano. Dessas narrativas evidenciam-se, sobretudo, zonas de tensionamentos, conflitos e acomodações, próprias de um espaço moderno e fluído, potencializado pelo intenso crescimento econômico e populacional que a cidade passa a vivenciar, a partir da década de 1960, com a expansão das indústrias e a necessidade sempre crescente de mão-de-obra. As mudanças daí decorrentes possibilitaram, entre outros aspectos, novas formas de sociabilidades e de experiências religiosas, contribuindo, assim, para uma fruição diversificada da cidade.
Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras – Candomblé - História de Joinville/SC

Abstract: this work we analyze narratives by two Candomblé members in Joinville/SC, collected in oral form. We stress their religious paths and the meaning associated by them to this religion, linked with the urban space. These narratives show evidences regarding tensions, conflicts and accommodations, typical from a modern and fluid space, potentialized by the great economic and demographic growth, since the sixties, consequences of the industrial expansion and labour demands. The consequent changes have made possible, among other things, the appearance of new forms of sociability and religious experiences, contributing to the city´s fruition diversity.
Key-Words: Afro-Brazilians religions - Candomblé - History of Joinville/SC

Apresentação

Joinville é uma cidade localizada no Nordeste do estado de Santa Catarina e conta, atualmente, com uma população aproximada de 500 mil habitantes. (IBGE, 2006) Entretanto, foi entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente, que a cidade experimentou um desenvolvimento econômico e populacional bastante avantajado. Boa parte da fisiognomia (BOLLE, 2000: 40-45) da atual cidade foi moldada a partir daí. Indústrias, trânsito caótico e deficiências nos serviços públicos essenciais, entre outros aspectos, revelam o quanto ela não estava preparada para o ritmo de crescimento que lhe foi imposto.

*Fundação Cultural de Joinville – Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, Mestre em História.

A partir desse período a cidade torna-se um importante pólo de atração de migrantes na Região Sul do Brasil. Pessoas das mais variadas localidades do país para ela acorreram, carregadas das mais variadas expectativas, valores, crenças e identidades. Entretanto, esse crescimento não era somente vegetativo.

Joinville se configura, também, como um importante entroncamento geo-econômico-cultural. Tendo isso em conta, é preciso considerar que as vivências desses migrantes, anteriores ao estabelecimento na cidade, não foram apagadas, pelo contrário, serviram para compor um cenário simbólico, onde os grupos passaram a negociar os seus sinais diacríticos como forma de recomporem as suas identidades. (CUNHA, 1986: 85-96)

O Candomblé em Joinville: presenças e descontinuidades

Conforme relatos, durante o período em questão a cidade já possuía cultos afro-brasileiros que se organizavam, a princípio, de forma aleatória em casas de particulares e/ou terreiros dedicados a este fim. (SLEZINSKY, 2005) Entretanto, se até cerca de 1980 as práticas religiosas afro-brasileiras estavam mais próximas do modelo umbandista, a partir de então, o cenário religioso da cidade passa a ser ocupado, também, pelos candomblecistas, com a instalação de um ilê axé na cidade.

Este ilê foi dedicado ao culto à Yemanjá e foi inaugurado em 1983 e teve diversas sedes. O mesmo funcionou até o ano de 1995, ano em ocorreu o falecimento da Iyalorixá fundadora, senhora Marli de Yemanjá. O ocorrido foi tão repentino que pegou toda a comunidade despreparada, provocando a descontinuidade da casa, já que não houve tempo para quaisquer encaminhamentos, nem uma preparação para um(a) possível sucessor(a). Reginaldo Prandi destaca que

> *Os terreiros de candomblé e umbanda usualmente desaparecem com o falecimento da mãe ou pai-de-santo, tanto pelas disputas de sucessão como pelo fato bastante recorrente de que os herdeiros civis (...) não se interessam pela continuidade da comunidade religiosa (...) dificilmente um terreiro sobrevive a seu fundador.* (PRANDI, 2003:9)

Entretanto, em que pese o pouco tempo de funcionamento deste ilê axé várias pessoas foram inciadas e/ou utilizavam os serviços prestados pela casa. Esse foi o caso da Sr.ª Sueli Slezinsky, uma de nossas entrevistadas. Nascida em 19/04/1957, foi iniciada para o orixá em 19.08.1981 como filha de Ogum Xorokê, sendo o terceiro barco[1] de iniciação

[1] Barco de iniciação é uma expressão que se refere ao(s) neófito(s) em período de reclusão no *runkò* (é um espaço bastante reservado, com acesso permitido somente aos iniciados onde, geralmente, as pessoas em processo de iniciação ficam recolhidas).

daquele ilê axé. Suely é natural de Joinville e acompanhou boa parte do movimento de modernização da cidade. Seu envolvimento com as questões do candomblé é parte de uma trajetória que, poderíamos dizer, iniciou-se, no próprio grupo familiar, já que como ela mesmo observou

> *Nós viemos de família católica. A minha mãe não aceitava ou não acreditava, ou tinha medo do espiritismo e depois, por fim, ela foi visitar um centro espírita, aqui em Joinville, e chegou um orixá nela. Foi assim que ela foi chamada para o espiritismo.* (SLEZINSKY, *Op. Cit.*.)

Depois de freqüentar diversos espaços dedicados aos cultos afro-brasileiros Sueli descobre o candomblé. Para tanto, organiza uma narrativa que agrega aspectos do arquétipo do orixá[2] para a qual foi iniciada, demonstrando uma sensibilidade aos sinais que indicam a necessidade da iniciação:

> *Comecei a ter problema de saúde, dores por todo o corpo, sono, depois insônia e eu me sentia muito agressiva, sabe. Eu via sangue, se eu visse um assunto que eu não gostasse, minha vontade era de brigar, mas aquela briga já era mais assim para, sabe? Sangue, sangue eu queria ver isso. Aí eu fui no Dr. Schroeder e ele olhou pra mim e disse: -Você não tem nada de louca! Eu tenho um monte de louco aí, me mostrou ainda, assim, sabe. Voltei, aí comecei a ter problemas no casamento e o meu cunhado, freqüentava a casa da finada Marli. Ele sempre me convidava para ir jogar búzios. - Veja esses teus problemas aí com teu marido, coisa e tal. Eu dizia: - não, amanhã eu vou!* (Idem)

O fato é que a Sr.ª Suely depois de muita relutância acaba indo se consultar com a Iyalorixá Marli de Yemanjá e sua iniciação foi marcada para acontecer tempos depois. A partir de sua feitura Suely larga o emprego e passa a se dedicar profundamente à vida espiritual. Praticamente passou a residir no Ilê Axé e a cuidar dos procedimentos de preparação dos neófitos para os inúmeros processos de iniciação que a casa passou a realizar.

Ela avalia que quando do funcionamento do ilê axé de Yemanjá, apesar do candomblé ser menos conhecido na cidade, ela nunca sentiu-se discriminada, pelo contrário, a sua narrativa indica que as pessoas a tratavam com muito respeito ao saberem de sua religião. Entretanto, quando convidada a refletir sobre a relação do candomblé na atualidade com a cidade ela afirma que a imagem dessa religião está muito deturpada devido a atuação inescrupulosa de parte dos membros praticantes: *porque existe muito charlatão e por causa dessas pessoas os que querem cultuar seriamente os orixás, acabam sendo prejudicados. Orixá não é comércio!* (*Ibidem*)[3]

---

[2] "O arquétipo de Ogum é o das pessoas violentas, briguentas e impulsivas, incapazes de perdoarem as ofensas de que foram vítimas. Das pessoas que perseguem energicamente seus objetivos e não se desencorajam facilmente." (VERGER,1997:95) Um dos poemas de saudação a este orixá diz que mesmo tendo água em casa ele prefere se banhar com sangue.

[3] A respeito do mercado religioso das religiões afro-brasileiras ver PRANDI, 2004.

Em que pese a seriedade dessa avaliação da Sr.ª Sueli, os cultos afro-brasileiros sofrem uma intensa campanha de difamação e de disputa pelo uso e estabelecimento de significados diversos para o espaço urbano. Como relatado mais adiante, a cidade ainda é refratária a determinadas expressões que destoam do discurso oficial que tenta instituir um imaginário de ordem e trabalho para a cidade.

Caso de Polícia

Sendo Joinville uma cidade profundamente marcada pelo ethos do trabalho e pelo mito do empreendedorismo teuto-brasileiro, a presença religiosa afro-brasileira neste cenário se apresenta de forma problemática, tendo em vista o reconhecimento e o auto-reconhecimento dos seus membros. Apesar de parecer anacrônico, as religiões afro-brasileiras encontram sérias dificuldades para se manifestarem em Joinville, na atualidade.[4]

As expressões de alguns dos sinais diacríticos que identificam essas religiões enfrentam, além do preconceito advindo de uma considerável parcela da população - muito vinculada às religiões cristãs conhecidas pelo sistemático combate a esses sinais-, o próprio poder público que acaba interferindo nos espaços religiosos, principalmente em função das leis ambientais que tentam normatizar e disciplinar, o volume e a intensidade dos sons produzidos pelos atabaques, a sacralização de animais, entre outros aspectos. Há relatos de que diversos terreiros foram autuados e multados, em função da inspeção feita por fiscais ligados à fundação de meio ambiente do município que, portando equipamentos medidores de decibéis, verificaram a irregularidade da manifestação sonora desses instrumentos rituais.

Entretanto, há casos muito mais graves de invasão de terreiros em plena função ritual, por parte da polícia, em função de denúncias de maus tratos aos animais e de possíveis sacrifícios de crianças. Aqui vale a pena destacar a reportagem do Jornal A Notícia, no caderno ANcidade, com circulação no município de Joinville e região, intitulada "Crime Ambiental Flagrado em Terreiro de Candomblé".(VARGAS, 2006) Nela o repórter, numa narrativa própria de matérias de cunho policial, narra o evento ocorrido em um terreiro de candomblé, no Bairro Adhemar Garcia, na zona Sul de Joinville. A reportagem afirma que o proprietário do terreiro foi acusado por maus tratos contra os animais e pela presença de

[4] Situações conflituosas entre práticas religiosas afro-brasileira e a ordem estabelecida eram muito comuns, por exemplo, durante o período colonial brasileiro, onde o estado tinha a religião católica como oficial. Nesse sentido é interessante citar o estudo de REIS (1989 e 2006) sobre as lideranças religiosas e os conflitos em decorrência do estabelecimento de espaços destinado ao culto dos orixás, voduns e inquiços, na Bahia do século XIX.

crianças no ritual. A ação da Polícia Militar, seguida da Polícia Ambiental e Conselho Tutelar, foi motivada por denuncias de membros da própria comunidade.

A reportagem informa, ainda, que o responsável pelo terreiro foi encaminhado ao 5º DP onde passou a responder a um Termo Circunstanciado por crueldade contra os animais. Outro aspecto destacado pela reportagem foi a descrição do local onde o fato ocorreu

> *"em frente à residência, ontem de manhã, havia alguns sacos plásticos tomados por moscas. Mas o que mais chamava a atenção estava pendurado nas árvores: pombas e passarinhos mortos, além de ossos, que seriam de carneiros. Numa parede de concreto, dois couros de bode estavam expostos."* (VARGAS, *Op. Cit..)*

Esse estranhamento manifestado pelo repórter revela, pelo menos, duas situações: a primeira é o fato da conjugação, num mesmo espaço, funções residenciais e de culto e, o outro é o fato da cidade ainda não estar acostumada com manifestações dessa natureza.

É importante esclarecer que o terreiro funcionava na casa do acusado, uma modesta residência com área construída de, no máximo, 200 m^2, incluindo o barracão, onde ocorriam as cerimônias públicas. O imóvel está cercado por uma numerosa vizinhança, separado apenas por um muro de alvenaria, que não permite muita privacidade aos seus moradores. Vale lembrar que o candomblé é uma religião que desenvolve boa parte dos seus rituais de forma secreta, especialmente a sacralização[5] dos animais. É um ritual muito significativo, pois é principalmente através dele que o axé é veiculado ao *elegùn* [6]e aos materiais destinados ao culto.[7] Nesse sentido, o espaço em questão não oferecia condições para a prática ao culto tradicional aos orixás, revelando uma adaptação do culto às condições estruturais oferecidas pelo espaço urbano. [8]

Observa-se, portanto, que o culto aos orixás em Joinville, pelo menos nesse caso, seguiu um critério pragmático, fugindo ao modelo mais tradicional, em que há uma necessidade de um espaço muito amplo, com capacidade para a construção de casas individualizadas, destinadas ao culto a orixás particulares e um espaço coletivo denominado barracão, onde ocorrem as cerimônias coletivas e públicas, além da mata/floresta, onde determinados cultos devem ocorrer. Essa organização ideal representa a configuração de algumas aldeias yorubanas africanas, em que haviam lugares destinados à privacidade, à

[5] Optamos utilizar o termo sacralização a fim de respeitarmos o significado atribuído a este ato pelos membros das comunidades de culto aos orixás.
[6] Termo yorubano que designa o iniciado para um determinado orixá.
[7] Para um detalhamento maior do axé e das formas de veiculação do mesmo conferir SANTOS 1986: 46-52.
[8] SILVA 1995, discute como o culto aos orixás se estabelece em São Paulo, num cenário de competição e resignificação do espaço urbano, em função da cosmologia yorubana.

coletividade e ao segredo, e sobretudo dos terreiros mais tradicionais da Bahia, como o Ilê Axé Opo Afonjá. (SANTOS, 1986)

Diante da situação descrita resolvemos retomar a questão, tempos depois do fato noticiado, entrevistando os principais personagens, o Sr. Marcos Tadeu Demarchi e a sua esposa Sr.ª Cristiane Demarchi. Tanto Marcos como Cristiane são naturais do estado de São Paulo. Ele da cidade de São José do Campo/SP e ela de Mogi das Cruzes. Vieram para Joinville no dia 20 de setembro de 1998, com os três filhos do casal. Marcos, com 55 anos de idade, lembrou que a sua experiência com a religião afro-brasileira iniciou-se quando ele tinha 17 anos, na Umbanda. Sua primeira entidade foi o Exu Mirim, com a qual ainda trabalha costumeiramente. Sua esposa, Cristiane é quem narrou esta parte da trajetória da vida espiritual do marido já que, segundo ela:

> *a entidade me contou como ele chegou até o Marcos. Então, fizeram uma entrega no meio do mato, uma montanha de doce pra ele e o Marcos, no que foi pescar, andar no mato pra matar passarinho, viu aquela montanha de doce e começou a comer, comeu, comeu. Dali pra frente caiu no vicio da bebida e a entidade notou que foi devido ele ter chegado muito próximo do Marcos que ele começou a beber. Então o Exu Mirim se sentiu no direito de encaminhar o Marcos a se desenvolver, mostrando o caminho, onde o Marcos começou a desenvolver, e largou do vicio.* (DEMARCHI, 2006)

O desenvolvimento a que Cristiane se refere deve-se ao fato de, até então, o Sr. Marcos ter tido apenas experiências religiosas cristãs-católicas e que, depois disso, ele passou a freqüentar um terreiro de umbanda onde incorporava diversos guias. Entretanto, em toda a sua trajetória, essa entidade se faz presente de forma destacada. Na umbanda ele permaneceu por cerca de 9 anos. Deste ponto em diante o entrevistado resolveu iniciar-se no candomblé e, desde então, alternou momentos de profundo envolvimento e outros de distanciamentos com as coisas do orixá.

Sua vinda para Joinville foi motivada, conforme ele por uma visão: *Houve uma aparição de um negro forte que me disse: - você tem apenas um mês para decidir o que você quer da vida no santo, partindo daí em que você se decidir a gente vai ver o que vai fazer com você.* (DEMARCHI, *Op. Cit*..)

A decisão tomada foi a migração de São José dos Campos/SP para Joinville. O Sr. Marcos veio primeiro, atendeu alguns clientes através do Jogo de Búzios, fez ebós, enfim, conquistou uma boa clientela. Cerca de quinze dias depois veio o restante da família. Com isso, o grupo familiar residiu em alguns bairros da cidade. Todavia, a história mais duradoura e mais plena de significado se deu no bairro onde eles residiam quando da realização da entrevista, o Adhemar Garcia. Cristiane lembrou da recepção que tiveram quando se

estabeleceram no bairro: *já picharam o nosso muro de bruxa! Verdade! Era a nossa casa e ali começamos a atender muita gente*. (*Idem)*

Todo esse movimento fez com que o grupo sentisse segurança a ponto de abrirem um Ilê Axé na cidade, onde o Sr. Marcos desempenharia o papel de Babalaorixá. De fato tudo parecia concorrer para essa finalidade não fosse a trágica intervenção relatada pelo jornal A Notícia. (VARGAS, *Op. Cit..)* A tragédia não advém simplesmente do fato da exposição pública dos supostos culpados em decorrência e fortalecendo ainda mais o processo de discriminação que o grupo religioso sofria, como também, para o próprio ritual. No momento da invasão o Sr. Marcos estava recolhido no *runkò* do santo, tomando a sua obrigação de sete anos, a qual completa o ciclo iniciático e dá autonomia ao iniciado para, se for o seu destino, encabeçar um Ilê Axé, exercendo a sua autoridade sobre uma determinada comunidade conforme a tradição. O Sr. Marcos foi abruptamente arrancado do seu recolhimento para a delegacia, onde foi prestar depoimentos. Esse acontecimento teve um significado nefasto tanto para a vida civil quanto para a vida religiosa do entrevistado.

Na realidade durante a entrevista, ocorrida mais de um ano depois desse acontecimento, os entrevistados tentavam compreender o que tinha significado aquilo tudo, às vezes utilizando-se de explicações de cunho racionais, às vezes com explicações espirituais. No entanto, isso tudo colocou em xeque a sustentabilidade da família no local. Era evidente o alto grau de frustração que todo o grupo familiar, consangüíneo e espiritual, ainda vivenciava. Acreditamos que isto tudo fez com que o Sr. Marcos, sua esposa e filhos saíssem de Joinville fazendo-os desistirem do seu sonho, retornando ao seu estado de origem.

Considerações Finais

Esse breve relato das experiências religiosas afro-brasileiras em Joinville, pode enganar um observador menos atento. Apesar do tom lacônico e pessimista em relação a essas esperiências, o que se quer evidenciar é que não é somente através da forma política de repressão-resistência que esses grupos se fazem sentir no cotidiano da cidade. A polifonia, própria de um cenário urbano que já nasceu moderno e experimenta cada vez mais e com maior intensidade a modernidade, se descortina ao percebermos espaços outros, destoantes do e*stablishment*. Apesar das tentativas de silenciamento as religiões afro-brasileiras, de forma paradoxal, ocupam os espaços sonoros da cidade, fazendo literalmente "muito barulho".[9]

[9] Apesar das discussões de REIS & SILVA tratarem de um outro período histórico, o Brasil Colônia, o relato das relações dos candomblés com as autoridades e a população em geral, revelam que esses espaços podem ser entendidos como espaços de negociação em torno dos interesses e necessidades dos membros dessas

Todo este tensionamento pode revelar que o que está em jogo é uma disputa de poder simbólico[10], o que do ponto de vista do estudo da história cultural pode compor o cenário de negociação de espaços de uma determinada etnicidade/identidade. Todavia, a olhos vistos, atualmente há uma expansão das práticas religiosas afro-brasileiras na cidade. Esse fenômeno corrobora para a denuncia de que o cimento que tenta homogeneizar a cidade normatizada, ordenada e controlada, está fendido. Entendendo que é dessa concretez fragmentada que emergem identidades outras que diversificam a cidade e estabelecem um concerto polifônico. Nesse sentido, o olhar do pesquisador deve se voltar, sobretudo, para formas de enunciação de discursos distintos, buscando compreender a complexidade da realidade.

Referências

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representação da História em Walter Benjamim. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa : Difel, 1989.
CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/ Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
DEMARCHI, Marcos Tadeu; DEMARCHI, Cristiane Santos Souza. **Entrevista.** Joinville, 24. mar. 2006.
IBGE. In: http://www.ibge.gov.br/cidadesat - acessado em 10 jul. 2006.
PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas Revista de Ciências Sociais.** V.3, n.1, Porto Alegre: PUC/RS, jun. 2003.
PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: Candomblé e Umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 18, n. 52, 2004.
REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
REIS, João José. Sacerdotes, seguidores e clientes no candomblé da Bahia oitocentista. In: ISAIA, Artur César (org.). **Orixás e espíritos.** Uberlândia:EDUFU, 2006.
SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a morte**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da metrópole.** Petrópolis: Vozes, 1995.
SLEZINSKY, Sueli Maria. **Entrevista.** Joinville, 05 abr. 2005.
VARGAS, Diogo. Crime Ambiental flagrado em terreiro de candomblé. In. **Jornal A Notícia**. Disponível em: http://an.uol.com.br/ancidade/2004/dez/08/3pol.htm, - acessado em 28 mar. 2006.
VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás, deuses iorubas na África e no Novo Mundo.** 5.ed.. Salvador: Corrupio, 1997.

comunidades. (Cfe. REIS, 1989, p. 32-61).
[10] BOURDIEU, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Expulsões de estrangeiros na Primeira República

Rogério Luis Giampietro Bonfá[1]

Resumo:
e artigo estuda a construção da legislação de deportação de estrangeiros no período da Primeira República brasileira (1889-1930). As leis de 1907, 1913 e 1921, assim como a Constituição Federal de 1891 – e sua Reforma no ano de 1926 –, serão interpretadas a fim de analisar como se deu a formação de um Estado republicano repressor e excludente. As atuações do Executivo e do Judiciário foram fundamentais nessa questão, pois foi na disputa destes dois poderes que se deu a elaboração e estruturação das leis de expulsão de estrangeiros.

Palavras-chaves: expulsão; estrangeiros; lei

Abstract:

This article studies the construction of the legislation of expulsion of foreigners over the period of the First Brazilian Republic (1889-1930). The 1907, 1913 and 1921 laws, as well as the Federal Constitution of 1891 and its Reform in 1926, were interpreted with the purpose of analyzing how the formation of a repressive and exclusive republican State happened. The performances of the Executive and the Judiciary are fundamental to this issue, inasmuch as it was in the dispute between these two powers that the elaboration and structuring of the laws of expulsion of foreigners came into being.

Keywords: expulsion; foreigners; law

No dia 15 de março de 1913, às 7 horas da manha, Rui Barbosa escrevia uma carta endereçada aos redatores do jornal *D`A* Noite. Esse jurista fazia a seguinte denuncia: "Anuncia a sua folha de ontem que a polícia prendeu e o governo resolveu deportar o operário José Aires de Castro, procurador da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café." (BARBOSA, 1962: 161).

Essa mensagem objetivava alertar a sociedade e os juristas para a nova onda de expulsões de estrangeiros em andamento na década de 1910, essas pautadas na recém aprovação do decreto n.º 2.741, de 8 de janeiro de 1913. Como afirmou Barbosa, "naturalmente, a medida se buscará legitimar com a consideração de que José Aires é

[1]Mestrando em História Social do Trabalho / IFCH / Unicamp. Pesquisa financiada pela FAPESP e sob orientação do Prof.º Dr.º Fernando Teixeira da Silva.

espanhol, e, como tal está sujeito à deportação por arbítrio da polícia e conveniência da ordem." (BARBOSA, 1962: 161).

Esse artigo tem como objetivo central iniciar uma discussão sobre as expulsões de estrangeiros na Primeira República, enfatizando que muitas vezes a legitimidade e a legalidade de um banimento não ficaram apenas a mercê do "arbítrio da polícia" e da "conveniência da ordem". Com isso, pretendo analisar como o poder Judiciário, representado na maioria das vezes por seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal (STF), entrou em conflito com o poder Executivo em relação às expulsões, embate esse pautado principalmente na questão do respeito às leis e ao ordenamento jurídico nacional.

Para iniciar essa análise, devemos voltar a 1891, ano da promulgação da Constituição Federal brasileira. Dentro da principal lei nacional, foi positivado o artigo 72, incumbido de disciplinar os direitos dos cidadãos na nascente República. Por ele, fica estabelecido que a "Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade", ficando, com isso, por seu parágrafo 20, "abolida a pena ... de banimento judicial", tanto aos nacionais como aos estrangeiros residentes. (BRASIL, 1891).

Assim, a partir de 1891, passaram a existir juridicamente três tipos de pessoas no Brasil: os nacionais, os estrangeiros e os estrangeiros residentes. Quanto aos nacionais, definidos pelo artigo 69 da Constituição, a questão envolvendo expulsões se apresentou de forma simples: era inconstitucional o banimento. Entre os estrangeiros, a questão foi mais complexa, substancialmente pela Carta Magna não ter conceituado, como fez com os nacionais, de forma exata quem era um estrangeiro residente e o que era *residência*.

Com isso, a questão das expulsões de estrangeiros ficou pautada na questão da *residência*, mais propriamente em sua conceituação, que poderia definir se um banimento era ou não constitucional. Com esse propósito, diversas opiniões surgiram, como a do deputado paulista Adolpho Gordo, defensor da corrente que afirmava que o referido texto de 1891 não explicitava de forma clara e irrefutável o que era *residência* e quais os pré-requisitos para ser um imigrante residente, ficando a critério da polícia e do poder Executivo defini-los, sempre em prol da "soberania" e "conservação nacional". (GORDO, 1913) Essa liberdade de ação do Executivo, predominante por toda a década de 1890 e início da de 1900, sem dúvida, atentava contra os interesses e direitos dos estrangeiros, principalmente aqueles considerados indesejáveis pelas elites, como os envolvidos em movimentos de contestação do *status quo* (anarquistas, comunistas e grevistas em geral), ou os taxados como mendigos, vagabundos, *cáftens*, jogadores, ladrões, entre outros. (MENEZES, 1996)

Após os protestos e pressões do movimento operário, das embaixadas e, principalmente, do poder Judiciário, que ao longo da década de 1890 começou a taxar de inconstitucional as expulsões de alguns estrangeiros residentes[2], o poder Legislativo, pressionado pelo Executivo, começou a discutir em 1902, no Congresso Nacional, uma proposta de lei que regulamentasse e disciplinasse as expulsões dos "elementos externos". Esse projeto foi debatido até 7 de janeiro de 1907, data em que se transformou no Decreto n.º 1.641.

Essa lei, idealizada pelo deputado paulista Adolpho Gordo, foi resultado direto do conflito entre Judiciário e Executivo, pois fazia parte de uma estratégia do Executivo de "legalizar" suas ações, menos por razões "ideológicas" e mais para evitar novos *habeas-corpus* deferidos pelos tribunais.[3] Assim, esse Decreto permitia o banimento do "estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional ou a tranqüilidade publica", os com "condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum" ou, ainda com "duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum" e, por fim, aqueles que praticassem "a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados." Sua constitucionalidade se pautou justamente na questão da *residência*, como evidencia seu artigo 3.º, que disciplinava que "não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por *dois anos contínuos* , ou por menos tempo, quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro"; passando a existir, desde então, um conceito legal para *residência*, que deveria, a partir disso, ser respeitado pelos juízes e, inclusive, pela polícia e pelo poder Executivo.

A partir de 1907, o Executivo (e com isso a polícia) não pôde mais conceber *residência* como um termo jurídico discricionário e até arbitrário, como recorrentemente fez ao longo da década de 1890. Ou seja, através de uma lei feita "a pedido" do Executivo, esse poder constituído perdeu sua autonomia de arbitrar livre e isoladamente sobre quem seria expulso do Brasil, permitindo, com isso, a existência de pequenas brechas jurídicas às quais alguns imigrantes poderiam recorrer.

Nos anos posteriores a 1907, muitas expulsões foram realizadas. Entretanto, diversos atos do Executivo infringiram as disposições da própria Lei de 1907 e, com isso, a Constituição Federal. Com isso, muitos estrangeiros condenados ilegalmente ao banimento

[2] As primeiras expulsões taxadas pelo STF de inconstitucionais ocorreram no ano de 1894, época em que esse tribunal concedeu diversos *habeas-corpus* a estrangeiros que participaram da Revolta da Armada. Entretanto, o Executivo não aceitou essa decisão e baniu esses imigrantes, acentuando, com isso, o conflito entre os dois poderes constituídos. (RODRIGUES, 1991: 146-147)

[3] É necessário ressaltar que as greves e manifestações operárias no início da década de 1900 foram também causas determinantes para a aprovação de uma lei de expulsão.

resolveram recorrer aos tribunais, alegando a inconstitucionalidade de suas expulsões. Por esse motivo, h*abeas-corpus* foram concedidos pelo STF em prol dos imigrantes, na maioria das vezes motivados pela desobediência da polícia e do Executivo em respeitar o limite estabelecido pela questão da *residência*.

A Lei de 1907 acabou, com isso, resgatando, ou tornou notória, a igualdade constitucional entre nacionais e estrangeiros residentes, o que resultou na concessão de diversos *habeas-corpus* em favor de estrangeiros. Com esse recurso ao Judiciário, poder esse preocupado com seu projeto de ordenar a sociedade através do respeito às leis e ao ordenamento jurídico/legislativo nacional, o Executivo pressionou novamente o Legislativo para a aprovação de uma lei mais rígida de expulsão, o que acorreu em 8 de janeiro de 1913, com o decreto n.º 2.741. Esse decreto, que contou de novo com o apoio decisivo de Adolpho Gordo, se propôs a retirar do texto legal o limite do tempo de *residência* para banir um estrangeiro e, ainda, a acabar com o recurso ao Judiciário. Ou seja, esse dispositivo almejava controlar e disciplinar todos os estrangeiros, ficando sujeitos, como alertava Rui Barbosa aos redatores *D`A Noite*, "à deportação por arbítrio da polícia e conveniência da ordem".

Para Rui Barbosa, representante do Judiciário e tido como defensor máximo da Constituição brasileira ao longo da Primeira República (RODRIGUES, 1991), "esse ato seria um atentado contra nossas instituições fundamentais" (BARBOSA, 1962: 161), pois acreditava que nenhuma lei poderia revogar ou ter mais valor que a Constituição nacional. E, desse modo, criticava a expulsão do espanhol José Aires de Castro e, por conseguinte, a dos demais estrangeiros residentes:

> *Os direitos concernentes à propriedade, à segurança individual e à liberdade, direitos cuja enumeração a Constituição da República nos faz no seu art. 72, assegura-os ela, igualmente, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil. Tal direitos, pois, gozam da mesma inviolabilidade ali afiançada, quer se trate de nacionais, quer de estranhos, quando estes já tiverem residência estabelecida entre nós. Os esrangeiros são, portanto unicamente, os não residentes.*

E concluía:

> *A disposição constitucional apresenta, como se vê, o caráter mais categórico e absoluto. (...).*
> *A ordem pública num país constitucional, não tem outros direitos se não os que a Constituição lhe define, nem a soberania nacional, nos seus órgãos dispõe de outra prerrogativa, além das que a Constituição lhe atribui.* (BARBOSA, 1962: 161-162)

Opiniões como a de Rui Barbosa passaram a ganhar força nos tribunais, tanto que, mesmo após a promulgação de Lei de 1913, alguns juízes e ministros do STF passaram a conceder *habeas-corpus* aos estrangeiros condenados pelo Executivo ao banimento, independente do tempo de *residência*. O motivo para essas decisões do Judiciário estava

pautado justamente no texto da Lei de 1913, que esvaziou novamente o conceito de *residência*, passando esse a ser, com isso, concebido pelos princípios gerais do Direito Civil, ou seja, como um conceito jurídico amplo e no alcance de todos os imigrantes que pretendessem habitar de forma não transitória o país. Desse modo, essa lei acabou tendo um efeito contrário ao desejado pelo Executivo, pois, a partir dela, o Judiciário, ou parte dele, passou a deferir acórdãos favoráveis a um número maior de estrangeiros, motivado pelo fato do Decreto n.º 2.741 ser taxado de inconstitucional por esse poder constituído.[4]

Na continuação da carta de Rui ao periódico carioca *D´A Noite*, esse jurista demonstra os motivos pelos quais a expulsão do espanhol José Aires, como a de todo os imigrantes residentes, se caracteriza como um constrangimento ilegal e, portanto, um ato inconstitucional do Executivo. Para Rui Barbosa,

> *Ora, se este é indubitavelmente, o nosso Direito constitucional, desde que o operário José Aires de Castro reside no Brasil há mais de vinte anos, tendo construído a casa onde mora, em terreno que comprou, com sua mulher e filhos, tão deportável se deve considerar esse espanhol como qualquer cidadão brasileiro.*

E demonstra qual deve ser a defesa desse "expulsionando":

> *A ele, pois, assiste o direito, como a mim em caso igual assistiria, de provocar a intervenção da justiça, defendendo-o por meio de habeas-corpus, contra a violência desumana, que lhe está iminente.*
> *Não há outro meio sério e adequado, para resistência em situações dessa ordem, nas quais é indispensável firmar o direito contra os mais altos abusos do poder, se não invocar essa potestade suprema, que a nossa constituição erigiu em barreira aos excessos, assim do Governo, como do corpo legislativo.* (BARBOSA, 1962: 163)

Ao equiparar os estrangeiros residentes aos nacionais, a Constituição, segundo Rui Barbosa, acabou proibindo a expulsão de ambos. Assim, um banimento de um nacional ou de um imigrante com *residência* no país só poderia ocorrer (como diversas vezes ocorreu[5]) por meios ilegais, muitas vezes oriundos da arbitrariedade da polícia e do Executivo.

Os anos posteriores à Lei de 1913 foram, com isso, caracterizados por essa divergência entre Judiciário (que passou a conceber o conceito *residência* como amplo e aplicável a maioria dos estrangeiros) e o Executivo (que almejava disciplinar e ordenar a

---

[4] Contudo, não foi todo o Judiciário que passou a defender a inconstitucionalidade de todas as expulsões de estrangeiro residente após a Lei de 1913. Alguns juízes e ministros do STF defendiam que, com a inconstitucionalidade do Decreto n.º 2741, a Lei de 1907 deveria ter novamente validade. Uma minoria concebia a Lei de 1913 como constitucional, pois acreditavam que as expulsões de imigrantes estavam pautadas na soberania nacional, sendo o poder Executivo o único com competência para arbitrar essa questão.

[5] É necessário ressaltar que muitos banimentos ocorriam à margem da lei, não sendo respeitadas, pelo Executivo, as garantias legais dos estrangeiros. Esse tipo de ato foi comum por toda a Primeira República, e pode ser interpretado como um dos meios (extralegal) do Executivo controlar e ordenar a sociedade e, principalmente, o mundo do trabalho. Assim, *cáftens*, ladrões, mendigos, vadios, como também grevistas, anarquistas e todo tipo de contestador do *status quo* foram banidos ilegalmente do país, muitas vezes sem o tempo necessário ou condições materiais para recorrerem aos tribunais do Judiciário.

sociedade de qualquer modo, mesmo que, para isso, fosse necessária a utilização de ilegalidades). Contudo, nos anos de 1917, 1918, 1919 e 1920 ocorreu uma aproximação de ações entre esses dois poderes, resultado muito mais das greves e dos movimentos de contestação ocorridos em São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse período, foi comum a grande parte do Judiciário conceber a legalidade das expulsões de residentes, apesar de alguns votos contrários, como os de Pedro Lessa, ministro do STF.[6] Assim, essa época pode ser considerada como um dos períodos onde o "arbítrio da polícia" pela "conveniência da ordem", como já alertava Rui Barbosa em 1913, foi predominante, restando poucas possibilidades de defesa aos estrangeiros.

Contudo, já nos anos de 1919, 1920 e 1921 o Judiciário começou a se libertar das conseqüências das greves nos grandes centros urbanos, reiniciando, pouco a pouco, a concessão de alguns *habeas-corpus* aos estrangeiros residentes. Como o Executivo percebeu que a tendência do Judiciário era a de voltar a defender as garantias constitucionais dos imigrantes, este novamente enviou ao Legislativo um novo projeto de lei de expulsão de estrangeiro. Esse projeto, transformado na Lei n.º 4.247, de 6 de janeiro de 1921, pode ser considerado como uma cópia mais rígida da Lei de 1907, pois em seu artigo 2.º disciplina que:

> *Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco anos, a contar de sua entrada no país, o estrangeiro a respeito de quem se provar: 1.º, que foi expulso de outro país; 2.º, que a polícia de outro país o tem como elemento pernicioso á ordem pública; 3.º, que, dentro do prazo acima referido, provocou atos de violência para, por meio de fatos criminosos, impor qualquer seita religiosa ou política; 4.º, que, pela sua conduta, se considera nocivo a ordem pública ou a segurança nacional; 5.º, que se evadiu de outro país por ter sido condenado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou lenocínio; 6.º, que foi condenado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes.*

E seu artigo terceiro decidia que: "Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território nacional por mais de cinco anos ininterruptos."

Como fica evidente, esse dispositivo legal estava pautado novamente na questão da *residência*, sendo conceituada como o prazo de 5 anos ininterruptos da entrada do imigrante no solo nacional. A partir disso, o Judiciário só poderia conceder *habeas-corpus* aos estrangeiros que provassem sua permanência além desse período de tempo, o que, de fato, diminuía ainda mais as garantias legais dessa parcela da população.

Entretanto, mesmo com uma lei mais rígida, ainda existiam brechas para a defesa dos imigrantes, pois essas eram o que possibilitavam a constitucionalidade desse tipo de lei de

[6] Lessa, da forma próxima a de Rui Barbosa, acreditava que a Constituição igualava estrangeiros residentes e nacionais, sendo, desse modo, inviável a expulsão de ambos. (RODRIGUES, 1991, Tomo II: 181-185).

exceção. Por esse motivo, o Executivo ainda não estava satisfeito, pois essa lei impossibilitava o banimento legal de imigrantes há muito tempo estabelecidos no Brasil, como, por exemplo, de anarquistas, que em grande número chegaram ainda jovens (ou senão crianças) no país, adquirindo as concepções libertárias no meio do movimento operário brasileiro. Assim, a questão da *residência* se tornou um obstáculo legal para as ações da polícia e do Executivo por quase toda a Primeira República, pois suas arbitrariedades muitas vezes eram evitadas e remediadas pelos *habeas-corpus* do Judiciário. Como alertava Rui Barbosa, desde a carta enviada a redação do jornal *D´A Noite*,

> *Mui de propósito a Constituição republicana, compreendendo a vantagem para um país como o Brasil, de assegurar aos estrangeiros as maiores garantias de segurança e liberdade, se distanciou das idéias gerais desse assunto, igualando, em matéria de direitos individuais, os estrangeiros residentes aos brasileiros. Se esta liberdade ofende aos interesses essenciais da ordem pública, e colide com as funções imprescritíveis da soberania territorial, como se tem alegado, é tratarem de reformar pelas vias legais a Constituição. Mas, enquanto esta subsistir redigida como está, o que ela determina em termos formais, tem, necessariamente, de prevalecer ao que os seus interpretes e executores entendem.* (BARBOSA, 1961: 162).

Assim, mesmo a elaboração de leis mais severas de expulsão de estrangeiros, não saciava aos interesses do Executivo, pois, sobre a sombra da Constituição de 1891, existiria sempre a possibilidade de um estrangeiro recorrer ao Judiciário. Desse modo, o Executivo passou, na década de 1920, a atender a sugestão de Rui e começou a trabalhar na reforma do texto constitucional. Assim, no ano de 1926, essa reforma foi aprovada e, para a infelicidade dos estrangeiros, o seguinte texto entrou em vigor: "É permitido ao Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República"; alcançando, com isso, a todos os estrangeiros, residentes ou não.

Desse modo, para concluir, é necessário ressaltar que as leis de 1907, 1913 e 1921 não eram, certamente, dispositivos legais que almejavam criar direitos (muito pelo contrário!), mas, serviram, ao menos para uma parcela dos estrangeiros, de apoio legal contra as ações arbitrárias do Estado, pois acabara reafirmando o texto constitucional. Assim, através da luta do Judiciário com o Executivo e, ainda, através de ações individuais de estrangeiros que recorreram ao Judiciário em busca de suas garantias, algumas ilegalidades contra os imigrantes puderam ser evitadas ou diminuídas. Esse conflito entre Executivo e Judiciário resultou, de forma resumida, nas seguintes conseqüências ao longo da Primeira República: reforço do texto e das leis nacionais, maior autonomia do poder Judiciário frente aos outros poderes constituídos e possibilidade jurídica/legal de defesa de um estrangeiro residente. Mas,

em contrapartida, teve como resultado negativo também expulsões ilegais, endurecimento das leis e a Reforma Constitucional de 1926, ou seja, uma constante adaptação e reorganização das estratégias do Executivo em seu plano elitista de ordenar e disciplinar a sociedade a qualquer custo, excluindo ou limitando os direitos da população e, principalmente, dos elementos considerados indesejáveis.

Bibliografia e Fontes

BARBOSA, Rui. "Deportação de um brasileiro". In *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XXXIII, Tomo II. Rio de Janeiro: Min. da Ed. e Cult., 1962.
_____. "Deportação de Estrangeiro: carta a redação D´A Noite" In *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. XL, Tomo II. Rio de Janeiro: Min. da Ed. e Cult., 1962.
BONFÀ, Rogério. *Expulsão de Estrangeiros: a construção da legislação anti-imigrante no Brasil da Primeira República*. Campinas: Monografia/IFCH/Unicamp, 2006.
BRASIL. *Constituição Federal de 1891*.
GORDO, Adolpho. *A Expulsão de Estrangeiros: discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de Novembro e de 14 de Dezembro de 1912*. São Paulo: Espindola, 1913.
MENEZES, Lená M. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
RODRIGUES, Leda B. *História do Supremo Tribunal Federal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991.
_____. *História do Supremo Tribunal Federal*. Tomo II. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Do mais fiel e humilde Vassalo": as dedicatórias impressas para os monarcas D. João VI e Dona Carlota Joaquina no Brasil

Ana Carolina Galante Delmas*

Resumo: A transferência da Corte em 1808 e a abertura da Impressão Régia possibilitaram o desenvolvimento das relações sociais através das páginas das dedicatórias impressas. Investigar tais homenagens significa debruçar-se também sobre a história do livro, especialmente acerca de sua utilização como instrumento de poder. Este artigo busca observar a realização da prática das homenagens impressas no Brasil do início do século XIX, na busca pelas boas graças dos soberanos D. João VI e D. Carlota Joaquina. Objetiva-se demonstrar a expressividade da prática e de que forma está presente nas permanências culturais; abrindo espaço para o estudo de questões relativas às culturas políticas, e contribuindo da mesma forma para formação do conhecimento acerca da história do livro e da leitura no período.
Palavras-Chave: Mecenato - Família Real - História do Livro

Abstract: The arrival of the Portuguese Royal Court in 1808 and the opening of the *Impressão Régia* allowed the development of social relations through printed dedicated pages. To investigate such reverences also means to study the History of Books and of Reading, especially as instruments of power. This article tries to observe the realization of the printed dedications practice on the earlier 1800's in Brazil, and the quest for the good graces of sovereigns D. João VI e D. Carlota Joaquina. The research efforts to demonstrate the practice expressivity and how it is present in the cultural remains; making space for the study of questions regarding political cultures, e contributing in the same manner to developing of knowledge on the History of Books and of Reading at the time.
Key-Words: Patronage - Portuguese Royal Family - History of Books

O universo dos livros é campo de disputa e espaço de poder. Os esforços recentes acerca de uma História do Livro e da Leitura no Brasil demonstram que esse universo oferece ao historiador uma gama de questões a serem estudadas; estas variam desde a formação e simbologia das bibliotecas; as relações entre leitura e leitores; o estudo de cada acessório; os papéis dos indivíduos ao seu redor. O ato de se oferecer uma obra impressa em homenagem, uma dedicatória impressa, presente desde sua forma manuscrita, constitui-se em um dos mais interessantes acessórios do livro. Trabalhar com as dedicatórias impressas é trabalhar com diversos elementos e possibilidades que remetem à história do livro. Abordar esta prática no ambiente do Brasil das primeiras décadas do oitocentos, ainda pouco conhecida, é também

* Mestranda em História Política / UERJ. Bolsista da CAPES. Orientador: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. anacdelmas@globo.com

caminho para desvendar relações de sociabilidade; comportamentos e jogos políticos, além do próprio contexto no qual se inserem.

A dedicatória apresenta-se como símbolo das relações políticas, das trocas efetuadas na busca por poder e influência; símbolo de uma política apoiada na hierarquia vigente. O livro e a dedicatória são marcas de uma cultura que busca sofisticar suas relações e representações, sendo interessante observar sua utilização por uma elite letrada em meio a uma maioria de iletrados. A prática das dedicatórias toma forma no complexo contexto do Antigo Regime, que deixou permanências na Europa e no Brasil do século XIX: é reflexo da perpetuação das relações de mecenato, ligada aos costumes de uma sociedade de Corte, e às relações entre soberanos e letrados.

Em uma época onde viver da própria pena constituía um desafio, era necessário utilizar-se das convenções para adquirir patrocínio e proteção. Saber colocar-se na hierarquia do poder para ser capaz não apenas de sobreviver, mas de sobressair, exigia tanto habilidades políticas quanto sutileza. O ato de dedicar uma obra abria possibilidades de inclusão na sociedade de corte e de se conseguir as benesses reais em um ambiente, em que nem o papel do autor, nem os direitos de autoria haviam alcançado uma conceituação mais precisa (NEVES, 2004). Dos elementos que compõe o livro e seu lugar social, o autor é o último a se estabelecer, então, a necessidade de apoio e proteção.

Cada livro dedicado demonstrava o prestígio e a importância do homenageado; e as bibliotecas, já bastante valorizadas, assumem *status* ainda maior. A ambição por obras oferecidas em homenagem sustentou as dedicatórias como prática central em uma economia de mecenato. Em uma sociedade de trocas, a dedicatória favorece aquele que oferece a homenagem e também ao soberano que, elogiado e tido muitas vezes como fonte de inspiração, coleciona em sua biblioteca símbolos de seu poder absoluto (CHARTIER, 2000: 182-199). Mesmo em uma sociedade que experimenta mudanças, a homenagem é mais procurada do que repudiada, atendendo aos interesses de ambos, e estabelecendo-se como recurso valioso na Europa (DUPRONT, 1976:38-39). Nesse ambiente, o mecenato privado era menos almejado, sendo a proteção de um mecenas-soberano mais poderosa do que a de qualquer outro, ultrapassando a ajuda financeira. A relação estabelecida entre o autor e seu protetor, troca de privilégios por afirmação pública de poder, transferiu-se para a América Portuguesa, cruzando o Atlântico com a Família Real em 1808.

O contexto do Brasil que recebeu D. João e sua corte assemelha-se ao contexto de Portugal do início do oitocentos: um alto número de iletrados, uma cultura fortemente marcada pela oralidade e uma cultura escrita reservada apenas a alguns homens notáveis

(NEVES, 1999: 665-697). Em um Rio de Janeiro colonial, a recriação do aparelho central do Estado português e a demanda pela modernização de acordo com o modelo europeu alteraram drasticamente o estilo de vida. Com a criação da Impressão Régia e, posteriormente, de outras tipografias, abriu-se também o campo do desenvolvimento das relações sociais através das homenagens impressas, permitindo a observação dos primórdios dessa prática no lado de cá do Atlântico.

Os desejos de D. João de permanecer no Rio de Janeiro aproximaram a cidade de forma efetiva ao *status* de capital do império luso-brasileiro. Embora visto como um monarca cujos traços de caráter se sobrepunham às habilidades políticas, D. João demonstrou-se responsável pelo impulso de emancipação intelectual e, logo, pela formação de intrincadas redes de práticas culturais no Brasil. Além dos inevitáveis documentos oficiais, esse órgão cuidou da publicação de jornais, de obras de cunho científico e literário, e de folhetos políticos. O ritmo crescente de publicações estimulou o estabelecimento de livreiros e livrarias. Ainda assim, a leitura e publicação de obras estavam restritas a uma diminuta elite intelectual que, vivendo em uma cidade com um fraco mercado literário, dependiam fundamentalmente do poder da Coroa, fato que se perpetuou ao longo do século XIX. No ambiente luso-brasileiro, carente de um público consumidor mais amplo, era a Coroa quem assumia a função não só de mercado para os bens simbólicos que surgiam, como, sobretudo, de instância de consagração para eles. Daí, decorre a importância que as dedicatórias em homenagem ao soberano alcançaram entre esses letrados, como, por exemplo, nos escritos de José da Silva Lisboa e de Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

Pode-se observar que as primeiras publicações da Impressão Régia já contavam com páginas destinadas às dedicatórias. As homenagens escritas pelos componentes da elite intelectual do Brasil tinham na retórica a tônica de seus discursos, fundamentando argumentações específicas para o público (ou indivíduo) a que se dirigia, capazes de seduzir o leitor, envolvendo-o para se atingir o objetivo desejado (CARVALHO, 2000). O tom laudatório visava convencer o soberano da lealdade e do merecimento de favores e mercês.

Talvez devido à existência de uma elite intelectual numericamente reduzida, observam-se possibilidades variadas para o uso das homenagens impressas. De certo, os letrados pareciam disputar o título de "o mais fiel e humilde vassalo", encerramento padrão das dedicatórias. Estas, geralmente permeadas de garbosos elogios e, muitas vezes, procurando justificar o conteúdo e o motivo da publicação, poderiam ser utilizadas não só como um marco inicial, um impulso à trajetória do autor, mas ainda como forma de sugerir o apoio a outros textos, de garantir o privilégio sobre a comercialização da obra e, sobretudo,

como agradecimento pelo que já havia sido recebido, como uma forma de manutenção de uma relação já estabelecida.

Letrados como Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, Antonio Jose Vaz, D. Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça, Padre Manoel Ayres do Cazal, Domingos Borges de Barros, Jose Correa Picanço, Manoel Arruda da Câmara, Joaquim da Rocha Mazarem, Paulino Joakim Leitão, José Manoel da Camara, Domingos Ribeiro dos Guimaraens Peixoto, José Silvestre Rebello, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, Bernardo Avellino Ferreira e Souza, José da Silva Lisboa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto e ainda outros fizeram uso de obras oferecidas ao soberano para iniciar ou impulsionar suas trajetórias.

Das 1428 obras publicadas pela Impressão Régia, cerca de 100 foram, explicitamente, dedicadas a alguma figura social / política de destaque, demonstrando que a prática se fez presente e conseguiu se estabelecer no Brasil, ainda que de forma lenta e gradual, perdurando por todo o século XIX. Destas obras, quase 70 dirigiam-se a D. João VI. As demais homenageavam outros membros da Família Real - especialmente D. Pedro -, e nomes como os Condes de Oeiras; de Linhares; das Galveias e da Barca; além de José Correa Picanço; Paulo Fernandes Vianna, Condessa de Linhares, e alguns outros. Ao longo da segunda década do século XIX, as homenagens a D. João VI diminuíram, gradualmente, voltando suas atenções para D. Pedro e para outros membros da cena política.

Das páginas direcionadas ao Principe Regente e Rei, em 1809 pode-se destacar a homenagem que Manoel Ferreira de Araújo Guimarães fez em sua tradução da obra *Elementos de Geometria,* de Adrien Marie Legendre, uma obra publicada por ordem de Sua Alteza Real a fim de ser adotada nos cursos da Academia Real Militar. Em seu texto o autor, Capitão do Real Corpo de Engenheiros, e Lente de Matemática na mesma Academia, procurava oferecer seu trabalho como homenagem em troca de proteção, mas também como forma de agradecimento pela confiança e pelo cargo para o qual já havia sido nomeado:

> *"No momento em que o Brazil dobrou reverente o joelho na Presença de V.A.R., brotou para este Continente huma fonte perenne de felicidades. As Sciencias, companheiras inseparáveis da prosperidade do Estado, e que, ao estrondo das armas, se acolhêrão espavoridas debaixo da Proteção de V.A.R, vierão fixar o seu domicílio no terreno mais fértil e mais abundante. A Bahia teve a honra de offerecer as primicias de submissão e homenagem ao Mais Amavel dos Soberanos com aquella effusão de prazer e alegria, que só podião inspirar as Virtudes que adornão a Sublime Alma de V.A.R. He tambem hum filho seu (o mais rude e o mais inhabil) que tem a fortuna de alcançar a sua fraca voz na Primeira Cadeira de Mathematica de huma Academia até agora desconhecida na América Portugueza; e he elle mesmo que, com o mais humilde respeito, se anima a offerecera V.A.R. a primeira Obra Mathematica, impressa na Sua Regia Officina Typografica, estimulo para*

> *outros mais habeis que hum dia illustrarão a Nação com os seus escritos immortaes.(...)*
> *A minha gratidão, sobejamente empenhada por este novo beneficio, animará a sincera confissão, que tantas vezes tenho feito, e repetirei até o último instante, de que tenho a glória de ser*
> *DE VOSSA ALTEZA REAL*
> *O mais humilde e fiel vassalo*
> *Manoel Ferreira de Araújo Guimarães"*
> (GUIMARÃES, 1809)

Deve-se ainda ressaltar que Guimarães compôs, em 1812, um canto fúnebre em homenagem ao Conde de Linhares, idealizador da Academia. No mesmo ano o autor foi promovido por D. João ao cargo de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Foi ainda fundador do jornal literário e político, *O Patriota*, e escreveu diversos tratados matemáticos, dentre eles *Elementos de Astronomia para uso dos alumnos da Academia Real Militar* (GUIMARÃES, 1814), ordenado por ele enquanto Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros, e Lente da mesma Academia.

O presbítero secular do Grão Priorato do Crato, Padre Manoel Ayres do Cazal publicou, em 1817, com Licença e Privilégio Real, uma obra que visava a contribuir para a história do Brasil. A dedicatória seguia o princípio da troca simbólica por proteção, justificando ainda sua importância:

> *"A Descripção geografica do vasto Reino que a Providencia confiou a V.R. MAGESTADE na America, he o assumpto da Obra que respeitosamente offereço a V.R. MAGESTADE, como Sua, por muitos titulos. Nella se acha a Historia do Descobrimento do Brazil em 1500, até o anno de 1532 em que este paiz foi repartido em Capitanias:(...). Persuado-me que huma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. MAGESTADE costuma prestar a tudo que póde ser util a seus Vassalos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores annos da minha vida, emprehendo esta obra original e tão superior ás minhas forças, e cabedaes, que por vezes, descorçoando a vista d'hum tropel de difficuldades, determinei abrir mão da empreza: Assim aconteceria, se não me dominasse huma sympathia por esta ciencia encantadora, e conjunctamente me alentassem amigos intelligentes, e patriotas, receozos de que os meus trabalhos, e fadigas descessem comigo á sepultura. Digne-se a V.R. MAGESTADE aceitar huma offerta aindaque pequena para o meu dezejo, contudo decida a V.R. MAGESTADE.*
> *Deos Guarde a Sagrada Pessoa de V.R. MAGESTADE por mui dilatados e felizes annos*
> *O mais reverente vassallo.*
> *Padre Manoel Ayres de Cazal"*
> (CAZAL, 1817)

A obra *Corografia brazilica* apresentava sua dedicatória seguida por uma declaração do rei D. João VI, atestando a concessão de um privilégio ao autor. Cazal fizera um requerimento para que o livro lhe rendesse o privilégio de ter seus direitos garantidos. A resposta real foi a concessão de totais direitos sobre o livro pelo período de quatorze anos.

Ao observar as publicações da outra tipografia do período, nota-se a presença de obras dedicadas. Na tipografia de Antonio Manuel da Silva Serva, inaugurada em Salvador no ano de 1811, observa-se que das 127 obras que saíram de seu prelo, 24 foram dedicadas. Destas, oito destinaram-se a D. João VI - algumas encomendadas pelo Conde dos Arcos -, e outras nove destinadas ao próprio Conde, talvez demonstrando a divisão da identificação política entre o soberano e o antigo vice-rei, e a rivalidade entre Bahia e Rio de janeiro. É interessante notar que, no Brasil, não há dedicatórias para D. Carlota Joaquina. Em Portugal, há obras dedicadas à soberana, como se pode observar nesta obra autorizada por D. João, e oferecida pelos donos da casa Borel, Borel e Cia:

> *"Desejando nós, como bons Cidadãos, grangear o alto patrocinio dos Princepes deste Reino, pareceo-nos que era de nossa obrigação dirigir a V. A. as nossas súpplicas, como áquella em quem este illustre predicamento se acha associado com o Real Sangue da Augustissima Casa de Borbon, donde V.A. descende. Assim cuidamos, Serenissima Senhora, cumprir com o que por fiéis Vassallos devemos a nossos naturaes Senhores, obsequiando seus precarissimos descendentes(...)*
> *Digne-se pois, Serenissima Senhora, de acceitar esta humilde offerta, para excitar com favor tão distincto a emulação de servir ao Público, que he hum dos maiores beneficios que os Principes podem fazer; e para que mais affervorados com elle se nos acrescentem, não profundo reconhecimento, que já temos no coração, mas novos animos para o manifestarmos com as obras que soubermos serão mais do agrado de V. A.*
>
> *Os mais humildes e reverentes criados.*
>
> *Borel, Borel e Companhia"*
>
> (SILVA, 1820)

Verificando as obras impressas no Brasil, nota-se que o grupo de autores que se utilizou da prática das dedicatórias era constituído por um seleto conjunto de letrados que ansiavam por uma promoção em suas carreiras e trajetórias de vida. Pode se afirmar que as dedicatórias não inseriam indivíduos desconhecidos das elites intelectual e política ou no círculo da família real; eram utilizadas como espécie de impulso. Também manifestavam agradecimento por algo que já havia sido recebido, procuravam comprovar o merecimento de mais benesses e a importância na vida política, social e econômica do Brasil.

Quaisquer que fossem os objetivos, estavam presentes as humildes afirmações de súditos e vassalos, prontos para utilizarem seus préstimos à glória do soberano. Os escritos buscavam arquitetar uma base sólida de amparo e conquistar o apoio régio. Alguns conquistaram trajetórias longas e bem sucedidas, outros não obtiveram sucesso. Ainda que de forma lenta e gradual e por seleto grupo, a prática das homenagens impressas foi capaz de se enraizar e permanecer ao longo de quase todo século XIX, mostrando possibilidades para a

continuação dos estudos de um novo campo que se abre em relação à História do Brasil, através de sua cultura e de sua identidade.

Fontes

CAZAL, Padre Manoel Ayres de. *Corografia brazilica, ou relação historico-geografica do reino do Brazil* . Rio de Janeiro, Na Impressão Régia, 1817. Com Licença e Privilégio Real.
GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Elementos de Astronomia para uso dos alumnos da Academia Real Militar* ordenado por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros, e Lente do quarto anno da referida Academia. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1814. Por Ordem de S.A.R.
_____. (Tradução do original francês) *Elementos de geometria*, por A. M. Le Gendre. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1809. Por Ordem de S.A.R.
SILVA, Antonio de Moraes. (Tradução do original francês). *Recreações do Homem Sensivel, ou Collecção de exemplos verdadeiros e patheticos, nos quais se dá um Curso de Moral Prática conforme às máximas de sã Filosofia, e da Religião, para as pessoas de todos os Estados Tomo I*, por Monsieur de Arnaud. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1820. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. 2ª reimpressão. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2002.
CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993.
CARVALHO, José Murilo de. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". In: *Topoi*, nº1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.
CASTRO, Renato Berbert de. A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819. Bahia: Secretaria da Educação e da Cultura, 1968.
CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
_____. O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória*"*. In: BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000
DUPRONT, Alphonse. *L. A. Muratori et la société européenne des pré-lumières*. Firenze: Leo S. Olschki, 1976
FRAGOSO, João, et al. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo: T.A.Queiroz/ EDUSP, 1985.
NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 33(1): 665-697, 1999.
_____. Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial (1808-1861). In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e HistóriaEditorial*. Rio de Janeiro, 2004. http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das idéias*. Coimbra, 20: 187-228, 1999.

Saem os debilitantes, entram os reconstituintes: a terapêutica da lepra no século XIX

Dilma Cabral[1]

Resumo

Na primeira metade do século XIX a complexidade de elementos que compunham o quadro etiológico da lepra se expressaria, no plano terapêutico, pela adoção de remédios debilitantes, parte de uma estrutura cognitiva em que o restabelecimento da saúde se daria a partir da desobstrução e equilíbrio do organismo. Nas décadas finais do século XIX, o tratamento da lepra sofre significativas transformações, a bacteriologia criara novos valores científicos, conferindo um novo papel ao médico e a reorientação da terapêutica da lepra.
Palvras-chaves: Lepra, Terapêutica, História da Medicina.

Abstract

In the first half of nineteenth-century the complexity of elements that composed the etiologic picture of the leprosy will express, in the therapeutical plan, for the adoption of debilitating remedies, part of the cognitive structure whose the reestablishment of the health will give from unblockage and balance of the organism. In the final decades of nineteenth-century, the treatment of the lepers significant transformations, the bacteriology creates new scientific values, conferring a new role to the doctor and the reorientation of the therapeutical of the leprosy.
Key words: Leprosy, Therapeutical, History of Medicine.

Na primeira metade do século XX foram produzidos os primeiros trabalhos sobre lepra no Brasil. A doença ganhava espaço nos debates das associações científicas, nos trabalhos acadêmicos e nos periódicos médicos, incorporando-se à literatura médico-científica e ao quadro nosológico nacional A elaboração deste conhecimento coletivo sobre a lepra, seguindo o paradigma científico do período, conciliaria clínica anatomopatológica, higienismo e climatologia, conferindo um contorno especificamente nacional à doença e um modelo original para a sua etiologia no país. Em consonância com as teorias médicas do período, as hipóteses etiológicas acerca da lepra envolviam um vasto e complexo conjunto de causas, relacionadas a elementos próprios do quadro natural e à ação patogênica de cada um na produção da doença. No Brasil houve a elaboração de um conhecimento coletivo sobre a lepra que estaria circunscrito à especificidade dos hábitos culturais, à sexualidade e às condições ambientais do país.

Seria o clima do Brasil, quente e úmido, que funcionaria como o fator em condições de alterar a propriedade de vários elementos, tais como os temperamentos, as bebidas, o ar, os alimentos ou a habitação, produzindo causas excitantes ou predisponentes

[1] Pesquisadora do Arquivo Nacional e doutoranda do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

para o desenvolvimento da lepra. Todos estes elementos considerados capazes de produzir ou acelerar o progresso da lepra estariam formatados pela dificuldade do organismo em manter-se em equilíbrio com o meio ambiente sob a influência do clima brasileiro. Nestas condições, alimentos, bebidas, uma sexualidade desenfreada ou uma habitação inadequada tornavam o organismo especialmente afeito a produzir uma constante irritação na pele pela intensa transpiração, causando a desorganização de seu tecido. Além destes fatores, um outro componente desempenhou um importante papel na discussão sobre a etiologia da lepra: a sífilis. A idéia de uma relação causal entre sífilis e lepra não era um dado novo no complexo quadro etiológico da doença na primeira metade do século XIX, a transmissão venérea da lepra e sua hereditariedade foram teorias complementares no pensamento médico desde a Idade Média.

Por outro lado, a percepção do corpo como um sistema de interações dinâmicas com o seu ambiente moldaria a concepção de saúde e doença como resultado da acumulativa interação entre constituição física e circunstância ambiental. A garantia da saúde estaria no equilíbrio do funcionamento do organismo, constantemente acossado em sua relação com o meio por fatores como clima, alimentação, qualidade do ar ou as próprias exigências do corpo, inerentes ao desenvolvimento humano. (ROSENBERG, 1992: 12) Esta perspectiva torna-se fundamental para compreendermos a terapêutica da lepra no período, cujo objetivo seria o restabelecimento do equilíbrio no organismo. Logo, se o clima quente e úmido impunha uma troca constante com o meio externo, a primeira indicação seria evitar qualquer excesso, fosse alimentar, físico ou sexual. Eram recomendações freqüentes os banhos cotidianos e prolongados para conter os malefícios do clima, renovar as secreções da pele, amenizar o calor e ativar a respiração. Além destes, deveria se lançar mão dos recursos científicos disponíveis para equilibrar este quadro, o que significava ainda o uso das sangrias, sanguessugas e loções.

Ao analisarmos o intenso experimentalismo vivenciado na terapêutica da lepra no século XIX, devemos levar em consideração também que a etiologia da lepra era compreendida numa perspectiva multicausal, o que tornava os procedimentos médicos complexos e variados, sujeitos a uma extensa hierarquia de causas. Esta polifonia em relação à etiologia das doenças estará naturalmente presente na prescrição clínica dos médicos, a procura pelo restabelecimento da saúde a partir da desobstrução e equilíbrio do organismo traduzia-se na indicação de vomitórios, purgantes e catárticos. Esta falta de consenso dos médicos em torno dos procedimentos terapêuticos acabou sendo identificada, em algumas análises, como a medida da impotência e do rudimentarismo científico da medicina do século

XIX, cuja prova irrefutável estaria no fato da indicação terapêutica dos médicos não se mostrar mais eficiente que as práticas alternativas experimentadas por outros agentes de cura, não licenciados ou habilitados para o exercício da medicina.

No entanto, é importante observarmos que este aparente caos terapêutico em que os médicos estavam imersos, os estranhos procedimentos a que recorriam e as diferentes abordagens e meios de cura fizeram parte de um sistema cognitivo que explicava a saúde e doença no século XIX. Havia a percepção de que o papel da medicina seria o de auxiliar o processo de recuperação natural do organismo, mas caberia ao médico um papel ativo na condução deste processo, quer seja pelas práticas terapêuticas que poderiam assegurar a recuperação do doente, quer seja atenuando o sofrimento naqueles casos em que a morte era inevitável.(ROSENBERG, 1992:21) A defesa de uma droga exclusiva para o tratamento de uma doença era usualmente vista como um sintoma de charlatanismo. A essência da medicina estava na habilidade de prescrever, uma arte que aglutinava a conjugação de muitas variáveis como a doença, as drogas e suas muitas combinações, o doente e sua família, a ação do clima e da geografia no tratamento.(ROSENBERG, 1992:19-20)

No Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro, que se constituiu não apenas num espaço de asilamento dos doentes, como se tornaria na segunda metade do século XIX um importante centro de experimento em torno da terapêutica e etiologia da lepra, os relatórios médicos nos permite constatar que o tratamento da lepra mantinha as mesmas prescrições já identificadas na primeira metade do século XIX: sudoríficos, diuréticos, catárticos, visicatórios e os anti-sifilíticos mercuriais. Estas drogas faziam parte da rotina clínica da instituição, quebrada apenas pela utilização de novos produtos ou procedimentos que freqüentemente eram experimentados no tratamento da lepra, mas que seguiriam ainda o mesmo princípio de regular as secreções. Além destes medicamentos anti-sifilíticos e sudoríficos, eram também empregados preparados com plantas comumente associadas à cura da lepra, preconizados tanto por profissionais quanto por leigos. Ao longo da década de 1870, no Hospital dos Lázaros seriam realizados os experimentos dos mais diversos produtos na terapêutica da lepra, da mesma forma que eram utilizadas as famosas panacéias, os xaropes, os ungüentos e elixires de grande aceitação popular. (Apud SOUZA ARAÚJO, 1946: 466)

A produção de fórmulas para as doenças que mais comumente afligiam a população atendeu a uma demanda que crescia, tornando-se um grande filão comercial. No século XIX se intensificou o comércio de remédios de formulação misteriosa e ampla prescrição, os chamados remédios de segredo, cujas fórmulas secretas garantiriam o monopólio do produto.(FIGUEIREDO, 2002: 110-5) Os remédios de segredo eram

medicamentos singulares, de formulação secreta, cujo sucesso comercial era obtido com a divulgação de seus efeitos miraculosos por parte daqueles que haviam experimentado o medicamento, pela propaganda nos principais jornais e a sua indicação por autoridade que conferissem credibilidade ao produto. Ao contrário dos remédios de formulação específica, os remédios de segredo não eram manipulados individualmente na botica, mas em escala maior pelo próprio idealizador da fórmula. Utilizados por todas as camadas sociais, mantinham a credulidade das pessoas em métodos antigos de cura que remontava a praticas arraigadas no universo simbólico dos doentes.(MARQUES, 2003: 163)

Na primeira metade do século XIX, o governo imperial atuou no sentido de regulamentar e redefinir o que seriam as práticas terapêuticas, o que incluía uma variedade de agentes relacionados à cura como sangradores, boticários, parteiras e curandeiros. Este processo foi marcado por períodos em que as funções de inspeção de saúde, além da fiscalização sobre boticas e lojas de drogas ficaram indefinidas. Podemos apontar a lei de 3 de outubro de 1832, que transformou as academias médico-cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, como um importante marco no processo que definiu o monopólio legal do exercício da arte de curar aos médicos.(EDLER, 1992: 26-8) No entanto, devemos considerar que entre o espaço institucional da medicina acadêmica e o universo dos curadores, há o corpo doente. Estes curadores, se não dispunham do aval do ensino oficial e do espaço institucional das faculdades, obtinha o respaldo legitimador da população que ansiava pela mitigação de seu padecimento e o restabelecimento de sua saúde. Estes curadores foram paulatinamente tendo suas atividades classificadas no amplo rótulo de charlatanismo, contra quem se levantavam as vozes autorizadas dos médicos e os principais jornais.(PIMENTA, :53-8)

A lepra se constituía num excelente campo para as mais diversas atividades terapêuticas. Considerada incurável, a doença impunha um grande sofrimento físico ao doente, seu tratamento era longo e, na maior parte das vezes, a resposta terapêutica estava aquém aos desconfortos produzidos pelos purgantes e vomitórios. Eram freqüentes as notícias de novos medicamentos, tratamentos milagrosos ou testemunhos de casos de cura pelos mais diversos meios, o que rapidamente ganhava os jornais e muita vez recorria-se à Academia Imperial de Medicina para análise do caso. Havia um universo comum entre as práticas de cura dos médicos e dos curadores, ambos dispunham de um arsenal terapêutico bastante próximo que girava em torno de uma já tradicional gama de recursos. Ainda que os médicos reconhecessem os seus limites terapêuticos e a baixa eficácia dos produtos conhecidos e

empregados no tratamento da lepra, o que diferenciaria seus experimentos e ensaios terapêuticos dos recomendados pelos curadores seria a sua base científica e racional.

Em 1879 José Jerônimo de Azevedo Lima assumiu a direção clínica do Hospital dos Lázaros, o que provocaria uma mudanças significativas na abordagem que o problema da lepra tivera, até então. O médico refutava a tentativa de buscar a causa da doença na predisposição hereditária, nas condições climáticas, na constituição física do solo, no vício da alimentação ou nos fenômenos extrínsecos ao seu desenvolvimento e prevalência em certas áreas. Azevedo Lima argumentava que as investigações de Hansen e a descoberta do '*bacillus leprae'*, cuja presença constante permitiu estabelecer uma "*certa relação de causalidade"*, ainda que não conclusiva, deixavam pouco espaço para contestação e produziram um profundo abalo na doutrina clássica da doença.(Lima *apud* SOUZA ARAÚJO, 1946: 484) Tal como seus antecessores, o médico Azevedo Lima questionava a eficácia terapêutica dos ensaios e tratamentos diversos indicados para cura da lepra. Mas, sob sua condução, os remédios debilitantes como os purgantes, os vomitórios e os sudoríferos indicados para o restabelecimento da saúde, a partir da desobstrução e equilíbrio do organismo, foram substituídos pela ênfase na dieta e nos reconstituintes. Não que os antigos métodos terapêuticos tenham morrido, mas eram empregados menos rotineiramente e as drogas usadas em menor dosagem. (ROSENBERG, 1992: 26)

Nesta perspectiva, ao longo das duas últimas décadas do século XIX outros medicamentos foram introduzidos e novas formulações foram testadas, como o salol, o cautério de Pacquelin ou a tuberculina. Os óleos indianos assumiriam grande importância na terapêutica da doença, especialmente o chalmoogra, que acabaria por ser identificado como um medicamento específico para a lepra. Mas, a grande esperança de se alcançar maior eficácia no tratamento da lepra estava nas pesquisas soroterápicas. Sob o processo de consolidação da bacteriologia e da pesquisa sobre a origem microbiana das doenças a soroterapia abrira um novo horizonte para a terapêutica das doenças no século XIX, onde a técnica de imunização por meio de inoculação de cultura microbiana atenuada em laboratório parecia ser o caminho para o desenvolvimento de vacinas contra todas as doenças virulentas que flagelavam os homens. (BENCHIMOL, 1999: 37) Seriam estes novos referencias da medicina que marcariam a expressiva diferença da atuação de Azevedo Lima na direção clínica do Hospital dos Lázaros. Seu esforço por circunscrever o tratamento da lepra como uma área de exclusivamente médica conduziria a terapêutica da doença nesta instituição pela pesquisa experimental, com a criação do Laboratório Bacteriológico, em 1894, onde seriam realizados importantes estudos anátomopatológicos e bacteriológicso relativos à lepra. (LIMA

apud SOUZA ARAÚJO,1956: 5) Seus experimentos fizeram parte de uma outra estrutura cognitiva, onde a doença aos poucos se dissocia de sua interação dinâmica com o meio para ser vista como uma entidade específica, com etiologia, patogenia e tratamento exclusivos.(ROSENBERG, 1992: 24)

Porém, os avanços em torno da pesquisa experimental sobre a lepra esbarravam na constatação da baixa eficácia de sua terapêutica. O discurso triunfalista da bacteriologia estabelecera um descompasso em sua conversão por resultados na prática terapêutica, a pesquisa experimental ainda não produzira tratamentos capazes de responder aos problemas enfrentados pela clínica médica. Apesar disto, não podemos deixar de observar o impacto que a bacteriologia traria na terapêutica da lepra, outras mudanças igualmente significativas processavam-se. O médico assumiria um novo papel, a posição não intervencionista da terapêutica aos poucos passa a conviver com uma nova percepção de que a cura de muitas doenças dependeria não apenas da clínica médica, mas também das pesquisas que se desenvolviam nos laboratórios. As práticas terapêuticas tradicionais, que pouco diferenciava a ação do médico de tantos outros curadores, passaram a conviver com novos métodos que serão exclusivos daqueles profissionais, consolidando o monopólio médico da arte de curar. As orientações terapêuticas implementadas por Azevedo Lima anunciam uma nova percepção sobre a lepra, fundada a partir do impacto de sua redescoberta na Europa e no mundo colonial, da descoberta do *M. leprae* e dos pressupostos bacteriológicos, que seriam expressos a partir nas resoluções finais da 1ª Conferência Internacional sobre Lepra, em 1897, em Berlim.

Bibliografia

CANGUILHEM, Georges. O efeito da bacteriologia no fim das teorias médicas do século XIX. In *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida.* Lisboa: Edições 70, 1977. p. 51-69.

EDLER, Flávio. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. 1992. 245 p. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/USP, Departamento de História: São Paulo, 1992.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar*: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. 251 p.

LIMA, José Jerônimo de Azevedo. 'A lepra no Brasil. Comunicação enviada ao Congresso de leprologistas, em Berlim, em outubro de 1897, pelo Dr. Azevedo Lima' In SOUZA ARAÚJO, Heraclides-Cesar de. *História da lepra no Brasil: período republicano (1890-1952)*. vol. 3. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 67-74.

_____. 'Relatório do Hospital apresentado à Candelária, em 30 de setembro de 1880'. Relatório do Médico (1880)'. In SOUZA ARAÚJO, Heraclides-Cesar de. *História da*

lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889), vol. 1, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. p. 482-5.

_____. 'Relatório do Hospital dos Lázaros à Candelária, 1881'. In SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, vol. 1. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. p. 487.

_____. 'Relatório do Hospital dos Lázaros à Candelária, 1884'. In SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, vol. 1. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. p. 487.

_____. 'Exposição do médico do Hospital Dr. José Jerônimo de Azevedo Lima, 1894'. In SOUZA ARAÚJO, Heraclides-Cesar de. *História da lepra no Brasil: período republicano (1890-1952)*. vol. 3. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 27-30.

_____. 'Exposição do médico do Hospital Dr. José Jerônimo de Azevedo Lima, 1896'. In SOUZA ARAÚJO, Heraclides-Cesar de. *História da lepra no Brasil: período republicano (1890-1952)*. vol. 3. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 46-57.

LOPES, João Pereira.'Relatório do movimento e estado do Hospital dos Lázaros, 1868'. In SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, vol. I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.p. 460-1.

_____. 'Relatório do movimento e estado do Hospital dos Lázaros precedido de algumas considerações acerca da morféia, seu tratamento e experiências que se fizeram nesse mesmo hospital no ano de 1869'. In SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, vol. I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. p.463-71.

_____. 'Relatório do médico do Imperial Hospital dos Lázaros, 1872'. In SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, vol. I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. p. 471-74.

_____. 'Relatório do médico do Imperial Hospital dos Lázaros, 1875'. In SOUZA ARAÚJO, Heráclides César de. *História da lepra no Brasil, períodos colonial e monárquico (1500-1889)*, vol. I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946. p. 476-80.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Medicinas secretas: magia e ciência no Brasil setecentista In CHALHOUB, Sidney et al (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. p. 163-195.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro* (1828-1855). 2003. 256 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2003.

ROSENBERG, Charles E. The therapeutic Revolution: medicine, meaning, and social change in nineteenth-century America. In _____. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992. p. 9-31.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dinamismo pictórico – uma leitura do Barroco por Frank Stella

Cecilia Cotrim Martins de Mello*

Resumo: Esse texto parte da leitura que o artista contemporâneo norte-americano Frank Stella [1936] propõe do espaço pictórico do século XVI na Itália, contrastando-o com aspectos da pintura modernista.
Considerado como um dos precursores do Minimalismo em pintura, herdeiro da crítica modernista ao ilusionismo pictórico, Stella pertence a uma geração de artistas que participam ativamente do debate crítico de sua época, estabelecido em torno dos limites da teoria modernista.
Em início dos anos 1960, Frank Stella chega, com suas *stripe paintings*, à redução da pintura a seus constituintes últimos: o plano e a delimitação do plano. Em 1986, em seu livro *Working Space*, o pintor propõe então um retorno crítico ao que seria o espaço dinâmico barroco.
Palavras-chave: história da pintura; arte contemporânea; barroco.

Abstract: Ce texte part de la lecture que l'artiste contemporain américain Frank Stella [1936] fait de l'espace pictural du XVIème. siècle italien, tout en le contrastant à des aspects de la peinture moderniste.
Consideré comme l'un des précurseurs du Minimalisme en peinture, Stella appartient à une génération d'artistes qui participent du débat critique de son époque, établi autour des limites de la théorie moderniste.
Au début des années 1960, les *stripe paintings* de Frank Stella reduisent la peinture à ses constituants ultimes: le plan et la délimitation du plan. Dans son livre *Working Space*, de 1986, le peintre propose un retour critique à l'espace dynamique du baroque.
Mots-clés: histoire de la peinture; art contemporain; baroque.

Dinamismo pictórico – uma leitura do Barroco por Frank Stella

> *Podemos encontrar um modo de expressão que desempenhe, para a abstração, o mesmo papel que desempenhou o gênio de Caravaggio para o naturalismo do século XVI e para seus célebres herdeiros?*
>
> Frank Stella.

Em 1958, o pintor americano Frank Stella repete, com suas opacas *stripe paintings*, o que se pode considerar como um "limite da pintura de cavalete": o monocromo[1].

---

* Cecilia Cotrim Martins de Mello é doutora em História pela Universidade de Paris I - Panthéon-Sorbonne (1996). Trabalha em ensino e pesquisa em História da Arte Moderna e Contemporânea no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio.

[1] Uma narrativa do monocromo seria também uma narrativa-limite da história da pintura moderna? Talvez tenha como momentos de passagem, segundo venho propor: na cena americana, além de Stella, Rauschenberg e Cage, pensar nos "sublimes" e na color field painting; pensar em Mahlevich, Rodtchenko; Kandinsky e *Sonoridade amarela*; Yves Klein e sua imaterialidade azul; Otto Piene e sua folha de alumínio, cinema-expandido em pleno deserto do Sahara; Manzoni e os ácromos felpudos, "puro ser"; Oiticica e a cor aberta à duração; Paul Sharits e o

Os monocromos/objetos específicos de Stella – "superfícies recobertas mecanicamente, em um *pattern* regular e repetitivo de faixas negras executadas sobre a tela não-preparada, com esmalte comercial e com um pincel de parede de duas e meia polegadas de largura" (DE DUVE, 1988:35) – promoveriam uma redução da operação pictórica ao que seria sua essência última – o plano e a delimitação do plano[2]. Negando o princípio do toque original do artista na criação de um espaço pictórico singular e afirmando para o campo da arte a validade da lógica da série, "uma coisa após a outra", essas telas se contrapõem, em sua explícita externalidade, ao que seria a estrutura "relaci[3]nal"[3] de toda a tradição artística [e de pensamento] ocidental.

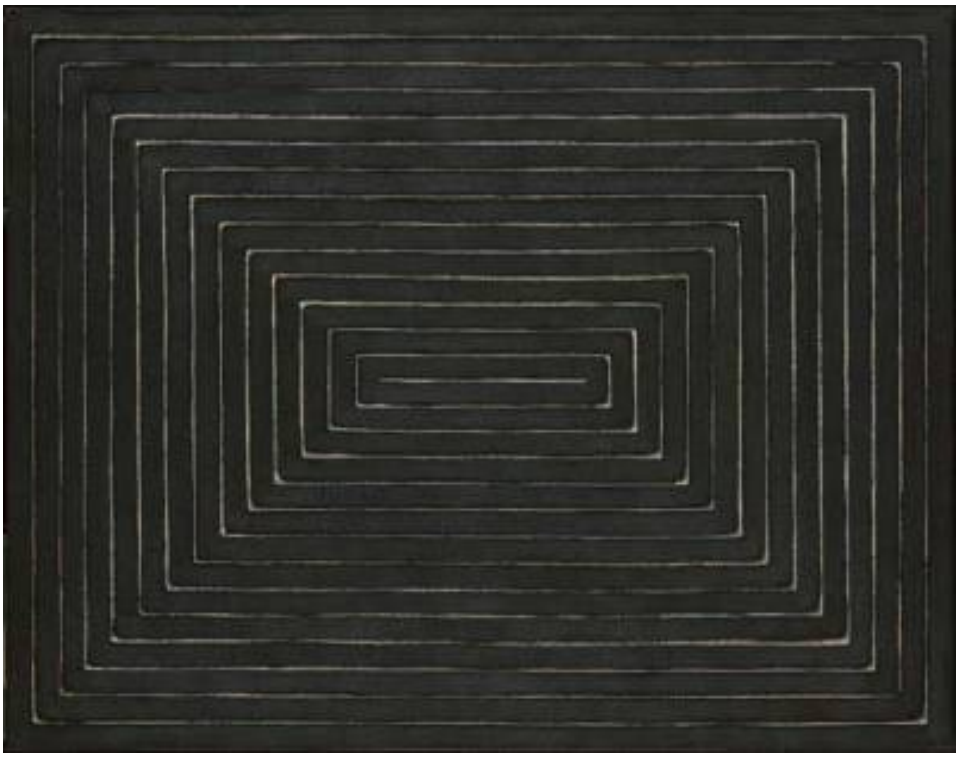

[Frank Stella, *Tomlinson Court Park II*, 1959.]

monocromo expandido dos flicker films; Baldessari e *6 colorful inside jobs*, vídeo de 1977; Edson Barrus e *Das dunas só sei isto*, vídeo de 2005; Iberê Camargo e *Magma*, tela de 1964, além dos grandes óleos azulados do final.

[2] No mito de origem da pintura narrado por Alberti, em seu tratado de 1435, a pintura é identificada à circunscrição de uma superfície, o ato de pintar ao de delimitar um plano, designar uma área: "[…] tenho o hábito de dizer a meus amigos que o inventor da pintura, segundo a fórmula dos poetas, deve ter sido esse Narciso transformado em flor, pois se é verdade que a pintura é a flor de todas as artes, então a fábula de Narciso convém perfeitamente à pintura. A pintura é algo além do que a arte de abraçar a superfície de uma fonte?" (ALBERTI, 1992:135).

[3]

[3] ver Frank Stella em"Questões para Stella e Judd", *Art News*, 1966: "[…]os pintores europeus geométricos realmente esforçavam-se para fazer o que chamo de pintura relacional. Você faz uma coisa num canto e equilibra com outra coisa no outro canto." (STELLA, 2006:124).

> *A arte exclui o que não é necessário. Frank Stella achou necessário pintar faixas. Não há nada mais em sua pintura. Frank Stella não se interessa pela expressão ou pela sensibilidade. Ele se interessa pelas necessidades da pintura. Os símbolos são moedas de troca entre as pessoas. A pintura de Frank Stella não é simbólica. Suas faixas são os caminhos de seu pincel sobre a tela. Esses caminhos só levam à pint[4]ra.* (ANDRE, 1959:76)

Em seu "Preface to Stripe Painting", de 1959, o artista Carl Andre parece ressaltar o nominalismo pictórico que ali se anunciava. Tendo atingindo o grau zero, a pintura de Stella tenderia, assim, à tela v[5]rgem[5], aproximando o "objeto nem pintura nem escultura"[6] de uma espécie de "ready-made específico"[7], e desvinculando seu trabalho de toda tendência à expansão do espaço pictórico [justo aquilo de que o artista se ressentirá, mais tarde, em seu desejo manifesto de retorno a uma pintura barroca/cinemascope]. Deslocando a pergunta duchampiana sobre a "natureza da arte" para o domínio da pintura, as *stripe*, ou *shaped canvas* de Stella parecem paradoxalmente "levar adiante" [no sentido de repetir] o projeto auto-crítico modernista, exaurindo a pintura de seu espaço dinâmico, de toda virtualidade e do "ilusionismo dos antigos mestres", buscando uma coincidência quase "pura" entre significado e uso, linguagem e mundo.

Vinte anos depois, no entanto, proporá Stella:

> *a abstração deve encontrar o meio de estender suas fronteiras, de ampliar os limites impostos pelo passado pictórico. Será preciso criar para ela um campo de ação, um espaço em que se possa visar, sob a pressão de nossos esforços cotidianos, uma extensão significativa dos limites e dos resultados obtidos no pass[8]do.* (STELLA, "Picasso", 1986:98)

4

5

5 "Cada vez que uma convenção se revelava 'supérflua' a pintura modernista se aproximava do momento de reatualizar a tela virgem. E quanto mais ela se aproximava disso, mais rasa tornava-se sua promessa de futuro." (DE DUVE, 1988:50).

6 Como indica Donald Judd em "Objetos específicos", 1965, texto-manifesto da chamada arte minimal, em que o artista defende "o trabalho tridimensional", "nem pintura nem escultura": "Três dimensões são o espaço real. Esse fato elimina o problema do ilusionismo e do espaço literal, o espaço dentro e em torno das marcas e das cores – o que significa libertar-se de uma das mais significativas e contestáveis relíquas da arte européia. Os diversos limites da pintura já não estão mais presentes." (JUDD, 2006:103).

7 "Contrariamente ao porta-garrafas ou ao urinol de Duchamp, a tela virgem é um ready-made específico. É um produto manufaturado, novo e não-usado, como o são todos os ready-mades não-assistidos de Duchamp, mas de um tipo que se pode encontrar numa loja de material de pintura, e não no Bazar de l'Hôtel de Ville, onde Duchamp comprou seu porta-garrafas. Antes mesmo de ser tocada pela mão do pintor, ela já pertence à tradição da pintura, ou antes, a uma tradição, aquela da pintura ocidental desde o Renascimento." (DE DUVE, 1988:48).

8

A criação de um espaço

Diante do *Suplício de Mársias* (1575-76), de Ticiano, um espectador, tocado pela crueza da tela, escreve: "Arrancando uma superfície, criada pelo toque inspirado do artista, Ticiano revela os tecidos impregnados de sangue e os ossos da técnica pictórica, mostrando-nos as dificuldades que encontra o artista para nutrir e manipular o corpo de sua criação, sem mutilá[9]lo". O espectador, no caso, é o pintor Frank Stella ("Un reproche fréquent", 1986:100), que, em seu livro *Working Space*, desenvolve uma reflexão sobre a criação do espaço pictórico, arriscando uma ligação entre a pintura contemporânea e a grande arte do passado.

[Ticiano, *Suplício de Mársias*, 1575-76.]

"Partimos do princípio de que a força expressiva de um grande quadro do passado domina toda necessidade de reconhecer sua relação, sempre problemática, com o organismo crescente da história da arte." (STELLA, "Un reproche fréquent", 1986:99.) Em seu retorno

9

aos antigos mestres do século XVI, Stella percebe o quanto a dimensão experimental da pintura, ou sua tendência auto-crítica, estaria associada "à natureza problemática das relações internas de descobertas e de criação relativas a um quadro, assim como ao desenvolvimento de uma relação externa desse quadro com toda a história da a[10]te". (STELLA, 1986:99)

O dinamismo pictórico que se impõe com toda potência no *Suplício de Mársias* não deixa de revelar fragilidades: os problemas da *bottega* (como dizia Iberê Camargo, lembrando de seu mestre De Chirico), a "carne e o osso" da pintura. "Encontramos, envolvidos na matéria expressiva dessas telas, os problemas pictóricos de que gostaríamos de escapar e que, ao mesmo tempo, buscamos resolver: a articulação de uma superfície e a criação de um espa[11]o". (STELLA, 1986:99) A partir da tradição moderna e da "abstração", algo parece estar resolvido, ou ao menos encaminhado: a pintura se reduziria a seu próprio dinamismo, a seus próprios meios constitutivos. No entanto, indagaria Stella, o que teria sido feito da "dinâmica humana" – "A perda desse elemento suplementar, tão necessário, provoca um sentimento de desespero." (STELLA, 1986:99) Ticiano, em seu *Suplício de Mársias*, "demonstrava saber aquilo a que teria sido reduzida a pintura moderna: a dissecação é o elemento crucial para o sucesso da pint[12]ra". (STELLA, 1986:104)

Retorno a Caravaggio?

> *Seria preciso criar um novo caráter pictórico, cuja potência seja comparável àquela do século XVI italiano.*
> *[...] Será preciso então remontar a Caravaggio, se desejarmos lutar contra o recente enfraquecimento da boa pintura. Nossos contemporâneos talvez não sejam capazes de atingir a plenitude de um Delacroix, de um Turner ou de um Monet. Diríamos que a cor, a luz, a própria superfície desapareceram sob a grade negra de Mondrian. Fomos quase reduzidos à preocupação com a ausência de espaço pictórico.*
>
> Frank Stella

Segundo a leitura de Stella, a crise da pintura estaria associada aos processos da abstração – "em perigo desde Mond[13]ian" (STELLA, "Le Caravage", 1986:1). Ainda que se estabeleça relações de qualidade entre os desdobramentos da pintura moderna, em sua tendência à abstração, e os "altos testemunhos do passado", torna-se problemático o pensamento de uma continuidade, desde que se busque "estender as raízes da abstração além

10
11
12
13

do cubismo". De fato, no âmbito da abstração [sempre segundo os argumentos de Stella], estaríamos desvinculados de uma tradição que, por exemplo, de Donatello a Phidias, transmitia lições a Michelan[14]elo.[8] Já, continua o pintor das *stripe*, "Mondrian, caso se lembre de Seurat, nada tem mais em comum com Giotto ou com as iluminuras dos Cel[15]as." (STELLA, 1986:1)

A reflexão crítica de Stella enfatiza a "evolução recente" a que corresponde a pintura no Ocidente, em particular "a forma de representação do mundo sensível elaborada no século XX."

> *As diferenças essenciais que separam a imagerie e as intenções da abstração daquelas da pintura tradicional tornam sem dúvida muito difíceis as comparações entre a arte abstrata e o que se realizou antes dela. Elas tampouco facilitam a apreensão do futuro. Parece que estamos paralizados em um presente ambí[16]uo.* (STELLA, 1986:1)

Aqui, Stella revelaria o embaraço crítico instaurado pelo fim de uma narrativa, aquela da história da pintura ocidental, e o limite a que teria chegado a pintura herdada por sua geração, após a aventura da *action painting* de Pollock, e após as derradeiras promessas de uma pintura do campo de cor, cujos limites coincidiriam com os do monocromo, ou com a essência última da arte pictórica, antes da tela virgem e da abertura completa da arte ao campo dos eventos.

Se pudéssemos falar de um "período" estabelecido a partir do all-over de Pollock, levando à repetição ["pós-moderna"?] do monocromo, e passando pelas *White Paintings* de Rauschenberg e a *Silent Piece* de John[17]Cage[9], ele seria pródigo em manifestações fatalistas e epílogos. Há vários textos [quase-proféticos] nesse sentido, mas não podemos deixar de mencionar o comentário de Clement Greenberg, ainda surpreendido pela pintura de Pollock, em "A crise da pintura de cavalete", texto de 1948:

> *O* all-over *talvez responda ao sentimento de que todas as distinções hierárquicas foram, literalmente, exauridas e invalidadas; de que nenhuma área ou ordem de experiência é intrinsecamente superior, em qualquer escala final de valores, a*

14

[8] No entanto, se há algo que permita uma relação dessa crise com as origens do Moderno no século XV, talvez seja em parte a consciência de uma certa "tradição do novo", e que parece remontar à própria dedicatória de Alberti a Brunelleschi, em seu *De Pictura*, de 1435, senão: "E te confesso que para os Antigos, porque eles tinham em abundância modelos para imitar e com os quais aprender, era menos difícil elevar-se no conhecimento dessas artes superiores que são hoje para nós tão difíceis; mas nosso renome só será maior se, sem mestre e sem nenhum exemplo, nós inventarmos artes e ciências de que jamais se ouviu falar e que jamais foram vistas." (ALBERTI, "Dédicace à Filippo Brunelleschi", 1992:68).

15

16

17

[9] Em "2 pages, 125 mots sur la Musique et la Danse", 1957, John Cage escreve: "A quem interessar possa: as *White Paintings* vieram antes; minha *Silent Piece* veio mais tarde." (CAGE, 2004:57).

> *qualquer outra área ou ordem de experiência. [...] por enquanto, tudo o que podemos concluir é que o futuro da pintura de cavalete enquanto veículo da arte ambiciosa tornou-se problemático. Ao usar essa convenção como o fazem – e não podem deixar de faze-lo –, artistas como Pollock estão a caminho de destruí*[18]*la.* (GREENBERG, 1996:167.)

Além de "antecipar" as questões que envolvem o surgimento dos ditos "objetos específicos" minimalistas, "nem pintura nem escultura", o diagnóstico de Greenberg ressoa com o de Allan Kaprow, dez anos mais tarde, em "O legado de Jackson Pollock":

> *O que temos, então, é uma arte que tende a se perder fora de seus limites, tende a preencher consigo mesma o nosso mundo; arte que, em significado, olhares, impulso, parece romper categoricamente com a tradicão de pintores que retrocede até pelo menos os gregos. [...] Mas o que fazemos ag*[19]*ra?* (KAPROW, 2006:43)

Quando parecia firmar-se na América o que Hubert Damisch chama de "abstração num só [20]aís" (DAMISCH, 1997:257), ou seja, no momento em que a América, através de um recurso retórico – a narrativa de Greenberg e seu *détour* pelo alto-modernismo europeu –, torna-se a herdeira do cubismo de Picasso e Braque, enfim, nesse momento mesmo, a pintura de cavalete sofre um impacto: *a action painting*. Para Rosalind Krauss, também mobilizada por essa crise, identificada com o surgimento da *era da condição pós-medium*, Pollock "teria promovido a rotação de seu trabalho para fora da dimensão do objeto pictórico e, estendendo a tela no solo, teria transformado todo o projeto da arte, da produção de objetos, à articulação de vetores que conectam sujeitos e objetos, ou seja, ao campo horizontal dos eventos". (KRAUSS, 1999:26)

É então que percebemos a crise de juízo que envolve o surgimento das minimalistas *stripe paintings* de Stella. "As telas negras de Frank Stella transgridem o limite último além do qual se transformam em objetos arbitrár[21]os?" A pergunta é lançada por Thierry de Duve, que, em um belo ensaio dedicado à pintura monocromática em sua versão contemporânea, aponta para a relação estreita entre "o canto de cisne da pintura de cavalete" diagnosticado por Greenberg, e o que seriam os princípios da arte minimal: "paradigma último da pintura modernista, as telas negras tornariam prescriptiva, e mesmo normativa, a descrição histórica de Greenberg, e fariam da planaridade, condição mínima da pintura, uma condição máx[22]ma." (DE DUVE, 1988:36) Redução a sua essência última, como nas *stripe paintings* de Stella, ou repetição do "indefinível" de Delacroix, como sugere Yves Klein em

18
19
20
21
22

sua "Aventura monocromática" – quais os caminhos da pintura após abdicar da criação de um espaço ilusionista? Além da mencionada crise de juízo, a pergunta parece indicar um certo "desenquadramento" da pintura em relação a sua narrativa centraliz[23]dora[10]. De todo modo, é interessante perceber como nesse período, e em torno de uma mesma crise, se articulam os discursos de artistas e de críticos modernistas e pós-, ainda que elaborados segundo intencionalidades [em princípio] antagônicas. Assim, no texto de 1948, Greenberg apontaria a própria planaridade enfática da pintura modernista como um dos caminhos para o "fim": "Na medida em que o artista achata a cavidade em nome da padronização decorativa e organiza seu conteúdo em termos de planaridade e frontalidade, a essência da pintura de cavalete – que não é a mesma coisa que sua qualidade – está a caminho de ser compromet[24]da." (GREENBERG, 1996:164)

Ou, para retomar o argumento de Stella, em seu retorno tardio a Caravaggio: "

> *Essa situação delicada não difere muito daquela que se criou após a morte de Ticiano, em que se perguntava sobre o destino e a herança do classicismo romano e do colorismo veneziano. Como elevar-se ao nivel de um Da Vinci, de um Michelângelo ou de um Rafael? Ora, foi sem dúvida Caravaggio que respondeu a essas interrogações. (STELLA, "Le Caravage", 1986:1)*

Diversamente da "resposta" à redução da pintura modernista pela arte de início dos 1960, que levaria a planaridade modernista ao extremo literalismo, a pintura de Caravaggio responderia ao *Suplício de Mársias* com a recriação de um espaço pictórico em "cinemascope", "de uma picturalidade jamais vista":

> *Ticiano anunciava que o toque talentoso do artista iria violar, de maneira talvez irreversível, toda superfície que atingisse, e a cabeça de Golias [Caravaggio, Davi e Golias, 1610] nos ultrapassa, até um ponto derivado de uma explosão, prestes a se dispersar em um continuum de espaço pictórico móvel, indo além de nós para criar um espaço pictórico presente e fut[25]ro. (STELLA, "Un reproche fréquent", 1986:103)*

Essa espécie de antecipação que Stella vê na arte de Ticiano e Caravaggio anuncia a dificuldade e os riscos da pintura contemporânea. Stella menciona uma força pictórica que, nos quadros de Ticiano e Caravaggio, é ainda capaz de nos surpreender, aos herdeiros de um discurso-clichê sobre a morte da pintura enunciado não apenas pela vanguarda moderna, mas por grande parte da mais efervescente e reflexiva produção artística contemporânea pós-1960.

23

10 ver Hans Belting em *O fim da história da arte*: "O discurso do 'fim' não significa que 'tudo acabou', mas exorta a uma mudança no discurso, já que o objeto mudou e não se ajusta mais a seus antigos enquadramentos." (BELTING, 2006:8).

24

25

[Caravaggio, *Davi e Golias*, 1610.]

Mas, permanecendo com Stella na iminência e na comemoração do fim…

> *outra idéia é mais próxima de nossas preocupações pictóricas: que a cabeça de Golias seja posta em rotação pela força conjugada de várias visões móveis captadas por olhares internos e externos à pintura: aqueles de Davi, de Golias e de Caravaggio, perpetuamente reavivados pelos olhares dos espectadores sucessivos, olhares cuja energia faz girar a cabeça perfeitamente imóvel de Golias suspensa pela mão de Davi, do mesmo modo que correntes de ar fazem girar quase automaticamente um móbile de Calder. (STELLA, "Un reproche fréquent", 1986:109)*

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Leon Battista. *De la Peinture, De Pictura*. Paris, Macula, 1992.
ANDRE, Carl. "Preface to Stripe Painting". In *Sixteen Americans* [cat.]. Nova York, MoMA, 1959.
BELTING, Hans. *O fim da história da arte*. São Paulo, Cossac&Naify, 2006,
CAGE, John. *Silence*. Paris, Denoël, 2004.
DAMISCH, Hubert. "O autodidata", 1993. In *Clement Greenberg e o debate crítico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar/FUNARTE, 1997.
DE DUVE, Thierry. "Le monochrome et la toile vierge". In *Monochrome. La couleur seule. L'expérience du Monochrome*. [cat.] Lyon, Musée d'art contemporain, 1988.
GREENBERG, Clement. "A crise da pintura de cavalete", 1948. In *Arte e Cultura*, São Paulo, Ática, 1996.
JUDD, Donald. "Objetos específicos", 1965. In *Escritos de artistas anos 1960-70* , Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

JUDD, Donald e STELLA, Frank. "Questões para Stella e Judd", 1966. In *Escritos de artistas anos 1960-70*.
KAPROW, Allan. "O legado de Jackson Pollock", 1958. In *Escritos de artistas anos 1960,-70.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
KRAUSS, Rosalind. *A voyage on the North Sea – Art in the Age of the Post-Medium Condition*. Nova York. Thames and Hudson, 1999.
STELLA, Frank. *Champs d'œuvre*. Paris, Hermann, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os couraçados terrestres ficcionais e a invenção dos carros de guerra

Fábio Luciano Iachtechen*

Resumo: Esta pesquisa tem por finalidade traçar um breve histórico de um artefato bélico que se tornou definitivo durante o século XX, e passou a ser utilizado em praticamente em todos os conflitos significativos após sua concepção em 1916: o tanque de guerra. O ponto de partida desta análise é o conto "The land ironclads" publicado em 1903 pelo escritor inglês H. G. Wells, que descreve uma situação de guerra de trincheiras decidida pela aparição de uma máquina semelhante aos tanques concebidos mais de uma década depois.

Palavras-chave: Literatura – Tecnologia – Primeira Guerra Mundial

Abstract: This research has for purpose to trace a historical briefing of a warlike device that if became definitive during century XX, and practically passed to be used in in all the significant conflicts after its conception in 1916: the war tank. The starting point of this analysis is the "The land ironclads" published in 1903 for english writer H.G. Wells, who describes a situation of trench war decided for the appearance of a similar machine to the tanks conceived more than one decade later.

Keywords: Literature – Technology - World War I

Um dos exemplos mais fantásticos da capacidade imaginativa de antecipação é o conto *The land ironclads* (1903)[1], do escritor inglês H. G. Wells, em que uma estafante situação de guerra de trincheiras é decidida pela aparição de um veículo revestido de aço, um couraçado terrestre, que encontra impressionantes semelhanças com os tanques - ou "carros de guerra" - segundo o jargão militar, que seriam usados pela primeira vez alguns anos depois no front ocidental da Grande Guerra.

O conto tem início com a discussão entre um jovem tenente e um correspondente de guerra sobre a situação em que se encontravam naquele momento. Depois de um ataque inicial por parte dos invasores (apenas assim são denominados durante toda a narrativa), que resultou em importantes baixas para ambos os lados, a natural retirada estratégica para a preparação de um novo ataque foi substituída por um procedimento militar não usual até

[1]* Mestrando em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Nesta pesquisa foi usada uma versão em inglês disponível *on-line* de *The land ironclads*. Existem publicações recentes em espanhol com o nome de *Los acorozados terrestres*, que podem ser vistas em coletâneas de contos de Wells, porém nenhuma edição nacional encontrada, pelo menos até a finalização deste trabalho. No entanto, existe uma breve referência a este conto no livro Ficção cientifica: ficção, ciência ou épica da época, de Raul Fiker, que recebe o nome de "A terra vestida de aço".

então. Os invasores quedaram-se a algumas centenas de metros do inimigo e ali começaram a cavar profundas trincheiras[2], que mantinham ocultas as linhas de abastecimento e protegiam a infantaria de qualquer ataque surpresa. "(...) was slow, but much more wary than the world had been led to expect, and he kept convoys tucked in and shielded his slow-marching infantry sufficiently well to prevent any heavy adverse scoring" (WELLS, p. 2).

Apesar de inominado, o inimigo do qual fala Wells tem uma capacidade bélica tamanha ou até superior a do exército coberto pelo correspondente de guerra. Isso leva o leitor deste conto, principalmente na época em que foi escrito, a associar este inimigo estrangeiro aos alemães, que em termos bélicos já há décadas rivalizavam com os ingleses em nome da liderança na corrida armamentista na qual estavam mergulhadas todas as grandes nações européias.

Notadamente, os alemães foram os primeiros a fazer uso das trincheiras nos campos da batalha da I Guerra Mundial, principalmente devido ao súbito aumento do poder de fogo provocado pelos fuzis de repetição, pela metralhadora e pela artilharia de tiro rápido, novas tecnologias bélicas desenvolvidas nos primeiros anos do século XX (KEEGAN, 2005, p. 208). Durante a guerra, todos os exércitos envolvidos criaram sistemas próprios de entrincheiramento. No entanto, o pioneirismo alemão nesta tática defensiva remete a algumas questões importantes. Mesmo antes da guerra, os alemães tinham sido a nação mais profundamente inclinada a questionar as normas e os valores da sociedade burguesa liberal do século XIX, e a procurar inspiração na dinâmica da experiência imediata em oposição às da tradição e da história (EKSTEINS, p. 203).

Desta forma os alemães, dentre as nações beligerantes, se revelaram como os menos propensos a acatar convenções internacionais, "em parte por um sentimento de necessidade, por considerarem esses padrões prejudiciais ao seu bem-estar imediato, mas também em grande parte porque eles, os alemães, simplesmente estavam menos dispostos a acatar regras que consideravam estrangeiras e históricas e, portanto, não aplicáveis a si mesmos ou a significado colossal do momento (EKSTEINS, p. 209)".

As trincheiras haviam feito com que a situação se arrastasse assim por mais de um mês, quando um disparo esporádico ou uma bomba lançada a esmo interrompia a incômoda monotonia que só a sucessão de dias em condições insalubres pode proporcionar. Porém,

[2] Ao contrário do que boa parte da historiografia militar propõe, as trincheiras não foram usadas pela primeira vez durante a Primeira Guerra Mundial, pois se trata de um recurso bastante antigo, que se confunde com a própria história das guerras. Ao mesmo tempo existem alguns registros que indicam o uso de trincheiras semelhantes as da I GM durante a Guerra da Criméia e em algumas batalhas da Guerra Civil Americana.

aquilo que parecia mais uma longa madrugada de vigília se transforma em um ataque surpresa por parte dos inimigos.

É neste momento que o couraçado terrestre faz sua primeira aparição, ainda tímida, encoberta pelo negrume da madrugada, mas já suficiente para causar algum furor entre os soldados que defendiam suas posições. Apesar da escuridão, aquele monstro negro era iluminado esporadicamente pelas luzes da batalha, permitindo ao pintor e ao jornalista perceber a couraça lateral e suas metralhadoras.

O uso dos couraçados terrestres foi determinante para a clara vantagem obtida pelo inimigo, já observável mesmo antes do amanhecer. À medida que a batalha se desenrolava, o correspondente acompanhava incrédulo às tentativas frustradas de seus compatriotas em rechaçar o avanço dos blindados. As balas não faziam efeito contra a couraça de aço que revestia as laterais do veículo, que alcançava as trincheiras adversárias sem maiores dificuldades e obrigava os defensores a se moverem e se abrigarem em outros lugares, minando paulatinamente sua resistência e capacidade de organização.

Seus canhões eram de uma precisão impressionante, denotando também que não eram armas comuns, mas algo tecnologicamente mais evoluído e mortífero, como atesta um diálogo entre dois soldados acompanhado pelo correspondente. “There's chaps down there caught, the man was saying. If they retreat they got to expose themselves, and the fire's to straight. They aren't firing much, but every shot's a hit”. Na medida em que amanhecia o dia, era possível uma melhor percepção do que estavam enfrentando, e é neste momento que o leitor pode, concomitantemente com os soldados envolvidos na batalha, melhor visualizar este novo e decisivo aparato de guerra.

> *The daylight was getting clearer now (...)He looked again at the land ironclad As he saw it on the bleak, grey dawn, lying obliquely upon the slope and on the very lip of the foremost trench, the suggestion of a stranded vessel was very strong indeed. It might have been from eighty to a hundred feet long – it was about two hundred and fifty yards away – its vertical side was ten feet high or so, smooth for that height, and then with a complex patterning under the eaves of its flattish turtle cover. This patterning was a close interlacing of port-holes, rifle barrels, and telescope tubes – sham and real – indistinguishable one from the other.*

Apesar da distância de observação por parte do correspondente, era possível observar uma máquina de cerca de 25 metros de comprimento, algo entorno de 3 metros de altura e um desenho que lembrava uma carapaça de tartaruga. Além disso, era possível perceber entre os rifles laterais alguns falsos entre os verdadeiros, que procuravam despistar a real localização do atirador. Por volta das quatro horas da tarde, o quadro era desolador para

as forças de defesa, o que fazia o correspondente reconhecer a aparição daquela monstruosa máquina como determinante para os movimentos de batalha que findavam naquele momento. "Surveyed at large, the defenders already looked a beaten army. A mechanism that was effectively ironclad against bullets, that could at a pinch cross a thirty-foot trench, and that seemed able to shoot out rifle-bullets with unerring precision, was clearly an inevitable victor against anything but rivers, precipices, and guns".

Com a capitulação do exército defensor, chega a hora de revelar quem eram os responsáveis pelo funcionamento do couraçado terrestre, e é o que faz Wells, conduzindo o leitor para um giro panorâmico ao redor do veículo responsável pela vitória estrangeira, seguida de uma imersão dentro de seu interior, revelando a complexa maquinaria que envolve semelhante objeto.

Ao correspondente de guerra restou a dúvida em entregar-se e perder todo o material colhido até então, ou imprimir uma fuga que poderia não ter um final feliz. Decidiu permanecer onde estava - escondido entre alguns soldados que ainda não haviam passado sobre a revista do general vencedor, conjeturando sobre como descreveria a seus leitores tudo que havia visto entre a madrugada anterior e o dia que tragicamente se encerrava. Ao menos um título para a reportagem já lhe vinha a mente: "Mankind versus Ironmongery".

The landships committee

ora essa, ele inventa!
Julio Verne

Certa vez, quando indagado sobre o que achava dos "romances científicos" de H. G. Wells, escritor francês Julio Verne, com tom aborrecido, teria pronunciado a exclamação da epígrafe. Uma reação natural de alguém preocupado com a verossimilhança de suas histórias, que buscava embasamento material e científico para as propostas descritas em seus livros (TAVARES, pg 15). De fato, é possível encontrar nas primeiras obras de Wells situações que fogem a uma explicação racional, naturalmente quando assim confrontadas. É o caso das viagens temporais presentes em A máquina do tempo (1895), da criação artificial de seres humanos em A ilha do doutor Moreau (1897) ou mesmo da possibilidade proporcionada pela ciência de se tornar invisível em O homem invisível (1896).

Porém, no caso de *The land ironclads*, as possibilidades bélicas descritas nesta guerra imaginária são bastante verossímeis, e certamente foram ancoradas na observação e no conhecimento de um homem que, já notório por sua literatura, participava ativamente dos debates internacionais nas décadas que antecederam a Grande Guerra. Certamente Wells pôde

observar como os governos passaram de forma entusiástica a se armar com as possibilidades propiciadas pelas novas tecnologias bélicas. Os primeiros tanques foram concebidos a partir de 1915, por um comitê especial formado a partir de um grupo de oficiais de várias áreas do exército britânico, principalmente engenheiros responsáveis pelos veículos de infantaria e técnicos navais que estudavam o aperfeiçoamento e resistência das couraças das embarcações de combate. Este comitê foi designado pessoalmente por Winston Churchill, então 1º Lorde do Almirantado, e recebeu a denominação de *Landships Committee*.

A nomeação de um grupo de oficiais de alta patente para esta especial missão naturalmente despertou a curiosidade dos serviços de espionagem da Tríplice Aliança. E foi no intuito de despistar o inimigo que o nome popular do carro de guerra acabou sendo cunhado. A intenção inicial do comitê britânico era aparentar a fabricação de grandes reservatórios de água, que seriam usados para abastecer as divisões no front, principalmente em regiões de difícil acesso. O nome inicial cogitado para o projeto foi *Water Container*, que foi rejeitado posteriormente, pois o comitê seria inevitavelmente apelidado pejorativamente de *W. C. Committee*, sigla que também significa *water closet* e é usada principalmente pelos britânicos para designar o toalete. Assim, o nome passou a ser *Water Tank*, e transmitia aos interceptadores a idéia de que era um projeto destinado a construção de grandes tanques móveis de água, acoplados a veículos blindados[3].

Em junho de 1915 os engenheiros apresentaram um projeto de um veículo completamente blindado, que tinha cerca de 2,5 metros de altura, movia-se a 6 km/h e era equipado com metralhadoras laterais além de um pequeno canhão de artilharia. Ganhou o nome de *Little Willie*, provável homenagem a quem posteriormente ficou conhecido como seu mentor intelectual[4].

O uso efetivo dos tanques em batalha se deu pela primeira vez em setembro de 1916, no episódio conhecido como Batalha do Somme, região norte da França onde estava concentrado o front ocidental. Após os desdobramentos de Verdun, uma das mais sangrentas batalhas da Grande Guerra os alemães instalaram-se na região do Somme e aproveitaram as baixas francesas e o terreno castigado para construírem uma das mais fortes posições no front ocidental.

---

[3] A origem do nome *tank* e informações pormenorizadas sobre o *landships committee* estão disponíveis em http://www.experiencefestival.com/a/Tanks_in_World_War_I_The_Landships_Committee/id/5505875, acessado em 01/10/2006.

[4] Após o término da guerra, a *Royal Commission on Awards to Inventors* decidiu que os inventores oficiais do tanque de guerra foram Sir William Tritton, diretor administrativo do *landships committee* e o Major Walter Gordon Wison.

> *Eles cavavam túneis com mais de 10 metros de profundidade, inacessíveis ao fogo da artilharia e conectados à retaguarda por meio de cabos telefônicos subterrâneos e profundas trincheiras de comunicações. Na superfície, os alemães construíram uma rede de postos de metralhadoras cobrindo todos os ângulos de aproximação através de colinas desarborizadas e, na frente de suas trincheiras de artilharia, instalaram densos emaranhados de arame farpado (KEEGAN, 2005, p.310-11)*

O mês de agosto marcou uma série de batalhas de atrito, menores que a do primeiro dia, e que não resultaram em ganho significativo de terreno de nenhum dos lados. O Somme estava se tornando uma outra Verdun, exasperante, sangrenta e ineficaz. Diante deste quadro, uma nova ofensiva britânica foi planejada para abrir o front ocidental, concentrando boa parte dos regimentos para um definitivo ataque a um vilarejo chamado Bapaume, entre Flers e Courcelette, onde os tanques fazem sua primeira aparição enquanto arma de guerra. "A aparição dos tanques aterrorizou a infantaria alemã que defendia o setor e os monstros blindados conduziram a infantaria britânica à frente por quase três quilômetros, até que problemas mecânicos e valas em terrenos acidentados pararam o avanço (KEEGAN, 2005, p.317)".

Os trinta e seis tanques que participaram desta batalha ajudaram a infantaria britânica a consolidar uma improvável vitória local. No entanto, os primeiros tanques parecem ter produzido um efeito simbólico mais importante que a sua real eficácia militar. Em termos práticos, os registros da participação deles nas primeiras batalhas em que foram usados relatam que quebravam com freqüência, apresentando problemas mecânicos que não permitiam que fossem recuperados. Além disso, atolavam e patinavam em terrenos escorregadios, quando não eram inutilizados por potentes morteiros. Mas a sua presença em campos de batalha foi suficiente para aterrorizar adversários e mesmo membros dos exércitos que os usavam, marcando uma nova era no uso da tecnologia por parte da industria bélica.

Considerações Finais

> *A força das armas não é uma força brutal, mas uma força espiritual.*
> Ortega y Gasset

A literatura, em especial a imaginativa, fantástica e de ficção científica é uma das manifestações culturais em que é possível observar esta mudança de percepção em relação a tecnologia, além de ser ela própria formadora de imagens e fomentadora de novas idéias em relação a inovação tecnológica. Este perece ser o caso de The land ironclads de H. G. Wells,

um dos inúmeros casos em que a ficção se antecipou a realidade criando objetos que foram posteriormente materializados.

Assim, a partir das condições materiais de produção de cada momento histórico, principalmente nos períodos de guerra, "em que são mobilizados a totalidade dos meio técnicos do presente, preservando as atuais relações de produção (BENJAMIN, p.195)", a literatura pode produzir representações sobre como as relações sociais podem se manifestar posteriormente, merecendo assim que os autores imaginativos tenham sua contribuição reconhecida dentro deste processo, pois como sentenciou Álvaro Vieira Pinto (2005, p.238), "o desconhecimento do caráter cultural da técnica e do verdadeiro sentido da noção de cultura leva os comentaristas a filiarem aos inventores diretamente a produção das invenções sem levarem em conta as exigências da sociedade e os fundamentos materiais onde obrigatoriamente tem de procurar apoio a imaginação inventiva".

Referências

BENJAMIN, Walter. **Magia e arte, técnica e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTRO, Adler Homero F. de & BITTENCOURT, José Neves. **Armas, ferramentas da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera: a Grande Guerra e o nascimento da era moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FIKER, Raul. **Ficção científica: ficção, ciência ou uma épica da época?** Porto Alegre: LP&M, 1985.

FOSS, Christopher F. **Tanques e carros de guerra modernos**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

HERF, Jefrey. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich**. Campinas: Ensaio, 1993.

HOBSBAWN. Erc. J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **História ilustrada da Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. São Paulo: Contraponto, 2005.

SAMPSON, Anthony. **Os vendedores de armas**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

TAVARES, Bráulio (org.). **Páginas de sombra: contos fantásticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema: logística da percepção**. São Paulo: Boitempo, 2005.

WELLS, H. G. **The land ironclads**. Disponível em http://www.angelfire.com/art/enchanter/title1.html, acessado em 01/10/2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O indígena na visão do naturalista: final do século XVIII

Rossana Samarani Verran[1]

Resumo: Alexandre Rodrigues Ferreira chefiou, no final do século XVIII, uma expedição científica pelas regiões da Amazônia e Centro-Oeste do Brasil com o objetivo de inventariar todos os recursos naturais do país. Em sua bagagem o naturalista levou os conhecimentos obtidos nos anos de estudo em Coimbra. Sua pesquisa seguiu rigorosamente os procedimentos do método científico da época. As classificações de animais e plantas basearam-se no sistema de nomenclatura binária de Lineu. Na análise da cultura indígena, os mesmos parâmetros científicos foram utilizados. O contato com a alteridade, no entanto, suscitou questões complexas que não poderiam facilmente ser elucidadas pelo conhecimento científico do século XVIII, nestes momentos a empiria substituiu a teoria e o naturalista limitou-se a observar e descrever seu objeto de estudo: o índio.

Palavras-chave: Ciência moderna, Viajantes do Século XVIII, Filosofia Natural, Cultura indígena, Iluminismo Português.

Abstract: Alexandre Rodrigues Ferreira was chosen the leader of the scientific expedition to Amazon and Central West regions in Brazil in order to inventory all natural resources in the country. The naturalist had all the knowledge acquired at University of Coimbra to achieve his objectives. His research followed rigorous procedures of the scientific method that was being used at that time. The classifications of animals and plants were based on Lineu's binary system of nomenclature. While analyzing the Indian culture, the same scientific parameters were applied. However, in the contact with the other, many complex questions were trigged that could not easily be explained by the scientific knowledge of the XVIII century. Thus, the empirical basis substituted the theory, and the naturalist just observed and described his object of study – that was the Indian.

Key-words: Modern Science, Travelers of the XVIII Century, Natural Philosophy, Indian Culture, Portuguese Enlightenment.

Alexandre Rodrigues Ferreira, natural da Bahia, nasceu em 1756. Com pouco mais de doze anos foi mandado a Portugal para estudar na Universidade de Coimbra. O primeiro curso da Universidade de Coimbra em que Ferreira matriculou-se foi o Jurídico em 1770.

---

[1] Doutora em História, formada pelo PPG em História da PUCRS, pesquisa financiada pela CAPES.

Entre os anos de 1770 e 1771 o clima em Coimbra era de mudança, com as reformas empreendidas pela Coroa no sistema educacional. Estas eram reflexo de reformulações maiores a nível político-administrativo levadas à cabo por D. José I e seu ministro, o Marquês de Pombal.

Este conjunto de mudanças, no que tange à Universidade de Coimbra, ficou conhecido entre os historiadores como Reformas Pombalinas, culminando na extinção de alguns cursos e a criação de novos, como o de Matemática e o de Filosofia Natural.

Envolvido por este novo clima cultural que dava prioridade aos estudos das ciências da natureza e da matemática, Ferreira resolveu mudar o rumo de sua formação e transferiu-se para o curso de Filosofia Natural.

Assim que se formou, foi escolhido pelo Ministro de Ultramar para chefiar uma importante expedição científica no Brasil. Esta percorreu mais de quarenta mil quilômetros, produzindo centenas de documentos de importância histórica, científica, filosófica, política (SILVA, 1998:100).

Em minha tese de doutorado apresentei uma proposta de análise da documentação referente à *"Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá"* empreendida pela Coroa Portuguesa e chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira entre os anos de 1783 e 1792. Apresento aqui uma interpretação a respeito do modo como eram descritos e analisados os indígenas pela Filosofia Natural no final do século XVIII feita a partir da análise desta documentação.

A construção da geografia da América logo após seu descobrimento se situaria em uma relação dialética entre ficções, mitos e realidades, constituindo imensas "geografias imaginárias" (MALDI, 1997: 183-221). A imensidão do espaço americano, em contraste com a geografia da Europa Mediterrânea, obrigaram o europeu a repensar suas concepções geopolíticas. Tudo na natureza americana era desmesurado: os rios eram grandes como oceanos e as árvores de altura incalculável. As florestas da literatura medieval, relacionadas com a imensidão e o devaneio, foram identificadas com a Amazônia. O mito da terra prometida, o Eldorado, repleto de riquezas, era o elemento constante no pensamento ibérico em relação à América.

À diferença de escala, no tocante à natureza, somou-se o impacto causado pelo indígena, uma humanidade distinta e desconhecida. No imaginário do colonizador, o índio era o habitante de um espaço indefinível, incompreensível, flutuante e, sobretudo, nebuloso. O projeto colonizador foi, antes de mais nada, o de transformar o espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus (MALDI, 1997: 183-221).

Primeiro, procuraram, nos relatos bíblicos ou nos clássicos, algo que pudesse ser referência para o que viam: o novo, o inusitado. A exuberância da natureza foi comparada ao paraíso descrito na Bíblia. Seres fantásticos apresentados na mitologia podiam servir de base para entender os extraordinários tipos de animais que viam pela primeira vez.

Durante um longo e complexo processo de mudança, a forma de obter conhecimento foi se modificando. Eram tantas as novidades: o universo copernicano havia mudado radicalmente noções de tempo e de espaço; a biologia, a botânica e os homens do Novo Mundo que não podiam mais ser explicados a partir dos clássicos.

Novos paradigmas precisavam ser criados. Em primeiro lugar, a observação e a experimentação surgem como alternativa à simples repetição de um conhecimento já elaborado. O raciocínio humano é valorizado e capacitado a elaborar novas explicações.

A mudança na visão de tempo é um fator importante para compreender os novos códigos que foram usados a partir da ciência moderna para o entendimento do outro. Da visão cíclica medieval, passou-se a uma visão linear. O tempo linear, visão característica da ciência moderna, se desenvolve em uma constante progressão que vai do passado ao presente e projeta-se no futuro. A idéia de progresso foi gestada a partir desse raciocínio linear de um tempo que transcorre sempre em direção a um futuro melhor. A história passou a ser o "palco" em que se desenvolve o progresso da humanidade.

O homem é visto, portanto, como um ser em constante aperfeiçoamento. De um conhecimento baseado nos clássicos, chegou à condição de elaborar algo, além de criar novas formas de explicação para a natureza. As teorias que defendiam a capacidade da humanidade em aperfeiçoar-se cada vez mais floresceram no século XVIII. A história do homem passou a ser um campo fecundo para mostrar como aconteceu o desenvolvimento da capacidade mental da humanidade. Como uma criança que "cresce", a sua história passou também da "infância" para a "idade adulta", esta última identificada com o presente.

No final do século XVIII, quando empreendeu a "Viagem Filosófica", Ferreira vivia em um mundo no qual os novos paradigmas da ciência moderna já estavam em plena vigência. Uma nova cosmologia, na qual o homem estava inserido, havia suplantado a medieval. O conhecimento já tinha sido estruturado e institucionalizado, e os grandes sistemas classificatórios, como os de Lineu, eram usados para explicar toda a natureza, nela incluía-se o homem.

Pioneiro na sua profissão, visto ter sido ele um dos primeiros a se formar "naturalista" na Universidade de Coimbra, Ferreira partiu para a viagem com os paradigmas

da ciência moderna "na ponta da língua". São estas bagagens culturais que ele leva consigo e que se refletirão em seu trabalho.

O primeiro passo dado por Ferreira, anterior mesmo à classificação do homem no reino animal, é estabelecer as diferenças entre animais, vegetais e minerais. Os primeiros são organizados, vivem e sentem; os vegetais não sentem e os minerais não se assemelham em nada aos homens, pois não vivem, não sentem e não são organizados. Assim, para a ciência da época, a natureza se distingue do homem em diversos aspectos. Ela para ele deve ser "domesticada", ou seja, é preciso conhecê-la para poder dominá-la. O homem é superior à natureza, pois, ao longo da história, desenvolveu técnicas que lhe permitem modificá-la em seu favor.

Estabelecer a diferença do homem frente à natureza, separando-o da mesma, foi um dos princípios básicos da ciência moderna. No século XVII, uma grande questão foi colocada para os filósofos: a natureza foi criada especial e exclusivamente para o homem? Essa questão é derivada da nova cosmologia copernicana. Se a Terra não é o centro do universo e o universo é infinito, esta não foi criada apenas para o homem. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico, as descobertas recentes, como o telescópio, mais adiante, o microscópio, as navegações transoceânicas davam para o homem uma sensação de domínio sobre a natureza. No século XVIII, a natureza foi vista como uma criação divina perfeita e o homem como um ser capaz de conhecê-la e de dominá-la.

Na visão moderna, a natureza é como um relógio raro, onde tudo é habilmente planejado: o artífice (Deus) põe o relógio para funcionar, e este executa seu movimento só sem a interferência divina. A natureza é comparada a uma máquina, não tem "alma", é feita de matéria morta e obedece a ordens invariáveis, que o homem pode conhecer através da ciência. Essa visão da natureza não era fruto apenas desse século, pois vinha se estruturando desde muito tempo, mas, em linhas gerais, a metáfora da natureza, comparada a um relógio, é o melhor exemplo para o pensamento moderno (BAUMER, 1997: 76).

Para conhecer essa máquina, os pensadores do século XVIII começam por classificar seus elementos de acordo com um sistema. Segundo o Sistema de Lineu, tendo sido identificado como pertencente à classe dos "mamais", ou, como diríamos atualmente, mamíferos, o homem figurava entre uma gama de outros animais pertencentes a esta classe. Anteriormente chamados de *quadrúpedes,* os *"mamais"* terrestres, aquáticos, anfíbios ou aéreos, *se distinguem por ter mamas* (FERREIRA, s/d: 5).

Ainda, conforme a classificação de Lineu, os mamais se dividem em seis ordens. A ordem a que pertencem os homens é a dos *primazes* (primatas), sendo este o gênero mais

importante por *possuir consciência de si mesmo, por estudar a si próprio*, pelas suas características físicas, sociais, psicológicas, políticas, enfim, todos os aspectos da vida humana são passíveis de estudo pelo próprio homem. Citando os gregos com a frase "conhece-te a ti mesmo", para ilustrar essa capacidade humana, o autor distinguiu o homem dos outros animais da sua espécie, assim como de toda a natureza por ter a capacidade de pensar sobre si próprio. É a razão que faz dele um ser separado da natureza.

Ferreira percebeu que os indígenas possuem sentidos aguçados. Para os olhos, que ele julga perspicazes, usa o adjetivo *perspicacíssimos* (FERREIRA,s/d: 26) . O olfato ele classifica como *delicado* e acrescenta que *alguns farejam como os cães* (FERREIRA, s/d: 27). Os pés são largos, as solas *tão ásperas como a lixa*. Uma curiosidade chama a atenção do naturalista: o dedo grande do pé dos índios é afastado do seu imediato. Dois motivos levam a isso: *entre os muras é o do pé esquerdo, por apoiarem entre eles, na ação de expedirem as flechas, as extremidades de seus arcos que são maiores que os dos outros.* Em outros casos, porque os pés lhes servem de mãos, *com que levantam do chão o que nele cai* ou porque *com eles se seguram, ao treparem pelos troncos das árvores*. Esses gestos feitos com os pés foram comparados aos dos animais: *como se observa que faz o macaco, entre os quadrúpedes, e o papagaio, a arara, o tucano e outras aves*. Às últimas acrescenta que já trazem *da natureza o caráter distintivo de dois dedos separados* (FERREIRA, s/d:27).

A comparação, descrita no texto pelo autor no que se refere às características dos animais e dos índios, remete a uma imagem do "selvagem integrado na natureza".

O índio concebia a si próprio como integrante da natureza, ao passo que o homem civilizado, ao ser possuidor de um tipo diferente de história e consciente disso, separa-se da natureza. A visão cíclica de tempo, característica do pensamento indígena, não concebia o mesmo tipo de desenrolar histórico que caracterizava a visão da ciência moderna. De acordo com a visão do tempo cíclico, "o acontecer histórico é englobado como uma estrofe subordinada ao poema circular que é o cosmos" (PAZ, 1993: 66).

Segundo o pensamento europeu do século XVIII, a história da humanidade era fonte de sabedoria para filósofos e Estados, e um princípio de "perfectibilidade" foi acrescentado a ela, sendo vista como uma "causa de melhoramento" (BAUMER, 1977: 265). As sociedades históricas compreendiam o tempo como uma possibilidade de aperfeiçoamento. O desenvolvimento científico-tecnológico a que tinha chegado o homem no século XVIII, em comparação com o do indígena, era desproporcionalmente maior, o que autorizou o europeu a sentir-se em um nível mais "avançado", não apenas no uso da tecnologia, mas em todos os sentidos. Este foi inserido em uma explicação histórica, estaria, portanto, em um estágio de

desenvolvimento inferior ao do europeu. Comparando o desenvolvimento da humanidade ao do ser humano individual, o índio estaria na "infância". A tendência dos filósofos da história no século XVIII era procurar o universal, o típico: "as leis gerais que uniam todos os povos, as fases através das quais todos tinham de passar" (PAZ, 1992: 284).

Desse modo, o indígena, que ainda encontrava-se integrado à natureza, estaria em um estágio inferior ao do europeu civilizado, porém a igualdade entre eles estava garantida a partir do caráter universal que era dado à história da humanidade. Provavelmente, o europeu também já tinha passado pela mesma fase em que se encontrava o índio, esta foi a tese que subsidiou o pensamento europeu até o final do século XIX.

Ferreira ocupou-se também em descrever o que chamou de "espírito" dos indígenas, que eram as *faculdades intelectuais* e o *exercício que eles lhes dão*. Para discorrer sobre o tema, o autor reporta-se a outros nomes famosos da ciência de sua época: La Condamine, Pison, Chanvalon, Ulloa e Ribas. Justifica-se dizendo que se reporta a eles porque, d*este modo, ninguém poderá supor em mim, nem prevenção nem exageração* (FERREIRA, s/d:33).

Para Mr. de Chanvalon, os Caraíbas da Martinica não se diferenciam dos europeus por sua cor avermelhada, mas a grande discrepância entre os dois ocorre pela excessiva simplicidade dos índios. *A sua razão nem é mais iluminada, nem mais previdente que o instinto dos animais*. Compara a inteligência dos Caraíbas a dos homens do campo (os mais grosseiros) e a dos negros (criados nas partes da África onde há pouco comércio) e conclui que nestes ainda, algumas vezes, é possível entrever uma inteligência que, ainda em embrião, mostra que é capaz de ser ampliada. No entanto, a dos Caraíbas nem disso mostra que é capaz. Seguindo o mesmo raciocínio, Uchoa diz que *a sua imbecilidade é tão visível que, em bem poucos casos, se pode fazer deles idéia diferente da dos animais*. Nada altera a tranqüilidade de suas almas, tão *insensíveis* aos reveses da fortuna quanto às prosperidades. Finaliza o seu raciocínio, citando Mr. De la Condamine, para o qual a *insensibilidade* é a base do caráter dos americanos. A sua estupidez nasce do *pequeno número de suas idéias, o qual se não estende além de suas necessidades*" (FERREIRA, s/d:22).

Não há dúvida que Ferreira considera os índios seres inferiores, mas sua visão a respeito deles merece uma reflexão mais aprofundada, pois, seguindo na leitura do documento, Ferreira expõe a sua opinião e adverte que as reflexões acima sobre a falta de inteligência dos indígenas:

> relativamente a nós, é que neles se verificam ao pé da letra. Porque relativamente a eles mesmos que estão postos em outro estado de sociedade, em outra ordem de

> cousas, em outro país e em outras diferentes necessidades, perdem uma grande parte de toda a sua energia. (FERREIRA, s/d:23)

Na visão o autor, em comparação com o europeu civilizado, realmente o indígena nem parece tão *"gente"*, mas, "*em relação a eles mesmos",* que vivem em um lugar diferente, em uma sociedade em outro *"estado"* (o que significava outro estágio de civilização), com outras necessidades, esses argumentos perdem a força. Depois dessa reflexão, o naturalista continua sua linha de raciocínio argumentando que a passividade e indiferença que os índios mostram (obviamente levando em conta uma comparação com o europeu), podem ser explicadas através da diferença do ambiente em que vivem. Os índios não precisam se preocupar com o armazenamento de víveres e com as técnicas para este fim, porque têm uma natureza abundante com que contar: "Ao lavrador, entre nós, que tem o seu celeiro cheio, bem pouco se-lhe dá que o inverno haja de ser rigoroso ou não. Com maior razão, o tapuia não pensa em futuros desta classe porque nem celeiro necessita ter" (FERREIRA, s/d:22).

Se, por um lado, concorda com os autores citados por ele a respeito da falta de inteligência dos nativos; por outro, Ferreira se contradiz ao relatar o que observou nos anos em que esteve em contato com eles. Diversos exemplos de sua narrativa podem comprovar esta idéia, assim como este comentário bastante significativo: *"Assim, não é raro que daquele seu fundo de estupidez saiam algumas espertezas tanto mais dignas de admiração quanto menos filhas do ensino"* (FERREIRA, s/d:41).

Narrando uma de suas conversas com um *gentio*, Ferreira descreve a demonstração que o mesmo lhe dá de como proceder para localizar-se no espaço sem a utilização de toda a ciência a que estavam acostumados os europeus: com uma corda estendida no chão, representa o rio principal com suas respectivas voltas, depois amarra da direita para a esquerda tantas cordas quantos são os afluentes "que ele devia representar, ajustando-os às distâncias que, na sua mente, tinham uns dos outros e, ajeitando-os aos termos de também representarem as suas voltas". Para completar, deu vários nós em cada corda, representando as aldeias e tomando cuidado de fazer uma aproximação ou um distanciamento umas das outras que correspondesse mais ou menos às suas distâncias.

A leitura dos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira nos leva pelo caminho preciso da ciência, suas descrições e análises são delimitadas pelas premissas científicas de sua época, como, por exemplo, o "Systema Naturae", elaborado em 1735 por Lineu, que utiliza a lógica binária para a nomenclatura das plantas e dos animais. Através desse sistema, Lineu pretendia descrever e classificar o vasto mundo biológico revelado pelas viagens de descobrimentos e pelo microscópio.

O fato de estar no local, observando o que estudava, propiciou ao autor um tipo de questionamento que nem sempre se enquadrava nos parâmetros de seu conhecimento científico. Quando as diferenças eram tão grandes que ultrapassavam os limites explicativos da ciência de sua época, ou quando as semelhanças eram tão óbvias a ponto de as teorias sobre o selvagem e o civilizado parecerem questionáveis, Ferreira relatava simplesmente o que via, limitando-se a observar, descrever e analisar.

Referências bibliográficas:

BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Volume I:** Séculos XVII e XVIII. Lisboa : Edições 70, 1977.

MALDI, Denise. De Confederados a Bárbaros: A Representação da Territorialidade e da Fronteira Indígenas nos Séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia [online],** 1997, v. 40, n. 2 [citado 2006-10-02], p. 183-221.

PAZ, Octavio. **Claude Lévi-Strauss ou o Novo Festim de Esopo.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

SILVA, José Pereira da. Notícia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Obra Conservada na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Anais do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia.** Rio de Janeiro: UERJ/CIFEFIL, 1997.

Documentação citada:

Observações Gerais e Particulares sobre a Classe dos Mamais Observados nos Territórios dos Três Rios: das Amazonas, Negro e da Madeira. Com as descrições circunstanciadas que, de quase todos eles, deram os antigos e modernos naturalistas e, principalmente, com a dos tapuias. Códice I-21,1,11. (300 p.).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Representações de gênero e geração em revistas e jornais da década de 1980

Ana Maria Marques*

Resumo: Este trabalho tem como proposta: mostrar algumas imagens representativas e recorrentes em alguns jornais catarinenses e revista de circulação nacional, na década de 1980, que trazem como tema o envelhecimento. As imagens constituem parte da rede discursiva que representam um ideal a se atingir ou perseguir, são perpassadas por poderes e movimentam o mercado da beleza e da atividade dos corpos. As imagens são tomadas como representação, como produção e como desconstrução de modelos de velhice – que por sua vez são atravessadas pelas relações de classe e gênero.
Palavras-chave: gênero - geração – representações da mídia

Résumé: Le propos de ce travail est de montrer quelques images représentatives et courantes dans des journaux de Santa Catarina et revues de diffusion nationale qui, dans la décennie 1980, abordent le thème du vieillissement. Ces images constituent une partie de la trame des discours qui proposent un idéal à atteindre ou à poursuivre, sont récupérées pas des pouvoirs et animent le marché de la beauté et de l'activité physique. Ces images sont prises comme une représentation, comme des œuvres de production et de déconstruction de modèles de vieillesse qui sont eux-mêmes marqués par les relations de classe et de sexe.
Mots-clés: genre - générations - représentations des médias

Considero aqui, texto e imagem que tratam sobre o envelhecimento como fonte empírica. Selecionei três mídias da década de oitenta, duas especificamente dentro do Estado de Santa Catarina - o jornal "O Estado" e "Diário Catarinense" - e outra - a revista "Manchete" - de ampla circulação nacional e que, conseqüentemente, teve seu público leitor também em Santa Catarina. Estas fontes representaram, de certa maneira, um padrão, uma forma de mostrar o/a idosa/a que nos permite perceber onde centram os aspectos mais valorativos e onde silenciam ou escamoteiam aspectos considerados, por vezes, de menor importância (comercial ou não) que atingem as subjetividades. O que significa dizer que o público não é necessariamente modelado pela mídia, mas que as imagens e textos podem ter permitido, bem como foram resultado, de múltiplas escolhas dos editores e leitores.

Concordo com Michel de Certeau (1994: 39) quando diz:

> *(...) a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural "fabrica" durante essas horas e com essas imagens. O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos*

* Professora da Universidade do Vale do Itajaí. Mestre e doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

produtos comprados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui.

Ao trabalhar com estas mídias mantive sempre a mesma pergunta ao revirar as páginas: o quê e de que maneira se falava sobre envelhecimento naquela época, mesmo quando palavras como "velho", "velhice", "idoso", "idosa" ou "terceira idade", não apareciam?

"O Estado" foi, durante boa parte desta década, o jornal de maior circulação em Santa Catarina. A partir de 1986 enfrentou um forte concorrente – o "Diário Catarinense" – um desdobramento do projeto da RBS (Rede Brasil Sul), vindo do Rio Grande do Sul, com a intenção de criar um modelo tablóide, como era o "Zero Hora" de Porto Alegre. O objetivo (alcançado, diga-se de passagem) dos seus idealizadores, era ser o primeiro jornal a atender diariamente todo o estado de Santa Catarina, já que os maiores até então ("O Estado", "A Notícia" e o "Jornal de Santa Catarina") tinham atuação mais regionalizada.

Os desdobramentos das redes midiáticas contribuíram sobremaneira para dar visibilidade a temas até então pouco debatidos. Em pleno momento em que se discutia a abertura política, os direitos e a cidadania constituíam-se como amplo debate – neste rol a velhice encontra também um espaço de discussão.

A expressão "terceira idade" ganhou força nesta década de 1980. Entre os jornais pesquisados, encontrei-a pela primeira vez, no "Diário Catarinense", de 27 de setembro de 1987, quando a jornalista Bernadete Santos, escreveu uma matéria, sem foto, sobre o Dia do Idoso. Ela dizia que depois dos 60, 70 anos, os idosos são tratados como filhos pelos seus pais e que nos asilos os pais esperavam a visita dos filhos neste dia de festa, mas completou: "Não é isso que o idoso quer. Atenção em dia marcado. Amor em prestação. (...) Pensar que não existem atividades que os velhos possam desempenhar depois da aposentadoria é desconhecer toda a questão que envolve a <u>terceira idade</u>." (grifo meu) A jornalista, no afã de dar alguma explicação à "toda a questão que envolve a terceira idade", referia-se ao crescimento da população idosa e das iniciativas de reintegração dos profissionais à empresa mesmo depois de aposentados, a exemplo da Volkswagen. Terminou sugerindo que as políticas governamentais não esquecessem os "velhos", pois, disse ela: "Ser velho e pobre, no nosso país, é ser marginalizado duas vezes". Mesmo que esta fala não parecesse nova, já apontava para uma discussão sobre direitos e sobre a inclusão da velhice nos projetos de cidadania. A palavra "velho" continuava aparecendo associada a um modelo de exclusão (o asilo, a solidão) e a "terceira idade" era anunciativa de um novo padrão de velhice.

Com a discussão iniciada na década de 1970, tornou-se imperativo que as instituições voltadas para os idosos deveriam mudar, não só os nomes, de asilos para lares, por exemplo, mas seus estatutos e seus regimentos internos, mesmo no conflito de estruturas viciadas e sem recursos.

Na via das concepções emergentes do tratamento a/o idoso/a, no natal de 1982, o jornal *O Estado* noticiou o bom andamento do Lar São Francisco. O Lar era então dirigido pela irmã franciscana Gabriela Herman e não se aceitava lá pessoas acamadas ou doentes. A irmã confirmava ao jornal o clima de tranqüilidade lá existente, que, segundo ela: "faz com que as pessoas se sintam bem e não pensem em outra coisa. Muitas vezes elas têm parentes, mas não querem sair daqui". A notícia não possuía foto ou depoimento de internos.

No Asilo Dom Bosco, em Itajaí, um casamento aconteceu em 1980. O fato foi noticiado pelo jornal "O Estado", de 20 de março daquele ano, como sendo o único casamento em asilo registrado em Santa Catarina até então. O casal era formado por Domingos Fumagalli, 75 anos, e Catarina Joana da Cunha, 60 anos de idade. Ele era natural de Nova Trento, estava no asilo há três anos por circunstância do falecimento de familiares, segundo o jornal, e ela era de Barra Velha, há um ano estava no asilo (não diz por que motivo). Teriam resolvido se casar porque "sentiram-se atraídos um pelo outro". Com a autorização do diretor da casa, Haroldo Schneider, o casamento aconteceu no "dia do ancião": 30 de setembro. O casal planejava deixar o asilo, embora a instituição tivesse cedido um quarto para os dois. O diretor disse, conforme o publicado, que o asilo não era uma prisão e que alguns até freqüentavam bares próximos. Referindo-se ao "abandono" e "solidão" ele concluía: "Não proibimos desde que

Domingos e Catarina: o casamento foi a melhor maneira de superar a solidão.

não fiquem embriagados, porque seria injusto impedir seus desejos, na situação em que se encontram". Segue a foto do casal que acompanhava a matéria.

A imagem mostrar uma pose clássica de indicativo de gênero e geração: ele se apossa e ela se submete com recato. Também transmite a idéia de conjugalidade no asilo, elemento novo possibilitado nas relações dos asilados – anunciava mudanças na dinâmica das instituições.

Os jornais noticiavam também a formação de grupos de idosos. As comemorações da Semana do Idoso do ano de 1981 revelavam a participação massiva de mulheres. Setenta senhoras foram convidadas a reunirem-se no Colégio Governador Ivo Silveira, de Palhoça (município da região da Grande Florianópolis). "O Estado", do dia 27 de setembro deste ano, divulgava: "Elas se reúnem todas as quintas-feiras sob a coordenação de Lair Hoeller, 58 anos, que diz: 'em nossas reuniões ensinamos trabalhos manuais e fazemos passeios pois muitas delas nunca tinham ido nem mesmo até o aeroporto de Florianópolis'".

Esta reportagem trazia uma imagem positivada da velhice. Todas as idosas citadas deram depoimentos de bem viver a velhice e atribuíam ter encontrado este sentido no grupo. Outra depoente era Olívia Emília Geddert Brum, então vereadora pelo PDS, "muito ativa em Palhoça". O grupo, formado por mulheres, aparecia como um espaço de ação e atuação política também. Segue a foto desta reunião e das depoentes. As expressões de seriedade contrastam com a afirmativa de que elas estariam "amando a velhice". Elas são acionadas pelo mecanismo discursivo encorajador que as coloca de frente com interlocutoras que vivem a mesma experiência do envelhecimento, no entanto, com engajamento na comunidade e na

vida política partidária. Seguem as fotos do jornal:

Na visibilidade abstraída dos jornais, percebe-se que há uma positivação da imagem de idosos/as, sobretudo realçando o resultado do trabalho dos grupos de idosos/as e a integração que os mesmos eventualmente faziam com outras instituições, inclusive asilares, nas semanas comemorativas. Percebe-se aí uma rede discursiva que, através de representações governamentais ou comerciais, aciona e dita um modo de se envelhecer. Integrar o idoso à comunidade era a tônica discursiva de todos os representantes de associações e instituições voltadas à velhice. Estes discursos justificavam os investimentos financeiros nos anos seguintes em construções de centros de convivência e contratação de profissionais para trabalhar com esta população idosa.

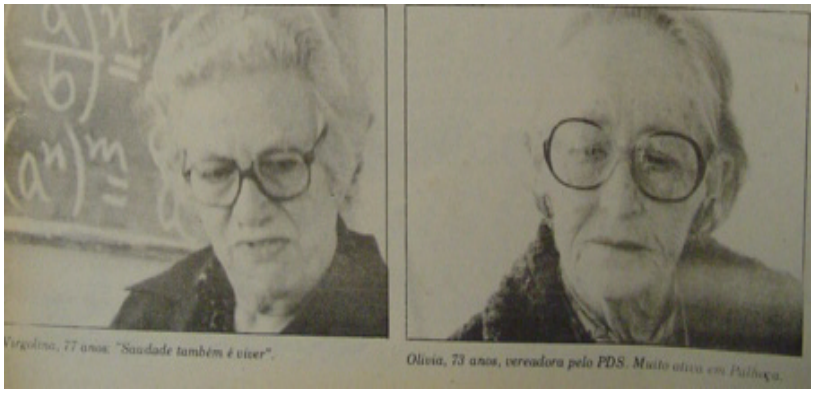

No campo das novas instituições destinada a idosos/as, o Centro Vivencial para Pessoa Idosa, teve sua pedra fundamental erigida em setembro de 1982. O jornal "O Estado", de 25/09 daquele ano, dizia tratar de iniciativa "primeira do gênero do país pela sua filosofia de ação integrando o idoso à comunidade em articulação com as instituições públicas e privadas" e também entidades filantrópicas. O projeto de construir uma instituição, em regime de internato para idosos/as, reunia o empenho da UFSC, UDESC, igrejas e escolas. A inauguração aconteceu em novembro, anunciou *O Estado* do dia 12. O jornal dizia que esta obra era a realização das metas traçadas pelo Programa de Assistência ao Idoso, implantado em 1976. O fato foi noticiado também por *A Gazeta* de 29/09/1982 que enfatizou o trabalho do pastor metodista Willian Schissler Filho. O *Diário Catarinense*, de 05/05/1993, confirmava a importância do pastor para fundação e efetivação desta obra. O projeto, no entanto, atenderia a um público proveniente das camadas médias e/ou altas, pois os custos de manutenção desta estrutura (composta por suítes individuais, grandes jardins e área externa para criação de animais, cultivo de hortas, plantas e flores, entre outras coisas) não seriam cobertos pelo poder público.

Ao mesmo tempo em que os grupos de "terceira idade" emergiam, havia uma separação de espaços, logo convencionados como "de mulheres" e outros "de homens". As mulheres apareciam, de maneira cada vez mais recorrente, fazendo parte de um "movimento de libertação" da vida doméstica, enquanto os homens, nos espaços de exercício de masculinidade (associações de aposentados, praças públicas, por exemplo) resistiam, não interagiam muito com elas, em especial neste momento, e as observavam, por vezes, sob rótulos ("assanhadas", "festeiras") que os protegiam.

A Revista Manchete, escolhida nesta pesquisa como elemento midiático comparativo na análise discursiva sobre envelhecimento na década de oitenta, apresenta-se com outra abordagem. A "Manchete" surgiu na década de 1950, e foi considerada a segunda maior revista brasileira desta época. Empregou uma concepção moderna, tinha como fonte de inspiração a ilustrada parisiense "Paris Match" e utilizava, como principal forma de linguagem, o foto jornalismo. A revista atingiu rápido sucesso e em poucas semanas chegou a ser a revista semanal de circulação nacional mais vendida do país, destituindo a renomada e, até então, hegemônica "O Cruzeiro". A *Manchete*, da Bloch Editores, circulou até o ano 2000.

Mesmo não tratando diretamente do tema velhice, o apelo da revista para uma maneira mais adequada de envelhecer estava colocada, nos textos, nos anúncios publicitários, nas imagens. Grandes nomes do universo cinematográfico hollywoodiano passaram a compor o imaginário de beleza de uma geração que tomou personagens e pessoas como modelos. O despojamento, a disposição, a beleza, mesmo que performáticas, estavam colocadas a todos/as que tinham acesso à revista como ideais a serem alcançados ou buscados, ou não, de alguma maneira. Ao iniciar pela composição das capas eu poderia concluir que velhos não "vendem" revista, no sentido de que, se a intenção era atrair o comprador com "imagens atraentes" (mulheres jovens e bonitas eram recorrentes, por exemplo), muito raramente uma pessoa idosa era capa de revista.

As imagens a seguir (Revista Manchete, n. 1634. 13 de agosto de 1983 e Revista Manchete. n. 1891. 16 de julho de 1988), colocadas lado a lado, exemplificam o que coloquei anteriormente: mulheres jovens modelos, como Luiza Brunet, apareciam com freqüência nas capas, enquanto o velho só aparecia quando tratava-se de alguém de renome nacional, como o Chacrinha, cuja imagem remete a própria representação que ele criou de si como um personagem. Mesmo na revista que mostra o corpo jovem da modelo, recorre-se ao expediente das técnicas de "rejuvenescimento sem plástica", havia, de maneira recorrente, um apelo comercial aos tratamentos pra evitar o envelhecimento.

Dois elementos marcaram significativamente a diferenciação do gênero na velhice: a beleza para as mulheres e a virilidade para os homens. O mercado da beleza, referenciado no padrão da juventude foi, e ainda é, um dilema para as mulheres, tanto quanto foi e é o desempenho sexual para os homens, que por sua vez, também é comparado ao da juventude. Ou seja, a perda do desempenho ou da beleza, constituíram-se para homens e mulheres como marcadores de envelhecimento e do gênero, encontrando ainda os entrecruzamentos de classe e etnia.

A assimilação e interferência nas vidas de muitas pessoas que viveram a velhice dependiam, inegavelmente, dos acessos e condições econômicas de consumo, mesmo que o sonho estivesse para todos/as. Todavia, nas performances de gênero e geração se é possível ser muitas coisas que, sob o aspecto frio da classe, não seriam concebíveis. Nesta "coalizão aberta", utilizando as palavras de Judith Butler (2003: 37), é possível afirmar identidades instituídas e abandonadas, conforme as propostas em curso.

As mídias interferiram nos mecanismos de subjetividades. Esta profusão de mensagens e significados textuais e visuais atravessaram, marcaram e produziram identidades. Entendo, na perspectiva de Stuart Hall (2000: 108), que as identidades são construídas nos e através dos discursos, nas práticas e posições que podem se cruzar ou não, e que estão sujeitas a uma historização.

Referências bibliográficas:

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
HALL, Stuart. "Quem precisa da identidade?" In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um Século de Benefícios Fiscais: Políticas Públicas de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Dependente no Vale do Paraíba Paulista

Fabio Ricci[1]

Resumo: Identifica as políticas de incentivos à atração de indústrias em Jacarei, São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá no início do séc. XX e em Taubaté no seu final. Essa política é destituída de critério e que os legisladores não possuem críticas para sua adoção. A alternativa industrial como solução para o problema do emprego criou raízes e ainda sobrevive. Porém, ela não garante o desenvolvimento sustentável. Quase todas não estão mais em atividade. As mais recentes, fazem parte de cadeias produtivas de empresas matrizes e se instalaram nas proximidades das mesmas, usufruindo de benefícios, demonstrando uma continuidade da dependência em relação às indústrias, principalmente transnacionais, e que trazem poucos benefícios para as cidades que as recebem.
Palavras-Chave: Industrialização; Incentivos Fiscais; Vale do Paraíba paulista

Abstract: Identify the policy of incentive on the attraction of industries in Jacareí, São José of Campos, Taubaté and Guaratinguetá on the beginning from the twenty century and in Taubaté on the their finish. That policy is displace of criterion and that of legislate no possess critical for the on the their adoption. The industrial alternative when solution for the problem of employment create root and resist. But, no guarantee the sustain development. All almost don't activity. The recent, to form party of productive sectors of principal enterprise and to settle down in the they proximity, usufructy on the benefit, demonstraty continuity of dependency to industries, transnational especiality, and that introduce few benefit for the city that the accept.
Key works: Industrialization; Surveyor of taxes incentive; Paraíba Valley to the state of São Paulo.

Introdução

A afirmativa de que o Brasil é o café, quando nos referimos ao período do final do século XIX e início do século XX, refere-se principalmente às contas públicas e ao equilíbrio orçamentário, sendo este o objetivo principal da política alfandegária.

No entanto, a redução dos custos de instalação industrial é um objetivo constante para os investidores. Os incentivos fiscais oferecidos por municípios constituiu-se num aspecto de redução de custos, através das concessões e isenções de impostos, doações de terrenos e outros "favores", como veremos.

[1] Universidade de Taubaté, Doutor História Econômica.

Se, por um lado, os estudos feitos sobre os empresários paulistas indicam que as indústrias estavam sujeitas a poucos impostos(DEAN,1971:72-3), do outro, temos que, para o estudo regional, é de fundamental importância avaliar o que ocorria, pois, a avaliação de uma sonegação por parte do empresário é por demais simples para refletir o que ocorria na realidade local:

Os recolhimentos lançados sobre a sigla impostos e profissões tornavam-se mais significativos a cada ano nos orçamentos de muitos municípios. As atividades urbanas, de atendimento local e regional, estavam sujeitas à taxação numa ordem agrária tradicional, determinando limites para os incentivos ao seu desenvolvimento.

No entanto, existe um momento, julgamos imediatamente anterior à I Guerra Mundial, em que ocorre a conscientização dos poderes públicos municipais da região do vale do Paraíba , trecho paulista de que os recursos poderiam voltar-se para novas atividades, das quais destacam-se as indústrias têxteis.

Os incentivos fiscais do início do século XX

Os municípios de São José dos Campos, Caçapava e Taubaté apresentam incentivos pontuais, não há legislação específica, exceção feita a Jacareí. Essas isenções estão muitas vezes ligadas às concessionárias de serviços públicos.

As justificativas para esta ausência de legislação específica são diferentes para cada um dos municípios. São José dos Campos era uma cidade sanatório (tuberculose) e o interesse era operar recursos, com sua estrutura de tratamento, de dotações orçamentárias do Estado e de fundos de amparo.

Os incentivos vieram em meados da década de 1920, com a tecelagem Paraíba, inaugurada em 14/03/1925, em que concedeu-se incentivos fiscais para a sua instalação (RODRIGUES,1992:57-82). Os benefícios incluíam cessão de terreno, isenção de impostos municipais por 25 anos e fornecimento gratuito de água para os empresários que montassem no município fábricas com capacidade mínima para cem operários e capital de cinqüenta contos.

O apoio do legislativo às instalações industriais era incondicional, mesmo não tendo claro do que se tratava o empreendimento, porém, possuía absoluta clareza de seus benefícios no desenvolvimento geral das atividades econômicas do município. Prova é o parecer da comissão de finanças da câmara relacionando a instalação de uma fábrica, que iria

trabalhar fio sintético (Rayon), quando o legislador enaltece a utilização de matérias primas produzidas no município, gerando empregos no setor rural. (CABRAL,1981:sip)

No mesmo período Taubaté era o maior centro econômico regional. A CTI, fundada em 04/05/1891, não gozava de isenção de impostos municipais, embora não faltassem iniciativas para obtê-las junto à Câmara Municipal, que indeferi a solicitação para isenção do imposto sobre indústria e profissões.

A diversificação de atividades trazidas pelos colonos em Taubaté e a relativa manutenção de sua renda na atividade cafeeira permitia a continuidade das atividades industriais sem uma legislação específica.

Isso fazia com que o Município passasse a oferecer incentivos conforme cada caso apresentado, como os ocorridos em 1912, quando a municipalidade ofereceu a doação de terreno e isenção de impostos de indústria e profissões e predial por 8 anos e comprometeu-se em interceder junto aos poderes públicos para que os maquinismos fossem isentos de direitos sobre importações e pudessem pagar fretes pela tabela mais baixa, desde que a fábrica operasse com um mínimo de 100 teares. Outro caso foi a aprovação da isenção de impostos municipais por 15 anos para montagem de uma fábrica de acessórios para fábrica de tecidos. Por fim, encontramos a concessão de isenção de impostos por 10 anos para a instalação de uma fábrica de meias e tecidos de malhas. Como vemos, os incentivos e benefícios eram para a instalação de fábricas novas.

Em Guaratinguetá, encontramos, em 1911, autorização da Câmara ao prefeito para a concessão de um terreno e isenção de impostos por 10 anos para instalação de uma fábrica de flanelas.

Também aqui encontramos, em 26/4/1913, as isenções e os incentivos fiscais oferecidos à Companhia Fiação e Tecelagem Guaratinguetá.

Ao atendimento dos favores pedidos a Câmara Municipal, as comissões de justiça e fazenda, consideraram *"um empreendimento que muito concorreria para o progresso e prosperidade do município, onde ainda não existe indústria de tecidos."*

Manifestando a busca de alternativas de atividades econômicas que pudessem suprir a oferta de trabalho para a população desocupada na cidade, incluindo mulheres e crianças.

No entanto, com o desenvolvimento da atividade industrial, a CFT Guaratinguetá continua a obter favores municipais, como a cessão de uma faixa de terreno de seis metros de largura por sessenta e dois metros de comprimento. Esse terreno pertencia ao "Orfanato do Puríssimo Coração de Maria", que divisava com a fábrica.

A política de concessões privilegiava também atividades para suprimento local, como a instalação de uma fábrica de banha de porco anexa ao matadouro. Os incentivos seguem os mesmos critérios: cessão de terreno e isenção de impostos municipais por dez anos.

Iremos encontrar a legislação específica sobre isenção fiscal em apenas um município: Jacareí.

A legislação de Jacareí é de 06 de junho de 1908, oferecendo terrenos e isenção de impostos municipais por 5 anos, exigindo um mínimo de 10 operários.

As concessões eram também às pequenas indústrias de lacticínios, conservas alimentícias, doces, cerâmica fina, flores artificiais, avicultura, apicultura, desde que funcionem em prédio próprio e que mantenham, pelo menos, três operários.

Além disso a câmara solicitaria isenção dos direitos aduaneiros para o material, que, para os mesmos, fosse importado.

As motivações dessa legislação podem estar relacionadas com a maior proximidade com o município de São Paulo e a menor tradição cafeicultora, tornando a administração municipal mais aberta às ações de incentivo às atividades industriais contando a cidade com a pressão política de elementos oriundos das atividades urbanas.

Por outro lado podemos observar que Jacareí era, naquele momento, a cidade com maior quantidade de empresas, colocando-a como cidade de maior dinamismo industrial da região.

Os critérios estabelecidos privilegiavam a atividade de empresas industriais para abastecimento local e regional e diversificadas. Em parte foi o que ocorreu, pois surgiram fábricas de macarrão, biscoitos, etc . Porém, a partir do estabelecimento de uma legislação específica, abrem-se novas possibilidades.

Empresas estabelecidas no município passam a usufruir do benefício, a partir de 1914.

À isenção de impostos às indústrias já existentes correspondia ao estabelecimento de condições de igualdade com aquelas empresas instaladas anteriormente.

Isso só era possível porque os setores urbanos exerciam influência sobre o poder municipal, que, sensíveis às pressões dos industriais já estabelecidos no município, estendiam a essas fábricas os incentivos concedidos.

A localização da cidade de Jacareí em relação à São Paulo faz com que o município publique anúncios a imprensa de São Paulo oferecendo as vantagens de jacareí às indústrias.

Além das cessões e isenções apontadas anteriormente, encontramos , em julho de 1926, um empréstimo no valor de 20:000$000 (vinte contos de réis) para auxiliar a instalação de uma fábrica de tecidos de lã, a Fábrica Manchester, de propriedade da S.A. Jacarehy Industrial, com prazo de pagamento de 20 anos. A Justificativa para o empréstimo era prover a fábrica de equipamentos para a geração de energia elétrica, pois o município não contava com estrutura de abastecimento capaz de atender a demanda dessa nova unidade industrial. À época, era presidente da Câmara Pompílio Mercadante, primo do presidente da fábrica, Antônio Jordão Mercadante. Como vemos, as medidas foram muitas vezes abusivas. A SAJI foi à falência ao final da década de 1920, não honrando os empréstimos. Para conter esses privilégios, que oneravam os cofres públicos, a lei de 1914 foi revogada, a pedido do prefeito, em 1929.

Mas quais seriam as condições urbanas de instalação dessas indústrias?

A localização no município era condição importante. Em nossa análise, discutiremos os municípios de Jacareí e Taubaté. Optamos por esses dois municípios por constituírem os municípios em que as atividades industriais têxteis estavam mais consolidadas. No caso de Guaratinguetá, a C.F.T. Guaratinguetá tinha forte vínculo com a família Rodrigues Alves e foi instalado em bairro que era de propriedade da família. Caberia, talvez, uma avaliação da expansão urbana e de possíveis especulações de valorização de terrenos no desenvolvimento ulterior da cidade, porém, este processo, se verdadeiro, só ocorreria posteriormente ao nosso período de estudo.

Voltemo-nos então para a nossa questão, ou seja, onde se instalam as indústrias na cidade visando a sua atividade produtiva.

Podemos observar uma aglutinação de indústrias ao longo da ferrovia. Também podemos observar a maior atividade próxima a São Paulo.

No que se refere à área urbana, percebemos que elas instalaram-se em locais contiguos aos centros. Isso possibilitava acesso à cidade, aos serviços públicos e à mão-de-obra operária, diminuindo os custos com a mão-de-obra através de benefícios indiretos

Podemos concluir que a instalação de unidades industriais na região foi efetivada em boas condições para as empresas, tendo como vínculo ao mercado distribuidor as facilidades de transporte. Quanto ao transporte, cabe ainda, uma última observação. A estrada de ferro central do Brasil era a única estrada de ferro estatal que ligava-se com São Paulo, as demais eram particulares e estavam vinculadas ao oeste-paulista. Esta condição colocava as indústrias da região do VPP em situação diferente das encontradas em indústrias instaladas em outras regiões do interior. Embora não tenhamos podido apurar em detalhes, problemas

existiam, como o caso da CTI, quando do reajuste das tarifas de transporte por reclassificação do tipo de produto em 1928.

Os incentivos fiscais do atuais

O período a partir dos anos 1950 envolveu o processo de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo induzido por políticas governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Os estímulos federais partiram do Plano de Metas e intensificaram-se nas décadas seguintes, sendo os mais significativos para a região do Vale do Paraíba, trecho paulista os investimentos diretos na implantação do CTA-Centro Tecnológico da Aeronáutica, que abrigaria os institutos ITA, INPE, etc, desdobrando-se posteriormente na fundação da EMBRAER e no polo aero-espacial de São José dos Campos, na construção da refinaria Henrique Lage, também em São José dos Campos e de investimentos indiretos, via BNDE na indústria bélica, em São José dos Campos, na indústria de bens de consumo duráveis e de base, nos I e II PND, principalmente em Taubaté e Pindamonhangaba.(RODRIGUES, 1992).

Os governos estaduais paulistas investiram em infra-estrutura, preparando as cidades médias do interior para receber as atividades industriais, ampliando a malha rodoviária, regularizando o fluxo de água com a construção da represa de Paraibuna, Jaguari e Santa Branca e retificando o leito do Rio Paraíba do Sul, estes contidos no Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo e com financiamentos de conjuntos habitacionais próximos às indústrias.

As prefeituras ofereceram benefícios como isenção de impostos e de taxas municipais, doação de terrenos, realização de obras de terraplanagem e de águas pluviais e criação de distritos industriais.

Segundo Negri(1994), as prefeituras municipais, apoiadas pelas câmaras municipais, "adotaram medidas, algumas das quais, irresponsáveis, não realizando as devidas análises de custo benefício,(...) para subsidiar a vinda do capital produtivo" (NEGRI,1994, p. 187); ou seja, não foram dimensionados os impactos desses empreendimentos sobre as questões urbanas, as finanças municipais e sobre o meio ambiente. Agravando ainda mais essa situação, a concorrência entre as prefeituras e o grande número de municípios a oferecer incentivos colocaram as empresas em uma situação privilegiada.

Negri (1994, p. 187), destaca nesse processo os seguintes aspectos:

a) que o município mais industrializado, Campinas, não concedeu incentivos fiscais de qualquer natureza;

b) que importantes municípios do Vale do Paraíba como São José dos Campos, Jacareí e Taubaté não possuem distritos industriais e fazem parte daqueles municípios que tiveram maiores taxas de crescimento industrial nos anos 70;

c) que 16 distritos industriais do interior não possuíam uma única indústria em funcionamento e;

d) que 68 dos 111 distritos industriais do interior ocupavam menos da metade das áreas destinadas às instalações industriais.

Concui-se daí que os incentivos por si só não são decisivos para determinar a localização das empresas.

Na década de 1990 há o recrudescimento desta política entre estados, regiões e municípios, diminuindo ainda mais as possibilidades de que os incentivos influenciem a localização das empresas, e permitindo que estas implantem-se com menores custos nos locais determinados pela lógica da reprodução mais ampliada do capital.

Analisando a política de atração das indústrias do município de Taubaté podemos constatar essa dinâmica.

O município, que desde a década de 1970 instituiu uma política de atração de investimentos industriais, vai propor um desenvolvimento na Lei orgânica do município, de 1990, elementos de um desenvolvimento integrado, abrangendo vários setores, como pequenas e micro empresas, agrícola e turismo.

No entanto, o forte apelo que exerce na mentalidade taubateana da indústria como sinônimo de modernização e crescimento e de geração de emprego e renda fez com que o setor público municipal envereda-se seus esforços prioritariamente no setor industrial, com a criação de novos distritos industriais e intensificasse a doação de áreas e de incentivos fiscais no programa de atração de empresas. Por outro lado, não se registra um programa especial aos pequenos e médios produtores rurais e às microempresas conforme prevê a Lei Orgânica.(COSTA,2005)

Gerenciado pelo GEIN-Grupo de Expansão industrial, a política de incentivos à instalação de indústrias atraiu empresas ligadas principalmente ao setor de autopeças.(COSTA, 2005).

O processo de doação de áreas não significou efetivamente novas instalações industriais na cidade, ao contrário, apenas 16% estão em operação, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1- àreas doadas-1993-2000: situação em 2002.

Período	Doadas	Declinadas	Retrocedidas	Em operação	Em projeto	Em obras	S/ informação
1993-1996	99	24	49	10	9	2	5
1997-2000	61	7	5	15	28	4	2
Total	160	31	54	25	37	6	7

Fonte: GEIN e Câmara Municipal de Taubaté

Das empresas instaladas, muitas são autopeças, de pequeno porte, com filiais em muitos países e, devido aos novos métodos de produção e logística, como o sistema "just in time", instalam-se em torno da empresa matriz, no caso da região, Volkswagen, Ford motores e General Motors, além da proximidade com montadoras da Região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas o que prevalece é o fornecimento às montadoras da região.

Conclusão

Podemos concluir que a instalação de unidades industriais na região foi efetivida com o apoio dos poderes municipais. No início do processo destacou-se jacareí, cuja administração municipal era ocupada por pessoas ligadas aos setores urbanos, tendo como fatores principais de atração a proximidade dos principais mercados consumidores, a disponibilidade de mão-de-obra e as facilidades de transporte.

As empresas desse período eram de empresários locais e permaneceram em operação por longo período, fazendo com que os excedentes gerados fossem reinvestidos no próprio município.

Para o período mais recente, em que analizamos Taubaté, as empresas utilizaram basicamente dos mesmos incentivos dos oferecidos no início do século, ou seja, isenção de impostos municipais, doação de terrenos, e obras de infra-estrutura, como terraplanagem e águas pluviais.

No entanto, o perfil das empresas modificou-se significativamente.

A maior parte das unidades industriais pertencem a grupos transnacionais, que acompanham as empresas matrizes, no caso montadoras de veículos. As indústrias de autopeças necessitam, em função do processo de produção, instalarem-se próximas as montadoras.

Porém, ao contrário das empresas pioneiras da indústria local, os excedentes gerados são transferidos para suas matrizes, suas decisões de investimentos estão relacionadas com o movimento do capital internacional.

Mesmo assim, a política de atração de investimentos prioriza o capital industrial transnacional, fruto de uma cultura enraizada na população e que apoia o poder público que se propõe a continuar incentivando-o em detrimento de outras políticas, como o apoio às micro-empresas e outros setores de atividade, como o turismo, a agricultura etc.

Referências bibliográficas

CABRAL, G. M. M. Resenha de Documentos do Arquivo da Câmara Municipal, 1981.
COSTA, S. L. Taubaté: O local e o global na construção do desenvolvimento. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2005.
DEAN W. A industrialização de São Paulo. São Paulo: DIFEL, 1971.
NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo(1880-1990). Tese de doutoramento. Campinas:UNICAMP, 1994.
RODRIGUES, I. de O. et al. Médio vale do paraíba do Sul: Estado, “Políticas Públicas” e Organização do espaço-1930-1980, in: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro:IBGE, vol. 54, nº 2, abr-jun/1992. pp. 57-82.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os jesuítas no processo de conquista da Capitania do Rio Grande – os olhares de Tavares de Lira e Câmara Cascudo.

Bruna Rafaela de Lima*

Resumo: A historiografia clássica norte-rio-grandense, responsável pela escrita da história do período colonial do Rio Grande do Norte, tratou da atuação jesuítica como um elemento propiciador da colonização, apresentando os missionários inacianos como plenamente identificados com a atuação dos colonos. Um dos indícios dessa percepção se evidencia no uso de determinados conceitos como os de *catequização* e *pacificação,* a eles atribuídos e que reduziram o papel dos jesuítas a um primeiro momento do processo de colonização, obscurecendo toda uma complexidade que caracterizou o período posterior. Nesta comunicação, analisamos os discursos de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo sobre a atuação jesuítica no Rio Grande do Norte durante o período colonial.

Palavras-chaves: historiografia, discursos, jesuítas.

Abstract: Rio Grande do Norte (RN) classical history, answerable for the writing of RN colonial period, discoursed about Jesuit acting as one of the causes of colonization, showing the first missionaries as fully identified with the settler's acting. That is testified when we see concepts as catechization and pacifying, which reduced the role of the Jesuits to the first step of the colonization, darkening a complexity that characterized the posterior period. Having said that, we analyze the speeches of Augusto Tavares de Lira and Luís da Câmara Cascudo about the Jesuit acting in RN during the colonial period.

Keywords: historiography, speeches, Jesuit.

Na América Portuguesa, a Companhia de Jesus foi responsável pela intermediação nas relações entre índios e colonos, no que diz respeito às questões envolvendo o uso da terra e o aproveitamento da mão-de-obra escrava ou livre. No que concerne à Capitania do Rio Grande, a Historiografia Clássica Norte-rio-grandense referenciou a atuação dos inacianos nos diversos momentos dos três primeiros séculos da conquista, enfocando, sobretudo, o caráter de mediação cultural desenvolvido pelos missionários junto à população nativa. Partindo desse pressuposto, objetivamos efetivar uma análise dessa historiografia, no

*Bolsista CAPES – Mestranda em História do PPG da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), fazendo parte da linha de pesquisa: Populações Indígenas e Missões Religiosas na América Latina, sob a orientação da professora Eliane Cristina Deckmann Fleck.

intuito de verificar como autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte descreveram a atuação missionária jesuítica na Capitania do Rio Grande.

Por Historiografia Clássica Norte-rio-grandense entendemos, conforme Denise Monteiro, o que corresponde à primeira fase da produção histórica potiguar, a qual se deu nos primeiros setenta anos do século XX. Foi caracterizada pela produção de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, cuja matriz teórica estava fortemente vinculada à concepção positivista de história e escrita da história, de uso comum no século XIX, tendo como principais características à predominância da descrição sobre a interpretação, originando uma história factual, no sentido de não apresentar análises mais profundas sobre as bases documentais estudadas. Essa historiografia, cujos principais representantes foram Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, transformou-se em uma matriz para os trabalhos posteriores, sejam eruditos ou acadêmicos (TAKEYA, 1994: 8-11).

Tavares de Lira e Câmara Cascudo fizeram parte de uma historiografia que se preocupava com a consolidação do Estado Nacional e com o fortalecimento de uma identidade para o país. Diante desse momento histórico - historiográfico, a História do Rio Grande do Norte de Tavares de Lira e por vezes a de Câmara Cascudo. Foi construída com características, entre outras, a de não trazer bibliografias e nem listagem das fontes utilizadas ao fim da obra, mas a de fazer referências no corpo do texto à bibliografia consultada; citando, às vezes, autor, título, volumes e páginas, utilizando aspas para identificar as citações – além de expressar o discurso das fontes, na medida em que há citação de longas passagens – e, ao final, concluir com a sua versão da história a partir do que foi dito pelos documentos.

O tratamento dado pela historiografia brasileira que se dedicou aos estudos das missões religiosas, especificamente dos jesuítas, foi prioritariamente relacionado com a capacidade dos padres de serem "mediadores culturais[1]" entre os dois mundos - o europeu e o americano -, ou seja, seu papel político que foi posto em destaque durante o processo de colonização. Uma vertente da historiografia viu os jesuítas como meros "destruidores de almas" e a outra os enalteceu como os "heróis" responsáveis pelo sucesso da colonização portuguesa na América[2].

[1] Entendemos *Mediadores Culturais* como sendo agentes sociais que favorecem as transferências e os diálogos entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações, muitas vezes insólitas e contribuindo com sua articulação para a permeabilização das fronteiras culturais, são os responsáveis pelo trânsito de e entre culturas, tal conceito nos faz remeter as ações empreendidas pelos jesuítas, segundo as histórias por nós analisadas. Esse conceito foi retirado de QUEIJA, 1997: p. 10, e de PAIVA, 2002: p. 9.

[2] Ver mais sobre esses estudos em PERNETTA, 1903, que segundo consta na introdução de LOPES, 1999, esse autor se coloca na perspectiva dos que abominam a ação dos missionários. Na visão oposta, temos os que enalteciam a ação jesuítica, como o historiador da Ordem LEITE, 1938.

A Historiografia Clássica Norte-rio-grandense foi influenciada pelo que estava sendo escrito na historiografia nacional, principalmente a que os considerava heróis da colonização e, sendo assim, os jesuítas foram tidos como coadjuvantes no processo de conquista da Capitania e da fundação da cidade do Natal, não sendo feita nenhuma análise mais apurada da atuação inaciana na Capitania do Rio Grande. De acordo com Fátima Martins Lopes, os primeiros pesquisadores-historiadores, sócios do IHGRN, realizaram suas pesquisas no acervo de documentos do próprio Instituto e se utilizaram também dos relatos dos cronistas, publicando os resultados na revista da instituição. Os historiadores tradicionais abordaram o tema das missões no Estado de forma superficial, pois tinham uma preocupação direcionada à história da colonização portuguesa na Capitania do Rio Grande, como exemplos desses autores, citamos: Vicente Lemos, Tavares de Lira, Rocha Pombo, Câmara Cascudo e Tarcísio Medeiros (LOPES, 1999: 12).

Diante do interesse de estudar como a atuação inaciana foi percebida nos trabalhos da Historiografia Clássica Norte-rio-grandense - especificamente nos livros *História do Rio Grande do Norte,* de Tavares de Lira e Câmara Cascudo -, procuramos entender quais foram os procedimentos metodológicos utilizados por esses autores na análise das fontes e também em que medida eles reproduziram os conceitos encontrados nos documentos trabalhados. Para efetivar o nosso objetivo, escolhemos alguns conceitos utilizados pelos autores supracitados, tais como, **catequização e pacificação**, para estabelecer a existência de uso comum ou não com os conceitos de suas fontes.

No que foi escrito sobre os jesuítas na História da Capitania do Rio Grande, pelos dois autores estudados, percebemos que foram colocados como responsáveis pela mediação cultural na conquista da capitania, atuando na busca pela "paz" nos conflitos entre indígenas e colonos. Esta historiografia não se preocupou em estudar os diferentes significados da referida atuação, deixando-a apenas evidente como elemento propiciador da colonização e colocando os jesuítas a favor da atuação dos colonos. Tal posicionamento é compreensível, tendo em vista que a produção de Tavares de Lira e Câmara Cascudo atendia ao momento da historiografia do início do século XX, que estava preocupada com a construção e consolidação de uma identidade própria.

Um dos resultados dessa pesquisa é a percepção da continuidade da utilização de alguns conceitos utilizados nos documentos coloniais, que demonstram o papel dos missionários conforme o primeiro momento do processo de colonização, deixando de fora a fase das missões de aldeamento, durante e após a guerra dos Bárbaros, e a da política

pombalina[3]. A partir do estudo dos conceitos utilizados como **pacificação e catequização**, entre outros, percebemos que o discurso que foi construído, a respeito da atuação inaciana, foi um discurso reprodutor do que as fontes "falaram". No caso do que foi escrito por Tavares de Lira, podemos dizer que foi baseado no que os cronistas escreveram. As passagens sobre a atuação jesuíta na Capitania são em sua maioria retiradas das crônicas de Frei Vicente do Salvador.

Encontramos no livro de Tavares de Lira, a atuação dos inacianos nos momentos das tentativas de negociações entre os índios e os portugueses. Ao contar sua versão sobre esse período, o autor deixou descrita as relações dos missionários com os nativos, e também com os colonos, narrando os primeiros momentos do contato, enquanto os jesuítas estavam em harmonia com os colonos. Em outras passagens, encontramos outras narrativas sobre este primeiro momento da conquista e depois somente sobre a expulsão por Pombal e as suas conseqüências, mas o intervalo entre esse período inicial da colonização da Capitania e a expulsão é omitido da história na qual pesquisamos. O estudo sobre o período das missões na Capitania do Rio Grande foi realizado de forma "superficial" por Tavares de Lira. Entendemos essa omissão porque o século XVIII foi tido, por ele, como um período de paz, sem acontecimentos marcantes, por isso não merecendo destaque na historiografia (LOPES, 2005: 21).

Também podemos explicar tal omissão, ao pensarmos nas principais fontes utilizadas por nosso autor na construção de sua história sobre a temática. Tavares de Lira utilizou prioritariamente Frei Vicente do Salvador[4], com isso só poderia escrever mais a fundo sobre os fatos descritos pelo cronista, e que haviam acontecido no primeiro momento da conquista, que era o motivo da preocupação do cronista e, conseqüentemente, do historiador já que sua história era a "reprodução" do que estava nas fontes. O segundo período da conquista, no que se refere às missões correspondentes ao século XVIII, foi pouquíssimo explorado por Tavares de Lira, que só volta à temática quando as conseqüências da atuação missionária voltariam a contribuir para a história da nação brasileira e norte-rio-grandense. Sendo assim, os jesuítas ganharam espaços novamente na história, no período de sua expulsão.

Diante do que pesquisamos no livro de Tavares de Lira, sobre a atuação inaciana, ficou evidente que a presença dos padres, mesmo não tendo ocupado grande espaço em sua narrativa, foi considerada como uma atuação "benéfica" para que a posse da terra se

[3] Para saber mais sobre o período missioneiro no Rio Grande, sobretudo acerca das missões de aldeamento, ver LOPES, 1999. A respeito da política pombalina no Rio Grande do Norte, consultar LOPES, 2005.
[4] Frei Vicente de Salvador escreveu seus relatos em 1627.

consolidasse para colonização e para que os índios aceitassem a situação que lhes foi imposta. Apesar de não termos encontrado explícitos literalmente os conceitos **pacificação e catequização** nos escritos de Tavares de Lira, nós encontramos as idéias que tais conceitos expressavam a homogeneização e harmonia das relações e o desejo da construção de uma "nação" católica e unificada, como sendo as bases principais de um país civilizado. Sendo assim, o que foi encontrado na *História* desse autor, sobre os jesuítas, corroborou com os ideais que os conceitos citados procuravam expressar, como: a facilidade de conquista que os missionários proporcionaram aos colonizadores, "omitindo", assim, os possíveis resultados negativos da colonização.

Câmara Cascudo, também se propôs fazer a escrita de uma história total do Estado do Rio Grande do Norte. Posterior a Tavares de Lira, mas possuidor da mesma matriz teórica em relação à escrita da história, utilizou historiadores nacionais, como: Francisco Varnhagen, Rocha Pombo e Serafim Leite; locais, como: Vicente de Lemos e o próprio Tavares de Lira, além de muitos cronistas publicados nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). A diferença básica nos escritos sobre os jesuítas dos dois autores são as fontes documentais que foram utilizadas. Isto porque Câmara Cascudo, além das fontes locais, teve a possibilidade de usar documentos da ordem jesuítica, como os que foram organizados e publicados pelo Padre Serafim Leite, com início na publicação da *História da Companhia de Jesus (1938 -1850),* da *Monumenta Brasiliae (1956 -1960)* e das cartas jesuíticas.

Encontramos nos escritos de Câmara Cascudo, várias passagens que citam a atuação inaciana em terras potiguares. Antes mesmo da publicação de sua História do Rio Grande do Norte, o autor já havia escrito sobre esses missionários em 1940, no artigo: *Os Jesuítas no Rio Grande do Norte*, em que descreveu os feitos que os missionários realizaram no território potiguar. Nesse artigo, utiliza como fonte alguns cronistas, como Henry Koster, Frei Vicente do Salvador, e já toma posicionamento quanto a essa atuação ao afirmar que:

> *"[...] Foram os primeiros catequistas da Capitania... Os dois jesuítas são* [sic] *a velocidade inicial na conquista católica. Procuram os Potiguares ariscos, conversam, discutem, convencem... Francisco Pinto e Samperes são os diplomatas vitoriosos entre portugueses e índios da Cupaóba...Deve o Rio Grande do Norte aos Jesuítas o plano da fortaleza, a escolha provavel* [sic.] *do local e denominação da Cidade, a pacificação indígena, indispensavel* [sic] *para o estabelecimento regular dum nucleo* [sic] *europeu [...]"* (CASCUDO, 1940: 200-201).

Esse trecho deixa evidente que o olhar de Câmara Cascudo sobre os jesuítas era dotado de um "encantamento", no sentido de que o autor referia-se a respeito dos padres de forma agradecida, enaltecendo o caráter de mediadores culturais, militares e arquitetos-

engenheiros. Essa idéia foi sendo comprovada à medida que pesquisávamos sobre o que Cascudo escreveu sobre o tema, e mesmo sobre o que falou em ocasiões solenes, como orador oficial do IHGRN, quando expressou sua opinião em relação aos "soldados de Santo Inácio". Por exemplo, quando em sessão solene organizada pelo IHGRN, em vinte e sete de setembro de 1940, em comemoração ao quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus. Segundo consta na ata da sessão, publicada na Revista do IHGRN:

> *"[...] produsiu [sic] uma brilhante oração, pela qual historiou toda a obra patriótica e christã [sic] dos discípulos de Inácio de Loiola. O orador demonstrou o heroísmo de Anchieta e continuando, disse que tivemos paginas maravilhosas nas epopéias da Catequese dos indígenas e que os nomes gloriosos de Nóbrega, José de Anchieta, Aspicuelta Navarro e centenas de outros* ***fazem parte integrante da própria civilisação*** *[sic]* ***brasileira, como os mais decididos fatores de progresso, ao lado das forças colonisadoras*** *[sic]. Disse que o Rio Grande do Norte deve muito aos padres jesuítas. De um jesuíta é a planta da fortaleza dos Reis Magos e as vilas de Estremoz [sic] e Ares, hoje cidades, foram aldeias entregues ao seu cuidadoso pastoreio espiritual.[...]"* (ATA..., 1935-1940: p. 178-179) (grifo nosso).

O fragmento em destaque: ***fazem parte integrante da própria civilisação*** [sic] ***brasileira, como os mais decididos fatores de progresso, ao lado das forças colonisadoras*** [sic] evidencia o porquê do tratamento de Câmara Cascudo aos jesuítas. A *História* escrita por ele era preocupada com a idéia de construção e confirmação de uma civilização e identidade local e, sendo assim, via os missionários como responsáveis diretos do sucesso colonizador de formação do território norte-rio-grandense. Por isso, os inacianos foram considerados positivamente na historiografia que Cascudo delineava, tendo em vista que, naquele momento historiográfico da primeira metade do século XX, o que interessava eram fatores que somassem à idéia de unidade e progresso na história do Rio Grande do Norte e do Brasil.

Foi de acordo com a matriz de Serafim Leite, que Câmara Cascudo narrou sobre os jesuítas na sua história. A diferença entre os autores – Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo – está basicamente no acréscimo das fontes documentais, pois a metodologia e o conteúdo quanto aos jesuítas, nesses autores, são basicamente iguais, uma vez que ambos enaltecem os papéis que os jesuítas tiveram no âmbito religioso, militar e como mediadores culturais. Sendo encontrado na obra de Câmara Cascudo, um número bem mais significativo de relatos sobre a temática analisada.

Os conceitos **catequese e pacificação** foram utilizados por Câmara Cascudo como sendo características principais das ações dos missionários e foram reproduzidos das fontes trabalhadas, seguindo a mesma ordem de enaltecimento da ação dos padres, como temos no trecho de Cascudo abaixo:

> *"[...] Era indispensável a* ***pacificação*** *da massa indígena, insubmissa, reatacando sempre, transformando a vida dos brancos num estado permanente de inquietação*

> *bravia e áspera. É a missão dos jesuítas, dos missionários. Gaspar de Samperes, Francisco de Lemos fazem milagres de persuasão, com as forças irresistíveis da paciência e da tenacidade em serviço da Fé.[...] Os resultados da* ***catequese*** *jesuítica em Serra do Copaoba foram definitivos para a colonização. Copaoba vale Iperoig para o Rio Grande do Norte"* (CASCUDO, 1984:26) (grifo nosso).

Diante do nosso objetivo, compreendemos que os autores em discussão, por estarem inseridos em uma matriz de pensamento que não se preocupava em questionar e nem problematizar as fontes, acabaram reproduzindo a história que encontraram escrita, nas fontes que pesquisaram o assunto, moldando-a de acordo com os seus interesses e construindo novos textos a partir dessa reprodução de uma história que até os dias atuais tem um forte peso na memória e na historiografia da sociedade potiguar.

Partindo da proposta de análise de discurso de Michel Foucault (2005), na qual se tem a idéia de que todo discurso/prática discursiva está imbricado em uma relação de poder que determina e é determinada por uma relação de saber, percebemos nos discursos dos autores trabalhados uma forte ligação e dependência com a história que estava sendo produzida pelo IHGRN. Instituição da qual os dois eram sócios efetivos. Eles escreviam determinados a atender aos interesses da instituição, que era entre outros, o de promover a construção de uma história local definida, demarcada e solidificada a fim de contribuir para uma identidade norte-rio-grandense consolidada. Inseridos em um projeto maior e nacional difundido pelo IHGB, que, segundo Manoel Luís Salgado Guimarães (1988:5-27), era representado por uma historiografia que excluía desse projeto índios e negros, por não portarem a noção de civilização para a época. Nesse projeto, os índios eram integrados na história através da catequização pregada pelos missionários. Afirmação que se comprova com estudo feito por Guimarães sobre o IHGB, quando afirmou que:

> *"[...] Os estudos sobre as experiências jesuíticas no trabalho com os indígenas ganharão prioridade na Revista com o objetivo de valer-se dessa experiência histórica para a implementação de um 'processo de civilização'capaz de englobar também as referidas populações"* (GUIMARÃES, 1988: 20)

Corroborando com o desejo de uma "nação" homogênea brasileira e, no caso de Tavares de Lira e Câmara Cascudo, uma civilização regional-local Norte-rio-grandense.

A partir do que foi pesquisado, podemos enquadrar os nossos autores analisados, na corrente historiográfica que se colocou a favor da atuação Inaciana. Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo estiveram interessados em seguir suas fontes, como cronistas, os quais escreviam sobre os jesuítas baseados nas cartas da Ordem. E, dessa forma, escreveram com uma postura de valorização ao que foi feito pelos missionários.

Bibliografia

ATA da sessão solene comemorativa do quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus, do dia 27 de setembro de 1940. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,** Natal, v. 32/ 37, 1935-1940. p. 178-179.

CASCUDO, Luís da Câmara. Os jesuítas no Rio Grande do Norte. **Estudos Brasileiros,** ano 3, v. 5, n.13/14, p. 199-208, jul./out. 1940.p. 200-201.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Disponível em: <http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 24 nov. 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27 .

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. 2005. Tese (Doutorado em História do Brasil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. **Missões religiosas**: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/ RN: o ofício do historiador, 1., 2004, Natal. **Anais**... Natal: EDUFRN, 2006.

PAIVA, E. F; Anastasia, C. M. J. (Org.). **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver: séculos XVI a XIX. São Paulo, Belo Horizonte: Annablume: PPGH-UFMG, 2002.

QUEIJA, Berta Ares; GRUZINSKI, Serge (Coord.). **Entre dos mundos**: fronteras culturales y agentes mediadores. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS, 1., Sevilha, 1997.

TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas- historiografia e história regional. **Caderno de História**, Natal**:** Ed**.** UFRN, v.1, n.1, p. 8- 11, jul./dez. 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Neoconservadores e a Direita Cristã nas administrações de George W. Bush

Ariel Finguerut*

Resumo: Este artigo tem como proposta analisar o perfil do gabinete de governo de George W. Bush, suas principais mudanças entre o fim da primeira administração e o início da segunda. Na conclusão faremos uma análise do corpo de forças que sustentam e que elegeram George W. Bush enfatizando neste quadro os neoconservadores e a Coalizão Cristã.
Palavras-chave: George W. Bush, Neoconservadores, Direita – cristã.

Abstract : This article propose to make a profile of George W. Bush cabinet, the changes between the end of the first mandate and the beginning of the second. In the conclusion we will make an analyze of the forces that sustain and that elected George W. Bush , we emphasis the neoconservatives and the Christian – Right.
Key – words: George W. Bush, Neoconservatives, Christian – Right.

Governo George W. Bush - As forças que o elegeram e sua sustentação política

O termo "conservador" não é novo na política. Por outro lado, desde a Revolução Francesa, fala-se em "direita" e "esquerda". No cenário contemporâneo dos EUA, por que nos referirmos a uma "nova direita" e aos "neoconservadores"?

Os EUA - da metade do século XIX aos nossos dias - viram a consolidação de uma nova força política e de uma nova concepção sobre sua presença internacional. Trata-se por um lado, da emergência de uma direita formada pela Coalizão Cristã e da influência, principalmente na política externa, dos neoconservadores. Nesta seção nos propomos a mostrar como esses dois movimentos distintos se uniram, elegendo e reelegendo George W. Bush, formando uma base de apoio para este governo.

Direita Cristã

A pregação dessa direita se apóia na defesa da família judeu-cristã e de seus valores. Trata-se de pensar e de olhar para a cultura americana sob as lentes das sagradas escrituras, buscando na política a ferramenta para a concretização de ideais de nação e de sociedade.

* Ariel Finguerut Mestrando em Sociologia da Unesp - Araraquara, bolsista do CNPq, Pesquisador do OREAL – Observatório das Relações Estados Unidos-América Latina e do GEICD – Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Cultura e Desenvolvimento. E-mail: arielfing@gmail.com

Em números absolutos não são maioria, não passam de cerca de 25% do eleitorado hábil a votar. Porém, essa "minoria estatística" de perfil branco, evangélico e rico, que clama por uma "maioria moral", consegue, na hora do voto, mostrar-se extremante articulada. Trata-se de pensarmos numa estrutura de 70 mil igrejas, mais de 200 canais de televisão e 1500 estações de rádio. Programas populares como os de Pat Robertson, na televisão, e de James Dobron, no rádio, atingem respectivamente um universo de mais de um milhão de telespectadores em noventa países com mais de 40 línguas diferentes e cinco milhões de ouvintes por semana. Em 1998, os candidatos da Coalizão Cristã dentro do partido Republicano obtiveram a vitória em 18 Estados, sendo seus votos também muito decisivos em outros 13 Estados. Todo essa influência no âmbito do poder decisório no executivo que vemos hoje é fruto de uma mobilização de quarenta anos cujos alvos centrais de ataque foram: o avanço das mulheres em seus direitos e no mercado de trabalho; o avanço nos direitos dos homossexuais; a AIDS como um problema de saúde pública; o avanço da educação sexual nas escolas públicas; as conquistas em relação ao aborto em termos legais; a separação entre religião e escola pública e o aumento da violência na grande mídia.

Esses temas de mobilização e inquietação para uma parcela representativa da sociedade, no início dos anos de 1980, encontram em Jerry Falwell um líder carismático, fundador de uma Igreja Batista[1], que também cria, em 1986, um movimento aglutinador dessas questões, a Maioria Moral, que cresceu transformando-se, nos anos de 1990, na Coalizão Cristã.

Com a base construída por Falwell somando–se a outras figuras carismáticas e populares, como Pat Robertson e James Dobron, e com a adesão de nomes com experiência política, como Gary Bauer (ex- acessor de Reagan) e Ralph Reed, a Coalizão Cristã montou uma estrutura de pressão e de poder. Esta incluía desde o lobby direto feito na porta do congresso[2], conselhos decisórios de lideranças[3], alto poder para arrecadar fundos e uma vasta rede comunicativa que inclui canais de TV, emissoras de rádios , jornais, editoras, universidades, escolas primárias e secundárias e milhares de Igrejas espalhadas pelos EUA. Não apenas George W. Bush se apoiou e venceu apoiando-se nessa estrutura, como também dela nasceram nomes como Dick Armey, Tom DeLay, Trent Lott, Oliver North, Paul

[1] Trata-se da Thomas Road Baptist Church, fundada em 1956 (http://home.trbc.org/) ; Falwell também ganhou notoriedade por sua jornada contra a pornografia nos tribunais.
[2] Neste caso a tarefa cabe a "Concerned Women for America" e a "American Family Association" . Como nota vale destacarmos que há outros grupos religiosos que fazem lobby no congresso dos EUA . São eles : The United States Catholic Conference, The American Jewish Congress , The American Muslim Council e The Friends Committee on National Legislation.
[3] Trata-se da Council for National Polity.

Weyrich e Jesse Helms. Todos esses nomes fizeram o que alguns autores chamaram de "revolução republicana", produzindo vitórias parlamentares num cenário que até então era dominado pelos democratas.

A revolução republicana sustentada pela Coalizão Cristã não veio sem um preço. Espera-se, em troca dos votos e de toda essa estrutura que descrevemos, um comprometimento do governo, no âmbito doméstico, com o combate ao aborto, combate ao homossexualismo, incentivo à procriação, autonomia para os pais em relação à educação de seus filhos, incentivo ao trabalho doméstico para as mulheres e restrições à pornografia e à violência na mídia. Todavia, ao contrário do que muitos analistas apontam, a Coalizão Cristã também tem suas bandeiras internacionais e é justamente nestes temas que, a nosso ver, a influência desse grupo torna-se mais sensível no governo George W. Bush.

A principal dessas bandeiras é em relação a Israel. Sumariamente, a idéia básica é que estar contra Israel é estar contra Deus. A defesa do estado de Israel reverbera também na forma do apóio à criação de um forte sistema de defesa antimíssil para os EUA e norteia a política externa por valores morais, ou seja, trata-se de decidir a política internacional com base em questões como aborto, contracepção, papel das mulheres na sociedade, liberdade religiosa, educação e valores bíblicos. Em termos práticos, a Coalizão Cristã, forte no Congresso e apoiada por George W. Bush, veta o dinheiro americano para a ONU alegando que esta instituição multilateral é comandada por socialistas, humanistas e feministas que defendem o aborto. Esse organismo internacional, contrário à guerra dos EUA ao terrorismo, usa o dinheiro para distribuir contraceptivos.

Dessa forma a direita cristã formada pela Coalizão, pelos republicanos e liderados por George W. Bush, afastaram do poder decisório grupos até então poderosos como o Council on Foreign Relations, a Trilateral Comimssion e até mesmo a Igreja Católica. Em linhas gerais, podemos concluir que o objetivo desse grupo e da "nova direita" é o de colocar os valores morais no centro da política dos EUA, re-desenhando assim sua política doméstica e internacional, mostrando, em última instância, que uma nação pode ter como base a lei bíblica. Não por menos, o filosofo pragmatista Richard Rorty enxerga nesse fundamentalismo religioso o risco da emergência de um regime totalitário nos EUA.

A Constelação Neoconservadora

Partindo da reflexão de Edmund Burke (1982), podemos entender o clássico pensamento conservador como sendo elitista, suspeito em relação ao Estado, que valoriza

mais a liberdade do que a eqüidade com doses generosas de patriotismo, hierarquia e ceticismo em relação ao progresso. Avançando nessa linha, podemos entender que a concepção clássica de "direita" é relacionada ao conjunto de forças que valoriza a ordem em detrimento da justiça social, que aceita, e às vezes defende, o capitalismo. Portanto como podemos pensar os neoconservadores inseridos no que já definimos como "nova direita"? Tentaremos nesta seção mostrar como os neoconservadores foram e são decisivos como força política na sustentação do governo George W. Bush.

A raiz acadêmica dos neoconservadores está em Nova Iorque, com a fundação da University in Exile, em 1933, que recebeu intelectuais exilados principalmente da Alemanha nazista e que depois mudou seu nome para New School for Social Research, tendo como professor, por exemplo, um dos principais nomes vinculados ao círculo dos neoconservadores, o filósofo político alemão, naturalizado americano, Leo Strauss[4]. O movimento neoconservador, em sua origem, segue as trilhas de Strauss e encontra na Universidade de Chicago[5] um abrigo. Foi nesta universidade onde ele formou seus famosos círculos de estudantes.

Dentre os primeiros discípulos de Strauss que caminharam para a política e que, posteriormente, formaram o movimento neoconservador, se destaca Harry Jaffe, que trabalhou na campanha derrotada de Barry Goldwater em 1964[6]. A concepção de Leo Strauss em relação aos EUA foi fundada no diagnóstico do medo e do temor das massas e da sombra do nazismo. Compartilhando desta visão negativa mas buscando a transformação, a primeira geração formada por Strauss, composta por Irving Kristol, Daniel Bell, Seymour Martin Lipset e Nathan Glazer, caminhou para a política formando novos círculos de discussão e veículos de difusão, especialmente revistas e periódicos, como foi o caso de *Commetary* e *The Public Interest.*

Com uma formação ampla em ciência social, economia e filosofia, com um passado muitas vezes vinculado à esquerda e, em sua maioria, vítimas ou filhos da perseguição nazista aos judeus da Europa, esse grupo, unido pela formação acadêmica comum e pela busca política por mudanças, passou a trabalhar para colocar suas idéias em prática. Irving Kristol, neste sentido, é o intelectual que se destaca pela capacidade de levar suas idéias para dentro do campo político. Foi assim que aceitou assessorar o senador democrata Henry "Scoop" Jackson, levando com ele nessa empreitada, jovens idealistas como Richard

[4] Strauss lecionou na New School for Social Research entre 1938 e 1948.
[5] Em 1944 Strauss consegue a cidadania estadunidense, e entre 1949 e 1969, leciona filosofia política nessa Universidade.
[6] Perdeu para Lyndon Johnson.

Perle, Elliott Abrams e Frank Gaffney. Todos eles simpatizantes da figura anti-comunista do senador "Scoop", perceberam, porém, que não seria no Partido Democrata o seio ideal para suas idéias, mudando para o partido republicano, quando assumem a denominação "neoconservador", inicialmente em sentido irônico, depois sistematizá-da em diversos escritos por Irving Kristol.

No partido Republicano, onde tudo começou com Harry Jaffe, os já assim conhecidos "neocons" aceitaram trabalhar no governo Ronald Reagan, onde encontram apoio naqueles que trabalhavam na Defesa, entre os quais destacamos George H. W Bush, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz. Em posições estratégicas e de decisão dentro do governo, os neoconservadores passaram a pensar dois temas centrais: a segurança internacional e a política externa dos EUA. A experiência de governo desse grupo nos anos de 1980 os colocou em posição privilegiada de acesso a tomada de decisão, permitindo a construção de redes no interior das instituições governamentais, com acesso a relatórios e a informações privilegiadas, bem como conhecimento dos círculos mais poderosos da política, o que lhes possibilitou além de montar uma vasta rede de revistas e jornais, organizarem Think Tanks em Washington e Nova Iorque. Dentre eles, destacamos o Institute for Educational Affairs e The Project for the New American Century (PNAC), além de outros já estabelecidos que ganharam força, como o American Entepise Intitute (AEI), Hudson Intitute, Claremont Institute, Heritage Foundation e Hoover Institution (este em Londres).

Durante o governo de George H. W. Bush os neoconservadores não mantiveram a influência que tinham até então, centrando-se na organização de suas idéias e montando uma rede, dentro da "nova direita", de incentivo e de financiamento da "América Conservadora". Enquanto republicanos e conservadores tradicionais como Colin Powell, James Baker e Brent Scowcroft ocupavam os principais postos do governo de George H. W. Bush, os neoconservadores e alguns republicanos ilustres discutiam suas idéias nessa rede de Think Tanks que apresentamos, propondo, entre outras coisas, uma postura externa mais agressiva, com mais iniciativa, mais gastos militares, mais atenção para os temas da segurança e da defesa e, fundamentalmente, a construção de uma ordem internacional guiada pelos valores dos EUA.

Dentre esses Think Tanks destacamos o PNAC, criado em 1997 que, em linhas gerais, propõe: 1) Os EUA como uma liderança boa para o mundo; 2) A liderança americana depende de sua força militar; 3) É preciso uma diplomacia mais enérgica e 4) Crença nos princípios morais, entendidos como a necessidade de se estabelecer uma ordem e de se buscar seu respeito. Do quadro da PNAC George W. Bush irá buscar vários nomes para o gabinete

de seu primeiro governo, dentre eles Paul Wolfowitz, Douglas Feith, James Woolsey, Kenneth Adelman, que trabalharam no governo subordinados a Rumsfeld, Michael Lideen e David Wurmser, subordinados a Dick Cheney. No AEI, doze nomes foram para o gabinete de George W. Bush em cargos de segundo e terceiro escalão, dentre os quais destacamos Richard Perle e Irving Kristol. Com passagem pelo governo e pelo Hoover Institution, temos Elaine Chao, Kay C. James, Mitch Daniels e Elliott Abrams.

Os neoconservadores, portanto, municiaram a administração George W. Bush não só com nomes mas também, após os atentados terroristas de 11\09\01, com um plano de ação[7]

Conclusão

A nova direita que apresentamos aqui como uma base fundamental do governo George W. Bush, formada pela Coalizão Cristã e pelos neoconservadores, pode parecer uma aliança improvável e pouco fecunda, caso os laços que os unem se limitem a temas táticos associados à simples busca pelo poder. Os neoconservadores acreditam na cristalização da supremacia militar americana como geradora da identidade nacional assim como acreditam que os EUA são um modelo de nação para o mundo por se sustentarem no tripé liberdade, democracia e livre iniciativa. Os neoconservadores convenceram, não só George W. Bush, mas boa parte da sociedade dos EUA, de que a resposta ao 11\09\01, ou seja, a ofensiva militar, foi e continua sendo a resposta correta. Mostrando-se contrários a tudo que se fez nos anos de 1960 (em termos econômicos, políticos e principalmente culturais), eles propõem novas guerras, novos valores e fundamentalmente uma nova política externa. Municiados pelas idéias desse grupo e da Direita Cristã, George W. Bush comprometeu-se e passou a sustentar o unilateralismo, mostrou-se mais disposto a intervir no exterior, olhando para o mundo com olhos e com preocupações morais.

George W. Bush é um renascido cristão que governou um dos estados mais moralistas dos EUA, o Texas, e que encontrou na Coalizão Cristã não só votos e dinheiro como também os mesmos valores e as mesmas opiniões das quais compartilha quanto a temas como a família, sexualidade, juventude, criminalidade e educação. Entre a Coalizão e os neoconservadores há concordância em temas como a postura dos EUA em relação a Israel, a ONU, o combate ao terrorismo, guerra às drogas e combate à pornografia. Historicamente ambos são anti-contracultura (revolução sexual), defendem o controle ou a proibição da

[7] Sobre a relação entre o 11\09\01 e os neoconservadores, ver nosso artigo "**Por Deus , Pela Pátria e pelas Idéias**. Em breve disponível no site do OREAL.

violência e da pornografia na mídia e, em síntese, ambos partem de uma visão moral do mundo, no caso dos neoconservadores em relação à política externa e, no caso da Coalizão, em relação à sociedade. Além disso, neoconservadores e membros da direita cristã estão juntos em Think Tanks centrais para a sustentação de George W. Bush, tais como os já mencionados AEI, Claremont Institute, Heritage Foundation e Hoover Institution. E vale destacarmos também que Irving Kristol, um dos nomes centrais do movimento neoconservador, escreveu a biografia de Jerry Falwell, um dos pilares da Coalizão Cristã. Em comum também podemos destacar que tanto os evangélicos como os neoconservadores no passado já apoiaram os democratas, no primeiro caso com Jimmy Carter e, no segundo, com o senador Henry "Scoop" Jackson. Tendo traços em comum no passado, estando juntos no presente, neoconservadores e a Coalizão Cristã pretendem, no futuro, mostrar que a "revolução republicana" veio para ficar.

Referências Bibliográficas

BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism.* Oxford University Press. 2005.
BRANDS, H.W. *What America Owes the World*. Cambridge University Press, 1998.
BURKE, Edmund.*Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
COLTER, Ann. *Slander*. Theree Rivers Press. NY. 2002.
EASTON, Nina J. *Gang of Five.*Touchstone Book, NY, 2000.
FINGUERUT, Ariel. *O Pensamento Neoconservador e a Política Externa de George W.Bush: Percpeções da América Latina a parir das crises do Equador e da Bolivia*. Monografía disponível na biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. 2005.
HARVEY, David. *O Novo Imperialismo* . Ed. Loyola, São Paulo. 2004.
KAGAN, Robert. *Do Paraíso e do Poder*. Rocco. Rio de Janeiro . 2003.
KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências.* Ed. Campus. São Paulo. 1989.
KRISTOL, Irving. *The Neoconservative Persuasion*. U.S News & World Report , v. 08, n. 47.
_____. *Neoconservatism* .The Free Press, New York .1995.
KRISTOL, William. *The Long war*. The Insider V.11, n. 24 , 03\06\2005.
KROHN, Claus- Dieter. *Intellectuals in Exile*. The University of Massachusetts Press, 1993.
MARTIN, William. *The Cristian Right and American Foreign Policy*. Foreifn Policy, Primavera de 1999. Nova Yorque - NY.
NYE, Joseph S. Jr. *O Paradoxo do Poder Americano*. Unesp. São Paulo. 2002.
PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Ed. UFRGS, Porto Alegre – RS. 2003.
PRESTOWITZ, Clyde. *Rogue Nation*. Basic Book, 2003.
STRAUSS, Leo. *Que es filosofia politica?* Obras Primas. Madrid. 1979.
WOODWARD, Bob. *Os* Comandantes . Ed. Rocco , Rio de Janeiro – RJ . 1991.
WOOLDRIDGE, Adrian e MICKLETHWAIT, John. *The Right Nation*. Penguin Books. Londres. 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ações militares na fronteira Oeste na Província de Mato Grosso, durante e no período posterior à guerra do Paraguai (1865-1920)

Aluisio Gonçalves de Farias*

Resumo: Este trabalho tem como temática central a Guerra do Paraguai (1865-1870). Enfoca os estudos sobre o Exército brasileiro, em especial o Batalhão 21 de Infantaria, objetivando analisar formação, organização e atuação do referido Batalhão na Guerra do Paraguai, com enfoque no momento posterior ao conflito (1865-1920), especificamente na região sul da Província de Mato Grosso.Utilizamos para a realização desta pesquisa, documentos oficiais pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), como correspondências do Comando das Armas da Província, ofícios de Acampamentos militares, Relatório de Presidente de Província e bibliografia referente ao período.
Palavras-Chaves: Militares Guerra do Paraguai, Mato Grosso, Infantaria.

Abstract: This work has as thematic central office the Paraguay War (1865-1870). It focuses the studies of the Brazilian Army, in special Battalion 21 of Infantry, objectifying analyze the formation, organization and performance of the related Battalion in the Paraguay of War, with approach at the moment subsequent of conflict (1865-1920), specifically in the south region of the Mato Grosso Province. We use for accomplishment of this research, official documents of the Public Archive of Mato Grosso (APMT), of the years of 1864 the 1920, as, correspondences of the Command of the Army of the Mato Grosso Province, crafts of Encampments military, Report of President of Province and referring bibliography the period.
Key-words: Military, Paraguay of War, Mato Grosso, Infantry.

O presente trabalho tem como objeto de análise o Batalhão 21 de Infantaria, uma instituição militar formada na Província de Minas Gerais, em junho de 1865, por ordem do Império, em detrimento aos ataques de paraguaios na Província de Mato Grosso, assim, o objetivo deste artigo é analisar a formação e atuação do Batalhão 21 de Infantaria na Guerra do Paraguai e posterior a ela.

O recorte temporal que utilizo para este trabalho é de 1864, início da Guerra do Paraguai até o ano de 1920, momento que o 21 de Infantaria transforma em 16º Batalhão de Caçadores e se transfere de Corumbá para Cuiabá.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação da Professora Drª Maria Adenir Peraro.

Utilizo para a realização deste trabalho as fontes do Arquivo Público de Mato Grosso, que abrangem os anos de 1860 à 1870. Estas documentação se refere a invasão paraguaia em Mato Grosso e a mobilização por parte da província e do Império para a defesa da fronteira oeste do Brasil. É observada um grande número de correspondências militares que mostra o cotidiano de militares e a política militar do Império.

O Exército é um dos alicerces para a construção de um Estado, pois implica na idéia de soberania nacional e a organização de uma sociedade em um determinado território.

Nessa perspectiva, o Exército é uma instituição de suma importância para a análise da natureza do Estado, uma vez que este é um dos elementos que garante a coação física para a realização das ordens emanadas, ou seja, o monopólio legitimado perante a população; assim passa-se até a garantia de segurança pessoal para o Estado, que passa a ter responsabilidade de proteger a todos.

No Brasil, o Exército passou a ser estruturado e organizado de forma profissional a partir do conflito como Paraguai, momento em que o Império se viu obrigado a aparelhar e criar condições favoráveis para uma batalha de defesa de seu território, assim, passou a haver um recrutamento obrigatório, seguido de uma formação da oficialidade.

A Guerra do Paraguai tem inicio Dezembro de 1864. Neste momento as relações diplomáticas entre o Império brasileiro, governada por D. Pedro II, e a Republica do Paraguai, governada por Solano Lopez encontravam-se deteriorada, devido a conflitos de interesses no que tange a fronteiras entre os dois paises; a navegação do Rio Paraguai, uma vez que navios brasileiros adentravam o território paraguaio para chegar a Província de Mato Grosso; além de conflitos que remontam ao período colonial ibérico, relacionado ao tratado de fronteiras. Além desses fatores entre o Brasil e o Paraguai, temos ainda o cenário político de crise envolvendo outros dois paises da Bacia do Prata: a Argentina e o Uruguai.

Devido aos fatores internos ou como diz Doratioto "devido a dinâmica da construção dos Estados nacionais na Região do Rio do Prata" (DORATIOTO, 1991:81)[1] ocorreu a Guerra do Paraguai e a Província de Mato Grosso foi a primeira a sofrer um ataque.

A Guerra do Paraguai é vista em sua particularidade na região de Mato Grosso , uma vez que esta província foi palco secundário da Guerra para onde fora enviado o Batalhão de Infantaria nº 21, dentro outros, como o nº 20 e o 19º de Goiás.

Durante o conflito com Paraguai (1864-1870), ocorreu enorme mobilidade armamentista por parte do Império, quanto à organização de Batalhões e Companhias, além de acrescentar a Guarda Nacional como Forças de Linhas (BARROSO, 2000:23). Não havia

[1]

no Império, nesse momento sequer um Exército regular, e, portanto uma falta de estrutura bélica para a tal guerra, e escassez de homens nas forças militares. Assim, segundo Joaquim Francisco Mattos (1999) que apresenta o número de efetivo militar de 31/03/1864 da Diretoria Geral da Secretaria da Guerra, o total de homens era apenas de 18.320 , com 38 do corpo eclesiástico e 1.016 da Guarda Nacional, entre oficiais e praças. Diante desses dados é importante salientar que o Exército, naquele momento, não constituía a força oficial do Império, uma vez que esta era marginalizada, não tinha uma importância nacional, e se concentrava, em grande parte, no Sul do país, devido a Guerra da Cisplatina e conflitos nessa região. Assim, esta instituição era formada por homens livres e não proprietários de terras ao contrário da Guarda Nacional pertencendo seus oficiais à classe de latifundiários e aristocracia imperial.

Em dezembro de 1864, a Província de Mato Grosso foi invadida facilmente pelos paraguaios, fato que traduz a fragilidade militar da região fronteiriça que representava esta província. Nesse sentido, as autoridades provinciais por várias vezes, entre elas nos relatórios de província e mensagens de governadores, apresentavam e reclamavam a falta de estrutura bélica da região para o governo central no Rio de Janeiro, porém sem a devida resolução do problema.

Como podemos observar na seguinte citação do Relatório do Presidente de Província, onde fala do episódio da invasão à Mato Grosso, a mobilização de um efetivo militar foi feito de um improviso, diante do pavor da população:

> *No meio do susto das famílias, algumas das quaes reirarão-se espavoridas, vistes pegar em armas o 1º Batalhão da Guarda Nacional, única força que aqui existia improvisar-se hum Batalhão de Voluntários, e até os militares que se achavão presos, pedir armamento para coadjuvar a defesa da cidade.*
> *Ao chamado do Governo, e ainda espontaneamente não tardarão em reunir-se à mencionada força os 2º e 3º Batalhões da Guarda Nacional, compostos de habitantes da visinhas Frequezias, e posteriormente o 4º Batalhão pertencente aos Municípios do Diamantino e do Rosário*[2].

Não tínhamos uma forças de linha na região, e tendo apenas o 2º Batalhão de Artilharia a Pé no Distrito de Dourado um Destacamento Militar, não foi possível a defesa das cidades.

Diante dessas "falhas", em Dezembro de 1864 os paraguaios invadem a Província de Mato Grosso, organizados a partir de duas expedições, sendo uma terrestre, comandada pelos paraguaios coronel Vicente Barrios e o Coronel Izidoro Resquim que comandou as

[2] Relatório do Presidente de Província da Capitania de Mato Groso, 17 de Out.de 1865, pagina nº 6. APMT.

operações em Vila Maria. E isto significou o ponto de partida para o desenvolvimento desse conflito.

Corumbá, foi a primeira localidade brasileira atacada pelos paraguaios em janeiro de 1864, sob o comando de Barrios, enquanto outra expedição iniciava o ataque pelo rio Apa a cidade de Miranda com 1450 soldados de infantaria. Apesar dos ataques as cidades, estas estavam praticamente abandonadas pela população, assim havia apenas alguns militares.

Em Cuiabá, a população temia uma possível invasão, pois bastava os paraguaios descer o rio, porém cria-se estratégias para a defesa da cidade, que contou com a criação do Corpo de Voluntários da Pátria feito pelo então marinheiro aposentado Augusto Leverger, que passou a ter o título de Barão de Melgaço, uma vez que mobilizou os homens em Cuiabá e os deslocou para fora da cidade, na Região estratégia denominada Melgaço.

Dentre os diversos corpos e batalhões enviados a Mato Grosso, tivemos foco da pesquisa ao Batalhão de Infantaria de nº 21. Este corpo é formado em sete meses depois da invasão Paraguaia em Mato Grosso, é organizado sob ordem do Império na cidade de Uberaba, como nos diz Moreira:

> *" A lei nº. 1.246, de 28 de junho de 1865, regida pela Ordem do Dia nº 459, de 5 de julho do mesmo ano, regulamentou a formação do 21º Batalhão de Infantaria, a oito companhia, oriundo da junção dos Corpos de Guarnição de São Paulo e Minas Gerais."* (MOREIRA,1990:15)

Observamos que esta unidade militar fazia parte de uma grande expedição, composta por vários outros corpos e companhias, como o Batalhão de Infantaria nº 20, além de contar com Batalhões de Voluntários da Pátria, Cavalaria e uma comissão de engenheiros. Sendo esta organização que realizará as operações de defesa no Sul de Mato Grosso, e que também ficará na história pela sua manobra militar em terras paraguaias, denominada de "Retirada da Laguna" pelo escritor Visconde de Taunay, como iremos tratar adiante.

A partir do ataque dos paraguaios em 1864, esses corpos militares de São Paulo e Minas Gerais se articulam em Uberaba, Província de Minas Gerais, e ocorre o desaparecimento dos Corpos Fixos, e a soma de outras unidades, para formar o Batalhão 21, com oito companhias.

Formada essa coluna militar, deslocou-se em direção a Coxim, onde permaneceu por quatros meses, e por ser esta região de intensa insalubridade, devido às cheias de rio, ocorrem intensas epidemias, como a de beribéri, e perda soldados, além da falta de

abastecimento de alimento, provocados pelas inundações provocadas pelas cheias do Rio Paraguai.

Após a permanência em Coxim, o batalhão 21 se dirige à Miranda, sob o comando do Major José Thomaz Gonçalves. Nesta localidade, esse corpo permaneceu por quatros meses, de intensas dificuldades devido às doenças, provocando novas perdas de contingentes. Depois de nove dias de caminhada este Corpo chegava a região de Nioaque, o que possibilitou um descanso e reorganização das tropas.

A coluna militar, ao chegar à região do Rio Apa, fronteira do Brasil com Paraguai, o Coronel Thomaz decidem cruzar e invadir a região paraguaia, porém para isso, retorna à Nioque para planejar essa invasão.

Depois da decisão e do planejamento da invasão, receberam a ordem de partida e o Batalhão 21 de Infantaria, fica à retaguarda da Expedição.

Os primeiros momentos da invasão foram perturbadores; os soldados brasileiros foram atacados, porém sem grandes perdas, devido a forte ação militar do Batalhão 21, que por estar na retaguarda da expedição, foi o último a chegar ao conflito. No momento da retirada dos soldados paraguaios, atearam fogo na ponte do Rio Taquaraçu, o que provocou um atraso à expedição.

No território paraguaio, os brasileiros atacaram e se apossaram da cidade de Machorra, e mais uma vez o plano seria de utilizar o Batalhão 21 na retaguarda e o ataque com o 17º Batalhão de Voluntários. Este plano tinha o objetivo de conquistar o Forte Bela Vista, o qual era a defensiva do lado paraguaio e portanto, ponto estratégico para uma vitória.

A estratégia utilizada pelos paraguaios para defesa de seu território, foi a destruição e queima total de todos recursos possíveis que poderiam ser utilizadas por tropas brasileiras. Desse modo, as dificuldades, foram se tornando cada vez mais insuportáveis, uma vez que faltava até alimentos.

Após a tomada do Forte de Bela Vista, a expedição decide seguir caminho para a Fazenda Laguna, a qual segundo historiografia era pertencente ao Presidente paraguaio Francisco Lopes. No trajeto á Laguna, não foi encontrado nenhum alimento, provocando uma maior dificuldade para os soldados.

Na região de Laguna, o Batalhão 21, saiu de sua posição de retaguarda e foi escolhido para realizar um ataque a um acampamento Paraguaio, que segundo Moreira (1990) "estava a uma légua e meia do estacionamento brasileiro". Este batalhão contava com o apoio de Corpos de Caçadores à Cavalo.

Nos primeiros momentos desse conflito, os paraguaios saíram em retirada, com um saldo de oitenta mortos e a perda de muitos materiais bélicos, deixados para trás durante a retirada. Apesar desse clima de euforia dos brasileiros, já não havia uma estrutura que possibilitasse a posse das terras até então conquistadas, e nem mesmo mantimentos, vitais para a sobrevivência. Assim, estes fatores impossibilitaram a continuidade do plano de conquista até chegar a Assunção. Eles estavam cercados pela tropa paraguaia.

Diante dessas dificuldades, não havia outra escolha, foram obrigados a se retirarem, retirada que ficou conhecida historicamente como "RETIRADA DE LAGUNA", uma manobra militar que bastante complicada, uma vez que a posição da Expedição brasileira era alvo muito fácil de constantes ataques.

O Batalhão 21 de Infantaria agia a partir de então no flanco esquerdo da Coluna, que devido a esta posição foi menos atingido pelo paraguaios.

A coluna se dirigiu à margem direita do Apa e ficou estacionada por dois dias. Essa ação tinha a intenção conseguir mantimentos e alimentação dos comerciantes brasileiros situados em Nioaque, porém, a coluna não conseguiu concluir o plano.

Tropas brasileiras foram atacadas frontalmente de surpresa em Manchorra, e o Batalhão 21 foi atacada por uma cavalaria. O combate foi rápido, porém fulminante com a perda de duzentos e trinta soldados brasileiros. Este episódio foi um dos decisivos para os conflitos no palco secundário da guerra e um dos mais sangrentos.

Depois desse conflito, além da perda de soldados, a coluna militar sofria intensamente com a falta de alimentos e munição (equipamentos). Estes estavam próximo à Nioaque (lado brasileiro), o que poderia sinalizar melhora para a coluna, uma vez que era neste local que encontrava grande parte dos comerciantes que abasteciam a coluna. Porém, soldados paraguaios atacaram essa cidade antes da chegada da tropa brasileira. Esse fato é um dos que contribuiu para a perda de homens e o enfraquecimento da coluna, uma vez que a situação já era muito complicada.

A Expedição militar brasileira ao sair da rota original que entraram no Paraguai e tomar um atalho, estratégia para ganhar tempo estes foi atacada com um incêndio provocado pelos paraguaios nas matas da região do acampamento da coluna. Após esse episódio, as tropas conseguem um lugar para acampar com água portável.

A situação tornava-se mais caótica, devido as doenças tropicais, como o caso da cólera-morbo, o que também era resultado da fome, uma vez que a soldadesca não tinha resistência física, o que facilitava a contaminação e a disseminação dessa doença.

Os soldados brasileiros conseguem, depois de tamanho sofrimento e abandono por parte do Império brasileiro, atravessar o Rio Miranda, ainda sobre o comando do Major Thomaz Gonçalves, o qual era comandante do Batalhão 21. Logo depois chega a cidade de Nioaque e, em seguida, Aquidauana , e neste local o Major Thomaz declara na ordem do dia o fim Retirada.

Após toda essa difícil operação militar de retirada, o Batalhão 21 de Infantaria chegava a Cuiabá em 1867, onde permaneceu até 1869. Quanto a esse período de permanência em Cuiabá, esta corporação ficou estacionada no Largo da Matriz[3].

Com relação aos soldados do Batalhão 21, grande parte destes eram proveniente de outras províncias, além de serem voluntários de outras corporações militares que foram "addidos" (incorporados a este instituição), como pode ser observado em documentações que demonstram a presença de soldados do Batalhão 17 de Voluntários, presentes na Coluna Militar, e que foram somados ao 21 de Infantaria.

Após o conflito muitos soldados passam a solicitar recursos para voltar às cidades de origem, uma vez que grande parte deles fazia cinco anos longe de suas famílias.7

Com o fim do conflito em 1º de Março de 1869, o chefe das operações no território paraguaio Conde D´eu, solicita a participação do Batalhão 21e de outras forças estacionadas em Mato Grosso nestas ações. Assim, deslocam para Assunção duzentos e vinte e seis praças do Batalhão 21 de Infantaria.

Após esta tarefa de apoio no Paraguai, o Conde D´eu designa o 21 de Infantaria a permanecer em Corumbá com a finalidade de vigiar as cidades de divisa e o Forte de Coimbra.

Em 1º de Março de 1870 termina oficialmente a Guerra do Paraguai. Os efeitos do pós-guerra para o Brasil foram de suma importância, uma vez que representa um marco histórico, pois através desse momento foi possível grandes transformações no cenário social, econômico e político do Brasil.

Desse modo, o Batalhão 21 de Infantaria, assim como o Exército, que saiu vitorioso da guerra, foi um grande momento de conscientização política e social e é nesse momento que constituiu a Republica.

O Batalhão 21 de Infantaria é transformado em 16º Batalhão de Caçadores em 1920 pelo Decreto nº 13.916 de 11 de Dezembro de 1919, o qual já previa a transferência

[3] Requerimento do Batalhão 21 de Infantaria à Tesouraria da Província, Lata 1870, pasta de assuntos militares, APMT

dessa instituição para Cuiabá, e que foi instalado no Arsenal de Guerra, localizado no Bairro do Porto. Porém o 16 BC pertencia à Brigada Mista, com sede em Campo Grande.

O 16º Batalhão de Caçadores esteve envolvido em diversos momentos políticos em Mato Grosso, como a Revolução de1922, Revolução de 1924, a Coluna Preste e a Revolução de 30.

Em 1978 o 16º BC transforma em 44º BIM (Batalhão de Infantaria Motorizada), o qual está localizado atualmente na área central de Cuiabá, em um prédio construído durante a administração do Interventor Federal Julio Muller.

O Batalhão 21 de Infantaria, no pós-guerra do Paraguai, representou para Mato Grosso uma organização militar fixa com o objetivo de vigiar as fronteiras. E tínhamos, a partir de então, um representante do Poder Central (Estado) em Mão Grosso, uma vez que anterior a esta, havia apenas a Guarda Nacional, que tinha uma característica privada e ligado ás elites locais.

Referências bibliográficas:

BARROSO Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2000.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

COSTA, Wilma Peres. **Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império.** São Paulo: Ed. Hucitec.1996.

DORATIOTO, Francisco. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Brasiliense.1991.

MARQUES, Maria Eduarda Castro (org.). **A Guerra do Paraguai: 130 anos depois.** Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. 1995.

MOREIRA, Reinaldo Correia. **O Batalhão Laguna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MATTOS, Francisco Joaquim. **A Guerra do Paraguai (História de Francisco Solano Lopes, o extermínio da nação paraguaia.).** Brasília: Editora da UNB 1990.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exercito.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília. Imprensa Oficial de São Paulo, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ISEB e seu Projeto de "Educação Ideológica"

Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira*

Resumo: Instituição vinculada ao MEC no período de 1955 a 1964, o ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, era composto por um grupo de intelectuais que tinha por finalidade estudar, ensinar e divulgar os saberes das ciências sociais, tendo em vista a aplicação dos conhecimentos gerados por essas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira. O presente trabalho tem por objetivo identificar e entender a maneira pela qual o ISEB transforma esse trabalho de análise e compreensão crítica da realidade brasileira numa ação de cunho político que se expressou numa nova possibilidade de se pensar a superação do subdesenvolvimento do país - algo que se materializou na ideologia "Nacional-Desenvolvimentista", concretizada pelo ISEB através de um singular Projeto de "Educação Ideológica".
Palavras-chave: ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros; Nacional-Desenvolvimentismo; História do Ensino Superior brasileiro

Résumé :
Institution liée au MEC de 1955 à 1964, l'ISEB était constituée à travers d'un groupe d'intellectuels qui avait comme but, l'étude, l'enseignement et la divulgation des savoirs des sciences sociales, et après, l'application de cette connaissance (gerée par ces sciences) à l'analyse et à la compréhension critique de la réalité brèsilienne. La recherche suivante a comme but, identifier e comprendre la manière comme l'ISEB a transformé ce travail d'analyse et compréhention critique de la réalité brèsilienne dans une action politique qu'a matérialisé une nouvelle façon de penser la superation du subdevelopment du pays – une pensée qui s'appele l'ideologie «Nacional-Desenvolvimentista» qu'a été construite par l'ISEB a travers d'un Projet d'«Éducation Ideologique».
Mots-Clé : ISEB – Institut Supérieure d'Études Brésiliennes ; « Nacional-Desenvolvimentismo » ; Histoire de Enseignement Supérieur brésilienne

A despeito de sua curta existência, o ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituição vinculada ao MEC durante o período de 1955 até 1964, se singularizou ao desenvolver um ideário que se diferencia das abordagens de seu tempo; ao enfrentar o desafio de pensar, difundir e institucionalizar, de maneira inédita, um projeto de desenvolvimento para o Brasil, o ISEB inovou, deixando um significativo legado pouco legitimado pelo pensamento social e político brasileiro. A inovação dos intelectuais isebianos[1]

* Professora Doutora em História da Educação Brasileira – Departamento de Educação, PUC-Rio; professora da Universidade Estácio de Sá, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu.
[1] São chamados "isebianos históricos", os integrantes que estavam no ISEB desde sua criação: Hélio Jaguaribe; Cândido Mendes; Álvaro Vieira Pinto; Alberto Guerreiro Ramos; Roland Corbisier; e Nelson Werneck Sodré,

está presente num Projeto de Desenvolvimento que resulta da reflexão e do uso dos saberes das ciências humanas e sociais; e no posterior trabalho de inserção política e social desse projeto na realidade do país, algo que se materializou através de estratégias de cunho educativo.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender o que passo a chamar de Projeto de "Educação Ideológica" do ISEB, que identifico como estratégia central do Projeto de Desenvolvimento Nacional isebiano. A despeito do Projeto de Educação Ideológica do ISEB também ter se apoiado em abordagens políticas (Hélio Jaguaribe), sociológicas (Guerreiro Ramos), e filosóficas (Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto), meu desafio é identificar, no documento "Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960" (provavelmente escrito por Roland Corbisier, então Diretor do instituto), a materialidade da "educação ideológica" do ISEB e seu papel no Projeto Nacional-Desenvolvimentista,.

O "Relatório do ISEB" – uma expressão da "educação ideológica"

No texto "Condições Institucionais do Desenvolvimento", Hélio Jaguaribe explicita o que ele denomina "educação e organização ideológica" (Jaguaribe, 1958) como sendo os instrumentos fundamentais para desencadear a necessária vinculação à ideologia do desenvolvimento e para dar conta de sua contínua assimilação.

Jaguaribe destaca duas funções dessa educação e organização ideológica: 1) viabilizar, de maneira sistematizada e didática, o entendimento do significado e do objetivo da ideologia que se quer hegemônica; e 2) organizar núcleos de coordenação e de esclarecimento de seu conteúdo - papel de instituições como o ISEB. Ou seja, um instituto não vinculado ao sistema público de educação nacional, que se caracterizaria por desenvolver uma efetiva atuação educativa diferenciada, direcionada à construção e divulgação do conhecimento ideológico necessário ao Projeto de Desenvolvimento do Brasil. A "eficácia da consciência ideológica" deveria ser trabalhada através de conferências e palestras, da geração de núcleos de esclarecimento, e de formação e pesquisa, tal como o ISEB foi concebido.

O "Relatório do ISEB" se constitui a expressão concreta de funcionamento desse pouco conhecido núcleo de esclarecimento e formação de quadros multiplicadores da ideologia nacional-desenvolvimentista situados no Brasil dos anos 50; o entendimento das

---

que entra posteriormente.

atividades descritas nesse documento dá vida ao que foi o ideário educacional e formativo do ISEB.

O documento apresenta-se em papel timbrado do "Ministério da Educação e Cultura", seguido de "Instituto Superior de Estudos Brasileiros". Documento datilografado, sem definição de autoria e de destinatário, intitulado "Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960" [2]. No verso da primeira página tem um carimbo do MEC, registrando a data de 27 de maio de 1963, dia de provável de recebimento oficial do documento - um documento "do ISEB" "para o MEC"[3]. O Sumário apresenta 6 grandes títulos e respectivos subtítulos.

Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960.

01. Histórico e Finalidades / p. 1
Nova Organização
02. Projeto criando o ISEB por Lei / p. 2
03. Verbas / p. 2
04. Inauguração da sede do ISEB / p. 3
05. Atividades realizadas / p. 4
A. Setor de Estudos e Pesquisas / p. 4
I – Estudos e Pesquisas / estagiários de tempo integral
Filosofia
História
Política
Sociologia
Economia
II – Aos representantes dos Estados
II – "Pesquisa sobre a estrutura econômica dos estados do Brasil"
III – "Pesquisa sobre os desequilíbrios regionais do Brasil"
IV - "Inflação e desenvolvimento ..."
V – "Pesquisas sobre capitais estrangeiros"
VI – Estudos sobre o problema agrário
VII – Comércio exterior e problema cambial brasileiro
VIII – Estudos iniciados – pesquisas e análises / p. 8
B. Levantamento Estatístico e Documentação / p. 11
C. Serviços de Cursos e Conferências / p. 13
Curso regular
Aula Inaugural
Aulas e Seminários
Bolsas de Estudos
Conferências no Curso Regular / p. 21
Visitas feitas pelos estagiários / p. 28
Teses (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 29
Encerramento do Curso Regular / p. 42
Cursos Extraordinários (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 43
Conferências (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 58
Publicações / p. 63
06. Programa de Atividades para 1961

[2] Daqui em diante irei me referir a este documento através do título "Relatório do ISEB".
[3] Será assumido que o documento não possui uma data oficial de registro.

(Relatório do ISEB, s/d).

O item, **Histórico e Finalidades - Nova Organização**, se reporta ao decreto de criação do ISEB, de 1955; em seguida registra o fato do instituto ter adquirido, após 14 de abril de 1959, uma nova organização dada pelo decreto-lei no. 45.811, passando a explicar detalhadamente mudanças importantes efetivadas a partir de tal decreto.

> *"O novo decreto criou a Congregação, composta dos professores responsáveis pelos Departamentos Culturais do ISEB, redistribuiu as funções do Conselho Curador entre o Ministro de Estado, o Diretor do Instituto e a Congregação. A este último órgão foram atribuídas as funções propriamente culturais, tais como a supervisão das atividades docentes, o exame dos textos a serem editados, o convite a conferencistas e professores, a instituição de concursos e bolsas de estudo, etc. . [...]Criado a título de ensaio, como órgão de vanguarda para os estudos dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento, o ISEB não poderia ficar preso ao Decreto que o instituiu, pois a prática e a experiência aconselhavam a modificação de sua estrutura, a fim de torná-la mais flexível e capaz de adaptar-se às exigências criadas pelo crescimento e pela expansão do Instituto"* (Relatório do ISEB, s/d; grifos meus).

"**Departamentos Culturais"** expressa a influência do pensamento culturalista, relacionado ao conceito de cultura, entendido por Corbisier como tendo o mesmo significado de educação, definido "como a formação do indivíduo pela história, pela tradição humana" (Corbisier, 1959). Além disso há informações até então não registradas em outros documentos: que o ISEB tenha sido "criado a título de ensaio, como órgão de vanguarda, para os estudos dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento". Ou seja, o papel do ISEB na formulação da ideologia do desenvolvimento iniciou-se como um ensaio que só foi se consolidando ao longo do governo JK.

No conjunto, o 5º. item, "Atividades Realizadas" é o mais volumoso, com subtítulos e listagens anuais (de 1956 a 1960), contendo títulos e autores, seja de Conferências, de Cursos e de Teses, assim como trabalhos desenvolvidos, envolvendo professores do ISEB, professores visitantes e estagiários. Essas informações estão em 3 subitens cujos títulos apontam o papel formativo do instituto: 1) Setor de Estudos e Pesquisas; 2) Levantamento Estatístico e Documentação; e 3) Serviços de Cursos e Conferências - que apresenta o maior volume de dados, seguido pelo "Setor de Estudos e Pesquisas".

O subitem, **Setor de Estudos e Pesquisas** apresenta 34 pesquisas, a cargo dos estagiários de tempo integral, estruturadas em 5 grandes temas – Filosofia, História, Política, Sociologia, e Economia – com títulos que enfatizam questões da realidade brasileira. Nas

partes seguintes aparecem títulos de pesquisas relacionados ao desenvolvimento produtivo do país, com destaque para "Capitais Estrangeiros", tema gerador da crise interna de 1958.

Já o **Levantamento Estatístico e Documentação** apresenta 12 grandes temas descritivos da realidade brasileira - Desenvolvimento da Economia Brasileira, Desenvolvimento Industrial, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento dos Serviços, etc.

Serviços de Cursos e Conferências totaliza o maior volume de dados e informações, apontando os 4 diferentes tipos de ação educativa praticadas pelo ISEB: Curso Regular, Cursos Extraordinários, Ciclos de Conferências e Conferências (Relatório do ISEB, 1963).

O **Curso Regular**,

> "*Inclui aulas, seminários, trabalhos de grupo e conferências, tem a duração do ano letivo e é constituído pelas seguintes disciplinas: Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia e Economia, ministradas pelos chefes de Departamentos ou por professores adjuntos e assistentes por eles indicados.*
> *O curso é dado a duas categorias de alunos: estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial. A categoria de estagiários de tempo integral é constituída de representantes das seguintes instituições: ["...]"* (Relatório do ISEB, s/d; grifos meus).

São registradas as disciplinas, os 3 tipos de Professores (Chefes de Departamentos, Adjuntos e Assistentes) e uma lista das instituições[4], às quais esses estagiários de tempo integral se veiculavam; são 64 instituições, das quais 28, são órgãos vinculados, direta e/ou indiretamente, à administração estatal nos seus diferentes níveis (municipal, estadual, federal) e 14 representantes de Estados da União – ou seja, 64% de órgãos estatais evidenciam uma preocupação em se divulgar a ideologia nacional-desenvolvimentista na máquina do Estado.

Posteriormente, são registradas as aulas inaugurais dos anos letivos do ISEB; destaque para **1956** - Professor Álvaro Vieira Pinto, Chefe do Departamento de Filosofia do Instituto; tema **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**, numa solenidade que contou com a presença do Presidente da República e altas autoridades do país. O tema "Ideologia do desenvolvimento nacional" abrindo as atividades educativas do ISEB em 1956 evidencia o investimento do grupo numa ideologia condutora do projeto do desenvolvimento nacional.

Em **Aulas e Seminários** registra-se terem sido ministradas, nesses 5 anos, um total de 1452 aulas e 332 seminários.

As **Conferências no Curso Regular,** geralmente dadas por palestrantes visitantes e dirigidas aos estagiários dos Cursos Regulares, aparecem com data e título. Consideradas

[4] A íntegra da lista se encontra em anexo no final do trabalho.

atividades diferenciadas, elas aconteciam às 6as. feiras, a partir das 11:00 h, no Auditório do ISEB. Seus títulos também evidenciavam temas voltados às questões brasileiras, destacando-se os termos "nacional", "brasileiro", "Brasil".

Em 1956 foram feitas poucas Conferências, mas em 1959 elas totalizaram 46 (ano posterior ao da crise interna do ISEB) com destaque para o Curso "**Estrutura dos Recursos Naturais no Brasil",** pelo volume dos levantamentos envolvendo setores de produção (siderurgia, petróleo), riquezas minerais, alimentos, etc.. Elevado número dessas Conferências foram pronunciadas por militares (coronéis, generais, etc.) evidenciando uma concentração de conhecimento sobre recursos naturais por parte dos quadros militares brasileiros[5]. Dentre os temas mais freqüentes: desenvolvimento, nacionalismo, política do desenvolvimento, indústria no Brasil, política nacional, colonialismo, planejamento e questão agrária no Brasil. Destaca-se do conjunto, a Conferência "Educação para o Desenvolvimento", pronunciada pelo então Ministro da Educação, Clóvis Salgado, e "Projeto de Diretrizes e Bases da Educação", apresentada por Darcy Ribeiro, então colaborador de Anísio Teixeira no CBPE órgão vinculado ao INEP[6]. Dentre os demais palestrantes estão: Hermes Lima; Professor José Leite Lopes; Professor Michael Debrun; Professor Celso Furtado; e Jean Paul Sartre.

Em **Teses**, o Relatório apresenta a quantidade anual de teses, seus títulos, os formandos e respectivas profissões. Foram 167 teses apresentadas nos cursos regulares de 1956 a 1959.

Em 1956 foram 65 teses, sendo 11 alunos militares (quase 20% do total); 12 advogados; 10 professores; além de outras atividades como dentista, médico, engenheiro, diplomata e somente 5 mulheres, geralmente professoras. Constata-se a ênfase nas temáticas brasileiras - desenvolvimento, desenvolvimento nacional (13 títulos em 65; 20%), seguido de "indústria", "industrialização" e "nacionalismo". Mas também apareceram temas teóricos e filosóficos, envolvendo a teoria da história, as crises humanas, sendo difícil uma precisa classificação.

Em 1957, foram 41 teses, sendo 10 alunos militares; 5 professores; vários engenheiros e economistas; ou seja, proporcionalmente o número de alunos militares se eleva. A temática do desenvolvimento apareceu em 23 títulos num universo de 41 teses (mais de 50%).

---

[5] Vale lembrar que nessa época a ESG – Escola Superior de Guerra agregava uma ala de militares que, a despeito de se distanciarem do ideário isebiano, dividiam com o ISEB o espaço político de uma reflexão em relação aos rumos do país.

[6] CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, vinculado ao INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão do MEC, dirigido na época por Anísio Teixeira.

Em 1958 foram 31 teses, sendo 10 alunos vinculados à área do direito (mais de 30% do total). A temática do desenvolvimento apareceu em 12 teses (mais de 40%).

No ano de 1959, foram defendidas 30 teses, sendo 7 advogados, além de professores, diplomatas, médicos, jornalistas, economistas, dentistas, etc. O tema do desenvolvimento e afins apareceram 14 vezes (50%).

Em seguida, aparecem os **Cursos Extraordinários**, que por serem convites de outras instituições não necessariamente aconteciam no ISEB. Em 1956, destaca-se o curso "Educação para o Desenvolvimento" a cargo do **Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**.

No ano de **1957** foram dados dois Cursos Extraordinários solicitados pelo Clube de Engenharia e pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, com o patrocínio do Centro de Estudos Brasileiros do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil.

Já em **1958**, o ISEB ministrou 4 Cursos Extraordinários, cada qual contendo várias Conferências, dentre eles: "Problemas metodológicos de uma sociologia brasileira", coordenado pelo Prof. Guerreiro Ramos; e "Introdução aos problemas brasileiros", destinado às nossas forças armadas.

O ano de 1959 teve um volume elevadíssimo de 12 Cursos Extraordinários, solicitados por diferentes instituições, com alguns acontecendo fora do Rio de Janeiro.

O item, "Serviços de Cursos e Conferências" registra 52 **Conferências isoladas,** pronunciadas de 1956 a 1960. Dentre as instituições solicitantes, a maioria eram Universidades, Faculdades, etc., totalizando 18 das 52 (mais de 30%); em seguida surgem vários Sindicatos de Trabalhadores, Grêmios e Diretórios Acadêmicos. Grande parte dos palestrantes são professores do ISEB e os temas enfatizam a defesa do desenvolvimento via recursos produtivos.

Finalizando o Relatório aparece a relação dos 27 títulos de **Publicações** editadas pelo ISEB de 1956 a 1960; em sua maioria, de autoria dos próprios professores do ISEB, resultados de cursos, conferências e pesquisas desenvolvidas no Instituto.

Partindo desses registros, para o ISEB, o desenvolvimento nacional se apoiava fundamentalmente no fomento dos recursos produtivos centrados na industrialização e desdobramentos afins, envolvendo recursos energéticos, recursos técnicos, etc. As preocupações isebianas com a educação não eram direcionadas à defesa do papel da educação no desenvolvimento do país; no ISEB, a preocupação com a educação e seu espaço de atuação era estrategicamente político. Ou seja, para o grupo isebiano, a preocupação com a educação e seus desdobramentos eram determinantes por viabilizar tanto o estudo (uso das ciências

sociais para a elaboração de instrumentos teóricos), quanto o ensino e a divulgação da ideologia do projeto de desenvolvimento (além do estudo, as demais finalidades do ISEB são o ensino e a divulgação das ciências sociais "visando à análise e compreensão crítica da realidade brasileira", voltados ao incentivo e promoção do desenvolvimento nacional).

Para o ISEB, a crise brasileira só era passível de ser superada pela via do desenvolvimento e esse desenvolvimento deveria associar o caráter "nacional" à potencialização das diversas dimensões produtivas da realidade brasileira – a questão rodoviária, os recursos econômicos, os recursos energéticos, a industrialização, a economia alimentícia, a questão agrária e urbana, etc.

Referências Bibliográficas

Decreto Lei no. 37.608 de 14 de julho de 1955, que "Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências" (LEX, 1955; p. 232,233).

Regulamento Geral do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, de 06 de outubro de 1955, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (LEX / Marginália, 1955; p. 241 – 244).

Decreto Lei no. 41.500 de 15 de maio de 1957, que "Altera a redação do art. 10 do Decreto no. 37.608 de 14 de julho de 1955, que institui no Ministério da Educação e Cultura o Instituto Superior de Estudos Brasileiros" (LEX, 1955; p. 368).

Decreto Lei no. 45.811 de 15 de abril de 1959, que "Dá nova organização ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituídos no Ministério da Educação e Cultura pelo DL37.608 (...) , modificado pelo DL 41.500 (...), dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências" (LEX, 1959; p. 101, 102).

CORBISIER, Roland (1959). *Formação e problema da cultura nacional.* ISEB; MEC.

GOLDMANN, Lucien, (1984). *Epistemologia e Filosofia Política.* Lisboa: Editorial Presença.

JAGUARIBE, Hélio (1958). *Condições institucionais do desenvolvimento.* ISEB; MEC.

PAIVA, Vanilda, (2000). *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista.* São Paulo: Graal.

PINTO, Álvaro Vieira (1960). *Consciência e realidade nacional* (2vol.) ISEB; MEC.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História, memória e identidade dos 50 anos do bispado em Campo Grande – MS

Maria Augusta de Castilho[1]

Resumo: A presente pesquisa tem como papel principal resgatar a história eclesiástica na territorialidade de Campo Grande, reconhecendo as formas sociais, as estruturas econômicas, os sistemas de representações sociais construídos com a igreja, com enfoque na realidade e linguagens simbólicas, repletas de significados da doutrina católica, sinalizando uma Igreja como força institucional de sua prática espiritual, seu planejamento e práticas intervencionistas enquanto diocese representante do episcopado brasileiro. A Igreja Católica deve ser reconhecida como um elemento de produção do espaço, bem como o sustentáculo de construções de idéias de uma sociedade, suas formas de organização, e autoridade (religiosa), com suas crenças, valores e símbolos. Percebe-se por meio de um olhar sobre a cidade, um elo entre a religião católica e a gênese da urbanização (como é o caso de Campo Grande em sua fase inicial de formação espacial) no dimensionamento da história eclesiástica da diocese. A urbanização constitui uma mudança na maneira pela qual os homens vivem em sociedade, o que pode afetar vigorosamente a forma de entenderem o significado da vida. O estudo terá como dinâmica a pesquisa arquivística e bibliográfica.
Palavras-chave - história eclesiástica – territorialidade – bispado – valores simbólicos.

Abstrat: The present research has as main paper to rescue ecclesiastical history in the territoriality of Campo Grande, being recognized the social forms, the economic structures, the systems of social representations constructed with the church, approach in the reality and symbolic languages, repeats of meanings of the doctrine catholic, signaling a Church as institucional force of its practical spiritual, its planning and practical interventionists while representative diocese of the Brazilian episcopate. The Church Catholic must be recognized as an element of production of the space, as well as sustentáculo of constructions of ideas of a society, its forms of organization, and authority (religious), with its beliefs, values and symbols. It is perceived for way of a look on the city, a connector link between the religion catholic and gênese of the urbanization (as it is the case of Campo Grande in its initial phase of space formation) in the sizing of the ecclesiastical history of the diocese. The urbanization constitutes a change in the way for which the men live in society, what he can affect the form vigorously to understand the meaning of the life. The study it will have as dynamic the arquivística and bibliographical research.
Key Words: ecclesiastical history - territoriality - symbolic values.

Introdução

A presente pesquisa tem como papel principal destacar a história eclesiástica na territorialidade de Campo Grande, reconhecendo as formas sociais, as estruturas econômicas,

[1] Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local e do Curso de História da Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS.

os sistemas de representações sociais construídos com a igreja, com enfoque na realidade e linguagens simbólicas, repletas de significados da doutrina católica, sinalizando uma Igreja como força institucional de sua prática espiritual, seu planejamento e práticas intervencionistas enquanto diocese representante do episcopado brasileiro.

Percebe-se por meio de um olhar sobre a cidade, um elo entre a religião católica e a gênese da urbanização (como é o caso de Campo Grande em sua fase inicial de formação espacial) no dimensionamento da história eclesiástica da diocese. A urbanização constitui uma mudança na maneira pela qual os homens vivem em sociedade, o que pode afetar vigorosamente a forma de entenderem o significado da vida. O mundo do homem passou a ser a sua cidade, e a sua cidade se expandiu para incluir o mundo em seu cotidiano, no qual a religião tem um papel fundamental em sua trajetória terrestre.

1 O caráter institucional da igreja Católica no Brasil

Para se analisar a Igreja deve-se levar em conta, seu caráter institucional, uma vez que a fé é um fenômeno supra-racional pairando sobre todos os outros valores. A Igreja Católica no Brasil esteve vinculada ao Estado, por meio do Padroado desde o período colonial que se alterou com a expulsão dos jesuítas em 1759 e participação do clero em quase todas as jornadas revolucionárias do período que antecede à independência brasileira de onde surgiram atritos entre a Igreja Católica do Brasil e de Roma. O padroado esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade (BEOZZO et al. 1985, p. 13).

Para Faustino (1996), o padroado trouxe uma implicação séria de ordem financeira, uma vez que os reis de Portugal interpretaram a bula Inter Coetera, como lhes dando o direito de arrecadar o dízimo e administrá-lo; o que causou confusão dos dízimos com a renda do Estado. Este redistribuía o dízimo por meio da redízima, o que era insuficiente para o sustento dos sacerdotes, que procuravam outras fontes de rendimento.

Com a proclamação da República, a Igreja Católica começa a trabalhar junto com o povo e pelo povo em processo gradativo, pretendendo, de um lado, fortalecer as diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, atender aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve que enfrentar no interior da sociedade brasileira. Com a separação do Estado em relação à Igreja, o episcopado brasileiro percebe que a perda de privilégios é um mal menor em relação ao benefício que é a supressão do regime de padroado, saudado pelos bispos como sendo o fim de uma proteção que os oprimia (OLIVEIRA, 1985).

A organização interna dos territórios da Igreja é dinâmica e móvel no espaço. Os espaços religiosos se modificaram no decorrer dos séculos quer por criação de novas dioceses, quer por fragmentação das paróquias (ROSENDHAL; CORRÊA, 2001).

Para sobreviver sem o apoio do Estado era indispensável ao aparelho religioso reestruturar-se, restabelecendo a articulação entre o aparelho eclesiástico e as grandes massas. Foi pensando nisso que D. Macedo Costa, arcebispo da Bahia, em 1890 redigiu um documento sobre a reforma na Igreja do Brasil; este documento foi dividido em capítulos.

No período do Estado-Novo (1937-1945) os círculos operários multiplicavam-se. Com o crescimento do espiritismo e do protestantismo, a Igreja adota práticas religiosas populares que antes ela encarava como manifestações de ignorância religiosa.

Na década de 60 surge o Movimento de Educação de Base, acordo feito entre o governo (Jânio Quadros - presidente da República) e o bispo de Aracaju (Dom José Távora). Pelo acordo o Estado fornecia o financiamento e a Igreja executaria o programa de educação de base. Nesse contexto, Paulo Freire deve ser lembrado como o educador que propunha o diálogo com o analfabeto, oferecendo-lhe instrumentos para que ele próprio pudesse se alfabetizar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (criada em 1952) controlará praticamente as linhas mestras da orientação da entidade máxima da hierarquia brasileira, fazendo com que a Igreja se postasse na linha de frente das diretrizes de reforma social.

Através da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (1955, Rio de Janeiro) e das Conferências em Medellín (1968) e em Puebla (1979), o episcopado latino-americano começa a se posicionar, diante da sociedade, como defensor dos direitos dos humildes e marginalizados - opção pelos pobres. Entre uma encíclica e outra, o Papa João XXIII convoca um concílio, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

O Concílio trouxe mudanças profundas para a Igreja Católica, proporcionando abertura para uma estrutura menos centralizada e mais colegial no governo da Igreja, com grandes repercussões no Brasil.

Com o golpe de Estado (1964), a subida dos militares ao poder e a publicação do Ato Institucional nº 5, os conflitos da Igreja com o Estado por causa da instalação da tortura aparecem de modo generalizado, com prisões e processos contra membros da Igreja. “As comunidades de base no campo e na cidade vão selar um novo pacto (1970 - 80) entre segmentos importantes da Igreja, surgindo movimentos populares tanto urbanos como rurais” (BEOZZO, 1986, p. 279).

O processo de transformação política e social, na Igreja Católica do Brasil perpassou também pela Igreja Católica no Estado de Mato Grosso e, conseqüentemente Campo Grande, atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

2 A igreja em Mato Grosso e a criação do 1º Bispado em Campo Grande

Pela bula Sollicita Catholici Gregis Cura de Leão XII, em 15. 07. 1826 Cuiabá tornou-se diocese e a Igreja do Senhor do Bom Jesus foi elevada à categoria de catedral.

Em 05 de abril de 1910, só havia em Mato Grosso a Diocese de Cuiabá, sufragânea da Província Eclesiástica de São Paulo. Nesta data o Papa Pio X, pela bula - Novas Constituere criou a Província Eclesiástica de Cuiabá, desmembrando de seu território as novas dioceses de São Luís de Cáceres, ao Norte, e de Corumbá, ao Sul, tornando-se Cuiabá Sé Metropolitana. "Posteriormente, ao norte, foram criadas outras circunscrições missionárias, ou Prelazias" (FIGUEIREDO, 1994, p. 102).

Quanto à diocese de Corumbá, segundo Figueiredo (1994, p. 103-104), a extensão territorial da diocese, compreendia 360. 000 km^2, o que equivale atualmente à área do Estado de Mato Grosso do Sul. Corumbá, situada entre o rio Paraguai, divisa com a Bolívia, distante de Campo Grande, pouco mais de 430 km, vivia muito isolada do resto da comunidade católica.

Dom Orlando Chaves, bispo de Corumbá a partir de 1948, verificou ser impraticável administrar e conhecer uma diocese tão extensa, motivo pelo qual envia à Santa Sé, um projeto, objetivando o desmembramento da referida diocese. Pio XII atendeu ao pedido e em 15 de junho de 1957 foi criada a Diocese ou Igreja Particular de Campo Grande pela bula Inter Gravíssima, com o território desmembrado da diocese de Corumbá e da prelazia do registro de Araguaia, hoje diocese de Guiratinga.

Dom Antônio Barbosa foi eleito bispo para a diocese de Campo Grande em 23 de janeiro de 1958. Recebeu ordenação episcopal, conferida por Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil, em 1º de maio do mesmo ano no Santuário do Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo.

A cidade de Campo Grande, contexto territorial no qual esse estudo se desenvolve, nasceu praticamente da promessa que seu fundador - José Antônio Pereira - fez a Santo Antônio. Por meio de relatos documentados, logo após o fim da Guerra do Paraguai, sabe-se que o pedido feito ao seu santo de devoção, às margens do rio Paranaíba, foi pela cura de um mal epidêmico que acometeu as 62 pessoas de sua família, em comitiva de viagem de Monte Alegre-MG, para as novas terras de Campo Grande. José Antonio Pereira era considerado

benzedor. Santo Antônio, de origem portuguesa, estava entre os santos de maior devoção popular dos mineiros do Brasil-Colonial, incluindo as antigas áreas de mineração das Minas Gerais, por influência bandeirante e dos jesuítas, servindo de refúgio a quem sofria desenganos, perdia parentes ou necessitava de alívio.

Pelo relato documental, o pagamento da promessa deu-se com a construção da capela e a festa de inauguração em homenagem ao santo, no novo local de moradia, iniciada em 1876. Construída no topo mais elevado entre os dois córregos formadores do rio Anhanduí, seguindo as normas eclesiásticas, a capelinha foi inaugurada no dia do santo, 13 de junho de 1877, feita em taipa e cobertura de palha, a ela acoplada um sino improvisado de ferro batido.

O reconhecimento oficial da capela pela igreja ocorreu no ano seguinte, 1878, com a celebração da primeira missa e a bênção da imagem do santo pelo pároco da localidade vizinha de Miranda - Julião de Urquiza. Em 1886, foi possível a criação do povoado, após a doação oficial das terras feitas a Santo Antônio, sob forma de patrimônios religiosos, feitos pelo proprietário da fazenda Lajeado, da qual a capela fazia parte.

A capelinha e os dois córregos formadores do rio Anhanduí (Segredo e Prosa) constituíram, inicialmente, os elementos principais de estruturação do espaço social em construção. Os novos sinos no alto da torre, adquiridos em 1888, se transformaram no principal meio de comunicação para acontecimentos importantes, estreitando os elos na coletividade.

Entretanto, o governo republicano alterou esses princípios religiosos na estruturação urbana, em benefício de uma ordem laica. Em 1889, o vilarejo Campo Grande foi elevado à condição de vila e em 1909, se impôs o novo traçado urbano, feito de arruamentos regulares e ortogonais, expressão da nova racionalidade republicana de inspiração positivista. Fora do alinhamento desse plano, a capela teve que ser demolida e re-posicionada. O projeto de reconstrução incluiu a transformação da capela em igreja matriz, como sede da paróquia, oficializada em 1912. Essa devoção de origem portuguesa havia atingido o Triângulo Mineiro desde o século XVIII, fazendo-se presente em Campo Grande, através da população mineira e dos fortes contatos comerciais mantidos com aquela região. Elevada à condição de cidade em 1918, Campo Grande tornou-se sede de Bispado, em 15 de junho de 1957 e, em 1978, sede da Arquidiocese. Mantida no local de origem, em outubro de 1991, após nova reforma, a paróquia Santo Antônio e Catedral Nossa Senhora da Abadia foi re-inaugurada pelo Papa João Paulo II, ocasião em que a catedral foi transferida de sua sede provisória, a Igreja São

José, para a sede definitiva, Igreja Santo Antônio e Nossa Senhora da Abadia, padroeira da diocese.

Dom Antônio Barbosa (1958 – 1986)

Dom Antônio Barbosa (1958 – 1986) administrou por quase trinta anos, uma área territorial de 149. 989 km², estabelecendo paróquias administradas por meio de foranias e recebendo auxílio das congregações masculinas e femininas que se instalaram na diocese, a saber: Salesianos, Redentoristas, Franciscanos, Agostinianos de Malta, Passionistas e irmãs: Vicentinas, Agostinianas de Malta, Auxiliadoras dentre outras.

Suas ações pastorais foram valorizadas não só no meio eclesiástico com a instalação da Primeira Assembléia de Pastoral Diocesana, mas também no meio leigo, por meio das santas missões, torcida de Deus (1978), romarias, novenas etc. Nessa mesma sociedade foi implacável ao condenar os inimigos da fé, tais como: os espíritas, maçons, batistas, aqueles que praticavam a quiromancia e cultos afro-brasileiros.

Desenvolveu ações educacionais religiosas criando: a Rádio Educação Rural (1961), Informativo Diocesano (1975), Seminário e curso de Teologia (1977), implantando também as CEBs e o ensino religioso nas escolas. Melhorou as instalações do Jornal do Comércio criado em 1921 e extinto em 1985; incentivou a criação das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, transformada em Universidade Católica Dom Bosco (1993) e o trabalho missionário junto às populações indígenas circunscritos não só a diocese, mas também em outras regiões.

Como bispo aumentou consideravelmente o patrimônio da diocese e incentivou a construção de igrejas e de serviços comunitários vinculados às paróquias, demonstrando ser um homem dinâmico, atualizado e preocupado com a evolução do mundo, agindo sempre com cautela na condução do rebanho a ele confiado. Em 12/12/1986 renuncia, devido à idade, sendo sucedido pelo Bispo Coadjutor que havia tomado posse em 1985.

Dom Vitório Pavanello (1986 – até a atualidade – 2007)

Dom Vitório Pavanello, assume uma diocese organizada e continua a obra de seu antecessor, realizando o IV Sínodo Diocesano e recebendo o Papa João Paulo II em Campo Grande em 1991.

Dom Vitório ordenou muitos padres, dedicando-se as missões populares nas paróquias rurais. Em 1997 transfere a Cúria Metropolitana para Dom Vitório participa em 1997 do Sínodo da América. Dom Vitório e seus auxiliares desenvolvem vários Planos Pastorais (7º ao 10º), que registram um conjunto de decisões necessárias à ação pastoral em

comunhão, participação e co-responsabilidade. É um instrumento centrado na ação e reflexão, para que as decisões continuem a ser ferramentas úteis e não forças que freia o processo iniciado, com a luz, força e inspiração do Espírito Santo que é sempre o agente principal da unidade da Igreja (10º PLANO PASTORAL -2004 – 2007, p. 10).

A sede da Igreja Particular de Campo Grande localizava-se à Rua Rui Barbosa nº 877 - Centro, sendo transferida em 1997 para a Rua Amando de Oliveira nº 448 - Bairro Amambaí.

Em 6 de maio de 2005 na cidade de Lins - SP, Dom Eduardo Pinheiro da Silva (sdb) foi ordenado Bispo Auxiliar de Campo Grande, colaborando a partir dessa data com ações de Dom Vitório. Este coordena todas as ações da diocese com energia, cautela e com o auxílio não só dos padres diocesanos, mas também de padres e freiras pertencentes as diversas congregações instaladas na capital de Mato Grosso do Sul. O Arcebispo (pois a Diocese foi elevada à categoria de Arquidiocese em 1978) tem destacada atuação no regional Oeste 1, como responsável pelo Seminário Maior Inter-regional Maria Mãe da Igreja.

A Arquidiocese de Campo Grande na figura de Dom Vitório tem realizado ações por meio de um marco da realidade da diocese, fazendo um levantamento e um estudo da realidade sociopastoral, analisando seus principais problemas, suas causas e conseqüências, para poder estabelecer metas a curto e longo prazo, no sentido de minimizar os problemas mais eminentes.

Este marco referencial consiste no conhecimento da realidade local, cuja característica principal é a de proporcionar ampla reflexão teológico-pastoral e de elaboração de diagnóstico da conjuntura eclesial e social da região. Este é o desafio de Dom Vitório e de Dom Eduardo justamente na ocasião em que o bispado de Campo Grande completará em 2008, cinqüenta anos de existência.

Referências

ANAIS... São Paulo: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 1987. p. 153-158.

BEOZZO, José Oscar et alii. *História da igreja no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. Tomo II, v. 2.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Estudos - Ciências Sociais).

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989. (Coleção Sociologia e Religião).

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. A essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (Coleção Vida e Cultura).
FAUSTINO, Evandro. *O renitente catolicismo popular*. São Paulo, 1996, 369f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.
FAVERO, Luigi. *As cartas pastorais de Dom Aquino Corrêa*. Roma, 1996. Dissertação (Mestrado em Teologia Pastoral) - Pontifícia Universidade Lateranense. 238 p.
FIGUEIREDO, Ubajara Paz de. *A co-responsabilidade missionária da ação pastoral da Igreja no Brasil*. Roma, 1994, 147 f. Dissertação (Mestrado em Missiologia) – Pontifícia Universidade Urbaniana, Roma.
INFORMATIVO DIOCESANO. Campo Grande: Diocese de Campo Grande (1960 – 2007).
INTERAÇÕES - *Revista internacional de desenvolvimento local*. Campo Grande: UCDB, v. 1, n. 1, set. 2000.
_____. *História de Mato Grosso*. S/ed, s.d.
MARTINS, José Saraiva. *Santa Sé*. SEDOC, Petrópolis, 22/219, p. 533, mar. 1990.
OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985.
ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
_____. (Org.) *Espaço e religião*: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
SÜSS, Günter Paulo. *Catolicismo popular no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1979.
WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.
_____. A imprensa católica paulista no século XIX. In: VI REUNIÃO DA SBPH.
_____. Linhas e pesquisa em história eclesiástica. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPH (1987: São Paulo). **ANAIS**... São Paulo: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 1987.p.51-55.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tuberculose e Afirmação da Regionalidade: a criação do IBIT - Bahia, 1937

Maria Elisa Lemos Nunes da Silva*

Resumo: Este trabalho estuda a perspectiva regionalista do discurso do médico José Silveira sobre a tuberculose, a partir de sua produção em revistas especializadas e de seus livros de memórias. Parte-se do pressuposto, que diferentes dimensões regionalistas são abordadas em seu discurso. Ora com objetivos centralizadores, voltados para a história do "pioneirismo" baiano no que diz respeito à medicina, ora ressaltando as chamadas questões específicas regionais, aquelas que tratavam da raça e da pobreza da região. Ambas buscavam se impor como discurso oficial e verdadeiro, respaldado na ciência.
Palavras chave: Tuberculose – IBIT - Regionalismo

Abstract: This work studies the regionalist perspective of Doctor Jose Silveira's speech about tuberculosis, parting from his production in specialized magazines and his memories' books. It is estimated that different regionalist dimensions are approached in his speech. At times with centralist objectives directed to the history of Bahia´s pioneerism on medicine, at others standing out the regional specific questions, those about the race and the poverty of the region. But both searched to be imposed as the official speech and true one, endorsed in science.
Keywords: Tuberculosis – IBIT -Regionalism

> *Na Bahia nasceu a Medicina Nacional. Na Bahia haveria de se desenvolver o primeiro Instituto para Investigação da Tuberculose no Brasil.*

A epigrafe acima é parte de um artigo do médico baiano José Silveira, publicado na Revista Arquivos do IBIT (Instituto Brasileiro para Investigação a Tuberculose), em 1940.[1] O ponto forte desse discurso é a ênfase no pioneirismo do instituto, que vinha retomar um "passado de glória" da Bahia e colocá-la em destaque na luta antituberculose no Brasil. Afinal, ao ser criado em 1937, o IBIT era apresentado como uma instituição diferente das demais existentes no país, uma vez que sua razão de ser era a pesquisa da tuberculose.

---

*Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Doutoranda em História na Universidade Federal de Pernambuco. Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

[1] SILVEIRA, José. Discurso proferido quando foi empossado o conselho administrativo do IBIT, 03 de fevereiro de 1940. In: Revista Arquivos, 1940, p. 16.
A Revista Arquivos do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose - IBIT foi criada em 1937, no mesmo ano em que foi fundado o instituto.

A fala de José Silveira deve ser situada num contexto em que a tuberculose era um dos maiores problemas médicos e sociais do Brasil. Na cidade do Salvador, ela matava mais do que todas as outras doenças transmissíveis juntas. A população da capital da Bahia em 1940 era de 290.443 habitantes e a mortalidade por tuberculose para o qüinqüênio de 1939 a 1944 correspondeu a 505.9 óbitos por 100.000 habitantes. No mesmo período, o coeficiente de mortalidade no Distrito Federal foi de 323.8 óbitos por 100.000 habitantes, em São Paulo 138.3 óbitos por 100.000 habitantes e em Recife 429.5 óbitos por 100.000 habitantes (NUNES, 1949: 21, 23, 27).

Nessa linha de reflexão, este trabalho busca identificar o conteúdo regionalista do discurso de José Silveira, a partir de sua produção nas décadas de 1930 e 1940, em revistas especializadas, e em seus livros de memórias, publicados a partir de 1970. A ênfase será dada ao IBIT, por ele idealizado. Toma-se como pressuposto que diferentes dimensões regionalistas são abordadas em seu discurso. Ora com objetivos centralistas e generalizadores, voltados para a história do "pioneirismo baiano" no que diz respeito à medicina, ora ressaltando as chamadas "questões regionais", aquelas que tratavam da raça e da pobreza da região.[2]

A presença de um discurso regionalista no Brasil pode ser situada na segunda metade do século XIX com o processo de construção da nação e de centralização política do Império. Esse regionalismo se caracterizava pelo enfoque nas questões locais e separatistas. Na década de 1920, um novo discurso regionalista se constitui extrapolando as fronteiras dos estados e buscando se articular com um espaço maior. Nesse momento, a emergência de uma formação discursiva nacional contribui para a constituição de uma consciência regional generalizada, mas que reservava para o recorte regional uma posição de subordinação (ALBUQUERQUE Jr, 1999: 47 e 48).

A existência de um discurso regionalista no meio médico a princípio não representaria novidade, afinal, como homens do seu tempo, os médicos acompanhavam essa discussão. Mas o enfoque regionalista de Silveira, não se reduz a simples referências esporádicas, é presença marcante nas suas publicações.

José Silveira formou-se em medicina em 1927, defendendo tese de doutoramento sobre radiologia. Nas suas memórias, relata que optou pela tisiologia depois de formado, quando estava na Alemanha aperfeiçoando os estudos. Retornando ao Brasil, enfrentou muitas dificuldades de se inserir na área.

---

[2] A região é aqui entendida como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais. Como espaços de poder. Ver a esse respeito ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. 1999.

Na Bahia, nesse momento, os serviços de combate à tuberculose ficavam sob a responsabilidade da Liga Bahiana Contra a Tuberculose, fundada em 1900, e do dispensário Ramiro de Azevedo, criado em 1919. Dentro da esfera estatal, os três centros de saúde que existiam em Salvador tinham serviços de atendimento à tuberculose que funcionavam precariamente. Quanto aos serviços hospitalares, havia apenas 50 leitos para atender tuberculosos no Hospital Santa Izabel, da Santa Casa de Misericórdia. A partir de 1920, com a criação do Departamento Nacional de Saúde, houve uma investida centralizadora por parte da União. Foi criada a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose que poderia desenvolver ações voltadas para essa doença nos estados da federação, desde que esses entrassem em acordo com o Governo Federal (NASCIMENTO, 2002: 70). O governo do estado da Bahia firmou convênio com a união para o desenvolvimento de ações contra a tuberculose. Mas essa doença continuava sendo um grave problema de saúde no estado.

Silveira relata sua atuação profissional como um sacerdócio. Em 1935, apresentou um Plano Geral de Combate à Tuberculose. Em 1938, organizou a Primeira Conferência Nortista de Tisiologia, na Bahia. Foi expositor e relator em diversos Congressos Nacionais e Internacionais. Fundou o IBIT, em 1937, e ocupou a cátedra de tisiologia na Faculdade de Medicina da Bahia, mediante concurso realizado em 1949. Publicou inúmeros artigos em revistas nacionais e internacionais e escreveu cerca de 15 livros de memórias, nos quais sua história se mistura à história do IBIT e esta à história da tuberculose na Bahia.

Suas primeiras publicações sobre essa doença aparecem no início da década de 1930. Nelas é possível identificar uma tentativa de opinar sobre os temas mais debatidos no momento, relacionados ao diagnóstico, ao tratamento e à profilaxia da tuberculose. Assim, publicou sobre "auroterapia", sobre cirurgia do tórax, principalmente o pneumotórax e sobre a vacina BCG. Mais tarde, quando da descoberta da quimioterapia antibiótica, sua atenção se voltou para esse assunto.

Além desses pronunciamentos, Silveira também buscava interferir no que chamava de "armamento antituberculose". Apresentou em 1935, no I Congresso Regional de Medicina da Bahia, o plano de combate à tuberculose, discorrendo sobre a estruturação dos serviços no estado, sua forma de funcionamento e de financiamento. A tuberculose para ele deveria ser tratada como um problema nacional (SILVEIRA, 1935b: 2).

Em 1938, num artigo em que tratava das características essenciais do IBIT, argumentava que esse instituto, por ser o primeiro do gênero no Brasil, precisava ser explicado para que ficassem conhecidos os seus princípios, os quais obedeciam a uma orientação superior que era a investigação científica. Isso não queria dizer que "jamais

houvesse pesquisa científica sobre tuberculose" no país, a novidade era a criação de uma instituição cuja principal razão de ser era a pesquisa (Revista Arquivos, 1938: 17-18).

Nessa linha de interpretação ele se posicionou na Primeira Conferência Nortista de Tisiologia, que aconteceu em Salvador, em 1938. Nesse evento registrou que a idéia de organizar conferências e congressos de tuberculose no Brasil estava inscrita na fundação do IBIT. Mas a carência de recursos em que o instituto se encontrava impediu que fossem realizadas, cabendo ao Rio de Janeiro o movimento em favor de um Congresso Nacional de Tuberculose. Nas suas palavras os cariocas "num dinamismo invejável" promoveram a Primeira Conferência Regional de Tuberculose, congregando os tisiologistas do sul. Urgia que "se aproximassem os do Norte". Não como imitação, mas por não se entender que na formação de um movimento antituberculoso no Brasil "não fosse ouvida a voz dos estudiosos do norte, onde o problema se apresentava sob condições especialíssimas" (Revista Arquivos, 1938: 79-80). Mas a tuberculose no norte não tinha aspectos originais, não era em essência diversa do sul. Apenas os fatores econômicos e sociais se encontravam mais agravados. E essa posição é reafirmada no I Congresso Nacional de Tuberculose, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1939. Para ele, num país como o Brasil com variadas condições geográficas, onde a cultura e a civilização se dispersavam de modo heterogêneo, não era possível que fossem desprezadas as características regionais a exemplo da "influência racial", da mortalidade na zona rural e da inter-relação entre a tuberculose e doenças como a malária, a verminoses e a esquistossomose (Revista Arquivos, 1939: 57-70). Silveira aproveitava para dizer que só os institutos de pesquisa teriam condição de dar essas respostas. Portanto a ênfase nas especificidades regionais era também uma forma de valorizar o IBIT.

Dentre o pronunciamento de Silveira nesse congresso merece destaque o que dizia respeito à "feição racial". Para ele, o problema da incidência da tuberculose nos "pretos" na Bahia não poderia ser resumido a primo-infecção, nem a questões sócio-econômicas. Por isso ele estudou a tuberculose entre os detentos da penitenciária e entre os bombeiros, pois faziam parte de uma mesma coletividade. Para ele, havia uma diferença na constituição do pulmão do "preto", que conservava, na grande maioria dos casos, uma estrutura infantil. Daí a doença se manifestar de forma tão grave. Isso não queria dizer que a tuberculose dos "pretos" na Bahia fosse vistas na dependência exclusiva de fatores raciais. Ele concluía dizendo que essas questões continuam em aberto "sendo inseguras as doutrinas até então formuladas, sobretudo as que desprezavam inteiramente as influências raciais" (Revista Arquivos, 1939: 75-87).

Mas se não era possível chegar a conclusões definitivas, por que dizia que os fatores raciais não podiam ser afastados? Em última instância ele estaria retomando a tradição

aberta pela medicina legal na Bahia com os estudos de Nina Rodrigues, sempre na tentativa de demonstrar a degeneração dos grupos minoritários como os loucos, os criminosos e os negros (COSTA, 1997; SCHWARCZ, 1993).

José Silveira publicou sobre diversos assuntos, dialogando com tisiologistas de outros estados e países. Mas ele procurava respaldar suas argumentações nas pesquisas que vinha desenvolvendo e marcar posição com as chamadas "questões regionais". Aliás, o II Congresso Nacional de Tuberculose que ocorreu em 1941 teve como um dos temas oficiais a tuberculose rural e nos pequenos centros urbanos do país. Os congressistas chegaram à conclusão que a zona rural vinha sendo progressivamente infectada pela tuberculose, sendo necessário continuar a investigação e instalar hospitais regionais. É provável que a inclusão desse tema tivesse tido influência da "bancada da Bahia" a qual sempre o pontuou como um aspecto importante a ser considerado.

A partir do exposto acima é possível dizer que o discurso regionalista de José Silveira sobre tuberculose tem duas dimensões. Uma com perspectivas generalistas na qual a tuberculose é apresentada como problema nacional. O enfoque voltava-se para a retomada de um passado onde "nasceu a medicina". Considerando a Bahia como o "centro", nem Norte, nem Sul, seu entendimento de regionalismo tendia para uma perspectiva de centralismo às avessas. Uma segunda dimensão evocava as especificidades regionais. Era uma forma de mostrar um conhecimento da região no que diz respeito à doença. Nesse caso o regional vinculava-se à pobreza local, às questões rurais e raciais. Silveira afirmava uma regionalidade no que diz respeito à tuberculose como forma de construí-la, ao tempo em que se constituía como tisiologista do norte. Mas ambas as dimensões eram estratégias discursivas de poder, eram formas de garantir espaços em âmbito nacional e estadual. Afinal, quando ele começou a atuar como tisiologista, outros profissionais já o faziam. Silveira teve dificuldade de se inserir na área de tisiologia, principalmente nas instituições públicas.[3] Fundou o IBIT como uma instituição privada e sempre se referiu a esse momento como um marco. Era como se a história da tuberculose na Bahia fosse dividida entre antes e depois do IBIT.

Também em ambas as dimensões, o regional não representava um simples apego ao tradicional, um contraponto à mudança. O apelo ao regional em Silveira era uma evocação

[3] Isso por exemplo fica evidente nas suas publicações. Ao buscar inserção na área de tisiologia, em 1935, através da apresentação no I Congresso Regional de Medicina da Bahia, de um plano de combate da tuberculose, teve sua proposta rejeitada pelo governo do estado. Mas pouco tempo depois parte das suas propostas foram implantadas, inclusive foi criada a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, em 1936 e em 1937 foi aprovada a construção do Hospital Santa Terezinha, instituição publica estadual para tuberculosos. Tanto a Inspetoria quanto o hospital foram dirigidos pelo médico tisiologista César de Araújo, que inclusive já ocupava cargos na Secretaria de Saúde do Estado.

à tradição, mas era acima de tudo um chamamento à modernidade, à ciência, a tudo que consistisse em trazer para a Bahia o progresso e a civilização.[4]

A atuação profissional de Silveira buscou uma articulação com os estados do "Norte", mas também uma aproximação com o eixo sul. Nas suas primeiras publicações ele não falava em nordeste enquanto região. Seu discurso é bem particular do entendimento que tinha do que era a Bahia. Não era uma simples identificação de um espaço considerado como norte ou como nordeste. Também não era possível inseri-la na parte sul. A Bahia era o "centro". Era como se fosse um coração um pouco fora do lugar.

O discurso de Silveira também diferia do inaugurado por Gilberto Freyre, o chamado regionalismo tradicionalista, que buscava unificar o discurso regionalista em torno de Pernambuco e se constituía como uma oposição a São Paulo. Silveira buscava uma articulação regional em torno da Bahia, sem ser uma oposição a São Paulo. Aliás, reconhecia que nesse estado atuavam pioneiros da luta antituberculose como Clemente Ferreira que vinha dando apoio ao IBIT, posição reafirmada nos seus livros de memória (SILVEIRA, 1977: 103). O foco de competição era o Rio de Janeiro. Ele reconhecia que nesse estado estava a vanguarda da tisiologia do Brasil. Foi inclusive no Rio que fez um aperfeiçoamento em cirurgia da tuberculose, assim que começou a atuar como tisiologista.

Aliás, a competição entre "baianos" e "cariocas" era história. Silveira remontava ao discurso de perda de poder da Bahia para o eixo sul do país, principalmente o Rio de Janeiro, cidade sempre referida como uma "metrópole", o maior centro cultural do país. Seu pai, por exemplo, homem "culto e civilizado", morou no Rio. E para lá ia levá-lo se não tivesse morrido (SILVEIRA, 1980: 38). Era comum no Rio de Janeiro a criação de instituições brasileiras. A Liga Brasileira contra a Tuberculose, A Revista Brasileira de Tuberculose. Se o que era criado no Rio tinha caráter nacional, a Bahia também podia fazê-lo. E assim o IBIT foi denominado de Instituto Brasileiro e não Instituto Baiano como a sigla poderia sugerir.

Mas até mesmo o "passado de glória" da faculdade de medicina da Bahia só existiu como estratégia discursiva. Nos seus livros de memória ele chama atenção para as dificuldades do ensino na Faculdade de Medicina da Bahia. Este era muito teórico, pouco prático e sem pesquisa. Os estudantes ao concluírem o curso "não estavam devidamente preparados para exercer a profissão" (SILVEIRA, 1980: 119). No que diz respeito à

[4] No discurso de José Silveira, a modernidade parece controlar a tradição, ao contrário do que identificou Durval Albuquerque no discurso de Gilberto Freire sobre o Nordeste no qual a tradição controla a modernidade. Ver: A Invenção do Nordeste e outras artes, p. 101.

tuberculose terminava-se o curso sem ter o conhecimento mínimo sobre a doença (SILVEIRA, 1994: 15). Era dessa forma que se ensinava medicina na Bahia, no tempo em que o Brasil se "tornava famoso pelas conquistas imortais de Oswaldo Cruz" (SILVEIRA, 1980: 98).

Ao fundar o IBIT, não negava que pretendia que o instituto conseguisse alguma descoberta pioneira. E isso ele acaba reconhecendo que não aconteceu. Para Silveira, a criação do instituto foi "um sonho quixotesco". Seu caráter "estritamente científico dificultava ainda mais a proposta". Era mais fácil conseguir ajuda para hospitais e dispensários, do que para um instituto de pesquisa, uma vez que os resultados quase nunca eram visualizados de imediato (Arquivos do IBIT, 1954: 1).

Nas suas palavras: infelizmente o IBIT "continuou a ser um Instituo de Província". Aplaudido e honrado, mesmo por eminentes técnicos e governantes. Mas nunca passou pelo "espírito da Alta Administração do país, torná-lo brasileiro", dando-lhe recursos econômicos, humano e material, para que se constituísse numa "verdadeira organização nacional". A Bahia não tinha tanto prestígio. Nem seu solo estava preparado para receber tão "complexa e transcendente estrutura". Tanto assim, que ao se falar de Instituto de Pesquisa para a Tuberculose, "só se pensa no Rio de Janeiro" (SILVEIRA, 1977: 78-79).

Mas esse desabafo não parece corresponder à trajetória da instituição, marcada por conquistas e vitórias tantas vezes lembradas por José Silveira na sua produção científica e memorialista. O IBIT e Silveira tiveram reconhecimento nacional e internacional. Tamanho pessimismo poderia ser simplesmente a frustração de expectativas maiores, afinal, onde "nasceu a medicina" do Brasil, poderia ter sido descoberta a cura da tuberculose. Talvez assim o Instituto tivesse sido uma "organização brasileira", centralizadora das ações de tuberculose do país, como imaginou seu idealizador.

Fontes e referências bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife: FJN, Ed Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu Régua e Compasso: o saber médico legal e a questão racial na Bahia.* Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1997.
NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Fundação Ataulpho de Paiva: (liga Brasileira contra a tuberculose): um século de luta*. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.
NUNES, Fábio de Carvalho. *A Mortalidade por Tuberculose na Cidade do Salvador*. Secretaria de Educação e Saúde. Salvador-Bahia, 1949.
Revista Brasileira de Tuberculose, 1 e 2, 1946.
Revista Brasileira de Tuberculose, 9 e10, 1947.

SCHWARCZ, Lílian. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil* – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
Bahia (1930-1949). Salvador: EDUFBA, 2000.
SILVEIRA, José. *Imagens da Minha Devoção*. Salvador-Bahia, 1975.
_____ *.A Sombra de Uma Sigla*. Salvador: Gráfica Econômico e Administração LTDA, 1977.
_____ *Vela Acesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
_____ *Prado Valadares: Idéias, Doutrinas e Atitudes*. Salvador: Centro Editorial e Didático UFBA, 1982.
_____ *Uma Doença Esquecida: história da tuberculose na Bahia*. Salvador: Centro Editorial e Didático, UFBA, 1994.
SILVEIRA, José. *Os Saes de Ouro no Tratamento da Tuberculose Pulmonar: o problema de suas indicações*. In: Revista Brasileira de Tuberculose, nº 24, Ano IV, vol. V, outubro de 1935a. pp. 1715 a 1764 (encadernação do IBIT).
SILVEIRA, José. *Plano de Combate à Tuberculose*. Bahia, 1935b, (mimeo).
SILVEIRA, José. (org.) *Questões de Tuberculose*. Bahia-Brasil: Argeu Costa e Cia. Editores, 1936.
SILVEIRA, J. *O Primeiro Ano de Atividade do IBIT*. Arquivos do IBIT, Tomo II, 1938, pp. 09-16.
SILVEIRA, J. *O Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose: suas características essenciais. In*: Arquivos do IBIT, Tomo II, 1938, pp. 17-20.
SILVEIRA, J. *Alocução Inaugural da 1ª Conferência Nortista de Tisiologia*. In: Arquivos do IBIT, Tomo II, 1938, pp79-85.
SILVEIRA, J. *Bases para a Organização de Luta Anti-Tuberculosa em Face do Atual Momento Epidemiológico do Brasil*. In: Revista Arquivos do IBIT, Tomo III, 1939, pp. 59 a 74.
SILVEIRA, J. *Em Nome dos Congressistas*. In: Revista Arquivos do IBIT, Tomo III, 1939, p. 56-57.
SILVEIRA, J. *Sobre as Formas Anatomo-Clínicas da Tuberculose Pulmonar nos Negros da Bahia*. In: Revista Arquivos, Tomo III, 1939, pp. 75-87.
SILVEIRA, J. *Discurso proferido quando foi empossado o conselho administrativo do IBIT*. In: Revista Arquivos, 1940, p. 15-23.
SILVIERA, J. Arquivos do IBIT de 1954, p. 01.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A tecedura da fábula do trabalho no Brasil

Haroldo Gomes da Silva[1]

Resumo: A história social do trabalho no Brasil narra a aventura de um sujeito, seja o trabalhador ou suas formas de luta e de organização, registra a luta de uma classe (trabalhadora) contra outra (burguesia) e, ao fazer isso, reproduz a noção de que o trabalho é central na sociedade, na política e na vida de todos. Nessa perspectiva não questiona a invenção da ética do trabalho no Brasil como um enunciado que fundamenta a sociedade, que referencia as pessoas num tempo em que tudo é feito para torná-lo raro. Ou seja, a história social, ao urdir os fios que tecem a fábula do trabalho no país acaba proclamando a vitória do capital sobre uma humanidade subjugada de trabalhadores que não são mais, e que não podem ser, outra coisa, quando se trata de quebrar a capacidade do trabalho de homogeneizar tudo o que não é com ele.
Palavras-chave: História – Trabalho – Sindicalismo.

Résumé: L'histoire sociale du travail au Brésil relate l'aventure d'un sujet, à savoir l'ouvrier ou ses formes de combat et d'organisation. Elle enregistre le combat d'une classe (ouvrière) contre une autre (bourgeoisie) et, en faisant cela, elle reproduit la notion qui le travail est au centre de la société, de la politique et de la vie de tous. Dans cette perspective, elle ne met pas en question l'invention éthique du travail au Brésil comme un énoncé qui pose les fondements de la société et donne des points de repère dans une période où tout est fait pour les rendre rares. Ainsi, au moment où l'histoire sociale ourdit les fils qui tissent la fable du travail dans le pays, elle proclame aussi la victoire du capital sur une humanité assujettie d'ouvriers qui ne sont plus, et qui ne peuvent pas être une autre chose, quand il s'agit de briser la capacité de travail et d' homogénéiser tout ce que n'en fait pas partie.
Mots-clés: Histoire – Travail – Syndicalisme.

Gregor Samsa é um personagem kafkiano (*A Metamorfose – 1912*), que certa manhã acorda transformado num inseto monstruoso e amedrontador, de quem todos (família, amigos, colegas de trabalho...) se afastam, deixando-o morrer lentamente. Samsa sofre ao se ver transformado numa coisa horrível, sente a dor da inutilidade e da solidão decorrente, condenado à morte no tempo que passa e corre em velocidade, toma consciência da falsidade de sua própria existência. Naquele fatídico dia da metamorfose, Samsa se pergunta: "— O que me aconteceu?". Essa é a pergunta que, quem precisa do trabalho para sobreviver, malabarista nesse estreito muro que é o mundo do trabalho atualmente, se faz: "— O que me aconteceu? Em que estou me tornando?".

[1] Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O trabalho assalariado está sendo abolido, a economia cada vez menos necessita do trabalho para gerar riquezas. A sociedade do trabalho existe apenas no imaginário das pessoas, conservando na vida e na consciência de cada uma, a sua centralidade. Adere-se com naturalidade ao enunciado de que o trabalho fundamenta a vida e dignifica o homem. As próprias pessoas precisam ser edificadas, construídas. Tudo é trabalho. Ele está por todos os lados. É pelo trabalho que as pessoas sobrevivem. Viver é laborar. Quem não adere a esse estilo de vida é considerado preguiçoso, vagabundo, "sem futuro", imprestável e é posto à margem da história. Funciona a equação de que para garantir a sobrevivência, o atendimento das necessidades básicas, precisa-se de uma renda mínima e a única forma honesta e digna de dispor desse recurso é pelo trabalho. Renda sem trabalho é indigna salvo quando atende aos inválidos ("improdutivos") da sociedade salarial: idosos, doentes, deficientes físicos, miseráveis, crianças.

Na historiografia, o tema trabalho tem sido, quase exclusivamente, objeto de estudo da história social. No Brasil, os trabalhos pioneiros em história social do trabalho remontam à década de 60 e foram desenvolvidos por sociólogos, tendo como objeto de estudo, principalmente, a trajetória do movimento operário. Os mais recentes incluem temas diversos: história do movimento operário e o controle social nas fábricas e fora delas, o processo histórico de construção de uma identidade operária, entre outros (CASTRO, 1997:55). Em artigo recente, Negro e Gomes (2006:217), apresentam "a necessidade de uma escrita da história do trabalho não apenas pautada numa classe trabalhadora exclusivamente branca, fabril, de ascendência européia, masculina e urbana". Os autores criticam uma certa corrente historiográfica brasileira de silenciar "sobre o longo e diversificado processo de formação da classe", que não questionou a exclusão por meio da qual "não figura o trabalhador escravo, a personagem de três séculos de nossa história" (NEGRO e GOMES, 2006:222). O artigo constrói a idéia de diversificação na constituição da classe trabalhadora brasileira, afirma o propósito de incluir o trabalhador escravo nessa categoria e alargar o espaço de constituição da classe, codificá-lo também como responsável na edificação da moderna sociedade do trabalho, "aquela em que as pessoas são definidas e descritas na sua cidadania pelo trabalho assalariado que possuem" (NEUTZLING, 2005:5). Deve-se, enfim, à história social um conjunto de dados, informações e leituras sobre o trabalho no Brasil, pesquisas de larga importância e significado em nossa historiografia. A contribuição da história social para o entendimento do mundo do trabalho no Brasil é inegável.

No entanto, continua-se não se perguntando como o trabalho foi historicamente construído enquanto um enunciado que fundamenta a sociedade, que referencia as pessoas

num tempo em que tudo é feito para torná-lo raro. Neste artigo, perguntamo-nos: como a história social ajudou a construir a noção de centralidade do trabalho na sociedade brasileira? Como se compôs a fábula do trabalho no Brasil, a partir da grande marcha da "classe trabalhadora" em sua luta contra a "burguesia" e em direção ao "reino da liberdade"?

Em primeiro lugar, narrando a aventura de um sujeito, seja o trabalhador ou suas formas de luta e organização. Na década de 60, quando das primeiras pesquisas em história social do trabalho no Brasil, o esforço se concentrou em compreender as organizações sindicais e formas de mobilização do trabalhador, sua formação e movimento. A história funcionando como um "pano de fundo" que dá sentido à formação de uma instituição: o sindicato; o cenário onde ocorrem todas as lutas, o enquadramento do texto. Abundam as generalizações: proletariado, militante, classe operária, greve, organização sindical, massa. Os trabalhadores, subtraídos em sua individualidade, foram assemelhados a uma massa amorfa, ora definidos pelo seu lugar nas relações de produção ora caracterizados também pela especificidade cultural, pela identidade brasileira. Em ambos os casos, um universal, "classe em si". Tirante as diferenças de ponto de vista nesse período, a análise se constituiu numa tentativa de compreender o papel do sindicato de trabalhadores, no processo de modernização capitalista brasileiro, enquanto um instrumento de luta seja para reforma seja para revolução.

Nesse momento, o interesse pelo tema advém da importância crescente das organizações sindicais na vida das sociedades industrializadas e do surgimento de novos ramos na "ciência sociológica", "como a Sociologia Industrial e a Sociologia do Trabalho". Havia uma preocupação em compreender a formação do proletariado no Brasil e analisar melhor o seu comportamento efetivo, suas aspirações, sua atitude com relação aos sindicatos, aos partidos e ao trabalho. O argumento era de que essa tarefa vinha sendo realizada exclusivamente por militantes e grupos políticos quando as sociedades industriais valorizavam mais o conhecimento científico, tendo necessidade de informações "mais seguras, isentas de deformações ideológicas e de partidarismos" (RODRIGUES, 1966:13). Exigia-se assim um sujeito qualificado para falar do mundo do trabalho, com as ferramentas teóricas e metodológicas apropriadas, sujeito capaz de produzir discursos e fazê-los circular, difundí-los nos ambientes adequados, ritualizá-los e, assim, reproduzí-los e perpetuá-los.

As pesquisas que se desenvolveram no final da década de 70 e década de 80 do século passado, privilegiaram outros objetos. Saiu de cena a classe amorfa, a organização fechada ou a frieza estatística dos números para entrar a preocupação com os indivíduos e com as idéias, com a formação da cidadania, a constituição do povo brasileiro. A crítica aos trabalhos do período inicial se dirigiu, principalmente, à forma como a sociologia ou a

historiografia que abordou o trabalho "representavam" os trabalhadores e sua experiência na história, excluindo desta todos aqueles que não haviam participado de algum movimento ou de alguma organização, daí a preocupação com a vida que existia fora das fábricas; outros estudos se voltaram para a Primeira República na tentativa de compreender a formação da cidadania brasileira, a constituição dos trabalhadores como povo, sua prática e imaginário político, na intenção de assimilar o movimento que se processa na sociedade; outros se debruçaram ainda sobre períodos específicos como o do governo Vargas e as representações que aí nasciam sobre os trabalhadores e sua relação com o Estado, a constituição dos primeiros como atores políticos no Brasil; sem contar os muitos estudos que tentaram aprofundar o conhecimento dos trabalhadores na Primeira República, suas organizações, cultura e movimento. Mudou o objeto; afinal, os valores e perspectivas do historiador são outras, num tempo (final dos anos 70 e anos 80 do século XX) onde o movimento operário está em plena ebulição, quando se saúda a entrada em cena de novos personagens; os pressupostos metodológicos, as rotinas e procedimentos para lidar com o material de pesquisa ganharam em rigor e apuração; novos vestígios ainda não utilizados ou velhos atualizados apareceram, e tudo isso fez mudar o discurso sobre o passado no campo da historiografia do trabalho, construía-se, assim, outra narrativa, mudando-se o personagem principal.

Em segundo lugar, em ambas as abordagens, a fábula é tecida no desenrolar de uma narrativa humanitária, rica em detalhes e apoiada em informações tidas como verídicas, e na naturalização dos objetos. Registra-se uma luta, um embate que tudo determina; a história de um sujeito concreto marcado pelo conflito entre o trabalho (o bem) e o capital (o mal), um duelo entre os que sofrem e os que impingem sofrimento, seres praticados pelo espaço, constituídos pela paisagem da luta, na obsessão de encontrar uma totalidade que tudo abarque, que apreenda o fato social total, um jogo cercado pelos sete lados, uma geometria sem vida como o desenho da *casa de Mané Vaqueiro*: sem portas nem janelas. Nessa história, o historiador cumpre o papel do naturalista a fabular a vida como ela é: os infortúnios dos dominados em sua luta contra os dominadores, num apelo à solidariedade do leitor para com aqueles que sofrem ou à consciência que se quer comum dos dominados ao se constituírem em "classe para si", num jogo de relações causais que apontam para um mesmo destino, perene e contínuo, uma marcha para além da dispersão do esquecimento. No horizonte, para além do inatingível, uma planta para a construção de um corpo político, uma utopia expressa no desejo de ver a realidade transformar-se para melhor, seja em busca de uma sociedade socialista, seja desejando adaptações na moderna economia capitalista. Uma fabricação de projetos nunca concretizados pela sua incapacidade de aprisionar a sutileza da vida. Um

enredo que reúne os fenômenos ao redor de um único centro, o trabalho, valorizando-o positivamente. Uma tecedura que fez da política um jogo previsível, um conflito de "mocinhos" *versus* "bandidos", extensão da busca pela racionalização da existência e produtora de uma abordagem generalizante e totalitária, roubando-lhe a alegria espontânea de fundar o radicalmente novo, seu caráter criador e produtivo peculiar à multiplicidade da vida, seu potencial libertário e artístico de "vento que assanha cabeleira, quebra portas e vidraças e derruba prateleiras". Tecedura que ajudou a produzir militantes sombrios e tristes, ascetas da política, burocratas da revolução e funcionários da verdade.

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica focou no desejo de encontrar o passado, o que aconteceu de fato, o historiador farejando em busca das pegadas deixadas pelo homem do trabalho, suas marcas. Na escuridão do passado desconhecido, numa espécie de túnel do tempo, o historiador trabalha incansavelmente com a sua lanterna em busca de vestígios que digam algo. O documento ocupou aí um lugar central, a ele foi alegado o estatuto da prova da veracidade da fala. Sacralizado, repetido e saudado incansavelmente, instituiu-se como o verdadeiro, sem ele não haveria história. Documento quase sempre reconhecido como incompleto, limitado mas, paradoxalmente, verdadeiro. Assim são os dados estatísticos assumidos como insuficientes ou as informações exíguas que serviram de base a um ou outro historiador. Documento que deu conteúdo às formas pré-estabelecidas em pressupostos teóricos e filosóficos que, por sua vez, remetem a uma voz que se repete incansavelmente na história. Busca que quis encontrar a realidade, a origem, a essência exata do que existiu de fato, "sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo" (FOUCAULT, 1979:17). O documento traz à tona o homem do trabalho, aquele que ganha a vida honestamente, mas traz também o "bilontra", o velhaco, o espertalhão, o tribofeiro, ou mesmo o anarquista revoltado e fora de tempo e lugar no seu radicalismo; discrimina e mostra que o mito da preguiça do brasileiro é uma construção da classe dominante para justificar sua dominação de classe (CHALHOUB, 2001:80). Ou seja, para Chalhoub, o trabalhador brasileiro não seria preguiçoso, estaríamos diante de uma mentira proferida pela classe dominante para fundamentar melhor a dominação que exerce sobre a classe trabalhadora. Reproduzem-se categorias descritivas e significados que afirmam o trabalho como algo dado, natural, inquestionável, onde quem não está com ele é negativado. Discurso doutrinário que repete infatigavelmente: "fora do trabalho não há salvação".

Entretanto, ainda nos anos 80 do século XX, há quem pesquise a "vasta empresa de moralização" que se constituiu no Brasil nos primórdios da industrialização e que teve

como eixo principal "a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim já podemos chamá-lo" (RAGO, 1984:12). Estudando as práticas sociais e políticas que envolvem os trabalhadores do período citado e a resistência destes na vitalidade da ação direta, a autora configura uma outra trama, faz formigar o leitor e quebra com a elaboração positiva da figura do trabalho, mesmo reconhecendo que, para marxistas, socialistas e anarquistas da época o questionamento da ideologia do trabalho não estava na ordem do dia. Rago descreve a aporia de domesticação do operariado que nasce, o desejo do poder de eliminar a diferença, de normalizar o outro: hábitos moralizados, costumes regrados, povo civilizado.

À historiografia, portanto, se apresenta o desafio de fazer emergir, descrever e desconstruir a rede de relações que institui o trabalho como central na sociedade, sua perene permanência como atividade necessária à reprodução da vida dos indivíduos, seu caráter totalitário e purificador. Rede que fixa o não-trabalho na exceção, no anormal e no grotesco, que lhe atribui lugar e lhe estabelece o controle. No trabalho, vive-se a tirania da necessidade. Por sinal, o termo deriva da palavra latina *tripalium*, aparelho de três paus usado para sujeitar os cavalos que não se deixam ferrar, assemelhando-se à tortura, "a necessidade que nenhum homem pode suportar" (ARENDT, 1993:141). Para Arendt, "nenhuma violência exercida pelo homem, exceto aquela empregada na tortura, pode se igualar a força natural com que as necessidades da vida compelem o homem". O grito de liberdade dado por Marx no século XIX foi, fundamentalmente, um clamor pela emancipação da necessidade. Urgem outras vertentes narrativas que estilhacem a glorificação do trabalho e nos façam cantar no teatro da vida, com Arnaldo Antunes:

acabou a hora do trabalho
começou o tempo do lazer
você vai ganhar o seu salário
pra fazer o que quiser fazer
o que você gosta e gostaria
de estar fazendo noite e dia
ler, andar, ir ao cinema, brincar com seu nenén
e até mesmo trabalhar também
(ANTUNES e DADI, 2004;7)

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault na historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, nº 19/20, p. 79-100, 2004.

_____. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco. (Org.). **Retratos de Foucault**. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2000, v. , p. 117-137.
ANTUNES, Arnaldo. **Saiba**. Rio de Janeiro: Sony-BMG, 2004.
ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São P aulo: Companhia das Letras, 1987.
CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.
CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiroda Belle Époque.
DECCA, Maria Auxiliadora G. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
DIAS, Maria Odilia da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1977.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeior: Edições Graal, 1979. Nietzsche, a genealogia e a história, p. 15-37.
_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.
GOMES, Angela Maria Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho** – crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.
HARDMAN, F.F. e LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
HARDMAN, Francisco F. **Nem pátria, nem patrão**: vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.
KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
KEITH, Jenkins. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
LOBO, Eulália M. L. (org). **Rio de Janeiro operário**: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1940.
NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas – uma história social do trabalho. **Revista Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 217-240.
NEUTZLING, Inacio. Sociedade do trabalho e sociedade sustentável. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Cadernos IHU Em Formação – Ano I – Nº 5 – 2005. **A crise da sociedade do trabalho**. p. 5-7.
RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890/1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
_____. O efeito – Foucault na historiografia brasileira. **Revista Tempo Social**, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.
RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.
SIMÃO, Aziz. **Sindicato e Estado, suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus, Edusp, 1966.
SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência**. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense, 1989.
VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: UNB, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Saneamento, Eugenia e Literatura:
Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato.(1914-1926)

Paula Arantes Botelho Briglia Habib[1]

Resumo: A objetivo central deste texto é mostrar a relação entre Renato Kehl, um médico eugenista e Monteiro Lobato, um literato. A questão principal é procurar compreender a constituição de uma rede entre a literatura e a ciência em um período específico da história brasileira. Neste sentido, as obras de Monteiro Lobato, Renato Kehl e a correspondência entre ambos ganham especial dimensão dentro do debate eugênico e, principalmente no processo de difusão e divulgação da eugenia no Brasil.
Palavras-chave: Eugenia – Renato Kehl – Monteiro Lobato.

Abstract: The aim of this paper is to show the relation between Renato Kehl, a eugenic physician and Monteiro Lobato, a writer. The ultimate issue is to look for to understand the constitution of a net between literature and science in a specific period of Brazilian history. In this direction, the workmanships of Monteiro Lobato, Renato Kehl and the correspondence between both inside gain special dimension of eugenic debate e, mainly in the process of diffusion and spreading of the eugenics in Brazil.
Keywords: Eugenics – Renato Kehl – Monteiro Lobato

> *Acabo de ler sua conferência sobre eugenia, lida na A. C. de M. e confesso-me envergonhado por só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o teu, untado para tão nobres ideais e servido, na expressão do pensamento, para um estilo verdadeiramente 'eugênico'pela clareza, equilíbrio e rigor vernacular*.(Correspondência de Monteiro Lobato a Renato Kehl. São Paulo, 06/04/1918. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC.).

Esta é a primeira de uma série de cartas enviadas por Monteiro Lobato a Renato Kehl. O texto que o escritor acabara de ler é a primeira Conferência Eugênica realizada em 1917 na Associação Cristã de Moços, considerada por Kehl o marco fundador do movimento eugênico no Brasil. Na data da carta, Monteiro Lobato era um escritor e editor de renome no meio intelectual brasileiro, com diversos contos e crônicas publicadas nos mais diferentes jornais e revistas. Essa carta foi o início de uma relação produtiva e duradoura entre o futuro escritor de famosas histórias infantis e o principal protagonista do movimento eugênico brasileiro.

[1] Mestre em História Social pela UNICAMP e Doutoranda em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz (COC)/ FIOCRUZ. Bolsa FIOCRUZ.

A carreira literária de Lobato teve início em 1914, com a publicação de duas crônicas no jornal *O Estado de São Paulo*, um dos principais periódicos do Brasil. As crônicas "Uma Velha Praga" e "Urupês"(LOBATO,1914) foram escritas quando morou e administrou a Fazenda do Buquira. O "piolho da terra" ou "funesto parasita da terra", Jeca Tatu, foi descrito como uma figura parasitária, indolente, preguiçosa, ignorante, inapta ao trabalho, sem nenhum tipo de sentimento patriótico, e que nada fazia além de tornar o solo estéril e prejudicar o desenvolvimento do país. A figura do caboclo nacional era incapaz de adaptar-se à civilização e ao progresso. A grande questão era a miscigenação e suas conseqüências degenerativas à espécie.

Três anos após o "nascimento" de Jeca Tatu teve início no Brasil a campanha eugênica e como principal protagonista do movimento, Renato Kehl. O discurso proferido na ACM em São Paulo tinha um objetivo claro: convencer os ouvintes da urgente necessidade de implementação das principais medidas eugênicas no Brasil. Para Kehl, as armas fundamentais para a constituição de uma população brasileira "forte, sã e robusta" seriam: a luta contra as doenças consideradas "males sociais"(sífilis, tuberculose, alcoolismo), leis restritivas aos casamentos disgênicos e a constituição de uma especialidade dentro do Direito, o Direito Eugênico.

Em um período de forte nacionalismo no Brasil aliado à percepção de que era necessário regenerar a população, a crença na transmissão dos caracteres adquiridos trouxe a aproximação com as idéias do saneamento. Segundo Stepan(STEPAN,2005:78-84), a eugenia latino-americana teve uma clara influência da eugenia francesa, em especial no Brasil. A idéia de que o indivíduo, ao longo de sua vida, acumulava seus caracteres adquiridos e os transmitia a geração seguinte, pareceu aos eugenistas mais interessante e, principalmente, mais eficiente do ponto de vista do controle social e político. Assim, politicamente, o neolamarckismo apresentou uma visão mais otimista da evolução e permitiu uma aproximação com a tradição do sanitarismo e da higiene. Nesse sentido, é importante destacar que a eugenia no Brasil deve ser entendida como metáfora para a própria saúde nacional.

A equação, "sanear é eugenizar", ganhou fortes contornos de campanha em 1918. A publicação do relatório de viagem de Belisário Penna e Arthur Neiva em 1916 deu início à campanha pelo saneamento dos sertões(LIMA,1999). Inspirado pelo movimento, Lobato publicou pelo jornal *O Estado de São Paulo*, as "crônicas do saneamento" que apresentaram para o leitor o interior brasileiro doente. Doente pelas doenças endêmicas e epidêmicas e pelo abandono do Estado. A preguiça e a indolência do Jeca Tatu, que em 1914 era um problema puramente racial, de uma raça miscigenada, em 1918 teve como complemento a doença que

assolava o caboclo. A doença passou a ser entendida como a metáfora para o Brasil. Segundo Lima e Hochman, foi crucial para o movimento sanitarista "a descoberta da importância sociológica da doença" (LIMA&HOCHMAN,1996:37) na discussão sobre a identidade nacional e trouxe uma nova chave explicativa. A melhor saída era sanear os Jecas Tatus, tarefa essa que deveria ser empreendida pelo Estado brasileiro.

O sucesso das crônicas de Lobato foi imediato. O escritor havia associado duas discussões que eram de extrema relevância para o período: saneamento rural e questão nacional. A relação foi feita como uma equação: saneamento rural = patriotismo. O resultado dessa luta pelo saneamento rural empreendida por Monteiro Lobato é sintomático não apenas da importância e dimensão do assunto em 1918 como também da relação entre o literato e editor e Renato Kehl. Por iniciativa da Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada por Belisário Penna e da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por Kehl, ambas em 1918, as crônicas do saneamento de Lobato foram compiladas e publicadas como livro, no mesmo 1918. As 16 crônicas tornaram-se um livro de 105 páginas, publicado pela Edição da Revista do Brasil, com o sugestivo título de *Problema Vital*(LOBATO,1918).

Membro das duas Sociedades, Renato Kehl escreveu o prefácio ao livro de Monteiro Lobato. No "Proêmio", o médico reafirmou a importância do saneamento rural, louvou os cientistas de Manguinhos e elogiou a iniciativa e a coragem de Lobato em publicar as crônicas. Para Kehl, Lobato era "a franqueza patriótica em ação" e "uma das mais brilhantes e promissoras mentalidades da nova geração brasileira"(KEHL, 1918:4). O médico afirmou ainda que a Liga Pró-Saneamento e a Sociedade Eugênica estavam unindo forças para "propugnar pelo avigoramento da raça e, portanto, para o progresso do Brasil". O objetivo da publicação de *Problema Vital* era conseguir mais aliados para o que Kehl denominou de "a maior preocupação do momento nacional: o saneamento".(KEHL,1918:6)

A campanha pelo saneamento rural fez que Lobato "reformasse" seu personagem mais famoso até então. A figura parasitária, indolente e preguiçosa do caboclo nacional, resultado da "má semente" brasileira não condizia mais com a imagem do sertão e do sertanejo doente. Jeca Tatu tornou-se Jeca Tatuzinho, e a frase que representou o pedido de desculpas de Lobato emblemática da representação do Brasil doente: "O Jeca não é assim: está assim". Em 1919, o autor escreveu o conto "Jeca Tatu. A Ressurreição", incorporada nas edições seguinte de Problema Vital.

As campanhas empreendidas em jornais e revistas serviram para a "vulgarização" da eugenia. Mas Kehl pretendia estabelecer relações e contatos com eugenistas latino-americanos, norte-americanos e europeus. Nessa perspectiva, entendeu que a melhor forma

para o estabelecimento de tal contato deveria ser feita institucionalmente. Foi assim que em 15 de Janeiro de 1918, Renato Kehl fundou em conjunto com o médico Arnaldo Vieira de Carvalho a Sociedade Eugênica de São Paulo, vista como uma iniciativa nacionalista e uma obra de regeneração nacional.

O discurso de Renato Kehl, bem como a Sessão Inaugural da Sociedade, as três Sessões Ordinárias seguintes, a lista de membros, os Estatutos e mais vintes artigos sobre eugenia escritos por Kehl, Victor Delfino, Paz Soldan e outros nomes da eugenia nacional e internacional foram publicados como *Annaes de Eugenia*. O livro de 260 páginas, em uma edição caprichada foi publicado pela Edição da Revista do Brasil, ainda de propriedade de Monteiro Lobato. Na 1ª Sessão Ordinária, realizada em 03 de Abril de 1918, foi proposta a compilação dos artigos de Lobato sobre o saneamento dos sertões, o futuro *Problema Vital*. Apesar da importância e destaque da Sociedade Eugênica, alguns contratempos fizeram com que ela fosse extinta em 1919. Apesar do fim da instituição que representou por pouco tempo os ideais eugênicos no Brasil, tanto Kehl quanto Lobato continuaram a acreditar e a divulgar "a ciência do aperfeiçoamento físico e moral da espécie".

Em 1923, mais crente das vantagens da eugenia e da necessidade de implementação de medidas eugênicas no Brasil, Lobato trouxe a público um livro de Renato Kehl, *A Cura da Fealdade*, de 510 páginas, cuidadosamente editado. O Jeca Tatu de Monteiro Lobato serviu de exemplo para a "caricatura grotesca do brasileiro cacogenizado"(KEHL,1923:166) em contraposição a imagens de algumas famosas estátuas gregas, tabelas de medidas antropométricas, o famoso desenho de Leonardo da Vinci, "O Homem Vitruviano" e fotos de homens, mulheres e crianças degeneradas seja por doenças, seja pela hereditariedade.

Para Kehl, a constatação do aumento da fealdade está diretamente relacionada a duas questões: aberração moral sexual da população, os vícios e os males sociais da sociedade moderna, e, aos caracteres raciais, transmitidos hereditariamente através da intensa miscigenação. A expressão vulgarizada na literatura brasileira, "cadinho de cruzamentos" é vista como altamente prejudicial aos propósitos eugênicos. O médico afirmou no livro que a raça negra é inferior intelectualmente em relação às demais raças. Além disso, se diz totalmente contrário aos cruzamentos entre raças, por ser considerado um "elemento perturbador da evolução natural e que portanto, não constitui meio de aperfeiçoamento étnico" (KEHL,1923:178/179)

Uma das inúmeras soluções apontadas por Renato Kehl para a constituição de uma população brasileira eugenicamente perfeita diz respeito à esterilização. Para o eugenista

esse era o grande exemplo a ser seguido, apesar de reconhecer que sua efetiva aplicação não seria de fácil aceitação. Duas práticas foram por ele defendidas. Em primeiro lugar, os candidatos ao matrimônio deveriam submeter-se a um exame pré-nupcial. Caso fosse constatada a possibilidade de uma prole degenerada, o casal seria esterilizado, com a única finalidade de "melhoria eugênica da raça". Um dos principais argumentos pautou-se nas melhorias genéticas empreendidas em plantas e animais.

As idéias de Lobato sobre a eugenia e sua eficácia para a eliminação da "má semente" nacional foram com o correr dos anos lapidadas e aprimoradas. Cada vez mais certo das vantagens da "ciência de Galton", o literato fez um investimento alto nas idéias eugênicas. Em 1926, *O Choque das Raças* foi publicado em forma de folhetim em *A Manhã* e no mesmo ano foi publicado como livro. A história se passa nos EUA em 2228. É interessante perceber que as propostas de Kehl para o aprimoramento da população brasileira são todas executadas em 2228 pela pena do escritor.

Em 2228 os norte-americanos brancos depararam-se com um grande problema político que passa pela questão racial: um negro presidente da República. Mas se o problema era aparentemente político, a solução poderia ser racial. Há muito tempo que a crise entre brancos e negros achava-se em um impasse: não havia condições de ambas as raças permanecerem sob o mesmo solo. Agora então que um negro se tornaria presidente, a idéia dos brancos era simples: precisavam eliminar a qualquer preço os negros do país. A solução foi arquitetada para que não falhasse: segundo nosso eugenista-literato, em 2228 os negros já haviam sido despigmentados, ou seja, a cor negra já não mais fazia parte da pele.

Apesar de terem ficado esbranquiçados, o maior sonho de todos os negros era ter o cabelo lindo e sedoso como o de qualquer ariana. John Dudley foi autorizado a fazer sua 73° invenção. Entramos aí em mais um delírio criativo de Lobato: por meio da ação de raios Omega, criado por Dudley, o sonho do cabelo liso foi realizado. Todos os negros de todas as partes do território norte-americano correram para os Postos Desencarapinhantes. Na verdade, a finalidade máxima da invenção de John Dudley era literalmente mortal para a raça negra: a total e completa esterilização. "Traída pela astúcia do branco", nas palavras da narradora, a raça negra, agora, dentro de pouco tempo deixaria de existir em território norte-americano. Todos os preceitos da eugenia negativa tornaram-se uma realidade em 2228 e o "pigmento negro" foi incluído como mais uma tara na Lei Owen de esterilização. O binômio racial transformou-se em monômio e "resolvido da maneira mais completa, sem sacrifícios dos negros existentes e sem transigência dos brancos". (LOBATO,1972:173)

> *Tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu "Choque", grito de guerra pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoarás a este estrompado amigo. Quando passares na Leite Ribeiro [Livraria no Rio de Janeiro] entra e pega com a caixa o exemplar que te destinei. Precisamos lanças, vulgarizar estas idéias. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha.* (Correspondência de Monteiro Lobato a Renato Kehl. São Paulo, sem data. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

Esta carta a Renato Kehl, escrita provavelmente por ocasião do lançamento de *O Choque das Raças*, pode ser entendida como um momento emblemático daquilo que Monteiro Lobato chamou de "guerra pró-eugenia" e da certeza de que a eugenia deveria ser implementada no Brasil. A correspondência entre ambos permanece até meados da década de 1940. Renato Kehl continuou a escrever livros sobre eugenia e enviava-os a Lobato, que agradecia em cartas. Nessas cartas para Kehl, o literato sempre demonstrou admiração e respeito pelo médico e por suas idéias, bem como não se furtava em dar alguns conselhos ao amigo. O tom das cartas de Lobato para Kehl foi sempre pessimista e podemos perceber um homem desiludido com o Brasil e com os brasileiros. Em 1938, Lobato retribui a gentileza do prefácio e os elogios de Kehl em o *Problema Vital*. No prefácio ao livro de Kehl, *Bio-Perspectivas*, além de reafirmar sua crença na ciência, Lobato afirmou que Kehl parecia aos seus olhos "o mais bem acabado tipo de cientista que a nossa atualidade pensante possui" (LOBATO,1938:9), além de explicar ao leitor o motivo de tal prefácio, reafirmando sua crença na ciência e na eugenia.

Nancy Leys Stepan afirma ser a eugenia um movimento científico e social (STEPAN, 2005: 69). Para compreendermos a eugenia é necessário estudar o movimento em si, suas formas de institucionalização, seus atores principais. Entretanto, acreditamos ser possível realizar um estudo sobre a eugenia a partir da maneira pela qual o movimento e seus preceitos interagiram e repercutiram com a sociedade. Nessa perspectiva, a literatura torna-se um instrumento interessante para o historiador, pois se vista como um testemunho histórico de seu tempo, descortina uma série de possibilidades de reflexão sobre a sociedade. A literatura não é entendida aqui nem como ficção atemporal nem como espelho fiel da realidade, mas sim como um campo privilegiado de construção do passado, presente e futuro. Intelectuais são sujeitos de sua própria época, agentes ativos da sociedade sobre a qual escreviam. No caso específico de Monteiro Lobato, o escritor acreditava que a literatura tinha uma clara missão pedagógica e esse sentido creditado por Lobato torna-se mais nítido quando pensamos em sua série de livros de histórias infantis, a saga lúdica do Sítio do Pica Pau Amarelo.

O ideal de construção da nação brasileira foi objeto de reflexão de gerações de intelectuais, políticos, médicos, bacharéis e literatos. Dessa forma, a literatura lobatiana nos

revela as preocupações e debates travados no Brasil das primeiras décadas do século XX. E sua relação de amizade com Renato Kehl não por acaso nos proporciona a chave interpretativa para uma discussão mais ampla sobre o movimento eugênico brasileiro. Certamente, a literatura de Monteiro Lobato contribuiu para que a eugenia no Brasil fosse divulgada e conhecida do grande público. Portanto, a literatura como objeto de estudo para uma melhor compreensão do movimento eugênico brasileira mostra-se relevante, uma vez que nos apresenta as idéias eugênicas de uma maneira não institucionalizada e principalmente, "vulgarizada" em jornais, revistas e livros de grande circulação.

Monteiro Lobato encarou durante toda a sua vida a "literatura como missão"(SEVCENKO, 1983). Entendia que através de sua pena, idéias e propostas deveriam e poderiam ser defendidas. A eugenia não foi a única idéia para a qual colocou sua escrita a serviço. Mas, com certeza, foi a menos inocente de todas elas. Ao longo de sua carreira como escritor, jornalista e editor, Lobato mostrou afinidade com os principais debates e, entre eles, a eugenia. Em seu único romance, o literato mostrou total familiaridade com os princípios eugênicos, com os resultados supostamente alcançados com a aplicação de proposições eugênicas e, principalmente, Lobato apresentou-se como um entusiasta de eugenia, tal qual seu amigo Renato Kehl. Assim, podemos pensar em uma rede de interlocução entre a ciência e a literatura em torno da eugenia brasileira, nas figuras de Renato Kehl e Monteiro Lobato.

Referências

Fontes:
Annaes de Eugenia – Sociedade Eugênica de São Paulo. SP: Edição Revista do Brasil, 1919.
KEHL, Renato. **A Eugenia.** SP: sem editora, 1917.
___. *Proemio*. In LOBATO, Monteiro. **Problema Vital. Artigos publicados no 'O Estado de São Paulo' e enfeixados em volume por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil.** SP: Edição Revista do Brasil, 1918.
___. **A Cura da Fealdade (Eugenia e Medicina Social)**. SP: Monteiro Lobato & Cia Editores, 1923.
LOBATO, Monteiro, "Uma Velha Praga". *O Estado de São Paulo*. 12/11/1914
___. "Urupês". *O Estado de São Paulo.* 23/12/1914.
___. **Problema Vital. Artigos publicados no 'O Estado de São Paulo' e enfeixados em volume por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil.** SP: Edição Revista do Brasil, 1918.
___. *Jeca Tatu. A Ressurreição*. In **Problema Vital**. SP: Brasiliense, 1964.
___. *Prefácio*. In KEHL, Renato. **Bio-Perspectivas. Dicionário Filosófico.** RJ: Francisco Alves, 1938.
___. **O Presidente Negro ou o Choque das Raças. O Romance Americano de 2228.** SP:Brasiliense, 1972.

Bibliografia:

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.** RJ: REVAN: IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade.** RJ: FIOCRUZ, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. SP: Brasiliense, 1983.

STEPAN, Nancy L. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** RJ: FIOCRUZ, 2004.

___. **"A Hora da Eugenia": raça, gênero e nação na América Latina.** RJ: FIOCRUZ, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estado e políticas públicas no setor de energia elétrica: a implantação do Ministério das Minas e Energia (1961-1968)

Maria Letícia Corrêa*

Resumo: Estudo sobre a formação das políticas públicas no setor de energia elétrica brasileiro, a partir da análise do processo de centralização institucional que se seguiu à criação do Ministério das Minas e Energia (MME), em 1961, até 1968. Essa etapa foi caracterizada pela nacionalização do setor, quando atividades antes exercidas predominantemente por empresas privadas estrangeiras foram incorporadas por empresas e órgãos públicos. Focaliza-se também a atuação da burocracia técnica no MME e na Eletrobrás, bem como a sua contribuição no debate sobre o nacionalismo e o desenvolvimento econômico.
Palavras-chave: Políticas públicas – Burocracias – Nacionalismo

Abstract: This study examines the formulation of public policies in the Brazilian Electric Sector, based on analysis of institutional centralization process between 1961 and 1968, following the creation of the Ministry of Mines and Energy (MME). This stage was characterized by the nationalization of Electric sector, when activities before exerted predominantly by foreign private companies had been incorporated by public agencies and companies. It also focuses the role of technical bureaucracy on MME and Eletrobras, as well as its participation on debate about Nationalism and Economic Development.
Keywords: Public policies – Bureaucracies – Nationalism

Nessa comunicação proponho uma contribuição para o entendimento da formação das políticas públicas no Brasil e também do debate em torno de posições nacionalistas que marcou fortemente o quadro político entre o final dos anos 50 e os primeiros anos da década seguinte, a partir de um estudo de caso sobre o processo de centralização institucional e concentração do processo decisório que se seguiu à criação do Ministério das Minas e Energia (MME) em 1961 e da Eletrobrás, no ano seguinte, até o início do regime militar. Emprego aqui o termo *nacionalismo* tanto como identificado à noção de elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional – remontando portanto à tradição elitista que tinha suas origens na República Velha, representada desde então por grupos de técnicos e setores militares que atuavam ao mesmo tempo como suportes dessa ideologia e executores de políticas públicas –

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora recém-doutora no Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A comunicação apresenta resultados de pesquisa desenvolvida com recursos de bolsa de Fixação de Pesquisador da FAPERJ.

como, também, no sentido assumido a partir da década de 1950, enquanto "instrumento de mobilização popular" (SOLA, 1998: 60-61). Embora esse tema tenha sido retomado em pesquisas recentes, como por exemplo na avaliação das representações ligadas à figura de Getúlio Vargas ou do contexto que antecedeu o golpe militar (DELGADO, 2003: 136-138; FERREIRA, 2004: 189-210) e na análise dos projetos ligados ao nacional-desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKI, 1995: 127-162), a perspectiva aqui adotada distingue-se desses trabalhos por tomar como objeto diretamente as práticas políticas e institucionais, ao lado das representações.

A criação do Ministério das Minas e Energia foi proposta pela primeira vez em 1941, por técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) do Ministério da Agricultura, quando o então diretor do departamento, Antonio José Alves de Souza, sugeriu a organização de um *Instituto de Minas, Metalurgia e Energia*, constituído por um departamento de Petróleo e um departamento de Águas e Energia, ou de um *Ministério das Minas, Metalurgia e Energia* (MME, 1967: 17-18). O projeto vinculava-se ao conjunto de ações relativas ao aumento da capacidade de intervenção do Estado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), tendo como contrapartida a constituição dos diversos conselhos reguladores da presidência da República (Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, entre outros) e do Ministério da Fazenda (Conselho Técnico de Economia e Finanças), e também das empresas do governo federal atuando em setores-chave, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce (MENDONÇA, 1990: 247).

Em 1943, o coronel Bernardino C. de Mattos Netto, membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, sugeriu a criação do Ministério das Minas e Energia, abrangendo a Universidade Técnica, na qual seria transformada a Escola de Minas de Ouro Preto, o Departamento Nacional de Industrialização, o Departamento Nacional de Combustíveis, o Departamento Nacional de Águas e Energia e o Instituto Nacional de Pedras Preciosas (MME, 1967: 18). É de se notar, em ambas as propostas, o estabelecimento da associação entre as ações nos diversos setores da área de mineração e energia, como os de combustíveis e eletricidade, e a necessidade de criação de órgãos destinados a equacionar a política para o setor industrial.

Os esforços nesse sentido tiveram desenvolvimento no projeto de reforma administrativa apresentado por Vargas ao Congresso Nacional em agosto de 1953, quando foi prevista a criação dos três novos ministérios das Minas e Energia, da Indústria e Comércio e dos Serviços Sociais, sendo esse último encarregado dos assuntos relativos à previdência e

assistência social (BRANDI, 2001: 5950)[1]. Em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a Comissão de Projetos e Estudos Administrativos (CEPA) da presidência da República definiu o Ministério das Minas e Energia como o órgão de estudo e execução da política econômica e administrativa do governo relacionada com a produção mineral, metalúrgica e de energia, tendo encaminhado, também, um projeto para a estruturação da nova pasta.

O Ministério das Minas e Energia foi criado pela Lei n.º 3.782, de julho de 1960, como órgão encarregado de todos os assuntos relativos à produção mineral e energia, excluindo-se de sua alçada os setores metalúrgico e de siderurgia, que haviam sido contemplados nos projetos anteriores e passaram então a integrar a área de atuação do Ministério da Indústria e Comércio, instituído pelo mesmo ato legislativo. Foi instalado em 1º de fevereiro de 1961, logo após a posse de Jânio Quadros (1961), sendo o primeiro a ocupar a pasta o político pernambucano João Agripino, que se destacara como um dos articuladores da campanha de Jânio e antigo integrante da chamada ala "banda de música" da União Democrática Nacional (UDN).

No Gabinete Tancredo Neves, na fase parlamentarista do governo de João Goulart, a pasta das Minas e Energia foi entregue a Gabriel Passos, também da UDN, que permaneceu no cargo entre setembro de 1961 e junho de 1962, data de seu falecimento. Em seguida, o cargo foi ocupado por João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre julho e setembro de 1962, pelo engenheiro e empresário Eliezer Batista, de setembro de 1962 a junho de 1963, e por Antonio Ferreira de Oliveira Brito, do Partido Social Democrático (PSD), entre junho de 1963 e abril de 1964.

A estrutura básica do MME foi definida pelo Decreto n.º 50.390, de março de 1961, e incorporou órgãos existentes da presidência da República, como o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, além da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, antes vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, e o DNPM, até então a principal agência responsável pelas atividades desse setor. Ficaram sob a jurisdição do MME, também, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional, a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobrás (BRITO, 1992: 40).

A instalação do MME ocorreu numa conjuntura de revigoramento do debate

1 A implementação das diretrizes do projeto da reforma administrativa seria concluída com a criação dos ministérios das Minas e Energia e da Indústria e Comércio, em 1960, e do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974 (BRANDI, 2001: 5950).

nacionalista, sobretudo no Congresso Nacional, face à atuação de grupos como a Frente Parlamentar Nacionalista – que teve entre seus fundadores o próprio Gabriel Passos – e a Frente de Mobilização Popular, e em razão da radicalização da campanha das reformas de base, que colocava em pauta temas como a encampação das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos e o monopólio estatal nos setores estratégicos. (PASSOS, 1989: 7). Esse contexto influenciou claramente a definição de diretrizes da política do ministério e as principais ações voltadas para os setores de energia elétrica e mineração, pelo menos até a mudança do regime, em abril de 1964 (MME, 1967: 17-22), embora, ao lado do que pode ser sugerido sobre o caráter nacionalista ou mesmo radical dessas políticas públicas, deva ser considerado, também, como condicionante das mesmas, o imperativo de compor com os diversos grupos e partidos no Congresso e ainda com os governos estaduais. Nesse sentido, o novo formato institucional materializado no MME e a política pública correspondente passavam a incluir e a representar, ao lado dos interesses organizados a partir das empresas do governo federal, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Eletrobrás, também as empresas dos governos estaduais, como a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e empresas do governo de São Paulo (Usinas Elétricas do Paranapanema - Uselpa e a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo - Cherp).

Ainda durante a gestão de João Agripino foi enfrentada a questão bastante controversa relativa ao exame da situação jurídica das concessões de exploração de jazidas minerais da Hanna Mining Company, empresa norte-americana que se instalara no Brasil em 1958, operando na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais[2]. A iniciativa resultou, em agosto de 1961, na anulação das autorizações dadas em favor da Hanna, quando as respectivas jazidas foram restituídas à reserva nacional[3], em ação que, longe de poder ser considerada simplesmente como nacionalista ou "radical", respondia diretamente a interesses conflitantes com os da companhia norte-americana, como os das empresas do setor siderúrgico instaladas em Minas Gerais, também associadas ao capital estrangeiro (CVRD, 1992: 269).

2 No governo Kubitschek a política do minério de ferro foi examinada no Conselho do Desenvolvimento e por comissão integrada pelo ministro da Fazenda José Maria Alkmin, Mário da Silva Pinto (DNPM), Francisco de Sá Lessa (CVRD), Roberto Campos e Lucas Lopes (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), no trabalho que deu origem ao Documento n. º 18 do mesmo Conselho, cuja divulgação suscitou intensa polêmica, dada a orientação liberal e o apelo ao capital estrangeiro, nele contido (LOPES, 1988: 198). Assim, a chegada da Hanna Mining, cujas operações estendiam-se pelos Estados Unidos, Austrália e Canadá, ajustava-se à política mineral preconizada no Programa de Metas, cujas diretrizes haviam previsto o incremento da participação de empresas estrangeiras para o atendimento das metas físicas e econômicas. (CVRD, 1992: 250-251). As anulações do governo Goulart seriam revogadas em 1964, na gestão de Mauro Thibau no MME.

3 João Agripino esteve ao lado dos nacionalistas também nos casos da elaboração dos projetos de lei antitruste e de limitação da remessa de lucros para o exterior, divergindo dos ministros Clemente Mariani, da Fazenda, de Oscar Pedroso Horta, da Justiça (CARNEIRO, 2001).

O processo de constituição da Eletrobrás foi iniciado em outubro de 1961[4], no governo de João Goulart, quando um grupo de trabalho criado por Gabriel Passos (Portaria n.º 236, de 11 de outubro) e presidido por Paulo Richer, antigo técnico do DNPM ligado por vínculos políticos e de parentesco ao presidente e ao ex-governador do Rio Grande do Sul e então deputado Leonel Brizola[5], promoveu um inquérito sobre a organização da empresa. Além de Richer, o grupo de trabalho foi integrado por Walter Tolentino Álvares, consultor jurídico da Cemig, pelo Coronel Orlando Costa Canário e pelo engenheiro Luiz Dias Ferreira (RICHER, 1975: 8-14).

A Eletrobrás foi instalada oficialmente em 11 de junho de 1962, tendo como atribuições os estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão de energia elétrica e contando com quatro subsidiárias (Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Central Elétrica de Furnas, Termelétrica de Charqueadas e Companhia Hidro Elétrica do Vale do Paraíba). A primeira diretoria foi composta por Paulo Richer, que ocupou a presidência até abril de 1964, pelos já citado Walter Tolentino Alves, pelo economista José Ribeiro Lira, do BNDE, e pelo engenheiro e político mineiro Aureliano Chaves[6], então deputado pela UDN na Assembléia Legislativa mineira, ligado ao governador Magalhães Pinto, do mesmo partido. Note-se, também nesse caso, a prevalência do interesse não somente em atender às reivindicações dos grupos nacionalistas no Congresso, como também em promover o alinhamento com os governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo, o que se manifestou, como indicado, tanto na composição da diretoria, que teve dois dos cargos ocupados por elementos ligados à administração estadual mineira, como também nos entendimentos mantidos por Richer junto ao governador Ademar de Barros, de São Paulo, que levaram à indicação do engenheiro Mário Lopes Leão, ex-presidente das estatais paulistas Uselpa e da Cherp, para a chefia dos estudos para o aproveitamento de Sete Quedas, no rio Paraná, primeira medida de maior impacto, no âmbito do planejamento, tomada pela empresa (RICHER, 1991: 182-184). Com a criação da Eletrobrás, a carteira de aplicações do Fundo Federal de Eletrificação – que fora instituído em 1954 para o financiamento dos programas de eletrificação estaduais e federal e até então estivera sob a responsabilidade do BNDE – foi

4 O projeto de criação da Eletrobrás foi proposto por Vargas em abril de 1954, aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1960, no final do governo Kubitschek, e foi transformado na Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, na presidência de Jânio Quadros. Bastante modificado ao longo da tramitação, foi vetada a participação da empresa, prevista na proposta original, na indústria de material elétrico pesado, setor cujas atividades ficaram restritas aos grandes grupos privados estrangeiros (BRANDI, 2001).

5 Paulo Richer era casado com Teresa Goulart Macedo, sobrinha de João Goulart e de Neuza Goulart Brizola, casada, por sua vez, com Leonel Brizola. (RICHER, 1991: 41-42).

6 Aureliano Chaves foi ministro das Minas e Energia de 1985 a 1988, no governo de José Sarney (1985-1990) (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 2002: 73-75).

transferida à nova empresa, concentrando-se suas atividades na área econômico-financeira e nas decisões relativas à distribuição dos recursos aos empreendimentos estaduais. Já em novembro de 1962 foi aprovada a Lei n.º 4.156 que garantiu o incremento do Fundo Federal de Eletrificação, a partir da transformação do Imposto Único sobre Energia Elétrica em imposto *ad valorem*, e instituindo o empréstimo compulsório a ser pago pelos consumidores em troca de obrigações da empresa.

Em maio de 1962 foi criada a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), encarregada de examinar a proposta de encampação das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, na qual teve destaque o exame da situação das empresas do grupo norte-americano American and Foreign Power Company (Amforp), que operava nas principais capitais dos estados do Nordeste e do Sul do país e também no interior do estado de São Paulo. A criação da Conesp foi também uma reação do governo de João Goulart à encampação da Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da International Telephone & Telegraph (ITT) pelo governador Leonel Brizola em fevereiro de 1962, que havia suscitado fortes protestos do governo norte-americano (RICHER, 1991: 10-11).

O trabalho da Conesp foi concluído no início do regime militar, levando à aprovação pelo Congresso Nacional, em outubro de 1964, na gestão do ministro Mauro Thibau, da aquisição das concessionárias da Amforp pelo preço de 135 milhões de dólares, apesar da oposição movida por parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (BALBI E CORRÊA, 2002: 219). As críticas dos setores nacionalistas centraram-se não somente no valor da compra, muito elevado para ativos que se considerava terem sido amortizados durante o longo período de operação da Amforp no Brasil, mas também na existência de cláusulas que previam a reversão gratuita dos bens ao governo nos contratos de concessão (LIMA SOBRINHO, 1991: 25). Na expansão do sistema Eletrobrás, ainda na década de 60, parte importante do acervo incorporado da Amforp seria transferida às concessionárias estatais, consolidando a política do setor para com as administrações estaduais[7].

Na etapa inicial do regime militar as nomeações para os principais cargos do MME e da Eletrobrás voltariam a se apresentar como que revestidas de um caráter mais "técnico", deixando-se para trás a fase "nacionalista". Nesse contexto, o engenheiro Mauro

7 Outra medida importante na gestão de Mauro Thibau foi o atendimento da antiga reivindicação das concessionárias para a adoção da correção monetária nos reajustes tarifários, no âmbito das reformas institucionais promovidas pelos ministros Roberto Campos, da Coordenação e Planejamento, e Otávio Bulhões, da Fazenda (Decreto n.º 54.936, de novembro de 1964).

Thibau, oriundo da Cemig e que havia participado das articulações que levaram ao golpe de 1964, ocupou a pasta entre abril de 1964 e março de 1967, no governo de Castelo Branco (1964-1967). A presidência da Eletrobrás foi ocupada pelo general José Varonil de Albuquerque Lima (abril de 1964) e por Octávio Marcondes Ferraz, que havia sido diretor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e presidiu a *holding* federal durante do governo Castelo Branco.

A mudança mais importante verificada nessa etapa, com relação à política desenvolvida a partir do MME, foi a concentração do processo decisório, no Executivo, por intermédio da consolidação das funções de planejamento e financiamento, cujos marcos foram os já citados estudos para o aproveitamento de Sete Quedas[8], ao lado das atividades do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, desenvolvidas entre 1963 e 1966 com recursos do Banco Mundial. Tais estudos determinaram a construção das grandes usinas das bacias dos rios Grande e Paraná pelas empresas estatais federais e dos governos estaduais de Minas Gerais e São Paulo, o que teve como conseqüência o fortalecimento dos grupos de empresas e fornecedores, nacionais e estrangeiros, ligados às mesmas. Da mesma forma, sobretudo no que respeita ao setor elétrico, essa evolução da política pública condicionou a expansão do "milagre brasileiro", com forte concentração econômica nos mesmos estados do Sudeste.

Referências bibliográficas:

BALBI, Solange e CORRÊA, Maria Letícia (coord.). **Dicionário biográfico do setor de energia elétrica**. v. 1. Presidentes das empresas do sistema Eletrobrás e diretores dos órgãos reguladores federais. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2002.

BIELSCHOWSKI, Ricardo Alberto. **Pensamento Econômico Brasileiro**: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRANDI, Paulo. *Vargas, Getúlio* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

BRITO, Marilza Elizardo (coord.). **Evolução da estrutura organizacional do DNAEE e antecessores**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1992.

CARNEIRO, Alan. *Agripino, João* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

CVRD. **A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro, 1992.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia.* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 127-154.

8 Os estudos de Sete Quedas antecederam a decisão posterior sobre a construção da usina de Itaipu, em 1974.

FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 24, n. 47, São Paulo: ANPUH, jul. 2004. Pp. 181-212.
LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho**: (depoimento 1987). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1991.
LOPES, Lucas. **Lucas Lopes**: (depoimento 1988). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988.
MENDONÇA, Sonia Regina de. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Três anos de revolução no Ministério das Minas e Energia**. [Brasília]: MME, 1967.
PASSOS, Celso Gabriel de Resende. **Celso Gabriel de Resende Passos**: (depoimento 1988). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1989.
RICHER, Paulo. **Paulo Richer**: (depoimento 1975). Rio de Janeiro: Eletrobrás/Centro de Memória Social Brasileira, 1975.
RICHER, Paulo. **Paulo Richer**: (depoimento 1988). Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1991.
SOLA, Lourdes. **Idéias Econômicas, Decisões Políticas**: desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1998.
WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Assunção sob as forças de ocupação: matrimônios e amancebamentos entre militares brasileiros e paraguaias (1869-1876)

Maria Adenir Peraro*

Resumo
O presente artigo aborda o contexto da ocupação de Assunção por parte das forças Aliadas, entre os anos de 1869 a 1876, com enfoque sobre os desdobramentos da desocupação, quando a emigração dos paraguaios rumo ao Império brasileiro foi protagonizado particularmente pelas mulheres que sobreviveram à guerra. Analisa ainda nos citados anos, as origens e os casamentos e mancebias entre os militares brasileiros e paraguaias em Assunção e Cuiabá.
Palavras-chave: Mulheres paraguaias – militares – Guerra do Paraguai.

Abstract
This article is about the context of the occupation of Assunção by the Ally Forces, between 1869 and 1876, focusing on the events that occurred during the evacuation, when the Paraguayan emigration toward the Brazilian Empire was led mainly by women who survived the war. It continues analyzing in these years mentioned above the marriages and concubinage between the brazilian military soldiers and the paraguayan women in Assunção and Cuiabá.
Keywords: Paraguayan women – military soldiers – Paraguay' Wars –.

A imagem de Assunção que melhor tem retratado o momento da Ocupação é a dos saques, destruição dos bens materiais e de um total abandono da cidade por parte de seus habitantes.. No entanto, a ordem de desocupação por parte do presidente Francisco Solano López parece não ter sido atendida e não impediu que uma pequena parcela da população permanecesse na capital e, de alguma forma, se inteirasse com as Forças Aliadas que entraram e se apossaram de Assunção no início de janeiro de 1869.[1]

A Ocupação parece também não ter vindo acompanhada tão e somente de destruição e saques, característicos dos primeiros momentos. Supomos que tenha ocorrido a participação dos Exércitos Aliados na estimulação das atividades comerciais: abastecendo as tropas instaladas na capital e também a população com alimentos e bens.

Estudos realizados sobre esse período, permitem-nos aventar para a possibilidade de que tais condutas teriam permitido que os militares tidos como inimigos, passassem a

* Professora no Deptº e Mestrado em História do ICHS/UFMT. Doutora em História pela UFPR.
[1] A partir desse momento, a situação política do Paraguai caracterizou-se pelo antagonismo entre os países ocupantes – Brasil e Argentina, com maior predomínio político e econômico do Brasil, sendo que as tropas argentinas ocuparam a região do Chaco, quase despovoado e, as tropas brasileiras, em maior número, ocuparam todo o Paraguai oriental e a capital.

serem vistos no período com certo grau de receptividade, possivelmente não imaginada pela população paraguaia durante os primeiros anos do Conflito.

Perguntamo-nos quais fatores teriam contribuído para que ocorresse a aproximação entre a população de Assunção e as fôrças de Ocupação, especificamente, os inimigos militares brasileiros? Como entender a aceitação dos militares brasileiros por parte dos assuncenhos, das elites, ou o que havia sobrado delas, e das camadas populares, a ponto de muitos deles, terem, inclusive, se casado e constituído família? Algumas explicações podem ser dadas para que ocorressem essas aproximações como a miséria, as necessidades dela decorrentes advindas da guerra, além dos fatores, de ordem política e cultural.

Washington Aswell, narra a respeito das medidas que foram tomadas no Paraguai para socorrer aos sobreviventes mostrando-nos que a vida institucional e social do país, prosseguiu mesmo diante de um cotidiano atravessado pela miséria, sem que as atividades produtiva e comerciais do país tenham ficado inteiramente paralizadas. Em relatos, observamos que a cidade ocupada, passou a receber, além dos soldados, prisioneiros de guerra, civis, que por alguma razão passaram a acompanhar as tropas dos aliados e mulheres que acompanhavam as tropas em campanha.

Além das operações dos Aliados, comerciantes estrangeiros e casas comerciais foram estabelecendo-se. Já no ano de 1874, Assunção apresentava uma população de aproximadamente 10.000 habitantes, contando com 3.000 soldados brasileiros que viviam nos quartéis dos subúrbios (ASWELL. 1989:84).

Ashwhell, denomina esse momento de "momentos de improvisación", em que a vida econômica da capital foi sendo moldada conforme os princípios da liberdade de mercado..

A imprensa de Assunção, atenta, não demorou em registrar e delatar aspectos do cotidiano de uma cidade sob a ocupação das forças estrangeiras contribuindo também para o gradativo retorno da vida institucional social e econômica do país, na medida em que conclamava a população e autoridades, principalmente para a valorização dos símbolos nacionais.

A Constituição da República do Paraguai promulgada em 1870, instituiu os princípios liberais, que buscavam, fundamentalmente, impedir a intervenção do Estado na economia. O Estado deveria restringir-se em manter a ordem e a paz interna, a administração, justiça, proteção dos direitos individuais e garantia da propriedade privada. Devia responsabilizar-se por atividades relacionadas à educação, imigração e execução de obras públicas.

Uma das formas encontradas pelos assuncenhos para enfrentar a crise provocada pela guerra e o reencontro de seus valores, parece ter sido mediante a recuperação de alguns de seus símbolos nacionais e da reorganização da Municipalidade de Assunção.

Ainda que não houvessem recursos fiscais e municipais decorrente da pobreza generalizada, a Municipalidade passou a tomar medidas como a restauração do hino nacional, a recriação de bandas militares e a elaboração de um novo plano do traçado para Assunção.

Em relação à agricultura, setor básico da economia nacional, não houve, programas oficiais de distribuição da terra. Ao Estado interessava a venda das grandes extensões de terras rurais aos imigrantes europeus. Constituição dispunha ainda que cabia ao Estado fomentar a imigração européia e americana,

Assim, sem condições de obtenção de posse da terra, coube à população nacional trabalhar nas colônias agrícolas dos imigrantes, nas explorações agrícolas, nas fazendas de gado, nas florestas de propriedade dos estrangeiros que foram estabelecendo-se no país no decorrer das décadas seguidas à guerra.

Para Barbara Potthast-Jutkeit, mesmo antes da Guerra, as mulheres ocupavam um importante papel no abastecimento do exército, sendo observadas nos quartéis militares de Assunção e Humaitá, realizando tarefas das mais variadas. Tais atividades continuaram nos tempos duros do pós-guerra. Segundo Keith Johnson, com a falta de homens aptos, as mulheres assumiram necessariamente as responsabilidades de cabeças de famílias para buscar o sustento dos filhos. A permuta dos produtos, era geralmente realizada nas ruas das cidades, por parte dessas mulheres e de seus filhos mais velhos, que se deslocavam todas as manhãs, para Assunção e cidades circunvizinhas.

Segundo o Censo de 1886 do Paraguai, 82% da população maior de 14 anos ainda dedicava-se à agricultura. O resultado da política econômica não tardou em aparecer. Um deles consistiu no gradativo deslocamento da população rural em direção às cidades principalmente para Assunção a procura de emprego ou na procura de fixarem-se naquelas atividades que já vinham desenvolvendo nas brechas do mercado econômico.

O momento se apresentava como escasso de possibilidades. Para muitos, era o momento de deixar o país. Emigrar. Para uma parcela de mulheres, a superação da difícil retomada da vida e da dor provocada pela perda de um pai, marido ou irmão, veio acompanhada, por vezes, com a resignação do casamento com um estrangeiro, oficiais das forças vitoriosas, estabelecidos na capital do país nos longos seis anos em que os militares transitavam de um lugar a outro. Essa situação, pode ser aplicada às mulheres pertencentes às famílias da burguesia paraguaia, viúvas e solteiras. No caso das mulheres das camadas

populares, o contato com os militares, ocorria, além das festas, no âmbito das relações cotidianas, estabelecidas durante a guerra e nas permutas e fornecimento de mercadorias e de alimentos aos quartéis, estação ferroviária, ruas da capital, na lavagem das roupas, feitura dos alimentos e prestação de serviços como zeladoras das moradias e nas enfermarias de hospitais.

Essas relações, em sua plenitude, dificilmente podem ser aquilatadas, no entanto, alguns indícios foram deixados na documentação eclesiástica. Nos livros de registros de casamentos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Assunção, (ACMA), encontramos pistas sobre os militares brasileiros e mulheres paraguaias "recebendo-se em casamento" em Humaitá, no ano de 1870, onde observamos algumas características demográficas dos nubentes a partir do nome, nacionalidade, naturalidade, nome dos pais e o batalhão a que o noivo pertencia. Dentre os onze casamentos registrados em Humaitá entre os meses de junho a agosto de 1870, observamos a procedência dos militares, preponderantemente das províncias do norte do Império brasileiro. Dos 11 militares nubentes, 04 eram provenientes da província da Bahia, 03 de Pernambuco, 01 do Maranhão, 01 de Minas Gerais e 02 sem identificação do lugar. Por sua vez, as noivas, foram registradas como sendo da República do Paraguai e de variadas localidades do país tais como: Assunção em número de 02, Bassuiso-Grande 01, D'Erequa 01, Iguatimin, 01 de Encarnación e 01 sem identificação. Além disso, os registros permitem-nos observar que duas das mulheres tiveram sua nacionalidades registradas como sendo de Corrientes, da Argentina e, Bahia, do Império do Brasil.

Em relação a noiva brasileira, Joana Batista do Porfino, da província da Bahia cujo registro aponta enlace matrimonial com um militar brasileiro, Severiano José de Souza, coincidentemente, também da Bahia, pode ser um indicativo do esforço de ambos na manutenção dos laços afetivos construídos talvez mesmo antes do início da guerra, levando a que Joana acompanhasse Severiano em direção ao Paraguai e particularmente a Humaitá, somando-se ao contingente de mulheres e homens ali fixados.

No tocante a nubente de Corrientes, apoiamo-nos em Potthast-Jutkeit, ao afirmar que historicamente, Corrientes era uma das províncias vizinhas de fortes laços com o Paraguai, inclusive, onde também se falava o guaraní, o que possibilitava, segundo a autora, uma rápida integração com a população local. Jutkeit, observa que mesmo antes da guerra, já era possível perceber a migração de paraguaios em Corrientes sobretudo os homens, que viajavam com fins comerciais e buscavam melhorar a sua sorte no estrangeiro (POTTHAST-JUTKEIT.1996:327).

Os livros de casamento em estudo, informam também a respeito da origem dos militares brasileiros, oriundos de várias localidades do Império brasileiro como o quadro permite-nos observar: Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Goyás e Bahia. Chama-nos atenção a incidência de noivas cujos pais foram registrados como falecidos. Infelizmente, não há indicativo sobre a idade dessas mulheres, se jovens ou não, com exceção de uma pista sobre Maria P. Gonçalves, casada com o brasileiro Cabo da Esquadra do 4º Batalhão de Artilharia a Pé, José Benedito Pereira, de Minas Gerais, que possivelmente pudesse ter mais idade, em razão de constar no registro o seu estado civil de viuvez.

Notamos ainda,que esses noivos militares ocupavam postos em variados Batalhões: o de Infantaria, de Artilharia a Pé, de Engenharia e do Corpo de Voluntários. Esses Batalhões, eram os que se seguem: 17º Batalhão de Infantaria (extinto e adido ao 22º Batalhão da mesma denominação); 5º Batalhão de Corpos de Voluntários da Pátria; 3º e 4º Batalhão de Artilharia a Pé e Batalhão de Engenheiros.[2]

A convocação de retirada implicou em uma reorganização da vida dos noivos e pode ter acelerado uma certa tendência de emigração dos paraguaios em direção aos países de fronteiras vizinhas, como o Império do Brasil e República da Argentina.

Muitos desses homens, a partir de 1876, ano em que o Governo brasileiro ordenou a retirada de todos os militares de Assunção e do Paraguai partiram sem suas mulheres, ou sem seus filhos ilegítimos. Partiram sem retornar como quem quisessem esquecer o que a guerra significou: os sofrimentos, os atos por eles cometidos durante a ocupação, as desavenças, as necessidades, as dores e as poucas alegrias.

Portanto, para os militares casados no Paraguai, o retorno ao país de origem, implicava em assumir perante os familiares, uma esposa e possivelmente filhos tidos durante os anos de estadia no Paraguai. Para aqueles militares amancebados, em estado de solteiro, possivelmente com filhos ilegítimos, tidos sem a benção da Igreja Católica, pode ter sido o momento de partir para o Brasil com essa "nova" família tendo em mira um posterior enlace matrimonial no país de origem e perante seus familiares.

E para as mulheres, o que pode ter significado a partida?

Para as mulheres, acompanhar a leva dos militares que partiam por ordem do governo brasileiro, pode ter sido uma das oportunidades apresentadas para sair do país, o que veio contribuir para acentuar a emigração dos paraguaios rumo aos países fronteiriços.

---

[2] O 17º Batalhão de Infantaria, o 3º e 4º Batalhões de Artilharia a Pé, o Batalhão de Engenheiros, o Batalhão de Pontoneiros participaram de várias campanhas durante a Guerra do Paraguai. Os Batalhões de Pontoneiros e de Engenheiros construíram a estrada e pontes em apoio a manobra de Caxias para tomar a Fortaleza de Humaitá.

Os deslocamentos eram movidos por uma certa facilidade tendo em vista os passes grátis proporcionados pelos brasileiros, ainda que a contragosto do governo paraguaio. Os referidos passes grátis fornecidos aos militares brasileiros e aos seus familiares, acabaram sendo suspensos por parte do o governo brasileiro a partir de 1877 por achar desnecessário mante-los, tendo em conta a ordem da desocupação.

Lembramos que dentre as várias mudanças ocorridas no final do século XIX, para os países envolvidos na Guerra, encontra-se a internacionalização do Rio Paraguai até Corumbá, na parte sul da província, possibilitando o desenvolvimento comercial e a ligação aos portos do Cone-Sul: Assunção, Buenos-Aires e Montevidéu (OLIVEIRA.2005:22).

Na capital de Mato Grosso, um dos pontos em que primeiramente os paraguaios foram alojados ainda durante a guerra, consistiu no acampamento militar situado nas margens do Rio Cuiabá, criado especialmente para os soldados do Império recrutados para o combate e para os prisioneiros de guerra.

A população paraguaia fixou-se em outros pontos como nas duas Freguesias urbanas: da cidade de Cuiabá: Sé ou Senhor Bom Jesus de Cuiabá, núcleo central, e na de São Gonçalo de Pedro II, localizada no Porto. Os paraguaios acabaram por fixar-se no lugar que passou a se chamar "Aldeia Paraguaia", localizada no Baú que, juntamente com a Mandioca, Lavapés e o Mundéu, integravam o núcleo central da Sé (VOLPATO.1993:104). Vizinho ao Baú, encontrava-se localizado o Acampamento do 8º Batalhão de Infantaria, espaço esses que propiciava os encontros e as relações entre os militares e as mulheres da Aldeia Paraguaia.(SOUZA.2002:93).

Os autos de justificação de estado de solteiro e de viuvez, contém informações a respeito dos batalhões e corpos de militares adidos em Cuiabá, em meados da década de 1870, como o 21 Batalhão de Infantaria, o 8º Batalhão de Infantaria, o 20º Batalhão de Voluntários da Pátria , o 1º Corpo de Cavalaria, 2º Batalhão de Artilharia a Pé, e o Batalhão de Infantaria número 19, o 3º Regimento de Artilharia a Cavalo, cujos componentes eram naturais de outras províncias do Império.

As informações apresentadas indicam a naturalidade dos noivos, militares, como sendo das Províncias do Piauí, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e por fim, de Mato Grosso.

Tomaremos primeiramente como estudo de caso, dois processos referentes a militares que na década de 1870 entraram no Juízo Eclesiástico requerendo permissão para se casar.

O primeiro, Mathias José Alferes, dizia ter 30 anos, nascido no Maranhão, batizado, filho legítimo, saiu sua terra natal em direção ao Paraguai para participar da guerra e após o término do conflito, chegou no ano de 1876 na Província de Mato Grosso. O outro, Benedito Antonio dos Santos, nascido em São Paulo, batizado em Taubaté, filho ilegítimo, 28 anos, músico do 8º Batalhão. De São Paulo, Mathias migrou para a província do Rio de Janeiro, de onde fora enviado para o Paraguai e após a guerra, ingressou em Mato Grosso no ano de 1876. Não é por mera coincidência que ambos chegaram em Mato Grosso no mesmo ano, 1876 e, sim, por contingência da atividade a que estavam submetidos, pois o ano de 1876, fora ao ano em que o Império ordenara a retirada dos todos os militares brasileiros de Assunção.

Importa lembrar que à época, o casamento com um militar era almejado por parte das mulheres, independentemente da classe social a que pertencessem, por razões de status, amparo perante o Estado, no sentido de reivindicar junto ao Exército a pensão a que poderiam fazer jus. A valorização dos militares fora acentuada com a Guerra do Paraguai, momento em que os militares se apossaram do sentimento de distinção de classe, de superioridade frente aos civis.

É possível pensarmos na possibilidade de que parte das migrantes paraguaias reproduziram em Mato Grosso e, no caso, em Cuiabá, o "modelo" ou a prática social da mancebia já experimentada no país de origem. Conforme estudos já demonstraram havia uma significativa incidência de filhos bastardos em Mato Grosso, onde o espaço social de Cuiabá, foi tomado como estudo de caso[3], o que poderia ter contribuído para uma melhor adaptação e inserção do contingente paraguaio no novo espaço social. Esta possibilidade quando relacionada ao condição civil e religião dos paraguaios recenseados em 1890, apontam nessa direção. No cotidiano, nem sempre as práticas caminhavam na mesma direção das normas da Igreja e de suas prédicas.

Do exposto, podemos considerar que a Guerra do Paraguai, ocorrida há 142 anos, ainda é um capítulo na história da América do Sul que continua despertando interesse, visto que muitos aspectos permanecem polêmicos, resultando nas academias e universidades em vasta publicação de pesquisas com propostas de estudos complementares e inovadoras às já existentes. Emerge dentre os estudiosos ainda, como no nosso caso, a preocupação com a localização dos arquivos referentes á guerra. Após meses de busca, podemos considerar que dentre os arquivos em que podemos nos debruçar para aprofundar análises sobre os agentes

[3] A respeito da incidência dos filhos bastardos e das uniões consensuais e amancebamentos em Cuiabá, verificar em PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império. Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX.* Op. Cit.

históricos que participaram do evento, constituem-se nos acervos eclesiásticos,importantes por oferecerem novas possibilidades de estudos sobre o período da Ocupação militar das forças aliadas em Assunção e nas década imediatas á desocupação. Décadas essas em que, além dos "ajustes" diplomáticos realizados entre os governos dos países partícipes da guerra a respeito das fronteiras, com perdas significativas para o país vencido, igualmente podem ser observados os deslocamentos populacionais ocorridos entre as fronteiras do Brasil e Paraguai e do Paraguai e Argentina, sob os olhares atentos dos governantes dos três países, cada qual em defesa de seus interesses.

Referências Bibliográficas

ASWELL, Washington. **Historia Economica Del Paraguay**. Estructura y Dinamica De La Economia Nacional. 1870-1925. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1989.

DECOUD, Arsenio Lopez. **Álbum Gráfico De La República Del Paraguai.** Edicion Facsimilar. Asuncion: Cromos, S. R. L. Talleres Graficos, 1983.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ocupação político militar brasileira do Paraguai (1869-76)**. In: CASTRO, Celso et al. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P. 209-235

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). **A *Guerra do Paraguai 130 anos depois***. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

NORA, Pierre. **Entre memória e História. A problemática dos lugares.** *Revista Projeto História*. Vol.10, São Paulo, dez/1993.

PERARO, Maria Adenir. **A população urbana de Cuiabá.** Cuiabá: EdUFMT, 2005. [Cd-Rom]

_____. Bastardos do Império. Família e Sociedade em Mato Grosso na segunda metade do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.

POTTHAST-JUTKEIT, Barbara.**"Paraíso de Mahoma " o "País de las Mujeres"? El rol de la familia em la sociedad paraguaya del Siglo XIX**. Asunción: Instituto Cultural Paraguayo-Alemán Editor, Editora Litocolor SRL, 1996.

TAUNAY, Visconde de. ***Diário do Exército*: campanha do Paraguai, 1869-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

SILVA, Alberto Ribeiro da. **A noite das kygua vera. In: *Revista de História Regional.*** Departamento de História – UEPG. Vol.1-N1. Ponta Grossa, 1996.

VIOLA, Alfredo. **Asuncion bajo la dominacion extranjera. (Breve Resenha)**. In: *Anuario de la Academia Paraguaia de la Historia.* Vol. XXIII. Asunción, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Economia política, federalismo e elites regionais: os efeitos da política financeira do governo central imperial na Província de São Paulo - 1850-1889

Artur José Renda Vitorino*

Resumo: Enfocaremos que o surgimento de novas áreas de expansão econômica na Província de São Paulo, em especial a produção de café na região denominada "Oeste Paulista", e a sua manifestação a favor de uma república federativa foi um projeto político almejado a partir do momento em que foram criadas as condições materiais dessa região
para se desligar das amarras político-financeiras erguidas pelo governo central imperial.
Palavras-chave: História Regional; Brasil Império; Federalismo.

Abstract: We will focus that the sprouting of new areas of economic expansion in the Province of São Paulo, in special the production of coffee in the called region "São Paulo West", and its manifestation in favor of a federative republic was a project politician longed for from the moment where the material conditions of this region had been created disconnect of mooring cables politician-financiers raised for the imperial central government.
Key words: Regional History; Brazil Empire; Federalism.

1. Política de Estado e Finanças

A reforma financeira realizada por Itaboraí[1] em 1853, então um dos cardeais do partido Conservador, fez concentrar em um só banco, o Banco do Brasil instalado na capital do Império, o privilégio de emitir. Era a política econômica do partido Conservador realizar, através do monopólio por parte do Banco do Brasil, a concentração da emissão e enxugar o estoque monetário do país a fim de outros bancos não criarem crédito. Deste modo, se evitaria que as letras de prazo curto ou vales (de 5 dias, em regra) desses bancos viessem a circular como moeda, fazendo concorrência ao papel do Tesouro, e que o excesso de papel-moeda, conseqüentemente, depreciasse o câmbio. Em outras palavras, a política monetária do partido Conservador era *centralizar* em um só banco a emissão do papel-moeda para restringir a circulação fiduciária e o crédito, a fim de manter uma moeda brasileira forte e estável, bem

* Prof. Dr. PUC-Campinas. Líder do Grupo de Pesquisa de História Regional registrado no CNPq sob o título "Formação Histórica dos Espaços Regionais". Desenvolve, nesta universidade, a pesquisa intitulada "Economia Política e Sociedade no Brasil Imperial: os impactos sócio-econômicos da política financeira da Corte imperial na província de São Paulo, décadas 1850-1880".

[1]Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, chefiou o 11º gabinete que durou de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro de 1853, e acumulou, como era de regra no período, a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda. Foi o fundador do terceiro Banco do Brasil a se instalar aqui, que, por suas agências e filiais, podia servir a todas as províncias, sendo concedido a esse banco o privilégio de emissão. Com isto, o banco adquiriu o caráter de regulador da circulação, e com ele contratou a substituição dos bilhetes do Tesouro por notas bancárias conversíveis.

como o câmbio valorizado para facilitar o pagamento, em moeda estrangeira do padrão-ouro, do considerado débito estrangeiro da nação.

Já a política monetária do partido Liberal podia ser exemplificada através da emblemática atuação de Bernardo de Souza Franco, quando ele esteve à frente do Ministério da Fazenda de 4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858. Ao contrário dos cardeais do Partido Conservador, Souza Franco criou na sua gestão seis novos bancos emissores com sedes nas províncias do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Maranhão, em que a garantia do valor do meio circulante era sobre títulos do crédito público nacional. Assim, ao mesmo tempo em que a emissão plural e a distribuição de crédito patrocinada pelo estado tendiam a desvalorizar o câmbio e acentuar a inflação, aumentando a dívida interna, elas também facilitavam os empreendimentos brasileiros, ao impulsionar o comércio, mesmo aquele que não estava ligado à exportação, as indústrias, os bancos domésticos (desde que tivessem poucas obrigações estrangeiras) e a agricultura de exportação.

Quanto à noção prevalecente de que a desvalorização do câmbio beneficiaria o setor de exportação e, portanto, a produção cafeeira encorajava a desvalorização cambial, pois assim ela seria remunerada pelas moedas mais fortes das nações mais desenvolvidas, há de se notar que o setor cafeicultor era formado pelos grupos – na maioria das vezes, distintos entre si - de agricultores, comissários e exportadores. Os agricultores eram favoráveis ao câmbio desvalorizado e até à emissão de moeda, mesmo que inflacionária. A possibilidade inflacionária e a desvalorização cambial assustavam os grupos comerciais mais representativos no setor de exportação de café. Em suas atitudes em relação à questão cambial, as associações comerciais demonstraram interesses opostos. Os grupos comerciais e agricultores do Norte imperial (hoje, região Nordeste) eram favoráveis à desvalorização cambial, ao contrário das associações comerciais de Santos e do Rio de Janeiro - dominadas por estrangeiros e representantes de casas comerciais engajadas tanto na exportação quanto na importação – dos financiadores do exterior e dos investidores estrangeiros que pressionavam a favor da alta do câmbio.(RIDINGS, 1994:138-144)

A inter-relação entre circulação monetária e câmbio, que fazia do excesso de papel inconvertível em ouro o maior causador das variações do câmbio entre a praça do Rio de Janeiro e a de Londres, era fato nos anos de 1866 a 1871. Mas isso ocorreu não porque o Banco do Brasil facilitou o crédito, pois foi justamente neste período que o Banco do Brasil resgatou mais da metade de suas notas, conforme acordo de 1866 (que proibiu o banco de emitir notas e tornou-o mais independente do governo). Foi o governo quem aumentou o

dinheiro em circulação em mais da metade, forçando a queda do câmbio em Londres em até 14 *pence* para cada mil-réis, em 1867, o mais baixo de todo o Império.

A Guerra do Paraguai forçou o governo a se apropriar de todo o ouro do Banco do Brasil, ouro este que foi para a região do rio da Prata, enriquecendo os fornecedores argentinos alocados principalmente em Buenos Aires, e para a Europa, com a compra de armamentos.(SCHULZ, 1996:44-5) Para financiar os gastos de guerra, tanto a administração conservadora quanto a liberal foi obrigada a aumentar a circulação de papéis fiduciários através do curso forçado.

Com exceção do período da Guerra do Paraguai (1864-1870), ao longo do Segundo Reinado é possível distinguir que eram diametralmente opostas, as políticas monetárias dos Liberais e dos Conservadores, quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda: enquanto aqueles tomavam medidas para *descentralizar* a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor exportador; esses procuravam segurar as rédeas da economia ao *centralizar* a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda, mas aumentava os rendimentos dos exportadores. Ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos.

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro (FAORO, 1988:341-397), que os fazendeiros estivessem mais próximos do partido Liberal do que do Conservador, visto que os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo. (CARREIRA, 1889:427)

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela *centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*, o Estado monárquico precisava de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo agiam de forma diferenciada: o partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do partido Liberal, que com determinada linha orçamentária tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais. (FRANCO D'ALMEIDA, 1877).

A economia urbana da Corte imperial, (GRANZIERA, 1979) por ser formada como força centrípeta, tornou-se uma espécie de esponja que absorvia e fazia drenar para si grande parte dos rendimentos brasileiros do período. E isto ocorria porque lá foram estabelecidos mecanismos capazes de ajustar a economia mercantil escravista cafeeira nacional à sua razão de ser, mecanismos de transferência do excedente produzido pela agricultura de exportação que permitissem: 1) a reprodução da economia exportadora cafeeira nacional, que se transformava em lucro ao se comercializar a sua produção *no* mercado urbano; 2) a criação de mercado de consumo corrente de produtos estrangeiros e nacionais e do escoamento a partir do Rio de Janeiro para as zonas interioranas do Brasil de bens de consumo corrente estrangeiros; e, por fim, que o lucro gerado na agricultura de exportação fosse apropriado quase integralmente pelos bancos e casas comerciais instaladas na Corte imperial do Rio de Janeiro.

2. Crédito, mão-de-obra e autonomia

Ao contrário do que supõe parte da historiografia, o fazendeiro de café apresentava uma dependência diante do processo de circulação controlado pelos financiadores da produção – bancos, casas comerciais e comissários. Deste modo, havia um domínio do capital mercantil na economia cafeeira, em que a cidade controlava e drenava o lucro do campo para ela.

Com a abolição do comércio negreiro internacional, o capital da cáfila de negreiros foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário monitorado pelo partido Conservador. A inversão do capital dos mercadores negreiros para a capital do império foi o fator preponderante que catalizou o maior centro financeiro e comercial do país, configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos.

Dentre as características dessa *economia urbana mercantil* da Corte depois de 1850, estava a subordinação da economia agrícola exportadora do Vale do Paraíba fluminense a ela, ou seja, os senhores de terra eram dependentes do crédito e da moeda alocados na cidade. Tal mecanismo fez drenar grande parte dos excedentes da exportação agrícola para os comissários e banqueiros instalados no Rio de Janeiro. Num lance político realizado pelo partido Conservador, a exígua economia monetária brasileira foi garroteada por um mecanismo *centralizador* que fazia com que todos os rendimentos monetizados fossem remetidos para a Corte. Os comerciantes desta cidade, aliados à tradição mercantilista, financiaram e ganharam com a importação dos mais diversos produtos, fazendo do Rio de Janeiro um centro importador e consumista.

As amarras do sistema bancário ao desenvolvimento econômico não foram somente uma conseqüência lógica da dinâmica do capital mercantil, mas foi também o resultado do mecanismo político instituído pelo partido Conservador. A política monetária e a arrecadação fiscal implementada pelos conservadores fizeram com que todo o ritmo de acumulação dependesse das institucionalizações estatais, subordinando a agricultura exportadora, atravancando o desenvolvimento manufatureiro e drenando os lucros monetizados da acumulação produtiva mais dinâmica do país para a capital do Império. A Corte, constituindo-se no epicentro da economia nacional, vai absorver os lucros produtivos através do sistema bancário e de crédito. Este sistema, por sua vez, retroalimentou, através dos comissários, a produção agrícola exportadora e tonificou a importação de bens de consumo.

Para manter essa dominação, os Conservadores adotavam uma política monetária e de crédito que restringiam o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um lado, o apoio dos votantes e eleitores aos Conservadores significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como o mercado interno estava preso aos interesses do capital mercantil, ele não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico.

Ao seguir o espírito da Constituição do Império, a qual dava, de forma exclusiva, à Assembléia geral a atribuição de fixar anualmente a despesa pública, e de repartir as contribuições (conforme o art. 15 § X), e muito mais ainda quando tornava privativa da Câmara dos Deputados a iniciativa sobre impostos (de acordo com o art. 36, I), pois sem estes nenhum serviço seria possível, representantes do Partido Liberal deixavam registrados que a Guerra do Paraguai (1864-1870) havia sido mais um, dentre outros pretextos utilizados pelos

Conservadores, para, através da administração financeira, produzir *déficits* a fim de valer-se politicamente do crescimento da burocracia. (FRANCO D'ALMEIDA, 1877:173)

No entanto, a decretação do curso forçado e o financiamento da Guerra do Paraguai através do aumento da dívida pública interna, com a emissão pela ordem pública de apólices, vão incrementar o desenvolvimento do mercado interno. Com isso, assegura-nos Rui Granziera (GRANZIERA, 1979), haverá um fracionamento de uma economia antes dominada pelo capital comercial em duas economias: a comercial, no Rio de Janeiro, e a capitalista, em São Paulo.

Desta perspectiva econômica, a cultura do algodão na Província de São Paulo nas décadas de 1860 e de 1870 e a Guerra do Paraguai (1864-1870) - atreladas à política monetária adotada pelo governo imperial - possibilitaram que o papel moeda, antes engatado à economia mercantil, fosse revertido em capital dinheiro, que foi o limiar de uma economia capitalista no Brasil. Assim, na região Oeste Paulista, cujo epicentro foi a cidade de Campinas, a produção sobrepôs-se à circulação para os efeitos da acumulação, engendrando-se assim uma nova economia.

Como o crédito e o sistema bancário eram meios que reforçavam a dominação do capital mercantil na economia cafeeira, faz-se necessário reconstituir empiricamente o desenvolvimento das formas de crédito em São Paulo nesse período, perguntando quem concede e quem solicita empréstimos, quais são as instituições que o realizam, sob que formas, como surgem os bancos e como sofrem mudanças ao longo do tempo. (SAES, 1983)

E como a elite financeira tinha contatos íntimos e próximos com a elite política através do Banco do Brasil e outras instituições, acompanhar as relações deste banco com o governo torna-se importante para entender a política de crédito empreendida e suas conseqüências para a produção. Na Província de São Paulo, os cafeicultores se desvencilharam dos financistas e das casas bancárias ligadas aos grupos de interesse político que cercavam a corte imperial do Rio de Janeiro, e transformou esses paulistas em novos donos da liquidez nacional e os possibilitou a realização de crédito barato com capacidade para irrigar a economia nacional; além de os permitir financiar, a créditos baratos para a agricultura, a reprodução da força de trabalho por meio da formação de um mercado de mão-de-obra livre com braços trazidos de fora do Brasil.

Conforme afirmou Pedro Vicente de Azevedo, último presidente da província de São Paulo, expôs à assembléia desta província a sua situação econômico-financeira, em seu relatório de 11 de janeiro de 1889: tudo era lisonjeiro e o futuro progresso estava garantido. E as questões do crédito e da mão-de-obra estavam resolvidas. A imigração avançava a passos

largos a partir do subsídio financiado por esta província. Os créditos vinham do exterior a partir de uma mega operação bancada por São Paulo. Foi a primeira e única província do Brasil imperial a contrair um empréstimo no exterior no valor de 7 mil contos de réis a fim de financiar a imigração de mão-de-obra para as suas fazendas de café. (BRASIL, 1889:147-150)

Anterior à abolição da escravatura no Brasil, a administração de São Paulo havia criado condições estruturais que permitiram a essa província resolver a questão de braços para as suas lavouras, ao sinalizar para os bancos londrinos a sua total preferência pelo trabalho livre na produção cafeicultora, já que os bancos londrinos haviam interrompido as operações com clientes que tivessem alguma ligação com o trabalho escravo. Foi esse movimento que permitiu aos cafeicultores paulistas substituir os escravagistas como parceiros preferenciais da banca internacional e se tornar os novos donos da liquidez nacional. O modelo era o mesmo desde que o Brasil tornou-se dependente da economia inglesa após 1850. Os cafeicultores depositavam grande parte dos seus rendimentos em bancos ingleses, que por sua vez faziam empréstimos ao Brasil. Os recursos eram aplicados em serviços públicos, estradas de ferro, com remuneração garantida e vantagens escandalosas para os investidores ingleses. Cada empreendimento permitia à Inglaterra inundar o país com consultores, insumos, que entravam sem pagamento de taxas. E tudo isso, às vistas dos homens públicos responsáveis pela política monetária e financeira do Brasil imperial. Não por menos, sete presidentes de gabinetes do Império foram ligados à elite rentista que paralisou a economia e tornaram-se presidentes de bancos: Itaboraí, Rio Branco, Sinimbu, Dantas, Cotegibe, João Alfredo e Ouro Preto. (DELFIM Neto, 1966; NASSIF, 2004).

1. Fontes Primárias Impressas

ALMEIDA, Tito FRANCO de. *A Grande politica. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro.* Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artistico, 1877.

Brasil. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia dr. Pedro Vicente de Azevedo, no dia 11 de dezembro de 1889*. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889. (Disponível em <http://wwww.crl.edu>)

CARREIRA, Liberato de Castro. *Historia financeira e orçamentaria do Imperio do Brazil desde a sua fundação. Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independencia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.

2. Bibliografia:

DELFIM Neto, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, USP, 1966. Tese de Doutoramento.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Globo, 1988.

GRANZIERA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira.* São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1979.
NASSIF, Luís, "Conversas ao pé da história", *Folha de S. Paulo*, 30/09/04.
_____, "Informação e República", *Folha de S.Paulo*, 26/12/04.
RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
SAES, Flávio Azevedo M. *O Desenvolvimento do Crédito e dos Bancos em São Paulo (1850-1930)*. São Paulo, USP, 1983, Tese de Livre-Docência, mimeo.
SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição: 1875-1901*. São Paulo: Ed. USP/Instituto Fernando Braudel, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Culturas em contato e a tradução resignificadora do mito do Sumé[1]

Thiago Leandro Vieira Cavalcante[*]

Resumo: Neste trabalho analiso as apropriações e representações do mito indígena *Sumé* por parte dos colonizadores da América. Ao chagar os europeus se depararam com culturas bastante diferentes das suas. Os "*índios*" ao receberem os conquistadores também se viram diante do *outro* desconhecido. A partir dos primeiros contatos iniciaram-se as traduções culturais, que se realizaram em processo de mão dupla. Em meio a esse processo o possível "*civilizador*" indígena *Sumé* foi resignificando em *São Tomé* e apropriado pelos europeus, religiosos ou laicos, de formas diferentes, adquirindo significados bem distintos daqueles originais da cultura indígena, de acordo com a temporalidade em que isso aconteceu.

Palavras Chave: Mito – São Tomé – Índios

Abstract: In this paper I analise the appropriations of representations of the indian myth Sumé with the colonizers of America.When they arrived, the europeans came across with a different culture. The indians saw strangers in front of them. After the first contact it was begun a cultural translationbetween the indians and colonizers. Among this process, the possible indian civilizator "Sumé" was resigneted in Saint Thomas and denominate for the europeans, religious people and others in different ways, turning into other meaning that is the opposite of the original indian culture, according to the time that it happened.

Keywords: Mith - Saint Thomas - Indians

Desde os primeiros anos de contatos entre índios e europeus na América, através de algumas fontes verifica-se a presença do mito do *São Tomé.* De acordo com este mito um apóstolo de Jesus Cristo teria feito uma passagem pela América e evangelizado os povos nativos. As referências a respeito dessa passagem são encontradas desde de o México até a América do Sul, sendo que na América do Sul é que se tem a maior incidência.

A fonte mais antiga que se encontrou até o momento que faz referência ao mito do São Tomé é a *"Nova Gazeta da Terra do Brasil"* (BRANDEBURGUER, 1922). Trata-se de um panfleto de caráter ufanico publicado originalmente em alemão e divulgado na Europa.

[1] Este texto esboça de modo muito superficial algumas idéias da dissertação de mestrado que venho desenvolvendo na UFGD, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2008.

[*] Mestrando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e professor da rede pública em Dourados – MS.

Ele pretendia estimular os europeus a estabelecerem negócios na região do rio da Prata. Dá informações sobre uma viagem portuguesa ao rio da Prata, sobre características da "*Terra Brasil*" e uma descrição da população indígena, assinalando inclusive sua ligação com povos andinos.

Trata-se de um documento controverso e já bastante analisado pelos historiadores em diferentes momentos. Segundo Klaus Hilbert (2000) os principais motivos de tal controvérsia estão na ausência dos nomes dos comandantes, na ausência de datas e na ausência de referências geográficas precisas, esses pontos foram debatidos por diversos autores como F. A. Varhhagen, F. Wieser, J. Schüller, K. Haebler, C. Brandenburger e F. M. E. Pereira que variaram entre a total refutação e a total aceitação de seu valor histórico. Através de um longo trabalho investigativo e comparativo fixou-se que o documento não deve ser anterior a 1511 e nem posterior a 1515[2].

Uma coisa importante a se enfatizar é que o texto da *"Gazeta"* não menciona em momento algum a existência de um mito indígena chamado de Sumé ou similar.

> *"Elles tem tambem recordação de São Thomé. Quizeram mostrar aos Portugueses as pegadas de São Thomé no interior do paiz. Indicam também que tem cruzes pela terra a dentro, E quando falam de São Thomé, chamam-lhe o Deus pequeno, mas havia outro Deus maior. É bem crivel que tenham tenham lembrança de São Thomé..."* (BRANDEBURGUER, 1922: 37-38).

Em ordem cronológica o próximo documento que indica uma suposta lembrança de São Tomé entre os índios é uma carta do franciscano Bernardo Armenta, para o ouvidor do conselho das Índias Juan Bernal Diaz de Luco, datada de 1538. Está carta também não faz referência a nenhum mito indígena. O autor fala diretamente sobre a lembrança que os índios da região entre a Ilha de Santa Catarina e Assunção teriam a respeito de São Tomé.

> *"... otra mayor maravilla, y es que habrá cuatro años un indio, que em más de doscientas lenguas habló por espíriu de profecía, diciendo que vendrían presto verdaderos cristianos, hermanos de Santo Tomé, a los baptizar. Y mandaba que no hiciesen mal a algún Cristiano, mas que les hiciesen mucho bien. Y tanto era el bien que hacían, que de los hombres que escaparon huyendo del desbarato del Río de la Plata, supe que le barrían el camino por do pasasen, y caminando, los mandaban poner debajo de un árbol, hechas enramadas a do descansasen, y les ofrecían muchas cosas de comer y muchos plumajes, y se tenían por bienaventurados los indios que los tenían en sus buhíos o chozas. Y llamábase este indio Etiguara, el cual ordenó muchos cantares que ahora los indios cantan, en que hallo manda que se guarden los mandamientos de Dios…"* (ARMENTA, 1538. In. ESTRAGÓ, 1992: 155-156).

Essas são as duas únicas fontes que se referem a São Tomé que encontrei com datação anterior à chegada dos Jesuítas ao Brasil que ocorre em 1549. A partir da chegada dos

[2] Para maiores detalhes sobre essa fonte e as discussões sobre ela ver (HILBERT, 2000). Constando inclusive bibliografia sobre a referida discussão.

jesuítas o mito é alimentado e apropriado primeiramente pelos jesuítas e depois por outros que, cada qual em seu momento e de acordo com seus interesses dá um novo significado ao mito. Isso acontece, pois como disse Roger Chartier as apropriações e, portanto, as conseqüentes representações são *"... determinadas pelos interesses de grupo que às forjam. Daí o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza."* (CHARTIER, 1990: 17).

A hipótese de que os jesuítas trouxeram em seu imaginário a lembrança de São Tomé como evangelizador da Índia Oriental[3] é muito provável e também de seus principais feitos que posteriormente seriam reproduzidos no Brasil e encontrados pelos missionários com a ajuda dos indígenas. O padre Nóbrega é que se tornou o maior difusor do mito do São Tomé na América. Suas cartas de 1549 levaram o conhecimento do mito a boa parte do mundo, haja vista que as cartas jesuíticas de edificação tinham circulação ampla e foram inclusive publicadas em duas edições ainda no século XVI, uma em 1551 e outra em 1555. (HUE, 2006).

Também é Nóbrega o primeiro a citar a existência de um mito indígena com nome foneticamente próximo a Tomé. *"... Dizen ellos que Sancto Thomás, a quien llaman Zomé, passou por aquí…"* (NÓBREGA, In. LEITE, 1954: 153). A partir daí outras fontes reproduzem a mesma idéia de que os índios se lembravam do santo, mas sempre conhecido por um outro nome foneticamente próximo a Tomé. Em Montoya seria, por exemplo, *Pay Zumé, Pay Tumé* (MONTOYA, 1985, p.95), para Simão de Vasconcelos *Sumé* (VASCONCELOS, 1977, Vol. 1: 83).

Através das pesquisas que realizei até o memento não foi possível ter certeza absoluta a respeito da origem do mito do Sumé ser ou não de fato indígena. Entretanto tendo a concordar com outros autores no sentido de que é muito provável a existência de alguma crença ou mito indígena que em algum momento teria sido resignificado.

Sergio Buarque de Holanda, por exemplo, baseado na grande quantidade de referências encontradas nos cronistas, destaca que é digna de crédito a idéia de que os índios americanos não eram alheios à existência de pegadas ou mesmo marcas parecidas com pegadas, pois *"... aos europeus recém-vindos tratavam logo os naturais de mostrar essas impressões, encontradas em várias partes da costa..."* (HOLANDA, 1996: 111).

Mais adiante Holanda volta a especular fazendo a seguinte afirmação:

[3] Para se aprofundar nessa idéia ver o capítulo *Um mito luso-brasileiro* (HOLANDA, 1996: 108-129).

> *"Parece de qualquer modo evidente que muitos pormenores dessa espécie de hagiografia do São Tomé Brasileiro se deveram sobretudo à colaboração dos missionários católicos, de modo que se incrustaram, afinal tradições cristãs em crenças originárias dos primitivos moradores da terra. Que a presença das pegadas nas pedras se tivesse associado, entre estes, e já antes do advento do homem branco, à passagem de algum herói civilizador, é admissível quando se tenha em conta a circunstância de semelhante associação de achar disseminada entre inúmeras populações primitivas, em todos os lugares do mundo. E é de compreender-se, por outro lado, que entre missionários e catequistas essa tendência pudesse amparar o esforço de conversão do gentio à religião cristã".* (Grifo meu), (HOLANDA, 1996: 113).

Como se vê nos trechos grifados Holanda deixa transparecer que acredita na existência de crenças anteriores e que essas crenças sofreram alguma ação que tratou de cristianizá-las. A cristianização deve ter ocorrido através da ligação dos mitos aqui encontrados com as crenças que os cristãos traziam a respeito da evangelização de São Tomé no Oriente. Cabe destacar que para o autor parece não haver um único mito, mas provavelmente vários que em locais diferentes receberam essa influência cristã e acabaram transformados em São Tomé para os cristãos.

Hernani Donato (1997) é outro autor que acredita na existência real de um Sumé na cultura indígena. Tanto ele quando Holanda, também defendem que esse mito pode ter sido histórico ou avivado por um fato histórico cristão e por isso que os missionários teriam encontrado tantos traços que por analogia foram associados a São Tomé e ao cristianismo em geral. Para Holanda (1996: 127) esse fato histórico seria o trabalho do Frei Armenta, e para Donato (2001: 373) um grupo de monges escandinavos que deixaram seu bispado na Islândia em meados do século XII. Embora não possa concordar com nem um dos dois em suas hipóteses, concordo com a possibilidade da existência de um fato histórico criador ou avivador do mito do Sumé, sem concordar, no entanto com a determinação de datas e eventos específicos, pois pelo menos até o momento não encontrei vestígios que possibilitem isso. É possível que algum fato histórico anterior a 1500 possa ter ocorrido e deixado marcas entre algumas sociedades indígenas, sendo assim, o Sumé poderia ser histórico ou ter recebido elementos vindos de algum fato histórico, realizado por um religioso ou conquistador, antes que os movimentos de colonização estatais começassem. Hoje já se sabe que mesmo antes das datas oficialmente aceitas *estrangeiros* já tinham aportado pela América.

Em relação à questão temporal desses fatos, é importante destacar que em geral nas culturas indígenas o tempo é tratado de formas diversas e diferentes da concepção cristã ocidental. As realizações do mito do Sumé estão situadas no tempo mítico. Conforme Eliade (ELIADE, 1992: 44-45) destaca, o fato histórico pode ser transferido para o tempo mítico em

um curto período, sem prejudicar a operacionalização do mito na cosmologia das sociedades envolvidas.

Com o encontro entre indígenas e europeus e a possível existência de um mito indígena chamado de Sumé, logo, em um momento desconhecido e também com razões desconhecidas o mito foi apropriado pelos cristãos e resignificado em São Tomé. Isso ocorre num determinado período em que os processos de tradução cultural eram incipientes e a circulação cultural intensa e às vezes ocorria sem que ambas as partes se dessem conta disso[4].

A partir da chegada dos jesuítas em 1549, esse mito começa a ter novas apropriações, que respondem aos anseios de cada período e de cada agente dessa apropriação. Em 1549, já não havia mais questionamento a respeito da humanidade dos índios. Todavia era de estrema importância e inclusão do índio na cosmologia cristã, pois como homens criados por Deus e descendentes de Adão e Eva, como poderiam ter ficado de foram da evangelização apostólica e, portanto do plano universal de salvação de Jesus Cristo?

Todas as cartas de Nóbrega são de 1549, do primeiro ano, portanto, das atividades jesuíticas no Brasil. São documentos nos quais o autor descreve o curioso e o maravilhoso daquilo que aqui encontrou, dentre todas as coisas da natureza ele também reservou um espaço para os índios. Pessoas as quais, quando aqui chegou já tinha por certo que eram humanos, mas não titubeou em argumentar na defesa tanto de sua humanidade, como também da presença de um protocristianismo, iniciado por São Tomé, que como Apóstolo do oriente, não deixou de cumprir seu papel. Afinal os índios apesar de pertencerem, às piores linhagens, eram homens e certamente estavam inclusos nos planos de universalizantes de Cristo.

Com isso poderia-se dizer que, se os índios não seguem os preceitos cristãos, a culpa não é de Cristo ou dos apóstolos, pois Tomé cumpriu o mandamento evangelizando até mesmo a mais longínqua porção de pessoas. A culpa pela decaída era dos próprios índios que por seus vícios e com a facilidade com que se aliavam ao demônio preferiam a vida longe de Deus, pueril e pecaminosa, desprezando o Santo e a sua pregação.

Será o dominicano Diego de Dúran aquele que explicitará de forma mais clara e evidente a apropriação de São Tomé como a ligação do índio à missão apostólica de pregação universal. Dúran conclui sua obra a respeito da história e religião Asteca em 1581. É possível que antes de escrever sua obra ele tenha tido conhecimento das cartas de Manuel da Nóbrega, que a essa altura já estavam publicadas, e falavam a respeito da presença do apóstolo Tomé no Brasil. Dúran se destacou como interprete da cultura Asteca, sua história não se limitou a uma

[4] Para maiores detalhes sobre essa questão recomendo *Religião como Tradução* (POMPA, 2003) e *Índios e Jesuítas no Guairá* (OLIVEIRA, 2003).

descrição externa das práticas religiosas indígenas. Mesmo que seu interesse fosse a destruição dessa religião pagã, ele sabia que era fundamental compreender essa cultura internamente ou do contrário, os padres continuariam a serem enganados pelo sincretismo que acontecia em suas vistas, mas que como eles não compreendiam, não podiam repreender. (TODOROV, 1996: 199-215).

> *"Las açañas y maravillas de Topitlzin y de sus heroycos son tan celebrados entre los indios y tan mentados y cassi con apariencias de milagros, que no se que me atreva á afirmar ni escribir de ellos, sino que en todo me sujeto á la correcion de la iglesia catolica, porque aunque me quiera al sagrado evangelio que dice por San Marcos, que mandó Dios á sus sagrados apóstoles que fuesen por todo el mundo y predicassen el evangelio á toda criatura, prometiendo á los que creyessen y fuesen batiçados la vida eterna, no me ossare afirmar en que este baron fuese apóstol bendito, en pero gran fuerça me hace su bida y otras á pensar que, pues estas eran criaturas de Dios, recionales y capaces de la bien abenturança, que no las dejara sin predicador, y si lo hubo fue Topiltzin, al qual aportó á esta tierra, y según la relacion del se da era cantero que entallaba imagenes en piedra y las labraba curiosamente, lo qual lemos del glorioso Santo Tomas, ser Oficial de aquel arte, y tambien sabemos aver sido predicador de los indios y que escarmentado dellos pidió á xpo, quando le aparecio en aquella feria dande andaba, que le ynbiase donde fuese servido, ecepto á los yndios; y no me maravillo se excusasen los sagrados apostoles de benir entonces á tratar con gente tan desabrida y tan inconstante y torpe y tan tarda de juicio para creer las cossas de su salvacion…"* (DÚRAN, 2005, Tomo II: 74).

Ainda nos escritos do século XVI, encontramos a gestação da questão das profecias que previam a vinda dos jesuítas para a América. Nóbrega foi quem em primeiro lugar levantou essa hipótese e expôs a promessa de retorno que o santo teria feito *"... Dizem también que les prometió que avía de tornar outra vez a verlos..."* (NÓBREGA, In. LEITE, 1954: 154). No século XVII os jesuítas do Guairá assumiram esse trecho da carta de Nóbrega como o prenúncio de sua vinda, essa é umas das principais apropriações que ocorreram no século XVII.

O Padre Antonio Ruiz de Montoya, já no século XVII se apropriou do aspecto profético do Santo e assumiu para si e para a Companhia de Jesus a dignidade de sucessores do apóstolo que teriam sido profeticamente anunciados aos índios.

> *"Estranhando nós um acolhimento tão fora do comum, disseram-nos que, por tradição antiqüíssima e recebida de seus antepassados, sustentavam que, quando São Tomé – a quem comumente chamam "Zumé` na Província do Paraguai e ´Pay Tumé` nas do Peru – fez a sua passagem por aquelas terras, disse-lhes estas palavras:*
> *´A doutrina que eu vos prego, perdê-la-eis com o tempo. Mas, quando depois de muitos tempos vierem uns sacerdotes sucessores meus, que trouxerem cruzes como eu trago, ouvirão os vossos descendentes esta (mesma) doutrina`*
> *Obrigou-os essa tradição a dar-nos acolhida tão extraordinária. Fizemos ali uma povoação muito boa..."* SIC (MONTOYA, 1985: 86-87).

Em primeiro lugar é preciso lembrar que a obra *"Conquista Espiritual"* de Montoya (1985) foi escrita com o objetivo de sensibilizar a coroa espanhola sobre a necessidade de se permitir que os índios reduzidos pudessem utilizar armas de fogo para se defenderem dos ataques paulistas que àquela altura[5] já haviam liquidado a maioria das reduções e colocavam em perigo as que ainda resistiam. Portanto é cabível a classificação de ufanica para tal obra.

Diante dessa característica percebo, evidentemente, que esse não foi o único artifício utilizado com o objetivo de angariar prestígio para os missionários. Em muitos momentos o autor apresenta de forma propagandista as dificuldades enfrentadas por si próprio e por outros missionários, inclusive martírios, expõe também que a sua ida às missões no Guairá, bem como a de diversos missionários estava ligada diretamente a episódios de inspiração divina. Além disso, apresentava a missão dos jesuítas como sendo uma extensão da realmente importante missão da coroa espanhola, que era levar o cristianismo aos índios. No contexto propagandista da obra o fato da sucessão de um apóstolo de Cristo deve ter tido muito peso na corte espanhola, tanto que Montoya retornou de sua viagem com a autorização requerida, embora está não tenha conseguido impedir os paulistas de continuarem apresando índios e destruindo as reduções.

Fontes impressas

ARMENTA, Frei Bernardo. Carta ao Dr. Juan Bernal Diaz de Luco. In. ESTRAGÓ, Margarita D. *San José de Caazapá* un modelo de reduccion franciscana. Asunción PY: Editorial Don Bosco, 1992. p. 155-157.

BRANDENBURGER, Clemente. (Tradução, glossário e comentário). *A Nova Gazeta da Terra do Brazil (New zeutung ausz presillandt)* 1515. São Paulo: Livro Edance [Impresso no Diário Alemão], 1922.

DURÁN, Diego. *Historia de las Indias de Nueva España y islas de Tierra Firme.* 2 Tomos (Ed. Facsímil) Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005

LEITE, Serafin. Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. 3 Vol. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

[5] 1638/1639 – Nesse período as Reduções do Guairá já tinham sucumbido aos ataques bandeirantes, restavam apenas as do Tape.

MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual:* feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

VASCONCELOS, Simão de, *Crônica da Companhia de Jesus.* 3ª edição, 2 Vol. Petrópolis: Vozes, 1977.

Referências Bibliográficas.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural* entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa Difiel, 1990.

DONATO, Hernani. *Sumé e Peabiru: Mistérios Maiores do Século da descoberta.* São Paulo: Editora GRD, 1997

ELIADE, M. *O Mito do Eterno Retorno:* Arquétipos e Repetição. Trad. J. A. Ceschin. São Paulo: Mercúrio, 1992.

HILBERT, Klaus. A descoberta a partir da Nova gazeta da terra do Brasil.. *Estudos Ibero-americanos,* Porto Alegre, v. Ed.Esp, n. 1, p. 39-56, 2000.

HOLANDA, Sergio. *Visão do Paraíso:* Os Motivos Edênicos no descobrimento e Colonização do Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HUE, Sheila. (Trad. Introd. e notas) *Primeiras Cartas do Brasil 1551-1555*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

OLIVEIRA, Oséias de. *Índios e Jesuítas no Guaíra:* a redução como espaço de reinterpretação cultural (séc. XVII). (Doutorado em História), Assis: UNESP, 2003.

POMPA. Cristina. *Religião como Tradução* missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A Questão do Outro.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O desvelar das interações cotidianas entre jesuítas e indígenas brasileiros no século XVI: privilegiando o lúdico

Inez Garbuio Peralta[1]
Yara Kassab[2]

Resumo: Este trabalho examina as manifestações de atividades lúdicas utilizadas como estratégia pelos jesuítas no Brasil no século XVI. Estes tiveram êxito na catequização por terem estabelecido um complexo processo de oposições e sínteses culturais, muito próprias das idéias da Companhia de Jesus.
Elementos indígenas e europeus como a dança, os jogos, o teatro, a mímica e a língua nativa dos índios, reelaborados pelos jesuítas, passaram a coexistir no Brasil do século XVI, objetivando a salvação de homens e almas.
Palavras-chave: lúdico, catequese, didática

Abstract: This work investigates the manifestations of the ludic activities used as a strategy by Jesuits in Brazil in the XVI century.
Those turned out well in the catechization for establishing a complex process of oppositions and cultural synthesis, pertaining to the ideas of the Jesus Company.
Indigenous and European elements such as dance, games, theater, mimics, as well as native languages, redid by Jesuits, started to coexist in Brazil of the XVI century, objecting the salvation of the men and souls.
Key-words: Ludic, catechization, didactic

1 Introdução

Os jesuítas tiveram sucesso em transpor para a fala do indígena sua mensagem e assim viabilizar seu projeto catequético, no Brasil.

O objetivo de penetrar o imaginário indígena levou-os a utilizarem manifestações locais tais como: as danças, as músicas, os rituais as interpretações e acima de tudo a alegria própria daquela sociedade.

Embora não se possa desconhecer a diversidade dos grupos indígenas, jesuítas e cronistas ressaltaram as características teatrais e a busca da alegria de viver dos primitivos habitantes do Brasil. Entre as orientações recebidas pelos jovens inacianos nos diversos

[1] Profª Drª- Universidade São Paulo, Faculdade Interlagos de Educação e Cultura.
[2] Profª Ms. Centro Universitário Ítalo Brasileiro, Faculdade Interlagos de Educação e Cultura.

centros religiosos constava o conhecimento da língua nativa dos locais de destino de sua prática missionária.

O aprendizado da língua e ainda das práticas simbólicas ajudaram os jesuítas a criarem ``centros de solidariedade´´. Onde a missão permaneceu como núcleo central, realizou-se um complexo processo de oposições e sínteses culturais desde os primeiros contatos entre jesuítas e indígenas .Os jesuítas foram, ao longo de sua permanência no Brasil, introduzindo novas formas artísticas e novos rituais às danças, músicas e cantos tradicionais dos indígenas, revelados em suas festas, ao mesmo tempo em que os corais, as músicas cantadas nas missas e o teatro português eram permeados pelas manifestações culturais indígenas

> *Os espetáculos oferecidos nas igrejas, a acomodação ao gosto do gentio e mesmo a certas formas exteriores a que eram sensíveis, o bilingüismo, a aproximação que permitiu entre o público e as criações artísticas são traços singulares da iniciação literária [brasileira] [e] constitui um aspecto pouco estudado desse período primário da nossa vida colonial...*(SODRÉ:1960, p.70)

A partir destas reflexões este trabalho procura analisar os espaços sociais onde as culturas dispares – jesuíticas, isto é, européias e indígenas – se encontram.

Busca-se tratar estas relações em termos de presença comum de interação, de entendimentos e práticas interligadas, privilegiando as demonstrações de alegria, de senso de humor e práticas lúdicas.

O material utilizado para a elaboração deste trabalho compõe-se de: cartas, fragmentos, sermões e poesias jesuíticas, relatos de viajantes, obras históricas e outros.

2 A língua: fator de interação cultural

Uma das primeiras iniciativas dos jesuítas ao aportarem no Brasil em 1549, foi a de dar inicio a aprendizagem da língua dos nativos, pois o conhecimento lingüístico constituía para Nóbrega``a mais principal ciência para cá mais necessária´´(MONTEIRO,2004:p.35)

Os jesuítas utilizaram-se da língua Tupi, como forma de integração e entendimento, para atrair os nativos à catequese.

O desafio por parte dos jesuítas, em estabelecer uma comunicação, diante da diversidade lingüística existente na então colônia portuguesa, fica equacionado ao adotarem a língua geral, como língua que passa a mediar as comunicações entre quase todos os povos indígenas da costa Brasil e os europeus.

Alguns jesuítas destacaram-se como bons aprendizes da língua geral, entre eles o padre João Azpilcueta Navarro, que logo que chegou a colônia pôs-se a traduzir e escrever algumas orações.

Nóbrega em um de seus relatos reforça as ações do padre Azpilcueta:

> *Trabalhamos de saber a língua delles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias [...] (e aprender com eles a língua), e il-os doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas praticas de Nosso Senhor e não posso achar língua que m'o saiba dizer, porque são elles tão brutos que nem vocabulos tem.(*Nóbrega,1988: p.73)

Com o auxilio de *Caramuru* o padre Navarro traduziu na língua Tupi, o Padre – Nosso, os Mandamentos, a criação e o fim do mundo e diálogos da Santa Fé entre outros.

Nóbrega contou também, na conquista das almas, com o auxilio dos órfãos vindos de Lisboa que, juntamente com os filhos dos nativos, saiam pelas aldeias a pregarem, pois os jesuítas tinham a consciência de que só o uso da língua nativa não bastaria como estratégia metodológica para a catequização.

Os meninos saiam pregando e cantando cantigas de Nossa Senhora, os Mandamentos, Credo e Salve Rainha, ensinando assim os adultos das aldeias

Os meninos foram, estrategicamente, levados a participar como facilitadores entre as duas culturas, transpondo assim a barreira do contato, da comunicação dos dois universos

Na metodologia jesuítica, utilizada para ensinar a língua geral, ``os índios deveriam primeiro aprender as palavras, depois seu significado, e em seguida as intenções ´´(SEBE,1982:p.79)

As ações e preocupações dos jesuítas para com o outro, estão fundamentadas nos Exercícios Espirituais e nas *Constituciones de la Compañia de Jesús . Normas Complementarias*[3] que constituíam as primeiras normas e regras que regulamentavam e expressavam a espiritualidade inaciana bem como a metodologia a serviço da catequização.

Os jesuítas apropriaram-se da ludicidade presente na sociedade indígena e a utilizaram como meio de comunicação, introduzindo formas artísticas e rituais europeus nas diversões e nos rituais indígenas.

Ao se examinar as cartas jesuíticas, fragmentos e outras fontes, primárias ou secundárias nota-se que tanto a cultura indígena como a jesuítica, estão permeadas de traços lúdicos, o que facilitou a interação entre ambas.

[3] Província Mexicana de la Compañia de Jesus.www.sjmex.org

Novaes observa que:``A cultura portuguesa como a dos povos indígenas.[...] traziam um traço de união surpreendente, que era o senso de humor. Pode parecer estranho invocar o humor para essas duas culturas consideradas tristes´´ (NOVAES,1999:p.105)

É, pois, no contexto cultural, que se desvela o emprego, pelos jesuítas, do lúdico no século XVI, no Brasil colonial e sua influencia na catequese.

3-As características lúdicas da sociedade indígena

Em vários textos elaborados no decorrer do século XVI encontram-se referências das características lúdicas da sociedade indígena.

O viajante Jean de Lery que esteve no Brasil em 1557 observou que os nativos ``bebam pouco ou muito porém, como não sofrem de melancolia congregam-se todos os dias para dançar e folgar´´ (LERY,1980:p.132).

Anchieta e Cardim também apontam características lúdicas dos nativos e chamam a atenção para o bailado conjunto de homens e mulheres:

> *Ainda que são melancólicos, têm seus jogos, principalmente os meninos, muito varios e graciosos, [...] os meninos são alegres e dados a folgar e folgão com muita quietação e amizade[...] de pequeninos os ensinão os pais a bailar e cantar e os seus bailos não são diferentes de mudança, mas é um continuo bater de pés estando quedos, ou andando ao redor e meneando o corpo e cabeça, e tudo fazem com tal compasso, com tanta serenidade, ao som de um cascavel feito ao modo do que usão os meninos em Espanha, com muitas pedrinhas dentro ou umas certas sementes de que tambem fazem muito boas contas, e assim bailam cantando juntamente, porque não fazem uma cousa sem a outra.[...] As mulheres bailão juntamente com os homens, e fazem com os braços e corpo grandes gatimanhas e momos, principalmente quando bailam sós.* (CARDIM,1980:p.93)

Jean de Lery, enfatiza nos seus relatos os momentos de características lúdicas presentes nos principais eventos da sociedade indígena tais como: nascimento, morte, guerras, vitórias e consórcios. Os índios utilizavam-se também de enfeites de plumas, mascaras e pintavam-se, seja para transmitirem alegria ou melancolia. Nessas manifestações culturais e ainda em reuniões para se tomar decisões, os nativos bebiam o *cauim*

No livro Viagem à Terra do Brasil, Lery relata:

> Os moços casadoiros adornam-se com um desses grandes penachos a que chamam *araroy* e que são atados à cintura; empunhando às vezes o *maracá* e dispondo nas pernas os chocalhos de frutos secos [...] não fazem outra coisa todas as noites senão entrar e sair de casa em casa dançando e saltando.(LERY,1980: p.132)

Segundo Lery: ``cumpre notar que em todas essas danças (realizadas para o consórcio), quaisquer que sejam, nunca as mulheres se misturam aos homens; se querem fazem-no em grupos separados.´´(LERY,1980:p.132)

A ludicidade do dia a dia indígena é revelada em várias passagens dos textos jesuíticos.

Cardoso sintetiza uma dessas passagens:

> *Põem uns diademass na cabeça, de penas de pássaros de varias cores, e desta sorte fazem também os arcos e empenam e pintam os corpos, e assim pintados e mui galantes a seu modo fazem suas festas mui aprazíveis, que dão contento e devoção, por serem feitas por gente tão idônea e tão bárbara, mas, pela bondade divina e diligencia dos nossos, feitos já homens políticos e cristãos. Era para ver uma dança de meninos índios, o mais velho seria de oito anos, todos nuzinhos, pintados de certas cores aprazíveis, com seus cascavéis nos pés e braços, pernas, cinta e cabeças com varias invenções de diademas de penas, colares e braceletes.Parece-me que se os viram nesse reino, que andaram todo o dia atrás deles.*(CARDOSO,1977: p.56)

Serafim Leite em sua obra História da Companhia de Jesus no Brasil afirma que: quando os meninos da terra faziam entradas pelo sertão a pé,``... os índios [...] recebiam-nos ao som de seus instrumentos músicos, - a taquara e o maracá. E eles com grinaldas na cabeça, faziam procissões, erguiam cruzeiros, cantavam, dançavam.´´(LEITE,1938:p.38)

A ludicidade foi apropriada pelos jesuítas que a utilizavam até mesmo para reprimir atitudes de resistência, pois os pais indígenas eram dóceis e pacientes com seus filhos e não costumavam castigá-los, muito menos por conta do ato de não irem ou fugirem das casas de ensinar. Valendo-se deste comportamento``...quando algum menino da escola [...] é preguiçoso e não quere ir à escola, o irmão o manda buscar pelos outros, os quais o trazem preso e o tomam às cavaleiras com muita alegria. E seus pais e mãis folgam muito com isso. ´´(LEITE,1938:p.91)

São várias as circunstancias reveladoras de momentos lúdicos entre os indígenas. Em viagem ao sertão pelos idos de 1555, o padre João Azpilcueta narra de forma bastante especifica uma das cerimônias festivas realizada pelos indígenas tapuias.

> *... em uma aldêa grande onde estavam seus feiticeiros fazendo .feitiçarias, aos quaes, porque andam de uma parte para outra, fazem os Índios grandes recebimentos, concertando os caminhos por onde hão de vir e fazendo grandes festas de comer e beber.*
> *Estava, pois nesta aldêa muita gente de outras aldeãs que era vinda ás festas dos feiticeiros.[...] No meio de uma praça tinham feito uma casa grande, e nella outra mui pequena, na qual tinham uma cabaça figurada como cabeça humana, mui ataviada a seu modo, e diziam que era o seu santo e lhe chamavam ``Amabozaray´´, que quer dizer pessoa que dansa e folga, que tinha virtude de fazer os velhos se tornassem moços. Os índios andavam pintados com tintas, ainda nos rostos, e implumados de pennas de diversas cores, bailando e fazendo muitos gestos, torcendo as bocas e dando uivos como perros: cada um trazia na mão uma cabaça pintada, dizendo que aquelles eram os seus santos, os quaes mandavam aos índios que não trabalhassem porque os mantimentos nasceriam por si, e que as frechas iriam ao campo matar e caçar.* (CARTAS AVULSAS 2,1988: p.173)

Esta representação revela uma teatralidade, e uma criatividade, que os jesuítas souberam aproveitar. Estes perceberam a possibilidade de novas interações de saberes ou ainda perceberam um território de novas interdições e liberdades. Nesse sentido pode-se dizer que os jesuítas compreenderam o lúdico como necessidade à época e ao local que se encontravam, um Brasil colônia[4].

Os jesuítas observaram também que os indígenas possuíam outras habilidades, como imitadores de cantos de pássaros e outros animais, compositores de cânticos e trovas de improviso, revelando-se bons atores.

Na obra Teatro de Anchieta, Cardoso descreve a dramatização indígena como ``um espetáculo comum entre os indígenas´´, composto dos seguintes atos:

> ***primeiro momento – O preparo -*** *quando os índios, distante do povoado, com acompanhamento festivo preparam um novo caminho ou um caminho novamente aberto e engalanado (enfeitado) em honra ao visitante, que estará sendo conduzido às suas tabas****; segundo momento - O encontro*** *– quando o visitante é saudado pelos chefes índios ou a grande saudação; a representação mostra a hospedagem nas casas com o dialogo sobre a viagem do hospede: dão –se largas à fantasia, descrevendo todas as dificuldades por que teria passado o visitante até chegar à aldeia, com grande sentimento de todos, principalmente das mulheres;* ***terceiro momento - A discussão -****quando os índios discutem entre si se devem matar o visitante ou deixá-lo agir em paz na tribo. Na discussão sobre o destino do visitante seguem-se festejos de diversos tipos, danças, cantos e musicas; juntam-se aos índios os pajés que jogam suas contas para certificarem-se que o visitante deve viver ou morrer se é bom [...],no dia seguinte faz-se uma espécie de pregação pelo povoado.correm toda a aldeia pé ante pé, muito de vagar; e o pregar também pausado, freugmático e vagaroso; repetem muitas vezes as palavras por gravidade, contam todos os trabalhos, tempestade,perigos...´´ passados pelo visitante.*(CARDOSO,197: p.51-53)

Os inacianos, uniram o sagrado e o profano utilizando formas artísticas e rituais europeus e indígenas. Apesar de tudo pode-se afirmar que o teatro no Brasil foi obra dos jesuítas.

4 A arte cênica jesuítica como estratégia no processo catequético no Brasil colonial

José de Anchieta, no Brasil, aperfeiçoou a arte cênica. Utilizou mais de uma língua nas representações para agradar os ouvintes e, ao adequar alguns personagens como, por exemplo o diabo, fez uso do mesmo não só para representar o mal, mas também para divertir. O diabo de Anchieta era galhofeiro, fanfarrão, e malicioso. Era assim também que José de Anchieta agradava os índios, utilizando personagens que os faziam rir e se alegrarem..

[4] Nóbrega também presenciou cenas semelhantes entre os ``Topinaquis´´ e os ``Topinambás´´ e descreveu-as em carta enviada provavelmente da Bahia em agosto de 1549, cujo titulo é Informações das Terras do Brasil publicada em cartas jesuíticas I, cartas do Brasil- Manoel da Nóbrega.

O Anjo era outro personagem freqüente, que aparece nos Autos de Anchieta representando a luta do bem contra o mal, e não era alheio aos índios que acreditavam nos espíritos do bem e do mal. Segundo Cardoso

> *O Auto de Anchieta foi criado de acordo com as características do ambiente em que estava sendo apresentado – o Brasil colônia .Tem longas partes recitadas, desfiles, danças, cantos músicas e as vezes uma oração ou discurso final, podendo as vezes durar muitas horas. Em seus Autos Anchieta, utilizava-se dos mistérios e das moralidades, eram representados em torno da igreja, materializando-se nas figuras dos anjos e dos demônios, personificando os apóstolos do bem e do mal, da virtude e do vicio* (CARDOSO,1977:p.49-53)

Ao entrar em contato com novas culturas, os Autos adquirem novas roupagens.No teatro, Anchieta usou de forma intensa as estratégias dos rituais indígenas. observou que nesses rituais, a música, e a dança eram expressivas, ricas em mímicas, um espetáculo da arte de representar.

No teatro anchietano nota-se também a presença de personagens femininos embora as mesmas fossem proibidas pela companhia de Jesus .É bem verdade que a maioria são figuras simbólicas ou espiritualizadas e raramente retratavam mulheres da vida real.

Anchieta incorporou também no teatro, elementos retirados da fauna e da etnologia local, o que favoreceu a aceitação e assegurou o bom desempenho dos atores nativos.

Leite, informa que as representações teatrais dos jesuítas transcorriam em duas instancias, nas aldeias e nos colégios, nestes apresentavam-se as comédias e as tragédias, denunciando preocupações estéticas; nas aldeias, representavam-se os Autos.(LEITE,1938:p.612)

O teatro dos jesuítas no Brasil tinha um escopo moral e cristão transmitidos de forma divertida, bem ao estilo do bom humor indígena. Os missionários reuniam grupos, geralmente de crianças indígenas, para se ensaiar as peças escritas a partir do que observavam na vida dos nativos. Com isso, os padres tematizavam o cotidiano indígena, inserindo censura através da moral e dos bons costumes cristãos. Nas cenas, adaptava-se a vida nativa para uma vida cristã, criticando-se a poligamia, a embriaguez e a antropofagia.

Em seus relatos Cardoso observa que:

> *``Nas peças de Anchieta encontram-se danças variadas à maneira de Portugal [..].Ele mesmo observa a facilidade dos meninos índios, que eram geralmente os seus atores, em aprenderem esses passos diferentes: fazem suas danças à portuguesa, com tamborins e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses.´´*(CARDOSO,1977:p.57)

Participava das peças jesuíticas não só os meninos indígenas mas também os próprios padres e irmãos.

O teatro foi utilizado antes mesmo de se ensinar a ler, a escrever e a contar. Para Anchieta o teatro não era uma simples diversão, mas instrumento valioso de educação e cultura. Por isso o jesuíta aproveitou-o tanto na catequese como na pedagogia, instruindo, deleitando e atraindo multidões

Os espetáculos receberam dos jesuítas um tratamento especial a tal ponto que Nóbrega encomenda a Anchieta a composição de um auto, o auto da Pregação Universal representado em São Paulo de Piratininga entre 1567 e 1570. Para Sodré esta "seria a primeira peça de teatro composta no Brasil" (SODRE, 1960: p.70).

O auto ``Na Festa de São Lourenço´´ é a mais longa e rica peça do caderno de Anchieta. Tanto a extensão de seu texto, quanto o aparato literário e técnico, de que se reveste, explicam o êxito a ela atribuído´´(CARDOSO,1977:p.69-76).

Escrito em castelhano, tupi e português foi apresentado em 10 de agosto de 1583 em louvor ao santo e conta o martírio de São Lourenço, queimado na fogueira com grande pompa. Esse auto, à semelhança dos demais, compõe-se de quatro atos e um desfile final, com uma dança cantada; oferece cenas nativas, diabólicas, místicas, e de lutas, visando a converter recreando. As cenas trazem a fala do anjo que representa as figuras do amor e temor através do fogo que o Senhor manda para abrasar as almas, como o fogo material que abrasa a de São Lourenço. (BOSI,2002:p.26)

As cenas deste martírio deviam prestar-se de modo especial ao teatro catequético no Brasil, onde sacrifícios de guerra eram habituais e os índios costumavam churrasquear e comer suas vitimas.

Os jesuítas adaptaram-se no Brasil tirando das circunstancias, locais todo o proveito que puderam, lançando mão, com sucesso de um recurso característico da cultura indígena, que lhes pareceu mais profícuo, a arte de representar, isto é, de imitar.

5-Considerações Finais

Os jesuítas, isolados no Brasil do século XVI se distanciaram de algumas práticas realizadas na metrópole pois a vida na colônia era significativamente diferente, o que os levou a se adaptarem a cultura nativa, aprendendo a língua e os costumes.

De acordo com Nelson Werneck Sodré

> *Pondo de parte, na catequese, os métodos tradicionais de persuasão, deixando de lado os artifícios comuns do raciocínio, os padres dirigiam-se à imaginação dos indígenas, utilizavam recursos a que eles eram sensíveis, buscavam aproximar o mais possível as suas criações de tudo aquilo que era a vida habitual do selvagem.*(SODRÉ,1960:p.70).

As ações jesuíticas desvelam um debruçar-se sobre a terra e os nativos com um espírito ao mesmo tempo prático e aberto, unindo à sua fé, um zelo constante pela conversão do gentio, e, com a intenção de catequizar, utilizando-se do lúdico, tanto da cultura indígena como da européia.

Por fim, a analise realizada de alguns momentos lúdicos das culturas indígena e portuguesa, oportuniza expor parte de uma longa pesquisa que discute os espaços dessas culturas diferentes, mas que se entrelaçam nas relações de ludicidade.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. **Historia Concisa da Literatura Brasileira**. 2.ed.. São Paulo: Cultrix, 1984

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e da gente do Brasil.** Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo:EDUSP, 1980

CARDOSO, Armando Pe. **Teatro de Anchieta**. .São Paulo:Loyola, 1977

CARTAS AVULSAS 2 *(1550-1568).* Azpilcueta Navarro e outros. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:EDUSP,1988

LEITE, Serafim. tomo I **Século XVI - O Estabelecimento**. Lisboa:Portugalia. Rio de janeiro: Civ. Brasileira, 1938

_____. Tomo II **. A Obra.** Lisboa: Portugalia. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1938

_____. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo**. vol 1. São Paulo, 1956

LERY, Jean. **Viagem à terra do Brasil.** Trad. e notas : Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980

MONTEIRO, John M. *Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo* in PORTA, Paulo (org). ***História da cidade de São Paulo. A cidade colonial***. São Paulo: Paz e terra, 2004. p.36

NEMESIO, Vitorino. **O campo de São Paulo. A Cia de Jesus e o plano português do Brasil**. 3.ed. .Lisboa:Secretaria de Estado da Informação e Turismo,1971

NOBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988

SEBE, José Carlos. Os jesuítas. São Paulo: Brasiliense, 1982

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira. Seus fundamentos econômicos**. 3.ed. Integralmente refundida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Política, conciliação e revolução passiva no Brasil: as concepções de Paulo Mercadante e José Honório Rodrigues

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves[1]

Resumo: Em meio ao golpe de Estado (1964) e o imediato desencadeamento da repressão, surgiram interpretações da história política do Brasil que, em vista da truculência do golpe, passaram a pensar a conciliação como uma alternativa. Temos aqui dois intelectuais que pensaram de modo diferenciado a conciliação: Paulo Mercadante – que enxerga a história do Brasil positivamente, de um modo incruento e conservador, enxergou as políticas conciliatórias como o grande elemento de nossa formação -, e José Honório Rodrigues – que, através de uma visão crítica à "conciliação conservadora", viu na possibilidade de uma conciliação ampliada a opção que denominou "neoconciliação". Como o conceito gramsciano da *revolução passiva* pode ajudar-nos a refletir a conciliação?
Palavras-chave: História do Brasil – Conciliação – Revolução Passiva

Abstract: Under the violence of the 1964's coup appered interpretations about Brazil's politic history thinking the conciliation as an alternative. Two intellectuals who thought the conciliation are: Paulo Mercadante – who see Brazil's history at a positive and conservative point of view, believe conciliation as the most important Brazil's formation element -, and José Honório Rodrigues – who, by a criticism point of view about the "conservative conciliation", believe a wide conciliation as an alternative, that he called "neoconciliation". How we can think the conciliation with Gramsci's concept (passive revolution)?
Keywords: Brasil's history – Conciliation – Passive Revolution

Introdução

> *"Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores e cuja derrocada elas aspiram."*
> V.I. Lênin em "O Estado e a Revolução" (LÊNIN, 1978:10)

O golpe de Estado de 1964 conduziu o Brasil à uma fase de cerceamento às liberdades civis, de repressão aos movimentos e organizações populares, do encarceramento, do assassínio e do exílio de opositores ao regime, de fim da liberdade de expressão, e de imposição de um capitalismo subserviente aos "interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados" (DREIFUSS, 2006:437). Assaltado o Estado, a força das armas

[1] Graduado em história – licenciatura plena pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e mestrando em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – linha de pesquisa "Estado e Poder", orientado pelo prof. Dr. Gilberto G. Calil. Marechal Cândido Rondon, 2007.

e a sanha dos golpistas trataram de colocar a intelectualidade brasileira no rumo do obscurantismo na ordem de suas primeiras ações. Já em 1964, o terrorismo de Estado atingiu diversos periódicos – tornando-se emblemático o cerceamento ao *Correio da Manhã* e ao seu então jovem jornalista, Carlos Heitor Cony -, várias organizações estudantis, como a UNE que teve suas instalações incendiadas, vários universitários foram suspensos e/ou encarcerados, muitos professores perderam suas cátedras, institutos de pesquisa foram fechados ou tiveram seu funcionamento inviabilizado – como o Instituto Nacional do Câncer, que deixou de receber muitos recursos. Muitos intelectuais tiveram que comparecer às instâncias da repressão e responder perguntas como: o senhor é marxista? Que livros costuma ler? Acha que fulano de tal é comunista? Começavam também as devassas às bibliotecas públicas e privadas (*cf.* SODRÉ: 1986).

Em meio às políticas ditatoriais desenvolvidas pelo regime militar, surgiram algumas interpretações da história do Brasil, que analisaram as ações políticas que aparentemente não priorizaram o emprego das armas, que aparentemente divergiam da truculência exercida pelo golpe militar. Particularmente destacamos duas obras publicadas no ano de 1965: "*A consciência conservadora no Brasil:* contribuição ao estudo da formação brasileira" (4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003), da autoria de Paulo Mercadante, e "*Conciliação e reforma no Brasil:* um desafio histórico-cultural" (2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982), da autoria de José Honório Rodrigues. Interessante notar que ambos os intelectuais mantinham relações com os golpistas: Mercadante manteve estreitas relações com muitos deles (*cf.* MERCADANTE, 2004), Rodrigues pronunciou regularmente conferências na Escola Superior de Guerra (ESG), entre 1957 e 1964 (*cf.* RODRIGUES, 1970). Adiante o leitor encontrará uma exposição das obras destes dois intelectuais de tal forma que possibilite pensar em nosso problema: qual a contribuição do conceito gramsciano de *revolução passiva* para a reflexão em torno da conciliação?

Paulo Mercadante e a apologia à "conciliação conservadora"

Para Paulo Mercadante, a cultura da conciliação teria já se constituído entre os colonizadores, quando houve com seus ideais de nobreza e de cavalheirismo medieval – positivamente adjetivados pelo autor como honrados e pundonorosos - uma transação com os interesses mercantis, com a preocupação em encontrar riquezas e obter lucros. Os colonizadores seriam os germes do que posteriormente viriam a ser os senhores rurais brasileiros – protagonistas de sua história. As grandes explorações rurais, independentes e auto-suficientes, seriam organizações feudal-mercantis, pois teriam se constituído como um

verdadeiro domínio feudal – com sua própria milícia -, mas voltadas para o comércio exportador.

> *[...]Isso fazia de seu proprietário um personagem original, solicitado simultaneamente por duas ordens de interesses diferentes. O senhor de escravos brasileiro era ao mesmo tempo um dominus, no sentido romano, e um comerciante no sentido holandês do século XVIII.* (MERCADANTE, 2003:91)

Para Mercadante, o período colonial teria sido marcado por esta lógica: a colonização teria sido feita por homens de boa índole, os senhores rurais, que teriam uma natureza especial, pois eram *dominus* feudais (representando o antigo regime) e mercadores (representando o capitalismo). Vale lembrar que Leandro Konder (KONDER, 1998:360-1), em sua tipologia das vertentes ideológicas dos intelectuais nos anos 50, chamou a atenção para as características do conservadorismo, dentre as quais destacamos a tônica de elogio das elites e dos colonizadores portugueses.

Lançadas as bases teóricas de sus tese, Mercadante avança até a Independência (1822) que, em sua acepção, foi um "tranqüilo rompimento", possibilitado pelo "cuidado", pela forma "cauta" e "serena" das lideranças que preocuparam-se em excluir o povo. Para este autor o povo é força essencialmente violenta e negativa, "sem validade pública" (MERCADANTE, 2003:126) e sua participação em fatos importantes sempre proporcionaria "um doloroso saldo de tragédia" (MERCADANTE, 2003:108). A aversão à participação popular é mais uma característica do conservadorismo brasileiro[2].

Para o autor, a Independência seria o momento em que se revelaria o "espírito nacional", o acerto das elites em deixar o povo alheio à decisão, em manter as relações escravistas de produção e conservar a integridade do território, enfim, a Independência teria sido o coroamento da conciliação – acontecimento catalisador, em que se desvelaria a fórmula conciliatória e que determinaria nossa história, fazendo toda a posterioridade reflexo deste momento. "A tendência da madureza precede o movimento da Independência, realiza-o e projeta-se por toda a história imperial" (MERCADANTE, 2003:145-146). Na lógica mercadantiana, José Bonifácio teria protagonizado o processo de independência por encarnar o *modus vivendi conciliatore* senhoril definido na sentença: "revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer idéias de abolição" (*id. ibid*:105).

Duas questões importantes para entender esta obra são relacionadas à maneira pela qual o autor aborda a legislação imperial e a escravidão em seu processo histórico até a abolição. A constituição de 1824 teria como espinha dorsal a conciliação, que era aplicada à

[2] *Cf.* KONDER, 1998.

qualquer processo jurídico fazendo prevalecer a "intuição pacificadora", de tal forma que para o autor isso revelaria que a carta constitucional não possuía qualquer expressão do domínio de uma classe. Para Mercadante toda a ordem imperial fora erigida em função da lei "natural", "reacionária", altamente adequada às necessidades do país. (*cf.* MERCADANTE, 2003:221-3).

A outra questão, o escravismo – sem dúvida um dos dilemas sociais mais relevantes da história do Brasil -, é vista por Paulo Mercadante da seguinte maneira: os interesses dos senhores proprietários de terras – que dependiam da continuidade da escravidão – eram os interesses de toda sociedade e, antes de qualquer mudança, deveriam ser respeitados os direitos de propriedade. Além de tudo, acabar subitamente com a instituição escravocrata poderia gerar graves crises ao Império e, nesta concepção, nada importam a exploração dos escravos e suas péssimas condições de vida.

É importante atentar à uma questão relacionada à estruturação da obra de Mercadante: encontramos inúmeras citações estruturadas de fontes de autoria dos representantes dos senhores rurais, não encontramos porém o mesmo com a vertente abolicionista. Aqui o silêncio é mais um fator revelador de sua concepção: para o autor qualquer alternativa ao escravismo era um absurdo, um despropósito, lutar pelo fim do escravismo apenas atestaria a irrealidade, a irresponsabilidade e o radicalismo basbaque do abolicionista. Outra característica a ser observada é a concepção incruenta da história, com a conciliação Mercadante busca esconder a luta de classes, os duros episódios de repressão às várias lutas populares que ocorreram no século XIX, e, principalmente, a violência diária contra os escravos. Vemos, desta maneira, que o livro do autor expressa sua visão de mundo conservadora segundo a qual o povo é mera massa violenta.

José Honório Rodrigues e a *neoconciliação*: uma crítica à "conciliação conservadora"

José Honório Rodrigues trata da conciliação de maneira qualitativamente diferenciada de Paulo Mercadante. Já no início de sua obra argumenta que as políticas conciliatórias sempre foram feitas no interior dos grupos dominantes, sem concessões à maioria brasileira que foi mantida às margens e aquém de benefícios sociais. Como dissemos anteriormente, esta obra foi publicada em 1965, mas é interessante notar o que diz o autor na introdução da reedição de 1982: "Em 1964 houve a inconciliação e a imoderação da cúpula militar que dominou o Poder e tutelou a nação. Pela primeira vez na história brasileira a força dominante não se conciliou com ninguém, nem com seus iguais, [...]" (RODRIGUES,

1982:14). Diferentemente, Mercadante afirmou no mesmo ano que os militares estariam declaradamente comprometidos com a democracia, e o golpe significava o "triunfo do bem" (*cf.* Mercadante, 2003:47-56).

Para Rodrigues, segundo as circunstâncias políticas, econômicas e culturais, a minoria dominante colonial ora agiu de maneira violenta e intransigente, ora de forma transigente e conciliadora. Isto durou até o fim do século XVII, quando, principalmente pela miscigenação e pela tolerância racial, foi derrotado o tipo que agia apenas pela violência e o modo conciliador tornou-se preponderante.

Segundo José Honório Rodrigues, apesar de prevalecer no povo o "espírito de conciliação" - que se expressa na unidade lingüística, na mestiçagem, na tolerância racial -, seria falso afirmar que seu comportamento foi sempre conformista e que sempre agiu de maneira resignada. Na verdade, nossa história colonial foi marcada por muitas lutas sociais; para exemplificar, Rodrigues enumera as diversas contendas que ocorreram nos séculos XVII e XVIII. Não temos espaço neste artigo para citar as muitas pelejas sociais, mas já podemos perceber a seguinte característica: este intelectual não esconde os choques sociais sanguinários que ocorreram, diferentemente de Mercadante.

Uma questão histórica que revela a diversidade existente entre a visão dos nossos autores é a Independência. Segundo Paulo Mercadante, tudo fora "um tranqüilo rompimento" e "de forma sobremodo conciliatória fora o movimento entre os ultramarinos" (MERCADANTE, 2003:96). Já para José Honório Rodrigues, "A *Guerra da Independência* tem sido apoucada para valorizar a obra da Casa de Bragança, para sofrear o papel dos brasileiros, e, finalmente, para favorecer o congraçamento luso-brasileiro" (RODRIGUES, 1982:41)(grifos nossos).

Outro ponto que permite-nos cotejar as duas obras, é verificar como os autores interpretam a atuação de Frei Caneca. Para Paulo Mercadante, ele representava um liberalismo tardio, "serôdio", com o Frei "jamais esteve o liberalismo radical mais distante dos interesses do país" (MERCADANTE, 2003:123) Em Rodrigues, Caneca é visto como defensor dos interesses nacionais e, acima disso, do povo: "os interesses, a felicidade e a glória do Império são e serão sempre os interesses, a felicidade e a glória deste brioso povo." (RODRIGUES, 1982:45-46 - citando discurso do frei).

Vimos antes que Mercadante coloca os senhores rurais em posição privilegiada, como os protagonistas de nossa história, "na enorme área dos latifúndios agrícolas, só os grandes senhores rurais existem" (MERCADANTE, 1978:35). Chega mesmo afirmar que eles eram as vítimas do escravismo e não os escravos (*cf.* id. Ibid.: 45-50). Já José Honório, de

forma mais crítica, diz que não somos um povo de latifundiários, mas um povo dominado por eles. "Os interesses vitais do país estavam na agricultura e esta era dominada pela grande propriedade territorial, que pedia vassalos obedientes" (RODRIGUES, 1982:54).

A escravidão é uma questão essencial para entender o caráter da conciliação. Segundo Rodrigues, no processo histórico que se inicia no ano da Independência (1822) e culmina na Abolição da Escravatura (1888) predomina o *gradualismo* como estratégia política senhorial para retardar ao máximo a libertação dos escravos. A *mentalidade gradualista* dos senhores começou a expressar-se na Independência, quando os escravos não beneficiaram-se de maneira alguma do acontecimento. O gradualismo conciliador protelou a abolição por mais de meio século e, quando conquistada, não foi levada às suas últimas conseqüências, ou seja, não foi realizada a reforma agrária. Tudo realizou-se de tal forma a reduzir ao máximo os possíveis benefícios provenientes de conquistas sociais.

José Honório Rodrigues mantém uma postura crítica com a classe dominante rural e suas políticas conciliatórias. No entanto, o autor vê em uma versão ampliada da conciliação – a *neoconciliação* - a possibilidade de gerar benefícios às camadas populares. Para Rodrigues, Getúlio Vargas seria o modelo – em escala reduzida – da *neoconciliação* por ter incluído na pauta governamental reivindicações populares, apesar de ter tido seus períodos "inconciliados" como no Estado Novo. "A neoconciliação é o acordo de interesse entre a minoria e a maioria, é o atendimento às aspirações da grande maioria, sempre afastada dos benefícios do seu trabalho em toda a história do Brasil, [...]" (RODRIGUES, 1982:15). Ou seja, na visão deste intelectual, a *neoconciliação* teria um caráter distinto em relação à conciliação conservadora, pois atenderia os interesses das classes subalternas.

A *revolução passiva* e a necessidade das classes populares superarem a conciliação

Com a exposição da concepção de cada autor, podemos perceber claramente que Paulo Mercadante mantém uma postura de apologia às elites imperiais e às suas políticas conciliatórias; já José Honório Rodrigues através de uma crítica às classes dominantes e à sua "conciliação conservadora" enxerga na *neoconciliação* a solução histórica. É neste ponto que temos o nosso problema: como podemos entender a *neoconciliação* se ela surge de uma negação da *conciliação conservadora* sem, no entanto, superar a conciliação em geral ?

Antonio Gramsci define que "[...] a conciliação foi encontrada na concepção de "revolução-restauração" [*revolução passiva*], ou seja, num conservadorismo reformista temperado" (GRAMSCI, 2002(a):293). Na perspectiva do intelectual italiano, os historicistas (corrente historiográfica notadamente conservadora) vêem na força inovadora um elemento

do passado, e a inovação é, em certo sentido, o passado. A força inovadora é conservação e inovação, na palavra de Gramsci: conciliação. A conciliação busca no processo histórico fazer com que a tese seja conservada pela antítese, fazendo a tese repetir-se ao infinito.

Gramsci acentua ainda que a *revolução passiva* tem o papel histórico de manter no poder as velhas classes dominantes e, conseqüentemente, de seus privilégios. Nas *revoluções passivas* apenas certas exigências que vêm de baixo são acolhidas, por isso muitas das antigas mazelas sociais permanecem (*cf.* GRAMSCI, 2002(a):393). Portanto cabe às forças populares o papel de antítese, de posicionarem-se como antagonistas radicais da tese, "tendo mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente" (GRAMSCI, 2002(a):396). As forças populares, se visarem à sua completa emancipação, devem impor às classes dominantes e seu apassivamento "[...] uma verdadeira "revolução ativa", capaz de se defender de seus inimigos e até partir para a ofensiva com grande consenso popular" (GRAMSCI, 2002(b):371).

José Honório Rodrigues possui uma visão apenas aparentemente crítica quanto à conciliação, pois não supera os marcos da concepção burguesa e acredita na melhora das condições de vida das classes trabalhadoras sob uma *neoconciliação* - imposta pelo domínio burguês. Mercadante expressa um conservadorismo mais reacionário, Rodrigues, um "conservadorismo reformista temperado" – como diria Gramsci -; ambos se mantém nos marcos do pensamento burguês e representam a sua limitada diversidade. Segundo o autor dos *Quaderni,* as classes populares devem buscar sua emancipação através da superação do apassivamento – e da conciliação - através da luta por uma *revolução ativa* guiada por uma consciência nacional-popular, visando alcançar a antítese de todas as teses até aqui postas: o socialismo. Portanto, a conciliação ampliada – a *neoconciliação* – não pode emancipar a classe trabalhadora.

Referências bibliográficas:

DEBRUN, Michel. "***A "Conciliação" e outras estratégias***". São Paulo: Brasiliense, 1983.
DREIFUSS, René Armand. "***1964: a conquista do Estado:*** *ação política, poder e golpe de classe".* 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
GRAMSCI, Antonio. "***Cadernos do cárcere".*** Volumes 1 (a) e 5 (b). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
_____. "***Concepção dialética da História***". 10ª ed.. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1995.
KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50.* IN: FREITAS, Marcos Cezar. ***Historiografia brasileira em perspectiva***. São Paulo: Contexto, 1998. p. 355-374

LÊNIN, Vladimir Ilitch. "***O Estado e a Revolução.*** *O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução".* São Paulo: Hucitec, 1978.
MERCADANTE, Paulo. "***A consciência conservadora no Brasi****l: contribuição ao estudo da formação brasileira*". 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003
_____. "***Das casernas à redação:*** *a era de turbulências*". Rio de Janeiro: UniverCidade, 2004.
_____. "***Militares e civis:*** *a ética e o compromisso*". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
RODRIGUES, José Honório. "***Aspirações nacionais:*** *interpretação histórico-política".* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.
_____. "***Conciliação e reforma no Brasil:*** *um desafio histórico-cultural*". 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
SILVA, Carlos Francisco Teixeira da; *et alii*. "***Dicionário crítico do pensamento da direita:*** idéias, instituições e personagens". Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.
SODRÉ, Nelson Werneck. "**História da história nova**". Petrópolis: Vozes, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A ocupação territorial do município de Araquari em Santa Catarina.

Eleide Abril Gordon Findlay*

Resumo: O estudo da formação econômica de Araquari confirma que, desde o inicio de sua ocupação, a principal atividade do município era a agricultura, e que as propriedades tinham dimensões características de minifúndios. Os dados foram coletados em documentos cartoriais e em livros de lançamentos de impostos municipais dos séculos XIX e XX. Constatou-se um processo de transferência de titulação de proprietários individuais para empresas situadas na região, cujo objetivo era o desenvolvimento de atividades de reflorestamentos e industriais, que resultou em um processo de concentração de terras que modificou a característica fundiária da cidade.
Palavras-chaves: Ocupação- Araquari – concentração

Abstract: The study of the economic formation of Araquari confirms that since the beginning of its occupation the main activity of the city was agriculture, and that the properties had very small dimensional characteristics. The data was collected in notarial documents and in books of municipal tax assessments at the end of centuries XIX and XX. A process of transference of title-deeds from individual proprietors to companies situated in the region occurred, the objective being to develop the reforestation and industrial activities, which resulted in a process of land concentration that modified the agrarian characteristic of the city.
Keywords: Occupation- Araquari– concentration.

As informações analisadas neste texto são parciais, já que fazem parte de uma pesquisa mais ampla intitulada "A ocupação histórica do território correspondente aos municípios de São Francisco do Sul, Araquari e Balneário Barra do Sul", coordenada por esta pesquisadora, que integra o Grupo de Pesquisa de História Regional da Univille, e que teve seu inicio em 2006.

Inicialmente deve-se ressaltar que a área em que hoje está localizada a cidade de Araquari, no nordeste de Santa Catarina, originariamente pertencia ao território da Capitania de São Paulo, posteriormente à Província de Santa Catarina como parte da Villa de São Francisco do Sul.

Para a historiografia a colonização do litoral catarinense e de vales fluviais ocorreu a partir do século XVII e a mesma não pode ser confundida com a presença de

* Professora Mestre do Depto. de História da Universidade da Região de Joinville. Pesquisa financiada pelo FAP/Univille e CNPq

navegadores espanhóis e portugueses no inicio do século XVI que visavam o reconhecimento e exploração da região. Em um primeiro momento, algumas pequenas vilas foram constituídas como resultado do deslocamento da capitania de São Vicente (São Paulo), em direção ao Sul do Brasil.

Com a chegada dos primeiros açorianos (1748-1850) a população do litoral catarinense e vales fluviais passou a se constituir de portugueses continentais, açorianos, vicentistas (paulistas da capitania da São Vicente), negros e índios. A partir de 1850 a chegada de milhares de imigrantes europeus dentre outros alemães, italianos, poloneses, franceses e espanhóis, somados aos migrantes internos impulsionou o povoamento das terras da região.

O núcleo de São Francisco do Sul foi elevado à categoria de freguesia em 1656, através de Carta Régia, recebendo o nome de Freguesia Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco. Em 1847, pela Lei 239 de 15 de abril, a freguesia foi elevada à categoria de cidade conservando a denominação de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, e somente em 1938 passou ao nome atual de São Francisco do Sul.

O processo de ocupação territorial da área do núcleo de São Francisco do Sul iniciou-se com a concessão de sesmarias sendo, de acordo com a documentação pesquisada no Arquivo Histórico de Joinville, a primeira Carta datada de 1805 e a última de 1827.

O regime fundiário originado em tal sistema propiciou uma diferenciação na formação da propriedade brasileira ficando a região sul muito mais caracterizada pela existência de pequenas propriedades. Esta informação não se constitui em novidade já que a historiografia sobre a ocupação de terras no Brasil há muito ressaltou as especificidades encontradas no sistema sesmarial. Como afirma Nelson Nozoe as concessões de sesmarias com uma extensão muito grande eram exceções, e que normalmente e, principalmente no sul não excediam de três léguas de extensão, onde predominavam "[...] lavradores que se estabeleciam nos lotes doados onde, com o concurso de seus escravos, dedicavam-se à lide agrícola" (NOZOE. 2005: 06). Os dados relativos ao tamanho das propriedades indicam que a menor media 70 braças e a maior 1500 braças[1]. Do total de 27 doações foi possível constatar que 22 delas mediam entre 150 braças e 400 braças. Dessa forma é possível perceber que o tamanho das propriedades na Capitania de Santa Catarina tinha uma extensão muito menor do que as costumeiramente doadas no restante da Colônia e, ficando muito distante das três léguas, ou 4500 braças.

[1] Cada braça equivale a 2,20 metros. A légua equivale a 3000 braças, ou, 6 milhões e 600 mil metros quadrados.

Embora houvesse uma vasta extensão territorial a ocupar e aparentemente fosse fácil o acesso à terra, pois ela nada custava aos que a recebiam em doação, o fato é que, no período colonial, somente uma minoria se beneficiou do sistema de sesmarias.

O atual município de Araquari[2] pertencia ao núcleo de São Francisco do Sul e por este motivo sua ocupação aconteceu, também, através da doação de terras, no mesmo período do século XIX. De acordo com o livro de doações de sesmarias 1753-1823, do governo da Capitania de Santa Catarina, já em 1806 foi feita a primeira doação de terras na localidade do território que hoje compõe o município. De acordo com Vilson Farias (2001:436) as doações tinham em média 150 braças.

Um estímulo à formação de pequenas e médias propriedades no Brasil foi, conforme Carlos Alberto Teixeira Serra (2004) em texto que discute a evolução da propriedade de terra no Brasil, a Lei Imperial de 1848 que concedeu áreas às Províncias para efeito de colonização e nas quais ficou proibido o trabalho escravo. Para o autor o resultado foi "um fortalecimento da pequena propriedade, anteriormente hostilizada pelos latifundiários". (2003:241)

Com a proibição do trafico de escravos e da Lei de Terras de 1850 que proibiu a doação de terras, os governantes estimularam a colonização da Província de Santa Catarina através de empreendimentos estrangeiros o que sempre foi considerado positivo. No entanto, por diversas vezes o Presidente da Província o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, já em 1844, ressaltava a necessidade de maior ocupação territorial e por este motivo deveria ser estimulada também a migração de nacionais. Porém, entendia que deveria ser dada a preferência a portugueses e açorianos, "porque tenho em muita conta nestas empresas a identidade de religião, de origem, de usos e costumes". Em relação à proibição da distribuição de terras o presidente da Província, Antero de Brito, em sua fala na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em 1848, fez questão de salientar que:

> *a distribuição de terras é um elemento de ordem, a não distribuição legal é ao contrario de desordem: a distribuição e cultura desse imenso sertão devoluto tem sido de uma vantagem para essa Província , tem dado lugar a muitos casamentos e, a firmarem-se novos estabelecimentos ocupando braços que estariam ociosos, e disponíveis a atentados. (1848:12)*

[2]Araquari teve como primeira denominação Paranaguá – Mirim. Em 1854, através da Lei 375 a Assembléia Legislativa Provincial foi decretada sua elevação à categoria de freguesia/paróquia (distrito), passando a denominar-se Senhor Bom Jesus do Paraty. Ou somente Parati quando passou a condição de vila (1880). Esta denominação permaneceu até 1943 quando passou ao nome atual. Araquari na língua tupi-guarani significa "Rio de Refúgio dos Pássaros".

O término do sistema de concessão de sesmarias em 1822, não impediu que a e Constituição de 1824 estipulasse um prazo para a regularização dos requerimentos em andamento, porém, a fiscalização ficou prejudicada em decorrência do pequeno número de pessoas envolvidas na tarefa, além do tamanho do território a ser fiscalizado. No vácuo legislativo de quase 30 anos proliferaram os apossamentos e os latifúndios improdutivos. A falta de legislação propiciou a ocupação de terras multiplicando e ampliando, assim, os latifúndios. Essa ocupação não se deu apenas para fins produtivos, ela representava, também, o aumento do prestígio e do poder econômico de seus proprietários.

No tocante as dimensões das terras a pequena propriedade continua a ser a característica da localidade assim como da própria Província. No relatório do presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, a Assembléia Legislativa, de 1866, é possível perceber a preocupação do governante com a produção agrícola em decorrência do tamanho das propriedades bem como com a situação financeira de seus proprietários:

> *Fonte principal de riqueza da província, a indústria agrícola não tem, todavia, experimentado aqui progresso sensível.*
> *O seu objeto é a cultura de cereais, em pequena escala*
> *[...] Procede isto, em meu conceito, da subdivisão extrema da propriedade territorial.*
> *Raro é quem aqui proprietário, e quase todos cultivam pouco, mas cultivam por sua própria conta.*
> *[...] Por outro lado, o retalhamento da propriedade afugenta o pauperismo*
> *[...] mas não permite que se formem riquezas, que se adquirem na exploração da grande cultura e das grandes propriedades, onde se abre espaço introdução custosa de melhoramentos importantes e ensaio de práticas novas.(1866:21)*

Os registros existentes nos **Livros de Lançamentos de Impostos Municipais** da Vila de Paraty de1897, 1898, 1902, 1903, indicam que de maneira geral a atividade econômica principal era a agricultura, pois, em 1897 pagaram impostos 15 engenhos de farinha. Em 1898 foram recolhidos impostos referentes a 58 engenhos de farinha, 28 casas de negócio, 13 engenhos de cana e de 7 fábricas de cal. Porém, em 1903 os registros indicam 201 engenhos[3], 15 engenhos de farinha, 19 engenhos de cana, 1 engenho de arroz e 31 casas de negócio.

A coleta de dados foi prejudicada no tocante aos registros da dimensão das propriedades na primeira metade do século XX, pois, não foi possível localizar esses registros.

No livro de **Lançamentos de Imposto de Exploração Agrícola e Industrial** de 1956 foi possível identificar o tamanho da área dos proprietários que efetuaram o pagamento

[3] O livro de imposto de 1903 identifica apenas como engenho, não fazendo a especificação.

daquele tributo. Dessa forma, é possível verificar na tabela a seguir a estrutura rural do município.

Área m.²	0 - 1000	1001 - 10.000	10.001 -100.000	100.001- 1.000.000	1.000.001 -10.000.000	10.000.001 - 16.000.000	Total
Pagantes	190	108	445	895	37	1	1676
%	11,34	6,44	26,55	53,40	2,21	0,06	100

Tabela 1 - Imposto de exploração agrícola e industrial - 1956
Fonte: Prefeitura Municipal de Araquari

Como demonstram as informações contidas na tabela 1 de um total de 1676 contribuintes somam 2,27% os proprietários que dispunham de uma área superior a 1 milhão de metros quadrados e, mesmo assim, com um único proprietário com terras cuja extensão superava os dez milhões de metros quadrados. Com relação aos demais, confirmando o que a própria historiografia discute em relação às pequenas e médias propriedades do sul do país, temos 97,7% delas com até 1 milhão de metros quadrados. Convem destacar o fato de que 11,34% mediam até mil metros quadrados.

Na década de 1960 o governo federal regulamentou através da Lei 4771 de 15 de setembro de 1965, a proteção florestal que estabelecia:

> *Art.20 As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.*

Algumas empresas da região com o objetivo de cumprir a legislação tornaram-se proprietárias de terras no município de Araquari, caso da Fundição Tupy S.A. Metalúrgica Douat Ltda., Karibê Indústria e Comércio entre outras.

O governo federal em decorrência da legislação de proteção florestal estabeleceu com a Lei 5.106 de 02 de setembro de 1966 dispositivos para a concessão de incentivos concedidos a empreendimentos florestais. Para tanto estipulava em seu artigo 1º que "As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil". A legislação propiciou o surgimento, na cidade, de empresas de reflorestamento, o que impulsionou a economia do município, além de uma valorização das propriedades rurais da localidade.

Na tabela 2 pode-se visualizar as consequências da legislação no tocante à extensão fundiária.

Área m.²	0 -1000	1001 -10000	10.001 – 100.000	100.001 -1.000.000	1.000.001 - 10.000.000	10.000.001 - 16.000.000	Total
Pagantes	15	79	436	577	41	4	1152
%	1,30	6,86	37,85	50,08	3,56	0,35	100

Tabela 2 - Imposto de Conservação Municipal - 1975
Fonte Prefeitura Municipal de Araquari

De imediato, observa-se que no espaço de 20 anos aumentou consideravelmente o número de contribuintes cuja propriedade media mais de um milhão de metros quadrados, já que, em termos percentuais em 1956 somente 2,27 das propriedades tinham mais de um milhão de metros quadrados e, em 1975, temos 3,91% com esta metragem. Deve-se destacar, também, a diminuição de proprietários com terras medindo até 1000 metros quadrados, que em termos absolutos passou de 190 para 15 propriedades.

Mas o mais relevante é a existência de empresas de reflorestamento proprietárias de grande extensão de terras, quer seja em um único terreno, ou no somatório de todas as suas propriedades, que tem mais de um milhão de metros quadrados. De acordo com o **Livro de Imposto de Conservação** da prefeitura municipal a partir da década de 1970 instalaram-se na cidade, entre outras, a Comfloresta - Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais, Reflorita - Reflorestamento Itaqui Ltda., Weg Florestal, Companhia Fabril Lepper, Karsten S.A., além de empresas agropecuárias.

A história agrária de Araquari demonstra que as propriedades existentes no início da ocupação naquele território não atingiam uma légua, ou o equivalente a 6 milhões e 600 mil metros quadrados e que, a partir da segunda metade do século XX, a cidade vê surgir propriedades que ultrapassam em muito aquela extensão.

Na atualidade Araquari, com uma população de aproximadamente 22 mil habitantes, tem buscado estimular a diversificação da produção econômica. Os dados da tabela 3 permitem observar as principais atividades desenvolvidas pelas empresas instaladas em Araquari

Atividade	**Quantidade**	**Pessoal ocupado**	**Pessoal assalariado**
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.	23	69	41
Indústrias extrativas	15	167	147

Indústrias de transformação	67	941	868
Comércio	186	733	549
Serviços	40	605	529
Total			

Tabela 3 - Empresas em atividade em Araquari- 2004
Fonte: IBGE

Pode-se observar que o setor comercial é o que conta com o maior número de estabelecimentos, no entanto, o setor industrial através das indústrias de transformação é o responsável pelo maior número de pessoas ocupadas e assalariadas.

O município também desenvolve atividades extrativas de lenha, madeira em toras e madeira em tora para papel e celulose. A lavoura permanente produz banana, maracujá e palmito e a lavoura temporária arroz, açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho. Na pecuária e avicultura o rebanho é composto de bovinos, suínos, eqüinos, ovinos, galináceos, caprinos entre outros.

Márcia Maria Menendes Motta considera que "há uma tradição cultural que explica quais são os elementos através dos quais os homens legitimam o acesso a terra ou de outrem". (2004:16) Para grandes proprietários e para posseiros ou pequenos proprietários a primeira ocupação é o que legitima a posse de parcela de terra.

Por este motivo as formas de acesso a terra indicam a necessidade de se observar como a propriedade privada da terra tem contribuído para a compreensão das dimensões envolvidas na temática. Porém, nunca é demais lembrar que para Say (apud RAMOS, 2001) a terra seria o único agente da Natureza "que o homem conseguiu tornar propriedade privada e exclusiva e, conseqüentemente, cujo lucro tornou-se o lucro de um particular à exclusão de todos os demais". (RAMOS: 2001:152).

Referências Bibliográficas

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. A apropriação do solo no Brasil colonial monárquico: uma perspectiva histórico-jurídica. **Revista de Informação Legislativa.**
Brasília a. 37 n. 148 out./dez. 2000

FARIAS, Wilson Francisco de. **De Portugal ao sul do Brasil**-500anos - História, Cultura e Turismo. Florianópolis, Ed. Do autor, 2001.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **História Agrária no Brasil**: um debate com a historiografia. Disponível em <http. ces.uc.pt/LAB2004> acesso em 23 março de 2007.

NOSOE, Nelson. **Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia.** Disponível em <http. anpec.org.encontros 2005> Acesso em 23 de março de 2007.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados,** 15 (43), 2001

SERRA. Carlos Alberto Teixeira. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. Disponível em
<http.//publique.rdc.pucrio.br/revistaalcru/media/alceu-n7Serra.pdf> Acesso em 23 março de 2007.

Documentos

Livros de Lançamentos de Impostos Municipais da Vila de Paraty de 1897, 1898, 1902, 1903. Acervo da Prefeitura Municipal de Araquari.
Lançamentos de Imposto de Exploração Agrícola e Industrial de 1956. Acervo da Prefeitura Municipal de Araquari.
Livro de imposto de Conservação Municipal de 1975. Acervo Prefeitura Municipal de Araquari
Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina- 1844 1848 e 1866 - Provincial Presidential Reports Santa Catarina. Disponível em
< http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm> Acesso em 04 de abril de 2207.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arcaísmo ou Inovação em duas fontes dominicanas do Século XIII

Carolina Coelho Fortes*

Igor Salomão Teixeira**

Resumo: É recorrente no período medieval a utilização de autoridades antigas para justificar argumentos. Como enfatiza Aron Gurevitch, o medievo é um tempo em que se considerava meritório repetir o pensamento dos antigos. Condenava-se a expressão de novas idéias, o plágio não era objeto de perseguição, e a originalidade poderia ser tomada como heresia. Ao analisarmos a *Legenda áurea* e a *Suma Teológica* deparamo-nos com aparentes contradições na historiografia. Essas contradições estão relacionadas à atribuição de termos, como "arcaico" e "sofisticado" indicados por comparações superficiais entre as obras e/ou ausência desta perspectiva comparada. Procuraremos neste trabalho, questionar essas idéias a partir dessas obras tão significativas para a formação cultural do Ocidente Cristão.
Palavras-chave: Suma Teológica, Legenda Aurea, Século XIII

Abstract: It´s very commom, in medieval period the utilization of ancient auctorities to justify statements. As enfasizes A. Gurevitch, the Middle Ages is a time in wich was understand as positive to repeat the ancient's thoughts. The expression of new ideas was plagiarize was not persecuted, and the originality coul be seen as heresy. Analising the Legenda Aurea and the Summa Teologica we find aparent contradictions in the historiography. These contradictions are related to the imputation of terms such as arcaic and sofisticated indicated by superficial comparison between the works and/or by the lack of a comparative perspective. Our concern with this paper is question these ideas with the support of the above metiones works there were so important for the cultural formation of the Christian West.
Key words: Golden Legend, Summa Theologica, Thirteenth century

1. Introdução

É muito comum, nos manuais que abordam História Medieval, depararmo-nos com classificações generalizantes muito recorrentes. Uma dessas diz respeito ao caráter "retrógrado" ou "tradicionalista" da cultura medieval. Ou seja, atribui-se com certa freqüência aos escritores medievais, especialmente, falta de inventividade. Esse apego ao antigo seria uma maneira de conferir autoridade ao que se escreve, buscando-se no passado e na tradição a excelência em termos de conhecimento. Especificamente em relação à *Legenda Aurea* (LA) e à *Suma Teológica* (ST) – analisadas como fontes em nossas pesquisas –, os estudiosos que trataram dessas obras não se preocuparam em definir o significado de arcaico ou moderno, embora tais termos sejam utilizados com freqüência para adjetivá-las. É importante ressaltar

* Doutoranda em História – UFF
** Mestrando em História – UFRGS

que esse tema é constante na historiografia principalmente em relação à *LA* e o parâmetro para defini-la como "arcaica" seria a "modernidade" de outros escritos de seu tempo, como a *ST*. (BOUREAU,1984; VAUCHEZ,1986:27-56; LE GOFF,2002:430-433; FLEITH,2001:41-73)

A este respeito, Le Goff expôs suas idéias em um artigo importante para nos ajudar a pensar nas dicotomias antigo/moderno. Segundo o autor o termo que guia os historiadores é o "moderno", o qual indica a ruptura com o passado. Entretanto, não é tão legítimo que os historiadores reconheçam algo desta forma se "as pessoas do passado não sentiram como tal". (LE GOFF,2003: 175)

Neste sentido, a atuação desse par compreende a posição dos indivíduos, das sociedades e das épocas diante do passado, principalmente o seu passado. Na Idade Média, o passado é um argumento de autoridade e de origem: nas duas fontes analisadas o melhor exemplo é a profusão de referências a autores como *auctoritas*. Percebemos com clareza a relação específica que seus autores têm com o passado e o presente, recaindo o valor positivo no que é antigo, porém sem que a novidade seja desprezada por completo. Passemos, então, a nos centrar nos elementos que fazem destas duas obras inovadoras e tradicionalistas ao mesmo tempo.

2. Arcaísmo e inovação na *Legenda Aurea*

Como bem coloca Aron Gurevitch o medievo é um tempo em que se considerava meritório "repetir o pensamento dos antigos e se condenava a expressão de novas idéias; que o plágio não fosse objeto de perseguição, enquanto que a originalidade poderia ser tomada como heresia".(GUREVITCH,1990:29) Assim, não poderíamos esperar nada diferente de Jacopo de Varazze, personagem inserida em seu contexto.

Por exigência de sua missão doutrinal, alguns frades pregadores consagraram-se desde cedo à escrita. Para eles a atividade literária era uma prolongação da atuação apostólica. A produção literária dos pregadores, durante o século XIII, foi enorme. Mandonnet afirmou é muito provável que o conjunto de obras dominicanas até a metade do século XIV não esteja longe de se igualar a totalidade do que foi escrito pela Igreja latina até então(MANDONNET,1948). Buscava-se conhecer para converter. E parte desta busca pelo conhecimento se concretizou em um grande esforço de compilação do saber cristão produzido até ali.

Não é necessário dizer que compilações têm como definição a cópia, a reunião de saberes já conhecidos. Une-se nesse esforço dominicano, assim, o pendor à cópia, próprio do período, e a necessidade de se organizar os conhecimentos cristãos, próprios da missão dominicana. O que nos levaria a supor, muito naturalmente, que a *LA* não passa de um

aglomerado de vidas de santos, como diria Le Goff, que "carece de qualquer valor literário" e cujos "milagres e episódios edificantes parecem maçantes e sem incisividade". Enfim, Jacopo é um "compilador sem genialidade e um teólogo medíocre". (BOUREAU,1984:I-IV)

Por escrever uma compilação, Jacopo estaria inserido na tradição enciclopedista dos dominicanos. Alain Boureau em sua tese de doutorado, no entanto, afirmou que Jacopo "gostava pouco de novidades", daí sua preferência por santos-mártires – modelo de santidade não mais usual no século XIII (IDEM:52-53). No entanto, em 2004, ao publicar a tradução crítica mais recente da LA, este autor reviu em parte seu argumento já não mais entendendo Jacopo como um compilador tão "arcaico". As compilações hagiográficas dominicanas começaram décadas antes da LA e, além dessa inserção na tradição hagiográfica da Ordem, a obra teria um início de sistematização pré-concebido por seus antecessores, cabendo a Jacopo a missão de reuni-las (LA,2004:XIV-LIV).[1]

Não há dúvida de que o conteúdo da LA é repetitivo, que Jacopo bebeu de fontes variadas, muitas vezes copiando-as *ipsi literis*. No entanto, em alguns momentos o compilador se deixa levar por suas próprias posições a respeito do seu tempo, e as faz ser ditas pelos santos, seus confessores e pelos fiéis que enchem as páginas da compilação. Isto assume um aspecto que aproxima a mensagem dos textos ao seu tempo, o século XIII, e não ao início do Cristianismo – tempo em que viveram muitas personagens da LA.

Embora as fontes de Jacopo sejam bastante numerosas, algumas aparecem com mais freqüência. Do trabalho desenvolvido por seus predecessores, Jacopo escolheu como fontes principais a *Abbreviatio in gestis et miraculis sanctorum* (1244) de Jean de Mailly e o *Liber epilogorum in gestis sanctorum* (1244) de Bartolomeu de Trento, integrando com as *vitae* e as *passiones* originais partes que não o satisfaziam (MAGGIONI,1995:65). Segundo Antoine Dondaine, 136 episódios são copiados literalmente de Jean de Mailly, embora este não seja citado sequer uma vez (DONDAINE,1947:53-100).

Além dessas duas fontes principais, de Bartolomeu de Trento ainda temos o *Liber Miraculorum beatae Mriae Virignis* (1244-51), o *Speculum* de Vicente de Beauvais, o qual é citado apenas duas vezes embora esteja presente em mais de 500 passagens. Jacopo também se baseia nas hagiografias escritas por Tomás de Cantimpré, assim como em seu *Bonum universale de apibus* (FERRUA,2001:44). De acordo com Ferruccio Bertini, Jacopo também se vale de fontes patrísticas e clássicos da antiguidade, como Cícero, citando-os em segunda mão (BERTINI,2001:61-70).

[1] As referências a esta obra serão feitas a partir da tradução brasileira, sob a sigla LA. Quanto à Suma Teológica seguir-se-á as formas comuns de citação, indicando a parte, Questão, artigo, o volume e a página correspondente.

Segundo Maggioni, podemos classificar as vidas na LA em três tipos:

1. Dependência literal de uma única fonte: Algumas partes da *LA* são copiadas palavra por palavra da fonte. Trata-se, em geral, de *autorictas* ou de hinos litúrgicos, mas também capítulos inteiros que reproduzem obras de outros autores. Nesses casos, Jacopo se comporta como um copista, limitando-se a intervir eventualmente no *incipit* para tornar menos brusco a passagem entre as várias partes de seu legendário. Como exemplo podemos citar o capítulo Os Sete Adormecidos (LA,2003:576-580) copiado do legendário de Jean de Mailly.

2. Reelaboração de uma ou mais fontes: Alguns capítulos constituem algumas das partes mais originais da *LA*, descrevendo os feitos dos santos que haviam sido pouco desenvolvidos nos legendários precedentes. Nestes casos o texto de Jacopo é fruto de uma reelaboração original e se afasta das fontes, embora seja sempre evidente a relação de dependência. A parte final do capítulo sobre Santa Maria Egipcíaca pode ser tomada como exemplo dessa categoria, e teve como fonte a *Vita Mariae Aegyptiacae* (MAGGIONI,1995:69).

3. Partes originais: Termos como originalidade e autoria devem ser usados com muita cautela diante de obras como os legendários condensados. Todavia não há dúvidas de que algumas partes da *LA* não têm nenhuma fonte direta e são produtos exclusivamente da cultura e da capacidade narrativa, histórica ou interpretativa de Jacopo. Exemplos de partes originais da obra são os capítulos de São Pelágio (IDEM:1003-1004), que contém uma "História Lombárdica", a qual deu nome a toda a compilação, a saber, *Legenda aurea, vulgo historia lombardica dicta* (MULA,2001:75-95) e algumas partes exegéticas que constituem a estrutura dos capítulos mais complexos, como A Natividade de Nosso Senhor segundo a carne (LA,2003:94-102).

3. Arcaísmo e inovação na *Suma Teológica*

Tomás de Aquino viveu em outro espaço da escrita e da atuação dominicana: o da cultura escolar. No entanto, enquanto Irmão Pregador, teve a mesma formação de base que Jacopo, nos *studia*. Eles, inclusive, desempenharam a função de professor simultaneamente. A diferença é que enquanto o primeiro seguiu a carreira eclesiástica e litúrgica, abandonando o ensino escolar, o outro permaneceu nela até o final da vida.

Além disso, é possível afirmar que Jacopo não somente conhecia alguns escritos de Tomás como também utilizou um deles, a saber, a *Catena áurea* em seus *Sermones dominicales* e os *quadragesimales* (BATAILLON,1979:22-29). Entretanto, que a LA e a ST tenham se influenciado mutuamente é um tanto difícil afirmar. Mesmo assim existem algumas

semelhanças no que tange à estruturação dos capítulos sobre as vidas de Cristo e Maria, bem como no discurso dito "inovador" sobre a Prostituição, antes atribuído apenas a Tomás. (TEIXEIRA, 2007)

A inovação desse teólogo foi considerada por Jacques Roussiaud como um marco na modificação sobre as formas de entender teologicamente a prostituição.(ROUSSIAUD, 1991:72) Um dos aspectos mais evidentes é que na *ST* Tomás não dedicou uma Questão exclusiva ao tema e nem tratou do assunto em Questões sobre a Luxúria, e sim, em aspectos relacionados à regulamentação do uso do dinheiro obtido pela prostituta. Segundo Vincent Dever, o que distingue Tomás de outros pensadores é o fato dele apontar os limites dos estatutos civis para legislar o comportamento (DEVER, 1996: 39-50).

Os traços gerais sobre a prostituição na *ST* indicam que se trata da relação entre a lei natural e a humana, seus limites no controle dos pecados condenados pela lei divina. Na medida em que aos homens cabia julgar os atos externos, os vícios não eram totalmente contemplados, pois estão situados no âmbito da vontade, que é interna. Além disso, a lei humana visa a tranqüilidade temporal enquanto a divina proíbe o que é contrário à virtude. (IDEM:43-44). Dentre os atos não punidos pela lei humana Tomás cita a simples fornicação na qual se insere a prostituição.

Tomás também se preocupou em tratar da prostituição como relação comercial e repetiu o pensamento de seus antecessores sobre a prostituta como mercenária: o que ela faz é ilegal, mas receber por isso não o é. Afirmações como esta estão em Questões sobre a esmola, restituição e os dízimos. Tomás definiu a prostituição como "lucro torpe", não servindo para o sacrifício nem para oferendas feitas no altar, mas como esmola (I-II, Q. 32, a.7, sol., vol. 5: 444). Uma das razões pelas quais o lucro da prostituição pode ser dado como esmola é o fato de não exigir restituição a quem pagou, pois mesmo sendo doação ilícita, não existe obrigação de devolver, ao menos que tenha sido extorquido por fraude. (II-II, Q. 62, a. 5, rep. 2, vol. 6:114) Desta forma, é possível afirmar que Tomás não estava preocupado em banir, extirpar e/ou condenar as prostitutas e a prostituição. Seu interesse estava em regulamentar e inserir nas relações econômicas existentes entre as ocupações e a Igreja.

A partir dessas considerações, é possível aproximar a LA da ST na medida em que a tolerância em relação à prostituição pode ser expressa nas seguintes evidências: 1) os prostíbulos não são destruídos, e sim, transformados; e 2) as prostitutas que não se arrependem não são penalizadas, como é o caso das que tentem persuadir Santa Ágata. (LA,2003:256-260) e 3) a utilização recorrente do perfil da prostituta arrependida: mulheres solteiras que praticam atividades reprováveis; tiveram vários parceiros e são convertidas num

encontro com um santo. Daí seguem a reclusão como castigo para os pecados cometidos, a penitência, a inversão de gênero e a fuga para o deserto (FORTES,2003; PILOSU,1995:142).

No entanto, a aproximação em relação à prostituição é uma interpretação das mensagens dos dois autores. Isso serve, em parte, para demonstrar como Jacopo estaria próximo do intelectual mais aclamado entre os historiadores no que tange às inovações teológicas. Cabe ainda demonstrar a utilização da tradição e das autoridades na *ST*.

Analisar os pecados na *ST* permite colocar em xeque que a utilização de termos como arcaico e sofisticado não é tão pertinente quando se trata de uma comparação entre essas duas obras. A partir do estudo de Casagrande e Vecchio sobre os pecados capitais é evidente como Tomás utilizou o setenário de Gregório Magno num momento em que este sistema era questionado por autores do século XIII.(CASAGRANDE & VECCHIO,2003) Se Tomás, considerado como exemplo de sofisticação pelos estudiosos que definiram Jacopo e a *LA* como arcaicos devido à utilização de modelos de santidade não usuais em seu tempo, busca na tradição a validação de seus argumentos, seria ele também arcaico, ou a ST perderia seu *status* inovador? Segundo essas autoras o setenário mostrava-se insuficiente na classificação dos pecados e falar da elaboração de Gregório seria apenas reconhecer sua autoridade pontifícia e/ou um tributo à tradição. Casagrande & Vecchio referenciam Tomás como o responsável por uma reconstrução do sistema do pecado a partir de uma estruturação rigorosa das virtudes. Entretanto, as autoras, nesta passagem, não citam obras do Teólogo.(IDEM)

Mas analisando o Tratado dos Vícios e dos Pecados na ST nota-se uma confluência da concepção agostiniana de pecado e do setenário gregoriano. Tradições que, segundo Casagrande & Vecchio estariam em direções opostas. O pecado enquanto tal, para Tomás, é definido pela frase de Agostinho: "Pecado é o dito, ou o feito, ou pensado contra a lei eterna" (I-II, Q. 71, a.6., vol.4: 300-302). Além disso, ele escreveu que é conveniente afirmar que são sete os pecados capitais tal qual definido por Gregório (I-II, Q. 84. a.4, vol. 4: 454-457). Diferentemente do que afirmaram Casagrande & Vecchio, Delumeau defendeu que com Tomás o setenário ficou mais fixado que antes e seu triunfo consolidado (DELUMEAU, 2003, p.362). Apesar da importância atribuída por Delumeau à obra de Tomás, acredita-se que há uma supervalorização da importância da *ST* nos discursos do século XIII sobre o tema. As afirmações de Casagrande & Vecchio sobre a diversidade numérica e o crescente abandono do setenário pelos teólogos fazem-se consistentes para uma interpretação mais condizente com o *status* do tema naquele período na medida em que essas autoras apresentam outros textos os quais, além de criticarem as falhas do sistema gregoriano, utilizam outras

referências, como o decálogo. Entretanto, esta aparente contradição entre a obra de Delumeau e a de Casagrande & Vecchio sobre a importância da *ST* neste contexto é indício de uma dinâmica de utilização de referências intelectuais presente na prática enciclopedista dos dominicanos.

4. Conclusão

Seria ingênuo atribuir à LA um caráter tão somente arcaico, por conta justamente de um dos principais elementos que permeiam o estudo historiográfico de textos literários. São todos eles produzidos em resposta a uma necessidade contextualizada, histórica. Em outras palavras, a literatura, independente do gênero do qual se reveste, é um produto da cultura que, por sua vez, assume seus contornos historicamente. Essa constatação vale igualmente para a ST. Embora seus analistas encontrem ai um "novo" pensamento, por ter sido produzida em um momento histórico específico, reveste-se de aspectos coerentes com o período, entre eles o recurso à tradição, aos autores antigos, reconhecidamente entendidos como "autoridades".

5. Fontes:

JACOPO DE VARAZZE. *Legenda Aurea. Vidas de Santos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
JACQUES DE VORAGINE. *La Légende Dorée*. Paris: Gallimard, 2004
TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica.* São Paulo: Loyola, 2001-2006, Tomo I-IX.

6. Bibliografia citada:

BATAILLON, Louis J., O.P. "Iacopo da Varazze e Tommaso d'Aquino". *Sapienza: Rivista Internazionale di Filosofia e di Teologia*, Anno XXXII, nº1, Napoli, gennaio-marzo, 1979. pp. 22-29.
BOUREAU, Alain. *La Légende Dorée: le système narratif de Jacques de Vorágine (†1298)*. Paris: CERF, 1984.
CASAGRANDE, Carla & VECCHIO, Silvana. *Histoire des péchés capitaux au Moyen Age*. Paris: Flammarion, 2003.
DELUMEAU, Jean. *O Pecado e o Medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 2v.
DEVER, Vincent M. **"**Aquinas on the Practice of Prostitution". *Essays in Medieval Studies*, Illinois, vol. 13, 1996. pp. 39-50. on line em: http://www.illinoismedieval.org/ems/VOL13/dever.html.
DONDAINE, Antoine. Le dominicain français Jean de Mailly et la Légende Dorée. *Archives d´histoire dominicaine*, 1, 1947, p. 53-100.
FLEITH, Barbara. "*De Assumptione Beate Virginis Marie*: quelques réflexions autour du compilateur Jacques de Voragine". In: IDEM e MORENZONI, F., (eds.) *De la sainteté à l'hagiographie : genèses et usages de la Légende dorée (XIII-XVe siècles)* Genève : Droz, 2001.p.41-73.
FORTES, Carolina C. Os Atributos Masculinos das Santas na *Legenda Áurea*. Os casos de Maria e Madalena. 2003, 279f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCS, UFRJ, 2003.

GUIDETTI, S.B.(org). *Il Paradiso e la Terra. Iacopo da Varazze e il suo tempo*. Firenze: SISMEL/Galluzzo, 2001.
GUREVITCH, Aron. *Las Categorias de la Cultura Medieval*. Madri: Taurus, 1990.
LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ªed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.
_____. *La naissance du purgatoire*. Paris: Gallimard, 2002.
MAGGIONI, Giovanni P. *Ricerche sulla composizione e sulla transmissione della "Legenda aurea"*. Spoleto: CISMEL, 1995.
MANDONNET, Pierre. *St. Dominic and His Work*. London: Herder Book, 1948. Disponível em: http://www.domcentral.org/trad/domwork/default.htm#TRANSLATOR'S%20PREFACE.
PILOSU, Mario. *A Mulher, a Luxúria e a Igreja na Idade Média.* Lisboa: Estampa, 1995.
ROUSSIAUD, Jacques. *A Prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
TEIXEIRA, Igor S. A Encruzilhada das idéias: aproximações entre a *Legenda Áurea* (Iacopo da Varazze) e a *Suma Teológica* (Tomás de Aquino), 2007, 166f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, UFRGS, 2007.
VAUCHEZ, André. "Jacques de Vorágine et les saints du XIIIe siècle dans la *Légende dorée*". In: DUNN-LARDEAU, B. (dir.). Legenda aurea : *sept siècles de diffusion*. Montreal/Paris : Bellarmin/Vrin, 1986. pp. 27-56.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Semeador da história, do patrimônio e dos museus: o pensamento museal de Sérgio Buarque de Holanda

Giselle Laguardia Valente *

Resumo: Entendendo os museus e o patrimônio cultural como narrativas e práticas sociais, a pesquisa examinará o pensamento e a ação de Sérgio Buarque de Holanda em relação à construção de certa tradição museológica e patrimonial no Brasil. O presente trabalho objetiva analisar os marcos através dos quais o intelectual brasileiro elaborou seu trabalho de memória, tentando verificar em suas narrativas e em sua trajetória as relações entre patrimônio e memória social.
Palavras-Chave: Sérgio Buarque de Holanda, Museu Paulista, patrimônio, memória e museus.

Resume: Par une compréhension des musées et du patrimoine culturel comme des récits et des pratiques sociales, la recherche va examiner la pensée et l'action de Sérgio Buarque de Holanda par rapport à la construction d'une certaine tradition muséologique et patrimoniale au Brésil. Ce travail a pour objectif d'analyser les marques à travers lesquelles l'intellectuel brésilien a développé son travail de mémoire, en essayant de vérifier dans ses narratives et sa trajectoire les rapports entre patrimoine et mémoire sociale.
Palavras-Chave: Sérgio Buarque de Holanda, Museu Paulista, patrimoine, mémoire et musées.

Introdução

Nosso interesse pela análise do pensamento museológico de Sérgio Buarque de Holanda, se dá pela percepção da existência de uma significativa relação entre suas obras teóricas e práticas e o campo museal. Identificando-o como intelectual de ampla envergadura, a pesquisa investe na compreensão de como ele percebe, pensa e pratica a museologia, bem como sua contribuição na construção do campo do patrimônio cultural no Brasil.

Em outros termos, a pesquisa se justifica pela possibilidade de identificar a inserção desse intelectual brasileiro no jogo entre esquecimento e memória e seu papel de "semeador" e difusor de memórias e esquecimentos. Homem de ação política e cultural

[1]*Docente do Centro Universitário de Caratinga/UNEC, mestre em História pela UFMG, doutoranda em Memória Social do Programa de Pós-Graduação do CCHS/UNIRIO e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ .

dirigiu instituições culturais, envolveu-se com projetos educativos e instituidores de dispositivos de proteção do patrimônio cultural.

Numa primeira aproximação pode-se afirmar da existência de um conjunto de estudos que se ocupam da obra de Sérgio Buarque de Holanda, em aspectos relacionados ao historiador da cultura material, das representações das mentalidades, do analista das instituições brasileiras, da visão política, de sua verve de crítico-literário e sua inserção no movimento modernista de 1922. Entretanto, a atuação do historiador no campo da museologia não nos parece privilegiada nas análises empreendidas pela produção teórica do pensamento brasileiro. Consideramos pertinente privilegiar esse recorte na trajetória de Buarque de Holanda, que nos permitirá a identificação das matrizes museais e possibilitará a compreensão das práticas e do pensamento museal a ele circunscrita.

Esse artigo corresponde à comunicação de parte dos resultados de pesquisa em andamento, cujo projeto se circunscreve ao período que vai da década de 1940 até os anos 1950, quando foi intensa a atividade do intelectual elencado, tendo como foco sua gestão no Museu Paulista (1946-1956), realizando a descrição e análise do seu projeto de memória e as disputas políticas que suas escolhas envolveram. Uma primeira leitura de suas obras permite levantar algumas questões, tais como: de que maneira podemos relacioná-las com sua atuação no campo do patrimônio e dos museus? Como Buarque de Holanda, um intelectual de idéias e de ação construiu sua experiência museal? Que tipo de reconstrução do passado propunha para o Brasil e para São Paulo? Que representações sociais preconizava no Museu Paulista?

Nesse sentido, construímos a hipótese de que nosso intelectual inaugurou matrizes museais, estabeleceu conceitos nos anos 40 e 50 que dialogam com novos entendimentos do museu como centro cultural, onde educação, pesquisa, lazer, programação cultural e atividades comerciais juntam-se para produzir novas relações entre instituição, acervo, profissionais e usuários. *Caminhos e Fronteiras*, publicado em sua primeira edição, em 1956, é uma fonte riquíssima para ser utilizada como referência básica para o trabalho, na medida em que o autor estuda a vida material dos bandeirantes paulistas e dos ameríndios nos primeiros tempos da colonização do Brasil e escreve-o durante o período de sua gestão no Museu Paulista.

A memória entre-lugares: nos caminhos e nas fronteiras da cultura brasileira

O livro *Caminhos e Fronteiras* (1956) de Sérgio Buarque de Holanda foi indicado em nosso projeto de pesquisa como uma fonte a ser trabalhada, pelo viés da análise do discurso, na tentativa de verificar em sua narrativa as marcas discursivas evidenciadoras de sua contribuição para a construção do campo da memória social no Brasil.

Optamos por um *corpus* circunscrito à introdução da referida obra, para empreender o exercício a que nos propomos: o profícuo entrecruzamento da memória e do discurso como caminho para análise da materialidade discursiva da escrita buarquiana. Nesse sentido, tomaremos o texto a partir da questão do sujeito, mostrando o contexto no qual Sérgio Buarque escreveu *Caminhos e Fronteiras*, pensando nas formações ideológicas que lhe são correspondentes. O aspecto que tomaremos aqui se refere à visão de que o discurso produzido pela intelectualidade brasileira daquele contexto, no caso o discurso produzido por Sérgio Buarque de Holanda, desempenha um papel na construção da vida social, e, portanto evidencia a forma como compreende o mundo social. Não é o interesse aqui, uma análise exaustiva das teorias do discurso e seu funcionamento, mas evidenciar a possibilidade de elaboração de um discurso crítico do autor, diferente do discurso dominante, constituído a partir dos conflitos e das contradições existentes na realidade brasileira, por ele detectados.

> *Quando o discurso passa a ser abordado em função de sua movência, de sua fluidez e, paradoxalmente, de sua permanência, de sua relação com o social, com as formas de poder e com as constrições de alguns campos de força, ou seja, quando passa a ser esquadrinhado em sua construção e revela as forças que regulam seu funcionamento e as condições ideológicas de sua emergência, vislumbram-se as possibilidades e a riqueza que sua análise traz para a compreensão das construções memoriais, identitárias e culturais que nações, grupos, povos e comunidades projetaram para si, no presente e para os demais, no futuro.* (OLIVEIRA & ORRICO, 2005:p.87)

É nessa perspectiva que compreendemos o texto desse intelectual: um texto em ação, no caminho e na fronteira, em situação de movência e fluidez, tal como ele percebia a cultura brasileira. O autor revela em seu texto questões que mobilizavam suas investigações no campo museal e patrimonial, estimulado pela existência do perigo de apagamento da memória e do discurso político dominante que via a cultura brasileira como um amálgama daquela dos colonizadores europeus.

A escolha de *Caminhos e Fronteiras*, em meio ao mar de possibilidades que a produção de Sérgio Buarque de Holanda nos oferece, se deu por um conjunto de características que a obra carrega: foi escrito no período que coincide com o de sua administração no Museu Paulista; sua publicação foi feita no ano que o diretor encerra suas atividades na instituição; integra o conjunto da obra do historiador a partir de um recorte e

um desdobramento inscritos na vida material, como uma esfera de possível percepção da existência da circularidade cultural entre adventícios e ameríndios, intercurso cultural que aponta as direções (caminhos) e os limites(fronteiras) de nossa cultura. Os ensaios que compõem o livro constituem um conjunto de estudos publicados pelo autor em revistas nacionais e estrangeiras, conferências realizadas, que versavam sobre São Paulo na dimensão de sua vida material. O próprio autor, na introdução, indica o livro como resultante do esforço em reuni-los:

> *Todos esses escritos deveriam ser em muitos pontos refeitos para que alcançasse uma plausível unidade o que fora pensado, redigido e publicado de forma fragmentária. Essa preocupação de unidade presidiu, aliás, à organização, não apenas dessa parte, mas de todo o volume. A própria divisão em três seções distintas procura, nele, obedecer a uma seqüência natural*. (HOLANDA: 1994, p. 12)

O rigor metodológico que o enunciado demonstra, é um legado do historiador em estudo, já muitas vezes apontado por seus analistas. É interessante observar também as motivações que o levaram a se debruçar sobre o tema:

> *A acentuação maior dos aspectos da vida material não se funda, aqui, em preferências particulares do autor por esses aspectos, mas em sua convicção de que neles o colono e seu descendente imediato se mostraram muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição européia do que, por exemplo, no que se refere a instituições e sobretudo à vida social e familiar em que procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral*. (HOLANDA: 1994, p. 12). (*grifos nossos)*

Como dever de ofício, sustenta não um gosto pessoal, mas a necessidade que a própria fonte impunha, a força dos objetos/documentos para o estudo da formação cultural brasileira. Além disso, segundo nosso entendimento, demonstra um posicionamento ético do autor. O "historiador nas fronteiras" – no entre-lugar da história e da literatura -, como sugerem os textos organizados por Pesavento (2005), propõe um olhar para a fluidez cultural do colono em situação de caminhante, que se movimentava em condições de se abrir para o outro e dele absorver novos hábitos culturais. Se examinarmos as correntes historiográficas em voga nos anos 1950 no Brasil, veremos confirmar-se nossa hipótese de que seu discurso difere do dominante.

O discurso metafórico e imagético adotado por Sérgio Buarque de Holanda é sempre um "convite metodológico" às suas interpretações, que ampliam o conhecimento do processo de formação cultural brasileira. A escolha do título, dessa e outras de suas obras,

merece nossa atenção. Sobre a conjunção de diferenças nos textos sergianos, Antônio Cândido faz uma referência no prefácio de Raízes do Brasil, que julgamos elucidativa, percebendo-a como um método que "repousa sobre um jogo de oposições e contrastes, que impede o dogmatismo e abre campo para a meditação de tipo dialético"(HOLANDA: 1995.). Finazzi-Agro (2005), dessa preferência pelos antônimos e oximoros por parte do historiador paulista, analisa que "no encontro ou no choque, na cópula ou na disjunção entre significantes diversos parece encontrar seu significado – sentido terceiro, dobrado na relação entre coisas diferentes". (FINAZZI-AGRO: 2005, p.145). É para essa reflexão que nos dirigimos agora, ouvindo mais uma vez o historiador paulista:

> *Se o aceno ao caminho, "que convida ao movimento", quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto à marinha – o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na idéia de "fronteira". Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.* (HOLANDA: 1994, p. 12-13)

Nesse recorte, chama-nos a atenção as metáforas que estruturam o texto buarquiano. O autor utiliza metáforas que refletem a linguagem do dia-a-dia trazendo novas compreensões da experiência cultural brasileira, dando um novo sentido ao nosso passado cultural. Lakoff e Johnson (2002) postulam a importância da metáfora em nosso aparato cognitivo, em nossa compreensão do mundo, da nossa cultura e até de nós mesmos. Nessa medida: "(...) a metáfora é parte tão importante da nossa vida como o toque, tão preciosa quanto."(LAKOFF E JOHNSON: 2002, p.358). A utilização da palavra "fronteira" é feita por Buarque de Holanda a partir de acepção distinta daquelas utilizadas nos textos da primeira fase da colonização do Brasil, ou nos trabalhos de Turner, um clássico da historiografia norte-americana sobre os *pioneers*. A especificidade do caso brasileiro, da forma como a concebe, sugere um rigor na utilização do termo que precisa ser "bem entendido".

O autor, portanto, constrói em sua narrativa um novo sentido à formação cultural brasileira. Como estrela de primeira grandeza da intelectualidade da época, o trabalho de Sérgio estava imbuído da "missão" de buscar o "sentido" do Brasil e de definir as estratégias para o seu futuro como nação moderna. A busca deste caminho estava presente no debate

político que empreendiam, e o que surpreende em seu texto, é sua insistência em encontrar "caminhos" próprios que correspondessem à especificidade histórica e cultural do país. Seguindo os rastros, as pistas, os sinais, os indícios da dinâmica de uma relação entre universos histórico-culturais aparentemente incongruentes e heterogêneos, o historiador busca os "produtos mistos ou simbióticos" na cultura material que indicassem uma harmonização possível, as compatibilidades, os lugares-comuns desses cruzamentos entre colonizadores e ameríndios.

Nesse sentido, a história contada por Sérgio Buarque é de desconstrução de identidades, em contraposição ao que propugnavam as orientações historicistas então em voga. Como anuncia na introdução do livro *Caminhos e Fronteiras*, "até idiomas heterogêneos" aqui se defrontavam. Nesse quesito, vale dizer que ele indica formações discursivas instauradoras de diferenças e desigualdades de saberes em seu interior. Ou seja, introduz algo novo nas análises do processo civilizador da Metrópole portuguesa, que diz respeito ao que Pêcheux (1988) definiu como *interdiscurso*. O modelo de análise discursiva da escola francesa permite que, por analogia, percebamos no texto de Sérgio que "se há um complexo de formações discursivas ligadas entre si, há igualmente um complexo de formas-sujeito também ligadas entre si e a desidentificação conduz à identificação com alguma destas outras formas-sujeito".(INDURSKY: 2000, p.74)

O historiador nessa obra trabalha com a idéia de que esse processo abriga a diferença, a divergência, a heterogeneidade. Nessa medida, não há uma identidade dada a *priori*, mas em constante processo que termina (ou não termina nunca) "na vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos, melhor equipados". Ele sabe, como também nós, que a cultura indígena foi historicamente dizimada e silenciada pela cultura européia, mas trabalha com a possibilidade de existência de trocas culturais. Especialmente se pensarmos a questão da trajetória de institucionalização da língua portuguesa no Brasil, o trabalho de Mariani (2004) é eficaz, na medida em que nos apresenta a singularidade da colonização e a imposição da língua portuguesa em relação à heterogeneidade lingüística existente, do século XVI ao XVIII, no Brasil, mostrando o paradoxo do crescente uso da língua geral somado ao início de uma produção escrita não controlada pelo poder real, como "um elemento inibidor da colonização nos moldes pretendidos por Portugal."(MARIANI: 2004, p.23).

Essa heterogeneidade, silenciada pela "ideologia da homogeneização lingüística", é que o autor de *Caminhos e Fronteiras* sublinha. Pesquisando nos Relatórios Anuais de sua administração no Museu Paulista, verificamos que na seção de Documentação e Lingüística

destinada a trabalhos internos de pesquisa, exegese de textos, coleta e seleção de material relativos à lingüística americana, ele projetava, para o ano de 1948, a instalação de uma sala "consagrada ao pai da lingüística indígena brasileira", José de Anchieta.

Nesse sentido, é que destacamos a relevância desse historiador, que manifesta um trabalho cuidadoso de memória, tirando teimosamente do esquecimento "outras histórias". Iniciativa, que julgamos pertinente indicar foi a realizada pela Seção de Lingüística e Documentação: uma viagem de estudos a Peruíbe, no litoral paulista, com o objetivo de entrar em contato com os remanescentes das tribos *guaranis* lá existentes. Sérgio Buarque expressa o desejo de no futuro poder gravar em disco o guarani e o português falados por aqueles índios: "(...) De qualquer modo seria essa uma oportunidade rara para se fixarem formas lingüísticas em transcrição, fadadas a próximo desaparecimento, de um povo que tão notável papel desempenhou na formação histórica do Brasil e sobretudo de São Paulo." [2] Na análise de Bessa Freire (2004):

> *Buarque de Holanda, referência obrigatória para os estudiosos da matéria, foi o primeiro historiador a tratar da questão (...) Sua maior contribuição talvez tenha sido desconstruir a representação que se tinha, até então, de uma unidade lingüística nacional desde 1500, com base no português. (...) Do ponto de vista teórico e metodológico, teve ainda o mérito de apontar alguns caminhos, vinculando a expansão da língua geral paulista ao recrutamento da força de trabalho indígena – através da ação dos bandeirantes* (...). (BESSA FREIRE: 2004, p.34)

Vale lembrar que a produção no campo da história social das línguas cresceu de maneira significativa, com a criação, em 1947, do Setor de Lingüística do Museu Paulista, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. Os estudos ali circunstanciados contribuíram para que fossem tiradas do esquecimento a língua geral amazônica e a língua geral paulista.

Considerações finais

Para concluir nosso trabalho, ressaltamos que o discurso do autor pode ser considerado "fundador", pois traz novas ancoragens e referências à memória daquilo que identifica a cultura brasileira. Como lócus privilegiado para investigação das memórias que conectam passado e presente, a linguagem construída por Sérgio Buarque de Holanda é tecida no viés do "inter-dito", de qualquer verdade estabelecida pelo discurso dominante.

[2] Relatório anual do ano de 1955 de 14 de janeiro de 1956. APMP/FMP – L-39. p. 17.

O empreendimento de análise de seu discurso posicionou-nos apenas no início do caminho, daquilo que propõe para a história cultural. *Caminhos e Fronteiras* evidencia o movimento do processo histórico a partir da cultura material (frechas, feras, febres, monjolos, arados, redes e redeiras) e do cotidiano, que Sérgio Buarque de Holanda via musealisado no Museu Paulista.

Ao situar a memória no entre-lugar, corremos o risco do anacronismo já que essa é uma expressão comumente utilizada para inscrever o universo movente das identidades na pós-modernidade.[3] Aceitamos o risco, por entender que Sérgio Buarque de Holanda enfrentou, no campo teórico, o desafio de tornar evidentes os signos do lugar, propondo olhar os caminhos e as fronteiras da experiência cultural brasileira, "tocando o futuro do lado de cá", semeando novas percepções da cultura brasileira.

Bibliografia

BESSA FREIRE, J. R.. A história de um esquecimento. In : *Rio Babel – a história das línguas na Amazônia.* Rio de Janeiro : Atlântica, 2004. p. 15-40.
BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1998.
FINAZZI-AGRÒ, E. A trama e o texto. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 143-159.
HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil. 26* ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In : INDURSKY, Freda e CAMPOS, M. Do Carmo (orgs). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre : Ed. Sagra Luzzatto, 2000. p.70-81.
LAKOFF, G. & JOHNSON, M . *Matáforas da vida cotidiana*. Coordenação de tradução Maria Sophia Zanotto. Campinas, SP : Mercado de Letras ; São Paulo : EDUC, 2002. Coleção as Faces da Lingüística Aplicada.
MARIANI, B. *Colonização Lingüística*. Campinas, SP : Pontes, 2004.
OLIVEIRA, C. I. Correia de & ORRICO, E. G. D. Memória e discurso : um diálogo promissor. In : GONDAR, J. & DODEBEI, V. (orgs). *O que é memória social ?* Rio de Janeiro : Contracapa Livraria/Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal de Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, 2005.
PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma critica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

[3] Para Bhaba (1998), o contexto pós-moderno seria o da negociação das diferenças intersubjetivas e coletivas da nação, e estar "no além, portanto, é habitar um espaço intermediário (...) é ainda ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural; reinscrever nossa comunidade humana, histórica; tocar o futuro do lado de cá". p. 27.

PESAVENTO, S. J. (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A arte de Fernanda Magalhães: reflexões sobre obesidade, poder médico e subjetividade na cultura contemporânea

Luana Saturnino Tvardovskas♣

Resumo: Inspirada pelas reflexões de Michel Foucault a respeito do corpo e das normatizações que o constituem, focalizo nesse artigo a produção da artista visual londrinense Fernanda Magalhães (1962). Em suas obras, a artista opera deslocamentos e mutações do olhar, ao colocar em evidência os corpos de mulheres gordas. Sua postura artística e política deixa entrever um compromisso ético com o presente, uma crítica contundente às imposições de normas de beleza e de saúde constitutivas dos regimes de verdade de nosso tempo. Pensar as obras de Magalhães acompanhadas por Foucault permite, assim, compreender as potências criativas e as rupturas no pensamento promovidas pela artista. Seus trabalhos possuem alto rigor formal e são instigantes no que concerne à problematização das relações entre corpo, mulher e cultura na atualidade.
Palavras-chave: Fernanda Magalhães – corpo – gênero.

Resumé: Inspirée par les réflexions de Michel Foucault concernant le corps et les normalisations qui le constituent, je focalise dans cet article la production de l'artiste visuel Fernanda Magalhães (1962), qui habite à Londrina – Brésil. Dans ses œuvres, l'artiste opère des déplacements et des mutations du regard, lorsqu'elle met en évidence les corps de grosses femmes. Sa position artistique et politique laisse entrevoir un engagement éthique avec le présent, une critique puissante aux impositions des règles de beauté et de santé constitutives des régimes de vérité de notre temps. Penser les œuvres de Magalhães accompagnées par Foucault permet, ainsi, de comprendre les puissances créatives et les ruptures dans la pensée promues par l'artiste. Ses travaux possèdent une haute rigueur formelle et sont stimulants en ce qui concerne la problématique des relations entre corps, femme et culture dans l'actualité.
Mots-clé: Fernanda Magalhães - corps - genre.

Maria Fernanda Vilela de Magalhães (Paraná, 1962) possui uma trajetória artística permeada por enfrentamentos com as normas sociais que enquadram o corpo feminino em classificações. Neste mote, sua criação é acompanhada de um intenso trabalho sobre si, principalmente pela positivação de elementos de sua subjetividade e das imagens sobre o corpo da mulher gorda.

Pretende-se, nas próximas páginas, mostrar as interfaces presentes nas obras desta artista que fez de uma condição socialmente estigmatizada um campo aberto de experimentações da liberdade. Para tanto, nos aproximaremos das críticas e apontamentos

♣ IFCH – Unicamp. Mestranda em História Cultural. Agência Financiadora: Cnpq.

presentes nas obras, conectando-as à historicidade de práticas da cultura ocidental contemporânea.

Esta artista nasceu em Londrina e mora nesta cidade até hoje. Formou-se em Educação Artística pela Universidade Estadual de Londrina, em 1989, e é especialista em fotografia pela mesma Universidade onde atualmente também é docente do Departamento de Arte, na cadeira de Fotografia. Desenvolve um amplo trabalho com instalações, objetos e performances.

Em 1993, a artista iniciou o projeto *A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia*, composto de nove séries de trabalhos[1]. Em 1995, esse projeto recebeu o *VII Prêmio Marc Ferrez de Fotografia* da FUNARTE/ MinC. Na série de fotografias manipuladas (que possui o mesmo nome do projeto), a artista se apropria de diversos trabalhos visuais que têm como tema mulheres gordas.[2] Magalhães conjuga essas imagens reapropriadas com inscrições de textos bem humorados, formulando uma leitura crítica das abordagens que estes artistas têm sobre as mulheres gordas.

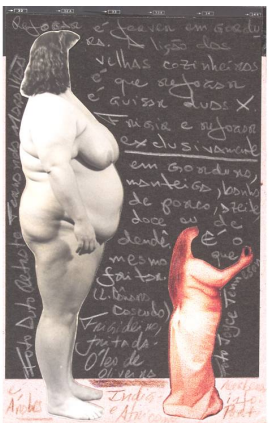

Imagem I - *Gorda 22*, série "A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia", Fernanda Magalhães, 1995

Nós lemos em uma destas obras frases escritas pela artista: "fazer suculento e farto", "Os grandes representam fartura", "A lição das velhas cozinheiras é que refogar é guisar duas X", "Frigir e refogar exclusivamente em gordura, manteiga, banha de porco, azeite doce ou de dendê". Suas inscrições, associadas às imagens de corpos de mulheres gordas nuas, denunciam, de modo ácido, aspectos da cultura urbana ocidental: a ironia da

[1] *Auto Retrato no RJ ; Auto Retrato, nus no RJ ; Auto Retrato em PXB ; A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia ; Classificações Científicas da Obesidade ; Border ; Auto Retrato no RJ e Carta ; de viés ; Impressões da Memória.*

[2] Nesta série de manipulações sobre fotografia, a artista se apropria de imagens de Joyce Tenneson, Deborah Turbeville e Jan Saudek, e dos brasileiros Sergio Duarte, Sandra Bordin e Angelo Pastorello, além de fotos publicadas na revista Buf.

artista apresenta-se através destes trechos de receitas culinárias recheadas de gordura, cuja ingestão é comumente associada à obesidade.

Sander Gilman adverte o quão é escorregadio o conceito de obesidade, criticando os regulamentos que definem o excesso de peso corporal como causador de uma "deficiência clara" (GILMAN, 2004). Por outro lado, esta definição permanece fluida e dela muitas questões eclodem: "O que é a obesidade? Embora existam conjuntos de definições médicas contemporâneas da obesidade, também é claro que a definição daqueles que são obesos muda de uma cultura para outra com o passar do tempo" (GILMAN, 2004: 333-334).

Gilman parece notar a importância ética destas questões ao compreendê-las como problemas tanto culturais como históricos, onde o conceito de obesidade esbarra nas conformações entre normal e patológico, evidenciando os aspectos da construção cultural do corpo na atualidade. Foucault nota como as conformações e catalogações que operam nos corpos constituem questões políticas:

> *"Mas o corpo está também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder dele se apoderam imediatamente, elas o investem, o marcam, exigem dele signos (...). Esta tecnologia política do corpo é difusa, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõem-se freqüentemente de peças e pedaços, faz funcionar uma aparelhagem de processos discordantes"* (FOUCAULT, 1977: 30-31).

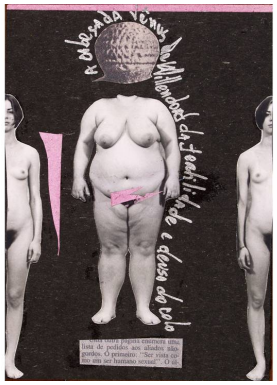

Imagem 2, *Gorda 9*, série "A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia", Fernanda Magalhães, 1995

Magalhães recorta seu próprio rosto em uma das obras: é seu auto-retrato, reação à perversa lógica de negação do corpo gordo. Segundo Mariana Botti, o auto-retrato comporta ao menos cinco séculos de tradição (BOTTI, 2005). Diagnosticando os usos do mesmo por artistas atuais, a autora evidencia que esta tendência do universo artístico relaciona-se à problemática da identidade, onde o auto-retrato pode servir como método de construção e controle da identidade, como contestação dos significados de gênero e também como possibilidade de exploração da própria subjetividade.

O auto-retrato de Magalhães também se conecta, por seu caráter acéfalo, aos comentários de Eliane Robert Moraes a respeito das interrogações da arte sobre a figura humana (MORAES, 2002). Essa autora comenta que desde o final do século XVIII surgiram diversas expressões artísticas que pretendiam se contrapor à busca por uma imagem ideal do homem, utilizando o imaginário do dilaceramento como seu principal método. Embora diferentes, estética e historicamente, nestas expressões a problematização da cabeça repousa na origem da interrogação acerca da perspectiva assustadora de confinamento do humano num retrato definitivo e imóvel. Deste modo, ao abordar o tema do acéfalo em Bataille, Moraes instiga: "se a cabeça representa a forma perfeita através da qual o ser humano constrói as certezas ilusórias sobre si mesmo, é precisamente dela que ele deve escapar" (MORAES, 2002: 219).

Imagem 3, *Gorda 13*, série "A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia", Fernanda Magalhães, 1995.

Na série *A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia*, os títulos das imagens são numerados: *gorda3, gorda12, gorda22*, etc. [3], o que parece denunciar nosso hábito homogeneizador e técnico de olharmos os corpos. Em *gorda13*, feito a partir de foto da revista *Buf* e de um auto-retrato recortado, é possível ler um trecho da colagem da revista:

> *"Quero que as mulheres magras e médias encarem a disforia de sua imagem corporal e se dêem conta de que há um mundo de diferença entre suas experiências de mulheres que odeiam seus corpos e minha experiência de ser gorda. Todos os corpos femininos são odiados em nossa cultura, e isso não significa que todas as mulheres sejam gordas."*

[3] Trabalhos feitos a partir de foto de Sergio Duarte e foto auto-retrato com modelo *(gorda3)*), de foto da revista *Buf (gorda12)* e de foto de Joyce Tenneson e foto auto-retrato *(gorda22)*.

Ou ainda: "(...) os cânones que regulam nossa vida social viessem a regular nossos desejos sexuais."

As palavras soam impactantes quando recortadas e associadas à imagem bucólica da jovem nua. Indicam questões, problematizações e interdições ao corpo e à sexualidade feminina. Segundo Tania Swain, a atividade teórica proposta por algumas feministas é uma "teoria da carne", pois exige o deslocamento, o desenraizamento de balizas seguras acerca de pressupostos como o "ser mulher" em um corpo biologicamente definido (SWAIN, 2002). Assim, debruçar-se sobre as próprias construções a fim de desfazê-las, como faz Magalhães, constitui o modo privilegiado para a desconstrução de sentidos sociais arraigados. Acerca desta proposta teórica, Swain afirma:

> *"Estar consciente da materialidade da experiência que nos cria em identidades e corpos, que nos designa lugares de fala, mas procurar excedê-los, esta é a tarefa crítica do feminismo, perseguindo direções múltiplas, pois a vastidão do horizonte é como o arco-íris: sempre em vista, sempre distante, aguilhão do desejo"* (SWAIN, 2002).

Na contemporaneidade, o corpo é tomado como um campo de batalha por diversos artistas visuais e Magalhães insere-se nesta linha com seu trabalho autobiográfico. A apropriação das imagens produzidas pela artista não é, deste modo, arbitrária ou neutra e, como comentam as curadoras Peregrino e Magalhães:

> *"Ser gorda e ser de uma família de gordos trouxe para ela 'questionamentos incômodos de muitas aflições' que foram acirrados sobremaneira em 1993, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, sob o impacto de uma extrema valorização do corpo nunca antes experimentada tão intensamente pela artista em outra cidade"* (MAGALHÃES e PEREGRINO, 1995)
> .

A partir deste período no Rio de Janeiro e do curso "Atelier Livre de Fotografia", ministrado pelo artista Pedro Vasquez[4], na UFF, a artista iniciou as séries *Auto Retrato* e *Auto Retrato nus*, "surgindo posteriormente a idéia de resgatar a representação da mulher gorda nua na história da fotografia" (MAGALHÃES e PEREGRINO, 1995).

Assim, mergulhando nas obras dos fotógrafos escolhidos[5], compreendendo-as em suas características conceituais e colocando-as à luz de seus questionamentos sobre a gordura

---

[4] Pedro Karp Vasquez (Rio de Janeiro RJ 1954). Fotógrafo, crítico de arte e fotografia, curador, jornalista e professor.

[5] As curadoras da exposição, acerca da apropriação de Magalhães de imagens dos autores anteriormente citados, comentam: *"Depois de Joyce Tenneson que captava com sua câmera mulheres gordas, de longos cabelos, seminuas, de Deborah Tubeville, cujas imagens de modelos e situações transgridem o ponto de vista da mulher objeto, de Jan Saudek com a construção de nus femininos impregnados de sensualidade ou dos brasileiros Sergio Duarte, Sandra Bordin e Angelo Pastorello, torna-se plausível que Fernanda Magalhães usufrua deste rico escopo de trabahos, que adquirem um alcance ainda maior, quando se sabe que estas fotos apropriadas encarnam um relato autobiográfico de um questionamento da artista e de sua conseqüente superação com a ruptura dos tradicionais cânones de beleza direcionados para outro tipo de visão."* Id. "A liberdade do corpo amordaçado", op. Cit.

e o corpo da mulher, uma série de rupturas é formulada. Fernanda Magalhães modifica essas fotos num processo de construção estética, para figurar não apenas uma simples visão.

Suas críticas à sociedade, principalmente à rigidez das normas que recaem sobre o corpo da mulher, apresentam-se ora ácidas, abertamente questionadoras do poder médico e das classificações científicas da obesidade, ora mais intimistas, sugerindo segredos nos detalhes. São referências à sua vida cotidiana, à sua experiência e subjetividade, às revoltas e vontade de subverter as normas rígidas que visam formatar as identidades. São críticas às polarizações masculino/feminino, juventude/velhice, saudável/doente que retomam o antigo argumento da naturalização dos corpos, remetendo ao biológico, à evolução, aos corpos como superfície pré-discursiva, pondo em ação categorias sociais que criam os corpos em bases identitárias, articuladas pelo gênero e pela idade (SWAIN, 2003).

Para Magalhães, os enunciados sobre saúde e esbelteza geram um estado de suspensão na subjetividade da mulher gorda. É a experiência de opressão chamada pela artista de "morte em vida": um corpo sempre negado, pensado como uma condição passageira que precisa ser transformada. Além dos fantasmas da solidão e da baixa auto-estima, rondam por aí aqueles da doença. Sabemos que, na atualidade, diversos enunciados repetem fórmulas enaltecedoras da liberdade individual, desta perversa lógica de que somos os únicos responsáveis por nossas conquistas, mas também por nossas dores.

A artista compreende o corpo na atualidade em sua experiência de fragmentação e dilaceramento, repleto de contaminações que constantemente o invadem e o modificam. Além disso, atenta para a busca incessante por uma superação e perfeição máximas, através de fórmulas artificiais que desejariam a aquisição de uma experiência de eternidade:

> *"Corpos vigiados e controlados em uma insana busca por chegar ao lugar prometido, à glória, ao espaço de conquista. Todos buscam, mas ninguém sabe dizer exatamente o que se busca. Pela felicidade? Pelo amor? (...) O corpo perfeito e imortal, sem doenças e nem envelhecimentos. O paraíso ou o inferno?"* (MAGALHÃES, 2005).

Magalhães fala sobre uma inadequação sentida, vivenciada, mas também coletiva. Revela em sua fala as contradições dos desejos e imposições sociais acerca do corpo, debatendo temas como as novas formas de investimento sobre o mesmo e as recentes fórmulas de saúde e beleza a qualquer preço. Essas críticas da artista conectam-se às considerações que Paula Sibilia faz, em *O homem pós-orgânico*, acerca dos problemas que novas modalidades de saber como a tecnociência contemporânea produzem e que são de enorme importância para a compreensão dos caminhos e rupturas de nossa sociedade (SIBILIA, 2002). Sua análise concentra esforços para o esclarecimento de tendências

duvidosas, como a idéia da obsolência do corpo orgânico perante um horizonte geneticista e evolutivo já vivenciado na atualidade.

Os desdobramentos destas conquistas científicas incluem novos modos de exercer controle sobre a vida, de sujeitá-la, controlá-la e prevenir riscos, atualizando a necessidade de refletirmos sobre os conceitos foucaultianos de biopoder como a *biopolítica*[6].

A artista evidencia a ausência de espaço dedicado ao debate sobre conseqüências físicas e emocionais derivadas destas manipulações, compreendendo também as práticas culturais que, além de almejarem o corpo ideal, rechaçam e desqualificam qualquer aspecto dos corpos e da sociedade que não caiba em seus espaços. Segundo a historiadora Denise Sant'Anna, o peso do corpo é algo que na perspectiva velocista de nossa sociedade deveria ser aniquilado (SANT'ANNA, 2001). Ele é o empecilho constante para atingirmos a eternidade. Neste raciocínio, é compreensível a aversão ao corpo gordo em nosso tempo. Ele foi considerado lindo e especial em épocas que não se fascinaram pela efetividade do corpo magro, mas "no decorrer deste século, os gordos precisaram fazer um esforço para emagrecer que lhes pareceu bem mais pesado do que o seu próprio peso" (SANT'ANNA, 2001:21).

Os lugares públicos não os comportam, das poltronas às roletas. Para Sant'Anna a imagem do gordo possui uma representação social complexa: eles simbolizam a perda de velocidade e também acúmulo de riqueza e poder. Não devemos acumular, devemos fluir: "(...) a gordura liga-se ao turvo, ao esforço em percorrer grandes distâncias e, ainda, a um constrangedor silêncio" (SANT'ANNA, 2001: 22).

Neste mote, Magalhães afirma que o discurso médico promove uma limpeza nos espaços urbanos e nos corpos que pretende um "desengorduramento" de tudo. Esse corte ao corpo gordo, defendido pelo discurso médico, associa a obesidade à morbidez, à sujeira e ao asco. Essa higiene visa, para a artista, a imposição de uma norma, de uma padronização que acaba por cegar através do excesso e proliferação de imagens na mídia.

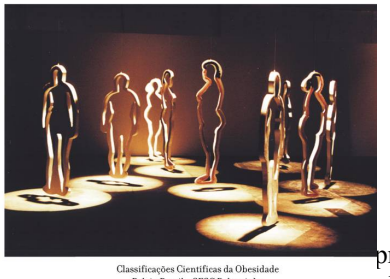

Classificações Cientificas da Obesidade
Balaio Brasil - SESC Belenzinho
São Paulo - dezembro de 2000

6 Compreender que este poder exercido sobre a vida se deu de duas maneiras d das disciplinas do corpo, de seu adestramento e integração em sistemas de controle; e através das regulações da população (intervenções e controles reguladores sobre os nascimentos, a mortalidade, a saúde, a duração da vida, etc.). E este processo, iniciado no século XVII, possibilitou que se formasse a grande tecnologia do poder no século XIX, na qual o "dispositivo da sexualidade" é um de seus agenciamentos concretos mais importantes. Nesta pesquisa, essas críticas de Foucault servem como meio de compreensão dos investimentos sobre o corpo e a sexualidade, notando-se, evidentemente, as especificidades de suas conformações atuais.

Subvertendo essa lógica, a artista produz uma obra onde evidencia, através da inversão da perversa lógica dos cortes, o espaço corpóreo através do qual se define e esquadrinha as pessoas gordas.

São as margens desse corpo, ironicamente expostas como sobra, que marcam uma identidade não aceita. Sabemos bem, como as classificações pretendem normatizar e controlar os corpos desde o início da modernidade.

Não é novo o argumento da higienização, da exclusão dos diferentes, dos deformados física ou psiquicamente em detrimento da melhoria geral da sociedade. Homossexuais, deficientes físicos, gordos, judeus, mulheres, prostitutas: inúmeras classificações científicas formatando e sujeitando corpos em regimes pré-estabelecidos de verdade.

Classificações Científicas da Obesidade
Balaio Brasil - SESC Belenzinho
São Paulo - dezembro de 2000

Através do trabalho *Classificações Científicas da Obesidade* Magalhães induz à reflexão e propõe a mudança de foco, pois ao nos defrontarmos com esses corpos enormes e sensuais, nossa percepção viciada pelos anúncios publicitários é convidada a se transformar. O vazio que os constitui marca a singularidade de uma subjetividade construída pela negação, por aquilo que ela não é, mas deveria ser: um corpo normal. Permitem até mesmo que um corpo magro se acomode em suas margens para sentir um pouco de sua plenitude e volume.

A obra é como uma metonímia do corpo gordo. O excesso que o envolve, que deveria ser eliminado através de inúmeros procedimentos cirúrgicos se transforma, ao final, em tudo o que ele é. A construção dessa identidade fixa, estigmatizada e sujeitada mostra aos poucos suas contradições: a impossibilidade de se ser como se é, pelo tempo que se desejar.

Fernanda Magalhães evidencia principalmente a beleza estética destas margens, desses contornos sinuosos e plenos, tornando-os ainda mais leves e delicados através da estrutura de suspendê-los por fios quase imperceptíveis. Neste baile, as curvas são positivadas, as dobras de pele se mostram como volumes necessários, vivos.

A artista reflete constantemente sobre essa infinita liberdade de manipulação sobre os corpos, evidenciando as dores e estados de suspensão experimentados durante os tratamentos de saúde. Obviamente, não são as cirurgias os alvos de críticas da artista, mas a indiferença em torno da questão da suspensão em que o indivíduo "modificado" se inscreve. Ela não se identifica com a norma da beleza plástica a qualquer preço e questiona a

obrigatoriedade de seguir às cegas as recomendações de alguns discursos médicos, construindo para si argumentos de defesa a esses enquadramentos.

Magalhães faz saltar aos olhos a estrutura dos enunciados que aprisionam o corpo gordo na lógica do "corpo que não pode ser". Isto é, os discursos médicos a todo o tempo explicitam as doenças que podem derivar deste "estado" de corpo. Em *Classificações Científicas da Obesidade*, a artista se apropria do termo médico que segrega em grupos (normal, obesidade mórbida, etc.) as graduações de gordura corpórea. Assim, levanta o questionamento sobre as verdades instituídas pelo saber médico, sobre a efetividade de enquadrar o conceito de saúde dentro de "taxas", muitas vezes sem que se leve em conta aspectos como qualidade de vida, de alimentação, estrutura familiar, etc.

Aqui, não se trata de defender que pessoas gordas devam ou não emagrecer para tornarem-se mais ou menos saudáveis, por outro lado, visa-se diagnosticar os enunciados que servem muitas vezes como base para ações preconceituosas e desrespeitosas. Oferecida como deleite a obra de Magalhães evidencia de modo áspero esta genealogia dos saberes e poderes que produzem práticas culturais opressoras na pós-modernidade.

Referências Bibliográficas:

BOTTI, Mariana Meloni V., **Espelho, espelho meu? Auto-retratos fotográficos de artistas brasileiras na contemporaneidade**, Dissertação de mestrado, UNICAMP, IA, Campinas, 2005.

FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir**, Petrópoles: Vozes, 1977.

GILMAN, Sander L., *Obesidade como deficiência: o caso dos judeus*, In: **Cadernos Pagu (23),** Campinas: Editora da Unicamp, Julho-dezembro de 2004.

MAGALHÃES, Ângela e PEREGRINO, Nadja, *A liberdade do corpo amordaçado,* In: catálogo da exposição **A Representação da Mulher Gorda Nua na Fotografia**, desenvolvida por Fernanda Magalhães, 1995.

MAGALHÃES, Mª Fernanda Vilela de, **Corpo Re-construção**, vols. I, II e III, Projeto de Qualificação de Mestrado para o programa de pós-graduação do IA, UNICAMP, 2005.

MORAES, Eliane Robert, **O corpo impossível**, São Paulo: Iluminuras, 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi, **Corpos de Passagem**, São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SIBILIA, Paula, **O homem pós-orgânico**, Rio de Janeiro: Relume, 2002

SWAIN, Tania Navarro, *"As teorias da carne": corpos sexuados, identidades nômades*, In: **Labrys, estudos feministas**, número 1-2, julho/dezembro de 2002. http://www.unb.br/ih/his/gefem

SWAIN, Tania Navarro, *Velha? Eu? Autoretrato de uma feminista*, In: **Labrys, Estudos Feministas**, Número 4, agosto/dezembro 2003. http://www.unb.br/ih/his/gefem

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma vila ao serviço régio: a criação de Guaratuba, na Capitania de São Paulo, sob morgado de Mateus

Maria Fernanda Derntl*

Resumo: Este trabalho trata da elaboração e do desenvolvimento inicial de Guaratuba, vila litorânea na capitania de São Paulo fundada sob o governo de Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, quarto Morgado de Mateus (1765-1775). A partir do estudo dessa vila, pretende-se discutir alguns aspectos da atuação da administração portuguesa na definição da paisagem urbana nos territórios americanos durante o período pombalino. A análise baseia-se em documentos escritos relativos à implantação de Guaratuba, em registros de observadores da época e na cartografia pertinente. Procura-se mostrar que o morgado de Mateus atuou com relativa autonomia nas decisões relativas à Guaratuba, impondo determinações formais para uma ordenação regular do traçado urbano.
Palavras-chave: Paisagem Urbana – Guaratuba – Período Pombalino

Abstract: This paper addresses the conception and the initial development of Guaratuba, a seaside town in the captaincy of São Paulo, founded during the government of Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, fourth morgado de Mateus (1765-1775). The study of that town intends to discuss some aspects of the Portuguese administration's role in the definition of urban landscape in American territories during the Pombaline period. This analysis is based on written documents concerning the creation of Guaratuba, on reports by observers from that time and on the relevant cartography. This paper seeks to show that morgado de Mateus acted with relative autonomy in decisions concerning Guaratuba as he imposed formal requirements to create a regularly ordered urban pattern.
Key-words: Urban Landscape – Guaratuba – Pombaline Period

Durante o período pombalino, entre 1750 e 1777, o impulso à elevação de novas vilas pela administração portuguesa nos territórios sul-americanos conjuga-se à intenção de reforçar o controle sobre a ordenação da paisagem urbana. Estudos gerais de história das cidades de origem portuguesa enfatizam a regularidade dos traçados daquele período, atribuindo-a ao trabalho de técnicos dotados de uma formação teórica e inspirados em modelos eruditos. A capitania de São Paulo é considerada periférica para a atuação urbanística portuguesa durante o período pombalino. Ainda assim, iniciativas oficiais de fomento à urbanização por meio da criação de povoações e vilas nessa capitania intensificaram-se entre 1765 e 1775, sob o governo de D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, quarto morgado de Mateus. Uma das preocupações iniciais de Dom Luís Antônio no

* Arquiteta, mestre e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, bolsista da FAPESP

campo da urbanização foi a implantação de Guaratuba (atual cidade de mesmo nome, no Paraná), com a intenção de contribuir para a ocupação e defesa da baía de Paranaguá, no litoral sul. Guaratuba é considerada um caso exemplar da imposição de padrões ordenados de desenho.

Mas, embora Guaratuba tenha sido iniciada em 1765 e elevada à vila em 1771, as apreciações correntes sobre seu traçado baseiam-se numa planta realizada já na segunda década do século XIX (ver imagem 1), que consta como detalhe de uma folha das "Cartas Corographicas e Hydrographicas De toda a Costa, e Portos da Capitania de São Paulo". Essa série de cartas traz o resultado de um levantamento da costa da Capitania encomendado a João da Costa Ferreira em 1815, para fins de navegação e controle militar.[1]

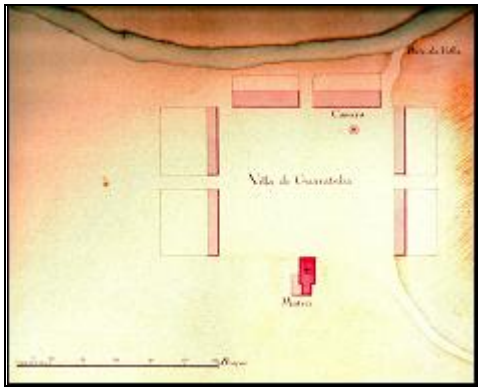

Imagem 1: Vila de Guaratuba ca. 1815. Autoria de João da Costa Ferreira. Fonte: "Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial" (REIS FILHO, 2000: 223).

Na planta de Guaratuba, vêem-se apenas as construções em torno de uma praça retangular junto ao rio. A igreja-matriz, no centro do lado sul, é a construção dominante do conjunto. Em cada um dos outros três lados, há as construções contínuas de casas. Apenas o Pelourinho, situado em frente da Câmara, na parte nordeste do espaço livre, não tem sua disposição vinculada aos eixos da composição, o que talvez se deva ao caráter provisório de sua localização, em frente de uma Casa de Câmara também provisória. Guaratuba apresenta-se como um conjunto unitário, de natureza ordenada, tendo um eixo central enfatizado.

A partir de documentos escritos relativos à implantação de Guaratuba, é possível ver alguns aspectos do modo como se definiu seu desenho. A mais antiga referência à intenção de povoá-la é dada em uma carta ao Conde de Oeiras de 20 de novembro de 1765, escrita quando D. Luís Antônio encontrava-se ainda em Santos, antes de chegar à capital. Nesta carta, depois de comunicar que resolvera dar início às fortificações da vila de

[1] A respeito da atuação de João da Costa Ferreira (1750-1822) ver "O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira" (TOLEDO, 1972).

Paranaguá, D. Luís Antônio afirma também que tomou a decisão de fundar Guaratuba. A escolha daquela localidade é justificada pela situação geográfica do porto estratégico e pela proximidade de minas de ouro, suscitando a necessidade de defesa. Mais adiante, na mesma carta, D. Luís Antônio afirma que dará continuidade àqueles projetos sem esperar ordens régias, já que presume a aprovação.

A implantação da povoação foi encarregada por Dom Luís Antônio a um parente e homem de confiança: seu primo, o ajudante de ordens Afonso Botelho de Sampaio e Souza[2]. Em dezembro de 1765, Afonso Botelho já tinha recebido ordens para convocar os casais de povoadores e para providenciar ferramentas para a construção de casas e farinha para atender às suas necessidades iniciais. Também já tinham sido nomeados um diretor e um clérigo. Em carta daquele mês ao Conde de Oeiras, Dom Luís Antônio faz referências específicas ao traçado urbano: "Tão bem lhe deliniey a formalidade das ruas e praças e os citios em que deviriam edificar, para que fosse mais sadia e lograsse a boa exposição aos rayos do Sol" (*apud* MAFRA, 1952: 32-33). Além de ter decidido a localização da vila, Dom Luis Antônio atribui a si mesmo a definição do aspecto formal das ruas e "praças", podendo mesmo ter feito um desenho.

A aprovação do Conde de Oeiras àquilo que já vinha sendo feito por Dom Luís Antônio é dada em 22 de julho de 1766. Mas a implantação prosseguia lentamente, havendo dificuldades para se acharem pessoas dispostas a se estabelecerem lá, apesar dos privilégios de isenção do serviço militar concedidos aos povoadores.

Já em 2 de abril de 1767, numa carta em que trata das povoações de Sabaúna e Guaratuba, Dom Luís Antônio apressa Afonso Botelho a iniciar a igreja de Guaratuba e dá diretrizes para a implantação do traçado urbano:

> *"mande Vm.ce logo formalisar as praças e as ruas, fazendo-lhe plantar estacões grossos e bem seguros, nos angulos de todas as quadras para de huns a outros se cordearem em direitura as ruas, e as primeiras cazas que se fizerem devem ser nos angulos, p.a o q` remeterey a Vm. ce hum prospecto da figura das cazas para que todas sejão feitas pela mesma planta p.a ficar a terra mais bonita"* (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, 1943, v. 67: 107-9).

Neste trecho, mostra-se a preocupação com a definição da configuração urbana básica, recomendando-se a construção das primeiras casas nas esquinas dos quarteirões e cuidando-se da "direitura" das ruas. Expressa-se ainda a intenção de impor fachadas regulares, o que é visto como um atributo estético.

---

[2] A seu respeito ver "Afonso Botelho de Sampayo e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná" (CARNEIRO, 1951).

Mas a escolha do sítio de Guaratuba teve de ser reconsiderada. Em abril de 1767 já parece decidida uma mudança do local inicialmente planejado para uma região mais ao sul. Aí, em local indicado por Afonso Botelho, devia haver um porto sossegado e abrigado dos ventos, que permitiria o ancoradouro de navios grandes e assim facilitaria o comércio, além de contribuir para a "saúde dos povos" por estar voltado para o sol. Mais tarde, a baía de Guaratuba seria descrita pelo viajante francês Auguste Saint-Hilaire como "uma cópia em miniatura da baía do Rio de Janeiro" (SAINT-HILAIRE, 1995:172). Esta comparação pode sugerir que critérios semelhantes foram empregados pela administração portuguesa desde o século XVI para a escolha dos sítios de novas fundações urbanas. Além disso, a preocupação expressa por Dom Luís Antônio com uma configuração que criasse uma cidade "sadia" pode talvez ser relacionada com escritos de tratadistas de arquitetura. Tanto Marcus Vitruvius Pollio como Leon Battista Alberti cuidaram da salubridade do sítio e procuraram assegurar a melhor relação entre o arranjo da cidade e os aspectos de insolação e incidência de ventos.

Mas a escolha do novo local para Guaratuba também deve ter levado em consideração a oposição da Câmara da Vila de São Francisco do Sul, que contestou a jurisdição daquela região por São Paulo. Ainda em julho de 1767, o assunto é tratado por Dom Luís Antônio, que escreve ao governador de Santa Catarina em protesto contra sua intervenção na fundação de Guaratuba.

No ano seguinte, em 1768, há indicações de que as obras da povoação caminham. D. Luís Antônio atende a uma petição dos moradores requerendo meios para estabelecer uma igreja matriz e, enfim, em janeiro de 1770, ordena a Afonso Botelho que eleve à vila a nova povoação, pois lá já haveria "bastante cazas, Igrejas [sic] e outros edifícios públicos" *(Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, 1940, V. 65: 300-301).*

Mas apenas em 27 de abril de 1771 - seis anos depois da primeira menção à intenção de fundar Guaratuba - é que se proclama o auto de ereção da vila. Conforme a fórmula costumeira adotada durante o governo de Dom Luís Antônio, o auto de ereção da vila de São Luís de Guaratuba inicia-se fazendo menção às Cartas Instrutivas de Pombal de 26 de janeiro de 1765 determinando que "era muito conviniente ao Real Serviço que nesta Capitania se erigissem Vilas naquelas partes que fossem mais convenientes e que a elas se congregassem todos os que vivessem em sítios volantes para morarem em povoações civis". (*apud* MAFRA, 1952:36-37). A elevação à vila vincula-se às determinações régias para impor a fixação e a congregação da população, visando a substituir a tradicional ocupação dispersa por padrões urbanos de inspiração européia.

Já cinco anos depois da elevação à vila, documentos produzidos durante o governo do General Martim Lopes Lobo Saldanha indicam que Guaratuba não teria prosperado. Em 1776, o governador escreve ao sargento-mor de Paranaguá: "Vejo a viva pintura que Vmce. me faz da denominada Vila de Guaratuba, e não sei de quem mais me ria, se della, se de seus intitulados fundadores". E, no ano seguinte, o governador afirma ter tomado conhecimento da decadência da vila, atribuindo-a à "falta de distinção" de seu capitão-mor e sargento, o que teria causado a deserção de várias famílias de povoadores. (*apud* MAFRA, 1952: 103).

O depoimento de Auguste Saint-Hilaire sobre sua estada de dois dias em Guaratuba em 1820 traz mais informações sobre o estado em que se encontraria a vila aproximadamente na mesma época em que deve ter sido traçada a já citada planta de Guaratuba (ver imagem 1). Depois de descrever o percurso a partir de Paranaguá e a baía de Guaratuba, Saint-Hilaire dá suas impressões sobre a vila:

> *"É composta de apenas umas quarenta casas (1820) sendo que quinze delas formam um semicírculo à beira da angra. As outras estão localizadas mais atrás, à volta de uma extensa praça coberta de relva, na extremidade da qual fica a igreja. As mais antigas não passam de míseros casebres feitos de paus cruzados e em péssimo estado de conservação; entretanto, pouco antes da minha passagem por ali haviam sido construídas algumas casas bonitas, feitas de pedra. A igreja, também de pedra, é pouco ornamentada, porém limpa e bem iluminada, é dedicada a São Luís, rei da França".* (SAINT-HILAIRE, 1995: 174)
>
> .

Essa descrição de uma praça ampla tendo a igreja num dos lados aproxima-se daquilo que foi representado no desenho feito por volta de 1815. No entanto, considerando-se o número de casas citado por Saint-Hilaire, é pouco provável que essas construções ocupassem continuamente os três lados da praça, tal como se vê naquele desenho. Além disso, os diferentes materiais e estados de conservação das casas impediriam que a praça fosse vista como um espaço ordenado conforme sugere aquela planta. Saint-Hilaire cita ainda casas dispostas em semicírculo à beira da angra, que não foram representadas no desenho, talvez porque viriam perturbar o aspecto harmônico do conjunto ali representado. Também é provável que a igreja, de feições modestas, não apresentasse a mesma ênfase no conjunto que o desenho em planta sugere.

Ainda conforme os registros de Saint-Hilaire, na segunda década do século XIX Guaratuba estaria numa situação de "abandono e isolamento, como se não fizesse parte da pátria comum", o que ele atribui à ausência de ligações terrestres com outras povoações. Os próprios habitantes da região lhe teriam dito que, quando recebeu o título de vila, Guaratuba teria sido descrita ao governador "não como era na ocasião e sim como talvez se tornasse um dia" (SAINT-HILAIRE, 1995: 174-177). Este depoimento pode sugerir que o governador não

sabia do real estado da vila no momento de sua fundação, pois o que seus encarregados lhe teriam descrito seria a projeção de um possível futuro. No entanto, é provável que Dom Luís Antônio estivesse ciente das condições iniciais da povoação, mas também apostasse no seu desenvolvimento posterior, como sugere sua menção à expectativa de "acrescentamento das terras para o futuro" (*Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 1943, V. 67: 107-9).

A partir das observações de Saint-Hilaire, é possível entender que a percepção de um observador seria bem diferente daquilo que o desenho da planta na mesma época sugere. Embora aquele desenho informe sobre a disposição geral dos elementos de Guaratuba, não deve ter sido feito para representar com exatidão o estado em que se achava a vila. Sua intenção parece mesmo ter sido expressar uma imagem ideal prevista.

Conclusões

A análise do modo como se criou Guaratuba na segunda metade do século XVIII permitiu ver que essa vila litorânea da Capitania de São Paulo deveria expressar em seu traçado a presença da autoridade portuguesa.

A tônica da bibliografia sobre o período pombalino é a atuação urbanística centralizada da Coroa portuguesa, apoiada num quadro de técnicos especializados, os engenheiros-militares. No entanto, o que se viu foi o governador D. Luís Antônio agindo com relativa autonomia nas decisões pertinentes à Guaratuba e respaldando-se em instruções régias de caráter apenas geral. D. Luís Antônio atuou tanto na escolha do sítio da povoação como na definição das feições urbanas e pode mesmo ter feito um desenho do plano da vila.

Talvez sua intervenção se devesse à carência de técnicos especializados nesse trabalho: já em 1770 o governador reclama da "grande falta q´ há entre os militares de pesoas habeis na Geometria com notável detrimento do Real Serviço" (*Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 1924, v. 65: 342-343).

Como mostram os respectivos estudos específicos de Maria Helena Ochi Flexor (1998) e Renata Klautau M. de Araújo (2000), outros governadores da geração ilustrada, José Xavier Machado Monteiro, em Porto Seguro e D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no Mato Grosso, também teriam feito eles mesmos desenhos de algumas das vilas que mandaram fundar, baseando-se numa disciplina geométrica. Neste sentido, pode-se entender que os princípios de regularidade dos traçados não seriam defendidos exclusivamente por engenheiros-militares, mas deveriam fazer parte de um saber que, embora

ainda não tivesse sido sistematizado de modo mais científico, talvez já estivesse difundido pelo menos entre uma elite de funcionários administrativos.

As dificuldades para o estabelecimento da vila e a precariedade de suas construções já poucos anos depois da sua fundação podem ser vistas como evidências do caráter "artificial" ou "fugaz" muitas vezes atribuído aos núcleos urbanos do período colonial. O governo de D. Luís Antônio teria mesmo o perfil de despender esforços excessivos e de agir de modo incompatível com as condições materiais concretas. (BELLOTTO, 1976:236). Ainda assim, o desenho realizado por volta de 1815 parece mostrar a permanência, pelo menos como intenção, daquilo que teria sido previsto pelo governador na época da implantação da vila.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Renata M. de. **As cidades da Amazónia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

ARAÚJO, Renata K. Malcher. **A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: Discurso e Método. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O Governo do Morgado de Mateus**: primórdios da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775). Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1976.

BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e Desígnio**: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese de doutorado. FAUUSP, 2001 (2ª versão – 2003).

CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). **Colectânea de Estudos**. Universo Urbanístico Português: 1415-1822. Lisboa: CNCDP, 1998.

CARNEIRO, David. **Afonso Botelho de Sampayo e Souza: seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná.** Curitiba: Requião, 1951.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**. Planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTORIA E COSTUMES DE SÃO PAULO. São Paulo: Departamento de Arquivo do Estado, v. 65, 1924 ; v.67, 1943.

FERNANDES, José-Manuel. *L'Inde et le sud du Brésil.* In: Malverti, Xavier; Pinon, Pierre (org.). **La ville regulière**: modèles et tracés. Paris: Picard, 1997. p. 111-121.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Cidades e Vilas Pombalinas no Brasil do Século XVIII*. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coords.). **Colectânea de Estudos**. Universo Urbanístico Português: 1415-1822. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 256-266.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Núcleos Urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII*. In: Machado, Denise B. Pinheiro (org.). **Anais do IV seminário de história da cidade e do urbanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 602-618.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba. 1952.

MOREIRA, Rafael. **A Arte da Ruação e a Cidade Luso-Brasileira** (Séculos XVI-XVIII). In: Cadernos de Pesquisa do LAP, FAUUSP, nº37.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Aparência das Vilas e Cidades no Brasil*. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. FAUUSP, nº 20, p. 40-73.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil** 1500/1720. 2ª ed. São Paulo: PINI, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. [Colaboradores: Beatriz P. S. Bueno e Paulo J. V. Bruna]. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Urbanismo en Brasil*. Séculos XVI-XVII. In: ALOMAR, Gabriel. **De Teotihuacán á Brasília**: estudios de historia urbana iberoamericana y filipina. Madrid: Inst. de Administración Local, 1987, p. 352-369.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba, Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SMITH, Robert. **Urbanismo Colonial no Brasil**. Tese apresentada ao II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em São Paulo no ano de 1954. São Paulo, FAUUSP, p. 21-22.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A Construção da Cidade Brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TOLEDO, Benedito Lima de. **O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo**, **destacando-se a obra do brigadeiro João da Costa Ferreira.** Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1972, p. 82-84).

TEIXEIRA, Manuel C. , VALLA, Margarida. **O urbanismo português**. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)

Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes*

Resumo: Este trabalho aborda a ocupação colonial do sertão da Paraíba enfocando os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII. Neste sentido, procuramos demonstrar que a colonização do sertão e sua reorganização espacial não foi resultado apenas das ações sociais dos colonizadores, mas, que, sobretudo contou com a participação de vários grupos indígenas que igualmente protagonizaram este processo de expansão territorial do Império português constituindo, desta maneira, um processo multifacetado de inserção, rejeição e transformações constantes, por parte dos indígenas, ante a nova dinâmica social que se estabelecia no sertão.
Palavras-chave: colonização-sertão-índios.

Abstract: This work approaches the colonial occupation of Paraíba's countryside focusing the space producing agents and the interethnic contacts, in a period about the second half of the XVII century and the first three decades of the XVIII century. In this sense, we tried to show that the countryside's colonization and its space reorganization was not just resulted of the settlers' social actions, but, that, above all it counted with the participation of several indigenous groups that equally played this process of territorial expansion of the Portuguese Empire constituting a several faces insert process, rejection and constant conversion, from the indigenous, in face of the social dynamics settled down in the contryside.
Keywords: colonization – contryisde – Indians.

Um dos mais importantes estudiosos da Paraíba, Ireneo Joffily (1892), conclamou no final do século XIX, os pesquisadores no futuro a estudarem a fundo a segunda metade do século XVII, em razão da importância que ele atribuída a esta época para a história da Paraíba. Este período insere-se no contexto da conquista colonial do sertão e os historiadores do século XX, por sua vez, não se furtaram em destacar em suas obras este processo, bem como as guerras entre colonizadores e índios que ocorreram como fruto dessa expansão territorial.

Apesar de rica e variada, essa produção clássica, se concentrou sobretudo nos principais fatos, encadeados cronologicamente, e principais personagens que teriam participado deste processo. Neste sentido, o tema da colonização do sertão não é inédito entre

* Graduado em História (UFPB), Mestre em Geografia (UFPB) e professor assistente substituto do Departamento de Historia da UFPB.

os estudiosos da Paraíba, no entanto, a partir de abordagens diferentes, discutiremos questões que foram tratadas marginalmente por alguns estudiosos do tema ou mesmo, que não foram objeto de suas preocupações. Trata-se, assim, de redimensionar a formação social e territorial a partir da análise dos diferentes grupos sociais que participaram da colonização do sertão tendo como referência a importância dos índios não apenas como vítimas, como geralmente se fez nos estudos clássicos, mas sobretudo como sujeitos históricos que se posicionaram de diversas maneiras em relação a este processo[1].

Colonização, índios e sertão:

Dentre as diversas conceituações possíveis de espaço, aquela que o entende como produto das relações entre indivíduos, grupos ou culturas nos desperta especial interesse. Além disso, o espaço se produz no tempo estando assim, em contínua construção. Baseado nessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a ocupação colonial do sertão da Paraíba tomando por base os agentes produtores deste espaço e os contatos interétnicos entre índios e colonizadores, num período que compreende a segunda metade do século XVII e as três primeiras décadas do século XVIII.

Num trabalho desta natureza, as relações interdisciplinares são não apenas importantes, mas sobretudo imprescindíveis para um maior enriquecimento dos temas tratados. Neste sentido, adiantamos a orientação interdisciplinar deste trabalho na medida em que procuramos realizar um diálogo entre a geografia, a história e a antropologia, sendo esta última, uma área de conhecimento essencial para estudos que envolvem índios.

Levando-se em consideração as diversas possibilidades de abordagens culturais da geografia, identificamos algumas de importância capital para o desenvolvimento deste trabalho. Neste quadro, surge a etnogeografia, conceito que emergiu como "uma reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo e modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e aspirações" (CLAVAL, 1997:114). Resumindo, a etnogeografia é o estudo da etnicidade e de sua espacialidade.

Desta forma, a etnogeografia é dirigida para os grupos étnicos e sua relação com o espaço em várias escalas de abrangência. Conforme muitos estudiosos afirmam, a diversidade étnica e cultural do Brasil é um dos elementos norteadores de sua formação e processo histórico. Sobre isso Ratts afirma que:

> *Nessa terra de índios, negros e brancos as relações sociais constituem relações interétnicas e se processam de maneira diferenciada e desigual. A cultura, que por*

[1] Este trabalho corresponde a nossa dissertação de mestrado defendida em 2006, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba.

> *vezes adjetivamos de popular também o é negra e indígena. O grupo étnico branco, quase nunca assim denominado, tem sua cultura referida através de regionalismos e nacionalismos. A espacialização desses segmentos é da mesma foram diversa e desigual.* (2003:31).

Do ponto de vista teórico, a tese de Sérgio Buarque de Holanda em relação ao sertão e sua conquista colonial, foi uma das que melhor amparou este trabalho. Neste sentido, Robert Wegner (2000) mostra como a "tese de fronteira", criada pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, no final do século XIX, influenciou decisivamente os estudos de Sérgio Buarque a respeito da conquista do sertão da América portuguesa.

Para Turner, enquanto a idéia de fronteira na Europa, por exemplo, tinha uma conotação política, ou seja, era o limite territorial entre Estados Nacionais, no contexto dos Estados Unidos do século XIX, a fronteira representava, por outro lado, o ponto de encontro entre a civilização e o primitivo. Ainda segundo o autor, o núcleo da tese de Turner acerca da idéia de fronteira residia na "adaptação do europeu ao nativo" (WEGNER, 2000:94), ou seja:

> *A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada – formando uma nação compósita e tornando-se tipicamente americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação.* (2000:99).

Vemos assim, que o tema da adaptação do colonizador à realidade nativa (ecológica e social) do Brasil figurou com destaque nos estudos de Sérgio Buarque servindo de instrumento metodológico para trabalhos futuros sobre contatos entre culturas no Brasil colonial[2].

No estudo citado, como dissemos, Wegner procura demonstrar a influência do pensamento de Turner sobre boa parte da obra de Sérgio Buarque. Assim, os contatos de Sérgio Buarque com a historiografia estadunidense fez com que este minimizasse, em seus trabalhos, a influência ibérica na conquista do sertão ao passo que procurou demonstrar, por outro lado, que houve um processo de "americanização" por parte dos colonizadores, fruto dos contatos destes com os nativos e sua realidade ecológica. Assim, destacando a influência indígena sobre a colonização do sertão, Sérgio Buarque deu um importante passo no sentido de resgatar a importância dos índios, neste processo, sendo um dos precursores na historiografia brasileira nesta perspectiva.

---

[2] Wegner destaca ainda, em relação à "tese de fronteira" de Turner, as idéias deste autor a respeito da fronteira como "válvula de segurança" das áreas mais densamente povoadas. Esta especificidade do pensamento de Turner, junto com as suas idéias acerca do controle do Estado sobre as fronteiras, destacamos no terceiro capítulo de nossa dissertação cujos temas têm maior sintonia com essas idéias.

Nesta historiografia, aliás, de um môo geral, os índios foram enfocados, ao longo do século XX, principalmente como força de trabalho, objetos de catequese ou empecilho ao avanço colonial, porém quase nunca foram vistos como protagonistas dos processos históricos dos quais participaram. Assim sendo, pesou sobre eles, quase sempre, um olhar passivo que os condenava a transitar na história como aqueles que sempre refletiam as ações desencadeadas pelos colonizadores. Somente a partir das duas últimas décadas do século XX, em decorrência principalmente de um maior diálogo da história com a antropologia, estes passaram a ser vistos como sujeitos ativos, capazes de agir em função de seus interesses e de acordo com suas estratégias diante dos contatos com os colonizadores.

Desta forma, a colonização da América não pode ser enxergada apenas como fruto de uma imposição ocidental pela força. Segundo John Manuel Monteiro (1999), reduzir os índios à condição de vítimas da "experiência do encontro" faz submergir diversos problemas: a ocultação da complexidade dos processos sociais, a negação da reelaboração de identidades indígenas em decorrência dos contatos e a desqualificação dos índios enquanto atores históricos e sociais. (1999: 238).

Por fim, ainda em relação a questões de ordem teórica, devemos dizer que nosso trabalho insere-se na "órbita" dos estudos sobre formação social e territorial, pois todo processo de colonização tem em sua lógica a expansão territorial de um determinado grupo humano. Assim sendo, a colonização pressupõe domínio territorial sendo suas razões fruto de interesses materiais e simbólicos. Para que a colonização ocorresse, foi necessário uma intervenção humana e uma nova ordenação do espaço conquistado, relações, portanto, íntimas entre sociedade e espaço. Daí a necessidade a qual nos reportamos acima de articular geografia e história para enriquecer a compreensão da colonização do sertão da Paraíba nos seus primeiros tempos.

A pesquisa se desenvolveu fundamentada em fontes primárias e bibliográficas, notadamente, neste segundo caso, em obras que abordam a colonização do sertão, grupos indígenas do período colonial e temas afins. Quanto às fontes primárias, merecem destaque os relatos dos cronistas do período colonial, bem como os documentos de diversos tipos, principalmente aqueles que compõem o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (relativos a Paraíba) e a Coleção de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Ainda no que se refere às fontes primárias, deve-se destacar o estudo da documentação de base cartográfica, evidenciando os mapas que foram produzidos no período colonial ou recentemente e que têm relação com o espaço abordado no trabalho. Vale destacar, ainda em relação a este aspecto, que em alguns capítulos, principalmente no primeiro e terceiro, recorremos sobretudo, aos

resumos das concessões de sesmarias no sertão contidas na obra "Apontamentos para a história territorial da Paraíba", de João de Lyra Tavares (1982) e nas "Synopsis das Sesmarias", de Irenêo Joffily (1892).

Partindo do pressuposto de que a cultura define ou redefine o espaço, Paul Claval (2002) o considera como uma realidade tríplice, ao mesmo tempo social, funcional e simbólica. Assim, para a geografia cultural, o moderno conceito de espaço humanizado é reflexo de escolhas, necessidades e meios de diferentes culturas, sendo esta perspectiva, igualmente direcionada sobre o conceito de região.

Tomando como pressuposto essa perspectiva, o espaço humanizado que abordamos nesta pesquisa é o sertão, ou melhor, o que se entendia por sertão no contexto da conquista e colonização da Capitania Real da Paraíba. Torna-se importante destacar, desde já, que, nas representações simbólicas sobre o território colonial, o sertão aparecia, quase sempre, como a oposição do litoral colonizado, ganhando ainda outras conotações conforme destacaremos adiante.

No entender de Gilmar Arruda (2000), a idéia de sertão serviu, no período colonial brasileiro, como parâmetro para representar espaços simbólicos dicotômicos. Dessa maneira, a idéia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado como um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. Ou seja, o litoral ocupado pela colonização seria o *lócus* da civilização, enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas e colonizadas seriam representadas pela idéia de sertão. Neste sentido, no momento da interiorização da conquista na Capitania Real da Paraíba, o sertão representava também, toda uma área ainda não ocupada pela colonização que equivalia nos séculos XVII e XVIII às mesorregiões que conhecemos hoje como Cariri, Seridó, Brejo e Curimataú, além, da própria mesorregião denominada Sertão.

Já a antropóloga Cristina Pompa (2003) acredita que, na medida em que a colonização avançou sertão adentro, as narrativas dos cronistas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico. "Assim, como os 'Tapuia' que o habitam, o sertão é móvel e feroz constituindo um desafio à colônia." (2003:199). A colonização do sertão, desta maneira, fez com que este, enquanto "lugar físico", passasse do plano do "vazio e desconhecido" para um espaço "concreto e compreensível."[3]

[3] Conforme o sertão foi sendo conhecido e colonizado logo se percebeu as diferenças deste meio ecológico em relação ao litoral. Nos relatos do período eram comuns referências à rusticidade do sertão que oferecia recursos naturais mais parcos comparado ao meio ecológico da Mata Atlântica.

Vemos assim pelo que foi dito até agora que o sertão colonial pode ser melhor compreendido como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável. O sertão, desta forma, estava carregado de uma valoração simbólica construída culturalmente naquele contexto e que foi mudando de conteúdo conforme a colonização avançava e este espaço transformava-se em território, ou seja, na medida em que as relações de poder se institucionalizavam sobre uma determinada área. Foi dessa maneira que o sertão se constituiu numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, analisamos as várias dimensões do sertão no período colonial. Primeiro a dimensão simbólica, ou seja, a forma como o sertão colonial era visto pelos homens da época, partindo do pressuposto de que as imagens criadas sobre este espaço variaram no tempo e de acordo com as mudanças conjunturais. Além disso, procuramos demonstrar como o sertão foi qualificado de acordo com determinados grupos étnicos e sociais, notadamente os índios "Tapuia"[4]. Num segundo momento, discutimos as mudanças ecológicas fruto da transmigração de plantas e animais exógenos em meio à colonização do sertão. Por fim, avaliamos os fluidos limites territoriais do sertão da Paraíba, os conflitos de jurisdição entre diferentes esferas de poder (eclesiástico, fazendário, militar, entre outros) e seus problemas durante o período colonial em relação ao sertão.

No segundo capítulo, destacamos o modo de vida dos índios "Tapuia", os quais consideramos protagonistas da conquista do sertão e importantes agentes produtores do espaço. Procuramos aqui, a partir principalmente dos cronistas da época e de uma bibliografia especializada, apresentar aspectos da vida material, simbólica e da organização social destes povos. Tomando como referência, teoricamente as abordagens culturais da geografia e os estudos antropológicos, procuramos apresentar inicialmente a grande diversidade étnica dos índios do sertão para em seguida analisar aspectos de sua cultura material e simbólica.

No terceiro capítulo, detivemo-nos na análise da interiorização da conquista da Paraíba, partindo do sistema sesmarial que propiciou a obtenção de terra na região. Procura-se, neste momento, apresentar principalmente toda a heterogeneidade social daqueles que foram, junto com os índios, agentes produtores do espaço-sertão na capitania da Paraíba. Tratamos a ocupação colonial do sertão enfocando os principais agentes colonialistas produtores do espaço, as motivações e itinerários da conquista colonial do sertão da Paraíba,

[4] É importante que se diga que o termo "Tapuia" não pode ser entendido como um etnônimo, mas como algo historicamente construído, daí a razão do mesmo encontrar-se neste trabalho entre aspas. De fato, conforme destacamos no segundo capítulo da dissertação, havia uma grande diversidade étnica entre os índios genericamente chamados "Tapuia".

destacando os principais grupos sociais e as estratégias adotadas por estes para adquirir terra no sertão.

No capítulo final, abordamos os contatos interétnicos entre índios e colonizadores, notadamente, as ações bélicas que envolveram os índios, a participação destes como guias nas penetrações ou ainda como sesmeiros. Enfocamos também os aldeamentos indígenas no sertão, considerando-os como *lócus* de resistência e inserção dos índios em meio à sociedade colonial que se formava no sertão. Partimos do pressuposto de que estes contatos variaram de acordo com as estratégias adotadas pelos vários grupos indígenas ante os agentes colonialistas. De resistência armada ao avanço colonial à aliança militar firmada entre índios e colonizadores, passando pelos aldeamentos indígenas, foram várias as situações de contato na conquista do sertão.

Considerações finais:

Como já mencionado, o enfoque clássico sobre os índios na produção regional, escamoteou qualquer possibilidade de atuação ativa e os ignorou como sujeitos históricos na formação social e territorial do sertão. Assim, contribuir para o resgate do dinâmico e heterogêneo papel social e histórico desempenhado pelos índios "Tapuia" na colonização do sertão e seus contatos culturais com os colonizadores foi um dos objetivos desse trabalho. Nesta perspectiva, nossa intenção foi demonstrar que os agentes colonialistas não foram os únicos a contribuir para a reorganização do espaço no sertão nem tampouco para a formação social do mesmo.

Através das diversas situações de contato entre índios e colonizadores demonstramos que a ocupação colonial do sertão não pode ser vista como mera imposição pela força. Em nossa análise, procuramos evidenciar a importância dos índios do sertão como agentes produtores do espaço em meio à colonização. Quanto à guerra, esta foi sem dúvida a face mais dramática do "encontro" entre colonizadores e índios no sertão, mas não a única.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, S.P.: Edusc, 2000.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Pp. 89-118.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: editora da UFSC, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____ **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____.**Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Campinas: Agosto, 2001.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.

RATTS, Alecsandro J.P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. Pp.07-40.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A indústria têxtil e as novas relações de trabalho em Três Lagoas-MS

Walter de Assis Alves*

Resumo: Ao discutirmos a fundação do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Três Lagoas- MS, fez-se necessário pensar a condição do trabalhador como sujeito responsável por tal processo. Aqui o sindicato não é apresentado como objeto central do estudo, e sim aqueles homens e mulheres que idealizando um universo de trabalho mais digno, se lançaram em busca de ferramentas que pudessem vir a colaborar com seus ideais de dias melhores dentro dos galpões de fábrica.
Palavras-chave: sindicato, trabalhador, fábrica.

Abstract: Discussing the foundation of the textile worker industry trade union of Três Lagoas-MS, it's necessary to think about to condition of the worker as a responsible character of this process. Here the trade union isn't shown as the focus object in study, but, those men and women which idealized a better universe of work trying to find instruments that could help with their ideals of better days in the factories.
Keywords: trade unions, workers, factory.

Durante os anos que se seguiram à chegada das primeiras fábricas em Três Lagoas-MS[2], seus habitantes passaram a conviver com uma nova rotina, diferenciada do tradicional contexto social, mantido pela concentração fundiária, que dominava as relações de trabalho na região. Condicionando as pessoas que procuravam por uma vaga nas frentes de trabalho, que surgem, a adquirir novos hábitos e disciplina.

Dentro das fábricas as novas relações de trabalho se fazem entrelaçando sujeitos das mais variadas formações profissionais e com experiências diferenciadas no que tange ao mundo do trabalho. Essas relações vão aos poucos ultrapassando os portões das fábricas e ganhando espaço no bar da esquina, no futebol de fim de semana, no churrasquinho de fundo de quintal e nas rodas de tereré[3] em dias quentes. Construindo um "modo de vida" que – a semelhança da análise de Maria Auxiliadora de Decca quanto o processo de industrialização

*Mestrando em História, orientadora Dilma Andrade de Paula, UFU/MG, FAPEMIG

[2]CONSELHO aprova incentivos para indústrias. **Jornal do Povo**. Três Lagoas-MS, 10 de mai. 1997, p. 15. A indústria de plástico Plásticitro e a indústria de papéis e embalagens Citro Caixas, dos irmãos Wilson e Marcos Citro, foram as primeiras a adquirirem aprovação de incentivos fiscais do Conselho de Desenvolvimento Industrial do MS ainda no mês de maio de 1997.

[3] O tereré, bebida de erva mate desidratada semelhante ao chimarrão, é tomado em cuia e utilizando uma bombilha para sugar a bebida que ao invés de utilizar água quente utiliza-se água gelada. A bebida tem como ritual ser tomada por vários amigos, na tradicional "roda de tereré".

no Brasil - "[...] deve ter unido o operariado e as camadas mais pobres da população em termos de interesses mais ou menos comuns e específicos em relação às outras classes ou grupos sociais" (1987, 47). Tais práticas possibilitam que seja identificada no cotidiano desses sujeitos, certas semelhanças em seus costumes, suas necessidades e aspirações passando a serem compartilhadas, as formas de lazer improvisadas, assim como as ações persuasivas dos setores dominantes arrastam o trabalhador trêslagoense para a formação de pequenos grupos que passam a se identificar como tais e a se diferenciar de outros grupos, levando-os a perceber a necessidade de organizar-se, criando possibilidade de defesa de seus interesses comuns.

Os industriais que instalaram suas fábricas em Três Lagoas-MS e que esperavam contar com a passividade dos trabalhadores locais, foram surpreendidos, pois em meados do ano de 2004, menos de dez anos após a inauguração das primeiras fábricas, iniciou-se o processo de formação de uma comissão pró-fundação do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Três Lagoas.

A tentativa de fundação deste sindicato traz em seu bojo fatos que demonstram a experiência histórica do choque antagônico de interesses, representados por seus personagens em uma intensa batalha. Por um lado, os empregados buscando por seus direitos e melhores condições de vida e trabalho, e por outro, os empregadores a procura do lucro excessivo, com intenção de não ceder às pressões trabalhistas e manter em "rédeas curtas" as relações de trabalho nos galpões de suas fábricas.

O curso dessas mudanças sociais, desde então, vem sendo arrastados com a intenção patronal de manter a exploração do trabalho no nível em que se encontra - não deixando que o trabalhador se faça ouvir -, e que os seus interesses não venham a ser ameaçado, com a suposta organização sindical.

O primeiro grito do trabalhador fez acordar o patrão

No dia 23 de maio do ano de 2004, reuniram-se os trabalhadores das indústrias têxteis de Três Lagoas para a assembléia geral extraordinária de aprovação da fundação do "Sindicato dos trabalhadores nas indústrias têxteis, calçados, confecções, papel, plástico, vidros, vestuários e afins do município de Três Lagoas-MS". O objetivo da reunião era deliberar sobre a fundação do sindicato, a nomeação e posse da diretoria e aprovação de seu

estatuto. Os trabalhadores presentes, na ocasião, aprovaram-na por aclamação e por unanimidade, dando-se a composição de sua diretoria[4].

Desta forma tem-se nos atos de fundação do sindicato, conforme Nadia Araújo e Antonio Guimarães, a confirmação da capacidade dos trabalhadores de elaborarem um projeto e desenvolverem práticas que sejam socialmente relevantes para a sua implementação (1997, 61). Adquirindo determinada maturidade esse grupo aumenta a sua interdependência funcional, passando a atuar em unidade ao qual se identificam.

A fundação do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Três Lagoas é apresentada como um momento de percepção das diferenças existentes entre os sujeitos envolvidos na trama. Quando a proposta dos trabalhadores é exposta em busca de uma posição que lhes garanta representatividade em meio às decisões que diz respeito não só ao desenvolvimento econômico da cidade e ao lucro do industrial, mas também ao futuro de suas vidas.

Alguns dias após a assembléia de fundação do sindicato, a empresa Avanti Indústria e Comércio Ltda entrou com um pedido liminar junto ao Poder Judiciário solicitando o cancelamento da entidade, alegando que:

> *[...] a formação do Sindicato requerido se deu de forma ilegal, uma vez que é impossível a constituição de um sindicato que proteja os interesses e a defesa de categorias tão heterogêneas, diversas e diferentes; que, além disso, os membros eleitos para a formação do sindicato requerido são exclusivamente de uma empresa*[5].

Desse modo, a empresa Avanti vem requerer a suspensão dos atos de fundação do sindicato, observando que o mesmo traz em sua nomenclatura interesses de categorias econômicas diversas, tais como: têxteis, confecção, papel, plástico, vidro, calçados, vestuários e afins, fugindo das similitudes ou vínculos econômicos.

Conforme o Termo de Conclusão do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, o fato dos membros eleitos da diretoria do sindicato ser exclusivamente de uma empresa[6], não aparece como empecilho, considerando que: "a carta constitucional dá plena liberdade aos

---

[4]Ata da assembléia geral extraordinária de fundação do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias têxteis, calçados, confecções, papel, plástico, vidros, vestuários e afins do município de Três Lagoas-MS, de posse da diretoria e aprovação do estatuto do sindicato. Três Lagoas-MS, 23 de maio de 2004, s/p.

[5]PODER JUDICIÁRIO de Mato Grosso do Sul - Comarca de Três Lagoas/MS. **Termo de Conclusão**. Três Lagoas-MS, 01 de jun. 2004, p.01.

[6] Cláudio Antonio de Saul e Francisco Silvestre juntamente com mais sete trabalhadores são funcionários da Avanti Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda, e membros da diretoria do sindicato.

filiados votarem e serem votados para a organização sindical, não havendo proibição dos dirigentes eleitos serem da mesma empresa”[7].

Mesmo com trabalhadores utilizando esse argumento em sua defesa, a Juíza de Direito Fernanda de Souza concedeu a liminar suspendendo os atos de fundação do sindicato em face da ilegal heterogenia de categorias, suspendendo a eventual expedição da Carta Sindical até o julgamento do caso. Deste feito, no dia primeiro de julho de 2004 iniciou-se um novo período, de certo modo conturbado, na história dos trabalhadores das fábricas têxteis de Três Lagoas-MS.

O processo de fundação do sindicato fez submergir nas relações de trabalho local, uma luta explícita colocando frente a frente sujeitos com finalidades claras e distintas em seus interesses e objetivos a atingir. Desde então, começa-se a ser lançada luz sobre os diferentes propósitos daqueles que pertencem ao dinâmico universo, que é o chão de fábrica, expondo de forma clara o antagonismo existente entre as classes que compõem a produção fabril.

Capelline, coordenador de rotinas de trabalho da empresa Avanti, em entrevista ao Jornal *Noticias & Negócios*, afirmou que a empresa não tem intenção de barrar nenhuma forma de sindicalismo, reforçou ainda que os trabalhadores faltaram com bom senso na formação da diretoria do sindicato. Tal ação alega o coordenador, pegou-os de surpresa: “A Avanti não quer caçar sindicato, tanto é que na fábrica de Americana-SP a empresa obedece às normas do sindicato sempre com muita liberdade, mas o que dizer de uma entidade que é dirigida por pessoas de um único lugar?”[8].

No mais, argumenta Capelline, as demissões foram justificadas como resposta à falta de confiança por acreditar que os trabalhadores estavam mal intencionados: “O que diria de uma empresa que oferece de tudo ao trabalhador e acontece uma coisa dessas? Eram quase todos [os] cargos de confiança e uma empresa não pode ficar [com] alguém que não se confia”[9]. Finaliza seu discurso afirmando que as demissões são irrevogáveis, negando ainda que tais medidas tenham algum teor de retaliação trabalhista. Percebe-se então que o representante patronal utiliza a questão de “sentimento de traição” como forma de justificar sua ação coerciva contra a fundação do sindicato.

---

[7]PODER JUDICIÁRIO de Mato Grosso Do Sul, *op. cit.*, 2004, p.03.
[8]“NÃO SOMOS contra a formação de sindicato”, diz empresa. **Noticias & Negócios**. Campo Grande-MS, 03 de jul. 2004, p. 10.
[9]Ibid.. 2004, p. 10.

Um ato de coerção patronal: A demissão dos trabalhadores pertencente à diretoria sindical

Dando continuidade as retaliações trabalhistas, no dia 02 de julho de 2004 inicia-se o processo de dispensa de trabalhadores envolvidos na fundação e pertencentes à diretoria do sindicato. Foram 13 os dispensados, sendo 09 pertencentes à diretoria sindical e 04 outros que estavam envolvidos com participação na assembléia de fundação da entidade[10].

Na cronologia dos acontecimentos, observamos que as empresas foram notificadas dois dias antes da assembléia de fundação do sindicato que tem data de 23 de maio de 2004, e já em 02 de junho, nove dias após a eleição da diretoria iniciou-se a dispensa dos trabalhadores envolvidos na trama, arrastando as demissões até o dia 24 de junho do mesmo ano, percebe-se que as demissões se deram em menos de um mês após a fundação do sindicato.

Esses personagens que se reuniram propondo uma possível organização de sua classe para poderem, então, lutar pelos seus direitos e tentar constituir por meio do sindicato uma ferramenta a serviço de seus interesses, que aqui aparece representado por meio de seus anseios de compartilharem as suas necessidades sociais, agindo em uma direção em que tanto o patrão quanto o governo demonstram pouco interesse em atuar, utilizando a representação sindical para conseguir benefícios para a sociedade a que pertencem como mostra o estatuto do sindicato:

> *[...] Manter os serviços assistenciais para seus associados [...] manter em seu quadro pessoal, convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições especificas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração da classe [...] Manter cooperativas de consumo e de crédito e agências de colocação para seus associados.*[11]

Nota-se que há no estatuto do sindicato, preocupações que vão além da luta contra a exploração patronal, estando presente a busca pelo assistencialismo coletivo, mesmo nos tempos atuais, em que a lógica capitalista traz a exigência de determinado individualismo do trabalhador, propondo que as novas técnicas de automação e de organização do trabalho seja mais dependente do trabalhador, sufocando a sua sensibilidade coletiva, como mostra Pedrinho Guareschi e Carmem Grisci:

---

[10]TRIBUNAL Regional do Trabalho de MS, 24º.Região.**Acordão**. Campo Grande-MS, 2005, p.04.

[11]ESTATUTO do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis, Calçados, Confecções, Papel, Plástico, Vidros Vestuários e Afins do Município de Três Lagoas-MS. **Dos deveres do sindicato**. Três Lagoas-MS, 23 mai. 2004, p. 01-02.

> *Entendemos que o conhecimento da força do coletivo está preservada no trabalhador, para reivindicar, ou para se opor. Porém, as normas disciplinares impostas pela fábrica e reforçadas pelos aparatos ideológicos limitam tais atitudes, fazendo com que mais uma vez a individualização seja majoritária na vida do trabalhador* (2001, 116).

A constituição sindical, ao primar pelo coletivo, propõe levar ao trabalhador organizado valores tradicionais do ambiente fabril, um pouco de colaboração mutua, o que se supõe bastante escasso em época de globalização, que conduz o trabalhador a perda de suas raízes, a desconhecer a camaradagem operária, que para Simone Weil é o "móbil dominante da vida sindical" e que "vários obstáculos, impediram [e impedem] essa fidelidade de constituir um suporte sólido de vida moral" (2001 116).

O trabalhador reage e faz denuncias ao Ministério Público do Trabalho

No dia 25 do mês de julho de 2004, alguns dos trabalhadores demitidos da empresa Avanti, compareceram na sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Campo Grande para prestar informações sobre o que estava ocorrendo com os membros da diretoria do sindicato, denunciando as retaliações que vinham sofrendo no interior da fábrica, mesmo antes de serem dispensados:

> *[...] chegando, inclusive, a proibir os diretores do sindicato de adentrar nas instalações da fábrica, não deixando os diretores do sindicato a utilizarem os aparelhos telefônicos, retiraram as funções dos diretores [...] e afirmando que rasgariam o estatuto do sindicato e a Constituição Federal que garante os direitos sindicais dos Trabalhadores*[12]

Após a dispensa dos primeiros funcionários, o gerente administrativo, Nelson Tupy, ordenou que recolhessem seus pertences, proibindo a circulação dos mesmos nas dependências da fábrica e obrigando-os a retornarem para suas residências a pé, visto que a fábrica fica em local afastado da área urbana e o sistema de transporte urbano é bastante debilitado, não atendendo os arredores do parque industrial.

Dando continuidade as declarações, informaram que os trabalhadores envolvidos no ato de fundação do sindicato foram sendo demitidos conforme ia vencendo as suas férias. No Termo de Declaração apresenta-se também que: "A empresa alegou, para a demissão dos dirigentes do sindicato, que não aceitava sindicalistas dentro das suas instalações"[13].

---

[12]MINISTÉRIO Público do Trabalho. Procuradoria Regional – 24ª Região. **Termo de Declaração**. Campo Grande-MS. 25 de jun. 2004. p. 01.
[13]Ibid., 2004. p.02.

Um episódio chama a atenção, pela falta de sensibilidade e desrespeito com a condição humana, por parte dos patrões, é o caso da funcionária Luciana Acunha, que:

> *Após a demissão e diante da confirmação da gravidez, retornou a empresa e foi determinado o seu retorno para o trabalho [...] mas diante de complicações em seu estado, a mesma teve que ser internada, culminando com a perda da criança, e ao retornar ao emprego [...] foi sumariamente demitida.*[14]

Por fim para completar os atos de humilhações e de perseguições, dias antes da dispensa de Francisco Silvestre e Cláudio Antonio de Saul, o gerente de produção, Sérgio Bastos, chamou Cláudio em sua sala e lhe disse "[...] que eles iriam embora para casa com o sindicato e amanheceriam sem ele [porque] a empresa rasga até Constituição e não aceita o Sindicato"[15].

Esses sujeitos, engajados na luta pela organização dos trabalhadores da indústria têxtil trêslagoense, seguiram adiante na tentativa de consolidar os seus interesses, mesmo contrariando os interesses do patrão, e resistindo aos percalços criados pelos empregadores, incapacitados de dar importância as necessidades de uma sociedade operária que vem se forjando em Três Lagoas.

A primeira vitória: a readmissão dos membros do sindicato

Após a derrota junto a Justiça do Trabalho no dia 29 de julho de 2004, em que o Juiz Thomas Badew nega o pedido de readmissão de cargo aos trabalhadores demitidos, alegando que: "Como não houve homogeneização na fundação do sindicato, não há estabilidade para protegê-los"[16]. Logo após a decisão do juiz, o advogado recorreu à sentença junto ao Tribunal Regional do Trabalho em Campo Grande, fundamentando seu recurso no artigo 570 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que anula a obrigatoriedade de homogeneização na fundação de um sindicato.

É de se considerar, nesse desfecho, a posição que o Estado sempre ocupou no que concernem as relações entre trabalhadores e patrões. Maria Stella Bresciani, analisando o papel do Estado perante as disputas trabalhistas é categórica quando aponta que o governo não tem a intenção de contrariar a divisão social do trabalho, sabendo bem qual é o seu posicionamento, ele não se apresenta imparcial em suas ações (1986). A busca para que as leis

[14]Ibid., 2004. p.02.
[15]TRIBUNAL Regional do Trabalho de MS, 24º.Região.**Acordão**. Campo Grande-MS, 2005, p.06.
[16]RECLAMAÇÃO de Trabalhadores não é aceita. **Jornal do Povo**. Três Lagoas-MS, 30 de julh. 2004, p. 11.

caminhem ao lado dos interesses do trabalhador exige serenidade e astúcia nas discussões das estratégias a seguir em busca de alcançar resultados favoráveis.

Sabendo disso, O presidente do sindicato dos trabalhadores têxteis de Três Lagoas se adianta dizendo:

> *A empresa entrou na Justiça [3ª Vara Cível da Comarca de Três Lagoas-MS] com a liminar suspendendo o registro sindical em Brasília. Em contrapartida o sindicato entrou com uma ação no Ministério Público do Trabalho, pedindo reintegração de cargo e quebra de liminar que suspendeu o registro [do sindicato], além de pedido de indenização por perdas e danos*[17].

As medidas tomadas pelos empregadores tiveram como conseqüência a paralisação do procedimento de fundação de uma entidade sindical. Mas, os fatos, aos poucos vão tomando formas que contraria as expectativas do patronato, dando condições para que a experiência dos trabalhadores possa ser amadurecida, passando a enxergar com mais clareza a sua posição dentro do universo complexo que é mundo do trabalho.

No dia 28 de setembro de 2004, o Ministério Público profere a decisão ordenando a reintegração de nove dos treze trabalhadores demitidos da indústria têxtil Avanti, sendo eles os integrantes da diretoria do sindicato.

Após tomarem conhecimento da liminar que deu direito de retorno ao trabalho, todos os demitidos se apresentaram com seus uniformes em frente da fábrica, esperando a ordem para que retomassem seus postos de trabalho. Orgulhosos do desfecho final dos fatos, suas presenças em frente ao portão da fábrica representa a conquista de um pequeno espaço, diante dos olhares comuns, mas grandioso para aqueles personagens que atuaram como protagonistas durante meses numa batalha, corpo a corpo, contra as regras nem sempre justas do capital.

Em seu depoimento, Cláudio Antonio de Saul exalta: "Essa é uma vitória para todos os trabalhadores, não só daqui, mas até de outros sindicatos que se solidarizam com nossa situação"[18], reconhecendo a importância dos resultados alcançado até aquele momento por força de todos aqueles que acompanharam o desencadear do processo, colaborando com o seu resultado final.

Todos esses meses de conflito entre trabalhadores e patrões vieram contribuir para o enrijecimento das experiências cotidianas das relações de trabalho na cidade, cada

[17]Ibid. 2004, p. 11.
[18]LIMINAR garante volta de trabalhadores. **Jornal do Povo**. Três Lagoas-MS, 01 de set. 2004. p. 11.

passo dado, foi em direção ao crescimento de suas idéias como classe, e esses trabalhadores começam a perceber a verdadeira relação existente entre o capital e o trabalho.

A solidariedade, por vezes pouco presente, submersa pela falta de consciência de uns, mas com o apoio encontrado nos atos de outros, é a prova concreta de que o trabalhador não se projeta de forma estática dentro dos galpões de fábrica. E mesmo que ainda não alcançado o outro lado do túnel de suas histórias, esses trabalhadores passaram a conhecer o ritmo de seu caminhar, já sentem seus pés tocando o chão da fábrica com mais firmeza, e é nesse ambiente de trabalho às vezes hostil e desumano que está brotando a sua consciência social.

Referências bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stella M. *Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária*. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: v. 6, nº 11, p. 7- 44. Set. 1985/Fev. 1986.

CASTRO, Nadya Araújo & GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. *Movimento sindical e formação de classe – elementos para uma discussão teórica.* In: SIQUEIRA, Deise E. (et alii) **Relações de Trabalho, relações de poder**. Brasília: Ed UnB, 1997. p. 59-73.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho & GRISCI, Carmem Ligia. **A fala do trabalhador.** Petrópolis: Vozes, 1993.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Bauru: Edusc, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A diversidade e os impasses da desmaterialização do patrimônio cultural

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini*

Resumo: O presente ensaio visa a debater os impasses teóricos emergentes frente à diversidade e a "desmaterialização" do patrimônio na aurora do século XXI. Para isso, problematiza a trajetória das políticas preservacionistas no Brasil e toma como referencial para a análise a "Festa do Círio de Nazaré" – uma das expressões da religiosidade celebradas desde os tempos da colônia, reconhecida como patrimônio imaterial paraense.
Palavras-chave: patrimônio cultural – diversidade - celebrações.

Abstract: The present rehearsal seeks to debate the impasses of the emerging theoretical front the diversity and the "dematerialization" of the patrimony in the dawn of the century XXI. For that, it problematizes the path of the politics preservacionistas in Brazil and it takes as referencial for the analysis the "Festa do Círio de Nazaré"- one of the expressions of the religiosity been celebrated since the times of the colony, recognized as patrimony immaterial paraense.
Word-key: cultural heritage – diversity - celebrations.

O "Círio de Nazaré" e a "Festa de Nossa Senhora de Nazaré" apreendidos como expressão da religiosidade e da cultura brasileira, cujas origens remetem ao catolicismo português, apresentam-se como manifestações rituais coletivas, nas quais se mesclam signos do sagrado e do profano que revelam particularidades da identidade regional do Estado do Pará (Norte do Brasil).

As homenagens prestadas a Nossa Senhora de Nazaré desde 1793, data de realização da primeira procissão oficial dedicada a ela no Brasil, têm passado por transformações, mas se mantém "viva" e "dinâmica". A relevância dessa reflexão se deve ao fomento à diversidade e ao respeito à diferença, prerrogativas fundamentais dos documentos internacionais que visam a preservação do patrimônio cultural e das tradições populares. Por essa razão, antes de discutirmos as singularidades da celebração que envolve a referida festa, vamos refletir sobre o chamado processo de "desmaterialização" do patrimônio cultural em nosso país.

As políticas preservacionistas no Brasil.

* Doutora em História Social pela USP, Pós-doutoranda pelo NEE/UNICAMP, Bolsista de PDJ-CNPq, Docente da Universidade Estadual de Maringá.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1936 e, desde então passou por inúmeras reestruturações administrativas. Todavia, os critérios que nortearam a ação desse órgão continuam sendo pautados pelas normativas dos órgãos internacionais que tratam da proteção do patrimônio cultural da humanidade e até meados da 1980 privilegiaram cultura material, considerada de excepcional valor histórico ou artístico representativa de uma época ou de uma sociedade. Tal perspectiva informou a implementação do Decreto-lei no. 25/1937 no Brasil que, por sua vez, se tornou um instrumento jurídico capital nessa esfera.

Mas, a proteção do patrimônio histórico nacional foi alvo de debates que remontam a redação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1934. Nessa Carta Magna ficava declarado o "impedimento à evasão de obras de arte do território nacional" e a introdução do "abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social" (FUNARI e PELEGRINI, 2006: 45).

Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), apesar das incontáveis reestruturações administrativas que marcaram a atuação do órgão a sua criação no Governo Vargas, seus objetivos e métodos de ação vêm respeitando os compromissos internacionais subscritos pelos países signatários da "Convenção do Patrimônio" (1972), liderada pela Unesco. Como tal o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro ficou limitado ao tombamento das obras de arte, de monumento e de conjuntos arquitetônicos considerados de alto valor histórico ou de antiguidade, na sua maioria de propriedade do Estado e da Igreja católica, e a alguns sítios arqueológicos.

Esse direcionamento manifestou-se nas políticas públicas preservacionistas mundiais e é, em parte, explicada pelo órgão de proteção do patrimônio nacional e suas respectivas secretarias regionais como uma "estratégia" para evitar conflitos com entidades privadas e para driblar os embates face ao tombamento de obras de arte ou conjuntos arquitetônicos de particulares (LEMOS, 2007: 2). Além disso, não podemos esquecer que assim como na Europa, as questões do patrimônio nacional ficaram a mercê de disposições legais que se devotavam à limitação dos direitos de propriedade privada, fundamentadas na tradição do Direito romano. Não por acaso, o reconhecimento o patrimônio nacional foi delimitado por bens representativos da história oficial e da memória das elites.

Não obstante, as políticas públicas de preservação na atualidade têm se assentado na ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural e, nesse sentido, têm paulatinamente criado novos instrumentos de proteção. No caso Brasileiro foram decisivos: a) o artigo 216, da Constituição Federal Brasileira (1988) e b)a implementação do "Registro de Bens

Culturais de Natureza Imaterial", viabilizado pelo Decreto no. 3551/2000. Essa ampliação das frentes de tombamento do patrimônio nacional expressa no inventariamento e registro de "bens imateriais notáveis" como celebrações e rituais religiosos e/ou populares, tornou imperativa a abertura de novos livros de tombo, a saber: Livro de Registro dos Saberes e do Livro das Formas de Expressão; o Livro das Celebrações e do Livro dos Lugares.

O prestígio adquirido pelo patrimônio material e imaterial relacionado aos saberes populares alargou a concepção de patrimônio, agora norteada pela acepção de diversidade cultural, étnica e religiosa. A proteção dos monumentos e edifícios arquitetônicos do Estado ou da Igreja católica priorizada até meados da década de 1980, passou a conviver como o acautelamento de espaços mais populares (como estações de trem, mercados, terreiros, entre outros) e "modos de viver de distintas comunidades[1]. A relevância dessa medida se justifica pelo fato de que representou um divisor de águas nas ações do IPHAN, contudo vivemos na atualidade um outro dilema, qual seja o da "desmaterialização" do patrimônio.

Se, na década de 1930, os critérios que elegiam o patrimônio se definiam pela leitura de sua materialidade, nos anos iniciais do século XXI, os simbolismos impregnados tanto nos objetos, como nas experiências vividas pelos seres humanos vem se tornando o alvo das atenções. À medida que se multiplicam os segmentos sociais ou minorias que reivindicam seus direitos à memória, aumentam as demandas no sentido do acautelamento de bens imateriais. Mas, não raro, perdemos de vista que as experiências culturais envolvem a "alma dos objetos" e a subjetividades imagéticas que deles emanam. Portanto, o reconhecimento do patrimônio imaterial não pode ser dissociado de sua materialidade, como afirmam os antropólogos Flávio Leonel A. Silveira e Manuel F. Lima Filho, ao destacarem que "[...] um objeto ou uma coisa sempre remete a alguém ou algum lugar [...](2005: 39).

Em concordância com os autores citados, cabe-nos salientar que as memórias estão impregnadas nos objetos rituais e contribuem para "situar" os atores sociais nas experiências compartilhadas e no mundo vivido. Ademais, as festas e celebrações rituais, juntamente com os seus objetos simbólicos integram a um só tempo o patrimônio imaterial. Essa articulação se dá, na medida em que os artefatos representam a materialidade da cultura de um dado grupo social (PELEGRINI, 2007).

Nessa perspectiva de análise, nos propomos a compreender a "A Festa do Círio de Nazaré", registrada no Livro das Celebrações como Patrimônio Cultural de Natureza

[1] A guisa de exemplo cabe lembrar o caso do "Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho" ou *Ilé Axé Iya Nassô Oká*, um dos mais antigos templos de culto religioso negro no Brasil (FUNARI e PELEGRINI, 2006: 49-50).

Imaterial, pelo IPHAN em 05/10/2005, como um ritual repleto de representações imagéticas e simbolismos expressos em alegorias religiosas e práticas profanas.

O Círio de Nazaré: devoção e patrimônio cultural.

Essa festividade organizada desde 1793, segundo os dados fornecidos pela 2ª Superintendência Regional do IPHAN - Pará e Amapá reúnem cerca de um milhão e meio de fiéis advindos de todas as partes do país na atualidade. O ritual inicia-se com uma procissão realizada todos os anos no segundo domingo do mês de outubro, tendo à frente a imagem de Nossa Senhora de Nazaré e finaliza-se com a confraternização dos fiéis num almoço que reúne amigos e familiares. Essa celebração configura uma manifestação cultural que contribui para aquilatar a identidade regional paraense a partir da rememorização de tradições e costumes que incluem práticas religiosas e sistemas culinários.

A quinzena de festejos é precedida por romarias e pela visita da imagem de Nossa Senhora de Nazaré nas casas dos fiéis, além da preparação de uma série de eventos e procissões. Consta do Processo no. 01450.01.010332-2004-07 e da Certidão conferida pelo presidente do IPHAN, Antônio Augusto Arantes Neto, que a devoção a Nossa Senhora de Nazaré remonta a "Extremadura portuguesa, em Nazaré e ao norte de Portugal", cujas origens conjugam tradições medievais manifestas por meio de procissões e representações dos embates contra os mouros (2004: 3; 2004: 1-2)

Como salienta Isidoro Alves (2005: 326-327), a "dramatização estabelecida na procissão" e a "ritualização do almoço" completam um ciclo festivo caracterizado por atitudes protocolares de veneração a Santa e, simultaneamente, permitem certa transgressão da ordem expressa no consumo abastado de bebidas e comidas típicas nos arraiais – elementos que tradicionalmente completam um circuito recorrente nas festas de santo que envolve as práticas do "rezar", "comer" e "dançar".

A historiografia que trata o tema admite que as manifestações populares relacionadas ao círio no Brasil datam do final do século XVII, no entanto, oficialmente a primeira procissão realizada por mando de Francisco de Souza Coutinho, então governador do Grão Pará e Rio Negro, ocorreu em 08/09/1973. Conforme as fontes que embasaram tais estudos, uma procissão transladou a imagem de Nossa Senhora de Nazaré do Palácio do Governo à capela que foi erguida no lugar onde um caboclo teria encontrado, pela primeira vez, a referida imagem. Nessa oportunidade, já eram atribuídos milagres a Nossa Senhora de Nazaré e ela suscitava fervorosa devoção popular. No entanto, essa primeira romaria "oficializada" pelas autoridades de Belém contou com o "acompanhamento de tropas de

infantaria e cavalaria", "membros da câmara" da cidade, além da Baronesa de Belém, dos fidalgos, dos indígenas e dos escravos.

Consta do registro do Livro de Celebrações que essa festa popular narra através do cerimonial religioso, a lenda do achado da imagem de Nossa Senhora de Nazaré no meio da floresta da Província de Grão Pará e Rio Negro, em 1700, pelo caboclo Plácido. Este, imaginando que o artefato fosse de propriedade de algum peregrino, tomou-o para si e o carregou para sua moradia. No entanto, para sua surpresa a imagem voltou para o lugar onde havia sido encontrada. O hipotético acontecimento se difundiu na região e muitos quiseram comprovar o suposto "milagre", inclusive o governador da província que ordenou a busca e apreensão da imagem para que fosse guardada no Palácio do Governo. Mas, como o translado prodigioso da imagem se repetiu, no século XVIII, foi erguida uma pequena capela para abrigar a Santa no local onde ela havia sido encontrada pelo caboclo. A história se disseminou, gerou grande comoção popular e o lugar acabou sendo sacralizado através da crença nos milagres realizados pela Santa. Após inúmeras reformas a capela deu lugar a Basílica de Nazaré.

Nesses termos, o Círio de Nazaré, a cada ano, não só atualiza e rememora o "mito fundador" do culto a Nossa Senhora, como incorpora elementos que tendem a mobilizar promesseiros e a aglutinar a população local em torno de valores comuns, como a solidariedade e a aspiração de terem seus "pedidos" acolhidos pela Santa. O ato de compartilhar a fé, a comida e a alegria da festa se traduz também em reproduções particulares do ritual entre os paraenses que vivem em outras localidades do país.

O acautelamento da festa pelo IPHAN, reconhecida como uma das manifestações da identidade paraense vem corroborar para importância de sua preservação, pois a festa remete às metáforas do achado da Santa e seus prodígios. Um dos carros do Círio simboliza um dos milagres realizados pela Virgem de Nazaré no século XII, quando ela teria salvado da morte um nobre português, denominado D. Fuas Roupinho. Tal referência mantém os vínculos com a tradição portuguesa, onde o culto a Virgem de Nazaré originou-se, entretanto, o carro devotado ao achado do caboclo Plácido reafirma o teor regional desse culto.

A procissão conta com outros carros alegóricos: um de foguetes puxado a boi, cujo formato remete a uma "torre de castelo"; outro na forma de barco que coletam os símbolos da promessa; o dos anjos e o da berlinda que conduz a imagem da santa. Em termos estruturais, o ritual é composto por três segmentos principais, uma célula nuclear prestigiada por autoridades eclesiásticas, políticas, civis, militares e irmandades religiosas. Esses convidados eram e continuam sendo mantidos mais próximos da imagem da Santa e dentro da

corda que constitui um dos elementos essenciais da procissão. Uma fração mediadora reúne os fiéis que carregam a corda e "puxam" a berlinda. Por fim, um sem número de participantes acompanham o cortejo. As corporações militares de terra, céu e mar continuavam ladeando o núcleo central da Procissão (Alves, 2005: 321-322).

A procissão nos seus primórdios realizava-se da "cidade para o interior, uma vez que Belém [...] século XVIII, era ainda um núcleo reduzido". Com o passar dos anos, ela passou a ser efetuada no sentido contrário. Ainda assim, devemos reconhecer que o percurso da procissão pouco foi alterado, mas a sua popularidade aumentou de maneira incomensurável, independentemente das iniciativas do clero ou das autoridades do Estado. Esse aspecto, sob a ótica de Moreira, constitui indícios do "poder afirmativo das massas na história paraense" (1971: 15-16).

Na atualidade a imagem é deslocada do Colégio Gentil Bittencourt (situado nas cercanias da Basílica de Nazaré) para a Catedral de Belém, através de uma berlinda toda ornamentada. No dia seguinte, a procissão regressa pelo mesmo percurso. Nesse circuito, incluiu-se recentemente o "Círio fluvial" quando a Nossa Senhora de Nazaré passa a ser transportada por um navio da Marinha, enredada pelas mais variadas embarcações, desde os iates luxuosos, até pequenas naus e barcas de pescadores enfeitados para homenagear a Santa. O translado da imagem pela via fluvial, das águas da baía de Guajará (Vila de Icoaraci) ao Porto de Belém, sem dúvida, remete as intrínsecas articulações entre a "religiosidade dos povos da região amazônica" e a "integração das águas nos seus modos de viver" (ALVES, 2005: 319).

A inclusão de novos elementos rituais, como o Círio Fluvial e o carro do caboclo Plácido revelam a complexidade da festa e a riqueza cultural dessa celebração que não pode ser sintetizada por meio de caracterizações de ordem social, política ou religiosa. Ela explicita modos de vida, costumes e tradições que permanecem entre os devotos e marcam o perfil dos fies durante a "temporalidade da festa". Trata-se de um tempo de solidariedade e confraternização, embora a hierarquia entre os segmentos sociais e dos próprios santos não seja dissimulada.

As memórias e as práticas coletivas e individuais relacionadas às distintas etnias e sincretismos religiosos da Festa do Círio de Nazaré colocam em evidência, desde o século XVIII, manifestações públicas de fé, religiosidade e coesão social expressos por meio da fé, da alimentação e dos costumes. Nessa direção, o simbolismo do sistema culinário vem corroborar para a reafirmação de códigos tradicionais impressos na preparação dos alimentos consumidos no decorrer da festa, desde o domínio das técnicas de cozimento até a confecção

final de pratos como o pato no tucupi e o tacacá. Por essa via, também os sistemas de alimentação apreendidos como traços das identidades nacionais, regionais, étnicas e religiosas são reveladores de aspectos da vida social pouco valorizados (GONÇALVES, 2002: 3).

Cabe-nos evidenciar que o preparo dos alimentos pressupõe a articulação entre a natureza e a cultura, entre o particular e o universal. A mistura dos alimentos está vinculada a distintas tradições culturais que ao serem servidos no decorrer dos eventos transportam a "um universo de representações simbólicas" que se expressam por meio da "comensalidade", além das cantorias e das danças (MENDONÇA E PINTO, 2002: 43). Enfim, como afirmamos antes, a ritualização do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a celebração e a sociabilidade completam o ciclo que envolve a festa, a devoção, o encontro das pessoas e o desregramento atribuído ao consumo excessivo de alimentos típicos.

Para concluir, retomamos um dos principais impasses para se pensar as celebrações como bens culturais que incorporam elementos tangíveis e intangíveis. De pronto, observamos, por um lado, o equívoco de se pensar a cultura em termos "evolutivos", uma vez que esse enfoque impõe-se como uma das formas de hierarquização das culturas e dissimula a idéia que os processos de transformação que os bens culturais intangíveis vão sofrendo ao longo dos anos só vem reafirmar características intrínsecas a própria cultura, qual seja o movimento e o dinâmico que acompanham as sociedades humanas. Em termos práticos, notamos que apesar de certa imposição das chamadas culturas dominantes de origem ocidental, a eclosão de embates em prol da pluralidade informada por interesses individuais e coletivas divergentes, vem favorecendo, cada vez mais, a redescoberta de distintas identidades culturais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Isidoro. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré**. Estudos Avançados**. 2005, vol.19, no.54, p.315-332.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Italiana, 1984 (1ª. Edição 1933).

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

LEMOS, Carlos. Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental. Disponível em site http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq082/arq082_01.asp. Acesso em abril/2007.

MAUÉS, R. Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém: Cejup, 1995.

MENDONÇA, Elizabete e PINTO, Maria Dina Nogueira. Sistema culinário e patrimônios culturais: variações sobre o mesmo tema. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (orgs.). **Alimentação e cultura popular.** Rio de Janeiro: Funarte – CNFCP, 2002.

MOREIRA, Eidorfe. **Visão geo-social do Círio.** Belém, Gráfica Universitária, 1971.

NICOLAU, Adriana Bisi. Círio de Nazaré: "a pororoca da fé". *Disponível em site* **http://www.rubedo.psc.br/Artigos/cirionaz.html. Acesso em março/2007**.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**. Assis*:Unesp/CEDAP, 2007*.

SANT´ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa (org.). **Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares**. Rio de Janeiro: IPHAN – CNFCP, 2005.

SILVEIRA, Flávio Leonel A. e LIMA FILHO, Manuel F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a "alma nas coisas" e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005.

Fontes

Certificado do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Constituição Federal Brasileira, 1934 e 1988.

Convenção do Patrimônio, Unesco, 1972.

Decreto-lei no. 25/1937.

Decreto no. 3551/2000

Programa da Festa de Nossa Senhora de Nazareth do Desterro no Ano de 1855. **Jornal Treze de Maio**, 27/09/1855 (apud Alves, 2005).

Processo no. 01450.01.010332-2004-07 – Registro Círio de Nossa Senhora de Nazaré - Belém - Pará.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O DOPS/MG e a construção do perfil do criminoso político e social[1]

Rosângela Pereira de Abreu Assunção[*]

Resumo: O artigo analisa a utilização do imaginário anticomunista pelo DOPS mineiro para a definição de sua própria identidade e demarcação de seu espaço na cena política, a partir da construção da imagem e delimitação da identidade do comunista como criminoso político e social.
Palavras-chave: Polícia Política, DOPS/MG, anticomunismo, criminoso político e social

Abstract: The article analyzes the imaginary anti-Communist utilization by DOPS, from the State of Minas Gerais, for the definition of its own identity and demarcation of its area in the political scene, starting from the construction of the image and delimitation of identity of the communist as a political and social criminal.
Key Words: political and social criminal, anti-Communism, DOPS/MG.

Introdução

Ao falarmos sobre DOPS/MG ou polícia política mineira, reconheceremos este órgão como setor especializado das forças de segurança do Estado com funções voltadas para o controle social e manutenção da ordem pública. Contudo, admitindo o caráter essencialmente político do DOPS e considerando, conforme apontou Rosanvallon, que o domínio político pode ser visto como o lugar onde se aceita a dimensão das representações sociais e onde se processa a experiência coletiva (ROSANVALLON, 1995), entenderemos este órgão não apenas como "braço político" do Estado, mas também caracterizado pela dimensão subjetiva que possibilitou aos policiais do DOPS desempenhar um papel mais ativo na política governamental em diferentes momentos da história republicana brasileira. Admitiremos, portanto, que a polícia política mineira esteve inserida em um universo onde se imbricam a racionalidade administrativa e a dimensão subjetiva e simbólica que também influem e intervêm na esfera da ação, do exercício da autoridade e da legitimação do poder.

Neste sentido, a noção de imaginário anticomunista permite-nos avançar nas análises sobre a atuação do DOPS no cenário mineiro descortinando a apropriação e

[1] Este artigo é fruto de minha dissertação de mestrado: DOPS/MG – Imaginário Anticomunista e Policiamento Político – 1935-1964. Defendida na UFMG em julho de 2006.
[*]Mestre em História e Culturas Políticas pela UFMG.

construção de imagens feitas pelos policiais sobre o criminoso político e social e que, em última instância, conferiram sentido ao policiamento político no período compreendido entre os anos 1935 e 1964.

No Brasil, o imaginário anticomunista tomou forma a partir dos primeiros anos após a Revolução Russa. O perigo suscitado pela "ameaça vermelha" desencadeou na sociedade brasileira a produção de uma rede de significações, símbolos e representações anticomunistas, que foram reconhecidos, compartilhados e utilizados coletivamente, mobilizaram "afetos, emoções e desejos" e ainda orientaram e transformaram "práticas, valores e normas". (CAPELATO; DUTRA, 2000) Esse imaginário anticomunista serviu de base para a consolidação de uma estrutura autoritária no meio policial que persistiu ao longo do século XX. Compreendido como elemento articulador de uma realidade político-social, o imaginário anticomunista configurou-se, no âmbito da polícia política como um dispositivo forte e eficiente no controle da vida social.

Este artigo tem o objetivo de traçar algumas reflexões sobre a utilização do anticomunismo pelo DOPS mineiro para a definição de sua própria identidade e demarcação de seu espaço na cena política, a partir da apropriação/construção da imagem e delimitação da identidade da própria polícia e do comunista como criminoso político e social.

Comunismo e delinquência

Desde os primeiros anos do período republicano brasileiro estruturou-se no Distrito Federal e nos principais estados da federação delegacias policiais direcionadas às "vigilâncias especiais". Em Minas Gerais, foi criado o Gabinete de Investigações e Capturas designado para o controle dos movimentos trabalhistas e dos adeptos do anarquismo e comunismo.

O processo de institucionalização destas delegacias ao longo dos anos e a conseqüente coação policial no cerceamento dos direitos civis e políticos de grupos identificados como ameaças ao Estado, foi sustentado por instrumentos jurídicos amplos, que contemplavam um corpo de leis definidoras dos crimes contra o Estado, idealizadas e definidas num primeiro momento a partir do conceito de "Defesa do Estado" e, posteriormente a partir do conceito de "Segurança Nacional".

Apesar da existência do conceito de Defesa do Estado nos códigos legais brasileiros desde o período imperial, foi somente nos anos 1930, em meio à efervescência dos movimentos de massa organizados sob influência direta do Partido Comunista Brasileiro

(PCB) e pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que o Congresso Nacional votou a primeira Lei de Segurança Nacional da história do Brasil: A lei de 4 de abril de 1935. Definindo os crimes contra a ordem política e social, essa lei inaugurou o critério de deslocar para leis especiais os crimes contra a Segurança do Estado. (REZNIK, 2004) Nos anos subseqüentes, até o golpe militar de 1964, a Lei de Segurança Nacional sofreria modificações em 1935, em 1938 e em 1953.

Com a Lei de Segurança Nacional de 1953, a polícia política ganhou "uma agenda legítima, que conferia penas precisas a crimes específicos."(REZENIK, 2004:108) Com efeito, passou a ser recorrente no meio policial o processo de associação direta entre comunista e delinqüente baseado, sobretudo, na definição de crime "como sendo o fato humano contrário à lei".

No entanto, se a repressão policial em relação aos comunistas foi facilitada pela legislação brasileira, foi por influência do imaginário anticomunista presente na sociedade brasileira e partilhado pelos policiais do DOPS que se processou no meio policial a apropriação/construção da imagem e delimitação da identidade do criminoso político e social e da própria polícia política.

Segundo Pesavento, "a construção de uma identidade estabelece uma comunidade de sentido, dotada de uma força coesiva e transfiguradora do real. Em outras palavras, a identidade é uma construção imaginária que se apoia sobre os dados concretos do real e os reapresenta por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido". (PESAVENTO, 1995: 115-116)

O DOPS mineiro construiu sua identidade a partir da relação de contraposição em relação aos comunistas, sendo a identidade policial edificada por meio da negativa e da detração dos mesmos.

A imagem do criminoso político estava relacionada a quaisquer meios utilizados pelos comunistas com o objetivo de derrubar o governo instituído e promover a revolução seguindo os ditames da URSS. O criminoso político era qualquer pessoa partidária, simpatizante, aliada ou militante comunista, contrária à ordem estabelecida, aquele que é capaz de subverter utilizando as técnicas de divulgação, propaganda, agitação e cooptação das massas para a causa revolucionária.

Essencialmente, por sua capacidade de utilização das "técnicas" mencionadas, o comunista foi identificado à imagem do mal absoluto, do traidor/inimigo da Pátria, do servo leal que "cegamente" obedecia aos ditames do governo russo. Na identidade atribuída aos

comunistas, estes aparecem como elementos vis, perigosos à nação e eficientes em seus métodos e técnicas de subversão.

Em linhas gerais, o subversivo comunista é caracterizado como elemento "sagaz", "astuto", "dissimulado", "inteligente", "frio", "premeditado", "calculista", "perigoso", "convicto", "violento", "decidido", "agitado" e "inconstante". O conceito de subversão foi utilizado como principal vocábulo denotativo das características acima atribuídas aos comunistas e dos "meios" e das "técnicas revolucionárias" utilizadas pelos mesmos.

A construção de uma identidade perversa dos comunistas se fez também pela oposição de seus propósitos maléficos e premeditados em relação à simplicidade e ingenuidade do povo brasileiro.

Segundo Samet, narrativas históricas sobre a construção da nacionalidade brasileira, vagueiam entre supremas passividades e /ou extremas violências do povo brasileiro, numa percepção da inexistência societária. Neste enfoque, o que se propõe é uma questão de dominação, isto é, "o modo como os produtores dos bens de unidade vão construir a idéia de conjunto em um universo de exclusão." (SAMET, 1996: 46-55)

Essa formatação da unidade excludente, ou "brasilidade excludente", terá como cerne a idéia da construção da ordem que implica a eliminação do inimigo ou o usufruto do outro em nome de um bem maior. Dessa forma, a construção do sentido de ordem se fez necessária para o processo de dominação e se configurará a partir de uma de nossas matrizes explicativas que suscita como especificidade brasileira a cordialidade e a índole pacífica da população.

É esse repertório, que envolve a possibilidade de violência, eliminação do inimigo e a incapacidade da população, que possibilitará a atuação na cena pública de instâncias, como a polícia política, capazes de endossar o "status quo" e "proteger" a população do inimigo potencial, movendo-se assim em direção à salvaguarda da nação.

Para a polícia política o povo era pouco instruído, mas essencialmente bom, pacífico, ordeiro e incapaz de ter uma noção "real" do perigo comunista. Por isso mesmo, era passível da ação dos agentes do comunismo que, infiltrados nos setores populares, enganavam o povo na tentativa de "inocular" ideologias exóticas e incompatíveis com a nossa estrutura social, consistindo assim, segundo visão policial, em ato violento e criminoso contra as instituições nacionais.

Dessa maneira, o processo identitário atribuído pela polícia aos inimigos comunistas e ao povo brasileiro resultou no entendimento da incapacidade da sociedade em

assumir sozinha, enquanto povo, a reação necessária ante a extensão do perigo da infiltração comunista latente no meio social.

A atribuição de uma identidade "positiva" ao povo, ao mesmo tempo em que o incapacita a agir contra um inimigo que utiliza de artimanhas e dissimulações, sobreleva a importância da polícia, determinando que a ela caberia o papel de sujeito da necessária e legítima reação contra a expansão comunista. Assim, em contraposição à identificação negativa dos comunistas e da valorização da 'incapacidade e ingenuidade' do povo e ainda por delegação do Estado, a polícia se auto identificou como instituição legítima para o combate ao comunismo, atribuindo a si própria o papel de sentinela avançada da ordem.

Por outro lado, a auto-imagem do policial esteve diretamente relacionada à sua capacidade de conhecimento e vigilância do criminoso comunista, vinculada à tarefa de profilaxia social.

O bom policial deveria penetrar a alma do criminoso, familiarizar-se com as idéias e a doutrina comunista de modo a facilitar o trabalho de identificação e combate ao subversivo. A vigilância sobre os suspeitos comunistas deveria ser exercida, sobretudo, por meio de um trabalho de infiltração e observação paciente, tudo referente ao suspeito deveria ser considerado, a fim de comprovar suas atividades criminosas.

Neste processo, o policial é investido de valores e qualidades morais que o situam ao lado do bem, da 'verdadeira' democracia, da justiça e da defesa da Pátria. "Amor a causa", "patriotismo", "honestidade", "disciplina", "discrição", "abnegação" e "argúcia", eram qualidades que todo policial deveria possuir na luta incessante contra o delito político e social.

Apoiando-se na certeza de que o bom policial, em matéria de investigação política, estaria prestando um relevante serviço à nação e à população, o policial lutava contra o comunismo movido por um senso de justiça e do cumprimento de sua missão. Neste sentido, não havia incongruência entre a legitimidade dos direitos individuais e a legitimidade da ação repressiva policial na esfera pública e privada. Associando os comunistas a imagem da traição, da crueldade, da submissão a ideologias exógenas revolucionárias os comunistas foram representados pelos policiais não como grupo político, mas como uma gangue de marginais, resultando daí a equalização entre o crime comum e o político.

Imaginário anticomunista e o perfil do criminoso político e social

Após um curto período na legalidade o Partido Comunista teve seu registro cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral em 1947. Reafirmou-se no meio policial a condição

dos comunistas como transgressores das leis e, por conseqüência natural, responsáveis pela desordem social. A idéia de um caos social e revolucionário e a consolidação da associação do comunista à imagem da delinqüência se fortaleceu no período pós-guerra e foi recorrente em vários casos envolvendo a participação de comunistas na cena pública. Tomemos como exemplo os movimentos pela paz realizados na capital e em vários municípios mineiros no pós-guerra. Segundo os policiais mineiros, os comunistas não se prostraram ante sua condição de ilegalidade e continuaram atentando contra os sentimentos de patriotismo do povo, incentivando os conflitos e a desordem social. Os movimentos pela paz insuflados pelos comunistas tinham, segundo versão policial, a finalidade de desfibrar o povo e enfraquecer sua resistência moral para quando chegada a hora da dominação soviética, os soldados e as classes operárias já "envenenados" pela propaganda dos traidores da Pátria não oferecessem resistência alguma.

Desse modo, convictas da íntima relação dos comunistas com os Movimentos pela Paz, as autoridades policiais se empenharam em impedir que tais movimentos acontecessem.

Respondendo pelo expediente da Delegacia de Ordem Pública, o Delegado Antônio Dutra Ladeira indiciou seis comunistas inclusos no Art.9º e 10º da Lei nº 1802, de 5.1.1953. Em seu relatório de conclusão dos autos, Dutra Ladeira faz uma longa exposição apontando as inúmeras entidades internacionais e nacionais ligadas a movimentos de origem comunista, entre eles o mais preocupante, segundo seu relato, em virtude de comprovada participação de elementos comunistas seria o movimento Pró-Paz.

Em 1952, outro auto de prisão em flagrante envolvendo comunistas presos em virtude de comemoração pelo Dia da Jornada Mundial da Paz, foi enviado à justiça pelo delegado de Ordem Pública. Desta feita, o Ministério Público definiu pelo arquivamento dos autos, decisão posteriormente ratificada pela Procuradoria Geral, por considerarem não ter sido caracterizado nenhum crime. Descontente com o posicionamento das instâncias judiciárias, o delegado solicita oficialmente o desarquivamento dos autos argumentando enfaticamente que a diretriz do movimento Pró Paz foi estabelecida por Luiz Carlos Prestes, em informe de sua própria autoria, e por essa razão afirma que, com relação ao flagrante, havia não somente uma "tentativa de crime, mas a sua positivação".

Fazendo referência aos comunistas indiciados, esclarece que a polícia já estava acostumada a lidar com os mesmos e por conhecer tão bem as técnicas comunistas pôde afirmar que, como todo criminoso, o comunista não diz a verdade. Ao utilizar-se de tal argumento, o delegado não só reafirma a imagem do comunista como criminoso como também reforça essa imagem:

> *"Os criminosos em geral negam o seu crime e com raras exceções confessam plenamente a ação.*
> *Os comunistas, muito especialmente, astuciosos e pérfidos, jamais confessam a prática de seus crimes. O Dr. Promotor teve oportunidade de tomar grande conhecimento desta faceta, nos casos do Dr. Neiva e de Zuza, comunistas que mantiveram-se na negativa de seus crimes até o fim, embora o Dr. Neiva, digo, embora Zuza tivesse inicialmente confessado a sua parte."* (APM-Fundo DOPS/MG, Rolo 092,pasta 5395-im.2209)

Para sustentar seu argumento e reafirmar a condição dos comunistas como criminosos, especialmente astutos e falsos, o delegado recorreu à lembrança de um crime de homicídio, ocorrido no passado recente – mais precisamente no ano de 1949 em Belo Horizonte, envolvendo dois comunistas, dos quais um deles era importante membro do Partido. A época, o crime teve grande repercussão na sociedade e nos meios policiais, ficando conhecido na imprensa como "O assassinato de Marcha-a-ré".

Em setembro de 1949, Luiz soares de Souza Rocha vê-se diante de um crime de homicídio o qual vitimou o motorista de praça Isoni, mais conhecido pela alcunha de "Marcha-a-ré". O crime ocorreu à noite, sendo a vítima violentamente atacada com uma barra de ferro que lhe atingiu a cabeça.

Após intensas investigações, a polícia concluiu que a vítima tinha alguma prova que incriminava seu algoz, algo relacionado com o envolvimento deste com mulheres ou uma possível carta contendo revelações comprometedoras do Partido Comunista. Na busca do criminoso, os investigadores apontaram como principal suspeito o médico e comunista Romualdo Neiva.

A suspeita, porém, só viria a ser confirmada no desenrolar das investigações com as confissões de mais dois co-autores do crime, Geraldo Gomes da Silva e José Abrahão Guerra, comunista conhecido pela alcunha de "Zuza", que apontaram o médico Romualdo Neiva como o autor intelectual do delito.

Zuza foi liberado pela polícia logo após a sua inquirição e novamente preso em virtude de mandato expedido pela Justiça. Em torno da prisão e inquirição de Zuza a imprensa levantou suspeitas sobre os métodos de inquirição da polícia em razão do estado deplorável em que o mesmo se encontrava; "verdadeiro farrapo humano". O Delegado responsável pelo caso rebateu as acusações afirmando que Zuza ao ser liberado após suas declarações, foi vítima dos comunistas amigos do Dr. Neiva que se encontravam empenhados em salvar de qualquer modo o seu grande líder no Estado.

Identificado o mentor do crime e comprovada a sua participação por meio das declarações dos outros envolvidos e também por meio dos exames periciais, o condutor dos autos empenha-se em comprovar a maldade intrínseca ao acusado haja vista ser o mesmo um

comunista; não um comunista qualquer, mas sim um ex-secretário da extinta "célula Pedro Ernesto" e secretário do "Comitê Distrital de Santa Efigênia", com grande atuação nas atividades ligadas ao Partido, inclusive relacionadas à preparação do "Congresso Pró-Paz". Rebatendo as declarações de testemunhas que afirmaram ser o Médico um homem de bondade ilimitada, amigo dos humildes e com virtudes morais e cristãs, o delegado adverte:

> *"É preciso não se esquecer nunca de que o Doutor Romualdo da Silva Neiva é comunista. Não se trata de um mero simpatizante do credo vermelho, como cavilosamente se quer insinuar após o crime. Mas, de um autêntico comunista, cujos ideais jamais renegou. E um comunista, vamos ser sinceros, é capaz de tudo, até de praticar o mais feio dos crimes, que é o de trair à Pátria. Destituído de qualquer sentimento cristão, a bondade do comunista é um máscara, encobre sempre outros desígnios, visa outros objetivos.*
> *Visitando os lares pobres de Santa Efigênia, distribuindo amostras de remédios, o Doutor Romualdo o que visava não era minorar o sofrimento alheio, mas angariar prosélitos para a sua doutrina política, mais fácil de ser encontrados entre a dor e a miséria."* (Revista Vigília, 1950)

E, mais adiante, o condutor do inquérito percebe na trama e na perpetração do crime a clara influência do comunismo segundo os moldes "tipicamente vermelhos." Utilizando expressões sugestivas, "requintes de maldade", "traição", "ardil", "barbaridade", "cilada" e "execução", o delegado delineia os métodos comunistas para a confecção de um crime. Para o delegado, seguindo os moldes comunistas, a vítima é sempre atraída para uma armadilha onde é executada com requintes de maldade. Buscando comprovar sua tese, descreveu alguns dos mais divulgados crimes praticados no Brasil por agentes comunistas, salientando as semelhanças presentes entre esses crimes e o assassinato de Marcha-a-ré. Assim, nos crimes que vitimaram Elza Fernandes, Tobias Warcheski (Sic), Maria Silveira e Domingos Antunes da Silveira, este último ocorrido no Rio de Janeiro, as vítimas teriam sido inteligentemente atraídas a uma cilada em lugares ermos e sem policiamento e ali friamente executadas.

A visão policial sobre o caso encerra algo de paradoxal. Trata-se de uma investigação de um crime "comum" de homicídio. Ao mesmo tempo, o caso ganha uma importância e status especial em razão de ter sido cometido por elementos comunistas. A importância do caso reside no fato de que o crime apesar de ser um "crime comum", serviu para trazer à tona a frieza e a crueldade intrínseca ao comunista. O "assassinato de Marcha-a-ré" confirmou no imaginário policial, a tendência malévola e criminosa dos comunistas, reafirmando a crença de que os comunistas são sorrateiros e traiçoeiros na execução de seus crimes.

O caso Marcha-a-ré não foi "encerrado" após a sua apuração. Ele continuou vivo na lembrança policial e foi usado por um bom tempo como referência a uma realidade na qual a ordem e a segurança social estariam comprometidas pela ação de criminosos naturalmente maus. O caso tornou-se assim referência na polícia, como prova real do perigo comunista.

Conclusão

Procuramos demonstrar, nesta breve reflexão, que os policiais do DOPS/MG eram parte constitutiva de uma sociedade estruturada por uma cultura política autoritária, marcada por uma tradição anticomunista. Partilhando desta cultura, a polícia política mineira conformou o policiamento político mediado pelo imaginário anticomunista, possibilitando assim sua interferência nos embates políticos cotidianos, conferindo coesão e identidade própria, que a defina enquanto grupo e instância de poder e legitimando suas ações repressivas no campo político.

Referências Bibliográficas

APOLLONIO, Luiz. ***Manual de Polícia Política e Social***. 1ª ed. São Paulo: Escola de Polícia. 1954. Coletânea Acácio Nogueira – Vol.III

AQUINO, Maria Aparecida de; et al. ***O DEOPS/SP em busca do crime político***: família 50. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. Série Dossiês DEOPS/SP. Radiografia do autoritarismo brasileiro; v. 4.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS*/MG: Imaginário Anticomunista e Policiamento Político – 1935-1964. B*elo Horizonte: UFMG, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ***Enciclopédia Einau*di.** Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda: Ed. Portuguesa, 1985. v.5. Antropos – Homen.

BRETAS, Marcos Luiz. A Guerra das ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. ***Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 –1930.*** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CANCELLI, Elizabeth. ***O mundo da violência: A polícia da era Vargas.*** 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Orgs.). ***Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar.*** Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, ciência e "Higiene social"**.** In: ***DOPS: a lógica da desconfiança***. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

CASTELO BRANCO, Zonildo. ***Segurança Nacional e subversão: Dicionário teórico e Prático.*** Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. 1977.

DUTRA LADEIRA, Antônio. ***Manual de Organização e Prática policiais***. Academia de

Polícia Civil de Minas Gerais. Belo Horizonte,1971.
DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
MALACHIAS, Bolívar. ***Manual do Delegado de Polícia*** – Polícia Judiciária. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. ***Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964).*** São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.
REZNIK. Luís. ***Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós-guerra***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
ROSANVALLON, Pierre. ***Por uma história conceitual do político***. Revista Brasileira de História. São Paulo, 1995.
SAMET, Henrique. Construção da Brasilidade Excludente. In.: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ***DOPS: A Lógica da Desconfiança***. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.
XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da Polícia Política. In: ***DOPS: A lógica da desconfiança.*** 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996.

Fontes documentais:

Arquivo Público Mineiro – Fundo DOPS:
Rolo 076, Pasta 5049, Im.1392
Rolo 016, Pasta 0227, Im 0074
Rolo 016, Pasta 0227, Im 0337
Rolo 092, Pasta 5395, sub-pasta 2, im. 2063
Rolo 016, Pasta 0227, Im. 0209; 0205; 0212;0077;0074;0213;0323,0315,0331,0335,0318

Arquivo Particular Hazan: Revista Vigília ns. 15, 16 e 17 (out/ Nov/ Dez) – 1950, Ano II -

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Labirinto do Conhecimento do Professor de História

Maria do Carmo Barbosa de Melo[1]

Resumo: Explorar o pensamento histórico dos professores é fundamental, pois tem um papel central no ensino. Considerando a importância do atual debate sobre Educação Histórica, procuro neste trabalho focar um estudo, realizado com os professores de História, do Ensino Médio, da cidade do Recife, das concepções históricas que permeiam no imaginário desses docentes.
Palavras-chave: Educação Histórica, Epistemologia, Pensamento do Professor.

Abstract: It is very important to assiss the historical thoughts of teachers, for it plays a central role within teaching. In this work, by considering the current debate about History education, I try to focus on an inquiry into the high school teachers of Recife. That research tried to analyse the existant History conceptions among those teachers.
Keywords: Historical Education, Epistmological, Teacher's Thought

Já algum tempo, por intermédio de seus historiadores de ofício, a disciplina de História tem sido palco de discussões, especialmente sobre sua identidade, limites e fronteiras. Gostaria de começar esta reflexão em torno da dimensão do conhecimento histórico do professor de História, considerando a importância desses profissionais no processo de construção e reflexão de conhecimentos que exercitem e desenvolvam o potencial crítico, através de um esforço inteligente de assimilação, de criação e de questionamentos nas práticas educativas.

A consciência que se tem hoje de História é muito diferente da do passado. O entender a História hoje parece exigir, ao mesmo tempo, a consciência da historicidade de todo precedente e da relatividade de toda opinião, até porque, ninguém pode atualmente eximir-se da reflexividade que caracteriza o espírito moderno (BURKE, 1992; JENKIRES, 2001; REIS, 2000).

Resgatando uma breve história filosófica do sujeito, será importante relevar Kant, estimulado por Hume que, radicalizando o empirismo e seguindo as pegadas de Locke, busca destruir as certezas acerca do mundo, acerca do conhecimento, acerca da causalidade etc. Nessa perspectiva, Dray concorda que a ação é norteada pelo conceito do sujeito que interage, variando de historiador para historiador (1964: 44).

[1] Professora Doutora da Universidade de Pernambuco.

Achamos que o estudo das concepções históricas do professor é um caminho necessário, na busca de meios que possibilitem um diagnóstico de como este pensamento reflete na Educação Histórica.

Para a consecução deste resultado procurou-se criar um questionário aplicado a 119 professores de História, do ensino médio, com tempo de ensino que varia de 1 ano a 30 anos, lecionando na Rede Pública e Privada - confessional ou não – do município do Recife.

Neste artigo, apresentamos parte deste questionário[2] que procurava apurar as concepções históricas dos professores de História.

Na condição de prática social, a educação depende em muito da contribuição do conhecimento, especialmente no sentido do direcionamento de sua atividade específica, e também na tarefa de crítica à superação das impregnações ideológicas. Este conhecimento deve ser entendido ainda como diálogo entre conceitos e realidade social como construção de significados e relações entre pessoas, idéias e objetos no contexto de temporalidade, resultando em forma de comunicação que tem um significado construído em interpretações, permitindo alterar seu sentido a partir de uma diversidade de fatores (Schaff, 1978). Neste sentido procuramos apurar a adesão dos professores a cada uma das citações referentes a uma dada concepção sobre o conhecimento histórico. Partiu-se da consideração da profunda renovação teórica da História e, ainda, da necessidade de estabelecer relações entre a história desenvolvida pelo professor em sala de aula e as discussões historiográficas que poderão permear a prática. Tendo em vista, entre os objetivos do estudo, a identificação do imaginário do professor quanto ao seu posicionamento histórico, afigurou-se conveniente incluir definições de correntes de historiadores que, de alguma forma, influenciaram a produção historiográfica. Assim, utilizamos conceitos de influência historicista, com as citações de R. G. Collingwood; de influência dos Annales, com a citação de Marc Bloch; de natureza marxista, com a citação de Karl Marx; de penhor positivista, com citação de E. H. Carr; de índole estruturalista, segundo uma definição de Cristoper Llod; e tendência relativista, com citação de Paul Veyne; de postura, pós-modernista, com a citação de Cornelius Castoriadis; por fim, concepções perspectivista, com a citação de W. Dray.

Sendo a História-Conhecimento um termo polissêmico, no plano das concepções sobre o que é História, ocorrerão diferenças de sentido que, de uma postura à outra, poderão ser, segundo os casos, ou simples nuanças ou variações radicais, sendo evidente que cada contexto se revestirá de um significado específico, muitas vezes irredutível aos demais.

---

[2] Fez parte da investigação da minha Tese de Doutorado - O Labirinto da Epistemologia e do Ensino de História – Um Estudo em Recife – realizada na Universidade do Minho – Portugal.

Quanto à seleção das corrente apresentadas é importante justificar as escolhas. Primeiro entendemos a relevância histórica, ou seja, a forte tendência dos historiadores em respaldar suas produções, especialmente, em três "escolas" oriundas do século XIX: o positivismo, o historicismo e o marxismo, que, no dizer de Reis, "abriram o caminho para constituição das ciências sociais" (2000, p.42) e que continua influenciando, particularmente, o ensino brasileiro.

Em segundo lugar, as outras correntes que permeiam o mundo acadêmico, como as correntes de significações imaginárias e relativista, têm um significado forte, neste momento de premente necessidade de mudanças e que tem provocado uma inquietação permanente, traduzida, algumas vezes, em incertezas na procura do rumo da História.

Tivemos a preocupação de buscar o equilíbrio na renovação teórico-metodológica da História, quando fizemos citações de historiadores seguidores de várias correntes, algumas delas que têm garantido novas visões do Homem e da História, sustentada pela inovadora reconstrução do tempo histórico, como são os casos da escola de Annales e outras mais recentes, como a perspectivista. Nessa perspectiva, vamos procurar compreender como o professor concebe a História (relacionada com a sua função na formação ou na construção do conhecimento do aluno), bem como, qual concepção predomina no seu imaginário. Assim, citamos diferentes conceitos, criados por variados autores, em tempos diferentes, sem as respectivas identificações, e pedimos para o professor escolher a que mais se identifica com a sua concepção de História. No caso de não se identificar com as sugeridas, teria o professor opção de escrever a sua idéia. As afirmações selecionadas foram as seguintes:

História:

H.1 - "é o conhecimento que consiste nas convicções do historiador, harmonizadas com suas fontes" (R. G. COLLINGWOOD).

H.2 - "é uma ciência crítica e penetrante, apta a apreender a objetividade das realidades sociais e as possibilidades de uma mudança progressiva" (MARC BLOCH).

H.3 - "é a ciência que estuda a sucessão dos diferentes Modos de Produção, o processo real da vida" (KARL MARX).

H.4 - "é um processo contínuo de inteiração entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado" (E. H. CARR).

H.5 - "é o conhecimento da evolução, a longo prazo, das estruturas sociais, políticas e ideológicas no decorrer do tempo, dos aspectos materiais da totalidade social" (CHRISTOPHER LLOYD).

H.6 - "é, antes de tudo, uma arte literária, pois existe concretamente através

de um discurso, cuja "forma"é essencial" (PAUL VEYNE).

H.7 - "é a construção do imaginário com criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figura/forma/imagens" (CORNELIUS CASTORIADIS).

H.8 – "é uma construção de conhecimento guiado basicamente por juízo relativo a responsabilidade ou um conjunto de quase valores, compreendendo o que se pode chamar o ponto de vista do historiador (W. DRAY).

Considerando que alguns professores fizeram mais de uma opção, passaremos a analisar o Quadro abaixo que apresenta a distribuição de freqüência dos conceitos identificados pelos professores:

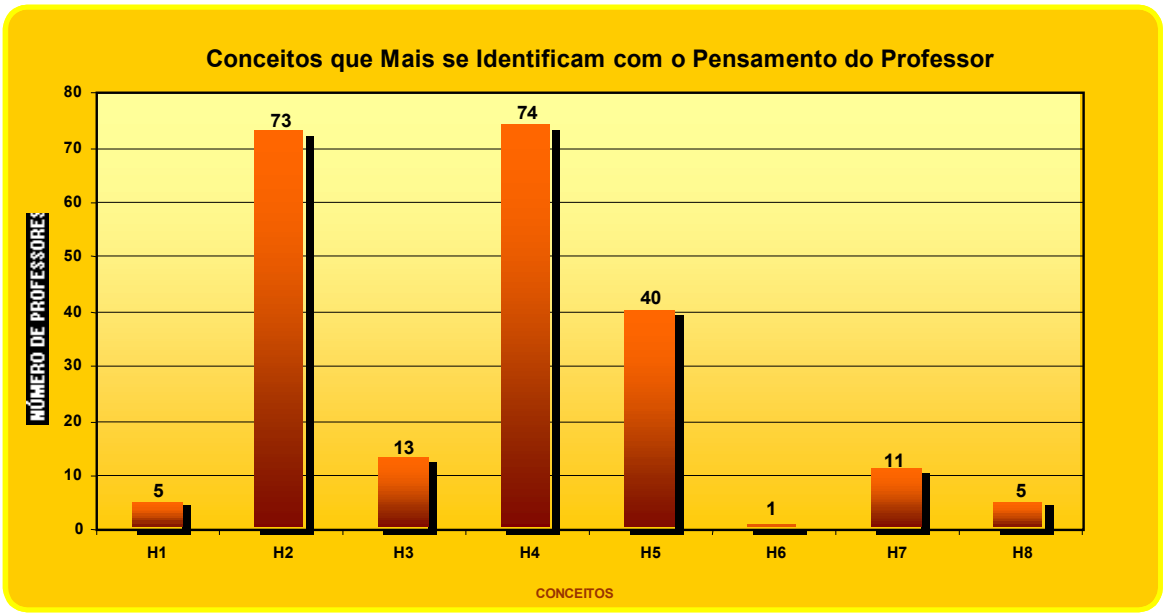

Com base nas opções de escolha dos professores, foi possível identificar a articulação do discurso dos mesmos com o conhecimento histórico – as correntes do pensamento epistemológico - as quais procuraremos analisar em conformidade com o resultado apurado. Verificamos que uma parte considerável das concepções de História que permeiam o imaginário do professor liga-se a uma preocupação com o elemento factual, incessantemente em descoberta (H4 = N74) e com a objetividade do conhecimento da realidade social, progressiva (H2 = N73). Os conceitos expressos com maior freqüência, inserem-se no pensamento epistemológico positivista e estrutural da História (H4 = N74 e H2 = N73), que parecem basear-se na concepção clássica da ciência, enquanto os conceitos que podem justificar uma provisoriedade do conhecimento suscitaram uma grande rejeição (H6 = N1, H1

= N5 e H8 = N5). Foi possível evidenciar, ainda, que uma parte das opções pode se enquadrar numa perspectiva que mais se aproxima da escola determinista e a outra parte com a escola possibilista. A visão epistemológica determinista da História é indicada ao inscrevê-la nos grandes modelos que sobrevalorizam os acontecimentos com toda a verdade e crítica, a marcha da civilização, a identificação do fato, o acontecimento do passado com a realidade histórica concreta vivida (H2, H3, H4, H5). A História aparece, segundo estes professores, como uma ciência de cunho empirista, de objetividade "absoluta", que consta um conhecimento comparado. Este conhecimento empírico parece ser positivista porque não possibilita emergir em sua análise, o questionamento do observável, aceitando diversos pontos de vista.

CARR dá suporte a esta idéia quando cita:

> *O historiador não deve errar nessas coisas. Mas quando pontos deste tipo são levantados , fazem lembrar a observação de Housman de que "exatidão é um dever, não uma virtude". Elogiar um historiador por sua exatidão é o mesmo que elogiar um arquiteto por usar a madeira mais conveniente ou o concreto adequadamente misturado*(1982, p.14).

A citação parece identificar-se bem com o positivismo que seria aquilo que renuncia à essência das coisas e limita-se à observação e experimentos dos fatos. Isso pode ser percebido quando 74 professores escolheram a concepção H4 e 73 professores a concepção H2, que são idéias ligadas a uma concepção básica da ciência histórica, fatos, tempo e realidade passada. Assim, a posição do professor parece mostrar que História é igual a Passado, que o conceito de História necessariamente mantém um compromisso com os fatos, registrados e que, com base neles, se encontra o conhecimento da realidade passada. Embora o homem se faça presente, ele permanece como objeto do conhecimento e deixa o fato ser o sujeito do conhecimento. Ora, o conhecimento histórico baseia-se na seleção factual, e versa diferentes concepções, o que leva a diferentes visões sobre o mesmo fato. Não será desejável que o professor se feche na idéia de que é possível reproduzir o passado com naturalidade absoluta, sem a intervenção do sujeito que estuda. Como pode desenvolver-se a prática do professor sem uma problematização das teorias da História?

Evidencia-se assim a separação do sujeito e objeto do conhecimento, o que poderá favorecer a apropriação, pela classe dominante, de interesses particulares, apresentando-os como universais, válidos para todas as pessoas. Dessa maneira não se garante estabelecer reflexões sobre as relações sociais, ou mesmo não se concebe que o saber se diferencia da experiência, científica ou não, porque o questiona e busca compreendê-la, interpretando-a,

pesquisando-a e refletindo-a sobre suas origens, formas, sentidos e direções possíveis.

Na amostra de 119 professores, 73 escolheram como opção, ou uma das opções, o conceito H.2. Tal abordagem foi percebida pela inserção nos conceitos de História que deve estudar a realidade social na perspectiva de compreendê-la objetivamente, numa tendência assumidamente de mudança progressiva. Nessa perspectiva, esses professores parecem ver a História como uma ciência abrangente, explicativa e crítica – "penetrante e apta a apreender a objetividade..." porém não definem seu espaço de conhecimento específico. Constata-se que o desenvolvimento deste saber específico não tem recebido a atenção que merece.

Parece ser pertinente tentar compreender as concepções de ciência, dos professores. Será que envolve o conceito cartesiano, privilegiando o científico em detrimento dos outros saberes? O conceito justifica-se como "ciência crítica e penetrante...", o que poderá ter um cunho de explicação intencional, mais profunda do que a explicação científica de causas externas.

Portanto, as questões aqui levantadas são extremamente instigantes para o questionamento de tantas abstrações que os professores adotam, talvez sem se darem conta do seu posicionamento com relação à questões epistêmicas da História. A ausência, em tais conceitos, de questionamentos pertinentes aos novos desafios da sociedade, conduz à proximidade deste modelo a uma suposta neutralidade.

Aparece ainda um número considerável de opções, um total de 40, que escolhendo H5 justifica seu conceito de História como: "O conhecimento da evolução a longo prazo, das estruturas sociais, políticas e ideológicas no decorrer do tempo, dos aspectos materiais da totalidade social". Nesta concepção, o conhecimento histórico privilegia a dinâmica estrutural da sociedade, ou seja, as modalidades da organização social; política e ideológica a História podendo ser explicada acima de tudo como processo evolutivo.

Parece existir na concepção desses professores, que a História é um conhecimento científico, e assim, pode estabelecer modalidades explicativas, segundo critérios de verdade. E, ainda, a existência de um único sentido da História, um progresso que se impõe como uma lei natural. O professor que alimenta esta concepção poderá não sentir a necessária motivação para articular recursos no sentido de agir na construção de mudanças significativas.

Alguns professores apresentam como modelo conceptual de História o H3 = N13, traduzido no pensamento de Marx, que coloca a História voltada ao processo "Real da vida". Esses professores demonstram "coerência" com os que pensam ter sido Marx o maior construtor do entendimento da História, talvez para resistir as fortes influências sofridas na sua trajetória acadêmica, no período de sua formação inicial.

Através dos depoimentos emitidos de uns poucos professores, nomeadamente 16 respostas, em um conjunto de 222 opções (o professor teve a liberdade de fazer mais de uma opção), é possível perceber, que há algumas perspectivas de novas tendências, ainda que de forma embrionária, uma vez que a História não é entendida por estes professores como algo pronto, acabado, cujos elementos de análise histórica estão sempre em perfeita harmonia (H7 = N11 e H8 = N5). Para estes professores, o conhecimento histórico é produto das relações sociais historicamente construídas. Assim, para estes professores, o ensino de História deve estar embasado em fundamentos filosóficos, tecidos em diversas correntes - como é o caso da postura mais relativista de Castoriadis e da postura de perspectivismo moderado de DRAY.

A crise da modernidade afeta todo conhecimento, exigindo do historiador competência para resignificar a História e vislumbrando na resistência e na diversidade, estímulo para a reflexão e ação. Nessa perspectiva, o professor terá de perguntar: o que torna um conteúdo histórico? Se não deve ser possível atingir um tipo de conhecimento definitivo, até porque as teorias, nesse princípio, se revelam provisórias, podendo ser substituídas a qualquer tempo, os professores quando selecionam concepções como H1, H7 e H8 parece refletir o ensino de História ligado ao pluralismo, à mutabilidade, à abertura, ou seja, a provisoriedade. E levando o sentido de provisoriedade a uma postura céptica, representada pela afirmação de VEYNE (H6), constatamos que apenas um professor se identificou com uma idéia de História como arte literária.

Os resultados obtidos permitem sublinhar a importância das recomendações internacionais sobre a formação de professores de História que enfatizam a necessidade de relevar a formação histórica, numa perspectiva epistemológica. Assim, a idéia que a Filosofia da História interessa só os historiadores, ou seja, ao Currículo dos que optam pelo Bacharelado, justifica uma posição que parece em desacordo com as propostas de mudanças dos "grandes centros" – que vê na Filosofia da História a possibilidade de saber como se deve estudar História, a fim de trabalhar um conhecimento histórico útil.

Assim, o sentido do nosso trabalho centra-se na importância que deve ser concedida a uma formação simultaneamente multifacetada e aprofundada que possa habilitar os professores de competências básicas em estabelecer estreita relação e reflexão com desenvolvimento e evolução da epistemologia e sua prática pedagógica.

Referências Bibliográficas

BARCA, Isabel (2000). *O pensamento histórico dos jovens*. Universidade do Minho. Braga – Portugal.
BURKE, Peter (1992). *A escrita da História – novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.
CARR, Edward Hallet (1982). Que é História? *Tradução de Lúcia Maurício de Alverga.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
DRAY, W. (1964). *Filosofia da História*. Tradução: O.S. da Mota e L.Hegenberg. Rio de Janeiro: Zanhar Editores.
FERRO, M. (1983). *Des Annales à la Nonvelle Histoire*. In: Philosophie et Histoire. Paris: Centro Georges Pompidon.
FINKIELKRAUT, Alain (1972). *A humanidade perdida*. Lisboa: Edições ASA.
JENKINS, Keith (2001). *A História Repensada. Tradução Mario Vilela*. São Paulo: Contexto.
REIS, José Carlos (2000). *Escola dos Annales – A inovação da História*. São Paulo: Paz e Terra.
SCHAFF, Adam (1978). *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A história, a memória e a polissemia dos relatos.

Regina Beatriz Guimarães Neto•

Resumo: O texto procura refletir sobre a produção dos textos escritos e o uso da fonte documental, segundo procedimentos metodológicos que norteiam a disciplina da História. As análises destacam a importância da estrutura narrativa dos textos, privilegiando o universo das ações cotidianas. Desse modo, apresentam diversas trilhas da memória que fragmentam o tempo e captam o movimento de mulheres e homens que descrevem a cidade através de suas trajetórias. Espaço e tempo se entrecruzam nas diversas visões em que não só produzem uma cartografia dos espaços praticados, mas representam a vida da cidade.
Palavras-Chave: Historiografia, Memória, Cidades.

Abstract: This text aims at reflecting about the production of written texts and the use of documental source, according to the methodological procedures that direct the history as science. The analyses highlight the importance of the narrative structure of the texts, favoring the universe of daily actions. Thus, they present several tracks of memory which fragment time and capture the movement of women and men that describe the city through their trajectories. Space and time intersect in different views in which they not only produce cartography of the practiced spaces but represent life in the city as well.
Key words: History, Memory, Cities.

1. A produção do texto historiográfico

Em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, na parte em que analisa a história/epistemologia, particularmente no capítulo sobre a "representação historiadora", Paul Ricoeur (2000) afirma categoricamente que a tese constante de seu livro é que a história é totalmente escritura, desde os arquivos aos textos dos historiadores, sobretudo quando estes inscrevem os textos no mundo dos leitores. O livro de história é, portanto, resultado do trabalho de pesquisa com os documentos, da tarefa exercida para a construção da explicação/compreensão dos eventos e temas abordados e da obra de produção da escrita. Ou seja, o livro contém os rastros ou vestígios de um "fazer história", assinalando a importância da contribuição de Michel de Certeau no que se refere às análises sobre a "operação historiográfica" (RICOEUR, 2000:311-312). Nesse sentido, deve-se estar atento às relações que se estabelecem entre "um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), os

• Professora doutora Associada I da Universidade Federal de Mato Grosso e colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: reginag@terra.com.br

procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)"(CERTEAU, 1982:66). Esta combinação de um *lugar sócio-institucional da produção do discurso*, de *práticas científicas* e de uma *escrita*, permite explorar a produção do texto de história, em que as análises desenvolvidas não se apresentam exteriores aos objetos, mas são constitutivas deles. Mais ainda, permite compreender que as *realidades sociais* não preexistem às investigações, "fora" das experiências das quais tratam as pesquisas e os textos.

Certamente, o resultado de um estudo apresenta a rede intelectual na qual o historiador se encontra inserido, dialogando com os seus pares, e as regras metodológicas a que se submete, assim como as operações da escrita que norteiam a produção do texto. Trabalho constante que se realiza movido pelo gesto de reunir fragmentos diversos e, muitas vezes, esparsos, produzindo os documentos e as construções de significados relativos às investigações propostas. Operações que implicam efetuar deslocamentos primordiais, criando um outro lugar e significado para os objetos selecionados pela pesquisa.

Tal formulação dá atenção especial à produção dos documentos, entendendo que o ato de mudar um determinado registro (oral, impresso, fotográfico, entre outros) de lugar (um arquivo, uma biblioteca, etc.), tendo em vista um novo conjunto do qual fará parte, tem o poder de transformar e constituir estes mesmos registros em documentos (CERTEAU, 1982:81). Porém, é preciso ir mais além e observar que as questões propostas pela pesquisa precedem a escolha do *corpus* documental, orientando-o na análise e crítica das fontes, apontando a pertinência da documentação.

Estes pressupostos metodológicos, relativos ao *modus operandi* do "fazer história", orientam as tarefas com quaisquer fontes utilizadas, sobretudo quando refletimos sobre a complexa relação do presente com o passado, em que este já não aparece constituído e acabado, identificado com um *real* dotado de existência própria e autônoma, mas como resultado da operação historiográfica.

A escrita como construção propriamente dita da história é o coroamento do ofício do historiador, desafio que se impõe nas diversas fases de seu trabalho. Nessa trilha, a prática historiográfica dedica-se a observar e debater o estatuto narrativo do texto, afastando-se cada vez mais da idéia de que a produção do conhecimento histórico prescindiria de uma estrutura narrativa. Isto colocado em razão da premissa de que para ser ciência ou ter um estatuto

científico, a história deveria funcionar segundo leis, cifras, série de números, controladas por meios técnicos (LE GOFF, 1993: 26-64) [1].

O destaque a esta questão ganha ainda maior relevo nas análises desenvolvidas por Paul Ricoeur. Segundo este autor, a história menos descritiva, e por isso, mais ligada à análise das estruturas, que se apóia em números, aproximações e determinações quantitativas, mesmo ela, também pertence ao campo da narrativa, ou seja, utiliza as figuras de linguagem e os modos de proceder da composição narrativa(1994).[2]

Assim, as figuras de linguagem e os procedimentos da narração na produção do texto historiográfico leva-nos a questionar o conhecimento histórico sob novas bases e a assinalar, também, a contribuição de metodologias que utilizam fontes diversas (questionando o reinado do documento escrito e fontes oficiais). Destacam-se, nesse sentido, as práticas de pesquisa que inserem no centro de suas preocupações a experiência narrativa, como a micro-história (REVEL, 1998; VAINFAS, 2002).

A emergência de novos temas e novas formas de escrita da história, salientando a sua dimensão narrativa, trouxe estratégias de abordagens bastante inovadoras, valorizando determinados registros que eram considerados de menor valor, como os relatos orais e imagens fotográficas, entre outros. Uma das questões mais importantes, nessa perspectiva, encontra-se no destaque que se pode dar à experiência dos atores sociais: privilegiando as ações humanas, as memórias biográficas e as trajetórias individuais e coletivas (AMADO e FERREIRA, 1996). Para tanto, ao selecionar e reunir as diversas fontes, o grande desafio é a produção do texto escrito, no qual os vários tipos de registros e relatos se apresentem encadeados segundo as ordenações do enredo ou da trama narrativa, situando-a no território da história.

Diante disso, os historiadores interrogam-se acerca da pertinência das atividades de pesquisa, comprometidas com deslocamentos primordiais que realizam diferenças e outros significados, como, por exemplo, o movimento das rememorizações individuais e familiares (relatos, cartas, fotografias), de âmbito privado, para os arquivos, de natureza pública. Estes fabricam um outro lugar e significado para os testemunhos selecionados. Assim, a pesquisa é uma prática, atuando na formação dos arquivos (o gesto arquivístico) e dos documentos, estabelecendo elos cruciais entre as diversas fontes e as questões levantadas, de onde derivam ou engendram as análises e a construção do texto escrito, conforme os artifícios narrativos. O eixo metodológico é a produção dos testemunhos como documentos, atualizando o vivido

[1] Conferir, ainda, a crítica de Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*, no capítulo "O eclipse da narrativa": 1994.
[2] Consultar especialmente a segunda parte do livro: "a história e a narrativa".

segundo regras autorizadas que permitem articular os limites ou efetuar os recortes em diferentes temporalidades, compondo um espaço de representação ou um discurso sobre o passado (CERTEAU, 1982 e CHARTIER, 2002).

História e práticas culturais

Estas reflexões, trazendo questões e problemas acerca da prática da pesquisa e a narrativa historiográfica, foram fundamentais no decorrer da investigação que realizei para o meu livro *Cidades da mineração – memória e práticas culturais.* Mato Grosso na primeira metade do século XX (GUIMARÃES NETO, 2006). Uma tensão/diálogo constante entre a produção e utilização das fontes orais e escritas e as estratégias metodológicas para a produção do texto historiográfico dominou todo o trabalho. As fontes que deram suporte e fizeram parte do *corpus* documental, apresentado no livro, encontram-se relacionados às ações das personagens pertencentes aos principais grupos sociais que participaram dos deslocamentos migratórios em direção a um dos estados do Brasil, Mato Grosso (situado na região Centro-Oeste e na Amazônia), na primeira metade do século XX. Território habitado pelo povo Bororo, a parte leste deste estado foi ocupada – movimento de conquista e usurpação das terras indígenas – pelos mineradores e pelos segmentos de pequenos proprietários rurais. Foram grupos sociais provenientes de duas grandes "frentes": das áreas rurais dos estados de Minas Gerais e Goiás, prioritariamente, à procura das terras devolutas do estado, para a formação de fazendas de gado; e das regiões Norte e Nordeste do Brasil, dirigindo-se às áreas de mineração, corrutelas e povoados, especialmente em busca das minas de diamantes. Deste movimento, pequenas cidades se estabeleceram nesta parte de Mato Grosso.

Neste trabalho procuro questionar uma historiografia que descreve o Centro-Oeste do Brasil sob o fogo cruzado do faroeste nas terras sem lei e sem ordem, apartadas do ambiente civilizado. Esta imagem, recortada no âmbito de noções culturais fortemente colonizadas, pode ser questionada quando a confrontamos com certos aspectos da organização e práticas culturais das cidades mineradoras, perscrutando os modos de proceder dos grupos sociais diante de regras instituidoras da vida urbana. Percebe-se que as cidades passam a ser lugares de transformações e referências de condutas, segundo padrões de comportamentos e costumes considerados civilizados. Isto não implica desconhecer dimensões sociais e culturais que diferenciam seu universo de outros centros urbanos, mas significa dizer que os padrões de conduta não seguem uma única via, e as investigações realizadas apontam diversas práticas culturais que permitem explorar as singularidades implicadas e constituintes daquelas formações sociais.

Trata-se, dessa forma, de trilhar outros caminhos e poder se debruçar sobre as janelas das pequenas cidades, conhecer um pouco de sua vida – trechos fragmentários –, esmiuçando práticas, maneiras de viver e de pensar de seus habitantes. Por meio de condições muitas vezes previsíveis e outras completamente adversas e inesperadas, consegue-se perceber, nos meandros de suas narrativas e mesmo de outros registros, invenções e estratégias cotidianas de enfrentamento do mundo, tornando as experiências passíveis de serem estudadas. As cidades configuradas nesse espaço da mineração do diamante apresentam iniciativas culturais que desfazem representações que as estigmatizam como o lugar próprio do atraso e da incivilidade.

A experiência do jornal *Novo Mundo*

Passo a destacar, em poucas linhas, as atividades de um jornal literário – o *Novo Mundo*, em meados da década de 40 do século XX, na pequena cidade de Lageado (depois Guiratinga), considerada centro cultural, econômico e político da zona mineradora, procurando participar dos acontecimentos que mais se destacam na vida cultural do país. Para aquele órgão literário, as notícias da Academia Brasileira de Letras são vistas como informações obrigatórias, e mesmo as informações provenientes da Europa (sem se esquecer de todo o seu louvor aos escritores das Américas). E, ao corresponder com outros órgãos de difusão cultural das principais cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, cidades do Maranhão, de Minas, de Goiás e do próprio estado de Mato Grosso, sobretudo da capital, Cuiabá, o editor e seus colaboradores regulares solicitam contribuições de escritores para participarem de suas páginas. É importante assinalar uma grande participação de mulheres, sobretudo poetas, que colaboram com o jornal e, ao enviarem sua produção, textos, informações, poesias, congratulam-se com a iniciativa do seu diretor, Raimundo Maranhão, recebendo poesias com dedicatórias a sua pessoa. Além da participação com poesias, as escritoras também remetem para o *Novo Mundo* anúncios das exposições de livros femininos, publicações de romances e poesias, encontros literários, "mensagens para as mulheres americanas", etc. A maior parte da correspondência com escritoras vem do Uruguai, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.O *Novo Mundo* chega a receber correspondência em grego, em chinês, contudo, a maior parte aparece em espanhol e português. Da América Latina, o número mais expressivo de contribuições, com assuntos bastante variados, do mundo das letras e das artes, é do México, Cuba, Chile, Argentina e Uruguai.

Transcrevo, embora um pouco longo, mas muito expressivo, um artigo publicado no *Estado de S. Paulo* de 15 de fevereiro de 1946, de Afonso Schmidt – "Os sonhadores" – que o *Novo Mundo* traz estampado em sua primeira página:

> *Aquele jornalzinho chama-se "Novo Mundo", e o seu título (...) lhe convém. É um quinzenário de oito páginas (...) compensadas pela obra que realiza. Basta lembrar que o seu intuito é o intercâmbio cultural nas três Américas (...) Em suas páginas encontra-se o resumo das atividades literárias e artísticas do país inteiro, incluindo, de preferência, as regiões mais afastadas que, contando escritores de mérito, como Mato Grosso e Goiás, não são lembradas na nossa vida literária (...) Ao mesmo tempo, lá vem o retrato de Hecilda Clark, do Rio, e Eunice Tavares, diretora do periodico "Mensaje", em Salto, no Uruguai, duas figuras femininas que lutam bravamente para que os latino-americanos se conheçam através de suas obras de arte e se estimem (...) O jornalzinho de Raimundo Maranhão Ayres (é esse o nome de seu diretor) está repleto de prosa e verso, tanto de escritores brasileiros, como também de seus colegas de toda a América Latina, com os respectivos endereços, para o caso dos leitores daqui e de alhures desejarem corresponder-se entre si. Nesse elenco internacional encontram-se representados homens de letras argentinos, uruguaios, chilenos, bolivianos, paraguaios, hondurenses, equatorianos e "tuttiquanti". Supõe-se que um periódico disposto a realizar obra tão viva e oportuna tenha a redação no Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo ou Porto Alegre, quando menos pela facilidade de comunicações com o mundo. Esse não. Uma das maiores curiosidades que surpreendem aos leitores é o seu endereço: Povoação de Guiratinga, perto da vila de Lageado, Mato Grosso. A correspondência deve ser encaminhada via Uberlândia, Estado de Minas...Foi lá que o poeta pendurou a lâmpada do seu sonho, para ser vista e compreendida em todos os ângulos da América*[3]. (*Novo Mundo*, Guiratinga, março de 1946)

Este texto afirma a positividade da capacidade intelectual daqueles que escrevem, mas não fazem parte dos centros hegemônicos de cultura no país. Ao mesmo tempo, expressa um olhar colonizador, de estranhamento para o fato da *cidade do sertão* produzir e participar de atividades culturais consideradas próprias das maiores cidades do país. É necessário ampliar nossas investigações para melhor entender o mosaico das práticas culturais no Brasil. Entre outras atividades, como as encenações teatrais, os saraus, as leituras de romances e poesias compartilhadas, mais as festas populares, como as festas de santos e os carnavais, que envolviam quase toda a comunidade, produziam-se iniciativas culturais que reinventavam a vida nas pequenas cidades. Nesses momentos – suspensão do tempo ou, como sugere Mikhail Bakhtin (Rabelais), "tempo do riso" – fundava-se um espaço festivo, integrando ruas e casas, espaços culturais que se insurgem contra o estigma do lugar selvagem, bárbaro ou incivilizado, não apenas do ponto de vista de uma cultura letrada, mas fazendo circular outras práticas, interferindo nos padrões de comportamento social.

---

[3] É significativo perceber a confusão sobre a localidade, sede do jornal: Guiratinga, denominação atual da antiga Lageado. Uma matéria, com o mesmo teor, foi publicada na *Folha da Tarde* (9/06/46), que o *Novo Mundo* apresenta nos números concentrados de julho/agosto/setembro de 1946.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs).*Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1982.
CHARTIER, R. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude.* Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração:* memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EDUFMT, 2006.
LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
_____. *Tempo e narrativa*, tomo I, Campinas: Papirus, 1994.
VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*: micro-história. Rio de janeiro: Campus, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O fator psicológico na mobilização de massas durante o regime fascista

Rita de Cássia Thomaz*

Resumo: Este trabalho consiste numa abordagem da obra Psicologia de Massa do Fascismo de Wilhelm Reich como subsídio para uma utilização do modelo de interpretação histórico desenvolvido pelo autor. A análise contida nesta obra se dá a partir da aplicação de conceitos teóricos da psicanálise ao regime fascista, sobretudo ao fenômeno de manipulação de massas pelo líder, peculiar ao regime. Certa irracionalidade que tomo conta dos indivíduos e que recebe uma explicação apoiada no conceito de inconsciente. Tendo em vista que o próprio Reich não é servil a teoria psicanalítica, pelo contrário, desenvolve uma teoria que obedece aos caminhos de sua própria investigação; a reflexão sobre a obra aponta os caminhos para aplicar a teoria à realidade antevendo os limites e as possibilidades do cruzamento de fronteiras entre as disciplinas.
Palavras chave: Regime político - Psicologia de massa – Irracionalidade.

Abstract: This work consists of an approach of the work Psychology of Mass of Fascism Wilhelm Reich's as subsidy for an use of the historical interpretation model developed by the author. The analysis contained in this work he/she feels starting from the application of theoretical concepts of the psychoanalysis to the Fascist regime, above all to the phenomenon of manipulation of masses for the leader, peculiar to the regime. Certain irrationality that I take care of the individuals and that receives a leaning explanation in the concept of unconscious. Tends in view that own Reich is not servile the none theory, on the contrary, it develops a theory that obeys the roads of your own investigation; the reflection on the work points the roads to apply the theory to the reality foreseeing the limits and the possibilities of the crossing of borders among the disciplines.
Keywords: Regime political - Psychology of mass - Irrationality.

Podemos encontrar na obra de Reich uma teoria da história, que é influenciada pelas perspectivas históricas de dois grandes pensadores, Marx e Freud. Reich é conhecido como o precursor do freudo-marxismo, pois uniu a dinâmica existente no pensamento e obra destes dois autores, o que resultou numa visão peculiar da história.

A visão que Reich tem da história é típica de uma teoria da história, pois encontramos nela uma origem, que é a repressão causada pelas condições materiais, ou seja, condições determinantes da existência, as relações econômicas e sociais. A repressão vem de

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e Sociedade da Unesp/Assis -Bolsita FAPESP.

Freud e a preponderância dos fatores econômicos como determinantes dos processos mentais, vem de Marx. Ao comparar a psicanálise com as teorias psicológicas anteriores, Reich chama atenção para o fato de que a psicanálise surge com uma importante diferença, qual seja, Freud foi buscar explicação para o funcionamento mental no solo da realidade, ou seja, estabeleceu um elo entre o mental e o social, Freud foi buscar na origem da civilização a explicação para as funções psicológicas. O que Reich fez foi complementar a teoria freudiana com a marxista, pois o modelo de origem de Marx era um modelo mais satisfatório, do ponto de vista sociológico, na medida em que era um modelo que variava como o tempo e a sociedade, a dificuldade do modelo de Freud estava na fixidez. A origem da civilização para Freud, o assassinato do pai pelos filhos, gerador do sentimento de culpa, torna-se a explicação geral para todo o regulamento social posterior ao crime do parricídeo.

Equacionados os conceitos originais, temos a questão do presente, pois toda teoria histórica que apresenta uma origem, também apresenta uma condição presente, em ambas as teorias, psicanálise e materialismo histórico, o presente apresenta uma contradição que, como nas teorias da história, serão solucionadas com uma possibilidade futura. Deste modo, afirma que o presente contém os germes que podem satisfatoriamente dissolver a contradição atual garantindo um futuro melhor.

Para Reich a contradição presente tem como centro o conceito de economia sexual, conceito que tem raiz na experiência psicanalítica de Reich e posteriores desdobramentos devido ao seu contato com a obra de Marx e Engels. Pois o pensamento de Reich apresenta ao longo de seu desenvolvimento tanto continuidades quanto rupturas com a teoria psicanalítica.

Ao contrário do que afirma Freud, acerca da sociedade original, para Reich a origem da organização social está no matriarcado, onde vigorava a liberdade sexual e como a sexualidade livre é sinônimo de saúde mental, na sociedade primitiva matriarcal não havia doenças mentais como a neurose. Porém, na medida em que a repressão sexual começa a fazer parte do matriarcado, devido a interesses econômicos, ele começa a ceder lugar ao patriarcado, organização social que é seu oposto. Além de ser marcado pela repressão sexual que gera doenças mentais, o patriarcado também é responsável pela formação de um caráter neurótico marcadamente submisso e com sede de autoridade. *Em resumo, por carácter queremos dizer, um fator essencial e dinamicamente firme manifestado no comportamento característico de uma pessoa; andar, expressão facial, posição de pés, maneira de falar e outros modos de comportamento* (REICH, 1979: 205). O oposto do caráter neurótico é o caráter genital, preponderante na sociedade matriarcal.

Numa concepção materialista histórica, Reich procura evidenciar em suas investigações que cada sociedade molda o tipo de caráter necessário ao seu funcionamento. Cada sociedade estabelece um tipo de sexualidade determinada pelos interesses econômicos predominantes. Assim chegamos à sociedade burguesa européia, segundo Reich ela é uma sociedade do tipo patriarcal, na sua base estão o recalcamento sexual e a moral sexual, a manutenção do casamento e a monogamia são frutos de interesses econômicos, que se encontram primeiro na esfera familiar, mas que, posteriormente, permeiam todas as outras relações sociais.

Só uma sociedade de tipo patriarcal poderia dar suporte a um regime totalitarista, cujos *elementos básicos são a mistificação do processo vital [...] o medo de assumir responsabilidade de orientar a própria vida e, por isso, o desejo mais ou menos forte de uma segurança ilusória e de autoridade ativa ou passiva* (REICH, 1995: 20).

A explicação que Reich dá para o êxito do nacional socialismo é de caráter psicológico, pois o nazismo se dirigiu aos desejos da massa, os elementos que podem explicar seu êxito se encontram nas condições subjetivas e não somente em condições objetivas, na qual muitos procuram explicação. Típico de um regime totalitário, o nazismo apelou para sentimentos místicos e infantis, correspondentes a de um caráter neurótico, marcado pela incapacidade de assumir responsabilidade e pelo medo perante as situações da vida. O sentimento místico que os unia, fazia com que eles jogassem toda responsabilidade de seus atos num poder externo, como a nação ou a raça. Desta forma estavam todos eximidos da culpa, tudo era feito em nome de uma autoridade externa e que tinha poder para assumir a culpa e a responsabilidade. O racismo e a aceitação das atrocidades eram partilhados na firme certeza de que não era em nome próprio que se aceitavam tais coisas, mas em nome de algo superior.

A irracionalidade do regime se mede pelas contradições que continha. A massa estava sedenta por liberdade e, não obstante este fato, apoiou um regime em que sua liberdade era totalmente cerceada. Como vimos elas seguiam em frente unidas por um sentimento comum, logo seu interesse não era individual, o que lhes unia era um sentimento de nacionalidade, como tal sentimento teve espaço em meio a um estado de pauperização a não ser devido a condicionante irracional do regime.

O fascismo é uma atitude reacionária somada a excitação revolucionária, que poderia ter sido aproveitada pelo movimento esquerdista, mas o contrário aconteceu porque foi a direita reacionária que soube fazer o apelo emocional às necessidades de uma massa que esperava por um poder que agisse por ela, uma vez que ela não era emocionalmente capaz de

assumir o poder e a responsabilidade pra si. Conforme Reich, *a esquerda revolucionária fracassou ao não compreender o fator subjetivo da história "a ideologia das massas"* (REICH, 19474: 41).

A possibilidade futura que Reich enxerga é uma sociedade onde os interesses econômicos não determinem uma sexualidade reprimida, uma sociedade onde certos interesses econômicos não prevaleçam sobre outros e que conseqüentemente, a sexualidade será livre propiciando saúde mental para seus indivíduos. Portanto, nessa sociedade esperada por Reich, os indivíduos terão o caráter genital, tipicamente pronto a assumir responsabilidade pela sua vida e atos. Tal caráter certamente não dará mais lugar a líderes irracionais e a regimes totalitários.

Referências bibliográficas

FREUD, S. *Totem e Tabu.* In: *Obras Psicológicas Completas de Freud* (Ed. Standard), vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo.* Problemas econômico-sexuais da energia biológica. Trad. Maria da Glória Novak. 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
_____. *Análise do caráter.* trad. Maria Lizette Branco e Maria Manuela Pecegueiro. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
_____. *Materialismo histórico e psicanálise.* São Paulo: Martins Fontes, 1977.
_____. *Psicologia de Massa do Fascismo.* Porto: Escorpião, 1974

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

José de Alencar, leitor de Karl Marx?

Valdeci Rezende Borges*

Resumo: *A Pata da Gazela* (1870) aborda o amor, a adoração a um objeto, a uma parte do corpo e a reificação da pessoa. Alencar, ao que parece, dialogou com Marx e seu texto sobre "A Mercadoria", em especial, com "O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo", ao criticar tal prática social representada por Horácio a partir de um fato banal, a perda e o encontro de uma bota feminina, objeto trivial, no território do mercado, do comércio elegante.
Palavras-chave: Alencar, Marx, fetiche.

Abstract: *A Pata da Gazela* (1870) deals with love, the adoration to an object, to a part of the body and the person's reification. Alencar, apparently, talked to Marx and his text about *The merchandise*, especially with *The fetishistic character of a merchandise an its secret*, when he criticizes such social practice represented by Horácio and coming from a trivial fact: the loss and the finding of a feminine boot at the market's territory, of the elegant trade.
Key-words: Alencar, Marx, fetish.

O sapato, como identificador da mulher, obteve fama com *Cinderela*, de Perrault, que remonta a Elieno que narra a história de Rodopis, que teve sua sandália levada por uma águia ao faraó, o qual, fascinado com seu pé, a fez procurada e a desposou. Alencar focou a fantasmagoria que cerca os objetos, o pé e a bota, na sociedade moderna.

No cenário do consumismo, em que a mercadoria feiticeira tem templos e altares (lojas e vitrines), um lacaio perdeu a bota, que foi apanhada por Horácio com o intuito de conhecer uma senhora presente numa carruagem à espera. Era bota "de pelica e seda" a "irmã do lindo chapim de ouro da borralheira". Como o carro afastou rápido, entrou a adorar o objeto, apaixonou-se pelo pé que o calçava e buscou descobrir a dona, Amélia. O moço era pura matéria e representa o amor fisiológico, sensual, pelo pé que deixou seu contorno e aroma na bota. A história parece absurda, como advertia Marx(1983:73).

O fetiche foi pensado nos séculos XVIII e XIX. Surgiu de feitiço no trato da religião, quando Brosses abordou a conversão de animais e objetos em divindades, com atributos mágicos; idéia retomada por Hegel e por Marx(*O Capital*-1867). Binet e Ellis viram-

* UFG/CAC, Dr., FUNAPE.

no como perversão e desvio pela eleição de parte do corpo ou objetos a ele ligados como foco de excitação e com valores estranhos.

Marx aplicou o termo no trato da mercadoria e parece que Alencar se inspirou em algumas de suas idéias, delas apropriando-se. Segundo Marx(1983:70), a mercadoria, que "parece uma coisa trivial, evidente", se analisada, mostra-se "uma coisa muito complicada", transforma-se de obra física em transcendente, "cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas", devido aos diversos sentidos a ela atribuídos, diferentes do valor de uso. "O caráter místico da mercadoria", "enigmático", é produto do cérebro humano, advém dos valores agregados que a revestem com máscaras, dando-lhe aparência pessoal. Para Marx(1983:71), tal aspecto, "misterioso", vem da mercadoria "refletir aos homens as características sociais do seu trabalho", como se fossem marcas próprias dela, como produto e também de refletir a relação social dos produtores como relação entre objetos, coisas. A mercadoria mostra-se aos homens de modo luminoso; "a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico" é dada de modo objetivo, como "uma coisa fora do olho". Mas, "no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho", numa "relação física entre coisas físicas" e não como "excitação subjetiva". A relação social entre os homens "assume forma fantasmagórica" de relação entre coisas. Por isso, buscando uma analogia, Marx diz que teve de se "deslocar" para a "região nebulosa do mundo da religião", na qual "os produtos do cérebro humano aparecem dotados de vida própria", como "figuras autônomas", que "mantém relações entre si e com os homens". O sentido inscrito nas coisas chama "fetichismo que adere aos produtos de trabalho" voltados para o mercado, sendo "um hieróglifo social"(MARX, 1983:72), cujo segredo é difícil de decifrar, é feiticeiro, mágico, reflexo religioso e fantasmagórico, que enevoa e se adere aos produtos em troca.

Permeia o texto de Alencar a face religiosa de culto objetal, de adoração ao pé e à bota, vista como "idolatria" e "fetiche", anomalia, monstruosidade e vício. Ao tratar dessa atração, expõe o investimento de atributos mistificadores aos objetos, a transferência das relações humanas para as coisas e a coisificação das pessoas, usando, inclusive, o termo "hieróglifo", com a adição "do amor", indicando que cabia decifrar o enigma do amor às coisas. Tal universo complexo, nebuloso e misterioso, que cerca uma coisa trivial, que parece criar vida própria e produz situações absurdas, representa as relações modernas e foi tratado de modo poético, humorado e próprio, mas próximo a Marx.

Se, no culto ao objeto, Marx (1983:71) destacou as sutilezas metafísicas e manhas teológicas da religião, Horácio armou um altar para seu ritual e recolheu-se em adoração. A descrição assemelha-se à marxiana de impressão luminosa e transparência, de olhar

iluminado, de projeção de uma coisa para outra; de remissão à esfera religiosa e adoração de relíquia; de relação física entre coisas e de sua aparente autonomia, fantasmagoria, em situação "consagrada ao culto da matéria". (ALENCAR, 1965: 417).

> *Recolhendo, Horácio acendia duas velas transparentes e colocava-as a um e outro lado da almofada de veludo escarlate, sobre uma mesinha de charão, embutida de madrepérolas. Tirava de um elegante cofre de platina a mimosa botina, e com respeitosa delicadeza deitava-a sobre a almofada, de modo que se visse perfeitamente a graciosa forma do pé que habitara aquele ninho de amor. [...] Então [...] sentava-se numa cadeira de espreguiçar, defronte, [...] e ficava em muda e arrebatada contemplação até alta noite. [...] Sobre aquela botina via elevar-se como sobre um pedestal um vulto de estátua, mas vago, indistinto; e contudo esse esboço sem formas sedutoras, aquela sombra sem alma e sem calor, lhe parecia de uma beleza deslumbrante. Não era ela a mulher a que pertencia o mais formoso pé do mundo, o mino, a obra-prima da natureza?* (ALENCAR, 1965: 423-5.)

Uma coisa física, banal, tornando-se metafísica e motivo de reflexão, invadindo o cérebro, criando vida própria; a mercadoria se pondo "com os pés no chão" e "sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias", desenvolvendo "cismas muito mais estanhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa"(MARX, 1983:70), era o que acontecia a Horácio. Se Marx(1983:73), nas três partes iniciais do capítulo, usou casacos como exemplo e, na última, pela primeira vez, adotou as "botas", dizendo que sua relação com as outras mercadorias aparece, a nossos olhos, "exatamente nessa forma absurda", Alencar escolheu justo as botas para sua alegoria sobre tais absurdos.

Horácio supervalorizava as "coisas", sendo descrito a examinar e a pensar sobre o banal: "achou o objeto digno de séria atenção" e fez dele "exame consciencioso". Pensava sobre a bota e não a via como valor de uso, que satisfazia uma necessidade social específica; mas a envolvia com mistificações: "objeto digno de séria atenção", de "sua adoração", "tesouro", que enriquecia com remissão a filósofos e poetas como Virgilio, a divindades como Vênus, à "fábula de Édipo", ao "enigma da esfinge", ao "mito da vida". Tudo compunha seu "hieróglifo do amor" (ALENCAR, 1965:412-5).

Agregava valores aos objetos vindos de outros contextos culturais: "um primor de pelica e seda"; "concha mimosa de uma pérola"; obra de arte, "inspiração de algum artista ignoto, de algum poeta de ceiró e torquês"; a "perfeição da obra" e a "excessiva delicadeza da forma". Seduziam-no "os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas" deixadas pelo "pezinho desconhecido." Não era bota nova, traços "indicavam bastante uso" e "se fosse um calçado novo", "saído da loja, não teria grande valor aos olhos" do rapaz habituado às "obras-primas" das lojas finas. Era "traste mimoso", "gentil companheiro" de "moça formosa", que "ainda *guardava a impressão e o perfume*". O feitiço não era pelo consumo da bota, mas de

outro objeto novo do mercado humano, a moça, ou seu pé e o botim, recebedores de atributos especiais, além da convenção social. (ALENCAR, 1965: 412.)[1]

A idealização mística dos objetos revela a aparência adquirida, os sentidos sobrepostos que os revestiam e os tornaram "feiticeiros". "Aroma da mulher bonita", "perfume inebriante", "*aroma delicioso*", "*odor suave*"... A "obra-prima" tinha "sinais" do "*feiticeiro* pezinho", que, amado e adorado, invertia a hierarquia cultural do corpo, que valorizava cabeça, razão e face; o pé se punha sobre sua cabeça. A bota era especial, de "moça", de "*deusa*, a *Vênus* deste *olimpo*", sendo apalpada e beijada com respeito. O pé era "*silfo*", "*anjo*", fascinante, arrebatador, enlouquecedor. A "imagem do *pé sedutor*" era "*adorada como um ídolo*". (ALENCAR, 1965: 412-5.)

Horácio corporifica o fetiche como fantasmagoria socialmente produzida, tendo caracteres da organização burguesa, que cria anomalias: "belos talentos" eram sorvidos no luxo e consumidos em "gala estéril e efêmera", sem flor e fruto; "era uma de tantas inteligências desperdiçadas no incessante bulício da moda". Inteligente, perspicaz, investigador e observador, mas estéril, ocioso, sensual, dado ao "culto da forma" e ao "fanatismo do prazer". Enfraquecido, insensível, admirava a beleza exterior, a matéria, o efêmero e sua religião era o prazer, o desejo. Perdia a noção do todo, era fragmentário, buscava sempre o novo, diferente e tornava a pessoa em objeto, coisa. "Admirava na mulher a formosura unicamente"; vendo-a como "estátua animada"; frio, adorava "a mulher em detalhes". Tais traços caracterizam e revelam seu comportamento frente à "impressão profunda que nele produziu a mimosa botina". Já "tinha admirado a mulher em todos os tipos e em todos os seus encantos; mas nunca a tinha amado sob a forma sedutora de um pezinho faceiro." Perdia a sensibilidade, a idéia de conjunto, adorava a parte, tornava tudo objeto e só ficou "despercebido esse *condão mágico*", que excitava a "imaginação ociosa". (ALENCAR, 1965: 415-7.)

Por tal foi visto como possuidor de "*infantilidades*", tinha "delírio da *febre de materialismo*", era "uma aberração da alma, *consagrada ao culto da matéria*." Tinha "voracidade insaciável do desejo", era uma "dessas *monstruosidades* incompreensíveis" vivia em estado de "*embriaguez*". Anômalo e pervertido, seus templos eram as lojas, salões e o altar onde idolatrava o "pezinho mimoso", "ídolo de sua alma". (ALENCAR, 1965: 417, 424.)

---

[1] Todos os grifos no texto de Alencar até o fim deste artigo são meus.

No culto à bota, em sua fantasia, da coisa inanimada, emergia mulher deslumbrante, com vida própria, autônoma, "que plainava sobre a almofada como sobre uma nuvem de ouro", em conformidade com Marx(1983:71). Na busca pela dona da bota, suas relações reificavam as mulheres suspeitas de possuir o pé; era inconveniente e desrespeitoso, tornando-as objetos, desprezando seus valores e violando seus corpos. Seu olhar, atrevido, travava-lhes a ação; fitava-lhes as pupilas e baixava à "fímbria do vestido" com "insistência significativa", deixando-as desconcertadas. Pelas convenções e noções de "pudor" e "decoro", o pé feminino era objeto erótico, devendo ser escondido. Ele ultrajava a moralidade, desvalorizava o humano, aumentava o valor das coisas, declarava amor ao pé e não à mulher, a figura humana não o interessava; cego pela luminosidade do objeto a reduzia à coisa, ao pé. Ela sentia que se tornava objeto, que aquele era "amor sensual" que "prestava *culto ao deus ignoto*" adorado sob sua forma. ALENCAR, 1965: 425-6, 431, 433, 444-5, 455.)

Sacerdote da matéria e da forma, tendo seus esforços frustrados, recorreu à arma decisiva para ver e ter o pé: revelou sua paixão, o suplício do "*desejo*", do "*gozo infinito*", do "amor" por "uma *coisa*" escondida que o fazia arrastar "a alma pelo pó", no "intento de entrever de longe o *objeto*" pelo qual daria a vida, o "pezinho mimoso". Proclamava aquela que se via senhora como objeto, reduzindo sua pessoa à parte de seu corpo, deixando-a rubra e trêmula. (ALENCAR, 1965: 445-6.) Reificada, assumia forma de coisa enquanto a coisa figurava como dotada de vida. (MARX,1983: 70-1).

Como na sociedade burguesa os homens relacionam entre si trocando produtos(MARX, 1983: 71,73) sendo mesmo o casamento um negócio, Horácio, consagrando a imagem de adorador de coisas, de transformador de gente em objeto, dispôs-se a trocar o necessário para ter o pé; pediu-a em casamento. "Cativo" do pé queria "obrigá-la a conceder-lhe imediatamente o que pedira: a sua mão, e com a mão o pezinho que ele adorava". (ALENCAR, 1965: 452, 454-5, 459.)

Para Horácio, reforçando o encanto metafísico que produzia a coisa física, só uma "coisa" o interessava, "*coisa* bem pequenina", "verdadeiro *condão de fada*," que o fez de "senhor um escravo". O "*ente adorado*", "*ídolo*", era visto "nos sonhos dourados de sua imaginação"; "estava sob a influência de uma *paixão materialista*;" "*amava a forma*, e levava sua *idolatria a ponto de adorar não a forma completa*, a imagem viva e palpitante da mulher, mas um *fragmento, um trecho apenas* dessa forma." Não amava a moça, mas "um pé e nada mais", tinha "a *idolatria da beleza material*" e queria "na mulher *a forma, o amor plástico*". Do todo só se interessava pelo "*objeto de sua adoração*" e desprezava "diferentes irradiações da beleza".(ALENCAR, 1965: 460-2)

Na busca de fazer desaparecer tal reflexo religioso e nebuloso, Alencar contrapôs tal fantasmagoria desvelando a realidade. Quem lhe retirou a máscara e o véu místico foi Leopoldo. Envolto nas reflexões sobre "*ídolos e fetiches*", ao ver Amélia, de longe na rua com outras senhoras entrando numa carruagem, flagrou a imagem de um pé enorme, que o deixou estático por acreditar ser dela. Triste andou pelas ruas e parou numa sapataria "ou antes uma tenda", de simples e tosca que era, esclarecendo o enigma. (ALENCAR, 1965: 426-7, 435.) Alencar parece seguir ainda as idéias de Marx(1983:73) sobre como tal reflexo religioso desaparecia frente às circunstâncias cotidianas da vida prática nas quais a bota foi produzida e com que sentido, tornando-as transparentes e racionais. Para Marx(1983:73-6), todo o fetiche da mercadoria, sua magia na economia burguesa, desaparece tão logo recuemos para outras formas de produção. Logo, Alencar expôs antigas relações e condições de produção manufatureira de calçados contrapondo-as àquelas impostas no modo fabril.

O avanço da produção fabril retirava do trabalhador sua vontade, criatividade, consciência, entusiasmo, controle de si e reconhecimento no que produzia, tornando-o autômato. Tais circunstâncias e relações propiciavam, quando ocultas, o caráter místico e pessoal que os objetos adquiriam nas vitrines luxuosas. Alencar opôs dois tipos de espaços e relações de trabalho, um antigo e tradicional, outro moderno; a tenda do mestre do ofício, onde oficina e loja estavam juntas, e as sapatarias requintadas da elite. Enalteceu a atividade artesanal, vista como arte, e confrontou os artigos que produzia com os franceses feitos em massa e à máquina; "ninguém a exercia com mais *habilidade*, *esmero e entusiasmo* do que ele"; sua obra "não tinha que invejar ao produto das melhores fábricas de Paris". (MARX, 1983:72-6; ALENCAR, 1965: 427.)

Alencar apontou a historicidade dessa produção remetendo ainda a outras formas refugiadas no tempo. (MARX,1983: 73-6). Destacou que "a superioridade humana" é fruto da "*vontade*" e do "poder" que "nasce do *querer*", sempre que o homem aplica "a *veemência* e *perseverante energia de sua alma* a um fim" para vencer obstáculos e fazer "coisas admiráveis." Porém salientava: "Mas para que um homem se entregue assim a uma idéia e se cative a um pensamento, é necessário *ser atraído irresistivelmente, ser impelido pelo entusiasmo*", pois "É o *entusiasmo* que faz o poeta e o artista, o sábio e o guerreiro; é o *entusiasmo* que faz o *homem-idéia* diferente do *homem-máquina*." Entusiasmo como "*fogo celeste d'alma*", como na fábula de Prometeu, "que *anima* as estátuas de Galatéia". "Uma f*aísca dessa eletricidade moral* opera maravilhas iguais à centelha do raio". Alencar foi ao mundo clássico para opor-se ao modo de produzir das fábricas, que tirava do trabalhador tal

faísca, a produção independente de sua vontade, criação, previsão, controle consciente e planejado, em relações de dependência e reificadas.(ALENCAR, 1965: 427.)

Se as condições modernas de produção fabril, em série, com divisão acentuada do trabalho e regime assalariado, representadas nos produtos das fábricas de Paris ou das sapatarias francesas da Corte, retiravam do trabalhador seu saber, separavam idéia e execução, trabalho manual e intelectual, eliminando a criação, inspiração e vigor, tornando-o máquina, autômato, Alencar, seguiu o expediente de Marx(1983:73-6) de se deslocar para a ilha de Robinson, a Idade Média e antiguidade, para pensar as relações de produção. Ele recorreu a outro momento histórico para exaltar o entusiasmo como força de inspiração divina, que vivificava o homem, diferindo-o dos seres e objetos inanimados ou reificados da sociedade moderna. O mestre sapateiro "tinha o entusiasmo de sua arte" e "descobria nela *segredos e encantos desconhecidos aos mercenários*. Para ele, o calçado era uma escultura". O trabalhador era criador e artista, diferia do submetido ao mercado, recusando suas condições de trabalho: "Depois de trabalhar muitos anos em casas francesas, o mestre fluminense resolveu estabelecer-se por sua conta. Alugou uma pequena loja de duas portas, onde trabalhava com dois oficiais".(ALENCAR, 1965: 428.)

O mestre, ao trabalhar para si, possuía a liberdade e o saber que lhe possibilitava exercer a atividade com "suas *delícias de artista*". Uma pequena clientela preferia "seu calçado ao melhor de Paris e o pagavam generosamente." As "raras encomendas" ele "as executava com enlevo; *revia*-se *em sua obra*, verdadeiro primor." Na sua oficina, diante do produto de seu trabalho, realizado como arte, com suas idéias e domínio das matérias, ele, produtor, reconhecia-se naquele.(ALENCAR, 1965: 428.)

Com tal movimento Alencar expôs as condições de produção de sapatos, fazendo-a por meio de um objeto diretamente ligado à necessidade de se pôr os pés no chão, uma bota ortopédica, que tinha valor só de uso, sem outros agregados, opondo-se à postura fetichista de Horácio.

Na singela oficina, Leopoldo, ao olhar os calçados no mostrador e ao chegar ao balcão, deparou com um par de botas femininas usado, meio coberto, possuidor de medidas enormes e o associou ao pé monstro. Mas, junto, existiam outros pés de botas; um "muito elegante apesar de comprida", semelhante às usadas, embora de linhas regulares, e outro, dentro da fôrma, que era o modelo do pé monstruoso. O mestre produzia, com sua arte superior, o calçado para disfarçar aquele pé, sendo o botim "a máscara do aleijão".(ALENCAR, 1965: 429) Ali estava a imagem do defeito no calçado feito por outros sapateiros, mecanicamente, sem o dissimular, ao lado do produzido pelo artista para

"desvanecer a deformidade sob a aparência de uma botina elegante." Embora tal botina tenha sido associada à dissimulação, por ocultar a realidade, não era ela e o pé que a calçava que produziam o fetiche; ela apresentava-se voltada apenas para seu valor de uso ortopédico, não tinha outro especial, particular entrelaçado. Dela estavam expostas as condições de produção. Já da bota do pezinho que produzia encanto, não se conheciam as circunstâncias de produção, permitindo atribuir-lhe sentidos vários, distantes de seu uso e transformando-a em algo metafísico que irradiava magia.

Bibliografia

ALENCAR, José de. A Pata da Gazela. In: _____. *Ficção Completa e outros escritos*, v. 1. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. p. 407-87.
MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Escola da Guanabara na Memória Carioca

Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho*

Resumo: Carlos Lacerda, primeiro Governador do Estado da Guanabara, teve como base de sua gestão a demarcação da identidade desta nova unidade federativa. A ampliação do número de vagas para a educação transformou-se num dos principais objetivos governamentais e efetivou-se essencialmente através da construção de novas salas em antigas escolas e de novos prédios. Os novos edifícios construídos seguiram um modelo arquitetônico único que vincou decisivamente a cidade.

Palavras-Chaves: escola pública – memória – educação

Abstract: Carlos Lacerda, Guanabara's first governor, had as base of his management the landmark of the identity of this new federative unit. The magnifying of the vacant number for the education was changed into one of the main governmental objectives and was accomplished essentially through the construction of new spaces in old schools and new buildings. The new constructed buildings had followed an unique architectural model that changed the city decisively.
Keyword: public school – memory - education

Na primeira eleição do recém criado Estado da Guanabara, em 1960, Carlos Lacerda sagrou-se governador. Foi uma das mais acirradas eleições que o antigo Distrito Federal teve oportunidade de assistir. Teve como base de propaganda o processo de estadualização local, além de objetivar a demarcação da identidade desta nova unidade federativa. Fazia-se necessário reordenar a máquina administrativa, herança de uma longa história como capital.

O redimensionamento de alguns setores da administração pública, dentre eles a Educação, foi um dos principais pilares da campanha lacerdista. A ampliação do número de vagas para a educação transformou-se num dos principais objetivos governamentais.

Os novos edifícios construídos seguiram um modelo arquitetônico único que vincou decisivamente a cidade. Trata-se de construções ainda hoje significativas para a população carioca. Refletem a memória do povo da cidade. Para CASTORIADIS (1999: 281) "(...) a sociedade é criação, e criação dela mesma" *e a* escola pública, herança dos tempos da Guanabara, em seu projeto e forma, é o resultado dessa construção da sociedade, posto que é parte essencialmente integrante e representativa.

* Mestre em Educação pela UERJ, Licenciatura em História pela UERJ, Docente na Universidade Cândido Mendes e Universidade Estácio de Sá.

A abertura de novas matrículas para as escolas públicas era, sem dúvida, um dos projetos de maior impacto e apelo social na gestão de Lacerda. E, de fato, em pouco tempo a evolução do número de matrículas no ensino primário fez-se visível. Nas escolas da cidade as matrículas e, por conseqüência, o número de salas de aulas elevou-se na ordem de 50%.

> *Simultaneamente à estruturação da máquina administrativa estadual, Lacerda se empenhou na implementação de seu "plano de metas", para usar uma expressão em voga na época. Três dessas metas podem ser identificadas como aquelas que não só mereceram especial atenção do governador, bem como são as que até hoje lhe dão um lugar especial na memória política carioca: a ampliação do sistema escolar, o abastecimento de água e a ordenação do espaço urbano da Guanabara. (MOTTA, 2000:58)*

A ampliação de vagas para a rede pública da Guanabara efetivou-se através de diferentes maneiras: construção de novas salas em antigas escolas; construção de novos prédios, para abrigar novas unidades escolares; instituição das chamadas "classes em cooperação" e de um sistema de rodízio de folgas semanais dos professores, que visava a otimizar o número de salas já existentes.

A primeira etapa da ampliação da rede, depois de devidamente mapeadas as carências e necessidades, concentrou-se na construção de novas salas de aula, anexas aos prédios já existentes. Em um semestre tal medida representou um saldo de cerca de duzentas e sessenta salas de aulas. Essa medida não foi de amplo agrado entre o magistério, já que significava alteração na rotina cotidiana da escola, além de romper com o padrão das antigas construções. Os representantes da administração justificavam-se, porém, alegando o barateamento de custos.

A escolha das áreas para a construção de novas unidades escolares não obedeceu a um critério único. Muitos prédios foram erguidos em grandes terrenos de outros prédios públicos – como no caso da atual Escola Municipal Anne Frank[1], que ocupou área adjacente ao Palácio da Guanabara – ou ainda na área de outras escolas públicas, em espaços dados por ociosos. A medida gerou forte crítica dos educadores, pois o tamanho previsto *a priori* como padrão ficavam cada vez mais distantes na realidade. Os terrenos utilizados para a construção das escolas eram escolhidos a partir, muitas vezes da indicação de políticos, e havia a preocupação de que o prédio se tornasse bem visível aos olhos da cidade.

[1] Essa escola foge aos padrões arquitetônicos estabelecidos na época. Era a antiga Casa da Guarda do Palácio Guanabara (ainda sede do governo estadual) e foi transformada em escola em fevereiro de 1961.

A necessidade urgente de vagas levou Lacerda a criar uma instituição específica – a Fundação Otávio Mangabeira - através do decreto nº 294 de dezembro de 1960. Constituía-se numa entidade sem fins lucrativos, congregando pessoas físicas, não necessariamente do serviço público, e de pessoas jurídicas e cujo objetivo era captar verbas, sob a forma de donativos, contribuições e subvenções da iniciativa privada para a construção de escolas pré-fabricadas, cuja entrega para o funcionamento tinha um prazo muito curto.

Além dos financiamentos captados pela Fundação Otávio Mangabeira, verbas advindas do orçamento público anual foram empregadas nessa política, que planejava escolas de cinco salas de aula, além das áreas destinadas à administração e às salas ambientes. Eram prédios cujo padrão era único e simples, com materiais de baixo custo, que, inicialmente, tinham caráter emergencial e temporário. Era um modelo de escola pré-fabricada, que funcionaria para suprir algum déficit de vagas, enquanto os prédios "definitivos" seriam construídos.

O resultado parcial dessa política até 1963 demonstra que setenta e duas escolas já haviam sido efetivamente entregues à população escolar, totalizando quatrocentas e sessenta e quatro salas de aula, correspondentes a cerca de quatorze mil novas matrículas – sem contar as salas anexadas aos antigos prédios. Tal como previsto pelo governo Lacerda, a construção de escolas intensificou-se a partir de então: somente neste ano foram erguidas trezentas e dez salas em dezenove escolas.

Os edifícios construídos com verbas da secretaria seguiram um modelo arquitetônico único que se tornou característico do governo de Lacerda. Trata-se de prédios com revestimento externo em tijolos aparentes, com grandes janelas de basculantes de madeira. O tamanho das escolas construídas com verbas orçamentárias da Secretaria de Educação variava entre quatro e dezesseis salas de aula. Possuíam até quatro pavimentos, em que os três andares superiores destinavam-se a salas de aula ou que poderiam transformar-se em salas ambientes como uma biblioteca. No térreo concentravam as atividades burocráticas como secretaria e direção, e ainda o refeitório, a cozinha e ainda o gabinete médico-dentário.

A construção de escolas tornou-se, então, em uma das marcas do governo Lacerda. Ele teve a preocupação de forjar um projeto arquitetônico próprio que identificasse sua gestão, mas que não foi considerado por alguns professores, como tão bom quanto os prédios mais antigos, erguidos por governos anteriores, como foi ressaltado o projeto de escolas do período de Mendes de Moraes. É interessante o depoimento de uma das professoras que

lembrou que, durante o governo de Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal, as escolas eram muito mais abastecidas de materiais escolares para uso das crianças, do que na gestão de Lacerda.

> *Eram escolas mais amplas, mais arejadas, mais claras. As salas normalmente comportavam quarenta a quarenta e cinco alunos, mas permitiam a presença de até sessenta crianças. Eram áreas arborizadas, com amplos pátios para a recreação das turmas, homenageadas com painéis ou murais de pintores brasileiros – o que não existia na maioria das escolas construídas por Carlos Lacerda. (COSTA, entrevista)*

Durante o governo de Carlos Lacerda, a Secretaria Estadual de Educação investiu no desenvolvimento do Projeto Piloto. Este, que tinha por finalidade a melhoria do atendimento de crianças, sobretudo das regiões carentes, partiu da experiência envolvendo cinco escolas da rede oficial, para mais adiante se expandir para as demais instituições. O Plano recebeu recursos do acordo MEC/USAID, demonstrando suas opções em relação aos apoios financeiros captados para o desenvolvimento do Estado. Este projeto fez um amplo e minucioso levantamento da situação em que se encontrava a rede e de suas deficiências para apontar caminhos para as soluções das questões. Porém, o trabalho não teve prosseguimento. Não chegou a se concretizar para todas as escolas da rede oficial do Estado da Guanabara. Assim mesmo, representou, para a categoria na época, uma importante arma de propaganda da sua gestão e de sua imagem.

As professoras entrevistadas não conseguiram apontar, no período de governo do Carlos Lacerda, grandes modificações no campo pedagógico. Lembraram de que as escolas foram equipadas com coleção de livros para os professores, alguns aparelhos de áudio-visual, como projetores de slides e retro-projetores, e que os alunos passaram a receber livros didáticos. Os grandes investimentos restringiram-se, realmente, apenas à ampliação das matrículas e da rede escolar.

O fato lembrado como marcante por todas as professoras ouvidas refere-se à questão salarial. Elas expressaram a satisfação do professorado da época com a valorização profissional conquistada durante a administração do Lacerda.

> *Eu considero que o governo Lacerda foi a época em que os professores primários ganharam melhor. Não digo que os professores ganhavam bem, porque nunca se ganhou tão bem assim, mas que se tinha uma vida digna e que o salário de professor dava para se viver, isso dava.(ABREU, entrevista)*

Para as professoras primárias consultadas, o mito que envolve a figura do governador Carlos Lacerda está diretamente relacionado ao reconhecimento do magistério primário, através da valorização financeira e de todo o investimento realizado no campo da educação. Mas é importante frisar que esta situação salarial privilegiada, embora tenha sido mais valorizada por Carlos Lacerda, foi o legado de uma época em que o território fora sede do Distrito Federal – no qual, portanto, gozava de uma situação privilegiada, se comparada aos outros estados brasileiros.

> *Eu devo reconhecer que na época eu não era lacerdista. Eu não tinha muitas afinidades com o Lacerda, mas agora eu olho para trás, e não posso deixar de ver que se não fosse o Lacerda, talvez hoje o Rio estivesse vivendo uma situação bastante crítica, caso ele não fizesse todas as obras que fez na cidade. Hoje eu tenho que concordar que ele foi um bom governante. (TINDÓ, entrevista)*

Todas as professoras entrevistadas concordaram que essa "foi uma época áurea na educação" (ABREU, entrevista) da cidade. Consideraram o governo Lacerda a melhor administração que esse setor já vivenciou. E citam todas as medidas tomadas para ampliação do número de crianças matriculadas, tanto quanto a valorização salarial, como responsáveis para o seu bom governo. Mesmo as professoras assumidamente contrárias à política de Lacerda, argumentam que este foi o melhor governo para a educação pública.

> *A minha família era muito getulista. Só tinha um tio que era lacerdista doente; portanto, eram brigas homéricas. (...) Então, eu fui criada não gostando do Lacerda, que era o "pestinha". Mas com o passar dos anos a gente vê como foi grandioso o governo do Lacerda, ele era, realmente, uma pessoa de um temperamento muito difícil, uma pessoa de uma facilidade no discurso, que não houve igual. (VALLE, entrevista)*

O respeito que o governador da Guanabara demonstrava pela categoria do magistério primário foi a razão apontada para que as professoras se sentissem muito valorizadas. Ele instituiu, politicamente, a educação como uma das áreas fundamentais para garantir o desenvolvimento do estado que, como uma unidade da federação recém-criada, coube a ele a responsabilidade por estruturar.

Na prática, Lacerda reconheceu que tinha nas professoras da rede pública potencial muito grande de sustentação para o seu mandato e para suas ambições futuras. Além disso, compreendeu que se voltar para a educação, não apenas garantia apoio político dentre os que diretamente encontravam-se envolvidos, mas que significava expandir o apoio entre as

famílias dos profissionais e, também, dos pais e responsáveis dos alunos matriculados na rede oficial de ensino. O político deve sua autoridade, entre outras razões, à força da mobilização que consegue acumular (BOURDIEU, 2001:191).

Na verdade, o que podemos entender, partindo das afirmações das entrevistadas, é que o governo Lacerda ficou marcado como uma excelente administração, porque, nem os governos subseqüentes obtiveram o mesmo desempenho, nem o investimento na educação fora tão significativo. Uma das professoras, durante a entrevista, expressou-se assim:

> *Eu considero Lacerda o melhor governo que o Rio de Janeiro já teve, pelas melhorias, de um modo geral que ele implantou na cidade. (...). Eu me lembro que ele foi muito perseguido, e que as pessoas, por ocasião de sua eleição, diziam que ele não ia fazer absolutamente nada.(MACHADO, entrevista)*

A imensa empatia que envolvia a relação entre professoras primárias e o governador também tem origem no fato de que o seu partido – a UDN – representava os interesses da classe média nacional, grupo social a que pertencia a grande maioria da categoria. De certa maneira, era como se ele falasse e se comportasse como o esperado por essas moças, no que se referia ao trato da coisa pública e à corrupção nos meios políticos:

> *(...) a UDN pode ser considerada "partido das classes médias", no sentido de que era o único grande partido que se dirigia diretamente às classes médias – nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares – sobretudo através das denúncias de "proletarização" e da corrupção administrativa. (BENEVIDES, 1981: 217)*

O governo de Carlos Lacerda na Guanabara tem servido como exemplo de administração até os dias atuais. Vários políticos têm se sucedido na História do Rio de Janeiro, ligados aos mais diferentes espectros ideológicos, utilizando-se de práticas políticas que se assemelham às medidas lacerdistas. O atual prefeito - César Maia - em sua primeira gestão concentrou-se no modelo de gestão de Lacerda: "Foi tomando explicitamente o governo de Carlos Lacerda no estado da Guanabara como exemplo de "competência" a ser seguido que César Maia se elegeu prefeito da cidade derrotando a candidata petista, Benedita da Silva."(MOTTA, 2001:82)

Esses políticos exploram a discussão sobre a educação pública, demonstrando que essa é uma questão essencial para eleger um candidato. A construção de prédios

escolares, adotando um único modelo arquitetônico, tem também se mostrado uma boa propaganda de administração competente. A população dos setores mais carentes da sociedade reconhece essas obras públicas como fundamentais para a cidade, sem que seja importante garantir a qualidade dos serviços.

No entanto, cabe aqui destacar que toda a trajetória política de Carlos Lacerda esteve sempre ligada aos interesses da iniciativa privada. Basta lembrar que o momento em que ele se tornou o representante das escolas privadas, durante a década de 50, quando da apresentação e defesa do projeto de lei para a educação nacional – que viria a ser a Lei de Diretrizes e Bases – fez-se um dos grandes debates nacionais. As relações que Lacerda mantinha com os empresários do setor foram sempre muito próximas e evidentes. Um exemplo que ilustra essa afirmação foi a nomeação de um representante do setor para assumir a pasta da educação – Flexa Ribeiro.

Essa contradição é bastante evidente na gestão de Lacerda como governador na Guanabara. As relações políticas que contribuíram para a sustentação do seu mandato não tinham origem no serviço público. Faziam parte do empresariado ligado à iniciativa particular.

A política de Lacerda no sentido de construir novas escolas e ampliar o quadro de matrículas está em conformidade com um projeto político mais amplo. Era um projeto que ultrapassava os limites territoriais do estado. Até o projeto arquitetônico das construções seguiram um modelo padrão facilmente identificável que serviu de propaganda eleitoral de maneira bastante eficaz; até hoje o design é reconhecido como as "escolas do Lacerda". A sua finalidade era compor a imagem de um homem público associada às causas sociais, aproveitando-se das questões estaduais. Era fundamental identificá-lo como um bom administrador público para a sociedade brasileira. E as novas escolas oficiais cumpriam esse papel.

A grande meta de Lacerda era a de se credenciar para a Presidência da República. Todos os seus esforços e articulações convergiam para esse objetivo. Aproveitava-se do fato de que a Guanabara permanecia, ainda, como foco de atenção da política nacional. Além disso, o Rio de Janeiro mantinha-se como o palco principal de debates e de projeção para o resto do país. Condição fundamental para seus projetos era que ele realizasse um governo impecável, capaz de produzir efeitos que se refletissem na próxima campanha eleitoral para o executivo federal.

Lacerda utilizou-se do poder que a educação exerce sobre os cidadãos de uma localidade para promover-se politicamente. Esta foi a sua principal motivação para investir neste setor, tão importante para construir a imagem de um bom político.

> *(...) a redescoberta contemporânea do sentido político da educação não é apenas a tomada de consciência de seu poder mobilizador, de sua força como instrumento ideológico, de propaganda e controle por meio de uma adesão que, mais do que normatização de comportamentos é modelagem de consciências e subjetividades.* (*VALLE, 2001: 56)*

Ele utilizou a força da educação, que, ontem como atualmente, envolvia os pais ou responsáveis dos alunos, professores, e todas as famílias que os cercavam para projetar sua imagem de homem público sério e probo; merecedor da confiança da população.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 4ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V.* Trad. Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DPA, 1999.

LACERDA, Carlos. *Depoimento.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960 – 75).* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. *Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro.* LÓCUS – Revista de História. UFJF, Juiz de Fora, n.13, p.73 – 84, 2001.

VALLE, Lílian do. *Modelos de cidadania e discursos sobre a educação*. Teias – Revista da Faculdade de Educação da UERJ, Rio de Janeiro, nº. 3, ano 2, p.56-65, jan-jun/ 2001.

Fontes

Entrevista Profª Bertha Reis do Valle
Entrevista Profª Marly Abreu
Entrevista Profª Vilma Machado
Entrevista Profª Mitsi Costa
Entrevista Profª Marlene Adelayde Cabral Coutinho
Entrevista Profª Maria Luiza Tindó da Silva

Fundação Rockefeller e Eugenia no Brasil: via alternativa de cooperação

Elizabete Mayumy Kobayashi[1]
Maria Conceição da Costa[2]

Introdução

Falar de eugenia é análogo a mover-se num terreno arenoso, movediço. Num primeiro momento, o assunto remete a fatos como, por exemplo, o nazismo ou ao extermínio. Entretanto, é importante salientar a dinâmica existente no movimento eugênico e suas peculiaridades nos diferentes países. Este trabalho tem o Brasil como objeto de análise e a relação do movimento eugênico brasileiro e a presença da Fundação Rockefeller no país, no período compreendido entre 1900 a 1920. A questão-chave que este trabalho busca responder é: Qual teria sido a relação entre a Rockefeller e o movimento eugênico brasileiro? O primeiro passo para tentar responder à essa pergunta, foi efetuar um levantamento bibliográfico minucioso sobre os temas eugenia, Fundação Rockefeller e saúde pública no Brasil. Nosso argumento baseia-se no fato de que nas duas primeiras décadas do século XX, a eugenia, em terras brasileiras, era sinônimo de saneamento e higiene. A Fundação Rockefeller, por sua vez, teve atuação marcante no campo da saúde pública, especialmente naquilo que se relacionava ao saneamento e ao combate às doenças que assolavam tanto as áreas urbanas como as rurais. A junção de eugenia e saúde pública se faz notar nas palavras do médico e principal ativista eugênico Renato Kehl, em seu livro **Eugenia e Medicina Social,** de que "sanear era eugenizar".

Assim como no movimento eugenista de maneira geral, a relação entre a Rockefeller e o Brasil não se estabeleceu de uma maneira uniforme, ou totalmente harmoniosa, para nenhum dos lados. Primeiro: houve a necessidade de se negociar, e não apenas impor ações ao Brasil, já que este contava com uma classe médica que vinha se consolidando desde o final do século XIX. Ao mesmo tempo, a eugenia aqui defendida não pode ser classificada como semelhante àquela dos Estados Unidos ou na Europa. Enquanto, nesses países se falava em degeneração, aqui se defendia a regeneração de um povo que parecia estar condenado por um clima tropical, ou por sua constituição racial. Os sanitaristas

[1] Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
elisabetek@ige.unicamp.br
[2] Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
dacosta@ige.unicamp.br

tentavam desmistificar a visão de que o país era um paraíso tropical, exótico, ou um lugar condenado, sem salvação.

Fundação Rockefeller e movimento eugenista: panorama

Na introdução falamos da controvérsia existente quando o assunto se relaciona à Fundação Rockefeller e ao movimento eugenista. Em relação à Rockefeller, desde a constituição da entidade como fundação filantrópica pairava sobre as ações desta dúvidas em relação ao seu caráter estritamente benemérito. Três correntes discutem o papel da fundação e sua filantropia: a de visão negativa, outra que defende apenas o aspecto positivo e uma que critica esse maniqueísmo. De acordo com a primeira, essas fundações representariam uma influência corrosiva às democracias. A segunda defende o caráter exclusivamente altruísta e religioso dessas entidades. A última, por sua vez, alega que ambas correntes possuem visões simplistas a respeito do assunto (Castro Santos & Faria, 2003: 50-51).

A Fundação Rockefeller foi instituída como uma entidade filantrópica em 1914. Antes disso, porém, o patriarca da família John D. Rockefeller, membro atuante da Igreja Batista, já praticava a caridade por meio de ações dispersas. O mentor da fundação, como uma entidade organizada, com seus conselhos diretores, foi do também batista, Frederick T. Gates. Segundo Fosdick (1952), o próprio Rockefeller se referia a Gates como o "gênio" que passou a guiar as doações. Gates alegava que numa fundação, a fortuna dos Rockefeller estaria protegida de uma eventual desorganização dos herdeiros, naquilo que se referia à concessão de donativos. A instituição da Rockefeller enquanto fundação representou o refinamento nas pré-condições impostas inicialmente pelo milionário para concessão de donativos, bem como a remodelagem dos objetivos, concepções e modelos de atuação filantrópica. Entretanto, algumas normas iniciais permaneceram inalteradas como a "exigência da autonomia financeira das instituições beneficiadas, a identificação dos critérios de relevância apontados pela comunidade e, sobretudo, a necessidade de haver contrapartidas financeiras aos auxílios concedidos" (Marinho, 2001: 17).

Aqui a fundação norte-americana financiou, fomentou e, principalmente, se adaptou a uma comunidade médica já consolidada, tendo que negociar com seus hospedeiros. As decisões não foram simplesmente impostas pela Fundação. Os acordos realizados entre a Rockefeller e os governos estaduais passavam pela aprovação e consentimento do Governo Federal. Além disso, o pesquisador brasileiro tinha "autonomia na definição de objetos de pesquisa, ainda que houvesse certa delimitação de campo temático" (Costa & Faria, 2006: 182). A concessão de bolsas de estudos também foi uma das maneiras encontradas para a

transferência de conhecimentos. Vários profissionais brasileiros viajaram aos Estados Unidos para se aprimorar e replicar o conhecimento adquirido em seus países de origem. Essas ações seriam designadas mais tarde como "sementes iniciais": "a idéia designava claramente a vocação da Fundação Rockefeller para apoiar financeiramente estudantes, pesquisadores ou instituições criteriosamente selecionados que pudessem disseminar o modelo de ciência da instituição" (Marinho, idem: 25).

O pontapé inicial do movimento eugenista pode ser atribuído ao estatístico inglês, Francis Galton. No final do século XIX, Galton emprestou do grego *eugenés* (ou bem-nascido), o termo que cunharia de eugenia, para designar o movimento de melhoramento da raça humana.

Inicialmente, Galton defendia a preservação da "pureza" de grupos particulares, por meio do casamento – ou se preferirmos – do cruzamento, entre os "melhores". Dessa forma, a união garantiria uma boa "prole". Tal visão seria denominada como eugenia positiva (MacKenzie, 1976). A eugenia positiva de Galton se desdobraria em eugenia preventiva e negativa. A primeira integrava parte do programa social da eugenia que lidava com a erradicação dos "venenos raciais" (*racial poisons*), entre eles, as doenças venéreas (Stepan, 1991). A eugenia preventiva englobava a higiene da raça, preocupando-se com a puericultura, a educação sexual e a orientação pré-natal. Por sua vez, a eugenia negativa tinha como objetivo evitar a proliferação daqueles considerados "degenerados" (Castañeda, 2003). Para os defensores da eugenia negativa era preciso desencorajar tanto a maternidade, como a paternidade dos "inaptos" (*unfit*) (MacKenzie, idem). Entre esses três tipos de eugenia, a negativa se aplicaria a países como os Estados Unidos e a Alemanha. No caso do Brasil, haveria uma oscilação entre as três categorias da eugenia, predominando a eugenia preventiva e a positiva.

Eugenia, Saneamento e Fundação Rockefeller: uma outra face do movimento internacional

O pensamento eugênico brasileiro se ligou intimamente ao movimento sanitarista iniciado nas duas primeiras décadas do século XX. Dada essa ligação, cabe nos questionar a respeito da relação que se estabeleceu entre eugenia, saneamento e a Fundação Rockefeller.

No Brasil, a Fundação Rockefeller desempenhou um papel fundamental na consolidação de um programa de saúde pública, voltada para o saneamento e o combate de doenças como a ancilostomíase e a febre amarela, por exemplo (Castro Santos & Faria, idem).

A Rockefeller chega ao Brasil, não para exterminar os "degenerados" brasileiros, mas para instaurar programas sanitários que ajudassem na recuperação e na transformação do "Jeca Tatu", de Monteiro Lobato, em "Jeca Bravo". Ou seja, transformar uma população "infestada", segundo Kehl, "de feios, raquíticos, pálidos, barrigudos e papudos", doentes, cheios de verminoses, num povo "valente": "um Geca (sic) duro como guarantã, ativo, trabalhador, corado, musculoso, forte". Segundo o ativista, a eugenia transformaria os homens em "protótipos da força, da robustez, e da resistência, - patenteando assim, aos olhos do mundo o nosso valor, e tornando-nos dignos do grande país – que é o Brasil" (Kehl, 1923: 203).

A distância entre as alegações de Edwin Black[3] e as ações da Fundação Rockefeller no movimento eugenista torna-se ainda mais evidente ao se considerar que a eugenia no Brasil, na década de 1920, possuía características mais ligadas às medidas da eugenia preventiva, do que a eugenia negativa. O lema dos eugenistas era "sanear é eugenizar". As aspirações se voltavam ao resgate de um povo que ao contrário do que defendiam os europeus, não era degenerado, mas doente. Novamente, é preciso salientar que o movimento eugenista não pode ser avaliado como um bloco monolítico. Assim como nos Estados Unidos e Alemanha, a eugenia se desenvolveu de acordo com as características peculiares de cada país, no Brasil não foi diferente.

Assim como no movimento eugenista de maneira geral, a relação entre a Rockefeller e o Brasil não se estabeleceu de uma maneira uniforme, ou totalmente harmoniosa, para nenhum dos lados. Primeiro: houve a necessidade de se negociar, e não apenas impor ações ao Brasil: "A interação entre brasileiros e norte-americanos **não** foi marcada pela hegemonia destes sobre aqueles, mas, antes, por um relacionamento entre iguais". As negociações foram marcadas por "elementos de confiança e desconfiança, de acomodação e de tensão, de convivência harmonioso e hostil" (Castro Santos & Faria, idem: 10). Ao mesmo tempo, a Fundação Rockefeller, não desobedecendo aos objetivos de sua própria constituição, institucionalizaria sua proposta pedagógica, no que se referia à maneira de se pensar a saúde pública como um espaço de pesquisa, e não apenas de clínica médica, como se praticava no país.

[3] No livro **A guerra contra os fracos,** o autor Edwin Black defende a idéia de que as grandes fundações filantrópicas norte-americanas foram uma das principais financiadoras dos movimentos eugenistas americano e alemão. Black alega que graças ao apoio de fundações como a Carnegie e a Rockefeller, milhares de pessoas puderam ser esterilizadas ou exterminadas, como no caso do nazismo. Entretanto, o mesmo autor, no mesmo livro reconhece que na época do advento do nazismo, a Rockefeller havia encerrado suas doações a programas voltados para a eugenia. A aspiração de melhoria da raça não era exclusividade de alguns países somente. Mas um desejo praticamente unânime. Segundo Nancy Stepan é necessário se avaliar o movimento eugenista, levando em conta as peculiaridades de cada lugar.

Tal postura brasileira - não de resistência, mas de personalidade própria - demonstra o entrosamento dos médicos com o pensamento internacional. Isso não somente nas negociações com a Rockefeller, mas na dinâmica do movimento eugenista. Os principais envolvidos na eugenia brasileira, como Renato Kehl, Octávio Domingues e Roquette-Pinto se referiam constantemente a eugenistas de outros países, como o americano Charles B. Davenport ou ao alemão Alfred Ploetz, entre outros. Domingues (1933) comentava a repercussão do movimento em países como o Japão, China, Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Áustria e Espanha, fato que ilustra a conexão existente entre o movimento nacional e o estrangeiro. Kehl (1929), considerado o principal representante da eugenia brasileira, alegava que as preocupações com a eugenia no Brasil surgiram a partir das discussões realizadas no Primeiro Congresso Internacional de Eugenia realizado em 1912, em Londres.

Essa sintonia, porém, não significou que o movimento brasileiro tenha, simplesmente, absorvido a tendência estrangeira. O contexto mundial acabou por fomentar a busca por um nacionalismo próprio. No período da Primeira Guerra Mundial, o Brasil assistiu a uma geração de um novo nacionalismo. Enquanto na Europa se discutiam questões voltadas para a degeneração racial, aqui se defendia a necessidade de regeneração social. Além disso, a partir da guerra, o fluxo de imigrantes, intenso em 1886, diminui, obrigando os fazendeiros, como foi o caso específico das lavouras cafeeiras paulistas, a zelar pelas condições de saúde da força de trabalho nas fazendas (Castro Santos, 2004).

Muitos dos problemas enfrentados no período colonial como os surtos de varíola, ancilostomíase, cólera, febre tifóide, beribéri e disenterias que assolavam tanto as casas-grandes como as senzalas, ainda eram enfrentados no período republicano. No começo do século XX, a igreja, as associações beneficentes e irmandades religiosas, como as Santas Casas de Misericórdia, continuavam a atuar como os principais agentes responsáveis pela assistência médica à população. As ações voltadas para a assistência sanitária eram descentralizadas e de responsabilidade das Câmaras Municipais. Essa dispersão representava um desperdício nos esforços no melhoramento da saúde do povo brasileiro. A necessidade de centralizar as ações de saúde na esfera do governo federal transforma-se numa questão nacional. Reivindicações pela reforma da higiene desnudam o descaso das políticas públicas nas áreas de saúde durante o Império e nas primeiras décadas da República. O Estado era chamado às suas responsabilidades na centralização e autonomia dos serviços de saúde pública. (Castro Santos & Faria, idem).

A publicação, em 1916, dos relatórios das expedições científicas de Arthur Neiva e Belisário Penna no nordeste do país, expôs as precárias condições médico-sanitárias e

sociais dessa população e os tipos de doença que enfrentava. Após essa jornada, Neiva e Penna se tornariam veementes propagandistas da necessidade premente de uma reforma sanitária, não somente nas cidades, mas principalmente, nas zonas rurais (Castro Santos & Faria, idem). Penna criticava a corrupção política da república e a inatividade do governo (de todas as esferas: municipais, estaduais e federal) em agir no campo da saúde e na assistência à pobreza. Para ele, não era a raça que fazia dos sertanejos e caboclos incapazes, mas as doenças epidêmicas e endêmicas que assolavam os sertões (Stepan, 1991). O sanitarista denunciava o total abandono dessas populações, com 80% da população analfabeta, e uma grande parte assolada pela leishmaniose, tuberculose, sífilis, disenterias, ancilostomíase, malária e febre amarela. O problema sanitário, dizia ele, era o mais grave para a salvação econômica do país e os únicos estados preocupados com o sanitarismo em áreas rurais eram São Paulo e o Rio Grande do Sul, os demais se concentravam nas áreas urbanas (Castro Santos & Faria, idem).

Em 1915, um ano antes da publicação do relatório Neiva/Penna, chegava ao Brasil a primeira comissão de especialistas da Fundação Rockefeller para avaliar as condições gerais de saúde pública e ensino médico na América Latina. Segundo o diretor da Junta Internacional de Saúde da Rockefeller, Wickliffe Rose, havia interesses em comum entre as duas "Américas", despertados pela Primeira Guerra. O Brasil, na visão de Rose, era um país estratégico e de importância fundamental na América do Sul, dadas suas proporções geográficas e a oportunidade que este oferecia de "abrir fronteiras" com os países vizinhos. Rose, em seu relatório, destaca também as conquistas brasileiras em medicina preventiva e o consentimento do governo brasileiro às atividades da missão. As comissões posteriores chegariam à região em 1916, com objetivos mais específicos e visavam identificar centros de ensino médico dispostos a implantar disciplinas de higiene e saúde, para capacitar profissionais atuantes em prevenção e campanhas de saúde pública".

A cooperação estabelecida entre a Fundação Rockefeller e o Brasil, no que diz respeito às questões de saúde pública, também pode ser considerada como uma peculiaridade do movimento eugenista brasileiro, ainda que, o pensamento eugenista dominante na época no Brasil fosse europeu. A questão do saneamento logo se impôs: "acreditava-se que as más condições médico-sanitárias e sociais eram prejudiciais, por um lado, ao comércio e à imigração européia e por outro, à própria tarefa de construção da Nacionalidade" (Castro Santos & Faria, idem: 42- 43). As ações, por sua vez, foram pautadas por um modelo norte-americano, que privilegiava o saneamento, pode-se considerar aí outro traço destacado por

Stepan (2004), no movimento brasileiro: a cooperação entre movimento de saneamento orientado pelo meio ambiente e o movimento hereditário da eugenia.

Os anos de 1920 podem ser considerados a época na qual a saúde pública seria considerada uma questão social para o país. Nesse mesmo período, as diretrizes da Fundação Rockefeller se associavam "às campanhas sanitárias, por identificar na enfermidade a origem da miséria" (Marinho, idem). No Brasil e no restante da América Latina, saúde pública e eugenia eram sinônimos, pelo menos no começo do movimento. O próprio Kehl defendia no livro **Eugenia e Medicina Social,** que o alcance da eugenia era quase infinito e que "instruir é eugenizar, sanear é eugenizar" (Kehl, 1923: 20).

A década de 1920 foi um período fértil, para a geração de ações de saúde pública. De 1 a 7 de outubro de 1923, realizou-se o Primeiro Congresso da Sociedade Brasileira de Higiene. Até o início da década de 1930, foram realizados mais quatro congressos. A partir do segundo, os congressistas passaram a discutir temas relacionados "aos aspectos da ética profissional, ao patriotismo da ação higienista, ao seu caráter técnico de intervenção na realidade social e (...) ao seu significado para a "melhoria da raça" (Luz apud Castro Santos & Faria, idem: 34). Um dos mais destacados congressistas, Amaury Medeiros, reafirmava a crença na "função essencial" que desempenharia a educação higiênica "na formação eugênica da raça" (idem).A tônica dos congressos residia nas questões relativas aos problemas da urbanização e industrialização. Essa mudança de ênfase, das áreas rurais para as urbanas, marcaria a década de 30 (Castro Santos & Faria, idem).

Conclusão

Fundação Rockefeller e eugenia brasileira, qual a relação entre esses dois assuntos? Como defendemos logo na introdução, abordar a eugenia é análogo a se movimentar num terreno arenoso. Se na Europa e nos Estados Unidos, o movimento apresentou características voltadas para uma eugenia negativa, no Brasil, houve o predomínio da eugenia positiva e, principalmente, da eugenia preventiva.

Entre as décadas de 1900 a 1920, a eugenia brasileira era sinônimo de saneamento. Isso se reflete nas primeiras obras do ativista e médico Renato Kehl ao proclamar que "sanear é eugenizar". Defendia-se por aqui a regeneração de um povo, que ao contrário do que consideravam os europeus, não era degenerado, mas doente.

A Rockefeller embora não tenha participado diretamente do movimento eugenista brasileiro, atua por meio de uma via alternativa, ao fomentar e financiar programas voltados para a saúde pública, em especial ao saneamento.

Em toda bibliografia analisada não há menção direta da participação da fundação na eugenia brasileira, mas ao estabelecermos um diálogo entre o material abordado, observa-se o entrelaçamento entre a eugenia, a saúde pública e Fundação Rockefeller no Brasil. Isso pode ser considerado como uma das especificidades do movimento eugenista de maneira geral, como alega a autora Nancy Stepan, ao defender a necessidade de se abordar a eugenia levando em conta seus diferentes aspectos e momentos históricos.

Referências bibliográficas:

BLACK, E. (2003) **A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior.** Trad. Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa Editora

CASTAÑEDA, L. A. (2003) "Eugenia e Casamento". **História Ciência Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro: vol. 10, n. 3, set./dez.

CASTRO SANTOS, L. A. (2004) **"Poder, ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica".** In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D.(org.) **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz

CASTRO SANTOS, L. A . & FARIA, L. R. (2003) **A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República.** Bragança Paulista, EDUSF

COSTA, M. A. da & FARIA, L. R. (2006) "**Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e dA Fundação Ford".** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 1, pp. 159 a 191

DOMINGUES, O. (1933) **Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios.** São Paulo: Companhia Editora Nacional

FOSDICK, R. B.(1952) **The Story of the Rockefeller Foundation.** New Jersey: Transaction Publishers, 1989

KEHL; R. (1923) **Eugenia e Medicina Social – problemas da vida.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª ed.

_____. (1929) **Lições de Eugenia.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves

MACKENZIE, D. (1976) "Eugenics in Britain". **Social Studies of Science**, 6, pp. 499-532

MARINHO, M. G. S. M. C. (2001) **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)** Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco

STEPAN, N. (1991) **The Hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America.** New York: Cornell University Press

_____. (2004) **"Eugenia no Brasil, 1917 - 1940".** In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D.(org.) **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ordem x desordem:
os inquéritos sobre os policiais militares do batalhão tocantins do norte goiano.

Mariseti Cristina Soares Lunckes*

Resumo
Durante o governo dos militares, os batalhões de polícia tinham como função garantir a ordem pública e a partir de 1964, tiveram também o papel de força auxiliar do Exército Brasileiro, inseridos nas ações de Segurança Nacional, para eliminar os "insurgentes e guerrilheiros". No antigo norte goiano, os relatos sobre os movimentos de resistência contra o Regime Militar são silenciados pelas autoridades do Batalhão Tocantins. Dentro desse contexto de silêncios, algumas narrativas são encontradas nos inquéritos abertos para averiguações das atividades dos policiais militares em serviço. Nesses inquéritos (IPM) encontram-se indícios sobre a atuação do Batalhão Tocantins contra a presença de "insurgentes e guerrilheiros" que traziam a desordem para a região. Os policiais militares, ao contrário, eram representados como homens da ordem e eram vistos como defensores da pátria brasileira.
Palavras-chave: Batalhão Tocantins, ordem, desordem.

Abstract
During Brazil military ruler ship, the state police was in charge of keeping public order and since 1964 it also had a role in the Brazilian army as an auxiliary force, taking part in the national security action, to eliminate the "insurgents and guerrillas". In the region where in the past was called the north of *Goiás*, the account about resistance movements against the military regime was silenced by *Tocantins* battalion authorities. In this context of silence, some narratives are found in the internal bulletins and open inquiries aimed at the investigation of the state police officer's activities on duty. In these inquiries, there are evidences of *Tocantins* battalion's action against the "insurgents and guerrillas" that brought disorder to the region. These police officers were described as Brazilian fatherland protectors.
Keywords: Tocantins battalion's, order, disorder.

> *"Somos herdeiros de grande patrimônio que é a Polícia Militar, nossa estrutura deve obedecer aos princípios da organização militar (...) como um meio eficiente para atender sua missão profícua: o policiamento. A Polícia Militar é um órgão complexo por excelência, intimamente ligado aos reclames sociais (...)."* (COSTA, Cel. Carlos. Batalhão Tocantins: BI nº. 74, de 13.04.1967).

1- O Norte Goiano: breve contexto histórico.

Escrever sobre a problemática da ordem e da desordem, a partir da apresentação da documentação do Batalhão Tocantins, como os Boletins Internos[1] e os Inquéritos Policiais

[1]*Professora do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, mestre em História.

Militares (IPM) [2], requer uma contextualização histórica sobre a região dentro das mudanças ocorridas após 1964. Segundo as autoridades militares, dois acontecimentos são significativos para o norte goiano: a construção da Belém-Brasília[3] e a transferência do Batalhão de Caçadores Tocantins de Pedro Afonso[4], cidade localizada às margens do Rio Tocantins, para a recém emancipada cidade de Araguaína, situada na margem da nova rodovia. A modernidade sonhada e esperada por autoridades e moradores e trazida pela estrada fazia parte de um conjunto de representações que buscava visibilidade e inclusão no contexto regional e nacional. Ou seja, o progresso[5]. Mas este traz consigo uma forma de desordem característica das frentes de expansão e de novos espaços urbanos.

É dentro desse contexto de mudanças empreendidas pelo Regime Militar para áreas de expansão territorial que projetos governamentais permitem a valorização da terra e as migrações internas para o norte de Goiás. Cabe ao Batalhão Tocantins inserir na região novos padrões de comportamento e organizar a desordem trazida pelos novos sujeitos sociais, estabelecendo a ordem para, juntamente com as autoridades locais, transformar Araguaína em uma cidade de referência no âmbito regional. Estas mudanças são vistas pelas autoridades

---

Os Boletins Internos (BI) estão divididos em quatro partes: na primeira parte publicam-se as funções de escala policial para os serviços diários; na segunda parte "Instrução", são publicados os regulamentos disciplinares e as orientações dos comandantes para as paradas cívicas, comemorações de datas importantes para a Polícia Militar (Dia do Trabalho, Dia da Independência, Aniversário da Revolução de 1964, Dia do Soldado...). Na terceira parte estão os assuntos gerais e administrativos relacionados ao destacamento de praças para as localidades do norte de Goiás, notícias do Comando Geral, promoções, pagamento de salários, compras para o almoxarifado, atestados de saúde e alimentação. Na quarta parte há os dados sobre justiça disciplinar, onde se encontram as correções disciplinares, exclusão de soldados, assim como os tipos de contravenção (embriagues, indisciplina, desrespeito às convenções sociais, falta de decoro, da moral e bons costumes), além dos elogios disciplinares e despachos de IPM's.

[2] IPM: os Inquéritos Policiais Militares são textos breves que apresentam os motivos e desfechos das investigações realizadas conforme Decreto-lei de 13 de março de 1967. O Artigo 18 do referido Decreto-lei reza que "a organização e o funcionamento da Justiça Militar estadual serão regulados em lei especial. Parágrafo único: o foro militar é competente para promover e julgar o pessoal das PM's por crimes definidos em lei como militar.".

[3] Vários foram os impactos trazidos pela Belém-Brasília: os demográficos – migrações das cidades ribeirinhas para as margens da BR; os urbanos – as cidades foram crescendo de maneira desequilibrada pelo processo migratório de outras regiões do país; os econômicos e financeiros – supervalorização das terras, latifúndios, grilagem, expulsão dos sertanejos de suas terras, surgimento de bolsões de miséria, subemprego, prostituição. (LIMA, 2006: 25). A Belém-Brasília teve seus primeiros trechos em Araguaína construídos em 1959, sendo inaugurada em 1960 e a pavimentação concluída na primeira metade da década de 1970.

[4] Pedro Afonso transformou-se em município autônomo em 25 de julho de 1898, através da Lei nº. 179, desmembrado de Porto Nacional. Foi elevado à categoria de cidade em 13 de julho de 1907. Importante ponto geo-econômico da região devido a sua localização geográfica, nas confluências dos rios do Sono e Tocantins, que eram as vias de comunicação da época e escoavam toda a produção econômica da região. O Município perdeu sua importância geo-econômica com a construção da BR 153 (Belém-Brasília).

[5] Na década de 1960, a recém emancipada cidade de Araguaína sofreu um surto de crescimento. Hospitais foram instalados; o Batalhão Tocantins (3º BPM) chegou à cidade em 19 de agosto de 1965. Em 17 de janeiro de 1972 já tinha uma sede própria com instalações amplas e modernas; a SUDAM instala-se na região em 1967, incentivando a produção e exportação de produtos primários como a pecuária e a extração de minérios; a usina hidrelétrica do Corujão é construída, assim como estradas vicinais pelo governo militar para a região do Bico do Papagaio, local de intensos conflitos agrários. Em 1970, os maiores fazendeiros do norte de Goiás estavam instalados na cidade de Araguaína.

militares como um meio de diminuir os distúrbios sociais, como afirma o Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás, Cel. Israel Coppio:

> *" ... a missão principal da corporação (...) reformular costumes políticos, sociais e econômicos, tendo em vista dar ao país a posição que lhe compete no mundo contemporâneo. (...) livre da ação de uma minoria desagregadora que (...) insiste em perturbar a ordem e a tranqüilidade pública..."* (BATALHÃO TOCANTINS: BI nº.29 de 12/02/1970)

Os acontecimentos do período são um indicativo significativo da eleição do norte goiano pelas autoridades militares como espaço estratégico da política de Segurança Nacional e de um modelo de desenvolvimento e de integração contra as outras forças políticas, como as comunistas, as populistas e as nacionalistas de esquerda. Nas colocações do Comandante Geral da Polícia Militar goiana, observa-se que os policiais militares foram inseridos na política de Segurança Nacional como força auxiliar do exército brasileiro, apresentando um discurso autoritário e centralista, não permitindo pressões dos diferentes segmentos sociais, pois o novo regime buscava implantar no Brasil uma nova ordem. Desde 1965, o Batalhão Tocantins normatiza e dissemina os novos projetos dos governos militares para o interior goiano através de seus destacamentos em cidades e vilas como:

> "*Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Tocantinópolis, Miracema do Norte, Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguatins, Arapoema, Aurora do Norte, Babaçulândia, Brejinho do Nazaré, Axixá, Colinas de Goiás, Cristalândia, Dois Irmãos, Dueré, Estreito, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Guará, Itacajá, Itaguatins, Itaporã, Lizarda, Miranorte, Monte Carmo, Nazaré, Paraíso do Norte, Pedro Afonso, Peixe, Pequizeiro, Piaçá, Pium, São Sebastião, Sítio Novo, Tocantínia, Tupirama, Tupiratins, Xambioá...."* (BATALHÃO TOCANTINS: BI nº.13 de 14/01/1970*)*

Pelas colocações acima, percebe-se a organização de um aparato de vigilância pelas autoridades militares. O cerceamento das liberdades e direitos civis se deu a partir da efetivação de um aparato repressivo e concreto organizado pelas estruturas militares (CARVALHO, 2004). O olhar atento do poder autoritário do novo regime, representado pelos policiais militares do Batalhão Tocantins de Araguaína, tem como meta principal expandir a vigilância para os diferentes setores e espaços da sociedade norte goiana. A presença efetiva dos policiais militares e do exército que buscam reformular costumes e "mentalidades" faz parte de um projeto de Nação, que está presente inclusive no interior das instituições. Nos estados, o cargo de Secretário de Segurança Pública e de Comandante Geral das polícias militares era exercido por oficiais do exército brasileiro, como o Cel. Renato Pitanga Maia relata em seu discurso: "A pessoa de seu atual comandante, embora pertencer as fileiras do glorioso Exército Nacional, nem por isso deixa de ser com justificável orgulho fazer parte

integrante desta centenária polícia militar (...)". (BATALHÃO TOCANTINS, BI nº. 167, de 28.08.1968). Aos policiais militares também era exigido, por seus superiores, respeito e dever cívico, além de um comportamento exemplar dentro e fora dos batalhões e destacamentos. Nas décadas de 1960 e 1970 constata-se um aumento significativo de "corretivos disciplinares" aplicados aos soldados policiais militares em decorrência de crimes praticados contra civis, indisciplina, embriagues, falta de decoro moral, freqüência de locais incompatíveis como prostíbulos. Transgressões disciplinares reveladoras de um conflito existente entre o tipo de soldados projetado pelo regime militar e o perfil de homens que faziam parte dos batalhões de Polícia Militar do norte de Goiás[6]. Os mesmos deveriam "(...) dar ao povo (...) a garantia de que necessitam para um labor tranqüilo e honrado". (BATALHÃO TOCANTINS, BI nº. 29, de 29.02.1970). Sendo assim, a normatização e a ordem são princípios para o desenvolvimento e progresso. Segundo o Comandante Geral, Cel. Renato Pitanga Maia:

> *"Novos horizontes se abrem para a polícia militar, até o progresso explosivo de Goiás. E vós que se honram (sic) de pertencer a esta milícia, estejam abertos para acompanharem este vertiginoso surto de progresso, pois ele já embala o Brasil inteiro. Não se olvidem jamais que vós sois aqui, o alicerce sobre o qual se forma os princípios da legalidade, da ordem e da justiça."* (BATALHÃO TOCANTINS, BI. Nº. 167, de 28.08.1968).

O coronel chama atenção, em seu discurso, para o impacto do crescimento do país, do milagre econômico e do projeto desenvolvimentista trazido para Goiás. Este discurso é utilizado pelo coronel para justificar as práticas do autoritarismo do novo regime e a importância dos policiais como agentes da ordem contra uma "minoria desagregadora", símbolo da desordem. A presença dos policiais militares em áreas de expansão torna-se relevante dentro do novo projeto de vigilância da sociedade civil. Com os Batalhões de Polícia, a presença do Estado autoritário se efetiva e se instala no norte goiano, legitimada pela política de Segurança Nacional e alicerçada pelas diretrizes do Exército Brasileiro através dos Regulamentos Internos de Serviços Gerais presentes no Batalhão Tocantins a partir de 1967[7]. Ou seja, o Batalhão Tocantins e seus soldados foram instalados em uma região de conflitos para intervir contra os "insurgentes" contrários ao "surto de progresso". É função dos mesmos alicerçar a ordem, a legalidade e a justiça, sendo este tipo de ordenamento

[6] LUNCKES, Mariseti C. Soares. Projeto de pesquisa "Fontes Documentais do 2º Batalhão de Polícia Militar de Araguaína: 1967-1987" vinculado à linha de pesquisa História Local e Regional: Identidades do grupo de pesquisa História Social: Fragmentos e Sínteses da UFT.

[7] Os Regulamentos normatizam as competências dos órgãos que compõe a aparelhagem burocrática e administrativa das corporações militares. Além das funções que devem ser desempenhadas por cada segmento policial, constam também os símbolos e os cerimoniais militares.

e normatização da sociedade exigido e buscado pelo Regime Militar, principalmente em áreas de expansão e de conflitos onde deve ser normatizado, legitimado e definido o que deve ser normal, como a ordem que significa aceitação do novo projeto político, obediência às instituições através de um "um labor tranqüilo e honrado*"*. E o que é anormal, como a desordem, definida pelas autoridades como desagregação dos diferentes seguimentos sociais, reivindicação e perturbação da ordem pública dentro do novo espaço social do norte goiano. Na década de 1970, dentro do contexto dos movimentos contra o Regime Militar em áreas rurais, faz-se necessário que o comando geral das Polícias Militares e o Exército desenvolvam mecanismos de formação dos policiais militares dentro de suas corporações.

No Batalhão Tocantins realiza-se, em 1971, o primeiro curso de formação de soldados para atuar contra aos "inimigos da nação" e auxiliar o Exército brasileiro contra os guerrilheiros na Guerrilha do Araguaia[8]. Em seu plano de curso os soldados policiais militares tinham que ser aprovados nas seguintes matérias: "instrução básica militar, educação física, higiene e socorro de urgência, ordem unida, relações humanas, emprego policial, ataque e defesa, informações de policiamento, movimentos revolucionários, maneabilidade, segurança e aquartelamento". (BATALHÃO TOCANTINS: BI nº. 19 de 27/01/1972).

Pelas colocações feitas, pode-se observar que os policiais militares são incluídos no projeto de Segurança Nacional do Regime Militar e tem como função legitimar e executar as ações do Estado autoritário, mas ao mesmo tempo são alvo das ações desse mesmo Estado. No curso de formação de soldados aparece de forma sistematizada a preocupação por parte da Secretaria Técnica de Ensino do Comando Geral da Polícia Militar de formar um "bom" soldado, que seja "dócil" e que esteja aberto aos instrumentos institucionais utilizados para transformá-lo e aperfeiçoá-lo. Uma disciplina construída por técnicas minuciosas. "Uma anatomia política do detalhe" (FOUCAULT, 2001:120). O conteúdo do curso de formação de

[8] Não é objetivo deste trabalho escrever sobre a Guerrilha do Araguaia, mas, devido ao contexto da documentação produzida pelos policiais militares do Batalhão Tocantins que silenciam os acontecimentos que envolveram o mesmo e o Exército Brasileiro no cenário dos eventos referentes ao movimento de resistência Guerrilha do Araguaia são necessárias algumas considerações. Os policiais militares e Exército, legitimados pelo contexto da Política de Segurança Nacional e de forma institucionalizada são preparados para eliminar os não inseridos e resistentes que não se enquadram à política nacional no extremo norte goiano. Segundo moradores de Xambioá, desde 1966 chegaram pessoas consideradas "diferentes" que foram logo percebidas por homens e mulheres que, "esquecidos" pelo governo central, buscavam resolver seus problemas com os saberes e fazeres da comunidade local (MOURA, 2004) e (MORAES E SILVA, 2005). Outro aspecto a ser considerado é o plano operacional nº 0001/73, que organiza a Operação Araguaia e aciona a Polícia Militar na área do Batalhão Tocantins para auxiliar o Exército contra a guerrilha e simpatizantes. O Batalhão Tocantins deveria "estabelecer barreiras fixas e móveis em todas as rodovias do norte e embarcadores dos rios (...) e intensificar o seu policiamento (SOUZA, 1999. p. 132). As cidades envolvidas na Operação Araguaia foram: Araguaína, Xambioá, Arraias, Araguatins e Paraíso do Norte. O Batalhão Tocantins também recebia os prisioneiros que deveriam depor em Brasília. Na documentação pesquisada existe um silêncio sobre este envolvimento da Polícia Militar.

soldados preocupa-se com o corpo de seus homens que devem estar prontos para agir na defesa dos interesses de um poder autoritário que os recruta. Aos policiais militares cabe legitimar e executar as ordens de seus superiores em defesa da pátria brasileira.

2- Os policiais militares e os movimentos contra o Regime Militar.

Na primeira metade da década de 1970, as relações de convivência entre os diferentes setores da sociedade se chocam com o projeto de desenvolvimento das autoridades militares que não inclui posseiros, pequenos agricultores, que vivem da extração da riqueza da floresta e da agricultura de subsistência. Os moradores das "matas" e trabalhadores rurais e urbanos são esquecidos pelas autoridades que pautam pela legalidade e justiça. Leis estas que legitimam o poder dos grandes proprietários de terra criadores de gado e grileiros.

A partir de 1968 é registrado um número significativo de visitas de autoridades estaduais e militares ao Batalhão Tocantins, assim como um acréscimo de medidas legislativas com o objetivo de aumentar o número do efetivo para o controle e vigilância das cidades e vilas do extremo norte goiano. Em 1968 foi criada a diretoria de policiamento militar do interior (DPMI) pelo Decreto-lei nº. 43/68. O DPMI era encarregado de planejar todas as atividades policiais no interior do Estado de Goiás.

Os relatos sobre os movimentos de resistência contra o Regime Militar são silenciados pelas autoridades do Batalhão Tocantins. Dentro desse contexto de silêncios, algumas narrativas são encontradas nos Boletins Internos e nos Inquéritos Policiais Militares realizados pelas autoridades para averiguações das atividades dos policiais em serviço, quando ocorrem enfrentamentos e mortes de soldados e dos sujeitos considerados pelos relatos das autoridades do alto-comando como "insurgentes", "guerrilheiros", "subversivos" e "terroristas". O relato abaixo apresenta as representações que os policiais militares constroem sobre aqueles que não se inserem e resistem ao governo militar e também as representações de si próprios dentro do contexto da ordem e desordem.

> *"[...] Pela conclusão das averiguações policiais a que mandei proceder através do presente IPM instaurado na cidade de Paraíso do Norte, verifica-se que o destacamento policial daquela cidade, assassinou no dia 15 de fevereiro de 1972, o terrorista Arno Preiss, codinomes "Werniê" e "Arael" membro da ALN, com o curso de guerrilha em Cuba e que usava a carteira de identidade "fria" com o nome de Patrik Mc Bundy Cormick, foi no estrito cumprimento do dever legal, considerando que no mesmo dia o subversivo em referência havia assassinado o ex-soldado Luzimar Machado de Oliveira e ferido gravemente o Soldado PM Gentil Ferreira Mano, sendo minutos depois os outros policiais do destacamento de Paraíso do Norte fizeram cerco policial para a captura do assassino e o mesmo resistindo à prisão foi morto. Pelo que determino: I – Seja solicitado ao Exmº Sr. Cel. Cmt. Geral da Policia Militar, promoção à graduação imediata do 3º Sgt José*

> *de Ribamar Santos, Soldados Edmilson Almeida Cruz, Soldado Antônio Mendes da Silva, Gentil Ferreira Mano e Pós-Morte ao Ex-soldado PM Luzimar Machado de Oliveira, pela coragem, bravura e heroísmo por haverem eliminado da Pátria brasileira mais um conspirador da mesma; II – Seja solicitada ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, promoção à graduação imediata, dentro de sua categoria de Policial-Civil Benedito Luiz de Paiva por ter sido o mesmo um herói na perigosa missão citada no item anterior (...)".* (CORREA, Ten. Cel. Jorge, Comandante do 3º BPM, BI n° 53, de 16/03/1972).

Na conclusão do IPM, os policiais foram isentados de qualquer crime, pois pelo Decreto-lei 317 de 13 de março de 1967, em seu capítulo 1, sobre definições e competências da Polícia Militar, o artigo 2 reza que os policiais militares devem "... reprimir grave subversão de ordem ou ameaça de sua erupção..." (BATALHÃO TOCANTINS: BI nº. 168, de 31.08.1967).

Os Boletins Internos do Batalhão Tocantins registram ainda o trabalho dos policiais militares nos destacamentos do interior que deveriam intensificar o policiamento nestas cidades:

> *"De Itaguatins-GO. Sr. Ten. Cel. do 3º BPM Araguaína-GO: Comunico V. Excia, que por minha determinação, hoje nas imediações desta cidade, destacamento policial, local, reforçado pelo de Itaguatins, ambos sob o Comando do Asp. Vanderlan Araújo, efetuaram a prisão de indivíduos que dias atrás trocaram tiros com a polícia de Imperatriz. Estes elementos fazem parte possivelmente de alguma organização terrorista, razão porque foi comunicado. Informa posto policial federal Estreito. É solicitado providência, visto o acontecimento, necessário se faz a permanência do Aspirante Vanderlan, nesta cidade, por mais alguns dias, antes de seguir viagem para Belém para objetivar esclarecimentos ainda duvidosos (...)".* (CASTRO, João Batista de: Juiz de Direito de Itaguatins. BI n° 56, de 21/03/1972).

Outra narrativa relevante dos movimentos contra o regime militar está presente no processo de despacho referente ao assassinato de Arno Preis, considerado terrorista pela Polícia Militar:

> *"Item VII. Processo: Despacho: Tendo em vista o que consta o presente processo em que a PM/1 propõe a Graduação de Cabo PM, pelo princípio da bravura, do soldado PM Gentil Ferreira Mano, por haver sido o mesmo julgado incapaz definitivamente para o serviço militar, em conseqüência de ferimento recebido em serviço (...) destacado na cidade de Paraíso do Norte, quando tentava efetuar prisão do terrorista Arno Preis (...) o Ex-Soldado PM Luzimar Machado de Oliveira, que juntamente com o policial acima, foi ferido e em conseqüência veio a falecer, tendo sido promovido "Pos-mortem" pelo princípio de bravura e o militar acima enfocado até o presente momento não foi beneficiado pelo ato praticado, que diretamente ou indiretamente, beneficiou a Pátria em ver-se livre de um terrorista de alta periculosidade".* (FILHO, Cel. Israel Cóppio, Comandante Geral da PMEGO, BI n° 214, de 10/11/1972).

Pelas narrativas da Polícia Militar, a eliminação dos "guerrilheiros e terroristas" responsáveis pela desordem traz o restabelecimento da segurança interna do extremo norte goiano, pois é competência das Polícias Militares atuarem de maneira repressiva em caso de perturbação da ordem. As autoridades militares, ao elogiar os policiais do círculo de praças,

reconhecem os seus feitos pelo restabelecimento da normalidade. A presença de "terroristas" representa uma afronta ao regime militar, uma anormalidade, uma transgressão contra o Estado-Nação e uma ameaça à segurança nacional. Percebe-se, na documentação levantada, que havia por parte das autoridades militares (Exército e Polícia Militar) uma necessidade de punir aqueles que lutavam contra o regime legitimado pela institucionalização dos meios de repressão, pautados no discurso de ordem e desordem e da necessidade de tranqüilidade e sossego público para que as mudanças sociais e econômicas do período se efetivassem em "harmonia". Para as autoridades militares, o Brasil passava por um surto de desenvolvimento nunca antes visto e Goiás, depois de séculos de exclusão da política econômica nacional, se insere "nos novos horizontes e no vertiginoso surto de progresso que embalava o Brasil inteiro" (BATALHÃO TOCANTINS: BI nº. 167, de 1968). Dentro desse contexto, o silêncio e o esquecimento do Estado são formas de "apagamento" que elimina os insurgentes. Dar visibilidade ao movimento de resistência ao regime militar significaria assumir a grandiosidade da exclusão social que o novo regime legitimou, ficando claro que o vertiginoso progresso do Brasil e de Goiás não era para a maioria da população brasileira, mas sim para uma minoria. Eis o porquê do silêncio das autoridades militares do Batalhão Tocantins em relação aos movimentos de resistência contra o projeto de nação do regime militar e da busca permanente em manter a ordem no norte de Goiás.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e incertezas.* Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Revista Brasileira de História. Vol. 24, nº. 47. São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões.* 24 ed. Petrópolis; Vozes, 2001.

GUIMARÃES, Gilfran Costa. *Estudo e problematização das fontes documentais da Polícia Militar: Batalhão Tocantins (1968-1970).* Palmas: UFT, 2006. Relatório final de PIBIC.

LEMOS, Renato. Poder judiciário e poder militar (1964-1969). In CASTRO, Celso (org.). *A nova história militar brasileira.* Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 409-438.

LIMA, Sebastião. *A face oculta do programa rodoviário tocantinense: rememorando o passado, administrando o tempo presente.* Araguaína: UFT, 2006. Monografia de conclusão do Curso de História.

MATTOS, Marco Aurélio V. L de, SWENSON Jr. Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985).* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha.* São Paulo: Geração, 2005.
MOURA, Carla Larissa. *Guerreiros x guerrilha.* Palmas: UFT, 2004. Projeto de pesquisa PIBIC.
REIS, Ivoneide Muniz. *Construção e organização do espaço social do Norte de Goiás (1934-1966): "novos sujeitos, novos espaços".* Palmas: UFT, 2004. Relatório final de PIBIC.
SOUZA, Cibeli de. *História da Polícia Militar de Goiás.* Goiânia: O Anhanguera, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Refletindo Religião e Atualidade

Cássia Maria de Oliveira[1]

Resumo: Este artigo pretende refletir as relações entre educação, religião e contemporaneidade, com base na obra de Benjamin denominada Teses de Filosofias da História, também conhecida como Sobre o conceito da História para se pensar o que a religião poderá nos proporcionar para pensar a atualidade.
Palavras-Chaves: religião- educação- contemporaneidade

Resume: Cet article prétend réfléchir les rélations entre education, religion et actualité em base sur l`oeuvre de Benjamin dénommé Teses de Philosophies de l` Histoire, aussi connu comme Sur lê concept de l`Historie pour se penser le quel la religion poudra nos proportionner a penser l`actualité.
Palavras-Chaves: Religion- Education- Actualité

Compreender com o fato inédito do retorno da obrigatoriedade do ensino religioso, os desafios singulares do capitalismo contemporâneo que perpassam na educação constitui objetivo de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no ano de 2006 que se interroga sobre o que a religião poderá nos fornecer para pensar a atualidade? Que subjetividades singulares são produzidas por meio da violação da constituição, na escola pública?

A importância de uma reflexão sobre as manifestações religiosas, sobretudo no campo educacional, se deve a uma preocupação em relação aos desafios, conflitos e tensões gerados no âmbito da cultura da escola pública brasileira provocados pelo ensino religioso e pela presença do pentecostalismo. No processo de construção do objeto, a temática da manifestação religiosa foi sendo identificada com o crescente número de profissionais evangélicos, no espaço escolar, que provocam interrogações e objeções a uma prática pedagógica que sempre incorporou determinadas expressões da cultura popular (festa junina, carnaval etc.) e as situações vividas na sala de aula de uma universidade particular e no trabalho realizado na rede pública com professores da educação infantil.

Entre as motivações que me levaram a examinar as manifestações religiosas e o ensino religioso na escola pública está também o desejo de compreendê –las como uma chave que nos permite abrir para os desafios da contemporaneidade, uma vez que Bauman reconhece *que "os movimentos religiosos de hoje têm uma capacidade singular de revelar*

[1] Cursando o doutorado em educação na UERJ – Rio.

os males da sociedade, sobre os quais eles têm seu próprio diagnóstico". (BAUMAN,1998 p. 226).

Bastante influenciada pela reflexão de Bauman acerca do fundamentalismo e contemporaneidade com uma abordagem que abrange todo um campo ético, político, sociológico e pelo pensamento inovador de Benjamin em relação ao materialismo histórico e à teologia, proponho o desafio de realizar o entrecruzamento entre o social e a história com a área educacional para compreender as tensões políticas singulares presentes na relação escola pública e contemporaneidade, por meio das manifestações religiosas no cotidiano escolar e daquilo que acontece no ensino religioso das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro.

Na verdade, busca-se uma história que rompa com a noção do tempo linear, do tempo cronológico, da passagem de uma época à outra.

Diante do desafio do entrecruzamento entre o social e o histórico entende-se que, seria necessário fazer uma breve discussão sobre essa questão e em relação ao pensamento inovador de Benjamin no que se refere ao materialismo histórico e o messianismo, ou melhor, sobre como essa discussão aparece em Lowy e Gagnebin.

Entrecruzamento entre o Social e a História

A partir da segunda metade do século XX, constata-se um avanço do social no campo da história como nos relata Angela de Souza Martins no texto intitulado Educação e História Cultural.

Segundo a autora, essa aproximação entre o social e o histórico é resultado de investigação histórica baseada no marxismo e na Escola dos Annales. Ambos buscaram mudar o estudo da história.

Para Martins, "*a prioridade das relações sociais na interpretação da história permite um enfoque interdisciplinar e uma busca de uma história que apreenda o econômico, o mental, o social e o político"*, o que possibilita dialogar com outras ciências humanas. (2006, p.112)

Nessa perspectiva, Benjamin traz contribuições importantes para a história, pois apresenta uma concepção profundamente original de filosofia da história apoiada em três fontes: romantismo alemão, messianismo judaico, marxismo.

Do ponto de vista benjaminiano, uma época incorpora a outra através de fragmentos históricos.O passado é recuperado como um fragmento da memória que diz respeito às gerações passadas e presentes. Assim, busca

> *"captar a dissolução de uma época e a formulação de uma outra, o que configura em seus textos imagens dialéticas, que contêm em si mesmas a extensividade do relato histórico, mas também a intensividade da experiência que o autor realiza através de sua rememoração e de sua indagação política sobre o estatuto teórico do presente"*. (FERREIRA,2006, p.51).

Benjamin propõe a constituição de uma filosofia histórica materialista voltada ao problema do presente que se apresenta sob forma de mosaico, de fragmentos que se interrogam e se complementam através da rememoração ou uma contra-memória "*em que não há empatia imediata entre passado e presente, mas configurações insuspeitadas, ou seja, fruto de novas relações entre o acontecido e a contingência do presente*".(FERREIRA,2006, p.42).

Nesta perspectiva o presente tem a noção de imagem dialética que resgata um aspecto, um fragmento, um relampejo do passado visto como tempo inacabado, uma tensão entre um passado que se encaminha ao presente que o identifica e recolhe como "problema seu" que se propõe à superação das contradições entre o passado e o presente, a teoria e a prática e assim o presente ganha uma abordagem estética. Com isso, ele funda um conceito de presente como um "agora" no qual se infiltram estilhaços do messiânico... Ele afirma que *"é preciso identificar o ponto em que nos encontramos a fim de compreender o passado que se revela aos nossos olhos..."*. De acordo com Benjamin, o historiador materialista *"realiza uma experiência no tempo histórico, ao interromper o fluxo linear dos acontecimentos, devido a sua ânsia em compreender o não-acabamento do próprio passado"*. (FERREIRA,2006,p.41) Com esse entrecruzamento entre passado, presente e futuro, ele mostra a relação entre messianismo e marxismo.

A concepção de história de Benjamin constitui *"uma forma heterodoxa do relato da emancipação: inspirando-se em fontes messiânicas e marxistas, ela utiliza a nostalgia do passado como método revolucionário de crítica do presente"*. (BENJAMIN,2005,p.15)

Materialismo Histórico e Messianismo

Em Benjamin encontra-se uma ligação entre o messianismo e o materialismo histórico, não como uma combinação ou síntese, mas sob a perspectiva do messianismo *como a volta ao passado, para servindo-se dele colocar o presente numa situação crítica.* É uma sistematização admirável dedicada a uma série de questões fundamentais como o progresso, religião, história, utopia, revolução e política. Toda sua obra pode ser considerada

> *"como uma espécie de "aviso de incêndio" dirigida a seus contemporâneos, um sino que repica e busca chamar a atenção sobre os perigos iminentes que os ameaçam, sobre as novas catástrofes que se perfilam no horizonte". (LOWY,2005,p.32)*

Nesta perspectiva, adotamos as Teses de Filosofias da História de Benjamin, que vem gerando diversas interpretações da sua obra, também conhecidas como *Sobre o conceito da História* escritas em um quarto de exílio entre setembro de 1939 (início da Segunda Guerra) e abril de 1940 (construção do campo de concentração de Auschwitz). Com as teses, Benjamin propõe

> "*uma história "a contrapelo": não aquela dos vencedores,mas aquela que poderia ter sido outra, que foi sufocada, mas deixou interrogações, lacunas, brancos que são tantos sinais de alteridade e de resistência; esses sinais, cabe ao presente, justamente, reconhecê-los e, quem sabe, retomá-los e assumir suas promessas de alteridade e de resistência na luta histórica e política atual. (GAGNEBIN, 1999,p.52)*

Lowy adota uma visão marxista e teológica que busca convergir o materialismo e messianismo. Gagnebin considera que essa interpretação da obra de Benjamin possibilita uma apreensão global do pensamento do filósofo.No entanto, Jeanne – Marie Gagnebin aponta questões referentes à distinção entre religião e teologia, em relação a essa leitura baseada em um paradigma fundamentalmente religioso para compreender o estatuto da história humana, material, concreta, com a intenção de elucidar melhor o assunto, em especial no pensamento e obra de Benjamin. Usa um tom provocativo quando pergunta "por que Benjamin lhe teria atribuído tamanha importância e dedicado tantos trabalhos, se essa mesma história devesse ser, na realidade, tão somente uma espécie de parêntese infeliz entre o Paraíso (perdido) e sua última restauração". E utiliza como principal argumento a revisão com máxima seriedade de determinados textos na separação rigorosa entre a esfera do religioso e a do político e à aplicação desse paradigma religioso ao pensamento de Benjamin. Na leitura de Lowy, essa relação entre materialismo histórico e messianismo é explicada por Benjamin quando aborda o conceito de redenção que é um dos principais para entender o seu conceito teológico. Ele o situa

> *"em primeiro lugar na esfera do indivíduo: sua felicidade pessoal pressupõe a redenção de seu próprio passado, a realização do que poderia ter sido mas não foi. Essa felicidade pressupõe a reparação do abandono e da desolação do passado.A redenção do passado é simplesmente essa realização e essa reparação, de acordo com a imagem de felicidade de cada indivíduo e de cada geração". (LOWY, 2005, p.48).*

Segundo Lowy, Benjamin passa da redenção individual para a reparação coletiva quando considera que *"não há progresso se as almas que sofrem não têm direito à felicidade e à realização",* o que significa conceber a redenção, sobretudo enquanto rememoração histórica das vítimas do passado no sentido da consciência humana histórica reparar o futuro dos seres humanos que morreram, tornando o presente a ação redentora, o tribunal de justiça que se orienta também pela rememoração, pela história, pela política para oferecer aos protestos que vem do passado, a supressão, a reparação das injustiças passadas e a realização da utopia social, o restabelecimento do Paraíso pelo Messias e a sociedade sem classes pelo marxismo.

Do ponto de vista de Lowy, é necessário tanto a rememoração do sofrimento, das lutas passadas enquanto consciência histórica das injustiças passadas ou a pesquisa histórica, quanto a redenção do sofrimento, a reparação das injustiças passadas, *"da desolação das gerações vencidas, e a realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar"* para realizar a tarefa messiânica/revolucionária atribuída pelas gerações passadas que se realiza no presente. Para ele, *"não haverá redenção para a geração presente se ela fizer pouco caso da reivindicação das vítimas da história"*. Dessa forma, a redenção é o relampejo do *passado que se revela aos nossos olhos* do presente. O que lhe interessa, no passado, é a luta até a morte entre opressores e oprimidos. Assim, ele compreende a redenção de modo teológico e profano e o *marxismo como o herdeiro e o executante testamentário de vários séculos de lutas e de sonhos de emancipação*.

A idéia de correspondência no pensamento benjaminiano é fundamental para a compreensão da redenção de modo teológico e profano porque significa buscar sempre a equivalência entre o sagrado e o profano, a teologia e a política, ou seja, *"é preciso encontrar seu significado social e político". (LOWY,2005 p.89).*

Para Benjamin, segundo Lowy, a tarefa do Messias na esfera do sagrado corresponde a revolução na esfera do profano. Essa noção é tão essencial ao pensamento benjaminiano como o conceito de presente que se traduz em imagens de salvação que podem ser chamadas de dialética que representam a *"intervenção salvadora" que tem por objeto*

tanto o passado quanto o presente: história e política, rememoração e *redenção são inseparáveis.* O messianismo como o materialismo são lembranças de uma promessa e o apelo a uma transformação radical que se encontram na exigência *"de uma salvação que não consistia simplesmente na conservação do passado, mas que seja também uma transformação ativa do presente". (LOWY,2005 p.53)* Noutras palavras, foi a coincidência entre redenção e revolução que atraiu Benjamin para o marxismo na leitura de Lowy.

Entretanto, Gagnebin, cita o início do Fragmento teológico-político escrito nos anos 20 para recolocar a discussão com a visão materialista e teológica e se contrapor a essa visão de equivalência entre o Reino de Deus (paraíso perdido, sagrado, messianismo, teologia) e o Reino da Liberdade (sociedade sem classes, profano, revolução, materialismo) e a correspondência entre o messianismo e marxismo em que critica a concepção de um vir-a-ser histórico (profano), cuja apoteose seria a vinda do Reino de Deus e, de maneira simultânea ou sinônima, a do Reino da Liberdade. Se existe essa correspondência do Reino de Deus (sagrado, teologia) com o Reino da Liberdade (profano, materialismo), essa equivalência deve ser afastada do ponto de vista benjaminiano porque colocá-los como meta histórica, pode significar o fim da dinâmica histórica devido ao profano ter sido construído como doutrina do conhecimento que está de acordo com a edificação do sagrado com sua dimensão de fé, de crenças fundamentadas em certezas que fragilizam a relação teologia e política, ou seja, quando o profano (saberes) mantém uma relação com a religião no sentido de tornar-se um conjunto de doutrinas e práticas-corpo doutrinário-que tem dimensão de crença regida pela ideologia do progresso, impede o combate com o fascismo porque acredita que a história caminha no sentido do progresso.Assim, perde-se a possibilidade de inovação política.

Gagnebin começa a argumentar sua crítica a essa visão de equivalência entre o Reino de Deus e o Reino da Liberdade com a preciosa indicação de Benjamin:

> *"o próprio Messias, apenas ele, é que perfaz todo o advir histórico, no sentido que só ele liberta, cumpre, leva ao cabo a sua relação com o próprio messianismo. Eis por que nada de histórico pode, por vontade própria e por si mesmo, querer se referir ao messiânico. Eis por que o reino de Deus não é o telos da dinâmica histórica; ele não pode ser posto como meta...". (GAGNEBIN,1999,p.195)*

Benjamin ao afirmar que *"o reino de Deus não é a meta, mas o fim da dinâmica histórica",* retoma na ocasião das teses Sobre o conceito de história quando escreve que *"Messias interrompe a história; o Messias não surge no final de um desenvolvimento".* Em

Benjamin na leitura de *Gagnebin,* a redenção não se confunde com a idéia de salvação e nem de conservação do passado pelo trabalho do historiador e pela prática da rememoração. Se a redenção livra, é porque ela destrói e dissolve, não porque mantém e conserva. *"E o Messias nos livra justamente da oposição entre o histórico e o messiânico, da oposição entre o profano e o sagrado". (GAGNEBIN,1999, p.198)*.

Neste sentido que entendemos a "distinção entre a ordem das metas (a propalada questão da teologia na história) que é a ordem do profano e do político, e a instância do fim da história" feita por Benjamin. Noutras palavras, a teologia, no pensamento benjaminiano, tem a importância do profano, ou seja, não é uma construção especulativa dogmática, mas um discurso ou um saber paradoxal cujo objeto lhe escapa de qualquer objetividade. "Assim, a teologia seria o exemplo privilegiado da dinâmica profunda que habita a linguagem humana quando essa se empenha em dizer, de verdade, seu fundamento, em descrever seu objeto e, não o conseguindo, não se cansa de inventar novas figuras e novos sentidos". Esse paradigma de um discurso oriundo da teologia que se definira por sua insuficiência, pela impossibilidade transcendental e constitutiva de apreender o próprio objeto, habita no cerne da tradição filosófica e poética contemporânea. *"Se Deus é o primeiro e, talvez o mais radical, desses significados insondáveis e indizíveis, ele não é o único. Nem a beleza do mundo nem o sofrimento humano podem verdadeiramente ser ditos".* (GAGNEBIN,1999, p.200).

Esse conceito de teologia que parece guiar o pensamento de Benjamin e

> *"as figuras teológicas e messiânicas comprovam sua eficácia suprema ao serem, por assim dizer, totalmente absorvidas, até desaparecerem, pelo mundo profano. Esse profano embebido de sagrado é o irmão da prosa libertada, que será a do mundo messiânico, de acordo com vários fragmentos da época das teses. Neste sentido, que a realização messiânica é também a realização da felicidade terrestre.* (GAGNEBIN,1999, p.198).

Para a compreensão dessa prosa, Gagnebin destaca no Fragmento teológico-político *"o próprio Messias, apenas ele, é que perfaz todo o advir histórico, no sentido que só ele liberta, cumpre, leva ao cabo a sua relação com o próprio messianismo".* Em outras palavras

> *"O Messias só virá no momento em que tiver conseguido tornar-se dispensável. Tal Messias não vem para instaurar seu Reino, ao mesmo tempo consecutivo ao reino terrestre e diferente dele. Ele vem justamente quando já não se precisa dele, virá um dia depois de sua chegada, não virá no último dia, mas no derradeiro".(GAGNEBIN, 1999,p.198).*

No pensamento benjaminiano, a teologia é a lembrança de que os discursos dos saberes humanos têm a dimensão de incompletude e de singularidade e vivem dessa fragilidade, isto é, *"uma retomada sem fim, um caminhar sempre reiniciado, uma multiplicidade de percursos"*. A tradição filosófica compreende essa visão a partir do conceito de verdade.

Nesse sentido, "no pensamento benjaminiano", o paradigma teológico não funciona como aquilo que propiciaria uma resposta (religiosa) às perguntas dos homens; antes seria, pelo contrário, o que abala os edifícios, tão bem construídos, dos sistemas lógicos, especulativos ou políticos.Aí também, o caráter destruidor benjaminiano está agindo para preservar a possibilidade da salvação. *(GAGNEBIN,1999,201).*

É dessa teologia que continuamos precisando. "*Pelo menos, diria talvez Benjamin, até o Messias interromper a história e livrar, dissolver, resolver o antagonismo do profano e do sagrado*". *(GAGNEBIN,1999,201).*

Gagnebin também chama atenção para a distinção entre religião e teologia. Ressalta que o termo religião aparece nos textos de juventude de Benjamin, mas que o vocábulo vai desaparecendo e o termo teologia vai aparecendo e assumindo uma importância crescente e argumenta que o interesse de Benjamin pelo fenômeno religioso se deve a sua leitura de Weber (ligação entre protestantismo e capitalismo), de Nietzsche (o conceito de dívida, culpa, característico da religião) e de Simmel (o conceito de culto, outra característica da religião). Ele assimila a temática da religião por meio de duas noções fundamentais: o desencantamento do mundo de Weber e a morte de Deus de Nietzsche.

Considerações Finais

A educação enquanto prática social enfrenta o desafio que começa com o entrelaçamento entre o social e o histórico e caminha em direção ao debate sobre manifestação religiosa, ensino religioso na escola pública com a finalidade de buscar a compreensão dos desafios singulares do capitalismo contemporâneo que perpassam na educação.

Diferentemente do que se verificava à época moderna em que o processo de laicização foi a característica marcante para desenvolver a pedagogia moderna (laica, racional, científica), a pedagogia contemporânea se destaca por um ressurgimento da religião. Este fenômeno significa uma virada inesperada dos acontecimentos.

Consideramos que o fundamentalismo como a cultura híbrida são expressões dessa mudança histórica que ajudam a compreender as dificuldades que enfrentamos no presente, esta constatação nos levou a entender a história como entrecruzamento do novo como velho.

Referências Bibliográficas

BAUMAN,Z, (1998). *O mal-estar da pós-modernidade.*Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MARTINS, A. de S., (2006). *Educação e História Cultural: Algumas Reflexões Teóricas* in História, cultura e educação. Campinas: Autores Associados

FERREIRA, M. S., F., NÁDIA, S.R., TOURINO, C. (2006). *Ensaios Sobre o Pensamento Contemporâneo*: Proclama.

BENJAMIN, W., (2005) CULT *Walter Benjamin Crítica e redenção*. Aner nº106 set/2006 – ano 9.

_____(1994) *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e política.* São Paulo: Brasiliense.

LOWY, M., (2005).*Walter Benjamin: aviso de incêndio*.São Paulo: Boitempo.

GAGNEBIN, (1999) *IN Estudos Avançados 37 Dossiê Memória*. v.13 nº37 – set/dez.USP.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Vespúcio descobre a América", de Jan Van der Straet, dito Giovanni Stradano. Representação da modernidade ou do corpo do mundo?

Flavia Galli Tatsch*

Resumo: O objeto de estudo deste trabalho é a gravura Vespúcio descobre a América, de Jan Van der Straet, dito Giovanni Stradanus, inserida na série publicada com o título de Nova Reperta. Imbuída pelo espírito que via na afirmação das invenções científicas a conquista mais importante do homem do Renascimento, as estampas davam testemunho da modernidade que se apresentava. A interpretação dessa imagem não pretende ficar circunscrita à idéia inicial do anúncio da chegada de uma Nova Era. Propõe-se, então, outra reflexão a partir da representação da América na imagem da índia nua que se levanta da rede para falar com o europeu. Seu cabelo, sua nudez são convites ao erótico. Para Michel de Certeau, a visão do corpo nu se alterna entre o diabólico e o divino. O corpo nu da índia é como o corpo do mundo, que se oferece aos olhares e inquisições da curiosidade.
Palavras-chave: Stradanus – Américo Vespúcio – América

Abstract: The subject of study of this paper is the engraving Vespucci discovers America by Jan van der Straet, known as Giovanni Stradanus, included in the series published under the title Nova Reperta. Well within the spirit that saw the introduction of scientific invention as the most important achievement of the Renaissance man, the pictures bore testimony to the upcoming modernity. The interpretation of this depiction does not intend to limit itself to the initial idea of an announcement of the arrival of a New Age. So what is then proposed is a different reflection, starting from the portrayal of America as an unclothed native woman who rises from her hammock to greet the arriving European. Her hair, her nakedness, are invitations to eroticism. To Michel de Certeau, the vision of the naked body alternates between the diabolic and the divine. The naked body of the native woman is likened to the body of the world, which offers itself to the looks and inquiries of curiosity.
Keywords: Stradanus – Amerigo Vespucci –America

Este artigo visa apresentar algumas conclusões referentes à pesquisa de doutorado, em andamento, que venho desenvolvendo em História Cultural na Unicamp. Meu projeto busca compreender o impacto e os significados de um determinada iconografia do Novo Mundo, que acabou por servir como fonte de construção de um tipo de imagem da América.

Jan van der Straet (ca. 1523-1605) – dito Giovanni Stradano, ou Giovanni di Giovanni della Strada Fiammingo ou, simplesmente Stradanus -, flamengo, nasceu em Bruges

* Doutoranda em História Cultural, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

filho de uma família nobre empobrecida. Seus primeiros estudos se deram em Antuérpia, aonde chegou a ser mestre da guilda de pintores San Luca em 1545. Depois de uma breve estadia em França, partiu para Florença por volta de 1550, integrando o programa iconográfico de Giorgio Vasari – com quem aprendeu as técnicas pictóricas e gráficas largamente empregadas pelo artista aretino – para a reestruturação do Palazzo Vecchio[1]. Com a morte de Vasari, em 1574, e o fim do período de Cosimo, muitos artistas partiram da cidade em busca de oportunidades e favorecimentos de outros mecenas. Não foi diferente com Stradanus que trabalhou em Roma, Nápoles e Pisa.

Em viagem à Antuérpia, desenvolveu assídua colaboração com os mais produtivos e importantes impressores de gravura da Europa em fins do *Cinquecento*. O processo de impressão de uma gravura contava com a participação de diferentes artistas: o inventor ou desenhista – o *inventor* –, o incisor – *sculpist, scalpist* ou ainda, indicado por *fecit* –, e o impressor. Em suas obras, der Straet é sempre indicado como *inventor*, o que o identifica como autor dos desenhos reproduzidos nas gravuras. Não tardaria muito para que o flamengo alcançasse grande fama também neste setor, elaborando séries ou desenhos únicos, quase sempre executados sob encomenda.

Em 1587, já de volta a Florença, entrou em contato com a prestigiosa instituição de escritores e estudiosos de ciência como a *Accademia Fiorentina* e a *Accademia degli Alterati*. Nesta última, Stradanus chamou a atenção de um de seus mais ilustres membros, Luigi Alamanni, que encomendou uma série de ilustrações[2] do *Inferno*, de Dante Alighieri. "Devoto do espírito aristotélico que via na afirmação das invenções científicas a mais importante conquista do homem renascentista" (VANNUCCI, 1997: 57) e encantado com as descobertas e novidades do Novo Mundo, Alamanni solicitaria ao flamengo a elaboração de outras gravuras nos oito anos que se seguiram, acompanhando atentamente o desenvolvimento dos desenhos: "para muitas dessas invenções, Stradanus teve que, seguramente, seguir as indicações precisas fornecidas pelo próprio *committente* que lhe enviava descrições detalhadas dos assuntos ou das fontes literárias (...). Para outras, podia se inspirar em composições já existentes (...)"(VANNUCCI, 1997: 57).

Das várias séries de gravuras que surgiram nesse período, interessa abordar duas delas: *America Retectio* e *Nova Reperta* (*Novas Descobertas*). Enviados à Antuérpia, os desenhos foram gravados na oficina do gravador e editor Phillip Galle (1537-1612). Tratava-

[1] O Palazzo Vecchio, por vontade de Cosimo I de Médici, tinha se tornado o emblema do renascimento cultural de Florença, novamente sob domínio do poder dos Médici depois de anos de oligarquia republicana.
[2] Conservadas na Biblioteca Laurenziana, em Florença.

se de um tipo de publicação ilustrada na forma de folhetos[3] que tinha como objetivo lembrar eventos contemporâneos.

AMERICA RETECTIO

Elaborada por volta de 1589 – data indicada no desenho preparatório que se encontra na Biblioteca Laurenziana – *America Retectio* é formada por um frontispício e três outras gravuras que têm como tema principal as diferentes viagens de Cristóvão Colombo, Américo Vespúcio e Fernão de Magalhães. Para cada imagem, elaborada com uma riqueza de símbolos, existe uma legenda descrevendo os feitos individuais. Todas as quatro representações merecem um estudo mais detalhado, porém somente a gravura de Fernão de Magalhães[4] (imagem 1) será analisada aqui.

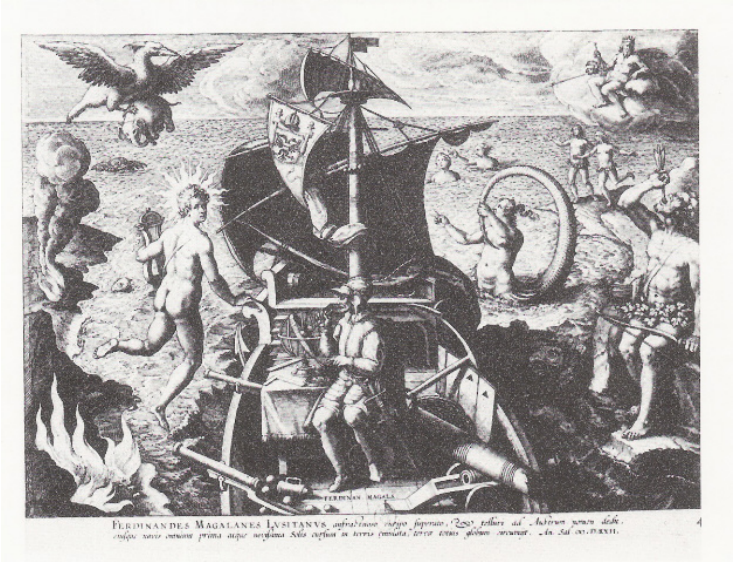

Imagem 1. FERNÃO DE MAGALHÃES. "Ioannes Stradanus inven./Adrianus Collaert scalp.,/ Phls Galle excudit.". Ca. 1589, gravura em cobre, ca.200mm x ca.270mm. Paris, Biblioteca Nacional. Referência fotográfica: Milano, Jandi Sapi Editori, Archivi Arte Antica.

Segundo Wittkower, historiador da arte, é evidente a intenção do artista, a saber, a representação dos momentos decisivos da jornada de Magalhães: a visão do Pacífico e os pontos mais a ocidente do estreito (WITTKOWER, 1977: 94). O navegador português encontra-se no centro da imagem, voltado para oeste; ao seu lado estão os instrumentos náuticos que o auxiliam a seguir o curso de navegação. É curioso notar que comanda o navio

[3] Esse tipo de impressão também era conhecido como *flugblattern* ou *Historiches-Bilder*. Poucos exemplares sobreviveram ao tempo.
[4] Essa gravura seria publicada posteriormente por Theodor de Bry em suas *Grandes Viagens*, parte X..

sem colocar a mão no leme ou nas velas; na verdade, é o deus Apolo, à esquerda da embarcação, quem pilota. A travessia não é fácil e as aventuras vividas no oceano lhe renderam um mastro quebrado.

A gravura contém diversos sinais a serem decifrados, alguns oriundos da mitologia clássica, outros do imaginário medieval e outros, ainda, de narrativas de viagens ao Oriente. As figuras de Apolo, das nereidas e da sereia são emblemáticas: o deus-sol puxa a embarcação para garantir que o mastro quebrado não tire o navegador da rota a ser seguida. À direita, a travessia é acompanhada pacificamente pelas nereidas, personificações das ondas do mar. Em contraposição a esses sinais de boa aventurança, a sereia indica a tragédia: a morte de Magalhães em meio à expedição.

Na parte superior vemos, à direita, Aeolus sentado em seu trono enviando ventos favoráveis. À esquerda, um pássaro de tamanho excessivo carrega um elefante: aparentado ao grifo grego, bem como ao *Smirgh* iraniano e ao G*aruda* indiano, o gigantesco pássaro *roc* deve seu renome a um episódio das *Mil e Uma Noites*, protagonizado por Simbad, o Marujo. Curiosamente, uma história parecida é contada por Marco Polo, que afirmava ter visto tal pássaro na ilha de Madagascar. (MAGASISCH e AIROLA, 2000: 238). Stradanus também se inspirou na obra de Giovanni Battista Ramusio (1485-1557), *Delle Navigationi et Viaggi*[5], para elaborar a indicação da Terra do Fogo; assim como nas narrativas de Antonio Pigafetta – que acompanhara Magalhães em sua viagem ao redor do mundo – para representar o indígena da Patagônia que insere flechas em sua própria garganta:

> *A medicina dos gigantes – Mesmo sendo selvagens, esses índios desenvolveram uma espécie de medicina. Quando estão doentes do estômago, por exemplo, em vez de tomarem um purgante, como nós, eles introduzem uma fecha na boca, o mais que podem, para provocar o vômito, expelindo uma matéria verde mesclada com sangue* (PIGAFETTA, 2005: 63).

Stradanus, observador sempre atento, não esconde um crescente interesse pela atualidade, pelos eventos históricos e pelas descobertas geográficas e científicas (VANNUCCI, 1997: 57). Ainda que a viagem de Magalhães significasse algo de novo, não se trata de uma representação totalmente baseada em elementos visuais "desconhecidos". Era necessário seguir um sistema já conhecido: "se você introduz uma imagem completamente fora dos registros tradicionais das convenções visuais, ela não trará os elementos a partir dos quais possa ser interpretada; portanto, toda visualização tem de seguir um sistema de

[5] Publicada em Veneza entre 1550 e 1559.

convenções" (SEVCENKO, 1996: 120-121). Daí a apropriação dos símbolos da mitologia clássica e do imaginário medieval. A novidade que se apresentava estava caracterizada na indicação da Terra do Fogo e na figura do indígena.

NOVA REPERTA

A pedido de Alamanni, Stradanus criou outra série de gravuras à qual denominaria *Nova Reperta*, que seguiu uma longa tradição de catálogos de invenção. Testemunha da modernidade que se apresentava, o frontispício trazia os ícones de nove invenções, que podemos aglutinar em quatro temas principais: a descoberta da América, a conquista por parte do homem da matéria e do movimento, a racionalização da atividade agrícola, as artes gráficas e sua mecanização a partir da imprensa. Muitas dessas invenções, anteriores ao século XVI, foram consideradas como identificadoras de uma era moderna em virtude dos efeitos e transformações na vida e cultura dos europeus (PARK e DASTON, 2006). Assim,

> *Stradanus e alguns de seus contemporâneos deram a impressão de que em sua época a cultura dos Gregos e Romanos, tradicionalmente tida como modelo a ser comparado, tinha sido superada. Neste ponto de vista, a arma de fogo, o compasso e a imprensa – assim como a descoberta da América – eram símbolos de uma Nova Era na qual (como representado no frontispício de* Nova Reperta*) a nova epistemologia da ciência estava destinada a suceder a antiga teoria da sabedoria* (BOOGAART, 1992: 260).

Vespúcio descobre a América (imagem 2) aparece em *Nova Reperta* logo em seguida ao frontispício. A interpretação dessa imagem não pretende ficar circunscrita à idéia inicial do anúncio da chegada de uma nova era. Propõe-se, então, uma outra reflexão a partir da representação da América na imagem da índia nua que se levanta da rede para falar com o europeu. À primeira vista, apreendemos a América nua, o olhar fixo no português, sentada em uma rede, cabelos compridos, enfeite na cabeça, ornamento na canela direita e fio de penas que lhe cobre a genitália. Vespúcio segura na mão um astrolábio e na outra um estandarte com a cruz do sul – atributos de seus conhecimentos astronômicos. Ao fundo, um grupo de canibais similar a muitos outros que ilustravam mapas (HONOUR, 1975).

Imagem 2. VESPÚCIO DESCOBRE A AMÉRICA. "Joan Stradanus Invet. Philip Galle (e Hans Collaert) Excudit." Ca. 1589, gravura em cobre, 203 mm x 273 mm. Paris, Biblioteca Nacional. Referência fotográfica: Milano, Jandi Sapi Editori, Archivi Arte Antica.

Vejamos, agora, o vocabulário iconográfico desta alegoria. Assim como em *America Retectio*, existe a incorporação do Novo Mundo ao Velho em termos de sua continuidade com o passado, principalmente no que se refere à forma de representação da América. Podemos, brevemente, assinalar as convenções que incidem sobre a índia: moça bela, jovem, de corpo vistoso, profundamente desejável. Os traços fisionômicos e as proporções do corpo estão de acordo com a tradição greco-latina. A textura da pele é clara e não possui marcas.

Ainda seguindo o padrão de representação de uma alegoria no contexto da cultura renascentista, Stradanus apresenta dois aspectos que interessa, aqui, abordar. O europeu, imagem recorrente, está vestido e armado. Sua postura ereta e a gestualidade conferem-lhe compostura. A América está nua – com exceção das penas que lhe cobrem a genitália[6] –, deitada em uma rede: clara idéia da negação de um trabalho dignificado. Ao ócio da índia contrapõe-se Vespúcio, a quem cumpre executar uma missão "superior". Vestimenta e compostura: elementos que caracterizam aquilo que se acreditava ser indícios de civilização e da ausência da civilização. Por esta perspectiva, a imagem do português, leia-se Velho Mundo, é "aquela que traz a potencialidade de completar aquilo que falta" (SEVCENKO, 1996:121) ao Novo Mundo. Vale ressaltar, ainda, a presença da curiosidade inicial dos descobridores e conquistadores de captar a realidade que se apresentava num ímpeto "pré-

[6] "É preciso que as partes sexuais estejam cobertas para que o símbolo, a alegoria, cumpra sua função de edificação moral" (SEVCENKO, 1996:121).

etnográfico", como diz Gruzinski (2006). Daí a inserção da fauna e do banquete antropofágico.

Para além da análise civilização/barbárie, longa e profundamente discutida na historiografia, interessa abordar como Stradanus procurou captar a estranha realidade e a singularidade daquilo que o Novo Mundo apresentava. A América precisava ser colocada em gravura para poder, também, ser imaginada e incorporada ao mundo europeu, mas a imaginação precede a gravura e depois se nutre dela, numa circularidade de causa-efeito admirável.

Voltemos a Vespúcio e à índia. Normalmente, o Velho Mundo tem como característica o masculino: um homem vestido da cabeça aos pés. Por sua vez, a América é o feminino: o corpo nu, o convite ao erótico – erotismo, aliás, ao qual os europeus acharam difícil resistir. Para Certeau (1975, 279-280), a visão do corpo nu se alterna entre o diabólico e o divino: de um lado, a imagem da voracidade feminina, os prazeres proibidos; do outro, a selvagem surge como uma deusa "sem nome próprio", uma vez que no Renascimento, a nudez era um atributo do divino. Que outra idéia pode-se apreender? Como o observador em primeira mão que penetra no desconhecido, a nudez do território virgem convida o olhar *voyeur* do colonizador europeu a tomar posse. Tem-se então, uma outra dimensão desse contato: o corpo nu da índia é, na verdade, o corpo do Novo Mundo. É a América quem se levanta da rede e se oferece aos olhares e inquisições da curiosidade, é ela quem se oferece ao conquistador. Curiosa inversão. Estaria Stradanus ciente disso?

Referências bibliográficas

BOOGAART, Ernst van den. *The Empress Europe and Her Three Sisters. The symbolic representation of Europe's superiority claim in the Low Countries, 1570-1655*. In: VANDERBROEK, Paul (ed.). **America. Bride of the Sun**. Antwerp: Imschoot, books, 1992.

CERTEAU, Michel de. *Ethno-graphie. L'oralité, ou l'espace de l'autre: Léry*. In: **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

GRUZINSKI, Serge. *Reconhecimentos*. In: **A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HONOUR, Hugh. **The European Vision of America**. Cleveland: The Cleveland Museum of Art, 1975. Catálogo de exposição.

MAGASICH-AIROLA, Jorge e BEER, Jean-Marc. **América Mágica. Quando a Europa da**

Renascença pensou estar conquistando o Paraíso. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PARK, Katharine and DASTON, Lorraine (eds.). **The Cambridge History of Science**. Vol 3. *Early Modern Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PIGAFETTA, Antonio. **A primeira viagem ao redor do mundo. O diário da expedição de Fernão de Magalhães**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2005.

VANNUCCI, Alessandra Baroni. **Jan Van der Straet detto Giovanni. Flandrus pictor et inventor**. Milano, Roma: Jandi Sapi Editori. S.r.l., 1997.

WITTKOWER, Rudolf. **Allegory and the Migration of Symbols**. London: Thames and Hudson, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Cronotopo e a Inserção da História na Narrativa de Dyonélio Machado

Márcia Helena Saldanha Barbosa*

Resumo: O trabalho propõe uma reflexão sobre o cronotopo no romance **O Louco do Cati** (1942), de autoria de Dyonélio Machado. Considerando-se, de acordo com o teórico russo Mikhail Bakhtin, que o cronotopo é a interligação das relações temporais e espaciais artisticamente assimiladas pela literatura e que é por meio desse elemento que a "realidade histórica" se introduz no romance, cabe examinar o modo pelo qual se processa o entrecruzamento do espaço e do tempo, e a representação da História, na ficção de Dyonélio Machado.
Palavras-chave: História e ficção - tempo e espaço - regimes ditatoriais.

Abstract: The present article offers a reflection on the chronotope in the novel **O Louco do Cati** (1945), by Dyonélio Machado. According to Russian scholar Mikhail Bakhtin, the chronotope is the interconnection of time and space relations artistically assimilated by Literature, and, therefore, it is by that element "historical reality" is introduced in the romance. Bearing that in mind, we examine how space and time interconnect, as well as how History is represented, through Dyonélio Machado fiction.
Key words: History and fiction - time and space - dictatorial regimens.

Em **Questões de Literatura e de Estética**, Mikhail Bakhtin (1988: 211-362) chama de cronotopo a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas pela literatura. Mediante o emprego desse termo, o teórico russo procura expressar a indissolubilidade do espaço e do tempo. No cronotopo artístico-literário, entendido como uma categoria conteudístico-formal, ocorre, de acordo com Bakhtin, a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto:

> *Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico.* (Bakhtin, 1988: 211)

O teórico russo (1988: 211-362) constata que, na literatura, o processo de assimilação do cronotopo – do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real que se revela neles – tem fluído complexa e intermitentemente. É justamente o cronotopo, esclarece ele,

* Professora da Universidade de Passo Fundo, Doutor em Teoria da Literatura.

que define os gêneros e os subgêneros em literatura. Adverte, ainda, que nesta o princípio condutor do cronotopo é o tempo. Ao analisar os grandes cronotopos tipologicamente estáveis – a estrada, o castelo, o salão-sala de visita, a soleira -, os quais determinaram as variantes mais importantes do gênero romanesco nas primeiras etapas de sua evolução, Bakhtin ressalta o significado temático que possuem. Explica que o cronotopo é o centro organizador dos principais acontecimentos temáticos do romance; nele os nós do enredo são feitos e desfeitos.

O significado figurativo do cronotopo, em virtude do qual os acontecimentos do romance adquirem um caráter sensivelmente concreto ou "ganham corpo" também é enfatizado pelo teórico. O cronotopo fornece um terreno substancial à imagem-demonstração dos acontecimentos, graças à condensação e à concretização dos índices do tempo – tempo da vida humana, tempo histórico – em regiões definidas do espaço. O cronotopo serve de ponto principal para o desenvolvimento das "cenas", configurando-se como centro da concretização figurativa do romance inteiro. Na literatura, explica Bakhtin, tudo o que é estático-espacial não deve ser descrito de modo estático, e sim incluído na série temporal dos acontecimentos representados e da própria imagem-narrativa. Dessa maneira, a imagem representa os fenômenos espaciais e sensoriais no seu movimento e na sua transformação, introduzindo no plano artístico do romance os momentos essenciais da realidade temporal e, "até um certo limite, histórica".

A fim de refletir sobre a concretização dos índices do tempo em regiões definidas do espaço, examinando a inserção da história, por meio do cronotopo, no relato ficcional, procede-se à análise de **O Louco do Cati**, obra que Dyonélio Machado publicou em 1942, após ter sido libertado da prisão, onde permanecera, por motivos políticos, durante dois anos. O romance tem como protagonista um indivíduo permanentemente atormentado por recordações de fatos de sua infância, vivida em Quaraí, cidade gaúcha localizada na fronteira com o Uruguai: as prisões que testemunhou e que foram realizadas pelos homens do general castilhista João Francisco Pereira de Souza; os comentários, por parte da mãe e da população em geral, sobre casos de tortura e morte ocorridos no quartel do Cati. O terror causado na personagem por tais acontecimentos é tanto que provoca o seu desequilíbrio mental.

No começo da narrativa, que se caracteriza pela ausência de linearidade, o Louco ocupa um lugar no bonde que o leva de um ponto a outro de Porto Alegre, cidade para onde se transferira ainda menino. No fim da linha, junta-se a um grupo de rapazes, com quem

inicia uma viagem em direção ao litoral gaúcho. A partir de então, as lembranças relacionadas ao Cati surgem para o personagem com mais força. Ele vivencia, sobretudo ao lado de Norberto, um de seus companheiros de jornada, situações de violência e repressão, patrocinadas pela ditadura de Vargas, que o levam a confundir o presente com o passado, o Estado Novo com o Cati. Norberto, um ativista político conforme se vem a saber posteriormente, separa-se do grupo, valendo-se da companhia do Louco para despistar a polícia, mas ambos são detidos em Araranguá e levados à Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Depois de algum tempo, são libertados e passam um período de extremas dificuldades financeiras na Capital carioca. Norberto, para quem o Louco se tornara um incômodo, livra-se dele, fazendo-o embarcar num navio que o leva a Florianópolis. Essa é a primeira etapa da viagem de retorno que o rapaz realiza até o Rio Grande do Sul e que, por obra do acaso ou de forças misteriosas, culmina com a sua chegada ao Cati. O lugar que dera origem a tantos tormentos e alucinações já está em ruínas quando ocorre o reencontro. Entretanto, o mesmo se poderia dizer do protagonista, que perdeu, na fuga, sua integridade física e mental.

A obra **O Louco do Cati** revela, já nas suas primeiras páginas, que a viagem realizada pelo protagonista não tem como ponto de partida a cidade de Porto Alegre. Tudo começa em Quaraí, sua terra natal: ali ele embarca, "quase menino", em uma diligência em direção à Capital, num clima de nervosismo e apreensão. Dos fatos que antecedem a travessia empreendida pela personagem e dos eventos que marcam o seu desfecho quase nada se sabe, pois as circunstâncias da saída do protagonista da cidade fronteiriça ficam pouco esclarecidas, e a sua chegada ao Cati, após uma grande "volta", envolve uma série de acontecimentos estranhos. Sabe-se apenas que o protagonista, tendo sido vítima, em sua infância, do clima instaurado pela insana vontade de matar do general castilhista e de seus homens – e pelas histórias contadas a esse respeito -, torna-se, ele próprio, um "maluco". Além disso, trata-se de um indivíduo cujos distúrbios mentais parecem ser agravados pelos atos de repressão que vivencia em companhia de Norberto, durante o Estado Novo, época em que se situa o presente da ação. Enfatiza-se, portanto, no caso do romance do escritor gaúcho, a idéia da loucura que gera e espalha loucura. O protagonista da obra é, antes de tudo, um homem assaltado pelo temor. Todas as palavras, imagens e fatos que lembram o Cati colocam-no em pânico, levando-o a gestos de desespero. É exemplar a cena em que o maluco foge para o meio do mato, ao acreditar que a hospedaria onde permanecem por algum tempo, em seu

deslocamento pelo litoral, é a prisão a céu aberto localizada no Cati, entre os municípios de Quaraí e Santana do Livramento:

> *- Isto! isto é o Cati!*
> *A figura estranha bracejava na esplanada da frente da hospedaria, no centro da enorme esfera de luz da alvorada. Com o gesto apocalíptico abrangia a casa, os contrafortes, as dependências – que, na claridade da manhã, saíam do desenho apenas esboçado pela penumbra da véspera com um recorte militar mais vivo: eram, mesmo, redutos, quartel, casamatas. [...]*
> *- É o Cati!...*
> *A surpresa da "revelação" era tão intensa que lhe imobilizara os braços naquela atitude de crucificado.* (Machado, 2003: 26)

Na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, o Louco manifesta a mesma reação:

> *O grupo percorria um recinto todo atravancado de "instalações": cozinha, lavanderia, etc. À sua esquerda, na parte que dava para uma das ruas, corria um enorme muro de proteção. Como a muralha duma posição fortificada – picotado de ameias, interrompido de trecho em trecho por pequenas casamatas, onde se divisava, àquela hora sombria, um perfil escuro com o seu fuzil, guardando a cidadela. Ao dobrar uma construção antiga, a "rua" por onde iam desembocava numa esplanada [...].*
> *O maluco teve um movimento de fuga. Quis retroceder. Um dos guardas pôs-lhe a mão. Mas ele já soltava um grito:*
> *É o Cati! Não me digam que não! [...].* (Machado, 2003: 93-94)

Desse modo, o protagonista empenha a sua vida numa fuga permanente, provocada pelos fantasmas do passado e pela polícia do governo Vargas, fuga esta que não o conduz, propriamente, a uma vitória. Na infância, dois elementos marcam sua vida, o clima de terror causado pela ação do general castilhista e a impossibilidade de falar sobre o medo que o oprime ou de reagir a esse sentimento com violência. Depois, já adulto, torna-se um indivíduo quase sem voz – é a onisciência do narrador que dá a conhecer seus pensamentos – e permanentemente deslocado, que afronta, a todo momento, os códigos da ordem social vigente. Ele transita como um "peso morto" num espaço em que se está "muito afanosamente criando uma 'mentalidade de máquina'" (MACHADO, 1979: 189). Não tem nome, família, ocupação, endereço fixo, origem conhecida ou destino definido; é mal nutrido e veste-se com roupas que os outros lhe dão, além de possuir um dinheiro que não tem mais valor.

Convém destacar, no entanto, que é pela forma peculiar como o Louco opera com as categorias de tempo e espaço que a narrativa de Dyonélio Machado denuncia ou põe em xeque – e às vezes, ridiculariza - a ditadura de Vargas e o seu projeto político. De acordo com o romance, as estruturas de poder que, no Rio Grande do Sul, sustentam o coronelismo durante a época do general João Francisco, ainda na República Velha, continuam vigentes no

Estado Novo. A permanência dessas estruturas, além de ser sugerida pelo apagamento deliberado de datas, é evidenciada por meio da confusão desencadeada na mente do protagonista quando ele identifica determinadas semelhanças entre diferentes espaços físicos e, por conseqüência, entre dois momentos cronologicamente distintos. Para o Louco, o Cati sobrevive ou ressuscita nos diversos locais por onde circula, inclusive o Rio de Janeiro, que, durante a ditadura de Vargas, ainda era a Capital da República. O Cati, ou a Campanha, no romance de Dyonélio Machado, está em todo lugar, indicando que o regime de desmandos não é exclusividade de uma região do País ou de um período de sua história. Nesse caso, portanto, é a loucura do protagonista que, ao tornar possível um paralelo entre dois estágios temporais, revela a insanidade do Estado autoritário, cujos atos visavam à imposição da "ordem" por meio da violência e do crime. Detecta-se, assim, na percepção do Louco, um componente de lucidez ou "incompreensão polêmica" - para utilizar uma expressão de Mikhail Bakhtin (1998: 193-195) – que desvela o funcionamento da sociedade.

Outro elemento a merecer atenção é o fato de que as épocas focalizadas pela obra são associadas pelos personagens e/ou pelo narrador com o período medieval. No romance, vários são os traços que propiciam a vinculação de estágios distintos – o final do século XIX e a época do Estado Novo - com a Idade Média. Além de mencionar os poços medievais, onde eram jogados os pais e irmãos das mulheres que sofriam o ataque do exército do general castilhista chamado de Hiena do Cati, Norberto descreve o próprio Cati dizendo que era "o Estado para aquela região"; um "Polvo", que "apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos". Depois completa: "Fez-se uma legenda real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal". (MACHADO, 1979: 28-29)

Julga-se interessante chamar a atenção para o modo como Dyonélio Machado concebe o tempo e, conseqüentemente, os eventos históricos em **Memórias de um Pobre Homem**[1]. Uma leitura apressada, atenta a passagens isoladas do texto em detrimento do conjunto, pode sugerir que vigora no relato uma concepção "cumulativa" e "finalista", que adota o modelo do tempo como serialidade ou sucessão. De acordo com essa concepção, circulam, por entre os elos da corrente cronológica, forças causais, determinantes, que conduzem a uma justificação plena e final da História, levando a um estado necessário e superior da Humanidade, capaz de instaurar o reino da felicidade almejado através dos milênios. Trata-se de uma lógica progressiva e evolutiva na interpretação da História, que vê, no transcurso do tempo, uma cadeia dotada de sentido, uma seqüência marcada pelas noções de plenitude e de *telos*.

[1] Relato de memórias escrito pelo autor na década de 1970 e publicado, postumamente, em 1990.

De fato, em diversos fragmentos, Dyonélio Machado refere-se à existência de leis sociais semelhantes às leis da física; alude à marcha inexorável da sociedade e à fatalidade de certos eventos, o fim do imperialismo e o surgimento do socialismo, aparentando uma espécie de crença no tempo vetorial e no caráter finalista da História. Afirma o autor:

> *A tremenda condensação do capital, gerando como fruto último o imperialismo, estava-se processando com aquela fatalidade matemática que a iria conduzir a um ponto de ebulição [...] em que a única saída que as leis da física e da sociologia condicionavam era a transformação. [...] Noutros termos: o Socialismo.* (MACHADO, 1990: 132)

Ao lado de tais observações, por meio das quais o escritor reafirma sua crença no "porvir", é possível identificar, porém, no texto das *Memórias*, algumas reflexões que apontam, justamente, no sentido oposto. Em inúmeras ocasiões, Dyonélio Machado registra a sua percepção de que o tempo não transcorre linearmente, nem evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro; pelo contrário: por vezes, o autor tem a impressão de que o tempo é circular ou anda para trás, pois os fatos se repetem e as condições sociais de uma época permanecem inalteradas por um longo período ou, então, retrocedem a um estágio anterior. O registro de tais sensações por parte do escritor estabelece um contraponto à concepção finalista da História, presente em outras passagens de seu próprio depoimento.

Ao comentar o movimento que a sociedade executa durante a "marcha da História", Dyonélio Machado afirma que "um tropeço determina um alto temporário, às vezes um desvio, em certas ocasiões, que nem é bom relembrar, um retrocesso" (MACHADO, 1990: 132). Em outros trechos de seu relato, vai ainda mais longe, identificando semelhanças entre períodos cronológicos distintos e destacando a permanência de traços da Idade Média em fases posteriores da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Quando caracteriza a região fronteiriça do estado, onde nasceu, ele constata que a "atmosfera" que sorveu "ao vir ao mundo", em 1895, pouco antes do final da Revolução Federalista era a de uma "tremenda luta" (MACHADO, 1990: 50). Tanto nessa época como no decorrer do século XX, detecta "lances duma Idade Média que não passou". Em sua opinião, o sinal mais evidente da manutenção dessa atmosfera medieval e do "infantilismo" ou falta de amadurecimento da "Província" é a conservação do caudilhismo. Esse fenômeno o leva a concluir que o homem – leia-se, o gaúcho – vive "num estado semifeudal". (MACHADO, 1990: 48-49)

Uma atmosfera semelhante a essa, o escritor reconhece na década de 1930, quando constata a existência de um regime arbitrário e discricionário no País, cuja vigência, em sua opinião, se estenderia, efetivamente, até a década em que escreve suas *Memórias*.

Quando comenta sobre o ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, em julho de 1935, e destaca o aparato policial preparado para reagir diante do menor sinal de "sedição" dos membros da organização, Dyonélio Machado define a ditadura como "essa forma de governo que já hoje parece ser um produto natural e obrigatório da política brasileira" (MACHADO, 1990: 101-102). Assim, entender a história pregressa não se constitui num desafio, porque o passado, em verdade, não passou: "Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. Ainda vivemos no mesmo ambiente social e político de então. De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou; a não ser talvez pra pior. A pena de morte [...] está em pleno vigor". (MACHADO, 1990: 101-102)

A menção à pena de morte é um modo de aludir ao afastamento de indivíduos e à dissolução de instituições cujos atos desagradassem ao governo central, constituindo-se, ao mesmo tempo, numa referência direta à "tecedura de violências" em que se transformara a "crônica política" brasileira. Para o escritor, as autoridades que ordenavam os crimes políticos "iam buscar no acervo da história" justamente aquilo que a maculava de forma indelével, a "degola" (MACHADO, 1990: 105-106), palavra que pode ser tomada no seu sentido literal ou figurado. A crença do autor na evolução da sociedade também é profundamente abalada com a instauração do fascismo em diferentes países. Esse fenômeno, no seu entendimento, mostra que a atmosfera medieval, a "barbárie", extrapola os limites do território nacional, dominando o cenário mundial.

Ao que parece, Dyonélio Machado abdica de captar a "marcha incessante dos fatos"; em vez disso, evidencia a convivência de tempos distintos em um único período histórico, indicando momentos de ressurreição do passado. Essa sensação de retorno de uma época pregressa, explicitada na década de 1970, em seu relato de memórias, já estava presente em *O louco do Cati*, uma narrativa não linear, cujo protagonista desorganiza a série seqüencial dos eventos. Nessa obra, a indissolubilidade do tempo e do espaço realiza-se por meio da intersecção dos espaços e por intermédio da superposição de dois ou mais estágios temporais. A estrada, cheia de armadilhas e povoada pelas lembranças do protagonista, converte-se, para ele, numa prisão; a Casa de Detenção, por sua vez, possui corredores que mais parecem ruas. E são esses espaços que carregam as marcas de um tempo pretérito para dentro do presente.

Se, de acordo com Bakhtin, Dom Quixote "vai para a estrada para encontrar nela toda a Espanha" (BAKHTIN, 1988: 350), é possível afirmar, parafraseando o teórico russo, que o Louco vai para a estrada para encontrar nela o país do passado, no Brasil do presente. Nessa perspectiva, o fato de o Cati estar em ruínas quando o protagonista volta a seu local de

origem quase nada significa. A destruição desse espaço denota a passagem do tempo e o fim de um período histórico, mas a própria trilha que levou o personagem ao Cati - caminho por onde transitam a polícia e os seus auxiliares, e no qual sempre é possível deparar-se com um cerco - está aí para lembrá-lo de que a violência política e o autoritarismo podem ser reeditados a qualquer momento.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**; a teoria do romance. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 1988.

MACHADO, Dyonélio. **O Louco do Cati**. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979.

___. **Memórias de um Pobre Homem**. Porto Alegre. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Cidade e o Dinheiro: pontes entre Simmel e Dyonélio Machado

Mauro Gaglietti*

Resumo: Examina-se o romance **Os Ratos**, de Dyonélio Machado, tendo em vista a crítica da modernidade empreendida por Georg Simmel, no contexto de uma economia monetária desenvolvida, socializante e agregadora das ações cotidianas. Do mesmo modo que a cidade é o centro da circulação do dinheiro, ela é lugar propício para a atitude *blasé.* Como na metrópole a concentração é muito grande, exige-se do indivíduo o máximo de seus nervos. O caráter *blasé,* a indiferença diante de tudo e todos, reverte em uma desvalorização de tudo e todos, e, por fim, no sentimento de depreciação da própria individualidade. Viver na cidade grande supõe sempre estratégias de sobrevivência em meio à concentração - estratégias que são, o mais das vezes, comportamentos estilizados.
Palavras-chave: Os ratos - atitude *blasé* - cidade

Abstract*:* The novel **Os Ratos**, by Dyonélio Machado, is analyzed according to Georg Simmel's criticism of modern culture, in the context of a developed socialized monetary economy, which is gathering of daily actions. Just like the city is the monetary circulating center, it is also the proper scenario for a blasé attitude. Because the level of concentration in the metropolis is very high, the individual is demanded the most of its self control. A blasé attitude, the indifference towards everything and everyone, causes the devaluation of everything and everyone, and, at the end, it causes the depreciation of one's own individuality. Living in the big city always implies in using surviving strategies in the midst of concentration – strategies that are, most of the times, stylized behaviors.
Key words: Os ratos - blasé attitude - city.

Analisa-se o romance **Os Ratos** (1935), de Dyonélio Machado (1895-1985), tendo em vista os traços que caracterizam, de acordo com Georg Simmel (1858-1918), a relação entre a subjetividade dos habitantes da metrópole moderna e o ambiente externo. A escolha dos autores deve-se, sobretudo, ao fato de ambos perceberem que os processos que ocorrem na consciência estão relacionados à velocidade da vida. Assim, a cidade é concebida pelos dois autores como o lugar em que o sujeito se vê defronte a uma variedade incomensurável e fugaz de imagens, que se apresentam, ininterruptamente, à sua consciência, interferindo no funcionamento desta.

Ao desenvolver a idéia de estilo de vida moderno, Simmel aponta para a metrópole como o lugar histórico desse processo. O maior problema da "vida moderna" está no conflito entre a cultura em sua dimensão interior e em sua dimensão exterior ao indivíduo.

* Doutor em História/PUCRS e Professor da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Trata-se de uma configuração histórica do processo civilizatório, de diferenciação social, de identidade do eu. O que, para o "homem primitivo", foi a "luta com a natureza" visando à autoconservação, para o homem moderno, como assinala Woodward (1904 e 1905), é a tensão entre o individual e o supra-individual. Desse modo, como destaca Simmel (2006:12), o fundamento psicológico a partir do qual o tipo das individualidades da cidade grande se eleva pode ser caracterizado pela intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões internas e externas. Além disso, conforme Simmel, mais do que qualquer outro critério, o que caracteriza a cidade grande é a relação que os indivíduos estabelecem com o dinheiro e todos os seus significados.

O habitante da cidade grande aprende a reagir não com o sentimento, mas com o entendimento. Em outras palavras, o racionalismo possui na cidade grande o seu lugar específico, próprio e adequado, lugar este onde a intensidade e a velocidade das imagens e dos impulsos são tão grandes que, sem um mecanismo de defesa, o indivíduo está ameaçado de se desintegrar. Nesses termos, a objetividade, no tratamento das coisas e dos seres humanos, que o entendimento propicia, é *adequada* a um mundo no qual prevalece a lógica do dinheiro. E essa objetividade do entendimento e do dinheiro deixa as qualidades individuais de lado, submersas na indiferença; contrapõem-se à subjetividade e aos sentimentos que constituem a diferença e a individualidade.

Na metrópole, tudo é feito por desconhecidos e para desconhecidos, o que torna a objetividade das transações muito mais fácil, sem as interferências que as relações pessoais, baseadas no ânimo e nos sentimentos, trazem consigo. Simmel percebe, na cidade grande, uma interação tão perfeita entre o dinheiro e o entendimento que ninguém saberia dizer se a constituição intelectualista e anímica impeliu inicialmente à economia monetária, ou se esta foi o fator determinante para o surgimento daquela. Assim, o estilo de vida da cidade grande propicia e promove a impessoalidade, oportuniza o aparecimento de mecanismos de individualização, fazendo justiça ao duplo papel do dinheiro e à ambigüidade que caracteriza a modernidade.

O dinheiro, então, cria condições para a vida na cidade grande, não apenas condições objetivas, mas também condições subjetivas, como o distanciamento psicológico e funcional. Por outro lado, a vida da metrópole cria condições para a vida do dinheiro. Este possui uma força centrípeta que, como um imã, atrai tudo e todos ao seu redor. Assim, a cidade grande, como ponto de concentração do dinheiro, é também o ponto de maior incremento da divisão do trabalho, da especialização, da criação de novas necessidades e refinamentos, da luta dos indivíduos entre si pela sobrevivência.

Relacionada a essa sensibilidade do habitante da metrópole está um elemento que Simmel julga especialmente característico do homem moderno: a atitude *blasé.* A quantidade de estímulos com que o indivíduo se vê defrontado, ao viver na cidade, exige-lhe tanto que ele não é mais capaz de responder adequadamente a eles. Sua indiferença a tais estímulos torna-se, então, análoga àquela que o dinheiro promove nas relações interpessoais por ele mediadas. A fim de explicar essa indiferença, Simmel faz uso das categorias "proximidade" e "distância". A proximidade corporal e a distância espiritual são os fatores que explicam a sensação única de estar só em meio a uma infinidade de pessoas. Nesse sentido, o moderno é ambíguo, e a cidade é o local privilegiado dessa ambigüidade, pois a metrópole, assim como o dinheiro, não conhece fronteiras. É exatamente isso que faz o seu habitante romper as fronteiras interiores e exteriores; em outras palavras, é assim que se constrói a própria idéia de liberdade individual.

É possível encontrar algumas observações muito próximas àquelas feitas por Simmel - acerca da relação entre a metrópole e o espírito de seus habitantes - num romance brasileiro publicado em 1935 que se inspirou em uma cidade, à época, com pouco mais de duzentos mil habitantes. Iberê Camargo (1998:172-173) lembrava como essa cidade era provinciana e conservadora, do ponto de vista dos ideais estéticos modernos. Esses aspectos, no entanto, não impediram que Dyonélio Machado, como destaca Arrigucci (2004:119-207), chegasse a uma forma despojada e inovadora do romance urbano entre nós, em parte pelo modo como tratou o seu personagem Naziazeno Barbosa e a cidade em **Os Ratos**, obra cujo cenário representa o espaço urbano real da Porto Alegre da década de 1930.

Nesse romance, Naziazeno, o protagonista, precisa de cinqüenta e três mil-réis para pagar a dívida que contraíra com o leiteiro e, por isso, sai pela cidade em busca de dinheiro. Como num lance de jogo, a narração segue, ao longo de 24 horas, as andanças desse pequeno funcionário público, movido por uma das mais básicas necessidades – a garantia de alimento. O retorno à casa, com alguns cobres, já durante a noite, o pagamento da dívida e a entrega do leite, na madrugada, encerram o círculo de uma narrativa cujo centro é um comportamento neurótico e que está marcada pela busca obsessiva do dinheiro. Sobre a cidade de **Os Ratos**, é oportuno mencionar que, em nenhum momento, o autor afirma tratar-se de Porto Alegre, embora, durante a narrativa, deixe várias pistas de que foi nela que se inspirou. Essa omissão, aliada ao enredo, permite que a novela transponha o regional e adquira um caráter universal, pois um pequeno funcionário público que persegue, obsessivamente, a quantia de que necessita poderia ser encontrado em qualquer cidade

moderna em que o valor do dinheiro ultrapassa sua função primitiva de facilitar as trocas de mercadorias e serviços.

Destaca-se, ainda, que o romance representa a realidade por meio das relações entre a interioridade de Naziazeno e o mundo exterior. Já na primeira cena com o leiteiro, nota-se que a história se subjetiviza, na medida em que é contada em terceira pessoa, porém, segundo a perspectiva do protagonista, efeito que o autor obtém recorrendo ao discurso indireto livre. Esse procedimento adotado no relato molda o mundo conforme o prisma de quem o vê. A atitude do protagonista beira à agressividade, pois, vítima da impotência, ele desiste do essencial, para reduzir, provisoriamente, sua penúria. Entretanto, sempre revela o movimento de sua vontade: ora assume em si a realidade em torno, subjetivizando-a, ora se projeta sobre ela, auto-sugestionando-se nos círculos concêntricos da mesma idéia fixa. O fundamental sempre está dado no seu confronto direto com o real (Arrigucci, 2004:199-207). O leitor acompanha a caminhada de Naziazeno por intermédio do olhar do próprio personagem, e a cidade pela qual este transita se mostra deformada por sua visão subjetiva: imagens alucinatórias ou delirantes correspondem às tensões opressivas que ele experimenta em seu íntimo e que se desenham como figuras refletidas num espelho anamórfico.

O fato de o romance estar centrado na ação de uma única personagem que se desloca pela cidade, ao longo do dia, faz com que esta se torne muito presente para a consciência do leitor. O caráter que a cidade adquire, sua aparência de corpo vivo decorre, em grande medida, de uma peculiaridade da narrativa: as ações têm lugar, em sua maioria, no espaço público. Naziazeno, na verdade, é um pobre homem, não completamente radicado no espaço urbano, pois sente a nostalgia da vida do campo, que ele imagina – e/ou lembra – idílica e farta. A todo momento, o personagem deixa rastros desse sonho que o acompanha, enquanto erra, solitário, no labirinto das ruas, em busca da pequena quantia que parece cada vez mais impossível de se obter, à medida que o tempo se esvai e esgotam-se os seus pequenos expedientes.

Assim, pode-se pensar que uma das bases da estrutura da novela é a relação homem/espaço (Albé, 1983), em que o primeiro termo é representado, principalmente, pelo personagem Naziazeno e o segundo, pela cidade. Porto Alegre inspirou o autor num período em que o poder público e os segmentos privados dedicaram-se, com entusiasmo, a torná-la uma capital moderna, com capacidade para acompanhar os novos tempos de industrialização e progresso. De acordo com Pesavento (2002:277), já em 1910 havia a intenção de promover mudanças no traçado urbano, com o objetivo de alçar a cidade a um patamar de modernidade, o que se deu pela destruição dos marcos da cidade colonial, a começar pela expulsão dos

cortiços do centro, que representavam pobreza, sujeira e promiscuidade, num indício de atraso. Nesse ano, ocorreu uma primeira tentativa de transformação modernizadora, na administração do intendente José Montaury - entre 1897 e 1924 -, com a contratação de João Moreira Maciel, engenheiro com larga experiência, para idealizar um projeto de melhoramentos para a capital, o que acabou não se concretizando imediatamente devido a carência de recursos públicos. Foi a partir de 1920 - especialmente nas administrações dos intendentes municipais Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1934) - que o projeto anterior começou a se materializar. Ocorreu, então, um grande investimento público no embelezamento das áreas centrais, juntamente com a valorização dessas áreas, que deveriam ser destinadas ao segmento de maior poder aquisitivo. A burguesia comercial e industrial residente na região já estava bastante fortalecida nesse tempo, influenciando na política e recebendo com agrado as decisões administrativas que iam ao encontro de suas aspirações culturais de progresso e modernização.

Porto Alegre, em 1934, apresentava-se como uma metrópole regional com bastante importância econômica e uma vida urbana plenamente instalada, apesar de, no Brasil, haver-se desenvolvido um capitalismo tardio. Concretamente, essa é a época dos bondes, dos prédios que se tornam cada vez mais altos, das avenidas largas e das vitrinas atraentes, dos automóveis, dos cafés em que se discute política e amenidades. Todavia, além das mudanças no aspecto material da cidade e em sua economia, há uma nova cultura desenvolvendo-se, cultura essa que transforma o comportamento e as aspirações dos indivíduos aí instalados. Conforme Pesavento, "cabe referir que o embelezamento da capital, tal como era apresentado, ultrapassava, contudo, o foco da estética e imbricava-se com princípios morais e higiênicos, além de atingir o cerne da questão social" (2002:275). Também, é importante ressaltar que a construção da modernidade urbana por parte da elite política e econômica constituía um desafio, pois era muito forte ainda o apelo rural e tradicional na identidade cultural rio-grandense.

Os sinais de transformação modernizadora convivem, na cidade de **Os Ratos**, com alguns aspectos tradicionais, que ainda persistem. Na cidade ficcional, Naziazeno parece estar perdido em meio a um labirinto, sem conseguir encontrar um ponto de apoio, uma referência identitária; sente-se incapaz de acompanhar a nova realidade que se impõe. A cidade o deixa aturdido, às vezes dando-lhe forças, em outras subjugando-o, como é perceptível nos seguintes fragmentos: "Sente-se outro, tem coragem, quer lutar" (2000:20) e "Um frio, de súbito e que não pode reprimir passeia-lhe por todo o corpo: uma onda de gelo..."(2000:51). Porto Alegre, em pleno processo de expansão capitalista, atua, sob muitos

aspectos, como antagonista aos desígnios do pequeno funcionário. Elevada a cidade ao nível de *personagem,* é natural que ela se apresente ao leitor de maneira bastante intensa.

Mas por que o espaço urbano pertuba Naziazeno? Pode-se buscar a resposta para essa indagação na abordagem de Simmel sobre a cidade. Em seu entendimento, a cidade é mais do que um espaço físico onde habitam muitas pessoas juntas; é o *locus* por excelência do consumo, das conseqüências da economia monetária, do aumento do nervosismo e da tensão, do domínio do exterior, das aparências e da indiferença. Aí, o dinheiro nivela a todos, do capitalista ao pequeno funcionário público e deste ao malandro sem posição definida na sociedade, pois todos buscam-no obsessivamente. Essas nuances de modernidade urbana estão presentes na cidade de Naziazeno, em seu cotidiano, em suas reações diante dos demais, em seu desejo de manter-se incógnito, situação bem ilustrada pela cena que ocorre num café, ao avistar um conhecido: "o Carvalho... Mas desvia vivamente a cara, faz que não vê o Carvalho. E esse seu gesto lhe traz a lembrança um gesto semelhante, essa manhã, com o Fraga" (2000:30). O gesto revela o desejo de esquivar-se daqueles que o espreitam, um desejo de anonimato, algo típico do ambiente urbano.

Na cidade, seus habitantes estabelecem uma distância ou uma proximidade planejadas, conforme exige a situação, lógica que produz uma postura de reserva em relação ao outro, uma ligeira aversão, estranheza e repulsão mútuas, sendo nesse lugar que se manifesta a atitude *blasé.* É exemplar, nesse sentido, o seguinte fragmento do romance em foco: "Agora Justo Soares não o cumprimenta mais: é que certas amizades se extinguem quando se extinguem os negócios que a originaram. E é razoável. Quantos 'conhecidos' seus nessas condições ele poderia rememorar!..." (2000:40). A origem desse tipo de relação repousa no poder de sociabilidade do dinheiro, que aproxima, distancia, eleva ou rebaixa os indivíduos, os quais vivem em uma luta incessante a fim de adquiri-lo. Assim, a satisfação ou a frustração dependem de se ter ou não dinheiro, que se constitui, ao mesmo tempo, num meio e num fim. No caso de Naziazeno, toda sua angústia provém da falta, da carência financeira, que o coloca obsessivo e tenso, fazendo-o guiar-se, exclusivamente, pela busca dos cinqüenta e três mil-réis que saldarão sua dívida mais urgente e virão a libertá-lo temporariamente. Em virtude de seu estado de tensão, tudo ao seu redor o lembra do problema que o atormenta; uma idéia leva a outra, que logo é associada ao dinheiro, convertendo-se até mesmo o sol em uma "moeda em brasa".

Percebe-se que o sofrimento do protagonista não se deve apenas à dificuldade financeira, mas também a um descompasso entre as imposições do ambiente e os sentimentos que experimenta, pois não é capaz de administrar todas as exigências da vida urbana. Numa

palavra, ele não é puramente metropolitano; é, sobretudo, um híbrido, pois ainda guarda resquícios da vida interiorana, tradicional. Ao defrontar-se com determinado problema, ele só sabe recorrer a um expediente, "o recurso amigo e a solidariedade", desconhecendo meios racionais que apresentem uma solução definitiva para a sua situação. Assim, encontra-se dividido entre dois tempos, o antigo e o novo, presididos por lógicas opostas.

Dyonélio Machado, ao construir seu romance, percebeu o momento de transição pelo qual a cidade passava, reflexo da implantação e desenvolvimento do capitalismo, que girava em torno da produção, do mercado, da geração de riquezas. Por outro lado, também captou as conseqüências negativas do sistema para boa parte da população. Naziazeno faz parte da pobreza sem esperanças, que trabalha sem perspectiva de ver melhorarem suas condições de vida, ou de ver-se introduzido no mundo do consumo; apenas sobrevive.

Referências Bibliográficas

ALBÉ, Maria Helena. **Uma Leitura de Os Ratos de Dyonélio Machado**. Porto Alegre: PUCRS, 1983.
ARRIGUCCI, Davi. O cerco dos ratos [Posfácio]. In: MACHADO, Dyonélio. **Os Ratos**. São Paulo: Planeta, 2004, p. 199-207.
CAMARGO, Iberê. Um esboço autobiográfico. In: ___ . **Gaveta dos Guardados**. São Paulo: Edusp, 1998.
GRAWUNDER, Maria Zenilda. **Curso e Discurso da obra de Dyonelio Machado***:* uma análise da legitimação. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1989.
MACHADO, Dyonélio. **Os Ratos**. São Paulo: Ática, 2000.
MACIEL, Laury. **O Universo Degradado de Naziazeno Barbosa**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1977.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade***:* visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
___ . A metrópole a vida mental. In: VELHO, Otávio Gilberto (Org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.11-25.
TOSTES, Theodomiro. O mundo de Dyonélio Machado. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 7 jul., 1979. Caderno de Sábado, p.7.
VÉSCIO, Luiz Eugênio. **História e Literatura***:* a Porto Alegre dos anos 30 a partir de "Os Ratos". Bauru (SP): USC, 1995.
VIANNA, Hermano. Ternura e atitude blasé na Lisboa de Pessoa e na metrópole de Simmel. In: VELHO, Otávio Gilberto (Org.). **Antropologia Urbana***:* cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.109-120.
WAIZBORT, Leopoldo. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP; Ed. 34, 2000.
WOODWARD, Howard. The First German Municipal Expositions (Dresden, 1903), In: **The American Journal of Sociology***,* v.IX, 1904, p.433-58, 612-30, 812-31; v.X, 1905, p.47-63.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

José Ramos Tinhorão: a música popular em debate (1974-1982)

Luisa Quarti Lamarão*

Resumo: O presente texto pretende fazer uma breve apresentação da trajetória intelectual do crítico musical José Ramos Tinhorão a partir da análise de suas idéias em alguns artigos da coluna semanal do Jornal do Brasil intitulada "Música Popular", publicada entre os anos de 1974 e 1982. Tais artigos, que usavam o lançamento de discos de música popular como um pretexto para colocar problemas da realidade sócio-econômica cultural do momento, são representativos de determinada cultura política da época, de caráter nacionalista e marxista, e nos auxiliam na compreensão do ideário nacional-popular brasileiro.
Palavras-chave: José Ramos Tinhorão – Crítica musical – Nacionalismo.

Abstract: The present text intends to make one brief presentation of the intellectual trajectory of the musical critic José Ramos Tinhorão from the analysis of his ideas in some articles of the Jornal do Brasil's weekly column intitled "Música Popular", published among the years of 1974 and 1982. Such articles are representative of determined culture politics of the time, with nationalistic and marxist character, wich help us to understand the brazilian national-popular ideas.
Key-words: José Ramos Tinhorão – Musical critical – Nationalism.

Ao longo da década de 1970, surgiram no mundo inteiro diversos movimentos, grupos, organizações e partidos que tentaram "reinventar a política" feita até então. Fazendo uma crítica "à esquerda" dos partidos comunistas e socialistas tradicionais bem como à burocratização da política, buscavam soluções alternativas para a transformação social. Assim, "a cena política de esquerda se renovava e ganhava novos contornos"(ARAÚJO, 2000: 9). Nesse período, a valorização teórica e política da *cultura* e da *ideologia* foram a marca da renovação do marxismo. Essa ênfase seria ainda reforçada nas obras de alguns de seus mais notáveis representantes, como Herbert Marcuse, Pierre Bourdieu, Edward Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawn.

No Brasil, os anos de 1970 foram também uma tentativa de se reformular a política. Em grande parte, tal realidade era refratária dos anos de 1960 e principalmente, 1968. Alguns eventos históricos – como Maio de 1968 na França, invasão de Praga e a Revolução Cultural Chinesa – haviam transformado intensamente os conceitos de "política", "participação política" e especialmente de "esquerda". Entretanto, o cenário brasileiro de tais

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

renovações conceituais era o da ditadura militar, o que dificultava a militância dos jovens então engajados.

Nesse contexto, perdeu-se a proximidade imaginativa da revolução social, paralelamente à modernização conservadora da sociedade brasileira e à constatação de que o acesso às novas tecnologias não correspondeu às esperanças libertárias no progresso técnico em si. Logo, ficou claro que o florescimento cultural também não seria eterno; "e o ensaio geral de socialização da cultura frustrou-se antes da realização da esperada revolução brasileira, que se realizou pelas avessas, sob a bota dos militares, que depois promoveriam a transição lenta, gradual e segura para a democracia"(RIDENTI, 2003: 154).

Marcos Napolitano defende que este foi um momento que, apesar da crise da esquerda nacionalista, advinda do golpe civil-militar de 1964, houve uma rearticulação das esquerdas brasileiras em torno da cultura nacional-popular, a partir de dois pólos: o Estado e o mercado. Cada um desses pólos representava um palco de atuação dessa "nova esquerda" reorganizada. Contudo, é importante ressaltar a atuação ambígua do regime militar em relação à questão cultural.

"Houve", na concepção do autor, "uma mistura assimétrica e de movimento irregular, de mecenato oficial, vigilância de eventos e personalidades, repressão policial direta e controle censório, qualificando uma política cultural muito peculiar."(NAPOLITANO, 2004: 21) Tal situação revela, desse modo, a existência de cisões e discordâncias dentro do Estado autoritário, especialmente num momento em que o chamado "inimigo interno" (BORGES, 2003) já se encontrava neutralizado – já que a segunda metade dos anos de 1970 foi marcada pela derrota da luta armada, que obrigou as esquerdas a reverem suas estratégias e sua relação com a democracia. Marcos Napolitano afirma que

> *A agenda do regime já não priorizava o combate à luta armada e apontava, estrategicamente, para uma política de liberalização, na qual as artes, por uma série de circunstâncias, acabavam por servir de busca de apoio do regime junto à sociedade civil. O terrorismo cultural se misturava à política de cooptação ou neutralização das vozes dissonantes. Neste jogo perigoso, o artista-intelectual, porta-voz das classes médias, tinha um papel fundamental. (...) Nos anos 1970, este novo e inusitado espaço de atuação, a princípio neutralizador dos efeitos críticos da arte, pode ter desempenhado papel significativo na construção de uma identidade da resistência civil contra o regime militar. (NAPOLITANO, 2004: 21-22)*

A consolidação da variante *nacional-popular* de esquerda como um dos pilares da moderna indústria cultural brasileira ocorreu dentro de um mosaico cultural complexo no qual participaram outras tradições: modernismos e vanguardas formalistas, folclorismo, resquícios de uma cultura letrada e humanista, cultura de massa norte-americana. Desse

modo, nos vemos diante de uma variável de "cultura híbrida" que nos fala Canclini (CANCLINI, 1996). Acentua-se, no final da década de 1970, a crise do ideal de engajamento, e do papel messiânico do artista-intelectual, que ambicionava ser o canal de expressão das camadas populares, equilibrando as contradições sociais e políticas da nação. Gradativamente, o artista-intelectual é denominado porta-voz das "classes médias" ou da "sociedade civil organizada", cada mais distantes das camadas populares excluídas. O conceito de "povo" aparece cada vez mais esvaziado, ainda que reivindicado em nome da noção de "sociedade civil".

Nesse sentido, a coluna de José Ramos Tinhorão no *Jornal do Brasil,* "Música Popular", reflete essa situação de debates e renovações políticas no Brasil. Os artigos a serem analisados foram publicados (menos um, vetado pela auto-censura do jornal) entre janeiro de 1974 e dezembro de 1982, aparecendo desde o fim do governo de Ernesto Geisel, até o início do processo de redemocratização, no governo de João Figueiredo. Em seus escritos, Tinhorão tomava o lançamento de discos de música popular como um pretexto para colocar problemas da realidade sócio-econômica cultural do momento, de um ponto de vista de discussão ideológica.

Tal posição em nada coincidia com a do sistema vigente, pois, ao seguir os princípios do materialismo histórico, denunciava a alienação das classes dominantes – que englobavam, em sua opinião, grupos de classe média paradoxalmente em oposição ao poder militar – e enaltecia valores das classes populares. Esta atitude lhe valeu uma desconfortável posição de alvo de crítica das duas forças em choque: segundo Tinhorão, esquerda e direita desconfiavam de seu nacionalismo, que remetia apenas às virtudes de camadas que ambos se acostumaram a situar fora da História.

No primeiro artigo, "A boa palavra de Nélson Cavaquinho", publicado em 4 de janeiro de 1974, o jornalista analisa o lançamento do disco *Nélson Cavaquinho*. Para Tinhorão, o compositor ofereceria uma prova de sua genialidade quando canta "com um otimismo que situa simbolicamente o povo muito acima do medo e da falta de horizontes que assustam as estruturas"(TINHORÃO, 2001: 98)[1]. Vê-se que, em suas críticas musicais, o jornalista contextualiza com a situação sócio-econômica do Brasil, que vivia os resultados do chamado "Milagre Econômico", destacando a situação de desesperança das classes populares – o "povo". Segundo o crítico, Nélson Cavaquinho dava uma "bela lição aos pobres e angustiados compositores jovens modernos – quase todos mascarando com a busca desesperada de

[1] TINHORÃO, José Ramos. "A boa palavra de Nélson Cavaquinho". In: *MPB: o ensaio é no jornal*. Rio de Janeiro: MIS, 2001. p. 98.

novidades formais, a angústia existencial da classe média" (TINHORÃO, 2001: 98). Por fim, ressalta que o cantor em questão "vem mostrar, com a força poética e a rude e inventiva música dos sambas do maior compositor das camadas mais humildes do Rio de Janeiro, que o tempo passa, mas o gênio criativo do povo continua" (TINHORÃO, 2001: 98).

Desse artigo, podemos perceber que Tinhorão considera que a "verdadeira cultura" brasileira vem das classes populares, subestimando outras produções culturais das "classes médias" que também contribuam para o desenvolvimento artístico brasileiro. Percebe-se, portanto, que o jornalista não dá destaque às trocas culturais entre os "de baixo" e os "de cima", colocando-as como instâncias separadas e autônomas.

Nessa perspectiva, é relevante destacar outro artigo publicado no ano de 1974: "Por que artista crioulo tem sempre que ser engraçado?" Este foi o único artigo de Tinhorão, em vinte anos de carreira no *Jornal do Brasil*, previamente censurado pela editoria da redação do jornal, dentro do princípio de auto-censura então adotado pela imprensa em todo o Brasil. A ditadura então instaurada estabelecia, entre outras proibições, a discussão de temas julgados subversivos ou atentatórios aos ditos "bons costumes", à boa moral ou à ordem social, em geral – dentre os quais se incluía o da existência de preconceito racial no país.

Este artigo trata, de maneira irônica, a tendência daquele período em tratar os artistas negros como exóticos. Para Tinhorão, a forma encontrada pela mídia televisiva para integrar tal grupo artístico foi colocá-los como uma atração engraçada, reduzindo sua capacidade artística – ao contrário do que acontecia nos anos de 1930 e 40, quando tais artistas eram respeitados por suas qualidades profissionais de fato. A partir dos anos de 1960,

> *quando a diversificação nas grandes cidades ameaçou tornar menos evidentes as diferenças de classe, houve como que uma necessidade de usar a linha de cor de uma forma mais rigorosa, a fim de evitar que a equiparação social pela forma de vestir e pela adoção de 'boas maneiras' pudesse ampliar ameaçadoramente a 'confusão', uma vez que negros e mestiços continuavam a formar entre as camadas mais baixas (TINHORÃO, 2001: 14)*

De acordo com Tinhorão, a década de 1960 – mais precisamente o golpe civil-militar de 1964 – foi um divisor de águas no cenário cultural brasileiro, pois com o desenvolvimento econômico voltado para o exterior, houve um deslocamento do ideal de vida urbana para o estrangeiro. Nesse momento, segundo o jornalista, não se admirava mais o potencial cultural do Rio de Janeiro, mas sim de Londres ou Nova Iorque, e a música, além de não atender mais às expectativas das massas, passou a ter que concorrer com o poderio crescente da música internacional.

Porém, é interessante tentar entender também os motivos pelos quais a ditadura militar censurou um artigo com tal conteúdo. Tratando de um assunto polêmico, que é o preconceito racial, num país que insiste na existência da aclamada "democracia racial", o autor acaba evidenciando outros fatores da realidade brasileira que, num momento de amplo desenvolvimento da propaganda política do regime militar, não podiam ser expostos. O que torna essa proibição peculiar é o fato de que Tinhorão, em diversos outros artigos, também destacou outros aspectos negativos do país, como a desigualdade social, a exploração econômica pelas classes dominantes e o desenvolvimento econômico pautado na dependência externa. Entretanto, é possível supor que, como a propaganda política do regime militar reafirmava a existência de uma harmonia racial, que não distinguia brancos e negros, um artigo como esse iria de encontro à ideologia difundida pelos militares.

Já o texto "Zabumba Caruaru: muita gente pesquisa, mas é o povo quem cria", também de 1974, Tinhorão destaca o potencial "universal" da música regional. Para tanto, ressalta que a "ignorância das populações urbanas" impede que tais canções sejam devidamente ouvidas e estudadas. O jornalista não perde a oportunidade de desqualificar o conhecimento cultural da população urbana, enaltecendo, por outro lado, o "povo". Por esse motivo, sugere que os discos em questão (*Zabumba Caruaru Vol. II* e *Bandinha de Pífanos*) não sejam apenas recomendados como algo capaz de divertir, mas apontados como "obrigatórios para todos aqueles que, envolvidos por um mundo de sons produzidos pela máquina internacional da música de consumo, desejem encontrar uma opção musical de valor", pois "a melhor música atualmente produzida no Brasil ainda é a do povo" (TINHORÃO, 2001: 39).

Em "Vinícius & Toquinho: adoçar para iludir", do mesmo ano, Tinhorão se aproveita do lançamento do disco dos dois artistas em questão para criticar fortemente a forma como a Bossa Nova tratava um de seus principais temas: o amor. Ele afirma ironicamente que não se poderia deixar de pensar no verbo "confeitar" após ouvir este disco. Isso porque "não é outra a impressão causada por essa sucessão de melodias açucaradas do violonista Toquinho, e sobre a qual Vinicius de Moraes com a experiência de um velho mestre-cuca da poesia, escreve com bisnaga de creme versos que têm a originalidade e a vetustez de uma frase de bolo" (TINHORÃO, 2001: 101).

Mais uma vez fica clara também sua posição contra a influência estrangeira na cultura popular, apresentando um caráter nitidamente antiimperialista.

> *Nessa trilha de banalidades poético-musicais, é esse mesmo bolo fofo – feito segundo o esgotado livro de receitas da bossa nova – constitui o alimento musical que Vinicius e Toquinho têm servido aos estudantes universitários, com sucesso, em seus chás-shows nas faculdades. Nessas reuniões lítero-musicais, em que Vinicius funciona de fato como declamador, enquanto Toquinho serve suas rodadas de* ***bombons musicais****, a moçada que normalmente se embriaga com rock importado (por sinal não incluído no recente decreto do Governo, que taxou produtos supérfluos), tem revelado uma enorme gulodice no consumo dessa música que nada mais representa do que* ***melaço da verdadeira criação popular****[grifos meus](TINHORÃO, 2001: 102).*

De uma maneira sarcasticamente metafórica, ele deixa claro que considera inútil o que vem de fora e principalmente que a Bossa Nova se trata de uma adaptação mal feita da verdadeira criação popular, o samba. A década de 1970 no Brasil foi, no entanto, marcada pela penetração da música estrangeira no Brasil, como o *dance*, que lotava danceterias. Na contracorrente dessa tendência, José Ramos Tinhorão tentava mostrar a riqueza da música popular brasileira como a única e autêntica representação da cultura do Brasil.

Em seus textos, Tinhorão deixou claro seu posicionamento político. No artigo "Universal é o regional de um imposto para todo mundo", de 1977, ressalta como a

> *classe média emergente [foi] permeável ao fluxo das informações musicais, ideológicas e de comportamento. (...) Colocados na posição de minorias sociais de ascensão recente, como resultado do esquema econômico de 'desenvolvimento' com base na concentração capitalista, a tendência desses privilegiados classe A, [para Tinhorão], é entrarem em conflito com a própria sociedade, que é fundamentalmente subdesenvolvida, pobre, ignorante e, por isso mesmo, distante e alienada como um todo dos processos e maravilhas do chamado 'mundo moderno'. (TINHORÃO, 2001: 17)*

Assim, vemos sua crítica feroz ao sistema político e econômico então vigente – a ditadura militar – e ao mesmo tempo podemos perceber resquícios de um discurso que muito se aproxima do "romantismo revolucionário", de Michael Löwy (RIDENTI, 2000)[2]**.** Porém, Tinhorão aprofunda essa tese, pois propunha uma transformação sócio-cultural desconsiderando o potencial revolucionário das classes populares – reduzidas à alienação.

O interessante, uma vez mais, é lembrar que, embora trate de temas "proibitivos", esse tipo de artigo também não foi censurado. Cabe então a pergunta: como se dava a inserção de Tinhorão nos meios jornalísticos? Uma suposição é de que sua argumentação articulava passado e presente, sem ferir necessariamente a atualidade do regime militar. Em "Choro bom existe: o que é preciso, apenas, é ouvi-lo", publicado em 1977, temos um exemplo.

---

[2] RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

> *A velha crença de que o melhor é o que vem de fora, se liga, como todos sabem, a um preconceito colonial de país historicamente exportador de produtos agrícolas e matérias-primas, e importador de artigos manufaturados. O que poucos percebem, no entanto, é que, à maneira que os países altamente desenvolvidos esvaziam os indivíduos das suas melhores qualidades humanas (vide a brutalidade nos grandes centros norte-americanos, traduzidas pelas séries de detetive da televisão), a vida cultural mais rica – ao menos no nível do povo – vai se revelar exatamente nas regiões mais pobres, onde o contato entre as pessoas depende menos da mediação de instrumentos tecnológicos alienantes, como a televisão, ou de locais de lazer empobrecedor tipo discotecas e jogos eletrônicos (TINHORÃO, 2001: 52).*

Percebe-se, desse modo, que ele enxerga a realidade brasileira por uma série de oposições (rico x pobre; colônia x metrópole; nacional x estrangeiro; rústico x moderno) que impossibilitam a difusão do que realmente é rico na cultura para Tinhorão: o folclore. Contudo, essa visão dicotômica resulta muitas vezes em análises que colocam as classes populares como "massas amorfas", sem iniciativa. Por esse motivo, vemos na obra de Tinhorão, traços do discurso da esquerda que reconstruiu seu discurso, culpando os trabalhistas pela derrota em 1964 – os tão falados "populistas"(FERREIRA, 2001: 59-124)[3].

> *Tal como políticos dos regimes populistas, certos cantores e compositores aderem às vezes ao povo com a grandeza ideológica de criadores de rebanhos. Transformados em campeões da defesa do seu gado, que apascentam com os berrantes discursos e canções, esses políticos e artistas populistas só exigem do povo inocente que não lhes negue a docilidade do lombo, na hora de lhes impor a marca dos seus interesses pessoais [grifos meu] (TINHORÃO, 2001: 111).*

O artigo "Cinco discos contam a história breve da dominação cultural", de 1979, pode ser considerado uma síntese das características de sua obra. O jornalista inicia o texto fazendo uma alusão ao processo de ocupação militar de numerosos países da Europa, Ásia e África, quando da Segunda Guerra Mundial. Destacando a figura do "soldado invasor", ele afirma:

> *Como não existe nada mais odioso do que a visão física do conquistador, a tendência nos países ocupados foi sempre a formação de forças de resistência, que tomavam os soldados invasores como alvos. E durante esse período de luta pela libertação nacional, é claro, todo o povo invadido interrompia suas relações com a cultura dos dominadores, sem discutir seu possível valor, mas dentro de um princípio de repulsa geral a tudo o que representasse – mesmo apenas sem espírito – a imagem do inimigo (TINHORÃO, 2001: 63).*

Porém, o autor destaca que, com a diversificação da moderna tecnologia – que foi acompanhado por um processo de concentração econômica, sob a forma das grandes

[3] Ver FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: populismo na política brasileira". In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história.* Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

empresas multinacionais – a dominação militar já não era mais necessária, pois se daria em outros campos: economia e cultura. Assim,

> *a partir da adoção desse modelo econômico de desenvolvimento à base da importação de capitais e tecnologia estrangeiros, qualquer país, passando a uma posição dependente da economia global, acaba perdendo o poder de decisão sobre os destinos da sua própria economia, transformando-se, efetivamente, em país dominado – sem a presença de um único soldado estrangeiro nas ruas. O que é mais cruel, no entanto, é que, exatamente por não enxergar o inimigo, os povos sujeitos ao novo tipo de dominação demoram ou não chegam jamais a organizar sua luta de libertação e – o que é mais lamentável – aderem aos padrões de cultura jogados no mercado pelos dominadores a título de sugestões. Ao lado dessas sugestões, evidentemente, figuram por certo alguns modelos culturais nacionais ou regionais, mas contaminados pela idéia de subdesenvolvimento, de mau acabamento, de reflexos de condições que se quer esquecer, o que leva principalmente a classe média – por sua maior capacidade de acesso aos bens culturais – a optar pelas sugestões importadas, necessariamente mais compatíveis com o seu projeto de ascensão social (TINHORÃO, 2001:64)*

Assim, José Ramos Tinhorão seguiu o caminho trilhado pelas esquerdas brasileiras, em seu processo de reorganização na década de 1970. Nessa reconstrução da memória sobre o golpe civil-militar de 1964, as esquerdas brasileiras se posicionaram como resistência democrática, esquecendo um passado de radicalismo que implicou a luta armada, mortes, desaparecimentos e exílio de muitos militantes. Ao recuperar o contato com as instituições democráticas, quando da abertura "lenta, gradual e segura" da ditadura militar, a sociedade brasileira apresentou dificuldades em admitir sua atuação na implantação daquele regime autoritário (AARÃO REIS, 2004). Um dos caminhos foi apontar os chamados "populistas" como responsáveis pelo ocaso da democracia, colocando-se como antigos defensores da soberania popular.

Portanto, a análise dos artigos de José Ramos Tinhorão evidencia o fato de que a marca de sua obra é a denúncia constante da dependência cultural, como decorrência da dependência econômica e política do país. Usando a música como objeto privilegiado de crítica, o jornalista buscou debater questões político-econômicas de seu tempo, reforçadas por seu enfoque muitas vezes considerado ortodoxo ou radical.

Porém, o jornalista insistiu na defesa da cultura nacional e não reformulou seu discurso sobre a cultura nacional mesmo após a entrada maciça de valores estrangeiros. Mantendo o seu caráter polêmico e nacionalista, aponta o processo de internacionalização cultural e econômica como culpado da fluidez dos valores genuinamente nacionais do país. Polêmicas à parte, a obra de Tinhorão apresenta, sem dúvida, discussões extremamente

interessantes e relevantes para a compreensão da construção da identidade nacional brasileira e sua consolidação no cenário cultural da década de 1970.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.* In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004).** Bauru: EDUSC, 2004.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada – as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: populismo na política brasileira.* In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história.** Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. *A MPB sob suspeita: a música vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981).* In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança.* In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

TINHORÃO, José Ramos. **MPB: o ensaio é no jornal.** Rio de Janeiro: MIS, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A escravidão em uma colônia de "alemães"

Sandra P.L. de Camargo Guedes*

Resumo: Joinville, localizada no nordeste de Santa Catarina, é tradicionalmente conhecida como uma cidade de alemães. Apesar de evidências terem mostrado a presença de negros na cidade no século XIX; a historiografia local ainda não abordou esse aspecto. Assim, este trabalho pretende discutir a presença de escravos negros em Joinville e apontar algumas características dessa população principalmente através dos registros paroquiais de batismo e óbitos e dos inventários. Trata-se de um fragmento de pesquisa maior que tem a intenção de entender o processo de ocupação do território circunvizinho à baía da Babitonga, que envolve Joinville e outros cinco municípios e está sendo financiada pelo FAP/UNIVILLE e pelo CNPq.
Palavras-chave: Joinville – escravidão - colonização.

Abstract: Joinville, located in the north-eastern sector of Santa Catarina, is traditionally known as a city of Germans. Although evidences have shown the existence of African descendents in the city during the XIX century, the local historiography has not yet approached this aspect. Thus, this work intends to discuss the presence of slaves in Joinville and to mainly point some characteristics of this population through registers of baptism and deaths in the parochial as well as in inventories. This article is a fragment of a bigger research, which intends to understand the process of occupation of the surrounding territory to the Babitonga Bay, that involves Joinville and five other cities and is financed by the FAP/UNIVILLE and the CNPq.
Keywords: Joinville - slavery - colonization.

A representação de Joinville como uma cidade de alemães foi construída desde os primeiros tempos de sua colonização. Em trabalho escrito em 1975, Apolinário Ternes afirmava que predominava na cidade "o povo 'loiro' de origem européia. O povo de uma educação polida e rigorosa. Povo trabalhador, ordeiro, criativo, disciplinado e amante do belo e da harmonia psicológica." (TERNES; EHLKE, 1975, p.54). Essa frase, carregada de adjetivos, qualificava da melhor maneira possível os europeus e certamente agradava a elite local de origem germânica, que procurava preservar sua identidade já há algum tempo se perdendo com o crescente processo migratório para a cidade.

Se considerarmos que em 1975, Joinville já era considerado o maior município do estado de Santa Catarina e um dos que mais cresceu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 devido às migrações (CUNHA, 1992), deve-se, no mínimo, estranhar que a população de Joinville fosse em sua maioria "loira". Porém, esse estereótipo do joinvilense loiro é

* Profa Dra Depto de História UNIVILLE Pesquisa financiada pelo FAP/UNIVILLE e CNPq.

reforçado em várias outras publicações e, principalmente em material publicitário da cidade veiculado das mais diferentes formas.

A origem de Joinville está ligada ao dote de casamento recebido pela princesa Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, por ocasião de seu casamento com o nobre francês François Ferdinand Philipe, príncipe de Joinville. As terras concedidas em dote foram demarcadas na Província de Santa Catarina, em 1846, em área pertencente ao município de São Francisco do Sul, respondendo a um empreendimento da Companhia Colonizadora de Hamburgo contratada pelo Príncipe. Para esse empreendimento, denominado Colônia Dona Francisca, foram trazidos, a partir de 1851, imigrantes alemães, suíços e noruegueses em diferentes levas, e foi baseada nessa imigração que se estruturou a maior parte da historiografia local.

A procura pelas origens, tão evidenciada pela história tradicional, vai sempre ao encontro do desbravador, daquele que iniciou a colonização das cidades, que abriu picadas ou lutou com indígenas conquistando as terras necessárias para que a "civilização" chegasse (GUEDES, 2005). Vê-se a historiografia construir heróis em todas as partes do mundo, com objetivos, na maioria das vezes, de traçar uma identidade local, encontrar as raízes, a origem, o mito fundador (CHAUÍ, 2000). Dessa forma, as origens de Joinville foram afirmadas sobre o imigrante europeu, procurando-se minimizar a participação daqueles que os antecederam, quer fossem indígenas, brasileiros ou negros.

O município de São Francisco do Sul, atualmente restrito à ilha de mesmo nome e a parte da península do Saí, abrangia à época da colonização de Joinville um vasto território que foi aos poucos sendo subdividido. Assim, quando chegaram os primeiros imigrantes à Colônia Dona Francisca, em março de 1851, já havia uma série de fazendas e sítios habitados por francisquenses e seus escravos.

Apesar de Carlos Ficker, em sua obra **História de Joinville,** ter afirmado logo nas primeiras páginas que a região onde foram demarcadas as terras para a então Colônia Dona Francisca não era totalmente desabitada, mas "ao contrário, bastante habitadas" exemplificando que desde "1826, o coronel Vieira se instalara com grande fazenda e muitos escravos" (1965, p.32), esse fato passou despercebido já que aquela obra primou pela valorização e exaltação do imigrante germânico nas demais quase quinhentas páginas.

Na busca de mapear as propriedades existentes nesse território desde as mais remotas informações, conseguiu-se perceber que a afirmação de Carlos Ficker não só é confirmada como reforçada pelo fato de encontrarmos propriedades de luso-brasileiros na

área onde se formou o centro da cidade de Joinville e não apenas em fazendas e sítios afastados, como se supunha.

A presença de escravos negros no Estado de Santa Catarina já foi trabalhada por diferentes autores principalmente nas cidades de colonização luso-brasileiras como Florianópolis e São Francisco do Sul, evidenciando, porém, que a escravidão no Estado nunca foi tão grande quanto nas regiões produtoras do sudeste e nordeste do Brasil.

> *Santa Catarina, particularmente, nunca fez parte dos centros mais dinâmicos do país, voltados, até as primeiras décadas deste século, para o abastecimento do mercado externo com produtos tropicais. Tampouco converteu-se numa região complementar importante para o suprimento do mercado interno com alimentos, meios de transporte e de tração, como, por exemplo, foi o caso do Rio Grande do Sul. Assim, a reduzida acumulação de capital nunca permitiu a aquisição de um contingente de escravos negros comparável àquelas regiões. Mais ainda, a contínua entrada de imigrantes europeus fez com que o trabalho livre superasse o trabalho escravo, e também possibilitou uma autentica "regeneração racial" ao combinar a imigração branca com a exportação de negros para as regiões produtoras de café. (PEDRO et al., 1988, p.9)*

Apolinário Ternes, ao tratar da colonização de Joinville, também evidenciou como reduzido o número de escravos em Santa Catarina, justificando que na época da chegada dos imigrantes no estado a escravidão estava em pleno declínio. "Em 1840 a população catarinense se limita a 67.218 habitantes, dos quais 12.580 de escravos e 54.638 de brancos e libertos" e completava dizendo que esse número representava, em 1840, "apenas 18% da população"(TERNES, 1993, p.31). Dezoito por cento de escravos não pode ser considerado um pequeno número, trata-se de uma considerável quantidade que se torna ainda mais significativa se for levado em conta que, anos antes, "em 1824, os escravos representavam 33% da população" do estado, conforme afirmou o mesmo autor (TERNES, 1993, p.31). Ora, será que se pode considerar pequena a participação da escravidão em um Estado onde 33% da população era escrava?

Tanto Ternes quanto Pedro, nos trabalhos indicados, procuraram mostrar que com a suspensão do tráfico e a vinda de grande número de imigrantes, a população escrava do estado diminuiu consideravelmente, provavelmente pela venda de muitos escravos para a região sudeste. Contudo, deve-se observar que nos dados relativos ao censo de 1840, a maioria da população era de brancos "e" libertos o que nos faz pensar que uma parcela dos 33% de escravos existentes em 1824 havia sido liberta e não migrado para outras regiões.

O projeto do Governo Imperial de terminar gradativamente com a escravidão no país e colaborar para com o "embranquecimento" e com a "civilização", levou as novas colônias de imigrantes a serem proibidas, desde 1848, de possuírem escravos. Essa iniciativa partiu do Dr. Blumenau, responsável pela colonização das áreas onde hoje se encontra a cidade com o seu nome, e, posteriormente, em 1850, por imposição do próprio Governo

Imperial, no contrato firmado com a Sociedade Hamburguesa de Colonização. (OBERACKER JR, 1993, p.224). Esse fato, acrescido daquela constatação, por parte da historiografia, do pequeno número de escravos no Estado e, ainda, a falta absoluta de menção na documentação relativa à Colônia Dona Francisca sobre a existência de outros moradores que não os imigrantes, colaboraram para que, até o momento, a historiografia local não tratasse da presença de escravos negros na localidade.

A análise de outros tipos de documentos que não aqueles produzidos pela administração da Colônia, tais como Cartas de Sesmarias, Atestados de óbitos, Registros de batismos e inventários *pós-mortem*, reforça a afirmação de Carlos Ficker acerca da presença de diversos moradores na região da Colônia Dona Francisca antes e durante a sua instalação. Na busca por registros da ocupação desse território foram encontradas, até o momento, mais de 50 famílias morando na região nos anos seguintes à chegada dos primeiros imigrantes, sendo que entre elas cerca de 40 possuíam escravos.

A área destinada à instalação da Colônia Dona Francisca estava justamente entre São Francisco do Sul e a ligação com Curitiba e demais centros produtores e consumidores do país, desta forma sua posição era estratégica para todos aqueles que quisessem comercializar algum produto na região. Assim, não é de se surpreender que vários produtores e comerciantes tenham se instalado nestas áreas.

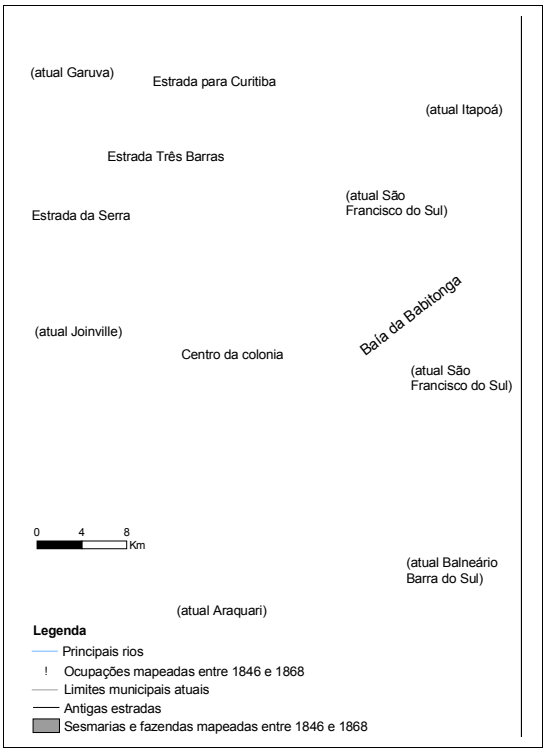

Figura 1: Localização das principais ocupações de luso-brasileiros na Colônia Dona Francisca e adjacências mapeadas entre 1846 e 1868. Algumas propriedades, apesar de grandes, constam como pontos, devido à imprecisão de sua delimitação nos documentos cartográficos históricos consultados. Fontes: Jerônimo Francisco Coelho, 1846; Colonisations Verein von 1849; J.S.M Alvin, 1856.

No início do século XIX a Câmara de São Francisco do Sul já reivindicava a construção de uma estrada carroçável no caminho de Três Barras, que ligava o litoral ao planalto, o que aconteceu apenas em 1870, quando a Estrada Dona Francisca, ou Estrada da Serra foi finalmente terminada. Havia a hipótese de que a maior parte dos luso-brasileiros, que habitavam a Colônia durante o período de ocupação pelos imigrantes estrangeiros, tivessem se concentrado às margens daquela Estrada, mas o que se percebe, porém, é que essas moradias estavam concentradas numa longa faixa de terras que beirava a Estrada e cortava o que veio a ser o centro da cidade de Joinville (Figura 1).

Ainda não foi possível identificar com precisão desde quando cada uma das pessoas fixou-se na região, já que a pesquisa ainda está em andamento, mas desde finais do século XVIII havia propriedades adquiridas através de cartas de sesmarias cujas famílias ainda estavam na região quando a cidade começou a ser formada. Percebe-se, também, que comerciantes ao final do século XIX e início do XX tornaram-se bastante influentes na vida política e econômica de Joinville e região, através do envolvimento com o comércio da erva mate, um dos principais produtos de exportação da cidade entre 1891 e 1906 (S'THIAGO, 1988), e são também relacionados como proprietários de escravos por volta de 1870. As famílias Gomes de Oliveira, Cercal, Budal e várias outras aparecem com características de famílias extensas e com grandes propriedades de terras, inclusive na área central de Joinville (Figura 1).

Os registros de batismo e de óbitos de ingênuos, obrigatórios após a Lei do Ventre Livre, nos permitem perceber a existência de várias escravas negras, mães das crianças registradas, trabalhando como domésticas ou lavradoras em residências, não só na Estrada da Serra, onde existiam propriedades maiores e com maior número de escravos, mas também na área central. Foram encontrados somente nos livros de batismo e óbitos de ingênuos entre 1872 e 1886 na cidade de Joinville os registros de 53 escravas trabalhando em 38 famílias com nomes que não indicavam ser de imigrantes estrangeiros, mas sim de luso brasileiros.

Se considerarmos que os registros de batismo e óbito de crianças filhas de escravos, na sua grande maioria, só apresentam o nome das mães, ainda escravas, aparecendo o nome de algum escravo do sexo masculino apenas eventualmente, quando padrinho, por exemplo, pode-se inferir um número correspondente ou maior de homens, já que o trabalho na

lavoura ou nos engenhos usava, a princípio, muito mais a mão de obra masculina que feminina.

Por outro lado, nos Inventários, são relacionados todos os escravos de determinada pessoa, no entanto, apenas após sua morte. Trata-se de um grande quebra cabeças cujas peças começam a ser unidas através da técnica de reconstituição de famílias utilizando planilhas eletrônicas, após identificação e leitura dos diferentes manuscritos ainda existentes.

É interessante salientar, que ao se analisar com mais cuidado os registros de dados populacionais da Colônia Dona Francisca e depois de Joinville, durante o século XIX e início do XX, percebe-se que a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada. Ao compararmos os dados relacionados nos "Mapas Estatísticos da Colônia Dona Francisca", com a quantidade de luso brasileiros e escravos encontrados nos documentos eclesiásticos, pode-se rapidamente notar que essa população ficava fora das estatísticas, onde eram contabilizadas apenas as características da população formada pelos imigrantes que entravam ou saiam oficialmente da Colônia através da Companhia Colonizadora. Assim, ao afirmar que em 1861 a população de Joinville era de 3050 habitantes, sendo 2437 de religião protestante e 613 católicos, e que em 1871 havia 6671 habitantes sem especificar a religião (TERNES, 1993, p.46), dever-se-ia acrescentar que os dados são relativos aos imigrantes europeus que se fixaram na região e não à população da cidade de Joinville.

Os documentos eclesiásticos disponíveis relativos aos registros de batizado e óbitos de ingênuos existentes após 1871, quando foi estabelecida a Lei do Ventre Livre, que obrigava o registro de todas as crianças filhas de escravas que nascessem a partir daquela data, mostram uma camada da população católica e proprietária de escravos, aparentemente não contabilizada nas estatísticas da Colônia.

Outro documento relativo à região, o Censo, promovido pelo Governo Imperial, contava a população relativamente às Freguesias, que geralmente envolviam uma região bem maior do que os próprios municípios. Joinville estava incluída na Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, que nos anos de 1870 abrangia pelo menos os municípios de Joinville, São Bento do Sul e parte de Paraty, uma região muito maior do que a correspondente ao que era o município de Joinville. Porém, mesmo correspondendo a uma área maior, os dados também não parecem muito seguros, pois, o Censo de 1872, por exemplo, dava o número de 75 escravos para toda a Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, o que nos parece incompleto, pois apenas nos registros de batizados e nos inventários, relativos aos anos de

1872 a 1888, têm-se 60 nomes de escravas. Sabendo-se que nos registros de batismos só aparecem os nomes das mulheres escravas que deram à luz e nos inventários apenas os nomes dos escravos daqueles proprietários que vieram a falecer naquele período, pode-se considerar que o número de 75 escravos deva ter sido subestimado.

Apesar da análise dos dados ainda se encontrar em fase inicial, é possível constatar a existência de escravas de aluguel dentro da Colônia, como foi o caso de Benvinda, escrava de Antonio Leandro Toledo, morador de São Francisco do Sul. Em 1884 trabalhava como criada na casa de Antonio Augusto Ribeiro, morador da cidade de Joinville, e deu à luz sua filha Emelina. Esse fato nos faz pensar na hipótese de que os imigrantes podem não ter sido donos de escravos, já que não encontramos qualquer dado nessa direção, mas será que não fizeram uso deles através do aluguel?

O compadrio também ficou evidente na documentação relativa aos escravos. Vêem-se pessoas da mesma família batizando uns os filhos de escravas dos outros, assim como os próprios escravos batizando filhos de outros escravos, algumas vezes de proprietários diferentes. De 1872 a 1888 houve 85 batizados de filhos de escravas, 30 óbitos dessas mesmas crianças ou outras, pois aparecem falecimentos de crianças cujo batizado não foi encontrado, ou por terem nascido antes de 1872, quando aparece o primeiro registro, ou por não terem sido de fato batizadas.

Os dados não foram ainda completamente confrontados e analisados, mas já se pode afirmar que a presença escrava na colônia de alemães era real e que o número deles, relativamente à população total da cidade, não era tão insignificante como parecia a princípio.

Agradecimentos

Aos pesquisadores e amigos do Grupo de Pesquisa História Regional: Fabiano Antônio de Oliveira pela elaboração do mapa que se encontra neste artigo, a Eleide Abril G. Findlay pela leitura crítica e a ambos pelas sugestões apresentadas ao texto final. A todos os bolsistas, pesquisadores e ao técnico em cartografia Celso Voos Vieira, integrantes do mesmo grupo de pesquisas meus maiores agradecimentos.

Referências Bibliográficas

CHAUI, Marilena. **Brasil** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da Indústria catarinense.** Um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

FICKER, Carlos. **História de Joinville.** Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Impressora Ipiranga, 1965.

GUEDES, Sandra P.L.C. A Construção do Herói. **Anais da XXIV Reunião da SBPH,** p.285-289, 2005.

OBERACKER JR. Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico.** Reações e transações. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. (Col. História Geral da Civilização Brasileira t. 2, v.3.)

PEDRO, Joana Maria et al. **Negro em Terra de Branco.** Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

S'THIAGO, Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville.** O caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Estado de S.Catarina, 1988.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade.** Joinville: Bartira, 1993

_____ Joinville, 124 anos de continuado crescimento. In: EHLKE, Cyro; TERNES, A. **Joinville 1851-1975**. Itajaí: Uirapuru, [1975]

_____ **História Econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

Documentos

Atas da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. 1821-1827. Acervo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. Manuscritos.

Livro de Registro de Batismos 1872-1888. Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville. Acervo Diocese de Joinville.

Mapas Estatísticos da Colônia Dona Francisca de 1867 In: **Correspondens der Direction dês Colonization. 1867.** Acervo Domínio Dona Francisca. Arquivo Histórico de Joinville.

Mappa da medição e demarcação das vinte e cinco legoas quadradas concedidas complemento ao dote S. Serenissima Princeza de Joinville AS. D. Francisca. Jerônimo Francisco Coelho, 1846.

Mappa do territorio da Colonia D. Francisca. J.S.M Alvin, 1856.

Mappa da Colonia D. Francisca. Colonisations Verein von 1849.

Província de Santa Catarina. Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução. Disponível em

http://www.cebrap.org.br - Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872-1890 acessado em 23 abr. 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Engenharia e Política: Os engenheiros entre a sociedade civil e a sociedade política.

Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho*

Resumo: A presente pesquisa tem por finalidade apontar nossas reflexões sobre os engenheiros civis e as relações profissionais e políticas estabelecidas por eles ao longo da segunda metade do século XIX. Procuramos integrar em nosso estudo, seus antagonismos, distinções, controvérsias e, ao mesmo tempo, vimos a possibilidade de analisá-los como um "movimento político" de elaboração de uma identidade própria, de organização, institucionalização de interesses e construção de um saber específico, que lhe confira credenciais para o acesso a postos chaves de poder.
Palavras-chave: Século XIX - Sociedade Civil - Engenheiros.

Abstract: The present work presents our research about the engineers civilian and the professional and political relationships they have established, as an institution and individually, during the second half of the XIX century. This study tries to integrate their antagonisms, peculiarities and controversies in a frame that explores the possibility of analyzing them as a `political movement` vowed to shaping its own identity through the organization, institutionalization of interests and construction of a specific knowledge. The achievement of those engineers in the movement entitled them to access key government positions, which was a characteristic of their professional field.
Keywords: XIX Century - Civil Society - Engineers.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Instituto Politécnico Brasileiro - IPB[1]- foi palco de intensos debates em torno dos projetos de implementação das estradas de ferro no Brasil. A importância das contendas respeitava ao fato de que a construção de ferrovias era um campo de trabalho estratégico para os engenheiros, uma vez que envolvia grandes somas de recursos financeiros e acesso a novo maquinário (Cf. MARINHO, 2002).

Apesar de ter havido progressiva diversificação das atividades desses profissionais por todo o século, só a partir da década de sessenta é que se observou o surgimento de demanda pelo trabalho dos engenheiros civis, nitidamente em razão dos projetos de construção de estradas de ferro e inúmeras outras obras de infra-estrutura. Os engenheiros tiveram um papel central no planejamento de estudos para o desenvolvimento de um sistema de transportes, levando em consideração os aspectos topográficos nacionais, aproveitando eficientemente os recursos naturais para a navegação fluvial, com vistas a integrar as várias regiões do Império. Somava-se, à época, inúmeros planos de viação que, elaborados por estes

[1]* Pesquisador do Mast/MCT e doutorando em História pela UFF.
O Instituto Politécnico Brasileiro – IPB foi fundada em uma sala da Escola Central do Rio de Janeiro em 1862. Foi a primeira associação "privada" dos engenheiros.

agentes, tinham o objetivo de contemplar os interesses locais dominantes nas mais distantes províncias do país.

O investimento na construção de estradas de ferro foi significativo a partir dos anos 70, registrando um grande aumento na extensão de linhas construídas desde a Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858. Os dados históricos indicam que em 1864 havia 475 km de vias férreas no país; já em 1889, a extensão saltou para 9.583 km.

A primeira estrada de ferro brasileira foi construída por iniciativa do Barão de Mauá em 1854, no Rio de Janeiro. Sua realização foi possível pelo emprego de mão-de-obra e investimentos ingleses. Neste mesmo ano, constituiu-se, a partir de pressões dos cafeicultores fluminenses, a Companhia de Estradas de Ferro D. Pedro II. A execução desta obra grandiosa tinha como fim interligar Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a partir da capital. Segundo Grahan,

> *A despeito da falta de entusiasmo inicial, os ingleses contribuíram grandemente para sua construção. Assim que a companhia foi organizada, levantou um empréstimo na Inglaterra, de mais de 1,5 milhões de libras, com garantias dadas pelo governo brasileiro. O primeiro presidente da Companhia, Christiano Benedicto Ottoni - criticado pelos ingleses - teve que admitir que "sem esse empréstimo a ferrovia não teria cruzado a cordilheira". Em 1871 e 1875, depois de a linha férrea se tornar efetivamente propriedade do governo, grandes empréstimos foram conseguidos em Londres para outras construções* (GRAHAN, 1973:60-61).

Em 1860, foram aprovados os estatutos da Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, iniciando, assim, a formação da "malha ferroviária" paulista. Mais tarde, a companhia se tornou *The São Paulo Railway Company*, construtora da conhecida estrada "inglesa", com 10% do capital subscrito por Mauá e seus sócios, sendo o restante de propriedade dos capitalistas ingleses.

No entanto, é importante afirmar que o projeto de desenvolvimento pela mediação da indústria das ferrovias vinha sendo pensando muito antes deste período. Já em 1835, Antonio Paulino Limpo de Abreu, que seria, mais tarde, um dos principais fundadores do IPB (1862), era Ministro da Justiça e interino do Ministério do Império, junto ao então regente Diogo Antonio Feijó. Ambos assinaram um decreto que concedia "a uma ou mais Companhias, que fizerem uma estrada de ferro da Capital do Império para as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e Bahia, o privilégio exclusivo por espaço de 40 anos para o uso de carros para transporte de gêneros e passageiros" [2]. A julgar pela proposta, totalizando mais de 5.500

[2] Decreto nº 101 de 31 de outubro de 1835. Diogo Antonio Feijó. (BRASIL- CLIB, 1835).

quilômetros de malha ferroviária - ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais e o Rio Grande do Sul à Bahia – é possível considerar que a formulação precoce dos dirigentes do Império foi uma resposta a dois fatores principais: em primeiro lugar, ao impacto do uso da tração a vapor, que vinha sendo utilizada em vias fluviais do Brasil; em segundo, às repercussões da arrancada do impulso ferroviário na Inglaterra. Convertendo-se as medidas da época para as atuais, as "cinco léguas de estrada" de ferro equivaleriam hoje a 33 quilômetros de construção anual. Para as possibilidades da engenharia do período, tal meta parecia ultrapassar todas as possibilidades viáveis de efetivação.

O incremento deste projeto em questão passou por algumas etapas. Num primeiro momento, as estradas de ferro foram construídas com a participação de engenheiros estrangeiros. Como a demanda por trabalho especializados foi aumentando de forma surpreendente, foram idealizadas escolas específicas apropriadas para atender a uma nova categoria de profissionais que se constituía.

Em 1874, na primeira organização curricular da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi incluída a cadeira "Estradas Ordinárias, Estradas de Ferro, Pontes e Viadutos" (TELLES, 1994: 471), cuja proposta seria suprir as necessidades de conhecimento técnico sobre estes assuntos. Nas sessões do IPB, de 1862 a 1880, e nas memórias publicadas na *Revista,* os temas diretamente ligados à questão das estradas de ferro ocupavam um enorme destaque, mantendo a atenção de vários profissionais da engenharia, tanto aqueles que participavam desde o seu planejamento e construção, até os que haviam chegado à administração geral das ferrovias. Dos estudos premiados com a medalha Hawkshaw[3], 35,7% tratavam exatamente desta temática (Cf. MARINHO, 2002).

Pereira Passos, em 13 de fevereiro de 1865, resumiu o pensamento geral da seguinte forma:

> *Na ordem dos diversos trabalhos que pertencem ao domínio da engenharia ocupam sem dúvida alguma um dos primeiros lugares as vias de comunicação. O estabelecimento destas constitui um dos mais importantes problemas confiados aos nossos cuidados, e cuja solução exige variados e profundos estudos relativos à aplicação tanto das ciências exatas e naturais, como das ciências econômicas e sociais, por isso que, afeta diversas questões de interesse material e moral. (...) Tal é a importância que as nações civilizadas ligam hoje ao estabelecimento dos caminhos de ferro, esse prodigioso meio de transporte, que diminuindo as distâncias e reduzindo as despesas de locomoção, aproxima os produtores dos consumidores, desenvolve todas as indústrias, facilita o exercício da administração pública, favorece a educação e moralização dos povos e despesas dos Estados* (RIPB, 1878: 43).

[3] Prêmio anual oferecido pelo IPB ao melhor trabalho de engenharia. As ferrovias empregaram um número alto de engenheiros brasileiros: 75% de todos eles por volta de 1880, nem todos no serviço público porque diversas estradas de ferro eram exploradas por companhias estrangeiras (São Paulo Railway, Brazil Railway Co., Cie. Générale de Chemins de Fer du Brésil, entre outras) por concessão do Estado.

Cabe destacar que, juntamente à demanda de um grande número de engenheiros, o projeto exigia também um "exército" de trabalhadores, muitos dos quais pouco qualificados e vivendo diferentes contratos de trabalho. No entanto, o seu impacto "não foi linear nem harmônico. (...) Se por um lado elas aumentaram a demanda de mão-de-obra, por outro lado, elas contribuíram para aumentar a demanda de mão-de-obra, especialmente ao ampliar a fronteira agrícola, favorecendo a incorporação de novas terras para cultivo. (...) [é questionável] a idéia de uma identificação imediata entre ferrovias e trabalho livre. (...) Escravos e trabalhadores sob contrato integraram a força de trabalho na construção das ferrovias no Brasil" (LAMOUNIER, 2000: 46-47). Em 1883, Joaquim Nabuco afirmava que a escravidão havia sido "vivificada e alentada pelo vapor e pela locomotiva" (NABUCO, 1988: 112).

Assim, estas obras grandiosas beneficiavam, principalmente, os cafeicultores, por auxiliarem o escoamento da produção, além de dispensarem a utilização de um número considerável de escravos no transporte em mulas. Os habitantes locais, por sua vez, viam nos trilhos a chegada do "progresso" e também de uma multiplicidade de informações até então restritas a determinados espaços do território. Tais fatores foram responsáveis por mudanças consideráveis no comportamento geral da população.

Em síntese, a construção de ferrovias no Brasil do período imperial, tornara-se subitamente, a principal empregadora e objeto central de discussão e disputa entre os engenheiros, constituindo-se em capítulo à parte da história da engenharia do século XIX.

Uma estrada de ferro de Curitiba ao litoral. Antonina ou Paranaguá?

Agremiados em associação, os engenheiros tomaram para si a tarefa de transformar as condições sociais do país através do que entendiam como "objetividade técnica e científica", aliada ao poder público e/ou privado. Por conseguinte, interagiam ou se uniam aos dirigentes imperiais na sociedade política, como forma de facilitar os caminhos para realização de seus projetos e em proveito da efetivação dos meios de ação. Destacamos, como exemplo, a construção da estrada de ferro que ligaria Curitiba ao litoral, episódio este parcialmente registrado nas revistas do IPB.

Na sessão extraordinária de 17 de outubro de 1878, o Barão de Teffé fez uso da palavra com o fim de justificar seu parecer favorável à solicitação, feita pelo Conselheiro Thomaz Coelho, em favor de um estudo de viabilidade do porto de Antonina, na província do

Paraná. Sua fundamentação referia-se a estudos realizados anteriormente, à viabilidade dos gastos com as obras, à importância da cidade onde estas obras seriam implementadas e os benefícios trazidos por uma via férrea de tal monta para um número grande de produtores que precisavam escoar sua produção (RIPB, 1878: 6-19).

Em 22 de outubro, na reunião seguinte, o engenheiro Dr. Hargreaves corroborou a posição do Barão de Teffé e relatou que Antonio Rebouças, autor do projeto de construção da estrada de ferro do referido percurso, havia pedido empréstimo em Londres com vistas a viabilizar a empreitada. Para isso, contou com a avaliação do engenheiro inglês, Dr. Brunlees, "o qual, elogiando muito o trabalho, julgou, entretanto, necessário aumentar o orçamento, que julgou baixo (...)". Antonio Rebouças, segundo Hargreaves, demorou um tempo maior que o concedido para conseguir o aumento de capital e foi "em ato contínuo, concedido um privilégio para a construção de um caminho de ferro de Paranaguá a Curitiba aos Senhores Pecego e Scherer", deixando de lado o projeto da estrada que ia para Antonina. Disse Hargreaves que tal medida "só pode explicar-se pela ação de rivalidades locais ou outras forças alheias a toda questão técnica econômica" (RIPB, 1878: 20-24).

André Rebouças, em 1875, havia tentado reativar o projeto Curitiba-Antonina, mas encontrou forte resistência do Ministério da Agricultura que já havia optado pelo Caminho de Ferro de Paranaguá, cedendo, segundo ele, à "pressão da família Correia" . Apesar das várias tentativas junto ao Ministro da Agricultura, ao Diretor de Obras Públicas, ao presidente do Conselho de Ministros, visconde do Rio Branco, ao conde d'Eu e, diretamente, ao Imperador, a solução não foi favorável a Rebouças. "O Caminho de Ferro do Paraná vai mal: o ministro, interpelado pelo deputado Eufrásio Correia, sobrinho dos Correia, Presidente da Câmara dos Deputados, teve a fraqueza de prometer-lhes o irracional Caminho de Ferro de Paranaguá. Ah! Políticos! O Visconde do Rio Branco deu tudo por perdido! Que ministro injusto!" (REBOUÇAS, 1938: 272).

Insatisfeito com os acontecimentos, André Rebouças afirmou que "(...) todos os nossos trabalhos no Paraná custaram-nos a perda de 40 ou 50 contos de réis em dinheiro, conflitos e desgostos com a família Correia e todos os oligarcas seus amigos e clientes e, o que foi pior de tudo, o afastamento da família imperial, que só cessou pela Abolição, 13.05.1888" (CARVALHO, 1998: 117).

Na sessão do IPB de 5 de novembro de 1878, após a fala de Hargreaves na sessão anterior, André Rebouças pediu a palavra em defesa das idéias do irmão Antônio. "Estão comigo as primeiras autoridades em hidrografia e em caminhos de ferro do Brasil, estadistas como Zacharias, fundador da província do Paraná, e Paranhos, visconde do Rio Branco, um

dos poucos homens de governo, que conhecem a topografia do Brasil". O engenheiro lamentou que "não esteja presente nenhum dos informantes, oficiais e oficiosos, que induziram o governo imperial ao gravíssimo erro de conceder 11,492:042$707 para execução do maior absurdo técnico e econômico, para realização do maior atentado moral, que se há maquinado neste Império" (RIPB, 1878: 30).

Para uma parcela de engenheiros, a engenharia representava uma porta de acesso a posições de comando no funcionalismo da sociedade política, de onde esperavam poder operar a "beneficência ilustrada". Ou seja, a polarização não se referia tanto ao conteúdo altruísta da autodefinição de Rebouças em contraste com o que ele considerava os anseios egoístas dos "burocratas-empreguistas"; ela se atrelava, antes disso, à identificação do lugar de realização do universal: seja no Estado centralizado e distributivo, seja no Estado interiorizado pelos indivíduos morais. Nesse sentido, enquanto Rebouças "criticava a letargia, a ausência de civismo e a insensibilidade para com a noção de público que caracterizavam os engenheiros do Setor de Obras Públicas do Ministério da Agricultura", ele próprio era constantemente acusado de pretender enriquecer à custa da privatização de largos espaços de atuação do Estado (CARVALHO, 1998: 120).

As controvérsias faziam parte da complexidade das articulações técnicas e políticas que vinham se desenvolvendo dentro do campo da engenharia. Elas são parte das relações de Saber e Poder que permearam a trajetória dos engenheiros e possibilitaram a compatibilização de demandas externas ao campo, com a necessidade de legitimação profissional, tornadas visíveis por meio de um discurso de cunho científico.

Em seu estudo sobre as questões referentes à agronomia e poder no Brasil, Sonia Mendonça assinala que "o conceito tradicional de classe dominante deve ser nuançado, uma vez que a questão da socialização escolar de seus integrantes recoloca em discussão a temática de sua unidade ou divisão. Com isso (...), passa a existir, no âmbito dessa categoria, uma outra dimensão, que sinaliza a existência de um grupo 'dominante (pelo saber)/dominado (pela extração social)' no seio do campo político" (MENDONÇA, 1998: 18).

Neste trabalho, buscamos apresentar o exemplo de um dos debates travados por associados do IPB, cujas controvérsias possuíam ora um teor mais técnico, ora político; sendo que todas revelam as diferentes disputas pelo monopólio do Saber e exercício de Poder.

Considerações finais

Na construção do Estado imperial, observam-se disputas significativas relativas à formulação das políticas públicas e no "aparelhamento" nos setores estratégicos da

administração imperial. Tendo como base de ação e representação a "modernização" do país, os engenheiros assumiram papel importante na coesão das frações dominantes do Império, ao mesmo tempo em que construíam sua própria identidade mediante seus "aparelhos privados de hegemonia" na sociedade civil. Neste movimento, alinharam-se dentro das esferas de interesse dos dirigentes imperiais e encontraram terreno fértil para o desenvolvimento de suas atividades. Detentores de prestígio social por possuírem um conhecimento específico, colocaram-se como os agentes de um saber capaz de proporcionar uma ação orgânica. O seu discurso representava um "capital simbólico", importante moeda de troca nas relações de poder que estavam sendo construídas, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Por isso, a controvérsia ocorrida sobre o destino da ferrovia de Curitiba a um porto do litoral, mobilizou diversos grupos sociais organizados. Neste evento, aparentemente de menor monta, descortinaram-se as forças organizadas postas à frente da administração de políticas públicas. Ao mesmo tempo, a complexidade das relações sociais, neste exemplo, nos obriga a levar sempre em conta a correlação de forças políticas regionais e as diversas mediações que incidiam sobre as decisões tomadas pelo governo imperial.

Rebouças não tardou a apresentar referências acadêmicas para endossar seus argumentos na controvérsia e, ao final, foi exatamente no Instituto Politécnico Brasileiro que ele buscou a trincheira para amplificar sua linha de argumentação e sensibilizar o ministro, o presidente do conselho e o imperador. Com a vitória do encaminhamento da estrada de ferro para Paranaguá, perspectiva que atendia aos interesses de Ildefonso Pereira Correia - maior exportador de erva-mate paranaense -, impunha-se uma realidade aos engenheiros do IPB que pretendiam lançar-se a empreendimentos do vulto de uma ferrovia: a força dos argumentos científicos muitas vezes não superava a força dos argumentos econômicos. Na arena de luta da sociedade civil que se complexificava naquele final de século, uma agremiação profissional não tinha o mesmo peso que uma agremiação de proprietários.

No final do século XIX, Ildefonso Pereira Correia já era considerado o maior comerciante de erva-mate da província do Paraná e importante chefe político da região. Em 1885, uma importante aliança dos exportadores de erva-mate começa a ser ensaiada para em 1887, cerca de dez anos após a vitória sobre Rebouças, surgir em Curitiba a Associação Propagadora do Mate, entidade que tinha a chancela do Presidente da Província, e em sua primeira diretoria Ildefonso Pereira Correia como presidente. Em 1892 seria fundada, também por Ildefonso Correia, a Associação Comercial do Paraná.

Referências bibliográficas:

BRASIL - CLIB **Coleção de Leis do Império (CLIB)**. 1835.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século**: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001

GRAHAN, Richard. **A Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX*. In: **História Econômica & História de Empresas***,* 1 (2000), 2000, Pp. 43-76.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **Engenharia Imperial**: O Instituto Politécnico Brasileiro - 1862-1880. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH-UFF, Niterói, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **O visconde de Guaratinguetá.** Um titular do café no vale do Paraíba. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

NABUCO**,** Joaquim. **O Abolicionismo**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

REBOUÇAS, André. **Diários e notas autobiográficas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

RIPB – **Revista do Instituto Politécnico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tip. Leuzienger & Filhos, Tomo XII, 1878, Pp. 6-31.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil** - séculos XVI a XIX, Vol. 1, 2ª ed., Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Transformações legais nas transferências internacionais de jogadores de futebol

Lennita Ruggi*

Resumo: Parte de uma pesquisa mais ampla que investiga as transferências internacionais de jogadores de futebol brasileiros para Portugal, esta proposta pretende problematizar as modificações nas prerrogativas legais que balizam as transações internacionais entre clubes. No âmbito da legislação brasileira, o marco relevante é estabelecido com a instauração da Lei 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, que transformou o estatuto dos atletas profissionais e sua relação com os empregadores ao substituir a vigência do passe e privilegiar os contratos como instrumentos de regulação. Na União Européia, o veredito concedido em favor do jogador de futebol belga Jean-Marc Bosman condenou a diferenciação de atletas da comunidade pelo critério de nacionalidade. Apesar de não afetar diretamente as transações internacionais com o Brasil, o caso Bosman solidificou uma hierarquia de jogadores que tem como base a origem dos passaportes – isto em meio à crescente limitação do número de atletas estrangeiros por time impostas pelas federações européias. As modificações legais investigadas parecem todas tender para a construção de uma representação jurídica do futebol como uma prática primordialmente econômica, no qual as transações internacionais de jogadores assumem plenamente seu caráter capitalista.
Palavras chave: Futebol, Transferências internacionais, Legislação.

Abstract: This proposal is part of a bigger research project on Brazilians football players transferred to Portugal. The aim here is to investigate the changes in the systems of rules that regulate the negotiations among clubs and federations. In Brazilian Law, an important moment happened in 1998, by the establishment of Law 9.615. Known as "the Law Pelé", this regulation changed the status of professional players and their relationship with employers, since it granted more importance to labor contracts, refusing the privilege of sport contracts and ending the currency of the "Passe". In European Union, the court decision made in favor of Belgian player Jean-Marc Bosman condemned the differentiation of players from the Community based on their nationality. In spite of the fact that this decision does not affect directly Brazilians' transfers, the Bosman case reinforced the hierarchy of players rooted in their passports. This relates with the limitation of number of foreign footballers in each club imposed by some European federations. The legal changes investigated demonstrate to agree with a definition of football as a mainly economic practice, so the international transfers of players present completely their capitalist feature.
Keywords: Football, International transfers, Law.

I

Em 2006, 851 jogadores profissionais de futebol foram transferidos de clubes brasileiros para o exterior (CBF, 2007). Mais da metade tiveram como destino agremiações

* Mestranda no Programa "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
E-mail: lennitaruggi@hotmail.com

sediadas na Europa. Estas pessoas estão inseridas em uma transformação mais ampla dos movimentos migratórios globais, na qual o fluxo Norte–Sul[1] deixou de ser predominante e transformou-se, em finais do século XX, em Sul–Norte (BRITO, 2003). Os jogadores dos países do Sul (especialmente latino americanos e africanos) saem de seus países de origem em busca de "uma vida melhor".

Ser um bom jogador de futebol no Brasil significa, para as gerações mais recentes de aspirantes, "jogar na Europa". Combinando altos salários e intensa visibilidade midiática, as prestigiosas ligas da Espanha, Itália, Inglaterra, França e Alemanha mobilizam os sonhos de grande parte dos jogadores do Sul. Para um número considerável de atletas, "arranjar um contrato" neste estreito mercado representa seu principal projeto de vida – em certa medida convergindo com o "clássico" sonho de "defender" a seleção nacional. Ao mesmo tempo em que o contingente elevado de evasões sustenta a alta rotatividade (e, portanto, a atratividade) do mercado de futebol profissional no Brasil, revela a existência de um "fluxo de imigração secundário" (LOPES, 1999), de jogadores com menores chances de entrar nas primeiras divisões.

Da perspectiva dos clubes "vendedores", a transferência internacional de atletas constitui-se como uma importante fonte de receita. Nas maiores agremiações brasileiras, a arrecadação financeira mais significativa, cerca de 30%, refere-se à negociação de jogadores, sendo 29% proveniente dos direitos de transmissão televisiva (GURGEL, 2006). A lógica de captação de recursos com a venda do efetivo se encontra plenamente incorporada às estratégias de gestão dos times nacionais – e o exemplo mais contundente deste fato talvez resida na institucionalização dos Centros de Treinamento (CTs) enquanto espaços de produção de atletas "em série".

Segundo Sérgio Leite Lopes (1999), o fluxo internacional de jogadores de futebol advindos da América Latina com destino à Europa se inicia nos anos de 1930, sendo posteriormente interrompido pela Segunda Guerra Mundial e retomado durante a década de 50. Mesmo não sendo nova, a transferência de atletas em sentido Sul–Norte atingiu uma envergadura sem precedentes em fins do século XX, dimensão que revela (e sustenta) características estruturais no futebol mundial.

O objetivo do presente artigo é problematizar as modificações nas prerrogativas legais que balizam as transações internacionais entre clubes, mais especificamente nas

[1] "Norte" e "Sul" são utilizados aqui como alternativas para a terminologia "Primeiro / Terceiro Mundo" e "Países Desenvolvidos / Subdesenvolvidos", explicitando a adesão desta abordagem às perspectivas de interpretação pós-coloniais.

negociações de atletas brasileiros para a União Européia. Com este intuito serão expostas, num primeiro momento, as transformações regulamentadas pela Lei Pelé. A seguir, constitui alvo de análise o veredicto concedido em favor de Jean-Marc Bosman e a jurisprudência que ele instaura na UE. Finalmente, as considerações finais tocam alguns aspectos referentes ao regulamento de transferências internacionais estabelecido pela FIFA (Federação Internacional de Futebol Associação).

A Lei 9.615 de 1998, mais conhecida como "Lei Pelé", transformou o estatuto dos atletas profissionais e sua relação com os empregadores ao substituir a vigência do Passe e privilegiar os contratos como instrumentos de regulação entre as partes. A maioria das alterações fundamentais instauradas por esta legislação estão concentradas no Artigo 28, cuja obrigatoriedade diz respeito exclusivamente à "atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol" (conforme o Art. 94).

> *Art. 28.*
> *Art. 28 - A atividade do atleta profissional de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para ás hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.*
> *§ 1º - Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho.*
> *§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais:*
> *I - com o término da vigência do contrato de trabalho desportivo; ou*
> *II - com o pagamento da cláusula penal nos termos do caput deste artigo; ou ainda*
> *III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade da entidade desportiva empregadora prevista nesta Lei.*

Logo, a partir de 1998 o Passe (ou vínculo desportivo) perde sua preponderância frente ao contrato (vínculo trabalhista), estando aquele automaticamente desfeito uma vez findo o prazo contratual. Estabelecendo a obrigatoriedade da cláusula penal para os casos de descumprimento, rompimento ou rescisão unilaterial, a Lei Pelé oferece garantias antecipadas de ressarcimento econômico tanto para os atletas quanto para os clubes. Mais do que isso, a cláusula penal institucionaliza o a interrupção do contrato, impedindo retaliações posteriores por parte dos clubes (como era relativamente freqüente durante a vigência do Passe).

O novo enquadramento legal estabelecido aumentou a autonomia dos atletas, aparentemente enfraquecendo os clubes. Previsto para entrar em vigor três anos após a publicação da Lei, o Parágrafo 2º do Artigo 28 foi tomado por parte da crônica esportiva como comparável à Lei Áurea:

> *No próximo dia 26 de março, acaba a escravidão no Brasil. Depois de 113 anos, o trabalhador brasileiro mais uma vez se verá livre da servidão. É nesse dia que entrará em vigor a Nova Lei do Passe, que liberta os jogadores das ordens espúrias dos dirigentes e do jugo cruel dos empresários.*
> *A Lei, criada originalmente por Pelé quando este era Ministro dos Esportes e hoje já bastante remendada e deturpada, entre outras coisas estabelece o fim do passe. Ou seja, o jogador é dono da sua própria vida e por conseqüência, da sua carreira profissional. Ele que escolhe para que time vai e para isso, basta o clube de destino depositar uma multa rescisória na conta do clube de origem (BINI, 2001: 1).*

Na coluna de Luiz Fernando Bindi a multa rescisória se transforma, paradoxalmente, na garantia da liberdade dos jogadores. Em interpretação contrastante, Carlos Eduardo Freitas defende que a Lei Pelé põe em vigor um "sistema híbrido", que garante a continuidade de características essenciais do Passe, definido por este autor como o "mecanismo mais atrasado" do direito do trabalho brasileiro.

> *Esta situação em que o atleta passa a ser mercadoria é alimentada pela manutenção, na nova lei, de mecanismos típicos do direito civil, em seu capítulo do "direito das coisas". Trata-se da cessão e transferência. Os arts. 29, 36 e 39 da lei Pelé cuidam de proteger o patrimônio dos clubes em negociações entre os próprios clubes que tenham por objeto o atleta profissional. É como se o jogador fosse uma mercadoria a ser locada entre particulares (FREITAS, 2001: 2).*

Freitas argumenta que o Passe constituía uma estratégia de mercado, cujo princípio era remunerar o "dono do jogador", sendo explorada pelos clubes como forma de enriquecimento – características mantidas na nova legislação. A Lei Pelé está incorporada, com efeito, num movimento mais amplo de "capitalização" do futebol, que tende para a construção de uma representação legal do esporte como prática primordialmente econômica, na qual os times são tomados como empresas. Assim afirma o Artigo 27:

> *Art. 27º.*
> *§ 13. Para os fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, as atividades profissionais das entidades de prática desportiva, das entidades de administração de desporto e das ligas desportivas, independentemente da forma jurídica como estas estejam constituídas, equiparam-se às das sociedades empresárias, notadamente para efeitos tributários, fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis e administrativos*

No que diz respeito às disputas de poder envolvidas nas transferências internacionais, a Lei Pelé não representou uma profunda alteração, pois em larga medida se isentou de regular os parâmetros destas transações, exigindo apenas que eles estivessem contidos nos contratos de trabalho:

> *Art.28*
> *§ 3º O valor da cláusula penal a que se refere o caput deste artigo será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada.*
> *§ 4º Em quaisquer das hipóteses previstas no § 3º deste artigo, haverá a redução automática do valor da cláusula penal apurada, aplicando-se, para cada ano integralizado do vigente contrato de trabalho desportivo, os seguintes percentuais progressivos e não-cumulativos:*
> *a) dez por cento após o primeiro ano;*
> *b) vinte por cento após o segundo ano;*
> *c) quarenta por cento após o terceiro ano;*
> *d) oitenta por cento após o quarto ano.*
> *§ 5º Quando se tratar de transferência internacional, a cláusula penal não será objeto de qualquer limitação, desde que esteja expresso no respectivo contrato de trabalho desportivo.*
>
> *Art. 40 - Na cessão ou transferência de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira observar-se-ão as instruções expedidas pela entidade nacional de título.*
> *Parágrafo Único - As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva brasileira que o contratou.*

Ora, ao estabelecer limites no valor da cláusula penal para transferência nacional de jogadores de futebol e não o fazer no tocante às transferências internacionais, a legislação instaura a possibilidade de que as vendas de atletas para o estrangeiro seja sensivelmente mais lucrativa, acarretando no potencial empobrecimento do futebol nacional.

O parecer favorável ao jogador de futebol Jean-Marc Bosman outorgado pelo Tribunal Europeu de Justiça em 1995 suscitou declarações públicas de adesão similares às dispensadas à Lei Pelé. Tendo peregrinado pelos tribunais belgas e europeus por seis anos, Bosman angariou o apoio dos colegas, pelo menos durante um período de tempo (Araújo, 2001). O parecer confirmou que o princípio de liberdade de circulação de trabalhadores se aplica também aos jogadores do futebol profissional:

> *As disposições comunitárias em matéria de livre circulação de pessoas e de serviços não impedem regulamentações ou práticas no domínio desportivo justificadas por razões não económicas e que respeitem ao carácter e quadro específico de determinadas competições. Esta restrição do âmbito de aplicação das disposições em causa deve no entanto limitar-se ao seu objecto específico não podendo ser invocada para excluir toda a actividade desportiva do âmbito de aplicação do Tratado.*
> *A livre circulação dos trabalhadores, garantida pelo artigo 48. do Tratado, que constitui uma liberdade fundamental no sistema das Comunidades, não pode ser limitada no respectivo âmbito pelo dever que incumbe à Comunidade de, ao fazer uso das competências de extensão limitada que lhe confere o artigo 128., n. 1, do Tratado CE, no domínio da cultura, respeitar a diversidade nacional e regional das culturas dos Estados-Membros.*

Sem se pronunciar sobre rupturas durante a vigência dos contratos, o "acórdão Bosman" (como é conhecido em Portugal) estabelece que, uma vez expirado o vínculo contratual de um jogador, o clube em que ele atuava não pode impedi-lo de engajar-se em novo contrato com outro clube com sede em qualquer Estado-Membro da UE, nem mesmo

exigir o pagamento de indenizações de transferência, pois tais prerrogativas afetariam negativamente as condições de emprego dos jogadores profissionais de futebol. Para justificar este parecer, o Tribunal se apóia sobre os objetivos da Comunidade Européia:

> *Tendo presentes os objectivos da Comunidade, a prática de desportos só é abrangida pelo direito comunitário na medida em que constitua uma actividade económica na acepção do artigo 2. do Tratado. É o caso da actividade dos jogadores de futebol, profissionais ou semiprofissionais, uma vez que exercem uma actividade assalariada ou efectuam prestações de serviços remuneradas.*
> *Para efeitos da aplicação das disposições comunitárias relativas à livre circulação dos trabalhadores, não é necessário que a entidade patronal tenha a qualidade de empresa, apenas se exigindo a existência de uma relação de trabalho ou a vontade de estabelecer tal relação.*

Fica claro nesta passagem, que, de forma similar à Lei Pelé, a Sentença Bosman veicula uma concepção economicista do futebol, ainda que reconheça que a entidade patronal possa não ter qualidade de empresa. Juridicamente, o futebol é, acima de tudo, um empreendimento capitalista, suplantadas suas dimensões culturais e políticas. Sandra Gil Araújo explicita as disputas de poder envolvidas nas possibilidades de classificação do futebol como atividade meramente econômica (tal como defende a FIFA) ou de caráter predominantemente cultural (como é esposado pela UEFA), distintas estratégias argumentativas que articulam interesses determinados. Uma das conseqüências da Sentencia Bosman foi criar duas categorias de estrangeiros: comunitários e não-comunitários (idem: 6):

> *Pero la Ley Bosman no sólo establece la suspensión de una diferencia; al mismo tiempo – y como parte del mismo proceso – inaugura una clasificación, divide lo que antes estaba agrupado bajo un mismo nombre. Impone, por su parte, la aceptación de todos los jugadores de la UE como jugadores nacionales; esto es: crea la figura de* jugadores comunitarios. *Por otro lado, refuerza la frontera entre los jugadores del espacio europeu y los que provienen de otros Estados, delineando el concepto de* jugadores extracomunitarios *(idem: 24).*

Tal valoração das cidadanias é particularmente relevante no futebol por ativar processos jurídico-administrativos que limitam a atuação de profissionais nos clubes europeus, dada a prerrogativa legal que restringem o número de estrangeiros atuando em cada time. Assim, apesar de não afetar diretamente as transações internacionais com o Brasil, o caso Bosman solidificou uma hierarquia de jogadores que tem como base a origem dos passaportes, criando alvos preferenciais para serem culpabilzados pela "retórica da invasão".

Os jogadores profissionais de futebol não compartilham a precariedade e insegurança enfrentada por imigrantes pouco qualificados que engrossam as filas do sub-emprego na Europa e América do Norte. Isto se deve, em parte, às balizas legais mobilizadas nas transferências internacionais. Todavia, é pertinente problematizar os princípios jurídicos que norteiam as garantias contratuais.

Segundo a FIFA, "Um Profissional é um jogador que possui um contrato escrito com um clube e que é pago para além das despesas em que efectivamente incorre pela sua actividade futebolística" (FIFA, 2005: 10). Com esta definição, a FIFA se apropria de dois parâmetros definidores – contrato e salário – específicos da concepção ocidental de trabalho, impondo sua vigência a todos os países filiados.

Referencias Bibliográficas

ARAÚJO, S.G. "Fútbol y migraciones". In: **Migraciones internacionales**. Tijuana: vol.1, nº3, p.55-78, julio/dicembre, 2002.
BINDI, L.F. **Futebol**. 2001. Disponível em: < http://www.sampaonline.com.br/colunas/ bindi/coluna2001mar09.htm> Acesso em: 23/abril/2007.
BRITO, F. **Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo**. 2003 Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/ brito.doc> Acesso em: 23/abril/2007.
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF). **Transferências internacionais de jogadores 2006, 2005, 2004, 2002**. 2007. Disponível em <cbfnews.com.br> Acesso em: 23/abril/2007.
FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL ASSOCIAÇÃO (FIFA). **Commentary on the regulations for the status and transfer of players**. 2005. Disponível em: <www.fifa.com>. Acesso em: 23/abril/2007.
FREITAS, C.E. **O fim da "lei do passe" e seus efeitos**. 2001. Disponível em: <http:// www.pt.org.br/assessor/leipasse.htm> Acesso em: 27/fevereito/2007.
GURGEL, A. "Riquezas e miserias de uma paixão nacional". In: **Desafios**. 2006 Disponível em: <http://www.desafios.org.br/edicoes/24/artigo22656-1.asp?o=r> Acesso em: 23/abril/ 2007.
LEI Nº 9.615 - DE 24 DE MARÇO DE 1998. "**Lei Pelé**" 2003. Disponível em: <http://www.trt 02.gov.br> Acesso em: 23/abril/2007.
LOPES, J.S.L. "Considerações em torno das transformações do profissionalismo no futebol a partir da observação da Copa de 1998". In: **Estudos Históricos**. Vol.1 nº 23, 1999. Disponível em:<www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em: 23/abril/2007.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COUMIDADES EUROPÉIAS. Parecer de 15 de Dezembro de 1995. "**Sentencia Bosman**". 1995. Disponível em: <http://eur-lex.europa. eu> Acesso em: 23/abril72007.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Guerrilheiros ou sacerdotes? consciência histórica, identidades e professores de história.

Caroline Pacievitch[•]
Luis Fernando Cerri (or.)[*]

Resumo: Esta investigação versa sobre o fenômeno da consciência histórica de professores de história, centralizado no eixo da construção de identidades históricas e profissionais. Objetivos principais: a) compreender os processos de constituição de consciência histórica a partir do caso dos professores de história e b) verificar potencial explicativo destes processos na construção de identidades. A metodologia incluiu fase qualitativa, quando cinco professores de história forneceram seus depoimentos a partir de entrevistas abertas e questionários semi-estruturados e fase quantitativa, em que 67 professores de história foram consultados através de questionário estruturado. Os professores, de modo geral, lançam mão de diferentes estratégias de atribuição de sentido e significado ao tempo vivido e suas experiências, conhecimentos acadêmicos, posições políticas e valores transcendentais articulam-se em suas narrativas de vida e formação.
Palavras-Chave: Consciência história – identidades – formação de professores de história.

Abstract: This work discusses historical consciousness and history teachers´ identities. The established work goals are to understand the history teachers' narratives and try to detect the identity construction process by the lights of the historical consciousness theory. The research done has two methodological phases. Phase one: interviews (oral and writing) to five history teachers. Phase two is a survey with 67 history teachers about historical knowledge, politics and religion. The analysis are performed in three moments: a) vertical analysis; b) phase two data quantification and c) horizontal analysis, corresponding to a comparison between vertical analysis and statistics, pretending to make a synthesis. The historical consciousness process is a help to creating historical identities. The predominant type of historical sense generation was the *genetics* and, after that, the *critics*. History teachers use the historical narratives as survival strategies confronting with ambiguities and challenges (professionals), where dreams and contingencies are in the middle of a coherent process.
Key-Words: Historical consciousness – identities – history teachers' formation

Este texto tem por objetivo discutir os resultados alcançados na pesquisa desenvolvida entre 2005 e 2007 no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sobre consciência histórica e identidades de professores de história. O estudo surgiu de interrogações advindas da prática profissional, do processo de formação vivido, da constituição de uma identidade como professora de história e de várias interrogações de cunho teórico referentes ao conceito de consciência histórica.

[•] Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Licenciada em História pela UEPG. Professora do curso de Pedagogia das Faculdades Santa Amélia – SECAL e do Colégio Sagrada Família (Ensino Fundamental, Médio e Normal). Agência financiadora: CAPES.
[*] Doutor em Educação pela Unicamp. Professor do Programa de Mestrado em Educação da UEPG. Professor do Departamento de História da UEPG.

Em debates desenvolvidos no Grupo de Estudos em Didática da História, as compreensões sobre os processos que envolvem a constituição da consciência histórica foram se aprofundando a partir do estudo de Rüsen (2001) e Heller (1993), levando-nos a verificar que um estudo empírico referente aos processos de formação e constituição de identidades de professores de história poderia basear-se na idéia de consciência histórica. Isto porque entendemos este fenômeno como um processo comum a todas as pessoas e que inclui a atribuição de sentido e significado à passagem do tempo a partir da interpretação das limitações e possibilidades que o mundo oferece aos nossos desejos. Os professores de história estão constantemente imersos no contato com o tempo, seja profissionalmente, seja como todas as demais pessoas que se debatem com os problemas do presente, analisam o seu passado ou os passados coletivos e projetam linhas de ação para o futuro. As pessoas são capazes de interpretar e organizar sua história, atribuindo-lhe sentido e significado e orientando-se para a vida prática. Da mesma forma, os processos da consciência histórica levam a conservação ou a transformação de identidades, conforme elas se sintam ameaçadas pelas modificações constantes do mundo moderno.

Existem quatro formas básicas de atribuição de sentido e significado ao tempo: *tradicional*, *exemplar*, *crítica* e *genética* (Rüsen, 2001). Estas quatro formas diferem qualitativamente entre si e não significam níveis ou estágios obrigatórios, são construtos teóricos de caráter auxiliar à pesquisa empírica. As diferentes formas podem aparecer numa mesma narrativa, como auxiliares umas das outras e, principalmente, como formas mais adequadas encontradas pelo indivíduo para cada situação. A **narrativa** também é um elemento importante dentro do estudo empírico da consciência histórica, pois a forma que encontramos para organizar e expressar nossa consciência histórica é a narrativa de caráter histórico, ou seja, que leva em consideração as três dimensões temporais e tem como objetivo final a orientação para a vida prática.

De posse de um debate teórico sobre consciência histórica, identidades (Bauman, 2005; Silva, 2000) e formação de professores (Zavala, 2005; Josso, 1999), partimos para a construção do instrumental metodológico. O professor não é só alguém que conhece história e sua história, mas alguém que manipula, trabalha, absorve, imita e reconstrói estereótipos, modelos, papéis e decisões pessoais a partir dos seus processos de constituição de sentido. Tudo isso, cremos, expressa-se na forma de narrativa histórica. Por isso, objetivando conhecer melhor estes complexos fenômenos intimamente ligados, elaboramos diferentes instrumentos que poderiam nos levar para mais perto da compreensão almejada.

Optamos por dividir a pesquisa em duas fases. Na primeira, foram entrevistados em profundidade cinco professores de história. Três de forma presencial (entrevistas orais, gravadas, transcritas e devidamente autorizadas) e dois de forma virtual (estes, através de correio eletrônico e algumas trocas por correio comum, também devidamente autorizadas). Estes cinco professores responderam a três instrumentos diferentes. No primeiro, preenchiam dados pessoais, referentes à formação institucional, tempo de serviço, filiação política, religiosa ou a movimentos sociais, etc. No segundo, os professores respondiam, oralmente ou por escrito, a diversas perguntas em forma de narrativa. Procuravam contar partes de sua infância, adolescência e trajetória de formação, debatiam temas recentes referentes à educação em geral e refletiam sobre o conhecimento histórico em sua vida cotidiana e na vida profissional. O terceiro questionário constava de três pequenas narrativas que necessitavam de uma tomada de posição por parte do professor. Havia quatro alternativas para posicionar-se, cada uma delas referente a um dos níveis de atribuição de sentido (Rüsen, 2001) e também a opção de escrever um posicionamento próprio.

Na fase dois, foram entrevistados 67 professores de história da rede pública estadual do município de Ponta Grossa, que responderam a um questionário que incluía perguntas sobre a relação dos professores com o conhecimento histórico, seu posicionamento político e religioso, além de breves reflexões sobre a influência de seus posicionamentos no cotidiano de sala de aula. Os dados obtidos nesta fase foram transformados em gráficos e tabelas.

Os dados obtidos na fase 1 foram organizados e discutidos isoladamente, num primeiro momento, realizando a análise vertical. As características básicas de cada professor eram as seguintes:

Sujeito	**Nascimento**	**Estado Civil**	**Moradia atual**	**Cidade de origem**	**Tempo de atuação**
Ernesto	1981	Amasiado	Porto Alegre	Rio de Janeiro	1 ano - pública
André	1967	Solteiro	Florianópolis	Florianópolis	10 anos – pública 7 anos - particular
Sofia	1947	Viúva	Ponta Grossa	Ourinhos (SP)	25 anos - pública
Olga	1965	Viúva	Ponta Grossa	Teixeira Soares	20 anos - pública
Ester	1967	Casada	Ponta Grossa	Ponta Grossa	15 anos – particular 1 ano - pública

Graduação	**Pós-Graduação**	**Participaçã o política**	**Participação religiosa**	**Obras citadas**
2005 - UFF	----------	Não, mas com intenção	Não	Memórias póstumas de Brás Cubas e Microfísica do Poder
1996 - UFSC	Mestrado, UFSC, 2000	Não	Não (católico não-praticante)	----------
1971 - UEPG	UFPR	Não	Sim (católica praticante)	----------
2001 - Unicentro	Especialização Univale	Sim (MST, PT e ONGs)	Não é católica, mas participa de Pastorais	O Código da Vinci, Dalai Lama, Maleus Maleficarum, etc.
1990 - UEPG	Especializazção 2006 - ESAP	Não	Sim (católica praticante)	Mestre dos Mestres, Mestre do Amor (livros), A força de um jovem (filme)

Nestas duas tabelas, observamos a heterogeneidade no perfil de cada professor, que era um dos critérios que almejávamos ao escolher os entrevistados. Além da fase da vida profissional, analisamos individualmente que momentos pessoais ou historiográficos os professores citavam como mais importantes em suas vidas e seus conceitos sobre saber histórico e processo histórico. Além disso, procuramos alocar cada professor no nível de consciência histórica que parecesse mais adequado à estrutura de sua narrativa (tradicional, exemplar, crítica ou genética), ressaltando as formas mescladas e auxiliares – que são as que aparecem com mais freqüência. Destacamos, para além mera participação política e religiosa, o significado que cada um atribui a essa participação. Por fim, tentamos sintetizar o grau de auto-inserção de cada professor na conjuntividade e na pessoalidade[1], conduzindo assim para os principais pilares de sustentação (ou de dúvida) de suas identidades.

O que nós visualizamos nos depoimentos foi a tentativa, por parte dos professores, de expressar à pesquisadora uma narrativa em que as contradições apareçam da forma mais coerente possível. Conflitos que poderiam ser esperados entre conhecimento científico e crença religiosa, utopia e realidade, conhecimento acadêmico e prática profissional, estereótipo e vivências, no final acabam surgindo como problemas resolvidos ou em vias de resolução, na maioria dos casos. A exceção é Olga, em que o conflito sonho e realidade é

[1] Conceitos de Agnes Heller (1993) utilizados por nós como complementares à idéia de motivação para a ação e de identidade existentes na consciência histórica e que apontam o quanto o professor considera sua individualidade inserida na coletividade humana, tendo em vista a Responsabilidade de agir e participar nas mudanças urgentes que a sociedade exige.

assumido como parte da sua própria identidade, embora traga em si constantes situações de angústia. Outro caso interessante é o de André, em que há descontentamento com a profissão em geral, sem que isso leve à problematização da sua prática específica – pelo menos, não no depoimento. Já nos demais casos, percebe-se que os professores fazem o possível para não cair em contradição, principalmente quando se discutem as questões da religiosidade frente ao conhecimento científico. Nota-se a tentativa de apropriar-se das duas influências, fazendo com que elas se unam ao invés de brigarem, mesmo que à custa de pressupostos epistemológicos do conhecimento científico e de dogmas religiosos. Estratégias semelhantes (e outras) para esta conciliação surgem também nos dados quantitativos.

Os dados quantitativos que optamos por expor neste artigo dizem respeito à relação do professor de história com o conhecimento histórico e com a religiosidade. Por isso, separamos dois gráficos que são fundamentais para o entendimento desta problemática – que não era esperada no início do trabalho e que acabou por se colocar como uma das interrogações fundamentais. O primeiro gráfico mostra as relações que os próprios professores de história dizem existir entre o conhecimento histórico e sua vida de maneira geral.

Gráfico 1: O papel do conhecimento histórico na vida do professor de história.

A categoria que mais recebeu remissões – "Compreensão de dinâmicas sociais, econômicas e culturais" – beira à obviedade, mas é interessante ressaltar que o professor destacou o que o diferencia dos outros, não apenas por ser docente de outra especialidade, mas como alguém que entende a sociedade em sua volta de forma especial. Esta categoria

veio constantemente aliada com a de "Desenvolvimento do senso crítico" e da "Composição de visão de mundo", por aqueles que desejaram demonstrar que não só poderiam conhecer, como também intervir mais no mundo, inclusive cotidiano. A maioria dos professores interligou a informação como necessária para a crítica e, inclusive, para a atuação na sociedade. De 67 professores questionados, sete deles afirmam que a história (ou o curso de História) lhes ajudou a fortalecer e guiar sua consciência política. Já seis professores elegeram como um dos principais papéis do conhecimento histórico a tolerância e a diminuição do preconceito com relação a outras religiões, etnias e culturas. Por fim, cinco docentes fizeram remissões diretas a uma das funções da consciência histórica conforme Rüsen e Agnes Heller: a orientação para a tomada de decisões na vida prática.

Com relação à religiosidade, dos 67 professores de história pesquisados, 51% declararam-se católicos, 21% disseram cultivar espiritualidade independente de religiões, 16% escreveram outras religiões e 10% nomearam-se kardecistas ou espíritas. Portanto, temos uma maioria católica, cercada de um número grande de professores que também afirmam cultivar certa religiosidade e/ou espiritualidade. O que nos interessa, deste quadro, é verificar o quanto os professores de história declaram a religiosidade interferir no seu trabalho cotidiano.

Do total de professores, 61% acreditam que o posicionamento religioso influencia no seu ideal e na sua prática docente e 33% negam essa influência. As justificativas com relação a isto são as mais diversas possíveis: o desenvolvimento de valores, o respeito à diversidade religiosa, um alívio para os problemas cotidianos (principalmente o enfrentamento com os alunos) e o aumento do comprometimento com seu trabalho. Interessante notar que as duas últimas justificativas são opostas: enquanto uma encara a religião como um refúgio da conturbada vida de professor, outra a entende como uma ligação íntima entre o compromisso político e profissional do ser professor de história. Uma análise mais apurado nos levou a constatar que *refúgio* é a justificativa favorita de professores espíritas, enquanto que parte dos católicos e evangélicos une *missão*, *profissão* e *utopia* em favor dos menos favorecidos. Seria preciso uma metodologia específica de investigação para verificar se isto não passa de coincidência ou se é mais um dado que aponta para as íntimas relações entre religião, utopia e conhecimento histórico, como veremos nas análises finais.

Ainda gostaríamos de destacar um segundo gráfico. Nele, isolamos aqueles questionários em que existia algum tipo de remissão às relações entre conhecimento histórico e religiosidade:

Gráfico 2: Relações entre história e religiosidade.

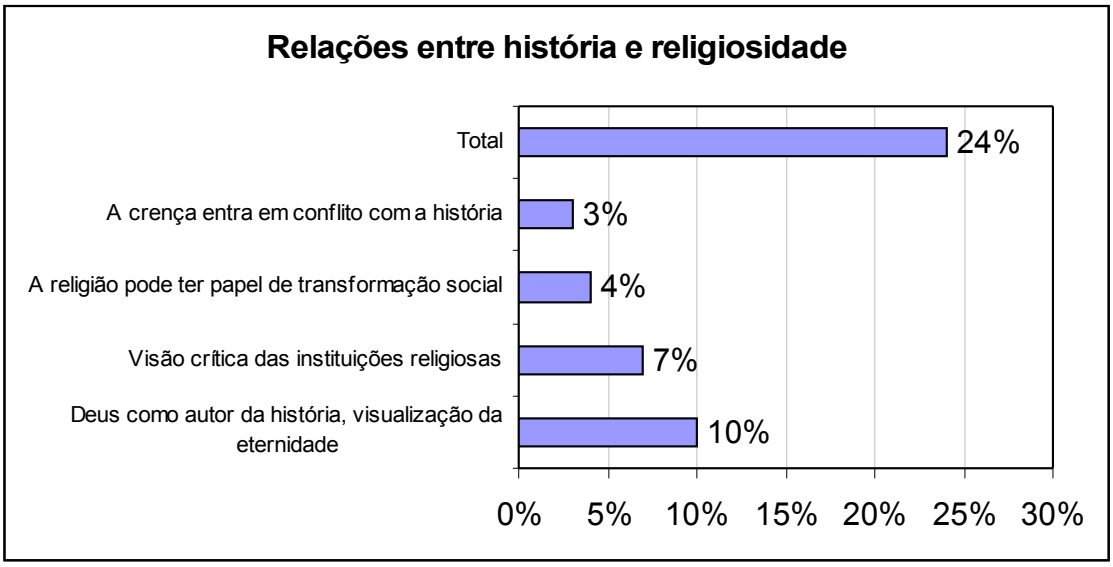

No gráfico 2, vemos que, ao todo, 17 professores fizeram menções à religiosidade em relação à história (significando 24% dos respondentes) e 10% deles (7 indivíduos) afirmaram que Deus, de alguma forma, interfere na História. A vida cotidiana (as histórias pessoais e mesmo a da humanidade) passa a agregar também o tempo da eternidade e razões transcendentais são evocadas para justificar atitudes ou projetar um futuro melhor. Segundo alguns professores, não há como separar o ideal político do religioso e profissional, nem se compreende a história sem uma visão da eternidade guiada por um ser supremo. As diferenças nas interpretações do processo histórico entre espíritas e católicos e evangélicos indicam que o credo religioso, por possuir também sua teleologia e sua interpretação da sociedade, pode funcionar como um eixo importante de atribuição de sentido e significado ao tempo, ou seja, ser um auxiliar da consciência histórica. Em algumas situações, o sentido atribuído com a ajuda do transcendente pode ser mais valioso até do que aquele efetivado a partir dos conhecimentos históricos (acadêmicos ou não).

Com estes poucos dados levantados, espero ter demonstrado que o conhecimento histórico e a religiosidade são dois elementos estreitamente relacionados dentro das formas de atribuir sentido e significado ao tempo e, conseqüentemente, de construção de identidades dos professores de história. Muito provavelmente, este processo desenvolvido pela consciência histórica é um grande balizador das ações dos professores. Assim, se Rüsen (2001) e Heller

(1993) entendem a consciência histórica como orientadora temporal, motivadora de ações, mantenedora de identidades e filtro a partir do qual passam os julgamentos de cunho moral, nas narrativas desses professores isto se confirma. Ademais, entram aí as utopias, as crenças, as convicções filosóficas e os valores que cada professor, de acordo com a interpretação que faz de sua trajetória de vida (e de "outros" também), cria e assume como orientadores de sua vida prática.

Constatou-se que os professores, de maneira geral, lançam mão de três pilares de sentido que possuem estruturas temporais diferentes entre si: o conhecimento histórico, a utopia política e a religiosidade, freqüentemente ordenados num todo temporal coerente. Cada unidade de sentido auxilia a sustentar a outra criando estratégias de ação que permitam manter (ou modificar) sua identidade frente às mudanças. Os papéis não se reduzem ao sacerdócio ou à militância diante dos problemas educacionais, mas a formas complexas e idiossincráticas de significação que se apóiam em aspectos selecionados de cada unidade de sentido. Assim, os professores que consideram a história importante para a definição de seus papéis políticos podem afirmar que lutam pela transformação social e, por conseqüência, que a religião os impulsiona a seguir por este caminho. Adota-se de cada eixo de sentido aquilo que se encaixa coerentemente aos demais elementos da narrativa que envolvem o problema específico. Predomina, na maior parte das vezes, a compreensão do processo histórico sobre a utopia e a religiosidade.

Religiosidade, mobilização política e paixão pelo conhecimento histórico não se apresentaram como estruturas cognitivas ou emocionais inconciliáveis, mas sim a partir de situações extremamente complexas. Sendo a consciência histórica a responsável por estabelecer sentido, considera-se que ela tem muitas possibilidades de cumprir com o seu papel, pois estes professores, na maioria dos casos, realizam esta tarefa com sucesso. São capazes de fazer com que a "*ambivalência*" e a instabilidade das identidades pós-modernas (BAUMAN, 2005) recebam apoio para sustentar o *self* da maneira mais coerente possível (RÜSEN, 2001).

Referências Bibliografias

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

DIAS-DA-SILVA, Maria Helena Galvão F. O professor e seu desenvolvimento profissional: Superando a concepção do algoz incompetente. **Cadernos CEDES**. Campinas, v. 19, n. 44, 1998.

FONSECA, Selva G. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. 2ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira L. Louro. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Tradução de Dílson B. de F. Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993, p. 9-92.

JOSSO, Marie-Christine. História de vida e projeto: a história de vida como projeto e as "histórias de vida" a serviço de projetos. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 25, n.2, p.11-23, jul./dez. 1999.

RÜSEN, Jörn (a). **Razão histórica** – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

SILVA, Edson Armando. **Identidades franciscanas no Brasil**: a província da Imaculada Conceição – entre a Restauração e o Vaticano II. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.

ZAVALA, Ana & SCOTTI, Magdalena (comps.). **Historias de la enseñanza de historia:** relatos que son... teorías. Montevideo: CLAEH, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O movimento feminista e suas conquistas: a saúde da mulher na Nova República

Cecília Chagas de Mesquita*

Resumo: A fim de destacar a relevância do movimento feminista na construção da Nova República no início dos anos 1980 do século XX, esboçamos o debate político interno do movimento e sua relação com a política do Estado no período, partindo de entrevistas, periódicos e outras fontes. Num momento chave de nossa história política, as feministas trouxeram o sujeito mulher para o centro das discussões, promovendo reflexões e atuando na elaboração de políticas que ajudaram a fundar o novo período democrático. Chamamos a atenção para a importância da luta das mulheres na implementação de uma política de planejamento familiar pelo governo brasileiro em 1983, o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. No interior deste marco de intervenção as feministas apresentaram questões específicas e inovadoras que expressavam a existência de múltiplos sujeitos políticos.
Palavras-chave: História das mulheres, movimento feminista, história das ciências da saúde.

Abstract: In order to prove the relevance of the movement at the beginning feminist in the construction of the New Republic of years 1980 of century XX, we draft the internal political debate of the movement and its relation with the politics of the State in the period above, researching through interviews, newspapers and other sources. At a important moment of our political history, the feminists had brought woman as an subject for the center of the quarrels, having promoted reflections and acting in the elaboration of politics that had helped to establish the new democratic period. We call the attention for the importance of the fight of the women in the implementation of a familiar planning politic for the Brazilian government in 1983, PAISM - Program of Integral Assistance to the Woman Health. In the interior of this milestone of intervention the feminists had presented specific and innovative questions that expressed the existence of multiple political actors.
Word-key: History of women, feminist movement, history of health sciences.

Para destacar a relevância do movimento feminista na construção da Nova República na primeira metade dos anos 1980 do século XX, exponho brevemente o rico debate político que havia dentro do movimento e seu embate com a política do Estado no período. Num momento importantíssimo de nossa história política, as feministas trouxeram o sujeito mulher para o centro da arena de discussões, trazendo com ele novas questões, promovendo importantes reflexões na sociedade e atuando com destaque na elaboração de políticas que ajudaram a fundar o novo período democrático.

* Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói)

No Brasil, até meados da década de 80, os questionamentos feitos pelos novos movimentos de liberação das mulheres a respeito do próprio conteúdo e funcionamento do "político", ou do significado da separação entre esferas "privada" e "pública" ainda não teriam sido incorporados. O tema "mulher e política" ainda era estudado somente ao nível da participação e da representação femininas no universo tradicionalmente definido como político. Tal constatação, segundo Anette Goldberg, revela que o movimento feminista apresenta o político apenas como mais uma modalidade de fazer a mesma política e/ou incorporar a ela "novas atrizes sociais" (GOLDBERG, 1987). O contexto político brasileiro de ditadura militar teria limitado o aprofundamento do debate em torno das questões intrínsecas ao feminismo, que dizem respeito aos conceitos de gênero, patriarcado e autonomia. Em lugar disso, as feministas brasileiras optaram por um feminismo "bom para o Brasil".

Um dos principais campos de atuação das feministas desse período foi a **saúde**, onde conseguiram obter significativas conquistas com o início do período de abertura política, imprimindo suas concepções de liberação feminina dentro das instituições estatais, ainda que sob pressões do governo, do próprio movimento feminista e da sociedade civil, num momento de extrema vivacidade política no Brasil. E mesmo fora do ambiente institucional, no embate entre as próprias feministas em seus diversos grupos, onde a partir desse momento há maior liberdade para o aprofundamento do debate sobre as ditas "questões específicas" da mulher, como aquelas que envolvem o mundo da sexualidade e da vida reprodutiva.

Trago para discussão nesse trabalho, mais especificamente, a importância da luta do movimento feminista na implementação de uma política de planejamento familiar pelo governo federal brasileiro, no ano de 1983, o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Procuro discutir a participação das mulheres enquanto sujeitos na criação do primeiro programa desse tipo encampado oficialmente no país, apresentando-se como uma opção entre as tendências até então existentes sobre o assunto. Além de importante marco no que diz respeito à implementação de políticas públicas de saúde com a abordagem defendida pelos agentes da reforma sanitária, realizada na década de 1980 e encampada anos depois pelo SUS e pelas conferências internacionais sobre **saúde da mulher**.

O Novo feminismo no Brasil

O processo de urbanização, o estímulo ao consumo, os novos meios de comunicação, a política previdenciária e de saúde proporcionaram um ambiente propício à demanda por formas de **regulação da fecundidade**. Pesquisas têm apontado os novos meios

contraceptivos como um dos principais responsáveis por mudanças nas relações de gênero, e pela própria atuação do movimento de mulheres. A presença feminina cada vez mais forte no mercado de trabalho, nas políticas sindical e partidária, na exigência de cotas, na ocupação de cargos de destaque, tudo isso tem sido possível certamente graças às possibilidades, antes nunca alcançadas, de separar com mais segurança a sexualidade da reprodução.

No entanto, no Brasil, a possibilidade de usar os **novos métodos contraceptivos** não foi resultado de reivindicações ou luta coletiva, e por isso não consta da memória das mulheres como tendo grande significado para sua autonomia. As mulheres da "geração pílula" não consideram a contracepção uma conquista. A pílula é pensada como algo necessário para definir uma família de menor porte e ao mesmo tempo um perigo para a saúde. De fato, o movimento feminista não teve participação direta na liberação dos contraceptivos para o uso, devido à prudência que procurou ter para não perder o apoio da Igreja Católica em suas lutas num certo momento. Somente após a anistia e o retorno das exiladas, o movimento ganhou um tom mais contundente em relação a temas como a contracepção, sexualidade e aborto (PEDRO, 2003).

Para a história do feminismo no Brasil, o ano de 1975 foi um marco. Este ano abriu um canal de expressão política importante para as mulheres em meio às restrições impostas pelo governo ditatorial. Os dois grupos feministas cariocas citados anteriormente se uniram e organizaram a Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e sob o patrocínio da ONU, que declarou 1975 o Ano Internacional da Mulher. Desse encontro nasceu o Centro da Mulher Brasileira (CMB), criado no mesmo ano com verba da ONU conseguida através de Rose Marie Muraro.

Uma das fundadoras da instituição, a socióloga Moema Toscano forneceu informações interessantes sobre a política cotidiana no interior do CMB durante entrevista. Criado, segundo ela, como um grupo de reflexão, o Centro da Mulher Brasileira viu-se marcado, ao longo de sua trajetória, por um ponto de atrito fundamental, entre, de um lado, algumas mulheres que tinham como objetivo aprofundar a análise sobre a condição feminina, e de outro aquelas que queriam realizar ações práticas. As atividades desenvolvidas pelo CMB iam por diversas vertentes, divididas entre os grupos de reflexão e de trabalho, reunidos de acordo com os interesses pessoais (TOSCANO, 2003).

Além de ser assunto novíssimo naquela época, o tema sexualidade não era bem aceito por muitas das integrantes do CMB, que o consideravam secundário. Discutir

sexualidade simbolizava um comportamento individualista num país onde a maioria das mulheres ainda carecia de condições elementares para viver emancipadas dos homens. Nas palavras de Leila Linhares[1] sobre o assunto:

> *Então, na realidade, não que o Centro tenha expulsado as pessoas, mas não era, digamos assim, uma, o tema eleito pelo Centro, a questão da sexualidade ou da homossexualidade especificamente. O Centro tinha, realmente, um foco naquilo que nós poderíamos chamar dos velhos temas da esquerda, mas que eram temas extremamente legítimos e necessários para estarem sendo discutidos, por exemplo, toda discussão sobre licença maternidade, toda discussão sobre creche, que são fundamentais para a vida das mulheres (LINHARES, 2004).*

Assim sendo, sob a sombra do governo autoritário, limitador do aprofundamento do debate sobre as questões específicas e polêmicas da mulher, nascia a segunda vaga do movimento feminista brasileiro.

Institucionalização do movimento feminista e a saúde da mulher

Discutindo algumas das questões específicas ligadas à saúde da mulher, Jacqueline Pitanguy (PITANGUY, 1999) afirma que de meados dos anos 1970 até pouco antes da intensificação do processo democrático, havia consenso entre as feministas sobre a centralidade das questões relativas à **sexualidade** e aos **direitos reprodutivos** para o movimento feminista, mas não quanto à sua prioridade nos debates daquele momento, especialmente devido à importância do apoio da Igreja Católica. Essas tensões vão diminuir à medida que o processo de democratização avança e o campo de interlocutores aumenta. A Igreja, então, perde importância, propostas do feminismo são incorporadas a plataformas de partidos e estabelecem-se parcerias com alguns setores do Poder Executivo.

Seguindo sobre os mesmo temas, Sonia Alvarez (ALVAREZ, 1985)concorda que o contexto de transição política abre espaço para novos atores e movimentos sociais se destacarem no cenário político e diz que a partir das eleições de 1982, o Estado começa a absorver as reivindicações moldando-as aos seus interesses. A autora acrescenta afirmando que as questões priorizadas serão aquelas que preservam a mulher na condição de subalterna, tais como creches e planejamento familiar.

Os movimentos de mulheres se aproveitaram do interesse conjuntural dos governos e entraram nas instituições públicas, ainda que sob o risco da cooptação e da perda da radicalidade ou mesmo da perda do poder contestatório do movimento. Contudo, segundo

[1] Leila Linhares é advogada, diretora da Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação).

Alvarez, as concessões do governo federal ao movimento de mulheres não foi reflexo de uma resposta direta às reivindicações por liberdade de expressão. Foi produto da convergência de variáveis políticas conjunturais, a começar pela crise do autoritarismo (ALVAREZ, op. Cit).

É dentro desse contexto político que as feministas terão algumas importantes conquistas no espaço institucional, participando da elaboração de políticas públicas nas áreas que foram mais facilmente acolhidas pelo governo, dentre elas **a saúde da mulher**.

Além de temas tradicionais como a maternidade e a prevenção ao câncer, a questão da saúde da mulher pressupunha três outros temas que envolviam controvérsias e preconceitos: **planejamento familiar, sexualidade e aborto**. A primeira questão era particularmente sensível dentro do movimento feminista, pois o planejamento familiar sempre fora entendido no Brasil como controle de natalidade das populações pobres. Durante o período do regime militar, a forte presença do organismo norte-americano **Benfam** e sua política pouco cuidadosa de distribuição gratuita de anticoncepcionais entre a população pobre criaram grande dificuldade para a aceitação de qualquer política de planejamento familiar. As feministas tiveram de se enfrentar com as mulheres das camadas populares, com problemas muito concretos e, nesse caso, um problema muito parecido com o das próprias feministas: a vontade de limitar drasticamente o número de filhos. Se isso parecia um direito para as mulheres de classe média, tomava ares de política pública conservadora quando o alvo eram as camadas populares. Isso fez como que as feministas passassem a ter um grande papel na elaboração de projetos de planejamento familiar que buscassem atender as mulheres de camadas populares sem cair em políticas discriminatórias.

O segundo tema controverso era o aborto. Em que pese ser uma prática bastante recorrente, a simples discussão sobre a possibilidade de sua legalização causa grande reação, principalmente da Igreja Católica. Como parte dessa Igreja esteve, desde a década de 1960, muito associada à esquerda, não se constituiu no Brasil um pensamento de esquerda vigoroso que fosse capaz de sustentar uma discussão pública sobre temas éticos e comportamentais que enfrentasse o senso comum conservador do país. Decorrência dessa situação, a esquerda brasileira pós-regime militar tem sido muito omissa a esse respeito, exceção feita, claro, às feministas, que, mesmo quando vinculadas à Igreja Católica, têm tido um papel central no enfrentamento de temas tabus como esse.

O terceiro tema é o da sexualidade, que teve grande centralidade nos grupos de reflexão na Europa e nos Estados Unidos desde as primeiras manifestações da nova fase do

feminismo a partir do fim da década e 1960. Certamente as mulheres que se reuniam em pequenos grupos ainda no início da década de 1970 no Brasil, na maioria com experiência internacional, discutiam questões de sexualidade. Mas o movimento, quando se apresentava publicamente, deixava essas questões de fora, quer pelas próprias condições do país, que exigiam das mulheres uma constante postura pública de luta pela conquista de direitos civis e sociais negados pelo regime militar, quer por estratégia, pois a esquerda via a questão como um tema burguês e a direita como uma ameaça à família.

A década de 80 foi fundamental na luta das feministas brasileiras em relação à questão da saúde em dois níveis: na criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher e na implantação do **Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM)**, pelo Ministério da Saúde, em 1983. Já no início dos anos 80 aparece o SOS Corpo de Recife, que se tornará uma importante referência nacional no que se refere à saúde da mulher. Na mesma época, surge em São Paulo o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Esses grupos, como os que se formaram ao redor da questão da saúde, têm uma natureza dupla. Por um lado, são grupos de discussão que elaboram documentos e demandam políticas públicas. Por outro, fazem uma espécie de assistência social qualificada às mulheres de classes populares.

Definindo uma política populacional no Brasil

Até o momento da criação da Benfam, que coincide com a instalação do regime militar, não havia ainda no Brasil uma postura definida em relação ao planejamento familiar. Segundo Fonseca Sobrinho (FONSECA SOBRINHO, 1993), o que existia era um natalismo difuso em nossa sociedade, fruto de um conjunto de fatores ideológicos, o catolicismo, o positivismo e o evolucionismo dos intelectuais, além da estratégia geo-política de ocupação de espaços vazios dos militares mais conservadores. Em oposição, havia as idéias internacionais, que associavam desenvolvimento econômico a baixo crescimento populacional. Idéias defendidas pelas entidades privadas, imprensa internacional, médicos e alguns militares da Escola Superior de Guerra (ESG).

A partir de 1974, várias mudanças põem fim ao impasse entre antinatalistas e controlistas. A Igreja admite métodos naturais de anticoncepção, a teoria da explosão demográfica ganha espaço entre os militares da ESG, a Benfam é superada pelo discurso do Centro de Pesquisas e Atenção Integral às Mulheres e às Crianças (CPAIMC), que propõe um modelo de planejamento familiar com assistência à saúde da mulher em primeiro plano. E por

fim, as mulheres se destacam no cenário político reivindicando para si o direito ao "controle democrático da reprodução" (FONSECA SOBRINHO, op. Cit).

As feministas sustentaram, desde então, o princípio de que as decisões da esfera reprodutiva devem se orientar pelo livre-arbítrio dos indivíduos, em especial das mulheres, uma vez que a reprodução biológica se viabiliza através do corpo feminino. Inscreviam esta premissa no contexto mais amplo de luta pela ampliação da cidadania das mulheres e da responsabilidade do Estado pela sua saúde. Ou seja, a assistência à anticoncepção deveria compor uma política integral de saúde reprodutiva, no interior de um projeto de democracia social ou de conformação de um Estado de Bem-Estar no país.

Em 1980, o projeto do Prev-Saúde – visando à criação de um Sistema Nacional de Ações de Saúde, associando os Ministério da Saúde e o da Previdência Social – estava em debate na esfera governamental, ressaltando, novamente, as reações hostis ao controle da natalidade. É verdade, no entanto, que o projeto Prev-Saúde incluía a proteção materno-infantil e um programa de planejamento familiar.

Porém, as feministas opõem-se, uma vez mais, ao programa para o qual as mulheres não haviam sido consultadas no momento de sua elaboração e que negligenciava completamente a saúde e a sexualidade, tratando unicamente do que estava diretamente ligado às funções reprodutivas. Com efeito, a tomada de posição "contra o planejamento familiar" é uma cláusula constante das resoluções nos congressos nos quais participam as feministas que formam comissões específicas e publicam textos sobre o tema.

Além disso, encontramos um certo número de mulheres que admitem a necessidade de se criar um programa de planejamento familiar pelo governo, mas desejam afirmar sua opinião, como interlocutores feministas a considerar-se porta-vozes da grande massa de mulheres envolvidas em um programa desse porte, e que não foram consultadas ou escutadas.

O projeto de programa de planejamento familiar de 1980 permaneceu no papel, tal como o de 1977, mas o debate sobre o tema tornou-se cada vez mais acirrado, até mesmo no seio do governo.

O PAISM

Em 1983, uma Comissão Parlamentar de Investigação – CPI – sobre o planejamento familiar foi estabelecida no Senado Federal e debates foram abertos pelo

ministro da Saúde sobre o projeto de um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM -, no qual a idéia de base era a separação completa entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico. Apesar de priorizar o ciclo reprodutivo feminino, deixando de lado a criança e a sexualidade da mulher, assim como outros momentos da vida como a menopausa, esse projeto representou uma porta aberta à reflexão sobre as aquisições e as práticas feministas.

Na definição de uma das suas elaboradoras, o PAISM foi pensado para ser:

> *"...um conjunto de diretrizes e princípios destinados a orientar toda a assistência oferecida às mulheres das distintas faixas etárias, etnias ou classes sociais, nas suas necessidades epidemiologicamente detectáveis – incluindo as demandas específicas do processo reprodutivo. Compreende, ainda, todo o conjunto de patologias e situações que envolvam o controle do risco à saúde e ao bem-estar da população feminina (...) O destaque conferido às ações educativas objetiva intervir nas relações de poder das mulheres tanto com os serviços de saúde como nas demais situações relacionais assimétricas para as mulheres. Esta estratégia tem por intenção estimular nas mulheres mudanças em relação ao autocuidado e à apropriação de seus corpos e controle de sua saúde"* (COSTA, 1999)

O grande evento celebrado pelas feministas foi o fato de a coordenação da implantação nacional do PAISM ter sido confiada a uma médica, uma das militantes feministas históricas do Rio de Janeiro.

Conclusão

Deslocando a questão do planejamento familiar da esfera religiosa e estatal para o campo da decisão individual e de direito social, a nova perspectiva favoreceu um consenso político amplo, a partir do qual diversos atores passaram a exigir que o Estado brasileiro superasse sua omissão no terreno das políticas públicas relativas à regulação da fecundidade. Resultaria daí a formulação do PAISM, que buscava reverter as muitas distorções identificadas no campo da atenção à saúde reprodutiva, particularmente no que se refere à oferta da anticoncepção.

As teses feministas sobre as condições de saúde reprodutiva constituíram um exercício inicial e exemplar de influencia dos movimentos sociais sobre as políticas públicas. Numa conjuntura em que se reestruturava o conjunto do sistema de saúde, o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) introduzia a dimensão de gênero na política com P maiúsculo.

No interior deste marco mais amplo de análise e intervenção a contribuição feminista trouxe questões específicas e inovadoras. Expressava a existência de múltiplos sujeitos políticos, cujas necessidades e aspirações deveriam ser contabilizadas no processo de reconstrução democrática. Anunciava, já naquele momento, a possibilidade de autonomia entre a sociedade civil, sociedade política e Estado, sinalizando para a revisão das concepções acerca do público e do privado na cultura política brasileira.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In STEPAN, Alfred (Org.) Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

COSTA, Ana Maria. Desenvolvimento e implantação do PAISM no Brasil. In Giffin, Karen e Costa, Sarah H. (orgs). Questões da Saúde Reprodutiva. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1999.

FONSECA SOBRINHO, Delcio da. Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: FNUAP, 1993.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo:* a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado UFRJ, Rio de Janeiro, 1987 (mimeo)

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260 – 2003

PITANGUY, Jacqueline. "O Movimento Nacional e Internacional de Saúde e Direitos Reprodutivos" In GIFFIN, Karen (Org.) Questões da saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p.26

Entrevista com Leila Linhares concedida à equipe do projeto de pesquisa "Zombaria como arma anti-feminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980)", coordenado pela professora Rachel Soihet em abril de 2004

Entrevista concedida por Moema Toscano à equipe do projeto de pesquisa "Zombaria como arma antifeminista: Rio de Janeiro (fins da década de 1960 aos anos 1980)", coordenada pela professora Rachel Soihet, em março de 2003

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Agrimensores, Estado, propietarios: la conformación de las instituciones topográficas en el Río de La Plata, siglo XIX

Valeria Araceli D'Agostino*

Resumen
A partir de 1820, el Estado provincial bonaerense creó diversas instituciones con el fin de organizar las tareas de reconocimiento y medición de los territorios bajo dominio provincial, mensura, traza de caminos y pueblos, diseño de puentes, etc., destinadas, también, a impartir los saberes relacionados con la agrimensura. En este sentido, nos pareció relevante indagar en la conformación de estas instituciones, debido a que en este contexto tuvo lugar una importante expansión territorial y la cesión de estos terrenos a manos privadas, lo cual otorgó a los saberes topográficos y geodésicos una función de suma importancia.
Palabras-clave: Agrimensores, Estado, propietarios

Abstract
Since 1820, the provincial State of Buenos Aires created diverse institutions with the purpose of organizing the tasks of recognition and measurement of the territories under provincial dominion, measure, lay out of ways and towns, design of bridges, etc. Those institutions were also destined to distribute knowledge related to land-surveying. Therefore, it seemed interesting to us to investigate in the conformation of these institutions and the land-surveying as a profession due to this context in which an important expansion of the provincial territory took place. Private hand cession was utilized, which granted a function of extreme importance to the topographic and geodesic knowledge.
Keywords: Land-surveyord, State, Proprietors

Introducción

Este trabajo aborda el contexto de creación de las instituciones topográficas en la provincia de Buenos Aires; en particular, la relación entre un sector de "profesionales" que las integraron, los agrimensores, con el Estado y los propietarios de tierras. A partir de 1820 se emprendió la organización del Estado provincial en sus dimensiones institucional y política, luego de una década de guerras y destrucción de las riquezas. La creación de las instituciones topográficas tenía como objetivo el reconocimiento y medición de los territorios ocupados, mensura, traza de caminos y pueblos, diseño de puentes, etc., a la vez que impartir los saberes afines a la agrimensura. Al mismo tiempo, estos conocimientos contribuyeron en el reforzamiento de la seguridad de las fronteras (ubicación y construcción de fuertes,

* Profesora y Licenciada en Historia. Estudiante de Doctorado en Historia (FCH/UNCPBA). Becaria de CONICET. Ayudante Ordinaria (FCH/ UNCPBA), Argentina.

comunicaciones, etc.) y en la instrumentación de la cesión de las tierras a manos privadas. También, en el control político y administrativo de los territorios y en la construcción de un catastro (que se presentaba con una doble finalidad, socio-económica y fiscal). Estas circunstancias motivaron la temprana organización de estas instituciones.

Hemos observado que algunos de los hombres vinculados a las instituciones topográficas desde sus comienzos, como Felipe Senillosa o Ambrosio Crámer, fueron a la vez grandes enfiteutas y propietarios de tierras, ¿fue esta una excepción o la regla? Esto nos lleva a preguntarnos por su pertenencia profesional y económico-social y por sus relaciones, no sólo en el Estado y las instituciones topográficas, sino también con los propietarios. Por el momento enunciaremos algunos interrogantes, quedando pendientes para una futura instancia.

El surgimiento de las instituciones topográficas

Los primeros reconocimientos topográficos se realizaron después de la segunda fundación de Buenos Aires; por entonces, esta rama del saber se aplicaba tanto en cuestiones militares y de límites, como en lo referido al trazado de ciudades y distribución de tierras. La medición de los terrenos otorgados a particulares debía evitar los conflictos surgidos de la superposición de tenencias, a la vez que ordenar el asentamiento de la población.

En estos años y hasta la implementación de la carrera de agrimensura, actuaron pilotos de buques, geómetras, peritos geógrafos, cosmógrafos mayores, maestros mayores de obra e ingenieros militares, de origen español o portugués. Después de la creación del Virreinato del Río de la Plata, fue estimulada la creación de algunas instituciones de carácter "científico", como la Escuela de Náutica, que serían precursoras de las que veremos luego. En 1810, tras una misión militar de reconocimiento de los fortines, el coronel Pedro Andrés García recomendaba

> *"la mensura exacta de la tierra (...) para esta operación deben elegirse sujetos que, además de los conocimientos científicos, estén adornados de una integridad a toda prueba. Ellos han de ser infatigables hasta que perfeccionen un plano topográfico, que señale exactamente los territorios de cada partido, sus límites y haciendas en él comprendidas..."* (CASTRO, 1983: 52)

y agregaba: "Este será el documento solemne que asegure el patrimonio de nuestra común familia: sobre este plano es que V. E. vá á plantear la grandeza y poder de la república". En estas circunstancias, se crearon los primeros puestos en el Estado y las

primeras instituciones topográficas: los cargos de Ingeniero Hidráulico e Ingeniero Arquitecto (1821) y sus respectivos Departamentos.

En 1824 fue creada la Comisión Topográfica (desde aquí CT). En el Decreto de su creación se establecía: que toda mensura debería ser aprobada por dicha comisión y que todo aquel que quisiera ejercer como Agrimensor Público, debería ser acreditado ante ella. También reglamentaba el ejercicio de las funciones de agrimensor y establecía sanciones por incumplimiento; otorgaba a estos funcionarios las funciones accesorias de citación de linderos, notificaciones y nombramientos, que antes ejercían los jueces de mensura; establecía que la CT debía formar el plano topográfico de todos los pueblos y proponer las medidas para mejorar su desempeño (DIRECCION DE GEODESIA, 1947: 3). En su "Programa de Trabajo" se contemplaba, además, obtener conocimientos de todas las tierras públicas y de particulares por medio del examen de las mensuras y proponer las "Instrucciones para Agrimensores". Por lo que vemos, sus funciones excedían la labor meramente técnica e incluía la propuesta de medidas sobre diversas materias. La CT quedó integrada por Vicente López, Felipe Senillosa y Avelino Díaz: Senillosa tenía estudios de ingeniería, agrimensura y topografía; Díaz, por su parte, se contaba entre los primeros alumnos de la Escuela de Matemática (ESTEBAN, 1962: 30 y 119 y ss.).

En el mismo año, luego de que la ciudad de Buenos Aires se convirtiera en capital del Estado nacional, fue suprimida la CT y reorganizada como Departamento General de Topografía y Estadística (DGTyE), de carácter nacional. Básicamente, tendría las mismas atribuciones que su precursora: actuaría como Tribunal Topográfico en los casos contenciosos y juicios de la facultad y examinaría, patentaría y dirigiría a los agrimensores. A las funciones topográficas se sumaban las estadísticas, ya que debía reunir los datos estadísticos de todas las provincias y publicarlos. Su creación se hallaba directamente relacionada con la política de tierras públicas, debido a que debía ponerse en funcionamiento la ley de enfiteusis.

Se establecía también el procedimiento a seguir desde la denuncia hasta la mensura y entrega de las tierras, trámite en el que se otorgaba una función predominante a este departamento, desde el punto de vista técnico y administrativo. Además, debería llevar un registro en el "Gran Libro de la Propiedad Pública" (MARTÍNEZ SIERRA, 1975: 108).

Disuelta la unión nacional, el DGTyE volvió a la órbita provincial. Entre 1830 y 1852 su actividad fue escasa; ése año fue reorganizado. Por entonces era gobernador Vicente López y su Ministro de Gobierno, Juan María Gutiérrez, ambos habían integrado el DGTyE (ESTEBAN, 1962: 85). El DT fue restablecido con funciones recortadas sólo a la topografía, para las demás se había creado un cuerpo de ingenieros. Posteriormente, en 1857, se organizó

la "Escuela Especial de la Facultad de Agrimensores", que debía ser establecida y organizada por el DT; en 1875, el DT fue absorbido por el de Ingenieros, recientemente creado, que diez años más tarde pasaría al Ministerio de Obras y Servicios Públicos.

Con posterioridad, la formación de agrimensor salió de la órbita del DT y pasó a las universidades: a la de Buenos Aires en 1877 y La Plata en 1897. Luego de la creación de ésta última se suprimió (a nivel provincial), la obligatoriedad de rendir un examen ante el DT para obtener el título, derogándose también la práctica de un año al lado de un agrimensor habilitado (RECALDE, 1999: 61). Estas sucesivas reorganizaciones nos muestran una progresiva complejización institucional del Estado, acompañada por un proceso de definición de los diversos "campos profesionales", el cual no estuvo exento de conflictos y tensiones entre las diversas instituciones y funcionarios.

Agrimensores, Estado y propietarios

El impulso hacia la creación de las instituciones topográficas partía, también, de ciertos sectores de la sociedad: por entonces, un "núcleo de ciudadanos ilustrados" había creado la "Sociedad Literaria", "agrupación en la que se promovían y discutían las medidas que podían influir en el adelanto de la Provincia" (MARTÍNEZ SIERRA, 1975: 69). Entre sus miembros se destacaban Felipe Senillosa y Vicente López, quienes integraron las instituciones topográficas. Desde las páginas de dos periódicos, "El Argos de Buenos Aires" y "La Abeja Argentina", difundían sus ideas sobre temas variados. En un artículo aparecido en "El Argos", titulado "Ingenieros" se sostenía:

> *"La formación de un cuerpo de ingenieros en nuestra provincia es de primera necesidad, tanto por las considerables ventajas que resultaría a esta ciudad en su policía y arreglo interior, como a su campaña, la cual la vemos destituida de toda clase de fortificaciones capaz de detener las continuas incursiones de los bárbaros que la asolan y destruyen"* (MARTÍNEZ SIERRA, 1975: 70).

En otro artículo, "Cadastro", se remarcaba la urgencia de:

> *"... tener a la vista la carta geográfica de esta porción del globo, con los planos topográficos de todos sus puntos, y una relación circunstanciada de todos sus habitantes, calidad de las tierras y pastos, número de animales y demás producciones, aguas, diferencia de nivel, temperatura, etc."* (MARTÍNEZ SIERRA, 1975: 77)

La disponibilidad de estas informaciones aparecía como central para lograr la prosperidad de la provincia.

En otro escrito publicado en "La Abeja Argentina", titulado "Economía Rural" y atribuido a Senillosa, se diagnosticaban los males de la campaña: comenzaba señalando el contraste entre "el tumulto de la capital" y la "calma de los desiertos", fenómeno que tenía su origen en la raíz colonial. Esta situación se agravaba por la actitud de "estancieros enriquecidos por el alto precio que han tomado sus productos", a quienes se veía "… retirarse a la capital a gozar de las comodidades de la vida, aumentando la masa de su población con grave prejuicio de la de la campaña" y agregaba:

> *"La mayor parte de nuestros agricultores son arrendatarios que sólo tienen ocupación, como los de Andalucía en España, de tiempo en tiempo, viviendo el resto del año en la inacción y la miseria, por falta de tierras lucrosas en que emplearse con su familia"* (MARTÍNEZ SIERRA, 1975: 77)

En "Indios y defensa", se denunciaba también a los grandes propietarios que habían hecho de sus establecimientos "medio de atraso y destrucción" y a aquellos que habían obtenido vastos terrenos más allá de la frontera:

> *"Un individuo que por su propia utilidad se arroja al otro lado de las fronteras para asegurarse una fortuna rápida haciéndose dueño de una considerable extensión de tierras, mayor que la que requiere su necesidad y que no ha tenido otros límites que los que le ha dictado su codicia; este individuo no tiene a nuestro juicio un derecho a la consideración pública a lo menos en aquel alto grado con que pretende alucinar"* (MARTÍNEZ SIERRA, 1975: 77).

Estas ideas no eran nuevas: la problemática de la propiedad de la tierra era un problema denunciado recurrentemente. Desde fines de la colonia se criticaba el sistema de cesión de la tierra (por los costos elevados para la obtención de los títulos y la entrega de grandes extensiones) y la falta de seguridad en la posesión. Estas circunstancias estaban en la raíz de la concentración de la tierra, la despoblación y la falta de productividad. En la década del '20, el DT presentó varias propuestas para el reparto de solares, chacras y quintas y para evitar las denuncias de grandes extensiones en la frontera. Sin embargo, la gran propiedad fue una constante en la historia rioplatense: en esta década, a través del régimen de enfiteusis, cuyo funcionamiento debía instrumentar el DT, se dio la mayor concentración del período

(INFESTA, 2003). Las urgencias fiscales, surgidas de la fragilidad del erario público, influenciaron la forma en que las tierras fueron otorgadas a particulares. Su distribución en grandes extensiones, favoreció a un sector que había volcado sus intereses hacia las actividades pecuarias (aunque no con exclusividad), y en el cual los vínculos con el "estado rosista" eran muy importantes. Los reclamos por los derechos de los ocupantes y pobladores sin títulos no fueron considerados.

Sorprende constatar que Felipe Senillosa, presunto autor de los fragmentos anteriores, participó activamente en la "denuncia" y compra de tierras: en un censo de propietarios de Azul (1839), aparece como uno de los mayores propietarios en esa zona de frontera. Otro de los agrimensores que actuó en la década del '20, Ambrosio Crámer[1], también obtuvo importantes extensiones en la frontera (INFESTA, 2003). Ambos disponían de los conocimientos, la información y los contactos necesarios para participar en esta actividad y devinieron pronto en grandes propietarios, aunque, al menos en el caso de Senillosa, conservó sus vínculos con las instituciones topográficas. En este sentido, sería interesante continuar ahondando en la doble cualidad de estos personajes, como "expertos" y miembros de la elite económica y política, lo cual llama la atención sobre la necesidad de introducir nuevos matices dentro de este "campo" e interrogarnos por las relaciones de los propietarios de tierras con estos expertos: ¿cómo se dio la relación Saber/Poder en aquel contexto? ¿cuál era la procedencia social y económica de quienes actuaron en estas instituciones? ¿es posible identificar diferentes sectores dentro de las mismas?[2]

La labor de la CT se presentaba ligada a la seguridad de la propiedad rural y por ello, sus beneficiarios debían ser el Estado y los propietarios:

> *"Era evidente la necesidad que se tenía de una carta (...) La ilustración del país lo reclamaba y lo hacía indispensable sobre todo el arreglo de las contribuciones, la defensa común, la seguridad y el orden interior del Estado, las obras públicas y el respeto particular debido a las propiedades territoriales, cuyos límites estaban expuestos a continuas alteraciones por la incertidumbre que ofrecían los títulos, de donde debieron nacer los pleytos cuyo único término sería la enemistad y ruina de las familias. Este mal era tanto de temerse, cuanto más creciese el valor de las tierras."*[3]

[1] Soldado e ingeniero francés, participó en la guerra de independencia y prestó servicios en varias expediciones militares.
[2] Estamos trabajando sobre el listado de agrimensores que actuaron en estos años, contrastándolo con el de enfiteutas y propietarios.
[3] AHP, Sección DT, "Memoria presentada a la Superioridad", 26/3/1826, Leg. 1, Expte. 41.

Y se resaltaba que su desempeño:

> *"... ha contribuido a los intereses del fisco con el descubrimiento de nuevos terrenos del Estado y despertando en los poseedores de tierras sin un legítimo derecho el deseo de poseerlas en enfiteusis y bajo la garantía de la ley".*

En una Circular a los hacendados (a poco de creada la CT), se solicitaba que asistieran a la misma, con sus títulos de chacras y estancias; el objetivo era recabar informaciones para elaborar un registro de todas las propiedades:

> *"Cuando la Comisión Topográfica va á hacer de la Campaña el teatro principal de sus operaciones, y cuando necesita pª proceder á ellas de una ligera cooperación de parte de los propietarios (...) nada ha creído más justo que manifestarles todo el interés qᵉ ellos tienen en esas operaciones, y la completa seguridad en qᵉ deben estar de qᵉ no va á resultarles la menor alteración en sus posesiones, ni costo ó perjuicio alguno..."* (ESTEBAN, 1962: 35).

Se temía que los propietarios y ocupantes de tierras se resistieran a entregar copia de sus títulos, o no quisieran mensurar sus terrenos por miedo a perderlos; agregaba:

> *"¿Cuál ha sido hasta aquí el estado de las propiedades territoriales de la campaña? El de una continua incertidumbre. Casi nadie ha podido decir hasta ahora: 'estos mojones deslindan y aseguran mi propiedad, no hay quien pueda removerlos ni hacerme gastar en pleitos y en nuevas mensuras...' "* (ESTEBAN, 1962: 35).

La mensura aparecía como el único instrumento capaz de mostrar cuántas tierras particulares y públicas existían, a la vez que era garantía para la propiedad. En un litigio por tierras públicas, desarrollado en 1859, ante los reclamos de un particular contra el agrimensor que había efectuado una mensura, el DT respondía que: "…era de conformidad con la práctica establecida de que la mensura fuese la que hiciere conocer los derechos de cada peticionario".[4] En este caso, según el mismo DT, la mensura debía considerarse antes que las disposiciones del gobierno.

[4]AHP, EMG, Leg. 299 Nº 19942, 9/8/1859.

Conclusiones

Los agrimensores, a través de su labor aportaron al Estado una serie de instrumentos que contribuyeron a sustentar sus acciones, fundamentalmente aportaron un bagaje informativo de suma importancia para legislar y pensar políticas. El Estado, por su parte, contribuyó a legitimar socialmente a estos expertos, creando las instituciones relacionadas con las cuestiones geodésicas y topográficas; también, al establecer la obligatoriedad de que interviniera un agrimensor en todo deslinde, traspaso, solicitud de terreno baldío, etc. Aún resta conocer la posición de estos "funcionarios" dentro del Estado para poder evaluar su "poder" y la relación Poder/Saber.

El establecimiento de reglas para el ejercicio de las funciones de agrimensor contribuyó a legitimar su desempeño profesional ante sus usuarios, los propietarios y poseedores de tierras. En este sentido, aunque sus funciones no eran nuevas en esta sociedad, su rol resultó modificado, especialmente en relación a la obtención de títulos, lo cual fue inseparable de la medición y amojonamiento. También había cambiado su función económica, debido a la valorización de las tierras. ¿Cómo fue su relación con los propietarios? ¿pertenecían al mismo sector social?, son algunas de las cuestiones que quedan pendientes.

Bibliografía

CASTRO, Daniel. *Cuatro siglos de agrimensura en Buenos Aires*. In **Todo es Historia**, N° 168, 1983.

ESTEBAN, Francisco. **El Departamento Topográfico de la Provincia de Buenos Aires**. La Plata: Edición del autor, 1962.

INFESTA, María E. **La Pampa criolla. Usufructo y apropiación privada de tierras públicas en Buenos Aires, 1820-1850**. La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2003.

RECALDE, José M. **Evolución de la función social de la Agrimensura en el Río de la Plata. Aportes para una historia de la Agrimensura**. La Plata: Biblioteca del Agrimensor, 1999.

DIRECCIÓN DE GEODESIA. **Manual de Disposiciones usuales para la Dirección de Geodesia. Tomo I: Antecedentes de la repartición y archivo**. La Plata: Talleres de Impresiones Oficiales, 1947.

MARTÍNEZ SIERRA, Ramiro. **El mapa de las Pampas**. Tomo II. Buenos Aires, 1975.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a imortalidade e o esquecimento: Rui Barbosa como símbolo literário e jurídico.

Wilton Carlos Lima da Silva [1]

Resumo.
O trabalho pretende discutir a partir de indicadores bibliográficos qualitativos e quantitativos a dinâmica de manutenção e desgaste da memória intelectual e cívica de Rui Barbosa (1849 - 1923), jurista e político com uma trajetória de consagração pública incomparável, e que se traduz em permanência de um mito e esquecimento de uma obra.
Palavras chaves: Rui Barbosa, Biografia, Mito Cívico.

Abstract.
This work make a qualitative and quantitative measuring about the dynamics of maintenance and consuming of the intellectual and civic memory of Rui Barbosa (1849 - 1923), jurist and politician with a trajectory of incomparable public consecration, and that it expresses permanence of a myth and oblivion of a workmanship.
Keywords: Rui Barbosa, Biography, Civic Memory;

Rui Barbosa (1849 - 1923), dentro da tradição polivalente e erudita do século XIX, foi jovem poeta, jornalista, tradutor, professor, advogado, deputado, ministro, senador e diplomata. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras (e sucessor de Machado de Assis em sua presidência), candidato três vezes à Presidência do País, encarnação de um modelo de bacharelismo liberal e exemplo vivo de um estilo de linguagem escrita e oral, com uma trajetória de consagração pública incomparável.

Sua memória tem sido campo da manutenção dos mitos criados em vida (como as alcunhas sempre reafirmadas de "o baiano genial" ou "a Águia de Haia") ao mesmo tempo em que surgiu um redimensionamento de seu valor político, intelectual e literário (como na sua identificação como dono de "reduzidas idéias e de escassa originalidade", por Alfredo Bosi, ou simples tagarela que "diminui impressionantemente de estatura a medida que desaparecem os que ainda o ouviram", por Antônio Cândido).

Observando a avaliação que determinados autores fazem da produção intelectual de Rui Barbosa, identificam-se duas tendências básicas: a afirmação do mito, quer pela

[1] UNESP, Campus de Assis (SP), Professor Assistente Doutor. O presente trabalho faz parte da pesquisa "Bacharelismo, Leis e Jargão: o Código Civil de 1916", que conta com o fundamental apoio material da FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.

confirmação de referenciais já consagrados na "epopéia" do personagem, quer pela descoberta de novos aspectos que são agregados ao universo mítico do mesmo; ou o questionamento do mito, através do desmonte dos aspectos deformados ou amplificados das representações fabulosas sobre o personagem.

Os advogados e juristas identificam em Rui Barbosa uma entidade quase totêmica, no sentido de que é utilizado como símbolo sagrado de seu grupo social e lhe são atribuídas qualidades pessoais e profissionais quase sobre-humanas, constantemente reafirmadas em diversas instâncias formais e informais do grupo.

Miguel Reale, por exemplo, pode ser utilizado como representante dessa perspectiva de enaltecimento do herói mítico, quando ao se propor identificar "legítimos representantes da ´inteligência brasileira´" não só inclui o jurista baiano (em lista de que constam "notáveis" como Teixeira de Freitas, Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Fernando Azevedo, Gilberto Freyre e José Guilherme Merquior, entre outros) como, em flagrante exagero, afirma que os textos sobre o ensino do "jovem Rui", assim como os dos jovens Hegel e Marx, marcam "um dos momentos mais altos de nossa experiência intelectual" e que tal texto, inclusive, nega a imagem construída do jurista como "um ideólogo perdido no mundo das abstrações e divorciado da realidade, a ponto de contrapor-se o seu alegado 'anacronismo', por exemplo, à 'atualidade' de Joaquim Nabuco." (REALE, 1994: 59)

Diversas obras trilham o mesmo caminho do enaltecimento desmedido, como Sílvio Portugal que em referência a participação do jurista na Conferência de Paz, de Haia (em 1907) afirma que o brasileiro "com sua eloqüência, seu descortino, sua cultura verdadeiramente assombrosa, seu perfeito conhecimento de línguas estrangeiras e de todos os problemas jurídicos que ali se discutiram, imprimiu à nossa representação um brilho inexcedível, maravilhou o mundo e elevou o nome do Brasil às maiores alturas" (PORTUGAL, 1998: 167); ou ainda Astrojildo Pereira que identifica o mito como "atilado comentador dos fatos políticos, sociais e literários" em que "tudo quanto produziu, e sua obra é imensa, distingue-se pelo saber exaustivo dos assuntos que versava e por um extraordinário poder verbal, só comparável, na língua portuguesa, ao de um Antônio Vieira" (PEREIRA, 1998: 985), entre diversos outros exemplos possíveis.

Selecionamos quatro publicações voltadas para o auxílio na pesquisa bibliográfica sobre a história e as questões sociais e políticas do Brasil, como fontes para uma reflexão sobre a forma como a obra e o mito de Rui Barbosa podem ser percebidos: O Brasil no Pensamento Brasileiro, de Djacir Meneses, coletânea de textos que o autor identifica como

básicos da realidade e história brasileira; Dicionário BioBibliográfico de Autores Brasileiros: Filosofia, Pensamento Político, Sociologia e Antropologia, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, que referencia as obras e estudos sobre cerca de 400 pensadores brasileiros; a Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro, de Ronaldo Conde de Aguiar, com sínteses sobre 57 autores fundamentais e os principais estudos sobre suas obras e idéias; e Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965), de Wanderley Guilherme dos Santos, um minucioso e exaustivo levantamento de periódicos, autores e obras, divididas cronologicamente.

O livro de MENESES (1999) tem a primeira edição em 1956, e ambiciona unir diferentes textos que reflitam sobre a questão nacional a partir de sete temas que nomeiam os capítulos, a saber, As Instituições e o Meio Social; Eleições, Rebeliões e Partidos; Retratos do Brasil; Caminhos na Terra e na História; O Ensino e as Elites; A Tese Republicana; e A Crítica Inconformista, com setenta e dois textos de diferentes autores e épocas.

Como para o presente trabalho nos interessa a percepção da presença ou ausência da herança intelectual e política de Rui Barbosa, um livro como esse estaria em consonância com a idéia geral de um "cânone do pensamento social brasileiro", no qual a presença do jurista legitimava a sua obra como digna de lembrança ou como retrato significativo de um momento na formação nacional. MENESES (1999: 649-656) incluiu Rui Barbosa no capítulo O Ensino e as Elites, em texto sobre a estrutura dos cursos jurídicos na Reforma do Ensino Secundário e Superior, de 1882.

A trajetória política e intelectual de Rui Barbosa lhe garantiu três adjetivos que marcaram seu mito: a sua importância como paladino do liberalismo político e vulto público de primeira grandeza, assim como o aspecto circunstancial de seus discursos e libelos, aliado ao volume impressionante de sua produção escrita.

A partir de tais aspectos sugerimos um contraste com três outros pensadores que não só se destacam por características semelhantes como seriam inevitavelmente lembrados como parte de um "cânone do pensamento social brasileiro", Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, e que permitiriam, em nosso entender, por aproximação e afastamento, vislumbrar a verdadeira dimensão da produção e influência desses quatro autores.

Assim sendo, no livro de MENESES (1999) também se fazem presentes Joaquim Nabuco (p. 359-370), com "A lavoura, a alforria e as classes", fragmento de O Abolicionismo, de 1883, no capítulo Eleições, Rebeliões e Partidos, Sílvio Romero (p. 215-221), com "As zonas sociais e a situação do povo", trecho de Provocações e Debates, de

1910, e Gilberto Freire (sic) (p. 73-83) com o texto "Sobrados e Mocambos", parte da obra homônima de 1936, ambos no capítulo As Instituições e o Meio Social.

No entanto, se em 1956 e na opinião de MENESES (1999) o jurista baiano se igualava aos outros três autores, ocupando espaço semelhante dentro da discussão intelectual sobre a questão nacional, as décadas seguintes e outros autores vão redimensionar a importância de sua obra.

O Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia, organizado pelo CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (1999), permite alguns exercícios quantitativos.

A partir do levantamento do CDPB (1999) é possível identificar os números da obra de cada autor, assim como de seus comentadores, dimensionando a produção pessoal e da força seminal de suas vidas, obras e idéias:

Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros (séc. XIX e XX)				
	RUI BARBOSA	**JOAQUIM NABUCO**	**SILVIO ROMERO**	**GILBERTO FREYRE**
Obras próprias	162	24	74	135
Comentadores	261	45	120	34
Total	423	69	194	169

Fonte: CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Dicionário Biobiliográfico de Autores Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999.

O levantamento detalhado efetuado pelo CDPB (1999) não só permite constatar o volume da obra do jurista mas também uma abordagem qualitativa sobre diferentes aspectos, tornando mais ampla a análise, para além dos totais da produção de cada autor em termos de volume, ao permitir identificar a distribuição temática dos volumes dentre os quatros eixos proposto pela publicação (filosofia, pensamento político, sociologia e antropologia), assim como oferecer pistas para o processo de recepção da obra ao longo de certos períodos, identificando a quantidade de publicações sobre cada autor dentro de um gradiente temporal que marcaria o aumento ou a diminuição do interesse que a obra despertou em diferentes momentos.

Pensando em termos temporais sobre a produção de textos de comentadores como referencial da recepção, temos a seguinte distribuição:

Número de publicações de comentadores sobre alguns intelectuais (entre o século XIX e XX.)						
Intelectual	**Sem Data**	**Até 1920**	**1921-1950**	**1951-1980**	**1981-1998**	**Total**
Rui Barbosa	13	26	114	69	39	261
Joaquim Nabuco	1	7	24	8	5	45
Silvio Romero	4	27	20	32	37	120
Gilberto Freyre	--	--	1	13	20	34

Fonte: CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Dicionário Biobiliográfico de Autores Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999.

Embora os marcos temporais sejam arbitrários, entendemos que de certa forma atendem às periodizações importantes da história literária e intelectual brasileira (o ambiente pré-modernista, o modernismo na sua primeira e segunda geração, assim como o período mais recente) assim como certas condições específicas da vida e memória de Rui Barbosa em determinados momentos, como o seu jubileu "cívico-literário" (1918), falecimento (1923) e centenário (1949), que podem ter causado significativo aumento de trabalhos sobre suas obras.

A distribuição temporal do material sobre Rui Barbosa, portanto, tem 5% sem data definida, 10% até 1920 (período que envolve a transição entre Monarquia e República e a dominação oligárquica, a manutenção do ideal bacharelesco, assim como praticamente toda sua vida política e intelectual), 44% entre 1921 e 1950 (volume que concentra a maior produção e que se situa entre a crise do domínio oligárquico, a Era Vargas e a redemocratização, a ruptura modernista em sua primeira fase e o falecimento e centenário do jurista, e que mostra-se bastante fértil na manutenção do mito), 26% entre 1951 e 1980 (em que ocorre uma diminuição significativa da produção sobre Rui Barbosa, paralelamente ao desenvolvimento e crise do populismo e a ditadura militar, assim como em uma nova fase do modernismo) e, finalmente 15% entre 1981 e 1998 (com a redemocratização e o ocaso do mito).

O levantamento do CDPB (1999) permite um outro exercício de análise a partir da separação temática das publicações sobre o autor, suas obras e idéias.

Número de publicações temáticas sobre Rui Barbosa						
Biografias	**Direito**	**Política**	**Linguagem**	**Educação**	**Diversos**	**Total**
135	22	44	29	19	12	261
52%	8%	17%	11%	7%	5%	100%

Fonte: CDPB - Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Dicionário Biobiliográfico de Autores Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1999: 69-76.

O gênero biografia ocupa não só posição de destaque, mas majoritária quando cotejada com os temas sociais, políticos ou intelectuais na bibliografia sobre o jurista baiano – sendo que JOHNSON (1973) constata a utilização da figura de Rui Barbosa como um mito e lamenta a inexistência de uma biografia crítica digna da importância do papel do personagem, citando Rui: o homem e o mito, de 1964, do jornalista Raymundo Magalhães Júnior, como única exceção ao culto à memória do jurista.[2]

A proeminência das biografias nas obras sobre o jurista baiano reflete o esforço de manutenção do mito do herói e símbolo cívico, que digno de prestígio, respeito e adoração era também perpetuado na fachada das escolas, bibliotecas, ruas, praças e monumentos.

Na Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro, de Ronaldo Conde de Aguiar, com sínteses sobre a obra de cerca de sessenta autores considerados seminais, assim como dos principais estudos sobre essas, o nome de Rui Barbosa só é referenciado na obra de Luiz Viana Filho, de 1949, Rui & Nabuco, justamente onde o contraste entre o homem de idéias e o homem de ações é assinalado a favor do intelectual pernambucano. (AGUIAR, 2000: 96)

No entanto, o Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965), de Wanderley Guilherme dos Santos, que por seu formato de enumeração de referências bibliográficas permite manter uma ambição totalizante, incluindo periódicos, autores e obras, divididas cronologicamente, em que constam a obra completa (40 volumes) e mais sete textos de Rui Barbosa como referências em seu roteiro sobre o pensamento social brasileiro, incluindo o parecer jurídico sobre a emancipação dos escravos, relatório do Ministério da Fazenda, e textos sobre Estado de Sítio, Finanças e Política, a Queda do Império, as Cartas da Inglaterra e o Partido Republicano Conservador (SANTOS, 2002: 151).

Retomando a comparação entre Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, os livros de SANTOS (2002) e AGUIAR (2000) permitem apontar para o seguinte quadro:

Produção bibliográfica de alguns pensadores brasileiros (séc. XIX e XX)

[2] Vinte e sete anos depois o historiador José Murilo de Carvalho (2000: 18) vaticina que nas críticas documentadas de que Rui Barbosa beneficiara parentes através do empreguismo, "Magalhães Júnior estava mais interessado em desmoralizar Rui Barbosa do que em estudar o clientelismo", embora Walnice Nogueira Galvão (2005: 363) não identifique de forma negativa nenhuma das diversas biografias que o jornalista escreveu, como Dom Pedro II e a Condessa do Barrals, Deodoro – a espada contra o Império e a já citada obra sobre o jurista.

		RUI BARBOSA	JOAQUIM NABUCO	SILVIO ROMERO	GILBERTO FREYRE
SANTOS (2002)	**Do autor**	47	5	26	13
AGUIAR (2000)	**Do autor**	0	17	15	18
	Sobre o autor	1	36	30	47

Fontes: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965). B. Horizonte: UFMG / Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002; e AGUIAR, Ronaldo Conde. Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro. Brasília: Paralelo 15 / S. Paulo: Marco Zero, 2000.

Embora SANTOS (2002) coloque o jurista baiano em posição imbatível no que se refere ao volume de produção, com um número de obras maior do que a somatória das obras dos três outros intelectuais escolhidos por nós, AGUIAR (2000) não só exclui Rui Barbosa de seu rol de pensadores como marca de forma clara o maior relevo e a recepção mais ampla das obras de Nabuco, Freyre e Romero pela quantidade de estudos críticos que foram capazes de despertar, além do que um levantamento nos títulos sobre o jurista baiano elencados no Dicionário Biobiliográfico de Autores Brasileiros nos defrontamos com uma literatura volumosa, mas claramente acrítica, vinculada ao mito, como no texto de Edith Abreu, Rui e Deus (s.d.), de Antônio Batista Pereira, Diretrizes de Rui Barbosa (1932) – que analisa a obra do jurisconsulto sob o ponto de vista político, militar, jurídico, lingüístico e didático – de Ney Cabral, Rui e a Medicina (1949), entre outros títulos de natureza heterogênea que não encontra sucedâneo em nenhum dos trabalhos sobre os outros três autores de nossa comparação.

Diversos fatores, além de suas características inatas, podem influenciar a forma como um autor, sua obra ou sua memória se mantêm ou se desgastam com o tempo: a vinculação de seu nome a diferentes grupos e movimentos; a produção editorial, acadêmica e jornalística; o envolvimento de instituições, a promoção de diferentes eventos e acontecimentos específicos.

Em nosso entender, em Rui Barbosa ocorreu de forma clara uma separação entre obra e autor, no qual a primeira vitimada pela profunda ligação com o momento em que foi produzida perde importância com o tempo, e o segundo, se mantém como sólido símbolo cívico, perpetuado em monumentos e recordado constantemente por grupos profissionais, como os advogados que referenciam sua memória em diversas oportunidades, por instituições, como a Casa de Rui Barbosa, que reedita sua monumental obra (com cerca de

150 volumes) ao longo das décadas e subsidia a pesquisa acadêmica vinculada a temas afins, ou por conjunturas diversas, como recentemente, quando em meio à crise política e discussões sobre democracia e projeto republicano, a Revista Época, a partir de um júri de notáveis, o elegeu O MAIOR BRASILEIRO DA HISTÓRIA (fato similar ocorreu em 1999 quando a REVISTA ISTO É fez enquête semelhante dividindo por área do conhecimento a posição de BRASILEIRO DO SÉCULO, cabendo ao jurista a vitória na categoria "Justiça e Economia", com 75% dos votos, e, mais recentemente, quando o jornal FOLHA DE SÃO PAULO entrevistou 200 membros da elite intelectual, política e econômica do país que apontaram Getúlio Vargas (16 votos), Juscelino Kubtsichek (15 votos), Machado de Assis (13 votos) e Rui Barbosa (9 votos) como os nomes de maior destaque na história do país).

Dessa forma, convivem, de forma dual, esquecimento e imortalidade.

Bibliografia

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa / Rocco, 1996.

AGUIAR, Ronaldo Conde. Pequena Bibliografia Crítica do Pensamento Social Brasileiro. Brasília: Paralelo 15 / S. Paulo: Marco Zero, 2000.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. S. Paulo: Cultrix, 1972.

CÂMARA JÚNIOR, J. Matoso. "Filologia", In: MORAIS et BERRIEN, 1998: 381-420.

CANDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira. Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia / S. Paulo: EDUSP, 1975.

CAPRIGLIONE, Laura. SPINELLI, Evandro. "´O´Brasileiro", In: FOLHA DE SÃO PAULO, 01/04/2007: A16.

CARVALHO, José Murilo de. "Rui Barbosa e a razão clientelista". In: Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000, disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_JoseMuriloCarvalho_Razao_clientalista.pdf], Visitado em 12/02/2007.

CDPB – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros: filosofia, pensamento político, sociologia, antropologia . Salvador: CDPB; Brasília: Senado Federal, 1999.

GALVÃO, Walnice Nogueira. "A voga do biografismo nativo", In: Estudos Avançados, USP: São Paulo, 19 (55), 2005: 351-366.

JOHNSON, Phil Brian. "Up-tight about Ruy: an essay on Brazilian Cultural Nationalism and Mythology", In: Journal of Interamerican Studies and World Affairs, 1973, 15(2): 191-204.

LUSTOSA, Isabel. (org.) Estudos Históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.

MORAIS, Rubem Borba de. BERRIEN, William. Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1998.

PEREIRA, Astrojildo. "Pensadores, críticos e ensaístas", In: MORAIS et BERRIEN, 1998: 973-992.

PORTUGAL, Silvio. "Direito – de 1500 a 1943", In: MORAIS et BERRIEN, 1998: 155-225.

REALE, Miguel. "O jovem Rui e a educação liberal", In: Figuras da Inteligência Brasileira. S. Paulo: Siciliano, 1995: 59-76.

REVISTA ÉPOCA. O Maior Brasileiro da História. Rio de Janeiro: Globo, no.. 434, 11 de setembro de 2006: 58-66.

REVISTA ISTO É. O Brasileiro do Sécul. Disponível em [http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/justica/jus1.htm], Visitado em 12/02/2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965). B. Horizonte: UFMG / Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

GESU DI ROMA: engenho e retórica na arte barroca

João Masao Kamita[1]

Resumo:
A Igreja Gesu de Roma é a igreja matriz da Sociedade de Jesus, conhecida como ordem católica dos Jesuítas. Trata-se do primeiro exempla reconhecido de igreja barroca, servindo de modelo ara inumeráveis igrejas jesuíticas construídas em todo o mundo, especialmente nas Américas. Gesu foi construída de acordo com as novas regulamentações formuladas durante o Concílio de Trendo e é um exemplo do uso das técnicas retóricas nas artes.
Palavras-Chave: Igreja Gesu – Retórica – Barroco - Roma

Abstract:
The **Church of the Gesù** in Rome is the mother church of the Society of Jesus, known as the Jesuits, an order of the Roman Catholic Church. It's recognized as the first truly baroque church it was the model for innumerable Jesuit churches all over the world, especially in the Americas. Gesu was built according to the new requirements formulated during the Council of Trent and it is an example of use of rhetorical techniques in arts.
Keywords: Gesu Churc – rhetoric – baroque - Rome

Cerca de 20 anos após sua fundação, a Companhia de Jesus, uma das mais aguerridas Ordens Religiosas da Contra-Reforma encomenda, em 1568, ao arquiteto Giacomo Barozi Vignola sua igreja-mãe. A iniciativa teve o apoio decisivo do Cardeal Alessandro Farnese, que seguindo as novas diretrizes fixadas pelo Concílio de Trento, escreve ao arquiteto com prescrições não apenas programáticas, mas principalmente tipológicas: "A igreja deve ter uma nave única, em lugar de uma nave central e naves laterais, e deve haver capelas em ambos os lados (...) a igreja deve ser inteiramente abobadada". (apud LOTZ, 1998, p. 118-119)

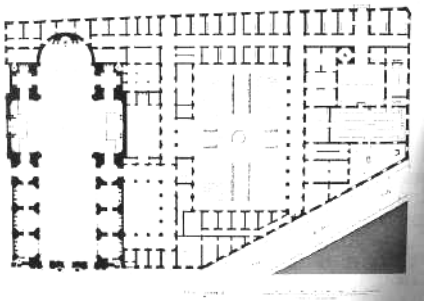

Fig. 1. Planta da igreja Gesu

[1] Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio, pesquisador

Fig. 2. Vista da nave

Gesu logo se impõe como o tipo por excelência da igreja da Contra-Reforma, destinada ao culto devocional coletivo e a pregação. Somente na Itália a Companhia construiu mais de 200 igrejas e colégios entre os séculos XVI e XVII, e se propagou ainda pela Europa, sobretudo na Espanha e Portugal, incluindo-se também as respectivas colônias, como as das Américas hispânica e portuguesa e as do Extremo Oriente[2].

O ponto de vista programático pode ser precisado nas *Instructiones fabrocae et supellectilis ecclesiasticae* de São Carlos Borromeu, decreto tridentino, de 1572, específico à arquitetura. Segundo o historiador Anthony Blunt, Borromeu logo no prólogo

> *Ele começa por sugerir que a igreja seja construída numa posição proeminente... de modo que domine a vizinhança. Sua fachada deve ser decorada com figuras de santos e com ornamento sério e decente. No interior, deve-se dar muita atenção ao altar-mor, que deve (...) situar-se num coro amplo o bastante para que se o padre possa oficiar com dignidade. A sacristia deve levar à ala maior da igreja e não diretamente ao coro, de modo a que cause efeito a procissão do padre até o altar-mor. Os transeptos podem ser convertidos em capelas com outros altares-mores para missas particulares.* (apud BLUNT, 2001)

Menos, portanto, como representação da perfeição do criado, símbolo do eterno e universal, a edificação religiosa se abrigo sagrado do ritual coletivo, ou seja, lugar de convergência e conclusão das procissões de fieis.

Daí a razão pela qual, o Cardeal Farnese insista na forma da ”nave única abobadada”, condição para a construção de um espaço amplo e unitário, um vão livre, desempedido, transitável e funcional, no qual articulação entre o **fiel**, o **altar** e o **púlpito** se dá de maneira clara e direta.

---

[2] No Brasil, podem ser citados os casos da Sé da Bahia, de Olinda e do Rio de Janeiro. Ver Bazin, Germain. ???. No entanto, a fixação do tipo *Gesu* nào se limitou à ordem jesuítica, cf. Lucio Costa, tal influencia se fez sentir nas outras ordens – carmelitas, beneditinos e franciscanos. Ver Costa, L. *Arquitetura jesuítica*

Essa orientação diverge da tipologia dos mestres do quinhentos, cujo monumento maior fora o projeto da Catedral de São Pedro, nas versões de Bramante, Rafael, Sangallo, Peruzzi até a versão definitiva de Michelangelo. O tipo ideal fixado no renascimento foi a da igreja de planta central (WITTKOWER, 1973), com braços iguais voltados para um centro eqüidistante. O resultado era um todo plástico em equilíbrio exato de forma, espaço, volume e elementos construtivos. No entanto, até mesmo a igreja-sede do catolicismo seria alterada na sua proporcionalidade para se adequar às novas diretrizes da Contra-Reforma. Por isso, em 1605, por ordem de Paulo V, Carlo Maderna altera o esquema de Michelangelo, alongando a nave principal, tal como no tipo fixado pela *Gesu*.

O templo de nave longitudinal retoma o partido medieval da basílica, mas com uma importante diferença: as três naves da catedral gótica são sintetizadas numa única. *Gesu* acrescenta uma linha de capelas laterais intercomunicantes, mas não chegam a configurar uma nave adicional, devido à altura baixa em relação ao vão central e ao tratamento individualizado de cada altar. A novidade maior, contudo, é a inclusão de uma das mais sensacionais invenções da Renascença: a cúpula. Localizada na intersecção entre a nave e o transepto, apoiada no tambor superior, a cúpula se eleva a uma altura de metros, e devido ao seu volume esférico, ela se coloca como a forma visual por excelência da representação da abóbada celeste.

Assim, o vasto salão retangular encimado pela abóbada de berço nos remete desde à entrada ao termo de conclusão da perspectiva que é o altar-mor na abside. Contudo, o que era uma força de atração horizontal, a medida que avançamos, começa a se verticalizar, alcançando o ápice quando nos encontramos sob o transepto. Aí somo arrastados pelo irresistível empuxo para o alto rumo ao céu da cúpula.

Fig. 3. Vista superior da abóbada

Fig. 4. vista da cúpula

Pode-se concluir, desse modo, que apesar das instruções do Cardeal Borromeu, a forma da igreja de Vignola não se restringia tão somente ao atendimento de necessidades de ordem pragmática, como atendimento ao cerimonial da missa e da adoração dos santos. Ela deveria cumprir fundamentalmente uma função alegórica, ou nas palavras de G.C. Argan, se colocar como "uma alegoria do processo da humanidade crista rumo à salvação; é a mediação entre a terra e o céu, o lugar onde os fiéis se sentem transportados até Deus." (ARGAN, 2003, p. 217). Aqui se torna clara a relação que se estabelece entre a arte dos séc. XVI e XVII e a retórica[3]: a arte assume a forma de um discurso persuasivo.

Nas figurações artísticas os gêneros mais solicitados são os de temática histórica ou religiosa. O problema do Estado e o da Igreja é dominante, tanto um como o outro buscam mobilizar as escolhas, dirigir comportamentos, indicar caminhos, no sentido de reforçar seus respectivos princípios de autoridade.

Não quer isto dizer que a arte se encontra em situação de submissão a tais poderes. Não seria legítimo acusar os artistas de *Gesu* de reacionarismo pelo fato de nela terem trabalhado. Já em Aristóteles (ARISTÓTELES, s/d, p. 29), essa questão se esclarece quando afirma que a Retórica não pertence a um gênero particular e definido, não se atem ou se aplica a um domínio ou ciência determinada, daí sua semelhança com a Dialética. Trata-se mais especificamente de uma técnica de encontrar, ordenar e expor argumentos com o objetivo de convencer o outro da verdade de sua matéria. Mas o próprio da Retórica, por isso mesmo, é situar-se na região do debate argumentativo, o que significa levar em conta não apenas o orador, mas o ouvinte a quem se quer convencer.

Por isso, o artista se esmera em desenvolver todo tipo de recurso que possa tocar, afetar, mobilizar, despertar reações neste **outro**. Ou seja, levar em conta não só os meios e

[3] A retomada do pensamento aristotélico na arte barroca se dá como superação da corrente neoplatonica, e se difunde graças principalmente á tradução de Annibal Caro, publicada, cf. Argan, em 1570.

possibilidades da arte como técnica, mas desvelar as disposições do público a que se dirige. De fato, o problema do Barroco está no sujeito, daí ser mais apropriado falar da dimensão político-social implícita na arte do séc. XVII, uma vez que é a conduta humana o objeto do discurso retórico. Desde Aristóteles, é na *polis* que a retórica se realiza, nas assembléias de julgamento e deliberação.

A arte barroca é, justamente, uma arte urbana por excelência, que leva em consideração a vida cívica das cidades, com seu movimento dinâmico, suas largas avenidas a formar perspectivas, suas grandes praças, seus monumentos históricos, sua estrutura urbana, enfim.

Fig. 5. Fachada

Voltando ao caso de *Gesu*, vemos que sua arquitetura é concebida como forma retórica desde sua imponente fachada. Esta, contudo, não foi executada a partir do projeto de Vignola. Por decisão do Cardeal Farnese, a tarefa foi entregue ao arquiteto Giacomo della Porta, que assumiu os encargos após a morte do antecessor. Della Porta atribuiu um caráter fortemente superficial à fachada, suprimindo os nichos nos quais deveriam ser colocados estátuas, os vãos da ordem superior e as imagens que coroam o frontão superior que marcavam a versão original. Os intercolúnios se tornam comprimidos, pressionando visualmente o vão central. Efeito semelhante ocorre em sentido inverso, com o largo ático que divide a primeira da seguna ordem. Outro elemento marcante são as volutas que conectam as ordens, criando um efeito de superfície compacta e unitária. O equilíbrio proporcional entre o todo e as partes, entre horizontalidade e verticalidade que prevalecia na proposta de Vignola é rompido por Della Porta, pois o objetivo agora é atribuir monumentalidade à fachada. A enfática superficialidade transforma o frontispício num plano intermediário entre o interior da igreja e a praça a sua frente. Como afirma o historiador Henrich Wolfflin

> *O barroco, que não tem noção de corpo arquitetônico, deseja, pelo contrário, conservar o olhar afastado dos lados. A surpresa deve ser aquilo que se esconde atrás da fachada. Em contrapartida, sempre que possível, deixa-se um grande espaço diante da fachada. Pois o barroco precisa de espaço...* (WÖLFFLIN, 1989, p. 113)

A medida em que a decoração da igreja se completa ao longo do séc. XVII, mais intenso se torna o apelo retórica, com a espetacular pintura da abóbada da nave e da cúpula, realizada por Giovanni Gaulli, apelidado de Baciccia (1674-9) e com a execução da Capela de Santo Inácio de Loyola, no braço esquerdo do transepto, que ficou à cargo do pintor jesuíta Andréa Pozzo (1695) e do escultor Pierre II Le Gross. No lado direito, fica a capela dedicada a São Francisco Saverui, com desenho de Pietro Cortona e afresco de Giovanni Andrea Carlone. Na capela-mor

Na grande cena de Gauli "O triunfo do nome de Jesus", na abóbada principal o tema é a luz que desce do monograma de Cristo. O signo é arbitrário, mas o efeito verossímil: somos convencidos que dele partem raios celestes que nos atingem, ficamos desnorteados com seu brilho cego, com as sombras que causa, exatamente como a luz natural. Ela desce dos céus e penetra na nave, inundando todo o ambiente. Figuras aladas e santas invadem o espaço real, num efeito impressionante. Estamos certos de que o teto se abre para os céus, e que não existe diferença entre o espaço da nave e o espaço atmosférico.

Para conseguir tal efeito ilusionístico, Gauli emprega diversas técnicas combinadas: pintura, escritura, arquitetura e escultura. Não sabemos onde começa e termina a arquitetura real ou se é arquitetura pintada. Do mesmo modo, o limite entre pintura e escultura é dissimulado nas figuras aladas que, literalmente, saem do plano pintado e invadem o vão sobre nossas cabeças. Ali a técnica empregada é o do alto-relevo em estuque pintado para dar a ilusão de que a visão miraculosa ocorre perante nossos olhos extasiados.

O significado dessa visão miraculosa, não é apenas surpreender o fiel. Do mesmo modo como a luz e as figuras aladas parecem descer dos céus, a aspiração inversa é tornada possível, graças ao artifício da arte. O importante é estar convencido, eis o fundamental, de que tal comunicação é verossímil, ou melhor, viável. Á tese protestante da incomunicabilidade de Deus é superada pela imaginação.

Fig. 6. Teto pintado por Gauli

Fig. 7. Detalhe do teto

Na Capela de Santo Inácio, a estratégia é similar. Mas o processo de transposição é mais graduado. Por se tratar de uma capela com altar, no qual se encontra a imagem do santo, executado por Pierre II LeGros , seu funcionamento parte da escala humana estabelecido pelo retábulo e pela escultura em prata, passa para o arco que o envolve, agora já na escala da arquitetura, e alcança a cúpula, finalizando a passagem para a escala alegórica.

Fig. 8. Capela de Santo Inácio

Fig. 9. Estátua de Santo Inácio

Fig. 10. pintura do arco

Fig. 11. Detalhe da cúpula e do altar

O engenho do projeto da Capela de Santo Inácio se mostra também pela manipulação de técnicas diversas, desde a prata que molda santo, cuja importância para se obter a reflexão luminosa, é fundamental para se alcançar os efeitos expansivos da luz. Os braços abertos de Santo Inácio, com uma das mãos apontando para a terra e a outra para o alto são, por um lado, retóricos porque comunicam a mensagem da passagem do tangível para o intangível, por outro, são técnicos, por amplificar os efeitos de expansão da luz. Ambos são imprescindíveis para se passar para o próximo plano, o da pintura na superfície curva do arco, no qual reaparece a figura do santo, ascendendo num céu atmosférico povoado de nuvens, luzes e anjos. Por fim, nesse processo hiperbólico, temos mais um recurso cênico a nos

surpreender: o painel que desce, fechando o nicho do altar. Este recebe pintura de Pozzo e representa Santo Inácio recebendo a flâmula com o monograma de Cristo.

Na Arte da Retórica, Aristóteles afirma que não basta apenas excitar as paixões através do impacto psicológico imediato. É necessário igualmente conduzir o movimento, para tanto os argumentos empregados, sejam provas visuais ou testemunhais (orais), tenham força demonstrativa, para serem entendidas como possíveis, verossímeis, pois não se convence a ninguém quando o objeto da persuasão soa impossível. É por esta razão que nas representações barrocas, comparece sempre um elemento concreto, um objeto físico, uma estrutura construtiva como prova de realidade antes de se passar para o reino do milagroso e do maravilhoso.

A estratégia barroca consiste fundamentalmente num efeito de relativização das dimensões do tempo e do espaço. O próximo e o distante, o real e o virtual, o concreto e o atmosférico, enfim, tais polaridades são colocados em relação estreita, verossímil, justamente para nos convencer de que é possível superar tal intervalo.

O funcionamento básico dos recursos plásticos empregados na arte barroca, tanto de exterior, quanto de interior resumem-se à módulo de passagem, de transporte de uma realidade a outra: do concreto para o imaginário, do físico para o metafísico, do sólido para o incorpóreo, da luz real para a luz divina.

O modelo básico é o da portada clássica. Assim, no âmbito arquitetônico, é tratada desde o adro que prepara o fiel para adentrar, inclui a fachada monumental, a entrada propriamente dita, geralmente ladeada por colunas e coroada de frontão até, no interior, ser arrastado pelo amplo vão da nave e convergir para o altar-mor. Nos retábulos das capelas laterais ou do arco-cruzeiro, geralmente, reservada aos santos, verifica-se o mesmo mecanismo. O retábulo em si já é um portal para uma comunicação com o divino, no nicho instala-se a imagem escultórica, em gesto que remete ao instante exato do êxtase do contato divino. Trata-se da homenagem ao santo na terra, daí o índice de materialidade e tridimensionalidade que a escultura concede. Mais acima, porém, na parede ou teto, a composição é arrematada com uma cena pintada, no qual o mesmo santo já na entrada dos céus em glória, recebe a benção de Cristo. O movimento é de ascensão e desprendimento da matéria, no qual o corpo finalmente se livra da matéria e se liberta a alma. Aí é a técnica pictórica a adequada para a representação do reino dos céus. Essa necessidade de remissão a uma espacialidade imaginária define, por fim, as perspectivas aéreas que abrem os tetos da nave principal para céus abertos, habitados por seres alados e personagens sagrados.

A questão da função das imagens, como se sabe, foi intensamente debatida no séc. XVI: Úteis ou perversas, pagãs ou cristãs, pudicas ou obscenas. Reagindo à iconoclastia reformista, a Contra-Reforma reafirmou a validade das imagens sãs, sua utilidade e relevância como instrumento para a doutrina e a propagação do catolicismo. Por isso, convocou os serviços da arte para construir, decorar, produzir espetáculos de culto e fé.

O próprio método apregoado nos *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loiola, pode-se dizer, ressalta a importância do sentido da visão nas práticas religiosas. A imagem constituiu matéria constante nos Exercícios, que mediante a meditação se evocava a figura e as cenas da vida de Cristo. O método, portanto, pode ser descrito como imaginação de lugares (LICHTENSTEIN, 1999), no sentido de que cabe ao executor imaginar-se testemunha participante das cenas sagradas. O próprio da imaginação não é só a produção de imagens, mas a sua capacidade associativa, portanto, de aproximar o distante, de tornar contínuo o descontínuo espaço-temporal. Segundo Argan (ARGAN, 2004, p. 95), a lógica do ilusionismo barroco consiste em dilatar das dimensões do tempo e do espaço. Os deslocamentos são ágeis, as passagens súbitas, imperceptíveis. A imaginação, portanto, é a faculdade metafórica por excelência.

Tal didática da meditação através das imagens ganha ampla propagação, principalmente no âmbito do ensino nos Colégios Jesuítas, com a publicação da obra *Adnotationes et meditationes in Evangelia* do jesuíta espanhol Jerônimo Nadal, com ilustrações e comentários das cenas da vida de Cristo. Esse trânsito entre o ver e o ler (HANSEN, 1986) tem dupla utilidade: torna sensíveis conceitos abstratos numa imagem sintética auxiliando, desse modo, a assimilação e manutenção dos mesmos na memória do pregador.

Essa mesma contaminação das formas se verifica nas artes plásticas, nas quais não prevalece a nítida separação entre pintura, escultura e arquitetura, muito ao contrário. As figurações cênicas do barroco, por isso, assumem a forma alegórica da salvação.

A arte torna visíveis as formas da imaginação, mas o faz justamente com arte. Por isso ele se converte no técnico da visão (ARGAN, 2004). Todos têm a capacidade de imaginar, mas só o artista é capaz de tornar tais imagens visíveis. Para o artista o encanto é o ato de persuasão, não o objeto ou a finalidade da persuasão.

Bibliografia

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e Persuasão*. São Paulo, Cia das Letras, 2004.
ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte Italiana*. 3 v. São Paulo, Cosac & Naify, 2003
ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética.* 16ª ed. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.
BLUNT, Anthony. *Teoria Artística na Itália 1450-1600*. São Paulo, Cosac & Naify, 2001.
GIARD, L., VAUCELLES, L. (0rg.). *Les jésuites à l'âge baroque 1540-1640*. Grenoble, Jérôme Millon, 1996.
LICHTEISTEIN, Jacqueline. *La couleur éloquente : rhétorique et peinture à l'âge classique.* Paris, Flammarion, 1999.
LOTZ, Wolfgang. *Arquitetura na Itália 1500-1600*. São Paulo, Cosac & Naify, 1998.
WITTKOWER, Rudolf. *Architectural Pirnciples in the Age of Humanism*. London, Academy Editions, 1973.
WOLFFLLIN, Henrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo, Perspectiva, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A *chora* egípcia e as identidades culturais no Egito Romano: uma abordagem arqueológica

Márcia Severina Vasques*

Resumo: Por meio da análise das máscaras funerárias egípcias da época romana procuramos discutir algumas questões relevantes sobre as relações sociais e a identidade cultural do Egito de então. A principal delas é a criação de uma elite local de origem "grega" pelo governo romano e seu papel na propagação de elementos de origem grega e romana no meio cultural egípcio, os quais podem ser observados nas características faciais e no tipo de vestimenta retratados nas máscaras funerárias. Estas formas artísticas variavam cronológica e geograficamente, conforme as particularidades regionais e o interesse da elite dominante aliada ao Império Romano.
Palavras-chave: Egito Romano - Máscaras funerárias - Identidade cultural

Abstract: Through the analysis of burial masks of Roman Egypt we discuss some relevant issues bearing on the social relations and identity cultural in Egypt of those times. Prominent among them is the creation of a local elite of "Greek"origin by the Roman government, and its role in the propagation of elements of Greek and Roman origin in the Egyptian cultural milieu, which can be observed in the facial characteristics and in the garments portrayed in the burial masks. These artistic forms varied chronologically and geographically, according to the regional particularities and the interest of the dominant elite, allied to the Roman Empire.
Keywords: Roman Egypt - Burial masks - Cultural identity

1. **Introdução**

Estudos mais recentes a respeito do Egito Romano alteraram a maneira tradicional da historiografia em considerar o Egito como uma província romana exclusiva e particular. Dentro deste novo contexto, novas abordagens procuram vislumbrar a estratégia de política de dominação romana e sua influência na constituição de uma elite local, principalmente na *chora* (o Egito, com exceção da capital, Alexandria). De mera continuação da dinastia ptolomaica, o período romano passou a ser considerado como possuidor de características próprias diferentes daquelas instituídas pelos Ptolomeus. Tal especificidade adveio do próprio caráter da dominação romana que, no Egito, não foi diferente daquela introduzida em outras províncias imperiais. No Egito também houve a cooptação e mesmo a "criação" de uma elite local, de origem grega, que colaborou com o governo romano em troca da concessão da cidadania romana e da obtenção de privilégios políticos e sociais.

* Doutora, Profa. Adjunto I - UFRN.

A cultura material do Egito Romano nos revela esta nova sociedade, na qual a pluralidade cultural deixava à disposição dos indivíduos a escolha de diferentes sistemas de representação, notadamente o egípcio, o grego e o romano. O material funerário produzido no Egito neste período não é uma exceção. Os artesãos tinham à sua disposição formas artísticas egípcias, gregas e romanas que empregavam segundo suas necessidades e intenções específicas. Apesar de os elementos religiosos serem predominantemente egípcios, principalmente quanto aos invólucros mortuários (caixões, cartonagens, mortalhas etc.), a presença de elementos gregos e romanos pode ser discutida. Restringiremos nossa abordagem às máscaras funerárias. Pretendemos mostrar que, embora estas revelem a continuidade das concepções religiosas tradicionais, que remontam ao período faraônico, sua iconografia, o material utilizado na sua fabricação e sua definição espacial no território egípcio (*chora*) permitem-nos vislumbrar aspectos das relações sociais do Egito de então. Após um breve histórico do Egito no período romano, analisaremos alguns exemplares de máscaras funerárias, conforme a região do Egito à qual pertence (Fayum, Alto e Médio Egito, Oásis).

2. **Egito Romano**

O período de dominação romana no Egito se estende de 30 a.C. a 395 d.C., quando o Império Romano foi dividido em ocidental e oriental e o Egito coube à parte oriental, passando, então, à administração bizantina. Com a derrota de Marco Antônio e Cleópatra VII, o Egito foi transformado por Augusto em uma província imperial, governada por um prefeito da ordem eqüestre, designado diretamente pelo imperador. A intenção era manter os senadores distantes do país. Estes estavam proibidos de entrarem no Egito, salvo com autorização expressa do imperador. Buscava-se, desta forma, controlar e evitar manobras políticas nesta importante província imperial.

O Egito foi dividido administrativamente em três partes: a Tebaida (Alto Egito), a Heptanômia, que incluía o nomo arsinoíta (Médio Egito) e o Delta (Baixo Egito). Cada uma das três partes era administrada por um epistratego. Alexandria tinha um corpo especial de magistrados, separado do restante do Egito. Durante o período ptolomaico o epistratego exercia função militar e civil. Na época romana seu cargo ficou apenas civil, pois as tarefas militares eram desempenhadas pelo exército, subordinado diretamente ao prefeito.

A inovação levada por Augusto ao Egito se baseava na política romana, também adotada em outras províncias, de governar com a ajuda das elites locais. Dois fatores são comumente apontados para a manutenção da dominação romana e a extensão do poder

imperial: a presença de um exército forte, que os adversários não podiam enfrentar e a cooptação das elites locais, que colaboravam com a administração imperial em troca de manter seu *status quo* e adquirir uma ascensão social com a aquisição da cidadania romana.

No Egito, Augusto teve de "criar" uma elite favorável a Roma. Esta elite deveria ser de origem "grega" para se contrapor aos egípcios nativos, grande maioria da população. Contudo, a elite grega de Alexandria por ser aliada dos Ptolomeus não era confiável à nova administração. A primeira dicotomia estabelecida pelos romanos no Egito foi a divisão, em termos de elite, entre Alexandria e as cidades e vilas da *chora*. Augusto criou uma nova elite na *chora*, que foi alimentada pelos imperadores seguintes. Os "gregos" da *chora* viviam sobretudo nas metrópoles. Apesar de não ter todas as vantagens dos cidadãos de Alexandria, os metropolitanos gozavam de vários privilégios e seu poder só aumentou no decorrer do período romano.

Os critérios estabelecidos por Augusto para dividir a sociedade egípcia fizeram revigorar o sentimento de etnicidade dos habitantes do Egito Romano. O pertencer à etnia grega passou a ser enormemente valorizado e almejado por muitos. No período ptolomaico era difícil definir quem era grego ou egípcio, pois muitos indivíduos possuíam nomes gregos e egípcios transitando em ambas esferas culturais. Com os romanos houve a intenção de dividir mais claramente a população egípcia, a fim de separar egípcios e "gregos". A etnicidade foi usada pelos romanos com finalidades políticas e funcionava como um meio de ascensão social.

A cidadania era concedida por motivos políticos e não étnicos. No entanto, a etnicidade servia à prática política de privilegiar os gregos em detrimento dos nativos. O valor das taxas e impostos que deveriam ser pagos ao governo romano dependia do grau de "helenização" da população, definido pelos romanos. Assim, enquanto os cidadãos romanos estavam isentos de taxas, os gregos habitantes das capitais dos nomos pagavam o imposto (*laographia*) com preço reduzido[1]. Para estabelecer esta separação entre gregos e não-gregos, os romanos tiveram que adotar um critério de etnicidade baseado na descendência e na participação da instituição do *gymnasium*. O grau de "helenização" era medido por meio de três critérios: propriedade fundiária, habitação urbana e educação grega.

Augusto iniciou no Egito um processo de municipalização com a criação de comunidades urbanas com uma elite grega proprietária de terras colocada em situação

[1] *Laografia* significa registro no *laos* (termo técnico que designa a população que paga imposto). Este imposto, traduzido para o inglês como *poll-tax*, era uma taxa a ser paga por todo homem entre os 14 e os 62 anos de idade, incluindo os escravos. Estavam isentos deste tributo, além dos cidadãos romanos, os cidadãos de Alexandria e seus escravos, alguns indivíduos que detinham cargos oficiais e alguns sacerdotes egípcios. O valor do imposto variava de nomo para nomo e os metropolitanos pagavam uma taxa menor.

privilegiada em relação aos egípcios. Estas comunidades, apesar da ausência da *boule* (conselho), instituída posteriormente por Septímio Severo, funcionavam como as cidades gregas de outras províncias. A maior parte das capitais dos nomos já agia como um centro local, ligado a um templo. No período ptolomaico os residentes destas cidades não parecem ter tido algum *status* especial. A situação mudou com Augusto. Com a introdução do imposto que incidia sobre os homens, os metropolitanos passaram a ter um privilégio especial que os aldeões não tinham. A admissão ao *status* metropolitano requeria que os pais do candidato e o avô materno fossem metropolitanos. Os aldeões e seus descendentes estavam excluídos. Aqueles que pertenciam ao *gymnasium* tornaram-se poderosos politicamente e se tornaram uma elite hereditária nas metrópoles.

As "cidades" egípcias estavam divididas em: póleis (Alexandria, Ptolemais, Náucratis e Antinoópolis, a partir de 130 d.C.), as metrópoles (capitais dos nomos) e as aldeias (*komai*). A hierarquia social estabelecida pelos romanos com os indivíduos divididos em categorias (cidadãos romanos, cidadãos das póleis, metropolitanos etc.) se refletia também nas "cidades" egípcias. No topo da hierarquia estavam as cidades gregas como Alexandria. Depois, vinham as metrópoles da *chora* e, por último, as aldeias. A diferença se deu, sobretudo, entre as metrópoles e as aldeias ou vilas, pois as capitais dos nomos tiveram seu *status* erguido com a criação da elite que separou os egípcios entre "nativos" e "gregos".

Esta "helenização" de cidades e aldeias foi mais marcada no Fayum[2] do que no Alto Egito (Bowman, 2000: 175-176). Muitas cidades do Fayum tinham o plano ortogonal baseado nas cidades clássicas. Mas, provavelmente, o caráter "helênico" tenha se centralizado mais nas grandes cidades. Assim, as vilas e aldeias continuariam seguindo o esquema tradicional egípcio. A região do Médio Egito teve um grande incentivo à implementação do modo de vida urbano grego com Adriano, por volta de 130 d.C., sendo o modelo clássico evidente em cidades como Antinoópolis e Hermópolis Magna. Por outro lado, cidades como Mênfis e Tebas permaneceram centros das tradições egípcias nativas. Esta "urbanização" e utilização das formas artísticas gregas e romanas também se refletiram na cultura material de natureza funerária, como é o caso das máscaras e dos retratos pintados. São aspectos que trataremos a seguir.

[2] O nome Fayum deriva do copta Pa-youm, que significa "o mar" ou "o lago", nome dado no Novo Império a uma depressão ocupada por um lago alimentado pelo Bahr Yussuf (Canal de José), um braço natural do Nilo.

3. Máscaras funerárias

As máscaras funerárias foram utilizadas em todo o território egípcio. No entanto, em Alexandria, como no Delta em geral, as condições de preservação não são favoráveis, devido à umidade. Por isso, a maior parte das máscaras que dispomos provém da região do Fayum, do Médio e do Alto Egito, além dos Oásis de Kharga e Bahariya.

O Fayum constituiu uma região bastante povoada desde o período ptolomaico, pois foi uma área que recebeu uma grande parcela de imigrantes gregos e cujas terras foram doadas para os clerucos (militares que recebiam um lote de terra como pagamento pelos serviços prestados). Suas cidades revelam construções públicas segundo o modelo clássico e sabemos que existiam competições esportivas e teatrais entre as mesmas. As máscaras funerárias do Fayum, feitas sobretudo de cartonagem[3], assim como os retratos pintados com a técnica da encáustica ou da têmpera, espelham a ascensão social de uma elite que procurava se pautar pelo modo de vida romano sem perder sua identidade de origem. A sucessão cronológica das máscaras revela que houve uma transição do estilo egípcio para o estilo romano, no final do século I a.C. e início do século I d.C.. Inicialmente, temos máscaras em que ambos os sexos aparecem representados da mesma forma. Depois, as características morfológicas tornam-se mais individualizadas, influência da arte romana.

Exemplos[4]:

Tipo 1

Egípcio

Tipo 2

Romano

Estes tipos, estudados por Grimm (1971), demonstram a fase de transição das máscaras do Fayum. O primeiro tipo seria representativo do modelo derivado das máscaras confeccionadas durante o período ptolomaico e, o segundo, já apresenta uma nítida influência romana, com o indivíduo retratado usando *chiton* (túnica) e *himation* (manto), vestimentas típicas gregas, comumente usadas nas províncias orientais do Império Romano, notadamente

[3] Material constituído por camadas de linho e gesso, próprio para a confecção de peças funerárias como caixões, máscaras e envoltórios de múmia.

[4] Referências: Tipo 1 (GRIMM, 1971: pr. 2 fig. 3), Tipo 2 (GRIMM, 1971: pr. 6).

naquelas que, anteriormente à chegada dos romanos, faziam parte dos reinos helenísticos. A iconografia egípcia, de cunho religioso, é essencial na representação do primeiro tipo. No segundo, a presença da vestimenta romana não exclui a utilização de elementos tradicionais egípcios, que estão presentes na mumificação (estas máscaras eram colocadas sobre as múmias) ou em outros envoltórios que, por ventura, cobriam o corpo. A guirlanda de flores, provavelmente de rosas, que o morto segura está relacionada ao culto de Osíris e Ísis, divindades funerárias egípcias.

As máscaras características do Médio Egito são aquelas de gesso, cuja produção se estende dos séculos I ao IV d.C.. Os principais locais de produção eram Tuna el-Gebel (necrópole de Hermópolis Magna) e Antinoópolis. Hermópolis Magna e Antinoópolis são duas cidades que seguiam o padrão clássico de urbanismo. As inovações romanas na região datam, sobretudo, da época do imperador Adriano, quando este fundou a cidade de Antinóopolis, no ano 130 d.C., em honra ao seu escravo favorito Antínoo, que morreu afogado no Nilo quando da viagem do imperador ao país.

As máscaras de Tuna el-Gebel e de Antinoópolis podem apresentar tanto o estilo do retrato romano quanto ter algumas características egípcias ainda marcantes, como é o caso dos penteados femininos, à moda egípcia ou ptolomaica. Mas, no geral, os tipos físicos seguiam o padrão da corte imperial romana.

As máscaras de cartonagem também estão presentes, como aquelas típicas de Meir e que datam dos séculos I e II d.C.. Estas seguiam a tradição egípcia e foram, mais tarde, suplantadas pelas máscaras de gesso, cujas características faciais adquiriram traços mais individualizados a partir do século I d.C.. Algumas máscaras de Meir assemelham-se àquelas produzidas no Alto Egito. Elas representam figuras femininas usando *chiton* e *himation* e cujo penteado é formado por uma grande cabeleira ou peruca, atributo associado à deusa Háthor.

À medida que nos aproximamos do Alto Egito as características egípcias ficam mais acentuadas. É um dos lugares em que a identidade egípcia se revela mais forte, local da cidade de Tebas, sede da capital do Novo Império (c. 1550-1080), onde eclodiu a primeira revolta contra a ocupação romana, em 29 a.C.. A maior parte das máscaras do Alto Egito provém de Tebas Ocidental (Deir el-Medina, Deir el-Bahari e Medinet Habu) e Akhmin. Em Tebas, as máscaras eram feitas, sobretudo, de linho e gesso.

Um dos mais famosos achados do Alto Egito é a documentação da família Sóter. Chamada de "Soternalia" comporta caixões, múmias, sudários, rede de contas e papiros contendo o "Livro das Respirações". Esta constitui uma das poucas referências que possuímos sobre uma família da elite tebana sob o domínio romano. Podemos notar, ao analisar esta

documentação, que os membros da família Sóter, apesar de possuírem cargos administrativos importantes no governo romano, estavam profundamente arraigados na tradição egípcia. Isto pode ser comprovado tanto pela presença de inscrições em hieróglifo e demótico, como pelo tipo característico do material funerário. Nas máscaras da área tebana os motivos iconográficos egípcios predominam e estão associados, em sua maioria, às divindades locais como Hathor, protetora da necrópole tebana e o deus funerário Sokar.

Nos oásis egípcios, como o de Kharga e Bahariya, os elementos egípcios também são predominantes. As cartonagens de Kharga assemelham-se àquelas produzidas em Akhmin que, por sua vez, também possuem semelhança com as do Fayum, fabricadas nos séculos I e II d.C.. Eram feitas de camadas de papiros superpostas e coladas, recobertas com gesso e pintadas. As máscaras eram freqüentemente douradas e seguiam o tipo egípcio. O Oásis de Kharga, com sua capital Kysis, não estava isolado do Vale do Nilo. Estava situado numa rota de caravanas e possuía destacamentos militares romanos. No entanto, as formas artísticas, derivadas da arte gregas e romana, presentes nas máscaras do Fayum ou do Médio Egito, não aparecem em Kharga, que parece ter mantido relações estreitas com a região tebana.

O pequeno oásis, como Bahariya era chamada, pertencia ao nomo de Oxyrhynchus e era ligado ao vale por uma estrada, de aproximadamente 190 km. O oásis tinha contato com as aldeias do Fayum devido ao tráfego de caravanas e foi bastante desenvolvido durante o período romano. Também aqui o mobiliário funerário e a decoração das múmias seguem o padrão egípcio tradicional para o período romano. Contudo, diferentemente do que acontece em Kharga, Bahariya possui alguns elementos tipicamente greco-romanos.

4. Considerações finais

Podemos concluir que as máscaras confeccionadas no Egito Romano apresentam variações conforme a região e a época. Esta variação estava associada à presença de uma elite local, incentivada pelo governo romano e interessada em se promover socialmente pela aquisição de um *status* social maior ligado ao seu grau de "helenização", que poderia ser definido pela posse da cidadania grega (de alguma pólis situada em território egípcio) ou pela participação em instituições como o *gymnasium*. O mais alto grau na escala social era a obtenção da cidadania romana.

Em regiões mais afastadas de Alexandria e das áreas urbanizadas segundo os moldes clássicos, como a área tebana, a influência de elementos greco-romanos é menos presente. Desta forma, Tebas e talvez também os oásis egípcios poderiam se manter como os

últimos baluartes das formas artísticas tradicionais egípcias, em oposição ao Fayum, ao Médio Egito (sobretudo a região de Hermópolis Magna e Antinoópolis) e, provavelmente, também ao Delta, área mais povoada no período romano e que, pela proximidade com a região mediterrânica, estava mais sujeita a influências externas.

5. Referências bibliográficas

AUBERT, M. F.; CORTOPASSI, R. **Portraits funéraires de l'Égypte romaine**. 1. Masques en stuc. Louvre. Département des Antiquités Égyptiennes. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 2004.

BARTH, F. **Les groupes ethniques et leurs frontières**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

BIERBRIER, M. (Ed.) **Portraits and masks: burial customs in Roman Egypt**. London, British Museum, British Museum Press, 1997.

BOWMAN, A. K. **Egypt after the Pharaohs 332 B.C.-A.D. 642: from Alexander to the Arab Conquest**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

DAVOLI, P. **L'Archeologia Urbana nel Fayum di Età Ellenistica e Romana**. Missione Congiunta delle Università di Bologna e di Lecce in Egitto. Nápoles: Generoso Procaccini, 1998.

DOXIADIS, E. **The Mysterious Fayum Portraits: Faces from Ancient Egypt**. New York: Harry N. Abrams Inc., 1995.

GOUDRIAAN, K. **Ethnicity in Ptolemaic Egypt**. Amsterdam: J.C. Gieben, Publisher, 1988.

GRIMM, G. **Die Römischen Mumienmasken aus Ägypten**. Deutsches Archäologisches Institut. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag GMBH, 1974.

HAWASS, Z. A. **Valley of the Golden Mummies**. New York: Harry N. Abrams, Inc., 2000.

HODDER, I. (Ed.) **The archaeology of contextual meanings**. New Directions in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

IKRAM, S.; DODSON, A. **The mummy in ancient Egypt**: equipping the dead for eternity. New York: Thames and Hudson, 1998.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity**. Constructing identities in the past and present. London: Routledge, 1997.

LEWIS, N. **Life in Egypt under Roman Rule**. New York: Oxford University Press, 1983.

MODRZEJEWSKI, J. M. **Droit Impérial et traditions locales dans l'Égypte romaine**. Collected Studies 321. Variorum: Joseph Stock, 1990.

OFFICIAL CATALOGUE. The Egyptian Museum, Cairo. München: Verlag Philipp von Zaben Mainz, 1987.

WALKER, S.; BIERBRIER, M. (Eds.) **Ancient Faces: Mummy Portraits in Roman Egypt**. The Metropolitan Museum of Art, New York. New York: Routledge, 2000.

ZANKER, P. **The Power of Images in the Age of Augustus**. Tradução Alan Shapiro. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o criar, o copiar e o comprar pronto.

Nilda Nazaré Pereira Oliveira*

Resumo:
O objetivo deste texto é explorar as opções para a possível reconstrução da indústria de construção aeronáutica no Brasil no 2º pós-guerra. Essa discussão, datada de 1934, quando ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Aeronáutica, em São Paulo, foi revitalizada com o início das obras de construção do ITA, em 1947, e a realização do 2º Congresso, no Rio de Janeiro em 1949. As teses apresentadas neste congresso apontavam o mesmo caminho como solução: que caberia ao Estado fomentar a Indústria Aeronáutica realizando encomendas programadas às fábricas existentes. Recomendações estas que não foram consideradas. As indústrias pré-existentes faliram ou foram vendidas. E a Aeronáutica resolveu investir na construção de seu Centro Técnico, seguindo o plano desenvolvido pelo Professor Richard Smith, chefe do Departamento de Aeronáutica do MIT. As opções diante das quais se encontrava a sociedade brasileira em geral, e os militares em particular: importar aeronaves; produzir sob licença; formar mão-de-obra no exterior; ou investir na formação de massa crítica no próprio país, ainda que em longo prazo, são as mesmas que se apresentavam para todos os setores de P&D. Neste caso, a construção do ITA é entendida como fundamental para o sucesso da indústria aeronáutica brasileira.
Palavras-chave: Indústria Aeronáutica, ITA, Pesquisa & Desenvolvimento.

O plano de criação do Centro Técnico de Aeronáutica foi desenvolvido pelo Professor Richard H. Smith, chefe do Departamento de Aeronáutica do Massachussets Institute of Technology – MIT, a pedido de um grupo de militares do Ministério da Aeronáutica liderados pelo então Coronel Casimiro Montenegro Filho.

Antes mesmo de apresentar seu plano ao Ministro da Aeronáutica o professor Smith realizou uma Conferência no Auditório do Ministério da Educação, a convite do Instituto Brasileiro de Aeronáutica, intitulada: "Brasil, futura potência aérea".

Nesta conferência o professor Smith destacou a vulnerabilidade em que o Brasil ficaria se viesse a comprar grande quantidade de material de guerra. Ele destacava que seria oferecido por vendedores estrangeiros a preços verdadeiramente atrativos, mas também destacava sua obsolescência, logo o país ficaria de posse de grande quantidade de material antiquado, caro de ser mantido e dispendioso de ser operado; estaria sempre na dependência de um país estrangeiro; e que tal situação acarretaria o retardo do desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira, impedindo, a sua independência, não podendo vir a enfrentar

* Professora do Departamento de Humanidades do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Doutoranda do Programa de História Social da USP.

a concorrência de países mais fortes.

Ele afirmava que o Brasil só poderia se tornar independente das outras nações competidoras no comércio aéreo através da criação de escolas superiores nos campos da engenharia aeronáutica, aerologia, comércio aéreo e fabricação de aviões, e pela instalação, para essas especialidades, de laboratórios próprios de alto padrão científico, quando então o Brasil poderia desenvolver e fabricar tipos de aviões genuinamente brasileiros. Entretanto ele destaca ainda que as aviações comerciais americana e brasileira deveriam ser fundamentalmente complementares e não concorrentes (SMITH, 1945).

O Brasil já discutia as opções para implantação da indústria aeronáutica desde 1934, quando ocorreu o Primeiro Congresso Brasileiro de Aeronáutica, em São Paulo.

O primeiro avião projetado e construído no Brasil voou em Osasco em 7 de janeiro de 1910 e nas décadas seguintes tivemos uma série de projetos e protótipos, alguns deles até homologados, mas poucos foram os que chegaram à produção industrial (ANDRADE , 1976: 17).

Na maioria desses protótipos o projeto era de brasileiros, mas sua realização dependia da importação de muitas peças. A homologação das aeronaves, hoje feita pelo CTA, era realizada pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT, local em que também foram desenvolvidos vários projetos e protótipos.

No texto "Fontes para a História da Tecnologia no Brasil: a Indústria Aeronáutica brasileira na década de 1930", Gildo Magalhães dos Santos Filho trabalha com um artigo do Eng. Antônio Guedes Muniz, intitulado "A Construção de Aviões e Motores no Brasil", que foi apresentado neste 1º Congresso. Neste artigo Guedes Muniz recomendava "ao governo federal que fomentasse e dirigisse a construção de aeronaves brasileiras" (SANTOS FILHO, 1998: 2).

Guedes Muniz foi de grande importância para o desenvolvimento de iniciativas na Indústria Aeronáutica, tanto no setor privado como nas iniciativas governamentais. Entretanto faltou-lhe o apoio e o respaldo de um grupo. Ele era talentoso, apresentou várias propostas e tinha grandes idéias. Foi um engenheiro militar, do Ministério do Exército, numa época em que ainda não existia Ministério da Aeronáutica no Brasil, mas também trabalhou como projetista da HL.

O industrial Henrique Lage, construiu duas empresas de construção aeronáutica na década de 1930, no Rio de Janeiro: a Fábrica Brasileira de Aviões e a Companhia Nacional de Navegação Aérea, sob a orientação técnica do Major aviador e engenheiro Antônio Guedes Muniz, que produziu vários modelos de aeronaves com a sigla HL.

Outra empresa privada, localizada em São Paulo, a Companhia Aeronáutica Paulista - CAP, criada em 1942 e nascida da empresa Laminação Nacional de Metais, que era uma das empresas do grupo Pignatari, produziu o modelo de um dos aviões mais vendidos no Brasil, o Paulistinha, atingindo o número de 700 aviões deste modelo (ANDRADE , 1976: 69-79).

Entre as iniciativas ligadas ao Estado Brasileiro podemos identificar a Fábrica de Aviões do Galeão, criada em 1936, pela persistência do engenheiro militar Raymundo Vasconcelos Aboim, outro nome forte nesta história. A fábrica foi criada pela Marinha, numa época em que ainda não existia o Ministério da Aeronáutica e, tanto a Marinha como o Exército possuíam engenheiros aeronáuticos formados no exterior.

O ano de 1949 é uma referência para o fim de suas atividades, sendo que suas instalações foram cedidas em 1953 para a Fokker Indústria Aeronáutica S.A. Pouco tempo depois a Fokker foi obrigada a pedir concordata e a Fábrica do Galeão foi transformada em Parque de Aeronáutica, destinado à reforma e modernização dos aviões da Força Aérea Brasileira (ANDRADE , 1976: 104-107).

Desde 1933 o Governo Vargas tinha a pretensão de criar uma Grande Fábrica de Aviões no Brasil. Abriu concorrência com bases bastante favoráveis para a empresa que viesse a realizá-la, mas apesar disso só uma empresa se candidatou, a Construções Aeronáuticas S.A. Após uma série de idas e vindas, em 1940 foi criada a Fábrica Nacional de Aviões em Lagoa Santa – MG. Mas a fábrica foi construída em local e momento inadequados. A construção foi iniciada no período da Segunda Guerra Mundial, quando existiram grandes dificuldades para importação de peças e alguns dos engenheiros envolvidos tiveram que voltar aos seus países de origem.

Em 1938 o engenheiro Guedes Muniz, entre outros oficiais do exército brasileiro, propôs e conseguiu, junto ao Ministério da Viação, a construção da Fábrica Nacional de Motores – F.N.M., para montagem de motores de avião sob licença. Os motores escolhidos foram os da fábrica norte-americana Wright, inclusive porque já existia uma Oficina Wright na base aérea de São Paulo que realizava reparos nos motores utilizados em muitos aviões da Aviação do Exército. A F.N.M. foi criada em 1942, sua construção foi lenta, sendo mais uma "tentativa" em plena Segunda Guerra Mundial, a importação de máquinas e peças estava prejudicada. A F.N.M. também sofreu com o fim do governo Vargas, tendo que se transformar para a montagem de motores para tratores e caminhões.

Na década de 1950 nasceu a Sociedade Construtora Aeronáutica Neiva, de José Carlos de Barros Neiva, em Botucatu, São Paulo. Neiva inicialmente produziu planadores e

mais tarde associou-se a alguns diretores da Oficina de Manutenção e Reparos de Aeronaves – OMAREAL, passando a produzir aviões.

O Segundo Congresso foi realizado no Rio de Janeiro em junho de 1949 e foi realizado num clima em que as quatro fábricas existentes no país antes do final da segunda guerra mundial, a Companhia Aeronáutica Paulista, a Companhia Nacional de Navegação Aérea, a Fábrica do Galeão e a Fábrica de Aviões de Lagoa Santa, e mais a Fábrica Nacional de Motores estavam falindo em virtude do Brasil ter aberto seu mercado às sobras de guerra norte-americanas.

Foram apresentadas três teses no Segundo Congresso Brasileiro de Aeronáutica: a primeira foi apresentada pelo engenheiro Romeu Corsini do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, intitulada "Reerguimento da Indústria Aeronáutica Nacional"; a segunda apresentada pelo Instituto Brasileiro de Aeronáutica chamava-se "Indústria e Fomento"; e a terceira era de autoria do engenheiro Luís Felipe Marques, tinha como título "Problemas de Administração e Construção Aeronáutica no Brasil". As teses tinham diferentes abordagens quanto à análise do setor, mas apontavam o mesmo caminho como solução, aquele em que caberia ao Estado fomentar a Indústria Aeronáutica realizando encomendas programadas às fábricas existentes.

Do ponto de vista da formação profissional, o Brasil já possuía, na Escola Técnica do Exército, cursos de engenharia com especialização em aeronáutica para complementar a formação de seus engenheiros. Aliás, foi na Escola Técnica do Exército que se formou o Coronel Casimiro Montenegro Filho e foi lá que a primeira turma do Instituto Tecnológico de Aeronáutica iniciou seus estudos. Além disso, já existia um núcleo de pesquisas na Seção de Aeronáutica do IPT que desenvolvia tecnologia para o setor, ou seja, o Brasil já possuía uma base industrial significativa, além de uma relativa base técnica.

As recomendações do Segundo Congresso Brasileiro de Aeronáutica não foram consideradas, as indústrias que já existiam faliram ou foram vendidas, a F.N.M. acabou se tornando uma indústria automobilística, a fábrica do Galeão foi vendida para a Focker, mas também não durou muito, como já vimos anteriormente e o Ministério da Aeronáutica resolveu investir na construção de seu Centro Técnico, nos moldes propostos pelo professor do MIT. Mas, nem mesmo entre militares a opção pela construção do ITA era unanimidade. Na ESG esta oposição foi feita explicitamente.

Em Conferência realizada na Escola Superior de Guerra, em 1950, o coronel aviador Júlio Américo dos Reis criticava o Plano do professor Smith e o apresentava como utópico. Ele endossava o discurso que a economia brasileira era naturalmente fadada ao

sucesso e a um futuro brilhante, ressaltando que esta economia ainda passava por dificuldades enormes cuja solução só seria possível através de administrações acertadas e após alguns qüinqüênios de muito trabalho. Reconhecia as dificuldades do Governo para buscar a solução dos problemas básicos da Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

Destacava que os problemas como o da energia elétrica, ligações rodoviárias e ferroviárias, carvão, petróleo, pesquisa e exploração do sub-solo, transportes marítimos e o equipamento das Forças Armadas não contavam senão com limitados recursos" (REIS, 1950).

O coronel não negava a construção da Indústria Aeronáutica, dizia apenas que não era o momento, propôs a criação de um grupo de trabalho dentro da ESG para formular um Plano para o desenvolvimento da Indústria Aeronáutica no Brasil, mais realista e dentro dos padrões da Segurança Nacional. Reconhecia que construir a Indústria naquele momento seria depender fortemente de tecnologia, peças e mão-de-obra externas e que era mais simples importar as aeronaves.

A decisão tomada pelos militares seria diante das diversas opções que se lhes eram oferecidas: importar aeronaves; produzir sob licença, como já se fazia antes; mandar mão-de-obra para ser formada no exterior, como se fez em outros setores; ou construir uma Escola para formação de mão-de-obra no país.

A construção da Escola é aqui entendida como fundamental para o sucesso do setor. Uma interpretação da "falência" das empresas anteriores à criação do ITA é a ausência de massa crítica que sustentasse a indústria, bem como de grupos coesos que, de fato, sustentassem a idéia, como foi o grupo liderado pelo Brigadeiro Montenegro.

Mas, mesmo depois da criação e consolidação do ITA e do CTA, a decisão de re-construir a Indústria Aeronáutica Brasileira com tecnologia desenvolvida nestas instituições era seriamente questionada. O grupo ligado ao Brigadeiro Eduardo Gomes, membro da UDR ainda era favorável à "importação de tecnologia", o imediatismo e o pragmatismo eram mais fortes.

A contratação de Henrich Focke e o aparente fracasso na construção do avião Convertiplano e do helicóptero Beija-flor ainda estavam vivos na memória de muitos militares, que viam nesse processo um desperdício de dinheiro e um atraso na produção de aviões no Brasil.

Com o golpe militar de 1964, o Brigadeiro Montenegro foi afastado da direção do CTA e para seu lugar foi nomeado o Brigadeiro Castro Neves, da mais absoluta confiança de Eduardo Gomes. Sobre isso fala o Engenheiro Osires Silva:

> *" (...) o Brig. Castro Neves queria, comprar uma licença dos Estados Unidos, na França e fabricar avião. Eu falei: "Não! Não! Eu quero marca." Eu quero marca nossa, ficar livre para vender para quem a gente quiser e não ter que dar satisfação para ninguém porque se a gente comprasse uma licença, o licenciador jamais permitiria que a gente concorresse com ele. Era difícil vender essa idéia. Na FAB, eu não consegui vender essa idéia porque toda indústria automobilística estava calcada nessa direção de fabricar. Aí começaram a trazer Ford, Volkswagen(...)"* (SILVA, 2005).

Retomando a realização dos Congressos Brasileiros da Aeronáutica, cabe ainda mencionar a existência do Terceiro, realizado em março de 1955, em São Paulo. Novamente foram apresentadas teses para discutir a questão da indústria aeronáutica no Brasil.

Uma das teses foi apresentada pelo engenheiro paulista Marc W. Niess. Ele defendia a "Possibilidade da indústria de Aviões Leves no Brasil". Para ele a razão do fracasso da indústria aeronáutica até então era a falta de um plano comercial que garantisse o funcionamento da indústria. Considerando que apenas o governo era comprador de aviões, ele defendia que o setor privado também investisse no setor, mas admitia que era difícil atrair investimentos, por causa das incertezas geradas pelo insucesso do passado. Os capitais privados não se sensibilizaram com a perspectiva de concorrer com produtos estrangeiros no mercado interno, sem nenhum tipo de proteção (VIEGAS, 1989).

Outra tese foi apresentada pelo engenheiro Romeu Corsini, do IPT. Ele destacava a nova fase de desenvolvimento econômico do país, marcada pela fronteira agrícola no oeste de Minas, sudoeste do Paraná e nos Estados de Goiás e Mato Grosso. Esse movimento de interiorizarão do desenvolvimento exigiria o emprego, cada vez mais freqüente do avião como meio de transporte. O Brasil já disporia de um parque industrial capaz de fornecer os insumos para a indústria aeronáutica. Faltaria apenas uma ação de planejamento. Para realizá-la, Corsini preconizava a criação de uma comissão com poderes para definir uma política industrial e tecnológica para o setor, da mesma forma como a que apresentara originalmente em 1949, no Segundo Congresso Brasileiro de Aeronáutica.

Ela viria a tomar forma durante o Governo Jânio Quadros, com a criação do Grupo Executivo da Indústria de Material Aeronáutico – GEIMA, em 1965.

O GEIMA foi presidido pelo Brigadeiro Faria Lima, tinha representantes dos diversos setores interessados na Indústria Aeronáutica, tanto no campo político, como no econômico e no Tecnológico. Inclusive com representante do ITA.

O GEIMA tinha como função estudar e fixar as normas brasileiras de aeronáuticas, propor estudos ou pesquisas a serem financiadas pelo Governo ou pela indústria, fomentar a indústria de aeronaves, mediante o concurso de projetos e protótipos financiados

pelo Governo, para atender às necessidades mais urgentes do país, tais como: táxi aéreo, instrução, aviação agrícola, transporte de passageiros, etc. Caberia ainda à comissão o fomento à indústria de materiais, peças e acessórios, pela conjugação de esforços com a indústria e com os órgãos controladores de importação.

Mas o GEIMA não obteve, do governo, decisão política de implantar a grande indústria aeronáutica no país, como ocorrera com o Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA, presidido pelo Almirante Lúcio Meira e direcionou, de fato, a implantação da grande indústria automobilística no país.

Enquanto isso, nesse mesmo ano de 1965, começava a ser desenvolvido no Departamento de Projetos (PAR), do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), o projeto IPD-6504. Para o desenvolvimento desse projeto, o grupo liderado pelo então Major Osires Silva, contou com a liderança do "Construtor de Aviões" francês Max Holste.

Max Holste tinha sido contratado pelo Ministério da Aeronáutica para substituir os motores dos velhos aviões T-6, para fazê-los trabalhar por mais algum tempo. Mas a reação do francês, segundo Osires Silva, foi intransigente, ele se dizia um fabricante de aviões e não um "fazedor de arranjos". Todas as pessoas envolvidas no desenvolvimento do projeto IPD-6504 são unânimes em afirmar como o engenheiro francês era temperamental. Mas, desse projeto resultou o Avião Bandeirante e, finalmente, a concretização da tão sonhada indústria, que nasceu em 1969, em plena Ditadura Militar, sob o nome de Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER.

Criada em 1969 como uma empresa de economia mista, com grande aporte de capital estatal, e privatizada em 1994, a EMBRAER é considerada um grande sucesso em nível nacional e internacional, ocupando hoje o 3º lugar entre os produtores de avião, atrás da Boeing (norte-americana) e Aeroespatiale (européia, produtora do Airbus), que são produtoras de aviões de grande porte e da canadense Bombardier, produtora de aeronaves menores, como a empresa brasileira. Em nível nacional a empresa vem ocupando posição de destaque entre as maiores exportadoras do país.

Não é difícil encontrar quem questione essa apresentação como um sucesso tão grande, alegando que a empresa até hoje não produz todos os sistemas que utiliza, para o que a resposta é a que a produção é terceirizada, ou mesmo que o número de aeronaves produzidas por ano é pequeno. Mas, o fato é que a empresa de fato cresceu, encontra-se em plena produção e exporta um tipo de produto que tem um grande componente tecnológico.

Entretanto, de maneira geral, o sucesso do setor aeronáutico no país, é entendido

através do estabelecimento de uma relação direta entre a criação do ITA e a "visão de longo alcance" dos militares, planejadores e criadores do ITA. Ou seja, se não fosse pela criação, crescimento e excelência do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, possivelmente a EMBRAER não teria o sucesso que obteve.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Roberto P. – *A construção Aeronáutica no Brasil 1910 / 1976*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REIS, Júlio Américo – *Indústria Aeronáutica do Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, 1950.

SANTOS FILHO, G. M. . A Indústria Aeronáutica Brasileira na Década de 1930. In: VI Congresso Brasileiro de História da Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Ozires. *Entrevista* realizada em 05/11/2005. in GHIRALDELO, Claudete M. & OLIVEIRA, Nilda N. P. "*A Criação da Grande Indústria Aeronáutica Brasileira através da memória de alguns de seus protagonistas (1960-1990)*", São José dos Campos: Instituto Tecnológico de Aeronáutica, 2005.

SMITH, R.H. Brasil, *Futura Potência Aérea.* Conferência realizada em 26/09/1945, in MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, Notas sobre o estudo e desenvolvimento do Centro Técnico de Aeronáutica. Rio de Janeiro, 1946.

VIEGAS, João Alexandre *Vencendo o azul: história da indústria e tecnologia aeronáuticas no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Brasília: CNPq, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o discurso e a prática: religião, comércio e negócios em Portugal nos finais da Idade Média

Rodrigo da Costa Dominguez*

Resumo
Neste texto, analisaremos alguns aspectos que dizem respeito a uma relação complexa e, sob certo ponto de vista, caracterizada pela tentativa de adaptação das actividades que envolviam as ocupações dos mercadores e dos homens de negócios – e daqueles que, por alguma razão, não podiam desempenhar esta ocupação mas ainda assim o faziam –, assim como da economia em geral às normas impostas por uma Igreja Católica rígida e que necessita combater determinadas práticas para manter a sua coerência perante os seus fiéis. Estas relações serão de extrema importância para a economia européia e, no caso deste texto, para a economia portuguesa no transcorrer do processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna.
Palavras-Chave: Mercadores – Comércio – Religião

Abstract
In this text, we will analyze some aspects that concerns to a complex relation and, under certain point of view, characterized for an attempt of adaptation of the activities that involved the occupation of the merchants and the business-oriented men – and of whom, for some reason, they could not play this occupation but still thus they made it –, as well as of the economy in general to the norms imposed by a rigid Catholic Church and that it needs to fight definitive practical to keep its coherence before its fiduciary offices. These relations will be of extreme importance for the european economy and, in the case of this text, for the Portuguese economy during the process of the transition from the Middle Ages to the Modern Age.
Key-Words: Merchants – Trade – Religion

O que significaria "ser mercador", em Portugal, na Idade Média? Talvez, antes de mais nada, deveríamos estar atentos a este questionamento. Mais importante e interessante, contudo, poderia ser: gostaria alguém de "assumir publicamente a condição de mercador ou de homem de negócios" em uma época fortemente marcada pela influência da Igreja e seus condicionantes? De certo é que apareceram pessoas que, intencionalmente ou não, ostentaram estes ofícios, estas ocupações em Portugal e que, aparentemente, tiveram sucesso.

Pior que enfrentar o "julgamento popular" na condição de mercador seria então fazê-lo do mesmo modo, unindo a esta ocupação o espectro do usureiro? O mercador é aquele que observa e enfrenta com certa dose de preocupação esse julgamento, mas sem deixar de lado o seu principal objectivo: gerar capitais, gerar riqueza. A sua mentalidade e a sua perspectiva de mundo permite-lhe fazer isso.

* Mestre em História Medieval pela Universidade do Porto – Portugal.

A falta de metais preciosos, assim como as constantes quebras de moeda e o processo de "entesouramento" do pouco de moeda circulante que, nestas alturas, é em boa parte vindo de fora de Portugal, formam um cenário completamente negro no que diz respeito à questão do crédito. O acesso ao dinheiro é cada vez mais complicado. Partindo destes pressupostos, a figura do mercador seria, talvez, a única que disporia de uma situação favorável de fácil liquidez para gerar recursos, os quais poderiam ser aproveitados em actividades financeiras de empréstimos, trocas de moedas e demais situações afins diretamente relacionadas.

O trato das questões relacionadas à economia, aos câmbios e aos negócios em geral não era observado com bons olhos pela Igreja. Basicamente, o ponto de vista desta instituição em relação ao comércio e ao crédito é, de início, negativo, muito em função da justificativa de seu fim primordial: o lucro. Sob este prisma, tanto o mercador quanto o usureiro estariam juntos "no mesmo barco" (GUREVIC, 1989, p. 166.).

As Ordenações Afonsinas constatam também uma tentativa de adaptação por parte do Estado quanto ao que foi estabelecido pela Igreja em relação à usura, sabedor que era da importância deste ramo de actividades para a economia portuguesa. Também outros mecanismos já teriam sido criados anteriormente para evitar a usura até mesmo entre os funcionários régios.

> *Querendo nos deytar as maldades da nossa terra estabeleçemos que nenhûu nosso moordomo nem nosso conuentual. (sic) enquanto teuer nossa terra ou oueença. ou teuer em ssy o nosso auer en seu nome ou no nosso nom de dinheiros a husura pera sy nem pera outrem. E se peruentuyra algûu contra esta nossa defesa quiser hir perdera quanto ouuer (Faculdade de Direito de Lisboa, 1971, p. 17).*

Esta mesma compilação de leis (Ordenações Afonsinas) também estipula exceções, como a que proíbe a usura, com base em legislação de D. Afonso IV. No entanto, possui alguns artigos, baseados no texto do Direito Canônico, que permitem a usura. Dentre eles, estaria o caso dos câmbios. A quantidade e a frequência com que estas leis eram colocadas nos leva a considerar duas hipóteses: a primeira, de que a legislação provavelmente era ineficaz; e a segunda, de que a prática usureira não deveria ser invulgar.

Filipe Themudo Barata menciona o comércio como uma actividade imprópria para os membros da Igreja. No entanto, tendo em vista alguns registros encontrados na documentação por nós pesquisada, nas quais há menção de queixas de populares acerca de nobres e clérigos a comprar mercadorias e revendê-las, funcionando como regatões, há que se

considerar algumas exceções. Dada esta situação, também estão presentes nas Ordenações Afonsinas e nas Ordenações Manuelinas leis para tentar impedir esta prática. Entretanto, no que diz respeito a empréstimos, já não podemos afirmar a ausência da participação de clérigos e religiosos nesta actividade. Também eles são credores de muitas dívidas, tanto em Portugal como no resto da Europa.

Sob o ponto de vista do Estado, as proibições não podem ser fortes o suficiente para inibir o desenvolvimento dos negócios. A necessidade de recursos forçaria uma situação de "coexistência pacífica" entre as práticas econômicas de empréstimos, juros e negócios em geral com a crença católica, onde o intermediador desse ponto de equilíbrio poderia ser o rei, interessado direto nesta convivência harmoniosa entre o poder financeiro e o poder religioso.

Para Maria José Tavares, a relação com os judeus é de fundamental importância para o controle econômico do país, tendo no arrabí-mor a sua figura central de articulação entre as partes. O trato com a comunidade judaica, pelo menos no que diz respeito à parcela dominante, passa a ser diferenciado.

> *a existência de uma elite judaica, frequentadora da corte e privada da família real, cria uma situação especial na administração da comuna lisboeta. Aqui, os cargos tornam-se honoríficos e hereditários, sendo possível a sua acumulação. (...) Assim, durante mais de meio século a escrivaninha da câmara tem à sua frente um membro da família Negro. Mestre Guedelha, físico e rabi-mor de D. João I e D. Duarte, é empossado neste cargo e confirmado, em 1443, pelo regente D. Pedro. Em 1453, sucede-lhe seu filho, Abraão, físico e rabi-mor de D. Afonso V. Por sua morte, em 1471, na tomada de Arzila, este doa o ofício a seu filho menor, Guedelha, o que provoca os protestos da comuna contra o mau funcionamento da escrivaninha da câmara (TAVARES, 1982, p. 133-134).*

Além disto, esta relação será benéfica para o rei na medida em que um conjunto de idéias já assimiladas e praticadas pelos judeus poderão servir de orientação para a política econômica régia.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Henrique da Gama. **História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV**. 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1945. Tomo IX. Pp. 329.

FOURQUIN, Guy. **História Económica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, [D.l. 1997]. Pp. 276.

GUREVIC, Aron. *O Mercador*. In: LE GOFF, Jacques (dir.). ***O Homem Medieval***. 1ª ed.. Lisboa: Editorial Presença, 1989. Pp. 165-166.

NOGUEIRA, António de Vasconcelos. **Capitalismo e judaísmo: contribuição dos judeus portugueses para a ética capitalista**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004. Pp. 44-45.

Ordenações Afonsinas. Edição fac-similada da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 5 vols. Liv. IV. Pp. 93-99 e pp. 175-177.

Ordenações Manuelinas. Edição fac-similada da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1797. Prefácio de Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. 5 vols. Liv. IV. Pp. 78-80.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Os Judeus em Portugal no Século XV**. 1ª ed.. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. Pp. 112-113 e pp. 280-281.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A (in)visibilidade do negro em Santa Cruz do Sul (1980-1990)

Mateus Silva Skolaude[1]

Resumo
A temática central desta comunicação, situa-se na (in)visibilidade do negro em Santa Cruz do Sul (1980-1990), cidade que se caracteriza pelo predomínio de uma narrativa identitária germânica. Para tanto, este espaço temporal corresponde ao período de consolidação e internacionalização econômica do setor fumageiro e de grande aumento populacional urbano deste município. Além disso, este momento pode ser interpretado como de revigoramento do discurso étnico, que começa a tomar fôlego, passado o tensionamento dos primeiros anos a pós a Segunda Guerra Mundial. A partir da análise da imprensa escrita, nomeadamente o jornal de maior circulação da região, a Gazeta do Sul, propõe-se uma reflexão acerca dos dispositivos envolvidos na construção do discurso identitário desdobrado no comunitarismo e o no multiculturalismo. Problematiza-se ainda, as implicações desta discursividade na construção dos espaços sociais de existência para as comunidades afro-descendentes da região.
Palavras-chave: Narrativa Identitária; comunitarismo; multiculturalismo.

Abstract
The main subject of this article the (in)visibily of the black people in Santa Cruz do Sul (1980-1990), a city with an historical background of german identity. The analysis is made focusing the period of economical consolidation and internationalization of the tobacco sector, with great urban population increase in this municipality. This period can as well be considered a rebuilding of an ethnic discourse after a few years of tension fallowing world war II. Based on the writings of the press, namely the Gazeta do Sul journal, the newspaper of greatest circulation over the region, this article aims at analyzing the methods involved in the construction of an identity narrative unfolded as communitarianism and multiculturalism. Also, it submits to discussion the implications of this kind of discourse in building up social ambients of existence to African-descent communities in the region.
Key words: Identity narrative; communitarianism; multiculturalism.

Introdução

[1] Especialista em História do Brasil pela UNISC e Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (mestrado e doutorado) da UNISC. Esta pesquisa conta com o auxílio, de uma bolsa CAPES.

A temática central desta comunicação, situa-se na (in)visibilidade do negro em Santa Cruz do Sul (1980-1990), cidade que se caracteriza pelo predomínio de uma narrativa identitária germânica. Desta forma, este trabalho propõe uma reflexão sobre os dispositivos envolvidos na construção do discurso local, a partir da análise da imprensa escrita, nomeadamente o jornal de maior circulação da região, a Gazeta do Sul.

A investigação acerca da (in)visualização do negro em Santa Cruz do Sul tem como espaço temporal de 1980 a 1990. Esta demarcação justifica-se por ser o período correspondente à consolidação e internacionalização econômica do setor fumageiro na cidade e de grande aumento populacional urbano de Santa Cruz do Sul. Além disso, este momento pode ser interpretado como de revigoramento do discurso étnico, que (re)começa a tomar fôlego, passado o tensionamento dos primeiros anos pós Segunda Guerra Mundial.

Diante disso, procurou-se verificar junto ao Jornal Gazeta do Sul, o lugar social, cultural, espacial e simbólico estabelecido para o negro junto ao discurso comunitário e multicultural, estabelecendo desta forma, uma relação teórica entre Identidade regional, comunitarismo e multiculturalismo, articulando assim, os mecanismos de inclusão e exclusão identitária em Santa Cruz do Sul.

A imprensa escrita e a difusão do discurso comunitarista e multiculturalista em Santa Cruz do Sul: A comunidade afro descendente

Com a aceleração do processo de globalização posterior a Segunda Guerra Mundial e com a intensificação dos processos migratórios, mas, sobretudo, com a expansão dos meios de comunicação, as fronteiras que estabeleciam pretensas individualidades culturais são constantemente expostas, desestabilizando as concepções essencializadas de cultura, desta forma, as identidades culturais modernas caracterizadas pela homogeneização cultural e pelo estado-nação são colocadas em cheque.

Diante disso, entram em jogo as chamadas identidades regionais que podem ser entendidas a partir das mesmas estratégias das narrativas do Estado-nação. Nesse caso, as identidades regionais se caracterizam pelo funcionamento de um tempo pedagógico, organizador da memória e de valores, inscrevendo nas comunidades a idéia de pertencimento histórico e genealógico. Neste sentido, o localismo ou o regionalismo comunitário entram em cena, estabelecendo uma contra-narrativa, ao processo global, recentralizando o sujeito numa narrativa de pertencimento na esfera local. Stuart Hall (2003) aponta que o fortalecimento das

identidades locais pode ser visto como uma estratégia de reação de grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.

Por sua vez, Santa Cruz do Sul a partir do final da década de sessenta, mas em especial durante a década de oitenta, apresenta um intenso processo de urbanização, acompanhado por um considerável aumento populacional, decorrência do grande fluxo de migrantes vindos de municípios vizinhos e do interior do município, motivados pela perspectiva de trabalho no setor fumageiro que se encontrava em plena ascensão econômica (SILVEIRA, 2003). Desta forma, a preocupação da sociedade local com este intenso processo de migrações evidencia-se junto há algumas manchetes jornalísticas: "Migrantes representam 70% dos que procuram emprego no Sine" (Jornal Gazeta do Sul, 07/02/1981, p. 04); "Santa Cruz quase dobra sua população urbana em 10 anos" (Jornal Gazeta do Sul 21/06/1980, Capa).

Nesse caso, nota-se um considerável crescimento da periferia urbana santa-cruzense, reduto marcado como o habitat natural da comunidade afro-descendente, que neste sentido, leva sua vida suburbana, marcada por uma dinâmica semi-autônoma. Vistos como pobres e estrangeiros, a comunidade afro-descendente sofre o estigma da marginalização e assim acabam vistos como forasteiros em relação à maioria étnica da população, desse modo, ao apresentar estes como etnias perigosas, tal discurso torna-os estranhos socialmente e os constitui simbolicamente como figuras estrangeiras (CORREA, 2001). Nesse caso, o Jornal Gazeta do Sul assume posição central na proposição deste discurso:

> *Bom Jesus: Um bairro sem polícia, entregue aos malandros.*
> *O populoso bairro Bom Jesus, na saída para Vera Cruz, apresenta inúmeros problemas, que vão desde a falta de uma infra-estrutura adequada em termos de água e esgoto até a inexistência de policiamento, o que gera intranqüilidade entre os moradores, pois, dizem eles, "moça e mulher não podem sair de casa quando escurece", pois estão sujeitadas a serem assaltadas ou, quando menos, ouvirem uma série de piadinhas dos desocupados e maus elementos que por ali proliferam, vivendo do jogo, da exploração de mulheres e, até mesmo, do roubo. (Jornal Gazeta do Sul: 02/02/1980, p. 08).*

Consequentemente nota-se algumas estratégias defensivas de demarcação de território, junto a sociedade santa-cruzense, isto é, inventa-se uma tradição, articulada no passado, que passa a ser referenciado através de formalizações e ritualizações (HOBSBAWN; RANGER, 1984). Neste mesmo sentido, é que pode ser interpretado o discurso imigrantista e germanista que começa a caracterizar a cidade de Santa Cruz do Sul, onde um imaginário social sustenta-se num discurso construtor de sentidos que tenta fixar uma ordem baseada na saga mítica dos imigrantes de meados do século XIX (ANDERSON, 1984).

Assim, a imigração serve como mito fundador, é o tempo pedagógico que liga o presente e o passado da cidade a um projeto de devir histórico, e decreta as fronteiras entre o nós e eles, os de dentro e os de fora, ou seja, a narrativa na qual se estrutura a cultura germânica em Santa Cruz do Sul está fundamentada em torno de algumas dicotomias ou oposições binárias básicas, que por sua vez, estão carregadas de conceitos hierarquizadores como: alemão/caboclo; alemão/negro; alemão/brasileiro; protestante/católico.

Dentre uma série de iniciativas articuladas pelo Poder Público está a criação do grupo de danças folclóricas, criado em 1980 pela Prefeitura Municipal. O motivo desta criação, segundo o atual Prefeito seria "reavivar o folclore alemão". (Jornal Gazeta do Sul, 25/03/1980, p. 03) Diante disso, o representante e coordenador do grupo de danças relata que o fato de ainda não existir um grupo organizado seria "a falta de iniciativa ou o receio que muitos ainda possam sentir de participar deste tipo de apresentações" (Jornal Gazeta do Sul, 29/04/1980, p. 03). Nesse caso percebe-se, segundo o discurso do coordenador de danças folclóricas, que até então a sociedade santa-cruzense teria receio de participar deste tipo de manifestação, haja vista que até este momento, ainda eram muito presentes, junto ao imaginário local, as lembranças recorrentes da segunda guerra mundial, bem como de toda a problemática envolvida no holocausto.

Para tanto, constatou-se uma repercussão bastante imediata junto à sociedade santa-cruzense, da iniciativa tomada pela Prefeitura Municipal, como demonstra este artigo:

> *SEMEANDO FOLCLORE*
>
> *Numa época em que os idealismo são raros, defender o folclore poderia se tornar até algo vazio. (...) Em verdade é preciso ir mais ao encontro destas manifestações, quando a percepção de seu valor é natural. É preciso chamar atenção para valores folclóricos (e por isso mesmo, também culturais) muito nossos, a fim de que não desapareçam mas cresçam e apareçam (...).O assunto é amplo, mas é fundamental acentuar que precisa haver consciência geral de que isso não pode ficar para trás sob pena de um progresso descaracterizado. (Jornal Gazeta do Sul, 28/11/1981, p. 04).*

Segundo Bauman (2001), esse período é marcado pelo discurso comunitário que se materializa na etnicidade, que ao contrário de qualquer outro fundamento da unidade humana, tem a vantagem de naturalizar a história, de apresentar o cultural como um fato da natureza, tal discursividade se expressa como rejeição dos outros, dos estranhos. Neste sentido, citaremos um artigo sobre o desfile de candidatas a Rainha do Clube 25 de Julho, que está para comemorar o seu primeiro ano em atividade e que materializa este tipo de pensamento local:

> *Olhos azuis e cabelos loiros*

> *Apesar dos arrombamentos e furtos e roubos que grassam na cidade, Santa Cruz do Sul foi um palco festivo na última sexta-feira, esquecendo um pouco dos azares e problemas que atormentam a quase todos os dias. (...) Iniciativa admirável de um grupo de conterrâneos que carregam nas veias o sangue teuto-brasileiro, a entidade galga progressivamente a sua plena afirmação, como agente número um da cultura germânica em nosso meio. Faltando ainda alguns meses para festejar o seu primeiro aniversário, o 25 de Julho já tem ares de maioridade (...) O mais importante de tudo até nem foi a alegria circunstancial de uma festa bonita, mas sim a absoluta certeza de mais um passo forte e decidido para a consolidação de uma idéia que quer, acima de tudo, resgatar e perpetuar esta trajetória sócio-cultural de um povo(...) Sem xenofobia, nossa pequena Alemanha aldeã sorri para o resto do mundo, escrevendo paz nos corações e felicidade nos olhos de todas as raças. Mas quer e precisa resgatar a sua história. (Jornal Gazeta do Sul 31/03/1987, p. 02)*

Outro fato que de igual forma caracteriza substancialmente este processo de "invenção das tradições", e que vem no bojo destas iniciativas de demarcação de território, foi a criação da Oktoberfest, que teve sua primeira edição realizada em 1984, e que veio substituir a então Festa Nacional do Fumo (FENAF), que por sua vez, teve 3 edições durante as décadas de 60 e 70. Além de representar uma viabilidade econômica e um marco turístico para o município, esta festa trouxe consigo uma questão de fundo ideológico, como bem demonstra este artigo:

> *A oktoberfest identifica o povo às suas origens germânicas*
> *(...) A Oktoberfest além de um marco inicial de Turismo também lança nosso município para orgulho nosso, como o terceiro município em arrecadação federal e o sexto em arrecadação estadual.(...). Então a Oktoberfest serve para levar o nome de nossa cidade, identificando-se como uma terra colonizada por imigrantes alemães e apresentando um povo ordeiro e trabalhador, mas que também sabe se divertir e bem acolher os que nos visitam (...) (Jornal Gazeta do Sul, 27 e 28/09/1985, p. 11)*

Como se nota, o discurso comunitarista assume um papel central de problematização da forma como se caracteriza a narrativa identitária regional que se propõem fixar uma identidade monolítica, em conseqüência disso, surgem implicações distintas junto as relações de alteridade, com outros grupos, em especial com a comunidade afro-descendente, que é por sua vez, o foco principal deste trabalho. Neste caminho, além desses fatores, de folclorização identitária que se estrutura no comunitarismo, que começam a florescer junto à sociedade local, durante a década de 80, outras estratégias discursivas também passam a ser predominantes como é o caso da política multicultural.

O multiculturalismo foi visto como um sintoma de transformações sociais básicas, ocorridas na segunda metade do século XX, no mundo todo pós Segunda Guerra mundial, em especial nos EUA e Canadá. Este movimento pode ser visto também como uma ideologia, a do politicamente correto, ou como aspiração. Nas palavras de Taylor (2000), o multiculturalismo pode ser interpretado como uma política contemporânea, em favor de

grupos minoritários ou subalternos, pois este é resultante de um processo de mistura, isto é de encontro entre diferentes grupos étnicos, sem precedência igual na história da humanidade.

Entretanto, numa abordagem mais contemporânea sobre o tema Bauman (2003), estabelece o multiculturalismo como o novo descaso em relação à diferença, segundo o autor o multiculturalismo é orientado pelo postulado da tolerância liberal, pela preocupação com o direito das comunidades à auto afirmação e com o reconhecimento público de suas identidades por escolha ou por herança, contudo, este funciona como medida essencialmente conservadora, seu efeito é uma transformação das desigualdades incapazes de obter aceitação pública em "diferenças culturais", coisa a ser louvada e obedecida.

Diante disso, verificou-se junto a pesquisa empírica realizada no jornal Gazeta do Sul, uma significativa tendência jornalística ao discurso multicultural, principalmente a partir de meados da década de 80. Nesse caso, o conceito de multiculturalismo, serve como uma estratégia discursiva que se pretende tolerante e democrática, mas que por sua vez, oculta as relações de poder estabelecidas junto à sociedade santa-cruzense.

Para Silva (2006) o discurso multicultural surge neste período, como uma política baseada na idéia de tolerância, de aceitação dos "outros", mas desde que sejam mantidas as suas fronteiras culturais, devidamente demarcadas. Diante disso, o essencialismo identitário e a tendência à naturalização da cultura, são características que por sua vez, permitem a definição de fronteiras culturais/étnicas internas na comunidade como é o caso dos afro-descendentes em Santa Cruz do Sul. O autor chama a atenção para o fato de existirem dois concursos de beleza neste município desde a década de 80, e que são realizados no mesmo local, junto ao Parque da Oktoberfest. A escolha da mais bela negra do Rio Grande do Sul e a escolha da Rainha da Oktoberfest, entretanto, segundo o autor, não se permite que uma negra seja eleita Rainha da Oktoberfest, majoritariamente são escolhidas mulheres loiras, estereotipadas como descendentes germânicas. Outro exemplo de multiculturalismo em Santa Cruz do Sul, foi a realização da 1º Semana Afro-Brasileira, em novembro de 1988, numa programação que durou 3 dias, com várias atividades culturais desenvolvidas e que teve uma segunda edição no ano de 1989. (Jornal Gazeta do Sul: 18/11/1988, p 17; 22/11/1988, p.21; 26/11/1988, p.16; 30/11/1988, p.16; 16/11/1989, p.09; 21/11/1989, p. 21).

Contudo, o reconhecimento de manifestações culturais provenientes das comunidades afro-descedentes em Santa Cruz do Sul, não implica necessariamente, resultados quanto à construção de condições concretas de sua afirmação no jogo político, ou seja, a questão não se localiza no reconhecimento, mas na capacitação para participar no jogo democrático do poder. Assim, o discurso multicultural fundamenta-se num jogo de relações

de poder e submissão, sendo um discurso estratégico de configuração das fronteiras culturais, sobretudo por tratar "as culturas" de forma essencializadas, além de ser um mecanismo poderoso de controle da alteridade,

Considerações Finais

Esse trabalho faz parte de um projeto mais amplo que vem sendo desenvolvido, junto ao curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional vinculado ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Neste sentido, além do aprofundamento de questões levantadas junto a este artigo, será acrescido na Dissertação, um capítulo específico sobre a comunidade afro-descendente, utilizando a biografia destes sujeitos através da história oral com a finalidade de analisar, o impacto da narrativa identitária regional em suas trajetórias sociais e suas recriações culturais, bem como analisar-se-á de que forma são estabelecidas as estratégias de organização e mobilização na busca de afirmação identitária desta comunidade.

Para tanto, este texto vem a com a proposição de contribuir nas discussões das chamadas identidades regionais, bem como nas relações de sociabilidade de determinados grupos étnicos, fundamentais na perspectiva de se pensar a alteridade, haja vista que problematizar a noção de identidade cultural é ponto central para a reflexão acerca dos espaços e das possibilidades de visibilidade e reconhecimento de grupos alijados do discurso hegemônico, como é o caso dos afro-descendentes em Santa Cruz do Sul.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____ . *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Mobilidade e desenvolvimento regional: O caso da comunidade afro-brasileira de Santa Cruz do Sul.* In: REDES. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 6,n. 1, jan-abr, 2001, p.53-81.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 7º edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

SILVA, Mozart Linhares da.. *"Identidade cultural/regional e neo-comunitarismo: o caso de Santa Cruz do Sul"*. Anais do III Simpósio nacional de história cultural GT nacional de história cultural/ANPUH. Florianópolis: EDUFSC, 2006

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

TAYLOR, Charles. *A política do reconhecimento.* TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos.* São Paulo:Loyola, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imaginário e representação - a história dos discos voadores e seres extraterrestres no Brasil

Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos *

Resumo: Este trabalho apresenta algumas conclusões a que chegou a pesquisa sobre a divulgação dos casos sobre "discos voadores" na revista *O Cruzeiro* entre 1947 e 1960. Além disso, procura mostrar as articulações e contradições entre cientistas, a imprensa e as Forças Armadas na discussão sobre a origem desses supostos objetos. Por fim, ilustra as possibilidades de enriquecimento que estudos sobre essa temática trazem para o conhecimento histórico.
Palavras-chave: Discos voadores - Imprensa - Divulgação científica

Abstract: This work presents some conclusions of the research about the divulgation of "flying saucers" cases published between 1947 and 1960 in the brazilian magazine O Cruzeiro. Moreover, try to show the articulations and contradictions between scientists, the press and the Armed Forces in the discussion about the origin of these supposed objects. At the end, shows the possibilities of enrichment that this kind of studies brings to historical knowledge.

Keywords: Flying saucers - Press - Scientific divulgation

No dia 2 de novembro de 1954 pela manhã, o coronel João Adil de Oliveira, chefe do serviço de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica, realizou uma conferência na Escola Técnica do Rio de Janeiro sobre um assunto que vinha aparecendo constantemente nos jornais brasileiros nas semanas anteriores: os "discos voadores".[2]

A conferência do coronel Adil, embora aberta à imprensa, dirigia-se principalmente aos oficiais das três Armas. Ele acreditava na existência dos supostos objetos e apresentou as principais hipóteses a respeito da sua origem. Entretanto, preferiu não dar nenhuma explicação conclusiva. A transcrição da conferência, publicada na época, revela, porém, que o coronel teve uma tendência clara a apoiar a hipótese extraterrestre, perceptível pelos argumentos e obras citadas.

[1*] Mestrando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

[2] "Disco voador" era então um termo utilizado para descrever supostos objetos aéreos circulares com grande velocidade. Sua origem e existência eram objeto de discussão. Ao longo da década de 1950, entretanto, o termo "disco voador" passou a ser gradativamente utilizado na imprensa como um sinônimo de astronave de origem extraterrestre.

As reações da imprensa à conferência foram bem diferentes. Ary Maurell Lobo, diretor de *Ciência Popular*, a principal revista de divulgação de ciência na época, criticou-a duramente, dizendo que não passava de uma compilação de notícias antigas e que "a associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra precisa organizar debates de maior valor cultural; por enquanto, pela amostra, os seus cursos de extensão constituem ridicularias".[3]

Já a revista *O Cruzeiro*, do grupo de mídia *Diário Associado*s de Assis Chateaubriand, teve postura oposta. A publicação, a maior do país na época, reservou mais de dez páginas para a transcrição da conferência, celebrando-a como um grande evento.[4]

A revista *Manchete*, iniciada por Adolpho Bloch apenas dois anos antes, seguiu uma linha editorial parecida com a de *O Cruzeiro*, com ênfase na hipótese extraterrestre, embora com menos espaço para a divulgação da palestra.[5] Tanto *O Cruzeiro* como *Manchete* publicaram opiniões de militares favoráveis à hipótese extraterrestre, mas não trouxeram opiniões de cientistas.

Muito provavelmente outros meios de comunicação também noticiaram esse evento. Sua repercussão mostra um pouco da maneira como a imprensa, a ciência e as Forças Armadas lidaram com o assunto. Traz à tona as disputas pelo poder, pelo status de "produtor de verdades" entre esses diferentes atores sociais. Ilustra um pouco dos conflitos culturais e contradições pelas quais passava o país na década de 1950.

Embora os primeiros casos e as principais teorias a respeitos dos discos voadores tenham surgido nos Estados Unidos no ano de 1947, não demorou muito para aparecerem as primeiras narrativas no Brasil. Ainda que seja um mito tipicamente norte-americano, o imaginário a respeito dos discos voadores foi apropriado com características muito peculiares no nosso país. Enquanto nos EUA, por exemplo, foi lentamente criada uma teoria conspiratória sobre governos que escondem evidências das visitas extraterrestres, aqui isso não fazia sentido, pelo menos na década de 1950. Como ilustra a conferência do coronel Adil, as Forças Armadas brasileiras estavam relativamente abertas ao assunto, abertas inclusive à hipótese extraterrestre.

Essas foram algumas conclusões parciais a que chegou a pesquisa "Imaginário e representação cultural: os discos voadores na revista *O Cruzeiro* (Brasil, 1947-60)", orientada

---

[3] LOBO, Ary Maurell. "Os discos voadores, uma chantagem, uma imbecilidade e uma psicose", in *Ciência Popular*, Rio de Janeiro, janeiro de 1955, nº 76, p. 2.

[4] Extra! "Discos Voadores" – A conferência do Coronel Adil de Oliveira In *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1954.

[5] TENÓRIO, Carlos Alberto. "Não atirem contra os marcianos" IN Manchete, Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1954, p. 29-33.

pela profª. Drª. Eliane Moura e financiada pelo CNPq[6] entre agosto de 2003 e julho de 2005.[7] Durante esse período, foram analisadas matérias sobre discos voadores e assuntos correlatos publicados na revista de maior circulação da época, *O Cruzeiro*, no período de 1947 a 1960.

Além da grande penetração, *O Cruzeiro* foi escolhido por ter sido apontado como grande divulgador dos casos de discos voadores em outras pesquisas históricas (ANDRADE, 1994) e na literatura especializada no assunto, também conhecida como ufológica (ROCHA, 1959). Era um magazine de assuntos gerais, que se destacou principalmente pela inovação na utilização das imagens e por apostar nas fotorreportagens.

Imagem 1 - Capa da edição de 9 de outubro de 1954. No alto, uma chamada para um artigo sobre discos voadores. Acervo CMU (Centro Memória da Unicamp).

Como resultado da pesquisa, apareceram três diferentes posturas editoriais em relação ao tema ao longo do período analisado. Na primeira delas, entre 1947 e maio de 1952, a revista trouxe basicamente notícias daquilo que acontecia nos EUA, enfatizando principalmente a possibilidade dos discos voadores serem armas secretas norte-americanas ou soviéticas. Essa representação, influenciada pelos primeiros anos da Guerra Fria, era alimentada também pelo imaginário sobre a ciência e a tecnologia, tidas como capazes de criar artefatos fantásticos e possuidoras de uma capacidade inventiva quase infinita. As recém

[6] PIBIC (Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica), Unicamp.
[7] Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis em SANTOS, Rodolpho G. C. *Imaginário e representação cultural: discos voadores e seres extraterrestres na revista* O Cruzeiro (Brasil, 1947-1960). Monografia de conclusão de curso, Unicamp, Campinas, 2006.

criadas bombas atômicas corroborariam essa imagem. É o que se pode inferir do trecho abaixo:

> *Essa história de discos voadores é de doer! – observou um técnico norte-americano. Quem não viu ainda, não acredita. Quem viu, no fundo, não acredita muito. No entanto, na guerra passada, ninguém duvidou da existência das bombas voadoras. Hoje, ninguém se admira dos foguetes estratosféricos. Nem da bomba atômica. Nem da superbomba de hidrogênio. Crê-se que muito breve o homem estará fazendo viagens interplanetárias. Mas se desconfia da existência de um simples disco ou pires doador. Por quê? Ora, o mundo é hoje um lugar contraditório*.[8]

Naquele momento, embora a hipótese extraterrestre fosse aventada, ela era apenas mais uma entre muitas outras. Contudo, no final de 1949 e início de 1950, a imprensa norte-americana começou a veicular as idéias do ex-major norte-americano Donald Keyhoe. Ele acreditava que os discos voadores eram aeronaves extraterrestres, que o governo sabia disso, mas escondia da população. Aos poucos, essas idéias começaram a se difundir também no Brasil.[9] Lentamente, os discos deixaram o imaginário militarista da Guerra Fria para se inserirem no mundo das representações relacionadas às viagens espaciais.

Isso pode ser verificado na segunda fase da revista em relação ao tema. Ela foi iniciada com uma reportagem, veiculada em maio de 1952, sobre fotos de discos voadores tiradas na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, por dois repórteres da publicação - Ed Keffel e João Martins. As imagens foram apresentadas assim:

> *Este número de* O Cruzeiro *já estava impresso quando os nossos repórteres João Martins e Ed Keffel realizaram o mais sensacional trabalho jornalístico dos últimos tempos na história mundial. Num esforço correspondente à tremenda importância desse feito, superando todas as dificuldades técnicas, conseguindo incluir nessa edição a surpreendente reportagem apresentadas nessas páginas, imprimindo-a num caderno extra que foi encartado no centro da revista (...) única maneira de levarmos sem delongas aos nossos leitores de todo o Brasil o empolgante relato e as espetaculares fotografias que focalizam o mais fascinante mistério do século XX. A Revista* O Cruzeiro*, através de seus repórteres João Martins e Ed Keffel, orgulha-se de apresentar este furo de repercussão mundial, uma das maiores façanhas da imprensa nacional e estrangeira.*
>
> *N.R.*[10]

---

[8] MILLER, Jack. Para Quem Achar um Disco Voador. In *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1950, p. 62

[9] Marcianos mandaram discos voadores visitara Terra? Os canais do planeta Marte e sua fabulosa engenharia. In *Eu sei tudo*, julho de 1951, p. 59.

[10] MARTINS, João & KEFFEL, Ed. Extra! Discos Voadores na barra da Tijuca. In *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1952.

Salta aos olhos o grande número de expressões superlativas ("o mais sensacional dos últimos tempos", "tremenda importância", "superando todas as dificuldades", "surpreendente reportagem", "o mais fascinante mistério do século XX", "furo de repercussão mundial" e "uma das maiores façanhas") logo nas primeiras frases do texto. Essa reportagem marcou o início de uma época especialmente sensacionalista na divulgação dos casos, predominante até o ano de 1956.

Ainda que o assunto tenha sido tratado como um mistério, a hipótese extraterrestre foi utilizada para lidar com expectativas, medos e outros sentimentos existentes no contexto da Guerra Fria. O "mistério" tinha uma grande potencialidade dramática a ser explorada. Numa das matérias da época, pode-se ler:

> *Sempre partindo da hipótese de que sejam aeronaves interplanetárias, serão os discos amigos ou inimigos em potencial? Uma coisa é certa: de qualquer maneira, serão um benefício para nós. Se forem amigos, mais cedo ou mais tarde nos beneficiaremos com a experiência e sabedoria de uma civilização mais adiantada que a nossa. Se forem inimigos, a revelação disso fará certamente, com que toda a humanidade venha a ter consciência de que é uma só e grande família de irmãos, que terão de esquecer mesquinhas rivalidades, lutas fratricidas, para se unir ante uma ameaça comum.* [11]

Coincidentemente, poucos meses depois da publicação das fotos de *O Cruzeiro*, uma grande onda de relatos de discos voadores varreu os EUA, especialmente Washington, sendo noticiada pelos jornais brasileiros.[12] A credibilidade das imagens e das reportagens da revista provavelmente foi favorecida indiretamente por esse noticiário. Para João Martins, co-autor das fotos, não restava mais dúvida sobre a existência dos discos voadores. Restava saber de onde vinham.

Depois de vinte reportagens em 1952, o assunto não apareceu mais na publicação por dois anos, o que configura um curioso silêncio. Segundo conta o próprio jornalista João Martins[13], em 1954 ele ouviu da boca do coronel João Adil de Oliveira, em *off*, que uma análise feita pela Aeronáutica havia concluído pela autenticidade das fotos tiradas na Barra da Tijuca em 1952. Disse o coronel que os técnicos militares não conseguiram reproduzi-las jogando um modelo de madeira para o alto. Seriam as imagens verdadeiras?

Recentemente, o jornalista Luís Maklouf Carvalho recolheu opiniões de jornalistas que trabalhavam em *O Cruzeiro* na época do ocorrido. A maioria dos entrevistados afirmou

[11] MARTINS, João & KEFFEL, Ed.O disco voador In *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 24/05/1952.
[12] Causam viva apreensão nos EUA os discos voadores, *Folha da Manhã*, 24/07/1952, p. 1.
[13] MARTINS, João. Revelado o segredo da Barra da Tijuca, In *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 31/10/1959.

tratar-se de uma fraude (CARVALHO, 2001: 267). Além disso, algumas análises técnicas posteriores mostraram discrepâncias entre as sombras do objeto voador e as do ambiente, um indício da utilização do recurso da dupla exposição do filme fotográfico.

De qualquer modo, com as fotos avalizadas pela Aeronáutica, o jornalista João Martins retornou ao assunto com grande fôlego e pode explorá-lo profundamente no final de 1954. A partir daí, a revista investiu nas histórias de pessoas que alegavam manter contato com seres de outros planetas, como Vênus ou Marte,[14] e nas narrativas da Sociedade Teosófica Brasileira sobre seres extraterrestres que habitariam mundos subterrâneos.[15] As explicações convencionais para os avistamentos (como confusões envolvendo aviões, balões, etc) apareceram pouquíssimas vezes, assim como foram deixados de lado os argumentos contrários à hipótese extraterrestre. Não foram mais publicadas, porém, outras possíveis fraudes.

Nesse período, a revista *Ciência Popular* se insurgiu contra as matérias. Escreveu Ary Maurell Lobo em dezembro de 1954:

> *Parece existir o propósito deliberado de criar o terror no grande público, de levar a gente simples do povo ao máximo da tensão nervosa, não só para alcançar determinados favores com prejuízo da coletividade cedente mas também para vender revistas e jornais que apenas circulam à custa da exploração de assuntos escandalosos ou fantasiosos. Haja vista o que está acontecendo com os discos voadores, a mais miserável chantagem dos últimos tempos. Ciência Popular afirma que até agora tôdas as fotografias de discos voadores dadas a lume, sem exceção de uma só, tôdas, tôdas são absolutamente falsas, ou em outras palavras mais fortes: são torpemente falsificados pelos escroques que estão tomando conta da imprensa em todo o mundo. Não lhe tem faltado a êsses vigaristas o apôio de altas autoridades civis e militares, altas nas posições de mando e na ignorância enciclopédica.*[16]

Ciência Popular procurou enfatizar em várias ocasiões a possibilidade de confusão de certos fenômenos visuais, tais como aeronaves, planetas, meteoritos etc, com os supostos discos voadores. Em outras ocasiões, porém, partiu para a simples agressão verbal, "nada científica" como ironizou o jornalista João Martins certa vez. Provavelmente, outros meio de comunicação também criticaram a veiculação das matérias sobre os discos voadores. Não por

---

[14] Série de oito reportagens assinadas por João Martins com o título *Na esteira dos "Discos Voadores"*, publicadas entre 9 de outubro de 1954 e 20 de novembro de 1954.
[15] Série de reportagens assinada por João Martins com o título *Os "Discos Voadores" e o mistério dos mundos subterrâneos* publicadas entre 5 de fevereiro de 1955 e 19 de fevereiro de 1955.
[16] "Os discos voadores, ridícula psicose coletiva", in *Ciência Popular*, Rio de Janeiro, dezembro de 1954, no 75.

motivações científicas, mas por verem essas reportagens como concorrência desleal, exploração de um assunto demasiado fantasioso.

NOS BASTIDORES DA ESPIONAGEM INTERNACIONAL – II (Final)

A BATALHA SECRETA DOS DISCOS

Imagem 2 - A valorização das imagens marcou as matérias sobre discos voadores em *O Cruzeiro*. Edição de 25 de junho de 1955, p.82-B e 82-C

Na terceira fase, entre 1956 e 1960, João Martins, principal membro da redação a escrever sobre o assunto, elegeu a hipótese extraterrestre como a única apropriada para os relatos, descartando outras possibilidades. As matérias passaram então a enfatizar as possíveis intenções dos supostos alienígenas, trazendo a descrição de dezenas de casos brasileiros e internacionais. Ao mesmo tempo, a empolgação pelo assunto arrefeceu um pouco. Martins mostrou-se um pouco mais cético em relação aos alegados contatos com seres de outros planetas e aos contínuos relatos de avistamentos, que aos poucos deixaram de ser novidade:

> *Inúmeros outros casos sucederam em diversas datas e lugares do nosso território e de outros países. Mas o simples fato de ter sido avistado "algo estanho" no céu, pela repetição, já se tornou banal e raramente ganha espaço em algum jornal. A verdade é que, nesse mistério dos "discos voadores", somente alguma coisa de novo pode despertar interesse geral. E essa "alguma coisa" só poderá ser a comunicação ou o contato direto com eles. Essa é a razão pela qual este repórter, apesar de estar permanentemente investigando o assunto, não tem publicado, nos últimos tempos, nada a respeito. Para que ficar repetindo casos mais ou menos semelhantes e que nada acrescentam ao que já foi publicado anteriormente?*[17]

A queda de interesse pelo assunto refletiu-se na lenta diminuição do número de matérias a respeito. Na mesma época, *O Cruzeiro* começou a cobrir as novidades da astronomia e astronáutica, tal qual todos os outros meio de comunicação. Embora a exploração espacial tivesse alguma relação com a vida extraterrestre, era também uma temática que ignorava por completo a idéia de que "eles" já estariam aqui, dentro dos discos

[17] MARTINS, João. À espreita dos "Discos Voadores" – missão DX. In *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1956

voadores. Por conseguinte, a corrida espacial pode ter tido o efeito secundário de diminuir um pouco o interesse pelos discos voadores porque, afinal, agora os seres humanos tinham seus próprios veículos espaciais.

Em um artigo publicado na *Revista Brasileira de História*, a historiadora Ana Maria Ribeiro de Andrade criticou o modo como ciência foi divulgada em *O Cruzeiro*, apontando que ela foi sempre tratada como "grandiosa, abstrata e inacessível ao cidadão comum, dando lugar a um universo de mitos, de cientistas isolados e solitários em complexos laboratórios" (ANDRADE, 2001: 62). Desse modo, não teria estimulado o desenvolvimento do pensamento científico. Pode-se afirmar que em relação aos casos de discos voadores não foi diferente. *O Cruzeiro* preferiu explorar a hipótese extraterrestre de maneira comercial a consultar cientistas ou mostrar as múltiplas possibilidades de explicação para os relatos de discos voadores.

Vale lembrar, entretanto, que aquilo que foi publicado sobre os discos voadores não pode ser classificado como "subliteratura de ficção científica", como fizeram alguns pesquisadores (ARANHA, 1990: 214 e ANDRADE, 2001:261). Afinal, o principal aspecto dos relatos e das reportagens dessa temática não tem a ver com a qualidade do seu enredo, mas versa sobre sua veracidade ou falsidade. A já citada conferência do coronel Adil, por exemplo, não pode ser compreendida como "subliteratura de ficção científica".

Enfim, vários fatores importantes estiveram presentes nos primeiros anos das notícias sobre discos voadores no Brasil. O primeiro deles foi a atuação de uma parte da imprensa que percebeu muito rapidamente a atratividade do assunto e explorou-a ao máximo. O jornalismo sensacionalista foi favorecido pelo baixo número de cientistas em cátedras de universidades na época e meios de comunicação especializados, com exceção de *Ciência Popular*. O vazio deixado pela ausência de um corpo científico considerável abriu espaço para que a hipótese extraterrestre fosse divulgada nas suas facetas mais comerciais. Além disso, ela foi alimentada pela inusitada postura adotada pelas Forças Armadas em várias ocasiões.

Entretanto, o fator mais importante da propagação e incorporação desse tipo de imaginário no Brasil talvez seja a riqueza criativa que a idéia de seres de outro planeta que nos visitam carrega consigo. Como servem de comparação para qualquer situação humana, os extraterrestres se tornaram uma espécie de "muleta mental" que nos ajuda a pensar a respeito da nossa vida, nossas esperanças e medos. "Eles" são um "outro" proporcionado pelo imaginário científico.

Procurou-se demonstrar como o estudo da invenção e da constante recriação do imaginário sobre os discos voadores pode trazer à tona embates sócio-culturais importantes,

lutas que se mostram ótimas oportunidades para entender as articulações simbólicas entre ciência, Forças Armadas e a imprensa no país.

O sucesso conquistado pelas reportagens sobre discos voadores na década de 1950 nos obriga a lembrar que o gosto ou a rejeição por determinada temática mostra muito da forma como uma sociedade age e pensa. Ou seja, aquilo que é lido mostra uma gramática da percepção e os valores de uma época.

Enfim, desconsiderando a existência ou não de uma realidade física dos discos voadores,[18] é importante aos historiadores tentar entender como e porque milhões (talvez bilhões) de pessoas no século XX acreditaram que o planeta era visitado por seres de outros lugares do universo, mesmo que nunca tenha surgido nenhuma evidência conclusiva a esse respeito.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. A construção de um mito de ciência. *Perspicillum.* Rio de Janeiro: MAST, v. 8, n. 1, nov. 1994, pág.107-137.

_____ & Cardoso, José Leandro Rocha, Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.21, n. 41, 2001.

ARANHA Filho, Jayme de Moraes. *Inteligência extraterrestre e evolução.* Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

BARTHES, Roland. *Mitologias.* Tradução de Rita Buongermino e Pedro De Souza, São Paulo, DIFEL, 1982.

CARVALHO, Luis Maklouf. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro.* São Paulo, editora SENAC, 2001.

HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

PEEBLES, Curtis. *Watch the skies! A chronicle of the flying saucer myth.* Washington e Londres, Smnithsonian Institution Press, 1994.

ROCHA, Hugo. *O Enigma dos Discos Voadores*, São Paulo, Biblos, 1959.

SANTOS, Rodolpho G. C. *Imaginário e representação cultural: discos voadores e seres extraterrestres na revista* O Cruzeiro (Brasil, 1947-1960). Monografia de conclusão de curso, Unicamp, Campinas, 2006.

SUENAGA, Cláudio Tsuyoshi. *A dialética do real e do imaginário: uma proposta de interpretação do fenômeno OVNI.* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

[18] Até o momento não apareceu nenhuma prova conclusiva da existência real de tais objetos. Para os cientistas, algumas provas conclusivas poderiam ser pedaços de astronaves ou corpos extraterrestres analisados abertamente pela comunidade científica. Por outro lado, existe uma série de fenômenos aéreos comuns que são constantemente confundidos e dão origem a relatos de discos voadores.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

El Estatuto del Peón (Argentina) y el Estatuto do Trabalhador Rural (Brasil): una primera comparación

Luciano O. Barandiarán*

Resumen
A pesar de las similitudes mencionadas por la historiografía regional en torno al peronismo y al varguismo como representantes del populismo, una de las diferencias más importantes entre ambos regímenes fue su política social para el campo, en especial hacia los trabajadores rurales asalariados. La sanción en 1944 del Estatuto del Peón Rural en Argentina significó un importante apoyo a Perón durante toda su gestión, mientras que en Brasil, si bien Vargas impulsó las primeras medidas a favor de ese mismo sector, el Estatuto do Trabalhador Rural recién se sancionó en 1963. Este trabajo realiza una aproximación a esas normas, consideradas por la historiografía de ambos países como el fin de la exclusión de los trabajadores rurales de la ley.
Palabras clave: Estatuto- trabajo rural- beneficios sociales

Abstract
In spite of the similarities mentioned by the regional historiography around the peronismo and to the varguismo like representatives of the populism, one of the most important differences between both regímens was its social politics for the field, especially toward the salaried rural workers. The sanction in 1944 of the Rural Peon's Statute in Argentina meant an important support to Perón during all its administration, while in Brazil, although Vargas impelled the first measures in favor of that same sector, the Rural Worker's Statute newly was sanctioned in 1963. This work carries out an approach to those norms, considered by the historiography of both countries like the end of the exclusion of the rural workers of the law.
Key-words: Statute- work rural- social benefits

Introducción

Mientras que el Estatuto del Peón[1] se sanciono en Argentina en 1944, el Estatuto do Trabalhador Rural[2] brasilero es de 1963 ¿Porqué la sanción de ambas normas fue tan distante? Este trabajo, de carácter comparativo, pretende responder esa cuestión, así como entender sus

* Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA). Licenciado y Profesor en Historia. Doctorado en curso. / Comisión Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET), Argentina.
[1] De aquí en más, EP.
[2] De aquí en más, ETR.

semejanzas y diferencias. Por razones de espacio, en esta ocasión el análisis no se centrara en las normas sino en sus características más generales.

¿Que se entiende por "estatuto"? Para Rodolfo Napoli, ese concepto se refiere al

> *ordenamiento legal de una actividad profesional determinada, que debe su existencia, a la naturaleza particular de las relaciones jurídicas emergentes entre las personas a las cuales el mismo se refiere, y entre éstas y el Estado. Es un conjunto de normas que regla la concreta modalidad del obrar humano, en consideración a su aspecto profesional; y de ninguna manera un fuero especial que otorgue privilegios (NAPOLI, 1958:139).*

Las normas que aquí se comparan intentaron regular "una actividad profesional determinada", el trabajo rural. En ambos países surgieron en forma tardía, algo ya observado por Castro Gomez en otros paises occidentales: al hacer un análisis comparativo de la legislación social de algunos países europeos, Estados Unidos y Brasil, la autora percibió que la implementación de una política social que mejorara las condiciones de los obreros siempre comenzaba en la ciudad y luego se extendía a los asalariados rurales. Eso se explica porque aquellos eran una amenaza política "bem mayor, e a decisão de a quem se deveria incluir ou excluir de um programa desta natureza levava em conta justamente este tipo de consideração" (CASTRO GOMEZ, 1979: 36).

Los contextos

Es posible suponer que la sanción de ambas normas fue distante debido al momento en el que cada una surgió. En Argentina la sanción del EP se vinculó con la intervención estatal sobre la sociedad rural iniciada hacia 1930. Ese año la crisis agrícola desestabilizó el "control social" ejercido por los entramados institucionales locales, y los sectores más marginales y sin posibilidades de acceder a la propiedad de la tierra migraron a las grandes ciudades del Litoral en busca de trabajo. Hasta ese momento el Estado se había limitado a intervenir en las movilizaciones de arrendatarios y braceros (1910-1921 y fines de los años 20') a través de la represión. La crisis agraria se profundizó con la Segunda Guerra Mundial, al cerrarse los mercados tradicionales de la producción agropecuaria. Esto afectó la producción de granos y miles de individuos que habían sido trabajadores rurales o arrendatarios debieron irse de los campos que trabajaban.

En medio de este proceso la revolución de 1943 implementó la mayor cantidad de normas a favor de los sectores de la sociedad rural no propietarios; entre otras medidas, se "congelaron" los cánones de arrendamientos y se creó el "Estatuto del peón", asegurando a través de la ley por vez primera beneficios sociales a favor de estos sectores (NAPOLI, 1958). El impulsor de estas políticas fue el futuro presidente Perón, que desde la reciente creada

Secretaría de Trabajo y Previsión Social[3] impulsó esas medidas para aliviar la presión ejercida por amplios sectores de la población rural sobre la tenencia de la tierra. Pero esa presión finalizó hacia 1955, cuando aquellos sectores accedieron a la propiedad o fueron a vivir a las ciudades, dejando de ser el importante caudal electoral que Perón habría vislumbrado por vez primera, y que fueron decisivos para que ganara las elecciones de 1946. (LATTUADA, 1986). Adrián Ascolani opina que la intervención estatal tambien se explica por la sindicalización de la mano de obra rural, pues la organización gremial de los trabajadores rurales impulso a los gobiernos provinciales a crear instancias nuevas de intervención en el ámbito laboral y social, experiencia aprovechada luego por el gobierno nacional tras 1940 (ASCOLANI, 2002: 360).

También en el caso de Brasil la inclusión de los obreros del campo en la ley se debió al poder de sus organizaciones, así como a una preocupación del Estado por controlar a las organizaciones de los trabajadores rurales, como ya se había hecho con los urbanos. En ambos países, si bien en momentos diacrónicos, la idea subyacente era detener el éxodo rural, y por eso se extendió la legislación social en el campo, junto a la colonización de tierras. El ETR se sancionó el 2 de marzo de 1963, bajo la presidencia de João Gulart. Si bien desde mucho antes se habían planteado normas para beneficiar a los trabajadores rurales, la sanción del estatuto en los primeros años 60' se vinculó a la gestión progresista de ese presidente. Y al intento de aminorar las graves tensiones que se estaban produciendo en el medio rural, debido a las ideas socializantes propagadas por las Ligas Campesinas del nordeste, influidas por el diputado Francisco Julião y el Partido Comunista Brasilero (DIAS VARELLA, 1997: 83). En el caso de São Paulo y de Paraná, que concentraban mayores contingentes de asalariados rurales, el movimiento social en el campo asumio otras formas; por iniciativa de los comunistas, los temas predominantes allí fueron la mejoría de los salarios, la sindicalización rural y la extensión de los derechos laborales al campo. Los sectores del campo, huérfanos de la política populista brasilera, comenzaron a movilizarse en los años 40', 50' y principios de los 60'. Eso se vinculaba a los grandes cambios estructurales ocurridos en Brasil entre 1950 y 1954, caracterizados por el crecimiento urbano y por la industrialización acelerada. Al igual que en Argentina, tales transformaciones ampliaron el mercado de productos agrarios, alterando las formas de posesión de la tierra y de su utilización. Las migraciones crearon nuevos vínculos entre campo y ciudad, facilitando la toma de conciencia de la situación de destitución social entre la población rural. El gobierno de Jango, sensible a la movilización, intentó regular las relaciones del trabajo de campo con la sanción del ETR en 1963, casi 18

[3] De aquí en más, STyP.

años después de una ley "semejante aprobada en Argentina" (FAUSTO y DEVOTO, 2004: 380-381).

La pregunta que habría que hacerse es que tan semejantes son esas normas, si los contextos de su sanción fueron tan diferentes.

Los estatutos

Tras la creación de la STyP en 1943, "aparece tímidamente la intervención del Estado, para tomar luego mayor intervención en su regulación legal, abandonando su pasividad" (LUPARIA, 1989: 23). El EP se sancionó el 17 de octubre de 1944,[4] y su origen inmediato fue un anteproyecto elaborado por un cuerpo técnico especializado de la STyP. El Poder Ejecutivo nacional, en manos del gobierno provisional desde junio de 1943, aprobó el decreto 28169, refrendado por el presidente Farell y los ministros de Agricultura (Masón), y el de Guerra (Perón). Ratificado por la ley 12921, el decreto 34147 lo reglamento el 31 de diciembre de 1949. En julio de 1980 la ley 22248, que aprobó el Régimen Nacional del Trabajo Agrario, derogó el EP, por lo que este duro en total unos 36 años.

El EP tuvo vigencia en todo el país. Uno de sus objetivos era hacer desaparecer los factores negativos de la explotación rural, mejorando el trabajo y el alojamiento en el campo para que los trabajadores rurales no emigraran a las ciudades. Entre los fundamentos, destacaba que la acción gremial de los obreros del campo no había surgido antes por su dispersión y por las distancias en las que debían actuar. Por eso, a diferencia de la ciudad, las condiciones sociales y económicas de los trabajadores rurales estaban estancadas, y sólo el Estado podría llevar en forma efectiva a esas "sufridas poblaciones del campo" las medidas básicas y complementarias para promover su dignificación y elevación cultural (NAPOLI, 1958: 281-284). Luego de hacer referencia a la forma en que el gobierno surgido de la revolución del 4 de junio afrontaba el problema social y económico de campo argentino, se señalaba que mejorar el alojamiento en el campo, además de dignificar al obrero rural, evitaría la atracción que sobre ellos ejercían las ciudades.

En cuanto al ETR tuvo inspiración en las ideas laboralistas de Getulio Vargas, y su origen inmediato se vincula a varios proyectos de ley presentados en la Cámara, entre otros por los diputados federales Segadas Vianna y Fernando Ferrari (VIANNA, 1963). Sancionado

[4] El EP no fue la primera norma que afectó al trabajo rural, pues en septiembre de 1942 se había sancionado el "estatuto de los conchabadores", que benefició a los trabajadores que abandonaran temporalmente su residencia, no estando comprendidos en él ni los trabajadores de cosecha ni los trabajadores permanentes. Mientras que a los primeros los ampararía la ley 13020 de 1947, que reglamento ese trabajo, a los segundos los ampararía desde octubre de 1944 el EP. También los los trabajadores azucareros (1944), los tamberos-medieros (1946) y los contratistas de viñas y frutales (1973), tendrían sus propios estatutos.

como ley número 4214 el 2 de marzo de 1963, bajo la presidencia de João Goulart, además de él también lo firmaron San Tiago Dantas (Ministro de Hacienda), Almino Affonso (Ministro de Trabajo y Previsión Social), y por José Ermínio de Morais (Ministerio de Agricultura). Fue revocado muy pronto por el posterior gobierno militar, a través de la ley número 5889 en junio de 1973, por ende su duración fue mucho menor que la del EP, al durar apenas 10 años.

Una breve comparación

El EP es muy breve y está integrado por 30 artículos. Su objetivo era regir las condiciones del trabajo rural en todo el país, su retribución, las normas de su desenvolvimiento higiénico, el alojamiento, la alimentación, el descanso y las reglas de disciplina. Se dividía en los siguientes títulos: "Disposiciones generales" (7 artículos); "Descansos", cuyos 2 artículos no alteraban el régimen horario habitual de las tareas rurales, pero declaraba obligatorias algunas pausas en el trabajo (treinta minutos a la mañana, para el desayuno; una hora para el almuerzo en mayo, junio, julio, agosto, setiembre, octubre y noviembre; y tres horas y media con el mismo fin durante los meses restantes del año, y, treinta minutos a la tarde), y declaraba obligatorio el descanso dominical; sólo autorizabaa los trabajos urgentes y que no pudieran paralizarse sin perjuicio, que deberían atenderse por guardias periódicas y alternadas de obreros que tendrían un descanso compensatorio en la semana siguiente. En "Alojamiento y alimentación" (6 artículos), el estatuto establecía las condiciones de alojamiento y alimentación, y el derecho del obrero a reclamar ante las autoridades cuando las condiciones dictadas al efecto no se dieran en el lugar que trabajaba. El artículo 14 decía que cuando se prestara la habitación para toda la familia del obrero, una parte del campo serviría para producir alimentos:

> *"dado el aumento proporcional del valor locativo, declárase obligatorio el otorgamiento de una parcela de tierra de una extensión mínima de media hectárea, o trescientos metros cuadrados si es de regadío, debidamente cercada, en condiciones de servir para huerta, crianza de aves, engorde de cerdos encerrados y lechera. Igualmente, esta casa-habitación deberá poseer el número de piezas suficientes para separación por sexos de hijos mayores" (NAPOLI, 1958: 287).*

Luego se ocupaba en sucesivos artículos de la "Higiene del trabajo" (2 artículos), la "Asistencia médica y farmaceútica" (4 artículos); y de las vacaciones pagas, estableciendo el artículo 22 que los obreros que tuvieran una antigüedad superior a un año gozarían de un período anual ininterrumpido de 8 días de vacaciones pagas, fijando el patrón dos meses antes la fecha en que las otorgaría. Finalmente se mencionaba la "Estabilidad" (2 artículos), y "Medidas de aplicación y sanciones" (6 artículos). Junto a esos artículos el estatuto culminaba con 23 tablas de salarios básicos, para cada provincia y territorio de la República, en el que se

determinaba el salario para cada categoría de trabajador rural que el estatuto cubría.[5] Como ya se mencionó, no todos los trabajadores rurales estaban amparados por el EP, sino sólo los ocupados en tareas que utilizaran obreros del campo o se desarrollaran en los mediso rurales, no aplicándose a las tareas de cosecha.

El ETR en cambio no sólo era una norma más amplia sino que sus objetivos también eran más ambiciosos. Dividido en diez títulos, lo integraban 183 artículos. Además de extender los derechos laboristas al campo, reguló los contratos y las relaciones de trabajo entre empleadores y empleados rurales, estando contemplado en forma explícita, a diferencia del caso argentino, el rol de los empleadores rurales. El ETR garantizó el salario mínimo, las vacaciones pagas, el aviso previo, la estabilidad en el empleo, la indemnización por despido sin causa justa y la regularización de la sindicalización rural, elemento no presente en el estatuto argentino. Los puntos más polémicos fueron la estabilidad en el empleo y la indeminización por despido sin causa justa, puntos criticados por los patrones rurales. En Argentina, los puntos más criticados fueron el descanso dominical y la obligación de construir viviendas para los trabajadores rurales, dado que en muchas ocasiones, en especial los pequeños propietarios, vivían incluso en peores condiciones que las solicitadas por el EP.

El ETR se dividía en normas generales de protección del trabajador rural: identificación profesional, duración del trabajo rural, renumeración y salario mínimo, reposo semanal remunerado, vacaciones pagas, higiene y seguridad del trabajo, vivienda y defensa de la salud del trabajador. Esa era la parte que más se aproximaba al EP, pues el contenido restante casi no estaba contemplado en la norma argentina. Otro de sus títulos estaba destinado a las normas especiales de protección al trabajo de la mujer y de los menores en el campo. El tema del contrato laboral, no presente en la norma argentina, aquí aparecía regulado, tanto si era individual (disposiciones generales, la rescisión del contrato del trabajo rural, aviso previo y estabilidad), o colectivo, lo que significaba hablar de la organización sindical (asociación sindical de las clases rurales, reconocimiento e investidura sindical, la administración del sindicato, las elecciones sindicales, las asociaciones sindicales de grado superior, la gestión financiera del sindicato y su fiscalización, el impuesto sindical y las disposiciones generales). Además hacía referencia a las acciones a implementar cuando surgieran controversias, las que se someterían a la Justicia del Trabajo, y del respectivo juzgamiento, apareciendo una organización específica, el Consejo Arbitral, para intervenir también en esas discusiones. Además de hacer referencia al proceso y a las multas administrativas, se sancionaba la creación de instituciones para hacerse cargo de los servicios

[5] En las tablas se mencionaba aproximadamente unas 40 categorías profesionales diferentes.

sociales: el Fondo de Asistencia y Previdência del Trabajador Rural y el Instituto de Previsión y Seguro Social. Finalmente, se refería a los asegurados por estos organismos, sus dependientes (familiares a cargo), y los beneficios otorgados. La previsión social tampoco era contemplada en el EP.

Conclusiones

A pesar de que los procesos socio-económicos estructurales fueron bastante semejantes, los contextos socio-políticos en que ambas normas surgieron fueron muy diferentes. En el caso de Brasil, antes de su sanción hubo revueltas y la formación de organizaciones de clase, por lo que el poder intentó disminuir en parte el conflicto en la sociedad rural sancionando el ETR. En el caso argentino, la sanción del EP coincidió con la disminución de la presión por la propiedad de la tierra. Por eso, mientras que el golpe de estado en 1964 en Brasil frenó el proceso de "reforma agaria", incluyendo las medidas que se intentaban implementar desde el ETR, en Argentina al EP lo implementó un gobierno militar cuyo representante más importante, el coronel Perón, saco provecho de la situación al incrementar su caudal de votos. Mientras que en Brasil es posible pensar que la legislación social laborista antes de 1950 marca un compromiso entre el Estado y las clases dominantes (PRIORI, 1996: 294), en Argentina el peronismo dividió a esas clases.

Ambas normas son indicadores del fin de la exclusión de los trabajadores rurales de la ley. Tanto en Argentina como en Brasil hay ejemplos de esto, pues mientras que en el primer país la ley de accidentes de trabajo 9688 los excluyó en forma explícita, en el segundo la Consolidación de las Leyes del Trabajo de noviembre de 1943 no sólo los excluía en forma deliberada, sino que ni siquiera los reconocía como categoría profesional.

La mayor parte del contenido del EP sólo es semejante a un título del ETR ("De las normas generales de protección del trabajador rural"). Se trata de normas muy diferentes, en el que las influencias recíprocas son mínimas, y cuya esencia es diferente porque las estructuras sobre las que versaban también lo eran. Angelo Priori critica al ETR porque en su opinión sólo reguló las relaciones de tipo asalariadas, dejando fuera otras formas, como por ejemplo el colonato, ya que se penso a la legislación rural desde una estructura social ajena, la ciudad, y desde unas prácticas concretas, las relaciones de trabajo asalariadas urbanas, no considerando las prácticas de los trabajadores rurales. Al contrario, en Argentina es posible pensar que la diversidad de normas puestas en marchas desde la STyP y luego desde el primer gobierno peronista hacia la sociedad rural,[6] se realizo a través de normas específicas porque

[6] Algunas de ellas ya mencionadas en la nota a pié número 4.

sus redactores conocían bien el mundo aparentemente homogéneo de las diversas relaciones asalariadas rurales.

Referencias bibliográficas

ASCOLANI, Adrián. **Estado, sindicatos rurales y corporaciones empresarias en las regiones pampeanas (1922-1943)**. Tesis de doctorado. La Plata: UNLP, 2002.

CASTRO GOMEZ, Angela Maria. **Burguesia e trabalho: politica e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

DIAS VARELLA, Marcello. **Introducão ao direito à reforma agraria**. São Paulo: Editora De Direito, 1997.

FAUSTO, Boris y DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LATTUADA, Mario. **La política agraria peronista (1943-1983)**. Buenos Aires: CEAL, 1986.

LUPARIA, Carlos. **Régimen del trabajo rural. Doctrina y legislación**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1981.

NAPOLI, Rodolfo. **El trabajador rural en la República Argentina**. Buenos Aires: Editorial Abeledo – Perrot, 1958.

PRIORI, Angelo. *Legislaçao social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural*. In **História**. Número 15. São Paulo, 1996.

VIANNA, Segadas. **O estatuto de trabalhador rural e sua aplicação. Comentários à Lei número 4214, de 2 de março de 1963**. Rio de Janeiro- São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1963.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A administração da América portuguesa sob o foco das redes de poder e dominação: o caso do Rio Grande do Sul, séculos XVIII-XIX.

Adriano Comissoli*

Resumo: As redes de poder são um fenômeno presente em larga escala na administração lusitana da América Portuguesa e foram responsáveis pela configuração das relações de dominação que se desenvolveram em tal sociedade, apresentando elementos característicos de Antigo Regime. A proposta de trabalho que apresento procura explorar a natureza e a forma de tal relação de poder e exploração do ponto de vista das elites dirigentes da sociedade. Para tanto lanço mão do uso da prosopografia dos integrantes do aparelho administrativo (nos moldes de Lawrence Stone), a construção de biografias coletivas que permitem reconstruir o perfil da elite política. Paralelamente, utilizo os referenciais teórico-metodológicos do antropólogo norueguês Fredrik Barth, operando a reconstrução dos grupos imersos em tais redes de poder, a fim de identificar os elementos constituintes de seu exercício.
Palavras-chaves: administração, redes sociais, relações sociais.

Abstract: The power networks are a phenomenon present in large scale in the Portuguese administration of America and were responsible for the configuration of the relations of domination that developed in that society, showing characteristics elements of *Ancien Régime*. The proposal of the present research seeks to exploit the nature and the form of this power and exploitation relations from the point of view of the political elite of the society. To achieve this goal I make use of prosopography of the agents of the administration (in the sense of Lawrence Stone) the construction of collective biographies that allows the reconstruction of the political elite. I take the theoretical and methodological references from the anthropologist Fredrik Barth, operating the reconstruction of the groups in those power networks, to identify with most accuracy the elements that constitutes his exercise.
Keywords: administration, social networks, social relations.

O leitor se depara nesta comunicação com uma breve apresentação da pesquisa que hoje tenho em curso, referente à elite política do Rio Grande de São Pedro entre os anos 1800 e 1831. Serão aqui apresentados os objetivos da pesquisa, sua temática e principalmente sua abordagem metodológica, procurando debater a contribuição analítica de uma abordagem prosopográfica visando o uso da noção de redes sociais. Este último ponto será o mais desenvolvido a fim de oferecer minha contribuição sobre como abordar de uma forma mais atual a questão das elites e da administração em sociedades pré-industriais.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O que posso dizer sobre administração que ofereça alguma contribuição ao conhecimento até agora estabelecido? Talvez que seja hora de aliar à abordagem clássica sobre administração, que enfoca principalmente as instituições e regulamentos da mesma, uma análise pormenorizada do funcionamento do aparelho administrativo luso-brasileiro. Desde cedo a administração foi motivo de reflexão da intelectualidade brasileira, mas esta pareceu sempre mais interessada em suas instituições do que em seus agentes. Visto que este panorama já há alguns anos se altera ofereço aqui a minha participação. Com esta breve comunicação, portanto, intento apresentar algumas das contribuições que a metodologia prosopográfica aliada aos instrumentos metodológicos do antropólogo norueguês Fredrik Barth podem oferecer para a compreensão da análise de redes sociais no interior do aparato administrativo luso-brasileiro dos séculos XVIII e XIX, que funcionam como redes de poder e dominação.

Primeiramente, apresentemos a sociedade a qual estou me dedicando a pesquisar, o Rio Grande de São Pedro entre os anos 1800 e 1831. Como região mais meridional da América portuguesa o Continente de São Pedro (como também era chamado) desfrutou de um desenvolvimento diferenciado em relação a regiões mais economicamente dinâmicas do Brasil, tais como o nordeste açucareiro, a região mineradora ou a cidade do Rio de Janeiro. No extremo sul estabeleceu-se uma economia agropecuária de cunho complementar, voltada ao abastecimento interno do Brasil e portanto, sujeita às variações econômicas das demais capitanias. Apesar de ocupar um vasto território o povoamento do Rio Grande era escasso e de baixa densidade demográfica, apresentando poucos núcleos urbanos expressivos. Dois fenômenos estimulavam esta realidade: a dedicação à agropecuária e a formação de grandes propriedades de terra.

Outro grande diferencial da capitania sulina era o de sua condição de fronteira aberta, no caso de uma fronteira belicosa. Durante o século XVIII a região serviu de palco à beligerância entre Portugal e Espanha em diversos conflitos sucessivos. Com o processo de independência sul-americano e a conseqüente formação dos Estados-nacionais os conflitos passaram a se expressar entre as jovens nações argentina, uruguaia e brasileira. Este panorama de ocupação escassa e tardia (a povoação do Rio Grande de São Pedro iniciou-se somente no século XVIII) e de intensa turbulência militar fez com que a implantação do aparelho administrativo se visse retardada, mostrando-se mais consistente somente no início do século XIX.

Desde a segunda metade do século XVIII até o fim da primeira década do XIX o Rio Grande de São Pedro contou com uma estrutura administrativa bastante precária em

relação às suas necessidades. Não havia em toda a capitania mais do que uma Câmara municipal até o ano de 1810, quando foram criadas outras três. Nesta mesma data passava a existir na capitania um juiz de fora residente e dois anos mais tarde a ouvidoria (até então localizada na Ilha de Santa Catarina) passava a sediar-se em Porto Alegre.[1] A administração da Fazenda Real também sofreria mudanças com o início do oitocentos passando a ser regida sob a forma de uma junta composta de três integrantes (provedor, escrivão e tesoureiro) a partir de 1802. Por fim, criava-se em 1807 uma Secretaria de Governo com a função de servir de órgão consultivo ao Governador da capitania, mais tarde província.

Os anos 1800-1831, como se sabe, não abrigaram somente mudanças no quadro administrativo do sul do Brasil. Os agentes que ocuparam tais cargos atravessaram momentos delicados que envolveram tanto questões locais quanto internacionais. Na esteira das guerras napoleônicas os membros da administração sulista acolheram a chegada da família real portuguesa em 1808, no que receberam de Sua Alteza Real o Príncipe Regente a graça de finalmente ver Porto Alegre elevada à categoria de vila, corrigindo assim seu estranho estatuto.[2] Cumprindo as ordens do mesmo soberano tiveram de administrar a capitania enquanto as tropas luso-brasileiras tomavam a Cisplatina em 1817. Os agentes administrativos também viveram as comoções dos anos 1820-1822, que no Rio Grande de São Pedro deram abertura a diversas manifestações políticas, em especial de membros das tropas militares, favoráveis à Revolução do Porto e depois à independência do Brasil. A aclamação de Dom Pedro I ainda em 1822, a criação da constituição em 1824, a guerra de independência do Uruguai em 1828 e finalmente a abdicação do imperador em 1831 foram eventos que chacoalharam os agentes políticos da província sulista.

Minha proposta de trabalho é bastante clara. Proponho a analisar a composição e atuação da elite política sul rio-grandense situada em diversos cargos administrativos a fim de melhor explorar sua participação nos diversos eventos acima descritos. Intento com esta análise criar um modelo explicativo desta elite calcado em seus valores, seus interesses, suas estratégias e mecanismos de poder. Modelo este que possa auxiliar a compreensão das elites de outras regiões do Brasil. A opção pelo recorte temporal 1800-1831 explica-se por se tratar de um momento pontuado por diversas mudanças políticas, mudanças estas que obrigam os membros desta elite a se exporem, se comprometerem com tal ou qual projeto. Além de se

[1] A ouvidoria da capitania de Santa Catarina era igualmente responsável pela capitania do Rio Grande de São Pedro, motivo pelo qual o ouvidor e corregedor-geral residia na Ilha de Santa Catarina até 1812.
[2] Pra Porto Alegre e uma análise de sua peculiar situação de abrigar Câmara municipal sem ser vila de fato ver COMISSOLI, 2006.

tratar de um momento ímpar na história do Brasil, acredito que seja um momento no qual a estratégias e alianças desta elite sejam duramente testadas.

Como conhecer e entender o posicionamento dos diversos agentes administrativos diante destes eventos? Como coadunar suas ações com aquelas realizadas cotidianamente? Ou, perguntando de outra forma, é possível compreender as ações destes indivíduos diante dos eventos únicos acima citados a partir de suas ações cotidianas? De fato, trata-se de uma questão que vai além da peculiaridade da situação em sim, mas ecoa um desafio sempre presente ao historiador: indivíduo ou coletividade, qual destas duas entidades deve ser enfocada a fim de se trabalhar o processo histórico? Não tenho dúvidas em afirmar que ambas, mas a dificuldade neste caso passa a ser a medida em que cada uma participa da ação ou ainda "quais são as situações estruturais e situacionais que determinam que às vezes totalidades e às vezes indivíduos se elevem à condição de fazedores da história?" (SAHLINS, 2006: 123).

A fim de oferecer uma resposta a tais questões e compreender a atuação dos agentes administrativos do Rio Grande de São Pedro proponho um estudo de prosopografia sobre estes atores sociais. A prosopografia consiste na elaboração de uma biografia coletiva, ou seja, na elaboração de perguntas comuns a um conjunto de indivíduos que possam ser respondidas sobre uma mesma base. Para tanto é necessário definir o universo a ser estudado e elaborar um questionário coerente ao mesmo. O objetivo de tais operações é a obtenção de um panorama ou perfil do conjunto de atores sociais estudados que permita visualizar os mecanismos sociais disponíveis ao grupo em questão. Segundo Lawrence Stone o objetivo principal da prosopografia, uma vez aplicada aos grupos dirigentes políticos, incide sobre os fundamentos da ação política e da estrutura social, bem como sobre a possibilidade de mobilidade social na época. O primeiro problema remete aos interesses e motivações que se ocultam por trás da retórica política, bem como para a afiliação econômica e social dos atores políticos; a "identificação daqueles que puxam as alavancas". O segundo problema apontado envolve o exame dos papéis sociais dos atores políticos e das transformações dos mesmos ao longo do tempo. Complementarmente, aborda-se a questão da mobilidade social: a busca, alcance e manutenção (ou perda) de posições privilegiadas dentro da sociedade (STONE, 1971, p.107). Tendo em mente tais paradigmas pergunto: quais as questões pertinentes a uma prosopografia dos agentes administrativos do Rio Grande de São Pedro entre os anos de 1800 e 1831?

Tais questões devem referir-se especialmente ao âmbito de atuação política destes membros, em particular sua atuação dentro do aparato administrativo. A primeira

questão que surge diz respeito a selecionar os cargos a serem investigados. Na pesquisa que está em curso me dedico a estudar os âmbitos da Câmara municipal de Porto Alegre; dos oficiais das tropas de Ordenanças; da Justiça; da Junta da Fazenda Real; da Junta de Governo Provisório de 1822 (que precede a independência) e da Secretaria de Governo da província. Decididos os cargos faz-se necessário identificar nominalmente os ocupantes dos mesmos, de modo a deixarmos de tratar de entes abstratos para investigar indivíduos reais, dotados de múltiplas relações sociais. Após esta primeira etapa de identificação nominal, passo ao questionário propriamente dito:

- Quais os cargos ocupados por cada indivíduo e por quantas vezes?
- Qual a naturalidade do indivíduo investigado?
- Qual a atividade econômica à qual se dedica?
- Qual nível de parentesco compartilha com os demais envolvidos na administração?
- Quais os espaços de sociabilidade que freqüenta?
- Qual sua condição econômica?
- Como se dá sua trajetória política?

Na medida em que tais respostas são obtidas é possível obter um quadro geral da ocupação de ofícios administrativos, uma vez que as informações são computadas de maneira coletiva. Contudo, minha principal preocupação reside menos na obtenção de dados numéricos quantificáveis e mais na percepção das relações que propiciam o exercício do poder político na sociedade sul rio-grandense do oitocentos. Neste sentido, chamo atenção para o fato de que o questionário prosopográfico não se esgota em questões exclusivamente administrativas. De fato, uma vez realizada a etapa biográfica da pesquisa inicia-se outra mais refinada, que se dedica a elementos mais voláteis da vida política, mas não por isso menos importante. É aqui que entra em cena a opção pelo estudo das redes sociais.

A idéia de rede social refere-se a uma abordagem metodológica que privilegia a análise social ao nível dos indivíduos sem, contudo, isolá-los. Para tanto, este enfoque analítico opta por reconstruir as ligações existentes estes mesmo indivíduos de maneira a poder visualizar as relações estabelecidas entre os mesmos. Desta forma, procura-se superar o dilema de optar entre indivíduo ou coletividade, visto que a preocupação em tecer a rede acaba por demonstrar que "nenhum homem é uma ilha", mas antes sim que cada homem é o ponto central de uma multiplicidade de relações sociais. Cada vez que se menciona a ação de um determinado indivíduo se está fazendo menção à sua capacidade de se valer de suas ligações pessoais, de modo que cada manifestação sua na verdade movimenta muitos outros

indivíduos também possuidores de inúmeros laços com outros tantos atores sociais. Neste sentido, estas relações interpessoais se mostram como um espaço de interações dentro do qual se articulam o poder, a cooperação e o conflito da configuração social em análise (DEDIEU & MOUTOUKIAS in. CASTELLANO & DEDIEU, 2002: 9).

Estas redes de relações não se estabelecem sob vínculos exclusivamente de igualdade. De fato, uma das grandes contribuições que a noção de redes sociais traz ao estudo da política é demonstrar como clientelismos, dependências mútuas e reciprocidades funcionam como instrumentos de poder, em especial em sociedades pré-industriais, cujos mecanismos sociais operam fundamentalmente em função dos contatos pessoais de seus atores sociais. Aqui o estudo da rede demonstra grande vigor, pois ao iniciarmos o estudo da sociedade a partir de suas elites podemos nos aprofundar na mesma de maneira vertical, percebendo os liames que atrelam agentes de diferentes níveis sociais em um mesmo sistema. Novamente, a idéia de compreender estes elos pessoais como um campo de interações entre agentes sociais nos possibilita entender a riqueza da dinâmica social, pois a partir da existência de ligações entre sujeitos desvendamos obrigações mútuas, tensões e negociações presentes nas relações de poder de uma sociedade.

A dificuldade de remontar tais redes, entretanto, persiste. Motivo pelo qual utilizo as idéias elaboradas por Fredrik Barth para me guiar. Este antropólogo teve importante influência sobre a chamada micro-história italiana, em especial sobre o trabalho de Giovanni Levi, outro referencial importante do trabalho aqui apresentado. Barth defende que para melhor estudarmos este tipo de ligação é produtivo utilizarmos o conceito de *estrela de primeira ordem* (first-order star). Esta "estrela" nada mais é do que o ponto nodal de uma série de relações distintas, o elemento a partir do qual se torna possível desembaralhar as múltiplas relações estabelecidas entre diversos atores sociais (BARTH, 1978: 166). A existência dessa multiplicidade se deve ao fato de que cada ator social é constituído por diversos *status* diferenciados, ainda que interdependentes. Esclareçamos um pouco tais idéias.

Para Barth, o entendimento de uma determinada forma social deve ser empreendido a partir das ações concretas de seus componentes, isto é, os atores sociais envolvidos naquela realidade. Atores sociais não significam necessariamente indivíduos, antes se referem às menores unidades sociais da sociedade nas quais seja possível perceber processos de tomadas de decisões. Assim, dependendo da sociedade abordada, os atores sociais são indivíduos ou grupos corporativos (corpos). As decisões tomadas pelos atores e as conseqüências das mesmas serão responsáveis por desenhar um padrão agregado dessas

ações, que junto aos padrões dos demais atores sociais é responsável pelo surgimento de uma determinada forma social (BARTH, 1981).

A ênfase de Barth nos processos decisórios se justifica por serem momentos em que os atores sociais se vêem conflitados por opções e conseqüentemente forçados a escolherem uma delas. Segundo Barth, essa escolha é balizada por um conjunto de direitos e deveres que constituem o ator em questão, ou melhor, estímulos e constrangimentos a que os atores estão expostos. Esse conjunto de estímulos e constrangimentos é chamado por Barth de *status*. A existência desses status acarreta que os atores tomam suas decisões simultaneamente presos a deveres e desfrutando de direitos. Assim, em um momento em que o ator seja constrangido a fazer uma escolha, ele acaba por revelar seu status, *i. e.* direitos e deveres que formam seus vínculos com a sociedade, ao mesmo tempo em que procura resguardar seus interesses, isto é, *maximizar seus valores*.

A maximização de valores, para o antropólogo norueguês, não se refere a um fenômeno meramente econômico, a uma maximização de lucros. Maximizar valores significa perpetrar esses valores, isto é, alcançar aquilo que o ator considera ganho e minimizar as perdas ou as chances de perdas. Portanto, em conseqüência de se exporem à necessidade de tomar decisões, os atores sociais procuram proteger seus interesses, minimizando perdas, maximizando ganhos, enfim, concretizando valores. Por esse motivo o processo decisório é para Barth privilegiado, por expor os status e os valores dos atores envolvidos.

Até aqui explicamos o conceito de status e a vantagem de analisarmos os processos decisórios. Onde entra a estrela de primeira ordem de Barth? Se compreendemos que um ator é constituído não por apenas um, mas por diversos status (ainda que em um conjunto finito) percebemos que suas relações com os demais atores são de naturezas diversas. Voltando ao Rio Grande de São Pedro percebemos que um agente administrativo qualquer pode simultaneamente compor-se dos status de pai, marido, membro da administração, oficial de Ordenanças, fazendeiro, comerciante e membro da comunidade católica, entre outros. Esses status são compostos de conjuntos diferentes de direitos e deveres, ainda que alguns destes sejam partilhados por status distintos. A detenção de um repertório de status diferenciados implica em atores sociais que são sempre múltiplos. Os atores, portanto, podem ser vistos como uma espécie de estrela perpassada por inúmeras relações sociais que formam tramas com outras estrelas. A estrela de primeira ordem é tão somente aquela que escolhemos para dar início à construção da rede social que nos permitirá avaliar a sociedade em estudo.

É por meio desses recursos metodológicos que pretendo reconstruir as relações dos envolvidos com a administração do Rio Grande de São Pedro no período 1800-1831. Essa abordagem tem por objetivos realizar a construção de algumas das redes que envolvem a atividade política da região, atentando, contudo, para as demais esferas envolvidas na formação das ditas redes. Esta metodologia, portanto, visa evidenciar os expedientes utilizados pela elite política da capitania para construir sua base de poder e como a formação de redes de laços pessoais e clientelares influenciava os rumos da administração.

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrik. (1978) Introduction; Scale and Network in Urban Western Society & Conclusions, in. BARTH, Fredrik (ed.). **Scale and Social Organization**, Oslo, Universitetforlaget.

BARTH, Fredrik. (1981) **Process and form in social life. Selected essays of Fredrik Barth: volume I**, London, Routledge & Kegan Paul.

COMISSOLI, Adriano. **Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**, Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

SAHLINS, Marshall. **História e cultura: apologias a Tucídides**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

STONE, Lawrence. Prosopography, in. **Daedalus: Historical Studies Today 100**, 1971.

DEDIEU, Jean-Pierre & MOUTOUKIAS, Zacarias. Approche de la théorie dês réseaux sociaus, in. CASTELLANO, Juan Luis & DEDIEU, Jean-Pierre. **Réseaux, familles et pouvoirs dans lê monde ibérique à la fin de l'Ancin Regime**, Paris, CNRS Éditions, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Professores: Resistência, Experiência e Vivência – A Educação no terceiro milênio.

Harley de Araújo*

Resumo: Esse artigo faz um breve balanço dos movimentos de resistência e mobilizações dos docentes juntamente com o sindicato nas décadas de 1970 e primeira metade da década de 1990, no estado de Minas Gerais. A nível nacional faz uma análise da proposta apresentada ao Congresso (final década 1990), de um Plano Decenal de Educação, no que tange à formação dos professores e valorização do magistério, momento que verificamos uma preocupação teórica com as condições de trabalho e salário a nível nacional. Passados uma década após essa proposta analisamos a avaliação da década elaborada pelo MEC, tendo como eixo específico para reflexão também a questão: formação, carreira e salário. Experiência e vivência do professorado ensino fundamental e médio e os desafios do sindicato nos dias atuais também são temas de reflexão.
Palavra-chave: Plano Decenal – Valorização Magistério – Sindicato

Abstract: This article takes a brief stock of the resistance movements and the mobilizations of the professors with the union in the 1970's and in the first half of the 1990's, in the state of Minas Gerais. In national levels, the article make an analysis of the proposal presented to the Congress (late 19990's), of a Decennial Plan of Education, in What it refers to the formation of the professors and the valuing of teaching, moment that we verify a theoretical concern with the work condition and with the wage. One decade after this proposal we analyze the evaluation of the decade elaborated by MEC, having as a specific axle for reflection is also the question: education, career and wage. Experience of elementary, junior high and high school teachers and the challenges of the union in the current days, are also subjects to think about it.
Keywords: Decennial plan - Valuing Teaching - Union

A preocupação com o tema Educação vem aumentando diariamente. São diversos órgãos que intensificam discursos calorosos em prol da Educação com qualidade, quais sejam: Governo Federal, UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, institutos que representam entidades privadas, sociedade civil etc.

Na década de 1990 esta discussão adquiriu novo ânimo nacional com a Conferência de JOMTIEN, Tailândia; momento que diversos países, incluindo o Brasil assinaram a declaração de JOMTIEN, se comprometendo inserirem maiores investimentos na Educação com o tema "Educação para Todos".

Digo novo ânimo, pois se analisarmos algumas décadas anteriores, verificaremos que a discussão sobre um plano nacional para Educação no Brasil data de 1962, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases nacional (LDB), lei nº. 4024 de 1961. Mas esse

* Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisa financiada pela CAPES no período de 03/2006 a 02/2007

plano que tinha um prazo de alcance de oito anos não foi transformado em projeto de Lei, no entanto ficou "apenas no papel". A discussão se arrastou até 1965 quando há uma revisão, mas nada de substancial aconteceu. A revisão acontece por mais duas vezes, em 1966 e 1967 e novamente o plano é engavetado.

Mas apesar da apatia que se encontravam as discussões a nível nacional, os professores da rede estadual de ensino em Minas Gerais, reunindo professores da Capital e de cidades interioranas, incluindo a cidade de Uberlândia, indignados com as condições de trabalho e a desvalorização da profissão, começaram a se organizarem. Os trabalhadores em Educação se mobilizaram e conseguiram fundar o Sind-UTE que se originou da União dos trabalhadores do ensino – UTE.

Mesmo numa época que a repressão do governo federal se fazia presente, o sindicato realiza o primeiro congresso em 1979 e no mesmo ano a primeira greve, a fim de congregar a categoria de todos trabalhadores que estavam envolvidos de alguma forma com a Educação. A repressão foi violenta, o governo recebeu os manifestantes com jatos d'água, gás lacrimogêneo, cães e cassetes. Mas os educadores conseguiram algumas conquistas:

> *Equiparação dos vencimentos dos professores aos dos outros funcionários do quadro permanente do Estado, nos mesmos níveis de escolaridade, equiparação semelhante para os inativos, não desconto dos dias parados e não punição para os grevistas; dois reajustes salariais por ano e um decreto regulamentando a convocação de concursados (Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais – Sind-UTE). Disponível em: www.sindutemg.org.br Acesso em 20 abr. 2007.*

A partir da década de 1970 até meados da década de 1990, verificamos com fontes pesquisadas no Sind-UTE que foram intensas as mobilizações e resistências no sentido de pressionar o Governo Estadual e lutar contra o desmantelamento da educação, efetivando concretamente várias conquistas no campo educacional, apesar de muito ainda de que lutar.

A nível nacional a discussão sobre um plano voltado para educação como projeto de Lei estava estagnado desde 1967, momento que se realizam quatro encontros nacionais de planejamento, mas nada é resolvido.

Somente com a Constituição Federal de 1988, cinqüenta anos depois, começa-se a pensar em um Plano Nacional de longo prazo, com força de Lei, capaz de tentar conferir estabilidade às iniciativas governamentais.

Apesar das várias conquistas efetivadas através das lutas e mobilizações dos professores nas décadas de 1970/1980, muito ainda tem que ser feito em prol da Educação.

A partir de meados dos anos de 1990 intensificam o pensamento neoliberal. A retórica do livre mercado se difunde no campo da economia, política e cultura, servindo como suporte ideológico para a globalização. E a Educação não está imune aos efeitos das políticas neoliberais.

> *"O novo padrão de acumulação capitalista, a difusão dos novos processos produtivos, a revolução da ciência e da tecnologia, os novos mecanismos de poder, os novos locais de tomada de decisão, a incidência da mídia na ressignificação dos valores e dos comportamentos colocaram em questão o papel da escola" (FERREIRA; GUGLIANO, 2000: 194).*

Essa nova escola, também exige novos professores, de preferência os que estão antenados com o vocabulário utilizado no texto da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394, tais como: competitividade, vantagens comparativas, produtividade, eficiência, eficácia, gestão e controle. Esses parâmetros de desenvolvimento econômico capitalista voltados também para a Educação, atingiram os professores e suas relações de trabalho.

Analisaremos a proposta apresentada ao Congresso Nacional de um Plano de Educação, especificamente no tocante a:

> *FORMAÇÃO, CARREIRA E SALÁRIO.*
> *10. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO*
> *10.1 Diagnóstico*
> *A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em da um dos níveis e modalidades de ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica,*
> *.a formação profissional inicial;*
> *.as condições de trabalho, salário e carreira;*
> *.formação continuada (http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf pág. 73 <acesso em 24/abr./2007>).*

O texto assume as condições precárias de trabalho e salários baixos dos professores a nível nacional, fazendo com que grande número de professores abandone o magistério. E aponta para necessidade de manter no profissional da Educação o entusiasmo inicial da carreira e a dedicação, para que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e continuidade em sua formação. Segundo o Plano de Educação apresentado ao Congresso Nacional, a valorização do magistério implica os seguintes requisitos:

> **uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;*
> **um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;*
> **jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada de alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;*
> **salário condigno, competitivo, mo mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;*
> **Compromisso social e político do magistério.*
> *(http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf pág. 77 <acesso em 24/abr./2007>).*

Houve uma preocupação teórica com as condições de trabalho dos professores e foram criados critérios substanciais e até eficazes para solucionar um dos problemas educacionais.

No entanto passados uma década da Conferência de JOMTIEN, e do Plano Nacional de Educação, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), apresentaram um documento elaborado por várias pessoas e órgãos ligados ao Governo, avaliando a década no tocante a Educação. O documento em geral e bem otimista quanto aos resultados, apresentando a melhoria dos indicadores educacionais. O documento é dividido em seis partes: 01 – Histórico da Conferência Mundial de Educação para Todos; 2 – Desenvolvimento da Educação no Brasil na década de 1990; 3 – Balanço da implementação dos compromissos de JOMTIEN; 4 – Desafios para próxima década – a perspectiva do Governo; 5 – Desafios para a próxima década – a perspectiva da sociedade civil; 6 – Definição dos próximos passos. Não faremos uma análise e reflexão do documento como um todo, mas numa questão específica: o que de fato foi feito para melhorar as condições de trabalho e salário do professor, já que o Plano Nacional de Educação de uma década atrás, contemplou com tanta ênfase e importância essa questão? Contando com 32 autores que discorreram num total de 200 páginas os resultados do Plano Decenal de Educação, apenas 01 dos autores colocou a questão das condições de trabalho e salário dos professores de forma crítica. Sua análise se ateve ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O Plano Decenal de Educação que se caracterizou por um movimento em prol da Educação com qualidade, não traz resultados coerentes, segundo a avaliação da década, quando comparados com as propostas que colocamos acima e foi apresentada ao Congresso. Francisco das Chagas Fernandes, secretário de assuntos internacionais da Confederação Nacional de trabalhadores em Educação (CNTE), discorre sobre o que precisa ser feito em relação a essa problemática. Segundo ele são três questões básicas: formação, carreira e salário.

O de formação "é menos grave porque fizemos uma pesquisa e apenas 8% dos professores não têm formação"

(http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf pág. 171). Mas o problema da carreira e salário, assunto que foi contemplado teoricamente no Plano Decenal, na prática não foi efetivado, ou nos municípios que foram, não modificaram a situação de trabalho e salário do professor de forma substancial.

> *Carreira é uma situação complicada. Nos Estados brasileiros, até existe alguma carreira para o magistério, mesmo com problemas muito sérios. Nos municípios, a situação é critica. Planos de carreira, feitos sem qualquer discussão, são vendidos a prefeitos por R$ 8 mil, variando de acordo com a região. (...)*
> *A média salarial no Norte para professor com licenciatura plena é de R$ 245. No Nordeste, é de R$ 225; no Sudeste, R$ 375; no Centro-Oeste, R$ 317; no Sul, R$ 320. São médias salariais por região para professores formados em licenciatura plena, respeitando as carreiras que existem em alguns locais. (http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf pág. 172)*

Esses problemas que não foram resolvidos com o Plano Decenal de Educação, acarretam outras questões que não são de menor gravidade.

Na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais, verificamos que a maioria dos professores estão com carga horária extremamente elevada. Devido aos baixos salários e sem condições de manterem o mínimo no orçamento doméstico, os docentes se vem obrigados a trabalharem dois turnos para complementarem renda.

As condições de trabalho também ainda é insatisfatório: principalmente no ensino médio da rede estadual de ensino, a maioria das escolas, as salas estão com número excessivo de alunos. Material de informática como apoio pedagógico e de inclusão digital tão apregoado pelas políticas educacionais ainda é uma realidade muito distante, principalmente das escolas situadas nas periferias na cidade.

Essas condições de trabalho criam problemas graves, tanto para docentes como para a sociedade como um todo. Nos professores o *stress* gerado pela carga horária elevada e a sala de aula lotada que o impede de realizar um trabalho satisfatório, levando-o a depressão, e a insatisfação profissional. Outras doenças já foram diagnosticadas. Segundo Francisco das Chagas Fernandes: "Cerca de 48% dos professores brasileiros estão com síndrome de *Burmout*[1] Isso significa que já desistiram de dar aula, mais ainda vão para escola todos os dias" (http://www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf pág. 172).

[1] Burnout, síndrome estudada a partir de 1970 nos EUA, significa, em português, algo como 'perder o fogo' ou 'perder a energia'. É uma síndrome em que o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Envolve três componentes? Despersonalização, exaustão emocional e falta de realização pessoal no trabalho. (www.cnte.org.br)

À sociedade fica negada o direito na prática de uma Educação com qualidade. Uma qualidade que garanta ao aluno a "educação pública com direito social e como conquista democrática associada às lutas no processo social de construção da cidadania" (FERREIRA; GUGLIANO, 2000:194), e não a qualidade de ensino ligado às idéias neoliberais que estão voltadas à quantidade, que quanto mais números de alunos matriculados, tentando forjar um aluno ligado às leis de mercado e fora de sua realidade social, melhor para a economia globalizada. Os estrategistas de escrivaninha em Educação querem aumentar o número de alunos matriculados, mas sem no entanto, investirem na construção de mais escolas, contribuindo para falência da educação pública com qualidade.

Toda essa conjuntura, os novos padrões de acumulação de capital que vem acompanhados de conceitos e práticas que dão formas às novas relações econômicas, política e social que transformam o discurso do antigo liberalismo, afetaram de forma violenta as práticas educacionais. Essas situações interferem na correlação de forças entre movimento sindical e o Governo, que de certa forma também contribuiu para o esvaziamento do sindicato e o desmantelamento das organizações dos docentes, principalmente a nível Estadual e Municipal. Vários fatores colaboram para intensificar essa questão. O docente na cidade de Uberlândia, Estado de Minas gerais, (ensino fundamental e médio), geralmente com três jornadas de trabalho não encontra forças para se mobilizar, talvez seja uma das causas das assembléias sindicalistas não contarem com um número expressivo de professores. O pouco tempo que lhes restam, no mínimo vão dedicar à família e aos cuidados domésticos. Lazer, cultura já não fazem parte da agenda do professorado do ensino fundamental e médio. E já não conseguem investirem em sua formação continuada.

O sistema educacional quando trata de forma diferente contratados e professores concursados efetivos, seja nos direitos trabalhistas que cada um tem, seja pela diferença salarial, ajudam a intensificar a fragmentação da categoria. O interessante é que no momento do diálogo com muitos professores concursados efetivos, eles apresentam concordância com tal situação e se colocam a favor dessa prática do sistema educacional[2] por se tratar de privilégio que ele não pode perder. Outro fator é que o educador a maioria das vezes não conta com uma poupança ou outro meio de conseguir renda e diante de uma greve prolongada e a pressão do Governo em 'cortar' salários, muitos optam por não participar do movimento, pensando nas dificuldades econômicas que privarão suas famílias das necessidades mais básicas, a alimentação, por exemplo. E para os contratados o medo da rescisão do contratado.

[2] Pesquisa de campo do trabalho de doutorado – UFU – início ano 2006.

Esses são um dos grandes desafios do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Diferentemente da década de 1970/1980, momento em que as grandes mobilizações da categoria, as greves sindicais tiveram papel preponderante como símbolo de coragem e disposição dos professores para o enfrentamento das questões pertinentes ao processo de trabalho, aos direitos sociais e políticos, à sua participação efetiva como interlocutor importante no cenário político do país, e como expressão de força da sua organização, marcaram efetivamente a importância do sindicato na prática diária dos professores.

Na segunda metade da década de 1990, até os dias atuais verificamos certo ceticismo e abandono da maioria dos docentes frente à luta sindical, situação que piora as condições de trabalho, a desvalorização do magistério e o aniquilamento salarial, pois não estamos conseguindo utilizar essa instituição histórica como instrumento de luta e conquista, seja pela pressão de órgãos governamentais, pela fragmentação da categoria imposta pelo sistema educacional que permite coexistir profissionais com a mesma carga horária, mas com direitos e salários diferenciados, seja pelas condições de trabalho que impede o trabalhador em educação de participar de reuniões e assembléias sindicais.

Esses são os desafios do sindicato em educação nos dias atuais, além de lutar contra a baixa remuneração docente e as condições de trabalho, impedir que professores sejam avaliados segundo os parâmetros das políticas neoliberais como competitividade, eficiência, produtividade, contribuindo para formação de um sistema educacional mecânico, que impede que educadores exerçam sua profissão de forma criadora, estimulando a criatividade e ideais nos jovens, que principalmente nessa etapa da vida, não se mobilizam somente por razões econômicas. A Educação não pode ser algo mensurável para o mercado globalizado, onde a desigualdade é dado como algo positivo. A formação é para o exercício da cidadania plena, contribuindo para que o aluno constantemente saiba dialogar e refletir sobre o meio em que vive, lute e tenha condições de buscar alternativas de mudanças com o objetivo de melhorar realmente suas condições de vida. Nesse sentido a Educação voltada para aplicação de políticas neoliberais prejudica tanto professores como a sociedade em geral. Por isso não devemos nos abster de juntos, sindicatos, professores, alunos e sociedade de aceitar o desafio de recuperar o prestígio que a Educação realmente merece.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Inep (Org.). **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** Disponível em: <www.inep.gov.br/download/cibec/2000/publicacoes_inst/avaliacao.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2007.

BRASIL. Mec (Org.). **Portal MEC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2007.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Org.). **FRAGMENTOS DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO:** Uma perspectiva comparada. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 263 p.

SINDICATO (Minas Gerais) (Org.). **Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais.** Disponível em: <www.sindutemg.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Conflito Armado na Colômbia: guerrilhas, drogas e influências exteriores(1964- 2004)

Carlos Roberto Benjoino da Silva*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir quais são os fatores que ao longo de grande parte do séc. XX e início do séc. XXI colocaram o Estado colombiano em um sistema de extremada violência civil. Trabalharemos os motivos que levaram ao surgimento do movimento guerrilheiro colombiano, assim como também, seu possível envolvimento com o narcotráfico. Por fim, faremos uma análise do governo de Andrés Pastrana e seu ambicioso *Plano Colômbia.*
Palavras-chave: Colômbia - Plano Colômbia – Guerrilha.

Abstract: The present work has as objective to make and to present which the factors that during part of XX century and beginning of XXI century had put the Colombian State in a system of extreme civil violence. We will work the reasons that had led to arise the Columbian guerrilla movement, as well as also, its possible evolvement with the drug trafficking. Finally, we will make an analysis of the government of Andrés Pastrana and its ambitious *Colombia Plan.*
Keywords: Colombia - Colombia Plan – Guerrilla.

No âmbito das relações de segurança entre os países da América do Sul, a Colômbia é um país preocupante e de forte discussão. A sociedade colombiana, na maior parte do século XX, teve sua história atrelada a um caótico sistema de violência civil, onde a disputa interna pelo poder comandada pelos dois principais partidos colombianos, o Liberal (caracterizado pela separação entre o Estado e a Igreja e a descentralização do governo) e o Partido Conservador (com posição a favor da aproximação com a Igreja e uma maior centralização do poder nas mãos do governo), vitimou milhares de almas ao longo dos anos e acabou por afundar o país em uma realidade de crueldade e sangue.

Fruto de disputa entre os dois partidos, em 1948 iniciou-se o período conhecido como *La Violência*. Nesta fase da história colombiana, representantes dos dois partidos se digladiavam nas ruas colombianas, causando baixas de ambos os lados. A guerra civil somente teve seu fim quase 10 anos após seu início (1953) quando, após amplas negociações, os partidos Liberal e Conservador firmaram um acordo de governo para a Colômbia. O

* Mestrando em Historia pela Universidade Federal de Mato Grosso, e-mail: benjoinohistoria@gmail.com

acordo que recebeu o nome de *Frente Nacional* representou tanto o fim de *La Violência* quanto a divisão de poder entre os dois partidos. Pelo acordo o Estado colombiano foi dividido entre os conservadores e liberais que se alternavam no poder. Alem disso, Frente Nacional se caracterizou pela ilegalidade dos outros partidos colombianos como o Partido Comunista Colombiano (PCC) e a perseguição aos pequenos agricultores (camponeses e indígenas), que perdiam suas terras para os grandes produtores, latifundiárias que eram beneficiados e pela proteção do governo.

Surgidos como uma alternativa contra os desmandos da Frente Nacional, a partir do final da década de 1950, começaram a se formar no interior do país guerrilhas agrárias de esquerda, formadas por pequenos agricultores. O movimento guerrilheiro colombiano inicia neste período uma das características mais marcantes da Colômbia, aquela que dura até os dias de hoje: o conflito armado entre Estado e guerrilhas. Surgidos como uma alternativa revolucionária, os movimentos guerrilheiros de esquerda colocaram ainda mais calor no já quente contexto colombiano.

Em 1964, inspirado pela linha marxista-leninista soviética, surgiu no território da Marquetália as Forças Armadas Revolucionárias – Exercito do Povo (FARC-EP). Em seu início as FARC-EP tiveram o apoio do Partido Comunista Colombiano (PCC) em suas incursões. Liderada ainda por um de seus fundadores, Manuel Marulanda (conhecido como *Tiro Fijo*), as FARC-EP são consideradas a maior guerrilha colombiana, com um contingente de aproximadamente quinze mil homens (COMISSÃO INTERNACIONAL,1998:16-20).

Outra guerrilha de forte influência na Colômbia é o Exército de Libertação Nacional (ELN). Ainda na ativa, o ELN foi fundado no ano de 1965 (CHALIAND, 1977:72) por intelectuais e estudantes, também como resultado da opressão do governo colombiano e do contexto internacional da Guerra Fria. Teve suas operações concentradas no Departamento de Santan - Castanho e teve como principal foco de ação ataques às pequenas cidades e seqüestros em massa. O ELN conta com um contingente de aproximadamente cinco mil homens.

O contexto do conflito entre o governo colombiano e os movimentos guerrilheiros aqui apresentados, e outros, como o Movimento 19 de Abril (M-19) e o Exército Popular de Libertação (EPL), enfraqueceram ainda mais o já debilitado Estado colombiano. Estes fatos transformaram a Colômbia em local propício para o mercado mundial de drogas (narcotráfico), que a partir do fim dos anos de 1970 (LÓPES, 1994: 310) se fortaleceu neste país e se colocou como fonte de renda para os camponeses pobres do interior e para a guerrilha, que passou a usá-lo como principal fonte de seu financiamento revolucionário.

Neste momento surgiram naquele país os famosos Cartéis de Cali e de Medelin que, organizados como grandes empresas, passaram a exportar para todo o mundo a droga (principalmente cocaína) que produziam nas selvas colombianas.

Neste caso, o governo colombiano acusa as guerrilhas de também obterem lucro no comércio de drogas, colaborando com os plantadores de coca. Em resposta a essa acusação, as FARC- EP dizem que somente recebem uma *taxa* (imposto) dos plantadores, para que esses possam continuar a produzir nos territórios que estão sob seu domínio (COMISSÃO INTERNACIONAL, 1998: 16-20).

Nos anos 80 os ataques das guerrilhas às cidades e às fazendas tiveram seu ápice. Para combater esses ataques, foram criados na Colômbia (financiados pelo governo e por grandes fazendeiros que se recusavam a pagar as taxas impostas pelas guerrilhas), alguns grupos paramilitares. Os objetivos destes grupos eram o de perseguir os grupos guerrilheiros e seus simpatizantes, assim como proteger os grandes produtores de coca contra possíveis ataques guerrilheiros. Nos anos 1980, esses grupos eram muitos, mas em 1997, foram unidos em um único grande grupo por Carlos Castano, formando-se assim as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC)[1]. Com um contingente de aproximadamente 13 mil combatentes, a AUC é acusada de cometer sérios crimes contra a vida e direitos humanos. Na busca por seus inimigos guerrilheiros, estes grupos armados assassinaram centenas de civis/camponeses pobres que não estavam diretamente ligados no conflito. Segundo vários autores a AUC está longe de ser um grupo anti-guerrilha, não tem mais o apoio do governo, nem dos fazendeiros e também sobrevive de taxas cobradas à força dos plantadores de coca.

Ao longo da década de 80 ocorreram várias tentativas para por um fim no conflito colombiano. Durante a década de 1990, contudo, essas iniciativas estavam quase estagnadas.Mas foi à promessa de diálogos com a guerrilha e a promoção da paz na Colômbia, que elegeu nas eleições de 1998 o candidato Andrés Pastrana. Com um programa de governo que tinha como carro-chefe o fim do conflito e outras diversas ações sociais, como a substituição das culturas de coca por outras lícitas, o governo de Pastrana foi visto por muitos colombianos como um importante passo para o fim dos males colombianos.

Assim que assumiu o poder, Pastrana abriu uma mesa de diálogos com a guerrilha e lançou o *Plano Colômbia.* Este plano consistia em uma série de ações e metas para as negociações, teve em sua elaboração um grande auxilio do governo dos Estados Unidos[2] que

---

[1] A questão dos crimes cometidos pelos paramilitares é bem discutida em: *Paramilitares*. Disponível em: http://dossiers.publico.pt. Acesso em: 05/08/2006.

[2] Para ver com mais detalhes todas as influências e preocupações dos EUA acerca da Colômbia ver: BONFIN, Luiz Otávio Sales. *A Política Externa dos EUA e o Combate ao Narcotráfico na Colômbia (1997 – 2002)*.

via com preocupação o conflito armado colombiano. Além da luta armada, outra preocupação norte-americana era o tráfico, pois a Colômbia era o maior fornecedor da cocaína para os Estados Unidos.

No que se refere à guerrilha, o *Plano Colômbia* propõe uma volta às tentativas de paz há muito tempo estagnadas e passa novamente a negociar com a guerrilha. Como forma de se mostrar interessado em negociar, o presidente Andrés Pastrana chegou até a ceder autonomia sobre uma parte do território colombiano (do tamanho da Suíça) para as FARC (COMISSÃO INTERNACIONAL, 1998: 91-92). Retirando deste território todo contingente militar oficial, o Presidente Andrés Pastrana faz desta área, uma zona desmilitarizada e a transforma em um território neutro apto para as negociações.

No caso das plantações de coca e sua transformação em cocaína, o *Plano Colômbia* propõe uma troca destas plantações ilícitas por culturas agrárias legais. De acordo com o plano, seria oferecido aos camponeses plantadores de coca, alternativas e financiamentos que os levassem a substituir suas culturas, acabando ou pelo menos diminuindo o tráfico de drogas no país.

Apresentado principalmente como uma alternativa de paz com a guerrilha e como alternativa de substituição das plantações ilegais, o *Plano Colômbia*, idealizado por Andrés Pastrana e seus ministros, além de ambicioso é de alto custo. Todos os processos foram avaliados em 7,5 bilhões de dólares. Este montante, segundo o governo de Andrés Pastrana, seria conseguido de duas formas principais:

1. 4 bilhões – seriam conseguidos pelo próprio governo colombiano através de financiamentos e empréstimos de bancos privados e privatizações de empresas estatais.
2. 3,5 bilhões – conseguidos com a ajuda de países que se interessassem em doar recursos para com o Plano Colômbia, ajudando a eliminar males comuns a todos (INSTITUTO DE ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO, 2002: 13-15).

Desde que lançou o Plano Colômbia o presidente Andrés Pastrana buscou de todas as formas conseguir apoio internacional para o plano. Esse apoio foi buscado em sua maior parte com países como Estados Unidos da América, da União Européia, Japão e Canadá, que, segundo o governo colombiano, são os maiores consumidores de drogas produzidas no país. Desses países citados acima, apenas Espanha com 100 milhões, Noruega com 20 milhões (ambos da União Européia) e Estados Unidos com 1,32 bilhão ajudaram o governo

---

Brasília, Universidade de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.

colombiano financeiramente (INSTITUTO DE ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO, 2002: 13-15). Destes, foi a ajuda norte americana a que causou maior discussão.

Em 2000, o Congresso norte-americano aprovou e o então presidente, Bill Clinton, sancionou uma ajuda de custo inicial de 1,3 bilhões de dólares para o Plano Colômbia (INSTITUTO DE ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO, 2002: 13-15). Desta primeira ajuda, cerca de 80% foram destinados ao aumento do contingente militar colombiano, principalmente no que diz respeito ao combate diretamente às guerrilhas e, indiretamente, aos narcotraficantes. Sobre a entrada dos Estados Unidos no contexto do *Plano Colômbia*, muito se tem discutido sobre quais motivos levaram os Estados Unidos a interferir no Plano. O que se tem concluído destas discussões é que a produção de coca na Colômbia interfere na sociedade americana. Do total de cocaína consumida anualmente nos Estados Unidos, 90% são provenientes da Colômbia, e mais, a cada ano aumenta sua venda de heroína para os Estados Unidos, já sendo um importante fornecedor. Além disso, os produtos químicos fornecidos aos traficantes colombianos são em sua maioria conseguidos ilegalmente nos Estados Unidos.

A partir dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, outro leque nos interesses americanos sobre a Colômbia se abriu. Em sua caminhada contra o terror, o já presidente George W. Bush passou a reconhecer as guerrilhas colombianas, assim como também os grupos paramilitares, como grupos terroristas (CHOMSKY, 2002:144-145), aumentando ainda mais a militarização do Plano Colômbia, incentivando assim um maior ataque contra as guerrilhas.

Um fato a se comentar acerca da influência norte-americana na Colômbia, diz respeito aos países que fazem fronteira com aquele país. A Colômbia divide seus limites com Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá, e estes países olham com receio tudo o que esta acontecendo do lado vizinho, principalmente por dois fatores a citar:

1. A partir do momento do ingresso dos Estados Unidos no Plano Colômbia (e principalmente após o 11 de setembro), passa a ser usado um forte herbicida chamado glifosato no extermínio das plantações de coca. Este herbicida com alto poder de ação é aplicado com o uso de pequenos aviões que espalham o produto pelas plantações, acabando com elas com uma surpreendente velocidade. Entretanto, juntamente com as plantações de coca, outras culturas agrícolas também são extintas, muitas delas produtoras de alimentos para a subsistência dos camponeses pobres plantadores de coca. Esse é um fator preocupante, pois com a extinção das culturas legais e ilegais de suas terras, esses pequenos produtores,

assim como os grandes fazendeiros de coca, se vêem obrigados a migrar para outras regiões, abrindo novas frentes produtoras (RIPPEL, 2006: 92-95). Ao migrar cada vez mais para o interior do país, o camponês colombiano pode atravessar voluntária ou involuntariamente a fronteira colombiana, adentrando em território estrangeiro. Essa hipótese vem causando grande preocupação nos países vizinhos à Colômbia, pois estes alegam não ter condições de receber os chamados ´´refugiados de coca`` e que além disso esses refugiados quando migram, acabam por derrubar áreas de preservação da floresta amazônica. Quanto a questão do glifosato, um outro ponto é de relevante importância, principalmente ao Brasil. A aplicação ilimitada de veneno nas plantações de coca podem ter várias conseqüências ao futuro do frágil ecossistema amazônico. A Colômbia e o Brasil se limitam especificamente na chamada ´´Amazônia Legal``, e a aplicação do glifosato pode acabar por poluir as nascentes de importantes rios amazônicos que nascem na Colômbia, como os Rios Japurá, Iça e Solimões por exemplo. Além do mais, a área de fronteira entre o Brasil e a Colômbia é pouco vigiada (na verdade de difícil vigilância), o que facilita a entrada de refugiados para o território brasileiro afetando a soberania do Brasil.

2. O segundo fato relevante à influência americana vem da militarização do Plano Colômbia. A partir da entrada dos Estados Unidos, a violência civil na Colômbia se agravou. Com o aumento dos ataques militares contra a guerrilha, o número de mortos diários resultados do conflito chega a aproximadamente 14 (MENDONÇA, 2006: s/p), o que fere todos os protocolos de direitos humanos.

Tudo isso, ainda contando com o fato de que, ao se sentir acuada pelas forças militares, a guerrilha (assim como fazem os camponeses), migram para outras partes do país, inclusive atravessando fronteiras colombianas, adentrando o território vizinho. Por exemplo, foram descobertos acampamentos das FARC-EP no Equador, assim como alguns contingentes guerrilheiros no Brasil e na Venezuela.

Como vimos, o conflito armado na Colômbia já se arrasta por vários anos e, ao que parece, está longe de acabar.

Quanto ao posicionamento do Brasil frente ao conflito colombiano, o governo brasileiro desde início do Plano Colômbia não se mostrou favorável a uma solução militar para o conflito. Ao contrário, o Brasil se apresentou favorável a uma solução pacífica e se colocou como um possível intermediário da proposta de paz. Quanto à fronteira Brasil-

Colômbia, coube ao governo brasileiro aumentar a vigilância na área de fronteira, fazendo com que assim o país não se tornasse foco de possíveis incursões guerrilheiras.

Nesse sentido, a Colômbia, por suas características relacionadas ao narcotráfico e à existência de grupos guerrilheiros em atividade é um problema para a América do Sul como um todo e para o Brasil, principalmente para a região amazônica. Em particular, refugiados, relações entre guerrilha (no caso as FARC), narcotráfico e o crime organizado no Brasil, transformam as relações entre os dois países em cruciais para o encaminhamento de questões delicadas e que estão diretamente relacionadas à segurança brasileira, tanto na área de fronteira como nos principais centros urbanos do país. De acordo com a Superintendência da Polícia Federal, por exemplo, o comércio pelo Rio Negro é vital para a guerrilha, pois é a principal rota de entrada de produtos considerados indispensáveis para a sobrevivência das Farc, como armas, munição, alimentos e remédios.

Referências bibliográficas:

BONFIN, Luiz Otávio Sales. *A Política Externa dos EUA e o Combate ao Narcotráfico na Colômbia (1997 – 2002)*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.

BORGES, Fábio. *Geopolítica, Plano Colômbia e perspectivas brasileiras de inserção internacional*. Disponível em: www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/borges.pdf acesso em: 16 08 06.

CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Território Mundo*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 144 a 145.

COMISSÃO INTERNACIONAL. *FARC-EP: Esboço Histórico.* Colômbia. S. ED. 1998.

DUNHAM, André Maciel Siaines de Castro. *A crise na Colômbia: impactos para o Brasil*. Dissertação de mestrado – Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (PROFA – 1) do Instituto Rio Branco. Brasília, 2002.

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Plano Colômbia: perspectivas do Parlamento Brasileiro*. Brasília, 2002.

LÓPES, Javier Ocampo. *História Básica de Colômbia*. Bogotá: Ed. Placa e Janes, 1994. p. 310.

MENDONÇA, Maria Luisa e CAVALLARO, James. *Perigos do Plano Colômbia*. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/planoscolombia.html. Acesso em: 21/10/2006.

RANGEL, Alfredo. *Guerra insurgente*. Bogotá: ED Intermédio, 2001.

RIPPEL, CF Márcio Pereira. *O Plano Colômbia como instrumento da Política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências*. Disponível em: www.mar.mil.br/egn/revistaegn/junho2006/planocolombia.pd/ acesso em: 04/09/06.

SCHWINGEL, S. *O Plano Colômbia: Reflexos para o Brasil*. Rio de Janeiro, Escola de Comando e Estado Maior do Exercito, 2004. Dissertação de Mestrado.

VAZ, Alcides Costa. *O Conflito Colombiano: Uma Perspectiva Global.* Disponível em: www.unb.br/irel/ibsa/documentos.htm. Acesso em 20 de Set. de 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Na cadência da nória: experiências de operários da indústria frigorífica

Fernanda Ben*

Resumo: O trabalho na fábrica constitui uma etapa fundamental na vida do operário. Ele passa boa parte do seu tempo no ambiente de trabalho, sujeito a ordens, punições e ao marasmo dos movimentos repetitivos que a máquina impõe. Este esboço visa demonstrar as experiências vivenciadas pelos operários da indústria frigorífica de Chapecó, especificamente os da Sadia Avícola que iniciou suas atividades em 1973. Na época, a perspectiva de emprego na Sadia motivou a vinda de migrantes, a maioria de procedência rural.
Palavras – chave: Operário, Experiências, Frigorífico.

Abstract: The work at a plant constitutes a fundamental part of a worker's life. This worker spends most of his time at the working environment, and he is subjected to orders, punishments and to the boredom of the repetitive movements that the machines impose to him. With this picture in mind we wish to show the expectations lived by the workers of the meat industry of Chapecó, specifically the ones from Sadia Avicola**,** which began its operations in 1973. In that time the job perspective in the company motivated the coming of many emigrants and most of them coming from the rural area.
Key-words: Worker, Experiences, Meat plant

A atividade industrial de Chapecó foi (e ainda é) marcada pela indústria de alimentos, sobretudo as do ramo frigorífico, que se instalaram a partir da década de 1950, mas que só se expandiram, com mais intensidade, a partir do final da década de 1970.

Dentre as indústrias de alimentos que se estabeleceram em Chapecó[1], a Sadia Avícola foi a empresa que proporcionava "motivo de euforia", pois não se tratava apenas da instalação do "maior abatedouro de aves da América Latina" (Revista Celeiro Catarinense, 1971: 8), mas de uma empresa cujos dirigentes haviam inaugurado um modelo de produção próprio: tratava-se do sistema de *produção integrada* ou *parceria*, proporcionando "o maior

* Mestre em História Cultural – Universidade Federal de Santa Catarina.

[1] A origem do capital agroindustrial no Oeste de Santa Catarina teve início na década de 1940, com a instalação de frigoríficos como a Sadia e a Perdigão, sendo que a produção de suínos era a principal matéria-prima dessas empresas. Esse capital se desenvolveu, de forma mais intensa em Santa Catarina, a partir de meados da década de 50 e início dos anos 60, em função da diminuição do abate de suínos e bovinos dos frigoríficos nacionais e multinacionais de São Paulo e arredores, por motivo da implantação de novos frigoríficos próximos das áreas de engorda nas regiões centrais do país estimulados durante o terceiro governo Vargas (1951-54) com empréstimos bancários, isenções fiscais, entre outros. Essas medidas e as características das atividades comerciais no Oeste de Santa Catarina, como a venda de suínos aos frigoríficos de São Paulo (Swift e Armor, entre outros) e a existência de atividades frigoríficas sobretudo no Vale do Rio do Peixe e norte do Rio Grande do Sul, impulsionaram, a partir da década de 1950, a instalação de novas indústrias frigoríficas no Oeste Catarinense (MAMIGONIAN, 1976), entre elas: Chapecó S/A (1952), Seara (1956), Reunidas Ouro (1960), Itapiranga (1962), Unifrio (1963), bem como se processou a expansão do capital de empresas do ramo como a Perdigão e a Sadia, que já atuavam na região.

entusiasmo entre os avicultores, com as perspectivas da colocação certa de seus produtos" (Revista do Sul, 1971: 40).

A instalação de empresas do ramo agroindustrial, como a Sadia, representava a concretização dos projetos econômicos que, na época estavam sendo propostos por políticos e empresários locais. A idéia de progresso, entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico e industrial, que as lideranças políticas do município difundiam em seus discursos, ganhava profusão em dizeres como: "Nossa política é o trabalho. Nosso lema é o desenvolvimento. Nosso ideal é o bem-estar social" (Revista Celeiro catarinense, 1971:9). Tais palavras de efusão e otimismo, eram recorrentes na época.

O trabalho e as situações inventadas pelos trabalhadores na indústria frigorífica.

A maioria dos trabalhadores das indústrias frigoríficas era composta por migrantes de procedência rural que optaram por buscar na cidade novas condições de existência e confrontaram-se, desde o princípio, com novos valores e regras bem diferentes daqueles que estavam habituados a seguir. De acordo com Eder Sader (1988: 86):

> a experiência no trabalho é importante, não só porque condiciona fortemente o conjunto das condições de vida, na medida em que determina os rendimentos, mas porque constitui em geral a principal inserção do indivíduo na rede social, sendo, por isso, o principal lugar de definição de suas identidades.

O trabalho constitui uma fase essencial na vida do operário que passa boa parte do seu tempo nesse ambiente, sujeito a ordens, penalidades e a apatia dos movimentos repetitivos da máquina. As relações que se constituem no ambiente de trabalho estão envolvidas "não só pela monotonia e a repetição", mas também por "alegrias e desencontros, por tesões e conflitos" (LOBATO, 2004:131) que acontecem dentro ou fora do local de trabalho. Mirta Z. Lobato lembra que "no mundo do trabalho se agrupam os sucessos registrados fora dele" (Id., 28); nesse sentido, as formas de atuação e de pensar que se gestavam na fábrica, manifestações de descontentamento e oposição, bem como aceitação e participação, eram situações que envolviam os trabalhadores direcionando-os a atuar de acordo com as circunstâncias experimentadas e nas quais eles estavam inseridos.

Uma série de habilidades e movimentos corporais era desempenhada no trabalho fabril ritmado pela *cadência da nória*. Os movimentos eram precisos e rítmicos e ensaiavam uma *coreografia monótona e repetitiva* que requeria uma sintonia obrigatória entre os indivíduos e as máquinas que funcionavam sem parar. As atividades na indústria frigorífica eram desenvolvidas por seção, na qual cada operário exercia uma função, mas era treinado

para desenvolver qualquer uma das etapas de trabalho, por motivo do constante *entra-e-sai* de operários. Na fase inicial de funcionamento do frigorífico Sadia o trabalho era essencialmente braçal, como demonstra o relato de uma operária da empresa:

> Onde eu trabalhava, no defumado, era embalar frango pra assar, defumar, depois embalar ele pra vender, era tudo manual, não tinha nenhuma máquina que fizesse isso. Pendurar pra ir lá nas estufas, era tudo no braço, ensacar, amarrar, enrolar no alumínio e eu aprendi logo, eu que vim pra cá novinha, só tinha trabalhado na roça, em 40 dias passei a experiência (ENI C., 2004).

As principais etapas do trabalho na indústria frigorífica iniciavam com o descarregamento das aves, que passavam pelo *magarefe* (funcionário que abatia os animais com um choque elétrico); na seqüência eram penduradas em *nórias* (ganchos) que seguiam passando pela água quente da caldeira e pela depenadeira. Na *evisceração*, etapa seguinte do trabalho, eram retiradas as vísceras das carcaças de frango ou peru que posteriormente era resfriado e seguia para a seção de *espostejamento*, onde o produto era cortado e separado em partes. Nas seções de embalagem, conferência dos produtos de uma expedição, encaixotamento, câmeras de estocagem e túneis de congelamento, os operários manuseavam produtos em temperaturas baixas. Em cada seção existia o subencarregado e o encarregado de seção, responsáveis por auxiliar os novos funcionários que chegavam além de manter o controle e a disciplina nesse ambiente.

Os setores à parte, mas também ligados à linha de produção, envolviam funcionários que carregavam e descarregavam aves, cortadores de lenha para aquecer a caldeira e aqueles que trabalhavam nela com a responsabilidade de manter a temperatura da água estável. Além disso, a empresa dispunha de funcionários responsáveis por serviços de toda a ordem, tais como pedreiros, pintores, serventes de pedreiro, motoristas, eletricistas, jardineiros, que faziam consertos e reparos de ordem geral nas instalações da empresa. E ainda os funcionários que trabalhavam na Fábrica de Rações e no Incubatório, compartimentos e locais separados do frigorífico.

Quanto às condições de trabalho, verificamos que os operários do frigorífico conviviam com índices de insalubridade que variavam de setor para setor. A perícia realizada pela médica do Trabalho Laura L. de Mello Scheifler, que consta no Processo encaminhado à Justiça do Trabalho por Darci Antônio Soares, que trabalhou no setor de *evisceração* de perus da empresa, de maio de 1985 a junho de 1986, demonstra, em parte, as condições de trabalho na indústria frigorífica. A descrição apresenta que:

> Fazendo a verificação física do local de trabalho (...) constatou-se:
> Umidade: o agente umidade existe em grande quantidade no local de trabalho, pelo fato de que as operações executadas necessitam de água para limpeza dos perus durante as várias operações de evisceração e também porque durante essas operações cai grande quantidade de água no piso, fazendo com que esse permaneça sempre encharcado, constituindo-se em fator de insalubridade do ambiente, pois, coloca os trabalhadores em situação de risco de danos à sua saúde.
> Ruído: a situação de riscos de danos à saúde é agravada pelo fato de que o reclamante (Darci) se expunha aos níveis de ruído sem uso de EPI.
> Temperaturas anormais: durante suas atividades laborais Darci manuseava perus resfriados sem uso de dispositivo de proteção individual (luvas) – que reduzissem os danos articulares, tais como sinusites, dores reumáticas, etc (Processo Nº487/86, 1986: 2).

Os dispositivos para proteção, tais como luvas, botas, avental impermeável, eram disponibilizados pela empresa e os operários assinavam uma ficha de recebimento desses utensílios, mas nem sempre eles eram adequados àquela forma de trabalho, e como constatou a perícia, nem todos usavam os equipamentos de proteção. Muitas vezes os trabalhadores alegam que o uso de todos os equipamentos de segurança atrapalhava o desempenho do trabalho. As chefias sabiam disso, mas faziam "ouvidos de mercador", ou seja, desconsideravam as ações. Os operários que trabalhavam no setor de produção por vezes enfrentavam problemas de saúde em decorrência das condições de trabalho. Jair Francisco Joriatti[2], operário do setor de evisceração de perus, descreve no depoimento que consta no processo encaminhado à Justiça do Trabalho as condições do ambiente fabril:

> O local é úmido (encharcado e alagadiço). Diversas torneiras ficam permanentemente ligadas e a água saindo em grande quantidade, se espalha por todos os lados do setor. O piso é lavado a cada 30 minutos em média com água esguichada. Diante da excessiva umidade com o passar do tempo Jair F. Joriatti passou a enfrentar sérios problemas de saúde tudo em decorrência dos problemas citados (Processo Nº 089/87, 1987:2).

Os trabalhadores descrevem as seções como barulhentas, com pouca luminosidade, os ambientes fétidos e repletos de água, umidade, sangue e frio. Em muitos casos as navalhas escorregadias e afiadas causavam cortes, amputações, infecções: "Na farmácia, a gente sempre ia lá, tinha alguém com a mão cortada, dedo cortado sempre tinha, mas não era nada grave, eram cortes com facas" (LUIS SÉRGIO C., 2005). Outros sintomas, como dores nas pernas e nas costas, problemas reumáticos e respiratórios, estavam entre os mais freqüentes.

Para prevenir a ocorrência dos acidentes de Trabalho, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – organizava campanhas que circulavam pelos setores da

[2] Jair F. Joriatti trabalhou no Frigorífico Sadia de novembro de 1981 a setembro de 1986, residia no Bairro Passo dos Fortes e era solteiro. (Processo Nº 089/87, 1987:2.)

empresa, com a finalidade de "criar no trabalhador o hábito de segurança". Eram realizadas reuniões entre os cipeiros, funcionários, encarregados e chefes para "pedir apoio, colaboração e divulgação aos funcionários sobre as campanhas" (Revista Integração, 1984: 20). Os trabalhadores que geralmente participavam das comissões eram aqueles *de confiança* dos chefes, com alguns anos de serviço e indicados por eles. Sobre isso relembra Vilmar A. de Souza: os membros da CIPA "eram indicados pelos chefes (...) ela era pensada e organizada pelos patrões, então o operário não tinha assim a liberdade de escolher" (VILMAR ARAUJO DE SOUZA, 1993). Exemplo disso, constatamos também na *Revista Integração*, edição de março e abril de 1982, que iniciava nesse número a coluna *Você e a Empresa*, na qual era apresentada a trajetória de trabalho e perfil de um *funcionário exemplar* da empresa. A reportagem retratava o funcionário Pedro Martello, operário há onze anos da Sadia Concórdia S.A. no setor de espostejamento: "nesses onze anos, ele sempre demonstrou *bom relacionamento com os colegas e chefes no local de trabalho*. Prova disso, é que durante um ano foi membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA". Em outro trecho da mesma reportagem é possível percebermos o envolvimento do funcionário com a empresa em ocasiões extrafabris: "Nosso colega, nas horas de folga gosta de ajudar na churrascaria do SER Sadia, além de participar ativamente do clubinho a que pertence, *o Misto* – onde é atleta de futebol de salão" (Revista Integração, 1982:11). Essa evidência caracteriza o controle extrafabril exercido pela empresa, que influenciava nas relações de trabalho.

Mesmo tendo conhecimento das normas e recomendações determinadas pela empresa, em certas ocasiões os operários instituíam situações que a todo momento ressignificavam as normas disciplinares da empresa e estabeleciam certa autonomia que alterava a continuidade rítmica do trabalho. Apelidos e brincadeiras eram freqüentes entre os trabalhadores em praticamente todos os setores. Ao chegar um novo funcionário, geralmente a primeira manifestação dos operários era atribuir um apelido para o colega de trabalho recém-ingresso. Como relata Cláudio G., funcionário da empresa de 1978 até os dias atuais: "Quando eu cheguei na Sadia os colegas me olharam e já me deram o apelido. Ninguém escapava" (2005).

No setor da caldeira, onde Osvaldo M. (2003) e os colegas trabalhavam, "nas horas que o chefe não cuidava" situações que ele recorda com emoção aconteciam, quando a ocasião fosse apropriada.

> Nós fazíamos um pouco de tudo e ninguém se entregava. Um dia eu saí com dois ajudantes carregar lenha, a gente se jogava água. Às vezes se passava uma graxinha embaixo do cabeçalho da carrocinha que se puxava lenha, quem pegasse engraxava a mão.

Mesmo em condições de dificuldades, os trabalhadores, em situações como esta, demonstram que sátiras e brincadeiras tornava o dia-a-dia operário menos monótono e repetitivo. E nesse período, década de 1970, diante das dificuldades que envolviam o trabalho, nem o veículo que transportava os operários se livrou de receber um apelido, como descreve Osvaldo M.: "Quando começaram com a lotação, era um caminhão de carga, ficavam tudo de pé um do lado do outro. Depois compraram uma lotaçãozinha verde e amarela, pequena. A apelidemos de *potranquinha*. Vinha todo mundo amontoado" (Id.).

Tais situações (brincadeiras, conversas, e gestos) que fazem parte da experiência adquirida pelos trabalhadores, de acordo com José Sérgio Leite Lopes (1988:87), "abastecem a *cultura operária* dos operários, mesmo quando implicam em hostilidade à hierarquia são formas de defesa e de suportabilidade às condições de trabalho na fábrica".

Além dos apelidos e brincadeiras, outras formas de passar o tempo de maneira criativa, simuladas pelos operários, foram evidenciadas por meio da análise de alguns documentos como advertências, repreensões e suspensões emitidas pela empresa. Alguns casos de funcionários envolvidos com situações que flexibilizavam o tempo, brincadeiras e formas de oposição ao trabalho, resultavam na demissão dos operários. Por exemplo, Jesus Pereira, que trabalhou na empresa por quatro anos, de novembro de 1978 a dezembro de 1982, foi demitido por *justa causa* pelo motivo de "ter fraudado o horário registrado no cartão-ponto". Quem ensinou o procedimento que foi adotado para fraudar o cartão-ponto foram seus colegas de trabalho Getulio V. Maciel e Valdair B. Rodrigues, pintores que trabalhavam no setor de serviços gerais da empresa e que batiam o cartão no setor de abatedouro, por estarem desenvolvendo um trabalho de pintura nas paredes do frigorífico. Getulio V. Maciel foi quem ensinou a "arte" para Jesus Pereira, que consistia em: "com uma fita", pela qual fazia aparecer a hora correta que se deveria sair do trabalho, ao bater o cartão mesmo saindo uma hora antes do fim do expediente, o cartão-ponto marcaria o horário normal de entrada e saída do funcionário (Processo Nº 913/82, 1982:9). O resultado dessa *travessura*, assim que o chefe do setor de produção do frigorífico percebeu, foi a demissão dos três.

Esses e outros processos demonstram, em certa medida, que alguns trabalhadores, com o passar do tempo, manifestaram iniciativas de ter *certa autonomia* no ambiente de trabalho. Eles começam a compreender sua *condição de operário* e buscam formas de

reivindicação que proporcionassem melhorias nos salários ou a demissão, como uma maneira de buscar em outro emprego ganhos que assegurassem a sobrevivência do trabalhador e do grupo familiar.

Além dos embates com as chefias, as formas de solidariedades e disputas também faziam parte da rotina dos trabalhadores da indústria frigorífica e se armavam diante da precariedade das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores. Até o início da década de 1980, quando a empresa não tinha refeitório, os funcionários improvisavam as refeições trazendo para o trabalho uma *panelinha de comida* que era aquecida no fogo, gerado dentro de "uma latinha com álcool ou gasolina" (LAURI N., 2004). Segundo Vieira S. (2003), quando a empresa

> começou a notar, a ver aquilo (o funcionário e sua panelinha de comida), ela começou a colocar chapas cheias de bocas pra esquentar a comida. Aí, como nós tínhamos nosso grupo de amizade, nós combinávamos que um de nós ia na frente e esquentava a comida de todos e nós nos responsabilizávamos pelo trabalho dele, porque não tinha espaço pra todo mundo esquentar na mesma hora. Isso funcionou por uns oito anos.

Em circunstâncias como esta, podemos perceber as situações inventadas pelos operários para superarem as difíceis condições de trabalho e propriamente de existência. Nesse ambiente em que uma cultura fabril se gestava, relações de amizade, companheirismo ou de conflito se estruturavam durante a contínua convivência que envolvia diariamente pessoas de diferentes precedências que passavam boa parte do tempo nos locais de moradia e trabalho.

Nesse sentido, no ambiente de trabalho da indústria frigorífica se constituiu um cenário no qual estavam dispostos múltiplos interesses: a possibilidade de conquista das aspirações individuais ou coletivas planejadas antes de deixar o campo, a frustração, o lugar de reivindicação e o espaço de resistência, sendo que os laços de solidariedade ora se consolidavam, ora eram dissolvidos no espaço de cultura que é o chão da fábrica. É possível perceber também que os trabalhadores manterão seus princípios de organização no rés-do-chão da fábrica diariamente, nas tentativas de burlar as normas disciplinares da empresa que, com o passar dos anos, foram se tornando mais racionais.

Referências

ALVIN, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. São Paulo: Graphia, 1997.

ARMUS, Diego (org). **Mundo urbano y cultura popular. Estúdios de Historia Social Argentina.** Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

ESPÍNDOLA, Carlos J. **As Agroindústrias do Brasil**: o caso Sadia. Chapecó: Grifos: 1999.

FONTES, Paulo R. R. **Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

HOGGART, Richard. **As utilizações da Cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Presença, 1973.

LOBATO, Mirta Zaida. **La vida en las fábricas**. **Trabalho, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970)**. 2. ed. Buenos Aires: Prometeu, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

MAMIGONIAM, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 51, 1976.

SADER, Eder**. Quando novos personagens entram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward P. Lucha de clases sin clases? In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Anagrama, 1979.

Entrevistas

Cláudio G. Depoimento concedido à autora em 04/02/2005.
Eni C. Depoimento concedido à autora em 31/05/2004.
Lauri N. Depoimento concedido à autora em 31/05/2004.
Luis Sergio C. Depoimento concedido à autora em 15/01/2005
Osvaldo M. Depoimento concedido à autora em 20/11/2003.
Vieira S. Depoimento concedido à autora em 19/12/2003.
Vilmar Araújo de Souza. Depoimento concedido à Alzumir Rossari, 1993. Acervo de História Oral do CEOM.

Outras Fontes Consultadas

Justiça do Trabalho. Chapecó. Processo Nº 913/82.
_____ . Chapecó, Processo Nº487/86.
_____ . Chapecó. Processo Nº 089/87.
Revista Celeiro Catarinense, Florianópolis, n. 7, p. 8-9, dez. 1971.
Revista Integração, Alphaville-SP, n. 41, p. 20, abr.-maio 1984.
Revista Integração, Alphaville-SP, n. 23, p. 11, mar.-abr. 1982.
Revista do Sul, Blumenau, n. 212, p. 40, nov.-dez. 1971.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A civilidade pela fé: educação moral nas associações religiosas leigas da Minas colonial

Paola Andrezza Bessa Cunha [1]

Resumo:
A educação identificada nas associações relaciona-se diretamente à educação moral e isso é passível através de práticas educativas, compreendidas como o fazer cotidiano das pessoas, nas relações desenvolvidas e nas estratégias de desenvolvimento dessas práticas, atendendo às demandas apresentadas pela América Portuguesa. O objetivo é identificar nas associações religiosas leigas do século XVIII, determinações de caráter educativo e suas práticas, voltadas principalmente para a educação moral e religiosa, não sendo relegados outras formas de educação ou funções pedagógicas a elas atribuídas, institucionalmente ou pela tradição.
Palavras-chaves: Irmandades – América Portuguesa – Minas Gerais

Abstract:
The education that we identified inthe religious brotherhoods is related to moral education and that´s possible with educatives pratices, that we understand as the way of life from the 18th century, in the relasionships developed and in the strategies of this pratices, as was necessay in the Portuguese America. Our object is identify in the religious brotherhoods from the 18th century, orders wtih educative caracter and pratices, for moral e religious educations, not necessarily a scholar instruction.
Key-words: Brotherhood – Portuguese America – Minas Gerais

Este texto tem por foco a educação moral e religiosa, apreendida através de práticas de caráter educativo, que visavam uma educação social da população presente nas Minas setecentistas. Por prática educativa entende-se toda relação em que há transmissão de conhecimento de qualquer espécie, seja de caráter moral, religioso, técnico e mesmo escolar.

A pesquisa se dá através da leitura dos livros dessas associações, principalmente os Livros de Compromisso, que contém todas as regras a serem seguidas pelos irmãos professos. O texto contemplará a análise dos dados encontrados no discurso dessas fontes de natureza pedagógica, que visava ordenar não somente os membros da associação, como expressavam o discurso religioso e moral da época. Foram analisados os livros de compromisso das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, ambas de Sabará; Nossa Senhora da Boa Morte, de Paracatu; Arquiconfraria de São Francisco de Assis, de Conceição do Mato Dentro; e Irmandades do Santíssimo Sacramento, Senhor dos Passos, São Miguel e Almas e Nossa Senhora da Boa

[1] Grupo de Estudos em História da Educação (GEPHE) – Faculdade de Educação/UFMG – Bolsista Capes

Morte dos Homens Pardos, de São João del-Rei. Perfazem portanto um total de 8 associações em três comarcas de Minas Gerais, a saber, Rio das Velhas, Serro Frio e Rio das Mortes.

Sob a égide do Antigo Regime, o Rei tinha plenos poderes sob seus súditos e sob tudo que integrava a instituição real. O Rei era considerado um enviado direto de Deus. A Igreja e seus integrantes estavam subordinados a ele, sendo o corpo clerical considerado funcionário real. A relação Estado e Igreja foi denominado de Padroado, regime que vai perdurar oficialmente até o final do século XIX[2]. A religião se tornou um departamento do Estado, estando este com o direito de cobranças e administração dos dízimos eclesiásticos, sendo que ao Papa cabia apenas a confirmação dos atos do monarca português.

Em Minas Gerais, por ordem de Sua Majestade D. João V, determinou-se que não assistiriam ordens religiosas. A proibição foi necessária para evitar os excessos, principalmente o concubinato, prática recorrente na região. Estava se tornando comum, devido à falta de mulheres brancas, a relação entre mulheres negras, pardas e mulatas com homens brancos, casados ou solteiros. Isso preocupava a Igreja Católica, que preconizava a união matrimonial, e essa união deveria ocorrer entre pares, ou seja, brancos com brancos, negros com negros. Na ausência das ordens regulares, em Minas Gerais a Igreja se fazia sempre presente através da construção das capelas pela população, das celebrações e das práticas devocionais. Como havia muitas devoções comuns, os devotos passaram a agrupar-se em torno dessas invocações, criando as associações leigas, espaços onde poderiam exercer sua fé sem deixar o mundo profano. Além disso, eram disseminadoras de educação moral e religiosa, sendo mantenedoras da ordem e dos bons costumes em todos os extratos sociais e étnicos, configurando-se nesses espaços práticas de caráter educativo, mas não necessariamente de caráter escolar.

Essas associações recebiam as denominações de Irmandades, Arquiconfrarias e Ordens Terceiras, sendo em todos os casos a associação voluntária. As Irmandades são aquelas erigidas para o incremento do culto público, com decreto formal, não podendo ser erigidas duas com o mesmo nome, exceto em cidades grandes[3]. As Arquiconfrarias ou Arqui-Irmandades são aquelas que agregaram a si outras de mesmo nome e finalidade. As Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, surgidas em Minas Gerais a partir

[2] Com a proclamação da República, no final do século XIX, o governo brasileiro passa a ser reconhecido como laico, acompanhando assim os ideiais positivistas de laicização do país. Nesse momento, a Igreja Católica brasileira deixa de ser parte integrante do poder público, estando subordinada apenas à Santa Sé.

[3] A expressão cidade grande é utilizada aqui conforme o uso feito por Fritz Teixeira de Sales em Associações Religiosas do Ciclo do Ouro, não correspondendo à concepção atual do termo.

de 1740[4], são compostas por devotos que desejavam seguir as regras de vida das Ordens, sem fazer voto de castidade ou de clausura; tornam-se irmãos terceiros após um período de noviciado. Em todos havia a elaboração de um Estatuto ou Livro de Compromisso onde constavam os deveres e direitos dos irmãos, que deveria ser confirmado pela Coroa; era comum a todas a assistência aos irmãos, celebração de missas em sufrágio da alma, enterro solene com acompanhamento dos irmãos e do capelão e sepultura em solo sagrado. O critério de associação poderia versar pelo caráter étnico, profissional e social. As aceitações ou proibições de entrada de Irmãos ficavam definidas no Livro de Compromisso.

O culto aos santos é um aspecto cultural existente em todas as localidades de ocupação ibérica. As variações ocorrem de acordo com as atribuições de cada santo[5] e com sua importância para a associação religiosa, grupo social ou individuo. As homenagens são feitas através de novenas, festas, romarias, ladainhas e até dança. As características existentes na cultura são reafirmadas e legitimadas como naturais e sagradas, garantidas por Deus e pelos santos. A manifestação da religiosidade representa a crença, o pensamento e a linguagem utilizados na expressão das relações sociais e culturais.

Na historiografia brasileira não são numerosos os trabalhos que tratam desse tema, sendo referências significativas as produções de Fritz Teixeira de Salles, Caio César Boschi e Adalgisa Arantes Campos. Em outras situações, as associações são utilizadas como simples dados que completam outras informações mais relevantes para uma pesquisa. As pesquisas relativas à América Portuguesa usualmente limitam-se a atuação jesuítica ou ao período pós-pombalino e a burocratização do ensino, quadro este que passa a tomar outra configuração com as novas pesquisas que estão sendo desenvolvidas nas universidades[6].

O período colonial reconhecido como Barroco caracteriza-se pelo fervor religioso, a devoção e o temor a Deus intrínsecos a vida social como mola propulsora das atividades cotidianas. A Igreja Católica se fazia presente das mais diversas formas, apresentando-se aos fiéis também nos momentos políticos, participando das comemorações ligadas à Coroa, como nas celebrações de nascimento e nas exéquias, numa tentativa de aproximação da Metrópole à Colônia através dos acontecimentos na vida da realeza. A religiosidade, apesar de natural ao

[4] Ver Campos, Adalgisa Arantes. Cultura Barroca e Manifestações do Rococó nas Gerais. Ouro Preto, MG: FAOP/BID, 1998. pp. 5.

[5] Deve-se ressaltar que essas atribuições são determinadas pela tradição dos fiéis, não sendo reconhecidas essas especificidades de ação de qualquer santo pela Santa Sé Católica.

[6] Essa vertente tem sido mais sistematicamente desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação (GEPHE), da Faculdade de Educação/UFMG, através do Projeto "Processos e Práticas Educativas na Capitania de Minas Gerais – 1750/1822", coordenado pela professora Thaís Nivia de Lima e Fonseca, do qual este projeto faz parte. Esse projeto conta ainda com as pesquisas de Aleana Jota Moreira sobre educação e cristãos-novos, Cláudia Fernanda de Oliveira sobre educação de meninas, Darlen Nogueira da Costa sobre Ensino de Primeiras Letras, Kelly Lislie Julio sobre educação e mulheres forras.

fiel, era também estimulada pela Coroa, pois assim esta transmitia aos crentes todo o ônus da construção dos templos de devoção, cabendo-lhe apenas a autorização para edificação e funcionamento, além do recolhimento dos dízimos e pagamentos a serem feitos.

Para o homem barroco não existia a possibilidade de existência para além da esfera religiosa, pois era necessária a salvação eterna prometida. Ela só era possível através da religião, de uma vida voltada para a devoção, que pudesse ser atestada por pessoas de igual idoneidade. Mesmo quando não resistia e passava a viver em pecado o arrependimento aparecia no momento da escrita do testamento, e através de um sem-número de missas e doações buscava a menor permanência no purgatório.

O discurso presente nos livros de Compromisso das associações pode ser considerado pedagógico, tendo por objetivo ordenar os membros desses grupos de acordo com os preceitos cabíveis. Nele podemos identificar determinações tanto de caráter moral, como as instruções aos membros com relação ao dinheiro da associação, quanto de caráter religioso, com a sugestão da temência a Deus e a observância da vida regrada que determinavam os preceitos cristãos. Os livros possuem textos semelhantes, versando sobre as atribuições de cada membro da Mesa, quantias a serem pagas pelos irmãos e irmãs de anual e serviço à Mesa, atribuições necessárias para aquele que quer vir a ser membro da associação, disposições com relação à festa, atitudes a serem tomadas contra aqueles que não obedecerem aos Estatutos.

Em todos os livros, nas determinações a cerca dos papéis a serem desempenhados pelos irmãos, chama atenção a função desempenhada pelo Procurador, que deve cuidas para que a Mesa funcione perfeitamente, os Livros estejam em conformidade com os fatos, averiguar e avisar a morte de algum irmão ou irmã, cobrar aos irmãos remissos os anuais e presença nas ações públicas como o sepultamento, e, em alguns casos, admoestar aquele cuja vida não está condizendo com os preceitos e normas da associação.

> "Igual cuidado deve haver na eleição de Procurar para esta Santa Irmandade, ofício que deve [ser] conferido a Irmão, ou Irmãos, que para ele tenham não só gênio particular, mas também zelo, inteligência e fidelidade. [...] E se alguns Irmãos forem remissos em pagar dará parte ao Juiz, ou Mesa, para dar a providência conveniente; terá cuidado também de manifestar ao Juiz, ou Mesa, o mau procedimento que tiver algum Irmão para que seja caritativamente admoestado, e repreendido até ultimamente ser da Irmandade riscado"[7]

[7] Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos – Sabará, Comarca do Rio das Velhas. Arquivo Casa Borba Gato. Capítulo 8.

Com relação aos fiéis que tem apresentarem interesse em participar de alguma associação, terão que apresentar, no geral, serem livres de vícios e maus costumes. Para averiguação o interessado deve apresentar-se e aqueles que já são irmãos devem prestar contas sobre o outro e sua vida. Quando a Irmandade é elitizada, existem outros preceitos a serem seguidos, que a fazem caracterizar-se assim, como no caso da Irmandade do Senhor dos Passos, de São João del-Rei:

> "[...] Os irmãos que se receberem hão de ser sem nenhum escrúpulo limpos de geração, ou sejam nobres, ou oficiais, e dos que não forem nobres, não sejam menos á sua Esfera, que oficias, e assim não terão uns, e outro raça de Judeu, Mouro, Mulato, ou de novo convertidos de alguma infecta nação; sejam também livres de infâmia, ou por sentença, ou pela opinião comum; e o mesmo se entenderá das mulheres. Os que quiserem entrar nesta Irmandade farão petição à Mesa, na dita petição hão de nomear os nomes de seus pais, e avós, e da mesma sorte dos de suas mulheres, com as terras onde nasceram [...]"[8]

Ressalte-se, novamente, que essa era uma Irmandade da elite, masculina, onde não eram permitidas mulheres, apesar de, em caso de necessidade, ou seja, da falta de um irmão, a Irmandade prover da forma possível à viúva e seus filhos menores de 14 anos, o mesmo se aplicando à do Santíssimo Sacramento. Nas outras associações era permitido o ingresso tanto de homens quanto de mulheres, sendo indicada a formação de uma Mesa feminina, que agiria em conjunto com a masculina. No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, há ainda a presença do Rei e da Rainha eleitos pelos irmãos.

Chama a atenção também em alguns livros a questão do sepultamento. Em todos os casos os irmãos teriam direito a sepultamento acompanhado pela associação, e quantos mais sacerdotes quisessem ou pudessem pagar. Quando o irmão não tinha posses suficientes para um enterro, este era feito "pelo amor de Deus", em outras palavras, sem ônus para a família do falecido, ficando à custa da associação. Os filhos legítimos também têm direito a esse enterro, indicando assim uma forma de moralizar um problema que incomodava tanto à Coroa quanto à Igreja: o concubinato. Este era praticado tanto por homens casados quanto solteiros, vivendo "portas a dentro", expressão utilizada nas Visitas Pastorais e Autos de Devassa da época, ou não com as suas concubinas.

As sepulturas até o século XIX encontravam-se dentro das igrejas, sendo estas divididas de acordo com as associações que as compunham e a população em geral que a freqüentava. Cada associação tinha direito a um determinado número de túmulos, a serem

[8] Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos da cidade de São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes. Capítulo 16: Do número, e qualidade que hão de ter os Irmãos, e do modo com que serão recebidos.

distribuídos de acordo com a sua importância e a vontade Real. No caso da irmandade do Santíssimo Sacramento, em provisões

> "[...] Concedendo-se a dita graça costumada de que o Provedor, oficiais, e Irmãos da Mesa em sua ordem possam ter suas sepulturas dentro da capela mor até o cruzeiro não só segundo o costume praticado em semelhantes confrarias, mas por fazerem merecedores da dita graça no zelo [...]"[9]

Por ser uma irmandade de destaque, responsável pelo altar, composta pelas pessoas de maior destaque social da localidade, os Irmãos ocupam lugares, por assim dizer, mais próximo do reino celeste do que os outros, na concepção barroca. É uma forma também de reafirmar a superioridade dessa elite sobre os demais, retornando assim a tese de Caio Boschi de que as irmandades seriam também uma forma de controle social exercido pelo governo metropolitano, com predomínio do homem branco sobre o homem negro, na relação dicotômica senhor X escravo.

No caso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, composta por homens pardos, mas que aceitava "[...] todas aquelas pessoas que forem brancos, Pardos legítimos, e libertos, assim homens como mulheres [...]", sendo portanto, mista étnica e socialmente, a associação contava com

> "[...] seis sepulturas livres isentas da Fabrica, duas ao pé do seu Altar, para os oficiais de Mesa, e quatro no corpo da Igreja atendendo ao avultado rendimento que tem a dita Fabrica, como também as avultadas quantias que esta Irmandade lhe tem dado, e dá todos os anos nas festividades que faz [...]."[10]

É possível que esta irmandade esteja tão bem localizada, menos por causa de seu destaque étnico-social que pela soma por ela adquirida. O mesmo não se aplica às que possuíam igreja com invocação própria, uma vez que poderia distribuir as covas como bem entendessem.

A preocupação higienista da educação da população, característica do século XIX, se apresenta no livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas, quando do pedido de aprovação de sepulturas dentro da igreja. Na resposta recebida, dentre outras mudanças a serem consideradas no livro, consta ainda que "Sepultura dentro da Igreja, não é conveniente permitir com detrimento da saúde pública: e portanto faz-se preciso, que hajam

---

[9] Livro de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento – São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes – Provisão passada em 12 de setembro de 1721

[10] Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos Homens Pardos – São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes – Capítulo 13: das Sepulturas que terá a Irmandade

Cemitérios, onde descansem os cadáveres."[11] Isso demonstra o princípio, um dos primeiros indícios da preocupação que acometeria o governo e os médicos para com a saúde pública, e que gerou inúmeras medidas higiênicas que proporcionaram mudanças significativas nas escolas e nos alunos do período oitocentista, objeto de inúmeras, interessante e relevantes pesquisas.

O objetivo deste texto era apresentar as associações leigas religiosas como uma nova possibilidade de fonte para a História da Educação. Apesar de não ligar-se diretamente ao objeto escola, apresenta indícios da relação ensino-aprendizagem em caráter moral, religioso e social, atendendo às demandas apresentadas pela América Portuguesa e suas particularidades. A religião, intrinsecamente ligada, ou melhor, mote da vida do homem colonial, se torna o canal mais direto e propicio para a transmissão de valores e conhecimentos, tanto de interesse da Coroa, quanto da própria Igreja Católica e da sociedade na qual vive. As associações são as guardiãs desses valores, expressos em seus livros através das regras e anotações feitas ao longo de sua existência.

Bibliografia:

BACKSO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985, v. 5.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiros: o culto a São Miguel e Almas*. Tese de Doutorado. USP, 1994.

_____. *Cultura Barroca e Manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, LOPES, Eliane Marta Teixeira & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e & VEIGA, Cynthia G. (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

[11] Livro de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas – São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes – folha 2. O Compromisso é datado de 27 de dezembro de 1808.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colônia (1550-1800).* São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros (UFMG), 1963.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIANA, Larissa Moreira. O Idioma da Mestiçagem: religiosidade e 'identidade parda' na América Portuguesa. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense. Niterói: agosto, 2004

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O progresso chega ao sertão: disciplinarização e higienização nas páginas de *A Violeta* (1937-1945)

Carlos Alexandre Barros Trubiliano*

Resumo
A presente comunicação tem como finalidade apresentar algumas reflexões sobre as configurações identitárias femininas construídas na revista cuiabana de variedades, A Violeta, durante o Estado Novo. O periódico, de expressiva circulação em Mato Grosso, foi "a voz" do Grêmio Literário Feminino, Júlia Lopes de Almeida, instituição de grande importância na vida literária e intelectual da capital e do Estado. Nosso objetivo é discutir as imagens idealizadas, apresentada nas páginas da revista, para as mulheres – boa esposa, virtuosa mãe e dedicada dona-de-casa, sendo as mesmas entendidas como parte do projeto estadonovista de ordenação e civilização para Mato Grosso.
Palavras-chave: Imprensa – Mulher - identidade

Abstract
The present communication has as purpose to present some reflections on the constructed feminine identitárias configurations in the cuiabana magazine of varieties, the Violet, during the New State. The periodic one, of expressiva circulation in Mato Grosso, was "the voice" of the Feminine Literary Bosom, Júlia Lopes de Almeida, institution of great importance in the literary and intellectual life of the capital and the State. Our objective is to argue the idealized images, presented in the pages of the magazine, for the women - good wife, virtuoso mother and dedicated owner-of-house, being the same ones understood as part of the estadonovista project of ordinance and civilization for Mato Grosso.
Keywords: The press - Woman - identity

Discutir periódicos femininos como *A Violeta* é pensar sobre as configurações identitárias femininas construídas na imprensa do século XX, essas podem ser entendidas como produtos de convenções e estruturas de legitimação socialmente construídas e historicamente localizadas e que não apenas refletem as visões de mundo dos agentes envolvidos em sua construção, mas também contribuíram para a construção das identidades e da memória social da época.

Deste modo, *A Violeta*[1] que se configura como periódico de variedades que circulou em Cuiabá, no interior Estado de Mato Grosso, bem como por algumas localidades

* Mestrando em História pela UFGD/ Bolsista da FUNDECT

[1] É importante avisar o leitor que a nossa leitura de *A Violeta* irá de 1937 a 1945, momento em que a revista desenvolve fortes ligações com o regime estadonovista. Embora muitas vezes nos utilizemos de outros números cuja data fique fora do recorte temporal proposto.

do Brasil, durante a primeira metade do século XX, entre 1916 a 1950[2], e que fora, criado e mantido por uma associação literária feminina, o Grêmio Júlia Lopes de Almeida[3], instituição de grande influência na vida literária e intelectual da capital e do Estado durante o mesmo período, se torna uma importante fonte para entendermos o padrão idealizado de família e de mulher instituído em Mato Grosso durante o Estado Novo.

A Violeta já no seu primeiro número,em 16 de dezembro de 1916, sendo, portanto apenas há 20 dias após a criação do Grêmio Júlia Lopes de Almeida, tem na sua primeira página, a apresentação do objetivo da Revista: "*o escrínio singelo que encerrará em cada uma das suas páginas os nossos primeiros ensaios na vida jornalística* (...) *a todas que conosco quiserem colaborar para o engrandecimento moral da nossa estremecida terra"*[4], deste modo o periódico se apresenta como um espaço para as escritoras iniciarem-se na profissão, na mesma medida que também liga-se profundamente ao objetivo de "*engrandecer moralmente a estremecida terra* ".

Segundo Yasmim Nadaf a iniciativa da criação do Grêmio e da Revista, surgiu a partir de um grupo de estudantes normalistas, da "*Escola Normal de Mato Grosso",* em Cuiabá. Essas estudantes, ligadas a algumas senhoras e senhoritas das elites cuiabana, desejavam "*cultivar as letras femininas e patrícias"*[5]. Portanto, já em sua fundação, A Violeta e o Grêmio ligava-se a sua existência ao público leitor feminino e escolar, além de uma parcela também feminina da sociedade cuiabana que quisesse (ou tivesse condição) de *cultivar as letras.*

Inicialmente, a proposta de circulação de *A violeta* foi bimensal, mas com o decorrer do tempo oscilou para a mensal, e posteriormente à circulação de um número a cada quinzena, sendo definido a partir de 1920, pela circulação mensal, havendo desde aí dois números referentes ao mesmo mês somente nos casos de falhas de produção em algum mês anterior.[6]

---

[2] O Grêmio foi criado em 26 de novembro de 1916 e o primeiro número de *A Violeta* foi publicado em 16 de dezembro do mesmo ano, em Cuiabá. *A Violeta* 31/05/1935. p. 2-5.

[3]Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora e feminista, nasceu no Rio de Janeiro. Descendente de portugueses, que se estabeleceram no Rio de Janeiro, onde Júlia aprende a ler com a mãe. Quando a família mudou-se para São Paulo, ela deu início à carreira literária. Escrevia constantemente matérias para diversos jornais, partindo de um ponto de vista crítico condenava, entre outras coisas, a escravidão, a violência sexual contra a mulher, negação do voto à mulher e a supremacia masculina. Foi atuante na defesa de seu ponto de vista, chegando a publicar diversos livros (O livro das noivas, 1896; livro das Donas e Donzelas, 1906; entre tantos outros.).

[4] NADAF, Yasmim Jamil. **Sob o signo de uma flor. Estudo da Revista A Violeta, publicação do Grêmio "Júlia Lopes" – 1916 a 1950**. RJ: Sette Letras, 1993. p. 23.

[5] NADAF, Yasmim Jamil. op.cit., p. 23.

[6] A periodicidade de publicação da revista irá variar nas décadas de 1930-1940, havendo números trimestrais e meses que tiveram mais de um número. Mais dados sobre a periodicidade das publicações da revista ver em: NADAF, Yasmim Jamil, op.cit.

É interessante observarmos a forma material de *A Violeta* em seu pequeno formato de brochura, 15x 23cm, em muito se assemelha a um caderno escolar, livro de lições ou ainda a um diário íntimo, de uso muito comum das moças da época, em alguns dos quais elas não raro registravam poesias, provérbios e máximas de sua autoria ou de seus autores de preferência, escritos que podemos também encontrar nas páginas da revista.

Outro elemento importante a ser observado são as capas, que via de regra, publicava fotos de autoridades e personalidades ilustres estaduais e nacionais, em ocasião de datas cívicas que se remetessem aos cargos exercidos pelas mesmas, em ocasião de suas visitas a Mato Grosso ou também de seus aniversários. Além desta configuração, mas funcionando no mesmo sentido instrutivo, útil e oficial, mostrava-se também a ilustração de localidades públicas, como as igrejas, escolas, biblioteca e praças.

A Revista sem diagramação sofisticada, em seu formato e apresentação, é capaz de revelar a significação do novo papel da mulher, não mais restrito à esfera privada do lar, da intimidade familiar e conjugal, mas associado à esfera pública da sociedade. Contudo, é importante observar que nas páginas de *A Violeta* esses novos espaços de atuação feminina não irão desassociar as mulheres das tarefas socialmente designadas elas que é o elevado ideal de obediente filha, dedicada esposa e virtuosa mãe como nos indica *Julia Lopes de Almeida*:

> *"Não sei que haja, para uma mulher de coração, prazer comparável ao de criar seus filhos! Eu confesso, sinto um grande desvanecimento e um Íntimo orgulho quando olho para o meu filho, criança robusta, que espalha por toda a casa o seu riso; e para a minha filhinha, que tem ainda o olhar dos que principiam apenas a vier (...) Não há mais nada encantador do que acompanhar o desenvolvimento de uma criança; e só a mãe pode seguir com atenção desde que crie, o desabrochar da inteligência e dos sentimentos de um filho (....) Ser mãe não e fácil, desde que a gente queira ser – como deve ser. "*[7]

Outro aspecto importante na estrutura das edições da revista é sua abertura que começa com uma *Chronica* que irá abordar os mais diversos assuntos, desde comportamento até a reivindicações de construção de obras publicas, como a construção da estrada de ferro a Cuiabá:

> *"Quem quer que haja tido ocasião de acompanhar-me, durante êstes quási cinco lustros em que modestamente, mas com fé inabalável, venho mantendo um combate a favor da estrada de ferro a Cuiabá (...) Mato Grosso não pode ficar afastado da Capital do País, relegado ao desamparo".*[8]

[7] A Violeta. Cuiabá. Maio de 1941.p. 11.
[8] A Violeta. Cuiabá. Maio de 1941.p.1

E o seu fechamento que se dá com a seção *Noticiário*, esta cumpre o roteiro fixo de relatar os acontecimentos sociais da capital e do Estado, tais como casamentos, visitas ilustres a Mato Grosso, viagens de personalidades das elites estadual, aniversários, nascimentos e notas de falecimentos entre outros acontecimentos:

> *"A Festa á Bandeira*
>
> *O dia 19 do corrente, em que se comemora á Bandeira Nacional foi brilhantemente festejada nesta Capital.*
> *Além das comemorações escolares, do hasteamento do Pavilhão Nacional, solenemente nas repartições publicas, o 16º B.C., do qual é digno o comandante o Snr. Tte. Cel Eudoro de Arruda e Sá, promoveu uma sessão solene na Praça Alencastro. Que teve o concurso do Exmo Snr. Interventor Federal, de Altas Autoridades, da N.P.O.R. do E.I.M. 176 do Liceu Salesiano. "*[9]

É significativa essa estruturação, uma vez que a vida real aparece tematizada na abertura e fechamento de cada número, isto se pensarmos a disposição espacial entre a *Chronica* e o *Noticiário,* haja vista que enquanto a *Chronica* vai tematizar reivindicações de progresso, o *Noticiário* vai "*descrever"* o cotidiano civilizado no sertão. Entre o intervalo de espaço entre essas duas seções a variedade é grande tendo destaque as Seções.

Não houve rigor no estabelecimento de Seções fixas em *A Violeta*, como a "Crônica" e o "Noticiário". Entretanto, durante 1937 -1945, podemos constatar a continuidade, o surgimento e o desaparecimento de alguns títulos, em grande parte eram artigos de entretenimento, eles surgiram em determinado exemplar da revista e permaneceram temporariamente, alguns sucessivamente, outros mais esporadicamente. Dentre as seções que foram editadas durante o Estado Novo foram a:

Seção "Perfil" - que surgi já na revista numero 3 em janeiro de 1917 e ira durar até agosto de 1941, essa seção ira trazer a descrição de um perfil anônimo de um cuiabano ou cuiabana para ser desvendado pelo leitor[10]:

> *"Convidada a colaborar n'a A Violeta (...) procurarei se fiel e clara na minha descrição (...) descrevendo o perfil de minha escolhida, a distinta senhorita: C.M.B. É uma creatura adorável, dotada de muitos atrativos e de uma perceptibilidade admirável (...) Tem uns olhos escuros e grandes aos quais superpõem umas sobrancelhas finas e arqueadas, dando uma expressão carinhosa e meiga ao seu olhar (...) Simples nos seus modos, traja sempre com singeleza, dispensando os adornos e enfeites, da moda, por serem desnecessário para completar sua elegância e distinção. Despida de vaidades e preconceitos, tem um espírito elevado, não desfazendo de quem quer que seja (...) É bôa e caritativa, e por isso mesmo muito estimada.(...)*

[9] A Violeta. Cuiabá 30/11/ 1943.p17.
[10] NADAF, Yasmim Jamil. op.cit., p. 32

> *Não há quem a conheça que não fique sua admiradora. Atenciosa e gentil, recebe sempre as amiguinhas com seu sorriso encantador*[11].
>
> *América Paes de Barros*."

Diante deste exemplo a seção "perfil" trazia os modelos de conduta a época para homens, mulheres, rapazes e, sobretudo, as moças que assim como a senhorita C.M.B. deveria ter como qualidades ser carinhosa, bondosa e caritativa para com o próximo, além de se comportar com elegância e distinção perante a sociedade.

E a seção "Correspondência de D. Marta"[12], que irá surgir a partir de agosto de 1918 e durando até 1940. Esta seção irá editar as cartas ficcionais da velha Marta dirigido-se sempre às leitoras como "*Minhas Amiguinhas",* com tom professoral em alguns momentos dava conselhos às "*amáveis leitoras"* em outros fazia reivindicações de progresso para mato Grosso,[13] como segue no trecho retirado de uma correspondência:

Caras amiguinhas

> *"Nesta correspondência pretendo referir me ao asumpto magno que me prende a atenção presentemente; aquelle que se encerra nessa phrase que se tornou vulgar, graças a sua alta significação para os interesses da Pátria – Rumo ao Oeste! (...) É brado, intelligente e enérgico de quem comprehende o que é o Brasil (...) Pois foi comprehendido pelo S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas, ilustre filho do Sul (...) Rumo ao Oeste na representação verdadeira da sã política do Paiz, com a escolha de ilustres filhos desta nossa terra – D. Aquino, General Eurico Dutra, Capitão Filinto Müller, General Rondon para nobres e importantes missões; Rumo ao Oeste na defesa da saúde publica, no traçado das estradas, na construção de prédios na incentivação da agricultura e, por ultimo, coroando toda a sua benemerência pelo nosso Estado, a sua visita a esta Capital"*[14].

Em consonância com o discurso do Regime a correspondência de D. Marta, editada na ocasião da visita do presidente Vargas a Mato Grosso em 1938, também se traduzia no ideário da Marcha para Oeste, a imagem do progresso em Marcha, sendo conduzido pelo grande líder da nação e os novos bandeirantes, ilustres filhos da terra que juntos seriam responsáveis pela pacificação e civilização do bravio sertão mato-grossense.

Entre as seções foram publicados alguns textos de renomados escritores da literatura universal e brasileira tais como o de Rui Barbosa "*5 de novembro – Dia da cultura*"[15], publicado em novembro de 1943, como parte das homenagens ao dia da proclamação da Republica, e sonetos de Olavo Bilac como "*Último Carnaval*"[16], publicada

---

[11] Seção Perfil – A Violeta, Cuiabá. Agosto de 1941. p.13

[12]Segundo, Yasmim Jamil Nadaf *D. Marta* foi um personagem criado por Maria Dipina Lobo, a verdadeira autora das cartas.

[13] NADAF, Yasmim Jamil. op.cit., p. 33

[14] Seção Correspondência de D. Marta – A Violeta, Cuiabá. outubro de 1938. p. 08-09.

[15] A Violeta. Cuiabá. Novembro de 1943.p. 13.

[16] A Violeta. Cuiabá. fevereiro de 1940.p. 09.

em fevereiro de 1940, que retratava a vida e morte de "herói folião" e *"Benedicite"*[17], publicado em janeiro de 1941, louvando o inventor do fogo do canto e da esperança, estes textos compunham uma pequena amostra de seleção e intenção de formação de gosto pela revista.

Ainda, neste sentido, podemos destacar os escritos de Victor Hugo, cujos recortes em suas obras procuram ressalta o exemplar, tal como no texto "*A Mulher"*[18], onde, o autor descreve as qualidades naturais inerentes ao feminino, portanto sendo *"A mulher um ser delicado, sublime,sensitivo; quando chega a maternidade é o ser por excelência de amor e de justiça(..) a mulher se faz benéfica, amulher se faz dígna sendo mãi*". Deste modo, A Violeta endossa as ditas características essências femininas como delicadeza e a sensibilidade, valores idealizados para as mulheres, cuja seu único, benéfico e digno é papel o de ser mãe.

Interessante observarmos a existência de algumas ambigüidades dentro da revista, sendo possível conter no mesmo exemplar da *A Violeta* o texto *"A Mulher*" de Victor Hugo, encontrarmos textos como:

> *[as meninas] "Responsáveis pelas formação física, moral e espiritual das novas gerações das quais elas serão mãis e educadoras, estarão elas, com o curso ginasial apenas, aptas para o desempenho da sua mais nobre missão? (...) Muito dígno de louvores é o interesse pelo desenvolvimento intelectual que confere o curso secundário ginasial.*
> *Mas, nem, sempre pode chegar até êsse ponto a educação da mulher. Umas, em casa, aprendem o necessário para não serem de todo inexperientes na vida.*
> *Outras têm, como pendor natural, o instinto da educação doméstica.*
> ***Mas, serão todas assim?***
> *Não serei eu a única a pensar, com interesse, neste problema do qual depende in totun a nossa formação social.*
> *Pensar não é bastatne; presisamos de agir."*[19]

Essa crônica de Maria Dimpina[20], que reivindica e conclama os leitores a lutarem para a ampliação da educação feminina, destoa do discurso de Vitor Hugo, uma vez que o autor vê o papel da mulher na sociedade sendo único e exclusivamente o materno, já a autora põem em duvida essa limitação "*mas serão todas assim?*", essa indagação rompe com o lugar da mulher, tradicionalmente reclusa no domestico. Talvez a reivindicação de Dimpina não

[17] A Violeta. Cuiabá. janeiro de 1941.p. 10.
[18] A Violeta. Cuiabá. agosto de 1941.p. 09.
[19] A Violeta. Cuiabá. agosto de 1941.p. 01 (grifo nosso)
[20] Maria Dimpina Lobo, bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano (1909). Exerceu magistério na Escola Modelo "Barão de Melgaço" e no Colégio Particular "São Luiz", do qual foi fundadora e diretora. Ingressou no funcionalismo federal através de concurso para postalista dos Correios e Telégrafos. Foi à primeira mulher funcionária pública de Mato Grosso, uma das fundadoras do Grêmio Literário "Júlia Lopes", da Escola Doméstica "Dona Júlia Lopes de Almeida" e da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino. Em 1955 editou o livro *"Folhas Soltas"* que reúne alguns dos seus escritos publicados na imprensa. Dados obtidos em: NADAF, Yasmim Jamil. op.cit., p. 59-60.

seja apenas para a possibilidade de acesso feminino a educação, mas para a ampliação dos espaços de atuação das mulheres na sociedade.

Tão surpreendente quanto a interrogação de Dimpina é o artigo *A educação antiga e moderna da mulher brasileira* assinado por Raymunda Socci:

> *"A história da mulher no mundo é conhecida e muito se tem escrito sôbre ela, desde a escravidão até o grau de aperfeiçoamento a quase soberania social a que chegou no centros cultos.*
> *Na antiguidade era a serva submissa, a mártir a "coisa possuída", a sua ocupação social, restringia-se ai trabalho caseiro e a sua função aliás divina, à maternidade.(...)*
> *A Mulher, segundo a rotina antiga por educação ou por índole, vivia numa apatia cruel, ignorando tudo, restringindo a sua liberdade, desconhecendo os seus direitos, confiando cegamente nos pais, irmãos e maridos(...)*
> *Mas hoje elas se emanciparam, educaram o seu spirito e quando tocadas pelas necessidades ocasionais denotam rara energia, sabedoria econômica admirável, verdadeiras estadistas de suas famílias. (...)*
> *Brasileiras, a vossa liberdade estará assegurada, quando a vossa ação econômica, educadora, intelectual e moral se tornar energia real no meio pátrio, porque há quem considere o trabalho feminino uma diminuição. É um grande erro, vos afirmo, pois quantas infelicidades a mulher pode evitar quanto tem uma profissão! Não espereis mais."*[21]

A autora que teve reservado para seu artigo três páginas, algo incomum nas edições da revista, ira transmitir a todos leitores de *A violeta* reivindicações de liberdade, educação e respeito, declarando a emancipação feminina do exclusivo julgo do lar, destoando desta forma dos escritos como o de Vitor Hugo, de outros autores que escrevem na revista e, sobretudo, de boa parte das elites masculinas mato-grossense que entendiam que o papel feminino deveria ser exclusivamente o de filha, esposa e mãe.

O fato é de que esses discursos se apresentam relacionados entre si e aos objetivos do Grêmio Literário e da Revista que é o *"desenvolvimento intelectual da mulher matogrossense"* [22], essa relação de ambigüidade, é que nos faz pensar qual seria o efetivo projeto de formação de gosto, de audiência e de público leitor da *A Violeta*.

Deste modo, pensamos que projeto da revista não seja uniforme, à medida que ele vai se costurando e se constituindo em vários espaços de configuração, sendo, portanto estratégias que mantiveram a ação de *A Violeta* em uma direção conciliadora.

Ainda sobre a publicação dos mais diversos tipos de textos destacam-se as produções de autores mato-grossenses, "*ilustres filhos da terra"* tais como D. Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956), que foi arcebispo da igreja católica em Cuiabá, presidente do Estado entre 1918 e 1922 e primeiro mato-grossense a se tornar membro da Academia Brasileira de Letras em 1929. Publicou em *A Violeta* quase que todos os seus discursos

[21] A Violeta. Cuiabá. dezembro de 1941.p. 05; 20 - 21
[22] **Os objetivos do Grêmio Literário Júlia Lopes**. A Violeta, Cuiabá. abril de 1918. p.9

retórico-religiosos e políticos, depois transformados em livro alem de poesias e de artigos de orientação para as famílias como:

> *O PÁTRIO PODER*
> *D. Francisco de Aquino Corrêa*
>
> *"Ó pais e mais, afastais para longe de vós, tamanhas desgraças: Compenetrai-vos de que vos casastes para bem criades os filhos tudo o mais é aí secundário. Se vossos filhos forem maus, o vosso casamento terá sido uma calamidade, não só doméstica, que também social. Mas se derdes filhos dignos à Igreja e à Pátria, tereis feito jus à mais rica das estátuas, ou melhor, os vossos próprios filhos serão outras tantas estátuas, vivas e gloriosas, a proclamarem, diante de Deus e dos homens, as vossas benemerências.*
> *É o caso de repetirmos aqui com o príncipe dos oradores romanos: <<Que maior ou melhor serviço podemos prestar à República do que ensinar e educar a juventude?>>*
> *(...)<< Os filhos, diz o sumo filósofo S. Tomás de Aquino, são naturalmente alguma coisa dos pais>>"*[23]

Também podemos destacar os escritos de José de Mesquita (1891-1961), Jurista, historiador, poeta, genealogista e cronista, foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1919, e da Academia Mato-grossense de Letras, em 1921, da qual foi Presidente, desde a sua fundação até o seu falecimento em 1961.

Mesquita teve marcante participação nas páginas da *A Violeta*, publicou inúmeras poesias a maioria de cunho regionalista como Os descobridores, mas também emitiu suas representações sobre o feminino na coletânea de poesias *"Folhas de Álbum"* onde era sempre dedicada em nome de uma senhora da sociedade mato-grossense:

> ***Os descobridores***
>
> *"Vinham de muito longe aqueles sertanistas, rompendo a selva espessa, a solidão bravia, vale aberto em maneis, serra ouriçada em cristas, rios e igarapés, sem descansar um dia.*
>
> *Vinham de muito alem, a cata de conquistas de índios e do ouro bom, que nesta terra havia, em destemido, o bando heróico e paulistas, palmo a palmo, o sertão perigoso corria...*
>
> *Tras dos coxiponés e do ouro e dos diamantes depois de muito esforço e lida foram dar a Cuiabá, e ali, os bravos bandeirantes ergueram o arraial entres as veredas colinas sendo governador o conde de Assumar, capital geral de S. Paulo e das Minas".*[24]
>
> *José de Mesquita*
>
> *Folhas de Álbum*
> *José de Mesquita*
> *(No álbum de D. Maria Fischer Leite)*

[23] O PÁTRIO PODER. A Violeta. Cuiabá. outubro de 1941.p. 03
[24] A Violeta. Cuiabá. abril de 1942.p. 15.

"A alma da Mulher tem duas asas
Que elevam alto, junto à Divindade.
É com elas que, em surto, aos céus se ergue
Num revoar de espiritualidade.
Uma é o Afeto que vota ao Esposo, aos filhos.
Outra a dedicação à Humanidade
Só as almas eleitas as possuem:
Chama-se aquela, - Amor; esta, - Bondade"[25]

Assim como nos exemplos acima, as poesias, poemas, crônicas e artigos publicadas por esses, e outros, autores tiveram as mais diversas inspirações como o regionalismo, o amor à pátria e, sobretudo, a idealização da mulher e seu efetivo papel na família. Possivelmente a edição de tal produção literária pela revista pode ter uma relação não apenas com os temas, mas com os autores, nos revelando assim uma possível estratégia conciliadora entre as mais diversas opiniões sobre o papel da mulher na sociedade.

O fato é que a influência do Grêmio Júlia Lopes e de *A Violeta* na sociedade letrada (ou letranda) de Cuiabá e de Mato Grosso espraiou em muitos sentidos os objetivos a que se dispuseram seus colaboradores e associadas. O Grêmio não só registrou como fomentou muito da vida cultural cuiabana e no Estado promovendo ações e eventos culturais.

Por fim, em meio a um processo de modernização que vinha sendo implementado em Mato Grosso, *A Violeta* através de suas páginas faziam circular as mais variadas informações, constituindo-se como um palco privilegiado onde as pessoas projetavam sua visão de mundo, suas opiniões e soluções para os mais diversos problemas da sociedade.

O periódico através de suas poesias, notícias, artigos e crônicas, refletiu, entre outros assuntos, sobre o casamento, a educação feminina, a maternidade e a família, informando e formando não somente as mulheres como também os homens sobre os papéis sociais que deveriam ser seguidos, se tornando como uma rica fonte sobre o imaginário social da época.

[25] Folhas de Álbum. A Violeta. Cuiabá. dezembro de 1944.p. 11

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arquidiocese de Cuiabá e Estado Novo: aliança consolidada e discurso alinhado

Célio Marcos Pedraça*

Resumo: O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise das relações entre a Arquidiocese de Cuiabá e o Estado Novo entre os anos de 1937 a 1945. Durante esse período estava a frente da Arquidiocese de Cuiabá o arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, figura católica de grande expressão durante os anos Vargas. Entre outros aspectos, Dom Aquino que dirigiu a Arquidiocese de Cuiabá até o ano de 1956, ano de sua morte, durante o Estado Novo foi apontado por muitos como o grande orador das solenidades oficiais promovidas pelo Governo Federal. Sendo assim, as análises aqui elaboradas serão no sentido de promover uma discussão referente a postura de Dom Aquino, e por conseqüência, seu episcopado, frente a algumas políticas implementadas pelo Estado Novo no período mencionado.
Palavras – chave: Arquidiocese de Cuiabá, Estado Novo, Igreja Católica.

Abstract: The present study has for objective to analyse of the relations between the Arquidiocese of Cuiabá and the New State between the years of 1937 to 1945. During that period was the front of the Arquidiocese of Cuiabá the archbishop Francisco of Aquino Corrêa, catholic figure of big expression during the years Vargas. Between others aspects, Aquino Corrêa that drove to Arquidiocese of Cuiabá to the year of 1956, year of their death, during the New State was aimed by many as the big speaker of the official solemnities promoted by the Federal Government. Being like this, the here elaborate analyses will be in the sense of promote an argument regarding posture of Aquino Corrêa, and consequently, his bishopric, facing some politics implemented by the New State in the period mentioned.
Keywords: Arquidiocese of Cuiabá, New State, Catholic Church.

Durante a fase do Estado Novo, tanto a igreja católica quanto o governo federal declararam guerra a muitos de seus inimigos. O interessante a ser destacado, é que muitos dos inimigos eleitos do catolicismo, assim como do Estado, foram inimigos em comum. Mas quais teriam sido as razões disso? Uma simples coincidência, ou resultado de uma aliança?

No caso da igreja católica mato-grossense durante a ditadura de Vargas, ou seja, entre os anos de 1937 a 1945 estava a frente da Arquidiocese de Cuiabá Dom Aquino Corrêa. Francisco de Aquino Corrêa nasceu no dia 02 de abril de 1885, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Foi o último dos quatro filhos do casal Antônio Tomaz de Aquino Corrêa e Maria D`aleluia Gaudie Ley. Governou Mato Grosso na época na condição de presidente entre os anos de 1918 a 1922, ocupou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e dirigiu a Arquidiocese de Cuiabá de 1922 a 1956.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Durante a vigência do Estado Novo Dom Aquino foi personagem de grande relevância, principalmente no que diz respeito a viabilização e consolidação das relações entre a Igreja Católica e o governo de Vargas. Portanto, pensar as relações entre a Arquidiocese de Cuiabá e o Estado Novo se torna tarefa difícil, se não levarmos em conta a efetiva participação de Dom Aquino Corrêa nesse processo.

Para iniciarmos as nossas reflexões, podemos destacar parte de um dos inúmeros discursos proferidos por Dom Aquino durante o Estado Novo. Na ocasião, Dom Aquino fazia uma reflexão sobre a definição de patriotismo. Ao fazer isso, entre outros aspectos, traduziu a visão do catolicismo em relação ao governo de Vargas naquele momento.

> *Patriotismo é esse fogo sagrado, que se alimenta com as tradições atávicas da família e do povo, que vão desde o cultivo da língua materna, até o respeito às autoridades e o culto dos grandes homens da história; mas são, sobretudo, as tradições cristãs, que fazem forte e invicto o patriotismo, tradições essas que o Estado Novo tem procurado reflorir sempre mais, como ainda há pouco, quando ouvimos um ilustre ministro desse Estado, em plena praça pública da paulicéia, glorificar, num surto de comovente oração, a Imaculada Virgem Aparecida, padroeira do Brasil. (CORRÊA, 1985:62).*

Ao depararmos com essa citação, principalmente quando levado em conta o fato dela estar sendo pronunciada por uma liderança católica, sem nenhuma dúvida, nos fica evidenciada uma clara relação de proximidade entre a Igreja Católica e o Estado. Relação essa, completamente distinta da do final do século XIX, ou mesmo, das duas primeiras décadas da república no Brasil.

O interessante dessa aliança, é que durante o Estado Novo essa proximidade era de tal tamanho, que muitos dos discursos católicos se confundiam com as próprias políticas do Estado. Neste sentido, os discursos e produções de Dom Aquino, principal representante da Arquidiocese de Cuiabá, nos apresenta uma enormidade de pontos de convergência entre a Igreja e o Estado, que em boa parte das vezes, teve por principal objetivo o endossamento dos ideais estado-novista.

O grau dessa relação entre a Igreja e Governo Federal, foi inclusive, forte o suficiente para fazer com que religiosos católicos durante o Estado Novo praticasse em Cuiabá com o aval de Dom Aquino, ações anteriormente impensadas.

> *Em 1941, a presença de padres discursando numa emissora de rádio criada por três maçons - João (Jercy) Jacob, Juvenílio Francisco de Freitas e Canavarros - é uma mostra de que a emissora era muito mais estado-novista que maçônica. Em nível nacional, a Igreja Católica era uma das instituições que deram sustentação ao getulismo, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1937, que revogou a Carta Magna de 1934. Em Cuiabá estes laços foram fortalecidos na figura representativa do arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, um dos principais oradores em defesa do Estado Novo. (SILVA, 2004: 148).*

Passagens como essa, são importantes para demonstrarmos que a Igreja, mesmo fazendo uma contundente oposição a maçonaria, em nome de um projeto maior, não deixou que essa questão a impedisse de falar em nome de uma ideologia, que tinha por um de seus principais referenciais a sua aliança com o Estado. Por outro lado, essa emissora maçônica também não se opôs a essas lideranças católicas, pois certamente, não era conveniente se opor a principal instituição colaboradora e parceira de Vargas.

A Arquidiocese de Cuiabá e o seu arcebispo: em nome da Igreja e a favor do Estado

Durante os anos Vargas muitos temas foram retratados por Dom Aquino. A sua intervenção quase sempre se deu através de discursos e cartas pastorais. Estas abordagens fizeram referência a assuntos diversos, como as que dizem respeito às discussões sobre o movimento operário e sindical. Nas oportunidades em que deu ênfase para essas problemáticas, podemos observar nos discursos de Dom Aquino uma clara intencionalidade, a de reforçar a política varguista no que concerne a essas questões. Como exemplo disso, podemos citar parte de um discurso de Dom Aquino proferido em comemoração aos dez anos do governo Vargas. "Contemplo o nosso pacifico operariado, e vejo os sindicatos, vejo os seus direitos e as suas regalias, vejo que o Governo não lhes dá, senão o que não pode, facultando-lhes, em tão poucos anos, tantas conquistas, quantas não conseguiram outros povos, em séculos de existência." (CORRÊA, 1985: 271).

Dom Aquino ao alegar contemplar o operariado em seu discurso coloca em evidência uma posição completamente favorável ao governo, sendo que sua fala vai de encontro a ideologia difundida durante os anos Vargas. Essa ideologia diz respeito as novas políticas implementadas por Getúlio Vargas a partir dos anos 30 do século passado.

Vargas ao assumir a presidência procurou consolidar um caminho que sacramentasse a modernização industrial. Por conseqüência dessa política, impulsionou os fenômenos do corporativismo, nacionalismo, populismo, desenvolvimentismo e de maneira especial, do trabalhismo.

Neste universo, a problemática histórica que diz respeito a legislação trabalhista no Brasil, posteriormente materializada na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, esteve durante os anos Vargas ligada diretamente a insistência por parte do governo em controlar e ter sob a tutela do Estado as relações entre capital e trabalho, principalmente no que se refere as dimensões coletiva e sindical. Sendo assim, podemos dizer que essa legislação trabalhista "Visava regulamentar os conflitos entre patrões e operários e controlar as atividades dos sindicatos até então independentes. O objetivo maior consistia no impedimento de que os conflitos sociais se expressassem na esfera pública. Foram então criados órgãos para coordenar as relações de classe" (CAPELATO, 2003: 120).

Portanto, a Legislação Trabalhista tradicionalmente destacada como herança dos anos Vargas, surge num contexto em que elas se tornaram imprescindíveis para as estratégias do próprio governo, o que nos leva a imaginar, que surgiram com a função de atender primeiramente os interesses do governo Vargas e não necessariamente as necessidades dos trabalhadores brasileiros.

Podemos dizer então que os operários, bem como suas organizações sindicais, estiveram durante o governo Vargas, na condição de reféns do Estado. Mas a imagem difundida, era a de que esses trabalhadores vivenciavam uma fase áurea. Na construção desse discurso, a posição de Dom Aquino foi além de simplesmente exaltar supostos ganhos e regalias promovidas pelo governo Vargas. Não se contentando ao ato de exaltação desses supostos benefícios, procurou ainda, orientar os trabalhadores como deveriam se portar em relação aos seus patrões.

> *Operários! Daí fielmente aos patrões o trabalho que lhes deveis não os leseis nos bens, nem na pessoa; não recorrais a violência; fujam dos perversos, que vos transviam. Estai certos de que o trabalho, longe de abater a dignidade humana, a engrandece e eleva, tanto assim que o Filho de Deus, feito homem, quis ser chamado operário e filho de operário (CORRÊA, 1985:14).*

Conforme podemos observar, a posição da igreja era favorável ao Estado e procurava instigar os operários a se portarem de maneira dócil e não agressiva, além disso, a serem fiéis aos seus patrões. Esse discurso servia diretamente aos desígnios do Estado Novo. Sendo que essa construção se tornava ainda mais relevante, na medida em que esse discurso ganhava uma conotação religiosa, chegando a ponto de apresentar Jesus Cristo, principal representação do cristianismo, como operário e filho de operário.

Na condição de arcebispo de Cuiabá, outro recurso muito utilizado por Dom Aquino nas suas pregações, foram as cartas pastorais. Ao longo de seu episcopado redigiu vinte e quatro cartas pastorais, e foi o principal responsável pela elaboração de outras duas cartas coletivas do episcopado de Mato Grosso.

Percebe-se, que boa parte de suas cartas pastorais deu suporte para a ideologia varguista, apesar delas nem sempre retratarem explicitamente um apoio direto ao governo federal. Apelos voltados para o cumprimento dos princípios cristãos, da oração ou educação dos filhos, eram destacados como obrigações nessas cartas. A obediência aos poderes constituídos era regra para os católicos.

As cartas pastorais emitidas por Dom Aquino, além da doutrina cristã, preocuparam-se diretamente com as questões políticas do país, não destoando dessa maneira, de seus célebres discursos. Na tentativa da elaboração e fundamentação dessa ideologia sustentadora do Estado Novo, uma passagem que caracteriza bem a preocupação do arcebispo de Cuiabá pela valorização da ideologia varguista, pode ser demonstrada através de seu discurso denominado *No Decênio dum Governo* proferido em missa campal de ação de graças pelo 10º aniversário da presidência de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro em 1940.

Essa comemoração, de suma importância para o governo Vargas, também serviu para demonstrar o prestigio do arcebispo de Cuiabá, que até aquele momento, seguia firme na sua posição de porta voz da Igreja Católica no Brasil e orador oficial das grandes solenidades promovidas pelo governo federal. Esse evento serviu ainda, para mostrar o grau da relação entre a Igreja Católica e o Estado até aquele momento.

Dom Aquino, que havia sido escolhido para dirigir essa comemoração, a exemplo de outras oportunidades, poeticamente iniciou o seu discurso, saudando e vangloriando o povo e a nação brasileira, mas preparando a platéia para ouvir o que a ocasião primordialmente suscitava.

> *E aqui estamos celebrando, à sombra da paz e na comunhão da fraternidade, o décimo aniversário de um governo, de que fez Deus mercê ao povo brasileiro. Bem sabeis, senhores, que a tribuna sacra não discute formas de governo, nem regimes políticos, senão a luz dos ditames da fé e da moral católica. Respeitadas estas normas supremas, todas as formas de governo são boas; mas o governo, são os homens que o fazem. Mais do que formas de governo, devemos festejar o governo, isto é, a aplicação dessas formas ou princípios constitutivos do regime. Por quanto, não há duvidar que, sob a mesma organização política, tanto pode pesar sobre o povo, a tirania de um déspota, como felicitá-lo, o poder suave paternal de um patriarca. E é isto, senhores, que viemos aqui hoje agradecer à Providência Divina: um governo tão forte quão tolerante , esta situação de ordem e progresso, de que goza o Brasil, em se completando o decênio da presidência Getúlio Vargas (CORRÊA, 1985: 270).*

Ao analisarmos alguns aspectos ressaltados nesse discurso, podemos dizer que apesar das observações de Dom Aquino estar pautada nas relações de reciprocidade e laços de amizades entre o catolicismo e o Estado, não poderemos deixar de constatar alguns pontos no mínimo curiosos.

Como falar em uma comemoração celebrada a sombra de uma paz e fraternidade, estando justamente o mundo vivenciando uma guerra mundial? Outro curioso ponto faz referência ao fato de Dom Aquino ter destacado que para os católicos um regime político ou uma forma de governo era algo secundário, pois o que interessava era que se governasse em conformidade com os ditames da fé católica. Era exatamente isso, o que o catolicismo fazia naquele momento no Brasil. Apoiava uma ditadura, mas em contrapartida, assistia os seus interesses serem incorporados e difundidos na sociedade brasileira. Mas daí a ressaltar a tolerância como uma prática da ditadura do Estado Novo, é algo que no mínimo merece ressalva, ou seja, a especificação para quem essa tolerância se destinava.

Referente ao aspecto da transcendentalidade, presente em praticamente todos os discursos de Dom Aquino, nessa ocasião da comemoração dos dez anos do governo Vargas, a situação não foi diferente. Vargas foi ressaltado por Dom Aquino como um presente de Deus. E na busca incessante de elogios ao presidente, não se sentiu constrangido nem ao evocar algumas bandeiras positivistas, anteriormente, tão questionadas pelo catolicismo. Pois é evidente, que nesses novos tempos, as palavras ordem e progresso ganhavam uma outra conotação.

Comunismo: um inimigo em comum

Como um último ponto de discussão a respeito das relações entre a Arquidiocese de Cuiabá e o Estado Novo, não poderíamos deixar de destacar um dos principais pontos de convergência e afinidade e que foi de fundamental importância para a aproximação e consolidação da aliança entre a Igreja Católica e o Estado.

A partir do surgimento da Aliança Nacional Libertadora - ALN, que conseguiu aglutinar parte dos tenentes dos anos 20, democratas e socialistas, e com a posterior eleição em 1935 de Luiz Carlos Prestes para a sua presidência de honra, o governo de Vargas passou a ter grandes preocupações com esse movimento, principalmente, ao perceber que a ALN cada vez mais era influenciada pelos membros do Partido Comunista.

Receoso dessa ameaça, em julho de 1935 Vargas providenciou a dissolução da ALN, e por conseqüência, a proibição de suas atividades. Com isso, os comunistas já na condição de perseguidos, deflagraram uma tentativa de tomada de poder.

> *(...) o levante comunista de novembro de 1935, ocorrido em quartéis de Recife, em Natal e no Rio de janeiro. Embora não tivesse obtido expressiva adesão militar ou popular, o levante, conhecido como Intentona Comunista, sinalizava para o governo as perspectivas dos comunistas e sua capacidade de mobilização. O cerco ao comunismo foi rápido e certeiro. Os líderes do movimento foram presos, entre eles Luís Carlos Prestes, o mais famoso de todos. Foi acionada a rigorosa Lei de Segurança Nacional, que teve por finalidade julgar, até 1945, aquilo que o governo considerava crimes políticos contra a segurança do país. O país entrava em uma fase de perseguição ao comunismo e alguns assessores do governo, inspirados no que acontecia na antiga União Soviética e na Alemanha, chegaram a propor que, além das prisões políticas, fossem estabelecidos campos de concentração e de trabalhos forçados para a ressocialização dos comunistas e de seus filhos. (D'ARAÚJO, 2004:26).*

A passagem acima nos mostra que a partir do levante comunista, rapidamente contido pelo governo federal, investiu-se na construção de um discurso, em que os comunistas passaram a representar uma grande ameaça para a segurança nacional.

Mas a derrota desses opositores, muito pelo contrário, não implicou no desaparecimento do medo de uma rebelião comunista. Pois, mesmo depois do fracasso desse movimento insurgente, Vargas fomentou um cenário em que os comunistas figuraram como os principais inimigos do Estado brasileiro. A que tudo indica, o objetivo foi utilizar desse pretexto, para dessa maneira, preparar terreno para a instauração de uma ditadura, o que de fato aconteceu, com a imposição do Estado Novo a partir de novembro de 1937.

Nesse processo, o Estado varguista não esteve sozinho. Teve na Igreja Católica uma grande aliada nessa empreitada. Com a intenção de dar ênfase na importância da Arquidiocese de Cuiabá através de seu arcebispo, na construção desse discurso contrário aos comunistas, podemos fazer uma citação de uma das cartas pastorais escritas por Dom Aquino durante a ditadura do Estado Novo. A carta pastoral *O Culto da Autoridade* redigida em 1938 ao procurar discutir as relações entre o poder e a liberdade, destaca com veemência, duras criticas ao comunismo.

> *(...) acham-se empenhadas em todas as nações e todas as escolas. De um lado, o comunismo que, sob calor de salvar a liberdade, agravou-lhe o suplicio, e na Rússia, para usar a comparação do tribuno proletário, nada mais fez, senão virar de cima para baixo o pau da bengala, que é o povo, de modo que sobre este hoje, em vez do castão de ouro, que era a autoridade dos czares, pesa a ponteira de aço, que é ditadura dos sovietes (CORRÊA, 1985:63).*

Assim como Vargas, o catolicismo também via no comunismo um inimigo perigoso. Sendo assim, a Igreja a exemplo do que fez com o liberalismo, também combateu com veemência o comunismo. Por outro lado, não via problemas em tecer elogios a ditadura estabelecida por Vargas, apresentando-a inclusive como uma terceira corrente, alternativa as duas outras citadas. "Entre estas duas correntes, uma terceira, quer se chame de Estado fascista, totalitário, integralista, quer simplesmente Estado Novo, anda à procura duma fórmula capaz de pacificar o mundo, equilibrando os direitos e os deveres, na colisão da força com a liberdade" (CORRÊA, 1985:63).

Apesar da fala de Dom Aquino ter sido elaborada a partir de uma conjuntura em que são "compreensíveis" a posição e tolerância do catolicismo em relação ao Estado Novo, tendo em vista a aliança entre ambos, sua construção no mínimo merece uma atenção especial, uma vez que, falar numa combinação entre força e liberdade requer uma complexa análise.

Por fim, devemos destacar que a fase do Estado Novo que perdurou por um período de aproximadamente oito anos, foi uma ditadura que embora tenha sido construída teoricamente fora do universo católico, encontrou nessa instituição uma poderosa aliada, que teve na Arquidiocese de Cuiabá através de seu arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, um poderoso colaborador. Que de maneira especial, a partir de seus discursos e cartas pastorais, conseguiu desempenhar o papel que lhe fora outorgado, ou seja, o de elo entre os interesses do governo federal e da igreja católica no Brasil durante os anos Vargas.

Bibliografia:

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de Novo?* In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional Estatismo**. Vol II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

COMETTI, Pedro. **Dom Aquino Corrêa – Arcebispo de Cuiabá: Vida e Obra**. Cuiabá, 1985.

CORRÊA, Francisco de Aquino. **Discursos**, Vol II Tomo III – Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, Brasília, 1985.

_____. **Discursos**, Vol II Tomo II – Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, Brasília, 1985.

_____. **Pastorais**, Vol III Tomo II – Edição Comemorativa do Centenário do Nascimento do Autor, Brasília, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas.** São Paulo, Moderna, 2004.

FAVERO, Luigi. **As Cartas Pastorais de Dom Francisco de Aquino Corrêa**. Campo Grande – MS, Coleção Centenário, 1996.

SILVA, Antonio Carlos. **Vozes do Oeste: A Radiodifusão Cuiabana entre a Antena e a Lei (1939-1949)**. Cuiabá/UFMT, 2004. (Dissertação de Mestrado).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Narrativas do Espaço e de Si: o Ceará na Trilogia da Maldição de José Alcides Pinto.

Francisco Francijési Firmino[1]

Resumo: Neste trabalho propomos estudar a construção do Ceará, tendo por fonte a "Trilogia da Maldição" do literato José Alcides Pinto. Buscamos tecer a relação entre o Ceará configurado nestas obras e a crise da esquerda no Brasil. Utilizamos-nos da autobiografia do autor, intitulada "Manifesto Traído" (1984), na qual José Alcides narra sua prisão dada pela militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). O encarceramento é apontado na obra como momento em que o autor rever sua trajetória política, como momento em que busca afastar-se do PCB e começa a pensar na escrita da "Trilogia da Maldição", que trataria de suas memórias da infância no interior do Ceará. Este trabalho então versa sobre a relação entre biografia e escrita, percebendo como José Alcides busca, em sua descrição do Ceará, reconciliar-se consigo, ou seja, justificar sua posição de ex-militante comunista.
Palavras-chaves: Ceará, Partido Comunista e Autobiografia.

Abstract: In this work we consider to study the construction of the Ceará, having for source the "Trilogia da Maldição" by Jose Alcides Pinto. We search to weave the relation enters the configured Ceará in these books and the crisis of the left in Brazil. We use ourselves of the autobiography of author, intitled "Manifesto Traído" (1984), which Jose Alcides tells to him capture given for the militancy in Brazilian Communist Party (PCB). The imprisonment is pointed into the book as a moment that the author to review him trajectory politics, as moment where he searches to move away himself from the PCB and to think about the writing of the "Trilogia da Maldição", that he would deal with him memories of infancy in the agricultural zone of the Ceará. This work then turns on the relation between biography and writing, perceiving as Jose Alcides searches, in him description of the Ceará, to reconcile himself, or either, to justify him position of former-militant Communist.
Keywords: Ceará, Communist Party and Autobiography.

Em 1964, a Ditadura Militar já era uma preocupação constante para escritores, principalmente para aqueles, como José Alcides Pinto, que participavam das trincheiras do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas décadas de 60 e 70, uma política de controle de estéticas e temáticas interferira na criação e distribuição das obras de artistas intelectuais. A arte, desde os movimentos de fundo fascista, deixou de ser pensada como mera fonte de divertimento, passatempo inocente de pouca significação social; ela torna-se importante veículo para a disseminação de uma forma de governo (DELEUZE, GUATTARI, 1997). A literatura, linguagem a que nos atemos aqui, estaria sob a égide de uma instituição que queria

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista da CAPES.

controlar a circulação de idéias, cercear aquilo que deponha contra ela, levar as falas da dispersão a uma tautologia. A censura no Brasil surgiu junto com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1932, com inicio do Estado Novo, tendo permanecido em todos os anos populistas sob o nome de Departamento Nacional de Informações (DNI), e na Ditadura Militar com o nome de Serviço Nacional de Informação (SNI) (SADER, 1989).

É nesse contexto que acontece a publicação da "Trilogia da Maldição" (PINTO, 1999) – composta pelas obras "O Dragão" (1964), "Os Verdes Abutres da Colina"(1974) e "João Pinto Maria: a biografia de um louco" (1974) – do literato José Alcides Pinto.

"O Dragão" foi escrito em 1957, logo quando José Alcides retornou do Rio de Janeiro à Fortaleza, mas somente publicado em 1964. A obra trata do cotidiano da Aldeia de Alto dos Angicos, das experiências com a seca e a enchente e das noções apocalípticas que selariam o destino do povoado. Narra o fracasso de Pe. Tibúrcio, de sua vontade de ensinar à comunidade as virtudes católicas, que frente aos cataclismos vividos no povoado - a sina de estar ora destruído pela enchente ora esturricado pela estiagem – não permite medrar qualquer idealismo, num espaço onde a tensão entre sobrevivência e morte é diária. Lá, só resta o cinismo, acreditar que as "leis da natureza" seriam mais fortes que qualquer preceito da moral. É o instinto, a inutilidade, a preguiça, o vício, o roubo, que imperam na comunidade.

"Os Verdes Abutres da Colina" narra a origem e o fim da aldeia de Alto dos Angicos. Conta a história do coronel português que no século XIX aportara no Ceará. Em terra, raptou uma índia Tremembé de Almofala, seguiu o rumo dos ventos e parou num lugar que mais lhe agradara para, junto com a índia, fundar a aldeia de Alto dos Angicos de São Francisco do Estreito e povoar também quase toda a região norte do estado. O coronel é posto como tronco do qual se ramificam os cearenses, um ancestral primordial do qual os habitantes do estado guardam hereditariamente as características: o gosto pelo sexo e a aparência e os gesto de animal. É a partir de Antônio José Nunes que a maldição do Ceará se inicia, ele que teria o "cão no couro", que não respeitava os laços de consangüinidade, cobrindo assim suas filhas e suas netas, legou às gerações de sua descendência a ira de Deus.

Juntamente com "Os Verdes Abutres da Colina", foi publicado, em 1974, "João Pinto Maria: a biografia de um louco". Obra que José Alcides diz contar a história de vida de seu avô de mesmo nome. A narrativa sobre João Pinto se localiza no início do século XX, ele seria, grosso modo, um burguês ao estilo de Alto dos Angicos de São Francisco do Estreito. Ele teria a preocupação com a acumulação de renda, com a economia do dinheiro - um usurário, como dizia Pe. Tibúrcio - sem, no entanto, vestir-se nem portar-se urbanamente, como os outros arrivistas do Ceará - o próprio autor constrói cenas em que é possível fazer

essa comparação. Ele foi soldado da borracha na Amazônia, logo depois voltou ao Ceará, pra sua aldeia natal. Nesse período, o Cel. Antônio José Nunes já havia morrido e suas terras divididas entre sua prole. Foi aí que João Pinto comprou todas as terras que pertenciam ao avô. Trabalhava de sol a sol, dormiu junto com os bodes para não ser furtado.

Histórias de maldição, dos males da hereditariedade, de uma natureza caótica e perversa; história de vícios, de demônios: histórias sobre o Ceará. Mesmo já contando com mais de uma dezena de livros publicados, é na "Trilogia da Maldição" a primeira vez que José Alcides fala em Ceará, em regionalismo. As motivações para esse aparecimento foram explicitadas numa autobiografia do autor, o "Manifesto Traído" (PINTO, 1998), publicada em 1979. José Alcides, nesse romance/memória, conta sua trajetória enquanto militante do PCB e sua ruptura com o partido em virtude de sua prisão, nos anos de 1950 e início de 1960, vítima da censura do DNI. É nesta narrativa também que estabelece chaves para a leitura da "Trilogia da Maldição", afirmando que o Ceará de sua obra é aquele em que viveu na infância. Neste trabalho, gostaríamos de pensar o espaço construído num limiar entre obra e comentários do autor; o autor comentador de sua obra, marcando-a e limitando as possibilidades de sentido, de interpretação(FOUCAULT, 1996).

No "Manifesto Traído", a prisão de José Alcides, na década de 50, significou para o autor uma mudança de sua perspectiva literária. Sobre ela, o literato constrói um marco que o faria abandonar uma perspectiva mais "universalista" e "comunista" de literatura, para dedicar-se ao tema do regionalismo cearense, falar de sua infância no interior do Ceará, na aldeia de Alto dos Angicos de São Francisco do Estreito.

"Há pouco o que fazer na prisão, escreve o autor". E continua: "Na verdade, nada há o que fazer ali" Escrever pareceu-lhe uma boa opção para passar o tempo. Escrever um livro para "matar o tempo", afinal

> *é preciso matar o tempo de qualquer jeito. O tempo, na prisão, é como um charco, apodrece a alma. Tinha muita coisa se se dispusesse. E essas coisas falariam mais alto que os programas do partido, os boletins de propaganda, as paredes pichadas, os discursos dos deputados, a voz dos líderes sindicais nos comícios (PINTO, 1998:32).*

No entanto, levando em conta que sua prisão foi dada por causa de artigos que havia escrito para o jornal do Partido Comunista, no Rio de Janeiro, nem todos os temas lhe pareciam pertinentes: "podia escrever um livro de memórias, relatando seu passado de lutas, mas é quase certo que os policiais rasgariam" (PINTO, 1998: 31). Seu passado infantil parece-lhe não apresentar riscos de mais confrontos com a polícia. Pelo contrário, seria muito bem aceito, haja vista que comporia o panorama de um discurso nacional-popular que desde o

governo de Vargas contava com o apoio dos órgãos repressores (CAPELATO, 2003; RIDENTE, 2003). Escolheu falar de sua "família extraordinária", de sua "ascendência", que como escreve o próprio autor, já por si eram "tipos estranhos, personagens de romances". Queria contar "porque os homens da família ficavam loucos, falar da consangüinidade e do mal de origem comum a todos. Como vieram dar o primeiro varão da estirpe do Ceará" (PINTO, 1998:32).

No entanto, em "Manifesto Traído", a ação de escrever sobre a aldeia onde nascera é também colocada numa perspectiva mais ampla do que um mero passatempo. Ela é antecedida por ostensivas críticas às exigências disciplinares internas ao Partido, às humilhações sofridas pelo autor da parte dos dirigentes nos momentos que se seguiram a sua adesão, e à cansativa invocação de heróis, de ídolos, como os bustos de Stalin e Lênin, sempre postos como modelos cujos passos obrigatoriamente teriam de ser refeitos pelos membros do PCB. As reflexões que o autor diz ter feito na prisão, apontam para o seu afastamento do Partido. Olhava para o PCB como algo tão aprisionador quanto a cela que ocupara. Escrever sobre suas memórias do Ceará, para si, era mais que um conforto para as horas que demoravam a passar, implicava numa nova política pessoal, na qual o comunismo acinzentava.

"No cárcere, tornar-se-ia, talvez, mais suscetível às recordações" (PINTO, 1998:31), recordações que lhe traziam outras vozes dissonantes àquelas que o rodeavam, vozes que seriam linhas de fuga, que o retirariam daquele território de comunista e de preso, para os territórios da infância. Ordenariam suas memórias em romance, ordenariam a "Trilogia da Maldição". O sertão do Ceará de José Alcides é aquele espaço distante que parece também apossar-se do significado que a palavra tinha antes de ser associado no século XIX ao Norte e no XX ao Nordeste, quando era sinônimo de distante de toda urbanidade (BARBOSA, 2000); o sertão de José Alcides é aquele em que se vislumbra a pureza da maldição, que faz com que os homens que lá nasceram não se "contaminem" de outras tendências, não sejam tocados pela "cosmopolidade" que os indivíduos dos anos 60 estavam expostos, não possam ser ensinados sobre outros mundos, nem fazer o coração vacilar em utopias. Um Ceará que seja o de sua infância, ao mesmo tempo em que negue suas tendências comunistas.

A "Trilogia da Maldição" fala de indivíduos que nasceram no Ceará, pertencentes de uma mesma ancestralidade amaldiçoada pelo atavismo, o qual injeta na natureza desses seres a preguiça e a promiscuidade; vidas sem grandes feitos, sem ambições, ou, nas palavras do autor em "O Dragão", vidas "sem sentido" (PINTO, 1999). José Alcides em sua

autobiografia coloca-se igualmente como pertencente a essa ancestralidade, a essa maldição. O autor pensa que sua tentativa de romper com os aspectos atávicos que ele traz no sangue trouxe seu castigo, a prisão. Sua saída da aldeia em que nasceu, a busca pelo sucesso literário, sua associação com as utopias comunistas, por tudo que fez "desnaturalizar" sua identidade, negar seu sangue e suas referências culturais primeiras, foi castigado com sua prisão. Em "Manifesto Traído", o autor acaba por vincular biografia e romance, ele torna-se exemplo do que ele fala – o Ceará que ele constrói nos romances da "Trilogia da Maldição" o atravessa, corre-lhe nas veias.

No caminho traçado por José Alcides Pinto, a tentativa de fuga aos atos atávicos do sertanejo, a busca pela moralidade e pelo engrandecimento através do heroísmo individual - serão castigados pelo "destino", impõe ao cearense que tentar fazê-lo o fracasso ou a invalidez. Os protagonistas de José Alcides, na "Trilogia da Maldição", são marcados por essa essência do sertão, aqui pretendo me deter especial em Pe. Tibúrcio, que faz parte dos três romances, e André.

Padre Tibúrcio, nascido no sertão cearense, logo na infância vai para o seminário. Depois de tornar-se vigário, retorna para a aldeia natal. Lá, quer ensinar sua moral, a uma multidão que classifica como ociosa, o que, para o padre é a explicação para os vícios da comunidade, o roubo, a mentira e a fofoca. O ocioso representa a multidão como face de desvio do "amor, do bem e da virtude", que são os fundamentos de sua moral. No entanto, o padre vislumbra o fracasso de seus ensinamentos. Não ensinou sua moral a multidão, essa que desdenha o poder e as regras da critãs; uma gente tendenciosa a desordem e a promiscuidade.

> *Gastei minha mocidade neste lugarejo. E vejo que foi um tempo perdido. Joguei as sementes do Amor, da Virtude, da Perseverança sobre estas paragens, estas almas, cônscio de que um dia obteria o fruto de meus esforços. No tempo da colheita vejo (como naquela parábola de Jesus) o joio sufocando o trigo. (PINTO, 1999: 102).*

Ao invés de Alto dos Angicos aprender com os ensinamentos do padre, a comunidade ensinou-lhe a loucura e o cinismo: "Estou virando, por assim dizer, um louco, um cínico", afirma o padre. O cinismo é a doutrina filosófica, que tem por fundadores os filósofos gregos Antístenes de Atenas e Diógenes de Sinope. Segundo tais filósofos, as questões morais e culturais que se articulam na vivência do indivíduo têm de ser obliteradas, pois estas não correspondem às leis que a natureza impõe para a vida. O cinismo é o suplício da moral em detrimento às condições "inatas" ao Homem. O que o padre sente e acredita não é o que ele diz. Sua "essência" é transgressora, ou seja, sertaneja, reforça a situação de pecador ou de cínico que nivela a todo homem. Sente um demônio, o "cão" que tem no couro aqueles que nasceram naquele lugar.

> *Sinto o mar dentro de mim, latejando como uma víbora. Ele está plantado meus pulmões, deitando raízes, crescendo, minando-me as forças, ganhando. terreno, dominando-me. Lateja-me na espinha como um dragão inflamado.*
> *E queima-me. (PINTO, 1999: 107-8).*

Então, sente finalmente a víbora e o dragão que à morte lhe bafeja, símbolos presentes no Apocalipse, que tem sua equivalência ao demônio: "(...) o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás (...)" (Apocalipse, 20:2). É este que lateja em Pe. Tibúrcio, manifestação de sua maldição, pagar o preço por ter nascido em Alto dos Angicos. O conflito entre o padre e a multidão, em José Alcides Pinto, acontece no campo do ensinamento, no sentido da evagelização. O padre busca ensinar a moral católica à multidão, mas ao final da vida percebe que a multidão lhe ensina a "vida" com o "Demônio", fazendo com que então a multidão não sucumba frente aos ensinamentos do padre, mas sim o padre aprenda com ela. Não a escapatória para aquele que nasceu em Alto dos Angicos, no Ceará, a não ser seguir as determinações de seus ancestrais.

Não muito diferente ocorre com Davi, também nascido no sertão cearense, que sonhava com seu futuro nas Forças Armandas e por eles sentia-se distanciado distanciar-se da multidão.

> *Davi, agora, sentia-se proscrito em seu próprio berço natal. "Que gente estranha" - pensava ele, esquecido de seu passado. - "Só andam se coçando, mijando nas ruas, desenhando pornografias nas paredes, cuspindo à toa, mentindo, abrindo a boca, se espreguiçando... (PINTO, 1999: 118).*

Davi buscava fugir da condição animal, a que dizia ter seus conterrâneos, e para isto buscava refúgio na ciência. "Davi não se adaptava mais aos costumes dos primos, dos antigos colegas, com que diabo então havia de espairecer? Os teoremas, a análise científica(...), pouco concorriam para encher sua vida interior. Eram práticas mais apropriadas à mente" (PINTO, 1999: 118-119). Homem da ciência que sonha consigo sendo "Santos Dumont, Édson, Morse, Graham Bell", de um reconhecimento individual de perspicácia e perícia, herói individual, homem verticalizado frente aos outros, frente a uma multidão sertaneja. Seus inventos "assombraram a humanidade". Davi quer ser grande, quer "apoiar-se em nos ombros de gigantes", como fez Newton. No jogo dos espelhos, Davi quer ver-se Santos Dumont, Édson, Morse, Graham Bell e, nesse mesmo espelho, ver-se distanciado da multidão.

O heroísmo de Davi, sua distância em relação aos que o rodeava, seria terminantemente marcado pela sua aprovação na aeronáutica brasileira: "a notícia fora alvissareira: o telegrama era de Davi, avisando ao pai que tinha sido aprovado nos exames e que recebera, igualmente, licença para 'exercícios no ar'" (PINTO, 1999: 128). Logo em um

de seus primeiros vôos, cai com o avião. Sobrevive a queda, mas tem uma de suas pernas decepada. Com isso, seu pai enlouquece, culpando-se, de ter incentivado o filho a almejar ser um herói nacional.

Pe. Tibúrcio e Davi tentaram romper com a identidade sertaneja – que autor diz na autobiografia também quisera fazer até o momento da prisão - almejaram a virtude, o heroísmo, a riqueza e o progresso; lutaram contra essa "essência" da terra que nutre os seus sangues e instintos. A eles, o autor dá como destino à tragédia da loucura, do fracasso. O sertão cearense seria onde espaço e ser se coalescem, como seres devotados aos destinos de suas naturezas; um Ceará que dá sentido aos conflitos que o autor estava vivendo no momento da escrita da trilogia.

Em 1979, em "Manifesto Traído", o autor retoma o Ceará na "Trilogia da Maldição" como possibilidade para a fuga dos sentidos do comunismo; apropria-se dos discursos sobre atavismo e hereditariedade, comuns as interpretações sociológica do século do final do XIX e início do século XX, para configurá-los como retorno a sua natureza, a sua "essência". A escrita de seu Ceará de si, o Ceará de suas experiências, como buscou pensa-lo em "Manifesto Traído", faz referência à crise das utopias que teve nas décadas de 60 e 70, um sertão, um Ceará, sem utopias.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão**: Um lugar incomum: O sertão na literatura do século XIX. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo do nacional-estadismo: do início de 1930 ao apogeu do Estado Novo**, Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

PINTO, José Alcides. **Trilogia da Maldição.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

_____. **Manifesto Traído:** depoimento/memória. 2ª ed. Fortaleza: Forgrel, 1998.

RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política : os anos 1960 – 1970.* In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2003.

SADER, Emir. A transição no Brasil: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Platão e Aristófanes: visões acerca da Pederastia em Atenas no período Clássico.

Luana Neres de Sousa*

Resumo: Bastante conhecida no mundo acadêmico, a Pederastia em Atenas praticada durante o período clássico ainda se trata de um objeto mal interpretado, não recebendo seu caráter pedagógico e de formação social dos futuros eupátridas, a devida atenção. Nosso objetivo neste trabalho é apresentar as principais características da Pederastia em Atenas durante o século V a.C., a partir da visão de duas fontes aparentemente antagônicas: *O Banquete* de Platão e *As Nuvens*, de Aristófanes.
Palavras-chave: Pederastia, Cidadão, Paidéia.

Abstract: The pederasty in Athens throughout the classical period is comprehensively approached in the academical environment, however it still remains a misinterpreted matter, where the future eupatridae's educational character and social formation don't receive enough attention. Our purpose in this paper is to present the main characteristics of Athenian Pederasty in 5th century BC, based in two seemingly antagonics sources: Plato's *Symposium* and *The Clouds* by Aristophanes.
Keywords: Pederasty, Citizen, Paideia.

Com o alargamento da possibilidade de objetos de pesquisa promovido pela Nova História Cultural, a partir da segunda metade do século XX, os estudos voltados para situações cotidianas do homem comum tornaram-se latentes. Psicólogos, Sociólogos, Antropólogos, Médicos, Historiadores e demais estudiosos passaram a buscar através de suas pesquisas, respostas para questões suscitadas sobre o comportamento sexual humano. Muitos desses trabalhos, motivados pelos interesses dos grupos homossexuais contemporâneos, foram carregados de conceitos anacrônicos e conclusões precipitadas, a fim de se legitimar as práticas homossexuais modernas ocidentais em outras culturas que mantiveram alguma espécie de envolvimento com o contato sexual entre indivíduos de mesmo sexo biológico, embora com conotações bastante distintas das atuais. Por décadas, associou-se a homossexualidade moderna à Pederastia grega, especialmente à ateniense. Grupos homossexuais contemporâneos ou demais facções partidárias do movimento, forçaram firmar as raízes da orientação sexual exclusivamente voltada para o "amor entre iguais" na pederastia grega, levando-nos a crer que os antigos helenos eram "gays", desprovidos de preconceito e que, além de apoiar, incentivavam o amor homossexual. Em contrapartida, há análises que afirmam exatamente o oposto: ratificam que o amor pederástico era totalmente metafísico,

* Mestranda em História Antiga pela Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

sendo apenas o amor de uma bela alma por outra, desprovido do desejo e do contato sexual entre as partes envolvidas.

A proposta deste trabalho é realizar uma análise acerca da pederastia em Atenas durante o período clássico a partir de Platão e Aristófanes. O interesse inicial deste decorre da carência de trabalhos de qualidade, que busquem não levantar a bandeira da homossexualidade em seu discurso, ou que em um oposto extremo, idealizem uma relação onde o amor entre os pederastas antigos ocorresse apenas metafisicamente, sem o menor contato sexual, moldando tal relação aos padrões cristão-ocidentais contemporâneos.

Contudo, para a evolução da presente análise, algumas ressalvas são necessárias. Em primeiro lugar, a escassez de fontes escritas que tratem de tal é assunto é um problema constante para os pesquisadores da Antigüidade. Poucos pensadores da época tiveram a preocupação de deixar para a posteridade registros que relatassem a relação pederástica, e os poucos documentos que nos chegaram estão em sua grande maioria fragmentados. Em segundo lugar, somente a aristocracia masculina de Atenas tinha acesso a uma educação mais elaborada e os registros que nos chegaram sobre a pederastia foram produzidos por filósofos, comediantes e homens cultos de uma forma geral. Isso demonstra uma das parcialidades das fontes utilizadas na presente pesquisa, uma vez que não examinamos a opinião feminina, nem a de outras camadas sociais de Atenas para conhecermos o juízo destes acerca da pederastia durante o período clássico.

Ao se consultar o verbete "*pederastia*" no dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a seguinte definição é obtida: *homossexualismo masculino* (FERREIRA, 1993: 411). Todavia, na Cidade-Estado de Atenas, o significado de pederastia era outro. Oriunda do grego *"Paiderastia"*, que é a junção de outras duas expressões gregas – *paîs* ("criança") e *erân* ("amar") - de acordo com as pesquisas historiográficas atuais, o termo pederastia possuía um sentido educativo, sendo a combinação do processo preparatório do futuro cidadão ateniense, com o amor metafísico só conhecido entre os homens (VRISSIMTZIS, 2002: 101-102). Também conhecida como "amor grego", "amor socrático" e "amor platônico", tinha como principal objetivo a preparação do jovem para a inserção deste no seio da sociedade ateniense.

As relações pederásticas eram realizadas pelo *erasta*, que na obra platônica na maioria das vezes é traduzido por amante, e pelo *erômeno*, o amado (SCHÜLLLER, 2001: 17). O erasta era um cidadão com papel ativo na sociedade, geralmente com mais de 30 anos, homem experiente e que sentia brotar em si uma vocação pedagógica ao tornar-se mestre de

seu amado. O erômeno era um jovem filho de cidadão que de acordo com a historiografia geralmente possuía entre 12 e os 18 anos. Devemos elucidar que as relações pederásticas ocorriam somente entre os cidadãos e futuros cidadãos de Atenas; as camadas sociais inferiores não participavam de tal processo e "*cidadãos*" no período clássico eram considerados apenas os homens nascidos em Atenas e filhos de pais provenientes de famílias atenienses, ou seja, os *eupátridas*.

O termo *homossexual* surgiu pela primeira vez no século XIX e tratava-se de um vocábulo rigorosamente científico. Atualmente há uma discussão na psicologia, na sociologia e na antropologia em torno das terminologias *homossexualismo* e *homossexualidade,* afirmando que são impróprias e que, ao usá-las, corre-se o risco de se pensar como no século XIX, quando as mesmas foram elaboradas (COSTA, 2002: 11). O vocábulo mais adequado seria "*homoerotismo"*, pois segundo Jurandir Freire Costa, o termo "homossexualidade" não é capaz de exprimir toda a diversidade que há nas experiências sexuais entre indivíduos de mesmo sexo biológico, rotulando-os. Os gregos em geral, e os atenienses em particular, desconheciam tais termos. Logo, não se deve aplicá-los para assinalar as relações pederásticas em Atenas no séc. V a.C., uma vez que tais vocábulos denotam uma condição de orientação sexual, fato que não acontecia entre os atenienses, uma vez que sua sexualidade não era dividida entre aqueles que interessavam-se exclusivamente por homens, ou exclusivamente por mulheres.

A partir da análise dos conceitos acima, conclui-se que *pederastia*, segundo o imaginário ateniense do período clássico, não é apenas mais um verbete utilizado para designar as relações afetivo-sexuais entre dois homens. Embora se trate de uma relação afetivo-sexual, os objetivos da pederastia praticada em Atenas eram bastante distintos dos pretendidos pelos casais gays atuais, portanto, possuía características peculiares, dentre os quais está a formação social dos futuros cidadãos da Cidade-Estado.

Nesta análise duas tipologias de fontes são analisadas. A primeira trata-se do diálogo *O Banquete,* do filósofo Platão. Escrito aproximadamente antes de 384 a. C, a obra é constituída por sete discursos em louvor a Eros, antecedidos pela apresentação dos personagens e finalizados pelo discurso de Sócrates, que conclui o simpósio. O diálogo se encerra quando Alcebíades, estratego do exército ateniense, ao fingir estar embriagado, realiza uma declaração de amor a Sócrates.

Platão narra, através de uma conversa entre Apolodoro e um companheiro, um banquete ocorrido na casa de Agatão, poeta ateniense. Tal jantar ocorrera muitos anos antes

da narração de Apolodoro, que tomou conhecimento de tal fato através de Aristodemo, um dos presentes.

Em sua obra, Platão discorre sobre as virtudes que um jovem deveria possuir para que as relações chamadas "pederásticas" pudessem ser legitimadas. Havia toda uma questão moral a ser seguida e as parte envolvidas, tanto o jovem quanto seu mestre, jamais deveriam colocar em risco sua "masculinidade", autenticando sua superioridade em relação às mulheres. Estes jamais poderiam transitar pela cidade travestidos ou possuir atitudes afeminadas, pois agindo dessa forma, estariam renegando sua cidadania. Através da análise realizada no diálogo platônico, chegamos à conclusão de que, mais que uma simples relação afetiva, erastas e erômenos comprometiam-se, ainda que inconscientemente, com a manutenção do regime democrático ateniense através dos padrões sociais estabelecidos, tendo como esteio a pederastia.

Apesar de tematizar o Amor em outros diálogos, sem dúvida é em *O Banquete* que Platão expõe de maneira mais elaborada o que para si era o Amor, quais eram as suas benevolências na vida de um homem e quais os cuidados se deveria tomar ao ser atingido por uma das "flechas de Eros".

A relação entre *Eros* e *Logos* – Amor e Sabedoria – é amplamente compreendida, contribuindo para o esclarecimento de como se davam o convívio amoroso e a pedagogia entre erastas e erômenos. Embora se trate de um escrito filosófico, *O Banquete* serve de base para a compreensão do imaginário aristocrático do período abrangido, e complementa outras fontes, sejam literárias ou artísticas, acerca das práticas homossexuais masculinas em Atenas, nos séculos V e IV a. C.

> *"E é mau aquele amante popular, que ama o corpo mais que a alma; pois não é ele constante, por amar um objeto que também não é constante. (...) Ao contrário, o amante do caráter, que é bom, é constante por toda a vida, porque se fundiu com o que constante" (PLATÃO. O Banquete, 183 d - e).*

Durante o período clássico, de acordo com Werner Jaeger no livro *Paidéia: a formação do homem grego*, a boa imagem da pederastia em Atenas o séc. V a.C. passou a entrar em declínio, pois seus praticantes haviam perdido a preocupação com a moral e a ética necessárias ao bom desenvolvimento desta relação e se rendido aos prazeres do corpo (JAEGER, 2001, p. 729). A função pedagógica da pederastia ofuscou-se diante do contato meramente sexual, inquietando aqueles que acreditavam no papel de formação desempenhado pelas relações entre erastas e erômenos. Platão, filósofo e defensor da moral pederástica, escreve *O Banquete* como forma de orientar a juventude de como deveria ser a relação entre

erastas e erômenos. O filósofo invoca sua memória e a de outros cidadãos para tentar apresentar a verdadeira moral pederástica aos jovens que a haviam esquecido ou desconhecido. Podemos notar que, conforme atesta Hernán Sorgetini, embora a memória funcione como uma crítica da tradição, também tem a função de transmiti-la mantê-la viva na sociedade (SORGENTINI, 2003).

Ainda que a Filosofia neste período estivesse em alta, é dedutível que nem todos eram filósofos e os que eram, tinham o direito e o dever de discordarem da opinião de Platão e de seu mestre Sócrates. Já que é um princípio fundamental da filosofia a reflexão e a problematização de padrões sociais impostos.

Neste sentido, torna-se necessária a análise de outra categoria de fonte documental que não a filosófica. Uma alternativa bastante interessante é a comédia produzida neste mesmo período. Pierre Grimal atribui à comédia antiga a função de, através do riso, incitar no povo suas opiniões acerca do tema representado no teatro (GRIMAL, 1978: 55). Aristófanes é um nome de bastante plausibilidade em decorrência do caráter de suas peças, sempre imbuídas de críticas e sátiras destinadas àqueles que apresentavam um comportamento distinto ao tolerável pelas práticas pederásticas. Segundo Mário da Gama Kury,

> *"Na época de Aristófanes a comédia correspondia de certo modo à imprensa, e nela eram criticadas as instituições, os políticos de um modo geral e principalmente os corruptos, os abusos de autoridade, as peças de teatro, etc. A linguagem da comédia era desabrida e contundente, muito diferente da tragédia, à exceção do lirismo de alguns coros encantadores." (KURY, 1995: 07).*

Entretanto, deve-se ter em mente que tais documentos não traduzem claramente o imaginário de Atenas sob o contato sexual entre dois homens durante o período clássico, pois conforme afirma Kenneth Dover:

> *"Os poetas cômicos não se interessavam em representar detalhadamente a sociedade ateniense para os estudiosos de séculos posteriores. Interessava-lhes, sim, fazer rir as suas audiências, e especialmente oferecer a estas audiências um momento de liberdade – ainda que vicária – das restrições impostas pelas leis, pela religião e pelas convenções sociais" (DOVER, 1994: 26).*

A comédia política produzida em Atenas é divida basicamente em Antiga, Média e Nova. (LESKY, 1995: 448). Em nossa pesquisa, nos atemos à Comédia Antiga, cujo principal representante é Aristófanes. Nascido aproximadamente em 445, costuma-se fixar a data de sua morte nos anos oitenta do século IV. Os dados que possuímos sobre sua biografia são escassos. Todavia, percebemos sua intimidade com a vida política ateniense através de

suas obras, que constituem uma profunda crítica às deficiências que o sistema democrático enfrentava durante o século V.

Defensor da *tradição*, Aristófanes ataca diversos personagens de representatividade pública que poderiam colocar em risco os costumes atenienses. Dentre estes, destaca-se Sócrates, que foi julgado e condenado à morte por "corromper a juventude com sua filosofia". Suas peças funcionam como um espelho para Atenas se observar e se analisar, para posteriormente, tirar suas próprias conclusões acerca de seus atos. (SNODGRASS, 1988: 231).

Escrita em 423 a.C., *As Nuvens* foi um dos primeiros trabalhos do comediante Aristófanes e tece uma crítica a Sócrates e aos sofistas. A peça relata os anseios de Strepsíades em relação às dividas adquiridas por seu filho Fidípedes por sua paixão por cavalos. Na tentativa de escapar dos cobradores, Strepsíades deseja que seu filho inscreva-se na escola de Sócrates a fim de que este aprenda a arte do discurso, e assim, através do raciocínio injusto, consiga persuadir os cobradores.

Temendo se juntar aos rapazes de "reputação duvidosa" que acompanhavam Sócrates, Fidípedes nega-se a atender ao pedido do pai, que decide ir ele mesmo até a academia do filósofo. Ao chegar no recinto, Strepsíades encontra os estudantes com o olhar fixo para o chão e com os *traseiros* apontados para cima, fazendo alusão a possíveis posições eróticas que poderiam existir nas relações entre erastas e erômenos.

> "STREPSIADES
> (...) Mas por que eles olham tanto para o chão?
> DISCIPULO
> Eles procuram o que existe embaixo da terra.
> STREPSIADES
> Então eles procuram cebolas.
>
> *Dirigindo-se aos discípulos*
>
> (...) E aqueles ali, recuados para o chão, que estão fazendo?
> DISCIPULO
> Eles investigam o Érebo até as profundezas do Tártaro.
> STREPSIADES
> Por que, então, o olho traseiro deles fica contemplando o céu?
> DISCÍPULO
> Eles aprendem ao mesmo tempo astronomia com os respectivos traseiros."
>
> (ARISTÓFANES. *As Nuvens*, P. 23 – 24)

No decorrer da comédia, Strepsíades encontra-se com Sócrates e estabelecem um diálogo, sempre marcado pela ironia e pela crítica de Aristófanes aos sofistas e aos discípulos de Sócrates. Ao final da obra, Strepsíades consegue que seu filho tome algumas aulas na academia de Sócrates, porém, Fidípedes utiliza-se de todo o conhecimento adquirido com o Raciocínio Injusto para agredir seu pai com palavras e atos grosseiros. Insatisfeito com os "ensinamentos" do mestre, Strepsíades se revolta contra Sócrates e ateia fogo à academia, acabando com o "reinado" deste filósofo em Atenas. Termos pejorativos como "maricas"[1] aparecem constantemente em As Nuvens, ilustrando o descontentamento de Aristófanes em relação aos praticantes da pederastia neste período.

Percebemos que tanto Platão quanto Aristófanes preocupam-se com a tradição educacional corrompida no século V. No entanto, expressam essa preocupação de formas distintas. A metodologia utilizada por Platão é a do diálogo, apresentando à juventude corrompida o modelo que deveria ser seguido para que a pederastia fosse corretamente praticada. Já Aristófanes defronta a juventude com seus próprios atos transgressores através de suas obras caricaturadas, recurso que se assemelha a um espelho. É como se Platão quisesse demonstrar como deveria ser a praticada a pederastia e Aristófanes mostrasse primeiro os equívocos de como ela estava sendo realizada, para que através da análise da própria platéia, esta concluísse como a pederastia deveria ser.

O imaginário de uma determinada época e região é diferente de outra, em decorrência do contexto em que esse imaginário está inserido. O homem é um ser cultural, modificando seus costumes e sendo modificado por eles. O nosso papel enquanto pesquisadores não é julgar se a pederastia ateniense do período clássico era correta ou errada, mas compreender como tal sociedade encarava tais práticas, inseridas em um contexto histórico e cultural específico.

Referências bibliográficas

A - Documentação Textual:

ARISTÓFANES. *As Nuvens - Só para Mulheres - Um deus chamado Dinheiro*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

PLATÃO. *O Banquete.* Trad: J. Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 204 p.

[1] Temos consciência que no grego clássico verbetes como "maricas", "bichas" e "veados" não existiam e que Mario da Gama Kury, ao utilizá-los na tradução da obra original, procurou aproximar a linguagem de Aristófanes do português contemporâneo, para familiarizar o leitor com o ambiente cômico em que foi elaborada a obra. No original, o termo que aparece é *euryproktoi*, que em grego significa "ânus largo".

B – Obras Gerais:

BACZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996. Vol. 5. Pp. 296 – 331.
COSTA, Jurandir Freire. *A Inocência e o Vício: estudos sobre homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga.* São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.
GRIMAL, Pierre. A comédia Antiga. In: _____. *O Teatro Antigo*. Lisboa: Edições 70, 1978. Pp. 53-64.
JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
KURY, Mário da Gama. Introdução. In: ARISTÓFANES. *As Nuvens - Só para Mulheres - Um deus chamado Dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
LESKY, Albin. A Comédia Política. In: _____. *História da Literatura Grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. Pp. 448 – 483.
MARROU, Henri Irénée. Da Pederastia Como Educação. In: _____. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990. Pp 51 – 65.
SCHÜLER, Donaldo. O Banquete. In: _____.*Eros: Dialética e Retórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Pp. 12 – 107.
SNODGRASS, Mary Ellen. *Clássicos Gregos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
VRISSIMTZIS, Nikos A. Pederastia. In: _____. *Amor, Sexo & Casamento na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2002. Pp. 100 – 114

C - Artigos de Periódicos, Obras Gerais e Específicas

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
SORGENTINI, Hernán. Reflexion Sobre la Memória y Autorreflexion de la Historia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, nº 45, 2003. Pp. 103 – 128.
VEYNE, Paul. Os Gregos conheceram a Democracia? In: *Diógenes*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 6, 1984. P. 57-82.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A história como guerra: Michel Foucault e Vigiar e Punir

Priscila Piazentini Vieira*

Resumo: Essa comunicação visa perceber a maneira pela qual Michel Foucault, ao escrever a história genealógica, invoca o modelo da guerra. Desse modo, ele entende que a história só pode ser vista através de relações de dominação violentas e não pelo contrato. O filósofo, assim, produz deslocamentos na produção do conhecimento histórico. O meu objetivo será destacar como essas mudanças aparecem em *Vigiar e Punir*, principalmente a partir das instabilidades que compõem a sociedade disciplinar.
Palavras-chave: Foucault, história-batalha, *Vigiar e Punir*

Résumé: Cette comunication concerne la compréhension de la façon pour laquelle Michel Foucault, quand il écrit l´histoire généalogique, invoque le modèle de la guerre. De cette manière, il pense que l'histoire doit être vue seulement à travers les relations de domination violentes et non par le contrat. Le philosophe, ainsi, produit des déplacements importants dans la production de la connaissance historique. Mon objectif sera de souligner comment ces changements apparaissent dans *Surveiller et Punir*, principalement par les instabilités qui comprennent la societé disciplinaire.
Mots-clés: Foucault, histoire-bataille, *Surveiller et Punir*

Michel Foucault finaliza *Vigiar e Punir* com a análise de um texto anônimo, que foi escrito ao jornal *La Phalange*, em 1836. Esse jornal, ligado ao socialista Charles Fourier, era publicado na França e circulou entre o período de 1836-1849. Dirigido e criado pelo também socialista Victor Considérant, essa publicação criticava fortemente os ideais burgueses reinantes no século XIX. Quanto ao texto anônimo, ele descreve a planta da cidade de Paris da seguinte maneira:

> *"Moralistas, filósofos, legisladores, e todos os que gabais a civilização, aí tendes a planta de vossa cidade de Paris bem ordenada: planta aperfeiçoada, onde todas as coisas semelhantes estão reunidas. No centro, e num primeiro círculo: hospitais para todas as doenças, asilos para todas misérias, hospícios, prisões, locais de trabalhos forçados de homens, de mulheres e de crianças. Em torno do primeiro círculo, quartéis, tribunais, delegacias de polícia, moradia dos beleguins, local dos cadafalsos, habitação do carrasco e de seus ajudantes. Nos quatro cantos, câmara dos deputados, câmara dos pares, Instituto e Palácio do Rei. Fora, o que alimenta o círculo central, o comércio com suas fraudes e bancarrotas; a indústria e suas lutas furiosas; a imprensa e seus sofismas; as casas de jogo; a prostituição, o povo que morre de fome ou chafurda na orgia, sempre atento à voz do Gênio das Revoluções; os ricos sem coração... enfim, a guerra encarniçada de todos contra todos" (FOUCAULT, 2005: 253).*

* Mestranda do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista da FAPESP.

Esse texto descreve, para Foucault, alguns dos princípios mais importantes da cidade carcerária[1], no século XIX. Há uma distância marcante entre esses princípios e os outros modos de punição tratados em *Vigiar e Punir*: os suplícios, presentes no século XVI até o final do século XVIII e o teatro punitivo dos reformadores penais, do século XVIII. A forma como Foucault analisa esse texto anônimo destacará, então, as especificidades da cidade carcerária a partir desse distanciamento.

Primeiramente, o texto de *La Phalange* mostra que não há, no coração da cidade, o "centro do poder" ou um núcleo de forças, mas uma rede múltipla de elementos diversos, como muros, espaços, instituições, regras e discursos. Esse modelo da cidade carcerária, assim, não é o corpo do rei, como no suplício, no qual os poderes emanam do monarca, como também não é a reunião contratual das vontades de onde nasceria um corpo, ao mesmo tempo individual e coletivo, ao modo dos reformadores penais. A cidade carcerária, portanto, é uma repartição estratégica de elementos de diferentes naturezas e níveis.

Além disso, o texto anônimo expressa, ainda segundo Foucault, que a prisão não é filha das leis, nem dos códigos e do aparelho judiciário e, por isso, não está subordinada ao tribunal. Ao contrário, é o tribunal que é externo e subordinado à prisão. Ela, ainda, está ligada a outros dispositivos "carcerários", que parecem bem diversos, pois estão destinados a aliviar, a curar e a socorrer, mas todos tendem a exercer um poder de normalização. Esses dispositivos também não se aplicam sobre as transgressões a uma lei "central", mas em torno do aparelho de produção, como o comércio e a indústria, toda uma multiplicidade de ilegalidades funciona, com sua diversidade de natureza e de origem, seu papel específico no lucro, e o destino diferente que lhes é dado pelos mecanismos punitivos.

Para finalizar, e essa é uma das características mais relevantes, o que preside a todos esses mecanismos não é o funcionamento unitário de um aparelho ou de uma instituição, mas a necessidade de um combate e as regras de uma estratégia, ou seja, como o próprio texto anônimo diz: "a guerra encarniçada de todos contra todos". É por isso que as noções de instituição, de repressão, de eliminação, de exclusão e de marginalização não são adequadas para descrever, no centro da cidade carcerária, a formação dos procedimentos, das técnicas e das "ciências" que permitem a fabricação do indivíduo disciplinar. Foucault conclui:

---

[1] Essa denominação aparece no último capítulo de *Vigiar e Punir*: "O Carcerário". Para Foucault, a organização espacial da sociedade disciplinar deve ser entendida pelo "arquipélago carcerário". Neste, as fronteiras entre o encarceramento, os castigos judiciários e as instituições da disciplina que, na época clássica, já eram pouco claras, tendem a desaparecer. Esse "*continuum* carcerário" produz um movimento importante: enquanto a prisão transformava o processo punitivo em técnica penitenciária, o arquipélago carcerário transportava essa técnica da instituição penal para toda a sociedade (FOUCAULT: 2005: 247).

> *"Nesta humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de 'encarceramento', objetos para discursos que são eles elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha"(FOUCAULT, 2005, 254).*

Por que o modo de *La Phalange* descrever a cidade carcerária chama a atenção de Foucault? Por que privilegiar um mapa das relações de poder da cidade de Paris, feito a partir da guerra e não do contrato ou de um poder centralizador? Por que o próprio Foucault faz da guerra um modelo para entender não somente as relações de poder, mas também a história? Como *Vigiar e Punir* é perpassado por estas questões? São essas questões que, ao longo desse texto, tentarei responder.

Em 1971, Foucault publica "Nietzsche, a genealogia e a história" (FOUCAULT, 1979), no qual apresenta discussões importantes, principalmente para entendermos esta relação entre poder, história e guerra, tão fundamental em *Vigiar e Punir*. O tema deste texto é a genealogia de Nietzsche, e quais as transformações que ela produz na concepção da chamada por ele, "história dos historiadores".

Dentre as mudanças destacadas por Foucault, seleciono uma delas, a que diz respeito à peça representada no teatro da história (FOUCAULT, 1979:24). Para o genealogista, a peça é sempre a mesma: a que repete, indefinidamente, a relação entre os dominadores e os dominados. Isso não quer dizer que não há, na história, mudanças, mas que elas se dão no campo da batalha, dos embates e das guerras.

A história, portanto, descrita pela genealogia de Nietzsche, deve ser vista através das relações de dominação. O devir da humanidade sempre foi interpretado pela metafísica colocando uma significação oculta na origem. A genealogia, ao contrário, é a história das interpretações diferentes, daquelas que se apoderam por violência de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, mas que é sempre dobrado por uma nova vontade, que o faz entrar em um outro jogo, submetendo-o a novas regras. História, poder e guerra estão intimamente entrelaçados.

É somente após a publicação de *Vigiar e Punir*, em 1975, que Foucault tratará novamente, de forma direta, do discurso da história como guerra. *Vigiar e Punir*, entretanto, deve ser entendido como uma das grandes voltas contra a "história dos historiadores". Tratarei disso posteriormente. Mas será no curso dado no Collège de France, em 1976, intitulado *Em Defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999), que Foucault fará a genealogia da própria genealogia nietzschiana, da história entendida como relação de forças, como

dominação, enfim, como guerra. A questão principal que ele se propõe a estudar em todo o curso é a seguinte:

> *"(...) como, desde quando e por que se começou a perceber ou a imaginar que é a guerra que funciona sob e nas relações de poder? Desde quando, como, por que se imaginou que uma espécie de combate ininterrupto perturba a paz e que, finalmente, a ordem civil (...) é uma ordem de batalha? Quem imaginou que a ordem civil era uma ordem de batalha?" (FOUCAULT, 1999:54).*

Foucault aponta, na "Aula de 21 de janeiro de 1976", como o desenvolvimento dos Estados, ao longo de toda a Idade Média e no limiar da época moderna, produziu um paradoxo histórico: com o seu aparecimento, apenas os poderes estatais podiam iniciar a guerra e, com isso, foram apagadas as relações belicosas que estavam presentes no corpo social inteiro. O paradoxo surge nesse momento. Ao mesmo tempo em que a guerra é expulsa do interior do Estado, aparece um discurso novo, da guerra entendida como relação social permanente. Para Foucault, esse discurso tem sua data precisa, depois do fim das guerras civis do século XVI. Esse é primeiro discurso histórico-político da sociedade, em contraposição ao filosófico-jurídico. O primeiro discurso defende que o poder político não começa quando cessa a guerra, mas ela presidiu o nascimento dos Estados. Dessa maneira, o direito, a paz e as leis nasceram no sangue das batalhas. É importante notar como a crítica que o discurso histórico-político faz ao discurso filosófico-jurídico assemelha-se muito às críticas feitas pela genealogia à história dos historiadores, já vistas anteriormente.

Mas como Foucault fará o estudo desse discurso guerreiro? De que ponto histórico ele partirá? Ele demarcará um duplo nascimento desse discurso: o primeiro, por volta dos anos de 1630, nas reivindicações populares ou pequeno-burguesas da Inglaterra pré-revolucionária e revolucionária. O segundo, cinqüenta anos depois, do lado inverso, do lado aristocrático, mas ainda como contrário ao rei, na França, no fim do reinado de Luís XIV. É, também, nesse século XVII, que a noção de a guerra constituir a trama da sociedade aparecerá sob uma forma precisa: a guerra das raças, entendida, nesse período, de forma específica, como as "diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia, e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por outra" (FOUCAULT: 1999: 71).

Essa teoria da guerra das raças, além disso, passará por mudanças no início do século XIX. A principal conseqüência dessas mudanças, sofridas pelo discurso da luta das raças do século XVII, é que ele vai ser recentralizado para se tornar o discurso do poder, funcionando agora como princípio de eliminação, de segregação e de normalização da

sociedade. Daí o nome do curso dado por Foucault, *Em Defesa da Sociedade*. O discurso que era caracterizado antes pelo problema: "temos de nos defender contra a sociedade", sofrerá uma transformação para "Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra-raça que estamos, sem querer, constituindo" (FOUCAULT: 1999: 73).

Foucault, então, retoma, em seus estudos genealógicos, o modelo da guerra para analisar as relações de poder, contrastando fortemente tanto com a noção de repressão, quanto de contrato e, além disso, com a primazia da economia nas análises do poder, presentes nas décadas de sessenta e setenta do século XX. Eram exatamente por esses problemas que, como diz Deleuze (DELEUZE: 2005: 34), o esquerdismo do período era caracterizado, ou seja, por um novo questionamento do problema do poder, voltado tanto contra o marxismo, quanto contra as concepções burguesas. E o trabalho de Foucault, ao menos desse período, não pode deixar de ser visto a partir desses questionamentos.

Ainda segundo Deleuze, boa parte desse esquerdismo, entretanto, não deixou de conservar ou de reintegrar extratos do marxismo, restaurando as centralizações de grupo. Não foi o que aconteceu com o G.I.P (*Groupe d'intervention des prisons*), um grupo sobre as prisões, que Foucault manteve com Daniel Defert, entre os anos de 1971 e 1973, e que funcionava bem ao modo de um certo tipo de lutas sociais específicas, enfim, como as inúmeras genealogias das quais Foucault dizia, cujas relações não poderiam mais vir de um processo de totalização, nem de centralização, mas de uma transversalidade, como pontuava Guatarri (DELEUZE: 2005: 34). Mas será, em 1975, com uma publicação teórica, o livro *Vigiar e Punir*, que Foucault elaborará essa nova concepção de poder. Sobre o livro, Deleuze defende:

> *"É como se uma cumplicidade em torno do Estado fosse rompida. Foucault não se contenta em dizer que é preciso repensar certas noções, ele não o diz, ele o faz, e assim propõe novas coordenadas para a prática. Ao fundo, ressoa uma batalha, com suas táticas locais, suas estratégias de conjunto (...) Outra teoria, outra prática – é esta a aposta do livro de Foucault" (DELEUZE: 2005:40).*

Em *Vigiar e Punir*, dessa forma, prática política e produção teórica estão inteiramente ligados. Para Deleuze, assim, a obra é perpassada por essas discussões sobre como entender as relações de poder, apesar de Foucault indicar essas questões, diretamente e claramente, somente em poucas páginas do começo do livro (FOUCAULT: 2005: 26-27).

Em que essas reflexões novas apresentadas por Foucault, em *Vigiar e Punir*, diferenciam-se das elaboradas em seu livro anterior, em 1969, *A Arqueologia do Saber*

(FOUCAULT: 1986)? Quais foram as transformações impostas por *Vigiar e Punir* ao próprio pensamento de Foucault? Segundo Deleuze, a arqueologia propunha a distinção entre duas espécies de formações políticas: as "discursivas" ou de enunciados, e as "não-discursivas" ou de meios. O problema era que, apesar da arqueologia descrever a firme distinção entre as duas formas, como se propunha a definir a forma dos enunciados, acabava somente indicando a outra forma, de modo negativo, como o "não-discursivo". Como *Vigiar e Punir* resolve esse problema? O que Foucault designava negativamente em *A Arqueologia do Saber*, encontrará, em *Vigiar e Punir*, sua forma positiva. Ele faz isso através de uma noção particular: a de "diagrama". Deleuze a define da seguinte maneira:

> *"O diagrama (...) é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma não-discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar" (DELEUZE: 2005: 44).*

Se Foucault invoca a noção de diagrama pensando nas sociedades modernas, denominadas de disciplina, Deleuze aponta que as antigas sociedades, as de soberania, também possuem diagramas, embora com outras matérias e funções, já que "há tantos diagramas quanto campos sociais na História" (DELEUZE: 2005: 44). Em ambas as sociedades há uma força que se exerce sobre outras forças, mas, como os diagramas são diferentes, as relações de força também o são. Há, ainda, diagramas intermediários, que funcionam como passagens de uma sociedade a outra. Esse é o caso do diagrama napoleônico, no qual a função disciplinar conjuga-se com a função soberana. Sobre essa mutabilidade do diagrama, Deleuze faz observações fundamentais:

> *"É que o diagrama é altamente instável ou fluido, não pára de misturar matérias e funções de modo a constituir mutações. Finalmente, todo diagrama é intersocial, e em devir. Ele nunca age para representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade (...) Faz a história desfazendo as realidades e as significações anteriores, formando um número equivalente de pontos de emergência ou de criatividade, de conjunções inesperadas, de improváveis continuuns" (DELEUZE: 2005: 44-45).*

E parece que Foucault, em *Vigiar e Punir*, não se cansa de mostrar os diagramas em devir, com suas instabilidades, transformações e emergência de novos pontos de criatividade. Peguemos o exemplo com o qual iniciei as minhas observações, com as palavras do grupo *La Phalange*. Podemos sugerir que o grupo, em seu jornal, ao descrever a planta da cidade de Paris, descrevia o diagrama da sociedade disciplinar. Mas, mais que isso, *La*

Phalange fazia parte das relações de forças que integravam tal diagrama e, através de sua tática, sabia que era uma, dentre as demais forças que se enfrentavam nesse diagrama disciplinar. O que seria, então, um diagrama? Deleuze responde:

> *"É a exposição das relações de força que constituem o poder (...) é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos" (DELEUZE: 2005: 46).*

Vigiar e Punir, então, será perpassado inteiramente por essas questões. Como pontua Deleuze, ao contrário de certas críticas endereçadas ao livro, tanto nele, quanto em Foucault, nada se fecha, nada se cristaliza. E se Deleuze, como já destacado anteriormente, considera que, nos estudos de Foucault e, principalmente, em *Vigiar e Punir*, aparece uma noção nova de espaço, isso se dá pela maneira particular dele descrever as forças, que não param de se movimentar e de se enfrentar no diagrama. Essa instabilidade também deixa a análise de Foucault marcada pela transformação:

> *"(...) um diagrama é um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas. E, de um mapa a outro, novos mapas são traçados. Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação; e é deles, talvez, que será preciso partir para se compreender o conjunto. É a partir das 'lutas' de cada época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu re-encadeamento por sobre as descontinuidades" (DELEUZE: 2005: 53).*

Comecei minhas observações por *La Phalange* exatamente por essa razão. Partindo do "estilo" de suas lutas, pudemos compreender a sucessão de diagramas e, ainda, que se esse grupo entendia as relações de dominação a partir da "guerra encarniçada de todos contra todos" é porque, também, não deixavam de enfrentar os mecanismos da cidade carcerária, a partir de suas táticas políticas. Os diagramas de Foucault, assim, são quadros feitos por pinceladas descontínuas, atentas às singularidades e particularidades das lutas. Finalizar *Vigiar e Punir* com os escritos de *La Phalange* não seria, dessa maneira, ao modo das genealogias, resgatar os embates sepultados pelos mecanismos de dominação da cidade carcerária e de seus saberes disciplinados? *Vigiar e Punir*, então, com os seus diferentes diagramas, está inteiramente perpassado pelas relações de força, pelas capacidades de resistência, enfim, pela mudança.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense. 2005
FOUCAULT, Michel. *"Nietzsche, a genealogia e a história*". In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.
_____ **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1986.
_____ **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes. 2005
_____ **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O mundo científico ao alcance de todos: a revista *Ciência Popular* e a divulgação científica no Brasil (1948-1956)

Catarina Capella Silva*

Resumo: Após a Segunda Guerra Mundial, a divulgação científica no Brasil encontrou nos meios de comunicação, principalmente jornais, revistas e rádio importantes canais de popularização. O grande interesse pelas novas conquistas da ciência despertou, em parcela da população brasileira, a busca por novas informações na crença de que as possibilidades que a ciência apontava representavam uma solução para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, destaca-se a Revista Ciência Popular, uma publicação periódica mensal editada no Brasil entre 1948 e 1966, exclusivamente dedicada à difusão de temas relacionados às ciências. Propõe-se neste trabalho examinar algumas percepções acerca da ciência presentes na revista, bem como apresentar os aspectos relacionados à sua constituição no período de 1948 a 1956.
Palavras-chave: Divulgação Científica – História da Divulgação Científica – Popularização da Ciência

Abstract: After the Second World War, scientific publication in Brazil saw the media, especially newspapers, magazines and radios as important vehicles for its popularization. The great interest in the sciences new achievements arouse, in a segment of the Brazilian population, the desire to search for new information, believing that the possibilities offered by the sciences represented a solution for the development of the country. In this context, the magazine Revista Ciência Popular stands out as a monthly edition published in Brazil between 1948 and 1966, dedicated exclusively do promote science related themes. This work aims at looking at some perceptions about science shown in that magazine, as well as presenting the aspects related to its establishment during the period of 1948 to 1956.
Keywords: Science Communication – History of Science Communication – Popularization of Science

Após a Segunda Guerra Mundial, o grande interesse pelas novas conquistas da ciência despertou, em parcela da população brasileira, a busca por novas informações na crença de que as possibilidades que a ciência apontava representavam uma solução para o desenvolvimento do país. A partir de 1950, o Brasil ingressa numa nova fase de seu projeto de modernização. O otimismo sobre os caminhos da modernidade era o reflexo das rápidas transformações econômicas, políticas e sociais as quais o país estava passando. Nesse período, a indústria brasileira começou produzir eletrodomésticos, alimentos industrializados,

* Mestranda em História, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

remédios, produtos de beleza e muitas outras inovações que transformaram a vida cotidiana do brasileiro.

A proposta deste trabalho é examinar algumas percepções de ciência, bem como as práticas e os valores difundidos pela revista *Ciência Popular* no período de 1948 a 1956. O recorte temporal foi delimitado entre 1948, ano inicial da publicação, até 1956, por ser um período posterior ao governo ditatorial de Getúlio Vargas e o início do governo de Juscelino Kubitschek, marcado pelo crescente processo de industrialização do país. Tal período também se caracterizou pela criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, importantes instituições para a consolidação da pesquisa científica no Brasil. Igualmente, o período pós-guerra implicou em um aumento das iniciativas de divulgação científica no Brasil e no mundo. O critério utilizado para a análise foi a seleção de editoriais, respostas às cartas dos leitores e artigos que apresentassem informações e argumentos para a difusão da ciência.

Um breve histórico da revista e de seu idealizador

A revista *Ciência Popular* é uma publicação periódica mensal editada no Brasil entre 1948 e 1966, totalizando 212 edições. Elaborada por iniciativa de um engenheiro do exército, a revista detinha um projeto específico de educação e divulgação científica direcionado a estudantes, profissionais e demais interessados em adquirir uma ampla formação. As seções da revista abordam temas relacionados às ciências exatas e naturais, história da ciência, epistemologia, assuntos culturais variados, informes científicos e tecnológicos, curiosidades, informações a respeito de acontecimentos novos no âmbito científico, charadas, enigmas, além de suplementos com o objetivo de formar profissionais capacitados a lidar com as recentes inovações tecnológicas do período.

A revista divulgava artigos de autoria do próprio diretor da publicação, Ary Maurell Lobo, e também aceitava colaboração de autores nacionais, sendo estes cientistas ou não. Freqüentemente, muitos artigos publicados eram traduzidos de revistas estrangeiras de divulgação científica, alguns outros eram oriundos de diversas agências jornalísticas. Apesar de na década de 1950, o acesso à informação para grande maioria da população, inclusive as relacionadas às atividades científicas ser muito restrito, visto que grande parte era analfabeta ou semi-analfabeta, a revista possuía uma alta tiragem (35.000 exemplares) de suas edições e sua distribuição abrangia todo o território nacional.

O grande formato da revista a diferenciava de outras edições similares da época e

proporcionava a inserção de um grande número de imagens. Altamente ilustrada com fotografias, desenhos e esquemas, as imagens tornavam evidentes as intenções didáticas do projeto da revista. As ilustrações da revista em sua maioria se originavam de agências jornalísticas estrangeiras ou de enciclopédias. A capa e contracapa traziam freqüentemente fotografias que chamavam a atenção para os artigos do mês.

Para que se possa compreender o perfil editorial da revista *Ciência Popular*, é fundamental conhecermos a formação do diretor da revista, visto que ele escrevia os editoriais, escolhia os temas a serem publicados, respondia às cartas dos leitores, elaborava o *layout* da revista, compilava textos de diferentes campos do conhecimento e exercia as mais variadas funções relativas à produção editorial.

Ary Maurell Lobo[1] nasceu no Rio de Janeiro, em 1900. Ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, formando-se em engenharia civil, militar e elétrica. Foi professor da Escola Técnica do Exército e da Escola Nacional de Engenharia. Atuou também como Engenheiro do Exército, perito da Light e superintendente geral do serviço de engenharia do Quitandinha.

Em 1929, Ary Maurell Lobo publicou uma edição similar à revista Ciência Popular, também denominada, *Sciencia Popular*. Entretanto, ela teve apenas treze números com uma tiragem de mil exemplares, mas segundo o próprio criador ela não conseguiu o mesmo sucesso da edição posterior e teve encalhes mensais nunca menos de 600 exemplares. Essa primeira edição traz muitos artigos sobre temas relacionados às aplicações da eletricidade e apresenta uma série de textos que abordam o funcionamento de diversos meios de comunicação, principalmente o rádio. Uma inovação para a época, a televisão já era apresentada como destaque e uma possibilidade para a transmissão de informações e conhecimentos.

A década de 1920 teve um grande crescimento das atividades de divulgação científica no Brasil, e muitos dos cientistas, professores e engenheiros que contribuíram para a realização desse processo estudaram na Escola Politécnica do Rio de Janeiro[2]. (MASSARANI; MOREIRA, 2001). O campo para a consolidação da difusão científica e o desenvolvimento de pesquisas no Brasil era muito restrito e como nos mostra Sá (2005),

---

[1] Autor de livros em diversificados temas - eletricidade (1924); locomotivas (1927); desenho técnico e mecânico (1939); gramática (1939); crônicas militares (1942); economia política (1945); estatística (1948) – foi também autor de dezenas de artigos na imprensa jornalística. Proferiu palestras nas principais rádios da época, inclusive um curso de física na antiga Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (hoje Rádio MEC). Sob a direção de Edgard Roquette-Pinto, a Rádio Sociedade foi pioneira na divulgação científica através do rádio nos anos 20 e 30.

[2] Entre os alunos, Massarani; Moreira (2001) cita Amoroso Costa, posteriormente professor da Escola Politécnica e Henrique Morize, também professor da Escola Politécnica.

> *(...) À exceção das faculdades de medicina e da Escola Politécnica do Rio, de onde em geral recebiam os seus diplomas, e dos museus de história natural, do Observatório Astronômico e do Instituto de Manguinhos, não havia boas condições institucionais e profissionais para o exercício sistemático da pesquisa experimental. Para sobreviver, os cientistas eram também professores, clínicos e engenheiros.*

Embora o nome de Ary Maurell Lobo ainda não conste entre os atuantes da divulgação científica nesse período, é evidente o seu envolvimento no meio acadêmico e intelectual. Seu interesse pela ciência e pela divulgação científica culminou na publicação da Revista Ciência Popular que perdurou por dezoito anos.

Imagens de Ciência

Para compreendermos melhor as imagens acerca da ciência que permeiam a revista, utilizaremos o conceito de representação de Roger Chartier. Para Chartier, (1990: 16) representação é o modo pelo qual "em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler" por diferentes grupos sociais. As representações culturais permitem interpretação de diferentes discursos e origens das manifestações que compõem o imaginário social como um conjunto de sistemas simbólicos de idéias e imagens de representação coletiva. Desse modo, buscamos obter algumas imagens acerca da ciência presentes na revista e perceber como se relacionam ao contexto histórico-social do período.

As imagens acerca da ciência encontradas na revista *Ciência Popular* não são as únicas existentes na sociedade do período, mas como uma revista inserida em seu tempo retratava as concepções mais evidentes de ciência que circulavam por ela.

Divulgar o conhecimento de todas as formas possíveis era o principal objetivo da revista. Segundo o diretor, "sempre que procuramos o conhecimento certo e evidente das coisas por suas causas estamos a fazer ciência. Às vezes fazemo-a sem saber, mas isso não importa". (CP, 1949: 2). O que importava era divulgar e ensinar o conhecimento para todos e que este conhecimento fosse o propulsor do desenvolvimento do país. Para ele a ciência é o melhor meio de conhecimento seguro sobre o mundo.

O diretor da revista compartilhava das mesmas concepções de Roquette-Pinto a respeito dos problemas econômicos e sociais que o país enfrentava. Para ele, os problemas não eram conseqüências de causas raciais, mas sim provocados pela falta de educação da população brasileira. Roquette Pinto,

> *(...) nas suas pesquisas sobre "os tipos antropológicos do Brasil" nos anos 1920, estudou os mestiços brasileiros buscando verificar se seriam mesmo degenerados. Seus resultados apontam para a ausência de deficiências oriundas da raça, para ao fim concluir que os males da nação estavam na ignorância e na doença. Segundo ele, "O problema nacional não é transformar os mestiços do Brasil em gente branca. O nosso problema é a educação dos que aí se acham, claros ou escuros" (LIMA; SÁ, 2005)*

Para o diretor da revista, somente o acesso à cultura resolveria os problemas do país e a falta de iniciativa dos governantes agravava ainda mais a situação. (CP, 1951) Sob esse aspecto, a revista *Ciência Popular* expressava uma preocupação com a educação científica promovida no país, e entre suas propostas de divulgação científica encontrava-se a de formar cidadãos aptos a participarem de decisões nas diferentes esferas da sociedade.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial despertou-se a necessidade de se questionar os usos inapropriados do conhecimento científico, bem como o controle que os governos teriam sobre o que pesquisar. Assim, um cidadão educado nas ciências estaria apto a reivindicar um governo que direcionasse as pesquisas científicas ao bem comum e, sobretudo, expressaria uma postura crítica perante as implicações das novas descobertas.

Outro argumento utilizado pelo diretor da revista afirmava que obras desse tipo contribuiriam para uma formação ampla do indivíduo, visto que o progresso no campo do conhecimento científico conduziu a predominância da especialização. Segundo Lobo (CP, 1957), (...) "A especialização, pelo próprio fato do progresso das ciências, tende a predominar com prejuízo talvez das vistas de conjunto e da coordenação filosófica." Uma das visões negativas da especialização encara o acúmulo de conhecimentos especializados como uma forma autoritária e arbitrária de poder.

O rápido progresso nos diversos campos do conhecimento no pós-guerra representou mudanças significativas no panorama econômico e social do Brasil e do mundo. Ao longo de toda década de 1950 indústrias de eletrodomésticos se instalaram no Brasil. A primeira transmissão pela televisão se deu em 1950 e no ano de 1952, a Volkswagen instalou o primeiro parque de montagem de automóveis. A chegada dos eletrodomésticos aos lares brasileiros e a expansão da indústria automobilística gerou expectativas positivas na população sobre a ciência e a tecnologia.

Cursos sobre eletrônica e mecânica de automóveis tornaram-se voga nas revistas de divulgação científica. A imagem de utilidade da ciência e as vantagens trazidas pelas novas tecnologias despertaram o interesse geral e a cada edição da revista é possível vislumbrar sua influência na sociedade. A revista inserida em seu tempo reflete ainda uma credibilidade na ciência e na tecnologia no sentido de proporcionarem uma vida mais saudável, mais fácil e confortável para todos.

Conseguir "melhorar as condições de vida do povo brasileiro através da cultura" (...) (CP,1951: 46) e dar acesso aos leitores ao conhecimento das mais recentes novidades no mundo da ciência era o propósito fundamental da revista. Mais do que contribuir para adaptação dos cidadãos a uma sociedade repleta de aparatos tecnológicos, a revista procurava despertar no leitor o desejo de obter um conhecimento científico amplo, no sentido de uma formação universal, isto é, a respeito de todas as coisas. O cidadão com uma "cultura" estaria apto a adquirir uma posição melhor na sociedade e um maior bem-estar.

Muitos artigos também demonstram a utilidade de se lidar com os diferentes tipos de máquinas e tecnologias e os cuidados que os trabalhadores devem ter em seu ambiente de trabalho. Eles apresentam a relação entre a aplicação da ciência e da tecnologia com o aumento de oportunidade de trabalho, e está presente a idéia de se conhecer a tecnologia para a proteção contra acidentes de trabalho. Essa idéia é uma ação inovadora no campo das relações trabalhistas para a época, a despeito dos direitos alcançados pelos trabalhadores com a Consolidação das Leis das Trabalhistas (CLT) durante o Estado Novo.

A formação científica do cidadão também visava suprir a indústria brasileira de especialistas e técnicos com o objetivo de promover o progresso industrial. Esse progresso seria a base para o país se alinhar aos países desenvolvidos e iniciar-se na era atômica, considerada o ápice do conhecimento humano na época.

Em uma notícia veiculada pela revista encontra-se a proposta de criação de um Museu de Ciências no Rio de Janeiro, elaborado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Científicas. O museu seria dotado de um planetário, um observatório da vida marinha na Baía de Guanabara, laboratórios e modernas instalações científicas, cujo objetivo seria despertar vocações, o interesse do público para a ciência e conduzir os estudantes a uma formação técnica para a indústria. (CP, 1957: 7)

A imagem do cientista como alguém privilegiado e que ocupa um lugar diferente do resto da sociedade, além de possuir o conhecimento que resolverá a maioria dos problemas é muito evidente na revista. No entanto, um dos argumentos empregados refere-se a possibilidade de aquisição do conhecimento científico por qualquer pessoa com o objetivo de se estar apto a suplantar as vicissitudes da vida.

Um outro aspecto apresentado na revista diz respeito a neutralidade do conhecimento científico. Sua aplicação não visaria à política ou a interesses particulares. Sua utilização não serviria a ideologias, mas apenas ao bem-estar da humanidade.

> *Ciência popular foi fundada para divulgar a verdade técnica, a verdade cientifica, a verdade verdadeirissima, venham elas do Brasil, dos EEUU, da Inglaterra, da URSS, venham elas de onde vierem. A ciência e a técnica não tem fronteiras (...) a ciência não tem pátria (...)(CP, 1950: 29).*

Para além da percepção do conhecimento científico como universal e que extrapola fronteiras, nessa proposição, considerar a ciência apátrida se relaciona ao momento político de grande tensão mundial conhecido com Guerra Fria liderado pelos EUA e URSS. A Guerra Fria impulsionou categoricamente o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Sob a ameaça constante de um país sobrepujar o outro, estabeleceu-se uma corrida sem precedentes em todos os campos do conhecimento.

Palavras Finais

O imaginário social descreve a ciência com várias representações que permanecem em nossa tradição cultural. A idéia de ciência como conhecimento legítimo e verdadeiro que se opõe ao conhecimento irracional, fundamenta a nossa concepção de ciência a partir da Revolução Científica, ocorrida no século XVII. Este saber superior emana sua autoridade no conhecimento científico e se contrapõe a qualquer outro, inclusive o religioso.

Nesse sentido, é esta a imagem acerca da ciência que prevalece na Revista Ciência Popular. A ciência como produtora de todo o conhecimento legítimo e promotora do progresso da humanidade. Desse modo, a ciência teria o papel redentor de todos os problemas pelos quais o país estaria passando. O Brasil é apresentado como o país do futuro e somente através de uma ampla educação científica da população seria possível alcançar tal objetivo. Ao transmitir esses valores e imagens através de argumentos de educação e progresso a Revista Ciência Popular disseminou informações que vieram ao encontro dos anseios da sociedade em conhecer e ter acesso a um saber diferenciado e, sobretudo, como uma revista inserida em seu tempo refletiu as percepções e imagens acerca da ciência que circulavam na época.

Fontes:

CP – **Ciência Popular**. Editorial. Rio de Janeiro, n.1 , 1948.

CP – **Ciência Popular**. Editorial. Rio de Janeiro, n. 14, 1949.

CP – **Ciência Popular**. Editorial. Rio de Janeiro, n. 16, 1950.

CP – **Ciência Popular**. Cartas ao Diretor Geral. Rio de Janeiro, n. 29, 1951

CP – **Ciência Popular**. Editorial. Rio de Janeiro, n. 44, 1951.

CP – **Ciência Popular**. Editorial. Rio de Janeiro, n. 113, 1957.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro; CARDOSO, José Leandro Rocha. *Aconteceu, virou Manchete*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 31, p. 243-264, 2001.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DUARTE, R. H.: "*Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte*": a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 11(1):33-56, jan-abr. 2004.

ESTEVES, Bernardo. **Ciência na imprensa brasileira no pós-guerra**: o caso do suplemento "Ciência para Todos" (1948-1953). 2005, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda. Roquette-Pinto: *Ciência e humanismo no Brasil do século XX*, **Anais do 10◦ Seminário Nacional de História da Ciência e Tccnologia**, 2005. 1 CD-ROM.

MASSARANI, L. **A divulgação científica no Rio de Janeiro**: algumas reflexões sobre a década de 20. Dissertação de mestrado, 1998. Rio de Janeiro, IBCT-ECO/UFRJ.

_____.; MOREIRA, I. *A divulgação científica no Rio de Janeiro*: Algumas reflexões sobre a década de 1920" **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. vol. 7, n. 2, 2001. p. 627 – 651.

NOVAIS, Fernando A.; MELLO, João Manuel Cardoso de. *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 559-658.

SÁ, Dominichi Miranda. *A ciência na virada do século XX*: as interfaces entre a especialização e a vulgarização científica no Brasil. **XI Encontro Regional de História** – ANPUH-RJ, Disponível em: <
http://www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2004/indice2004.htm>. Acesso em: 25 jul. 2006.

VOGT Carlos; POLINO, Carmelo. **Percepção pública da Ciência**: resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai. São Paulo: ABEU, UNICAMP/FAPESB, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A memória vestida de romance: algumas questões sobre o Integralismo a partir da literatura

Silvia R. Ackermann*

Resumo: José Marcelo Grillo, autor capixaba, escreveu *Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos,* no ano de 2001. O livro é um romance que aborda o movimento integralista em Floresta, hoje Burarama (ES). Interessam, nessa obra, algumas pistas deixadas pelo autor que relacionam integralismo e poder local, a criação de novas fronteiras no interior de um grupo étnico, além dos ressentimentos presentes na memória dos moradores de Floresta, lembrando-nos que as paixões e outros sentimentos não estão distantes da política.
Palavras-chave: Ação integralista brasileira - Espírito Santo - Imigrantes italianos.

Abstract: José Marcelo Grillo, an author from Espírito Santo state, wrote *Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos* in 2001. The book is a novel that approaches the integralist movement in Floresta, now Burarama (ES). What interest in this work, are some clues left by the author that relate integralism and local power, the creation of new boundaries in the internal of an ethnic group, beyond the present resentment in the memory of the inhabitants of Floresta, remembering to us that passions and other feelings are not distant of the politics.
Key-words: Brazilian Integralist Action - Espirito Santo - Italian immigrants.

Um lugar idealizado

Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos, escrito por José Marcelo Grillo, pode ser enquadrado na ampla expressão "romance histórico". [1] Uma paixão proibida entre um membro da elite local, casado, líder do Partido Social Democrático (PSD) na região, e uma jovem simpática ao movimento integralista é utilizada pelo autor para contar a experiência integralista no município de Floresta, hoje Burarama, sul do Estado do Espírito Santo. [2]

O Estado do Espírito Santo sediou o primeiro Congresso Nacional Integralista no ano de 1934. Após o evento, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se espalhou por várias

---

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos; bolsista CNPq.

[1] O autor nasceu no município de Burarama. É mestre em Agronomia, policial rodoviário federal e dedica-se à literatura. Atualmente também é editor de revistas locais. A partir deste momento, será usado apenas o termo *Anauê!* para se referir à obra.

[2] Floresta, hoje Burarama, foi fundada por descendentes de "colonos" italianos vindos de Carolina e era distrito de Cachoeiro do Itapemirim, sul do Estado do Espírito Santo. A economia do município era baseada no plantio do café.

regiões, principalmente aquelas que receberam imigrantes europeus – em sua maioria, alemães e italianos – ainda no século XIX. [3]

O integralismo fez parte da história de muitos moradores de Floresta e de outros tantos distritos e municípios capixabas. Uma história repleta de sentimentos e, principalmente, de ressentimentos. Por esse motivo, Grillo, cuja família também guarda tais memórias, preferiu usar as vestes do romance, a fim proteger as feridas e suavizar as marcas que ainda persistem naqueles que viveram aquele tempo. Assim, sobrenomes foram trocados e personagens foram fundidas nessa obra qualificada pelo autor como "[...] um retrato colorido da saga vivida por italianos durante o fugaz e intenso advento do Integralismo, retratando fielmente a realidade daqueles dias de pseudo-liberdade e apreensão, de perseguições e vinganças, de amizade e desavenças" (GRILLO, 2001:10). Além de entrevistas, Grillo utilizou documentação da época, principalmente, o Jornal Correio do Sul e fotografias.

O integralismo no Espírito Santo ainda não foi abordado por muitos pesquisadores. Em 1992, foi editado o livro *Lembranças Camponesas* que registrou as memórias de pessoas idosas em Venda Nova do Imigrante, surgindo, nessas lembranças, o integralismo. Achiamé (2005) centra sua análise no período da interventoria, ganhando o integralismo algumas páginas e a advertência do autor da necessidade de pesquisas sobre o tema. Além disso, foram publicados alguns artigos, resultados de pesquisas ainda em andamento (FAGUNDES, 2005). *Anauê!*, por sua vez, é o único livro de literatura capixaba que retratou, especificamente, o movimento integralista no Estado.

A utilização de obras literárias para a construção do discurso histórico não é novidade para os historiadores sociais, pois, há muito tempo, percebeu-se o seu valor como representação de uma época, afinal ela é um testemunho histórico (CHALHOUB; PEREIRA, 1998). O livro em questão não pode ser usado com esse objetivo, já que o autor é nosso contemporâneo. O que nos parece mais relevante são as pistas deixadas pelo autor, provavelmente, de forma não intencional.

O livro aborda questões recorrentes na literatura sobre o integralismo, como os possíveis motivos que levaram os imigrantes e descendentes a ingressar no movimento (GERTZ, 1987; FALCÃO, 2000), as representações de integralistas e comunistas (DUTRA, 1997; OLIVEIRA, 2004) e a repressão ao movimento (LAZZARO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992).

---

[3] Cabe ressaltar que os imigrantes, tratados aqui como "alemães", eram, na verdade, hessianos, pomeranos, suíços, hanoverianos, luxemburgueses, prussianos, holsteinianos. A maioria dos italianos veio das províncias da região do Vêneto.

Ao longo do texto, outras questões surgem. Primeiramente, estão os indícios relacionados com o poder local, alterado com a chegada da AIB. Em segundo lugar, e talvez mais importante, seja a ligação estabelecida entre o integralismo e a criação de novas fronteiras no interior de um grupo étnico, no caso, italianos e descendentes. Além disso, associado à memória, o livro sugere que os ressentimentos ainda persistem, criando o desconforto de falar sobre aqueles dias.

O objetivo aqui não é tentar distinguir o "real" do "ficcional", nem discutir a qualidade literária da obra. Buscou-se apenas enfatizar as possibilidades de pesquisa sugeridas pelo livro *Anauê! A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos*.

Essa obra constrói a memória de uma comunidade de "origem italiana", que migrou de Carolina para Floresta em busca de uma vida mais próspera. [4] Grillo dá visibilidade ao alto grau de coesão desse grupo, quando demonstra que a decisão de migrar foi precedida por conversas na casa de vizinhos, onde os prós e contras eram debatidos, além de empréstimos para que famílias unidas por laços de compadrio pudessem comprar o seu pedaço de terra e, dessa forma, continuar vizinhos.

Os personagens centrais, Berllone e Gardini, esperavam construir em Floresta um mundo idealizado: uma cidade próspera, sem estranhos e sem violência. E assim se fez. Berllone e Gardini prosperaram financeiramente e entraram para a política.

Os perfis psicológicos de Berllone e Gardini também são realçados. O primeiro é retratado como uma figura carismática, filho e pai amoroso, mesmo ausente na educação dos filhos. Graças à sua personalidade, teve a honra de ser conhecido pelo sobrenome do pai falecido.[5] Ele era "O Berllone".

Gardini, por sua vez, é apresentado como um homem sério, disciplinado, fiel, sovina e que criou seus filhos com muita rigidez. A ele também foi destinado o nome da família Gardini, seu pai tornou-se, então, o "nono Gardini".

Floresta surge aos leitores como um lugar próspero e harmonioso. Nesses primeiros tempos, a "civilização" só era perturbada pelos "brasileiros e negros":

---

[4] Burke (2002) salienta que o termo comunidade é útil, porém problemático, pois traz consigo a idéia de solidariedade, homogeneidade e ausência de conflitos.

[5] Gualberto (1995) assinala que era prática recorrente entre os coronéis escolher, entre seus filhos ou parentes, aquele que tivesse o perfil mais adequado para assumir a sua posição.

> *Floresta povoava-se rápida e harmoniosamente, transformando-se no centro de uma região próspera e altamente civilizada. [...] A dificuldade era o povo de fora – os brasileiros – não os italianos fundadores. Estes tinham pouco estudo, mas eram civilizados (GRILLO, 2001:70).*
> *Quando os italianos chegaram a Floresta existia ainda um resto de escravidão. Negros ocupavam alguns pedaços de terra e trabalhavam para os antigos donos. A chegada dos italianos foi como uma avalanche [...]. Aos negros ficaram destinadas as terras da periferia, que foram sendo ocupadas à medida que novos italianos chegavam. Isso gerou uma certa mágoa dos negros contra os novos habitantes. As provocações eram constantes [...] mas os italianos dominavam sua raiva e não tomavam nenhuma atitude de represália contra os provocadores (GRILLO, 2001:93).*

Assim, maiores conflitos eram evitados graças à "civilidade" dos novos habitantes de Floresta. A fronteira étnica era marcada pelos "italianos" e os outros: "brasileiros" e os "negros". Tal fronteira, segundo Grillo, não permitia casamentos inter-raciais. Não se deve esquecer de Elias e Scotson (2000), quando estes salientam o importante papel da coesão grupal para um efetivo controle social e manutenção dos principais cargos dentro da comunidade.

Os "outros", isto é, os "brasileiros não civilizados" e aqueles oriundos de "restos da escravidão", não conseguiram manter a mesma coesão, já que, possivelmente, também se imaginavam diferentes entre si, perdendo espaço para o novo grupo. Pode-se afirmar que a situação dos negros ainda era pior, pois, além de perderem suas terras, carregavam consigo o estigma de sua "raça", que lhes conferia um *status* de valor humano inferior (GOFFMAN, 1978). Por certo, a coesão do grupo migrante foi o fator primordial para fazer de Floresta um lugar em que o poder foi dividido entre dois chefes locais que pertenciam ao mesmo grupo, Berllone e Gardini.

A chegada do integralismo

O mundo de Floresta parece ser marcado por elementos que nos remetem ao universo dos "coronéis". Baseando-se na análise de Nunes Leal, Carvalho (1997:231) assinala que

> *[...] o coronelismo é [...] um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos [...]. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos.*

Porém, em Floresta, não encontramos a típica figura do coronel. [6] Berllone e Gardini eram os líderes políticos da região, atuando como "coronéis-vendeiros". Tal prestígio era decorrente de seu capital econômico e social (BOURDIEU, 2004). Os dois possuíam terras, meeiros, pila de café e cada qual, a sua venda. Segundo Gualberto (1995), os vendeiros tinham um papel muito importante nessas pequenas localidades. Era aos vendeiros que os pequenos agricultores entregavam a sua produção de café que, por sua vez, repassavam aos intermediários ligados ao comércio internacional. Além disso, era na venda que se comprava fiado, ouvia-se rádio e as fofocas aconteciam.

Eles também ocupavam os cargos mais respeitados da comunidade – Berllone era juiz de paz e Gardini fiscal de rendas – além de estabelecerem a ocupação dos outros cargos da localidade que eram usados como instrumentos de dominação. Isso permitia ao chefe local, agora também político, manter a sua lei, proteger os seus interesses econômicos, evitar a atuação de rivais e aumentar ainda mais o seu capital econômico e social, nesse universo marcado pela troca de favores.

Segundo Grillo, os baixos preços do café, conseqüência da crise de 1929, criaram um clima de insatisfação entre os colonos. Aliada à situação econômica desfavorável, uma promessa não cumprida por Fernando de Abreu, prefeito de Cachoeiro, desagradou um dos chefes locais, Gardini. Ele queria a autorização para distribuir a quem lhe conviesse as terras do município. O prefeito, por sua vez, ficou relutante em transferir tamanho poder de barganha a Gardini. Insatisfeito com a sua magra fatia de poder, ele acabou se direcionando para uma proposta política alternativa: o integralismo.

Esse é o momento da ruptura. Os fundadores do novo distrito de Floresta ficaram em lados opostos. Berllone continuou como representante do PSD e Gardini aderiu à AIB. A situação, para Berllone, começou a ficar complicada, já que ele representava o governo e, portanto, era cobrado pelas atitudes de Getúlio Vargas. Os colonos não acreditavam mais na mediação feita pelo vendeiro com as instâncias superiores.

Nesse contexto, a doutrina integralista teve um campo fértil para crescer. O autor argumenta que o descontentamento com a política varguista, atrelado à simpatia pelo governo de Mussolini, atraiu boa parte dos habitantes. Outros ainda eram seduzidos pelos uniformes, hinos, bailes, desfiles e outras manifestações. Para Grillo, o integralismo surgiu aos olhos desses colonos como uma alternativa para a política da época, uma forma de proteger a si e suas terras, tendo como base a tríade Deus, Pátria e Família.

[6] Para Carvalho (1997), o coronelismo é um fenômeno datado. Ele está ligado ao contexto da Primeira República e relaciona-se com a progressiva perda de poder do "mandão" que, por sua vez, procura se aliar ao governo para continuar existindo. O coronelismo foi definitivamente encerrado com a implantação do Estado Novo.

Tem-se, então, a imagem de uma comunidade cindida, não apenas na política, mas também no lazer e nas relações de amizade e compadrio. Com a perseguição aos integralistas, Berllone, ao mesmo tempo, comandava e limitava o poder do subdelegado Argemiro que, por sua vez, representava a repressão em Floresta. Este último, na trama, utilizava todas as oportunidades para demonstrar o seu poder e tirar vantagens dos integralistas.

São atribuídas ao subdelegado humilhações públicas, como varrer a rua, além de ameaças de prisão, invasão de casas, apreensão de armas, etc. Se o autor se preocupa em não rotular os integralistas como mocinhos ou bandidos, a mesma preocupação não se dá com a personagem do subdelegado. Ele personifica o mal.

Aos amigos tudo, aos inimigos a lei

Nas páginas de *Anauê!*, é possível perceber, também, como um grupo buscou representar o seu "outro", pois é bastante nítido que o advento do integralismo criou uma fronteira no interior do grupo étnico (BARTH, 2000).

Para construir a diferença entre o Nós e o Eles, eram usados os símbolos integralistas, já bastante conhecidos, como a camisa verde, o sigma, a saudação Anauê!, assim como outros elementos mais sutis, direcionados ao comportamento, como a disciplina, o respeito e, ainda, não beber em público.

Os xingamentos também contribuíam para demarcar a diferença. Os integralistas eram apelidados de *periquitos*, *sigmóides*, recepcionados, jocosamente, com um "Anauê! bota as pernas para corrê!" pelos pessedistas. Por certo, uma alusão à expressão utilizada pelos próprios integralistas: "Anauê! até morrê!".

Já para os integralistas, os pessedistas eram comunistas. A sigla do partido PSD era deturpada para "Partido Sem Deus". Não havia lugar para a neutralidade: quem não era integralista, era comunista. [7]

Assim, às velhas fronteiras étnicas, que construíram as diferenças entre os de "origem italiana" e os "brasileiros e negros", abria-se uma nova fronteira no interior do próprio grupo. Fronteira política que mobilizava intensas paixões.

Agora os "outros" não eram mais os "brasileiros e negros", já que o integralismo poderia aproximar os de "origem italiana" dos "brasileiros e negros" e afastar, ao mesmo

[7] O Partido Social Democrático (PSD) foi criado no Espírito Santo para dar sustentação ao governo de João Punaro Bley.

tempo, outros de "origem italiana". A nova fronteira dividia "integralistas" e "comunistas", mesmo que, aparentemente, nem comunistas, nem aliancistas, atuassem em Floresta.

Ainda assim, num momento do livro, a diferença intransponível entre "italianos" e "brasileiros" surgiu quando a filha de Berllone, para afrontar o pai, começa a namorar escondido um "brasileiro". Isso é visto pela família como um ultraje, e todos ficam aliviados quando a personagem encontra uma nova paixão, o filho do ex-compadre Gardini, um "italiano integralista". Mesmo sendo integralista, ainda era melhor do que um brasileiro. Afinal, podia-se deixar de ser integralista, mas não de ser "brasileiro".

Percebe-se, então, que as fronteiras eram fluidas, elementos étnicos, políticos e, possivelmente, também econômicos, se mesclavam, ganhando ou perdendo relevância conforme as circunstâncias.

Memórias

Também não se pode deixar de questionar as relações entre os afetos e a política (ANSART, 2001). Se os sentimentos se deixam entrever, mesmo nas frias páginas dos documentos, a memória traz os sentimentos difusos de insatisfações e ressentimentos, retratados nas páginas de *Anauê!*

É preciso se interessar pelos sentimentos, pois eles também levam à ação. Pensar, por exemplo, naqueles sentimentos que foram mobilizados pelo integralismo, como as insatisfações pessoais – representadas por Gardini – ou coletivas, que uniam os "colonos" na luta contra o baixo preço do café ou na proteção de suas terras da "ameaça comunista".

O livro solidifica a imagem do ressentimento que, segundo Ansart (2001), designa representações e sentimentos como rancores, invejas, desejos de vingança, humilhação e medo.

Dessa forma, é necessário refletir sobre as situações e sentimentos gerados durante e após o movimento. Brigas de famílias, xingamentos, ameaças, tocaias e assassinatos ainda povoam a memória, sendo o combustível que alimenta os rancores que persistem até hoje.

É necessário também questionar se, durante a repressão ao integralismo, os sentimentos compartilhados de perseguição, humilhação e medo não funcionaram como catalisadores de sentimentos de solidariedade e cumplicidade no interior desse grupo, reforçando ainda mais os laços entre aqueles que aderiram ao movimento, ou se, no período de perseguição, os laços étnicos suplantaram as diferenças políticas. Talvez um elemento

indicativo do último caso seja o fato de não ter sido encontrado nenhum processo que tenha chegado ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN) proveniente de Floresta.

Considerações finais

O livro tenta construir uma história em que não há bandidos ou mocinhos, mas a imagem de certa injustiça cometida contra os camisas verdes e de uma repressão exagerada por parte do governo permanece.

Embora não se possa imaginar uma comunidade harmônica e coesa antes do integralismo, a atuação da AIB, certamente, traçou novas fronteiras dentro de Floresta.

No livro, após a morte cercada de magia do subdelegado Argemiro, os ânimos se acalmam. A morte do delegado parece ter sido usada pelas personagens centrais como um elemento simbólico, pois, com o seu corpo, enterravam também os dissabores daqueles dias.

Contudo, conforme o próprio autor, as entrevistas deixaram claro que o integralismo, oficialmente, acabou, mas ficaram as paixões e os ressentimentos gerados naqueles dias.

Referências Bibliográficas

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **Elites políticas espírito-santenses e reformismo autoritário (1930-1937)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)entimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Unicamp, 2001. p. 15-36.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-249, 1997.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de. (Org.). Apresentação. In: _____ . **A história contada**: capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas e as eleições de 1935 no ES. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais**... Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/PEDRO%20ERNESTO%FAGUNDES.pdf> Acesso em: 26 abr. 2007.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: UNIVALI, 2000.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade manipulada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRILLO, José M. **Anauê!** A apaixonante saga integralista numa colônia de imigrantes italianos. Cachoeiro de Itapemirim: [s.n.], 2001.

_____ . O livro *Anauê!* Entrevista concedida à autora, Cachoeiro de Itapemirim, 8 fev. 2007.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel**: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: Edufes, 1995.

LAZZARO, Agostinho; COUTINHO, Gleci; FRANCESCHETO, Cilmar. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: [s.n.], 1992.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Perante o tribunal da História**: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Chácara dos Loucos e o imaginário sobre a loucura

Simone Cordeiro Costa Guedes[1]

Resumo
O presente artigo expõe o espaço e as formas de tratamento aos portadores da doença mental em Cuiabá/MT desde o início do século XX, propondo uma reflexão sobre o imaginário da loucura. Buscou-se aportes conceituais numa perspectiva interdisciplinar para apreensão do conceito de imaginário. Em seguida fez-se uma incursão nas principais obras de Foucault, buscando conhecer a criação e a construção do imaginário sobre a loucura.
Palavras-chave: Loucura. Imaginário. Poder.

Abstract
The present article displays the space and the forms of treatment to the carriers of the insanity in Cuiabá/MT since the beginning of the 20th.century, considering a reflection on the imaginary regarding to madness. It was searched to arrive in port conceptual in an interdisciplinar perspective for apprehension of the concept of Imaginary. After that an incursion in the main workmanships of Foucault became, searching to know the creation and the construction of the imaginary regarding to madness.
Keywords: Madness. Imaginary. Power.

Introdução

Na produção historiográfica mais recente, denota-se uma interconexão de modalidades de conhecimento que vem possibilitando novos enfoques, abordagens e temáticas até então ignoradas pela Historiografia. Nessa perspectiva de produção interdisciplinar, a história das doenças vem apresentando expressiva ampliação.

> *A História das doenças é um dos caminhos para se compreender uma sociedade: é preciso avaliar a dimensão social da doença, como ela se dá a ver, pois a doença funciona como um significante social, é suporte e uma das expressões da sociedade* (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2004:18).

Nesse sentido, tem-se como objeto de estudo a loucura, não com o intuito de conhecer a patologia em si, mas sim, buscar compreender os sentidos e significados construídos, apreendendo as práticas discursivas, as rupturas e ressignificações que se constituíram na construção da loucura, e no imaginário sobre ela.

---

[1] Mestra em Políticas Sociais e Doutoranda em História pela Universidade de Brasília UnB.

A construção do imaginário sobre a loucura

Para Castoriadis o imaginário é "criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Aquilo que denominamos realidade e racionalidade são seus produtos" (CASTORIADIS, 1982:13).

O imaginário atua como uma rede de conexões entre materialidade social e a efervescência do próprio imaginário que vai além da manifestação racional.

"Todo pensamento, qualquer que seja ele ou qualquer que seja seu "objeto", é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico" (CASTORIADIS, 1982:13).

O imaginário é partilhado nas relações sociais. Ao elaborar uma ordenação do mundo,os homens fazem a si mesmos as suas histórias, construindo seus mitos e as suas crenças. A cada pensamento que interage no imaginário social, revelam-se variadas e complexas funções no reconhecimento de uma representação coletiva.

De acordo com Chartier: "São os esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras, graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado" (1990:17).

As representações sociais estabelecem sentidos, formas de apreensão acerca do mundo, norteando condutas e comportamentos da vida social.

A loucura sofre restrições quanto a sua representação social. Os sentidos, os significados da loucura foram e continuam sendo algo que se nos escapa. Ela representa a ameaça, a estranheza, o desvio-normativo social, tudo o que uma civilização entende como seu limite.

Na obra "A História da Loucura", Foucault (1972) revela que várias significações foram atribuídas de acordo com descontinuidades e rupturas permeadas nas definições e tratamentos sobre a loucura.

"Se o louco aparecia de forma familiar na paisagem humana da Idade Média, como que vindo de outro mundo, agora ele vai destacar-se sobre um fundo formado por um problema de polícia, referente à ordem dos indivíduos na cidade" (FOUCAULT, 1972:63).

A partir do século XVII a loucura tornou-se objeto de exclusão. O Hospital Geral, fundado em Paris em 1656, era uma instituição médica cuja função semi-jurídica tinha por objetivo a exclusão de todos os desviantes, pobres, velhos, portadores de doenças, delinqüentes, loucos, e todos aqueles que em relação à ordem da razão, da moral e da sociedade demonstravam alterações de conduta.

Essa exclusão tinha um sentido político, social, econômico e moral. Emergiu como resposta à crise instalada, caracterizada por um conjunto de fatores como o desemprego, diminuição de salários, escassez de moeda, buscando a supressão da mendicância e da indigência, bem como a fonte de todas as desordens.

Segundo Machado (1982:65): "Em cento e cinqüenta anos, o internamento tornou-se o amálgama abusivo de elementos heterogêneos".

O grande enclausuramento possibilitou homogeneizar uma população de elementos heterogêneos, que foram classificados e agrupados em quatro domínios de experiência: os desviados sexualmente, os desordeiros morais, os libertinos e os loucos, estabelecendo assim parentescos de um critério unificador, desenvolvendo-se estigmas de periculosidade, agressividade, delinqüência e desatino que até o presente permeiam o imaginário social sobre a loucura.

No processo de constituição do mundo burguês a condenação ética era a ociosidade. Os encarcerados eram forçados ao labor, pois o trabalho simultâneo constituía um exercício ético e a garantia moral. A loucura se distinguia através da sua incapacidade para o trabalho e para seguir os ritmos da vida coletiva.

> *A partir da institucionalização da loucura no século XVII, nasceu uma sensibilidade que determinou um limiar em relação à loucura, quando esta foi percebida no horizonte social da pobreza, na impossibilidade de integração no grupo, na não adesão à vida produtiva, na sua inserção no texto dos problemas das cidades, que veio a acarretar uma percepção que lhe modificou o sentido caracterizando-lhe como desrazão* (FOUCAULT, 1978:78-82).

Essa percepção não foi pautada em conhecimentos médicos, porém, em uma percepção social produzida por diversas instituições da sociedade como a polícia, a justiça, a família, a Igreja, a partir da transgressão às leis da razão e da moralidade, sendo assim considerado como um processo ético.

Em 1793 Philippe Pinel esquadrinha o Hospital Geral de Paris, desacorrenta os loucos e inscreve suas alienações a partir de descrições e classificações de suas doenças.

Os locais de asilamento tornaram-se lugares privilegiados de produção e exercício do saber médico permitindo sistematizar as informações, buscando uma causa positiva[1] para a loucura. Na sua inserção em tipologias, através da nosografia médica, o louco adquiria materialidade e dessa forma, era ele quem definia a loucura. A categorização do indivíduo em

[1] A medicina clássica não vê a doença como uma entidade negativa ,mas sim positiva,possui uma verdade,uma essência, uma natureza.O mundo do patológico possui uma ordem,como o mundo natural.O sintoma, a verdade de uma doença é um fenômeno aparente, manifesto e o método capaz de conhecê-lo (o método sintomático) é histórico:que limita-se a descrever e a ordenar o que é visível, estabelecendo um quadro classificatório (MACHADO, 1982:68).

uma forma de loucura assegurava-lhe a sua realidade. À medida que este modelo se impunha, a relação médico-paciente se modificava. O poder e a autoridade apropriados pelo médico despojavam o louco de sua condição de sujeito. Este entendido como alienado passou a ser vigiado, julgado, responsabilizado, corrigido e reprimido.

Para Foucault (2002:65), com a disciplina e a normalização emerge um tipo de poder ligado a um saber, à formação de um conhecimento, que para ele é tanto um efeito quanto uma condição de exercício.

> *A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história essa figura singular- o homem - como produção do poder* (FOUCAULT, 1979: XX).

Essa produção de poder criou uma teoria jurídico-política centrada na noção de vontade, na alienação,na sua representação num aparelho governamental e seus apoios em diversas Instituições, numa organização disciplinar controlada por uma normalização.

"A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado"(FOUCAULT, 2002:62).

Assim, o saber médico foi estabelecendo as margens entre a sanidade e a doença, entre normal e patológico. A força da racionalidade médica erigiu tais normas em socialmente necessárias, tornando-se legítima a intervenção médica quando surgia a doença como desvio da norma. Os mecanismos regulatórios das sociedades, que regem as suas leis, foram incorporados ao discurso da ciência.

Costa (1980, 16-42) considera que "o saber científico foi convidado para estruturar os valores que coordenam e harmonizam a hierarquia social".

A medicina mental, a primeira especialidade médica, se constituiu na medicina social, tornando-se higiênica e preventiva no controle das cidades, o apoio científico indispensável ao poder do Estado.

No início do século XIX, a institucionalização do louco recebeu grande impulso e várias teorias foram desenvolvidas pelo discurso psiquiátrico: a teoria da monomania elaborada por Esquirol que caminhou da noção de alienação para doença mental; a anatomopatologia com a descoberta da causa anatômica do distúrbio da doença mental e que se desenvolveu a partir da natureza sifilítica; e posteriormente a teoria e prática eugênica decorrente da teoria da degenerescência. Criada por Morel, essa teoria afirmava a hereditariedade da degenerescência desenvolvida pelas intoxicações, especialmente a do

álcool; pela influência do meio social, como pela miséria e as profissões insalubres; pelas enfermidades congênitas ou adquiridas, ou ainda pelas influências hereditárias.

A relação do saber alienista com o modelo clínico que se difundiu transformou a loucura em doença mental.

No final do século XIX, seguindo em sentido contrário ao organicismo médico, delineia-se um novo saber na Psiquiatria com Sigmund Freud, que desenvolve a teoria Psicanalítica. As teorizações sobre o inconsciente permitem identificar os sintomas neuróticos como recalcados. Sob a influência da Psicanálise, a doença mental passa a ser uma patologia do psiquismo, originando os diversos tipos de psicoterapias nos atendimentos.

A partir de 1960, o uso dos psicofármacos, medicamentos que atuam sobre o sistema nervoso e o psiquismo, começaram a ser utilizados no tratamento dos doentes mentais. Isso possibilitou uma expansão da área psiquiátrica para uma medicalização do social. Os problemas até então relacionados à existência humana como a melancolia, depressão, passam a serem interpretados pelos psiquiatras que buscam prevenir os distúrbios e anormalidades que gerariam as doenças, orientando agora para a saúde mental.

A Chácara dos Loucos

No Brasil, a emergência da loucura como problema social teve semelhanças com o processo na Europa, mas, as circunstâncias que determinaram esses fatores foram diversas.

> *As primeiras instituições no Brasil surgiram em meio a um contexto de ameaça à ordem e a paz social, em resposta aos reclamos gerais contra o livre trânsito de doidos pelas ruas das cidades; acrescentem-se os apelos de caráter humanitário, as denúncias de maus tratos que sofriam os insanos* (COSTA, 1987:38).

A criação do primeiro hospício brasileiro está relacionado com o crescimento e reordenamento da cidade em face à urbanização nos primeiros anos do século XIX, e a necessidade de recolher todos os desviantes que perambulavam pelas ruas. Essa população foi recolhida aos Asilos que eram administrados pela Santa Casa de Misericórdia. Os loucos colocados no mesmo espaço que os desviantes sofriam maus tratos que comumente os levavam à morte.

> *A partir de 1830, a recém criada Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro começou a protestar para que entre outras medidas de higiene pública, se construísse um hospício para os alienados. Enfatizando a necessidade de dar-lhes tratamento adequado, segundo as teorias e técnicas já em prática na Europa* (COSTA, 1987:38).

A institucionalização dos doentes mentais teve início no Brasil em 1852, quando foi inaugurado o primeiro hospício denominado D.Pedro II. Esse foi o impulso inicial para que nos anos seguintes fossem abertos em todo o país asilos manicomiais.

Em Cuiabá, foi somente a partir das últimas décadas do século XIX que se encontra nos documentos escritos narrativas da existência dos loucos no cenário da cidade.

Em 1890, no 1º ano da instauração da República no Brasil opera-se um recenseamento na cidade de Cuiabá. O projeto refletia a ambição de construção de uma cidade civilizada, tendo como necessidade revelar e conhecer o perfil da população.

> *No recenseamento realizado, a ausência de relatório que trate dos métodos utilizados para a confecção do mesmo e também a decisão sobre as categorias eleitas, se por um lado impossibilita que se conheça a intenção que facultara a sua produção, traz como novidade a designação de algumas categorias que, ao que parece, foram julgadas importantes para compor a nação (PINHO, 2006:49).*

Nesse levantamento, além de se conhecer a idade, o nível de instrução, profissão etc., inquiria-se sobre os defeitos físicos dos habitantes da cidade. A partir dessa investigação foram identificados os alienados, idiotas e dementes, personagens que viviam esparramados pela cidade protegidos pelas suas famílias, e sem ocasionar transtornos aos moradores.

Após um breve período, foi possível compreender que a busca da individualização cuiabana era uma estratégia para a disciplinarização.

Os códigos de postura social, mecanismos utilizados em todo o país no início do século XX, eram instrumentos organizados para vigiar e controlar a aplicação das normas instituídas para o convívio nas cidades. Tinham como objetivo disciplinar o espaço urbano e as ações dos indivíduos e, foram delineados pelo ideal de vida de uma população civilizada ordenados pela teoria eugenista[2] e funcionavam como uma polícia sanitária.

Foram promovidas justificativas através dos códigos de postura, para as práticas de intervenção social e de cura aos alienados, uma ação política que foi capaz de gerar novos modelos de sociedade e de organização urbana.

Segundo Canova (2000:40-46): o discurso do poder público, pautado na civilização e no ordenamento social apontava com recorrência nos documentos oficiais, os

---

[2] Ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana. A eugenia serviu com um mecanismo de controle da população, desafio que implicava na construção da aceitação da ordem e da disciplina. "Como instrumento científico por excelência, os eugenistas incorporavam "ao conceber a vida" controles reguladores que se constituíram como verdadeiros agenciadores do sexo;a definir a constituição da:s famílias;os modos de viver e de trabalhar;as formas de educar os filhos;a sexualidade normal e as condutas desviantes; [...] enfim os meios de existir,para atingir o progresso biológico e então desfrutar o progresso social" (MARQUES, 1994:20).

alienados. Eles se apresentavam como personagens sociais responsáveis pela indisciplina urbana, nas atitudes estranhas, na explosão enfurecida, acarretando em interdição pela polícia.

A cadeia pública e a Santa Casa de Misericórdia, primeira instituição médica de Cuiabá, constituíram-se nos espaços da reclusão dos loucos.

> *Em 1920 todos os loucos de Cuiabá sem exceção foram mandados para uma chácara à margem esquerda do Rio Coxipó, pertencente ao Governo de Mato Grosso.Havia nesse espaço um casarão que fora construído desde 1909 para a manutenção de polícia que oferecia segurança ao Governador servindo também para fixar e concentrar os presos políticos geralmente soldados do exército Paraguaio* (LAMBERT; OLIVEIRA, 1996:15).

Os loucos eram vigiados constantemente pela guarnição da polícia, não havia atendimento médico. A transmissão de doenças e a promiscuidade caracterizava aquele espaço, contando apenas com alguns voluntários para o atendimento, quando aconteciam casos de afogamentos, principalmente dos doentes epilépticos, face à proximidade do rio.

Até 1940, o lúgubre cenário chamado pelo povo de Chácara dos loucos funcionou subordinado à polícia, sem a direção de um médico nos trabalhos de atendimento, caracterizando-se como um Abrigo[3]. A partir de 1941 foi transferida a sua direção para o Departamento de Saúde do Estado e um médico diretor foi contratado, vindo a denunciar a real situação da Chácara dos Loucos[4]. Nesse contexto, cogitava-se a construção de um Hospital colônia, projeto previsto no Decreto governamental que criava o Serviço de Psicopatas do Estado[5].

> *Os doentes eram tratados com cardiazoloterapia (um tratamento baseado na administração de injeção de Cardiazol, com a finalidade de provocar crises epilépticas; a eletroconvulsoterapia (tratamento que produz convulsões através da corrente elétrica); insulinoterapia (administração de insulina com o intuito de provocar choque insulínico) e malarioterapia (inoculação de sangue de pessoa portadora de malária. [...] O tratamento era feito a vários pacientes ao mesmo tempo por dois guardas sanitários que retiravam líquido céfalo raquidiano de pacientes portadores de epilepsia. Eles recebiam o treinamento e aprendiam com a experiência* (LAMBERT; OLIVEIRA, 1995:22).

Todas as formas de experimentação com o louco, na administração de tratamento, persistiam nos preceitos científicos da área psiquiátrica.

"O velhíssimo Asilo de Coxipó da Ponte oferecia o mais lúgubre cenário aos olhos das desalentadas autoridades que sofrem verdadeiros arrepios ante as cenas medievais ali existentes" (LOPES RODRIGUES, 1959 apud COSTA, 1987:55.).

---

[3] Os motivos pelos quais a loucura é levada à exclusão em Cuiabá, mesmo antes de serem construídos espaços institucionais, serão aprofundados em tese de doutoramento.

[4] Relatório do Departamento de Saúde do Estado de Mato Grosso, 1945, p. 45.

[5] Relatório do Departamento de Saúde do Estado de Mato Grosso, 1945, p. 53.

Superlotação, maus tratos aos internos e número reduzido de atendentes, esta era a realidade em 1950. Anos mais tarde, em vista à Cuiabá, o Diretor do Sistema Nacional de Doenças Mentais, Dr. Adauto Botelho aprovou a construção de um hospital, próximo a Chácara dos Loucos. Em 1957 uma parte da obra foi entregue, sendo inaugurado como Hospital Adauto Botelho, com capacidade para abrigar 120 pacientes. Segundo Canova (2000:62): "Mesmo após a inauguração do hospital os pacientes idosos permaneceram na Chácara dos Loucos e também ficaram os portadores da tuberculose, da lepra, da sífilis e do fogo selvagem".

Em 1968 foram abolidas as antigas práticas de atendimento, permanecendo o eletrochoque e iniciando uma nova fase terapêutica à base de psicofármacos.

Em 1970 havia 600 pacientes internos no Adauto Botelho, até então o único Hospital Psiquiátrico de Cuiabá. Todas as formas de experimentação com o louco como forma de tratamento persistia nos preceitos científicos da área psiquiátrica.

Um movimento de transformação da assistência psiquiátrica foi iniciado após a Segunda Guerra Mundial, época na qual um panorama de reformas das instituições manicomiais se descortinava na Europa e Estados Unidos. Essas propostas reformistas exigiam a dinamização da estrutura hospitalar psiquiátrica, a superação dos tratamentos considerados contraproducentes e cronificadores por novos modelos de atendimento e condições de tratamento.

Dentre os modelos reformistas praticados, o que mais influenciou no Brasil foi o da Itália. Havia uma repercussão internacional quanto à desativação dos manicômios na Itália e a promulgação da Lei 180 de 1978 visava a extinção dos manicômios por uma rede alternativa à psiquiatria. As reformas e a desinstitucionalização dos pacientes italianos foram lideradas por Franco Basaglia , médico diretor do Hospital psiquiátrico de Gorizia.

No final da década de 70, a trajetória prático-teórica de Basaglia e suas reflexões foram repassadas através de algumas visitas suas ao Brasil, influenciando importantes setores da sociedade e contribuindo para o engajamento de uma geração de profissionais da área psiquiátrica.

Foi a partir da década de oitenta que A Reforma Psiquiátrica Brasileira foi adotada, fazendo parte de um processo de mudanças realizadas na área da saúde e reforma sanitária.

A nova prática discursiva sobre a loucura preconiza a desinstitucionalização dos pacientes, rediscute o papel das instituições psiquiátricas, buscando a modificação de suas práticas, da relação com o paciente, da equipe multiprofissional. Propõe a redução e

progressiva extinção do modelo hospitalocêntrico por uma rede de serviços substitutivos, diversificada, integrada e resolutiva, visando ações de assistência, reabilitação e integração social e ainda a promoção e prevenção da saúde mental. Busca a participação da família do doente no processo e visa sua reintegração à sociedade.

Na década de noventa o Hospital Adauto Botelho chegou a ser interditado, e em 1993 foi reinaugurado como Centro Integrado de Atenção Psicossocial Adauto Botelho. Os seus antigos pavilhões foram remodelados para se adequar à nova forma de atendimento pautado na Reforma Psiquiátrica.

O Poder Público sancionou em 2001 a Lei Federal que proibia a construção de novos Hospitais psiquiátricos e previa a progressiva extinção dos manicômios no Brasil. O racionalismo médico preconizou a transformação das práticas manicomiais em práticas antimanicomiais, estabelecendo uma nova ordem de significações em relação à loucura. Se os ditames para a institucionalização vieram através desses poderes conjugados, hoje são os mesmos que impelem para a desinstitucionalização. O mesmo princípio que sistematizou o discurso da exclusão sinaliza na contemporaneidade o discurso da inclusão. Constitui-se um dos eixos exploratórios da tese de Doutoramento apreender os aspectos, sentidos e significados referentes a tais descontinuidades nas práticas discursivas sobre a loucura.

Referências

CANOVA, Loiva. **A loucura é uma loucura**: as representações sobre o louco e a ordenação do espaço urbano em Cuiabá (1889-1931). Monografia (Curso de Especialização em História). Cuiabá: UFMT, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. RJ: Paz e terra, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural** - entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Nilson do Rosário (Org.). **Cidadania e loucura**. RJ: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A História da loucura**. SP: Ed. Perspectiva, 3. ed., 1972.

_____. **A Arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 7. ed., 2005.

_____. **A microfísica do poder**. RJ: Ed. Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. SP: Ed. Loyola, 1996.

_____. **Os anormais**. SP: Martins Fontes, 2. ed., 2002.

GUEDES, Simone Cordeiro Costa. **O Processo de Desinstitucionalização no atendimento à saúde mental em Cuiabá-MT**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – UNB – Brasília, 2001.

LAMBERT, Áurea; Oliveira, Sueli. **História do atendimento ao doente mental no Estado de Mato Grosso até 1970**. Monografia (Especialização em Saúde Mental). Cuiabá: UFMT, 1995.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber**: A trajetória da arqueologia de Foucault. RJ: Graal, 1982.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização das Raças**: médicos, educadores e discurso eugênico. São Paulo: UNICAMP, 1994.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo; Carvalho, Diana Maul (Org.). **Uma História brasileira das doenças**. Brasília-DF: Paralelo 15, 2004.

PINHO, Raquel Tegon. **Cidade e loucura**: entre o censo de 1890 e a inauguração do pavilhão dos alienados em Cuiabá. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2006.

A Dança Contemporânea no contexto da História da Arte: uma análise comparada

Isabela Maria A. G. Buarque*

Resumo
Esse projeto de pesquisa visa o debate comparativo e crítico da história da dança, partindo de análises da historiografia do campo e pensando a formulação histórica, especificamente da dança contemporânea no Brasil, apontando caminhos e descaminhos para um diálogo mais profundo sobre a construção desse estilo de dança, levantando questões que possam mediar novos pensamentos acerca da dança que se constrói nos tempos atuais.
Palavras Chaves: Historiografia – Dança – Comparação

Abstract
This project of research aims at the comparative debate and critic of history of dance, leaving of analysis of the historiography of the field and thinking formulates it history, specifically of contemporary dance in Brazil, pointing ways and embezzlements with respect to one dialogue deeper on construction of this style of dance raising questions that they can mediate new thoughts concerning dance if compose current times.
Words Keys: Historiography – Dance – Comparison

No campo da Dança, quando se pensa ou se fala em história, normalmente são elencados ou vêm à discussão os fatos e dados dos principais movimentos de fundação de escolas e de bailarinos mais significativos em cada época, porém, percebe-se que poucas relações se estabelecem entre história da dança e o contexto nos quais os acontecimentos se deram.

Essa problemática pode ser detectada em boa parte da bibliografia brasileira sobre história da dança e fomenta algumas questões em relação ao estudo da História de extrema relevância para que possamos pensar a dança como um campo historicamente estruturado. É necessário, antes de se tentar fazer uma crítica à historiografia da dança, pensar a importância de estudarmos a história da dança.

Por que investigar a História da Dança seria um importante passo para a consolidação do campo e para a linguagem como um todo? Entender que a História tem uma grande importância para entendermos a arte é fundamental, já que o estudo da História permite que possamos entender ou buscar relações próximas com as formas de produção de arte da sociedade ao longo dos tempos.

* Mestranda pelo Programa de Pós – Graduação em História Comparada – IFCS/UFRJ

Para que um campo, seja ele artístico ou não, possa avançar nas suas discussões, nas suas propostas, parece importante que se entenda a construção deste para entendermos as manifestações ocorridas e seus reflexos na atualidade.

A necessidade de se estudar a história da dança de uma forma crítica faz-se emergente, visto que a história do campo ajuda na compreensão e elaboração de pensamentos acerca do campo, da necessidade de registro para que gerações futuras possam obter informações sobre períodos passados e principalmente como fonte para estudos contemporâneos. Pouco se escreve sobre dança, menos ainda sobre história da dança.

Em relação à bibliografia, percebe-se que os livros se parecem mais com catálogos que mostram datas e fatos. Somente quando se conta a biografia de determinados bailarinos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da área, é que algumas conexões com os fatos marcantes na época são estabelecidas, por exemplo.

Essa dificuldade de encontrar bibliografias realmente especializadas na História da Dança acarreta, como já mencionado, algumas problemáticas que contribuem para que o campo fique carente de sua própria história e, assim, poucos estudos são elaborados, poucas bibliografias encontradas, poucas comparações sendo traçadas, pouco avança o campo nas discussões teóricas científicas.

A problemática central deste trabalho é entender como se tem escrito a História da Dança no Brasil. A partir de uma crítica à historiografia da dança e de uma aproximação e comparação com a historiografia da arte, especificamente da Literatura, pretendo buscar os referenciais que fundamentem a investigação. Entende-se que em função do atual estágio do campo da dança, sejam fundamentais trabalhos de investigação da linguagem para ampliar as formas de se fazer/pensar a dança.

Assim, este estudo tem por objetivo analisar historiograficamente os principais estudos sobre a dança publicados no Brasil. Duas questões nortearam esse trabalho:

a) De que forma são escritos os estudos sobre história da dança?
b) Quais as diferenças e aproximações entre historiografia da literatura e a dança no Brasil? Por que a historiografia da literatura estaria mais consolidada?

Utilizar o método comparativo será bastante importante e adequado, pois aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas "consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos" (BLOCH, Apud. CARDOSO: 1983, 138).

Através dessas semelhanças e diferenças, poder-se-ia entender mais significativamente o processo pelo qual a dança contemporânea vêm passando desde a sua

construção e expandir as formas de se discutir a dança na atualidade: "(...) o método comparativo seria o instrumento capaz de transformar a história em uma ciência, ao permitir a passagem da descrição para a explicação dos processos históricos" (SÉE e PIRENNE, Apud CARDOSO:1983, 410)

O método comparativo, apesar de provocar inúmeras discussões metodológicas, tem sido bastante utilizado para pesquisas no âmbito das ciências humanas e sociais, visto que ele proporciona conclusões substanciais, já que pode proporcionar um encontro entre suas ou mais realidades.

Uma questão que pode ser ressaltada é que é na troca que se realiza entre essas diferentes realidades culturais que se dá um embate que implica na comparação de si, com o que se vê no outro. Assim, é fundamental que se conheçam as categorias permeiam essas realidades para confrontá-las, gerando assim uma comparação, que pode se dar de diversas formas.

A pesquisa terá duas etapas: na primeira, visando o aprofundamento dos conhecimentos, se realizaria um levantamento de material bibliográfico acerca das linguagens abordadas na pesquisa: dança e literatura. Nessa etapa seria importante catalogar as bibliografias brasileiras encontradas, o que já poderia ser um indicativo de produção teórica. O trabalho de campo é um momento sempre passível de retomadas e redimensionamentos. Macedo define bem este processo:

> *"O trabalho de campo implica numa confrontação pessoal com o desconhecido, o confuso, o obscuro, o contraditório, o assincronismo. Ademais, além dos sustos com o inusitado sempre em devir, o campo tem uma resistência natural que demanda uma dose de paciência considerável face, por exemplo, às rupturas com ritmos próprios do pesquisador ou determinados prazos acadêmicos" (2000, p.146).*

Ainda na primeira etapa se dará a escolha de cinco bibliografias sobre história da dança consideradas as mais importantes, as mais lidas e utilizadas. Essa escolha seria baseada em indicações de professores, diretores de universidades e índices de leitura.

Na terceira etapa se daria o tratamento dos dados, fase de extrema importância onde as informações relevantes levantadas seriam cruzadas e assim, através da comparação já descrita entre a forma de escrita da dança contemporânea brasileira e da literatura brasileira, se traçar um perfil sobre o estado dessa historiografia da dança.

Ao longo da discussão encaminhada, apontar-se-iam caminhos para uma outra forma de se contar a história da dança dentro de uma perspectiva da história da arte -

Literatura. Através da comparação entre as diferentes bibliografias sobre história da dança poder-se-ia detectar a importância de uma História Social da Dança.

Sobre a Nova História Cultural

Pensar em se fazer uma História da Dança só é possível a partir da "virada cultural" ocorrida nas últimas décadas do século XX, quando os historiadores passaram a se concentrar nos valores particulares de grupos sociais em locais e períodos específicos. Nesse sentido, a história abre-se para uma diversificação de estudos e enfoca não mais apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, mas também seus mecanismos de recepção:

> *"(...) uma nova História Cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos 'intelectuais' de todos os tipos, até o público receptor, o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada "indústria cultural"" (BARROS: 2005, p.61)*

A Nova História Cultural avança alguns pontos em relação à História Cultural Clássica, pois esta, a Clássica, foi um período onde os historiadores da cultura priorizavam o estudo das obras – primas da arte, literatura, filosofia.

Essa abordagem "clássica" gera um problema de grande relevância: como os historiadores poderiam conseguir expressar o retrato de uma época através das imagens das obras – primas da arte? Sobre essa problemática, em seu livro *O que é História Cultural?*, Peter Burke afirma: "A tentação a que o historiador não deve sucumbir é de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelho, reflexos não problemáticos de seu tempo" (2005, p. 33). Nessa fase que Burke chama de "clássica" da história cultural (1800-1950), surgem nomes como Burckhardt e Huizinga. Nesse período as artes, as obras – primas, eram lidas como evidências inquestionáveis da cultura da época em que eram produzidas.

O pensamento de Burke a respeito das generalizações que o período clássico da história da cultura empregava reflete uma preocupação com a idéia de que a cultura não é estática. Com o passar do tempo o conceito de História Cultural vai se modificando: através da ascensão do nacionalismo alemão, a História Cultural passa a ser foco de reflexões em países como Inglaterra e os EUA; As preocupações iniciais com a cultura popular vão surgindo na década de 1960. Nesse período há uma preocupação com a História dessa cultura "popular".

A "virada" no pensamento dos historiadores chega nas décadas de 1970 1980. Essa mudança permite se pensar na idéia de "cultura" sem ligação à tradição, no sentido de conhecimentos passados de geração em geração. Com essa prerrogativa, o historiador não mais ficaria ligado à idéia de homogeneidade.

Um dos aspectos mais marcantes dessa mudança de paradigma é a maior aproximação da História com a Antropologia, que permite alguns deslocamentos no pensamento tradicional sobre conceito de "cultura". Passou-se a entender cultura em um conceito mais amplo, abrindo espaço para investigações de novos campos de atividade ou grupos sociais.

A Nova História Cultural considera as suposições e sentimentos. Também, com essa nova forma de História Cultural, "as teorias podem ser vistas como reação a problemas e também como reconceitualização deles".(BURKE, p. 70, 2005)

Nesse contexto, a visão de Pierre Bourdier se faz muito significativa para o desenvolvimento da História de determinadas práticas. E esse termo, práticas, que se coloca também como paradigma dentro da Nova História Cultural. Para Bourdier, a identidade social está calcada na diferença e não somente na continuidade.

Assim, observar as formas diversificadas de como o homem vive ajudaria na identificação social de um dado grupo. Assim, ganham força estudos sobre variadas práticas: religiosas, esportivas, corporal, etc. A idéia seria perceber os significados destas práticas na vida social.

Com todos estes desdobramentos dentro da História Cultural, uma prática que não seria pensada anos atrás é a história do corpo. Nesse tipo de história, o foco dos estudos é a experiência destes como símbolo de uma época. As questões gestuais, não consideradas anteriormente pela historiografia, surgem com bastante força, e aspectos considerados sem importância ou influência, passam a ter significados chaves para o estudo de uma cultura.

Nesse sentido, é possível, então, pensarmos na importância da História da Dança para a compreensão da sociedade e para a compreensão do próprio campo.

Considerações iniciais acerca da bibliografia sobre História da Dança no Brasil

Um levantamento inicial feito no início de 2006[1] mostrou aproximadamente trezentas e oitenta e cinco (385), levando em conta artigos escritos para revistas da área.

[1] Este levantamento foi feito através de buscas em bibliotecas e internet, no mês de janeiro de 2007.

Dessas produções, apenas em oito (8) delas aparece o título "história da dança" ou história de um movimento, como o balé clássico, por exemplo.

Creio que a situação se torne ainda mais problemática, quando as poucas bibliografias sobre história da dança traduzidas em português aparecem quase como catálogos, às vezes meramente descritivos. Quando a história da dança se coloca meramente descritiva, perdem-se os links que poderiam explicar o quadro social da época.

Será que é possível pensar que se faz necessário que o leitor busque outras fontes para um esclarecimento maior sobre os movimentos? Essa carência de informações nas bibliografias pode prejudicar o leitor na medida em que não dá subsídios para que ele conecte a dança com a sociedade?

Uma outra questão que poderia ser observada seria o fato da pouca preocupação nos tempos passados com registro de coreografias, entrevistas, textos, o que pode muito dificultar um estudo sobre a história, pois na dança, o movimento, a idéia do coreógrafo, etc, também ajudam a contar a história. Sem um material significativo para estudo dos movimentos passados, o que se tem muitas vezes são interpretações, que podem ou não dar conta dos fatos.

Apontando essas questões sobre a historiografia da dança, entendo também que deve haver limites nesta crítica: não é preciso que os livros de história da dança sejam livros de história geral ou que um livro que dê conta de relatar todos os contextos da época, pois essa realmente não seria a intenção. Porém, creio que se a bibliografia sobre história da dança estiver mais ligada à história social, a história das outras artes, haverá maiores possibilidades de entendimento de como e porque os movimentos foram tomando determinadas características.

Por esse motivo, faz-se urgentemente necessário estudos sobre a historiografia da dança. É preciso atentar ao fato de que precisa-se de uma "História Social da Dança" para que, enfim, possamos entender a relevância desta prática na sociedade e também apontar caminhos aos profissionais da área, que poderiam entender mais profundamente sobre seu campo e assim, o momento no qual estão produzindo suas obras, seus estudos.

A história da arte, especificamente a história da dança também deve ter o poder de ser instrumento de produção de conhecimento, de significação. Tanto os estudantes do campo, bailarinos, pesquisadores, quanto o leitor comum (que não é pertencente ao ramo) deveria entender não apenas os passos, métricas e nomes dos bailarinos e coreógrafos, mas os motivos pelos quais a dança foi se modificando até chegar no que chamamos de dança contemporânea.

Em relação à história da dança contemporânea existem outras questões que são pertinentes ao debate. A dança contemporânea, que surge em meados do século XX, radicaliza em seu discurso a idéia de trazer à cena a diversidade, através de um diálogo com diferentes artes, diferentes corpos, diferentes espaços. Os espetáculos contemporâneos assumem o desafio de incorporar estas diferenças de diversas formas nas suas propostas coreográficas, ampliando consideravelmente os limites da linguagem da dança.

> *"Vê-se então, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta emergir um novo virtuosismo, quando a técnica é novamente aceita e estimulada, em espetáculos ecléticos, com utilização de outras linguagens artísticas instalando definitivamente a interdisciplinaridade" (SILVA: 2005, p.118).*

Justamente pelo fato de haver um hibridismo de linguagens artísticas na cena contemporânea é que a história da dança contemporânea tem que ser contada de forma profunda estabelecendo conexões com o "mundo exterior", com a história das outras artes. A história da dança contemporânea não deveria ser contada apenas pautada na descrição dos espetáculos ou através do ano de obras importantes.

Se o espetáculo fica mais complexo, pois se une a outras áreas, como entender esse processo sem obter uma consciência clara da estruturação do campo? Parece-me que a possibilidade estaria em pensarmos uma nova forma de contar história da dança, para assim podermos criar uma rede com as outras artes.

Mais do que em outros tempos, é necessário que a história da dança contemporânea seja traduzida de forma que possa conter as idéias da época em que vivemos, que ela fale sobre o pensamento artístico que permeia o campo no momento, que ela ajude no pensamento crítico.

O campo da dança atualmente está carente de trabalhos que contenham conteúdo empírico, e parte disso talvez seja por falta de conhecimento sobre história. A história da dança contemporânea deveria mostrar que a corrente artística atual está atrelada a valores e costumes atuais. Criar trabalhos de dança que sejam contemporâneos, sem haver nenhum tipo de preocupação com a obra artística, pode acarretar em trabalhos sem sentido e assim deixar o público, que já é tão escasso na dança contemporânea, mais longe ainda da produção de sentido pela recepção.

Pode-se sim experimentar qualquer idéia, dialogar com outros tipos de arte, mas que esses diálogos não sejam feitos apenas porque é a "moda" do momento, e sim porque têm uma preocupação em mostrar algo para o público, que pode ser o belo, o feio, o agradável, o

desagradável, mas que manifeste alguma intenção que possa atingir o público, senão, os códigos ficam ininteligíveis e não se saberá o porque de nada, ou ainda as reações entre público e obra serão superficiais. Com isso, que história contar?

O presente trabalho teve por intenção tentar demonstrar, a partir de discussões iniciais, que a História da Dança se faz essencial para o entendimento da sociedade e fundamental para o entendimento do próprio campo.

Referências

BARROS, José D' Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURCIER, Paul. História da Dança no Ocidente.. 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2001.

BURKE, Peter. O que é História Cultural?; tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Os métodos da história. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 – 3ª edição.

DETIENNE, M. Comparar o incomparável . Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

MACEDO, Roberto Sidnei. A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação. Salvador: Ed.UFBa, 2000.

SCHUSTERMAN, Richard. Vivendo a Arte: o pensamento pragmatista e a estética popular. São Paulo: Editora 34, 1998.

SILVA, Eliana Rodrigues. Dança e Pós – Modernidade. Salvador: EDUFBA, 2005.

Referencial metodológico para o estudo retroativo do capital social

Rosane Siqueira Teixeira*

Resumo: Existe um interesse crescente pelos estudos que englobam o conceito de capital social. Contudo, a grande concentração de publicações sobre o assunto do ponto de vista teórico e empírico está voltada para a realidade atual em pesquisas. Neste trabalho procuramos traçar uma metodologia de pesquisa apropriada à análise retroativa do capital social.
Palavras-chave: capital social – processos de longa duração - interdisciplinaridade

Abstract: An increasing interest for the studies exists that unite the concept of social capital. However, the great publication concentration on the subject of the theoretical and empirical point of view is come back toward the current reality in research. In this work we look for to trace a methodology of appropriate research to the retroactive analysis of the social capital.
Key-words: social capital -processes of long duration - *interdisciplinaridade*

O presente trabalho busca traçar uma metodologia de pesquisa baseada em processos de longa duração e na interdisciplinaridade, neste caso, entre sociologia e história, adequada à análise retroativa do capital social. Nesse sentido, Norbert Elias torna-se uma significativa opção metodológica. Na verdade, há escassez deste tipo de metodologia, isso porque os "múltiplos" conceitos de capital social têm sido aplicados, especialmente, em pesquisas baseadas em contextos atuais.[1]

Este trabalho tem como objeto de pesquisa uma associação italiana de socorro mútuo – *Società Italiani Uniti*[2] - que existiu em Araraquara-SP durante o período de 1920 (ano de sua fundação) a 1940 (ano de seu encerramento). A este objeto vincula-se o estudo do capital social.[3] Para tanto, primeiramente, faremos algumas abordagens sobre o conceito de capital social e da teoria de Elias. Por último, estaremos mostrando a aplicação desses dois conceitos no objeto de pesquisa.

---

* Mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Este trabalho tem a participação, como co-autor, do Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar).

[1] É válido destacar que o capital social possui uma natureza multidimensional, o que implicaque ele pode incorporar vários níveis e unidades de análise.

[2] Doravante *SIU*.

[3] Estas reflexões estão sendo desenvolvidas em minha pesquisa de doutorado intitulada *Società Italiani Uniti: um espaço partilhado. As conseqüências do capital social*, iniciada neste ano de 2007, na Universidade Federal de São Carlos. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as transformações ocorridas nas formas de capital social no interior da *SIU*, trazendo à luz suas conseqüências, sejam elas positivas ou negativas, com o intuito de descobrir se houve ou não declínio do capital social desta associação sob a influência fascista.

1. Capital social

Pierre Bourdieu: um estudo sistematizado

Pierre Bourdieu é considerado o primeiro autor a realizar um estudo sistematizado sobre o capital social. O tratamento que ele dá ao conceito se mantém numa perspectiva instrumental, pois, para ele, as pessoas constroem suas relações levando em conta os benefícios que obteriam posteriormente (PORTES, 2000). Assim sendo, o capital social é um recurso em diferentes níveis: de controle social, de benefícios mediatizados pela família, de benefícios mediatizados por redes não-familiares. Bourdieu define o capital social como:

> *Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998: 67).*[4]

É importante assinalar que o trabalho de Bourdieu (1998) se refere às diferentes formas de capital e à redução de todas as formas ao capital econômico. Por isso, através do capital social, os *agentes* podem ganhar acesso direto a recursos econômicos, aumentar seu capital cultural ou ainda se filiar a instituições que conferem credenciais valorosas. Para Bourdieu, o capital social é um ativo individual que determina as diferenças das vantagens extraídas do capital econômico que um indivíduo possui, adquirido através de redes de conhecimentos, das influências que ele estabelece ao longo de sua vida.

James Coleman: as estruturas das relações pessoais

James Coleman[5] colocou o termo capital social na agenda intelectual, usando-o para realçar o contexto da educação. De forma aproximada à idéia de Bourdieu, Coleman (1988) também defende que o capital social pode constituir um recurso disponível nas redes de relações sociais, que os indivíduos podem utilizar para atingirem os seus objetivos e/ou interesses. Este recurso facilita a realização dos objetivos pessoais que não poderiam ser alcançados com sua ausência ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. Para Coleman

[4] Bourdieu (1998) também destaca a criação do capital social através do conceito de *habitus* – as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos pertencentes a mesma classe – que configura redes sociais de relacionamentos entre os agentes. Na verdade, Bourdieu iniciou o seu trabalho sobre capital social a partir do estudo sobre a *teoria da ação* (BOURDIEU, 2003).

[5] Para análise inicial de seu trabalho, Coleman utilizou o trabalho de Glenn Loury, que introduziu o conceito de capital social a partir da crítica às teorias da desigualdade social e suas implicações políticas (PORTES, 2000: 135-136).

(1988: 98), o capital social é definido por sua função: "não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades com dois elementos em comum, todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura".

A função identificada pelo conceito de capital social é, segundo Coleman (1988), o valor, enquanto recurso, de alguns aspectos da estrutura social para os atores que os utilizam na realização dos seus interesses. Dentro das estruturas sociais há, pelo menos, três grupos de elementos com essa funcionalidade: em primeiro lugar, as obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; em segundo, os canais de informações; e, em terceiro, as normas e as sanções estabelecidas.

Ao contrário de outras formas de capital, o capital social é inseparável da estrutura de relações estabelecidas por meio dos atores e entre os atores. A principal característica do capital social em relação a outras formas – físico, cultural, humano - é a sua intangibilidade. Ele só existe no espaço relacional entre e por meio das pessoas e está associado a mudanças nas crenças e opiniões das pessoas (cf. COLEMAN, 1988). Tal característica é apontada tanto por Coleman como por Bourdieu.

Robert Putnam: análise a nível macro

Na obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (2000 [1993]), Robert Putnam faz um estudo comparativo entre as regiões norte (com capital social denso desde o século XI, altamente cívico e próspero) e sul (não-cívica e pobre) da Itália, levando em conta seu desenvolvimento institucional e econômico. Segundo nos mostra o estudo, o capital social manifesta-se como um instrumento de análise macro, como um atributo das comunidades, e não como um recurso de caráter individual. Nesta perspectiva teórica, o capital social é definido como "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2000: 177). O foco central da obra de Putnam gira em torno da compreensão dos problemas que apresentam a ação coletiva. A obra deste autor trata, especificamente,da tendência comunitária na cooperação para a realização do bem comum ou do oportunismo.

O índice de civismo é o instrumento que Putnam (2000) constrói para analisar o grau de desenvolvimento institucional e econômico das regiões italianas. É a partir deste índice que o autor define as comunidades cívicas, que apresentam os seguintes elementos:

compromisso cívico, entendido como a participação dos indivíduos nos assuntos públicos; *igualdade política*; *solidariedade*, *confiança e tolerância*; e, especialmente, uma importante *vitalidade associativa*, tanto a respeito da quantidade de associações como do nível de participação. Putnam identifica as comunidades cívicas como as portadoras de capital social. Assim, as regiões cívicas são aquelas que contam com densas redes de associações e um ativo compromisso com os assuntos públicos, que se preservam devido ao volume de capital social.

2. Norbert Elias: processos de longa duração e interdisciplinaridade

Vimos que os enfoques teóricos a respeito do capital social são dissímeis. Apesar das diferenças, destaca-se um elemento convergente em torno das formulações: a base do capital social são as relações sociais. Nesse sentido, é a partir dessa base que procuraremos construir uma metodologia para o estudo retroativo do capital social. Assim, nos apoiaremos em alguns conceitos de Norbert Elias, visto que este autor considera as relações sociais entre os indivíduos um elemento-chave para a compreensão da sociedade. Segundo Waizbort (2001), o social em Elias é

> *um conjunto de relações. O "todo", seja ele qual for- a "sociedade", o "grupo", a "unidade de sobrevivência" - , é um todo relacional. O que o constitui é o conjunto das relações que se estabelecem a cada momento, entre o conjunto dos elementos que o compõem (WAIZBORT, 2001: 91-92).*

Isso significa que não nos separamos da sociedade como se fôssemos um ser humano singular vivendo em completo isolamento, pois a sociedade é formada pelos indivíduos. Somente existe indivíduo na sociedade e sociedade no indivíduo. Tanto um quanto o outro estão num fazer-se constante; são interdependentes. Indivíduos em si e sociedade em si são mitos (cf. WAIZBORT, 2001).

Elias trabalha sob uma perspectiva de longo prazo, ou seja, na ótica de uma sociologia processual por ele desenvolvida. Na concepção deste autor, as relações são sempre relações em processo, ou seja:

> *Elas se fazem e desfazem, se constroem, se destroem, se reconstroem, são e deixam de ser, podem se refazer ou não, se rearticular ou não. As relações nunca são sólidas e petrificadas; a cada instante ou elas se atualizam, ou se esgarçam, ou se fortificam, ou se mantêm, ou se enfraquecem. Mas, como quer que seja, há a cada instante algo vivo, em processo (WAIZBORT, 2001: 92).*

Como o movimento na sociologia de Elias é fundamental, ele tem "sempre em vista processos, e não estados fixos e acabados" (WAIZBORT, 2001: 105).

Para Elias (1994, 2001) o campo de estudos da sociologia é o das configurações de seres humanos interdependentes. De acordo com o autor, a interdependência

> *parte da observação de que cada homem, desde a infância, faz parte de uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras. Dentro da rede de interdependências em que ele é posto no mundo, desenvolve-se e conserva-se - em diversos graus e segundo diversos padrões – sua relativa autonomia como um indivíduo que decide por si mesmo. Quando, investigando problemas históricos e sociais, o pensamento se detém nas atividades e nas decisões de homens isolados, como se pudessem ser explicados sem se recorrer às dependências que ligam os indivíduos entre si, então se oculta precisamente aquele aspecto das relações humanas que constitui o contexto de suas interações (ELIAS, 2001: 157).*

Assim, para Elias, o que fornece o lastro para a concepção do todo relacional são as redes de interdependências. Ele substitui a imagem do homem como "personalidade fechada" por aquela de uma "personalidade aberta", que forma a rede de interdependência e, conseqüentemente, o que chamou de configuração, ou seja, "uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes" (ELIAS, 1994: 249).

> *Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. (...) O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocamente o que chamamos de 'sociedade' (ELIAS, 1994: 249).*

Ao construir o conceito de configuração, o autor procurou contribuir para a eliminação da rigidez do pensamento que distingue e separa o indivíduo da sociedade. O conceito de configuração se refere a um padrão mutável criado na relação entre indivíduos em sociedade.

Na obra *A sociedade de corte* (2001), Elias pauta-se, acima de tudo, da crítica à própria divisão dos saberes que uns e outros representavam. Essas críticas são dirigidas aos métodos de trabalho tanto de historiadores quanto de sociólogos. Na verdade, afirmava Elias (2001: 52), "a investigação sociológica de uma época passada, com isso classificada como 'histórica', carecia de um esclarecimento sobre a relação entre pesquisa histórica e pesquisa sociológica". O autor adverte para emergência de uma elaboração conjunta das duas disciplinas – história e sociologia - , ou seja, de instrumentos para captar eventos de forma processual e interdisciplinar.

3. A Società Italiani Uniti

A SIU nasceu da fusão de duas associações italianas que existiram em Araraquara: *Società Italiana di Beneficenza* e *Società Italiana di Mutuo Soccorso*. Sua cúpula era formada por membros ilustres, influentes e bem sucedidos financeiramente. Suas ocupações eram as mais diversas: comerciantes, industriais, engenheiros, médicos, entre outros, todos defensores da italianidade. Ela se caracterizava como uma associação de socorro mútuo. Também atuava com fins filantrópicos, fazendo doações expressivas que eram anunciadas pela imprensa local e que lhe davam o *self-respect*. Ademais, a SIU tinha a preocupação em auxiliar a educação dos sócios e, não por acaso, mantinha uma biblioteca e uma sala de leitura em sua própria sede. Ela funcionava como espaço de sociabilidade promovendo espetáculos teatrais e musicais, exibição de filmes, quermesses, jogos de futebol etc., dos quais participavam não só a colônia italiana como a elite local. Do mesmo modo, também comemoravam o aniversário de fundação da associação como uma festa cívica, com bailes musicais incluindo a execução do hino patriótico e exaltando o sentimento de italianidade. No entanto, além do que já foi mostrado, a *SIU* funcionava como centro de filiação ao *Fascio* Italiano *All'Estero*, onde, segundo Trento (1989), em Araraquara, já em 1932, localizava-se um dos mais importantes centros do PNF, cujo secretário era Giuseppe Aufiero.[6] Na verdade, a *SIU* era um espaço partilhado. Ou seja, ela era partilhada por dois extremos.

Esta associação teve suas atividades interrompidas a partir de um decreto de 1938, que obrigava as sociedades estrangeiras a tornarem-se pessoas jurídicas brasileiras, e, com a série de decretos impostos pelo governo em 1942, seus bens foram bloqueados e seqüestrados.[7]

4. Aplicando o referencial teórico no objeto de pesquisa

Sheilagh Ogilvie[8] (2004), em um artigo publicado no periódico *The American Historical Review*, chama atenção para o fato de que os teóricos especializados no conceito de capital social têm procurado mobilizar a história para apoiar as suas teorias, retratando o passado das sociedades como possuidor de um maior e melhor capital social. Em particular,

[6] Giuseppe Aufiero era um conceituado médico da cidade de Araraquara. Foi presidente da *SIU*durante o período consecutivo de 1923 a 1940, ou seja, praticamente durante todo o período de atividades da mesma (1920-1940).
[7] Também em 1938, em conseqüência das leis promulgadas pelo governo brasileiro, todas as organizações do PNF no Brasil cessaram suas atividades (TRENTO, 1989: 314).
[8] Sheilag Ogilvie é historiadora e leciona História Econômica na *University of Cambridge*. Seus estudos estão, sobretudo, centrados no desenvolvimento da Europa Central e Oriental.

diz a autora, os cientistas sociais focalizaram em seus estudos duas instituições históricas como exemplo de capital social: as associações e o local da comunidade.

De fato, o capital socialde um grupo pode ser entendido como "a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente e em benefício do conjunto, os recursos associativos que se disseminam nas distintas redes sociais a que têm acesso os membros deste grupo" (ATRIA,2002: 581). Segundo Durston (2000), os recursos associativos que se consideram para dimensionar o capital social de um grupo ou comunidade são as relações de confiança, reciprocidade e cooperação. Sem perder de vista tal definição, é significativo dimensionar que a constituição dos grupos sociais perdura desde tempos remotos e estes se espalham e se multiplicam em diversos tipos e gêneros por todos os seus estágios. Isso nos possibilita pensar no princípio básico da razão pela qual os indivíduos estão ligados entre si, constituindo *figurações* que possuem dinâmicas próprias, o que nos remete aos conceitos de configuração e interdependência de Norbert Elias.

Fazendo uma analogia com um dos objetos de estudo de Elias, *A sociedade de corte*, podemos dizer que a *SIU* deve ser entendida como uma "formação social na qual são definidas de maneira específica as relações existentes entre os sujeitos sociais, e em que as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros engendram códigos e comportamentos originais". A *SIU* , assim como a *corte* em Elias, "desempenha o papel central, uma vez que organiza o conjunto das relações sociais" (ELIAS, 2001: 8). Ou seja, a *SIU* é uma configuração. Além disso, "o conceito de configuração é neutro. Ele pode se referir a relações harmoniosas, pacíficas e amigáveis entre as pessoas, assim como a relações hostis e tensas" (ELIAS, 2001: 8). Igualmente *A Sociedade de corte*, a *SIU* também é carregada de tensões, mas, segundo Elias, "isso não prejudica em nada seu caráter como uma figuração específica de indivíduos" (ELIAS, 2001: 155).

Pensar nas relações entre os membros da *SIU*, entre a *SIU* e a colônia italiana e a comunidade local com base no modelo de configuração é analisar tais instituições sociais em uma relação dinâmica criada pelo conjunto de seus integrantes, seus recursos e trajetórias particulares e compreendê-la em termos de sua processualidade. A grande vantagem na utilização da teoria elisiana para os estudos retroativos do capital social está nela conseguir alinhar simultaneamente um caráter sociológico e histórico numa perspectiva de longo prazo.

É importante assinalar que, segundo Portes (2000: 151), "por princípio, o exercício de identificar *post-factum* as causas de eventos é legítimo, desde que sejam consideradas explicações alternativas". Contudo, adverte o autor, "estas explicações retroativas não podem ser mais que aproximativas, visto que o investigador não pode pôr

nunca de parte outras causas potenciais, e que estas explicações não foram sujeitas a teste em casos diversos".

Referências bibliográficas

Fontes inéditas

Livro de Atas das Assembléias da *Società Italiani Uniti* (1920-1940) - Depositado no Círcolo Ítalo-Brasileiro de Araraquara-SP.

Publicações

ATRIA, Raúl. 2002, "Capital Social: concepto, dimensiones y estratégias para su desarrollo". *CEPAL*, División de Desarrollo Social, Santiago do Chile. Disponível em: < http://www.chihuahua.gob.mx/atach2/codesoypc/uploads/Lecturas%20de%20Pol%C3%ADtica%20Social/Capital%20Social/Capital%20social%20y%20pobreza/Sexta_parte.pdf#search=%22capital%20social%20em%20raul%20atria%22 > Acesso 2 mar. 2007.

BOURDIEU, Pierre. 1998, "O capital social – Notas provisórias". In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, pp. 65-69.

_____. 2003, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4ª ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas-SP,Papirus.

COLEMAN, James S. 1988, "Social capital in the creation of human capital". *American Journal of Sociology*, v. 94, Supplement, pp. 95-120.

DURSTON, John. 2000, "Qué es el capital social comunitario?" *CEPAL*, División de Desarrollo Social, Santiago de Chile, julho. Disponível em: < http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/4885/lcl1400.pdf > Acesso em2 mar. 2007.

ELIAS, Norbert. 1994, *O processo civilizador***.** *Uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., vol. 1.

_____. 2001, *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süssekind. Rio de Janeiro,Jorge Zahar Editora.

OGILVIE, Sheilagh. 2004, "How does social capital affect women? Guilds and communities in early modern Germany". *The American Historical Review*. v. 109, issue 2, april.Disponível em: < http://www.historycooperative.org/journals/ahr/109.2/ogilvie.html > Acesso em27 fev.2007.

PORTES, Alejandro. 2000, "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, pp. 133-158. Disponível em: < http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf > Acesso em28 fev. 2007.

PUTNAM, Robert D. 2000, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.

TRENTO, Ângelo. 1989, *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo, Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.

WAIZBORT, Leopoldo. 2001, "Elias e Simmel". In: NEIBURG, Federico *et al.*; WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, pp. 89-111.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A diocese de Calahorra e as normas sinodais sobre o monacato feminino no século XIII

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva*

Resumo: A pesquisa *A Vida de Santa Oria e o monacato feminino em La Rioja no século XIII: uma análise a partir da categoria gênero* visa relacionar a única obra redigida em castelhano no século XIII que apresenta a biografia de uma reclusa, Oria, com textos normativos e documentos notariais sobre a vida religiosa feminina elaborados no mesmo período. O objetivo é examinar como os aspectos constitutivos do gênero atuaram nas relações de poder estabelecidas pelas religiosas riojanas no século XIII. Neste texto, apresentamos algumas conclusões parciais a partir da análise dos cânones dos três sínodos realizados no século XIII na diocese de Calahorra, bispado ao qual a região de La Rioja estava vinculada, discutindo as normas direcionadas à vida monástica, em especial, a feminina.
Palavras – chave: Legislação canônica, monacato feminino, Idade Média

Abstract: The research "The life of Saint Oria and the female monasticism in La Rioja during the XIII century: a gender-based analysis" aims to relate the only work written in castilian during the XIII century, which presents the biography of an inmate, Oria, with normative texts and notarial documents about the female religious life, written in the same period. The objective is to examine the role the constituent aspects of gender played in the power relations established by the religious women of La Rioja during the XIII century. We present in this paper some partial conclusions from the analysis of synod canons which took place during the XIII century in the Calahorra diocese, episcopate to which La Rioja region was tied, discussing the rules of monastic life, specially the female one.
Keywords: Synod canons; Female Monasticism, Middle Age

Desenvolvemos, com o apoio financeiro do CNPq, a pesquisa *A Vida de Santa Oria e o monacato feminino em La Rioja no século XIII: uma análise a partir da categoria gênero*. Segundo Scott, o gênero, ou seja, o saber socialmente construído sobre as diferenças sexuais, compreende quatro elementos que atuam juntos, mas não estão articulados mecanicamente: os símbolos; os conceitos normativos; as identidades genéricas e as noções, instituições e organizações políticas (1988: 43-44). Neste sentido, na pesquisa em curso, estamos relacionando a *Vida de Santa Oria*, a única obra redigida em castelhano no século XIII que apresenta a biografia de uma reclusa, com textos normativos e documentos notariais sobre a vida religiosa feminina elaborados no mesmo período, visando examinar como os

* Mestre em História Antiga e Medieval (UFRJ), Doutora e História Social (UFRJ), Professora do Curso de Graduação em História e da Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Co-coordenadora do Programa de Estudos Medievais da UFRJ e Pesquisadora do CNPq.

aspectos constitutivos do gênero atuaram nas relações de poder estabelecidas pelas religiosas riojanas no século XIII.

Neste trabalho vamos apresentar conclusões parciais dessa pesquisa, elaboradas a partir da análise dos cânones dos sínodos calagurritanos realizados no século XIII, problematizando a presença, ou não, de normas direcionadas à vida monástica, em especial a feminina. Os sínodos diocesanos medievais eram assembléias que reuniam dignidades canônicas, representantes do clero diocesano e, em muitos casos, leigos. Eram convocadas e dirigidas pelo bispo e objetivavam debater a situação da diocese e aprovar normas que visassem a resolução dos problemas, chamadas de estatutos ou constituições sinodais (DÍAZ IBAÑEZ, 1998: 20). O Lateranense IV, concílio universal realizado em 1215, instituiu que os sínodos deveriam ser anuais.[1] Contudo, há notícias da realização de somente quatro sínodos calagurritanos em todo o século XIII.

Em uma pesquisa bibliográfica sobre essa temática, só localizamos dois trabalhos com preocupações similares às nossas, mas que não se dedicaram a analisar os cânones calagurritanos.

O primeiro é um artigo elaborado por Segura Graiño e publicado 1989. Nele, a autora apresenta o resultado da análise das atas de trinta e sete concílios e noventa e dois sínodos realizados na Península Ibérica entre os séculos IV e XVI, buscando referências sobre as mulheres. Segura se preocupa em destacar os elementos constantes que figuram no conjunto analisado e conclui que as referências às mulheres são escassas e relacionadas, sobretudo, a aspectos da sexualidade feminina, como o casamento, o adultério, a viuvez e a virgindade consagrada. A pesquisadora conclui que "lo que preocupa verdadeiramente de la vida religiosa de las mujeres es reprimir su apetito sexual causa continua de pecado para ella y, parece que em menor medida, para los hombres que la rodean" (SEGURA GRAIÑO, 1989:126).

O segundo é de autoria da pesquisadora argentina Cecília Lagunas. Trata-se de sua tese de doutorado, publicada em 2000. Em sua obra, desenvolve diversos temas associados ao monacato feminino ibérico medieval e, dentre eles, as ordenações eclesiásticas e reais para normatizá-lo. Para a autora, ainda que desde o período visigodo tenham sido formuladas normas para o controle do monasticismo feminino, só ao fim do medievo estas foram se impondo de forma efetiva, o que permitiu, até o século XIII, "la construcción de um espacio religioso y de poder en manos femininas, muchas veces al margen de las normativas

1 Trata-se do cânone 6: "los sínodos diocesanos deberán celebrarse cada año en todas las diócesis". (FOREVILLE, 1973: 163).

canónicas y sin el control de las jerarquías eclesiásticas, possibilito otros caminos al matrimonio y la procreación, ordenados en las políticas familiares" (LAGUNAS, 2000: 180).

Mas o que dizem os estatutos sinodais calagurritanos sobre a vida religiosa feminina? Eles estão em sintonia com o que tais autoras concluem? Que problemas eram vividos pela diocese de Calahorra no século XIII? Tais problemas influenciaram a criação, ou não, de normas para os monges e monjas?

O bispado de Calahorra ocupou no século XIII um lugar destacado, não só por sua extensão, já que era um dos maiores da península, mas pelo seu papel fronteiriço: ainda que localizado no Reino de Castela, estava subordinado à província eclesiástica de Tarraconensis. Assim, durante esse século, foi crescente a aproximação desse bispado à província Toledo. Evidenciam esta aproximação dois dados principais: em diversos concílios provinciais convocados pelo metropolitano da Tarraconensis, o prelado calagurritano não esteve presente; em 1231 o papa Gregório IX autorizou o traslado da sede episcopal de Calahorra para Santo Domingo de la Calzada, cidade localizada à oeste da diocese, transferência que foi efetivada poucos anos depois.

Durante o século XIII esse bispado foi governado por oito prelados. Logo nos primeiros anos, a diocese foi marcada por um cisma: durante quatro anos a sede esteve vacante devido à eleição, pelo cabido, de dois bispos que foram considerados inválidos pelo Papa. Com a ausência de um prelado consagrado à frente da diocese, foram constantes as intromissões dos leigos em questões eclesiais, tomando posse de bens e de benefícios episcopais; o bispado perdeu ou teve a suspensão de diversos direitos e privilégios; ocorreram irregularidades canônicas; o prelado não foi reconhecido oficialmente por parte dos reis de Castela e Navarra e o senhorio jurisdicional do bispo foi alvo de revoltas.

Com a eleição canônica de um novo bispo, a unidade territorial foi estabelecida, os direitos episcopais recuperados e iniciou-se uma reforma da diocese, seguindo as diretrizes de Roma, que foi continuada pelos demais prelados. Neste sentido, durante o século XIII, os bispos de Calahorra mantiveram constante correspondência com os papas, participaram dos concílios universais, fizeram viagens à cúria papal e convocaram e presidiram sínodos.

Dentre as estratégias que visavam o fortalecimento da diocese, destacamos a convocação dos sínodos. Durante o século XIII, foram realizadas quatro reuniões na diocese de Calahorra: uma no governo de Juan Pérez, o bispo eleito após o cisma, cujas atas não foram preservadas e cuja data não é conhecida;[2] duas no de Aznar López de Cradeíta, em

2 Ao final da ata do segundo concílio, está registrado: "estas constituições, que fizemos, e las otras que fizo el Obispo don Juan Pérez...". Esta informação permite inferir que durante o governo desse prelado, transcorrido entre 1220 a 1237, foi realizado ao menos um sínodo. Entretanto, como já sublinhado no texto, essas atas não

1240 e 1256, e uma no episcopado de Almoravid Del Karte, último prelado do século, realizada em 1297.

As atas desses sínodos foram transmitidas por meio de cópias presentes em um manuscrito do século XV, denominado *Libro Juratório*.[3] Os cânones dos sínodos de 1240 e 1256 foram transmitidos em conjunto (do folio 7v coluna b ao folio 12), somando quarenta e um parágrafos, designados por números romanos, a começar pelo X. Os parágrafos X e XI têm caráter introdutório. Os de XII a XXXV apresentam as constituições do primeiro concílio e os compreendidos entre XXXVI a LI, do segundo. As atas de 1297 encontram-se nos fólios 6bis a 7v, ou seja, encadernadas antes das anteriores. Ela está dividida em parágrafos, não numerados, precedidos pela palavra ITEM.[4]

Os estatutos da primeira assembléia foram reiterados na segunda, conforme é possível concluir pela leitura das atas. Assim, logo após a apresentação das resoluções de 1240, e antes de listar as de 1256, registra-se: "todas estas constituciones de suso, fueron aprobadas leídas e otorgadas em Logroño, ante todo el Concílio, em mês de Febrero, em el dia de viernes...". As atas do sínodo de 1297 não mencionam os anteriores.

Diversos temas, visando a reformulação da diocese, figuram nessas constituições, tomando como diretrizes as resoluções papais. Nesse sentido, nos cânones XII e XXVI da assembléia de 1240 e no XXXVI, de 1256, afirma-se que foram seguidas as "constitutiones de Letran e legado", isto é, os cânones do IV Concílio de Latrão, e as ordenanças de João de Abville, representante papal que visitou a Península Ibérica nos anos de 1228 e 1229. Na ata de 1297 também é sublinhada a relação com as constituições do Papa. Ao final do texto, o notário e clérigo Joan González afirma que: "fui presente em Logroño, quando el Obispo, mi señor, fizo leer y publicó a la clerecía, seyendo presentes, la constitución del Papa, e las otras constituciones que fizo por si". Nessa ata também é feita uma referência às constituições do arcebispo. Ou seja, os estatutos de 1297 pautaram-se nos cânones do Concílio de Lyon de 1274 e nos dos sínodos tarraconensis de 1282 e 1292. Para Saínz Ripa, as constituições desses sínodos se completam, pois, "el de Aznar debe considerarse como el concilio de las grandes líneas maestras y el de Almoravid como el concilio que desciende los detalles" (2001: 58).

Nas atas de 1240, há uma listagem dos participantes na assembléia: os abades beneditinos dos mosteiros de San Millán de la Cogolla e de Valvanera; os abades cistercienses de Herrera e São Prudêncio; os priores dos pregadores de Burgos, dos frades menores, dos

foram preservadas.

3 O manuscrito é assim denominado porque os bispos, ao tomarem posse, juravam cumprir todos os costumes da Igreja Calagurritana registrados no códice.

4 Para a análise dessas atas, utilizamos as edições impressas editadas por Bujanda e Lama.

cluniacenses de Nájera, e dos Trinitários; arcedianos, e "otros sabios varones". Não há informações sobre os presentes nas atas dos demais sínodos, mas, certamente, o grupo que participou das outras assembléias tinha esse mesmo perfil: eram autoridades religiosas, seculares ou regulares, que atuavam na diocese. Vale destacar que não é registrada a presença de mulheres, mesmo de abadessas.

Neste século que marcou a consolidação territorial da diocese de Calahorra e que foi introduzida a disciplina romana, que temas relacionados à vida monástica, em particular a feminina, foram tratados nos sínodos? Após a análise dos estatutos sinodais, verificamos que as referências à vida monástica são pontuais e só figuram nas assembléias de 1240 e 1256. Não há, nas constituições de 1297, normas para monges. E em nenhuma das três atas há regulamentos específicos para as monjas.

Nas constituições de 1240 há referências aos monges somente em três cânones.[5] No XXIII, institui-se que os lavradores que cultivam terras de ordens religiosas estão obrigados a dar o dízimo às igrejas. No XXVI, ordena-se aos monges, de qualquer ordem, que dêem os dízimos de todas as herdades que receberem após o concílio, independentemente da forma como as mesmas sejam exploradas. O XXVIII trata dos direitos sobre as sepulturas, disputados pelos monges e seculares. O cânone institui que mesmo quando enterrados nos mosteiros, os direitos sobre as sepulturas são da paróquia onde o cenóbio está localizado. Nas de 1256, a referência aos monges é indireta: o cânone XXXVI estabelece que os monges não devem cantar as horas quando em uma vila, aldeia ou cidade estiver presente um excomungado.

Assim, nos perguntamos: há outras indicações documentais, além das constituições sinodais, de tentativas de regulamentação da vida monástica por parte dos bispos calagurritanos no século XIII? Por que há poucas referências ao monacato nessas constituições? Por que não há regulamentos específicos para as mulheres religiosas?

Na documentação calagurritana do século XIII preservada, é possível verificar que houve conflitos entre os monges e a diocese de Calahorra, contudo, no início do século. Assim, em 1208, Inocêncio III regulamentou as relações entre os monges cistercienses de São Prudêncio e o bispado e, em 1212, entre esse último e o mosteiro de Valvanera (SAINZ RIPA, 1994: 438-440).

Sobre a indisciplina dos monges, há dois acontecimentos que consideramos dignos de destaque. Em 1225, devido às denúncias do bispo eleito Juan Pérez, Honório III encarregou os prelados de Burgos e Palência de fazerem uma visita à diocese de Calahorra

5 Esses cânones estão em harmonia com os Lateranense IV de números 53, 55 e 56.

para, dentre outros questões, verificarem o comportamento irregular dos religiosos, acusados de simonía (SAINZ RIPA, 1994: 472). Por fim, em 1227, esse papa designou o próprio Juan Pérez para normalizar a situação dos monges e monjas que haviam ingressado na vida religiosa de maneira irregular.

Como só possuímos as constituições dos sínodos realizados a partir 1240, as poucas referências ao monacato podem ser explicadas por alguns fatores. Em primeiro lugar, acreditamos que com a solução do cisma e uma interrupta sucessão de bispos comprometidos com o papado, a disciplina eclesiástica foi introduzida na diocese e a autoridade episcopal foi paulatinamente reconhecida pelos regulares. Assim, ao invés de estar envolvido diretamente nas disputas com os mosteiros, tal como no início do período, os bispos passaram a atuar como árbitros (DÍAZ BODEGAS, 1995:250). Desta forma, os monges só figuram nesses estatutos quando os temas envolviam, de alguma forma, os seculares. Em segundo lugar, devido às determinações do Lateranense IV, cânone 12, a cada três anos, em cada província, deveriam ser realizados capítulos gerais de monges. Assim, é possível supor que as questões específicas do monacato fossem discutidas nessas reuniões. Em terceiro, o alvo primordial das ações dos bispos calagurritanos, que visavam fortalecer a diocese, não eram os regulares, mas os seculares, em especial os párocos, os responsáveis diretos pela pastoral e governo das paróquias. Em por fim, em último lugar, vale destacar que mesmo se pautando na legislação papal e arcebispal, os sínodos discutiram as questões locais, elaborando e aprovando estatutos que visavam solucionar os problemas cotidianamente vivenciados.

Na diocese calagurritana existiam, no século XIII, dois mosteiros femininos: Santa Maria del Salvador de Cañas e Santa Maria de Herce. O Mosteiro de Santa Maria del Salvador de Cañas foi fundado em 1170, quando foi entregue a um conjunto de monjas beneditinas provenientes Ayuelas, as vilas de Cañas e Canillas e um núcleo próximo a Tironcillo. A tradição afirma que esse mosteiro foi cisterciense desde os seus primórdios, primeiro como filial de Santa Maria de la Caridad de Tulebras, localizado em Navarra, e, a partir de 1187, vinculado a Las Huelgas de Burgos. A comunidade feminina de Santa Maria de Herce nasceu a partir da doação da vila de Herce feita pelo rei Afonso VIII, em 1173, aos senhores de Cameros. Em 1246 a comunidade adotou a forma de vida cisterciense, ficando subordinado ao abade do mosteiro navarro de Santa Maria de Iranzu. Na ocasião, foi concedido ao mosteiro o senhorio sobre diversas vilas e aldeias, regiões sobre as quais a comunidade passou a deter direitos civis e criminais. Por que as abadessas desses mosteiros não participaram do sínodo de 1240, e com grande probabilidade, também nos de 1256 e 1297, e por que não há estatutos específicos sobre as monjas?

Vários fatores podem ser levantados para responder essas questões, alguns já pontuados ao tratarmos da praticamente inexistência de normas em relação ao monacato em geral nas constituições sinodais calagurritanas. Os mosteiros femininos do bispado eram cistercienses e subordinados a abadias que se encontravam em outras dioceses. Ou seja, o bispo não tinha responsabilidade direta por elas. Cabia às abadias-mãe e aos capítulos gerais da ordem zelar por essas religiosas. Como já destacamos, os temas em pauta nos sínodos eram as questões locais. Como as monjas cistercienses estavam fora da jurisdição episcopal, por que legislar sobre elas? Além disso, durante o século XIII a autoridade episcopal calagurritana foi se consolidando e sendo reconhecida pelos diversos mosteiros instalados na diocese, femininos e masculinos. Neste sentido, tais comunidades, provavelmente, buscaram manter boas relações com o prelado, evitando os conflitos em diferentes matérias. A despeito de suas riquezas e poderes, não apresentaram problemas que foram considerados dignos de serem normatizados por um estatuto episcopal.

A ausência de legislação canônica sobre a vida religiosa feminina nas constituições calagurritanas do século XIII não significou, certamente, nem um desprezo em relação às mulheres nem a inexistência de tentativas de controle das monjas riojanas. Elas estavam inseridas numa complexa rede, na qual as relações de poder eram múltiplas: estavam subordinadas à ordem cisterciense e à cúria papal; possuíam estreitas vinculações com as famílias nobres da região; viviam em ricos mosteiros, que detinham poderes senhoriais. Logo, certamente foram elaboradas muitas estratégias para regrá-las, assim como as próprias religiosas criaram táticas para escapar ao controle, questões que iremos nos deter no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Concluindo, os temas referentes à vida religiosa, em especial a feminina, não foram prioridade nas constituições calagurritanas no século XIII, ao que tudo indica, porque outras questões foram consideradas mais urgentes para o fortalecimento da autoridade do bispo, como o disciplinamento dos clérigos seculares e a corroboração da administração diocesana, ou fugiam da jurisdição episcopal, ou as comunidades monásticas não afetaram, de forma direta, o cotidiano da diocese.

Referências Bibliográficas:

BUJANDA, F. *Três sínodos Del siglo XIII*. In: **Berceo**. Vol. 1, Logroño, 1946. Pp. 121- 135.

DÍAZ BODEGAS, P. **La diócesis de Calahorra y la Calzada en el siglo XIII (La sede, sus obispos e instituciones).** Logroño: Obispado de Calahorra y La Calzada-Logroño, 1995.

DÍAZ IBÁNEZ, J. **La organización institucional de la Iglesia en la Edad Media**. Madrid: Arco, 1998.

FOREVILLE, R. (ed.). **Lateranense IV.** Vitória: Eset, 1973.

LAGUNAS, C. E. **Abadesas y clérigos. Poder, religiosidad y sexualidad en el monacato español. (Siglo X- XV).** Luján – Comahue: Universidad Nacional de Luján – Universidad Nacional del Comahue, 2000.

LAMA, I.R.R. (Ed.) **Colección Diplomática Medieval de La Rioja**. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1979. 4v.

PÉREZ-EMBID WAMBA, J. *El Cister feminino en Castilla y León. La formación de los dominios*. In: **La España Medieval,** Madrid, Vol. 5, 1986. Pp. 761-796.

SÁINZ RIPA, E. *Los obispos de Calahorra en la Edad Media (siglos VIII-XV)*. In: IGLESIA DUARTE, J. I. (coord.). SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 1, Nájera, 1990. **Atas...** Logroño: IER, 2001. Pp. 37-66.

___. **Sedes episcopales de La Rioja. Siglos IV- XIII.** Logroño: IER, 1994.

SCOTT, J. **Gender and Politcs of History.** Revised Edition. New York: Columbia University Press, 1988.

SEGURA GRAIÑO, C. *Legilacion conciliar sobre la vida religiosa de las mujeres*. In: MUÑOZ FERNÁNDEZ, A. (ed.). **Las mujeres en el cristianismo medieval. Imágenes teóricas y cauces de actuación religiosa**. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1989. Pp. 121- 127.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Década de 1980: estudos de laboratório e propostas de novos rumos para a história das ciências

Ivan da Costa Marques

imarques@ufrj.br*

Resumo
A história da ciência desconstrói o divisor Naureza*Sociedade se ela focaliza a constituição dos objetos científicos a partir de seleções de performances em laboratórios.
Palavras-chave: objetos científicos, laboratórios, história da ciência

Abstract
History of science deconstructs the Nature*Society divide if it focus on the constitution of scientific objects starting from selections of performances in laboratories.
Keywords: scientific objects, laboratories, history of science

Introdução

Boa parte da história da ciência vive uma dificuldade peculiar: embora se queira história, acredita nos cientistas quando eles dizem que seus objetos fazem parte da Natureza, de um mundo incorruptível separado da Sociedade, portanto fora da História. Por exemplo, nossa convicção de que "os egípcios, bem como romanos, respiraram o mesmo oxigênio que Lavoisier descobriu e hoje respiramos" é desproblematizada e naturalizada. A modernidade concedeu aos objetos científicos, um tanto apressadamente, uma permanência que os coloca fora da contingência histórica. Ao aceitar que filósofos e cientistas propaguem o divisor entre Natureza e Sociedade, tão caro à epistemologia, como algo já dado no mundo, a história da ciência aceita a priori limites ao grau de historicidade que possa estabelecer no seu fazer, arriscando ver sua importância reduzida à cronologia das descobertas científicas de uma Natureza fora da história , dos objetos ditos "naturais", que "sempre estiveram lá", como o oxigênio.

Sinopse do argumento

Vou argumentar que o espaço e a importância da história das ciências se amplia se ela procurar desconstruir o divisor Natureza x Sociedade, construindo narrativas históricas do nascimento dos objetos científicos como híbridos constituídos em natureza-sociedade-linguagem, a partir da constatação etnográfica de que os cientistas nomeiam objetos selecionando performances que vêm a ser as inscrições em laboratório. Os objetos científicos que estão aí foram colocados na Natureza pelos cientistas que os construíram e não os

acharam já configurados em formas predefinidas, como se dadas em um mundo das coisas-em-si, externo aos humanos, à linguagem e à história. O argumento aparece quando se leva a sério os "estudos de laboratório," feitos principalmente a partir da década de 1980. Ao invés de adotar uma abordagem epistemológica que busca estabelecer o que "realmente é um fato científico", os estudos de laboratório buscam "analisar como um fato científico adquire uma qualidade que acaba por fazê-lo escapar às explicações históricas e sociológicas" e se interessam por "mostrar como um fato bruto pode ser sociológicamente desconstruído" Susan Traweek observa que "quase imperceptivelmente os laboratórios fazem emergir certas formas de ação e desencorajam outras." O argumento desenvolvido aqui é que são justamente as escolhas de formas de ação que levam à estabilização de certas configurações como formas nominais, objetos científicos, isto é, levam a fazer existir certos objetos científicos e não outros.

O argumento pode ser resumido em poucas linhas. Como nasce um objeto científico? Um fenômeno, algo que acontece, uma percepção, um afeto, um desempenho, vamos dizer, uma performance é observada no laboratório. Na constituição de um objeto científico, o que vem a ser "uma performance em um laboratório"? Uma performance em um laboratório é uma inscrição em um instrumento ou, como veremos, em um inscritor. E como se considera uma inscrição associada a uma performance? Por diferença em relação a outras inscrições. Ou seja, performances são observadas e apreciadas pelas diferenças entre inscrições feitas nos inscritores. É pela diferença nas inscrições que os cientistas imaginam a "existência" de diferentes corpos ou objetos científicos. Objetos diferentes têm performances diferentes, isto é, fazem inscrições diferentes nos laboratórios. A questão então se torna, para os cientistas, "descobrir" que objeto faz qual inscrição, uma vez que eles supõem que há objetos desconhecidos que já estão lá no "mundo das coisas-em-si", separados e independentes do "mundo dos humanos-entre-si." Quando os cientistas consideram que algo, uma entidade, é responsável por um conjunto de performances, então eles batizam este objeto ainda hipotético e passam a tentar isolá-lo, isto é, a buscar uma forma estável definida, isto é, um corpo específico, um corpo tal que ele e só ele execute aquelas performances selecionadas no enquadramento que o laboratório coloca em cena. Quando e se este processo é bem sucedido, então uma crisma completa o batismo confirmando o nascimento de um objeto científico. Mas o que a epistemologia moderna olvida, e é justamente o que os estudos de laboratório mostram, é que esta forma estável que os cientistas dizem ter descoberto não estava lá pré-existente na natureza, mas foi por eles construída e lá colocada, mobilizando um coletivo em que linguagem (as inscrições), natureza (as coisas) e sociedade (os humanos)

atuam e inseparavelmente constituem objeto e laboratório. Além disto, os estudos de laboratório realçam que o objeto científico nascente viverá enquanto aquele enquadramento[1] permanecer em cena, vale dizer, enquanto perdurarem as redes[2] em que o objeto científico foi produzido. Finalmente vale lembrar que os cientistas, embora se refiram a descobertas de objetos da Natureza, e certamente muitos deles assim enxerguem o produto de seu trabalho, praticam a construção ou constituição destes objetos.

Inscritores

Entre 1975 e 1977 Bruno Latour estudou em um laboratório rico e célebre da Califórnia o nascimento de um fato científico específico cuja paternidade foi disputada por dois famosos cientistas, Roger Guillemin e Andrew Schally: o estabelecimento da estrutura molecular de uma substância hoje perfeitamente definida, o TRF (H), associada ao fator (hormônio) de liberação da tirotropina (em inglês, *Thyrotropin Releasing Factor – Hormone*). Guillemin e Schally dividiram o Prêmio Nobel em Fisiologia ou Medicina de 1977 (em conjunto com Rosalyn Yalow) . Ao fazer sua entrada antropológica em um moderno laboratório de fisiologia, Bruno Latour logo notou que o espaço do laboratório não era homogêneo e exibia uma separação muito clara entre duas zonas: bancadas e escritório. A primeira está "cheia de aparelhos diversos e a aparelhagem é utilizada em diferentes tarefas: corta-se, cose-se, mistura-se, agita-se, marca-se etc." Na segunda, no escritório, que "contem exclusivamente livros, dicionários e artigos", trabalha-se apenas com material escrito: "lê-se, escreve-se, bate-se à máquina". Para a palavra inscritor designa "todo elemento de uma montagem ou toda combinação de aparelhos capazes de transformar uma substância material em uma figura ou em um diagrama diretamente utilizável por um daqueles que pertencem ao espaço do 'escritório'" "Cada inscritor é formado por um conjunto específico de máquinas, de materiais e de técnicos."

Inscrições como performances nos laboratórios

Os estudos de laboratório mostram que, para constituir (ou descobrir, construir, inventar – vamos tornar relativa a importância destes verbos) um objeto científico, os cientistas não começam do nada. Eles lançam mão das performances executadas pelos objetos já constituídos que fazem parte de uma espécie de estoque. No enquadramento de um laboratório de fisiologia, por exemplo, uma marca determinada, ou seja, uma inscrição

[1] Para uma apresentação da noção de enquadramento ver .
[2] Ver, por exemplo, .

determinada é obtida em um determinado inscritor (por exemplo, um conjunto de máquinas, de materiais e de técnicos mobilizados em torno de um contador gama) quando uma determinada substância conhecida é aplicada a um determinado organismo (por exemplo, em uma célula, um músculo ou um animal inteiro). Esta performance já conhecida pode ser usada para estabelecer uma referência ou ponto de controle. Aplica-se em seguida uma substância desconhecida, e uma outra marca também é registrada. Resulta daí uma diferença entre duas marcas, entre as duas inscrições, diferença sobre a qual se emitem juízos ("são as mesmas", "uma sobe", "há um pico"). A diferença, caso apareça e possa ser reproduzida, é uma performance que poderá eventualmente fazer parte do conjunto de performances selecionadas que, uma vez reunidas, possibilitarão que se destaque do fluxo permanente dos fenômenos uma forma que poderá vir a constituir um objeto científico batizado e crismado. Neste ponto, que pode ser chamado de teste, tudo é ainda muito incerto.

Cruzando performances para gerar objetos científicos

Após o teste segue-se a purificação. A diferença passa a ser uma performance observada e a questão então é destacar do fluxo incessante dos fenômenos[3] uma forma definida, isto é, "isolar a entidade que julga ser responsável pela diferença entre os dois traços registrados" pois esta entidade é justamente o objeto científico em processo de constituição. No caso descrito em , amostras de extrato de cérebro são submetidas a uma série de *discriminações* para obter-se, ao final de um processo de escrutínio de suas propriedades físicas, várias frações, cada uma delas representadas por um pico em um papel milimetrado. Note que os picos são performances das frações obtidas em outro inscritor por meio de um processo de purificação obtida através das discriminações.[4] As frações são, para o fim aqui considerado, formas definidas que produzem os picos como suas performances. Uma destas frações pode corresponder a um corpo químico discreto, responsável pela performance observada no organismo determinado. Por isto as frações são então levadas e submetidas a um novo teste (no primeiro inscritor indicado acima), o que dá ao cientista a certeza da presença da substância em questão quando superpõe o resultado deste último teste com o da purificação, que o precedeu, e constata um cruzamento entre um pico e outro. Caso seja possível repetir o cruzamento, diz-se que a fração química é uma substância, e a ela dá-se (ou confirma-se, caso ela o tenha recebido logo após o teste) um nome. Este nome, que circulará

[3] Neste fluxo incessante as formas não estão definidas nem tampouco são estáveis. Vale aqui a metáfora de Parmênides "Não se entra duas vezes no mesmo rio".

[4] As discriminações no caso foram obtidas através de características como a velocidade com que um filtro é atravessado (ver Latour) . Analogamente, pode-se dizer que o petróleo é discriminado ou purificado nas frações gasolina, querosene, óleo, etc. pela facilidade com que cada uma destas frações se vaporiza.

em trocas pessoais, congressos e periódicos científicos, é uma proposição de objeto que será submetida a provas de robustez. Em um extremo a proposição é um efeito da imaginação e dos desejos de alguns (permanece atrelada à esfera subjetiva) e no outro extremo a proposição é um objeto científico com demonstração de existência aceita por todos (liberta-se das condições de produção, construção, descoberta, invenção ou constituição e entra na órbita objetiva).

Ocultando (grande) parte do trabalho

Ao estudar-se um laboratório e observar-se as manipulações que ali acontecem todo o tempo, confronta-se "uma estranha tribo que passa a maior parte do tempo codificando, marcando, lendo e escrevendo." Tipicamente, após árduos esforços para manipular materiais e instrumentos e simultaneamente manter um rigoroso registro destas manipulações, chega-se a uma curva, um esquema ou uma tabela em uma folha de papel ou tela de computador, e "[é] sobre ela que se debruçam os pesquisadores em busca de um 'significado'. Ela torna-se 'dado' em uma demonstração ou em um artigo." As discussões sobre a existência e a propriedade da substância têm como foco o esquema ou a curva. A atividade anterior – os árduos, e também muitas vezes muito caros, esforços para manipular materiais e instrumentos e simultaneamente manter um rigoroso registro destas manipulações – ficam ocultados quando se discute o significado dos dados obtidos. O diagrama final torna-se ponto de partida do processo sempre renovado de escrita dos artigos científicos sobre a substância em questão. Nos escritórios são produzidos os artigos que comparam e opõem esses diagramas a outros que com eles se parecem, e aos que se encontram em artigos já publicados.

Ilusões de contatos imediatos

Uma conseqüência importante da noção de inscritor é que as inscrições são vistas como tendo "uma relação direta com a substância original." Toda a mediação presente no dispositivo de inscrição – o paradigma vigente[5], o treinamento das pessoas, a origem dos materiais, as condições de financiamento, as teorias incorporadas nos equipamentos que atuam, condicionam, restringem e enquadram o universo de formas factíveis em um determinado dispositivo de inscrição – é apagada como se não mais interessasse. Uma vez que se dispõe do produto final – a inscrição –, rapidamente o conjunto das etapas intermediárias que tornaram possível sua produção é esquecido. O diagrama ou a tabela se torna o foco da

[5] A crença em que "o controle pelo cérebro faz-se por meio de substâncias químicas discretas, os fatores de liberação, que são de natureza peptídica" 1) distingue o grupo do laboratório de outros colegas no campo da neuro-endocrinologia, e 2) organiza os ofícios, hábitos e aparelhos em torno de um material específico, o hipotálamo.

discussão e os processos materiais que levaram a eles são ou esquecidos ou tidos como assegurados por meios "meramente técnicos" Uma conseqüência de relegar-se os processos materiais ao reino do meramente técnico é a ilusão do contato imediato, isto é, as inscrições são vistas como indicadores diretos do objeto científico em construção como algo que já está com sua forma previamente dada. observam que "especialmente em aparelhos como o analisador de aminoácidos, a substância parece inscrever sua própria assinatura." conta que gostava de ficar em pé acima da câmara de bolhas instalada no Stanford Linear Accelerator enquanto ela funcionava, olhando para dentro por suas janelas e vendo as trajetórias formarem-se e reformarem-se ao mesmo tempo que toda a estrutura balançava a cada pulso do sistema de pressurização.

Laboratórios e a gênese dos fatos e objetos científicos

> *"Os físicos projetam detetores para registrar traços muito evasivos de eventos 'naturais' no nível subatômico, eventos que seriam completamente inobserváveis sem estes aparelhos"*

Um laboratório distingue-se dos demais pelo particular conjunto de dispositivos de inscrição que ele abriga e em parte o constituem. A importância central deste arranjo híbrido é que nenhum dos fenômenos sobre os quais os participantes falam poderia existir sem ele. O laboratório é como o útero dos objetos científicos que ele faz nascer e, tal como um útero, um laboratório só é capaz de gerar objetos científicos de determinada espécie. Assim com não há úteros genéricos também não existem laboratórios genéricos, suas capacidades e habilidades estão vinculadas especificamente a seus inscritores e por eles a seus objetos científicos:

> *"Sem o bioteste, por exemplo, não há como dizer que uma substância existe. O bioteste não é simplesmente um meio de obter uma substância dada de maneira independente; ele constitui o processo de construção da substância. Do mesmo modo, não se pode dizer que existe uma substância sem colunas de fracionamento, uma vez que uma fração só existe em virtude do processo de discriminação. O mesmo acontece como espectro produzido por um espectrômetro de ressonância magnética nuclear – sem espectrômetro não há espectro. Não é simplesmente que os fenômenos dependem de certa instrumentação material; ao invés disso, os fenômenos são constituídos pelo arranjo material do laboratório de maneira exaustivamente completa"*

Laboratórios e o encontro natureza-sociedade

Susan Traweek mostra como objetos ditos "da sociedade", tal como o Estado, se vinculam a objetos ditos "da natureza", tal como partículas subatômicas de alta energia, e têm como ponto de encontro os detetores. Na etnografia que faz dos laboratórios e da comunidade de físicos que pesquisam o mundo das partículas de alta energia, descreve as experiências de espalhamento, realizadas com um tipo de detector de partículas instalado na ESA, uma

estação do Stanford Linear Accelarator, "em que elétrons acelerados colidiam com prótons como alvos, gerando novas partículas e fazendo o elétron e o próton retrocederem". Mas, é importante, ela realça que se muda o detector, mudam as partículas. Com outro detector, denominado LASS, instalado em outra estação do SLAC, "se poderia estudar o mesmo tipo de processo de espalhamento, mas entre partículas de outros tipos. Em especial, LASS analisaria interações 'hádron-hádron'."[6] No entanto, ela logo observa que "[o] financiamento para a física de alta energia é determinado diretamente pelos governos nacionais: nenhum patrocínio privado poderia manter um campo dependente de máquinas tão hercúleas e de ritmo de mudança tão rápido." E as diferenças entre os governos nacionais quanto às formas adotadas para financiamento da pesquisa condiciona diferenças entre detetores nos EUA e no Japão. Detetores diferentes leva a inscrições diferentes. É a leitura apropriada destas inscrições que torna possível ver/ ler as mesmas inscrições em outro lugar. É desta maneira que os físicos provam que suas leituras, suas teorias físicas das inscrições, funcionam. E é desta maneira que o estado (sociedade) e as partículas (natureza) são epistemologicamente indissociáveis, pois "nada mais estabelece o realismo destas interpretações"

A timidez da história das ciências

lamentam a falta de coragem dos historiadores para estabelecer um laço estreito entre a prática dos pesquisadores e os fatos científicos que eles produzem quando se trata das ciências atuais, embora a tenham quando se trata de Copérnico e de Newton. Eles realçam que os historiadores da ciência substituem a distância espacial dos antropólogos pela distância temporal ao considerarem menos absurdo ligar a física de Kepler ao seu século do que a de Einstein ou Feynman, para denunciar que "a História da ciência ainda é muito tímida, sobretudo na França, e, na maior parte das vezes, ela não passa de uma roupagem da história das idéias, quiçá da epistemologia."

Bibliografia

[6] "Os elétrons têm carga, o que significa que eles pertencem a uma classe de partículas interagindo por meio de força eletromagnética. Hádrons são partículas que interagem por meio de força nuclear forte."

Considerações teórico-metodológicas acerca do estudo da história operária.

Juçara da Silva Barbosa de Mello*

Resumo: Já faz algum tempo que a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. O foco foi desviado para as experiências vividas por trabalhadores "comuns". Os recentes estudos acerca da memória possibilitaram o acesso a toda complexidade que envolve os comportamentos e ações desses grupos "silenciados", nos permitindo detectar a possibilidade de uma análise da história operária a partir de uma perspectiva de classe focada no movimento e na agência, descartando suas concepções rígidas e estáticas, voltando a atenção para o processo de formação da classe no qual se podem observar a presença simultânea de identidades de classe e identidades locais. Podendo estas, coexistir e em diversos momentos fundir-se e combinar-se.
Palavras-chave: Classe – cultura - memória.

Abstract: It's already been some time that the working history left solely of being the history of organized working-class movement. The focus was diverted for the experiences lived for "common" workers. The recent studies about memory made possible the access of all complexity that involves the behaviors and actions of these "silenced" groups, which permitting us to detect the possibility of an analysis of working history from a perspective of class focused in the movement and in the agency, discarded their hard and static conceptions, coming back the attention to the process of formation of class that can observe the simultaneous presence of identities of class and locals. Being able these, to coexist and in several moments to merge and to combine.
Keywords: Class-culture-memory

No decorrer da década de 60, a tradição sociológica preocupava-se com a produção de grandes sínteses explicativas sobre o movimento operário. Estas serviram para introduzir e cristalizar explicações "mitificadas" sobre as condições de vida e trabalho do operariado. (BATALHA, 1998:148-149).

Análises sociológicas do movimento operário no Brasil passaram a pintar em grandes traços as características que seriam consideradas como sendo as da classe operária pós-1930. Entre elas estavam: a ausência de padrões de ação coletiva, de tradições e crenças de classe (BATALHA, 1998:149). Nessa perspectiva a classe operária foi vista como uma categoria estática e indiferenciada, de tal forma que negligenciava-se o processo no qual se davam as relações entre os indivíduos e destes com o decurso do tempo, ou seja, as grandes

* Mestranda no programa de pós-graduação em História Social do Território / Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

sínteses sociológicas desconsideraram o constante "fazer-se" da classe operária[1](HOBSBAWM, 2000: 279).

Questionamentos e indagações contribuíram para o surgimento de abordagens voltadas para a inserção de uma dimensão humana na análise. Assim, há algum tempo que o estudo da história operária no Brasil deixou de ser um campo exclusivo da sociologia e, em certa medida, da ciência política.[2]. Uma tendência maior de aproximação com a antropologia resultou na mudança do foco. O estudo dos modos de constituição, do funcionamento e da relação entre as classes e grupos sociais foi sendo enriquecido com uma ênfase nas questões que implicavam na elaboração e reelaboração das identidades sociais desses trabalhadores.

Sendo assim, a tendência mais recente da historiografia que trata da história operária passou a concentrar-se em torno de abordagens cujos objetos desviam ou afastam do centro da análise as relações de produção, sem, contudo, desconsiderá-las. Estudos empíricos em âmbito local, de grupos específicos de trabalhadores revelam que as necessidades materiais de existência dos operários agravadas por uma certa "insegurança estrutural" resultaram no engendramento de redes comunitárias, de laços de solidariedade responsáveis pela formação de identidades locais (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004), evidenciando a participação ativa dos operários ao se apropriarem da cultura dita dominante, atribuindo a mesma, significações e re-significações diversas, descartando a idéia de uma padronização através de estratégias de disciplinarização (FOUCAULT, 1977).

A idéia de uma "classe operária" desprovida de tradições e ações organizadas se desenvolveu a partir de uma abordagem com ênfase no consenso, motivada pela ação de uma política trabalhista, que estimulava a utilização de estratégias do patronato ao lidar com a mão de obra fabril, aliando medidas de racionalização do trabalho com uma "visão tradicional" do trabalhador. Nessa perspectiva, foi concebida uma classe operária homogenia e unívoca, incapaz de qualquer resistência ou negociação ao que lhe é posto, ou seja, uma classe operária considerada praticamente uma "vítima passiva" do paternalismo da "classe dominante".

Contudo, a partir de uma mudança na escala de análise surgiram resultados que vieram a dar significados totalmente novos a fenômenos antes observados em escalas maiores (REVEL, 1998). Com a observação e análise dos pequenos territórios da vida cotidiana, a tese

---

[1] A expressão fazer-se da classe operária não pretende sugerir, segundo Hobsbawm, que "a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim (...) As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva".

[2] Hobsbawm justifica a utilização da expressão: história operária, em vez de história do movimento operário. Esta última seria limitada ao estudo de segmentos organizados dessa classe. Desse modo, a perspectiva do autor é a mesma da qual me utilizo, pois refiro-me a uma história da classe operária que leve em conta todos os seus aspectos.

de uma classe operária homogenia e indiferenciada não se sustenta, uma vez que esta ignora a existência dos processos nos quais se evidenciaram as múltiplas e diferenciadas formas de apropriação e a circulação de valores, de onde resultou uma variedade de nuances em torno da história operária. Ao voltarmos a atenção para as "formas" e os "motivos", surgem possibilidades de "decifrar" as representações do mundo social por meio das quais os operários forjaram suas próprias idéias, crenças e visões de mundo (BOSI, 1994:46-47).[3]

Na década de 80 do século XX, alguns historiadores desenvolveram o conceito de micro história, através do qual, passaram a destacar estudos de histórias particulares de indivíduos, vilarejos ou grupos específicos com o intuito de obter uma descrição mais realista do comportamento humano (LEVI, 1992:134). Esta perspectiva de estudo enfoca o processo de elaboração e reelaboração das identidades individuais e coletivas, melhor observadas no campo específico da História Oral, por meio da qual é possível uma análise onde torna-se evidente uma interseção entre fatos e representações (PORTELLI, 2006:111). Consideramos, pois, que essas estratégias sejam decisivas para a compreensão das formas e dos motivos que condicionaram as percepções do universo social dos trabalhadores, considerando os mais diversos contextos e situações nos quais a realidade social foi construída, pensada, dada a ler pelo grupo social que a produziu (CHARTIER, 1998).

As percepções do mundo social, segundo Roger Chartier, não são de forma alguma discursos neutros. Sendo assim, concebemos que diante de condicionantes estruturais demarcadores do espaço de liberdade do indivíduo, são feitas acomodações ou adaptações das práticas discursivas sempre em favor dos interesses do grupo que as forjam. No entanto, a percepção de que estas ações são motivadas por interesses não significa que este movimento aconteça de forma consciente e arbitrária. Este processo dinâmico se constitui a partir do resultado de uma negociação conflitiva envolvendo outros indivíduos e grupos numa relação de concorrências e competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação (VELHO, 1988). Cada grupo, ou indivíduo são portadores de uma combinação de vivências que lhes tornam únicos. As múltiplas apropriações da realidade social provocam uma diversidade de reações, que nem sempre são percebidas por nossos sentidos mais imediatos.

Carlo Ginzburg, no famoso clássico "O Queijo e os Vermes", destaca a singularidade do comportamento do personagem central de sua obra, relatando ser ele aos

[3]Ecléa Bosi apresenta uma análise das observações de Henri Bergson a respeito do estudo da psicologia da memória, nas quais o autor apresenta a noção de que "a memória permite a relação do presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações". Significa dizer que os dados imediatos misturam-se a milhares de pormenores de nossa experiência passada, levando-nos a crer que não existe uma percepção pura do presente.

olhos de seus conterrâneos, ao menos em parte, diferente dos outros. Entretanto, logo a seguir faz a seguinte observação:

> *Mas essa singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes, uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um (GINZBURG, 2006:20).*

Nesse sentido, acreditamos no entendimento da história operária a partir de abordagens que valorizam a pluralidade de situações que caracterizam os diversos níveis da realidade social. As explicações polarizantes, ao enfatizarem determinados aspectos tendem a negligenciar outros, gerando resultados deformadores, uma vez que ignoram a complexidade da totalidade da realidade social.

As obras de Edward Thompson e Eric Hobsbawm: A Formação da Classe Operária Inglesa (1987) e Mundos do Trabalho (1981; 1987) respectivamente, tiveram grande influência sobre os historiadores brasileiros interessados no estudo da cultura da classe operária. Numa perspectiva marxista, associaram as instituições operárias ao contexto do processo de trabalho. Entretanto, esse esforço de associação acabou por gerar o próprio enfraquecimento do conceito de classe entendido como um todo unificado (SAVAGE, 2004:30). Ao fazer a conexão entre tradições, ritos, cotidiano dos trabalhadores com resistência social e luta de classes, Thompson abre espaço para o entendimento mais amplo e cultural da vida operária, permitindo perceber que a cultura operária não pode ser vista como um todo unificado e indiferenciado, ou seja, a valorização da análise do comportamento de famílias e comunidades no contexto específico do processo de industrialização trouxe a tona à percepção da diversidade no interior desses grupos.

Thompson se afasta do modelo tradicional marxista, especialmente, no que refere-se a concepção de que a classe operária seria incapaz de formar identidade, por estar inteiramente submetida à determinação econômica. Para o autor, o econômico deve ser levado em conta, mas não pode ser pensado independente das normas e estruturas cognitivas. É preciso, portanto, estarmos atentos aos simbolismos presentes em atitudes e gestos traduzidos pela representação dos atores históricos individuais e coletivos. É nesse sentido que ocorre um impasse entre a evidência da diversidade entre os trabalhadores, observada através de uma abordagem mais "culturalista" e a relevância de uma noção de classe social mais generalizante. A primeira possui como características a valorização das questões relacionadas ao gênero, as categorias profissionais, as hierarquias no ambiente de trabalho e também fora dele, tendo como referências centrais para a análise, o tempo e o espaço dos acontecimentos.

Enquanto a segunda pressupõe a noção de uma classe social mais generalizante, e em conseqüência, inevitavelmente reducionista. Um olhar apressado pode concluir equivocadamente que uma abordagem tende a excluir a outra.

Entretanto, ao olharmos mais atentamente, como fez Mike Savage, podemos observar assim como o autor, que a insegurança estrutural inerente à vida dos trabalhadores favoreceu a formação de vínculos comunitários responsáveis pela formação de identidades locais que, no entanto, não excluem a formação de identidades de classe. Nas palavras do autor: "a formação de uma classe é um processo espacial, em que identidades locais e identidades de classe se podem fundir e combinar".

Sendo assim, queremos enfatizar que ao mesmo tempo em que pensamos o local como espaço de proporções adequadas a uma análise mais ampla e complexa da história operária, também admitimos que os lugares não são fragmentos desconexos, suspensos no ar. Devemos levar em conta a inter-relação entre os espaços. Esta pode ocorrer em maior, ou menor medida considerando a tensão entre os níveis da realidade. Dito de outra forma significa admitir a tensão constante e ativa entre estruturas e práticas culturais e sociais. Ignorar a existência dessa fluidez espacial é correr o risco de cair em um outro extremo, que entende a contingência e a experiência como absoluto, no qual todas as explicações possíveis estão contidas.

É nesse sentido que a valorização do espaço e lugar na análise dos processos de mudanças históricas fundamenta a utilização do conceito de classe com mais propriedade e complexidade, na medida em que permite pensar a conexão entre estruturas de classe e constituição demográfica e espacial da classe. A partir da conexão entre esses dois elementos, percebemos simultaneidades observadas em situações sócio-culturais reveladoras de diferenciações que sugerem divisão, ao mesmo tempo em que apresentam elementos compartilhados (KIRK, 2004:53). Concentrando o foco da análise neste último, podemos apreender as complexas e variadas estratégias das quais os trabalhadores se utilizaram para a composição da dinâmica social que concretamente vivenciaram. Esta é uma abordagem que além de se contrapor à noção de uma classe operária isenta de tradições e crenças de classe, também desafia claramente aquelas em que se acentua a ação disciplinar dentro e fora dos muros das fábricas, "produzindo" o cotidiano dos trabalhadores.

Partindo do pressuposto de que nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado a ponto de não permitir negociações (LEVI, 2006:179-180), podemos refletir sobre a dimensão e a profundidade da agência dos trabalhadores no processo de formação de sua classe. Certamente, levando em conta as limitações e os constrangimentos sofridos,

conscientemente ou não, no momento em que deliberam sobre diversos aspectos de seu cotidiano no qual estão envolvidas, além do espaço de trabalho e da arena política, as relações familiares, as unidades domésticas, os espaços de sociabilidade e lazer, enfim todo um conjunto de elementos que compõe a realidade social dos trabalhadores.

Sendo assim, acreditamos na possibilidade de uma abordagem que, ao analisar a história operária a partir de uma perspectiva de classe não o faz sob formas rígidas e estáticas, mas entende que uma classe nunca se apresenta de maneira pronta e acabada. O objeto de atenção deve ser sempre o processo de formação da classe, que de forma alguma ocorre a partir de um esquema único de ações e reações. Deve-se, portanto, levar em conta a diversidade dos contextos que compõem os cenários nos quais atuam atores históricos, movidos tanto por necessidades objetivas quanto por suas subjetividades.

Uma grande diversidade de "apresentações" descrevendo as condições de vida e de trabalho presentes na formação do operariado fabril vem abrindo espaços no meio acadêmico para novas abordagens e questões. Muitas destas questões tornadas possíveis a partir dos estudos sobre a memória social que, por sua vez, vem cada vez mais possibilitando diferentes olhares acerca das ações ligadas ao homem em sociedade, de suas ações e representações (BOSI, 1994).[4]

Os estudos acerca da memória empreendidos por outros campos das ciências sociais têm se mostrado profícuo na análise de temas e questões intrínsecos ao debate que gira em torno da dimensão das generalidades e singularidades que caracterizam a memória dos trabalhadores, e de seu respectivo processo de construção em nosso país, especialmente no Rio de Janeiro no período que se inicia a partir das primeiras décadas do século XX.

Assim, balizados por estudos empíricos de grupos específicos, apostamos na concepção da classe operária em seu sentido mais amplo, ou seja, não somente focando a análise no movimento operário mais institucionalizado, mas abrangendo a vida cotidiana desses trabalhadores em seus pequenos territórios. Nesse sentido, torna-se imprescindível uma história que privilegia o estudo do particular como forma de melhor compreender as complexidades do processo histórico, numa escala que possibilite a compreensão do conflito presente em atitudes e comportamentos aparentemente insignificantes, mas que tendem a mostrar-se extremamente abrangentes em seus efeitos.

Nesse sentido, consideramos a presença de uma tensão permanente entre as dimensões subjetiva e objetiva em uma pesquisa, e entre os aspectos que envolvem as

[4] Na introdução de sua obra, Ecléa Bosi apresenta um estudo a respeito das funções da memória, onde demonstra com base nos estudos realizados por Henri Bérgson, como são constituídas nossas ações e representações do mundo social.

memórias individuais e coletivas. Jacques Le Goff argumenta que a objetividade na história não é a pura submissão aos fatos. Ela é construída por meio de constantes revisões e acumulações de verdades parciais."A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)"(LE GOFF, 1990:476).

Uma das maneiras encontradas pelo patronato de garantir a lealdade de seus operários foi o investimento em formas de lazer, que entre outras finalidades, possuía a de racionalizar e padronizar o tempo do operário mesmo fora do ambiente de trabalho. As principais estratégias dos empresários foram em investimentos na criação de clubes de futebol, blocos carnavalescos e bandas de música.

Esta vinculação às estratégias de controle do patronato que comumente são postas como evidência da impossibilidade de uma identidade de classe no meio operário, por significar alienação e passividade, pode vir a adquirir novos contornos. A partir das evidências orais, tornou-se possível perceber que "muitos dos trabalhadores implicados no usufruto do lazer (...) estavam ativamente engajados com a meta de uma sociedade mais justa na qual receberiam o 'reconhecimento' e a 'recompensa' devidos" (KIRK, 2004:67).

Muito embora grande parte das manifestações de resistência e inconformismo presentes nas falas de ex-operários apresente-se como reflexos de preocupações específicas ligadas a questões locais e cotidianas, estas faziam parte do processo de formação da classe caracterizado, segundo Hobsbawm, por dois níveis de aspirações, traduzidas por exigências mais imediatas ligadas ao cotidiano, e mais gerais que fazem referência ao "tipo de sociedade que lhe convém".

Referências bibliográficas:

BATALHA, Cláudio H.M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

BOSI, Ecléa. Memória-Sonho e Memória-Trabalho. In: **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Cláudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre à micro-história. In: Peter Burke (org.). **A escrita da história: Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.

PHILIPPE, Joutard. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittela Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2006.

REVEL, Jacques. Microanálise e Construção Social. In: Jacques Revel (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

THOMPSON, Edward P. História e antropologia. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____**A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura política nos Motins do Sertão do São Francisco – 1736

Sandro Giovanni Mendes Cunha[1]

Resumo
Este trabalho discute a colonização na América Portuguesa no Século XVIII, levando em conta as especificidades regionais e como se deram as relações entre a metrópole e os colonos. O artigo busca entender os Motins do Sertão do São Francisco nas Minas Gerais como um conflito entre os poderosos locais, pelo controle das oportunidades políticas e econômicas na região. Assim, questiona a utilização de conceitos e modelos gerais para a colonização como um todo e apresenta a revolta citada em suas práticas e representações próprias, modificando o entendimento sobre as relações de força na colônia.
Palavra-chave: Colonização, motins, Minas Setecentista.

Abstract
It is discussed in this paper the colonization in the Portuguese America in the XVIII century, taking into consideration the local specificities as well as how the metropolis and the colonials related to each other. The article tries to understand the "Motins do Sertão do São Francisco" in Minas Gerais as a conflict among the local powerful men to take over the control of the political and economical opportunities in the area. Therefore, it questions the use of general concepts and patterns in the way the colonization was accomplished as a whole, in addiction to this; it presents the conflict mentioned above in its own practices and representations, modifying the understanding of the strong influence in the colony.
Key-word: Colonization, mutiny, Minas in the seventeenth century.

O universo das Minas Gerais no Século XVIII inspirou inúmeras pesquisas e interpretações no sentido de buscar respostas para as questões contemporâneas mais prementes, como a configuração do capitalismo e suas relações de dominação. Tentou-se entender como se configurou, na prática, o Pacto Colonial, uma complexa rede que supostamente submetia os colonos à metrópole portuguesa e, ao mesmo tempo, contribuía com o sistema mercantilista mundial, criando as bases do que é hoje o sistema capitalista global. Adjacente a essa discussão, a historiografia brasileira vem se manifestando no sentido de apontar interpretações que diluem o sentido geral do que teria sido a colonização portuguesa na América. As pesquisas apontam que a colonização não pode ser entendida no sentido macro, e sim como um grande mosaico de relações nos mais variados níveis. Para compor esse mosaico gigantesco de relações, este trabalho propõe realizar um recorte espacial e temporal de uma revolta específica que aconteceu nas Minas no ano de 1736.

Os Motins do Sertão do São Francisco é um conjunto de revoltas, assuadas e rebeliões contra os agentes da Coroa Portuguesa que aconteceu nas Minas Gerais em 1736,

[1] Professor de História, licenciado pela UFMG. Bacharelando de História na UFMG.

dentro da área denominada Sertões do Rio de São Francisco. Essa era uma região periférica em relação à exploração aurífera e diamantífera, cuja atividade econômica era mais voltada para a produção de alimentos, gado, farinha de mandioca, aguardente e rapadura para abastecer as Minas do ouro. Os sertões era uma região de fronteira dominada por "*régulos*" (homens que não respeitavam as leis da Coroa Portuguesa). Segundo Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Governador interino nas Minas, "*um país que foi até agora habitado de régulos, que não conheciam outra lei, que a da força*"[2] Os Motins ocorreram em vários lugares num curto espaço de tempo, e as ações de seus integrantes deixaram pistas por se tratar de um movimento que pretendia um auto-governo[3], sendo indicativo disso a escolha de representantes, secretário de governo, juiz do povo, procurador do povo e capelão. Mas, ao mesmo tempo, demonstra a sua fragilidade por não conseguir arregimentar a maioria da população e controlar militarmente seus seguidores.

Os levantes se deram em várias localidades, entre elas Papagaio na barra do Rio das Velhas, Montes Claros na região do Rio Verde, nas regiões do Brejo do Salgado, Acari e Matias Cardoso e, principalmente, no julgado de São Romão. Os movimentos foram marcados por extremada violência, como matança de animais, incêndios de propriedades, confiscos, agressões, humilhações das vítimas, estupros de mulheres, condenações e execuções sumárias. Por onde a turba de amotinado passava, deixava as marcas da destruição e da inquietante incerteza das causas dos tumultos.

A historiografia, em geral, atribui à cobrança da capitação como estopim do movimento[4], apesar dos principais envolvidos possuírem poucos escravos, o que indica pouca contribuição ao imposto recém implantado. Essas interpretações reforçam a idéia tradicional de Pacto Colonial[5], sem considerar, cuidadosamente, as motivações e interesses dos agentes no seu tempo e espaço específicos, não levando em conta as práticas locais de organização política e econômica. O desfecho final dos Motins termina com a prisão de quase todos os seus "*cabeças*" e a implantação da cobrança da capitação pelos agentes da Coroa Portuguesa.

---

[2] CARTA de Martinho de Mendonça de 17 de outubro de 1736 para o Secretário de Estado Antonio Guedes Pereira. Motins do Sertão. Revista do Arquivo Público Mineiro, 1 (1896) p.662.

[3] Posição defendida pelo autor Luciano Figueiredo em seu trabalho, Furores sertanejosna América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do Rio São Francisco. Minas Gerais – 1736. Revista Oceanos, Lisboa, 1999. p.133.

[4] Comutação dos quintos, mudança da tributação sobre o direito real na região das minas, alterando a cobrança dos quintos por avenças para ser cobrado pelo número de escravos.

[5] Para Caio Prado Junior a colonização nos trópicos destina-se unicamente "(...) explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comercio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização."(PRADO JUNIOR, 1977 p. 31) Reiterando essas afirmações Raymundo Faoro defende que "Os três tipos de controle da economia – o monopólio, as companhias e as concessões (típicas e atípicas) – se integram no domínio do comércio da metrópole, o pacto colonial, (...)" (FAORO, 1996 p. 221).

Desde a memória histórica, a culpa pela "*ruína de Minas*", é atribuída à comutação dos quintos em capitação dos escravos e censo. Têm-se como formadores dessa memória histórica os escritos de José João Teixeira Coelho e o grande número de cartas ao Rei suplicando o fim da capitação, entre elas as cartas e representações das Câmaras das vilas nas Minas. José João Teixeira Coelho, Intendente do ouro em Vila Rica, ressalta que os Governadores anteriores Conde das Galveias (André de Melo e Castro) "*foi prudentíssimo e nunca seguiu a péssima conduta de fazer avultar os seus serviços à custa das lágrimas e da substância dos povos. Governou pouco tempo, mas com acerto, e os mesmos povos lamentaram a sua retirada, que fixou a época da ruína de Minas*." (COELHO, 1994:142). Já o Governador seguinte, Gomes Freire de Andrade, não foi poupado das críticas em relação à comutação dos quintos: "*O zelo deste governador em promover interesses reais foi a origem da decadência futura que arruinou os mesmos interesses*." (Ibidem).

O Ouvidor Caetano da Costa Matoso, em sua coleção de documentos, apresenta um amplo entendimento de como foi impopular a cobrança da capitação nos seus últimos anos de coleta:

> *"Em 17 anos que durou a capitação ficaram todos exauridos, porque a desigualdade daquela arrecadação e rigoroso modo de execução, multas e denúncias, pagando o mineiro que não tirava ouro e os escravos e escravas ocupados no precioso serviço das casas e em outros empregos sem lucro."* [6] *(MATOSO, 1751:511-515)*

Costa Matoso, em sua passagem pelas Minas, assistiu ao último suspiro da capitação, e quão injusta a cobrança foi entendida por grande parte da população. Em 1749, data em que o doutor Caetano da Costa Matoso aqui se assenta, já havia um amplo entendimento entre o povo e até mesmo entre os agentes da Coroa, sobre a condição de impopular, vexatória e injusta a cobrança da capitação. Nesse sentido, a sua documentação é vasta em corroborar com a tônica do discurso contra a capitação e em eleger o imposto como causador de todos os males.

Nem mesmo a diminuição de novas descobertas, a exaustão das minas existentes e a manutenção das técnicas mais simples de extração são arroladas ao discurso principal das queixas. Certamente, era mais facilmente assimilável o entendimento geral de que a injusta cobrança fosse causa primeira de todos os males que assolaram as Minas nos seus últimos 15 anos (1735-1750). Era mais produtivo aos mineiros trombetear a falência das Minas, em função de uma cobrança excessiva, que reconhecer as deficiências naturais da mineração.

[6] Informações de homens bons acerca da Lei Novíssima das Casas de Fundição, Vila Rica 03/04/1751. In Códice Costa Matoso p.511-515.

Possivelmente, com a diversificação das atividades econômicas, devido ao aumento da população nas Minas proporcional à complexidade da economia local, o fiel da balança inclinou em relação mais ao comércio do que unicamente a extração mineral. Foi a partir 1736 que o caminho para Goiás foi regulamentado e os contratos de entradas do Caminho Velho e Caminho Novo foram estabelecidos com maior vigilância.

Diogo de Vasconcelos, historiador do início do Século XX, apresenta os Motins como exemplo de revolta do colono brasileiro à Coroa Portuguesa, evidenciando os primeiros traços de um povo defendendo precocemente o que seria, no futuro, a nação brasileira. Para este autor, somando-se a cobrança da Capitação, os fatos que precedem as "*assuadas*" são apenas elementos catalisadores que funcionaram como secundários e confirmadores da tese de "*como aquele regime se tornou abominado na história (...)*" (VASCONCELOS, 1999:78). O autor defende que o papel das Câmaras na aprovação do imposto é alijado da responsabilidade que o Rei dividia com o aforamento das vilas. Para Vasconcelos (1999) o interesse dos mineiros em manter os ganhos provenientes das suas lavras, sem permitir o aumento dos impostos pagos a Coroa provocou o equívoco. Só no final da primeira metade do XVIII as Câmaras buscaram redimir-se ao pedir em peso a revogação da cobrança da capitação à sua Majestade.

Segundo Vasconcelos (1999), a culpa principal dos Motins foi a imposição da nova cobrança pelas mãos do Governador Gomes Freire de Andrade e do governador interino Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Sendo este último incapaz de conter os ânimos do povo por se tratar de uma personalidade arredia e pouco sociável. Somando-se a isso, as medidas impostas por Martinho de Mendonça foram extremamente impopulares, como a cobrança dos impostos atrasados e as determinações de rigor na atuação dos agentes da Coroa na região do Sertão.

A falta de unidade do grupo e consenso em suas atuações é um indicativo da ausência de um motivo principal para o levante do Motim. Outro sinal é o fato do movimento ser combatido, em grande parte, por poderosos e moradores da região. Se a comutação dos quintos é injusta a todos, a quem poderia interessar defender a Coroa, sobretudo de um Governador impopular? Algumas atitudes merecem maior aprofundamento e pesquisa, tais como a fuga dos moradores de São Romão (após a invasão supostamente liderada pelo padre Antonio Mendes Santiago) e o socorro voluntário do "*régulo*" Domingos Alves Ferreira Maciel e seus aliados (para libertar o arraial expulsando os amotinados). É necessário que se faça uma análise mais criteriosa em relação aos ganhos de cada grupo e ao jogo político que estava por trás do conflito.

Após o controle da situação, Martinho de Mendonça atua de forma precisa na busca aos "*cabeças*" responsáveis por insuflar o movimento, seguindo instruções de Gomes Freire que recomendava

> "*V.S. encomende muito ao Capitão faça com que as Tropas não cometam a desordem de matarem os vencidos e somente trabalhem por haver entre eles os cabeças de motim, para com eles se fazer o exemplo, como seu delito merecer e as leis e ordens de Sua Majestade permitirem*." *(RAPM Ano XVI Vol. II p.259)*

Essas medidas eliminaram os levantes prendendo os principais líderes e trazendo "*sossego*" ao Sertão. Vasconcelos (1999) parece frustrado com o desfecho do movimento e o que lhe resta é narrar a prisão de D. Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso como mártires e vítima da opressão da Coroa Portuguesa:

> *"Em agosto o crepúsculo, coroando-se em laivos sanguíneos, e o ar afumarado embebendo-se de melancolia e de saudade, em quem as experimenta por dores certas, fazem, com a vida, que desapareça toda a alegria de viver. Foi neste espasmo da alma que D. Maria atravessou todo aquele golfo e entrou no Rio das Velhas, perdendo de vista o horizonte de seus dias venturosos, e começando a sentir a noite do exílio". (VASCONCELOS, 1999:115)*

Os Motins do Sertão foi novamente lembrado no valoroso trabalho da professora Carla Anastasia, intitulado "*Vassalos Rebeldes – Violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII" (1998)*. Tratasse da tentativa de estabelecer uma tipologia da violência coletiva nas Minas do Século XVIII, tentando relacionar as revoltas e motins dentro de um mesmo critério, como a autora chama a atenção: "*O padrão dos motins das Minas nas primeiras décadas do Setecentos não foi muito diferente do padrão geral do comportamento da multidão durante os food riots e tax rebellions europeus*"(ANASTASIA, 1998:41).

"Vassalos Rebeldes" apresenta a revolta como uma reação à cobrança do imposto da capitação, sendo esse argumento semelhante ao que foi apresentado por Vasconcelos (1999). Nesse sentido, a autora corrobora com a versão de *História Média das Minas Gerais* e com os memorialistas citados, que se mantiveram presentes na historiografia sobre a cobrança abusiva de impostos por parte da Coroa Portuguesa.

Mesmo o Governador interino, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, espanta-se ao apontar a principal incompreensão dos Motins pela cobrança da capitação em uma região de poucos escravos: "*considerando que nenhum interesse tinham contra a capitação os mamelucos vadios e pescadores que não têm escravos, me persuado que houve quem ocultasse os instigantes (...)*"(RAPM, 1911. p.382.). Na mesma carta endereçada ao Vice Rei Conde de Galveias em 26 de Setembro de 1736, o Governador interino ainda

menciona que o lucrativo comércio da carne era controlado pelos "*régulos*": "*governando-se as fazendas com pouquíssimos escravos*" (RAPM, 1911. p.382.).

O último trabalho publicado que compões a cultura histórica sobre os Motins do Sertão é o estudo realizado pelo professor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo na sua obra: *Furores sertanejos na América portuguesa* (1999). O autor realizou um grande esforço em pesquisa, seleção documental e de dados, organização contextual e histórica dos agentes, leitura e prospecção original de fontes muitas delas inéditas.

Em sua obra estão presentes as diversas correntes discursivas, ora tentando convencer, ora tentando dissimular, todas buscando se impor enquanto verdade e, por meio dessa astúcia, reproduzir o seu poder e arvorar sobre outros. Indicativos para compreensão do "teatro da guerra" são os instrumentos de convencimento e de "propaganda", a exemplo dos pasquins e folhetos que circulavam pelo sertão. Entre eles está uma versão parodiada da oração do pai nosso[7] e um manifesto que defende o não pagamento dos quintos à custa da própria vida: *"(...) para que não nos cavalgue o Sr. Martinho de Mendonça como tem cavalgado as Minas..."*(FIGUEIREDO, 1999:133). Essa tentativa de convencer pelo discurso é indicativo da falta de consenso sobre a decisão de não pagar o imposto da capitação ou, até mesmo, romper com a Coroa Portuguesa.

Se o convencimento não se deu por meio da oratória, os amotinados tentaram convencer por meio de negociação pedindo a adesão dos poderosos e, por conseqüência, seus agregados. Outro elemento de persuasão foi a força. É certo que aqui precisaria maior comprovação para a afirmação de que muitos dos atos de violência foram empregados para forçar a adesão dos moradores do Sertão ao movimento rebelde.

No entanto, Figueiredo (1999) não se dá conta da hesitação do Governador interino Martinho de Mendonça, ainda sobre as múltiplas visões e discursos que ilustram os documentos oficiais, o que permiti inferir a dificuldade de entender o acontecido por parte do Governador através das correspondências trocadas com os seus colaboradores. A forte retórica de convencimento nas correspondências dificulta o Governador formar uma opinião sobre os acontecimentos. As notícias, num primeiro momento, parecem exageradas para Martinho de Mendonça, conforme indicam as correspondências com Gomes Freire de Andrade, com o Desembargador Francisco da Cunha Lobo e André Moreira. A princípio, as cartas que chegam as mãos de Martinho de Mendonça são interpretadas como "*quimeras*". Ao contrário do que imaginavam também Vasconcelos (1999) e Anastasia (1998), o Governador não estava prevenido da possível generalização da revolta. Manda tirar devassa sobre o

[7] ANTT, Mss do Brasil Liv. 10, f. 210 *Apud* Figueiredo, Luciano, 1999

acontecido, mas, quando o conflito se agiganta com a luta em São Romão, Martinho de Mendonça chega a mandar um informante saber notícias com os tropeiros do Sertão em Cachoeira do Carmo, indicando da falta de confiança nos agentes envolvidos diretamente na repressão.

Desacreditando no movimento, apesar dos conselhos de cautela por parte de Gomes Freire de não "*desprezar antes de dar a conhecer quanto um ajuntamento de pés rapados(...)*" (Apud ANASTASIA, 1998:77), reconhece, mais tarde, que o pior poderia ter acontecido vindo dos motins para ameaçar os domínios de sua Majestade e o *"sossego"* das Minas: "*Esta conspiração foi maior do que parece, entraram nela pessoas que não chegaram a declarar nas Minas, e talvez dentro desta vila tinha quem os fomentasse*"[8].

A correspondência do Governador interino demonstra a falta de certeza dos agentes da coroa em relação à impopularidade da cobrança da capitação. O que era óbvio em 1750, não se apresentava tão evidente no momento do conflito em 1736. A memória construída a partir de meados do Século XVIII é reificada até os nossos dias. Essa cultura histórica desprezou outras possibilidades que, apesar de não desmentirem a impopularidade da cobrança, apresentariam um painel mais completo sobre o conflito e a cultura política no sertão das Minas em 1736.

Luciano Figueiredo também confirma o conflito pela cobrança dos quintos, em seu trabalho "*Protestos*, *Revoltas e Fiscalidade no Brasil Colonial"* (FIGUEIREDO, 1995:56-87) o autor conclui que a imposição da cobrança empurrava a população para a rebelião, não sendo apresentada outra saída negociável. No entanto esta afirmação carece de uma avaliação mais criteriosa, com maior aprofundamento sobre as formas da representação do significado dos motins na cultura portuguesa e do império ultramarino. É interessante entender quais as práticas políticas no Antigo Regime português, mesmo sabendo que a colonização perverteu seu entendimento, para podermos discutir a luz da cultura colonial o que significava um rompimento do pacto de vassalagem, e o que de fato poderiam vislumbravam os poderosos do Sertão com as medidas de "*auto-governo*".

Por outro lado Figueiredo (1995) acrescenta que "*a fiscalidade per se não é capaz de explicar, isoladamente, o fenômeno dos motins (...)*" (FIGUEIREDO, 1995:83). Diogo de Vasconcelos reforça essa ponderação quando cita a correspondência do Governador Martinho de Mendonça para o Secretário Antonio Guedes Pereira, apontando três principais "*cabeças*" para o movimento rebelde: os potentados, que se sentiam ameaçados em seus domínios, mais

[8] Carta de Martinho de Mendonça para o Secretário de Estado Antonio Guedes Pereira, de 17 de outubro de 1737. RAPM nº 1, 1896. p661-662

pelo aumento da intervenção da Coroa na região do que pela própria cobrança dos quintos; os amotinados, provenientes das Minas de Tocantins; além dos clérigos do Arcebispado de Pernambuco, principais opositores da cobrança dos quintos. (VASCONCELOS, 1999:108) Estes dois últimos temas ainda não explorados pela historiografia.

Portanto, essa revolta específica demonstra a grande importância dada pelos potentados às questões locais, evidenciando as disputas entre si pelos espaços de poder. Essas disputas se tornaram mais acirradas com a ampliação das fronteiras econômicas, com o aumento populacional nas Minas e a diversificação da economia local.

Na Região do Sertão do São Francisco, as revoltas ocorridas no ano de 1736 podem ser entendidas como uma disputa local entre os poderosos pelo controle das melhores oportunidades políticas e econômicas. Essas disputas foram marcadas pela violência, desobediência às autoridades, intimidações, demonstrações de força, panfletagem, etc. Assim, essas práticas que visavam arregimentar a população em torno do movimento podem ser entendidas como formas de fortalecer os líderes locais e ampliar suas redes em direção às novas oportunidades.

No entendimento desse trabalho, os agentes envolvidos no conflito estabeleceram uma lógica própria para o movimento e para suas ações no campo político, diferentemente do que defende a cultura histórica desde meados do Século XVIII até os dias atuais. Portanto, contestam-se as posições historiográficas que defendem modelos explicativos gerais e ignoram uma historicidade local própria.

Bibliografia

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes:** Violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

ANASTASIA, Carla Maria Junho; SILVA, Flávio Marcus**.** Levantamentos setecentistas mineiros, violência coletiva e acomodação. In FURTADO, Júnia (Org.) **Diálogos Oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, P. 307-332, 2001.

CÓDICE COSTA MATOSO. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 2, 1999.

COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros sua história, sua gente e seus costumes**. Rio de Janeiro: Sem editora 1957.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Globo, 2 v.,1997.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revolta e fiscalidade no Brasil Colonial**. LPH Revista de História, Ouro Preto, v. 5, p. 56-87, 1995.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Furores Sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do Rio São Francisco. Minas Gerais – 1736. **Fronteiras do Brasil Colonial**, Lisboa: Oceanos, 40 v., p.128-144, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, século XVII e XVIII. In FURTADO, Júnia Furtado (Org.) **Diálogos Oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 197-254, 2001.

FOULCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. LTC Editora, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Negara**: O estado teatro no século XIX. Lisboa: Difel, 1991.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local** – Novos ensaios em antropologia interpretativa. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

HESPANHA, Antonio Manuel. Para uma teoria da história do Antigo Regime. In HESPANHA, A. **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: C Gulbenkian, p. 42-86, 1984.

MOTINS do Sertão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Nº1, 1896 p. 649-672.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REGISTRO das cartas do exmo.sr. Gomes Freire de Andrade e do Sr. Martinho de Mendonça. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano XVI Volume II, 1911. p. 239-460.

VASCONCELOS, Diogo de. **História média das Minas Gerais**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os japoneses no contexto da política imigrantista no governo Vargas (1930-1945) enfatizando o Estado Novo (1937-45).

Daniele de Oliveira Silva*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estudar a imigração japonesa durante a Era Vargas, em especial durante o Estado Novo (1937-1945). Focalizamos a questão asiática, as vias legais utilizadas para justificar a não entrada dos imigrantes japoneses no Brasil, quais as repercussões dessas medidas no Brasil e no Japão, mostrando que o Governo era antiimigrantista. E o quanto este governo era capaz de segregar em prol de da construção da nacionalidade brasileira.
Palavras-chaves: Imigração – Japoneses – Vargas.

Abstract: This work has for objective to study Japanese immigration during the Era Vargas, in special during the Estado Novo (1937-1945). We focus the Asian question, the legal ways used to justify not the entrance of the Japanese immigrants in Brazil, which the repercussions of these measures in Brazil and Japan, showing that the Government was antiimigrantista. E how much this government was capable to segregate in favor of from the construction of the Brazilian nationality.
Keywords: Immigration - Japaneses – Vargas.

O presente trabalho tem por objetivo estudar a imigração japonesa durante o governo Vargas, principalmente durante o Estado Novo. Estaremos focados nos portos de Santos e Rio de Janeiro, pois segundo a documentação encontrada, foi onde aportou o maior número de japoneses.

O primeiro governo de Vargas durou de 1930 a 1945. A divisão desse longo período será a seguinte: de 1930 a 1934, é o período anterior à promulgação de Constituição de 1934, que continha a cota de 2% do número de imigrantes de cada nação que havia chegado nos últimos cinqüenta anos, dando tratamento preferencial aos agricultores para a entrada de imigrantes no Brasil; de 1934 a 1937 foi o período em que essa lei das cotas estava em vigor; e de 1937 a 1945, foi o período em que mais decretos e decretos-lei foram assinados na tentativa de aumentar o cerco contra os imigrantes.

Queremos saber se houve restrição aos japoneses, como ocorreu por exemplo, com os judeus. Verificar as relações entre Brasil e Japão antes das cotas para a entrada de imigrantes, que foram estabelecidas na Constituição de 1934; depois das cotas, e principalmente durante o Estado Novo, momento em que as restrições à entrada de imigrantes ficaram maiores.

* Mestranda do programa de pós-graduação em História Social do Território da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Estudo a questão asiática, as vias legais utilizadas para justificar a não entrada dos imigrantes japoneses no Brasil, mostrando que o governo era antimigrastista e não anti-semita ou antinipônico, é claro que havia quem defendesse e quem acusasse os judeus, os japoneses, entre outros.

Também não somos ingênuos em pensar que o governo era contra qualquer tipo de imigrantes, ele era contra àqueles que fossem considerados inassimiláveis, subversivos, concorrentes do trabalhador nacional, ou seja, todo aquele que pudesse atrapalhar o processo de construção da nacionalidade brasileira, e entre os indesejáveis estavam os japoneses. Para exemplificar, utilizando o argumento do governo, de que o problema não era especificamente contra os japoneses, retiramos parte de uma entrevista publicada no jornal japonês Nichi-Nichi Shimbun de Tókio em 30 de maio de 1935.:

> *Jornalista diz: "ouvi dizer que a limitação de 2% se destina especialmente aos japoneses, e se isso for verdade, peço a V. Ex. o favor de me indicar quais as razões, pois, eu desejaria fazer conhecê-las aos 3 milhões de leitores do meu jornal para que eles possam bem ajuizar.*
> *O Ministro do Trabalho Sr. Agamenon Magalhães responde:*
> *Não temos direito de criticar os assuntos determinados na nossa Constituição. A limitação de 2% já se tornou uma disposição constitucional, isso já é coisa passada. O que posso asseverar é que tal limitação não é especialmente destinada aos japoneses, fato esse que lhe peço compreender. Quanto à formação de núcleos de imigrantes e à sua assimilação, será discutido em sessão ordinária (...)"(Tokio Nichi-Nichi Shimbun. 30/05/1935.* Arquivo Histórico do Itamaraty. MBD. *lata 622. maço 9653.)*

Em contrapartida, os japoneses sentiam que havia alguma coisa errada como mostra uma notícia publicada no mesmo jornal, porém do dia posterior:

> *Repetia-se muitas vezes o fato de não ter o Brasil a intenção de discriminação racial. Segundo o que nos informou nosso correspondente Wada no Rio de Janeiro, as pessoas de influência nos meios políticos, industriais, da imprensa e do pensamento, no Brasil, acredita-se que o governo japonês , apesar da sua atitude desinteressada no assunto, está executando a sua política através de companhias de emigração, política que visa a expansão territorial do império e sua influência. Se isso fosse a razão da limitação para nossa imigração seria de lamentar grandemente o mal-entendido.(...)" (Tokio Nichi-Nichi Shimbun. 31/05/1935.* Arquivo Histórico do Itamaraty. MBD. *lata 622. maço 9653)*

Como já foi mencionado, o período estudado abarca o primeiro governo Vargas, incluindo-se o Estado Novo (1937-1945), período esse em que a questão da imigração, da construção da nacionalidade estava muita em voga, porém, não podemos esquecer que essas questões não surgiram na Era Vargas, pois, por exemplo, a imigração já era uma questão importante , desde a Proclamação da República em 1889, porque o primeiro decreto relativo à imigração proibia a entrada de asiáticos e africanos. (LESSER, 2001:28)

Sua história com o Brasil começa por volta de 1895, quando foi assinado o primeiro tratado Brasil-Japão. E em 1897, o Brasil abriu uma legação em Tóquio e um

consulado em Yokohama. (LESSER, 2005: 156). Em 1901, houve uma tentativa de levar para São Paulo seiscentas famílias japonesas; em 1905 houve uma possibilidade de levar trabalhadores japoneses para as minas de ouro das Minas Gerais. Mas com a decisão em 1907 dos Estados Unidos de proibir a maior parte da entrada de imigrantes japoneses, no princípio de 1908, Ryu Mizuno, que era diretor da Companhia Imperial de Imigração, sediada em Tóquio decidiu que o Brasil era um país saudável com exceção apenas da Bahia, e como os japoneses receberiam salários iguais aos dos europeus, ele achou por bem que os japoneses deveriam vir para o Brasil. (LESSER, 2005: 158)

Assim, ao que tudo indica, em São Paulo, a primeira leva com 781 japoneses desembarcou no Porto de Santos na manhã de 18 de junho de 1908 à bordo do navio Kasato Maru. A partir daí, vieram para cá muitos japoneses, tanto que na década de 1940 eles já eram cerca de 190mil, tendo 75% entrado no país entre 1925 e 1935. E hoje, o Brasil possui o maior número de japoneses fora do Japão.(OLIVEIRA, 2002: 55-56)

O interesse do Brasil nos imigrantes japoneses estava apoiado na falta de mão-de-obra, pois os italianos, além de serem vistos como anarquistas por reivindicarem melhores condições de trabalho, também não estavam vindo mais para o Brasil por conta da proibição do governo italiano, em 1902, de seus cidadãos aceitarem transporte subsidiado pelo Brasil. Com isso, a entrada de japoneses se fez mais intensa, porém, desde o início, a imigração japonesa era discutida, havia aqueles que defendiam e aqueles que eram contra a entrada desses imigrantes.

Na linha de ataque à imigração japonesa, existiam os mais variados argumentos: Edgard de Roquette-Pinto, antropólogo e professor do museu nacional, dizia que eles eram muito feios; o doutor Arthur Neiva, microbiólogo que dirigia os Serviços de Saúde de São Paulo, afirmava que os japoneses eram inassimiláveis. Ainda nos aspectos negativos a autora Márcia Yumi Takeuchi, afirma que na visão do governo, os japoneses poderiam causar prejuízos aos trabalhadores nacionais e à segurança nacional. Muitos estereótipos foram acionados para justificar a não entrada de japoneses no Brasil, como a sua predestinação ao crime, ao suicídio, à insanidade mental, além de ser inassimilável!. Também na visão dessa autora, a questão do imaginário do governo era muito forte "a crença na existência de sociedades conspiratórias que, como mito, se prestava para justificar atos repressivos às comunidades estrangeiras radicados no Brasil (judaica, alemã, russa, lituana, etc)" (TAKEUCHI, 2002: 40). Essa mesma autora afirma que o governo via nas colônias japonesas uma ameaça à ordem nacional, pois estes estavam interessados em ampliar fronteiras com seus projetos imperialistas.

Não vamos esquecer que os japoneses tinham seus defensores, como o deputado Nestor Ascoli; o professor Bruno Lobo, da Escola de Medicina do Rio de Janeiro; e também os empresários que afirmavam que os assentamentos de japoneses ajudariam nos relações comerciais; além de jornais e revistas publicadas na época que defendiam os japoneses dizendo que estes ajudariam no processo de modernização; que fariam o país crescer; e como último exemplo, tinha a Sociedade Geográfica do Rio de janeiro que não só era contra qualquer preconceito aos japoneses, como também expunham suas "qualidades, de ... industriosidade, disciplina, asseio, respeito, pela lei e pela ordem e inteligência." (LESSER, 2001: 181)

Com o processo de nacionalização do governo de Getúlio Vargas a situação dos imigrantes ficou tensa. Uma das medidas mais importantes foi o parágrafo 7 , do art. 121 da constituição de 1934, que proibia a concentração de imigrantes em qualquer parte do território nacional. E o anteprojeto de 1935 proíbe a criação de colônias formadas por pessoa de uma mesma nacionalidade, tendo que haver uma proporção mínima de 20% de colonos brasileiros, com o intuito de não se formarem 'quistos sociais', além da inclusão na constituição de 1934, que fixava uma cota anual de 2% do número de imigrantes de cada nação que havia chegado nos últimos cinqüenta anos, dando tratamento preferencial aos agricultores, e segundo Lesser, esta emenda tinha por objetivo restringir a imigração japonesa de maneira que o Japão não se sentisse ofendido. (LESSER, 2001: 217)

Porém, o que nos mostra a documentação é que os japoneses perceberam essa atitude do governo. Podemos citar o trecho de uma carta do redator do Nagoya Shinaichi a um brasileiro, onde diz:

> *Não precisamos dizer que o vosso país assumiu uma atitude favorável para com os emigrantes japoneses durante muito tempo e não restringiu a imigração japonesa. Conhecemos estes fatos, mas muito recentemente, informações de uma certa fonte nos indicaram o começo da exclusão dos emigrantes pelo povo do vosso país(...).(*Arquivo Histórico do Itamaraty. MBD Tóquio- Ofícios. 46/1/09 20/06/1933)

Segundo Jeronymo Movschowitz "o decreto 3010 de 1938 e o decreto-lei 3175 de 1941, foram os dois instrumentos legais que regularam a imigração e a entrada de estrangeiros, em geral, no Brasil, durante o período do Estado Novo." (MOVSCHOWITZ, 2002: 31)

Durante esse período, o cerco aos imigrantes apertou, pois estes tiveram as atividades de suas organizações e suas atividades educativo-culturais limitadas, e esse tipo de medida além de estar se preocupando com a criação de uma identidade nacional brasileira,

também dizia respeito ao nacionalismo do japonês que era o sustentáculo dos imigrantes. (KIMURA, 2006: 42). Com a radicalização do processo de criação da brasilidade, os estrangeiros foram proibidos de falar em público idioma que não fosse o português; houve censura à programas de rádio e restrições à imprensa em língua estrangeira; escolas de estrangeiros foram fechadas, entre outras mediadas.(SEYFERTH, 1999: 220-221). Segundo a autora Zeila de Brito, para os japoneses, a escola era uma instituição central, onde a vida comunitária acontecia, pois era o centro espiritual da comunidade japonesa. Demartini relata:

> *E dentro desse espaço escolar as pessoas reuniam-se em ocasiões importantes como a celebração do Ano Novo (Shiho Hai). O Dia do Império (Kigen Setsu), o Aniversário do Imperador (Tencho Setsu), festas de aniversário , casamentos e outras festividades variadas. (DEMARTINI, 2004: 153).*

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a situação dos imigrantes ficou ainda mais complicada, principalmente para os alemães, italianos e japoneses; para estes últimos, após o ataque do Japão à base norte-americana de Pearl Harbor, a situação ficou quase que insustentável. A autora Márcia Takeuchi afirma que foi instituída uma legislação especial aos súditos do Eixo, pois estes estavam proibidos de: falar em idioma que não fosse o português em locais públicos; se locomover de uma localidade para outra sem o salvo-conduto (documento temporário que controlava o ato de "ir" e "vir"); não podiam usar veículos automotores por parte dos súditos do Eixo, como ação preventiva de atos subversivos, exigia-se que os veículos pertencentes a essas pessoas fossem conduzidos por brasileiros natos, além, disso alegava-se o racionamento de combustível; não podiam ainda transferir a sua residência sem antes consultar a polícia. (TAKEUCHI, 2002: 40)

Concluindo, o governo Vargas precisava da mão-de-obra dos imigrantes mas esta deveria ser composta de elementos que pudessem contribuir para o processo de branqueamento da sociedade brasileira e que não atrapalhasse o processo de construção da brasilidade. Sabemos que a questão racial é bem anterior, mas ela permaneceu até à Era Vargas, e essa discussão esteve bem presente na Constituinte de 1933-34, onde vários intelectuais discutiam quais imigrantes deveriam vir, quem deveria ser proibido de entrar, quem era assimilável, quem não era.[1] Caso o imigrante fosse visto como subversivo, perigoso, inimigo das intenções governamentais, ele simplesmente era excluído, segregado.

Referências bibliográficas:

[1] Para saber mais sobre o tema, ver artigo: *A ameaça vem do Oriente*: a imigração no texto da Constituinte de 1933/1934, por Endrica Geraldo. Disponível em: http://www.unicamp.br/cecult/texto_endrica.pdf Acesso em 10 de fev. de 2007. p. 15

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Marcas da Guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. *História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, número 7 de junho de 2004.

KIMURA, Rosangela. *Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Pará(1930-1950)*: de cores proibidas ao perigo amarelo.2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Maringá-UEM. Maringá.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MOVSCHOWITZ, Jeronymo. *Nem negros nem judeus*: a política imigrante de Vargas a Dutra.2001. 210 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.2002.

NUCCI, Priscila. *Os intelectuais do Racismo Antinipônico no Brasil*: textos e silêncios. 2000. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, São Paulo.

OLIVEIRA, Lucia Lippi . *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Nós e eles*: Relações Culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: : PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

TAKEUCHI, Márcia Yumi.. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945).* São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Site Consultado.

Artigo: *A ameaça vem do Oriente*: a imigração no texto da Constituinte de 1933/1934, por Endrica Geraldo. Disponível em: http://www.unicamp.br/cecult/texto_endrica.pdf Acesso em 10 de fev. de 2007.

Fonte Primária.

Arquivo Histórico do Itamaraty. MBD. lata 622. maço 9653

Arquivo Histórico do Itamaraty. MBD Tóquio- Ofícios. 46/1/09 20/06/1933.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Igreja, Homeopatia, Saúde: O Olhar de João Pedro Gay no Rio Grande do Sul no Século XIX

Beatriz Teixeira Weber*

Resumo
A documentação existente sobre homeopatia no Brasil é muito diversificada, apesar das dificuldades de acesso que ainda temos, porque se encontra muito dispersa. Uma das preciosidades encontradas sobre o Rio Grande do Sul trata-se de um acervo existente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com registros pessoais do padre João Pedro Gay. Ele atuou em Alegrete e Uruguaiana de 1848 a 1891 como sacerdote secular. Uma das inúmeras atividades que exerceu como intelectual arguto e bem informado foi o exercício da homeopatia no interior do Rio Grande do Sul. No desenvolvimento dessa atividade, trocou correspondência regular com o Instituto Hahnemanniano do Brasil, na qual descreve as condições de vida e saúde na região e justifica porque se sentia comprometido com aquela prática. Este artigo procura traçar um panorama da trajetória do Padre Gay como "homeopata" no interior do Rio Grande do Sul, constituindo uma proposta de como deveria ser organizada a saúde no interior do Brasil.
Palavras chave: história da homeopatia, práticas de cura, Rio Grande do Sul

Abstract
The existing documentation on homeopathy Brazil is really varied, in spit of our difficulty in having access to it, once it is too dispersed. One of the treasures found about Rio Grande do Sul is regarding Priest João Pedro Gay's trajectory. His activity in this field was in the cities of Alegrete and Uruguaiana from 1848 to 1891 as a secular clergyman. One of the many activities he accomplished as a sharp and well-informed intellectual was the practice of homeopathy in the interior of Rio Grande do Sul. While developing this activity, he regularly exchanged letters with the "Instituto Hahnemanniano do Brasil". In these letters he describes life and health conditions in the region and justifies why he felt involved with that practice. Tis article aims at outlinning a quick view of Priest Gay as a "homeopath" in the interior of Rio Grande do Sul, composing a proposal about like would be organized the health in the interior of Brazil.

No Rio Grande do Sul, a referência mais antiga relacionada à difusão da homeopatia é dada por uma notícia de que os professores formados pela Escola Homeopática do Brasil, fundada no Rio de Janeiro em 1845, realizaram a propaganda da homeopatia no estado desde 1847. Os professores Edmundo Tberghien Ackerman, Joaquim Gonçalves Gomide e padre João Pedro Gay, além de Dionysio de Oliveira Silveiro, diplomado pela Universidade de Coimbra teriam recebido uma "boa recepção"[1].

Só encontramos referências esparsas sobre os demais, mas João Pedro Gay possui seu acervo documental preservado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constando

* Departamento de História – UFSM – Projeto financiado pelo CNPq.
[1] http://www.dichostoriasaude.coc.fiocruz.br, em 13/1/2005.

registros pessoais diversos, rascunhos do que estava estudando, sermões, dentre uma grande variedade de material. João Pedro Gay atuou em Alegrete e Uruguaiana como sacerdote secular de 1848 a 1891. Uma das inúmeras atividades que exerceu como intelectual arguto e bem informado foi o exercício da homeopatia no interior do Rio Grande do Sul. No desenvolvimento dessa atividade, trocou correspondência com a Escola Homeopática do Brasil, na qual descreve as condições de vida e saúde na região e justificava porque se sentia comprometido com aquela prática.

João Pedro Gay tinha uma visão bastante clara do seu papel como sacerdote:

> *"É do dever dos Párocos, os quais Ela (a Igreja) nas freguesias de tratar com zelo de interesses dos cristãos, seus filhos queridos; e para preencher cabalmente os desígnios da autoridade que os mandou, eles devem promover todos os amaclioramentos(?) que reclamão a religião e a humanidade. É por este motivo que para corresponder a confiança que o Prelado que governa a Igreja Fluminense fez na mim, quando me incumbiu da Vigarario desta vila, e para cumprir meu dever para com os povos que apesar de minha indig. sou encarregado de guiar no caminho da salvação e conduzí-lo pela vereda da Religião, venho agora apresentar a Ilma Câmara Municipal desta vila uma humilde representação. A causa que venho advogar não é só a minha causa é a causa de Vas. Sras. A causa de todos os habitantes desta vila, a causa da humanidade e da religião; não devo pois temer de não ser ouvido com Benevolência, mas bem de faltar com demasiada franqueza, promove assim acontecer, os nobres sentimentos de Vas. Sras hão de suprir o que falta às minhas palavras, e tenho a esperança que elas não serão ditas em vão.".*[2]

O pedido de Gay, utilizando uma retórica bastante refinada em três páginas, historiando os costumes de sepultamento desde os gregos e romanos, é por um novo cemitério para a vila de Alegrete, onde assumiu em 02 de julho de 1848. Alegrete teve sua paróquia criada em 30 de abril de 1846, e o padre Antônio Gomes do Vale foi seu primeiro pároco, logo depois tendo assumido Pe. Gay (RUPERT, 1998: 80). Ele estava tomando as primeiras providências na organização da paróquia, entendendo que o arranjo do cemitério era imperioso. Ele descreve que o cemitério estaria em um terreno inadequado, cheio de águas e de pedra, o que faria com que os corpos pudessem ser cobertos apenas com alguns palmos de terra, exalando um cheiro pestífero pelos moradores mais próximos, além de misturar ossos e cinzas dos parentes e amigos enterrados no lugar. Pede uma subscrição à Câmara Municipal para a construção de um novo cemitério em lugar mais "convenientemente salubre"[3]. A rebuscada argumentação utilizada pelo padre revela uma formação bastante erudita, pois reconstituía a história da igreja e os costumes de gregos e romanos para justificar seu pedido,

---

[2] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58. 23 set 1848. IHGB. É um conjunto manuscrito de rascunhos, sem numeração de páginas. O trecho é da primeira folha. Optou-se por atualizar a ortografia, para facilitar a leitura.

[3] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58. 23 set 1848. IHGB.

além de argumentar da precariedade das condições existentes e da necessidade, profusamente defendida, da defesa da proposta que estava fazendo. Ele se incumbia do papel de um pároco com responsabilidades sociais bem definidas na defesa do rebanho de Deus, função que entendia ser estendida até para pedir medidas aos responsáveis pelas obras públicas do município, como ele mesmo defende. Em ofício ao Presidente da Província do dia 12 de setembro de 1848, ao mandar os mapas estatísticos da população da província, aproveitou para fazer uma observação a respeito dos óbitos, que seriam em pouco número, pois em quase todas as fazendas do município haveria cemitérios particulares onde sepultariam os defuntos sem dar parte aos vigários nem a autoridade nenhuma, e o mesmo aconteceria na vila de Alegrete, porque o cemitério estava aberto e, quando bom parecia, qualquer indivíduo ia cavar uma cova para sepultar um defunto sem nada participar[4]. Ele entendia que sua obrigação como pároco estendia-se em notificar às autoridades competentes as irregularidades a que se encontravam submetidos os municípios, para que as autoridades fizessem o que lhes parecesse melhor.

Mas quem era esse pároco letrado que chega a Alegrete com tantos conhecimentos e imbuído de tantas obrigações?

João Pedro Gay nasceu na diocese de Gap, na França, em cujo seminário estudou, em 20 de novembro de 1815. Foi ordenado presbítero em 1840, foi vigário em Cherina, emigrando para o Brasil em 1842. Algumas referências indicam que ele foi para Montevidéo em 1842, para estabelecer uma igreja para súditos franceses, mas que o estado de sítio de 1844 o trouxe para o Rio de Janeiro (Ficha técnica de Arquivos e Coleções particulares. IHGB. BLAKE, 1898: 19-20). Exerceu ministério no Rio de Janeiro, como cônego honorário da Capela Imperial, e também foi professor de francês e matemática em escolas, e professor no Instituto Homeopático. Em 1843, aceitou a provisão da Paróquia de Santa´Ana da Vila Nova de Laguna, em Santa Catarina. Em 1848 foi para Alegrete como pároco, onde ficou até 31 de março de 1849. Fazendo concurso para a Paróquia de São Borja, foi aprovado e apresentado pároco colado a 25 de outubro de 1849, com colação a 07 de novembro seguinte, administrando também a Paróuquia de São Luiz Gonzaga de 1862 a 1872. Ele foi transferido para Uruguaiana em 1874, onde atuou até 1891, quando faleceu em 15 de maio em conseqüência de um desastre ferroviário (RUPERT, 1998: 80, 88, 90, 124; RUPERT, 2005: 285-286).

[4] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58. 12 set 1848. A organização dos ofícios não está em ordem de data. IHGB.

Era um sacerdote muito ilustrado, dedicando-se ao estudo da língua guarani e à história das missões jesuíticas, compondo várias obras. O livro "História da República do Paraguai", editado em 1863, lhe valeu o diploma de sócio correspondente do IHGB. Também foi oficial da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Cristo e condecorado com a medalha comemorativa da rendição de Uruguaiana[5]. Boa parte da documentação do padre Gay no IHGB não parece ter sido pesquisada, constando de um total de 412 pastas de material.

E o que era Alegrete e São Borja, onde ele foi atuar nesse momento?

A mais densa ocupação portuguesa da região oeste do Rio Grande do Sul ocorreu na primeira metade do século XIX, consolidando a atividade pecuária. Alegrete foi fundada como povoação em 1817, tornando-se município em 1831, desmembrando-se do anterior município de Cachoeira. Durante a Revolução Farroupilha, foi a terceira sede do governo, em 1841. Era um município que contava, segundo os dados existentes, com uma população de 10.699 habitantes no ano de 1859, sendo 2.525 escravos. O povoado possuía uma praça, uma igreja, casas de estancieiros que tinham fazendas na região. A vila comportava um núcleo de artífices e comerciantes, mas a maioria da população estava envolvida em atividades eminentemente agrárias. Alegrete foi o principal município da Campanha, região sudoeste do Rio Grande do Sul, junto à fronteira do Brasil com o Uruguai (os demais municípios que compunham essa região eram Bagé, Uruguaiana e São Gabriel). Apresentava uma sociedade bastante complexa, como os novos estudos historiográficos têm demonstrado, tendo a produção pecuária extensiva um papel muito importante, mas não era a única atividade desenvolvida, contando também com uma larga base de pequenos e médios produtores (FARINATTI, 2007).

São Borja era uma área ocupada desde 1682, quando foi fundada a primeira colônia jesuíta na margem esquerda do Rio Uruguai, sendo um aldeamento que pertencia à São Tomé. Era São Francisco de Borja, que abrigou os guaranis catequizados pela Companhia de Jesus. Em 1687, com a volta de habitantes de outras reduções, o povoado tornou-se autônomo, parte dos Sete Povos das Missões Orientais no Uruguai. De 1687 é também a capela. Tornou-se vila e sede do município em 1833, instalado em 1834. Em 1846, a capela curada de São Francisco de Borja foi elevada à freguesia, com 5 distritos. De 1849 é a criação da capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição de São Borja, na povoação de São Borja, junto ao Rio Uruguai, para onde Padre Gay foi designado. São Borja era um pequeno povoado do antigo campo missioneiro, que contava com muitos indígenas. Possuía campos para a pecuária de pior qualidade, havendo mais atividades vinculadas à agricultura. Parte do

[5] Além das já citadas, VILLAS-BOAS, 1974: 212.

município era de mato, na região que ia de São Francisco de Assis a Santa Maria. Com o desmembramento de Uruguaiana, em 1852, passou a ter uma menor atividade comercial, que ficou concentrada no outro município (FORTES, WAGNER, 1963: 376-377; FARINATTI, 2007).

No contexto de atividades agro-pastoris, disputas administrativas, conformação de municípios, ocupação territorial e guerras constantes é que Padre Gay instalou-se numa região que estava sendo formada. Nesse processo, Padre Gay participou ativamente, oferecendo sugestões de como administrar a província e organizar as atividades que estavam sendo desenvolvidas, mas também sugerindo outras possibilidades. Numa referência feita a sua preocupação de como manter a zona fronteiriça junto à Argentina, no Alto Uruguai, chegou a dirigir uma correspondência ao governo imperial, em 1850, recomendando explorar a região com o estabelecimento do "sertanejo". Segundo o trabalho de Maria Luiza Martini, o vice-presidente da província teria respondido ao Padre Gay e à Câmara de Cruz Alta, em 1856, com a proposta de ocupar efetivamente a região, ora com a idéia de colônias militares nas regiões incertas, do coronel Luiz Osório, ora com a abertura de picadas (MARTINI, 2006: 177). Ou seja, Padre Gay participou das discussões de como executar e manter o projeto português de ocupação territorial, contribuindo regularmente.

Em carta ao Bispo de 13 de outubro de 1848, ele afirma que tudo falta nas freguesias da fronteira: as Igrejas estão em ruínas, não há paramentos nelas, os cemitérios são campo abertos, não se celebram festas, a disciplina eclesiástica está em abandono e precisaria de muita atividade e de muita paciência, de muita virtude e prudência para poder reanimar essa região[6]. A vila de São Borja possuía 911 casas com 2001 habitantes, e a freguesia possuía 1669 casas com 11.718 habitantes, segundo o recenseamento de 1854[7]. Já instalado em São Borja, explicava a necessidade de cultos externos para o Presidente da Província, para solicitar ajuda para a conclusão da igreja, que se achava iniciada. A falta de uma igreja se fazia ainda mais perniciosa num município cuja maior parte da população seria indígena e descendentes destes rudes, civilizados por jesuítas. Para eles seria necessário muita pompa exterior, muitas festas para instruí-los[8].

Nesse contexto, padre Gay entende ter um dever ainda maior, de utilizar uma nova prática, que aprendeu no Rio de Janeiro, para tratar essa pobre gente rude. Em outubro de 1859, solicitou autorização ao seu Bispo, pelo que parece:

[6] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58. 13 out 1848. IHGB.
[7] Lata 404. Pasta 16. Protesto contra o abandono de São Borja pelas autoridades responsáveis. 1855. IHGB.
[8] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58. 03 mai. 1850. IHGB.

> *"O P. J. P. G. Vig. De S. F. de B. tem a honra de humilde expor à V. C. Rna. Q. no exercício de vig. nas várias igrejas em q. agora se dignou encomendar (... ilegível), aonde tem visto ora a triste posição de descontentar seu (sic) paroquianos por não poder lhes indicar remédios para se curar de suas moléstias, pelo motivo que o suppe. Não tem bastante conhecimento da medicina alopática para remediar, nem estando autorizado para isso, (...) seu coração nunca deixou de ser transpassado de dor quando viu tantas vezes enfermos (...) socorro da medicina ou levados mais depressa a sepultura por remédios violentos administrados por curiosos e curandeiros. Não teria tido a alma etmista (sic) e a caridade (...) se não tivesse sentido vivamente estas desgraças, se não tivesse tido uma idéia de me por no estado de algm. Alivio por tantas misérias. E por isso que quando aqui a esta corte, dantes de fazer concurso para (alpharay ?) tratei de me habilitar para poder socorrer aqueles dos meus paroquianos que me pedissem remédios e estudei a homeopatia debaixo da direção do prof. (...) Sendo agora (...) S. Fco. De Borja que uma extensão catino (?) e cujos habitantes falta freqüentemente dos socorros da medicina Venho pedir a V. Gdm. Q. se digne me autorizar a exercer ahomeopatia do exercício do qual me acho habilitado. (...) não se serve para restabelecer a saúde dos enf(...) (...) sem do fogo, não derrama sangue em (...). Tenho a dou confiança de que V. Exma não é proibido aos cléricos como foi declarado por Bruna (?) do Exmo. Br. Nunca S. S. de 11 de junho de 1849 em resposta ao sr. Casa e Vigário do Carmo em Montevidéo, se dignarão me outorgar a graça que imploro e da qual hei de fazer uso só perto (...) da humanidade, procurando aliviar as enfermidades dos meus paroquianos com a caridade e o desvelo que (...) ter em parocho. Tenho ainda que acrescentar (...) a esperança que assim poderia mais contribuir para o bem espiritual dos meus paroquianos pois terei (...) ocasião de administrar os socorros (...). Religião à mtos d' eles porque de eles não (...) algm. Alívio corporal, eu não teria o (...) socorro espiritual."*[9]

Esse conjunto documental também possui Notas sobre a indicação de Aun, Arnica Montana, Arsenicum Allum, Belladona atropa, Bryonia allá, Chamomilla vulgaris, Mercurius vírus, Nux-vomica, todas em português, e anotações em francês do uso de Choès, accouchments, Acides. Apesar da precariedade do estado do documento, deixa claro a preocupação do pároco com o atendimento por meio de uma outra possibilidade médica, menos violenta, que não usa do fogo nem derrama sangue. Ele procurou habilitar-se para o exercício do socorro dos paroquianos que precisassem de homeopatia antes de fazer o concurso que o instalou em São Francisco de Borja. Sua preocupação com o socorro aos enfermos é, portanto, anterior as necessidades de socorro e caridade na localidade, mas faz parte de sua visão como sacerdote, que deve caridoso e otimista.

A autorização deve ter gerado algum desconforto, pois há uma resposta do padre Gay ao bispo José Simeão de Oliveira, em que pede perdão ao bispo por ter confiado ao sr. João Vicente Martins sobre a licença que o bispo teria dado[10]. Não consta toda a correspondência do padre Gay, pois não foi encontrada a carta em que ele teria dito a Vicente

[9] Lata 404. Documento 11. Pedido de autorização para exercer, na paróquia de São Francisco de Borja onde é vigário, a medicina homeopática que alega ter estudado; notas sobre med. homeopática. 1849. IHGB. A documentação encontra-se em péssimo estado, os trechos entre parênteses são ilegíveis. Procurei atualizar a ortografia, mas não as abreviações.

[10] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58.24 mai. 1851. IHGB.

Martins que o bispo o teria autorizado. A única correspondência encontrada foi de 1 de julho de 1851, portanto, posterior a correspondência com o bispo, dirigida a João Vicente Martins como primeiro secretário presidente da Escola Homeopática do Brasil, em que não há nenhuma menção a um incidente anterior. O teor da correspondência merece ser reproduzido:

> *"Muito folgo do triunfo que obteve a homeopatia durante a epidemia do ano passado e dou os parabéns a V. As. a quem são devidas quase todas(sic) os benefícios que a humanidade tem recolhido da medicina salvadora. Permita-me também V. Sra. De lhe dar os louvores que merece por seu zelo incansável a (...) a ciência Benfazeja. Bem quisera eu poder pagar lho o meu tributo, mas ele é tão pequeno que é só uma gota no oceano de Maravilhas com que ela vem brindando a humanidade padecente. Durante uma epidemia de bexigas que reinou nesta vila dei preservativo homeopático a 80 pessoas pela mor parte crianças. Destes 4 livasão(?) as bexigas porém um e benignas só tiverão sete ou oito frustidos (?). Tratei também indivíduos já infectados de bexigas naturais e outros artificiais e fui sume. Feliz, pois seaparão(?) todos. Até agora tenho tido vários enfermos mais me tem acontecido algumas vezes (...) os doentes por não quererem guardar a dieta e (...) nova dose. Tratei três casos de Flynterismo, e as doentes estão boas. No mês de março chegarão aqui o 5 bat de fuzileiros e vários oficiais trouxerão boticas homeopáticas administrando os glóbulos a torto e direito.*
> *Tenho feito umas experiências pura como mandão os novos estatudos. Falta me fazer a descrição da planta indigendo (?) Paraguai. Espero lhe remeter breve o resultado de minhas observações."*[11]

Os temas abordados são variados. O uso da homeopatia parece estar bastante difundido através de conjuntos homeopáticos que são vendidos em farmácias do Rio de Janeiro e que também podem ser adquiridos através de pedidos pelo correio, pois são divulgados em vários jornais da época, com os principais medicamentos que fazem parte da proposta, juntamente com manuais para a sua utilização. Padre Gay indica desconforto sobre essa proposta de difusão da homeopatia sem uma formação específica que os habilitasse. Bexigas, na época, podem ser relacionadas com doenças de pele em geral. Contudo, aparentemente houve uma epidemia na localidade que evidencia alguma doença específica, que mereceria ser melhor especulada, assim como o significado de flynterismo. A proposta sistematizada pela Escola Homeopática do Brasil procurava estimular que os indivíduos devidamente formados pela homeopatia deveriam pesquisar novas substâncias no Brasil para servirem como novos medicamentos. Essas pesquisas deveriam ser realizadas nos próprios indivíduos sãos, para determinar ao que se destinava, segundo os princípios homeopáticos de que a substância pura poderia criar a sua cura. Essas eram as "experiências", que vários homeopatas no país procuravam desenvolver e divulgar as informações à Escola. Padre Gay,

[11] Lata 406. Documento 24. Livro manuscrito: rascunho sobre a administração dirigidas de Alegrete e São Borja. 1848-58. 1 jul 1851. IHGB.

portanto, parece perfeitamente integrado nessa proposta, provavelmente testando plantas encontradas na região.

Essas são algumas das várias possibilidades de reflexão que merecem maior aprofundamento e que o material abre portas para serem pesquisadas.

Bibliografia:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliographico Brazileiro. 4º. Vol. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/Programa de Pós-graduação em História Social/IFCSH/UFRJ, 2007.

Ficha técnica de Arquivos e Coleções particulares. IHGB.

FORTES, Amir Borges, WAGNER, João Baptista Santiago. História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: s. ed., 1963.

MARTINI, Maria Luiza. "Tatu, Caboclo, Gaúcho a Pé" In: História Geral do Rio Grande do Sul Volume 2. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, pp. 155-185.

RUBERT, Arlindo. História da Igreja no Rio Grande do Sul. Vol. II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

RUPERT, Arlindo. O Antigo Clero diocesano do Rio Grande do Sul (1737-1910). Santa Maria: Pallotti, 2005.

VILLAS-BOAS, Pedro. Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1974.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Temas Transversais dos PCNs: uma análise de gênero e sexualidade

Maria de Fátima da Cunha *

Resumo:
Este artigo tem por objetivo discutir como os Temas Transversais dos PCNs abordam a temática de gênero e sexualidade e como tratar esses assuntos com crianças do ensino fundamental, especialmente aquelas que estudam na 7a. e 8a. séries.
Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; PCNs

Abstract:
This article as deal to discuss how the Transverse Themes of PCNs approach the gender theme and sexuality and how to treat those subjects with children of the fundamental teaching, especially the ones that study 7th. and 8th. series.
Keywords: Gender; Sexuality; PCNs

1- Gênero e História

Como poderíamos trabalhar relações de gênero com os nossos alunos sem que este tema se torne simplesmente uma curiosidade, um assunto divertido que serve somente para passar o tempo em sala de aula? Como as questões de gênero se relacionam e se inserem em temáticas históricas mais amplas? Como gênero, sexualidade e educação e, em especial, a relação desses temas com o ensino de história, foram tratados nas últimas décadas?

Podemos demarcar a década de 1980 no Brasil, como o momento em que aconteceu uma inovação nos estudos sobre o feminino, passando-se a utilizar os Estudos de Gênero para se trabalhar com questões ligadas ao feminino. Trabalhar com gênero como categoria de análise significou abordar o relacional entre homem e mulher, ou seja, as duas categorias elaboram as suas identidades como complemento ou oposição ao outro. E, mais do que isso, trabalhar a partir do conceito de gênero significava apontar que esses papéis aram "construções históricas" (SCOTT, 1990). Isto é, esses papéis mudam de sociedade para sociedade e também ao longo do tempo. Ser homem ou mulher hoje é diferente do que era há cem anos atrás, ou há mil anos, como também será diferente no futuro. E, mesmo hoje em dia, pode haver diferenças de um país para outro, ou dentro da mesma sociedade.

Explicando melhor, se existe uma identificação da mulher a alguns papéis como dona-de-casa, esposa e mãe, do mesmo modo existem os papéis masculinos que ligam os homens a algumas imagens como: o de provedor da casa, de possuidor da força física, daquele

* Universidade Estadual de Londrina-PR, doutora.

que não pode chorar. Tanto para homens, quanto para mulheres romper com esses estereótipos é muito difícil, pois estão disseminados na sociedade através de décadas.

Outro ponto que os estudos de gênero procuram "desconstruir" refere-se a abordagens que tentam "naturalizar" as relações entre homens e mulheres, ou seja, tornar natural determinadas diferenças "porque sempre foi assim": é da natureza dos homens serem agressivos, ou é natural que as mulheres sejam calmas.

Feitas essas explicações necessárias, passamos ao segundo ponto, que é tentar entender por que é importante trabalhar com essas questões em sala de aula. Primeiro, a sala de aula e a escola são os espaços privilegiados de transmissão dessas idéias que delimitam os papéis de homens e mulheres. A começar pelos nossos livros e cartilhas. São neles que muitas vezes aprendemos, nas primeiras séries, que meninos brincam com carrinhos e meninas com bonecas.

Nas figuras e imagens as meninas são, geralmente, representadas como mais frágeis que os meninos. E nos livros didáticos de história, durante muito tempo, foi possível contar nos dedos das mãos o número de vezes em que as mulheres apareciam, e quando isso ocorria, era sempre como um acontecimento à parte, uma curiosidade, e hoje em dia não é muito diferente. Como salienta a pesquisadora Guacira Lopes Louro, "a sala de aula e a escola são os espaços de construção das diferenças". (LOURO, 1999).

2- Gênero e Sexualidade nos Temas dos Transversais dos PCNs:

Tomaz Tadeu da Silva considera que, as narrativas dos currículos podem, explícita ou implicitamente, corporificar noções particulares sobre como se apresentam os sujeitos na sociedade; eles contam histórias que fixam noções particulares sobre, raça, classe, gênero. Para esse autor:

> *É num tempo como esse que nós, educadores e educadoras (...) nos vemos moralmente obrigados, mais do que nunca, a fazer perguntas cruciais, vitais, sobre o nosso ofício e nosso papel, sobre o nosso trabalho e nossa responsabilidade.* (SILVA, 2001: 8)

Assim, pensando os currículos não só como idéias e abstrações que passam de mente em mente, mas também como experiências ou práticas, podemos pensar os mesmos como um campo de possibilidades, de contestação, de construção divergente. Dessa forma, segundo Tomaz Tadeu da Silva, o currículo é aquilo que nós (estudantes, professores) fazemos, mas também é aquilo que "as coisas fazem a nós". Os currículos teriam efeitos, nos produziriam também, demonstrando, dessa forma, os vínculos com as relações de poder

existentes na sociedade. A partir dessas considerações, pensamos ser possível analisar quais idéias a respeito de gênero os PCNs procuram veicular.

Todavia, seria interessante enfatizar, primeiramente, que já há algum tempo a questão da sexualidade e de gênero na educação, no sistema escolar e mais especificamente na escola, desperta a atenção dos pesquisadores. Segundo Moema Toscano, os primeiros estudos voltados para essas discussões datam do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Para a autora, o alvo principal dessa reflexão era a denúncia quanto a práticas abertamente sexistas nas escolas, com a tolerância, quando não com a cumplicidade de pais e professores. Ainda para Toscano:

> *(...) Estes, em geral, não se apercebiam do peso de seu papel na reprodução dos padrões tradicionais, conservadores, que persistiam na educação, apesar de seu aparente compromisso com a democracia e a modernidade(...).* (TOSCANO,2000: 21)

Percebe-se então que a temática dessas questões tratadas pelos PCNs vêm na esteira de estratégias e de discussões de décadas anteriores. No volume 10 dos Temas Transversais dos PCNs, intitulado "Pluralidade Cultural e Orientação Sexual", argumenta-se sobre a urgência da inclusão do tema da sexualidade nos currículos, em decorrência, principalmente, do aumento da gravidez indesejada de adolescentes, bem como do risco sempre presente da contaminação pelo vírus da AIDS. Fica claro nesse volume dos Temas Transversais que:

> *A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino.* (PCNs, 2000: 111)

Segundo os PCNs, em especial após a década de 1980, esses problemas se agravaram acentuadamente. A princípio, haveria um certo receio quanto à aceitação da inserção desses temas na escola, mas uma pesquisa realizada, em 1993, pelo Instituto Data-Folha em dez capitais constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão da orientação sexual nos currículos escolares.

Apesar de reconhecer que seria na família que a criança recebe a maior parte da educação sobre a sexualidade, a escola também teria papel importante nesta orientação. Até porque, segundo os PCNs, o espaço escolar seria invadido por informações provenientes principalmente da mídia, em especial da TV, e haveria ainda a clara presença da sexualidade dos adultos na escola.

Ao longo das páginas discute-se muito a necessidade da orientação sexual e da prevenção de doenças transmissíveis, em especial da AIDS, pensando-se no bem-estar das crianças e dos jovens e da "vivência de sua sexualidade atual e futura". Enfatiza-se que a sexualidade tem importância "psíquica", pois se relaciona com a busca do prazer, que seria fundamental para os seres humanos e que cada sociedade cria um conjunto de regras que ditam o comportamento sexual dos indivíduos.

Entretanto, apesar da explícita preocupação com o que se denomina de dimensão do prazer, esta parece ficar deslocada frente ao intenso "medo" em relação à AIDS. Em algumas páginas as palavras AIDS/HIV aparecem citadas até quatro vezes[1]. Fica evidente a preocupação em se alertar para o perigo da doença, mas como pensar então a "dimensão do prazer" que pode matar?

À primeira vista, uma das propostas consiste em discutir tabus, preconceitos e atitudes existentes na sociedade de forma, senão totalmente isenta, mas de modo distanciado. Este distanciamento é exigido principalmente por parte dos professores, levando os alunos a tirarem as próprias conclusões. Um dos exemplos dados sobre temas tabus é a virgindade.

Todavia, há que se ressaltar que, segundo os Temas Transversais tal posicionamento por parte do educador, diante dessas questões demandaria um conhecimento teórico, ou pelo menos leituras sobre a temática da sexualidade que levasse a uma reflexão sobre ***valores e preconceitos dos próprios educadores***:

> *O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática (...)*

Apesar de falar recorrentemente da AIDS, tabus e preconceitos e na necessidade de combate aos mesmos, chama a atenção o fato de somente em um momento se falar em homossexualidade, exatamente quando se fala de vários outros "temas tabus":

> *(...) a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas em sexualidade, já apresentam necessidade e melhores condições de refletir sobre temáticas como* ***aborto****, virgindade,* ***homossexualidade****,* ***pornografia****,* ***prostituição*** *e outras. (...) É importante que a escola possa oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para essa finalidade(...)* (Grifos Meus).

Realmente, devemos concordar que os currículos revelam muitos aspectos contraditórios sobre a sociedade em que se vive, pois inserir o homossexualismo ao lado de

[1] Conferir páginas 147, 148 e 151, do volume 10 dos Temas Transversais. Por exemplo: "AIDS mata" e "A mensagem a ser trabalhada é "AIDS" previna-se".

práticas pertencentes ao campo do que se considera ilegal e imoral indica, no mínimo, o "desconforto" dessa sociedade ao tratar o tema. Será que a escola é capaz de se constituir no "espaço específico" para se discutir o que está mais do que explícito nessas constatações?

Com relação às questões de gênero, indica-se que estas deverão ser trabalhadas nas disciplinas de Educação Física e de História. Os papéis femininos e masculinos deveriam ser mostrados como construções sociais:

> *A discussão sobre as relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.*

Igualmente, enfatiza-se a urgência de se apontar as flexibilizações dos padrões, visando permitir a expressão de potencialidades em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Lembra-se como exemplo comum a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas.

Assim, as diferenças devem ser vistas de modo a desconstruir os padrões estabelecidos, ou seja, podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para a eqüidade entre os sexos.

Entende-se a relevância de se trabalhar as diferenças sexistas no espaço escolar, se levarmos em conta, como observa Guacira Lopes Louro, que a escola é um dos lugares onde se delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, a escola afirma o que cada um pode, ou não pode fazer, ela separa e institui. Para a autora:

> *(...) Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos "fazem sentido", instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (...).* (LOURO, 1997: 58).

Com relação ainda aos PCNs, pode-se dizer que o seu texto deixa absolutamente claro um discurso que pode ser considerado "politicamente correto". Entretanto, existe um outro texto nos PCNs que parece muitas vezes contradizer ou, por outro lado, apontar não intencionalmente um "outro discurso". Refiro-me particularmente às imagens que aparentemente "ilustram" a primeira e a segunda parte, dedicadas ao tópico "orientação sexual" do volume 10 dos Temas Transversais.

3- As Imagens sobre Gênero e Sexualidade nos Temas Transversais: um outro discurso:

As imagens mostradas no volume 10 dos Temas Transversais são compostas por fotografias de crianças e jovens, especialmente no ambiente de sala de aulas e em outros espaços do universo escolar.

Entretanto, aquelas que nos chamaram a atenção são algumas imagens que aparecem sem maiores indicações de data, arquivos ou informações do que se pretende com as mesmas além do intuito de "ilustrar" o volume. Duas delas, aparentemente das três primeiras décadas do século XX (não há indicação de data), mostram turmas escolares feminina e masculina com suas respectivas professoras; uma outra que mostra um casal de bailarinos; um desenho de um menino em idade escolar, retratando a sua família e, por último, e o que mais nos chamou a atenção, as reproduções de uma pintura de Gustav Klimt e de uma escultura de Auguste Rodin, ambas intituladas "O Beijo".

Como essas imagens aparecem simplesmente com uma intenção meramente ilustrativa, sem nenhuma análise, elas provocam em um leitor mais atento, ou mais curioso, uma série de interrogações. A primeira delas, por que elas foram escolhidas e uma outra, o que elas podem nos dizer.

As duas fotografias de turmas escolares que aparecem tendo como referências "Zé do Nino/Arquivo Pessoal", mostram uma primeira turma só de meninas, com a professora ao lado. A outra apresenta uma turma composta só de meninos, tendo ao centro também uma professora ao lado de um Globo. O que se pretende sugerir com essas fotografias? O que me ocorre é a "intenção oculta" de se apontar para o fato de que houve um tempo (não se indica quando) em que meninas e meninos não estudavam na mesma sala e que isso era uma regra. E, mais do que isso traz a idéia de que "evoluímos" muito, pois já misturamos meninos e meninas, como se essa experiência bastasse para trabalharmos as flexibilizações de gênero.

A imagem do casal de bailarinos, creditada a "Fernando Pimentel/Abril Imagens", traz em primeiro plano, lado a lado, uma cena clássica de balé na qual o homem, trajando uma tradicional malha que delineia genitália e coxas musculosas, beija a mão da mulher. A cena parece insinuar que o homem também pode dançar, desde que esteja bem claro que ele está realmente no "papel de homem". Ou seja, parece contradizer o texto escrito que pede para que se mostre o papel sexual de homens e mulheres como construções sociais e históricas.

A terceira imagem é um desenho de um menino identificado simplesmente como "Thiago". Fica claro que a criança deve se encontrar nas primeiras séries escolares, em processo de alfabetização, como indicam os traços infantis dos desenhos e os erros

ortográficos da escrita. O desenho mostra uma cena familiar com as crianças brincando na sala, a mãe chegando do trabalho e o pai, na cozinha, preparando a refeição da família. Inicialmente, a cena chama a atenção exatamente por mostrar uma cena que não é a regra e sim a exceção, presente na troca das funções tradicionais que se destinam a "papais" e "mamães".

Mais uma vez, o texto imagético parece apontar para uma idéia de "evolução" dos costumes: vejam como as coisas mudaram!

O homem pode ir para a cozinha e a mulher pode trabalhar fora! Apontando a exceção, justamente por isso, parece ficar muito mais evidente as dificuldades e o inusitado da situação. Ao se indicar aquilo que é diferente, parece revelar que o assunto, a diferenciação de papéis sexuais, ainda se apresenta como um "desconforto" e que, portanto, não é um tema totalmente resolvido.

E, por último, as imagens da escultura de Rodin e da pintura de Klimt geram igualmente, uma série de interrogações. A escultura é a imagem que abre a parte sobre orientação sexual deste volume e apresenta um casal heterossexual se beijando na boca, apaixonadamente. A mulher enlaça a cabeça do homem e parece se entregar, languidamente, ao prazer do beijo.

O outro beijo de Gustav Klimt mostra também um casal, homem e mulher, cobertos ao que parece por uma colcha de retalhos. A imagem em preto em branco não mostra a beleza original da pintura, como pode ser visto logo abaixo, com o colorido da colcha que se destaca, deixando somente os rostos do casal, as mãos e os pés da mulher à mostra. Da mesma forma, essa imagem parece mostrar a entrega, principalmente feminina, à paixão. Nas duas imagens a cabeça do homem se encontra por cima da cabeça da mulher, o que pode sugerir (talvez forçosamente) uma submissão afetiva feminina. De qualquer forma o que se apresenta como relação para homem/mulher é a idéia do amor romântico, justamente quando se quer falar do perigo da AIDS e outras doenças: que romance pode resistir à possível presença do prazer que pode matar?

Pode-se argumentar que essas análises são um tanto quanto extremadas ou, no mínimo equivocadas. Entretanto, como não são exploradas no texto dos PCNs elas podem sugerir essas e outras diferenciadas análise.

Entretanto, concordamos com Rodrigo Tramutuolo Navarro quando afirma que uma leitura da realidade escolar indica que a instituição escolar se encontra num momento de crise. Interpretando a escola a partir da ótica de Foucault, enquanto uma instituição de disciplina e de controle, Navarro considera que, atualmente, esta não parece dar conta da

realidade existente. A instituição disciplinar escola, constituída a partir de métodos e práticas normalizadoras, normatizadoras e homogeneizantes, parece insuficiente para atender às demandas da dinâmica social que temos hoje. Percebe-se, de forma muito explícita, a queixa por parte de professores/as acerca da indisciplina de alunos/as, assim como também, questionam os métodos de ensino, de avaliação, além de questões que dizem respeito ao universo das políticas educacionais, como o binômio inclusão/exclusão. Todos esses argumentos, muitas vezes de forma silenciosa, convivem com questões de gênero, sexualidade, raça e etnia, que perpassam toda a dinâmica escolar. Nesse contexto de complexidade, e na maior parte das vezes por falta de formação, muitos/as professores e professoras optam por desenvolver aulas com objetivos exclusivamente disciplinadores, nas quais os conteúdos apresentam-se ausentes de reflexão. (NAVARRO, 2006). E neste ambiente em que estão inseridas as aulas de Educação Física, de História e outras nas quais identidades são constantemente formadas e, por sua vez, deformadas, na medida em que somos constantemente solicitados e avaliados por nossos gestos, comportamentos e linguagens. Nesse universo é evocado um modelo de corpo, que por sua vez é histórica e socialmente ressignificado. Entretanto, dentro das microrelações sociais, existem outras questões influenciadoras. Pois, como afirma Guacira Lopes Louro,homens e mulheres se fazem também ... através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder". Transgredindo de certa forma as características socialmente demarcadas. (NAVARRO, 2006)

Dessa forma, faz-se necessário questionar o significado de ser homem e/ou mulher. Quais os saberes e poderes que estão presentes como verdades nestes discursos? Quem ou o que os legitima? E mais especificamente, de que maneira o gênero, e também a sexualidade, perpassam o espaço escolar, penetram nas aulas, nas brincadeiras do pátio escolar, nas relações entre os envolvidos com o cotidiano da sala de aula e do espaço escolar como um todo e disseminam discursos de verdade sobre os corpos dos sujeitos.

Assim, como afirma Guacira Lopes Louro, currículos escolares muitas vezes deixam passar a oportunidade de serem instrumentos não regulatórios e normatizadores e acabam por contribuir para a reprodução de uma ordem social estratificada. A forma através da qual ele é organizado, os princípios pelos quais é elaborado e avaliado, além do próprio conhecimento, são fatores importantes para entender como o poder é reproduzido. Para Tomaz Tadeu Silva, o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos,

naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. Dessa forma podemos dizer que o currículo produz e nos produz. A escola, portanto, na maior parte das vezes, fabrica sujeitos para satisfazer as necessidades de divisão do trabalho na sociedade, participando também do processo de modelagem de corpos, gostos, preferências, gestos e linguagens, isto é, na produção de subjetividades. (NAVARRO, 2006).

À guisa de conclusão, pode-se dizer, primeiramente, que os PCNs parecem deixar a cargo do professor as oportunidades para discutir as questões de sexualidade e de gênero. E, por fim, quando essas discussões vêm à tona elas surgem muito mais como exceção. Ou seja, apesar do discurso politicamente correto, a ausência, o não dito, parece querer dizer muito mais do que se pretende. Dessa forma, as inclusões surgem como concessões, que carregam todos os estereótipos que se quer negar.

Bibliografia:

LOURO, Guacira L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____ . **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. BH: Autênctica, 1999.

NAVARRO, Rodrigo Tramutolo. "Gênero e Sexualidade nas Práticas Escolares". Cadernos de Resumo do Fazendo Gênero 7, Florianópolis: 2006.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Temas Transversais. Pluralidade cultural: orientação sexual/Secretaria da Educação. Ensino Fundamental. 2. Ed. RJ, DP&A: 2000.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise" In: **Educação e Realidade.** v. 6 no. 2: Porto Alegre, 1990.

_____ - "Prefácio a Gender and Politics of History " In: **Cadernos Pagu** (3). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, (Trad. de Mariza Corrêa).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Currículo como Fetiche: a poética e a política do texto curricular**. BH: Autêntica, 2001.

TOSCANO, Moema. **Estereótipos Sexuais na Educação um manual para o educador**. Petrópolis, Vozes: 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A comunidade judaica de Porto Alegre e suas relações com o estado de Israel

Viviane Procaska Bilo*

Resumo: O presente trabalho, faz um resgate histórico da trajetória da comunidade judaica de Porto Alegre, desde a chegada das 38 famílias no estado do Rio Grande do Sul em 1904, até a sua total inserção na sociedade porto-alegrense. Os membros da comunidade judaica foram identificados (a partir de dados quantitativos encontrados no decorrer da pesquisa) que possibilitaram a visualização do espaço urbano, econômico e social ocupado por esta comunidade em nossa cidade. Foi analisada a forma como a sociedade judaica se organiza em Porto Alegre, bem como suas inúmeras instituições que tem por objetivo concomitante a manutenção do vínculo com o Estado de Israel e a inserção em nossa sociedade.
Palavras chaves: Imigração - Comunidade Judaica - Porto Alegre

Resumè: Le présent travail, fait une recherche historique de la trajectoire de la communauté judaïque à Porto Alegre, depuis l'arriveé des 38 familles dans l' état du Rio Grande do Sul, en 1904, jusqu' a sa totale insertion dans la société porto-alegrense. Les membres de la communauté israélite furent identifiés au cours de la recherche qui pétend methre em évidence l' espace urbain, économique et social occupé par cette communauté dans notre ville. Il Fut analysé la forme comme la société judaïque s' organise à Porto Alegre, et ses multiplés instituitions qui ont pour objetif concomitant la manutention de la liaison avec l'état de Israél et son insertion dans la notre société.
Mots clés: Imigration - Communauté Judaïque - Porto Alegre

No ano de 1891, foi criada a *Jewish Colonization* Association[1] com o objetivo de adquirir fundos para aquisição de terras na América, facilitando a imigração de judeus oriundos de diversos países, que viam- se obrigados a sair de seus lares, cuja melancolia ao deixá-los,"era superável diante de um futuro cada vez mais incerto e ameaçador. A oportunidade na América era magnífica o que contrastava com a tristeza de abandono de suas raízes"(SCLIAR, 1990:16).

Em 1904, chegaram os primeiros imigrantes judeus ao Rio Grande do Sul, na Colônia Philippson, localizada na cidade de Santa Maria. Eram 38 famílias vindas da Bessarábia, região russa banhada pelo mar Negro. Os motivos para que o estado fosse escolhido como sede desta colônia foram as oportunidades de vida digna oferecidas a todos os imigrantes. Os judeus saíram de seus países de origem porque fugiam da discriminação existente buscando, aqui, a oportunidade de viver em paz. As causas mais freqüentes para a emigração eram "perseguições de ordem religiosa, racial ou cultural, escassez de meios de

*Especialista em História Contemporânea pela FAPA (Faculdades Porto-Alegrenses);
Licenciada e Bacharel em História pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

[1] JCA - *Jewish Colonization Association* (ou ICA) organização criada, com a função de instalar colônias agrícolas em várias regiões, onde os judeus oprimidos na Europa, pudessem viver livre e dignamente.

produção, peste e fome" (REVISTA ... , 2004:10). Em sua maioria, eram artesãos que desconheciam o ofício agrícola, a língua portuguesa, a geografia do lugar que os acolhera generosamente, tendo por sua vez que adaptar-se por necessidade de permanência. A vida na nova terra era muito difícil, devido à precariedades: faltavam condições sanitárias, acesso a médicos e à escolas. A situação no Novo Mundo e o abandono de sua terra, foram superadas graças ao forte espírito comunitário que fez com que os membros desta comunidade vencessem as dificuldades ocupando uma posição de destaque na economia da capital. Eles vieram de locais diferentes, mantendo a convivência harmônica entre os diversos idiomas, ritos, culturas, origens e situações econômicas que acabaram por se refletir na criação de instituições, sinagogas e relacionamentos.

A cultura judaica e a integração étnica, mesmo à distância, eram mantidas através do *íidisch*, da continuidade de um estilo de vida tradicional e da existência de escola judaica e sinagoga. A riqueza cultural fazia com que os judeus se reconhecessem como grupo étnico, diante de tamanha dispersão e perseguição.

A imigração judaica no Rio Grande do Sul ocorreu em duas correntes: uma rural, composta por imigrantes que se instalaram em lotes coloniais, e outra, urbana, posteriormente formada por imigrantes que vieram diretamente para as cidades, principalmente para Porto Alegre, entre as décadas de 1920 e 1940, concentrando- se no bairro Bom Fim.

O último censo quantitativo sobre a comunidade judaica foi realizado em 1992 pela FIRGS[2] e publicado no livro "**Identidade em mudança:** pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul", de Anita Brumer. Obviamente, o número de judeus no estado e na capital, sofreu mudanças para mais ou para menos, constituindo estes dados uma estatística relativa da população estudada. Para efeito de demonstração e de identificação dos judeus em Porto Alegre, serão utilizados os dados coletados no livro citado.

Nos anos 30, as coisas já não estavam fáceis para os judeus, pois eram alvo de uma ou outra manifestação anti- semita, em um número cada vez maior, de acordo com o contexto histórico vigente. Assim, muitos começaram a deixar suas casas, terras e pertences partindo em fuga para uma nova vida. Os judeus que não seguiram para a Palestina, vieram para o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos. Neste período, a imigração predominante no Brasil foi a de judeus vindos da Polônia. Eram artesãos, alfaiates e marceneiros. A partir de 1933, quando o poder da Alemanha chegou às mãos de Hitler, começam a chegar os judeus alemães, muitos deles "intelectuais e profissionais liberais, que fugiram de seus países

[2]Federação Israelita do Rio Grande do Sul.

ameaçados e perseguidos pelo nazismo" (IMIGRAÇÃO ... , 2004: 4). Na década de 50, chegaram a Porto Alegre os judeus expulsos do Egito.

Como a grande maioria destes imigrantes pertenciam em seus países à pequena e média burguesia, aqui começaram a desempenhar atividades ligadas ao comércio ambulante, às pequenas lojas, fábricas de móveis, de roupas e setores ligados à construção.

Nos primórdios, do bairro Bom Fim tudo era muito diferente. Haviam pequenas casas, (de porta e janela) com candelabros judaicos à mostra, roupas nos varais, gente sentada na calçada enquanto a molecada jogava bola. Aqueles imigrantes que estavam "fazendo fortuna" no mundo novo serviam de inspiração para o judeu recém chegado, pois em Porto Alegre, como não precisavam se esconder ou fugir, os sonhos financeiros podiam ser realizados. A cidade foi se habituando à presença judaica. Os judeus se integraram à sociedade, passando a fazer parte da paisagem urbana, afirmando sua identidade e aumentando a participação na vida econômica, cultural e social.

Em nossa cidade, segundo o censo disponibilizado pela FIRGS, a comunidade judaica soma um total de 8. 069 pessoas, com predomínio de mulheres, a partir da faixa etária dos 20 até 70 anos ou mais (BRUMER, 1994: 52). O grupo etário dos 70 anos ou mais predonima em ambos os sexos.

Dos chefes de família e cônjuges entrevistados, mais da metade possuem escolaridade de nível superior. Cabe ressaltar aqui, que muitos dos judeus, já idosos, mesmo não tendo cursado o Ensino Superior, possuem um vasto nível cultural e intelectual, além de uma extensa bagagem de vida, almejada por muitos membros da alta esfera acadêmica.

Quanto a profissão, em nossa cidade, 2. 716 judeus entre homens e mulheres, exercem alguma ocupação remunerada. Eles desempenham atividades em todos os setores, merecendo destaque as ocupações de donas de casa, de professoras e de comerciantes. Das 1.453 mulheres entrevistadas, 324 são donas de casa (22, 3%), as demais 257 (17, 7 %) exercem o magistério nos ensinos fundamental e médio. Dos 1. 263 homens, 279 (22,1%) são comerciantes.

Com relação à distribuição urbana, concentraram- se, primeiramente, nos bairros Bom Fim, Rio Branco e Santana. Devido a ascensão econômica, ocuparam novos espaços como a Av. Protásio Alves, em direção ao bairro Petrópolis, num prolongamento da colônia judaica do bairro Bom Fim. Segundo os dados obtidos em 1992, os imigrantes e seus descendentes estão dispersos por inúmeros bairros da capital, como demonstra a tabela a

seguir:

BAIRRO	Nº DE HABITANTES	%
Bom Fim	543	31, 8
Rio Branco	256	15, 0
Petrópolis	219	12, 8
Santana	134	7, 8
Moinhos de Vento	76	4, 4
Santa Cecília	71	4, 1
Bela Vista	66	3, 9
Independência	52	3, 0
Centro	50	2, 9
Jardim Sabará	38	2, 2
Cidade Baixa	30	1, 8
Mont Serrat	25	1, 5
Higienópolis	13	0, 8
Floresta	13	0, 8
Três Figueiras	12	0, 7
Jardim Botânico	12	0, 7
Auxiliadora	11	0, 6
Boa Vista	10	0, 6
Menino Deus	9	0, 5
Caminho do Meio	9	0, 5
Partenon	7	0, 4
Assunção	6	0, 4
Chácaras das Pedras	6	0, 4
Ipanema	5	0, 3
Outros Bairros[3]	36	2, 1
TOTAL	1. 709	100

Tabela 1 - Distribuição dos entrevistados de Porto Alegre por bairros (BRUMER, 1994: 70).

A impressão que se tem ao caminhar pelas ruas do bairro Bom Fim, é que os judeus vivem no seu mundo a parte, como que desconectados do todo da sociedade porto-alegrense, com seu calendário e instituições próprias para os membros de sua comunidade. Como não resistiam ao contato com não- judeus, agindo sempre com cordialidade, facilitaram

[3] Na categoria outros bairros estão incluídos Santa Tereza e Cristal, cada um com quatro entrevistados, Azenha e Santo Antônio com três entrevistados cada um; Teresópolis, Glória, Cristo Redentor, Pedra Redonda, Tristeza, Belém Novo, Cavalhada, Vila Nova, Medianeira, Passo da Mangueira, São João, São José, IAPI, Nilópolis, Jardim Lindóia e Passo da Areia com um ou dois entrevistados cada um.

sua inserção no meio social, que pouco a pouco foi se adaptando às maneiras destes novos habitantes.

Na época da criação do Estado de Israel (1948), muitos gaúchos não- judeus se sensibilizaram com a causa sionista, dando apoio e participando ativamente de festividade e de debates em prol de Israel.

> *Através dessas atividades, as idéias sionistas foram propagadas, tornando o movimento notório e legítimo perante a opinião pública sul- rio- grandense. E, ao agregar valores emitidos pelos intelectuais, como justiça, civilização, progresso, democracia e liberdade, foi visto com simpatia, conquistando dessa forma adeptos e colaboradores tanto dentro quanto fora do grupo judaico* (BARTEL, 2005: 9).

Entre os intelectuais gaúchos que deram apoio à causa sionista, encontram- se os escritores Athos Damasceno, Érico Veríssimo, José Pereira Coelho de Souza, Manoelito de Ornellas, Moysés Vellinho, Maurício Rosemblatt, Telmo Vergara, Antônio Acauan (que também é advogado), o editor Henrique Bertaso e o universitário Herbert Caro (BARTEL, 2005: 7) .

O sentimento fraterno é um valor fundamental para a existência do povo judeu, que caracterizou- o, ao longo da história, no seu modo de ser. Esse espírito de fraternidade foi se desenvolvendo no contato com os habitantes locais e com as novas levas de imigrantes que chegavam ao bairro judeu, favorecendo o processo de integração social com o povo brasileiro.

A sociedade judaica estrutura- se de forma peculiar, onde todos acabam contribuindo, para a sua organização. Há inúmeras entidades judaicas atuantes em vários setores da vida comunitária, servindo de amparo e auxílio aos judeus menos favorecidos, bem como aos necessitados não- judeus em geral (instituições de caridade, hospitais, e etc). Estas entidades, trabalham na divulgação da cultura judaica e na manutenção da unidade cultural e religiosa do povo judeu, integrando- o através de inúmeras iniciativas ao Estado de Israel e à sociedade onde vivem.

> *As associações judaicas com freqüência são chamadas de instituições, na medida em que atuam no atendimento de várias necessidades de seus membros e na socialização de crianças e jovens, contribuindo para a formação e reforço da identidade judaica. Neste sentido, a visualização da maneira como elas atuam e de quais são seus objetivos permitem entender como se forma e se configura a identidade judaica dos judeus gaúchos. O conjunto destas associações demarca, representa e dá sentido à comunidade judaica de determinada localidade. É ela que aproxima os judeus enquanto grupo e propicia – lhes uma identidade coletiva* (BRUMER, 2004: 113).

Vejamos algumas das principais instituições e suas atividades:

ENTIDADES SOCIAIS[4]

Exercem atividades de cunho social atuando na área da sociedade judaica, de Direitos Humanos e no 3º setor.

•ASSOCIAÇÃO ISRAELITA DAMAS DE CARIDADE

Entidade Assistencial Judaica, que atende tanto a judeus quanto a não- judeus.

•B'NAI B'RITH

Instituição Judaica Mundial que trabalha com Direitos Humanos. Tem como missão

> *unir os israelitas na tarefa de cultivar seus mais elevados ideais e os de toda a humanidade; de preocupar-se com o desenvolvimento e a elevação do caráter moral e espiritual do povo de nossa fé; de inculcar os mais puros princípios de filantropia, honra e patriotismo; de fomentar o desenvolvimento das ciências e das artes; de aliviar as angústias dos pobres e indigentes;de visitar e atender enfermos; de socorrer as vítimas das perseguições e de proteger e assistir as viúvas e os órfãos, conforme os mais altos princípios de humanidade* (EIZIRK, 1984:105).

•ECIBRAS - Entidade Comunitária Israelita Brasileira

•SHERIT HAPLEITÁ - Associação Brasileira Beneficente dos Israelitas Sobreviventes da Perseguição Nazista

Reúne sobreviventes do nazismo que imigraram ao Brasil preservando a memória da Shoá (Holocausto), transmitindo para as novas gerações e à sociedade brasileira a importância fundamental da defesa geral dos direitos humanos e em particular do direito das minorias.

•SOCIEDADE BENEFICENTE DAMAS DE CARIDADE SEFARADIE PORTO-ALEGRENSE

•SOCIEDADE BENEFICENTE E FUNERÁRIA CHEVRA KADISHA

Tem por objetivo "cuidar do setor religioso da coletividade, como a presença de *shoichet* na cidade; que não falte carne *kasher;* providenciar que não faltem *matzes* para *pessach* e todo o material religioso."[5]

•SOCIEDADE ISRAELITA RIOGRANDENSE LAR MAURÍCIO SELIGMAN

SINAGOGAS

---

[4]Por limitações exigidas para a publicação nem todas as entidades poderão ser mencionadas na íntegra.

[5] Entende- se: por *shoichet,* a pessoa encarregada do abate de gado e das galinhas; por *kasher,* o alimento apropriado para o consumo, limpo, segundo os preceitos das leis judaicas, por *matzes,* pão ázimo (feito pelos judeus enquanto estavam no deserto) e, por *pessach* comemoração que lembra a saída dos escravos hebreus do Egito(EIZIRIK , 1984: 180).

Prestam serviço religioso. É local de encontro da comunidade não apenas para orar.

- ASSOCIAÇÃO ISRAELITA BRASILEIRA MAURÍCIO CARDOSO - POLISHER FARBAND
- SIBRA

Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência. Fundada em 1936.

MOVIMENTOS JUVENIS

A função primordial deste movimento é o cultivo do amor a Israel, acendendo a chama da religião judaica dentro de cada jovem. Normalmente, estas entidades são sionistas.

- BETAR

Movimento Juvenil Sionista Betar.

- MOVIMENTO JUVENIL JUDAICO SIONISTA EDUCATIVO E APARTIDÁRIO.
- CONSELHO JUVENIL JUDAICO
- HABONIM DROR

As instituições ligadas à juventude atuam na formação cultural do jovem judeu. Constituem Movimentos Universitários, Grupos de Dança Folclórica, Grupos de Estudo... Há outros movimentos, como o Keren Kayemet Le Israel[6] (primeira instituição ecológica do mundo), onde os jovens vão de país em país pedir doações para que Israel possa continuar desfrutando de água potável, incrementando, também, a sua produção agrícola.

ENTIDADES FEMININAS

Trabalham junto ao público feminino, em prol da cultura e dos laços com Israel.

- BRIT NASHIM
- CONSELHO DA MULHER JUDIA
- WIZO RS
- NAAMAT PIONEIRAS

EDUCAÇÃO

Atua especificamente nos setores educacionais da comunidade judaica, incentivando o

[6]Este último não consta na listagem das entidades da Federação Israelita

amor incondicional ao Estado de Israel, através do ensino do hebraico, da geografia e história israelense, de histórias e curiosidades que cercam o seu povo.

- COLÉGIO ISRAELITA BRASILEIRO
- ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL
- CENTRAL PEDAGÓGICA DA AGÊNCIA JUDAICA

CULTURA

Promove atividades culturais em geral e de intercâmbio entre Brasil e Israel.

- AGÊNCIA JUDAICA DE INTERCÂMBIO CULTURAL BRASIL-ISRAEL
- FUNDAÇÃO KADIMA
- ORGANIZAÇÃO SIONISTA DO RS
- PROGRAMAS RADIOFÔNICOS

Estas são as principais entidades reconhecidas pela Federação Israelita. Há outras instituições de destaque atuantes no interior do estado. É o forte interesse pela cultura, que permite ao judeu a compreensão de sua própria história e do mundo em que vive. Assim, na década em 1950, foi fundado, por judeus progressistas vindos da Europa, com sede no Centro Israelita, o Clube de Cultura, subordinado à Liga Cultural Israelita. A origem de sua criação

> *está na redemocratização do país após o término da Segunda Guerra Mundial, quando grupos de esquerda e progressistas da colônia judaica undaram o Clube de Cultura...defendendo um estado bi- nacional judeu - palestino, mas não seguindo a linha sionista.*[7]

Na antiga sede, muitos artistas (judeus e não judeus) do cenário nacional e internacional marcaram presença na instituição, entre eles: Jorge Amado, Graciliano Ramos, Aparício Torelly (conhecido como Barão de Itararé), Érico Veríssimo, Dionélio Machado, Daniel Viglietti, Lupicínio Rodrigues, Fernanda Montenegro, Fernando Torrres, Fernando Peixoto, Carlos Scliar, Glênio Bianqueti, Glauco Rodrigues, Danúbio Gonçalves, Vasco Prado, Francisco Stockinger, Plínio Benhardt e outros.

A inauguração da atual sede na rua Ramiro Barcelos, em 1954, significou um salto de qualidade para a instituição que, começava a receber atrações internacionais, deixando de ser uma entidade destinada, com exclusividade, aos membros da comunidade

[7] Por progressita, na definição do entrevistado, entende- se aquele que não é nem de direita e nem de esquerda, mas que luta por tempos melhores. BAUMANN, Hans: depoimento [jan 2006]. Entrevistadora V. Bilo. Porto Alegre - RS, 2006. 2 fitas cassetes (120 min.). Entrevista concedida na sede do Clube de Cultura em 02 jan. 2006.

judaica, para na década de 60, desvincular- se da sociedade judaica, constituindo- se como um centro cultural pertencente à comunidade porto- alegrense (BAUMANN, 2006).

Com o início do golpe militar, dos 350 sócios e integrantes do Clube de Cultura, que eram comunistas, apenas 4 diretores restaram, atendendo ao pedido de "desaparecimento" de fichas e de seus registros nas atividades da instituição. Todas as atas foram reescritas. As atividades durante o período de vigência da ditadura militar (1964 -1985) foram constantes, redirecionadas e diversificadas, solidificando, segundo Hans Baumann, uma forma de resistência ao momento vivido na época. Por duas vezes, o SNI[8] compareceu ao Clube, nada encontrando, devido a estratégias de retirada de livros considerados perigosos para a época.

Como vimos, o comportamento da comunidade judaica e suas ações de interação junto à sociedade porto- alegrense foram vitais para a aceitação e a convivência pacífica com base no respeito às diferenças e ao direito do livre coexistir. A pesar da distância com Israel, os laços afetivos foram mantidos, sem prejudicar a cidade que os recebeu de braços abertos.

Referências Bibliográficas

BARTEL, Carlos. **A propaganda sionista e a intelectualidade sul-rio grandese.**

BRUMER, Anita. **Identidade em mudança.** Pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FIRGS, 1994.

EIZIRIK, Moysés. **Aspectos da vida judaica.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

SCLIAR, Moacyr. **Caminhos da esperança:** a presença judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: RIOCELL, 1990.

JORNAL BELA VISTA. Porto Alegre, abr./mai. 2004.

REVISTA DA FEIRA DA FRATERNIDADE. Porto Alegre: Nova Prova Soluções Impressas , 2004.

BAUMANN, Hans: depoimento [jan 2006]. Entrevistadora V. Bilo. Porto Alegre- RS, 2006.

2 fitas cassetes (120 min.). Entrevista concedida na sede do Clube de Cultura em 02 jan. 2006.

[8]Sistema Nacional de Informação.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Guerra dos Farrapos e a construção das identidades brasileiras

José Iran Ribeiro[1]

Resumo: Durante o decênio da Guerra dos Farrapos, milhares de militares foram deslocados para formar o Exército Imperial em luta contra os republicanos rio-grandenses. Eram paulistas, baianos, pernambucanos, entre os muitos que vieram lutar ao lado dos sulinos fiéis ao trono. O agrupamento de tantos "Brasis" num determinado espaço contribuiu para ampliar as noções de brasilidade daquelas gentes, como lhes permitiu uma melhor definição das suas próprias identidades.
Palavras-chave: Guerra dos Farrapos – identidades – brasilidade

Abstract: During the Farrapos war decennium thousands of soldiers were transferred to form the Imperial Army, fighting against the rio-grandenses republicans. They were paulistas, baianos, pernambucanos, among many who came to fight on the southerner's side, loyal to the throne. The gathering of so many "Brazils" at a certain place contributed to enhance those people's notion of the Brazilian e essential nature ("brasilidade"), as it allowed them a better definition of their own identity.
Keywords: Farrapos War – Identity's – brasility

Até o século XVIII, os indivíduos tendiam a se identificar com seus lugares de nascimento ou de fixação permanente e os chamavam pátria ou nação. Depois desse período, pátria e nação passaram a também significar, diferentemente, leis, símbolos nacionais, território, etc, enfim os Estados nacionais. Então, formalmente, manter-se vinculado apenas aos lugares onde estavam as referências mais próximas, as pátrias *chicas* dos espanhóis (HESPANHA, 2003) ou aos países, como usavam os brasileiros do XIX, tornou-se passível de crítica. Mas as mudanças não ocorrem tão rapidamente, resultando que um e outro entendimento continuaram a vigorar, embora as instituições governamentais passassem a se pautar pelo ideal da nacionalidade. No Brasil, esse processo de identificação com a idéia de nação e pátria, num sentido mais amplo, se fortaleceu pelos movimentos de independência colonial, quando tornar-se brasileiro era opor-se aos lusos (RIBEIRO, 2002). Porém, tudo indica que esta consciência desenvolveu-se mais nos espaços urbanos, graças ao afluxo de gentes, do que nos interiores. Não que isso fosse consciência nacional, pois, a diversidade interna e a sensação de insegurança da elite dificultaram a construção disto (DIAS, 2005). Sobre a diversidade, pode-se dizer que, para muitos, se reconhecer brasileiro não era se identificar com os moradores de outras regiões. Existindo, assim, vários Brasis, sem que

[1] Doutorando UFRJ. Bolsista CAPES.

houvesse necessariamente um sentimento de identidade comum. A tranqüilidade só aumentaria depois dos meados do XIX.

Empiricamente, é difícil se evidenciar como e se os indivíduos, em geral, se reconheciam. Todos são portadores de cultura, mas isto não significa a definição de uma identidade, já que a cultura se adquire de forma quase inconsciente, enquanto a identidade é uma atitude consciente de vincular-se a algo (CUCHE, 1999). Por exemplo, sem ser necessário, alguém nascido no interior da Bahia poderia não ter claro ou não se preocupar em definir-se baiano ou pernambucano, da mesma forma que o morador das margens do rio Pelotas se auto-reconhecer catarinense ou rio-grandense. Mas a identificação também pode ocorrer quando alguém que tem poder para isto o faz, como os comandantes do Exército, que caracterizavam e agrupavam todos conforme as semelhanças que estabeleciam. Ainda assim, não temos como saber quanto os categorizados assentiam com estas identificações, talvez, arbitrárias.

A tarefa dos oficiais não era fácil. Ao mesmo tempo, tinham de auxiliar na formação de uma coletividade brasileira no Exército Imperial e considerar a diversidade nacional por serem obrigados a designar as heterogeneidades, que dificultavam a construção da unidade. Na prática, isso significava um esforço no sentido de construir uma identidade comum aos efetivos, por exemplo, mobilizando e formando unidades com homens de várias províncias, além de contornar as diferenças que se manifestassem. Se necessário, dificilmente distinguiam uns de outros conforme as origens provinciais, mesmo porque era difícil apontar um carioca entre capixabas. Em regra, assinalavam genericamente os do "norte" e os do "sul".

Os critérios desta distinção são pouco claros. Pode-se imaginar que a tonalidade de pele auxiliasse, mas se na época era difícil classificar a cor de alguém (SANTOS, 2005), muito menos hoje a partir da uma documentação, como a militar, que dificilmente menciona este dado. Infere-se que a maior parte das praças era parda ou negra porque o serviço militar comumente não atraía a população e, por isso, os menos privilegiados tendiam a ser obrigados a sentar praça, inclusive na região sul, onde o número de não brancos era menor. Portanto, a pele mais escura não servia para identificar a origem de alguém, mesmo no XIX. Além disso, a questão de cor remete a localização de um indivíduo na hierarquia social que não se alterava em todo o Império. Grosso modo, ser um pardo livre significa a mesma condição em todo Brasil. Da mesma forma, pode-se deduzir que os guardas nacionais tendiam a ter a pele mais clara em função do mínimo de renda exigido para a qualificação. Portanto, pode-se concluir que a cor de pele não era um diferencial. As características culturais devem ter sido mais significativas para a auto-identificação e para os identificadores.

A guerra contra os republicanos rio-grandenses foi uma grande oportunidade para que brasileiros de todas as regiões se examinassem e pudessem, eles mesmos, mensurarem suas diferenças e semelhanças. Mas o fato da guerra ter ocorrido num cenário específico, dificulta em parte a análise disto. Devido às especificidades do sul, é mais fácil encontrarmos menções sobre as dificuldades ali dos que proviam de outras províncias do que, por exemplo, comparações entre goianos e cearenses. Esta limitação faz parecer que a análise centra-se apenas no Rio Grande do Sul. Parte disto é verdade, mas ocorre porque dependemos dos registros existentes e os signatários da documentação usavam as peculiaridades dos rio-grandenses de parâmetro para comentar as condições das forças, porque as singularidades meridionais destacavam as diferenças dentro da enormidade e diversidade do Brasil.

As inúmeras falas regionais eram evidências da diversidade cultural reunida no Exército e servia de elemento definidor das origens e das classificações identitárias. Fora os conhecedores do vernáculo, ainda que abrasileirado, da fala lusitana, a imensa maioria dos militares aprendia a falar segundo as práticas populares das regiões que viviam. Assim, por exemplo, os naturais das províncias com muitos escravos, onde a transmissão do português era irregular, tinham um "falar crioulo" (LEITE & CALLOU, 2005) desconhecido em grande parte aos paulistas, que usavam a "língua geral" (ALENCASTRO, 1997), muito semelhante ao linguajar dos que vinham da atual região norte (VILLALTA, 1997). Na guerra contra os farrapos, estas e outras variações lingüísticas foram reunidas numa terra onde o espanholismo marcava o falar, tornando necessário certo tempo até que soldados de regiões distantes conseguissem manter um diálogo mais demorado. Era um momento em que ainda não havia sido definido o padrão lingüístico nacional, no que a imprensa contribuiria muito no futuro (ANDERSON, 1989). Mas, fora a elite, essa não devia ser uma preocupação generalizada e a variedade lingüística, por si só, não impedia a construção de alguma identificação comum (HOBSBAWN, 2004), como também não contribuía necessariamente.

Outra característica que acentuava as diferenças das províncias meridionais em relação ao restante do Brasil era o clima. Os verões eram tão quentes quanto, mas o frio e a umidade dos invernos significavam muitos sofrimentos aos não afeitos. Durante a guerra da Cisplatina, um mercenário registrou que "notadamente os brasileiros nortistas" estremeciam ao "mais leve ciciar de vento" (SEIDLER, 2003). Durante a farroupilha, também se registrou que o "rigoroso frio e [as] chuvas (...) aniquilam nossa infantaria, que com falta absoluta da farinha, e só reduzida a simples ração de carne, tem consideravelmente adoecido de disenteria, a que muitos têm sucumbido".[2]

[2] Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹279, QG, 22/5/1841, comandante do Exército ao Ministro da Guerra (MG).

Note-se que este depoimento igualmente destaca que a alimentação também servia para diferir os indivíduos. Regra geral, os brasileiros subsistiam baseados num tripé alimentar formado de feijão, farinha e carne-seca, ainda que cada região tivesse suas peculiaridades (SILVA, 2005). No extremo sul, a abundância de gado fez com que a dieta se baseasse especialmente na carne verde[3]. Subsistir majoritariamente de carne não era algo fácil aos habituados a outros alimentos ou a uma maior variedade nutricional, resultando em freqüentes mal-estares dentre as tropas de fora da província[4]. Como também sugere a citação, os não acostumados ao clima e a alimentação normalmente faziam parte da infantaria. Infantes eram os que se locomoviam e lutavam a pé, diferentemente da artilharia, que podia ser montada ou usar carretas, e da cavalaria, que usava cavalos para suas ações.

O Exército brasileiro, até pelo menos o final do XIX, não era uma força profissional. Antes aproveitava os conhecimentos da vida civil e pouco capacitava seus integrantes nos conhecimentos necessários à vida militar. Neste sentido, em função da disponibilidade de cavalos, da familiaridade que os rio-grandenses tinham no uso destes animais e do relevo plano da região, a cavalaria tornou-se a principal arma de combate dos exércitos do sul (GUAZZELLI, 1998). Era uma tática de movimentos rápidos e de enfrentamentos diretos, que carecia de cavaleiros habilidosos na condução dos animais e, não menos importante, de homens que viviam dos recursos disponíveis nas áreas de atuação. Nesta acepção, algumas autoridades defendiam que as demais províncias do Império deveriam suprir o Exército de infantes, "prestando unicamente esta província [o Rio Grande do Sul] cavalaria, tropa para a qual propende o gênio de seus habitantes".[5] Alguns chegavam mesmo a dizer que "os cavaleiros de outras províncias não são aptos para servirem nesta". Antes seria necessário reuni-los aos regimentos locais e "dar-lhes cavalos mansos, podendo com a experiência" mandar para a infantaria "os que tivessem negação para a cavalaria". Em função disto, os rio-grandenses formavam os corpos de cavalaria do Exército, enquanto os militares de outras províncias, mesmo que fossem de cavalaria, tendencialmente, eram tornados infantes. Desconhecedores da lógica dos combates e da forma usual de montar, restavam-lhes marchar a pé com seus fuzis as costas, mesmo que alguns tenham protestado e outros desertado[6].

---

[3] Em casos extremos, os soldados de uma unidade poderiam receber por meses unicamente carne para se alimentarem (Arquivo Histórico do RS, Autoridades Militares, M. 134, Lages, 22/6/1840, general Labatut ao Presidente da Província (PP) de SC).

[4] AN, SG, IG¹279, Porto Alegre, 18/7/1841, conde de Rio Pardo ao comandante das operações.

[5] AN, SG, IG¹173, Porto Alegre, 5/3/1838, Antônio E. de M. e Brito ao MG.

[6] AN, SG, IG¹279, Rio Pardo, 5/5/1841, conde de Rio Pardo a Felipe N. de Oliveira; AHRS, AM, M. 136, Rio Grande, 30/3/1841, Gaspar F. M. Barreto ao brigadeiro João P. dos S. Barreto.

Neste sentido, depois de 1845, argumentando sobre a construção de fortins na linha de fronteira, o então Conde Caxias escreveu o seguinte:

> *"as guerras que infelizmente temos tido de sustentar em vários pontos do Império, tem sobejamente manifestado que os soldados do sul, ou ali aclimatados, são próprios para os trabalhos militares de qualquer parte do País; entretanto, que os do norte, para os trabalhos do sul, precisam ali, em geral, de não curto tirocínio nas carreiras das impossibilidades físicas, provenientes das influências climatéricas das regiões extra-tropicais, com o que muito se recente o serviço das fileiras (...). Portanto, me parece de toda conveniência ser a província do Rio Grande do Sul a parada geral do nosso Exército e a contínua existência dos corpos ali".*[7]

Sem dúvida este é um depoimento muito significativo. Dá a entender que os sulinos eram os soldados mais capazes do Brasil em função das condições em que viviam. Porém, devemos lembrar que o horizonte de Caxias era o Prata. Dali, e não de outras partes, esperava a ocorrência de novas guerras. Portanto, era natural que um dos comandantes militares mais experientes defendesse a idéia de que o extremo sul fosse a principal base de instrução dos soldados. Afinal, mesmo com todo o conhecimento militar dos rio-grandenses, seria difícil imaginar que os cavalarianos do sul tivessem o mesmo êxito lutando em relevos que dificultassem rápidas manobras em cavalos ou que não dispusessem os mesmos recursos das pradarias, como faziam, por exemplo, os paulistas nas "guerras brasílicas" (PUNTONI, 2002) ou as volantes policiais e os grupos de cangaceiros nos sertões nordestinos (MELLO, 2004).

Seja como for, levando-se em conta que a identidade é relacional, "se distingue por aquilo que ela não é" e vice-versa, podendo ser marcada por símbolos construídos e valorizados socialmente (WOODWARD 2000: 9), a habilidade no uso dos cavalos, o clima e a dieta marcavam as especificidades dos rio-grandense e os diferenciavam dos demais brasileiros. Por outro lado, se estas características não eram comuns aos indivíduos de outras regiões, serviam para que estes construíssem uma identidade de não-sulinos e, portanto, para que se auto-reconhecessem portadores de outras referências que não aquelas. Assim, o contato com as gentes do sul contribuiu para que os outros brasileiros se voltassem para suas características e isto contribuiu para a construção de suas próprias identidades, que não eram aquelas, e a manutenção dos vínculos com suas regiões de origem. Um dos exemplos disto foi o desejo do soldado Felizardo J. Batista "para ir morrer no seu país", São Paulo[8].

---

[7] AN, SG, IG¹281, Corte, 27/11/1846, Conde de Caxias ao MG.

[8] AHRS, AM, M. 126, Rio Grande, 24/1/1837, Tenente-coronel Henrique M. de O. Lisboa ao PP RS; requerimento, Rio Grande, 20/1/1837, soldado Felizardo J. Batista.

Não obstante, Caxias também destacou que muitas praças que deixavam o Exército se estabeleciam "nos pontos onde se acharem os corpos, e ainda pela amizade de seus antigos camaradas, preferindo ficar por aqueles lugares, e habituando-se aos usos, e costumes dos moradores da campanha". Pode-se entender a disposição destes grupos de homens por duas situações. Durante a guerra, aproximar-se da população local poderia significar ligar-se a um padrão de habilidades valorizado naquele contexto, como também o estabelecimento de contatos que amenizariam a existência numa terra estranha. Com a paz, estes vínculos poderiam ser mantidos e resultar na ampliação do horizonte de possibilidades, que poderiam, inclusive, ser melhores do que àquelas das suas regiões de origem. Se aculturar potencializaria estas possibilidades, sem significar, necessariamente, o rompimento com as referências originais (BARTH, 2000). Além disso, como sugere Caxias, depois de tanto tempo juntos, aqueles homens poderiam se sentir mais vinculados aos seus companheiros de farda do que a qualquer outra coisa.

O desejo e a possibilidade destes indivíduos se manterem no Rio Grande do Sul sugerem que não havia impedimentos neste sentido, apesar das evidentes diferenças culturais e das possíveis definições identitárias. Isto indica que também é possível pensarmos que, mesmo com a heterogeneidade, havia traços que aproximavam todos ou que, no mínimo, não havia a preocupação generalizada de negar as similaridades (WOODWARD, 2000). Porém, encontrar o que mantinha a unidade da diversidade dos brasileiros não é uma tarefa fácil. As fontes são mais diretas a respeito das diferenças porque elas tinham de ser equacionadas, o que não era o caso para as similaridades.

Um caminho possível para se evidenciar as afinidades daqueles homens é atentarmos para sua realidade. Inicialmente, pode-se pensar que a unidade foi mantida pelo uso da coerção e da disciplina. Apesar de importante, este aspecto da vida militar parece não ter sido tão relevante. Antes o contrário. É certo que os comandantes tinham uma base legal para punir severamente seus subordinados, como alguns fizeram, mas tudo indica que a negociação caracterizava muito mais as relações entre os integrantes do Exército que qualquer outra coisa. Neste sentido, Hendrik Kraay, estudando a guarnição de Salvador, concluiu que "a facilidade com que os soldados reservavam a si o direito de abandonar o serviço militar" deixava "a corporação com poucas alternativas exceto periodicamente perdoar os desertores" (s/d: 111). A constância das deserções nos exércitos do sul indica que isto era uma característica comum para outras partes do Brasil (RIBEIRO, 2005).

Contudo, ainda que fosse significativo, a negociação não era senão um elemento de algo maior que reunia os efetivos numa coletividade brasileira, o Exército Imperial. Em

situações de incerteza e violência, como a guerra, os indivíduos tendem a se aproximar de algo que lhes dê alguma sensação de segurança (BARTH, 2000). Naquele contexto, lutar a favor da monarquia significava fazer parte de uma coletividade que se auto-protegia contra um inimigo comum. Este esforço conjunto pode ter contribuído para a construção de uma espécie de identidade coletiva entre os imperiais. Nisto, mesmo os que podiam, talvez, melhor se auto-identificar, como os rio-grandenses, tinham de aceitar a colaboração fundamental de outros brasileiros. Os quais, mesmo diferentes, eram seus camaradas, estabelecendo-se, assim, uma relação que a psicanálise chama de *outro-semelhante* (JODELET, 2002). Eram parceiros, um a interface do outro e não por outra razão a chegada de tropas do "norte" causava "suma alegria" aos rio-grandenses.[9] Desta maneira, de forma mais ou menos inconsciente, contribuíram para a construção de uma identidade coletiva: eram todos brasileiros defendendo o trono imperial, ainda que fossem diferentes.

Referências bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz F. de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In:___ (org) **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DIAS, Maria O. L. da S. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

GUAZZELLI, César A. B. **O horizonte da província**: a República Rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845). Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

HAESBERT, Rogério. *Migração e desterrioralização*. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (orgs.) **Cruzando fronteiras disciplinares**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

KRAAY, Hendrik. **Política racial, estado e forças armadas na Época da independência**: Bahia, 1790-1850. s/d. (prelo).

JODELET, Denise. *A alteridade como produto e processo psicossocial*. In: ARRUDA, Angela (org). **Representado a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEITE, Yonne & CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MELLO, Frederico P. de. **Guerreiros do sol**. São Paulo: A Girafa Ed., 2004.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo: Hucitec; USP; FAPESP, 2002.

RIBEIRO, José I. **Quando o serviço os chamava**: Milicianos e Guardas Nacionais no RS (1825-1845). Santa Maria: UFSM, 2005.

RIBEIRO, Gladys S. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

[9] AN, SG, IG[1]173, Porto Alegre, 13/9/1838, Antônio E. de M. e Brito ao MG.

SANTOS, Jocélio. T. dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. In: **Afro-Ásia**, nº 32, 2005.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2003.

VILLALTA, Luiz. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de M. e (org). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tadeu. T. da (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira na década de 1940: resultado de pesquisa.

Alcidesio de Oliveira Júnior.[1]

Resumo
Neste trabalho, analiso os conceitos de *periculosidade* e de *classificação dos criminosos* na *Revista de Direito Penal* e *Revista Brasileira de Criminologia* na década de 1940. O meu objetivo é exemplificar a continuidade, dentro do campo da Criminologia, das teorias que pregavam o determinismo biológico, no pós-guerra. Inúmeros autores delimitaram o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, como término de prevalência das teorias biodeterministas. O principal motivo alegado é a difusão dos excessos cometidos pelos regimes nazi-fascistas. Nestes regimes, as teorias fundadas no determinismo biológico teriam chegado aos seus limites. Procurei discutir neste trabalho a veracidade dessa afirmativa sobre o ocaso, sinalizando as continuidades e adaptações que estas teorias sofreram no interior de alguns campos de conhecimento.
Palavras-chave: Criminologia, determinismo biológico, periculosidade.

Abstract
This study intends to analyze concepts like *dangerousness* and *criminal classification* from the journals *Revista de Direito Penal* and *Revista Brasileira de Criminologia* at the 1940's. My objective is to exemplify the continuity, in the field of Criminology, of theories that had defended the biological determinism, after the World War II. Many authors had delimitated the end of the World War II in the scientific context at 1945 as the end of biodeterminist theories. The main reason for that was the diffusion of the excesses commited by the nazi-fascism regimens. The theories of these regimens founded on biological determinism would reach their limits. I intend to discuss in this work the veracity of this assertion, signalizing continuities and adaptations that these theories had suffered into some fields of the knowledge.
Keywords: Criminology, biological determinism, dangerousness.

Introdução

Meu objeto de pesquisa foi o estudo histórico das *classificações dos criminosos* e a *noção de periculosidade* no interior da Criminologia brasileira, na década de 1940. Utilizei como fonte uma revista especializada em Criminologia, criada pela *Sociedade Brasileira de Criminologia* (SBC). Essa revista foi denominada *Revista de Direito Penal* até 1947, passando neste ano a ser chamada de *Revista Brasileira de Criminologia*.

A minha hipótese central é de que as teorias pautadas no determinismo biológico não desapareceram com o imediato pós-guerra. Continuaram adaptando-se a novas realidades

[1] Professor de História e autor da dissertação de mestrado "'*Penas especiais para homens* especiais': as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira, na década de 1940", defendida na COC/FIOCRUZ, em 2005, com bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

em algumas áreas do conhecimento. Sustento que estas teorias deterministas encontraram formas de continuidade coerentes com a noção de ciência prevalente no período. Suas influências continuaram formando e informando áreas e profissionais, além de políticas intervencionistas do Estado até, pelo menos, o início da década de 1950.

Hipótese

Uma expressiva parte da historiografia[2] que aborda a base determinista biológica em teorias que informaram a Eugenia, a Psiquiatria e a Criminologia, data o término dessa influência no pós-guerra, 1945. Este crepúsculo estaria relacionado a dois fatores principais. O primeiro diz respeito ao ocaso do movimento nazi-fascista, e à divulgação dos excessos cometidos por estes regimes contra os elementos da população considerados negativos.[3]

O segundo fator seria o diálogo crescente das ciências biológicas com as renovadas Ciências Sociais. No Brasil, até a década de 1930, a Antropologia, por exemplo, era predominantemente pautada nos conceitos de 'raça' e 'tipo racial', associados majoritariamente à medicina e à anatomia, mantendo-se fiéis aos estudos morfo-anatômicos. Mas, paralelo a isto, nas décadas de 1920 e 1930, havia um grupo de sociólogos e antropólogos alertando para a necessidade de rever os parâmetros biológicos e o método quantitativo nas análises sobre raças e populações.[4] O culturalismo[5] surgiu como uma nova chave interpretativa, o que não significou um absoluto e imediato descrédito nas teorias deterministas das ciências dos homens.

Embora, várias matizes teóricas pautadas no determinismo biológico tenham sido propostas desde o século XIX, torna-se, também, necessário considerar que havia críticos ao biologismo. O biodeterminismo, embora hegemônico, não esteve livre de concorrências, bastando lembrar da importância que a idéia de livre arbítrio tinha entre os católicos, e a constante tentativa de conciliação que estes faziam entre as duas teorias.

---

[2] Como por exemplo: MOTA, 2003; STEPAN, 1991. Nestes dois exemplos pode-se encontrar explicitamente esta afirmação. Em outros (SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976), pode-se deduzir pelos seus recortes cronológicos, que findam na década de 1930.

[3] Além dos criminosos, eram considerados indesejáveis nestes regimes: doentes mentais, dissidentes políticos, homossexuais, testemunhas de Jeová, ciganos e judeus.

[4] Segundo Santos (1996), até os anos 1930 e 1940 a Antropologia Física ocupou uma posição de destaque no cenário antropológico brasileiro. O conceito de raça não foi descartado, mas adaptado ao evolucionismo que penetrou na disciplina antropológica a partir dos anos 1940. Stepan (2004) cita Artur Ramos, Gilberto Freyre, Roquette-Pinto como intelectuais brasileiros que começavam a descobrir os negros, no final da década de 1920 e início da década de 1930, a estudar suas contribuições para a cultura brasileira e afastar-se de um racismo biológico, tendo uma orientação mais cultural. E internacionalmente, embora envolvidos em outras discussões analisadas por Santos (1996), pode-se citar também Franz Boas, Lévi-Strauss e Juan Comas, como tendo em comum, pelo menos, uma crítica à idéia puramente biológica de raça até então prevalente.

[5] Termo utilizado por: SCHWARCZ, 1993. p.22.

A divulgação dos crimes praticados pelos Estados totalitários, embasados por um instrumental técnico-científico proveniente da comunidade científica institucional e universitária, muito provavelmente sensibilizou uma parte desta comunidade. Mas, daí a acreditar em uma mudança teórica radical, causada exclusivamente por essa sensibilização, é menosprezar o complexo que se cria quando ocorrem mudanças científicas profundas. Deve-se considerar um tempo de transição, que não é homogêneo, tampouco contínuo, e também a intensidade do alcance desta mudança. Afinal, estamos tratando de uma concepção acerca da constituição dos seres humanos que informou a prática e a divulgação científica, desde, pelo menos, o segundo quartel do século XIX.[6]

Diversos campos de conhecimento científico atuaram e foram influenciados de formas distintas, neste processo de superação da concepção determinista. Elegi a Criminologia como *locus* para análise desta possível continuidade do determinismo biológico no pós-guerra.[7]

A Revista de Direito Penal

As discussões trazidas pelo Código de 1940, foram transcritas nas páginas da Revista *de Direito Penal* e na *Revista Brasileira de Criminologia* por toda a década de 1940. A primeira Revista[8], criada em 1933, manteve sua denominação até 1947, quando foi substituída por *Revista Brasileira de Criminologia*, que por sua vez durou até 1953 com esta denominação. Esta revista era o órgão oficial de divulgação da *Sociedade Brasileira de Criminologia*[9], fundada no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1931, por um grupo de juristas, entre os quais figuravam Roberto Lyra, Nelson Hungria e Alcântara Machado. Esta Sociedade, uma das mais longas Sociedades do gênero (OLMO, 2004. p. 187-188),

[6] Outro fator à considerar é que os materiais didáticos utilizados na formação de profissionais, os textos de divulgação científica, as instituições e, até mesmo, campos de saberes, que disseminaram as concepções biodeterministas se mantiveram, mesmo após 1945.

[7] Essa ciência criminológica está localizada na confluência de diversos outros campos, tais como: Medicina Legal, Direito Penal, Eugenia, Sanitarismo, Biologia, Penalogia, Psiquiatria, Psicologia, Endocrinologia, Sociologia e Antropologia. Fez-se então necessária a leitura de parte da historiografia que trata destes temas conexos.

[8] A *Sociedade Brasileira de Criminologia* teve como órgãos de divulgação oficial: 1) o Boletim da Sociedade Brasileira de Criminologia (1931-1932); 2) Revista de Direito Penal (1933-1946); 3) Revista Brasileira de Criminologia (1947-1953); 4) Revista Brasileira de Criminologia, Direito Penal e Medicina Legal (1959-1970). Em paralelo a este periódico multi-denominado, foi publicado, em 1935, o Boletim do Departamento Universitário da Sociedade Brasileira de Criminologia, e, em 1970, a "revista-livro" Sociologia Criminal, além do semestrário Criminologia - Brasil.

[9] Que teve por fim declarado em sua fundação, de acordo com o histórico feito por Roberto Lyra (LYRA, 1970): a) o ensino de pós-graduação e para a formação de criminólogos; b) a pesquisa científica e humanística; c) a divulgação cultural; d) a assistência técnica; e) entendimentos com organizações públicas ou privadas; f) premiar, reconhecer e realizar os "*trabalhos ou serviços referentes à prevenção e à repressão da criminalidade*"; g) criar e atualizar o "*registro dos criminólogos brasileiros*".

considerada "*a mais alta e representativa associação da espécie no Brasil*"[10], foi composta por advogados, médicos, policiais e políticos, que ao freqüentarem e contribuírem com este campo cultural-científico recebiam o título de criminólogos.

A periodicidade da Revista variou entre mensal, trimestral e semestral. Em suas páginas, profissionais das áreas de Psicologia, Psiquiatria, Biologia e Medicina, ou ainda, juristas, policiais e políticos, contribuíram em discussões bio-comportamentais, sobre Biotipologia, Antropometria e Endocrinologia, na primeira metade da década de 1940. Mas, mesmo na segunda metade da década, quando o primeiro grupo de profissionais começou sensivelmente a se ausentar das páginas da Revista, mantiveram-se as temáticas iniciais de discussão, conseqüentemente, pronunciada por outros atores sociais. A partir de 1947, textos originais de biólogos, médicos ou psiquiatras não se fizeram mais presentes, salvo as exceções de raras e pequenas notas, a Revista tomou um cunho mais claramente jurídico. Estas notas, muitas vezes ditas em obras já há muito publicadas, vinham à publicação pôr seleção de Roberto Lyra para elucidar pontos no momento em debate. A partir deste ano de 1947 até 1950, Roberto Lyra acumulou a presidência da Revista e da Sociedade, além de ganhar na Revista uma seção sobre seus atos, escritos e correspondências.

A Revista foi um campo onde diversos pesquisadores travaram disputas intelectuais, políticas, científicas e jurídicas. As temáticas destas disputas foram variadas, desde tentativas de impor conceitos técnicos filiados a alguma corrente de pensamento como sendo a forma mais adequada de tratar o criminoso e o crime, até a formação de identidade de grupos a partir de memórias e homenagens póstumas. No entanto, no decorrer da década de 1940, havia um consenso positivista: o criminoso era portador de uma "*predisposição*" social e/ou orgânica, mas, aí também residia intensos debates. Se havia consenso na "*predisposição*", não havia em como ela se dava: qual sua intensidade?, qual porcentagem entre um e outro fator?, era congênita (conatural)?, era hereditária (tanto os caracteres físicos como, e principalmente, os morais aos descendentes)?, qual a influência do meio geo-social?, como se dava?, qual o espaço do livre-arbítrio?

Considerações:resultado de pesquisa

A Criminologia enquanto bloco unívoco não existiu, internamente seus profissionais (policiais, advogados, médicos, psicólogos, penitenciaristas) se organizaram em grupos dinâmicos com intensa movimentação. No interior da Revista pode-se encontrar dois

[10] De acordo com matéria, não assinada, em homenagem ao então presidente da S. B. C., Roberto Lyra, esta frase consta no: *Diário do Congresso Nacional*, seção II, 4-5, 1954, p. 860.

grandes grupos de juristas, figuras predominantes na Revista: o primeiro, associado às figuras de Nelson Hungria e Evaristo de Morais, estava fechado a um diálogo com outras disciplinas que não ao Direito Penal; o segundo por sua vez, estava aberto ao diálogo e reconhecia a importância para o Direito deste tipo de atitude. Ambos os grupos reconheciam a necessidade do estudo da figura do criminoso, a discordância era quanto a intensidade e proximidade destes estudos com o Direito Penal.

Direcionei minha atenção ao segundo grupo, em seu interior encontrei três correntes de pensamento: a primeira, que se tornou mais forte e definida apenas na segunda metade da década de 1940, trabalhava com a idéia de igualdade entre os fatores biológico e sociológico como preponderantes na definição dos criminosos. Embora esta concepção estivesse presente na Revista desde a década de 1930, e fosse divulgada desde antes, somente neste período os artigos mostraram uma real preocupação com este meio-termo. Até então, na maioria dos artigos, a consideração com os dois simultaneamente, era mais teórica do que prática, como pode-se ver nos resultados das pesquisas expostos em revistas e em congressos. O segundo grupo trabalhava com a idéia da preponderância dos fatores sociais. Este grupo é representado por Roberto Lyra, Clóvis Bevilacqua, P. E. de O. Carvalho, e tem na Sociologia a tábua mestra para uma real compreensão do fenômeno criminal. E por último, o grupo que dei mais ênfase em minha pesquisa, que acreditava na preponderância dos fatores biológicos na determinação da personalidade criminosa. Este grupo estava associado a pesquisas em presídios, laboratórios e clínicas, e por isto os autores fazem referência a eles como Criminologia Clínica. São profissionais da Psiquiatria, Endocrinologia, Medicina Legal, Neurologia e Antropologia Criminal. Estão associados a este grupo: Flamínio Fávero, Hilário Veiga de Carvalho, Heitor Carrilho, J. V. Araújo, Viveiro de Castro, C. Mota, A. M. S. de Aragão, Jefferson Lemos, Antônio Austragésilo, Alcântara Machado, Waldemar Berardinelli, Leonídio Ribeiro e João de Mendonça. Para compreensão do pensamento destes profissionais tão diferentes, de áreas nem sempre em diálogo, tem que se levar em consideração as diferentes matizes que haviam: dos mais radicais aos menos, quanto a determinação biológica e suas conseqüências.

Deste último grupo, algumas assertivas podem ser concluídas. Uma boa parte dos autores desaprovava a classificação rígida dos tipos delinqüentes e sublinharam a individualidade da personalidade humana, mas o fator biológico (hereditariedade, hormônios, condições inatas, instintos congênitos, desenvolvimento da inteligência) continuou sendo o norte de suas pesquisas e teorias. Prevalecendo, de uma forma geral, nos criminólogos brasileiros a crença na importância dos valores morais, daí a contundente apreciação do dever

da sociedade em relação ao delinqüente, tratando-se de estabelecer um lugar determinado para ele (seja reeducando-o ao convívio social, seja isolando-o), negaram-se a empregar *medidas de segurança* contra ele como simples instrumentos administrativos.

Na avaliação sobre o criminoso destacaram-se fundamentalmente os princípios do bem e do mal e da culpabilidade necessária, centralizadora e unificadora das *normas universais* que se iriam impor. Utilizando os recursos da ciência moderna para desenvolver um novo *sistema moderno de política criminal.* Neste sistema moderno, os meios de manejar os delitos deveriam ser concebidos como um sistema de proteção da sociedade contra os fatos delituosos, daí a abertura para as idéias de *defesa social* no final da década. Conseqüentemente, a proteção social seria obtida por meio de um conjunto de medidas que geralmente estava fora do âmbito do Direito Penal e estava delineada para neutralizar o delinqüente, seja removendo-lhe, segregando-lhe ou, aplicando-lhe métodos educativos ou reabilitadores.

A idéia de *defesa social* estava imbricada na noção de *periculosidad*e. O delito não era somente uma entidade abstrata de ordem jurídica, mas também um fenômeno social de caráter patológico influenciado por fatores congênitos ou adquirido. A luta deveria ser antecipada mediante a investigação científica de tais causas. Esta política criminal pregada tinha um enfoque individual de prevenção, e não o coletivo, dirigida a ressocialização sistemática do delinqüente após a cessação da periculosidade. Como a maior preocupação era com a reincidência, deram prioridade ao problema do *estado perigoso* e às *medidas de segurança,* já previstos no Código de 1940, graças as discussões da década de 1930.

Quando constatada a periculosidade do sujeito a medida indicada para a defesa da ordem social seriam as *medidas de segurança*. Ao contrário da pena que teria um fim didático (educar pelo exemplo), intimidante, correcional e de eliminar (afastando) do contato com a sociedade, as medidas de segurança, se resumiriam em um estado de observação (preventivo e com o intuito de assistência social) onde o portador de periculosidade seria deixado e submetido a tratamento (psiquiátrico, clínico-médico, e, de acordo com a concepção, sofrendo até intervenção cirúrgica).

A distinção da aplicação da pena ou medida de segurança ficaria a critério do juiz, assessorado por laudos médicos. Entre os que tinham a crença no biodeterminismo havia geralmente a divisão entre os criminosos da seguinte forma: corrigíveis, ocasionais, e incorrigíveis, estes últimos seriam os que cometeram crime estritamente por causas biológicas. As medidas de segurança tinham tempo indeterminado, até cessar o *estado perigoso* (estado constatado para aplicação da medida).

Personalidade perigosa era considerada aquela em que a periculosidade era encontrada. Neste ponto a discussão era intensa, principalmente na definição da probabilidade, ou certeza, da periculosidade e a questão do livre-arbítrio. Também se discutia sobre as causas (hereditária, congênita, adquirida), divisões, definições e existência (ou cessação) da periculosidade de um sujeito. Toda essa discussão era ancorada no problema da reincidência – infração das normas sociais, morais e jurídicas –, sua definição ditava os critérios para classificação dos criminosos. Enquanto os menos radicais apostavam na não existência de critérios seguros para essa classificação, outros criam nela. Entre estes, predominaram três tipos de classificações: as que utilizavam como critério bases exógenas e endógenas na classificação; as que se baseavam em tipos humanos (advindos da teoria humoral do século XIX ou da teoria Lombrosiana) e; os advindos de novas teorias, como a Endocrinologia e a Psicologia. A possibilidade de cura teve uma variação de autor para autor, independente do grupo: uns acreditavam na cura; outros na ausência dela; outros em ser relativo ao caso (sendo ou não); e outros acreditavam que embora incuráveis poderiam ser contidos.

Conclusão

Como acima exposto confirmo minha hipótese inicial, de que, ao contrário do que a historiografia afirma, o marco ditado para o fim da influência das idéias biodeterministas, não foi o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Sobre a idéia geral de que a divulgação dos excessos nazistas na Alemanha concorreu para o ocaso de grande parte das teorias que embasavam o determinismo biológico, pode-se dizer que esta não o determinou exclusivamente. O que ocorreu foi uma espécie de implosão do campo por seus próprios participantes que, com a prática dos respectivos programas de pesquisas, ampliavam o leque de teorias e com isto descortinavam as divergências internas entre elas. Isto pode ser verificado com a mudança de rumo tomado pela Endocrinologia e pela Medicina Legal, onde não predominaram mais trabalhos com hipóteses comportamentais e sim descritivos.[11] Esta implosão se deu, então, ao interpretarem e adequarem seus dados empíricos as teorias, ou quando se confrontavam com teorias adversárias.

E este processo é individual a cada área de conhecimento. Assim, a intensidade do movimento determinista foi diluindo-se, tanto na tentativa de delimitar o campo de atuação e suas problemáticas -conforme as teorias se tornavam incompatíveis com os resultados-, quanto no confronto com outras áreas, como as Ciências Sociais. Mas não acabou como um

[11] Embora na Psiquiatria ainda seja uma discussão válida e aceita.

todo. Seu enfraquecimento e colapso variaram de acordo com o desenvolvimento dos diversos campos científicos, e no caso da Criminologia ultrapassou em muito este limite cronológico. Não é absurdo afirmar que neste processo de enfraquecimento paulatino e descontínuo, houve espaço para possíveis ressurgimentos dos antigos pressupostos bio-comportamentais com novas roupagens, mais complexas e, pretensiosamente mais científicas. Velhas idéias em novas formas.

Bibliografia:

ÁLVAREZ, Marcos. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930).* Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

BRITO, E. Z. C. "A Criminologia e a Construção de Gênero, Classe e Raça". **In:** Salvador.*I Simpósio Internacional - O Desafio da Diferença - Articulando Gênero, Raça e Classe*. , 2000. v.1. p.27 – 57.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século***.** RJ, SP: Eduerj, Edusp; 1998. 228 p.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e antropologia no Brasil.* 2ªed. Bragança Paulista, SP: FAPESP; Ed. Univ. São Francisco; CDAPH, 2001. 404 p. (Coleção Estudos CDAPH: Série Moderna).

FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945).* SP: USP, 2005. (tese de Doutorado)

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem.* [tradução Valter Lellis Siqueira] 2ª ed. SP: Martins Fontes, 1999.369p.

LYRA, Roberto. "Apresentação". *Revista Brasileira de Criminologia, Direito Penal e Medicina Legal*. RJ, ano I, vol.2, p. 4-10, jul.-dez., 1970.

MANITA, Celina. "Personalidade criminal e perigosidade: da perigosidade do sujeito criminal ao(s) perigo(s) de se tornar objecto duma personalidade criminal". **In:** *Revista do Ministério Público*, Lisboa, a.18n.69 (jan.-mar.1997), p.55-80.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil.* RJ: DP&A, 2003.

OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de. '*Penas especiais para homens* especiais': as teorias biodeterministas na Criminologia Brasileira, na década de 1940. Dissertação (Mestrado em História) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2005.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua Criminologia*. RJ: Revan: ICC, 2004. 328p

RAUTER, Cristina. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. RJ: Revan, 2003. 128p.

RENEVILLE, Marc. *La médecine du crime. Essai sur l'émergence d'um regard medical sur la criminalité en France (1785-1885).* Paris: Université Paris 7 (Denis Diderot, tese de doutoramento em História do novo regime, 1997, 2 vol., 920 p. dir.: André Gueslin).

SANTOS, Ricardo Ventura. "Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em Antropologia Física no século XX". **In:** MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça , ciência e sociedade*. RJ: FIOCRUZ/CCBB, 1996. 252p.pp.125-142

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930.* São Paulo: Cia das Letras, 1993. 287p. (il)

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. História das idéias jurídico-penais no Brasil (1937-1964). Niterói, UFF, 1997. (tese de doutorado defendida na PPGH/UFF, orientada por Gislene Neder)

STEPAN, Nancy Leys. *"The hour of Eugenics": race, gender, and nation in Latin America.* NY: Cornell Univ. Press, 1991.

STEPAN, Nancy Leys. "Eugenia no Brasil: 1917-1940". **In.:** Hochman, Gilberto; Armus, Diego. (orgs.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe***.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (coleção história e saúde).

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. RJ: Paz e Terra, 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Histórias e experiências cotidianas das quebradeiras de coco de babaçu nas cidades do Médio Mearim.

Ines M. Minardi
Esmeralda Rizzo
Rosana Schwartz[1]

Este projeto de pesquisa questionou as ações cotidianas das mulheres quebradeiras de coco de babaçu, a presença das relações de gênero no agroextrativismo e nas propostas de valorização do meio ambiente e do ser humano, realizado nas cidades da região do Médio Mearim, Estado do Maranhão, municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, e Esperantinópolis, comunidade de Ludovico, Brasil, por meio da Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (ASSEMA).

A participação das mulheres quebradeiras de coco de babaçu nessa associação é resultado de anos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, processos de emancipação, experiência vivida e de resignificação da identidade feminina, conhecimentos, saberes e organização em movimentos sociais.

A temática de gênero e agricultura familiar vem sendo implementada em conjunto com o planejamento de produção agroextrativista, por meio de seminários com as famílias que integram o sistema desenvolvidos pela ASSEMA a cerca de doze anos.

A ASSEMA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de caráter regional, que tem por objetivo fortalecer as famílias trabalhadoras rurais que sobrevivem do agroextrativismo, para reinvidicar e propor, junto ao poder público e à iniciativa privada, formas de desenvolvimento sustentável.

As mulheres da região, mantém o trabalho tradicional na agricultura familiar, e comercializam produtos artesanais nas cidades locais com a colaboração e organização da ASSEMA, abrindo novas perspectivas, de inclusão feminina no mercado de trabalho.

Assim, a participação dessas mulheres na produção da região não só destaca-se pelo trabalho na roça, mas por meio de propostas de estudos sobre o desenvolvimento sustentável, prática do extrativismo, preservação da floresta secundária que cobre cerca de dez mil hectares com babaçuais e principalmente, sobre a valorização do ser humano, direitos fundamentais e cultura local.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a da história social , oral e de gênero, dialogando com a antropologia e sociologia para compreender as alternativas econômicas

[1] Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

criadas por essas mulheres, a preservação da produção artesanal, sua cultura, mercado solidário e meio ambiente na região, além das permanências e transformações das origens indígenas dessas comunidades e populações da região.

Toda a produção e o trabalho com o coco de babaçu representam para essas mulheres simbolicamente o veículo de resignificação de suas identidades, cultura, a longa batalha pelo livre acesso a terra - babaçuais – e a preservação das palmeiras que, proporciona o sustento de centenas de famílias do Estado do Maranhão, Brasil [2]

Por meio do trabalho agrícola familiar e as mini fabricas de beneficiamento dos subprodutos do coco de babaçu- sabonete, óleo e alimentos - essas mulheres, pretendem ainda interferir e ampliar as discussões sobre todas as questões relacionadas à preservação ambiental, não só das palmeiras de babaçu, fonte de subsistência, mas também da flora em geral, de onde provém remédios e essências exclusivas como a "Folha de Oriza" considerada uma marca importante na identificação das tradições populares da região.

Assim, esta pesquisa questiona e investiga, a história de uma gente de fibra, descendente dos índios, que sempre viveu da agricultura e do extrativismo, mas que durante os anos oitenta do século XX, passou a enfrentar intensos conflitos agrários, tendo que disputar suas terras com grupos de fazendeiros que investiam na pecuária, desmatando a região e expulsando os trabalhadores da terra.

A ação das mulheres da ASSEMA, nesse sentido, é destacada por que conseguiram reunir mais outras sessenta associações individuais e dezesseis coletivas, como cooperativas, associações comunitárias de áreas de assentamento, grupos informais e sindicatos de trabalhadoras rurais, além da escola agrícola.

Em seus anos de existência, as mulheres integrantes da ASSEMA, por meio da experiência cotidiana, vêm contribuindo para a conquista do direito ao trabalho, organização em movimentos sociais, fortalecimento do direito à cidadania das famílias agroextrativistas, criação de iniciativas econômicas comunitárias, desenvolvimento sustentável, agricultura ecológica orgânica, combate ao êxodo rural com alternativas que ajudam as pessoas a permanecerem na terra conquistada e crescimento da consciência sobre a valorização da mulher.

Esses sujeitos históricos no dia-a-dia revelaram as dimensões do cotidiano na reelaboração de suas representações e identidades na sociedade.

A formação de uma identidade coletiva amalgamada pelo princípio de solidariedade é característica dos movimentos sociais, são ações sociopolíticas construídas

[2] MATOS, Maria Izilda S. 1996: 25.

por atores coletivos, no campo da sociedade civil. Essas ações se estruturam no interior de diversos conflitos vivenciados por determinados grupos.

Ainda sobre essa questão afirma-se que a possibilidade de integração das experiências individuais fragmentadas à coletividade, a solidariedade e o conseqüente reconhecimento dos atores coletivos, como sujeito, agente e integrante de uma comunidade plena, encontram-se presentes na ação coletiva dos movimentos sociais.

Assim, muitas questões importantes se constituíram no decorrer da pesquisa, como por exemplo, as variadas formas de inclusão das mulheres quebradeiras de coco de babaçu no processo de organização da ASSEMA, a ampliação das suas vivências individuais, como se perceberam como sujeitos históricos, conseguiram reformular as suas vidas privada e pública, seus valores, como se estruturaram nas novas relações sociais e como o processo de organização dos movimentos sociais serviu como uma espécie de escola para os seus integrantes, nos quais as quebradeiras, em suas lutas cotidianas, aos poucos, adquiriram experiências e aprenderam a exercer sua cidadania.[3]

Nesse sentido, buscou-se também questionar como essa concepção de educação se fundamenta e se constitui como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do processo de luta no cotidiano do movimento, onde a prática diária torna-se o maior veículo de desenvolvimento da educação, provocando descobertas e trazendo elementos novos para os integrantes da ASSEMA, que podem ir se articulando e proporcionando um processo de conhecimento, não isolado, coletivo, somando saberes e experiências, em que o que é novo está ligado aos saberes do passado e impulsiona a descoberta de novas etapas.[4]

Causa inquietação, desvelar essas questões e a compreensão por parte dessas mulheres de que a produção em grupo é mais rica e mais forte do que o produto de cada um isoladamente, além das múltiplas articulações utilizadas no interior do movimento, durante a plantação, participação na ASSEMA, na Escola Rural e Urbana e organização da produção nas cidades.

No campo específico da luta pela melhoria de vida e de trabalho lidamos com o processo como forma de participação política dessas mulheres, a partir de processos complexos de ações coletivas, que refizeram as suas concepções de sociedade, de grupo, além da transformação das percepções das necessidades cotidianas individuais e de grupo, e poderes locais.

---

[3] BORDIEU, Pierre.1998: 53.
[4] DURHAN, Eunice Ribeiro. 1984: 24 –30.

É na experiência do cotidiano que se pode assegurar a permanência do social, o conflito entre o individual e o social, o público e o privado, o lugar de combate, onde se quebram os preconceitos e inaugura-se um novo tempo, em que as mulheres e descendentes de índios são respeitadas e valorizadas igualmente aos homens brancos.[5]

Essas mulheres em seu cotidiano, além da aceitação de entrar para um grupo, onde irão desenvolver regras que deverão ser aceitas e cumpridas conjuntamente, elas tem que se adaptar à nova vida, às novas regras, trabalho em equipe, decisões em conjunto, coordenação de associações, tarefas historicamente masculinas na região do Médio Mearin, Estado do Maranhão, Brasil.

Ao se referir do trabalho dessas mulheres, está se destacando também a categoria, cotidianidade que, cria o enigma e o confronto entre o drama da repetição do trabalho diário e mecânico com o desejo do vir-a-ser, do transformar-se e da criação de novas possibilidades de um novo ser.[6]

Assim, além das questões expostas esta pesquisa ainda investiga a participação cidadã das mulheres quebradeiras de coco de babaçu, na utilização de instrumentos como a iniciativa popular para o aperfeiçoamento das articulações entre grupos e associações com a sociedade civil , o desenvolvimento de novas formas de propriedade em assentamentos, o trabalho e gestão de recursos por meio da co-gestão e cooperativização e a luta pela permanência de suas identidades.

Bibliografia

BELTRÃO, Jane Felipe. *Trabalhadoras do Brasil, Mulheres da Castanha: um estudo sobre o trabalho e o corpo,* ed. Brasiliense Fundação Carlos Chagas, 1990

BARRACLOUGH, G. A. *História*. Trad. Maria Luísa Maia, Lisboa: Berthand, 1980.

BLAY, Eva . *A luta pelo espaço.* Petrópolis: Vozes, 1978.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

BOM, Meihy, José Sebe. *Manual de História Oral*, São Paulo, Loyola, 1996.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa/Brasil, DIFEL BERTHAND, 1989.

São Paulo, nº 47, mar, 1997.BRUSCHINI, Maria Cristina. *Trabalho das mulheres no Brasil; continuidade e mudanças no período 1985-1995.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CALVINO, Ítalo. *A palavra escrita e a não escrita*, IN: Ferreira, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org). Usos e abusos da História Oral, Rio de Janeiro, FGV, 1996.

CHARTIER. Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa/Brasil, DIFEL/BERTHAND, 1990

[5] MAFFESOLI, M, 1984: 45.
[6] LEFÈBVRE,H. 1991: 34.

CORREIA, C.H.P. *História Oral: teoria e técnica.* Florianópolis, Ed. Univ. Federal de Santa Catarina, 1978.

DEL PRIORI, Mary (org) e BASSANESI, Carla (coord. de textos) - *História das mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____.*Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, 1990.

DUBY, Georges. *O historiador hoje*. In: *História Nova e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

DURHAN, Eunice. *Movimentos Sociais, a Construção da Cidadania*, CEBRAP, Novos Estudos, no.10, 1984.

GERUR-UFMA *MIQCB. Economia Do Babaçu, Levantamento Preliminar de Dados* 2ed.:MIQCB Balaios typographia, 2001.

HOBSBAWM, E. *A outra história: algumas reflexões*, IN: KRANTZ, F. (org), A outra história, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1990.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a historia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOFFMANN, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil*. São Paulo: Atica, 1977.

JOUTARD, P.. *Esas voces que nos llegan del passado*, México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*, São Paulo, Ática, 1991.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da abertura.* Campinas: UNICAMP, 1990.

MAFFESOLI. M. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

MATOS, Maria Izilda S. Gênero:trajetória, impasses e perspectivas, São Paulo, Editora UNESP,1996.

MEIHY, J.C.S.B.. *Manual de história oral*. 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1998.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.1998.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo,1970-80. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SINGER, Paul;BRANT, Vinicius Caldeira (orgs.). *São Paulo: O povo em movimento.* Rio de Janeiro:Vozes, 1980.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O convívio na diferença e o respeito à diversidade cultural: questões presentes nos livros didáticos.

Celênia de Souto Macêdo[1]

Resumo: Este trabalho discute a educação indígena em torno das aldeias a partir da educação contextualizada, mostrando como esta se relaciona com a educação tradicionalmente aplicada em escolas no mesmo recorte. A Constituição estabelece que a educação é um direito de todos, embora não se tenha ainda implementado modelos que atendam à demanda nacional. A educação pública, ainda em fase de expansão, não estimula a visão crítica e relativista em relação ao "outro". O Programa Nacional do Livro Didático busca oferecer materiais condizentes com o contexto dos educandos, Assim, procura-se, com o presente estudo, abrir espaço a uma crítica ao planejamento pedagógico brasileiro, por não contemplar as diversidades culturais existente no Brasil.
Palavras Chave: Educação – Antropologia – Livro Didático

Abstract: This work argues the aboriginal education around the villages from the contextualized education, showing how this relates to the traditionally applied education in schools in the same clipping. The Constitution establishes that education is a right of all, although were not established models that answers to national demand. The public education, still in expansion phase, does not stimulate the critical and relativist vision in relation to the "other". The National Program of the Didactic Book tries to offer agreement materials with the context of the students. Thus, this present study, aimed at open space to a criticism of a Brazilian pedagogical planning, because the cultural diversities existing in Brazil is not contemplated.
Keywords: Education - Anthropology - Didactic Book

1. Introdução

Sendo o livro didático uma das ferramentas pedagógicas de extrema relevância no contexto da escola pública, podendo ainda ser suporte e meio de transmissão / recepção de enunciados de interesse dos educandos e educadores dos mais variados segmentos e, ainda, com a sua implementação no processo educacional, faz-se necessária uma reflexão acerca da disposição dos conteúdos contidos nesses livros.

O presente artigo não busca simplesmente criticar os livros didáticos. Não podemos deixar de levar em conta as conquistas e transformações pelas quais os mesmos vêm passando ao longo do tempo. Temos, por exemplo, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que, a partir de 1985, começou a desencadear um processo de mudanças

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande

significativas no âmbito do ensino público fundamental no Brasil. É importante ressaltar que este Programa levou uma década para promover a implantação de um trabalho direcionado à validação de critérios de qualidade, com equipes multidisciplinares voltadas para a qualificação e relevância dos títulos a serem comprados, a fim de serem utilizados por alunos e professores no âmbito da escola pública.

Por toda a sua importância e necessidade, a responsabilidade que os educadores têm ao utilizar as imagens e conteúdos dos livros didáticos podem ser legitimados quando as abordagens contidas nestes conteúdos são condizentes com a realidade vivenciada na riqueza e diversidade brasileira.

A partir da Constituição Federal de 1988 foram oficialmente reconhecidos os artigos que garantem os direitos indígenas. Este trabalho não tem a finalidade de discutir a temática indígena em escolas dentro das aldeias, mas sim uma visão das escolas não-indígenas em torno destas.

1.1 Educação Contextualizada

A educação contextualizada tem como pressuposto o atendimento de um contexto ímpar. Em se tratando da educação indígena, os direitos conquistados pela Constituição de 1988 e demais instrumentos legais reforçam a necessidade de se trabalhar, no âmbito da escola indígena as diferenças e riquezas culturais. Esta temática não é enfatizada nas escolas em torno das aldeias, tendo como conseqüência uma limitação da continuidade de valorização e respeito pelo outro, dificultando assim o avanço de uma educação voltada para o respeito às diversidades culturais. "Não há como negar a grande diversidade dos grupos humanos e, por conseguinte, não há como negar as diferenças que caracterizam cada grupo, muito menos se colocar em busca da homogeneização de todos eles. (PAES, 2003, p. 88)"

Se as verdades pautadas pela ciência ao longo do tempo vão sofrendo modificações relacionadas ao tempo em que as mesmas são colocadas, como se trabalhar na perspectiva de uma educação estática sem a visão dos processos impostos pela globalização? "Dentro deste paradigma, o conceito de 'verdade absoluta' cai por terra, surgindo novos regimes de verdade em diferentes posições do globo terrestre, em diferentes culturas." (*ibdem*)

O processo educativo pelo qual os povos indígenas lutam, é pautado e legitimado pelo direito à continuidade das culturas e tradições.

2. A Representação de uma Cultura Genérica nos Manuais Didáticos: Ausência da Diversidade Cultural

As representações da diversidade cultural nos livros didáticos, em se tratando da temática indígena, deixam certas lacunas, na opinião de alguns teóricos. O índio é apresentado aos alunos no início do ensino fundamental como um ser oriundo de uma cultura genérica, que mora na selva, em ocas, ou ainda, sem cultura própria.

Os livros de História sempre foram motivos de "cuidado" estratégico.

> *Em 1938, na égide da ditadura do Estado Novo, foi criada a comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), à qual caberia zelar pelo conteúdo dos materiais utilizados pelos alunos. O ensino de História do Brasil tornou-se objeto de particular preocupação dos intelectuais ligados ao Poder, na medida em que a disciplina cumpria papel estratégico no processo de construção da identidade nacional e da memória histórica, ambas forjadas de acordo com os princípios abraçados pelo que deveria estar presente nos livros utilizados em todas as escolas do país.(BEZERRA,2006:.29)*

O cuidado inicial demonstrado na escolha e controle dos livros se justificava pelo fato de que os mesmos chegam a uma camada significativa da população. E assim, na sua fundamentação, o ensino básico, que acontece nas séries iniciais, foi de certa forma comprometido, buscando moldar uma história única nacional, até que se instaurasse um início de comprometimento institucional, voltado para a qualidade das temáticas abordadas em sala de aula, numa percepção para a diversidade cultural existente no país.

O PNLD surge em 1985, mas somente a partir de 1994, o Ministério da Educação nomeou uma equipe formada por pessoas das diferentes áreas do conhecimento para analisar e apontar falhas nos livros das séries iniciais do ensino fundamental. Esta não foi uma equipe formada para analisar as coleções de livros, mas sim um grupo composto de forma que cada campo do conhecimento recebesse avaliação do profissional daquela área.

A atenção, portanto, voltou-se para as dificuldades de se apresentar a questão indígena, enfatizando as diferenças culturais e a igualdade em direitos contidos na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação.

A respeito do fato de que o professor se configura num recurso técnico-pedagógico e sobre os livros didáticos de Geografia e História:

> *Freqüentemente os livros didáticos trazem informações incorretas e estereotipadas a respeito da cultura indígena. Neste momento do curso da 4.ª série, um estudo da cultura indígena (nível de ampliação de conceitos), é necessário. O professor deve*

> *se certificar a respeito da correção das informações a serem trabalhadas pelos alunos (PENTEADO, 1994:.141, 142).*

Quando o país inicia uma política de reparo às injustiças cometidas e legitimadas dentro das escolas e concede o direito a uma educação diferenciada para as comunidades indígenas, surge um pressuposto pertinente, que vem a ser a educação fora do contexto da aldeia.

O processo educativo que ocorre fora da aldeia, levanta uma questão importante relacionada à educação indígena, e serve como uma ferramenta de percepção ou não, para estudos voltados para se modificar a visão do índio enquanto portador de uma cultura única.

A educação dentro da aldeia está pautada na valorização e estímulo das percepções dos bens culturais, mostrando as diferenças como riqueza e a cultura, enquanto um patrimônio, como o estudo das línguas faladas e formuladas por grupos distintos, e, no mesmo recorte, a educação fora da aldeia mostra o índio sem cultura e fadado ao esquecimento ou a desaparecer.

Ao sair da aldeia, para dar continuidade ao processo educativo, esses brasileiros indígenas, portadores de culturas diferenciadas, vão se deparar com os não-índios, alunos do sistema educacional, que sequer tiveram informações coerentes no seu processo de aprendizagem sobre o que vêm a ser os grupos indígenas do Brasil, já que esses manuais homogeneízam a cultura, sem enfatizar a importância de sua diversidade.

> *presentes em muitos manuais didáticos, essas imagens diversas e contraditórias dos índios parecem encobrir uma dicotomia que perpassa toda a história: ou há índios vivendo isolados na Amazônia e protegidos no Xingu, ou já estão contaminados pela civilização. É seu caminho sem volta (GRUPIONI, 1995:490)*

Na percepção de um índio que vivenciou o dentro e o fora da aldeia, por necessidade do seu grupo étnico de compreender as dinâmicas, e as idéias que o não-indígena tem a respeito da diversidade cultural, o professor Daniel reconhece as distorções apresentadas nos manuais didáticos.

> *"Os manuais didáticos ajudam a formar uma visão distorcida sobre os índios. Isso porque eles trazem uma imagem estereotipada: os nativos são sempre apresentados como seres que vivem nus, nas matas, habitando em ocas ou tabas e que cultuam vários deuses, entre os quais, Tupã". (DANIEL MUNDURUKU, 2000:.21).*

Segundo (GOMES, 1996, p. 87): "discutir, compreender e pesquisar sobre a relação entre a cultura, escola e diversidade étnica e cultural nos possibilita um olhar mais aguçado sobre a instituição escolar e a adoção de novas práticas pedagógicas."O processo educativo, mesmo que contextualizado, necessita de continuidade em torno do local em que ele é concebido.

2.1 A educação dentro e fora da aldeia: educação indígena e não-indígena no mesmo recorte

Uma das particularidades do processo dentro da aldeia é a valorização do conhecimento como suporte de mudança das imposições do chamado "homem civilizado":

> *Na aldeia é assim: educar é fazer sonhar. Aprendi a ser índio, pois aprendi a sonhar. Ia para outras paisagens. Passeava nelas, aprendia com elas. Percebi que na sociedade indígena educar é arrancar de dentro para fora, fazer brotar os sonhos e, às vezes, rir do mistério da vida. (DANIEL MUNDURUKU, 2000 p. 71)*

As significações dadas pelos povos indígenas ao imaginário do outro transformam a educação em uma troca de experiências entre o educando e o educador. O aluno deixa de ser objeto do processo e assume também a postura de sujeito, participando e contribuindo. De acordo com a visão do mesmo autor:

> *Em torno da aldeia é assim: Na sociedade pós-moderna ocidental, educação significa a mesma coisa: tirar de dentro, jogar para fora. Decepcionei-me ao ver que os professores agiam ao contrário. Colocavam de fora para dentro. Os sonhos ficavam enlatados dentro das crianças e jovens. Não tinham tempo para sair. Aprender, para o ocidental, é ficar inerte ouvindo uma multidão de bobagens desnecessárias. As crianças não têm tempo para sonhar, por isso consideram uma grande chantagem do adulto para tirá-las de dentro de casa. (ibdem)*

Podemos perceber esses argumentos nos indicadores de evasão escolar de séries iniciais dos alunos da escola pública, que tentam descobrir na vida prática a função dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Validar alguns conteúdos apresentados em livros didáticos, em algumas situações, é muito desafiante. O educador percebe uma escola real e outra ideal, e tenta fazer sua parte.

3. Escola pública: entre o real de fato e o ideal de direito

São inegáveis os avanços da educação pública em todas as esferas. Todavia, não foram ainda estabelecidos padrões que atendam à demanda nacional. A proposta nacional está distante de ser uma que atenda as necessidades educacionais do país,..

Ainda nos deparamos com recursos pedagógicos certificados que dificultam a coerência de aplicabilidade e validação nos contextos existentes. Por exemplo, é o caso do livro de História da 1ª série do primeiro ciclo do ensino fundamental que inicia-se com fábulas, e no seu capítulo 1° intitulado "Era uma vez no castelo da Bela Adormecida", apresenta-se enquanto uma iniciação ao ensino de História e que entra em contradição com a filosofia proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

No Primeiro Ciclo do PCN de História do Ensino Fundamental está estabelecido que o ensino e a aprendizagem da História estão voltados, inicialmente para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações, o modo de vida social, cultural e econômico da sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas.

Segue um trecho do livro de história citado acima e que entra em contradição com o estabelecido no PCN e aprovado no PNLD 2007 :

> *A Bela Adormecida*
>
> *Eu sou AURORA, PRINCESA do reino. FILIPE e eu estamos casados e felizes há muitos anos.*
>
> *Parece que foi ontem que FILIPE nos salvou das garras de MALÉVOLA...*
>
> *Tudo começou no dia em que nasci. Meu pai, REI ESTEVÂO convidou muitas pessoas para celebrar meu nascimento...(LIMA, 2006: 10)*

É desafiante compreender a contribuição e base que textos como o citado acima pode auxiliar no processo de formação nas series iniciais dentro do contexto escolar.

A educação pública no Brasil, apesar de todos os avanços e documentos de base voltados para uma melhor percepção e utilização do espaço escolar, encontra-se ainda em fase de expansão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394/96, date de 1996, e o Plano Nacional de Educação, no caso a Lei nº. 10.172 de 2001, estejam ainda, em certa medida, no papel (BRASIL, 1997, 1998, 2000, 2001 e 2002). A respeito do tema, afirma (BRANDÃO, 2006, p.13): "sabe-se que no Brasil, há leis 'que pegam' e outras que 'não

pegam'. Tão grave quanto isso é a interessada ocultação cotidiana das razões pelas quais algumas funcionam e outras não".

Hoje, realmente, vê-se um enorme contingente de pessoas com acesso à sala de aula e professores "bem preparados" e, como resultado, angustiantes números de analfabetos funcionais. Então, esse acesso que sempre foi visto como garantia de sucesso passou a ser sonho.

> *A educação e as suas instituições sofrem, ademais, a ação das forças sociais que o desenvolvimento brasileiro vem liberando. A educação de tipo acadêmico e livresco não está sendo procurada pela população brasileira, em virtude dos ensinamentos que ministra, mas pelas vantagens que oferece e pela maior facilidade dos seus estudos. De forma que nem professores nem alunos lá estão seriamente a buscar sequer os próprios objetivos caracterizadores da escola, o que leva a uma complacente redução desses mesmos objetivos à "passagem nos exames"(TEIXEIRA, 1976:49)*

A escola que existe de fato, talvez não seja a sonhada e idealizada por Anízio Teixeira, que sonhava com uma escola de direito, sonho dividido entre tantos teóricos como Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, dentre outros. Trazendo a percepção de (FERNANDES, 2004, p.292) "Para o sociólogo, o fundamental não está apenas na existência de 'crescimento econômico' ou de 'desenvolvimento educacional', e sim, o tipo de 'crescimento econômico' e de 'desenvolvimento educacional'". É na percepção da qualidade do processo educativo, tendo como objeto os livros e todas as possibilidades que estes apresentam, no que se refere à proposta do referido artigo.

Referências bibliográficas

BEZERRA, H. G.; LUCA, T. R. Em busca da qualidade: PNLD história – 1996-2004. In: SPOSITO, M. E. B (Org.) **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27-53.

BRANDÃO, C. F. **Plano Nacional de Educação: (Lei nº10.172/2001):** discussão dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?** Brasília: MEC/SEF. 2002.

_____. **Guia do Formador**. Brasília: MEC/SEF. 2002.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural/orientação sexual. 3a. ed. Brasília: A Secretaria, 2001. 164p.

_____. **Constituição 1988**. Brasília: Senado Federal, 2000. 393p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.
_____.Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História, Geografia**. Secretaria de Educação do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997. 166p.:
DANIEL MUNDURUKU (Org.). **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Angra, 2000.
DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1996. p. 162-167.
FERNANDES, F. Universidade e Desenvolvimento In: IANNI, O. (org.). **Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
GOMES, N. L. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 85-91.
GRUPIONI, L. D. B. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, A. L. de.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 481-496.
LAKATOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Cientifico**. São Paulo: Atlas, 2001
LIMA, M. **História**: Livro do Professor. São Paulo: Ática, 2004.
PAES, M. H. R. A questão da língua na escola indígena em aldeias paresi de tangará da Serra-MT. **Revista Brasileira de Educação**. N. 21. set./dez. 2002.
_____. **"Cara ou coroa": uma provocação sobre educação para índios**. **Revista Brasileira de Educação**. N. 23. mai./ago. 2003.
PENTEADO, H. D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** São Paulo: Cortez, 1994 p.141- 142.
SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. 575p.
SPYER, M. A. questão da identidade étnica na sala de aula: a cultura indígena. In: DYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p.162-167.
SPOSITO, M. E. B. (org.) **Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
_____. Apresentação. In: SPOSITO, M. E. B (Org.) **Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 7-12.
TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
YUS, R. **Temas Transversais**: em busca de uma nova escola. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 21-48.

Livros didáticos consultados:

Coleções de livros didáticos – Manual do professor das séries iniciais (1ª a 4ª Séries do Ensino fundamental I), disciplinas de História e Geografia, de editoras diversas homologadas pelo Ministério da Educação, oferecidas para consulta e escolha nas escolas públicas através do PNLD 2007, perfazendo um total de 25 coleções e 100 títulos pesquisados.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relato de Viagem de um Médico Italiano: Fonte para o Estudo das Práticas de Saúde

Leonor Carolina Baptista Schwartsmann*

Resumo: O relato de Giovanni Palombini discorre sobre as condições de exercício profissional e de vida na Itália através de um paralelo com o que encontrou no interior do estado do Rio Grande do Sul, no início do século XX. Entre as razões que causaram a sua vinda encontram-se dificuldades relativas ao exercício profissional associadas à presença de pobreza no campo e violência nas cidades italianas, com as implicações dessas na saúde da população. Verificou que no Brasil as más condições alimentares estavam na origem de doenças como a tuberculose, o consumo disseminado de bebidas alcoólicas era causa da alta incidência de alcoolismo, a presença de sífilis era freqüente e o uso difundido de armas favorecia a criminalidade. Suas observações encontram-se dentro da perspectiva dos higienistas onde se observa também a permanência das influências do humorismo hipocrático.
Palavras-chaves: História da medicina – higiene – teoria humoral

Abstract: The report written by Giovanni Palombini, a physician who traveled throughout the countryside of the State of Rio Grande do Sul, illustrates the conditions of medical practice and life he found in Brazil, in the begin of the 20th century, following a comparison of what he had seen in Italy. Among the reasons that caused his immigration were difficulties related to his job linked to the poverty in the countryside and violence in the Italian cities, which reflected upon the health of the population. He noticed that poor conditions of alimentation were the root of diseases like tuberculose, the disseminated consumption of alcoholic beverage leaded to alcoholism, the incidence of syphilis was high, the use of guns favored criminality. His analyse are related to the hygienist ideas and also suffered influence of Hippocratic humoralism.
Keywords: History of medicine –hygiene – humoral theory

O médico italiano Giovanni Palombini percorreu o interior do Rio Grande do Sul durante a primeira década do século XX. Ele é o auto do relato de viagem não publicado intitulado *Uso e costumes do Rio Grande do Sul.* Neste relato encontra-se informações sobre condições ambientais, flora, fauna, modos de vida dos imigrantes, indígenas, negros e relações inter-étnicas. O objetivo deste relato era ser utilizado para fins de incentivo à imigração italiana.

As apreciações que mostram a formação higienista do médico permeiam o relato. A estruturação deste segue as influências contidas no protocolo de origem neo-hipocrática de observações de viajantes o qual orientava a maneira de processar as investigações ambientais obtidas por médicos e membros correspondentes nas expedições a países tropicais. O protocolo partia das circunstâncias mais gerais do meio até alcançar aquelas particulares ao

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da PUCRS, Bolsista do CNPQ.

doente. O médico examinava sucessivamente os *circunfusa* (meteorologia, hidrologia, geologia, climas e habitações), os *ingesta* (alimentos e bebidas), os *excreta* (excreções e banhos), os *applicata* (vestimentas e cosméticos), os *percepta* (costumes, sexualidade, emoções, higiene pessoal) e, por fim, os *gesta* (movimentos habituais, atividades profissionais) (EDLER, 2001).

O relato de viagem de Palombini serve como substrato para a análise do pensamento médico contemporâneo. Neste trabalho privilegiar-se-á algumas das categorias relativas ao impacto direto sobre a saúde que são as evocações sobre a alimentação, a tríade tuberculose-sífilis-alcoolismo, a higiene corporal e a vida nas cidades.

Alimentação e Saúde

Observa-se que Palombini faz uma crítica social do estado geral da população que ele conhecera e tratara na Itália e também aquela do Brasil através de suas informações sobre a alimentação e as descrições destas nos tratamentos indicados aos seus pacientes. Ele utiliza as características da alimentação como um índice de riqueza ao comparar a vida das cidades e a da campanha na Itália onde exercera a profissão. Considerava a carne de gado não só como alimento, acreditava que fosse benéfica para o tratamento em casos de doença,aguda principalmente para os camponeses que não tinham acesso a ela ou se encontravam com deficiência alimentar crônica (PALOMBINI, s.d.). Sabe-se que na Itália a alimentação do camponês era pobre. Conforme relatos de imigrantes, carne assada não era prato habitual da população camponesa italiana (MAESTRI, 1996).

Sua preocupação relacionada ao consumo de carne de gado foi relatada no encontro que teve com uma paciente idosa que disse nunca ter comido carne de vaca ou de galinha, mas, raríssimas vezes, carne de porco ou de cordeiro. Na mesma localidade, quando sabia não ser dia de festa, ao encontrar algum camponês com um pedaço de carne na mão, perguntava: “Bom dia, quem está doente em casa? -Minha mulher de um tempo para cá está fraca, mas agora lhe deu uma pontada, que eu cheguei a julgar que não chegasse à amanhã. Assim vim chamá-lo e tive de comprar carne” (PALOMBINI, s.d.: 206). Em outra ocasião, ao visitar doente tuberculosa foi retrucado por prescrever alimentos para o tratamento em vez de medicamentos fornecidos de graça pelo dispensário municipal (PALOMBINI, s.d.).

Ao recordar sua vida nas grandes cidades italianas, menciona que os pobres viviam em condições deploráveis, na miséria, alimentando-se de lixo e com os filhos escrofulosos (PALOMBINI, s.d.). Salienta que a Itália era muito populosa e suas riquezas

foram desproporcionadamente distribuídas por heranças, há séculos, e onde os ricos possuíam as melhores terras (PALOMBINI, s.d.).

No Brasil, também utiliza o consumo de carne na comparação que faz entre os citadinos e os habitantes da zona rural. Esta é de fácil acesso nestas regiões o que determinaria as características físicas e nutricionais da população rural. Salienta o poder do chimarrão como complementar ao da carne. "Nas cidades diz-se que aos pobres falta o pão, aqui para se dizer que a uma pessoa falta tudo, diz-se que lhe falta a carne" (PALOMBINI, sd:205).

Critica o desperdício de alimentos numa fazenda, ao ver que o caldo da carne, que para ele tinha propriedades benéficas, ser desperdiçado após a cocção (PALOMBINI, s.d.). Considerava os caldos de galinha como parte do tratamento para doentes com tuberculose apesar de ser rara a criação de galinhas. Constata também que o hábito alimentar local não se adequava à oferta alimentar, uma vez que a abundância de aves selvagens não se refletia no consumo alimentar (PALOMBINI, s.d.). Esta importância apregoada aos caldos era oriunda dos conhecimentos das capacidades fisiológicas desses de serem absorvidos sem a exigência de um trabalho especial por parte da mucosa digestiva e também por combaterem a desassimilação orgânica e impedirem a inanição mineral (ACHARD, 1896). No relato, além da utilização de caldos, não há descrição de outra forma de tratamento, nem das condições da paciente tuberculosa tratada pelo médico além de ser pobre e negra. Este não observou que os doentes principalmente entre os mais pobres adoeciam por experimentarem péssimas condições de existência ao mesmo tempo em que se complicavam a situação de abandono e penúria a que estavam sujeitos (GILL, 2004).

A tuberculose era associada à nutrição e às condições de hábitos e vida da população, atacando toda a população indiferentemente, o que servia a um discurso moralizador. As piores condições de vida eram restritas à população considerada mais carente e mais perigosa ou à mais devassa e imoral (prostitutas, bêbados, etc.) (WEBER, 1998). Nos conhecimentos das causas da tuberculose, considerava-se que haveria também uma predisposição hereditária, clima desfavorável, vida sedentária, falta de luz, ventilação defeituosa e/ou emoções deprimentes. A teoria das emoções como causa de doença sobreviveu até meados do século XX com o advento de sua cura (SONTAG, 2003).

Em sua estadia na cidade de Porto Alegre visitou o Mercado Público. Além de ficar impressionado com o excesso e variedade de alimentos oferecidos notou a presença de variedade de ervas medicinais apresentadas sob diferentes formas e identificações (PALOMBINI, s.d.).

Palombini identifica os consumidores das ervas e dos remédios que são vendidos no mercado como sendo aqueles que não tem condições de pagar médicos, os que não querem ir para hospital ou os que da "ciência médica não conseguiram tirar nenhum resultado e que desenganados pelos médicos, se fazem tratar por práticos, os quais experimentam, então, uma quantidade de tais fármacos, um atrás do outro" (PALOMBINI, s.d.:249). As desigualdades sociais e culturais no Brasil se refletiram no uso dos remédios uma vez que o acesso aos produtos de farmácia e drogarias era quase sempre uma prerrogativa dos brancos ricos. Os setores menos favorecidos da população contavam com remédios caseiros, fórmulas feitas com ervas nacionais e produtos recomendados ou administrados por curandeiros, práticos, etc. (EDLER, 2006).

A tríade Alcoolismo, Sífilis e Tuberculose

Palombini considera excessivo o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil. Ao comparar com a Itália constata que no Brasil ela era também responsável por conduzir o homem ao cárcere, ao manicômio, ao hospital e ao túmulo (PALOMBINI, s.d.). Esta relação ente alcoolismo e violência acreditava ser facilitada pelo uso disseminado de armas como parte da indumentária habitual dos gaúchos (PALOMBINI, s.d.).

A utilização do álcool sob variadas formas assumiam caráter medicinal e encontravam-se dentro de uma tradição européia de origem mediterrânea que foi transposta ao Brasil e ao Rio Grande do Sul e utilizada ainda tardiamente (GOUBERT, 2001). Palombini reconhece a utilização deste para fins de saúde pela população e que a cachaça era, no campo, o "salva-tudo". Com ela se faziam tinturas medicamentosas de todos os gêneros e nestas eram incluídas as ervas conhecidas pelos índios como medicinais. Lastima que não tenha tido oportunidade de estudar estas ervas (PALOMBINI, s.d.). Relata:

> *Sobre as chagas cachaça, cachaça para as dores de cabeça, para as diarréias, para as doenças do fígado, para os anêmicos, para os sifilíticos, para os alcoólatras. Ela aquece, refresca acalma, excita ou revigora, de acordo com as qualidades do remédio vegetal que lhe foi acrescentado e consoante as boas intenções do que a propricia e a fé de quem a tolera.(PALOMBINI, s.d.:87).*

As observações de Palombini seguem a crença da associação entre sífilis e alcoolismo e os malefícios potencializados por ambas as doenças. Acreditava-se, no início do século XX, que ambas estavam vinculadas com a tuberculose e outras doenças, como as da nutrição que predisporiam a infecção (PROUST, 1904).

Neste período era corrente a crença que o contato com objetos inertes facilitaria a transmissão da sífilis. Entre estes destacavam-se roupas de cama, vestimentas, assentos dos banheiros públicos, copos de mesa, cachimbo, cigarros, lápis, objetos de *toilete.* Palombini observa uma alta incidência de lesões sifilíticas na boca dos homens no campo. Uma das possibilidades de contágio difundida na população seria a transmissão desta doença no momento da passagem da cuia de mate por uma bomba que não fosse de prata. O médico sustenta ironicamente que foi persuadido a aceitar esta crença já que teve "freqüentíssimas vezes de curar manifestações primárias sifilíticas no interior da boca e sobre a língua, em pessoas estimadíssimas e de reputação inatacável que se encontravam no campo" (PALOMBINI, s.d.). Estas lesões indicavam a prática de atos sexuais não convencionais e eram consideradas um bom índice para se medir o excesso sexual de um grupo social ou de um indivíduo no Brasil, até as primeiras décadas do século XX (CARRARA, 1997).

Palombini destaca a maneira indiferente que fazendeiros se referiam a licores, ioduretos, hidragírio e Neosalvarsan, medicamentos usados no tratamento da sífilis (PALOMBINI, s.d.). Conduta semelhante foi também notada por Gilberto Freire em seu livro *Sobrados e Mucambos*. Este autor identificou que os rapazes brancos e de famílias senhoris das áreas agrárias se gabavam das doenças venéreas numa afirmação não só de virilidade precoce como de superioridade de classe e de raça (FREIRE, 1977).

Higiene Corporal

Palombini nota que purgantes como óleo de rícino, xarope pagliano e "outras punições de Deus" faziam parte do mostruário de vendas de caixeiros viajantes (PALOMBINI, sd:191). O uso destes medicamentos seguiam também as idéias ainda vigentes da teoria humoral. O funcionamento do corpo humano e as causas das doenças eram baseados na idéia do equilíbrio interno dos fluidos considerados como a chave da manutenção da saúde (PORTER, 1998). O fluxo de idéias em circulação na Europa que difundiram as regras de higiene e práticas curativas aqui adotadas acabaram sedimentando medidas como sangrias, purgas, vômitos, banhos e suadouros (ANDRADE LIMA, 1995).

Palombini considera que o clima no Rio Grande do Sul era o melhor que se possa imaginar, sem os excessivos rigores do inverno ou do verão. Mesmo no verão, apesar de temperaturas próximas aos 40º, a temperatura era atenuada pela continua ventilação, favorecida pelos escassos obstáculos. Compara a influência do clima com aquele da Itália onde sempre se encontravam corpos humanos congelados de frio durante o inverno nos Alpes.

(PALOMBINI, s.d.). Já as cidades costeiras como o Rio de Janeiro beneficiavam-se da proximidade do mar. Palombini reconhece ser o banho de mar possuidor de caráter higiênico e o ar da praia "impregnado de eflúvios silvestres e marinhos, aquele oxigenado ambiente, que predispõe ao otimismo, à fé e à alegria" (PALOMBINI, s.d.:357).

Desde o início do século XIX, a noção de cura estava associada principalmente às estações balneárias marítimas. Alguns médicos afirmavam que era necessário beber a água do mar por considerarem o sal marinho benéfico, a maioria recomendava o mar para banhos (PORTER, 1998). Apesar de Palombini relatar não ter conhecido estações climatéricas ou balneárias no RS, anúncios em jornais já apregoavam os seus benefícios (A FEDERAÇÃO, 1908).

Vida nas Cidades

Nas apreciações relativas à vida das grandes cidades da Itália, observa-se que as anotações de Palombini são carregadas de emoção referentes à saúde das famílias citadinas italianas. "Quantas dores, e quantas desilusões, quantas humilhações, quanta fome, quantos delitos e quantos suicídios!" (PALOMBINI, sd:44). Notou que os citadinos estavam habituados a uma existência de prudência e luta, de esperanças e desilusões. Esta suas experiências lhe trouxeram tristes recordações, imagens dolorosas e indeléveis (PALOMBINI, s.d.). Considerava ser a família desestruturada, a mulher possuía um papel negativo o que era exemplificado por acompanhar os bêbados nas noites, em biscas, bailes e orgias. Os pais se abasteciam dos lixos nas ruas e seus filhos eram escrofulosos. Compara a visão de um trem elétrico, numa cidade italiana, com seus dois faróis vermelhos e a sineta que soa a cada encruzilhada, à imagem de um monstro de hábitos noturnos (PALOMBINI, s.d.).

Palombini é adepto das teorias miasmáticas que persistem no início do século XX. Considerava que entre os malefícios da vida nas cidades também estava o movimento de terras e a poeira que eram os causadores de doenças. Por sua vez o ar do campo seria benéfico para a saúde e caráter da população; favoreceria os pulmões e o sangue, e tornaria os homens belos e as mulheres robustas. O médico acrescenta:

> *Estou convencido de que as anemias, tão comuns entre as mulheres e crianças e que também atingem àqueles homens, obrigados por sistema de vida ou trabalho, a permanecer todo o dia em casa, nas proximidades de ruas empoeiradas, provenham na maior parte de respirarem um ar muito carregado de matérias nocivas, orgânicas e materiais (PALOMBINI, s.d.:107).*

As suas observações relativas à movimentação das ruas encontram reflexo nos relatórios da Diretoria de Higiene do RS. Acreditava-se que os miasmas eram os responsáveis pelas transmissões das doenças, principalmente a tuberculose, que ocorriam devido ao movimento de terras nas ruas (RELATÓRIO DA DIRECTORIA DE HYGIENE,1904).

Palombini lembra o papel dos urubus, aves de rapina, e seu papel fundamental nas cidades para a limpeza e impedimento da proliferação dos miasmas que poderiam empestar o ar. Cita o caso de um amigo italiano, recém chegado da Itália, que foi multado em 35 liras por tê-la caçado, muito dinheiro na época. Não sabia que as cidades brasileiras protegiam estas aves, principalmente as que viviam nas proximidades de matadouros (PALOMBINI, s.d.).

Nas questões de degradação ambiental Palombini revela uma precoce consciência ecológica ao observar o estado das águas que banham cidades como Rio Grande. Este momento também é utilizado para fazer uma critica social das condições de vida da população por ele presenciadas em seus deslocamentos.

> *Na praia descoberta e naquela coberta de pouca água suja, viam-se numerosos objetos já feitos e produzidos pelo homem, por ele usados, por ele empregados, por eles lançado àquele esquecedouro...lata de querosene que já terá servido para iluminar o trabalho noturno do operário ou as besuntadas cartas de baralho dos bebedores de cachaça, no botequim...Quem sabe se entre aqueles copos, ora condenados à eterna água salgada e à ignomínia da lama, não existe algum culpado de algum obsceno brinde, ou de maus tratos a alguma pobre senhora, de ter partido a cabeça de algum ébrio, nas tabernas? (PALOMBINI, s.d.:260-1).*

Esta sua linha de pensamento coincide com a dos românticos. Pode-se dizer que a medicina contribuiu de maneira importante para o nascimento do movimento romântico por conter a idéia ecológica, o reconhecimento comum aos românticos da ligação entre o homem e o universo (TSOUYOPOULOS,1999). Acreditava-se que haveria uma ligação entre a medicina e o aperfeiçoamento da espécie humana visto na relação higiene e moral. Ao apoiar-se na biologia, o problema social se transformaria em moral: a miséria seria o castigo de um crime, a prostituição obedeceria à causa morais, a luta de classes incluiria um componente racial ao relacionar o estilo de vida do proletário ao do selvagem (DI FILIPPO, 2003).

O discurso de Palombini referente à saúde mental identifica-se à reação dos indivíduos percebidas frente aos problemas condicionados pela modernização, ocorridos no final do século XIX. Esta reação era caracterizada por uma falta de adaptação a novas condições de trabalho que traziam consigo uma aceleração e uma mecanização extremas. A dificuldade de adaptação se mostrava por sintomas psicossomáticos que a sua vez impulsionaram a mudança tanto na forma de ofertas terapêuticas como também de novos

modelos de papéis. A perspectiva de um retorno à vida do campo seria uma alternativa a civilização das metrópoles modernas percebidas como destrutivas. Por sua vez, a natureza, ainda não civilizada já não era percebida como ameaçante, senão mesmo que a própria civilização se convertia numa ameaça (REICHARDT, 2006).

Conclusões

Através da comparação que faz entre as condições de vida na Itália tanto dos camponeses como dos habitantes da cidade pode-se inferir sobre as condições de vida da população italiana que ocorreram no momento de sua decisão de emigrar para o Brasil. Ao traçar o paralelo com o que encontrou no Brasil percebe-se como eram as condições de vida das populações de áreas rurais do interior do Rio Grande do Sul e as práticas de saúde vigentes.

Apesar do surto de desenvolvimento das ciências e do advento da medicina científica moderna que ocorre a partir da segunda metade do século XIX, percebe-se que práticas médicas de formação neo-hipocrática permaneceram arraigadas nas mentalidades, contribuindo fortemente para a formação da consciência médica popular e impregnando hábitos e práticas da vida cotidiana.

Palombini é considerado um indício, um elemento revelador de um fenômeno mais geral que é a visão de mundo de uma classe social. Através da utilização deste indício se poderá reconstruir as trocas e as transformações culturais relacionadas à saúde que ocorreram no RS, no início do século XX, a partir do contato de um médico italiano com uma nova realidade.

Referências bibliográficas:

ACHARD, CH. *Notions de Pathologie et Indicatios Thérapeutiques Générales*. In: ROBIN, Albert (org.). ***Traité de Thérapeutique Appliquée.*** Paris: J. Rueff, 1896. Vol. 4.

ANDRADE LIMA, T. *Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX.* In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. II, n. 3, nov. 1995-feb. 1996. Pp. 44-96.

AOS SENHORES Viajantes. In: **A Federação,** Porto Alegre, 12 ago. 1908. P. 2.

CARRARA, Sérgio. *A Geopolítica Simbólica da Sífilis: um ensaio de antropologia histórica.* In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos,** v. III, n. 3, nov. 1996; fev. 1997. Pp. 391-408.

COMPANY, Zeli T. **Os Salvadores das Garras da Morte:** medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1928). Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 2006.

DI FILIPPO, Josefina. **La Sociedad como Representación. Paradigmas Intelectuales del Siglo XIX.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

EDLER, F.C.: *De olho no Brasil: a Geografia Médica e a Viagem de Alphonse Rendu*. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos,** Rio de Janeiro, v. VIII, (supl.), 2001. Pp. 925-43.

EDLER, Flávio C. **Boticas e Pharmacias:** uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FEDERSPIL, Giovanni; BERTI, Tito. *Les Stratégies Thérapeutiques.* In: GRMEK, Mirko D. (org.). **Du Romantisme à la Science Moderne.** Vol. 3. *Histoire de la Pensée Médicale en Occident.* Paris: Éditions du Seuil, 1999.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

GILL, Lorena. **Um Mal de Século:** tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930. Tese de Doutorado em História. PUCRS, Porto Alegre, 2004.

GOUBERT, Jean-Pierre. *A Divina Garrafa: viagens, alcóois e remédios nos dois hemisférios dos séculos XVI ao XX.* In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (supl.), 2001. Pp. 945-58.

MAESTRI, Mário. *A Travessia e a Mata: memória e história.* In: **Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana; Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo Brasileiro.** Caxias do Sul 24 a 27 de abril de 1996

PALOMBINI, Giovanni. **Usos e Costumes do Rio Grande do Sul.** S.l: s.d.

PORTER, Roy. *Les Strategies Thérapeutiques*. In: GRMEK, Mirko (org.). **Histoire de la Pensée Médicale en Occident.** Vol. 2 : *De la Renaissence aux Lumières.* Paris: Seuil, 1999.

PROUST, A. **Traité d'hygiène.** Paris: Masson et Cie. Éditeurs, 1904.

REICHARDT, Ulfried. *American Nervousness: la neurastenia y el replanteo de los roles de género en los Estados Unidos hacia 1900.* In: OLBRICH, Taja; BONGERS, Wolfang. **Literatura, Cultura, Enfermedad.** Buenos Aires: Paidós, 2006.

RELATÓRIO DA DIRECTORIA DE HYGIENE. In: **Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de Agosto de 1904.** Porto Alegre: Officinas Typographicas de Emilio Wiedemann & Filhos, 1904.

SEVERO, Fernanda. *O Mercado Público Central de Porto Alegre e os Múltiplos Tempos de uma Cidade*. In: GAUER, Ruth M. C. (coord.); SILVA, Mozart L. **Tempo/História.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SONTAG, Suasan. ***La Enfermedad y sus Metáforas.*** Buenos Aires: Tausus, 2003.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Cachaça, Vinho, Cerveja: da colônia ao século XX*. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 33, jan.-jun. 2004. Pp. 56-75.

TSOUYOPOULOS, Nelly. *La Philosophie et la Médicine Romantiques.* In: GRMEK, Mirko. (org.). **Histoire de la Pensée Médicale en Occident.** Vol 3 : *Du Romantisme à la Science Moderne.* Paris: Seuil, 1999.

VECA, Alberto. *Imagens da Alimentação na Arte Moderna.* In: MONTANARI, Massimo (org.). **História da Alimentação.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

VIGARELLO, Georges. **História das Práticas de Saúde:** a saúde e a doença desde a idade média. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

WEBER, Beatriz. *Saúde Pública e Governos Positivistas: os limites da prática*. In: **Estudos Ibero-Americanos**, v. 24, n. 1, 1998. Pp. 131-148.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um olhar sobre a obra de Alcides Pereira dos Santos: notas preliminares

Suzana Guimarães*

Resumo: Este texto é resultado do meu projeto de doutorado apresentado no ano de 2006, que versa sobre a tentativa de investigar o universo explicativo-mítico-religioso-construtivo do pintor e sua relação com o momento histórico retratado (1977-1992). Ou, de outra maneira, conceber o artista como uma antena, um radar que capta subjetivamente mundo e suas particularidades. Um sujeito-artista capaz de produzir imagens vistas como rastros definitivos de práticas culturais que ao mesmo tempo em que constroem a idéia de mundo, vão construindo outros possíveis Alcides.
Palavras-chave: Cultura Popular –Arte Contemporânea – Subjetividade

Abstract: This job is the result of my Doctoral project started in 2006, that is an attempt to investigate the explicative-mythical-religious-constructive universe of the plastic artist Alcides Pereira dos Santos and its relation with the historical context portrayed on his works (1977-1992). Besides, in another way, it conceives the plastic artist as an antenna, a radar that subjectively catches the world and his particularities. A citizen-artist able to produce images that can be seen as definitive tracks of cultural habits that, at the same time, can either build an idea of the world, or the idea of other possible Alcides.
Keywords: Popular culture, Contemporary Art, Subjectivity.

A inspiração para este projeto vem da possibilidade de investigar a produção plástica do artista Alcides Pereira dos Santos, a partir da década de setenta (século vinte), na cidade de Cuiabá-MT, cuja criação artística opera com elementos oriundos do universo popular. Trabalhando numa perspectiva artística e histórica pretendo interrogar o trabalho de Alcides do ponto de vista da criação, buscando entender a sua relação com o momento histórico e as mudanças socioculturais da sociedade contemporânea, sem, contudo fazer dessa relação estética tão somente um reflexo dessas mudanças sociais ou vice-versa. A idéia é outra. Acredito num entrecruzamento de práticas que se intercambiam sem necessariamente estabelecer uma relação mecânica de sujeição. Desta forma, compartilho do pressuposto de que o real é construído a partir de variadas tramas que se movem segundo uma combinação de operações indeterminadas, uma organização provisória de possíveis formas do ser (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003:27).

Ou ainda, como nos afirma Ferreira Gullar, "a arte é muitas coisas". E uma das coisas que a arte é, passa pela invenção de um outro mundo que, certamente, o artista cria a partir de sua cultura, de sua experiência de vida, e de seus elementos culturais dos mais diversos, com os quais é afetado e atravessado incessantemente na sociedade. Desse ponto de

* Doutoranda e bolsista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -PUC-RS/CAPES.

vista a produção da subjetividade individual (no nosso caso, artística) é o resultado de uma junção de determinações coletivas de múltiplas espécies, não apenas sociais, mas também econômicas, políticas, tecnológicas de mídia, entre outras (GULLAR,1993:105).

Embora o artista plástico Alcides Pereira dos Santos não tenha sido o foco da investigação que realizei para a minha dissertação de Mestrado em História[1], foi a partir desta pesquisa que tive contato com sua obra. Devo dizer que suas telas muito me inquietaram, principalmente pela distinção entre seus pares, na medida em que sua pintura, por exemplo, emerge como uma espécie de cenário para uma eterna recriação do mundo bíblico. Como os demais de seu grupo (novos artistas que formariam o que se considerava como sendo a segunda geração de pintores de Mato Grosso em meados da década de setenta), Alcides foi legitimado pela crítica — tanto local quanto nacional — como um artista que segue uma pintura de tendência segundo o que se convencionou chamar de *primitiva*.

São artistas, como bem observa Fabbrini, "que não se posicionam como teóricos, que não elaboram conceitualmente seu objeto, mas, ao modo dos narradores, como mostrou Walter Benjamin, investem-se naquilo que descrevem". Suas obras, enfim, pretendem, à sua maneira simples e ingênua, retratar tudo o que vêem: a casa, o bairro, a natureza ou um fato comum do cotidiano. Neste tipo de arte o desejo de privilegiar uma produção artesanal muito próxima da *verdade* faz crer, sobretudo que a faculdade de intercambiar e de narrar experiências estão em vias de extinção. Enfim, de múltiplas maneiras para essa pintura se coloca a tarefa de figurar sua marca — "se não como a de quem vivencia, pelo menos como a de quem relata" (FABRINI, 2002:94).

De fato, ainda na segunda metade dos anos setenta em Cuiabá, percebe-se o desdobramento desta configuração regional, que se inicia com Humberto Espíndola (por sua experiência estética comprovada e aprovada nacionalmente), Dalva de Barros (por ser considerada uma expressiva pintora cuiabana), Aline Figueiredo (pela autoridade do discurso competente, devidamente legitimado no circuito nacional de arte), nas análises empreendidas pelos críticos de arte como Aracy Amaral e Frederico Morais, acerca das obras daqueles que passam a ser considerados como sendo a segunda geração de pintores de Mato Grosso: Alcides Pereira dos Santos, Gervane de Paula, Adir Sodré, Nilson Pimenta e Benedito Nunes.

---

[1]GUIMARÃES, Suzana C. S. *Arte & identidade: Cuiabá 1970-1990. Cuiabá-MT*: Dissertação de Mestrado em História, UFMT, 2002.

A ascensão de uma espécie de estética da cuiabania[2] gestada a partir da década de setenta é instituída pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cuja variante exclusiva para a linguagem visual, o discurso plástico, procura inverter, positivamente", uma versão, já cristalizada da cidade, da condição geográfica da região e do estatuto de sua cultura, como *isolada*, *atrasada* respectivamente. Este outro discurso produz um deslocamento nos textos e imagens tradicionais que diziam o lugar, ao construírem, por exemplo, uma iconografia evocativa das promissoras potencialidades naturais e culturais, que assim o são porque se mantiveram *intactas*, *isoladas*, e que agora devem ser conhecidas para serem integradas à nação.

É nessa direção que o MACP (Museu de Arte e de Cultura Popular) esboça um roteiro para a exploração de uma arte que se dizia espontânea, pura, popular, com traços acentuadamente caboclos, a exalar uma sensualidade morena, quente e úmida, própria do ambiente tropical do cerrado, cuja visualidade expressaria a verdadeira cor do chão, do índio, do homem-natureza de um Brasil interior, homem caboclo, homem-bicho "olho de dentro, o oco do mundo" (FIGUEIREDO,1979:50-1).

Tanto o discurso do reitor, que situa a universidade como uma empresa científico-cultural voltada para a produção e conscientização de um saber local, quanto o da Aline Figueiredo, que atribui à arte o papel de criação estética consciente (e comprometida) do fazer popular regional, definem uma identidade e uma diferença que traduziriam o desejo desse grupo social assimetricamente situado em relação às demais regiões, e principalmente, em relação à hegemonia cultural exercida pelo eixo Rio - São Paulo. Entre outras coisas, é preciso garantir uma forma de colocá-los no centro do processo histórico do país, e de lhes franquear o acesso privilegiado aos bens sócio-culturais.

No entanto, ao optarem por uma subjetividade regida por um princípio identitário, demarca uma diferença; todavia, não se trata apenas de delimitar uma fronteira, sabe-se que identidade e diferença além de serem atos de criação lingüística interdependentes, só fazem sentido porque estão sujeitos a vetores de forças, a relações de poder fabricadas pelos homens em seus contextos sociais e culturais (SILVA, 2000:81).

---

[2]"cuiabania" é um neologismo criado entre as décadas de 70 e 80 para designar as pessoas de um certo grupo social (a elite local) nascidas em Cuiabá. Entretanto, a palavra, cujo uso se expande, provocou a evocação de um sentido mais amplo: o jeito e os costumes das pessoas que vivem aqui, certa visão cuiabana de mundo, uma "cuiabanidade". Nestes termos passa-se a falar, então, de uma identidade cuiabana. GUIMARÃES, Suzana. C.S.Op. Cit., p.13.

Às artes visuais, pela íntima relação com o espaço, caberia produzir essa cartografia criativa, de modo a vencer limitações como distância, *isolamento* ou *provincianismo*. À pintura local caberia uma abordagem plástica que refletisse o que se considerava ser o real, abrindo espaço assim para a chamada pintura primitiva, pura, realista e popular.

Contudo, embora a idéia de regional seja recorrente na produção plástica cuiabana — ora a serviço de uma subjetividade identitária ora às voltas com uma arte supostamente mimética —, ao que tudo indica, esses artistas vão se apropriar cada um ao seu modo e uns mais, outros menos, da filiação arte-natureza-identidade reinventando outras variações inusitadas. Neste caso, tudo leva a crer que o senso compositivo multifacetado de Alcides Pereira dos Santos seja uma dessas variantes.

Alcides Pereira dos Santos nasceu em 1932, na cidade de Rui Barbosa, Bahia, mas mudou-se para Mato Grosso quando tinha 18 anos de idade, estando hoje com os seus 75 anos. Tendo se fixado em Rondonópolis, no interior mato-grossense, trabalhou em profissões díspares, como barbeiro, sapateiro, pedreiro e lida na roça. Chegou a Cuiabá em 1976 e, no ano seguinte, a religião (Evangélica) e a pintura passam a fazer parte de sua vida. Deleuze afirma com veemência que somente a absoluta necessidade gera uma vontade criadora (seja em qualquer campo da criação: arte, ciência ou filosofia), explicita que ninguém inventa (com toda a potência da palavra invenção) algo pelo simples prazer ou apenas para agradar a alguém, a um público. Essa absoluta necessidade de que fala Deleuze parece acompanhar Alcides, desde cedo, conforme afirma o artista, "a pintura Deus me deu de pequeno" e essa obstinação com o ato de pintar tem sido uma constante desde então, pois em 1977 quando o artista plástico Adir Sodré o conhece ele desenvolvia atividade de pedreiro, mas nas horas vaga pintava em placas de madeira e dependurava no quintal.

Por intermédio de outro artista, o jovem Adir Sodré, Alcides neste mesmo ano passa a freqüentar o Ateliê Livre da Fundação Cultural de Mato Grosso e no ano seguinte, além de receber prêmio-estímulo por sua participação no III Salão Jovem Arte Mato-Grossense, integra a mostra coletiva "Arte Mato-Grossense", no MACP da UFMT. Durante os 14 anos que permanece vinculado ao circuito artístico de Cuiabá, Alcides participará de vários salões de arte com premiações locais e nacionais, o que lhe rende obras no acervo de várias instituições culturais e particulares do Estado.

Por volta de 1992, o artista se muda de Cuiabá para a periferia de São Paulo, onde passa a morar com sua única filha. Recentemente, mantive contato com o proprietário da Galeria Brasiliana-SP o qual me informou que a obra de Alcides continua sendo comprada

por galerista de São Paulo[3], o que nos leva a pensar que ele continua pintando, embora não saibamos se no mesmo estilo e técnica. Enfim, nesse caso, a delimitação do recorte temporal (1977-1992), refere-se, especificamente, ao período de atuação do pintor em Cuiabá, e, particularmente, às influências culturais provocadas em seu fazer artístico.

Produto também dessa investida em prol da produção de uma subjetividade *regional*, Alcides Pereira dos Santos que "nunca pensara em ser pintor" abandona a profissão de pedreiro e passa a viver de sua pintura. Este investimento nas práticas artísticas do pintor está comprometida com a política de animação do MACP, na medida em que esta escola de artes, além de ensinar a desenhar, traçar e empregar cores na busca de uma luminosidade regional incentivava os futuros pintores a produzirem sua investigação pessoal, a encontrarem uma interpretação particular das próprias identidades integradas ao meio a que pertencem (FIGUEIREDO, 1979).

Parte considerável da obra de Alcides Pereira dos Santos oscila entre uma gênese da criação, imagens construtivas retratando o mundo do trabalho (estaleiros, fábricas, zona rural), e também elementos da natureza. Sobre sua pintura o artista diz "que é criação é paisagem, é coisa simples: rio, bicho. É natural" (REVISTA CONTATO,1993:29).

Segundo reportagem da revista *Contato*, "o artista é um homem simples, de fala mansa, muito religioso e despojado". De fato, há nos seus quadros uma recorrência ao universo mítico-religioso que seria tentador fazer de Alcides uma espécie de "pintor evangélico", nomeação dele próprio que foi legitimada posteriormente pela impressa e críticos de arte em geral (Idem).

Movido pela fé, pintar para ele é uma espécie de missão recebida de Deus, que ele procura realizá-la fervorosamente. Na composição do seu mundo Alcides, além de utilizar os traçados geométricos — aproximando do formato das histórias em quadrinhos — ele ultrapassa o aspecto da cores e linhas, utilizando também textos, de sua autoria ou extraídos da Bíblia, e que ele transcreve junto à pintura ou no chassi.

Tal qual um construtor que fora, antes de casa e agora de quadros (linguagem-mundos), Alcides meticulosamente se incumbe de pensar os elementos que vão compor sua tela, tendo o cuidado e a paciência de dar-lhes uma finalidade lógica, para que os mesmos traduzam exatamente o que concebera mentalmente. Por isso não tem pressa alguma na confecção dos quadros, ao contrário, pinta as molduras e reveste de feltro o verso da tela, agregando-lhes espelhos e pedaços de madeiras com desenhos geométricos. Como bem atesta a crítica de arte Aline Figueiredo, ele "trata o quadro como um objeto raro e único (...).

[3]Obras do artista podem ser visualizadas no site: http://www.galeriabrasiliana.com.br/.

Quanto às molduras estas têm a função de proteger o quadro tornando-o um objeto, uma caixa que o faz parar sozinho em pé (...)" (FIGUEIREDO, 1979).

Equilíbrio na composição (figuras colocadas estrategicamente); utilização de pequena gama de variação de cores (a maioria esmaltada de cores vibrantes utilizadas em pintura de portas e janelas); citações de trechos da bíblia nas telas (na tentativa de explicar sua criação plástica), o trabalho no verso da tela (o lado que ninguém vê); colocação da moldura nos quadros (tornando-o uma caixa que pode ser visto dos dois lados); predomínio do desenho (um grafismo seco e sem retoques) e, por fim, algumas vezes, a recorrência ao inusitado traçado geométrico e colorido e às superfícies chapadas que servem para delimitar os espaços monocromáticos possibilitando a visualização de ambientes diferenciados, compõem a matéria plástica de seus quadros.

Eis os indícios, pistas que me permite pensar o artista Alcides Pereira dos Santos como produtor e produto de uma experiência estética por vezes contrária ao grupo artístico ao qual ele foi vinculado, bem como ter — de certa forma — conseguido explorar suas potencialidades plásticas de maneira híbrida na qual, como aponta Canclini o tradicional e o moderno se misturam. Isto é, o artista em si mesmo não é o objeto de estudo dessa pesquisa, o objetivo é observar a relação entre poéticas populares e as formas do contemporâneo presente na composição de sua obra.

Esse desdobramento também pode ser observado em outros artistas, porém o imaginário criativo de Alcides e a particularidade como inventa e agencia seu mundo o torna para mim sujeito bastante instigante. O meu encontro com a obra do Alcides parece provocar em mim a sensação similar a de Foucault com relação a Marguerite Duras: "A presença da obra de Marguerite Duras permanece muito intensa, por mais distantes que tenham sido minhas leituras; e eis que, no momento de falar dela, tenho a impressão de que tudo me escapa" (Apud MOTTA, 2001:356).

A recorrência desses elementos semióticos que compõe a obra do artista levou Serafim Bertoloto a suspeitar que o artista talvez tivesse sofrido influência dos construtivistas russos. Mas segundo ele:

> *(...) essa possibilidade é extremamente remota, tendo visto que além de ser desprovido de qualquer recurso fausto de materiais e de escolaridade precária, um outro fator o inibiria a tratar com qualquer teoria oriunda da então extinta URSS: a forte propaganda negativa em relação ao bloco socialista que assolou o nosso país pós golpe de 64. Essa propaganda negativa da Rússia como um país sem religião, onde as pessoas comiam criancinhas, recebe apoio irrestrito das igrejas protestantes, principalmente àquela a que o artista era um seguidor fervoroso* (BERTOLOTO, 1992:12).

Não acredito que o nível de escolaridade baixa do artista pudesse tê-lo impedido de ter acesso às outras fontes de informação sobre arte, até porque suponho que de certo modo ele convivia com outros artistas (Adir Sodré, Humberto Espíndola, Clóvis Irigaray, e a própria Aline Figueiredo) que foram influenciados por uma arte veiculada internacionalmente. Com isso não afirmo que ele tenha sido influenciado pelos ícones russos, contudo, as reapropriações da obra de Alcides talvez seja o resultado de uma mistura entre as poéticas populares (mítico, religioso, narrativo, identitário) e as formas do contemporâneo (universo urbano e midiático).

Por isso, mesmo encontrando em Alcides traço de uma arte crível, caracterizado por uma postura dita realista, popular, identitária, portanto, representativa (porque toma o suposto *real* como referente), não dá para enquadrá-lo tão somente como um *pintor evangélico*, um *autêntico primitivo*, ou como aquele que faz *pintura apologética ao trabalhador*, etc.

Eu diria, a despeito de Veyne que cada prática possui seus contornos inimitáveis. Portanto, as práticas estéticas de Alcides Pereira dos Santos não cabem em explicações generalizantes, dicotômicas. Desconfio, por exemplo, que suas criações divinas sejam meramente reproduções miméticas da bíblia, ou que seus temas alusivos ao mundo do trabalho alimente tão somente seu ufanismo patriótico (VEYNE, 1998:40).

Não só isso. Até que ponto esse imaginário primitivista e localista do artista que reside em Cuiabá consegue escapar, se desvincular de uma efervescência artística, de uma gama muito elástica de atitudes e experiências que deslanchou numa multiplicidade de estilos, de fusão de gêneros, de mescla de técnicas e até de ruptura dos suportes provocada pelos revezamentos vanguardistas dos anos 60-70? Alcides certamente não rompe com os suportes, contudo cria um outro enquadramento para sua obra artística.

Num exemplo mais próximo, o articulista da Folha de São Paulo, Marcelo Coelho, problematiza o cruzamento da arte *naif* com a dita de vanguarda. Diz da impossibilidade de acreditar que, nos dias atuais, a arte *naif* seja ainda uma produção desinformada com relação à arte moderna ou desvinculada de qualquer matéria referente ao mundo contemporâneo. É, sobretudo, perspicaz quando observa que enquanto a arte moderna propunha abolir as convenções da perspectiva clássica, criticando os paradigmas da representação e condenando a idéia do quadro como imitação perfeita da realidade, ironicamente, os pintores *naif*, supostamente contrários a essa lógica moderna, também "fazem perspectiva "torta" e constroem espaços "irrealistas" na medida mesma que pretendem, ou fingem pretender, a mais exata reprodução do real" (COELHO, 2001, E8).

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do falo: uma história do gênero masculino (Nordeste-1930/1940)**. Maceió-AL: Edições Catavento, 2003.

BERTOLOTO, José Serafim. **A dimensão construtivista na obra de um artista mato-grossense**. Trabalho monográfico da disciplina semiótica da cultura. Programa de Estudos: Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, PUC-SP, mar de 1999, pp.12.

COELHO, Marcelo. O naif e a ironia no bonitinho.In: **Folha de São Paulo**, 19 de dez de 2001, pp.E8.

FABRINI, Ricardo Nascimento. O signo do regional. In: **A arte depois das vanguardas. Campinas**, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002, pp.94.

FIGUEIREDO, Aline Espíndola.Primitivo caboclo, quente e sensual. In: **Revista Contato**, nº 4, jul./79, pp.50-1.

GUIMARÃES, Suzana C. S. **Arte & identidade: Cuiabá 1970-1990**. Cuiabá-MT: Dissertação de Mestrado em História, UFMT, 2002.

GULLAR, Ferreira. **Argumentação contra a morte da arte**. Rio de Janeiro: Revan, 1993.

MOTTA, Manoel Barros da. (org). Sobre Marguerite Duras. In: **Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp.356.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mitologia e práticas alimentares do povo-de-santo e Orixás: uma ponte entre a história da alimentação e o estudo das religiões

Ana Paula Nadalini*

Resumo: O objetivo deste trabalho é unir duas áreas do conhecimento, a história da alimentação e o estudo das religiões. O Candomblé, por um lado, desempenha papel central, pois é palco para a análise da relação da memória gustativa e da religião. Esta relação é dada de duas maneiras, a primeira entre Orixás e a comida e a segunda entre o povo-de-santo e seus hábitos alimentares. E o que une estas duas vertentes é a mitologia, tradição conservada no domínio da oralidade. Por outro lado, a história da alimentação também desempenha este papel fundamental, pois, é à luz das suas idéias que o Candomblé será analisado. O resgate desta memória é feito através de entrevistas nos terreiros de Curitiba, utilizando-se os métodos da história oral.
Palavras-chave: Alimentação – Candomblé – Memória.

Résumé: L'objectif de ce travail est unir deux domaines de recherche, l'histoire de l'alimentation et l'étude des religions. D'une côté, le *Candomblé* sert comme le centre de la recherche, puis, c'est a partir de lui qu'on va analyser les relations de la religion et de la memoire du goût. Cette relation est donné par deux manières, la première entre les Orixás et le repas et la deuxième entre le *povo-de-santo* et leur habitudes alimentaires. Dans ce sens, la mitologie – tradition conservée dans le domaine de l'oralité – fait la liaison entre ces deux chemins. D'une autre côté, l'histoire de l'alimentation accomplit le rôle central aussi, car, c'est avec ses idées que le *Candomblé* sera analysé. La rançon de cette memoire est fait a travers d'entretiens réalisés dans les *terreiros* de Curitiba, où on utilise les méthodes de l'histoire orale.
Mots-clé: Alimentation – Candomblé – Memoire.

Este texto tem o caráter de informar os resultados parciais de uma pesquisa que está em desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná, no Mestrado em História. Envolvida em um campo recente e pouco divulgado da historiografia, a história da alimentação, a pesquisa tem como objeto as oferendas dos *filhos-de-santo*, dentro do Candomblé, aos *Orixás* e ainda a alimentação dos próprios *filhos*. Para tanto, este trabalho estará unindo à história da alimentação o estudo das religiões.

A alimentação é uma das primeiras necessidades humanas[1] e "acompanha a vida, mantendo-a na sua permanência fisiológica" (CASCUDO, 1983: 21). Liga, primeiramente, o

* Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná.

1 Pode-se pensar que essa também é uma necessidade dos animais ou de todos os seres vivos. Entretanto, a alimentação proposta neste trabalho é acompanhada por conceitos que não a restringem apenas ao ato nutricional. O gosto, o envolvimento afetivo do homem com o alimento e a sociabilidade proporcionada por ele fazem com que a alimentação invada o campo das ciências humanas. Brillat-Savarin dedica um livro – A Fisiologia do Gosto – para contar ao seu leitor sobre esta relação que só o homem tem com o alimento, além de explanar sobre o próprio alimento, sua origem e preparação. Cascudo também escreve que "comer é um ato humano que a inteligência tornou social"

homem ao seu próprio organismo quando satisfaz a necessidade biológica da nutrição. É também uma de suas primeiras formas de sociabilidade ligando-o aos outros homens, desde o nascimento, quando é amamentado por sua mãe, passando pelas merendas na escola, os almoços de negócio e os jantares românticos. Há ainda uma dimensão permeada pela alimentação em que o vínculo é criado entre homens e divindades, a dimensão da espiritualidade.

Na maioria das religiões o ato de comer (ou de não comer) está ligado a sua prática. As festas dedicadas aos deuses provedores dos alimentos nas religiões indígenas, o jejum em períodos de sacrifício como a Quaresma ou o Ramadã, a Eucaristia que consiste em comer o corpo e beber o sangue de Jesus Cristo, a proibição de ingerir carne de porco no Judaísmo ou de vaca no Hinduísmo são alguns exemplos disso. Não é diferente o papel da alimentação no Candomblé, religião afro-brasileira, em que são cultuadas diversas entidades, denominadas Orixás, e na qual uma das principais ligações dos homens com estas divindades são as oferendas e sacrifícios.

Para Arno Vogel "a pedra angular da piedade afro-brasileira é o sacrifício. Sem ele nenhuma passagem pode se efetuar com êxito. Os sacrifícios, no entanto, requerem que se ofereçam aos deuses as coisas de sua preferência (…)"(VOGEL, 2001: 17). Os filhos-de-santo têm suas obrigações para com as divindades, especialmente com aquela de sua origem. Um filho de Iemanjá, por exemplo, tem que tratar com carinho o seu santo, dando-lhe as comidas que ela gosta, as flores de sua preferência. Da mesma forma, tem compromissos com outros Orixás, deve satisfazê-los e relembrá-los principalmente em seu dia de festa, ou ainda por alguma necessidade específica que o Orixá pode intervir. Cascudo defende a mesma visão de Vogel quando fala que

> *nada se faz sem consultá-los e garantir sua proteção. Os homens gozam da abundância e da prosperidade se souberem satisfazê-los e, ao contrário, as catástrofes e calamidades sucedem-se na terra se esses deuses forem negligenciados ou ofendidos. (CASCUDO, 1986: 6)*

Os membros do Candomblé têm sua alimentação diferenciada de acordo com o período da vida religiosa que está passando, o Orixá de que é filho o que determina coisas que ele não pode comer. Em *Comida: uma história*, Felipe Fernández-Armesto dedica algumas páginas ao estudo da sacralização da comida e diz que "as sociedades tem hábitos alimentares que pertencem à esfera do sagrado: existem substâncias que consumimos para nos tornar sagrados ou íntimos dos deuses ou dos espíritos, outras que se interpõem entre a carne e o espírito e aumentam a distância do divino" (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2004: 60). Observa-se a partir desta citação outro caráter desta pesquisa, o estudo do não comer.

Se, de um lado, todas as sociedades possuem os alimentos simbólicos do sagrado, necessitando estes de um ritual para serem ingeridos, do outro lado existem os alimentos cujo simbolismo é negativo, é impróprio, muitas vezes imoral. O tabu alimentar está muito presente no candomblé sob o nome de quizila, que na visão simplista de Manuel Querino é a "antipatia supersticiosa que os africanos nutrem por certos alimentos e determinadas ações" (QUERINO, 1938: 76). Cada Orixá possui, além de suas preferências, os alimentos que não gosta e isto impede a sua oferenda e restringe o seu consumo.

Esta pesquisa lança seu olhar para a alimentação e o sagrado, o rito e o mito, a origem e a tradição[2]. Procura responder como os alimentos mitificados nas histórias dos Orixás[3], nas suas guerras, seus nascimentos, doenças, amores, casamentos são ritualizados pelos membros do Candomblé e passados através de uma tradição oral, através da memória. O rito, que remete à mitologia citada acima, é expresso de forma muito comum pelas oferendas e sacrifícios aos Orixás. Para Marcel Mauss

> *as relações destes contratos e trocas entre homens e destes contratos e trocas entre homens e deuses iluminam um lado inteiro da teoria do Sacrifício. Em primeiro lugar, compreendemo-los perfeitamente, sobretudo nas sociedades em que esses rituais contratuais e econômicos se praticam entre homens, mas em que esses homens são encarnações mascaradas, freqüentemente xamanística e possuídas pelo espírito de que usam o nome.* (MAUSS, 1950: 72-3)

A memória da tradição mitológica preservada na oralidade pelos membros do candomblé vai ser resgatada por meio de entrevistas, utilizando-se os métodos da história oral. Os lugares selecionados são terreiros de Candomblé, sendo esta a única religião ali praticada,[4] localizados dentro da cidade de Curitiba. Ainda dentro da metodologia da história oral, utiliza-se o critério da geração enquanto unidade de tempo. Sirinelli defende que o uso da medida da geração é fruto da inserção e valorização do homem na pesquisa histórica, pois valoriza uma curta duração (SIRINELLI, 2005: 131). Mais ainda quando se trabalha com as histórias de vida, valorizadas nesta pesquisa enquanto fonte de memória de uma tradição alimentar. Os dois terreiros escolhidos são estruturados de modo semelhante apesar da

2 Para Eric Hobsbawm, o estudo das tradições, no caso do seu livro as tradições inventadas, pode mostrar novos problemas ao historiador. Isso ocorre porque elas utilizam a história "como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal". HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.21.

3 Algumas dessas histórias foram reunidas por Reginaldo Prandi. Em certo conto, era aniversário de Iemanjá e os outros Orixás não sabiam o que dar a ela, "Exu, porém, que em pobre servente/ preparou uma plantação de inhames para Iemanjá./ Sabia que ela adorava inhames/ e este era o único presente que ele podia lhe oferecer./ No dia do seu aniversário,/ Exu colheu todos os inhames que havia plantado/ e colocou para colher ao sol". PRANDI, R. *A mitologia dos orixá*s. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.59.

4 Este critério foi adotado, pois foi constatada a existência de um grande número de terreiros, em Curitiba, onde se praticava Candomblé e Umbanda juntos. Como os membros e os pais-de-santo normalmente participavam dos dois cultos, procurou-se estabelecer um rigor para não haver confusão na análise das entrevistas.

diferença no número de membros. Os dois pais-de-santo têm quase a mesma idade e quase o mesmo tempo de exercício da função. Também migraram para Curitiba e abriram suas casas em meados da década de 80. São responsáveis por várias gerações de filhos-de-santo e por lhes transmitir o conhecimento prático e mitológico da religião. Dentro deste conhecimento, o das oferendas e práticas alimentares.

Pode-se notar a importância da alimentação quando Roland Barthes escreve:

> *Qu'est-ce que la nourriture? Ce n'est pas seulemente une collection de produits, justiciables d'études statistiques ou dietetiques. C'est aussi et en même temps un système de communication, un corps d'images, un protocole d'usages de situations et de conduites. Comment étudier cette realité alimentaire, élargie jusqu'à l'image et au signe? Les faits alimentaires doivente être recherchés partout où ils se trouvent: par observation directe dans l'économie, les techniques, les usages, les représentetions publicitaires; par observation indirecte, dans la vie mentale d'une population donnés.*[5] *(BARTHES, 1970: 309)*

A pertinência da pesquisa é justificada quando, ao final da citação, defende que a alimentação também está na vida mental da população, também está na memória.

Em vista disso, o trabalho que se seguirá com as memórias específicas dos entrevistados, mas também com uma memória coletiva, cuja temporalidade não é bem definida, pois é acompanhada de uma tradição que vem desde a chegada dos negros e de sua cultura no Brasil. É como estudar "o objeto pesado, suspenso no ar por uma quantidade de fios tênues e entrecruzados [que permanece] suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo" (HALBWACHS, 1980: 52). Sendo, portanto, a memória, o objeto; os fios são os caminhos das memórias dos grupos; e os pontos de cruzamento, as memórias individuais. Segundo Pollak,

> *a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compões uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis.(POLLAK, 1989: 9)*

Para, portanto, recuperar esta memória que se presta a dar a identidade, que está carregada de mitos e que exerce uma forte influência sobre o gosto alimentar e para analisar estes acontecimentos historicamente, esta pesquisa vai se dispor.

---

5 "O que é a alimentação? Não é somente uma coleção de produtos, justificação para estudos de estatística e dieta. É também e ao mesmo tempo um sistema de comunicação, um corpo de imagens, um protocolo de usos, de situações e de condutas. Como estudar esta realidade alimentar, alargada, chegando à imagem e ao signo? Os fatos alimentares devem ser pesquisados onde eles estiverem: por observação direta da economia, das técnicas, dos usos, das representações publicitárias; por observação indireta, da vida mental de uma dada população".

Referências Bibliográficas:

BARTHES, Roland. *Pour une psyco-sociologie de l'alimentation contemporaine*. In: HÉMARDINQUER, Jean-Jacques (org.). **Cahier des Annales (28)**. Paris: Librarie Armand Colin, 1970.

BRILLAT-SAVARIN, Jean Anthelme. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Comida:** uma história. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1980.

HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1950.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3, pp. 3/15, 1989.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

SIRINELLI, Jean- François. *A geração.* In: AMADO, Janaína & FEREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VOGEL, Arno. **A galinha d'angola:** iniciação e identidade na cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cartas de amor: memória e cotidiano em duas cidades ribeirinhas

Maria de Fátima Oliveira*

Resumo: O objetivo desta comunicação é mostrar aspectos da cultura e do cotidiano em duas cidades situadas nas margens do rio Tocantins, a partir da análise da correspondência entre um casal de namorados. O acervo, em bom estado de conservação, é composto por 57 cartas e bilhetes, além de diversos telegramas. Essa correspondência foi escrita na década de 1940, por este jovem casal, enquanto ela residia na cidade de Carolina (MA) e ele, em Pedro Afonso (TO)[1]. Os meios de comunicação utilizados pela população ribeirinha na época eram os barcos, tropas, aviões e o telégrafo. Devido à falta de estradas na região, o automóvel era pouco conhecido pelos ribeirinhos, enquanto se familiarizaram rapidamente com o constante tráfego de aviões.
Palavras-chave: Cidade - Memória - Cotidiano

Résumé: Le but de cette communicatión est de montrer les aspects de la culture et du quotidien dans deux villes situées au bord du rivière Tocantins, à partir de l'analyse de la corespondance de un couple. L'acerve**,** en bon état de conservation, est composé de 57 lettres et billets, et en plus de plusieurs télégrammes. Cette correspondance a été écrite dans les annés 1940 par ce jeune couple, alors qu'elle habitait à Carolina (MA) e lui à Pedro Afonso (TO). Les moyens de communication utilisés par la population riveraine à l'époque, étaient les bateaux, les troupes, les avions et le telegraphe**.** Vu le manque de routes dans la région, l'automobile était peu connue par les riverains, tandis qu'ils se sont familiarisés très vite avec le trafic constant d'avions.
Keywords: ville – mémoire – quotidien

Na busca por fontes sobre as cidades ribeirinhas do rio Tocantins para a pesquisa que ora desenvolvo[2], deparei-me com um rico material na cidade de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins: trata-se da correspondência trocada entre um casal de namorados[3]. São lembranças que fazem parte de um passado datado em suas memórias, como o tempo de namoro entre a jovem estudante da cidade de Carolina (MA) e o jovem barqueiro, morador da cidade de Pedro Afonso (To)[4]. Cronologicamente, este passado situa-se na década de 1940, época do predomínio dos "motores" no rio Tocantins e dos aviões que cortavam o céu daquela

---

[1]* Mestre em Históroia. UEG/UFG
Antes da divisão do Estado de Goiás em 1988, a cidade de Pedro Afonso pertencia à região norte do Estado de Goiás.

[2] Pesquisa de doutoramento em História na UFG, intitulada, *Cidades ribeirinhas do rio Tocantins: identidades e fronteiras*.

[3] Utilizo apenas a denominação de "o jovem" e "a jovem", para preservar a identidade do casal. Ambos nasceram nos primeiros anos da década de 1920, sendo que ele já é falecido e ela ainda reside na cidade de Pedro Afonso, onde vive desde seu casamento em 1946.

[4] A distância entre as duas cidades é de mais ou menos 300 km, sendo que Pedro Afonso está mais ao sul, no Estado do Tocantins e Carolina mais ao norte, no Maranhão.

região, que pouco conhecia sobre automóveis e rodovias. Em escala maior, este é o período marcado pela Segunda Guerra Mundial, da qual a população ribeirinha recebia noticias, mas não participava diretamente. Portanto, este acervo que é parte das lembranças de um passado vivido por eles, torna-se fonte histórica na medida em que fornece elementos importantes para compreender aspectos do cotidiano e da identidade da população ribeirinha das margens do rio Tocantins.

As duas cidades estão localizadas em uma região periférica do Brasil, que não participou diretamente da onda de progresso que atingiu o país no pós-guerra. Alguns dados da década de 1950 são úteis para se ter uma idéia da situação demográfica dos dois municípios em foco: enquanto o município de Carolina contava com uma população de 21.404 habitantes distribuídos por uma superfície de 10.237 km^2, Pedro Afonso possuía 5.700 km^2 e apenas 6.995 habitantes (IBGE, 1958).

O meio de comunicação para essas cidades era a navegação fluvial, ou pela utilização de tropas que transitavam por simples picadas. A década de 1930 representou um marco importante devido à chegada do transporte aéreo[5] na região, pois fez com que os moradores se familiarizassem primeiro com o avião do que com o automóvel. Para se ter uma idéia da situação dessas cidades no período, o relato deixado por um médico que por lá passou é elucidativo. Segundo Júlio Paternostro, em 1935, a cidade de Carolina possuía 2.936 habitantes distribuídos em 704 casas, sendo dois sobrados, 393 construídas de tijolos e adobes e 307 palhoças. Enquanto que Pedro Afonso possuía 800 habitantes que residiam em 145 habitações, das quais 83 eram palhoças. Sobre a cidade de Carolina, essa mesma fonte afirma que, embora "seus habitantes consideram-na a "pérola" do Tocantins, envaidecidos pela existência de uma sociedade literária, onde se fazem discursos e tertúlias de saber acadêmico", também como Pedro Afonso, "Não possui escolas técnicas, nem luz elétrica, nem serviço de águas e esgotos" (PATERNOSTRO, 1935; 156 e 189). Esses dados são importantes para se compreender melhor os diálogos citados ao longo do texto, pois os mesmos sugerem certa superioridade quantitativa e também qualitativa da cidade de Carolina em comparação com Pedro Afonso.

Ao entrar em contato com esta fonte, além de satisfazer uma curiosidade pessoal, percebi que muito do que eu buscava sobre a identidade ribeirinha poderia ser explicado por

[5] A criação do Correio Aéreo Militar em 1931, que dez anos mais tarde passou a ser chamado de Correio Aéreo Nacional, o CAN, deu início à tarefa de implantação de campos de pouso pelo interior do Brasil. Essa medida veio atender o interesse da *Pan American Airways* em reduzir o tempo gasto por seus aviões cumprindo a rota Miami-Buenos Aires. Decorre daí o fato de que a antiga região norte de Goiás ter sido contemplada em primeiro lugar pelo transporte aéreo e só mais tarde com o rodoviário.

meio daquele diálogo íntimo e privado entre o casal de namorados. A historiadora Ângela de Castro Gomes ressalta que não é de se surpreender que,

> *...os pesquisadores sintam que trabalhar com cartas é algo fácil e agradável e, ao mesmo tempo, muito difícil e complexo. A correspondência é um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também fragmentada, dispersa e, muitas vezes, quase inacessível, pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar (GOMES, 2004:21).*

Importante lembrar que foram necessárias mudanças de concepção da história e de seu "fazer", a partir da aceitação e pratica da pesquisa histórica com a inserção de novos problemas, objetos e abordagens. Tais mudanças fizeram com que o valor de todo indivíduo passasse a ser reconhecido pela sociedade moderna, ao mesmo tempo em que ela,

> *...disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem "anônimo", do indivíduo "comum", cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si (GOMES, 2004:13).*

A autora ressalta as especificidades do procedimento metodológico ao trabalhar com esse tipo de documento, chamando a atenção para algumas questões como: quem é o remetente e a quem se destinam as correspondências, em que condições foram escritas, o local onde foram encontradas, onde, como e porque estão guardadas, de quais assuntos elas tratam, o ritmo em que foram escritas e o volume das mesmas, o vocabulário e a linguagem utilizadas, dentre outras.

Seguindo o pensamento de Dauphin e Poublan *(2002),* Ângela Gomes reforça que, a maneira possível de trabalhar com as cartas pessoais como fonte é entendê-las como objeto cultural, que usa uma linguagem simples e despojada, próxima do verbal/oral. Mesmo assim, a autora alerta que, apesar desta forma de escrita de si, ser um discurso que mobiliza a sinceridade como valor de verdade, não pode ser vista como forma naturalizada e espontânea. Daí a necessidade de senso critico e metodologia adequada ao utilizá-las como fonte, pois como qualquer outra fonte, ela é produto de um determinado meio e de uma determinada classe social.

Após essas considerações de ordem teórico-metodológica, passo a analisar o conteúdo das correspondências, tendo como objetivo primeiro dessa reflexão, entender aspectos da cultura e cotidiano na década de 1940, nas margens do rio Tocantins, mais precisamente nestas duas cidades ribeirinhas.

Portanto, este acervo que é composto por 57 cartas e bilhetes, além de diversos telegramas, foi escrito entre os anos de 1943 e 1946 e encontra-se em bom estado de conservação na cidade de Pedro Afonso, guardado pela remetente/destinatária como objeto de recordação para si e para toda a família.

Sobre a origem das correspondências, constatou-se que, além da cidade de Pedro Afonso (TO) e Carolina (MA), lugares onde moravam os autores das cartas, aparecem também, Miracema (TO), Tocantinópolis (TO) e Belém (PA). Esse fato se explica pelo constante deslocamento dos autores das mesmas em determinadas épocas. Ele, com mais freqüência, por causa de sua profissão, comerciante de mercadorias em um barco a motor que viajava constantemente pelo rio Tocantins, e ela, em visitas e passeios a familiares residentes em outras cidades.

Percebe-se certa formalidade quanto à linguagem utilizada nas cartas. Apesar do tratamento afetivo, prevalece a discrição e seriedade nos diversos assuntos enfocados. Mesmo na condição de namorados e depois, noivos, tratavam-se com freqüência por amigo (a) e amiguinho (a), sendo comuns os inúmeros pedidos de desculpas e perdão. O casal fazia referência às fofocas e comentários da comunidade sobre seu namoro. Mas fica bem evidente o respeito entre si e aos familiares de ambos. Uma preocupação constante observada nas cartas, era com a privacidade do que foi escrito, principalmente do lado da moça, pedindo para que ele não mostrasse a carta a ninguém e que a inutilize após a leitura.

Os meios de comunicação utilizados para a troca de correspondência entre eles eram os barcos a motor, os aviões e o telégrafo. Fica visível pelas informações que era muito comum nesse período a constante passagem de aviões nessas cidades, principalmente das empresas, Aerovias Brasil, a FAB (Força Aérea Brasileira) e o CAN (Correio Aéreo Nacional), os mais utilizados para enviar a correspondência. Por exemplo, em uma das cartas do jovem: "Não te escrevi assim que cheguei porque quando voltei de Miracema já havia passado o Aerovias e o Militar..." . "Aguardo resposta pelo próximo avião".

Os objetivos explícitos e implícitos para o envio das correspondências eram os mais variados: para felicitações por ocasião de aniversários, pelo natal e passagem de ano; para encomendar mercadorias; para tratar de assuntos próprios de enamorados, saudades, ciúmes, curiosidades; ou simplesmente para troca de notícias e "matar" a saudade. Em apenas uma das cartas a política local aparece como assunto do casal, como na referência que faz o jovem sobre a visita do Intendente de Goiás à sua cidade em agosto de 1945, com o seguinte comentário: "No seu discurso fez muitas promessas boas, que se forem levadas a efeito, virá melhorar muito nossa cidadezinha. Mas eu ainda não estou acreditando." Interessante lembrar

que as diferenças e rivalidades entre o sul e o norte de Goiás antes da divisão do Estado eram marcantes. Nessa conjuntura os moradores da região norte sentiam-se discriminados e explorados, pois a mesma era visitada pelos políticos somente na época das campanhas eleitorais, com a finalidade de angariar votos, e quando a campanha terminava, segundo eles, o norte era novamente esquecido.

O dia a dia em uma cidade à beira do rio Tocantins pode ser observado em diversos comentários sobre, festas, produção local e produtos importados, política, visitas de autoridades, termos regionais etc. Sendo o jovem da correspondência, comerciante e possuidor de um barco a motor, no qual fazia constantes viagens pelo rio Tocantins, era comum, por exemplo, as encomendas de diversos moradores a ele, tendo como mediadora, a sua namorada. Alguns dos produtos mais comuns que aparecem nos pedidos são: remédios, sapatos, meias, tecidos, móveis, e caixotes de tijolos[6].

Noticias referente a festas religiosas, bailes e carnavais nestas cidades eram constantes. Pelas cartas foi possível perceber que a vida social na cidade de Carolina era bem mais animada que a de Pedro Afonso. Se por um lado, as cartas da jovem da cidade de Carolina sempre descreviam festas animadas como nos exemplos a seguir, "Temos dançado muito ultimamente"; "O Ano Novo aqui começou bem, pois houve baile no dia 31, 1º e vesperal no dia 2." Por outro, o jovem deixa transparecer a quietude da cidade de Pedro Afonso em dezembro de 1944, época de muitas comemorações: "Bem, como vai a sua Carolina, sempre animada? Nem queira saber o quanto Pedro Afonso está ruim." Nas cartas, são constantes as reclamações do namorado sobre a falta de diversões em sua cidade, demonstrando sua decepção com a vida social, como por exemplo, quando afirma que, "O carnaval aqui foi uma verdadeira decepção. A cidade muito desanimada parece que dia a dia mais vai piorando. Aqui tudo velho e parado. Não posso tolerar essa vida de rapaz aqui, estou quase desacostumado do nosso velho Pedro Afonso".

Fr. José Maria Audrin, dominicano que viveu na região por varias décadas, afirma que os dias de festa eram dias felizes, onde além de saciar a fome, havia a possibilidade do reencontro de parentes e amigos, realização de batizados, crismas e casamentos, e que raramente registravam-se roubos ou crimes, desordens ou escândalos. Com referência às festas religiosas ele ressalta que os cultos eram numerosos e variados, praticados em muitas circunstâncias sem a fiscalização do padre, tornando-se facilmente ocasiões de gestos e práticas um tanto contrários ao bom senso cristão. Mas o mesmo ressalta que "seria injusto e contraproducente querer condenar, de modo absoluto, essas manifestações do sentimento

[6] Caixote de tijolos é o mesmo que caixa de rapaduras, produto da cana de açúcar.

religioso do povo sertanejo" (AUDRIN, 1963: 126). Segundo ele é preferível certa indulgência por parte da igreja, pois para essa gente do interior, as poucas alegrias são motivadas justamente pelas festas dos seus santos.

A correspondência evidencia também algumas expressões típicas da região e principalmente termos próprios da comunidade ribeirinha, como por exemplo, "Afinal terminamos descendo no Almirante [barco]. A viagem apesar de demorada, foi muito boa"; "vamos baixar amanhã", ou, "o dia de minha baixada", "vais *subir* amanhã?", "não precisa fazer farol" (fazer charme, fazer de rogada). "Subir", "descer" ou "baixar" são termos muito usados pelas pessoas que moram na beira de um rio, entendidos por todos os ribeirinhos, bastando olhar ou seguir o curso do próprio rio, sem necessidade de explicações.

Nesse período, pode-se constatar que apesar das dificuldades e carências de certos produtos típicos da "modernização" na região, a técnica da fotografia já era comum entre eles, pois aparecem nas cartas diversos comentários sobre o envio de fotografias pelos namorados.

A morosidade, o ritmo lento do tempo, bem como a fragilidade dos meios de comunicação pode ser percebido na escrita do casal. Era comum o extravio de cartas bem como reclamações pela demora das mesmas, como nesse desabafo da senhorita sobre uma carta enviada por avião "... escrita a dezessete e aqui chegou a vinte e cinco, é incrível. Uma carta tão velha para uma distancia tão pequena e em transporte tão rápido?". Referindo-se ao transporte aéreo. E assim seguia a comunicação entre eles, ora de barco, ora de avião, cada uma em um ritmo próprio, acompanhando as lentas mudanças que ocorriam na região.

Portanto, a análise do conteúdo destas cartas oferece elementos para a compreensão da identidade da população ribeirinha tocantinense, pois mostra aspectos singulares da cultura e cotidiano às margens do rio Tocantins. E, de acordo com Ângela Gomes, esta é

> *Uma proposta que valora a escrita de si e a escrita de cartas, independentemente do lugar/posição social ocupado pelos correspondentes (embora esse fato não seja irrelevante), trazendo para o centro da analise a documentação dos homens "comuns", isto é, daqueles novos praticantes da escrita de si que se beneficiaram da difusão do ensino da leitura e da escrita propiciado pelo movimento das Luzes do século XVIII. Nesses casos, seus registros são tratados como uma estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; como indícios da(s) cultura(as) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais (GOMES, 2004:20/21).*

Referências Bibliográficas

AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos Que Eu Conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

IBGE - **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XXXVI. Planejamento e orientação de Jurandir Pires Ferreira. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Misticismo e sua (re) significação – um estudo através das Cantigas da Capoeira Angola[1]

Ana Paula Rezende Macedo

Resumo: Esta pesquisa foi realizada a partir das ladainhas da Capoeira Angola e aqui refletimos sobre símbolos que evidenciam uma determinada religiosidade.
Palavras-chaves: Capoeira Angola, Memória, Religiosidade.

Abstract: This survey was done from ladainhas of the Capoeira Angola and now we consider simbols that prove determinate reliosity.
Key-word: Capoeira Angola, Memory, religiosity.

Capoeira não é religião e, cada vez mais, tende para o esporte e para a técnica. Porém, quando se fala em "Capoeira ritual" forma-se um quadro que combina a disposição em roda dos sujeitos participantes e a música instrumental e cantada, estabelecendo um campo, capaz de desenvolver episódios nem sempre muito racionais. O ambiente criado pela roda da Capoeira tende a ser profano e satírico, mas se faz como um 'jogo perigoso', onde a malandragem substitui a violência.

O objetivo desta apresentação, ao procurar certa compreensão deste universo, é estabelecer uma reflexão sobre alguns símbolos que, de alguma forma, são vistos como elementos místicos da Capoeira, além do universo religioso no qual estão inseridos alguns capoeiras e o processo de (re) significação destes símbolos.

Estes símbolos são as rezas que estão presente nas cantigas, além das histórias dos valentes de 'corpo fechado' por 'orações fortes', os santos e as entidades que são louvadas nas cantigas e símbolos como os gestos ao pé do berimbau, os patuás e o signo de Salomão. Estão na Capoeira, mas não a caracterizam se relacionam diretamente à crença dos capoeiras, são trazidos ou criados por eles e incorporados pela Capoeira, como os corridos a seguir exemplificam:

- Ô Santa Bárbara do relampuê,
é do relampuê, é do relampuá
ô Santa Bárbara do relampuê (coro)

[1] Este texto é parte do terceiro capítulo da dissertação: As Poesias da dança da Zebra – Capoeira Angola e Religiosidade.

- Santa Maria, Mãe de Deus
Fui na igreja, não me confessei
Santa Maria, Mãe de Deus (coro)
Ôi mãe de Deus, ê mãe de Deus.[2]

- Santo Antônio é protetor
é protetor, é protetor
Santo Antônio é protetor (coro)
Ê da barquinha de Noé

E estes elementos de religiosidade não são apenas os que se relacionam ao cristianismo. Quando falamos em religiosidade na Capoeira, certamente o que mais vem à tona são suas ligações com o candomblé, mas conforme salienta Rego, "entre a capoeira em si e o candomblé existe uma independência. O jogo da capoeira para ser executado não depende em nada do candomblé." (REGO, 1968: 97)

Compreender esses elementos contribui para as reflexões conceituais sobre religião e religiosidade, cujo universo social se relaciona à 'sabedoria popular'. Neste viés, as linhas limítrofes entre candomblé e o catolicismo popular e a fé e a festa são tênues, todavia requerem um profundo e complexo conhecimento. Segundo Pastinha, "a capoeira é espiritualizada e materializada no eu de cada qual".(DECANIO, 1996)

Contudo, esse processo de ensino aprendizagem no qual está inserida hoje a Capoeira tende a ofuscar e contribuir para o esquecimento dos significados e o desuso desses conhecimentos.

Ao memorar a Capoeira, Caribé fala

> *dos homens que tinham o corpo fechado às balas e às armas brancas e que desafiavam pelotões inteiros de policiais, homens que tinham tratos com mandinga, patuás poderosos; que viravam pé de mato nas horas de apêrto e apareciam depois em Cachoeira ou Santo Amaro. Homens que desfaziam qualquer cilada ou cerco a golpes de rabo de arraia, rasteiras e cabeçadas. Nomes que ficaram na história valente da capoeira.*(CARIBÉ, 1951)

Na movimentação da Capoeira os gestos de oração, fechar o corpo, bater a mão no chão, fazer o sinal da cruz, fundamentados em conhecimentos religiosos ou não, alimentam o caráter místico ou lúdico e, por vezes, podem ser lidos como secundários. É justamente na permanência, na interpretação (re) significada ou não que se destaca a importância desses gestos ritualísticos e se percebe, conforme os relatos já citados, a (re) atualização de um ritual advindo a partir de diferentes contextos, no início do século XX. Nessa linguagem 'não verbal' dos gestos e dos significados simbólicos das cantigas visualizam-se as possibilidades de uma leitura cultural.

2

Luiz Edmundo descreve este homem-capoeira do século XIX, do Rio de Janeiro, que muito se assemelha às descrições dos folcloristas baianos, dos depoimentos e da própria memória da Capoeira. Ele aponta o homem ambíguo que é o capoeira - junto com o sangue-frio, o instinto cruento, vive o piedoso, o temente da vontade de Deus.

> *Não lhe faltam, a par dos instintos maus, gestos amáveis e enternecedores. É cavalheiresco para com as mulheres. Defende os fracos. Tem alma de D. Quixote. E com muita religião. Muitíssima. Pode faltar-lhe ao sair de casa o aço vingador, a ferramenta de matar, até a própria coragem, mas não esquece o escapulário sobre o peito e traz na boca sempre o nome de Maria ou de Jesus*. (SOARES, 2001:48)

Da mesma forma, na Bahia, estes indivíduos trazem sempre por perto o Signo de Salomão ou Cinco Salomão seguido da iniciais JMJ, significando Jesus, Maria e José, como podemos ver, por exemplo, em vários trechos dos manuscritos de mestre Noronha. (COUTINHO, 1993)

Os instrumentos musicais quase sempre são relatados como objetos místicos. O berimbau, dentre todos, é o instrumento que mais identifica a Capoeira, 'o mestre da roda'. Segundo Fernando Ortiz, "o berimbau é um instrumento que fala com os mortos." (REGO,1968: 74)

Inserido em um universo social e místico, fruto de um hibridismo/transculturação de religiões européias, africanas e ameríndias, o brasileiro se expressa como um ser extremamente religioso, principalmente o nosso sujeito em ação. Existem alguns símbolos místicos que, juntos, ao mesmo tempo em que singularizam o universo do capoeira, refletem elementos comuns à cultura nacional, inclusive em diferentes regiões do país.

Todavia é comum ver, no interior da roda, gestos anteriormente feitos por *filhos de santos* e que significam uma saudação e uma reverência a seu protetor, ou ao *dono do lugar*. Muitas vezes, feitos por indivíduos que ignoram seu significado, folclorizando e encenando mandingas, transformando seu sentido em brincadeira, alegoria. No entanto, suas expressões verdadeiras e reais ou encenadas fazem parte da Capoeira.

As Ladainhas da Capoeira

O termo é uma apropriação e foi originalmente instituído no início do século VII, pelo papa Gregório Magno, como uma rogação coletiva contra calamidades. As ladainhas fazem parte dos sacramentais instituídos pelo papa e são orações de súplica, enquanto que na Capoeira ela adquire um sentido de louvação.

No universo católico, segundo Renato Almeida, a riqueza dos Benditos e Ladainhas é inestimável no Brasil. "Neles, o papel do povo não é criar, mas deformar, adaptando os cantos e deles se apossando em definitivo".(ALMEIDA, 1942: 131)

A ladainha é um cântico litúrgico; na Capoeira deixa de ser cântico e se torna uma cantiga. Nela, a ladainha é o termo que passou a denominar o momento do preceito, que antecede o jogo. Estimamos que a entrada do termo na Capoeira se deu por volta da década de 60, indicando as longas poesias, geralmente vindas da literatura de cordel, que eram cantadas em tom dolente, *meloncoso*. Após a poesia são cantados muitos versos respondidos pelo coro, em explícito tom de louvação. Independente do tema, alguns grupos chamam a estes de chula, improviso ou louvação.

Vários são os 'fatos' curiosos ou, melhor, misteriosos, coletados sobre o momento da ladainha. Um exemplo destes foi o ocorrido em um Encontro de Capoeira na cidade de São Carlos/SP. Um visitante tocando o berimbau gunga cantou uma ladainha, em seguida continuou com os corridos, quando o mestre João Pequeno, assentado em uma cadeira ao lado da bateria com uma baqueta na mão, sempre muito atento à roda, bate levemente a baqueta na perna do cantador e lhe dirige algumas palavras. Segundo o depoimento das pessoas que ouviram, mestre João Pequeno disse a este: "aqui só tem Jesus".Alguns segundos depois o cantador desmaia, com o berimbau na mão.

A explicação para esses fatos não cabe a nós darmos, explicam-se da mesma forma que se explica a quebra do arame do berimbau, usa-se o fator do acaso ou não.

Outro símbolo que evidencia uma determinada religiosidade é São Bento. Na busca pela compreensão do que é o São Bento buscamos sua vida , ou seja, Bento de Núrsia, sua obra e a obra de seus missionários para compreender o que significa São Bento no interior desde processo de (re) significação. Entre o bem e o mal, São Bento é visto como protetor.

Segundo consta, Bento[3] não sentiu medo algum perante a 'morte omnipotente', nem nunca admitiu o nada. A senha ele a havia dado anteriormente: "Lembrar-se, sempre e em toda a parte, da morte. O pensamento da morte liberta o homem da letargia". (REGO, s/d)

Na Capoeira as invocações a São Bento são de caráter preventivo, um 'sotaque' por vezes satírico para evidenciar a malandragem do outro.

Foi catalogada apenas uma ladainha com invocação a São Bento, mas existem vários cantos corridos:

[3] São Bento foi um homem que ansiava mais pelos sofrimentos que pelos louvores deste mundo. Mesmo sendo identificado em outros tempos como símbolo da vida eremítica, o Patriarca dos monges, não foi ele que a inventou. Muito antes dele já os Padres do Deserto a haviam exercitado, opondo o radicalismo da existência cristã à massificação da Igreja. Recebeu o título ao escrever a sua Regra *sob a inspiração do Espírito Santo.* Também é visto como o Pai da Europa (in: REGO, W., Tetracentenário do Mosteiro São Bento, pág. 18.)

Estava lá no pé da cruz
Fazendo minha oração
Quando apareceu um negro
Pintando imagem de um cão
Chamei por Nossa Senhora (2x)
Divina da Conceição
Chamei por São Bento Grande
São Bento Pequeno apareceu
Camarada

Esta ladainha é significativa, introduzida com uma quadra do cordel *d'A Peleja de Riachão contra o Diabo*, além de trazer a menção à intercessão de Nossa Senhora da Conceição, que possui grande devoção no universo dos capoeiras e é também a festa na qual tradicionalmente se realizam rodas de Capoeira; também menciona a maior disposição de São Bento Pequeno no auxílio ao pedinte.

Uma das interpretações para a classificação de um santo como Pequeno ou Grande, conforme a pesquisa refere-se ao lugar no qual a imagem está colocada. Assim, o santo Grande é aquele que está lá na Igreja e, no imaginário popular, sua intercessão nem sempre se dá de forma fácil, livre e direta, necessitando muitas das vezes do intermédio do pároco. O santo Pequeno é aquele que 'habita' o interior das casas, dentro dos nichos muito comuns nas residências até o início do século XX. Hoje é peça comum nos museus. A crença no santo Pequeno, muitas vezes, é maior que qualquer outra. Para o homem simples é ele que tem a força de intercessão e o ouvido para escutar os pedidos deste. "O grande, lá das Igrejas, só serve para o povo das letras".[4] Uma melhor explicação sobre este aspecto poderá ser encontrada nas menções a Santo Antônio.

Na Capoeira, São Bento dá o nome ao principal toque do berimbau que pode ser: o são bento pequeno invertido, também chamado de toque de angola, tocado pelo berimbau gunga, o são bento pequeno tocado pelo berimbau médio e o são bento grande, executado pelo berimbau viola.

Salomão também está presente na Capoeira de diferentes formas: como o mestre dos mestres, aquele capaz de convocar os homens à guerra; na utilização da estrela de seis pontas como o símbolo da Capoeira, provavelmente instituído por Bimba, mas presente na crença religiosa dos antigos capoeiras como um poderoso amuleto; e na mandinga, como expressão do conhecimento de Cipriano.

[4] Explicação recebida dos moradores da cidade de São Félix, quando ao visitar a casa de uma colega, avistei um nicho cheio de pequenas imagens, dentre elas a de Santa Bárbara, muito cultuada nesta cidade, e a de São Cosme e São Damião. Semelhante explicação também foi ouvida na Ilha de Itaparica onde o culto a São Bento é mais forte.

Segundo o capoeirólogo Frede Abreu, uma forma de se compreender o valor simbólico de Salomão seria através do universo das ruas e de São Cipriano, cujo conhecimento é guardado como símbolo de poder.

O desenho ou a escultura do signo de Salomão, junta-se a outros símbolos, como a cruz sobre a ponta superior, conforme o desenho na cabaça do berimbau do mestre de Capoeira Noronha, onde se pode ver também, abaixo do signo de Salomão, as iniciais JMJ significando: Jesus, Maria e José. Este símbolo está presente também no monograma de mestre Bimba.

> *O 'Signo de São Salomão', padroeiro dos capoeiristas é usado no braço, perna ou peito, como tatuagem, ou dentro de uma bolsinha que se prende ao pescoço, também chamada de patuá, que segundo a crendice vigente defende o portador contra os malefícios, mormente contra as tramas dos desafetos, a morte no combate e fecha o corpo das facadas e tiros. (...)* (MESTRE BIMBA)

Segundo Jair Moura, conforme os ensinamentos do velho Tibúrcio, batuqueiro e antigo capoeira:

> *Vinte relíquias poderiam servir para a composição do patuá: 'pedra d'ara', 'agnus-dei', sanguinho', 'calix-bento', 'cera de veia benta', 'leite de N. Senhora', que era uma pedra alva com uma imagem em um dos lados, 'terra da cova de Salomão' entre outras. O capoeirista que possuía seu patuá constituído de qualquer dessas substâncias, tinha o poder ou a virtude, segundo arraigada crendice, de livrar-se de todos os perigos, tornando-se forte e corajoso chegando, mesmo, a ter a faculdade de transformar-se em toco de pau, nas ocasiões que entendesse. A isso chamava os superticiosos 'corpo fehado' ou ' fechar o corpo'.*
>
> *Os amuletos eram usados dentro de bolsas de pano ou de couro, junto a orações forte como a ' Cinco Solamão', que em linguagem correta é 'Signo Salomão' e as iniciais 'JMJ'(Jesus Maria José), de prodigiosos efeitos, contra os malefícios, mormente as tramas dos desafetos, morte em combate, etc. a oração da 'Arca de Salomão', muito conhecida dos velhos mestres, era a mais comum entre os capoeiristas. Finalizava assim:*
> *'fecha-te corpo,*
> *guarda-te irmão,*
> *na santa arca de Salomão"*(MOURA, 1971: 20)

Santo Antônio é o santo de Lisboa, de Pádua, o santo do mundo inteiro, o santo do dia-a-dia das pessoas," o Santo da normalidade da vida" (POCCOLO, 1999). Dentre suas orações, a mais absorvida pelo conhecimento popular foi o "Responsório de Santo Antônio".(PICCOLO, 1999: 66)

Na Capoeira, seu culto está associado a *Santo Antônio Pequenino*, grande milagreiro. Imagem que provavelmente é fruto da devoção às imagens dos nichos. Todavia, existem vários relatos da aparição deste no interior de quadros pintados ou em outros locais, mas sempre em tamanho pequeno. Existem várias quadras cantadas em ladainhas a Santo Antônio Pequenino, sempre como um forte intercessor para abrandar a força do outro.

Santo Antônio Pequenino
É um santo malandréu
Jogador de capoeira
Na copa do meu chapéu

O culto a São Cosme e São Damião, a São Mateus, a Nossa Senhora, Santa Maria, Senhora da Conceição, Iemanjá e as pelejas contra o diabo também fazem parte deste universo.

Na confluência do sagrado e do profano: A vadiação, o terço, os búzios, a fé e a rua - A crença dos Capoeiras

Alguns trabalhos de pesquisa trazem elementos sobre a concepção ideológica e mística dos capoeiras que tendem a evidenciar uma identidade. Luiz Augusto Normanha Lima faz uma análise psicológica sobre o discurso de alguns mestres. O mestre René, angoleiro de Salvador, afirma:

> *(...) tem tanto mistério dentro da Capoeira Angola. Uma vez o mestre Curió tava jogando Capoeira, perguntei-lhe mestre quando o senhor está jogando Capoeira, você se auto transforma, ele fez assim: quando eu estou ali jogando Capoeira não sou eu que estou jogando é a Capoeira que está ali jogando.(...)* (LIMA, 1991: 34)

E esclarece, mais adiante, *você tira essa coisa dentro de você, não é uma coisa que entra, ela sai.*(LIMA, 1991:40)

O embate entre Capoeira como religião, religiosidade ou técnica é constante e sua decifração relaciona-se às concepções pessoais de cada sujeito, podendo ocorrer identificações entre grupos de diferentes tempos históricos.

Recortando alguns trechos dos depoimentos colhidos por Lima, destacamos:

> *(...)A Capoeira Angola é muito mística; e a coisa mística você não consegue rotular, ela é uma máscara, é difícil.*
>
> *(...) É preciso ensinar um sinal de enigma chamado berimbau. O bom capoeirista ele executa o berimbau, ele executa a música, a música traduz a mensagem, manda ele trabalhar com o corpo, o que a música determina aqui, ele executa na roda. Esse é o místico da Capoeira Angola, coisa que muita pouca gente sabe usar hoje, são os toques do berimbau. (...) porque na realidade a Capoeira Angola não é luta, é um jogo de luta, tem que ser dançada. (...).*(LIMA, 1991:83)

E denuncia alguns aspectos de transformação e a importância da música.

> (...) *Hoje você vê na roda de Capoeira, o pessoal se abaixa se benze e entra pra jogar, eles tão levando para adiante aquilo que eles aprenderam, que eles viram fazer mas nem sabem o que é. Na realidade aquele ritual que é cumprido no pé do berimbau hoje o pessoal faz como uma forma automática. Uma forma de repetir o que eles viu alguém fazer. Mas na realidade ele não sabe o que é aquilo, que naquele momento o indivíduo tem um sentimento, ele tem uma forma de se precaver contra qualquer coisa que vai acontecer na roda de anormal.*
>
> *O pessoal antigo, a maioria tinha ligação com o candomblé.(...).*
>
> *Você chega lá, pede licença, aí tem que ter uma magia toda especial, eu não posso dizer o que, é mas tem muito a ver com a música que toca, que tem um significado todo especial, eu não vou dizer a você é isso ou é aquilo especificamente,*

Segundo Pessoa[5] (CRUZ, 1997), ao capoeirista não adianta velocidade e força na perna se "não tiver fé na sua capoeira e nos Orixás" (CRUZ, 2001:50), o que justifica o fato de chamar à pequena sala na qual treinava Capoeira de *campo de mandinga.*(CRUZ, 2001: 45)

Nos manuscritos de ms. Noronha, de ms. Pastinha, nos livros de Canjiquinha e Cobrinha Verde, nas reportagens e depoimentos de Tiburcinho, dentre outros, também é possível ver e destacar este mesmo universo religioso.

A mandinga, para mestre João Pequeno: *A mandinga já passou, antigamente preparavam mas não valia a pena, porque Besouro, no dia que pegaram ele de corpo aberto, o mataram* (MESTRE JOÃO PEQUENO, 2000: 19). Besouro é um dos capoeiras que mais representam a magia e o misticismo na Capoeira. Sua história se transformou em lenda.

O desaparecimento dos valentões e desordeiros levou, conseqüentemente, ao desaparecimento da força na crença mística que possuíam, ou seja, a mandinga. Ao que parece, os encantamentos estavam ligados à violência e bandidagem da Capoeira; a repressão e o desaparecimento de um fizeram com que o outro se retraísse. Segundo mestre Cobrinha Verde, "eu quando menino vi muitos, a policia procurando capoeiristas, e vê para prender, virava pé de mato, e o resultado é que outras coisa alguém lhe contará, é esta a verdade que eu digo".(SANTOS, 1990)

Atualmente observa-se o encolhimento do conhecimento de um universo sagrado, místico, religioso, semelhante a um 'catolicismo popular' ou a um 'candomblé cristão', onde o movimento histórico e social cria um novo corpo híbrido, movido pela 'fragilidade' e pela 'permanência' da 'eterna' releitura da memória, no suceder de gerações e no caminhar em diferentes regiões do país. Expresso em uma transreligiosidade, às vezes fugaz, imperceptível e inexistente, às vezes incompreensiva, misteriosa e portadora de um imenso conhecimento das coisas que circulam a vida e a morte.

---

[5] Escrito por ms. Bola 7, aluno dos mestres Pessoa Bababá, Bobó e Pastinha. Esta é outra obra em que a parte mística da Capoeira está presente.

A mandinga permanece resignificada na brincadeira, no processo de pacificação da Capoeira e na crença religiosa dos Capoeiras de hoje.

Mestre João Pequeno é testemunha e exemplo deste processo:

> *Antigamente existia na Capoeira um povo que usava a mandinga, as rezas que defendiam, que guardavam e os patuás. Hoje os capoeiristas não estão mais aprendendo esta espécie de mandinga, mas já estão substituindo pelo tóxico que faz ficar maluco e praticar o que é mal (...).*(MESTRE JOÃO PEQUENO, 2000: 21)

Nesse discurso, como já dissemos, mestre João Pequeno não deixa de frisar. "Se procurar na Capoeira encontra parte de religião nela".(MESTRE JOÃO PEQUENO, 200:31)

> *- Cuidado com a falsidade*
> *Que ela pode te matar,*
> *Jesus Cristo rei do céu*
> *Dela não pôde livrar* (MESTRE AUGUSTO JANUÁRIO, 2002)

Para mestre Boca Rica, "muita gente chega na roda e: "solta a mandinga aí", não sabem nem o que é mandinga e ficam falando besteira né". (SILVA, 2002)

Nesse caso, malícia seria um termo mais adequado se o dúbio não caracterizasse a ideologia das cantigas.

"Malícia que é nada mais que tapear o sujeito, que é um termo diferente da mandinga. A malícia é um jeito que você tem de burlar a vigilância do adversário". (LIMA, 1991: 89)

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Renato. **História da Música Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Brigied e Comp. Editores, 1942.

CARYBÉ. **O Jogo da Capoeira**. Salvador: Livraria Turista, Coleção Recôncavo, no. 3, 1951.

COUTINHO, Daniel. **O ABC da Capoeira Angola - Os Manuscritos do Mestre Noronha** (1976). Brasília: DEFER/CIDOCA - DF, 1993.

CRUZ, José Luiz de Oliveira (Mestre Bola Sete). **Histórias e Estórias da Capoeiragem**. Salvador: Editora BDA – Bahia Ltda., 1996.

_____. **A Capoeira Angola na Bahia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2001.

DECÂNIO. Ângelo. **A Herança de Pastinha**. Salvador: Coleção São Salomão 2 (Quando as Pernas Fazem Miserê: Metafísica e Prática da Capoeira - Manuscritos e desenhos – Estatutos do Centro Esportivo de Capoeira Angola, 1960), 1996.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis. 1938. apud: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. 2001.

LIMA, Luiz Augusto Normanha. **Capoeira Angola - Lição de Vida na Civilização Brasileira**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação - PUC-SP, 1991.

MACEDO, Ana Paula Rezende. **As Poesias da dança da Zebra – Capoeira Angola e Religiosidade.** Dissertação de mestrado / INHIS / Universidade Federal de Uberlândia, 2004. Mimeo.

MESTRE AUGUSTO JANUÁRIO. **Depoimento**, 2002.

MESTRE BIMBA. *Encarte*. s/ref. 1 LP.

MESTRE JOÃO PEQUENO. **Uma Vida de Capoeira**. Salvador, 2000.

MOURA. Jair. *Capoeirista de Antigamente não Brincava em serviço*. ". Jornal **A Tarde**, Salvador, 10 de Julho de 1971.

PICCOLO, Frei Agostinho S., OFM. **Santo Antônio do mundo inteiro**. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

REGO, Waldeloir. Capoeira Angola - **Ensaio Sócio - Etnográfico**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

SANTOS, Marcelino dos. (Mestre Mau - org.). **Cobrinha Verde – Capoeira e Mandingas**. Salvador: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. 1990.

SILVA, Manoel. (Mestre Boca Rica). **Depoimento**. Salvador, 11/12/2002. Entrevista concedida a Ana Paula Rezende Macedo, 1 cassete sonoro, não publ.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Marchando para Oeste – Discursos Sobre as Políticas Varguistas de Integração Nacional.

Gabriela Carames Beskow[1]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos elaborados por intelectuais e técnicos ligados ao Estado durante o primeiro governo Vargas (1930 – 1945), por meio de seus artigos divulgados em produções oficiais, onde buscavam legitimar as políticas de integração nacional promovidas neste período. Nestes discursos são destacados temas como o da integração do campo e do homem rural ao processo de desenvolvimento nacional, e os debates sobre a organização territorial do país, que visava promover o desenvolvimento das regiões e a ocupação racional do interior. Esses discursos enfatizavam a necessidade de ocupar os espaços considerados "vazios" do Brasil. As fontes analisadas são, principalmente, os artigos das revistas *Cultura Política* e da *Revista Brasileira de Geografia*, que permitem identificar diferentes estratégias de abordagem sobre o tema em questão.
Palavras – Chave: Integração Nacional, Marcha para Oeste, Getúlio Vargas.

Abstract*:* The objective of this work is to analyze the speeches elaborated by intellectuals and technicians of the State during the first Vargas government (1930 – 1945), based in divulged articles of official productions, where they would like to legitimized this period promoted politics of national integration. In these speeches, themes as integration of the field and the agricultural man to the process of national development and the debates on the territorial organization of the country that wanted to promote the development of the areas and the rational occupation of the interior. These speeches emphasized the necessity to occupy the considered spaces "empty" of Brazil. The analyzed sources are, mainly, the articles of the magazines *Cultura Política* and *Revista Brasileira de Geografia*, that allow to identify different strategies of boarding on the subject in question.
Keywords: National integration, Marches for West, Getúlio Vargas.

Ao longo do primeiro governo Vargas, o discurso da integração nacional foi elaborado por parte dos intelectuais ligados ao Estado, dentro dos projetos de desenvolvimento então propostos para o país. De acordo com Linhares e Teixeira da Silva (1999), a política para o campo do governo Vargas vinha de encontro às preocupações com a urbanização e a industrialização crescentes, tendo como objetivos o abastecimento das cidades e a satisfação da demanda de matérias-primas, o que tendia a reorientação da agricultura do mercado externo para o interno. A intervenção estatal buscava, entre outros fatores, incentivar a mobilidade da fronteira econômica com o objetivo de incorporar amplos "espaços vazios" do país ao processo produtivo; reunir diversos núcleos demográficos

[1] Doutoranda em Ciências Sociais – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

isolados, povoando "racionalmente" o país, assumindo uma "ideologia da fronteira" ou do "bandeirantismo", aspecto central nas estratégias governamentais. Em discurso afirmou Getúlio Vargas:

> *Mas, se, politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram alto grau de desenvolvimento econômico e industrial (...). Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados (...), pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. (VARGAS, s.d: 31).*

É no período do Estado Novo que as propostas de integração nacional são agrupadas sob uma "bandeira política", a da Marcha para Oeste. A política de Marcha para Oeste foi acompanhada da criação diversos símbolos e imagens. Para Alcir Lenharo

> *A 'cruzada' da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano novo de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes, a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização. (LENHARO, 1986: 55 e 56).*

Essa imagem foi moldada, essencialmente, pela perspectiva de retomada do ideal bandeirante, dos homens que desbravam, conquistam, exploram riquezas e civilizam os espaços em branco dos mapas. Tratava-se de reeditar as conquistas realizadas pelos bandeirantes, promovendo a ocupação racional do país e a integração econômica entre interior e litoral. Propunha-se, para a efetiva ocupação dos "espaços vazios" do interior, a transferência de populações, o que propiciaria também o "desafogamento" dos centros urbanos litorâneos. Tratava-se de contingentes populacionais que deveriam ser racionalizados, o que asseguraria a revalorização desses indivíduos através da promoção de sua dignidade e da garantia de sua assistência sanitária e educativa.

Por meio de um importante aparato de propaganda montado ao longo das décadas de 1930 e 1940, cristalizado no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), os intelectuais ligados ao Estado foram responsáveis pela construção de símbolos, imagens e discursos sobre a Marcha para Oeste. Os intelectuais, de acordo com a concepção do Estado Novo, deveriam assumir um papel fundamental: eram os intermediários entre o Estado e o povo, sendo capazes de sintetizar as aspirações populares e de difundir a ideologia oficial pela sociedade.

Os discursos dos intelectuais e técnicos tinham como objetivo legitimar e divulgar as propostas políticas do Estado. Os símbolos e as imagens sobre a Marcha para Oeste passaram a fazer parte do imaginário brasileiro, e são aqui entendidos a partir do conceito de representação social. Roger Chartier (1988) definiu as representações coletivas como matriz e efeito das práticas construtoras do mundo social, ou seja, elas funcionavam como ponto de partida que determinam a forma como o homem age em sociedade e também a maneira como entende essa mesma sociedade, assim como as ações em sociedade são capazes de moldar as representações do imaginário coletivo.

As representações expressam definições de objetos que são partilhadas por membros de um grupo, que, assim, constroem uma visão consensual da realidade. O entendimento dos símbolos, imagens e discursos da "Marcha para Oeste" como representações sociais significa afirmar que esses elementos foram incorporados ao imaginário social, influenciando a forma como as pessoas pensavam o oeste brasileiro, e servindo também como justificativa para ações dessas pessoas como, por exemplo, a decisão de migrar para as áreas de fronteira, estimulada pelas políticas estatais.

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos elaborados por intelectuais e técnicos sobre a Marcha para Oeste, buscando compreender suas diferentes categorias e as estratégias de construção que propiciaram sua consolidação como representações sociais. Foram escolhidas como fontes de análise as revistas *Cultura Política* e *Revista Brasileira de Geografia* (RBG).

A *Revista Brasileira de Geografia*, publicada pelo Conselho Nacional de Geografia do IBGE a partir de 1939, contava com a contribuição dos técnicos do órgão e de outras instituições nacionais e internacionais. Divulgavam-se artigos e comunicações sobre o conhecimento geocientífico, econômico e social. A *Revista Cultura Política*, vinculada ao DIP, foi publicada entre março de 1941 e outubro de 1945. Entre os intelectuais que escreviam para esta publicação, podemos encontrar desde ideólogos do regime estado-novista como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Cassiano Ricardo, até personalidades como Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré.

As formulações dos intelectuais são, neste trabalho, examinadas a partir de algumas categorias: os discursos mais técnicos, com caráter de estudos, que forneciam dados que subsidiavam as políticas do Estado; discursos que divulgavam as ações do Estado ou faziam propostas neste sentido; e discursos preocupados com a legitimidade simbólica da Marcha para Oeste. É importante frisar que estas categorias são "flexíveis", ou seja, alguns

discursos abrangem mais de uma das categorias descritas, reunindo, muitas vezes, aspectos da prática política e do universo simbólico.

Os Discursos e Elaborações Sobre a Marcha para Oeste.

A construção de um imaginário sobre a Marcha para Oeste não diz respeito apenas à elaboração de discursos que expressem suas dimensões simbólicas. Os discursos sobre as propostas e as práticas políticas do Estado também contribuíram para a consolidação de imagens sobre a Marcha. As questões que envolviam o homem e o ambiente eram colocadas como pontos de partida para a resolução dos problemas sociais. Assim, estas duas questões deveriam ser profundamente estudadas por técnicos e especialistas, gerando modernos "planos científicos" para povoar e colonizar os "espaços vazios".

No caso dos estudos elaborados, o material produzido na RBG merece destaque. Levantando importantes dados e informações sobre todas as regiões do país, os estudos forneceram importantes subsídios para propostas políticas oriundas tanto deste órgão (IBGE) quanto de outras instâncias governamentais. Entre o material contido na RBG, destaca-se a discussão do tema amazônico. Um dos mais difundidos discursos sobre a Marcha para Oeste, e que se tornou uma referência sobre o tema é o *Discurso do Rio Amazonas,* feito por Getúlio Vargas em Manaus em 10 de Outubro de 1940. O texto destaca imagens associadas à Marcha como a figura do bandeirante (ressaltando sua "coragem empreendedora" e sua resistência) e a proposta de pôr em prática um novo bandeirantismo. Vargas afirmava que a Amazônia estava sendo atentamente estudada; é nesse processo de construção do conhecimento sobre a Amazônia e visando sua integração ao projeto nacional que analisamos os artigos sobre o tema contidos na RBG.

Alguns artigos reúnem informações sobre características físicas da região, enquanto outros abordam suas questões históricas, políticas e sociais. Esse último grupo fornece indicações importantes para este trabalho, detendo-se de forma mais profunda em temas como a ocupação e a exploração da Amazônia.

A história da conquista do território amazônico é tema de vários artigos. A valentia e o empenho no desbravamento de uma região tão hostil eram extremamente ressaltados, valorizando a figura dos primeiros exploradores. Com relação à exploração econômica, os autores dos artigos enumeram as principais atividades, dando ênfase às tentativas frustradas de se estabelecer a agricultura e a pecuária de forma significativa na região.

A extração da borracha recebe uma atenção especial, tanto pelo peso econômico que representou para a região e para o país, quanto por sua função estratégica no contexto da Segunda Guerra Mundial na qual o Brasil estava envolvido no momento da publicação dos artigos. O cotidiano dos seringais, as ondas de migração nordestina e o processo de extração e venda do látex são temas bastante explorados. É interessante observar a forma como o tema da borracha é tratado, em suas perspectivas presente e futura, como fator que contribuiria para o desenvolvimento local e sua integração a economia nacional. O artigo *A Explotação Amazônica* (LIMA, 1943) fornece informações sobre os planos do governo para a região a médio e longo prazo, declarando que o investimento econômico estaria voltado especialmente para a extração da borracha e a atividade agrícola. O governo afirmava a pretensão de criar sistemas de exploração dos seringais em que a qualidade de vida dos trabalhadores estaria garantida:

> *Pôr-se-á em prova, então, a competência técnica especializada, que se demonstrará através da seleção dos tipos de seringueira, da preferência dos terrenos a cultivar, do aparelhamento dos campos de plantação, da assistência alimentar e sanitária aos trabalhadores, das medidas propagadoras de instrução e educação, dêstes e de suas famílias, ensinando-lhes hábitos salutares, tendentes a erguer o nível mental do homem, aprestando-o para a civilização. (LIMA, 1943: 412)*

É possível identificar, neste trecho, a importância do conhecimento técnico e científico para a execução e o sucesso das políticas de colonização e integração econômica do interior do país. Podemos observar também nos discursos de intelectuais que contribuiam para a Revista *Cultura Política* como as técnicas modernas eram valorizadas, tanto no mapeamento dos problemas a serem enfrentados, quanto nas soluções encontradas para a sua resolução. É o caso do artigo de Beneval de Oliveira (OLIVEIRA, 1943*)*. Nele o autor discorre sobre os temas do povoamento e da política demográfica, referindo-se às questões que envolviam a Marcha para Oeste. A questão da garantia de qualidade de vida no campo aparece como central para a concretização da Marcha:

> *O problema do campo é substancial e está naturalmente ligado ao grande movimento nacional d a Marcha para Oeste. Êle requer uma infinidade de medidas tendentes a fixar os nossos sertanejos ao solo, por intermédio dos núcleos agrícolas, da educação rural e agrícola, da propriedade, de instrumentos e máquinas, da habilitação e alimentação, do crédito, daassistência médica e social, extensiva às familias, da abertura de estradas, de facilidade de transportes, de localização não distante dos centros de consumo, da formaçãp dos exércitos do trabalho e assim por diante. (OLIVEIRA, 1943: 71)*

Essas medidas vinham sendo tomadas pelo Estado de forma enérgica, segundo o autor, que cita alguns exemplos. Outros artigos exploram as realizações do governo de forma mais aprofundada, como uma reportagem especial da *Cultura Política* de 1943 (*CP*, Ano III,

nº. 35). Os repórteres da revista entrevistaram técnicos responsáveis pela consolidação das colônias e núcleos agrícolas promovidos pela política de Marcha para Oeste. É interessante observar como a palavra destes técnicos é valorizada, mostrando que todo o trabalho por eles promovido estava embasado em modernos conhecimentos cientificos que garantiam o sucesso das empreitadas e demonstravam a preocupação do Governo em por em prática as medidas necessárias. A reportagem informava aos leitores o que eram núcleos e colônias agrícolas, quais os critérios para a distribuição de terras, seus sistemas de funcionamento, e como estavam encaminhados os projetos já instalados. Nas falas dos técnicos é possível observar uma forte vinculação construída entre a Marcha para Oeste e a valorização do homem do campo. As políticas buscavam garantir melhores condições econômicas a esse setor social. A reportagem contém também uma breve entrevista com um trabalhador rural que conta sobre a facilidade que teve em obter sua terra e a falicidade em que se encontrava sua família por produzir em seu pedaço de chão.

Analisando a fala dos técnicos entrevistados observamos referências que são constantes em muitos textos, que associam a Marcha para o Oeste ao fortalecimento da nacionalidade, associação cara ao imaginário criado sobre o tema. A idéia de que o espírito da nacionalidade se encontrava no interior, no oeste, é recorrente nos autores que discutem a Marcha, principalmente aos que se dedicam à sua legitimidade simbólica. A história aparece com enorme destaque, pois a partir dela se elaboraram mitos centrais da Marcha para Oeste, como é caso do bandeirantismo.

Cassiano Ricardo foi um dos expoentes na criação de referências simbólicas sobre a Marcha para Oeste, e em seus trabalhos a questão do espírito bandeirante é a base legitimadora principal. Em seus artigos presentes na *Cultura Política* (RICARDO, 1941 e 1942), o autor desenvolve o tema do bandeirantismo que foi inicialmente trabalhado em sua obra "*Marcha para Oeste*" (RICARDO, 1940). Para Ricardo, diversos traços presentes na política do Estado Novo, como suas características institucionais, o regime de autoridade, o governo forte, o caráter popular e genuinamente brasileiro, tinham raízes históricas no movimento das bandeiras. O espírito das bandeiras estaria vivo na sociedade contemporânea, e a impulsionava a retomar a Marcha para Oeste, sentido para a nacionalidade. Entre as heranças bandeirantes fortemente presentes na sociedade contemporânea, o autor enumera o amor à vida agrrícola, o espírito de iniciativa e de respeito às leis, a sociedade que se fixou no interior do país e as próprias fronteiras nacionais. Ricardo fala também das bandeiras do século XX, que envolviam tanto as medidas políticas da Marcha para Oeste, como uma série de expedições científicas que desbravaram o interior do país no período tratado. Novos

"bandeirantes" surgiram nestes movimentos, como é o caso do Marechal Rondon, a quem o autor dedica grande espaço ao falar em suas expedições.

Através da análise do material produzido pelas revistas *Cultura Política* e *Revista Brasileira de Geografia*, buscamos identificar as formas como os discursos intelectuais sobre a Marcha para Oeste foram construídos, para melhor compreender como aspectos destes discursos tornaram-se parte de um rico imaginário sobre o tema. As representações sociais consolidadas a partir deste imaginário são referências importantes para a história política e cultural do país. A busca pelas modernas soluções científicas, a tentativa de se implementar um novo modelo de desenvolvimento, passado, presente e futuro se reúnem nas falas dos intelectuais que constrõem discursivamente a Marcha para Oeste. A importância cultural e política destes intelectuais e a difusão de seus discursos são temas que merecem ser profundamente explorados e que tem muito a oferecer à historiografia que se propõe a fazê-lo.

Bibliografia

A colonização agrícola – Reportagem especial de Cultura política. In: **Revista Cultura Política.** Ano III, nº. 35. Rio de Janeiro: DIP, Dezembro de 1943. Pp. 184-195.

ARAÚJO LIMA. *A explotação amazônica*. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Vol. V, nº. 3. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Julho-Setembro de 1943. Pp. 371-418

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

CORREIA FILHO, Virgilio. *Devassamento e ocupação da Amazônia brasileira*. In: **Revista Brasileira de Geografia.** Vol. IV, nº. 2. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Janeiro-Março de 1942. Pp. 263-298

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papirus, 1986.

OLIVEIRA, Beneval. *Variações sobre povoamento e política demográfica*. In: **Revista Cultura Política.** Ano III, nº. 33. Rio de Janeiro: DIP, Outubro de 1943. Pp. 61-72.

PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. *O Estado Novo e seu sentido bandeirante*. In: **Revista Cultura Política.** Ano I, nº. 1. Rio de Janeiro: DIP, Março de 1941. Pp. 110-132.

_____. *As bandeiras do século XX*. In: **Revista Cultura Política.** Ano II, nº. 11. Rio de Janeiro: DIP, Janeiro de 1942. Pp. 13-27.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda. **Terra Prometida** – Uma história da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Pg. 111.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil** – Volumes V e VIII. Rio de Janeiro: José Olympio, s.d.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia

Maria Cecília Conte Carboni*

Resumo
O objetivo deste artigo é analisar a trajetória do boletim do Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo, *Maria Quitéria* no período 1997 a 1979. No decorrer de sua publicação o boletim foi dinamizado como um instrumento de articulação do MFPA em pleno momento de reivindicação de uma lei de anistia para presos e exilados políticos, na vigência da ditadura militar brasileira, de 1964 até 1988.
Sua linha editorial era voltada à aprovação da lei de Anistia, com a particularidade de apresentar o tema sob a ótica feminina e não feminista. Trata-se de refletir sobre a linha editorial e a rede de comunicação e ação que o constituía e analisar a natureza de suas propostas e estratégias e as diferentes nuances existente no interior desse grupo de mulheres.
Palavras chaves: anistia, ditadura militar , mulheres

Abstract
The objective of this article is to analyze all the trajectory of the periodical of Feminism Movement for the Amnesty (Movimento Feminino pela Anistia), called Maria Quitéria, from 1977 to 1979. During its publishing, the periodical was dinamyze as a instrument of articulation of MFPA in a time of strong debate for a amnesty law for political prisoners and exiled , throughout the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1988.
Its editorial line had a focus on the approval of the Amnesty law, with the particularity to present the theme under a feminine view, but not feminist one. The project its about its editorial line and the communication and action net that it is build around the periodical, and still analyze its propositions , strategically and its differentials dimensions existents in the group of women
Key words: Amnesty, military dictatorship, women

Pretende-se acompanhar neste artigo a trajetória do boletim *Maria Quitéria*, produzido na cidade de São Paulo, entre os anos de 1977 e 1979. O boletim surgiu para servir de porta-voz ao MFPA – Movimento Feminino pela Anistia, que surge em 1975. A criação desse boletim se deve a uma ruptura ideológica entre as lideranças de Terezinha Zerbine que funda o MFPA junto com um outro grupo de mulheres, em São Paulo, e a de Joana Lopes que edita o jornal *Brasil Mulher*,em Londrina, inicialmente criado para ser o jornal que representaria o MFPA. Seus trabalhos do MFPA iniciaram com inspiração no "Ano Internacional da Mulher", estipulado pela ONU, em 1975.

Um grupo de mulheres, de classe média, entre elas, uma artistas plástica, uma freira, uma advogada, uma professora, uma universitária, de diferentes faixas etárias, com

* Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com bolsa mestrado pela CAPES

laços políticos nulos em relação a oposição mais aguerrida ao regime militar, mas envolvidas com circunstâncias geradas pela repressão política e militar, dominadas pela impaciência perante uma situação ameaçadora, sentam a mesa de jantar de uma delas, num bairro de alto padrão de São Paulo e decidem fundar o Movimento Feminino pela Anistia. Eram elas, Lila Galvão Figueiredo, Cristina Sodré Dória, Margarida Neves Fernandes, Virginia Lemos de Vasconcelos, Yara Peres Santestevan , Eugênia Cristina e Ana Lobo, além de Terezinha Godoy Zerbine.

Pouco tempo depois, em Curitiba, a jornalista Joana Lopes, recebeu na redação do jornal *Folha de Londrina*, onde trabalhava, um abaixo-assinado a favor da lei da anistia. Ela se interessa e vai até São Paulo entregar o abaixo-assinado pessoalmente a Terezinha Zerbine, a fim de tomar parte daquele movimento.

Terezinha Zerbine era advogada, mulher do general cassado em 1964 Euryale de Jesus Zerbini. Ela mesma, presa em 1970 na Operação Bandeirantes[1].Sua prisão se deu por conta da conexão que havia feito entre os freis dominicanos e o dono de um sítio em Ibiúna em 1967, onde se realizaria o Congresso clandestino da UNE no mesmo ano.Depois de descoberta essa conexão ela ficou detida por algumas semanas na OBAN.

Um tempo e algumas conversas depois, Joana Lopes inicia os trabalhos do jornal *Brasil Mulher* .Logo, com o primeiro número publicado outras mulheres egressas de organizações clandestinas militantes e de grupos feministas se unem ao jornal, que acaba adotando outros caminhos editorais, o que desagrada o grupo de MFPA de São Paulo, em especial, Terezinha Zerbine, o que a leva a romper com este grupo e inaugurar um boletim, chamado *Maria Quitéria*. O boletim, era um veículo temático, com vocação política, restrita a defesa da Anistia e a tudo que a cercava e feminino, produzido por mulheres.

Essa ruptura entre as partes, isto é, entre as lideranças de Joana Lopes e Terezinha Zerbine, demonstra a diferença de opiniões entre os grupos. O *Brasil Mulher* queria ser um jornal que retratasse os problemas enfrentados pelas mulheres naquele momento social e político, mas engajado em temas feministas, que se comunicasse com a mulher trabalhadora , moradora das periferias.Já o foco do boletim *Maria Quitéria*, era estimular e promover a discussão a favor da elaboração e aprovação de uma lei de anistia política, sem a preocupação

[1] A OBAN foi lançada oficialmente em junho de 1969 e foi instalada na sede da Polícia do Exército e posteriormente na 36ª. Delegacia de Polícia na Rua Tutóia, em São Paulo , marcando o início de uma escalada repressiva que seria responsável por centenas de mortes, pelos meios mais bárbaros. Foram juntados aos autos a pesquisa realizada pelo "Projeto Brasil: Nunca Mais" com a informação que a OBAN nutria-se de verbas fornecidas por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outras. A estrutura fundamental em que a OBAN se apoiava era também viabilizada por recursos estaduais, tanto em termos de efetivos como das próprias instalações da sede da Operação.A criação da OBAN prepara as condições para montagem de uma estrutura que seria oficializada em junho de 1970 através do DOI-CODI.

de abrir uma discussão específica para e sobre as mulheres de baixa renda e suas condições ou sobre questões feministas, discussões sobre aborto ou pílulas anticoncepcionais, por exemplo."Não faz sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade"(ZERBINE,1979:230)

Ao entrar em contato com a documentação do jornal *Brasil Mulher* chama atenção sua linha editorial, por dois motivos.Primeiro, por seu editorial que em nenhum momento cita o movimento de anistia ,mas sim a igualdade perdida e problemas que são comuns a homens e mulheres.Segundo , o objetivo do jornal em se incorporar a imprensa democrática, isto é , alternativa, que o Brasil via surgir naquele momento[2].E ainda, o nome do MFPA e de Terezinha Zerbine não aparecem na equipe que produz o jornal, algo que só acontecerá nos próximas edições do *Brasil Mulher*.

Segue matérias sobre emancipação, educação, discriminação da sociedade científica sobre o trabalho doméstico de homens e mulheres, entre outros temas. Há sim, nas páginas 8 e 9 no jornal , em sua primeira edição, uma matéria sobre a anistia, que traz o manifesto do MFPA, com fotos e falas de Terezinha Zerbine, e ainda um texto sobre a anistia de 1945.[3]

No editorial do primeiro número do boletim *Maria Quitéria*, marcava-se claramente a posição daquele grupo: "Não somos feministas (...)".Parte daí todo o desencadeamento de posições políticas ideológicas que estabeleceria a ruptura entre os grupos de São Paulo e Londrina, dentro do MFPA. Mesmo depois da ruptura, o nome de Terezinha Zerbine continua a aparecer nas próximas seis edições do jornal *Brasil Mulher*. Segundo a jornalista Joana Lopes, editora do jornal, por uma questão política, já que o jornal continuaria a apoiar a anistia. (DEBERTOLIS, 2003:74).Apesar de não mais manterem a relação do inicio do MFPA, é inegável a representatividade que Terezinha Zerbine tinha naquele momento perante o movimento por anistia, já que foi ela quem iniciou o processo de forma pública, tirando da esfera privada uma discussão elaborada dentro de pequenos grupos de discussão, como mães de presos e exilados políticos e que necessitavam ganhar a esfera pública para o debate nacional.

Em seu primeiro número,o *Maria Quitéria*, retoma todo o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, desde 1975, como que anulasse o trabalho de divulgação e discussão já feito no jornal *Brasil Mulher*, porém fica evidente que mesmo com as diferenças de estilos de trabalho e até ideológicas, a embate assumido pelo grupo dois ano

[2] Informações retiradas do editorial do primeiro número do jornal *Brasil Mulher*.

[3] A anistia de 1945, foi concedida pelo então presidente Getúlio Vargas, pondo fim ao estado repressivo, inaugurado em 1937 , com o Estado Novo. Vários presos políticos foram libertados.

antes, a favor da anistia, continuaria em processo, mesmo que fracionado.O boletim pregava a ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país, assim como fez , a soldado Maria Quitéria,que no entanto teve que se vestir de homem para poder exercer um desejo de participação efetiva na vida política do país, naquele momento a independência do Brasil.

Seu conteúdo se referia a tudo que circundasse o tema da anistia; manifestos, abaixo-assinados, apoios de parlamentares, aparições em palestras e eventos em todos o país, ou na mídia, demonstrações de apoio a outros jornais censurados, entrevistas com advogados, historiadores, questões de direitos humanos, situação de presos políticos,dentro e fora do Brasil, a formação de novos núcleos do MFPA, cartas abertas ao presidente e ministros, poesias , ilustrações, agenda de futuras atividades em prol da Anistia e até a discussão sobre uma nova Constituinte.

Através do MFPA, o movimento pela anistia atingia um outro grau de elaboração e organização.O que antes eram vozes esparsas e dissonantes, ganham , através do MFPA,unidade de discurso e afinação do tom de suas propostas.

O boletim tinha um logo-tipo na capa, aludindo a soldado Maria Quitéria[4]. Segundo Terezinha Zerbine a escolha do nome e da figura da soldada para o boletim se deu para que os militares não vissem como provocação contra o Movimento Feminino pela Anistia, assim, os militares tiveram que "engolir"aquele movimento, já que estavam bem representadas.[5]

O MFPA estabeleceu contato com os grupos que claramente se identificariam com a idéia, como representantes do MDB, da Igreja, entidades no exterior de direitos humanos, mulheres em outros estados,que já vinham se organizando, no sentido de formar uma rede de trabalhos e manifestações.

Esse tipo de manifestação política entre as mulheres fica cada vez mais comum na década de 70. Aquilo que foi uma voz silenciada, ou como afirma a autora Ana Maria Colling, "uma presença silencia da na história e sua voz não é ouvida na política – a arena publica é masculina por excelência". (COLLING, 1999:25), se torna uma voz cada vez mais presente nas espaços públicos que agora elas ocupam.Há que se lembrar, um novo cenário mundial para a condição feminina, inaugurado com os acontecimentos de 1968 e com a revolução sexual.

---

[4]4 Maria Quitéria, nome de uma soldado baiana ,que lutou se disfarçando de homem durante a guerra de independência do Brasil em 1823.Depois de descoberta ela é integrada a tropa.Hoje é a única patrona do Exército Brasileiro.

[5] Carta de Terezinha Zerbine endereçada a pesquisadora em 27.02.2007.

> *"Depois do milagre, do boom imobiliário, da propaganda ufanista, a realidade começa a aparecer. Surgem embriões de movimento populares nas periferias (...), em especial em São Paulo, clubes de mães, movimento custo de vida, reivindicações de creches, postos de saúde iam fermentando e produzindo resultados. Nas reuniões, assembléias, a presença da mulher era constante, a maioria, quando não , eram as promotoras do evento"*(BUITTONI, 1980:172)

A figura de Terezinha Zerbine, representando o MFPA, é constante em aparições e participações em outros órgãos de imprensa das mais diversas posições políticas e ideológicas.O MFPA marca posição e espaço no jornal *Opinião* e posteriormente no *Movimento*, como matérias sobre o MFPA. No Pasquim, uma longa entrevista com Terezinha, com a chamada de capa *A moda deste inverno é o medo, mas há quem prefira a anistia,* fala entre outros temas, de como ela entregou uma carta a Rosalyn Carter,primeira-dama dos EUA, naquele momento, manifestando a posição do MFPA. Matérias no *Coojornal,*outro importante jornal da imprensa alternativa, participação em um *Globo Repórter*,programa da TV Globo, sobre mulheres guerreiras, onde Terezinha Zerbine conta um pouco da história da soldada Maria Quitéria. O programa irá falar também de outras mulheres que marcaram posição por uma causa, como a religiosa Joana Angélica, ao mesmo tempo que se fala da condição feminina naquele momento , ano de 1976, além de pautar também a condição de trabalho e estudo da mulher negra.Outras aparições tanta da *TV Globo* como em outras redes de televisão, como a *Bandeirantes* e a *Tupi* ,aconteceram no decorrer do MFPA

O MFPA figura também em jornais como *O Estado de São Paulo*,onde o jornal registra a circulação da primeira edição do boletim *Maria Quitéria, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, o São Paulo,* jornal da Cúria Metropolitana, e outros órgãos de imprensa mais regionais,como nas capitais nordestinas, na região sul do país.

Assim, como tantos outros que surgiram na esteira da imprensa alternativa e pequena imprensa, o *Maria Quitéria* atendia um público restrito, sua distribuição que era feita em pequena escala, de mão em mão, em atos ou eventos públicos.No entanto sua repercussão parece remeter ao estudo de uma rede de comunicação e ação que consegue constituir.

> *"A campanha pela anistia foi um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da libertação dos presos políticos.(...) não podia mais ser ignorada pelo Estado de Segurança Nacional, dadas as intensas manifestações, comícios, passeatas e realizações de debates sobre a questão.Ela se desenvolvia no próprio país e também no exterior pelas exilados políticos que se encarregavam de denunciar as práticas de tortura aplicadas pelo regime."*(CARDOSO,1993:92)

Numa conjuntura de disputas, há que se estabelecer a questão de ocupação dos espaços políticos que naquele momento de abertura prometida pela então presidente Ernesto Geisel, começava a se desenhar. Com a vitória inesperada do MDB, nas eleições de 1974, o governo militar começa a rever a promessa feita meses antes, sobre a distensão lenta e gradual.

O povo havia votado e decidido, o MDB via-se agora vestido de legitimidade oposicionista que até então não tinha, já que era uma oposição consentida e negociada e o governo tinha diante de si, uma crise interna estimulada pela indisciplina de alguns dos seus oficiais, que eram contra o processo de distensão política. Essa indisciplina se refletia, mais fortemente em meados da década de 70, no final de uma cadeia, fruto da doutrina de segurança nacional, a tortura.

E nesse cenário que aquele grupo conclamava todas as mulheres para se unirem ao movimento, assumindo as responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional e pregavam que só através da anistia de todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção, o país poderia mudar de rumo, em direção a democracia, através do perdão e do esquecimento das ações repressoras do estado e das reações das oposições armadas ou não.

Segundo a pesquisadora Andressa Maria Vilar Ramos,[6] "anistia é um ato político de isentar de pena os atingidos e tornar sem efeito as sanções aplicadas" (RAMOS,2002:10).

Não era pretensão ser um movimento de massas, mas sim realizar um trabalho de conscientização de organizações civis, como os sindicatos e entidades de classe para que a anistia se tornasse uma bandeira nacional.[7]

Um engajamento que só poderia surgir e ser assumido por esta fatia da população, essa parte da classe média que se envolveu e se viu envolvida pelas arbitrariedades do regime, mães, esposas, filhas, irmãs e colegas dos principais envolvidos nestes episódios,militantes de organização de esquerda, muitas vezes clandestina, e em sua maioria , homens.

Esse artigo propõe trabalhar o boletim *Maria Quitéria* como um espaço pensado de articulação de práticas políticas. Como coloca Heloisa Greco em sua tese, *uma caixa de ressonância de oposição ao governo militar(GRECO,2003:198)* e também de discussões e

[6]Em sua dissertação *Liberdade Permitida.Contradições, limites e conquista do movimento pela Anistia:1975-1980, defendida em 2002no programa de pós-graduação em História pela PUC-SP* .

[7] Editorial do boletim Maria Quitéria , em sua primeira edição.

articulações, no sentido de pensar e organizar esse setor em formação do movimento social .Parte essencial desta discussão está em torno da questão dos presos políticos e das torturas.

> *" Não é outra a gênese do Movimento Feminino pela Anistia,que, a partir de 1975, além de divulgar amplamente as denúncias e reverberar ao máximo a resistência no interior das cárceres, imprime caráter definitivamente político, programático e organizativo à questão, incorporando a este registro familiar a luta pela anistia ampla , geral e irrestrita.São justamente as mães dos presos políticos, em apelo de agosto de 1972, as primeiras a falar em anistia, ainda que de maneira confusa e emocional - "Anistia para os nossos filhos, ou mesmos redução de ao menos um terço de suas condenações" - , mas já constituindo significativa intuição do movimento que será deflagrado alguns anos mais tarde".* (GRECO,2003: 198)

Importante notar também o discurso presente nas falas do boletim, de divulgar e explicar o que é a anistia.Conceitos como a pacificação da família e do lar brasileiro, de perdão e esquecimento estão sempre presente.Parte daí, as diferenças nos discursos entre os grupos que defendiam a anistia.Em especial o que representaria a anistia para a sociedade brasileira naquele momento e que tipo de anistia deveria ser concedida.

Se representasse o fim, ou o começo do fim do regime militar, o que era vontade de muitos grupos, como os presos políticos, ela teria que ser ampla, geral e irrestrita, ou seja abarcaria todos os presos políticos, mesmo os acusados ou condenados por crimes de sangue, os exilados, os cassados, exonerados ou demitidos , afastados de seus cargos por razões políticas. Além de não anistiar torturadores e seus superiores.

Se representasse o inicio de uma negociação, como era desejo de outro grupo, como por exemplo, parte do MDB, ela poderia ser ampla e geral, não abarcaria todos os casos, nem todos os presos seriam soltos ou perdoados, nem todos cassados poderiam voltar a atuar politicamente e todos os quase quinze anos de ditadura militar seriam esquecidos e perdoados,era uma anistia parcial, para que fosse possível um recomeço da vida política social brasileira.

Revisitar esse episódio, colocando em questão algumas das partes envolvidas, suas ideologias e a condição da mulher naquele cenário , assim como, de que forma esses espaços políticos foram ocupados e analisar o que significou este processo e como ele se alongou e se faz sentir até hoje,é um dos pontos a se tocar aqui.

É através das páginas do boletim *Maria Quitéria* e de suas entrelinhas, que o texto pretende revisitar o debate travado pela aprovação da lei da anistia. O que aconteceu durante os debates sobre uma futura lei da anistia, quais eram os grupo, quem formava esse grupo, e se houve, como muitas vezes podemos ver na historiografia do período, perdedores ou vitoriosos, com relação a lei da anistia.

É também, um dos objetivos desse trabalho, tentar contribuir com a ampliação e enriquecer a discussão e as visões sobre o movimento pela anistia , que até hoje volta à pauta de discussão da imprensa.

Bibliografia

BUITTONI, Dulcília Helena Schroeder.**Mulheres de papel:representação da mulher na imprensa feminista brasileira e imprensa feminina**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-74.** Dissertação de mestrado.Programa de pós-graduação da escola de comunicação e arte da Universidade de São Paulo,2004.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Memória e Poder: as criações memorialistas de regime de 64.** Dissertação de mestrado. Programa de Pos-graduação de história da PUC-SP, 1993.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil**. Editora Rosa dos tempos,1997, Rio de Janeiro.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em Papel e tinta. Periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo, Educ, 2000.

DEBERTÓLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa**, 2002. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GASPARI, Elio.**A ditadura encurralada.São Paulo**, Companhia das letras.2004

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**, 2003. Tese de doutorado-Programa de pós-graduação em Historia da Universidade Federal de Minas Gerais.

KUCINSKI, Bernardo.**Jornalistas, revolucionários nos tempo da imprensa alternativa.**Scritta Editorial, 1991, São Paulo

RAMOS, Andressa Maria Vilar. **A liberdade permitida: contradições, limites e conquistas do movimento pela Anistia: 1975-1980**. Dissertação de mestrado. Programa de Pos-graduação de história da PUC-SP, 2002.

ZERBINE, Terezinha Godoy. **Anistia: Semente da Liberdade**. São Paulo, 1979 São Paulo: [s.n.]

Endereço eletrônico

Mortos e desaparecidos políticos , http://www.desaparecidospoliticos.org.br/perus/4.html, consulta em 04 de maio de 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A crise do sentido moderno da história em "A insustentável leveza do ser"

Betzaida Mata Machado Tavares[1]

Apresentação

O sentido moderno da história por estar fundado nas idéias de causalidade, linearidade e progresso, garante coerência e unidade ao curso dos acontecimentos humano, opondo-se, portanto, à idéia de que possam estar abandonados ao acaso.

Nas últimas décadas do século XIX, o discurso da Razão como forma de se chegar à verdade universal entra em crise. Tendo sido dos primeiros a combater a "*tirania da razão sobre o sentido histórico*" e o "*mais radical formulador da crise do racionalismo moderno*"(REIS, 2005:42), Nietzsche situa a razão e o conhecimento como invenções humanas e, portanto, insignificantes diante da natureza (NIETZSCHE, 1983:45).

Dessa forma, não há uma razão externa à própria percepção humana que governe a natureza e o curso dos acontecimentos. Com esse enunciado, Nietzsche coloca em questão o próprio sentido moderno da história. Se não há uma racionalidade que governa a marcha da história, não há um fim último para o qual o curso dos acontecimentos desembocaria.

Ao romper com essa perspectiva teleológica, Nietzsche concebe um tempo em que não há origem, nem fim, um tempo infinito "para frente e para trás". Nesse tempo, em que as coisas não vêm a ser nem perecem, o mundo é concebido como uma grandeza de forças determinadas que se movimentam criando diferentes combinações entre si. A possibilidade de combinação dessas forças é finita, uma vez que a grandeza de forças é determinada. Porém, como essas forças operam num tempo infinito "para frente e para trás" essas combinações necessariamente se repetem. Nisso consiste a idéia do eterno retorno:

> *Outrora se pensava que a atividade infinita no tempo requer uma força infinita, que nenhum consumo esgotaria. Agora pensa-se a força constantemente igual, e ela não precisa mais tornar-se infinitamente grande. Ela é eternamente ativa, mas não pode mais criar infinitos casos, tem de se repetir: essa é a minha conclusão* (NIETZSCHE, 1983:387)

O universo, portanto, constitui um círculo fechado em si mesmo, que vive de si próprio, movimentando-se pela combinação de suas forças, sem sofrer qualquer perda ou

[1] Professora do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Mestre em História pela UFMG.

acréscimo, sem interferência de nenhuma ação externa. Não progride, não caminha em direção a um fim, não vem a ser nem perece. Sendo assim, o mundo é visto como um jogo de forças cuja dinâmica se desenvolve pela vontade de potência. Nessa perspectiva, a história como conhecimento só pode ter valor na medida em que alimenta a força e a vontade de potência, servindo à vida. E uma história que serve a vida não pode se pretender universal, pois o discurso homogeneizante distancia-se da vida em suas particularidades.

Portanto, pode-se perceber uma inversão do papel do acaso na história em relação ao projeto moderno. Se este último nega o acaso ao encadear os acontecimentos humanos numa perspectiva linear e progressiva, em Nietzsche o movimento da história se dá por sucessivos acasos, na medida em que não existe um sentido pré-estabelecido. Contudo, isso não significa a ausência total de sentido, mas sim que ele não é dado *a priori*. Ao contrário, os sentidos são construídos por indivíduos concretos: *É claro que a minha vida não tem uma finalidade, já que devo o meu nascimento ao acaso; que eu possa dar para mim uma finalidade, isso já é outra coisa*.(NIETZSCHE, 2005:239)

Diante disso, pretende-se neste artigo analisar como essa crise do projeto moderno está presente na narrativa do livro *"A insustentável leveza do ser"* escrito por Millan Kundera e publicado em 1982. O eixo condutor do enredo não é a linearidade temporal e sim os diferentes significados que seus quatro protagonistas – Tomas, Tereza, Sabina, Franz – dão à própria vida e às suas experiências que se entrecruzam. Além de sua narrativa ser conduzida pela alternância dos diferentes pontos de vista de seus protagonistas, pode-se dizer que o texto tem uma perspectiva cíclica. Isso não significa que os mesmos fatos sejam narrados mais de uma vez, mas o enredo se desenvolve de maneira que há uma repetição que marca a trajetória das quatro personagens independentemente da diversidade das experiências. Essa repetição situa-se, fundamentalmente, nos significados que cada uma delas atribui a suas experiências, que são diversas.

A tensão crucial do texto diz respeito ao antagonismo peso/leveza. A leveza, aqui, refere-se à ausência total de fardo, à obra do acaso, ao efêmero, àquilo que, por isso mesmo, torna-se insignificante. O peso seria a uniformidade, aquilo que se repete e impõem-se com o imperativo do "tem que ser assim". Ao mesmo tempo é *a imagem da realização vital mais intensa. Quanto mais pesado o fardo, mais próxima da terra está nossa vida, e mais real e verdadeira ela é* (KUNDERA, 1999:11).

Nessa análise acerca do romance de Kundera iremos enfocar três aspectos: 1) o papel do acaso e do determinismo; 2) o esfacelamento e a multiplicação dos sentidos; 3) a uniformidade e as singularidades.

I – O acaso e o "tem que ser assim"

Tomas e Tereza conheceram-se por acaso. Ou antes, por obra de seis improváveis acasos como Tomas constatou quando já estavam juntos há sete anos: o chefe do departamento em que Tomas trabalhava fora convocado para cuidar de um caso grave de meningite na cidade onde Teresa morava, o chefe estava com ciática e mandou Tomas em seu lugar. Tomas ficou hospedado no hotel em que Tereza trabalhava e, como tinha um tempo livre antes da partida do trem, foi sentar-se em uma mês do restaurante e Tereza, que estava trabalhando naquele horário o serviu. O caso grave de meningite, a ciática do chefe, a escolha do hotel, a disponibilidade de tempo antes da partida, Tereza estar em seu horário de trabalho e a mesa de Tomas ser servida por Tereza: aquilo que os manteria juntos até a morte fora obra de seis eventos casuais, não havia nenhuma necessidade intrínseca naquele encontro.

Contudo, a repetida escolha por permanecerem juntos não foi obra do acaso, mas de uma idéia de necessidade que passou a reger a relação entre os dois. Assim, quando Tereza, algum tempo depois de ter conhecido Tomas, viaja até Praga para ir ao seu encontro ele, tomado de compaixão e como quem cumpre um dever, acolhe-a em seu apartamento, casa-se com ela e pouco tempo depois, os dois mudam-se para a Suíça. Quando Tereza decide deixá-lo e voltar para Praga, Tomas, mais uma vez como quem segue o imperativo de uma necessidade, retorna à Tchecoslováquia, não obstante todas as adversidades políticas pelas quais o país atravessava.

A escolha, revestida com o peso de uma necessidade que impera, torna-se um fardo, e a leveza inicial que marcou o primeiro encontro dos dois é perdida. O último quarteto de Beethoven marca a decisão tomada por Tomas: "Tem que ser assim". O narrador, em suas várias reflexões que permeiam o romance, apresenta essa necessidade como uma escolha, um sentido construído pelos indivíduos: *Todos acreditamos que é impensável que o amor de nossa vida possa ser uma coisa leve, uma coisa que não pese nada; achamos que nosso amor é o que devia ser, que sem ele nossa vida não seria nossa vida*.(KUNDERA, 1999:47).

Na narrativa de Kundera, quando indivíduos e instituições passam a agir sob o imperativo do "tem que ser assim", a repetição se instaura. Nesse momento, a leveza do

efêmero, daquilo que surge do acaso, torna-se peso e, ao mesmo tempo, adquire sentido. É sob essa perspectiva que o narrador evoca o "eterno retorno":

> *O mito do eterno retorno afirma, por negação, que a vida que desaparece de uma vez por todas, que não volta mais, é semelhante a uma sombra, não tem peso, está morta por antecipação, e por mais atroz, mais bela, mais esplêndida que seja, essa atrocidade, essa beleza, esse esplendor não têm o menor sentido.*(KUNDERA, 1999:9)

Para o narrador, portanto, o que dá sentido à vida seria o eterno retorno e esse, por sua vez, constituiria a repetição, o peso e, conseqüentemente, a proximidade com a vida. Sua narrativa se apropria do eterno retorno numa construção de um jogo de opostos: de um lado, o peso, a necessidade, a repetição (o eterno retorno); de outro, a leveza insustentável, o acaso, o efêmero e evanescente.

Contudo, algumas questões devem ser postas ao analisarmos essa apropriação do eterno retorno que se funde à questão crucial presente nessa narrativa, qual seja, o antagonismo peso/leveza nas relações humanas. Em primeiro lugar, não parece haver, no eterno retorno de Nietzsche, espaço para uma oposição entre o efêmero e o retorno: o mundo é um acúmulo finito de forças que se combinam por obra do acaso e, em algum momento, essas combinações se repetem já que atuam num tempo infinito *para frente e para trás*. Não há espaço, portanto, para a evanescência:

> *Este mundo: uma monstruosidade de força, sem início, sem fim, uma firma, brônzea grandeza de força, que não se torna maior, nem menor, que não se consome, mas apenas se transmuda, inalteravelmente grande em seu todo (...) cercada de nada como seu limite, nada de evanescente, de desperdiçado, nada de infinitamente extenso, mas como força determinada posta em um determinado espaço (...) Esse mundo é a vontade de potência, é nada além disso!* (NIETZSCHE, 1983:397)

Para o narrador do romance o grande peso do eterno retorno consiste no fato de que quando a repetição de um evento brutal se repete, torna-se *um bloco que se forma e perdura* e exatamente essa repetição iria revesti-lo com o imperativo do "tem que ser assim". Assim, a impressão que se tem é que, embora recorra a Nietzsche e apresente questões que são postas pela crise do projeto moderno, a presença do sentido moderno de história neste enredo se torna imperativa e isso pode ser observado na análise da forma como necessidade e acaso são apresentados. Na trajetória das quatro personagens, o que permanece, o que faz sentido é aquilo que, começando como obra do acaso, reveste-se do imperativo da necessidade, do tem que ser assim. Ainda que isso seja fruto da opção dos indivíduos, ainda que o preço que se pague por isso seja a perda da leveza, é essa necessidade que dá sentido,

que é real; mesmo porque, a leveza para os indivíduos é insustentável. O acaso que não se incorpora ao imperativo do "tem que ser assim", deixa de existir, torna-se "semi-real", "insignificante".

II – As palavras incompreendidas: a multiplicação dos sentidos

A crise do projeto moderno põe em xeque a verdade universal, o sentido único. O aprofundamento dessa crise ao longo do século XX, denominado pós-modernidade por alguns de seus intérpretes, leva a um esfacelamento e uma multiplicação do sentido:

> *Na pós-modernidade, o universal se pulveriza em indivíduos, fragmenta-se. Não há mais supracritérios que possam decidir entre o ser e o dever ser. A comunicação, a intersubjetividade tornam-se quase impossíveis. Os consensos possíveis são provisórios, locais e precários. Predomina o dissenso, o jogo de linguagens divergentes. (REIS, 2005:45)*

Na narrativa de Kundera, a multiplicação dos sentidos e a impossibilidade de comunicação apresentam-se de forma mais evidente na terceira parte do livro, em que se narra o romance entre Sabina – uma artista plástica tcheca, amante de Tomas – e Franz, um professor universitário suíço, casado com uma francesa.

Estabelecendo um "pequeno léxico de palavras incompreendidas" o narrador apresenta a série de mal-entendidos que permeia o romance entre essas duas personagens, fruto da forma como um e outro atribuem significados extremamente diferentes (por vezes antagônicos) a eventos, valores e lugares. Serão analisados aqui quatro termos significativos desse "pequeno léxico" para pensar a multiplicidade de sentidos e a incomunicabilidade presentes na narrativa de Kundera.

"Os desfiles" e "a pátria de Sabina"

Para Franz, a Tchecoslováquia significava "prisões, perseguições, tanques na rua, panfletos, livros proibidos" e esses elementos o remetiam a algo grandioso, a um ideal maior que sua vida de europeu comum e seus conflitos banais. Enfastiado em viver numa sociedade rica e democrática em que as pessoas dedicam-se cada vez mais a atividades intelectuais, Franz via na pátria de Sabina um contraponto à avalanche de trabalhos e dissertações sobre os mais variados temas que eram anualmente expelidos nas universidades européias: *Acredite*

em mim, um só livro proibido em seu antigo país significa infinitamente mais do que as milhares de palavras cuspidas pelas nossas universidades.(KUNDERA, 1999:123)

A pátria de Sabina também se associava às manifestações públicas, as quais Franz gostava de comparecer para "reivindicar qualquer coisa, protestar contra qualquer coisa". Para ele, juntar-se à multidão em marcha fazia com que se sentisse parte da "vida real", uma vez que, no meio dos livros, julgava-se distante da realidade:

> *Não se dava conta de que o que julgava irreal (seu trabalho no isolamento das bibliotecas) era sua vida real, enquanto as passeatas que julgava reais eram apenas um espetáculo, uma dança, uma festa, em outras palavras: um sonho.* (KUNDERA, 1999:120)

Essa intervenção do narrador coloca uma questão crucial sobre a idéia do que é real. A idéia de real, para Franz, liga-se, de alguma forma, a uma unidade orgânica. É uma idéia moderna do real. Quando o narrador pondera que essa unidade só pode ser "um espetáculo", a crise dessa perspectiva torna-se evidente na narrativa: a vida cotidiana, os indivíduos e suas inumeráveis particularidades que estão presentes no enredo não cabem na representação unívoca do real.

Sabina, por sua vez, via sua pátria bem como os desfiles e manifestações de maneira muito diversa. Desde a infância, nunca conseguiu efetivamente fazer parte da grande marcha e, quando já estava na Europa e foi participar de uma manifestação contra a invasão russa à Tchecoslováquia percebeu que era incapaz de gritar as palavras de ordem junto com os outros:

> *Ela queria lhes dizer que o comunismo, o fascismo, todas as ocupações, todas as invasões dissimulam um mal mais fundamental e mais universal; a imagem desse mal era o desfile de pessoas marchando com os braços para cima e gritando em uníssono*.(KUNDERA, 1999:120-121)

Se Franz é o personagem que encarna o projeto moderno, a quem o narrador destinará, na melhor das hipóteses, uma condescendência compassiva, Sabina é a personagem que personifica a crise desse projeto. Assim, toda imagem de "felicidade", "liberdade" ou "revolução" que se pretende universal ela classifica como *kistch totalitário* por constituírem idéias que excluem qualquer possibilidade de individualismo, ceticismo ou ironia. Nesse

sentido, para Sabina não há distinção entre os fascismos, o comunismo e a democracia americana já que são, no fundo, imagens de uma felicidade universal e sem dissonância.

"Fidelidade e traição" e "viver na verdade"

Para Franz, *a fidelidade é a primeira de todas as virtudes; ela dá unidade à vida que, sem ela, iria se estilhaçar em mil impressões fugidias* (KUNDERA, 1999:110). O que atribui sentido à vida de Franz é a fidelidade: primeiro à mãe, a quem foi fiel até a morte, depois à esposa Marie-Claude, com quem se casou depois que ela ameaçou suicidar-se e, finalmente, à Sabina, a quem dedicava todas as suas atitudes mesmo depois que ela o abandonou.

Sabina, por sua vez, tinha sua trajetória de vida marcada por sucessivas rupturas, ou como o narrador caracterizou, "sucessivas traições": primeiro o pai, depois o comunismo, em seguida o marido excêntrico e, finalmente, Franz. *Trair é sair da ordem e partir para o desconhecido. Sabina não conhece nada mais belo que partir para o desconhecido* (KUNDERA, 1999:111).

Ao mesmo tempo em que é partir para o desconhecido essa tendência a traição é também um elemento de repetição em sua vida. Nesse sentido, esse é o peso, ou o "tem que ser assim" de sua vida. Ainda assim, essa é a personagem do romance que vive mais perto da "insuportável leveza". Sabina recusa-se em aderir a qualquer discurso unificador e em ser incorporada ao *kitsch totalitário* e sua resistência em transformar-se em uma imagem desse *kitsch* se dá por meio de suas sucessivas traições.

Passemos, então, ao próximo verbete desse pequeno léxico: *viver na verdade*. Para Franz, a verdade está relacionada ao tornar público: viver na verdade é não esconder, não dissimular. Em sua relação com Sabina, portanto, entende que vive na mentira, uma vez que o romance não pode ser assumido publicamente. Franz, portanto, acredita numa verdade que exista, independentemente de qualquer convenção e que possa ser exposta, escancarada aos olhos da sociedade.

Sabina, por sua vez, acredita que a verdade só existe longe dos olhos do público na medida em que a presença de testemunhas leva à representação, à perda da espontaneidade.

> *Ter um público, pensar num público é viver na mentira. Sabina despreza a literatura em que o autor revela toda a sua intimidade e também a de seus amigos. Quem perde sua intimidade, perde tudo, pensa Sabina E quem a ela renuncia conscientemente é um monstro. Por isso, Sabina não sofre em ter que esconder seu*

> *amor. Ao contrário, para ela essa é a única forma de viver "na verdade".*(KUNDERA, 1999:133)

Podemos, mais uma vez, constatar nessa personagem a desconfiança de qualquer idéia de essência. Sabina parece compartilhar da visão nietzscheana de verdade:

> Agora, com efeito, é fixado aquilo que doravante deve ser "verdade", isto é, é descoberta uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, e a legislação da linguagem dá também as primeiras leis da verdade: pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira. (NIETZSCHE, 1983:46)

A verdade em Nietzsche é uma convenção e seu impulso deriva da existência social. Sendo assim, essa verdade suprime e oculta particularidades individuais. Não é uma verdade que revela as coisas e os sujeitos em sua totalidade. Podemos afirmar, então, que Sabina, quando nega a possibilidade de que uma verdade exista socialmente ela se refere a essa concepção de verdade como uma convenção. É curioso observar que a personagem que encarna essa perspectiva de verdade seja justamente uma artista plástica. A arte, para Nietzsche, seria o território em que se é permitido, sem a acusação de estar mentindo, jogar com os conceitos, inverter convenções, recompor idéias, combinar elementos incombináveis, separar outros inseparáveis.

III –A grande marcha: o *kitsch totalitário* e as dissonâncias

A sexta parte do livro *A insustentável leveza do ser* é intitulada "A grande marcha". Se ao longo de todo o romance, o narrador intervém com suas reflexões, podemos dizer que esta é a parte em que ele se coloca no plano principal. Nela, dedica-se a um ensaio sobre o que seria o *kitsch*: uma perspectiva estética que *exclui de seu campo visual tudo o que a existência humana tem de essencialmente inaceitável* (KUNDERA, 1999:281). Nesse ensaio a principal interlocutora do narrador será a personagem Sabina.

O que Sabina definiu como o *kitsch totalitário* diz respeito a qualquer imagem que sugira universalidade: algo que comova a *todos*, que *todos* almejem, ou ao qual *todos* se oponham. Essa imagem pode estar presente num discurso político, numa manifestação de rua, numa notícia de jornal. O reino do *kitsch* constrói um mundo que cria valores e padrões universais e pressupõe que todos se identificarão com as imagens por ele criadas. Em seu discurso, não é cabível nada que quebre a harmonia construída: *o verdadeiro adversário do*

kitsch totalitário é o homem que interroga. A pergunta é como a faca que rasga a cortina do cenário para que se possa ver o que está atrás (KUNDERA, 1999:288).

Com sua arte, suas sucessivas traições e sua forma de se posicionar no mundo, Sabina o tempo inteiro rasga cortinas de cenários construídos. Dessa forma, rejeita os filmes soviéticos veiculados nos países comunistas que passavam a imagem de uma sociedade comunista avançada, mas abomina ainda mais a crítica convencional a esses filmes: *eles descreviam o ideal comunista enquanto a realidade comunista era bem mais sombria*. Sabina tinha pânico de que esse ideal viesse a se tornar realidade:

> *Preferia, sem hesitar, a vida no regime comunista real, com todas suas perseguições e suas filas nas portas dos açougues. No mundo comunista real, é possível viver. No mundo comunista idealizado, naquele mundo de cretinos sorridentes com quem ela não poderia ter o menor diálogo, teria morrido de horror depois de uma semana*. (KUNDERA, 1999:286)

A repulsa ao comunismo idealizado não diz respeito especificamente ao comunismo como ideologia política e sim a qualquer projeto que se pretende totalizante. É com o mesmo sentimento de aversão que Sabina reage quando, estando nos Estados Unidos, um senador americano aponta para crianças correndo num gramado e diz a ela: "É isso o que eu chamo de felicidade". Sabina imediatamente identifica o sorriso do senador com aquele que os estadistas comunistas ostentavam nos palanques. Então, ela intimamente se faz uma pergunta que rasga a cortina dessa imagem idealizada de felicidade:

> *Como senador podia saber que as crianças significavam felicidade? Enxergaria dentro de suas almas? E se três dessas crianças, assim que saíssem de seu campo visual se atirassem sobre a quarta e começassem a espancá-la?* (KUNDERA, 1999: 284).

Para Sabina, qualquer projeto que negue dissonâncias e que veja a humanidade como uma totalidade orgânica é um cenário. Portanto, Sabina caminha na direção contrária à "grande marcha", independentemente de onde ela pretenda chegar: ao comunismo ou à liberdade. Por meio dessa personagem, o narrador estilhaça a idéia de um sentido único e de uma verdade universal se impondo sobre os particularismos.

Considerações finais

O romance de Kundera constrói sua narrativa a partir de reflexões que põem em xeque a idéia de uma história com sentido único e coerente.

Por esta razão, embora seja um romance "historicamente ambientado" as possibilidades de diálogo entre sua narrativa e o conhecimento histórico não comportam uma perspectiva simplista que se reduz a um exame de como o contexto da Primavera de Praga foi reconstituído pelo autor. Exatamente por evidenciar uma crise no sentido único da história, o contexto histórico em que o enredo se desenvolve não impera sobre a narrativa, já que ela não se resume a uma simples reconstrução de um ambiente histórico permitindo que, a partir dele, se entreveja aspectos sociais, políticos e culturais de uma época. O que o romance permite entrever é algo de natureza mais complexa, qual seja, o sentido que se atribui à existência, e esse sentido, embora seja irredutível a um contexto histórico específico, pode se abrir sobre os próprios significados que a história, como conhecimento, atribui aos acontecimentos humanos ao longo do tempo.

Referências Bibliográficas

KUNDERA, Millan. *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich *Escritos sobre a história* Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

REIS, José Carlos. *História & Teoria* – historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ligas Camponesas, Comunistas e o Triângulo Mineiro nos anos 1940.

Luciano Patrice Garcia Lepera*

Resumo: A criação de diversas Ligas Camponesas na região triangulina de Minas Gerais foi trabalho realizado notadamente por militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil), no breve período de legalidade vivida por esta agremiação política nos anos de 1945 a 1947 e nos que se seguiram. Foram as primeiras de que se têm notícias no Brasil, precedidas apenas pela de Dumont, região de Ribeirão Prêto, interior de São Paulo, fundada em 1945 também sob a liderança dos comunistas. Reprimidas duramente pelas forças dos poderes públicos e dos latifundiários, deixaram de existir após alguns anos. Num país onde não se fez reforma agrária, é importante que melhor se estudem estas desconhecidas lutas pela terra.
Palavras-chave: Ligas Camponesas, Comunistas, Triângulo Mineiro.

Abstract: The creation of several Peasant Leagues in the triangulina region of Minas Gerais was a work carried through especially by militants of the PCB (Brazilian Communist Party), in the brief period of legality survived by this political association in the years of 1945 to 1947 and in those which followed. Those Leagues were the first ones to be known in Brazil, preceded only by the Peasant League in Dumont, in the region of Ribeirão Prêto, state of Sao Paulo, established in 1945, also under the leadership of the Communists. Because of a hard restraint by the forces of the public powers and the large landowners, they stopped existing after some years. In a country where it did not make agrarian reform, it is important to study these unknown fights for the land.
Keywords: Peasant Leagues, Communists, Triângulo Mineiro

As chamadas Ligas Camponesas são criadas no Brasil nos anos de 1940, como explicado por Márcia Motta em seu excelente *Dicionário da Terra* (MOTTA, 2005). Tiveram vida curta em função da violenta repressão que sofreram tanto das oligarquias locais quanto do Estado.

Este texto buscará, através de um breve relato, colaborar na produção e divulgação de informações sobre estes primeiros anos nos quais os camponeses se organizaram em ligas, sob a liderança de militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil).

Diferentemente dos movimentos ocorridos na região nordeste do Brasil, a partir do Engenho da Galiléia, em meados dos anos 1950, as Ligas Camponesas do Triângulo Mineiro são praticamente desconhecidas pelos estudiosos dos movimentos camponeses e também daqueles que pesquisam a trajetória do PCB. Provavelmente foram as primeiras do país,

* Especialista em Educação Ambiental (Faculdade Católica de Uberlândia), Bacharel e Licenciado em História (Universidade Federal de Uberlândia), Professor de História no ensino fundamental e médio (rede particular e pública) e Vice-Diretor Pedagógico (Nacional Pré-Vestibulares de Uberlândia).

precedidas somente pela de Dumont, cidade vizinha de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. (WELCH; GERALDO, 1992)

Em sua dissertação de mestrado, Idalice Ribeiro Silva consegue com rara e extrema eficiência, contrapor-se ao discurso e à memória construídos pelas classes dominantes de que Uberlândia sempre foi a terra do progresso e da harmonia entre classes, isenta das contradições entre trabalho e capital. Na até hoje chamada Cidade Jardim, e em sua região, ocorreram inúmeros movimentos sociais dos quais pouquíssimo se sabe. (SILVA, 2000).

Dos autores que trabalham com a temática das lutas do campo, nada conheço que tenha sido escrito sobre a região triangulina. Nos textos de autores que pesquisam o Partido Comunista, também não, excetuando-se a dissertação de Idalice, o livro de memórias de Marco Coelho (COELHO, 2000) e a monografia deste autor (LEPERA, 2003).

O Brasil dos anos 1940, apesar do processo de urbanização de sua população e de industrialização de sua economia, ainda era um país majoritariamente agrário. Segundo o IBGE, de 1940 a 1950 a população rural passou de, aproximadamente, 69% para 64% do total de habitantes.

Nesta época os trabalhadores urbanos organizam-se e mobilizam-se de forma eficiente. Em apenas um ano cresce em 68% o número de sindicalizados, atingindo, em 1946, a cifra de 797.000 o total de pessoas filiadas aos sindicatos de trabalhadores.

O PCB (Partido Comunista do Brasil) reorganiza-se de forma rápida e eficiente no curto período democrático que se sucede ao término do Estado Novo. Uberlândia sedia o Comitê Zonal partidário responsável pela coordenação dos trabalhos em todo o Triângulo Mineiro e sudoeste de Goiás. Na legalidade vivida de 1945 a início de 1947, quando o partido volta a ser proscrito, criaram-se comitês municipais em várias cidades da região, tais como Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Canápolis e Toribaté (atual Monte Alegre).

Nas eleições presidenciais de dezembro de 1945, o candidato do PCB, Yeddo Fiúza, obtém 9,7% dos votos válidos no país. Em Minas Gerais, seu desempenho caiu para pouco mais de 2% dos sufrágios. No Triângulo Mineiro, estas performances são superadas. Na Zona Eleitoral de Toribaté, que compreendia também os municípios de Canápolis, Centralina, Sucuri e Flores, Fiúza consegue 27,5% dos votos e em Uberlândia 16,4%.

Os números demonstram serem, proporcionalmente, a primeira e segunda melhor votação alcançada no Estado. Para efeito comparativo, verifica-se que na capital, Belo Horizonte, o candidato dos comunistas teve 7,5% dos votos e, em Juiz de Fora, apontada por muitos autores como berço do PCB em Minas Gerais, apenas 5,2%.

Em Nova Lima, consegue-se a terceira melhor votação do estado (16,1%) devido à grande presença comunista junto ao operariado desta cidade, como se vê no livro de Yonne Grossi (GROSSI, 1981). Os números das votações foram coletados junto ao arquivo do Tribunal Eleitoral de Minas Gerais pela historiadora Idalice Ribeiro Silva (SILVA, 2000) e o cálculo das porcentagens e as comparações entre as diversas cidades foram feitos por este autor (LEPERA, 2003).

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, em seu trabalho "Estratégias da Ilusão", (PINHEIRO, 1981), a questão agrária foi uma das tarefas urgentes para a América Latina na concepção da Internacional Comunista de 1920.

Nos anos 1940, ampliou-se muito o plantio de arroz no Triângulo Mineiro. Era necessária uma grande produção para abastecer o crescente mercado regional, bem como Mato Grosso e Goiás. Camponeses de várias localidades do Brasil se dirigiam para esta região, procurando trabalho junto aos latifúndios, quer como meeiros ou terceiros, quer como diaristas. O trabalho junto a este campesinato foi considerado como área de concentração de esforços do PCB de Uberlândia e região.

Segundo Coelho o trabalho de organização do partido era feito da seguinte maneira:

> *Saíamos de Uberlândia em caminhões ou em automóveis de companheiros, comendo poeira, no escuro das noites, para burlar a vigilância da polícia e dos "bate-paus" dos fazendeiros. Depois eram as longas caminhadas pelas trilhas, para chegar aos grotões onde residiam e trabalhavam os lavradores. Dormíamos em casebres de pau-a-pique ou nas tulhas de palha de arroz, sob o teto das estrelas. (...) Os lavradores aderiam em massa a um partido que prometia dividir os latifúndios, dando um pedaço de terra a cada família. Eram estruturados em "células por córrego", única referência geográfica na vastidão dos latifúndios. Nessa atividade, além de dedicados companheiros de Uberlândia, se destacavam Roberto Margonari e Élson Costa. (COELHO, 2000, p. 115)*

Roberto Margonari foi vereador do PCB, onde militou por toda sua vida, e Élson Costa foi líder da greve dos caminhoneiros realizada em Uberlândia à época, tornando-se a partir de então profissional do partido. Em janeiro de 1975, Costa, já como membro do Comitê Central do PCB, foi seqüestrado e morto pelos agentes da ditadura militar, não tendo, até o momento, seu corpo sido encontrado.

Ainda sobre a forma que o PCB atuava junto aos camponeses, organizando-os em células por córregos, verifica-se em Neiva que "O Partido Comunista é então estruturado na Colônia, desde as bases: os núcleos dos córregos são organizados como Conselhos de

Córrego. Cria-se o Comitê Distrital, com ação voltada à área específica da Colônia, e o Comitê de Zona, com sede na CANG [...]". (NEIVA, 2006, p. 115)

A forma de organização do PCB no campo, conforme citações anteriores, podem ser confirmadas por notícia do Jornal Correio de Uberlândia, abaixo transcrita, sobre o trabalho de repressão exercido pela polícia:

> *Foram realizadas diligências nos córregos de "Condugo", da Areia dos Bois, do Bálsamo, do Bebedouro, do Solta Cavalo, do Cerrado, todos eles pequenos núcleos onde está, de maneira impressionante, difundida a doutrina do Kremlin. Em cada córrego há um ou dois "sabidões", chefes de células, ignorantes e rústicos, porém, que exercem influência sobre os companheiros.* [1]

A partir de 1946, várias Ligas Camponesas são constituídas na região. Além das lutas reivindicatórias, prestavam assistência jurídica, médica e odontológica a seus integrantes, bem como promoviam a alfabetização de adultos, atividades culturais e recreativas.

No jornal **O Estado de Goiaz**[2], em diversas edições noticiam-se as atividades de diferentes Ligas tais como as de: *Sucupira, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos, Capão da Onça, Frutal, Monte Alegre de Minas, São Francisco, Sobradinho, Furnas* e *Canápolis*.

Canápolis sediaria, em 25 de abril de 1948, um Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, e Noêmia Gouveia[3], militante de Uberlândia que já estava a serviço do Partido em Belo Horizonte, é mandada para auxiliar a realização do evento, que acabou não ocorrendo em função da proibição e da repressão por parte da polícia. Em seu relato, Noêmia afirma:

> *Mas tem um outro que eu já voltei de Belo Horizonte, foi um congresso de Canápolis e Capinópolis que fizeram um encontro e a polícia deu em cima de nós, e nós dormiu num arrozal lá dum companheiro, estragamos tudo o arrozal que nós dormimos no meio do arrozal. [...] No outro dia todo mundo se espalhou, né, cada um foi pra um lado, não foi preso ninguém, esse não foi preso, mas no outro foi. (GOUVEIA, 2003)*

---

[1] Desarticulado em Canápolis um movimento destinado a provocar desassossego e inquietação. **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 08/04/1948, ano 11, n. 2.378, p.1, c.1-5 apud SILVA, I. R. **"Flores do Mal" na Cidade Jardim:** comunismo e anticomunismo em Uberlândia 1945-1954. 444f. (Dissertação Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000. p.269.

[2] Apesar do nome, este jornal esteve sediado em Uberlândia durante anos e no período que este artigo abrange, tinha linha editorial afinada com o PCB. No Arquivo Municipal de Uberlândia encontra-se coleção deste periódico.

[3] Antiga militante do PCB de Uberlândia na virada dos anos 1940 e 50 tornou-se quadro profissional do partido assumindo o trabalho de organização feminina do Comitê de Belo Horizonte, entre diversas outras atribuições.

Em 1950, na região da Liga Camponesa de Canápolis, radicalizou-se a luta. Como Coelho nos conta (COELHO, 2000), os meeiros da fazenda dos ingleses estavam sendo expulsos da terra, pois os arrozais estavam sendo substituídos por pasto para o gado, que deveria abastecer o frigorífico Anglo de Barretos-SP. Segundo orientação do Partido, os camponeses passaram a arrancar as mudas de capim plantadas, e, conseqüentemente, vários deles são presos, ocasionando o que se demonstra a seguir:

> *Em Uberlândia decidiu-se promover uma campanha contra a expulsão dos lavradores e libertar os presos na marra. Para tanto, foi organizada uma caravana a Monte Alegre. Os companheiros cercaram a cadeia, mas não puderam invadi-la porque os policiais resistiram. E os presos foram transferidos para a delegacia policial de Uberlândia. Os jornais de Belo Horizonte noticiaram os fatos, denunciando a existência de uma "rebelião comunista" no Triângulo. O chefe do DOPS, José Henrique Soares, seguiu com reforços para Uberlândia. [...] Resolvemos ajudar com o que pudéssemos os camaradas do Triângulo, enviando uma força-tarefa, qual o exército de Brancaleone. Fiquei encarregado de levar equipamento gráfico, quase da época de Gutenberg, pesadíssimo, além de três fuzis, mais a munição. (Ibidem, p. 117)*

Esta prática de arrancar as mudas de capim, buscando inviabilizar a substituição de lavouras por pastagens aparece também em texto de Medeiros:

> *Também lutava-se contra a prática de plantio de capim no terceiro ano de arrendamento da terra para formação de pastos pelos arrendatários, prática comum em várias regiões do país e que tornava estes trabalhadores itinerantes no interior das fazendas e inter fazendas, impedindo-os de plantio de culturas permanentes e de uma vinculação mais permanente com a terra. (MEDEIROS, 2002, p. 159)*

A repressão aos movimentos sociais iniciada já em 1946 pelo governo Dutra, aumenta cada vez mais, os comunistas têm o seu partido proscrito e, logo após, são cassados os mandatos de seus parlamentares. Dentro deste contexto, os manifestos políticos de 1948 e de 1950, do PCB, fazem propostas de tal radicalidade que acabam por colaborar no crescente isolamento do partido.

As Ligas Camponesas, das quais aqui tratamos, tiveram vida efêmera, provavelmente de quatro ou cinco anos apenas e foram alvo de tão feroz repressão que nem registros do final de suas atividades são conhecidos.

Num País que não fez a reforma agrária e numa região na qual atuam diferentes organizações que buscam uma melhor distribuição das terras, é extremamente oportuno buscar-se compreender melhor as lutas do passado.

Referências bibliográficas

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000, 528 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 255 p.

GOUVEIA, Noêmia. **Depoimentos**, Uberlândia, 2003.

GROSSI, Yonne de S. **Mina de Morro Velho:** a extração do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 265p.

LEPERA, Luciano Patrice Garcia. **Política e movimentos sociais**: o P.C.B. em Uberlândia/MG: 1947-1951. 44f. 2003. Monografia (Graduação em História) – INHIS – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983, 185 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: FAPERJ, 2002, p. 151-181.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 515p.

NEIVA, Ivany Câmara. Outro terço cantado para Luis Carlos Prestes. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, n. 34, 1 semestre, p. 111-118, 2006.

PINHEIRO, Paulo S. **Estratégias da ilusão:** a Revolução Mundial e o Brasil – 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1981. 379p.

SANTOS, Raimundo. **Questão agrária e política**: autores pecebistas. Seropédica/RJ: Ed. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, 202 p.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução**: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 271 p.

SILVA, Idalice Ribeiro. "**Flores do Mal" na Cidade Jardim**: comunismo e anticomunismo em Uberlândia 1945-1954. 2000. 444 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. **Lutas Camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 213 p.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A (im)parcialidade da imprensa sob o olhar do historiador

Isabela de Fátima Schwengber*

Resumo: Ao utilizar a imprensa como fonte para a pesquisa da História do Tempo Presente, cabe ao historiador compreender os percursos subjetivos da produção de tal documento. Este trabalho objetiva apresentar as teorias do jornalismo formuladas para responder por que as notícias do século XX são como são e como elas (as teorias) podem ser utilizadas no ofício de historiar.
Palavras-chave: Teorias do Jornalismo – História do Presente – Fontes Historiográficas

Abstract: When using the press as source for the research of the History of the Present Time, fits to the historian to understand the subjective passages of the production of such document. This paper objectives to present the theories of the journalism formulated to answer why the news of century XX are as they are and how these theories can be used in the craft of to historize.
Key-words: Theories of the Journalism - History of the Present Time - Historiographic Sources

Estudos sobre o papel dos jornalistas na produção das notícias e sobre o papel do jornalismo na sociedade constituem um campo científico iniciado oficialmente nos cursos de mestrado e doutorado dos Estados Unidos, criados nos anos 30 do século XX. De lá para cá, algumas teorias (ou simplesmente explicações) foram formuladas para tentar responder à pergunta por que as notícias são como são.

Como nas páginas de um jornal visualizamos diversos elementos históricos da sociedade em ação e interação, a imprensa tem sido considerada uma fonte riquíssima principalmente para a História do Presente. Sendo a notícia o principal produto da imprensa, acreditamos que o conhecimento dessas teorias, pelo historiador, pode auxiliá-lo no diálogo com os documentos, durante o seu ofício de historiar.

A notícia que vamos procurar entender pelas teorias são as produzidas pelo jornalismo de influência norte-americana, que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação. Por isso mesmo, a imparcialidade tem sido o paradigma deste jornalismo e a norteadora das teorias que vamos comentar neste trabalho.

Tomaremos a definição de Lage (1987, p. 16), que considera notícia toda transformação ou enunciação observável no mundo julgada como de interesse para o público

* Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, docente na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal e assessora de imprensa na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados.

e relatada a partir do fato mais importante ou interessante, sendo cada fato relatado a partir do aspecto mais importante ou interessante.

A notícia é o único produto da imprensa que não tem o objetivo de expressar opiniões: é escrita a partir de normas e técnicas que objetivam lhe conferir o caráter de isenta e impessoal. Sua redação deve ser descritiva e rigorosa no sentido de não expressar juízo ou valor. Ela deve informar o que aconteceu, porque, quando, onde, como e quem estava envolvido, apresentando-se com ou sem imagens (fotografias ou ilustrações). Os textos são sempre em terceira pessoa porque precisam produzir um distanciamento do jornalista que o escreve e projetar uma imagem dele como um observador imparcial.

Adjetivos e substantivos cujos significados podem sofrer diversas interpretações devem ser evitados. As notícias não devem transmitir opinião do jornalista e este deve ouvir todos os lados envolvidos no acontecimento para deixar que o leitor tire suas próprias conclusões. Essa idéia da imparcialidade surgiu nos Estados Unidos no começo do século XX para contrapor ao modelo sensacionalista, que dava ênfase às histórias sentimentais e de crime que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias da população. O modelo passou a ser adotado no Brasil a partir dos últimos anos da década de 1950 e permanece até hoje.

A respeito da produção desse modelo de notícia, vamos comentar sobre as seguintes teorias que tentam explicá-la: do espelho, do *gatekeeper*, organizacional, de ação política, construcionistas, estruturalista e interacionista.

Formulada nos anos de 1930, a **teoria do espelho** é a mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. De acordo com Traquina (2005), recebe esse nome porque concebe o produto jornalístico como sendo uma fotografia fiel da realidade, um espelho. A noção-chave é de que o jornalista é um comunicador desinteressado, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, com honestidade e equilíbrio, cauteloso para não emitir opiniões pessoais.

A teoria do espelho surgiu em um momento de vitória do paradigma positivista, que pretendia eliminar a subjetividade da ciência, criando metodologias totalmente racionais. Essa preocupação positivista se refletiu no jornalismo na forma de contraposição ao jornalismo literário, em que o jornalista era o porta-voz de uma ideologia. Também foi uma reação contra os excessos do chamado jornalismo sensacionalista, já comentado.

De todas as teorias que se ocuparam da notícia, essa é talvez a mais criticada. Mesmo assim, é a bússola norteadora dos manuais de redação e das regras de conduta dos

jornais. Parte-se do princípio de que escrever a matéria de forma impessoal e ouvir os dois lados da questão é a garantia de se ter um retrato fiel da realidade.

Já a **teoria do gatekeeper** dá ênfase à ação pessoal: considera que o processo de seleção é arbitrário e subjetivo e o jornalista age como um porteiro, que abre e fecha a porta para as notícias. Essa teoria surgiu originalmente no campo da psicologia e foi adaptada à análise comunicacional por David Manning White (1994), nos anos de 1950.

Generalizando, pode-se dizer que todo jornalista, a todo o momento, é um gatekeeper, pois além das escolhas das pautas que mais interessam, cabe a eles, também, a escolha dos detalhes que serão publicados. Um profissional pode abrir o portão para determinada informação em uma notícia e fechar para outros. Além disso, há profissionais, como os editores, que têm como função abrir ou fechar o portão para os fatos que serão divulgados, configurando verdadeiros gatekeepers.

Esta teoria analisa as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista. Assim, privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer outros fatores macro-sociológicos. Torna-se, portanto, uma teoria que individualiza uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização.

O enfoque sobre a ação social será dado pela **teoria organizacional**, que amplia a abordagem teórica do âmbito individual para a organização jornalística. Criada por Warren Breed (1994), também na década de 1950, essa teoria insere o jornalista no seu contexto mais imediato: a organização para a qual trabalha. Breed dá destaque para os constrangimentos organizacionais pelos quais passam os jornalistas e considera que estes obedecem muito mais às normas e à política editorial da empresa do que aos seus impulsos pessoais na hora da escolha das notícias.

Este autor aponta para a importância do fator econômico na atividade jornalística, pois para ele todas as empresas privadas de comunicação vêem o jornalismo como um negócio. Como as receitas provêm basicamente das vendas e da publicidade, o espaço ocupado por esta acaba intervindo na produção do produto jornalístico. As teorias organizacional e do *gatekeeper* demonstram que toda notícia é apenas uma versão dos fatos, e nunca a versão definitiva dos mesmos.

Já as **teorias de ação política** se enquadram junto a outros estudos, iniciados na década de 1960, quando o interesse passou a ser a ideologia. O foco de investigação são os estudos de parcialidade, que partem do princípio de que as notícias deveriam refletir a realidade sem distorção. A imprensa é vista de uma forma instrumentalista, isto é, serve objetivamente a certos interesses políticos na projeção da sua visão de mundo: na versão de

esquerda, é vista como instrumento que ajuda a manter o sistema capitalista; na versão de direita, serve como instrumento que põe em causa o capitalismo.

Na versão de direita, defendida nos estudos de Kristol (1975) e Efron (1971) apud Traquina (2005), a teoria atribui aos jornalistas um apelo ativo, pois estes teriam o controle pessoal sobre o produto jornalístico e estariam dispostos a injetar suas preferências políticas no conteúdo noticioso.

Na versão de esquerda, que recebe formulação completa de Herman e Chomsky (1989, apud Traquina, 2005), o papel dos jornalistas é pouco relevante, reduzidos à função de executantes a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites. Inserida numa tradição marxista ortodoxa onde o fator econômico é determinate, esta versão é macro-sociológica, ou melhor, macroeconômica. Para esses dois autores, o conteúdo noticioso é determinado por certas propriedades estruturais dos meios de comunicação, em particular por sua ligação com os negócios e com o governo. Assim, as notícias servem aos interesses do poder estabelecido.

Baseada antes da queda do muro de Berlim e em estudos de caso limitados a questões de política internacional, a teoria de Herman e Chomsky é questionada quanto a sua capacidade explicativa no que diz respeito a assuntos domésticos onde a "elite econômica" pode estar mais suscetível a divisões. Mas o problema central com o modelo proposto por esses autores é a sua visão determinista do funcionamento do campo jornalístico em que os jornalistas ou colaboram na utilização instrumentalista dos meios de comunicação ou são totalmente submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários.

As **teorias construcionistas** foram formuladas nos anos de 1970 e concebem as notícias como construção social, reconhecendo um grau maior de autonomia por parte dos jornalistas. Sendo assim, as notícias seriam narrativas marcadas pela cultura dos membros da rede noticiosa e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração que pressupõe a aprendizagem da linguagem jornalística. A ênfase na resposta às perguntas quem? o que? onde? quando? e por quê? e a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos são alguns exemplos de como a notícia, dando vista ao acontecimento, constrói o acontecimento e a realidade.

O paradigma da notícia como construção não apenas considera o conceito de distorção inadequado como discorda da perspectiva das teorias que defendem as atitudes políticas dos jornalistas como um fator determinante no processo de produção de notícias. Também rejeita as notícias como espelho, pois argumenta que, num mundo em que tudo gira

ao redor dos meios de comunicação de massa, é impossível separar a realidade da realidade que é mostrada pela mídia.

O segundo ponto que defende é a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta de significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutra é impossível. Embora o fato seja fator fundamental do jornalismo, sem o qual o mesmo não existe, há uma certa subjetividade e essa subjetividade se encontra na escolha dos fatos e das notícias. Em terceiro lugar, é de opinião que os meios de comunicação estruturam a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores da organização do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é posta para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

A **teoria estruturalista** emergiu na década de 1970 e defende a posição de que os valores-notícia dos jornalistas têm um papel central na reprodução da ideologia dominante, assim como na teoria da ação política. Mas, ao contrário desta segunda, reconhece a autonomia relativa do jornalistas em relação ao controle econômico direto. Hall et. al chamam a atenção de que, nas rotineiras estruturas de produção de notícias, os meios de comunicação reproduzem as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço.

Segundo os autores, as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se para produzir um exagerado acesso aos meios de comunicação por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas: os "definidores primários", que levam os jornais a reproduzirem as suas definições.

A teoria estruturalista é criticada por um determinismo excessivo: segunda ela, não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; estes nunca tomam iniciativa, nunca desafiam os "definidores primários". Pela teoria, nunca há um processo de negociação antes da definição principal. Encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como recurso para os diversos agentes sociais.

Na visão da **teoria interacionista,** as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima - o acontecimento - em um produto - a notícia. Citando Gaye Tuchman, Traquina (2005) lembra que esta teoria - também chamada etnoconstrucionista por sua proximidade conceitual - aponta o processo de produção das notícias como interativo, no qual diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante.

De acordo com ela, diariamente confrontados com abundância de acontecimentos e escassez de tempo, e lutando para impor ordem no espaço e no tempo, os jornalistas criam rotina de "previsibilidade" até para conseguir cobrir os principais fatos considerados noticiáveis para a edição do dia. Além disso, Traquina pontua que o ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo e a definição do jornalismo como relatos atuais têm como conseqüência a ênfase nos acontecimentos, e não nas problemáticas.

Essa base teórica recusa a encarar as notícias como um "espelho" da realidade e as ocorrências noticiadas como as partes necessariamente mais importantes de uma realidade objetiva. Para Mototch e Lester (1975, apud Traquina, 2005), nem todas as ocorrências são acontecimentos. A constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a eles, de constituí-los como recurso de discussão. Neste processo, os autores mostram que a intencionalidade está por trás de uma parte significativa dos chamados "acontecimentos de rotina".

Assim, nas sociedades de comunicação de massa, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, em particular do campo político. Um objetivo primordial da luta política consiste em fazer concordar as suas necessidades de acontecimentos com as dos profissionais do campo jornalístico.

Após explanar cada uma das teorias que tentam explicar os fatores que interferem na produção das notícias, vemos que elas não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independente uma das outras. O próprio Traquina (2005, p 204) reforça isso ao afirmar que as notícias são uma construção social, onde a realidade é uma das condições que ajuda a moldá-las. As notícias também refletem: 1) os aspectos manifestos no acontecimento; 2) as narrativas daqueles que governam o que os jornalistas escrevem; 3) a influência do dono do jornal e o imperativo econômico; 4) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda atividade jornalística; 5) os valores - noticia dos jornalistas; e 6) as identidades das fontes de informação com quem falam. .

Conquistar um público para si é o objetivo de todos os jornais. Com essa intenção, os jornalistas preocupam-se e têm o cuidado desde a escolha à maneira de melhor apresentar a notícia, tanto quanto à redação como tecnicamente. Porém, as técnicas empregadas sempre estão em conformidade com a linha editorial da empresa.

Mesmo assim, qualquer tipo de interpretação fica mascarado nos textos jornalísticos, em nome de fatos que falam por si, quando na verdade os fatos falam quando são abordados pelos jornalistas, que também decidem em que ordem e em que contexto eles devem aparecer. Segundo Erbolato (2003, p. 78), a maioria das pessoas tem confiança do que

lê no jornal, pois ele representaria a verdade. Porém, a idéia de verdade, segundo Lage (1987, p. 25), está "restrita ao conceito clássico de adequação do enunciado aos fatos. Do ponto de vista técnico, a notícia não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político; o que importa é se *de fato aconteceu aquilo (...)*". Nós, os historiadores, sabemos que os fatos são sempre construídos e reconstruídos.

As notícias permitem o conhecimento dos aspectos do mundo que o grupo que as produziu julgou como importantes a serem divulgados. Nessa ação seletiva, alguns fatos são priorizados em detrimento de outros, ou seja, as notícias já chegam ao público carregadas de representações. Essas representações participam do cotidiano da população e acabam se tornando senso comum naquela sociedade.

Por isso o historiador deve ficar atento às particularidades do fazer jornalístico. As técnicas para a produção das notícias servem para padronizar e facilitar o trabalho da redação, que deve ser ágil, mas também colaboram para fazer circular determinador discursos, a partir da determinação do que é importante ser divulgado, como e de que forma, com uma linguagem que lhe confere o *status* de isento.

O historiador não deve perder de vista o fato de que o texto jornalístico é resultado de uma montagem, mesmo que inconsciente, dos grupos que o produziram e que o produto final resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntariamente ou não – determinada imagem da sociedade. Assim, como qualquer outro documento, o jornal registra alguns aspectos da história cotidiana e outros acabam sendo deixados de lado, permitindo aos seus leitores que construam uma imagem do mundo que na verdade é "pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso, mas por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados" (CARR, 1982, p.16).

Schwengber (2005), ao analisar as representações sociais do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul, chama a atenção para pensar os meios de comunicação inseridos em uma estrutura industrial, não só de propriedade, mas de produção de notícias (bens simbólicos), com o cuidado de não construir uma visão simplista de que eles reforçam os valores das classes dominantes simplesmente por serem propriedades capitalistas. A relação é mais sutil e se dá por meio da influência dos valores fortes da sociedade de onde ela é produzida. Devemos pensar, ainda, que a imprensa também influencia o seu público por meio da construção de novos valores ou pela apropriação que cada um faz de suas mensagens.

Referências Bibliográficas

BREED, Warren. Controlo social na redacção: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: *Vega*, 1994.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5ª ed. Ática, São Paulo, 2003.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: *Vega*, 1994.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987. (Série Princípios).

WHITE, Davi Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: *Vega*, 1994.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995-2000)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS. Dourados, MS.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*: porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis, Insular, 2005. v 1.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Boneco de Carne: o olhar de Plínio Salgado sobre o homem moderno (1932-1937)

Alexandre Pinheiro Ramos*

Resumo: Neste trabalho pretende-se apresentar a maneira como Plínio Salgado, chefe nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB), através de suas obras produzidas durante o período de 1932-1937, vê as mudanças que se operam no seio da sociedade brasileira – mudanças estas já observadas na Europa no século XIX – no contexto da industrialização e urbanização do Brasil, sobretudo as relativas ao próprio ser humano. Desta maneira, procura-se demonstrar como Plínio Salgado avalia tais transformações, tendo como foco principal de suas análises o homem moderno, ao que estabelece ligações com os modelos político-econômicos que engendram estas alterações na sociedade, criticando, assim, o capitalismo e o comunismo, vendo neles os verdadeiros culpados por fazerem do homem um simples *boneco de carne*.
Palavras-chave: Integralismo – Plínio Salgado – Modernidade

Abstract: The objective of this work is to demonstrate how Plínio Salgado, national leader of Brazilian Integralist Action (Ação Integralista Brasileira), throughout the books written between the years of 1932-1937, sees the changes that took place in the brazilian society – changes already seen in Europe on the XIX century – caused by the industrialization and urbanization of Brazil, and above all, those that affect the human beings. Thus, we will try to show how Plínio Salgado evaluates these transformations, focusing his analysis on the modern man, establishing, therefore, connections with the political and economic models that allow these modifications. He criticizes capitalism and comunism, accusing them of turning the human being into a flesh doll.
Key-words: Integralism – Plínio Salgado – Modernity

No aforismo número 206 – intitulado *A classe impossível* – de sua obra *Aurora*, de1881, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche escrevia:

> *Pobre, feliz e independente! – tais coisas juntas são possíveis; pobre feliz e escravo! – isso também é possível, e eu não saberia dizer coisa melhor aos trabalhadores da escravidão fabril; supondo que não sintam como* vergonhoso *ser de tal forma* usados*, é o que sucede, como parafusos de uma máquina (...). Ora, acreditar que um pagamento mais alto pode remover o* essencial *da sua miséria, isto é, sua servidão impessoal! Ora, convencer-se de que um aumento dessa impessoalidade, no interior do funcionamento maquinal de uma nova sociedade, pode tornar uma virtude a vergonha da escravidão (NIETZSCHE, 2004: 151).*

Não é necessário muito esforço para relacionar a citação acima às transformações engendradas pelo advento da industrialização, neste caso, nos países europeus. Se Nietzsche pensava em algum lugar específico – a Inglaterra ou a Alemanha de Bismarck – não é relevante, pois o que importa é a forma como ele vê tal situação, ainda mais se considerarmos

* Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

processos de industrialização semelhantes. A caracterização daqueles indivíduos tragados para as entranhas deste admirável mundo novo, marcado pelo avanço das indústrias, é a de seres humanos submetidos à escravidão, ou melhor, de simples escravos, pois já foram despidos de sua humanidade, não sendo mais "pessoa, mas engrenagem" (NIETZSCHE, 2004: 151). E diversos outros exemplos poderiam ser dados de intelectuais (escritores ou filósofos) tecendo comentários e ponderando sobre os custos sociais a serem pagos diante das mudanças que se processavam na sociedade.

Mas isto aí exposto diz respeito à Europa, e partindo dela e avançando no tempo e espaço, alcançamos o Brasil do século XX que começa a observar, ainda que de modo incipiente, os primeiros tímidos passos rumo à urbanização e ao estabelecimento das primeiras indústrias – certamente nos referimos aqui, sobretudo, ao estado de São Paulo. Seguindo, então, o caminho trilhado pelas nações européias, não demoraria muito para o País passar a padecer dos mesmos males ali observados, fazendo com que a figura central de nosso breve estudo, em atitude semelhante aqueles intelectuais europeus do século retrasado, se "insurgisse" contra transformações que viessem a prejudicar as pessoas em nome do progresso material. Plínio Salgado é esta figura em cujos escritos os quais lançamos mão mostra seu repúdio a esta situação previamente observada na Europa e que se pretendia "importar" para o Brasil.

Como é sabido, Plínio Salgado foi o fundador da Ação Integralista Brasileira, agremiação de natureza cultural e política criada em 1932. Dada a limitação do presente trabalho, não iremos falar diretamente da AIB ou do Integralismo; procuraremos, assim, nos remeter a eles quando parecer interessante ou indispensável, estabelecendo as conexões necessárias entre as idéias por ele expressadas que dizem respeito ao nosso estudo, e com a ideologia do Integralismo[1].

A cidade como vício

"A cidade simbolizava em tijolos, fuligem e imundície o crime social da época" (SCHORSKE, 2000: 61). Com estas palavras, poderíamos dizer que Carl Schorske resumiu de forma correta como uma porção da *intelligentsia* européia começava a ver o papel, desempenhado em seus países, das cidades que logo se tornariam os símbolos modernos para alguns dos males da sociedade, como pobreza, violência, imundície, etc. Tal qual aqueles

[1] Lembramos que, ao falarmos, aqui, em "ideologia do Integralismo", nos referimos àquela ligada à proposta integralista de Plínio Salgado, pois acreditamos que dentro da AIB existiam outros intelectuais (sobretudo Miguel Reale e Gustavo Barroso) com idéias diferentes acerca do Integralismo.

intelectuais que passaram a ver a cidade como vício, Plínio Salgado, no Brasil da primeira metade do século XX, passou a lançar sobre o ambiente urbano um olhar extremamente crítico e desolador. Ainda que, como mencionamos, este processo de urbanização/industrialização fosse deveras primário, o que o fundador da AIB procurava fazer era antecipar e alertar para o que poderia ocorrer no País caso não fossem tomadas atitudes a fim de impedir para que os males já provocados no solo nacional não crescessem e se alastrassem.

Essa cidade, para Plínio Salgado, era a representante de um cosmopolitismo que aos poucos esfacelaria o País, destruindo sua cultura, ao promover uma verdadeira "desnacionalização" do Brasil (SALGADO, 1956xix: 96)[2]. Costumes e tradições nacionais aos poucos perdiam espaço no interior desta cidade cosmopolita que trazia consigo uma espécie de "cultura universal" que igualava todos os povos e os descaracterizava. Toda esta questão do cosmopolitismo das cidades encontra eco na própria ideologia do Integralismo, como pode ser facilmente percebido, em seu nacionalismo, na defesa das tradições e da cultura nacionais.

Se, poderíamos dizer, o cosmopolitismo surge como uma espécie de "aura" que recobre a cidade, Plínio Salgado procura também demonstrar aquilo que se encontra sob ela: uma completa decadência tanto em aspectos físicos como morais. O ambiente urbano que aos poucos cresce e se expande só pode ter sua origem no que Plínio Salgado se refere como *Era das Máquinas*. As máquinas, que caracterizam esta "era", foram criações dos homens que logo se voltaram contra seus criadores, passando a ser seus concorrentes – elas, antes produtoras de conforto para os homens, viram seus algozes ao "tomar-lhes" seus empregos, justamente aquilo que os possibilitaria de possuir tais confortos. Ela é "um ente que tem, sobre o homem, a vantagem de não fazer greves, de não ter coração para amar nem boca para falar" além de "importunar menos e produzir mais, melhor e mais barato" (SALGADO, 1956vii: 344). Desta maneira, para Plínio Salgado, a máquina, o "monstro de aço", não apenas se iguala ao homem como o supera porque é "muito mais conveniente ao capitalismo universal" (Idem, *Ibidem*: 344) à medida que pode começar a descarta-lo do processo de produção ou, quando muito, transformá-lo em uma de suas engrenagens, assimilando-o quase como em um processo de simbiose.

[2] Algumas das obras de Plínio Salgado utilizadas neste trabalho foram re-editadas em 1956 sob o título de *Obras Completas*, composta de 20 volumes, mas foram originalmente escritas durante a década de 1920 e 1930. Os algarismos romanos (xix, vii...) ao lado dos anos foram colocadas para facilitar a identificação dos livros aos quais nos remetemos, indicando os volumes onde se encontram.

A cidade, antro do "monstro de aço", símbolo máximo da *Era das máquinas*, é o espaço, aos olhos de Plínio Salgado, da mais pura desolação, onde, em nome de um progresso que mais se assemelha a um vício, as pessoas são reduzidas à categoria de objetos, *parafusos*, limitadas a um "triste manobrar de manivelas, onde toda a iniciativa do Espírito desapareceu" (Idem, *Ibidem*: 344). E é nesta cidade, por meio das máquinas que a sustentam, que se verifica o surgimento do "homem moderno" caracterizado como um *boneco de carne*.

O boneco de carne

A visão do homem moderno como sendo um "boneco de carne" surge tanto de maneira explícita quanto implícita nos escritos de Plínio Salgado. No primeiro caso, aparece em um texto com o sugestivo nome de "O mundo que espera a catástrofe", de 1931; no segundo, encontra-se presente em diversos outros momentos onde poderíamos estabelecer uma ligação entre ele e a figura do burguês. Para compreendermos melhor a utilização desta idéia, devemos, antes de tudo, "dissecar" a expressão *boneco de carne* mediante o pensamento de Plínio Salgado. A imagem do boneco representa uma figura semelhante ao ser humano, mas sem individualidade, desprovido de manifestações que possam estar ligadas ao intelecto humano, impedindo-o de uma existência autônoma, sendo, por isso, controlado por uma força externa; o fato de ser "feito" de carne apresenta-se com um duplo propósito: o primeiro diria respeito à ausência de um *espírito* (passível de ser compreendido tanto como "alma", como no sentido do termo alemão *geist*), estando, assim, em íntima ligação com a imagem do boneco; e o segundo versaria sobre o fato de um apego demasiado grande à vida material – este segundo caso aproxima-se mais das críticas feitas por Plínio Salgado ao "homem moderno", ao burguês. Desta forma, poderíamos dizer que o *boneco de carne* vem à tona, em um primeiro instante, como representativo de um ser desprovido de espírito criador ou individualidade (seria exagerado dizermos que é o *homo consumens* no lugar do *homo faber*?), e logo depois ele se transforma naquele indivíduo que, sem a presença do espírito, entrega-se totalmente ao mundo material.

Esta primeira versão do homem como boneco de carne nasce, como foi enunciado, na *era das máquinas*, sendo um fruto direto dela. Com o fim gradativo do gênio humano, das manifestações e do cultivo do espírito, acarretados pela *mecanização* das pessoas que agora devem submeter-se ao tempo das máquinas e da produção em massa, o ser humano, reduzido ao seu instinto de sobrevivência, acaba sendo transportado para uma realidade onde está separado de seu próprio eu, *onde ele não mais vive, mas funciona*.

> *(...) vendo a 'arte' ser substituída pela 'técnica'; a feição individual do artefato anulada pela feição uniforme da produção em séria; a tendência das vocações contrariada pelas possibilidades das colocações – o homem moderno vai-se tornando um autômato, um boneco de carne e osso. (*Idem, *Ibidem: 344)*.

Para Plínio Salgado, este homem moderno, transfigurado no boneco de carne, nada mais é que um instrumento para o avanço da industrialização e do capitalismo, que não tardará em transformá-lo em máquina também: "A vida do instinto é o primeiro passo para a transformação do ser humano em máquina" (Idem, *Ibidem*: 349).

E é mais ou menos isto que acaba por ocorrer, quando da vigência daquela "segunda forma" do boneco de carne: a pessoa, já desprovida completamente de seu espírito, passa a entregar-se a "alegria da civilização materialista", onde essa "alegria provoca os suicídios e os entorpecimentos" (Idem, *Ibidem*: 366). É neste momento que podemos observar o homem moderno transmutado na figura do burguês. Novamente precisamos fazer a ligação entre estas idéias de Plínio Salgado com a formulação de seu pensamento integralista. O chefe nacional da AIB desenvolve uma ideologia tendo como base princípios morais e, sobretudo, espirituais, fazendo com que crie as categorias de *espiritualismo* e de *materialismo* como um dos principais eixos de seu discurso[3]. Com isto, vai acontecer que nos textos de Plínio Salgado surgirá uma contundente crítica às formas modernas de vida, caracteristicamente materialistas porque toda e qualquer noção de existência de um plano superior, espiritual, para o ser humano, desaparece. E para ele, seu representante máximo é o burguês, no qual é passível de apregoar-se a idéia do boneco de carne como um indivíduo extremamente materialista: "O nédio burguês é ateu, e não respeita a família e não liga para a Pátria. Leva uma vida de macaco, só pensando em prazeres, com o nariz a cheirar rabos de saia" (SALGADO, 1937: 10), são "os eternos gozadores, os cadáveres ambulantes que nada significam para a Nação".

Esta visão altamente negativa do homem moderno seria, para Plínio Salgado, conseqüência de uma vida desregrada que traz vantagens somente aos indivíduos isolados, esquecendo-se do todo ao qual pertencem – consoante com sua proposta integralista, este "todo" seria a Nação: "Uma Nação que se deixou dominar pelo materialismo deixa de ser uma Nação, para se tornar um aglomerado de vaidosos (...), de individualistas ridículos, de egoístas ferozes" (SALGADO, 1956ix: 23). É indiscutível o fato de tais críticas servirem ao

[3] Dada a limitação de espaço, não podemos explicar do modo apropriado a forma como Plínio Salgado articula e trabalha estas duas categorias, então nos limitaremos a dizer que o *espiritualismo* compreende tudo aquilo que diga respeito as virtudes, a moral e ao espírito humano; e o *materialismo* delimita as manifestações humanas ligadas aos instintos, à busca por bens e/ou prazeres materiais.

programa de mudanças propostas pelo Integralismo, contudo, reduzi-las à categoria de simples retórica política seria esvaziar uma importante porção do pensamento de Plínio Salgado que começa a ganhar corpo ainda na segunda metade da década de 1920. Assim, acontece que esse olhar de desesperança sobre os tempos modernos é *apropriado* pela ideologia integralista, não operando-se o contrário, ou seja, a ideologia criando tais críticas. Plínio Salgado teme uma perda de valores, uma supervalorização do material em detrimento do espiritual, na brusca mudança que se opera. Os homens passam a correr "atrás do dinheiro; e do automóvel que incita latrocínios e impiedades; e das mulheres que reclamam automóveis" (SALGADO, 1956x: 73). Diante deste processo para um novo estágio do desenvolvimento humano, ele pretende fixar-se naquele em que se encontra, impedindo tal avanço, semelhante ao observado no efeito de trava descrito por Norbert Elias (ELIAS, 1994: 172).

Os culpados pela perpetração do boneco de carne na sociedade, para Plínio Salgado, são, principalmente, o capitalismo e o comunismo, pois suas fontes são as mesmas: o materialismo. Eles formam "uma só cabeça, com duas caras, (...) ligada ao mesmo corpo" (SALGADO, 1956x: 221). No pensamento de Plínio Salgado, ambos modelos contribuem para o aspecto "deteriorado" do homem moderno justamente porque reduzem-no somente a sua porção material, estabelecendo um curioso movimento que se iniciaria na demonstração de riquezas, na opulência do burguês diante da miséria do proletário: "A gente olha para [o] burguês. Está bem vestido, com o charuto na boca, acaba de descer do elevador do Jockey Clube, onde levou duas horas almoçando numa roda elegante"; ao ver tal ostentação, o desfrute de prazeres mundanos aos quais encontra-se impedido, o proletário passa a desejar aquela mesma vida e "adere a uma doutrina que lhe diz: 'o céu e o inferno são aqui mesmo: tratemos de gozar a vida tomando tudo dos burgueses!'" (SALGADO, 1937: pp. 6 e 12).

O homem moderno, apresentado por Plínio Salgado como um boneco de carne, sinaliza, então, para uma decadência do ser humano perdido em uma época marcada pela ausência de valores morais e espirituais, onde o consumo é a única "virtude" aceita e que cultiva principalmente a ganância, a inveja, o ódio, a miséria e até a luxúria – "Não admira que se dê hoje ao amor entre um homem e uma mulher uma finalidade puramente egoísta" (SALGADO, 1956vii: 373).

Um homem *desesperado*?

Alcançando o final do texto, optamos por uma maneira um pouco incomum para concluí-lo: deixaremos em aberto uma questão referente àquilo que trabalhamos ao longo destas páginas. Já observamos, ainda que de maneira breve, a maneira como Plínio Salgado vê o homem moderno, e com base nisto, avançamos mais um pouco em tal interpretação ao indagarmos se este mesmo homem moderno não se encontraria em um estado de *desespero* – e aqui utilizamos a noção de "desespero" com base na filosofia de Sören Kierkegaard. O que nos propiciou uma possibilidade de utilizarmos algumas idéias do filósofo dinamarquês nas análises referentes ao fundador da AIB, é o fato de em ambos a religião ser uma constante de suma importância, exercendo grande influência no pensamento destes dois homens. Nas palavras de Hannah Arendt, Kierkegaard pretendia "afirmar a dignidade da fé contra a razão e o raciocínio modernos" (ARENDT, 1997: 58). Em Plínio Salgado, ele traz a religião como elemento fundamental de sua ideologia além de creditar-lhe um valor altamente positivo na vida dos seres humanos, distanciando-se, assim, de um pensamento racional e objetivo. Vale ressaltar que de maneira alguma pretendemos dizer que estes dois intelectuais partilham de um "sistema filosófico" comum, ou que a religião tem a mesma função em ambos[4] – pretendemos apenas aproximá-los em questões que julgamos serem "compatíveis", além do mais, ainda estamos muito longe de fornecer análises mais sólidas; nossa intenção, mencionada acima, é tentar abrir um novo caminho para estudos referentes ao pensamento de Plínio Salgado.

Em relação ao desespero, Kierkegaard considera-o como a "doença mortal", entretanto ela não tem ligação com quaisquer males físicos – não se pode morrer de desespero, principalmente pelo fato de que "para o cristão, a própria morte é uma passagem para vida" (KIERKEGAARD, 2006: 23) –, mas sim com o "eu", com o espírito humano. O desespero seria uma enfermidade que aniquilaria o eu (o espírito), matando-o sem, contudo, provocar a morte física do desesperado. Uma das causas para tal condição, a que nos interessa neste momento, seria a escolha, por parte de um indivíduo, de um modo de vida puramente estético, ou seja, em busca apenas de novidades e prazeres cuja natureza é de pura transitoriedade, são efêmeros, sendo necessária a pronta procura de outros, a fim de preencher um vazio em seu ser. Esta busca incessante, assim, transformaria-se no desespero do eu, em uma tentativa de fuga de si mesmo. Agora, ao levarmos em consideração a visão de Plínio

[4] Tanto que Kierkegaard, antes de mais nada, foi um grande crítico da Igreja enquanto instituição, censurando seus ministros porque estavam mais preocupados em alcançarem posições de destaque na sociedade do que a salvação.

Salgado sobre o homem moderno, temos que: "Ninguém está satisfeito com a vida que vive (...). E toda a preocupação da criatura humana é fugir da realidade da existência", sendo que "uns fogem nos vapores do álcool; outros nos entorpecentes (...); outros, nos excessos dos prazeres sexuais" (SALGADO, 1956vii: pp. 359-360). Não parece-nos absurdo dizer, ao lembrarmos do que vimos antes, somando-se ao ora exposto, que a categoria de *desespero* de Kierkegaard encontra um eco naquilo que Plínio Salgado analisa referente ao homem moderno – ele entrega-se completamente ao materialismo (a forma de vida estética) em uma sociedade onde "o prazer se torna a única finalidade" (SALGADO, 1956vii: 203). A cada "conquista", passageira, sucede-se outra, levando a busca incessante, ao *desespero* de tentar aplacar os desejos e, conseqüentemente, de si mesmo quando não alcança tal fim.

De fato, esta "aproximação", aqui esboçada, entre as idéias de Plínio Salgado e a filosofia de Kierkegaard, encontra-se longe de ser confirmada ou refutada. A questão do homem moderno, analisado pelo primeiro, poder enquadrar-se na categoria de *desespero* formulada pelo segundo, além de outras referentes à presença da religião em ambos, certamente necessita de maiores estudos e reflexões, contudo, lançamos aqui as primeiras dúvidas e questionamentos os quais, acreditamos, possibilitam os primeiros passos na direção de novos territórios a serem visitados no campo do pensamento político-social de Plínio Salgado.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. ***Entre o passado e o futuro***. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.
ELIAS, Norbert. ***A sociedade dos indivíduos.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
KIERKEGAARD, Sören. ***O Desespero Humano***. São Paulo: Martin Claret, 2006.
NIETZSCHE, Friedrich. ***Aurora.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
SALGADO, Plínio. ***Obras Completas de Plínio Salgado***. São Paulo: Editora das Américas, 1956. 20 volumes.
SCHORSKE, Carl E. ***Pensando com a história:*** indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliotecas: lugar de leitura, de memória e de preservação - o caso da Biblioteca Nacional do Brasil

Rosane Maria Nunes Andrade[-]

Resumo
As bibliotecas possuem três registros centrais no que se refere a sua inserção cultural: são lugares de leitura, no sentido de terem em seu cotidiano a função de atender à demanda dos leitores e de formarem leitores; são lugares de memória nacional, na medida em que sua configuração política e técnica requerem que ela seja o espaço de ordenação das políticas do Estado e da manifestação da sociedade em suas demandas culturais; são lugares de preservação do patrimônio intelectual porque concentram em sua estrutura uma história da cultura e das idéias de um povo. A Biblioteca Nacional possui uma dimensão central na configuração da memória nacional e do patrimônio intelectual porque foi a ferramenta fornecedora das bases de constituição da cultura material brasileira.
Palavras-chave: Biblioteca Nacional; livro e leitura; memória e preservação.

Abstract
Libraries have three main branches regarding its cultural insertion they are reading rooms, in the sense of having in its daily routine the purpose to attend the demand of the readers and to raise them up; they are places of the national heritage, as the political and technical configuration requires for it to be the reference for the State's politics and the Society's manifestation in its cultural demands; they are places for the preservation of the intellectual heritage because concentrate in its structure a historical culture and the ideas of a nation. The National Library because of the specificity of the Brazilian culture's upbringing assumed a main role in the configuration of the national and the intellectual heritage, for it was the tool, which furnished the basis for the constitution of the Brazilian material culture.
Keywords: National Library; book and reading; memory and preservation.

Pretendemos analisar a biblioteca como um lugar que reúne, em diferentes tempos e espaços, a escrita e a leitura, seu papel enquanto lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, dando destaque à Biblioteca Nacional localizada na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, consideraremos a biblioteca "como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita" (CHARTIER, 2002, p.30).

Durante muitos séculos, os documentos bibliográficos, arquivísticos costumavam ser reunidos em palácios, igrejas e bibliotecas, das quais temos o exemplo da Biblioteca de Alexandrina. Portanto, "até o século XV aproximadamente, esse patrimônio intelectual reunia com ele os seus guardiões, organizadores e compiladores" (CAMARGO, 1999, p.52).

[-⊗] Mestranda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional.

As bibliotecas no período medieval destinavam-se apenas aos eruditos dos conventos e das associações religiosas e tinham como temas questões ligadas à religião. Os responsáveis pela organização desses acervos cumpriam rigorosas exigências no tocante à "liberdade de leitura". Existiam listas de "livros proibidos" que deviam ser guardados para que os leitores não tivessem acesso às idéias ditas "contrárias" à formação religiosa.

O surgimento das universidades, na Idade Média, fez que houvesse uma maior demanda de leitores nas bibliotecas que passaram a desempenhar um papel privilegiado na formação das mentalidades. Elas eram "centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e idéias, além de serem lugares de leitura" (BURKE, 2003, p.56).

O crescimento do impresso gerou transformações culturais na história da sociedade ocidental: multiplicou o número de livros tornando-os mais baratos e de fácil circulação, permitiu ao leitor o acesso a uma variedade de textos e provocou mudanças associadas à leitura. As bibliotecas de modo a acompanhar essas transformações, começam por se especializarem e a criar diversas espécies de bibliotecas (centros de documentação, centros de memória e outros) que conquistaram progressiva eficiência, atendendo mais direta e rapidamente a seus usuários. Encontramos dois tipos: as bibliotecas-depósito com acervos de livros raros, manuscritos acessíveis a uma elite de sábios e eruditos e as bibliotecas públicas destinadas a atender a comunidade em geral, disponibilizando o acesso ao seu acervo (MARTINS, 2001, p.342).

Ao estudar a história das bibliotecas podemos observar o interesse dado ao imobiliário, à iluminação ambiental, a arrumação dos livros nas estantes, o acesso aos catálogos como instrumentos que vão influenciar o comportamento do leitor. No período medieval, os locais de leitura tinham seus livros presos por correntes e o leitor mantinha-se em pé; nos dias atuais, as bibliotecas permitem o livre acesso aos documentos e dispõem de mesas onde podem ser feitas as anotações necessárias ao estudo.

A imagem projetada da Biblioteca Nacional como lugar de leitura pode ser aferida através de depoimentos e notícias que circulavam no século XIX. Alguns escritores, entre eles Artur Azevedo, reclamavam porque a Biblioteca não possuía um local apropriado para leitura e pesquisa. O famoso cronista João do Rio, que costumava em suas colunas nos jornais apontar temas cotidianos, colocava que o Brasil era uma cidade de leitores, baseado no intenso movimento e grande mercado ambulante de livros (Gazeta de Notícias, 26/11/1893, O Brasil lê). O Rio de Janeiro estava inscrito no perfil típico de "cidade das letras" (RAMA, 1985, p. 42-3).

A respeito dos freqüentadores da Biblioteca, encontramos ainda nas crônicas de João do Rio comentários acerca dos hábitos de alguns leitores:

> Há diversas especies de frequentadores. Das dez da manhã até as tres da tarde, aparece a primeira leva. As mesas ficam cheias de uma sociedade mais ou menos ruidosa, que se levanta a cada passo para beber água, lavar as mãos e fumar em certos retiros facilitadores de necessidades urgentes... A frequencia da primeira enchente é em geral de estudantes, meninos, ainda nos preparatórios que posam o curso nas faculdades (...) há o frequentador erudito que entra, circula pelos assistentes um olhar superior... há o poeta que vai lêr o proprio livro de versos... há os transitivos, senhores de passagem, que passam e entram para matar o tempo... há os namoradores, aproveitando a mesa, a tinta e a caneta da casa para escrever às futuras esposas....há os íntimos, que entram por toda a parte cumprimentados pelos contínuos com perguntas sobre a saúde. O mais notável é o Dr. Capistrano de Abreu (JOÃO, 1909, p.254 - 255).

A Real Biblioteca, matriz da atual Biblioteca Nacional, chegou ao Rio de Janeiro em 1811. Esta se constituiu, a princípio, da livraria que D. José I, rei de Portugal, mandara organizar, a fim de substituir a Real Biblioteca da Ajuda, fundada por D. Duarte e destruída com o terremoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755, no incêndio do Poço da Ribeira. Com sua vinda, "a imagem do rei e o saber erudito dos governantes estavam fortalecidos" (EL FAR, 2006, p. 17).

Em 1814, por ordem do Príncipe Regente, a Real Biblioteca instalada no Hospital do Carmo, abre suas portas, ficando acessível ao público, perdendo seu caráter de particular. "E aqui termina o período medieval das bibliotecas brasileiras" (MORAES, 1943, p.34).

A história das bibliotecas nacionais remonta ao ano de 1795 através da Convenção Nacional Francesa que declarou de propriedade nacional a então Biblioteca Real e garantiu-lhe o depósito de exemplares impressos na França. Ficou estabelecida a prerrogativa do "depósito legal – característica comum às atuais bibliotecas nacionais" (MONTE-MÓR, 1987, p.163).

Em 1970, A Unesco, em suas "recomendações relativas à normalização internacional de estatísticas de bibliotecas" define biblioteca nacional como "bibliotecas que, independente de seus títulos, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações significativas editadas no país e funcionam como biblioteca depositária do conhecimento humano". Têm como funções: produzir bibliografia nacional; atuar como centro de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos; favorecer a adoção, em seu país, de regras comuns de catalogação; colocar à disposição de outras bibliotecas sua experiência quanto aos meios e técnicas de conservação e restauração de livros (Ib, p.164).

Em 1990, A Biblioteca Nacional do Brasil foi transformada em fundação de direito público, com vínculo ao Ministério da Cultura, absorvendo parte das funções do

Instituto Nacional do Livro, extinto naquele ano pelo governo Collor. A partir de então, passa a coordenar as ações ligadas à leitura e ao livro e expande sua atuação além de sua importância como instituição de preservação. Possui em sua estrutura organizacional duas bibliotecas públicas: a Biblioteca Demonstrativa de Brasília (Distrito Federal) e a Biblioteca Euclides da Cunha (Rio de Janeiro), ambas voltadas ao atendimento, principalmente, de alunos do 1º e 2º graus.

A Fundação Biblioteca Nacional desenvolve ações vinculadas a programas definidos no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal, onde podemos destacar: Brasil Patrimônio Cultural, que tem como objetivo a preservação e revitalização do patrimônio cultural e Livro Aberto, que visa estimular o hábito da leitura, mediante a ampliação da acessibilidade a bibliotecas públicas e a promoção da produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário (BIBLIOTECA NACIONAL, 2007, p. 6).

As ações voltadas para leitura e livro passam a ser executadas através do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, sediado na Casa da Leitura, em Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Institucionalizado pelo decreto n.519 de 14 de maio de 1992, tem como proposta desenvolver uma política de leitura que visa à formação de leitores conscientes e valorizadores do exercício da cidadania para interação crítica com o seu contexto (Ib, p 1); promove atividades de incentivo à leitura através de assessorias, consultorias, oficinas, debates, seminários, palestras – todos priorizando a formação de profissionais promotores de leitura (professores, bibliotecários, mediadores de leitura). Dispõe de um Centro de Referência que viabiliza informações, experiências, práticas e pesquisas realizadas na área, recolhidas em todo território nacional e no exterior com vista à criação de uma rede de referência e documentação em leitura.

Com relação à preservação e difusão do patrimônio documental do país, a FBN desenvolve dois planos: PLANO - Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos e PLANOR – Plano de Preservação de Obras Raras, com o objetivo de informar sobre as técnicas mais modernas com relação a restauração e conservação, além de conscientizar sobre os perigos da perda da memória regional sob a guarda de cada biblioteca.

Além de um espaço de formação de leitura, a Biblioteca Nacional é um lugar de memória nacional, espaço de preservação do patrimônio intelectual, literário e artístico. É o lugar onde se dá o armazenamento da escrita produzida em tempos e localidades diversas e desempenha, apesar de todo o avanço tecnológico, o papel de guardiã do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens e mulheres do passado, mas, de através dele possibilitar o acesso a um passado histórico.

A expressão "lugares de memória" cunhada pelo historiador francês Pierre Nora, para o qual uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se na dicotomia entre o respeito ao passado e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Para Nora é necessário conservar arquivos, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e demais lugares onde se apóia e se exprime a memória coletiva. "Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica."

A Biblioteca Nacional tem como uma de suas finalidades institucionais a busca pela preservação do patrimônio bibliográfico do país. Para tanto, apresenta a idéia de patrimônio como preservador de uma memória coletiva que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. Segundo Fonseca (2005, p.69) "a noção de patrimônio se inseriu no projeto nacional brasileiro como construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos".

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216 entende como patrimônio cultural brasileiro: "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

No Brasil, a questão da proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada importante a partir da década de 1920, dando ênfase a uma participação maior do Estado. As instituições culturais nacionais estavam em funcionamento nessa época, mas não tinham meios para proteger os bens que integravam suas coleções. Através de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e deteriorização dos "tesouros da nação", o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa. É no período do governo Vargas, na década de 1930, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, que grandes reformas serão feitas na área educacional e cultural.

A primeira iniciativa do governo federal com relação à proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, pelo decreto n. 22.988, de 12 de julho de 1933. Nesse mesmo período, foi feito um pedido (Processo do Conjunto da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro nº 860-T-72) pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pelo Clube de Engenharia solicitando o tombamento de nove edifícios: Palácio Monroe, Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, Dérbi Clube, Jóquei Clube, Clube Naval, Teatro Municipal e Assembléia Legislativa. Tinha como justificativa o fato

desse conjunto simbolizar a reforma urbanística proposta pelo prefeito Pereira Passos para a cidade.

Com a criação da Fundação Pró-Memória, em fins dos anos 1970, a noção de patrimônio expandiu-se e veio a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, artesanatos, festas, arte popular. Seria um retorno aos ideais de Mario de Andrade que em seu projeto definia como patrimônio artístico nacional "todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil".

Como instituição que garante a preservação dos documentos, a BN é a única beneficiária da Lei 1.825 de 20 de dezembro de 1907, que dispõe sobre a remessa de obras à instituição. É por meio desse amparo legal que a Biblioteca Nacional exerce seu papel de guardiã da memória gráfica nacional, sendo essa lei a ferramenta da instituição em sua luta para preservar e divulgar o patrimônio bibliográfico e hemerográfico do país (Lei do Depósito Legal).

As atividades que desenvolve através do processamento técnico são dados específicos de uma política de preservação. "A política de preservação voltada para o acervo das instituições constitui mais uma forma de respaldar sua função social, permitindo que gerações futuras possam vir a conhecer suas referências passadas" (BARROS apud CHAGAS, 2003, p.165).

Ainda que as bibliotecas tenham sido construídas com a finalidade de armazenamento da memória intelectual de um país, devemos lembrar que sua permanência no decorrer dos séculos não esteve apenas alicerçada pelo desejo de poder e de prestígio de um rei, mas também por uma "comunidade de leitores" que ocupavam suas salas de leitura para "saborear" o gosto pelos livros e a descoberta por novas interpretações que um texto pode reproduzir "Ler numa biblioteca é instaurar uma dialética criadora entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atípicos, desenvolvidos por cada leitor" (BARATIN, 2000, p.10).

Cabe nessa relação apontar o papel a ser desenvolvido pelo bibliotecário. Sua atuação profissional envolve as tarefas de tratar, organizar, conservar e divulgar as informações, criando catálogos, elaborando bibliografias, estabelecendo regras. Porém, nesse "agir" é necessário propiciar ao leitor uma leitura consciente acerca do espaço social.

Finalizando, convém lembrar que mais importante do que o edifício da Biblioteca Nacional é o seu belíssimo acervo, que hoje não está em condições de guarda e armazenamento adequados.

III - Referencias Bibliográficas:

BARATIN, Marc; JACOB, Chirstian. **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 351p.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). [Catálogos on-line]. Relatório de gestão 2006 Disponível em: http://www.bn.br. Acesso 27 de abril de 2007.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetória e perspectivas**.** São Paulo: Unesp/Fapesp, p. 49-63, 1999.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional:** 1807 a 1990. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 222p.

CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias da era colonial (1500-1808/1836).** São Paulo: Cultrix, 1972. 255p.

CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.141-171.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP. 2002. p.19-31.

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 71p.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org**.). Estado e cultura no Brasil.** São Paulo: Difel, 1984. p.21-39.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.296p.

---------- Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro; DP&A, 2003. p.56-76.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autencidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 264-275, 1988.

---------- O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21-29.

JOÃO, do Rio. **Cinematrographe (chronicas cariocas).** Porto: Liv. Chardron, 1909.392p.

MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Rio de Janeiro, n.22, p.163-170, 1987.

NORA, Pierre. Entre Memória e Historia: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 156p.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na biblioteca pública da corte imperial. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP. 2002. p.273-312.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As imagens devocionais e o Continente de São Pedro: relações e questionamentos sobre a imaginária religiosa e o sul da América Portuguesa

João Dalla Rosa Júnior[1]

Resumo: Na religiosidade cristã do período colonial, a imaginária sacra exerceu um papel fundamental nas práticas de devoção. Este traço característico acompanhou todo o processo de colonização da América Portuguesa, chegando ao sul da colônia: o Continente de São Pedro. Entretanto, atualmente, estas imagens se apresentam descontextualizadas, estando somente sob olhares devotos. Com isto, há a necessidade de busca de um novo olhar sobre elas, destacando as questões históricas e historiográficas que emergem deste patrimônio singular.

Palavras-chave: Arte colonial **-** Imaginária religiosa – Continente de São Pedro

Abstract: Religious images played a fundamental role in devotional practices in the Christian religious tradition of the colonial period. This trait persisted during the whole process of colonization in Portuguese America reaching the southern parts of the colony: the Continente de São Pedro. Nevertheless at present these images find themselves decontextualized and submitted merely to the eyes of the devotees. Thus it became necessary to pursue a new perspective for them, one that emphasizes historical and historiographical issues that emerge from this singular artistic heritage.

Keywords: colonial art - religious imagery – Continente de São Pedro

Além da expansão de novos territórios das Coroas Ibéricas para satisfazer as demandas mercantilistas havia outras necessidades que compunham o cenário dos primeiros séculos da Idade Moderna. Durante o período de Reforma e Contra-Reforma, a igreja católica presenciou contestações de seus dogmas e práticas, percebendo a necessidade de reformular a abordagem dos temas cristãos para conseguir ampliar o número de fiéis. Assim, a religiosidade cristã acompanhou os propósitos da colonização da América Portuguesa, pois, à

[1]João Dalla Rosa Júnior é graduado em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aluno do curso de especialização *lato sensu* em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto. Como pesquisador, integra o Laboratório de Estudos e Pesquisa em Arte Colonial (LEPAC) da UFRGS.

primeira vista, a Terra de Santa Cruz era um terreno fértil capaz de superar todas as expectativas.

A cultura religiosa que fez o clero atravessar o Atlântico e assumir a missão de catequizar as almas, ou só os corpos, se fundamentava em uma nova estratégia que a igreja adotara. Segundo Argan, naquele momento, o importante era persuadir e, não demonstrar, uma vez que a preocupação estava em "dirigir as escolhas e os comportamentos humanos do que em contemplar e descrever a lógica providencial do universo" (ARGAN, 2004:49). Esta estratégia de ação resultou na escolha da arte como método de persuasão. E Argan explicita que a escolha decorre do uso da Retórica Aristotélica e, logo, na compreensão da arte como comunicação e persuasão pelos afetos (ARGAN, 2004:33-39).

Dessa forma, as imagens que os artífices se empenharam em construir seguindo modelos de diversas procedências estavam contextualizadas na função que lhe eram atribuídas: persuadir através das reações que causariam nos fiéis. Ou seja, havia uma relação entre a imagem e o público que se baseava na devoção que a primeira deveria despertar e no comportamento que o último deveria seguir. Esta associação gerava no público um olhar devoto, o qual se formava a partir da condição de "deixar-se persuadir", que, para Argan, correspondia a uma técnica tão complexa quanto da persuasão (ARGAN, 2004:38).

Atualmente, este olhar é ainda encontrado nos fiéis que freqüentam as igrejas. Eles se deixam persuadir e dificilmente conseguem perceber as estratégias que estão por traz de toda aquela composição ornamental e, menos ainda, os comportamentos que lhe são sugeridos. No entanto, este olhar não tem se restringido a fiéis. A historiografia, muitas vezes, não consegue se distanciar da atmosfera que as imagens criam para o público e acaba abordando as imagens com olhares devotos. Não quero dizer que não se possa acreditar no objeto em que se estuda, mas é imprescindível manter a distância suficiente para observar as relações que estão em jogo no objeto e no seu contexto.

As imagens religiosas produzidas ao longo do período colonial da América Portuguesa foram concebidas a partir deste preceito retórico da persuasão. Assim, ocuparam espaços em igrejas, retábulos e oratórios. Porém, ainda hoje, continuam localizadas nos mesmos lugares (salvo as exceções de transferência para museus, instituições, ou particulares, o que são fatos de menos freqüência e roubos, que infelizmente não são tão infreqüentes) e, sobretudo, estão sob a égide de obras-de-arte. Esta terminologia abre um outro horizonte para as imagens, uma vez que pode distanciar o olhar persuadido e aproximar uma abordagem mais documental do objeto. Isto pode ser percebido em trabalhos que remetem à imaginária religiosa colonial de regiões mais tradicionais da antiga América Portuguesa. Entretanto, das

imagens coloniais do antigo Continente de São Pedro que chegaram até nós pouco, ou quase nada, tem sido estudado.

Para a história do Continente de São Pedro, deve-se estar em contato com as questões que emergem de um espaço de fronteira. Segundo Fábio Kühn, "...o espaço fronteiriço colonial deve ser compreendido como uma fronteira em movimento, com intensa circulação de homens e mercadorias, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política" (KÜHN, 2002:27). Ou seja, para se estudar o antigo Continente de São Pedro, capitania que gerou o atual Rio Grande do Sul, é necessário que se esteja consciente das singularidades do processo de colonização desta região no contexto da América Portuguesa.

Basicamente, o Continente de São Pedro se apresentou como um possível território para a colonização a partir de 1680 com a fundação da Colônia de Sacramento. Até então, os interesses da Coroa Portuguesa se concentravam em outros pólos. Entretanto, a partir dos anos 1700, a região passou a ser uma fonte para o abastecimento do mercado interno que o descobrimento e a exploração das Minas demandavam. Com isto, rotas foram traçadas e o povoamento do Continente se estabeleceu a partir de pequenos núcleos populacionais. Estes, com o tempo, formaram freguesias e, dentre elas, estavam Rio Grande, Viamão e Rio Pardo, atualmente cidades onde se encontra a maior parte dos remanescentes da produção cultural colonial da região.

As igrejas destas cidades estão localizadas, geralmente, nos seus centros históricos. Muitas vezes, junto às elas encontramos alguns museus ou mesmo capelas que assumem o papel museológico, onde se expõe o acervo que, por diversos fatores, não pode ser apresentado no seu local de origem. Temos os casos de Rio Pardo cuja maior parte da imaginária colonial está na Capela de São Francisco de Assis, que em uma das suas sacristias compreende o espaço do Museu de Arte Sacra, e Rio Grande, onde ao fundo da Catedral de São Pedro, há a capela da Ordem Terceira de São Francisco, hoje Museu Sacro.

Na cidade de Viamão, grande Porto Alegre, o único patrimônio que remete ao período colonial pelo qual a região passou é a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição. Nela está localizada boa parte do pequeno acervo do antigo Continente de São Pedro. Em um total de quatorze imagens, o conjunto da igreja apresenta uma diversidade de representações, Entretanto, estas imagens se encontram em péssimas condições de conservação, já que são estas, entre todas, as que mais demonstram terem sofrido com a ação do tempo. Em menor intensidade, o mesmo ocorre nas outras instituições do estado. Na capela-museu de Rio Pardo, está a maior parte das imagens da cidade e da antiga capitania, porém o local não apresenta

nenhuma infra-estrutura de preservação do patrimônio. Condicionadas em vitrines, ficam a mercê das oscilações de calor, pois não há climatização. Fora delas, estão sujeitas à umidade, ataques de insetos e à luminosidade excessiva. Ao contrário, em Rio Grande, tanto na igreja quanto no museu, observa-se a preocupação com a preservação dos bens, que resulta em uma prática museográfica coerente com as condições de estrutura e acervo, embora haja alguns lapsos nos critérios expositivos, já que ao lado de imagens coloniais, são colocadas imagens de *papier mâché*.

No redirecionamento desta questão de valor das imagens, pode-se perceber que os números são muito menores que, quando comparados, aos de outras regiões da antiga América Portuguesa. São diversos os fatores que influenciavam na produção artística colonial. A ascensão econômica e a proximidade de um centro religioso favoreciam e exigiam que um determinado local pudesse produzir e adquirir mais objetos. O Continente de São Pedro teve sua colonização muito tardia e de uma forma distinta ao restante da colônia. Assim, entende-se que o patrimônio, em número, não possa alcançar o de uma capitania como a do Rio de Janeiro uma vez que os interesses para o desenvolvimento da região, bem como o tempo, foram diferentes dos aplicados ao Continente.

No entanto, no que tange a qualidade dos acervos, a discussão se torna um pouco mais complexa. Primeiramente, cabe salientar que o patrimônio que o sul da América Portuguesa nos legou, atualmente, se apresenta sob formas alteradas daquelas originais. Foram muitas as intervenções que modificaram as características formais do patrimônio colonial, o que faz com que ele pareça descaracterizado para alguns ou mesmo, que não exista para outros. Outra justificativa está na dificuldade de aprofundamento dos estudos. Da mesma forma que as características foram modificadas, documentos, imagens e atributos foram se perdendo ao longo do tempo e, assim, as peças do quebra-cabeça se tornaram extremamente escassas, fazendo com que seja muito trabalhoso pesquisar e mais fácil inventar a história. E por último, mas não por fim, prevalece no estudo da imaginária brasileira uma classificação que parte da distinção entre erudito e popular.

A maioria das pesquisas e publicações sobre as imagens devocionais salienta "a 'erudição' como importante fator para a análise da escultura luso-brasileira do século XVIII" (HILL, 1997:45). Com este conceito, advêm idéias xenófilas de que o erudito designa um padrão externo à colônia, mas que chegou a ela e foi copiado, disseminando o modelo de erudição na produção artística da América Portuguesa. Já o popular corresponde à peça que "não tem nenhum atributo da época, pois seu autor está completamente alheio ao círculo do conhecimento artístico"(ETZEL, 1979:30). Além disso, são apontadas como exemplos

populares as imagens sacras do século XVII, por seu "estilo simplificado" na composição da escultura. Mas, não pode ter havido um padrão "erudito" que determinou o uso de tais características nestas esculturas? E onde se enquadra a produção mestiça?

Ao procurar conceitos menos anacrônicos e polêmicos para emitir qualquer juízo a estas esculturas, lançar mão das categorias que o professor Hansen explora e divulga em seus trabalhos parece ser o mais apropriado. Estas categorias são formadas por outros conceitos que se relacionam mais diretamente aos modos de olhar do período colonial. Como expressões dos séculos XVII e XVIII, elas denotam os juízos e a maneira de construção de uma representação e do pensar do artífice. Portanto, ao invés de utilizar erudito e popular para estudar a imaginária colonial, adota-se o decoro, que, de um modo geral, se refere à "conveniência da representação aos assuntos, às pessoas e às ocasiões" (HANSEN, 2006:4)[2]; o engenho como

> *uma faculdade que funde a dialética (entendida como análise ou divisão da invenção e disposição, isto é, dos tópicos e da seqüência das partes do discurso) e a retórica (entendida restritivamente como conjunto dos ornatos ou figuras de elocução, isto é, a maneira de ornar o discurso) (HANSEN, 2006:7);*

e a agudeza como "sutileza" e "objeto da faculdade do engenho"(HANSEN, 2006:1).

Estas categorias se relacionam com o já esboçado caráter persuasivo das imagens, uma vez que todas estão fundamentadas no campo da Retórica. O artista engenhoso segue o decoro para determinada representação, no caso, a imagem, produzindo um objeto agudo que cumpra com a sua função persuasiva. Em outras palavras, "(..)o entendimento que se estabelece não é sobre a qualidade do objeto, mas sobre o processo ou método de persuasão (..)" (ARGAN, 2004: 38).

Entre as imagens coloniais que formam o acervo do antigo Continente de São Pedro têm-se exemplares de diversos tipos de esculturas. Encontram-se imagens de pequenas proporções que habitam ou habitavam oratórios, imagens de talha inteira de proporções médias ou mesmo esculturas em tamanho natural que estão representadas de corpo inteiro ou de acordo com o sistema de roca, no qual somente são entalhadas as partes da figura que são visíveis, sendo o resto uma estrutura de madeira que fica coberta pelas vestes da imagem. Com isto, percebemos que o conjunto de imagens da região é heterogêneo, pois nele há modelos de diversas técnicas de fatura. Isto sugere que para a produção delas os conhecimentos dos artífices estavam de acordo com as principais técnicas utilizadas nas

[2] Esta referência diz respeito a uma apostila que os professores João Adolfo Hansen e Antônio Alcir Bernárdez Pécora elaboram e que foi distribuída pelo primeiro em sua aula no curso de especialização *lato sensu* em Cultura e Arte Barroca da Universidade Federal de Ouro Preto em 2006.

outras partes da América Portuguesa, já que essa variedade pode ser encontrada em locais onde houve condições econômicas e culturais que proporcionassem o desenvolvimento das formas. Outra constatação é que a heterogeneidade indica que as diferentes imagens eram usadas para fins diferentes e que ocupavam lugares distintos em seus nichos. Assim, as imagens maiores provavelmente se localizavam em camarins de retábulos, sendo, muitas vezes, oragos de uma determinada irmandade e usadas em procissões ou festas, enquanto as menores poderiam ser de uso pessoal ou ocuparem locais específicos.

Uma outra característica que se apresenta quando se analisa o conjunto remanescente da imaginária do Continente de São Pedro é o grande número de representações de invocações da Virgem e de Jesus Cristo. Praticamente, 90% das imagens de grande porte possuem como orago uma destas duas devoções. Destacam-se, entre elas, as imagens de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Dores e as esculturas de Cristo Morto, entre as quais, algumas se diferenciam do conjunto por apresentarem articulação no ombro, podendo assim, representar também o Cristo Crucificado.

Cristo Morto, imagem articulada, Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Rio Pardo, RS. Fonte: Laboratório de Estudos e Pesquisa em Arte Colonial – UFRGS.

Esta informação implica uma relação iconográfica entre as devoções. Sabe-se que Nossa Senhora das Dores se refere às dores que Maria sentiu durante a convivência com seu filho e que, geralmente são representadas em sete: profecia de Simeão ou circuncisão; fuga para o Egito; perda do menino Jesus no templo entre os doutores; o porte da Cruz; a crucificação; a descensão da cruz e o sepultamento (RÉAU, 1957: 108). As quatro últimas dores aludem à morte de Cristo e, por isso, comumente, se encontra uma representação de Nossa Senhora das Dores nas igrejas onde há uma imagem de Cristo representado em algumas destas passagens.

Cabe ressaltar aqui, que há um pequeno engano iconográfico que envolve geralmente as invocações de Nossa Senhora das Dores. Para simbolizar as sete dores, Maria tem em seu peito ou coração sete punhais cravados. Em algumas representações que levam

este nome, como é o caso da imagem de Viamão, não se encontra nenhum dos atributos mencionados. Simplesmente há uma espada colocada sobre seu peito, atributo que também é representado no cartucho do retábulo onde ela está localizada. Isto quer dizer que, não se trata, então, das sete dores que Maria passou, mas, sim, unicamente da maior dor: a solidão de perder o filho (RÉAU, 1957:108). Por isso, a invocação mais coerente com este tipo de representação seria a de Nossa Senhora da Soledade, cujo próprio nome indica o estado em que ela permaneceu após a morte de Cristo.

A prática de atribuições de nomes errôneos às imagens não se concentra somente em Viamão. Na capela de São Francisco de Assis de Rio Pardo, onde também funciona o Museu de Arte Sacra, podemos encontrar uma série de pequenas imagens que estão identificadas, em sua maioria, com nomes que, sob um olhar mais apurado, se revelam destoantes da iconografia que atributos e formas propõem.

Permanecendo ainda sob o contexto de Rio Pardo, encontramos nesta mesma capela um conjunto de grandes imagens em madeira representando Cristo na *Via Crucis*. São sete esculturas em tamanho real que apresentam alguns passos de Jesus até a sua morte. A última imagem que encerra o conjunto é um Cristo Morto, que como já foi mencionado, tem seu braço articulado, podendo representar também a crucificação. Estas imagens, para Etzel, seriam provenientes da Bahia (ETZEL, 1986:134). O mesmo é reforçado pelas narrativas dos mediadores do museu: as imagens teriam partido da Bahia de todos os Santos com destino a Rio Pardo de Minas Gerais, mas, por engano, chegaram à cidade de mesmo nome no Continente de São Pedro.

Esta mesma afirmação de importação de imagens para a igreja de Rio Pardo, Etzel expande para Viamão. Segundo ele, o Sul da América Portuguesa não gerou "uma indústria de imagens, como aconteceu na teocracia missioneira" (ETZEL, 1986:129). Ele expõe, com seus relatos, diversos casos em que justifica a proveniência das imagens de outras capitanias da colônia. Eu, mesmo, em um estudo sobre as imagens das invocações da Virgem da igreja de Viamão presencie diversos historiadores da arte e restauradores que atestaram que das quatro imagens que eu apresentava, uma com certeza era da Bahia e, as outras três, mineiras. Com isto, percebe-se que alguns indícios que Etzel aponta acerca da imaginária do Continente fazem sentido quando as imagens são analisadas a partir de suas características específicas.

No entanto, para ampliar a todo o acervo de imaginária sacra do antigo Continente de São Pedro o atestado de remanescente desta prática de importação das imagens de outras capitanias para a região sul da colônia, é necessário que se argumente a partir de outros

documentos e da construção de outras redes de relações. Mas, embora o Continente tenha tido uma colonização singular e tardia, apresenta um conjunto de imaginária que segue o decoro das representações coloniais das outras partes da América Portuguesa. Assim, mesmo com a embrionária possibilidade de afirmação, uma questão já se impõe com as idéias apresentadas até agora: esta região de fronteira em movimento poderia resultar em uma cultura de fronteira ou representar uma fronteira da cultura colonial da América Portuguesa?

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. A "retórica" e a arte barroca. In: **Imagem e persuasão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Pp. 33-39.

_____. A Europa das capitais. In: **Imagem e persuasão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Pp. 46-185.

ETZEL, Eduardo. **Arte Sacra:** Berço da Arte Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

_____. **Imagem sacra brasileira.** São Paulo: Melhoramentos, 1979.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILL, Marcos. A "Erudição" como importante fator para a análise da escultura luso-brasileira do século XVIII. In: **A Arte no espaço atlântico do Império Português.** Actas do III Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Évora, Universidade de Évora, 1997.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

PÉCORA, Antônio Alcir Bernárdez. HANSEN, João Adolfo. Apostila do curso de Cultura e Arte Barroca: **Glossário de categorias do século XVII.** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

RÉAU, Louis. La Vierge. In.: **Iconographie de l'art chrétien**. Tomo 2, v. 2. Paris: Press Universitaire de France, 1957. p. 53 – 151.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Política e memória: representações críticas dos jesuítas na *Revista* do IHGB (1839-1889)

Simone Tiago Domingos*

Resumo: Uma das preocupações mais importantes dos sócios do IHGB, registradas em sua Revista entre 1839 e 1889, foi buscar evidências históricas visando tanto o conhecimento do passado da nação, quanto argumentos para a discussão de questões políticas e culturais do Império. Dentre os temas debatidos destacam-se o desempenho da Companhia de Jesus na colonização e seu eventual retorno ao país, origem de diferentes representações daquela Ordem e de seus membros. Dentre elas, vamos privilegiar imagens críticas que concebem os jesuítas como o *Outro* da nação brasileira – o elemento estranho às necessidades do país e um inimigo dos interesses do estado e do cidadão. Destacaremos ainda, com apoio bibliográfico, possíveis vínculos dessas representações com o discurso mitológico e conspiracionista sobre os loyolanos divulgado na imprensa e literatura européias no século XIX.
Palavras-chave: IHGB – jesuítas – representações

Abstract: One of the concerns of the IHGB members, registered in its *Revista* between 1839 and 1889, was searching historical evidences seeking not only the knowledge of the nation past but also arguments to the discussion about political and cultural questions of the Empire. Among the argued subjects, we can highlight the performance of Company of Jesus in the colonization and its possible return to the country, the origin of the different representations of that Order and its members. Among them, we are going to privilege the critical images that conceive the jesuits as the *Other* of the Brazilian nation – the strange element to the country necessities and an enemy of the State and the citizens' interests. We will also emphasize, with bibliography support, possible bonds of those images with the mythological and conspiratory speech about the jesuits published in the European press and literature during the XIX century.
Key words: IHGB – jesuits – representations

Os historiadores que estudaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua *Revista* apontaram os vínculos entre a política imperial e a produção histórica desta Instituição, sinalizando um diálogo entre os textos publicados pela RIHGB, os acontecimentos e a disputa político-partidária vivenciada no Segundo Reinado. A partir da análise de documentos e artigos publicados pelo periódico que tematizam os jesuítas, entre 1839 e 1889, foi possível perceber a existência de uma tradição antijesuítica que se constituiu ao longo dos séculos anteriores e se firmou no século XIX. Ela criou argumentos e fundamentou, tanto na Europa quanto no Brasil, uma corrente anticlerical muito ativa no debate político entre liberais e conservadores.

O IHGB, de acordo com Salgado Guimarães, alvitra uma discussão quanto à

* Mestranda pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

questão nacional no Brasil e o papel da escrita da história neste processo. Apresenta um projeto ideológico e político da História – como *mestra da vida* – filtrando modelos para o presente e futuro, tendo como projeto "o traçar da gênese da nacionalidade brasileira" (GUIMARÃES, 1988 (1): 06). Além deste caráter, o Instituto Histórico sintonizava-se com outras instituições de mesmo teor, inserindo-se entre as associações do mundo ocidental que se dedicaram em "recolher, preservar, pesquisar e divulgar as respectivas histórias nacionais" (GUIMARÃES, s/d: 02; SANCHEZ, 203: 04; 12-13). Para enriquecer tais constatações, apresentaremos considerações sobre o debate que envolve os jesuítas, indicando diferentes argumentos e enfatizando a representação negativa construída sobre estes religiosos no Brasil (IHGB) bem como no exterior, sobretudo na França e em Portugal.

O debate sobre os loyolanos remonta ao período colonial, quando já emergem textos e ações críticas ou em defesa destes religiosos. No século XIX, esse debate se reacendeu e, no caso do Brasil, ficou registrado na imprensa, no parlamento e em dois "tipos" de publicações da *Revista* do IHGB – "memórias" escritas por membros do Instituto ou a seu pedido; e documentos oferecidos pelos sócios ou copiados de Arquivos e Livrarias do Brasil e da Europa que são resgatados, transcritos e publicados, testemunhando as origens e o percurso da polêmica em relação aos jesuítas. Tais documentos alimentaram um vigoroso debate entre os membros do Instituto que desenha uma espécie de periodização com dois momentos distintos. O primeiro, entre as décadas de 1840 e 1860, traz memórias ou transcrições de documentos que tratam essencialmente da atuação religiosa, da catequese indígena, e da intervenção dos colonos e do Estado (positiva ou negativa) na "civilização" dos nativos. O modelo jesuítico de catequese se torna objeto de debate – seria este um método aplicável para a civilização do índio no século XIX? Já o segundo momento coincide com a década de 1870, circunstância em que a relação Estado-Igreja se tornou mais conflituosa. A partir de então, a discussão a propósito do trabalho daqueles religiosos toma contornos distintos e radicalmente opostos, ou seja, o jesuitismo e anti-jesuitismo se acentuam. Dessa forma, as falas críticas tornam-se mais expressivas e, lembrando as restrições do período pombalino, transpiram o discurso mitológico e conspiracionista no qual a figura do jesuíta assume o perfil do indivíduo perigoso porque ameaçador da estabilidade do estado, da nação e da moral familiar, traços apontados e estudados por Raoul Girardet, Michel Leroy e José Eduardo Franco nos casos da França e Portugal.[1]

As representações construídas em torno da Companhia de Jesus nos debates do

[1] GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologia políticas.* SP: Cia das Letras, 1987; FRANCO, José Eduardo. "A Visão do *Outro* na Literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República", ***in***: Separata da *Lusitania Sacra*, 2ª série, t. 12, 2000; LEROY, Michel. *Le Mythe Jésuite – de Beranger à Michelet*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

IHGB, principalmente no primeiro momento (1839 a 1861), podem ser organizadas em três posições. A diversidade de argumentos justificava-se pelos diferentes interesses políticos laicos e religiosos inscritos na busca de uma solução para o problema das ordens religiosas remanescentes do período colonial e para a incorporação do indígena à sociedade e ao mercado de trabalho. A primeira posição alinhou sócios que condenaram a escravidão africana ou indígena como prática civilizadora e defenderam a catequese, projetando o jesuíta como evangelizador exemplar e personagem importante na construção do Brasil. A segunda reuniu aqueles que delinearam os loyolanos como eficientes missionários nos primeiros tempos da colonização, mas condenaram a autonomia, o poder político e econômico que os tornava ávidos de riquezas e exploradores do trabalho indígena. Já a terceira agrupou aqueles que recusaram a catequese como método de civilização dos nativos, preferindo a escravização laica, sobretudo a indígena; criticaram o domínio dos inacianos sobre os índios; e responsabilizaram os jesuítas pela introdução de escravos africanos no Brasil e, conseqüentemente, pela predominância dos negros na população do império.

As posições contrárias ou restritivas à implantação do modelo de catequese praticado pela Companhia de Jesus basearam-se principalmente no fato dos religiosos terem acumulado muito poder – temporal e religioso – nos tempos coloniais. Tal postura era tida como incongruente para o século XIX já que se buscava, desde as reformas pombalinas, uma sociedade mais laica e racionalizada. Assim, o vínculo entre a Igreja e o Estado no Império, a partir da década de 1840 mas, sobretudo nos anos de 1870, se tornou alvo de severas restrições em virtude da discordância dos grupos políticos no que dizia respeito à estreita aproximação entre estas duas instituições. Foi nesse último período que o sócio Antonio Henrique Leal publicou os "*Apontamentos* para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus", texto particularmente crítico do desempenho dos loyolanos no Brasil. Para Leal, a expulsão dos jesuítas foi um ato afinado com os princípios do estado liberal, pois a Companhia constituía um corpo coletivo que conservava o perfil de uma corporação. Diante disso, questionou se nos anos de 1870, as circunstâncias seriam compatíveis com a recuperação da Companhia pois: "em vez de colonia esta constituindo um império, em vez de tutelados somos brasileiros, em vez de governo absoluto e despotico regenos uma constituição livre com o systema representativo, e em vez de subditos somos cidadãos" (RIHGB, 1871, t. 36, p. II: 52).

Portanto, a restauração dos jesuítas destoava das novas expectativas da nação, pois por sua organização e poder, aquela Ordem havia sido um *Estado no Estado* além de *uma igreja na igreja*. Importava saber se uma instituição que dominava reis (agindo como seus conselheiros), o povo no púlpito, as famílias no confessionário e as crianças nas escolas

estava afinada com as necessidades dos cidadãos brasileiros. O posicionamento de Leal é um exemplo do perfil e argumentos constitutivos das representações negativas dos jesuítas no império, e demonstram-se afinadas com movimento anti-jesuíta então em curso na Europa, movimento estudado por Girardet, Leroy e Franco.

Num trabalho mais abrangente que destaca a (re)significação e divulgação de uma mitologia do Complô e da Conspiração no imaginário político europeu dos séculos XIX e XX, Raoul Girardet analisa três diferentes complôs veiculados na imprensa e em obras literárias – o judaico, o jesuítico e o maçônico. Dentre as imagens constitutivas dessa mitologia destacam-se aquelas da *Organização*, caracterizada pelo segredo e severo castigo em caso de traição; dos encontros na escuridão da noite – "os homens do Complô serão antes de tudo *'instruídos para esconder-se*'"(GIRARDET, 1987: 34) – para o que recorrem a vestimentas escuras; e a do indivíduo que é identificado como o "outro" do cidadão, encarnando portanto a figura do *Estrangeiro*. Os desígnios desses seres, ao mesmo tempo diferentes e inimigos da nação, voltam-se para a dominação do mundo através de um poder universal e da ascendência sobre os príncipes e os povos em virtude da manipulação do aparelho administrativo, da vida coletiva, da organização familiar, do sistema educacional e econômico. A eles foi atribuída a *arte de* captar heranças, aviltar os costumes, desagregar tradições sociais e valores morais. Além da expressão literária, os "complôs" tiveram uma iconografia remetida a um bestiário de tudo que rasteja, se infiltra e se esconde, além da associação destes homens com crimes sexuais e a "demonização".

Girardet acentua, portanto, dois atributos políticos recorrentes que estão no centro da mitologia do complô: a dominação do mundo e a formação de um Império das trevas. Além disso, lembra que os mitos não emergem aleatória e circunstancialmente, pois pressupõem um mínimo de receptividade, ou seja, a mensagem a ser transmitida (estrutura e conteúdo) deve corresponder a um certo código já duradouramente inscrito no imaginário daqueles que irão vivenciá-lo. Nesse sentido, a narrativa mitológica não é simplesmente um fenômeno de distorção que traz apenas um ganho político imediato, mas uma verdadeiro processo de (re)significação, instrumentalização e mutação de imagens, conceitos e sentimentos pois: "o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vivas, diluídas e transcendidas pelo sonho" (GIRARDET, 1987: 49-62).

Abordando especificamente o mito jesuíta e os significados de sua importância no século XIX, Michel Leroy observa que, durante aquele século, a Companhia de Jesus foi um tema recorrente em várias publicações francesas por ser útil tanto à propaganda de reconquista da França pela Igreja Católica (reconduzida à legalidade pela restauração dos Bourbons)

quanto, e sobretudo, à luta pela laicização do Estado liderada pelos políticos liberais. Estes últimos conceberam a Ordem Inaciana como uma sociedade secreta possuídora de imensa rede capaz de vigiar e influenciar a vida familiar, as decisões governamentais e o destino da França, agindo a serviço de uma religião com "intenções demoníacas". Tratava-se de um *mythe noir* – que alimentava o medo remetido a um inimigo despersonalizado – cuja história remontava ao século XVI, mas que no XIX, restabeleceu-se num contexto político novo marcado pela Restauração dos Bourbons; pelo retorno dos inacianos às atividades de ensino, missionária, pregação e confissão, e pela expansão da propaganda liberal, circunstâncias que engendrariam uma inédita *jésuitophobie*.

Sobre as formas literárias do mito e suas relações com a política, Leroy considera a importância de sua eficácia pois, além de construírem uma dada representação da realidade, os mitos propiciam a sua transformação pela capacidade de mobilizar os partidários, diabolizar os adversários, e fornecer uma explicação aparentemente coerente e verdadeira dos acontecimentos passados, presentes e mesmo futuros. Embora seja repetitivo e monótono, justamente a pobreza de seu conteúdo, a recorrência aos arquétipos, às cenas convencionais, lhe confere uma capacidade de adaptação às personalidades e situações mais diversas, senão as mais contraditórias. O mito jesuítico, portanto, é um paradigma de poder absoluto, mas também de uma organização secreta fundada na hierarquia, obediência e influência passível de ser instrumentalizada em diferentes contextos e personagens.

Entre os escritos anti-jesuíticos apontados por Leroy, destaca-se o periódico "Le Constitutionnel", de oposição liberal que, por volta do ano de 1819, iniciou uma batalha contra aqueles religiosos. A maior contribuição, segundo Leroy, no sentido de dar a este mito uma amplitude pública veio do *Juif Errant*, de Eugène Sue, uma narrativa impregnada do fantástico, na qual o leitor reencontra os principais elementos do mito jesuítico na França de 1832:

> *l'activité malfaisant d´une societé secrète aux nombreuses et puissantes ramifications, la poursuite obstinée de la richesse et du pouvoir par les moyens les plus criminels, ruse ou violence, la persécution d´une famille protestante de génération en génération, la captacion d'héritage, l'emprise exercée sur les femmes par la confession.* (LEROY, 1994: 92)

Sue associou novo ingrediente ao anti-jesuitismo tradicional: a questão social. Através do conflito entre Rodin (encarnando a Companhia), e a família Rennepont, vítima de suas ações, estabelece-se o contraste entre dois tipos de associações – uma religiosa e nefasta e a outra laica e generosa. Os traços assumidos pelos jesuítas no imaginário destas obras negativas caracterizam-se por representações da força maléfica e maquiavélica do poder, não para a construção da ordem, progresso e estabilidade, mas para a corrupção da alma e do espírito, destruição da moral, da política, da religião, da sociedade. Tratava-se de um poder

capaz de prejudicar a nação e, por meios ilícitos, dominar os organismos tradicionais para o estabelecimento de um império universal, estranho à soberania nacional.

Ainda exemplificando a literatura relacionada ao mito anti-jesuítico, Leroy anota *Des Jésuites*, texto que resultou de um curso ministrado em 1843 por Jules Michelet e Edgar Quinet no Collège de France, no qual Michelet privilegiou a filosofia do jesuitismo, a sua entrada no pensamento religioso, na Igreja e na educação, enquanto Quinet deu atenção à história da Companhia. Integrando a ofensiva lançada pelos meios universitários contra os loyolanos e seus defensores, o curso teve sensível repercussão junto aos intelectuais e outros setores da sociedade francesa (a obra teve seis edições em um só ano) e na imprensa católica (nos periódicos *L´Univers*, *La Quotidienne*) que considerou as sessões acadêmicas como tumultos revolucionários. Michelet ainda publicou outra obra - *Le Prêtre, la femme e la famille* (1844/45) – onde os jesuítas (e outros religiosos) foram alvos de novos ataques e, dentre outros temas, acentuou as ameaças de desagregação familiar inscritas no ato da confissão, particularmente quando realizada por membros da ordem inaciana: "Celle-ci, faute d´avoir su montrer sa supériorité dans domaine des idées, chercha à régner par l´intrigue, en se jouant des passions et des faiblesses humaines en se servant de la femme" (LEROY, 1994: 85-86).

No caso português, o trabalho de José E. Franco, "A Visão do *Outro* na Literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República", faz uma análise do período pombalino, momento em que a imagem do *mito negro* dos Jesuítas teria sido forjada em Portugal. Nesse sentido, através de canais diplomáticos e do Estado, Pombal promoveu a tradução de libelos e documentos antijesuíticos e os divulgou por toda a Europa. Entre eles destaca-se a *Dedução Chronologica e analytica*, onde a Ordem Inaciana aparece como um anti-poder que, desde a sua origem, articulava um plano secreto universal nefasto à ordem social e ao Estado devido à obediência cega e opressora preconizada pelos padres. O século XIX liberal, por sua vez, foi marcado pela síndrome antijesuítica, quando se atualizou a imagem negativa através de artigos, libelos, romances, exemplos da contundente campanha movida por centros republicanos e maçons, na qual se projetou a Companhia como uma "perigosa organização ultramontana destituída de qualquer sentimento nacional, sem qualquer interesse no serviço da nação"(FRANCO, 2000: 138). Desta forma, a literatura setecentista teria construído uma argumentação justificativa dos males da nação portuguesa, fundada na dicotomização da realidade e na definição de duas entidades: o *Nós* – por vezes o Estado e seus agentes, concentrando o ideal de elevação da pátria e o reconhecimento internacional – e o *Outro* – os jesuítas, máquina de destruição que aspira arruinar todos os poderes e ordens, alheia a qualquer fidelidade nacional e institucional que não a sua.

O mito anti-jesuítico estudado por Girardet, Leroy e Franco é uma das faces de um intenso debate que se instaurou com mais contundência no século XIX entre defensores e opositores dos inacianos, no qual outras questões políticas mais imediatas estiveram imbricadas, dentre elas o conflito de competências entre o Estado Liberal e a Igreja Romana. Os estudos daqueles autores também nos permitem perceber que o imaginário negativo dos jesuítas presente nas páginas da *Revista* do IHGB, pode dialogar com um movimento internacional, sobretudo europeu, muito amplo e importante para a história política de várias nações, dentre elas a do Império Brasileiro.

Fonte:

Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus, pelo Dr. Antonio Henrique Leal", ***in***: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, tomo 36, parte II (terceiro trim.).

Bibliografia citada:

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologia políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional", ***in***: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01.

_____ "Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquário do Norte", ***in***: HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Acces, pp. 1-28.

FRANCO, José Eduardo. "A Visão do *Outro* na Literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República", ***in***: Separata da *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo 12, 2000.

LEROY, Michel. *Le Mythe Jésuite – de Beranger à Michelet*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2003 (Dissert. de Mestrado).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino de Educação Moral e Cívica e um novo modelo de cidadão

Juliana Miranda Filgueiras

Resumo: A formação política, moral e cívica do cidadão é pauta de discussões educacionais desde a implantação da República no Brasil. Em alguns momentos sua formação é considerada prioridade das disciplinas História, Geografia, etc., em outros, entende-se que seus conceitos devem ser apresentados por uma disciplina específica. Um dos contextos em que se priorizou a construção de uma disciplina para o ensino moral e cívico foi durante a Ditadura Militar. Neste período os saberes relacionados à moral e ao civismo foram retirados de outras disciplinas e re-elaborados na disciplina Educação Moral e Cívica (EMC). O objetivo inicial era torná-la a principal responsável pela formação do cidadão. A presente comunicação tem por objetivo apresentar a constituição da disciplina EMC suas especificidades e a proposta de formação política que pretendeu implantar.
Palavras-chave: Educação Moral e Cívica, Disciplina Escolar, História da Educação

Abstract: The citizen's politics, civic and moral formation is the guideline of educational quarrels since the Brazilian republic's establishment. At some moments its formation is considered priority in History and Geography subjects, in other moments, the concept must be presented by one subject specifically. During the military dictatorship, the construction of the subject for moral education and civic was prioritized. In this period, all the knowledge related to the moral and the patriotism had been removed from others subjects and re-elaborated in a new one, named Moral and Civic Education. Its prime objective was to made it responsible for the citizen's formation. The objective of the present communication is to introduce the constitution of Moral and Civic Education discipline, your specificities and the politics formation proposal that it intended to implant.
Keywords: Moral and Civic Education, school subject, Education History

Em 1962, o Conselho Federal de Educação (CFE), criava a disciplina escolar OSPB - Organização Social e Política Brasileira -, a ser ministrada no ensino secundário, como parte complementar do currículo. A justificativa para sua criação era a "necessidade de os alunos aprenderem a exercer conscientemente a cidadania democrática" (MARTINS, 2003: 161). Segundo Martins, essa disciplina foi criada em meio às discussões que se estabeleciam no Conselho sobre as finalidades da educação, pensadas a partir da LDB/61, com a prescrição de um sistema nacional de educação, que definiria a amplitude do sistema, seu alcance e sua finalidade (MARTINS, 2003: 162).

O conselheiro Newton Sucupira justificou a criação da disciplina OSPB ao afirmar que essa matéria não encontrava equivalência em nenhuma outra disciplina escolar. OSPB estudaria a realidade social e política brasileira, com o objetivo de contribuir para a educação

política do homem brasileiro dentro do espírito da democracia (MARTINS, 2003: 164). Posteriormente, durante a Ditadura Militar, OSPB foi utilizada no programa em defesa das instituições nacionais, juntamente com a disciplina Educação Moral e Cívica.

Este pequeno episódio ilustra as discussões que se realizavam nos anos 1960 sobre a necessidade de uma educação política e cívica dos brasileiros. A preocupação com a formação moral e cívica dos jovens estava na ordem do dia, antes mesmo do golpe militar e, a idéia de que esses saberes deveriam ser ensinados por uma disciplina específica já era perceptível, como foi possível observar com a criação de OSPB.

Contudo, é interessante questionar porque foi criada com tanta ênfase uma nova disciplina - a EMC -, durante a Ditadura Militar, se já existia uma disciplina escolar responsável pela formação política do cidadão - OSPB. Para melhor compreender a constituição da Educação Moral e Cívica, em 1969, faz-se necessário voltar ao momento anterior a sua implantação e seguir o caminho que a discussão sobre a formação moral e cívica percorreu no CFE.

Dos debates à efetiva implantação

Após a criação da disciplina OSPB, o debate sobre o ensino da educação cívica voltou à pauta do CFE, ainda em 1962, por meio do questionamento do conselheiro Valnir Chagas, sobre a distinção entre disciplina e prática educativa e, sobre como seria realizada a exigência da LDB/61, que versava sobre o processo educativo que desenvolvesse a formação moral e cívica dos estudantes. Em resposta a sua consulta, o parecer n° 131/62 do CFE, esclarecia que: disciplina estaria voltada para a assimilação de conhecimentos; e as práticas educativas para o amadurecimento da personalidade por meio do despertar para o mundo dos valores e a integração nos hábitos de vida (OLIVEIRA, 1982: 53). OSPB já possibilitava a aquisição de conhecimentos suficientes para a formação cívica dos estudantes. Para grande parte dos membros do CFE a Educação Moral e Cívica deveria ser prática educativa, observando que "os valores cívicos seriam incorporados nos estudantes através da vivência proporcionada pela escola e pela sociedade" (OLIVEIRA, 1982: 56).

Com o golpe em 1964, as portarias do CFE sobre a EMC sofreram revisões e foram revogadas pelo novo governo, que pretendia reformular o enfoque dado à formação moral e cívica dos estudantes. Disciplinar os estudantes e, principalmente, conter o movimento estudantil passava a ser um dos objetivos da política educacional do Regime Militar.

Imediatamente após o golpe, em abril de 1964, o CFE emitia o parecer n° 117, respondendo ao pedido de entidades cívicas femininas, que solicitavam o restabelecimento nas escolas secundárias do ensino de EMC. O relator do parecer n° 117, D. Cândido Padim, reafirmando o posicionamento do CFE,de aassegurava que a disciplina OSPB era suficiente para a formação cívica dos estudantes e defendia a posição de que a formação moral e cívica dos educandos dependia principalmente do ambiente em que viviam e se desenvolviam, na escola, na família e na comunidade de modo geral. (OLIVEIRA, 1982: 59).

Em dezembro de 1965, o então ministro da Guerra Costa e Silva divulgava a Exposição de Motivos 180-RP. Nesta exposição, o tema da Educação Moral e Cívica passava a ser entendido sob a perspectiva da Segurança Nacional. A EMC era fundamental para a estruturação do "sistema de defesa democrático", desenvolvido pela Política de Segurança Nacional, contra a guerra revolucionária. As crianças teriam sua personalidade formada desde cedo, de maneira a prepará-las contra a propaganda subversiva, quando viessem a tornarem-se adolescentes.

O presidente Castelo Branco, em atendimento ao manifesto de Costa e Silva, por meio do Decreto n° 58.023 de 21/03/1966, que dispunha sobre a Educação Cívica em todo o país, instituiu na Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação (DNE), o Setor de Educação Cívica, que deveria desenvolver atividades relacionadas à educação cívica como prática educativa, visando à formação dos cidadãos. O decreto n° 58.023, não atendia, porém, ao principal objetivo da Exposição de Motivos 180-RP que era tornar obrigatória a EMC como disciplina.

Durante a realização da III Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação, em 1966, a Educação Cívica foi um dos temas debatidos. O relato final da Reunião definia o conceito de civismo como "a expressão da solidariedade que unia os homens e, um estado de espírito baseado em valores e direitos inalienáveis, que deveriam ser salvaguardados" (OLIVEIRA, 1982: 75). Nesta reunião, a educação cívica passou a ser defendida não somente como prática educativa, mas considerava-se a necessidade de sua realização em disciplinas, como História, Geografia, Língua e Literatura e principalmente em OSPB. O CFE mantinha seu posicionamento de oposição à criação da disciplina EMC. Com a defesa de OSPB, como disciplina que desenvolveria os conteúdos sobre a educação cívica, o Conselho desvinculava o condicionamento do civismo à moral, principalmente à moral religiosa.

Em 1967, foi lançada por meio da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar), a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, organizada pelo Padre Fernando

Bastos de Ávila. A publicação desta obra mostrava a tendência para a disciplinarização dos conhecimentos que viriam a ser utilizados como base para o ensino da moral e cívica.

Em fins de 1967, Costa e Silva tomou posse como presidente da República, juntamente com a promulgação da nova Constituição. Neste contexto a relação entre o poder executivo e o CFE modificou-se de modo mais acentuado.

Logo no início de 1968, o Decreto-lei n° 348, dispunha sobre o Conselho de Segurança Nacional. Com o decreto, cada Ministério passaria a ter uma Divisão de Segurança e Informações, cujos diretores seriam escolhidos entre cidadãos diplomados pela ESG (Escola Superior de Guerra) ou oficiais das Forças Armadas. A partir deste momento começou a atuar mais ativamente no MEC, o General Moacir Araújo Lopes, membro da ESG e um dos maiores defensores do ensino da EMC vinculado aos valores religiosos, visando a Doutrina da Segurança Nacional, de modo a proteger a população contra a propaganda subversiva comunista. Em março de 1968, o CFE teve três de seus mais destacados conselheiros exonerados: Anísio Teixeira, Antonio Almeida Junior e Alceu Amoroso Lima.

O Gen. Moacir Araújo Lopes, que era membro da Comissão criada no MEC encarregada de organizar o concurso para a escolha de um guia cívico para o ensino médio, nas instruções do concurso, já explicitava seu conceito de civismo, destacando os fundamentos democrático-constitucionais referentes ao espírito religioso do brasileiro. Enfatizava o papel das instituições pátrias: Religião, Família, Justiça, Escola e Forças Armadas e a responsabilidade de todas as pessoas com a Segurança Nacional. Vinculava o civismo às tradições cristãs brasileiras. Observava a incompatibilidade do bom uso da liberdade com as convicções materialistas e as ideologias exóticas, contrárias ao espírito democrático da sociedade brasileira e aos interesses nacionais. Ressaltava ainda a necessidade de a educação projetar os valores espirituais e morais da nacionalidade, evitando a corrupção e a subversão (LOPES, 1971: 231-232).

O ano de 1968 ficou marcado pelas intensas mobilizações sociais. Ao longo do primeiro semestre de 1968, diversas passeatas foram realizadas em estados brasileiros, contando não somente com estudantes, mas com membros da Igreja, professores, artistas, deputados, entre outros.

Em outubro de 1968, O CFE apresentou parecer contrário ao projeto de lei n° 770/67, do deputado Jaime Câmara, sobre a inclusão da disciplina EMC nos diversos sistemas de ensino do país. Esse projeto destacou-se na discussão acerca da implantação da disciplina, pois "foi nele, pela primeira vez, que se utilizou conceitos claramente esguianos para justificar a EMC, como também foi acompanhado pelo Grupo de Trabalho da ADESG" (OLIVEIRA,

1982: 83). Tal grupo de trabalho iria produzir o Anteprojeto de Lei que daria origem ao Decreto-Lei n° 869. O relator do parecer, o conselheiro Henrique Dodsworth, reforçou a defesa de que a formação moral e cívica deveria se processar "não como disciplina formal (que corre o perigo de ser reduzida a mera informação), mas 'através de processo educativo' como diz a LDB" (Parecer do CFE, n° 649/68).

Em 13/12/1968 foi decretado o AI-5 e o recesso do Congresso Nacional. Neste mesmo mês, dia 18, o CFE apresentava o Parecer n° 893, referente ao Anteprojeto de Lei sobre a EMC, elaborado pelo grupo de trabalho da ADESG, presidido pelo Gen. Moacir Araújo Lopes. No parecer, o relator Henrique Dodsworth sugeria que o assunto fosse deliberado pelo CFE no início de 1969. A deliberação referente ao Anteprojeto foi apresentada pelo Parecer n° 3, de 4/02/1969, do mesmo relator Dodsworth.

O Anteprojeto propunha a inclusão da disciplina EMC, em caráter obrigatório, em todos os sistemas de ensino. Segundo o Anteprojeto, um dos motivos que explicava a sua origem era a Exposição de Motivos 180-RP, de 10/12/1965, de Costa e Silva.

O relator do parecer, Dodsworth, agradecia ao Presidente da República Costa e Silva, a atenção dispensada ao CFE, por este ser consultado em situação de exceção institucional e reafirmava a preocupação do Conselho em estudar os problemas relacionados à EMC. Segundo Dodsworth, diversos encontros aconteceram entre membros do CFE e os participantes do grupo da ADESG, principalmente com o Gen. Moacir Araújo Lopes. Esses encontros possibilitaram ao CFE conhecer os dispositivos do Anteprojeto.

Para Dodsworth, o Anteprojeto era a expressão das preocupações de diversos grupos da sociedade, provenientes dos meios religiosos, militares e docentes. Essas preocupações refletiam o momento de crise que passava o Brasil, uma inquietação que dominava também o mundo, "pela transformação e destruição de concepções tradicionais, sob a pressão de causas, somadas pelos anos, ou de criação, imprevisível, de comportamentos, contrastando como sua forma habitudinária de expressão" (parecer n° 3/69).

O Anteprojeto instituía a EMC como disciplina obrigatória "visando a formação de caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade" (Parecer n° 3/69). O Anteprojeto estabelecia a criação de uma Comissão de Moral e Civismo vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, com membros diplomados pela ESG e nomeados pelo Presidente da República. A EMC estava relacionada diretamente à questão da segurança da Pátria, tanto externa quanto interna.

Finalizando o parecer, Dodsworth, se posicionava favorável ao Anteprojeto, argumentando que este correspondia às exigências do momento, justificando e legitimando a urgência de sua aprovação. O Relator concluiu propondo mudanças na redação final do Anteprojeto. O CFE aprovou o parecer, com exceção de Clóvis Salgado, que votou em separado para reafirmar que a EMC não deveria ser uma disciplina, mas precisava ser vivenciada e praticada em todas as atividades escolares, curriculares e extracurriculares.

Nos meses que se seguiram, o tema da EMC não foi mais abordado pelo CFE. O contexto brasileiro acirrou-se. O movimento estudantil fora duramente reprimido, mas tinha mostrado sua força no ano anterior. Já os movimentos de luta armada multiplicavam-se. Para os militares os acontecimentos de 1968 revelavam decididamente a infiltração subversiva comunista nos meios estudantis e nas universidades.

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame e foi substituído por uma Junta Militar. Menos de quinze dias depois, em 12 de setembro, a EMC foi instituída como disciplina por meio do Decreto-Lei n° 869. A mudança de posicionamento do CFE, tornando-se favorável a implantação da EMC como disciplina em 1969, deveu-se em parte, pela decretação do AI-5 e pela ascensão da Junta Militar. O recrudescimento do regime, com o aumento da repressão e as crescentes cassações e exonerações de membros do próprio CFE, como Anísio Teixeira, possibilitaram o quadro favorável à aprovação da Lei, nos moldes pretendidos pelo Gen. Moacir Araújo Lopes.

A Constituição de uma nova disciplina

O ensino de Educação Moral e Cívica como disciplina e prática educativa, foi tornado obrigatório em todas as escolas brasileiras, de todos os níveis de ensino, por meio do Decreto-lei nº. 869/69.

A EMC visava preparar os alunos para o "exercício consciente da cidadania". O artigo 2º, do Decreto-lei n° 869, estabelecia mais especificamente as finalidades da EMC, "apoiada nas tradições nacionais":

> *a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus;*
> *b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;*
> *c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;*
> *d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;*
> *e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;*

> *f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;*
> *g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;*
> *h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Decreto-lei n° 869/69).*

O Decreto n° 68.065, de 14 /01/1971, regulamentou o Decreto-lei n° 869, estabelecendo as normas para sua aplicação. O decreto fixava em quantas séries a EMC deveria ser ministrada nas escolas:

> *Artigo 7º (...)*
> a) *a disciplina Educação Moral e Cívica deverá integrar o currículo de ao menos, uma das séries de cada ciclo do ensino de grau médio e de uma série do curso primário (Decreto n° 68.065/71).*

O decreto determinava mais detalhadamente a forma de organização e atuação da CNMC; firmava as atividades extra-classe a serem incluídas na escola; apresentava as normas para a formação de professores e orientadores para a disciplina.

Observando à discussão do Anteprojeto elaborado pelo grupo de trabalho da ADESG e comparando-o com o Decreto-lei n° 869/69, foi possível constatar que o CFE conseguiu modificar aspectos importantes do projeto inicial. A EMC foi implantada como prática educativa e não somente como disciplina. O Decreto-Lei nº. 869 vinculava a Comissão Nacional de Moral e Civismo ao Ministério da Educação e Cultura e não ao Conselho de Segurança Nacional, dando maior ênfase aos aspectos educacionais e pedagógicos da disciplina. Seus membros seriam pessoas dedicadas à causa da Educação Moral e Cívica, sem especificar os lugares de onde se originariam.

Algumas considerações

A EMC foi introduzida no currículo das escolas durante o Regime Militar para conformar um novo público escolar, que se expandia desde o início dos anos 1960. O ensino desta disciplina integrava-se a todo um movimento de reestruturação do sistema de ensino brasileiro. A especificidade da implantação da EMC, em 1969, relacionou-se diretamente com a luta contra a subversão comunista. A principal forma de suprir as deficiências brasileiras e defender a população dos ataques comunistas era por meio da Educação.

Diversos saberes foram retirados de outras disciplinas e transferidos para a EMC, encarregada de disciplinar os novos estudantes, para criar uma moral do cidadão, conscientizar sobre o perigo do comunismo, mobilizar os jovens sobre sua responsabilidade

de proteger a Pátria e para participar do seu progresso. Como disciplina escolar, a EMC, incorporou o conteúdo de formação política proposto para OSPB e acrescentou conteúdos morais ligados a religião católica.

Entretanto, a Educação Moral e Cívica não foi implantada sem resistências. O CFE impossibilitou a execução dos projetos referentes à EMC até 1968. Somente em 1969, após as manifestações de 1968 e com o AI-5, os conselheiros não conseguiram mais impedir a sua implantação, mas modificaram seu programa curricular, incentivaram a prática educativa da Educação Moral e Cívica e repensaram a formação da Comissão Nacional de Moral e Civismo.

Referências bibliográficas:

LOPES, General Moacir Araújo. **Moral e Civismo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

MARTINS, Maria do Carmo. *As humanidades em debate: A reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares*. In: OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de, RANZI, Maria Fischer (Org). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: Edusf, 2003. Pp. 141-170.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas B. de. **A implantação da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, 1982.

Legislação

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. Comissão Estadual de Moral e Civismo. **Educação Moral e Cívica**. Legislação Federal e Estadual. Brasília, s.d.

BRASIL. Revista **Documenta**. N° 45 a 312.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Latour como ferramenta teórico-metodológica de análise para a História das Ciências da Saúde

Ana Carolina Vimieiro Gomes*
Bráulio Silva Chaves
Huener Silva Gonçalves.[1]

Resumo: Este trabalho busca analisar, a partir da proposta teórica de Bruno Latour para os "Estudos Científicos", três tramas históricas distintas no espaço e no tempo, vinculadas à História das Ciências da Saúde no Brasil: a inserção da Fisiologia Experimental (1880-1889), o surgimento do Instituto Ezequiel Dias (1907-1941) e a mobilização médica contra o tabagismo (1965–1986). Apesar das diferenças nas presentes temáticas, na prática, observa-se uma comunhão entre os objetos a partir do arcabouço Latouriano, que tem sido determinante para pensar elementos que compõem essas tramas históricas, tais como: autonomização do campo, mobilização do mundo, alianças, representação pública e, perpassando estes elementos, os vínculos e nós. Assim, compreendemos as interações das práticas científicas e as "translações" promovidas por diversos atores na história.
Palavras-Chave: Bruno Latour, Instituto Ezequiel Dias, Fisiologia Experimental, antitabagismo.

Abstract: This work aim to investigate, from Bruno Latour's theoretical proposal for "Scientific Studies", three historical objects distinct from time and space, related to the History of Health Science in Brazil: the experimental physiology insertion (1880-1889); the emergence of Ezequiel Dias Institute (1907-1941) and the medical mobilization against smoking (1965–1986). In spite of differences in the present themes, in practice, we observe their interaction through the Latourian approach, which have been determinant to think the main elements that make part on each history, such as: autonomization, world mobilization, alliances, public representation and, joining each element, the bonds and knots. Thus, we could understand scientific practices and "translations" promoted by various actors in history.
Key-words: Bruno Latour, Ezequiel Dias Institute, Experimental Physiology, anti-smoking.

Introdução

O presente trabalho surge a partir da opção teórica de pensar três objetos de pesquisa, relacionados com a História das Ciências da Saúde no Brasil, completamente distintos no tempo e no espaço - a inserção da fisiologia experimental na agenda científica brasileira no final do século XIX (1880-1889); o surgimento e consolidação do Instituto

[1] Alunos do Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, FAFICH, UFMG. (*) Apoio: FAPEMIG

Ezequiel Dias em Minas Gerais (1907-1941); a mobilização médica no Brasil contra o tabagismo (1965–1986) - a partir de uma perspectiva de estudo da ciência, baseada no modelo teórico-metodológico de Bruno Latour (1994,1997, 2000; 2001).

A partir dessa visão da ciência, torna-se interessante pensar cada um desses objetos em relação à suas estreitas ligações com o contexto político econômico e social, nos respectivos tempos e espaços privilegiados, para apreender as cadeias de translação que fazem ciência e sociedade dependentes entre si. Translações que são criadas ao longo do processo de desenvolvimento da ciência; o que torna nossas análises mais complexas e ultrapassa uma dicotomia entre uma abordagem ora internalista, ora externalista.

Para compreender as translações nas tramas históricas, utilizamos uma análise do "fluxo" dos elementos que fundamentam essa rede da ciência: a mobilização do mundo (métodos e instrumentos para tornar a "natureza" inteligível); a autonomização (comunidade científica); as alianças; a representação pública (divulgação pública dos conhecimentos) e; os vínculos e nós (conteúdo científico); fatores que são interdependentes, articulados entre si; que permeiam as redes da ciência (Latour, 2001).

Apesar da distinção entre as três tramas históricas, dadas as diferentes temporalidades, espaços e da diversidade das lógicas inerentes aos respectivos campos médicos; na prática, estas se inter-relacionam diante desta abordagem teórico-metodológica. Este trabalho visa problematizar o encontro teórico entre as diferentes tramas históricas, a partir do uso da abordagem latouriana.

A Fisiologia Experimental no Brasil em fins do século XIX

Nossa primeira trama histórica refere-se à inserção da fisiologia experimental no Brasil em fins do século XIX, a partir da criação oficial do Laboratório de Physiologia Experimental do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1880. A fisiologia naquele século tem sido marcada pela sua desvinculação definitiva da anatomia, caracterizando-se prioritariamente como disciplina experimental, que objetiva a análise dos fenômenos dos copos *in vivo*. Seu modelo epistemológico também se delineou naquele momento: deveria se basear nos métodos de produção de conhecimento semelhantes às ciências físico-químicas, buscando o esclarecimento das leis que regem os fenômenos da vida. Consolidou-se como disciplina de laboratório, a partir de métodos e procedimentos experimentais rigorosos e controlados, que envolviam a vivissecção em animais e o uso de aparato experimental

sofisticado, específicos para registro das funções corporais, seu principal símbolo de cientificidade.

É relevante destacar também a ciência brasileira em fins do século XIX. É um momento de transformações no país, quando a ciência era vista como um meio de se alcançar progresso e civilização. Nas ciências da saúde passou a ter relevância para o entendimento, a prevenção e a cura das doenças o modelo de ciência positiva, baseada no método experimental e no laboratório, de maneira semelhante à européia. Foi dentro de todo este contexto que o Laboratório do Museu Nacional e a fisiologia em si se fizeram importantes para a ciência brasileira; pois podemos dizer que o conteúdo específico, isto é, as concepções epistemológicas e as práticas científicas da fisiologia experimental eram exemplares para esse ideal de ciência que se forjava no país.

O Laboratório do Museu Nacional foi idealizado pelo médico brasileiro João Baptista Lacerda e o cientista francês Louis Couty no final da década de 1870. As pesquisas em fisiologia, do Museu Nacional, foram iniciadas por João Baptista Lacerda a partir de 1876, sobre efeitos de substâncias tóxicas tais como curare, veneno de cobras e de sapo. Logo de sua chegada ao Brasil, Couty juntou-se a Lacerda no Museu Nacional para auxiliar nas pesquisas em fisiologia experimental que já vinham sendo realizadas por lá.

Contudo, para o aprimoramento e obtenção de maior credibilidade das pesquisas nas comunidades científicas nacionais e internacionais, tornaram-se necessários mais recursos materiais e financeiros. Era preciso a institucionalização de um laboratório e, como conseqüência, para atingir esse objetivo, alistar aliados que garantiriam a disponibilização de tais recursos. Lacerda e Couty, após visita do Imperador e do Ministro da Agricultura para assistir algumas experiências sobre veneno curare em cães (LACERDA, 1905), conseguiram convencer as autoridades imperiais sobre a necessidade e utilidade da criação de um laboratório de fisiologia no e para o Império, segundo os modelos organizacionais, epistemológicos e instrumentais dos melhores laboratórios europeus. Assim, o governo imperial tornou-se seu aliado. Tal empreendimento foi concebido oficialmente em 1880, a partir do consentimento do ministro da Agricultura Conselheiro Sinimbú, que liberou uma verba de 13.260 francos para que fossem adquiridos todos os materiais necessários para a implantação do pretendido Laboratório.

Em face de alguns argumentos utilizados pelos cientistas para convencer as autoridades sobre a importância do Laboratório, conseguimos observar as translações produzidas pela inserção da fisiologia naquele tempo; isto é, a maneira com que os interesses esotéricos e de seu principal aliado, o Ministério da Agricultura, foram ao mesmo tempo

sendo contemplados. O primeiro diz respeito aos temas de pesquisas privilegiados. Cabia aos cientistas se dedicar ao estudo experimental de temas tipicamente nacionais: efeitos fisiológicos de venenos dos animais, plantas tóxicas e alimentícias, café, mate e álcool da cana, fisiologia do cérebro e do clima. O Laboratório também previa estudos relacionados à higiene, patologia e climatologia nacional. O argumento era que o Brasil proporcionava uma diversidade de questões científicas em função das suas condições naturais e climáticas peculiares, não existentes na Europa, e que por si garantiam a originalidade e visibilidade dos estudos. Eis um movimento de translação: para além da relevância esotérica, os temas nacionais deveriam ter utilidade para a economia, comércio, agricultura e higiene do país naquele momento.

Outro interesse subjacente à justificativa de implantação do Laboratório de Physiologia Experimental, nas palavras de Couty, de "fins mais elevados", era a possibilidade dos estudos da fisiologia experimental acarretarem na notoriedade para o Brasil na Europa, no quadro das nações civilizadas. A fisiologia, com seu aparato instrumental e métodos de registro das funções corporais sofisticados, signos de cientificidade, seria um instrumento para tal fim. Temos mais um movimento de translação para legitimar a importância da fisiologia experimental para Brasil. Para a fisiologia experimental construir a sua relevância, questões científicas, próprias da fisiologia experimental, foram deslocadas, transladadas, em direção a questões macro-siociais brasileiras; a partir de uma retórica utilitarista e de aplicação direta dos conhecimentos.

A História do Instituto Ezequiel Dias (1907-1936) e o arcabouço teórico latourniano

A história das instituições médico-científicas foi abordada de diversas formas na historiografia das ciências brasileiras. Atualmente é visível que as instituições estão longe de serem entendidas apenas como espaços de atividades rotinizadas. Para além, os espaços institucionais são vistos como um lócus privilegiado do processo de construção dos fatos científicos.

O Instituto Ezequiel Dias é fundado em três de agosto de 1907 em Belo Horizonte. Vem como a primeira filial de Manguinhos. Sua vinda é resultado da conjugação de vários interesses: de Oswaldo Cruz, que desejava criar filiais em todo o Brasil; do Estado de Minas Gerais, a quem um Instituto científico e de pesquisas seria fundamental para a saúde e para que assim fossem estudadas as epidemias, endemias, epizootias (doenças em animais), epifitias (doenças em plantas); ao próprio Ezequiel Dias, que se encontrava em Minas na

busca daquilo que se acreditava serem os "bons ares das montanhas" para o tratamento da tuberculose.

A análise das fontes como cartas, ofícios, relatórios de despesas, balanços, aliados à produção científica com seus artigos, além da literatura memorialista (MAGALHÃES, 1957) sobre o Instituto, propiciaram um encontro com um lugar dinâmico, de homens interessados em mobilizar a ciência e legitimar sua própria atividade científica que passava por transformações com o advento da microbiologia.

Uma demarcação importante para essas mobilizações foi, sem dúvida, a criação do serviço antipeçonhento, em 1918. Os peçonhentos eram inimigos de amplos setores: da população, do Estado e da própria cidade que se proclamava salubre e que não poderia ter essa imagem maculada.

Ezequiel e outros foram eficientes em fazer a leitura cultural da dimensão do problema. Sendo assim, se dedicar a ele seria importante como captação de credibilidade para o Instituto, mas, também, para muitos outros propósitos. Cobras e escorpiões cumpririam um papel decisivo na acumulação de capital científico para a filial, e os cientistas fariam esses peçonhentos falarem a amplos setores.

E de que forma os cientistas colocaram esses objetos (cobras e escorpiões) para falar?

O Posto Antiofídico inaugura uma verdadeira cruzada contra os peçonhentos que teve como uma de suas frentes inúmeras viagens pelos rincões de Minas Gerais. Buscava-se, além de conhecer novas espécies de cobras e escorpiões, vacinar contra doenças, divulgar medidas de higiene e profilaxia e, de certa forma, legitimar a microbiologiaDessa forma, seria formada uma rede de alianças que de tão forte transformaria o próprio Instituto. A lista desses aliados foi se tornando cada vez maior, na mesma velocidade em que cresciam o posto e sua campanha contra os peçonhentos. Todos eles eram arrolados a todo instante e de formas diferentes nesse fluxo em que se processava a atividade científica.

Tais alianças apenas se efetivariam a partir do instante em que o serviço fosse capaz de atingir critérios de eficiência que seria convertida em credibilidade ao Instituto. Assim, a campanha contra os peçonhentos deveria se tornar visível, se fazer importante: com a distribuição de manuais para a captura de cobras e conhecimento do problema, participação em congressos, artigos em jornais para demonstrar a importância da questão dos peçonhentos, numa interface com amplos setores. Não por acaso, a criação do Posto Antiofídico se deu por recomendação da Sociedade Mineira de Agricultura, órgão representativo das "classes conservadoras" de Minas, de relações estreitas com o governo do Estado.

O interessante é que o serviço antipeçonhento, ao promover essas bandeiras científicas pelo interior de Minas, se colocou em diálogo com um projeto que pretendia tornar efetiva uma nova nação brasileira, incorporando sertão e litoral, campo e cidade, tendo na ciência um elo de efetividade discursiva e prática. Assim, podemos dizer que o Instituto foi capaz de unir o micro, nas atividades científicas cotidianas de um laboratório, na produção dos artigos, na rotina, ao macro, em uma ligação a um projeto muito maior de construir uma nova nação, porém "reformada", saneada, higienizada.

Latour foi fundamental para a percepção desse amplo leque de interesses que envolvem a atividade científica e que foi notado a partir desse olhar que parte dos discursos científicos e sua insistência em tornar secretos, interesses e mobilizações, que a história e a cultura persistiram em nos fazer enxergar.

A mobilização médica contra o tabagismo no Brasil como processo de translação de interesses (1965–1986)

Para se falar da mobilização contra o tabagismo é interessante dizer que tal processo ocorreu em um período no qual o Brasil viveu sobre a ditadura militar, onde o ideal de modernização do país estava acima de tudo. A arrecadação de impostos e a entrada de capital externo das multinacionais eram importantes instrumentos para tal objetivo. Dentre essas indústrias a aumentarem seus investimentos estão as do tabaco, pois muitas vinham de paises onde a legislação antitabagista tinha restringido o mercado para elas. Entre esses países, encontrava-se os EUA, que se tornou referência mundial a partir de 1964, quando da divulgação do "Relatório Terry". Esse fato seria base no Brasil do projeto de lei no. 2602 em 1965, do Deputado Federal Ivan Luz (PRP/PR), que em seu 1º. artigo pedia que *"a embalagem de produtos com fumo, destinado a fumantes, contivesse as seguintes expressões: o uso deste produto pode causar câncer"*[2].

O fato de o cigarro ser uma das causas que levava ao câncer do pulmão era dado como certo desde 1965 por alguns médicos brasileiros. Porém, fazia-se necessário o investimento em pesquisas em relação ao câncer no Brasil para dar mais legitimidade ao discurso médico sobre a situação brasileira. É bom observamos que naquele momento o governo se via às voltas com um grande número de casos de doenças infecciosas e parasitárias nesse período, que ainda ocupavam a dianteira do quadro nosológico.

[2] Médicos e parlamentares resolvem combater o fumo. Revista o Médico Moderno, Rio de Janeiro, julho de 1965, p. 22-33.

Fica claro então que a maior autonomia do movimento passaria pela discussão das questões relativas ao tabagismo e seus males em congressos, seminários, associações médicas e etc. Devemos destacar como principal meio para esse fim a atuação das revistas de medicina no período, principalmente o *"Jornal Brasileiro de Medicina"* que favoreceu a integração do campo médico ao debate e a recepção dessas informações cientificas em relação ao tabagismo.

Em fins da década de 1970, assiste-se uma maior coesão do movimento, ao se realizar em 1979 importantes reuniões sobre o assunto, onde foram produzidos importantes documentos: a "Carta de Salvador" em março, e em julho, a elaboração do primeiro "Programa Nacional Contra o Fumo", que foi assumido pela Associação Médica Brasileira (AMB) em agosto daquele ano. Tais reuniões contaram com a participação dos principais líderes da mobilização antitabagista no Brasil: os médicos José Rosemberg, Mário Rigatto, Jayme dos Santos Neves, Antônio Pedro Mirra, Edmundo Blundi entre outros. Em síntese, esses documentos tornaram ainda mais consistente a mobilização uma vez que essa passa por um período de institucionalização, angariando mais aliados para o seu objetivo, que passava a ser a formação pelo Estado de um Programa Nacional de Combate ao Fumo. Convergiria para esse objetivo o Dia Mundial da Saúde de 1980 promovido pela Organização Mundial de Saúde com o tema *"Tabaco ou Saúde: a escolha é sua"*. O governo brasileiro, um dos signatários da OMS, se comprometeria a formar um programa nacional de controle do tabagismo.

Frente a esse quadro, a AMB, juntamente com as associações médicas regionais, passam a promover campanhas de opinião pública sobre a questão. A mobilização e as notícias em relação ao tabagismo e seus males ganham as páginas de revistas de circulação nacional. A questão passa a ocupar vários espaços de debates da sociedade. Novos aliados se aliam ao movimento. Discussões de projetos de leis sobre o tema passam a receber maior atenção, uma vez que médicos parlamentares, como o Senador Lourival Baptista e o Deputado Federal Daso Coimbra, passam militar mais incisivamente pela causa. Aumenta-se também o número de pesquisas na área de saúde que apontam para uma transição no quadro nosológico brasileiro, onde as doenças crônico-degenerativas, muitas delas associadas ao uso do tabaco, passam a ganhar mais atenção do governo e da opinião pública[3].

A resposta efetiva do Estado viria em 1985 com a formação do *"Grupo Assessor para o Controle do Tabagismo no Brasil"* e com a aprovação da lei federal ordinária no.

[3] POSSAS, Cristina. *Epidemiologia e Sociedade: Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1989, p. 49.

7.488 de 11 de junho de 1986, que instituía o dia 29 de agosto de cada ano para a celebração do *"Dia Nacional de Combate ao Fumo"*. Formava-se assim o *Programa Nacional de Combate ao Fumo*. Por conseguinte, o objetivo da mobilização se tornou objetivo do Estado, no que Latour denomina de *translação* de interesses/objetivos.

Considerações finais

O encontro teórico proporcionado pela metodologia de Bruno Latour em três tramas históricas distintas no espaço e no tempo, nos leva a perceber a plasticidade do uso de seus conceitos, principalmente o de translação, dentro do campo da História das Ciências da Saúde no Brasil. Dentro de uma análise da ciência no tempo, essa metodologia favorece pensarmos de maneira mais densa a interação entre ciência e sociedade, sem os considerar como esferas separadas de ação, mas como atributos interdependentes num mesmo processo histórico contingencial. Fica latente nas três tramas que as autoridades governamentais foram um grande aliado dos grupos de cientistas para tornar suas propostas uma demanda da sociedade. Para tanto, observamos que esses grupos procuraram alistar aliados, autonomizar-se como campo de conhecimento e ganhar representatividade pública para se imporem como autoridade dos projetos científicos que defendiam.

Referências Bibliográficas

LACERDA, João Baptista. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. RJ: Imprensa Nacional, p. 108-134, 1905.

LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Baurú (SP): Edusc, 371 p., 2001.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. SP: UNESP, 2000. 438 p.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. RJ: Relume Dumara, p. 220, 1997.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. RJ: Ed. 34, 149 p., 1994.

MAGALHÃES, Octavio. Ensaios. Belo Horizonte: Oficinas da Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1957.

POSSAS, Cristina. *Epidemiologia e Sociedade: Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil.* S.P.: Hucitec, 1989, p. 49

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A pesquisa como um elemento constitutivo do fazer-se professor (a) de história

Elison Antonio Paim*

Resumo
Esta comunicação expressa elementos parciais da tese de doutorado, "Memórias e Experiências do Fazer-se Professor (a) de História". Busquei respostas para o seguinte problema: Como os alunos egressos, do Curso de História da UNOESC - Chapecó nos anos de 1998 e 1999, avaliam as experiências vivenciadas na passagem de acadêmicos para profissionais? O principal instrumento de coleta de informações foi através de depoimentos orais, gravados. No dialogo com os professores foi possível captar elementos que vão além da idéia de formar professores, que há um fazer-se professor e este acontece de forma relacional.
Palavras-chave: Fazer-se Professor(a) de História;Memória; Experiência

Abstract
This comunication express parcial of the doctorade's thesis: "Memories and experiences making of history teacher". I found answers to this problem: how the students that leave the history course of UNOESC-Chapecó in the years of 1998 and 1999, análise the experiences in the change of acadeics to professionals? The main information colector instrument was recorder oral depoiments. In the dialog with the teachers was possible to realize elements that trepass the idea of graduate teachers, that existis making of history teacher and this one happens in a relational way.
Key-words: Making of history teacher; Memories; Experiences

A formação de professores, nos seus diferentes matizes, quer racionalistas, positivistas, liberais, cientificistas ou, mais recentemente, tecnicistas, durante longo tempo esteve - e está – associada às necessidades prevalecentes da modernidade capitalista. Salvo pequenas variações, os professores deveriam e devem ser instrumentos de transmissão de conteúdos, não precisariam/precisam ser pesquisadores ou produtores de conhecimentos. Não eram – e não são - considerados seus sentimentos, valores, sua vida. Bastava – e basta - que aprendessem a transmitir conteúdos assépticos, neutros, imparciais.

Esta perspectiva é duplamente preconceituosa. Inicialmente, porque pensa em formação como possível apenas no momento em que os futuros professores realizam seus cursos de Graduação - não consideram a formação como processual e contínua; em segundo lugar, nas formas de olhar sobre e para os professores procuram deter-se naquilo que falta ao professor da escola: didática, conteúdo, conhecimentos, domínio de classe, apropriar-se de novas produções acadêmicas, parar de reproduzir conteúdos prontos... Enfim, os professores

**Mestre em História pela PUC-SP; Doutor em Educação pela UNICAMP; Professor de Metodologia do Ensino de História da UNOCHAPECÓ; Coordenador do Centro de memória do Oeste de Santa Catarina –CEOM. elisonpaim@hotmail.com

são dotados de não saberes.

Benjamin abordou a questão da autoria, possibilita-nos pensar que é possível rompimento com a hierarquia entre os saberes e os não saberes, entre os autores e não autores, pois para ele:

> *Somente a superação daquelas esferas compartimentalizadas de competência no processo de produção intelectual, que a concepção burguesa considera fundamentais, transforma essa produção em algo de politicamente válido; além disso, as barreiras de competência entre as duas forças produtivas – a material e a intelectual – erigidas para separá-las, precisam ser derrubadas conjuntamente (1994:129).*

Ao mesmo tempo numa perspectiva de ruptura em relação à estrutura vigente, algumas Universidades internacionais e brasileiras, sobretudo, no Brasil a partir da década de 1980 têm defendido e implementado em seus cursos, disciplinas voltadas para a pesquisa. Passaram, assim, a formar um outro professor, que foi recebendo diferentes adjetivações: professor pesquisador (ZEICHNER, 2002), professor reflexivo (SCHÖN, 2000), professor intelectual (GIROUX,1997), professor autônomo (FREIRE, 2000; CONTRERAS, 2002). Com todas as especificidades que o uso de cada uma dessas categorias implica, foram buscando mudanças, procurando dar ao professor o direito de "dizer a própria palavra, cunhar nela sua marca pessoal e marcar-se a si e aos outros pela palavra dita, gritada, sonhada, grafada... Ser autor significa resgatar a possibilidade de 'ser humano', de agir coletivamente pelo que caracteriza e distingue os homens... Ser autor significa produzir com e para o outro" (KRAMER, 2002:83).

Dentre as universidades que buscaram outras possibilidades na formação de professores, destaco a experiência que vivi como professor no curso de Licenciatura em História da UNOESC/ UNOCHAPECÓ. O qual foi criado em 1989, estruturado procurando conciliar as disciplinas de conteúdo, com as de pesquisa e o ensino, objetivando formar o professor-pesquisador. Esta experiência de desenvolver pesquisa em um curso de Licenciatura é um diferencial que dá uma qualificação ao curso e aos profissionais dele originários.

Neste sentido, amplia-se a visão de produção de conhecimento fazendo conexões com a formação mais ampla de forma relacional. Assim, rompe-se com a dicotomia entre Cursos de Bacharelado – formadores de pesquisadores – e, Cursos de Licenciaturas para formar professores - esta dicotomização evidencia-se nas atuais propostas governamentais para a formação de professores. O que segundo Galzerani:

> *Tal argumentação, se bem analisada, pode revelar a construção de um clichê, de um estereótipo, de uma intolerância. De uma doença historicamente instituída! Clichê este produzido no interior das guerras de poder contemporâneas, situadas em grande parte das universidades brasileiras, o qual acaba por incorrer em práticas destrutivas em relação ao 'outro', ao diferente, no caso, à Licenciatura. Como se o domínio do campo da pesquisa fosse um atributo exclusivo da área do Bacharelado (História) e à Licenciatura (situada, muitas vezes, nas Faculdades de Educação) coubesse somente a sua 'aplicação', i.é, o ensino (sic!). Ou seja, a colocação em prática de tal esteriótipo, reproduz a tendência da racionalidade instrumental, aquela que hierarquiza os saberes, afirmando alguns e desqualificando outros! (2005:164).*

Para fugir do que geralmente se faz, ao pesquisar o tema formação de professores, em que os pesquisadores falam para ou sobre o professor, pretendo quebrar com esta perspectiva, fazendo com que os professores-depoentes deixem de ser apenas objetos de pesquisa e se coloquem como sujeitos, na inteireza do seu fazer-se.

Ao invés de trazer pesquisadores acadêmicos, para que, mais uma vez, falem "sobre" a importância, as contribuições, ou o papel da pesquisa na formação do professor, fiz a opção de trazer a voz[1] de alguns professores ex-alunos companheiros de diálogo, para que expressem como a pesquisa contribuiu e contribui para sua formação.

Fui tecendo o texto através do diálogo entre o meu olhar e o dos professores depoentes, pautando-me nos seguintes momentos: no do desenvolvimento da pesquisa e, posteriormente, durante os depoimentos.

Após a apresentação das pesquisas, retomei o diálogo realizado durante a gravação dos depoimentos, procurando visibilizar como os professores depoentes perceberam a pesquisa na Graduação e nas atividades escolares cotidianas.

A professora Dirce, juntamente com a colega Sandra, ao desenvolverem a pesquisa "Kaingang: história e memória", na apresentação evidenciam que:

> *A História do Oeste Catarinense é marcada pelo processo de colonização que vem confrontar índios, caboclos e brancos na disputa pela terra. (...) queremos enfatizar os Kaingang que hoje vivem em pequenos grupos nas favelas ou mesmo em pequenos Toldos, espoliados e descriminados pelos brancos – conseqüência deste processo - onde buscam sua sobrevivência em pequenas roças dentro dos próprios Toldos, ou nas ruas das cidades vendendo artesanatos, seus adornos como: arcos, flechas, anéis, pulseiras e suas cestarias. (...) E, para perceber estas práticas e o porquê do retorno ao antigo local fomos em busca de fontes escritas que pudessem nos oferecer informações, como: jornais da região, manuscritos do período da colonização, livretos produzidos na própria universidade, como cadernos do CEOM, livretos do CIMI, e outros trabalhos de pesquisa produzidos*

[1] - Não estou com isso pretendendo fazer o que se denominou "dar voz ao professor", pois parto do princípio que os professores das escolas sempre tiveram voz, porém, durante muito tempo não foram e não são ouvidos por setores acadêmicos que trabalham na perspectiva de falar sobre ou para os professores.

> *pelas turmas de acadêmicos anteriores, além de livros teóricos de autores que trabalham com a história sócio-cultural e memória (...) E a memória neste caso, tem sido um dos nossos principais objetos de estudo, pois encontramos várias dificuldades, no que se refere, aos registros e fontes escritas, por serem recentes e se referirem estes em sua maioria à história de luta e reconquista da terra. Apenas alguns autores se utilizam elementos que possam dar visibilidade à história sócio-cultural kaingang. Outra dificuldade vem a ser que as referencias bibliográficas além de escassas trazem no seu teor uma leitura "branca", sendo que estes grupos não têm registros próprios por descenderem de um povo sem escrita. (...) Ainda se faz necessário ressaltar que nos primeiros contatos com estes grupos enfrentamos uma certa resistência para fazer as entrevistas. As questões feitas por nós, anterior a resposta, murmuravam em seu idioma primeiramente com o cacique, para depois responder. Então percebemos que nem tudo pode ser revelado. (...) no primeiro capitulo desta pesquisa iremos abordar a relação da terra com o Kaingang, (...) No segundo capitulo apresentaremos as práticas culturais, aquelas que hereditariamente permanecem devido aos laços da memória, e continuam inseridas em seus costumes, não apenas como práticas do cotidiano, mas como forma de resistência e sobrevivência, tentando perpetuar seus valores (...).*

A professora Dirce em seu depoimento apontou-nos diferentes contribuições profissionais relativas à pesquisa, inclusive, como a pesquisa trouxe subsídios para que as demais professoras da Escola onde atua, entendessem aspectos da cultura do grupo indígena Kaingang, com a qual trabalhou. Vejamos como ela analisa a experiência de pesquisa que realizou:

> *Eu tenho usado muito minha pesquisa. Demais até. Eu acho que eu usei muito... Muito... Muito. A princípio eu usei no estágio. Depois, quando eu comecei a trabalhar a História de Santa Catarina, foi muito utilizada. Até pela questão cultural e tal, e os alunos têm muita curiosidade em saber como é a cultura desses índios hoje. (...) Então, até, pela questão de memória, a importância que a memória tem, não só para os índios. Eu consegui extrapolar, ir além da questão. Qual a importância dessa memória para a população? A reelaboração também eu fui utilizar lá do meu TCC, mas eu pude utilizar a reelaboração em outros momentos. Não só dos índios, mas a reelaboração também do europeu, a reelaboração desses próprios alunos. Por que hoje, eles não falam mais o alemão, o italiano, que seus pais trouxeram, que seus avós trouxeram. Por que eles não praticam mais algumas coisas que os pais tinham e, eles já não fazem mais. (...) Nas quintas séries também eu utilizei muito, porque aí você trabalha a História do Brasil, a colonização, a expropriação das terras, trabalha muito a questão indígena (...) Textos que eu utilizei no momento do estágio, que eu guardei. Eu consegui utilizar esses textos novamente. Cursos, na própria Escola até foi dado um momento para dar palestras para os professores, me chamaram para trabalhar o meu TCC com o grupo de professores de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª. Fui muito questionada, foi muito polemizado, houve várias situações que os professores colocaram, então, foi um outro momento que utilizei. E, constantemente estou mexendo nele, estou revendo.*

A professora Juscemara em seu Trabalho de Conclusão de Curso "Um Conflito Interétnico: Caboclos e Italianos em Coronel Freitas", foi buscar suas origens étnicas, através da pesquisa relativa ao município onde viveu até recentemente. Na pesquisa procurou investigar:

> *Qual foi o contexto histórico da ocupação do município de Coronel Freitas? (...)Objetivamos principalmente compreender o processo histórico que levou à expropriação ou exclusão dos luso-brasileiros em Coronel Freitas. (...) Propomo-nos a pensar nesta pesquisa sobre como ocorreu a colonização do município de Coronel Freitas. Quais caminhos sinuosos percorreram os desbravadores? Quem foram eles? A que grupo étnico pertenciam? Quais os objetivos que os levavam a enfrentar tantas dificuldades? O que os impulsionava? Além de outras análises que nos levam a uma profunda reflexão sobre o tema. (...) Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa histórica de cunho qualitativo, que poderemos enquadrar nas perspectivas atuais dos conflitos interétnicos, delimitando para caboclos e italianos. (...) partimos da pesquisa bibliográfica, fomos em seguida para a pesquisa documental e, para melhor investigação do município de Coronel Freitas, (...) entrevistamos doze pessoas na faixa etária de 60 a 90 anos, entre estes entrevistados temos sete italianos e cinco luso-brasileiros. Cabe aqui ressalvar as dificuldades que tivemos para realizar esta pesquisa. Dificuldades essas que vão desde as condições financeiras, até as distâncias entre as duas acadêmicas (35 km) e a disponibilidade de tempo, que, aliás, é muito pouco tendo em vista que nós duas trabalhamos três turnos (matutino, vespertino e noturno). (...) Para melhor localizarmos cronologicamente o período desta ocupação, a pesquisa vai de 1925 a 1950. Ou seja, a partir da vinda aproximada dos primeiros caboclos à região e 1950, ano em que os espaços e as regras de convivência já se tinham definido. O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro abordamos a questão dos limites do município, fazendo um mapeamento da extensão do mesmo. Temos também nesse capítulo algumas considerações mais gerais sobre a colonização do Oeste de Santa Catarina e, por extensão, o município de Coronel Freitas com um breve histórico sócio-econômico do mesmo. No segundo capítulo damos ênfase à vida e aos costumes dos caboclos. (...) No terceiro capítulo, buscamos analisar como se configuraram o processo de colonização a partir dos italianos, sua vida, costumes e dificuldades. Faremos uma reflexão crítica sobre a compra de terras pelos italianos, assim como da Colonizadora Bertaso, que teria efetuado a demarcação e a venda dessas terras (...).*

A pesquisa das professoras possibilitou a identificação da origem de muitas das angústias vivenciadas por alunos seus que são filhos ou netos de pessoas que foram sujeitos de sua pesquisa. A professora nos falou das contribuições desta pesquisa para seu trabalho, como professora de História:

> *A minha pesquisa me ajudou bastante, porque, eu tive um entendimento de que, essas diferenças de costume, de cultura é que fazem com que os dois, por exemplo, o italiano e o caboclo eles não se entendam. Na minha pesquisa sobre o caboclo e o italiano, eu fiz entrevistas com caboclos que me colocaram o seguinte: 'hoje o caboclo na sociedade, ele se vê pra viver'. Foi assim que me colocaram, 'se vendo pra viver'. Para sobreviver hoje no meio dos europeus. Teve caboclo que me colocou isso. Então, eu aprendi muito com essa pesquisa. E hoje os textos que eu trabalho dessa pesquisa, eu trabalho na História Regional com os alunos, primeiro eu coloco para eles: vão, entrevistem um caboclo, entrevistem seus próprios pais que são italianos e perguntem para eles como eles viam o caboclo na época que eles chegaram aqui. Então, perguntem para os pais como eles viam o caboclo e como eles vêem o caboclo hoje. Então, isso ajuda muito o aluno trazer para sala de aula depoimento de pais colocando para nós a realidade mesmo. A afirmação dos fatos, que a gente tirou dessa pesquisa, através dessas entrevistas. (...) Contribuiu também no sentido que eu trabalho muito, assim, no começo eu digo para eles trazerem as suas certidões de nascimento, de casamento para ver quem foram seus avós. Como eles percebem que os seus avós eram da Silva, ou eram Ribeiro. Com esses sobrenomes eles começam a se perguntar: -Então, porque que o meu pai é Matielo, Martineli ou Marteli. Então, sumiu o bisavô ou meu avô era da Silva é a questão que se discute muito em sala de aula, a gente até faz aqueles*

> *provérbios que eles colocam lá: 'o meu pai diz, assim, professora, de um caboclo: o negro quando ele está indo devagarinho, ele é vadio. Quando está correndo é porque está correndo da polícia'. Então, eles começam a brigar, a se questionar se o próprio bisavô deles tinha o sobrenome de caboclo, ou de índio. Eu acho que mexe um pouquinho com as raízes, eles se identificam ali mesmo, nessas investigações.*

Ao trabalhar numa perspectiva que considere os professores como sujeitos do processo de seu fazer-se - o que bem evidenciaram as falas de meus companheiros de caminhada - estaremos possibilitando aos professores que retomem novamente em suas mãos parte significativa de seu fazer. Este retomar do fazer, em suas mãos, evidenciou-se em vários momentos das falas de nossos depoentes, especialmente quando foram apontadas experiências nas quais assumiram o papel de autores, rompendo, assim, com as imposições das culturas escolares, impregnadas no modo de fazer educação.

A perspectiva de trabalhar com a dimensão do fazer-se professor, possibilitou-me perceber como é possível ir além do ensinar História, produzindo conhecimentos e integrando outros sujeitos ao processo educacional, tais como pais, avós e uma comunidade mais ampla. Comunidade esta que mesmo sem envolvimento direto com as Escolas, com as crianças ou jovens em idade escolar participam, contribuem ao irem até as Escolas ou assistirem atividades desenvolvidas a partir das aulas de História como apresentaram os professores depoentes ao narrarem suas experiências registraram também a interação com estes outros sujeitos, na produção dos saberes históricos escolares.

Para concluir, sem encerrar as discussões neste item, trouxe algumas evidências que me acompanham há algum tempo e que as vejo reforçadas com a leitura de Kincheloe, quando nos diz que "Com a desqualificação dos professores, estes perderam cada vez mais autonomia. Eles acabaram se acostumando com a perda de autonomia e passaram a afirmar que eram incapazes de autodireção" (1997:18). Numa perspectiva contrária a essa ao pensar a partir da pesquisa historiográfica e/ou educacional, enfatizo que tal experiência possibilita: "conferir ao professor um poderoso veículo para o exercício de uma atividade criativa e crítica, ao mesmo tempo questionando e propondo soluções para os problemas vindos do interior da escola e de fora dela" (LÜDKE, 2003).

Referências bibliográficas

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas vol. 1).

CONTRERAS, J. **A Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 14ª ed, 2000.

GALZERANI, Maria C. B. Políticas Públicas e Ensino de História. In: NETO, José M. A. (Org.). **VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História.** Londrina: AtritoArt, 2005, p.157-167.

GIROUX, H. A. **Os Professores Como Intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 1997.

KRAMER, S. **Por Entre as Pedras**: arma e sonho na escola. São Paulo: Ática, 3ª ed, 2002.

KINCHELOE, J. L**. A Formação do Professor Como Compromisso Político:** mapeando o pós-moderno.Porto Alegre: ARTMED, 1997**.**

LÜDKE, M. (Coord.). **O Professor e a Pesquisa**. Campinas: Papirus, 2ª ed, 2003.

SCHÖN, D. A. Educando **O Profissional Reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

ZEICHNER, K. M.; PEREIRA, J. E. D. (Orgs.). **A Pesquisa Na Formação e No Trabalho Docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os integralistas: suas organizações e atuação no Rio de Janeiro (1938-1947)

Gustavo Felipe Miranda*

Resumo: O que me proponho a investigar neste texto é fundamentalmente o papel desempenhado pelos integralistas no cenário político do Rio de Janeiro durante os primeiros anos do Estado Novo tendo como base uma organização fundada por integralistas denominada Cruzada Juvenil da Boa Imprensa.
Palavras Chave: Integralismo - Estado Novo - nacionalismo.

Abstract: What I consider to investigate in this text an organization established for in this text is basically the role played for integralistas in the scene politics of Rio de Janeiro during the first years of the New State having as base an organization established for integralistas called Crossed Youthful of The Good Press.
Keywords: Integralismo - New State - nationalism

No ano de 1940 inicia as suas atividades a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, seu idealizador e principal dirigente Jaime Ferreira da Silva era um ex-oficial do Exército que havia se reformado após um acidente de serviço. Seu primeiro endereço é a Rua do Ouvidor n° 27, no centro da cidade do Rio de Janeiro, local que já funcionava a revista infantil Rataplan, por um breve espaço de tempo elas dividirão a mesma sede.

Não era uma simples coincidência o fato de ambas as organizações estarem instaladas no mesmo endereço, ambas tinham como público principal o jovem. Os organizadores da Revista Rataplan como os da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa se entendiam como salvadores da leitura da criança brasileira, por que como colocara o Gal. Pedro Cavalcanti, sócio benemérito da CJBI, "as leituras que ora estão apresentadas aos menores pelos suplementos dos nossos jornais e outras revistas atuais, deseducam em vez de educar as crianças". (Pasta: 7, Série: integralismo, APERJ)

Jaime Ferreira da Silva, segundo os relatórios da polícia política do Estado Novo, era membro da, neste momento extinta, Ação Integralista Brasileira. Havia atuado na imprensa integralista no jornal "A Offensiva", mas apesar disso seu nome não figura entre os membros da Câmara dos 40, nem na composição da Câmara dos 400, o que não o coloca entre os integralistas mais graduados, pelo menos na época de funcionamento da AIB. Parece ser justamente durante o período de proibição do funcionamento da doutrina que Ferreira da Silva se apresentará com maior proeminência chegando a ser eleito vereador para a Câmara

* Mestrando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

do Distrito Federal em 1946. A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, a Revista Rataplan e o próprio Jaime Ferreira da Silva são elementos importantes para a análise que faço sobre o movimento integralista durante o Estado Novo e primeiros anos do governo de Eurico Gaspar Dutra.

Com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o governo Vargas ampliava ainda mais a face ditatorial de seu regime, para os integralistas o trágico era que o tão aguardado sonho de participação no governo, desde o início do Estado Novo, começa a se transformar num pesadelo que culmina com duas tentativas frustradas de golpe e a posterior perseguição empreendida pela Polícia Política estadonovista. É deste ponto em diante que pretendo pensar o integralismo tendo como norte a seguinte problemática: de que maneiras os integralistas se articularam e participaram da cena política do Rio de Janeiro durante o Estado Novo e primeiros anos do Governo de Dutra?

Desde já, é importante considerar que parto da hipótese que o período em questão apresenta uma peculiaridade, caracteriza-se por momentos desfavoráveis, em graus diversos, para apresentação do integralismo a sociedade tanto carioca quanto brasileira. A principio dividirei a atuação dos integralistas no Rio de Janeiro pós 1938 em três momentos: a fundação de organizações de diversos tipos, clubes de futebol, blocos carnavalescos, associações de ajuda mútua, organizações ligadas à educação (CJBI) e outros, num segundo momento, a proibição dessas organizações, aumento da repressão, acusação de traidores e informantes de nazistas, mas exatamente o período que compreende a entrada do Brasil na Segunda Guerra até a queda do Estado Novo e por último o período que compreende o fim do governo Vargas até o cancelamento do registro partidário do PCB, período esse marcado pela atuação parlamentar de Jaime Ferreira da Silva.

Face aos três momentos, a título deste simpósio, darei um destaque maior ao primeiro.

O Integralismo reorganizado?

Em 6 de Outubro de 1940 foi realizado o primeiro evento sob patrocínio da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, essa solenidade marca o início de uma série de semelhantes festas, onde a partir de então, irão se reunir parte dos integralistas do Rio de Janeiro.

Este evento tinha uma grande importância para a CJBI, principalmente porque a apresentava para a capital federal. Além disso, não por acaso, não deixava passar em branco a

antiga festividade integralistas "Noite dos Tambores Silenciosos". Deste modo, dada à importância do evento, "os membros da diretoria da CJBI expediram convites ao Chefe de governo, aos Ministros de Estado, ao chefe de polícia e as altas autoridades". (Dossiê 03/10/1940. Pasta 7, série: integralismo, APERJ)

A presença de dossiês referentes a organizações taxadas de integralistas, anteriores a CJBI, nos permite concluir que esta última, já nasceu sendo investigada. Desde o inicio de suas atividades a polícia política do Estado Novo relacionava tal organização a Ação Integralista Brasileira, os principais fatores que faziam esses investigadores caminharem para este entendimento eram: os dirigentes, em sua maioria militantes da AIB, os sócios da organização também, em grande parte, ex-integralistas e as suas práticas.

É importante ressaltar que o contato com as fontes nos conduziu a considerar a Cruzada Juvenil como a organização que mais congregou elementos integralistas, por isso a opção por privilegiar, neste primeiro momento, a sua atuação frente às demais organizações.

Segundo o Delegado Especial Felisberto Batista:

> *A fim de dar mais incremento a propaganda partidária e criar um organismo de direção, que disfarçadamente, representasse o partido e como tal pudesse surgir a qualquer momento, foi crêada a Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, dirigida pelo capitão reformado, Jaime Ferreira da Silva, auxiliado por um numeroso número de companheiros. (...)*
> *A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa é, pois, a mais alta expressão política do integralismo, aqui no Rio. É uma espécie de Estado Maior partidário órgão consultivo e executivo do chefe provincial Raimundo Padilha que, por intermédio do Cap. Jaime Ferreira, maneja a massa integralista aderente e a mantém unida e obediente.* (Pasta 7, série: integralismo, APERJ)

O texto do Cap. Felisberto Batista não titubeia em apresentar a CJBI como a mais alta expressão política do integralismo do Rio de Janeiro, mesmo tendo ela pouquíssimo tempo de operação. Também relaciona a Cruzada com a hierarquia integralista, ligando o suposto chefe provincial Raimundo Padilha a esta organização. Por último, opina sobre o integralismo ao dizer que "a massa integralista" continua "unida e obediente".

Com o objetivo voltado para a análise da intervenção integralista no Rio de Janeiro, problematizarei a versão contida nesse relatório policial contrapondo este a três documentos escritos por Plínio Salgado nos primeiros anos do Estado Novo, são eles: o Manifesto de Maio de 1939, uma carta a Raimundo Padilha de Agosto de 1940 e o Manifesto de Setembro de 1941. Com tais documentos entendo que haverá a possibilidade de se perceber a posição política de Plínio Salgado e com isso delimitar erros e acertos da versão policial.

O manifesto de Maio é o documento em que Plínio Salgado se despede de seus companheiros no momento de partir para Portugal, tem como fim traçar alguns termos para a atuação dos integralistas. Neste ínterim, chamava a atenção para alguns ensinamentos e em face da situação do integralismo naquele momento, julgava oportuno orientar todos aqueles comungavam tais ideais. Deste modo colocava: "recomendo-lhes na hora presente, que se abstenham de quaisquer agitações subversivas e de manifestações de caráter político, perturbadoras da ordem pública". (CARONE, 1976: 462-465)

Não só a situação do integralismo incitava a escrita do Manifesto, a situação mundial também dava motivos para a sua escrita, pois "o panorama sombrio do mundo exige que todos os brasileiros se unam no terreno comum do amor a pátria". Portanto, em sua versão, era necessário uma união de forças políticas brasileiras para o bem da nação.

O combate ao comunismo não poderia deixar de ser citado neste documento, que objetivava montar "uma barreira de vontades esclarecidas a ameaça bolchevista". Por isso, frente a essas duas questões de ordem política, o panorama mundial e a ameaça bolchevista, Plínio Salgado chama a atenção para a responsabilidade histórica que tem os integralistas: "Se (...) promovemos agitações, corremos o risco de sermos acusados, no futuro, como responsáveis pela desunião dos brasileiros, ou como empecilho àqueles que (...) queiram firmar na unidade espiritual da pátria a sustentação do nosso prestígio externo e da soberania nacional". (CARONE, 1976: 462-465)

O trecho acima é o argumento que o chefe integralista se utiliza para pedir apoio ao Governo de Getúlio Vargas. No desenrolar do texto indaga: "Qual a orientação, pois, que vos recomendo? A orientação da paz, da ordem, da abstenção de quaisquer agitações". Neste sentido o perfil do integralista deve ser "vivo e ativo, pacífico e trabalhador, ordeiro e vigilante, calmo e disperto, para tudo dar ao Brasil quando ele vos pedir." No final do texto, mais uma vez, faz uma conclamação: "uni-vos brasileiros, respeitando as autoridades constituídas e não perturbando, de forma alguma, a ordem pública." Deste modo, o que podemos observar é que Plínio Salgado orienta os integralistas não só a colaborarem com o chefe da nação, mais que isso, orienta a obediência aos poderes constituídos. (CARONE, 1976: 462-465)

Raimundo Padilha, segundo Edgard Carone, é quem recebe as instruções provindas de Plínio Salgado, quando este se encontra no exílio. Levando em consideração tal afirmação, busco numa dessas correspondências endereçadas a Padilha, alguns pontos que me indiquem a posição política do chefe integralista. A carta que analisarei é datada de 20 de

Agosto de 1940, seu conteúdo versa sobre algumas resoluções tiradas depois da visita do Gal. Francisco José Pinto, Chefe de Gabinete de Getúlio Vargas, à Plínio Salgado em Lisboa.

Segundo o Chefe integralista, a missão do General Pinto era propor uma cooperação dos integralistas para com o governo do Estado Novo: "respondi-lhe que estava disposto a tomar parte no governo do Brasil, dentro dos meus pontos de vista já manifestados em 1937, 1938 e 1939." O líder integralista aceita a proposta feita pelo representante do Estado Novo e por conseguinte dá a Gustavo Barroso o poder de conduzir as negociações. É importante se levar em consideração que Salgado reescreve todo processo histórico desde o golpe de novembro de 1937 para justificar seu ato. Como expõe o chefe integralista, não houve interferência sua neste golpe: "limitei-me a não me envolver, desde que o presidente nos garantisse que não teríamos uma ditadura do tipo nazista, mas uma democracia orgânica de fundamento cristão". Frente a isso, coloca Salgado "esse direito foi-nos negado" e houve a supressão completa de todas as liberdades do país". Apesar desse grande retrocesso para o integralismo, o oferecimento da pasta da educação a ele "demonstraram e demonstrarão (...) nunca nos considerou elementos perniciosos". Neste trecho, poupa-se a figura de Vargas do acontecido ao integralismo e dimensiona-se o convite a pasta da educação como o "maior documento a nosso favor." Entretanto, "o fato é que eu não podia aceitar o convite, pois não concordava com o sistema do Estado Novo." Apesar de "muitos temas de sua propaganda fossem bebidos em nossa própria doutrina e algumas idéias bem nossa." (SALGADO, 1955: 155-158)

Todo o discurso de Plínio Salgado em carta ao seu mais próximo correligionário tem um tom de colaboração. Apesar de falar o tempo todo em início das negociações com o Estado Novo, o que se verifica é uma atitude colaboracionista, aproximando-se muito do manifesto de 1939. Porém, esta carta se torna mais importante para se entender o posicionamento político de Plínio Salgado, pois diferentemente do manifesto, aberto não aos integralistas mas também para a população em geral, a carta é um documento entre particulares, que exprime privilegiadamente a ordenação do pensamento do chefe do integralismo. Sendo assim, pode-se dizer que estes documentos convergem para o entendimento de que Plínio optou por colaborar com o governo estadonovista.

"Integralistas", mais uma vez o chefe voltava a se manifestar, o discurso era muito próximo daquele apresentado em maio de 1939 e o contido na carta a Raimundo Padilha: apoio incondicional ao governo constituído. A ligação de ambos os manifestos é feita pelo próprio Plínio Salgado, que discorre um resumo e faz citações de temas contidos no último manifesto.

A justificativa do texto, mais uma vez, é a união dos brasileiros, é por causa disso que Plínio Salgado diz escrever aos integralistas. No decorrer do manifesto ele explica como se daria essa união de brasileiros pelo bem do Brasil:

> *Esta forma consiste em darmos o nosso integral apoio ao atual governo do Brasil, em tudo o que ele houver de empenhar para defender a intengibilidade da nossa soberania e independência, para salvaguardar a família brasileira contra o comunismo e todos os fatores dissolventes da nacionalidade. (CPDOC, Manifesto de Setembro, 07/09/1941)*

Mas a argumentação de Salgado para o apoio a Getúlio não só se restringe a conjuntura mundial, na sua leitura "os fundamentos ideológicos da doutrina integralista são os mesmos que inspiraram a constituição de 10 de Novembro."Com a continuação do texto o apoio ao regime se torna mais evidente, "nada nos impede de apoiar o atual regimem no Brasil", ou mais que isso, "moralmente nos sentimos levados a tal atitude". Encerra o manifesto propondo. "Quais os atos de caráter político que devem os integralistas praticar? Respondo que nenhum, de própria iniciativa, pois sendo a doutrina que inspira o governo a mesma que nos inspira (...) será supérflua (...) toda ação isolada de caráter político". (CPDOC, Manifesto de Setembro, 07/09/1941)

Aparentemente os integralistas são orientados a não tomar atitudes políticas, só que num último suspiro o chefe se contradiz, o que a princípio seria uma abstenção do processo político, passa a ser apoio incondicional a Getúlio Vargas, confirmando tal suposição ele indaga: "Como se traduzirá, então, a utilidade de nosso apoio?"

> *Traduzir-se-á no cumprimento dos nossos deveres de cidadãos respeitadores das leis e das autoridades: nas práticas das virtudes cívicas e particulares (...) no culto da história e dos símbolos da pátria (...) e, finalmente, se traduzirá na sinceridade absoluta e no mais luminoso cavalheirismo e lealismo[2] com que vos portareis, perante o governo brasileiro, a quem dais o nosso apoio nesta hora grave do mundo. (CPDOC, Manifesto de Setembro, 07/09/1941)*

Entendo que no período de 1939 a 1941 as posições de Salgado não sofreram muitas modificações, a grande diferença é que nos dois primeiros documentos, o apoio a Getúlio Vargas é passado de forma superficial, e em fase de negociação. O mesmo não ocorre com o manifesto de setembro de 1941, onde o chefe integralista é incisivo e decidido ao dedicar seu apoio a Vargas. Mas de qualquer forma, o apoio ao chefe da nação permeia os três documentos. Portanto, pode-se concluir que o chefe integralista não buscava um enfrentamento com Getúlio Vargas, ele preferia a negociação, isso transparecerá com o

[2] Grifos do autor.

passar dos anos, na medida que seu prestigio político começa a declinar e o fortalecimento de Getúlio no poder se vê aumentado, o chefe integralista é obrigado a apóia-lo.

Dessa forma, retornando ao tema intervenção dos integralistas no cenário político do Rio de Janeiro durante o Estado Novo e mais exatamente a questão fundamental deste texto, o papel desempenhado pela Cruzada Juvenil da Boa Imprensa privilegiadamente apresentada pelo relatório policial, o confronto das fontes nos levou a concluir que: apesar de serem válidos os argumentos que ligam a CJBI ao integralismo, a interpretação policial tem problemas.

Ela relaciona a fundação da CJBI a uma ordem de Salgado, com isso não leva em consideração que o chefe, apesar de seu poder, não detinha o controle dos sentimentos e aspirações de seus antigos partidários, e que esses integralistas poderiam em algum momento se organizar a revelia do chefe. Os documentos não se referem a ter vindo de Plínio Salgado a ordem para abrir a CJBI, de qualquer forma os manifestos deixam entendido que não era um bom momento para o integralismo voltar a sua atividade e que melhor seria o apoio a Getúlio. Essa constatação vai de encontro a versão da polícia que entende que a fundação da CJBI foi projetada por Salgado.

A Cruzada Juvenil da Boa Imprensa não se apresentou como uma organização simplesmente nacionalista desinteressada da atuação política, foi uma entidade que procurou reorganizar e reorganizou parte dos integralistas da capital, também objetivava promover eventos que reunissem integralistas e os promoveu, contudo não reorganizou o Integralismo (doutrina e organização partidária), pois este último ainda estava ligado a Plínio Salgado que continuava a ser o seu grande porta-voz.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução:** O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no pós-guerra:** a formação do PRP (1945-1950)**.** Por Alegre, Edipucrs, 2001, "Coleção História: 39".

CARONE, Edgard. **O Estado Novo: 1937 – 1945**. São Paulo, Difel, 1976. Coleção "Corpo e Alma do Brasil".

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado:** forma da regressividade no capitalismo hiper tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*. In: **Ideologia e Mobilização Popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FENELON, Déa. *O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo*? In: **Revista História e Perspectiva**. Uberlândia, Jan-Jun 1992.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Maria Elisa W.. **Integralismo e Estado Novo: confronto e assimilação na educação.** 1999 UERJ, Disssertação de (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SALGADO, Plínio. **Integralismo Perante a Nação**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S. A., 1955.

THOMPSON, Edward P.. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A tripartição de um projeto de modernidade: a democracia segundo Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort

Lidiane Soares Rodrigues *

Resumo

Esta apresentação consiste nos esboços iniciais de uma pesquisa de doutorado dedicada ao estudo comparativo das concepções de democracia que figuram, no final dos anos setenta, nas obras de três intelectuais brasileiros: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Correa Weffort. Oriundos de uma mesma célula mater, a Universidade de São Paulo em seu áureo período de formação, esses sociólogos partilham preocupações similares: a questão da modernidade e da democracia no Brasil. Contudo, especialmente durante os anos da ditadura, o equacionamento dessa problemática toma rumos – teóricos e políticos – distintos em cada um dos autores. Ganha relevo, nesse processo, a imbricação entre aspectos que inflexionam suas trajetórias e reflexões – sua elaboração sociológica acerca da modernidade nacional, sua concepção do papel da intelectualidade e seus vínculos e rupturas com a instituição universitária. Esses fatores nos orientam na pretensão de colocar em tela o diálogo entre os autores e analisar a diferenciação de seus posicionamentos, à luz do núcleo de questões definidoras da "escola paulista de sociologia" e dos desafios que a singular modernidade brasileira e as vicissitudes do final da ditadura lhe colocam.

Palavras-chave: Intelectuais, Escola Paulista de Sociologia, Democracia.

Dois fenômenos sem precedentes na história brasileira podem ser localizados no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Pela primeira vez ocorre um movimento de intelectuais em massa para a esfera da política partidária. E, ineditamente, o debate político está centralizado em torno das concepções de democracia.

Indubitavelmente, os intelectuais, antes disso, já haviam participado e travado debates de teor político, e mesmo participado de governos, ocupando inúmeros cargos. A tirar pela história republicana, poderia ser destacada a participação de vários deles no governo

* Doutoranda do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Vargas; retrocedendo no tempo, nos veríamos diante dos bacharéis debatendo as questões do Império que mais lhe convocaram voz: a abolição da escravatura, o modelo republicano.

Outrossim, não se pode supor que democracia fosse tema inédito em nossa "cultura política". Decerto não encontramos muitos intelectuais inclinados a seu elogio, contudo, ela é tomada em consideração: por vezes, associada ao "liberalismo oligárquico", por vezes à desagregação social e ao individualismo. E, ainda que no pós-1945, escutem-se vozes dispostas a proclamar outra imagem dela, são logo marginalizadas, não encontram interlocutores dispostos a levar a cabo a tarefa. (PÉCAUT, 1990: p. 192)

Para esmiuçar as razões dessa singularidade, seria necessário um trabalho de fôlego que tomasse por objeto a dinâmica de nossa vida intelectual e política republicana. No que tange a centralidade do tema da democracia, seria insuficiente afirmar que ela se desse por suceder ao regime ditatorial, visto que a experiência do governo autoritário não era inédita. No que tange aos intelectuais, é possível se pensar que é um momento em que a defesa das liberdades da profissão coincide com a necessidade de eliminação de um regime que cerceia a especificidade de seu *métier*. Contudo, isso também não seria inédito, e novamente o contexto de 1945 serve para ilustrar o caso, com a mobilização de escritores e intelectuais pelo fim da ditadura Vargas, no Congresso Brasileiro de Escritores. Como se vê, seria necessário encontrar a singularidade da instituição política e da instituição intelectual que naquele momento permitiram que aflorasse tal ineditismo histórico.

Esse não é nosso objetivo. Nossa proposta é:

> *colocar em relevo o debate em torno do conceito de democracia, tendo por eixo o movimento geral identificado no interior do campo oposicionista ao regime militar de desconstrução e crítica da cultura política característica do período 1950-1964.*

O enraizamento histórico desse esforço é conhecido. Para a "nova esquerda" intelectual era necessária a reflexão sobre os equívocos das estratégias da esquerda que havia sido derrotada pelo golpe militar em 1964. De qualquer ângulo de observação –nas diversas instâncias, sob diversas formas –um dos traços definidores da reflexão intelectual à esquerda é a crítica para a compreensão de sua derrota; e, através dela, a criação de um novo modelo de atuação. Das "interpretações do Brasil" que ancoravam as lutas políticas, ao modelo de produção cultural, até o papel político da própria cultura – tudo é objeto de crítica.

No interior desse movimento se constitui uma outra cultura política, que, gestada no período militar e atravessada pelas incertezas, políticas, econômicas e sociais que o caracterizam ganhará paulatinamente expressão político institucional na segunda metade da

década de setenta, e desemboca em 1979, com o fim do bipartidarismo, no adensamento dos vínculos entre intelectuais e política partidária –de que dá testemunho tanto o Partido dos Trabalhadores quando o (P)MDB de então – sendo um bom referencial para isso, o ano de 1974, e a vitória expressiva do MDB, que conta nesta companha com a colaboração de intelectuais do Cebrap para a elaboração do "Manual da campanha de 1974".

Os expoentes disso que passamos a chamar de *cultura política nacional-popular*, característica dos anos cinqüenta e sessenta, seriam a Cepal (Comissão de Estudos para América Latina), o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e um de seus braços culturais, o Centro Popular de Cultura (CPC), e à sua maneira, a comunidade acadêmica nucleada na cadeira de Sociologia I, da Universidade de São Paulo (USP).

É extremamente difícil, quiçá, inviável, a apresentação do que no final dos anos setenta e início dos oitenta se vulgariza sob o epíteto de *cultura política nacional-popular*, *sem que se o faça tomando por correta a caracterização que seus próprios críticos elaboraram*. Por isso, optamos apenas por "localizá-la" em instituições que a protagonizaram, destacando as teses centrais que serão tópicos desse movimento de crítica, assumindo, deliberadamente o descompromisso com sua caracterização mais sistemática. (Não é a toa que muitos dos trabalhos sobre a cultura nacional-popular, "nacional-desenvolvimentista", entre outros epítetos possíveis, foram produzidas nos anos setenta e oitenta. Um exemplo básico é o trabalho de Caio Navarro de Toledo: *ISEB: fábrica de ideologias.* São Paulo: Ática, 1978.) Estabelecer esta distinção vem a ser passo relevante na medida em que se observa na bibliografia dedicada ao assunto uma tendência a tomar a crítica dos anos setenta e oitenta aos anos cinqüenta e sessenta, aqui considerado enquanto *objeto a ser analisado*, como se ela mesma fosse a referência historiográfica para o exame do nacional-popular. Esse procedimento impede que se observe que as negativas dirigidas nos setenta e oitenta aos cinqüenta e sessenta atendem à urgência da "nova esquerda", em delinear sua fisionomia diferenciando-se daquela esquerda, tida como equivocada, porque derrotada.

Marcar, portanto esse mecanismo da bibliografia vem a ser para nós imperioso, na medida em que nosso objetivo é a retomada desse movimento crítico e negativo em relação ao passado que preside a dinâmica do debate centrado nas noções de democracia. Uma vez tomado este posicionamento analítico seria pueril uma apresentação das teses daquelas instituições, senão através das críticas que sofrerão.

Transcenderia, entretanto, ao escopo do trabalho, a apresentação de tal crítica em suas múltiplas manifestações. Em termos das distintas instâncias da produção cultural –o

espectro é vasto: teatro, música, artes plásticas, educadores, jornalistas, cientistas sociais. Em termos de meios de comunicação com a chamada cidadania ilustrada, uma miríade que vai do jornalismo alternativo, como Opinião e Movimento; dos espaços no jornalismo comercial, como a *Folha de São Paulo* (FSP), *Senhor*, *Isto É*; das instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); até instâncias mais afeitas à dinâmica acadêmica como os "mesões" do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) ou a Pontifícia Universidade Católica (PUC).

No interior desse caldo cultural, é possível, contudo, focalizar, um núcleo intelectual historicamente vinculado à crítica da cultura nacional-popular, que goza de protagonismo intelectual no cenário nacional e estabelece os termos básicos da discussão acerca da democracia nos anos da distensão do regime militar.

Nesse período assiste-se ao definitivo deslocamento do eixo da vida intelectual do país, do Rio de Janeiro para São Paulo. A parcela mais prestigiada daquela comunidade acadêmica que já nos anos cinqüenta travava debate com os cariocas em torno do estatuto definidor do científico e do papel da ciência no cenário nacional vive a experiência da aposentadoria compulsória em 1969 e se abriga para a manutenção de sua vida intelectual no CEBRAP, tendo como mentor intelectual desta proposta Fernando Henrique Cardoso.

Desse núcleo –participando já de sua fundação, imediatamente após as aposentadorias, aderindo posteriormente ao grupo ou estando em seu raio de influência, que não pode ser desconsiderado em razão do prestígio de que desfrutam seus intelectuais entre o público universitário –emergiriam protagonistas intelectuais do que viriam a ser os partidos oposicionistas já no contexto de pluripartidarismo, após 1979: o próprio Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Marilena Chauí, Paul Singer, Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Bolivar Lamounier, entre outros.

Esse núcleo, vinculado historicamente à mítica Maria Antonia, ao longo dos anos setenta viverá, no compasso das incertezas do regime, o desdobramento da política em sua própria atividade intelectual. O período de maior isolamento, entre 1969-1974; a abertura à atuação pública através da imprensa alternativa, especialmente em *Opinião*, a partir de 1973; a aproximação com o MDB a partir de 1974, intensificado pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso em 1978; são anos nos quais é possível verificar um processo de diferenciação no que toca a produção teórica, em relação com os desafios históricos postos por esses eventos.

Se até 1975, as divergências teóricas não se manifestavam senão enquanto debate intelectual, ainda que tivesse seu teor político, a partir de então, ela toma a dimensão

institucional propriamente dita. Como é consenso na bibliografia especializada, conforme o processo de distensão política se desenvolve, as diferenças tendem a aflorar. É o que se verifica na cisão do grupo em 1975, com a saída de Lamounier; e em 1976, com a saída de Weffort. O primeiro organizará o IDESP enquanto o segundo, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Ambos têm suas preocupações voltadas para um âmbito que diverge daquele então nucleado no CEBRAP e figurado exemplarmente nos estudos de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, é para dar respostas aos problemas colocados pela nova conjuntura política, e pela aproximação que já se faz visível entre os intelectuais e a vida partidária que se mobilizam nesses Centros.

Nem todos os intelectuais aposentados compulsoriamente contudo se abrigaram nos nichos oposicionsitas que se observa no percurso do grupo do CEBRAP. Florestan Fernandes não participa do Centro, e Octávio Ianni hesitaria em participar, aderindo ao grupo um ano depois da fundação e figurando como um dos primeiros a sair da formação original já no início dos anos setenta. Ambos recusavam a proposta de um Centro que se propusesse a manter a ambiência intelectual da Maria Antonia através do financiamento do capital privado (Fundação Ford, inicialmente). Destaque-se a singularidade dessas posições, sem a perda de seus vínculos históricos: ainda que não participem do núcleo Cebrap, estão no interior da tradição daquela comunidade acadêmica paulista, e desenvolvem também suas críticas à cultura política do nacional-popular.

Como se vê, aqui destacamos apenas as figuras de mais prestígio do cenário paulista. Poderíamos, sem prejuízo ao nível desse capital simbólico incluir também o grupo em torno de Carlos Nelson Coutinho que, por outras vias teóricas empreenderá a seu modo a crítica a essa mesma cultura. O espectro, tomando em conta intelectuais de prestígio acadêmico se estenderia ainda mais, considerássemos outros nichos.

Contudo, nossa mira não será a panorâmica de sobrevôo que vê a floresta densa sem apreciar as árvores; o caminho aqui objetiva as bifurcações, obstáculos e dificuldades da travessia entre as árvores, com a *intenção de verificar, através da contraposição das diferentes concepções de democracia que se configuram nesses anos, as possibilidades, limites e impasses, abertos pela crítica ao passado, em seus desdobramentos políticos*. É sabido que a crítica à cultura do nacional popular ao longo da ditadura militar passa por diversas transformações, sendo possível encontrar muitos deslocamentos de ênfases, temática e desdobramentos políticos. Contudo, ao aproximar-se do processo que eliminaria os militares do poder executivo, a imbricação dos problemas torna-se mais complexa. Se critica-se a aliança de classes feita pelos comunistas no passado, deve-se responder por outro lado, como

organizar uma "autêntica" luta de classes considerando a modernização da sociedade e sua conseqüente diversificação setorial, mais o inchaço das classes médias. Se critica-se o modelo de tutela do populismo –acusação de que não escapa a esquerda –também deve-se resolver como "despertar" a autonomia dos debaixo sem apelar nem ao modelo vanguardista da esquerda, nem ao tutelar da direita. Estas, algumas das problemáticas que já indicam a diversidade de *possibilidades*, *limites* e *impasses* com os quais terá de lidar essa crítica. E, cabe perguntar, rompe com tudo o que pretende a crítica? Ou também a idéia segundo a qual essa movimentação inédita e sem precedentes é resquício de uma *representação elaborada pelos agentes sobre eles mesmos* e sobre a qual a bibliografia, que tem nesses mesmos agentes seu centro referencial, opera sem o devido cuidado. Será possível à bibliografia, que se encontra sob tal irradiação, encontrar a dinâmica complexa da continuidade e da ruptura da cultura política, tomando por certo que de fato se trata de um contexto de ruptura com a cultura do nacional-popular. (ALMEIDA, 1992: p.42)

Três trajetórias originárias de um núcleo comum, que dialogam no campo da crítica à cultura política do nacional popular, diferenciam-se progressivamente, deságuam em modelos de intelectuais engajados essencialmente distintos, e protagonizam as *três posições básicas* assumidas diante do problema da democracia, no cenário da distensão do regime militar. Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, representam exemplar e respectivamente a postura da reconfiguração da ordem a partir de baixo, de reconfiguração da ordem a partir de dentro e de revolução contra a ordem. (LAHUERTA, 1999: p. 236)

Como se sabe, estas tomadas de posição políticas guardam as raízes do delineamento partidário entre 1979 e 1988 –quando do fim do bipartidarismo e do nascimento do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Contudo, é imperioso que não nos prestemos ao perigoso e tentador anacronismo de tentar encontrar nessa diferenciação aquilo que, quando em curso, elas engendravam, sem que disso tivessem consciência plena. Entre outros procedimentos, *para que a indefinição histórica que preside a própria definição teórica em jogo* figure no movimento da análise e da crítica analisada, e não se perca pelos descaminhos do anacronismo, tomaremos os anos base de 1969 e 1979 para o exame das trajetórias intelectuais e políticas desses três autores.

Com isso, poderemos estabelecer um diálogo entre a tradição de que são parte e a diferenciação dessa tradição ao longo da experiência ditatorial. 1969 opera como baliza inicial por marcar o desvinculamento institucional universitário dos intelectuais daquela comunidade acadêmica, e por detonar um processo de autocrítica sem precedentes no interior

da esquerda. 1979 opera como indicador final por introduzir uma variável na dinâmica da produção intelectual: o aprofundamento dos laços entre Fernando Henrique Cardoso e o MDB, Francisco Weffort na condição de secretário geral do recém fundado PT, e Florestan Fernandes, se permanece desvinculado institucionalmente, ratifica sua aversão à institucionalidade ao refutar a anistia política tal qual o encaminhamento a ela dado.

É preciso ressaltar a preocupação que preside tal delimitação: se o eixo que orienta o percurso de análise proposto é *o exame do processo de diferenciação da concepção de democracia em cada um dos autores no terreno comum definido pelo esforço de crítica à cultura política dos 50-64*, por outro lado, a contraposição se completa ao colocarmos em tela *condição institucional que condiciona a dinâmica de produção intelectual dos autores.* Fernando Henrique Cardoso, enquanto mentor e liderança do CEBRAP, produz sua obra num espaço de intersecção entre o campo político e o campo acadêmico. Francisco Weffort produz sua obra no interior do CEBRAP e da USP, num espaço presidido, assim como Fernando Henrique Cardoso, pela exigência do rigor, mas pela preocupação com os temas políticos. Florestan Fernandes, por sua vez, não voltará a travar relação orgânica com instituição alguma nesse período, produzindo sua obra segundo a dinâmica de sua própria reflexão crítica, mantendo-se isolado, ainda que não alheio ao debate político travado no interior do esquema institucionalizado.

Essa distinção genérica atravessa a obra dos autores. Uma observação inicial sinaliza já a relevância dela. Do ângulo da vinculação institucional, Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort encontram-se mais inseridos nos processos de modernização típicos de produção da ciência, verificado ao longo do regime militar. Francisco Weffort, por estar na universidade; Fernando Henrique Cardoso, para atender às demandas das novas agências de financiamento de pesquisa, de que se sustenta o Cebrap. A especialização decorrente leva ambos, no debate acerca da democracia, a refletir sobre ela nos termos do cientista político profissionalizado. "Profissionalização", aliás, não apenas identifica a sua obra, como passa a ser a âncora que lhes confere o prestígio necessário para a intervenção pública no final dos anos setenta –a ponto de um analista cunhar tal procedimento de "ideologia profissional". Florestan Fernandes se manterá, reiterar é importante, isolado institucionalmente, porém não alheio ao debate. É dele aliás, a crítica mais contundente àquela aproximação com as instituições e a defesa do *ethos* profissional, que se vale da competência específica, como legitimadora da intervenção. A "ideologia profissional", em seu dizer, lança o intelectual, ainda que em nome dela se engaje, num horizonte "mesquinho", de "classe média".

Não bastasse a imagem que os intelectuais passam a forjar das instituições, sua condição institucional ficaria mais patente no exame geral da produção das obras no período. Apenas Florestan Fernandes elaborará uma "interpretação do Brasil" num grande ensaio de interpretação sociológica, que alinhava numa linha de sentido histórica a problemática da democracia. Em *A revolução burguesa no Brasil*, a questão da democracia atravessa a história brasileira, no campo social, político e econômico, e se coloca no presente enquanto uma escolha pela continuidade da contra-revolução burguesa ou pela revolução socialista. Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, sujeitos à dinâmica da fragmentação, da especialização e do discurso competente da ciência particular não elaborarão grandes ensaios interpretativos, empreendimento fora do alcance material e dos critérios de valorização intelectual do profissional. Como aponta inclusive a bibliografia especializada, tudo se passa na obra de ambos, como se houvesse um deslocamento temático, das grandes explicações do início do período, representada pela teoria da dependência, para uma aproximação progressiva dos temas da conjuntura e da representação política. Se é fato que a representação política se torna um tema de urgência a partir de 1974, também é certo que, ela será pensada no interior da especialização do conhecimento do político; não estando, como em Florestan Fernandes, articulada à grande interpretação global.

É preciso que se remeta ainda ao problema de fundo que se coloca no mencionado ineditismo histórico que delineia o período. A bibliografia especializada entende que o tema da aproximação dos intelectuais à esfera político partidária seja característica nesse momento pela confluência de alguns fatores: as estratégias de "racionalidade limitada" aprendidas na condição de oposicionistas de um regime que controlou sua própria abertura; o papel das eleições como canalizadoras das insatisfações oposicionistas, especialmente após 1974; e a diferenciação e crescimento do próprio meio intelectual, que coloca esta categoria, como mais uma entre tantas outras, com seus interesses específicos. (PÉCAUT, 1992: 195). Para Lahuerta, o regime militar aproximava os intelectuais da sociedade, e fomentava na opinião pública a idéia segundo a qual seriam eles portadores de um mandato público, que ratificava traços mannheimianos cultivados na auto-definição de sua identidade política. (LAHUERTA, 1999: 152.)

Entretanto, não é porque os intelectuais assim se tenham concebido, não é porque a sociedade assim os concebia, que devamos, nós, tomar tais avaliações como referências analíticas. É preciso que também elas sejam objeto de questionamento, pois o impasse aí é patente: *como pode a problemática de intelligentsia se colocar sem precedentes, num contexto igualmente sem precedentes de profissionalização dos cientistas sociais?* O

exercício da crítica é possível no interior dessa dinâmica e a avaliação dos agentes sobre si mesmos era clarividente; ou trata-se de uma auto-imagem forjada como estratégia de legitimação num contexto de democratização que comporta os atores e seus interesses particulares no cenário público? Como pode ocorrer e quais são as conseqüências da intervenção política do intelectual quando ele está morto? (JACOBY, 1990)

Bibliografia citada:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política.* São Paulo: Editora Sumaré, 1992

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. "A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a "escola paulista". In. MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, v. II.* São Paulo: Sumaré, 1995.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais : a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: Editora da Universidade de São Paulo, 1990

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, 1999. Tese de doutorado.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

ROMÃO, Wagner de Melo. *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, 2003. Dissertação de mestrado.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Educação Sanitária e a Formação das Profissionais em Saúde Pública*

Lina Faria*

Resumo
Este é um estudo sobre a história da formação de Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública na primeira metade do século 20 aos dias atuais. A sociologia histórica proporciona um instrumental teórico e metodológico fundamental para a análise e interpretação das relações entre instituições, poder e identidades profissionais e, neste sentido, permitirá que se estude o processo de demarcação de um território de decisões e de atuação feminina que não constituiu simples poder delegado pela profissão médica. O movimento de reconfiguração do campo da saúde pública no Brasil buscou instaurar novas práticas e concepções, ao mesmo tempo em que passou a exigir o concurso de novos agentes, acentuando-se a especialização em saúde pública ou higiene.
Palavras-chave: Sociologia das Profissões; Identidade Profissional; Gênero.

Abstract
This is a study about women as health educators and public health nurses in the first half of the 20th century in Brazil. Historical sociology, as a methodological and theoretical tool, will guide our analysis of the relations among institutions, professional power, and identities, highlighting the ways through which women professionals were capable of creating their own territory of autonomous action. In Brazil, the configuration of the public health field since the early 1920s was intimately associated with nation-building processes, and demanded new professionals for traditionally female occupations.
Keywords: Sociology of Professions; Professional Identity; Gender.

Apresentação

Este trabalho busca estudar um capítulo importante da institucionalização da ciência aplicada no Brasil, à luz da interpretação histórico-sociológica. A formação profissional no Brasil, particularmente a formação de educadoras e enfermeiras de saúde pública nas primeiras décadas do século passado aos dias atuais, é um campo fecundo para professores, pesquisadores e alunos interessados na Sociologia e História das Profissões em Saúde, das Políticas Públicas e da Cooperação Internacional. Estes campos demandam diferentes recortes analíticos e uso das mais variadas fontes documentais. Trata-se de campos ainda pouco explorados, mas com grandes possibilidades, diante dos inúmeros laboratórios, oficinas e núcleos de pesquisa histórica criados nos últimos anos e difundidos nacionalmente.

---

* Trabalho preliminar, favor não citar sem autorização da autora.

* Historiadora, Doutora em Saúde Coletiva (Uerj), com Pós-doutorado em Política Científica e Tecnológica (Unicamp/Fapesp). Pesquisadora Associada ao Projeto Nacionalismo e Internacionalismo em Saúde IMS/Uerj. Autora de estudos, publicados em revistas indexadas, sobre a reforma sanitária no Brasil, a formação da Enfermagem e a Cooperação Internacional em saúde. Seu livro mais recente é *Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007. E-mail: **linafaria@ims.uerj.br**.

Uma história da formação de Educadoras Sanitárias paulistas ("normalistas" com treinamento em saúde pública, no Serviço Sanitário de São Paulo, desde a década de 1920) e de Enfermeiras de Saúde Pública paulistas e fluminenses (profissionais diplomadas) é um desafio para o estudo de identidades profissionais, pois estas profissões emergentes demarcam um território de decisões e de ação que não constitui simples "poder delegável ou delegado" pela profissão médica. O que se passava em São Paulo e na antiga Capital Federal acarretava efeitos importantes para outras regiões do país, a exemplo dos Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. À medida que o movimento de configuração do "campo sanitário" buscava instaurar novas práticas e concepções, exigia, ao mesmo tempo, o concurso de novos agentes, acentuando-se a especialização em saúde pública ou higiene. A formação dessas novas profissionais brasileiras e a difusão da educação sanitária eram feitas nos cursos de higiene e saúde pública oferecidos pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Escola Anna Nery no Distrito Federal, pelo Instituto de Higiene de São Paulo (mais tarde, Faculdade de Saúde Pública da USP), pela Faculdade de Medicina da USP, pela formação no exterior e também por treinamento em serviços ou departamentos estaduais e federais.

A contribuição do trabalho é particularmente relevante, a nosso ver, por resgatar um modelo de profissionalização baseado na "feminização" da atenção ao paciente e às famílias. Atento a descobrir a face de subordinação hierárquica ao poder médico, o trabalho procurará também investigar o surgimento de espaços de autonomia, ou de "graus de liberdade" de atuação, seja no interior dos hospitais ou no trabalho de visitação às famílias ou comunidades. O associativismo, no caso da Enfermagem, foi desde cedo, na década de 1920, um elemento importante para defender e configurar um espaço profissional autônomo para as enfermeiras. Já naquela época, como em nossos dias de maneira renovada pelo Programa de Saúde da Família, a educação sanitária era o elemento-chave para a formação de uma *consciência sanitária* da população (CASTRO SANTOS e FARIA, 2005).

O interesse do trabalho, além do que nos parece ser a relevância do ponto de vista historiográfico e sociológico (até o momento um campo de "segunda classe" na literatura sociológica e na historiografia nacional, diferentemente do que se passa no exterior, onde o tema tem lugar de destaque)[1], também traz à tona questões atuais de construção de <u>identidade profissional nas profissões de saúde</u>: as educadoras sanitárias de então, por serem profissionais de formação considerada "incompleta" por suas colegas enfermeiras (estas,

[1] Ver Buhler-Wilkerson, 1983 e Fox e Messikomer, 1991.

aptas não somente para o trabalho das visitadoras, mas igualmente para o trabalho hospitalar), podem ser comparadas às Agentes Comunitárias de Saúde (inicialmente uma atividade feminina), nos tempos atuais. As questões de conflito de autoridade no interior da própria atividade do Cuidar, antes como hoje em dia, afloram entre Enfermeiras e Educadoras Sanitárias, no passado, e entre Enfermeiros e Agentes Comunitários, nos dias de hoje.

Como parte do objetivo mais geral do trabalho, a concepção dos centros de saúde recebe atenção especial, pois possibilitavam maior proximidade dos novos profissionais da saúde com as classes populares das cidades e do campo, em grande parte afetada por endemias. Nosso duplo interesse, pela educadora visitadora e pela enfermeira de saúde pública, se estende aos dois cenários -- ao Centro de Saúde e ao trabalho de campo. Note-se que foi a necessidade premente de enfermeiras para trabalhar nas campanhas sanitárias e a longa duração do curso de enfermagem, que conduziram à criação do Curso de Educação Sanitária, com requisitos menos exigentes de formação. Esse curso tinha duração de um ano e seis meses e buscava oferecer experiência teórica e prática às visitadoras. Aos poucos, as visitadoras de higiene foram sendo substituídas por enfermeiras, a partir da segunda metade dos anos de 1940. Mas, foi indiscutível a importância das visitadoras na saúde pública nacional. Os centros de saúde e postos de higiene dispunham de número igual de médicos e visitadoras e a falta de visitadoras (neste caso, enfermeiras ou educadoras) em um centro ou posto já os caracterizava como "subposto".

O debate sobre a formação do campo da enfermagem, como profissão "feminina", remete diretamente aos pressupostos tradicionais sobre o gênero, desde o século XIX. O trabalho busca justamente discutir tais pré-noções, relacionadas a supostas diferenças nas capacidades emocionais e intelectuais, bem como em relação às habilidades físicas. Por outro lado, procurar-se-á também revelar esse campo emergente das profissões como uma área em que – apesar da subordinação de gênero – a mulher pôde afirmar-se fora do circuito maternal, familiar ou doméstico. As primeiras lideranças da Enfermagem Moderna, particularmente na Europa, souberam captar tais dilemas. Ainda que fossem conhecidas pelas profissões dominantes como "quase-profissionais"[2], em razão da falta de autonomia ou da subordinação a outros profissionais, as discípulas de Florence Nightingale sabiam que, ao assumirem papéis antes desempenhados pelos homens, um novo campo de auto-afirmação feminino se abria (SCHULTHEISS, 2001: 126; PAICHELER, 1995: 5-10).

[2] Sobre este tema, consultar Freidson, 1975.

As lutas e negociações que se desdobram, em nossos dias, em vários países, revelam problemas **entre** as profissões e **no interior da** própria profissão. No Brasil, a esses problemas somam-se dilemas típicos do corporativismo particularista, tais como o autoritarismo sindical dos Conselhos "classistas". É importante contrastar tais dilemas com as lutas profissionais de caráter mais universalista, que ocorreram especialmente nos Estados Unidos no início do século XX. Ali, diferentemente da Inglaterra, as enfermeiras cedo criaram suas próprias organizações profissionais e fizeram o recrutamento em bases mais abrangentes do que as "well-born ladies", as moças "bem nascidas", educadas nos hospitais de Londres (DAVIES, 1983). Na América Latina, a crescente urbanização a partir das primeiras décadas do século XX, o aparelhamento do Estado, as ideologias de modernização e de construção nacional e o surgimento das grandes epidemias nos campos e nas cidades criaram novas possibilidades para as educadoras e enfermeiras de saúde pública e, neste aspecto, para o trabalho feminino.

No cenário brasileiro, a partir do final dos anos de 1920, a educadora sanitária e a enfermeira de saúde pública vão adquirindo prestígio profissional, cada vez mais reconhecidas como atores importantes nos serviços de saúde pública. Seu espaço diante da autoridade médica, ainda que reduzido, tinha status legítimo. Isto se devia, em parte, por terem conseguido reivindicar algum monopólio sobre uma área do conhecimento - a "educação sanitária" -, particularmente por sua atuação nos centros de saúde, postos de higiene e atividades de visitação (FARIA, 2006). A história que pretendemos contar é tanto mais estimulante porque sugere que os desafios atuais para a Enfermagem – provocados pelas "novas epidemias", como a Aids e outras síndromes das metrópoles modernas, ou pela emergência dos "cuidados paliativos" na morte hospitalar – nos trazem de volta às necessidades da Educação e do Agir Comunicativo, à importância do ouvir e da intuição, fundamentais, hoje como ontem, para o exercício pleno do Cuidar (MENEZES, 2004; GUIMARÃES, 2006).

A formação de uma identidade profissional

A autonomia do campo é condição para a livre atividade científica, inclusive para o desenvolvimento de práticas sociais inovadoras, como substância e produto da ciência aplicada. A especificidade histórica da divisão do trabalho 'profissional' em relação à divisão 'social' do trabalho envolve, na concepção clássica de Durkheim, a autoridade do saber, o monopólio sobre uma área do conhecimento e uma deontologia que, ao tempo que une os

praticantes em torno de um conjunto de preceitos e condutas éticas, assegura-lhes condições de coesão associativa e controle ou avaliação da atuação de seus membros (DURKHEIM, 1977; BOUDON e BOURRICAUD, 1993:179-184; 451-454). Esses fatores distinguem e hierarquizam as ocupações. O sociólogo Eliot Freidson (1975, 1998) considera a autonomia um atributo relevante para o poder de uma profissão, porque é esta autonomia que confere prestígio e status aos profissionais.

Freidson, um notável estudioso das profissões, entretanto não chegou a perceber aquilo que a literatura mais recente sobre a enfermagem nos países centrais já vem destacando[3], isto é, o crescimento do espaço de autonomia profissional de enfermeiras e enfermeiros a partir do surgimento da AIDS. Mas os desafios à posição subalterna da Enfermagem na verdade não vêm de hoje, mas antecedem a trágica eclosão da AIDS. É nesse sentido que devemos entender a luta das educadoras sanitárias desde tão cedo, no Brasil, bem como das enfermeiras de saúde pública, pelo reconhecimento desse novo campo de conhecimento, que incorpora saberes das ciências biomédicas e das ciências sociais, na "arte e técnica" do cuidar.

Eliot Freidson (1975) define os parâmetros canônicos sobre os processos de conquista de autonomia pelas ocupações de saúde, incluindo aquelas às quais chama, a nosso ver de modo esquemático, de ocupações "paramédicas". Freidson inclui, entre tais processos, o controle total sobre uma determinada área de trabalho, "que pode estar separada do corpo principal da medicina e praticada sem o contato rotineiro ou dependência em relação à medicina". No entanto, afirmava ele, "poucas ocupações paramédicas lidam com áreas (...) potencialmente autônomas" (1975: 69). Para Freidson, mesmo uma ocupação "full-fledged", em pleno vigor, como a Enfermagem, que pôde ter suas próprias escolas de treinamento, seus próprios serviços em um hospital ou, ainda, controlar as instâncias de regulamentação de exercício profissional, subordina-se em autoridade, responsabilidade, autonomia e prestígio à medicina. Isto acontece porque boa parte de seu trabalho é exercida em clínicas e hospitais (FREIDSON, 1975: 63-66).

Freidson classifica como "paramédicas" as ocupações basicamente controladas por médicos. Este controle se manifesta de várias formas: uma primeira refere-se à aquisição de conhecimento. Segundo o autor, grande parte do conhecimento técnico adquirido pelos "paramédicos" durante seu treinamento e, mais tarde, utilizado em seu trabalho rotineiro, passa, necessariamente, pela supervisão e aprovação dos médicos. Uma segunda forma de

[3] Veja-se o trabalho inspirado de Renée C. Fox e Messikomer, 1991.

controle diz respeito à atuação profissional. Em geral, as tarefas de diagnóstico e tratamento são realizadas exclusivamente pelo médico (1998: 48-50).

Entretanto, os pontos levantados por Freidson não contemplam os desafios postos pelo surgimento da AIDS. No próprio hospital – terreno em que a supremacia médica seria inconteste – as necessidades do cuidar e a impossibilidade de cura imediata, além da disseminação dos cuidados paliativos a pacientes terminais, estão expandindo os espaços de legitimidade e independência das profissionais enfermeiras. (Frisamos o substantivo no feminino, pois essa ainda se revela uma profissão típica de recrutamento feminino).

Freidson aceita que vários serviços realizados por "paramédicos" são úteis para os médicos e necessários para a sua prática, mesmo representando uma ameaça à sua autonomia. O autor cita o exemplo do farmacêutico, que vem se tornando uma ocupação competitiva em relação à prática médica. Mas não explora a fundo essas situações aparentemente excepcionais, deixando de revelar suas implicações para a própria análise da autonomia e, em especial, para a questão de gênero. Mesmo o território do hospital, cidadela típica do poder médico, já revelava concessões importantes para a Enfermagem há várias décadas, particularmente em países do Terceiro Mundo.

Questões particularmente sensíveis se colocam no caso da enfermagem de saúde pública. A nosso ver, essa ocupação possuí graus de autonomia não previstos na formulação de Freidson. Mais ainda do que enfermeiras em hospitais ou clínicas dedicadas a pacientes com moléstias crônicas, a enfermeira de saúde pública vem conquistando expressiva autonomia funcional. Em vários casos, seu trabalho pode ser executado independentemente da supervisão do médico ou de instituições, como, por exemplo, na realização de exames clínicos, na aplicação de vacinas, nas visitas domiciliares, na organização de cursos em educação sanitária, no diagnóstico e tratamento de doenças como a tuberculose, na "consulta de enfermagem" e, até mesmo, na prescrição de medicamentos[4]. Esta autonomia, neste caso, tem limites que são os mesmos existentes para um médico sanitarista quando ambos - enfermeira e sanitarista - pertencem aos quadros de um serviço sanitário ou de uma secretaria de saúde. No Brasil, o trabalho da enfermagem de saúde pública, que supervisiona o Programa de Agentes Comunitários da Saúde, e sua participação destacada no programa de Saúde da Família, indicam um grau de autonomia sem precedentes.

Freidson argumentaria que o trabalho das educadoras sanitárias e das enfermeiras diplomadas em saúde pública seria apenas um primeiro passo na direção da conquista da

[4] Sobre este tema, consultar o trabalho de Ieda de Alencar Barreira (Barreira, 1975: 76-94).

autonomia profissional, pois o reconhecimento profissional vincula-se também à organização social do campo. Mas mesmo sob esse ângulo, diríamos nós, os centros de saúde têm sido, desde 1925 no Brasil, um local privilegiado de treinamento e credenciamento – independentes, em larga medida, dos hospitais. Nos centros e postos de saúde foram criadas condições para realização do trabalho multiprofissional e, particularmente, para a realização do trabalho de enfermagem e educação sanitária. Freidson insistiria que era preciso mais: faltaria ainda o apoio da sociedade e do Estado. Na organização formal de uma profissão, é imprescindível o apoio destes dois setores às profissões, porque é este apoio que irá conferir prestígio e reconhecimento (1998: 3-46). Mas tomemos, novamente, o exemplo brasileiro (que reproduz, com maior ou menor nitidez, o panorama europeu e norte-americano). No Brasil, como também no continente europeu, o período entre 1918 e início dos anos 30 foi marcado pelo maior interesse da população em relação à saúde pública e pela crescente participação do Estado na formulação e condução de políticas para o setor. Freidson possivelmente aceitaria nossa argumentação: tínhamos, aqui, a presença dos dois ingredientes fundamentais. De um lado, a saúde pública transformou-se em questão nacional - envolvia parcelas amplas da sociedade – e, de outro, a atuação do Estado firmava-se na área de saneamento rural. Este cenário foi bastante favorável para o desenvolvimento da saúde pública no país, brotando do gérmen inicial de São Paulo e Rio de Janeiro e criando, neste mesmo compasso, condições favoráveis para o prestígio e reconhecimento das profissões emergentes e para a entrada da mulher na área da saúde. Aos poucos, ampliava-se seu espaço de atuação, num universo onde o poder masculino ditava as regras e se fazia ainda ostensivamente presente.

Referências bibliográficas:

BARREIRA, I. A. Estudo exploratório sobre a consulta de enfermagem, Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Enfermagem* (28). Pp. 76-94, 1975.

BOUDON, R. e F. BOURRICAUD. *Dicionário Crítico de Sociologia.* Consultoria e revisão técnica de Régis de Castro Andrade. Tradução de M. L. Guedes Alcoforado e D. Ártico, de *Dictionnaire Critique de Sociologie*. São Paulo: Ática, 1993.

BUHLER-WILKERSON, K. False dawn: the rise and decline of public health nursing in America, 1900-1930. *In* LAGEMANN, E. C. (ed.)*, Nursing history: New perspectives, new possibilities.* North Tarrytown: Rockefeller Archive Center & New York: Teachers College Press, Columbia University. New York and London, 1983.

CASTRO SANTOS, L. A. e FARIA, L. A Cooperação Internacional e a Enfermagem de Saúde Pública no Rio de Janeiro e São Paulo. *Horizontes* (CDAPH: Universidade São Francisco), Bragança Paulista. Vol. 22 (2), julho/dezembro. Pp. 123-148, 2005.

DAVIES, C. Professionalizing Strategies as Time-and Culture-Bound: American and British Nursing, Circa 1893. *In LAGEMANN, E. C. (ed.) Nursing History. New Perspectives, New Possibilities*. North Tarrytown: Rockefeller Archive Center & New York: Teachers College Press, Columbia University. New York and London, 1983.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Primeira edição francesa, 1893. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

FARIA, L. "Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção". São Paulo, Campinas: *Cadernos Pagu*, (27), julho-dezembro. Pp. 173-212, 2006.

FOX, R. e C. MESSIKOMER. "The culture of caring: AIDS and the nursing profession". *In D. Nelkin, D. P. Willis & S. Parris (eds.), A disease of society: Cultural and institutional responses to AIDS,* Cambridge University Press, 1991.

GUIMARÃES, M. B. A intuição na clínica: construção de elos entre a razão e a emoção. *In* Vasconcelos, Eymard Mourão (org.), *A espiritualidade no trabalho em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FREIDSON, E. *Profession of Medicine. A Study of the Sociology of Applied Knowledge*. New York: Dodd, Mead & Company, 1975.

FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo*. Tradução do inglês, Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

MENEZES, R. A. *Em busca da boa morte: A Antropologia dos Cuidados Paliativos.* Rio de Janeiro: Garamond; Ed. Fiocruz, 2004.

PAICHELER, G. Présentation. Les professions de soins: territoires et empiètements. *Sciences Sociales et Santé*. Paris: *Editions John Libbey Eurotext*, vol. 13, (3). Pp. 5-10, 1995.

SCHULTHEISS, K. *Bodies and Souls. Politics and the professionalization of nursing in France, 1880-1922*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O uso das mercês para o fortalecimento do Estado Português. o caso do Rio de Janeiro (1660/1–1697)

Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira[*1 2]

Resumo: O artigo trabalhará a negociação das bases da Restauração Portuguesa (1640) com as *nobrezas da terra*, no Rio de Janeiro, entre 1660/1 e 1697. Ou seja, entre a revolta contra o Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, e a descoberta das minas. Período que era preciso uma re-fundação do Estado, portanto, era necessário que as aristocracias reconhecessem a legitimidade do Estado. Para isto, analisaremos como o Estado distribuiu os cargos militares, via mercês, para as *nobrezas da terra*, a fim de captá-las e ao mesmo tempo impor sua soberania.
Palavras-chave: Brasil – Portugal - Rio de Janeiro.

Abstract: This article focuses the Portuguese Restoration basis negotiation (1640) with the nobles of the land of Rio de Janeiro, between 1660/1 and 1697, that means, between the uprising against the governor Salvador Correia de Sa and Benevides, and the discovery of mines. At that time, a refoundation of the State was necessary, so it was imperative that the upper class individuals recognized the authenticity of the State. Therefore, we will look into how the State gratefully gave positions to the military, as well as the local upper class individuals, in order to have them own the land and at the same time settle their domination.
Keywords: Brazil – Portugal - Rio de Janeiro.

Meados do XVII, Portugal reaparece no cenário como país independente, graças à Restauração Portuguesa (1640-1660). O cenário era extremamente difícil. Muitas guerras em suas possessões. Na Europa, com a Espanha, por sua independência; nas áreas coloniais, com países europeus[3], disputavam-se estas regiões; na América, conflitos com os próprios colonos[4]. Como foi possível a re-fundação de uma nação em uma conjuntura tão drástica?

Para o sucesso era necessário estabelecer alianças com a aristocracia. Logo, as normas para a distribuição dos recursos da Coroa passaram a tentar a atingir o maior número de pessoas, desde que nobres (CARDIM, 2002 e BICALHO, 2003: 383)[5]. Assim, embora o processo tenha sido conduzido pelos Braganças, não devemos esquecer que foi negociado e

[*] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em História.
[1] O artigo é o inicio de um projeto de pesquisa que apresentaremos, no processo de seleção de mestrado no programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), em 2007. Portanto, apenas apontamos caminhos.
[2] Meus agradecimentos à Prefeitura de Armação dos Búzios-RJ e ao Professor João Fragoso.
[3] Em especial, expulsão dos batavos de Angola e de Recife.
[4] Na América, pacificação de São Paulo, 1641 e no Rio, em 1666, entre outros.
[5] Durante este período de consolidação da monarquia várias distribuições de benesses serão feitas com este intuito, tanto na metrópole, com a distribuição de terras e isenções judiciais (MONTEIRO, 2002), como na colônia, quando se distribui sesmarias no solo fluminense (JUCÁ DE SAMPAIO, 2003).

marcado pela instabilidade. Prova disto é a constante reunião das Cortes em 1668, 1674, 1677, 1679-90, 1697, 1698. Assim como, a troca de Reis, em 1667, quando D. Afonso é substituído por D. Pedro, seu irmão, por mau governo (MONTEIRO, 2002).

Na colônia, o poder também era negociado com a *nobreza da terra*[6]. O que levou, por exemplo, em 1642, os cidadãos do Rio a receberem os mesmos privilégios que os do Porto.

Assim:

> *Segundo Hespanha, foi preciso esperar (...) [a] Restauração – urgências financeiras e sobretudo de recrutamento militar e organização da defesa – para que surgisse uma preocupação de estabelecer meios mais eficazes de enquadramento (...) da periferia. O processo (...) era o de utilizar a administração militar (...) como instrumentos de controle da administração periférica (BICALHO, 2003: 351).*

Enquadrar a periferia significava além de aumentar o controle e impostos trazer as elites para a esfera de clientelismo da Coroa. Logo:

> *Segundo Pujol, por meio de um profundo corporativismo, de solidariedades estamentais, laços de patrocínio e clientelismos incentivados pela Coroa, as oligarquias locais, almejando honras e benesses, entreviam a possibilidade de serem incorporadas ao aparelho estatal. Por outro lado, a luta contra as antigas prerrogativas senhoriais impedia o rei de dispensar esses aliados locais, levando a que o grande paradoxo do absolutismo se constituísse numa progressiva concentração de poderes no centro e, ao mesmo tempo, numa profunda dependência deste centro em relação a forças sociais e políticas periféricas. (BICALHO, 2003, 342).*

Para o rei ser grato a seus súditos e esses retribuírem, a prática das mercês, ou seja, de benefícios, era fundamental. Esta prática jurídica fora herdada do direito romano tardio, que:

> *utilizava a designação para referir a atribuição de bens àquelas que se distinguiam na guerra, quer como prêmio, quer como incentivo para feitos futuros. Interessante é, (...) o caráter gratuito e benevolente do benefício, o que o distinguia de qualquer pagamento mercenário. Isto fazia com que o beneficiado ficasse ligado ao concedente por uma relação de gratidão e fidelidade (...) (HESPANHA, 2000: 88).*

Assim, a distribuição de mercês, ou seja, a nomeação para os cargos que o rei fazia a quem merecia um *prêmio*, serviria para estabelecer um laço de *gratidão* entre rei e súditos.

Mas, como este sistema, *economia moral do dom*, funcionava? Com o uso desta prática de reciprocidade, se estabeleceram os laços sociais, que são utilizados em sociedades onde não existe um mercado monetarizado. A circulação dos bens, passaria a ser feita através de *dádivas*, que, por sua vez, seriam trocas entre grupos sociais e entre instituições, que não podem ser vistas de forma separada, em suas características sociais, econômicas, políticas, religiosas, e sim inter-ligadas. Portanto, quem recebe uma *dádiva* deve dar algo em troca,

[6] O conceito aparece em ANTONIL, 1967.

gerando uma cadeia de dar-receber-retribuir, ou seja, uma obrigação de reciprocidade (MAUSS, 1974).

Esta prática foi utilizada no Rio entre 1660/1 e 1697, e apresentava algumas características próprias.

Tem–se destaco o fato da *nobreza da terra,* no Rio, no XVII, viver em *bandos*. Assim, estes dominavam todo o cenário da reprodução da economia colonial. Para construir os laços pessoais era fundamental a prática do casamento. Podemos definir os *bandos* por grupos unidos para obter uma melhor colocação dentro da sociedade, onde se estabeleciam laços horizontais, na mesma esfera social; ou vertical, em esferas sociais diferentes. Os *bandos* eram de grande importância, pois, toda a reprodução, não só econômica, mas, também, a social passava pela importância destes na sociedade. Na virada para a 2ª metade do XVII, as mulheres das elites coloniais deixavam de se casar com reinóis, o que era necessário para consolidar uma sociedade ainda em formação. Esta prática era importante, pois a reprodução da economia ou uma melhor inserção na sociedade passavam obrigatoriamente pelo fato de pertencer ou não ao Estado, uma vez que esta possibilitava uma série de vantagens. Com os grupos consolidados a natureza dos casamentos mudará. Eles já não precisam ser mais com membros externos à sociedade, já que agora a reprodução pode ser feita com alianças internas. Tal fato se deve a materialização de uma elite local e uma economia sólida e estável. Assim, os casamentos passam a ser endógenos, ou seja, entre membros de famílias senhoriais da região, entre membros do próprio *bando* e entre vizinhos. Logo, os bandos se fecham cada vez mais, tentando impedir o surgimento de possíveis rivais, que pudessem interferir na liderança política, social e econômica da cidade (FRAGOSO, 2001 e 2003).

Concomitante a esta política de reordenação de casamentos, em 1660/1, também, ocorre uma revolta da população contra o Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, que seria, na verdade, uma revolta contra a presença e a influência de membros externos à colônia, que ainda tinham destaque na administração do Estado. Portanto, a partir do momento que não há mais necessidade de se formar uma elite com alianças de membros extracoloniais, os funcionários do Estado que atuavam na colônia e que eram estranhos aos interesses destas elites, não são mais tão necessários (CORACY,1965).

O que vale a pena enfatizar é que, para além das brigas entre *bandos*, há que se prestar atenção que o conflito deveria passar por um Estado de Antigo Regime e, não só pelas práticas de casamentos e rivalidades na colônia. Afinal de contas, os cargos administrativos,

militares e religiosos na região tinham que ter o aval real, através das mercês. Além do Estado também atuar em uma nova ordenação nas elites fluminenses.

Será que o mesmo ocorreria em outras regiões da colônia? Analisemos Bahia e Pernambuco.

Na Bahia, no XVI, depois de consolidada a sociedade, as elites começaram a entrar em conflito, pois um grupo foi inserido no poder e outro preterido. Assim, em meados do século, houve um conflito em Salvador entre o governador, vitorioso no embate, e a Câmara Municipal. No entanto, no próximo governo-geral, o de Mem de Sá, parte dos camaristas que haviam perdido o conflito foram alocados no Estado novamente. Mostrando haver uma preocupação por parte do Estado em agradar todas as elites (RICUPERO, 2005).

No XVII, ainda na Bahia, tal política continuava em voga. Assim, o irmão do Padre Antonio Vieira, Bernardo Vieira Ravasco, membro da elite, mesmo depois de perder prestígio, continuava sendo privilegiado, numa atitude clara de manter o equilíbrio social entre as elites. Ao mesmo tempo, na virada do XVI para o XVII, tentava manter o equilíbrio entre uma centralização administrativa e as dinâmicas locais, mostrando haver na base de uma política estatal a preocupação em uma equidade social, um equilíbrio (PUNTONI, 2005).

Em Pernambuco, o Rei havia estabelecido um acordo com as suas elites, na 2ª metade do XVII, em razão da luta destas na expulsão dos holandeses da área e, em troca, receberiam mercês (MELLO, 1986).

Portanto, existia por parte do Estado uma preocupação em beneficiar as elites. O que, em nosso contexto de Restauração, torna tal prática mais importante, ao nosso ver.

Novos estudos tratam colonos como agentes que negociavam os limites do poder. Assim voltaríamos a necessidade de se entender esta relação de poder, mais uma vez dentro do Antigo Regime. Que, por sua vez, não era marcado por um forte poder absoluto. O que levava as instituições, inclusive coloniais, a tirarem proveito da fraqueza do Estado, possuindo certa autonomia (RUSSEL-WOOD, 2001).

Poderíamos, então, levar em consideração que, para os cargos pedidos em mercês pelas *nobrezas da terra*, haveria uma relativa autonomia, para impor os seus desejos e os receber.

Para a câmara municipal do Rio de Janeiro, no XVII, a historiografia tem afirmado que existiria uma reciprocidade, entre quem nomeia (Rei) e quem é nomeado (súditos) (BICALHO, 2001). Este dar e receber eram fundamentais em uma sociedade de Antigo Regime, pois era através deste instrumento que haveria a cristalização de uma sociedade hierarquizada. Sendo assim, o Estado tinha a possibilidade de jogar com a hierarquização

social, manipulando, também, os diversos interesses e conflitos. A exclusividade de conceder mercês dava ao Estado uma força muito grande, na medida em que, *bandos* passavam a ser manipulados em seus antagonismos e na sua competitividade. No entanto, a apreciação da autora pára por aí, já que o foco de sua atenção é outro, analisar as Câmaras Municipais no Império Português. A questão que nos interessa é como a Coroa faria esta manipulação de interesses? Que interesses – não só do Estado, mas entre as elites – seriam estes?

Assim, passaria a haver espaço para as várias características do Antigo Regime, como: a manutenção de uma sociedade excludente; a recompensa pelos serviços prestados e; neste caso a manipulação das *nobrezas da terra*.

Para trabalhar com esta questão, da manipulação, usaremos dois *corpus* documentais. 1º tipologias e genealogias (FRAGOSO, 2000 e RHEINGANTZ, 1965) e 2º nomeações para os cargos militares. As tipologias definiriam os *bandos* que se constituíam por meio de casamentos.

Depois, pegaríamos as nomeações feitas pelo Estado para os cargos. O que nos permitiria reconstituir a carreira militar do requerente ao posto. Logo, confrontar estas carreiras, para ver como eram analisadas pela Coroa, assim como, ver a que *bando* pertence o indivíduo, seria o ponto a ser avaliado. Uma vez que, privilegiar indivíduos com uma melhor carreira, ou seja, com mais serviços prestados à Coroa, ou não, pode nos levar a entender que na escolha para nomeação de um cargo, não necessariamente os serviços prestados, fossem o mais importante. Podendo perceber, então, a ação da Coroa para legitimar e fortalecer seu poder, *jogando* com os diversos interesses dos *bandos*.

Para ilustrar, podemos analisar o documento abaixo:

> *Consulta do Conselho Ultramarino sobre o provimento do cargo de Capitão da Fortaleza de S. João da Barra do Rio de Janeiro, que vagara por fallecimento de* ***Ascenso Gonçalves Mattoso*** *e a que eram pretendentes* ***Francisco Pinto Pereira, Ruy Vaz Pinto, Manuel Faleiro Cabeça, Manuel Bareto Valejo, Jose Lopes, Jacinto Nogueira, Gaspar Mariz de Almeida*** *e* ***Sebastião da Costa*** *cujos serviços a consulta relata individualmente. Lisboa, 14 de marco de 1669.*[7]

Ao escolher *Francisco* e não os demais, o que estaria se levando em consideração por parte da Coroa?[8]

Conseguimos remontar as famílias do ex-capitão e de 3 candidatos, Jacinto, Gaspar e Sebastião[9].

---

[7] AHU, Rolo 006, Caixa 006 Doc. 01086.

[8] Sobre a importância do cargo ver FRAGOSO, 2000.

[9] As informações genealógicas a seguir são baseadas em RHEINGANTZ, 1965. As informações a respeito das nomeações me foram gentilmente cedidas pelo professor João Fragoso através de um banco de dados, montado por ele. A quem aproveito para agradecer mais uma vez.

Sobre *Ascenso*, sabemos que nasceu no Rio no dia 26/09/1627 e casou-se em 1655 com D. Serafina Correia de Sá, quando passa a integrar o bando dos Sá. Sua nomeação estava ligada aos laços com Salvador Correia de Sá e Benevides, visto que, havia passado a cidade, em uma companhia liderada por este em 1647, do Reino, e se reformou em 1652. Já havia ocupado o cargo de Capitão desta fortaleza, nomeado pelo mesmo Salvador, antes de 1661, quando pede para o próprio Rei para confirmar a nomeação feita pelo então governador. Tiveram 2 filhos (FRAGOSO, 2000:100 e BN, 1933:31).

Jacinto se tornará capitão de infantaria, em 1656, nomeado pelo governador Luis de Almeida. Não sabemos se continuou no cargo? Provavelmente não. Uma vez que aparece solicitando o mesmo cargo, e não obtendo, nos anos de 1668 e 1669 (quando novamente concorre com o mesmo *Gaspar*). Em 1660, quando *Ascenso* é nomeado capitão da fortaleza, também concorre ao cargo. Em 1658 seu cunhado, Sebastião Monteiro, lhe passa o cargo de Meirinho da Correição, devolvendo-o em 1663. Este havia recebido pela morte de seu pai Antonio Monteiro, em 1646.

Jacinto casou-se com Maria Meixas, gerando a filha Helena Monteira, nascida em 1661 e que se casou com João da Rocha, na Sé, do Rio, em 09/05/1681. Aparecendo na genealogia como membro da família inaugurada por Antonio Monteiro, provavelmente o patriarca da família, e que se encontrava estabelecido no Rio, já em 1618, pois neste ano se casa na Sé da cidade. Não sabemos onde, em 1588, nasceu, muito provavelmente fora do Rio. Portanto, acreditamos ter sido um dos fundadores da cidade, na virada do XVI para o XVII. Não conseguimos detectar a que outra(s) família(s) se ligava(m) os Monteiro.

Gaspar nasceu em Irajá, em 1620, no Rio de Janeiro. Muito provavelmente o pai de sua esposa Luzia de Abreu Rangel, com quem se casou em 1650 - Baltazar de Abreu teria inaugurado a família no Rio. Em 1669, concorre ao cargo de Capitão de Infantaria, junto com Jacinto, quando se torna Capitão. Neste mesmo ano, concorre ao cargo de Capitão da referida fortaleza, pela morte de Ascenso. Já havia se tornado Capitão-mor de Cabo Frio, em 1668, nomeado pelo Conselho Ultramarino, provavelmente, por ser um cargo temporário, não lhe interessava muito, pois estava substituindo Manoel da Costa Freire que havia cumprido seu período de 3 anos. Além de ser uma área menos importante. Não nos foi possível, assim como no caso de Jacinto ligar a família Rangel a outra. Talvez consigamos, para ambas as famílias, com o avançar da pesquisa.

Sebastião, que se tornou soldado, provavelmente sendo o mais alto cargo que ocupou, nasceu na Ilha de S. Miguel em 1626, despojou Ana da Silva, na Sé do Rio de Janeiro, em 02/07/1656. Desta união, tiveram duas filhas. Margarida da Silva e Isabel. Sobre

Isabel pouco sabemos. Já Margarida, nasceu na Sé do Rio de Janeiro, em 30/11/1659. Casou-se na Candelária com o sapateiro Francisco Godinho, em 08/01/1678. Seu marido tinha *defeitos mecânicos*. E ai podemos refletir sobre as informações. Se Sebastião, um de nossos candidatos, casou sua filha com um sapateiro, sua família não era a das mais *nobres*, ou não estava inserida em um bando influente, ou, até mesmo, não tinha o status para ocupar o tal posto. Não conseguimos encontrá-lo pedindo nenhum outro cargo.

Para concluir. Em um contexto marcado pela necessidade de se reafirmar o poder do Estado, o rei buscava transformar membros das elites coloniais em vassalos e clientes, distribuindo benesses. Como podemos ver nas concorrências de Jacinto e Gaspar aos cargos de capitães. Nos parece que ambos sabiam, que a insistência nas disputas dos cargos, seria mais dias menos dias recompensada. A Coroa buscava nomear para os cargos da administração membros de todos os *bandos* existentes, o que levaria a um equilíbrio social, ou seja, a própria consolidação do seu poder. Ao mesmo tempo, esta distribuição se devia em parte a participação de capitais privados[10], já que o próprio Estado não teve como custear todo o processo de Restauração.

Estabelecia-se uma aliança entre as elites coloniais e o Estado Português. Este não poderia, portanto, deixar que um *bando*, em particular, tivesse muitos poderes em determinada região, pois poderia haver uma ampliação de brechas, que tornaria possível contestar o próprio poder real. Daí, o deslocamento da principal *liderança* política, Salvador Correia de Sá e Benevides para a África. Afastava-se a liderança política, mas ao mesmo tempo se estabelecia à normalidade. Portanto, o rei casaria da melhor forma possível (evitando conflitos declarados) duas das principais características políticas do Antigo Regime: a benevolência e a caridade do rei; com o reconhecimento dos serviços prestados e o recebimento de mercês, de benesses, com o objetivo de consolidar o poder do Estado.

Referências Bibliográficas:

AHU – Arq. Hist. Ultramarino, Lisboa. – RJ: Col. Castro Almeida; Avulsos; Cód. 115 e 1279

ANTONIL **Cultura e opulência no Brasil.** SP: Cia. Ed. Nacional, 1967

BICALHO, M.. **A cidade e o império.** RJ: Civ. Brasileira, 2003

BICALHO. M. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império.* In FRAGOSO, J., BICALHO, M. e GOUVÊA, M. (org). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII).** RJ: Civ. Brasileira, 2001

BN. **Documentos Históricos**. V. 16 a 34. RJ

[10] Vale lembrar que os colonos em Recife e no Rio de Janeiro arcaram com grande parte, ou se não todos, os gastos com a expulsão dos holandeses no Nordeste e em Angola, respectivamente.

CARDIM, P. *A casa real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade de seiscentos***.** In **Revista Tempo**, nº 13, v. 7, RJ, 7 letras, 2002

CORACY, V. **O RJ no Século 17.** RJ: José Olimpo, 1965

FRAGOSO, J. *A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do RJ (Séculos XVI e XVII)***.** In **Topoi**. RJ: 7 Letras, 2000

FRAGOSO, J. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do RJ, século XVII. Algumas notas de pesquisa***.** In. **Tempo**. RJ: 7 Letras, V. 8, nº 15, 2003

FRAGOSO, J. *Um mercado dominado por 'bandos': ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do RJ Seiscentista.* In TEIXEIRA DA SILVA, F. et all. **Escritos sobre Hist. e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares**: RJ: Mauad, 2001

HESPANHA. *Os bens eclesiásticos na Época Moderna. Benefícios, padroados e comendas.* In TENGARRINHA, J (org). **Hist. de Portugal.** SP: Unesp, 2000

JUCÁ DE SAMPAIO, A. *A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (RJ, 1650-1750).* In **Topoi**, RJ: 7 Letras, nº 7, 2003

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** SP: Edusp, 1974

MELLO, E. **Rubro Veio.** RJ: Nova Fronteira, 1986

MONTEIRO, R. **O Rei no Espelho.** SP: Hucitec, 2002

PUTONI. P. *Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do Século* XVII. In BICALHO. M. e FERLINI, V. (org). **Modos de governar.** SP: Alameda, 2005

RHEINGANTZ, C. **Primeiras Famílias do RJ**. RJ. Liv. Brasiliana, 1965

RICUPERO. R. *Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século* XVI. In BICALHO. M. e FERLINI, V. (org). **Modos de governar.** SP: Alameda, 2005

RICUPERO. R. *Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século* XVI. In BICALHO. M. e FERLINI, V. (org). **Modos de governar.** SP: Alameda, 2005

RUSSELLL-WOOD. *Prefácio.* In FRAGOSO, J., BICALHO, M. e GOUVÊA, M. (org). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII).** RJ: Civ. Brasileira, 2001

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Enriquecimento e Conquista de Mercês e Privilégios na Formação do Grupo Mercantil no Recife Colonial.

Anna Laura Teixeira de França[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a formação e organização da população do Recife após a Restauração Pernambucana, existindo então a abertura, a partir da expulsão de holandeses e judeus, de "ninchos" econômicos e sociais neste meio urbano colonial. Estudos apontam que o Recife, a partir do governo do conde Maurício de Nassau, ultrapassou suas funções de simples porto, e ponto de armazenamento de produtos, se transformando em um novo centro de comércio burguês, sob os moldes pré-capitalistas. Podemos então entender que a partir reconquista da capitania do poder dos holandeses, a povoação do Recife se tornará um "celeiro" para novas oportunidades de sucesso econômico e social para um segundo fluxo de migração de colonos portugueses e, também, para alguns indivíduos naturais da capitania.
Palavras-chave: Privilégio – Mercadores – Recife.

Abstract: This work aims at analyzing the formation and organization of Recife population after Pernambuco´s restoration movement, when it came to exist the opening of social and economical niches at this colonial urban environment, after the Dutch and Jews drive out.Some studies point out that Recife, from Mauricio de Nassau government on, excelled its functions as a simple port and product storage place, being transformed in a bourgeoisie commerce center, under the pre-capitalist pattern. Therefore, we can assume that since the reconquest of the captaincy from the Dutch, people from Recife will become a granary for new economical and social success opportunities, for a second flow of Portuguese colonist migration and , also, for some natural individuals of the captaincy.
Keyword: Privilege – Merchants –Recife.

Durante pesquisas realizadas no Instituto Arqueológico histórico e Geográfico Pernambucano foi despertado o interesse em entender a organização social da povoação do Recife após a Restauração Pernambucana. Como teria se organizado a população desse meio urbano colonial, passando a existir, então, ninchos sociais e econômicos, deixados por holandeses e judeus expulsos, e que poderiam ser preenchidos por uma nova leva de imigrantes portugueses, em sua maioria desprovidos de riquezas. Pereira da Costa, com base em informações de cronistas pró-olindenses, fornece o seguinte perfil dêste "novo" colono:

> *Depois da restauração de Pernambuco do domínio holandês, em 1654, todos os anos afluía um turbilhão de aventureiros portugueses, aurissedentos, nus e miseráveis, gente a mais abjeta de Portugal, ignorante, estúpida e sobremaneira mal-educada. Chegando a Pernambuco, esses forasteiros conseguiam com algum trabalho a que logo se entregavam, adquirir uns quatro ou seis mil réis em dinheiro, que empregavam na compra de cebolas, alhos e outros gêneros, que em canastras às costas, descalços, maltrapilhos saíam a vender, apregoando-os pelas ruas do Recife e Olinda (...)" (COSTA, 1984: 146).*

[1] Doutoranda em História, Universidade Federal de Pernambuco, CAPES.

A partir da consulta à bibliografia, centralizamos nossa atenção para os aspectos que envolviam as oportunidades de mobilidade social existentes na Colônia, em especial na capitania de Pernambuco. Passamos então a querer enxergar até que ponto a realidade da sociedade urbana colonial se mostrava receptiva, ou não, a este novo imigrante português. E que era preciso, também, analisar até que ponto essa mobilidade social alcançou os naturais da Colônia, especialmente, aqueles pertencentes a um estamento mais inferior.

Em seu trabalho biográfico sobre Antônio Fernandes de Matos, o Prof. José Antônio Gonsalves de Mello já apontava a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as possibilidades de ascensão oferecidas pela realidade colonial, principalmente, seu papel na formação da elite mercantil recifense.

> *Expulsos do Nordeste os holandeses e restabelecido o domínio português em Pernambuco, acorreram de Portugal para o Recife mercadores, mestres de ofícios, aventureiros, a preencher as vagas deixadas no corpo do comércio e dos misteres com a partida dos dominadores flamengos e judeus. As oportunidades de fortunas para homens de negócios e oficiais mecânicos eram grandes, com o restabelecimento do comércio da Capitania com o Reino (MELLO, 1981: 18).*

Apesar desta pesquisa biográfica, verdadeiramente, segundo afirma Evaldo Cabral de Mello, ainda "se ignora tudo acerca da composição da fortuna ou da versatilidade empresarial dos seus contemporâneos da praça" (MELLO, 1995: 131-132).

Estudos apontam que o Recife, a partir do governo do conde Maurício de Nassau, ultrapassou suas funções de simples porto e ponto de armazenamento de produtos, se transformando em um novo centro de comércio burguês, sob os moldes pré-capitalistas. Pode-se então, mediante esse momento singular na história do Brasil, se entender que, após a restauração, o Recife se tornará um "celeiro" para novas oportunidades de sucesso para um segundo fluxo de migração de portugueses para a colônia. Posso assim afirmar que, no vazio deixado na Praça do Recife pelos comerciantes holandeses e judeus, essa nova "onda" migratória encontrará talvez brechas para poder se estabelecer. Antônio Fernandes de Matos, português minhoto, afeito aos *ofícios mecânicos*[2], é um dos exemplos desse novo colono empreendedor.

> *Antônio Fernandes de Matos mestre pedreiro português que em Pernambuco, no período de 1671 a 1701, ascendeu social e economicamente a contratador de obras*

[2] "O exercício de atividades manuais implicou desde cedo, a degradação dos ofícios, do que resultou a noção de 'defeito mecânico', impedimento que inabilitava para certos cargos os descendentes de artesãos e mesmo de mercadores. Em razão disso, os portadores de tal 'defeito' não podiam ser qualificados como 'homens bons', sendo impedidos de ocupar os cargos municipais, de ser nomeados como oficiais de milícia ou de receber títulos honoríficos" (VAINFAS, 2000: 434).

> *públicas, a arrematador da cobrança de impostos, a Capitão de uma fortaleza que construiu às suas custas e ofereceu ao Rei, a comerciante de sobrado e a capitalista entre os homens de negócio do Recife; construtor de várias igrejas e benemérito de algumas associações religiosas da então vil (MELLO, 1981: 11).*

É neste cenário que destaco da mesma forma a presença de Luis Cardoso, escravo, que comprou sua alforria em 1667, e sobre o qual explorarei uma vasta documentação ainda pouco conhecida.

> *Houve algumas histórias de grande sucesso, como a de Luís Cardoso, ex- escravo que trabalhou na loja de um mercador alemão no Recife da década de 1680, aprendeu o negócio, comprou sua liberdade e acabou tornando-se também um mercador internacional; no final da carreira deixou sua fortuna para a irmandade preferida, como qualquer outro mercador respeitável [sem herdeiros] teria feito (SCHWARTZ & LOCKHART, 2002: 280).*

E foi, através do comércio no Recife, que este indivíduo encontrou oportunidades de alcançar o nível de grande comerciante, conseguindo em 1719 se tornar irmão da *Ordem Terceira de São Francisco*[3].

Os mercadores coloniais para ascender socialmente deveriam expandir seus negócios em diversas atividades, de modo que o homem de negócio era um comerciante com interesses no comércio de exportação e importação e com navegação, com propriedade de terras e criação de gado, que trabalhava com especulação imobiliária e com arrematação da cobrança de impostos, que alcançava postos militares e ofícios burocráticos, que mantinha loja de varejo, desde que esta não fosse sua principal atividade, e que também era dono de casas e terrenos na então povoação do Recife e áreas subjacentes. As peculiaridades no acesso as honrarias e distinções, no Pernambuco colonial, podem ser entendidas a partir do estudo dos processos para as habilitações, para as ordens militares e para familiar do Santo Ofício. Exemplificando citamos o seguinte caso:

> *O reinol Antônio Gomes Pereira era alferes de ordenanças em Pernambuco desde 1689 e fora tabelião em Olinda, de 1690 a 1698, quando viu recusado o hábito de Cristo a 11 de fevereiro de 1705 por defeito de qualidade. O avô materno fora carpinteiro e a avó materna "vivia de seu trabalho". Ele próprio começara n atividade mercantil como mercador de loja aberta, mas na altura das habilitações já havia quem o considerasse homem de negócio (SILVA, 2005: 109-110).*

Também os casamentos endogâmicos apresentam-se como um viés fortalecedor da sociedade colonial, ocorrendo primeiramente entre as "grandes" famílias da elite açucareira já estabelecidas na capitania. Mas, num segundo momento, essas ligações serão realizadas entre

[3] "Só indivíduos de elevado *status* econômico e social podiam ser eleitos para os cargos na maior parte das ordens terceiras brasileiras, as quais também cobravam elevadas entradas e anuidades, limitando assim a associação a homens de posses. Quer em Portugal quer no Brasil as ordens terceiras revelam a estratificação racial e social própria da época colonial." (SILVA, 1994: 598).

mulheres, em sua maioria nascidas na Colônia, mas filhas de portugueses estabelecidas no Recife, e os reinóis que já citados anteriormente.

> *(...) os mercadores do Recife privilegiam o casamento entre seus pares, maneira de acelerar o processo de acumulação capitalista mediante os pingues dotes que poderiam dispensar, o que não aconteciam com a nobreza; e maneira também de preservar a fortuna doméstica dos riscos pecuniários que acarretavam as ligações com as famílias da açucarocracia, reputadas pródigas e irresponsáveis na gestão dos seus cabedais. (...) Paralelamente caberia assinalar a prática dos mercadores de confiar a direção dos seus negócios a sobrinhos ou a parentes especialmente trazidos do Reino e eventualmente transformados em genros, como precaução destinada a garantir a continuidade e a solidez das fortunas contra a incapacidade ou a inclinação perdulária imputada aos próprios descendentes, já nascidos no Brasil (MELLO, 1995: 128).*

Uma vez que o *status* não é o ser, e sim a decorrência das práticas e das representações associadas à definição da posição de um indivíduo no espaço social, torna-se possível reconstituir o trabalho histórico de que resultam tanto a definição de posição neste espaço social, quanto a visão social que se tem dela. É neste contexto que se pode perceber o conjunto de estratégias de acesso e defesa de posição, que culminará em Pernambuco, em princípios do século XVIII, com a Guerra dos Mascates.

E os reinóis do século XVIII, que vieram habitar em Pernambuco, não eram exceções nesse desejo de distinção, alcançada através da posse de terras. Sendo assim, vários foram os que conseguiram possuir um engenho. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello, em seu artigo *Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738*, aponta os seguintes exemplos de portugueses que se tornaram proprietários de engenhos em Pernambuco:

> *o vianense Antônio Rodrigues Campelo, por exemplo, foi senhor do Engenho Moreno, que trocou depois pelo velho e famoso Engenho da Torre; seu primo e cunhado, também vianense, José Peres Campelo levantou o Engenho do Peres, na várzea do Capibaribe (...)" (MELLO, 1981: 142).*

Para os comerciantes que residiam no Brasil, existia uma maior possibilidade de se estabelecerem como parte da elite dominante. Em vista desta perspectiva, vários foram os que se tornaram membros de confrarias ou irmandades religiosas, nas quais conseguiam alcançar os cargos mais prestigiosos, mesmo nas Santas Casas de Misericórdia. Muitos também se tornaram membros de câmaras municipais. Também a compra de terras e engenhos de açúcar, e o casamento com membros de famílias da elite açucareira, igualmente elevavam o seu *status* e lhe assegurava o lugar entre os "homens bons" do Brasil colonial.

A esse desejo de elevação de *status* da burguesia mercantil na Colônia, aliava-se os interesses da Coroa Portuguesa no seu processo de centralização, e a retomada de seu poder em Pernambuco na segunda metade do século XVII. Como destaca a Profa. Vera Lúcia Acioli, a principal estratégia política usada pela Metrópole para a manutenção de sua dominação teria sido "privilegiar a classe economicamente dominante, delegando-lhe poder através da concessão de postos e funções nas corporações militares e administrativas do Estado" (ACIOLI, 1997: 1).

E foi neste cenário colonial que a burguesia em ascensão encontrou aprovação na Coroa e, por isso, foi a elite agrária que foi levada a recorrer às armas para preservar seus privilégios. O Recife, pelo seu porto, representava o centro do comércio da capitania, e era a moradia da grande maioria de negociantes portugueses. Sendo assim, a hostilidade da nobreza da terra aos imigrantes reinóis passa a incluir, também, o próprio Recife.

> *(...) procuravam eles [mercadores] introduzir-se no palácio dos governadores, seus patrícios, meterem-se nos negócios públicos monopolizar os contratos das imposições reais e outros de assuntos diferentes, a ocupar os postos das milícias, e até mesmo a conquistar condecorações honoríficas, passando assim como parentes de pernambucanos ilustres e distintos por seu nascimento e serviços à pátria, cujos descendentes, em decadência, empobrecidos, vendiam por quase nada os seus direitos (COSTA, 1984: 147).*

Ameaçados no seu predomínio econômico e político, os senhores de engenho, lavradores, profissionais liberais e militares "mazombos" começam a recear o poder dos comerciantes e a temer verem-se desalojados do seu prestígio até então inconteste.

Em Pernambuco, desde a expulsão dos holandeses, um precário equilíbrio tinha se estabelecido. Os argumentos da absorção dos custos da Restauração Pernambucana e a necessidade de refazer a economia local foram suficientes para, na antiga época das concessões, gerar uma série de privilégios para a Câmara de Olinda, entre eles o de recolher e manusear parte dos tributos reais. Contudo, por baixo dessa aparente conquista, ia se recompondo de forma nova a lógica da produção e do próprio sistema de poder. Desapareceu com a ocupação holandesa a figura do comerciante dotado de laços suficientes com os senhores para ter acesso ao poder local. Nos tempos iniciais da Colônia, as distâncias sociais entre esses dois tipos, comerciantes e senhores de terras, eram muitas vezes atenuadas por caminhos privados: os laços de matrimônio.

A substituição do parceiro comercial, pessoa à altura social imaginada pelo senhor de engenho, pelo comerciante mascate foi conseqüência necessária do acordo político que ligava os grandes comerciantes lisboetas à Coroa. Uma das causas principais dos conflitos de

1710-1711 foi, então, a nova divisão de poder político entre os agentes, expressa em torno da elevação da Povoação do Recife à vila, aonde os comerciantes teriam acesso ao poder municipal. Os mascates não tinham interesse em executar dívidas e receber em engenhos ou terras, mas antes subordinar politicamente os devedores. Isso fica implícito, no momento em que ambos os grupos suspenderam as hostilidades, após alguns conflitos iniciais, até o aparecimento de um novo governador. Eles deixam para Coroa a definição de um acordo entre as duas partes.

Ideal a que muitos aspiravam, a condição de nobre podia ser alcançada ou perdida. Ao enriquecer no Brasil colônia, o dono de uma loja "de porta aberta" procurava distanciar-se das atividades manuais, associando-se a uma casa comercial de *grosso trato*[4] e ao empréstimo de dinheiro. Por esses meios, asseguravam uma distinção que constituía o primeiro requisito para serem considerados nobres. A ela, porém, deveriam acrescentar um estilo de vida correspondente, que incluía ter serviçais à disposição, usar montaria, gozar de regalias, como obter autorização para celebrar missa no oratório da casa, e demonstrar refinamento de maneiras e de costumes a fim de serem reconhecidos enquanto *homens bons*.[5] Aos homens bons cabia a escolha, entre os de seu meio, dos eleitores que, por sua vez, elegeriam os vereadores, juízes ordinários, procuradores, escrivães, almotacés e outros cargos da Câmara.

A distinção entre nobres e plebeus, ou *mecânicos*, tinha tanto peso na colônia quanto na Metrópole. Embora, no Brasil, a nobreza hereditária só existisse na alta administração colonial, a chamada nobreza civil ou política era constantemente referida e enfatizada, e transparece na documentação, sobretudo notarial e judiciária. Os indivíduos que ocupavam os cargos municipais, a magistratura, os oficiais das Companhias de Ordenanças ou da tropa paga, os doutores em Teologia, Direito Canônico, Medicina, eram considerados nobres. Era próprio do estilo de vida nobre ter cavalos e criados (no Brasil, escravos) e não exercer nenhuma atividade "rústica e mecânica". Quanto à nobreza adquirida pelo comércio, ela só ficou claramente regulamentada depois da Lei de 3 de agosto de 1770. Não era qualquer tipo de comércio que nobilitava o comerciante. Da nobreza estavam excluídos os retalhistas, que muitas vezes tinham uma atividade "mecânica", medindo com as próprias mãos as fazendas que vendiam, assim como os negociantes de "pequeno trato", ou seja, com pequenos capitais e sem caixeiros ou guarda-livros para a sua contabilidade. No que se refere

[4]"Grosso trato significava, literalmente, 'grande comércio'. Seus praticantes denominavam-se 'negociantes de grosso trato' ou 'homens de negócio', basicamente financistas e usurários, diferenciando-se dos comerciantes que vendiam a 'retalho', ou seja, que tinham lojas" (VAINFAS, 2000: 287).

[5] "Homem bom era aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos" (VAINFAS, 2000: 285).

à agricultura, também não era qualquer simples lavrador que podia aspirar à nobreza. Aos grandes lavradores do Alentejo que, em Portugal, conseguiam o enobrecimento, correspondiam no Brasil, os senhores de engenhos ou fazendas, com muitas plantações, e donos de muitos escravos.

Referências bibliográficas:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos**: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

ANJOS, João Alfredo dos. *Luís Cardoso, um homem de negócios no Recife da segunda metade do século XVII*. In: ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury & CAVALCANTI, Sandra Melo (orgs.). **Tempo dos Flamengos e outros tempos; Brasil século XVII**, Seminário Internacional. Brasília: CNPq; Recife: FUNDAJ, Massangana, 1999. Pp. 255-266.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Palavra de Rei...** Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco. Tese de Doutorado-PPGH/UFPE. Recife: 2001.

CABRAL, George Félix de Souza. **Os Homens e os Modos da Governança**: a Câmara Municipal do Recife do século XVIII num fragmento da história das instituições municipais do Império Colonial Português. Recife: Gráfica Flamar, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial**. Portugal e Brasil - Colônia. 2ª edição. São Paulo: Brasilense, 1988.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos, vol. 5 (1701-1739)**. 2ª. edição. Recife: FUNDARPE/ Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

FRAGOSO, João Luís R.; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos**: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738*. In **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, vol. LIII. Recife: 1981. Pp. 113-262.

MESGRAVIS, Laima. *Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia*. In **Estudos Econômicos**. São Paulo, 13 (especial): 799-812, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina na Época Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994.

_____. **História da Família no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A duras penas: estratégias, conquistas e desafios da Enfermagem em escala mundial ♠

Luiz Antonio de Castro Santos♦

Resumo
Busca-se discutir os contornos mais amplos da emergência da Enfermagem profissional na Europa e na América do Norte, nas primeiras décadas do século 20. Revela-se um cenário de intenso intercâmbio de idéias e práticas entre as lideranças do movimento, desconhecendo fronteiras nacionais e conformando espaços de associação e interação verdadeiramente transnacionais – como o Conselho Internacional de Enfermagem. Demonstra-se o equívoco da literatura, de insistir na hegemonia de "modelos nacionais" supostamente diferenciados, disponíveis para difusão pelo mundo todo. As idéias que predominavam entre as novas lideranças eram um amálgama de diferentes tradições.
Palavras-chave: Enfermagem profissional; modelos transnacionais; Conselho Internacional de Enfermeiras.

Abstract
Since the beginnings of the 20th century, the core elements of professionalism among nurses resulted to a great extent from continuous relationships between women leaders across the Atlantic and beyond. These women carved the rise of the profession at international and national conferences, social movements and organizations, touched by feminist, socialist, and professional ideas, from different countries across the world. This crisscrossing of ideas defies any simple labeling of "national systems" (i.e., the "British", the "French" system, etc.) of nursing education at that time of intense ideological effervescence and collective debate about best practices and doctrines.
Keywords: Professional nursing, transnational models, International Council of Nurses

I

A Enfermagem emergiu lentamente como um campo profissional desde os inícios do século 20. Os ingredientes básicos do profissionalismo receberam o impulso mais forte das freqüentes relações e associações entre propagadoras do novo credo, do velho ao novo mundo. Essas mensageiras – enfermeiras militantes como Ethel Bedford Fenwick na Inglaterra, Anna-Emilie Hamilton na França, Mary Adelaide Nutting e Lavinia L. Dock na América do Norte, para citar as mais entusiastas – imbuíram suas seguidoras com um sentido

---

Uma versão resumida deste ensaio foi originalmente preparada como um verbete sobre "Nursing", para o Palgrave Dictionary of Transnational History (Londres: Palgrave Macmillan), 2008, a convite dos organizadores, Akira Iriye & Pierre-Yves Saunier.

PhD em Sociologia pela Universidade de Harvard. Pesquisador e Professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-meio: lacs@ims.uerj.br.

de missão e de busca de identidade, ao findar o século 19 e nas primeiras décadas seguintes, em conferências e encontros nacionais e internacionais.

Os primeiros sinais de agitação profissional surgiram em reação à subserviência nas lides hospitalares. Um sinal de resistência ao poder médico foi a criação da Associação Britânica de Enfermeiras, em 1887, sob a inspiração de Ethel Bedford Fenwick, enfrentando a "oposição estrênua" da Associação dos Hospitais e de Florence Nightingale (*ibid*: 55). Florence pregava a necessidade de 'vocação' entre as jovens candidatas – uma dimensão do profissionalismo que ultrapassou o Atlântico Norte e Sul, chegando à Austrália colonial, no Pacífico, até alcançar a Coréia e o Japão no início do século 20 (GODDEN e HELMSTADTER, 2004; TAKAHASHI, 2002). Os conhecimentos clínicos das enfermeiras foram bastante eficazes e "representaram um desafio importante à estrutura patriarcal dos hospitais" (GODDEN e HELMSTADTER, 2004: 157, 166). A nosso ver, o *ethos* profissional de "maternidade, envolvimento religioso, repressão e influência moral" (p. 164) nunca foi predominante e, mesmo que assim fosse, ao invés de se chocar com a dimensão profissional, na verdade pôde, em muitos casos, representar um substrato emocional poderoso, para a conquista de um 'nós' coletivo.

Indubitavelmente, foi hospitalar o modelo inicial que cruzou os mares a partir da Inglaterra, inspirado em Florence. Durante a década de 1890, a supremacia deste modelo sofreu um primeiro revés do outro lado do Atlântico, na Universidade Johns Hopkins. Foi ali, em Baltimore, que se instalou o primeiro centro universitário de formação de enfermeiras (WILLIAMSON, 2000). Desde o ano de 1890, esse espaço precioso para as jovens estudantes permitiu-lhes deixar o 'claustro' dos hospitais e experimentar a atmosfera mais democrática de um campus. Essas mudanças se deram, em boa medida, com a colaboração de Ethel Bedford Fenwick, em associação com as lideranças de Johns Hopkins, Adelaide Nutting e Lavinia Dock, em 1893.[1] Delas brotaram as sementes de duas entidades de interesse coletivo, a Liga Nacional do Ensino da Enfermagem e a Associação Americana de Enfermagem (DAVIES, 1983: 50). Em outra conferência do Conselho Internacional de Mulheres, em 1899, Fenwick preconizou a criação do Conselho Internacional de Enfermeiras – ICN, naquele mesmo ano. Assim somava-se a influência do International Council of Nurses à atuação daquelas primeiras associações norte-americanas -- 'nacionais até certo ponto, pois se tornaram elementos-chave na circulação de atores e idéias entre muitos países.

[1] Devo essas informações a Pierre-Yves Saunier, que conhece como poucos a etnografia dessas conferências internacionais.

Essas repercussões se fizeram sentir com muita força na França. A enfermeira Anna Hamilton, formada em medicina em Montpellier, em 1900, engajou-se na promoção da enfermagem em seu país, em duros embates com outros segmentos da profissão, particularmente com religiosas, mantendo sempre "uma correspondência regular com líderes da enfermagem nos Estados Unidos e na Inglaterra" (SCHULTHEISS, 2001: 86).

Esse entrecruzamento de idéias, desde os anos de 1890, desafia a rotulação de 'sistemas nacionais' de ensino de Enfermagem (o 'modelo francês', o 'modelo inglês' etc.) naquela época de intensa efervescência ideológica e amplo debate sobre doutrinas e práticas. Mas a virada nas concepções sobre a Enfermagem profissional deu-se em grande parte por força de fatores políticos. Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos entre 1913 e 1921, foi quem concebeu o projeto para uma Liga das Nações (WIEBE, 1965: 216, 273, 279) e favoreceu a proposta de sanitaristas, de colocar as organizações da Cruz Vermelha sob uma única agência, ligada à Liga das Nações (HUTCHINSON, 1995: 23). Em Cannes, em abril de 1919, uma conferência reuniu um grupo de médicos e representantes de entidades filantrópicas. Uma sessão especial foi dedicada às enfermeiras. Dali se firmaram as bases para a criação de uma Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e para uma linha programática específica, a Divisão de Saúde Pública.

A nova Liga se envolveu em escaramuças políticas e administrativas com entidades de caráter filantrópico, como a Fundação Rockefeller, quando procuravam semear o campo fértil da Enfermagem, particularmente da saúde pública, nos anos seguintes ao fim da Primeira Guerra. A Rockefeller, alvo principal dos ataques da Liga, patrocinou a Enfermagem de Saúde Pública e Escolas de Enfermagem nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, desde a década de 1920, a exemplo das escolas na Universidade de Yale e no Rio de Janeiro (Anna Nery), e apoiou a criação de associações nacionais de enfermagens – como a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), em 1926 --, além de abrir e operar postos de higiene e centros de saúde em diversas partes do mundo (RAFFERTY, 1995; CASTRO SANTOS e FARIA, 2004; FARIA, 2006). No período entre-guerras, as contendas políticas entre a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e agências filantrópicas como a Fundação Rockefeller provocaram o intercâmbio entre lideranças profissionais e suas propostas de ação. A agenda e a temática eram muito diversificadas, pois incluíam os encontros da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, o Conselho Internacional de Mulheres (Ethel Bedford Fenwick também era muito atuante no *International Council of Women*) e a Organização Internacional do Trabalho (criada em 1919, pelo Tratado de Paz que se seguiu ao conflito mundial) (TAKAHASHI, 2002; RAFFERTY, 1995). As conexões entre a OIT e o

Conselho Internacional de Enfermeiras, encetadas por lideranças do porte de Ethel Fenwick, inspiravam-se "na linguagem do movimento operário internacional'" (RAFFERTY, 1995: 276). Se os aspectos feministas e socialistas do movimento estavam presentes nos encontros do ICN (TAKAHASHI, 2002), as dimensões ainda mais amplas, da cidadania e dos direitos universais, contempladas pela Organização Internacional do Trabalho, compunham o novo ideário (RAFFERTY, 995: 277), com a nota dissonante do cenário asiático (TAKAHASHI, 2002), quanto às perspectivas de fortalecimento profissional.

Ainda que algumas enfermidades como a malária, o tracoma e a tuberculose fossem um fardo comum a sociedades do Ocidente e do Oriente (CASTRO SANTOS e FARIA, 2004; HEALEY, 2006; MURARD e ZYLBERMAN, 1987; RAFFERTY, 1995: 269; TAKAHASHI, 2002), as respostas institucionais variavam imensamente de país para país. A Junta Internacional de Saúde, da Fundação Rockefeller, financiou e supervisionou campanhas maciças contra a tuberculose e a malária e programas de ensino de Enfermagem na Europa oriental e ocidental[2] O ambiente profissional e cultural e o grau de intervenção do Estado modelavam os contornos dos padrões do ensino e do trabalho profissional em cada país ou região. No caso da França, eclodiram rupturas e dissensões entre as lideranças profissionais francesas, em torno de suas respectivas propostas pedagógicas. A reformadora Anna Hamilton, a pioneira dos programas de treinamento em Bordeaux, buscava formar "enfermeiras de carreira, altamente treinadas", e colidia com o modelo tradicional das religiosas, dominante em Lyons e Paris (SCHULTHEISS, 2001.: 5-7). "Cada subgrupo francês possuía seus patrocinadores e referências estrangeiros, que eram conduzidos à competição nacional para criar a nova enfermeira francesa" (SAUNIER, comunicação pessoal, 13 de novembro, 2006).

O vasto cenário das reformas que se descortinava diante das participantes dos encontros do ICN refletia fluxos 'transnacionais' de idéias e práticas. Mas este amplo painel não deve levar-nos a negligenciar os acontecimentos nacionais que deram ao ICN seu vigor inicial. Os bastidores da ação coletiva, construída pelas enfermeiras das nações mais industrializadas em princípios do século 20, revelavam um complexo de atitudes derivado de um "ideal sanitário", nos Estados Unidos (ARMENY, 1983: 15,33). Lavinia Dock, unindo esforços à companheira inglesa, Ethel Bedford Fenwick, foi um nome fundamental para a maturação política daqueles ideais de reforma sanitária, que conduziram à criação da Organização Nacional da Enfermagem de Saúde Pública (1912), nos Estados Unidos. O

[2] Para uma análise primorosa das atividades do International Health Board na França, ver Murard e Zylberman, 1987.

Relatório Goldmark, comissionado pela Fundação Rockefeller em 1919 e publicado em 1923, para realizar um balanço da Enfermagem nos Estados Unidos, expôs os problemas do desempenho da atividade para as novas profissionais (padrões de qualidade, técnicas etc.), sem cair em propostas de metas de 'produtividade' (GOLDMARK, 1923: 342-366; SILVA JUNIOR, 2003).

Na década de 1920, expandiam-se vigorosamente a Medicina Preventiva e a Enfermagem de Saúde Pública, ampliando a área de atuação para os países subdesenvolvidos, cujos governos levantavam a bandeira da 'saúde rural' e dos serviços de assistência comunitária, em programas como os de prevenção e luta contra a ancilostomíase e outras endemias dos campos. Esses foram os tempos das parcerias entre políticas estatais na área da saúde e a cooperação internacional da Fundação Rockefeller, particularmente nas décadas de 1920 e 1930, na América Latina (CASTRO SANTOS, 1987, 2004; BIRN, 1993; VESSURI, 2001; PALMER, 2004), quando as populações rurais, que compunham a imensa maioria em todos os países do continente, viram-se envolvidas em campanhas sanitárias vincadas em projetos de construção nacional e ampliação dos aparelhos de Estado. Antes da Segunda Guerra, esses avanços resultaram, em boa parte, da atuação da Fundação Rockefeller e da atenção dada por agências supranacionais (sobretudo a Liga das Nações) aos conceitos de medicina preventiva e saúde coletiva.

Um ponto dos mais controversos diz respeito à enfermagem psiquiátrica, em relação à qual os acontecimentos no Brasil naquela época talvez espelhem o quadro latino-americano e, até certo ponto, o panorama dos países centrais. Desde a década de 1920 havia uma corrente de esforços e iniciativas voltados para uma concepção comunitária e preventiva, que apontava (por certo timidamente) para o que hoje se chamaria uma 'concepção crítica em enfermagem de saúde mental', defendida por lideranças latino-americanas (MALVÁREZ, 1999). No Brasil, era no Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, que essas noções recebiam atenção especial, como atestam os Cursos de Saúde Pública ministrados, desde 1940, para 'higienistas' do SESP (com estreitos vínculos com a Enfermagem) e dos serviços sanitários federais e estaduais. Entre os cursos ministrados em Manguinhos, havia o de Higiene Mental. Essa visão mais aberta era defendida pelo Departamento Nacional de Saúde, nos cursos para enfermeiras promovidos em 16 estados, entre os anos de 1939 e 1943, que diplomaram cerca de setecentas visitadoras sanitárias para os serviços públicos (CASTRO SANTOS e FARIA, 2006).

Após a Segunda Guerra, as tentativas de entidades intergovernamentais, como a Organização Mundial da Saúde, de promover a Enfermagem profissional na África e na Ásia,

tiveram de enfrentar não somente obstáculos organizacionais e culturais – discutidos mais adiante – mas, antes de tudo, a expansão dos interesses privados do complexo médico, farmacêutico e hospitalar, em escala mundial.

II.

Já se discutiu as personagens centrais que, a duras penas, construíram o cenário para a nova profissão, tanto no âmbito de seus países como no plano internacional, ainda nos primeiros decênios do século 20. Enormes desafios – culturais, políticos e econômicos -- se colocavam para as protagonistas dos episódios rituais de crescimento e legitimação profissional (COLLINS, 2004). A questão racial era um tema sensível em todo o mundo, e as doutrinas eugênicas – mais fortes e perniciosas na Europa do que em qualquer outra parte – não poupavam mesmo os pensadores e militantes socialistas do início do século 20, como Lavinia Dock. (WILLIAMSON, 2000: VI).

Essa atmosfera carregada afetava também os programas na Ásia. Na Índia, o sistema de castas adicionava ao peso da discriminação entre segmentos sociais uma forte desconsideração por papéis desempenhados por mulheres. As consultoras internacionais na Índia recém-independente não se furtavam a olhares condescendentes sobre a constituição 'frágil' da mulher indiana e acabavam por reforçar a dominação masculina no espaço hospitalar (HEALEY, 2006). No Japão, o papel milenarmente submisso das mulheres, o militarismo patriótico e a ideologia conservadora do Comitê Nacional da Cruz Vermelha, que controlava o treinamento das enfermeiras, operavam como um cordão de proteção contra o feminismo e a busca de autonomia profissional, por parte das lideranças do ICN. Estas eram, com freqüência, denominadas "socialistas perigosas", pelas autoridades da Cruz Vermelha japonesa (TAKAHASHI, 2002: 94).

Até que ponto estruturas sociais brutalmente segmentadas – especialmente nas sociedades agrárias da Europa oriental, África, Ásia e América Latina -- poderiam comportar, naquela época, um recrutamento de enfermeiras genuinamente democrático, sob o ângulo racial e de gênero? Em muitos países, lideranças da Enfermagem e dirigentes educacionais postulavam a criação de pequenas 'elites de poder' no seio da profissão, como uma estratégia válida para a conquista de um território de saber 'legítimo', aos olhos das classes sociais mais altas, de tal modo a atrair jovens estudantes promissoras.

Nos dias de hoje, o corporativismo e os interesses materiais da categoria – luta por melhores salários, conflitos pelo poder e litígios nos Conselhos profissionais, adesão compulsória aos sindicatos e conselhos etc. – têm jogado para segundo plano os ideais

solidários que constituíram a reserva moral e a legitimidade política da Enfermagem moderna. Anna-Emilie Hamilton conhecia como poucas esse dilema da profissão, quando escreveu: "Para tornar-se uma carreira, a Enfermagem deve, não obstante, permanecer uma vocação" (cit. em SCHULTHEISS, 2001:92; ver também PAICHELER, 1995). Outro desafio é posto pelas clivagens internas entre as enfermeiras diplomadas e as auxiliares, que podem reproduzir rituais de dominação de status, como os que marca(ra)m as relações entre o poder médico e a 'enfermagem subalterna' (GOFFMAN, 1969). Esforços importantes têm sido feitos para a superação dos problemas envolvidos na hierarquia, por organizações internacionais como a Fundação Kellogg e as Unidades de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Políticas e Sistemas de Saúde da OPAS, com atuação em toda a América Latina (MALVÁREZ e HEREDIA, 2005). Um terceiro desafio envolve particularmente a Enfermagem latino-americana, para a qual se impõe a superação de barreiras lingüísticas com o inglês e o francês, responsáveis pela redução nos fluxos de interação transnacionais. A Federação Pan-americana de Profissionais de Enfermagem (FEPPEn), criada em 1970, ainda que tenha fortalecido os laços entre as coletividades profissionais de fala portuguesa e espanhola, parece ter tido o efeito não-antecipado de enfraquecer o relacionamento político e intelectual com os demais países membros do ICN. A forte militância política da Enfermagem latino-americana parece desconsiderar, presentemente, que a política 'radical' teve seu início nos grandes encontros do Conselho Internacional das Enfermeiras, como o que ocorreu em Copenhague, em 1922, e na inspiração feminista e socialista de suas primeiras líderes (RAFFERTY, 1995: 277, 281). O intercâmbio intercontinental enfraquecido, em razão de barreiras corporativas e lingüísticas, pode vir a comprometer os ideais francamente universalistas, concebidos por Ethel Bedford Fenwick na Inglaterra, Anna-Emilie Hamilton na França, ou Mary Adelaide Nutting e Lavinia L. Dock na América do Norte, há cerca de um século.

Referências Bibliográficas:

ARMENY, Susan "Organized nurses, women philanthropists, and the intellectual bases for cooperation among women, 1898-1920". *In* Ellen C. Lagemann (ed.), *Nursing History: New Perspectives, New Possibilities,* North Tarrytown: Rockefeller Archive Center & New York: Teachers College Press, 1983.

BENDIX, Reinhard *Work and authority in industry: Ideologies of management in the course of industrialization*. Berkeley: University of California Press, 1974.

BIRN, Anne-Emanuelle Local health and foreign wealth: the Rockefeller Foundation's public health programs in Mexico, 1924-1951. Baltimore, Maryland: School of Hygiene and Public Health, Johns Hopkins University, tese de doutorado em Saúde Pública, 1993.

CASTRO SANTOS, Luiz A. *Power, ideology, and public health in Brazil, 1989-1930*. Cambridge, Mass.: Harvard University, tese de doutorado em Sociologia, 1987.

CASTRO SANTOS, Luiz A. "Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: Ensaio de sociologia histórica". *In* Hochman, G. and D. Armus (eds), *Cuidar, controlar, curar: Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e no Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

CASTRO SANTOS, Luiz A. e FARIA, Lina "A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo." *Horizontes* Vol 22 (2). Pp. 123-150. [http://www.usf.br/edusf/revistas/horizontes/Horizontes-2004-2/hor-3.pdf], 2004.

CASTRO SANTOS, Luiz A. e FARIA, Lina "O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro" *Trabalho, Educação e Saúde,* vol. 4, n. 2, setembro. Pp. 291-324, 2006.

DAVIES, Celia "Professionalizing Strategies as Time- and Culture-Bound: American and British Nursing, Circa 1893", *in* Ellen C. Lagemann (ed.), *Nursing History: New Perspectives, New Possibilities,* North Tarrytown: Rockefeller Archive Center & New York: Teachers College Press, 1983.

FARIA, Lina "Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção". *Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro. Pp. 173-212, 2006.

FERONI, I. e KOBER, A. "L'autonomie des infirmières: Une comparaison France/Grande Bretagne", *Sciences Sociales et Santé,* (13) 3, Septembre. Pp. 35-68, 1995.

GODDEN, Judith e HELMSTADTER, Carol "Woman's mission and professional knowledge Nightingale nursing in Colonial Australia and Canada", *Social History of Medicine* Vol. 17 (2). Pp. 157-174, 2004.

GOFFMAN, Erving *The presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday, 1959.

GOLDMARK, Josephine (org.) *Nursing and nursing education in the United States: Report of the Committee for the study of nursing education*. Nova York: The Macmillan Company, 1923.

HEALEY, Madelaine "'I'm the gal that can do it if they let me': International Nurse Advisers and Notions of Professionalism in Indian nursing, 1947-1965". Politics Program, La Trobe University, Melbourne, Austrália (aceito para publicação em *Nursing History Review)*, 2006.

HUTCHINSON, John F. "'Custodians of the sacred fire': the ICRC and the postwar reorganization of the International Red Cross", in Weindling, Paul (ed.) *International health organizations and movements, 1918-1939.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

JOSHI, Priti "Our mutual friend: the dual work of 'wastes' in Chadwick´s *Sanitary Report*". Acesso em 20 de fevereiro de 2007, http://humwww.ucsc.edu/dickens/OMF/joshi.html, s/d.

MALVÁREZ, Silvina e HEREDIA, Ana Maria (orgs.) *Profesionalización de auxiliares de enfermería en América Latina.* Washington D.C.: OPS, 2005.

MURARD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick "La mission Rockefeller en France et la création du Comité National de Défense contre La Tuberculose", *Revue d´histoire moderne et contemporaine* XXXIV. Pp. 257-281, April/June 1987.

PAICHELER, Geneviève "Présentation: Les professions de soins: territoires et empiètements", *Sciences Sociales et Santé* (13) 3, Set.. Pp. 1-5, 1995.

PALMER, Steven "Saúde imperial e educação popular: a Fundação Rockefeller na Costa Rica em uma perspectiva centro-americana, 1914-1921". *In* Hochman, G. and D. Armus (eds), *Cuidar, controlar, curar: Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e no Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

RAFFERTY, Anne Marie "Internationalising nursing education during the interwar period". *In Weindling, Paul (ed.). International health organizations and movements, 1918-1939.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SANNA, Maria Cristina "Clarice Della Torre Ferrarini: o depoimento de uma pioneira da administração em enfermagem no Brasil". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* vol. 10 (3). Pp. 1053-70, set.-dez, 2003.

SCHULTHEISS, Katrin *Bodies and souls: Politics and the professionalization of nursing in France*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2001.

SILVA JUNIOR, Osnir Claudiano da A profissionalização da enfermagem nos Estados Unidos da América do Norte: a proposta educativa do Relatório Goldmark, 1923. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, UERJ, 2003.

TAKAHASHI, Aya "The Western mode of nursing evangelized? Nursing professionalism in twentieth century", *in* Stanton, Jennifer (ed.) *Innovations in Medicine and Health: Diffusion and resistance in the twentieth century.* Florence, KY: Routledge, 2002.

VESSURI, Hebe "Enfermería de salud pública, modernizacion y cooperación internacional. El proyecto de la Escuela Nacional de Enfermeras de Venezuela, 1936-1950", *História, ciências, saúde – Manguinhos* VIII (3), September/December. Pp. 507-540, 2001.

WIEBE, Robert H. *The search for order: 1877-1920*. New York: Hill and Wang, 1965.

WilliaMson, Lori *A history of nursing*. Bristol: Thoemmes Press, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A hanseníase como objeto histórico: o caso brasileiro

Lina Faria*
Luiz Antonio de Castro Santos♣
Carlos Henrique Assunção Paiva*

Resumo
Ao discutir a luta contra a hanseníase no Brasil, em especial, no Maranhão, o objetivo do presente trabalho é analisar as diferentes concepções médicas e "profanas" da doença, bem como as propostas de intervenção social de combate à hanseníase, que desafia conceitos e convicções sobre o tratamento e propagação. O texto procurará explorar os significados epidemiológicos, médicos (as políticas de confinamento), culturais e sociais (particularmente a questão do estigma sobre um mal biblicamente associado ao pecado e à impureza) da hanseníase, procurando estabelecer certos traços comuns à sociedade brasileira.
Palavras-chave: Hanseníase, Maranhão, Primeira República.

Abstract
As the fight against leprosy in Brazil, particularly in the state of Maranhão, is singled out for analysis, this paper discusses the different medical and "profane" conceptions of the disease, in addition to the proposals of public health intervention, always challenged by rival doctrines or convictions about contagion, diffusion, and treatment. The changing epidemiological, medical (i.e., the practices of isolation), social, and cultural views (particularly the stigma associated with the notions of sin, purity and danger) will help the search for singularities, as well as common elements, among Brazilian and other populations.
Keywords: Leprosy; Brazil´s State of Maranhão; First Republican period.

Apresentação

Trata-se de uma moléstia que caminha lentamente, com alterações morfológicas e fisiológicas que desafiam conceitos e convicções sobre o tratamento e propagação. A hanseníase começou a ser vista como uma "enfermidade" merecedora de atenção médico-social, de acumulação de conhecimentos científicos e de medidas de contenção, a partir de inícios do século XX. A doença passou a fazer parte da dramaturgia do sofrimento humano desde a Antiguidade, mas sua identidade etiológica remonta apenas ao final do século XIX – quando o médico norueguês Gerhard H. A. Hansen descobriu o bacilo causador que leva seu nome.

* Historiadora, Doutora em Saúde Coletiva, Pesquisadora do Departamento de Políticas, Planejamento e Administração em Saúde – IMS/Uerj. Pesquisadora Associada DPCT/Unicamp. E-mail linafaria@ims.uerj.br; lina@compuland.com.br.
♣ Sociólogo, Professor Adjunto do Instituto de Medicina Social da UERJ. E-mail lacs@ims.uerj.br.
* Historiador, Doutor em Saúde Coletiva. Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz. E-mail: cpaiva@coc.fiocruz.br.

No Brasil, até os tempos da Primeira República, famílias inteiras de leprosos, como ciganos errantes, sobreviviam ao descaso das autoridades sanitárias ou, mais tarde, como corpos policiados, eram vítimas de políticas de institucionalização cruéis. As questões da nacionalidade, às quais se associavam o "problema da raça" e do "melhoramento eugênico", passaram a demandar a eliminação da mancha da hanseníase no país. Alguns estados da Federação se destacavam nas estatísticas de casos mórbidos e um deles – o Estado do Maranhão – cedo ocupou a atenção de sanitaristas, pesquisadores e autoridades da saúde.

Em meados dos anos de 1920, havia uma pandemia de hanseníase não só no Maranhão, mas em vários estados brasileiros. De acordo com as estatísticas da época, 90% dos portadores de lepra eram pobres ou miseráveis. Medidas sanitárias foram adotadas, pelos governos Federal e estaduais, tais como: isolamento compulsório dos doentes em colônias agrícolas, asilos, preventórios, sanatórios, leprosários, hospitais ou no próprio domicilio; notificação obrigatória e exame periódico dos comunicantes (SILVA ARAUJO, 1927).

A atuação do Departamento Nacional de Saúde Pública e a criação de uma legislação sanitária

Desde 1920, o recém-criado Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), sob a direção de Carlos Chagas, abrigava uma Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, voltada para o controle da propagação da doença. As atribuições do novo Departamento permitiram que várias regiões mais pobres do país pudessem contar com apoio federal para evitar a propagação da doença.

A hanseníase gerou uma preocupação pela saúde pública e se tornou uma área importante da atuação do Estado. Nesse cenário manifesta-se a questão da nacionalidade. Os debates políticos sobre higiene começavam a apontar na direção da transformação da saúde em um "problema nacional". Para tanto, limpar a mancha da lepra significava uma tarefa de salvação nacional. Em virtude do forte impacto social da doença, academias de medicina e centros de pesquisa começaram a se reunir para discutir as medidas necessárias de prevenção e erradicação. A hanseníase passou a ser vista como uma ameaça à civilização, à raça e à nação, tamanha a importância social que passou a lhe ser atribuída (CASTRO SANTOS, 1985; LIMA, 1996; HOCHMAN, 1998). A hanseníase representava uma ameaça não só no Brasil, mas em vários países latino-americanos. Obregón nos mostra que, na Colômbia, nessa

mesma época e até inícios dos anos de 1950, nenhuma doença foi tão estigmatizada como a lepra (OBREGÓN, 1996)[1].

Antes da criação do DNSP quase nenhuma providência se havia tomado para impedir a difusão da hanseníase e erradicá-la do território nacional. Existiam na Capital e, em alguns estados, hospitais para leprosos que eram mantidos por associações privadas ou pelos governos estaduais, mas não havia uma legislação sanitária visando à profilaxia da doença. No distrito federal, os serviços eram diretamente executados pela Inspetoria. Nos estados, dada a organização política do país, era a execução dos serviços feita mediante acordo com os respectivos governos, que, segundo Oscar da Silva Araújo (Inspetor de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas), "deveriam respeitar e fazer cumprir, dentro de seu território, a legislação sanitária federal no que diz respeito ao assunto" (SILVA ARAUJO, 1927: 196).

Legislação Sanitária

O sistema adotado consistia em três fatores básicos: na notificação obrigatória; no exame periódico dos comunicantes e no isolamento em colônias agrícolas, asilos, hospitais ou no próprio domicilio do doente. O isolamento no domicílio era aceito pela autoridade sanitária, desde que não oferecesse grandes riscos de contágio. O doente e seus familiares eram, no entanto, mantidos sob rigorosa vigilância e submetendo-se a exames periódicos.

O Regulamento prescrevia, em resumo, as seguintes medidas: "a) notificação obrigatória; b) levantamento do censo de leprosos; c) isolamento obrigatório em domicílio, colônias agrícolas, sanatórios, hospitais ou asilos; d) vigilância sanitária dos doentes isolados em domicílio; e) vigilância sanitária dos suspeitos; f) vigilância sanitária preventiva dos comunicantes; g) assistência pecuniária aos leprosos isolados ou às suas famílias; h) proibição do exercício, por leprosos, de ofícios ou profissões que possam ser perigosos à coletividade; i) proibição da entrada no território nacional de estrangeiros leprosos; j) proibição da amamentação natural pelas mulheres leprosas; [...]; m) segregação imediata dos

[1] *Diários de Motocicleta*, filme dirigido por Walter Salles, e inspirado nos diários de Ernesto Guevara durante sua primeira viagem pela América Latina, também nos mostra como a lepra era uma doença estigmatizada em toda a América Latina e como era forte a defesa, pelas autoridades sanitárias, pelo isolamento compulsório em colônias agrícolas, asilos, preventórios, sanatórios, leprosários e hospitais. Prestes a se formar em Medicina, Guevara decide percorrer a América Latina, ao lado do amigo bioquímico Alberto Granado, e desvendar o continente sobre o qual conhecia apenas através dos livros. Inicialmente equipados com uma moto, apelidada de La Poderosa, os dois rapazes enfrentaram diversos percalços ao longo da viagem e descobriram um quadro generalizado de miséria e doença. Uma das cenas mais importantes de *Diários de Motocicleta* é aquela que se passa no leprosário, situado em San Pablo, na Amazônia peruana. A ilha habitada pelas vítimas da hanseníase pode ser vista como símbolo da segregação e de uma América Latina como um imenso continente de leprosos.

filhos nascidos de pais leprosos; [...]; q) educação higiênica popular no sentido de tornar conhecidas as condições de contágio da doença" (SILVA ARAUJO, 1927: 198-199).

Nos anos de 1920, a hanseníase se distribuía principalmente em dois grandes focos: um ao norte do país, compreendendo os estados do Amazonas, do Pará e Maranhão; outro mais ao sul, compreendendo os estados de Minas Gerais e São Paulo. Em virtude do alastramento da doença por esses estados, o DNSP planejou a construção de uma grande colônia agrícola no Pará (a primeira colônia agrícola para leprosos no Brasil), um hospital de isolamento no Maranhão e duas colônias agrícolas em Minas Gerais. Em São Paulo[2], o próprio governo estadual já vinha providenciando a construção de uma grande colônia em Santo Ângelo (SILVA ARAUJO, 1927: 206; MONTEIRO, 2003).

A educação sanitária e a propaganda higiênica foram armas poderosas no controle da hanseníase no país. A propaganda higiênica era feita nos dispensários, leprosários, asilos e hospitais por meio de cartazes, folhetos, artigos nos jornais, exposições, etc. Visava principalmente chamar a atenção para as vantagens da profilaxia preventiva. Em 1923, a Inspetoria criou o Serviço de Visitadoras. Um curso intensivo de seis meses sobre doenças venéreas e lepra foi organizado para formação e orientação dessas profissionais. As visitadoras ficaram encarregadas de levar à população carente noções e conceitos de higiene. (SILVA ARAUJO, 1927: 211; BARROS BARRETO, 1942).

No início de suas atividades, o DNSP firmou acordo com 18 estados, a exceção de São Paulo. As primeiras medidas sanitárias foram: realização de censos sanitários em todos os estados; registro dos doentes; estabelecimento de um regime de vigilância sanitária para os leprosos que permanecessem em domicílio; aplicação do óleo de *chaulmoogra* e construção de colônias agrícolas (SILVA ARAUJO, 1927: 203). Mas, não restava dúvida, de que, naquele momento, o tratamento era o recurso profilático mais eficaz na campanha anti-hanseniana.

Para o DNSP, o tratamento era um importante instrumento no auxílio à profilaxia preventiva, pois evitava a reclusão dos doentes em colônias ou sanatórios e diminuía o isolamento obrigatório. A Inspetoria ficou responsável por difundir a importância do tratamento como meio auxiliar da profilaxia. Além do desempenho de funções previstas no Regulamento da Legislação Sanitária, a Inspetoria vinha se constituindo em um importante centro de estudos e pesquisas sobre a lepra. Em seus laboratórios eram desenvolvidas pesquisas para o aperfeiçoamento de medicamentos destinados ao tratamento da doença.

[2] Para um estudo mais aprofundado sobre a lepra em São Paulo ver Monteiro, 2003.

A propagação incontida e a necessidade de isolamento levaram o DNSP à iniciativa de reunir, na capital do país, a Primeira Conferência Americana da Lepra, em 1922, de cuja organização ficou encarregada a Inspetoria. Participaram delegados de quase todos os países americanos e de alguns países europeus. Essa Conferência significava uma nova área de atuação e de associação para os profissionais que já vinham atuando no campo, com as conhecidas dificuldades de prevenção, cura ou controle da enfermidade.

A Conferência reuniu médicos, sanitaristas, intelectuais e autoridades sanitárias, para discutirem sobre as estatísticas e os modos de diagnóstico e prognóstico da doença. Naquela época, praticamente não existiam dados sobre a história e trajetória da hanseníase no Maranhão e/ou em outros estados brasileiros. Acreditava-se que a doença havia penetrado no país com a imigração européia e com os negros africanos. Os arquivos de higiene traziam ligeiras referências sobre a penetração, a propagação e o número de pessoas afetadas (MENDONÇA, 1922: 7).

A hanseníase no Maranhão

É importante salientar que, até a criação do DNSP, muito pouco se fez, por parte do Governo Federal, no Maranhão, para tentar solucionar ou amenizar os problemas relativos ao alastramento de casos de lepra no estado. Nos primeiros anos de 1920 havia cerca de mil doentes de hanseníase na terra de Nina Rodrigues. A notícia da hanseníase no Maranhão fez soar um alerta: a maioria dos municípios não tinha condições de cuidar efetivamente dos problemas da saúde pública; basicamente só existiam serviços sistemáticos e regulares na capital do estado, como o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural. A iminência do perigo da doença mobilizou as autoridades sanitárias e políticos na busca de soluções para tentar evitar seu alastramento.

O estudo da história pregressa e da distribuição geográfica da hanseníase no Maranhão, nas primeiras décadas do século XX, era ainda muito falho. Segundo Sálvio de Mendonça[3] (Médico e Delegado pelo Maranhão na Conferência Americana da Lepra), em fala apresentada à Primeira Conferência "não nos coube saber de quando apareceu a moléstia no Maranhão, de quando começa ali a sua invasão [...] degradante, no espetáculo funambulesco de suas mutilações" (MENDONÇA, 1922: 8).

Apesar da carência de informações sobre o número de doentes e a extensão da propagação da doença no Maranhão, Sálvio de Mendonça fornece dados preciosos referentes

[3] Em "Memória apresentada à 1ª. Conferência Americana da Hanseníase", 1922, Rio de Janeiro.

a alguns municípios maranhenses. Segundo ele, em 1923 existia mais de mil pessoas contaminadas no estado, número esse registrado em função da grande procura aos dispensários. Naquela época, apenas onze municípios haviam sido recenseados: São Luiz com 160 leprosos, Anajatuba com 87, Macapá, Cajapió, São Bento e Santo Antonio e Almas com 75, Viana com 89, Caxias com 48, Alcântara com 24, Cururupu com 10 e Pedreiras com 8, alcançando ao todo 501 leprosos. Desses 329 eram homens e 172 mulheres. 237 tinham entre 20 e 40 anos e 306 apresentavam a forma nervosa da doença (MENDONÇA, 1923: 4-5)[4].

No início do século XX, os locais de maior penetração de europeus e africanos eram regiões onde a hanseníase havia tomado grandes proporções. As baixadas dos rios Mearim e Pindaré e o recôncavo de uma pequena parte da costa e do rio Itapecurú eram verdadeiros focos de contaminação. Essas regiões, maiores centros de agricultura e lavoura do Maranhão, com pequenos núcleos de habitações rurais, não possuíam praticamente nenhum serviço de higiene ou assistência médica e hospitalar. Na região do rio Mearim - um dos mais extensos focos da doença - tomou a moléstia grandes proporções em algumas localidades como Viana, Matinha, Penalva, Monção e São Luiz Gonzaga. Nessa área, cuja população era de quase vinte mil pessoas, existiam cerca de cento e cinqüenta doentes recenseados.

Mas, um dos focos mais ativos da moléstia, que se disseminava por todos os cantos e ruas do Maranhão, era representado pela terra natal de Nina Rodrigues - Anajatuba. "É um lugarejo sórdido pela sua localização, por suas condições telúricas, por seus meios de comunicação por suas condições de vida e de trabalho" (MENDONÇA, 1923: 12). A migração interna contribuía profundamente para o alastramento da doença, com maior ou menor intensidade. O discurso de Sálvio de Mendonça na Conferência Americana, assim como de outros Delegados, era um alerta para que as autoridades sanitárias tomassem medidas eficientes e adotassem uma profilaxia sistematizada no controle à doença.

Algumas tentativas para conter o mal

A impossibilidade de a maioria dos estados enfrentarem os problemas de saúde, sem o apoio material e financeiro do governo federal, contribuiu para que este interferisse de forma direta nos momentos de recrudescimento das crises epidêmicas e abriu caminho para

[4] 58% dos casos eram da forma nervosa, 16% da forma cutânea e 25% dos casos da forma mista, 1922: 21.

uma parceria internacional representada pela Fundação Rockefeller[5]. Acordos foram firmados entre a Rockefeller e os governos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além do Distrito Federal. O Maranhão foi o único estado nordestino a receber auxílio da Fundação, antes de 1920. No Maranhão, o apoio duplicou: de $8 mil, em 1919, para mais de 16 mil dólares, em 1920. Grande parte dessa verba, no entanto, foi direcionada para as campanhas de combate à malária e à varíola. Muito pouco se fez em relação à lepra (CASTRO SANTOS e FARIA, 2003).

Falando sobre a saúde pública nessa época, não se pode deixar de ressaltar o quanto se faziam necessários os serviços sanitários. Com exceção de São Paulo - que já se preocupava com os problemas relativos à saúde desde inícios da República - tanto o Maranhão quanto os outros estados da federação continuariam a ser duramente castigados por sucessivos e freqüentes surtos epidêmicos, além de um mau estado sanitário e da ausência de serviços sistemáticos e de abastecimento de água. O péssimo estado de salubridade do Maranhão deu a São Luiz, segundo Meireles, uma má fama de cidade suja e insalubre (1993: 55).

Era preocupante a incidência de casos de hansen, principalmente nos municípios de Anajatuba, Macapá, São Bento, Santo Antonio de Balsas, Pinheiro, São Vicente Ferrer, Caxias, Alcântara e São Luiz, como se disse anteriormente (MEIRELES, 1993:58). Para as autoridades sanitárias maranhenses, tornava-se urgente aparelhar os poderes públicos para que pudessem implementar políticas sanitárias. Nesta época, já existia um movimento favorável à criação e organização de serviços de saúde no estado. Os governos de Alexandre de Sá Collares Moreira Júnior (1902-1906) Benedito Pereira Leite (1906-1910), Luis Antonio Domingues da Silva (1910-1914), Herculano Nina Parga (1914-1918), Urbano Santos da Costa Araújo (1918-1922) implementaram programas de saúde mais sistemáticos e eficazes. Mas, foi durante o governo de Paulo Martins de Souza Ramos (1936-1945) que foram criados serviços voltados exclusivamente para a profilaxia e o combate à lepra.

Uma primeira providência foi tomada em 1903, com a aprovação da Lei n. 322, de 26 de março, que previa a construção de um hospital para leprosos, em função das altas taxas de contaminação (MEIRELES, 1993: 65-74).

Durante o governo de Urbano Santos da Costa Araújo, os casos de hanseníase, apesar de todos os esforços, continuavam a crescer no estado. Em função deste crescimento, o governo deu cumprimento à Lei n. 322. Um orçamento no valor de Rs. 265:917$000 foi

[5] Para um estudo mais aprofundado sobre as ações da Rockefeller no Brasil e na América Latina ver: Collier, Peter e David Horowitz, 1976; Howe, 1982; Cueto, 1994; Castro Santos e Faria, 2003.

liberado para a construção de um Dispensário da Lepra e Moléstias Venéreas (MEIRELES, 1993: 65-74)[6]. Outra iniciativa do governo Urbano Santos foi estabelecer um convênio com a Fundação Rockefeller para execução, no território maranhense, de uma campanha de combate à lepra e à malária.

Em 1936 assume Paulo Martins de Souza Ramos, escolhido por Getúlio Vargas, que ficou nove anos no governo, primeiro como governador (1936-37) e a seguir como Interventor (1937-45). Foram realizações de seu governo: a criação de um Centro de Saúde "Doutor Paulo Ramos", além de seis postos de higiene; do Leprosário São Luiz; da Colônia do Bonfim e do Serviço de Profilaxia da Lepra. Apesar de todas essas medidas, existia no Maranhão, em 1940, cerca de 1.800 doentes de hansen, uma freqüência de dois doentes para cada 2.000 habitantes[7].

Conclusão

Como se viu ao longo do texto, o Maranhão é um caso especial (de modo algum o único) na história da saúde brasileira, a enfrentar, entre as razias de tantas epidemias, a doença da hanseníase. A hanseníase vinha castigando os maranhenses desde os tempos coloniais. Mas, somente durante a Primeira República, com a criação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra, pelo DNSP, medidas sistemáticas e eficazes foram implementadas no Maranhão e em todo o território nacional. Até a criação da Inspetoria, em 1920, a profilaxia consistia, basicamente, na reclusão dos casos mais avançados em asilos, dispensários, leprosários. A partir de meados de 1920, a doença passa a ser encarada como um problema sanitário complexo, cuja solução exigia um sistema de medidas adotadas por órgãos especializados. No entanto, a história dessa moléstia e de seus atores estigmatizados envolve também um trabalho intenso de educação sanitária e popular que possa superar, ao longo do tempo, um dos exemplos mais tristes de exclusão social na história humana.

Referências Bibliográficas

BARROS BARRETO, João de "A organização da saúde pública no Brasil". *Arquivos de*

[6] Durante o governo de Urbano Santos pretendia-se construir, com recursos estaduais e federais, um leprosário para abrigar os doentes que estavam "alojados" em barracões de madeira, construídos perto ao Cemitério da Misericórdia. No entanto, o projeto não teve êxito em virtude da escassez de verbas federais.

[7] "Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, Interventor Federal do Maranhão", Imprensa Oficial, 1940. Administração de 1939.

Higiene, RJ, ano XII (2), 1942: 169-215.
CASTRO SANTOS, Luiz A. de "O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade". *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, RJ: vol.28 (2), 1985: 193-209.
CASTRO SANTOS, Luiz A. de "A Fundação Rockefeller e o Estado Nacional (história e política de uma missão médica e sanitária no Brasil)". *Revista Brasileira de Estudos da População*. SP: vol. 6 (1), jan-jun, 1989: 105-110.
CASTRO SANTOS, L. A. de. A reforma sanitária 'pelo alto': o pioneirismo paulista no início do século XX. *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, 36(3): 361-392, 1993.
CASTRO SANTOS, Luiz A. de e FARIA, Lina R. de *A reforma sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2003.
COLLIER, Peter e David Horowitz *The Rockefellers: An American Dynasty*. Broadway, New York: New American Library, 1976: 61-65.
CUETO, Marcos *Missionaries of science. The Rockefeller Foundation and Latin America*. Indiana University Press, Bloomington and Indianápolis, 1994.
HOCHMAN, Gilberto *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, ANPOCS, 1998.
HOWE, Barbara "The emergence of scientific philanthropy, 1900-1920: Origins, issues and outcomes". *Philanthropy and cultural imperialism: The foundations at home and abroad*. Segunda edição, Bloomington: Indiana University Press, 1982: 25-54.
LIMA, Nísia Trindade e Gilberto Hochman "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República". Em MAIO, Marcos C., Santos, Ricardo V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro/Fiocruz/CCBB, 1996: 23-40.
MENDONÇA, Sálvio de "A lepra no Maranhão". Trabalho apresentado à Conferência Americana da Lepra em 1922. Maranhão: Livraria Soares, 1923.
MEIRELES, *Apontamentos para a história da medicina no Maranhão*, São Luis, SIOGE, 1993.
MONTEIRO, Yara Nogueira "Prophylaxis and exclusion: compulsory isolation of Hanse's disease patients in São Paulo". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2003: 95-121.
RIBEIRO, M. A. R. *História sem fim... Inventário da saúde pública. São Paulo 1880-1930*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
SILVA ARAUJO, Oscar "A profilaxia da hanseníase e das doenças venéreas no Brasil e a atuação do Departamento Nacional de Saúde Pública". *Arquivos de Higiene* 1 (2), setembro 1927, pp. 195-253.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As mulheres de Debret

Élcia de Torres Bandeira[1]

Resumo: Analisar as pinturas de Jean Baptiste Debret, francês que participou da Missão Francesa trazida por Dom João VI e que permaneceu no Brasil entre 1816 e 1831, possibilita avaliar as relações sociais que se estabeleciam no Rio de Janeiro em seus espaços públicos e privados. Desfrutar da companhia das "mulheres de Debret" escolhidas entre negras, índias, brancas e mestiças coloca o historiador diante de exuberantes fontes iconográficas para pesquisas que tenham como objeto a identificação das mulheres brasileiras nos oitocentos como sujeitos individuais e coletivos e suas relações de gênero. Os olhares inquietos dos leitores podem visualizar em suas obras representações simbólicas criadas pelo autor e captar fragmentos do universo feminino no Brasil do século XIX.
Palavras-chave: Pinturas; mulheres; imaginário

Abstract: To analyze paintings of Jean Baptiste Debret, Frenchman who participated of the French Mission brought by Dom João VI and that he remained in Brazil between 1816 and 1831, makes possible to evaluate the social relations that if established in Rio de Janeiro in its public and private spaces. To enjoy of the company of the "chosen women of Debret" between blacks, indians, whites and mestizos ahead places the historian of exuberant iconographic sources for research that has as object the identification of the Brazilian women in the eight hundred as individual and collective citizens and its relations of sort. The uneasy looks of the readers can visualize in its workmanships symbolic representations created by the author and to catch fragments of the feminine universe in Brazil of century XIX.
Key words: Painting; woman; imaginary

Um olhar sobre as matizes das aquarelas de Jean Baptiste Debret, pintor francês que veio ao Brasil a convite de Dom João VI como integrante da Missão Artística Francesa em 1816 e aqui permaneceu até os idos de 1831, permite compartilhar com o autor as representações simbólicas sobre as mulheres nos oitocentos e analisar as relações de gênero que se estabeleciam no Rio de Janeiro na transição da Colônia para o Império no Brasil. Em se tratando de um artista que legou ao Brasil um panorama constituído por fontes históricas escritas e iconográficas, as interfaces possíveis de seu trabalho permitem articular informações textuais e visuais nos discursos de um viajante europeu e levantar indícios sobre as relações sociais que se desenvolveram no ritmo da dominação lusitana e nas suas adaptações ao Estado imperial. As nuances múltiplas na composição de suas aquarelas expõem a articulação de cores vivas, essencialmente tropicais, com formas e técnicas

[1] UFRPE. Mestra em história. elciabandeira@terra.com.br

subjacentes aos padrões do neoclassicismo europeu integrado às paisagens brasileiras no que tange às esferas social e ambiental.

As mulheres de Debret são identificadas entre negras, brancas, índias e mestiças que desfilam ao longo de sua obra como elementos vitais para a sua compreensão. Desfrutar da companhia das "mulheres de Debret" coloca o historiador diante de exuberantes fontes iconográficas para pesquisas que tenham como objeto a identificação das mulheres brasileiras nos oitocentos como sujeitos individuais e coletivos e suas relações de gênero. Imagens e imaginário estabelecem elos dialógicos no cotidiano representado pelo autor em aquarelas que expõem as mulheres, mesmo as mais recatadas, no recôndito dos seus lares e nas vias públicas, aos olhares inquietos dos leitores que podem visualizar as representações simbólicas criadas pelo autor e a captação de fragmentos do universo feminino no Brasil do século XIX.

A iconografia se revela então como um acervo ainda a ser explorado, território ainda indomado que requer do leitor acuidade sensorial e analises verticais que mergulhem em profundidade no objeto da imagem e nas formas de abordagem de mundo que estabelecem elos entre o real e o imaginário em crescente ebulição criativa. Representações simbólicas são projetadas e decodificadas de acordo com a capacidade de apreensão do observador dos fragmentos da teia de signos e de seus significados. A arte é por si mesma um universo onde se coadunam reflexos de sombra e luz, de planos e perspectivas espaciais que resvalam para outra dimensão sensorial, estimulando o olhar a fazer novos recortes a cada visualização, a cada contato com as projeções individuais e coletivas de sujeitos históricos que relêem as obras de arte e intercambiam vivências, sentimentos e impressões com o autor, tentando apreender o máximo do que o campo visual possibilita.

Em suas pinturas, Debret expõe o Brasil em aquarelas que despem sem pudor o cenário e os atores que se movimentam em ações cotidianas ou se estabelecem estáticos em suas obras oficiais, destacando a imobilidade dos sujeitos históricos que se querem fazer perpetuar inatingíveis na sua posição de autoridades constituídas politicamente e simbolicamente pela própria expressão que suas imagens adquirem. Retratos individuais como o da imperatriz Leopoldina são exemplos típicos do último grupo dentre suas imagens. As posturas estáticas, tradicionais, basicamente reproduzidas por diversas escolas artísticas européias em distintos tempos históricos, parecem querer preservar a vitaliciedade dos retratados da família real e a necessidade de se manter a hereditariedade da autoridade transposta pelo simples impacto sensorial da visualização das imagens. Em contraponto, escravas e escravos, bem como a população livre se movimentam em um trânsito contínuo

nos espaços públicos e privados como a buscar um espaço ainda não conquistado na vida política e nas vias de ascensão social brasileiras no século XIX no cenário internacional.

As aquarelas de Debret que ilustraram e serviram para definir as trajetórias dos seus discursos textuais em sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* eclodem em cores e formas múltiplas e apontam para a percepção de Brasil sob a ótica de um viajante europeu que descortinou o pitoresco e colocou cenas do cotidiano como elementos de uma paisagem ainda desconhecida na Europa com esta roupagem da complexidade dos componentes e da flexibilidade das ações ali representadas.

Trabalhar transversalmente com temáticas como as de gênero demanda do historiador um sentido aguçado para apontar nas figuras centrais ou coadjuvantes do cenário inter-relações de proporções e de posições de homens e mulheres que são captadas dentro do contexto histórico patriarcalista brasileiro no século XIX.Uma aquarela que reflete bem estas relações patriarcais no Brasil é *Um funcionário Brasileiro a passeio com sua família* (Figura 1). Nesta obra, Debret apresenta uma família de classe média em fila indiana liderada pelo funcionário público, seguido pelos filhos por ordem de idade do mais novo ao mais velho, secundados pela mãe grávida, pela criada de quarto – uma escrava mulata, que de acordo com Debret eram mais apreciadas que as negras na prestação deste tipo de serviço, seguindo ainda a ama negra, a escrava da ama, o criado negro do senhor, um jovem escravo em fase de aprendizado e o jovem negro recém comprado, que Debret aponta como escravo de todos os outros, "cuja inteligência natural mais ou menos viva vai desenvolver-se a chicotadas" (1989: tomo segundo, 50). O *status* de cada personagem é definido pela sua posição na fila. Ao chefe da família e dono dos escravos cabe a posição privilegiada na sociedade da época de guiar não apenas o passeio em via pública, mas de dirigir os destinos dos seus subordinados.

As mulheres no Brasil oitocentista eram meros apêndices do homem e eram educadas para obedecer e servir ao seu marido e antes dele ao seu pai ou responsável. As mulheres brancas deveriam preservar sua imagem e as negras eram obrigadas pelas circunstâncias da época a expô-las como escravas ou mesmo como livres pobres que necessitavam trabalhar para sobreviver em ambiente público. As brancas ricas ou de classe média dificilmente se expunham em ambientes públicos sem a presença do marido ou de escravos de confiança para resguardar o recato, o decoro, que a ética cristã exigia. Já se tem comprovado em pesquisas históricas que, em circunstâncias especiais, certas mulheres viúvas assumiam os negócios dos falecidos cônjuges o que dadas as imposições de sobrevivência eram ações toleradas mas não muito aceitas no âmbito social. A aquarela *Família pobre em sua casa* (Figura 2) exemplifica o quadro social de famílias que viviam na miséria. Esta cena

doméstica é constituída por três mulheres: uma velha viúva que assumiu a chefia da casa com o falecimento de seu cônjuge e aparece sentada no estrado fiando algodão, atividade que a sua idade avançada ainda permite desempenhar, sua filha jovem que fabrica rendas com as quais ela mesma deverá se vestir, sentada na esteira, e uma velha escrava, única que lhes resta para prover o sustento da família com a venda de água que carrega no barril sobre a sua cabeça. A pobreza do ambiente nitidamente representada por Debret ressalta a dificuldade com que sobrevivem; a casa de apenas dois cômodos, uma rede comum às duas mulheres brancas na hora do repouso, um estrado onde está sentada a senhora idosa e que serve também à escrava durante a noite para colocar sua esteira para dormir, um fogareiro, galinhas e pequenos objetos de uso doméstico. O conforto não existe. Mesmo a senhora senta-se em um estrado duro para fiar. Sem a figura do homem provedor em uma sociedade patriarcal, a família de mulheres apenas subsiste com parcos recursos para o sustento das três.

No Brasil no período colonial, a educação das mulheres era, em geral, feita em domicílio. A falta de letramento ampliava a timidez das senhoras brancas ricas e resultava em restrito convívio social. As reuniões sociais demandavam habilidades nas artes como a música, a dança o uso de noções ao menos das línguas inglesa e francesa e, no lar, as prendas domésticas como bordado, costura, fiação, dentre diversos trabalhos manuais considerados apropriados à sua condição social, eram desenvolvidos para garantir uma boa formação às mulheres. Debret observa que:

> *Em 1815, [a educação das jovens brasileiras] se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória, sem saber escrever nem fazer as operações. Somente o trabalho de agulha ocupava seus lazeres, pois cuidados relativos ao lar são entregues sempre às escravas. (1989: tomo segundo,21)*

Outro motivo que ainda alimentava esses costumes deve-se, segundo Debret, ao fato dos pais e maridos temerem que o letramento facilitasse a correspondência amorosa com pretendentes ou amantes indesejáveis. As linguagens simbólicas através de signos como flores e ervas ou ainda gestuais eram socialmente reproduzidas e decodificadas sem que se fizesse indispensável o uso da linguagem escrita em certas ocasiões. Debret afirma que a necessidade de leituras religiosas como o breviário estimularam o letramento após a vinda da corte portuguesa para o Brasil, uma vez que a urbe passou a ser espaço público destinado à convivência social mais próxima, gerando hábitos cotidianos que levavam à exposição nas vias públicas e nos recintos fechados (1989: tomo terceiro, 21). O livro de missa passou a ser símbolo de status intelectual e código de acesso à sociedade católica da época que erigia signos de identificação entre os pares nos rituais religiosos e no dia-a-dia. É possível

encontrar nas trilhas do Rio de Janeiro uma senhora em sua cadeirinha a caminho da missa com o seu breviário sendo levado por escravas que iam a pé acompanhando o trajeto até a igreja.

Debret demonstra sua sagacidade na observação da sociedade brasileira apresentando um apontamento dos costumes da época em que circulou pelo território nacional. Sobre a educação no Brasil, afirma que um notável impulso foi verificado a partir de 1820, quando já não era raro as jovens freqüentarem colégios públicos onde estudavam como alunas externas. Por outro lado, aos rapazes, outras oportunidades foram abertas nas Escolas Superiores de Medicina, na Academia da Marinha ou na Academia Militar, estas últimas unificadas em 1831 (1989: tomo terceiro, 21).

Após a Independência política, o nacionalismo crescente demandou do gênero masculino ações públicas mais eficazes em defesa da pátria ou na composição dos quadros profissionais da época. Era sintomática a ansiedade de construir a soberania nacional através também da cultura e não apenas das atividades materiais de natureza econômica. "Os rapazes, anteriormente, só podiam se distinguir nos cursos instituídos nas escolas militares (...).Só lhes restava então cultivar suas disposições naturais, das mais felizes em verdade, para a poesia, a música e os exercícios do corpo, como a dança ou a equitação" (1989: tomo terceiro, 23). Esta diferenciação de ocupações demarcava claramente os limites para cada gênero, cabendo às mulheres atividades no lar, quando oriundas de segmentos sociais abastados ou intermediários. Na imagem *Uma senhora brasileira em seu lar* (Figura 3), Debret apresenta a solidão doméstica de uma senhora de uma família de pequenas posses cercada apenas pela filha que inicia o processo de letramento, apesar de já crescida, e por seus escravos. O chicote a seu lado lembra a dominação branca sobre a população negra escrava e sobre os animais domésticos, como o macaco que serve de distração aos habitantes da casa. O letramento e o conhecimento de línguas estrangeiras possibilitavam casamentos mais vantajosos e a manutenção do *status* na sociedade da época.

Tais costumes exigiam que a arquitetura se adequasse às necessidades da clausura. As mulheres ricas dentro do lar também eram preservadas pelas paredes dos diversos cômodos que antecediam os aposentos do casal e a área íntima onde a família poderia gozar de maior liberdade. A sala e demais ambientes públicos ficavam localizados na parte anterior, próximos à porta de entrada. Estas casas urbanas mais pareciam imensos corredores dos quais derivavam as demais dependências. No final deste labirinto retilíneo doméstico, a mulher poderia ser encontrada na companhia de escravos e crianças. Ao homem, como chefe da família, caberia convidar esposa e filhos quando julgasse conveniente para participar do

convívio com visitantes. Era o homem também que quase sempre provia a família com os recursos necessários a partir de trabalhos externos.

Debret comenta surpreso:

> *Após dois meses de travessia, percorrendo pela primeira vez as ruas do Rio de Janeiro, obstruídas por uma turba agitada de negros carregadores e de negras vendedoras de frutas, sentimo-nos, nós franceses, estranhamente impressionados com o fato de não ver nenhuma senhora, nem nos balcões nem nos passeios. Tivemos, entretanto, que nos resignar e esperar até o dia seguinte, dia de festa, para observar inúmeras nas igrejas. Aí as encontramos, com efeito, vestidas de um modo estranhamente rebuscado, com as cores mais alegres e brilhantes, porém obedecendo a uma moda anglo-potuguesa, muito pouco graciosa, importada pela corte de Lisboa e na qual há oito anos nada se mudava, como por apego demasiado respeitoso à mãe pátria. (1989: tomo segundo, 50)*

Os balcões das casas brasileiras situadas em cidades grandes como o Rio de Janeiro nos oitocentos tornaram-se espaços de encontros à distância e colóquios entre famílias vizinhas. Se as rótulas serviam também para resguardar a mulher de olhares lascivos e contatos inconvenientes, o balcão as expunha sem ferir-lhes o recato exigido. Em *Cena de carnaval* (Figura 4) , Debret encontra suas mulheres nas mais diversas situações: as brancas de famílias abastadas ou medianas brasileiras divertem-se com moderação da sacada dos balcões e arremessam seus limões de cheiro para os oponentes do balcão em frente, situado em outra residência, provocando um bombardeio aéreo sobre as ruas do Rio de Janeiro, enquanto as brancas estrangeiras brincam irreverentemente nas vias públicas, junto às negras e mestiças. O carnaval de rua arregimentando séqüitos de foliões só se espraia no Brasil no final do século XIX, fugindo, no seu início, aos padrões europeus. A pé ou de carro, os brincantes na Europa já utilizavam o espaço público para extravasarem a alegria reprimida ao longo do ano. Contribuíra para isso a inserção ampliada da mulher no espaço público com o advento da Revolução Industrial e a demanda originada de inclusão no mundo do trabalho de uma forma mais efetiva e sistemática

No tomo primeiro de sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, Debret dedica exclusiva atenção aos povos indígenas brasileiros e atribui o nome genérico de camacãs às tribos brasileiras que ele considerava "selvagens" que viviam no interior das florestas em áreas contíguas a Minas Gerais. Estas comunidades indígenas ainda temerosas do contato com o europeu suscitam a seguinte observação de Debret: "Por isso, ao ver aproximar-se um viajante estrangeiro, seu primeiro cuidado é, ainda hoje, o de esconder as crianças, principalmente os machos, hereditariamente temerosos das crueldades do século XV" (1989: tomo primeiro, 43). Na aquarela *Família camacã preparando-se para uma festa* (Figura 5), a posição central do índio e as proporções ampliadas de sua figura como chefe de família,

cercado pelos filhos e mulheres, destaca o papel privilegiado do homem entre os camacãs. Uma mulher amamenta o filho e a outra pinta o seu pé, o que indica o papel subordinado que elas exercem na sociedade. No pano de fundo da imagem, um grupo de mulheres prepara a mandioca, desempenhando atividades que extrapolam as domésticas e se integram ao meio social produtivo da comunidade. Esta divisão de trabalho por sexo e por idade ainda se reproduz no século XIX, resguardadas as devidas transmutações vinculadas às peculiaridades das normas grupais que são repassadas de geração em geração. As mulheres continuam, entre os camacãs, a serem educadas para serem mães, esposas e a servirem aos homens da comunidade a partir do trabalho que desenvolvem em ambientes doméstico ou público.

Em 1834, a francesa Maria Josefina Matilde Durocher atuava no Rio de Janeiro como parteira usando roupas masculinas como casaco e cartola após ter concluído o Curso de Partos na Faculdade de Medicina. Abrindo espaço em um mundo dominado pela figura masculina, os signos da competência passaram também a ser associados à figura masculina, visto que as mulheres, em geral, exerciam o ofício sem qualquer formação de natureza científica. Como as faculdades estavam sempre repletas de homens, certas mulheres precisaram conquistar seu próprio espaço criando estratégias curiosas como esta. Na Europa, outros campos do saber também contaram com figuras inusitadas como ela; George Sand escrevia e recebia maior respeito entre os seus pares por adotar nome artístico, trajes, gestuais e comportamentos que não se coadunavam com a regra geral adotada pelo gênero feminino na sua época.

Referências bibliográficas

DEBRET, Jean Baptiste**. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, (.Coleção reconquista do Brasil. 3. série especial; vols 10, 11 e 12)

Lista de figuras

Figura 1. DEBRET, Jean Baptiste.
Um funcionário a passeio com sua família.
Viagem pitoresca e histórica
ao Brasil, tomo segundo.

Figura 2. DEBRET, Jean Baptiste
Família pobre em sua casa.
Viagem pitoresca e histórica
ao Brasil, tomo segundo.

Figura 3. DEBRET, Jean Baptiste
Uma senhora brasileira
Em seu lar.
Viagem pitoresca e histórica
ao Brasil, tomo segundo.

Figura 4. DEBRET, Jean Baptiste
Cena de carnaval.
Viagem pitoresca e histórica
ao Brasil, tomo terceiro.

Figura 5. Família camacã
Preparando-se para uma
festa.
Viagem pitoresca e histórica
ao Brasil, tomo primeiro.

Assistência e profissionalização no Exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha*

Resumo: Este trabalho constitui uma reflexão acerca do processo de criação do Imperial Colégio Militar, em fins do século XIX, e as relações deste com o Asylo dos Inválidos da Pátria e a Associação Comercial do Rio de Janeiro. Tais condições de existência se articulam com a emergência dos militares como novos atores políticos ao final do Império, acompanhando a profissionalização do Exército, que se processava desde meados do século, notadamente após a Guerra do Paraguai. Para tanto, considerei como fatores da profissionalização o incremento na formação dos militares e o papel do Exército no projeto de reordenação e consolidação do Estado Imperial.

Palavras-chave: Profissionalização do Exército - Império - Colégio Militar

Abstract: This research aims to understand the creation process of the Imperial Colégio Militar, by the late years of the 19th century, as well as the barely known connections between the School, the Asylo dos Inválidos da Pátria and the Associação Comercial do Rio de Janeiro. These conditions of existence are related to the emergence of the militaries as new political actors, by the end of the imperial era, attending the Army's professionalization, which happened since the mid 19th century, especially after the Paraguai War. Therefore, I understood as factors of the referred Army's professionalization, the improvement of the military formation and the role performed by the Army, as part of a project to reorganize and solidify the Imperial State.

Key-words: Army's professionalization - Empire - Colégio Militar

Indícios apontam que a primeira iniciativa objetivando a criação de um estabelecimento específico para a educação de filhos de militares aconteceu ainda na regência, durante o período que a historiografia nomeou como "Regresso Conservador". Era o decreto do regente Araújo Lima, que procurou estabelecer no Arsenal de Guerra da Corte um colégio para os filhos necessitados dos capitães e oficiais subalternos do Exército, preferencialmente órfãos. [1] Entretanto, a criação do Colégio Militar ainda aguardaria seis décadas.

Interessante observar como a idéia de criação de um colégio para filhos de militares emerge, nesse momento, numa perspectiva assistencialista, associada à caridade e à

[1]*Mestre em Educação pelo PROPED/UERJ, integrante do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação-NEPHE/UERJ e professora do Colégio Militar do Rio de Janeiro.
Decreto n°42 de 11-03-1840.

filantropia, discurso predominante à época, quando se tratava da formação e educação das camadas mais pobres da população.

Essa perspectiva para a educação de filhos de militares começa a mudar quando, acompanhando a profissionalização do exército, tem início o questionamento acerca da formação dos oficiais e da falta de habilitação dos soldados. Ou seja, a instrução militar entra em pauta. Em realidade, tal discussão já ocorria desde o período regencial, diante da impossibilidade manifestada pelas forças disponíveis, quer seja a Guarda Nacional ou o Exército de Linha em restabelecerem a ordem interna ameaçada pelas rebeliões, tornando necessária a reorganização do Exército.

Trabalho com a hipótese de que, possivelmente, a precariedade da formação específica militar advinha do desprestígio conferido à própria carreira no período imperial, visto que os alunos da Escola Militar vinham, em geral, de famílias militares, das camadas médias, raramente de famílias ricas (CARVALHO, 2003: 75).

A questão que se colocava então era: formar doutores engenheiros ou militares? O que deveria prevalecer na formação do oficial do Exército? Os saberes teóricos, ligados à cultura geral ou o saber técnico-profissional, ligado às práticas militares? (ALVES, 2002: 129-134) De certa forma, essa ambigüidade ligava-se ao fato de o curso da Escola Militar não ser considerado, pelo menos até a reforma de 1850, indispensável para o ingresso no oficialato e para a ascensão na hierarquia da corporação.

No entanto, a Guerra do Paraguai parece ter precipitado as mudanças, desejadas pela corporação e já prenunciadas. O caminho que apontava para a separação entre a formação militar e a de engenharia vai desembocar, em 1874, na criação da Escola Politécnica, destinada a formação de engenheiros civis e na centralização de toda a formação militar na Escola Militar da Praia Vermelha.

Com o desmembramento das Escolas, pretendia-se atender, de um lado, às necessidades impostas pelas transformações econômicas por que passava o país, trazidas pela expansão da cultura cafeeira, estimulando o desenvolvimento de um surto industrial e a rápida expansão das estradas de ferro, bem como da navegação a vapor, o que justificava a ampliação dos estudos de engenharia civil, desvinculados da atividade militar. Por outro lado, era imperiosa a reestruturação do exército, principalmente, no que tocava à instrução dos oficiais, cujas deficiências haviam sido duramente expostas no decorrer do conflito no Paraguai.

Sob outro ponto de vista, considero que o conjunto de medidas que procurou centralizar na Corte o ensino militar pode também ser compreendido como uma das faces do projeto de reorganização administrativa que a elite política conservadora tinha para o país, durante a fase de consolidação do Estado Imperial (MATTOS, 2004: 209-216).

A pesquisa nos Anais do Senado e da Câmara permite afirmar que, durante os debates no Senado sobre as reformas no ensino militar, surgem as condições para se pensar novamente a criação de um colégio militar, já que aquela primeira iniciativa, ainda na Regência, não havia sido implementada.

Na discussão do projeto de Manuel Felizardo acerca da separação dos cursos na Escola Militar, que só se efetivaria em 1858, o senador Cruz Jobim questiona a idéia do ministro e sugere a criação de colégios militares como solução para a questão dos preparatórios à carreira militar. Assim, em 1853, foi aprovado o projeto n° 148 do Senado, criando na Corte um colégio para educação dos filhos dos militares.

A mais crítica oposição ao projeto partiu do senador Vergueiro que, legítimo representante da aristocracia cafeeira paulista, deixa claro os interesses do grupo que defende:

> *Julgo que a criação de que se trata é uma especialidade tal que não deve ser admitida. O que é que pode justificar o estabelecimento desse colégio somente para uma classe de indivíduos, e no município da corte? E até esse colégio é desnecessário. Nele tem-se de ensinar primeiras letras; mas não temos tantas escolas públicas? Quanto à instrução secundária, essa, podem esses meninos ter no colégio Pedro II, ainda que para isso seja necessário destinar mais alguma quantia.*
> *Acaso quer-se cobrir todo o império de escolas militares? Acaso quer-se criar uma raça militar? Mas o Brasil é agricultor, e antes nos conviria criar escolas de agricultura, pois que desgraçadamente não temos nenhuma.*[2]

O ministro da Guerra, Manuel Felizardo, procura responder às argüições no Senado, rebatendo as críticas e defendendo a idéia do colégio, a partir das razões para sua criação:

> *A necessidade de terem instrução os militares, a obrigação que por gratidão corre ao Estado de dar instrução aos filhos daqueles que derramam seu sangue e perdem a vida em defesa do país, e a conveniência que há em que, quando o militar entra em combate, tenha a certeza de que seus filhos serão adotados e educados pela nação.*[3]

É freqüente, na maioria desses discursos, a justificativa assistencial como fundamento para a criação do colégio, quase sempre, associada à condição social dos militares. Um discurso bastante conveniente, que procura articular a necessidade de preparar bons militares, à obrigação do Estado, gerada pelo "tributo de sangue", de prover educação aos filhos de militares, que termina por se concretizar numa prática de ensino assistencialista.

---

[2] *Anais do Senado do Império,* sessão de 25/08/1853.
[3] *Anais do Senado do Império,* sessão de 26/08/1853.

O discurso de defesa professado por Manuel Felizardo é emblemático das transformações por que passava o exército. De um lado, a tendência para ampliar e diversificar o ensino, cuja expansão não se limitaria ao número de unidades escolares, mas também assumiria outra modalidade, qual fosse a inclusão dos "preparatórios" no currículo da Escola Militar, atribuindo ao Exército o papel de prover o ensino secundário.

Além disso, o processo de profissionalização e de burocratização da carreira militar, a partir da lei de 1850[4], ligou-se, cada vez mais, às questões de formação (SCHULZ, 1994: 24). Uma questão muito candente entre o alto oficialato era a do recrutamento de praças para o serviço militar, já que o da oficialidade do Exército, se caracterizaria, cada vez mais, por um processo endógeno, gerado a partir da própria corporação (CARVALHO, 1978: 187).

Assim, pode-se compreender o inequívoco caráter preparatório conferido à iniciativa do colégio, onde a instituição funcionaria como um lugar que fomentaria vocações legítimas de "bons militares", acostumados à disciplina e aos valores estabelecidos pela ordem militar. Esse caráter transparece na proposta de Manuel Felizardo, no relatório de 1859, a fim de que se criasse um internato para o ensino dos preparatórios destinado a meninos, filhos de oficiais inutilizados ou mortos em campanha.

Por fim, o projeto 148 foi remetido à Câmara dos Deputados onde, no entanto, sua tramitação não teve continuidade. Somente em 1862, os deputados Mello Rego e Lima e Silva Sobrinho, o Visconde de Tocantins, apresentam um artigo aditivo à proposta do orçamento do Ministério da Guerra, autorizando o governo a criar, no município da Corte, um colégio militar para educação dos jovens que se destinem ao serviço do Exército, cujo ensino compreenderia a instrução necessária para a matrícula nas escolas militares. A proposta do orçamento da Guerra foi aprovada na Câmara, mas, assim como no projeto do Senado, a medida do colégio não foi implementada, por falta de regulamentação legislativa.

Não é difícil associar a iniciativa da medida, tomada por Mello Rego e Lima e Silva Sobrinho, à insistência manifestada pela corporação, em vários documentos, no sentido de concretizar a idéia de criação de um colégio militar. Essa aspiração da ordem militar já estava presente, em 1857, e anos seguidos, nos relatórios do então comandante da Escola Militar, general Polidoro Quintanilha Jordão, em argumentos e palavras tais como: "apresenta-se-me a idéia de um colégio militar, especialmente destinado ao ensino de

[4] Lei n°585, de 6/09/1850. Determinava que só ascenderiam ao posto de capitão os que possuíssem o curso completo de estudos da sua respectiva Arma.

preparatórios, estabelecimento este de que não se deve prescindir para proteger o futuro dos filhos dos militares menos abastados"(MOTTA, 1998: 107).

Na mesma linha, os relatórios apresentados por Caxias, à frente da pasta da Guerra, ao sugerir a criação do colégio como uma providência necessária,

> *Ponderosas razões de equidade para com os officiaes do exercito, de futuro interesse para a civilisação do paiz, e particularmente do mesmo exercito, levarão o governo a projectar a creação de um estabelecimento de educação para os filhos de militares com o título de - Collegio Militar (RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA*, 1862).

Nesta versão de Caxias, os alunos não estariam obrigados ao serviço militar assim que terminassem os estudos. Entretanto, ofereciam-se vantagens de distinção e vencimentos aos que dentro de um pequeno prazo se apresentassem para o serviço das armas, já sinalizando para o sistema meritocrático que, no futuro, seria um dos pilares sobre os quais assentaria aquela instituição de ensino.

O debate relativo à criação de um colégio militar também se fez presente na imprensa do período:

> *[...] Recordamos ainda em beneficio para a classe militar _ a creação de um collegio para a educação dos filhos de militares. A cerca desta bella idéa, nada mais diremos, depois das judiciosas considerações feitas pelos seus illustres autores em os relatorios do ministerio da guerra nos annos de 186(?) e 185(?).*
>
> *Temos fé que esse collegio, onde, a par da educação e instrucção, os meninos adquiririão os principios de ordem e subordinação, daria vantagens ao exército e ao paiz, que compensarião plenamente o que com elle se despendesse.*[5]

Como se vê, esse trecho do editorial pode ser um indicativo da repercussão que esse movimento, em direção à instituição de um colégio militar, trouxe à época, visto tratar-se de um jornal de grande circulação ao longo do Império.

Em termos mais amplos, a guerra contra o Paraguai converteu-se em uma experiência coletiva fundamental. Apesar da histórica brutalidade do recrutamento, o início do conflito despertou um autêntico entusiasmo cívico, originando a formação de batalhões de voluntários, e as primeiras vitórias alcançaram grande repercussão, fazendo surgir, talvez, pela primeira vez, um sentido positivo de pátria junto à maioria do povo, que agitava a bandeira nacional nas partidas das tropas.

Estavam criadas as condições, durante a Guerra do Paraguai, para que emergisse a idéia de fundar um Asilo que abrigasse os soldados invalidados, que voltavam da guerra, ou mesmo, soldados envelhecidos sem meios de subsistência. O movimento partiu de um grupo

[5] Jornal do Commercio, 27/02/1865.

de comerciantes da "Sociedade de Assinantes da Praça do Comércio do Rio de Janeiro", dentre eles, o Visconde de Tocantins, irmão de Caxias e presidente da Praça.

Com esta finalidade, organizou-se, em 25 de fevereiro de 1865, a "Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria" que, sob a proteção do imperador, tinha por fim auxiliar o governo a fundar e custear um asilo[6] dos inválidos. Os estatutos da Sociedade foram aprovados pelo decreto imperial n° 3904, de 3 de julho de 1867, sendo a maioria dos sócios beneficentes membros da Praça do Comércio, doravante intitulada de Associação Comercial.

Enquanto isso, uma subscrição pública, em todo o Brasil, começou a angariar fundos para a construção do Asilo dos Inválidos da Pátria, inaugurado em 29 de julho de 1868. Regido pelos estatutos da Sociedade que se constituíra tinha, entre outros objetivos, o de "proteger a educação dos órfãos, filhos dos militares mortos em campanha, ou mesmo quando destacados no serviço das armas". O exame dos relatórios ministeriais, na parte que cabe ao Asilo, sugere que a Sociedade não cumpria com sua parte contratual, como estava disposto nos estatutos.

Em 1885, com o pretexto de proteger o patrimônio do Asilo, houve a fusão da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria com a Associação Comercial. Tudo indica que essa operação foi ilegal, pois, conforme previsto nos estatutos, a Sociedade duraria enquanto existisse o Asilo, cujo patrimônio era inalienável, de acordo com o Art. 15°:

> *As apólices compradas pela sociedade ou que constituírem seo fundo ou patrimônio, e cujo rendimento é applicável ao Asylo dos Inválidos da Pátria serão inalienáveis emquanto este existir e prestar os socorros para que é instituído (HONORATO, 1869: 86-90).*

Diante dos protestos contra a fusão, a Associação Comercial procurou resguardar seus interesses, requerendo a transferência das apólices do Asilo para o seu patrimônio. Porém, o ministro da Guerra, num arrazoado contra a fusão, indeferiu o pedido. Iniciava-se aí uma celeuma jurídica, o primeiro entrave que a Associação encontrou para a homologação oficial do ato, sem a qual a fusão não teria validade legal.

Com a subida do Gabinete João Alfredo, assume a pasta da Guerra o Conselheiro Thomaz Coelho de Almeida, que promove a última reforma do Império, no intuito de reorganizar o ensino militar, procurando atender a algumas reivindicações antigas da corporação, inconformada com o estado de obsolescência do Exército.

---

[6] Ordem do Dia do Quartel General do Exército n° 546 de 26/4/ 1867, contendo as instruções para o Asilo dos Inválidos.

Tudo indica que Thomaz Coelho preferiu, ao invés de lutar contra a Associação, trabalhar pela homologação da fusão desta com a Sociedade e, em troca, instar a Associação a comprar um prédio para nele instalar o colégio. Assim, através da Resolução Imperial de 25 de abril de 1888 foi obtida a homologação oficial, onde se declarava que a Associação Comercial estava obrigada a manter o Asilo dos Inválidos da Pátria e o colégio militar que Thomaz Coelho pretendia criar (FIGUEIREDO e FONTES, 1958:14).

O artigo de cunho memorialista do Dr. Luiz Carlos Duque Estrada, professor e um dos fundadores do Colégio Militar, possibilita iluminar alguns acontecimentos que envolveram a criação da instituição. Duque Estrada, em suas reminiscências, narrou que "a extinção gradual da Escola Preparatória e sua substituição pelo Pritaneu Militar era coisa que já não admitia discussão no espírito do conselheiro Thomaz Coelho" (DUQUE ESTRADA, 1956: 9).

Essa referência de Duque Estrada aludindo a uma possível junção dos estudos preparatórios com o ensino secundário, que seria ministrado no colégio, confirma não só a tendência já referida de expansão do ensino militar na direção do nível secundário, como também aponta a necessidade de formação de "bons" quadros para o Exército. Demonstra, igualmente, o movimento efetuado por Thomaz Coelho, no sentido de atender algumas aspirações antigas dos militares, procurando retirá-los da crise política, naqueles últimos momentos que antecederam a República. No entanto, o Imperador não aceitou o nome de "Pritaneu Militar", escolhido por Thomaz Coelho, por considerá-lo "revolucionário".

Afinal, a 9 de março de 1889, foi assinado o decreto imperial criando o Imperial Colégio Militar da Corte e aprovando o seu primeiro Regulamento[7]. Um mês depois, era comprado o Palacete da Babilônia, constando da escritura que, se por qualquer eventualidade, deixasse de funcionar no prédio o Colégio Militar, aquele reverteria para a Associação Comercial, a fim de ser incorporada ao patrimônio do Asylo dos Inválidos da Pátria. Por fim, as aulas se iniciaram no Imperial Colégio Militar no dia seis de maio de 1889[8], com 44 alunos matriculados que, ao fim do ano, já somavam 120.

Finalizando, pode-se considerar que, a despeito da dimensão assistencialista, expressa nas manifestações tanto de Felizardo e Polidoro, quanto de Caxias, há indícios de que, desde o início, a idéia de um colégio para filhos de militares teve, predominantemente, um caráter preparatório o qual, possivelmente, se justificaria pela necessidade de formação de

[7] Decreto n° 10.202 de 9/3/1889.
[8] Ordem do Dia do Quartel General do Exército n°5 de 7/5/1889.

quadros militares que correspondessem ao papel que o exército, à época, aspirava na construção da nação.

Referências bibliográficas:

ALVES, Cláudia Maria Costa Alves. **Cultura e política no século XIX:** o Exército como campos de constituição de sujeitos políticos no Império. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem:** a elite política imperial.4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, José Murilo. *As forças armadas na Primeira República:* o poder desestabilizador. *In:* FAUSTO, Boris (org). **H.G.C.B.** t.III, v.2. São Paulo: Difel,1978.

DUQUE ESTRADA, Luiz Carlos. **Subsídio para a história do Colégio Militar do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1956.

FIGUEIREDO, Antônio Joaquim; FONTES, Arivaldo. **Breve introdução à história dos colégios militares.** s.ed., Rio de Janeiro, 1958.

HONORATO, Manoel da Costa. **Descripção topographica e histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1869.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema:** a formação do Estado imperial. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOTTA, Jeovah. **Formação do oficial do exército:** currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944). Rio de Janeiro: BIBLIEX Editora, 1998.

SCHULZ, John. **O Exército na política:** origens da intervenção militar (1850-1894). São Paulo: EDUSP, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A angústia sem fronteiras - a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia (Brasil) e da Argentina: um estudo comparativo

Deusa Maria de Sousa*

Resumo
Este texto visa discutir, ainda que preliminarmente, algumas reflexões acerca do estudo comparativo do processo de reconstrução do mundo e da vida dos familiares de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia e da Ditadura militar argentina, a partir do evento do desaparecimento de seus entes queridos, ou seja, diante de uma *situação-limite*.
Palavras-chave: Situação-limite, familiares de desaparecidos políticos, análise comparativa Brasil-Argentina.

Abstract
This content takes aim to discuss, even though preliminary, some considerations over the comparative study of the world reorganization and the life of those relatives of sequestrated and assassinated politics at the Araguaia Guerrilla and the militar dictatorship argentina, from the event of disappearance of their loved ones, which means, in front of an extreme situation.
Key words: Extreme situation, relatives of sequestrated and assassinated politics, comparative analysis between Brazil and Argentina.

O objeto central deste trabalho é o estudo comparativo do processo de reconstrução do mundo e da vida dos familiares de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia (Brasil) e da Ditadura militar na Argentina[1], a partir do evento do desaparecimento de seus entes queridos, ou seja, diante de uma *situação-limite*.[2] Pretende-se entender, prioritariamente, as transformações ocorridas nas famílias dos desaparecidos no Araguaia, e, para tal perspectiva, estabelecer como parâmetro comparativo estudos de transformações semelhantes ocorridas em famílias de desaparecidos da Argentina. Portanto, tal perspectiva de análise, surgiu a partir do estudo de depoimentos orais e arquivos familiares de desaparecidos políticos gaúchos na Guerrilha do Araguaia e ainda, principalmente, através de cartas entre mães, amigas e sobreviventes do conflito do Araguaia, que levantaram indícios que apontam para processos e acometimentos de múltiplos sentimentos e sentidos que passaram a reordenar o cotidiano e o mundo destes familiares.

* Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: deusams@hotmail.com
[1] Leva-se em consideração o período compreendido pela existência do processo de reconstrução nacional, fundamento da ditadura Argentina de 1976-1983.
[2] Há uma ampla discussão conceitual sobre o uso deste termo, porém, para sua melhor compreensão há uma discussão no corpo do texto. Portanto, "Seguindo a construção do termo feito por POLLAK (1990), uma situação "extraordinária" provoca inéditas ações perante o imprevisível, situações para as quais não fomos preparados, socializados, iniciados (...)." (CATELA, 2001: 24).

I - A Guerrilha do Araguaia e a repressão do Estado ditatorial brasileiro

Em 1972, surgiu nas selvas da Amazônia, numa região de difícil acesso, conhecida como Bico-do-Papagaio, entre os atuais estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão, o maior movimento rural armado de resistência ao regime militar então vigente no país. Não eclodiu por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina deste período. Este movimento teve seu início marcado por um intenso ataque das forças oficiais, que desde o princípio tiveram a determinação de *destruí-los, eliminá-los*[3] e de apagar da memória local e da história nacional a sua existência, os combates travados e as torturas a que foram submetidos os guerrilheiros, os camponeses e os moradores da região do conflito. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado, orientado e dirigido pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e inspirado no modelo de Guerra Popular Prolongada e na experiência do líder chinês Mao Tse Tung. Ela nasceu como síntese crítica das experiências do movimento de guerrilha no Brasil e na América Latina, o foquismo, e como estratégia de sobrevivência de suas lideranças, que se encontravam naquele momento, a partir de 1964, perseguidas pela Ditadura militar nos grandes centros urbanos.

Para sua deflagração, foi imprescindível para o Partido contar com as condições adequadas para sua preparação, sendo necessário que o mesmo fugisse do raio de atenção dos órgãos repressivos do regime ditatorial. A escolha do local pelo Comitê Central do PC do B deu-se após muitos estudos e avaliações entre a região do Araguaia e outras que apresentavam condições para a deflagração de um movimento que seria feito por etapas. Com a deflagração do Golpe de 1964, sobretudo a partir em 1968, os militantes comunistas caíram na clandestinidade e, conseqüentemente, na lista dos inimigos do Estado opressor que se instalou no Brasil naquele período.

Praticamente, "tudo" o que se sabe sobre o desaparecimento e a morte dos guerrilheiros foi obtido através do relato de moradores da região do conflito aos familiares na primeira Caravana em 1980. No final de outubro e início do mês de novembro, após a Anistia, e com o sentimento que vigorava em favor da descoberta dos crimes cometidos no período ditatorial, um grupo de familiares, organizado pelos movimentos de Anistia do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Pará e Espírito Santo, rumou para a região do conflito, acompanhada

[3] Grifo meu em destaque aos termos usados com freqüência pelas Forças Armadas nos "Relatórios Secretos" das Operações militares de combate à Guerrilha do Araguaia.

de parlamentares, jornalistas e religiosos compromissados com as causas da democracia. Os depoimentos de moradores aos familiares e membros da Caravana revelaram o desenrolar de vários combates nos quais tombaram muitos guerrilheiros e militares.

II - A Ditadura militar argentina

O Golpe militar de 1976 na Argentina se fundamentou Doutrina de Segurança Nacional, que já havia dado suporte às ditaduras do Brasil, Chile, Paraguai, para evitar qualquer perturbação social. Mas mesmo antes do golpe já haviam sido difundidos atos de repressão desde a presidência do general Juan Carlos Onganía, de 1966 a 1973, que assumiu o governo argentino através de golpe contra o radical Arturo Illia, e mesmo anteriormente, nos anos 30, sob a bandeira de combate ao comunismo. A repressão, principalmente cultural, já aparecia, e a execução de guerrilheiros era pontuada, como no caso do "massacre de Trelew" de 1972. A ascensão de grupos de extrema-direita e de guerrilheiros abriu caminho ainda para o retorno do peronismo ao governo, mas as forças armadas, presentes anteriormente no governo, continuaram atuantes no plano da política.

Perón, através do Programa de Reconstrução e Liberação Nacional de 1973, visava o crescimento econômico, com incentivo de exportações e mercado interno. Algumas das medidas foram o aumento com gastos sociais, aumento de funcionários e empresas estatais para o incentivo da economia estatal. Além disso, um passo importante foi o Pacto Social, para equilibrar as forças políticas. Mas a inflação foi contida somente por alguns meses, e voltou a crescer, junto com a diminuição de exportações. Assim, o Pacto Social foi enfraquecido e a falta de vontade política acabou abrindo caminho para a violência. Em 1974 surgiu a Triple A, *a Aliança Anticomunista Argentina*, liderada por Luiz López Rega. Em 01 de Julho de 1974, deu-se a morte de Perón. A vice, mulher de Perón, Maria Estela foi pega despreparada e acabou abrindo espaço para López Rega e autorizou a Operação Independência para acabar com os movimentos "subversivos".

Os 30 mil mortos e desaparecidos, o estado de terror que se instalou, era justificada como medida para assegurar a segurança do povo. Os primeiros a serem eliminados foram os membros do Partido Justicialista, de Perón. Não importava a profissão, idade ou sexo, pessoas desapareciam, numa política de repressão ilegal, planejada e organizada e dirigida pelos militares, em lugares como a ESMA, Escola de Mecânica da Marinha em Buenos Aires. As pessoas presas, desaparecidas ou mortas, mesmo sem participação em grupos formados, eram encaixadas no perfil de BDT, *bando de delinqüentes*

terroristas, ou eram taxados como esquerdistas, não-argentinos, irrecuperáveis e ideológicos. Para a retórica da ditadura, a esquerda (e qualquer manifestação, como a dos estudantes por transporte gratuito) era uma doença que precisava ser extraída do país, para assegurar que o resto da população continuasse em segurança.

A estrutura de repressão não era tão organizada como em outros países, como o Brasil; todos os oficiais eram responsáveis pela informação, sem uma coordenação central (apesar da existência do SIDE, Secretaria de Inteligência do Estado). Assim, poderiam ser criados centros de detenção e serem executadas ou desaparecidas vítimas sem critérios. Talvez por este motivo a ditadura argentina matou muito mais pessoas (cerca de 30 mil, comparadas à quase 4 mil no Chile e cerca três centenas no Brasil), pois, além de não se ter controle, ou resposta às reivindicações de familiares por notícias, os órgãos internacionais não conheciam a realidade argentina, pois se negava a existência desse tipo de conduta, pois, sem a presença de cadáveres, não havia crime na legalidade.

Como em outras ditaduras sul-americanas, os seqüestros ocorriam até mesmo em locais públicos, com a presença de familiares, que eram então ameaçados, e ocorriam por meio daqueles que deveriam assegurar a integridade do povo. As pessoas eram ainda seqüestradas de sua própria identidade, através dos interrogatórios e torturas, pelas inúmeras humilhações, falta de higiene, alimentação e cárcere precários. Outra forma de extermínio era o vôo da morte, em que 15 a 20 pessoas eram atiradas de um avião no alto mar, dopada, após ter sido assegurado às vítimas que seriam levadas para prisões melhores. O fuzilamento e sessões de tortura eram outros métodos comuns. A população que não sofria com os desaparecimentos, ou se acuava em decorrência da disseminação do medo e da censura aos meios de comunicação só soube do que ocorria em seu país durante o período democrático do governo de Raúl Alfonsin. Mas muitos conseguiram ultrapassar as punições e perseguições, tais como as Madres de Plaza de Mayo, movimento fundado em 1977, que tornou visível para a comunidade internacional a repressão na Argentina. As marchas ao redor da Plaza de Mayo (era proibido a reunião na praça, então os policiais mandavam as pessoas "caminharem" o que deu a elas uma brecha para manifestações) deram visibilidade a um grupo de mulheres, mães, grupo idolatrado pelos militares na sua retórica, em um local público, freqüentado por turistas e pela população, em frente da Casa Rosada, local onde Perón fazia discursos ao lado da mulher Evita. O grupo ganhou destaque na cobertura do Campeonato Mundial de 1978, realizado na Argentina, quando as televisões internacionais retrataram as marchas.

III – O tema e o objeto

A escolha deste tema - Araguaia - e do objeto – e a análise comparativa da angústia e da transformação do mundo dos familiares dos desaparecidos políticos do Araguaia e da Argentina - se justifica por diversas razões. A principal delas é a maneira semelhante como os Estados ditatoriais do Brasil e da Argentina reprimiram ostensivamente os movimentos organizados e a sociedade civil de quaisquer tentativas de resistência e oposição, através da implementação do terrorismo de Estado[4], resultando em torturas, prisões e mortes. Assim como no caso excepcional da guerrilha do Araguaia no Brasil, a repressão utilizada durante a ditadura da Argentina, vislumbra tal perspectiva de - como solução final - de não se fazer prisioneiros; a ordem era matar, como destacou (QUADRAT, 2005:74):

> *O que chama atenção da guerra suja Argentina é a opção pelo extermínio, utilizado como solução final. O desaparecimento de presos políticos era conveniente para as Forças Armadas na medida em sem corpo não há crime, garantindo a impunidade, não corriam o risco de ter que libertar prisioneiros da oposição como há havia ocorrido no país e evitada as investigações de grupos internacionais.*

O referencial teórico primordial deste trabalho é a reflexão a partir do estudo acerca das transformações do mundo dos familiares dos desaparecidos políticos da Argentina, através da obra de Ludmila da Silva Catela intitulada, *Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina*, (2001). Na obra, produzida a partir de sua investigação sobre a angústia dos familiares da cidade de La Plata, a autora discute os múltiplos diálogos produzidos, sobretudo, pelos aportes da memória[5] dos familiares a respeito do desaparecimento de ente querido, e os impactos causados em suas vidas a partir de tal evento. Diferentemente de outros estudos que investigam mais detidamente as vozes de mães-militantes da Praça de Maio, Catela aprofundou sua análise ao estudar os sentimentos que acometeram também outros componentes da rede familiar, como filhos (as), irmãos (as), cunhados (as), sogros (as) e outros de diferentes gerações, que tiveram grande ou pequeno contato com o desaparecido, e suas estratégias de sobrevivência diante do fato gerado pela ausência brusca do familiar. Nesta perspectiva, verifica-se que: "(...) o trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se 'trabalhar' o

---

[4] A utilização deste conceito aqui utilizado parte da análise da pesquisadora Caroline Silveira Bauer no artigo: "*As Ditaduras civil-militares de Segurança Nacional e o conceito de Terrorismo de Estado: o caso brasileiro*" (2006), e de Alejandra Leonor Pascual em sua obra "*Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*" de (2004).

[5] O conceito de *lugar da memória*, desenvolvido por Pierre Nora (1984), aponta para a criação de marcos memorialísticos que teriam a função de institucionalizar e reiterar determinados enquadramentos da memória. A partir da concepção de Nora de que os *lugares de memória* podem ser pensados nos três sentidos do conceito, ou seja, tanto material, quanto simbólico e funcional.

passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil" (SELLIGMANN-SILVA, 2003:76-77).

No mesmo sentido, aponta-se para semelhanças entre o estudo de Catela e a situação dos familiares dos desaparecidos do Araguaia, sobretudo as mães, que também criaram mecanismos próprios, na esfera íntima, para externar a angústia e a incerteza em ter um familiar desaparecido. Embora estes dois universos – dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia e da Argentina - demonstrem diferenças quantitativas e de organicidade reivindicativas destes grupos face ao advento do período democrático, porém em ambos evidencia-se, a partir da utilização de instrumentos teórico-metodológico no cotejo das fontes, uma rica material para análise. Tais eventos expõem também a possibilidade do estudo da questão de gênero, pois, segundo as reflexões de (SOIHET, 1997:101): "O gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado". Neste aspecto, o caso de Julieta Petit da Silva é revelador. Desde que sua filha desapareceu, todo dia 20 de março, aniversário de Maria Lúcia, ela abria sua caixinha de guardados, tirava uma foto da jovem e a colocava sobre a cômoda da sala. Ao lado, acendia uma vela junto a uma flor num copo com água. Passada a data de aniversário, ela esperava as pétalas caírem, recolhia a foto e se lembrava que um ano havia completado sem que pudesse rezar sobre o túmulo da filha[6]. "Minha vida foi pela metade, não foi vida".[7] Tal relato evidencia, a exemplo dos familiares de desaparecidos na Argentina, uma transformação brusca, ou reconstrução própria do mundo dos familiares do Araguaia.

A socialização da dor entre os familiares de desaparecidos de La Plata, também analisado por Catela, como eixo para problematizar as temporalidades e as dimensões etnográficas, são observadas nos dois casos aqui comparados. Pode-se constatar, também no caso do Araguaia, o quanto a socialização da dor, através de cartas e outros símbolos, serviram como mecanismo de "troca", no intuito de alentar a dor destas mães, como por exemplo: "(...) este singelo cartão com a árvore de Natal possui um grande significado para mim; ele foi feito pela Jana, no seu último natal aqui conosco (1970). Agora, para mim, a imagem é outra – estas estrelinhas são nossos meninos no meio da mata".[8] Fatos

---

[6] Assim como no caso dos desaparecidos políticos da Argentina, o caso do Araguaia se assemelha também sob a ótica da impossibilidade de poder cultuar o morto, que nesta situação ocupa a categoria de "desaparecido".

[7] "Cansei de chorar". *Peritos identificam a primeira ossada e revela-se o drama da mãe que perdeu três filhos na luta no Araguaia*. História: Veja, 22 de maio, 1996. Pág. 89.

[8] Trecho final da carta de Cyrene Moroni Barroso, mãe da desaparecida política do Araguaia, Jana Moroni Barroso - codinome *Cristina* na região do Araguaia - para Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe do desaparecido político José Huberto Bronca - *Dino, Zeca ou Zequinha* - datada de 18/12/1980.

demarcadores a partir do episódio do desaparecimento são muito comuns também no caso dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Nesta perspectiva há um desenvolvimento do tempo individual e coletivo, ligados à alteração da ordem, até então, considerada normal. Esse período, que se iniciou na Argentina com seqüestros e desaparecimentos, antes mesmo do governo de Raúl Alfonsín, corresponde, no caso do Araguaia, à deflagração do Golpe de 1964, onde grande parte dos combatentes do Araguaia caiu automaticamente na clandestinidade, sobretudo a partir da Instalação do AI-5 em 1968, momento em que a maior parte dos envolvidos no conflito rompe gradualmente seus vínculos familiares ao se deslocar para a região da Guerrilha. O relato de Maria Helena M. Bronca sobre o evento do desaparecimento do irmão, José Huberto Bronca, deixa claro tal indício: "Eu me lembro como se fosse hoje. Eu não estava em casa. Ele se despediu de todos. Foi no dia de Tiradentes".[9]

IV – conclusões preliminares

Logo após este período, a partir do final da década de 1970, iniciaram-se as viagens de Ermelinda Mazzaferro Bronca, mãe de José Huberto Bronca, em companhia da filha Maria Helena, para São Paulo, no intuito de participarem das primeiras reuniões com outros familiares de desaparecidos políticos e com o advogado Dr. Luis Eduardo R. Greenhalgh, a fim de impetrar processo judicial contra o Estado pela responsabilização dos desaparecimentos dos seus familiares. Assim, aquele papel de mulheres protetoras destinadas apenas ao restrito espaço privado dos lares, assume nova esfera ao empreenderem uma luta pública pelos corpos dos filhos, transformando-as de sujeito individual em sujeito político. Este período marcou também o surgimento, por meio das cartas trocadas com outras mães de desaparecidos, uma rede de informações. Criou-se então um elo de poder, neste universo de dor e de incertezas nos quais estavam mergulhados, tal como enfatizou (FOUCAULT, 1979:183). "(...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (...)."

Assim, a família Bronca acompanhou atentamente os noticiários e posicionamentos que políticos e entidades começaram a tomar, a partir da Anistia de 1979. Muitas mães começaram a buscar nestas entidades, por meio de cartas e visitas, um caminho

[9] Maria Helena Mazzaferro Bronca, tem 68 anos, é médica. Ela participou, desde o princípio, com a mãe, Ermelinda Mazzaferro Bronca, das reuniões do grupo Tortura Nunca Mais/SP e RJ, na busca por notícias que as levassem ao paradeiro do irmão.

que pudesse levá-las ao governo federal. Com esse intuito, Ermelinda escreveu uma carta ao presidente da OAB-SP, descrevendo-lhe sua ansiedade e sofrimento diante das incertezas envolvendo o desaparecimento de seu filho. Em outubro de 1982 a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB/RJ em colaboração com o CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia) publicou uma relação com os nomes de pessoas dadas como mortas ou desaparecidas devido às suas atividades políticas, dispostos por ordem alfabética e acompanhados das prováveis datas de desaparecimentos. Tal relação não se revelou uma novidade para Ermelinda, mãe de José Huberto Bronca, para quem esse era o primeiro resultado da longa e penosa busca pelo filho que durou até sua morte aos 97 anos, em 2003. Estas são algumas das reflexões preliminares a que chegamos neste recente trabalho de pesquisa.

Bibliografia

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória*: *a reconstrução do mundo dos familiares dos desaparecidos da Argentina*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CABRAL, Pedro Correa. *Xambioá*: *guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CARVALHO, Luis Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASPARI, Élio. *A Ditadura escancarada*: as ilusões armadas. São Paulo: Cia das letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira*: *das Ilusões perdidas à Luta Armada.* São Paulo: Ática, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HALBWACHS, David. *A memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*: *os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

NORA, Pierre. "*Entre Mémoire et Histoire*". In: *Les Lieux de Mémoire*. *La République*. Vol. 1. Paris, Éditions Gallimard, 1984.

PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado*. *A Argentina de 1976 a 1983.* Brasília: Editora Universidade de Brasilia, 2004.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura*. *O testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Unicamp, 2003.

STUDART, Hugo. *A lei da selva*. São Paulo: Geração editorial, 2006.

SOIHET, Rachel. *História, Mulheres, Gênero*: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras*: *perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*, de 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Memória e história em florianópolis: sua construção na ação governamental".

Fábio Andreas Richter*

Resumo
O presente trabalho é uma comunicação sobre a pesquisa que está sendo realizada no âmbito do programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. A pesquisa busca identificar e analisar o papel das abordagens historiográficas presentes na criação e atuação das instituições governamentais situadas em Florianópolis/SC procurando entender o processo de construção de uma memória oficial para a região. Para alcançar esse objetivo, procura: identificar o contexto de criação das principais instituições governamentais que atuam naquela região (IPHAN, SEPHAN, FCC - Fundação Catarinense de Cultura, Arquivo Público do Estado, Arquivo Histórico do Município e Casa da Memória) ligadas a construção de uma memória oficial; caracterizar as principais ações desenvolvidas pelas respectivas instituições no período compreendido entre os anos 1980 e 2006; e identificar e analisar as abordagens historiográficas que subsidiam as ações desenvolvidas pelas instituições, bem como o próprio surgimento das mesmas, buscando entender a sua relação com os programas políticos-ideológicos das diferentes administrações públicas que assumiram as instituições analisadas, bem como sua concepção de memória.

Abstract
The present work is a communication on the research that is being carried through in the scope of the program of Post-graduation in History of the University of the State of Santa Catarina/UDESC. The research searchs to identify and to analyze the paper of the historiographys boardings gifts in the creation and performance of the situated governmental institutions in Florianópolis/SC being looked for to understand the process of construction of an official memory for the region. To reach this objective, it looks for: to identify the context of creation of the main governmental institutions that act in that region (IPHAN, SEPHAN, FCC - Fundação Catarinense de Cultura, Public Archive of the State, Historical Archive of the City and House of the Memory) on the construction of an official memory; to characterize the main actions developed for the respective institutions in the period understood between years 1980 and 2006; to identify and to analyze the historiography boardings that subsidize the actions developed for the institutions, as well as the proper sprouting of the same ones, searching to understand its relation with the politician-ideological programs of the different public administrations who had assumed the analyzed institutions, as well as its conception of memory.

O processo de construção da memória representa uma das grandes questões com as quais a história enquanto ciência se defronta. Como observou Le Goff, a memória é parte essencial da identidade individual ou coletiva, sendo sua busca uma das atividades fundamentais dos indivíduos e sociedades atuais (LE GOFF, 1992).

Por outro lado, sua relevância, no que tange a uma abordagem científica do conhecimento, está ligada a capacidade que tem de revelar visões e intencionalidades que

* Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Mestrando do Programa de Pós-graduação em História

envolvem a busca, construção e perpetuação de uma determinada versão da história em um determinado contexto.

Analisar a maneira como uma sociedade lida, de forma institucionalizada, com sua memória, representa uma maneira de compreender essa própria sociedade. Trata-se de entender os mecanismos de perpetuação de sua ordem interna, de suas buscas de mudança, ou mesmo de disputas pelo poder. Frequentemente a memória está inserida num contexto da tentativa de criar uma visão hegemônica da realidade, a qual pode subsidiar àqueles que mantém o poder, ou que estejam pleiteando o mesmo.

Memória, no seu entendimento usual, significa "faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, lembrança, reminiscência, recordação" (AURÉLIO, S/D). Memória também significa a evocação do passado, a sua atualização, conservando na lembrança o que se foi (CHAUÍ apud ADAMS, 2002). Por outro lado, a memória apresenta uma dimensão coletiva, caracterizada por documentos, relatos e produtos gerados por uma sociedade (ADAMS, 2002).

Outra questão diz respeito a existência de "(...) lugares onde a memória se cristaliza e se refugia (...)" (NORA, 1993), os chamados lugares de memória. Trata-se de um fato que evidencia o quanto vivemos num momento onde se procura a institucionalização de uma busca pela memória. Como observa Pierre Nora "se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares" (NORA, 1993). Para lhe consagrar lugares, surgem as formas de viabilizá-los e muitas vezes mantê-los, surgem as instituições.

A memória não é sinônimo de história, elas, como constatou Pierre Nora, se opõem (1993). Ainda de acordo com o autor, a história é uma operação intelectual, laicizante, que envolve análise e discurso crítico, uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. Ela está ligada ao concreto, às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas e na medida que pertence a todos, e a ninguém, possui a vocação para o universal. A memória, por outro lado, é carregada por grupos vivos, é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente. Ela instala a lembrança no sagrado, emergindo de um grupo que ela une, se enraizando no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A memória se entende como um absoluto.

A construção e manutenção da memória, em termos institucionais, envolve maneiras de viabilizar a perpetuação de documentos impressos, relatos orais, edificações, utensílios do cotidiano e outros objetos gerados por uma coletividade num determinado momento. O preservar essa memória construída, envolve claramente uma intencionalidade, algumas vezes um método claro e quase sempre critérios e intenções.

O ato de manter uma memória também não está ligado unicamente ao passado. Trata-se de uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente, sendo que o ato de mantê-la pressupõe um projeto de construção desse mesmo presente (BOLLE in ARANTES 1984). Ela envolve uma intencionalidade guiada por determinantes gerados pelo contexto que envolve os agentes do ato de preservar, além de seus valores e visão de mundo. Não se trata então de um processo pautado pelos valores e intencionalidades do período ao qual se relaciona a memória construída. Não são pessoas do século XVIII que irão, no século XXI, selecionar e preservar livros, construções e objetos daquele período para exibí-los.

A relação entre memória e história ainda se apresenta na medida em que a história, enquanto campo da ciência, é utilizada por "especialistas" para gerar critérios de preservação da memória. Tais critérios de preservação resultam em ações institucionais, as quais são desenvolvidas por diferentes órgãos do estado ou mesmo entidades não governamentais mas ligadas ao estado ou as suas atribuições.

No Brasil, inicialmente, a construção e perpetuação de uma memória oficial teve como protagonistas intelectuais congregados em organizações profissionais não-governamentais, como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB, fundado em 1838, tendo assumido, enquanto movimento, um caráter elitista (ADAMS, 2002).

A prática da política preservacionista[1], em âmbito nacional, resultava no acúmulo aleatório de signos da política local e nacional. Contemplava fatos históricos e genealógicos da história política e de famílias que contribuíram para o processo histórico dominante (ADAMS, 2002).

Em Santa Catarina, os primórdios da preocupação com a questão da preservação da memória remontam a criação em Florianópolis do Museu Provincial, em 1879. No final desse século, especificamente em 1896, é criado o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - IHGSC, idealizado por José Boiteux (ADAMS, 2002). Embora o caráter de preservação da entidade ainda não estivesse claramente definido institucionalmente, já estava sendo preparado o contexto onde essas diretrizes seriam gestadas dentro da entidade e com elas o direcionamento de muitas ações no estado .

A questão dos Institutos Históricos e Geográficos (brasileiro e catarinense) exemplifica as características que marcaram a questão da preservação, ou mesmo envolveram a constituição da memória local e nacional. O instituto brasileiro surgiu no interior da Corte

[1] Aqui entendida enquanto uma forma de construção e perpetuação de uma memória oficial, patrocinada pelo poder público através de suas instituições.

Imperial, fazendo um discurso compatível com seus interesses, sendo que o catarinense tinha sua diretoria e demais membros composta por agentes ligados ao poder catarinense ou muito dele próximos (SERPA, 1996). Tais particularidades sinalizam para o envolvimento de uma determinada visão histórica, que permearia as iniciativas ligadas a memória.

Um episódio signficativo, relacionado a questão da memória oficial em Santa Catarina, foi o primeiro congresso de História catarinense, realizado em 1948. O evento teve entre seus objetivos, o de destacar a presença de uma cultura de base açoriana na ilha de Santa Catarina (ADAMS, 2002).

A busca das raízes açorianas em 1948, estava inserida num contexto de confronto, onde a cultura luso-brasileira enfrentava perigosamente a cultura alemã em Santa Catarina, na busca de demostrar a brasilidade do estado (BOLÉO apud FLORES, 1997).

Tratava-se de uma busca intencional pela construção e perpetuação de uma memória, num processo com implicações políticas e ideológicas. No processo ficou evidenciado o quanto "(...) uma plêiade de homens ilustres, descendentes atuais desses antigos colonos [açorianos], (...) (FLORES, 1997) procurou usar essa "rememoração" num contexto de confronto, na busca da criação de uma memória oficial. O confronto entre duas visões de mundo, a luso-brasileira e a alemã, evidencia a existência de grupos articulados e ocupados na construção de memórias em, e para, Santa Catarina.

Na região de Florianópolis as articulações ligadas a memória de seus colonizadores, com destaque para os de origem açoriana, resultaram em percepções que podem ser agrupadas em três momentos (FLORES, 1997), dentro de uma trajetória histórica:

- O momento dos mitos da civilização, onde o ilhéu era visto como de índole fatalista, incapaz de abraçar a causa do progresso e da modernidade. Uma visão ligada ao contexto da 1ª república, onde se procurou um reajustamento social necessário a nova ordem capitalista;
- O dos mitos do nacionalismo, onde o nativo da região era visto como alguém que solidificou as bases históricas da nação, sendo homem de coragem, afeito ao trabalho, aos ofícios e à tradição, portador dos princípios civilizatórios. Uma percepção ligada ao contexto que envolveu o 1º Congresso Catarinense de História, em 1948;
- O da civilização do lazer, quando passa a ocorrer a abertura da ilha para a indústria do turismo. Trata-se de uma percepção que passa a se intensificar a partir do final das duas últimas décadas do século XX.

Diferentes períodos, com suas diferentes percepções, construções e agentes interessados. Semelhante panorama tem seus reflexos na construção e perpetuação dos lugares de memória em Florianópolis, assim como nas instituições que participaram desse processo.

Tendo em vista as observações evidenciadas, surge uma série de questionamentos relacionados a construção de uma memória. O principal deles está ligado ao arcabouço historiográfico que guiaria as iniciativas de preservação. Semelhante corpo de idéias pode ser melhor evidenciado nas iniciativas desenvolvidas por instituições oficiais, as quais serviriam como um indicador sobre que tipo de história está sendo construída, ou perpetuada, em um determinado contexto.

A análise da abordagem institucional da memória também possibilita entender o que está por trás da fala do especialista. Trata-se de entender aquele que esta respaldado por um saber que se pretende científico e de um lugar que estaria autorizado a emitir julgamentos. São os técnicos e administradores públicos que anunciam políticas para a área e imaginam poder substituir com seu enfoque de "especialistas", a diversidade de concepções e experiências que compõem a sociedade (DA SILVA in O DIREITO, 1992). Entender a visão destes agentes também é essencial para compreender a memória que é mantida, ou mesmo gestada, nas instituições em determinados momentos.

Por outro lado, também é essencial identificar e entender o fato de que as instituições, principalmente aquelas ligadas e mantidas pelo estado, estão ligadas a programas e intenções dos grupos que às assumem ou conduzem. Tais grupos possuem suas concepções, objetivos e formas peculiares de lidar, constituir ou utilizar, a memória, o que inevitavelmente resulta em reflexos nas instituições que assumem.

Na região de Florianópolis existem as seguintes instituições governamentais que se ocupam em lidar com a memória da região:

- O SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - criado em 1974, está envolvido com a questão urbana da cidade, atuando no tombamento de edificações e regulamentação de áreas de preservação. Trata-se de um órgão vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, entidade da Prefeitura do município;
- O IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – tem sua 11ª superintêndencia localizada em Florianópolis, desde 1990, embora atue no estado desde 1938. A instituição também está envolvida com a proteção, revitalização e

conservação do patrimônio cultural do estado;

- A FCC - Fundação Catarinense de Cultura - foi instituída em 1979;
- Arquivo Público do estado de Santa Catarina – Criado em 1960, procura recolher, preservar, organizar, prestar assessoramento técnico e divulgar o patrimônio documental;
- Arquivo Histórico do Município de Florianópolis – Criado em 1994, procura realizar a gestão documental da prefeitura, selecionando e destinando documentos significativos para a guarda e disponibilização permanente. Também procura incorporar acervos documentais relevantes para a história do município;
- Casa da Memória do Município de Florianópolis – criada em 2004, embora esteja formando acervos desde 1995, desenvolve um trabalho ligado a organização, preservação e disponibilização de acervos sonoros, fotográficos e iconográficos ligados a memória do município.

As instituições apontadas são além de detentoras e constituidoras de acervos, ativas agentes do planejamento de políticas que envolvem a memória, oficial, em Florianópolis, assim como no estado de Santa Catarina. Sua análise, bem como de suas ações, é fundamental para entender o contexto da constituição e perpetuação da memória na região.

Por outro lado, uma história da memória não se ocuparia apenas da história das teorias sobre a memória, mas sobre as práticas e representações mnemônicas e rememorativas das sociedades e grupos, envolvendo seus suportes e estratégias de apropriação, tendências, conflitos, efeitos, atualizações, etc (MENESES, 1999). Trata-se, em suma, de um tema rico e instigante.

Objetivos

A pesquisa procura desenvolver-se em torno dos objetivos de identificar o contexto de criação das principais instituições governamentais que atuam na região de Florianópolis/SC (IPHAN, SEPHAN, FCC - Fundação Catarinense de Cultura, Arquivo Público do Estado, Arquivo Histórico do Município e Casa da Memória) ligadas a construção de uma memória oficial[2]; caracterizar as principais ações desenvolvidas pelas respectivas instituições no período compreendido entre os anos 1980 e 2006; e identificar e analisar as

[2] A memória oficial é entendida aqui como aquela tratada no âmbito de atuação de instituições constituídas pelo poder público.

abordagens historiográficas que subsidiam as ações desenvolvidas pelas instituições, bem como o próprio surgimento das mesmas, buscando entender a sua relação com os programas políticos-ideológicos das diferentes administrações públicas que assumiram as instituições analisadas, bem como sua concepção de memória.

Metodologia

A pesquisa inicia com uma série de questionamentos que buscam identificar o contexto de criação das instituições analisadas. Quais foram os principais agentes envolvidos? Quais foram as principais questões discutidas? Quais eram os objetivos imediatos no seu momento de criação ou início de atuação em Florianópolis? O que lhe favoreceu ou dificultou nesse início? Como era o panorama político e social daquele momento? São perguntas que irão guiar a abordagem preliminar.

Paralelamente haverá uma busca pela identificação das principais ações desenvolvidas pelas instituições durante o período de 1980 a 2006. Essa busca se dará tanto na análise de fontes existentes nas próprias instituições, como de fontes documentais oriundas da imprensa e instituições de classe (associações, núcleos de estudo e trabalho). Qual foi o espaço, o objeto, o lugar de memória constituído? Qual foi o fator que desencadeou a ação? Quais foram as atividades realizadas em todo seu decurso? Quais foram os principais agentes envolvidos (pessoas, outras instituições)? Qual era a significancia, na visão dos agentes envolvidos, dessa memória específica que estava sendo constituída, preservada?

Concomitante aos trabalhos desenvolvidos, se processará a busca pela identificação de abordagens historiográficas e a existência de programas político-ideológicos claramente explicitados, ligados a constituição das instituições e as principais ações desenvolvidas. Quais foram as correntes, escolas, percepções historiográficas que subsidiaram os técnicos e gestores públicos diretamente envolvidos? Quais as linhas gerais dos programas que pautaram as administrações que assumiram as instituições? Qual o papel das ações desenvolvidas/planejadas pelas instituições dentro dos programas de suas administrações? Serão as questões que irão nortear essa busca.

Os trabalhos encontram-se na sua fase preliminar de revisão e preparação, selecionando as primeiras fontes documentais e estabelecendo as linhas gerais para as entrevistas preliminares. A previsão é de que estejam concluídos até dezembro de 2008.

Bibliografia

ADAMS, Betina. **Preservação urbana**: gestão e resgate de uma história. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.

DALÉSSIO, Márcia Mansor. Memórias: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Anpuh, v. 13, nº.25/26, set. 1992/ago.1993, p. 97-103.

DA SILVA, Olga Brites in O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, 1992, p.17-20

De DECCA, Edgar Slvadori. **1930 o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, 1992.

FERREIRA & AMADO. USO & abusos da história oral. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi**: palavras, sentidos e ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.

GOMES, Valter Manuel. **Formas do pensamento historiográfico catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1985 (dissertação).

HOBSBAWM, E.J.; RANGER, T.O. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de In SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999, p.11 a p.29.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n. 10, Dez. 1993, p.07-p.28.

SERPA. Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n.20, p.63-79, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ilha-presídio: a instituição e os presos de Fernando de Noronha

Erica Elizabete da Silva*

Resumo: Este texto pretende analisar a penitenciária de Fernando de Noronha durante os últimos anos do Império Brasileiro. Além disso, discute o campo teórico e historiográfico no qual se pode inserir uma história das prisões no Brasil.
Palavras-chaves: Império Brasileiro- prisão-penitenciária.

Abstract: This text intends to analyze the penitentiary at Fernando de Noronha during the last years of the Brazilian empire system. Besides that, discusses a collection of theoretical and historical questions about a history of prisions in Brazil.
Key-word: Brazilian empire- prision-penitentiary

Sobre metodologia e fontes

A prisão passou a constituir um objeto importante de estudo das Ciências Sociais a partir da década de 1970. E entre os historiadores é um tema de estudo bastante recente, estes preocupados em entender a origem de uma instituição que atualmente tem despertado atenção por causa de suas constantes amostras de problemas e deficiências em relação ao tratamento e correção dos criminosos.

Certamente a obra que muito influenciou esses estudos sobre prisões, e até hoje é referência chave para todos os trabalhos sobre o assunto é *Vigiar e punir* de Michel Foucault. Apesar do objeto de Foucault não ser propriamente a prisão, mas sim o nascimento do que ele chama de uma "sociedade disciplinar", seu trabalho torna-se central para entender essa instituição.

O interesse em compeender a prisão e a experiência de prisioneiros, no passado, e suas reações a essa própria experiência causou importantes modificações metodológicas. A principal preocupação passou a ser: que fontes utilizar para das "voz" a essas pessoas comuns, com intuito de compreender o seu cotidiano? A resposta a esse questionamento, segundo Hebe Castro seguiu de uma aproximação com a antropologia que permitiu a incorporação de novas fontes à investigação histórica: "um intenso intercâmbio com a antropologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas. O uso de fontes ligadas à repressão, como da inquisição, inquéritos policiais e processos judiciais, tem-se mostrado extremamente fértil." (CASTRO, 1997: p. 45-58).

* Mestranda no Programa de Pós graduação em História Social UFRJ. Bolsista CAPES.

Ainda segundo a autora, a essas novas fontes históricas somam-se novos métodos de leituras e tratamentos o que vêm produzindo importantes resultados.

Nossa pesquisa sobre o presídio de Fernando de Noronha incorpora uma séria de documentos jurídicos, como os registros dos presos que iam para a Ilha, relatórios a respeito do presídio, além de documentos de natureza médica, informando sobre a respeito da enfermaria do presídio e o trabalho de um grupo de médicos que trabalhavam na instituição.

Michelle Perrot chama atenção para a ausência de fontes escritas produzidas pelos próprios presos. Ela vê esse fato como resultado da baixa produção de documentos escritos pela população carcerária e também a vergonha social e o estigma provocados pela prisão, o que causaria um certo silêncio dessa população a respeito de suas condições nos presídios.

Mas para utilizar as fontes jurídicas, estatísticas e documentos administrativos, assim como os códigos criminais, o historiador das prisões deve entender que esses documentos são expressões de um grupo, que pertence ao Estado, ou magistrados e daí, suas opiniões. É necessário nesse sentido, deter as transformações e seus processos, para tentar apreender o papel das diversas instâncias desse Estado e suas mediações.

Sobre o presídio e os presos

Na ilha paradisíaca de Fernando de Noronha, localizada no litoral Nordeste brasileiro, funcionou durante o século XIX um presídio, instituição que até hoje pouco se conhece. O presente trabalho tem como problema entender a importância desse presídío, que foi primeiramente militar e posteriormente civil, entre o período de 1854 e 1882. Tentaremos compreender quais foram as atribuições desta instituição na reformulação, que ocorre no século XIX, do papel das prisões. Já que a pena de prisão torna-se a pena aplicada a maioria dos crimes formalizados no Código Criminal do Império.

Fernando de Noronha começa a receber oficialmente presos na década de 1830, os condenados às penas de galés[1], por introdução e fabrico de moedas falsas. Em 1850, os degredados, os reús militares condenados a trabalhos públicos ou forçados e os sentenciados a prisão simples com trabalho começam a chegar no Arquipélago. Nesse momento, o presídio encontrava-se sobre a jurisdição do Ministério da Guerra, mas mesmo assim, recebia um grande números de condenados civis.

[1] A pena de galés consistia (de acordo com as Ordenações Filipinas - conjunto de leis que definiu o que era crime e sua respectiva punição até a independência do Brasil em 1822), no envio do condenado para as embarcações (galés). No século XIX, com a criação do primeiro Código Criminal do Brasil em 1830, esse tipo de pena foi comutado em serviço a ser realizado em obras públicas.

O decreto nº 2375, de 25 de março de 1859 autorizou o envio para Fernando de Noronha de condenados a outras penas, além das penas de galés e prisões com trabalho, quando não existissem prisões seguras nos lugares indicadas para o cumprimento das penas.

Paulatinamente, a instituição foi perdendo seu caráter exclusivamanete militar até ser definitivamente transferida para a competência do Ministério da Justiça no ano de 1877. A partir desse momento, o Ministério da Justiça começou a se empenhar para legitimar o presídio como uma instituição civil, ressaltando assim, as propostas, projetos de organização e reformas de vários penitenciaristas do século XIX. Mas, essa transferência de jurisdição militar-civil foi uma tarefa que envolveu intensos conflitos, já que mesmo depois de ser oficialmente uma instituição civil, o exército tinha uma grande interferência administrativa no presídio[2].

Acreditamos que o presídio de Fernando de Noronha representou uma peça fundamental do jogo político que se estabeleceu, principalmente na segunda metade do século XIX, no Império Brasileiro. O que provoca o frequente conflito entre Ministério da guerra e justiça sobre a responsabilidade de administrar a instituição. Essa situação serve para percebermos as disputas de poder dentro desse Estado, o que levou a organização de diferentes projetos para a instituição durante esse período.

O Estado, de acordo com essa perspectiva, não é um bloco monolítico. Deve ser entendido levando-se em conta seus conflitos e contradições, pois é composto por indivíduos, que se articulam socialmente, dotados de capacidades inventivas, o que muitas vezes levam a disputas dentro desse Estado. Portanto, esse Estado não é algo extra-social, mas sim faz parte de um processo social[3].

Em relação ao grande número de presos civis mesmo quando esse ainda era um presídio sobre a responsabilidade do Ministério da Guerra, pode ser explicado pelo número reduzidos de prisões civis no Império, principalmente para o cumprimento de penas com trabalho. No caso dos presos condenados às penas de galés, foram enviados para aquele presídio porque nunca houve no Império uma instituição penal específica para recebê-los.

Um dos mecanismos utilizados para amenizar essa situação foi substituir a prisão simples com trabalho pela prisão simples – acrescentando a sexta parte do tempo marcado para o cumprimento da pena -, enquanto não fossem construídas no país instituições

---

[2] Essa discussão está presente em BEATTIE, Peter M.*The tribute of blond:* a*rmy, honor, race and nation in Brazil.* 1864-1945. Londres: Duke University Press.

[3] Análise presente em ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. p. 192

específicas para a realização de trabalho durante tempo em que o indivíduo estivesse preso.[4] O Presídio de Fernando de Noronha se configura, no conjunto dos estabelecimentos prisionais do Império, como uma instituição importante para o cumprimento dessa prisão com trabalho.

A privação da liberdade com a obrigação de trabalho foi uma das principais modificações introduzidas no Código Criminal (1830), que fica em vigor até o fim do período Imperial (1890). Esse tipo de pena obrigava os réus a se ocuparem diariamente nas oficinas com atividades destinadas a eles ao ingressarem nas prisões. O trabalho era visto, nesse sentido, como elemento moralizador dos indivíduos reclusos, o que garantiria assim, a "ordem" dentro desses espaços prisionais.

No entanto, apesar da centralidade que ganha a pena de prisão no século XIX e também a implementação do trabalho nessas instituições, ao longo do século XIX o governo imperial iniciou a construção de seis penitenciárias para se cumprir esse tipo de punição, dentre as quais somente a Casa de Correção da Corte funcionava com regularidade.

A Casa de Correção do Rio de Janeiro, que começou a ser planejada na década de 1830, só foi concluída em 1850. Portanto, no Brasil instituições que utilizavam como disciplina o trabalho só começam a funcionar a partir da segunda metade do século XIX. Nos anos seguintes, foram criadas a Penitenciária de São Paulo (1852), a Casa de Correção da Bahia, a Casa de Correção do Recife (1867), a Penitenciária de Niterói (1885) e no mesmo período a Cadeia de Porto Alegre.

Conhecida como "prisão central do Império"(Pedroso, 1995: p. 78), Fernando de Noronha acabou tornando-se também complemento da Penitenciária do Recife, além de receber sentenciados de diversas províncias brasileiras, especialmente do Nordeste, mas também da Corte, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, configurando-se como uma solução possível para o grave problema da superlotação dos cárceres durante o período imperial. O Império conviveu desde cedo com o problema do amontoamento e falta de vagas nas prisões, o que agravavam as condições de salubridade desses espaços.

Segundo Peter Beattie, o presídio de Fernando de Noronha era uma espécie de "prisão nacional", já que recebia presos de todas as partes do Brasil, essa situação só muda em 1890 quando Fernando de Noronha deixa de exercer a categoria de prisão central e passa para o domínio de Pernambuco.

A população penal da ilha era composta principalmente por escravos condenados, homens livres, soldados, alguns deles acompanhados por suas esposas e crianças. Os condenados,como afirma Gláucia Tomaz de Aquino Pessoa, viviam em completa liberdade

[4] Artigo 409 do Código Criminal do Império do Brasil de 1830.

dentro da ilha, exceto os que encontravam-se temporariamente "aldeiados" (a "aldeia" era o único edifício que sevia como prisão). Essa questão é bastante interessante porque, levanta uma diferença entre essa instituição e as demais existentes no Império, já que as grades e ferros foram parcialmente substituídas pelo próprio isolamento natural da ilha.

De acordo com nossa hipótese inicial de pesquisa, acreditamos que faça parte da realidade da instituição uma "relativa liberdade" dos sentenciados, ou melhor, uma liberdade maior do que existia em outros presídio brasileiros, por causa da própria condição de isolamento da ilha, da tentativa do Estado em criar uma colônia agrícola e de existir na ilha , como foi dito acima, apenas um único edifício que servia como prisão onde ficavam somente os sentenciados considerados incorrigíveis (a "aldeia"). Isso permitia a esses sentenciados um maior poder para estabelecer relações e alcançar alguns interesses, o que levava uma proximidade entre os sentenciados e os indivíduos em condição de liberdade que habitavam a ilha.

Ressaltando essas questões, buscaremos ao longo da pesquisa entender a importância do presídio de Fernando de Noronha dentro desse contexto de transformações no papel das prisões e das punições no Brasil que ocorre no século XIX. Resgatando sua história institucional, assim como suas relações com o Estado Imperial. Além de buscar comprender a dinâmica interna de tal presídio, através das relações entre adminstração, funcionários e presos.

Conclusão

Estudar o Presídio de Fernando de Noronha significa dar lugar na historiografia a algo que até pouco tempo ficou esquecido. Embora a cada ano a essa produção historiográfica sobre as prisões no Brasil têm crescido, principalmente na forma de dissertações, ainda há um bom caminho e temas a serem explorados sobre o assunto. A história das prisões é além disso, um debate extremanente atual, tendo em conta questões como a ineficiência desse mecanismo como sistema de regeneração, irregularidades e violência dentro desses espaços. Recorrer a história é repensar também sobre o sistema prisional brasileiro, o que mostra a importância de trabalhos acadêmicos nesse sentido.

Referências bibliograficas:

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *O duplo cativeiro: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821*. Dissertação de Mestrado UFRJ. 2004

BEATTIE, Peter M.*The tribute of blond: army, honor, race and nation in Brazil. 1864-1945.*

Londres: Duke University Press.

CASTRO, Hebe. "História Social" In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) . *Domínios da História-Ensaios de Teoria e Metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-58.

DUPRAT, Catherine. *Punir e curar-em 1819, A prisão dos filantropos*. In Revista Brasileira de História. São Paulo.: V. 7, nº 14, mar/ago, 1987.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: prespectiva, 1992.

IGNATIEFF, Michel. *Instituições Totais e Classes trabalhadoras: um balanço crítico.*In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v. 7, nº14, mar./ago, 1987.

IMBIRIBA, Beatriz de labor. *História de Fernando de Noronha.* Recife: Imprensa Industrial, 1951.

PAIXÃO, Antonio Luiz. *Recuperar ou punir? Como o estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez: atores associados, 1987. (Coleção polêmicas do nosso tempo, nº21).

PEDROSO, Regina Célia. *Os signos de opressão: condições carcerárias e reformas prisionais no Brasil (1890-1940).* Dissertação de Mestrado USP, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do Cárcere*. Porto Alegre: Jeweb editora digital, 2003.

_____. *Os excluídos da História: operário, mulheres e prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. *Fernando de Noronha, uma ilha-presídio nos trópicos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1994.

_____. *Trabalho e resistência na penitenciária da Corte (1855-1876).* Dissertação de Mestrado UFF, 2000.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Editora Annablume, 1999.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. *De um lado punir; de outro reformar: projetos e impasses em torno da implantação da Casa de Correção e do Hospício de Pedro II no Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado UFRJ, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. "A prisão de ébrios, capoeiras e vagabundos no início da era republicana" In Topoi- Revista de História do PPGHIS da UFRJ. Rio de Janeiro.: 7 letras, vol. 8, jan-jul.2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

E... como é mesmo que o senhor frasêia?
Livros, leituras sem livro e imagens da literatura de Guimarães Rosa

Bruno Flávio Lontra Fagundes*

Resumo: O artigo analisa a literatura de Guimarães Rosa e as edições de seus livros pela Casa José Olympio Editora no contexto das linhas de força da sociocultura brasileira dos anos 40/50. Enfatiza o papel do escritor para efetivar a perspectiva de que sua editora pressupõe um leitor identificado pelos paratextos escritos e visuais que confeccionam os livros. E menciona a fonte de autoridade que a literatura de Rosa encontra na tradição de leitura de textos que são mais ouvidos do que lidos.
Palavras-Chave: Leitura em voz alta, imagens e livros.

Abstract: The article analyzes the literature of Guimarães Rosa and editions of his books for the Jose Olympio Publishing company in the context of the lines of force of the Brazilian socioculture of years 40/50. It emphasizes the paper of visual the writer to accomplish the perspective of that its editor estimates a reader identified for the written paratextos and that confections books. And mentions the authority source that the literature of Rosa finds in the tradition of reading of texts that more are heard of the one than read.
Keys-words: Reading in high voice, images and books.

Analisamos a literatura de Guimarães Rosa numa perspectiva da história da leitura e da edição, lançando um olhar que estende o sistema literário ao papel que nele desempenha a relação do escritor com o leitor mediada por formas de circulação de textos em equipamentos, dentre os quais o livro é um dos mais salientes, mas não o único. Para a história brasileira, investigar a obra de Guimarães Rosa sob essa perspectiva mostra a particularidade de formas sociais próprias de leitura e o papel que nelas exercem o livro, ou sua ausência. Nos limites desse artigo, sugerimos paradoxos que inscrevem Rosa e sua literatura em dois planos: no de uma tradição sociocultural alta que tem no livro sua condição e no de uma tradição cultural cuja ausência do livro garante formas de circulação de textos muitas vezes proscrita da tradição analítica. Se a Teoria Literária e os Estudos Literários tomam a literatura como o texto fixado no papel, principalmente o livro, e sobre o qual a análise lança suas interpretações, não é por isso que os textos de Literatura precisam se fechar no texto como se existissem estritamente em livros. As análises textuais que supõem a existência de textos em livros nem sempre esgotam as análises possíveis de textos, já que estes contêm artifícios criativos e estratégias compositivas que nem sempre têm a palavra

* UFMG, Doutorando, Bolsista FAPEMIG.

escrita como fonte e origem, e nem o livro como forma precípua de circulação da palavra. Muitas vezes, os textos ganham uma existência em livro embora tenham sido concebidos e feitos para existirem fora dele, em suportes como a voz, por exemplo – no teatro, no rádio, na praça pública. Para o exame do papel da voz na Poesia Medieval, Paul Zunthor faz uma advertência:

> *até hoje, nunca se tentou mesmo interpretar a oralidade da poesia medieval. Contentou-se em observar sua existência. Pois, exatamente como um esqueleto fóssil, uma vez reconhecido, deve ser separado dos sedimentos que o aprisionam, assim a poesia medieval deve ser separada do meio tardio no qual a existência dos manuscritos lhe permitiu subsistir: foi nesse meio que se constituiu o preconceito que fez da escritura a forma dominante – hegemônica – da linguagem (ZUNTHOR, 1993:17).*

Aí, o autor sanciona um método analítico que leve em conta contextos de produção, circulação e recepção de textos. Critica a crítica literária que, historicamente, tomou a literatura medieval como textos que teriam sido elaborados para serem lidos no manuscrito e no recesso da leitura silenciosa e solitária. Se se fizer isso, a crítica, para Zunthor, não vai conseguir "ouvir" o que é fundamental na literatura medieval: a voz. O que, no fundo no fundo, sugere são métodos de análise que não encarcerem o texto na palavra escrita no livro, mas que possam capturar sua existência em outros suportes e para leitores que podem apreendê-los sem mesmo saber decifrar o código verbal mediante a leitura visual.

> *Os métodos elaborados sob a influência desse preconceito (de fato, toda a filologia do século XIX, e em parte a do nosso) não somente levam pouco em conta seus limites de validade, mas têm dificuldades para determinar, na profundidade cronológica, a distância justa de onde considerar seu objeto. Até hoje, pesquisas e reflexões sobre a oralidade das canções de gesta (tomo esse exemplo) têm tido por efeito abalar um pouco as seguranças, amenizar o alcance de vários termos e difundir pequeno número de dúvidas comuns. Elas não nos trouxeram nenhuma certeza (...) (ZUNTHOR, 1993:18/19).*

Estamos num terreno caro a boa parte da tradição crítica literária. Se admitimos, a título de exercício de imaginação e análise, que a literatura restringe sua existência a forma "enlivrada", há ainda outro ponto saliente: a letra pode se articular às imagens em forma de uma comunicação mista, a ilustração, para cuja análise convém se observar os dois planos com que o livro pode dizer coisas ao leitor, os planos textual e paratextual. Os materiais que compõem o além-do-texto no livro não devem ser desdenhados; imagens em livros que percorremos com os olhos – imagens de capa, contracapa, orelhas, miolo – se juntam às imagens que fazemos imaginativamente na mente quando lemos palavras nos textos. Mais uma vez, aqui está em pauta certa forma de conceber o literário dentro de uma tradição crítica que se fechou no texto além de imaginar um leitor quase sempre instruído.

> *Na medida em que a ilustração, forma de expressão mista associando o texto e a imagem sobre um suporte comum, é um dos procedimentos que permite adaptar a obra escrita a um público, ela se rearticula à história da edição e da leitura, fundada sobre a materialidade do objeto, e essencialmente do livro" (LE MEN, 1993:230 - Tradução minha)*

A tarefa de investigar e escrever sobre a literatura de Guimarães Rosa não pode desdenhar sua vasta fortuna crítica, e os termos com que ela cunhou uma espécie de "leitura certa" de Rosa. O escritor soube muito bem agenciar uma leitura de sua obra, pontuando alguns temas como mais importantes a serem observados se se quisessem apreender seu sentido. Sem atribuir ao escritor uma função de crítico literário, não podemos desprezar, no entanto, o fato de que ele também tinha lá suas convicções sobre o que deve ser a análise da literatura, compartilhando com certa tradição cultural noções do que é o próprio do literário e como deve ser analisado. Como qualquer pessoa, possuía noções e convicções sobre a literatura de um modo geral, e sobre a sua em particular, a que devemos ouvir, mas não necessariamente concordar e restringir-nos a elas. É importante separarmos a obra do que o autor diz de sua própria obra. Para o exame das convicções que o escritor possuía sobre sua literatura, o texto publicado de seu diálogo com Gunter Lorenz, realizado em 1965 em Gênova, é fundamental. Nele, Rosa pautou um certo modo de se ler sua literatura, mas é ali também que sugere outras leituras de sua obra sobre as quais não punha ênfase.

Embora tenha redundado em vasta fortuna crítica ao longo das décadas, uma grande interpretação da obra de Rosa reforçou sua sofisticada elaboração textual como essência literária, em desatenção a habilidade do escritor em lidar com outros códigos não-verbais, seus procedimentos de interferência na obra tomada como texto e livro; e, principalmente, em desatenção ao que a literatura do escritor pode nos dizer de um sistema literário em que o livro é ausente, e, por esse motivo, nem sempre é inspirado exclusivamente nele que a escrita se faz.

João Guimarães Rosa dizia que no sertão os homens não têm mais o que fazer com seu tempo livre a não ser contar estórias, e acentuava que a diferença entre eles e os vaqueiros era que aqueles *contavam* estórias enquanto ele as *escrevia*. (ROSA, 1994) A afirmação do escritor é paradoxal, ao mesmo tempo simplificadora e reveladora. Simplifica, sobremaneira, seu trabalho de escritor em meio a uma comunidade de iletrados, e que vivem a leitura no livro e, muito mais a escritura, de uma forma periférica. Rosa não era como os sertanejos a que ele se refere, pois ele sabe escrever, e o que ele faz não é apenas uma diferença pequena. É uma grande diferença: saber escrever numa comunidade de sertanejos, ser escritor numa

comunidade em que as práticas corriqueiras das estórias não supõem o livro e a escrita, a leitura silenciosa e intimista, crava uma mediação insuspeita, a do livro e a do código alfabético. Rosa não era, nesse sentido, como todos aqueles homens. Por outro lado, a imersão e o enraízamento, desde a infância, numa comunidade de contadores de estórias de alguma maneira o faz igual a toda a comunidade, e simplesmente escrever as estórias, ao contrário da comunidade toda, que as contava, marca pouca distinção também, e por um motivo simples: o de que seus textos trazem as marcas da oralidade corriqueira, fazendo, nos termos de Chartier (1999), com que os textos observem as exigências da performance oral própria das estórias e dos modos de dizer quando são ouvidos da boca dos sertanejos. Nesse sentido, o escritor difere pouco dos demais sertanejos. Ele escreve estórias que são como estórias contadas se, por ler as estórias, entendemos que elas são mais ouvidas do que lidas.

Guimarães Rosa foi mesmo um renovador da literatura brasileira ao pôr em discurso ficcional o sertão brasileiro fora dos parâmetros com que uma literatura social, principalmente do Nordeste, havia feito nos anos 30. Sua literatura foi mesmo inovadora por ter feito o que fez colocando a voz, o falar do sertão em livro, supondo a circulação e a leitura dos textos em práticas que não requerem o livro. Ao trazer as marcas da oralidade para dentro do livro de uma forma radical sem precedentes na história da literatura brasileira, Guimarães Rosa, talvez sem se dar conta, rompia com as balizas de uma forma de atuar, e de pensar, a literatura em que os textos são sempre pensados em livros e a leitura é sempre entendida como prática silenciosa e intimista feita com os olhos dispensando o recurso da voz. Tudo ambivalente em se tratando de João Guimarães Rosa, porque é do livro que vem sua autoridade, sua colocação social, embora seja, também, da autoridade da tradição de comunidades leitoras que lêem sem o livro outra fonte profunda de sua autoridade literária e cultural. E o escritor sempre soube marcar muito bem sua filiação a esse universo de leituras sertanejas de onde provinha.

Entendemos o livro impresso como uma mídia, por abranger espaços geográficos muito mais amplos e seu atributo de fazer uma mediação entre os homens que antes não havia. A partir do livro impresso, os homens não precisam mais ir a praça pública para ouvir os textos, eles podem vir até ele, e ouvir o texto de um outro pode ser ler o que o outro escreveu, sem precisar de ir até ele para ouvi-lo falar. Com o advento das mídias modernas, o rádio, em especial, e o desenvolvimento das técnicas de reprodução de imagens, os textos podem se compor com imagens, e podem, ainda, serem transmitidos por uma voz que não mais precisa estar presente no momento em que ele é falado. Os textos ganham outros

suportes de transmissão. Na seção *Rádio &TV,* do Correio da Manhã, de 20 de novembro de 1953, eis um depoimento de Guimarães Rosa sobre o rádio.

> *Gosto do rádio, uso-o muito. É uma espécie moderna de musa. É uma regra: estou escrevendo, estou lendo, estou fumando, estou ouvindo.* ***Sub-ouvindo****, talvez seja mais certo dizer. Isto é, o aparelho fica ligado, a música trabalhando de isolante, para defender a gente dos rumores desencontrados da realidade em volta, sempre tão excessiva. Música ou canto, pois em geral não somo com a parte conversada, falam no vácuo. Uma vez uma empregada disse a minha mulher: - "o patrão não gosta de novela, mas bem que ele escuta o capítulo inteiro..." (ocupado com a cabeça noutra parte, como é que eu ia saber se era Novela, "Hora do Brasil" ou catarata de anúncios?). Também confessando desconfio de que o meu muitas vezes abuse de ser o "rádio do vizinho", o desembestado, o errado, o barulhento. E mais seria se não fosse a polícia de minha mulher, pois Ara controla o quanto pode essa vazão radiofônica. Há músicas (Mozart, operetas, Beethoven, valsas, Wagner, Schubert, canções populares, velhas de mais de vinte anos etc) e vozes com charme especial (Ademilde Fonseca, Virginia Lane, Heleninha Costa, Carmélia Alves, Emilinha Borba etc) que varam a cortina de cortiça da concentração – fico vulnerável, rendo-me, paro para escutar de verdade. Tempo de carnaval – adoro: marchas e marchinhas dão energia e alegria, bebidas na torneira. Atualmente quase fico na M.da Educação ou na Eldorado. Mas voto que a Eldorado, em tudo mais ótima, devia mudar, ou variar, ou suprimir aqueles prefixos (?) musicais de programas, principalmente os vespertinos, sofisticados no gênero melancólico. Quando estou escrevendo uma passagem estreita, preciso de "dopar-me", então requeiro musa apropriada, isto é, troco para o toca-discos.* ***Televisão?*** *Não.* ***Agora, o que mais vale na minha opinião*** *– o papel do radio no interior do país, suas responsabilidades, sua importância. Destrói o fundo folclórico, eiva a tradição, desregionaliza. Mas diverte, consola, anima, alegra, faz companhia. No sertão, encontrei pessoas que nunca viram nem vão ver o trem de ferro, mas que acompanham pelo rádio as partidas de futebol carioca, torcem e discutem, sabem o nome de todos os nossos jogadores. E, de certos lugarejos, nos campos gerais, sempre alguém era escalado, às segundas, quartas e sextas-feiras, para montar a cavalo e ir à vila, ou ao arraial, distante várias léguas, a fim de ouvir a "novela", e, na volta, no dia seguinte, repeti-la a toda população do povoado, para isso reunida. Não é sério? Não é comovente?*

Esse depoimento partindo de um escritor como Rosa, que sempre está associado ao livro, e de cuja literatura concebemos uma fruição executada no recesso da poesia lida em silêncio, tudo se torna, no mínimo, revelador, além de sugerir a filiação de Rosa a um mundo das leituras em *haute-voix*. Era Rosa mesmo quem dizia que seus textos era para serem lidos em voz alta. Entendemos razoável se acreditar que os textos possuem outros modos de serem transmitidos, e a literatura de Rosa, de algum modo, se constitui no plano dos trânsitos possíveis de textos que não se limitam ao livro, além de, na própria literatura, se referir aos modos de sua realização: a voz da leitura da novela que se escuta no rádio, por onde os textos se transmitem, está referida em uma das novelas de *Corpo de Baile*, Dão-la-la-lão – a estória de Soropita. Nela, o protagonista vai ao Andrequicé ouvir a novela de rádio para, no dia seguinte, repetir a todos do povoado, reunidos para "lerem" o capítulo pela boca de Soropita.

Mas é também com as imagens que Guimarães Rosa demonstra habilidade. Para nosso projeto, estamos ainda procurando informações que vinculem o escritor a alguma história do livro e das edições, e só temos, por ora, algumas desconfianças. Não são poucas as estórias de Guimarães Rosa com os desenhos, presentes em cartas a parentes e amigos. Sua estória com Poty é emblemática. Rosa sempre manifestou vontade de que fosse com ele ao sertão para desenhar de tão encantado que era com o traço do desenhista. Nos manuscritos do escritor, há desenhos para capas e índices de seus livros, que não terminaram vingando. Há algo de inusitado nessas estórias que sugerem ligar o hábito de desenhar do escritor a mais que um simples "coisa de artista", ou passatempo para os momentos de entressafra criativa: o fato de que Guimarães Rosa sempre "levava a sério" os desenhos de paratextos de seus livros. Em *Primeiras Estórias*, o índice ilustrado na primeira orelha do livro, corre a notícia, controversa, de que foi o próprio escritor quem os teria feito, e depois retocados por Luis Jardim; para *Estas Estórias*, Rosa fez desenhos para um outro índice ilustrado; para *Corpo de Baile*, o desenho de um buriti por Poty teve como condição a aceitação do desenho pelo escritor. Nos manuscritos, em seu arquivo, há dados relevantes: para *A Fazedora de Velas*, um título provisório de um de seus livros, Guimarães Rosa não só desenhou a imagem da capa, como fez toda a capa, esboçando-a em desenho, dispondo em papel o nome do autor, o desenho, o título, a marca da editora como se estivesse idealizando o livro. Em seus arquivos, existem, ainda, provas de capas de livros com pequenos "acertos" de Guimarães Rosa. A história de Rosa com as imagens não é casual: ela sugere uma relação com os paratextos dos livros, tendo, no fundo, uma vontade de torná-los publicação. Há estudos no campo das Letras que tratam, de um ponto de vista semiótico, a relação do escritor com códigos visuais, mas estamos especulando que Rosa tinha intenções expressivas ao tratar com desenhos, mas que, ainda, de alguma maneira, percebia que sua obra se fazia obra também no tratamento que desse a seus livros, a seus paratextos, sem se limitar ao texto.

E, fato revelador, Guimarães Rosa tinha em sua biblioteca alguns manuais de desenho e de ilustração. Se o investimento no desenho fosse mera distração, por que o investimento em livros e manuais que ensinam a desenhar, a pintar, a ilustrar? Numa primeira pesquisa, além de alguns tratados sobre paisagens existentes na biblioteca do escritor, encontramos alguns manuais importantes. De René François Xavier Prinet, a *Initiation au dessin*, em que, na primeira página, há dois desenhos de Rosa a lápis: um gato e uma pipa; ainda de Prinet, a *Initiation a la peinture*, ilustrado, e de James Carey Thomas Flexner, o *The pocket history of american painting*. Um dado aparentemente desimportante é a existência, ainda na biblioteca do escritor, de boa quantidade de *livros pocket*, a cuja história devemos

fazer rápida menção a fim de marcarmos o caminho por onde vai nossa desconfiança no que diz respeito à relação de Rosa com os desenhos.

Em linhas gerais, é nos anos 1930 que os *livros-pocket* começam a aparecer e conquistar a posição que conquistam depois. A cronologia de nascimento dessas publicações vai de 1931 a 1935, quando esses livros aparecem na Alemanha, Inglaterra e depois Estados Unidos, respectivamente as coleções Albatroz, a Penguim Books e a Pocket Books. Já sabemos que Guimarães Rosa, segundo sua filha Agnes, fazia concessões a uma literatura de livros de detetive e de mistério policiais, originárias, muitas, de revistas e magazines ilustrados. Com o mesmo interesse com que lia os clássicos, divertia-se com as histórias de suspense do *Mistério Magazine de Ellery Queen*, revista de grande aceitação que circulou no Brasil nos anos 1950 e 1960. É das estórias livros da *paperback revolution* e de revistas ilustradas que depois se tornaram livros que surgem sucessos editoriais como os detetives Hercule Poirott, de Agatha Christie, Ellery Queen, e outros.

Os pocket-books se caracterizam por participarem no que se chamou a "paperback revolution", a revolução de livros baratos, vendidos em locais inusitados, com papéis de baixa qualidade, com unidade gráfico-editorial limitada a gravuras a desenhos de capa, que quase sempre associavam o nome de um ilustrador a uma editora, ou a uma marca, quase sempre uma vinheta (as *vignettes*, francesas) que remetiam imediatamente a uma editora ou a uma coleção. Quanto aos desenhos, a genealogia dos primeiros livros pocket assinala um fato curioso: suas vinhetas são desenhos simples, e quase sempre de animais, como albatroz, pingüins, pelicanos, como se estivessem, estrategicamente, reforçando o hábito da leitura fácil, sem peso, ao associar o hábito à simplicidade encarnada na simplicidade dos desenhos que identificam o livro. De fato, a história das coleções-pocket, — onde desponta a figura emblemática de Allen Lane como publisher da Coleção *Penguim Books* inglesa —, se cruza com o aparecimento, nos anos 1930 europeus, de um público entendido como sequioso por uma leitura rápida, prática, a que não se associa uma atividade pesada e maçante, e por livros de fácil manejo, de baixo custo e facilitados por sua colocação em pontos de venda acessíveis, como as estações de parada de trens e *drugstores*. Lobato não estava alheio a esse movimento já nos anos 1920 e 1930, e Jorge Amado, primeiro gerente de publicidade, José Olympio Editora nos anos 30, em carta a José Olympio em 1937, chamava a atenção para as "coleções populares". Era provavelmente aos livros-pocket que Amado se referia.

Há, ainda, um outro fato marcante nessa trajetória a ser desvendada. No Brasil dos anos 30, 40 e 50, alguns autores se metem a ilustradores, as funções não parecem estar muito bem definidas. Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Luiz Jardim, Tomás Santa Rosa, e um

José Antônio da Silva são alguns exemplos esparsos de homens que fazem as vezes de escritor, ilustrador, editor. Há mesmo autores que fotografam para seus livros, como é o caso de Souza Barros, autor de *Cercas Sertanejas*. A lista provavelmente cresce em função dos órgãos governamentais que contratam os serviços de ilustradores para a composição gráfica de coleções de livros que publicam para divulgar suas realizações num Brasil que se moderniza nos anos 40/50/60. Algumas coleções existentes na Biblioteca de Rosa: no Serviço de Documentação, do MEC/INL, as coleções *Biblioteca de Divulgação Cultural* e *Teatro*; no MEC, as coleções *Cadernos de Cultura* e *Vida Brasileira*; no Serviço de Informação Agrícola, a coleção *Documentário de Vida Rural*; no Ministério da Educação e Saúde/INL, a coleção *Biblioteca Popular Brasileira*; e publicações da *Divisão Cultural* do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, do *Conselho Nacional de Geografia*, IBGE, da *Divisão de Caça e Pesca*, do Ministério da Agricultura, e as publicações do *Departamento de Imprensa Nacional*, entre outras. É a existência, na biblioteca de Rosa, de manuais de desenho e pintura, livros-pocket e muitos títulos de publicações governamentais, cruzada com a atividade cultural do escritor que o liga às revistas ilustradas e aos desenhos — em paratextos de seus livros ou não — que nos levam a essas digressões. Estamos em busca de algo que faça sentido, ligando o escritor a um mercado nacional e internacional de publicações, ao qual o escritor poderia se ligar não só com sua palavra, mas também com seus desenhos. Por que não?

Todas essas possibilidades, porém, precisam encontrar o leitor na ponta final da atividade literária e cultural. A disseminação dos desenhos na sociocultura — das imagens de uma maneira geral — relacionados a uma população em sua grande parte analfabeta, que lia sem ler no livro, sugerem um caráter de duas faces à literatura de Rosa: uma que, pela palavra sofisticada, se volta a um público urbano que domina a letra e lê no livro, e outra que, sem se dirigir a um público que lê por alguém que ouve ler, que sabe ver imagens mas não decifrar o código alfabético, é, no entanto, nele que encontra o motivo maior de sua inspiração e do qual faz o registro maior.

Referências

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros.** Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UNB, 1999. 111 p.

LE MEN, Ségolène. La question de l'illustration. In: **Histoire de la lecture.** un bilan des recherches. Paris: IMEC Éditions, Éditions de La Maison des Sciences de L'Homme, 1993. p.229-247.

McCLEERY, Alistair. The return of publisher to book history. The case of Allen Lane. **Book History**: New York [Penn State University], v.5, p.161-185, 2002. Disponível

ROSA, João Guimarães. Diálogo com Guimarães Rosa. Gunter Lorenz. In: _____ . **Guimarães Rosa.** Ficção Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v.1. p.27-61

ZUNTHOR, Paul. **A letra e a voz.** A "literatura" medieval. SP: Cia das Letras, 1993. 324 p.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Representações da Escravidão Negra no Brasil: Entre o Texto e o Visual

Janderson Bax Carneiro[*] [1]

Resumo: O presente artigo aborda as discussões levantadas na oficina "escravidão no Brasil: entre o texto e o visual", apresentada aos professores da rede municipal de ensino de Armação dos Búzios-RJ, área de concentração de expressiva população afro-descendente. A oficina buscou analisar o imaginário da escravidão no Brasil, expresso em iconografias e textos, contemporâneos à instituição analisada. Para tal, lançamos mão de referenciais teóricos da história cultural, vislumbrando o estabelecimento de um diálogo entre saber acadêmico e educação escolarizada, capaz de viabilizar o apontamento de alternativas para a atuação do professor/pesquisador, nas discussões pertinentes à elaboração do currículo escolar.
Palavras-chave: Escravidão – Imaginário – Brasil.

Abstract: This article reviews the discussion arisen in the workshop "Slavery in Brazil: between text and view", presented to the public school teachers from Armação de Buzios, area with considerable concentration of african-brazilian population. The workshop was meant to analyse the imaginary of the Slavery in Brazil, shown in iconographies and texts as modern as the said institution. We used theoretical references from the cultural history searching for an interface between the academic teaching and the school education that could bring the stablishment of alternatives for teacher/researchers's role on resumee elaboration.
Keywords: Slavery - imaginary – Brazil.

A partir das últimas décadas do século XX, com a maior evidência da História Cultural, o cenário historiográfico nacional vêm passando por uma considerável efervescência acadêmica, perceptível na expressiva ampliação do espectro temático disponível a pesquisadores e professores. A profusão de novos domínios, bem como de perspectivas epistemológicas diferenciadas, apresenta, indubitavelmente, contribuições significativas para o ensino de História na educação Básica.

No entanto, a relação entre o universo acadêmico e a História ensinada nas escolas, apresenta-se, freqüentemente, mal-sucedida, calcada na tradicional estrutura hierárquica, a partir de competências rigidamente estabelecidas. Ou seja, à universidade caberia a produção de conhecimento científico, elaborado por especialistas, e à escola, a reprodução, mais próxima possível, desse conhecimento. Nesse contexto, percebemos a permanência de simplificações de fórmulas historiográficas complexas, a concepção do conhecimento histórico pronto e acabado, e, a perspectiva de uma atuação docente passiva,

[*] Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. Pós-graduado em História do Brasil.
[1] Meus agradecimentos à Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios-RJ.

direcionada à "vulgarização" do conhecimento acadêmico, ainda que através de recursos metodológicos ou linguagens atraentes.

O quadro anteriormente delineado é, sem dúvida alguma, desafiador. Entretanto, não devemos ignorar os esforços apresentados nos últimos anos, no sentido de atenuar o tradicional "fosso" existente entre o universo acadêmico e a Escola. Os parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), não obstante críticas, inscrevem-se nessa perspectiva. Podemos observar, na proposta dos PCNs, por exemplo, um notável enfoque atribuído à questão da pluralidade, e sua relação com a construção de uma cidadania plena, o que potencializa, a princípio, a superação de uma série de preconceitos cristalizados na "história ensinada", e baseados em uma perspectiva essencializada de cultura. Nesse sentido, percebemos que:

> *Ao definirem o tema transversal 'pluralidade cultural', os autores dos PCNs enfatizam que não se trata de dividir a sociedade brasileira em grupos culturalmente fechados, mas de educar com vistas a estimular a convivência entre tradições e práticas culturais diferenciadas (...) educando para a tolerância e o respeito às diversidades, sejam culturais, lingüísticas, etnorraciais, regionais ou religiosas (...)* (ABREU, 2003: 127).

A partir do que foi exposto, concebemos a superação dos limites impostos pela tradicional estrutura de produção e transmissão do conhecimento histórico como um desafio, que abarca a necessidade de redimensionar a prática docente, bem como a concepção de história como disciplina da grade curricular. Ou seja, a construção de um currículo permeado por "conteúdos significativos" perpassa, necessariamente, a autonomização da prática docente, a partir da construção do binômio professor/pesquisador. Trata-se, portanto, de "pensar a pesquisa e o ensino como um processo global, único, o que destrói pela base a separação entre produção e transmissão (...)" (CABRINE, 1994: 11).

Inspirados pelos debates mais recentes, no âmbito da Educação, acerca da construção do currículo a partir de conteúdos significativos, procuramos, de forma despretensiosa e experimental, realizar, na oficina aqui descrita, uma reflexão acerca das possibilidades metodológicas para a implementação de uma prática docente mais autônoma em relação ao currículo oficial, e atenta às demandas sociais circundantes.

A cidade de Armação dos Búzios (RJ), balneário de renome internacional, abriga, em região periférica, a comunidade da Praia rasa, remanescente de um quilombo, em progressivo processo de afirmação identitária, a partir da memória de um passado escravista. A alusão a um passado escravista tão próximo (depreciado por uns e exaltado por outros) gera inúmeras inquietações, por parte dos alunos, trazendo à tona os preconceitos cristalizados no

senso comum, e perceptíveis em grande parte do material didático disponível no mercado editorial. Assim, procuramos, em escala micro, uma alternativa para uma abordagem acerca da escravidão no Brasil, a partir de uma perspectiva capaz de dialogar com as discussões historiográficas recentes acerca do tema.

Não obstante as crescentes contribuições da historiografia para a abordagem do tema em sala de aula, uma análise mais cautelosa dos materiais didáticos disponíveis no mercado editorial, bem como uma reflexão em torno de nossa ação docente revela, certamente, um expressivo leque de preconceitos, e equívocos, como: bipolarização da sociedade escravista de forma antagônica (senhores e escravos apontados como integrantes de pólos hermeticamente isolados); naturalização da escravidão, como apanágio da condição de negro, ou, ainda, heroicização e/ou vitimização do escravo ou ex-escravo, como podemos perceber no trecho baixo transcrito, extraído de um livro didático largamente utilizado no ensino fundamental:

> *A cabeça de Zumbi foi cortada e levada para Recife. O governo mandou que fosse colocada no alto de um poste, onde deveria ficar até se decompor (...) Os ideais de liberdade de Zumbi, contudo, permaneceram vivos; novos quilombos foram organizados e escravos continuaram lutando pela sua libertação (PILETTI, 2003: 135).*

O fragmento anterior, sob pretexto de abordar, simultaneamente, opressão e resistência negra no contexto da escravidão no Brasil, evidencia a persistência de perspectiva da epopéia histórica, mesmo que invertida. Ou seja, atributos tradicionalmente identificados aos "heróis" abandonados pela historiografia recente, como "conquistadores" europeus do século XVI, são identificados em um ícone de resistência negra, expressando um ideal de martírio individual.

Em estudos sobre a resistência negra no Brasil escravista, os historiadores João José dos Reis e Eduardo Silva, procuram desvendar as estratégias apontadas por homens e mulheres no contexto da escravidão negra, concebendo-os como agentes históricos aptos á negociação, e não como meros braços voltados ao trabalho, o que contribui para a relativização do tradicional enfoque atribuído ao escravo como "força de trabalho", mesmo quando resistente. De acordo com os autores:

> A longa experiência colonial, no tocante às formas básicas de relacionamento, tem sido sintetizada através de uma dicotomia que permanece extremamente forte em nossa mentalidade coletiva. De um lado, Zumbi de Palmares, a ira sagrada, o treme-terra; de outro, Pai João, a submissão conformada (REIS, 1988: 13).

O conceito de imaginário, caro ao desenvolvimento do instrumental analítico da história cultural, constitui uma ferramenta relevante no sentido de "desconstruir" a noção de

história como conhecimento pronto e acabado. Ao conferir ênfase aos processos de significação e ressignificação desenvolvidos em torno de fatos, períodos ou instituições, podemos construir, junto aos alunos, um esforço reflexivo no sentido e captar a multiplicidade de significados atribuídos pelos sujeitos históricos, em diferentes sociedades e tempos, bem como os significados dos processos estudados para os dias de hoje, o que indubitavelmente, redimensiona a concepção de história em relação às perspectivas mais tradicionais, marcadamente factuais e livrescas. Mais do que os fatos, passam a importar os conteúdos imagéticos socialmente produzidos em torno dos mesmos. Sob essa perspectiva, concebemos imaginário como "sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas (...)" (BARROS, 2004: 93).

A metodologia empregada na realização das referidas oficinas prezou pela diversificação das linguagens empregadas no processo de ensino/aprendizagem, como um fator relevante na ação do professor/pesquisador.Procuramos, através da análise de fontes textuais, captar os vários níveis de circularidade cultural e as imagens construídas acerca da escravidão, bem como do universo cultural do negro. Sob essa perspectiva, utilizamos fontes como matérias jornalísticas e poesias. As referidas fontes constituíram recursos privilegiados para a explicitação das tensões e interpenetrações latentes na sociedade escravista no Brasil.

A analise da gênese do candomblé baiano explicita a considerável circularidade de ritos e práticas mágicas adotados no período colonial, desvendando um universo cultural marcadamente híbrido. Baseado em registros inquisitoriais, eclesiásticos e policiais, em relatos de viajantes etc., o historiador assevera que: "Brancos, negros, mulatos, índios, africanos, europeus e brasileiros pertenciam a um universo mental controlado por forças espirituais que, segundo a maioria acreditava, podiam ser ativadas por especialistas religiosos (...)" (ISAIA, 2006: 75).

Nesse sentido, a poesia de Gregório de Mattos, do século XVII, permite-nos perceber as imbricações ocorridas na sociedade em questão:

> Que de quilombos que tenho
> Com mestres superlativos,
> Nos quais se ensina de noite
> Os calundus e feitiços!
> (...)
> Não há mulher desprezada,
> Galã desfavorecido,
> Que deixe de ir ao quilombo
> Dançar o seu bocadinho...

Vivemos, sem dúvida alguma, em um mundo que preza a imagem, que assume um papel indiscutivelmente relevante no ato da comunicação. O desenvolvimento do foto-jornalismo, e o crescente apelo iconográfico dos livros didáticos evidenciam claramente essa tendência. No entanto, nem sempre percebemos a imagem como texto. Ou seja, como recurso transmissor de mensagens, explícitas ou implícitas, a serem encaradas sob uma perspectiva crítica e dialogal. Nos livros didáticos, por exemplo, geralmente são empregadas como simples meios de ilustração. Muitas vezes apontado como um recurso superficial, o uso de imagens na mediação didática mostra-se consideravelmente enriquecedora, no sentido iluminar, sob aspectos diferenciados, o objeto de estudo em questão.

Não são poucos os riscos da utilização das imagens no processo de ensino/aprendizagem. De acordo com Eduardo França Paiva, em estudos sobre imagem e História:

> O maior desses perigos, talvez, seja tomá-las como 'certidões visuais', retratos fiéis, absolutos, 'verdadeiros', de um evento, de uma época, de costumes e, ainda, das próprias representações e dos discursos construídos no passado sobre esses acontecimentos e práticas (...) (PAIVA, 2004: 89).

Na oficina anteriormente mencionada, promovemos, inicialmente, uma sondagem, acerca do que os professores presentes pensavam sobre a Escravidão no Brasil. As falas evidenciaram, dentre os preconceitos já mencionados, uma patente "coisificação" do negro escravizado. Foram exibidas algumas pranchas de Debret e Rugendas, que, cruzadas com os textos disponíveis possibilitaram uma análise mais ampla do contexto da escravidão. À ênfase inicialmente conferida aos castigos físicos, os participantes passaram a uma ampliação da esfera de atuação do escravo na sociedade, e a uma percepção dos processos de interpenetração ocorridos da sociedade escravista, ignorados pelo legado da historiografia tradicional, que tende a apresentar universos negro e branco como pólos hermeticamente fechados.

Cientes de que as possibilidades pertinentes à abordagem do tema não esgotam-se nas discussões levantadas neste breve texto, concluímos com a percepção de que múltiplos são os caminhos para a concretização de uma prática docente comprometida com as demandas do tempo presente, e os avanços acadêmicos. No que diz respeito à utilização do instrumental teórico da história cultural em sala de aula, acreditamos que o conceito de representações constitui uma ferramenta relevante no sentido de permitir a identificação do aluno como alguém que recebe, transmite e cria representações, sendo, portanto, sujeito ativo dos processos históricos vivenciados pela sociedade onde está inserido.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. *Mello Moraes Filho: Festas, tradições populares e identidade nacional.* In CHALOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo. **A História Contada.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

BARROS, José D´ Assunção de. **O campo da história.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História.** Secretaria de Educação Fundamental: Brasília/MEC, 1998.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**.São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CABRINE, Conceição (org.) et al. **O ensino de história. Revisão urgente.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUARTE, Geni Rosa. "De olho no olhar da história". In: **Revista de História da Biblioteca Nacional** Ano 2. nº16. Janeiro de 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ISAIA, Artur César (org). **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. Uberlância: EDUFU, 2006.

MINTZ, Sidney Wilfred & PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica.** Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.

PAIVA, Eduardo França. **História e Imagens**. Belo horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jathay (org) et al. **História Cultural. Experiências de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PILETTI, Nelson. & PILETTI, Claudino. **História e vida integrada.** São Paulo: Ática, 2003. (v2).

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo; Cortez, 2002.

SCHMIDT, Mário. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2002. (vs 2 e 3).

SILVA, Eduardo & REIS, João José. **Negociação e conflito.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Eduardo. **Dom Oba d' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria F., GOVEA, Maria de Fátima s. (orgs). **Culturas políticas. Ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Marinha de Guerra e sua Atuação na Guerra de Cisplatina: contribuições para a compreensão da formação do Estado Nacional.

Mayra Cristina Laurenzano*

Resumo
O artigo tem por objetivo o estudo da participação da Marinha de Guerra brasileira na Guerra de Cisplatina, de maneira a compreender o cenário político, econômico e social brasileiro no período. Também se pretende demonstrar como as orientações presentes na formação do Estado Nacional brasileiro moldaram suas Forças Armadas, principalmente a Marinha de Guerra. Especificamente, há a contribuição para a compreensão do momento em que esta inserida a Marinha e a questão da Banda Oriental.
Palavras-Chave: Marinha de Guerra, Guerra de Cisplatina, Estado Nacional

Abstract
This article intents showing the Brasilian Navy action at the Cisplatine War, reflecting about the politic game, the economic and social cenary during the war, thinking how the directions of brasilian State had it´s influence in the definition of Army and Navy. Particurlarly, there is a contribution for the comprehension of the moment that brasilian navy was passing through and the comprehension of Cisplatine problematic in the period.

Introdução

O Objetivo do estudo é a formação dos Estados Nacionais na região platina, especialmente a do Estado brasileiro, sua afirmação territorial sobre a Banda Oriental e suas divergências com as Províncias Unidas do Prata que, também buscava afirmar-se espacialmente sobre a Banda Oriental. Ao se implantar o Estado Brasileiro necessitava-se definir seu limite geográfico, e foi sobre os antigos territórios portugueses, de jurisdição portuguesa, que tentou se afirmar o Estado brasileiro, dentre essas áreas esta a Banda Oriental.

A bacia do Prata – área de interseção entre as possessões ibéricas na América, é distinta de áreas como Amazônia ou Mato Grosso – é um espaço privilegiado de análise, tendo uma ocupação humana mais densa, significando relações mais estreitas entre os súditos das duas Coroas, que cedo torna-se palco de disputas entre as monarquias ibéricas.

Para isso, é necessário compreendermos o embasamento político e ideológico no qual se molda a formação do Estado Nacional Brasileiro, de maneira a refletir o cenário político, econômico e social do período, demonstrando assim como as orientações que definiram os caminhos do Estado brasileiro influenciaram na definição do território, do

* Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.

sistema de governo, das Forças Armadas – principalmente da Força Naval, que atua como defensora do sistema monárquico constitucional.

Antecedentes

O território oriental não foi palco de disputas somente no período de conflito com as Províncias Unidas (1825-1828). A partir de 1821, com a anexação da Cisplatina ao Império Português somente aumentaram as divergências com as Províncias Unidas, que desde sua independência visava a integração da Banda Oriental na tentativa de reunir os antigos territórios do Vice-Reinado do Prata, e é claro, ter o monopólio da navegação no estuário.

Durante a década de 1810, o Império Português interveio junto a Banda Oriental em duas oportunidades. Na primeira, em 1811, o Império português interveio a pedido a pedido do vice-rei Javier Élio, pois Artigas havia sublevado a província na tentativa de se tornar independente da Espanha, que se encontrava sobre poder de Napoleão, e por solidariedade a monarquia espanhola é feita a intervenção. A justificativa para a intervenção foi à ameaça que representava a sublevação ao território do Rio Grande do Sul, aos rebanhos, a economia e a ameaça que representava a mínima possibilidade de perda do Rio Grande. A intervenção portuguesa vista com maus olhos, principalmente pela Inglaterra. Após pressões Portugal retira-se da Banda Oriental em maio de 1812, D. João aceitando um armistício, fazendo o mesmo Buenos Aires.

O movimento liderado por Artigas pode ser definido como uma insurreição rural que buscava a constituição de uma república federal, onde se respeitaria a autonomia e a igualdade de todas as Províncias do Rio da Prata. Artigas era contrário à hegemonia de Buenos Aires na região platina, recebendo o apoio das províncias argentinas contrárias ao domínio de Buenos Aires.

O crescente sucesso de Artigas fazia aumentar a ameaça de uma sublevação republicana na Província do Rio Grande do Sul, além de representar riscos à escravidão e à monarquia, fundamentos da ordem social e política no Brasil. Desta maneira quando Artigas consegue o controle sobre Montevidéu, em 1815, e após a proclamação de independência das Províncias Unidas, em 1816, vê-se a ameaça revolucionária na região platina tornar-se perigosa demais aos interesses de Portugal. É neste cenário que acontece a segunda intervenção portuguesa sobre a Banda Oriental em janeiro de 1817.

Em Montevidéu houve apoio à intervenção portuguesa, por parte dos grandes comerciantes e fazendeiros, que se viam ameaçados por Artigas e seu programa de reformas. Para estes a intervenção poderia representar uma reabertura para seus negócios. Foi nas

dissidências internas da Banda Oriental que Portugal se apoiou durante suas intervenções, na última permanecendo no território Oriental.

Com a independência do Brasil há uma disputa entre os partidários de Portugal e do Brasil sobre o domínio da Cisplatina**,** o Brasil conseguindo com que o governo cisplatino prestasse juramento de fidelidade ao Império Brasileiro. No entanto, a resistência portuguesa na província permanece, quando, em 1823, após capitularem, as tropas portuguesas retiram-se.

No ano seguinte, em 1825, as Províncias Unidas do Prata declaram o território cisplatino como parte integrante de sua república, este ato considerado hostil tem como resposta a declaração de guerra do Império Brasileiro, iniciando-se assim o conflito.

Podemos dizer que o território da Banda Oriental se torna alvo de disputa e de delimitação de poder após a fundação de Montevidéu em 1680 pelos portugueses, que buscam um ponto mais ao sul onde pudessem participar das atividades econômicas do estuário, das atividades de contrabando de metais preciosos vindos do Alto Peru e de outras variedades exploradas na região. O domínio e defesa da posição eram determinantes na participação destas atividades, além de manter um caminho aberto para os territórios longínquos do Mato Grosso. Outro motivo era a continuidade dos territórios sulinos até o Prata, seria um motivo de segurança, pelo menos como justificativa, a entrada de qualquer idéia "subversiva", que pudesse ameaçar o sistema monárquico e os territórios portugueses, porém o motivo era estender os territórios portugueses até a Banda Oriental pelo menos, e ter acesso e controle do estuário platino.

E é neste sentido expansionista que, no século XVIII, há a integração do território rio-grandense ao território colonial brasileiro, também integrando-se a economia colonial através do fornecimento de gado de corte e de tração, se inserindo no contexto colonial como uma economia subsidiária, fazendo o fornecimento do mercado interno, dependendo, portanto, das grandes economias, como a cana-de-açúcar e especialmente da zona mineradora, suprindo a demanda dos núcleos exportadores. A crescente demanda dessas áreas faz com que haja um rápido desenvolvimento das pastagens sulinas, tendo um importante papel no desbravamento e povoação do território. A fundação do Rio Grande acaba por funcionar como um centro irradiador de estâncias, organizadas e povoadas por bandeirantes, que se estabeleceram na região fazendo o comércio de gado e muares, e por homens que serviram na defesa desta parte da colônia.

Toda a organização e desenvolvimento do Rio Grande acontece durante as campanhas para de defesa da posse da Colônia do Santíssimo Sacramento, Montevidéu,

Maldonado e outras localidades, dando-lhes retaguarda, sendo que durante os séculos XVII, XVIII e XIX o Rio Grande é utilizado como base de operações sempre que novas operações militares se iniciavam no Prata, tanto pelo Império português, como posteriormente pelo Império brasileiro, isso quando as campanhas militares não aconteciam no território rio-grandense, pois além de servirem como base de apoio as operações no Prata tinham de defender seu território das incursões espanholas.

Portugueses e espanhóis lutaram pela posse das terras orientais, por suas pastagens, por uma cota maior no contrabando, reivindicando os territórios para si, disputa que por várias vezes tentou-se solucionar através de tratados de paz e de delimitação de territórios. As disputas em torno do Sacramento, de Montevidéu, das pastagens e do gado contribuíram para o povoamento da área, a guerra fornecendo o atrativo econômico, uma vez que abria caminho para o apossamento de terras e rebanhos.

Por ser uma área de duradouros conflitos, de intercâmbio e de intensa atividade comercial, nela observa-se a formação de interesses que transcendem as fronteiras imperiais. Esta se transforma num problema de fato para os projetos políticos, quer fosse monárquico, quer fosse republicano, que pretendesse a manutenção da Banda Oriental como parte integrante de seus territórios.

Somente com o domínio do mar seria possível expulsar os elementos portugueses, tanto da Cisplatina como de outras áreas que tinham forte presença e resistência portuguesa no Brasil, consolidando o domínio, e preservando a integridade territorial.

A Independência e a Criação da Marinha: instrumento de consolidação de poder

Com a vinda da Corte para o Brasil, transplantam-se para aqui os principais órgãos da Marinha portuguesa, lançando os fundamentos da força naval brasileira. Porém não podemos dizer que essas forças navais já constituíam uma Marinha Brasileira. Neste primeiro momento as Forças Armadas que se constituíram em terras brasileiras tinham a preocupação de defender a costa atlântica, organizando a defesa marítima, e o comércio colonial:

> *"Até o início do século XIX, as Forças Armadas presentes no Brasil eram portuguesas, e, portanto, vinculadas à política e aos interesses da Casa de Bragança que se preocupou, sobretudo com a defesa da costa e com a proteção ao comércio colonial - o que projetou as fronteiras brasileiras, de um lado, até o rio da Prata e, de outro, até a África devido à extraterritorialidade do mercado de trabalho - ou, dizendo de outra forma, do tráfico negreiro" (ARIAS NETO, 2001).*

Também há um grande impulso a construção de armamentos e de vasos de guerra, com ofensivas militares contra a Guiana Francesa e nas intervenções feitas na Banda Oriental.

O período foi propício para a organização do sistema militar brasileiro no sentido de uma autonomia mais completa em relação ao sistema português. Com a instalação da Corte em 1808 são formados os ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar e Guerra e Estrangeiros, desdobrando-se em 1821 em Reino e Estrangeiros, Marinha, Guerra e Fazenda, refletindo a importância das questões militares. Ainda se dá a implantação, em 1821 e 1822 da Secretária de Estado dos Negócios da Marinha, do quartel general da Armada, a Intendência, da Academia dos Guardas Marinha, da Auditoria-Geral da Marinha e do Conselho Militar (este extinto posteriormente).

Também foram criadas a Armada do Reino do Brasil, o Batalhão da Brigada da Marinha, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (e alguns Arsenais de Marinha Provinciais), a Intendência da Marinha do Rio de Janeiro (contadoria e pagadoria), uma fábrica de pólvora, e a Academia Real dos Guardas-Marinha (esta no momento da independência é impedida por D. Pedro de voltar a Lisboa).

Após 1822 temos a implantação de novos órgãos dentro da Marinha Foram implantados o Quartel-General da Marinha, a Armada Nacional e Imperial, o cargo de Primeiro Almirante da Armada Comandante-em-chefe (1823-1827), também sendo criados os cargos de Presidentes de Província.

Durante os primeiros anos do Império um sério problema imposto a Marinha foi a dificuldade de se recrutar pessoal para servir e combater nos navios, pois durante o período da colônia e de Reino Unido os brasileiros não eram aceitos para servirem na esquadra portuguesa, somente um ou outro muito bem apadrinhado conseguia sua admissão na Academia da Marinha, o efetivo que servia nos navios em território colonial brasileiro era de portugueses. No momento da criação da Marinha brasileira a marinhagem que estava em condições de servir era em sua quase totalidade portuguesa.

Com o tempo e após o resultado de algumas disputas com as províncias, desconfiou-se da lealdade dos marinheiros portugueses, que não queriam lutar contra seus conterrâneos. Uma solução encontrada foi o recrutamento de estrangeiros, muitos ingleses, e também americanos, principalmente em cargos de patente. Também foi utilizado o recrutamento forçado para completar as guarnições dos navios, mesmo assim o problema de pessoal continuava pois o número de deserções era grande.

Outro problema da marinha foi à falta de recursos, para sua estruturação e conservação. A falta de recursos não afetava somente a Marinha, mas o Exército também, pois ao deixar o Reino brasileiro D. João levou consigo os recursos disponíveis, deixando o Brasil à beira de um colapso financeiro.

Os primeiros navios da Esquadra brasileira foram os confiscados aos portugueses no momento da emancipação. Em sua maioria eram antigos, em mau estado de conservação e de grande calado. As operações conjuntas de Exército e Marinha garantem ao novo Estado áreas, tanto estratégicas como economicamente importantes, para o desenvolvimento deste. Tentava-se sustentar um projeto próprio de construção nacional, processo em parte perturbado por vínculos externos. Foi essencial solucionar a disputa interna para que o Império brasileiro pudesse ser reconhecido como uma nação independente, principalmente, frente às nações européias. O reconhecimento internacional foi um dos primeiros problemas a ser enfrentado, Portugal não reconhecendo a emancipação brasileira. Porém, através da mediação inglesa – e com a renovação dos Tratados de 1810 – Portugal aceita a independência brasileira mediante o pagamento de uma indenização – este feito com um empréstimo realizado junto à Inglaterra –, reconhecendo a independência brasileira em 1825.

Devemos ainda levar em consideração a geografia do Rio da Prata, como uma maneira de auxiliar-nos na compreensão da problemática. O estuário do prata, em sua maioria, é cheio de perigosos bancos e baixios, que dificultam a navegação. Além dos bancos há os fortes ventos que baixam o nível da água do estuário em vários locais, sendo as condições geográficas muitas vezes adversas às operações militares. Em tempos de paz, e com as melhores cartas marítimas a disposição, com embarcações a vapor, a navegação do Prata era difícil e perigosa, na época da guerra, com navios a vela tornava-se mais complicada a navegação.

Os principais portos cisplatinos, onde se apoiava o governo brasileiro, usando também como base, tinham as mesmas características da região como um todo. Maldonado e Montevidéu eram expostos a ventos e Sacramento tinha pouca profundidade, com traiçoeiros escolhos em suas proximidades. Os portos argentinos não tinham melhores condições de navegação, sendo de difícil aproximação e acesso aos navios brasileiros.

A Províncias Unidas utiliza o fato dos navios brasileiros terem grande calado e encalharem com freqüência a seu favor. Seus navios, sendo de calado menor, mais apropriados a navegação da região, aproveitavam-se dos bancos para atrair os navios brasileiros na tentativa de que encalhassem, ou usavam os bancos em suas fugas, sabendo que não poderiam ser perseguidos a partir de determinado ponto.

A maioria da força naval do Império concentra-se na Cisplatina, o que pode ser considerado um demonstrativo da importância que tinha a Cisplatina para o Império. Boa parte dos vasos de guerra enviados para combate estavam velhos, necessitando de reparos, segundo Boiteux, o que servia para agravar a situação financeira do Império.

A Esquadra brasileira monta bloqueio a todos os portos e costas das Províncias Unidas, visando interceptar qualquer navio que tentasse chegar a Buenos Aires, quer fosse comercial, quer fosse levando qualquer ajuda em armamento para as Províncias Unidas. Tentava-se estrangular economicamente a cidade, o que em parte foi conseguido.

Com o andamento da guerra o bloqueio mostra-se inativo e contraproducente, rompido de vez em quando por corsários e por comandantes de navios que buscavam lucros com a escassez de gêneros nas Províncias Unidas. A esquadra imobilizada no bloqueio permite que o adversário cresça, e se refizesse quando bastante avariado.

Além de atuar no bloqueio do Prata a Marinha de guerra brasileira também tinha uma outra tarefa, que era combater os corsários argentinos que atuavam ao longo da costa brasileira, o que obrigava a Marinha a dividir suas forças, entre o bloqueio do Prata e a fiscalização das águas territoriais, a rigor conseguia somente se fazer presente nos pontos focais da ação dos corsários, como imediações de portos bastante freqüentados e defendendo comboios.

O corso atingiu fortemente o comércio marítimo brasileiro, costeiro e internacional (até em águas em africanas), essenciais dentro da economia brasileira, diminuindo o abastecimento das comunidades ribeirinhas e destruindo navios carregados de gêneros fundamentais, além dos ataques a navios negreiros. Os escravos aprisionados pelos corsários eram levados á Províncias Unidas onde teriam sua liberdade concedida. A rigor a Marinha só conseguia fazer a fiscalização nos pontos focais da ação dos corsários como p. ex. imediações de portos muito freqüentados e na defesa de comboios.

O Brasil também se utiliza do corso contra as Províncias Unidas, só que em escala menor, por ser o comércio marítimo deste bem reduzido. Não havia o interesse em armar corsários oceânicos, mas sim corsários para interceptar a movimentação fluvial, principalmente no Prata, de barcos argentinos.

Os danos ocorridos aos navios e o desgaste da Força Naval como um todo durante a campanha na cisplatina provoca um agravamento da situação financeira do Império, sendo bastante custoso manter a Marinha de Guerra no Prata. Procurou-se empréstimos junto à Inglaterra para cobrir o déficit financeiro do Império e dar continuidade a guerra.

Do lado argentino os danos e perdas só não foram maiores devido ao recurso do corso, porém tiveram grandes gastos com sua esquadra, mesmo esta sendo reduzida. Esperava-se um êxito maior nas lutas contra os argentinos, pela superioridade de forças apresentadas pelo Brasil. A falta de êxitos da Marinha de Guerra – e do Exército também -

gera um grande descontentamento, tanto pelos capitais empregados, que não foram poucos, e pelo recrutamento forçado.

A Província Cisplatina, com o tratado de paz é declarada independente do território brasileiro, se constituindo livre e independente de qualquer nação. O governo das Províncias Unidas também declarando o território oriental independente e livre. Ambas as partes comprometem-se a defender a independência e a integridade da República Uruguaia, pelo tempo e termos do Tratado de Paz.

As tropas estacionadas em Montevidéu foram retiradas de volta para o Rio de janeiro, ficando ainda a presença brasileira com algum efetivo no intuito de garantir o cumprimento do estabelecido no tratado, bem como algum efetivo argentino, não podendo as partes intervir no estabelecimento do governo, nem da discussão de como deve ser o mesmo. Foi estabelecido um governo republicano, seguindo o exemplo das Províncias Unidas. Ainda foi garantida a livre navegação do Prata e de seus afluentes. A perda do território cisplatina marca um recuo nas pretensões tanto brasileiras como argentinas, a república Uruguaia se tornando, desta maneira, um "Estado Tampão" entre as forças do Império Brasileiro e das Províncias Unidas.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa, migração e propaganda no almanaque Wille Kalender (Blumenau – SC)

Méri Frotscher[1]

Resumo
Com base na análise do *Wille Kalender*, almanaque publicado em língua alemã em Blumenau – SC (1934-1940 e 1952-1965) e distribuído principalmente no Sul do Brasil, tem-se como objetivo focalizar neste texto a importância deste tipo de periódico na propaganda de empresas de colonização e na difusão de imaginários sociais sobre a ocupação territorial de determinadas áreas do *Hinterland* brasileiro. Além disto, evidencia-se como este periódico, através da publicação de matérias impregnadas pela ideologia do progresso, investia numa identificação do descendente de alemães como dado às atividades de abertura de novas frentes de ocupação,
Palavras-chave: ocupação territorial - imprensa – propaganda

Abstract
Based on an analysis of *Wille Kalender,* an almanac published in German language in Blumenau – SC (1934-1940 e 1952-1965) for South Brazil, this text focuses the importance of this printings as propaganda for the colonization companies and spreading of positive images about the opening up of territories of Brazilian´s Hinterland. Additional it is demonstrated how this almanac invested in the idea that the German descendents were suitable for opening new colonies.
Key-words: opening up of territories – press - propaganda

Práticas de escrita e leitura em língua alemã eram muito presentes no Vale do Itajaí – SC antes da Segunda Guerra Mundial. A multiplicidade das formas impressas nesta língua era assegurada principalmente pela presença significativa de um público-leitor (assegurada por uma ampla rede de "escolas alemãs") e pela atuação permanente de alguns editores. Ali eram impressos dois grandes jornais em língua alemã, além de outros periódicos menores, livros e um tipo específico de literatura, muito comum no Sul do Brasil, os almanaques (FROTSCHER, 2004: 96-113).

O trabalho com almanaques publicados em língua alemã, muito lidos entre imigrantes e descendentes no Brasil, sobretudo antes da Segunda Guerra Mundial, pela riqueza de seu conteúdo, produção e circulação, permite uma diversidade de focos de análise. O objeto de maior investigação neste texto é o papel deste tipo de impresso na difusão de imaginários sociais acerca da ocupação territorial de determinadas localidades do país, positivadas na maior parte dos textos através do uso do termo "colonização".

[1] Doutora em História (UFSC). Professora Adjunta dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Fonte de maior análise neste texto é o *Wille Kalender*, almanaque publicado em língua alemã em Blumenau entre 1934 e 1940 e 1952 a 1965. Este almanaque investia na divulgação de atividades de ocupação territorial no *hinterland* brasileiro e na identificação do migrante de ascendência alemã como dado às atividades de abertura de novas frentes de ocupação, através de material impregnado pela ideologia do progresso.

Segundo Irmgart Grützmann, os *Kalenders* constituíam "um meio de comunicação de massa que utiliza a linguagem verbal e não-verbal, destinado à informação, ao entretenimento e à formação dos leitores" (GRÜTZMANN, 2004: 49). Eram caracterizados por um gênero ao mesmo tempo literário e editorial, por material muito diverso e que, por esta razão, encontrava muita popularidade entre diversas camadas sociais. Esse tipo de impresso, cuja publicação se iniciou no Sul do Brasil em 1855, circulava no país principalmente até os anos mais repressores da Segunda Guerra Mundial, quando sua publicação em língua alemã foi proibida. Também existiram, porém, almanaques em língua alemã que foram publicados no Brasil depois desse período, muito embora em menor quantidade, como é o caso do *Wille Kalender*.

Este almanaque, editado em Blumenau pelo imigrante alemão Otto Wille, surgiu em 1934 e teve sua publicação interrompida em 1940 por conta da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha (WILLE, 1961: 294). O próprio Wille foi submetido à humilhação pública durante os anos da guerra, retomando a publicação do almanaque em língua alemã em 1952, fazendo-o até 1965, um pouco antes de seu falecimento.

O proprietário e editor do almanaque Wille imigrou em 1904 para Blumenau (mais exatamente Hansa-Hamônia, no Alto Vale do Itajaí). Após trabalhar um tempo como ajudante do Pastor Paul Aldinger, que também era editor do jornal *Hansabote* e responsável pela Liga Escolar da localidade, Wille tornou-se comerciante e também se dedicou a atividades de colonização, abertura de estradas e à indústria madeireira no Alto Vale do Itajaí. Nos anos 20 mudou-se para Curitiba, onde se empregou na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e em 1928 retornou a Blumenau como representante comercial de uma grande firma (WILLE, 1961: 294 e 296). Estes fatos nos permitem melhor compreender a ampliação do público-alvo do almanaque, ainda na década de 30 (no final da década o almanaque deixa de se chamar *Wille's Deutscher Kalender für Südstaaten Brasiliens* – Almanaque Wille para os estados do Sul do Brasil, para se chamar *Wille's Deutscher Kalender für Brasilien* - Almanaque Wille em língua alemã para o Brasil).

De volume considerável, que variava de 256 a 368 páginas, dependendo da edição, o almanaque apresentava um conteúdo muito variado. Nas primeiras páginas inseriam-se

calendários mensais, informações astronômicas, previsões do tempo para o mês respectivo, calendários agrícolas específicos para cada estado do Sul do Brasil (no caso dos primeiros exemplares), reservando-se ao lado de cada calendário mensal, nos almanaques publicados até 1940, um espaço para o leitor fazer suas próprias anotações. Em seguida, publicavam-se artigos informativos sobre os mais diversos assuntos, relatos de viagem, descrições de estados brasileiros, material literário (contos, poesias, etc, os quais ocupavam grande parte do volume), relatos históricos, anedotas, informações úteis para a agropecuária, fotografias (geralmente de cidades e áreas rurais brasileiras), grande quantidade de anúncios (de cada duas páginas, uma, geralmente, era dedicada a anúncios) e, sempre, ao final, a coluna "Informações úteis" (composta por informações históricas, geográficas e demográficas do Brasil e do mundo, tarifas telegráficas, selos federais, tarifas postais, tabela de impostos, pesos e medidas, etc.).

O caráter de entretenimento e a ampla circulação dos almanaques faziam com que fossem ideais para propaganda de empresas, produtos e serviços. O próprio gênero de alguns textos, os quais podiam ser tomados pelo leitor como artigos informativos, mas que, em realidade, constituíam propaganda de produtos, desde medicamentos a terras, revelam uma forma diferenciada de propaganda da época. Tido muitas vezes como fonte impressa menos importante que os jornais, por exemplo, os almanaques, entretanto, constituem importante fonte de pesquisa para o historiador preocupado com práticas de escrita e também de leitura.

No editorial do primeiro número do almanaque, referente ao ano de 1934, o único impresso em letra gótica, o editor explicita que este impresso tinha como objetivo "servir ao *Deutschtum*[2]", na medida em que mostrava, "como no Sul do Brasil o espírito empreendedor alemão, a força e a tenacidade alemãs, associados ao trabalho alemão incansável, criou tudo aquilo que possibilitou a evolução e o progresso destes três estados, principalmente na área econômica" (WILLE, 1934).

Apesar do intuito de reforçar os laços étnicos entre os alemães e descendentes no Brasil, o editor parece não ter compartilhado do perfil editorial do outro almanaque em língua alemã existente em Blumenau desde 1933, o *Blumenauer Volkskalender*, do qual chegou a ser agente comercial até, logo depois, criar seu próprio almanaque. Este último, editado por um dos líderes do grupo local do partido nazista durante os anos 30, publicava editoriais e outras matérias imbuídos pela ideologia nacional-socialista. Wille deixa a entender a existência de divergências com o conteúdo desse periódico na justificativa para a criação do seu próprio almanaque, no editorial de sua primeira edição: "´Mais um novo almanaque!´, talvez assim

[2] A denominação *Deutschtum* fazia geralmente referência à língua e à cultura alemãs.

alguns dirão, quando este pequeno livro vier aos seus olhos. Nós então respondemos: ´Positivo, pois nós ainda não temos **o** [destacado em negrito pelo próprio editor] almanaque que melhor corresponda às nossas circunstâncias".[3]

Enquanto o *Blumenauer Volkskalender*, ao longo de sua existência (1933-1938), publicava muito material relativo a Blumenau e região e à Alemanha, o Almanaque Wille publicava material mais diversificado. Muito embora este último almanaque também divulgasse a necessidade de manutenção da cultura e língua alemãs, não o fazia no sentido dos nacional-socialistas.

Devido a seus interesses nas atividades de ocupação territorial, Wille publicava constantemente relatos de viagem e de experiências de ocupação territorial no *hinterland* brasileiro, propagandas de venda de terras, anúncios de empresas ligadas direta ou indiretamente a estas atividades, o que será o recorte de análise aqui.

Os almanaques relativos aos anos 30 se referem principalmente à venda de terras no Oeste de Santa Catarina e no Norte do Paraná, havendo alguns poucos sobre o Vale do Itajaí. Um artigo do próprio Otto Wille sobre a ocupação do Vale do Itajaí desde o início do século XX relata as atividades da Sociedade Colonizadora Hanseática e de diversas empresas e/ou vendedores de terras, acentuando a existência de terras ainda disponíveis para compra, mas em áreas periféricas do Vale do Itajaí[4]. O intenso processo de divisão de terras impulsionava também habitantes a procurar novas terras não somente nas áreas periféricas, principalmente o Alto Vale do Itajaí, mas também noutras regiões do estado. Frente à urbanização e o adensamento populacional das velhas colônias, a migração era apontada em alguns materiais publicados no *Wille Kalender* como uma das saídas para as novas gerações. Através de material ali impresso pode-se perceber um forte movimento de migrações internas no Sul do Brasil, envolvendo, entre outros sujeitos, descendentes de imigrantes oriundos de antigas áreas de ocupação.

Com relação a Santa Catarina, as principais empresas de colonização divulgadas pelas edições do *Wille Kalender* dos anos 30 eram a Cia. Territorial Sul do Brasil, a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahroons & Cia., ambas com atividades de venda de terras no vale do rio Uruguai, a colônia de imigrantes católicos de Porto Novo, no Extremo Oeste de Santa Catarina, a colônia alemã de Pirabeiraba, em Joinville, entre outras. Os almanaques relativos aos anos de 1938 e 1939 trazem anúncios, fotografias e artigos relativos às atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em Londrina. Um anúncio,

[3] Idem, ibidem.
[4] Sobre o processo de ocupação territorial do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX ver primeiro capítulo da tese de doutoramento da autora (FROTSCHER, 2003).

intitulado "Onde encontramos uma ´nova pátria` para nossos filhos? Junto à Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em Londrina" (título traduzido), ressalta as vantagens que "(...) permitem, em apenas poucos anos, transformar um solo coberto com matas em campos frutíferos. As vantagens e o progresso desta zona são tão imensos que somente uma visita em pessoa pode convencê-lo da verdade" (1938: 179).

No almanaque relativo a 1939, o editor publica um artigo de sua autoria com o título "Nord-Paraná, das Kalifornien Brasiliens" (Norte do Paraná, a Califórnia do Brasil), relatando sua viagem a Londrina, Rolândia e outras localidades próximas. Na edição relativa a 1940, cuja metade do material foi impresso em língua portuguesa, por conta da Campanha de Nacionalização,[5] um artigo sobre Londrina publicado em alemão e português, apresenta informações estatísticas sobre o denominado "progresso dinâmico do Norte do Paraná" (1940: 171-173).

No relato da abertura destas novas frentes de ocupação, o passado e as populações que ali viveram quase não aparecem. Quando são referidos, apenas atividades de um passado muito colado ao presente aparecem, com vistas a acentuar o progresso até então alcançado. Sobressai, geralmente, a referência a um futuro promissor como convite à aquisição de terras nestas localidades.

Anúncios de diversos estabelecimentos comerciais destas áreas de colonização procuravam mostrar aos leitores não somente a existência de uma infra-estrutura urbana, necessária aos desejosos de conhecer ou se instalar nas novas terras, mas também a presença de pessoas de origem alemã na localidade. A denominação de diversos estabelecimentos revela a origem étnica de muitos dos proprietários, geralmente identificados no anúncio (são alguns dos estabelecimentos citados: Deutsches Haus, Hotel Germânia, Padaria Germânia, Padaria e Confeitaria Allemã, Emporio Allemão, Photo Allemã, etc). Em alguns relatos, Otto Wille acentua a presença de blumenauenses naquelas localidades, alguns dos quais proprietários de estabelecimentos.

Com isso se parece querer aproximar diferentes locais ocupados por populações falantes da língua alemã no Brasil, muitas vezes geograficamente longínquos entre si e de se demonstrar a existência de redes sociais que facilitariam o processo de adaptação no novo lugar. Grande parte do material publicado pelo *Wille Kalender* relativo à ocupação territorial, tanto os da primeira como os da segunda fase, acentua a participação de descendentes de alemães e o seu papel no "desbravamento" do interior do país. A coexistência de material impresso sobre experiências migratórias e de ocupação territorial no passado e na época da

[5] Muitos dos artigos eram traduções de material publicado em alemão no mesmo volume.

publicação do almanaque não somente denota a presença da ideologia do progresso, mas também um investimento na idéia de uma predisposição dos descendentes de alemães a "desbravar" e transformar terras "virgens" em promissoras cidades. Estes discursos têm continuidade na segunda fase do almanaque.

Doze anos depois, Otto Wille retoma a edição do almanaque, cuja denominação permanece bilíngüe (*Almanaque Wille Kalender*), tal como o exemplar relativo a 1940.[6] No primeiro exemplar, já se percebem críticas ao autoritarismo do governo Vargas, mais especificamente a repressão à língua alemã e a censura, muito apenas em alguns poucos artigos. A tônica de muitos dos artigos relativos à cultura alemã não era rememorar este passado recente, mas se acentuar a importância de se retomar o ensino da língua alemã e de revigorar entidades dedicadas à cultura germânica.

Muitos artigos, imagens, poesias e outros materiais publicados nos anos 50 pelo *Almanaque Wille Kalender* continuavam a realimentar uma narrativa épica da colonização alemã no Sul do Brasil, através de diversos relatos históricos e comemorativos que focalizam diversas experiências de ocupação territorial no século XIX.

A afirmação do progresso era também a tônica de artigos relativos a novas experiências de ocupação territorial no Sul e Centro-Oeste do país, em que se destacava a mão-de-obra descendente de imigrantes alemães. Dentre esse material, destacam-se matérias sobre as atividades da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (1957: 251-252) e principalmente da Brasil-Paraná Loteamentos e Colonização Ltda, esta com atuação no Norte do Paraná (Londrina, Rolândia e região) e, a partir do final dos anos 50, sobre atividades de companhias de colonização no estado do Mato Grosso. O próprio Otto Wille se encarregava de relatar viagens a terras administradas por diversas destas empresas, como a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (1957: 250-252), a Brasil-Paraná Loteamentos e Colonização Ltda e a CONOMALI – Colonizadora Noroeste Matogrossense Ltda - da qual era representante autorizado para todo o estado de Santa Catarina (1959: 61).

As fotografias que acompanham muitos dos artigos buscam certificar os leitores do progresso do Norte do Paraná, já anunciado nos almanaques dos anos 30 e agora acentuados, por conta da rápida transformação daquela área. Fotografias da área urbana mostram prédios em alvenaria com mais de um andar e a considerável circulação de automóveis e transeuntes no centro de Londrina, mostrando não mais uma cidade em formação, mas uma cidade em pleno funcionamento. Os relatos apresentam inúmeras

[6] Nas edições dos anos 50 e 60 são inseridos alguns artigos impressos em duas versões, uma em alemão e outra em português. Entretanto, a maior parte do conteúdo dos almanaques desta fase é impressa em língua alemã, com exceção dos anúncios.

estatísticas atestando a produção e o desenvolvimento demográfico e urbano. O solo fértil é anunciado como a garantia da promessa de riqueza naquele "verdadeiro Eldorado": "Em nenhum lugar se encontra um solo tão rico. Um verdadeiro Eldorado. A colheita supera cinco vezes mais do que todas as outras áreas, de modo que qualquer agricultor que trabalhe chega à riqueza" (WILLE, 1953: 255).

Nos relatos de viagem do editor a essa localidade, além de acentuar a presença de blumenauenses na localidade, procura mostrar sua familiaridade com estes e outros moradores (geralmente comerciantes e pessoas que ali progrediram). Esta e outras estratégias narrativas buscavam também aproximar o leitor oriundo de Blumenau com a localidade (WILLE, 1952: 212-220) e propagar a área como ideal para um novo "começo". Além dos artigos, anúncios das empresas Brasil-Paraná Loteamentos e Colonização Ltda, de Londrina (com filial em Blumenau), anunciam as "melhores terras para cafeicultura" em Querência do Norte, "cidade do futuro do Norte do Paraná" (WILLE, 1953: 222). O próprio editor informa, num dos artigos, a compra de um terreno em Querência do Norte, atestando que dali se originaria brevemente uma grande cidade.

A gleba Roosevelt, Município de Aripuanã, Mato Grosso, vendidas pela Companhia de Terras do Aripuanã S.A., com sede em Londrina (1954: 389), são anunciadas, assim como a Gleba Arinos, no município de Diamantino, vendidas pela CONOMALI, passam a figurar em inúmeros artigos publicados nos anos 50 e 60, acompanhados por grande quantidade de fotografias.

A tematização da ocupação territorial no interior brasileiro, portanto, aparece sempre a partir da ótica das empresas colonizadoras ou de seus interesses. A própria atividade da colonização é vista como um empreendimento. È o que denota, por exemplo, uma das fotografias inseridas em artigo sobre a Gleba Arinos. Engenheiro agrimensor, diretor técnico e co-fundador da empresa colonizadora estudando atentamente assuntos ligados à colonização, revelando a idéia de empreendedorismo, planejamento e valorização do saber técnico (1956: 98). As condições econômico-sociais que engendram as migrações, o impacto ou as conseqüências de tais ocupações para as populações e o meio ambiente local, as condições desiguais de instalação no novo lugar, entre outros aspectos, não aparecem, pois não cabem ao propósito propagandístico.

A idéia de Marcha para o Oeste, título inclusive de um dos artigos sobre a Gleba Arinos (1956: 97-103) é presente e diversos relatos de viagem e fotografias imprimem a idéia de aventura (vista aqui positivamente) e pioneirismo de alguns homens no meio da selva amazônica. O discurso do desenvolvimentismo é o tom de muitos materiais publicados

relativos às atividades de ocupação do Mato Grosso, visto aqui como terra do futuro. A ocupação dessas áreas é relacionada ao mesmo movimento de interiorização do país, materializado pela construção de Brasília, como cita um artigo inserido no almanaque de 1959. A referência à construção da nova capital federal é seguida da afirmação: "o Brasil não somente busca a sua força das cidades costeiras, mas muito mais do seu interior" (ZWERGEL, 1959: 177-179).

No mesmo artigo, afirma-se o "espírito empreendedor" do elemento estrangeiro (no caso, norte-americanos e alemães), sujeitos que estariam transformando aquelas "áreas esquecidas" do país, largadas num "sono apático de Cinderela", uma vez que: "infelizmente é ainda assim que essas áreas ainda se encontrem muito distantes para o brasileiro, seja porque ele quer primeiro esperar o desenvolvimento, seja porque lhe falte espírito empreendedor" (ZWERGEL, 1959: 178). Os recursos naturais desta área, como a existência de madeira de lei, era um dos motes da propaganda de venda de terras. A preocupação com a exploração econômica dos recursos naturais também é a tônica de artigo intitulado "O desbravamento econômico da região amazônica" (1959: 201-202). Ao lado da euforia em relação ao progresso, ecoam outras vozes. Num artigo relativo aos 25 anos de Londrina, o autor representa a "devastação florestal" de 60.000 quilômetros quadrados havida em 20 anos como um "crime monstruoso", do qual seriam acusadas, em poucas décadas, as autoridades governamentais responsáveis. Interessante notar ainda a observação do autor de que haviam áreas planejadas pelo governo estadual e federal para serem reservas florestais e que, não obstante, foram sacrificadas (NIXDORF, 1960: 204).

Apesar desta voz dissonante, o material relativo às atividades de companhias de colonização publicados no *Almanaque Wille* investia na construção de um imaginário do progresso acerca dessas novas frentes de ocupação e talvez tenha influenciado alguns leitores a adquirir terras nestas localidades. Isto porque a decisão em migrar geralmente está conectada às imagens que os futuros migrantes têm do novo lugar. Os textos, anúncios, fotografias publicados materializavam em suporte de papel essas imagens, motivo pelo qual têm importância na análise dos processos migratórios.

Referências:

FROTSCHER, Méri. Almanaques e revistas publicados em alemão em Blumenau entre 1900 e 1965: fontes para pesquisa. *Blumenau em cadernos*, Blumenau, v. XLV, n. 07/08, p. 96-113, 2004.

_____. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade*: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950). Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.

GRÜTZMANN, Irmgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J. (Org.). *Imigração & Imprensa*. XV Simpósio de História da Imigração e Colonização. Porto Alegre: EST Edições, 2004, p. 48-90.

NIXDORF, Oswald. 25 Jahre Munizip Londrina. *Almanaque Wille Kalender*. Blumenau, 1960, 16a. Ediçãop, 201-206.

Wille's Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens. Blumenau, 1934-1937, 1a. a 4ª. edições.

Wille's Deutscher Kalender für Brasilien. Blumenau, 1938-1939, 5a. e 6a. edições.

Almanaque Wille Kalender. Blumenau, 1940, 7a. Edição; 1952-1960, 8a. a 16. edição.

Almanach Wille, Blumenau, 1961-1965, 17ª. a 21ª. edição.

WILLE, Otto. Nord-Paraná. *Almanaque Wille Kalender*, Blumenau, 1952, 8a. edição, p. 212-220.

WILLE, Otto. Von Londrina nach Querência do Norte. *Almanaque Wille Kalender,* Blumenau, 1953, 9a. edição, p. 254-260.

WILLE, Otto. Zum Geleit. *Deutscher Kalender für die Südstaaten Brasiliens.* Blumenau, 1934, 1a. edição.

ZWERGEL, Helmuth. Matto Grosso hat eine grosse Zukunft. *Almanaque Wille Kalender*. Blumenau, 15a. Edição, 1959, p. 177-179.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Identidade cultural, etnicidade e educação na região do Vale do Rio Pardo

Mozart Linhares da Silva*

Resumo
O objetivo desta comunicação é apresentar alguns dos resultados da análise acerca do processo de construção das narrativas identitárias, sobretudo étnicas e culturais, no ambiente escolar da Região do Vale do Rio Pardo, nomeadamente nos municípios marcados pelo discurso identitário germânico. Problematiza-se, neste processo, os mecanismos de subjetivação dos sujeitos afro-descendentes e as estratégias de visibilidade/invisibilidade sociais daí advindas bem como o papel da educação, sobretudo o ensino de história, na fixação e naturalização das identidades. A partir de dados recolhidos em entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados junto a docentes (na maioria professores de história) e discentes das escolas foi instrumentalizado o método de análise de discurso, o que permitiu identificar uma série de enunciados e dispositivos que norteiam as relações interétnicas no ambiente escolar; relações estas caracterizadas pela hierarquização social, étnica e cultural, revelando ainda uma complexa relação entre pertencimento identitário e racialização da alteridade.
Palavras-chave: Educação. Identidade étnica. Alteridade.

Abstract
The objective of this communication is to present some of the results of the analysis about the process of construction of the identity narratives, especially ethnic and cultural, in the school environment of the Vale do Rio Pardo region, nominally in the counties marked by German identity speech. A problem is brought forward in this process, the mechanisms of subjectivation of the afro-descendants subjects and the strategies of social visibility/invisibility coming from them as well as the rule of education, above all the history education, in the fixation and naturalization of the identities. Starting with the data searched in semi-structured interviews and questionnaires applied on teachers (in the majority History teacher) and students of the schools was instrumentalized the method of speech analyses, what permitted to identify a series of enounced and dispositives which orient the interethnic relationships in the school environment; relationships these characterized by the social ethnic and cultural hierarquization, revealing still a complex relationship between identity belonging and racialization of the alterity.
Key-words: Education. Ethnic identity. Alterity.

O espaço escolar se define, entre outras, por ser um dispositivo cujos processos de subjetivação estão articulados a redes discursivas e regimes de verdades onde o sujeito é produzido e constituído dentro de uma coletividade. Este espaço é, para utilizar uma terminologia foucaultina, um dispositivo disciplinar (Ver: FOUCAULT, 1991, 1995, 2006); e mais, um espaço cuja produção dos sujeitos é articulada no nível da circulação de saberes e verdades revelados e disseminados não apenas pelas diretrizes curriculares mas sobretudo por enunciados que, ao atravessarem tais diretrizes, mas não só elas, possibilitam a construção de um campo enunciativo onde os próprios sujeitos irão se adequar e interagir. O espaço escolar ocupa, assim, um importante papel na produção de narrativas identitárias, de narrativas legitimadoras. Dentre todos os saberes articulados na escola enfatizamos, aqui, a história. Isto porque a história se ocupou tradicionalmente da importantíssima tarefa política de situar os sujeitos não apenas no tempo mas também no quadro das classificações e identificações. No

* Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Doutor em História pela PUCRS (com extensão em Coimbra).
Esta pesquisa conta com o apoio da FAPERGS e PUIC/UNISC.

caso das identidades étnicas, a escola, e, mais especificadamente, o ensino da história, cumpriu relevante papel legitimador no processo de naturalização da cultura, dos valores, das condutas e moralidades.

No que tange as identidades culturais e étnicas no mundo contemporâneo está a cargo do ensino de história, pelo menos em grande parte, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, a tarefa de colocar a alteridade na agenda educacional e, a partir dela, construir espaços de interculturalidade e tolerância. E é nesta perspectiva que é necessário uma avaliação constante da formação docente para atuar a partir do que podemos chamar *paradigma da diferença*.

O desafio da educação hoje está posto na dinâmica de um processo que encaminhe a inter→trans/culturalidade que, vale lembrar, permite que a polissemia da cultura se manifeste nas relações concretas da vida social. O problema da educação inter→trans/cultural é corresponder às idiossincrasias do local e do universal a um só tempo. Para tanto, segundo a reflexão de Edgar Morin, é preciso que o objetivo maior de todo o ensino seja a *condição humana* (2001:15). Nestes termos, o foco pedagógico não se centraliza no sujeito histórico de uma nação ou grupo, mas investe naquilo que estabelece a igualdade na diferença. A condição humana não corresponde assim ao relato da razão unificadora como no iluminismo, porém na condição bio-antropo-social que considera a diversidade e as diferenças encerradas na própria humanidade. Trata-se de uma espécie de eco-humanismo.

No Brasil, o reflexo de tais considerações foi traduzido numa série de iniciativas que visam combater o racismo e todas as formas de preconceito e, entre estas iniciativas, destacam-se as intervenções nas *Diretrizes curriculares nacional*, sobretudo aquelas que enfatizam o campo das identidades étnico-culturais, como é o caso das *Diretrizes curriculares nacional para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana* (2004).

A problematização pertinente, neste caso, encontra-se nas formas de enfrentamento de uma tradição (estruturante do próprio Estado-nação brasileiro, vale lembrar,) que colocou o problema da diversidade "racial" sob o manto da democracia racial e da miscigenação como rasura da idéia de preconceito (Ver sobre: BARBOSA, 2004 e FRY, 2005). E esta tradição por muito tempo formou gerações de docentes e norteou o discurso identitário nacional de forma uníssona. Soma-se a isso as questões referentes ao regionalismo, sobretudo considerando-se os fluxos migratórios e as identidades regionais construídas a partir de uma concepção imigrantista, como no sul do Brasil.

Tomando-se como estudo de caso a região do Vale do Rio Pardo, mais especificamente os municípios colonizados por imigrantes alemães, a problematização da alteridade, no caso, dos afro-descendentes, é legitima, considerando-se a tendência a homogeneização do discurso identitário germânico desta região e seus desdobramentos nos processos de exclusão social.

O conjunto das representações acerca da identidade cultural de Santa Cruz do Sul, tanto na historiografia regional como nos meios de comunicação e manifestações folclóricas, ampara um discurso legitimador dos vínculos de pertencimento comunitário. Na historiografia, por exemplo, o proselitismo do pioneiro como marco inicial de comportamentos e moralidades fundantes de um mito de origem calcado na etnicidade, narra as epopéias civilizatórias do município como parte de um todo integrado pelas comunidades de "origem" germânica que povoaram partes do Estado. Este "mito fundador" torna-se referência importante para os enredos folclóricos e manifestações da imprensa acerca da identidade étnica e cultural da região. Entre os elementos que compõe este enredo pode-se destacar os valores estruturantes como a ética do trabalho, a religião, a língua, a honestidade o empreendedorismo e o espírito associativo (Ver: NEUMANN, 2006). Estes valores são comumente contrastados com os valores ou características dos chamados "luso-brasileiros" e "afro-descendentes": trabalho X preguiça/escravismo; religião católica ou protestante X sincretismo; honestidade X corrupção; empreendedorismo X indolência, servilismo e pobreza; espírito associativo X individualismo, entre outros.

No que se refere ao ambiente escolar é importante problematizar como são construídas as redes discursivas e as representações das identidades frente a diversidade étnica e cultural que caracteriza a "população" discente. Enfatizamos aqui a "população" afro-descendente em função de uma série de questões já históricas no enredo da exclusão social no país (com suas especificidades locais e regionais) mas também em função das novas diretrizes curriculares que insere a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira (DIRETRIZES, 2004 e HASENBALG, 2005).[1]

A inserção da história afro-brasileira e africana nos currículos dos ensinos fundamental e médio implica na formação docente não só das futuras gerações mas também dos que hoje atuam na rede escolar. E isso é enfatizado pelas próprias diretrizes que apontam que tal decisão política possui fortes repercussões pedagógicas, "inclusive na formação de

[1] Poderíamos ampliar a questão chamando a atenção para a estereotipação de diversos grupos sociais, religiosos e étnicos como indígenas, chineses, judeus, muçulmanos, entre outros. O que se problematizaria, então, seria a formação dos professores para tratar das temáticas relacionadas a alteridade, diversidade e identidade ou, além, da própria questão da condição humana em suas diversas manifestações culturais. Se a questão é cara (e histórica) para a Antropologia cultural, não é menos para a história e para o ensino da história.

professores" (DIRETRIZES, 2004: 17). A história regional terá importância central neste sentido, pois, considerando-se as peculiaridades regionais, seria incontornável, a tal historiografia, a revisão profunda de seus postulados, comumente centrados no proselitismo identitário local, não raras vezes produzida por historiadores acadêmicos.

As pesquisas até aqui realizadas (ver nota 2) procuraram ordenar uma série de informações que dizem respeito a construção das narrativas identitárias da comunidade de Santa Cruz do Sul e arredores, a percepção que as pessoas que emigraram para cidade têm da comunidade, a percepção que a comunidade têm dos emigrados, a forma como a comunidade constrói seus referenciais de pertencimento étnico e cultural e quais as representações que são construídas acerca dos afro-descendentes que compõem a população da cidade.[2]

Dentre as fontes pesquisadas enfatizamos, nesta comunicação, as entrevistas realizadas nas escolas. Elas revelaram como são articulados os mecanismos de fixação das identidades e os processos de subjetivação dos sujeitos, calcados numa série de representações que nomeiam as diferenças a partir de categorias contrastivas. Em que pese focarmos a formação do professor de história, é preciso considerar que as temáticas relacionadas a "educação das relações étnico-raciais" se constituem como temas transversais atinentes às diversas disciplinas. Nesse sentido, as entrevistas realizadas não se detiveram exclusivamente aos professores de histórias mas também ao conjunto de professores de outras áreas.

Delimitemos dois eixos explorados nas entrevistas: o primeiro diz respeito às formas de representação acerca dos afro-descendentes e ao racismo na escola e comunidade; o segundo, aos mecanismos de estereotipação das diferenças.

Analisando as entrevistas, identifica-se de imediato um discurso que atravessa praticamente a todas, um discurso que, na realidade, compõe a mística da democracia racial no Brasil: o constrangimento ao falar do racismo. Contudo, quatro posturas são muito comuns nos depoimentos, a admissão do racismo com a ressalva de que são manifestações individualizadas e isoladas, o que permite descaracterizar a comunidade como racista; a segunda, a admissão do racismo com a ressalva de que esta manifestação também é muito comum entre os grupos que se dizem vítimas; a terceira, a negação do racismo e a quarta, sua admissão na comunidade.

---

[2] Para tanto foram aplicados mais de 500 questionários na comunidade e realizadas 23 entrevistas semi-estruturadas com professores do ensino fundamental e médio das escolas da região. Outra fonte pesquisada foi a imprensa escrita, através da análise das publicações do jornal de maior circulação na cidade, a Gazeta do Sul, entre os anos de 1950 e 2000. O conjunto destas informações permite um diagnóstico dos enunciados que marcam as relações de alteridade bem como dos dispositivos de subjetivação das identidades.

Como exemplo do primeiro tipo de postura, citamos a seguinte passagem[3]: uma docente ao ser perguntada sobre a existência do racismo na escola ou na comunidade afirma que

> *Agente ainda tem pessoas que são muito racistas na suas falas, mas acredito que não seja um discurso que predomina, mas ainda são pessoas, principalmente, da origem alemã, que ainda trazem aquele racismo enraizado, elas são muito preconceituosas, mas não que seja uma coisa assim que domine, é uma e outra pessoa que ainda pensa assim.*

Do segundo tipo de postura, destacamos os seguintes depoimentos:, "Há preconceitos a serem superados, a serem enfrentados, e quem se discrimina normalmente são os próprios grupos que se consideram discriminados". Na mesma direção e respondendo a mesma pergunta, outra docente afirma que, "Na condição de descendente alemã eu ouço dizer isso com muita freqüência, acredito que este discurso exista, tá impregnado, mas, como dito anteriormente, quem mais se esconde atrás dele são os que se dizem perseguidos". Por último, destacamos este depoimento:

> *Existe, ainda existe, ainda mais assim de pessoas de mais idade, mais idosas, é muito difícil pra elas ainda deixarem de ter isso, eu acho que o preconceito ainda ocorre bastante. Só que também, eu acredito que o preconceito desse racismo ocorre bastante com eles também, todas as raças tem esse preconceito deles mesmos, isto agente percebe aqui na escola também, que isso vem. Acho que é bastante deles também.*

Em resposta a mesma pergunta, alguns docentes negam a presença do racismo afirmando que "Não, aqui não se percebe tanto, porque geralmente dizem assim, o alemão tem um preconceito, os de origem alemã têm preconceito. Não se percebe isso. Porque aqui na nossa escola tem muitos negros, ou de origem, mas não se percebe isso".

Um exemplo de aceitação do racismo no ambiente escolar é explicitado nas seguintes entrevistas: "Existe sim um discurso subliminar, racista, eu tenho alunos de 15, 16 anos, que se dizem alemães puros, eu sou alemão (...)". Outra docente faz a seguinte afirmação:

> *aqui ainda se percebe este preconceito, quando tu observa a classe social ou no sentido assim em relação ao emprego e no sentido assim de cultura, onde se concentra cada grupo e não há efetivamente uma mistura. Eu que dou aula no interior, os encontros lá são só com alemães, como eu dou aula aqui na nossas vilas, nas regiões mais periféricas, só encontro então negros e mestiços, não se percebe muita a origem alemã, então ainda tem essa divisão.*

[3] Optamos por reproduzir integralmente todas as passagens citadas das entrevistas, inclusive com os erros de linguagem.

A estereotipação das identidades é outro fator recorrente nas entrevistas. Giralda Seyferth ao estudar a identidade étnica alemã no Rio Grande do Sul faz a seguinte consideração que ajuda a entender os depoimentos abaixo:

> *o processo de colonização se tornou símbolo da etnicidade e modelo contrastante em relação à sociedade brasileira mais ampla. A imagem do imigrante alemão que dignifica o trabalho remete a uma apropriação simbólica da história da colonização – uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados, num contexto de identidades contrastivas* (1994: 23).

Tomamos o seguinte depoimento como exemplo da percepção acerca da importância da imigração européia para o desenvolvimento econômico e cultural da região:

> *Primeiro que é um povo (o alemão) que trabalha muito, valoriza o trabalho, no sentido até de horário, respeita muito o horário, por isso as empresas aqui da nossa região crescem com isso, porque sempre temos nas porta gente pra trabalhar; trabalham mesmo na nossa região. Mesmo que o Brasil está sendo considerado o país que mais põe atestados no mundo, como apontou a ONU, mesmo assim eu acho que a nossa região trabalha muito. Além disso, essa cultura européia, eles tem muito a questão da limpeza e organização das suas casas, o lugar aonde moram, a roupa que usa, a questão do capricho, porque tem que se começar com a gente pra depois desenvolver o resto né. Agora que a cultura européia contribuiu para o desenvolvimento da região, tanto que tu pode ver, que Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, são os estados que mais crescem economicamente no Brasil, que mais tem desenvolvimento e que a cada ano que passa aumenta a safra e os grãos polidos. Então a gente é muito importante dentro do Brasil na questão econômica, e todos tem uma colonização européia, RS, PR e SC, nesse sentido é importante.*

Respondendo a uma questão semelhante, que aborda a relação entre raça e etnia e desenvolvimento sócio-econômico, uma entrevistada explicita os estereótipos da população do Estado:

> *Até acredito que exista, só que agente não dá importância para isso, porque a gente faz parte da etnia, da raça da qual nos somos, e agente vai se situando dentro daquilo que a gente tem na família, na cultura e na tradição. Só que se nós pararmos e analisarmos assim, vimos que a forma como os europeus se organizam, nós podemos falar dos alemães que tem muita determinação. São muito rígidos com sigo mesmo, tem muita disciplina; os italianos também tem muita garra, mas eles já são mais bonzinhos, já não são mais tão durões. E os portugueses agente percebe assim que eles tem uma auto-depreciação, porque eles dizem 'ah' pelo duro não adianta, não adianta! É, então observando o que as três (?), e o que agente conhece sobre elas, e o que elas mesmas dizem de si, acho sim que tem importância.*

Sobre as relações interétnicas em sala de aula é importante observar a percepção dos docentes no que diz respeito a presença de afro-descendentes. Os mecanismos classificatórios, estigmatizantes e tipológicos aparecem nos discursos, relacionados, como é o caso abaixo, com a categoria de deficiente. A pergunta feita é a seguinte: "Você possui ou possuiu alunos negros? Como era essa relação em sala de aula? Como era a relação entre eles e os demais alunos?" Resposta: "Tranqüilos, tranqüilos, não tem... não tem. São normais. Nós

temos também deficientes. E daí há problemas, deficiência auditiva, cadeirantes, esse tipo de aluno. Então, esse sim é mais preocupante porque agente não sabe como lidar. Mas a cor de forma alguma!".

A forma de tratamento baseada em práticas compensatórias e diferencialistas é outra tônica dos discursos docentes. E aqui fica explícito como o viés da diversidade cultural e da tolerância podem criar armadilhas. Não raras vezes a tolerância está mais próxima da indiferença ou da caridade do que de uma ação construtiva de espaços transculturais. Homi Bhabha faz esta advertência ao considerar a política da diversidade cultural como uma nova forma de essencializar as fronteiras culturais em espaços específicos (Ver: BHABHA, 1999).

Uma docente ao responder a questão acima afirma que:

> *A questão racial principalmente no interior de (...) é forte né então eu trabalho bastante essa questão sempre quando tem um aluno negro na minha aula né. Na minha sala eu sempre procuro tentar que ele se sinta orgulhoso de ser negro de ter o seu grupo étnico e que respeite os outros e que os outros respeitem ele também né.*

Outra docente ao falar da maneira como lida com a questão dos alunos afro-descendentes em sua escola utiliza um exemplo significativo. Por ocasião das festividades dos 500 anos do Brasil a escola resolveu organizar uma peça teatral e, neste espetáculo, deveria existir um pelotão de negros. Como os alunos negros se recusaram a participar, a solução encontrada foi, nas palavras da docente: "pretiar uns branquinhos nossos aqui pra ter gente naquele pelotão".

Entre as questões apontadas nas entrevistas, destacamos a concepção de identidade que perpassa a formação dos professores. Trata-se de uma concepção essencialista da identidade que tende a naturalização da cultura e a construção de práticas divisórias e diferencialistas adequadas ao processo de legitimação de discursos homogeneizadores e excludentes. Os estereótipos daí decorrentes fixam as "identidades" a partir de estratégias de visibilidade/invisibilidade da alteridade o que significa que o "outro" é sempre uma rasura à identidade considerada "normal". A violência simbólica desdobrada destas práticas constituem os elementos de subjetivação na construção dos indivíduos, hierarquizando as diferenças étnicas e culturais. Nesse sentido, a educação cumpri um papel conservador ao (re)produzir os discursos triunfalistas da identidade étnico-cultural de um determinado grupo étnico. As práticas educativas daí oriundas não estão distantes do "preconceito étnico/racial" e da exclusão. Se as diferenças são toleradas é porque elas cumprem um papel importante na afirmação da identidade homogeneizadora pois funciona como elemento contrastivo das narrativas identitárias da região.

O ambiente escolar, nesta direção, funciona com um dispositivo a partir do qual os sujeitos são subjetivados e esquadrinhados, constituídos em seu corpo/psiquê em normais/anormais a partir de referenciais *a priori* definidos da alteridade. Os indivíduos assimilam, neste processo, o pré-constituído como seu próprio sentido.

Referências

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (org.). *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico raciais no Brasil.* São Carlos: EdUFSCar, 2003.

Diretrizes curriculares nacional para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministério da Educação, 2004.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. "O sujeito e o poder". In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 231-249.

_____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRY, Peter. *A persistência da Raça.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora da UFMG e Rio de Janeiro: Editora da IUPERJ, 2005.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

SEYFERTH, Giralda. "A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica". In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

NEUMANN, Marines Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul: o discurso da identidade regional (1850-1950)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

Sede de leitura: nas vozes da comunidade juizforense a memória da biblioteca popular do serviço de alimentação da previdência social (saps)

Ana Maria da Costa Evangelista [1]

Resumo
A idéia nuclear do presente estudo é revisitar a política estatuída pelo governo Vargas, em 1942, traduzida como Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Sua proposta era fornecer alimentação digna e barata para a classe trabalhadora através de Restaurantes Populares. Associadas a esses restaurantes foram criadas as Bibliotecas e Discotecas Populares. Tais serviços foram extintos pelo governo ditatorial militar em 1967. Juiz de Fora, por sua característica de cidade de economia industrial e comercial, foi aquinhoada com uma unidade do SAPS em 1948. A rememoração feita por essa pesquisa tem como objetivo compreender o sentido dado, pela classe trabalhadora e comunidade juizforense, a esse espaço de alimentação e cultura.
Palavras-chave: memória – Biblioteca Popular

Abstract
The central idea of the present study is revisiting the politics established by the government Vargas in 1942 well known as Social Secure Feeding Service (SSFS). The proposition was providing worth and cheep food for the working class people through Popular Restaurants. It was created in association to these restaurants the Popular Library and Popular Music Hall. This service was extinguished during the military dictatorial government in 1967. Because of its characteristic of industrial and commercial economy Juiz de Fora was contemplated with one unity of the Social Secure Feeding Service in 1948.The remembrance of this research has as objective trying to understand the meaning of this cultural an feeding space for the working class people and also for the Juiz de Fora community.
Keywords: memory - Popular Library

Introdução

O que nos evoca a palavra memória? Faculdade mental... Lembranças... Esquecimentos.... Saudade... Tristeza... Mnemotécnicas... Instituições... Preservação... Patrimônio... Rememoração... Cognição... Processo... Lugares de memória... Compartimentos de memória... Silêncios... Ecos do passado... Memória natural... Memória artificial... Memória (auto) biográfica... Memória coletiva... Construção social... Reconstituição... Documento...Monumento... A profusão polissêmica é, sem dúvida, herança da polifonia que a palavra encerra. Das muitas vozes que compõem a vasta epistemologia sobre memória ficam os ecos. Da interseção das lembranças construídas, socialmente, provém a construção de nosso saber. Na visão de Le Goff (1994: 473), está em curso, na contemporaneidade, uma revolução da memória histórica, explicitada pelo caráter de multiplicidade temporal, enraizamento individual, social e coletivo, e pela interdisciplinaridade. O fermento dessa

[1] Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

revolução da memória histórica age a partir dos lugares de memória coletiva, onde o relato oral é tão importante como o escrito. Os lugares de memória trazem à tona muito mais que espaços geográficos delimitados. Eles evocam, sobretudo, as pessoas que por eles passaram e toda a vivência dos grupos que os habitam ou habitaram. Falar de memória é falar da história dos povos na teia de sua interatividade social. A instituição, objeto de rememoração do presente estudo, é revisitada como um desses lugares de memória coletiva.

A autarquia intitulada SAPS era dotada de um Restaurante Popular e aglutinava uma Biblioteca Popular e uma Sala de Música destinadas à classe trabalhadora e à população em geral. Essa política pública de alimentação e cultura foi atrelada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, criado no governo Vargas (1930 – 1945). O interregno de existência do SAPS, e dos serviços que prestou à classe trabalhadora, é de 1942-67 no Brasil e de 1948-67 em Juiz de Fora. A reconstrução da memória dessa instituição tem como escopo compreender o sentido dado por administradores, freqüentadores e comunidade de Juiz de Fora a esse espaço aglutinador de refeições, incentivo à leitura, à música e outras atividades culturais. O recorte do período histórico enfocado se justificou pelo tempo de existência dessa política. O fulcro teórico-metodológico resultou do entretecer de pressupostos de E. P. Thompson e M. Bakhtin. Os dados que serviram de âncora a esse trabalho de rememoração advêm de pesquisa arquivística e do suporte, substantivo, da história oral. Segundo Neves (2003: 29), a memória é fonte principal dos depoimentos orais e seu processo engloba duas dimensões: a do tempo privado (indivíduo) e a tempo coletivo (social, nacional, institucional). Os caminhos dessa pesquisa têm, como uma de suas âncoras, o entrelaçamento entre o tempo privado e o tempo público, na história do SAPS/Juiz de Fora.

Esse artigo foi pinçado de pontos relevantes da pesquisa desenvolvida como dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu itinerário segue a seguinte estrutura: em um primeiro momento caracterizou-se as especificidades da instalação do SAPS em Juiz de Fora; a seguir procurou-se matizar vozes dos freqüentadores da Biblioteca Popular; em última etapa mesclou-se aos fatos o arcabouço teórico que fundamentou a análise dos dados encontrados.

Por entre rastros e pegadas: a Biblioteca Popular do SAPS/JF

O duplo movimento da memória permite que, mesmo com os pés fincados no presente, possa-se viajar até o passado e na dialética do lembrar e esquecer, tente-se reconstruir partes de nossa infância, juventude, vida familiar, dados da história de grupos sociais, das cidades em que vivemos. esse estudo é uma tentativa de mostrar aos que vivem na

Juiz de Fora de hoje, dados de seu passado, procurando elucidar as imbricadas relações sociais construídas em seu cotidiano. Para tal, percorreu-se os labirintos de sua memória através de ruelas, avenidas, imagens, textos, vozes e pessoas em um processo muitas vezes carregado de emoções, lembranças, lacunas, incertezas, descobertas, inacabamento. Buscou-se luz onde, a escuridão e a névoa, embaçavam a visão, tentando recompor trilhas e pegadas da existência, na década de 50 do século XX, de uma Biblioteca Popular e um espaço de música aglutinados ao Restaurante dos Trabalhadores (SAPS). A partir de agora, observar-se-á dois movimentos. De um lado, as fontes escritas representadas pelos periódicos da imprensa local. De outro, as vozes de quem viveu uma história e consentiu que se registrassem suas memórias. A riqueza fica por conta dessas penas e dessas vozes... O convite ao leitor é para que mergulhe nesse passado tão presente!

Solenidade de alta significação

A inauguração do SAPS em Juiz de Fora ocorreu em 30 de outubro de 1948. A Gazeta Comercial de 31/10/1948: 6-7 destaca o fato como, "Solenidade de alta significação para os trabalhadores juizforenses". O Restaurante Popular do SAPS teria capacidade para fornecer 6 000 refeições diárias e, além disso, seria dotado de um biblioteca e uma sala de música, destinadas aos seus freqüentadores e à comunidade local. A reportagem fala da importância da conquista para os trabalhadores da cidade. Destaca as presenças do prefeito Dr. Dilermando da Costa Cruz, dos deputados Lair Tostes e Jarbas de Lery Santos, de autoridades locais, representantes da imprensa, das organizações de trabalhadores e "grande massa de alguns milhares de pessoas" (Gazeta Comercial de 31/10/1948: 6).

Figura 1
A sra. Eunice Peregrino, esposa do diretor do SAPS, desata a fita simbólica, com o que se deu por inaugurado o Restaurante Popular.

Fonte: Gazeta Comercial, de 31/10/1948: 6.

Durante esse primeiro ano de funcionamento os jornais da cidade registram reportagens quanto à relevância dos serviços do SAPS para a classe trabalhadora e comunidade local. Em 12/10/1949 a Gazeta Comercial, em um artigo de página inteira, exalta o valor social da instituição para a classe trabalhadora.

Por ocasião do segundo aniversário da existência do SAPS em Juiz de Fora uma intensa programação divulgada, antecipadamente, pelos jornais foi elaborada. O Diário Mercantil de 25/10/1950: 2 antecipa as atividades do festejo. A Gazeta Comercial, em reportagem de destaque, comenta a festa iniciada com a intronização do retrato do poeta local Belmiro Braga, Patrono da Biblioteca Popular. Foi solicitado ao coronel José Epitácio Braga "filho do fulgurante poeta Belmiro Braga, que descerrasse a flâmula que vedava o quadro" (Gazeta comercial, 31/10/1950: 4).

Figura 2
Inauguração do retrato do Patrono da Biblioteca Popular, o poeta juizforense Belmiro Braga. O descerramento da flâmula que cobria o retrato é feito por seu filho Epitácio Braga

Fonte: Gazeta comercial, 31/10/1950: 4.

Figura 3
SAPS no período de sua existência

Fonte: BASTOS, Wilson de Lima. Juiz de Fora: monografia, 1955

Um cabedal de recordações

Fuad Yazbeck era um freqüentador assíduo da Biblioteca Popular do SAPS. A facilidade da vizinhança contribuía para a freqüência de suas visitas ao local. Seu pai, um pequeno industrial pertencente à classe média, sempre procurou cuidar para que os filhos tivessem acesso à educação de qualidade. Entretanto, em uma família numerosa, fato comum no contexto em questão, a compra de livros variados ou de discos era algo difícil.

> *"Visualizo na memória que, a biblioteca do SAPS tinha de 2000 a 2500 volumes. Isso demonstra que não era pequena. Seu funcionamento se dava através de uma bibliotecária, que se encarregava de ir recebendo as fichas, localizar o livro e fazer os cartões de empréstimo. Havia um outro funcionário para organizar as mesas, os livros nas prateleiras, colocando na ordem adequada. Para a discoteca havia um funcionário só. Quando havia mais de um pedido - muitas vezes, havia dois, três pedidos - as pessoas entravam em fila e eram atendidas conforme a ordem de chegada*" (FUAD YAZBECK, ENTREVISTA).

O poeta Affonso Romano de Sant'Anna viveu sua infância e adolescência em Juiz de Fora. Trabalhou, desde cedo, para contribuir no orçamento familiar. Assim, ele afirma que "pegava marmita no SAPS para uma família que morava na rua Padre Tiago, em São Mateus". Talvez, essa atividade lhe facilitasse o exercício da leitura, na medida em que, tendo que ir ao SAPS para pegar as marmitas, aproveitava a viagem para tomar livros como empréstimo. Affonso não era vizinho do SAPS e, como ele próprio diz, "era uma longa viagem, mas valia a pena". O dizer de Affonso é sintomático daqueles que são acometidos pela paixão da leitura. O sacrifício da caminhada é recompensado por páginas vertidas em viagens, em sentimentos, em diálogo, em reflexão, em aprendizado e aumento da capacidade de compreender, tudo isso, propiciado pela leitura. Ao descrever suas lembranças sobre o SAPS e sua Biblioteca Affonso ressalta:

José Sinfrônio da Silva era operário na Companhia de Tecidos Ferreira Guimarães. Estudante do curso noturno, jantava no Restaurante do SAPS e fazia uso constante da Biblioteca Popular. Recordando como a existência desse espaço de leitura e música contribuiu para seu crescimento intelectual, diz:

> *"Olha! Eu me lembro de ter adquirido alguns livros lá. Eu devolvia, rapidamente, porque tinham aquelas datas estabelecidas em um cartão. Cada um que pegava o livro assinava. E tinha aquele cartão que ficava lá com o nome da pessoa, de onde que ela era, direitinho*" (JOSÉ SINFRÔNIO, ENTREVISTA).

Da entrevista de Leila Barbosa, observa-se que, apesar de ser de uma família com recursos econômicos suficientes para comprar livros, ela fazia uso constante da Biblioteca do SAPS. Pondera, em sua fala, ter observado a busca de livros pelos trabalhadores que, em sua

hora de almoço freqüentavam a Biblioteca Popular (LEILA BARBOSA, ENTREVISTA apud EVANGELISTA, 2007: 160).

Na visão de líderes sindicais, da época, como Élzio Bruni, os trabalhadores obtiveram ganhos materiais e simbólicos, quer com a Discoteca, quer com a Biblioteca Popular. Seu relembrar traz a seguinte fala: "em cima, no primeiro andar, na parte da frente do SAPS, tinha o lugar em que as pessoas podiam se assentar e fazer pedidos para ouvir determinadas músicas" (ÉLZIO BRUNI, ENTREVISTA). Segundo Élzio, havia uma grande diversidade de discos. Acrescenta que, "do lado dessa discoteca tinha a biblioteca com uma coleção muito grande de obras" (ibidem). E conclui: "as pessoas que freqüentavam o SAPS, as que moravam na vizinhança, e os trabalhadores, ao voltarem para casa, subiam lá para ler um livro"(ibidem).

Figura 4
Biblioteca Popular do SAPS/JF

Fonte: Arquivo pessoal Laiz Velloso. Diretor do Serviço de Recreação e Cultura para a classe operária do SAPS/JF

Os dados à luz da teoria

Os pressupostos teóricos de E. Palmer Thompson e M. Bakhtin elucidam a análise dos dados coletados, por terem no movimento dialético da história, um de seus pilares básicos. O que Bakhtin preconiza como o entretecer entre ideologia do cotidiano e ideologia oficial[2], Thompson demonstra ao refletir sobre o evento histórico como fruto dos antagonismos estabelecidos no cotidiano das relações sociais. O processo histórico é constituído nessa arena de contradições em que interagem dominantes e subordinados. As reações das camadas populares aos eventos históricos se fazem de maneiras distintas englobando motins, greves, revoltas, boicotes e até mesmo o silêncio como forma de resistência.

[2] Sobre as quais, pode-se ter maior aprofundamento em BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem,* 1988.

Outra importante interseção entre Thompson e Bakhtin está na ênfase dada ao sentido do discurso característico dos diversos segmentos sociais. Bakhtin mostra como uma mesma palavra pode ter significado diferente de acordo com quem fala (lugar social) e como fala (entonação) advindo daí alterações no sentido do enunciado. Thompson toma como central, a existência de um discurso próprio da classe trabalhadora, após analisar a formação do operariado inglês. Sua reflexão procura demonstrar como os fenômenos sociais se re-significam quando observados à luz da dialética. Assim, o discurso dos trabalhadores constrói-se a partir da crítica à sociedade capitalista no processo do seu fazer-se como classe. Entretanto, esse discurso abarca elementos das interações constituídas socialmente entre operariado, jornais, clubes, sindicatos, classes hegemônicas. Num certo sentido, esse se fazer/desfazer-se da classe abriga vários discursos, por um lado rivais, por outro lado complementares. Nas peculiaridades do contexto histórico um, ou outro desses discursos, se tornou dominante. Tal constatação não implica na inexistência de um discurso proveniente da classe dominada, ao contrário, o que se depreende é a coexistência da interseção de várias falas nos diferentes contextos sociais interagindo em constantes espirais dialéticas. O curso desse raciocínio permite a avaliação do ambiente de leitura, proporcionado pelas Bibliotecas Populares do SAPS, como palco de exercício dialético em um período histórico, em que, o poder centralizador do governo se fazia presente nas atividades sindicais. Em contrapartida, nas atividades sindicais e por entre as brechas estabelecidas por esse mesmo governo, havia locais onde as classes dominadas podiam se reunir, avaliar suas conquista, reivindicar seus direitos. Através da leitura e do contato cotidiano com seus pares, os trabalhadores poderiam estreitar seus laços organizacionais.

Finalizando

Considera-se fundamental analisar os fatos históricos pertinentes à existência do SAPS/JF e os benefícios dele usufruídos pelas camadas populares juizforenses à luz da clarificação feita por Thompson no seguinte excerto: "as generalizações dos universais da 'cultura popular' se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos" (Thompson, 1988: 17). Também é mister, levar em conta, a teoria bakhtiniana de uma intersecção constante, pela via do processo dialético, dos antagonismos presentes no que Bakhtin conceituou como ideologia oficial e ideologia do cotidiano. À estabilidade da ideologia oficial, opõe-se a instabilidade da ideologia do cotidiano, formando ambas o contexto ideológico global da produção e reprodução social. Entende-se, como crucial, essa reflexão na análise dos processos históricos, em que se pretende dar conta de

uma história que não seja vista de cima. Nessa visão da história, as metáforas superestutura e infra-estrutura estão em permanente relação dialética, mediadas pelo signo e pela interação social e essa coreografia produzida, socialmente, propicia a compreensão das especificidades de cada processo histórico. O SAPS/JF e seus freqüentadores são entendidos como um auditório social onde o movimento coreográfico das relações se estabelece entre o eu e o outro pela mediação sígnica dos gestos, olhares, palavras, silêncios, saberes, indícios e representações de um lugar social que merece ser rememorado. Ele representa um espaço de singularidade em que se circunscreveram as atuações da comunidade juizforense em um contexto histórico, dotado de dinâmica e antagonismos específicos, e do qual o que interessa, essencialmente, é o sentido de sua existência. No vai e vem dessa coreografia, buscou-se, entender os modos de ocupação, de deslocamento, de negociação entre camadas populares e administradores públicos, emprestando a essa análise um olhar que não se prenda ao que já está cristalizado, ou sacralizado pela ideologia oficial. Por essas lentes, avalia-se a extinção do SAPS como uma perda de ganhos materiais e simbólicos, para a classe trabalhadora e comunidade local.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem.* São Paulo: HUCITEC, 1998.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940. *Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)* Disponível em < http://www.senado.gov.br/legbras >. Acesso em 26 de março de 2005.

_____ Senado Federal. Decreto-Lei 5.443, de 30 de abril de 1943. *Amplia a estrutura e finalidades do SAPS.* Disponível em < http://www.senado.gov.br/legbras >. Acesso em 26 de março de 2005.

_____Ministério da Previdência Social. Decreto-Lei n.229, de 28 de fevereiro de 1967.*Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)* Disponível em: < http://www.previdenciasocial.br >. Acesso em 05 de julho de 2004.

CASTRO, Anna Maria. *Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política.* Rio de Janeiro: Tese para o concurso de livre docência em Sociologia: Instituto de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, 1977.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. Sede de Leitura: memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2007.

FERREIRA, Jorge Luiz. *A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas.*Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL/PETROBRÁS.*Josué de Castro: por um mundo sem fome.* Almanaque Histórico. Projeto Memória, Mercado Cultural.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituo de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro.

NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida.*História Oral: memória, tempo, identidades*.Belo Horizonte: Contexto, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____*A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, Vol. I.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VYGOTSKY, L. S. *A Construção do Pensamento e Linguagem.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Depoimentos:

BARBOSA, Leila Fonseca, Juiz de Fora, 2006

BRUNI, ËZIO, Rio Novo, 2004 e 2006.

SANT' ANNA, Affonso Romano de, Juiz de Fora, 2005.

SILVA, José Sinfrônio, Juiz de Fora, 2006.

YAZBECK, Fuad, Juiz de Fora, 2005.

Arquivos:

Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora: Jornais "Diário Mercantil" e "Diário da Tarde".

Biblioteca Municipal Murilo Mendes: jornal A Gazeta Comercial

Acervo Histórico – CPDOC - FGV – Rio de Janeiro.

Arquivo de Legislação do Senado Federal e Arquivo de Legislação da Câmara Federal.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Representações do Trabalho Feminino no Mundo de Claudia – Os Afazeres Domésticos x Atividade Profissional (1961-1985).

Maria Paula Costa[1]

Resumo: Este artigo pretende discutir como a Revista Claudia trabalhou com a temática do trabalho feminino, entre 1961 e 1985 abordando questões que incidiram sobre os valores vividos e resolvidos no âmbito familiar, social e cultural.
Palavras-chave: Trabalho feminino - Família - Representações.

Abstract: This article intends to argue as the Revista Claudia worked with the thematic of the feminine work, between 1961 and 1985 approaching questions that had happened on the values lived and decided in the familiar scope, social and cultural.
Keywords: Feminine work - Family - Representations

A temática do trabalho feminino sempre esteve presente nas páginas da revista Claudia, pois suas leitoras deveriam estar preparadas para cuidar da casa, do marido e dos filhos. Desde o início o periódico ressaltou a importância de ensinar e fornecer para as mulheres informações que facilitassem seu cotidiano familiar, através de dicas de decoração, receitas, moda para o marido ou para os filhos e trabalhos manuais.

Já o trabalho feminino fora do lar foi sendo discutido e legitimado de forma lenta e gradual, sem abalar os valores da sociedade de classe média, que muitas vezes via tal questão de forma problemática e questionava como ficaria a estrutura familiar, se a mulher se ausentasse. No entanto a dinâmica social levou essa mulher a buscar sua realização no trabalho fora do lar, e o periódico ressaltou e incentivou, à sua maneira, a mulher a organizar sua vida.

Como afirmaram Sarti e Moraes:

> *Desde o momento em que a procura de um trabalho remunerado tornou-se uma condição de sobrevivência para mulheres de camadas sociais até então capazes de se manterem através do exclusivo sustento financeiro fornecido pelo homem (o marido), a questão do trabalho passou a ser introduzida nas revistas femininas.*
> *(SARTI & MORAES, 1980: 47-48)*

Assim pretendemos mostrar como nas décadas de 60, 70 e 80 o trabalho foi apresentado pelas páginas de Claudia e modificou o discurso da revista no que tange ao comportamento feminino e às relações familiares.

---

[1] Doutoranda em História pela Unesp de Assis e Bolsista Fapesp.

Na década de 60 a temática do trabalho feminino estava, quase toda, restrita ao âmbito doméstico e o trabalho fora do lar representava um problema secundário para as leitoras de Claudia, pois estas não estavam dispostas a saírem para trabalhar nem precisavam reforçar o orçamento doméstico.

No entanto podemos perceber que, já no final dos anos 60, a revista incorpora o assunto na seção "A Mulher Moderna" de Marina Colasanti, num artigo cujo título era "Uma vida maior" defendendo a idéia de que a mulher casada deveria trabalhar fora, pois muitas se escondiam atrás dos filhos e da comodidade que o marido dava a elas. Ressaltava também o preconceito existente com o trabalho feminino fora do lar:

> *A verdade é que, por confôrto e sobretudo por ignorância existem ainda no Brasil preconceitos contra a mulher que trabalha – especialmente a mãe que trabalha – enquanto nenhum preconceito se ergue contra a suave posição parasitária de quem não produz."*
> *"Tôda vez que, levada por meus entusiasmos, defendo em conversas a posição da mulher individualizada por um trabalho extradoméstico, vozes se levantam em tom de quase defesa, contestando o trabalho,"inimigo do lar e da paz doméstica, mania de emancipação que afasta a mulher de seus deveres"".*
> *"As que protestam são, por estranha coincidência, as que não trabalham." [...]*
> *[...]*
> *"E a verdade é que a maioria não gosta. Nas conversas em que mulheres reunidas falam do assunto básico de sua vida – babás, crianças, empregadas -, o tom é sempre lamuriento, há uma murmuração de martírio geral, de holocausto no altar familiar. Entusiasmo nunca!" [...]*
> *"Realmente, é pouco gratificante tirar um pó que sempre volta, varrer onde todos pisam, preparar refeições que somem em poucos minutos, pôr a mesa e tirá-la vêzes sem conta, na realização de um "trabalho que não aparece"".*
> *"Então, por que aferrar-se com tanta fôrça a algo que não satisfaz? Porque não satisfaz, mas garante. Porque tomar parte numa engrenagem social nos torna automàticamente responsáveis por ela, conscientes e, como tais, sujeitos a conflitos mais ampl*os. Porque produzir é uma forma maior de estar vivo – e estar vivo, às vezes, dói. (REVISTA CLAUDIA, setembro 1968: 28)

A partir desse artigo, várias leitoras enviaram cartas sobre o assunto, umas defendendo e outras criticando o trabalho fora do lar. Em dezembro do mesmo ano, e na mesma seção, Colasanti tentou explicar sua posição, já que muitas críticas chegaram à redação de Claudia:

> *Ao falar em trabalho extradoméstico, não estamos necessàriamente nos referindo a horários integrais, nem fora de casa. O trabalho pode ser em horários reduzidos e inclusive desenvolvido no lar. Importante é que seja um trabalho apto a alimentar a personalidade da mulher, a fazê-la sentir-se importante na coletividade, como indivíduo, por um trabalho, êste sim, reconhecido.(REVISTA CLAUDIA, dezembro 1968: 24)*

A discussão se estendeu por alguns números da revista com leitoras que defendiam fielmente que o lugar da mulher era no lar, cuidando da educação dos filhos e da

organização familiar. As queixas se voltaram até mesmo para as empregadas domésticas, que não tinham capacidade de cuidar das crianças, segundo algumas leitoras.

Fica evidente que trabalhar fora de casa ainda era um assunto delicado para boa parcela das mulheres que liam a revista, assim o assunto foi tratado com muita cautela. As seções tinham como princípio aconselhar as mulheres a não abandonarem sua função no lar, pois esta vinha em primeiro plano. A representação da mãe que cuida dos filhos em tempo integral, pelo menos quando pequenos, aparece muito articulada a idéias de necessidade da família. Era necessário que a mãe cuidasse de seus filhos enquanto crianças. Por isso a revista aconselhava a mulher a esperar um pouco mais, até que os filhos crescessem, no entanto estimulava a leitora que esta fosse aproveitando o tempo no lar para estudar, já que distanciar-se da casa e dos filhos, ainda crianças, não era possível.

O estímulo a produzir algo para si, a sair do ócio articulava-se à independência financeira aparecendo como um dos caminhos para a mulher procurar trabalho fora do lar, assim a revista Claudia publicou no final dos anos 60 uma publicidade de uma empresa de crédito, financiamento e investimento:

> *Fivap –Crédito, Financiamento e Investimentos*
> *A Fivap é um símbolo da emancipação feminina: ela provou que obter bons rendimentos não é exclusividade dos homens. Se o homem pode ganhar aplicando dinheiro a mulher também pode. Afinal, os direitos são iguais para todos. Na Fivap a porta dos lucros está aberta para as mulheres inteligentes que querem multiplicar suas economias. A Fivap criou um atendimento especial para a mulher. Basta telefonar e solicitar a visita de uma representante da Fivap ou, se preferir, venha conversar conosco.* (*REVISTA CLAUDIA, junho 1969: 190)*

O discurso da emancipação feminina começa a fazer parte das páginas de Claudia, estimulando a mulher a ter sua independência, afirmando porém que ela deve conciliar suas responsabilidades conjugais e maternais sem prejuízo para sua vida familiar. Trabalhar fora sim, ter seu dinheiro sim, mas sem quebrar com seus valores, essa era a tônica da revista nesse momento. Pois, como afirmou Mello e Novaes:

> *O ideal de felicidade individual já havia penetrado profundamente, provavelmente mais na mentalidade da mulher do que na do homem. O desejo de trabalhar, de independência financeira, convivia, da classe média para cima, com o ideal da "rainha do lar"; um certo inconformismo diante do comportamento sexual dos maridos dados a aventuras caminhava lado a lado com a resignação diante da natureza do homem. (MELLO & NOVAES, 1998:612)*

Na década de 70 o trabalho feminino fora e dentro do lar foi mais focalizado nas páginas de Claudia, no entanto as polêmicas foram evitadas pela revista, que procurou discutir

a temática no sentido de ajudar, colaborar com sua leitora na escolha de um trabalho fora de casa, ao mesmo tempo em que ressaltou a importância do trabalho da dona de casa.

A tônica era conciliar as tarefas, otimizar o tempo e orientar a mulher em profissões ditas pela revista como femininas. Em fevereiro de 1970 a revista publicou que o número de mulheres que trabalhavam fora estava aumentando no Brasil, cerca de vinte por cento das brasileiras desempenhavam uma atividade profissional. Assim Claudia apresentou um roteiro de como começar a procurar um emprego e apontou as dificuldades que a leitora poderia encontrar. Vejamos:

> *Nós pensamos exatamente nisso e corremos as agencias de trabalho, os cursos de formação profissional e aperfeiçoamento, conversamos com gente que entende do assunto em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Brasília, sempre com uma preocupação: ajudá-la a encontrar uma ocupação. E mais. Contar a verdade sôbre o mercado de trabalho e suas chances de sucesso. Mostramos as dificuldades, mas também como superá-las."p.3[...]*
> *"Esteja consciente de uma coisa: ser profissional e dona de casa ao mesmo tempo é uma tarefa delicada. O trabalho, o contato com outras pessoas, a certeza de ser útil são maravilhosos. Mas sua casa deve estar muito bem organizada. Ou, então, você não conseguirá levar o trabalho adiante."p.3 [...]*
> *[...] "Uma coisa é certa: há grande necessidade de mão-de-obra feminina. Ouvimos isso em todos os lugares:* ***precisam de você***.(REVISTA CLAUDIA, fevereiro 1970: 3)

A saída da mulher para o mercado de trabalho foi aceito com a condição de elas não abandonarem seus lares, e uma das alternativas propostas pelo periódico era de conciliar as horas vagas de cuidados com a casa e com os filhos exercendo uma profissão que a dona de casa dominasse.

O trabalho apareceu como uma extensão das atividades desempenhadas no lar. Não fazia parte do discurso de Claudia que suas leitoras assumissem cargos superiores nem invadissem ocupações ditas como masculinas. O incentivo a uma atividade profissional não propunha nenhuma revolução nem possuía o tom que muitas feministas reivindicavam: de direitos iguais.

Em agosto de 1972, Claudia publicou "Uma nova seção para mulheres que querem trabalhar - Você quer trabalhar?". Vejamos a tônica deste artigo:

> *Existem horas, no seu dia, em que você se sente como se nada mais tivesse a fazer, a não ser esperar que os filhos voltem do colégio e o marido, do trabalho? É a hora de reagir, de evitar que o tédio destrua a sua satisfação por já ter cumprido todos os seus deveres de dona de casa. É hora de fazer alguma coisa mais. Anuncie em Claudia, oferecendo-se para trabalhar no que você gosta – desde tricô até tradução de livros – e você poderá sentir-se útil e solicitada."*
> *"Você precisa de ajuda?"*

> *"Aqueles trabalhos que você começou simplesmente para não ficar parada em casa obtiveram uma aceitação inesperada entre os seus amigos, e agora os amigos dos amigos e mesmo desconhecidos já chegam com encomendas. Como não deixá-los em falta, como dar conta de tanto sucesso? Anuncie em Claudia, pedindo ajuda. Sempre haverá alguém com tempo disponível e que entenda do assunto – seja cozinha, ou costura, ou contabilidade – e que poderá trabalhar ao seu lado."*
> *"Um anúncio pode resolver seu problema"*
> *"Claudia oferece-se para publicar, inteiramente de graça, pequenos anúncios de leitoras que desejam se dedicar a algum trabalho, ou solicitar auxiliares para negócios que já estavam desenvolvendo, Nesta nova seção de trabalhos classificados, você poderá encontrar a solução para preencher o seu tempo, conciliando os afazeres domésticos com uma atividade que desperte o seu interesse. (REVISTA CLAUDIA, agosto 1972: 58-60)*

Assim vemos ressaltada a idéia de conciliar *os afazeres domésticos com uma atividade que desperte o seu interesse.* Nesse sentido os trabalhos que passavam a ser anunciados na nova seção eram: acompanhante, governanta, baby citter, costureira, manicure, esteticista, secretária, datilógrafa, redatora, recepcionista, professora particular, assistente social.

No decorrer da década de 70 alguns artigos foram publicados pela revista mostrando algumas profissões que a leitora poderia assumir utilizando o conhecimento que tinha como dona de casa: "A difícil escolha de uma profissão" (agosto de 1975); "Economia doméstica – que tal ser dona de casa com diploma e tudo". (março de 1976); "Nutrição e Dietética agora você pode usar o que aprendeu na cozinha." (maio de 1976); "Você pode fazer da cozinha um bom negócio." (maio de 1979).

A revista também se preocupou em mostrar para suas leitoras como era importante a função de dona de casa e o quanto ela economizava desempenhando atividades que, se somadas, custariam caro para o marido. Concluíram o artigo ressaltando que a esposa podia até não ganhar, mas economizava com certeza. Vejamos:

> *Quanto você ganharia, na sua profissão de dona de casa, se recebesse um salário? Qual a economia dêsse seu trabalho, no orçamento da casa? Ou seja, quanto economiza para seu marido? Veja aqui o resultado surpreendente dessa pesquisa."*
> *"Pois é. Você é uma dona de casa. Quando termina o trabalho, no fim do dia, e se olha no espelho, vê um rosto cansado do que deveria ter, a pele descuidada, os cabelos sem brilho. Você fica triste, sente-se desvalorizada."*
> *"Nada disso! Seu trabalho tem um valor enorme – em média, você trabalha quinze horas por dia. Bem que merece algum tempo para cuidar de sua beleza."*
> *""Mas não dá. Eu sou uma dona de casa, trabalho o dia inteiro, não sobra um minuto. Depois, fica muito caro.""*
> *"Pois é. Você é uma dona de casa, a mulher que trabalha o dia inteiro, e, quando quer alguma coisa, é tão pouco! Será que o seu herói-marido sabe que, no fundo, no fundo você é um verdadeiro tesouro?*
> *""Ué... ele vai dizer que eu não trabalho, não trago dinheiro para casa, sou apenas uma dona de casa.""*
> *"Aí que está. Você não **ganha**. Mas sabe quanto **economiza**? Vamos provar, na base da continha, que você é um grande negócio. Primeiro, veja o que você faz,*

> *todos os dias, se não tem empregada. E, se tem, não esqueça o seu trabalho de supervisionar a organização doméstica, para que tudo ande nos eixos.(REVISTA CLAUDIA, julho 1971: 75)*

O artigo ainda trazia o valor de cada atividade realizada pela dona de casa e depois o quanto ela gastaria se cuidasse da sua beleza em um salão. Conclui que, mesmo gastando consigo, a dona de casa ainda estaria economizando para o marido, bastaria então organizar-se para que sobrasse tempo vago para ela.

A organização do tempo também recebeu destaque em Claudia, ressaltando as várias atividades da dona de casa e fornecendo dicas e truques para a leitora ganhar tempo e conseguir cumprir todas sua obrigações de esposa e mãe. Como afirmou Moraes:

> *Uma mulher que não se ocupe da casa – não importa qual seja a importância do trabalho que exerce "fora do lar" – está sob suspeição, é a culpada de um crime. Pois ser mulher, na concepção tradicionalista de revista do gênero Claudia, é ser, antes de mais nada, dona-de-casa perfeita. Assim, se a mulher quiser garantir sua independência econômica pelo trabalho remunerado, tudo bem, desde que também cuide da casa.(MORAES, 1979:72-73)*

Assim uma atenção especial foi dada para as mulheres que viram no mercado de trabalho um novo lugar de atuação. No entanto, no final dos anos 70, algumas cartas, alguns artigos já deixavam claras as dificuldades encontradas por essa mulher, seja com o marido (no relacionamento), seja com os filhos (a angústia de deixá-los sob os cuidados de outras).

Em maio de 78, Claudia publicou uma carta de uma leitora que pedia ajuda jurídica à seção "Aqui, sobre Lei e Direito", pois ela trabalhava fora e não recebia nenhuma ajuda do marido para cuidar da casa, portanto gostaria de saber sobre os direitos legais da mulher no casamento nas condições dela, de esposa e profissional.

Os impasses vividos pela mulher que saiu para o mercado de trabalho começaram a tomar corpo nas páginas coloridas da revista Claudia, já que estava se consolidando a famosa conciliação das atividades de esposa, dona de casa e profissional. Entramos nos anos de 1980.

Em 1980 o mundo do trabalho extra-doméstico já estava legitimado para Claudia. As leitoras escreviam sobre as dificuldades de realização no trabalho, psicólogas davam orientações profissionais, pois a entrada da mulher no universo profissional abalou valores, gerou preconceitos e idéias que foram problemáticas para as mulheres.

A tônica da revista continuou sendo estimular as mulheres a exercerem profissões em que era possível conciliar a profissão com a vida familiar, assim as sugestões e os

depoimentos de leitoras indicavam quais profissões serviriam para o universo feminino: secretária, professora, ginasta, dançarina, fonoaudióloga, entre outras.

Em 1981 a revista criou uma seção, "Mulher e Trabalho", procurando mostrar um levantamento de várias atividades que a mulher poderia desempenhar, assim como fornecer conselhos práticos de alimentação, maquiagem, idéias para fazer o tempo render sem se esquecer de algo vital, as tarefas domésticas.

Em 1985 as mulheres constituíam 37,3% da população brasileira urbana economicamente ativa e a revista mantinha a prática do discurso da conciliação, de jornadas de trabalhos flexíveis e do papel que a mulher deveria desempenhar como mãe, esposa, dona de casa dedicada e perfeita e profissional bem sucedida.

O trabalho feminino dentro do lar já estava legitimado pela sociedade e constituía o grande papel da mulher, e Claudia desde o início se propôs a ajudar sua leitora nessa tarefa.

A saída para o mercado de trabalho foi tratada pela revista de forma muito cuidadosa, pois, como pudemos perceber na década de 60, muitas leitoras não viam com bons olhos tal prática, por acreditarem que isso alteraria a estrutura familiar.

Nos anos 70 e 80 a revista evitou polêmicas e legitimou o trabalho fora do lar, ao mesmo tempo em que procurou ressaltar a importância da mulher na organização do lar, com o discurso da conciliação dos afazeres domésticos com a atividade profissional.

Um fator que deve ser considerado é que a década de 1970 foi marcada por um período de dificuldades econômicas, o que conduziu muitas mulheres a procurarem nas atividades profissionais um reforço para o orçamento doméstico.

Enfim apreender como a revista tratou a saída da mulher para o mercado de trabalho indica questões que incidem sobre os valores vividos e resolvidos no âmbito familiar, social e cultural.

Referência Bibliográfica

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.* In: NOVAIS, Fernando A.(coord), SCHWARCZ, Lilia. Moritz. (org. vol). **História da Vida Privada no Brasil.** v. 4 São Paulo: Companhia das Letras, 1998.Pp.612.

MORAES, Maria Quartim de. *A "nova" moral sexual das revistas femininas.* In: Mantega, Guido (coord.). **Sexo e Poder.** São Paulo: Brasiliense, 1979. Pp.72-73.

SARTI, Cynthia & MORAES, Maria Quartim de. *Aí a porca torce o rabo.* In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. & ROSEMBERG, Fúlvia. (orgs). **Vivência: História, Sexualidade e**

Imagens Femininas. São Paulo: Brasiliense, 1980. Pp. 47-48.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Werner kaegi: o pequeno-Estado e a crise européia

Cássio da Silva Fernandes*

Resumo:
O historiador suíço Werner Kaegi (1901-1979) é reconhecido como autor da biografia intelectual de seu concidadão e também historiador, Jacob Burckhardt (1818-1897). Neste escrito, Kaegi fundia a personalidade de Burckhardt ao ambiente cultural helvético no século XIX e ressaltava a importância da cultura citadina de Basiléia na vida e na obra de seu biografado. Porém, nas décadas de 1930 e 1940, Werner Kaegi, professor na Universidade de Basiléia, profere uma série de conferências sobre a posição do pequeno-Estado na história da Europa, e conseqüentemente sobre o teor da crise européia no contexto das duas grandes guerras. Analisaremos tais conferências, com o intuito de compreender os influxos de sua concepção política fundamentando o caráter de sua perspectiva histórico-cultural.
Palabras-chave: Werner Kaegi, Estado, historiografia.

Résumé:
L'historien suisse Werner Kaegi (1901-1979) est réconnu comme l'auteur de la biographie intelectuelle de Jacob Burckhardt (1818-1897). Pourtant, entre les années 1930 et 1940, Werner Kaegi, professeur a l'Université de Bâle, presente une série de conférences sur la position du petit-état dans l´histoire de l'Europe et sur le contenu de la crise européenne a l'entre-guerres. L'interpretations rafinée sur la réalité tragique de l'Europe, sur le rôle joué par l'idéal de l'État nacional comme puissance politique, s'approche des leçons de Federico Chabod a l'Université de Milan; s'approchait aussi de encore deux importants historiens: Delio Cantimori, de Pisa et l'holandais Johan Huizinga. Seront analysées les conférences de Kaegi, avec l'objectif de comprendre sa conception politique comme fondament de sa perspective d'histoire culturelle.
Mots-clefs: Werner Kaegi, État, historiographie.

Em julho de 1938, o historiador suíço Werner Kaegi (1901-1979) profere em Lucerna três conferências sobre o tema geral *Die Schweiz in Europa* (A Suíça na Europa). Conferências que ele intitulou *Der Kleinstaat im europäischen Denken* (O pequeno Estado no pensamento europeu).[1] Nessas apresentações, Kaegi analisa o lugar do pequeno Estado tanto no pensamento, quanto na história política européia. Com um discurso em tom quase educativo, o professor de História Medieval e Moderna na Universidade de Basiléia fala a seu público com a lucidez serena e altiva de uma voz que se interpõe ao hegemônico caminho tomado pela política na Europa contemporânea. Nascido em Oetwil am See, cantão de Zurique, Werner Kaegi, que na juventude escrevera uma tese sobre Hutten e Erasmo, conhecia

* Cássio da Silva Fernandes, Doutor em História Social pela UNICAMP, é Professor Adjunto no Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
[1] Tradução livre de KAEGI, Werner. Der Kleinstaat im europäischen Denken. *In:* KAEGI, W. ***Historische Meditationen.*** Vol. 1. Zürich: Fretz & Wasmuth Verlag, 1942, pp. 249-314.

bem os fundamentos do federalismo helvético e seu lugar numa Europa já dominada pelas potências nacionais.

> *Se o suíço quer compreender a posição de seu Estado no mundo histórico [afirma ele, na primeira das conferências de 1938] deverá atenuar as luzes que iluminam a idéia de nação, que somente há um século é determinante na vida européia, e estudar as mais antigas formações políticas afins à sua por gênese e por estrutura.*[2]

E o próprio Kaegi, então, pôs-se a destrinchar, na história do pensamento europeu, as teorias que sustentaram o ideal do pequeno Estado, hegemônico na Europa por cinco séculos, mas dissolvido quase totalmente no século XIX. Sua palestra, como se pode perceber no trecho citado acima, tinha o intuito de esclarecer a seus concidadãos as estruturas históricas sobre as quais se baseia o federalismo suíço, seus fundamentos e seu sentido frente ao mundo contemporâneo. Era a voz de um historiador da cultura, amigo e tradutor do holandês Johan Huizinga, um historiador que, formado pela Universidade de Zurique, participa depois (ainda como aluno) do círculo basileense formado em torno do professor Ernst Walser (1878-1929) – o estudioso de Poggio, de Coluccio Salutati, de Luigi Pulci. Walser, nas primeiras décadas do século XX, era o grande representante da tradição basileense de estudos sobre o Renascimento italiano, estudos que relacionavam, sobre um fundo histórico-cultural, o universo religioso e a prosa humanística, a especulação filosófica e a organização da *vita civile*. Mas Werner Kaegi ficaria conhecido, em especial, por uma obra que consumiu quase todo o arco de sua produção: a biografia intelectual, em 7 volumes, de seu concidadão e também historiador, Jacob Burckhardt (1818-1897). Neste escrito, Kaegi fundia a personalidade de Burckhardt ao ambiente cultural suíço no século XIX e ressaltava a importância da cultura citadina de Basiléia na vida e na obra de seu biografado.

Na década de 1930, no entanto, Kaegi apenas tinha iniciado seu trabalho sobre a obra de Burckhardt. Ele organizara, no quadro da edição das Obras Completas de Jacob Burckhardt, o tomo sobre ***A Cultura do Renascimento na Itália***. O primeiro volume da referida biografia sairá somente em 1947. Porém, os anos 1930 marcam para Kaegi outro encontro fundamental. Entre dezembro de 1931 e julho de 1932, o jovem historiador italiano Delio Cantimori esteve em Basiléia e freqüentou os cursos de História da Igreja na Faculdade de Teologia da universidade local, ministrados pelos professores Ernst Stähelin e Johannes Wendland. Cantimori havia deixado a Scuola Normale Superiore di Pisa, para acessar a experiência européia através de Basiléia, e uma vez ali, iniciar a pesquisa que marca sua

[2] *Idem, ibidem*, p. 257-258.

trajetória intelectual, sobre os hereges e protestantes italianos do século XVI. Fugidos das perseguições religiosas advindas da Contra-Reforma na Itália, os hereges italianos tinham encontrado em Basiléia a atmosfera de tolerância instaurada na cidade pelos ensinamentos e pelo legado de Erasmo. Em Basiléia, os hereges italianos do *Cinquecento* haviam encontrado, além da tolerância religiosa, além do estudo e do ensino na universidade, também o terreno propício para o trabalho nas editoras e daí para a divulgação do humanismo italiano no cenário europeu. É importante lembrar que foi um italiano tornado editor em Basiléia, Pietro Perna (de Lucca), o mediador da divulgação da tradição biográfica humanista da Itália na Europa central, em especial, pela publicação da grandiosa galeria das vidas dos homens ilustres de Paolo Giovio. Foi Pietro Perna também o responsável pela universalização da obra de Maquiavel, editada pela primeira vez em latim (em 1560) exatamente pelo trabalho de tradução realizado no círculo dos hereges italianos emigrados a Basiléia no século XVI. Esses hereges, que Delio Cantimori foi procurar nos arquivos e nas edições basileenses, e cuja pesquisa resultou num livro clássico, ***Eretici italiani del Cinquecento***, interessou também a Werner Kaegi. Para Kaegi, os hereges italianos são exemplo concreto do caráter universalista, europeu, da tradição humanística da cidade, que absorve, no Renascimento, tanto a vertente erasmiana, pela atuação de Erasmo durante anos ali, quanto aquela propriamente oriunda da Itália, introduzida pela via dos humanistas italianos ali acolhidos num momento em que os tribunais da Inquisição soavam ameaçadores os seus sinos e faziam arder impiedosamente as suas fogueiras.

Kaegi havia assumido a cátedra na universidade, em Basiléia, no ano de 1934. Em 1938, nas conferências sobre o pequeno Estado no pensamento europeu, ele expõe suas dúvidas e sua crítica sobre os nacionalismos que atuaram como forças propulsoras na formação dos grandes Estados europeus contemporâneos. Ele busca desnudar os mitos sobre os quais se assentou a idéia da origem quase pré-histórica das singulares individualidades nacionais, que fundamentaram, por sua vez, a base argumentativa das discussões a respeito do Estado-nação durante todo o século XIX. Kaegi, na verdade, chama a atenção para um fenômeno, presente no pensamento histórico e na própria historiografia do século XIX e do início do século XX, fenômeno que serve ainda de sustentação para as ações no campo da política, qual seja: a naturalização da idéia de nação. Ele afirma:

> *A historiografia dos séculos XIX e XX, a despeito dos surpreendentes resultados parciais, é sempre dominada por um conceito fundamental de origem não puramente histórica, mas de filosofia da história, meio biológico, meio filológico: o conceito de nação. De cem anos para cá o mundo se habituou a considerar a história da Europa como uma história de nações. [...]*
> *A idéia de nação, que como conceito histórico fundamental carrega impresso desde o nascimento o defeito da tendência política, provocou na compreensão histórica do homem de cultura europeu um engano não menor do que os decretos pseudo-isidorianos e do que todas as falsificações papais na Idade Média.*[3]

Certamente, Werner Kaegi se refere à idéia de nação do modo como foi gestada no seio do grandioso movimento do espírito que foi o romantismo, onde a nação surge e triunfa como poderosa individualidade natural, dotada de alma própria; nação entendida como um organismo fechado em si mesmo, impenetrável pelos outros, com características permanentes; nação, portanto, como um mundo em si, formado por um processo natural de costumes, de idéias, de moralidade, em resumo, como unidade de espírito. Esta é a nação entendida por ele como um mito da história (e da historiografia) contemporânea. Um mito baseado, ele mesmo diz, numa concepção biológico-filológica, porque fundamentado na idéia da unidade da raça e da língua.

Mas Kaegi entende que tais concepções não se sustentam do ponto de vista da história. Ele constata que nações, enquanto grandezas de importância primária, jamais aparecem no longínquo passado da Europa; que estas formações, quando aparecem no horizonte europeu, não derivam por via direta nem de áreas lingüísticas, nem de raças dos primórdios. As nações, para Kaegi, aparecem na história da Europa como produtos tardios e secundários de um processo prevalentemente político e de natureza extremamente complexa. O que é certo para ele é que "em nenhuma parte da Europa a nação foi o elemento primário e o Estado o elemento derivado"[4].

Ao partir deste ponto, Werner Kaegi pretende desmontar o pressuposto espiritual na formação dos Estados nacionais. Ele desconsidera as doutrinas sobre o Estado ético, que desejaram fazer do Estado a suprema expressão da vida espiritual e moral; ele desautoriza as tendências a fazer do Estado quase uma entidade metafísica, suspensa entre o céu e a terra. É esta certamente uma crítica à idéia de Estado formulada por Hegel, e tão válida tanto na vida política européia, quanto no pensamento histórico ao longo do século XIX. E Kaegi, de fato, atentou para o papel desempenhado pelo conceito de nação no campo da política, mas também no terreno do conhecimento histórico. Comecemos pela historiografia.

---

[3] *Idem, ibidem*, p. 254.
[4] *Idem, ibidem*, p. 256.

Na primavera de 1942, Werner Kaegi ministra em Basiléia uma conferência publicada no ano seguinte sob o título "Ciência histórica e Estado na época de Ranke"[5]. Aqui, o historiador suíço pretende compreender em que medida a experiência política contemporânea interveio na obra de Leopold von Ranke, seja como elemento suscitador de interesse, seja como força perturbadora e vetor de transformação. Ele quer assimilar não apenas como o historiador determina o político, mas também como os acontecimentos políticos influenciam poderosamente a conformação da historiografia de Ranke. Kaegi observa, antes de mais nada, que após a posse da cátedra na Universidade de Berlim em 1836, a idéia das individualidades nacionais e estatais apresentava-se a Ranke como um interesse quase exclusivo. Em outras palavras, Kaegi compreende que, nos anos em que deteve a cátedra em Berlim, entre 1836 e 1867, a idéia de nação sob um ponto de vista político constituiu a base ideal da historiografia de Ranke, a ponto do historiador alemão afirmar nas conferências ao Rei Maximiliano da Baviera, em 1854, que "nenhum Estado jamais existiu sem um fundamento espiritual e sem um contexto espiritual. Na potência em si [continua Ranke] aparece uma essência espiritual, um gênio originário que tem uma vida própria"[6]. Sobre essa passagem, comenta Kaegi:

> *Ele [Ranke] acreditará, como historiador da potência do Estado, ser também historiador do espírito. Em Ranke, neste ponto há realmente um axioma de sua fé mais profunda: aquele da transcendência do indivíduo nacional. A individualidade nacional era concebida essencialmente de um ponto de vista político. Já que ela, porém, na filosofia da história de Ranke tornou-se a representação essencial das idéias, antes a expressão da providência divina, então a história universal do espírito se dissolve numa teoria da potência das individualidades nacionais.*[7]

Dois anos antes, em 1940, dirigindo ao mesmo público de Basiléia uma palestra de título *Entstehung der Nationen* (A origem das nações), Werner Kaegi havia ampliado sua crítica a um conjunto maior de historiadores alemães.

> *A historiografia dos últimos cem anos, mais do que qualquer outra [diz ele], trabalhou sobre a convicção de que fosse sua tarefa descrever aquelas individualidades nacionais interpretadas por Ranke como pensamentos de Deus [...]. Ainda em 1936, Friedrich Meinecke, em suas* ***Origens do Historicismo****, nucleou este conceito de individualidade como a descoberta e o mérito fundamental próprio da historiografia alemã. O que Ranke, em torno de 1836, formulava polemicamente [nos* Diálogos Políticos*], debatendo com o século XVIII, era um programa que daquele momento em diante foi realizado em larga escala, e não somente por ele.*[8]

---

[5] Trabalhamos com a versão italiana, traduzida por Delio Cantimori, de uma seleção de textos e conferências de Kaegi. Cantimori organiza esta seleção sob o mesmo título dado por Kaegi à edição original, acima citada, que se compõe de 2 volumes. Utilizamos a edição em italiano desta conferência por ter sido impossível acessarmos o segundo volume da obra em alemão. KAEGI, Werner. Scienza storica e Stato al tempo di Ranke. *In:* KAEGI, W. ***Meditazioni storiche.*** Bari: Laterza, 1960, pp. 272-315.

[6] Apud. KAEGI, Werner. ***Meditazioni historiche***, *op. cit.*, p. 299.

[7] *Idem, ibidem*, p. 299.

[8] KAEGI, Werner. Entstehung der Nationen. *In:* KAEGI, W. ***Historische Meditationen***, *op. cit.*, pp. 34-35.

Para Kaegi, era um engano considerar a história da Europa como uma história de grandes nações, do mesmo modo em que era um erro imaginar a existência de uma entidade nacional no espírito do povo antecedendo a efetivação política do Estado-nação. Ele acreditava que para o surgimento da unidade nacional concorria muito mais o arsenal de poder de determinado grupo, de modo à unidade de uma nação poder ser reconhecida quase somente na unidade do centro de poder. Portanto, para o historiador suíço, nação é fato político, e jamais encontro espiritual de um povo com sua essência formadora. Para ele, nação é constructo político, no qual muitas vezes concorre o aparato bélico de uma ou outra facção; nação é organização política de um território, é domínio de um grupo sobre os demais, é força coercitiva, porém jamais a efetivação política de um elemento presente na alma européia, qual seja: o princípio nas individualidades nacionais. Este princípio, para Kaegi, representava o grande equívoco sobre o qual a historiografia hegemonicamente tinha se baseado desde o século XIX. A constituição da idéia de Europa, partindo-se do pressuposto da existência natural, original, de potentes unidades espirituais formadoras das nações, continha, além de um equívoco histórico, uma ameaça ao equilíbrio político europeu. Kaegi compreendia que Ranke falhara ao perceber, no ensaio *As Grandes Potências*, uma "restauração" do equilíbrio político na Europa após as guerras napoleônicas. Kaegi observava que a noção de equilíbrio europeu de Ranke assentava-se sobre o princípio das potências nacionais. Nas conferências de 1938, quando pensa sobre a estabilidade da Europa, Werner Kaegi descarta a fórmula rankeana, para lançar o olhar mais ao passado. Ele afirma:

> *Foi um cidadão de uma cidade-Estado italiana, Lorenzo, o Magnífico, a inventar aquela consciente e magistral política de equilíbrio no âmbito italiano, que depois veio transferida para o plano europeu, a fundar a tradição desta idéia, jamais ultrapassada de todo.*[9]

A fórmula política concebida e executada por Lorenzo de' Médici baseava-se na tradição do pequeno-Estado, no poder disseminado nas cidades italianas, e estruturado por alianças entre *statelli*. Sobre uma formação semelhante ancora-se o ideal suíço da confederação, de que falava Kaegi no início da conferência de 1938. E é evidente o interesse de um cidadão suíço, estudioso da história, pelo lugar dos pequenos Estados na história da Europa. Acresça-se a isso o contexto europeu em que tais conferências são ministradas, entre os anos 1938 e 1942. São os anos em que a Europa mergulha no caos da Segunda Guerra Mundial. O ano de 1942 é extremamente dramático para a Suíça, também em particular.

[9] KAEGI, Werner. Der Kleinstaat im europäischen Denken. *In:* KAEGI, W. ***Historischen Meditationen***, *op. cit.*, p. 285.

Corriam os rumores de preparativos de uma invasão das tropas alemãs às cidades helvéticas. Delio Cantimori, no Prefácio à edição italiana das ***Meditações Históricas***, de Kaegi, narra a experiência de sua estadia em Basiléia, naquele momento:

> *[...] do terraço de uma casa na altura que hospeda a Catedral, onde tinha sido o antigo* castrum *e onde tinha havido o Concílio Ecumênico, escutava-se de longe o eco do estampido de bombardeios que no dia seguinte se ouvia dizer ter destruído históricas cidades alemãs às margens do Reno.*[10]

A ameaça à Basiléia provinha do litígio entre as grandes nações e representava, no trágico contexto, uma ameaça à Europa, entendida como unidade civilizacional. Na mesma medida, o foco no papel do Estado na história européia não representava nenhuma proeminência teórica devotada por Kaegi ao elemento Estado. Ao contrário, trata-se de uma crítica ao "Estado ético" hegeliano de origem prussiano-luterana, uma crítica à Berlim bismarckiana, à Alemanha hegemônica. Um crítica lançada de um ponto de vista cosmopolita, basileense, de uma perspectiva suíça, republicana e irônica. Trata-se, de fato, de uma perspectiva realmente européia, que observa, no contexto de crise da civilização, a Europa em suspensão; uma perspectiva que percebe no teor da crise um problema de ordem política, mas também de compreensão histórica: uma incompatibilidade trágica entre a idéia de nação e a idéia de Europa.

Esta perspectiva explica, em grande medida, a amizade de Kaegi com Huizinga e com Cantimori; explica também sua dedicação de toda a vida à obra de Jacob Burckhardt. Suas conferências se unem também à voz de Federico Chabod, o piemontês que nesta mesma época apresenta na Universidade de Milão os memoráveis cursos, depois repetidos em Roma e editados com os significativos títulos de ***L`idea di nazione*** e ***Storia dell´idea di Europa***. Significativamente, todos estes são historiadores da cultura, especialistas no Renacimento e cidadãos de confederações de pequenos-Estados (a Suíça de Burckhardt e Kaegi, a Holanda de Huizinga), ou cidadãos da Itália (Cantimori e Chabod), que apesar de se ter unificado em Estado-nação, permanece desconfortável nesta roupagem, muito mais ligada a suas diferenças culturais internas e a sua unidade marcada por dois pilares de caráter universal: a Roma pagã e a Roma cristã. Em todos estes homens, uma idéia, dentre as que professaram ao longo de suas vidas, prevaleceu: aquela de defesa de uma civilização a que foi dada o nome Europa.

---

[10] CANTIMORI, Delio. Prefazione. *In:* KAEGI, W. ***Meditazioni storische***, *op. cit.*, p. XII.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dois pontos comuns na historiografia da Política Externa Independente

Thiago Pereira Caldas Brum*

Resumo: A partir da análise historiográfica acerca da Política Externa Independente, destacam-se duas correntes principais: uma interpreta a PEI como *ruptura* e a outra como *continuidade* na política exterior que vinha sendo desenvolvida pelo Itamaraty. Pretendemos apresentar dois pontos que constatamos serem comuns a ambas as correntes: teria, a PEI, resultado do processo de deterioração das relações EUA-América Latina e significaria uma continuidade na "diplomacia do desenvolvimento".
Palavras-chave: Política Externa – Relações Internacionais – Desenvolvimento.

Résumé: A partir de l'analyse historiographique de la Politique Extérieure Indépendante, il ressort que l'on peut identifier deux courants principaux: quelques-uns la voient comme une rupture, d'autres comme une continuité de la politique extérieure menée par l'Itamaraty. L'on se propose de présenter deux aspects communs à ces deux courants: la PEI serait le résultat du processus d'épuisement des relations entre les États-Unis et l'Amérique latine et signifierait une continuité de la "diplomatie du développement".
Mots clés: Politique Extérieure – Relations Internationales – Développement.

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado que desenvolvo intitulada "*Ruptura x continuidade: uma abordagem historiográfica da PEI*", orientada pelo Professor Dr. Williams da Silva Gonçalves.

A partir do exame historiográfico da política externa nos governos Jânio Quadros e João Goulart, destacam-se duas perspectivas distintas de interpretação da chamada Política Externa Independente. Para alguns autores a PEI representou uma ruptura, uma mudança de rumo, já para outros, uma continuidade na política exterior que vinha sendo desenvolvida pelo Itamaraty.

A partir das obras de um determinado grupo de autores, com destacados trabalhos sobre o tema, nosso estudo procurou classificá-los em uma das correntes acima descritas e avaliar quais elementos os levaram a perceber a PEI de uma forma ou de outra. Os autores selecionados para a pesquisa foram: Celso Lafer, Clodoaldo Bueno, Amado Cervo, Paulo Fagundes Vizentini, Moniz Bandeira, Pedro Malan, Rubens Ricupero, Fernando de Mello Barreto, Henrique Altemani, Gelson Fonseca Jr, Williams da Silva Gonçalves e José Flávio Sombra Saraiva.

---

* Mestrando em História Política e Especialista em História das Relações Internacionais, PPGH-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsa financiada pela CAPES.

Percebe-se, apesar das diferenças, dois pontos comuns a ambas as correntes de pensamento. Primeiramente, assim como ocorrera em outros países do continente americano que buscaram uma política externa mais independente de Washington ao longo dos anos 50-60, considera-se que a PEI resultou do processo de desgaste entre os interesses antagônicos envolvidos na relação Estados Unidos-América Latina.

O segundo ponto refere-se à continuidade do que Rubens Ricupero denominou *diplomacia do desenvolvimento*, isto é, a busca, no meio externo, de insumos para a consolidação do projeto nacional-desenvolvimentista.

Em relação ao primeiro, podemos destacar que com a proximidade do término da II Guerra, a idéia de criação de organismos multilaterais de estados ganhou maior destaque nas relações internacionais. Na América, pensou-se em uma organização que integrasse todos os países do continente, formando um bloco hemisférico.

A construção do sistema interamericano em torno da idealização pan-americana passava por duas perspectivas históricas distintas, cada uma correspondendo a diferentes campos de interesse dos estados. A primeira era o *bolivarianisno*, que se vinculava às questões de humanidade e desenvolvimento da região, e se fazia presente na proposta de integração dos países latino-americanos. A segunda concepção, o *monroeismo*, correspondia às questões de segurança do hemisfério, atendendo mais especificamente aos interesses de segurança nacional norte-americanos.

De fato, o processo de institucionalização das relações entre os países americanos, por meio de foros regionais multilaterais, correspondeu às mudanças de concepção dos EUA a respeito do perímetro de segurança de seu próprio território.

A interdependência entre os países do continente, dos tempos da guerra, cedeu lugar à tranqüila dominação política, econômica e ideológica dos EUA. Isso facilitou a almejada instituição de mecanismos de controle hemisférico, a fim de evitar, futuramente, possíveis investidas de outras nações que interferissem nos interesses norte-americanos na região.

Sem grandes dificuldades e resistências, e ocupando um papel marginal nos interesses geopolíticos norte-americanos, a institucionalização do sistema de poder de Washington na região desenvolveu-se em dois movimentos complementares que estabeleceram o Tiar, primeiramente, e a OEA, *a posteriori*.

Uma diferença diametral, entretanto, marcava as posições dos estados subdesenvolvidos e da grande potência do norte nas relações panamericanas. Os primeiros objetivavam captar, através do alinhamento ao segundo, recursos para consecução de seus

respectivos projetos de desenvolvimento, pautados por políticas nacionalistas. Para os países da América Latina, a melhor maneira de se atingir o desenvolvimento era por meio da industrialização e da consolidação e proteção do mercado interno. Postulavam, então, a intervenção estatal e ansiavam que os EUA assumissem o papel de fonte de recursos para os grandes empreendimentos necessários, através de empréstimos de governo a governo.

Os EUA, por sua vez, mais interessados nas questões geopolíticas da região, seguiam, no campo econômico, os pressupostos neoliberais. Almejavam apenas manter sua posição privilegiada, consolidada durante a guerra. Insistiam, em última análise, que se seguissem os princípios consagrados em Bretton Woods.

A oposição e conflito destes propósitos ficaram patentes e caracterizaram as negociações da Conferência de Chapultepec, já em 1945. A relação América Latina-Estados Unidos era marcada, desta forma, por duas posições antagônicas inconciliáveis, que ao longo da década de 50 chocar-se-iam.

Merece destaque, ainda, a suposição de que a postura norte-americana tenha estimulado os países da região a procurarem novas alternativas para os projetos nacionais de desenvolvimento, principalmente fontes de bens de capital, à revelia dos interesses de Washington. Neste momento, o cenário mundial dos primórdios da distensão se mostrava favorável a essa busca, levando à crise de hegemonia dos Estados Unidos no bloco ocidental.

Com a negligência da Casa Branca, em relação às reivindicações desenvolvimentistas latino-americanas, e o apoio oferecido a uma série de ditaduras no continente, instalou-se um descontentamento generalizado na América Latina. A política dual de Washington, a qual prenunciava a 'boa vizinhança' mas praticava o 'grande porrete', gerou severa hostilidade por parte das populações ao sul do rio Grande.

O episódio emblemático do processo de desgaste das relações EUA-América Latina foi a conturbada viagem de Nixon a alguns países sul-americanos, em 1958. Considerando-se que os governos da América Latina ainda mantinham certo alinhamento e acato às diretrizes políticas de Washington, as manifestações durante a excursão do vice-presidente demonstravam, também, a insatisfação das populações locais para com os seus governantes. Diante de tal quadro, tanto por conta de fatores externos, bem como por *forças profundas* endógenas, muitos governos se viram pressionados a mudar os rumos de sua política externa.

O resultado ao alheamento norte-americano foi, de fato, a formulação de políticas nacionalistas e reformistas, que colidiam frontalmente com os interesses de Washington. A tranqüila dominação do pós-guerra mudara radicalmente no contexto panamericano de final

dos anos 50. Os Estados Unidos, contudo, não tinham a intenção de alterar a natureza de suas relações com os países do continente. O que ficou bastante claro após o lançamento, e fracasso, da Operação Panamericana, promovida pelo presidente Kubitschek.

Internamente, a formulação da Política Externa Independente respondia às pressões nacionalistas da sociedade civil e política, que processavam uma série de transformações desde os anos 30. Parcelas cada vez maiores da população tomavam consciência da importância da política exterior e, desta forma, novas forças pressionavam o governo no sentido de alterar as diretrizes políticas da atuação externa.

No âmbito exterior, quando o Itamaraty passa a defender os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, a diplomacia de Brasília respondia, de fato, à postura norte-americana no campo das relações econômicas que não satisfaziam aos anseios brasileiros. Assim sendo, o país fincava os alicerces de uma formulação política para buscar, independentemente, o desenvolvimento, sem os riscos de uma intervenção norte-americana.

Os dois níveis de análise exprimem, em última instância, a concepção de que a PEI, que buscava o desenvolvimento, inseriu-se no contexto de deterioração, e conseqüente confronto, entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. De acordo com Hélio Jaguaribe, "*no plano de sua formulação a política desenvolvimentista é incompatível com um americanismo incondicional*" (JAGUARIBE, 1958:223).

Todos os autores analisados em nossa pesquisa consideram que a Política Externa Independente resultou, de forma ou mais ou menos específica, deste processo de desgaste das relações EUA-América Latina.

O segundo tema comum às duas linhas de interpretação da PEI se relaciona à consolidação de uma política externa com o objetivo de atender às demandas desenvolvimentistas do país.

Inaugurada na primeira passagem de Vargas à frente do estado brasileiro, a captação externa de instrumentos para a consecução do projeto de desenvolvimento nacional era o vetor das relações exteriores do país. Como resposta às transformações sistêmicas da década de 30 e às mudanças em curso na estrutura sócio-produtiva do país, o Brasil encetara, através do modelo de substituição de importações, um duplo processo de urbanização e industrialização. Novas forças sociais ascenderam, demandando uma nova conjuntura política e novos interesses nacionais.

Tais transformações se fizeram sentir no campo da política exterior, como não poderia ser diferente. Assim sendo, a década de 50 fora marcada pelo sucessivo rompimento

com modelo aristocrático-cosmopolita de nossa atuação externa, voltada para agroexportação, e que remonta às origens do período republicano.

No processo de redefinições de políticas e interesses, para alguns estudiosos, a Política Externa Independente estabeleceu uma ruptura com as práticas diplomáticas anteriores; para outros, não passou de mais um passo no aprofundamento da atuação chancelar desenvolvimentista. As duas correntes interpretam, contudo, a PEI como uma continuidade na *diplomacia do desenvolvimento*.

O fato de ambas as correntes pensarem da mesma forma, principalmente os adeptos da *ruptura*, em se tratando de um aspecto de continuidade, configura aparentemente um paradoxo. Não podemos deixar de considerar, entretanto, que: *a)* nenhum processo que envolve mudanças e rupturas ou continuidades é total. Isto é, quando há ruptura, elementos de continuidade são percebidos, e a recíproca é verdadeira; *b)* em conseqüência, a posição de um autor que estuda a Política Externa Independente varia de acordo com o ponto que ele toma como sendo objeto principal de seu trabalho e a perspectiva utilizada em sua análise. Desta forma, a categorização de um intelectual em alguma das duas correntes depende do olhar que ele lança sobre o objeto.

Cabe mencionar que percebemos, ao longo da pesquisa, duas perspectivas de se lançar ao estudo da Política Externa Independente: a perspectiva política ou diplomática e a perspectiva econômica.

A primeira engloba aspectos mais pontuais da atuação diplomática, em geral características políticas, tais como: relação Brasil-Estados Unidos; política brasileira para os países africanos; respostas da chancelaria do Brasil às mudanças sistêmicas; reflexo na diplomacia dos debates internos; pragmatismo na atuação exterior, etc.

A perspectiva econômica, por sua vez, volta-se prioritariamente para os fins da política exterior do Brasil. Isto é, enfatiza o objetivo básico para o qual orientou-se a Política Externa Independente, e subordina, desta forma, as demais considerações ao campo econômico-financeiro.

Compreendemos que é a preeminência conferida a uma destas perspectivas que leva um autor a interpretar a PEI como uma continuidade ou uma ruptura.

Em geral, os autores que privilegiam a perspectiva política foram interpretados como adeptos da corrente de ruptura. Já os que ressaltam o econômico, foram categorizados como partidários da continuidade. O que nos leva a crer que a PEI pode ser caracterizada como a busca de suporte ao projeto de desenvolvimento, iniciado nos anos 30, só que por

meios inovadores, formulados no início dos anos 60, atendendo à nova conjuntura internacional e às mudanças estruturais nacionais.

É interessante observar que o estudo de Lafer prioriza a perspectiva política - a atuação pragmática da chancelaria brasileira. A idéia do autor é, entretanto, a de continuidade na formulação da PEI. Percebemos que este dado é decorrente do aspecto de a atuação pragmática vincular-se, neste período, exclusivamente ao objetivo nacional-desenvolvimentista. O pragmatismo é enxergado, pela maioria dos autores, como a expressão política da diplomacia do desenvolvimento, tanto à época da PEI como em Vargas e Kubitschek.

Relativamente ao período em que vigorou aquilo que Amado Cervo define como Paradigma Desenvolvimentista, os autores da continuidade não deixam de fazer referência ao aspecto pragmático da diplomacia brasileira, enfatizando o processo de retomada do pragmatismo interrompido no imediato pós-guerra.

Em muitos trabalhos desta corrente, como os de Vizentini, Bandeira e Malan, pode-se confundir, inclusive, se o objeto principal de estudo é o pragmatismo ou o objetivo nacional-desenvolvimentista. Isto porque, mesmo quando o objeto é de ordem política, a perspectiva de se lançar ao seu estudo pode ser econômica.

Este é o caso do trabalho de Clodoaldo Bueno que tem como proposta analisar as relações Brasil-EUA, principal eixo de relacionamento externo de nossa política exterior naquele período. Apesar de tomar como objeto um aspecto político da diplomacia do Brasil, sua análise privilegia o atendimento às demandas do nacional-desenvolvimentismo, o que representa um estudo político sob perspectiva econômica.

O mesmo se aplica à obra de Vizentini, na qual o autor aborda o processo de retomada do pragmatismo, expresso na prática de barganha, desde o segundo governo Vargas. Porém, com uma perspectiva econômica, destaca, através do desenvolvimentismo, a existência de uma linha de continuidade na busca de nova inserção internacional para o Brasil, na condição de país desenvolvido. Assim sendo, Vizentini interpreta que a PEI, mesmo introduzindo novos elementos à diplomacia de Brasília, não rompeu com o 'fio condutor' deste período: a obtenção de meios, através da diplomacia, para a consecução do projeto nacional de desenvolvimento.

As perspectivas política e econômica não são excludentes entre si. Ao contrário, como salienta René Girault, política e economia estão tão intimamente relacionadas que muitas vezes parecem indiscerníveis.

Desta forma, em vários pontos do estudo sobre a Política Externa Independente, encontra-se posições de um autor da corrente da ruptura mais próximas das de um adepto da continuidade do que das de outro da mesma corrente. É o caso da visão de Vizentini - partidário da continuidade - sobre o impacto das transformações do sistema internacional na formulação da PEI. A interpretação do autor é mais próxima de autores como Gonçalves e Altemani - pertencentes à linha da ruptura - do que da visão de Lafer e Bueno, adeptos da continuidade.

Os primeiros defendem que o conflito Leste-Oeste limitava as oportunidades no campo das relações internacionais brasileiras, assim como o pensava San Tiago Dantas. Já os segundos, contrariamente, enxergam na Guerra Fria estrita uma margem para manobras diplomáticas, a exemplo do que fizera Vargas com a eqüidistância pragmática nos anos anteriores à Segunda Guerra. Crêem que a Crise dos Mísseis, ao consolidar o confronto Leste-Oeste na América tornou viável a Política Externa Independente, por um curto instante.

Como não poderia ser diferente, há divergentes suposições acerca de um mesmo ponto. Saraiva e Gonçalves, por exemplo, consideram que a PEI encetou uma ruptura na política brasileira voltada para os países africanos, ao passo que Clodoaldo Bueno crê que a mudança não passou do campo retórico. Alguns autores consideram a abstenção brasileira, na VIII Reunião de Consulta de Chanceleres para decidir a expulsão de Cuba do sistema interamericano, uma prova do desalinhamento aos EUA. Outros, contudo, enxergam a abstenção como prova de que o Brasil continuava não se opondo às posições de Washington. As diferenças baseadas em distintas interpretações são o imperativo do trabalho historiográfico.

Há demasiadas questões em que as opiniões são divergentes. Em relação à diplomacia do desenvolvimento, entretanto, há consenso. Mesmo os que definem a PEI como ruptura, reconhecem que o objetivo da diplomacia brasileira continuara o mesmo: obter recursos para o projeto de desenvolvimento nacional.

Por fim, podemos definir estes dois pontos nos estudos que envolvem a Política Externa Independente – a inserção no processo de deterioração das relações EUA-América Latina e a continuidade da diplomacia do desenvolvimento – como elementos comuns não só às duas correntes, mas, isto sim, a todos os autores por nós abordados.

Referências bibliográficas:

ALTEMANI, Henrique. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1989.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de histótia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil: 1912 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BUENO, Clodoaldo. *Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964)* In: ALBUQUERQUE, J.A.G. *Sessenta de política externa brasileira (1930- 1990)*. v.III. São Paulo: Cultura Editores/Nupri-USP, 2000.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática,1993.

CERVO, Amado. *Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. In RBPI, Ano 46, Nº 02, 2003.

FONSECA JR. Gelson. *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GONÇALVES. Williams da Silva. *O Realismo da Fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

MALAN, Pedro Sampaio. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In FAUSTO, Boris (Org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura*. Tomo II do HGCB. São Paulo, 1984.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina.* São Paulo: Contexto, 1991.

LAFER, Celso. *Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil*. In LAFER e PEÑA. *Argentina e Brasil no sistema das Relações Internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

VIZENTINI, P. G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: sessenta anos de uma relação triangular*. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. *Sessenta de política externa brasileira (1930- 1990)*. v.I. São Paulo: Cultura Editores/Nupri-USP, 2000.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África – A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: UnB. 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

D. Frei Tello e o sínodo bracarense de 1281

Teresinha Maria Duarte*

Resumo: D. Frei Tello, frade dotado de sólida formação teológica, havia sido leitor no convento de São Francisco de Burgos e provincial de Castela, quando foi indicado, em 1278, pelo papa Nicolau III para o arcebispado de Braga, o maior posto eclesiástico, no reino de Portugal. A escolha papal levava em conta, também, as habilidades diplomáticas de D. Fr. Tello, já provadas quando mediou partes beligerantes, no reino de Castela. Entre o Reino português, a Igreja e o clero português, acontecia um longo conflito que remontava a 1267, no reinado de D. Afonso III, por conta de um interdito. O relacionamento entre as partes piorou na década de 1270. D. Tello encontrou esta situação, quando assumiu a sua diocese. Enquanto trabalhava junto ao novo rei, D. Dinis, para estabelecer uma concórdia, preparou e realizou, em Braga, no ano de 1281, um dos mais importantes sínodos ocorridos, na Idade Média Portuguesa.
Palavras chaves: Cristianismo, Franciscanismo, Portugal Medieval

Abstract: D. Frei Tello, frather endowed with solid theological formation, had been reading in the convent San Francisco of burgos and provincial of Castile, when it was indicated, in 1278m for the Pope Nicolas III for the archbishop of Braga, the biggest ecclesiastical rank, in the kingdom of Portugal. The papal choice led in account, also, the diplomatically abilities of D. Frei Tello, already proven when itl mediated belligerent partes, in the kingdom of Castile. Between the Portuguese kingdoms, the church, and at the Portuguese clergy happened a long conflit that retraced the the 1267, in the reign of D. Afonso III, for account of the interdict. The relationship between the parts got worseom the decade of 1270. D. Tello found this situation, when he assumed its bishopric. While he worked together to the new king, D. Dinis, to establisc a concord, prepared and realized, in Braga, the year of 1281, one of the most important occurred synod, in the Portuguese average age.
Key words: Cristianisty, Franciscan, Medieval Portugal

D. Frei Tello, frade franciscano de Castela, em 6 de abril de 1278, foi indicado para arcebispo de Braga, o maior posto eclesiástico, no reino de Portugal. De acordo com Victor Henriques, tratava-se um prelado dotado de uma sólida formação teológica, pois fora leitor no convento de São Francisco de Burgos e tratava-se, também, de uma pessoa dotada de habilidades diplomáticas, as quais exercitou mediando partes beligerantes, no reino de Castela. Em suma, para Victor Henriques,

> *(...)o provimento de D. Tello obedecia a um plano pré-estabelecido, de tentar encontrar uma personalidade eclesiástica, à altura, de solucionar as tão arrastadas questões de litígio, entre a coroa lusitana, o clero português e a Santa Sé. Com efeito, o facto de o Romano Pontífice ter ordenado a Frei Tello que se deslocasse a Roma, afim de o sagrar ali, deixa transparecer dalgum modo, que Nicolau III desejava preparar o novo prelado para o reatamento das conversações com el-rei D. Dinis, a fim de ser alcançada a concórdia* (HENRIQUES, 1994: 258-259).

* História UFG/CAC

De fato, a escolha de D. Frei Tello foi uma escolha estratégica. Ocorria um longo conflito entre a Igreja, a Coroa e o clero portugueses, situação que se arrastava desde 1267 – ao tempo de D. Afonso III – quando o arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldes e os bispos do Porto, Coimbra, Guarda, Viseu, Lamego e Évora lançaram um interdito sobre o reino e apresentaram ao Papa Clemente IV uma lista de 42 artigos nos quais acusavam o *Rei "de violências na administração civil e de atentado contra as liberdades eclesiásticas"* (ALMEIDA, s/d:189) .

As relações entre a Igreja, o Rei e a Coroa, em Portugal, tenderam a piorar, na década seguinte, ainda em conseqüência daquele interdito lançado, em 1267. Por conta daquele incidente e por não se encontrar uma solução para os abusos, em 1274, o papa Inocêncio V teria enviado a Portugal Frei Nicolau Hispano, Menor, com a Bula *De Regno Portugaliae,* do papa Gregório X, seu predecessor, destinada a D. Afonso III.

Naquela Bula, o Papa defendia os bispos e outros eclesiásticos das perseguições infligidas pelo Rei. Fazia um histórico das perseguições sofridas pela Igreja, em Portugal, ao tempo de D. Afonso II, pai de D. Afonso III, e D. Sancho II, seu irmão; lembrava a D. Afonso III, da sua disposição em proteger a Igreja, quando ainda era Conde de Bolonha; e, no momento, a quebra do compromisso. Mandava-lhe que refizesse o juramento, ratificando o que havia feito em Paris, em 1245, de acordo com as resoluções contidas nas Bulas dos papas Honório III e Gregório IX.

Naquela Bula, ainda, o Papa ordenava para que não se consentisse que o clero fosse vexado e que se desse liberdade aos bispos, para entrarem e saírem do reino. O não cumprimento daquelas determinações ou a sua demora acarretaria em penas de interdito local, interdito geral e excomunhão. Também, ameaçava o Rei com a quebra do juramento de obediência dos seus vassalos e até a sua deposição do trono real.[1]

---

[1]. Frei Manoel da Esperança, na *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal, II.* Lisboa. Officina Craesbekiana.1666. Parte II. 11, fala que Gregório X teria incumbido a seu núncio, Frei Nicolau, de transmitir a D. Afonso III as mesmas penas previstas na Bula *De Regno Portugalie.* O autor dá notícias da entrada desse núncio papal, em Portugal, no ano de 1275. Poderia se pensar que, dadas as condições do tempo, uma bula emitida em começo de setembro de 1274, só viesse a entrar, em Portugal, juntamente com o seu executor, alguns meses depois, no que já seria 1275; entretanto, em estudo recente, Maria Alegria F. MARQUES. *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279).* Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. Coimbra. 1990. pp. 404-406, se debruçou sobre um documento do Arquivo Distrital de Braga e publicado como apêndice, em sua tese – que ela considera a "constituição *De Regno Portugallie"* – o referido documento foi datado em 4.9.1275 e tem um conteúdo semelhante à Bula já mencionada. Este documento estudado pela autora em questão, teria sido redigido por Isembardo de Pecorara e não teria entrado em Portugal pelas mãos de Frei Nicolau – como quis Esperança – mas segundo a autora teria sido trazido pelos emissários do rei na Cúria Pontifícia e teria sido considerado pela corte de D. Afonso III, como *"ordinationem diabolicam",* porque destruía "*a favor do clero, o equilíbrio instável em que, apesar de tudo, o rei ia dominando, no meio da procela".*

Como a legacia de Frei Nicolau Hispano, junto a D. Afonso III, coincidisse com a morte do papa Inocêncio V e seus sucessores, no papado, tiveram pontificados efêmeros, D. Afonso III procurou ganhar tempo. Em 13 de setembro de 1276, foi eleito o papa João XXI – o português Pedro Hispano. D. Afonso III esperava que, sendo português, o Papa abrandasse as ordenações de seus predecessores, enquanto continuava a evadir-se de encontros com o Núncio ou de assinar qualquer resolução.

Em março de 1277, cansado de tanta dilação, Frei Nicolau avisou ao Soberano português que incorria nas penas do decreto de Gregório X; tomou certidão, junto às pessoas eclesiásticas, do quanto havia feito e de como o Rei se mostrava avesso a qualquer compromisso, e se pôs a percorrer as principais localidades do País, publicando a bula papal.

A 6 de outubro, daquele ano, em novo encontro com D. Afonso III, Frei Nicolau voltou a insistir com o mesmo, diante dos infantes, de seus altos funcionários, para que lhe desse o documento, conforme o exigido na bula de Gregório X, o Rei mais uma vez se esquivou, alegando que era intenção do papa João XXI abrandar a ordenação de seu predecessor.

O Núncio apenas o advertiu de se deixar conduzir por conselheiros que lhe induziam em erro, enganando-se mutuamente com estas promessas de misericórdia. Ele, por sua vez, só conhecia o documento de João XXI que lhe mandava cumprir as ordenações de Gregório X. Desta forma, Frei Nicolau deu por concluída a sua legacia, em Portugal, a qual deixou como saldo: "(...) *um país interdito, um rei excomungado, os súbditos desligados do juramento de fidelidade e da homenagem ao rei (...)"* (MARQUES, 1990:413).

Embora, os tempos não fossem mais os mesmos de Gregório VII e de Henrique IV ou mesmo de Inocêncio IV e de D. Sancho II, em que as relações senhor\vassalo fossem tão afetadas, com semelhante situação, verdade é que permanecia um mal-estar, com aquelas questões pendentes e por tempo indeterminado, mesmo porque, em 1277, o papa João XXI morria e para a eleição de seu sucessor, o papa Nicolau III, foram-se bem uns seis meses. Da sua eleição à morte do Monarca português, em 1279, conforme Marques, não houve qualquer tentativa de reconciliação, nem de uma parte nem de outra (Cfr. p. 413).

Assim, o reino continuava sob interdito e o Rei excomungado e, assim, haveria ainda de permanecer por um bom tempo, no reinado de D. Dinis, seu sucessor.Conforme Frei Fernando Félix Lopes, em Portugal, imperava um panorama sombrio: "*Sobre o reino pesava o interdito, mudos os sinos, fechados os templos sem cerimônias nem culto, como se Deus estivera ausente de Portugal e Portugal fora da Igreja e cristandade. O rei excomungado e desatado o juramento que a ele prendia os súbditos".* (LOPES, 1997:186-187).

Uma situação de sofrimento e de desconsolo para a população, em uma sociedade aonde a religião era o lenitivo para todas as situações. Foi esta a realidade que D. Frei Tello encontrou quando tomou posse do Arcebispado de Braga, provavelmente depois de 1279 – ano que D. Afonso III faleceu e que D. Dinis começou a governar, junto ao qual passou a trabalhar buscando solucionar a questão religiosa, em Portugal, que vinha de longa data. D. Frei Tello seguia *pari passu* os esforços do rei para o estabelecimento de uma concordata que permitisse a retomada da vida religiosa e cultural das gentes portuguesas.

Embora seja verdade que D. Dinis desejava e se esforçava, junto à Santa Sé, para levar a bom termo a resolução daquela ignominiosa situação em que se encontrava o seu reino e suas gentes, havia situações de âmbito doméstico que foi solicitado a responder, como foi o caso de dar cabo ao conflito provocado pelo infante D. Afonso, seu irmão, em 1280, bem como a realização do seu casamento. E os casamentos reais, como é sabido, são estabelecimentos de alianças.

O conflito iniciado pelo infante D. Afonso, irmão do rei, aconteceu quando aquele, *"resolveu muralhar a sua vila de Vide e ampará-la com torre"* (LOPES, 1964: 197). Depois de advertir o irmão que não prosseguisse com tal empresa, em abril de 1281, D. Dinis "*caiu com o exército sobre Vide"* (LOPES, 1964: 198). Situação que, naquele momento e para o futuro faria periclitar a paz, em Portugal e na Península.

Ademais, por esta mesma ocasião, estava sendo arranjado o casamento do jovem rei português, D. Dinis, com D. Isabel, infanta de Aragão, a filha mais nova de D. Pedro III, o Grande, e de D. Constança.[2]

Neste meio tempo, em que questões internas ao reino, eram cuidadas por D. Dinis, o novo Primaz de Braga realizou uma *"visita pastoral à sua diocese, e uma vez confrontado com a realidade da mesma, D. Frei Tello decide convocar a sínodo, todo o clero e demais beneficiados do arcebispado"*(HENRIQUES, 1994: 261). O referido sínodo, o mais antigo e conhecido daquela arquidiocese, teve início no dia 5 de dezembro daquele ano de 1281.[3]

---

[2]. De acordo com Fernando B. LEITE. *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel.* Coimbra. InforGilles – Processamento e Artes Gráficas. 1993. p. 27-28, Isabel seria a sexta filha do casal D. Pedro de Aragão e D. Constança. Seu pai, D. Pedro era filho de D. Jaime O Conquistador e de D. Violante, filha de André, rei da Hungria, e irmã de Santa Isabel de Hungria. O ano de seu nascimento foi o de 1271..

[3]. António GARCIA Y GARCIA. *Synodicon Hispanum.* Madrid. Biblicoteca dos Autores Cristianos. MCMLXXXII. p. 10, fez o seguinte comentário acerca daquele sínodo: "*O sínodo constitui, pois o mais venerando testemunho de legislação sinodal bracarense. Daí o seu interesse especial. Além disso, o conteúdo do documento reveste a mais alta importância para a história da época, não só religiosa, mas também social. Por ele se pode avaliar o zelo pastoral de D. Frei Tello, preocupado principalmente com a cultura e formação moral do clero, com residência nas igrejas a que cada um estava adscrito, com a conservação dos bens beneficiais e dos direitos da Sé bracarense. São 49 as constituições promulgadas neste sínodo de 1281".* Outros sínodos aconteceram, em Portugal, antes, durante e depois do interdito, mas nenhum teve o alcance do sínodo bracarense de 1281.

Naquele sínodo, em 49 constituições, calcadas em concílios anteriores, especialmente o IV Lateranense – e até nos escritos de São Francisco, como analisa Victor Henriques –[4] transparece o zelo pastoral do novo primaz. Em primeiro lugar, aparece a preocupação com a formação intelectual do clero, nas constituições de número 1, 2, 3, 4 e 28.[5] Na seqüência, está o cuidado com a moral do clero – sobretudo a continência – e com o patrimônio da Igreja: o combate ao nicolaísmo, ao concubinato, ao nepotismo, à embriaguez e outras formas menos condignas de comportamento, como se pode ver nas constituições número 5, 6, 7, 8 e 36.[6]

Corrige o mau costume de acúmulo de benefícios; impõe a necessidade da residência na igreja paroquial e esclarece as condições em que um clérigo pode se afastar de sua paróquia – sendo que a não obediência destas constituições ou a não observância do dever de residência poderia acarretar na perda dos benefícios – conforme as constituições de número 10, 16, 17 e 21.[7] Combate a simonia, pelas constituições de número 13, 23 e 44.[8] Zela pela integridade dos bens eclesiásticos, como se vê nas constituições 18, 19, 22, 41, 45 e 46.[9]

A legislação sinodal continuava ora corrigindo vícios e maus costumes, ora animando na prática das virtudes. Assim, procurava reformar a sociedade, condenando os matrimônios clandestinos, o incesto, o adultério e a usura, bem como a consulta a adivinhos, de acordo com as constituições 14, 15 e 35.[10]

Aconselhava ao clero e aos religiosos a prática da hospitalidade, da simplicidade, a vida pobre e pacífica, conforme as constituições 27, 30, 31, 37, 38, 39, 42 e 43.[11] Mandava ter

---

[4]. A este respeito conferir Víctor HENRIQUES. "D. Frei Tello Arcebispo-primaz de Braga e a Eucaristia (1278-1292)". *Itinerarium,* XL (1994), especialmente as páginas 269-270; 272 e 275-276. Assim, para o autor, o Prelado bracarense, baseado na sua formação e vivência franciscana incitava o seu clero a praticar, ainda que de forma mais moderada, as mesmas virtudes.

[5]. Cf. Antonio GARCIA Y GARCIA. *Synodicon Hispanum. Op. cit.* pp. 11-12 e 19 "1. *Quod omnes beneficiati debeant tantum quod latinis uerbis sciant loqui";* 2. *De beneficiis habendis;* 3. *Quod nullus in cathedrali ecclesia admittatur ad quorum <nisi> primam tonsuram habeat;* 4. "*Quod nullus promoueatur ad sudiaconatus ordinem nisi latinis uerbis sciat loqui; e* 28. *Quod clerici filios secum non habeant".*

[6]. Idem. pp. 12-13; e 21. Constituições: 5 *"De concubinariis";* 6 "*De concubina";* 7 "*Quod soboles clericorum" non succedant in bonis paternis";* 8 *"Quod clerici filiis in morte nom possint donare vel logare";* e 36"*Quod crápula et ebrietate omnes clerici abstineant".*

[7]. *Ibidem*. pp. 13 e 15: "*De residentia facienda in ecclesis parrochialisbus"* e *"Quod clerici non percipiant porciones seu prestimonia ab ecclesis nisi personaliter in eis deseruiant"*

[8]. *Ibidem*. pp. 15; 18 e 23. *"Quod nullus presentet clericum l <....> pactam"* e "*De simonia".*

[9]. *Ibidem*. pp. 16-17; 23-25. *"Quod alenaciones vel inpignoraciones facte sine licencia ecclesie Bracarensis non valleant"; "<Quod alienaciones vel inpignoraciones facte sine licencia ecclesie Bracharensis non valleant"; "De prestimoniis, casalibus, decimis, non conferendis aliquibus in ecclesiis diocesis Bracharensis sine consensu archiepiscopi"; "De filiis militum in ecclesis non nutriendis"; "Alienantis de bonis mensse archiepiscopi";* e *"De maladia usurpanda in cauto Bracharensi".*

[10]. *Ibidem*. pp. 15 e 21. "*De hiis qui vadant a divinationis"*

[11]. *Ibidem*. pp. 19-20; 22-23. "*De hospitalitate servanda"; "Quod religiosi non deferant ornamenta"; "Quod religiosi proprium retineant"; "Quod nullus sacerdos vel persona gerat capam manicatam"; "Quod nullus clericus sentenciam sanguinis dictet"; "Cultellis et armis non portandis"; "Quod nullus clericus difidet alium clericum vel laicum";* e *" Quod clerici non conquerantur potentioribus".*

especial cuidado com o sacramento do altar e proibia aos clérigos servirem como tabeliães e notários, pelas constituições 40 e 34.[12]

Procurava delimitar assuntos e situações pertinentes à competência jurídica da Igreja, como se pode ver pelas constituições de número 24, 25 e 32.[13] Ainda proibia a banalização, por parte dos clérigos, da concessão de indulgências e de excomunhões, conforme as constituições 26 e 29.[14]

****

Destarte, quer corrigindo os maus costumes do clero, dos religiosos e da sociedade em geral, quer animando a todos no cumprimento das virtudes, quer ainda zelando pelos bens da sé bracarense ou se esforçando para delimitar assuntos e situações como próprios da competência da Igreja, D. Tello, pelas constituições sinodais de 1281, com toda certeza, procurou incrementar em Portugal, as decisões da Reforma Gregoriana e as constituições do IV Concílio de Latrão. Destarte, contribuía mesmo para uma concepção de divisão dos poderes (religioso e secular) dentro da sociedade, por isto deve ter se aproximado das aspirações régias, no que toca a uma convivência harmoniosa entre o poder temporal e o poder espiritual, em Portugal.

Bibliografia

Fontes

ESPERANÇA, Fr. Manoel da. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores da Província de Portugal, II.* Lisboa. Officina Craesbekiana.1666. Parte II.

GARCIA Y GARCIA, António. *Synodicon Hispanum.* Madrid. Biblicoteca dos Autores Cristianos. MCMLXXXII.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal.* Volume I. Nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres. Porto. Portugalense Editora. S.A.R.L. s/d.

HENRIQUES, Víctor. "D. Frei Tello Arcebispo-Primaz de Braga e a Eucaristia (1278-1292)". *Itinerarium,* XL (1994), 249-298.

LEITE, Fernando B.. *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel.* Coimbra. InforGilles – Processamento e Artes Gráficas. 1993.

LOPES, Frei Fernando F.. "O Infante D. Afonso irmão de el-rei D. Dinis". In. Itinerarium. Colectânea de Estudos. (44): 190-220. Abril/Junho. 1964.

---

[12]. *Ibidem*. pp. 22; 20. "*De custodia sanctorum"* e *"Quod clericus constitutus in sacris non assummatur ad officium tabelionatus"*.

[13]. *Ibidem*. 19-20. *"Quod clericus non trahat clericum ad forum secularem"; "Quod non respondeat de rebus ecclesie in foro seculari";* e *"Quod religiosi non deferant ornamenta"*.

[14]. *Ibidem*. p. 19. "*Quod clerici non excomunicent nisi monicione premissa";* e *"De indulgencis"*.

_____, "A propósito do conflito entre a Igreja e Portugal no tempo de D. Dinis" In. ACADEMIA Portuguesa da História. *Colectânea de Estudos de História e Literatura.* MCMXCVII (1997). Volume. III. pp.185-194.

MARQUES, Maria Alegria F. *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279).* Tese de Doutorado. Faculdade de Letras. Coimbra. 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Narrativas e produção de sentidos: História, ensino e formação docente.

Cristiani Bereta da Silva[1]

Resumo: Este trabalho investiga produções de sentido sobre História, ensino e formação docente através de diferentes narrativas de professores e professoras de História. As narrativas que estes sujeitos fazem de si, de suas experiências, de suas práticas pedagógicas e históricas fornecem pistas importantes para pensarmos expressões e traduções de sentidos sobre História, ensino, saberes e posições de sujeito em salas de aula.
Palavras-chave: História; Ensino de História; Formação docente.

Abstract: This work investigates the productions of sense on the History, teaching and docent formation, through different narratives of History teachers. The narratives that they make about themselves, their experiences and pedagogical practices, supply important resources to think expressions and translations, senses on History, teaching, knowledge and subject positions in the classrooms.
Keywords: History; Teaching of History; Docent Formation.

> *No primeiro dia eu já coloco a importância da disciplina de história e da importância deles começarem a construir essa história. E eu começo dizendo mesmo, primeiro dia: "olha, todo mundo aqui é sujeito histórico". (Beatriz, professora de História há 24 anos, 18/09/2006)*

Nos últimos anos venho me constituindo (e também sendo constituída) como professora do curso de História das disciplinas consideradas "pedagógicas", ou seja, aquelas que atuariam mais diretamente nas questões pertinentes ao ensino. Assim, como professora das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História, parece "natural" que me acompanhem algumas preocupações relacionadas aos fazeres históricos e pedagógicos e outros tantos temas que se movimentam no amplo campo conhecido como "Ensino de História".

Pois bem, não apenas estas preocupações vêm me acompanhando como também tenho procurado pensá-las como objetos de estudo históricos. Como as práticas relacionadas ao ensino de História vêm sendo construídas, reelaboradas, significadas ao longo do tempo em suas permanências e descontinuidades? Certamente há uma multiplicidade de estudos nessa área. Questões relativas ao ensino e a formação de professores de História vêm sendo destacados nos últimos anos em variadas pesquisas, sob diferentes perspectivas. É possível perceber a ênfase posta nestas questões nas apresentações e discussões feitas em seminários "Perspectivas do Ensino de História", nos "Encontros de Pesquisadores do Ensino de

[1] Doutora em História. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado - da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

História" e também nos "Simpósios Nacionais de História" organizados pela ANPUH (Associação Nacional de História). Porém, não obstante os trabalhos e pesquisas aí apresentados e debatidos demonstrarem crescente preocupação em relação ao ensino de história, a formação docente, ao processo de construção da prática pedagógica e também em relação a identidade do/a professor/a de História, há lacunas em relação a pesquisas que inscrevam estas questões historicamente, ou seja, as tomem como objetos de estudo em sua dimensão histórica. Segundo pesquisa realizada por Thais Nívea de Lima e Fonseca (2006:29-30) a ênfase dos trabalhos relativos ao ensino de História é colocada sobre questões mais diretamente ligadas ao cotidiano da sala de aula, contemporâneas aos seus autores, sem, contudo se caracterizar como uma história do tempo presente.

Mesmo tratando de passados mais recentes ou tempos presentes é conveniente e importante pensar o ensino de História em suas relações e dimensões históricas. Além de constituir-se num campo aberto de muitas possibilidades tanto de fontes, objetos e de abordagens, essas pesquisas podem contribuir de forma substantiva para a compreensão da permanência de determinadas práticas e concepções sobre História e ensino. Sobre como estas práticas e concepções se relacionaram ao longo da história às exigências e demandas sociais, a outros aspectos culturais e simbólicos, ao currículo, a construção do saber histórico escolar, a formação do/a professor/a de História, dentre tantos outros temas.

As questões aqui apresentadas - de modo bastante preliminar - são algumas das possibilidades abertas pela pesquisa "Histórias, memórias e subjetividades: a formação do/a professor/a de História e suas práticas pedagógicas - Santa Catarina 1980/2000" desenvolvida com bolsa de iniciação científica no Departamento de História da UDESC. Leituras e investigações vêm sendo realizadas numa tentativa de perceber as temporalidades em suas continuidades e permanências relativas às concepções de História e ensino presentes tanto nas políticas educacionais e propostas curriculares dos cursos de História da UFSC[2] e da UDESC[3], nas décadas de 1980 a 2000 quanto nas narrativas dos/as professores/as egressos desses cursos, no período. Busca-se assim perceber de que forma estas concepções fazem-se

[2] O Curso de História da UFSC foi criado no princípio da década de 1960 com a incorporação da Faculdade Catarinense de Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Nas décadas de 1960 e até quase o final da década de 1970 foram oferecidas duas modalidades de Curso: Licenciatura Curta (1º Grau) e Licenciatura Plena (2º Grau). Na década de 1980 a licenciatura curta foi extinta, e passaram a ser ofertadas duas opções de Curso: Licenciatura e Bacharelado. A partir de 1991 o Curso de História da UFSC passou a oferecer unificadamente as habilitações em bacharelado e licenciatura.

[3] O Curso de História na UDESC foi criado em 1990, como "Licenciatura Plena" a partir da extinção do Curso de Estudos Sociais, que era oferecido desde 1974. A partir de 1995 o Curso passou a oferecer unificadamente as habilitações em bacharelado e licenciatura.

presentes nas memórias dos professores e professoras formados nestas instituições constituindo subjetividades e construindo saberes acerca da natureza da História e seu ensino.

Até o presente momento foram realizadas quatro entrevistas - três professoras e um professor de História. Destas, uma entrevista é de uma professora que atuou como docente no Curso de História da UFSC nas décadas de 1980 e 1990 e as demais são de professoras e professor que atuam no ensino fundamental e médio de escolas públicas de Florianópolis e que são egressos da UFSC, formados na década de 1980. Para efeito das discussões propostas neste texto apenas duas entrevistas foram selecionadas. Importante observar que, embora as entrevistas tenham seguido um mesmo roteiro, tomaram rumos variados. Além disso, não obstante todos serem professores de História as narrativas foram construídas a partir de lugares distintos, constituídos a partir de diferentes experiências: sociais, de gênero, raça, de posição, dentre outras.

Nesse sentido, as experiências, relações mútuas do cotidiano dos sujeitos sejam elas de trabalho, políticas ou afetivas narradas e reconstituídas não são aqui pensadas como "evidências legitimadoras", pois, parte-se da idéia de que não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência (SCOTT, 1998:304). Uma perspectiva em que as experiências constituídas são oportunidades para que se possa historicizar tanto a experiência quanto as identidades que ela (re) produz. Tem-se presente também que o exercício de interpretação do modo como em diferentes lugares e momentos determinadas realidades sociais são construídas e vivenciadas, supõe vários caminhos. Trajetos que dizem respeito à organização e apreensão do mundo social de diferentes sujeitos em realidades socioculturais diversas. Realidades construídas a partir das experiências, das relações e dos processos de subjetividade, os quais os indivíduos encontram-se inseridos. Lembrando que:

> *As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolas e condutas. (CHARTIER, 1990:17)*

Parte-se assim do entendimento de que as entrevistas de professores e professoras são representações de sua apreensão de mundo social, dos sentidos construídos em torno deste universo e, principalmente, que estas percepções não se constituem "neutras" quando questionadas. Mesmo num relato, as pessoas constroem narrativas sobre si mesmas, o passado é sempre uma representação. As entrevistas realizadas em seus ritmos e oscilações percorrem caminhos e deixam rastros sobre representações relativas a natureza da História, a decisão de

fazer o curso, o período de formação, a identificação com determinados professores, metodologias e áreas de conhecimento histórico. Em suas falas há também reconstituições sobre as primeiras experiências em sala de aula como professores de história, representações do que seria um bom professor, uma boa aula de história e é claro, também sobre o bom ou mau aluno de história. Este texto é, portanto, um exercício de interpretação dessas narrativas, que contam mais sobre significados do que propriamente sobre eventos (PORTELLI, 1997:31).

Representações sobre a História aparecem relacionadas à própria tomada de decisão em estudá-la. Para estes professores que iniciaram seu Curso em fins da década de 1970 e início da década de 1980, História é política e também lugar de erudição. Para a professora Beatriz[4] a opção por estudar História está bastante relacionada a militância de quem à época participava dos movimentos populares:

> *Eu participava anteriormente dos movimentos populares, movimento negro e também o movimento da pastoral da juventude e dentro desse papo, com as leituras que a gente fazia eu resolvi estudar História. (Beatriz. Entrou para o Curso de História da UFSC em 1978 e se formou em 1982. Entrevista concedida à Cristiani Bereta da Silva em 18/09/2006, Florianópolis)*

Já para o professor Marcos a História representava o melhor caminho para uma mente curiosa:

> *Sou muito curioso e a História me mostrou isso. O caminho pra eu matar minhas curiosidades em relação à vida humana e aos antecedentes das civilizações seria através da História. (...) Desde pequeno sempre tive interesse em estudar mais a miúde aquilo que eu via, então foi no Curso de História que eu me encontrei, encontrei o caminho certo. (Marcos. Entrou para o Curso de História da UFSC em 1974 e se formou em 1977. Entrevista concedida à Cristiani Bereta da Silva em 16/10/2006, Florianópolis).*

Já como estudantes de História do final da década de 1970 e início de 1980, as histórias: econômica e política e seus professores ocupam um lugar especial em suas lembranças, o que não deixa de estar em sintonia com a proposta curricular do Curso à época. Das disciplinas que compunham o programa do Curso em 1977 destacavam-se as seguintes: História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil; História do Pensamento Econômico; História das Teorias Políticas I; História Econômica Geral I; História Econômica do Brasil; História Econômica, Política e Social (Geral e do Brasil). (UFSC, 1977:123-128)

Importante chamar a atenção para o fato de que as disciplinas citadas aparecem atreladas aos professores mais admirados:

---

[4] Optou-se, aqui, por manter as professores e professor que concederam as entrevistas no anonimato, os nomes referenciados portanto são fictícios.

> *A Lígia me deu História Econômica. O Zé Roberto deu História Política. A que mais marcou foi a Lígia, ah, o Zé Roberto, que tem duas Histórias Econômicas. É o Zé Roberto e a Lígia.*
> *(Por que tu gostava deles?)*
> *Porque, acho que a própria disciplina deles né, a História Econômica e também a pessoa deles. São pessoas que marcaram sim. (Beatriz, 18/09/2006)*

Para o professor Marcos além das Histórias econômica e política, a História de Santa Catarina também é destacada:

> *Eu gostei muito do Walter Piazza, porque na época eu gostava muito de História de Santa Catarina e a gente fez um trabalho muito bom, ele também gosta muito de História de Santa Catarina, história mais perto da gente, então pelas boas lembranças ficamos amigos. (Marcos, 16/10/2006)*

Para a professora Beatriz o "gostar" da disciplina está intimamente relacionada ao professor. A partir de suas percepções do cotidiano de trabalho explica:

> *O aluno gosta de qualquer disciplina a partir do momento que ele gosta do professor. Mas ele vai se interessar mais por determinadas disciplinas, e ele se interessa mais pela história pela forma como a história é colocada. Por que o tu quer desse aluno? O que ele espera de ti? Ele espera ser sujeito daquele momento histórico, ele quer ser sujeito, ele quer criar auto-estima e isso eu estou falando agora vem até das experiências dos últimos anos, que ela (história) tem contribuído pra isso sim. Porque eu procuro reforçar sempre a idéia de que a história é a disciplina mais importante de todas as disciplinas. Todos têm necessidade de recorrer a história, né? Então, pra medicina, pra engenharia, pra qualquer outro curso se o cara não tiver uma noção de história, leituras, algumas leituras de história, ele não vai chegar a lugar nenhum. (Beatriz, 18/09/2006)*

Há uma certa representação do fazer histórico em sala de aula contido nesta fala. Ou seja, é a forma como a História é ensinada, a postura do professor que faz toda a diferença. Para o professor Marcos também não é muito diferente. "Deve-se trazer bem o conteúdo e fazer com que o aluno desperte o interesse". O domínio do conteúdo aparece em diferentes momentos nas falas desses professores, parece ser ele (seu domínio) a resposta para muitos dos problemas percebidos, em especial o "domínio da turma":

> *Hoje em dia tem que ter habilidade para trabalhar de 5ª a 8ª, porque o que está acontecendo hoje no Estado? Tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio estão colocando qualquer pessoa para dar qualquer aula, os caras não têm domínio de conteúdo, como é que vão ter domínio de turma? Vários problemas que são causados aqui, de exclusão da sala de aula, de briga com o professor, é porque o cara não tem domínio de conteúdo, não tem domínio de turma. O aluno sabe, o aluno sabe e diz: "professora só a senhora, a dona Celina e o Seu Fernando que conseguem dar aula nessa sala e tranqüilo e legal. A aula passa e a gente não sente." Por que? Porque é domínio de conteúdo. Tu chega ali, eu sou empolgada, não deixo aluno sem resposta, eles precisam disso, sempre motivando, sempre estimulando. Isso é o fundamental, domínio é fundamental.* (Beatriz, 18/09/2006)

Além do domínio aqui estar consideravelmente relacionado a segurança do docente, é importante perceber que a importância dada ao conteúdo: "não deixo aluno sem resposta", é uma das permanências mais arraigadas no ensino de História. Evidentemente que os conteúdos escolares são importantes, mas na atualidade há certo consenso sobre a impossibilidade de o professor saber tudo ou mesmo desejar ensinar "toda a história". Essa postura em relação ao conteúdo e a própria prática do professor de história dá conta também de uma concepção de história narrativa que ainda se faz presente fortemente na história ensinada. Por outro lado, esta concepção não é excludente, outras concepções emergem dessas narrativas. É possível perceber isso na fala a seguir sobre a importância da História e seu ensino:

> *O ensino de história tem contribuído sim pra compreensão desse mundo, pra compreensão das diferenças, pra compreensão até da conjuntura, esse pessoal hoje cai pro ensino de história, a história que ensina isso. Hoje tem filosofia na escola, sociologia, antes não tinha então quem contribuía pra discutir as diferenças sociais, as diferenças raciais aqui dentro era a disciplina de história*. (Beatriz, 18/09/2006)

Ao atribuir a História o lugar das discussões sobre diferenças e desigualdades e a importância para a formação dos alunos a partir dessas discussões, percebemos a ênfase numa história mais social, potencialmente transformadora. E ao destacar a contribuição do ensino de História para as discussões junto aos alunos das diferenças sociais e raciais de certa forma é possível perceber a representação de um ensino de História utilitarista.

A história social também aparece na idéia acerca do que seria necessário para formar um bom professor de história:

> *Na minha opinião pra formar um bom professor de história, eu acho que teria que fazer um projeto pra eles trabalharem em algum local que esteja dentro da realidade, né? Isso fez diferença pro meu grupo de estágio na Universidade, porque todos eram militantes, e naquela época, como eu te disse tinha os projetos, era utopia, todo mundo queria ir pro Morro. Isso é fundamental pra se formar um bom professor de história.* (Beatriz, 18/09/2006)

Para W. Benjamin (1986, pp.40-41), a produção de memórias " é obra secreta de lembrança – que, de fato é a capacidade" de infinitas interpolações naquilo que foi, ou seja, o sujeito narrador tece as memórias que expõe, como sujeito de suas ações, num processo de ir e vir, como adulto, intelectual, que do presente, busca nas lembranças o vivido do passado. A memória, nesse sentido, não pode ser pensada apenas como depositário passivo de fatos, mas também como um processo ativo de criação de significações (PORTELLI, 1997:33) Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às

suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. Esses esforços foram realizados tanto por Marcos quanto por Beatriz ao serem questionados, interpelados sobre sua história de vida, formação, práticas cotidianas.

Considerando que o resultado de uma entrevista é sempre produto de ambos, narrador e pesquisador, é possível que este texto apresente sutis distorções, pois a voz da pesquisadora foi omitida. "Quando a voz do pesquisador é cortada, a voz do narrador é distorcida." (PORTELLI, 1997:36) Eu mesma, formada na UFSC, egressa da primeira turma do Curso oferecendo licenciatura e bacharelado unificados, em 1992, tenho minhas concepções de História, partilho de referências, significados e até algumas das mesmas queixas, frustrações e satisfações.

Para além disso, estas e outras entrevistas já realizadas oferecem um amplo espectro de análises e reflexões, aqui apenas esboçadas. Perceber de que forma estas narrativas estabelecem relações com outras narrativas históricas já produzidas constitui-se em oportunidade de refletir como diferentes sujeitos partilham e ressignificam construções sobre a natureza da História com outras dimensões de suas vidas. Compreender de que forma se dá esse processo constitui-se em oportunidades de melhor pensar não apenas sobre a história do ensino de História, mas sim tanto a prática pedagógica dos/as professores/as de História quanto em maneiras de intervir no processo de formação inicial.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras escolhidas. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.197-221.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Ensino de História**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente*. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n.14, fevereiro de 1997.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DA GRADUAÇÃO. Coordenaria de Documentação e Informação. **Catálogo Geral dos Cursos de Graduação da UFSC**. Florianópolis, 1977.

SCOTT, Joan W. *A Invisibilidade da Experiência*. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n. 16, fevereiro de 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Historicidade e subjetividade entre preconceito e deficiência. Uma abordagem antropológico-filosófica em Martin Buber e Emmanuel Lévinas

Cristina Maria Barros de Medeiros*

Resumo: A recepção da presença é condição de uma decisão livre do Eu de entrar em relação, de responder e acolher o destino autêntico que vem a seu encontro, enquanto palavra que lhe é dirigida. Para essa atitude requisita-se, da essência do homem, a ação essencial dialógica. Preconceito e deficiência inserem-se na perspectiva da afirmação de uma normalidade absoluta e numa negação da diversidade humana. Vida é relação. É o exercício de alteridades distintas no entre. Esse trabalho discute e reflete sobre a possibilidade de diálogo para além de preconceitos como fator essencial de uma identidade cultural; afeta ao elemento puro e simplesmente humano em relação com o Outro, em presenças subjetivas distintas apoiando e sendo responsável e não a perspectiva do Outro ser o mesmo.
Palavras-chave: Relação – Diálogo - Deficiência

Abstract: The reception of the presence is condition of a free decision of the I of enter in relation, of answer and receive the authentic fate that comes to his meeting, while word that is driven him. For that attitude requisite-itself, of the essence of the man, the essential action dialogal. Prejudice and handicap insert itself in the perspective of the assertion of an absolute normality and in a denial of the human diversity. Life is relation. It is the exercise of alterity distinct in the between. That work discusses and reflects about the possibility of dialogue for beyond prejudices as essential factor of a cultural identity; affect to the pure element and simply human in relation with Another, in distinct subjective presences supporting and being responsible and not the perspective of the Another be the even
Keywords: Relation – Dialogue - Handicap

O homem é um ser de permanente relações com o mundo que ele transforma pelas trocas que efetiva com o meio ambiente e pela cultura. O homem como um ser histórico inserido num movimento permanente de procura, faz e refaz constantemente seu saber. A relação pode significar encontro; e este, levar ao diálogo e à conquista de uma interação social autêntica, que permita ao potencial humano desenvolver-se. O ser dialógico vivencia o diálogo. Não invade, não manipula, não domina. Ser dialógico é antes de tudo escutar e responder. E respondendo ser responsável pelo outro.

O diálogo é o "encontro amoroso dos homens", onde o mundo mediatiza esses encontros transformando-os humanizando-os não para "serem mais" que outros homens mas para caminharem na busca de equilíbrio e harmonia conjunta. No diálogo autêntico há comprometimento com o outro e com o mundo. (FREIRE, 1992:43)

---

* Doutoranda da COPPE/UFRJ e Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, exercendo atividades na Coordenação de Projetos Sociais da presidência da FIOCRUZ. Este trabalho integra a base conceitual da pesquisa para tese de doutoramento.

Ao se propor o tema preconceito e deficiência, pretendeu-se identificar um determinado tipo de preconceito, dentre tantos outros, e abordá-lo sob dois aspectos. Um é o fato de que o tratamento genérico da exclusão provocado às pessoas que apresentam diferenças físicas, sensoriais ou mentais não permite o delineamento de formas claras de ação social que possibilitem o seu enfrentamento abrangendo à integridade do indivíduo. O outro aspecto a considerar é que, dentre os grupos de pessoas excluídas, os deficientes estão entre aqueles sobre quem menos se fala, a quem a sociedade menos se dirige, para quem menos se produz os meios necessários para a vida social e, o mais grave, a quem menos se reconhece o direito de falar de si.

A deficiência - seja física, sensorial ou mental - apresenta-se como um dos grandes desafios da atualidade para o movimento da inclusão pelo fato de, historicamente, instituir-se na cultura de muitos povos modos de afirmação da normalidade e de negação da diversidade. Assim, o conceito de deficiência contém em seu núcleo central o preconceito e a afirmação de um outro como possuidor da normalidade.

É comum atribuir-se à inteireza do indivíduo uma dada deficiência. Nesse sentido, um indivíduo que poderia facilmente estar integrado na relação social quotidiana mas possui um traço que o distingue dos demais, assiste ao seu afastamento pelo fato desses demais não observarem outros atributos seus. A atitude que muitas pessoas "normais" desenvolvem é, em algumas situações, construir teorias sobre "o ser" deficiente, atribuindo metáforas e representações para além de sua condição. Utilizam-se termos específicos como "aleijado", "idiota", "retardado" no discurso corrente como fontes daquelas representações sem se darem conta de seu significado original. Tende-se a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, imputar ao portador do traço atributos que não se coadunam, como gritar com um cego ou tentar ergue-lo como se apresentasse alguma restrição física. (GOFFMAN, 1982: 15).

Nesta perspectiva, a interação com o indivíduo que porta uma deficiência deve ser, primeiramente, pelo reconhecimento de sua humanidade em relação com o mundo e não como um alienado, conformado ou oprimido. Nas relações que este indivíduo estabelece há uma pluralidade na singularidade. "O homem não é uma solidão, mas só existe na medida que entra em relação", em que existe para os outros. Esta capacidade de existir ultrapassa viver, porque é mais do que estar no mundo. A capacidade ou possibilidade comunicativa com o mundo objetivo incorpora ao existir o sentido de criticidade que permite transcender, discernir e principalmente dialogar. "O existir é individual".Contudo, "só se realiza em relação a outros existires"em comunicação com ele. (MOUNIER, 1964:38)

O homem em relação abre-se para o diálogo, que, segundo Martin Buber[1] dá-se pela *inter-ferência* recíproca das condições de manifestação, pela escuta e pela resposta. Na relação, quem fala e quem ouve são vulneráveis porque são afetados em sua condição de alteridade. No encontro, quando o homem está em presença, há um limite, um intervalo entre ele e a presença. Esse intervalo é o lugar e suporte real das ocorrências *inter-humanas*, uma conversação autêntica, marcada pela espontaneidade. Uma lição verdadeira, cujo resultado não é conhecido de antemão nem por quem fala e nem por quem ouve, podendo criar surpresas para ambas as partes. (BUBER, 1979:12).

Para Buber, em todo encontro o homem recebe uma novidade, pois ele sai do mesmo diferente de como entrou. Mas o que recebeu não é produto do "dobrar-se-em si-mesmo", de uma retração em atitude monológica, na qual o homem não aceita, na essência de seu ser, uma outra pessoa em sua singularidade. Essa atitude, que se contrapõe a uma atitude dialógica, leva à imanentização da alteridade, pela "admissão da existência do Outro somente sob a forma de uma vivência própria, somente como parte do meu eu". (BUBER, 1979: 126).

O que o homem recebe no encontro é a força da concretude de um Outro com toda a sua alteridade. Essa força está para além de qualquer face espaço-temporal da existência, é algo que ele não conhece e não controla, mas "acontece" a ele, acrescentando-se-lhe e passando a constituí-lo em essência, formando-o como pessoa. "A verdade é que recebemos algo que não possuíamos antes e o recebemos de tal modo que sabemos que isto nos foi dado". Esse algo promove nossa vinculação à vida, tornando-a pesada de sentido. (BUBER, 1979: 127).

Viver é ser alvo da palavra dirigida. É estar aberto ao diálogo. Os limites de possibilidades da dialogicidade humana, em que se dá a recepção da pessoa – do Outro - não dependem nem de uma atitude de observação, que capta e acumula traços do real pela concentração, nem de uma atitude de contemplação, que espera que a apresentação do real se lhe dê.

Os limites para a condição dialogal são os limites da tomada de conhecimento íntimo. A atitude de tomada de conhecimento íntimo é uma forma de percepção que exige

[1] No livro *Eu e Tu* expõe-se tanto uma fenomenologia da palavra como uma ontologia da relação. Este é o fundamento para uma antropologia e uma ética do inter-humano. Para desenvolver *Eu e Tu*, Buber não se baseou em princípios e conceitos abstratos, mas na experiência concreta de sua vida vivida. O livro é, segundo ele, a codificação, para o mundo do Isso, ou seja, em forma objetiva, de eventos Eu-Tu que ocorreram em sua vida. Os diversos textos posteriores de sua obra serão comentários, delimitações ou acréscimos àquilo que foi essencialmente formulado em *Eu e Tu*: o ser humano é o ente apto ao relacionamento pessoal com a alteridade, é o ser-em-relação. (ver Bartholo, R. S. *Você e Eu. Martin Buber, presença palavra*. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2001).

reciprocidade da ação interior, pois no encontro "acontece-me uma palavra que exige resposta". (BUBER, 1987: 43).

A recepção da presença é condição de uma decisão livre do Eu de entrar em relação, de responder e acolher o destino autêntico que vem a seu encontro, enquanto palavra que lhe é dirigida. Para essa atitude requisita-se, da essência do homem, a ação essencial dialógica que pressupõe o movimento básico de "voltar-se-para-o-outro", que se contrapõe ao "dobrar-se-sobre-si-mesmo". O "voltar-se para o outro" é uma atitude simples que não depende de esforço ou reflexão para ser conquistada ou feita: é o encontro do homem com seu semelhante. Mas é algo que foi desprezado e esquecido de tal modo que as condições da vida contemporânea entorpeceram até mesmo nossa capacidade de nos encontrar conosco mesmo. Quanto mais com o Outro. (BUBER, 1985: 94).

O diálogo humano não existe somente sob forma objetivamente captável em signos como o som e o gesto. Buber considera que, em suas formas mais elevadas, ele transcende (mas não no sentido de um acontecimento místico) os limites dos conteúdos comunicáveis, permanecendo, no entanto, inserido no mundo comum dos homens e na seqüência temporal concreta. Para Buber, o homem acaba, pelos seus hábitos, construindo uma proteção – uma couraça – que deixa sua alma esterilizada face aos instantes em que os signos a incitam à receptividade. Somente no "voltar-se-para-o-outro" é que o Eu está em "ausência de reservas" e assim permite-se a transformação da comunicação, elemento constituinte de todo diálogo humano, em comunhão, que é a corporificação da palavra dialógica. (BUBER, 1982: 37).

Para Buber, o ser não é a consciência de si, é em relação ao outro que não é ele próprio; é um despertar de Mim por Outrem, "pelo próximo que nada mais é que um próximo". Um despertar que não é nem reflexão sobre si, nem universalização, mas sim, responsabilidade. Responsabilidade por outrem a mim atribuída sem possibilidade de fuga e sem indiferença, em que o acolhimento de outrem como Tu não suprime a diferença. Uma racionalidade que desloca seu centro de referência da autonomia para a heteronomia, no sentido que "a consciência, a subjetividade não tem mais, em sua relação com o outro, o primeiro lugar". (LÈVINAS, 1997)

A conversação genuína parte do princípio de que cada indivíduo deve ver o outro na concretude de sua alteridade, no respeito mútuo de sua irredutibilidade, implicando aceitar o diverso e deixar-se surpreender por suas possibilidades. O inter-humano é um evento que não se deixa pré-configurar por nenhuma equação, nenhuma relação de causalidade. O encontro é graça. É algo que me é dado. É minha acolhida pessoal de uma presença singular,

corroborada por cada instante decisivo e único de resposta à palavra que me é singularmente dirigida e não pode ser pré-configurada em manuais. (FERREIRA, 2002: 30)

A antropologia filosófica tem como tarefa essencial apreender o homem em sua inteireza. O método não deve distanciar-se do concreto e das características essenciais da vida do homem sob o perigo de não vislumbrar o homem em sua singularidade. Essa singularidade é a porta que se abre para valores universais. A antropologia de Martin Buber, Emmanuel Mounier e Emmanuel Lévinas, representa a afirmação do indivíduo enquanto pessoa, de modo a erigir a relação dialógica como o ponto de partida para a procura do sentido da existência humana. (MEDEIROS, 2002:137)

Não cabe na autêntica relação inter-humana a forma impositiva, que atropela a alteridade ao desviar-se da singularidade do homem, procurando moldar opiniões e atitudes. A autenticidade da relação está no ato de consentir a presença da alteridade do outro, num encontro que permita a acolhida do outro em sua inteireza, ultrapassando os limites da compartimentalização de papéis sociais que tendem a transformar o diálogo autêntico em diálogos técnicos ou monólogos.

Contudo, nas sociedades modernas, há cada vez menos espaços para o exercício de escolhas e de liberdades individuais de grupos estigmatizados, tal é a força que exercem a sociedade de consumo e da imagem. Mas não se pode esquecer que já viveu-se a reclusão desses indivíduos apartados de qualquer forma de relação social. (MEDEIROS, 2002:139)

Alteridade e vulnerabilidade são a nível prático, o fundamento para a construção de uma sociedade onde o princípio ético, ao lado do princípio político, possam encontrar o lugar de sua realização.

Referências bibliográficas:

BARTHOLO, R. S. **Você e Eu. Martin Buber, presença palavra**. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2001).

BUBER, M. **Que és el hombre**? México, Ed. Fondo de Cultura Econômica. 1985

—————— **Eu e Tu**. São Paulo, Ed. Moraes, 1979

—————— **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo, Editora Perspectiva. 1982

—————— **Sobre comunidade**. São Paulo, Editora Perspectiva 1987

FERREIRA, G. S. *Diálogo e Formação: uma abordagem antropológico-filosófica sobre saber e compromisso na universidade*. **Tese de doutorado**. Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, 2002

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação*?*** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1992.

GOFFMAN, E.**Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
LÉVINAS, E. *Uma nova racionalidade: sobre Gabriel Marcel*. In LÉVINAS, E. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Petrópolis, Vozes, 1997.
MEDEIROS, C.M.B. *Ajuda Mútua e Parcerias na Ação Social*. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, 2002
MOUNIER, E. **O Personalismo**. Lisboa, Moraes, 1964

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aspectos da organização litúrgico-eclesiástica no século vi: uma análise comparativa dos episcopados de Cesário de Arles e Martinho de Braga

Leila Rodrigues da Silva*
Paulo Duarte Silva *

Resumo: Nesta comunicação, propomo-nos a comparar os governos bispais de Cesário de Arles (502-542) e Martinho de Braga (561-580), tendo em vista o processo de organização litúrgica sob a liderança destes na primeira e segunda metade do século VI, respectivamente na região da Provença e da Galiza.
Considerando aspectos da conformação dos elementos litúrgicos engendrados no decorrer de suas trajetórias como prelados, interessa-nos, sobretudo, ressaltar as relações assumidas pelas lideranças episcopais junto às cortes germânicas e à diocese de Roma. Nosso aporte documental contempla atas de concílios nos quais os bispos tomaram parte.
Palavras-chave: Episcopado – Reinos Germânicos – Liturgia

Abstract: This essay's proposition is to compare the episcopal governments of Caesarius of Arles and Martin of Braga, taking into account the process of liturgical organization under their leadership, on the first and second half of the sixth century, in Provence and Galiza respectively.
Considering formation traits of liturgical elements during their respective episcopal trajectory, we emphasize the episcopal leadership relations with the Germanic courts and the diocese of Rome. Our documental sources consists of council records in which the bishops took part.
Keywords: Episcopate – Germanic Kingdoms – Liturgy

1. Introdução

As assembléias conciliares são consideradas, com freqüência, uma das instâncias basilares de estruturação eclesiástica – sob competência episcopal – e, por extensão, de constituição de referências teológicas, disciplinares e, por fim, litúrgicas (DALMAIS et al, 2002: 841-2; MUNIER, 2002: 319-20).

Nos séculos V e VI, em meio ao processo de constiuição dos reinos germânicos, o episcopado latino investiu na organização das igrejas locais, ao que se associou a realização de concílios. Nosso intento é realizar uma análise comparativa centrada nos aspectos litúrgicos presentes nas atas de tais eventos presididos pelos metropolitanos de Arles e Braga, respectivamente na primeira e segunda metade do século VI.[1]

Para tal, valemo-nos das formulações do historiador comparatista Jurgen Kocka

* Doutora - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
* Mestrando PPGHC - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Faperj.

[1] Como suporte documental, examinamos eventualmente as cartas do *Epistolário* de Cesário bem como trechos de sua *Vita*. A partir de agora, nomearemos a *Vita Cesarii* como *VC* e as cartas como *ep.* sucedida pelo seu número.

(2003: 39). Assim, examinamos as disposições litúrgicas de Arles e Braga à luz: a) das relações assumidas com a diocese romana; b) do contexto específico de cada um dos reinos nos quais se inserem as duas dioceses.

2. A diocese de Arles e Cesário

No decorrer dos séculos IV e V, Arles assumiu gradativa importância para a administração imperial. Favorecida por sua proeminência comercial e, em especial, por sua localização estratégica, a cidade foi um dos vértices da reorganização política e militar promovida na *pars occidentalis* do Império (KLINGSHIRN, 2004: 51-3; SAXER, 2002: 160).

Entre o último quartel do século V e meados do século VI, a Provença passou por complexas transformações sócio-políticas, referentes à desarticulação institucional do Império no Ocidente e ao correlato assentamento de grupos germânicos na região. À ocasião, as relações entre as dioceses romana e de Arles modificaram-se mediante a influência das cortes germânicas. É neste contexto que observamos o episcopado de Cesário e a alternância de poder em Arles e seus arredores entre visigodos, ostrogodos e, por fim, francos.

A primeira década do referido bispado foi marcada, por um lado, por dificuldades no processo de reconhecimento da autoridade episcopal diante do clero local e, por outro, pela interferência do monarca visigodo Alarico II nos temas eclesiásticos.

Alegou-se, na contestação da liderança episcopal de Cesário, sua procedência da região central da Gália – Chalons, então sob domínio burgúndio –, bem como sua indicação à sucessão diocesana pelo bispo precedente Aécio antes de sua morte, de quem o prelado era parente (KLINGSHIRN, 2004: 82-7). Alarico II, ao postular uma aproximação entre a corte ariana visigoda e a hierarquia 'nicênica', aprovou a eleição de Cesário, ainda que, pouco após, viesse a exonerá-lo temporariamente do cargo episcopal (505), sob acusação de conspiração junto aos burgúndios.

O concílio de Agde (506) organiza-se em meio a esta trama de aproximação - e eventual refugo - entre o episcopado hispano e galo-romano e a corte tolosana. Convocado pelo monarca (MARTINEZ DIEZ, 1971: 125-7) e presidido por Cesário, o aludido concílio reuniu bispos de províncias sujeitas parcial ou completamente ao domínio visigodo.

Entre os diversos temas sinodais, ao menos 7 dos 49 referem-se à liturgia, sob particular influência de Cesário (MUNIER, 2002: 52-3). Nesse contexto, Páscoa, Batismo e Missa são, sem dúvida, três dos aspectos mais valorizados.

A Páscoa é ratificada, juntamente com o Natal e o Pentecostes, como celebração

na qual se consagra o sacrifício eucarístico (c. 18). As atas prescrevem, ainda, a obrigatoriedade da presença dos fiéis nas cátedras diocesanas na ocasião deste evento litúrgico (c. 21).[2] Quanto à Quaresma, adota-se da liturgia romana o costume de jejuar somente aos sábados, além de se fixar sua duração em 40 dias (c.12).

No que tange ao Batismo, as atas determinam a transmissão do *Credo* aos catecúmenos no Domingo de Ramos – enfatizando a preferência eclesiástica pela sagração batismal no decorrer do ciclo pascal – (c. 13), bem como incrementam o tempo e a disciplina aos judeus que desejarem a conversão cristã (c. 34).

A celebração da Missa, por sua vez, é diretamente regulada pelos cânones: a uniformização do serviço e das horas litúrgicas (c. 30); o momento de recepção eucarística e de saída dos fiéis e a assistência na missa dominical (c. 47); as restrições quanto às possibilidades de consagrar altares (c. 14), bem como de presidir as penitências públicas (c. 15, c. 44), indicam a preocupação episcopal em assumir o controle efetivo do ofício litúrgico.

Pouco após o concílio, o bispado de Cesário foi fortalecido por meio de uma colaboração estreita com a diocese de Roma bem como pela anuência da corte de Ravena, sob os auspícios do monarca ostrogodo, Teodorico, que havia se tornado, após vicissitudes políticas, autoridade absoluta na região.

O exame do epistolário de Cesário, em conjunto com a *VC*, permite-nos inferir que as solicitações feitas pelo bispo junto à diocese romana foram quase todas acatadas, em especial nos papados[3] de Símaco (até 514) e Hormisdas (514-23).[4] Entre outras, o papado reconheceu o privilégio de Arles em relação à diocese de Vienne (*ep*. 06), bem como conferiu ao ocupante diocesano de Arles a dignidade de *vigário apostólico para a Gália e Hispania* (*ep.* 8b). A condição distinta de Cesário frente aos demais prelados se expressou no uso do *pallium* e das *túnicas dalmáticas* por seus correligionários (*ep*. 7b) (DUFFY, 1998: 31-3).

Por sua vez, as relações entre Cesário e Teodorico concorreram para a aproximação dos interesses entre o centro decisório de Ravena e o episcopado de Arles. Amparados pelo relato da *VC*, podemos dizer que o patronato de Cesário com recursos do monarca constituiu um dos elos entre os dois âmbitos de poder, episcopal e monárquico (KLINGSHIRN, 1985: 183-203).

---

[2] Aqui, incluem-se ainda a Epifania, a Ascensão e o Martírio de São João Batista, muito popular na Gália.

[3] Seguindo autores como Duffy e Bragança, utilizamos o termo papado, a despeito das controvérsias acerca do tema. Cf. bibliografia.

[4] A posição instável de Símaco o teria levado a capitalizar apoio externo ao seu papado em episcopados latinos e orientais. Seu sucessor e aliado Hormisdas teria seguido as mesmas linhas de governo.

Além disto, entende-se que o avanço militar ostrogodo rumo ao norte da Provença entre 523 e 529 efetivou as reivindicações de Cesário acerca da primazia metropolitana de Arles *de facto* na região, que permaneciam até então sob influência da diocese de Vienne e sob controle burgúndio.

O concílio de Vaison (529), último dos cinco sínodos presididos por Cesário no bojo do fortalecimento episcopal favorecido pela campanha ostrogoda, deve ser ressaltado. Interessam-nos, precisamente, os cânones litúrgicos 3, 4 e 5. Acerca da composição da missa, sentencia o cânone 3, em expressão claramente anti-ariana: *"*E porque a Sede apostólica, bem como todas as províncias do Oriente e Itália, introduziram o uso agradável e muito salutar de dizer várias vezes (...) o Kyrie Eleison, pareceu-nos igualmente bom que um uso santo seja introduzido em nossas igrejas (...)"(BECK, 1950: 115).

O cânone 4, por sua vez, determina: "Parece-nos **justo** também que o nome do Senhor papa que presidir a Sé apostólica seja mencionado em nossas igrejas". Por fim, o cânone 5 pronuncia: "E porque, não somente a Sede apostólica bem como todo o Oriente, África e Itália, (...) têm dito todas as conclusões após o *Gloria: sicut erat in principio*, decretamos que se faça o mesmo em todas as nossas igrejas".

Parece-nos factível concluir que a estreita associação entre Arles e Roma – beneficiada, por sua vez, pelas relações sustentadas entre a diocese provençal e Ravena – se expressa, entre outros, no âmago litúrgico. Para além da deferência explícita ao apostolado romano (c. 4), dispõe-se o uso de fórmulas litúrgicas consagradas em centros eclesiásticos cardinais.

Contudo, tais relações não podem ser assumidas como mera decorrência da mútua cooperação diocesana. Não se trata de simples moeda de troca: ao vindicar práticas litúrgicas celebradas na Itália, África, Oriente e, mormente, na Sé apostólica, bem como conclamar o primado episcopal romano, Cesário invoca o sustentáculo simbólico de sua diocese – e, por conseguinte, de seu bispado – frente aos seus adversários locais e regionais. Trata-se, a bem dizer, de realizar seu poder episcopal.

3. A província eclesiástica da Galiza e Martinho

Os suevos, após penetrarem na Península no ano de 409 e vagado por vários meses sem fixação, ocuparam a *Gallaecia* e áreas adjacentes. A presença do Cristianismo na região remonta ao século III e, embora o local fosse reconhecido como pouco romanizado, suas autoridades estavam identificadas com a fé cristã no século V. Ao chegarem à Galiza, os suevos professavam o arianismo. Apesar disso, sabemos que não houve nenhuma política

sistemática de perseguição empreendida pelos monarcas contra as autoridades civis ou religiosas.

Em meados do século VI, a confluência de interesses entre as antigas e as novas elites estava totalmente estabelecida. Como parte deste processo, verifica-se a conversão do monarca suevo, sob clara influência do religioso Martinho.

Proveniente da Panônia, Martinho chegou à Galiza por volta de 550, sendo designado bispo de Dume poucos anos depois. A partir de então, sua autoridade intelectual e religiosa foi crescentemente reconhecida e suas ações voltaram-se para o processo de fortalecimento das instituições eclesiásticas, ao que se vinculou a paulatina colaboração dos monarcas suevos. Os primeiros indícios desta cooperação podem ser verificados nas doações que possibilitaram a construção de mosteiros, bem como nas convocatórias conciliares realizadas pelos reis, Ariamiro, em 561 e Miro, em 572 (CONCILIOS, 1963, *CB I*: 65; *CB II*: 78; MARTINEZ DIEZ, Op. Cit.).

O reconhecimento da primazia romana nos planos dogmático, disciplinar e jurisdicional pela elite episcopal revelou-se em mais de uma oportunidade.[5] Dos materiais existentes do período de ocupação dos suevos da região, há que lembrar a correspondência recebida pelo bispo Profuturo de Braga do papa Vigílio, escrita em 538 (VIGILIO, 1879: 829-832). O referido documento se origina na consulta feita à autoridade romana sobre liturgia e doutrina.

A aludida epístola explicita o cuidado presente nos círculos eclesiásticos bracarenses de uma performance consoante com Roma (RAMOS-LISSON, 1994: 448-453). Embora possamos deduzir que questões referentes ao tema litúrgico tenham se mantido em pauta, os documentos produzidos e preservados na região só nos permitem retornar à temática na segunda metade do século VI, momento de singular dinamismo das instituições eclesiásticas galaicas.

As atas dos dois concílios bracarenses são certamente os documentos mais reveladores do movimento de fortalecimento experimentado pela Igreja local (CONCILIOS, 1963: 65-106). Ao todo são 133 artigos [6] que abordaram os mais variados aspectos. Além dos

[5] Como recorda Fernández Alonso, a existência de iniciativas particulares no sentido de criar especificidades nos ritos, nas cerimônias e fórmulas da liturgia representava uma preocupação no seio da Igreja Hispânica desde o Concílio de Gerona, em 517. Tal tendência fora, no caso particular do noroeste peninsular, revelada como realidade, pela primeira vez, no século VI. Cf. Fernández Alonso, 1995: 301 e CONCILIOS, 1963, Concilio de Gerona, c. 1, 2, 3 e 4: 39.

[6] Denominamos artigos a soma de cânones e capítulos. Estes últimos se referem aos dezessete itens que tratam do Priscilianismo no I Concílio de Braga (CB) e os itens que compõem os *Capitula Martini (CM)*.

temas associados à liturgia, foram tratadas em tais oportunidades especialmente questões concernentes à disciplina, à conduta moral do clero e à hierarquia eclesiástica.[7]

O zelo com a liturgia se constata nas atas conciliares, de forma direta, em pelo menos 16 capítulos.[8] Desse conjunto destacam-se, assim como no caso das atas relacionadas a Cesário, os aspectos referentes à Páscoa, ao Batismo e à Missa.

As alusões à Páscoa podem ser encontradas em 5 dos cânones: c. 1 e 9 do II CB e nos c. 48, 49 e 50 dos CM. Nestes sobressaem-se a preocupação direta com a definição e divulgação para toda a província eclesiástica das datas compreendidas no ciclo pascal. No trato da temática, ressalta-se uma das justificativas utilizadas para sua abordagem: clérigos e fiéis, sobretudo, no meio rural, precisariam ser "adoutrinados" para que fugissem dos "erros idolátricos e outros crimes" (II CB, c. 1 : 81). Verificamos, portanto, que, para além da uniformização, a principal diretriz valorizada tem em conta o fato de que as populações camponesas, entre as quais se incluíam clérigos das ordens menores, exigiam um cuidado especial dado o convívio com reminiscências da heresia priscilianista e da religiosidade autóctone.

Do conjunto canônico realçado, 2 são as menções ao Batismo (CB I, c. 5: 72; CM, 49: 99). Uma delas limita-se a, seguindo o calendário pascal, assinalar o limite temporal autorizado para a realização da cerimônia. A outra indicação, entretanto, evidencia de modo emblemático a intenção de que se mantivesse na Galiza uma estreita afinidade com Roma. Sentencia o cânone: "que ninguém deixe de lado a liturgia do Batismo que anteriormente praticava a igreja metropolitana de Braga (...) enviada [a Profuturo] pela sede do beatíssimo apóstolo de Pedro." (CB I, c. 5: 72).

Dos 16 cânones voltados aos temas litúrgicos, quatro se ocupam da Missa. Sobre tal aspecto, observamos uma singular preocupação com a eliminação de elementos introduzidos no ritual e com o afastamento de práticas atribuídas aos priscilianistas, como realização de celebrações nas proximidades das tumbas. O tom predominante evoca a tradição e a sintonia com Roma. O preâmbulo do cânone 4 do I CB expressa sucintamente o encaminhamento adotado: "Que a ordem da missa deve celebrar-se por todos segundo a fórmula da Sé Apostólica recebida por Profuturo, bispo metropolitano."

Após analisarmos os cânones anteriormente eleitos, observamos, pois, que o esforço canalizado para o trato das questões litúrgicas pautou-se na clara preocupação com a

---

[7] Ibidem. Op. Cit., *CB I*. c. 4, 9 e 19. p. 72-73, 75; *CB II*, c. 9. p. 84; *CM* 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 19, 40, 52, 53 e 56. p. 86-89, 92, 97, 99-100.

[8] *I CB*, c. 1; 2; 3; 4; 5. p.71-72; c. 12. p. 73; *II CB*, c. 1. p.81; c. 9. p. 84; *CM,* c. 48*;* 49; 50; 51; 52. p. 98-99; c. 55. p. 100; c. 57; 58. p. 102.

uniformização e resultou, sobretudo, de dois aspectos que se complementavam. Por um lado, esteve relacionado a uma política que visava acabar com a influência da heresia priscilianista e das práticas vinculadas à religiosidade local, já que a liturgia sofrera a interferência das peculiaridades introduzidas na região pelos seus simpatizantes, no caso dos primeiros, e se deturpara, na perspectiva eclesiástica, em função da observação de superstições e expressões da religiosidade camponesa. Afinal, como já mencionamos, a Galiza era pouco romanizada. O campo guardava, portanto, as marcas dessa realidade.

Por outro lado, a busca da uniformização da liturgia pelas autoridades religiosas no reino suevo se vinculou ao desejo de alinhamento com Roma. Tal conduta se verificara desde os primórdios. A correspondência de Profuturo e Vigilio é certamente a maior indicação de tal preocupação. No processo de reorganização da Igreja na segunda metade do século VI, no qual os concílios bracarenses se inserem, privilegiou-se a tradicional proximidade com a Sé Apostólica, cuja autoridade para afiançar posições, usufruía, como no passado, de legitimidade inquestionável (VILELLA, 1994: 457).

4. Conclusão:

Ao cotejarmos a atuação de Cesário e de Martinho percebemos, em primeiro lugar, a importância de suas lideranças episcopais na organização das igrejas na Provença e na Galiza no século VI, atestadas pela participação em concílios, na qualidade de dirigentes metropolitanos e, a um só tempo, por sua proeminência intelectual.

Atentos às decisões conciliares litúrgicas, notamos ainda que ambos tomam a diocese de Roma como referência primordial. No entanto, a menção à autoridade e ao primado apostólico romano atende a motivações distintas, inscritas em seus respectivos contextos. No caso de Cesário, a invocação a Roma, expressa efetivamente no concílio de Vaison, remete a sua afirmação diocesana em Arles e, no limite, no sul provençal. Martinho, por sua vez, conclama a tradição apostólica focado, sobretudo, na intenção de superação das influências do movimento priscilianista e da religiosidade autóctone, de particular apelo no noroeste peninsular.

Além disso, consideramos as diferentes relações assumidas entre os prelados junto às cortes germânicas. Em Arles, em que pese a base oscilante decorrente da sucessão de monarcas e projetos políticos díspares, mesmo no momento de maior estabilidade – entre Teodorico e Cesário – não se pode falar em projeto político de aproximação entre cortes arianas e episcopado católico. Em Braga, entretanto, o quadro é outro, já que a relação entre Martinho e os monarcas suevos é inegavelmente forte e estável.

Bibliografia:

Documentos medievais:

CONCÍLIO DE AGDE. In: MUNIER, C. (ed.). **Corpus Christianorum Series Latina. Concilia Galliae a. 314-506 (148)**. Turnhout: Brepols, 2001.

CONCÍLIO DE VAISON. In: GAUDEMET, J., BASDEVANT, B. (ed.) **Les Canons des Conciles Mérovingiens (VI – VII siécles)**. Paris: Du Cerf, 1989.

CONCILIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS. Ed. Jose Vives. Madrid: CSIC. Instituto Enrique Florez, 1963.

CIPRIANO DE TÓLON, *Vita Cesarii*. CESÁRIO DE ARLES, *Epistolário*. KLINGSHIRN, W. (ed.). **The Life, Testament and Letters of Caesarius of Arles: translated texts for historians**. Liverpool: Liverpool University, 1994.

IDÁCIO. **Crónica**. Braga: Universidade do Minho, 1982.

VIGILIO, Papa. *Epistola ad Profuturum episcopum*. In: ***Patrologiae. Cursus Completus.*** *Series Latina.* ed. J. P. Migne. Paris: Garnier, 1879. v. 84. p. 829-832.

Bibliografia específica:

BECK, H. G. J. **The pastoral care of souls in South-East France during the sixth century**. Roma: Pontificae Universitatis Gregorianae, 1950.

BRAGANÇA, J. de Oliveira. A carta do Papa Vigílio ao Arcebispo de Braga Profuturo de Braga. **Bracara Augusta** , Braga, 21, 1967. Pp. 65-97.

DI BERNARDINO, A. (org.). **Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUFFY, E. **Santos e Pecadores: História dos Papas**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

FERNÁNDEZ ALONSO, J. **La cura pastoral en la España romanovisigoda**. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955.

KLINGSHIRN, W. *Charity and power: Caesarius of Arles and the ransoming of captives in sub-Roman Gaul*. In: **Journal of Roman Studies**, 75, 1985. Pp. 183-203.

___. **Caesarius of Arles: the making of a Christian community in late antique Gaul**. Cambridge: Cambridge University, 2004.

KOCKA, J. *Comparison and beyond*. **History and Theory**, v.42, 2003. Pp. 39-44.

MARTINEZ DIEZ. *Los Concílios de Toledo*. In: **Anales Toledanos III: Estudios sobre la España visigoda**. Toledo: [s. n.], 1971.

ORLANDIS, J. **Hispania y Zaragoza em la Antigüedad Tardia**. Zaragoza, [s. n.]: 1984.

ORLANDIS, J. et RAMOS LISSÓN, D. **Historia de los Concilios de la España Romana y Visigoda.** Pamplona: Universidad de Navarra, 1986.

RAMOS-LISSON, D. *Rapports entre le Siége Romain et l'Église du Royaume Suéve pendant le VIe siècle*. In: **Studia Ephemeridis Augustinianum**, Roma, 46, 1994. Pp. 447-456.

___. *El principio de la tradición en los concilios bracarenses del siglo VI.* In: **Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad Tardía**, Murcia, n. 14, 1997. Pp. 209-216.

VAZ, A. L. **Liturgia de Braga.** Braga: Presença e Diálogo, 1991.

VILELLA, J. *La correspondencia entre los obispos hispanos y el papado durante el siglo V*. In: **Studia Ephemeridis Augustinianum**, 46, 1994. Pp. 457-480.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Os Jogos Olímpicos de 1936 (Berlim) e a busca da perfeição atlética".

Kimon Speciale Ferreira*

Resumo: Os Jogos Olímpicos de 1936 foram realizados em Berlim, já durante o período de governo do Partido Nazista Alemão. Conhecidos como "*Jogos de Hitler*", argumenta-se que foram planejados para servir como demonstração do poderio do novo sistema, algo que seria exibido tanto na grandiosidade da realização quanto na superioridade física e atlética dos atletas alemães. Nesta comunicação buscamos refletir sobre essa realização tendo como foco central de discussão a questão da perfeição atlética, buscando o conjunto de referências de pensamento que embasaram tal proposição.
Palavras- Chave: Esporte, Jogos Olímpicos, Nazismo.

Abstract: The 1936 Olympic Games had been carried through in Berlin, already during the period of government of the Nazi Party. Known as "Hitler's Games", is argued that they had been planned to serve as demonstration of the power of the new system, something that would be shown in such a way in the largeness of the accomplishment at the physical and athletical superiority of the German athletes. In this communication we try to reflect on this accomplishment having as central focus of quarrel the question about the athletical perfection, searching the set of thoughts that had based such proposal.
Keywords: Sport, Olympic Games, Nazism.

Este artigo faz parte de nossa pesquisa de Mestrado, a qual busca identificar as semelhanças entre aspectos da Antiguidade Clássica e a formação do herói nazista no período anterior à Segunda Guerra Mundial. Buscamos através do mesmo apontar alguns levantamentos obtidos até o momento da pesquisa e a partir destes erguer algumas reflexões.

Os Jogos Olímpicos de 1936 realizados em Berlim durante o período de governo do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães[1] aparentam-se para a maioria dos espectadores como uma mera busca pela comprovação das pregações raciais de Adolf Hitler e dos membros do partido. Obviamente, a intenção de comprovar a superioridade racial ariana fez parte do conjunto de objetivos a serem atingidos pelos nazistas, assim como o desejo de demonstrar o poderio econômico e cultural do novo sistema.

No momento da ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha em 1933, a proposta dos Jogos Olímpicos de 1936 ocorrerem em Berlim já havia sido aprovada, gerando questões e disputas internas no Comitê Olímpico Internacional[2] sobre a manutenção dos Jogos na Alemanha após a possível subida de Adolf Hitler ao poder. A realização dos Jogos na

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em História Comprada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[1] *Nazionalsozialist Arbeiter Partei*, de onde que deriva a expressão *nazista*, a qual será utilizada a partir deste ponto para referir-se ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.
[2] Comitê Olímpico Internacional será tratado por sua sigla C.O.I. daqui em diante.

Alemanha serviria para recuperar a oportunidade de sediar os Jogos Olímpicos perdida em 1916 devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Já no ano de 1932, ou seja, anterior à ascensão de Hitler ao poder, os executivos do C.O.I. buscaram questiona-lo a respeito da permanência dos Jogos em Berlim caso ele estivesse no poder no momento da realização dos Jogos; "ele não interferiria com os Jogos Olímpicos ou tomaria qualquer ação contra competidores afro-americanos e judeus nos outros times[3]" (**KRUGER,** 1998:35). No ano de 1933, ninguém estava plenamente ciente a respeito da posição dos Nazistas sobre os esportes, contudo Hitler já havia apresentado forte intenção de realizar uma grande política voltada ao desenvolvimento das práticas corporais. Era seu desejo institucionalizar a cultura física no processo educacional alemão, através da crença de que a noção de uma cultura física compete ao Estado e não ao próprio indivíduo.

> *"Antes de tudo é preciso pôr no mesmo plano a educação intelectual propriamente dita e a educação física! O que hoje se conhece como Ginásio é um arremedo do modelo grego. Com os nossos processos educacionais, têm-se a impressão de que todos esqueceram de que um espírito sadio só pode existir em um corpo são" (**HITLER,** 2001:188).*
> *"O conjunto da educação deveria ser organizado de maneira que todo o tempo disponível da mocidade fosse empregado na sua cultura física." (**HITLER**, 2001:189).*

Ainda no ano de 1933, Joseph Goebbels recebeu o cargo de Ministro para o Esclarecimento Popular e Propaganda[4], o que permitiu a percepção de Goebbels para o fato de que para consolidar o poder político é necessário também ganhar o coração do povo, e o esporte mostrou-se como uma forma efetiva de alcançá-lo. É neste momento que o processo de nazificação das instituições esportivas alemãs é intensificado, através do fortalecimento do sistema do esporte com a introdução da educação física diária na escola; do fechamento dos clubes e federações dos trabalhadores (cerca de 20% dos atletas amadores alemães); da exclusão dos judeus dos clubes esportivos e da proibição dos clubes sob orientação religiosa.

É importante demarcarmos neste momento que o crescimento do interesse pelas práticas esportivas não foi característica unicamente da população alemã; em todo o mundo o esporte moderno começava a obter grande aceitação como forma de fornecer prazer e saúde para a população, assim como em alguns casos passou a ser utilizado na construção de uma identidade nacional utilizada por alguns modelos de governo, notadamente como o ocorrido na Itália de Mussolini em 1934 na ocasião da Copa do Mundo.

Os nazistas por sua vez identificaram que:

---

[3] Todas as traduções foram realizadas pelo autor.

[4] *Minister for Popular Enlightenment and Propaganda*.

> *"O esporte, então, veio para exercer o papel chave na sua tentativa de assegurar a hegemonia: ele gerou um senso de sacrifício próprio, de coragem, enquanto demonstrava o elitismo natural de acordo com particularidades físicas. Esporte dessa forma era um culto secular de força física e resistência." (**KRUGER**: 1998:35).*

O controle nazista dos Jogos em Berlim deu-se realmente somente em outubro de 1934, quando o Comitê Organizador das Olimpíadas passou o controle da organização para o Partido sob o comando do *Reichssportfuhrer*[5] e para surpresa do COI, Hitler prestou-se a fornecer todos os recursos para a preparação dos Jogos (o primeiro chefe de estado a fazê-lo). Contudo esta atitude não foi diferente da tomada pelo parlamento alemão, em 1914, para a organização dos Jogos Olímpicos de 1916.

> *"...e quando Berlim foi agraciado com os Jogos Olímpicos de 1916 o governo nacional se responsabilizou não apenas pelas garantias financeiras do evento, mas foi mais além e garantiu fundos para a seleção e preparação dos atletas,..." (**KRUGER**, 1998:34).*

A direção do partido compreendia perfeitamente o lucro obtido através da utilização da popularidade do esporte em âmbito nacional e internacional. Os olhos do mundo estariam centrados na nova Alemanha nazista. O valor fornecido para a construção do aparato utilizado nas competições foi diversas vezes mais alto do proposto inicialmente, já que os Jogos serviriam também para demonstrar a grandiosidade da Alemanha do novo sistema, e segundo Hitler, se você terá o mundo inteiro como seus hóspedes você deve apresentar-se da melhor forma possível para impressionar a opinião pública. Como exemplo, podemos apresentar a construção do Estádio Olímpico de Berlim, que serviria para comprovar a grandeza da Nova Alemanha, seria o estádio mais moderno do mundo, uma construção monumental que exacerbou seu custo inicial em trinta vezes e, no entanto, Hitler nunca voltou atrás.

Durante o congresso do partido de 1935, Hitler resume o seu ideal de homem perfeito: "o novo homem da futura Alemanha deverá ser rápido com um *greyhound*[6], semelhante ao couro e duro como o aço *Krupp*[7]" (**REICHEL**, 1993:277).

A importância dada para o treinamento físico pode ser identificada no aumento da quantidade de horas de exercícios antes das aulas escolares, que sofreram um aumento de uma hora para três horas em 1936 e para cinco horas em 1938. Em primeiro de dezembro de 1936, o governo alemão aprovou uma lei exigindo que todos os jovens alemães (exceto os judeus) saudáveis "recebam educação física, intelectual e moral no espírito do Nacional Socialismo."

---

[5] Líder do Esporte do Reich.
[6] Raça de cão, utilizado nas corridas de cachorros devido sua grande agilidade.
[7] Não conseguimos uma tradução desta palavra, mas acreditamos ser um tipo de metal.

(**BARTOLETTI**, 2006:37). O esporte serviria ao Nacional Socialismo no endurecimento físico, na preparação dos corpos dos jovens e adultos alemães e na formação da comunidade de cidadãos.

Neste momento é interessante notarmos já apropriações de aspectos da Antiguidade Clássica, tal qual a chamada comunidade de cidadãos, termo utilizado pelos gregos para referirem-se aos *isói*[8].

Tal apropriação pode ser identificada através do fascínio que a Antiguidade Clássica sempre exerceu em Hitler, na obra *Arquitetura da Destruição* (1992) de Peter Cohen é apresentado exemplos deste fascínio, desde a proibição do bombardeio à cidade de Atenas a trechos com falas do mesmo[9]: Se falarmos em antepassados chegaremos aos gregos, Esparta foi descrita como o Estado de raça mais pura e Roma Antiga era a República mais poderosa que já existiu, a nova Alemanha deveria ser a síntese das três, o que impediria que a Nação jamais perecesse.

A objetividade de retomar aspectos helenísticos pode ser identificada ainda no entusiasmo demonstrado por Hitler após observar a foto de uma nadadora alemã "Que esplêndidos corpos eles podem ver hoje. Foi necessário esperar o nosso século para que a juventude alcançasse novamente, através do esporte, os ideais helênicos..." (**REICHEL**, 1993:276) e na produção do filme *"Olympia"* (1938[10]), de Leni Reifenstahl obra que posteriormente se torna o filme oficial das Olimpíadas de 1936[11].

Nos *takes* iniciais do filme identificamos a intenção de relacionar a Alemanha Nazista à Grécia Clássica; o atleta alemão seria o desenvolvimento do atleta grego: forte, belo, perfeito, conforme afirma Victor Melo.

> *"Destaca-se a correlação estabelecida no filme entre a Grécia e a Alemanha, algo desejado por Hitler e seus seguidores e materializado de forma competente por Leni já nas seqüências iniciais do filme, quando por meio de fusão de imagens parte-se de um passado grego idealizado para se chegar a um presente concretizado na imagem do atleta alemão." (**MELO**,2006:92-93).*

A questão que devemos levantar no momento é a razão de uma aproximação com o atleta grego. Como já discutido por diversos especialistas da Antiguidade Clássica, as

---

[8] Termo utilizado para referir aos iguais, isto é, aos cidadãos das Cidade-Estado gregas.

[9] Os trechos demarcados sublinhados se referem a afirmações de Adolf Hitler retiradas da obra Arquitetura da Destruição (1992) de Peter Cohen.

[10] O filme só foi lançado dois anos após o término das gravações, devido a grande quantidade de horas de imagens obtidas, cerca de 80 horas de imagens.

[11] Leni obteve pleno apoio técnico e financeiro do Partido Nazista, cerca de três milhões de *Reichmarks*. concedidos por Goebbels. Maiores informações em **NAZÁRIO**, Luiz. *O eterno retorno de Leni Riefenstahl*. Disponível em: http://www.culturavozes.com.br/revistas/0494.html.

práticas corporais e a participação nos Jogos Helênicos[12] são identificadas como características primordiais da cidadania grega tais como: "a *koinonia*[13], o ideal *agonístico*, a expressão da força, agilidade, coletividade, desnudamento, coragem *(andréi*a), virilidade, honra, etc."(**LESSA**, 2004:112). A importância da prática corporal para os helenos pode ser observada na necessidade de demonstrar sua posição de cidadão, pois ao exercitar-se completamente despido, o cidadão demarcava sua diferença frente ao bárbaro. Entre os gregos antigos, a nudez dos corpos distinguia também os fortes dos fracos e evidenciava quem era civilizado, sendo muitas vezes associado à democracia (**LESSA**, 2005:61). Nas Memoráveis, Xenofonte enfatiza que a fraqueza física conduz à desonra, devendo os cidadãos desenvolver ao máximo a beleza e a força de seus corpos. [14]

Segundo Fábio Cerqueira, as práticas esportivas serviam "ao preparo para a futura vida militar e para as competições atléticas realizadas nos festivais; e ao embelezamento dos corpos e à melhoria de suas condições de saúde" (**CERQUEIRA**, 2001: 144).

A necessidade da saúde física e a demonstração desta força através da exposição dos corpos são também identificadas nas representações do período nazista. Para Hitler, a fraqueza física é a principal razão para a covardia do indivíduo, e consequentemente para a fraqueza da Nação.

As práticas corporais para os gregos antigos mostram-se dotadas de diversos sentidos distintos que podem ser identificados na intenção contemporânea dos nazistas alemães. Contudo, especificamente no âmbito da formação de uma categoria de herói notamos um paradoxo, pois os heróis olímpicos gregos deveriam obter suas vitórias sem a utilização da violência conforme nos conta o poeta Píndaro nas suas Olímpicas.

> *"A virtude do atleta está, conforme podemos observar, na vitória sem o recurso à violência. E quando o atleta vence dessa forma, ele obtém o respeito – aidoían – e a gratidão – charín – tanto dos seus concidadãos – astôn – quanto dos estrangeiros – xeínon" (**PINDARO**. Olímpicas. VII, 89[15]).*

Os heróis nazistas, no entanto, são identificados primordialmente através da honra e lealdade oferecida ao Fuhrer e ao Partido Nazista. Esta lealdade devia ser representada de todas as formas possíveis: através de delações, acusações e inclusive através do uso da

---

[12] Os principais Jogos Helênicos eram os: *Olímpicos*, realizados em Olímpia; os *Píticos*, realizados em Delfos; os *Ístmicos*, realizados em Corinto; e os *Nemaicos* realizados em Neméia.
[13] Termo grego que significa parceria ou companheirismo.
[14]Apud. XENOFONTE. Memoráveis. III, 12 IN: **LESSA, F.S.** Corpo, Esporte e Masculinidade em Atenas**.** IN: Revista PHOINIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004

[15] Apud. PINDARO. Olímpicas. VII, 89. IN: **LESSA, F.S.** Corpo, Esporte e Masculinidade em Atenas**.** IN: Revista PHOINIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004

violência contra os opositores do partido. Notamos, portanto, grandes semelhanças, e grandes paradoxos, na intenção de aproximação entre a nova Alemanha nazista e o passado clássico.

Como buscamos demonstrar é possível notarmos inúmeras correlações diretas entre a Antiguidade Clássica, e seu ideal de perfeição corporal, com o ideal proposto pelos nazistas nos anos antecessores à eclosão da Segunda Guerra Mundial. A necessidade de um corpo de cidadãos forte, saudável, apto a realizações em prol da comunidade, inclusive para o conflito[16], torna-se importante na formulação da Nova Alemanha nazista; uma Alemanha destinada à grandeza e à eternidade, através de seu poderio cultural, econômico e militar.

Porém, o pensamento da necessidade de uma prática esportiva não ressurge apenas na ascensão nazista, os demais Estados fascistas (como a Itália) e os Estados Liberais se utilizaram do esporte para corroborar com suas intenções políticas. Os próprios alemães já haviam demonstrado interesse na prática esportiva e nos Jogos Olímpicos no início do século. A prática esportiva no início do século XX já havia crescido significativamente devido ao interesse no prazer que a mesma oferecia para uma sociedade cada vez mais voltada para o trabalho sem a necessidade da interferência estatal.

A permanência do antigo na modernidade sempre existiu, e provavelmente não se perderá jamais, e pode obter re-leituras diversificadas, sejam elas positivas ou negativas. O verdadeiro interesse dessa leitura permanecerá sempre partindo do ideal proposto pelo idealizador/re-leitor contemporâneo. Com isto em mente fecho este artigo parafraseando Arnd Kruger[17] a respeito dos Jogos Olímpicos de 1936 e da Antiguidade Clássica.

> *"Não há imagem melhor resumida das Olimpíadas Nazistas do que no clássico filme de Leni Reifenstahl. Aqui podemos ver o mais perfeito esporte no mais perfeito ajuste; esporte na tradição dos antigos Gregos. Mas desta forma não eram mais os Gregos de Atenas, o berço da democracia; eram os Gregos de Esparta, guiados pela mais bárbara das ideologias e armados com a grandeza da tecnologia moderna."* (**KRUGER**, 1998:41).

Bibliografia:

BARROS, Gilda Naécia. **As Olimpíadas na Grécia Antiga**. São Paulo: Pioneira, 1996.

[16] Esta apresenta se como uma de nossas hipóteses iniciais de trabalho. As práticas esportivas na Alemanha serviram também para a preparação da população para a guerra.
[17] Professor do *Georg-August-Universitat Gottingen, Germany*.

BARTOLETTI, Susan Campbell. **Juventude Hitlerista**: a história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

CAMBIANO, Giuseppe. *"Tornar-se Homem". In:* VERNANT, Jean-Pierre. (dir.). **O Homem Grego**. Lisboa: Presença, 1994.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Os Fascismos*. *In:* REIS FILHO, Daniel Araão, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (org). **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GODOY, Lauret. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga.** São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

GORDON, Robert S.C. and London, John. *Italy 1934: Football and Fascism.* In: TOMLINSON, Alan and YOUNG, Christopher (Ed.). **National Identity and Global Sports: Culture, Politics and Spectacle in the Olympics and the Football World Cup**. New York: State University of New York Press, 2006.

GRAHAM, Cooper. **Leni Riefenstahl and Olympia**. Lanham, Md.: Scarecrow Press, 2001.

GUTTMANN, Allen. Berlin 1936: The Most Controversial Olympics. *In:* **National Identity and Global Sports: Culture, Politics and Spectacle in the Olympics and the Football World Cup**. New York: State University of New York Press, 2006.

HARRIS, Harold. **Sport in Greece and Rome**. Londres: Thames and Hudson, 1972.

HART-DAVIS, Duff. **Hitler's Games: The 1936 Olympics**. New York: Harper & Row, 1986.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. São Paulo, Centauro,2001.

JACKEL, Eberhard. **Hitler Ideologue**. Paris, Gallimard, 1973;

KRUGER, Arnd. *The Ministry of Popular Enlightenment and Propaganda and the Nazi Olympics of 1936 In:* **Global and Cultural Critique: Problematizing the Olympic Games: Fourth Symposium for Olympic Research, October 1998. p. 33 – 48**.

KRUGER, Arnd. *Once the Olympics are through, well beat up the Jew: German Jewish Sport 1898-1938 and the Anti-Semitic Discourse In:* **Journal of Sport History, 1999, Vol. 26, No. 2, p. 353-375.**

LESSA, Fabio de Souza. **Corpo e Cidadania em Atenas Clássica**. IN: THEML, N., BUSTAMANTE, Regina & LESSA, Fabio de Souza. **Olhares do Corpo.** Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2003.

LESSA, Fabio de Souza. **Corpo, Esporte e Masculinidade em Atenas.** IN: Revista **PHOINIX**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004.

LESSA, Fabio de Souza. **Atividades Esportivas nas imagens Áticas.** IN: Revista **PHOINIX**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2005.

MANDELL, Richard. **The Nazi Olympics**. Champaign, University of Illinois Press, 1987.

MELO,Victor Andrade. **Cinema & Esporte: diálogos**, Rio de Janeiro, Aeroplano, 2006.

REICHEL, Peter. **La Fascination du Nazisme**. Paris, Jacob Ed.,1993;

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record,1997.

VANOYEKE, Violaine. **La Naissance dês Jeus Olympiques e lê Sport dans l'Antiquité**. Paris: Lês Belles Lettres, 1992.

VERNANT, Jean-Pierre. **O Homem Grego**. Lisboa: Presença, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Italianos para o Rio Grande do Sul: um novo conceito de família

Milton Cleber Pereira Amador*

Resumo: O trabalho propõe-se a analisar o novo conceito de família estabelecido no Rio Grande do Sul a partir da imigração italiana. A nova relação de produção e mudanças no plano social com a presença da família. Aborda-se a situação na Itália no final do século XIX. As razões para que ocorresse a imigração para o Brasil e especificamente para o Rio Grande do Sul. As dificuldades para chegarem ao local de destino, desde a partida. O papel do Estado e agentes de colonização. A diferença da colonização que irá ocorrer no Rio Grande do Sul com o restante do país, principalmente tendo a família como a célula do processo produtivo. O porquê da região serrana, ser reservada para os imigrantes italianos. As famílias aumentam e a falta de terra provocou um suceder constante de imigração para outros espaços.
Palavras-chave: imigração – família – colono.

Abstract: The purpose of this work is to analyze a new concept of family established in Rio Grande do Sul from Italian immigration. A new relationship in social plan with the family presence. The research discusses about the situation in Italy in the final of XIX century. The reasons to occur the immigration to Brazil mainly to Rio Grande do Sul. The difficulties to them arrive at the local, since the departure. The presence of Union and agents of colonization. The differences of colonization would occur in Rio Grande do Sul with the rest of the country, mainly with the family as a cell of productive process. The mountain region to be reserved is the proposal of Italian immigrants. The families increased and the lack of earth provoked a constant immigration to other spaces.
Key-words: immigration – family – colony.

A colonização, primeiramente a alemã, depois a italiana e posteriormente a polonesa provocaram na sociedade brasileira um foto revolucionário sob todos os aspectos, principalmente ao latifúndio, a monocultura, e a escravidão. Trouxe mudanças profundas criando um novo conceito de família até então existente no país. De Boni e Costa (1984, p. 84), destacam que

> *perdida na solidão da floresta, a família era entregue a si mesma, e adquiria, para poder sobreviver, elevado grau de auto-suficiência, o qual favoreceu, em parte, o surgimento de um grande artesanato regional. Alguns autores, ao tratarem da formação do Brasil, afirmam que esta deveu-se, fundamentalmente, à família; enganam-se, porém, pois confundem a casa grande com a família, esquecendo os milhões de escravos, aos quais a lei não reconhecia o direito de casar-se e que, quando muito, eram tratados pelos mesmos interesses que orientam os proprietários no planejamento de reprodução de seus rebanhos. Poucas nações*

* Professor da Universidade do Contestado – UnC, mestre em Educação e doutorando em História pela UNISINOS.

> *modernas tiveram laços familiares insignificantes como os do Brasil colonial e imperial, à base dos quais, quando existentes, encontram-se a prepotência do marido e a resignação da esposa. Á família de tantas referências religioso-jurídicas de nossos estudiosos, faltava então a base sócio-econômica que a colonização possibilitaria.*

Penso que estas idéias de Luis A. de Boni e Rovílio Costa sintetizam um pouco a história da imigração italiana para o Brasil e principalmente para o Rio Grande do Sul, estabelecendo um novo conceito de família, que tratarei com mais especificidade neste artigo.

A imigração italiana não mudará somente o perfil econômico do Estado, mas principalmente trará mudanças nas relações sociais. Essas relações estarão combinadas com a produção econômica vinculada fundamentalmente a ocupação da terra e sua produção. A relação de produção com a família será o fator novo nesse processo. Como tratam alguns autores, como Antonio Candido e Gilberto Freire; as famílias antes da colonização possuíam apenas semelhanças na aparência durante o Brasil colônia, pois a grande maioria da população era escrava não podendo construir laços familiares. A família do senhor era constituída com o objetivo de manter as relações sociais de dominação e reproduzir uma sociedade patriarcal.

Mariza Corrêa, citada por Sheila de Castro Faria (1997, p. 255), em artigo publicado em 1982, contraria a tese de Candido e Freire, afirmando em síntese que. "Se a família patriarcal dominava, em termos ideais, outras formas de organização familiar estavam presentes e não poderiam ser desconsideradas". Ou seja, a autora procura identificar outras possibilidades de organização familiar, e não apenas o conceito tradicional de família que predominava durante o período do Brasil colonial.

A colonização italiana para o Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul, nos trará outra perspectiva de família. Não será mais a família do senhor de engenho e de fazenda e nem a de escravos ou de uma parte da sociedade que viviam em concubinato. Como os italianos que migravam viviam na Europa numa relação um pouco mais próxima de igualdade entre homens, mulheres e filhos, a colonização trará esta nova possibilidade de família, não havendo, portanto, mudança só no plano econômico, mas, também uma nova relação social surgirá a partir da família. Diz Engels (1984, p. 124): "A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema".

Foi a partir de 1875 que começou o grande êxodo de colonos da Itália para o Brasil, devido à expulsão de suas terras encontravam-se em profunda miséria sem mais terem condições de buscar o mínimo necessário para a subsistência da família.

A Europa começou a sofrer profundas modificações no mundo do trabalho, após o advento do capitalismo industrial, no século XVIII. Zuleika Maria Forcione Alvin (2000, p. 385), assim destaca este momento: "A passagem do sistema de produção feudal para o início da produção em moldes capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi à época em que isso aconteceu".

No campo irão ocorrer mudanças na base social, provocadas principalmente pela privatização da propriedade rural. Conforme destaca Hobsbawm (1982, p. 203). "A desarticulação do artesanato doméstico, em razão do crescimento da indústria, a privatização de terras comunais e a quebra de antigos vínculos de subordinação modificaram por inteiro a vida no campo". Do ponto de vista político, a unificação da Itália não mudou a situação de miserabilidade do camponês, muito antes pelo contrário, a necessidade de reestruturação do país levou as autoridades estabelecerem cobranças de impostos ainda maiores, provocando mais pobreza ao camponês que perdiam suas terras por falte de pagamento de impostos.

A emancipação do camponês em relação à tutela senhorial, levou-o a certo distanciamento da terra, pois teriam de adquiri-la em compra ou arrendamento. Assim passaram a não terem mais condições de permanecer no campo, muitos indo para as cidades em busca de trabalho. Alguns encontravam pequenos a fazeres de biscate, sendo que a remuneração não daria para sustentar uma pessoa, ficando a família num quadro de miserabilidade total.

Fatores como estes começaram a provocar um processo gradativo de imigração dessas pessoas, em busca de condições de sobrevivência, visto que cada vez mais aumentava o número de desempregados na cidade, devido ao processo de desocupação dos trabalhadores no campo e a exploração que ocorria nas fabricas. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 45), destaca ainda que

> *a grande emigração européia durante o século XIX foi, principalmente, conseqüência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo. O campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados. Objetivamente, o que ocorreu em todas as partes, foi a destruição da ordem tradicional camponesa, que mantinha um equilíbrio entre a produção agrícola e artesanal durante as diferentes estações de um ano.*

Desta forma, o que podemos constatar, é que a emigração ocorrida no mundo europeu será fruto da desarticulação da sociedade camponesa surgida após o advento do mundo industrializado. Thales de Azevedo (1975, p. 47) acrescenta que "o extremo fracionamento da terra, os salários baixos e os elevados tributos eram também um fator de

pobreza no Vêneto. O cultivo dos minúsculos lotes em todo o Norte não bastava para sustentar as famílias, em sua maioria numerosas".

Assim, podermos constatar que muitos fatores influenciaram a emigração européia, particularmente a italiana para o Brasil. Esta, portanto não foi fruto de uma ação espontânea, mas a conjugação de vários fatores ligados principalmente a interesses econômicos de uma nova ordem social que se estabelecia com a Revolução Industrial e o surgimento da burguesia como nova classe social que buscava de todas as maneiras enriquecer.

O início da viagem do imigrante também é marcado por um longo processo de sofrimento. Tomada primeiramente pela decisão de abandonar sua terra natal, talvez num eterno exílio, deixando familiares e uma relação social construída ao longo da vida. O abandono da aldeia deixa para traz parentes próximos e é a primeira decisão traumática a ser enfrentada. Reunir os poucos pertences que possui e levar junto significa algo muito mais que material e sim lembrança de um passado que muito distante ficou.

Outro grande desafio dos imigrantes italianos após a chegada nas colônias gaúchas seria enfrentar todas as dificuldades oriundas de uma região coberta por matas virgens e isolada de tudo e de todos pelas dificuldades de comunicação. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 34) afirma que os colonos foram levados a estes locais por que. "Efetivamente, a colonização estrangeira dirigia-se às regiões de matas e subidas de serra, locais desinteressantes para o grupo pecuarista dominante". Este fato é comprovado se verificarmos o processo histórico de ocupação do Estado riograndense, que teve na estância de gado sua principal atividade econômica, marcando desta forma a ocupação das melhores terras para a pecuária extensiva. Sobraram assim, as regiões montanhosas e de pouco interesse econômico para a época.

No Rio Grande do Sul a colonização era para as regiões agrícolas. Compreende-se porque a maioria dos imigrantes vinha do norte da Itália, pois foi esta região uma das mais atingidas pela crise econômica, principalmente após a unificação. Como eram trazidos para a região colonial da serra gaúcha, esta foi demarcada para receber os novos moradores, conforme esclarece De Boni e Costa (1984, p. 80), "a colônia foi dividida em travessões ou linhas, que, por sua vez, dividiam-se em lotes rurais".

Fator de destaque na história da imigração brasileira é o papel do Estado enquanto agente político do processo. Algumas versões aparecem nos relatórios da época. Por exemplo, durante o Império era desejo dos liberais incentivar povoamento no Sul do Brasil com objetivo de garantir a posse dessas regiões devido ao problema de fronteira com os países

vizinhos do prata. Também esses mesmo liberais defendiam a entrada de imigrantes pobres para a região sudeste com propósito de substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Alguns autores entre eles Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 384), defende que

> *o embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como o branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários.*

No Rio Grande do Sul, vai ocorrer um modelo de colonização diferente do centro do país, primeiro como destacam De Boni e Costa (1984, p. 81). "A região da colonização italiana do Rio Grande do Sul, ao contrário da quase totalidade dos grandes centros de imigração italiana do mundo, compunha-se principalmente de famílias". Enquanto em São Paulo se pensava uma colonização apenas para substituir a mão-de-obra escrava, sem o colono ter a posse da terra. Afirmam ainda que:

> *Mais de 85% dos homens adultos eram, pois, casados e haviam partido com seus familiares, o que caracteriza a colonização gaúcha como obra de família, e não de indivíduos isolados. Isto não deixou de ter grandes reflexos psicológicos, facilitando ao individuo os primeiros tempos na colônia, por não sentir-se isolado. Sob este aspecto, pode-se dizer que os colonos do Rio Grande do Sul foram privilegiados, em comparação com seus compatriotas dispersos pelo mundo.*

Assim, o que se dará no Rio Grande do Sul, é uma colonização com distribuição de terras a famílias de colonos. Desta forma, irão fazer brotar da terra uma possibilidade concreta de construírem o sonho da riqueza, que trouxeram da Europa. Embora Mario Maestri (1996, p. 62), ateste que não "Houve enriquecimento significativo dos colonos. Eles trabalhavam, sobretudo para manter-se. Quando os filhos cresciam, novas propriedades eram abertas, se houvesse terra". A riqueza que houve deu-se muito mais pela acumulação do capital comercial do imigrante.

O que se percebe é que o fenômeno da imigração promove um fato revolucionário no Brasil. De Boni e Costa (1984, p. 83) atestam que "sua célula de produção era a família – compreendendo esta os país e os filhos – e não mais a grande unidade do engenho, da fazenda ou da estância". A colonização traz para cá, pessoas com outra concepção social e de trabalho, isto determina mudanças de comportamento cultural, político e econômico ao longo do processo histórico, onde se estabeleceram as colônias e mesmo trabalhadores em centros urbanos. Dilse Piccin Cortese (2002) destaca que foi um movimento de reforma agrária e que este modelo foi capaz de entregar terras para milhares de camponeses europeus.

No Rio Grande do Sul, toda a região de vale dos rios Jacuí, Taquari, Sinos e Caí, da Serra e parte do Planalto Norte, terá um perfil econômico diferente do restante do Estado. O mesmo até então era ocupado por fazendas e grandes estâncias voltadas a criação bovina e ovina em grandes extensões de terras. A formação cultural do homem desta região, era completamente diferente do colono, pois este tinha adquirido sua propriedade de forma muito diferente do imigrante, que comprou uma pequena colônia pagando com o trabalho de toda a família. Vânia Herédia & Loraine Giron (2005, p. 23) acrescentam que

> *um novo mundo e uma nova cultura se instalam nas terras antes dominadas pelos gaúchos, os "monarcas das coxilhas". As fazendas na expansão da colonização são ocupadas pelos pequenos agricultores. Estes e suas famílias colorem de forma diferente os vales e as montanhas.*

O recomeçar uma nova vida não foi fácil, tudo era desafio. A limpeza do terreno para construir sua primeira habitação será o início e, marcava a referencia para o novo lar, e criava as bases para a economia familiar. O trabalho era de sol a sol, tinham que ter persistência na tarefa. Muitas desistências ocorreram, outros foram para as cidades e houve até mesmo, inúmeros casos de quem voltou ao seu país de origem.

A aquisição da colônia e todos os apetrechos iniciais, necessários para começar o trabalho eram financiados pelo governo, isto até 1880. Após houve restrições a subsídios de passagens e a outros tipos de auxílios. Mesmo assim continuaram tendo algum tipo de ajuda, pois é de imaginar que os imigrantes chegavam ao Brasil com muito pouco utensílios agrícolas e domésticos. A maioria era muito pobre sem as mínimas condições de garantir a sua própria subsistência. "Poucos eram os que traziam algumas economias, algum capital da Itália" (AZEVEDO, 1975, p. 145).

Após, instalado na colônia, o imigrante começa o processo de utilização da terra. Devido à necessidade de produzir inicialmente para a subsistência, irá plantar de tudo um pouco em pequenas quantidades. Mário Maestri (2005, p.86) diz que "criavam galinhas, porcos e muitos filhos, que aumentavam a força de trabalho familiar. Almejava-se a auto-subsistência, ou seja, produzir tudo que fosse necessário ao grupo familiar". Esta relação de pequena propriedade aliada com força de trabalho familiar dará um novo perfil à ocupação da terra, ou seja, criava-se uma atividade agrícola voltada a policultura.

Desta forma, irá se configurando nas colônias italianos o novo modelo de desenvolvimento econômico de pequena propriedade familiar e diversidade de produção. Para Mário Maestri (1996, p. 206), o "projeto colonizador – forneceu terra a dezenas de milhares de famílias de trabalhadores rurais e de camponeses minifundiários europeus". Esta ocupação

rapidamente se estenderá por toda a região da serra e o planalto norte do Estado do Rio grande do Sul, expandindo-se no início do século XX, para o Estado vizinho de Santa Catarina. Neste sentido, terá absoluto sucesso o projeto de imigração das autoridades brasileiras, pois o objetivo eram esses elementos, de origem européia ocuparem as terras devolutas, impróprias para o grande latifúndio. Conforme Dilse Piccin Corteze (2002, p. 113).

> *o sucesso macroeconômico e macrossocial do movimento migratório, inicialmente com colonos alemães, mais tarde italianos, é evidente. Entre as razões desse sucesso encontram-se, certamente seu planejamento e desenvolvimento relativamente harmônicos e satisfatórios, considerando-se as condições da época, os recursos e, sobretudo, os objetivos das autoridades estatais e das elites da época.*

Devido à cultura familiar de viverem em pequenas propriedades na Itália, não foi difícil aos colonos adaptarem-se no Brasil ao projeto de produzirem em diminutas colônias de terras, se comparadas aos grandes latifúndios existentes na época. A isto, pode-se atribuir em parte o sucesso do modelo colonial. A nova ordem socioeconômica garante ao Estado suportar com mais segurança os períodos de crise enfrentados principalmente pela economia do latifúndio pecuarista. Zuleika Maria Forcione Alvin (2000, p. 394), destaca outros fatores da nova atividade econômica.

> *A paisagem sulina ganhou uma perspectiva muito diferente do restante do país, onde predominava a grande propriedade. O que se via era um suceder de pequenos lotes onde o milho e o trigo, cereais básicos na dieta italiana, dominavam ao lado de verduras de toda a espécie. No Rio Grande do Sul também os italianos se voltaram muito cedo para o cultivo da uva, transformando esse estado no maior produtor nacional do vinho até hoje.*

Esta mesma atividade familiar em pequena propriedade é que levará este colono a buscar constantemente novas terras em outros espaços. A produção capitalista não integra o filho do imigrante ao sistema produtivo urbano. Como as famílias dos colonos tornavam-se muito numerosas e a colônia era pensada apenas para atender uma família, esta não suportaria a segunda geração, levando muitos dos filhos a buscarem outras terras.

Assim, num suceder constante de migração foi que os descendentes de imigrantes fizeram novas ocupações de espaços vazios até mesmo em, outros Estados. Levam sempre a idéia de que a agricultura em pequena propriedade é uma atividade familiar. Isto possibilitou novos modelos de desenvolvimento econômico no país. Embora, esta sendo um dos principais carros chefes da economia brasileira a agricultura familiar, herdada do imigrante que constituiu sua base econômica numa relação entre a pequena colônia de terra e sua família, este sofre profundo processo de exclusão social fruto de um modelo concentrador e

excludente. Assim, para que se estanque o processo de exclusão um outro modelo precisa ser pensado. Um modelo que inclua os milhares de deserdados da terra que vivem em baixo de lonas e, em acampamentos nas beiras de estradas como viviam as primeiras famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil.

Referências:

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). *In.:* FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos;** os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in america:** história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul.** 3. ed. ilustr. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Brasiliense. 1984.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Global, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. *In.:* CARDOSO, Ciro Flamarion, RONALDO, Vainfas (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

GIRON, Loraine Slomp HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Rovílio Costa:** homem, obra e acervo. Porto Alegre: Suliani Editografia, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital. 1848-1875.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização do Império.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra**: a colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. **História e literatura:** O quatrilho. Belo Horizonte: Práxis, 1996.

MANFROI, Olívio. **A Colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. Porto Alegre: Est, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Graciliano Ramos historiador?: a história de uma pequeníssima república

Francisco Fabiano de Freitas Mendes[1]

Resumo: O presente texto insere-se na discussão sobre a narrativa historiográfica em suas várias vertentes e possibilidades; aqui, especificamente, na relação história e literatura a partir de um ângulo oposto do convencional: quando a literatura pretende-se historiografia.
Palavras-chave: narrativa historiográfica; história-literatura; modernismo brasileiro.

Abstract: The present text interferes in the discussion of the historical narrative in their several slopes and possibilities; here, specifically, in the relationship between history and literature starting from an opposite angle from the conventional: when the literature intends to be intended historiography.
Keywords: hitorical narrative; history-literature; Brazilian modernism.

Nas últimas três décadas, muito se falou e se escreveu sobre a relação história e literatura. Autores de diferentes paradigmas, correntes historiográficas, filiações teóricas, campos da produção historiográfica foram, aos poucos, conformando-se e confortando-se nas mais variadas camadas da discussão. Questões metodológicas outrora "quentes", como a literatura poder ou não ser fonte para a história, esfriam à medida que se leva em conta , por exemplo, o fascínio que Engels nutria pela obra de Balzac, declarando que, com a *Comédia Humana*, aprendera "mais do que com todos os historiadores, economistas e estatísticos profissionais do período" (ENGELS, 1986:71). Outros pontos da discussão: "o real e fantasia, a objetividade e a subjetividade, o verdadeiro e o belo" (BARTHES, 2002:18-20), todos eles foram, de certo modo, encontrando aquietação de Aristóteles para cá, restando talvez como ponto mais nevrálgico a questão da narrativa. Ironicamente, esta última abarcou os farelos de polêmica daqueles primeiros e hoje não podemos, discutir sobre narrativa historiográfica sem falar pelo menos em *acontecimento*, *contexto*, *verossimilhança*, *convencimento*.

Se pensarmos então que a diferenciação entre história e poesia (literatura) repousa sobre tais elementos, e se a eles juntarmos os debates entre os "paradigmas rivais" na atualidade, a questão da narrativa concorre, no mínimo, para um novo reencontro de Clio com Calíope. Encontro que agora põe em xeque o estatuto de ciência (CHARTIER, 2001:170-171)

[1] Mestre em História Social (UFC) e prof. no curso de história da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN

adquirido pela primeira quando da separação efetiva da segunda no início do XIX (COSTA LIMA 1989:123-129). [2]

As questões sumariadas acima serão discutidas aqui a partir da obra de um escritor realista, Graciliano Ramos, que em 1940 escreveu breve ensaio intitulado *Pequena História da República*.[3] A razão para tal escolha deve-se ao fato de que diante da importante onda interdisciplinar que vivenciamos no presente pouco se fala ou se escreve sobre as contribuições que a história tem a dar às outras disciplinas; como se a história, nessa saudável relação, só tivesse portas abertas para dentro na medida em que outros conhecimentos só tivessem portas abertas para fora. Assim, o que se pretende discutir aqui é, sobretudo, a particularidade da narrativa historiográfica e como, em determinados momentos (como em *A Pequena História...*), a literatura dela se apossa. No entanto, estabelecer os equívocos metodológicos do ensaio pretensamente historiográfico de Graciliano Ramos está longe de ser nosso maior intento; tentar compreender o porquê de determinada direção escolhida (ou nenhuma) e tentar apontar a *Pequena História da República* como produto a mais de uma tradição de pensamento sobre a história do Brasil, além das condições de sua produção, para diante de tudo isso refletirmos sobre o nosso "lugar social de produção do conhecimento" (DE CERTEAU, 1982:65-77), aproxima-se mais do objetivo deste texto.

O discurso historiográfico caminhou praticamente incólume por algum tempo até se tornar o que durante algum tempo foi: cientificista. Mas se hoje o cientificismo/verdade já não é o caráter aparentemente indelével da narrativa historiográfica, aquele deixou, contudo, marcas na atual forma de narrar a história que a diferencia definitivamente do aspecto formal do discurso literário, pois trabalhamos com a necessidade do maior grau possível de credibilidade e verossimilhança, elementos cruciais para produzirmos nossa verdade. Rege esse nosso doloroso passeio pela folha em branco uma série de normas da escrita que abrange desde técnicas de citação à linguagem referencial, passando pela correta maneira de utilizar notas de rodapé, que é quando temos a chance de fazer um metatexto do texto que estamos fazendo.

Já a literatura não padeceria desse controle formal (não nessa esfera), sua sina seria outra: a da "opressão" dos limites da folha em branco e da "angústia" da impossibilidade

[2] Embora se referindo especificamente ao período da cisão entre ciência e literatura, Costa Lima ainda dirá que não faltaram críticos, já no século XIX e início do XX, do modelo cientificista, bem como da própria razão moderna, condutora da epistemologia dominante. Dentre os críticos citados pelo autor: Dilthey, Lukács, Jakobson e Benjamin.

[3] Em 1940, inspirado num concurso literário promovido pela *Revista Diretrizes*, Graciliano escreve *Pequena História da República* – obviamente não concorre ao prêmio e o texto só vem a lume na década de 1960. Numa linguagem despojada e sarcástica, destinada ao público jovem, o escritor, em pleno Estado Novo, dá sua explicação para os fatos marcantes nos quais estrelaram os grandes vultos da nação desde 1888 até 1930.

de ser plena enquanto demonstração de uma memória passada que se lança num presente ou enquanto fabrico de uma visão sobre o presente lançada ao futuro para daí então ser memória.

Contudo, a própria literatura brasileira, inspirada na onda realista do XIX, não escapa da auto-tarefa de ser ela também construtora da verdade. Certo mecanicismo que povoa suas vertentes no século XX, do realismo crítico ao realismo socialista, supõe a literatura "como mero testemunho da sociedade, como uma espécie de documento destinado exclusivamente ao registro dos fatos". Mônica Pimenta Velloso aponta a obra euclideana como a "literatura-modelo" dessa tradição, e como sua inspiração a "trindade tainiana", composta de meio (terra/tempo), raça (homens/mentalidades e tradições) e momento (luta/acontecimentos) (VELLOSO, 1988:240,259). Na *Pequena História da República*, obra de um não-historiador, atua fortemente esta mesma inspiração. Começo por aí. Dividido em 50 tópicos espalhados irregularmente nas suas 50 páginas, o ensaio se inicia com o tópico *As Coisas*, no qual figura um arrolamento de mudanças e permanências de mentalidades e hábitos, além do avanço tecnológico porque passou o país do XIX para o XX:

> *Em 1889 o Brasil se diferenciava muito do que é hoje: não possuíamos Cinelândia nem arranha-céus; os bondes eram puxados por burros e ninguém rodava em automóvel; o rádio não anunciava o encontro do Flamengo com o Vasco, porque nos faltavam rádio, Vasco e Flamengo; na estrada de Ferro Central do Brasil morria pouca gente, pois os homens, escassos, viajavam com moderação; existia o morro do Castelo, e Rio Branco não era uma avenida – era um barão, filho de visconde. O visconde tinha sido ministro e o barão foi ministro depois. Se eles não se chamassem Rio Branco, a avenida teria outro nome (RAMOS, 1981:134).*

A narrativa em negação – típica do autor de *Vidas Secas* – flagra o jogo de temporalidades, no caso, o da passagem de um modo de viver a outro influenciada pelas novidades da modernidade. A substituição de um modo de vida por outro que coincide com a mudança do cenário político favorece a informação em negativo do passado, visto que o tempo no qual fala o autor é o da própria república. Já o que poderíamos chamar de longuíssima duração, ou o cenário onde se estabelece a relação homem natureza, merece uma narrativa positiva, cumulativa, harmônica: "O amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso e as florestas de Mato Grosso comportavam-se como hoje" (RAMOS, 1981:134).

Seguindo a inspiração tainiana (única de que dispunha?), o ensaio prossegue com uma seqüência de tópicos iniciada com *Os Homens*:

> *Os homens maduros de hoje eram meninos. O sr. Getúlio Vargas, no sul, montava em cabos de vassoura; o sr. Ministro da Guerra comandava soldados de chumbo; o sr. Ministro da Educação vivia longe da escola, pois ainda não existia (RAMOS, 1981:135).*

A linguagem em negativa reafirma a estratégia utilizada na primeira parte. A seqüência de personagens históricos prossegue com os tópicos *Os Antigos Senhores*, *Os Antigos Escravos*, *Os Padres*, *Os Militares*. Para esses segmentos da sociedade que atuarão fortemente no período republicano, sobretudo os militares, Graciliano aponta uma característica específica para cada um: os antigos senhores, empobrecidos e rancorosos; os antigos escravos, "sem destino, meio doidos"; os padres, divididos entre uma postura conservadora e uma espécie de tradição revolucionária que se arrastava desde a colônia; os militares, descontentes e cientes do poder que possuíam (RAMOS, 1981:135-141). Até esse ponto do ensaio é observável que seu autor não descreve, não narra nenhum fato em específico. Está preocupado em preparar uma base conjuntural sólida para só então deitar a seqüência dos eventos republicanos. Faz lembrar a tese de Koselleck: "'eventos' só podem ser narrados e 'estruturas' só podem ser descritas" (KOSELLECK, 2006:133).

Realmente, para Graciliano, a história da república representa a passagem de um cenário a outro (não sem permanências), e representa também um desfile de autoritarismos (via processo de fortalecimento e imposição dos militares ou via rearranjo das elites econômicas conforme a dinâmica do capitalismo – conjuntura/estrutura e média duração). Segue-se a essa descrição o rol de eventos a confirmar o teor do ensaio: a república à brasileira teria sido uma seriíssima comédia de erros (ver os tópicos *Não Matem o Barão* e *Está Preso, Está Solto, Está Preso de Novo*). Contudo, vale salientar que apesar de no título do ensaio constar o termo história, e de ainda seguir seu autor preceitos até certo ponto condizentes com seu universo de leitura de mundo, a *Pequena História da República* não seria historiografia. Não no sentido que o termo sugere para a chamada história científica. Não obstante nela haver citação – inclusive aspeada, embora não explicitada a fonte –, ou ainda tópicos recheados de informações, como em *A Propaganda*, tópico de uma única página que traz 11 datas, 10 personagens históricas, 08 lugares e 07 eventos; não obstante tudo isso, falta-lhe conceitos. Koselleck explica melhor: "Nenhum evento pode ser relatado, nenhuma estrutura representada, nenhum processo descrito sem que sejam empregados conceitos históricos que permitam 'compreender' e 'conceitualizar'" (KOSELLECK, 2006:142). Tal necessidade existe na medida em que na dança entre eventos e estruturas maneia-os os conceitos na busca da compreensão; isso porque eventos não se explicam por si e estruturas sem eventos são meras abstrações. Mas a necessidade de conceitos se faz mais premente mesmo pela própria limitação da história quando posta diante da utopia da verdade. O resultado obtido sobre "eventos investigados nunca é idêntico à totalidade das circunstâncias passadas, supostamente tomadas como reais naquele momento" (KOSELLECK, 2006:141).

Ora, se tal limitação se aplica à história – observadora por excelência do passado –, o mesmo deve acontecer com a literatura realista, cujo método é o da observação do real.

Assim, não podendo a narrativa literária ser plenitude, e não podendo a narrativa historiográfica ser a própria verdade, ambas são discursos que se corroboram mutuamente por se debruçarem sobre realidades e produzirem sentidos que são, antes de tudo, ação. Nesse caso, se a seguinte afirmação de Paul Ricoeur passa ao largo de ser tranqüilizadora, ela promove certa harmonia entre a *verdade histórica* e a *verdade literária*: "não somos menos leitores de história do que de romances". Referindo-se às informações e análises que acabam por habitar a literatura, Ricoeur prossegue: "a história e a ficção só concretizam cada uma sua respectiva intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra". E quanto à imaginação historiográfica, sem a qual o historiador se transforma numa máquina copiadora (obviamente fraudulenta) de dada realidade temporal, e da busca pela verossimilhança que atravessa a obra literária – mesmo a dita fantástica – o filósofo francês conclui mostrando que "essa concretização [entre história e ficção] só é atingida na medida em que, por um lado, a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo" (RICOEUR, 1997:316-317). Objetivos semelhantes, diferenças no método e apresentação dos resultados, diálogo possível. É basicamente a condição de narrador o que une historiador e escritor; mas é justamente o modo de narrar e de lidar com os arquivos do tempo (em todas as suas facetas) o que os distingue.

Dizendo com letras impressas, escritor e historiador não fazem outra coisa que não fazer. Como um pedreiro construindo uma casa ou um padeiro assando um pão, aquele que escreve produz um livro, um artigo, um poema, um manifesto e, se faz desse ofício mais do que uma cópia da ficção ou da história que produz, transforma-se ele num confesso "narrador" da vida e do tempo. E se expande quanto mais nos outros vê-se a si mesmo e vice-versa, pois como sustentou Benjamin, ele "pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer) (BENJAMIN, 1994:221)" ou por ver, por sentir, por tocar. Mais para dentro, mais para fora, mas no mundo, ambas as narrativas – historiográfica e literária – promovem o vaivém entre conhecimento e sociedade, pois sua produção está constantemente perpassada pelo enriquecedor conflito entre o *eu* e o *outro*, entre *a disciplina da pesquisa* (o encontro doloroso com outro) e *a prática da escrita* (o doloroso reencontro com o eu, agora contaminado pelos "bacilos" do outro), entre a verdade de fora e a verdade de dentro, a verdade no papel e a verdade do mundo.

Desse modo, história e literatura também se irmanam nas impossibilidades da neutralidade e da contemplação do produto acabado. Ambas falam tanto mais de si mesmas e expõem seus "autores" quanto mais estes últimos tentam falar somente do que falam; e sabem eles que o ponto ao final de um texto é apenas a espera de um novo sol para que, qual Sísifo, comece tudo novamente. O desejo de narrar não tem fim porque não o tem o de saber e sentir; e não faria sentido guardar para si o que se sabe, pois ainda trazemos a preocupação primeira de Heródoto: escrevemos para lembrarmos. Daí sermos (historiadores ou literatos, professores ou contadores de história) compelidos a lutar na batalha entre memória e esquecimento, mas lutando nos dois lados, empunhando narrativas e fazendo o jogo da "tradição das lembranças", termo caro e impreciso que flagra a tendência que temos para ver a tradição somente em seu aspecto positivo, de acumulação. Ter tal consciência em relação ao conhecimento historiográfico como elemento de um processo de "tradição das lembranças" é de suma importância, pois segundo Mastrogregori:

> *Não dispomos de um termo que abarque conservação e destruição, memória e esquecimento, embora seja freqüente o reconhecimento de que aqueles nunca se separam desses: o arqueólogo escava e soterra ao mesmo tempo, o arquivista conserva e descarta etc. Chamar de* tradição *ao processo histórico de transmissão e destruição de lembranças, imagens, objetos, textos é, portanto, uma imprecisão inevitável. A palavra só é apropriada para a ação "positiva", a que torna* visível *o resultado, e não para ação que torna* invisíveis *os rastros (MASTROGREGORI, 2006:68-75).*

Diante disto, comecemos a olhar a terceira parte do ensaio: os eventos republicanos. Todos guardamos – materialmente ou na memória – os livros de história do antigo primeiro grau. Pois bem, no que tangia à história do Brasil republicano, uma breve introdução era seguida do desfile de cada presidente do Brasil com suas respectivas ações e os eventos marcantes de cada quadriênio. O ensaio escrito para jovens, datado de 1940, está andaimado de modo análogo. Graciliano faz uma história majoritariamente política, com algumas exceções como o ataque à primeira fase do modernismo, no tópico *1922*, quando ao relatar uma onda que varre o país, com "greves dos trabalhadores marítimos, greve dos operários de construção" e "demonstrações de indisciplina e revolta" – obviamente se referindo a fundação do partido comunista – dispara:

> *Com certeza seria melhor deslocar o deputado, o senador e o presidente. Como estes símbolos, porém, ainda resistiam, muito revolucionário se contentou mexendo com outros mais modestos. Não podendo suprimir a constituição, arremessou-se à gramática (RAMOS, 1981:178).*

Ainda durante a terceira parte, pode-se dizer que Graciliano comete várias omissões e atribui valores de juízo, demonstrando claramente o olhar filiado ao projeto stalinista: incompreende Antônio Conselheiro (*Canudos*), só enxerga positividade nas ações de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, não procurando em momento algum localizar a população carioca (*Rodrigues Alves*, *A Febre Amarela*, *A Varíola*); por outro lado tenta, na medida do possível, pois está em pleno Estado Novo, conferir certa notoriedade ao marxismo, chamando-o de "idéias exóticas" (*Primeiras Dificuldades*) e "idéias esquisitas" (*O Segundo 5 de Julho*), neste último referindo-se à coluna Prestes, sem citar o Cavaleiro da Esperança, obviamente. Mas o que dá um caráter de unicidade ao texto é a sensação de abandono, de falta de perspectivas que seu autor dá para o Brasil. O último tópico do ensaio, *1930*, fecha-o com um tom plenamente antipedagógico. Se o autor de *Memórias do Cárcere* não tece crítica mais profunda ao evento que dá início a Era Vargas, também não o qualifica laudatoriamente – define-o como um processo até certo ponto necessário e inevitável, ligado a outros que o precederam com menos força e mais romantismo, mas que para Graciliano trazia a cara da política do Brasil: uma ação sem planejamento para um país de contrastes aparentemente irreconciliáveis:

> *Os homens de 1930 não tinham um programa. E justificaram-se. Como teriam podido arranjar isso? Importar? Que é que deviam importar? Vivíamos num país onde os lugares se diferençavam muito uns dos outros. O nordeste era superpovoado, o Amazonas era quase deserto. Tínhamos criaturas civilizadíssimas em Copacabana e selvagens de beiço furado no Mato Grosso. Quem sabia disto lá fora? (RAMOS, 1981:185).*

Se a narrativa da *Pequena História da República* flagra que não é um historiador o dono de suas palavras evidencia, porém, a importância que seu autor dava à história.

Graciliano Ramos sentenciou certa vez: *"Sem a história, creio, estaríamos num espaço inútil a qualquer meditação"* (RAMOS, 1992:160).

Concordo. Mas o enfrentamento do passado brasileiro recente através da meditação histórica não oferece ao leitor, ao termino das 50 páginas do ensaio, qualquer ponto a se mirar. Longe de tentar estabelecer como tarefa da história apontar soluções para o futuro através dos exemplos do passado, e também ciente de que a linguagem debochada adotada por Graciliano era, antes de tudo, contraposição à onda patriótica que varria o país (o samba-exaltação *Aquarela do Brasil*, por exemplo, é de 1939), ainda assim, Graciliano parece querer fazer a história de um passado que não deveria ter sido. Com fatalismo similar ao de um Paulo Prado, o autor da *Pequena História da República* oferece à juventude ex-escravos doidos, beatos idiotas, população ausente, militares autoritários ou militares loucos, com idéias

estranhas, políticos gatunos, revoluções sem prumo. O lugar de onde fala seu autor é o do pessimismo extremo, talvez tão nocivo para a narrativa historiográfica quanto o discurso laudativo. E não obstante a boa gama de informações e o percurso cronológico que caracteriza a história funcionando no texto, a *Pequena História da República* como narrativa historiográfica é excelente literatura. Enquanto historiadores, devemos procurar ser melhores escritores, porém, filiados mais a conceitos históricos que a estilos literários.

Referências Bibliográficas:

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Trad.: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

De CERTEAU, Michel. ***A Escrita da História.*** Trad.: Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

De CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad.: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RIO, 2006.

LIMA, Luiz Costa. **O Controle do Imaginário:** razão e imaginação nos tempos modernos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Realismo e o romance*. In **Sobre Literatura e Arte**. 3ª ed. São Paulo: Global, 1986.

MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita:** teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, Pp. 65-93.

RAMOS, Graciliano. *Pequena História da República*. In **Alexandre e Outros Heróis.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.(1962), Pp. 134-186.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano:** retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** - Tomo III. Trad.: Roberto Leal Ferreira. Campinas-SP: Papirus Editora, 1997.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Literatura como Espelho da Nação.* In **Estudos Históricos:** identidade nacional. Vol. I, nº 02. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1988/2, Pp. 239-263.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cenários e perspectivas da reforma partidária (1979-1982): o caso do município de Pelotas (RS)

Alvaro Barreto*
Adriani Ferreira de Araújo**
Cristina Altmann***

Resumo: O trabalho busca analisar o processo de organização dos partidos políticos no município de Pelotas, então segundo maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, no período 1979-1982. O recorte temporal é delimitado pela reforma política que extinguiu a Arena e o MDB e obrigou à formação de novas legendas, e pelo primeiro teste eleitoral do pluripartidarismo. A ênfase é dada às opções de filiação realizadas pela elite política, em especial os detentores de cargos eletivos (Prefeito, vice-prefeito, vereadores e deputados que tem o município como base). Ao invés de simplesmente identificar as escolhas feitas por essas personagens e verificar como se deu a passagem do bi para o pluripartidarismo, a abordagem procura problematizar tal processo, perceber as diferentes conjunturas formadas naquele período, bem como as ambigüidades surgidas em um cenário de indefinição quanto aos rumos da transição brasileira e ao papel a ser cumprido pela instituição partidária, as quais reverteram em acirramento da disputa política. O trabalho serve-se de três fontes básicas de pesquisa (imprensa, depoimento das personagens e pronunciamentos legislativos) e de um diálogo com a historiografia e o pensamento social sobre a redemocratização.
Palavras-chave: Partidos políticos; reforma partidária; Pelotas

O trabalho tem como tema principal a reforma partidária de 1979, que extinguiu o sistema bipartidário existente até então (Arena e MDB) e permitiu o retorno ao pluripartidarismo. O foco está na análise de como esse processo transcorreu no município de Pelotas (RS). A ênfase é dada às opções de filiação realizadas pela elite política, em especial os detentores de cargos eletivos (Prefeito, vice-prefeito, vereadores e deputados que têm o município como base). A pesquisa empírica foi realizada em três fontes principais: a imprensa local (jornais "Diário Popular" e "Diário da Manhã"); pronunciamentos legislativos, presentes nos Anais da Câmara de Vereadores; e depoimentos das principais personagens, cujas entrevistas foram realizadas a partir de 2006, procedimento ainda em andamento.

* Professor do Instituto de Sociologia e Política / UFPel; Doutor em História (PUCRS);
e-mail: albarret.sul@terra.com.br
** Graduada em Ciências Sociais – ISP/UFPel
*** Bolsista PIBIC/CNPq. Acadêmica de Ciências Sociais – ISP/UFPel

A historiografia não costuma dar grande atenção à reforma partidária, ao considerá-la como uma manobra do regime militar com vistas a: dividir a oposição, superar o caráter plebiscitário assumido pelo bipartidarismo após 1974, manter sob controle o processo de distensão lenta e gradual. Teria havido, simplesmente, a passagem dos adeptos da Arena ao PDS, o novo partido de apoio ao regime, enquanto os oposicionistas do MDB optaram em sua maioria pelo PMDB, embora alguns tenham ido para o PDT de Leonel Brizola, o PP de Tancredo Neves e o PTB de Ivete Vargas. A única novidade seria o surgimento do PT, uma legenda sem correspondência àquelas existentes até então.

Não se pretende negar esta interpretação, haja vista que ela corresponde, de fato, aos aspectos principais da questão. Em Pelotas, por exemplo, até 1982, organizaram-se cinco dos seis partidos surgidos nacionalmente (apenas o PTB não conseguiu se articular, muito em função da força relativa do PDT), todos os vereadores da Arena filiaram-se ao PDS, oito do MDB foram para o PMDB e três para PDT e PP, e o PT articulou-se fora da instância parlamentar.

Contudo, busca-se superar a "naturalidade" e a quase inevitabilidade com que a reforma partidária teria transcorrido, como insinua grande parte da interpretação historiográfica. Para isso, considera-se que a extinção dos partidos existentes e a formação de novos significam a ruptura de uma realidade e o início a um processo que era, principalmente para os atores diretamente envolvidos na questão, a princípio, indeterminado, embora dotado de tendências bastante prováveis.

Logo, a intenção é sincronizar-se ao tempo desses atores e verificar como eles fizeram as suas escolhas a partir de incertezas quanto a validade das opções e as conseqüências que elas trariam, ainda mais em um contexto do fim do regime militar e da redemocratização. Ao mesmo tempo, pretende-se desenvolver a sensibilidade quanto as conjunturas que se formaram durante o curto período transcorrido entre a reforma partidária e a realização do primeiro teste nas urnas das novas legendas, ou seja, entre dezembro de 1979 e novembro de 1982. Apenas para mostrar como não se tratou de um período cujo resultado era previamente definido, citam-se algumas dessas conjunturas: o conflito em torno da posse da legenda PTB, o cancelamento das eleições municipais de 1980 e a nova configuração do pleito de 1982 (nacional, estadual e municipal), a incorporação do PP pelo PMDB e o advento do "Pacote de Novembro", em 1981.

No caso de Pelotas, embora os marcos temporais básicos, as determinações legais que criaram as situações e condicionaram os comportamentos dos atores, além das próprias opções partidárias tenham surgido em escala nacional, há algumas peculiaridades que

tornavam o período ainda mais delicado e o diferenciavam do cenário nacional. A escolha de um estudo de caso se justifica porque o processo não foi mero reflexo, apresentou características próprias, as quais fizeram dele autônomo em vários aspectos e irredutível a outras realidades e explicações.

Dentre as peculiaridades, a mais importante é a configuração do cenário político local, quando do advento da reforma: ao contrário do país e do estado, Pelotas, então maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul em que havia eleição direta para Prefeito[1], era governada pelo MDB (Irajá Rodrigues), o qual tinha maioria mínima na Câmara de Vereadores (11 cadeiras contra 10 da Arena). Como o Prefeito e o Vice definiram-se rapidamente pelo PMDB, o que não deu margem à perspectiva de mudanças no Executivo, as atenções se voltaram para os vereadores, pois, conforme as opções deles, haveria mudança na correlação de forças no legislativo.

Deve-se ponderar que essa escolha era particularmente delicada para os vereadores, não apenas pelo significado político imediato. É preciso considerar que o cálculo devia incluir algumas condicionantes: dentro de aproximadamente dez meses ocorreria eleição no município, logo a manutenção do mandato ou a ambição de concorrer a Prefeito estaria em cheque, e a perspectiva eleitoral dependia em muito da capacidade de organização e estruturação da nova escolha partidária.[2]

Esta foi uma das principais razões porque, no primeiro ciclo de filiações, as indecisões tenham ocorrido no campo da Arena, situação em nível nacional e oposição em nível local, e não no do MDB, de tal modo que o diretório municipal da Arena divulgou comunicado para que os filiados não se dispersassem.

Enquanto seis vereadores optaram imediatamente pelo PDS, outros quatro manifestaram dúvidas. Estas poderiam ter origem em divisões internas na bancada municipal, algumas oriundas das filiações de antes do advento do bipartidarismo, outras surgidas durante o período 1966-1979, as quais ganharam corpo com a extinção da Arena. Também poderiam refletir o desconhecimento quanto aos rumos políticos do país, em um período de instabilidade como aquele – o deputado federal Carlos Chiarelli, influente na Arena local, por exemplo, também não aderiu imediatamente, cogitou ir para o PP e só se definiu pelo PDS ao final de janeiro de 1980. Não se deve excluir a possibilidade de que, ao permanecerem sem

[1] - Porto Alegre era o maior colégio eleitoral, mas não elegia o Prefeito de modo direto.

[2] - A referência é o pleito de novembro de 1980. Não se pode esquecer que, ao final de 1979, era este o calendário e nenhum ator sabia, com certeza, embora alguns pudessem desconfiar disso, que a eleição seria cancelada e os mandatos prorrogados por dois anos.

filiação, tais vereadores procurassem maior destaque político e mais valorização, principalmente quando tal decisão poderia ser estratégica para as forças políticas municipais.

Nesse clima, o PP tentou atrair políticos da Arena. Líderes como Cirne Lima e João Dêntice vieram a Pelotas para apresentar o programa da legenda e manter contato com políticos, como o vereador Tufy Salomão e o ex-candidato a prefeito Fuad Selaimen. Contudo, esses primeiros contatos não deram resultado e, após a indefinição inicial, ao término do mês de março de 1980, todos os vereadores da Arena estavam no PDS.

As escolhas dos políticos que compunham o bloco do MDB, oposição em nível nacional e situação em nível local, foram tomadas imediatamente: além do Prefeito Irajá Rodrigues, do Vice Arion Louzada e do Deputado Estadual Lélio Souza, sete dos 11 vereadores optaram pelo PMDB, enquanto outros três fundaram o PTB, ao lado do deputado federal Getúlio Dias. Tal divisão refletia diferenças oriundas do período 1946-65, quando políticos do PTB, do PL e do PSD uniram-se no MDB, mas também apontava para projetos distintos para o futuro do país (e do município) no campo da oposição ao regime. Desse modo, a perspectiva da manutenção da bancada do MDB no PMDB nunca existiu no município.

Quando Leonel Brizola perdeu a sigla para Ivete Vargas, o PTB pelotense seguiu o líder nacional e fundou o PDT. Lideranças petebistas nacionais, inclusive a própria Ivete, chegaram a visitar o município e manter contatos com vereadores do campo oposicionista nacional, com vistas a reorganizar a sigla, mas não obtiveram sucesso.[3]

Por conseguinte, no primeiro semestre de 1980, três partidos estavam organizados na Câmara: PMDB, PDS e PDT. E a maioria legislativa nominal havia passado do primeiro para o segundo. As tentativas do PP junto a políticos de origem arenistas e do PTB junto aos emedebistas não frutificaram e as duas legendas não conseguiram representação formal.

O caso do PT em Pelotas é mais inusitado. O vereador João Carlos Gastal Júnior pretendeu formar bancada, mas acabou por perder o cargo, em função de uma manobra política do Prefeito, a qual pretendeu evitar o surgimento de mais um partido na Câmara e, ao mesmo tempo, ampliar o espaço do partido dele, que passou, então, a ter oito cadeiras. Como Gastal Júnior era o terceiro suplente do MDB e ocupava a vaga em função da indicação de vereadores para o secretariado, Irajá substituiu um desses, em fevereiro de 1980 – portanto, antes do início das atividades ordinárias do legislativo, previstas para 15 de março. Isso significou, automaticamente, a saída de Gastal Júnior. Como o perfil dos demais vereadores

[3] - O PTB disputou as eleições municipais apenas em 1988, ainda com uma organização incipiente: apresentou dois candidatos a vereador (que somaram juntos menos de 100 votos) e concorreu coligado a PDS-PFL e PL.

não era convergente com o do partido, não havia a perspectiva de outras filiações e o PT perdeu a bancada antes mesmo de formá-la oficialmente.

Sem espaço no legislativo, a formação do partido tornou-se mais demorada e exigiu maior capacidade de articulação dos interessados, formados basicamente por sindicalistas não vinculados ao partido comunista (que continuou alojado no PMDB) e por estudantes universitários. O PT era, nessa época, portanto, a única legenda, em Pelotas, a se estruturar fora do parlamento. A Comissão Provisória foi formada em setembro de 1980, a primeira Convenção Municipal ocorreu em junho de 1981 e o partido concorreu no pleito de 1982.

Assim, o cenário estava montado para a eventual realização de eleições em novembro de 1980. Fala-se em eventual porque, a medida em que os meses avançavam, tornava-se mais evidente que o pleito seria cancelado e os mandatos prorrogados até o início de 1983, o que foi sacramentado em setembro daquele ano. Ao invés de apaziguar o panorama político pelotense, a perspectiva da realização de eleições em novembro de 1982 tornou mais incerto o horizonte e ampliou a importância da preparação das legendas para o enfrentamento das urnas.

Uma questão tornou-se vital: a coincidência da disputa municipal com a estadual e a nacional anunciava que Pelotas teria um novo prefeito em 1982, pois Irajá Rodrigues e o Vice Arion Louzada não queriam interromper a carreira política, logo disputariam o cargo de deputado e, conforme a legislação, deveriam renunciar ao mandato. Nesse caso, o novo prefeito, que exerceria o mandato por aproximadamente dez meses, seria o Presidente da Câmara de Vereadores. E como o PMDB não tinha mais a maioria absoluta no legislativo, havia a perspectiva de que um acordo entre PDS e PDT provocasse a mudança do comando partidário do Executivo. O momento decisivo desse processo seria a eleição para a Mesa Diretora de 1981, cujo choque de interesses envolvia a configuração das legendas.

Um segundo ciclo de filiações se iniciou, portanto, a partir de fevereiro de 1981. O movimento inicial foi a eleição para a Mesa Diretora que assumiria em março, quando PMDB e PDT não chegaram a um acordo e ambos mantiveram a intenção de indicar candidato à presidência – o PMDB por ter a Prefeitura, o PDT sob a alegação da existência de um acordo anterior pelo qual o cargo caberia a ele. Essa desavença redundou em uma aliança entre PDS e PDT, que deu a presidência ao PDS e excluiu o PMDB da Mesa.

A reação do governo municipal procurou reforçar a bancada de apoio na Câmara, o que foi conseguido com o oferecimento de uma secretaria a um vereador do PDT (Mário Antônio Holvorcen) e a ocupação dessa vaga por um suplente do PMDB. Como conseqüência

da crise que se instalou entre Mário Antônio e o PDT, ele decidiu passar para o PMDB, em março de 1981.

Dois meses depois, houve novas trocas: o PP tornou-se o quarto partido com representação na Câmara, a partir da filiação de um ex-pedetista e um ex-pemedebista. Desse modo, o PDT ficou reduzido a uma cadeira e o PMDB a oito.A organização do PP ganhou fôlego a partir da filiação de uma importante referência política estadual, o ex-Governador Synval Guazzelli, ocorrida em outubro de 1980. Com isso, o partido tornou-se uma opção viável para vereadores insatisfeitos com as legendas em que se encontravam.

O PP durou pouco em Pelotas, pois, a partir de novembro de 1981, com o lançamento do "Pacote de Novembro" pelo Governo Federal, tido como casuístico e prejudicial às oposições, começou o movimento pela incorporação dele ao PMDB, a qual foi oficializada em fevereiro de 1982, em escala nacional. Os dois vereadores do partido, assim como o Diretório Municipal, eram contrários à medida, porém acataram a decisão e, com isso, ajudaram a recompor, mesmo que a contragosto, a bancada do PMDB local, que passou a ser do mesmo tamanho que a do PDS (10 cadeiras).

Devem-se destacar algumas características dessa segunda onda de filiações. Ao contrário da anterior, que se consolidou a partir da extinção da Arena e do MDB, esta pode ser considerada reflexo da recém inaugurada dinâmica de funcionamento do pluripartidarismo, produto da nova correlação de forças na Câmara e do impacto que ela trazia para o governo municipal, bem como para a futura eleição de 1982. Ou seja, já foi produto da reforma partidária e, em certo sentido, deu continuidade a ela.

Por outro lado, esta segunda onda não atingiu os vereadores da antiga Arena, e sim se deu no âmbito do antigo MDB. Isso pode indicar que, se no período inicial da reforma em Pelotas, a situação do governo nacional e a peculiaridade de o MDB ser governo no município haviam causado dúvidas no âmbito da oposição local (Arena), agora as mudanças se davam no campo da oposição nacional (que era tanto governo quanto oposição em Pelotas, ou seja, PMDB e PDT). Esta se dividia e buscava caminhos diversos, exatamente o que pretendera o governo militar ao instituir a reforma partidária.

Aponta-se para o fato de que, diversamente do que ocorreu no plano nacional, o PP demorou a se formar na cidade e, quando isso ocorreu, reuniu apenas vereadores da oposição (logo não contou com detentores de mandato da ex-Arena), os quais passaram, na totalidade, para o PMDB depois de a incorporação ser definida.

O mais surpreendente, porém, ocorreu na definição de qual partido e quem nessa legenda seria o novo Prefeito, a partir do início de 1982. O acordo firmado manteve o PMDB

no poder, após a renúncia de Irajá e Louzada, porém ele não se deu entre PMDB e PDT, como se poderia imaginar, pois o acirramento da concorrência, em escala local, no campo da oposição nacional tornou inviável a acomodação de vontades. O pacto se deu entre PMDB e PDS, os dois principais rivais tanto no país quanto em Pelotas, a partir de uma confluência de interesses.

A sutileza da sucessão municipal era que o novo Presidente da Câmara seria o titular da Prefeitura, em razão da renúncia do Prefeito e do Vice, eleitos em 1976, o que implicava que ele tornar-se-ia inelegível em novembro e ficaria sem mandato a partir de 1983. O PMDB queria manter o Executivo e tinha um quadro disposto a este sacrifício (Pedro Machado Filho, político com longa carreira parlamentar, que aceitava aposentar-se em nome de chegar ao posto de Chefe do Executivo). O PDS, que poderia fazer acordo com o PDT e ficar com o comando da Câmara e, algum tempo depois, o da Prefeitura, por sua vez, não tinha vereadores dispostos a ficar sem mandato: todos queriam concorrer em novembro, razão pela qual nenhum admitia tornar-se Presidente da Câmara.

O acordo satisfez aos dois: a presidência seria do PMDB e a vice-presidência do PDS. Em outros termos: quando da troca na Prefeitura, o PMDB manteria o cargo de Prefeito e o PDS assumiria, automaticamente, a Presidência da Câmara. Satisfeitas as duas partes, elas estariam livres para disputar ferrenhamente as eleições de novembro.

Finalmente, pode-se dizer que, em fevereiro de 1982, o novo quadro partidário pelotense estava definido e a reforma, iniciada em 1979, concluída. Alterações na correlação de forças ocorreriam, agora, pela vontade popular, nas eleições de novembro de 1982, as quais consagraram o PMDB, ao mantê-lo na Prefeitura[4], na condição de maior bancada (10 cadeiras) e fazer duas cadeiras de deputado federal (o ex-Prefeito Irajá Rodrigues e Lélio Souza). O PDS fez nove cadeiras e permaneceu como principal força de oposição, enquanto o PDT garantiu duas vagas. O PT, quarto partido a estar organizado no município e a disputar o pleito, não elegeu nenhum vereador e, assim como ocorrera entre 1979 e 1982, ficou sem representação formal.

Tabela 1 – Bancada dos partidos na Câmara de Vereadores de Pelotas, entre dezembro de 1979 e as eleições de novembro de 1982

Part.	Dez. 1979	Mar. 1980	Maio 1980	Set. 1980(1)	Set. 1980	Mar. 1981	Maio 1981	Fev. 1982	Eleiç. 1982
PDS	6	10	9	8	10	10	10	10	9
PMDB	7	8	8	8	8	9	8	10	10
PDT(2)	3	3	3	4/3	3	2	1	1	2
PP	-	-	-	-	-	-	2	-	-

[4] - O eleito foi Bernardo de Souza.

PT	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Indec.	4	-	1	1/2	-	-	-	-	-
Total	**21**	**21**	**21**	**21**	**21**	**21**	**21**	**21**	**21**

(1) Considerando-se a licença de Rubens Bachini (PDS), substituído até o dia 20, por Astílio Antunes, que estava no PDT ou indeciso
(2) Utiliza-se a denominação PDT para indicar o período como um todo, embora os vereadores tenham optado, inicialmente, pelo PTB (até maio de 1980)

Referências

1. Fontes documentais

BRASIL. SENADO FEDERAL. *500 Anos de legislação brasileira*. 2ed. Brasília, 2003. 3 CD-ROM

CÂMARA DE VEREADORES DE PELOTAS. *Anais*. v. 175-176. Sessões (17 dez. 1979-27 fev. 1980).

DIÁRIO DA MANHÃ. Pelotas, 01 nov. 1979-30 nov. 1982.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 30 nov. 1977; 01 nov. 1979-30 nov. 1982.

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Cartório Eleitoral de Pelotas / TRE-RS – Caixa Registro (Resultado eleições de 1976).

2. Livros, artigos e trabalhos acadêmicos

ECHEVERRY, José Vieira. O Poder Legislativo pelotense. *Cadernos de Pelotas*. Pelotas (2), 1990.

LIMA, Vanessa Moreira de. *A Dança das cadeiras: a migração partidária na Câmara de Vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004*. 2005, 97f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Com lenço e com documento: proximidades e fronteiras no ofício docente (1961-1971)

Mauro Passos *

Resumo: O processo de conhecimento é um trabalho coletivo. Na história, os homens mudam, assumindo novas formas, tornando realidade seus sentimentos. O ser humano vive da memória. Esta comunicação destaca questões sobre a história da profissão docente em Minas Gerais, a partir do depoimento de uma professora. Na década de 1960, o atraso para o pagamento das professoras primárias gerou uma movimentação da categoria. O depoimento aponta para uma visão diferente da docência. O magistério é um fenômeno social, historicamente situado num quadro de relações mais amplas.
Palavras-chave: Magistério – profissão – salário

Abstract: The process of knownledge is a joint work. History tells us that mankind change, taking new shapes, turning their feelings into reality. Human beings live on their memoirs. This communication highlights questions about the history of docent profession in Minas Gerais, coming from a teacher's statement. In the 1960s, the delay of primary teacher's pay created a movement in this category. The statement points to a different point of view of the docent. Teaching is a social phenomenon, historically placed in a framework of broader relations.
Keywords: Teaching - profession - pay

Através das lembranças recuperamos
consciências dos acontecimentos anteriores,
distinguimos ontem de hoje,
e confirmamos que já vivemos um passado.
(Lowenthal)

De projetos de verdade e de verdades em projeto, as histórias são construídas. Trajetória de fazeres, de saberes, de lutas e experiências. Trajetória e propósitos da profissão docente compõem essa comunicação. Uma série de questões objetivas e subjetivas é recuperada. Uma trajetória artesanal e carregada de aportes subjetivos – emoção, desejos, esperança, frustrações. Elementos que delineiam o diálogo que tive com uma professora. Os propósitos assinalam a história do magistério, da escola e da cultura escolar. As reformas de ensino, a escola primária e a formação dos professores estão articulados na história da educação brasileira. Vários estudos contribuem para a compreensão do processo que se desencadeou para sua organização [1]. Em Minas Gerais, a cultura escolar encontra nos Grupos Escolares um novo jeito de educar e formar o cidadão republicano.

[1]* Doutor em Ciências da Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Com a república, foi ocorrendo um deslocamento no campo educacional brasileiro. Das mãos da instituição religiosa, foi passando para o domínio do Estado. Merece destaque a formação e composição docente desse período. Segundo vários pesquisadores foi ocorrendo uma feminização do magistério [2].

Irei considerar neste estudo o movimento das professoras mineiras, na década de 1960. Várias situações balançam a luta e as reivindicações do magistério, no entanto, a questão salarial é norteadora.

1. Um baú de lembranças: palavra de mulher

Tudo tem uma história. Os sonhos, as formas de sociabilidade, o trabalho. Tudo muda ao longo dos séculos e essas mudanças podem ser mais bem compreendidas quando as relacionamos com os acontecimentos da época.

Helena Morley em sua obra *Minha vida de menina*, relata suas memórias escolares, sua primeira experiência como regente de uma classe escolar e suas dificuldades para "ensinar meninos pretos e burros". Como esse relato, há muitas histórias que compõem o diário de cada professor(a). É sobre uma professora da cidade de Itaguara que farei este estudo.

Através de seu depoimento oral, reconstituí a ponta de uma memória dessa mestra. Com seus 80 anos, continua na guarda da esperança por questões sociais mais justas e por mais ética na política. Memória é uma luz para um novo futuro, ainda mais que história é essencialmente memória dos vivos. Assim afirma sobre a situação social e política do Brasil contemporâneo:

> *A gente pensava que as coisas fossem melhorar depois da eleição do PT. O Brasil acreditava em um futuro diferente. Pena. Aquela frase emocionante "trocamos o medo pela esperança" não chegou a ser escrita. Foi apenas falada. Tenho pena dos jovens. Como será o amanhã, quando estiverem no poder, trabalhando, constituindo suas famílias? E o pior é que estão muito parados. Fazem muito barulho quando há música, cerveja e festa. Mas são acomodados diante dos problemas! Às vezes penso que não tem mais jeito não. Depois chego a pensar que nós, mais experientes, podemos fazer muitas coisas ainda. Não estamos mortas. Olha, fiz um movimento muito grande quando lecionava. Eu e outras professoras lideramos um grande movimento de professoras em Minas Gerais, em 1967. Foi um movimento forte e começamos, escrevendo cartas para inúmeras cidades do Estado. Desse jeito, queríamos mobilizar o professorado e pressionar o governo, pois o pagamento atrasava meses. Muita gente precisava do dinheiro para viver. Além disso, quem trabalha deve receber, ainda mais do governo. Naquela época a gente não tinha as facilidades de hoje. Tudo era mais difícil. Para ir a Belo Horizonte não havia tantos ônibus. A dificuldade ficava maior porque o pagamento estava atrasado e ninguém viaja de graça. Por isso, penso que os*

[2] Sobre isso, destaco alguns estudos nas referências bibliográficas.

> *jovens podem mudar muita coisa. Temos muitas riquezas no Brasil. A sociedade pode ser melhor, a política mais limpa. E mesmo com tantos problemas, muitas coisas mudaram. Mas precisam mudar mais.*

A leitura cuidadosa dos temas que essa professora aborda compõe o corpo social e político de hoje. Mesmo sem desvendar o discurso político, ela projeta perspectivas para o amanhã, particularmente para os jovens.

Meu maior interesse está situado no tratamento dado às questões educativas e salariais. Esse Na década de 1960, o atraso para o pagamento das professoras primárias em Minas Gerais motivou uma movimentação da classe. Tiveram grande apoio do jornal católico "O Diário". Assim, relata essa experiência:

> *Em 1967, tivemos um grande atraso em nossos vencimentos. Ficamos 7 meses sem receber. Escrevemos várias cartas ao governador. Enviamos mensagem para "O Diário". Esse jornal nos deu muito apoio, sempre publicava o que a gente enviava. Tivemos apoio de outros jornais também [...] "Estado de Minas", "Diário de Minas" e até do jornal "O Globo". Fomos guardando todo o material que a gente enviava para o jornal, o secretário, o governador e tudo o que saía publicado. Fizemos uma pasta com este material. São documentos daquele período, se eu encontrar vou te dar de presente. A gente fazia muito abaixo assinado. Nem todas as professoras assinavam. Algumas eram medrosas porque não eram formadas e tinham medo de perder o emprego. Outras o marido mandava. Tinham que obedecer. E havia a gente que corria, reunia e escrevia. Isso tudo que aconteceu merece um estudo.*

Resgatar a memória, contar a história de vida significa considerar a noção de experiência pessoal e coletiva. O sujeito se constitui com outros sujeitos e, ainda, por meio de experiências diversas, condicionadas pelo meio familiar e social.

Esta professora vivenciou a experiência de aluna e professora. Lembrar foi um exercício de reconstrução, no momento presente, de fatos que estavam silenciados no baú da memória.

No decorrer da entrevista, perguntei-lhe sobre o significado da profissão docente, ou melhor, se o exercício do magistério era considerado profissão. Ela fez a seguinte observação:

> Sim, pois essa era uma profissão. A gente quando estudava já pensava em ser professora. A minha turma, por exemplo, inventou de chamar o Gabriel Passos para paraninfo. Ele nem veio, mandou representante. Como era ministro ia ajudar a turma a encontrar uma colocação. Uma bobagem. Mas, a gente pensava em viver disso. Vou te contar a minha experiência. As Irmãs exigiam um uniforme para a gente trabalhar. Um vestido azul marinho e de magas compridas. Quando eu comprei o meu vestido, gastei três meses para pagar de tão pouco que a gente ganhava. Hoje, professora aposentada, eu vejo que as coisas não mudaram muito. O salário dos professores deixa a desejar. Houve algumas melhoras em outros aspectos.

Ao tratar da questão salarial, a professora reconstrói alguns aspectos do presente e do passado. De tão presentes que eles quase se identificam e formam uma experiência conjunta – o salário é uma questão central para o magistério.

A análise dos fatos e a busca de sua reconstituição demonstram que o processo de profissionalização docente em Minas Gerais foi-se corporificando graças a um conjunto de fatores internos e externos [3]. Os fatos registrados nos jornais, nos documentos do Estado e nas associações retratam as questões do magistério, seus problemas e perspectivas. Os documentos encontrados, neste período, são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas, moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la.

Os diversos temas sobre o magistério demarcam projetos políticos em disputa. Traçam um desenho para as ações e se relacionam com outras ações e outros discursos. Isso significa que o registro não é simples memória, é parte integrante da prática. Além disso, o significado da memória e o valor do documento têm sido reavaliados nas novas concepções e práticas historiográficas. Segundo Michel de Certeau:

> *O discurso "científico" que não fala de sua relação com o "corpo" social não seria capaz de articular uma prática. Deixa de ser científico. Questão central para o historiador: essa relação com o corpo social é precisamente o objeto da história. (CERTEAU,1995: 22-23).*

Isto implica novas possibilidades para o conhecimento da história da profissão docente. É fundamental compreender a documentação histórica além das aparências e integrá-la com os elementos sociais, culturais e políticos.

Durante um largo período de tempo, o conceito de profissão docente não esteve associado a sua prática social, mas à representação que deveria cumprir. Em lugar de profissão, falava-se em vocação docente.

Embora não falassem explicitamente em greve, esta professora usa a expressão "revigorização":

> *Nós guardávamos toda a documentação em uma pasta. Fizemos um histórico de tudo o que escrevíamos, de tudo que saía nos jornais e das respostas que recebíamos do governo e da Secretaria da Educação. A gente não falava em greve, falávamos em "revigorização" do magistério. Isso era realmente necessário, pois não era possível trabalhar 3, 4, 5, 6 meses ou mais e ficar sem o pagamento. A gente não agüentava. A gente ainda era injustiçado quando saía o pagamento, o professorado era o último a receber na escala feita pelo governo. Os funcionários*

[3] A propósito, lembro uma pesquisa mais ampla: "Magistério e profissionalização: um estudo a partir da ação governamental. Minas Gerais – período republicano" com financiamento do CNPq, feita pelos professores Ana Maria Casasanta Peixoto e Mauro Passos que gerou um Banco da Dados, disponível no site da PUC Minas http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao. Neste Banco de Dados estão os documentos selecionados sobre profissão docente, em Minas Gerais, no período republicano.

> *da Coletoria recebiam primeiro e depois era feito o pagamento do pessoal do magistério. Um dia fui à Coletoria e conversei com o coletor sobre esse privilégio. Ele me respondeu que era pelo fato de que eles mexiam com o dinheiro. E eu falei: "você não acha que nós mexemos com as cabeças dos meninos e é muito mais perigoso o que podemos fazer com essas cabeças"?*

O entendimento do valor da palavra aparece no depoimento. Na perspectiva "foucaultiana", a palavra / o discurso tem um valor representativo. As práticas discursivas moldam as maneiras de construir o mundo (mundo da educação). Os artigos publicados são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas, moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la.

Leit-motiv na rede de significações, destaco a pertinência da matriz professor(a) – educação – dedicação. Isso está sempre presente na maioria dos textos, reforçando o papel do(a) professor(a) – mediador entre o Estado e a Sociedade. Ele deve persuadir, seduzir, penetrar no espírito dos estudantes, fazendo-os aderir aos códigos, comportamentos e hábitos que lhes são passados. Eles devem também perceber a missão de amor, dedicação e interesse que os(as) mestres(as) lhes passam através de uma prática discursiva. Dessa formas será possível moldar as maneiras de construir o mundo, a sociedade, a cultura e as novas gerações. No entanto, o depoimento desta professora já apresenta outros aspectos referentes ao trabalho docente – salário, relação professor(a) x aluno, significado político do trabalho docente.

2. A educação: recomendações e reflexões

A escola é um rico espaço para dar forma à criança e ao jovem. Deve criar hábitos e atitudes nos alunos, a partir dos (hábitos e atitudes) dos professores.

Outro aspecto presente neste período é a comparação da profissão docente com o sacerdócio. O/A Mestre(a) é como o sacerdote. A ênfase nesse lugar do profissional da educação, desconstrói o aspecto profissional do magistério. Com a feminização do magistério, são atribuídas também as qualificações de mãe, amor, dedicação, etc. A importância atribuída à educação, em nível de discurso, faz com o Estado difunda essa imagem no tratamento dado a essa categoria. Além do mais, o(a) professor(a) é uma peça fundamental na reconstrução da nação. A profissão docente tem, no entanto, seu ponto de origem, mas lhe falta o percurso profissional. Como constituir a carreira docente? Os textos e documentos demonstram um caminho de representações que os professores devem assimilar para a constituição desse exercício, mas fogem das questões da profissão, enquanto atividade profissional. São-lhes fechados, seus direitos, enquanto cidadãos, trabalhadores e profissionais.

A concepção que se tem de profissão está situada na qualificação do professor. Por esta citação, percebe-se que ser profissional é sinônimo de uma boa preparação acadêmica. Requer estudo e especialização. A marca do(a) professor(a) está centrada nas dimensões acadêmicas e afetivas (dedicação, amor, formação, especialização, estudo). A questão salarial e a categoria profissional não são enfatizadas. As condições para o exercício profissional não são sinalizadas, nem respeitadas. O atraso semestral no pagamento dos(as) professores(as), segundo o depoimento da professora, comprova isso. Como situar a relação do professor com o Estado? E com os órgãos governamentais? Esta é uma singularidade da profissão docente, se a compararmos com as demais profissões. No entanto, o(a) professor(a) é o elemento chave para a mediação entre estudante e cultura, estudante e valores, estudante e moral. Nisso está o seu poder, sua responsabilidade, seu dever. Num estado liberal, é atribuído ao professor / à professora essa qualidade do exercício do poder, o que interessa aos governantes. Há uma extensão do poder político aos professores, naquilo que lhe interessa. Segundo a contribuição da filosofia política de Hobbes, esse direito é concedido como instrumento para instaurar uma gramática de obediência. O Estado torna possível a cooperação dos indivíduos, neste caso específico – os(as) professores(as), com um fim comum – manter a ordem, a disciplina a norma. Ao mesmo tempo em que o professorado tinha nas mãos certo poder, era também controlado pelo Estado.

Mesmo vivendo sob pressões, esta professora mostrou os embates das professoras primárias neste período. Mesmo com 80 anos, Maria Geralda é uma mulher jovem. Não está nos padrões das pessoas da terceira idade. Uma prova disso é sua intensa atividade na cidade e na região em prol das questões sociais – crianças carentes, casa do menor, associação de artesãos. Não se prende somente às questões da escola, mas se remete às situações de vida das camadas populares. Considerando as dificuldades de mobilização daquele período histórico, o grupo de professoras de Itaguara, liderado por ela, encontra um caminho para dinamizar o movimento dos professores. Usa um instrumento muito presente na cultura tradicional – as cartas:

> *Como forma de mobilizar o professorado mineiro, começamos a escrever cartas para quase todas as cidades de Minas Gerais. Recebemos inúmeras respostas. Escrevemos para cidades grandes e com mais experiência – Itajubá, Mariana, Oliveira. As respostas despertaram nossa atenção. Foram inúmeras e muitas vezes, encontramos erros absurdos de português nas respostas. Foi um verdadeiro "derrame". Recebemos respostas do Secretário do Governador, da Secretaria de Educação e de deputados. Uma cidade fazia greve, o Estado pagava os professores daquela cidade. E isso foi aumentando. Algumas afirmavam que entrariam em greve se nós entrássemos. Uma vez, fiquei quase o dia todo no telefone. Ao final da*

> *tarde estava rouca. Conversei com professoras o dia todo. Veja, chegamos a liderar um movimento no estado e Itaguara é uma cidade pequena.*

Maria Geralda narra uma história tecida coletivamente. O grupo de professoras vivenciou uma história singular sobre a profissão docente. Vivemos um período histórico que está perdendo a arte de narrar. Está em vias de extinção. Não são todas as pessoas que conseguem alinhavar os pontos do bordado narrativo. O jovem é a grande vítima disso.A sociedade atual deixa na sombra a memória e a tradição. A nova geração tende a viver só o presente, pois não tem memória do passado e não consegue enxergar o seu futuro, que se tornou demasiado incerto.Transcrevo o trecho de uma carta dessa Professora. Maria ao Secretário da Educação, em 1967:

> *A professora primária sempre foi relegada a último plano, quando se trata de fixar e regularizar vencimentos aos funcionários do estado. Nosso país e nosso estado jamais conseguirão combater o analfabetismo de seu povo enquanto der às responsáveis pela resolução deste angustiante problema tão desumano tratamento. Não pedimos aumento, queremos que nossos parcos e irrisórios vencimentos sejam pagos em dia.*

Ao final deste trabalho, podemos perceber que as questões salariais que dizem respeito à profissão docente ficaram / ficam na sombra. Um ponto que me parece importante neste aspecto é a necessidade de reconstituir com relevância o cotidiano do magistério, sua relação com o Estado e sua luta, enquanto categoria profissional. Esse trabalho será o resultado de outras pesquisas e mais estudos. Segundo Nóvoa: "É preciso conjugar a lógica da procura (definida pelos professores e pelas escolas) com a lógica da oferta (definida pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projetos profissionais e organizacionais" (NÓVOA, 1997: p. 10).

A pesquisa "Magistério e profissionalização: um estudo a partir da ação governamental. Minas Gerais – período republicano" nos permite um entendimento maior dessa questão. Sua significação está articulada com o contexto social, cultural e político. Como o magistério foi-se constituindo como profissão? Profissão ou esperança?

O depoimento de Maria Geralda recompôs um fato não muito conhecido. Ajudou-me a revisistar a história de um grupo de professoras e sua capacidade de articulação. Suas lembranças reconstroem trajetórias. Com essas lembranças, "recuperamos a consciência dos acontecimentos", o que nos ajuda também a confirmar um passado. Pensar a questão profissional do magistério é deparar-se com o conflito em movimentos da categoria por melhores condições de vida.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação*:*** paixão pelo possível.São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História***:* novos problemas. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, Pp. 17-48.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho Docente, Classe Social e Relações de Gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

LAMBERT, Levindo. *A disciplina na escola*, **Revista do Ensino**, anno V, n. 47, jul. 1930, p. 58.

LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1977, p. 443-481.

NÓVOA, Antônio (org.). *Formação e profissão docente.* In: NÓVOA, Antônio. **Os Professores e a sua Formação**. 3.ed. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1997.

RELATOS PESSOAIS DE MARIA GERALDA COSTA concedida em 22/07/2006 ao Prof. Mauro Passos.

PASSOS, Mauro; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). **A Escola e seus Atores**: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O processo do Barão: a elite e seu patrimônio. (Vale do Itajaí/SC, final do século XIX)

Yomara Feitosa Caetano de Oliveira*

Abstract: This article intends to analyze the testimonies of processes of the law court, which is a source produced in the area of public law. The target is to narrate in terms of history the several testimonies contained in the sources, in which the justice made efforts to check "the truth" about the facts. Therefore, I selected processes involving a representative of local elite. The sources are crimes of tax fraud against the Treasury department and misuse settlers, committed by the same author, who were judged by the court of that time. The main theme of the article is to analyze the relationships of the elite and their patrimonies in the society of Itajaí Valley in Santa Catharina in the 20 th century. My interest is to discuss how the justice acted in the relationships of the people involved during the judgments, and, how the decision of the jury re-established the relationships of local power and their ethnical relationships.
Key-words: criminality - juridical or legal speech - social organization

No Brasil e em Itajaí, o controle social foi regido pelo parâmetro objetivo. Porém, foi discutida por sujeitos, que a entenderam como seus olhares pessoais. Daí as especificidades do nosso lugar, o Vale do Itajaí no final do século XIX. As fontes analisadas falam da recém instalada cidade de Itajaí, na qual em 1860, temos a instalação do município. Este compreendia a região, com limites geográficos ao Norte pelo Rio Itapocu (região de Penha), ao sul o Morro do Boi (Camboriú) e a oeste (Brusque) até a região da atual cidade de Blumenau. Região extensa quando comparada com o atual limite da cidade de Itajaí. Identifico alguns momentos da organização geográfica de Itajaí. Quando em 1876, a Vila de Itajaí passou a categoria de cidade. Outro momento foi em 1880, quando ocorreu o desmembramento das freguesias de São Pedro Apóstolo de Gaspar e de São Paulo Apóstolo de Blumenau, ficando como sede a Vila de Blumenau e não mais sob a influência jurídica da Cidade de Itajaí. Em 1881, foi Brusque, e, 1884 temos Camboriú. Os casos escolhidos datam entre 1878 e 1880. Neste contexto, buscamos discutir as histórias encontradas nas práticas jurídicas de Itajaí, da segunda metade do século XIX, para perceber as relações do poder judiciário da época. Entendo que são histórias esquecidas, deixadas de lado, pela dor que causavam, e/ou causam. Mas, atualmente a historiografia contemporânea sinaliza para não exclusão das histórias consideradas menores.[1]

---

* Graduada em História - UNIVALI/SC, Mestranda em História do Tempo Presente - UDESC/SC.

[1] Podemos citar algumas obras como: FÁVERI, Marlene de. **Moços e Moças para um bom partido** (a construção das elites - Itajaí, 1929-1960). Itajaí: Ed.: Univali, 1999.200p.SILVA, José Bento R. **Negras memórias**. Itajaí: prefeitura de Itajaí, 1996.138p. SEVERINO, José Roberto. **Itajaí e a identidade açoriana**: a maquiagem possível. Itajaí: ed. UNIVALI, 1999.218p.

Nas fontes o local dos crimes indicou o Distrito de Nova Trento próximo a Brusque. O primeiro, um estelionato julgado pelo tribunal do júri[2] tendo como réus o Barão Henrique Von Hollebem, inspetor do Distrito da Nova Trento residente a 13 anos em Brusque (alemão, engenheiro, naturalizado brasileiro, casado, alfabetizado, 46 anos), seu ajudante Eduardo Dorv (32 anos, solteiro, agrimensor, cidadão dos Estados Unidos da América, alfabetizado) e Thomaz de Figueiredo (agrimensor). Outro processo de ofensas físicas, também julgadas pelo tribunal[3]. Em ambos, o Barão foi acusado pelos crimes. Sobre as ofensas físicas, as vítimas foram o colono italiano, Adami Leopoldo (41 anos, casado, Tirolês) e outro alemão, chamado Erneste Hergott (ferreiro). Sujeitos do século XIX, cujo contexto econômico do Brasil e de Itajaí os imigrantes foram considerados como mão-de-obra permanente e numerosa. Momento do sistema patriarcal e escravista, no qual alguns conflitos sociais foram arbitrados pela ótica do direito do século XIX, que não praticou a alteridade. Isto intencionalmente, pois os magistrados - intelectuais defensores desta nação - desejavam a estabilidade de suas posições de poder, e desta forma à sociedade e a política se formaria sem conflitos *aparentes*.[4] (WOLKMER, 1999). Sobre as relações étnicas nesta época, temos num artigo do livro História de Santa Catarina do século XIX, segundo a historiadora Silvia M. Fávero Arend, nos ensina:

> *Os alemães, nas colônias e nas cidades, organizaram as sociedades recreativas de canto e de tiro e, posteriormente, as sociedades de ginástica. Nos recitais de poesias e de música, nas apresentações teatrais, nos campeonatos de tiro, as "tradições" trazidas do velho Mundo e os princípios do Deustschtum eram rememoradas. (BRANCGER, 2001:47)*

O novo mundo recebeu as "tradições" destes imigrantes, já existia a Sociedade dos Atiradores de Itajaí. Para tanto, a sociedade local representada pela justiça deveria conduzir os atos e verificar se as situações de conflito estavam se acomodando. Estes magistrados construíram textos legais[5] avessos ao cotidiano da maioria da população brasileira – índios, negros, mulheres, imigrantes, pobres. (FIGUEREDO, 1997). Somando ao olhar dos Juizes os criminosos eram aqueles sujeitos do rol de culpados[6], que objetivamente cometeram um crime

[2] PROCESSO do Tribunal do Júri n. 381 – 1880. Caixa: 12. Acervo do Arquivo Histórico Fundação Genésio Miranda Lins.

[3] PROCESSO do Tribunal do Júri n. 377 – 1880. Caixa: 12. Acervo do Arquivo Histórico Fundação Genésio Miranda Lins.

[4] Nesta obra, é possível perceber a trajetória da cultura jurídica moderna, como um formalismo abstrato e impessoal, ditadas pelo Estado legislador. Em outras palavras, foi adotado o modelo liberal-individualista com o princípio de abstração, generalidade e impessoalidade, denotando a certeza jurídica e a segurança ocultando a desigualdade dos sujeitos focalizando uma igualdade perante a lei.

[5] A autora esclarece que a visão dos juizes prevalece sob a as outras. O discurso legal caracteriza-se como um discurso hierárquico e dominante baseado numa estrutura de exclusão e discriminação de várias minorias sociais.

[6] Registro do escrivão de todos os acusados, que após o sumário de culpa e pronúncia do juiz de direito, seus nomes escritos no rol de culpados, com esse ato processual teriam um julgamento do conflito.

defino por lei. Assim, outros discursos envolvidos no processo são trazidos para análise como: os juizes, promotores, advogados, interpretes. (LACOMBE, 1967: p. 356-368).

Os processos e os testemunhos.

A justiça foi autora nos dois crimes e teve a função de juntar provas dos maus-tratos aos colonos. Os processos se relacionam. O promotor chamou Thomaz de Figueiredo como testemunha, este figurava como réu no processo de estelionato, juntamente com o Barão, em 1880. Em seu testemunho afirma que Adami Leopoldo foi maltratado pelo Barão, juntamente com o alemão, chamado Hergott, cuspindo em seu rosto. A 2º testemunha, disse que "ouviu dizer" sobre o colono estar amarrado pelo ajudante do Barão e este se entregava à bebida. Finalizou confirmando ser esta situação pública na região. A 3º testemunha confirmou a publicidade da violência que os colonos (italianos ou alemães) sofriam com o Barão. Nas perguntas do chefe de polícia de Nova Trento ao ofendido Adami Leopoldo, diz que foi amarrado a um esteio da casa de depósito de materiais nesta colônia pelo braço e pernas, passando a corda pelo peito, e, ficando quase suspenso só apoiado os pés no pequeno pau, por 4 horas no fim de tarde e noite. Temos parte de sua fala: "(...) os quais também são maltratados pelo Barão de Hollebem, sempre que vão reclamações; estes não os atende e os manda embora dizendo: vão plantar batatas".[7] No testemunho de Erneste Hergott a justiça providenciou um interprete. E nos faz refletir que ao traduzir uma fala temos as particularidades do contexto, e, ao transcrever no processo a tradução o ato da fala não pode ser separado da circunstância. (CERTEAU, 1994) A vítima diz da violência e arbitrariedade sofridas nas relações entre inspetor e colonos, na sua fala interpretada e transcrita no processo, cito:

> *"(...) depois de se ver amarrado foi logo conduzido para a casa de materiais e ali atado a um esteio por espaço de três horas, até que pude desatar as cordas e fugir, ficando bastante maltratado, pois tinha as mãos ensangüentadas e feridas, sendo que ficou também com grandes contusões no rosto". (Idem, 1880. fl. 17-17 v)*

O chefe de polícia, conclui: "(...) ficou provado, que o colono italiano Adami Leopoldo, sofreu castigos físicos, que ocasionaram-lhe ofensas físicas leves".(Id. Ibid, fl. 17 v) A fase policial terminou. Na visão deste os colonos sofreram ofensas leves. Com auxílio de Michel Foucault, contextualizo esta forma jurídica ligada à formação de certo número de controles políticos e sociais no momento da formação da sociedade capitalista, no final do século XIX. Com Itajaí não foi diferente. O juiz municipal Guilherme Asseburg (também foi presidente interino da Câmara Municipal, em 1881) fez um ofício para chamar as testemunhas

[7] PROCESSO do Tribunal do Júri n. 377 – 1880. Caixa: 12. Acervo do tribunal do Júri de Itajaí. Fl. 11 v.

a um novo depoimento, mas agora no juízo municipal. Entra em cena o advogado do Barão. Este o defendeu com base na tese de que estava atuando na "mantença da ordem na colônia". Ele juntou documentos, no qual o alemão Erneste tinha sido denunciado por "perturbar a ordem". Questiono. Em que medida a ordem social vinha sendo perturbada pelo ofendido? Em outras palavras, o que seria esta "boa ordem" no distrito de Nova Trento? E, se pensarmos porque as testemunhas chamadas na fase policial não citaram a perturbação da "boa ordem" dos ofendidos? O Barão seria um homem influente no Distrito? O Barão exercia funções claras em inspecionar seus colonos e manter a "boa ordem" no distrito. No século XIX, o colono não possuía o mesmo prestígio de um inspetor distrital. Segue o discurso da decisão da justiça municipal:

> *(...) o ato da retenção de Horegott foi uma medida reclamada pela justiça e moralização do distrito, para assim julgar com toda imparcialidade o acusado Hollebem inteiramente inocente e que mui licitamente foi a prisão, como exigia a boa ordem do distrito. (Id. Ibid, 1880.fl.63).*

O tribunal do Júri estipulou uma fiança de 600 mil réis pagas pelo Barão. Indicou o mesmo valor para Dorv, que não pagou. O Juiz de Direito, em 1879**,** expediu-lhe mandado de prisão, também verificou pagamento da fiança pelo Barão e incluiu seus nomes no rol de culpados. Teria ocorrido a demora do juiz municipal para o juiz de direito? Dorv estava ausente. O juiz de Direito reclamou da lentidão do juízo Municipal. Cito seu discurso:

> *(...) A espantosa demora que houve na conclusão do presente processo de formação de culpa é um dos fatos escandalosos deste Foro. Protelam-se por quase um ano um processo de formação de culpa! Os Juizes que concorrerão para semelhante fato abusivo e ilegal, pelo qual são responsáveis, bem podiam ter evitado mais este funesto precedente que muito pode influir na reta administração da justiça, a qual, hoje mais que nunca, reclama toda a solicitude e os maiores esforços das autoridades desta Comarca, à fim de que a repressão do crime seja uma realidade e em Itajaí. (Id. Ibid, 1880:68).*

O tempo passou. Dorv não pagou a fiança, e, não foi preso. Os réus estavam livres da prisão. A Justiça estipulou outra fiança para que os réus pudessem responder em liberdade ao julgamento do Tribunal do júri. O outro valor de 800 mil réis foi pago pelo Barão, mas se fosse inocentado pelo Júri seria devolvido este valor ao mesmo.

1º Tribunal do júri: agressão física.

Em 1879, apresentaram-se os jurados, com as portas abertas tocou-se a campainha para iniciar o Júri. Porém, o Juiz de direito estava ciente da ausência das testemunhas de acusação. Continuou os procedimentos. Fez as formalidades que a lei solicitava - "Termo de verificação das cédulas", "Termo de abertura da sessão de julgamento", escrivão fez a chamada dos 48 jurados, verificou que estavam presentes 40 jurados, e, estipulou multas aos

faltosos. O Juiz realizou a chamada do réu e testemunhas, escrevendo o "Termo das partes e testemunhas". Ficou registrado o comparecimento do Barão, seu advogado e ausência de Dorv. Nenhuma testemunha de acusação foi encontrada. Elas moravam em Tijucas e em São José. Localidades distantes do Distrito de Nova Trento. Questiono. Em que medida ausência das testemunhas serviu como estratégia para conseguir a demora do processo? Neste dia teve sessão do júri. O juiz adiou. Seria uma estratégia jurídica, no qual o direito é um modelo cultural que articula conflitos e às vezes ou por vezes legitima e controla ou modifica a razão do mais "forte". (CERTEAU, 1994) Mais formalidades (carta precatória, conclusão, data, assentada) foram juntadas aos documentos informando a ausência das testemunhas. Já era abril de 1880, e foi confeccionado outro Edital, sendo chamado outro Juiz de Direito. Marcou para dia 16 do mesmo mês a nova sessão do Júri. Mais carta precatória, para encontrar as testemunhas. Isto ocorre quando não residentes na mesma jurisdição do tribunal do Júri. Temos mais cartas precatórias e formalidades. Um impasse sem respostas. Um documento informou que o precatório não retornou com respostas das testemunhas de acusação. Porém, o juiz de direito decide julgar. Feito um novo "Termo de reunião do júri", com data do dia 19/04/1880. Estavam presentes somente 37 jurados, o réu Henrique Von Hollebem. Ausentes o réu Dovr e as quatro testemunhas de acusação. Novamente nenhuma testemunha da colônia foi chamada. Algumas folhas não foram numeradas na fase do processo em que foi realizado o sorteio dos jurados de sentença. Os 12 jurados foram: José Rebello, Ignácio José D`Ávila, José Joaquim Gomes, Selço da Silva Mafra, Manoel Victor Rebello, Narcizo José da Silva, Lourenço de Souza Buchadel, Leopoldo Heschel, Samuel Henry, Henrique Carlos Martins, Olympio Aniceto da Cunha e Guilherme Asseburg. Este último nome não constava da lista dos 48 jurados pré-selecionados. Na legislação processual da época deveriam ser selecionados os nomes dos jurados de sentença desta listagem. Como este nome apareceu? Foi realizada uma nova chamada de jurados? A folha do "Termo de Juramento do Júri de sentença" não estava numerada, no qual todos assinaram inclusive Guilherme Asseburg. Isto seria uma falha na escrita do escrivão em fazer o termo? Ou algo mais subjetivo? Sabemos que os documentos do século XIX ficaram guardados em arquivos por muitos anos. E a leitura destes processos realizada atualmente. O que temos? O julgamento aconteceu com a falta das testemunhas de acusação. O réu foi interrogado, diz que: no dia do crime estava em Nova Trento a trabalho. Transcrevo parte de sua fala:

> *(...) Perguntado se tinha algum motivo particular a que atribuísse a acusação? Responde que a sua omissão em partido a acusação que sofre de algum desafeto, e*

> *talvez que ela acusado na qualidade de membro da administração das colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro. (Id. Ibide. 1880. Fl. 118)*

Por desistência das partes, não teve réplica e nem tréplica. O juiz de direito perguntou aos jurados de sentença se estavam prontos para julgar. Eles estavam. Guilherme Asseburg presidiu os jurados. Por unanimidade respondem não ao 1º quesito. E absolvem o réu. Transcrevo o 1º quesito:

> *(...) O réu Barão Henrique Von Hollebem, no distrito Colonial de Nova Trento, só meia noite, pouco mais ou menos, de um dia de agosto de 1878, depois de amarrar com cordas o colono Ernesto Hergott e de esmurra-lo, fez atá-la a um esteio na casa que ali serve de depósito de materiais, onde o mesmo Hergott assim esteve cerca de trez horas, até que pode desligar-se e fugir ficando assas confuso? (Id. Ibide. 1880. Fl. 118).*

Os jurados negaram a participação do réu na agressão física dos colonos. Publicada a sentença o Barão requisitou o seu depósito de 800 mil réis, sendo atendido. O juiz de Direito absolve em vista do julgamento dos jurados. Aqui o juiz, que representa uma autoridade política, aparece para dizer que o processo transcorreu regularmente, não diz sobre a "verdade", mas sim sobre a regularidade do processo. Entende sua sentença numa enunciação, da seguinte forma: o réu tendo dito a verdade tem razão, outra (vítimas) tendo dito a mentira não tem razão. (FOUCAULT, 1996) O processo terminou com a prestação de contas ficando no valor de 237.900 mil réis, e a municipalidade pagaria. Para o juiz Municipal Guilherme Asseburg. Este sendo Juiz Municipal no início deste processo recebeu o valor de 1.100 réis.

2º Tribunal do Júri: estelionato.

No outro Tribunal do Júri, iniciado em 1878 como os réus: Thomaz de Figueiredo cúmplice e o Barão Henrique Von Hollebem pela acusação estelionato. O Promotor público apresentou a denúncia ao juiz municipal, que citou os dois crimes, o primeiro cometido pelo Barão, são fraudes nas listas, somado aos maus-tratos de colonos (consta do processo nº. 377 -1880). Ainda, as fraudes na compra de objetos para realizar obras na colônia e os remédios para os colonos, ambos cometidos com ajuda de Thomaz.[8] O promotor explica a fraude. Diz que o Barão solicitou a Jacob Haschel (alemão e ferreiro) para assinar a lista na qual, apesar de solteiro, figurou como tendo dois filhos, e, assim, conseguia extorquir do Estado "soldos". Continuou dizendo que: "Seu Fabiano Mecher figurou nas tais listas como tendo, quatro filhos e em outra três, aliás, comenta-se que tinha 85 anos." (Id ibid. 1880: fl.3). No final, caracterizou o crime sendo fraude contra a Fazenda Nacional, solicitando prisão ao Barão.

[8] PROCESSO do Tribunal do Júri n. 381 – 1880. Caixa: 12. Acervo do tribunal do Júri de Itajaí. Fl.03.

Outro promotor Público foi chamado para Itajaí, pelo Chefe de polícia. Este enviou um ofício com objetivo de apurar "fatos criminosos". Este promotor confeccionou uma peça processual feita com "rigor jurídico", em 1878. Segundo Michel Foucault, o poder para determinar a verdade, deve-se dirigir aos notáveis, pessoas consideradas capazes de saber devido á situação, a notabilidade. (FOUCAULT, 1996) Neste temos a voz autorizada do bacharelismo. Transcrevo parte da escrita do promotor:

> *(...) que o mencionado Hollebem e seu dito ajudante habitualmente ma-tratão com palavras injuriosas os colonos, tendo infligido castigo barbaro a dois deles – (...) a um poste, quase suspensos, durante muitas horas, resultando disto ferimentos leves, cujos vestígios ainda verifiquei no primeiro dos mencionados colonos, remeti o inquérito ao Promotor Público para proceder na forma da Lei contra os delinqüentes. (Id. Ibid. 1880:Fl.05)*

No final citou que estava convencido das declarações relativas a Henrique Von Hollebem, e que seu objetivo era à "busca da verdade". Em julho de 1880, ocorreu o interrogatório do Barão. Este juntou os documentos da sua inocência assinando-a:

> *(...) verifica que tal estelionato não se deu e que o acusado é apenas vitima de uma perseguição; pois sendo desde as administrações anteriores incluídas nas listas de pagamentos verbas não especificadas no orçamento, para obras da colônia todas em proveito do Estado como provão os mesmos documentos, não se podia do crime de estelionato. (...) Primeiro que tudo entende erroneamente a acusação que a família na sua acepção genérica consiste unicamente na mulher casada com filhos, quando na mesma acepção de família compõe-se de muitos que vivem sob o mesmo teto e do mesmo fogo, embora entre eles não os ligue o mais remoto grau de parentesco. (Id. Ibid: Fl.73 e 74)*

O processo do Barão entregue para outro juiz. O acusado elogiou a mudança> considerou-o como capaz de um "bom julgamento". O escolhido. O Juiz Municipal Guilherme Asseburg que decidiu improcedente a acusação ao Barão. Mas, procedente a acusação ao cúmplice. Foi condenado a pagar à custa e colocando no rol dos culpados. O processo continuou. Thomaz não compareceu aos atos da justiça. No final, o Barão nem foi a julgamento do Júri por estelionato. E Thomaz absolvido por unanimidade votos dos jurados, mesmo ausente. A justiça se esforçou em averiguar a "verdade" sobre os fatos. Porém, a sociedade de Itajaí tinha suas relações estabelecidas e decididas. Estas amarras foram restabelecidas, neste momento em que as estratégias, que entendo por simulações dos objetivos nas relações de poder a sustentam. (CERTEAU, 1994) Assistimos isto acontecer, nestes dois processos, quando a elite entrelaçada em suas influências, numa prática social de Itajaí do século XIX, se julga e se inocenta perante a sociedade. Ficando legitimado o seu poder.

Referências Bibliográficas

BRANCGER, Ana; AREND, Sílvia M. F.(org.) **História de Santa Catarina no século XIX.** Florianópolis, UFSC, 2001. P. 31-49.

CERTEAU**,** Michel de. **A invenção do cotidiano** *1. Artes de fazer.* Rio de Janeiro: Vozes, 1994.351p.

FIGUEIREDO, Débora de carvalho. Gênero e poder no discurso jurídico**. Revista de Ciências Humanas –** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, n.21, v.15, p. 37-52, abr. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e as formas jurídicas.** 2. ed., RJ: nau ,1996.158p.

_____. **A ordem do Discurso**. 7. ed., SP : Loyola,1996.79p.

_____.**Vigiar e Punir**. O nascimento da prisão. RJ: vozes, 1987. 288p.

LACOMBE, Américo J. *A cultura Jurídica*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. Tomo II, 3 Vol., SP: Difusão Européia, 1967, Pp. 356-368.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. RJ: forense, 1999.170p.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cidades, viagens, memórias

Sandra Makowiecky[1]

Resumo: Necessitamos um preparo para viajar: uma educação adequada para manter-nos acordados para suas vantagens. É preciso estar atento e saber aproveitar esta apaixonante, brilhante, intelectual, prazerosa, produtiva e exigente atividade. Apreciar uma cidade proporciona isso. Percorrer uma cidade é fazê-lo como um fisionomista, pois os objetos sempre contam uma história. A cidade é o projeto primordial da modernidade, em que a totalidade vai se dando por pequenos pedaços e cada pedaço é importante. É preciso captar o singular de cada cidade. O ato de caminhar, a experiência do corpo no espaço articula outros tempos, resgata memórias que acompanham os ritmos dos passos e, portanto, o imaginário atualiza-se no percurso urbano. No limite, as caminhadas, como as viagens, são os substitutos das lendas que não conseguimos mais narrar.
Palavras- chaves: Cidade, viagem, memória.

Abstract: We need a learning to trip: an adequate education to keep us awaked to its advantages. It's necessary to pay attention and to know how appreciate this passionate, brilliant, intellectual, pleasure, productive and demanding activity.
We can feel it enjoying a city. To pass throught one city is to do it as someone that faces the things because the objects always narrates a history. The city is the main project of the modernity, in which the totality happens at small pieces and every piece is important. It's necessary to captivate the singular of each city. The act of walking in the city, the experience of the body in space articulates other times, redeem memories to go along with the rhythm of the footsteps and so, the imaginary is actualized in this urban route. In the limit, walks as the voyages are the substitutes of the legends that we are not more able to narrate.
Key- words: City, voyage, memory.

> *"O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço" (.CALVINO, 1990, p.150)*

A necessidade da viagem e sua importância para a educação democrática e para a cidadania são fatores que se pretende destacar. Conhecer cidades; a sua cidade, outras cidades; a comparação, a análise apaixonada e a análise fria, as experiências acumuladas. Cada cidade é uma viagem, cada viagem é uma metáfora, cada metáfora é uma cidade.

[1] Professora doutora, Departamento de artes Plásticas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

"Viagem à Itaca"[2] (Konstantino Kavákis)

"Se partires para um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.
(...)
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.
Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
*e agora sabes o que significam Ítacas" (*KAVAFIS apud SUBIRATS, 1986, p. 69)

Podendo ser filosófica, artística, ou científica, a viagem, em geral, compreende várias significações e conotações, simultâneas, complementares ou mesmo contraditórias. São muitas as formas de viagens reais ou imaginárias, demarcando momentos ou épocas mais ou menos notáveis da vida de indivíduos, famílias, grupos, coletividades, povos, tribos, clãs, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, que pode ser através de dissolvê-las ou recriá-las e faz isto ao mesmo tempo em que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto pode singularizar como universalizar, dependendo da opção feita, do enfoque da análise, da percepção de cada um.

Para Ianni (2000), a viagem, como realidade ou metáfora, está sempre presente em muito do que é o imaginário das ciências sociais. Todo cientista social realiza algum tipo de viagem quando estuda, ensina ou pesquisa. Por toda a história de cada uma e de todas as ciências sociais, há sempre alguma contribuição do relato sobre outras terras, povos, formas de sociabilidade, culturas e civilizações. Por toda a história das ciências sociais, os principais autores têm sido viajantes ocasionais ou permanentes.

A viagem transforma, corrompe os costumes e rompe a certeza. A experiência da viagem coincide com a experiência da perda de identidade.

---

[2] Ulisses, Rei da Ítaca, era filho único de Laertes e Anticléia. Fazia dois anos de casado com a bela Penélope quando estourou a Guerra de Tróia. Tudo fez para não ir para a guerra, mas foi obrigado a partir. Quando Tróia caiu, Ulisses rumou para Ítaca, porém a fortuna lhe foi adversa durante dez anos. Arrojado pelos ventos à ilha de Ogigia onde reinava a ninfa Calipso, filha do Oceano, esta prometeu torná-lo imortal se prometesse esquecer para sempre Ítaca e ali quisesse acabar tranqüilamente seus dias. Ali passou dias, meses e anos até que, por fim, auxiliado pelos deuses se fez rumo à pátria aonde chegou são e salvo.

> *"A incerteza e a viagem se forçam mutuamente. Épocas de identidade ameaçada forjam grandes viajantes; e os grandes viajantes sempre sorriem com a dúvida no olhar. A incerteza em relação ao mundo onde a ordem teológica ruiu, leva o ilustrado a percorrê-lo e, assim fazendo, a questioná-lo inteiramente" (SUBIRATS, 1986, p. 72).*

Ao viajar, a alma exercita-se incessantemente em observar coisas desconhecidas e novas.Não se conhece escola melhor do que ser apresentado à diversidade de outras tantas vidas, costumes, fantasias, arquiteturas, paisagens. Toda viagem é uma mudança, não apenas do lugar, mas de elementos internos e externos.

A imagem da viagem e do viajante é o oposto da utopia dos navegadores da Renascença. Eles partem em busca de um mundo novo, embora saibam que suas viagens sejam uma incógnita. Há uma partida, mas não se sabe se haverá ou não retorno. A natureza deste espírito está bem explícita nas cartas de Américo Vespúcio. São as crônicas que escreveu durante suas travessias até o Novo Continente. Os relatos, como espécie de diário, narram todas as angústias, ansiedades e perigos vivenciados pelos viajantes, quando deixavam para trás as terras européias ou mesmo com relação às terras novas.

> *"Mas não é isso que Américo teme, e sim o regresso. Ele celebra a liberdade garantida pelo seu novo estado, e lamenta amargamente a insegurança, as voltas imprevistas da fortuna, as desgraças súbitas, as lutas constantes e o eterno sentimento de incerteza que o acossaram nas terras européias, que deixava para trás" (SUBIRATS, 1986, p. 72).*

O que caracteriza a viagem da época moderna é o percurso a Ítaca: viagem sem fim, porém excitante. E quem a faz é o navegador de rumo perdido. Ítaca na verdade é uma utopia. O caminhante certamente prepara-se com cuidado, antes de partir para a viagem. Informa-se principalmente acerca de seu destino, mas não por nele acreditar ou supor que vá alcançá-lo. Apenas quer tê-lo presente, para poder manter um passo mais apressado. E começa a viagem, e caminha sem parar.

A vivência social e histórica do burguês coincide com a viagem a Ítaca, pois ele se insere na e pela razão que norteia o processo de produção social, pois o indivíduo moderno identifica-se subjetivamente com sua capacidade de dominação, transformação e subordinação da natureza. Como a produção social é determinada pelo acúmulo de saberes e poderes, de capacidades técnicas, de equipamentos, organizações e domínios, assim é determinada sua estrutura espiritual.

E tem sido assim mesmo. As viagens, os contatos com outras culturas ampliam a visão de mundo e forjam homens capazes de provocar mudanças. Mudar os hábitos de um povo não é tarefa fácil. Com esse propósito, devemos nos valer do que tem sido um dos maiores fatores da educação, em nível individual e universal e ver o que está acontecendo em outras cidades e em outros países.

Para a promoção da cidadania, da renovação das cidades, em que cada um de nós tem sua parte, nunca será demais a experiência colhida nas cidades de ontem e de hoje.

Filhos de uma era perplexa e encantada com seus meios de comunicação, como agora nos sentimos, na era da informação, internet, televisão a cabo, naturalmente somos levados a pensar em nossos antepassados como pessoas confinadas a limites estreitos e com pouca experiência em viagens.

Contudo, a viagem e o comércio são pré-históricos. A História Clássica nos recorda como as vias de comunicação do Império Romano estendiam-se com perfeição ininterrupta, em termos de pavimentação e conservação, por todo o Império, e mais além, suportavam não somente legiões em marcha e carteiros a galope, mas também longas comitivas de comércio. Através do Mediterrâneo, as linhas de comunicação foram numerosas e variadas.

Comparativamente, na Idade Média, as viagens não foram raras. Relembremos, contudo, as grandes rotas comerciais e internacionais da Europa, como as de Nuremberg e Augsburg, das quais muito dependia a prosperidade das grandes cidades marítimas, como Veneza e Gênova, Bruges e Hamburgo.

Os alegres contadores de histórias de Chaucer, em peregrinação a Canterbury são exemplos conservado em forma de arte a respeito do que ocorria em cada país e em todos os seus grandes santuários nacionais. O esplendor de Peterborough, de Colônia ou de Compostela tinha algo mais do que uma origem simplesmente diocesana, era um apelo nacional e internacional. De maior importância, subseqüentemente, era a grande peregrinação que atraía a cristandade a Roma e a grande Peregrinação a Jerusalém.

Tal qual ocorreu com o intercâmbio da cultura literária. A cultura grega veio de Constantinopla, anteriormente à Conquista Turca, segundo mostra a história florentina, e as viagens de Erasmo, que transformaram a Universidade e marcaram história.

> *É preciso mencionar aqui a importância das universidades alemãs: são respeitadas em todos os países e têm evidente superioridade em relação às instituições similares de nosso próprio país. Enquanto a nossa juventude em Oxford ou Cambridge, em St. Andrews ou Edimburgo, geralmente permanece em sua universidade durante todos os anos de sua vida estudantil, seus contemporâneos alemães do mesmo nível têm várias vezes a experiência estimulante do novo ambiente de uma grande universidade, de uma nova cidade cultural (GEDDES,1994, p. 96).*

Isto nos leva a acreditar cada vez mais que somente quando tivermos uma educação essencialmente aberta, e que se sobrepõe à educação restrita às salas de aula e fechada nos campos de seus domínios, poderemos progredir para um novo conceito de expansão, dimensionando com exatidão o valor e a vitalidade do ato de viajar como ato de conhecer, como ato de formar o cidadão do mundo.

Necessitamos um preparo para viajar: uma educação adequada para manter-nos acordados para suas vantagens. É preciso estar atento e saber aproveitar esta apaixonante, brilhante, intelectual, prazerosa, produtiva e exigente atividade. Estar atento ao papel de formador de homem de cultura geral, atento para o significado da poesia e do drama, da crítica e da comunicação polida e para o lugar que tudo isso ocupa na sociedade.

Apreciar uma cidade proporciona isso. Percorrer uma cidade é fazê-lo como um fisionomista, pois os objetos sempre contam uma história. A cidade é o projeto primordial da modernidade, em que a totalidade vai se dando por pequenos pedaços e cada pedaço é importante. É preciso aprender a ver assim. É preciso captar o singular de cada cidade.

Do Egito Antigo a Londres do século XVIII, a Paris do século XIX e a Berlim do século XX, muitas vezes os planejadores/arquitetos de nossas cidades acomodaram às suas perspectivas imponentes, esquecendo-se de coisas simples que são desejadas como aspiração da população. Por vezes, há pouca orientação para os interesses humanos de cada comunidade e para a individualidade das moradias.

Não se trata, portanto, de perder a visão do todo; muito pelo contrário, é fundamental ampliar a visão de mundo, para passar uma peneira no arsenal de possibilidades, escolhendo as mais adequadas.

Mas para isso, não podemos apagar as diferenças. É importante olhar para o mundo dos outros, para situar o seu próprio e torná-lo significante; para conciliar os apelos da grandeza urbana com os da vida doméstica e comunitária.

> *Antes que o homem moderno possa controlar as forças que hoje ameaçam a sua própria existência, é necessário que retome posse de si mesmo. Isso fixa a principal visão para a cidade do futuro: criar uma estrutura regional e cívica visível, destinada a colocar o homem à vontade em face do seu ego mais profundo e de seu mundo mais amplo, ligados a imagens de nutrição e amor humano (MUNFORD, 1982, p.618).*

As cidades representam a memória da cultura, são os símbolos históricos da cultura. Um passeio às ruas de Pompéia exemplifica, pois através de toda a sua arquitetura somos transportados a uma outra época, onde tudo colabora para uma cristalização de emoções e experiências além da estrutura tecnológica do poder e da cultura. A falta de espaço para templos, para as artes é uma forte tendência, transformando assim as cidades hoje em verdadeiros desertos da cultura. É a presença desses lugares que distingue uma cidade. Mesmo hoje, na Grécia, onde raros monumentos continuam erguidos, é a própria paisagem que desperta o viajante, pois sua configuração revela-se como o berço de todas estas construções. O que lá se apreende é a força do lugar.

Na pressa da praticidade do mundo moderno, perdemos cada vez mais a trama do nosso enraizamento e é desta forma que acaba se determinando o que se quer preservar ou não. Já perdemos vários exemplares e é preciso evitar que se perca mais. As coisas são mais importantes do que parecem à primeira vista. Alguns monumentos constituem a consciência das marcas da nossa identidade cultural.

Dentro de uma definição mais ampla, a ruína é aquilo que um dia esteve, não está mais, porém, permanece. Como observa Olgária Matos: "As ruínas resistem ao poder destruidor do tempo. Elas fazem parte do derradeiro patrimônio do indivíduo, de suas aspirações de viajar em sentido inverso ao da morte" (MATOS, 1982, p.50).

A ruína, assim, passa a ser a fundadora de um sentido físico e psicológico a um só tempo. Os monumentos, de igual maneira, em sua materialidade e conteúdo simbólico, envolvem temas referentes à arte, arquitetura e história. Articulam, no plano visível, elaborações coletivas de espaço e tempo.

> *"Em outras palavras, trata-se de observar, cuidadosamente, que em nossos próprios territórios culturais – comecemos pela cidade que habitamos – sofremos com a perda dos referenciais culturais e os conteúdos de nossa memória coletiva se empobrecem" (FREIRE, 1997, p. 165).*

Óscar Collazos, num belo texto chamado *Memória de las ciudades* (2002) diz que as cidades vivem em nós como os amores. São o que foram e não o que queríamos que fossem. Como no amor, as construímos com afeto. Como um objeto de amor, parece

desaparecer às vezes da recordação, porém quase sempre reaparecem em um ato involuntário da memória. Preferiríamos vê-las como as amamos e não como mudaram ao nos afastarmos delas. Para Collazoz (2002), uma cidade é , em princípio, o espaço da infância, dos amores, da amizade, onde topografia e arquitetura se vincularão sempre ao universo afetivo dos homens e acabam convertendo-se em " fundações mitológicas", ou seja, em fundações sem tempo.

Em nossa memória, para o autor, as cidades que vivemos e amamos não existem por baixo de uma enganosa idéia de progresso. Ao resistirmos a vê - las como o que chegaram a ser, nós as congelamos em uma foto fixa que nos fala do que foram. Como objeto de nostalgia, deixa de ser topografia urbana e se transforma em topografia afetiva. É o caso da Buenos Aires de Jorge Luis Borges, por exemplo, onde cidade antiga e cidade moderna são refundadas pela memória, que só voltam a ser fundadas com os planos da memória.

Podemos citar cidades que poderiam pertencer a um mapa das "Cidades da Anima", ou seja, as cidades com alma, e para exemplificar, se cotejam lado a lado, a Londres enevoada de Turner, a Paris e o Porto de Havre de Albert Marquet, a lírica aldeia de Vitiesbsk de Marc Chagal, onde os violinistas tocam nos telhados, a Florianópolis de Martinho de Haro[3].

Alguns artistas criam imagens de cidades, que mais do que uma visão de artista, fornecendo uma síntese do que se tem guardado na memória, de certos períodos históricos. Podemos citar outros: a Nova York de Hooper, a Paris de Vlaminck, a São Paulo de Tarsila do Amaral, a Lisboa de Eça de Queiróz, entre tantas outras.

O filósofo Michel de Certeau (1994) compara o ato de andar na cidade com a formulação de um discurso. Considera que esse ato, aparentemente corriqueiro e à primeira vista, desprovido de significados, além de seus objetivos mais aparentes, como ir a determinado local ou passear, está imbuído de pequenos vistos, fantasias, insere-se numa rede simbólica. O ato de caminhar, a experiência do corpo no espaço, para ele, articula outros tempos, resgata memórias que acompanham os ritmos dos passos e, portanto, o imaginário atualiza-se no percurso urbano. É neste momento que se dá o ritmo de leitura desse texto simbólico de conteúdo individual e também coletivo. No limite, as caminhadas, como as viagens, são os substitutos das lendas que não conseguimos mais narrar.

[3] O artista, por transposição afetiva e intelectual, conseguiu transformar sua Ítaca em mais uma das Cidades da Anima. A Ítaca de Martinho era Florianópolis, para onde quis voltar.

Como andar e viajar são "espaços de enunciação", realiza-se a transformação do lugar abstrato em espaço, que acolhe os sonhos, as lembranças, ou seja, os dispositivos simbólicos. Em outras palavras, o espaço para Certeau é o lugar praticado.

Rousseau também se deteve a analisar o passeio, que para ele, são elos que organizam as vistas resultantes das paradas momentâneas do caminho. Como um caminhante solitário, lança luzes sobre um possível sentido existencial vivido nas imagens do caminho. Este texto de Rousseau é bem elucidativo: "Nossa existência nada mais é do que uma sucessão de momentos percebidos através dos sentidos" (ROUSSEAU, 1986, p. 294).

As viagens abrem espaço para o desconhecido, para o *outro*, revelam fissuras pelas quais podemos penetrar e reencontrar zonas perdidas. Esse *outro* pode estar adormecido dentro de nós. A viagem apenas provoca seu despertar.

> *É desta natureza o estranhamento da viagem: nunca é relativo a um outro, mas sempre relativo ao próprio viajante; afasta-o de si mesmo, deflagra-se na extensão circunscrita de sua frágil familiaridade, no interior dele próprio. O distanciamento das viagens não desenraiza o sujeito, apenas diferencia o seu mundo [...] quando, é verdade, ele não se mostra demasiado compacto – e defendido – para deixar penetrar o tempo (CARDOSO, 1988, p.359).*

Ao estar aberto para deixar penetrar o tempo, o mundo do viajante não se estreita, abre-se, experimenta a vertigem da desestruturação que lhe impõem as alterações do tempo. Poderá então, rearranjar internamente seus fundamentos a cada nova experiência significativa, a cada novo deslocamento. Viajar não é, portanto, um simples deslocamento de corpos, mas, principalmente uma aventura do espírito e o mapa-múndi apresenta ao viajante as etapas do desenvolvimento da humanidade.

Viajar é ser outro constantemente
Por a alma não ter raízes
De viver de ver somente
Não pertencer nem a mim
Ir em frente, ir a seguir
A ausência de ter um fim
E da ânsia de o conseguir.
Fernando Pessoa

Referências bibliográficas

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CARDOSO, Sérgio - O olhar dos viajantes. In: NOVAES, Adauto et al. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
CERTEAU, MICHEL DE. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Collazoz, Oscar. Memória de las ciudades. Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/ag30collazos.htm> **Acesso em 18 de set. 2002.**
FREIRE, Cristina - **Além dos mapas. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: SESC, Annablume, 1997.
GEDDES, Patrick - **Cidades em evolução**. São Paulo: Papirus, 1994.
IANNI, OCTAVIO. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
MATOS, Olgária - A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. **Espaço e debates**, nº 7, out./dez. 1982, São Paulo.
MUMFORD, Lewis - **A cidade na história**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
ROUSSEAU, J.J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,1986.
SUBIRATS, Eduardo **- Paisagens da solidão**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Integração Sul-americana na segunda metade dos anos 1990: projeto político brasileiro *versus* assimetrias regionais do subcontinente.

Fernanda Tondolo Martins[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as relações exteriores brasileiras, entre 1995 e 2002, para que se possa compreender, com base na documentação primária, o propósito político e estratégico que norteou o projeto de integração sul-americana, cujas linhas gerais estariam traçadas na montagem de uma área de influência e em um esquema de liderança regional do Brasil.
Palavras-chave: Política Externa Brasileira, Integração Sul-americana, Relações Internacionais.

Abstract: This work intends to analyze the Brazilian foreign affairs, during the period between the years 1995 and 2002, to understand, based on primary documents, the politic and strategic purpose that guides the South-American integration project, settled on a Brazilian influence area and also on a regional leadership.
Keywords: Brazilian foreign policy, South America integration, International Affairs

O aspecto da articulação regional e da integração sul-americana na política externa do governo Fernando Henrique Cardoso durante seus dois mandatos presidenciais tem como pressuposto a hipótese de que esta inflexão estaria vinculada ao reordenamento mundial processado a partir dos anos 1980. O final desta décadaassistiu ao término da Guerra Fria com a *Perestroika* e ao colapso do campo soviético, à aceleração do processo de globalização da economia, da revolução científico-tecnológica, da competição econômica entre os países desenvolvidos e à formação de blocos econômicos, que acabaram agravando a já difícil situação internacional da América do Sul.

Dentro do contexto regional, a nova agenda internacional enfatizava a abertura dos mercados internos dos países periféricos e a redemocratização de seus governos. E, somado a esse quadro, estava a crise da dívida externa, que tornou os países sul-americanos extremamente vulneráveis às pressões de instituições econômicas e financeiras mundiais. Nesse sentido as alterações do cenário externo conduziram os países do subcontinente de modo geral, e o Brasil em particular, a um retraimento político que se somou a várias áreas de atrito e de vulnerabilidade – um enorme passivo em termos de endividamento externo, uma grande dependência do fluxo de capitais internacionais, vários contenciosos comerciais, defasagem tecnológica em relação aos países desenvolvidos, entre outros.

[1] Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de História das Relações Internacionais pela Faculdade Montserrat.

A matriz da política externa brasileira e, conseqüentemente, suas estratégias e percepções, refletiram um esforço para incrementar sua inserção internacional com os recursos de poder de que dispunha. Tal orientação privilegiou o aumento de sua presença em todo continente sul-americano, evitando, sempre que possível, a influência de potências extra-regionais na região. Para Ricardo Sennes, essa inflexão da política externa brasileira teve profundo impacto no Brasil pelo fato de ser ele uma Potência Média[2], a qual, no âmbito das relações internacionais, "procuraria agir como uma potência regional hegemônica, além de considerar o âmbito regional como espaço preferencial no engajamento político internacional e a arena em que vêem mais diretamente envolvidos seus interesses" (SENNES, 2003: 110).

Para Rubens Barbosa, a prioridade especial atribuída pelo Brasil à América do Sul desde 1985, quando iniciou com a Argentina seu processo de integração – que posteriormente deu origem ao Mercosul – representaria uma "virada de página na política externa brasileira" (BARBOSA, 1994: 110). A resposta nacional aos novos desafios e aos efeitos negativos do reordenamento mundial caracterizou-se pela instituição de um bloco regional a partir da aproximação dos dois principais países sul-americanos. Entretanto, o projeto que deu origem à criação do Mercosul, acabou sendo transformado, ao longo da década de 1990, numa associação com vistas à desregulamentação econômica e à liberalização comercial.

Nesse sentido, pode-se afirmar que houve uma mudança no "plano original" da integração do Cone Sul e a efetivação da esfera regionalista como principal plano de atuação do governo brasileiro pôde ser vislumbrada mais claramente a partir da segunda metade da década de 1990, porque a primeira corresponderia à "crise da matriz multilateral e mundialista da política externa do país" (VIZENTINI, 1997:02). Conforme Amado Cervo, tal postura vincular-se-ia à "dança dos paradigmas", na qual o pensamento político brasileiro aplicado às relações internacionais do Brasil desde 1990 não foi homogêneo. A questão do desenvolvimento – tema sempre associado à política externa do país – não havia desaparecido do horizonte da sociedade brasileira, mesmo com o encerramento do ciclo desenvolvimentista de sessenta anos (1930-1990). Mas essa estratégia tradicional de orientação da política externa, vinculada ao desenvolvimento, foi posta em dúvida porque se supunha que ela

[2] Para Ricardo Sennes, os aspectos importantes para a classificação das Potências Médias destacar-se-iam: o papel dos países frente aos processos decisórios internacionais, sua inserção regional, a dimensão e qualidade territorial e populacional, a produção agrícola, industrial, energética e mineral, o bem-estar e a integração nacional, a sua capacidade militar, seu *status* diplomático, sua taxa de importações e exportações, entre outros. Após uma revisão teórica dos autores que discutem esse conceito, Sennes conclui que o traço mais marcante entre eles, ainda que em proporções e combinações distintas, é o fato de ocuparem uma posição intermediária no sistema internacional global com sua conseqüente condição de *system-affecting states* e, de outro, participando intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontram. Seria na combinação dessas duas vertentes que as Potências Médias se destacariam como atores relevantes, atuantes e estruturantes do sistema internacional.

houvesse provocado a crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica dos anos 1980, e que não resistiria diante das transformações de ordem global ao fim da Guerra Fria.

No início dos anos 90, especialmente a partir do governo Collor, a elite brasileira mostrava-se indefinida quanto ao projeto nacional que iria seguir. Os grupos políticos passavam por arranjos e a sociedade definia importantes aspectos institucionais, uma vez que o novo governo era o primeiro eleito diretamente pelo povo, após vinte e um anos de ditadura militar. No plano interno, o governo Collor promoveu a abertura do mercado interno, privatizou importantes empresas estatais e reduziu drasticamente o papel do Estado na economia. De fato, ocorreu um processo de liberalização da economia brasileira, sob os aspúcios do Consenso de Washington, na qual o Brasil abriu unilateralmente seu mercado interno. No plano externo, o contexto internacional do pós-Guerra Fria pode ser apontado como elemento essencial para entendermos a política externa brasileira no início dos anos 1990, uma vez que a queda do socialismo no Leste Europeu e às especulações quanto ao se considerava ser o trunfo definitivo do capitalismo ocidental, justificavam o desmonte do Estado brasileiro.

Contudo, esse direcionamento da política externa brasileira mostrou-se ineficaz já nos primeiros anos da década de 1990, devido à diminuição da intensidade da atuação dos Estados Unidos sobre a região sul-americana; abriu-se espaço, então, para a retomada do projeto de integração regional. Ou seja, o paradigma americanista já não podia mais ser retomado, ao mesmo tempo em que o globalista não o substituía integralmente. Desse modo, o processo de integração, que até então havia sido dirigido por meio de protocolos setoriais, assumiu um caráter comercialista, de câmbio livre, de abertura geral e sem proteção setorial.

Para Mônica Hirst, a crescente vulnerabilidade externa experimentada pela América Latina na década de 1980, quando políticas industriais eram gradualmente abandonadas e substituídas por estratégias de livre mercado, contribuiu para diminuir as diferenças entre os Estados da região, tornando-as menos efetivas em determinar vantagens e desvantagens recíprocas no subcontinente. Nem o término da Guerra-Fria nem a globalização reduziram as assimetrias interamericanas ou intralatino-americanas, daí serem descartadas como razão para explicar o fraco multilateralismo intra-regional. Hirst destaca, que a América Latina seria [até 1995], a única região onde os Estados Unidos não enfrentaram a contradição entre a capacidade militar dominante e o relativo declínio econômico, fato este que os teria impedido de assumir a liderança mundial de forma plena desde 1989; ao contrário, à medida que os laços entre a América Latina e os Estados Unidos evoluíram, recentemente, ficando

mais estreitos, motivados por convergências de política econômica, a influência norte-americana teria se ampliado nos assuntos econômicos e políticos do sub-continente. Na sua avaliação "o problema principal para a região seria a dificuldade em mudar de uma posição passiva pra uma posição ativa" (HIRST, 1995: 109).

O contraponto a esta conclusão, colocado por Hirst, dar-se-ia quando o Brasil é acrescentado no mapa, devido ao protagonismo do país no restabelecimento da cooperação econômica intra-americana, primeiro por sua participação no Mercosul e depois pelo lançamento do Acordo de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA, 1993). Hirst recupera, desse modo, uma característica que subjaz ao esquema de integração, a liderança sul-americana, uma vez que

> "*A idéia do Brasil como potência regional está associada ao conceito de América do Sul como uma região* per se*, o que aprofundaria a fragmentação da América Latina. O debate sobre se o Brasil possui ou não atributos necessários para se tornar uma potência regional não é novo, e tem sido uma hipótese perturbadora na política intra-sul-americana desde o começo da década de 70. Após um período de limbo durante a década de 80, quando o Brasil passou por ciclos de desordem macroeconômica e vulnerabilidade econômica externa, o conceito de Brasil como potência regional parece agora estar ganhando força novamente sob outras circunstâncias* (HIRST, 1995: 109).

A noção predominante, até então, residia na construção de uma integração regional que abrangesse especificamente o Cone Sul, com possibilidades de crescimento através de relações bilaterais dos membros do Mercosul com os demais vizinhos sul-americanos. A alteração, porém, se inicia durante o "interregno" Itamar Franco, cujo governo estancou o processo de liberalização econômica iniciado durante o mandato de seu antecessor. Conforme Nei Canani, é durante a gestão de Fernando Henrique, como chanceler, que "a política externa brasileira esboça seus primeiros traços de mudança, redefinindo os vetores da inserção internacional do Brasil" (CANANI, 2004: 71). O novo governo, ao mesmo tempo em que procurou revalorizar a presença do país no cenário mundial, priorizou a integração platina e sul-americana. Fernando Henrique propôs a substituição do termo "América Latina" por "América do Sul", por ser este mais condizente com o projeto brasileiro de integração, deu início à ampliação dos projetos de infra-estrutura para viabilizar a integração entre os quatro países membros do Mercosul e buscou associação com o Chile e a Bolívia. Na gestão de Celso Amorim, seu sucessor na pasta, foram lançadas as bases para a criação da ALCSA, que deveria ser efetivada dentro de dez anos.

A diplomacia brasileira, nesse sentido, pautou-se pela lógica de ganhos absolutos no âmbito global por meio da cooperação regional. Um dos maiores obstáculos, entretanto, à

consecução desse projeto foi a assimetria existente entre os países sul-americanos, que nem sempre vêem os projetos de cooperação econômica e política sejam, necessariamente, positivos para as coletividades envolvidas.

Letícia Pinheiro, em ensaio sobre a teoria e prática da política externa brasileira contemporânea, afirma ser quase consenso entre políticos, diplomatas e analistas de relações internacionais a idéia de que a cooperação entre Estados implica, necessariamente, "algo bom e para o bem" (PINHEIRO, 2000: 305). Citando Helen Milner, ela utiliza o conceito de cooperação como o movimento pelo qual os atores ajustam seus comportamentos às preferências de outros mediante um processo de coordenação política a fim de reduzir as conseqüências negativas para ambos. Contudo, Pinheiro faz um contraponto a tal suposição que, mesmo podendo estar correta, não equivale a dizer que o fim pelo qual se coopera seja necessariamente um bem para a coletividade, nem que resulte de um processo espontâneo, "sociologicamente neutro". Retomando Skidmore, ela destaca, também, o fato de que o crescimento da interdependência econômica gera ganhadores e perdedores, podendo-se esperar, portanto, a alteração de coalizões políticas e o agravamento de algumas cisões, ainda que outras sejam amenizadas. Importante contribuição desta autora, sobre a questão da cooperação, é a ressalva feita à dificuldade em se distinguir "até que ponto se trata da constatação de uma tendência geral no comportamento dos Estados ou uma suposição sobre qual deve ser a melhor forma de inserção dos Estados no plano internacional, em favor da qual analistas e praticantes de política internacional precisam dar sua contribuição" (PINHEIRO, 2000: 305-306).

Segundo a autora, caberia, ao analista de política externa entender como a teoria e a prática se ajustam no sentido de buscar uma nova inserção internacional do país a partir dos anos 1990. Seu esforço teórico define como melhor estratégia para explicar a política externa brasileira contemporânea o conceito de *institucionalismo pragmático*, "visto como um meio caminho entre o realismo hobbesiano e o realismo grotiano[3]". Segundo Pinheiro, a origem do globalismo, vincula-se a uma combinação de três fatores: a crítica nacionalista da matriz americanista da política externa brasileira gerada no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); a visão cepalina das relações centro-periferia, que estimulou a construção

[3] De acordo com Pinheiro, que retoma Hedley Bull, o globalismo se sustenta na análise do sistema internacional como anárquico, tal como o estado de natureza de todos contra Daí a justificativa do princípio de auto-ajuda. Em outro aspecto, o globalismo de base grotiana, tributário da contribuição de Hugo Grotius (1925), embora reconhecendo a anarquia do sistema, supõe também que ele é normativamente regulado e que os Estados agem não apenas em busca de ganhos relativos, mas também absolutos. Enfim um globalismo que sustentaria na suposição de que, em seu mútuo relacionamento, todos os Estados 'estão sujeitos às regras e instituições da sociedade que compõem'. Ao contrário da concepção hobbesiana, na visão grotiana, os Estados não se submetem apenas às regras de prudências e conveniência, mas também aos imperativos da moralidade e da lei.

de uma identidade econômica dos países latino-americanos, baseada na possibilidade de uma atuação coletiva no cenário internacional; e o pensamento realista das relações internacionais, que concebe o sistema internacional como anárquico, onde prevaleceria o princípio de auto-ajuda na conduta dos Estados. Com maior ou menor intensidade nas diversas fases da política externa do Brasil, o paradigma globalista teria chegado ao limite de suas possibilidades nos anos 1990, devido

> "*a dissociação entre valores e razões pragmáticas do Executivo, que justificavam a retomada do americanismo e os valores e interesses das forças políticas e sociais mais relevantes que não endossavam essa alternativa", combinado ao "esgotamento do globalismo que se explicaria pela fragmentação da coalizão diplomática em razão das transformações na ordem mundial como o fim da Guerra Fria, que minou o poder dos países do Sul e o discurso terceiro-mundista, calcado na denúncia das irracionalidades das grandes potências", além do "esgotamento do modelo de industrialização baseado na substituição de importações"* (PINHEIRO, 2000: 311).

Porém, o tema desenvolvimento, como projeto ligado à independência nacional, econômica e política não foi abandonado, e o país foi buscar na tradição a sua lógica de atuação. Assim sendo,

> "*Um novo continuísmo se estabelece, não mais não mais fidelidade aos paradigmas históricos nem mais em função da luta pela sobrevivência do modelo de substituição de importações, ambos superados, mas ainda em função de princípios realistas da política externa do Brasil, que irão, no interior do projeto liberal, tentar preservar a lógica da autonomia*" (PINHEIRO, 2000: 312).

Dentro dessa lógica, porém, o grau de comprometimento que o Estado se propõe a assumir varia conforme seus recursos de poder. Nesse contexto, a cooperação internacional é retomada como meio de reduzir as incertezas e buscar a maximização dos ganhos do país. A própria autora aponta como fato inegável o aumento das vantagens para os países, quando integrados, tendo em vista a interdependência decorrente da globalização. A complexidade, porém, dos paradigmas hobbesiano e grotiano é retomada novamente para exemplificar a lógica que subjaz a integração sul-americana. Letícia Pinheiro afirma que o fim da Guerra Fria contribuiu de modo substancial para diminuir o peso hegemônico, do paradigma realista de base hobbesiana, mas não o invalidou totalmente; não houve, também uma substituição total pelo paradigma grotiano, mas este foi perdendo força, enquanto ascendeu o discurso da interdependência econômica e da cooperação. Os formuladores de política externa tentariam pautar sua atuação na sociedade globalizada conjugando essas duas tendências

A partir das transformações no cenário internacional, que se processaram especialmente a partir dos anos 1990, a diplomacia brasileira, especialmente nos mandatos de

FHC, pautou-se pela lógica da busca de ganhos absolutos no âmbito global por meio da cooperação inter-regional. Essa cooperação regional foi facilitada pela convergência de interesses entres as partes que possuem "peso relativo" no plano global, pois, viram na cooperação uma forma de se proteger dos efeitos da globalização.

Essa atuação do governo brasileiro leva-nos a identificar um caráter fortemente reativo no que se refere à condução da política externa. Mesmo que o projeto de integração sul-americana tenha se tornado mais concreto a partir do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, há que se ponderar até que ponto o aumento da vulnerabilidade externa não teria sido utilizado pela classe política brasileira para conceber a política externa como um instrumento para a resolução de problemas internos. Em decorrência dessa redução da política externa a um papel ancilar com relação às políticas domésticas – sem simplificar a inter-relação entre esses âmbitos – há que se inferir se a diplomacia não estaria rechaçando a definição de uma estratégia externa e contentando-se em controlar o caráter defensivo e reativo da diplomacia. Desse modo a política externa perderia um comando político e a diplomacia se submeteria a um controle burocrático.

Essas hipóteses e questionamentos sobre a atuação do governo brasileiro durante a era FHC são colocadas para desmistificar o caráter discursivo de aprofundamento da integração sul-americana, uma vez que a atuação do país a nível externo responde a uma multiplicidade de fatores, bem como se articula às demandas nacionais para a solução dos problemas internos. Mesmo que o reordenamento mundial operado a partir de fins da década de 1980 tenha possibilitado ao Brasil inserir tal iniciativa no discurso da política exterior como forma de aumentar sua inserção internacional a partir dos recursos de poder de que dispunha, é importante considerar até que ponto iria a influência da percepção herdada da Guerra Fria de que a única ordem possível seria a polarizada, e daí a noção de que só existiria uma só alternativa para todos os países: aderir aos Estados Unidos ou resistir a ele. Além disso, nos moldes propostos pelo governo brasileiro, tal projeto desconsiderou muitas das demandas dos demais países da região, cuja assimetria econômica e social se coloca como um real obstáculo à consecução de projetos desse porte. Daí a efetiva de integração regional no Cone Sul, nos anos 1990 ter ficado aquém do proposto.

Referências bibliográficas:

BARBOSA, Rubens. *O Brasil e suas opções internacionais: a articulação entre o universal e o regional*. In: **Política Externa***,* vol. 3, nº 3. Dezembro, 1994. Pp.101-116

CANANI, Ney Artur Gonçalves. ***Política Externa no Governo Itamar Franco (1992-1994): Continuidade e renovação de paradigma nos anos 90***. Dissertação do Programa de Pós-graduação de Ciência Política, UFRGS, 2003.

HIRST, Mônica. *Obstáculos ao governo regional no hemisfério ocidental: velho regionalismo na nova ordem mundial*. In: **Política Externa**, vol. 04 – nº 2, setembro, 1995.

PINHEIRO, Letícia. *Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea*. In: **Contexto Internacional***,* Rio DE Janeiro, vol. 22, nº 2, julho/dezembro 2000. Pp. 305-335.

SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora da URGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo. *A política externa brasileira em sua fase multilateral: cronologia 1961-1964*. In: **Cadernos de Ciência Política***,* nº 4. Série: Pré-edições. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Ciência Política / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

_____. ***Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula***. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ataque aos "gorilas": a crise Brasil-Uruguai no traço dos caricaturistas de *Marcha* (1964-1967)

Teresa Cristina Schneider Marques*

Resumo: As charges e caricaturas foram uma das maneiras encontradas pelo semanário uruguaio *Marcha* para atacar os governantes militares brasileiros, retratando-os como gorilas e acusando-os de terem efetivado um golpe de Estado, e de burlarem as leis internacionais sobre o direito a asilo político. Analisando tais imagens com o apoio da metodologia da iconografia e da iconologia, objetivamos compreender a visão de uma considerável parcela da sociedade uruguaia sobre a ditadura brasileira e a crise que passou a existir entre os dois países com a chegada dos exilados no Uruguai.
Palavras-chave: Charges – Ditadura Militar Brasileira – Uruguai.

Abstract: The charges and caricatures were one of the ways found by the uruguayan weekly newspaper *Marcha* to attack brazilian military governors, portraying them as gorillas and accusing them of plotting a coup d'État, and of cheating international laws about the right for political asylum. Analyzing such images with the support of iconography and iconology methodologies, we intend to understand the vision of a considerable parcel of the uruguayan society about the brazilian dictature and the crisis that started to exist between the two countries with the arriving of the exiled ones in Uruguay.
Key-words: Charges - Brazilian Military dictatorship – Uruguay.

A brusca mudança de regime político que se deu no Brasil em 1964 chamou as atenções do Uruguai para novo regime militar, pois foi o país que recebeu como asilados a maior parte dos políticos expulsos pela "Operação Limpeza", promovida pelo AI-1. Entre os que buscaram refúgio no país, destacam-se o presidente deposto João Goulart, e Leonel Brizola, cuja presença transformou Montevidéu no primeiro ponto de articulação da esquerda brasileira no exterior após o golpe. Em conseqüência disso, este pequeno país, com quem o Brasil até então mantinha cordiais relações, se tornou o principal alvo das pressões do governo brasileiro, preocupado em estender o controle sobre os grupos opositores além das fronteiras nacionais.

Esta postura do Itamaraty contribuiu para prejudicar a imagem do novo regime político perante a sociedade uruguaia. Esta, orgulhava-se das liberdades democráticas mantidas no país, tais como a defesa do acolhimento irrestrito ao perseguido político e a liberdade de pensamento político. Soma-se a isso o fato de que os políticos que se refugiaram no Uruguai compartilhavam idéias e mantinham um bom relacionamento com o governo e a sociedade uruguaia.

* Mestre em História – UFMT, doutoranda em Ciência Política – UFRGS.

Diante dessa conjuntura, pode-se compreender os motivos que levaram a maior parte da sociedade uruguaia a avaliar negativamente o novo regime político brasileiro. Esse posicionamento ficava mais claro através do espaço disponibilizado às declarações dos exilados e as manifestações de apoio nos meios de comunicações locais. Nesse sentido, destaca-se o semanário *Marcha*. Essa publicação que surgiu em 1939 ganhou destaque internacional, pois suas páginas possibilitaram debates cujo conteúdo eram de interesse de todo o continente. Desses debates participaram algumas das personalidades mais influentes no cenário latino-americano, especialmente personagens ligados a movimentos de esquerda (MORAÑA y MACHÍN, 2003: 09).

Nas diversas análises sobre o novo regime, em geral, os militares eram retratados como gorilas, reacionários e elitistas, o golpe era acusado de ser inconstitucional. A política econômica era constantemente criticada. As discordâncias entre as duas chancelarias sobre o tratamento que deveria ser destinado aos exilados brasileiros neste país, aumentou ainda mais o interesse da imprensa uruguaia sobre o regime militar.

As críticas eram presentes não apenas nos editorais e nas análises escritas por exilados brasileiros e repórteres uruguaios, mas inclusive nas charges e caricaturas das páginas de humor do periódico. De acordo com Zanker, as imagens podem revelar os valores de uma sociedade (1992: 13). Assim, no valemos da análise iconográfica e iconológica destas para compreender como questões relativas à ditadura brasileira foram avaliadas pelos uruguaios, que tanto se orgulhavam dos seus valores democráticos. A iconografia, segundo Panokfsky, é "uma descrição e classificação de imagens" (1989: 31). É, ainda, o caminho para se chegar à iconologia, que por sua vez, é mais atenta à interpretação do que a descrição (Idem: 34). Assim, a utilização desta metodologia juntamente com a análise das demais fontes primárias e secundárias[1], tornou possível compreender os significados primários, secundários e intrínsecos presentes nas imagens selecionadas.

Para compreender o conceito de charge e caricatura, no valeremos da definição de Joaquim Fonseca:

> *É um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou fato. Na maioria dos casos, uma característica saliente é apanhada ou exagerada. Geralmente a caricatura é produzida tendo em vista a publicação com destino a um público para quem o modelo original, pessoa ou acontecimento é conhecido* (FONSECA, 1999: 17).

[1] O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*, onde foi empregado de maneira mais aprofundada, um corpus documental mais amplo do que o que foi apresentado neste artigo. Ver: MARQUES, 2006.

Sendo assim, para que as caricaturas alcançassem a reação esperada do leitor, elas comumente acompanhavam as idéias apresentadas nas matérias. Segundo Bergson, o riso apenas existe quando é compartilhado, isto é, "o riso deve ter uma significação social" (BERGSON, 1987: 14). Diversos foram os temas relacionados à ditadura brasileira que receberam atenção da população oriental, logo, tais temas foram abordados pelos caricaturistas de *Marcha*.

Muitas caricaturas simplesmente depreciavam os novos governantes brasileiros. Estes ficaram estigmatizados como gorilas por serem assim chamados por alguns membros da oposição. Por exemplo, a figura publicada na edição de 02 de setembro de 1966, intitulada "Brasil bicheiro", apresenta um diálogo entre um porco e um papagaio, o conhecido personagem criado pela Walt Disney no início da década de 1940, Zé Carioca[2]. Ele foi criado para os filmes *Alô amigos!* de 1943 e *Você já foi à Bahia?* de 1945, com a intenção de representar o Brasil. Nos desenhos da Disney, Zé Carioca era geralmente retratado com terno e gravata, chapéu de palha e guarda-chuva nas mãos. Apresentava "um jeitão de malandro inofensivo", e com sua esperteza, sempre conseguia se livrar das conseqüências das suas travessuras (RAMONE, 2003: 01).

Todavia, nesta charge Zé Carioca surge pequeno, sem seus trajes tradicionais, e com um olhar ingênuo. O porco é muito maior que o papagaio em tamanho, e nele, o detalhe que chama atenção são os óculos, comumente utilizados por desenhistas para diferenciar personagens caracterizados como inteligentes. No diálogo, o porco – um animal cuja imagem geralmente é ligada à sujeira com a qual está habituado a viver – procura alertar Zé Carioca de que é importante derrotar os gorilas, pois seriam eles "os animais mais sujos de toda criação". Por trás deles, passa um gorila distraído, com um kep de oficial militar, onde se lê "Castelo".

Portanto, o objetivo desta charge era ridicularizar os militares, e em particular o general Castelo Branco, apresentando-o como um gorila distraído, que seria menos inteligente e mais sujo do que um porco. Nota-se ainda uma crítica ao povo brasileiro, já que Zé Carioca, que estaria representando a nossa população, é apresentado como uma figura ingênua, que não se mobilizou contra os verdadeiros inimigos, que seriam os militares.

Outros governantes brasileiros também foram caricaturados, tais como o general Costa e Silva. Os presidentes militares estavam entre os alvos preferidos dos caricaturistas deste periódico, pois os militares já eram naturalmente desprezados no Uruguai, por representarem uma instituição pouco operante no país (LÓPEZ CHIRICO, 2000: 181).

---

[2] A referida imagem pode ser observada nas páginas de humor da seguinte edição deste periódico: *Marcha*. Montevideo-UY. Año XXVIII, n.º1319. Setiembre 02 de 1966. p.32.

Entretanto, nem em todas as charges os militares eram caracterizados como gorilas. Em algumas, traços físicos específicos eram realçados com o objetivo de provocar o riso. Houveram caricaturas de presidentes brasileiros que não abordavam um fato em especial, mas tinham tão somente o objetivo de ridicularizar o personagem. Segundo Fonseca, uma caricatura pessoal "necessariamente não tem conteúdo satírico ou de comentário social, podendo manifestar-se tão somente como expressão artística ou de divertimento" (1999: 28). Assim, no caso de Castelo Branco geralmente eram realçadas as suas rugas faciais, e no caso de Costa e Silva, as suas grossas sobrancelhas.

Divertir-se com os adversários não deixa de ser uma forma de ataque, e justamente por isso, a caricatura geralmente não é uma arma de defesa. Desde a antiguidade o riso tem sido usado como arma política: "Apresentar um líder em traços ridículos ante o público é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo" (MOTTA, 2004: 181). Logo, o alvo dos caricaturistas são os seus adversários. Para *Marcha*, que manteve um posicionamento declaradamente contrário ao regime político instalado pelos militares, seus adversários eram todos aqueles que não estavam a favor do grupo político que havia sido deposto pelo golpe.

Sendo assim, políticos como Carlos Lacerda – ligado à União Democrática Nacional (UDN) –, também receberam ataques através dos traços dos seus caricaturistas. Contudo, estes, como não eram militares, não eram retratados como gorilas. Nesses casos, determinados traços físicos eram realçados, ou eram acrescentados elementos que tornariam o personagem mais cômico.

Como exemplo, citamos intitulada "El 'ordem' contra el progreso" publicada na edição de *Marcha* de 17 de abril e 1964[3]. Na mesma, Lacerda é apresentado com uma espingarda na mão direita, e uma grande e carregada cartucheira cruzada no peito. Usa ainda um enorme chapéu, semelhante aos típicos chapéus mexicanos, onde se lê o seu nome. Vestido assim, com uma aparência que recorda a típica imagem dos cangaceiros nordestinos – com exceção do chapéu, que em nada se assemelha aos chapéus utilizados pelos "criminosos errantes" do sertão brasileiro –, Lacerda parece rir satisfeito apontando para as imagens de três ex-presidentes marcadas com um "x". Eram eles: Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart.

Estes três ex-presidentes se afastaram do poder de maneiras muito distintas, contudo, pode-se afirmar que o enfraquecimento dos três no comando do Estado estava ligado com as pressões dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Por isso, Lacerda,

[3] A referida imagem pode ser observada em: *Marcha*. Montevideo-UY. Año XXV, n.º1201. Abril 17 de 1964. p.01.

que se posicionava ao lado destes interesses e liderava a oposição a estes líderes, é apresentado nesta figura como um político malicioso e ardiloso, que há muito conspirava para chegar ao poder, através da eliminação dos seus adversários.

Ao desacreditar e ridicularizar os adversários políticos do governo deposto, *Marcha* procurava discordar dos discursos dos políticos conservadores que estavam no controle do Estado. Estes, colocavam-se como heróis que haviam utilizado a estratégia "do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção" (REIS FILHO, 2004: 39).

Diante deste esforço dos militares em determinar a "natureza revolucionária" do movimento de 31 de março, a brusca mudança de regime político se tornou tema recorrente nas páginas de humor de *Marcha.* Dentre as ilustrações que abordavam esta questão, tomaremos como exemplo uma imagem não intitulada, que foi apresentada em diversas edições de *Marcha*, buscando ilustrar diferentes reportagens sobre o novo regime autoritário brasileiro[4]. Na mesma, os gorilas aparecem ocupando o Palácio do Planalto armados, vestidos como militares e com uma expressão facial zangada. No canto direito da charge, um gorila caminha sorrateiramente pelo teto da construção. A imagem se esforça em apresentar de forma clara a sua mensagem: a mudança de regime que se deu no Brasil em março de 1964, não é resultado de uma revolução como afirmavam os militares, mas sim de um golpe de Estado contra o poder constitucionalmente instituído, protagonizado pelos militares.

É inquestionável o poder exercido pelas imagens sobre a mentalidade dos indivíduos, independente de sua idade, nacionalidade, ou classe social (FREEDBERG, 1992: 23). Toda imagem gráfica possui um grande poder de comunicação, pois a informação que transmite chega ao público receptor de uma maneira mais rápida e impactante. Além disso, as caricaturas carregam em si a particularidade de contar com o humor como um elemento a mais a seu favor, tornando a recepção da informação mais eficaz (MOTTA, 2004: 181). Portanto, as imagens publicadas em *Marcha* ajudaram a formar no Uruguai visões negativas sobre o novo governo brasileiro.

Essa visão negativa se fortaleceu quando aumentaram as pressões para que as liberdades dos brasileiros fossem reduzidas. Utilizando-se da sua influência econômica, o governo brasileiro passou a exigir a restrição à concessão de asilo político, e, posteriormente, a expulsão de Brizola e Goulart, entre outras exigências. Porém, predominava então a visão de

[4] Tal imagem foi registrada ilustrando as seguintes reportagens de *Marcha*: SILVEIRA, Juan José López. "Las raíces y el progreso de la crise brasileña" *Marcha*. Montevideo-UY. Año XXVI, n.º 1220. Abril 10 de 1964. p. 13; GALEANO, Eduardo. "En Brasil mandan los militares: um oceano de lágrimas democráticas." *Marcha*. Montevideo-UY. Año XXV, n.º1203. Abril 30 de 1964. p. 14; SILVEIRA, Juan José López. "Brasil el fin del Año: Cuentas de los resultados." *Marcha*. Montevideo-UY. Año XXVI, n.º1238. Diciembre 31 de 1964. p. 25.

que o asilo político é um direito que cabe ao Estado que acolhe, não ao asilado e muito menos ao país de origem do asilado (FRANCO/ ACNUR, 2003: 50).

A tentativa brasileira de convencer o governo uruguaio a expulsar Brizola é o tema da figura 1. No primeiro plano da imagem podemos observar um enorme gorila usando um kep de oficial militar, com uma aparência grotesca e assustadora. O gorila através de um gestual com as mãos, chama para a sua direção uma garota mal vestida, acompanhada por um cachorro[5]. O cachorro olha raivosamente o gorila, na tentativa de proteger a garota, enquanto a mosca perde a altura do seu vôo. A garota, timidamente responde ao chamado do gorila, dizendo que aceita o convite, contudo, sem gostar do seu tom. No segundo plano da imagem, um grupo de músicos com trombones, um sax e um violão tocam animadamente, e um deles carrega um cartaz no qual se lê: "'Brizola, vá-se embora' Samba".

Imagem 1: Sem título. Autoria desconhecida. Fonte: Extraído de *Marcha*. Montevideo-UY. Año XXVI, n.º 1249. Febrero 12 de 1965. p. 24.

Percebe-se que o gorila representa os militares brasileiros, e à ele foi atribuída esta aparência assustadora no intuito de criticar as ameaças que estavam sendo direcionadas ao Uruguai. O personagem mal vestido representaria todos os que seriam atingidos caso tal ameaça fosse concretizada. A mosca perdendo vôo representaria a perda da liberdade e da soberania no Uruguai, enquanto o cachorro, representaria a sociedade uruguaia, pequena mas valente, defendendo o direito irrestrito ao asilo político ao estrangeiro. Por fim, o cartaz determinando que o som que os músicos produziam era samba (pois apenas observando os instrumentos seria impossível chegar a esta conclusão) deixa claro que a intenção do chargista era demonstrar que as forças que estariam interessadas na expulsão de Brizola seriam provenientes do Brasil, e não do Uruguai.

[5] Vale ressaltar que em muitas charges publicadas em *Marcha* entre 1964 e 1968 e assinadas por esse chargista - que não conseguimos identificar –, independente do fato abordado, esse mesmo personagem, com esses mesmos trajes, surge acompanhado do cachorro e da mosca, representando algum grupo oprimido.

Entretanto, apesar da desaprovação de uma parte considerável da sua população, o governo uruguaio gradativamente passou a ceder aos anseios brasileiros. A primeira grande vitória dos militares brasileiros foi a internação de Leonel Brizola em Atlântida, a 45 km de Montevidéu. A medida visava facilitar o monitoramento das suas atividades políticas, além, é claro, de dificultá-las, ao impedir a sua circulação pelo país, haja vista que Brizola se recusava a deixar o Uruguai para viver o resto do exílio na Europa.

A exigência de internação de Brizola foi avaliada pela maioria da sociedade uruguaia como uma lesão à soberania do país. Com a efetivação dessa medida, as críticas ao governo autoritário brasileiro se fortaleceram. As charges também constituíram uma forma de criticar esta política, conforme a charge intitulada "No intervención", publicada como uma ilustração da reportagem de Carlos Maria Gutiérrez, intitulada "Un pajáro que canta feo"[6]. A mesma apresenta um diálogo entre um casal uruguaio sobre uma questão doméstica, a troca da mobília de sua casa. O marido com um jornal nas mãos, em cuja manchete lê-se "Brasil pide internación", respondendo à esposa que embora a idéia de trocar os móveis da casa o agrade, para tanto seria necessário pedir a permissão do embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Corrêa. O exagero da resposta do marido é o principal motivo de riso, e denuncia o quão invasiva foi considerada essa exigência brasileira.

Portanto, as caricaturas publicadas em *Marcha* constituíram uma forma de ataque aos militares, ridicularizando os novos governantes golpistas ou adversários políticos do grupo exilado em Montevidéu, e acusando o novo regime de ser inconstitucional, autoritário e intervencionista. Assim, seja através de análises publicadas em reportagens ou editorais, seja através dos traços dos seus caricaturistas, *Marcha* permitiu que outras análises sobre o regime militar brasileiro e sobre a sua política externa circulassem pelo continente latino-americano. Dessa forma, dificultou o sucesso da campanha que o governo brasileiro vinha promovendo tanto no plano interno quanto no plano externo, visando apontar os grupos de oposição ao novo regime como os grandes "inimigos" do desenvolvimento do país. Além disso, esta campanha contra a política autoritária brasileira, empreendida pelos seus caricaturistas, contribuiu para que o direito ao asilo político não fosse prontamente extinto no Uruguai.

Referências Bibliográficas:

[6] A referida imagem foi a ilustração da seguinte reportagem: GUTIÉRREZ, Carlos Maria. "Un pajáro que canta feo". *Marcha.* Montevideo-UY. Año XXVI, n.º1239. Febrero 04 de 1965. p.32.

BERGSON, Henry. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico.* Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

FRANCO, Leonardo (coordinador)/ Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). *El asilo y la proteción internacional de los refugiados en América Latina. Analises crítico del dualismo "asilo-refúgio" a la luz del derecho internacional de los derechos humanos*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

FREEDBERG, David. *El poder de las imágenes*. Tradução: Madrid, Cátedra, 1992.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor.* Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Forças Armadas e Democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século.* In: ARAÚJO, Maria Celina de & CASTRO, Celso (org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967).* Cuiabá: Instituto de Ciência Humanas e Sociais, Departamento de História – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Programa de Pós-graduação em História (Dissertação de mestrado), 2006.

MORAÑA, Mabel y MACHÍN, Horacio (editores). *Marcha y América Latina*. Pittsburg: Biblioteca de América, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura.* In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

PANOKFSKY, Erwin. *Significados das artes visuais*. Trad. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

RAMONE, Marcus. *Zé Carioca: uma aventura editorial no Brasil.* In: GUZMAN, Sidney (editor chefe). *Universo HQ/ Quadrinhos*. São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.universohq.com/quadrinhos/2003/ze_carioca.cfm>. Acesso em 23 de abril de 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória.* In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 - 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imágenes*. Tradução: Madrid, Alianza editorial, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória, História do Nacionalismo: território, povo e cultura – Nelson Werneck Sodré e a criação da Petrobrás

Luitgarde Oliveira Cavalcante Barros*

Resumo: O conceito de nacionalismo em Nelson Werneck Sodré se estrutura nas concepções de território, povo e cultura como elementos constitutivos da nação. Neste tipo de enfoque, a identidade nacional só se concretiza enquanto articulação de um povo em defesa de sua soberania territorial (propriedade da terra e dos recursos naturais), política e sócio-econômico-cultural. Enfoco neste trabalho o papel de Nelson Werneck Sodré, membro da diretoria do Clube Militar atuando, através da Revista do Clube Militar, no intenso processo de luta em defesa do monopólio estatal do petróleo no Brasil, que resulta na fundação da Petrobrás. Enquanto intelectual e militar, Sodré vive o processo com intensa produção cultural, enfrentando o drástico conflito da divisão que marca o período, pela disputa de concepções ideológicas.
Palavras-chave: Nacionalismo, Petrobrás, Nelson Werneck Sodré.

Abstract
Memory and history of nationalism: territory, people and culture – Nelson Werneck Sodré and the creation of Petrobras.
NelsonWerneck'snationalism concept is based on conceptions of territory, people and culture as nation's building elements. Based on that point of view, national identity is only concreted as a people articulation for defense of territorial(property of the land and the natural resources), politics and social-economic-cultural sovereignty. In this work I focus the paper of Nelson Werneck Sodré, member of the direction board of the Military Club acting, through the Magazine of the Military Club, in the intense process of fight in defense of the state monopoly of the oil in Brazil, that results in the foundation of Petrobras. As intellectual and military, Sodré lives the process with intense cultural production, facing the drastic conflict of the division that marks the period, for the dispute of ideological conceptions.
Key words: :nacionalism; Petrobras; Nelson werneck Sodré.

A história do petróleo no Brasil se remete às primeiras décadas do século XX, quando o jovem alagoano Octávio Brandão, estudante de Farmácia no Recife, auxiliar de pesquisa de seu tio – o historiador Alfredo Brandão, apaixonado pela natureza, inicia estudos de ecologia, que redundariam no livro *Canais e Lagoas.* Fazendo conferências em Maceió, disserta sobre condições geológicas indicadoras de presença de petróleo, enquanto cantava poeticamente as belezas da zona da mata e do litoral alagoanos. Um desses saraus lítero-

* Antropóloga – Doutora em Ciências Sociais
Professora de graduação e pós-graduação – IFCH, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

musicais aconteceu em 1916 na sede da Sociedade Perseverança, em Maceió, quando despertou o interesse da sociedade alagoana sobre a existência de petróleo em Riacho Doce.

Nesse tempo se guarda a memória de misterioso assassinato de um homem que detectara emanações de gás em Maceió, tentando alardear o fenômeno como prova da existência de petróleo em Alagoas. Posteriormente emigrando, na década de vinte, do Anarquismo para a filiação ao recém-criado partido comunista em 1924, Brandão será banido do país por Vargas em 1931, radicando-se na União Soviética até 1946, quando volta, na chamada redemocratização do pós guerra, para ser eleito vereador pelo PCB do Rio de Janeiro, seureduto eleitoral na República Velha. Ocupara o cargo de intendente até 1929, quando representara a candidatura do marmorista Minervino de Oliveira, numa campanha de oposição a Vargas e a Júlio Prestes.

Durante sua ausência o discurso sobre a existência de petróleo no Brasil fora a tarefa eficientemente desenvolvida por Monteiro Lobato, prestigiado intelectual paulista.

O movimento de 30, comprometido com a modernização do país, enfrentando a necessidade de fontes de energia para a industrialização, encampa a preocupação com os recursos petrolíferos por ventura existentes no Brasil. Em 1934 o governo Vargas promulga uma legislação nacionalista, abolindo a propriedade privada de todoo subsolo do Estado Brasileiro, como preservação dos recursos naturais do país. Essa desapropriação é referendada na Constituição de 1934, que só permite a exploração dos recursos naturais do subsolo brasileiro a partir de permissão ou concessão do Governo Federal.

Na campanha pela afirmação da existência de petróleo no Brasil, Oscar Cordeiro pesquisa o então chamado *ouro negro* encontrando-o em Lobato, Bahia.

> *Com novos dispositivos da Constituição de 1937 foi estabelecida, em 1938 uma legislação especial sobre o petróleo: as jazidas foram declaradas propriedade inalienável e imprescindível da União Federal. Seu aproveitamento só seria admissível pelo Governo ou mediante autorizações ou concessões dadas exclusivamente a brasileiros natos ou a empresas brasileiras cujos sócios fossem todos brasileiros natos.* (MIRANDA, 2004: 34)

Através do Decreto-Lei 395, de 29.4.1938, o Governo Federal estabelece preços máximos e mínimos para a venda de produtos do petróleo, como combate ao Dumping e cria Conselho Nacional do Petróleo, cuja presidência foi entregue ao general Júlio Caetano Horta Barbosa. Declarando o Recôncavo Bahiano "área de reserva federal", o Conselho se inicia as pesquisas nomeando técnico brasileiros que serão capacitados no exterior (Argentina e

Uruguai). Desta equipe, destaca-se o engenheiro Fernando Luis Lobo Carneiro, co-fundador e presidente da Comissão de Estudos dos Centros de Estudos e Defesa do Petróleo, entidade nitidamente conduzida pela ideologia nacionalista.

Com a descoberta no Recôncavo, dos campos de Itaparica Candeias e D. João, e o de gás natural de Aratu, iniciam-se as pressões das grandes petrolíferas internacionais, principalmente da Standart Oil, para a entrada na exploração do petróleo brasileiro. O general Horta Barbosa com sua equipe inicia, junto ao governo Vargas, gestões pelo "estabelecimento do monopólio estatal para todas as fases na indústria do petróleo." (MIRANDA, 2004:36)

As potências se armavam para o confronto que eclodiria em 1939, conhecido como a Segunda Guerra Mundial, o que explica as pressões para a apropriação de fontes energéticas, das quais o petróleo era mais cobiçado. Uma das formas de pressão foram os ataques aos técnicos do Conselho Nacional do Petróleo, acusados de incompetentes. Manifesta-se contrariamente a essa campanha, em 1938, o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, afirmando não precisar "de técnicos estrangeiros para estudos geológicos de pesquisa de petróleo, pois experimentado o corpo de geólogos do DNPM seria o núcleo de irradiação e ampliação da técnica nacional." (MIRANDA, 2004: 35)

A visita de Roosevelt ao Brasil assinala a presença explícita do governo americano pressionando o país que pela força das correntes anti-nazistas do Brasil, principalmente depois dos bombardeios dos navios brasileiros pelos alemães, entra na guerra com os aliados. As correntes internacionalistas, que defendiam a exploração do petróleo pelas empresas e capitais estrangeiros, forçam a renúncia do general Horta Barbosa. Aceita por Vargas essa defecção, desvia-se o Conselho Nacional do Petróleo da orientação nacionalista.

A deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, determinou a promulgação de nova Constituição em 1946, na incrementação da guerra fria com os Estados Unidos submetendo a economia e a política da América Latina aos interesses de suas grandes corporações, como a Standart Oil que através de seu agente Paul Schoppel, tenta mofificar alei de 1938, sendo denunciado pelo deputado Artur Bernardes.

O governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) se caracterizará por intensa repressão ao nacionalistas, cassassão do Partido Comunista em 1948, dilapidação das divisas acumuladas pelo Brasil no período da guerra, compra fraudulenta de sucata de ferrovia da Inglaterra como forma deste país saldar dívidas contraídas com o Brasil e intenso

processo de desarticulação das medidas nacionalistas de propriedade de petróleo. Nomeando uma Comissão dentro do Conselho Nacional do Petróleo, determina a elaboração do Anteprojeto do Estatuto do Petróleo, é encaminhado ao Congresso em fevereiro de 1948. Para a elaboração desse Anteprojeto e do relatório da Comissão, o Presidente da República nomeou dos técnicos norte-americanos como assessores do governo: Arthur A.Curtice e Herbet Hoover, recomendados por Paul Schoppel anteriormente denunciado por Artur Bernardes.

No encaminhamento do parecer e do Anteprojeto a Dutra, o Ministro da Agricultura – Daniel de Carvalho escreve:

> *Ao mesmo tempo entrava a examinar mais demoradamente todas as questões em torno do combustível, desde a sua pesquisa até a sua distribuição, na verdade dos seus aspectos técnicos, administrativos e políticos, tarefa a que também se entregaram, por determinação de V. excia., os consultores norte-americanos Herbet Hoover Junior e Arthur A. Curtice que apresentaram contribuições de valor para o confronto das opiniões.*(MIRANDA, 2004:37)

A ameaça de revisão das leis de defesa do petróleo no Brasil se abate sobre todos os brasileiros envolvidos com as questões de autonomia política econômica, tecnológica, enfim, com a divulgada soberania nacional.

O mundo intelectual se viu, profundamente dividido entre os chamados autores conservadores e progressistas, isto é, entre os que defendiam a persistência das estruturas sociais extremamente desiguais e excludentes, e os que desejavam e planejavam, através da educação, um Brasil mais igual e mais justo, no pós guerra eram premiados ou punidos no clima da Guerra Fria no governo títere do General Dutra. Como continuidade do Estado Novo, do qual fora a chefe da repressão – Ministro da Guerra, o presidente eleito, servindo às determinações do Departamento de Estado Norte Americano, instaura clima de terror nas instâncias civis e militares, para garantir suas políticas anti-nacionais, denominadas pelos militares nacionalistas, como entreguistas.

Seu governo atrabiliário, principalmente a partir das medidas que estabeleciama entrega do petróleo aos grandes trustes internacionais, deflagrou, todos os setores e camadas sociais, o movimento que dividiu o país, unindo de um lado civis e militares que acreditavam na autonomia econômica e política como única condição de soberania nacional. Em torno do governo se organizaram os “internacionalistas”, descrentes da capacidade brasileira de gerir

seus recursos naturais, lutando pela entrega do país à administração das grandes empresas estrangeiras.

Nessa conflagração, enquanto no primeiro momento setores e docentes da jovem universidade, se reuniram na União Nacional dos Estudantes – UNE, para enfrentar a avassaladora campanha, financiada com derrame de dólares para corromper as consciências, principalmente da cúpula governamental e da imprensa, os militares constituíram o Clube Militar como Lócus, barricada em "defesa da soberania nacional."

Nelson Werneck Sodré e o Nacionalismo

Memorialista, crítico literário, historiador, esse intelectual produziu, em todas as áreas das Ciências Humanas, profundas e lúcidas reflexões sobre a condição humana, principalmente a partir das condições de existência da humanidade, isto é, dos fatores historicamente balizadores das condições de luta e sobrevivência de cada geração de homens e mulheres. Dialogando com seus contemporâneos, o adolescente que entra no Colégio Militar aos treze anos de idade em 1924, já se interessa pelo enunciado de suas idéias, tornando-se diretor da revista do Colégio – A Aspiração. Concluídos os estudos iniciais, ingressa na Escola do Realengo onde passa a dirigir a Revista da Escola Militar. Aos dezoito anos é premiado pela revista O Cruzeiro, em 1929, com a publicação do conto Satânia, iniciando-se na carreira de jornalista em 1934 quando se torna colaborador do Correio Paulistano, publicando coluna de crítica literária, durante 25 anos.

Em 1937 Sodré transita em dois mundos, o civil e o militar, quando passa a freqüentar o grupo Itatiaia, reunido na livraria José Olímpio, convivendo com intelectuais já marcados pela divisão ideológica das concepções do Brasil, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Samuel Weiner, etc.

No mundo militar também se alinhará a correntes de pensadores, como general Horta Barbosa cuja concepção de soberania nacional exige autonomia política, econômica e administrativa, domínio sobre todo o território, cabendo às forças armadas o papel de defesa intransigente e incondicional dessas condições para o Estado Brasileiro.

Continuando a prática de diálogo de idéias, publicará artigos na Revista do Clube Militar, principalmente em datas simbólicas da Nação, para divulgar suas concepções de mundo.

As turbulências do período Dutra em 1948, vão encontra-lo como Professor de História Militar na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, no posto de Major. Declarando suas posições entre as forças militares divididas, em set/out de 1948, nas páginas 16 a 18 da Revista do Clube Militar escrevesobre o sete de setembro o artigo "O Processo da Independência", afirmando:

> *...patriotismo e nacionalismo constituem mais do que gestos e palavras, uma conduta de todos os dias, uma norma de vida, um ideal que se não alcança com o afirmar e proclamar, mas com o entendimento, o esforço, a continuidade, a perseverança, em manter, em melhorar, em aumentar aquilo que nos foi oferecido. Assim, a cada geração que passa cumpre uma parte da tarefa de trabalhar pelo país, para que o processo, de que a data foi apenas um instante, continue a sua evolução e possamos, o mais cedo possível conferir a máxima significação à autonomia ... só é independente aquele povo cuja estrutura econômica lhe permite ter uma existência política própria e autônoma, condizente com as suas necessidades, as suas peculiaridades e os seus ideiais.*(grifos da autora)

A entrega do Estatuto do Petróleo para a votação no Congresso mobiliza politicamente as duas correntes em torno da questão do petróleo. Estabelecendo-se alianças civis-militares entre nacionalistas antagonicamente a alianças civis-militares internacionalistas, desencadeia-se o maior movimento social, congregando de um lado todas as forças governistas e de outro a sociedade civil organizada (sindicatos, clubes literários e profissionais, UNE, Universidades, partidos políticos), à qual aderiram populares, em todo Brasil, ao lado de oficiais de todas as patentes, de cabos e sargentos.

Sob a sigla criada pela UNE- "O Petróleo é Nosso", a população brasileira enfrentou feroz repressão do governo,com prisões de altos oficiais, professores e jornalistas, tortura e morte de militares de baixa patente, sindicalistas, estudantes e todos que defendessem "o monopólio estatal do petróleo".

O mais importante registro desse momento histórico é o livro "O Petróleo é Nosso – a luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal", da ativista da campanha – Maria Augusta Tibiriçá Miranda.

Envolvido na campanha, vamos encontrar Nelson Werneck Sodré em 1950 na luta pela chapa da diretoria do Clube Militar composta pelos generais Estilac Leal/Horta Barbosa. Em debates violentos, no auge da Guerra Fria, seus membros são acusados de comunistas. À questão do petróleo se acrescentara a pressão dos Estados Unidos pela votação de um acordo militar com o Brasil que, na concepção dos nacionalistas civis e militares submeteria totalmente o Brasil ao domínio Norte-Americano, com o envio, inclusive, de

tropas para a Coréia, atacando um povo que, no discurso de Horta Barbosa, não fizera qualquer gesto de agressão ao Brasil.

Na chapa Sodré tem o cargo Diretor do Departamento Cultural, responsável pela Revista do Clube Militar, à qual imprimirá orientação nacionalista e antibelicista. Em oposição a essa chapa, se movimentaram governo, empresários e setores das forças armadas, considerados por seus colegas militares e civis nacionalistas traidores dos deveres militares, entreguistas, torturadores e inimigos do povo brasileiro.

As pressões sobre o Congresso e o clamor das ruas derrotaram o projeto de Dutra, enquanto os militares elegeram a chapa nacionalista para o Clube Militar, no Biênio 1950-1952.

A derrota da UDN de Juarez Távora expoente, com Cordeiro de Farias e Eduardo Gomes, das correntes internacionalistas, e a vitória de Vargas nas eleições, não impedem que se abatam sobre os nacionalistas das forças armadas perseguições violentas. Transferido para Cruz Alta no Rio Grande do Sul em 1951, Sodré continua intensa campanha em favor do monopólio estatal do petróleo com a criação da Petrobrás.

A posse de Vargas manipulador das forças em oposição, pressionado pela Guerra Fria, estabelece o governo ambíguo nomeando Ministro da Guerra o General Estellac Leal que enfraquecido, assistiu à transferência e perseguição de seus aliados no Clube Militar. Em agosto de 1951 instaura-se uma Comissão para julgar os militares nacionalistas, proibindo-os de publicar artigos sobre petróleo na Revista do Clube Militar, contra o que protesta o presidente em exercício, General Artur Carnaúba, em manifesto de 27 de agosto de 1951.

Em Cruz Alta, Sodré é submetido a argüição por escrito sobre sua participação na Revista do Clube Militar, com artigos sobre o petróleo e outras questões nacionais. Inquirido sobre a sinceridade de seu nacionalismo, com a mais completa liberdade econômica e política para o Brasil, sem tutela de direita ou esquerda, responde de próprio punho: "Sim – e de acordo com o pensamento do Presidente da República e Chefe das Forças Armadas em seu discurso de sete de setembro de 1951,definindo o imperialismo como o nosso inimigo externo".

Instado a se declarar não ser adepto de nenhum credo político de esquerda ou de direita, afirma ainda por escrito: "Declaro – e declaro mais que, a campanha que procura confundir a defesa do Brasil com esse tema é impatriótica e paga por estrangeiros e que o Clube Militar, conforme programa constante do discurso de posse de seu presidente, o Exmo. Sr. Gen. Estillac Leal é a sentinela do Brasil".

Proibição de manifestaçõesde militares sobre a questão do petróleo não impede a continuidade da luta.

Em doze dezembro de 1951 Vargas envia à Câmara Federal o Projeto número 1.516/1951 para ser discutido em 15 de janeiro de 1952. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional considera-o um projeto entreguista, para beneficiar a Standart Oilem franca oposição ao que afirmara Vargas já em campanha em 1948, sua total determinação de estabelecer o monopólio estatal. Também o projeto de criação da PETROBRÁS, enviado à Câmara em 12 de dezembro de 1951 anulava a Tese Horta Barbosa, de monopólio Estatal, sendo considerada entreguista. Nova mobilização civil-militar, inclusive com adeptos de Getúlio, derrotou o projeto que, inclusive, concedia refinarias a particulares, como os grupos Drault Ernani (Rio de Janeiro) e Soares Sampaio (São Paulo).

As lutas se prolongaram até 1953, quando é vitorioso no Congresso, quase em sua integralidade, o Projeto da PETROBRÁS como executora do monopólio estatal do petróleo, exceto a distribuição dos produtos, que ficou para os interesses privados, principalmente os estrangeiros.

A campanha *O Petróleo é Nosso* modificou importantes segmentos da sociedade em torno de um projeto de Brasil constituindo um nacionalismo, uma idéia de nação assim definida por Nelson Werneck Sodré.

> P*artimos, desde logo, de definição do que é nacional, para que não haja dúvidas: só é nacional o que é popular. A nação para nós, é o povo e não apenas o território.Ela foi construída, em processo histórico, isto é, pela acumulação, ano a ano, século a século, de tudo aquilo que, em nós, representou trabalho e sacrifício, tudo aquilo que foi resultado do esforço coletivo, tudo aquilo que depois de quatro séculos aproximando-se do quinto, chegou a moldar a fisionomia atual do país: a sua grandeza geográfica, as suas tradições, o seu povo* .(SODRÉ, 1998:88*)*

Referências Bibliográficas:

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é Nosso – A luta Contra o "Entreguismo" pelo Monopólio Estatal.* 2 ed. São Paulo: IPSIS/PETROBRÁS/BR, 2004.

SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. "Tudo é Política." In: FILHO, Ivan Alves (Orgs). *Tudo é Política.* Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Pelotas se diverte: os espaços de sociabilidade na metade do século XIX

Dalila Müller*

Resumo: Pelotas foi elevada à condição de cidade em 1835, mas, com a Revolução Farroupilha sua população diminuiu, em conseqüência, vários aspectos da cidade estagnaram-se. Com o declínio da Revolução, a cidade retomou seu desenvolvimento, criando novos locais de convivência social. As sociedades de baile, apresentações no teatro, festas religiosas, atividades recreativas na praça eram formas de sociabilidade que iam ocupando os espaços da cidade. A sociabilidade é vista como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um domínio intermediário entre a família e a comunidade cívica obrigatória. A construção desses espaços de lazer indica novas formas de vida e são lugares privilegiados de observação da sociedade. Busca-se mostrar nesta comunicação as primeiras formas de sociabilidade dos pelotenses após a Revolução.
Palavras-Chave: Pelotas; Século XIX; Sociabilidade.

Résumé: Pelotas fut élévée à la condition de cité en 1835, cependant sa population diminua à cause de la Revolution Farroupilha et par conséquent plusieurs aspects de la ville furent stagnés. Avec le déclin de la Revolution la ville reprit son dévéloppement et créa de nouveaux locaux pour que la société puisse convivre. Les sociétés de bal, des spectacles théâtraux, des fêtes religieuses, des activités récréatives dans la place étaient des formes de sociabilité qui occupaient les espaces de la ville. La socialibilité est vue comme un ensemble de formes de convivre avec les pairs, comme un domaine intermédiare entre la famille et la communauté civique obligatoire. La construction de ces espaces de loisir indique de nouvelles formes de vie et sont des endroits privilégiés d'observation de la société. On chechera à montrer dans ce travail les premières formes de sociabilité des habitants de Pelotas après la Revolution.
Mots-clés: Pelotas; XIXe siècle; sociabilité.

Esta comunicação tem por objetivo mostrar os primeiros espaços de sociabilidade dos pelotenses nas décadas seguintes à Revolução Farroupilha. Vários trabalhos que dizem abordar a sociabilidade não possuem uma definição clara do termo. A sociabilidade foi um dos temas que começou a ser discutido pela História das Mentalidades e, posteriormente, pela Nova História Cultural.

Pode-se dizer que "as sociabilidades" entraram no campo da pesquisa histórica acadêmica com a obra de Maurice Agulhon (1968 e 1977)[1]. Este autor considera que a sociabilidade moderna data do século XIX, sendo um fenômeno político ligado às idéias de civilização e de democracia, que eram próprias ao contexto da época. "Sociabilidade é vida social organizada, e as associações as mais diversas são sua forma privilegiada." (GOMES, 1993: 3)

* Mestre em Turismo; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS; docente do Curso de Turismo da UFPel.

[1] AGULHON, Maurice. *Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence.* Paris, Seuil, 1968. e AGULHON, Maurice. Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848. *Cahier des Annales.* Paris, Armand Colin, n. 36, 1977.

Simmel (1983) também discute a sociabilidade e a considera como uma forma autônoma ou lúdica de sociação. Os interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se unam em diferentes associações, as quais se caracterizariam pelo sentimento de estarem sociados e pela satisfação provocada por isto.

Neste mesmo sentido, Baechler (1995) considera a sociabilidade como a capacidade humana de estabelecer redes, sendo uma das categorias definida pelo autor como:

> *agrupamentos formais e organizados, [...] cuja finalidade própria é a de propor a seus membros espaços sociais, onde possam alcançar, cada um por si e todos em conjunto, determinados objetivos específicos, o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar junto. (BAECHLER, 1995: 82)*

As formas de sociabilidade se constituem movidas, principalmente, pelo prazer proporcionado por "estar junto", "ver e ser visto", refletindo algumas características da civilização.

Em 1812 Pelotas atingiu a condição de freguesia, chamando-se Freguesia de São Francisco de Paula. A partir de relatos de viajantes que aqui estiveram, pode-se dizer que a freguesia teve um rápido desenvolvimento econômico e urbanístico. O que se deu, basicamente, pela atividade charqueadora.

A mão-de-obra das charqueadas era essencialmente escrava e a safra era curta, de novembro a abril/maio, o que fez com que os charqueadores gozassem de uma ociosidade, fomentando a criação de espaços de sociabilidade.

Porém, Saint-Hilaire (1935) observou, em 1820, que a fortuna dos pelotenses pouco contribuía para o seu conforto, os moradores "[...] nutrem-se mal e não conhecem diversões. Os momentos de lazer são dedicados ao jogo, ou às intriguinhas de aldeia." (SAINT-HILAIRE, 1935: 88).

Além dos charqueadores, havia em Pelotas muitos europeus que possuíam importantes estabelecimentos. Seidler (1976: 94), em 1827, afirmava que esses europeus "[...] pela influência do seu dinheiro e de sua cultura têm contribuído consideravelmente para que os habitantes tenham mais civilização e mais gosto pela vida social e mais trato amigável do que nas outras regiões."

Os charqueadores, juntamente com os europeus residentes na cidade, passaram a cultivar uma incipiente vida social e cultural. Essa elite fez com que Pelotas se destacasse pela sua sofisticada cultura e estilo de vida, que a diferenciava das outras cidades gaúchas do interior; nesta sociedade se valorizavam as qualidades relacionadas com a nobreza e a ociosidade, como o cavalheirismo, a cultura e o desprendimento do dinheiro. Era uma

sociedade em que havia a valorização de um ócio que permitisse aos cidadãos usufruírem os entretenimentos e bens culturais disponíveis. (LONER, 1999: 65).

Antes mesmo de ser criada a vila de São Francisco de Paula, em 1832, os moradores da então freguesia já realizavam atividades recreativas. As principais delas estavam ligadas aos "dias de festividade nacional", como o dia sete de abril e o dois de dezembro, instituídos pelo Imperador em 1831. O jornal O Noticiador divulga a correspondência de M.G.V. descrevendo os festejos do primeiro aniversário da abdicação de Dom Pedro I, em sete de abril de 1832.

Para esta comemoração, houve várias atrações, entre elas a apresentação do espetáculo "cavalhadas" na Praça da Regeneração; a apresentação pela Sociedade do Teatro Sete de Abril, do drama *Patriotismo e Gratidão* e do entremez *Irmão Sagaz*; e, um baile, em lugar não especificado. (O Noticiador, 04.05.1832: 3) Estas atrações demonstram que vários espaços já eram utilizados para a sociabilidade, como o teatro, a Praça da Regeneração, algum local para bailes, mesmo que improvisado.

Além da Sociedade do Teatro Sete de Abril, estava em funcionamento o teatro Sete de Setembro, fundado em 12 de abril de 1832 e cujas atividades talvez tenham se desenvolvido em sala adaptada. Este teatro deixou de funcionar em 1835 (HESSEL, 1999).

Com a Revolução Farroupilha a maioria da população de Pelotas emigrou para a margem direita do Rio São Gonçalo; destes, muitos foram para Rio Grande e Povo Novo (OSORIO, 1997). Pelotas era um ponto estratégico, devido à proximidade com o porto de Rio Grande, disputada por legalistas e farroupilhas, tendo sido invadida várias vezes. O Teatro Sete de Abril passou de casa de espetáculos para quartel de infantaria. Todos os depoimentos são unânimes em concordar que Pelotas parou durante o decênio da guerra.

Porém, mesmo com a Revolução a população que permaneceu na cidade não deixou de se divertir. Como as charqueadas se localizavam distante da "Igreja Matriz", aos domingos e dias santos os charqueadores iam participar do "serviço divino" e depois faziam visitas recíprocas, como observado por Dreys (1939). O "serviço divino" era uma atividade socialmente obrigatória em Pelotas no século XIX.

Dreys (1939) descreve uma "carreira" na planície entre a cidade de Pelotas e o rio de São Gonçalo, "um dos divertimentos que mais prezam os habitantes do Rio Grande [...] vimos infinita gente, muita alegria, montões de ouro e prata e nenhuma desordem;" (DREYS, 1839: 155)

Pode-se dizer que os espaços de sociabilidade eram restritos na primeira metade do século XIX, mas que não deixaram de existir nem mesmo durante a Revolução. Após

1943, Pelotas começa a buscar a valorização dos espaços públicos e criar novos espaços de sociabilidade, como as sociedades de baile, as apresentações das companhias eqüestres e circenses.

A sociedade pelotense, representada pelos jornais, reivindicava novos divertimentos: "[...] Pelotas está, há muito, inteiramente baldo de divertimentos." (O Brado do Sul, 08.12.1859: 1). O aumento da população e sua diversificação social gerou um público novo a quem não satisfazia mais, em sua ânsia por divertimentos, os espaços de sociabilidade oferecidos.

A cidade começou a valorizar os espaços urbanos, revitalizando-se através das reformas urbanas. Na década de 1840 as ruas começaram a ser iluminadas com lampiões a azeite. Em 1845 iniciou-se a preocupação com a conservação e a limpeza das ruas.

Essas reformas buscavam mudar a feição da cidade, dando a ela um caráter civilizado e pronto para receber as pessoas nos seus novos locais públicos da cidade. Tal ordenação dos espaços públicos passa pela definição do que são e para quem são destinados, como:

> *Órgãos essenciais à vida urbana são a rua, a praça, o templo, o mercado, o foro, o circo o theatron (literalmente, "o logar em que se olha ... e se é olhado"), isto é, a cidade são os canais que levam o homem à presença dos outros homens, e os recintos para todas as formas de convivências que aplacam a angústia de ser só, a estreiteza de ser particular e curam a sensação da insuficiência da casa, do círculo doméstico e dão a oportunidade a que cada homem faça de sua vida uma tangente de outras vidas.* (OMEGNA, 1971: 80)

A cultura pública é uma linguagem que facilita a comunicação entre estranhos e, esta cultura pública "tem como cenário preferencial a cidade moderna que deverá estar de acordo com padrões estabelecidos para salubridade, urbanismo, arquitetura, moda, comportamento." (CONSTANTINO, 1994: 67)

Segundo Magalhães (1993: 70) durante os anos de 1851 e 1860 "[...] que Pelotas vai dar o salto capaz de situá-la entre as cidades pequenas mais prósperas do Brasil." Neste período Pelotas recuperou sua economia e delineou sua configuração urbana:

> *[...] o ano de 1860 como ponto de partida para análise de um período em que Pelotas, de uma forma inédita e que jamais se repetiria, alcançou o patamar maior na história de seu progresso econômico-urbano e também sócio-cultural. [...] na década de 1850 as manifestações desse progresso já se anunciavam. [...].* (MAGALHÃES, 1993: 82)

Nesse período a cidade é cosmopolita, resultado de intenso intercâmbio cultural proporcionado pela atuação de europeus que em Pelotas se fixaram. Os espaços de sociabilidade são vistos como espaços de representação social e eram as principais "vitrines"

da opulência vivida pela elite pelotense do período. Pode-se considerar que, à medida que a cidade se desenvolvia economica, social e culturalmente, desenvolveram-se novas formas de sociabilidade, as quais possibilitavam o intercâmbio entre estranhos.

O Teatro Sete de Abril recomeça seu funcionamento já na década de 1840; suas atividades são intensificadas, com apresentações artísticas de várias companhias e com maior freqüência de espetáculos. Os espetáculos eram realizados por companhias locais e por artistas vindos de fora, como companhias italianas, espanholas, francesas, entre outras.

> *FUNCION LIRICO-DRAMATICA [...] à los distinguidos artistas italianos los Sres. Giovani Thiolier, Paolo Sentati, y à la senorita Nina Thiolier Barbieri, y les felicitamos sinceramente por la general aprobacion que obtuviéron del publico Pelotense, el domingo 4 del corriente en el teatro de esta ciudad. [...] (O Rio-Grandense, 15.06.1848: 4)*

> *[...] A TORRE DE NESTLE. Desnecessario é tecer elogios a este drama, de Alexandre Dumas, tantas vezes representado no Rio de Janeiro, e nos theatros da Europa, e sempre recebido com os maiores applausos.[...] (O Rio-Grandense, 15.07.1848: 4).*

Além de peças teatrais o teatro era espaço para outras apresentações, como as companhias de ginástica e para realização de bailes carnavalescos. Os bailes de carnaval começam a ser introduzidos na sociedade pelotense na década de 1850. Os bailes de mascaras realizados na cidade tinham uma forte ligação com as formas de carnaval da Europa, demonstrando o estado de "civilização" dos pelotenses.

> *Theatro. Domingo 4 de julho A companhia gymnastica franceza tem a honra de participar ao respeitavel publico d'esta cidade que dará no dia acima mencionado um variado espectaculo de muitos exercicios ainda aqui não vistos, [...] (O Pelotense, 30.06.1852: 2)*

> *THEATRO Sete de Abril. Sabbado 5, Domingo 6, e terça feira 8 de fevereiro de 1853. João Thomaz Sirolo, querendo offerecer ao publico d'esta cidade, um divertimento condigno, dispoz das noites de 5, 6, e 8 do corrente, para os bailes do carnaval. O theatro achar-se-há disposto para esse fim com um magnífico tablado, e coreto de musica, [...] No salão é só permittido dansar às pessoas que vierem mascaradas. O segredo da mascara é inviolável. Os mascaras guardarão todo o decoro e decência para com as famílias, e todos mais em geral. [...] O baile principiará as 9 horas, e finalisará as 3 da manhan. [...] (O Pelotense, 01.02. 1853: 3)*

Na década de 1840 a cidade possuía uma companhia dramática, a Sociedade Particular Philodramática, que fazia representações no teatro, demonstrando a importância dada às atividades culturais na cidade.

Começam também a chegar na cidade os circos e as companhias eqüestres, possibilitando novos divertimentos à população.

Os bailes eram um dos momentos de sociabilidade dos pelotenses, os quais aconteciam pelas mais diversas razões. Mesmo antes de formadas as três primeiras sociedades

de baile, eles já eram realizados em outros locais. Os bailes eram utilizados como uma forma de homenagear visitantes ilustres, como observa-se nos anúncios:

> *Baile A guarda nacional da cidade de Pelotas tem preparado um baile para obsequiar a chegada do Exm. presidente da província. [...] (Diário de R.G., 28.03.1851: 3).*

> *O Sr. marechal commandante das armas chegou à Pelotas segunda feira à noite. A briosa officialidade do 5º. Batalhão de caçadores tenciona obsequiar a S. Ex. com um baile sumptuoso. (Diário de R.G., 8.05.1851: 3)*

As três primeiras sociedades de baile eram a Sociedade Recreação Pelotense, a Sociedade Harmonia Pelotense e a Sociedade Distracção e Beneficência. Observa-se que as sociedades tinham como principal objetivo o divertimento, como mostra os estatutos da Sociedade Recreação Pelotense: "[...] seu único fim, é promover o honesto divertimento, que offerecem as reuniões para bailes, e jogos lícitos." (O Pelotense, 26.04.1852: 1).

Além dos bailes para homenagear algum visitante, cada sociedade realizava uma "partida" por mês. Os bailes estavam restritos para os sócios e para seus convidados; cada sócio poderia "recomendar" um solteiro ou uma família.

As festas cívicas ou religiosas foram outras atividades que se mantiveram e se intensificaram nas décadas estudadas. As festividades cívicas se restringiam aos dias sete de abril e dois de dezembro. Essas festividades incluíam o "Te-Deum" seguido de atividades de regozijo na praça e nas ruas da cidade.

> *O DIA DOUS DE DEZEMBRO EM PELOTAS. Foi solemnisado este dia com todo o enthusiasmos e pompa possível, [...]ás 10 horas, a câmara reunida e acompanhada por grande numero de cidadãos e autoridades civis, dirigiu-se á igreja Matriz a assistir ao Te-Deum Laudamus, [...] ao concluir o Te-Deum, com os costumados festejos de fogos do ar, o presidente da câmara, [...] deu os respectivos vivas a S. M. o Imperador e sua Augusta Família, e dirigindo-se a Praça da Regeneração [...] (Diário de R.G., 7.12.1850: 3)*

As festividades religiosas estavam relacionadas à Festa do Divino Espírito Santo, à Festa de Final de Ano, às festas do padroeiro da cidade – São Francisco; às festas de *Corpus Christi*, entre outras. Essas festas tinham como programação as cerimônias realizadas na Igreja Matriz e procissões pelas ruas da cidade.

> *Antehontem teve lugar a festa do padroeiro, São Francisco. Foi uma festa brilhante, diremos mesmo sumptuosa, como se devia esperar do seu juiz, o Sr. Tenente coronel Annibal. [...] A tarde teve lugar a procissão na qual figuraram differentes andores, e um crescido numero de anjinhos. [...] Magníficos trens se apresentaram n'esse dia, [...]. (O Pelotense, 20 de abril de 1852: 1)*

Estas festividades eram momentos propícios para encontros, para conversas, ou seja, eram espaços de sociabilidade. Araújo (1993) destaca que as famílias atribuíam a estas festividades religiosas um caráter profano, o que servia como uma ruptura do vida cotidiana; eram uma possibilidade de convívio social, onde o religioso servia de motivo para a expansão da alegria comum das festas.

Além desses espaços, a população reivindicava a melhoria dos espaços abertos, como a praça e as ruas, importantes para seu convívio social. A praça e as ruas da cidade eram espaços públicos pouco convidativos para a população; a praça não passava de um descampado em péssimas condições, da mesma forma que as ruas. Pode-se observar nos jornais as reivindicações para tornar esses locais espaços de convivência social:

> *Praça Pedro II – [...] seria de alta conveniência publica começar desde já a trabalhar de alguma forma no sentido de melhorar o deplorável estado da praça Pedro II, que, a falar com toda franqueza, é realmente incompatível com os créditos e adiantamentos desta cidade. [...] (Correio Mercantil, 12.10.1875: 01)*

> *Nesta quadra de calores esta falta de cuidado na fiscalização das ruas, pode trazer graves conseqüências. O sol que lhe bate a pino rescalda-o, fermenta-o, infestando o ar de miasmas, e tornando, além disso, o aspecto das ruas asqueroso e repugnante. (Correio Mercantil, 28.01.1875: 01)*

No século XIX os espaços abertos, como a praça, se convertem em cenário para os desfiles elegantes ao ar livre especialmente durante o verão.

A medida que a cidade de Pelotas se modernizava, seus moradores foram ampliando e criando novos espaços de sociabilidade, condizentes com sua situação financeira. Esses espaços eram locais de "ver e ser visto", de exibir pompas, de demonstrar a opulência da sociedade pelotense.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BAECHLER, Jean. *Grupos e Sociabilidade*. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado* **de Sociologia**. (Tradução de Teresa Curvelo). Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-106

CONSTANTINO, Núncia Santoro. *A Conquista do tempo noturno: Porto Alegre "moderna"*. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. XX, nº 2, 1994. p. 65-84

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & Comp., 1839.

GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio ... os intelectuais cariocas e o modernismo*. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993. p. 62-77.

HESSEL, Lothar. **Teatro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária**: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. Volume 1. 1999. 727 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:** um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EDUFPel: Co-edição Livraria Mundial, 1993.

OMEGNA, Nelson. **A Cidade Colonial**. 2.ed. Brasília: EBRESA, 1971.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas.** 3.ed. Pelotas: Armazém Literário, 1997. Vol. 1.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. (Tradução de Leonam de Azeredo Pena). Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

SEIDLER, Carl. **Dez Anos de Brasil**. (Tradução de Bertoldo Klinger) 3.ed. São Paulo: Livraria Martins, 1976.

SIMMEL, Georg. *Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou forma*. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Georg Simmel**. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34). p. 165-81.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Santa Rosa de Lima: Santidade e Identidade na América Hispânica dos séculos XVI-XVII

Olívia Barreto de Oliveira Cappi *

Resumo: a vinda dos espanhóis para a América no século XVI possuía objetivos claros: conquistar novos territórios; buscar riquezas; e expandir a religião católica pelo mundo. A sociedade forjada no vice-reino do Peru foi produto da conjunção destas intenções. No âmbito social, vemos surgir uma sociedade peruana formada por espanhóis, indígenas, mestiços e, a partir de 1570, *criollos*.A proposta deste trabalho é analisar Santa Rosa de Lima, a primeira santa americana. Pretendo procurar quais foram as relações entre seu processo de santificação, a formação de uma identidade *criolla* no território peruano e as formas de santidade que predominaram na América colonial, tendo em vista os processos sociais e culturais que caracterizaram o vice-reino do Peru nos séculos XVI e XVII.
Palavra-chave: Santa Rosa de Lima – identidade *criolla* – santidade

Abstract: the Spanish settlement in America in the 16th century had clear objectives: conquer new territories; the pursue of wealth; and expand Catholicism. The society formed in Peru was product of the gathering of these intentions. At the social aspect, it's possible to see the arise of a Peruvian society formed by Spanish people, natives, mestizos and, after 1570, criollos. The objective of this essay is to analyse Saint Rose of Lima, the first American saint. I intend to search for the relations between her canonization process and the formation of a criolla identidiy at the Peruvian territory and the sorts os sanctity which were predominant in Colonial America, having in mind the social and cultural processes that charactrized Peru in the 16th and 17th century.
Key-words: Saint Rose of Lima – criolla identity – sanctity

A Conquista

Santa Rosa de Lima foi produto da sociedade hispânica colonial pós-conquista. Portanto, faz-se importante analisar os acontecimentos desta época para então compreendermos a sua ascensão nesta conjuntura.

A vinda dos espanhóis para a América no início do século XVI tinha como objetivo implícito o tripé fé - fama - fortuna: pretendia expandir o Cristianismo mundialmente; buscar novas fontes de riqueza para a Espanha (ou seja, novos pontos de exploração de outro e prata); e, com isso, conquistar glória e fama perante o reinado, garantindo uma posição dentro da nobreza européia. Chegaram à América com uma incumbência divina, social, econômica e política, que interligavam-se na aspiração de construir um império espanhol nas novas terras.

* Graduada em História pela UNICAMP

Os espanhóis chegaram ao império Inca em meio a uma de suas guerras de sucessão, e o encontraram dividido entre os apoiadores de Huascar e Atahualpa. O governo fortemente centralizado encontrava-se num momento de fragilidade, do qual Pizarro soube se aproveitar: ao fazer aliança com Atahualpa, Francisco Pizarro (o líder da conquista peruana, ao lado de Diogo Almagro) consegue para si o apoio de todos os grupos que guerreavam ao lado deste líder. Como uma sociedade extremamente hierarquizada, ao ver-se sem comando com a captura e assassinato de Atahualpa, os indígenas ficaram sem voz de ataque.

A partir daí percebemos tensões internas entre os espanhóis, que começam a dividir-se entre apoiadores de Pizarro e Almagro. A falta de unidade entre eles, provenientes de regiões diversas da Espanha, era a primeira causa dos conflitos. A guerra interna durou mais dez anos após a conquista do império Inca, o que retardou o processo de consolidação da região dos Andes. O processo real de povoamento e exploração iniciou-se de maneira efetiva apenas em 1569, com a chegada de Toledo para assumir o posto de vice-rei do Peru.

Cultura e Administração

Os aspectos culturais da América Hispânica são fortemente marcados pelas influências sofridas por ambos os lados: indígena e europeu. Apesar da vontade espanhola de impor seus costumes nas novas terras, eles mantiveram áreas de influência indígena por todo o território, principalmente mantendo a estrutura das grandes cidades que já se encontravam ali, como Cuzco. As redes urbanas originais foram preservadas, assim como as organizações administrativas e os grupos dirigentes, estes em base de apoio com o novo governo europeu (ALBORNOZ, 1997:60); a centralização política do império inca favoreceu tais atitudes por parte dos peninsulares. Assim, o sistema colonial espanhol permaneceu essencialmente urbano.

A própria Espanha não era um país unificado na época. Sérgio Buarque afirma que a fúria centralizadora, unificadora de Castela vem de um povo internamente desunido e sob permanente ameaça de desagregação: “o valor exasperado à uniformidade e simetria surge, pois, como um resultado da carência de verdadeira unidade” (HOLANDA, 1995: 116). Lafaye concorda com ele ao afirmar que os sistemas encontrados nas Índias, de grande heterogeneidade, não eram mais que reflexos da Espanha, unificada nem política nem culturalmente (LAFAYE, 1997:595-636). Portanto, mais que a transposição de um modelo, a América Hispânica é a tentativa de realização de um ideal unificador e centralizador que não se encontrava na Europa.

O clero era o principal agente de hispanização e cristianização em grande escala dos novos territórios. A fundação de colégios e universidades, como a Universidade de São Marcos de Lima em 1551, era de responsabilidade da Igreja – mas para atender aos interesses de uma minoria espanhola e *criolla*. O objetivo da coroa e do clero era "enobrecer esses reinos [na América], mediante o acesso à educação" (LAFAYE, 1997: 607); seu desenvolvimento era essencial para a política adotada pela coroa castelhana de tratar seus súditos americanos da mesma maneira que os espanhóis. Foram estas atitudes que possibilitaram os *criollos* a participar do avanço cultural (principalmente em cidades como Lima, onde a cultura se renovava com a chegada constante de europeus).

O resultado de toda essa conjuntura é, na opinião de Jacques Lafaye, a criação de uma cultura *criolla* – seus representantes compreendidos como todos os não-indígenas que estavam aclimatados, física e culturalmente, à América. Esta cultura, segundo o autor, era percebida sobretudo nas crenças religiosas, e ele apresenta exatamente o caso da veneração de santos, tanto europeus como *criollos*, como exemplo: em todo o Peru prestava-se culto à Virgem de Copacabana, santa européia, assim como à Santa Rosa de Lima, santa *criolla*, com a mesma intensidade.

A religião católica no século XVI – XVII

É importante entender qual foi esta religião trazida para os novos territórios, para então entender as formas de expressão social, assim como o papel dos santos (e, conseqüentemente, de Santa Rosa). Primeiramente, lembremos que o catolicismo europeu passava por uma fase complicada de afirmação e mudanças.

Segundo Joseph Barnadas (BARNADAS, 1997), a guerra de Reconquista enfrentada pelos espanhóis contra os mouros tem caráter fundamental no desenvolvimento da religião católica. Afinal, após anos de convivência com o islamismo, algumas mudanças haviam se configurado no próprio orbe cristão, tornando necessário à Igreja o retorno a uma ortodoxia que visava o revigoramento da prática cristã na Península Ibérica – uma espécie de retorno à "Igreja primitiva". Ela pretendia recuperar um "cristianismo isento de erros que desfiguravam a fé na Europa" (BARNADAS, 1997: 525). Esta opinião é corroborada por Serge Grusinzki, quando ele diz em sua obra *O Pensamento Mestiço*:

> *"A cristianização dos índios da América repetiu a dos mouriscos. Mas também procurou reproduzir a cristandade primitiva, apresentando-se como uma nova versão do Velho Testamento..., em sua busca de ascetas e novos desertos. Um funcionário da Coroa...afirma que via 'nesta Igreja do novo Mundo, primitiva, nova e renascendo, a sombra e a forma da primitiva Igreja do nosso mundo, no tempo dos santos apóstolos". (GRUZINSKI, 2001:98)*

Ainda encontramos apoio a esta posição no texto de Luis Eduardo Wuffarden e Pedro M. G. Pérez, quando eles observam:

> *"El deseo de sustraerse de una sociedad ... en la que triunfaban el mal y la fuerza, y peligraba la salvación individual, llevó a algunos religiosos hacia la evangelización de territorios apartados. Allí, entre gentes consideradas no corrompidas, sería posible fundar uma nueva cristandad que regenerase la existente. Utopia y religión ... se entremezclaron en más de un proyecto misional desde las épocas tempranas de la colonización española en América" (WUFFARDEN e PÉREZ, 1995: 27-28).*

Por outro lado, a expansão do protestantismo na Europa era também fator preocupante. Após o Concílio de Trento (1546-63) várias medidas foram tomadas para que suas conclusões fossem viáveis e evitassem o alastramento da nova religião pelos territórios espanhóis – e principalmente nos territórios além-mar, ainda carentes de conversão.

A santidade

Peter Burke define a santidade da Contra-Reforma "in terms of the Aristotelian-Thomist concept of 'heroic degree of virtue'" (BURKE, 1984: 47). No contexto judaico-cristão, para Maria Lourdes dos Santos, "a santidade deriva da santíssima Trindade e estende-se a entes celestes e também a alguns seres terrenos" (SANTOS, 1994:29). Eles teriam dois papéis fundamentais dentro do orbe cristão: mediar a relação entre Deus e os fiéis, e serem exemplos de vida seguidos por eles.

Assim, "em cada época da história da Igreja surgiram, providencialmente, modelos novos de santidade conforme as necessidades dos tempos" (SANTOS, 1994: 33). Michel de Certeau, em sua obra *A Escrita da História* (CERTEAU, 2002), apresenta uma hipótese de evolução histórica dos tipos de santos, da seguinte forma: mártires – confessores – eremitas – pastores – homens virtuosos.

Santa Rosa vive no momento em que os ascetas ganham força. E ela é uma figura clássica deste modelo, caracterizado pela interiorização da religião e de uma religiosidade fervorosa praticada através de penitências e percebida por visões, levitações, êxtases e, no caso das mulheres, na união matrimonial com Cristo. Podemos entender bem a relação entre o ascetismo e o modelo a ser seguido a partir da *vita* de Isabel analisada aqui):

> *"Buena ocasión es esta y bastante motivo para que amemos a Dios, para que de todo corazón le sirvamos. Ver una sierva desde sus tiernos años abrasarse con tan rigurosas penitencias. Niña entre nosotros, nacida en nuestra propia tierra y patria de nuestra misma masa con quien conversamos y tratamos."*[1]

Neste ínterim, não havia a preocupação de diferenciar os santos entre si para individualizá-los. Pelo contrário, quanto mais um novo virtuoso parecesse com um santo já consagrado, maiores eram suas chances de conseguir a canonização. Portanto, a imitação da vida de santos anteriores era comum. O instrumento catalisador de todas essas imitações, na Baixa Idade Média e na Renascença, eram as hagiografias. Elas eram a cristalização literária de uma visão coletiva a respeito de uma certa figura do orbe. As vidas destes personagens constituíam um sistema combinatório de virtudes e milagres, que se inscreviam na vida de um grupo ou comunidade.

Até o trabalho inovador desempenhado pelos Bolandistas[2] no século XVIII, o gênero hagiográfico se caracterizava pelo entremeio de lendas e episódios místicos na vida dos personagens, que dramatizavam sua coragem moral e seu poder espiritual. As mudanças de estilo logicamente seguiam as transformações ocorridas nos modelos de santidade que se destacavam.

Apesar do "ser santo" ter sido repensado a partir do século XV nesta direção, o processo formal de canonização havia sido elaborado anteriormente pelo papa Gregório IX, ainda no século XIII. Isto aconteceu concomitantemente com a criação do Tribunal do Santo Ofício e visava definir os limites da Igreja católica nas duas direções: na santidade e na heresia. O processo, no entanto, sofre modificações a partir dos debates saídos do Concílio: ele se torna mais restrito e formal com o papa Urbano VIII, em 1625 e 1634.

Santa Rosa escapou a essas regras. Seu ofício foi confirmado em 1617, ano de sua morte. Fica arquivado durante um tempo após as mudanças efetivadas por Urbano VIII, mas é retomado logo após. A confirmação de sua canonização sai em 1671, 64 anos após seu início.

Neste momento a Igreja já pretendia que a figura do santo fosse uma imagem moderna que mantivesse laços identitários, étnicos e políticos com o espaço em questão. Em

---

[1] O documento original encontra-se na seção Manuscritos de América na biblioteca Nacional de Madrid, sob o nome de "Noticia de la vida mística de soror Rosa de Santa Maria de Lima y de las curaciones obradas por su interseción", autor anônimo (1617). A versão da qual me utilizo foi retirada do apêndice do seguinte artigo: MILLAR CARVACHO, René. "Rosa de Santa Maria (1586-1617): gênesis de su santidad y primera hagiografía" in *Historia* (Santiago), ago 2003, vol. 36, pp. 255-273 ISSN 0717-7194; pp. 268-273; p. 271

[2] Os Bolandistas fazem parte da ordem dos jeuítas, e tiram seu nome do seu fundador, o padre jesuíta belga João Bolando (ou Jean Bolland) (1596-1665). Esta sociedade de padres foi constituída com a finalidade científica de recolher e submeter a exame crítico toda a literatura hagiográfica existente, completando o que haviam omitido os antigos compiladores, valorizando as fontes relativas aos santos a que se referem os martirológios, distinguindo os dados historicamente verdadeiros dos falsos e lendários, reconstruindo assim a história e a espiritualidade dos que a Igreja reconhece como santos e beatos. – *www.wikipedia.com*

termos de discurso, é importante ressaltar que o religioso se coloca sempre em relação a outros, sendo "constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas" (ORLANDI, 1987: 240). O santoral seria então um instrumento de evangelização dentre alguns segmentos sociais. Nada mais propício para a conquista e conversão. O culto aos santos permitiu que se criassem raízes pelas quais se expandia a cristandade por onde passava.

Santa Rosa de Lima

Santa Rosa encontra-se relacionada a todos estes aspectos da igreja católica romana apresentados acima. Para entender sua inserção ali, entretanto, é importante que conheçamos qual narrativa a respeito de sua vida nos permite pensá-la a partir de tais perspectivas.

Santa Rosa de Lima, ou Isabel Flores (seu nome de batismo), nasce no ano de 1586 em Lima, filha do porto-riquenho don Gaspar Flores com a limenha doña María de Oliva y Herrera[3]. O nome Isabel, dado em homenagem à sua avó materna, logo é trocado por Rosa, em virtude de uma visão tida por sua criada indígena que, quando a menina tinha apenas três anos, teria visto uma rosa em seu rosto.

No dia 10 de agosto de 1606 ela veste pela primeira vez o hábito da Ordem dos Dominicanos, preto e branco, e muda seu nome para Rosa de Santa Maria. Não professou sua fé em conventos ou fazendo parte da ordem, porém morando ainda nas terras de sua família (ou seja, fazia parte da ordem terciária). Viveu enclausurada numa pequena cela separada da casa de seus pais, onde possuía uma cama feita com ripas de madeira e sem colchão e uma cadeira, sem nenhum conforto.

Toda a vida de Isabel é tomada pelo ascetismo, e a proximidade de Deus era sempre buscada através do sofrimento. Todas as suas vitórias eram conquistadas por este caminho.

Simpatizante dos indígenas, submissa a seus pais, morreu em 24 de agosto de 1617, na casa de seus protetores Don Gonzalo Maza y Doña María Uzátegui[4]. Ela tinha

[3] A nacionalidade de seus pais é discutível. Há autores, como Ramón Mujica Pinilla (PINILLA, "Santa Rosa de Lima y la Política de la Santidad Americana", www.seacex.com) e Rudolf Preimesberger (PREIMESBERGER, "A escultura funerária de Santa Rosa de Lima: uma imagem barroca da primeira santa católica do Novo Mundo. Um ensaio a partir de uma perspectiva histórica e histórico-artística": www.goethe.de/humboldt), que questionam isso, defendendo Santa Rosa como mestiça: seu pai seria *criollo*, e sua mãe, descendente de indígenas. Não aprofundarei tal questão, visto que ela passou para a História como símbolo de identidade *criolla*, não sendo relevante, portanto, suas origens reais.

[4] A casa deste casal era considerada reduto para as religiosas laicas. Ali encontrava-se um círculo de beatas seguidoras de Rosa, que se encontravam para orações e discussões. MEYERS, 2003:256

apenas 31 anos. Santa Rosa teria sido uma asceta exemplar. Era na longa penitência que Rosa garantia sua santidade; na dor encontrava a purificação. Sua saúde se mantinha pela fé e pelo reconhecimento divino de seu sacrifício.

Num curto período de tempo (se considerada a duração média dos processos canônicos), em 12 de abril de 1671, foi declarada Santa da Igreja Católica. O pedido de beatificação foi elaborado logo após sua morte, em 1617 por três seções da sociedade limenha: autoridades oficiais, religiosas (no nome do arcebispo), e pela ordem dominicana. Sendo legitimada e reconhecida tanto pelo poder religioso quanto pelo laico, tendo tantas instituições pressionando em seu favor no Vaticano, era esperado que seu processo fosse mais rápido que o habitual.

O fato de ter intermediado a cura de pessoas de todos os grupos sociais encontrados na capital do vice-reino reforça a idéia de ela ser relacionada com a cidade em si, dando ênfase aqui a tal hipótese em detrimento de sua identificação com o grupo religioso ou com um grupo social específico. É enfatizado seu caráter católico universal, já denotando a possibilidade de ela ser uma santa de alcance internacional, e não apenas regional.

Identidade

A preocupação em se pensar a identidade neste estudo residiu em conseguir equilibrar a análise em virtude de seus elementos constitutivos teóricos e práticos, visto que ambos tendem a se desviar para uma unificação de idéias que leva a crer que a noção em questão seja: a) inerente ao ser humano; b) preexistente às relações de poder nas quais se apresenta; c) exato e correspondente no seu âmbito individual ao seu âmbito coletivo. Isto foi feito a partir da análise de dados apresentados a respeito de Rosa de Santa Maria inserida na conjuntura demonstrada anteriormente, pautando tais análises em sua primeira *vita*.

Com relação à afirmação de seu pertencimento à ordem de Santo Domingo, a hipótese mais comentada é a da resolução de conflitos internos da ordem, com referência exatamente à nacionalidade de seus membros (o que nos coloca novamente em direção ao *criollismo*): "Rosa era la santa que los dominicos *criollo*s necesitaban para defender la cuestionada autoridad espiritual de sus frailes nacidos en el Perú" (Mujica Pinilla apud GRAZIANO, 2002:11). Ou seja, mesmo no caso da identidade religiosa, a canonização de Rosa não escapa de seu caráter *criollo*. Seu apoio dentro da ordem, além da razão óbvia de

aumentar-se o prestígio dela perante outras, era exatamente de defender a autoridade e legitimidade da religiosidade *criolla* perante seus participantes espanhóis.

A escolha da ordem dominicana, dentre outras, para ser agraciada com a mais alta honra que uma ordem poderia atingir, se deu, segundo Graziano, por dois motivos principais: primeiro, a ordem de Santo Domingo havia sido a primeira a chegar nas Américas. Em segundo, destaca-se o papel desta no combate às heresias, objetivo este que remontava à fundação do grupo, no século XIII. A canonização da Rosa era então um prêmio pelo cumprimento da missão dominicana; a erradicação da heresia nos territórios americanos, resultado direto (segundo a própria ordem) dos esforços de seus membros pela catequização e pela eliminação do paganismo indígena.

Teodoro Hampe Martinez apóia-se nos estudos de Bernard Lavallé para dar a seguinte definição do *criollismo*:

> *"El criollismo colonial debe ser entendido como un vasto, profundo y polifacético movimiento de toma de consciencia, un proceso tanto social como intelectual, que involucró a todas las capas de la población de origen europeo y suscitó una multiplicidad de cuestionamentos, tiranteces y rivalidades" (MARTINEZ, 2006)*

Graziano defende que os motivos políticos da elite *criolla* para a promoção da causa de Isabel residem no fato de que eles buscavam reconhecimento das altas hierarquias da Igreja para consolidar o prestígio de seu grupo social (Martinez apud GRAZIANO, 2002:11). Responsáveis pelos altos gastos da manutenção do processo em Roma, os *criollo*s teriam feito isso porque Rosa era cada vez mais "un símbolo de la autoconciencia de la emergente 'republica' *criolla*", ou um "símbolo o coronación del emergente nacionalismo *criollo*" (Martinez apud GRAZIANO, 2002:11). Nesta passagem, vemos que a autoconsciência deste grupo era "emergente", ou seja, estava também em formação. Portanto, a identidade de Isabel com o território aconteceu ao mesmo tempo em que ele ganhava sua identidade própria, diferenciando-se da Espanha.

Pinilla nos apresenta destaca o papel das ordens religiosas: nascia naquele momento uma nova corrente de espiritualidade na América, laica e feminina, que "se valía de un discurso legitimado profético para destacar el papel providencial de ciertas ordenes religiosas y de los *criollo*s, mestizos e índios en el drama Cristiano de salvación" (PINILLA, 2006:98).

Podemos dizer, ainda, que Santa Rosa "encarnó para el virrenato americano los más altos ideales de la contrarreforma" (PINILLA in WUFFARDEN e PÉREZ, 1995:64).

Portanto, a canonização de Isabel seria a confirmação do sucesso da empreitada cristã na América. Ao canonizar uma representante da nova sociedade que se formava nos territórios conquistados, confirmava-se a eficácia da cristianização na colônia. A legitimação da religiosidade *criolla* é seguida da legitimação da religiosidade mestiça, quando da canonização de San Martín de Porres. Agraciando os principais grupos sociais encontrados no vice-reino do Peru com o mais alto título da religião católica, a Igreja se colocava como instituição proeminente na América e garantia a inserção de mais um grande rebanho sob os auspícios do papa.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Nicolas S. *A População da América Espanhola Colonial* in: BETHEL, Leslie.América Latina Colonial – vol. 2 in **História da América Latina** – coleção Cambridge Enciclopédia. SãoPaulo: EDUSP, 1997

BARNADAS, Joseph. *A Igreja Católica na América Latina* in: BETHEL, L. (org). **História da América Latina**: América Latina Colonial – v.2. Maria Clara Pescato (trad.). São Paulo: Editora USP; Brasília: DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1997

BURKE, Peter. *How to be a counter-reformation saint* in: **Religion and Society in Early Modern Europe: 1500-1800**. GREYERS, K. (org) Boston: The German Historical Institute, 1984

CARVACHO, René Millar. *Rosa de Santa Maria (1586-1617): gênesis de su santidad y primera hagiografía* in: **Historia** (Santiago), ago/2003, vol. 36, pp. 255-273 ISSN 0717-7194

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Maria de Lourdes Menezes (trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 – 2ª edição

GRAZIANO, Frank. *Santa Rosa de Lima y la Política de la Canonización* in **Revista Andina**, nº 34: **http://revistandina.perucultural.org.pe** (01/08/2006)

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. Rosa F. D'aguiar (trad.) São Paulo: Cia. Das Letras, 2001

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LAFAYE, Jaques. *A Literatura e a Vida Intelectual na América Espanhola* in: BETHEL, Leslie.*América Latina Colonial – vol. 2* in **História da América Latina** – coleção Cambridge Enciclopédia. SãoPaulo: EDUSP, 1997

MARTÍNEZ, Teodoro Hampe. *El Proceso de Canonización de Santa Rosa (nuevas luces sobre la identidad criolla en el Peru Colonial)* in: **www.webserver.rcp.ner.pe/cemhal/capitulo3.html**, 08/2006

MYERS, Kathleen Ann. *Redeemer of America: Rosa de Lima (1586-1617), the Dynamics of Identity, and Canonization* in: **Colonial Saints: Discovering the Holy in the Americas**. Greer, Alan e Bilinkoff, Jodi (org.) New York: Routledge, 2003

PINILLA, Ramón Mujica. *Santa Rosa de Lima y la Política de la Santidad Americana*, **www.seacex.com** (20/06/2006)

_____. *El Ancla de Rosa de Lima: Mística y Política em torno a la patrona de América* in ARAUS, J. PINILLA, R., WUFFARDEN, L. e PÉREZ, P. **Santa Rosa de Lima y su Tiempo**. Lima: Banco de Crédito de Lima, 1995

PREIMESBERGER, *A escultura funerária de Santa Rosa de Lima: uma imagem barroca da primeira santa católica do Novo Mundo. Um ensaio a partir de uma perspectiva histórica e histórico-artística* in: **www.goethe.de/humboldt** (15/07/2007)

SANTOS, Maria de Lourdes dos. *As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de 'ser santo'* in: **Estudos de História**. Vol 7. Franca, SP, Brasil, 1994

WUFFARDEN, L. e PÉREZ, P. *Introdução* in: ARAUS, J. PINILLA, R., WUFFARDEN, L. e PÉREZ, P. **Santa Rosa de Lima y su Tiempo**. Lima: Banco de Crédito de Lima, 1995

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade de São Paulo: a modernidade, as atividades ribeirinhas; o esporte e o lazer

Ana Cristina Arantes *

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo levantar e analisar as atividades motoras, existentes em São Paulo nos anos finais do século XIX e início do XX. O estudo pode ser entendido como qualitativo no qual o autor valeu-se da (escassa) literatura específica, periódicos, jornais, revistas, folhetos explicativos, artigos digitais e registros iconográficos da época. O que os dados do estudo revelaram: (a) a cidade de São Paulo era uma província pequena, com costumes muito discretos, centrados na estrutura familiar, (b) a imigração e o progresso, impuseram um novo estilo de vida ao paulistano da elite, (c) as atividades físicas remo, natação, futebol, atletismo, *gynastica,* ciclismo, tênis dentre outras, foram entusiasticamente assimiladas pela sociedade da época. A atitude particularmente demonstrada pelos homens no esporte estendeu-se, por certo, às outras situações da vida cotidiana, mormente a dos rapazes pois de certo modo, a prática motora favoreceu a exibição de atitudes de *fair play* necessárias às articulações comerciais.
Palavras-chave: : atividade física, esporte, lazer, gênero, história cultural[1]

Abstract
This research had for objective to raise and to analyze the motor, existing activities in São Paulo in the final years of century XIX and beginning of the XX. The study it can be understood as qualitative in which the author used itself (scarce) specific literature, periodic, clarifying periodicals, magazines, brochures, digital articles and iconographic registers of the time. What the data of the study had disclosed: (a) the city of São Paulo was a small province, with very discrete customs, centered in the familiar structure, (b) immigration and the progress, had imposed a new style of life to the paulistano of the elite, (c) the physical activities rows, swimming, soccer, track and field, gym, cycling, tennis amongst others, enthusiasticly had been assimilated by the society of the time. The attitude particularly demonstrated by the men in the sport was extended, for certain, to the other situations of the daily life, mainly of the youngsters therefore in certain way, the practical motor favored the exhibition of necessary attitudes of fair play to the commercial joints.
Key words: physical activity, sport, leisure, cultural history

Aspectos introdutórios; o cenário de época São Paulo, no início do século XX

Antes da instalação na cidade de São Paulo, muitas famílias viviam nas fazendas no interior do estado. A vida era de certa forma, "segura". As relações de parentesco favoreciam a ajuda mútua e a divisão de trabalho. A vida social e os relacionamentos, dentre outros aspectos, se solidificavam nas comemorações nos aniversários, batizados e casamentos. Nessas oportunidades, almoços e jantares de boa comida, facilitavam a conversa fiada, os

[1] Professora Doutora do Centro Universitário FIEO – UNIFIEO

bailes e os jogos entre os convivas. Nas reuniões políticas tomavam–se decisões e firmavam-se alianças aderindo ou repudiando causas. Esses "modo de ser" tinha por único objetivo à manutenção da família e o patrimônio do clã (CASTRO, 2002). Essas práticas existentes em uma situação por um tempo "estável" tiveram que ser, de certa forma, re-configuradas quando a família paulista mudou-se para a metrópole.

A cidade de São Paulo cercada por um lado pela "muralha", era uma província pequena, com costumes muito discretos. Essa cidade de poucos fogos cresceu muito lentamente ao redor de referências como as igrejas, e as estreitas e reduzidas ruas de comércio. Centrados na estrutura familiar, o comportamento dos paulistanos repetia o ideário da época. Mas a imigração nos finais do século XX e início do subseqüente, trouxe o progresso impondo um novo estilo de vida ao paulistano particularmente o da elite.

> *"O século XX, ou a era das revoluções, caracterizou-se por acontecimentos bastante significativos tais como, dentre outros, a revolução industrial e a tecnológica. O êxodo rural levou ao constante e intermitente abandono do meio agrário em favor das cidades, nas quais os homens se concentraram em formações urbanas centrais e, às vezes precárias, onde aprenderam a viver em grandes coletividades"* (CASTRO, 2002:120).

A cidade de São Paulo não escapou desta realidade. Pouco a pouco a feição da cidade foi mudando dando origem em algumas décadas posteriores aos aglomerados urbanos. Com o processo de "cosmo politização" a sociedade organizou-se em torno de um espaço "exíguo". As pessoas de diversas origens, classes sociais e aspirações misturaram-se à "massa" social em formação - o que de certa maneira - favoreceu a elaboração de um pensamento ora de semelhança ora apresentava um enganoso, mas, aparente conceito de igualdade.

Esta realidade, entretanto, ofereceu ao observador atento à idéia de que viver com certa proximidade física não retirou da elite o desprezo e a desconfiança pelos etnicamente e economicamente diferentes a ela.

Essas referências podem, por certo, facilitar o entendimento do ambiente existente em uma cidade que cresceu contendo ingredientes que alternavam para o favorecendo ou impedindo o processo de urbanização e o estabelecimento de relações sociais democráticas.

> "*A cidade de São Paulo, ingressou no século XX com 240 mil habitantes e, em 1904, já possuía 84 automóveis circulando numa velocidade que não deveria ultrapassar os 30 km por hora. Contudo, não demoraria para que os motoristas fossem acometidos pela (...) "velomania"* (CARVALHOS, 2001:35).

Tanto São Paulo como a cidade do Rio de Janeiro antiga capital do Brasil, se transformou com a chegada dos tempos modernos. Sobre esta mudança, sobre os novos hábitos inclusive os de atividade física CASTRO (2002) escreve:

> *"O Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente, apresentam grande movimentação – o" trança trança "das ruas, as revistas, o flerte e o cigarro, os jogos de futebol e as companhias de teatro. Novas maneiras de vestir e andar, de divertir-se e relacionar-se esperavam aqueles que deixavam o mundo agrário pela vida urbana. Junto com essas novidades vinham à eletricidade, o telefone e o bonde de tração animal" (p.138).*

Sob a égide da diversão e do entretenimento uma série de hábitos físicos e sensoriais praticados desde o início do século na cidade, foram revistos, incorporados e sistematizados no cotidiano de seus habitantes na segunda década do século XX.

No limiar do século XX, o Brasil, incluindo-se São Paulo, girava em torno dos modismos ditados por Paris (CAMARGOS, 2001:28). Esta prática (podemos afirmar) incluía grande parte dos comportamentos exibidos pela alta sociedade. Assim sendo, as atitudes e modelos importados eram praticados em todas as situações incluindo as festas populares como o carnaval, "as fantasias inspiradas no carnaval de Veneza, embora de fazenda mais leve, como o cetim, continuavam inadequadas ao calor de pleno verão do Trópico" (p. 30).

A atividade física e sociedade na modernidade

Para Sevcenko, citado em (CASTRO, 1988) a preocupação com a corporeidade, o culto ao corpo é um traço característico da modernidade, da sociedade contemporânea.

Nos anos republicanos "acentuou-se uma tendência herdada de períodos anteriores, qual seja o declínio das manifestações religiosas tão características do período colonial" (SCHWARCZ, 1995:14). Provavelmente a estes hábitos (em declínio) somaram-se as práticas ao ar livre e neste espaço o tempo social incluiu-se o das atividades físicas.

Sobre o novo *modus vivendi* a historiadora afirma que o decréscimo das práticas religiosas estava ligado às novas formas de entretenimento que a cidade oferecia e que após 1870

> *"os clubes recreativos, as quermesses, os passeios no hipódromo, dos saraus musicais, dos clubes carnavalescos, da lanterna mágica e da photografia animada, do criket entre os ingleses, do futebol, do ciclismo, das atrações circenses, das touradas no largo dos curros (Praça da República), e das brigas de galo, dos esportes náuticos entre canoagens e banhistas, da prática da bicicleta e do footing elegante na rua XV de novembro" (SCHWARCZ, 1995:14).*

Corroborando com a estudiosa, NICOLINI (2001), afirma que no início do século XX São Paulo já possuía setenta mil habitantes e se apresentava com um razoável processo evolutivo principalmente se comparado ao ritmo de desenvolvimento dos séculos anteriores.

Quanto ás atividades motoras afirma-se que foram sendo gradativamente popularizadas tendo na elite a sua mais fiel entusiasta entre as classes sociais. O progresso obrigava a aceitar, assumir e exibir as novas referências impostas pela modernidade.

Ainda que São Paulo apresentasse indicativos de mudança e de crescimento quanto à prática do esporte NICOLINI (2001), afirma que até por ausência de massa social não existia condições de desenvolvê-lo como na Europa. O esporte, conclui o pesquisador, foi fruto da imigração.

A atividade física praticada de maneira "metódica" nos finais de semana representou uma maneira de revigorar o corpo, de tonificar os músculos, de estimular os sentidos; enfim, de acumular energia para a semana vindoura e esta forma de pensar e de agir foi importada dos modelos europeus de viver e "de estar.

Mais uma vez fortalecendo o estilo de vida historiadora SCHWARCZ (1995) escreve que ser jovem e moderno é saber vestir-se dançar os ritmos da moda e ser um desportista....

> *Nos tempos da modernidade há uma importante mudança na forma viver. O tempo social é regulamentado; o lazer e o entretenimento surgiram em decorrência do novo modus vivendi. Então, "para satisfazer essas multidões, novas e velhas receitas são usadas: cinema, rádio, exposições, dança, teatro, jogos esportivos, (sic), circo, competições, banhos de mar, jardins zoológicos" (CASTRO, 2002:123).*

Esta afirmação parece confirmar o que, um ano antes do texto de CASTRO (2002), dissertando sobre o Rio Tietê e o cenário da época NICOLINI (2001), escreveu:

"O esporte não tem uma história exclusiva independente e própria. È a decorrência de um amplo contexto que o envolve e também precisa ser analisado sob diferentes ângulos para que se possa ser compreendido em sua totalidade" (p:IX).

que, em continuidade, esclarece

> "é fundamental tentar entender o esporte da época dentro de um contexto amplo considerando as características urbanas, sociais, econômicas e psicológicas, típicas de uma cidade que acabava de emergir do período imperial e viviam os primeiros anos de república" (p. 3).

e, mais adiante acrescenta que

"O esporte e o município de São Paulo nos seus primórdios, eram tão diferentes dos dias de hoje que, para podermos compreender no seu estágio original, precisamos tomar emprestada a máquina do tempo" (p. 03).

O rio Tietê ocupação urbana, o trabalho e as primeiras formas de lazer ribeirinho

Nos finais do século XIX como escreve NICOLINI (2001), o rio Tietê - que seria utilizado como caminho para as práticas ribeirinhas - era um rio de difícil transposição representava certo obstáculo para o desenvolvimento da zona norte da cidade" (p:6).

O importante meio fluvial possuía várzeas e espaços com grandes extensões as quais, na época das cheias, alagavam formando "um verdadeiro mar". Nessa área havia sítios, chácaras e fazendas que abasteciam a cidade. Essa paisagem alagadiça em certas épocas serviu, por certo, a duas causas (a) a do abastecimento e (b) posteriormente foi aproveitada para a prática do remo dando origem aos clubes que vieram a se constituir alguns anos depois.

O rio Tietê cuja nascente se dá em Salesópolis (interior de São Paulo), foi muito utilizado pela população desde o século XVI. Utilização que se estendeu até os primórdios do século passado quando ainda apresentava serventia agrícola e pastoril.

Fértil em peixes (jaús, cascudos, mandis, bagres e lambaris), no século XX em suas margens havia muitas chácaras tais como as Floresta e a de Couto de Magalhães em cujas margens havia frutas nativas como goiabeira, ingá, joá e sapoti. O rio também forneceu á São Paulo areia e pedregulhos para sua edificação.

Singrando pelas suas curvas, o batelão; barco grande, pesado e de fundo chato alcançava o distante bairro de Pinheiros, e, por meio de seus afluentes, chegava-se aos bairros da Penha e de Guarulhos.

Somado a esta tarefa o rio Tietê favoreceu a criação de uma outra atividade comum aos paulistanos - nas noites de luar, às margens do rio, famílias inteiras sentavam-se para contemplá-lo. Romances e desilusões juvenis também fizeram parte da história cultural do rio e da cidade.

Nos finais de semana, o batelão era lavado, limpo e, já enfeitado, servia como meio de transporte para o piquenique das famílias em busca do lazer e do descanso.

> *"No início do século XX, o rio Tietê era um dos locais de lazer preferidos dos paulistanos: piquenique, natação, pesca e outros esportes aquáticos. Às suas margens estabeleceram–se três clubes de regatas; o Club Canottieri, o Esperia, formado pelos italianos e o São Paulo, (cuja piscina e ginásio se escondem próximos a uma churrascaria (NICOLINI, 2001:37), além do clube Tietê" (SÃO PAULO, 450 anos: 2).*

As pontes do rio Tietê

O rio Tietê comportava algumas pontes servindo de "alças" que cruzavam a cidade de um lado para o outro; Vila Guilherme, Vila Maria, Casa Verde, Bairro do Limão, Piqueri, Freguesia do Ó e a Ponte Grande.

Ponte dos Amores era muito especial, pois cruzava o rio em dois pontos; no seu caudal principal e em um braço de rio que formava a ilha dos Amores onde hoje está a Avenida Cruzeiro do Sul.

Por esta ponte - nada mais que uma ligação ferroviária estreita integrada por dormentes - passava o trenzinho para a Cantareira que hoje deu lugar aos trilhos do metrô e, em seu final, tem-se atualmente a estação rodoviária de São Paulo.

As pontes em geral eram construídas com madeira; eram estreitas sendo permanentemente refeitas. A ponte dos Amores era mais uma dentre muitas.

A Ponte Grande hoje Ponte das Bandeiras (SOUZA, 1999), planejada em 1700 teria, segundo Taunay, citado por NICOLINI (2001), sido a primeira obra de engenharia paulista cuja manutenção era permanente, servia regiões como as de Atibaia, Bragança e o sul de Minas.

Como toda a cidade, a Ponte foi a cada tanto sendo reformada, atualizada servindo posteriormente os bairros que se desenvolveram tais como Tucuruvi, Tremembé, Parada Inglesa, Santa Terezinha (?) e o Horto Florestal, por exemplo. Hoje ela não existe mais cedendo lugar á Avenida Marginal.

A Ponte Grande e as suas atividades

> "*a Ponte Grande transformou-se em um local de recreio para os paulistanos, pois ali, à margem do Tietê, foram criados vários recreios de piquenique, passeios de barco e restaurantes, entre os quais se destacava o Bella Venezia, freqüentado pelos italianos que aos domingos se recreavam passeando de barco" (SÃO PAULO:450 anos: 2).*

Em outro documento descrevendo sobre as práticas sociais e "esportivas" do início do século observa-se que

> *"no fim do século passado, um grupo de jovens italianos reunia-se na antiga Ponte Grande – hoje Ponte das Bandeiras às margens do Rio Tietê. O ponto de encontro era a tradicional Confeitaria Acastro & Lazzerone, local cercado por restaurantes, árvores e recantos onde as famílias faziam piquenique e partiam para tranqüilos passeios pelas águas em barcos alugados" (SOUZA, 1999:E7).*

Foi dessa gente simpática e alegre que surgiu a idéia de se criar um clube esportivo que teria naturalmente o remo e a canoagem como atividade central. O Clube Esperia estava sendo naquele então sendo ”gestado”.

Enrico Gallino, Pietro Lazzerone, Luigi Torre, Emilio Talone, Angelo Quaranta, Fulvio Constanzo e Ercole Ervene, eram jovens, entusiastas e remadores que decidiram fundar um clube aonde pudessem praticar o esporte que, na época era mais popular que o futebol. Assim, em 1º. de novembro de 1899, a população de São Paulo começava a viver domingos de regatas inesquecíveis, pois nascia o Club Esperia ou Societá Italiana di Canottieri (SOUZA, 1999).

Coube a esta associação em 1903 a realização da primeira prova de regata. Dela participaram além dos remadores do clube outros vindos de Santos famosa por essa atividade. A regulamentação institucional, no entanto ocorreu cinco anos depois com a participação de cinco agremiações.

No bojo do regulamento da Federação havia uma série de restrições declarando, de maneira velada, certa discriminação de pessoas, classe social e ocupação, por exemplo. Segundo o documento deveriam ser eliminados do esporte “todos os que tiverem sua subsistência de qualquer profissão braçal, entendendo-se por profissão braçal todas as que não exercerem esforço mental” (NICOLINI, 2002:64). Observa-se, portanto, certa, senão decidida, forma de afastamento ou divisão de classe social por parte daqueles rapazes - já que era uma atividade motora característica dos homens - provenientes de camadas não abastadas.

Ao que todo indica esta era (mais) uma forma de afirmar-se, afirmar a hegemonia e de exibir seus dotes físicos para quem quer que seja. E, por certo, havia público para tal.

Por se tratar de uma modalidade que congraçava a mais nobre estirpe masculina do município, muitas moças e famílias presenciaram a primeira prova de remo paulistana (NICOLINI, 2001).

Este fato considero bastante significativo dada à mentalidade na qual a mulher foi criada desde a Monarquia.

Foi próximo a Ponte Grande (NICOLINI, 2001), que se desenvolveram as primeiras atividades aquáticas; por reunir todas as condições para a prática do ‘esporte” . O ponto escolhido também ficava próximo do ponto final da linha de bonde (de tração animal) e a estação de embarque para Santana; este entroncamento permaneceu por muitos anos ainda que houvesse outros tantos pontos de encontro na cidade.

Nas proximidades da Ponte Grande localizavam-se duas aprazíveis chácaras a Floresta e a de Couto de Magalhães que reuniam ótimas condições para o desenvolvimento do ”esporte” aquático.

Na chácara Floresta desenvolveu-se os Clubes Esperia, Regatas São Paulo, Regatas Tietê a Associação Atlética Palmeiras, o São Paulo Futebol Clube a Sociedade Esportiva Corinthians Paulista, além da Atlética São Bento.

A outra chácara de propriedade de general Couto de Magalhães, localizada em frente á primeira, abrigou a partir de 1907 o Clube de Regatas Tietê, sete anos depois a Associação Atlética São Paulo e, em 1918, o Clube Estrela destinado aos imigrantes alemães (NICOLINI, 2001).

A partir desta iniciativa, outras tantas estruturas apareceram naqueles locais tais como os cochos natatórios, os quiosques para reuniões e piqueniques que seriam, posteriormente, as sedes sociais dos clubes.

Nessas associações de beira de rio sugiram nomes importantes no cenário esportivo brasileiro e internacional tais como o de Maria Lenk (nadadora), e posteriormente o de Maria Esther Bueno – a nossa tenista por quatro vezes campeã em Winblendon.

Próximo aos clubes encontrava-se o Recreio Veneza, cujo dono era Caetano Martenucci. O Recreio do Caetano (que durou até 1917) ficava próximo à fábrica Klabin. Este local que seria o berço do esporte aquático em São Paulo, possuía barcos próprios e guardavam-se outros de particulares. Segundo (NICOLINI, 2001), estes barcos eram muito pesados e muito mais afeitos aos passeios e às horas de lazer do que do que á prática das competições e de corridas no rio.

Ainda detalhando a relação do rio Tietê e o nascimento dos clubes aquáticos na Cidade de São Paulo, inclua-se o Esporte Clube Sírio, a Força Pública que deu origem à Escola de Educação Física da Polícia Militar, a Associação Alemã de Esportes, o São Paulo e a Associação Portuguesa de Desportos.

Na margem oposta à sede atual deste clube e do Ginástico Paulista, havia um clube freqüentado pela colônia austríaca; o Donau, pouco citado e conhecido.

Nas proximidades do rio Tietê – próximo a Ponte da Vila Maria, contamos com a presença (desde 1890), de clubes que não tinham as atividades aquáticas como seu ponto central; *Turnerchaft* ou Clube Ginástico Paulista.

O Esporte Clube Corinthians só chegou ao Parque São Jorge em 1926, vizinho da Associação Atlética Guarani. Quatro anos depois “instalou-se” o clube Esportivo da Penha no que foi denominado circuito dos clubes”.

Poucas eram as agremiações distantes daquela região, mas havia – o Clube Atlético Ypiranga, o Clube dos Ingleses – Athetic Club o SC. Internacional e o Clube Athlético Paulistano este localizado nas cercanias da longínqua Rua Colômbia.

Quanto à existência de uma associação distante deste perímetro, o Clube Germânia atual Clube Pinheiros, também pode ser considerado como um clube que possuía instalação ribeirinha, pois, as suas atividades aquáticas natação e remo, eram praticados ás margens do rio Pinheiros, afluente do Tietê, ao que tudo indica, as práticas citadas eram restritas aos cavalheiros particularmente, os da mais fina flor paulistana.

Às famílias e moças cabia observar, participar das reuniões sociais. Quanto às práticas atléticas femininas quase nada foi encontrado neste período.

Concluindo, a prática das atividades ribeirinhas nasceu de uma atividade utilitária. Os batelões que serviram como meio de transporte de víveres, de material e de pessoas, também favoreceu a criação e implantação de espaços de lazer às famílias. A imigração européia favoreceu significativamente a implementação das novas atividades motoras sob a égide do lazer e do esporte. Da ocupação dos espaços para a recreação das famílias abastadas da cidade formaram-se estruturas toscas; nasceram às agremiações e os clubes de regatas na versão do espaço de descanso ativo característico da modernidade.

Com o passar dos anos, no entanto, os jovens transformaram o jogo e o tempo da ludicidade em atividade esportiva no qual moças, no melhor ideário da época poderiam tomar parte como fervorosas espectadoras.

Hoje, o rio Tietê assim como os clubes à sua volta ainda existe para lembrar um glorioso recente passado. Os jovens de hoje ocupam estes e outros espaços, seja para o lazer seja para a prática esportiva embora o rio e o cenário já não seja o mesmo. As moças atualmente praticam quase todas as atividades motoras antes restritas aos seus noivos e maridos. O rio Tietê tão significativo leito de tão importantes manifestações sobrevivência cotidiana, de lazer e de esporte na para a vida dos paulistas e paulistanos, convém lembrar, faz parte de um tempo vivido que não voltará jamais.

4. Referências

ARANTES, A.C. O corpo feminino: quesitos de representação de saúde e eugenia praticadas em São Paulo no último quarto do século XX. **Anais.** III Simpósio Nacional de História Cultural. Mundos da imagem do texto ao visual. Universidade Federal Florianópolis. Santa Catarina. Setembro 2006. p 74-75.

_____. ***Apontamentos pessoais.*** Disciplina História da Educação Física, Lazer e Esporte. Escola de Educação Física e Esporte Universidade de São Paulo 2004/06. 15p.

CASTRO, C. ***A imagem da mulher***:um estudo da arte brasileira. Rio de Janeiro.SENACRio.2001. 199 p.

CARVALHOS, M. ***Villa Kryail:***crônica da belle époque paulistana.São Paulo. SENAC. 2001.252p.

NICOLINI. H. ***Tietê o rio do esporte***. São Paulo. Phorte. 2001. 368 p.

SCHWARTZ, L. ***Virando o vinte***: cotidiano, imaginário, política.São Paulo. 1870-1910. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Estado da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos. Casa das Rosas. Galeria dos museus. 1994/1995. 48p.

SOUZA, R. de, Esperia resgata o romatismo das regatas no Tietê. **O Estado de São Paulo.** Esportes; Memória. São Paulo. 31 outubro de 1999 p. E7.

WWW.aprenda450 anos.com br/450anos/vila_metrópole/1-5 rio_ _tietê .asp. consultado em 30 de outubro de 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Apontamentos sobre a análise política e discursiva em uma perspectiva histórica

Samir Perrone de Miranda*

Resumo: Este trabalho aborda possibilidades e limites metodológicos relacionados à análise de discursos políticos em uma perspectiva histórica. Neste sentido, procura-se destacar algumas das principais potencialidades da articulação entre História, Ciência Política e Análise do Discurso de linha francesa. Deste modo, o trabalho examina pesquisas empíricas que apresentam o referido caráter interdisciplinar, observando: os fundamentos teórico-metodológicos, as preocupações específicas de cada campo de conhecimento e os resultados decorrentes de tal interação.
Palavras-chave: Discurso Político – História Política – Interdisciplinaridade

Abstract: This paper broaches methodological possibilities and limits related to the analysis of political discourses in an historical perspective. In this sense, it aims to focus some of the main potentialities of the articulation among History, Political Science, and Discourse Analysis of French trend. In this way, the paper examines empirical researches that present the interdisciplinary character aforementioned, observing: the theoretical-methodological foundations, the specific concerns of each knowledge field, and the consequential results of such interaction.
Key-words: Political Discourse – Political History – Interdisciplinarity

Este trabalho tem por motivação dois aspectos essencialmente pessoais: a formação interdisciplinar do próprio autor e, no mesmo sentido, o quadro de potencialidades e dificuldades teórico-metodológicas encaradas na elaboração de uma dissertação que analisava discursos políticos em um recorte histórico relativamente recuado. Com base nestes elementos, a presente reflexão intenta evidenciar algumas possibilidades interdisciplinares entre História, Ciência Política e Análise do Discurso de extração francesa. Esta proposta justifica-se pela centralidade atribuída aos discursos no âmbito dos estudos tanto de politólogos como de historiadores, especialmente a partir da renovação experimentada na área de História Política (RÉMOND, 2003). Ademais, mostra-se pertinente observar como a Análise do Discurso se comporta perante preocupações e temas semelhantes aos de pesquisas em História e Ciência Política. Ao final, são indicados alguns aspectos teórico-metodológicos que devem ser considerados em uma análise que envolva este tipo de fonte.

---

* Historiador, mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor substituto no Departamento de Ciência Política da UFRGS. Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Discurso político em períodos recuados: um levantamento de perspectivas

Conforme aventado, o trabalho toma por base algumas questões teórico-metodológicas suscitadas quando da preparação de uma dissertação de mestrado em Ciência Política (MIRANDA, 2006). Em tal pesquisa, o objetivo consistia em analisar os discursos do governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963), particularmente acerca da noção de desenvolvimento quando dos processos de encampações dos serviços de energia elétrica e telecomunicações. O principal problema naquele momento residia em trabalhar com discursos que remontavam a um período histórico recuado para o pesquisador, o que apresentava a dificuldade de lidar com uma rede diversa de sentidos e significados sociais. Nesta linha, a operacionalização da pesquisa carecia não apenas de um embasamento teórico-metodológico para tratar com discursos, mas de um conhecimento histórico significativo do período a ser analisado. Deste modo, pretende-se expor sumariamente as principais questões enfrentadas a partir da referida experiência, bem como indicar as formas com as quais alguns estudos de diferentes áreas lidaram com este tipo de problema.

No campo do conhecimento histórico, as pesquisas examinadas apresentam, de modo geral, uma ausência de preocupações teórico-metodológicas para lidar com discursos de períodos relativamente recuados. Os trabalhos de Elisa Maria de Oliveira Müller (1997) e de Flávio Heinz (2005), que contemplam discursos no período da chamada "República Populista" no Brasil, exemplificam esta desatenção para com questões teóricas relacionadas à utilização deste tipo de fonte. Embora analisem uma ampla gama de alocuções (especialmente de agentes políticos), estas pesquisas apontam os discursos como manifestações de posições políticas supostamente constituídas externamente, onde representariam um reflexo ou uma corroboração de construções anteriores. Tal postura analítica pode acarretar uma interpretação na qual um discurso, caso contradiga uma imagem cristalizada, seria visto como mera retórica ou como falseamento da posição "real" do sujeito enunciador (um estratagema, ou uma mentira, por exemplo).

Ainda na área da História, mostra-se interessante examinar a pesquisa comparativa de Claudia Wasserman (2002) sobre os discursos dos presidentes Getúlio Vargas, Francisco Madero e Hipólito Yrigoyen. Nesta obra, a autora trabalha com diversas alocuções destes mandatários latino-americanos e ainda com seus programas político-partidários. Porém, as reflexões teórico-metodológicas que embasam a pesquisa não são apontadas neste livro. Ademais, ao apresentar as preocupações que nortearam seu estudo, Wasserman aventa uma suposta evidência em tais discursos:

> *Por tratarem-se de fontes extremamente contundentes no processo de construção de novos significados para a nação e para os processos identitários, cuja característica incorporadora é evidenciada a cada frase, deixei propositalmente que os documentos falassem muito.* (WASSERMAN, 2002: 18)

No decorrer da obra, a autora, de fato, trabalha com diversos recortes discursivos sem, contudo, romper com a lógica de uma putativa transparência dos sentidos. Deste modo, esta pesquisa aproxima-se com mais clareza de um padrão de análise de conteúdo.

A análise histórica empreendida por Wasserman oferece subsídios essenciais para a apreensão das redes de sentidos. Este aspecto ganha especial relevância em função do recuo temporal empreendido nesta pesquisa, visto que os sistemas de significações estudados necessitam de ampla contextualização. Todavia, percebe-se que tais discursos não sofrem um processo de "desconstrução", onde as cadeias de sentidos articulados por tais sujeitos seriam objeto de uma análise que transcendesse a suposta transparência do discurso.

Na Ciência Política, uma pesquisa que lida com discursos historicamente recuados encontra-se no livro de Miguel Bodea (1992). Nesta obra, discursos de agentes que compuseram o Partido Trabalhista Brasileiro, em especial Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, são examinados em profusão. Todavia, este autor não desenvolve uma reflexão acerca das conseqüências da utilização deste tipo de fonte. Os recortes discursivos apresentados denotam um caráter de corroboração das teses de Bodea, apontando também para a visão de transparência da linguagem.

Outra pesquisa interessante de um politólogo encontra-se na tese de doutoramento de Daniel de Mendonça (2006), abordando os discursos no campo político acerca da democracia, durante o governo João Goulart. Neste estudo, diferentemente, pode-se observar uma reflexão sobre instrumentos da teoria discursiva, bem como uma revisão bibliográfica que contempla preocupações com o processo histórico enfocado. Deste modo, percebe-se aqui uma quebra no "padrão" encontrado de trabalhos que lidam com discursos políticos em períodos recuados.

Por sua vez, estudos de Análise do Discurso apontam para um amplo desenvolvimento de aspectos do funcionamento discursivo, em detrimento de preocupações com o processo sócio-histórico. Este perfil aparece com clareza na obra de Haquira Osakabe (1979) acerca dos discursos de Getúlio Vargas. Em tal pesquisa, pode-se encontrar uma interessante sistematização de construções simbólicas e estratégias argumentativas contidas no discurso deste presidente. Contudo, Osakabe adota interpretações sobre a atuação deste

político que podem ser problemáticas na sustentação de sua tese. Isto demonstra a necessidade de embasamento histórico adequado para analistas que visam lidar com discursos de períodos recuados, tendo em vista a reconstituição das redes de sentido.

Um exemplo semelhante encontra-se no estudo de Freda Indursky (1997) sobre os discursos dos militares durante o período ditatorial iniciado em 1964. A despeito do rigor teórico-metodológico da análise empreendida, percebe-se que os aspectos políticos e históricos encontram-se subsumidos na argumentação. Indursky apresenta uma pesquisa robusta em termos de fontes primárias e teóricas, mas não indica as fontes utilizadas para interpretar o processo histórico que enfoca. Nesta perspectiva, seu trabalho pode incorrer em uma dissociação dos aspectos históricos.

Ainda nesta área, a obra de Maria Emília Lima (1990), abordando os pronunciamentos de Getúlio Vargas e as concepções de "povo", mostra-se interessante quanto à relação com questões históricas. A autora apresenta um estudo lingüístico aprofundado e vinculado à Análise do Discurso. Todavia, tal delimitação disciplinar não acarreta em desatenção para com as influências do processo histórico. Lima desenvolve uma reflexão onde constata a necessidade de voltar-se para o conhecimento histórico, intentando apreender melhor seu objeto. Neste sentido, a autora elabora uma seção intitulada "Elementos históricos sobre o Brasil" (LIMA, 1990: 25-69), onde realiza uma acurada revisão da produção, em História e Ciências Sociais, que analisa o recorte temporal enfocado.

Possibilidades de diálogo: Análise do Discurso, Ciência Política e História

Neste trabalho, parte-se da premissa que estudos que envolvam discursos políticos, em um recorte histórico distanciado, necessitam de um arranjo teórico-metodológico distinto para contemplar adequadamente seu objeto. Ademais, entende-se que este embasamento particular pode encontrar relevantes contribuições na Análise do Discurso.[1] Área esta que se constitui a partir dos anos 1960 através do debate entre três domínios fundamentais: Lingüística, Materialismo Histórico e Psicanálise. O desenvolvimento da Análise do Discurso pode ser atribuído aos trabalhos fundadores de Michel Pêcheux e seus colaboradores, mas também às contribuições teóricas de Michel Foucault.

No que tange aos pressupostos da Análise do Discurso, deve-se destacar as implicações de sua noção de discurso. De acordo com Pêcheux (1993: 82), discurso pode ser

[1] A abordagem utilizada segue a chamada Análise do Discurso de linha francesa, que difere da corrente anglo-saxã. Para detalhes sobre esta distinção, ver MAINGUENEAU, 1989.

brevemente delimitado como um "efeito de sentido" entre interlocutores. Este entendimento pressupõe a existência de condicionantes lingüísticos, históricos e sociais concretos para a possibilidade de sentido. Com tal concepção, o autor procura enfatizar a idéia de que o discurso não deve ser entendido como mera transmissão de informação, mas como um processo complexo que envolve a constituição de sentidos e de sujeitos, bem como a construção da própria realidade.

Convém enfatizar que a Análise do Discurso não procura uma significação oculta, algum sentido escondido ou universal nos discursos, mas examinar as possibilidades de produção de sentidos, através do discurso em relação à sua exterioridade. Esta posição é reforçada por Pêcheux (1988: 160) ao destacar o caráter não transparente do sentido, visto que este não se encontra evidenciado *a priori*, mas determinado pelas posições ideológicas e pelo processo sócio-histórico. Deste modo, deve-se problematizar a idéia de uma reprodução estabilizada das cadeias de sentidos discursivos, posto que há a "possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos" (PÊCHEUX, 1990: 56).

Outro pressuposto da Análise do Discurso reside na noção de heterogeneidade. Por isto pode-se entender o âmbito da pluralidade discursiva, que estabelece os limites da configuração de um discurso através de seu contato com outros discursos diferentes. Todavia, a heterogeneidade ainda pode se manifestar no interior de um discurso circunscrito (suposta homogeneidade), manifestando a presença de um outro discurso – através de elementos delimitáveis (como citações, alusões e ironias, assinaladas ou não por marcas, como aspas) que podem ser isolados e identificados.

Nesta perspectiva, para a compreensão do caráter heterogêneo e relacional do discurso, convém abordar a noção de interdiscurso. Segundo Jean-Jacques Courtine (1999), existe uma dinâmica relação entre os diversos discursos dispersos no meio social, indicando aspectos constitutivos de um discurso enunciado. Este complexo espaço de relações remete à existência de conteúdos distintos e previamente formulados, com os quais um discurso entra em contato para se configurar e, também, reconfigurar os outros. Assim, o conjunto dinâmico de relações entre os discursos já existentes, articulados para a constituição de um dado discurso, pode ser entendido enquanto interdiscurso.

Estas noções mostram-se relevantes ao romper com a concepção de autoria do sujeito enunciador de um discurso, supostamente dotado de pleno conhecimento sobre o que diz. Desta forma, o sujeito não deve ser entendido como fonte única do discurso, posto que se constitui através da identificação a discursos e a posições de sujeitos já existentes.

A relação entre Análise do Discurso e Ciências Sociais, sobremaneira Ciência Política, conduz a alguns problemas na construção de modelos analíticos. Noções basilares da Análise do Discurso precisam ser mediadas por pressupostos teóricos e preocupações metodológicas dos cientistas sociais. Assim, uma proposta de interdisciplinaridade envolve o esforço para estruturar um arcabouço teórico que permita trabalhar diferentes questões, bem como operacionalizar contribuições destas áreas sem incorrer em tendências totalizantes.

Nesta linha, deve-se ressaltar o posicionamento adotado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) em suas reflexões. Com relação à análise do discurso, estes cientistas sociais se destacam por rejeitar uma distinção entre aspectos discursivos e não-discursivos, posto que a produção do sentido do discurso é social e constituída a partir da articulação entre estes dois aspectos. Para os autores:

> *A principal conseqüência de uma quebra com a dicotomia discursivo/extra-discursivo é o abandono da oposição pensamento/realidade e, portanto, uma maior ampliação do campo destas categorias que podem dar conta das relações sociais. Sinonímia, metonímia e metáfora não são formas de pensamento que adicionam um segundo sentido a uma primária literalidade constitutiva das relações sociais; em vez disto, elas são partes do próprio terreno primário no qual o social é constituído.* (LACLAU & MOUFFE, 1985: 110)

Assim, este campo que corresponderia às práticas não-discursivas deve ser concebido enquanto espaço constitutivo do discurso. Isto apresenta implicações teóricas relevantes na análise do discurso político, visto que propõe ultrapassar uma distinção artificial entre textual e social. Destarte, a análise realizada por tais cientistas sociais destaca a influência de temas como o suporte institucional ao qual remete o discurso, os recursos de autoridade, as formas de construção e de apropriação na sociedade. Estas reflexões da Ciência Política encontram diálogo com a Análise do Discurso, dado que esta se preocupa com os processos sociais de realização dos discursos, de produção dos sentidos e de constituição dos sujeitos.

Contudo, o diálogo interdisciplinar torna-se mais complexo quando necessita agregar questões relacionadas ao conhecimento histórico. Portanto, a preocupação analítica aventada necessita dar conta da complexidade lingüística, política e histórica da enunciação do discurso, com cuidado de não produzir uma leitura simplificada ou uma mera transposição de conceitos de uma área para outra.

O levantamento de pesquisas apresentado neste trabalho aponta para dois problemas centrais. Por um lado, o padrão de falta de desenvolvimento teórico-metodológico daqueles que trabalham com discursos em períodos recuados, tanto historiadores como

politólogos (ainda que com ressalvas na Ciência Política). Por outro, a ausência de maior cuidado com o conhecimento de processos históricos e políticos por parte de estudiosos da Análise do Discurso. Nota-se que as potenciais articulações interdisciplinares processam-se de maneira problemática nestes casos.

Com relação a possíveis formas de operacionalizar uma análise política que utilize por fontes discursos historicamente recuados, pode-se, a partir dos casos examinados, extrair duas breves indicações instrumentais: 1) realizar um acurado levantamento das produções, nos campos do conhecimento histórico e político, acerca do período a ser estudado; 2) considerar os pressupostos da Análise do Discurso, com o cuidado de não incorrer em mera apropriação. Ademais, deve-se atentar, em especial, para o potencial analítico da noção de interdiscurso, visto que enfatiza o caráter relacional e heterogêneo dos discursos.

Com relação a este último ponto, convém realizar algumas observações com base na experiência de pesquisa realizada. Ao explicitar a presença de outros discursos no interior de um dado discurso, a categoria de interdiscurso possibilita avanços teórico-metodológicos. Por demarcar discursos evocados pelo sujeito enunciador – para citação, transformação, crítica ou legitimação –, a noção de interdiscurso contribui diretamente para um mapeamento das redes de sentidos que compõem um recorte histórico. Isto mostra-se útil, especialmente, quando da análise de períodos sobre os quais o conhecimento histórico ainda não avançou.

A partir de indícios de discursos que são considerados passíveis de apropriação, o pesquisador pode, mesmo sem muita familiaridade com as disputas discursivas de períodos pretéritos, acessar relevantes cadeias de significados socialmente compartilhadas. Ademais, tal postura analítica mostra-se decisiva para romper com o padrão interpretativo que identifica uma transparência nos sentidos discursivos, posto que ressalta a mobilidade em suas redes.

Referências:

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **O Parlamento em tempos interessantes**: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados: 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**: towards a radical democratic politics. London: Versus, 1985.

LIMA, Maria Emília A. T. **A construção discursiva do povo brasileiro**: os discursos de 1° de maio de Getúlio Vargas. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MENDONÇA, Daniel de. **Democracia sem democratas**: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964). Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola**: Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

MÜLLER, Elisa Maria de Oliveira. **A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense e o nacionalismo na década de 1950**. Tese (Doutorado em História) – UFF, Petrópolis, 1997.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

WASSERMAN, Claudia. **Palavra de presidente**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Autonomia versus Centralização: o caso da "Revolução Constitucionalista de 1932".

João Paulo Rodrigues[1]

Resumo: A luta de São Paulo insurrecto, em 1932, desencadeou-se poucos anos depois da tomada do poder federal pela "Aliança Liberal", a qual foi acompanhada pela acentuada centralização do regime federativo, em detrimento à autonomia estadual, transformação que de forma alguma ocorreu em ambiente pacífico. Almeja-se, por meio do estudo do levante de 1932, discutir os novos sentidos que a questão do federalismo assumiu nos anos inaugurais da década de 1930, conjuntura decisiva no cenário nacional que, em última instância, redundaria na instauração do Estado Novo. Interessa, igualmente, averiguar as especificidades de um movimento que, sob a capa da autonomia regional, se apresentava como caminho alternativo ao regime que se erigia.
Palavras-chave: Federalismo – São Paulo – 1932.

Resumé: La lutte de São Paulo l'insurrecto, en 1932, a été déchaîné peu d'années après la prise du pouvoir fédéral par la "Alliance Libérale", qui a été accompagné par la centralisation accentuée du régime fédératif, dans le détriment à l'autonomie de l'état, transformation qui dans le chemin quelques-uns se sont passés dans atmosphère paisible. Se pretend, au moyen l'étude de la guerre de 1932, discuter les nouveaux sens que la question du fédéralisme a assumé dans les ans inauguraux de la décennie de 1930, conjoncture décisive dans le décor national qui, em dernier ressort, ce serait redondant dans l'institution d'État Nouveau. Intérêts, également, découvrir les spécificités d'un mouvement qui, sous la cape de l'autonomie régionale, s'il avait présenté comme route alternative au régime qui a été élevé.
Des mots clés: Fédéralisme – São Paulo – 1932.

Não é recente o impasse entre os governos central e o regional a respeito da divisão das funções de um e de outro nas configurações do poder nacional. Pode-se dizer até mesmo que a "questão federalista" – entendida no sentido das relações travadas entre grupos dirigentes nacionais e regionais –, perpassou a história política do Brasil, especialmente a partir da "Independência", alternando-se em momentos de soberania do Governo Central e de reações dos líderes estaduais em favor da ampliação do grau de autonomia dos Estados para a gerência dos negócios locais.

Durante a "República Velha", particularmente, verificou-se a tendência para o fortalecimento de um federalismo sensivelmente inclinado à autonomia dos Estados, notando-se seus traços quer no âmbito político ou econômico. Contudo, há que se ressaltar a especificidade desse regime, na qual os Estados mais ricos da Federação – São Paulo e Minas Gerais – detinham a hegemonia sobre os negócios públicos, (LOVE, 2000: 121-160)

[1] Mestrando, UNESP/Assis – Bolsista CNPq.

imprimindo nacionalmente suas decisões sobre fatores elementares, como a escolha do presidente da República e da taxa de cambio que organiza a economia.

Apesar da magnitude da aliança entre São Paulo e Minas Gerais, entretanto, já na década de 1920 são perceptíveis os traços do esgotamento do modelo descentralizado de administração nacional. Nesse sentido, a formação da "Aliança Liberal" e a Revolução de 1930 constituíram-se como marcos periodizadores, pois significaram a busca pelo redirecionamento político do poder. Provas disso são fornecidas, por exemplo, pela imediata deposição dos governadores estaduais e a nomeação de interventores subservientes às coordenadas do Governo Provisório e do "tenentismo".

Tendo em vista estas transformações mais gerais das configurações do federalismo na primeira metade do século XX, a historiografia sobre 1932, que se posicionou com relação às (re)divisões do poder entre a elite paulista e o Governo Provisório, tendeu a classificar a "Revolução Constitucionalista" como um episódio de resistência exacerbada – talvez o mais significativo do período – à centralização política em curso desde 1930.[2] Nessa abordagem, tem-se a seguinte conotação:

> *"No projeto dos liberais paulistas o progresso e a superação do atraso adviriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No projeto do Governo Provisório privilegiava-se o papel do Estado como elemento impulsionador do progresso, e por essa razão defendia a centralização do poder" (CAPELATO, 1981: 57).*

Esta definição tem o mérito de trazer à tona a importância de que estava imbuído o federalismo na década de 1930, porém, desperta indagações a respeito do sentido atribuído pelos contemporâneos durante o levante paulista de 1932 para fatores como centralização e descentralização, afinal, o que está embutido na luta pela autonomia contra o Governo Provisório? Qual é a dinâmica histórica que permite ao projeto autoritário liderado por Getúlio Vargas sobrepor-se ao caminho alternativo defendido pelos paulistas, denominado simplesmente como "descentralizador"?

Para o desenvolvimento dessa reflexão, as considerações de Peter Burke a respeito da produção histórica e seu diálogo com as ciências sociais e os conceitos por ela criados podem ser proveitosas (BURKE, 2002). Embora a análise do autor não se atenha especificamente aos conceitos de federalismo – aliás, não definido consensualmente pelos teóricos –, centralização e descentralização, e, ainda, sobreleve as dificuldades desse "diálogo de surdos", o alerta para o papel do historiador como profissional capacitado para empregar os conceitos cunhados pelos teóricos em suas análises é importante.

---

[2] A preocupação em inserir o movimento de 1932 nessa linha interpretativa partiu principalmente de (CAPELATO, 1981) e (GOMES, 1983).

Peter Burke demonstra que os conceitos "generalizantes" também são instrumentos de análise profícuos para o historiador, desde que os utilize contextualizando ao processo conjuntural de seu objeto; da mesma forma, as contribuições das pesquisas empíricas podem aprimorar ou propiciar a produção de novas conceituações sociológicas. Isso permite, no caso da "Revolução Constitucionalista" de 1932, aventar a hipótese de que sob as grandes linhas explicativas da centralização e descentralização se abriga uma sociedade em transformação, marcada por disputas e indecisões que nem sempre são contempladas pelas "sínteses conceituais", mas que podem contribuir para o conhecimento do período. Portanto, inquirir, sem a pretensão de realizar uma análise exaustiva do tema, sobre a acepção da "questão federalista" no limiar dos anos de 1930 – momento de transição das formas de Governo e Estado no Brasil – e, especialmente, a especificidade da proposta alternativa paulista são objetivos deste texto.

Para tanto, a investigação das complexas relações desveladas entre a sociedade paulista – detentora do comando do país até então – e os "revolucionários" de 1930 é um caminho auspicioso. No âmbito político, por exemplo, a espinhosa e polêmica decisão "tenentista" de excluir sumariamente os partidos do comando do Estado, causou as mais vivas reações.

Frente à constatação eloqüente da derrota na articulação política posterior à Revolução de 1930, que implicava na mudança acentuada do papel de São Paulo na Federação, a elite estadual não se mantém estática. De início, suas ações são isoladas, partindo principalmente de partidos políticos ao reivindicarem a nomeação de um governador paulista e civil, capaz de sustentar a administração autônoma dos negócios do Estado. Essa exigência é, contudo, protelada e ganha notoriedade, consolidando-se como o célebre "caso de S. Paulo".

O Partido Democrático (PD), como partícipe da Revolução de 1930, pressionou o governo federal por meio de todas as formas ao seu alcance ao longo de 1931, sem obter o êxito presumido. O esforço não recompensado do partido, no entanto, levou-o a optar por uma nova bandeira de luta, o que ficou claro no manifesto à nação do dia 13 de janeiro de 1932, no qual o PD apresenta uma longa justificativa para sua participação na "Aliança Liberal" e a ruptura com os "revolucionários", que se expressava, então, na exigência de uma Constituição que pusesse termo aos "abusos do tenentismo". Veja-se abaixo, como interpretavam a "centralização do poder" praticada em São Paulo:

> *"fizemol-o em lance de patriotismo e justa revolta contra uma Interventoria que se salientára pela desorganização dos serviços públicos, pelo desbarato dos dinheiros públicos do Estado, pela afronta com que se deliciava nas larguezas do poder e pelos golpes que desferira nos vínculos de nossa nacionalidade, afastando dos postos de administração aos filhos de nossa terra, destruindo riquezas a tanto custo accumuladas e fomentando sentimentos que um dia poderiam ser fataes á unidade ethnica e geographica da nossa pátria" (O ESTADO DE S. PAULO, 15/01/1932)..*

Diante de tal conjuntura, o PD admite rever sua atuação política e assume a causa constitucionalista como forma de combate às "transformações desvirtuadoras" do Estado Nacional, esclarecendo, porém, que a força de sua decisão provém de um "governo do povo, pelo povo e para o povo":

> *"A revolução não se fez para assumir a tutela da Nação, senão para entregar á Nação o governo de si mesma. Se a Nação entender, pelo voto de seus genuínos representantes, organizar-se antes de um modo do que de outro, devemos no inclinar diante de sua soberania...*
> *Entregue-se aos Estados o governo dos Estados; venha a Constituinte e estaremos salvos" (O ESTADO DE S. PAULO, 15/01/1932).*

Como pode ser observado, a nova divisão das configurações do poder central e regional incluía a superação de problemas profundos em São Paulo. Se o PD defendia o estabelecimento de um regime constitucional para derrubar os "revolucionários" de 1930 por meio de eleições com o voto popular secreto, o Partido Republicano Paulista (PRP) se aproveitaria dos descontentamentos e do clima criado pelo PD para lançar o manifesto de "reabertura" das suas atividades normais.[3] Nobilitando com traços gloriosos as tradições republicanas a que corresponderia sua criação, o PRP enfatiza os aspectos positivos ocorridos durante o período em que estivera no poder e a condição de "respeitoso retraimento" que teria adotado após 1930 com o intuito exclusivo de não prejudicar o país e conceder à "ditadura" condições normais para que ela apresentasse sua forma de governo que, entretanto, se mostrara fracassada:

> *"Quinze meses são passados. Tempo já houve, pois para que se ajuíze com critério das conveniências ou desvantagens do systema dictatorial. Esta feita a experiência. E ninguém dirá, com apoio nos factos, que ella redunda em preconício do regimen. Não há surpresas, só resultado. É lição histórica de constante averiguação que de quantos methodos governativos se podem valer os povos,... nenhum se mostra como a ditadura, tão antipathico na sua forma, quão illusório nas suas forças e desastroso nos seus effeitos" (O ESTADO DE S. PAULO, 19/01/1932).*

Se os motivos não declarados para a ruptura são diferentes, a saída apontada pelo PD e o PRP para frear o projeto do "tenentismo" é consensual, "democrática",

[3] O PD e o PRP eram adversários históricos em São Paulo. A fundação do Partido Democrático ocorreu no ano de 1926 como conseqüência de divisões e rivalidades dentro do Partido Republicano, militando, a partir daí, em prol a mudanças que moralizassem a política, mas, sem, contudo, alterar suas coordenadas centrais, como passou a acontecer depois da Revolução de 1930.

constitucionalista e autonomista: "O Partido Republicano Paulista, que só na vontade popular tem procurado o norte de suas directrizes, sente-se no dever de quebrar, hoje, o deliberado silêncio a que se recolhera... É pelo regimen constitucional. É pelo regimen republicano. É pelo regimen federativo" (O ESTADO DE S. PAULO, 19/01/1932).

De outra parte, o "tenentismo" também justifica seus desentendimentos com os partidos políticos de São Paulo. O ex-interventor João Alberto Lins de Barros, que administrou o estado entre dezembro de 1930 e julho de 1931, publicou uma resposta às acusações do PD, defendendo sua atuação e os pontos de vista que considerava adequados para o futuro do país. Em sua análise, afirma que a exclusão dos políticos paulistas do governo do Estado era uma medida de cautela, previamente combinada, já que era em São Paulo que se concentravam as mais acentuadas oposições às idéias "revolucionárias".

O cuidado inicial, entretanto, teria sido redobrado por conta da ação do próprio PD que ao ser convidado para participar da interventoria trouxera consigo o espírito contrário ao da "revolução": "Infelizmente, não foi possível conserval-os na collaboração da obra a realizar porquanto nos quarenta dias em que tive essa collaboração, só pude verificar que ella servia apenas para arrastar-me ao ingrato caminho das perseguições pessoaes e das disputas de campanário" (O ESTADO DE S. PAULO, 21/01/1932).

Então o ex-interventor passa a repelir o ataque à linha de administração do "tenentismo" e do Governo Provisório, qualificada pelos paulistas como ruinosa. Na argumentação do "tenente" João Alberto, ao contrário de ampliar a crise econômica, a sua interventoria teria agido com a eficácia que faltava aos políticos de São Paulo, constatando o núcleo dos problemas estaduais e encaminhando a solução. Desse modo, o relacionamento estreito do "tenente" com os produtores agrícolas teria sido fundamental para "salvar os paulistas da situação de alerta" que enfrentavam, constituindo-se num ponto de referência a criação do Instituto do Café, o qual mesmo após a saída de João Alberto do Estado, continuaria a depender de suas orientações.

Enfim, define o Governo Provisório como porta-voz da ascensão de uma nova mentalidade, que, em seu ponto de vista, deveria desembocar no final da exploração da política e da economia brasileira pelos interesses de poucos, e na instauração do sistema parlamentarista de governo:

> *"Esses processos tem que acabar. Primeiro devemos quebrar a machina de exploração do interesse geral por meia dúzia de interesses privados em que o nosso systema tributário se organizou. Em seguida, para garantir sólida e efficazmente a liberdade econômica que assim conquistaremos, precisamos de uma nova ordem legal que seja a garantia permanente e inevitável dessa liberdade – e essa ordem legal só pode ser a que prescreve e assegura o governo representativo de forma parlamentar" (O ESTADO DE S. PAULO, 21/01/1932).*

Em outras palavras, o "tenentismo" e o Governo Provisório estavam atuando no sentido de transformar a estrutura administrativa do país e romper com o predomínio de São Paulo e Minas Gerais sobre a máquina política que lhes garantia privilégios econômicos. Nessa tarefa, os projetos se diferenciam, não havendo consenso entre os próprios "tenentes" a respeito do caminho adequado para chegar ao "Estado de justiça". A proposta parlamentarista de João Alberto é elucidativa no que concerne a complexidade com que se processa a centralização política, já que embora fosse propugnada por um membro proeminente do movimento "tenentista", sequer teve espaço para debate no Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Em São Paulo o desenrolar da oposição dos partidos políticos, que sob a luta pela autonomia estadual embutiam projetos diferenciados para o país, coincide com uma ampla insatisfação social acerca das incertezas presentes no processo, seja no âmbito das classes dominantes ou da população em geral que se via assolada pelo desemprego e a carência de condições vitais. Nesse cenário, o projeto "tenentista" vai, passo a passo, sendo refutado pela opinião pública paulista que se manifesta contra a conjuntura vigente, identificando no interventor a responsabilidade pelos fatos negativos enfrentados.

A demora na solução do "caso de S. Paulo", aliada às falhas e medidas impopulares adotadas pelo Governo Provisório contribui para que no dia 23 de maio houvesse agitações nas ruas da capital paulista, culminando em confrontos violentos entre a população indignada e alguns membros do "tenentismo", dos quais resultaram múltiplos feridos e quatro mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo.[4]

Por parte do "tenentismo", os acontecimentos de São Paulo – que já não se resumiam às insatisfações descentralizadoras dos partidos, incluindo agora as classes dominantes e populares, com projetos próprios – não teriam outra justificativa a não ser as aspirações de mando dos políticos decaídos, acobertadas pela apatia de Getúlio Vargas:

---

[4] As iniciais dos nomes dos mortos seriam utilizadas para denominar a principal entidade de resistência e autonomia constitucionalista de São Paulo: a MMDC, a qual atuou antes e durante o levante de 1932, organizando a retaguarda dos combates e enviando suprimentos para as tropas em combate. Dela participaram diversos membros da elite de São Paulo (DAVIDOFF, 2001).

> *"Consumaram-se os vaticínios de toda a gente sensata e perspicaz. A immensa, a inaudita, a inqualificável tolerância ou a inconcebível indecisão do Dr. Getúlio Vargas culminou, desgraçadamente, na Victória da anarchia reaccionária, implantada em São Paulo pelos elementos da situação deposta, mancomunados com os 'carcomidos' gaullos e outros politicóides immundos" (O 3 DE OUTUBRO, 28/05/1932).*

Diante de posições e projetos tão irredutíveis, em julho de 1932 São Paulo pegou em armas a fim de derrotar militarmente o Governo Provisório e sua linha política de administração. O tema da constituição, que serviu como móvel para os primeiros meses de 1932, não visava apenas levar a "ditadura" à legalidade, nem tão pouco suprimir as tendências centralizadoras, mas, sobretudo, recuperar o poder e redirecionar o curso das transformações vivenciadas no país a partir de 1930 de acordo com uma proposta a ser formulada pela classe dominante rebelada, da qual faziam políticos, comerciantes e industriais com concepções diferentes de futuro. No entanto, São Paulo foi derrotado e Getúlio Vargas manteve-se no controle do processo que o conduziu a instauração do Estado Novo em 1937.

Assim, a conclusão a que esta pesquisa se pode referir é a de que a análise empírica dos conceitos no campo da produção histórica é uma contribuição valiosa para a pesquisa. Do levante paulista de 1932, homogeneamente explicado como luta política pela descentralização, emerge um complexo movimento que perpassa os poros da sociedade, revelando a riqueza do processo histórico e do fazer historiográfico que, às vezes, se abriga sob a "generalização" conceitual.

Referências Bibliográficas:

I) Fontes:

Jornais:

Correio da Manhã – 1932.

O 3 de Outubro – maio de 1932.

O Estado de S. Paulo – 1932.

II) Bibliografia:

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAPELATO**,** Maria Helena. **O movimento de 1932**: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932.* In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930.** (Verbetes selecionados). Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br> Acesso em 11/02/2006.

DE PAULA**,** Jeziel. **1932: Imagens Construindo a História**. 2ºed. Campinas: Unicamp, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *Confronto e compromisso no processo de Constitucionalização (1930 – 1935)*. In: FAUSTO, Boris e HOLANDA, S.B. **História Geral da Civilização Brasileira**. Col. *O Brasil Republicano*. Vol.III. São Paulo: Difel, 1983.

LOVE, Joseph L. *A República Brasileira: federalismo e regionalismo (1889 – 1937).* In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Viagem Incompleta**. São Paulo: SENAC, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Matérias elétricas": falatórios, escutas, panfletagens e outros tipos de informações em Pernambuco no tempo da independência do Brasil

Flavio José Gomes Cabral[1]

Resumo: Até o momento da chegada das notícias em Pernambuco sobre a eclosão da revolução constitucionalista deflagrada na cidade portuguesa do Porto em 1820, era proibido se comentar assuntos relativos à política. A dita revolução desatou esses nós. Utilizando-se de uma variada rede de propaganda, entre elas a imprensa, pôde o catecismo liberal ser discutido na província em vários pontos de encontro. Entretanto, os velhos hábitos de se comunicar e de se informar coexistiram. As escutas de paredes ocorridas tanto no gabinete de D. João VI quanto no do governador pernambucano, a boataria, os derrames de pasquins, tudo isso contribuiu para a que as elites e até os populares pudessem tomar parte no processo político que originaria a Independência de 1822, uma vez que as pessoas falavam o que viam e ouviam, tirando daí suas próprias leituras.
Palavras-chaves: vintismo - rede de comunicação - cultura política

Abstract: "Electrical reports" talks, hearnigs pamphlet distribution and other kind of information in Pernambuco by the time of Brazil independency
Before the moment of news spread in Pernambuco about the breaking out of the constitutionalist revolution which had occured in Porto, Portugal, it was forbidden to talk about politics in Pernambuco. This very revolution untied these knots. The liberal catechism could be discussed at many meeting points in the Province by using a varied propaganda network. However, the old habits of communicating and getting information coexisted. The hearings through the walls which occurred both at D. João VI office as the Pernambuco governor's, the false reports, pamphlets poured like water, it all contributed for the elite and the poor people take part of the political process which would culminate in the 1822 Independency, once people talked about what they saw and listened to, getting from that their own interpretation.
Key-words: vintism, communication network, political culture

No dia 22 de outubro de 1820, atracava no porto recifense o paquete inglês Chesterfield, trazendo as recentes notícias sobre uma revolução iniciada na cidade do Porto no dia 24 de agosto, a qual havia dado início a um movimento de caráter constitucionalista que exigia, entre outras medidas, a convocação de cortes,[2] o que de certa forma punha em xeque a

[1] Doutorando em História pela UFPE. Professor de História da Faintvisa.

[2] As primeiras convocações de cortes se deram em Lamego, em 1143, para estabelecer as leis fundamentais da sucessão portuguesa. No princípio do século XIX, porém, a idéia de convocação de cortes em Portugal era vista como subversiva, motivo de perseguições e prisões até 1808, quando então, estando o país sob o domínio francês, uma simulação de reunião de cortes teve lugar para escolher um soberano. A idéia de convocação dessas assembléias estivera presente nos movimentos lusitanos de 1817 e de 1820. Neste último, o termo "cortes" passou a ser visto pelos liberais vintistas como órgão de representação nacional, adquirindo a denominação de "congresso", que foi a primeira instituição parlamentar do liberalismo. VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO,

monarquia absolutista. Naquele momento, Luís do Rego Barreto, último governador régio pernambucano, que estava prestes a viajar para o interior da província no intuito de debelar um movimento de camponeses sebastianistas, chefiando *in loco* as forças recrutadas para aquela empreitada, diante da novidade, resolveu ficar no Recife.[3] Seu objetivo, ao tomar essa decisão, era contornar possíveis levantes em solidariedade ao movimento português, por entender que os comentários de rua poderiam funcionar como canais de opiniões e gerar rebeliões.

Do caís do porto a notícia tomou os logradouros públicos, sendo motivo de comentário e de várias interpretações. A boataria mereceu atenção do governador Luís do Rego Barreto, que, no desejo de silenciar a população, deixou de lado algumas tarefas administrativas para segundo plano, temendo que as novidades pudessem se propagar e abrir caminho para o surgimento de teias revolucionárias como as de Portugal. Tais medidas foram necessárias, dizia Luís do Rego ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, que servia ao reino como ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para evitar que os comentários ocasionassem um "barulho público", ou seja, rebeliões como as que ali ocorreram em 1817. (RIAHGP, 1979: 79)

Muito antes da chegada das primeiras notícias sobre a revolução do Porto os movimentos liberais europeus foram comentados no Brasil. O governador acusava os ingleses de espalhar gazetas européias com novidades acerca desses acontecimentos, cujas matérias eram derramadas "como matéria elétrica" e ajudavam a revolucionar a província (RIAHGP, 1979, p. 175). É verdade que só uma pequena parte da população local tinha acesso àquelas leituras. Entretanto, quando o público letrado lia e comentava com amigos, nas esquinas e nos botequins, o conteúdo daquelas folhas, as conversas eram escutadas pelos transeuntes, que transmitiam a outros, acrescentando interpretações

No Recife dos princípios dos mil e oitocentos, segundo podemos deduzir com base nas fontes consultadas, debatiam-se idéias e comentavam-se novidades, principalmente

Maria Manuela Tavares. Estruturas políticas*:* parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. *O liberalismo (1807-1890).* Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 156. Em Portugal setecentista, as cortes exerceram um dos principais espaços de comunicação política entre o monarca e os diversos corpos sociais. Ademais, constituiu-se palco de lutas de poder, permitindo ao pesquisador observar o modo como se fazia política em Portugal no referido período. Cf. CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime.* Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

[3] Referimo-nos ao movimento sebastianista sufocado em 26 de outubro de 1820 na serra do Rodeador, em Bonito, no Agreste pernambucano, distante cerca de 135 quilômetros do Recife. Os camponeses ali arrebanhados acreditavam no retorno de dom Sebastião, um rei libertador, que, segundo a crença, ia inaugurar com sua volta um tempo de fartura e felicidade. Cf. CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso terreal:* a rebelião sebastianista na serra do Rodeador. Pernambuco - 1820*.* São Paulo: Annablume, 2004.

porque existia um público letrado que se envolvia em assuntos de política, tinha influência nas tomadas de decisão e poderia encabeçar futuros intentos de rebeldia. Esses debates se davam nas portas das igrejas, nos mercados públicos e nos bares. [4]

Um dos efeitos da Revolução do Porto em Pernambuco veio à tona em meados de novembro de 1820 com a descoberta de uma sedição urdida por militares, em sua maioria de procedência portuguesa, para rebentar por ocasião da Festa de Santo André. Nos dias em que se tecia a sedição, panfletos manuscritos foram espalhados pelas ruas insuflando o público. Um deles, escrito em forma codificada, arrancado das mãos de um soldado e depois decifrado pelos agentes da repressão, acusou o absolutismo monárquico de barrar as aspirações sociais. Segundo os planos dos insurgentes, no dia marcado para estourar o motim, homens instruídos e bem armados partiriam da Ponte de Uchoa e poriam em ação o assassinato de Luís do Rego e do secretário Soares. Quem praticasse tais assassinatos seria premiado com cerca de 50 ou 60 mil cruzados. (ANRJ.IJJ9, 246) No dia da sedição, o palácio seria invadido pelos rebeldes, assim como os fortes do Brum e do Buraco, tidos como os mais importantes, e um governo semelhante ao de Portugal, ou seja, um governo de junta provisional, seria implantando até que as cortes decidissem o governo que cada província deveria ter.

Pelo que dá para perceber mesmo impedidas de comentar sobre assuntos relativos ao movimento do Porto as pessoas falavam, burlando as interdições. Naqueles tumultos dias, foi comum, nas diversas manifestações de rua, ouvir gritos dando vivas ao rei, às cortes e à Constituição, por entenderem que somente a Constituição que estava sendo elaborada em Portugal ia melhorar a sorte das pessoas e salvar o reino da corrupção. Ao lado daqueles gritos, vozes se levantaram contra o governador. Aliás, entendia-se que o rei era bom, mau era o governante, que asfixiava a população com atos despóticos. [5]

Ao receber comunicação dos governadores do reino de Portugal sobre o triunfo da revolução constitucionalista de 1820, D. João VI se reuniu com seus assessores para saber o que deveria fazer naqueles momentos agitados. Concluiu-se que, embora se tendo ilegalmente convocado as cortes, convinha aprová-las e dirigi-las. Em 27 de outubro daquele ano, uma missiva do rei às autoridades portuguesas lembrava a ilegalidade de convocação de cortes, prerrogativa exclusiva dos reis, e considerava os mentores do movimento homens sediciosos

[4] Sobre as redes de sociabilidades recifenses existentes no período em estudo leia-se: BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.* São Paulo: Hucitec/ Fapesp; Recife: UFPE, 2006, p. 121-191.

[5] Sobre a questão da construção da opinião leia-se: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos\:* imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005, p. 151-199.

por pretenderem iludir as milícias e as tropas para pôr em execução seus planos (BNRJ. II-30,34,008). Por outro lado, o rei ordenava às autoridades portuguesas que, em nome do monarca, concedessem anistia a todos os vassalos "que, esquecidos dos seus mais sagrados deveres", se manifestaram na cidade do Porto e em outros lugares daquele reino (BNRJ. II-30, 34, 008). Uma parte desse conselho era de opinião que o rei voltasse imediatamente para Portugal; entretanto, a grande maioria sugeria que ele ficasse no Brasil e enviasse para a Europa o príncipe herdeiro presuntivo da coroa, D. Pedro. Houve ainda aqueles que queriam a vinda do filho mais novo, D. Miguel.

Essas tramas, indecisões e discussões acirradas entre ministros e conselheiros do rei em torno dos movimentos políticos ocorridos na corte do Rio de Janeiro no princípio de 1821 foram registradas em cartas enviadas ao Conde de Funchal, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, pelo funcionário José da Silva Áreas, que sempre dizia devotar respeito àquele (BNRJ. I-29,19,66). Tais missivas foram resultantes de longas escutas por trás de paredes, de esticadas de orelhas pelos corredores das repartições públicas e de infiltração no meio da população, a fim de noticiá-las com mais precisão. Silva Áreas ora recortava jornais que falavam das ebulições políticas do momento, ora copiava ofícios e decretos reais para informar ao conde as novidades brasileiras.

Em 17 de março de 1821, dando prova de sua lealdade, Áreas escrevia a Funchal relatando a chegada do Conde de Palmela, testemunha ocular da revolução constitucionalista, ao Rio no dia 23 de dezembro. O conde achava que o rei deveria retornar "à sede da velha corte portuguesa", deixando no Brasil o príncipe herdeiro D. Pedro. Entretanto, Tomás Antônio Vila Nova Portugal pensava o oposto: "Dom João VI é quem devia ficar no Brasil e Dom Pedro ir para Portugal, porque, uma vez desunido, o reino americano não mais se tornaria a ligar ao europeu". (LIMA, 1996: 649).

Ao que tudo leva a crer as escutas por trás das paredes parecia ser um hábito corriqueiro nos palácios. No início de 1818, se espalhou pelo Rio de Janeiro o boato de que na cidade espanhola de Cádiz se arregimentava uma expedição que se dirigia à América cujo objeto não era qual o governo espanhol aparentava, isto é, um desembarque em Buenos Aires, mas sim invadir o Brasil. Temendo uma iminente invasão de tropas espanholas no país, os assessores de D. João VI passaram a se comunicar com as províncias pedindo aos governadores empenho no intuito de se prevenir quanto a uma provável invasão espanhola. Partindo do palácio recifense, tal informação vazou, deixando as ruas recifenses em polvorosa. Comentava-se que na Espanha 25 mil homens estavam sendo embarcados para o

Brasil. Em meio às agitações, Luís do Rego deu ordens para as tropas ficarem em estado de alerta. (BARRETO, 1822: 11) Foi posto em prática o recrutamento forçado, prática enérgica que assegurava fortalecer as forças reais, apesar dos reclamos da população, que geralmente se batia contra os agentes, que em grande tumulto invadiam povoados e domicílios à cata de jovens para o serviço do rei.

Em 1821 os ânimos se encontravam exaltados. Dentro desse universo, Pernambuco estrearia na arena jornalística com a publicação do seu primeiro jornal a *Aurora Pernambucana* destinado a ser uma tribuna da monarquia absoluta. Além deste noticioso outros apareceriam: o *Segarrega*, o *Relator Verdadeiro* e no ano seguinte seriam fundados a Gazeta Pernambucana, *O Maribondo* e a *Gazeta Extraordinária do Governo*, órgão do governo local. Em sua maioria se tornaram arautos do pensamento liberal inaugurados com a Revolução do Porto. Muitos desses jornais empunharam a bandeira liberal na tentativa de mostrar a seus leitores as vantagens do governo constitucional.

Depois da expulsão do general Luís do Rego Barreto muitos dos jornais que circularam entre 1821 e 1822 promovam-no acusar de ter barrado na província os ideais liberais e agora com sua expulsão Pernambuco passava os novos ares com a instalação de um governo de junta provisória. Felipe Mena Calada, em seu *Segarrega* em 29 de janeiro de 1821, escrevia um artigo de primeira página dizendo que a reforma política foi feita na província com sucesso, apesar de ecos contrários de um "cardume de baxas [sic], mandarins mandões e servis" que, movidos por interesses próprios, procuravam minar a Constituição. O jornalista se perguntava o que importava se magistrados, membros da junta da fazenda e da alfândega, da inspetoria do algodão e do açúcar e até mesmo o governador do bispado eram contra aquelas reformas. De qualquer maneira as reformas haviam chegado e pedia ao público que observasse o efeito das mudanças e advertia que mesmo diante dos esforços dos novos governantes as irregularidades não foram em seu todo erradicadas, mas haviam diminuído, o que provava a diferença na forma como vinham sendo geridos os negócios públicos (SEGARREGA, 6/1/1822).

O cidadão logo perceberia os efeitos das mudanças passando a extravasar seus pensamentos por meio de cartas que denunciavam as autoridades, os maus funcionários e o emperro da máquina pública. Com os novos tempos, o cidadão não temia em escrever "verdades", como dizia um missivista em carta publicada no Segarrega de 29 de março de 1822. Para ele a Constituição assegurava às pessoas o direito da fala, por isso todos queriam "obedecer à lei" e desejavam "ser bem governados".

Se alguns achavam que a revolução vintista era a chave para a salvação do reino, outros, no entanto, viam esse otimismo com reserva, por achar que muita gente que havia se beneficiado no tempo do Antigo Regime poderia se infiltrar entre os promotores das mudanças para se beneficiar como antigamente. Um deles seria o "Desinteressado Cimbrense", que, no *Segarrega* do dia 24 de abril de 1822, disse não haver na província "cantinho por onde o corcundismo e o interesse tenham deixado de fazer suas presas". Segundo o articulista, durante as eleições para deputado suplente às cortes de Lisboa realizadas em dezembro de 1821 na comarca do Sertão, Manoel Félix Veras saiu eleito com cinco votos em um colegiado constituído de nove eleitores; houve uma abstenção e um deles não votou por ter ocupado a presidência da mesa. O eleito era "apaixonado do sistema velho". De uma pessoa daquela natureza pouco a província poderia esperar, uma vez que, como inimigo do "sistema constitucional", provavelmente pouco lutaria pelos interesses dos pernambucanos (SEGARREGA, 1º/4/1822).

Pelo exposto as pessoas perceberam que mudança política pretendia garantir os direitos dos cidadãos através de uma Constituição que estava sendo elaborada em Portugal. O cidadão deveria ser o guardião desses direitos, tendo inclusive direito de reclamar, utilizando as folhas impressas e outros métodos para denunciar os desregramentos da administração, dos funcionários públicos e até dos ministros do rei. Os jornais que circularam entre 1821 e 1822 procuraram chamar a atenção das pessoas para esse direito. O *Segarrega,* por exemplo, foi um dos porta-vozes a anunciar ares das mudanças e incentivar os cidadãos a denunciar, em suas folhas, os resquícios do Antigo Regime. Com a mudança política, dizia o referido jornal no dia 29 de janeiro de 1822, o cidadão não temia denunciar os desmandos administrativos. A Constituição dava-lhe esse suporte.

Na realidade, as folhas jornalísticas surgidas no período que antecede a Independência do Brasil se constituíram em um importante órgão para a consolidação dos debates políticos. Tais leituras ganharam importância contribuindo para a formação de cidadãos capazes de fazerem julgamentos críticos (VARGUES, 1997; 57). No período em estudo, além dos jornais, sonetos, poemas e modinhas políticas foram feitos para celebrar a revolução e a Constituição. E foram cantados na província em várias manifestações públicas.

Fontes

RIAHGP, 1979: 79

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) .IJJ9, 246.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) . II-30,34,008

BNRJ. I-29,19,66

Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico Pernambucano (RIAHP), vol. LII, 1979.

Jornais

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ-Recife). *Segarrega,* 29 de janeiro de 1821

FUNDAJ. Segarrega, 6 de janeiro de 1822.

FUNDAJ. Segarrega, 29 de janeiro de 1822

FUNDAJ. Segarrega de 29 de março de 1822

FUNDAJ. *Segarrega* do dia 24 de abril de 1822

Bibliografia

BARRETO, Luiz. *Memória justificativa sobre a conducta do marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi governador de Pernambuco e presidente da junta constitucional do governo da mesma província.* Lisboa: Typografia de Desiderio Marques Leão, 1822.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.* São Paulo: Hucitec/ Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso terreal:* a rebelião sebastianista na serra do Rodeador. Pernambuco - 1820. São Paulo: Annablume, 2004.

CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime.* Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da independência: 1821-1822.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil.)

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos\:* imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

VARGUES, Isabel Nobre. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823).* Coimbra: Minerva, 1997.

_____. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Estruturas políticas*:* parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias. In: TORGAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço. *O liberalismo (1807-1890).* Lisboa: Editorial Estampa, 1998

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Documentário "The Corporation" e o Ensino de História Contemporânea

Marcus Marciano Gonçalves da Silveira*

Resumo: Relata-se, aqui, a experiência de utilização do documentário "The Corporation" no ensino superior de História Contemporânea. Trata-se de instigante chave de reflexão sobre o mundo contemporâneo: o predomínio institucional das grandes corporações transnacionais e seu impacto sobre a configuração do espaço público. Seguindo uma linha argumentativa bastante audaciosa (de que é possível reconhecer traços evidentes de psicopatia quanto ao comportamento social das corporações), os autores procuram demonstrar que, tal como configuradas a partir de uma série de decisões legais, as corporações são membros da comunidade que, por lei, estão obrigados a cuidar apenas de seus próprios interesses, enquanto a responsabilização por suas atitudes assume contornos bastante limitados.
Palavras-chave: Ensino de História Contemporânea - Documentário – Corporações

Summary: This work relates the experience in the teaching of Contemporary History using as a support the documentary "The Corporation". It is a quite critical reflection about today's world: the institutional prevalence of the great transnational corporations and its impact in the public arena. By following a daring argumentative line (it is possible to recognize lines of psychopathology in the corporation's social behavior), the authors try to demonstrate that, as it shaped by legal decisions, the corporations are community's membership wich, according to the law, are forced to take care just of their own interests, while the responsabilization for their attitudes has quite limited outlines.
Word-key: Teaching of Contemporary History – Documentary – Corporations

Ao partirmos do pressuposto de que o conhecimento histórico é fruto de um esforço contínuo do presente em se articular com as demais temporalidades (passado/futuro), iniciamos a abordagem de nossos cursos de História Contemporânea com a problematização das principais contradições e desafios do mundo atual. A idéia é instigar questionamentos sobre os quais não se alcança melhor compreensão sem o recurso à abertura da perspectiva histórica. Nesse sentido, procuraremos demonstrar como o filme-documentário[1] "The

* Mestre e Doutorando em História pela UFMG.

[1] Ainda que não seja objetivo específico desse trabalho, consideramos importante pelo menos mapear a querela teórica contemporânea a respeito do cinema de não-ficção. Segundo Ramos (2001:192-207), as abordagens se dividem entre: 1) O recorte pós-estruturalista, que ao se concentrar na reflexividade do discurso cinematográfico e no caráter enunciativo das imagens defende a indistinção do cinema-documentário em relação aos demais gêneros ficcionais; 2) A abordagem cognitivista-analítica, que busca recuperar uma perspectiva "realista" ao abordar a enunciação documentária a partir de procedimentos extraídos da lógica formal, e que identifica as especificidades do campo a partir dos conceitos de "proposição assertiva" e "indexação"; 3) Uma abordagem "pragmática, que designa uma relação de duas vias com o destinatário do discurso, dentro do contexto social no qual a narrativa concretamente se insere." Para o autor, é essencial reconhecer esta especificidade do cinema-documentário: a "circunstância da tomada" e sua capacidade de dotar de intensidade a fruição de imagens identificadas pelo expectador como reais. A força do fenômeno da duplicação da presença, no qual o espectador se liga à experiência daquele que sustenta a câmera ao registrar o mundo, pode ser melhor apreendida quando comparamos, por exemplo, o efeito imagético da morte quando filmada em circunstâncias reais e quando parte

Corporation" – baseado no livro homônimo do professor Joel Bakan[2] – oferece uma instigante chave de reflexão sobre os principais desafios do mundo contemporâneo, relacionados por sua vez ao avanço do predomínio institucional das grandes corporações transnacionais e seu impacto sobre a configuração do espaço público. Além de Bakan, o filme tem como diretores Mark Achbar (*Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media*) e Jennifer Abbott, e pode ser considerado um produto da significativa adesão dos canadenses ao movimento anticorporativo[3].

Ao longo do filme, testemunhos de presidentes corporativos e executivos – como Sir Mark Moody-Stuart (Shell), Sam Gibara (Goodyear), Phil Knight (Nike), Ray Anderson (Interface), Irwing Wladavsky-Berger (IBM) –, de operadores do mercado financeiro, agentes governamentais, jornalistas, publicitários, professores de economia e administração, bem como de proeminentes intelectuais e ativistas (como Milton Friedman, Noam Chomsky, Howard Zinn, Naomi Klein, Samuel Epstein, Richard Grossman, Elaine Bernard, Michael Moore e Vandana Sheeva) ajudam a compor, a nosso ver, um quadro extremamente complexo acerca das raízes históricas e do significado da crescente concentração de poder nessas instituições-síntese do capitalismo contemporâneo.

Se há 150 anos atrás as corporações eram relativamente insignificantes na dinâmica capitalista, por que alcançaram hoje tanto poder, se sobrepondo inclusive a instituições como o Estado Nacional e fóruns decisórios de caráter internacional? Seria o sistema democrático compatível com tamanha proeminência do poder econômico sobre assuntos de interesse público? A investigação em torno desses questionamentos segue uma linha argumentativa bastante audaciosa ao longo do documentário: é possível reconhecer traços evidentes de psicopatia quanto ao comportamento social das corporações.

Tal como foram configuradas a partir de uma série de decisões legais, as corporações adquiriram historicamente uma perturbadora característica: como "pessoas jurídicas", são aos olhos da lei membros da comunidade, detentoras de direitos e deveres como qualquer cidadão de carne e osso. Ao mesmo tempo, estão obrigadas também por lei a agir no sentido de proporcionar o máximo possível de retorno financeiro aos seus

---

de obras ficcionais. Na avaliação de Ramos, com a qual nos identificamos aqui, ainda que não se possa jamais negar a "dimensão enunciativa" da narrativa não-ficcional, advinda em boa parte do esforço de "seleção e montagem" das imagens coletadas e da inevitável mediação discursiva, reduzir a um mesmo campo o cinema-documentário e o cinema de ficção seria adotar uma postura até certo ponto estéril em termos críticos.

[2] Cf. BAKAN, Joel. *The Corporation: the pathological persuit of profit and power*. New York: Free Press, 2004. O autor, vinculado à "University of British Columbia" (Vancouver/Canadá), é professor e pesquisador nas áreas de direito constitucional, estudos sócio-legais, teoria do direito e direito econômico.

[3] Esse movimento, pejorativa e superficialmente identificado pela mídia em geral como apenas mais um legume na salada difusa dos chamados "movimentos antiglobalização", tem em autores como Noam Chomsky, Naomi Klein e David Korten suas principais referências intelectuais.

proprietários, os acionistas. Ou seja, as corporações são membros da comunidade que, por lei, estão obrigados a cuidar apenas de seus próprios interesses, enquanto a responsabilização por suas atitudes é bastante limitada. Conforme destacado no filme, por serem construções jurídicas, artificiais, esses indivíduos não tem consciência moral e nem "corpos a serem privados de liberdade" caso pratiquem atos criminosos.

Ao abordar o caso norte-americano, o documentário afirma que, em seus primórdios, as corporações eram consideradas uma licença pública provisória para que investidores privados se reunissem em torno de um empreendimento específico. Esses indivíduos se responsabilizavam pessoalmente por todas as ações da corporação, e havia uma série de impedimentos legais e culturais à sua atuação. As corporações não podiam atuar em áreas estranhas à sua licença, se dissolviam automaticamente ao término dos contratos com o Estado e não podiam adquirir outras corporações, por exemplo.

Contudo, numa série de ações nos tribunais norte-americanos, as corporações conseguiram garantir para si próprias os direitos civis fundamentais garantidos pela 14ª Emenda Constitucional aos escravos recém-libertos, com o argumento de que não eram o mero resultado de uma reunião de indivíduos, e sim novos indivíduos detentores de direitos fundamentais que se constituíam a partir de sua formação. Entre 1890 e 1910, dos 307 processos envolvendo a 14ª Emenda, 288 foram movidos pelas corporações e apenas 19 por ex-escravos.

Hoje, como membros da comunidade detentores de direitos fundamentais, as corporações podem realizar operações comerciais de compra e venda e operações financeiras, além de estarem aptas a mover processos legais e serem acionadas nos tribunais. Por outro lado, dada a dispersão da responsabilidade pessoal dos proprietários e a exigência legal de que essas organizações atuem no sentido de proporcioná-los o máximo de retorno financeiro, essas corporações se transformaram em uma "máquina de externalidades", ou seja, tendem a transferir os custos de sua atuação para os demais membros da comunidade, enquanto consideram a pertinência de agir ou não de acordo com a lei como apenas uma decisão de negócios, baseada na relação custo-benefício.

De acordo com o documentário, são diversas as facetas do comportamento dessas "pessoas jurídicas" que as aproximam do **perfil psicológico de um psicopata**, quando considerados os critérios de diagnóstico adotados pela Organização Mundial da Saúde:

a) **Total desinteresse pelo sentimento alheio**: como demonstram as investigações do "Comitê Nacional do Trabalho de Nova Iorque", corporações transnacionais como a Nike pagam aos seus funcionários em fábricas do "Terceiro-Mundo" salários que

representam apenas 0,3% do valor de varejo de seus produtos, enquanto estabelecem critérios de produção que levam em conta milésimos de segundos no número de operações a serem realizadas. No caso de produtos de Kathy Lee Gifford vendidos no Wal-Mart, suas etiquetas afirmavam destinar parte da renda a casas de caridade, enquanto exploravam a mão-de-obra infantil;

b) **Incapacidade de manter relações duradouras:** essas corporações apresentam um grande nomadismo, graças à tendência de aumento do custo de mão-de-obra a partir de sua instalação e à oferta abundante de "zonas francas de exploração" ao redor do mundo;

c) **Total desconsideração pela segurança alheia**: as corporações se esforçam para banalizar os riscos que envolvem o contato permanente da sociedade, desde a década de 1940, com produtos sintéticos. Seus danos ao ambiente e à saúde são ignorados, enquanto pesquisas científicas demonstram haver nítida conexão entre a toxicidade desses materiais e o avanço dos casos de câncer (que chegam a afetar hoje em dia metade dos homens e um terço das mulheres);

d) **Falsidade (sucessivas mentiras para a obtenção de vantagens):** segundo o documentário, resultados negativos em testes toxicológicos do produto Posilac foram ignorados pela Monsanto e pelo FDA, enquanto autoridades canadenses se declararam pressionadas para aprovar o produto sem a devida precaução;

e) **Incapacidade de sentir culpa:** o "agente laranja" da Monsanto provocou 50 mil defeitos congênitos e milhares de casos de câncer em vietnamitas e ex-soldados americanos. Apenas os veteranos conseguiram processar a empresa por suas doenças. Houve um acordo nos tribunais que implicou em 80 milhões de dólares em indenizações, mas a empresa jamais admitiu publicamente sua culpa;

f) **Não conformidade em relação a normas sociais e aos comportamentos lícitos:** os crimes corporativos se multiplicam, pois obedecer ou não à lei depende da relação custo-benefício. Se a chance de ser flagrado e a multa forem menores que o custo para agir conforme a lei, trata-se simplesmente de uma "decisão de negócios" optar pelo descumprimento das normas vigentes. Pelo menos é o que sugere a enorme lista de milhares de crimes corporativos, casos em que as corporações têm sido sistematicamente condenadas a pagar pesadas multas devido a violações ambientais e comerciais, fraudes financeiras, etc.

Afinal, quem se responsabiliza pelas ações corporativas?

Ainda de acordo com o documentário, em outras épocas diversas atividades eram vistas como sagradas ou essenciais para o interesse público, sendo portanto protegidas pela tradição e pela legislação. Os processos de privatização, desregulamentação e expansão do

"livre comércio" visam quebrar essas barreiras culturais, transformando em "oportunidades de negócio" áreas como a educação, saúde, assistência social, aposentadoria, habitação, etc. Noam Chomsky chama a atenção para o fato de que enquanto empresas públicas podem gerar diversos "benefícios colaterais", como assumir um papel anticíclico em momentos de crise, a privatização entrega as atividades econômicas à "lógica tirânica" das corporações e expõe a sociedade como um todo aos seus mecanismos de externalização de custos.

É o que sugere, por exemplo, a privatização da Companhia de Água de Chochabamba (Bolívia). Quando, como contrapartida à concessão de empréstimos do Banco Mundial, o governo boliviano entregou o serviço de abastecimento de água à Bechtel Corporation, ela passou a cobrar o equivalente a 25% da renda das famílias mais pobres pela água. O contrato previa, inclusive, o leilão das casas dos consumidores inadimplentes e a proibição de recolherem a água da chuva. Até aquele momento, as estatais petrolífera, aérea, rodoviária, elétrica e telefônica já haviam sido privatizadas, mas a privatização da água acabaria gerando uma onda de protestos que se transformaria em um verdadeiro levante popular.

O documentário demonstra, a partir de outro exemplo, como atualmente parece não haver limites para a atuação corporativa. A partir do reconhecimento dos tribunais norte-americanos de que organismos vivos gerados em laboratório podiam ser patenteados pela General Electric, as grandes corporações passaram a liderar uma corrida entre grupos de biotecnologia: reivindicam propriedade intelectual, por exemplo, a cada vez que um gene e sua função são supostamente isolados. Ou seja, dada a debilidade das barreiras culturais vigentes e a ausência de informação do grande público, a própria vida vem perdendo seu valor intrínseco, sendo reduzida a um bem comercial pela lógica corporativa.

Por outro lado, Sam Gibara, Ex-Presidente-Executivo da Goodyear, sinaliza em seu depoimento como o caráter institucional das corporações não pode ser deduzido a partir da personalidade individual de seus gestores. Ao relatar sua frustração graças à ausência de autonomia individual do cargo, Gibara define as obrigações dos chamados "CEO's" (Chief Executive Officers): administrar o conflito de interesses de clientes, empregados e acionistas (sendo esse último um coletivo "amorfo e efêmero"), o que quase sempre significa abrir mão de suas convicções pessoais e atender tão somente à chamada "lógica do capitalismo moderno".

Para os autores do documentário, o caráter amoral das "pessoas jurídicas" pode ser verificado historicamente a partir das alianças entre as grandes corporações e regimes autoritários. A associação entre a Alemanha Nazista e grandes corporações como a Coca-

Cola, a General Motors, a Ford e a IBM sugerem um certo "narcisismo" das empresas, que quase sempre "buscam seu reflexo nas estruturas dominadoras de regimes fascistas", além de uma lealdade ao lucro que supera qualquer bandeira ou ideologia.

O caso do sistema de cartões especialmente criado pela IBM para controlar o fluxo de pessoas nos campos de concentração nazistas durante a 2ª Guerra Mundial demonstra, por exemplo, como não devemos nos surpreender com o fato de que, recentemente, em apenas uma semana 57 corporações americanas tenham sido multadas por negociar com inimigos oficiais dos Estados Unidos, incluindo "terroristas", "tiranos" e "regimes despóticos". O pouco apreço das estruturas corporativas à democracia pode ser verificado, também, nas conspirações golpistas patrocinadas por corporações como a JP Morgan, Dupont e Goodyear durante o governo de Roosevelt. O general da Marinha Smedley Darlington Butler (que afirmara em depoimento ao Congresso Norte-Americano ter "pacificado" o México para petrolíferas americanas, o Haiti e Cuba para o National City Bank, a Nicarágua para a Brown Brothers Brokerage, a República Dominicana para o setor açucareiro, Honduras para empresas frutíferas americanas e a China para a Standard Oil) foi convidado em 1934 a formar uma milícia paramilitar de 500.000 homens e derrubar o presidente, mas decidiu abandonar o papel de "Gângster do Capitalismo" e denunciar a tentativa de golpe em território norte-americano.

Como afirma o Ex-Presidente da Goodyear, atualmente, para que as corporações dominem governos, um golpe não é mais necessário: "as corporações, hoje, são globais, e por esse mesmo motivo os governos perderam o controle sobre elas. Independente de se confiar ou não na corporação, os governos atuais não possuem mais o mesmo poder ou influência que tinham sobre elas 50 ou 60 anos atrás." Reuniões como o "Consórcio do Pensamento Crítico", realizadas em Washington (quando sentam-se à mesa órgãos como a CIA, NSA, DIA, FBI, Alfândega e o Serviço Secreto Norte-Americano e representantes corporativos da Coca-Cola, Mobile Oil, GTE e Kodac) demonstram a indistinção entre poder público e interesses privados predominante no chamado capitalismo corporativo global.

Apesar de atuarem como uma verdadeira "máquina de externalidades", como as grandes corporações conseguiram alcançar uma imagem pública tão positiva nos dias atuais? Segundo o documentário, "grandes mentes criativas são usadas para garantir a fé na visão de mundo corporativa. Elas nos seduzem com ilusões enganosas, para distrair nossas mentes e fabricar nosso consentimento." As estratégias de comunicação corporativa são onipresentes, como é o caso da publicidade direcionada ao público infantil. Ao constatarem que de 20 a 40% das compras jamais aconteceriam sem a pressão infantil, as corporações destinam

bilhões de dólares para construir desde a infância um comportamento adequado à sua dominação: o do "bom consumidor", aquele que age inconscientemente à procura de produtos indesejados, centrado em uma "filosofia de futilidade", desassociado e cuja idéia de realização pessoal limita-se em satisfazer necessidades artificiais. Conforme o depoimento de Richard Grossman[4], "as corporações não fazem propaganda de produtos, mas de estilos de vida, de modos de pensar, da história de quem somos como povo, como chegamos aqui, da origem de nossa dita liberdade. Então, são décadas e décadas de propaganda e educação que nos ensinam a pensar de certo modo. Quando aplicado à grande corporação, isso nos diz que ela é inevitável e indispensável, que ela é muito eficiente e responsável pelo progresso e pela boa vida." A jornalista e crítica cultural Naomi Klein, por sua vez, destaca a estratégia de consolidação das marcas a partir da construção de espaços tridimensionais cada vez mais sofisticados e totalizantes. Dos parques de diversão à cidade construída pela Disney (Celebration Florida), por exemplo, a disseminação da idéia de si mesma transforma a propaganda corporativa em um verdadeiro ato de produção. De acordo com esse raciocínio, as corporações não vendem mais produtos, e sim conceitos fabricados a partir de um investimento publicitário massivo em torno de suas marcas.

O processo de concentração dos meios de comunicação em grandes cadeias de mídia subordinadas à lógica corporativa, ou seja, os conflitos cada vez mais amplos entre as funções sociais de informar, por um lado, e de dar retorno financeiro aos seus próprios acionistas, por outro, explica em boa parte a ausência de um debate público mais amplo a respeito do papel das grandes corporações no mundo contemporâneo. Como demonstra o caso envolvendo a demissão de jornalistas da Fox News pela direção da emissora, a defesa do interesse público tende a capitular frente à pressão exercida pelo poder econômico de grandes anunciantes como a Monsanto. Apesar de apresentar riscos à saúde humana e animal, o hormônio RGBA (Posilac) continua sendo utilizado em larga escala nos Estados Unidos, e os consumidores privados de seu direito à informação. Tribunais norte-americanos decidiram que "falsificar notícias" não é agir contra a lei, e o processo movido pelos jornalistas pela recusa da emissora em exibir o programa em que se discutiam os riscos do produto da Monsanto foi simplesmente arquivado.

Segundo o documentário, as chamadas ações de "responsabilidade social corporativa", por sua vez, ainda que representem um elemento a mais na construção de uma imagem pública positiva das corporações, na verdade implicam num perigoso processo de deslocamento do espaço de definição das políticas sociais e de transferência de recursos

[4] Co-fundador do Programa sobre Corporações, Lei e Democracia nos EUA.

financeiros da esfera pública para a esfera privada. Sendo assim, enquanto fazem simplesmente publicidade em torno da idéia de responsabilidade social ou até mesmo "boas ações" buscando "reduzir o impacto" das suas atividades, as grandes corporações não deixam de pressionar os governos para reduzirem os impostos. De forma "irresponsável" continuam comprometendo, portanto, a eficácia do poder público em responder às demandas sociais geradas em boa parte pelo caráter predatório de sua própria inserção no sistema produtivo.

Por fim, o debate em torno do chamado "capitalismo corporativo global" abordado pelo documentário busca responder à sua questão fundamental, ou seja, a responsabilização em torno da atuação das chamadas "sociedades anônimas". Para alguns essa responsabilização estaria "no mercado, nos acionistas, na percepção pública que as empresas projetam". Para outros, como o economista Milton Friedman, esperar ações de responsabilidade social por parte das corporações é algo profundamente anti-democrático, já que se trata de um "desvio de função" que prejudica os acionistas.

O fato é que, como o filme procura demonstrar, a existência de "fissuras nas estruturas corporativas" permite o enfrentamento de sua hegemonia, uma vez que a maioria dos Estados possui leis que, caso fossem aplicadas, levariam senão à dissolução de diversas corporações pelo menos à limitação de sua capacidade de causar danos à coletividade. O documentário se encerra com a discussão de uma série de iniciativas que procuram romper a atmosfera de apatia e conformismo hedonista e reconstruir uma cultura de participação pública essencial ao enfrentamento do poder corporativo:

a) A tentativa de grandes corporações patentearem espécies vegetais milenarmente cultivadas por comunidades em todo o mundo - bem como de subordinarem os camponeses a ciclos de produção com sementes estéreis -, enfrenta uma resistência articulada globalmente e vem se enfraquecendo diante não apenas de expressivas vitórias nos tribunais, como também da articulação camponesa em torno da agricultura orgânica;

b) Ações judiciais como a apresentada pela "National Lawyers Guild" pela revogação da carta patente da gigante "Union Oil Califórnia", tendo em vista suas sistemáticas violações à legislação, têm sido fundamentais mesmo quando derrotadas, pois fazem com que o poder público reconheça ter poderes para dissolver as corporações e estimula o debate em torno do assunto;

c) A partir da forte repercussão do depoimento de uma criança explorada em uma indústria têxtil da América Central, a questão da exploração do trabalho infantil e das péssimas condições de trabalho em fábricas subcontratadas pelas grandes corporações foi alvo de grande debate nos EUA. Buscando responder às perguntas cada vez mais incisivas de seus

consumidores, a GAP (rede com mais de mil lojas) pediu o monitoramento das fábricas subcontratadas de El Salvador por entidades de fiscalização de condições do trabalho;

d) Após a rebelião contra a privatização da água em Cochabamba, a empresa foi reincorporada ao patrimônio público, seguindo a determinação de uma consulta popular;

e) Enquanto Arcata, pequena cidade da Califórnia (depois de um debate público sobre a viabilidade da democracia frente à concentração de poder e riqueza nas mãos das grandes corporações) optou pela formação de um "comitê de controle democrático sobre as corporações locais", outras cidades como Licking e Porter fizeram história ao decretar que uma corporação não pode reivindicar qualquer direito constitucional como pessoa.

Enfim, tendo em vista os elementos expostos acima, esperamos ter demonstrado o potencial crítico desse documentário na discussão sobre os principais desafios do mundo de hoje. Com efeito, é o que temos constatado por diversas vezes em nossos cursos de História Contemporânea, nos quais nos concentramos na análise do processo de constituição do sistema capitalista em seus moldes atuais e sua incidência sobre a configuração do espaço público.

Referências bibliográficas:

BAKAN, Joel. *The Corporation: the pathological persuit of profit and power*. New York: Free Press, 2004.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 3 ed.

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um mundo vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KORTEN, David C. *Quando as corporações regem o mundo: conseqüências da globalização da economia.* São Paulo: Futura, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. *A economia da fraude inocente.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RAMOS, Fernão Vitor Pessoa de Almeida . O Que é Documentário? In: RAMOS, Fernão Vitor Pessoa de, CATANI, Afrânio, MOURÃO, Maria Dora (Orgs.). *Estudos de Cinema 2000 / Socine*. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 192-207.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Ensino de História com a Educação de Jovens e Adultos, mediado por lugares históricos da cidade

João Carlos Ribeiro de Andrade[1]

Resumo
Esta experiência do ensino de História foi realizada através de um trabalho interdisciplinar na E.M. Fausto F.de Oliveira, em Betim / MG, no ano de 1998, com alunos da Educação de Jovens e Adultos. A experiência, bem como a escolha dos lugares, partiu de demandas colocadas durante o ensino e aprendizagem de História em sala de aula. Os lugares visitados oportunizaram aos alunos construir uma relação dialética presente/passado, re-significando o processo de ensino e aprendizagem de História. A interação com objetos de memória histórica ali encontrados foi mediada por intervenção do professor, por observações e atitude de contemplação ativa. Isso possibilitou reflexões acerca da historicidade daquelas fontes. Assim, a História pôde contribuir para o conhecimento e contato dos alunos com o patrimônio histórico da cidade onde moram.
Palavras Chave: história; educação jovens e adultos; história da cidade.

Abstract
This experience with the teaching of History was accomplished through an interdisciplinary work at E. M. F. F. de Oliveira, in Betim / MG, 1998, with students of the program "Education of the Young and Adults". The experience itself, as well as the places chosen, was born inside the classroom due the demands of the students facing their own learning. The visited places gave to the students the opportunity to build a dialectic relationship between past and present, re-signifying the History teaching/learning process. The interaction with objects of historical memory, found in the places, mediated by teacher's intervention through active observation and attitude, made it possible to bring up reflections on the historicity of the sources found. Thus, History as a subject of the syllabus, contributed to the student's knowledge and to the interaction of them with the historical patrimony of the city they live.
Keywords: history; education of the young and adults; history of the city.

Introdução

Esta experiência com o ensino de História foi realizada através de um trabalho interdisciplinar na E.Municipal. F. F.de Oliveira, em Betim / MG, no ano de 1998, com alunos do segundo segmento do processo de escolarização formal da Educação de Jovens e Adultos - EJA. O objetivo central deste projeto foi dar aos alunos a oportunidade de conhecer alguns equipamentos públicos e lugares históricos da cidade de Betim, compreendendo que o processo de ensinar e aprender com os educandos deve ir além da dimensão informativa.

[1] Educador de História com a EJA da E.M. Mª E.da C.Braz – Betim/MG. Especialista em História do Brasil.

Neste sentido, a práxis educativa[2] interdisciplinar favorece o trabalho com vistas ao desenvolvimento de habilidades que envolvem aprender a trabalhar em grupo, socializar informações, aprender a fazer relatórios, a olhar, escutar, contemplar. Por sua vez, enquanto saber escolar, a educação histórica necessita construir um diálogo com outras áreas do conhecimento. Aos alunos da EJA, essa experiência educativa favorece a formação de um saber histórico escolar menos fragmentado, possibilitando que as realidades observadas sejam lidas a partir do ponto de vista das várias áreas do conhecimento historicamente acumulado.

Para a elaboração do projeto interdisciplinar foi escolhido como referência o centro histórico da cidade de Betim. Professores e alunos selecionaram lugares de acordo com as potencialidades de cada área do conhecimento tais como: o Hospital Público Regional, a Câmara de Vereadores, o Salão do Encontro, a Casa de Cultura Josephina Bento e a Praça Milton Campos.O ensino de História escolheu a Casa de Cultura Josephina Bento e a Praça Milton Campos.Este relato privilegiou os aspectos mais relacionados à Educação Histórica, destacando quem são os sujeitos educandos; os objetivos e conceitos que foram trabalhados.

Desenvolvimento

A Escola localiza-se na periferia da cidade, no bairro Alterosa. A fim de elucidar a escolha dos lugares torna-se necessário contextualizar os sujeitos alunos envolvidos neste trabalho. Os educandos, em sua maioria, eram trabalhadores do mercado informal no município de Contagem ou Belo Horizonte e vindos de cidades do leste e norte do estado de Minas Gerais[3]. Na realidade, os alunos estão inseridos em um contexto histórico mais amplo, pois, "a partir da década de 70, inicia-se um processo de urbanização de Betim influenciado, sobretudo, pela implantação de indústrias multinacionais como a FIAT, FMB e KRUPP" (PINTO, 1996), contribuindo para intensificar o grande fluxo migratório para o município naquele período, o que ainda ocorre.

Esses alunos apresentam outras características sócio-culturais, além das que já foram descritas. Segundo OLIVEIRA (1999), os alunos da EJA têm algumas marcas, adquiridas durante sua vida: "(...) sua condição de não-crianças, sua trajetória de exclusão escolar e o pertencimento a uma cultura específica". Aspectos que devem ser considerados pelo professor de História, ao desenvolver seu trabalho. Em sua maioria, os alunos vêm de um dia inteiro de trabalho formal ou informal. São grandes suas expectativas de retorno à escola. Para alguns, inicialmente, há o predomínio de um desejo utilitarista do "estar na escola".

[2] Com a expressão práxis educativa busco expressar, a partir do pensamento de Paulo Freire, a união entre reflexão e ação.

[3] As informações fazem parte do diagnóstico escrito e oral construído com esses alunos, logo no início do curso.

Muitas vezes essa perspectiva é corroborada pela falta de clareza de governos, propondo cursos aligeirados na forma semipresencial ou não presencial para essa modalidade da educação. Isso compromete, em grande parte, as perspectivas de construir EJA e Educação Histórica que priorizem o acolhimento, a socialização e a experiência de um processo de ensinar e aprender com qualidade social, através do qual se consolide o desenvolvimento sócio-cognitivo, sempre defendido e construído pelos Educadores (as).

Elaborar uma práxis educativa com alunos da EJA que demande visita a lugares externos ao espaço escolar requer uma organização onde se considere a disponibilidade desses sujeitos. Muitos têm uma vida inserida na cotidianidade do trabalho, da família, envolvimento e engajamento com grupos de Igrejas, associações de bairro. Enfim, suas vidas têm outras dimensões além daquela do espaço escolar. É fundamental dialogar com essas pessoas, levando em conta ou mesmo despertando seus desejos e buscando realizar práticas educativas que lhes proporcionem, também, certo tipo de prazer, no caso intelectual, estético e o próprio ato de conhecer outros lugares de cultura. A escolha dos lugares a serem visitados buscou contemplar essa dimensão do prazer de conhecer objetos e fontes históricas. Como Historiador-Educador da EJA, avaliei ser pertinente oportunizar aos alunos o contato com alguns lugares de referência histórico-cultural da cidade onde estavam residindo naquele tempo de suas vidas, criando oportunidades de acesso à visitação, ao conhecimento e informação sobre esses lugares, tendo em vista que muitos alunos das camadas populares são privados dessa experiência.

É importante dizer que tal experiência, bem como a escolha dos lugares, partiu das demandas colocadas pelo processo de ensino-aprendizagem de História no espaço da sala de aula. Dentre elas, destacam-se a superação da prática livresca e de uma narrativa única sobre os movimentos históricos, a necessidade de buscar contato mais imediato com fontes históricas e, ainda, estabelecer uma relação mais dinâmica com as diversas temporalidades do processo histórico, além da perspectiva do ensino de História proposta no Projeto Político Pedagógico para a EJA em Betim (Betim, 1996: 49):

> *A concepção de história que fundamenta esta proposta reafirma a necessidade de que professor e alunos busquem ver e compreender a nossa realidade: a partir de sua situação social, sua perspectiva de classe para que ele se localize na história. Trata-se de criar condições para que o aluno seja capaz de se identificar com o processo social vivido em outras épocas, ou seja, estabelecer um diálogo crítico com o passado. (Betim, 1996, p.49)*

O diálogo crítico com o passado pode e deve ser construído a partir de um ensino de História que se relacione ativamente com as diversas temporalidades a partir da observação

ativa dos quadros, móveis dos séculos XVII e XVIII presentes nos lugares visitados e os objetos do século XX(fotos, roupas) que estão presentes em seu cotidiano. Pode e deve, também, problematizar o que já foi dito com perspectivas históricas cristalizadas, positivistas, lineares, etapistas que têm a História como processo dado.

Nesse período, estudávamos a História do Brasil dos séculos XVII e XVIII, buscando compreender a sociedade mineradora, a descoberta do ouro na região das Minas Gerais, o nascimento de povoados e vilas. Percebi, pela fala dos alunos, que esse conteúdo estava distante deles, como se fosse "um passado algo morto". Para desmistificar a idéia da História ou do "passado morto", existente só nos livros e sem relação com algo próximo deles, passei a dialogar com as duas turmas iniciais da EJA, vislumbrando a possibilidade de visitar os lugares históricos da cidade de Betim que ainda não conheciam. Isso contribuiu para incentivá-los a uma participação ativa e propositiva, porque a história da cidade tem uma relação com o tempo histórico que estávamos estudando,

> *A origem histórica da cidade de Betim associa-se ao ciclo do ouro da Região das Minas Gerais no início do século XVIII. (...) Em meados do século XVIII, surgiu o Arraial de Capela Nova de Betim, em torno da construção da Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo (antiga Igreja Velha). Essa igreja foi resultante da luta dos moradores da região de Bandeirinhas junto ao bispado de Mariana. Atualmente, é a região em torno da Praça Milton Campos, onde encontramos edificações antigas, sendo que o marco principal é o casarão onde funciona a Casa da Cultura "Josephina Bento". (PINTO. 1996 pp.11)*

A partir desses diálogos, percebi que a educação histórica com aqueles educandos deveria contribuir para proporcionar aos mesmos o conhecimento de lugares que integram o acervo de memórias sociais e políticas da cidade de Betim. Portanto, os locais escolhidos foram, a Casa de Cultura Josephina Bento, cujo acervo consta de quadros retratando sua primeira função, a de servir de hospedagem aos tropeiros viajantes, armas de fogo e objetos de montaria (estribos, esporas), dos séculos XVII e XVIII, e a Praça Milton Campos, marco da Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo (antiga Igreja Velha). Segundo PINTO (1996), "essa igreja foi resultante da luta dos moradores da região de Bandeirinhas, junto ao Bispado de Mariana". Foi feito um roteiro de estudos históricos com os educandos da EJA, no qual busquei orientar, através de perguntas escritas, a observação e o olhar sobre o que haviam sido aqueles lugares e a percepção dos movimentos históricos construídos por homens e mulheres de Betim em seus tempos, no final do século XVII e início do século XVIII, e o que é hoje. No roteiro, foi problematizada a responsabilidade dos poderes públicos em conservar as memórias e identidades desses lugares da cidade. Locais que permitem mediar, através de documentos e outras fontes primárias da História aí existentes, o passado de Betim e alguns aspectos do ciclo do ouro nas Minas Gerais. A Casa de Cultura Josephina Bento

possibilitou um contato mais direto com documentos escritos, fotos, móveis, utensílios (louças) de outros tempos, o que contribuiu para que os alunos realizassem suas próprias observações, através de algumas fontes históricas. Desta forma, a relação com o passado foi uma experiência dinâmica, inserida dentro de um contexto real, a cidade onde moram. Através do contato com a própria arquitetura, do final do século XIX, da Casa de Cultura, esses alunos visualizaram parte do processo histórico dentro de um movimento com o presente, pois, aquela está inserida, por isso dialoga, com outras arquiteturas de hoje no seu entorno que são do final do século XX.

Isso afirma a importância da área do ensino de História e o papel fundamental do Historiador-Educador, sobretudo neste início de século, cuja sociedade apresenta como características a experiência do imediatismo absoluto, o imperialismo do consumo de informações, sem ao menos ter um tempo-espaço para uma reflexão sobre o que nos chega através dos vários recursos da mídia. Esse processo é imprescindível na prática de uma História cidadã, que pode e deve oportunizar releituras e ampliação de fontes de consultas na experiência com o ensinar e aprender História do passado e no presente. Nossa visita aos lugares da cidade de Betim buscou, intencionalmente, construir um tempo para que os educandos observassem, pensassem sobre o que estavam vendo. Na perspectiva de Siman (2003), não se trata de um tempo de simples passividade.

> *O tempo da contemplação, não deve ser visto, pois, apenas como tempo da passividade. Os indivíduos necessitam deste tempo para que eles próprios vejam, explorem os objetos associando-os ou não a algum tipo de experiência passada, ou coletiva de seus grupos e culturas de referência. (SIMAN, 2003)*

Sobre a importância de se considerar a relevância do passado em tempos de um utilitarismo quase contínuo do aqui e agora e o papel do historiador nesse processo, Hobsbawn (1995) constrói a seguinte argumentação,

> *Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. (HOBSBAWN, 1995).*

Além do processo da lembrança em si mesmo o historiador pode também contribuir em sua práxis educativa com as múltiplas possibilidades de se ampliar as leituras sobre aquele tempo histórico a partir das memórias socioculturais construídas no presente.

As visitas à Casa de Cultura Josephina Bento e à Praça Milton Campos oportunizaram, ainda, a problematização do significado tradicional do conceito de patrimônio. Para a grande maioria desses educandos, patrimônio era algo velho, antigo, sem

vida, inerte. Os objetos ficam lá parados, como que mortos. Estão ali apenas para serem vistos, como se aqueles objetos falassem por si mesmos. Entretanto, as mediações elaboradas pelo professor de História contribuíram para que os alunos re-significassem o conceito de patrimônio. A experiência de levar seus alunos a visitar lugares de memória sócio-histórica faz com que o Historiador-Educador contribua para o alargamento da compreensão da práxis do ensinar e aprender História. Antes de ir a esses lugares, alguns alunos não tinham, sequer, ouvido falar da existência dos mesmos. Como muitos são pais e mães, essa oportunidade significa ampliar seus horizontes para construir novos e diferentes diálogos educativos com seus filhos e, ainda, uma opção de lugar para ir com suas famílias, pois, além da função escolar, essa experiência oportuniza a ampliação de lugares de cultura antes desconhecidos. E assim o ensino de História vai construindo, ampliando e universalizando o acesso à cidadania cultural para as camadas populares da nossa sociedade.

Experiências do ensino de história com a EJA

É importante ressaltar que existem poucos relatos de experiências no campo do ensino de História na Educação de Jovens e Adultos. Durante muito tempo, o ensino de História estava centrado na memorização de fatos e datas considerados em si mesmos.A narração e os documentos oficiais estavam incluídos nesse processo.

Partindo da vivência com alunos da EJA, vejo que, em sua maioria, são egressos de experiências escolares ulteriores, onde o ensino de História teve algumas marcas de linearidade, de saber único, completo em si mesmo.

No decorrer da visita, foram elaborados novos significados para o ensino de História, por meio de observação e contemplação ativas, registros escritos e da mediação dialógica do professor.

Após as visitas aos lugares históricos escolhidos, os alunos começaram a re-significar o processo de ensino e aprendizagem de História. Ter saído do espaço da sala de aula para outros espaços e lugares não formais de memória histórico-cultural foi muito valorizado pelos alunos, que assim se expressaram: "(...) ter aula de História ao ar livre, com movimento e podendo ver coisas que a gente só vê nos livros". "História devia ser sempre assim..." "Não dá para ficar aprendendo parado depois de uma semana inteira de trabalho. A gente se diverte e aprende". Todo o movimento construído ao longo dessa prática educativa, a relação ativa com os objetos de memória histórica, a mobilização, o envolvimento dos alunos, valorizando sua imaginação, intuição, sensibilidade, ao lado da cognição, deram oportunidade

para reflexões sobre o significado do processo de ensinar e aprender com a História. A mediação do professor durante as visitas aos lugares históricos, além do fato de poderem ver os quadros, objetos de montaria, armas, roupas dos séculos XVII e XVIII contribuiu também para o processo de ampliação do conceito de fontes históricas desses alunos, pois, para a maioria, até então, apenas os tradicionais registros escritos seriam fonte histórica.

A título de possíveis conclusões

Essa práxis educativa construiu um movimento ativo no processo de ensino e aprendizagem de História na EJA, ampliando o significado do ensino de História em que há uma relação mais dinâmica entre presente e passado e os conceitos trabalhados (fontes históricas, patrimônio) na prática desse saber escolar. Além disso, os conhecimentos da educação histórica possibilitaram a formação de atitudes cidadãs, no sentido inicial de acesso aos bens culturais a um setor da sociedade que historicamente sempre teve muita dificuldade para ingressar nesses lugares. Essa prática educativa contribuiu para o início da problematização e construção do ensino de História com alunos da EJA, considerando suas demandas específicas na estruturação desse saber escolar. Assim, os lugares visitados proporcionaram a vivência do diálogo com outras fontes históricas, acarretando novas leituras sobre outras temporalidades do movimento histórico em espaços não formais da educação escolar.

Referências Bibliográficas:

BETIM. Prefeitura Municipal de – Secretaria Municipal de Educação de Betim (SEMED). *Proposta político-pedagógica da Educação de Jovens e Adultos* – Suplência – 5ª a 8ª séries. Betim, 1995.

COSTA, José R. L. *Histórias Vividas e Ensinadas nas Representações de Alunos (as) Adultos (as)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2005. 145p. (Tese, Doutorado em Educação).

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. Série: Pensamento e Ação no Magistério.São Paulo, Scipione,1989.

HOBSBAWM, Eric J. *O SÉCULO: VISTA AÉREA*-Olhar panorâmica. In: _____*Era dos Extremos: o breve século XX*: 1914 – 1991. São Paulo. S.P.Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.* In: RIBEIRO, Vera M. (org.). *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas. S.P: Mercado de Letras, 2001.

PINTO, Terezinha Assis. *A História da Construção de Betim: espaço geográfico construído por gente. Betim/M.G.* Prefeitura Municipal de Betim, 1996.

SIMAN, Lana M.de C. *Práticas Culturais e Práticas escolares: aproximações e especificidades no ensino de História*. In: História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. Paraná.Edições Humanidades, v. 9,2003.p.185-203

SOARES, L.J.G. *Educação de Jovens e Adultos*: Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 165 P.2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A produção dos saberes médicos da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e as normas de higienização prescrita às escravas e às prostitutas nos anos 1832-1890

Marcelo Ribeiro de Castro[1]

Resumo: No presente estudo, realizamos uma pesquisa historiográfica tendo como ponto de partida a tese do médico Dr. Herculano Augusto Laysance Cunha intitulada "A Prostituição em Particular na Cidade do Rio de Janeiro", publicada no ano de 1854. Procuramos investigar os motivos que impulsionaram os médicos da FMRJ a demonstrarem preocupações com o corpo das escravas e prostitutas da época. Adotamos a categoria histórica de gênero, enquanto instrumento metodológico capaz de responder às relações de subjetividades presentes no cotidiano do corpo da mulher escrava e prostituta.
Palavras-chaves: Gênero - Escravas - Prostitutas

Abstract: In this study, we realized a historiographical research. Its starting point is phd thesis by Doctor Herculano Augusto Laysance Cunha entitled "Prostitution in Particularly in city of Rio de Janeiro", published in 1854. We intend to investigate the motives that stimulated the doctors format FMRJ to demonstrate preoccupations about slave and prostitute bodies in that period of time. We adopted the historical category of gender as a methodological instrument to understand the day-by-day lives of slaves and the medical ideology concerning the bodyof prostitutesdy.
Keywords: Gender – Women Slaves – Prostitution

Iniciamos este trabalho lembrando aos colegas que os médicos formados nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) do século XIX, dissertavam sobre doenças sexualmente transmissíveis; casamentos; prostituição; escravidão; ocorrência e tipos de endemia e epidemia; localização ideal das residências, escolas e cemitérios; tipos de vestimentas; alimentação; gesta; moral; religião; enfim, atuavam na condição de verdadeiros intelectuais orgânicos[2] do Estado Imperial Brasileiro. Nesse contexto, acreditamos que os médicos, de modo hegemônico, estavam atrelados à "boa sociedade Imperial"[3]. É justamente dentro desse contexto que pretendemos desenvolver o nosso estudo de doutorado, procurando, perscrutar as relações ideológicas presentes nos corpos femininos das prostitutas e escravas do século XIX, adotando como material empírico as teses da FMRJ. Como ponto de partida adotamos a tese do médico Dr. Herculano Augusto Laysance Cunha (1845), intitulada "A

[1] Aluno do curso de História/doutorado PUC-SP.
[2] Gramsci (1968), afirma-nos que intelectuais orgânicos são aqueles que agem tanto no campo político como no filosófico, e, por conseguinte, constroem as diretrizes sociais de organização da sociedade da sua época.

[3] Para Mattos (1994), a 'boa sociedade' constituía o mundo do governo, um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade.

Prostituição em Particular na Cidade do Rio de Janeiro", uma vez que esta nos permite identificar elementos de intervenção e normalização para com os corpos femininos das escravas e das prostitutas do século XIX.

Acreditamos que a organização da sociedade dividida entre classes sociais corroborou para o afloramento das contradições atinentes às relações dos poderes e das subjetividades presentes no cotidiano das escravas e prostitutas que sobreviviam em uma sociedade que estabelecia as seguintes marcas e papéis para o corpo feminino: cuidar do lar, atender às necessidades do marido, tratar dos filhos, conceber a procriação como algo naturalizado, etc. Essas marcas se estabeleciam e se legitimavam junto aos corpos femininos da "boa sociedade", restando aos corpos femininos da classe dominada, entre eles escravas, prostitutas e alforriadas, serem concebidos enquanto mercadorias de consumo, de prazer e de força de trabalho imediata.

Percebemos, ainda, que o corpo feminino da classe dominante era dotado de normas e condutas higiênicas que contribuíam diretamente na formação de uma boa família, de uma procriação saudável e, ainda, na salvação dessas mulheres. Em contrapartida, o corpo da mulher escrava e da prostituta possuía cicatrizes profundas de debilidades, sendo responsável pela proliferação de doenças físicas, morais e sociais.

Os médicos entendiam o corpo feminino da "boa sociedade" como sujeito oculto e invisível aos olhos do espaço público. Era um corpo capaz de procriar, cuidar da criação dos filhos e do afazeres do lar, além da pronta atenção ao seu marido. O corpo feminino que fugisse a esse perfil era encarado como marginalizado e doentio, semelhante ao das prostitutas e escravas.

Apesar de a preocupação médica ocorrer em maior proporção com as formas de higienização e normalização do corpo feminino da "boa sociedade", conseguimos identificar ao longo das décadas 1832 a 1890 algumas teses da FMRJ que apontavam preocupações de caráter higienista, especificamente, com escravas e prostitutas dessa época.

No que diz respeito ainda ao nosso recorte temporal (COSTA, 1983: 33) afirma-nos que aqui "a Medicina Social vai dirigir-se à família burguesa citadina, procurando modificar a conduta física, intelectual, moral, sexual e social dos seus membros com vistas à sua adaptação ao sistema econômico e político". Assim sendo, tudo nos leva a crer que a medicina por meio das suas intervenções higiênicas e sanitaristas ganhou legitimidade junto à família de elite no Brasil Imperial e, conseqüentemente, passou a adquirir visibilidade como campo de conhecimento.

Os médicos produziam seus estudos acreditando na organização natural e invariável dos fatos sociais e, inclusive, entendiam a maternidade como acontecimento natural e necessário ao corpo da mulher burguesa. Partiam do princípio de que o determinante biológico era fonte exclusiva para explicar todas as relações sociais da época. Para a grande maioria deles, o comportamento amoral das escravas e das prostitutas estava ao mesmo limiar de compreensão dos processos de desenvolvimento retilíneo e harmonioso da natureza. Logo, esses corpos eram corrompidos física e moralmente porque preferiam a "vida fácil".

O pano de fundo de sustentação metodológica do estudo será o do materialismo dialético, utilizando para isso a categoria da totalidade enquanto instrumento de análise e explicação dos fenômenos econômicos, culturais e sociais presentes no cotidiano do corpo feminino (KOSIK, 1995). Utilizaremos ainda o Gênero[4] enquanto categoria histórica de análise de maneira que possa nos ajudar a entender a produção de subjetividade presente nas teses que normalizavam os cuidados médicos com o corpo das escravas e prostitutas.

Vale ressaltar que a *intelligentsia* do movimento higienista no século XIX elaborava seus estudos tratando de assuntos para além da ordem médico-sanitarista. Como exemplo, os médicos entendiam a Gesta[5] como um conhecimento inserido na área biomédica, devendo ser ministrada com o intuito de contribuir para a formação de um jovem robusto, sadio e livre de doenças. Assim, prescreviam atividades físicas e escreviam sobre a organização físico-funcional das redes de saneamento básico necessárias ao Estado.

O fácil acesso normalizador que os médicos tinham sobre os corpos femininos de classes sociais distintas contribuiu como alternativa de aproximação entre a família e o Estado, entre o público e o privado. A população, lentamente, reconhecia o Estado e os seus representantes, entre eles os médicos, como aliados fundamentais na solução dos problemas de caráter higienista. Os médicos, segundo (COSTA, 1983: 70), chegavam a afirmar que: "através da higiene, o poder estatal vai conseguir dos indivíduos a completa servidão".

Os médicos encontraram nos interesses das mulheres donas de casa, bem como em suas respectivas moradias, um dos principais aliados para impor também noções de hábitos alimentares. Assim, criticavam com veemência os modelos de residências, já que estes até então eram projetados de forma impermeável ao exterior, apresentando arquiteturas fechadas, salas quentes e abafadas com o esgoto da cozinha correndo junto à preparação dos alimentos. Teciam críticas aos tipos de iluminações a gás e/ou azeite, bem como à falta de ventilação

[4] De acordo com (SCOTT, 1996: 11), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, ou ainda, uma forma primeira de significar as relações de poder.

[5] Prescrição de atividades físicas como: corridas, natação, esgrima, canto, passeio ao ar livre, espada, dança, brincadeiras, equitação, jogo de bilhar, jogo de malha, pesca, caça, exercícios ginásticos, etc (CASTRO e OLIVEIRA, 2006: 37-42).

adequada nos espaços privados. Sobre esse tema, parafraseamos (MATTOS, 1994) e identificamos a presença e os distintos interesses entre o Governo da Casa e o Governo do Estado. (CASTRO, 2002: 60), por sua vez, nos diz que as relações de poder entre esses Governos, "provavelmente tenha dificultado uma ação mais concreta por parte do Estado nas políticas de ordem higiênicas para o interior das residências privadas".

Os médicos, através da produção do conhecimento possível para aquela época, conseguiram demonstrar a partir do terceiro quartel do século XIX em diante, a necessidade urgente de uma nova construção de hábitos e novos modelos de residências. Passaram a indicar o uso de materiais e equipamentos mais modernos nas construções das residências e recomendavam, sempre que possível, o distanciamento dos escravos de dentro das residências, uma vez que os mesmos não tinham seus corpos dotados de pureza física e moral. Sendo assim, tanto a presença como os afazeres domésticos dos escravos estavam sendo repensados mediante as novas normas higiênicas do Brasil Imperial, mais precisamente após o fim do Tráfico Negreiro e, ato contínuo, com o surgimento do novo modelo de trabalho livre por meio das imigrações.

A que se destacar que tanto as escravas como as prostitutas ocupavam, não raramente, os mesmos espaços públicos, chegando a confundir-se, em algumas situações, como um único corpo. O corpo das escravas, não muito raro, chegava a ocupar o mesmo espaço do corpo da mulher da "boa sociedade", destacando-se ora por ocupar o espaço público ora o privado. Muitas eram as escravas que com a permissão dos seus Senhores saiam às ruas da Cidade do Rio de Janeiro com tabuleiros sobre a cabeça para vender pés-de-moleque, cocada, angu, acarajé, pastéis e frutas, etc.

Ainda sobre o trabalho no espaço público realizado pelas escravas, NEVES fundamenta nosso entendimento ao nos afirmar que

> *aos escravos de ganho ficava também reservado o pequeno comércio ambulante [...], nas praças, ruas e jardins das cidades brasileiras era comum verem-se negras que ofereciam aos passantes mercadoria bem diversificada como verduras, frutas, flores, raízes comestíveis, bolos, doces, legumes, ovos, tortas, roscas, panelas, copos, moringas, roupas, jóias de fantasia, livros, etc (NEVES, 1996: 49).*

Além dessas atividades, destaca-se também a prostituição como outra função social realizada pelo corpo das escravas no espaço público, isto imbuído do propósito de sobreviver e repassar parte dos dividendos para os seus proprietários. Logo, não muito raro, o corpo da escrava confundia-se com o da prostituta.

O corpo feminino da classe oprimida ora produzia seus dividendos no espaço público, ora no espaço privado do seu Senhor. Essa dupla função estava atrelada diretamente ao fator econômico. Para consubstanciar nossa leitura, recorremo-nos mais uma vez a NEVES ao nos afirmar que: "a prostituição e a mendicância eram modalidades de exploração dos ganhos dos cativos, fornecendo aos senhores renda razoável" (NEVES, 1996: 49).

Nesse instante, debruçamo-nos sobre a tese "A Prostituição em Particular na Cidade do Rio de Janeiro" de autoria do Dr. CUNHA (1845) e nela identificamos o espaço público totalmente loteado para fins desse oficio. O médico descreve a existência de três ordens de prostituição pública (primeira, segunda e terceira ordem das mulheres) cada uma com os seus adornos e com as suas peculiaridades que passo a descrever a seguir.

A primeira ordem, pelo que tudo indica, prestava seus serviços aos Senhores, integrantes do governo, juristas e, também, aos médicos. Essa ordem caracterizava-se com a presença marcante de mulheres que

> *moram isoladas, em casa de sobrados decentes, e bem ornadas, vivem em tal ou qual opulência, e trajam com todo o primor da moda; olham com desprezo para as suas companheiras que estão em escala inferior, e affectam em publico um ar de honestidade que difficilmente deixa transparecer a fealdade da sua conducta. (CUNHA, 1845: 17).*

Dessa forma, acreditamos que as poucas mulheres integrantes desta ordem gozavam, entre outros privilégios, da não perseguição daqueles que consideravam a prostituição como algo profano e nocivo à "Boa Sociedade Imperial".

A segunda ordem possuía, consideravelmente, uma maior concentração de prostitutas em relação à primeira. Essas mulheres encontravam-se espalhadas pelas ruas e vielas da Cidade e ainda, de acordo com (CUNHA, 1845: 18) "são frequentadas pelas classes da sociedade que medeiam entre a populaça (?) e as pessoas abastadas; não vivem com apparato, e pelo contrário muitas descem abaixo da mediocridade". Acreditamos estar presente nessa ordem, grande percentual de mulheres que freqüentavam ao mesmo tempo os espaços públicos e privados do século XIX.

Já a terceira ordem, por sua vez, reunia as rameiras da mais baixa estirpe. De acordo com (CUNHA, 1845: 19), as prostitutas dessa ordem "residiam nos mais sórdidos casebres, onde se reúne o refugo dos libertinos para se entregarem a crapula, e ás demasias da sensualidade". Tudo nos leva a crer que as mulheres ligadas a esta ordem eram as que mais sofriam com a perseguição física e a discriminação moral por parte dos instrumentos ideológicos do Estado Imperial.

A partir dos estudos de CUNHA, (1845), ainda é possível identificar um outro grupo de prostituta, a prostituição clandestina. Esse corpo de meretriz caracterizava-se quando eram consumadas as relações sexuais dentro das dependências do espaço privado entre os Senhores e suas escravas. A freqüência deste tipo de prostituição era tão comum à época que o médico chega a afirmar o seguinte:

> *Quantos homens ha por ahi que deixam o leito nupcial para irem conspurcar-se nas immundas senzalas onde dorme a escrava, que é preferida á uma esposa terna e amavel? Tais desatinados esquecem que mais tarde a injuria, que atiram ás faces de sua mulher, será vingada pelo adulterio, e vociferando contra aquella, que não fez mais do que seguir seu exemplo, promovem explosões de escandalo, e lançam ao dominio do povo segredos, que retalham profundamente sua moralidade, (CUNHA, 1845: 24).*

A concepção médica a respeito do corpo da escrava era a de que os Senhores que se deitassem com suas escravas estavam sujeitos a terem a sua reputação lançada em escárnio público e, conseqüentemente, teriam a sua moralidade comprometida. Desta feira, o corpo da escrava, apesar de desejado e muitas vezes invadidos[6] pelos seus Senhores, era identificado com sujeira física e pela imoralidade. Em contrapartida a tudo isso, podemos inferir que o corpo feminino da "boa sociedade", localizado também no espaço privado, tinha sua representação atrelada à ternura, pureza e amorosidade.

Assim sendo, percebemos que o corpo da escrava no espaço privado, em algumas vezes se confunde com o corpo da prostituta no espaço público, entretanto, esta reciprocidade ainda não pode ser afirmada. Nesse contexto, recorremo-nos a ENGEL, onde a autora nos afirma que "as prostitutas compunham um conjunto, cujo perfil econômico, social e cultural era bastante diversificado, compreendendo desde o chamado baixo meretrício até a chamada prostituição de luxo" (ENGEL, 1989: 26).

A conjuntura social do século XIX era um convite para que o corpo da mulher escrava, principalmente as escravas de ganho, enfileirassem as atividades informais e até mesmo à prostituição clandestina. Ao reportar-nos mais uma vez à ENGEL, percebemos o quanto fica cristalino a dificuldade do corpo da mulher escrava, mesmo enquanto produtor de força de trabalho, fugir ao estigma da imoralidade, preguiça, vadiagem, doença, mau trabalhador, etc. Como exemplo, vale destacar que no século XIX:

---

[6] As escravas tinham, às vezes, de servir de parceiras sexuais de seus senhores, qualidade de concubinas, amantes ou companheiras (KARASCH, 2000: 260).

> *As condições de sobrevivência para os segmentos sociais pobres tornavam-se cada vez mais precárias. A situação da parcela feminina destes segmentos era ainda mais grave, se levarmos em conta a existência de preconceitos que restringiam muito as ocupações que podiam ser desempenhadas por mulheres. Assim não restavam à mulher livre e pobre, ou mesmo à escrava de ganho, muitas alternativas, além do serviço doméstico, quitandeiras, costureiras e outras atividades como lavadeiras, cartomantes, feiticeiras, coristas, dançarias, cantoras, atrizes e prostitutas. (ENGEL, 1989: 25).*

Desta feita, o corpo da mulher escrava era responsável direto tanto pelas as atividades do lar, bem como, pelas atividades realizadas no espaço público. Sendo assim, a compreensão da sua identidade estava atrelada aos diferentes espaços físicos ocupados em cada momento. Já o corpo da mulher da "boa sociedade", sempre que ocupasse o espaço público, era prudente e de boa índole fazê-lo acompanhado de uma criada, seu marido e seus filhos.

Acreditamos que o corpo da mulher da "boa sociedade" ao ocupar o espaço público na companhia de marido, filhos e criados ratificava suas marcas de dócil, reprodutor, limpo, por fim, de um corpo/sujeito oculto. Já o corpo da mulher escrava, por sua vez, quando presente no lócus público despertava a atenção de seus Senhores para que não caísse nas tentações do mundo da rua e ser confundido com o corpo da prostituta.

Por fim, arriscamos concluir, mesmo que provisoriamente, que o corpo feminino do século XIX materializa-se na condição de mulheres ocultas, corpo este da mulher da "boa sociedade". E, ainda, uma segunda possibilidade de manifestação de corpo que é o das escravas, prostitutas e alforriadas, sendo que esses últimos não gozavam da mesma ocultação do corpo primeiro. Acreditamos que a visibilidade publica do corpo das escravas e prostitutas tenha corroborado diretamente para que os médicos do século XIX demonstrassem preocupações.

Referências

CASTRO, Marcelo Ribeiro de. **A Educação Physica e a gesta nas theses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos anos 1850.** 2002. (Dissertação de mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2002.

CASTRO, Marcelo Ribeiro de e OLIVEIRA, Vitor Marinho. O modelo de instituição escolar defendido pelos médicos nos anos 1850 e o conceito de Educação Physica. In: **Cadernos Camilliani.** Centro Universitário São Camilo-ES. v. 07, n. 01, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CUNHA, Herculano Augusto Laysance. **A prostituição em particular na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito. 1845. (Tese da FMRJ).

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo saquarema.** Rio de Janeiro: Acces, 1994.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **Gender and the Politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989. Traduação: Cristine Rufino, Dabat e Maria Batânia Ávila. SOS Corpo. 3ª ed. Recife, abril de 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da Higiene à Eugenia: Um percurso de salubridade francesa.

Patricia Fortunato Dias[1]

Resumo: Este artigo pretende analisar a peculiaridade do discurso eugenista francês herdeiro de um pensamento pós-Pasteur e que se desenvolve nos primeiros quarenta anos do século XX. Nesse momento, a medicina ganha direitos sobre os lugares privilegiados das práticas sociais, públicas e privadas (em seu discurso, « higiene urbana », « higiene do corpo », « higiene da mente », « higiene da alma »…) com um claro sentido civilizatório e preventivo. Assim, quando na França soma-se ao discurso da higiene social a grande preocupação com a procriação encabeçada pela figura do Dr. Adolphe Pinard falar de eugenia é falar ao mesmo tempo em puericultura, diferentemente da Inglaterra. A saber, o cuidado com a criança, com a mãe, a relação sexual e o parto, como características de uma nova ciência que Pinard preferira chamar de puericultura antes da procriação ou eugenética.
Palavras-chave: Higiene – Eugenia – Puericultura.

Resume: Cet article a l'objectif d'analyser la particularitée du discours eugeniste français héritier de la pensée pos- Pasteur et qui est developpé dans les premiers quarents ans du XXème siècle. À ce moment-là, la médicine s'occupe des pratiques sociaux, publiques et privées, (dans le discours, "hygiène urbaine", "hygiène du corps", "hygiène psychique", "hygiène de l'âme"...)avec la intention de civiliser et prevenir. Ainsi, lors qu'en France ajoute au discours de l'hygiène social la grand préocupation de la procréation à travers du Dr. Adolphe Pinard, penser sur l'eugénisme c'est au même temps penser sur la puériculture, diferentement de l'Angleterre. C'est-à-dire, le soin des enfants, de la mère, la relation sexuel et l'accouchement, comme les caracteristiques de une nouvelle science que Pinard preferait appeller de la puériculture avant la procréation.
Mots-clés: Hygiène – Eugenisme – Puériculture.

A palavra higiene deriva do grego *hygeinos*, utilizada pela medicina, a qual tem sua tradução mais próxima daquilo que é são. A história da higiene pode ser observada desde a Antiguidade, onde é possível encontrar hábitos hoje já falidos. No século XVII, por exemplo, o asseio se remetia a um olhar mais imediato denotado pela vestimenta[2]. O fato é que, apesar da mudança dos comportamentos ao longo do tempo, a higiene se passa sempre na relação do corpo conjuntamente a práticas de intervenção sobre ele. A noção de higiene se faz na medida em que a noção de corpo também se transforma.

A prática higienista começa a ganhar força, principalmente, entre 1750 e 1780, quando grandes cidades, como Paris, entram num processo de explosão demográfica e crescimento urbano. Impelidas por um novo sistema econômico nascente, a necessidade da

[1] Mestranda da Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, com bolsa-mestrado Cnpq.
[2] A este respeito ver: Georges Vigarello, Le propre et la sale, Seuil, Paris, 1985.

organização dos espaços, o que concerne a habitação, não se faz apenas por uma preocupação essencialmente política, uma vez que agora o choque entre as classes se dá no mesmo perímetro, ela será também político-médica, o que agrega questões de salubridade para a organização do meio urbano. Nesta época, Paris se configura com o seguinte cenário: aglomerações da classe pobre, esgoto aberto, cadáveres empilhados. Uma das áreas de maior atenção era o Les Halles, que além de tudo isso convivia também um pólo comercial.[3]

Com a cólera de 1832 e o levante de 1848, a necessidade de um esquadrinhamento urbano se afirma, isso por dois motivos: por um lado, por uma contenção político-social, e por outro, pela questão da salubridade, principalmente quando se pensa nas necessidades da burguesia emergente. Aqui vemos elucidar um conceito que Louis Chevalier trabalha em seu livro *Classes Labourieses et Classes dangereus*, o qual, em um estudo sobre a criminalidade, traça um panorama da ligação da classe trabalhadora com questões como doença e crime.

O projeto Haussmaniano virá atender boa parte das exigências. Com uma arquitetura baseada na medicina urbana, em que se priorizava a circulação do ar e da água puros – relação ainda muito estreita com a teoria dos miasmas – o Barão de Haussman abrirá *boulevards*, construirá uma rede de esgotos, canalizará água limpa, e ademais, estruturará a cidade para a impossibilidade de barricadas[4]. Com ele, Paris se torna uma cidade modelo para o mundo, no entanto é com as descobertas Pasteurianas sobre os microorganismos em 1868 – e mais tarde, em 1878, a descoberta da vacina – que todo o projeto Haussmaniano começa a cair por terra. A partir do momento em que o perigo não está só num tipo de classe, num tipo de ar ou num tipo de água, pois agora este é invisível e pode estar em todo o lugar, toda uma individualização do corpo, isto é uma disciplina corporal, e, uma política regulamentadora da população deve se reconfigurar. É justamente a partir deste momento que o problema principal deste artigo começa a ser esboçado.

O último terço do século XIX compreende um momento decisivo para o desenrolar de uma nova perspectiva higienista, pois em 1868 temos as descobertas Pasteurianas, e também para o pensamento eugenista na França que num primeiro momento surge com a idéia da Puericultura. Veremos vários acontecimentos importantes em relação a isto. Primeiro: haverá uma reorganização na qual compreende tanto o espaço público quanto o privado. O novo uso da água – que agora não serve apenas para lavagem, mas tem a função de assepsia – traz a manutenção dos espaços de habitação e estabelecimentos públicos da cidade. Neste momento, as casas da classe burguesa começam a ganhar banheiros individuais,

[3] A este respeito ver: Dr. Tessereau, Études hygièniques sur Les Halles centrales de Paris, 1847.
[4] A este respeito ver: Duby, Georges (dir.). Histoire de la vie urbaine en France – v. 4. Seuil, Paris, 1980-1985.

as vilas operárias compreendem-se pelo alojamento individual de famílias em cada casa, e ainda, cada indivíduo num cômodo. Já no âmbito público, podemos ver o crescimento de estabelecimentos de banho e piscinas públicas.[5] Segundo: a guerra franco-alemã suscitará grandes preocupações em salva-guarda a população francesa. Com a guerra, a população francesa terá um declínio demográfico significativo, o que possibilitou também o aparecimento de novas estratégias de disciplina e de controle; doravante o discurso higienista começará a se misturar com o discurso eugenista. As primeiras propostas lançadas pela ciência higienista serão o reflexo daquelas que se desenrolarão dentro do eugenismo, conforme indicam higienistas da época:

> *" L'art de maintenir la santé remont, tel comme la médicine, aux premiéres ères de L'humanité. Mais L'higyène, de la façon qu'elle est compris aujourd'hui, est une science moderne. Elle est contemporaine des découvertes actuelles au sein de la physique, de la chimique, de la physiologie et fé L'histoire naturelle(...) elle est essentiel pour le bien de la nation."* [6](ROCHARD, 1897:1-2)

A periculosidade da saúde tem locais e características bem determinadas, está no corpo, na casa, na comida, na rua, no pensamento, e conseqüentemente, na vida da cidade em seu próprio funcionamento, nos espaços ocupados. Desde que o universo microbiano se coloca, a higiene deixa de ser a mesma. "Aprés 1880, le style des hygiénistes se reconnaît au premier coup d'oiel. Ils donnaient leurs avis sur tout; maintenant ils tranchent de tout. Ils accumulaient tout; maintenant, ils ordonnent."[7](LATOUR, 2001:84), essa passagem de Latour monta o cenário da secularização da saúde que se consagra no final do século XIX, a saúde é dada pela ciência, mas também, no campo da política. Além de científica, ela é também burocrática e isso se reflete principalmente nos espaços ocupados da sociedade.

O inimigo da saúde é também o inimigo da higiene, isto é, a doença. Não a doença por ela mesma, mas sim ela enquanto devir. O problema está no contágio, no micróbio, na sujeira, assim podemos identificar um discurso baseado no ambiente da prevenção.

É no final do XIX que as teorias que pensavam a diferenciação entre as raças ganham viço. Os degenerados se transformam na maior ameaça a um porvir de uma nova geração francesa que precisava emergir. A antropometria de Alphonse de Bertillon, do Serviço de Identidade Judiciária de Paris, se desenvolve como ferramenta indispensável para

---

[5] A este respeito ver: Julia Csergo, *Liberté, égalité, propreté*. Albin Michel, 1988.

[6] "A arte de conservar a saúde remonta, tal como a medicina, às primeiras eras da humanidade. Mas a higiene, da maneira pela qual ela é entendida hoje, é uma ciência moderna. Ela é contemporânea das descobertas atuais no seio da física, da química, da fisiologia e da história natural(...) ela é essencial para o bem da Nação".

[7] "Depois de 1880, o estilo dos higienistas é reconhecido num primeiro olhar. Eles davam seus avisos para tudo; agora eles repartem tudo. Eles acumulavam tudo; agora eles ordenam."

identificação dos criminosos[8]. A psiquiatria nascente se ocupará com os alcoólatras, as histéricas, os homossexuais, enquanto que a higiene mental passa a ser considerada fundamental para a produção de uma raça produtiva. Por outro lado, a degenerescência implicará em outros estudos como a hereditariedade, o que formulará as idéias primordiais para o discurso eugenista, a saber, a ciência dos "bons nascimentos". Com isso, os focos estão posicionados: a relação sexual, a mulher grávida e as crianças. Dr. Adolphe Pinard, ginecologista e obstetra pasteuriano, será o precursor neste foco, introduzindo os estudos da puericultura intra-uterina, o qual tem como objetivo principal pesquisar conhecimentos relativos à reprodução, conservação e de melhoramentos da espécie. Por sua definição, poderíamos concluir que se trata propriamente de eugenismo, no entanto, no Primeiro Congresso de Eugenia em Londres, em 1912, Pinard traz o conceito de "Puericultura antes da procriação".

A preocupação com a mãe, e principalmente, com a criança se coloca como uma constante. Pode-se dizer que o cuidado com a criança, e conseqüentemente com a mãe, é a espinha dorsal tanto para os higienistas quanto para os eugenistas. A eugenia parte sim, das mesmas problemáticas da higiene, no entanto ela nasce como uma ciência nova que se estabelece, primordialmente, com olhar atento à procriação humana, a saber, a relação sexual, a gravidez, o parto, e ainda, o desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, quando se fala em eugenia – pelo menos na França – é possível que se esteja falando em Puericultura. Isso porque, a preocupação eugenista na França começa com Pinard, que se atenta às preocupações relativas a procriação e melhora da espécie, o qual insiste por chamar essa ciência não de Eugenia, mas sim de "Puericultura antes da procriação"[9].

Entretanto, o programa da puericultura não se encerra na procriação, ele se estende na gestação até o desenvolvimento da 1ª e 2ª idades. Para tanto, a emergência de outros tipos de ciência foi inevitável, ou seja, que outros dispositivos de controle entrassem em ação. Assim, esse programa, que se pode entender como puericultura, tem uma característica bem específica, uma vigilância que se reporta às práticas de prevenção, uma vez que funciona dentro dos moldes pasteurianos de higiene. A pediatria, por exemplo, entra para controlar as taxas de mortalidade infantis, com métodos pasteurianos de esterilização do leite e também através do conhecimento da bacteriologia faziam o controle das doenças transmissíveis. Era preciso uma rede que funcionasse para mudar o panorama geral do pós-guerra na França:

[8] A este respeito ver "Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime."Robert Darmon, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
[9] Aquilo que Pinard também chama de Eugenética.

> *"L'époque, si funeste à tant d'égards, de la guerre mondiale avait provoque ou releve de nombreuses misères, dont les enfants étaient les victimes particulieres et innocents. La reduction progressive des ouvriers masculins, l'urgence des necessites materielles, entraînement vers lê travail exterieur et les ateliers bien des futures mères, et bien des nourrices. Et, conséquence immédiate, les gestations se trounvent encourtées: prématuration er debilite congénitales s'ensuivent, aggravés encore par lê défaut d'allaitement maternel. Enfants mal venus, mal nourris, abandonés, grossissement bien vite lê pourcentage des mort-nés ou des morts precoces."*[10]*(WEILL-HALLE, 1933:22)*

A França vive com o fantasma da depopulação. O medo de uma geração de degenerados faz com que apareçam cada vez mais fundações, escolas e profissionais especializados em prol do desenvolvimento e melhora da espécie.

O discurso de Pinard já trazia a idéia de que uma quantidade maior de nascimentos era sim necessária, mas, sobretudo uma qualidade melhor era primordialmente requerida. Assim, se torna possível vislumbrar um primeiro traço do eugenismo francês, ou seja, o germe da puericultura está cultivado.

Em janeiro de 1920, a escola de Puericultura é criada como um órgão da faculdade de medicina da Universidade de Paris, com a direção do Dr. Pinard. Responsável pela formação de médicos e enfermeiras, o curso tinha como objetivos principais desenvolver os quadros técnicos da puericultura e estabelecer os tipos de proteção infantil e maternal exemplar.

Assim, dispensários são criados com a direção de médicos responsáveis que participam desta instituição, respondendo rigorosamente a fórmula de puericultura de Pinard. Três dispensários entram em funcionamento: dispensário de higiene da mulher em período de gestação, sob a direção do Dr. Couvelaire; dispensário de higiene de nutrição, sob a direção do Dr. Marfan; dispensário de higiene das crianças em idade pré-escolar e escolar, sob a direção do Prof. Leon Bernard. Esses dispensários tinham o objetivo de controlar a higiene das futuras mães, a alimentação e as crianças.

O papel dos dispensários é, acima de tudo, um serviço social. Era também organizada pelo l'*Office d'Hygiène Sociale du Departement de la Seine* (escritório de higiene social do departamento do Sena), o qual tinha como responsabilidade a vinda das famílias, com visitas a domicilio na tentativa de orientá-las, para que os dispensários não funcionassem

[10] "A época, funesta a tantos olhares, a guerra mundial tinha provocado ou revelado numerosas misérias, as quais as crianças eram as vitimas particulares e inocentes. A redução progressiva dos operários masculinos, a urgência das necessidades materiais, treinamento para o trabalho fora de casa, e as oficinas mesmo das futuras mães, e das amas de leite. E, de conseqüência imediata, as gestações se encontram interrompidas; bëbes prematuros e debilidades congênitas, se encontram ainda mais agravantes pela falta de aleitamento maternal, crian;as mal nascidas e mal nutridas abandonadas, alargam a porcentagem da mortalidade infantil ou das mortes precoces."

apenas como um socorro acidental, mas que existisse a possibilidade de um controle sistemático da infância em todos os níveis.

Como se vê, é preciso criar uma rede de controle em torno da sociedade em porvir. A Puericultura de Pinard se trama e ganha força na medida em que se relaciona com outras áreas do conhecimento e de interesse do Estado. Essa rede se estabelece dentro do campo da saúde secularizado. Experiência inaugurada pela ciência da higiene, a qual estatísticos, juristas, deputados, médicos, antropólogos, biólogos, todos, determinam medidas para a melhoria da sociedade. O casamento entre a política e a saúde continua. O bem-estar da sociedade é também papel inerente do estado:

> "De tout temps, la sauvaguarde et la protection de l'enfance ont été une des préoccuptions des Pouvirs publics, aussi bien qu'une des mqnifestations habituelles de la bienfaissance privée."[11](LECLAICHE&PIGOT, 1933:42)

A esta altura, cenário que se corrobora na década de 30, a Puericultura de Pinard tinha conseguido os avanços desejáveis até então requeridos para uma França aterrorizada pela degenerescência. Isso porque, seu programa se articulava, principalmente, com uma imensidão de áreas. Ela ia da fisiologia a higiene, participava da medicina preventiva e se intercambiava com as ciências sociais, e ainda devia reconhecer a legislação vigente, e por vezes articular com os Poderes públicos modificações desejáveis.

> "Notre ambition se resume en peu de mots: obtenir qu'il y ait en France assez de médicins compétents, assez d'infirmières-visiteuses solidement éduquées, pour que nulle naissance, pour que nul enfant ne soient negligés. Pour parvenir à ce but ultime, c'est a organiser propagande et enisegnement que nous nous attachons, laissant aux pouvoirs publics, aux ouevres privées, conjugues dans um même effort, le soin d'en fournir les moyens matérielles."[12](LECLAICHE&PIGOT, 1933:31)

Desde 1874, uma série de programas, decretados por lei, é colocada em funcionamento na França. O resultado foi uma ação conjunta entre os estudos Pinard e as ações do Estado em prol do desenvolvimento da criança. Caron, em 1865, já havia lançado as mesmas idéias, a saber, o medo da depopulação, a vulgarização dos métodos de higiene, a mortalidade infantil, ou seja, as preocupações que deram o passo inicial para o desenvolvimento da Puericultura.

Entretanto, as medidas do governo vieram a passos mais lentos e Pinard é quem toma a frente desta empreitada. Isso porque, além de Pinard estar envolvido com as reflexões sobre Eugenia, foi só a partir do começo do século XX que as leis começaram a atender a

[11] "em todo o tempo, a salvaguarda e a proteção da infância foram preocupações dos Poderes públicos, tanto quanto uma das manifestações habituais da beneficiência privada."

[12] "Nossa ambição se resume em poucas palavras; obter que aja na França médicos competentes, enfermeiras-visitantes solidamente educadas, para que nenhum nascimento na França, para que nenhuma criança seja negligenciada. Para que esses objetivos aconteçam, é em organizar a propaganda e o ensino que nós nos fixamos, deixando aos poderes públicos, às obras públicas, conjuntas nos mesmos esforços, fornecer os meios materiais."

exigências em torno de um projeto de Puericultura que previa um arcabouço moral, pedagógico e institucional.

Seria preciso ressaltar que, neste ponto da análise, uma questão pode ser colocada: de que Higiene estamos falando neste momento? No entanto, com base no que foi até aqui trabalhado, a melhor resposta a essa pergunta seria uma retórica: de que Higiene poderíamos falar senão de Higiene Social?

Pensar o discurso eugenista na França é também se reportar às práticas higienistas de individualização, pois estas se desdobram nas noções de saúde, e, por conseguinte, na construção da idéia de raça pura. Esta prática de individualização envolve uma reconfiguração do espaço da cidade e dos corpos, sendo esta última dada como foco o cuidado com a criança. É através da criança que a França destaca seus esforços para a manutenção da raça, ou seja, é nela que estarão depositadas todas as esperanças quanto ao futuro de uma nação.

Referências bibliográficas:

BOURDELAIS, Patrice. *Les Hygiènistes: enjeux, modèles et pratiques*. Paris: Belin, 2001.

Carol, Anne. *Histoire de L'eugenisme en France: Les médicins et la procréation, XIX – XX siécle*. Parsi: Seuil, 1995.

CHEVALIER, Louis. *Classes Labourises et Classes Dangereuses a Paris, pendant la preniére moitie du XIX siécle*. Paris: Hachette, 1984.

CSERGO, Julia. *Liberté, égalité et propreté: Le morale de l'hygiène au XIX siécle*. Paris: Albin Michel, 1988.

DARMON, Robert. Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DROUARD, Alain. *L'eugénisme en questions: l'exemple de l'eugénisme français*. Paris: Ellipses, 1999.

DUBY, Georges (Dir.). *Histoire de la France Urbaine, Vol. 4 – La ville de l'age industriel: le cycle Haussmannien*. Paris: Seuil, 1980-85.

FOUCAULT, Michel. *Dits et ecrits I*. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

_____. *Dits et ecrits II*. Paris: Quarto Gallimard, 2001.

_____. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins fontes, 2002.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

LATOUR, Bruno. Pasteur: *Guerre et paix des microbes*. Paris: La Découverte, 2001.

PICHOT, André. *La société pure: De Darwin à Hitler*. Paris: Flammarion, 2000.

SCHNEIDER, H. William. *Quality and quantity: the quest for biological regeneration in twentieth-century France*. Cambridge University Press, 1999.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o Sujo: Uma história de higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996

Periódicos consultados:

ROCHARD, Jules(dir.). Encyclopédie d'hygiène et de Médecine Publique, Tomo 1., Paris: Ed. Arthur Rousseau et Vigot Frères, 1897.

WEILL-HALLE, B. Revue de puericulture française, n1, *L'école de puericulture de la faculte de medicine de Paris*, 1933.

LACLAICHE & PIGOT. Revue française puericulture, *Necessité d'une cordination entre les diverses los protectrices de la mere et de l'enfan, 1933.*

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Revistas de fãs e a representação do cinema brasileiro através do *star system*

Margarida Maria Adamatti*

Resumo
As revistas de fã *Cena Muda* (1921-55) e *Cinelândia* (1952-67) incentivaram o *star system* brasileiro durante os anos cinqüenta, estimulando o processo de identificação dos leitores com os atores brasileiros. Incentivaram a produção brasileira, quando o cinema brasileiro era visto com ressalvas pelos críticos intelectualizados. Não eram as duas publicações meras divulgadoras do *star system* hollywoodiano. Sua legitimidade simbólica residia exatamente no caráter antagônico de criticar os filmes brasileiros considerados ruins e questionar o *star system* vinculado em suas páginas. Orgulham-se de sua posição como publicistas e de agentes na construção da representação do cinema brasileiro. Procuraremos abordar neste texto as peculiaridades do estrelismo das duas publicações, com destaque para o brasileiro, fazendo também o contraponto com a cobertura ao cinema hollywoodiano.
Palavras chaves: *Star system*, revistas de fãs, história do cinema brasileiro.

Abstract:
The fan magazines *Cena Muda* (1921-55) and *Cinelândia* (1952-67) provided an incentive the brazilian *star system* during the fifties, encouraging the identification's process of the readers with the brazilian actors. They have stimulated the brazilian production, when the brazilian cinema was seen with qualifications for the intellectual critics. Both magazines haven't spread only the hollywood star system. The symbolic legitimacy of them has resided exactly in their antagonistic features and in the process of criticizing the brazilian films considered bad at the same time they have discussed the star system described in their pages. They are proud of their position as advertisers and of agents in the building of the brazilian's cinema representation. The aim of this paper is to roach the peculiarities of the star system in both magazines, especially the brazilian type, opposing the coverage of the hollywood cinema also.
Keywords: Star system, fan magazines, history of brazilian cinema.

As primeiras revistas de fãs de cinema nasceram nos Estados Unidos vinculadas aos estúdios cinematográficos como uma forma de criar publicidade para os filmes ainda nos anos dez. Durante os primeiros anos do cinema, os produtores tentaram vincular seus nomes aos filmes sem sucesso. O *star system* cinematográfico surgiu por volta dos anos dez, lançando a estrela de cinema como principal produto para atrair os espectadores. (MORIN, 1989)

As revistas de fãs surgiram primeiramente como veículo de divulgação do *star system*, mas como a legitimidade simbólica das publicações dependia da credibilidade junto

* Margarida Maria Adamatti é mestranda do curso de Ciência da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Victorio Morettin, e bolsista da CAPES.

aos leitores, a cobertura jornalística não poderia ser apenas calcada nos *releases* envidados pelos departamentos de propaganda dos estúdios. Por isso, as revistas de fãs não elogiavam todos os filmes; havia também críticas contundentes aos filmes e também a algumas estrelas.

Havia na redação de *Cena Muda*, críticos e publicistas, o que conferia um caráter dual na forma com que o *star system* era caracterizado. Era possível encontrar em suas páginas editoriais, críticas contundentes ao estrelismo, e páginas depois o endeusamento das mesmas estrelas antes censuradas pela falta de talento.

No Brasil, as revistas de fãs surgiram quando o cinema não tinha nem trinta anos. Durante a década de vinte, firmaram-se no mercado editorial as revistas *Cinearte, Cena Muda* e *Selecta*, mas só *Cena Muda* permaneceu no mercado por mais de trinta anos. O critério de fotogenia e publicidade para alcançar o sucesso dos filmes brasileiros nasceu em *Cinearte*, revista que fez a primeira campanha pelo cinema brasileiro.

Durante a década de cinqüenta, surgem as concorrentes *Cinelândia* (1952-67) e *Filmelândia* (1954-63), do grupo editorial de Roberto Marinho. Juntas com *Cena Muda* (1921-55), elas vangloriavam-se de seu papel como auxiliadoras do cinema brasileiro, trazendo reportagens sobre atores, cine-romances e principalmente fofocas sobre o cinema brasileiro, embora o maior destaque fosse para o cinema hollywoodiano. Apreciavam os filmes brasileiros, sugerindo alterações para melhorar nosso padrão, ao contrário da maioria dos críticos intelectualizados do período, que criticavam um tipo de cinematografia, especialmente as chanchadas.

Cena Muda e *Cinelândia* tomavam partido do cinema brasileiro para levar os espectadores aos filmes nacionais. Utilizavam a necessidade do espectador em possuir a imagem do ídolo, criando assim novas estrelas brasileiras, através da projeção e identificação. O espectador fixa e se identifica com personagens e heróis que lhe são estranhos ao se liberar das suas virtualidades psíquicas. Nesse momento, ele sente viver experiências que não está praticando. (MORIN, 1962: 82)

A ênfase na vida das estrelas brasileiras nas revistas sugeria uma postura comportamental a ser seguida pelas leitoras. De Edith Morel já se podia copiar os vestidos devido a seu bom gosto, Fada Santoro era o modelo de comportamento da boa moça de família, Eliane Lage, o modelo do desprendimento material, porque preferiu a vida no campo à riqueza familiar. O grande interesse em cada detalhe pessoal da vida da atriz pode ser explicado como uma necessidade do fiel/ fã que quer consumir o seu Deus/ estrela. O fã quer saber tudo, ou seja, quer possuir, dominar e digerir mentalmente a imagem integral do ídolo:

> "O conhecimento se torna assim um meio de apropriação mágico. (...) Esses mexericos não são um subproduto, mas o plâncton de que se alimenta o *star system*. Os jornalistas de cinema se interessam mais pelas vedetes que pelos filmes, e ainda mais pelo falatório sobre as vedetes que por elas mesmas. Farejam, descobrem, apropriam-se do rumor e, em último caso, o inventam. A função das fofocas é não apenas transformar a vida real em mito e o mito em realidade, mas desvendar rigorosamente tudo, e tudo oferecer a uma curiosidade insaciável." (MORIN, 1989: 60)

Adentrar na imagem e na vida da estrela significa para os leitores partilhar de alguma confidência: "toda informação traz algum segredo que permite ao leitor apropriar-se de uma parcela da intimidade da estrela (...). Daí a importância das confidências, indiscrições e entrevistas", que alimentavam na década de 50, época áurea do *star system* mais de 500 jornalistas estabelecidos em Hollywood. (MORIN, 1989: 61)

Para Laura Mulvey, o fã passa por uma experiência de perda: a imagem do ídolo está sempre perdida. O *possessive espectator* relaciona-se diretamente com o *star system*. O espectador tenta aprisionar a imagem da estrela, através dos filmes hollywoodianos que utilizam em demasia o *delayed cinema,* dando a ilusão da posse pela contemplação e congelamento das imagens. (MULVEY, 2006)

Os ingredientes das duas revistas para a estruturação do *star system* eram calcados no grande destaque visual com fotos e *posters* e na adjetivação, característica muito comum da imprensa dos anos cinqüenta. Os repórteres de *Cinelândia* abusavam, utilizando até quatro adjetivos para definir alguém: "pessoa inteligente, culta, natural e simpaticíssima". Todas as estrelas de cinema são as melhores, as prediletas, as mais belas a cada nova página nas duas publicações. A fotogenia continua a prevalecer, não como uma futilidade, mas um pressuposto importante para ser estrela. O talento aparece em segundo plano, como um adjetivo esvaziado de conteúdo analítico. Há também uma noção de merecimento; os atores passaram por privações, lutaram e mereceram chegar onde estão, deixando implícito o sonho para o leitor de que ele também pode chegar ao mesmo patamar. No cinema brasileiro, prevalece a imagem do trabalho como *hobby*, como se a maior parte dos atores não precisasse ganhar dinheiro. Mas se um ator ou atriz tem ascendência aristocrática, a revista os exalta: nobres que preferiram se dedicar ao cinema.

Mais importante do que as notícias sobre os filmes, é a participação, performance e sobretudo as fofocas sobre as estrelas, de acordo com Edgar Morin (1989). Nos primeiros meses de 1952, as fofocas ocupavam lugar de destaque na primeira página. A ênfase para a fofoca permeia toda a revista, sem que haja uma preocupação da ordem da ética jornalística com seu conteúdo. Chega-se a afirmar em *Cena Muda* que:

> "esta é uma seção de venenos. O cronista não se responsabiliza pelas notícias recebidas. As pessoas atingidas podem nos esclarecer a respeito. As contestações serão publicadas, a bem da verdade. E, por favor, não troquem de mal comigo." [1]

Mais importante do que a veracidade dos fatos, era levar aos leitores os boatos, para que eles pudessem julgar conforme seus critérios. Esse perfil não se altera com as diversas reformas ocorridas em 1952 e chega a ser descrito diversas vezes como algo positivo. Quando se noticia que Tom Payne teria esbravejado porque não quiseram entregar-lhe a fita do filme *Ângela* de volta nos corredores do Festival de Punta del Leste, o repórter, provavelmente o enviado especial da revista, Leon Eliacher, escreve que iria publicar, apesar de faltar ouvir o lado do diretor argentino[2].

Poucas estrelas são criticadas, geralmente por sua antipatia: as que se envolvem com muitos homens (Rita Hayworth, Ivone de Carlo), as que não são gentis com a imprensa (Frank Sinatra). Recebem, portanto, pequeno destaque visual, em geral em notas, uma vez que para *Cena Muda* a simpatia é característica primordial. Quanto às estrelas brasileiras, não está em jogo apenas a melhoria do cinema brasileiro em termos técnicos, mas também o aconselhamento da revista às estrelas para o sucesso. *Cena Muda* aconselha Virgínia Lane a não se julgar em Hollywood e aceitar propostas mais módicas, e prediz que a mãe de Doris Monteiro vai acabar com a carreira da filha se não permitir que ela lance novas músicas.

A posição da revista *Cena Muda* em termos de erotismo quanto ao cinema brasileiro também é mais conservadora, embora a cobertura varie de acordo com o autor do texto. *Cena* ora critica, ora elogia Virgínia Lane (e considera Marilyn Monroe fruto da publicidade ou diva). Apesar de destacar em uma seção a programação das *boites* e do teatro de revista na cidade do Rio de Janeiro. A prostituição é omitida quando se trata da representação que se faz do Brasil: aparece apenas por eufemismo no texto sobre o filme *O canto do mar* (1952), de Alberto Cavalcanti:

> "Cacilda Lanuzza contracena com Glauce Bandeira em uma importante cena de *O Canto do Mar*, quando representa a tentação que sente uma garota pobre e revoltada com a vida miserável que tem (Cacilda), diante das roupas e do conforto de uma Dona de Pensão, no quarteirão reservado do Recife. A direção, como todos sabem, é do brasileiro Alberto Cavalcanti."[3]

---

[1] Frankie (pseudônimo). *Vendo a caveira. Cena Muda*, v. 33, n. 1, p. 4, 03/01/1952.
[2] *Cena Muda*, v. 33, n.8, p.8, 21/02 /1952.
[3] *Cena Muda*, v.33, n.21, p. 31, 20/05/1953.

Durante a década de cinqüenta, o *star system* entra em decadência, levando à crise do filão editorial das revistas de fãs no decênio 50/60. Esta decadência foi uma conseqüência da crise pela qual o *star system* passava. Segundo Edgar Morin, o suidício de Marilyn Monroe e a morte prematura de James Dean iniciaram um questionamento do modelo de vida dos atores, juntamente com a perde da liderança do cinema para a televisão. Dessa forma, os mesmos eventos que antes eram vistos como mito da felicidade, tais como as festas e os divórcios (como busca da felicidade), passam a ser sinais da decadência que envolve Hollywood. A estrela de cinema não é mais a mensageira da felicidade. O dogma do *happy end* foi pulverizado progressivamente. Percebe-se que as estrelas são submetidas aos tormentos comuns, tais como rivalidades mesquinhas e problemas conjugais. A cultura de massa como um todo passa lentamente da euforia à problematização. (MORIN, 1989)

De forma geral, todo sofrimento da estrela é temporário e serve de busca para a felicidade porque ainda não estava em questão o mito da felicidade. As questões mais sérias são jogadas para a periferia do imaginário e do núcleo projetivo para não atrapalhar na mitificação. A cultura de massa afasta os temas que desestabilizam o mundo de felicidade criado em suas páginas. Através do sofrimento da atriz, o leitor se identifica mais com a estrela, humanizada pelo sofrer. De acordo com Edgar Morin, quando a veneração cede lugar à admiração - já na segunda fase do *star system*- a estrela aproxima-se de nós, acentuando o culto às estrelas, ao invés de eliminá-lo. Mais presente e familiar, a estrela está quase à disposição de seus admiradores: daí o florescimento de fãs-clubes, revistas, fotografias, correspondências. (MORIN, 1989)

Não há muitas matérias sobre o sofrimento das estrelas brasileiras, talvez por uma dificuldade dos jornalistas de aproximação com as estrelas ou porque os departamentos de publicidade no Brasil ainda não produzissem estes materiais.

A linguagem da revista mantém um tom de diálogo em primeira pessoa com o leitor, geralmente como se fossem velhos amigos. Este clima simpático entre a cultura de massa e seu público tende a constituir idealmente um gigantesco clube de amigos, uma grande família não hierarquizada. O novo estilo de familiaridade, de amizade, de cumplicidade sucede à solenidade recitante e cerimonial de outros tempos. (MORIN, 1962)

Essa familiaridade é acompanhada de uma suposta intimidade também do repórter com todas as estrelas, simulando muitas vezes que esteve com ela. Este tom íntimo entre o repórter e a estrela é também uma forma de humanizá-la.

A fórmula dos textos é o incitamento da curiosidade do leitor. O sensacionalismo e a ambigüidade das manchetes criam uma linguagem encarregada de criar expectativas para

logo depois declarar não existir romance algum, apenas uma grande amizade. Criam-se expectativas para depois as diluir:

> "A presença do sensacionalismo, do horrível, do ilícito, do destino e da morte na vida cotidiana, é atenuada pelo modo de consumo jornalístico; o sensacionalismo é consumido, não segundo o rito cerimonial da tragédia, mas à mesa, no metrô, com café com leite." (MORIN, 1962: 115)

Um exemplo de manchete sensacionalista cuja função é causar uma expectativa através da curiosidade teve como personagem o ator Emílio Cartelar. Chamada *De pintor a maconheiro*[4], a matéria mescla no título a vida pessoal do ator que era pintor com o personagem do filme, usuário de drogas. Há diversas insinuações de romances entre Fada Santoro com Cyll Farney ou Miro Cerni -que serviam de publicidade gratuita aos filmes contracenados por eles- depois diluídas na incerteza de um suposto romance.

A conversão das *pin ups* em estrelas nas duas revistas era recorrente, principalmente no cinema nacional. Artistas que aparecem em *pontas* nos filmes são consideradas estrelas antes do lançamento do primeiro filme, o que faz parte da necessidade de retro-alimentação da imprensa e da cultura de massa em produzir o novo, e também dos leitores que vão consumir a nova estrela com a pretensão de terem sido os primeiros a repararem nela. (MORIN, 1962)

O sensacionalismo nas publicações não podia sobressair apenas com as fofocas sobre as maiores estrelas do cinema brasileiro e com as notas sobre as produções em andamento. Ampliam-se suas fronteiras fazendo alarde com pequenas participações de atores, fabricando e incentivando o sucesso do cinema brasileiro. Atores como Regina Laura, Luis Jorge, Jane Martins, Nadia de Lucena, D'andrea Netto, Margo Bittencourt são aclamados como novos futuros astros. As aspirantes ao estrelato recebem no texto o mesmo tratamento das atrizes famosas, embora o espaço visual seja bem menor.

Para a manutenção do interesse dos leitores, as fofocas transformam-se no ponto alto de *Cena Muda*, mesmo quando esta se denominava *semanário de arte,* em meados de 1952. Como o boato acaba rápido, ele deve ser consumido em pouco tempo, eliminando-se os pontos obscuros para dar ordem no mundo desajustado. O boato se alimenta da ambigüidade em torno da estrela e é uma comunicação baseada na emoção, baseado na confiança de uma testemunha ocular que sem interesses torna público um segredo que é dosado como um vazamento. O importante é a ruptura do segredo. Quando mediatizado, o boato adquire maior valor de credibilidade. Ele se fortalece na ambigüidade da estrela em ter que deixar algo

[4] *De pintor a maconheiro. Cena Muda*, v. 33, n. 47, p. 4-5, 21/11/1952.

explícito sobre sua vida, mensurando a dose porque a transparência mata a estrela (KAPFERER, 1993), sendo que os "imbisbilhotáveis", como dizia *Cena Muda*, aguçam mais a curiosidade dos que vivem de bisbilhotar a vida alheia:

> "(...) prosseguimos em nosso ingrato mister de bisbilhotar a vida alheia que é de bisbilhotices que vive fundamentalmente esta seção, e por derivação própria, o seu responsável que é pago para fazer semelhante trabalho. Afinal, não nos sentimos constrangidos por essa contingência, pois se sabemos que não só de bisbilhotices vive o homem, sabemos também que de pão quem vive exclusivamente é o padeiro. (...) O problema é que mesmo no cinema existem pessoas imbisbilhotáveis sobre quem temos uma vontade incontrolável de escrever algumas linhas (...)" [5]

Assim as futilidades são convertidas em eventos que ocupam espaços consideráveis das duas revistas. Quanto ao cinema brasileiro, ambas as revistas agendavam fatos sem importância com grande destaque, como um churrasco em prol do cinema brasileiro, ou discorrendo sobre a utilização de um batom no filme *Com o diabo no corpo* (1952), de Mario del Rio, que refletiu na tela e "destruiu" a fita. As fofocas e os eventos produzidos mediaticamente para manter acesso o interesse do leitor são elevados "à dignidade de acontecimentos históricos destituídos de qualquer significação política" (MORIN, 1962: 105)

O boato no cinema brasileiro é visto pela publicação como algo positivo porque "o cinema brasileiro já está produzindo suas intriguinhas e mexericos à moda de Hollywood". [6] Quando a revista não tem fofocas sobre o cinema brasileiro, critica a monotonia:

> "no cinema brasileiro ninguém briga com ninguém, ninguém faz picuinhas, ninguém tem ciúmes de ninguém. Trabalha-se num ambiente de ordem e progresso. Mas, que diabo! isso deve ser muito monótono!"[7]

As fofocas são consideradas nos textos de baixo teor crítico mais relevantes que assuntos políticos, enquanto em outras seções mais críticas a fórmula se inverte. Rompimentos de noivados são mais importantes do que um congresso. No artigo *Triângulo desfeito*[8], a repórter Luelinha Passos, de *Cena Muda*, afirma que o congresso de cinema não é um acontecimento importante. As atrizes colando cartazes foi algo sem classe. O grande acontecimento mesmo foi o rompimento do noivado de Ilka Soares e Miro Cerni.

As maiores estrelas brasileiras dos anos 1952-3 são Tônia Carrero, Fada Santoro e Eliane Lage. A fotogenia surge como característica importante, relegando o talento de lado.

---

[5] Dantas, Livio. *O que a tela não mostra. Cena Muda*, v. 33, n. 43, p. 15, 24/10/1952.
[6] Fada que desmancha casamentos – é boato ou verdade? Cena Muda, v. 33, n.33, p. 07-08, 15/08/1952.
[7] Dantas, Livio. *O que a tela não mostra. Cena Muda*, v. 33, n. 38, p. 15, 19/09/1952.
[8] Passos, Luelinha. *Triângulo desfeito. Cena Muda*, v. 33, n. 43, p. 4-5, 24/10/1952.

Fada Santoro é a que obtém maior destaque por sua vida sentimental. Por personificar o papel da boa moça, ainda solteira, os rumores de romances cercam o noticiário sobre ela. Os filmes ficam em segundo plano, através das fotografias, que servem ao intuito de fazer publicidade dos filmes.

O caráter publicista das publicações é visto como positivo porque a revista se orgulha de seu papel de incentivadora do cinema nacional, como se sozinho ele não conseguisse vencer. Criticam-se as fofocas criadas pelos departamentos de publicidade, ao mesmo tempo em que ambas revistas faziam bom proveio delas. *Cena Muda* não encobria o material publicitário utilizado das agências americanas. Orgulhava-se desse aspecto. Em meados de 1952, surgem algumas seções como *Novidades da Universal Internacional* com fofocas.

Cena denega seu interesse econômico, como se tudo fizesse pelo cinema nacional. Andréa Zenaide, repórter e editora de *Cinelândia*, antes publicista, procurava incentivar o cinema nacional como repórter. *Cena Muda* chegou a confessar em 1952 que: "esta revista sempre manteve páginas e mais páginas sobre o cinema brasileiro, mesmo quando este era considerado insuportável (...)", não fornece mais matérias sobre o cinema brasileiro porque os estúdios não mandam textos:

> "Mas, é doloroso, declarar que os departamentos de propaganda do nosso cinema se mantêm inativos, insuficientes, negligentes, apáticos, como que indiferentes aos veículos de publicidade da categoria de A *Cena Muda*, a mais antiga revista do gênero neste país. Para que possamos divulgar notícias, cenas e descrições de filmes nacionais de longa metragem, é preciso que percamos tempo a mendigar de estúdio a estúdio, alguma coisa para publicar. Que deveria fazer o departamento de publicidade de cada produtora nacional? Mandar-nos, normalmente, tudo o que fosse interessante ao leitor, com o que poderíamos dar maior divulgação ao cinema nacional."

Embora a Vera Cruz mandasse boletins regulares para mais de 700 jornais e revistas em todo o país, faltavam informações sobre outros estúdios num modelo de jornalismo cultural sedimentado no critério do star system que migrou para a televisão nas décadas seguintes.

Bibliografia

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
BENDER, Flora Christina. *A SCena Muda*. 1979. Tese (doutorado em Teoria literária e literatura comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

GALVÃO, Maria Rita. *Companhia Cinematográfica Vera Cruz: a fábrica de sonhos - um estudo sobre a produção cinematográfica industrial paulista*. 1976. Tese (doutorado FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo.
GLEDHILL, Christine (Org). *Stardom: Industry of desire.* Londres: Routledge, 1991.
_____. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
KAPFERER, Jean Noel. *Boatos: o mais antigo mídia do mundo.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
MENEGUELLO, Cristina. *Poeira de estrelas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
MORIN, Edgar. *As estrelas, mito e sedução no cinema.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
_____. *Cultura de massas no século XX*: neurose. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.
_____. *O cinema ou o homem imaginário*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

MULVEY, Laura. "Cinema e sexualidade". IN: XAVIER, Ismail (org). *O cinema no século*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. pp. 123-139.
MULVEY, Laura. *Death 24x a second- stillness and the moving image*. London: Reaktion Books, 2006.
_____. *Visual and other pleasures*. Blomington and Indianapolis Hong Kong: Indiana University Press, 1989.
QUEIRÓZ, Eliana de Oliveira. *Cena Muda como fonte para a história do cinema.* Dissertação (mestrado ECA), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
RAMOS, Fernão. *História do cinema brasileiro.* São Paulo: Art Editores, 1987.
XAVIER, Ismail. *Sétima arte: um culto moderno- o idealismo estético e o cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Pressões Internacionais e a Crise do Último Império: A Política Colonial Portuguesa nas Décadas de 1950 e 1960

Adriano de Freixo[1]

Resumo: Ao longo das décadas de 1950 e 1960, no auge do processo de descolonização afro-asiática, Portugal sofreu diversas pressões internacionais devido à sua política colonialista, principalmente por parte das nações recém-independentes que passaram a atuar em bloco na Assembléia Geral das Nações Unidas. Sendo um Estado marcado historicamente por sua debilidade econômica, Portugal implementou um modelo colonialista baseado na abertura de seus domínios ultramarinos à atuação do capital internacional, fazendo com que ele assumisse um papel secundário em suas próprias colônias, definindo assim um modelo de "colonialismo dependente". Este fato, aliado aos interesses estratégicos dos EUA e de seus aliados da OTAN, no contexto da Guerra Fria, fez com que as grandes potências acabassem esvaziando as pressões contrárias ao colonialismo português. Assim, apesar da "política isolacionista" deliberadamente implementada pelo regime salazarista e da condenação da opinião pública internacional à sua política colonial, os interesses econômicos e financeiros das grandes potências e as determinações político-estratégicas da conjuntura mundial naquele momento acabaram por garantir alguma sobrevida ao Império Colonial Luso.
Palavras-Chaves: Descolonização da África Portuguesa, Ditadura Salazarista, Império Colonial Português.

Durante os anos da ditadura salazarista, que se iniciou no final da década de 1920, a inserção de Portugal nas relações internacionais foi marcada por uma postura de relativo isolamento, devido essencialmente à condenação da Comunidade Internacional à política colonialista portuguesa, principalmente a partir da década de 1950, quando se intensificou o processo de descolonização afro-asiática. Esse processo iniciou-se imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando as velhas potências imperialistas européias, enfraquecidas pelas sucessivas crises, passam a sofrer grandes pressões de suas colônias em favor da emancipação. Assim, se fortalecem nestas colônias movimentos emancipacionistas de caráter nacionalista que se posicionavam contrariamente ao colonialismo, ao racismo e ao imperialismo. Com o desenrolar do processo de descolonização, as antigas colônias africanas e asiáticas começaram a articular-se naquilo que ficou conhecido como "Bloco do Terceiro Mundo" - cuja estruturação inicia-se na Conferência de Bandung (1955) e tem a sua consolidação na Conferência de Belgrado (1961) – que se pronuncia pela neutralidade na Guerra Fria, pelo distanciamento em relação à URSS e ao Ocidente e pelo compromisso dos povos já liberados de ajudar a libertação dos povos ainda dependentes.

[1] Professor do CEFET-RJ, Mestre em História Política (UERJ) e Doutorando em História Social (UFRJ).

Tal Bloco, que começa a crescer e a ter voz bastante ativa na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, será o responsável pela articulação de uma violenta condenação da Comunidade Internacional à Política Colonial Portuguesa, a partir da década de 1950, condenação esta que colocava o Estado português na defensiva:

> *No campo internacional, os anos 50 trouxeram particulares dificuldades ao imperialismo português. As guerras mundiais, uma vez terminadas, engendraram instituições que mobilizavam consciências sensíveis à guerra. Portugal já fora denunciado na liga das nações, nos anos 20, pelas suas práticas de trabalho colonial. Agora, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas dirigiam as atenções para a questão fundamental do colonialismo.* (MACQUEEN, 1998: 30).

Porém, se por um lado Portugal era condenado internacionalmente por sua política colonial, por outro, a própria debilidade econômica de Portugal - que o tornava econômica e tecnicamente incapacitado para aproveitar plenamente, e de forma lucrativa, os imensos recursos existentes em suas colônias - fez com que estas se tornassem áreas de especial interesse para o capital internacional. Com pouca disponibilidade de capitais para investir, Portugal abriu seus domínios ultramarinos para que companhias estrangeiras investissem na produção e na infra-estrutura, assumindo assim um papel secundário em suas próprias colônias, definindo um modelo de **colonialismo dependente** e configurando aquilo que Perry Anderson definiu como um **condomínio encoberto**:

> *O papel maciço do capital estrangeiro na exploração dos recursos coloniais é indiscutível. As concessões operam por meio de negociações especiais e bilaterais com as autoridades portuguesas. Formaram-se companhias mistas com um mínimo de capital português e um máximo de direção portuguesa quotidiana (...) Todavia, por debaixo dessas formalidades, o poder do capital estrangeiro monta ao que pode ser designado como "condomínio encoberto". (...) O poder de fato dos grandes capitalistas estrangeiros os tornam parceiros da administração.(...) As companhias concessionárias desfrutam de lucros fabulosos, graças às suas posições privilegiadas na economia colonial. (...) As corporações fornecem o capital que falta à administração: esta fornece a ordem de que as corporações precisam. Os lucros são repartidos* (ANDERSON, 1966: 94-95).

Desta forma, os interesses do capital internacional acabaram gerando uma espécie de "tolerância" das grandes potências para com a presença portuguesa na África, apesar do clamor geral pela descolonização:

> *Assim, o Império português era sustentado por elos econômicos que combinavam uma quase restrição mercantilista com complexas redes representativas dos interesses dos capitais da Europa Ocidental, da América do Norte e da África do*

> *Sul. Embora nem sempre fosse visível, as pressões para agüentar a África Portuguesa, e para proteger o capital europeu em Portugal e nas suas colônias, estavam profundamente interligadas (...).* (MAXWELL, 1999: 45).

Além disto, o líder português António de Oliveira Salazar soube aproveitar-se muito bem do clima da Guerra Fria, então existente, para manter a sua posição em relação à África, graças ao forte conteúdo anti-comunista do regime e a posse por Portugal de algumas áreas estratégicas para a geopolítica do período. Dentre estas, destacamos os Açores, que possuíam uma importante base aérea utilizada pelos EUA em diversas ocasiões, e Angola e Moçambique, dotados de portos estratégicos para a defesa dos interesses dos EUA e de seus aliados da OTAN, no Atlântico Sul e no Índico. Assim, a entrada de Portugal na OTAN deu-se, em 1949, sem maiores problemas. Desta forma, as pressões contra o colonialismo português acabavam sendo esvaziadas:

> *A nível multilateral, a pressão sobre Portugal não era mais óbvia nem mais útil. Apesar das repetidas denúncias na Assembléia Geral das Nações Unidas, sistematicamente ignoradas por Portugal, este podia normalmente contar com a proteção de seus amigos. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, as três potências com assento permanente no Conselho de Segurança, sempre frustraram, coletiva ou individualmente as tentativas da Assembléia Geral para tomar quaisquer medidas significativas contra Lisboa durante toda a década de 60 e os primeiros anos da década seguinte* (MACQUEEN, 1998: 79-80).

Devido a toda esta situação, as pressões internacionais contrárias ao colonialismo português só teriam como efeito prático a adoção, por parte do governo português, de uma medida de "maquiagem": a partir de 1951, as colônias passaram a ser chamadas de "Províncias Ultramarinas" ou "Territórios Ultramarinos", o que não alterou em nada as bases em que se assentava a dominação colonial, pelo contrário, consolidou a integração da África Portuguesa com a metrópole, pois como bem colocava, em 1962, o historiador José Honório Rodrigues, o uso do termo "Províncias Ultramarinas" nada mais era do que um simples rótulo ou máscara com que o Estado Português pretendia "enganar os parvos deste mundo" (RODRIGUES, 1962: 14)

Assim, a inserção de Portugal nas relações internacionais durante o Regime Salazarista, apresentava alguns aspectos paradoxais, visto que, se por um lado, a "política isolacionista" deliberadamente implementada pelo regime, aliada à condenação da opinião pública internacional à política colonial portuguesa e ao próprio regime salazarista, mantiveram Portugal numa postura de relativo isolamento no contexto internacional; por outro, os interesses econômicos e financeiros e as determinações político-estratégicas da

conjuntura mundial naquele momento - relacionadas à participação de Portugal na OTAN - acabaram por garantir a integração de Portugal dentro do Sistema Internacional.

No entanto, a partir dos anos 60 do século XX, por influência desse processo mais amplo de descolonização afro-asiática, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, e das repercussões da Conferência de Bandung (1955) na ONU, intensificaram-se nas colônias portuguesas os movimentos de libertação em relação à metrópole, gerando as chamadas "guerras coloniais", que teriam um papel fundamental na crise do regime salazarista. A oposição à dominação portuguesa começou a ser articulada por uma pequena elite de africanos "assimilados", com formação universitária "ocidental" – fenômeno este que não foi exclusivo do Império Português – que organizou os primeiros movimentos de resistência.

> *Portugal tinha criado uma classe-elite de africanos, muito reduzida, constituída por "assimilados" com privilégios que lhes permitiam participar na exploração de seus compatriotas mas que, ao mesmo tempo, se obrigavam a presenciar no dia-a-dia a situação humilhante dos outros africanos e a brutal repressão de que estes eram vítimas. Não surpreende, nestas circunstâncias que tivessem sido os "assimilados" educados a constituir a oposição política* (FERREIRA, 1997: 43).

As elites coloniais articularam-se, desde pelo menos o início do século XX (MOURÃO, 1995: 95-97), inicialmente em torno de movimentos culturais de caráter nacionalista – como a Casa dos Estudantes do Império ou o Centro de Estudos Africanos, formados, na metrópole, por estudantes do "Império"; e o Movimento "*Vamos Descobrir Angola",* lançado pelo poeta angolano, Viriato da Cruz, em 1948 - onde procuravam discutir e descobrir a sua identidade cultural. Estes setores, a partir da década de 1950, partiram para a ação política e organizaram os primeiros movimentos de libertação colonial, como o PAIGC (Guiné e Cabo Verde), MPLA e UPA (Angola) e FRELIMO (Moçambique). Estas organizações passaram a contar com o apoio da opinião pública internacional, além da ajuda militar do bloco socialista que, no contexto da Guerra Fria, tinha importantes interesses estratégicos no conflito. Portugal, que insistia em manter inalterada sua política colonial, recebia apoio declarado somente da Espanha Franquista e da África do Sul. Porém, por causa dos interesses político-estratégicos já mencionados anteriormente, Portugal contava com ajuda militar da OTAN, além de ter militares treinados nos EUA, tendo, inclusive, recebido dos norte-americanos, bombas de Napalm, amplamente utilizadas no combate aos guerrilheiros africanos e à população civil que os apoiava, de forma muito similar à ação norte-americana no Vietnã.

> *O Governo norte americano verifica, em 1969, o impasse em que se encontra a situação na África Portuguesa. Nem um nem outro dos beligerantes parece ter condições para vencer. Washington escolhe então auxiliar maciçamente os portugueses a vencerem os movimentos nacionalistas marxistas com os métodos experimentados no Vietname* (ENDERS, 1997: 101).

É interessante notar que até então – principalmente durante o governo de John Kennedy – as relações entre Portugal e EUA eram bastante problemáticas, devido aos esforços norte-americanos para a retirada portuguesa da África, de forma pacífica, embora o governo daquele país evitasse um choque direto com Salazar, devido aos interesses econômicos e estratégicos citados anteriormente. Porém, com a ascensão de Richard Nixon à presidência dos EUA – que coincide com a subida de Marcello Caetano ao poder, em Portugal - a perspectiva norte-americana em relação a Portugal se modifica, com este deixando de ser encarado como um renitente Estado colonialista e passando a ser mais um importante aliado na luta contra o comunismo e o expansionismo soviético.

Os sinais de rebelião contra a dominação portuguesa começaram a aparecer mais nitidamente a partir do início dos anos 50 do século passado, quando, em algumas colônias, manifestações de contestação começam a acontecer - como em São Tomé, em 1953, quando a Polícia Salazarista foi a responsável pela morte de mais de 100 trabalhadores e camponeses em greve. Posteriormente, o início da década de 1960 trouxe alguns sérios revezes para a política colonial salazarista como a perda do "Estado da Índia" para a União Indiana e o "Caso Santa Maria", em que este navio foi seqüestrado pelo Capitão Henrique Galvão, que culminou no início da Guerra Colonial, em Angola, pois havia a expectativa que o mesmo fosse para Luanda, o que desencadeia uma série de conflitos na mais importante das colônias africanas. Tal episódio também demonstrou o descontentamento existente entre boa parte das forças armadas portuguesas, em relação ao regime que já se havia manifestado anteriormente com a candidatura do General Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1959, e que teria sua culminância em uma fracassada tentativa de golpe militar contra Salazar, em 1961, que envolveu elementos do alto escalão das forças armadas, inclusive o Ministro da Defesa, Gal. Botelho Muniz.

Nesse contexto, começaram a ser organizados nas colônias africanas diversos movimentos guerrilheiros que iriam iniciar, naquele momento, uma forte ofensiva contra as forças colonialistas. Assim, por volta de 1961, o número de guerrilheiros em ação em toda a África Portuguesa já superava os dez mil homens e, no mesmo ano, os movimentos rebeldes das diversas colônias davam um importante passo para a articulação de sua luta política com a criação da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas de Colônias Portuguesas).

Este organismo, sediado em Argel e articulado inicialmente pela UPA, pela MPLA e pelo PAIGC, teria o papel de funcionar como coordenador das diversas lutas de libertação na África Portuguesa. A CONCP, juntamente com os governos de Gana e da Tanzânia, foi fundamental para a articulação de um movimento de libertação em Moçambique, ultima colônia a ter uma organização revolucionária verdadeiramente nacional, o que só iria se concretizar em 1962, com a criação da FRELIMO.

> *Era claramente de grande importância para a CONCP trazer Moçambique para um movimento mais amplo e foi um êxito importante quando o conseguiu, quaisquer que fossem os problemas implícitos na criação de um movimento de libertação nacional por incitamento externo.* (MACQUEEN, 1998: 42).

Nos anos seguintes, as ações desses movimentos guerrilheiros intensificaram-se, fazendo com o que Estado Português dispendesse cada vez mais homens e recursos para o combate aos revolucionários africanos. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas de "maquiagem" para tentar conter a revolta nas colônias, tais como a supressão formal do trabalho forçado dos nativos e a ampliação das possibilidades de acesso à cidadania portuguesa.

Assim, a guerra colonial iniciada em Angola, em 1961, espalha-se pelas outras colônias atingindo a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1965. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as pressões contra o colonialismo português, fazendo crescer o isolamento político-econômico do regime salazarista:

> *Surge também nos meados da década de cinqüenta o obstáculo maior à eternização de uma ditadura que não dava sinais de querer adaptar-se ao seu tempo ou evoluir: a "questão colonial" (...) Salazar recusar-se-ia a qualquer concessão ou negociação quanto à administração das parcelas africanas, mantendo-se firmemente apostado em permanecer "orgulhosamente só" até ao fim, como disse num discurso.* (MEDINA, 1999: 226-227).

Internamente, o prolongamento da Guerra Colonial começou a solapar as bases de apoio do Estado Novo, e fez com que setores que tradicionalmente apoiavam o regime - como a Igreja, os Militares e a Burguesia Monopolista - assumam uma postura crítica em relação a este, engrossando assim as fileiras da tradicional oposição portuguesa, formada por comunistas, socialistas e democratas, a qual se une em torno de alguns objetivos comuns, que seriam o fim da Guerra Colonial, a modernização do país e a democratização das forças armadas e da própria sociedade portuguesa.

Entre os setores descontentes com a prolongada guerra colonial e a intransigência de Salazar, destacava-se a burguesia monopolista, uma das principais bases de sustentação do regime, que via na guerra um obstáculo aos seus interesses econômicos e à entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu; setores da elite militar, que tinham a percepção de que os problemas coloniais deveriam ser resolvidos através da ação política e não da ação militar; e os próprios aliados de Portugal na OTAN, que com o prolongamento da guerra, passam a encará-la como uma ameaça aos seus interesses estratégicos na África, naquele contexto de Guerra Fria. Além disso, a guerra colonial possibilitou a rearticulação das oposições portuguesas em torno das idéias fundamentais de pôr fim à guerra e de democratizar o país.

Além da questão colonial, o próprio desenvolvimento da economia portuguesa no decorrer da década de 1960 - com a entrada maciça de investimentos estrangeiros aproveitando-se das vantagens oferecidas pelo regime (inexistência de sindicatos livres, baixos salários), e a internacionalização das velhas empresas oligárquicas, que até então atuavam basicamente em Portugal e nas colônias, e que passam a investir em novas áreas como o Brasil, os EUA e a Europa - contribuiu para aumentar as contradições internas do regime e enfraquecer sua base de apoio, visto que importantes setores da elite portuguesa passaram a ter a percepção de que o modelo político e econômico do Estado Novo limitava as possibilidades de crescimento do país e de sua integração no mercado internacional.

Além disso, o regime também vivia um momento de instabilidade política desde 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, devido ao afastamento por doença de Salazar e o seu posterior falecimento (1970). A ascensão do novo "homem-forte" do regime salazarista acendeu as esperanças dos setores liberais portugueses na realização de reformas políticas e econômicas que levassem à liberalização do regime e à modernização de Portugal. Porém, quaisquer que fossem as intenções de Caetano, sua posição "ficou limitada desde o princípio pela presença no regime de poderosos elementos empenhados na continuação da política de Salazar, particularmente em relação à África, tanto no governo como entre os militares" (MACQUEEN, 1998: 91). Desta forma, as esperanças na liberalização do regime foram logo frustradas.

Por outro lado, faltava a Caetano a habilidade política de seu antecessor em articular os interesses distintos dos setores que davam sustentação ao Estado Novo, tanto interna, quanto externamente. Com isto, apesar de tentar manter uma imagem reformista, a indefinição e a indecisão características de seu governo acabaram tanto desagradando aos setores mais liberais, quanto gerando a desconfiança dos setores mais à direita. Todos estes

fatores acabam levando à crise do Estado Novo e à sua derrubada pela Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Este movimento, levado à cabo pela oficialidade jovem das Forças Armadas e por setores mais "liberais" da elite militar portuguesa, pôs fim aos quase 50 anos de ditadura em Portugal de forma rápida e, de certo modo, inesperada, surpreendendo, inclusive, os observadores internacionais mais atentos e fazendo com que, naquele momento, os olhos do mundo se voltassem para o pequeno país ibérico e para o seu império colonial em decomposição.

Referências bibliográficas:

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FERREIRA, Eduardo de Souza. *O Fim de uma Era – O Colonialismo Português em África.* Lisboa: Sá da Costa, 1977.

MACQUEEN, Norrie. *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império.* Mem Martins: Inquérito, 1998.

MEDINA, João. "A Ditadura Portuguesa do Estado Novo" (1926-1974): Síntese da Ideologia e Mentalidade do Regime Salazarista-Marcelista". In: TENGARRINHA, José (Coord.). *A Historiografia Portuguesa, Hoje.* São Paulo, Hucitec/Instituto Camões, 1999.

MOURÃO, Fernando. "Reações do Nacionalismo Africano em Portugal". In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Espanha e Portugal: O Fim das Ditaduras.* São Paulo, Xamã, 1995.

RODRIGUES, José Honório. "O Brasil e o Colonialismo Português – Revisão de Uma Infâmia Secular". In: METZNER-LEONE, Eduardo. *O Brasil e o Colonialismo Português – Revisão de Uma Infâmia Secular,* Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1962.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Legados e redes de solidariedade: a mulher nas charqueadas pelotenses no século xix

Denise Ognibeni*

Resumo: Às mulheres charqueadoras da região de Pelotas, no decorrer do século XIX, era preciso sobreviver em uma sociedade de grande instabilidade econômica. Nos documentos vislumbra-se, por um lado, a esfera de poder exercido pelas mulheres como detentoras de parte do patrimônio familiar e, por outro, sua fragilidade quando não enquadradas em um bom casamento. Neste sentido, os acertos familiares e os laços de solidariedade foram buscados como meio de sobrevivência.

Palavras-chave: charqueadas – mulheres – legados

Abstract: The women makers of jerked beef in Pelotas region, in XIX century, needed to survive at one society of great economical instability. In the documents, by one side the power sphere practiced by these women as owners of part of familiar patrimony and by the other side, the fragility when they´re not gathered a good marriage. In these sense, the familiar adjustaments and solidarity bows where searched as a way to survive.
Key-words: jerked – women - legacy

Este trabalho visa apresentar parte de um dos capítulos de minha tese de doutorado sobre as charqueadas de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no século XIX[1], onde apresento o grupo de proprietários charqueadores e a forma como este se organizava. Aqui discuto a participação das mulheres nos empreendimentos charqueadores considerando-se que estas eram importante meio de negociação na realização de bons casamentos onde unia-se propriedades, trazia-se novo fluxo de capital para os empreendimentos e mantinha-se as propriedades circulando nas mãos da mesmas famílias. Na falta de atributos físicos ou de um dote, fatores que podiam deixá-las à margem de obter um bom casamento, ou em caso de viuvez, podiam transformar-se em elementos frágeis em uma sociedade onde eram muitas vezes dependentes de favores familiares para sua sobrevivência.

Apesar do grande número de filhos das famílias charqueadoras, em geral aos mais velhos do sexo masculino era legado o patrimônio e a administração da empresa charqueadora enquanto que os demais filhos, muitas vezes, deveriam contentar-se com casas na cidade e terrenos independentes da área de produção familiar, escravos e dinheiro, vivendo em função da empresa familiar, executando outras atividades relacionadas a ela. Estas relações fomentavam disputas pelo patrimônio a cada modificação na administração com a morte de

* Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela PUCRS.
[1] "Charqueadas Pelotenses no Século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento".

um dos pais ou "cabeça de casal". Superados os conflitos, seguia-se com o mesmo mecanismo: bons casamentos para as filhas, um filho administrando o negócio e a manutenção de todo o grupo vinculada aos diferentes segmentos da atividade produtiva mantendo a família voltada para o interesse comum, a atividade charqueadora.

Algumas mulheres de famílias charqueadoras puderam exercer seu poder atuando como administradoras dos bens familiares após a morte dos maridos, por vezes até mesmo excluindo do acesso aos bens filhos pródigos e maridos indesejáveis ou administrando os bens herdados de seus finados maridos em detrimento de seus enteados. Neste sentido, BARMAN (2005:18), coloca que "o exercício do poder ocorre quando um indivíduo ou grupo é capaz de levar outro a fazer algo que normalmente não faria, ou quando um indivíduo ou grupo pode impedir outro de fazer o que quer". Podemos observar sob este viés, dois casos encontrados em nossa pesquisa de mulheres viúvas que pediram em juízo a prodigalidade de um de seus filhos, estes considerados perdulários e irresponsáveis e que, desta forma, ameaçavam o interesse de todo o grupo, garantindo deste modo a salvaguarda do patrimônio familiar (Inv. Joaquim G. da Costa. N.599, M.38, E.06/25, Ano 1865. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas; Inv. João Guerino Vinhas. N.383,M.26,E.25,Ano 1854. 1° Cart. de Órfãos e Prov. Pelotas). Em outro caso uma mulher, filha e esposa de charqueador, tinha um pedido de divórcio correndo em juízo contra seu marido sendo que este, por sua vez, tinha uma ação judicial reivindicando propriedades contra seu sogro e cunhado, causa que acabou perdendo (Test. Joaquim J. de Assumpção. N. 595, M.27, E.12, Ano 1851. 1° Cart. Órf. Prov. Rio Grande). Em outro caso, uma viúva de um charqueador disputou em juízo com seus enteados pela herança de seu finado marido (Inv. Cypriano J. R. Barcellos. N.2, M.1, E.28, Ano 1870. 2° Cart. de Órfãos e Aus. Pelotas). Portanto, havia mulheres que impunham sua vontade dentro deste contexto, embora fossem casos esporádicos e provavelmente fossem apoiadas e incentivadas por pais, irmãos e filhos envolvidos nos negócios familiares.

Em contrapartida, ao analisarmos os legados deixados em testamentos do grupo charqueador, vislumbra-se uma nítida vontade de ajudar mulheres solteiras, viúvas ou inválidas, e até mesmo filhas casadas, por parte de pais ou parentes charqueadores bem como de outras mulheres. Neste sentido, tendo em vista a freqüência de legados testamentários voltados para as mulheres das famílias charqueadoras, pode-se inferir sua situação de vulnerabilidade.

Para podermos observar mais de perto o funcionamento das famílias charqueadoras sob este aspecto, elegemos aqui a história de uma delas, a família Vinhas, como estrutura em torno da qual abordaremos alguns aspectos das relações familiares e

estratégias do grupo charqueador como um todo. Por meio da história da família Vinhas iremos somando exemplos de outras famílias de proprietários de charqueadas na região no período.

O português, nascido e batizado na cidade de Faro no Algarve, João Guerino Vinhas, estabeleceu-se na margem direita do arroio Pelotas onde montou sua charqueada localizada, na área denominada Costa, no início do século XIX. Construiu um patrimônio que incluía uma charqueada no Uruguai, mais de 60 escravos, iates, entre outros bens. João Guerino Vinhas casou-se com Mathilde de cujo matrimônio teve cinco filhos: a primogênita chamada Mathilde, João, Boaventura, Guerino e Pedro (Test. João Guerino Vinhas. N.1650, M.86, E.6 , Ano 1854. 1° Cart. de Órfãos e Prov. Pelotas).

No decorrer do século XIX, a charqueada do português João Guerino Vinhas foi herdada e administrada por seu filho homem mais velho, João Vinhas, e este a passou para sua filha que por sua vez era casada com seu tio, irmão caçula de seu pai, Pedro Lobo Vinhas. Portanto, manteve-se, deste modo, por quase um século, a propriedade nas mãos da mesma família.

A única filha mulher e primogênita do charqueador João Guerino Vinhas, Mathilde, casou-se com outro proprietário José Joaquim Duarte de Souza que possuía uma charqueada no Uruguai[2] e também era administrador da charqueada de seu sogro na Costa do arroio Pelotas. Em 1847 João Guerino Vinhas havia hipotecado todos seus bens para seu genro. No entanto, antes de sua morte, cuidou para resgatar esta hipoteca, fato que tratou de alertar seus herdeiros em seu testamento (Test. João Guerino Vinhas. N. 1650,M.86,E.6,Ano 1854. 1° Cart. de Órfãos e Prov. Pelotas.). Diversos charqueadores na região tiveram seus estabelecimentos hipotecados como fez João Guerino Vinhas a seu genro, ou até mesmo tiveram de entregá-los em pagamento de dívidas com outros negociantes. Tanto as hipotecas, arrendamentos e vendas, bem como os empréstimos em moeda, davam-se entre vizinhos, compadres e, em grande parte, entre parentes próximos, pais, filhos e genros. Ao escrever seu testamento João Guerino Vinhas deixou a seu genro José Joaquim Duarte e Souza uma letra no valor de 3:500#000, enfatizando que fazia isto "devido a seus bons serviços prestados". O genro, neste caso, entrava na família como financiador dos negócios do sogro, fazendo empréstimos mediante a hipoteca dos bens deste. Portanto, ao realizar-se bons casamentos para as filhas trazia-se também um novo afluxo de dinheiro necessário a manutenção dos negócios.

[2]Em sociedade com Manoel Gonçalves da Costa

Os negócios de família em geral incluíam a participação dos genros tanto na administração como nas sociedades. Assim como ocorreu com João Guerino Vinhas e seu genro, o charqueador João Maria Chaves também era sócio de seu genro Jacintho Antônio Lopes Junior casado com sua filha Maria Salomé Chaves (Inv. João Maria Chaves. N.1082, M.61, E. 6, Ano 1887. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas). Quando João Maria Chaves faleceu em 1887, o seu estabelecimento foi então arrendado ao próprio genro do falecido que continuaria com o negócio, pagando aos herdeiros um conto de réis anuais pelo contrato.

Embora os genros muitas vezes fossem também administradores e charqueadores, havia sempre o perigo destes fazerem mau uso dos bens de sua esposa. João Guerino Vinhas teve o cuidado de deixar de herança para sua única filha mulher, Mathilde, 4 contos de réis cuja quantia, salientou em seu testamento que "(...) sendo-lhe designada em bens serão estes isentos de qualquer responsabilidade de dívidas ou fianças já contraídas por seu dito marido ou que depois contrair (...)" (Test. João Guerino Vinhas. N.1650, M.86, E. 6, Ano 1854. 1° Cart. de Órfãos e Prov. Pelotas).O pai procurava com isto não somente deixar um benefício para proteção futura de sua filha como a resguardar dos perigos e vicissitudes dos quais estavam sempre ameaçados os charqueadores. Conhecia as oscilações e o grande nível de endividamento que em certos períodos pesava sobre os administradores dos estabelecimentos. Era preciso proteger as mulheres de uma sociedade que vivia em constante instabilidade.

O mesmo ocorreu no testamento de Francisco Aníbal Antunes Maciel, Capitão e Conselheiro do Império, proprietário de uma grande fortuna e cuja filha havia casado com o Barão de São José. Em suas disposições procurou garantir os bens deixados para suas filhas referentes a sua terça determinando as seguintes instruções em suas cláusulas:

> *Que este usufruto é exclusivamente pertencente aos herdeiros que nomeio não podendo os maridos de minhas filhas, quando casadas, dispor dele de modo algum. Que os juros das apólices pertencentes a cada uma de minhas filhas só serão entregues a elas próprias (...) sem intervenção de seus maridos* (Test. Francisco A. A. Maciel. N.3063, M.108, E.6, Ano 1877. 1° Cart. Órfãos e Aus. Pelotas.

A preocupação dos pais, que legavam bens avultados para suas filhas, com a possibilidade da posse destes por seus genros fica evidente nestes dois testamentos. Os genros muitas vezes também proprietários charqueadores poderiam vir a fazer uso destes valores para salvaguardar seus negócios em detrimento da filha beneficiária que deixaria de ter este dote para seu sustento em caso de viuvez ou divórcio. As disputas entre genros com sogros, sogras e cunhados nas partilhas não eram pouco comuns, apresentando-se deste modo muitas vezes como uma ameaça ao patrimônio herdado pelas filhas destes senhores.

Nem todas as mulheres tiveram o mesmo destino de Mathilde Duarte Vinhas, casando-se com um negociante da região. Nos testamentos evidencia-se a preocupação em beneficiar filhas viúvas, solteiras ou que eventualmente tivessem algum problema que as impedisse de realizar um bom casamento. Antônio dos Santos Coimbra tinha uma filha chamada Francisca que havia ficado viúva para a qual pediu que estes dessem prioridade a ela para ficar com um terreno de capoeiras e matos na costa do arroio Pelotas onde havia um moinho d'água e algumas árvores de frutos, garantindo assim sua auto-suficiência. (Test. Antônio dos Santos Coimbra. N.119, M.10, E.06/25, Ano 1828. 1°Cart. Órfãos e Prov. Pelotas).

Assim como Francisca diversas filhas, tias e irmãs viúvas foram amparadas com legados nos testamentos. Boaventura da Silva Barcellos deixou para sua filha mais velha Cecília 500#000 e para sua tia viúva Micaela Rodrigues Barcellos, 400#000 réis (Test. Boaventura da Silva Barcellos. N.1716, M.86, E.06, Ano 1864. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas). Antônio Rafael dos Anjos, rico proprietário de terras na região ao aproximar-se da morte redigiu seu testamento deixando legados para doze mulheres de sua família incluindo sobrinhas e afilhadas (Contas de Test. Antônio Rafael dos Anjos. N.2126, M.93, E.06, Ano 1880. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas). O charqueador João Maria Chaves, ao redigir seu testamento em 1887, preocupou-se em garantir o futuro de suas duas filhas solteiras, Marcolina e Maria Luíza, lhes deixando 5 contos de réis além de "1 par de bichas de brilhantes para cada uma". Para seu único filho homem deixou seus objetos de uso pessoal e jóias. No entanto, as suas 4 filhas, incluindo solteiras e casadas, dividiram entre si a sua Terça (Test. João Maria Chaves. N. 1082, M.61, E.6, Ano 1887. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas).

As mulheres que possuíssem algum problema que as impedisse de realizar casamento também teriam de ser amparadas por pais e irmãos. O Tenente José Gonçalves da Silveira Calheca tinha uma filha chamada Umbelina de 23 anos que era aleijada e estava solteira, a qual instituiu como sua herdeira determinando que o remanescente desta deveria ser "no lugar da Olaria" salientando também que era de sua vontade que "se convencione minha herdeira com os mais para viverem juntos" (Test. José G. da S. Calheca. N.56, M.5, E.06/25, Ano 1820. 1°Cart. Órfãos e Prov.Pelotas).

O Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos também preocupou-se em seu testamento, escrito em 1856, em deixar legados para as mulheres da família. No entanto definiu como estes valores deveriam ser pagos. Para sua irmã D. Ana Rodrigues Barcellos deixou 200#000 réis a serem pagos em 4 prestações anuais de 50#000 sendo que, na falta

desta este valor passaria para sua filha que era sua sobrinha e afilhada. Do mesmo modo deixou para a sua cunhada Maria Isabel um conto e 200 mil réis a ser recebido em prestações anuais de 120#000 e na falta desta reverteria para sua mulher e um de seus filhos. Parece que o Comendador ao parcelar os legados de sua irmã e cunhada, tentava garantir que este dinheiro doado não fosse gasto de uma só vez, sendo recebido como um auxílio anual controlado pelo testamenteiro. O Comendador tratava estas mulheres do mesmo modo como a sociedade as via consideradas, assim como os menores, incapazes de autogerirem-se. O Comendador parecia também querer garantir que, mesmo após sua morte, administraria ainda assim os bens destas mulheres e as manteria sob sua dependência. Regulando em seus testamentos o uso de seu dinheiro, os homens pretendiam exercer seu poder além da vida, controlando os possíveis excessos e descuidos de suas mulheres.

Nos testamentos femininos, por sua vez, há uma nítida vontade de ajudar suas congêneres deixando legados tanto para mulheres pertencentes a sua família como de fora dela, em especial às viúvas. Ana Maria Bevilagua, falecida em 1865, solteira e sem filhos, legou em testamento para uma prima "Lucinda, viúva de José de Tal" 50#000 réis e para outra prima Custódia "solteira, filha de José Custódio" deixou também 50#000 réis, entre outros legados (Contas de Test. Anna Maria Bevilagua. N.2008, M.92, E.26, Ano 1865.1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas). Do mesmo modo a viúva Balbina Maria Chaves da Silveira, que não havia tido filhos, deixou para sua cunhada Maria Cesárea da Silveira Marins um conto de réis além de sua mobília, oratório e objetos de uso diário (Test. Balbina M. Chaves da Silveira. N.1042, M.59, E.06, Ano 1886. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas). Silvana Eulália de Azevedo Barcellos deixou em testamento para sua cunhada Felisbina, viúva de Francisco Azevedo e Souza e para Micaela, viúva de seu cunhado Manoel Rodrigues Barcellos, 200#000 réis para cada uma (Test. Silvana Eulália de A. Barcellos. N.1863, M.88, E.06, Ano 1878. 1° Cart. Órfãos e Prov. Pelotas). A viúva Eugênia Maria da Conceição apesar de ter sete filhos, deixou metade de sua Terça para sua filha Genoveva que era viúva, além disso, legou um terreno de 5 braças de frente com 50 de fundos para sua afilhada Ignácia da Costa (Test. Eugênia F. da Conceição. N.100, M.09, E.25/06, Ano 1826. 1°Cart. Órfãos e Prov. Pelotas).

Da mesma forma Francisca Alexandrina de Castro, preocupou-se em garantir dote para uma sobrinha órfã ou seu futuro caso não arranjasse um bom casamento. Para tanto, delegou em seu testamento:

> *Deixo a minha sobrinha Josefa, filha de minha irmã Mariana e de seu marido Gonçalo José de Oliveira e Silva, ambos falecidos a quantia de 2 contos de réis para lhe ser entregues logo que se casar porém se isso não se verificar dentro de dois anos, empregará meu testamenteiro tal quantia em uma propriedade de casas no lugar em que entender mais conveniente, a qual os seus rendimentos ficará desde que for comprada pertencendo a mesma legatária* (Test. Francisca A. de Castro. N.1861, M.86, E.4/13, Ano 1859. 1° Cart. Órfãos e Prov. Rio Grande).

Com suas netas Francisca e Cândida teve a mesma preocupação legando à elas 200#000 réis para cada uma que no entanto, deveriam ser "metidos na Caixa Econômica do RJ ou em outro igual ou semelhante estabelecimento para os receberem com os seus rendimentos logo que se casem ou emancipem" por seu testamenteiro. Francisca Alexandrina de Castro, do mesmo modo que o Comendador Boaventura Barcellos havia feito em seu testamento, tratou de deixar administrado os bens doados à suas protegidas. No entanto, ao contrário de Boaventura, não procurou tolher a liberdade destas em usufruí-los livremente, caso estes não servissem como dote para um provável casamento (Test. Francisca A. de Castro. N.1861, M.86, E.4/13, Ano 1859. 1° Cart. Órfãos e Prov. Rio Grande).

Portanto, havia toda uma rede de poderes e contrapoderes no agrupamento charqueador. Se as mulheres garantiam com seus casamentos um meio por onde se atrelavam indivíduos, famílias e propriedades, todo o grupo procurava protegê-las, garantindo assim que o patrimônio familiar não se dispersasse ou que elementos indesejáveis dilapidassem os empreendimentos. Evidencia-se aqui, como PERROT (2005:263) demonstrou, a existência de diversos poderes multiplicados no corpo social sendo que se estabelece todo um sistema de micropoderes. Deste modo, o exercício do poder aqui, não se resumiria a força ou a lei, mas a todo um conjunto de estratégias utilizadas de lado a lado, até mesmo por indivíduos, aparentemente fragilizados e com pouco espaço de ação como as mulheres.

Transitando pelas evidências deixadas nos testamentos e inventários do grupo charqueador, vislumbra-se, por um lado, a esfera de poder exercido pelas mulheres como detentoras de parte do patrimônio familiar e, por outro, sua fragilidade quando não enquadradas em um bom casamento. Neste sentido, os acertos familiares e os laços de solidariedade foram buscados como meio de sobrevivência. O fato de mulheres preocuparem-se em deixar legados para suas congêneres denota, no nosso entender, que estas fizeram uso de um tipo de poder que lhes era acessível, considerando-se que estas eram da elite e herdavam bens, dentro de uma sociedade que as colocava, no entanto, em grande dependência. Portanto, a participação das mulheres nos empreendimentos charqueadores na região de Pelotas, no decorrer do século XIX, não se resumia a realização de bons casamentos, criação dos filhos e a manutenção do funcionamento da casa. Às mulheres

charqueadoras era preciso sobreviver em uma sociedade de grande instabilidade econômica. Se às mulheres cabia a realização de bons casamentos trazendo com isso importantes ligações econômicas para o negócio familiar, isto não lhes dava, em contrapartida, segurança em relação a seu futuro. Para tanto havia que garanti-las. Neste sentido, estabeleceram-se redes de solidariedade vislumbradas por meio dos legados deixados em testamento por estas à suas congêneres mais desprotegidas juntamente com uma rede de proteção exercida por proprietários às suas filhas e mulheres da família, onde se evidencia a necessidade de criar soluções para a sobrevivência destas dentro do espaço privado do grupo charqueador.

Referências bibliográficas:

PERROT, Michelle. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil. Gênero e Poder no Século XIX**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Religião e política no primeiro reinado e regências: os *padres-políticos* no contexto de formação do Estado imperial brasileiro.

Françoise Jean de Oliveira Souza*

Resumo:
O presente texto tem o objetivo de analisar a atuação política do clero brasileiro no momento inicial de formação do Estado Imperial, demonstrando como esse segmento religioso fez-se presente nos inúmeros canais de participação política que emergiam na sociedade brasileira oitocentista. Em particular, analisaremos como o clero vislumbrou neste contexto de transformações, a possibilidade de reformar a igreja brasileira, repensando sua situação política e moral, na expectativa de inaugurar uma nova fase de sua história.
Palavras chave: Clero, Império, Igreja.

Abstract:
The following work has the goal of studying the political role of brazilian clergy in the initial shaping moments of the Imperial State, showing the political participation of this religious faction and how it make itself present in the emergent nineteenth brazilian society. In detail, we will address the question of how the clergy in this context saw the possibilities of church reform, rethinking its political and moral position, hoping to open a new period in its history.
Keywords: Clergy, Empire, Church

Os anos transcorridos entre a emancipação política do Brasil e o término da experiência regencial caracterizaram-se, sobretudo, pelo processo de construção das bases do novo Estado que se formava. Naturalmente, esse processo trouxe consigo uma série de embates entre correntes de pensamentos e segmentos sociais que, pela primeira vez, assumiam a dianteira da política brasileira.

Um desses setores da sociedade que se fez fortemente presente nos debates políticos de então, assumindo destacado papel no processo de construção das bases do Estado imperial foi o clero. A estes religiosos, chamaremos aqui de padres-políticos.

Desde o início do período monárquico, a presença de padres-políticos fez-se marcante na nossa história, compondo parte da restrita elite política imperial. Dos 102 deputados gerais eleitos para a primeira legislatura brasileira, iniciada em 1826, 23 eram clérigos, representado 22,5% do total de cadeiras. Na segunda legislatura (1830-1833), os padres políticos correspondiam a 22% dos deputados gerais; na terceira legislatura (1834-1827), 24% e na quarta legislatura (1838-1841)16%. A partir daí, sua presença na Câmara dos Deputados tornou-se cada vez menos significativa. Fato similar pode ser constatado no Senado para onde 13 padres foram eleitos entre 1826 e 1841, ao passo que, durante todo o Segundo Reinado, somente 4 padres conseguiram ascender a tão alto cargo político.

A considerável presença de elementos do clero na política brasileira encontra várias explicações. A primeira reside na preeminência do clero entre os homens cultos do país. Cercado por uma população, em sua maioria, iletrada, o clero brasileiro, possuidor de, no mínimo, a escolaridade secundária, acabou sendo solicitado a concorrer nas eleições, desde a vereança até as câmaras legislativas provinciais, nacionais e no senado. Completa esta explicação o fato de que, em razão do Padroado Régio, os padres terem sido, ao mesmo tempo, servidores da igreja e empregados públicos. E, como bem demonstrou José Murilo de Carvalho, o emprego público foi a ocupação que mais favoreceu e treinou para a tarefa de construção do Estado Imperial na sua fase inicial, isto é, de 1822 a 1850. O Estado foi o maior empregador do tipo de gente que foi levada ao poder público, aos cargos eletivos do legislativo e aos cargos do executivo (CARVALHO, 1980: 76). Acrescente-se a isto o fato de que um dos grandes efeitos da política pombalina no Brasil, ainda na segunda metade do século XVIII, foi a formação de religiosos para os quais a atuação política se fizera natural, uma parte da vida eclesiástica.

Diante das novas perspectivas trazidas pela independência e pelas discussões acerca do modelo de Estado a ser instaurado no Brasil, os padres-políticos aproveitaram a oportunidade para repensar a situação política e moral da Igreja brasileira, na expectativa de inaugurar uma nova fase de sua história. Entre o clero, era unânime a urgente necessidade de reformar a Igreja que se encontrava em situação calamitosa. Além de insuficiente, mal remunerado e mal distribuído pelas paróquias, o clero brasileiro encontrava-se mal preparado em matéria religiosa e coberto por escândalos morais, colaborando para a distorção do catolicismo no império.

Todavia, se por um lado era comum a crença na necessidade de reformas, por outro, não havia um consenso acerca da direção a ser seguida por estas e nem por quem elas seriam conduzidas. Um dos maiores embates estabelecidos no seio do clero consistiu em definir se as reformas religiosas diziam respeito exclusivamente à Igreja ou se, ao contrário, deveriam partir e serem dirigidas pelo poder secular. Este embate refletia a própria indefinição acerca do relacionamento que vigoraria entre a velha Igreja e o novo Estado que se formava. A grande quantidade de assuntos eclesiásticos discutidos pelo parlamento brasileiro durante o Primeiro Reinado e nos anos das regências demonstram o tamanho dessa indefinição e o desejo por transformações.

Sem pretender esgotar em esquemas fechados toda a variedade de posicionamentos político-religiosos existentes entre os padres-políticos, pôde-se perceber que, grosso modo, estes se dividiam em dois grupos que optamos por chamar de "católicos

liberais" e de "católicos conservadores". Estes grupos tinham, em padre Antônio Diogo Feijó e em Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, suas respectivas lideranças.

Nas sociedades católicas do século XIX, surgiu o que a historiografia nomeou de catolicismo liberal. Esta corrente político-religiosa foi marcada por uma tendência progressista de adaptação da Igreja ao novo universo intelectual e às novas condições sociais. Dentro da perspectiva, os católicos liberais brasileiros pensaram e discutiram as questões eclesiásticas no âmbito do Estado Nacional que se formava. Estes religiosos tinham uma idéia bastante moderna das liberdades da Igreja brasileira em face da Igreja universal, sustentando a competência e a legitimidade da interferência do poder civil para examinar os assuntos constantes nas bulas. Deste modo, os católicos liberais estavam convencidos de que as reformas da Igreja deveriam ser levadas a feito pelo governo, uma vez que os interesses da religião e da Igreja se fundiam com os do Estado. Essa nacionalização dos interesses da igreja brasileira quase provocou o cisma com Roma.

Coube exatamente a estes padres encabeçarem, na Assembléia Geral, os projetos de reforma que buscavam enfraquecer a influência romana sobre a Igreja brasileira, tais como a proposta de extinção das ordens religiosas e a proibição da entrada de frades estrangeiros. Além disto, defenderam a abolição do celibato clerical, que no entender deste grupo, seria a única maneira de moralizar o clero.

Vale lembrar que em todos os momentos em que as discussões parlamentares resvalaram na questão da soberania nacional, quando, por exemplo, por ocasião dos debates acerca de quem deveria nomear os bispos brasileiros, se o imperador ou o Papa, padre Feijó, representante maior do catolicismo liberal, posicionou-se claramente em favor do Estado, como enfatiza na seguinte afirmação: "*se a nação brasileira não tem a força e o poder necessário para promover sua prosperidade sem o consentimento da Cúria Romana, então não é independente, não é nação*" (RICCI, 2001:360). Esta postura sugere um despertar da consciência nacionalista entre o clero brasileiro, sendo esta marcada por uma tônica regalista. O sentimento patriótico assumiu uma conotação específica para estes padres, constituindo-se na luta por uma autonomia do Estado com relação à influência exercida anteriormente pela Igreja romana.

Em contraposição ao círculo liberal, havia na Igreja brasileira um segmento conservador. O conservadorismo foi um pensamento desenvolvido na Europa como tentativa dos setores mais abalados pela Revolução Francesa de deter o processo desintegrador dos antigos valores. Em linhas gerais, ele caracteriza-se pela descrença na razão, pela compreensão dos direitos como determinados pela tradição e não como dados naturais, pela

idéia da subordinação das relações sociais ao principio da ordem e disciplina e pela negação do individualismo em prol do coletivo.

Os católicos conservadores do Brasil caracterizaram-se pela defesa do ultramontanismo, voltados para a Santa Sé na linha da centralização papal. Dentro deste grupo, Dom Romualdo Antônio de Seixas emergiu como figura proeminente do movimento de reforma católica que, na direção contrária ao proposto pela reforma dos liberais, visava a regeneração da Igreja segundo os moldes tridentinos. Isto quer dizer que muito embora não questionasse o direito do padroado régio, este segmento conservador impunha sérias restrições à interferência do Estado em determinados assuntos da Igreja. Também, lutando pela criação de mais seminários no Brasil e adequando-os às diretrizes romanas, os católicos conservadores visavam, além de elevar o nível educacional do clero, corrigir as distorções existentes entre a prática católica e as doutrinas da religião, buscando uma maior ortodoxia. Em decorrência disto, Dom Romualdo foi quem mais se interpôs aos projetos reformistas que Feijó e seu grupo apresentavam na Assembléia Geral.

Os projetos mais polêmicos defendidos por Feijó, tal como o que propôs o fim do celibato clerical, não chegaram a ser aprovados pela Assembléia Geral. De qualquer forma, sua visão liberalizante a respeito da igreja, típica de um jansenismo tardio, deu o tom do relacionamento estabelecido entre a Igreja e o Estado brasileiro ao longo de todo o período monárquico. Dom Romualdo, por outro lado, se não conseguiu, ainda na primeira metade do século XIX, impor seu modelo de igreja reformada ao sabor tridentino, acabou por lançar o germe daquela que seria uma das mais importantes reformas pela qual passaria a igreja católica brasileira, iniciada em meados do Segundo Reinado e consubstanciada na República. Seu discurso conservador, aliás, ajuda-nos a conhecer uma série de imagens e conceitos que colaboraram para a justificação do poder do Estado conservador implantado nos anos 30 do século XX. Segundo ROMANO, a aproximação da rede discursiva conservadora, presente desde o século XIX, das experiências políticas do século XX, permite-nos ver "*o quanto certas idéias recentes lançaram raízes nos séculos passados, visando harmonizar razão e sentimento, orientando as manifestações teológico-politicas ou secularizantes que disputam até hoje a condução da nossa vida política*" (1979:7).

A atuação do clero na política brasileira não se restringiu, contudo, aos debates religiosos. Ao contrário, ao longo dos vinte anos aqui estudados, os padres-políticos estiveram envolvidos nos principais acontecimentos da nossa história parlamentar: da constituinte de 1823, passando pela tentativa de instauração de uma nova Assembléia Constituinte em 1832, também conhecida como a "revolução dos Três Padres", a aprovação do Ato Adicional de 1834 até o golpe da maioridade. Até o momento em que nos encontramos com a pesquisa, não

foi possível ainda mapear de que maneira o clero se organizou dentro da embrionária estrutura político-partidária que começava a se formar. Ainda não sabemos também se os padres que compuseram o círculo liberal e o conservador mantiveram-se coesos quando os assuntos tratados no parlamento eram de caráter estritamente secular.Estas questões ainda estão por ser estudadas na pesquisa sobre a qual nos debruçamos. De qualquer maneira, já é possível perceber que houve uma tendência de aproximação dos padres ao grupo político tradicionalmente chamado pela historiografia de liberais moderados. Isto, entretanto, não nos permite afirmar que o clero assumiu um posicionamento político homogêneo a ponto de se constituir numa "bancada clerical" dentro da Assembléia Geral. Ao contrário, entre os 81 padres eleitos no Primeiro Reinado e nas Regências, encontramos tendências políticas as mais diversas: de exaltados como o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, passando por liberais moderados como Feijó e seu séqüito, até conservadores como o padre Francisco Ferreira Barreto. Houve também aqueles padres como o pernambucano Venâncio Henrique de Resende que, à maneira de Bernardo Pereira de Vasconcelos e ao gosto da cultura política brasileira, caminhou de um extremo ao outro, ao sair dos campos de batalha da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador para assumir as fileiras do futuro Partido Conservador.

Os padres do império não tiveram sua prática política limitada aos espaços oficiais de poder vinculados ao Estado. Ao contrário, com o intuito de verem concretizados seus modelos de reforma religiosa, bem como, seus projetos políticos seculares, eles travaram suas batalhas políticas em muitos outros espaços, como no *front* das revoluções, na imprensa e nos diversos clubes associativos surgidos no período em questão.

Ë de conhecimento de todos o fato de muitos padres terem participado de revoluções ao longo da primeira metade do século XIX. Em um primeiro momento poder-se-ia pensar que esses padres revolucionários eram compostos somente por membros do baixo clero ou oriundos de segmentos sociais mais baixos, o que lhes tornariam líderes populares em potencial. Contudo, ao contrário disto, muitos foram os padres da alta política do império, como os membros da Assembléia Geral aqui estudados, que participaram destas revoluções. Do total dos padres-políticos pertencentes à Assembléia Geral, 23% participaram de alguma revolução, tendo sido presos e alguns exilados. Também CARVALHO (1980:151) afirma que a maioria dos padres revolucionários era de origem rica. Muitos se envolveriam em revoluções por assumirem um liberalismo mais próximo ao dos fazendeiros, isto é, que se opõe à interferência do governo central em seus domínios. Importante lembrar que, após sofrerem as repressões por parte do governo imperial, a quase totalidade desses padres

revolucionários, no melhor exemplo da nossa cultura política da conciliação, reassumiu cargos representativos ou postos importantes dentro da estrutura política do Estado.

Importante também foi a atuação dos padres-políticos na imprensa. Esta atividade, aliás, acabou por configurar-se como uma extensão de suas atividades parlamentares, na medida que a imprensa tornou-se "*um foro alternativo para a tribuna*", onde se diziam coisas que não se ousava dizer na tribuna da Câmara ou do Senado (CARVALHO, 1980:44), além de traduzir para um público leitor mais amplo o que ocorria em ambientes restritos, como o da Assembléia Geral. A partir das informações que foram levantadas até então, é possível afirmar que, no mínimo 25% dos padres que tiveram assento no parlamento aturam intensamente na imprensa, editando ou redigindo importantes periódicos brasileiros. Não foram poucos os padres políticos responsáveis por levar a imprensa às regiões mais distantes das províncias das quais se originavam. Também LUSTOSA (2000), analisando a imprensa brasileira no início do XIX, percebe a presença constante de padres na redação de jornais, fenômeno este atribuído, em parte, à falta de profissionalização do jornalismo brasileiro. Analisando, por exemplo, a redação do *Gazeta do Rio de Janeiro*, a autora afirma que esta era "*uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro*" (2000:71). O significativo envolvimento dos padres-políticos com atividade da imprensa, além de reforçar seu desejo de participação política por meios outros que não somente os cargos eletivos, ampliando o modo pelo qual interagiam com o mundo secular e faziam política, demonstra que esse segmento da elite política e religiosa brasileira compunha, também, parte da nossa restrita elite intelectual.

Por fim, resta falar rapidamente de como os padres-políticos fizeram-se presentes nos modernos espaços de sociabilidade que surgiam no Brasil, e, em particular, no período regencial. Este último é marcado por diversas manifestações de surto associacionistas em decorrência da inquietação política, social e econômica gerada pela abdicação do imperador. Sociedades políticas, filantrópicas e culturais como a Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Sociedade Coluna do Trono e do Altar, as maçonarias e sociedades secretas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e institutos de pesquisa afins, tanto nacionais como internacionais, contaram com a significativa presença e liderança do clero brasileiro. Muito embora alguns desses espaços associativos não se apresentem explicitamente como detentores de objetivos políticos, como por exemplo, o IHGB, há, sem sobra de dúvidas, um caráter político subjacente a todos eles, uma vez que permitiam a aproximação estratégica entre os membros da elite política brasileira. A política, é importante lembrar, de maneira nenhum constitui um fenômeno restrito ao Estado, ao contrário, mostra-se presente em relações desenvolvidas em várias

instâncias sociais. Assim, no caso particular do clero, é possível inferir que sua presença em tais meios significava a maior possibilidade de articulação política e desenvolvimento de contatos estratégicos capazes de lhes garantir, não só a efetivação de seus projetos político-religiosos, como também a ascensão à altos cargos eclesiásticos.

O momento áureo da ação política do clero no parlamento e nos demais espaços de atuação política aqui apresentados foi se desfazendo a partir do Segundo Reinado. Enquanto os clérigos assumiram papeis de destaque na política brasileira ao longo das quatro primeiras legislaturas que cobrem o Primeiro Reinado e Regências, a partir de 1841 eles foram ocupando cada vez menos cadeiras no parlamento. Conseqüentemente, sua atuação na Assembléia Geral foi tornando-se apagada, com raros e pálidos discursos incapazes de inflamar o espírito de seus companheiros do legislativo, como se dera outrora.

Este fenômeno é conseqüência de dois fatores: o primeiro diz respeito ao próprio perfil da elite política brasileira que vai se transformando, a partir de 1870, quando os funcionários públicos perdem espaço no parlamento para os bacharéis. O segundo fator passa por questões internas à igreja católica. Ao longo do século XIX, foi ocorrendo uma progressiva inversão dos valores político-religiosos predominantes no interior do clero brasileiro. Os conservadores que, a princípio, encontravam-se em minoria, foram ganhando força dentro da Igreja no Brasil, acompanhando o movimento internacional de Romanização das Igrejas católicas, encabeçado pelo papa Pio IX. Como conseqüência, tem-se o progressivo afastamento dos padres dos espaços oficiais de poder do Estado. O clero, agora, volta-se para as questões internas da Igreja, para o fortalecimento da instituição, para a melhor formação de seus membros, e, principalmente, para a luta em prol da ortodoxia católica. Envolvendo-se menos com as questões políticas seculares, embora nunca as tenham abandonado, o clero brasileiro foi, cada fez mais, abandonado a tribuna parlamentar e assumindo o púlpito, os seminários e a catequese como o lugar, por excelência, de sua manifestação pública.

Bibliografia

CARVALHO, Jose Murilo. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Brasília: Editora Campus, 1980.

LUSTOSA, Isabel. Insultos Impressos. *A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823*). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente.Diogo Antonio Feijó (1784-1843*)**.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Critica ao populismo católico*)**.** SP: Kairos, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os jesuítas e a cristianização dos tupis nas missões de Maynas.

Fernando Torres-Londoño*

Resumo: Esta comunicação examina as mediações desenvolvidas por missionários jesuítas como o padre Fritz na cristianização de tupis do rio Amazonas. É apresentado aqui que o missionário levado pela condições de fronteira das missões com os tupis, estabeleceu com estes relações definidas pela tradução cultural.
Palavras chaves: missões, missionários, índios, Amazonas, Maynas.

Abstract: This communication examines the mediations developped by the jesuit missionaries like Father Fritz in the christianization of the tupi tribe of the Amazon river. According to this, the missionary, influenced by the frontier conditions of the tupi missions, established with them a relationship defined by the cultural translation.
Key words: missions, missionaries, indians, Amazon river, Maynas.

Na segunda metade do século XVII, missionários jesuítas das missões de Maynas introduziram o cristianismo entre povos de língua tupi, localizados nos rios Huallaga, Ucayali e Amazonas. Temidos pelos seus vizinhos e pelos europeus que transitavam a região, e localizados inicialmente fora do centro das reduções, povos como os Cocamas e os Omaguas, foram trazidos para o cristianismo e cumpriram importante papel na afirmação espacial das missões. Esta comunicação, recorrendo ao cronistas e testemunhos das missões, examina essa pratica missionária levada a cabo pelos padres Lorenso Lucero e Samuel Fritz, identificando traços que marcaram sua dinâmica de contato com um caráter diferenciado, que lhes permitiu transitar culturalmente entre o projeto missionário e o universo indígena.

Partimos de considerar que na dinâmica do estabelecimento das missões a redução passava a ser um espaço de reconfiguração, que abarcava vários aspectos que não apenas o religioso. A localização do assentamento era definida pelo missionário, também a organização espacial: a redução era organizada em torno à igreja ou capela e à casa do padre. A organização temporal também passava ser modificada. O dia se organizava em torno às obrigações religiosas, marcando o sino em muitas delas o tempo das diferentes atividades. As formas de subsistência também sofreram alterações, fosse pelo fato da redução, com a conseqüente obrigação da assistência à catequese, colocar limitações à mobilidade dos índios, interferindo muitas vezes em suas práticas tradicionais de caça e pesca.(TORRES-

* Doutor em História pela USP. Professor do Departamento de História da PUC SP. A pesquisa onde se insere este trabalho conta com o financiamento do CNPq.

LONDOÑO, 2006, p.28). Mas também, pelo fato de terem sido introduzidas nas reduções divisões de trabalho por gênero (GOLOB, 1982, p.226), como também pela obrigação que os índios passavam a ter em relação à manutenção do padre .(TORRES-LONDOÑO, 2006, p.27). Não resta dúvida de que o missionário sendo a figura detentora dos sentidos das novas configurações passava a ter um importante papel com decorrente poder. Deveria o processo evangelizador culminar no batizado, que marcaria a incorporação do índio ao universo católico.

Porém, nas reduções de Maynas, os constantes levantamentos ou rebeliões[1], assim como as contínuas fugas de índios das reduções[2] e o assassinato de alguns padres[3] dão conta de uma situação que com grande freqüência escapava ao percurso imaginado pelos missionários, indicando que o trabalho missionário se desenvolvia em um clima de permanente tensão. A estes problemas deve ainda se acrescentar outras questões que em muito afetavam o trabalho missionário e que não estavam diretamente relacionadas à interação entre missionários e índios assentados, tais como os ataques de grupos indígenas inimigos dos grupos reduzidos, os graves surtos de epidemias[4] que dizimaram várias populações indígenas, como também as "entradas" espanholas e portuguesas para obtenção de mão de obra indígena. Todos estes eventos marcaram e conformaram o desenrolar das missões de Maynas e explicam porque as mesmas sempre foram instáveis e precárias, tanto no que ao número de catecúmenos e de adesões ao cristianismo como a sua duração. David Sweet, citado por Ann Golob, descreve esse ambiente como carregado da possibilidade de uma morte iminente;

> *"On a day-to-day basis, the people of all races in Amazonia were kept reminded – by ever-present disease more than by any other single factor – of the possibility of an early death, of the unlikelihood of the fulfillment of long-term plans and projects, of the tenuousness of men´s hold over the environment and their ties to one another. It was an atmosphere conducive not to institution-building, to investment and accumulation and trust, but rather to a quest for quick and easy gain, to a spirit of unscrupulous self-reliance and ultimate social irresponsibility. The social and organic pathologies were as one*"(GOLOB, 1982, P. 200).

---

[1] Dentre os levantamentos mais importantes cabe destacar: o dos Maynas (1637), dos Cocamas (1663), dos Avixiras (1667), dos Cunivos (1695), dos Gaes (1707) e dos Payaguas (1735 e 1745),(BORJA MEDINA, 1999, p. 436

[2] Entre os anos de 1750 e 1761, se teriam realizado 38 entradas ao Alto Amazonas, destinadas a capturar ou recapturar índios, (GOLOB, 1982, p.)

[3] Desde o inicio das missões de Maynas em 1638 até 1707, segundo levantamento que fizemos em diversas crônicas, foram mortos os padres: Figueroa (1666), Suarez (1677), Hurtado (1677), irmão Herrera (1686), Richter (1695), Durango (1707).

[4] Os informes relatam a ocorrência de surtos nos anos de 1660, 1669, 1680 e 1691 no século XVII e nos anos de 1749, 1756 e 1762 no século XVIII. Dentre as várias doenças que ajudaram a diminuir as populações as duas principais foram varíola e sarampo. (GOLOB, 1982, p. 197)

Nesse cenário um dos mais duros golpes que o trabalho missionário podia sofrer era a morte de um dos padres. Escrevendo a respeito do assassinato do Padre Suarez pelos Abijiras no ano de 1677, Rodriguez tece o comentário que segue que dimensiona uma forma de elaboração das tensões e conflitos no que se refere à condução do processo evangelizador: "y procuraba con suavidad sacarlos de sus abusos, embriaguezes y torpe trato con muchas mugeres; y en este punto se iba mucho a la mano, por no cargársela tan pesada como solía su zelo en las missiones de las ciudades."(RODRIGUEZ 1990, p.462-463)

O comentário, misto de censura e elogio, traz implícita a noção de que o zelo missionário deve ser modulado em função do espaço em que se dá o seu trabalho. Aquele zelo que seria admirável quando praticado nas missões na cidade resulta excessivo para o trabalho evangelizador com os índios fora desse âmbito. No caso do Padre Suarez, não tendo sabido dosar a mão, a sua virtude teria acabado acarretando-lhe a morte. Entendemos que o comentário não fala de mudança de valores, porém da modulação de atitudes e demandas em função do espaço e condições em que se desempenhava o trabalho evangelizador, da compreensão do momento oportuno dentro processo de conversão para se colocar certas demandas.

É esta adequação, excepcional em função do espaço, terra de gentis, em que se dá a missão e pensada como "concessão" dos estágios iniciais de contato dentro do percurso idealizado de evangelização que cria a possibilidade de um certo repertório de abordagens e práticas missionárias. E possível constatar que em determinadas circunstâncias a "flexibilização" chegou a um ponto em que o sentido da dinâmica de contato parece estar invertido. Algumas referências parecem apontar mais no sentido da inserção do missionário no universo indígena do que o contrário, como o sugere o relato de Samuel Fritz no seu diário respeito ao que teria sido sua permanência numa aldeia Yurimagua em 1689, que até sua chegada era visitada pelo diabo que curava os enfermos, encarnando este em animais como tigres ou através dos mohanes.(MARONI, 1988, p. 315). Presente o missionário e ausente o diabo era do primeiro que os Yurimaguas esperavam as curas e em que reconheciam uma posição de poder. Se a aceitação por parte do missionário decorria da compreensão da perda que a sua demanda colocava para os Yurimaguas e se a entendia como sendo transitória ou se foi efetivamente mantida por muito tempo são questões que escapam ao alcance do episódio aqui recuperado. Mas é difícil imaginar que o Padre Fritz não entendesse que ao assumir tais funções estaria ocupando uma posição de prestígio e poder. A posição privilegiada dos

mohanes, figura recorrentemente citada nas crônicas, é descrita para vários grupos, a respeito da mesma segue um dos vários trechos que descrevem tal figura feita pelo Padre Figueroa:

> *"Tambien tienen noticia del demonio, y nombre en cada nacion, con que le llaman. (...) Y aunque no le adoran, entienden que los mohanes ó hechizeros lo invocan para saber algunas cosas, y que les dice la bentura que tendrán quando ban á caçar, ó si ha de sanar ó morir el enfermo que curan, y otras cosas de sus guerras, etc., en que sí puede ser que de hecho les hable; pero lo más ordinario se juzga que los hechizeros finjen que el demonio les habla, para acreditarse en el officio y por engañar y sacar la paga que les dan, [y] cobrar autoridad entre lo yndios para ser respetados y temidos (los más son aborrecidos), que lo consiguen los que se juzgan ser sabios en essa facultad. Para alcanzar esta estimacion usan de varios embustes. (...) Dixe que los más hechizeros son aborrecidos, porque así como dellos esperan las curas y sanidad de sus enfermedades y otras utilidades, de la mesma manera, y aun con más firme y general persuasión les atribuyen sus males y desastres."* (FIGUEROA, 1986, pág. 279 – 280)

A descrição do Padre Figueroa recupera aspectos semelhantes àqueles elaborados pelo Padre Fritz. A diversidade de nomes não lhe gera confusão e facilmente o missionário identifica em várias nações o demônio. Mas esta descrição avança mais nos aspectos negativos do demônio e dos *mohanes* que com ele mantêm trato, aqui se duvida de que efetivamente a comunicação entre eles exista. Desmontada a possibilidade de diálogo resta a figura do embuste para dar conta das ações dos *mohanes*, fingimento que facilmente se entenderia pelo proveito que tirariam: autoridade, respeito, temor, estimação e pago. Não é difícil entender as distâncias entre os dois relatos, enquanto o Padre Figueroa faz uma descrição distanciada, pelo menos no que se refere ao fato da sua narrativa não se referir a uma situação de tensão com um grupo indígena a colocar a sua vida em perigo, o relato do Padre Fritz dá conta de uma situação em que colocada a impossibilidade de coexistência entre ele e a figura em que o diabo aparecia para os *Yorimaguas*, o desfecho da exclusão permanecia incerto, podendo resultar na eliminação do missionário. Na delicada situação em que o Padre Fritz se encontrava não é de se estranhar que tenham sido mobilizados todos os recursos possíveis de comunicação: falas, traduções, índices e símbolos e que a comunicação tenha incluído a todos os elementos em jogo; missionário, *Yurimaguas* e o *diabo.*

O episódio narrado pelo Padre Fritz aponta para processos de tradução e de traslado de significados que permitem imaginar as trocas que aconteciam no contato entre missionários e índios. O contato com os *Yurimaguas* tinha sido trabalhado a través das redes de contato indígenas, levando os Cocamas da redução de La laguna a se refugiar de uma epidemia de varíola como os distantes Omaguas, nas ilhas do Maraõ]ñon como o coloca o texto a seguir:

> "… *donde fueron recibidos con mucho agasajo. Refiriéronles éstos las vejaciones continuas que padecian de los portugueses del Gran Pará, los cuales subian á cada paso á sus tierras en busca de cautivos y les llevaban presos hasta sus propios hijos. Compadecidos los Cocamas de lo que oian referirse (sic), y agradecidos al hospedaje que los habian hecho, los convidaron á que subiesen ellos tambien á su pueblo de La Laguna y fuesen á ver su misionero, que era á la sazon el esclarecido P. Juan Lorenzo Lucero, en quien, los decian, habian de hallar todo amparo y consuelo y no dejarian [de] volver regalados á sus tierras. Animados con estas exhortaciones y promesas tan favorables, los principales curacas se resolvieron á subir con los Cocamas hasta La Laguna á ver el Padre, quien los recibió con singulares muestras de cariño, los regaló cuanto pudo, y los explicó lo mucho que los importaba para cuerpo y alma el hacerse xtianos y sujetarse á la direccion y enseñanza de los misioneros de la Compañía. Parecióles muy bien cuanto les decia el Padre, y le instaron fuese él mismo á sus tierras, donde todos lo recibirian con mucho gusto*;" (MARONI 1988, pág. 309 – 310)

Pelo relato à rede de alianças indígenas teriam se somado a figura de um inimigo comum, os portugueses do Pará, e os ganhos materiais que os índios obtinham a través do trato com os missionários. Cabe lembrar que os missionários estavam entrando na área sem um efetivo militar permanente[5], as escoltas militares garantidas pelas *Ordenanzas sobre Descubrimientos* eram esporádicas e tinham por finalidade garantir proteção para o caso de contatos iniciais em que não houvesse havido a possibilidade de articulá-lo a partir da rede indígena ou para expedições punitivas de administração de justiça, no caso de rebeliões, ou de capturas de índios fugidos. Não sendo a correlação de forças favoráveis ao missionário é fácil entender porque as demandas que o mesmo viesse a colocar teriam que ser muito bem dosadas, sob o risco de pôr a perder o contato e o trabalho evangelizador. Porém, mesmo a presença militar não sendo constante na região, não significa isto que não houvesse já sobre as nações indígenas uma pressão do universo colonial, maior quanto mais próximos estivessem estes povos da área colonial. No caso da redução de *Nuestra Señora las Nieves de Yurimaguas* apesar da pressão espanhola não ser forte, havia uma grande pressão portuguesa, que se materializava na forma de entradas para captura de mão de obra indígena. Ao contrário do que tinha acontecido com outros grupos indígenas, mais próximos ao universo colonial espanhol, os missionários destas áreas podiam tecer uma rede de aliança por oposição à figura do colonizador, já que como coloca o Padre Fritz "no han visto estos indios más gobernador ni español que á mí" (MARONI, 1988, pág. 336) Se nas proximidades da esfera colonial espanhola a identificação dos missionários ao universo colonial tinha sido o motivo do assassinato do Padre Ferrer, nestas paragens os missionários, porque jesuítas ao serviço do rei de Espanha, identificavam e tratavam o português como inimigo:

[5] Em 1573 o rei Felipe II promulga as *Ordenanzas sobre Descubrimientos*, que proíbem novas expedições e conquistas como forma de conter os gastos que delas decorriam e passa a confiar o descobrimento e pacificação nas áreas de fronteira principalmente aos missionários de ordens religiosas com apóio de pequenas escoltas ou guarnições militares. BOXER, Charles, *A Igreja e a expansão ibérica* (1440-1770), Lisboa, edições 70, 1981, p.92.

> " *Cuatro dias antes que yo llegase, se habian ido rio abajo los portugueses con el cacao que habian cogido y algunos esclavos. Decia el cacique de Yurimaguas que habian salido de allí muy enojados, amenazando á ellos y á los Aizuares volverian cuanto antes á llevarlos todos presos por abajo, porque rehusaban darles sus hijos á que los llevasen consigo al Pará, y cautivos que rescatar. Cuando les pedian los hijos, solian responderles que el Padre (hablando de mí) se habia de enojar, que no tenian más Padre á quien obedecer que á mí; y si pedian cautivos, les decian que ya no tenian enemigos á quien quitárselos, porque yo tenia apunados en mi libro todos los gentiles de tierra adentro y habia hecho paces con todos ellos, prohibiéndoles el hacer guerra. Y como no han visto estos indios más gobernador ni español que á mí, en cuanto les decian los portugueses, les daban siempre con el Padre; por lo cual, enfadado el capitan que no sacse (sic) dellos lo que pretedia, dijo al cacique que este rio no era del Padre, sino del Morobisava (así llaman al gobernador portugués) y que habian de volver y amarrarlos á todos por orden de dicho Morobisava. Notable es la estimación y confianza que tienen estos indios en el Padre, de modo que se persuaden que solo el Padre es bastante para hacer frente á todos los portugueses; y así, todas las veces que reciben algun agravio, toda su defensa es decirles: "Yo he de ir á lo del Padre á quejarme; nosotros no tenemos más dueño ni amparo que á nuestro Padre, quien es nuestro amador. Mas que nos amarreis, pues no está allí nuestro Padre, quien todo lo ha de saber."* (MARONI, 1988, pág. 336)

Pelo que a narrativa permite inferir a importância do Padre Fritz tinha aumentado consideravelmente desde o relato do episódio da chegada na aldeia, inclusive o seu relato mantêm uma certa distância em relação ao poder que ele sente que os índios lhe conferem, admirando-se que os índios "se persuaden que solo el Padre es bastante para hacer frente á todos los portugueses". Se quando do episódio da chegada ao Yurimaguas a situação parecia de precário equilíbrio com risco de vida, neste outro episódio da entrada dos portugueses onde os Yorimaguas a posição do Padre Fritz parece ter evoluído para uma posição de poder que ele sabe não ter por base o seu real poder.

Se esse é o momento histórico que as crônicas permitem recuperar, em termos de trabalho missionário as mesmas estariam naquele nível que com muita freqüência os padres descrevem como ternas e que muitas vezes são comparadas nas descrições das crônicas ao estágio da infância. A comparação do processo evangelizador aos estágios biológicos do crescimento imprime à descrição um caráter inexorável e permite entender o jogo de concessões para com os índios ternos como concessões realizadas a crianças em função do seu estágio de compreensão, tratamento ou concessões que se sabe deverão mudar quando atingirem o estágio adulto.

Importa entender também o contexto em que padres como Lucero ou Fritz estava realizando o seu trabalho missionário, já que na nossa interpretação é aí que se localizam as razões que permitem entender o porquê de fazer uma elaboração que em muito parece a narrativa da sua inclusão no universo indígena. A missão do Padre Fritz tinha sido articulada

pelo Padre Lorenzo Lucero, que através dos Cocamas tinha realizado contato com os Omaguas.

> *"Con esta promesa, muy contentos volvieron los Omaguas á sus tierras, predicando en todas partes la liberalidad y cariño del P. Lucero, con que toda la nacion concibió grandes deseos de tener Padre que les doctrinase y amparase. Enviaron en varias ocasiones embajadas al P. Lucero, pidiendo los enviase misionero conforme les habia prometido, dándole juntamente cuenta, como á amigo, de las guerras que tenian con sus enemigos; pero como á la sazon no habia en el Marañon más que cuatro misioneros, de los cuales cada uno tenia á su cargo muchos pueblos de gente ya reducida, no se les pudo cumplir la palabra hasta el año de 1686, en que, habiendo llegado de Alemania á Quito y de allí pasado al Marañon el P. Samuel Fritz, natural del reino de Bohemia, varon escogido de Dios por apóstol de aquellas gentes, el P. Francisco Viva, que habia poco antes sucedido al P. Lucero en el cargo de superior de las misiones, determinó consolar á los Omaguas, dándoles por misionero dicho Padre.*(MARONI, 1988, P. 309).

Trabalhava o missionário a partir da rede indígena para atrair novos grupos para a evangelização, o contato dos Cocamas com os Omaguas introduzia o missionário como "amigo" ao que se somava um mesmo inimigo: os portugueses. Vários dos grupos reduzidos mantiveram seu poderia bélico, atuando como força militar das reduções. A esse propósito o Padre Figueroa tece o seguinte comentário: "como frontera que tiene la ciudad para su resguardo y de los Padres, para que otras gentes no se atreban á intentar alçamientos y barbaridades, porque ben que tienen los españoles gente fiel de quien balerse cuando lo intenten" (Figueroa, p. 188).

Bibliografia

BORJA,Francisco de, "Los Mainas despues de la expulsión de los jesuítas", en NEGRO Sandra, MARZAL Manuel, *Un reino en la frontera. Las misiones jesuíticas en la América colonial*, Lima, Fondo Editorial, PUC/Ediciones Abya-Yala, 1999.

FIGUEROA,.Francisco, "Informe de las misiones em el Marañon, Gran Pará o Rio de las Amazonas, pro el P. Francisco Figueroa", en FIGUEROA Franciso, ACUÑA Cristobal y otros, *Informes de jesuitas en el Amazonas 1660-1684*, Monumenta Amazónica, Iquitos, CETA, 1986.

GOLOB, Ann, "The upper Amazon in historical perspective" Doctor in Anthropology, U.N.Y, 1982. University Microfilms International. Ann Arbor, Michigan, U.S.A.

MARONI, Pablo, *Noticias Autenticas del famoso rio Marañon (1738*), Monumenta Amazônica, Iquitos, Ceta, 1988.

RODRIGUEZ, Manuel, *El descubrimiento del Marañon*, Madrid, Alianza Editorial, 1990.

TORRES-LONDOÑO, Fernando, "Trabalho indígena na dinâmica de controle das reduções de Maynas no Marañon do século XVII", *História*, v.25, n.1, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aspectos da normatização na sociedade visigoda no século VII: uma abordagem comparada entre os âmbitos religioso e civil da conduta sexual das viúvas

Danielle Kaeser Merola *

Resumo: O contexto analisado é o de difusão da doutrina cristã no reino visigodo. Nele se insere a elaboração de uma série de normas que vai reger não só o espaço religioso como também o laico. O presente trabalho tem por objetivo analisar nuanças do comportamento sexual na sociedade visigoda em dois espaços: o religioso e o civil. Fundamentada na análise de materiais produzidos no período, as atas dos concílios gerais de Toledo, para o âmbito religioso, e a *Lex Visigothorum,* para o âmbito civil, observaremos o que foi normatizado quanto à conduta sexual das viúvas. Para tal, buscaremos separar e comparar elementos das duas esferas identificados com um modelo ideal de comportamento, bem como, a repercussão das infrações normatizadoras, que podem ser consideradas no âmbito religioso como pecado e no âmbito civil como crime.
Palavras-chave: viúvas, normatização, comportamento sexual.

Abstract: Using the comparison method in this article we objective analyze the sexual behavior of the widowers in both spheres of social performance: the religious and the civilian. The region of the analysis is the visigothic kingdom at the century VII period. As comparison object we will use the legislations of the two scopes elaborated in the kingdom during the considered period.
Keywords: widowers, legislation, sexual behavior.

Introdução

A proposta deste trabalho tem como objetivo fazer uma análise comparativa de uma prática de comportamento sexual em duas esferas de atuação social, a religiosa e a civil. O objeto de análise trata da normatização do comportamento sexual das viúvas no reino visigodo do século VII. O ponto de partida são os documentos de normatização produzidos no período - os concílios gerais de Toledo para o âmbito religioso e a *Lex Visigothorum* para o âmbito civil.

O período analisado concerne a um momento em que a Igreja Cristã está em processo singular de estruturação e institucionalização como entidade de poder, ou seja, busca se fortalecer no âmbito do reino visigodo.

É em tal contexto que se insere toda a elaboração de um conjunto de normas voltadas não só para o espaço religioso como também o laico. Nesta perspectiva, aludiremos

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História comparada da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

o que foi normatizado quanto à conduta sexual das viúvas, separando e comparando nas duas esferas o modelo ideal de comportamento e a repercussão das infrações normatizadoras, que podem ser consideradas no âmbito religioso como pecado e no âmbito civil como crime.

I - As viúvas consagradas nas atas conciliares: o âmbito do sagrado

A celebração de concílios foi uma prática de grande importância na história do reino visigodo. A instituição conciliar representou certamente a expressão mais destacada da inter-relação entre as várias igrejas hispânicas, além de uma contundente prova da vivência dos bispos no que diz respeito ao colegiado eclesiástico (ORLANDIS, 1984: 46).

A conversão do monarca visigodo Recaredo ao catolicismo, em 589, abriu um período de notável atividade conciliar em nível provincial, seguido, a partir do ano 633, pela institucionalização do concílio geral hispânico (ORLANDIS, 1988: 317).

Considerando que nos interessa uma visão geral da região, nossa análise recairá apenas nos concílios gerais de Toledo. Dos dezessete concílios gerais realizados no reino visigodo, aludem à questão proposta: o IV concílio de Toledo (633) (Concílios, 1963: 186-225), o VI Concílio de Toledo (638) (Concílios, 1963: 234-267), o X Concílio de Toledo (656) (Concílios, 1963: 308-324) e o XIII Concílio de Toledo (683) (Concílios, 1963: 411-440).

Das viúvas tratadas nos concílios predominam as mulheres viúvas de clérigos. Está indicado a todas elas um aparato ideológico semelhante ao destinado aos membros do clero. Os preceitos recomendados pautam-se no ideal ascético do monacato, considerado um modelo de vida cristã, que valorizava a renúncia ao prazer e a luta contra as tentações da carne (LE GOFF, 2005:35), como também no testemunho acerca da castidade e da virgindade de alguns dos Padres da Igreja (LE GOFF, 1992:152; Idem, 2005: 44).

Ser casto significa ser virgem, mas significa também ser fiel dentro do matrimônio. Uma vez que se torna necessário à cópula em virtude da procriação, a Igreja impõe a "copulação justa", isto é, o matrimônio, que seria um mal menor diante da realidade sexual do período. "Já que os seres humanos devem copular, e já que dentre as armadilhas postas pelo demônio não há nenhuma pior do que o uso imoderado dos órgãos sexuais, a Igreja admite o casamento como um mal menor" destaca Georges Duby (1989:17). Para tal fim, a Igreja criou uma série de sanções à conduta conjugal lutando contra a mácula do prazer carnal e as demências da alma apaixonada. O fim único do casamento é a procriação, e este está dentro dos princípios lícitos da Igreja, que tem o papel de dar liberdade e restringi-

la ao mesmo tempo (DUBY, 1989:17). Assim, considerava-se de fundamental importância manter a castidade no seio do matrimônio, sem deixar que este transgredisse em suas formas diversas através da fornicação. Associado aos pecados da castidade está o elemento do nosso interesse: a conduta sexual das viúvas.

No caso das viúvas dos clérigos, estas eram consideradas, segundo Jésus Gutierrez, inseridas no grupo das viúvas consagradas, mesmo que não se reconhecesse como tal. Caso a comunidade a visse deste modo, ela seria vista pela Igreja como consagrada. A viúva do clérigo assumia, pois, continência sexual em virtude do voto do esposo, além de incorporar aspectos e atividades práticas normalmente ligadas ao asceticismo, e se vincular às atividades da igreja. A imagem contínua da integração da viúva do clérigo no espaço social do esposo impõe-lhe a condição de expulsa em caso de segundas núpcias e a conseqüente expulsão do grupo (GUTIERREZ, 2004:433- 442).

Um outro aspecto importante referente às viúvas é levantado por Leila Rodrigues. Segundo a autora, o casamento de um leigo com uma viúva ou divorciada também poderia adquirir *status* de adultério. Um tratamento diferenciado era dado à viúva de clérigo em relação à viúva leiga, tendo esta à opção de consagra-se ou não, enquanto que da viúva de clérigo era cobrada de forma incondicional sua consagração e uma conduta de acordo com os votos religiosos (SILVA, 2006:175).

Além das viúvas de clérigos, o XIII concílio de Toledo, no cânone V, lembra uma categoria diferente de viúva. Os concílios que se dirigem às viúvas citados anteriormente, exceto o XIII, trataram apenas das viúvas de clérigos. Já o cânone V, do XIII de Toledo, direciona-se especialmente às viúvas de monarcas:

> *"... a nada lhe será lícito casar-se com a rainha sobrevivente, nem manchá-la com torpes contatos; não lhe estará permitido isto aos reis sucessores no trono nem a nenhum outro homem, e se algum se atrever a fazer algo desta classe e conseguir o matrimônio depois da morte do rei defunto à rainha viúva, ou lhe manchar com um contato adúltero, seja o rei ou qualquer outro homem o que se tenha atrevido violar esta determinação sancionada por nós, seja apartado de toda comunhão dos cristãos, e entregue ao diabo a abraçar-se com os fogos sulfrosos. Qualquer que ousar destruir ou borrar esta nova determinação, seja seu nome surrado e borrado no livro da vida, para que sofra as penas do inferno o que pretendeu violar estes decretos em favor da honestidade*." (Concílios, 1963: 421)

Contudo, percebe-se que a Igreja tinha preocupações concernentes não apenas à esfera religiosa, mas também política. Todavia, não podemos tratar estes dois âmbitos de forma separada, uma vez que não são claramente demarcadas as fronteiras de um e outro. As questões tratadas nos concílios gerais podem ser identificadas como concomitantemente associadas aos dois. É, portanto, um equívoco afirmar que, no campo religioso, as viúvas

deveriam seguir determinado comportamento, enquanto que, na esfera civil, elas estariam subjulgadas a outro determinado comportamento.

.

II - As viúvas leigas na *Lex Visigothorum:* o âmbito do profano

Ainda analisando o caso da rainha viúva, este é peculiar e merece destaque nas normatizações do campo religioso. Uma característica básica destinada a elas era a obrigação em se tornar consagrada com a morte do rei esposo.

Constatamos que se indica para a rainha viúva um comportamento próximo ao recomendado à viúva de clérigo, uma vez que ela, ao se tornar viúva, consagrava-se obrigatoriamente. Maria del Rosário Valverde alerta para a obrigação que a rainha viúva tinha de se converter em religiosa. De acordo com esta autora, morto o príncipe, ninguém poderia se atrever a unir-se a sua viúva, proibia-se assim as suas segundas núpcias. A pretendida proteção dada à rainha viúva, quando obrigada a largar seu traje secular para se incluir em um convento de religiosas, apenas dissimula a o intuito de afastá-la dos assuntos terrenos, já que poderia resultar em um incômodo. A ordenação da rainha viúva era uma disposição legislativa politicamente conveniente (VALVERDE, 2003:390-495).

A rainha viúva podia ser aglutinada ao grupo de fiéis formado em torno de seu defunto marido, pois continuavam unidos, vinculados pelo laço de sua antiga fidelidade e o sentimento da comunidade existente entre eles. A rainha também representava um verdadeiro poder, dispunha de uma força política cujo interesse poderia despertar em magnatas que contraíam matrimônio com ela, seja para ascender ao trono ou para manter-se nele (ORLANDIS, 1962:112).

Dessa maneira, as rainhas viúvas deixam de ser consideradas apenas leigas e passam à consagração. Não estão mais no âmbito das leis civis, deixando de serem tratadas apenas como leigas. As infrações, no caso de segundas núpcias, cometidas por ela teriam teor de pecado grave.

A *Lex Visigothorum,* promulgada em 654, trata das viúvas leigas de um modo geral. O livro que se refere especialmente ao tema é o terceiro, que se volta para o contrato de casamento e suas variações. Neste mesmo livro, encontramos um capítulo que alude às questões de como uma viúva deve ser portar na sociedade, suas atribuições e proibições.

Grande parte dessas leis, excetuando-se as antigas, foi elaborada por Chindasvinto, considerado fecundo legislador. Porém foi seu filho Recesvinto, o autor da grande compilação constituída sobre a base do *Código de Leovigilido*, as leis de seu pai e outros monarcas

anteriores, quem incorporou ao livro de leis, isto é, a *Lex Visigothorum*, que foi revisada pelo monarca posterior a Recesvinto, Ervigio.

Sobre a conduta das viúvas leigas, a *Lex Visigothorum* descreve que estão proibidas as segundas núpcias da viúva leiga antes que a morte de seu esposo complete um ano. Caso a viúva se enverede por este caminho, ela pode ser acusada por crime de adultério. Neste caso, comprovado o crime, a mulher perde bens materiais para os parentes mais próximos do marido, caso não haja filhos.[1]

A *Lex* também trata dos casos de rapto. Considera-se como previsível que não há penas a atribuir às mulheres neste caso, ou seja, reconhece-se que não cometeram crimes, pois foram levadas a força. As penalidades aqui giram em torno do homem transgressor. O único caso em que a viúva é punida é se ela, mesmo depois de raptada, consente o matrimônio com o homem que a raptou. Aqui também, sua punição é de perda de bens materiais.[2]

Assim como as viúvas de clérigos, as viúvas leigas também estavam submetidas a uma série de normas no que concerne à sua conduta sexual. Como foi dito anteriormente, os espaços, religioso e político eram espaços que se confundiam, logo, se o ideal de comportamento era o monástico, não só as viúvas consagradas deviam seguir este ideal. Este estava destinado à sociedade como um todo, recaindo nas autoridades e na sociedade civil. Portanto, todos deviam se pautar por um comportamento casto.

Conclusão

Após analisar brevemente as normatizações do comportamento das viúvas em cada âmbito, religioso e civil, concluímos que a conduta idealizada para ambas esteve sempre vinculada ao ideal de castidade.

As duas formas de poder - religiosa e política - estiveram, na maior parte do tempo, dispostas em interseção no reino visigodo. Em determinados pontos esta confluência é marcante, uma vez que na *Lex,* também encontramos leis que visam normatizar o comportamento dos clérigos, como é o caso do artigo XVIII do Título IV no Livro Terceiro da *Lex Visigothorum.* O monarca participava ativamente das reuniões conciliares, e, quando deixava a assembléia, esta não ficava isenta de representação real. As assembléias eram compostas por bispos metroplolitanos das províncias visigodas e por uma "aula régia", eleita pelo monarca para fazerem representação das questões políticas (DIEZ, 1971:1-20).

[1] Edição facsimilar do origianal pertencente ao fundo bibliográfico da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha. Madri: Ibarra, 1815, p.50.
[2] Idem, p. 52.

Cabe ressaltar, no entanto, que as decisões tomadas quanto às condutas sexuais tiveram o alvará tanto do poder religioso quanto do político, numa perspectiva de enquadrar a sociedade visigoda nos preceitos cristão-católicos e formar a unidade política em confluência com a unidade religiosa.

Bibliografia:

Documentos impressos:

Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos. Edición Jose Vives. Madrid: CSIC. Instituto Enrique Flores, 1963.

Edição facsimilar do original pertencente ao fundo bibliográfico da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha. Madri: Ibarra, 1815.

Bibliografia específica:

DIEZ, Martinez. Los Concílios de Toledo. In: **Estúdio sobre la España Visigoda, III.** 1971, Toledo Diputacion Provincial. Anales toledanos. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estúdios Toledanos. P. 1-20.

DUBY, Georges.**Idade Média, idade dos Homens. Do amor a outros ensaios**. São Paulo: companhia das Letras, 1989.

GUTIERREZ, Pardina, Jésus. "La prohibicion de lãs segundas núpcias de la viuda de clérigo em los concílios hispanos-tardoantiguas." In: **Hispania Sacra**. 114, 2004. p. 423-444.

LE GOFF, Jacques. A recusa do prazer. In: *Amor e sexualidade no Ocidente*: Edição especial da Revista L'Histoire/Seuil; Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 150-162.

_____ y TRUONG. Nicolas. "*Cuaresma y Carnaval: uma dinâmica de Ocidente*." In: *Uma historia Del cuerpo em la Edad Media.* Paidos: Barcelona, Buenos Aires, 2005. p. 33-75.

ORLANDIS, José. "*La reina em la monarquia visigoda*.". In: **Estudios visigigóticos III:** el poder real y la sucesion al trono en la monarquia visigoda.Madri:, 1962.

_____. **Hispania e Zaragoza em la Antiguedad Tardia:** estúdios vários. [S.I] [S.N] Zaragoza. D.L 1984.

_____. **Historia Del Reino Visigodo Español.** Madri: Rialp, 1988.

SILVA, Leila Rodrigues. "*O adultério no reino suevo: a confluência das perspectivas cermânica e romano-cristã"*. Signum. Recista da ABREM, 8, p. 159-183, 2006 (ISSN: 1516-6295). p. 159-187.

VALVERDE, Castro, Mª Del rosário.*La reina viuda em el direcho visigodo: "Religionis, habitumadsumat".* Anuário de historia Del direcho español, 73, 2003, p. 389-406.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Poder da Imprensa na Construção da Imagem do Escritor no Brasil na Década de 1970

Alexandre Pacheco*

Resumo: Neste trabalho, discutimos as formas de construção por parte da imprensa do Rio e de São Paulo da imagem do autor literário, em especial, do escritor Rubem Fonseca entre os anos de 1975 e 1980. Imagens que, apesar de terem sido impostas como universais para todo um público leitor, foram apresentadas a partir das intenções da imprensa em não só explorar a literatura e o autor literário a partir de interesses mercadológicos, mas também a partir de interesses políticos ante o regime ditatorial.

Palavras-chave: Imprensa, Autor Literário, Imagem Democrática.

Abstract: In this thesis, we argue the forms of construction through of the Rio and São Paulo press of the image´s literary author, in special, of the Rubem Fonseca writer between the years 1975 and 1980. Images that, had been imposed as universal for a public reader, they was showed from the intentions of the press in not only to explore literature and the literary author from marketing interests, but also from interest politicians against the ditatorial regimen.

Keywords: Press, Literary Author, Democratic Image.

Desde que nos debruçamos pela primeira vez sobre a obra de Rubem Fonseca, um mal estar tomara conta de nossos sentimentos acerca da condição humana na representação de seu homem urbano diante de uma sociedade opressora.

A partir de uma linguagem direta, de dicção rápida, os personagens desse escritor sempre impressionaram pela violência de suas falas e comportamentos. Em outras palavras, sempre impressionaram pela brutalidade inerente ao espírito de suas composições na linguagem.[1]

Essa percepção fez com que sentíssemos uma necessidade de buscar, em um primeiro momento, as razões históricas da composição estética violenta desse homem de Rubem Fonseca, analisadas em nosso trabalho de mestrado, a partir do conto "Feliz Ano Novo", de livro homônimo de 1975, no qual pudemos perceber que se tratava de uma expressão artística denunciadora de uma violência social contemporânea de novo tipo, numa metrópole como o Rio de Janeiro, a partir da década de 1970.

---

[1]* Alexandre Pacheco é licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de São Carlos, mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor do departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UFRO).

1 Linguagem que foi denominada por Alfredo Bosi como brutalista.

Porém, ao término desse trabalho e devido a uma pesquisa contínua de inúmeros artigos a respeito do escritor, aos poucos, algumas perguntas surgiram diante das representações hegemônicas que a imprensa construiu em torno de sua imagem a partir dos anos de 1970: Por que um escritor que sempre teve como obsessão se recusar a conceder entrevistas possuiu uma ampla recepção favorável na grande imprensa, não só com relação aos aspectos de sua estética acima mencionados, ao autor ligado a ela, mas também em relação à sua própria pessoa? Por que dentro desse tratamento especial o autor teve seu silêncio e sua postura arredia construídos como parte de uma personalidade excêntrica, sobretudo, a partir de meados da década de 1970? Por que mesmo em um momento difícil de sua carreira - quando seu livro *Feliz Ano Novo* foi censurado - continuou a manter sua postura silenciosa[2] e, mesmo assim, foi eleito nas páginas da imprensa símbolo da resistência das liberdades democráticas a partir de 1977?

Flora Sussekind nos revelou como a imprensa e a crítica, a partir da década de 1970, mudaram suas respectivas formas de atuar no campo literário, pois, passaram a proporcionar situações cômodas para os escritores através da sensacionalização de aspectos fúteis da vida literária, como forma de angariar públicos que não estavam acostumados a freqüentar as páginas dos jornais. Na ordem dessa forma de explorar o autor literário, então, estiveram a fofoca e o ocultamento dos fatores sócio-históricos relativos à vida do cidadão-escritor e que influenciam na composição de sua obra.

Assim, para começarmos a perceber o que esteve por trás dessa postura da imprensa em relação ao autor, começamos a pesquisar artigos que, de uma forma ou de outra, contrariassem essa tendência de boa vontade dos meios de comunicação impressos para com o escritor. Isso para tentarmos levantar - através da opinião de alguns jornalistas e críticos - algumas pistas capazes de nos revelar quais as intenções que estiveram por trás desse discurso geral harmonioso da imprensa com relação ao escritor.

Após a pesquisa de vários artigos dos anos de 1960 a 2000 foram raríssimos os jornalistas ou críticos que questionaram o silêncio do autor Rubem Fonseca. Apenas um deles nos chamou a atenção e se colocou como um ponto de partida para começarmos a reforçar nossa tese de que a construção da imagem de certos autores, como Rubem Fonseca, já na década de 1970, passaria pela necessária identificação das possibilidades de exploração de suas posições no campo literário e social. Posições que pudessem legitimar novos interesses de exploração do autor e de sua literatura, dentro de novos padrões constritores de informação

[2] Ao invés, por exemplo, de tentar estabelecer um debate público juntamente com outras personalidades na imprensa.

e que passariam a nivelá-los aos meios de rentabilidade para melhor consumo, e, dessa forma, convertê-los em uma nova forma de exploração econômica por parte da imprensa diante de seu público.

Sendo que, no caso específico de Rubem Fonseca, a imprensa e a crítica sempre procuraram ocultar as posições políticas que o autor teve em relação às forças sociais golpistas de 1964, bem como, as relações que teria sua produção artística com essas mesmas forças.

Ariovaldo José Vidal ao comentar em 1991 o lançamento do livro *Agosto*, não resistiu e criticou essa postura da imprensa e crítica, como também procurou criticar o escritor tanto em sua tentativa de apagar a história no enredo desse livro, como sua obsessão de se recusar a falar de sua vida e obra:

> (...) *Agosto (...) é um livro que anda pelo passado do escritor, o que deve denunciar o problema mal resolvido e mal contado de suas ligações com o poder. A participação no golpe de 1964, seja lá como se tenha dado, a insistente e nada inocente recusa em dar entrevistas, apontam para uma matéria que poderia render ainda boas obras, caso o mercado não tivesse criado um fórmula cômoda para o escritor. (VIDAL, 1990. p. 7)*

Dessa forma, Ariovaldo José Vidal veio reforçar também nossa tese de que o entendimento desse tipo de tratamento da imprensa para com um autor literário abriria caminho para que ele pudesse ser eleito símbolo da resistência democrática a partir de sua obra censurada. Ocasião em que jornalistas e críticos também procuraram ocultar o que seu silêncio teria de suspeito em relação ao seu passado antidemocrático, ao mesmo tempo, que, se relacionaria diretamente com a análise de como a sustentação dessa imagem possuiria relação direta com os interesses dos próprios meios de comunicação impressos diante do regime instaurado a partir dos anos de 1960.

Assim, a partir da análise desse contexto de relações a construção das imagens do silêncio do autor e de sua postura arredia como excêntrica, bem como, sua eleição como um autor símbolo da resistência democrática no final dos anos de 1970, constituiu-se em um caso particular possível, uma figuração, em um universo de configurações possíveis, das formas de exploração por parte da imprensa - a partir de seus interesses privados - da imagem do autor literário. Imagens que apesar de terem sido impostas como universais para todo um público leitor, realizaram-se a partir das intenções da imprensa em não só procurar explorar a literatura e o autor literário a partir de interesses capitalistas, mas também diante de seus interesses políticos frente ao regime ditatorial.

Da imposição do silêncio ou recorrendo à justiça quando da censura ao seu livro, vemos que o autor optou por sustentar sua literatura perante a imprensa e o público, a partir da

confiança naquilo que Castro Rocha chama de "sinais exteriores de aprovação" e que suas relações com as elites conservadoras pós 1964 puderam lhe proporcionar.

Ao sempre ter conseguido tais sinais, demonstrou a partir de posicionamentos políticos conservadores um total desprezo por uma já instável esfera pública burguesa em nossa sociedade, ao mesmo tempo, que ajudou a promover – juntamente com a conivência da própria imprensa - ainda mais a promoção da instabilidade dessa mesma esfera.

Assim, tanto o silêncio como a recorrência à justiça como forma de tentar se posicionar frente à censura de seu livro, além de demonstrar crença nos valores de uma individualidade exacerbada, apontaram por parte do autor certo desconforto com a sociabilidade pressuposta pela dinâmica da esfera pública. Sobretudo, se pensarmos que como cidadão e um dos líderes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – especificamente do Grupo de Opinião Pública, segundo René Dreifuss -, ajudou a promover um trabalho de tentativa de manipulação da opinião pública contra o governo de João Goulart nos anos de 1960. Sobretudo, se percebermos, também segundo Dreifuss, que essa tentativa de manipulação procurou obter o apoio de parte da população, aos ideais liberais e conservadores de uma elite tecnocrata e empresarial que acabou por impor uma modernização conservadora a partir de 1964, porém, sem a participação dos grupos progressistas ou das classes menos privilegiadas. Modernização conservadora que continuou a manter a dependência histórica que o campo da cultura no Brasil sempre possuiu em relação aos sinais externos de ajuda tanto das elites como do Estado[3]. O próprio autor foi um exemplo desse estado de coisas, pois teve sua inserção literária a partir de editores que também possuíram relações íntimas com os donos do poder na década de 1960, como Odylo Costa, filho e Gumercindo Rocha Dorea.[4]

Assim, as posturas de Rubem Fonseca nos revelaram a incorporação dos *habitus* peculiares aos intelectuais brasileiros em negarem suas relações institucionais, como também, em ocultar o que essas relações possuiriam em termos de suas possibilidades de inserção em uma carreira literária.

Dessa forma, quando Rubem Fonseca manteve seu silêncio diante da censura de seu livro, não esteve mais do que coerentemente reproduzindo uma disposição que há muito havia incorporado enquanto intelectual e tecnocrata alinhado às forças que sempre procuraram agir de forma silenciosa no IPES.

---

[3] Sobretudo no campo da literatura.

[4] Odylo Costa, filho foi editor da revista *Senhor* em um período anterior ao golpe de 1964 e membro do IPES. Publicou pela primeira vez nesta revista em 1962 um conto de Rubem Fonseca: "Relato de Ocorrência". Gumercindo Rocha Dorea é proprietário das Edições GRD e editou o primeiro livro de Rubem Fonseca *Os Prisioneiros* em 1963. Possuiu relações amistosas com o General Golbery do Couto e Silva nos anos de 1960.

As estratégias do autor Rubem Fonseca, então, em manter sua postura arredia e seu silêncio, longe de se constituir algo fortuito representaram a incorporação histórica das disposições de muitos intelectuais diante do poder no Brasil, mas também, representaram seus interesses em manter certo segredo em relação ao seu passado de relações com as elites golpistas.

Mas como um autor inserido socialmente a partir das disposições que possuiu com relação ao trabalho de dominação das elites golpistas, teve sua imagem efetivamente construída na imprensa a partir de sua decisão de sempre manter silêncio diante de seu sucesso de crítica e público e no período de censura de seu livro *Feliz Ano Novo*?

Zuenir Ventura, em 1979, na revista *Veja*, ao tentar impor a idéia de que o homem Rubem Fonseca se tornou escritor por vocação e missão - recurso utilizado por muitos biógrafos quando procuram analisar o porquê certos escritores se tornaram escritores -, na verdade, acabou por ocultar as relações que a inserção do texto de Rubem Fonseca possuiu diante de alguns laços de afinidade política com o jornalista Odylo Costa, filho.

Também pudemos notar o quanto o discurso de Zuenir Ventura tentou despolitizar a participação de Rubem Fonseca junto ao IPES, ao justificar que essa participação teria sido fruto de uma inofensiva intenção do cidadão em tentar contribuir com a resolução dos graves problemas sociais nacionais.

> *Devorador de livros é também Rubem Fonseca, desde os 14 anos, quando leu Dostoiévski, até hoje, quando lê três, quatro livros por semana, e todos os jornais e revistas. Para passar de leitor a escritor, ele teve de lutar muito e enfrentar a resistência de vários editores. Só em 1962, graças a Odylo Costa, filho, viu publicado o conto "A teoria do consumo conspícuo", na revista Senhor. Daí, foi rápido o caminho até o sucesso de crítica. Em 1963, conseguiu publicar o primeiro livro, "Os Prisioneiros".*
> *Ainda em 1963, a indignação contra a injustiça social que marca seus livros, vai fazê-lo aproximar-se do IPES, um certo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, do qual fazia parte o general Golbery, e que viria a ser acusado de financiar ideologicamente a Revolução de 1964. Embora tivesse se aproximado dessa entidade só porque achava que dali poderiam sair as reformas sociais de que o país precisava, Rubem Fonseca não cancela o episódio de sua biografia mas não gosta de se lembrar dele, até porque sempre foi um intelectual patrulhado (...) (ZUENIR, 1979, p. 63).*

A desmistificação da postura arredia e do silêncio que, ao não interessar ao autor e ao cidadão Rubem Fonseca, devido ao fato de relacionar-se com certas posições que assumiu no passado, também acabaram por não interessar à imprensa porque não só contrariava as novas tendências de exploração da literatura e do autor enquanto mercadoria, mas também acabaria por envolver a esfera de uma discussão política que entraria em choque com os acordos estabelecidos entre a imprensa e a censura do regime ditatorial nos anos de 1970. Acordos, segundo Maria Aparecida de Aquino, que pretenderam ocultar através da imposição

de discursos harmoniosos a violência das contradições entre grupos e classes antagônicos. Nesse caso, muitos jornalistas, a partir dos anos de 1970, devem ter enxergado na postura do autor em manter silêncio e pelos boatos que deveriam correr no meio sobre sua participação no golpe de 1964, um alerta sobre a manutenção do cumprimento desse acordo entre imprensa e censura no que diria respeito à pessoa do escritor.

Assim, a imprensa continuou a reproduzir - no caso da construção da imagem do autor Rubem Fonseca - a lição passada pela política de intervenção dos governos militares em relação ao campo da cultura, em que havia um equilíbrio entre interesses políticos do regime e os interesses econômicos daqueles que passaram a explorar a cultura enquanto mercadoria.

Mas como um autor que possuiu uma imagem hegemônica extremamente favorável na imprensa e que sempre esteve voltada a uma despolitização de suas posturas individualistas, teria sua imagem contraditoriamente construída como democrática na imprensa, sobretudo no *Jornal do Brasil*, a partir da censura ao seu livro *Feliz Ano Novo* em 1977?

Vejamos.

Em uma extensa matéria publicada em 19 de janeiro de 1977 na primeira página do Caderno B do *Jornal do Brasil* sobre a censura à obra *Feliz Ano Novo*, a jornalista Danusia Barbara articulou, nessa seção do jornal, as opiniões de várias personalidades a respeito da imagem da literatura e do escritor como forma de combater os desmandos da ditadura.[5] As personalidades que participaram foram Lígia Fagundes Telles, Hélio Peregrino, Alfredo Lamy Filho (advogado e professor universitário à época), Gerardo de Mello Mourão (escritor)[6], Roberto da Matta (antropológo), Josué Montelo (escritor e membro do Conselho Federal de Cultura à época), Guilherme de Figueiredo (escritor), Nélson Werneck Sodré (escritor, historiador, militar), Afonso Arinos de Mello Franco (jurista e membro da Academia Brasileira de Letras à época), entre outras.

Por outro lado, Barbara através das novas incumbências do jornalista que passou a analisar, dentro do chamado repertório generalizado, as obras e os autores literários, a partir dos anos de 1970, procurou sensasionalizar a censura à obra, bem como, explorou as excentricidades do autor, enquanto homem pertencente às mesmas elites que o jornal deveria enaltecer, influenciar e mesmo subscrever suas formas de atuar publicamente, assim como intencionado por homens como Nascimento Brito proprietário do *Jornal do Brasil*.

[5] Sem contarmos posteriormente a publicação em 7 de junho de 1977 na primeira página do Caderno B do *Jornal do Brasil*, das notícias relativas ao processo movido pelo escritor contra a censura, bem como outras reportagens acerca da censura ao livro realizadas entre 1978 e 1980.

[6] Gerardo de Mello Mourão, assim como Rubem Fonseca, foram lançados por GRD.

Construção que sintetizou uma imagem do autor, enquanto membro da elite cultural, que, a partir de seu modo de vida estava sendo injustiçado, revelando-nos, assim, uma imagem que passamos a acreditar possuir um caráter classista em teoria.

Dessa forma, Danusia Barbara representou muito bem essas intenções do jornal ao procurar enaltecer as excentricidades do autor e procurar criticar de forma branda a censura e os censores, sem assinar a matéria, ao mesmo tempo, em que delegou às várias personalidades a tarefa de condenar ou absolver a censura à obra. Assim, sem que o jornal assumisse as opiniões, a matéria estava voltada à condenação da censura, devido ao destaque dado aos discursos que procuraram hegemonizar a imagem do autor como aquele que seria responsável pela construção de uma estética das mazelas sociais que a ditadura procurava esconder.

Assim, as representações em torno do autor durante as repercussões da censura à sua obra *Feliz Ano Novo*, em jornais do Rio e São Paulo, à revelia das intenções dos agentes que a impuseram, de um lado, contiveram certas práticas que passaram a ser desenvolvidas no campo da imprensa em termos das novas formas de exploração do autor e da literatura enquanto mercadoria; de outro, como uma tentativa da imprensa realizar um rompimento das relações íntimas que passou a ter com a ditadura, dentro de seus interesses de sobrevivência econômica nos anos posteriores ao golpe de 1964.

Por isso, então, as representações sobre o autor terem contido tomadas de posições ambíguas e reveladoras de que a imprensa tencionava manter suas conquistas no campo da exploração da cultura ao mesmo tempo em que passou a desejar a remoção daquele *stablishment* autoritário. *Stablishment* não mais necessário à reprodução do poder político e de acumulação de lucros da imprensa.

Ou seja, órgãos de comunicação como o *Jornal do Brasil* ao eleger como símbolo das liberdades democráticas um autor que enquanto cidadão participou da articulação do golpe de 1964, entendemos essa eleição ter incorporado uma posição de classe em teoria, pois, naquele momento incorporou a idéia de que o regime deveria ser questionado e desestabilizado, porém, as conquistas das elites econômicas e culturais que haviam apoiado o regime não deveriam ser tocadas.

Essa posição de classe em teoria é assim exposta por Pierre Bourdieu:

> *As classes teóricas que construí, mais do que qualquer outro recorte teórico, mais, por exemplo, do que os recortes conforme sexo, etnia etc., estão predispostas a se tornarem classes no sentido marxista do termo. (...) Não se passa da classe-no-papel à classe "real", se é que ela alguma vez existiu "realmente", é classe apenas a classe realizada, isto é mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão de mundo social, ou melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de*

> *construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado. (BOURDIEU, 1996, p. 25 e 26).*

Rubem Fonseca, apesar de censurado, continuava com sua postura silenciosa e individualista a representar o exemplo do homem bem sucedido para a imprensa, sobretudo para o *Jornal do Brasil.* Homem que mesmo tendo apoiado a ditadura e tornado-se um alto executivo da *Light* deveria ser respeitado em seu direito de não dar satisfações à sociedade como também não ser prejudicado pelo regime.

Percebemos, então, como a construção da imagem de um autor que apoiou o golpe de 1964 possuiu certos condicionamentos e disposições no campo da imprensa ante o poder da ditadura.

Dessa forma, a contradição imanente à construção da imagem democrática de um autor que foi inserido socialmente a partir de suas relações com o poder, não só serviu aos interesses dele em impor sua imagem de injustiçado e perseguido ante a opinião pública. Mas também incorporou nela os propósitos, sobretudo, das elites dirigentes da grande imprensa - que também haviam apoiado o golpe - em conduzirem o processo de distensão política do final dos anos de 1970. Sua postura silenciosa e opção pela justiça, se colocaram como perfeita para incorporar enquanto imagem do escritor injustiçado os propósitos sobretudo do *Jornal do Brasil* em suas lutas contra a censura e o regime. Ou seja, a imagem contraditória do autor não só incorporou disposições ambíguas da imprensa diante do poder que foram estruturadas desde 1964, mas também contribuiu para estruturar novas tomadas de posições não menos ambíguas dessa mesma imprensa diante da ditadura.

Assim, ao notarmos que nenhum escritor censurado teve o espaço que Rubem Fonseca possuiu na imprensa e em especial no *Jornal do Brasil*, passamos a entender que figuras como Inácio de Loyola Brandão, José Loureiro - que também foram censurados na época - não foram eleitos também como autores símbolos, devido a não serem reconhecidos como membros das elites que o jornal deveria enaltecer e proteger de acordo com os ideais de seus dirigentes (sobretudo Nascimento Brito) mesmo em um ambiente de distensão política.

Dessa forma, a construção do silêncio de Rubem Fonseca antes de se constituir como um incômodo para a imprensa, incorporou a representação de suas formas de agir perante a sociedade, pois, assim como o autor nos anos de 1960, a imprensa nos anos da ditadura sempre procurou se relacionar com o regime nos bastidores do poder de Estado. Relações que sempre ficaram bem distantes do espaço de suas páginas que supostamente serviriam como um local para as discussões de uma esfera pública burguesa.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado (1968-1978) o exercício cotidiano da dominação e da resistência:** O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação social. São Paulo: Papirus, 1996.

DREIFUSS. René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1981.

Perseu Abramo: Humanitas /FFLCH/ USP, 1999.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil**. 1920 a 1945. São Paulo⁄Rio de Janeiro: Difel⁄Difusão Editorial, 1979.

NUNES, Benedito. *Ocaso da literatura ou a falência da crítica?* In: AGUIAR, Flávio (Org.). **Antônio Candido: pensamento e militância.** São Paulo: Editora Fundação

O ANO negro de "feliz ano novo". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1977, p. 1.

PACHECO, Alexandre. **A violência no Rio de Janeiro, na década de 1970, em "Feliz Ano Novo" (1975) de Rubem Fonseca**. 2003. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, 252 p.

SUSSEKIND, Flora. **Papéis colados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

VIDAL, Ariovaldo José. *Rubem Fonseca, o romancista (do desespero feroz à ironia mordaz).* **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 mar. 1990.

VENTURA, Zuenir. *Contos, mitos e lendas: um novo sucesso de Rubem Fonseca e as histórias incríveis sobre sua vida particular.* **Veja**, 17 out. 1979, p.63.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Capítulos da Cultura Chilena: cultura e política na revista *Araucaria de Chile* (1978-1990)

Êça Pereira da Silva*

Resumo:
Este trabalho apresenta as discussões sobre a relação entre cultura e política realizadas pelos intelectuais chilenos exilados que participaram da revista *Araucaria de Chile*, especialmente na seção *Capítulos de la Cultura Chilena.* Esta revista tinha como propósito criar um espaço para a discussão cultural e política e também servir de ponte entre os chilenos exilados e os que permaneceram no país. O caráter engajado da publicação era explícito: era uma revista cultural que se posicionava contra a ditadura de Pinochet e todas os governos latino-americanos da mesma natureza. Na seção *Capítulos de la cultura chilena,* organizada por Luiz Bocaz – professor de literatura latino-americana na Universidade de Concepción até o momento do golpe – foram discutidos os temas pintura, a música, a universidade, as ciencias sociais, o cinema, o teatro e a pesquisa científica. A importância desta seção consiste em tentar traçar um panorama do desenvolvimento da cultura chilena até o momento do golpe, preparar um instrumento de reflexão sobre esta cultura e construir e divulgar estratégias de resistência destas manifestações culturais durante a ditadura pinochista.
Palavras - chave: exílio, cultura , política.

Abstract:
This research shows the discussions about the relation between culture and politics accomplished by the Chilean exiles intellectuals that participated in the *Araucaria de Chile* magazine, especially in the section *Capitulos de la cultura Chilena.* The aim of this magazine was open a place for a cultural and politics discussion and be a bridge between exiles chi leans and whoever stayed in their country. The engagement of this publication was clear: that was a cultural magazine that took place against Pinochet's dictatorship and all latin americans governments like him. The section *Capitulos de la Cultura Chilena* was organized by Luiz Bocaz – professor of latin american literature in the Concepción University until the coup of state; the themes discussed in that section was: the painting, the music, the university, the social sciences, the cinema, the theater and the scientific research. The importance of that section is the attempt to do a outlook of development of chilean culture until he moment of coup, prepare a device of thought about this culture and construct and publicize strategies of resistance that cultural manifestations against the Pinochet's dictatorship.
Key words: exile, culture, politcs.

A revista *Araucaria de Chile* foi lançada em 1978 e tinha como objetivo ser um espaço democrático de discussão cultural, cuja principal causa política era a luta contra o regime de Pinochet e as demais ditaduras que assolaram a América Latina nas décadas de 1970 e 1980. Outro objetivo da revista era aproximar aqueles que ficaram no país aos milhares de exilados espalhados pelos cinco continentes. A *Araucaria* era uma revista

* Êça Pereira da Silva é mestranda em História Social na Universidade de São Paulo sob orientação da Profa. Dra Maria Helena Rolim Capelato. Este texto é parte de da pesquisa *Araucaria de Chile (1978 – 1990) a intelectualidade chilena exilada* que conta com apoio da FAPESP.

trimestral, que publicou em suas páginas ensaios sobre política, história, artes e conjuntura internacional; circulou até 1990 depois da divulgação do resultado do plebiscito que disse "não" à continuidade do regime pinochista.

As revistas foram apontadas por Sirinelli como um lugar privilegiado para o estudo dos debates intelectuais. Pois neste tipo de publicação, os intelectuais se aproximam pelas afinidades de idéias e por outro lado se afastam quando estas divergem ao ponto de causarem uma disputa (SIRINELLI, 2003:249). No caso da *Araucaria*, a aproximação era dada pela defesa da democracia na América Latina, ainda sim foram expostas muitas divergências no que toca às diferentes concepções sobre as experiências da Unidade Popular e do exílio e também nas relações entre política e cultura.

Segundo Helenice R. da Silva, a história intelectual valoriza as idéias de ruptura e mutação, portanto, novas conjunturas contribuiriam para a mudança nos questionamentos promovidos nos debates intelectuais (SILVA, 2002:25). As grandes e - quase instantâneas - transformações em pauta na publicação aqui estudada eram: o meteórico governo da Unidade Popular e a drástica ruptura imposta pelo golpe militar e a conseqüente diáspora chilena. Assim, o exílio aparece como um dos fios que conduzem as discussões publicadas.

Os principais intelectuais responsáveis pela revista *Araucaria* foram o seu diretor, o crítico literário e até 1973 senador pelo Partido Comunista Volodia Teitelboim e o secretário de redação Carlos Orellana que, antes do golpe, era professor e responsável pela editora da Universidade Técnica do Estado, também militante comunista. A revista não era uma publicação oficial do Partido Comunista Chileno (PCCh), contudo contou com o apoio seu apoio e por uma ocasião publicou um manifesto do partido. Apesar dos estreitos laços entre o PCCh e a *Araucaria*, ela divulgou em suas páginas textos de intelectuais de diversas correntes ideológicas cuja única convergência era a luta contra as ditaduras, podemos citar como exemplos a publicação de textos de Radomiro Tomic (candidato a presidência pela Democracia Cristã contra Allende em 1970) e do cardeal Silva Henriquez, que lutou pelo respeito aos direitos humanos durante a ditadura.

A revista era dividida em diversas seções que não foram constantes durante toda sua existência, tais como *Nuestro Tiempo* que se dedicava à análise de conjuntura, principalmente latino-americana e *La Historia Vivida* que era composta por narrativas de experiências pessoais durante o golpe e o regime militar. A seção que discutiremos detidamente aqui é *Capitulos de la Cultura Chilena.* Esta seção apareceu em 10 das 48 edições da revista tratado dos seguintes temas: artes plásticas (*Araucaria* n° 1), música

(*Araucaria* n° 2), universidade (*Araucaria* n° 3), ciência (*Araucaria* n° 5)[1], teatro (*Araucaria* n° 6, 30 e 31), ciêcias sociais (*Araucaria* n° 10), cinema (*Araucaria* n° 11 e 37) A proposta desta seção era apresentar discussões de especialistas em diversos âmbitos da cultura chilena, construindo materiais para a reflexão sobre o desenvolvimento histórico de cada aspecto cultural proposto em cada edição, a situação de cada manifestação cultural dentro e fora do Chile e as perspectivas para quando a democracia fosse reconstruída.

Os *Capítulos de la Cultura Chilena* publicados da revista número um até o número onze contaram com um texto introdutório sobre cada tema assinado por Luis Bocaz[2] que era o responsável por esta seção, depois havia uma entrevista com algum intelectual da área em questão (teatro, cinema, etc.), na seqüência, era apresentada uma mesa redonda ou questionário respondido por diversos pensadores da área e por último um depoimento de algum outro envolvido na produção cultural em foco na edição.Depois, no *Capítulo* da edição nº 30 da revista, o texto introdutório foi assinado por Jacqueline Mouesca[3]. Bocaz apesar de não ser mais reponsável pela seção continuou como membro do comitê permanente da revista. Desta edição em diante, esta seção publicou apenas entrevistas (média de três por edição), mas manteve o perfil de publicar uma análise do aspecto cultural proposto através das entrevistas.

Alguns problemas foram recorrentes aos diversos âmbitos culturais abordados: como a relação entre estética e conteúdo político, e também a discussão sobre uma cultura chilena específica "de exílio". Estas questões estiveram presentes principalmente nas discussões sobre: artes plásticas, música, cinema e teatro.

No primeiro número da *Aracaria*, Bocaz entrevistou o artista plástico José Balmes, que foi um dos organizadores do *Museo de Solidariedad* e, no exílio, contribuiu para a formação do *Museo de Resistencia Salvador Allende*. Para Balmes, a política emergiu como temática nas artes plásticas chilenas durante os anos 50, por influência do muralismo mexicano, do clima de pós-guerra, da aproximação entre os intelectuais e o movimento operário e a repercussão da obra de Neruda *Canto General* e ao final o impacto da revolução cubana. Ele declarou que a politização dos artistas passava necessariamente por uma opção pessoal e que o marxismo exigia uma visão global de mundo, desta forma tanto os criadores culturais, quanto os líderes políticos não poderiam ter uma leitura meramente administrativa

[1]Infelizmente esta é a única edição da revista Araucária que não temos completa, problema que será resolvido ao visitarmos os arquivos chilenos a ser realizada em setembro de 2007.
[2]Professor de literatura na Universidade de Concepcíon até o golpe, no exílio se estabeleceu na universidade de Paris III
[3]Formada em cinema pela universidade de Paris I. Autora de Pratique el diffusion du cinéma sous l`Unité Populaire, Paris, junho, 1978.

de sua função.

No segundo número, esta questão foi abordada num debate elaborado a partir de um questionário respondido pelos músicos. A relação entre as opções artísticas e os posicionamentos políticos apareceram em 12 das 22 questões formuladas pelos responsáveis da revista Carlos Orellana, Luis Bocaz e Soledad Bianchi. A quantidade de questões nessa direção já evidencia a inclinação da publicação em favor da produção de arte engajada.

A maior parte dos músicos que responderam ao questionário participaram da Nova Canção Chilena (NCCh), movimento de músicos engajados cuja origem estava no pesquisa das canções folclóricas chilenas. As respostas de alguns artistas chamam atenção pela contundência com que relacionaram seus posicionamentos políticos aos seus trabalhos artísticos. Eduardo Carrasco (diretor artístico do conjunto *Quilapayún*) respondeu que a arte tinha suas próprias regras, que necessitava da mais absoluta liberdade de ação para existir, e que sua opção era fazer arte política, nesse sentido a *NCCh* era a prova que qualidade estética e compromisso político não eram excludentes. Osvaldo Rodríguez (músico também integrante da *NCCh*) lembrou uma especificidade da posição de músico e agitador político: deveria sustentar-se com este trabalho, o que o colocava na situação delicada de militante profissional. Daniel Salinas respondeu que fazia música de combate político, e nesse combate era orientado por sua filiação ao Partido Socialista.

O caráter democrático da revista foi demonstrado ao publicarem a justificativa do músico Hans Stein para recusar-se a responder ao questionário: discordava do título (ao invés de "Compositores e intérpretes de música chilena" propôs "compositores e intérpretes chilenos") e acreditava que as questões, além de estarem direcionadas aos membros da *NCCh*, eram muito subjetivas e impossibilitavam um debate científico acerca do papel da música na cultura chilena.

A relação entre estética e política acalorou também o debate sobre o cinema chileno que ocorreu no Festival Internacional de Cinema de Moscou em 1979 e que foi publicado na *Araucaria* n° 11. O cineasta Miguel Littin defendeu um cinema heróico, com cenas de marchas e manifestações, acreditava na impossibilidade de esquecer a tragédia de 1973, que era necessário documentá-la para as próximas gerações, pois teriam que construir uma memória alternativa àquela oferecida pelo regime pinochista. Jaime Barrios defendeu também o que chamou cinema de solidariedade, que deveria ser uma arma de luta contra a ditadura. Por outro lado, o escritor José Donoso acreditava que a denúncia direta da violência estava esgotada, e que deveriam buscar outros argumentos para trazer à tona os problemas chilenos, sob pena de perderem a força de impactar as platéias e provocar a reflexão. Propôs

que o foco das produções mudasse para as histórias individuais, assim ficariam mais evidentes todas as questões postas pelo momento que o Chile vivia, citou como exemplo os filmes cubanos que contavam a epopéia revolucionária sob a ótica de pessoas "comuns".

Nas edições sobre teatro chileno, os grandes temas foram: o desenvolvimento do teatro no Chile sobretudo importância do Teatro Experimental que se tornou o Instituto de Teatro da Universidade do Chile (ITUCh) e também o teatro produzido sob a ditadura no Chile e pelos artistas exilados. Na *Araucaria* número 6, o entrevistado foi o ator Oscar Castro e o entrevistador foi intelectual Ariel Dorfman. O grande assunto foi o trabalho teatral desenvolvido pelo ator nos campos de concentração onde esteve preso, seu objetivo era manter a moral dos prisioneiros (e a sua própria) em alta, para isso, escreveu espetáculos, organizou as comemorações diversas (como o dia da independência).

A importância do teatro como meio de resistência fora das prisões também foi abordada. Na *Araucaria* nº 31 na entrevista feita pelo jornalista Miguel Varas com o dramaturgo Juan Radrigán. Ele lembra que apenas duas obras teatrais haviam sido censuradas até aquele momento (julho de 1985) na ditadura pinochista, e que a situação do país já politizava a cultura a tal ponto que, em suas obras, a repressão era inferida pelo público a partir das situações cotidianas postas em cena. Radrigán declarou ainda que havia formado sua própria companhia de teatro porque acreditava que alguns atores e diretores, preocupados com a repressão ou com o retorno financeiro das peças, amenizavam seus textos e, para não incorrer na autocensura decidiu reunir artistas que, como ele, se sentiam podados.

O surgimento de uma cultura própria de exílio também foi um tema levantado pelos *Capítulos de la Cultura Chilena*, embora o objetivo da revista fosse manter a unidade cultural do país, depois de algum tempo, se tornou claro que havia uma intensa produção cultural chilena fora do país e com características próprias.

O tema do exílio surgiu já na primeira *Araucaria*, em *Capitulos de la Cultura Chilena.* No encerramento da seção publicaram parte do discurso proferido por Rafael Augustín Gumucio, na ocasião da inauguração da exposição em solidariedade ao Chile em Reims (França) que esteve em cartaz de abril a junho de 1977. Esta exposição reuniu obras de artistas chilenos exilados na França, era um meio de divulgar seus trabalhos e ao mesmo tempo chamar atenção do público para a comunidade de chilenos exilados. Nesta edição há fotos de obras de diversos artistas chilenos exilados, como Roberto Matta, Gracia Barrios (responsável pela capa da edição), Carlos Vasquez, Guillermo Nuñez e outros.

A diferença entre a linguagem utilizada por pintores dentro e fora do Chile foi comentada na entrevista de Balmes, que afirmou que no Chile, os artistas se valiam de

simbolos para lutar contra a censura. Isso não impediu a repressão em alguns casos: logo depois da entrevista, há um texto do também artista plástico Guillermo Nuñez onde atribui à sua obra a função de registrar aquele momento de violência, e também denuncia a repressão desencadeada contra seu trabalho, concretizada no fechamento de sua exposição, sua prisão e exílio.

O exílio foi abordado no questionário enviado aos músicos na *Araucaria* nº2; as questões elaboradas nesse sentido versavam sobre a inserção dos artistas no exterior e na influência da distancia da terra natal em suas obras. Nenhum deles disse ter problemas de inserção profissional, embora todos afirmaram trabalhar em atividades e atos de solidariedade ao Chile, o que significa que suas obras, pelo menos durante algum tempo, gravitaram em torno de sua condição de exilados políticos, o que já a torna uma especificidade desta situação. Quanto ao papel do exílio nas novas composições, as opiniões foram divididas: para alguns como Osvaldo Rodriguez e o conjunto *Inti-Illimani* responderam negativamente argumentado que no exílio apenas aprofundaram um trabalho iniciado no Chile; já os cancionistas que reconheceram a diferença atribuem a mudança às novas influências que têm recebido e à nostalgia da terra natal.

Quanto às experiências de exílio na área do teatro, os *Capítulos da Cultura Chilena* divulgaram o surgimento e o sucesso de companhias teatrais na Europa e em outros países da América Latina. Na *Araucaria* nº30, o dramaturgo Jaime Miranda, narrou em entrevista a Sara Rojo seu trabalho durante o exílio e as duas obras que escreveu sobre esta experiência para a comunidade chilena: *Por la razón o la fuerza* (sobre os exilados econômicos, que saíram por desemprego) e *Regreso sin causa* (sobre o exílio político). A intenção do autor era escrever mais uma peça sobre a experiência do retorno para completar uma trilogia sobre este tema. Na ocasião da entrevista (abril de 1985), o autor já havia regressado ao Chile, e apesar das dificuldades lembradas por ele para trabalhar no país, recebeu o prêmio de melhor obra teatral de 1984 do *Círculo de Criticos de Arte* por *Regreso sin causa,* o que reforçou sua decisão de ficar no país. Esta premiação indica uma pequena abertura para tratamento do tema do exílio ainda sob a ditadura.

O exílio foi um dos pontos tocados na entrevista concedida pelo cineasta Raúl Ruiz a Bocaz publicada nos *Capítulos da Araucaria* nº 11. O cineasta comentou seu filme *Diálogo de Exilados* (França, 1974), que apesar de ter sido rodado fora de seu país, ainda o fez como se estivesse no Chile, com a sensação de que poderia ser o último, segundo o cineasta. Depois disso, ficou um ano e meio sem filmar, e percebeu que não poderia continuar trabalhando com as sutilezas do cotidiano muito particulares da cultura chilena; e então

passou a ser influenciado por filmes de propaganda e decidiu colocar seu trabalho a serviço de "uma idéia", que segundo Bocaz, consistia em lutar contra o discurso único, opinião com a qual o cineasta concordou. Para Ruiz, a grande diferença do cinema produzido por ele no exilio era a existência de uma grande indústria por trás de seu trabalho, o que lhe fez trabalhar com cinema como uma atividade cotidiana e não mais a como uma missão. Quando perguntado sobre a função do cinema de construir uma "memória popular" daquele período da história do Chile, o cineasta respondeu que suas preocupações gravitavam em torno do esquecimento produzido pela indústria de massa, com isso o cineasta destoou daquilo que parece ser o ideal de produção cultural almejado pelo representante da publicação: um cinema heróico que recuperasse as lutas populares no Chile.

No debate publicado na mesma edição, a primeira fala publicada foi a de Orlando Lübbert relatando que depois de 1973 mais de 50 filmes foram produzidos por chilenos, portanto o êxodo teria sido uma plataforma para o cinema chileno e a principal questão imposta pelo exílio era a manutenção de uma identidade nacional numa produção cultural dispersa por locais muito distantes. Na contra-mão de sua fala, José Miguel Varas e José Donoso recusam a denominação de cinema chileno de exílio, reconhecendo apenas *um* cinema chileno, uma vez que as condições internas do país impossibilitavam a produção cinematográfica; Miguel Littin levantou o problema ideológico da denominação daquela produção cinematográfica, e preferiu chamá-la de *cinema de resistência*, pois não via a dispersão dos cineastas como um problema, uma vez que a temática chilena era clara nos filmes que produziam; notou ainda que nenhuma cinematografia latino-americana havia se fortalecido no exílio como a chilena. O escritor Jose Donoso observou que o tema do exílio ainda era pouco explorado pelos cineastas que preferiam tratar das lutas populares e da tragédia do golpe.

Os debates sobre as ciências sociais e a universidade focaram o papel que tiveram para o desenvolvimento social no Chile, culminando com a ascensão da Unidade Popular (UP) e a posterior destruição sistemática implementada pela Junta Militar. O número dedicado às ciências sociais (Araucária nº 10) apresentou panoramas traçados por especialistas de cada área. Na edição sobre as universidades (*Araucária* n° 3), os eixos foram o processo de reforma universitária (1968-1969) e a "contra-reforma" realizada pela Junta Militar. Nela constam depoimentos de ex-reitores das universidades chilenas e de um ex-líder estudantil. Como "parâmetro" para comparação da situação antes e depois do golpe, foram publicados depoimentos anônimos de um professor universitário, de um aluno e de uma mãe de aluno que descreveram o cotidiano destas instituições sob a ditadura.

Os *Capítulos da Cultura Chilena* publicados na revista *Araucaria* mostram as principais questões que pautaram os debates culturais destes exilados. Era impossível passar ao largo da política, tendo em vista que foram seus posicionamentos políticos que os levaram a viver fora de seu país. Apesar da constante luta para a manutenção de uma unidade cultural chilena, a preocupação em denunciar a violência na qual o país fora imerso fez com que criassem um circuito cultural próprio da situação de exilados.

Referências:

BALMES,J. El desafio de una pintura politica. Entrevista de Luis Bocaz. Capitulos de la Cultura Chilena: la plástica. Araucaria de Chile nº1 , Paris, janeiro-março 1978. p. 106-140

CASTRO, O. El teatro em los campos de concentración. Entrevista de Ariel Dorfman.Capitulos de la Cultura Chilena: El teatro. Araucaria nº 6, Paris, abril- jun 1979.p. 115-147

Discusión sobre música chilena. Participan: H. Arevalo, E. Carrasco, P. Castillo, Charo Cofré, M. A. Cherubito, E. Dávalos, F. Garcia, Inti-Illimani, P. Manns, S. Ortega, A. Parra, I. Parra, O. Rodríguez, D. Salinas, H. Stein y Tranbunche. Cuestionario preparado por Soledad Bianchi y Luis Bocaz. Selección de textos y montaje Carlos Orellana. Capitulos de la Cultura Chilena: la música. Araucaria nº 2, Paris, abril- jun 1978 p. 111-173

NÚÑEZ, G. Tomar la vida y los sueños de la mano. Capitulos de la Cultura Chilena: la plastica. Araucaria nº 1, Paris, jan- março 1978.p. 141-146

Orientación y perspectivas del cine chileno. Mesa redonda con S. Alarcón, J. Barrios, J. Donoso, E. Labarca, M. Littin, O. Lübbert, C. Valdés y J. Miguel Varas. Capitulos de la Cultura Chilena: El cine. Araucaria nº 11, Paris, jul- set 1980.p. 119-135

RADRIGÁN, J. Juan Radrigán: teatro de la digndad y de la marginalidad. Entrevista de Jose Miguel Varas. Capitulos de la Cultura Chilena: Variaciones sobre el teatro. Araucaria nº 31, Paris, jul- set 1985 p. 153-163

ROJO DE LA ROSA, S. Jaime Miranda: autor del exilio.Capitulos de la Cultura Chilena: variaciones sobre el teatro. Araucaria nº 30, Paris, abril- junho 1985 p. 156-161

RUIZ,R. No hacer más una película como si fuera la última. Entrevista de Luis Bocaz. Capitulos de la Cultura Chilena: El cine. Araucaria nº 11, Paris, jul- set 1980.p. 101-117

SILVA, H. R. *Fragmentos da história intelectual*. Campinas: Papirus, 2002

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In REMOND, R. (org) *Por uma história política.*Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória, História e Poder

João Miguel Teixeira de Godoy*

Resumo: analisar e explicitar dimensões não previstas, presentes no exercício de reconstituição histórica, que as relações entre memória coletiva, historiografia e poder guardam a partir do estudo de um conjunto de obras que elaboradas sobre a cidade de Campinas, desde o início do século XX até o momento atual, passando por tradições mais memorialísticas de início, próxima da erudita em determinados momentos, até a produção elaborada no interior das universidades atualmente**.**

Palavras chaves: Historiografia, memória, Campinas

Abstract: to analyze and to explicitar not foreseen dimensions, gifts in the exercise of reconstitution historical, that the relations between collective memory, historiografia and power keep from the study of a set of workmanships that elaborated on the city of Campinas, since the beginning of century XX until the current moment, passing for memorialísticas traditions of beginning, next to the scholar in determined moments, until the production elaborated in the interior of the universities currently.

Keywords: Historiografia, Memory, Campinas

Quais são as demandas que estão presentes no momento em que o historiador desencadeia o processo de seu trabalho? . Em primeiro lugar deve ser considerado as brechas que a própria dinâmica social cria permitindo uma espécie de "vazamento" do passado no presente. Não seria esse o mecanismo propiciador das permanentes releituras e reescritas da história, onde o fato histórico, como "fenômeno total", apenas revelaria progressivamente as virtualidades nele contidas, segundo Henri Lefebvre?(GLÉNISSON, 1983: 200). Nesse sentido, o presente é o local definidor das problemáticas orientadoras da pesquisa e do trabalho do historiador. Existe uma outra dimensão, igualmente importante, e que afeta o historiador, no desempenho de sua função específica, mas que também extrapola isso envolvendo questões que dizem respeito à função social desse profissional. Sabemos que toda

* Doutor em História Econômica História-USP, professor da PUC-Campinas.

sociedade cria mecanismos a partir dos quais ela define formas de lidar com seu passado. Pertencer a ela implica estar, de alguma forma, imerso nesse "sistema", ou passado socialmente construído. O mesmo ocorre com os grupos nos quais vivemos e nos relacionamos, bem como com os valores e normas compartilhados. Mas essa formulação ainda é muito genérica. É necessário investigar sobre que aspectos ou pontos do passado um determinado grupo se debruça por considerá-los relevantes e a partir de que meios ou veículos ele chega até nós. Resulta disso, a definição de uma certa identidade social organizadora do modo como a sociedade encara e incorpora as mudanças e inovações, assim como fixa continuidades. O passado, ou mais precisamente a relação socialmente definida da qual ele participa, constitui uma dimensão constante da dinâmica das sociedades no interior da qual o trabalho do historiador se insere e reivindica sua legitimidade. A questão que se coloca para esse profissional, em primeiro lugar, é sobre o estatuto do passado, que não é o mesmo nas diferentes sociedades e traduz a maneira peculiar como o passado interfere na dinâmica do presente a partir de um sentido geral, muitas vezes difuso. Em segundo lugar, os meios e mecanismos a partir dos quais esse passado se institui. Antes do historiador iniciar seu trabalho, todo um conjunto de procedimentos e critérios de seleção incidiu sobre o material herdado e experiências precedentes, o qual chamaremos de memória. É necessário esclarecer desde já que entendemos memória não como uma forma distinta e antagônica a história. Como tentaremos esclarecer mais adiante, a história é uma forma específica de conformação da memória, mas existem outras. A natureza do trabalho do historiador e sua função específica define-se nesse território.

Gostaria de partir de um exemplo: o modo como as relações entre o estatuto do passado, as formas de memória e a história vem se desenvolvendo na reconstituição da trajetória da cidade de Campinas, no interior do Estado de São Paulo. O exemplo é pertinente porque desde pelo menos o início do século XX jornalistas, autodidatas e memorialistas vem desenvolvendo um trabalho de preservação e divulgação da trajetória e da memória da cidade. Mais recentemente, a partir dos anos 1990, um conjunto de estudos acadêmicos, não apenas na área de história, elegeram a cidade como seu objeto privilegiado de estudos. Constituem duas formas de instituição da memória da cidade. Assumidamente distintas, na medida em que a produção dos memorialistas atua no terreno da construção de uma imagem geral do passado da cidade e da preservação de suas tradições e identidade. A historiografia acadêmica se define no terreno da ciência. Embora a primeira se encare, tanto quanto a segundo, como agente da verdade. Entretanto, a produção memorialística é anterior a acadêmica, mas em

termos absolutos. Na realidade, em muitos casos foram realizados paralelamente à pesquisa acadêmica, mas fora da universidade e de outros esquemas institucionais, por pesquisadores na sua maioria autodidatas. Produção heterogênea e assistemática que constitui fonte e uma referência importante para a história da cidade. Pelas informações que contém, mas também pelo que representa em termos de um certo tipo de memória que se foi construindo sobre Campinas.

Não nos referimos aqui aos testemunhos deixados por viajantes que passaram pela cidade e sobre ela escreveram suas impresões, principalmente ao longo do século XIX. Nesse caso, tais escritos poderiam ser classificados sobretudo como fontes para a história da cidade. Quando pensamos nos autodidatas e nessa produção assistemática de escritos, estudos sobre o passado da cidade, estamos pensando numa produção que ocupa um campo intermediário entre as fontes de um lado e a historiografia acadêmica de outro.

A avaliação e a classificação dos escritos que compõem esse campo intermediário não é tarefas das mais fáceis, em função de sua diversidade, e deve ser criteriosa. Ao chamá-lo de "campo intermediário" estamos necessariamente pensando a partir da perspectiva da produção universitária, ou seja, o critério aqui é institucional, e indiretamente vinculado ao um certo conceito a respeito do que seja a ciência histórica elaborada nos centros de pesquisa acadêmicos. Outros critérios são possíveis, como as linhas interpretativas, ou as dimensões políticas e ideológicas dos discursos que instituem a memória da cidade. O critério institucional se justifica, entretanto, na medida em que nosso problema refere-se ao impacto que tal produção teve nas abordagens acadêmicas, mas não dispensa outras perspectivas de avaliação, pois julgamos fundamental pensarmos justamente a natureza desse impacto.

O conjunto da produção, entretanto, ainda não foi submetida a uma avaliação mais criteriosa. Na verdade, nem mesmo o conjunto da produção propriamente historiográfica foi. Esse deve ser o objetivo de uma área do conhecimento histórico que nos últimos anos vem assistindo um expressivo avanço, fora e dentro do Brasil, que é a área de estudos historiográficos. Trata-se de uma tentativa do historiador submeter o fruto de suas pesquisas, escolhas, análises, reflexões e escritos a uma avaliação propriamente histórica. A história da história representa uma dimensão do oficio do historiador cuja expansão, como defende Francisco Iglesias, reflete a consolidação dos estudos históricos, mas, por outro lado, é também condição de amadurecimento e abertura de novos horizontes de pesquisa e conhecimento (IGLÈSIAS, 2000).

No caso específico dos trabalhos realizados pelos historiadores campineiros a ausência dessa avaliação pode provocar e tem de fato provocado alguns problemas no que diz respeito à escolha de temas de pesquisa e principalmente na definição das perspectivas básicas de de estudo e análise de aspectos da história da cidade. Este não é um problema específico dos historiadores, atinge igualmente outras áreas do conhecimento como a arquitetura e a economia, afeta aquilo que o conhecimento histórico tem de mais específico, ou seja, a definição dos critérios fundamentais de reconstituição e análise de uma dada realidade humana. Inúmeras são as definições da palavra história, entendida aqui como um certo domínio do saber. Em geral nos remetem ao campo de seus objetos: a duração, o homem e a sociedade no tempo, o passado, etc. No entanto, deveríamos levar em conta, especialmente, suas formas típicas de abordagem e as especificidades como formação discursiva. Quando Paul Veyne nos provoca dizendo que a história nada mais é do que uma narrativa de "*fatos reais que tem o homem como ator*" e que é assim desde Tucídides até Marc Bloch, não estaria nos lembrando que apesar da mudanças de estilos, métodos, técnicas, teorias, explicaçõoes, aquilo que permanece como característica distintiva do trabalho do historiador é a intenção de compor narrativas que reconstituem aspectos da ação humana, e que a reconstituição não é a mesma coisa que reconstrução e que por isso deve seguir critérios explícitos ou não de seleção e arranjo dos eventos? (VEYNE, 1998). Neste sentido, cabe a pergunta: valendo-se de que critérios a história de Campinas vem sendo reconstituída e em que medida os escritos dos memorialistas influenciaram na montagem e perpetuação desses critérios.

.Os escritos sobre o passado da cidade realizados por autores como Rafael Duarte, Leopoldo Amaral, Jolumá Brito, Celso Pupo, Júlio Mariana, entre outros, não compõem um conjunto desconexo de fatos, idéias, representações, mas definem uma certa tradição, ou seja, resultam de um processo de seleção e organização com o propósito de garantir a continuidade, sua transmissão e sua preservação. Devem ser estudados com o objetivo de explicitarmos as referências a partir das quais tal visão da cidade foi sendo elaborada e transmitida, pois vão muito além de um simples registro ou de um relato dos acontecimentos colados na sequência temporal dos mesmos.

Sem dúvida, os escritos incluídos nesse universo organizam-se segundo uma intenção explicativa dependente da estrutura narrativa, ou seja, os fatos anteriores explicam os posteriores. Nesse sentido, a seleção dos acontecimentos orienta-se pela lógica do arranjo, ou seja, da sua posição no interior da narrativa. Mas estão inseridos na dimensão da temporalidade e é esta que permite a operação de atribuição de sentido. A falta de

homogeneidade dos acontecimentos selecionados e sua unicidade não comprometem a unidade do discurso na medida que seu sentido vem de fora, a fonte de sua inteligibilidade é externa a eles. São índices de um processo evolutivo inscrito nas coordenadas do tempo. Os acontecimentos são selecionados na medida em que se adequam aos critérios definidos previamente, como indicadores de mudanças e das etapas de mudanças. Mas não é qualquer movimento de mudança, mas entendida essencialmente como progresso material, enriquecimento. A história que se conta nestes escritos é aquela de como os homens agiram, pensaram e sentiram no interior de um processo de aperfeiçoamento contínuo, organizado em etapas bem definidas e cujo motor seria o desenvolvimento tecnológico. A origem mais direta dessa visão Josep Fontana encontra na chamada vertente escocesa do iluminismo e nas histórias nacionais do séc. XIX (FONTANA, 2004). Neste último caso, teríamos uma influência marcante das concepções gestadas no interior do Instituto Histórico e Geográfico que, em São Paulo especificamente, desenvolveu uma visão regionalista em que o Estado de São Paulo aparece como o responsável pelo dinamismo e progresso de toda a nação.

Além disso possuem um conjunto de características que poderiam ser resumidos em torno dos seguintes pontos: 1-Elitismo. Trata-se de uma visão calcada na idéia de que os indivíduos especiais constituem o agente absoluto da história. Representam, nesse sentido, exemplos de conduta e objetos de admiração. 2-Anacronismo. Tomar a região a partir de suas dimensões espaciais, entendendo que todas as ocorrências daquele espaço fazem parte necessariamente da história da cidade.3-Progresso como sentido natural da temporalidade.4-Conservadorismo, ou seja, não se trata de evitar ou bloquear o processo de inovações mas integra-lo nas estruturas já definidas. 5- Tom apologético ou exaltação do progresso como sempre positivo desde que não ameacem a tradição. 6-Fixação em alguns temas e aspectos da realidade: fundação, instituições (igreja, hospitais, etc).

O trabalho que é uma síntese dessa visão é "Monografia Histórica do Município de Campinas". Texto publicado em 1952 e que pretendia "dar aos cidadãos campineiros, e a todos os municípios do Brasil, documental e fotograficamente, um transunto, o quanto pudesse fiel, da história de Campinas" (p.8). Pretendia sobretudo, construir sobre Campinas "uma imagem de sua grandeza imorredoura, a da alma e a do espírito de sua gente, que se revê também na frágua dos trabalhos materiais com que a cidade de D. Néri e de D. Barreto nos cativa, nos fascina e nos encanta" (p.9). Isto porque a cidade sugiu de um espírito específico: "A fundação de Campinas pode ser considerada um acidente, ou melhor dizendo, um episódio da grande odisseia bandeirante" (p.5)

O momento privilegiado dessa produção ocorre nos anos 60 até início dos anos 70, momento de um debate a respeito da data correta da fundação da cidade, que culmina com as comemorações do bicentenário em 1974.

A existência de um conjunto de escritos antes das obras dos historiadores profissionais trouxe algumas vantagens e facilidades, mas também problemas e armadilhas. Na falta de uma classificação melhor estamos chamando-os aqui memorialistas ou de cronistas. Que contribuição deram? Essa é a questão central. Sem pretender avançar nas classificações propostas por White quanto às maneiras de explicação dos sentidos de tal arranjo do acontecer humano, podemos apontar algumas características importantes nos textos que estamos mencionando. Por que nossa hipótese é a de que o conjunto dessa produção acabou cristalizando um certo esquema de reprodução da memória da cidade. Definiram, de certa forma, os eixos básicos a partir dos quais a história de Campinas passou a ser contada. Deram forma à sua trajetória, estabeleceram períodos, rupturas, marcos temporais. Definiram um critério de reconstituição e uma estrutura factual. Critério e estrutura incorporados pela historiografia acadêmica posterior de maneira quase que automática, ou seja, sem uma avaliação crítica de sua procedência e implicações.

Vamos olhar para o conjunto dos escritos mais recentes. Há uma evidente concentração de trabalhos preocupados em tematizar a segunda metade do século XIX. No centro das preocupações estão os imigrantes, das mais diversas nacionalidades, as obras de melhoramentos urbanos, as novas instituições, os palacetes dessa nova aristocracia do café, as ferrovias, etc. No centro está uma cidade que se moderniza e progride de maneira acelerada na passagem do século XIX para o XX. O que nos interessa particularmente é essa imagem da cidade. Quem a formulou e fixou na nossa memória dessa maneira?

Não há historiador que não tenha se preocupado com as relações sempre complexas entre memória e história. Por que a memória é essa instituição social fundadora da própria sociedade. Causa e efeito da sociedade e da identidade humana. Por outro lado, a história é esse domínio do saber ao mesmo tempo que forma específica de realização da memória social num momento dado de uma dada sociedade. A História institui a memória ao mesmo tempo que apresenta-se e reivindica-se como discurso crítico, revisor da própria memória. Este papel os historiadores de Campinas devem enfrentar com mais sistemacidade. Daí a importância crescente de uma área como a de historiografia. Lugar específico dessa reflexão analítica e questionadora. Reflexão sem a qual o próprio avanço do conhecimento histórico ficaria comprometido.

O exemplo acima permite-nos apontar algumas questões mais gerais a respeito da relação entre história e memória. Deve-se, inicialmente, distinguir o conceito geral de memória de suas formas específicas de realização, dos seus veículos. Como tem insistido Ulpiano Menezes a memória é um processo de "trabalho" das e sobre as lembranças cujo dinamismo se atrela às demandas do presente (MENESES, 1992: p.9-23). Mas é, sobretudo, meio ou mecanismo de relação entre passado e presente. Como tal devemos distingui-la de suas formas concretas: os mitos, as lendas, as tradições orais e escritas, e a história. A história, nesse sentido, é uma maneira de se estabelecer a memória coletiva e que atende demandas específicas da nossa sociedade, a sociedade ocidental. Sendo a história uma forma específica de constituição da memória o problema da relação entre memória e história deve ser pensado em termos de relação da história com as outras formas de instituição da memória coletiva. Tradicionalmente a história foi vista como guardiã da memória dos grandes feitos impedindo que caíssem no esquecimento, tal como aparece na formulação clássica de Homero em suas "Histórias". Em termos modernos podemos considerar o antropólogo Maurice Halbwachs como um marco de uma separação ou pelo menos diferenciação mais nítida entre memória e história, ou seja, a memória coletiva resultaria de uma construção social enquanto a história escrita pelos historiadores se enquadraria no campo do conhecimento científico e objetivo. Mais recentemente, entretanto, consolida-se uma tendência no sentido de diminuir as distâncias entre memória e história apontando o quanto existe de determinação social no pensamento do historiador (BURKE, 2000: 71). O risco, nesse caso, é a eliminação das diferenças e a perda das características e funções específicas de ambas (MENEZES, 1992).

De qualquer maneira, a memória, nos seus diferentes suportes, não pode ser satisfatoriamente compreendida destacada de uma outra dimensão, ou seja, do estatuto do passado numa determinada sociedade, ou aquilo que Eric Hobsbawm certa vez denominou "o sentido do passado" (HOBSBAWM, 1998). Expressão que não deixa ter uma certa proximidade com a de "mentalidade histórica", tal como define Jacques Le Goff (GOFF,1996:17-166). O conceito, ou noção, de mentalidade já foi suficientemente criticado e tais críticas são extensivas á noção de "mentalidade histórica". O pressuposto de um universo imaginário geral e envolvente, destacado e imune às determinações sociais, parece não ter mais sustentação. De qualquer maneira, a melhor solução não parece ser o abandono puro e simples da noção. Como costuma-se dizer: não se deve jogar fora a criança junto com a água suja do banho. Particularmente interessante são os argumentos de Michel Vovelle e a

tentativa de identificar pontos de articulação entre mentalidades e ideologia (VOVELLE, 1987).

Referências Bibliograficas

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Becerra de. A história, cativa da memória?. Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 34:9-24, 1992.

FONTANA, Josep. História dos homens. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GLENISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difel, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. O sentido do passado. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.22-35.

IGLÉSIAS, Francisco . **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG:UFMG, IPEA, 2000.

LE GOFF, Jacques. História. In: **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996, p.17-166.

MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1952.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WHITE, Hayden**. Meta-história**. São Paulo: Edusp, 1995.

VEYNE, Paul . **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1998

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cooperação Técnica Brasil-Estados Unidos na Reforma Universitária de 1968

Janaína Dias Cunha*

Resumo: A política educacional adotada pela ditadura civil-militar a partir de 1964 significou uma mudança em relação à plataforma do governo anterior. Os projetos de reforma universitária foram adaptados conforme os objetivos e a ideologia do governo autoritário. A postura internacional alinhada aos Estados Unidos proporcionou a assinatura de convênios de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Tais acordos possibilitaram, além de empréstimos e financiamentos, intercâmbios entre professores e alunos dos dois países, e o estabelecimento de uma equipe de especialistas brasileiros e norte-americanos que contribuiu para a implementação da Reforma Universitária de 1968. A proposta deste trabalho é discutir os resultados destes acordos bilaterais, firmados entre Brasil e Estados Unidos entre os anos 1964 e 1968.
Palavras-chave: Acordos MEC-USAID – reforma universitária – ditadura civil-militar.

Abstract: The educational policy adopted by the Brazilian civilian-military dictatorship has signified a change in the previous government agenda. The university reform projects were adapted according to the goals and ideology of the authoritarian government. In the international field, the alignment to the United States provided agreements of technical cooperation reached between Ministério da Educação e Cultura (MEC) and United States Agency for International Development (USAID). Such agreements made possible loans and financial aids, exchanges programs for professors and students from both countries, and the creation of a team composed by Brazilian and North-American experts, which contributed to the execution of the university reform in 1968. The proposal of this paper is discuss the results of such agreements, signed by the two governments between 1964 and 1968.
Keywords: MEC-USAID Agreement – university reform – civil-military dictatorship.

A proposta deste trabalho é avaliar o impacto da cooperação técnica norte-americana sobre o planejamento e a reformulação do ensino superior, no contexto da ditadura civil-militar brasileira.[1]

O período democrático que antecede o regime militar, especialmente o Governo João Goulart (1961-1964), foi rico em propostas de reformulação do ensino superior. As transformações econômicas e o processo de urbanização ocorridos no país, nas décadas de 1950 e 1960, provocaram um aumento da demanda por educação universitária, especialmente entre os jovens das camadas médias urbanas (CUNHA, 1982: 41-61).

---

* Graduada em História pela UFRGS. Mestranda em Educação pela Unisinos, bolsista do CNPq.

[1] Esta comunicação integra uma parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de mestrado do PPGEdu/Unisinos, sob a orientação da Profª Drª Berenice Corsetti. Tal análise tem por objetivo investigar os resultados da política educacional implantada pela ditadura civil-militar brasileira no processo de reestruturação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos 1964 e 1971.

O incremento do número de concluintes do ensino médio, associado à ampliação da procura de quadros mais qualificados à ocupação de novos cargos profissionais criados a partir da expansão econômica, acarretaram um crescimento da busca por vagas no ensino superior. A incapacidade das universidades em atender as necessidades sociais de educação provocou uma crise no sistema educacional brasileiro, que foi se intensificando ao longo da década de 1960.

Esse contexto criou um ambiente propício para a discussão sobre como seria a melhor forma de reestruturar a universidade brasileira. Esse tema começou a ser debatido por diversos setores da sociedade: professores, pesquisadores, governantes e estudantes. Nessa conjuntura, surgiram propostas do movimento estudantil, como os projetos derivados dos seminários sobre reforma universitária organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), entre os anos 1961 e 1963. Duas críticas com relação à universidade daquele período diziam respeito à estrutura educacional e à forma de acesso às mesmas. Para o movimento estudantil, a universidade era antidemocrática, inacessível à maioria da população, e funcionava apenas para a conservação de uma elite socioeconômica, como mantenedora do *status quo*. Era necessário universalizar a educação para toda a sociedade e democratizar o acesso ao ensino superior. Tais demandas foram incorporadas por João Goulart, que incluiu-as na pauta das Reformas de Base.

Com o golpe de 1964, as propostas discutidas durante o Governo Goulart foram então modificadas, para que se adequassem aos princípios que norteariam o regime militar. Orientada ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), teoria originada nos Estados Unidos e adaptada para o contexto brasileiro pela Escola Superior de Guerra (ESG), a ditadura colocava ênfase nos aspectos de segurança interna, com o objetivo de combater a "ameaça" do comunismo no país. O caráter oculto do "inimigo interno" ocasionou o aumento das atividades repressivas do Governo, o desrespeito pelas liberdades políticas dos cidadãos e pelo Estado de Direito. As estratégias adotadas visavam a neutralizar toda e qualquer oposição ao Governo (ALVES, 1985: 40-41).

A DSN, aplicada à educação, provocou o controle ideológico de professores e estudantes, bem como a perseguição política dentro de estabelecimentos de ensino. Surgiram as primeiras medidas repressivas dirigidas ao movimento estudantil. Ainda em 1964, o governo militar promulgou a Lei nº 4.464, conhecida como "Lei Suplicy", por ter sido criada pelo então ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Essa lei extinguia a UNE, estabelecia normas para a atuação dos estudantes nas escolas e faculdades, proibia a propaganda político-partidária por parte dos órgãos de representação discente, e ainda coibia

as greves estudantis. Foi seguida por outros atos e decretos-leis, todos com a mesma finalidade de conter a mobilização discente e aumentar o controle sobre esse grupo.

Ainda no campo das políticas educacionais, o projeto de "desenvolvimento com segurança" adotado pela ditadura atribuía ao ensino uma função importante. A educação deveria servir como *instrumento* do desenvolvimento nacional e contribuir com o crescimento econômico, de acordo com os preceitos da Teoria do Capital Humano.[2] Dessa forma, o discurso que defendia a necessidade da democratização do ensino, característico do período pré-1964, deu lugar ao da urgência da modernização da educação como parte de um projeto de governo, uma estratégia para o "progresso" do Brasil.[3] A reformulação da universidade passava a ser encarada como um problema *técnico*, não mais uma questão *social*, como era considerada antes do golpe de 31 de março.

A política externa de alinhamento com os Estados Unidos, adotada pelo regime militar e incentivada através da aliança entre a elite brasileira e o capital internacional, permitiu a assinatura de convênios de cooperação técnica e financeira entre os dois países. Em realidade, a aproximação dos militares brasileiros com o governo norte-americano foi iniciada antes mesmo da queda de Jango. Acordos de cooperação técnica e suporte militar foram assinados entre as nações desde o início da década de 1950. Tais convênios, inseridos no contexto da Guerra Fria, faziam parte da Doutrina Truman. O Ponto IV dessa estratégia correspondia a assinaturas de tratados de assistência técnica, a ser prestada pelos Estados Unidos à América Latina, com a finalidade de promover o desenvolvimento e, dessa forma, garantir o alinhamento dos países assistidos com Washington.

Com a consolidação da Revolução Cubana, o Governo de John F. Kennedy, para evitar que surgissem insurreições semelhantes, através do lançamento da Aliança para o Progresso (ALPRO) em 1961, intensificou os programas de auxílio. Foi nesse período que a

---

[2] A Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Teodore Schultz, considerava a educação formal e o treinamento realizados pelos indivíduos como investimentos na forma de *capital humano*. Na medida em que crescesse o nível educacional do indivíduo, cresceria também sua renda, pois sua produtividade estaria baseada na sua formação e treinamento. A produtividade do indivíduo resultaria, portanto, na maior ou menor quantidade de capital humano que ele possuísse. Essa teoria aplica às sociedades concluía que os investimentos humanos nestes campos (educação e treinamento) acarretariam o crescimento econômico dos países. O progresso e o desenvolvimento das sociedades estariam, dessa forma, relacionados ao investimento em educação e formação dos trabalhadores. Para uma crítica da teoria do capital humano ver ARAPIRACA (1982).

[3] Este projeto de educação como fator do crescimento econômico foi exposto inclusive nos pronunciamentos oficiais. Em discurso ao Congresso Nacional, em 1966, Castello Branco afirmou: "Firmemente empenhado em abrir caminho para o desenvolvimento nacional, o Governo não tem poupado esforços e recursos no aprimoramento e expansão do ensino em todos os graus" (BRASIL, 1979: 59). Costa e Silva, seu sucessor, praticava a mesma retórica. Expondo as diretrizes governamentais para o ensino, afirmou em 1967: "Não se esquecerá o Governo de que não existe desenvolvimento sem tecnologia, nem tecnologia sem ciência, nem ciência sem educação. Vale dizer: em última análise, o processo de desenvolvimento é um processo educacional" (BRASIL, 1983: 185).

United States Agency for International Development (USAID), criada em 1958, começou a operar com a finalidade de colocar em prática os objetivos da política externa estadunidense (NOGUEIRA, 1999: 48). Os programas de ajuda externa promovidos pela USAID consistiam em empréstimos financeiros, doação de equipamentos, concessões de bolsas de estudo e custeio da vinda de técnicos para prestar assessoria aos países periféricos.

A partir de 1963, os programas da agência norte-americana sofreram uma reorientação, passando a privilegiar também a assistência à educação universitária. De acordo com Cunha (1982), o aumento da preocupação com o ensino superior deve ser entendido no contexto do conflito Leste-Oeste:

> *A chave para que o Brasil permanecesse uma "sociedade livre" e um "amigo próximo" dos Estados Unidos estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres. (CUNHA, 1982: 170)*

Nessa perspectiva, o financiamento do ensino superior passaria a constituir um programa específico da agência norte-americana, com o objetivo de promover e garantir o alinhamento ideológico com os Estados Unidos, inclusive nos estabelecimentos de ensino. O auxílio não ficaria restrito a financiamentos e empréstimos. A USAID passaria, além disso, a atuar junto aos órgãos federais de educação do país para assessorar no planejamento do ensino superior. Essa forma de atuação, através da cooperação técnica, permitiria à agência norte-americana adotar

> *um tipo de ação que implicava doutrinação e treinamento de órgãos e pessoas intermediárias brasileiras, com vistas obviamente a uma intervenção na formulação de estratégias que a própria AID pretendia fosse adotada pelos dirigentes, órgãos e instituições educacionais. (ROMANELLI, 1982: 210)*

Essa estratégia implicava o consentimento, da parte dos intermediários brasileiros, das sugestões dos técnicos da USAID, com a conseqüente transferência de responsabilidades nas execuções dos programas propostos. O setor interno ficaria predisposto "não apenas a aceitar os programas de reformulação do sistema educacional, mas também a trabalhar e responsabilizar-se por sua execução" (ROMANELLI, 1982: 210).

Os acordos firmados entre os governos brasileiro e norte-americano, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da USAID, conhecidos como os "acordos MEC-USAID", se inserem nesse contexto. Da mesma forma que a cooperação militar, os convênios com a agência norte-americana foram anteriores ao golpe civil-militar. Entretanto, foi a partir

de 1964 que esses convênios se intensificaram. Além disso, os acordos assinados pelo regime militar adquiriram um novo caráter: passaram a privilegiar também o *planejamento* do ensino no Brasil. Entre julho de 1964 e junho de 1968, foram firmados ao todo doze acordos,[4] que versavam sobre o "aperfeiçoamento" dos diversos níveis de ensino.

Dos convênios firmados com a agência norte-americana, dois eram relativos à reforma universitária. O primeiro deles, "Acordo para o Planejamento do Ensino Superior", assinado em junho de 1965, teve a finalidade de elaborar uma série de planos para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior. O convênio previu também "a criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional brasileiro" e "o contrato pela USAID com instituição técnica competente dos Estados Unidos, de 5 assessores educacionais (americanos) para trabalhar com o grupo de educadores brasileiros, durante um período de 24 meses" (BRASIL, 1969: 12).

O segundo acordo, "Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior", firmado em maio de 1967, manteve as mesmas finalidades do anterior. Contudo, estabeleceu prazo de vigência do acordo até 30 de junho de 1969 e reduziu de cinco para quatro o número de educadores brasileiros que veio a compor a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), como passou a ser denominado grupo.

O Relatório da EAPES,[5] entregue ao Ministério em agosto de 1968, adotava a mesma orientação ideológica do Governo. Para os técnicos da equipe mista, era necessário adequar o sistema educacional brasileiro ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo regime militar (ROMANELLI, 1982: 196). Dessa forma, o planejamento da expansão da rede escolar superior ficaria condicionado à previsão, através de estudo prévio, da demanda de mão-de-obra existente no mercado de trabalho.[6] A ampliação do sistema de ensino universitário federal ficaria restrita ao aumento da capacidade da rede escolar superior já existente. A criação de universidades particulares para suprir a demanda por educação deveria ser estimulada.

Uma outra preocupação presente no relatório da EAPES estava relacionada à aplicação dos recursos destinados às instituições de ensino superior. Expressões como "racionalização dos recursos" e "otimização dos gastos" eram comuns no documento. A

[4] Para a lista completa dos acordos firmados entre os órgãos MEC e USAID ver Romanelli (1982: 212-213).

[5] "Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior EAPES (Acordo MEC-USAID)" (BRASIL, 1969).

[6] Esse princípio fica claro nas recomendações propostas no Relatório: "Na medida em que a Universidade estiver preparando e formando professores, técnicos, cientistas e profissionais imediatamente destinados às necessidades do desenvolvimento do país, estará cumprindo suas finalidades específicas (...) daí o cuidado especial que merece, na estrutura a Universidade, o estudo do mercado de trabalho profissional, sobretudo para a organização das carreiras e dos respectivos currículos" (BRASIL, 1969: 71).

reforma administrativa das instituições de ensino superior deveria, sobretudo, evitar a duplicação dos recursos para fins idênticos ou semelhantes. Nesse sentido, era sugerido o fim das cátedras, a adoção do sistema departamental, a reformulação dos currículos e um melhor aproveitamento das instalações já existentes.

As propostas da EAPES baseavam-se em uma concepção empresarial da educação. Tal princípio buscava aplicar a lógica das empresas privadas, fundamentada nos preceitos de produtividade e racionalização de recursos, às instituições de ensino.

Essa concepção empresarial também esteve presente nas propostas de Rudolph Atcon. Membro da USAID e especialista em planejamento universitário, Atcon já havia visitado e assessorado a reestruturação dos sistemas de ensino universitário em outros países da América Latina e Europa. No Brasil, Atcon havia atuado na criação da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), entre 1953 e 1956. Voltou ao país em 1965, a convite do Governo, para avaliar as universidades brasileiras e cooperar na reestruturação do sistema de ensino superior.

Para Atcon, a reforma administrativa da universidade brasileira deveria operar no sentido de adotar a estrutura organizacional de uma empresa particular. Em seu relatório, entregue ao MEC em 1966, afirmava:

> *Um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira, no meu entender, tem que se dirigir ao propósito de implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não do serviço público. Seguindo este pensamento me permiti falar, em todos os meios universitários visitados, da conveniência de estabelecer certos princípios que se vêm como fundamentais para a implantação de um sistema empresarial. Porque é um fato inescapável que uma universidade autônoma é uma grande empresa e não uma repartição pública. (ATCON, 1966: 82).*

Os relatórios da EAPES e de Atcon serviram como base para os estudos realizados por novas comissões formadas pelo Governo: a comissão coordenada pelo General Carlos de Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho sobre a Reforma Universitária, criado no ano seguinte. Ambas tinham o objetivo de elaborar pareceres e diretrizes para a reformulação do ensino superior. As propostas dos dois grupos, apresentadas ao Governo em 1968, convergiam com as sugestões da EAPES e de Atcon.

Um outro fator, no entanto, era apontado pela Comissão Meira Mattos e pelo Grupo de Trabalho como relevante para a reforma educacional. Para o sucesso da reformulação seriam necessárias medidas de contenção da mobilização discente. As propostas dessas duas comissões tinham como objetivos reformular o sistema educacional de forma a

adequá-lo à política econômica do Governo e, ao mesmo tempo, conter a atuação dos estudantes.[7]

A legislação educacional imposta pelo regime a partir de 1964 operou, portanto, com base em dois princípios: reestruturação do sistema de ensino e contenção estudantil. Dessa forma, os Decretos-leis nº 53/66 e 252/67 estabeleciam as primeiras medidas para a reformulação estrutural das instituições de ensino, com base nas propostas apresentadas ao Governo e influenciadas pelos fundamentos oferecidos pelos técnicos da USAID. A Lei nº 5.540/68 e o Decreto-lei nº 464/69 deram continuidade a essas mudanças. Como medida de contenção, o Decreto-lei nº 477/69, complementar ao Ato Institucional nº 5, garantiria a "ordem", através da repressão ao movimento estudantil, para a aplicação das reformas no ensino consideradas necessárias pelo regime.

Pode-se concluir, assim, que as medidas de reestruturação da educação superior foram formuladas por técnicos do Governo, com a cooperação intensa de agentes norte-americanos, e impostas de forma autoritária pelo regime, sem a participação dos demais setores da sociedade. A mobilização estudantil, intensificada a partir da assinatura dos acordos MEC-USAID, foi duramente reprimida pelos aparelhos repressivos da ditadura. De forma contrária ao que demandavam os estudantes, o acesso ao ensino não foi democratizado e o sistema educacional manteve seu caráter elitista e seletivo. Para acabar com o problema dos "excedentes",[8] o Governo adotou o exame vestibular unificado e classificatório, no qual seriam considerados aprovados apenas o número de candidatos equivalentes à quantidade de vagas ofertadas pelas instituições. O regime também conseguiu diminuir a demanda por ensino superior através da profissionalização do ensino médio, com a Lei nº 5.692/71, que reformava os ensinos de 1º e 2º graus. Com essa norma, o concluinte do ensino médio estaria apto para ingressar no mercado de trabalho, sem a necessidade de freqüentar um curso superior.

Uma das instituições visitadas pelos técnicos da USAID e atingidas pela política educacional do período foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sofreu diversos atos repressivos e autoritários impostos pela ditadura. Passou por um processo de reestruturação condizente com as modificações estabelecidas pela Lei de Reforma

[7] Segundo Romanelli (1982: 226): "O investimento em educação, cuja importância se fazia cada vez mais evidente para o êxito da própria expansão, corria o risco de tornar-se um grande desperdício, se não se estruturasse todo o ensino e, ao mesmo tempo, não se acabasse com o protesto estudantil, mormente as greves, que haviam transtornado completamente as atividades escolares dentro das Universidades. As medidas de contenção do protesto se revelavam, assim, a única via capaz de impor a ordem e, ao mesmo tempo, as reformas. Essas medidas definem, assim, os aspectos assumidos pela reforma geral do ensino."

[8] Assim eram chamados os candidatos aprovados no vestibular, mas impedidos de ingressar na universidade devido à falta de vagas.

Universitária. E a partir disso, adotou, entre outras medidas, o sistema departamental, a matrícula por disciplinas, o exame vestibular unificado e o fim do sistema de cátedras.

O término do prazo de vigência dos acordos MEC-USAID não significou o fim da influência estrangeira no ensino do país. Nesses convênios ficava estabelecida a formação de uma equipe brasileira, previamente treinada pelos técnicos norte-americanos, atuando *permanentemente* no planejamento da educação. Nas décadas seguintes, o Banco Mundial passou a ocupar o lugar da USAID no que diz respeito ao estabelecimento de políticas educacionais para os países capitalistas periféricos.

Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1985.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira:** um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

ATCON, Rudolph. **Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira:** Estudo realizado entre junho e setembro de 1965 para a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1966.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior EAPES (Acordo MEC-USAID).** Brasília: MEC / Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

_____. Presidência da República. **Mensagens Presidenciais:** 1965-1979. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 1979.

_____. Presidência da República. Presidente (1967-1969: Costa e Silva). **Pronunciamentos do Presidente:** Tomo I. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983. v.3.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica:** o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

NOGUEIRA, Francis. **Ajuda Externa para a Educação Brasileira:** da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: Unioeste, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de. **História da Educação no Brasil:** 1930 a 1973. Petrópolis: Vozes, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Quem vai me ensinar de novo"¿ Ninguém se Educa Sozinho – Experiências de Constituição Docente Através de Grupos de Estudos de Professores de História

Maria Antônia Marçal[1]

Resumo: O objeto de estudo deste trabalho é a análise de três experiências de constituição docente através de grupos de estudos de professores de história realizados no período de 2004 a 2006. Pretende-se analisar o exercício da autonomia docente sinalizando movimentos de avanço e recuo da mesma. A metodologia utilizada neste trabalho de investigação consistiu em gravações dos encontros destes professores, diários de campo e entrevistas.
Palavras-Chaves: autonomia, constituição docente, grupo de estudo**.**

Abstract: The aim of paper is to analyse three experiences about teaching constitution base don history teacher study groups, held from 2004 up to 2006. It is also intended to discuss the practice of teaching autonomy pointing out its retreat and advance. The methodology used in this paper consists of recordings of teacher meetings, interviews and field research diaries.
Keywords: autonomy, teaching constitution, study groups.

Meu ofício de ensinar e as reflexões advindas de minha atuação como coordenadora de História do NRE[2] de Ponta Grossa no período de 2004 a 2006, conduziu-me a problematizar a constituição docente através da análise de sua atuação e/ou silêncios no interior de grupos de estudos. O objeto de estudo deste trabalho de investigação é a constituição docente a partir de três experiências de grupos de estudos de professores de história neste universo pretende-se analisar o exercício da autonomia docente sinalizando as oscilações da mesma. Muito embora, circunscrito num universo particular as análises e/ou reflexões das reuniões destes grupos de estudos nos permitem compreender uma realidade mais ampla e complexa: o espaço escolar, os alunos e o professor.

Os rumos desta pesquisa encontram-se assentados nos pressupostos da pedagogia crítica examina as escolas nos seus contextos históricos e também como parte do tecido social e político existente que caracteriza a sociedade dominante. Estes teóricos lançam mão de áreas como a sociologia do conhecimento, antropologia cultural e simbólica, marxismo cultural e semiótica. As escolas são tomadas não somente espaços de instrução se configuram

---

[1] Professora de História da Rede Estadual de Educação do Paraná, Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

[2] Os núcleos regionais de educação são divisões administrativas, que permitem a mantenedora Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) implementar e encaminhar resoluções, instruções e propostas para a educação no estado. No Paraná existem 32 Núcleos Regionais de Educação que abarcam um determinado número de municípios. O Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa congrega 10 municípios, mais o município sede. São eles: Castro, Carambeí, Piraí do Sul, Tibagi, Palmeira, Porto Amazonas, São João do Triunfo, Ivaí, Imbituva, Ipiranga e Ponta Grossa. As chefias das regiões que integram os NREs representam no Estado lideranças políticas locais .

como arenas culturais onde uma heterogeneidade de formas ideológicas e sociais colidem numa luta por poder (MACLAREN, 1977: 189-225).

As escolas para os teóricos críticos atuam de forma ambígua: como mecanismos de seleção nos quais grupos privilegiados de estudantes são favorecidos com base em sua raça, classe e gênero e por outro lado revelam-se como agências de habilitação pessoal e pessoal. Os pesquisadores críticos têm priorizado o social, cultural e o econômico para entender os trabalhos de escolarização moderna. As escolas produzem discursos de igualdade e mobilidade social, mas sua organização vai numa direção oposta, as experiências dos alunos são silenciadas em nome dos conhecimentos tradicionalmente selecionados no currículo. Estes silêncios não se traduzem somente nos conteúdos, mas na forma, ou seja, na relação que se estabelece entre professor, aluno e conhecimento.

Contudo, Apple salienta que a escola e seus diferentes sujeitos possuem uma margem de autonomia, no caso dos alunos, a resistência aos conteúdos transmitidos pela escola uma instituição cultural e econômica esta resistência se configura como uma negação a um tipo de conhecimento estruturado a partir de relações desiguais de poder.

No grupo de estudos "Estímulos á Criatividade do Professor de História", que se realizou no período de 2005 a 2006, fica latente entre os professores a resistência dos alunos ao conhecimento, sobretudo alunos da periferia da cidade, local de trabalho dos referidos professores

> *Os bons se sentem desestimulados, porque eles sabem que a gente não valoriza o trabalho deles, o ensino deles, a gente fica batendo, batendo, batendo (...) a mesma turma que ela teve ano passado estão comigo e continuam do mesmo jeito, eles só vêem fazer bagunça na escola.* (*Transcrição Trechos Gravação do V Encontro do Grupo Estímulo à Criatividade do Professor de História, 30/03/06*)

Os denominados bons alunos, neste contexto, são aqueles que dialogam *positivamente* com os conhecimentos veiculados pela escola, pelo professor. Os alunos rotulados como indisciplinados, os que não querem aprender, são aqueles que entendem que este tipo de conhecimento não lhes diz nada, estão distantes de sua realidade, não lhes permite compreender o mundo em que vive e seu cotidiano. Este conhecimento, transmitido pela escola através do professor pertencem como salienta Apple ao universo da elite dominante, que tem nas universidades seu maior aliado, uma vez que enquanto institutos técnicos "selecionam" através do vestibular os alunos para exercerem funções braçais e intelectuais na sociedade.

Para Paulo Freire, toda proposta de educação deve dialogar com o povo e não serem elaborados para o povo, a dialogicidade deve ser uma constante neste processo, talvez a

partir daí possamos deixar de ser transmissores e passamos a condição de sujeitos. A educação bancária silencia professores e alunos, trata-se de uma forma de opressão às experiências vividas dos educandos e por outro lado impossibilita que o professor perceba sua situação de trabalhador e as implicações advindas de sua profissão tais como: baixos salários, jornada de trabalho excessiva entre outros. Estes elementos apontam ainda para o seu não-ser socialmente, ou seja, a impossibilidade da construção de sua identidade docente.

Neste sentido, a pesquisa participativa, tal qual a realizada neste trabalho de investigação, são apontadas pelo autor como uma tentativa mais completa de reciprocidade, aonde os participantes iriam coletivamente produzir uma teoria mais enraizada. (PIGNATELLI, 1994:266)

Ao assumir a condição de sujeitos e/ou protagonistas do processo de ensino-aprendizagem, os professores não somente passam a deter maior controle do seu trabalho, mas engendram elementos que consolidam sua identidade docente. A autonomia e a identidade docente não podem ser compreendidas como um esforço individual, ela se estabelece de forma relacional, ou seja, coletivamente. A atividade docente está permeada por este conjunto de elementos sem os quais nos é impossível analisar este sujeito que é o professor.

1.1) Sobre a autonomia docente

É necessário delimitar neste trabalho o conceito de autonomia e heteronomia, partiremos inicialmente das reflexões sobre autonomia proposta por Paulo Freire, para este autor a autonomia de educadores e educandos se dão no processo de construção do conhecimento (FREIRE, 1996). A constituição da autonomia para este autor está circunscrita no campo do saber. Não um saber positivo calcado nos princípios de verdade absolutos e da neutralidade, mais baseado na denominada *curiosidade epistemológica*.

A construção do conhecimento se estabelece de forma dialógica na qual professores e alunos através da rigorosidade metódica devem se aproximar dos objetos cognoscíveis. A rigorosidade apregoada por Paulo Freire, nada tem a ver com a educação bancária, muito pelo contrário, neste contexto esta expressão significa que ensinar não se esgota no tratamento de objeto ou conteúdo de forma superficial, mas se alonga à produção de condições em que o aprender criticamente é possível.

Desta forma, autonomia para Paulo Freire significa respeito do professor aos saberes dos educandos, por outro lado não silencia a luta dos professores por melhores condições de trabalho. Portanto, discutir elementos ou temas referentes à realidade concreta

destes sujeitos faz-se necessário. A valorização das experiências vividas dos educandos e a superação do senso comum aparecem nas reflexões deste autor como *duas faces de uma mesma moeda.* Por um lado, salienta a necessidade da busca pelo conhecimento num sentido amplo, sem por outro lado querer fixar postulados de verdade, mas entender que o ato de ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção (FREIRE, 1996: 47).

Ensinar exige curiosidade no processo de construção/produção do conhecimento, não é uma curiosidade qualquer é uma curiosidade epistemológica. O exercício da curiosidade implica na sua capacidade crítica de "tomar" distância do objeto, de observá-lo, de cercar o objeto, fazer uma aproximação metódica, que se traduz por sua capacidade de comparar, perguntar. Uma vez que, ensino e pesquisa são indicotomizáveis.

E finalmente, ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Esta se faz através da compreensão das relações de poder que tecem a sociedade e também na capacidade dos homens, dos sujeitos em transformar sua realidade de forma que esta se apresente de forma mais igualitária e justa.

Os princípios que norteiam a Pedagogia da Autonomia trazem em seu bojo um discurso de esperança. Traduz-se por uma profunda crença nos homens como sujeitos capazes de transformar, compreender o mundo em que vive. A alegria de ensinar e a esperança impulsionam o caminhar, mas não alienas seus sujeitos os professores e alunos das contradições, das injustiças sociais. O discurso da esperança não impede que professores e alunos analisem com criticidade as mazelas do capitalismo e de que forma estas atuam sobre seus destinos. Afinal, é necessário compreender como o sistema capitalista influi sobre a vida dos indivíduos para que se possa questionar os pilares que o sustentam.

Por outro lado, há que se rebelar contra aqueles que justificam a minimização dos seres humanos e que de alguma forma são coniventes com esta ordem. Além de explicitar princípios de uma prática pedagógica democrática, Paulo Freire aponta elementos que caracterizam a prática docente na perspectiva de uma educação emancipadora,

> *Sou professor contra a ordem política vigente que inventou esta aberração: a miséria e a fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (...) sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (...) sou professor a favor da boniteza de minha própria prática que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições necessárias sem as quais meu corpo descuidado, corre o risco de amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de um lutador pertinaz, que cansa mais não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar (FREIRE, 1996, P. 103).*

As condições de trabalho do professor na ordem capitalista integram as reflexões de Paulo Freire, que ao mesmo tempo em que escancara as condições materiais aviltantes desta classe e a importância das lutas por melhores condições de trabalho "rega" o texto com a esperança e a alegria de ensinar inerentes ao ofício do professor comprometido com uma educação para a liberdade e para a autonomia.

Destarte, tomando por base o pensamento de Paulo Freire, Giroux, Maclaren, Kinchole, Apple podemos afirmar que a autonomia docente e discente está circunscrita num espaço que extrapola puramente a escolarização. A autonomia para estes autores está relacionada ao comprometimento político principalmente dos professores, ao engajamento na luta para transformar a sociedade e esta luta se inicia na própria academia quando este grupo delimita um território de discussão e pesquisa voltado especificamente para a análise do cotidiano do professor, com o objetivo de auxiliá-los em sua prática. A pesquisa proposta por estes pensadores está centrada no professor é construída coletivamente com estes sujeitos, já que seu objetivo é transformar e fortalecer o poder dos educadores e educandos.

Retomando o pensamento de Paulo Freire poderíamos dizer que oposto de autonomia, ou seja, a heteronomia seria a prática de uma educação bancária cujo centro é a figura do professor como transmissor de conhecimentos e os educandos como sujeitos passivos deste processo. Não existe uma relação dialógica entre professores e alunos, o educador é um detentor de um saber positivo, pronto e acabado. Educadores e educandos estão acorrentados neste processo, o conhecimento não é construído numa ação coletiva apenas é *digerido*.

Castoriadis em *A Instituição Imaginária da Sociedade* aborda a questão da autonomia individual/coletiva, ele procura entender o que é um indivíduo e uma sociedade autônomos. Tanto em Paulo Freire quanto para Castoriadis a autonomia se consolida no plano coletivo. Castoriadis parte das idéias de Freud acerca do consciente e inconsciente, respectivamente Id e Ego, para este autor o Id investe de realidade o imaginário, conferindo-lhe poder de decisão, estando o conteúdo deste imaginário em relação com o discurso do outro, entretanto, Castoriadis problematiza a possibilidade de diferenciar de forma lógica e racional o que é meu discurso e o que é o discurso do outro. Para este autor, a autonomia não é a elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do outro, trata-se da instauração de uma outra relação entre o discurso do outro e o discurso do sujeito (CASTORIADIS, 1982: 89-133). Podemos estabelecer algumas conexões entre as idéias de Paulo Freire e Castoriadis, a primeira delas é que para estes autores a autonomia é algo que se constitui no coletivo e não

individualmente, muito embora Castoriadis aborde separadamente estas duas categorias ele salienta que não se pode pensar em autonomia fora do plano coletivo.

O segundo elemento diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade, para Paulo Freire o oprimido é hospedeiro do opressor, á medida que os oprimidos se descubram hospedeiros do opressor é que poderá se dar o partejamento de sua pedagogia libertadora, ou seja, sua autonomia. Os oprimidos em certo momento de sua experiência existencial assumem a aderência ao opressor, com isso não se pretende afirmar que o oprimido não se perceba oprimido, mas estão imersos numa realidade opressora.

O medo da liberdade pode conduzir os oprimidos tanto a pretender ser opressores quanto mantê-los atados ao status quo de oprimidos. Castoriadis enfatiza que a autonomia do indivíduo se consolida quando o mesmo torna-se capaz de estabelecer uma nova relação com o discurso do outro, já que como em Paulo Freire não se trata de eliminar o opressor, ou negar o discurso do outro mais estabelecer uma nova relação entre estes e o indivíduo.

É necessário frisar que neste trabalho de pesquisa a autonomia docente será enfocada a partir dos pressupostos teóricos de Paulo Freire, onde a autonomia se constitui coletivamente, uma vez que este trabalho tem como foco de análise um espaço de constituição docente específico, os grupos de estudos, e tomando por base as considerações dos professores que integraram estes grupos acerca da necessidade de trocar experiências, de se reunir com os pares para discutir problemas cotidianos que limitam sua ação docente ou mesmo para compartilhar experiências satisfatórias em sala de aula. Este elemento, juntamente com as convicções da autora nos conduziu à filiação teórica aos princípios de autonomia segundo Paulo Freire.

1.2) Delineamento do caminho

Esta pesquisa se propõe a analisar o processo de constituição da autonomia docente através de grupos de estudos de professores de História, foram analisadas três experiências de grupo de estudos, no período de 2004 a 2006, uma a partir da parceria entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, a segunda experiência se desenvolveu como um programa de capacitação de professores pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná e finalmente um projeto de extensão vinculado ao desenvolvimento desta pesquisa intitulado “Grupo de Estudo Estímulo à Criatividade do Professor de História”, estruturado a partir de uma proposta que visava a discussão de problemas cotidianos, a ajuda mútua e o movimento de investigação científica pelos professores pensados a partir dos problemas cotidianos.

A metodologia utilizada neste trabalho de investigação é a pesquisa-ação e consistiu numa coleta de dados realizada das seguintes formas: dados registrados num diário de campo, gravação dos encontros e relatórios das reuniões dos grupos de estudos. Neste momento é oportuno caracterizar estes espaços de constituição docente objeto de estudo desta pesquisa.

A primeira experiência de formação continuada de professores se realizou no ano de 2004, a partir de uma parceria entre o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa e o Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Este projeto envolveu as diferentes coordenações de área de Ensino do Núcleo Regional de Educação tais como: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Biologia/Ciências, Língua Estrangeira Moderna e Educação de Jovens e Adultos.

Os encontros iniciaram-se no segundo semestre do ano de 2004, realizaram-se cinco encontros presenciais com quatro horas de duração. Paralelamente a estes encontros, os professores efetuavam estudos prévios de textos pré-selecionados para o encontro seguinte. Portanto, a formação continuada destes professores antecedia aos encontros presenciais e ao mesmo tempo se consolidava na discussão coletiva. Neste grupo ao mesmo tempo em que se discutiam temas como a mulher, História e Música na década de 30, inserção de conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana entre outros as questões de ordem burocrática acerca da avaliação paralela e preenchimento de livro de chamada, entre outros permeavam as discussões. Neste grupo exerci a função de coordenadora, minha vinculação a este se dava de forma institucional, uma vez que compunha a equipe pedagógica do NRE de Ponta Grossa.

O segundo grupo de estudo que integra a análise deste trabalho de investigação realizou-se no ano de 2005 e foi desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, na modalidade de um programa de formação continuada de professores de história, os grupos de estudos, organizada por níveis de ensino, ou seja, ensino fundamental e médio. Neste programa inscreveram-se oitenta e cinco professores de toda a região que integra o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.

Neste ano me integrei como cursista nesta modalidade de formação continuada, os encontros realizavam-se nos sábados pela manhã nas dependências do C. E. General Osório. No interior deste grupo pude estabelecer uma análise acerca deste programa de formação continuada é necessário frisar que os elementos apontados ao longo deste texto são frutos da caminhada de uma professora que ao mesmo tempo em que analisava o objeto integrava o mesmo. A metodologia utilizada para a documentação destas reuniões, foi o registro acerca do

posicionamento dos professores junto às atividades propostas, bem como, outros dados considerados relevantes.

De forma geral, os textos traziam as questões propostas para o encaminhamento das discussões**,** o grupo lia o encaminhamento e partia para a leitura do texto e em seguida as questões eram sistematizadas coletivamente e enviadas ao Núcleo Regional de Educação.

O terceiro grupo surgiu como um grupo alternativo de ajuda mútua, vinculado diretamente ao meu projeto de pesquisa, denominou-se Grupo de Estudo Estímulo à Criatividade do Professor de História, realizou-se no período de 2005 e 2006, totalizando uma série de 12 encontros, foram distribuídos 52 convites nominais aos professores da rede estadual, alguns atuavam paralelamente em escolas particulares. Neste grupo de autoformação de professores, buscar-se-ia não somente perceber as margens de autonomia da ação docente no cotidiano escolar, mas também demonstrar os limites da mesma e mais ainda possibilitar a elaboração de atividades coletivas e a troca de experiências. Assim, durante um ano neste grupo buscou-se propiciar situações em que os professores assumissem a condição de sujeitos reflexivos do processo em que estavam imersos.

Ao longo das reuniões deste grupo percebeu-se que durante a maior parte dos encontros, o grupo servia como uma válvula de escape onde era possível verbalizar a falta de autonomia docente, e a não-percepção das fissuras do sistema onde o trabalho criativo pudesse se manifestar.

A pesquisa-ação, metodologia utilizada neste trabalho possibilita o exercício da autonomia dos professores, já que estes sujeitos podem expressar suas experiências, outrora silenciadas. Estes diferentes sujeitos falam por si e de si, não são analisados mais participam da elaboração de argumentos, no desenvolvimento dos rumos da pesquisa.

Todavia, os horizontes desta pesquisa vislumbram a ação dos sujeitos, sua capacidade de orientar-se no mundo de forma a transformar sua realidade, refletirem conscientemente sobre suas ações. Se o homem é um ser capaz de transformar, as afirmações de Paulo Freire e sua ênfase na ação do sujeito, a partir de sua busca por ser mais, vislumbra algo mais que escolarização dos indivíduos, mais a educação de sujeitos para o exercício da autonomia, da liberdade.

Referência Bibliográfica

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. **Realidades em Movimento**. In: TANAMACHI, Elenita do Rocio, et all (org.) Psicologia e Educação: desafios teórico-metodológicos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p.169-184.

APPLE, Michael. Educação e Poder. CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra, 1996.

_____.**Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, Maria Luciana Brandão. **Trajetórias de Vida: um estudo dos processos formativos de professores de História.** Coronel Fabriciano: UnilesteMG, 2005.

MACLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas**: **uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Tradução: Lucia P. Zimmer et all. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

PIGNATELLI, Frank. **Que Posso Fazer? Foucault e a Questão da Liberdade e da Agência Docente**. In: SILVA, Tomaz Tadeu. O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994, 127-157..

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: saberes da docência e identidade do professor**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul/dez 1996. PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: saberes da docência e identidade do professor**. Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul/dez 1996, p.74

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conflitos e Identidades: a Greve Geral de 1919 em Porto Alegre

César Augusto B. Queirós*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a greve geral de 1919 na cidade de Porto Alegre dando ênfase aos conflitos ocorridos tanto entre os grevistas e o Estado quanto entre os grevistas e os não grevistas. Pretende ainda ressaltar as identidades construídas no decorrer desta greve, formando construções imagéticas instrumentalizadas.
Palavras chave: Greve – Sindicato – Violência

Abstract: The present work has as central objective the analysis of the 1919's general strike in Porto Alegre, emphasizing the conflits occurred between the strikers and the governament how much between the strikers and the workers not engaged in the strike.
Key words: Strike – Union – Violence

> *"Em fins de agosto do ano passado [1919] irrompeu nesta capital um movimento grevista que, a princípio declarado em uma marcenaria, logo depois se foi aos poucos estendendo, até tornar-se completamente generalizado entre o operariado e várias classes trabalhadoras correlatas, paralysando todas as fábricas, vários estabelecimentos e empresas comerciaes, iluminação pública, trânsito de veículos e distribuição domiciliar de pão e leite e outros gêneros alimentícios"(Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 1920: p. 355-357).*

Desta forma o chefe de polícia interino Eurico de Souza Leão Lustosa iniciava seu relatório anual apresentado ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. De imediato, já se percebe o quanto o movimento paredista iniciado em agosto daquele ano alterou a vida da cidade nas semanas que se seguiram. Entretanto, as autoridades que representavam o poder no Estado trataram logo de desqualificar o movimento, atribuindo a sua eclosão tão somente à "tácita e inconsciente submissão à influência de extrangeiros anarchistas" "(Relatório apresentado ao Presidente do Estado, 1920: p. 355-357), sendo considerado o resultado do "desvario criminoso de elementos anarquistas, explorando a boa fé do **verdadeiro operariado**"(Mensagem do Pres. Do Estado à Assembléia, 1920: p.16). Esta idéia não perpassa tão somente as autoridades gaúchas e é, segundo Pinheiro, um fenômeno nacional uma vez que "até quando se pode retroceder na história republicana [...] se pode constatar uma insistência do Estado e das classes dominantes em pretenderem se livrar dos maus elementos das classes subalternas, em fazer desaparecer os elementos estranhos aos meios populares, naturalmente sadios" (PINHEIRO, 1979: P. 61).

* **César Augusto Bubolz Queirós**, Doutorando em História na UFRGS sob orientação do Prof. Benito B. Schmidt.

Para os grevistas, contudo, "as manifestações operárias [eram] deturpadas, mistificados os seus intuitos e não raro atribuídas a anarchistas extrangeiros e isso com o fim visível de torná-las antipáthicas aos ignorantes e justificar as ferozes repressões a que sempre estão promptos a fazer os governos contra o trabalhador que reclama o seu direito e defende a sua vida"(Aos Pedreiros e Ajudantes. 1919). O movimento seria, portanto, legítimo e justificado pela precária condição e pela exploração a que estavam submetidos uma vez que "nenhuma collectividade obreira tenha declarado em algum tempo greve para luxo. Todos sabem que uma greve representa **o grito de agonia** em que se debate a classe operária" (A Voz da Razão, 1919).

No cenário internacional, o término da Grande Guerra trouxe consigo a expectativa de que houvesse uma melhora na situação de vida e uma redução da carestia. Em manifesto distribuído pelo Sindicato dos Operários da Força e Luz, os grevistas salientaram que "o povo cansado de esperar melhoras, desiludido das promessas feitas de que tudo endireitaria assim que terminasse a guerra, desesperado pela incessante luta pela vida [...] resolveu reclamar um pouco de augmento dos salários e mais descanso" (Syndicato dos Operários da Força & Luz. 1919). Em alguns boletins, percebe-se nitidamente a influência de acontecimentos ocorridos em outros países no movimento grevista de Porto Alegre. Neste sentido, entre os diversos panfletos e manifestos distribuídos nos *meetings* e manifestações alguns chamam bastante atenção como, por exemplo, uma moção publicada pela FORGS em 20 de julho de 1919 em que os delegados de todos os sindicatos constituintes da Federação votaram unanimemente uma manifestação de protesto contra quaisquer intervenções na Rússia, Hungria, Tchecoslováquia ou qualquer outro país em que o proletariado conseguisse sua emancipação econômica (Moção da FORGS, 1919). A agitação revolucionária que parecia tomar conta do Velho Mundo começava a refletir-se no seio do movimento sindical gaúcho e brasileiro. Merecem destaque as Cartas-Manifesto assinadas pelo Delegado da República dos Soviets Russos (O Inflexível, 03/03/1919).

A Preparação da Greve Geral de agosto – A mobilização operária vinha crescendo de modo bastante rápido. Notícias das greves que ocorriam no Rio de Janeiro e em São Paulo e das violências cometidas pela polícia nestes estados tornavam os ânimos mais acirrados e a palavra **solidariedade** era cada vez mais mencionada: solidariedade com os operários paulistas e cariocas, solidariedade com a Rússia em meio à intervenção branca, solidariedade com a República Soviética da Hungria, enfim. Segundo Hobsbawm, "o hábito da solidariedade leva tempo para ser aprendido. Leva mais tempo ainda para ser integrado ao código de ética inconteste da classe operária" (HOBSBAWM, p.22).

Em meados de julho, a maioria dos sindicatos classistas de Porto Alegre já prepara suas respectivas greves: o **Sindicato dos Metalúrgicos** declarara-se em greve exigindo as 8 horas de trabalho e aumento de salário. Em torno de 600 operários aderiram à parede e percebe-se uma troca de informações entre o comitê da greve de Porto Alegre e a **UGT** de Rio Grande, a qual enviou um ofício demonstrando **solidariedade** para com os trabalhadores parados e distribuiu naquela cidade uma série de boletins aconselhando os operários de lá a não substituir os metalúrgicos grevistas da capital caso fossem chamados. A orientação para que os trabalhadores de Rio Grande se recusassem a substituir os grevistas de Porto Alegre indicava o reconhecimento de que "o perigo dos furadores de greve é sempre agudo" (HOBSBAWM, p.22) e a necessidade de estabelecer esses laços de solidariedade pois o estabelecimento de uma relação de 'concorrência' entre operários das duas cidades significaria o enfraquecimento do poder de barganha de ambos.

O **Sindicato dos Operários em Calçados** declarou-se em greve no final de julho exigindo um aumento de 25% nos ordenados e redução da jornada de trabalho. No dia 29 foi interrompido o tráfego dos bondes e o Sindicato da classe editou um boletim reivindicando aumento de salário conforme uma tabela da classe, redução da jornada de trabalho de 9 para 8 horas diárias e garantia de emprego a todos aqueles que tivessem aderido ao movimento. No dia 4 de agosto, o **Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas** declarou uma greve com duração de doze e dias e que resultou na vitória dos marceneiros(O Syndicalista. 03/09/1919), os quais obtiveram a redução da jornada de trabalho para 8 horas e aumento de 3$000 em seus salários (Relat. Do Chefe de Pol. Ao Pres. Do Estado. 1920. p. 355). Outro sindicato que também entrou na agitação operária foi o **Sindicato Padeiral** que conclamou a classe para uma nova greve exigindo aumento de salário. No dia 20 de agosto "os estivadores que trabalhavam nos serviços de cargas e descargas da Viação Férrea desta capital declararam-se em greve" (O Independente. 20/08/1919. p.2).

Em fins de agosto, diversas outras categorias aderiram ao movimento paredista: o **Sindicato dos Tecelões**, dos **Chapeleiros**, dos **Cervejeiros**, dos **Canteiros**, dos **Trabalhadores em Fumo**, os **Trabalhadores dos Moinhos e Engenhos**, que tinham uma jornada de trabalho de 10 horas e ½ e que reivindicavam a redução da jornada e aumento de salário em 25% para o diurno e em 50% para o noturno e a abolição do trabalho aos domingos, entre outras melhorias. O **Sindicato dos Operários da Companhia Telephônica Rio Grandense** resolveu também se declarar em greve tendo publicado um boletim no qual exigia que todo o operário que ganhasse até 100$000 tivesse seu salário aumentado em 25% e os que ganhassem até 200$000 em 15%, reconhecimento do sindicato por parte da empresa,

readmissão de dois companheiros demitidos, entre outras reivindicações. A greve, então, se generalizava e acabava afetando profundamente a vida da cidade, provocando uma paralisação de serviços essenciais como luz, transporte e telefonia. A cidade ficou praticamente às escuras (O Independente. 03/09/1919. p. 2).

Apesar da greve transcorrer de modo pacífico o governo do estado adotou uma série de medidas no intuito de estabelecer uma estreita vigilância sobre os operários grevistas pois "a polícia judiciária estava vigilante, sendo adotadas medidas para impedir qualquer perturbação da ordem pública" (A Federação. 30/08/1919. p.1). O periódico *o Independente* destacava o caráter pacífico do movimento, salientando que "o que vem passando é dentro de uma normalidade elogiável" (O Independente. 05/09/1919. p.2). Durante a segunda semana da greve, o jornal *A Federação* passou a noticiar alguns distúrbios: na madrugada do dia 3 de setembro, um cabo que guarnecia a Fábrica de Cervejas Becker e Cia. foi alvejado por um tiro que o acertou de raspão, tendo sido o mesmo levado para o hospital sem que as pessoas que dispararam o tiro fossem encontradas (A Federação. 03/09/1919. p. 5).

No início do mês de setembro teriam os patrões chegado a um acordo no qual não fariam nenhuma concessão aos grevistas e elaboraram um relatório ao presidente do estado a fim de "lhe provar a situação precária em que ficaria a industria se concedessem as exigências dos grevistas" (A Postos Operários. 1919) e é a partir dos dias seguintes que a situação passa a se radicalizar, quando a diretoria da Cia. Força & Luz começa a substituir os operários grevistas. Já no dia 4 de setembro, a diretoria "havia conseguido contratar vários maquinistas e foguistas licenciados da armada que aqui se achavam e que deram começo ao trabalho de aquecimento das caldeiras da usina", contratando também em São Paulo "pessoal para trabalhar na sua usina, o qual [tinha] embarcado pela estrada de ferro com destino a essa capital" (A Federação. 05/09/1919. p.3).

Estas atitudes dos empregadores resultaram em um acirramento das relações entre patrões e empregados, de modo que na madrugada do dia 6 foi lançada uma bomba de dinamite na sede da Cia. Força & Luz, sita na rua Voluntários da Pátria, sem que, no entanto, alguém fosse ferido ou que resultasse em algum dano às instalações da sede. Este atentado pode ser considerado uma represália à diretoria da Cia. Força & Luz, que vinha substituindo os trabalhadores grevistas e que na tarde anterior havia afixado na porta um comunicado no qual avisava que os grevistas que não comparecessem ao serviço estariam demitidos (A Federação. 06/09/1919. p.5).

O Syndicalista denunciava que "em Porto Alegre, com a deflagração da greve dos operários do cais, canteiros e dos padeiros, tem tido o governo do Estado a desfaçatez de, sob pretextos odiosos espezinhar a Constituição que diz cumprir, mandando encarcerar operários só pelo fato de não quererem trabalhar, de irem convidar seus camaradas para reuniões e de não se amoldarem às conveniências dos patrões" (O Syndicalista. 27/05/1919). Os operários queixavam-se igualmente da cumplicidade entre o governo e a burguesia gaúcha e criticavam "as forças do governo postas ao serviço da burguesia" (Sindicato dos Operários da Força & Luz. 1919).

No dia 7 de setembro estava programado um *meeting* organizado pela FORGS na praça Montevidéo em defesa da redução da jornada de trabalho para 8 horas e por aumento salarial mas este foi proibido pela polícia. Apesar disto, os manifestantes compareceram ao comício, havendo então uma série de distúrbios e conflitos envolvendo os grevistas e a polícia. Fica evidente neste caso uma disputa pelo uso estratégico do espaço público: os operários querendo proporcionar visibilidade ao seu discurso em uma data fundadora em que se comemora a independência nacional. Este ato fica revestido de uma intensa carga simbólica, de um significado especial de apropriação de uma data tão significativa pelos grevistas que, com isso, não querem que o movimento perca a visibilidade para os eventos alusivos ao 7 de setembro. Não querem eles arrefecer em sua mobilização, não há trégua possível, a batalha continua. De outro lado, o Estado não admitia esta disputa pelo uso do espaço público, esta corrupção de uma data tão significativa que unificava a todos, na qual todos são igualmente brasileiros e que, portanto, amenizava as matizes classistas. Assim, utiliza-se de seu aparato oficial para impedir a realização deste meeting, desta afronta ao Estado e à nação.

O conflito começou quando "a polícia resolveu comparecer ao meeting e fazer com que os operários se dissolvessem. O Dr. Chefe de Polícia interveio junto aos operários, lendo os artigos do Cod. Penal tendo sido, então, desatendido e desrespeitado pelos grevistas, que o receberam com protestos e vaias" (Processo-Crime 1016. p. 2-3). O processo relativo a este incidente justifica a ilegalidade da realização do *meeting* afirmando que o mesmo "fora precedido de uma derrama de boletins, artigos de jornal, folhetos francamente revolucionários, assinados por diversas associações operárias desta capital. O próprio órgão oficial da 'Federação Operária' pregava abertamente a sublevação das massas operárias contra a sociedade atual, o governo e a propriedade particular" (Processo-Crime 1016. p. 2).

O sub-chefe de polícia, então, "ordenou que [os manifestantes] se retirassem em calma, não atendido, ordenou S.S. que as praças dissolvessem a multidão, o que foi logo feito, tendo-se estabelecido grandes correrias" (A Federação. 08/09/1919. p. 3) sendo que alguns operários resistiram a esta ordem de "revólver em punho", alvejando a força policial, "tendo algumas praças reagido contra os que resistiam" (Processo-Crime 1016. p. 4). Deste enfrentamento entre a Brigada Militar e os grevistas resultou – além de muitos manifestantes feridos – a morte de um operário em plena rua dos Andradas, Fernando de Oliveira. A procedência do tiro que provocou sua morte não pôde ser apurada. As ruas do centro da cidade transformaram-se, nesta ocasião, em uma verdadeira **praça de guerra**: operários grevistas fugiam das tropas da Brigada e se misturavam com transeuntes que comemoravam o dia da Independência (O Independente. 08/09/1919. p. 2).

José Cândido da Silva, acusado de ter trocado tiros com a polícia durante a manifestação, afirmou que os tiros foram inicialmente disparados por operários e que depois houve troca de tiros com a Brigada. No entanto, uma testemunha afirma não saber de onde haviam partido os tiros mas que "ele os ouviu depois de ter a polícia carregado sobre o povo" (Processo-Crime 1016. p. 78) uma vez que, na tentativa de dissolver a manifestação os soldados da Brigada lançaram seus cavalos sobre os operários, "pisoteando-os e espaldeirando-os" (Processo-Crime 1016. p. 78).

No dia seguinte a este evento, o governo do estado ordenou o fechamento de diversas associações operárias, entre elas a FORGS. Outras associações também tiveram suas sedes ocupadas militarmente, como a da Cia Força e Luz e da União Metalúrgica (O Independente. 10/09/1919. p.2). A radicalização do conflito, a intransigência dos patrões em negociar com os operários e o acirramento do antagonismo resultaram em mais dois atentados que se verificaram na madrugada do dia 8 de setembro, quando uma bomba foi atirada na Padaria Sul-Americana e outra na residência na rua Lopo Gonçalves de propriedade do Sr. Guilherme Sperb, fiscal geral da Cia. Força & Luz sem que houvesse vítimas (O Independente. 08/09/1919. p.2).

.Contudo, a partir deste momento a greve parece se encaminhar para seu fim, em parte devido às violências cometidas pela polícia, à proibição de reuniões e ao fechamento das principais organizações operárias, o que ocasionou o desmantelamento do movimento e a apreensão por parte dos trabalhadores. Assim, no dia 12 de setembro o jornal O Independente comemora que "parece solucionada a greve nesta capital, normalizando a situação que chegou a crear verdadeiras aprehensões. Pouco a pouco voltam os operários às officinas. A Força e

Luz já iniciou com regularidade os seus trabalhos, estando a trafegar todos os bondes" (O Independente. 12/09/1919. p.2).

À guisa de conclusão – muito brevemente em função da exigüidade do espaço – pode-se destacar alguns pontos que ficam evidentes após uma análise mais acurada deste movimento paredista. Em primeiro lugar, percebe-se uma nítida radicalização do discurso de suas lideranças, que passam a questionar de forma mais veemente as bases do sistema capitalista – a propriedade privada e o Estado – mostrando uma clara virada para orientações de caráter anarquista. Esta mudança se deve ao fato de que no final do ano anterior, após uma frustrada tentativa de greve geral que durou poucos dias, ocorrera uma fusão entre as duas mais importantes associações operárias: a FORGS – até então com posições não anarquistas e segundo um militante da época "apagada" e "fiel ao governo" – e a UGT. Desta fusão, resultou uma associação que manteve o nome da FORGS porém com os estatutos da União Geral dos Trabalhadores, tornando-se anarco-sindicalista. A diretoria passou a ser composta majoritariamente por militantes anarquistas (GERTZ, 1989. 126).

Desta forma, ao contrário da greve geral de 1917 – quando as manifestações dos organizadores de suas lideranças apontavam sempre para a obtenção de "melhorias" (Correio do Povo. 31/07/1917. p. 6) para os trabalhadores, sem que houvesse uma manifestação contundente contra a ordem vigente devido a um significativo "reforço das posições não-anarquistas" (SILVA Jr., 1996. p. 199) tanto na direção da FORGS quanto na da Liga de Defesa Popular – na greve de 1919 os discursos, panfletos, boletins e jornais apontavam para a derrubada da ordem burguesa através de uma greve geral social, um movimento revolucionário contra a ordem estabelecida. Esta postura das lideranças operárias levou o governo a considerar que aquele movimento tinha "intuitos francamente subversivos" (A Federação. 09/09/1919. p.3), sendo dirigida por elementos desordeiros "quase todos estrangeiros" (A Federação. 09/09/1919. p.3) e tendo esta greve perdido "por inteiro as características de uma tentativa pacífica visando a consecução de fins legítimos, para assumir as proporções nitidamente definidas de uma ameaça contra a ordem constituída" (A Federação. 09/09/1919. p.3). Assim, a postura do governo do estado foi marcada por uma profunda intolerância com os grevistas, sendo efetuada uma forte repressão à greve com uma vigilância ostensiva por parte da Brigada Militar que efetuou diversas prisões de grevistas, proibindo reuniões públicas, ocupando as sedes das principais associações operárias e escoltando bondes com soldados armados com baionetas, o que levou os operários a denunciarem a cumplicidade do governo para com os patrões. Mesmo o jornal *O*

Independente, que no início do movimento criticara duramente o governo do estado afirmando que os operários não deveriam lutar contra os patrões e sim contra o governo, atribuiu a resolução do impasse à eficácia das medidas adotadas pelo presidente do estado – que acionou seu aparato coercitivo ocupando associações operárias, proibindo comícios e dissolvendo meetings. Os excessos cometidos pela polícia durante a repressão aos grevistas também não foram questionados, e elogiava-se que "o governo fez sentir o effeito de sua energia efficaz, conseguindo abafar não uma greve, pois esta se transformara em sedição, mas o início de uma revolta, preparada por **espíritos transviados** de moral e falhos de bom senso" (O Independente. 15/09/1919. p.2).

Os patrões, por sua vez, desde logo demonstraram uma clara disposição em não ceder, em não negociar com os grevistas, configurando uma posição de enfrentamento e intransigência. Assim, passaram a realizar a substituição dos trabalhadores grevistas e a demissão sumária daqueles que – em sua visão – teriam abandonado o serviço. Esta posição de enfrentamento gerou uma radicalização da greve pois a resposta dos paredistas não foi menos contundente.

Tendo o Estado e os patrões contra si e contando ainda com o fato de que outros operários – alguns de outros estados – e mesmo alguns detentos estavam dispostos a substituí-los em seus postos de trabalho – o que colocaria em risco o êxito da greve – os grevistas passaram a realizar ações que se caracterizavam pelo uso de um maior ou menor nível de violência: uma vez que a pressão econômica não estava surtindo efeito, eles passaram a adotar uma estratégia de ação mais agressiva, com a utilização de bombas como represália àquelas empresas que vinham sistematicamente substituindo operários, demitindo grevistas e demonstrando pouca disposição em negociar. Assim, a Cia Força & Luz, a residência do fiscal da mesma companhia e a Padaria Sul Americana foram alvos dessa estratégia de ação dos paredistas. Um Cabo da Brigada Militar foi alvejado quando guardava a fábrica de cervejas Becker e Cia e a coação aos carneiros tornou-se sistemática: a intolerância do governo e a intransigência dos patrões em negociar com os grevistas levaram a uma situação de claro enfrentamento na qual as estratégias transpuseram a esfera meramente econômica.

Com o fechamento das sedes operárias, a proibição de reuniões, a vigilância ostensiva da Brigada Militar, a utilização de um forte aparato coercitivo contra os grevistas, a intransigência dos patrões em negociar e o receio das bases de perder seu emprego em função da substituição dos trabalhadores grevistas, o retorno ao trabalho passa a ocorrer de modo gradual levando ao término de uma greve que acabaria sem que os operários obtivessem o atendimento de qualquer reivindicação. Após isso, a influência anarco-sindicalista sobre o

operariado no estado entra em declínio inaugurando um novo período na história do movimento sindical gaúcho.

Bibliografia:

A Federação. Porto Alegre.
A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15
A Voz da Razão – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11 do Processo Crime 1016.
A Voz da Razão. Manifesto da FORGS dirigido ao povo. Porto Alegre: 7/09/1919.
Anexo ao processo 1016.
O Inflexível, Porto Alegre.
Ao Povo. O Programma Maximalista. Janeiro de 1919. Anexo 36.
OLIVEIRA, Vitor. Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do século XX. Revista Esboços. Florianópolis: UFSC, 2005. nº 14.
Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 16.
Correio do Povo. Porto Alegre.
FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
GERTZ, René (Ed.). Memórias de um Imigrante Anarquista. Porto Alegre: EST, 1989.
Grevistas Invencíveis cada vez mais conscientes. Aos metalúrgicos e aos operários em geral. Porto Alegre, 16 de agosto de 1919. Anexo 17.
HOBSBAWM, Eric. Os Destruidores de Máquinas. In: _____. Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. Paz e Terra.
OLIVEIRA, Vitor. Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do século XX.Revista Esboços. Florianópolis: UFSC, 2005. nº 14.
La Barricada. Buenos Ayres. 12/1918. Anexo 37.
MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembléia dos Representantes. Porto Alegre, 1920.
Moção da FORGS. 20/07/1919. Anexo 22.
O INDEPENDENTE. Porto Alegre. 03 de setembro de 1919.
O Syndicalista. Porto Alegre, 27/05/1919. n.º 3. p. 1.
O SYNDICALISTA. Porto Alegre. 3 de setembro de 1919. Anno I, nº. 7.
PINHEIRO, Paulo Sérgio. A gandaia e a repressão: piruetas de um chefe de polícia na Primeira República. Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1979. nº 10.
Processo-Crime n.º 1016.
RELATÓRIO apresentado Ao Exmo Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alve em 30 de agosto de 1921.
RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920 / Biblioteca Pública do RS.
SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Op. Cit. 1996.
Syndicato dos Operários da Força e Luz. Anexo 12.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As "metamorfoses de Moscou": a imprensa brasileira e a repressão aos movimentos sociais veiculados pelo PCB durante o governo Dutra (1946-1950).

Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro.*

Resumo: O governo brasileiro, inserido na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, põe-se a condenar os movimentos sociais organizados e articulados pelo PCB e a persegui-los. As campanhas do "Movimento pela Paz" e a campanha pela nacionalização do petróleo, organizadas e propagandeadas pelo PCB foram duramente perseguidas e reprimidas. Nesse contexto, a imprensa não comunista retratava tais movimentos sociais como uma enorme falsidade. Desse modo, o objetivo do trabalho é mostrar que, mesmo os comunistas se dedicando à defesa da paz, participando de movimentos sociais de cunho nacionalista e, sobretudo, utilizando um discurso não-revolucionário, os jornais da grande imprensa continuaram a persegui-los.
Palavras-chave: PCB – Imprensa – Repressão.

Abstract: The Brazilian government inserted in the political Cold War and supporting the decisions of the North American diplomacy begins to condemn organized social movements and the movements articulated by PCB and started to persecute them. The campaigns of the "Movement for Peace" and the campaign for the nationalization of the petroleum, organized and propagated by PCB were hardly persecuted and repressed. In this context, the non communist press pictured such social movements as a big falsity. In this way, the aim of this work is to show that, besides the communists being dedicated to defend peace, participating of social movements of nationalist character and, overalls, utilizing a non revolutionary speech, the newspapers of the big press continue to persecute them.
Key-words: PCB – Press – Repression.

Durante a Guerra Fria, inaugurada em 1947, a tônica das relações entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética passava por acusações mútuas, onde cada um dos lados procurava "desmascarar" o outro. Nos meios de comunicação, de uma maneira geral, eram divulgados relatos de políticos, de membros religiosos e de personalidades do mundo inteiro etc., revelando os horrores das bombas jogadas sobre as cidades japonesas, informações sobre a bomba atômica e seus efeitos – essas principalmente divulgadas pela imprensa comunista –, como também sobre a preparação de uma nova mundial, entre outros temas. Do lado dos Estados Unidos, o grande inimigo e iniciador do confronto que levaria a uma nova guerra mundial era a União Soviética, com sua política de expansão do comunismo para o restante do mundo. O medo de uma nova revolução, tal qual ocorrera na Rússia em

* Doutorando pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

1917, em países capitalistas e sob a área de influência da política norte-americana, era, principalmente, o que impulsionava os EUA a combater duramente a União Soviética.

Na medida em que os anos passavam, deterioravam-se as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e as potências ocidentais, por um lado, e a União Soviética e os países da Democracia Popular, por outro. Com o alinhamento do Brasil ao lado dos EUA e do PCB ao lado da URSS, intensificou-se o endurecimento do governo brasileiro para com os comunistas, ainda mais quando radicalizavam, cada vez mais, suas críticas ao capital estrangeiro, ao "imperialismo" e ao próprio Estados Unidos. De acordo com Rodrigues,

> *em abril de 1947, a União da Juventude Comunista foi considerada ilegal; em maio, o Supremo Tribunal Eleitoral colocou o próprio Partido fora da lei; em janeiro de 1948, os mandatos dos deputados comunistas foram cassados; o Ministério do Trabalho interveio em 143 sindicatos tidos como controlados pelo comunistas; a CTB foi fechada. (Rodrigues 1983: 413).*

Posto na ilegalidade, o número de membros e simpatizantes do PCB decresceu acentuadamente, embora o Partido conservasse forte influência nos meios intelectuais e sindicais. Entretanto, nesse período, o PCB pôde manter legalmente seus jornais e publicações de massa, apesar de sujeitos a periódicas investidas da repressão policial e a fechamentos temporários.

A partir do final da década de 1940, os comunistas brasileiros, na ilegalidade, lançaram-se em diversos movimentos sociais a fim de continuarem participando da vida política do país e, sobretudo, não se extinguirem enquanto instituição política. As campanhas do movimento pela paz e a campanha em favor da nacionalização do petróleo foram as que mais se destacaram durante o governo Dutra. Ademais, o governo de Eurico Dutra, dentre diversas características, destacou-se pela sua intensa repressão aos comunistas brasileiros.

Assim, mesmo os comunistas se dedicando à defesa da paz, participando de movimentos sociais de cunho nacionalista e, sobretudo, utilizando um discurso não-revolucionário, o Estado brasileiro, através dos organismos de repressão, e os jornais da grande imprensa continuaram a persegui-los e a reprimir suas ações política e policialmente.

Durante décadas, foi sendo criado, na "formação discursiva brasileira", através do discurso jornalístico da grande imprensa, todo um imaginário negativo do comunismo e do ser comunista. Extrapolando o ideário da política e da economia, que são campos específicos da doutrina comunista, os adjetivos e significados atribuídos ao comunismo e aos comunistas perpassavam o âmbito da moral, da ética, do jurídico, da religião etc. Com isso, foi sendo

criado todo um imaginário de crueldade e de escravização, que, sempre que convocado, mantinha-se e estendia-se sobre o vocabulário de natureza política e econômica. Ao longo dos anos, concomitante à criação do imaginário comunista como "inimigo", como o "outro indesejável", foi sendo criada uma rede de significados que descreviam e classificavam os comunistas como "maus", "desatinados", "infelizes", "ateus", "agitadores extremistas", "falsos", "sedentos de poder" etc. A denominação dos comunistas era inseparável do modo de dizer jornalístico-político e das práticas históricas, tal como aconteciam, ou seja, a repressão político-partidária realizava-se concomitantemente à sua determinação negativa na linguagem jornalística.

Nas mensagens veiculadas pelos jornais havia pouco ou quase nenhum espaço para a discussão política. Aliás, como demonstra Mariani, "com ou sem os muitos períodos censórios, no discurso jornalístico há pouco espaço para as vozes ideologicamente divergentes se fazerem entender. Apenas permanece ressoando evocativamente a ameaça do 'perigo vermelho'" (Idem). Dessa maneira, no processo de produção de sentidos, veiculado pelos jornais, o PCB é direcionado para um lugar que apaga a polêmica política. Assim, o discurso jornalístico, que atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que seria a verdade de um evento, vai contribuir grandemente na negativização da doutrina política comunista. Postulando a existência do comunismo na forma assumida pela União Soviética, o discurso jornalístico da grande imprensa vai colaborar, sobretudo, para destinar atributos ao comunismo, mas não o definir. Por diversas vezes, pode-se observar que comunismo e comunista encontravam-se fora da ordem do político, tendo seu nome ligado a questões valorativas morais e religiosas.

Em resumo, as campanhas em favor da paz mundial, segundo o governo brasileiro e os jornais da grande imprensa, não passavam de uma "farsa pacifista". Constantemente, os responsáveis pela vigilância e repressão aos militantes do PCB faziam questão de lembrar a atuação do partido em diversas outras campanhas. "Se alguém precisa ter ante os olhos um modelo de atuação do Partido Comunista, basta lembrar-se do movimento do 'Petróleo é nosso'" (Arquivo Nacional. Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij[1] 1367, nº 02, ano de 1949), relatava o agente repressor. Comparando a campanha do "Petróleo é nosso" com as campanhas em favor da paz, o autor do documento – A. D. C. – destacava que o modelo de atuação e os objetivos eram sempre os mesmos: atacar a política externa norte-americana e perturbar a ordem nacional vigente, atrasando, com isso, o desenvolvimento da "liberdade" e da "democracia" em nosso país.

Enfatizava-se ainda que, como a campanha "O Petróleo é Nosso", "na superfície não aparecia nenhum líder comunista. Ao contrário, apareciam nomes absolutamente insuspeitos" (Idem). Na verdade, através da análise das fontes comunistas, é possível verificar que os dirigentes do PCB, responsáveis pela divulgação e propagação das campanhas, visavam, a todo instante, provar que as campanhas das quais participavam não eram obras da União Soviética e não tinham, por conseqüência, nenhuma ligação com o Partido Comunista do Brasil. Constituíam apenas campanhas em que todos os "homens de boa vontade", todas as pessoas de sentimento nobre deveriam lutar, justamente porque a causa era igualmente nobre: a paz para toda a humanidade. Com isso, os dirigentes comunistas pretendiam mostrar que o sentido do movimento e seu objetivo não tinham nenhuma relação com o comunismo. Consistia, nada menos, numa campanha pela preservação da paz mundial, assim como a campanha referente ao petróleo fora apenas um movimento em prol da defesa e nacionalização das jazidas brasileiras, em cuja frente, naquele momento, haviam-se colocado generais do Exército, congressistas, escritores, intelectuais etc. Entretanto, para o relator do documento entregue à Secretaria de Segurança Nacional, que assinava o nome apenas com as iniciais A. D. C., apesar de tentar colocar à frente uma maioria acima de qualquer suspeita quanto à simpatias ou à ligações comunistas,

> *os vermelhos estavam dentro do movimento e praticamente o dominavam. Eram eles que promoviam e davam público aos comícios e assembléias, e, uma vez feita a reunião, lá dentro eles agiam de acordo com as apuradas táticas de agitação do Partido, promovendo provocações que redundavam, freqüentemente, em conflitos, correrias, perturbações (Idem).*

Ainda, segundo o autor do documento, além de fornecer-lhes temas de agitações e pretextos para reuniões,

> *tais movimentos proporcionaram-lhes os meios para manter os seus contatos e serviam e servem sempre os seus secretos objetivos. Porque, no caso do petróleo, por exemplo, cada reunião e cada comício resultavam sempre em manifestações contra o 'imperialismo americano', os 'senhores da Wall Street' e 'seus agentes' no Brasil (Idem).*

Mais uma vez, destacou A. D. C.:

> *O mesmo dar-se-á com o atual movimento denominado 'em defesa da Cultura e da Paz'. Os comunistas não aparecem em nenhuma frase, não são eles que assinam e lançam os manifestos. Não são eles que presidirão as reuniões. E a defesa da Cultura e da Paz é algo em que toda a gente de boa fé e de bons sentimentos está empenhada, não parecendo ter nada de comum com o comunismo, nem com os Soviéticos (Idem).*

Assim, torna-se fácil perceber que, para os dirigentes do governo brasileiro, foram os comunistas que inventaram o "Movimento pela Paz" e as campanhas subseqüentes, e

assim o diziam constantemente. Eles, dessa forma, promoveram todos os movimentos em favor da paz, encarregaram-se de sua propaganda, encheram as assembléias, deram público aos comícios, decidiram a hora certa de votar moções e manifestos, além de terem convertido tudo numa ofensiva contra as medidas de defesa e prevenção que os países do ocidente tinham tomado para enfrentar a União Soviética e o avanço dos ideais comunistas em todo o mundo. Contudo, a "campanha pacifista soviética" já era esperada pelo governo brasileiro, uma vez que o PCB, posto na ilegalidade no governo Dutra, precisava manter-se na vida política do país. O chamado "Movimento pela Paz" não passava, para os dirigentes políticos desses países, de simples e astuciosas transformações da estratégia soviética.

O artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em abril de 1949, intitulado: "A FARSA PACIFISTA", revelava:

> *Lançado na ilegalidade, o Partido Comunista, para não desaparecer, precisava de temas de agitação, e, não podendo aparecer a frente de nenhum movimento para não se denunciar, coloca-se sempre por trás de uma categoria especialmente numerosa dos ingênuos e a dos 'inocentes úteis.'" (O Estado de S. Paulo. São Paulo, 08 de abril de 1949, p. 01).*

Dessa forma, e percebendo o que, de certa maneira, ocorria, o artigo mostrava a necessidade de o PCB continuar participando da vida política do país. Como destacou o militante comunista Moisés Vinhas, o que impedia os comunistas de desaparecer como força política efetiva era "provavelmente sua participação em campanhas pela paz, contra a bomba atômica, na qual conseguem reunir milhares de assinaturas" (VINHAS, 1982: 96). Dessa maneira, afirmou o militante essas campanhas mantinham "algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país" (Idem).

O Jornal, em abril de 1950, publicou um artigo de primeira página intitulado "CAMPANHA MUNDIAL PELA VERDADE CONTRA O COMUNISMO" (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1950, p. 01). O artigo preocupava-se em demonstrar o apelo do presidente dos Estados Unidos à imprensa dos "países livres" em prol de uma campanha de divulgação da realidade democrática em todo o mundo. Num discurso pronunciado perante à Sociedade Americana de Diretores de Jornais, Truman apelou para a imprensa no sentido de que lhe ajudasse a derrubar ou transpor as barreiras que se levantaram às "comunicações livres no mundo". Era necessária uma "campanha pela verdade, contra a propaganda russa" (Idem). Nas palavras do presidente, "se não conseguirmos fazer chegar histórias genuínas aos outros países, perderemos, por falta de ação, a batalha pela conquista da mentalidade humana" (Idem).

Não sem razão, Baczko revela que o domínio do simbólico é extremamente importante para que um grupo ou classe social possua, de maneira eficaz, o controle sobre determinado grupo. Para o autor, "é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva, em suma, para impressionar e eventualmente manipular as multidões" (BACZKO, 1985: 324). O controle do simbólico mostra-se grandemente relevante para o controle efetivo daqueles que se quer dominar. Merece destacar que os símbolos só são eficazes quando assentados numa "comunidade de imaginação". Se essa não existe, eles têm tendência a desaparecer da vida coletiva ou, então, a serem reduzidos a funções puramente decorativas. Analisando a questão da Guerra Fria, tal comunidade não apenas existia, como também impulsionava a fabricação de valores, crenças e idéias que povoavam o imaginário de todos aqueles que viveram direta ou indiretamente a disputa política na arena internacional. Ambos os antagonistas, cada qual à sua maneira, procuravam fabricar os seus mitos e estabelecer as suas verdades. Não apenas disputavam o controle de determinados países e/ou regiões de influência, mas também o controle do imaginário social. Concomitante a disputa por bens materiais, disputavam acirradamente bens simbólicos, imateriais, porém, não menos reais e importantes. A preponderância na veiculação de imaginários e no seu controle era de extrema relevância. Com isso, podiam passar ao mundo seu modo de vida, seu modelo político e econômico. Enfim, toda uma série de valores e crenças que podiam auxiliar na conquista de novos aliados políticos, parceiros econômicos e novas áreas de influência.

É a partir dessas indicações teóricas que interpretamos a fala de Truman:

> *Em toda a parte onde a propaganda do totalitarismo comunista for divulgada, temos de enfrentá-la e vencê-la, com informações honestas sobre a liberdade e a democracia. (...) Em muitos países, atualmente, os jornais só publicam do exterior o noticiário que o governo lhes permite. Nada podem acrescentar ou cortar. Nas democracias os jornais gozam de total liberdade (O Jornal*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1950, p. 01).

O presidente dos Estados Unidos mostrava sua preocupação quanto ao desenvolvimento da propaganda comunista nos países capitalistas ocidentais e no seu próprio. Para ele, tal propaganda, no mundo inteiro, consistia em falsidades, distorções e mentiras. Assim, fazia-se necessário impedi-las, no intuito de não comprometerem a política externa de seu país e, sobretudo, não servirem a objetivos políticos domésticos. Concluindo seu discurso, Truman revelou:

> *Sabemos como são falsas essas promessas comunistas, mas não nos basta saber disso. (...) Esse esforço requererá a imaginação e a energia de grupos e indivíduos particulares. Precisaremos, para atingir o objetivo colimado, recorrer a todos os meios oficiais e privados que até agora se mostraram eficientes, e descobrir e empregar novos meios (Idem).*

Pode-se notar, através da análise das fontes, que o objetivo principal era revelar a verdadeira face do inimigo e suas reais aspirações, ao mesmo tempo em que constituía-se a sua própria.

Segundo Bethania Mariani, "no campo do outro, a diferença comunista é representada como compromissada com o Mal: ela ameaça os valores cristãos, as propriedades, a ordem, os bons costumes etc. Assim sendo, na imprensa de referência não pode haver espaço para os dizeres comunistas" (MARIANI, 1998: 86). Dessa forma, o discurso jornalístico vai atender a disjunção Bem *versus* Mal, construída em torno da moralidade ocidental cristã, separando em dois campos antagônicos os sentidos possíveis – que, no dizer de Mariani, "o sentido, o bom sentido, o sentido comum, o consenso" (Idem) – daquilo que não faz sentido. E o que não faz sentido, proibido e impossível, é o que não está adequado à ética e/ou à moralidade judaico-cristã, isto é, o comunismo. Assim, o discurso dos jornais da grande imprensa procurava atuar na constituição da figura do PCB no imaginário ocidental e, mais especificamente, do comunista como o *outro* inimigo. Com isso, o reconhecimento do comunista como "Outro", em vez de propiciar a sua assimilação ao discurso do direito à diferença, produziu sua assimilação para o campo do Mal, do "mau Outro". Como destaca Mariani, "contra esse inimigo-estrangeiro-outro se reafirma a docilidade, a cordialidade, a religiosidade cristã do brasileiro" (Idem). Quem fugisse a essa lógica seria considerado um "mau brasileiro", um "traidor" da pátria. Assim, ao se negar o comunismo, por inseri-lo no campo do "Outro" – do "mau Outro", do inimigo dos valores ocidentais e cristãos –, reafirmava-se, cada vez mais, uma identidade brasileira no campo do "Mesmo", do consenso, do bom senso, enfim, do imaginário ocidental cristão. A negação do PCB está, sem dúvida, relacionada à confirmação do modelo ocidental. Dessa maneira, enfatiza a autora, "a situação da exclusão do comunismo como outro indesejável, mas necessário à afirmação do mesmo, também se encontra reiterada na grande maioria dos artigos assinados, bem como nas vozes que são citadas pelos jornais" (Idem).

Controlar os meios de construção dos imaginários sociais tornava-se de extrema importância, assim como utilizar os mesmos métodos do inimigo na elaboração de imaginários. Mas, não apenas isso. Havia a necessidade de elaboração de novos e mais sofisticados métodos de produção e divulgação desses mesmos imaginários, a fim de

garantirem o sucesso e a aceitação de uma ideologia. O caminho a escolher era o dos pares antagônicos Correto *versus* Incorreto, Livre *versus* Escravo, Bem *versus* Mal. Haja visto que o PCB fora posto na ilegalidade e o comunismo perseguido em âmbito internacional durante os anos da Guerra Fria, verificava-se a necessidade de reprimir os comunistas brasileiros e simpatizantes em todas as atividades e manifestações a que se dirigiam.

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In *Enciclopédia Einaudi*. *Anthropos-Homem*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo, UNICAMP, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". In FAUSTO, Boris (org.). *HGCB. O Brasil Republicano - Sociedade Política (1930-1964),* vol. III, São Paulo, Difel, 1983.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Equilíbrio Distante. A revolução russa como referência para múltiplas identidades no movimento operário gaúcho.

Frederico Duarte Bartz.[1]

Resumo:
A revolução russa de 1917 foi um acontecimento muito importante para os grupos de operários organizados. Neste texto, eu pretendo mostrar a maneira como três militantes, Abílio de Nequete, Carlos Cavaco e Zenon de Almeida, pensaram este acontecimento, sublinhando a importância que as trajetórias individuais e diferentes identidades tiveram para suas interpretações.
Palavras-Chave: revolução russa, identidade operária, movimento operário do Rio Grande do Sul.

Résumé:
La révolution russe de 1917 a été un événement très important pour les groupes de travailleurs organisés. Dans ce texte, je pretends montrer la manière comme trois militants, Abílio de Nequete, Carlos Cavaco et Zenon de Almeida, penseraient cet événement, en soulignant la importance que les trajectoires individuelles et différentes identités auraient pour ses interprétations.
Paroles-Clés: revolution russe, identité ovrière, mouvement ovrier du Rio Grande do Sul.

Introdução.

Quando se marcam as fases por que passou o movimento operário brasileiro ou gaúcho se estabelece que houve um momento em que os anarquistas dominavam ideologicamente as organizações dos trabalhadores. O declínio deste predomínio, durante os anos 20, deu lugar a uma maior participação de outras correntes entre as quais se destacava os comunistas.

O surgimento das primeiras associações comunistas deveu-se aos impactos das notícias sobre a revolução russa que chegavam da Europa, despertando uma grande euforia entre os militantes. Tradicionalmente a historiografia operária tem focado o interesse despertado pelos anarquistas na revolução, como um exemplo de libertação da exploração capitalista. Pretendo aqui, entretanto, observar como a revolução russa pode ter mobilizado diferentes identidades conforme as diferentes trajetórias dos militantes, não estando posto como automática a questão da identificação dos libertários a este modelo de derrota do capitalismo.

[1] Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduando em História dessa mesma universidade. Bolsista CNPQ

Para me aproximar deste problema, resolvi mapear três trajetórias individuais diferentes: Abílio de Nequete, um sírio-libanês espírita; Carlos Cavaco, um socialista moderado e Zenon de Almeida, um anarquista com uma vasta atividade cultural. Através da observação das trajetórias destas três figuras espero não obter respostas definitivas, mas estimular algumas reflexões sobre a identificação dos militantes a projetos políticos e sobre a adesão aos princípios da revolução como um processo complexo e variado.

Abílio de Nequete: simpatias étnicas e religiosas.

Abílio de Nequete nasceu no Líbano, com o nome de Obdo Nacto, em uma família grega ortodoxa, vindo para o Brasil ainda adolescente em 1903. Estabeleceu-se em Rio Grande, depois em São Feliciano[2], onde se converteu ao espiritismo, para depois mudar-se para Porto Alegre onde trabalharia como barbeiro. Foi nesta cidade que começou a participar do movimento operário. Na verdade sua entrada no movimento operário deu-se por ocasião da grande greve de 1917, em que Abílio participou da recém formada Liga de Defesa Popular (LDP), organização formada em agosto daquele ano por anarquistas para coordenar as mobilizações (ROSITO,1972:4).

Nequete não era anarquista, mesmo assim teve um papel destacado na Liga, sendo o redator do jornal que este grupo editou *A Época.* Neste contexto de mobilização que Abílio passa a simpatizar com a revolução russa, mas sua maneira de encará-la e as esperanças que depositava nela diferiam de outros operários. Enquanto alguns anarquistas viam nela a realização de um sonho libertário, ele simpatizou com a causa russa por motivos diferentes. Durante a grande guerra mundial Abílio sentira duramente as derrotas que a Rússia vinha sofrendo dos impérios centrais. Como sua religião original era ortodoxa, ele nutria simpatia pelos povos eslavos; sem contar que a Rússia tinha influência nas regiões de fé cristã do Oriente Médio e a luta que se desenrolava contrapunha o Império Otomano, que controlava o Líbano, ao Império Russo, que tinha interesse em estabelecer sua predominância naquelas regiões.

Quando os bolchevistas vencem a revolução Abílio se enche de ânimo, para ele a vitória de Lênin e a implantação do programa socialista permitiriam o surgimento de uma nova espiritualidade, do surgimento de um *"espiritismo sem religiosidade nem charlatanismo[...]Estava achado o campo de ação em que o espiritismo, degenerado em*

[2] Atual Dom Feliciano.

preces e consagrante a propriedade individual, não me facultava..." (ROSITO,1972:5). Dessa forma se uniam as simpatias étnicas do operário com as esperanças religiosas, a Rússia que era a grande nação para onde os ortodoxos olhavam para pedir socorro contra a tirania muçulmana, se transformara em uma pátria nova para onde os operários do mundo poderiam olhar para a realização de um ideal espiritual e social mais alto.

No mês de dezembro de 1917 Nequete chega a escrever um panfleto em nome de um *Grupo de Operários e Soldados*, para ser distribuído entre os militares, dizendo que os alugueis que incidiam sobre os operários deveriam não ser pagos e que cinco por cento da renda destes alugueis, deveriam se transformar em contribuição para a cruz vermelha brasileira na guerra (Ao Povo Rio-grandense, 1917). No inquérito militar que se seguiu alguns depoentes, na realidade os clientes de Abílio, disseram que ele se envolvera com as greves operárias e que recebia alemães em sua casa, transformando-se de uma aliadófilo que era outrora em um germanófilo, apoiando os Impérios Centrais, embora algumas opiniões o mostrem como amigo da Sérvia e admirador da Rússia revolucionária[3].

È possível que Nequete tenha "comprado" a idéia da traição russa e de sua mudança de lado na guerra, ou seja, que a paz com a Alemanha poderia significar que a Rússia a estava apoiando, embora o fato de ser reputado "amigo da Sérvia" pudesse ser também indício de confusão em relação à suas simpatias. O que se depreende disto tudo é que a primeira aproximação tem motivações mais étnicas que políticas.

Em 1918 ele escreverá no jornal dos anarquistas da União Operária Internacional, *A Luta*. Entre estes encontrará dificuldades de relacionamento, pois se suas simpatias étnicas vão se diluindo e Nequete vai pensar a revolução russa como universal, como mostra em seus artigos, seus princípios religiosos não serão abalados o que faz com que os libertários não o vejam com bons olhos e critiquem seu *"espiritualismo orientalizante"* (ROSITO,1972:5).

Provavelmente sua falta de compatibilidade com os anarquistas vai fazer com que funde uma associação separada destes, que batiza de União Maximalista, que seria a tradução de bolchevista. Ao longo de sua militância nesta União, marcado por encontros e desencontros com os libertários, a maior parte destes ateus, suas idéias continuarão marcadas pela religião. Mesmo assim, isso não lhe privará de uma atuação importante e suas idéias coincidem com os anarquistas na necessidade da libertação dos operários. De qualquer forma, se percebe que a referência à revolução é muito diversa da maior parte dos anarquistas, as referências e as simpatias despertadas são outras, apesar de sua militância fazer frente comum com os outros sindicalistas e seu norte principal se ligar com a emancipação da classe.

[3] Trata-se do Inquérito Militar 1432, que está no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Nequete teve fundamental atuação nas greves de 1919 (PETERSEN,2001:368), mas atritou-se com alguns anarquistas a partir de 1920; depois disso vai fazer contatos com os comunistas uruguaios e articula-se para fundar o Partido Comunista Brasileiro, sendo seu primeiro presidente. Entretanto, seu relacionamento difícil com outros militantes o fizeram abandonar o comunismo, partindo sua militância para outros caminhos, como a criação de uma teoria social própria, onde pudesse fazer coexistir as raízes de sua complexa visão de mundo.

Carlos Cavaco: a outra revolução russa.

Carlos Cavaco era uma das mais importantes figuras entre os socialistas de Porto Alegre. Literato, advogado e grande orador, ele ajudou a fundar a Federação Operária do Rio Grande do Sul em 1906, juntamente com Francisco Xavier da Costa. Também aparece como presidente de um Partido Socialista em 1914, que editava um jornal chamado *A Vanguarda*, mas quase nada se sabe tanto sobre o partido quanto do jornal (PETERSEN,2001:318).

Este militante socialista tinha referenciais bastante ecléticos, como era comum aos socialistas no período da II Internacional. Entre estes referenciais encontravam-se escritores como o russo Máximo Gorky e o português Guerra Junqueiro, na verdade, conforme Benito Schimidt (SCHIMIDT,2004:296), uma das motivações para a aproximação de Cavaco ao socialismo seria esta mescla de literatura e política que acontecia muitas vezes neste período.

Carlos afastou-se da militância entre os operários durante a década de dez, por causa em parte dos problemas envolvendo acusações de estupro a eles dirigidas que o levaram à prisão em 1913 e 1914. De qualquer forma sua figura volta a aparecer em 1917 nas manifestações pela declaração de guerra à Alemanha. Não é de se estranhar esta postura da parte de um socialista, pois muitos partidos socialistas importantes, como o francês e o alemão, haviam apoiado os seus respectivos governos no esforço de guerra. A composição étnica de Porto Alegre, onde havia muitos alemães, tornou o conflito entre aliadófilos e germanófilos bastante grave. A postura nacionalista de Carlos Cavaco era outra marca importante do seu pensamento, o ataque aos navios brasileiros por submarinos alemães naquela ocasião despertou nele o sentimento anti-germânico também (SCHIMIDT,2004:365-371).

Isto influenciaria sua forma de encarar a revolução russa. Fazendo um contraponto à posição anarquista, Carlos Cavaco, que fora figura proeminente entre os

socialistas, tece comentários sobre a Rússia na sua revista *O Echo Americano.* Para Cavaco o levantamento de outubro dera início a uma barbárie sanguinolenta e a atitude de Moscou em Brest Litovsk havia sido uma traição às tradições ocidentais. Em um artigo escrito por ele, Kerensky é comparado a um herói e Lênin a um bandido usurpador. Cavaco chega a traduzir um texto escrito pelo próprio Alexandre Kerensky, no qual o antigo chefe de estado russo fala de sua atuação no período democrático-burguês do processo revolucionário. A grande revolução era a de fevereiro, pelos compromissos que ele tinha com o nacionalismo, e possivelmente, pelo caráter radical e antinacional dos apoiadores da revolução de outubro em Porto Alegre naquele momento.

> *A revolução tem desses caprichos: fazem heróis e geram bandidos-Kerensky e Lenine. Não há revolução sem sangue, não há sangue sem crime, para toldar o sol de Kerensky era preciso a sombra de Lenine. Para Kerensky libertador, a idéia estava no cérebro e o amor no coração, para Lenine o ideal estava na bolça [sic] e a idéia no estômago (O Echo Americano,1918:3).*

Aqui pode se ver que cavaco não repudia a revolução russa, mas escolhe pela suas concepções políticas uma das duas revoluções que ocorreram na Rússia, a de fevereiro. Escolhendo a revolução democrática, Cavaco escolhia um regime e um herói diferente dos anarquistas que escreviam n'*A Luta,* por exemplo. O direito, a justiça, a integridade da nação e uma série de outros valores que remontam à revolução francesa, e que Carlos valorizava em suas concepções políticas, já haviam sido ultrajados pelo Imperador Guilherme, inimigo da França e da Inglaterra. Agora havia um outro inimigo bárbaro, e que só podia estar aliado a este, que era a Rússia dos *soviets.* Desta forma o militante socialista organiza uma Liga de Operários e Soldados, cuja propaganda aparece no *Eco Americano,* e que parece ligar-se a uma tentativa de apoiar o Brasil na guerra. A Liga pode muito bem ligar-se a idéia do *soviet*, mas não o de outubro, mas o surgido em fevereiro e que apoiou o governo dos socialistas moderados que mantiveram a Rússia no conflito.

Desta forma, Cavaco se transformará em um ardoroso anticomunista, o que pode ser visto já em 1919 na greve dos frigoríficos de Santana do Livramento, em que critica duramente o maximalismo em um discurso aos operários, falando que estes poderiam vencer sem trazer a "máscara sangrenta do militarismo prussiano" que era encarnada por Lênin (SCHIMIDT,2004:376). A idéia de revolução, entretanto, ainda se mantinha viva como pode se depreender de obras poéticas como *Rosas de Sangue,* de 1920, em que se idealizam as barricadas e as explosões revolucionárias (CAVACO,1920). Estas, apesar da aparência, nada tinham a ver com a Rússia dos *soviets.* A revolução russa de Cavaco havia sido outra.

Zenon de Almeida: esperando da Rússia a luz da razão.

Zenon de Almeida era um anarquista filho de imigrantes poloneses, na verdade seu sobrenome real era Budaszewsky. Conforme explica seu filho Marat Budaszewsky, Zenon na infância *"recebeu educação primária completa, com aprimoramento artístico musical; tocava e cantava por música; executava peças clássicas e líricas, acompanhando-se ao bandolim e mais tarde o violão"* (MARÇAL,1995:33). Além do mais falava alemão, iídiche, francês, inglês, italiano e turco. Algumas aprendidas em casa, outras quando se empregou em um navio holandês, trabalhando na Europa de 1907 a 1911. Nesta viagem em que percorreu toda a costa do Velho Continente que se tornou anarquista.

Em sua militância destacou-se uma preocupação com a elevação cultural da classe operária, acreditando que o teatro era uma ótima forma de doutrinação política para os libertários. Tornou-se ao longo de sua militância um teatrólogo, um orador de massas, um jornalista, combatendo o papel de instituições como a igreja católica que impediam o progresso de uma cultura laica e racional.

Quando estourou a revolução russa Zenon de Almeida estava em Porto Alegre. Participou ativamente da greve de agosto de 1917, participando da Liga de Defesa Popular. Com outros anarquistas foi atuar na União Operária Internacional (UOI) e escreveu no jornal que a associação publicava, chamado *A Luta.* Neste jornal, sob pseudônimo de *Spartacus do Sul,* ele publica os primeiros textos se referindo à revolução russa. Em um artigo de 1º de maio de 1918 comenta que na Rússia as sementes lançadas por Koprotkyn, Gogol, Bakunin, Turgueniev, Dostoyevsky e Gorky haviam aberto sulcos e lançados sementes de luz, que naquele momento exposta *"ao calor da guerra e à humidade*[sic] *do sangue, brotou num infinito de sóes radiozos*[sic]*, que ofuscaram os olhos dos vampiros do mundo"* provocando a ira destes, que seriam as forças conservadoras, acostumados às trevas,*"Mas ai! destes morcegos que querem apagar o sol da nascente liberdade, perderão as asas e morreram nas chamas"* (A Luta,1918:2).

É interessante observar esta relação da Rússia revolucionária com uma série de imagens que evocam o fogo e a luz, ao contrário dos seus inimigos que são os morcegos, que se mantêm nas trevas. Existe uma simbologia revolucionária, que remonta a revolução francesa, que relaciona as trevas à ignorância e ao antigo regime, enquanto a revolução é o triunfo da razão que liberta (BATALHA:1990). Para Zenon, de uma longa militância cultural

e crítico feroz do "obscurantismo" representado pela igreja, por exemplo, esta imagem viria bem a calhar.

Em 1918 Zenon vai para a zona sul do estado, ajudando a fundar a União Geral dos Trabalhadores de Rio Grande. Funda nesta cidade também o jornal *O Nosso Verbo* em 1919, onde faz de novo referência à revolução como um caminho de possibilidade de esclarecimento e elevação da consciência, quando responde a *"um padre canalha"* a pergunta "*O que é o maximalismo?*"(Nosso Verbo,1919:2) e ao fazê-lo, replica as acusações do padre contra o socialismo com imprecações contra a igreja, concluindo que sob o maximalismo não haveria a miséria e ignorância que a burguesia e a igreja ajudam a fomentar. Esta imagem da revolução como destruidora da religião Zenon manterá em 1920, no jornal anticlerical *A Folha do Povo* de Santa Maria, em que enumera o líder do estado russo como o ápice do pensamento laico.

> *Goethe, Spence , Comte, Tolstoi, Kropotkine, Marx, Haeckel, Bichner e Lebon irradiaram uma infinidade de centelhas, discípulos que espalharam a luz pelo mundo.*
>
> *Surge agora no cenário mundial este gênio maior que Voltaire e maior que Napoleão:*
>
> *Lênine.*
>
> *Ele desferirá o golpe mortal no coração de Roma (Folha do Povo,1920:2).*

Zenon de Almeida teve participação importante nas greves de 1917 e 1919. Além do mais, sua atuação na zona sul do estado pode estar ligada, conforme Beatriz Loner, ao surgimento do Núcleo Comunista de Pelotas em 1919 e da União Comunista de Rio Grande em 1920 (LONER,377:2001). Nesta década que se iniciava ele teve que, por pressão da polícia, imigrar para o Estado do Rio onde por influência de Astrogildo Pereira adere ao PCB (MARÇAL, 1995:39). O interesse despertado pela Rússia por Zenon durante as grandes greves não teve apenas motivos culturais ou anti-religiosos, mas com certeza a sua história de militância racionalista e os esforços pela elevação cultural dos operários mostraram a ele as possibilidades de que a revolução não libertasse apenas da exploração do capital, mas que promovesse uma libertação das mentes, estimulando a consciência crítica nos trabalhadores.

Conclusão.

A revolução russa foi muito significativa para os operários organizados, principalmente para as organizações sindicais mais radicais, como as anarquistas. Estava em jogo neste caso a identidade operária, entretanto esta identificação, que a revolução evocava quase que naturalmente, foi mediada também por outras, conforme as trajetórias individuais de cada operário. Para Abílio de Nequete, adicionava-se à militância uma simpatia nacional para a Rússia e uma esperança religiosa que o mobilizava; para Carlos Cavaco, tribuno popular identificado com um socialismo da II Internacional, a revolução a ser tomada de exemplo era a democrática e para Zenon de Almeida, libertário promotor de atividades culturais, a revolução era também a vitória da razão e da cultura laica. Isto não invalida a mobilização calcada na perspectiva de classe que a revolução despertou, mas creio que mostra a importância de estudar o processo de conscientização dos trabalhadores, que é complexo e multifacetado, tanto quanto são os sujeitos que formam a classe operária.

Fontes:

Processo Crime.

Inquérito Militar 1432 e seus anexos:

Grupo de Operários e Soldados Brasileiros. Ao povo rio-grandense- Panfleto, 1917.

Jornais e Periódicos.

A Luta, Porto Alegre 1918.

Folha do Povo, Santa Maria 1920.

O Echo Americano, Porto Alegre 1918.

O Nosso Verbo, Rio Grande 1919.

Bibliografia:

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Vida associativa : por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, n. 8, dez. 1997.

CAVACO, Carlos. *Rosas de Sangue.* Lisboa: Imprensa de Manoel Lucas Torres, 1920.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).* Pelotas: UFPel, 2001.

MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha.* Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria" : história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

ROSITO, Renata Irene Haas- *O pensamento político de Abílio de Nequete*. Porto Alegre: PUCRS 1972.(Trabalho para a disciplina de política, do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais).

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma Leitura Gramsciana

Monica Piccolo Almeida*[*]

Resumo: Este trabalho propõe-se repensar o Estado brasileiro no momento de implementação do receituário neoliberal (Governo Collor) a partir de uma matriz gramsciana que o concebe enquanto Estado Ampliado no qual as relações entre Estado e Sociedade são detalhadamente construídas e as políticas públicas são fruto dos embates entre as forças sociais.
Nessa perspectiva, será objeto de investigação o Programa Nacional de Desestatização, aqui caracterizado como uma importante estratégia de um Estado Restrito que busca legitimar seu projeto em um contexto de lutas sociais intraclasses dominantes e entre classes sociais.
Palavras-Chave: Neoliberalismo - Programa Nacional de Desestatização – Teoria Gramsciana

Abstract - This work is considered to rethink the Brazilian State at the moment of implementation of the neoliberalism (Collor Government) from a gramsciana matrix that conceives it while Been Extended in which the relations between State and public Society at great length are constructed and the politics is fruit of strikes them between the social forces. In this perspective, it will be object of inquiry the National Program of Desestatização, characterized here as an important strategy of a Restricted State that it searchs to legitimize to its project in a context of dominant social fights intraclasses and between social the rulings classes.
Keywords - Neoliberalism - National Program of Desestatização - Gramsciana Theory

Em que pese o papel central que o Estado assume neste estudo, a proposta aqui apresentada de estudá-lo no momento de implementação do receituário neoliberal (Governo Collor) distancia-se das linhas de interpretação que são recorrentes na historiografia brasileira. Muito mais do que um Estado Patrimonialista, legado de nossa herança ibérica (FAORO,1976) ou então de uma "construção estatista da ordem" fruto da ação de uma elite uniformemente moldada em Coimbra (CARVALHO,1980) em função da qual estadania seria uma caracterização mais adequada à sociedade brasileira do que cidadania (CARVALHO, 1988), ou ainda aquela que, mesmo partindo de uma matriz gramsciana, enfatiza a "via prussiana" da modernização brasileira na qual o caráter forte e autoritário do Estado correspondeu à natureza amorfa e atomizada da sociedade (COUTINHO,1979) – leituras que colocam o Estado como objeto e sujeito da História e a sociedade civil como passiva diante de tal Estado hipertrofiado -, está sendo aqui proposto pensar o Estado brasileiro a partir de uma matriz gramsciana que o concebe enquanto Estado Ampliado (MENDONÇA, 2005). Em

[*] Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense

outras palavras, um estudo do Estado e das políticas públicas no Brasil ao longo do Governo Collor em uma perspectiva em que não sejam naturalizadas as relações entre Estado e Sociedade, mas sim detalhadamente construídas, uma vez que fazem parte de um processo maior de inserção do Brasil nas reformas neoliberais. Processo esse que está muito longe de ter sido pacífico mas, ao contrário, foi ceifado por embates entre as forças sociais. O modelo de Estado que se forjou, então, não é fruto, unicamente, dos interesses de uma única classe. É visto enquanto relação social, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil (FONTES, 2005); profundamente marcado pelos esforços de transformação do discurso e das práticas neoliberais em hegemônicos. O que estava em jogo no Brasil de então, era garantir a naturalização do projeto proposto por Collor ainda durante as eleições presidenciais e da criação de um "consenso espontâneo" em torno das reformas administrativas implementadas por seu governo, transformando-as em "interesse geral" ou "nacional".

Estudar a trajetória de Fernando Collor e seu curto mas transformador governo, indo além das questões que mais interesse têm suscitado entre os pesquisadores – tais como as relações do governo com a imprensa, o esquema de corrupção implantado então as ligações secretas entre PC Farias e a máfia italiana ou o estilo imperial do presidente que teria levado à ingovernabilidade– justifica-se não só pela escassez da produção no campo da História, mas principalmente pela necessidade de entendermos as origens do legado de um brutal processo de privatização (MENDONÇA & FONTES,2005), de uma intensa reestruturação administrativa, de um vasto movimento de financeirização e de um enorme e desmesurado ritmo de precarização social ou, ainda, de lançarmos novas luzes a um dos momentos em que os grupos dominantes teriam tentado exercer hegemonia no Brasil (COUTINHO,2000)[1].

Assim que toma posse no dia 15 de março de 1990, Fernando Collor põe em marcha um conjunto de reformas que tem origem na constatação do esgotamento financeiro do Estado e na necessidade de redução do déficit público. O "enxugamento" da máquina estatal a partir da eliminação de superposições e a diminuição de custos constituíram-se em objetivos de reforma administrativa. O discurso governamental de desestatização, desregulamentação e de liberalização dos preços e salários apontava para um modelo de Estado neoliberal (Costa & Cavalcanti,1991,apud Ribeiro,2002). O governo, baseando-se em um diagnóstico de gigantismo, ineficiência e corrupção do Executivo Federal (eficientemente

[1] Segundo Carlos Nelson Coutinho, houve apenas dois momentos na história do Brasil em que os grupos dominantes teriam tentado exercer hegemonia no Brasil. Um primeiro, entre 1950 e 1964, no qual a burguesia industrial teria buscado a obtenção de um consenso para o nacional-desenvolvimentismo, instalando a hegemonia seletiva em função da exclusão dos trabalhadores rurais; e um segundo, durante os Governos Collor e Fernando Henrique em função da implementação do neoliberalismo.

traduzidos na figura dos "marajás"), extinguiu e modificou o status de vários órgãos públicos e operou cortes de pessoal.

Uma das esferas da reforma estrutural, anunciada ainda durante a campanha eleitoral e ponto importante da agenda neoliberal, foi o programa de privatização. Embora esse programa tenha adquirido grande fôlego no Governo Collor, suas origens remontam à administração Figueiredo, quando, em 1981, foi criada a Comissão Especial de Desestatização, responsável pela privatização de 20 empresas. Esse projeto tem continuidade durante o Governo Sarney, quando mais 18 empresas foram privatizadas, das quais 12 eram controladas pelo BNDES.

No entanto, a experiência privatizante entre o período 1981/1989 foi marcada por certas características que acabaram por impedir que assumisse maiores proporções: i) a maior parte das operações de venda realizadas envolveu empresas de pequeno porte; ii) a grande maioria dos casos tratou-se de reprivatizações, na medida em que foram vendidas empresas que na sua origem eram privadas e que passaram depois ao controle do setor público por problemas de má gestão financeira; iii) em nenhum dos dois governos, as privatizações foram vinculadas a um programa global de reformas e de revisão do papel do Estado na economia; iv) o projeto foi marcado por grandes recuos, diante não só das críticas surgidas da parte de setores e grupos específicos, como também em função da própria reação do poder legislativo, que bloqueou várias iniciativas e não forneceu ao executivo o aval e a força política necessárias para levar o programa adiante. (CASTELAR,1992:33-34)

No Governo Collor, o Programa Nacional de Desestatização (PND), cujos eixos encontram-se no texto do projeto apresentado pelo presidente em seu discurso no Congresso no dia 15/03/1990, assume outra envergadura. Constituiu-se em peça fundamental para a redefinição da atuação do Estado e instrumento de redução da dívida pública. As empresas selecionadas estão localizadas em setores que representam a base da estrutura industrial, como a siderurgia, a petroquímica e a produção de fertilizantes e, nas palavras do então presidente,

> *(...)sua privatização [das empresas selecionadas] possibilitará o aumento da eficiência administrativa e produtiva e a realização de novos investimentos, criando assim condições para o aumento da oferta de insumos básicos a preços menores. (...) a privatização não se limita à venda das empresas, mas também engloba a concessão ao setor privado da exploração de serviços públicos e execução de obras públicas, a ser regulamentada por lei. (Collor, 1991:32-33)*

O marco jurídico do programa de privatização do Governo de Fernando Collor foi constituído pela lei n° 8031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de

Desestatização (PND). Somaram-se a esse passo inicial, o Decreto n° 99463, de 16 de agosto de 1990, que regulamentou a lei anterior, o Decreto n ° 99464, também de 16/08/1990, que designou o BNDES como gestor do PND e a Lei n° 8250, de 24 de outubro de 1991, que estabeleceu as formas de pagamento das empresas privatizadas.

Como consta no corpo da Lei n° 8031, o PND foi criado tendo como principais objetivos:

- reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades devidamente exploradas pelo setor público;
- contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vieram a ser transferidas à iniciativa privada;
- contribuir para a modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia
- permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrarem o Programa.

O organismo regulador do PND é a Comissão Diretora. Diretamente subordinada ao Presidente da Republica, seus membros, titulares e suplentes, são por ele nomeados, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional. Será formada por oito a doze membros, dos quais quatro integrantes do governo, entre eles o Presidente da Comissão, na pessoa do presidente do BNDES – órgão encarregado da implementação administrativa das diretrizes estabelecidas pela mencionada comissão.

Entre as principais funções da Comissão Diretora, encontram-se:

- apresentar ao Presidente da República as empresas a serem incluídas no PND,;
- aprovar o modelo de privatização e as condições de venda das empresas e definir o preço mínimo das ações a serem alienadas.
- Divulgar o cronograma de execução do PND;

- Apreciar as prestações de contas do BNDES – instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização

Quando da análise das conquistas do PND, a primeira questão que emerge com grande nitidez é quais foram os mecanismos que possibilitaram que, diferentemente do ocorrido ao longo do Governo Sarney, fosse possível ao governo de Fernando Collor, criar as condições para uma efetiva implementação do projeto privatizante.

O primeiro argumento explicativo para as privatizações terem ocorrido, ainda durante o Governo Sarney, é a própria atuação do BNDES. Muito menos do que a ação do Conselho Interministerial de Privatização do Governo Sarney ou da Comissão Diretora do PND do Governo Collor, residiria na atuação do corpo burocrático do BNDES o mote das privatizações. A preocupação central dos funcionários do Banco era a promoção de uma reciclagem alocativa de recursos do próprio Banco e, principalmente, a racionalização do Estado Desenvolvimentista. (SCHNEIDER,1990).

Nesta mesma perspectiva, é destacado, ainda, o elevado grau de autonomia do BNDES em função de sua capacidade de afirmar e fortalecer sua personalidade institucional e de seu papel criativo como formulador e executor de políticas de desenvolvimento. Sendo assim, a forma como organiza seus quadros e formula sua política de pessoal, o caracterizaria como uma organização em moldes de eficiência tipicamente empresariais (MARTINS,1985). Corroborando a leitura de autonomia do BNDES frente ao executivo, eleitores e grupos de interesses, Rourke (1980) o caracteriza como uma *self-directing agency*, dotada de códigos internos de ética e políticas que são determinadas por profissionais de carreira que gozam de poder sobre seu staff.

A ação do BNDES também é o elemento explicativo das privatizações para Liscínio Velasco (1997) que caracteriza os gestores do Banco como as elites decisoras e as privatizações condicionadas pela ação auto-interessada do próprio BNDES em função da dispersão de esforços que as empresas controladas implicavam, levando ao desvio do Banco de seus objetivos desenvolvimentistas. Sendo assim, a necessidade de revisão de prejuízos gera novas políticas internas. Assim como Beetham (1987), Velasco também destaca a importância do lucro para o financiamento das agências burocráticas como elemento determinante de sua eficiência.

Os argumentos acima apresentados, no entanto, perdem consistência quando analisadas à luz das realizações do PND do Governo Collor e as privatizações do Governo Sarney. Se o eixo explicativo reside na atuação autônoma do BNDES – agência que seria

então uma, coesa e sem conflitos -, o que explicaria o impulso conferido às privatizações durante o Governo Collor?

Embora as matrizes interpretativas até agora apresentadas tenham o mérito de romper com uma leitura desqualificadora da ação pública, não se furtam, todavia, da padronização da visão do Estado Sujeito de Poulantzas (2000), com suas agências, no caso aqui o BNDES, pairando acima da sociedade e como centro atuante e dinâmico da realidade social, totalmente despido de seu conteúdo de classe e de conflitos. Nesse sentido, a proposta aqui apresentada – pensar o Estado brasileiro durante o Governo Collor numa perspectiva gramsciana – requer uma análise da atuação do BNDES e da própria Comissão Diretora do PND que até então não foi realizada e cuja realização extrapolaria as dimensões deste trabalho.

Em função do caráter e das exigências formais deste estudo, os elementos explicativos da implementação positiva do PND serão buscados a partir das estratégias utilizadas pelo Estado em seu sentido restrito com o intuito de construção de uma "área de consenso" em torno das privatizações.

Se comparado com a experiência da década de 80, o PND do Governo Collor apresentada particularidades importantes: i) inclui um número maior de grandes empresas, seja o tamanho definido pelo valor dos ativos, do patrimônio líquido ou do número de empregados; ii) é muito maior em termos de valores (só com a privatização da Usiminas, o governo arrecadou o dobro de todo o montante dos anos 80); iii) embora haja casos de reprivatizações, várias empresas vendidas têm sido estatal desde sua origem; iv) a privatização é parte de uma agenda ampla de reformas estruturais, incluindo uma nova política industrial e a redução do déficit público; v) a privatização tornou-se, nos anos noventa, peça-chave para o ajuste estrutural de várias economias ocidentais; vi) as privatizações passaram a contar com maior apoio e legitimidade outorgada pela escolha direta do presidente, cuja campanha já foi marcada pela defesa da reforma do Estado; vii) a redução das críticas da oposição ao PND; viii) a privatização é regida por uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional através do voto da maioria dos seus membros, o que conferiu uma base mais sólida à política de desestatização (CASTELLAR, 1991).

Em que pese a pertinência dos argumentos de Castellar, todo o peso da efetivação do PND recaiu na ação deste Estado Sujeito. Embora os argumentos apresentados sejam importantes para a justificação do sucesso das privatizações, além de deixarem de lado a participação da Sociedade Civil, apresentam o PND como se sua implementação houvesse ocorrido sem qualquer tipo de questionamento ou como se suas diretrizes não refletissem

interesses de classe ou de frações de classe inscritos na ossatura material do Estado ou presentes na Sociedade Civil.

Para sustentação da hipótese aqui formulada, será tomado como base o processo de privatização da Usiminas, considerada a jóia-rara do grupo Siderbrás uma vez que estava em condições de ser privatizada sem que fosse necessária qualquer reestruturação prévia.

Diferentemente do que até então vinha ocorrendo, a privatização da Usiminas trilhou caminhos específicos que acabaram por se tornar "o modelo" das demais experiências desestatizadoras.

Tal especificidade reside, em primeiro lugar, no fato de que a inclusão no PND de uma empresa com histórico de lucratividade e de grande porte econômico, fornecia a oportunidade de revisão dos métodos até então adotados. Em segundo lugar, fornecia credibilidade às intenções liberalizantes do governo. E em terceiro e, para a hipótese aqui levantada, o mais relevante, a inclusão da Usiminas no processo de desestatização acabou por levar à construção de uma "área de consenso" uma vez que o bloco de ações do governo foi ofertado em leilão público sem que fossem estabelecidas quantidades mínimas a serem adquiridas ou sem que fosse exigida uma pré-qualificação técnica dos candidatos. Em outras palavras, tentou-se, assim, ampliar o número de beneficiários e reduzir as resistências ao PND. Nesse sentido, os investidores com diferentes perspectivas passaram a ver nas privatizações uma oportunidade de negócio.

Além de buscar o apoio dos empresários e dos investidores de uma forma geral, o governo também se propôs a reduzir as resistências dos setores diretamente afetados pela privatização. Foi ofertada aos funcionários da Usiminas a participação de até 10% do capital votante, em condições privilegiadas (30% do preço mínimo de leilão), além de também ser assegurada sua participação no Conselho de Administração das empresas, independentemente da quantidade de ações que viessem a adquirir. Desse modo, os funcionários passariam a ter acesso, ainda que de forma minoritária, a uma arena decisória sobre as questões da empresa. Ao mesmo tempo, as participações da Companhia Vale do Rio Doce e das fundações da previdência estatais, geraram a redução das críticas dos segmentos estatistas (VELASCO, ob.cit., p. 16).

Essas novas estratégias do Governo Collor, buscando garantir os interesses de segmentos de setores importantes da sociedade civil, como empresários e funcionários da empresa, acabaram por promover, ainda que apenas por um período, uma "área de consenso" em torno do PND.

Fontes Impressas

Lei no. 8031 de 12 de abril de 1990.

Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional. Brasília,1991.

Referências Bibliográfica

BEETHAM, David. **Bureaucracy**. Minneapolis:University of Minnesota,1987.

CARVALHO**,** José Murilo de. ***A Construção da Ordem.*** Rio de Janeiro:Campus,1980.

_____. *Pontos e Bordados.* Belo Horizonte:Ed. UFMG,1998.

CASTELAR, Armando Pinheiro & GIAMBIAGI, Fábio. ***As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor.*** Brasília: IPEA, 1992.

COUTINHO**,** Carlos Nelson. ***Contra a Corrente.*** São Paulo: Cortez, 2000.

FAORO**,** Raymundo. ***Os Donos do Poder***. Rio de Janeiro:Globo,1989.

FONTES, Virgínia. ***Reflexões Impertinentes: História e capitalismo contemporâneo***. Rio de Janeiro:Bom Texto,2005.

GRAMSCI, Antonio. ***Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado Moderno***. São Paulo: Paz e Terra,1974.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1985.

MENDONÇA**,** Sonia Regina de (org.). ***O Estado Brasileiro: Agências e Agentes***. Niterói:EdUFF,2005

OLIVEIRA, Francisco. ***A Falsificação da Ira***. São Paulo:Imago, 1992.

POULANTZAS, Nicos. ***O Estado, o Poder e o Socialismo***. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis. ***Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90***. VII Congresso Internacional do CLAD. Lisboa, Portugal, 2002.

ROURKE, Francis. Bureaucratic autonomy and the public interest. In:WEISS, C.H., BARTON A.H.(ed.) **Making bureaucracies work.** London:Sage Publications,1980.

SCHNEIDER, Ben Ross. **Privatization in the Collor government**: **triumph of liberalism ou collapse of the developmental State?** Princietn University, mimeo.

VELASCO, Licinio. **A economia das Políticas Públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/1994.** Rio de Janeiro:IUPERJ, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da perseverança das atrevidas doutrinas centralizadoras: O Conselho de Estado e a política imperial entre a Corte e as províncias (1842-1889)

Maria Fernanda Vieira Martins[1]

Instituição alguma, neste Segundo Reinado, há sido mais funesta às liberdades civis e às fraquezas provinciais. Dali, Vasconcelos, Paraná e outros estadistas, aliás eminentes, semearam com perseverança as mais atrevidas doutrinas centralizadoras. Fizeram escola, e tudo o que de nobre e grande continham as reformas, perverteu-se ou desapareceu. (Tavares Bastos)

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar a ação política imperial no sentido da centralização, tomando por base os debates e pareceres do Conselho de Estado (1842-1889), instituição à qual se concedeu amplos poderes sobre a política provincial. Assim, procura-se demonstrar como o governo imperial enfrentou, após o Regresso, a expansão da autonomia das autoridades e assembléias provinciais em decorrência das disposições descentralizadoras do Ato Adicional de 1834. A eterna vigilância sobre as ações dessas câmaras gerava uma tensão latente, que impunha um enorme esforço de negociação, uma vez que crescia a intolerância provincial frente às ações centralizadoras.
Palavras-chave: Elites imperiais, Conselho de Estado, Centralização

Abstract: This study aims to analyze the imperial political action towards the building of a centralized government, based on the debates and sentences of the State Council (1842-1889), an institution which was given extensive regulatory powers over provincial politics. The work seeks to demonstrate how imperial government in Brazil faced up the increasing autonomy of provinces authorities and assemblages, reinforced by the decentralization measures that characterize the Additional Act of 1834. The eternal vigilance over the affairs of these assemblages engendered a latent tension between central government and provinces, which demanded huge efforts in negotiation, once increasing the local intolerance towards the government centralization policies.
Keywords: Imperial Elites, State Council, centralization policy

Uma das principais ações que envolveram a elite imperial reunida no Conselho de Estado dizia respeito à construção de uma autoridade central, medida então vista como fundamental na consolidação do regime constitucional. Tal questão passava pelo controle dos poderes *paralelos* exercidos em instâncias diversas da administração imperial sem, contudo, afetar as hierarquias sociais estabelecidas.

Entretanto, o governo viu-se imediatamente após o Regresso diante de um poderoso obstáculo, representado pelo crescimento das autoridades locais em decorrência das disposições descentralizadoras do Ato Adicional de 1834. Assim, a principal obra de

[1] Doutora em História, professora bolsista da FAPERJ na FFP/UERJ.

instâncias como o Conselho de Estado foi o refreamento do poder provincial, para o qual se utilizaria da lei como instrumento de coerção. Utilizou, portanto, três armas poderosas, três leis controversas que concediam amplos poderes ao governo sobre as províncias: a lei de 12 de maio de 1840, que reinterpretava artigos da reforma da Constituição quanto ao poder legislativo das assembléias provinciais; a lei de 23 de novembro de 1841, de criação do Conselho de Estado, que concedia a essa instituição o controle das leis promulgadas por essas assembléias; e a lei de 3 de dezembro de 1841, de reforma do Código Criminal, que dispunha sobre a organização do poder de Justiça e polícia do Estado, reformulando e criando cargos nomeados pelo poder central.

Portanto, a questão da centralização como controle dos poderes paralelos passava pelas estruturas do poder local e pelas assembléias provinciais, em especial pelo controle de suas leis e a vigilância por sua aplicação. Esse será um tema caro à instituição na década de 1840, quando se considera a freqüência com que sua análise era submetida ao Conselho. A análise dessas leis permitiu à instituição reforçar ainda mais a ação do poder central, uma vez que a atenção maior concedida a esse exame visava garantir que as assembléias provinciais se manteriam duplamente sob controle, impedidas de legislar fora do que se considerava sua jurisdição e evitando-se que esta legislação viesse de encontro às leis gerais do país.

Em função do destaque que concediam ao que chamavam *conflitos de jurisdição*, o governo demonstrava todo seu ímpeto em manter sob rígido controle a máquina administrativa do Estado. Nesse processo o Conselho de Estado assumia função fundamental para assegurar ao poder central o controle das instâncias locais. Para citar exemplos, dentre as 104 consultas registradas pela seção dos Negócios do Império entre outubro de 1845 e novembro de 1847, cerca de 32% referiram-se diretamente à análise de atos legislativos das assembléias provinciais. Da mesma forma, as consultas encaminhadas à seção da Justiça entre os anos de 1861 e 1862 registraram um total de 156, dentre as quais cerca de 25% referiam-se a análises dessas leis. Mesmo quando se considera o total de consultas examinadas pelo Conselho pleno, aproximadamente 26% relacionavam-se diretamente a mecanismos de ingerência sobre a administração provincial, incluindo-se a questão dos conflitos de jurisdição, as definições de competências, denúncias de improbidade jurídico-administrativas e os recursos de particulares acerca das sentenças da Justiça local, o que reforçava no Conselho o poder permanente de questionar ou obstar a ação dessas instâncias decisórias, inclusive dos tribunais da Relação.

Nos pareceres das seções observa-se que tal controle era exercido independentemente da gravidade intrínseca do objeto. Em junho de 1843 o presidente de

Alagoas havia recusado a sanção de leis da assembléia local que dispunham sobre empregados públicos de ensino, entre as quais constava a aposentadoria de um professor de primeiras letras e a reintegração de um professor de francês em Maceió. O parecer, que confirmava a decisão da presidência quanto ao poder exclusivo da Assembléia geral em legislar sobre esse objeto, foi apresentado pela seção do Império ao Conselho pleno, sendo aprovado pela maioria. Segundo o relator, Bernardo de Vasconcelos, a recusa da sanção representava medida fundamental "para pôr termo aos excessos de autoridade que as assembléias provinciais cometem freqüentemente. Em nenhum dos artigos do Ato Adicional foi conferido às assembléias provinciais o direito de aposentar os seus empregados..." (RODRIGUES, 1978: v. 3, p.40).

Teoricamente a instituição seria acionada apenas nos casos em que se colocasse algum tipo de conflito entre a assembléia e o presidente da província, quando este não sancionasse as leis por ela aprovadas, mas houve casos em que essas leis foram analisadas mesmo obtendo a aprovação oficial. Em janeiro de 1849, em discussão do parecer da seção da Justiça sobre lei da assembléia de Minas Gerais, sancionada pelo presidente da província, que considerava perpétuos e vitalícios os postos dos oficiais da Guarda Nacional, lembrava o conselheiro Carneiro Leão o perigo e a irresponsabilidade em se lhe conceder tais poderes, declarando que "no estado em que se achava o Império não poderia responder pelo sossego da província se os comandos da força da Guarda Nacional continuassem a ser exercidos por oficiais que se diziam vitalícios e que quisessem contrariar o governo" (RODRIGUES, 1978: v. 3, p.219).

Da mesma forma, em reunião do Conselho pleno de março de 1861, um parecer das seções reunidas do Império, Justiça e Fazenda expunha que as assembléias provinciais começavam a utilizar subterfúgios para esquivarem-se das ingerências do poder central, inserindo artigos sujeitos à sanção da Presidência provincial em leis que, diante do estabelecido no Ato Adicional, estavam isentas de sua aprovação, em geral aquelas que dispunham estritamente sobre o orçamento.

A questão gerou três outros pareceres dissidentes. Até aí, não haveria novidade. As dissidências estavam, em geral, ligadas à inteligência da lei e como as seções encontravam-se reunidas, sete conselheiros precisavam estar em total acordo, o que dificilmente ocorria. Mas o segundo parecer, assinado pelo visconde de Uruguai e pelo marquês de São Vicente, que concordava em geral com o parecer das seções, divergia quanto ao seu aspecto mais *liberal*, ou seja, a indicação de consulta à Assembléia Geral sobre os meios de "pôr um paradeiro a tais abusos"; instruía, assim, para que se excluíssem os artigos

estranhos à questão do orçamento, advogando um maior controle sobre as assembléias e defendendo a interferência direta do governo através do Conselho de Estado.

No entanto, é fato que os poderes provinciais, em especial as assembléias, jamais se conformariam totalmente com a lei de interpretação do Ato Adicional, que anulava alguns de seus dispositivos mais autonomistas, muito menos com a reforma do Código de 1841, de forma que a assídua vigilância sobre as ações dessas câmaras gerava uma tensão latente entre o governo central e as assembléias. Essa situação impunha ao governo um enorme esforço de negociação, cujo sucesso parecia cada vez mais incerto, uma vez que crescia a intolerância com as ações centralizadoras do Estado, que começavam a interferir diretamente na política provincial, engessando seu desenvolvimento.

Sete anos antes, em 1854, o gabinete Paraná, chamado da c*onciliação*, no bojo de seu amplo programa de reformas, apresentara à Assembléia Geral um projeto de reforma do Judiciário, elaborado pelo ministro da Justiça, Nabuco de Araújo. O projeto transferia as instâncias de decisão, os tribunais do júri, para os grandes centros ou capitais das províncias, esvaziando o papel das municipalidades no combate ao crime e à impunidade, reforçando ainda o poder do juiz de direito nomeado, separando e especializando as funções de polícia e de Justiça. Acusado de excessivamente revolucionário, o projeto sofreu forte oposição da velha guarda conservadora na Assembléia Geral, mas foi principalmente derrotado por representantes dos poderes locais, onde se destacava o *movimento de Vassouras* (NABUCO, 1997: p.197).

As dificuldades enfrentadas pelos sucessivos gabinetes em manter a autoridade sobre as províncias aumentavam progressivamente. No ano seguinte, em 1855, chegava ao Conselho pleno parecer da Seção de Fazenda que procurava responder às dúvidas do procurador fiscal da tesouraria de Alagoas sobre direitos de indenização. Parecia mais uma entre inúmeras consultas que colocavam dúvidas de autoridades provinciais acerca da inteligência das leis. No entanto, o parecer apresentava anexo um projeto de lei que tornavam independentes as autoridades judiciária e administrativa, propondo a criação de tribunais do contencioso administrativo em cada província, para os quais o Conselho de Estado serviria como segunda instância. O debate subseqüente, independente do resultado, demonstrou que o Conselho defendia a necessidade de reformas no Judiciário para fazer frente ao que identificavam como abuso das autoridades e assembléias provinciais e os desmandos dos poderes locais.

A negociação e as estratégias de conciliação seriam, então, o verdadeiro espírito condutor da política nas províncias. Nesse contexto, o presidente assumia um papel

fundamental. Ele seria o principal intermediário e um fundamental agente de negociação, por proporcionar um privilegiado fluxo de informação entre a Corte e as províncias e reproduzir os elos de ligação entre as elites e autoridades locais e o governo central. Tal estratégia foi amplamente utilizada, motivo pelo qual a escolha daqueles que exerceriam essa função jamais seria inconseqüente, ao menos no que se relacionava às principais províncias do Império. Indubitavelmente, no entanto, tratava-se de uma lógica conjuntural, no sentido de que era determinada pelo contexto político tanto da província quanto da Corte, pelo partido que se encontrava no poder e suas correlações de força, em função das redes que envolviam os candidatos tanto quanto o ministro da Justiça, responsável direto pela nomeação.

A escolha era cuidadosa, pois a fidelidade ao *projeto* centralizador era fundamental. Essa constatação justificaria, por exemplo, o envio de políticos importantes na Corte para as províncias, particularmente em momentos de conflito. Entre diversos casos, encontra-se a nomeação do marquês de Paraná para a Presidência de Pernambuco após a Revolução Praieira em 1849 (NABUCO, 1997: p.119), a nomeação do duque de Caxias para o Rio Grande em 1845, para consolidar a vitória sobre os farrapos, além da escolha do marquês de Monte Alegre para São Paulo, no auge dos conflitos que geraram a revolução liberal de 1842.

Eram ainda os presidentes que tinham a missão fundamental de canalizar as demandas provinciais para o Executivo e para o próprio Conselho, denunciando abusos de autoridades, conflitos de jurisdição entre as diferentes instâncias, excessos dos poderes locais etc. Essa atuação ficava ainda mais evidente nos processos eleitorais, quando aos presidentes era atribuída a árdua tarefa de negociar a chapa do governo, garantindo sua aceitação pelas elites locais. Um exemplo de como se davam tais articulações entre as províncias e a Corte, refere-se à delicada posição de Nabuco de Araújo quando, como presidente de São Paulo em 1850, viu-se no papel de negociar as candidaturas governistas nas eleições senatoriais, diante da imposição por parte do gabinete de nomes que enfrentavam dura oposição dos conservadores paulistas. Nesse sentido, sua correspondência com Monte Alegre, então presidente do Conselho de Ministros, é bastante elucidativa do que se esperava daqueles que ocupavam o cargo, bem como dos métodos e estratégias de que se utilizava o governo para alcançar seus objetivos.

Monte Alegre, que possuía sólidas ligações com as mais poderosas famílias na província, recomendava a candidatura de José Antônio Pimenta Bueno, conselheiro de Estado em 1859. Entretanto, malgrado os esforços de Nabuco, os conservadores paulistas tinham planos divergentes e viam como estranha à província aquela candidatura, fosse por oposição a

Monte Alegre – que anos antes agira energicamente contra os rebelados de 1842 – fosse por interesses específicos locais, ou por ambos, o que era mais provável. A esse respeito, informava Nabuco ao presidente do Conselho que os paulistas já tinham outro candidato para as eleições e que o nome de Pimenta Bueno era "repelido por todos os chefes governistas, que o tem como imposição odiosa". Em conseqüência, alertava que o risco seria o governo perder toda a deputação paulistana, aconselhando ainda que o melhor seria a não intervenção.

A esse comunicado Monte Alegre se mantém firme na indicação, afirmando que era desejo do governo que a eleição dos dois senadores se fizesse "usando de toda a influência legítima que lhe dão o poder e a opinião". Além da insistência no nome de Pimenta Bueno, o gabinete informava que desejava que fosse excluído da chapa governista exatamente o principal candidato apresentado pelos paulistas, que Monte Alegre alegava ser um opositor pior do que os declarados adversários do gabinete. Para animar Nabuco, que dizia temer uma divisão incontornável do partido na província, Monte Alegre, demonstrando toda a confiança que tradicionalmente os gabinetes tinham na força do poder central, dizia ainda que "os partidos em nossa terra não podem coisa alguma contra a vontade do governo, e só a fraqueza do poder e a pouca vontade de os sujeitar à disciplina é que traz as derrotas, quando as tem havido" (NABUCO, 1997: p. 134).

Mas Nabuco de Araújo não compartilhava da mesma confiança. Desanimado, respondia a Monte Alegre lembrando a importância da negociação e composição com a política local, mas resignava-se diante das ordens recebidas, tentando minorar as más conseqüências da atitude do governo renegociando outros candidatos na chapa, com o objetivo de acalmar os ânimos das lideranças em São Paulo.

Naquele mesmo processo de 1855, acerca da reforma do Judiciário, já sintomática da situação que expunha progressivamente os conflitos com as províncias foi a declaração do conselheiro visconde de Maranguape que, baseando-se nos acontecimentos da França pós-revolucionária e no papel que naquele contexto exercera o Conselho de Estado, deixava antever os problemas que começava a enfrentar a instituição no Brasil:

> *Depois de uma completa anarquia, só a unidade de ação, em todos os ramos da pública administração, pode restabelecer a ordem no Estado [...] O Conselho de Estado prestou então os mais assinalados serviços à França; mas essa necessidade de suas tão desmedidas atribuições devia cessar com a cessação das circunstâncias que a motivaram [...]. É essa jurisdição dos Conselhos de Prefeitura e do Conselho*

> *de Estado da França, tão manifestamente contrária ao regime monárquico representativo; é essa tradicional instituição de um governo absoluto, que o projeto nos quer dar. Vejamos se o Brasil pode tolerá-la e se não provocará a mais justa oposição na representação nacional*. (RODRIGUES, 1973: v.4, p. 281)

Maranguape viu prematuramente os riscos da continuidade da ação da instituição no sentido da centralização. A *justa oposição* já se fazia. Em 1867, simultaneamente ao projeto de abolição gradual da escravidão e conjuntamente com outro, que propunha um novo regimento para o Conselho, Pimenta Bueno apresentava uma proposta de recriação dos conselhos das Presidências das Províncias. Na prática, os três projetos se complementavam, representando um amplo programa de reforma cujo alto teor centralizador não escapou à observação dos conselheiros, uma vez que se pretendia que o Conselho de Estado, como segunda instância, servisse também aos conselhos provinciais, o que justificava a ampliação de sua estrutura, prevista no projeto de reforma regimental.

Além das críticas ligadas ao aumento das despesas provinciais e a argumentação da ausência de quadros locais adequados a cumprirem essa função, a ênfase centralizadora foi duramente questionada nas reuniões. A esse respeito declarava o conselheiro paraense, Bernardo de Sousa Franco:

> *[...] não se limita porém o projeto à criação de conselhos consultivos: converte-os em deliberativos na decisão dos recursos [...]. E no projeto de reforma do Conselho de Estado ainda cria uma Segunda instância de apelação. É levar muito longe a centralização administrativa! [...]. Estamos governados demais e não de menos [...]. Não descubro nos quarteirões, nas freguesias, nos municípios e nas comarcas ato algum de caráter oficial que escape à ação ou influência da autoridade.* (RODRIGUES, 1973: v.7, p. 116)

O projeto foi derrotado pelo que de fato representava, um recrudescimento da ação do poder central em um momento onde se esperava exatamente o oposto. O Conselho havia subestimado a força das províncias e as estratégias de negociação, que funcionaram tão bem em momentos de crise e instabilidade política, não mais pareciam suficientes para conter os anseios de mudança. Na prática, tudo indicava que a eficiência na contenção do ritmo das reformas havia conduzido a uma real incapacidade de realizá-las sem lançar mão de dispositivos autoritários. O tempo começava a contar regressivamente para a monarquia e não foi suficiente para que a instituição se recuperasse das críticas de uma oposição que crescia em um ritmo inversamente proporcional, como demonstraria o ímpeto reformista da chamada *geração de 1870*.

Referências bibliográficas:

FERREIRA, Gabriela. *Centralização e descentralização no Império*: o debate entre Tavares Bastos e o visconde de Uruguai. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HOLANDA, S. Buarque de. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. T II, *O Brasil monárquico*, 5v.

LEITE, Beatriz Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império: 1870-1889*. Brasília: Senado Federal, 1978.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RODRIGUES, J. Honório. *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1973. 13v.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A História por um soldado: A Guerra Civil Espanhola e a Escrita da História a partir do filme Soldados de Salamina.

Rafael Hansen Quinsani[1]

Resumo: A Guerra Civil Espanhola e a instalação da ditadura franquista marcam o processo histórico espanhol e a elaboração da sua escrita no período posterior. A análise do filme Soldados de Salamina (David Trueba, Espanha, 2003) abre uma possibilidade de enfoque sobre a Guerra Civil Espanhola e sobre a escrita da história. Deste item, diversos pontos podem ser debatidos: a questão da narrativa, a objetividade e subjetividade, a testemunha como fonte histórica, a memória e sua relação com a história e a micro-história e a biografia. Ressaltasse, também, como o cinema trabalha e imbrica esses elementos e sua possibilidade de abordagem como fonte histórica.
Palavras-chave: História e Cinema - Guerra Civil Espanhola – Escrita da História.

Abstract: The Spanish Civil War and the installation of the pro-Franco dictatorship mark the Spanish historical process and the elaboration of its writing in the posterior period. The analysis of the film Soldiers of Salamina (David Trueba, Spain, 2003) opens an approach possibility on the Spanish Civil War and the writing of history. Of this item, diverse points can be debated: the question of the narrative, the purposes and subjectivity, the witness as historical source, the memory and its relation with history and micron-history and the biography. It standed out, also, how the cinema works and mixes these elements and its possibility of boarding as a historical source.
Keywords: History and Cinema - Spanish Civil War - Writing of History

O filme Soldados de Salamina, (David Trueba, 2003) tem seu roteiro baseado no livro homônimo de Javier Cercas publicado em 2001. O sucesso do livro contribuiu para sua rápida transposição para o cinema. O filme aborda a história de uma escritora – Lola, (Ariadna Gil) - que passando por uma crise criativa necessita trabalhar em um jornal, e também dá aulas de literatura numa universidade. Ao receber uma encomenda do editor do jornal para escrever um artigo sobre a Guerra Civil Espanhola (GCE) ela acaba se deparando com a história do poeta e escritor falangista Rafael Sanchez Mazas. O fato de ele ter sobrevivido ao fuzilamento realizado pelos republicanos leva-a a uma busca por sua história e pelo soldado que não o executou. Com esses elementos tem-se o debate sobre qual deve ser o papel do escritor e sua busca pelas suas entranhas emocionais. Isto incluiu uma busca por sua sexualidade (aonde se insere a cartomante Conchi e o aluno Diego), seus anseios e suas realizações sociais. Nessa busca, acaba deparando-se com Mirralles, um sobrevivente da GCE que ela acredita ser o soldado e herói que sua história precisa.

[1] Licenciado em História, UFRGS.

A abertura com imagens em preto e branco, mostra uma série de corpos envoltos de lama e barro. Um corte e somos transferidos para um ambiente contemporâneo, onde Lola demonstra falta de inspiração para escrever. Temos aí a apresentação do personagem central e condutor da história, calcada numa diferenciação de contextos que insere a temática do filme.

A próxima cena mostra uma sala de aula onde Lola indaga aos seus alunos o que leva um personagem a agir. Percebemos que o que estamos vendo é um filme, com todas suas limitações e adaptações sobre o real. Todavia, Lola não tarda em comparar personagens literatos com pessoas reais, argumentando que ambos estão vivos. O discurso do personagem acrescenta-se ao modelo discursivo fílmico, que traz no seu cerne a "impressão da realidade" (ROSSINI, 1999:42-59).

A imagem inicial é reativada na mente do espectador, quando o editor de Lola pede-lhe uma matéria sobre a GCE. Mas ele quer algo literário. Lola se dirige a uma biblioteca para pesquisar sobre o assunto. A cena seguinte mostra Lola lendo sua reportagem para o pai, que se encontra num asilo. Não visualizamos a escrita do texto, ele nos é apresentado pronto. O texto apresenta dois personagens e aproxima suas histórias e vivências: o emblemático poeta e escritor republicano Antonio Machado, que morreu na fronteira da França; e o escritor e poeta R.S. Mazas um dos fundadores da Falange Espanhola, que após ser detido pelos republicanos foi fuzilado mas escapou com vida. Ao se esconder foi ajudado duas vezes, uma quando um soldado republicano ao avistá-lo não o denunciou para os demais e outra quando três homens (os "*amigos del bosque*"), lhe deram abrigo.

Após Lola realizar sua pesquisa em bibliotecas e livrarias e colhendo depoimentos, inicia a escrita do texto. Surge então a temática da FE. Seu programa propunha a propagação de uma Espanha expansionista, o anticomunismo, e o combate a todos os valores da esquerda republicana. Franco, oportunamente assume alguns dos preceitos ideológicos da FE, e a incorpora no sistema de poder como uma aliada estratégica, mas afasta-a de qualquer possibilidade de poder maior.

Com Franco assumindo o poder, a tortura e a repressão são institucionalizadas. A lógica "vencedor X perdedor" é colocada no início do governo. Entre 1939 e 1940 duzentos e setenta mil refugiados republicanos povoaram os caminhos que levaram ao exílio. Trinta e cinco mil republicanos foram executados, cinqüenta mil na década posterior ao fim da guerra. (CASANOVA, 2005:55) Franco, para se manter no poder, precisava renovar o discurso de guerra a cada dia, intensificou, assim, o processo de autoritarismo.

No filme, o lado republicano é apresentado quando Lola encontra Miralles, que ela acredita ser o soldado que salvou R.S. Mazas. Sua presença coloca a dualidade esquerda-

direita, não aprofunda pelo filme. As ideologias de esquerda são apresentadas como velhas e inoperantes, mas a forte presença de Miralles e a busca idealista de Lola equilibram as abordagens do filme. Neste ponto, pode ser traçada uma analogia com a decadência dos modelos explicativos históricos e uma atuação intelectual não engajada.

Lola não se apresenta como historiadora, mas como romancista e jornalista. Contudo, ela busca abordar os fatos verídicos e fundamentais na história da Espanha. A antítese fato/ficção é colocada já nas primeiras cenas do filme. A diferenciação da História como representação da verdade e ficção como representante do "falso" começou a se operar no século XIX, quando a primeira objetivou sua fundamentação e legitimação como disciplina. Essa diferenciação delimita a metodologia e o código de ação dos historiadores que se manifestam na forma de escrita do texto e nos elementos estéticos. Após 1950, ocorreu uma ruptura que desviou e modificou o enfoque dos temas pesquisados. Os objetos agora não se vinculavam aos macro-sistemas, que associados ao descompromisso e a descrença, causou grande impacto e uma reação de parte do meio histórico. Este debate não deixou de estender-se ao meio social, ampliando o papel da história e sua estética. Essas novas narrativas operaram de forma diferente das tradicionais, com um enfoque centralizado nos atores anônimos, de forma analítica e descritiva, com fontes, dando importância aos significados simbólicos e aos comportamentos inconscientes. (CEZAR, 1998:170-171)

No filme esse embate entre a "objetividade" da escrita da história X seus "adversários subjetivos" é inserido por Conchi, que não desiste de atrair Lola para seus propósitos. A idéia da história como sendo uma leitura mais difícil e menos prazerosa de se executar do que num romance é apresentado quando Lola, ao carregar uma mala com livros para sua pesquisa é indagada por Conchi: "- Você tem um cadáver ai dentro?" ao que Lola responde: "- Mais ou menos". Ela pede, então, que se envolva e participe da história. Que sua subjetividade esteja presente, pois a descrição mais objetiva tira a emoção e o interesse da leitura. Lola responde: "- Não quero um romance. Eles (os outros escritores) sabiam escrever, são gênios, eu escrevo como posso". Para a escrita literal Lola coloca a necessidade de se ter um grande talento, já para a história, esses elemento não é necessariamente necessário, pois sua escrita está podada da inspiração e do desenvolvimento estético. Executa-se uma crítica dos acontecimentos passados abordados pela história, fator que reflete a pouca importância que a sociedade contemporânea atribui ao passado e ao desenvolvimento de seu processo.

Outro ponto destacado no atual processo metodológico da história diz respeito a abordagem de um indivíduo ou de um grupo para exemplificar um contexto, a Micro-história. A busca pela história de R.S. Mazas e de Miralles é um traço deste novo enfoque

metodológico, que se caracteriza fundamentalmente pela redução da escala de observação. O resgate da história de R.S. Mazas e de Miralles busca satisfazer questões mais amplas, mas seu enfoque está desviado das questões referentes à GCE e ao contexto macro para questões existenciais do indivíduo.

O enfoque nos atores sociais também aponta para a renovação da biografia dentro da esfera historiográfica. Uma questão metodológica a ser observada pela biografia é o cuidado de não abordar os indivíduos como autômatos dentro do contexto pré-concebido. No filme isso não ocorre, pois o contexto da GCE não é o que possui o enfoque principal. Lola busca nos personagens respostas para seu contexto e deseja que eles correspondam a suas idealizações.

Ao destacar o papel dos indivíduos ressalta-se também a questão de gênero, principal diferenciação do livro com o filme. No romance de Javier Cercas o narrador e personagem principal é masculino, no filme feminino. Este fator está associado a abertura do debate em torno da questão que foi levantado nas últimas décadas. A busca de respostas de Lola para suas questões existenciais traz uma comparação entre a escolha que deve ser feita entre a forma de escrita do seu livro e sua opção sexual, colocado, em discussão no filme.

O destaque dado ao indivíduo na história e a inserção de depoimentos de personagens vivos coloca o debate sobre os usos da memória e o papel da testemunha na metodologia histórica. As gerações mais jovens encontram-se mais afastadas da vivência do período franquista e os mais velhos já não se lembram ou querem esquecer estes fatos. A busca de Lola pelos elementos da GCE associados a sua busca pessoal se insere dentro de um contexto pós-franquista que busca estabelecer um espírito de consenso para uma re-interpretação da GCE. Este espírito permite afastar da memória o horror ainda presente da era de Franco.

As diferentes estruturas de memória caracterizam-se por uma diferenciação entre memória pública e privada, sendo que elas coexistem e se formam simultaneamente. Recordar, portanto, não depende somente de si mesmo, mas também dos outros, da testemunha, que confere sentido a essa memória. Portanto, a memória configura-se seletiva, e é constituída a partir de representações afetivas ou uma *re-presentificação*. A memória opera por traços na mente, mas necessita de uma verificação ritualística que nas sociedades humanas se dá nas instituições de sociabilidade. (CATROGA, 2001:43-53) O historiador constitui um desses executores e verificadores da autenticidade da memória coletiva. No filme, essa questão está presente no papel que desempenham as testemunhas e na forma como elas evidenciam esses elementos.

Quando Lola se pergunta o que fazer com o material angariado com a pesquisa isso ocorre em uma cena em que ela passeia por um parque e atravessa, por baixo, um túnel de água. Esta cena insere a idéia de penetração em um processo histórico, uma incursão ao subterrâneo das memórias e das vivências dos personagens. Esse processo traz à tona a presença de testemunhas que vivenciaram a história pesquisada. Figueras, um dos "*amigos del bosque*", é um exemplo. Caracteristicamente a testemunha não é o (um) historiador. Somente quando ele se distancia do objeto em questão é que pode então constituir-se o historiador. A testemunha configura-se, portanto, a portadora da memória. Ao longo do tempo, diferentes concepções sobre o papel da testemunha são verificadas. Passando por Heródoto, Tucídides, pelos valores cristãos que referendaram as tradições, até o século XX com suas alterações metodológicas e a valorização do indivíduo, a testemunha ganha destaque constituindo-se memória viva dos acontecimentos. (HARTOG, 2001:11-41)

Na busca de vivenciar os fatos tal qual os personagens de sua obra, Lola viaja para os locais dos acontecimentos. O sofrimento que o personagem passa também é associado ao sofrimento do ato de pesquisar, da busca pelo conhecimento atrelada à idealização do trabalho do pesquisador. Tal como Heródoto, Lola viaja, busca ver além de ouvir. Essa associação realizada pelo filme aproxima o espectador com a história relatada e de uma identificação (do personagem com a história) e do personagem com o espectador. Se nem Heródoto nem Tucídides buscavam transmitir as experiências do passado na sua singularidade, Lola busca isso, busca inclusive penetrar e compreender a forma de pensar dos personagens seja R.S. Mazas, já morto, ou Miralles, ainda vivo.

Outro problema que se coloca é a "vitimização" das testemunhas. Este elemento confere uma autoridade que pode levar a confundir autenticidade e verdade. Questiona-se como a vítima (imbuída de sua autoridade) pode levar em conta diferentes perspectivas? (HARTOG, 2001:38-41) Inegavelmente insere-se aqui o papel e a forma de atuação do historiador para discernir e buscar esses elementos. "Somente quando se tem conta todos os aspectos relacionados, em todos e cada um dos casos, estaremos falando da verdadeira recuperação da memória histórica". (PEDREÑO, 2004:10-12). O filme tal como o livro propõe que o escritor seja um instrumento de execução de sua memória. As respostas para as questões relativas à GCE a tornam-se opacas ante as questões referentes a condição humana que tomam o primeiro plano. O tecido social que origina os atos humanos é ressaltado pelas motivações do indivíduo que ganha espaço e ação ante a estrutura.

O romance e o filme se apresentam também como divulgadores de realidades passadas, o que destaca a não primazia da história e dos historiadores no monopólio do

passado. Mas nenhum desses procedimentos está isento a uma crítica de outros setores, pois nenhuma ciência se legitima apenas por sua credibilidade interna. (GUAZZELLI, 2000:330) Nesse ponto o filme abre diferentes perspectivas de um evento histórico inserido num contexto incompleto e em formação. Uma pluralidade de faces históricas é mostrada: o factual, o novelesco, os testemunhos, os documentos e os silêncios (RICHTER, 2005).

Contudo, certas definições podem e devem ser atribuídas quando se aborda a GCE. Podem se colocar duas linhas de análise: o enfoque nas nacionalidades e autonomias ou a percepção de uma Revolução que expressa o conflito de classes. A vitalidade da temática é proporcionada pela complexidade e desdobramentos gerados pelo conflito bem como pelo peso da tragédia e o fim das utopias amparadas nos seus ideais. Mais, ainda, a real possibilidade de colocar os seus projetos em prática, a materialização de um sonho e de um novo futuro. Refletir sobre a GCE compreende não esquecer esses elementos.

Ao longo do tempo, a história se caracteriza como uma disputa. Seus usos e são disputados por diversos setores da sociedade. Conforme as épocas, diferentes focos condicionam o conteúdo, o procedimento, suas funções e seus silêncios. E não podemos esquecer que estes silêncios também *são* história. (FERRO, 1989:1-9) Nos filmes também encontramos formas de evasão que pretendem esconder as realidades próximas e estas podem apontar idéias de um subconsciente coletivo. Os filmes colocam-se dentro dessa disputa configurada no processo histórico.

Assim, podemos pensar que a História se legitima apenas como instrumento para a transformação da sociedade. Na operação desse instrumento, quando realizada pelo historiador, ele não pode esquecer de buscar os diferentes ângulos para não se atrelar a história dos vencedores, indagar as injustiças e combater o esquecimento. O filme abre essas possibilidades, mas cabe aos espectadores observarem esses diversos elementos não esquecendo que eles também fazem parte de sua constituição, individual e coletiva.

Referências bibliográficas:

ALARCÓN, Immaculada Sánchez & LOZANO, Juan Francisco Gutiérez. La memória coletiva y el passado reciente en el cine y la televisión. Experiencias en torno a la constituición de una nueva memória audiovisual sobre la Guerra Civil**. Revista HMiC**. , 2005. Disponível em < http://seneca.uab.es/hmic > acesso em 10 de junho de 2006.

ARÓSTEGUI, Julio. Los componentes sociales y políticos. In: ARÓSTEGUI, Julio; BRICALL, Josep M.; CARDONA, Gabriel; TUÑON DE LARA, Manuel; VIÑAS, Angel. La Guerra Civil Española 50 años después. Barcelona, Labor, 1986. p. 47-122

BANN, Stephen Analisando o discurso da história. In: **As invenções da história**. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994. p. 51-86
BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. História no fim de milênio: para quê?. In: **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 317-324
CASANOVA, Julán. Las caras del terror. **Puentes**, junho 2005, n 14, p. 55
CASETTI, Francesco; DI CHIO, Federico. **Como analisar un film**. Barcelona: Paidós, 1996.
CATROGA, Fernando. Memoria e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milenio**. Porto Alegre, Ed UFRGS, 2001. p. 43-69
CERCAS, Javier. **Soldados de Salamina**. Barcelona: Tusquet, 2001
CEZAR, Temístocles. Sob o firmamento da história: o "mito" do texto como representação objetiva do passado. In: ELMIR, Cláudio P. & FÉLIX, Loiva Otero. (org) **Mitos e Heróis**. Construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. p. 163-177
Del VALLE, Carlos Yushimito. Soldados de Salamina: indagaciones de un héroe moderno. **Especulo**. Revista de estúdios literários. Madrid, n. 23, 2003. Disponível em: < http://www.ucm.es/info/especulo/numero23/salamina.html. > acesso em 10 de jun de 2006.
FERRO, Marc. O filme: uma contra análise da sociedade? In: Le GOFF, Jacques (org) **História**. Novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. v. 3, p. 199-215.
_____. A história Vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
FILHO, Cláudio Bertolli. Os transterrados espanhóis e a representação da França fraterna: 1939-1945. **Anos 90**. Porto Alegre. n. 13, p. 111-127, 2000.
GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Legitimidade e utilidade da história: canções, moinhos e outras coisas. In: **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 325-336.
HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milenio.** Porto Alegre, Ed UFRGS, 2001. p.11-41.
LEVI, Giovanni. Micro-história. In: BURKE, Peter (org) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
MALEFAKIS, Edward. Aspectos históricos y teóricos de la Guerra. In: MALEFAKIS, Edward (ed). **La Guerra de España**. 1936-1939. Barcelona: Taurus, 1996. p. 13-47.
NOVA, Cristiane. O cinema e o conhecimento da história. **Olho da história**. Salvador, n. 3,1996 p. 217 – 234.
PADRÓS, Enrique Serra. Cultura e antifascismo na guerra civil espanhola. **Universa**. Brasília, v. 5, n. 3, p. 415-433, 1997.
_____. O fascismo espanhol e a Guerra Civil. **História**. **Ensino & pesquisa.** Porto Alegre, ano 2, n. 3, p.5-32.
PEDREÑO, José M. Qué és la memoria histórica? **Pueblos**, n. 12, p.10-12, 2004.
RICHTER, David F. Memory and metafiction: Re-membering stories and histories in Soldados de Salamina. **Letras peninsulares**. 2005. p. 1-19.
ROSSINI, Miriam de Souza. **As marcas do passado**: o filme histórico como efeito de real. 1999. 409 f. : Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
SHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o "retorno" do gênero e a noção de "contexto". In: **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p.121-129.

Aeroporto de Congonhas: lugar de história e memória da cidade de São Paulo

Claudia Musa Fay [1]

Resumo
A presente comunicação fruto de uma pesquisa em andamento tem como objetivo demonstrar a importância das transformações da estrutura urbana nas diversas temporalidades e, o valor simbólico do Aeroporto de Congonhas como patrimônio afetivo e cultural da cidade de São Paulo. Construído num descampado na década de 1930 e considerado como um espaço de lazer domingueiro nos anos seguintes, é na atualidade, visto como caótico, embora símbolo do vaivém da capital paulista pela facilidade de estar distante apenas oito quilômetros do centro.
Palavras Chave: Aeroporto, Cidade de São Paulo, Memória.

Abstract
The present communication fruit of one research in progress has as objective to demonstrate the importance of the transformations of the urban structure in the diverse temporalities and, the symbolic value of the Airport of Congonhas as affective and cultural patrimony of the city of São Paulo. Constructed in a open field in the decade of 1930 and considered as a space of sunday leisure in the following years, it is in the present time, visa as chaotic, even so symbol of the swing of the São Paulo capital for the easiness to be distant only eight kilometers of the center.
Key Words: Airport, City of São Paulo, Memory

No início do século XIX, a região na qual hoje se encontra o aeroporto, pertencia à família de Lucas Antônio Monteiro de Barros, primeiro presidente da província de São Paulo, o Visconde de Congonhas. Estas terras faziam parte da área rural de São Paulo, espalhadas ao largo do caminho para Santo Amaro.

A São Paulo, dos anos 1930 já não era mais aquela pequena cidade do século anterior, sua população havia quase que triplicado, dos 64.934 habitantes estimados em 1890, passou em 1934 para 1.060.120 habitantes.

Foi neste contexto histórico que de acordo com Santos: "Os campos de aviação espalhados pela cidade foram desaparecendo um a um, não só porque o desenvolvimento urbano impunha a ocupação das valorizadas áreas livres onde subiam e desciam aviões, mas também porque os aparelhos iam-se tornando maiores e as pistas não eram suficientemente longas para a segurança das operações".(SANTOS, 1985: p.67).

Em 1935, São Paulo possuía um único aeroporto, o precário Campo de Marte, uma área que sofria constantes alagamentos em virtude das cheias do rio Tiête, o que tornava o terreno alagadiço, portanto se fazia necessário grande aporte de recursos para efetuar sua

1 PUCRS

drenagem, além dos sérios problemas causados pelo denso nevoeiro.

Em face das grandes transformações tecnológicas dos aviões dos anos 30, era urgente a escolha de um novo sítio que contemplasse a construção de um campo de aviação para São Paulo. Realizados os estudos preliminares, levando-se em conta: a acessibilidade, a visibilidade, a drenagem e a área disponível para a implantação do projeto.

A escolha recaiu sobre as terras pertencentes a Cia Auto-Estradas S.A., que já comercializara alguns lotes, mas ainda dispunha de área suficiente para a edificação do aeroporto, assim que, improvisa duas pistas de terra para em 12 de abril de 1936, marcar o "vôo inaugural" do futuro Congonhas.

A aquisição da área pelo governo paulista foi realizada sem concorrência pública, mas com o aval das principais autoridades governamentais e do corpo técnico da aviação. O desempenho satisfatório como aeroporto internacional de São Paulo vai até 1985, função a partir daí exercida pelo atual Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos.

O Aeroporto de Congonhas, tal como se apresenta hoje, é fruto das diversas transformações projetadas e executadas ao longo dos anos 1950, pelo arquiteto Hernani do Val Penteado e seu assistente, Raymond Alberto Jehlen. Na combinação de elementos da Arquitetura Moderna e do *Art Déco*, o edifício da estação central de passageiros ainda conserva a ambiência e o estilo do período em que foi construído.

Congonhas se torna motivo de atração da cidade, *"a prainha paulista*", destinado não apenas aos interessados em viajar, mas o local de lazer da família paulistana. Ali muitos bailes se realizaram, os famosos "Bailes do Arakan", dos terraços, gente de todas as idades se deslumbravam com o vai e vem dos aviões, sendo bastante comum *"os recém-casados, com a noiva, ainda de véu e grinalda, virem alegremente ao aeroporto para tomar café no fim da festa."*[2]

Nova porta de entrada de São Paulo, Congonhas é o primeiro aeroporto urbano paulistano de grande porte, capacitado a receber vôos internacionais, guarda na memória dos que o acompanharam, nas diversas fases, interessantes e pitorescas lembranças[3]:

Lygia Veras Horta, filha de um funcionário da Secretaria de Viação e Obras, ainda menina, acompanhou as obras de construção do aeroporto de Congonhas. Fascinava-se com o movimento das máquinas de terraplenagem cor de laranja e ficava imaginando se algum dia conseguiria viajar em um avião, um artefato exótico na São Paulo dos anos 30. Adolescente,

2 Revista Aeroportos nº6, abril de 1996. p.17
3 www.pioneirosdoar.com.br/cxpreta/cxpreta37_setout/cxpreta37.htm - 21k -1/05/2007

gostava de passar por ali sozinha para ficar pensando na vida. "Era meu ponto ideal para espantar as tristezas".

> *"... eu conheci o principal aeroporto da cidade de São Paulo, eu era adolescente. Aquela muretinha metálica do terraço panorâmico coberto permitia que chegasse às minhas narinas o aroma do querosene de aviação e, aos meus ouvidos, o ruidoso trovão dos motores JT8 dos Boeing 737-200 e Boeing 727-100, além do ronco preguiçoso dos Allison dos Electras da Ponte Aérea, todos esses, aviões que predominavam naquele aeroporto Naquele tempo, a revelação das fotos levava pelo menos uma semana. Depois, ansiosos, meus pais e eu (eu, mais que eles) víamos, em fotos coloridas 9 X 9 ou 12 X 9, nossos "cliques" dos primeiros A300 a operarem no Brasil (Cruzeiro do Sul e Vasp), do igualmente impressionante Boeing 767 da Transbrasil decolando daquela pista já não tão grande, e, mais próximos do terraço, os Fokker F-27 da Rio Sul e TAM, preguiçosamente tomando sol antes de mais um vôo".*[4]

Este aeroporto, ainda se preserva como poucos espaços, na memória das pessoas que ao seu lado passaram a infância, como sublinha Stern[5] "a lembrança como história da pessoa e seu mundo enquanto vivenciada", e lá se encontram na idade madura, assim o autor considera a suposição que existe a memória "pura", mantida no inconsciente, com a suposição de que as lembranças são refeitas com os valores do presente, no que se aproxima de Halbwachs e de Bartlett.(BOSI,2004: p.68).

Numa outra etapa da sua vida, depois de quase uma década afastado daquele lugar, o depoente constata que as imagens que sua memória havia registrado precisavam ser reformuladas,

> *"Por circunstâncias do destino, fiquei nove anos "200%" longe da aviação – e de Congonhas. E, quando retornei ao aconchego do aeroporto então já quase sexagenário, o terraço descoberto tinha agora telhados no pátio, atrapalhando a visão dos Fokker 100 e Boeing 737-300. O terraço coberto, por sua vez, havia sido substituído por uma agência bancária. Ver mais de perto os aviões, agora, só se fosse do restaurante, no andar imediatamente superior. Não era fácil: cobrava-se um "pedágio" de refrigerante ou cerveja e havia o desconforto da falta de um teto para fazer sombra e proteger da chuva. Aos poucos, o teto, metálico, foi construído e o "pedágio" foi substituído pelo serviço de restaurante com mais conforto, onde o uso das mesinhas constrangia quem não consumisse pelo menos um copinho de água mineral. Mas, tudo bem, os aviões ainda estavam ali, ao alcance das máquinas fotográficas dos adultos e dos olhos brilhantes das crianças. Sim, pois muitas carreiras, sem dúvida, começaram naquele aeroporto, observando a movimentação das aeronaves e de seus elegantes tripulantes. O aeroporto sempre foi o combustível da paixão aeronáutica."*[6]

O cronista Zaluar consigna nas páginas do diário popular em 1977 algumas de suas lembranças de Congonhas:

> *" Em 1940 aquilo era uma solidão. O aeródromo consistia num barracão de*

4 depoimento retirado do site www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/urbanidade/gd190303.htm em 19/03/2003 consultado em 01/05/2007

5 STERN, W. Psicologia general. In: BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos. São Paulo: Paulo:Cia das Letras.2004.

> *madeira . Em volta uivava o vento solto no descampado imenso. No barracão um punhado de gente . Decorrido muito tempo ouviu-se um rumor distante vozes que gritavam:o avião do Rio está chegando. E os olhares convergiram para uma espécie de mosquito metálico que vinha se aproximando .Era um dos Junkers alemães que iniciaram a glória da Vasp". (SANTOS, Rubens Rodrigues. 1985. p.67).*

O paulistano nos anos de 1960, se apropria daquele local como equipamento integrante do seu lazer, sobretudo nos finais de semana, em que dos terraços, também chamados de *"prainha"*, ficava atento aos pousos e decolagens de aviões, para identificar as diferenças dos ruídos dos motores das grandes aeronaves. O Aeroporto de Congonhas contava com serviços e bares que nunca fechavam, tem o orgulho de ser o primeiro *"vinte-e-quatro horas"* da cidade. Jovens boêmios eram assíduos freqüentadores dos seus cafés e lojas ao longo das madrugadas, bem como do requintado restaurante.

Congonhas tinha ares da novidade e do glamour das viagens aéreas internacionais, numa época em que as pessoas se apresentavam com vestimentas elegantes, escolhidas com todo o cuidado para a aventura, transportavam do seu imaginário os momentos que outrora lhes reservara as longas viagens de navio, quando se aglomeravam para as saudações de chegada ou de partida, uma infinidade de parentes e amigos.

As transformações se fazem necessárias em função da demanda dos usuários e da modernização das aeronaves, portanto aquela estação de passageiros esteve sujeita a alterações no decorrer do tempo. Chegados os anos 1990, quando nele foi autorizado o pouso de jatos, constata-se a ocorrência de uma mudança que imprimiu maior vitalidade, fazendo que Congonhas se torne o preferido em relação ao Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos.

Com a recente construção dos *fingers*, um novo espaço destinado ao embarque e desembarque de passageiros, situado entre o edifício antigo e a pista, ocorreu o bloqueio da visão que permitia vislumbrar, de dentro da aeronave, o Aeroporto de Congonhas na chegada a São Paulo. O espaço panorâmico do velho terraço do restaurante perdeu sua função e a *"prainha*" não tinha mais nenhum sentido.

> *"Embarcar pela escadinha do avião ou aquelas do aeroporto, rebocadas para junto do avião, muitas vezes passando bem perto dos motores e sob as imensas asas dos jatões, em breve não mais será necessário".*
>
> *A chegada do progresso tornará realidade os velhos planos de passarelas telescópicas (ou pontes de embarque) para o passageiro entrar no avião ou sair dele e entrar no aeroporto quase sem perceber. Mais seguro, mais rápido, mais moderno. As obras para isso já são realidade e avançam. Avançam pelo pátio e vão ocultando as aeronaves estacionadas... Fotografá-las, praticamente, já é passado. E acompanhar sua movimentação, o cheque externo do co-piloto, o embarque das*

> *malas etc, que nos faziam, crianças, sonhar com o céu, está ainda mais impossível. "Perdoem-me os passageiros, classe à qual também pertenço, às vezes, mas eu me preocupo com uma pergunta ainda sem resposta: o que será de você, querido Congonhas, construtor de sonhos de voar?"*

Com algumas inovações no espaço físico, mas que estão muito aquém de resolver os problemas resultantes do forte crescimento do setor aéreo - que este ano acumula uma alta de 17,8% - já começa a esbarrar na falta de infra-estrutura dos aeroportos.

A competição cada vez mais exasperada entre as empresas de aviação e o esforço para torná-las mais eficientes e com menores custos levou o setor aéreo a crescer numa velocidade muito maior do que os investimentos disponíveis pela Infraero, estatal responsável pela administração dos aeroportos.

De acordo com Elton Fernandes, professor de pós-graduação do Programa de Engenharia de Produção da Coppe/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o "Aeroporto é um investimento de longo prazo, enquanto a política de desregulamentação da aviação comercial está transformando o setor no curto prazo".[6]

A fim de obter a eficiência máxima, as empresas concentram suas conexões em Brasília e São Paulo (Congonhas), que se tornaram nos dois principais hubs (centro de conexões) para vôos domésticos no País - resultando nos principais focos de congestionamento. Hoje, a grande maioria dos vôos faz escala em um dos dois aeroportos, quando não começa ou acaba neles.

Com os dados de que se dispõe, o Aeroporto de Congonhas está muito próximo de esgotar sua capacidade, que é de 48 operações a cada 60 minutos, sendo 39 da aviação comercial e o restante de aviões particulares. O limite ocorre nos horários de pico (7h às 12h e 17h às 23h). Das 6h às 7h existe cerca de 40% de capacidade ociosa, enquanto no período da tarde a margem para crescimento é de 20% a 25% da capacidade. No horário de pico, ao contrário, há uma demanda reprimida de 20%.

Como define Elton Fernandes: "É como uma panela de pressão com a válvula entupida." Para o Aeroporto de Congonhas a questão não é falta de investimentos em infra-estrutura, mas o elemento determinante é o espaço físico para sua expansão. Não existem áreas para ampliar o pátio de aviões ou para novas pistas, como se refere o coronel Ricardo Nogueira, chefe do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), responsável pela liberação dos pedidos de novos horários de vôos dentro de critérios de segurança do espaço aéreo: "Congonhas tem capacidade para suportar mais sete anos de crescimento apenas. E

6 O Estado de São Paulo em 09/10/2005

depois, não haverá mais crescimento? Não existe 101% de capacidade. Pelas normas de segurança, é 100% e acabou." [7]

No ano passado, segundo dados da Infraero, um em cada três passageiros do Brasil passou pelos dois maiores terminais paulistas: Congonhas e Cumbica.

Todos, autoridades e mercado comungam da mesma idéia de que o peso de São Paulo na economia e a sua grande população obstaculizam a descentralização. O atrativo financeiro paulistano acabou de subtrair do Rio de Janeiro a porta de entrada do país. Na esfera doméstica, pela sua maior riqueza, São Paulo concentra até rotas e escalas do Nordeste. Para desmanchar o gargalho que tem causado incontáveis transtornos é preciso muito mais que da vontade: é necessário definir estratégias de longo prazo.

Cláudio Jorge Pinto Alves, professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), nos seus estudos relata que são cerca de 18 milhões de passageiros por ano, para uma capacidade de, no máximo, 12 milhões. German Alberto Barragán de los Rios, também professor, e Alves fizeram uma radiografia dos dois aeroportos paulistas, pelos quais passam 34% dos passageiros do país. A capacidade das pistas de Congonhas deveria aumentar de 50% a 130% e o pátio de aeronaves de 410% a 620%, impossível de realizar, uma vez que o aeroporto está implantado numa área urbana de São Paulo.

Para o consultor André Castellini, da Bain & Company, a estabilidade econômica e a queda do dólar, reflete-se no crescente número de passageiros, a uma média anual de 15%. Afirma que *"estamos diante de uma crise do sucesso, na medida em que o crescimento acelerado ficou muito além do planejado em termos de infra-estrutura".* [8]

Congonhas sempre foi um aeroporto com ares românticos, mesmo fazendo parte de uma cidade com intensas atividades. Com um belíssimo saguão central torna-se um atraente convite para adentrarmos naquele universo repleto de asas, uniformes, horários, malas... Entretanto, com a chegada gradativa do progresso, o cenário vai mudando para dotar o aeroporto de uma maior praticidade , pois ele existe para os passageiros que necessitam ser recebidos e direcionados. A razão de existir do aeroporto são os usuários do transporte aéreo, então cabe a eles a preferência.

Se, Lygia Veras Horta moradora do bairro Moema, ainda menina se deleitava com o recém construído aeroporto, nos dias de hoje com 73 anos, presidente da Associação dos Amigos de Moema, comanda uma verdadeira guerra contra o mesmo:

> *"Nunca imaginei que, em algum dia, brigaria com os aviões de Congonhas. Quando chegamos, não havia nada por perto -nem farmácias, nem mercearias. A feira só*

7 Idem, idem..
8 SÃO PAULO (AG). 24 de outubro de 2006.

> *tinha seis barracas; esgoto e água encanada só viriam no final da década.O local foi perdendo aquele ar provinciano e aconchegante do bairro. A cada dia mais e mais prédios e lojas eram construídos, trazendo consigo o desconforto dos congestionamentos. Os aviões a jato, que provocam poluição e barulho, transformaram-se numa das principais fontes de incômodo para os moradores do bairro, cujas lutas mais ferrenhas se dá contra as aeronaves de modelos mais antigos, que não estão equipadas com redutores de ruído. Ainda, reivindicam que seja proibido o uso de Congonhas pelos jatinhos particulares, sugerindo para eles o Campo de Marte, em Santana, sabidamente uma área que sofre com os freqüentes alagamentos".*[9]

Segundo as palavras de Turan Bei, escritas no site São Paulo minha cidade sobre sua infância em São Paulo:

> *"Foi um tempo que ainda não havia Shopping, e para ver vitrines era nas Galerias que o povão desfilava, e um final de semana completo, se dava indo ao Aeroporto de Congonhas, olhar o movimento de passageiros no embarque, até a emoção da decolagem, não que a aterrizagem fosse menos importante, a gente até arriscava adivinhar o modelo do avião e a companhia. Enquanto no ar, o Constellation, era o máximo, com 4 motores. Varig, Vasp, Aerovias Brasil, Panair do Brasil, Real, eram as mais conhecidas com a nossa bandeira. Eu era freqüentador de carteirinha do Aeroporto, lá rolava paquera, tinha aquela famosa banca de revistas, o cafezinho, e aquela gente elegante e bonita produzida para a viagem. Mas ainda não me imaginava tomar um avião e partir, e eu ficava só no deslumbre; até que um dia fui chamado para providenciar o embarque de um cão galgo,..." (Turan Bei)*[10]

Ainda que, com as perdas advindas das crescentes imposições dos novos tempos, o Aeroporto de Congonhas deve ser considerado um bem de relevante valor, mas acima de tudo, patrimônio afetivo da sociedade paulistana. Ao poder público, cabe o dever do seu tombamento pelo CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), cujo processo já se encontra em andamento. Ao pesquisador, a preservação destas memórias, e se possível, através delas escrever, sob um novo olhar, a história da cidade de São Paulo, que teve na construção um agente transformador do espaço urbano. Pelos mais diversos interesses, muitos ali se estabeleceram, contribuindo para torná-lo, outrora, "mais aprazível", e na atualidade o "símbolo do caos".

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos. São Paulo: Paulo:Cia das Letras.2004.

MELLO, Leticia Bandeira.AEROPORTO DE Congonhas Terminal de passageiros histórias da Construção São Paulo: Premio Editorial,2006.

---

9 www.pioneirosdoar.com.br/cxpreta/cxpreta37_setout/cxpreta37.htm - 21k -1/05/2007

10Aeroporto de Congonhas enviado por Turan Bei em 26/05/2006 consultado em 02/05/2007 www.saopaulominhacidade.com.br/

SANTOS, Rubens Rodrigues. Aeroportos: do campo de aviação à área terminal. São Paulo: Contar,1985 STERN, W. Psicologia general. In: BOSI, Ecléa.
O Estado de São Paulo em 09/10/2005
SÃO PAULO (AG). 24 de outubro de 2006
www.pioneirosdoar.com.br/cxpreta/cxpreta37_setout/cxpreta37.htm - 21k -1/05/2007
Site da Infraero: www.infraero.gov.br
Site São Paulo Minha Cidade : www.saopaulominhacidade.com.br/
Revista Aeroportos nº6, abril de 1996

A aplicabilidade do roleplaying game como ferramenta historiográfica.

Maurício Fonseca da Paz*

Resumo
Este artigo destina-se a investigar as possíveis aplicações da teoria dos jogos na História atravéz dos modelos de *roleplaying games*. Assim como alguns estudos antropológicos utilizam-se da teoria dos jogos para a solução de problemas, a aplicabilidade desta teoria pode auxiliar na compreensão da produção historiográfica.
Palavras chaves: Roleplaying games – teoria dos jogos – História

Abstract
This article is an investigation of the game theory and your possibilities in the History by the RPG model. If the game theory can be a theoretician support to anthropology studies, it can be to reflection about the History's structure in the historical labor. This is a first analysis how to put into practice this theory in the History.
Key words: Roleplaying games – game theory - History

Este texto se coloca diante de duas atuais vertentes da História, de dois diálogos fecundos que são base para a reflexão nesta pesquisa. Primeiramente a idéia de crise nas ciências sociais, sobretudo na história, postulada pela revista Annales durante as décadas de 1970 e 1980, que emergiu diante do processo de fragmentação do paradigma estruturalista até então predominante. Seus desdobramentos ainda são uma constante nas discussões acadêmicas, na Nova História e da História Cultural, na aproximação entre História e Antropologia, que, por fim, resultou na segunda vertente de discussões: *O Ressurgimento da Narrativa*[1] proposto por Lawrence Stone e explorado profunda e primeiramente por Paul Ricoeur em *Tempo e História*[2], mas que somente nos anos 1990 passou a refletir ecos no horizonte historiográfico.

Diante destes dois problemas, este texto objetiva discutir as aplicações do RPG na História Econômica que atenda às demandas de foco e observação em escalas menores, na chamada micro-análise histórica e produza efeitos de discussão e acréscimo de conhecimentos nos envolvidos neste jogo. Não se trata de uma micro-história, mas de uma experiência controlada que servirá de base para o desenvolvimento de uma micro-análise. Indo ao encontro do "paradigma indiciário" proposto por Ginzburg, uma vez que as informações

* Maurício Fonseca da Paz é professor de ensino fundamental e médio da Escola Mário Quintana, Pelotas/RS, especialista em História do Brasil pela Universidade Federal de Pelotas e atualmente faz especialização em Geografia pela UFPel.

[1] STONE, Lawrence. O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma Nova Velha História. In Revista de História. Campinas/SP: UNICAMP. Nº2/3. Primavera 1991. p.13 a 37.

[2] RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo/SP: Papirus, 1994, vol. I.

coletadas pelo exercício do lúdico são apenas indícios plausíveis, ou melhor, indícios de plausibilidade ou da ausência dela. Para trabalhar com este conceito, será utilizado o valor de plausibilidade e paradigma, como demarcadores de real e fantástico.

Uma das razões que pode ser facilmente explicada para tal convergência entre História e RPG é simples: a plausibilidade do jogo é diretamente dependente de uma história que lhe confere algum grau de realidade. De fato, segundo Jörn Rüsen, o desenvolvimento de qualquer texto é um exercício de ligação entre o discurso e a consciência histórica necessárias para a verificação desta plausibilidade. Um jogo ausente de História seria, portanto, implausível e conseqüentemente impossível de ser jogado.

A teoria dos jogos, desenvolvida por John von Newmann[3], é uma teoria matemática sobre conflito e colaboração em situações nas quais se pode favorecer ou contrariar um ou outro dos sujeitos, ao outro, ou ambos ao mesmo tempo, além dos desdobramentos destas possibilidades em virtude de um objetivo. A maior parte dos esquemas teóricos de jogos não apresenta soluções, mas fornece uma visão de possibilidades e impossibilidades que se aproximam do *núcleo*, ou seja, do melhor resultado diante das variáveis dispostas. São, portanto, dispositivos de análise de plausibilidade. Os jogos não são objetos de pesquisa recente no campo das ciências humanas, a *game theory* é em geral desenvolvida no campo das ciências exatas: na matemática e na estatística, como já dito; nas ciências humanas aplicadas: administração e na economia. Nessas, o desenvolvimento dos conceitos de teoria dos jogos vem abrindo caminhos para sua aproximação com as ciências humanas: o antropólogo Fredrik Barth analisou a aplicabilidade de teoria de jogos nas ciências sociais em 1959, analisando os princípios matemáticos da teoria expressados nas relações parentais na sociedade *Pathan* para solução de conflitos étnicos e, sobretudo de barganhas sociais entre estes grupos[4].

Até o momento, a teoria de jogos trata das múltiplas possibilidades de desenvolvimento de uma variável dentro de um panorama estático, o que não é suficiente para responder aos anseios da História, uma vez que o trabalho do historiador se dá em um ambiente recortado de variáveis de possibilidades múltiplas. Mas pode fornecer subsídios para reflexão do comportamento de variáveis e de paradigmas, sobretudo referindo-se a *racionalidade limitada*[5], um conceito econômico desenvolvido por Herbert Simon e difundido

---

[3] NEWMANN, John von. *Theory of Games and Economic Behaviour.* 1944.

[4] BARTH, Frederik. *Segmentary Opposition and the theory of games: a study in Pathan Organization.* The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. Vol. 89. n.01. (Jan – Jun. 1959). p.05-21.

[5] *Apud* LIMA FO, Henrique Espada. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: UNICAMP, 1999. [tese de doutoramento]. pp. 259-260. Herbert Simon, recebeu em 1978, o prêmio Nobel de economia pelo desenvolvimento do conceito de racionalidade limitada.

a partir de Barth e Giovanni Levi. Racionalidade limitada constitui um grupo de decisões a serem tomadas pelo ator social diante de um ambiente limitador. Para tal, o sujeito tem diante de si aquelas possibilidades de ganhos e perdas:

> *A teoria clássica é a teoria de um homem que escolhe entre um número fixo de alternativas, a cada uma das quais estão associadas conseqüências. Mas, quando entre decisor e ambiente objetivo intervêm sua percepção e seus processos cognitivos, esse modelo demonstra toda sua inadequação. Precisamos de uma descrição do processo de escolha que reconheça que as alternativas não são dadas, mas devem ser buscadas, uma descrição que leve em conta a árdua tarefa de determinar que conseqüências cada alternativa acarreta. (SIMON,1980: 38)*

Simon afirma que a utilização do conceito de racionalidade limitada transforma problemas insolúveis em problemas de soluções plausíveis, descrevendo assim sua proposta:

> *A racionalidade limitada é caracterizada como uma categoria residual – a racionalidade é limitada quando lhe falta onisciência. E as faltas de onisciência são frutos, principalmente, de falhas no conhecimento das alternativas, incerteza a respeito de eventos exógenos relevantes e inabilidade no cálculo de suas conseqüências. Havia necessidade de uma caracterização mais positiva e formal, dos mecanismos de escolha em condições de racionalidade limitada. (...) Dois conceitos são fundamentais para a caracterização: busca e satisfação. Se as alternativas de escolha não são fornecidas, inicialmente, ao agente decisório, então ele deve iniciar um processo de busca de alternativas. Portanto, a teoria da racionalidade limitada deve incorporar uma teoria de busca. (SIMON,1980: 38)*

Dentro do *princípio minimax* da teoria dos jogos, cada sujeito escolhe estratégias que conciliem perdas mínimas e ganhos máximos dentro de um espectro comportamental que pode variar entre o altruísmo (perda máxima) e o equilíbrio de Nash (ganho máximo e perda mínima dentro da limitação do jogo). Uma vez que os ganhos estão limitados pela barganha social, é impossível a uma das partes obter plena vitória em qualquer jogo social. Assim todo agente tem a sua racionalidade limitada por uma estrutura aquém de si, mas que embora coercitiva, não se trata de uma estrutura definitiva, permitindo diferentes possibilidades dentro dela. Para trabalhar tal objeto, a história econômica é o aporte que mais se aproxima da estrutura estruturante do lúdico. A estruturação da sociedade pela História é uma construção que, segundo Barth, é generativa de ações sociais que obedecem a padrões dentro desta estrutura e de oportunismo. Mas que também modificam esta estrutura através de suas trocas e acordos.

Uma vez que o RPG é uma dinâmica ferramenta do exercício narrativo contrafactual e fictício, o que proponho, em linhas gerais, à utilização desta ferramenta como uma experiência controlada de análise de casos sobre uma produção histórica bem como dos efeitos gerados a partir desta experiência. Trata-se de propor a construção de um lúdico que se

envolva com as estruturas históricas dispostas na obra material do historiador e, através do exercício narrativo, trazer à tona estas estruturas e verificar assim suas verossimilhanças e plausibilidades manifestadas.

Pode-se caracterizar a plausibilidade como um valor comparativo de determinado texto ou narrativa com um paradigma estabelecido a partir de uma consciência histórica. A plausibilidade depende fundamentalmente da construção de uma identidade passada, de um registro que lhe confira autenticidade, como um mito de origem. Somente algo plausível tem forças para existir como real dentro de um paradigma, por mais flexível que ele seja. Existindo, portanto, diferentes graus de plausibilidade em uma narrativa onde a compreensão de tempo e a história como experiência de memória podem ser aplicadas a uma experiência controlada de narrativa, ainda que fantástica, mas que tem os pressupostos e comportamento de uma história real, verossímil e, portanto *creditável*. Demonstrando assim que, mesmo a construção de um cenário destinado a um exercício de narrativa ficcional, agrupa uma série de determinantes para a manifestação de plausibilidade, pois sem ela a narrativa do RPG é impossível. A questão permanece: Um RPG pode reproduzir as regras sociais deflagradas pelo historiador e desenvolver uma narrativa com estas regras? Que efeitos seriam produzidos?

É preciso determinar que as regras para o jogo sejam as regras justapostas por Schwartz em seu livro, modeladas segundo a teoria dos jogos e emergindo assim como uma outra forma de análise já proposta por Martin Schubkin para a investigação de sistemas econômicos:

> *Um escrutínio cuidadoso de la teoría de juegos revela, com mucha claridad, las limitaciones de este enfoque unilateral. Las críticas son válidas, independientemente de cualesquiera de las contribuiciones constructivas que la teoría de juegos sea capaz de hacer. Em suma, la teoria de juegos proporciona um nuevo sistema de pruebas para modelos económicos racionales. (En realidad lo nuevo es la sistematización; las pruebas y críticas mismas generalmente se reducen a antiguas cuestiones de 'sentido común' em la formulación o interpretación del modelo).* (SHUBKIN, 1992: 16)

Desta forma, a aplicabilidade do jogo sobre grupos testes revelaria que pontos da obra histórica são plausíveis e que pontos permanecem obscuros para a caracterização do próprio lúdico e a construção da narrativa. Uma experiência se faz necessária para a análise dos padrões e resultados obtidos.

A racionalidade limitada é a base para a pavimentação destas regras de jogo a serem desenvolvidas que deverão reproduzir às regras sociais. Condicionando o agente/jogador em

um ambiente histórico plausível e possibilitando a este ações das mais diversas. Seja com a personagem atuando no modelo de produção açucareira colonial, seja no "tempo livre" que Schwartz indica, se tratando de escravos e trabalhadores do engenho. Seja nos castigos aplicados e no medo da sabotagem, no caso de senhores do engenho. A avaliação destas estratégias utilizadas no RPG pelos jogadores serão indícios para as plausíveis estratégias dos agentes históricos, sobretudo, em uma ótica micro:

> *É verdade que com o tempo, todas as estratégias pessoais e familiares, tendem talvez a desaparecer embotadas e a se confundir num resultado comum de equilíbrio relativo. Mas a participação de cada um na história geral, na formação e na modificação das estruturas de sustentação da realidade social, não podem ser avaliadas apenas com base em resultados perceptíveis: no curso da vida de cada um, de uma maneira cíclica, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida cotidiana que tem seu centro na utilização estratégica das regras sociais. (LEVI, 1998: 12)*

Enfim, a aplicabilidade do RPG como ferramenta historiográfica pode revelar os "jogos internos" de barganha e negociação do social, presentes nas entrelinhas do trabalho do historiador, mas que não são de fato prováveis pelos recursos de fonte histórica. Essa experiência controlada é um lúdico, um jogo, mas que se torna um exercício contrafactual de racionalidade limitada acerca dos sujeitos históricos e pode indicar horizontes mais amplos para a construção da História por que investiga o sujeito diante de seus processos decisórios possíveis.

Biliografia

BARTH, *Frederik. Segmentary Opposition and the theory of games: a study in Pathan Organization. The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*. Vol. 89. n.01. (Jan – Jun. 1959). p.05-21.
_____. *On the Study of Social Change*. In *American Anthropologist*, New Series, Vol. 69, No. 6 (Dec., 1967), pp. 661-669.

BENJAMIN, Walter. *O Narrador.* In *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história das culturas.* Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo/SP: Brasiliense. 1985.
_____. *Sobre o conceito de História.* In *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história das culturas.* Trad. Sérgio Rouanet. São Paulo/SP: Brasiliense. 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, R. (org.) *Domínios da História.* Rio de Janeiro/RJ: Campus. 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Hoje. Dúvidas, desafios, propostas.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro/RJ: Fundação Getúlio Vargas. Vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.

COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia de História.* Lisboa: Presença. 1986.

DOSSE, François. *A História à prova do tempo*. trad. Ivone Benedetti, São Paulo/SP: Edunesp, 1999.

GUAZZELLI, César Augusto B.; PETERSEN, Sílvia Regina F.; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia L. (orgs.) *Questões de Teoria e Metodologia da História.* Porto Alegre/RS: UFRGS. 2000.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre História.* São Paulo/SP: Companhia das Letras. 1998.

KOTHE, Flavio R. *Walter Benjamin*. São Paulo/SP: Ática. 1995.

LEVI, Giovanni. *Reciprocidade Mediterrânea*. Publicado originalmente en *Hispania* (Madrid), LX/1, núm. 204 (2000), pp. 103-126. Traducción: Marco A. Galmarini.

MARCATTO, Alfeu. *Saindo do quadro – uma metodologia lúdica e participativa baseada no role playing games*. 2ª ed. São Paulo/SP: A. Marcatto, 1996.

NEWMANN, John von. *Theory of Games and Economic Behaviour.* 1944.

PAVÃO, Andréia. *A Aventura da Leitura e da Escrita*. São Paulo/SP: Devir. 2004.

RODRIGUES, Sônia. *Roleplaying Game e a Pedagogia da Imaginação no Brasil.* Rio de Janeiro/RJ: Bertrand. 2004.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo/SP: Papirus, 1994, vol. I.

RIYIS, Marcos Tanaka. *Simples – sistema inicial para mestres-professores lecionarem através de uma estratégia motivadora.* São Paulo/SP: Ed. do Autor, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial.* São Paulo/SP: Companhia das Letras. 1988.
_____. *Trabalho escravo e vida escrava no Brasil.* Revista História: Questões & Debates. Curitiba/PN: UFPR. 1983. p. 45-59.

SHUBKIN, Martin. *Teoría de juegos em las Ciencias sociales. Conceptos y soluciones.* México: Fondo de Cultura Económica. 1992.

SIMON, Herbert. A. *Administrative behavior*. In: SILLS, D. L. *International encyclopedia of the social sciences.* New York: Macmillan and The Free Press, 1968. v. 1, p. 74-79.
_____. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro/RJ: Fundação Getúlio Vargas. 1965.
_____. *A racionalidade do processo decisório em empresas.* Rio de Janeiro/RJ: Edições Multiplic. Vol.1, nº. 01. 1980.

STONE, Lawrence. *O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma Nova Velha História.* In *Revista de História.* Campinas/SP: UNICAMP. Nº2/3. Primavera 1991. p.13 a 37.

WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX.* São Paulo/SP: EDUSP. 1992. Coleção Ponta. V.04.

_____. *Teoria Literária e Escrita da História*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro / RJ, vol. 7, n. 13, 1991, p. 21-48.

_____. *Trópicos do Discurso*. São Paulo/SP: EDUSP. 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Poligamia guarani e metodologia inaciana: reflexões acerca de uma fonte

José Luiz Costa Neto*

Resumo: Uma conhecida passagem da obra "Conquista espiritual", do padre Antonio Ruiz de Montoya, tem sido utilizada para corroborar a tese de que os jesuítas perceberam a poligamia guarani como o maior empecilho ao projeto reducional. O presente estudo configura-se numa crítica a essa proposta interpretativa, demonstrando que a referida passagem apresenta, sobretudo, uma metodologia inaciana que deriva da maior tolerância dispensada pelos quadros da Companhia Jesus à poligamia frente às outras práticas nativas. A partir disso, pretende-se demonstrar de que modo essa tolerância metodológica contribuiu para algumas das peculiaridades do contato entre inacianos e Guarani no Rio da Prata.
Palavras-chave: Metodologia inaciana – Poligamia – Lideranças guarani.

Abstract: An acquaintance fragment of the book "Conquista Espiritual", of priest Antonio Ruiz de Montova, it has been used to corroborate the idea that the Jesuits would see in the polygamy Guaranis the largest obstacle to the project of the Company of Jesus. The present study is checked in a critic to this interpretative proposal, demonstrating that this referred passage presents, above all, a jesuit methodology that derive of the largest tolerance dispensed to the polygamy by the members of Company of Jesus front to the other native practices. Starting from that, it intends to demonstrate that way that tolerance methodology contributed to some of the peculiarities of the contact between Jesuits and Guaranis in Rio da Prata.
Keywords: Jesuit methodology – Polygamy – Leaders guaranis.

Há algum tempo os estudos sobre as missões jesuíticas do Rio da Prata sugerem que os inacianos apreenderam a poligamia guarani como o maior empecilho ao projeto reducional. De acordo com Bartomeu Melià (1988: 110), "*los misioneros de los pueblos de Loreto y San Ignacio, entre ellos el mismo Montoya, pensaban que a poligamia estaba tan arraigada entre los Guaraní, que era mejor no problematizarla de entrada*". O autor ainda salienta que, especialmente entre os caciques, a conversão ao cristianismo era muitas vezes sinônimo de aceitação da monogamia. Quase dois decênios depois, Carlos Fausto (2005: 410) retoma o argumento de Melià, ao afirmar que "no século XVII, ao menos aos olhos de Montoya, o grande impedimento à conversão não era a antropofagia, mas sim a poligamia, em particular a dos chefes".

Há pelo menos duas semelhanças nas afirmações dos dois antropólogos. De um lado, há a perspicácia em atribuir aos inacianos a idéia de que a poligamia era a prática mais arraigada e que mais prejuízos trazia ao projeto reducional. Evitam, desse modo, simplificações, tais como tomar os registros com pouca acuidade crítica, interpretando-os

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, bolsista do CNPq.

como um dado objetivo sobre os nativos. De outro lado, há uma mesma referência: o padre Antonio Ruiz de Montoya. Após a mencionada argüição, Melià (1988: 110) apresenta um conhecido trecho da obra "Conquista Espiritual". De acordo com Montoya:

> *Fixou-se o tempo de uma hora pela manhã e de outra à tarde, para que todos os adultos viessem à catequese ou doutrina. Ainda que nelas e em todos os sermões dominicais tratássemos com toda a clareza os mistérios de nossa santa fé e os preceitos divinos, quanto ao sexto mandamento por ora guardamos contudo silêncio em público. Era para que não murchassem aquelas plantas tenras e para que não se tornasse odioso o Evangelho, embora instruíssemos da maneira mais evidente possível aos que se achavam em risco de vida. Durou esse nosso silêncio dois anos...* [1] *(MONTOYA, 1997 [1639]: 111)*

Tal passagem, ao contrário daquilo que pressupõe as asserções dos referidos antropólogos, não faz qualquer menção a uma suposta crença inaciana na maior essencialidade da poligamia em detrimento de outras práticas – para fazer alusão a Melià – *problematizadas de entrada* – ou mesmo *de saída*. Portanto, o que o registro supracitado informa?

Trata-se do fato da poligamia configurar-se na prática cujo grau de tolerância dos jesuítas supera o de todos os outros costumes aos quais se propõem extirpar. Em meio a toda sorte de práticas guarani, sobretudo aquelas que Melià (1988: 108-9) aponta como identificadoras dos aspectos mais tradicionais dos indígenas, apenas a poligamia é tolerada por um biênio, enquanto o fenecimento de costumes como a antropofagia, o xamanismo, a couvade e a cauinagem é priorizado. Antes de ser o costume mais arraigado entre os Guarani aos olhos dos padres, a poligamia parece ser o costume mais *tolerável* pelos jesuítas.

A simples contextualização da passagem supramencionada permite sobrepor pelo menos uma importante inferência a esse dado. Tal trecho documental situa-se no capítulo intitulado "Nosso modo de tirar tais abusos e de pregar a fé" – no tópico em que Montoya indica a metodologia utilizada para a redução dos ameríndios. Em nenhum momento Montoya justifica tal procedimento sugerindo que a poligamia fosse a mais indispensável das tradições para os Guarani. Nem mesmo no capítulo anterior[2], em que diversos costumes são apresentados e descritos, há qualquer menção a uma valoração distinta dessa prática entre os Guarani. Ou seja, as argüições de Montoya nada informam sobre uma maior essencialidade de

---

[1] A citação de Melià (1988: 111) suprime parte considerável do trecho exposto, apresentando apenas "*todos los domingos tratábamos con toda claridad de los misterios de nuestra santa fe y de los preceptos divinos, [pero] en el sexto [mandamiento] guardamos silencio en público [...]. Duró este silencio dos años".* Carlos Fausto, por seu turno, não faz alusão direta a esta passagem, apenas cita Ruiz de Montoya como aquele que propunha a poligamia enquanto principal empecilho ao projeto cristão no Rio da Prata. Como o texto Fausto não se pauta por qualquer documento produzido no século XVII além das obras "Vocabulário y tesoro de la lengua guarani" e "Conquista Espiritual", alvitra-se aqui que o referencial do autor fora o mesmo fragmento. De qualquer modo, trata-se de uma inferência proposta por este estudo.

[2] Trata-se capítulo X, denominado "Ritos dos índios guaranis".

tal prática quando comparada às outras, mesmo que sob a ótica jesuítica. Entretanto, sua localização adverte para uma metodologia dos quadros da Companhia de Jesus.

Há, por conseguinte, duas informações: a tolerância jesuítica frente à poligamia e uma metodologia que permitiria "tirar tais abusos e pregar a fé". Doravante, designar-se-á este par de informações de *tolerância metodológica*.

A partir disso, propõe-se a questão: a quem se dirige essa ação? O registro de Montoya se refere aos sermões matutinos e vespertinos diários e àqueles dominicais. Portanto, há de se salientar que os mesmos são dedicados sobretudo àqueles que se encontram no espaço reducional ou em vias de reduzir-se. Mas se os sermões são direcionados aos neófitos, o silêncio metodológico possuía um alvo mais específico: as chefias indígenas. Como Melià (1988: 112) argumenta, o número de esposas de um único indígena não está dissociado de sua posição na hierarquia do grupo, posto que "*la mayoría de los Guaraní no tenían sino uma sola esposa*".[3]

Desse modo, se o registro de Montoya salienta uma tolerância inaciana frente à poligamia guarani, tem-se agora que tal procedimento privilegia sobretudo as lideranças nativas. E tal fato não ocorre por acaso, são estes que muitas vezes permitem os bons resultados da obra inaciana ou, mesmo se opondo a ela, garantem a integridade física dos jesuítas.

A obra de Montoya apresenta alguns episódios notáveis. É o caso de Neçu "o maior dos caciques que aqueles 'países' conheceram" (MONTOYA, 1997 [1639]: 223). Após receber os inacianos de bom grado, a ponto de erguer uma igreja, Neçu sofre uma catarse e, incitado por outro indígena, volta-se contra os padres. Em seguida dá ordens aos demais caciques para que matem os inacianos da então Redução da Candelária. O evento tem um desenlace trágico, com a morte dos padres Roque Gonzáles, Afonso Rodriguez e João de Castillo. Após a morte deste último, Montoya informa que:

> *Neçu, de sua parte e para mostrar-se sacerdote, conquanto falso, revestiu-se dos parâmetros litúgicos [...]. E fez trazer em sua presença as crianças, nas quais tratou de apagar com cerimônias bárbaras o caráter indelével, que elas pelo batismo tinham impresso em suas almas. [...] Logo mais os índios trataram de dar o remate final à sua vitória, pretendendo ir matar os demais padres... (MONTOYA, 1997 [1639]: 228)*

Posteriormente, Montoya salienta que o cacique Tambavê, participe ativo do homicídio dos padres, alia-se aos missionários e "tão grande foi sua eficácia em pregar a

[3] Branislava Susnik (1988) e Louis Necker (1983), em estudos que discorrem sobre as conseqüências políticas e econômicas da poligamia, também a tomam por privilégio dos caciques.

Cristo que, transformado em Paulo, contribui na conversão de muitos gentis" (MONTOYA, 1997 [1639]: 231). Além disso, como já fora aventado, mesmo quando não estão dispostas a acolher a mensagem cristã, tais lideranças podem ser excepcionais para a integridade física dos inacianos. É o caso da chegada "a uma aldeia ou povo, cujo chefe era um grande cacique, além de mago, de feiticeiro e familiar do demônio" chamado Taubici. De acordo com Montoya:

> *Esse homem recebeu-nos bem e, embora mau, livrou-nos da morte, porque naquela noite de nossa chegada alguns índios queriam matar-nos e, ainda que estivessem dispostos a fazê-lo, pareceu-lhes que não deviam o sem consulta sua. A isso respondeu-lhes ele: 'Se vós quiserdes matar os padres, fazei-o, mas eu não vou meter-me nisso!' Este desdém bastou para que não nos tirassem a vida, quando a esse respeito confabulavam,... (MONTOYA, 1997 [1639]: 51)*

Viu-se nas citações acima que as lideranças nativas cumprem um papel fundamental nas relações entre inacianos e Guarani – ora para o sucesso ora para o fracasso dos intentos missionários. Neçu primeiramente facilitou socialização dos padres com os demais indígenas para posteriormente opô-los de forma violenta. Já Tambavê fez o movimento contrário, de inimigo fatal à personagem importante para o projeto jesuítico. Por fim, Taubici que mesmo indiferente aos inacianos dos padres, impediu a morte dos destes. Portanto, essenciais para a concretização dos objetivos inacianos no Rio da Prata, as lideranças indígenas tornam-se o alvo preferencial da tolerância metodológica jesuítica.

A partir das proposições levantadas – metodologia inaciana, tolerância com a poligamia e acuidade na trato com as lideranças nativas – deve-se compreender melhor a asserção levantada por Melià, de que os registros apresentam o reduzir-se enquanto sinônimo de monogamia. Propõe-se que tal correspondência exista na documentação, contudo ela se torna presente nas passagens que se referem aos líderes neófitos, enquanto nas passagens em que surgem líderes que se opõem aos inacianos tal correspondência deixa de existir ou, pelo menos, não é tão significativa. Mesmo quando a poligamia é ressaltada nos referidos discursos, ela vem acompanhada de alusões ao "antigo modo de viver", ao "viver como nossos avós" e à "liberdade" pré-inacianos.

É o caso de Tayubay ao dirigir-se aos Guarani reduzidos "y a decir contra ellos mil mentiras, y que les quitaban las mancebas, y no las dexavan vivir como sus abuelos" [S.D. (Caixa 15/ Doc 5- 303)]. Ou do "ministro" enviado pelo "demônio" que proclama: "Vivamos ao modo dos antepassados! Que razão têm os padres em acharem mal o termos mulheres em abundância?! É de certo loucura que, deixados os costumes e os bom modo de vida de nossos maiores, nos sujeitemos às novidades que estes padres querem introduzir!" (MONTOYA,

1997 [1639]: 216 e 223-4). Ou, ainda, o "índio mau, apóstata da fé" que coloca o líder Neçu contra os padres, anunciando que:

> *Vejo que se vai perdendo a liberdade antiga de se andar por vales e selvas! É porque estes sacerdotes estrangeiros nos amontoam em povoados. Isto não se faz em nosso bem, mas para que ouçamos uma doutrina tão oposta aos ritos e costumes de nossos antepassados. E tu, Neçu, se abres os olhos, hás de notar que começas já a perder a reverência devida a teu nome! Porque, se os tigres e as feras desses bosques te estio sujeito, fazendo coisas incríveis em tua defesa, amanhã te verás sujeito – como já o vês em outros – à voz daqueles homens adventícios. As mulheres de que gozas à nossa usança e que te amam, amanhã vê-las-ás que te aborrecem, sendo feitas mulheres de teus próprios escravos. (MONTOYA, 1997 [1639]: 223-4).*

Propor que tais discursos enfatizam a poligamia em detrimentos de outros costumes vai ao encontro da proposta de Montoya (1997 [1639]: 216) que vê neles o "tema comum [...] da liberdade da carne", ao mesmo tempo em que são obliterados da interpretação temas como liberdade, tradição, concepção e ocupação do espaço, relações com a natureza e sobrenatureza, hierarquia, entre outros, que também compõem os discursos expostos.

Como contraponto, tome-se agora um registro que apresenta os Guarani reduzidos e a poligamia. É o próprio Ruiz de Montoya quem relata dois casos interessantes, em carta anua datada de 1628. De acordo com o inaciano:

> *Un cacique principal que avia mucho tiempo q̃ era Xpiano se envolvio con unas indias infieles y reprehendido del P.e las dexo, pero poco después volvio a su casa una infiel. pero Nuestro Señor le quiso castigar como padre quitandole la vista del cuerpo para darle la del alma, y juntamente le quito el oyr en pena de no aver querido oyr la palabra de dios y amonestaciones del P.e. [...] pero la bondad de Nuestro Señor uso de su misericordia con aquel pobre dandole oydos de repente y al punto hiço llamar al P.e y se confesso mui bien con singulares muestras de dolor. Pediendo al P.e sacase de su casa aquella India. el P.e lo hiço asi y lo caso con mucho gusto de todos y gloria de Nuestro Señor y poco después murio. [1628 (Caixa 28/ Doc 24- 872)]*

> *Otro Indio Cacique y mui estimado siendo de poca edad [...] oculto siempre ser Xpiano por vivir con la licencia q̃ los gentiles y aunque entraba en la Iglesia los domingos oya el sermón y al evangelio se yba con los gentiles, estaba amancebado con algunas infieles y muy araygado en este viçio. Tocole Nuestro Señor por el medio ordinario que es de enfermedad poniendole casi a punto de muerte. Trato el P.e de baptiçarle y el lo rehuso diciendo que en sanando yria a la iglesia en donde aprenderia lo necesario para batiçarse, etc. Convalecio pero no se emendo ni trato de eso mas que si nunca uviera estado enfermo pero queriendo Nuestro Señor traerle a si le dio otra enfermedad tan aguda que le obligo descubrirse al P.e conociendo el castigo del cielo cofesose, y el (que es cosa rara) pidio los oleos y aviendose reconciliado varias veçes dexo esta vida con esperanzas de aver ydo a la del cielo. [1628 (Caixa 28/ Doc 24- 872)]*

As trajetórias das personagens acima são entrecortadas por três semelhanças. A primeira, e menos importante para os objetivos do presente estudo, configura-se na morte trágica de ambos. A segunda reside no fato de ambos serem lideranças nativas, tema importante e sobre o qual já se discorreu. A semelhança que por ora interessa configura-se no fato dos indígenas mencionados aceitarem o cristianismo conquanto conservam a poligamia.

Ser um cristão e manter a poligamia não parece ser um equívoco para esses guarani. Assim, os registros posteriores ao primeiro biênio apresentam, quase que exclusivamente, discussões entre jesuítas e Guarani reduzidos pautadas pela poligamia. Se há uma analogia entre poligamia e conversão – e este estudo concorda que de fato haja –, ela resulta do sucesso do artifício inaciano e não de um *status* diferenciado concedido pelos Guarani ao concubinato. O conhecido fragmento de Montoya, quando cruzado com os demais registros produzidos pelos inacianos, revela um procedimento – o silêncio – justificado por uma metodologia cujo escopo é a cristianização dos indígenas. Essa metodologia visaria ao estabelecimento de um contato inicial, que privilegiava as lideranças, para que posteriormente fosse realizada a conversão.

Conseqüentemente, apenas a poligamia surge nos registros enquanto motivo de contendas dialógicas sobre a possibilidade de ser cristão mantendo simultaneamente um costume nativo que se oponha aos padrões normativos cristãos. Alvitra-se no presente estudo que essa situação resulta da *tolerância metodológica* do primeiro biênio. Pautada pela não oposição entre ser cristão e poligâmico, ela faz com que os Guarani permitam-se discutir com padres sobre a possibilidade de dar continuidade à prática, não ocultando-a dos inacianos, posto que veriam ainda a possibilidade de conciliar a nova fé com a antiga prática. O *deixar-se ver* no caso da poligamia e a concomitante dissimulação das demais práticas, torna aquela o principal alvo das contendas no espaço reducional. Seria esse o motivo de haver uma correlação entre o abandono da prática e o reduzir-se.

O mesmo não ocorre com práticas como a antropofagia e o xamanismo, que os registros revelam que continuam a serem realizadas pelos Guarani reduzidos, mesmo que eles não discorram com os padres sobre a possibilidade de dar prosseguimento a elas.[4] Assim, se há uma preferência distinta pela poligamia em detrimento de outras práticas, ela é, sobretudo, dos inacianos que a toleraram por dois anos e jamais dos Guarani, posto que estes prossigam com toda a sorte de práticas tradicionais, mas sob sigilo. Daí que, conseqüentemente, os registros somente dão conta da continuidade de desses costumes quando os padres são informados por terceiros ou por partícipes arrependidos, posto que raramente os vejam de fato.

[4] É o caso dos indígenas reduzidos que capturaram cinco inimigos, sendo um sacrificado sobre a sepultura de um cacique que ele havia morto dois anos antes e os demais devorados em um ritual antropofágico. Ao saber de tal evento, o jesuíta "les dixe q̃ como se hazian tales cosas sin darnos aviso dello y […] les hize un sermon" [1627 (Caixa 28/ Doc 21- 869)]. Sete anos depois um sermão também foi ouvido pela índia reduzida que leva sua filha doente a um "hechizero" e com a morte da rebenta confessa e pede perdão ao padre [1634 (1634 (Caixa 28/ Doc 31- 879)].

A referida metodologia, dando maior flexibilidade à poligamia, conduziria os Guarani reduzidos a ocultarem as demais práticas, investindo todos os seus esforços na tentativa de negociar a possibilidade de dar continuidade à poligamia, em uma espécie de recurso pautado por um precedente. A *tolerância metodológica* estabelece, portanto, o diálogo necessário com as lideranças indígenas para o processo reducional. A redução *de fato*, é antecedida por uma redução *dialógica*.

Portanto, propô-se nas linhas precedentes que o silêncio de que trata Montoya indica uma estratégia inaciana para a redução dos indígenas. Menos uma interpretação do que um método. Se aparentemente há uma maior dificuldade de subsumir a poligamia, ela é induzida pelos inacianos ao balizar quase todas as contendas a ela, donde se entende que o silêncio sobre o sexto mandamento não é fruto da maior essencialidade da prática, mas de uma metodologia bem empregada. O silêncio inaciano no primeiro biênio conduz às queixas indígenas sobre a manutenção da poligamia nos anos seguintes, assim como ao silêncio, agora guarani, naquilo que se refere aos demais costumes. Por conseguinte, a analogia possível entre o abandono da poligamia e reduzir-se surge na documentação em função de uma metodologia inaciana, justificada e com um prazo estipulado, que foi mais "flexível" única e exclusivamente com essa prática; surge também da poligamia como única prática que os Guarani reduzidos insistem em tentar conciliar às claras com o cristianismo (conseqüência da redução dialógica à aludida prática); e, por fim, da permanência oculta de antigas práticas.

Bibliografia

FAUSTO, Carlos. *Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX)*. In: **Mana**. Vol.11, nº. 2. Rio de Janeiro: 2005.

MELIÀ, Bartomeu. ***El guaraní conquistado y reducido**: ensayos de etnohistoria*. Asunción: Univ. Católica, 1988.

NECKER, Louis. *La reacción de los guaraníes frente a la conquista española de Paraguay: Movimientos de resistencia indígena*. In: **Suplemento Antropológico**. Vol. XVIII, nº. 1. Asunción: 1983.

SUSNIK, Branislava. *Etnohistória del Paraguay: Etnohistória de los Chaqueños y de los Guaraníes – Bosquejo sintético*. In: **Suplemento Antropológico**. Vol. XXIII, nº. 2. Asunción: 1988.

Fontes documentais

1627. *Annua de la Reduccion de Sant Ignácio del Paraná* (Caixa 28/ Doc 21- 869). In: CEPH/ PUCRS.

1628. *Estado de las reducciones de Guayra. Por Antonio Ruiz de Montoya*. (Caixa 28/ Doc 24- 872). In: CEPH/ PUCRS.

1634. *Estado General de las Doctrinas del Paraná y Uruguay*. (Caixa 28/ Doc 31- 879). In: CEPH/ PUCRS.

S.D. *Relacion de lo Acaecido em las Reduciones de la Sierra y Especialmente em la de Jesus Maria, Despues del Martirio del P. Cristoval de Mendoza*. (Caixa 15/ Doc 5- 303). In: CEPH/ PUCRS.

RUIZ DE MONTOYA, Antônio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os mapas como fonte de pesquisas históricas: análises metodológicas

Ivoneide de França Costa*

Resumo: A construção de mapas sempre esteve presente na história da humanidade como uma prática relacionada às atividades de orientação e registro. No entanto, os mapas podem ser utilizados na observação de processos históricos com interpretações dos espaços, bem como elementos que podem fornecer subsídios para analisar a evolução do tempo. Os mapas podem também ser usados no contexto de interesses políticos como instrumentos para negociações territoriais e delineação de fronteiras. O presente artigo procura entender os mapas como uma fonte para pesquisas históricas, procurando observar, por meio do tipo de sugestões de análises propostas por Peter Burke, como a cartografia pode tornar tal prática possível. Com o objetivo de compreender como isto poderia se dar utilizaremos como fonte alguns mapas elaborados por Theodoro Fernandes Sampaio durante a expedição pelo Rio São Francisco e Chapada Diamantina no século XIX, procurando entender as características presentes em tais desenhos e as intenções do autor ao elaborá-los.
Palavras-chaves: mapas, imagens, história.

Abstract: The construction of maps always was present in the history of the humanity as a practice related to orientation or registry activities. Nevertheless maps can be used to notice historical processes with interpretations of the spaces, as well as elements that can supply supplying subsidies to analyze the time evolution. The maps can also be used in the scope of political interests as instrument for territorial negotiations and delineation of borders. The present article tries to understand maps as a source for historical researches, trying to notice, through the kind of analysis suggestions proposed by Peter Burke, how the cartography can make that practice possible. In order to understand how this could be possible we will use as source some maps made by Theodoro Fernandes Sampaio during the expedition on the São Francisco river and Chapada Diamantina in the XIX Century, trying to understand the characteristics presented on those drawings and the intentions of his author when making them..
Keyword: maps, images, history**.**

Um pouco de História

Desde a pré-história a confecção de mapas se faz presente na história da humanidade como instrumento de orientação e/ou registro. A base do sistema cartográfico atual esta assentada na cultura grega, tendo sito estes que "admitiram a forma esférica da Terra, com seus Pólos, Equador e Trópicos, desenvolveram também o sistema de latitude e longitude, desenharam as primeiras projeções e calcularam o tamanho do planeta". (RAISZ, 1969:12).

* Professora Auxiliar do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana – Ba.

Na Europa nos séculos XVI e XVII a utilização de mapas foi impulsionada, nesse período surgiu à impressão possibilitando a produção e distribuição mais rápida e favorecendo a troca de informações atualizadas. O aspecto comercial da confecção e a publicidade foram resultados de uma nova dinâmica para a produção e propagação, nesse mesmo período deu-se atenção para a precisão. Segundo Black (2005), o progresso assegurava que os dados cartográficos seriam precisos, tal qualidade era relevante devido às informações descritivas contidas neles, e "isso era importante porque os mapas descreviam características físicas, especialmente montanhas e rios, como também cidades, estradas, batalhas e fronteiras". (BLACK, 2005:34).

No século XVIII o hábito de se fazer referências a mapas expandiu-se, o interesse político assegurava seu uso nas negociações territoriais, em delinear fronteiras e em momentos de guerras políticas. No século XIX seu crescimento continuou impulsionado com as tecnologias, que favoreceu a expansão e reforçou a impressão, inclusive em cores. A confecção mecanizada do papel e a prensa topográfica permitiram a ampliação do público cartográfico. A educação em massa, também permitiu o crescimento da história e geografia o contribui para uma demanda pedagógica dos mapas (BLACK, 2005), fazendo com que as editoras produzissem em escala maior. O imperialismo do século XIX, voltado para a territorialidade e controle dos espaços onde as descobertas refletiam a expansão e exploração, impulsionou a confecção de Atlas, que "freqüentemente terminavam com um mapa do mundo mostrando as possessões e dependências britânicas" (BLACK, 2005: 108), para reforçar o domínio e ostentar a grandeza do império. Os alemães, ainda século XIX, foram os maiores produtores de mapas e Atlas, caracterizados pelas riquezas de detalhes e fielmente executados.

No princípio do século XX, a utilização da fotografia aérea substituiu as medições topográficas manuais. Com a utilização da câmera fotográfica, pode se ter maior precisão e com menos tempo, além de possibilitar a exploração em regiões de difícil acesso. Comparando a fotografia aérea com o mapa, verifica-se que ambas tem vantagens em pontos distintos, não podendo uma prevalecer totalmente sobre a outra. Ao analisar essas diferenças podemos fundamentar os princípios da cartografia:

> Mapas são desenhados em escala, são seletivos, destacam o que lhe parece importante, desenhados a partir de contenções e símbolos padronizados, generalizam quando necessário para a representação, possuem títulos, inscrições ou denominações e legendas, são normalmente relacionado a um sistema de meridianos e paralelos. (RAISZ, 1996:89)

Segundo a Sociedade Brasileira de Cartografia, a definição formal de mapa aceita e difundida estabelece como uma "representação cartográfica plana dos fenômenos da sociedade e da natureza, observados em uma área suficientemente extensa para que a curvatura terrestre não seja desprezada e algum sistema de projeção tenha que ser adotado", no intuito de "traduzir com fidelidade a forma e dimensões da área levantada". (MENEZES, 2004: 02)

No seu planejamento, devemos a princípio considerar qual a sua função, qual interesse, qual área incluir, qual escala e sistema de projeção usar, que acidentes do terreno devemos destacar, qual técnica usar, que estilo, que inscrições, quanto tempo dispomos, esses e outros itens são fundamentais para um bom resultado no desenho. A forma de um mapa depende da área a ser representar e seu tamanho é limitado pelo tamanho do suporte de desenho. O esboço a lápis facilita a determinação do plano de trabalho dando a idéia de conjunto. Outro fator importante no mapa se refere a sua precisão e ao seu propósito, esses fatores darão credibilidade e funcionabilidade ao mapa.

A importância de estudo sobre mapas

Os mapas também fornecem subsídios para a história, para o qual se constituem de Atlas Históricos de onde podemos perceber processos históricos em interpretações e relações dos espaços, fornecendo elementos para acompanhar a evolução das épocas. O estudo dos mapas oferece uma abordagem para entendimento da história, contudo na maioria das vezes passam despercebidos, semelhante ao que acontece, salvo algumas exceções, com outras imagens, servido de meras ilustrações[1], "sem aproveitar o seu valor enquanto expressão do momento histórico" (COSTA, 2005:02) ou simplesmente pensar "que para fazer história bastavam apenas documentos escritos, aqueles que continham sem suas linhas e entrelinhas mensagens, vestígios do que outros homens fizeram, e, quando muito pensaram". (FREITAS, 2003:01). Contudo, essa visão tem se alterado, os historiadores estão dispostos a incluírem mais tipos de artefatos e outras produções humanas em seu campo de estudo. (ALPERS, 1999). Nesse contexto, estudiosos estão considerando a estrutura dos mapas bem como sua base cognitiva.

[1] Peter Burke no seu livro Testemunha Ocular faz um estudo da utilizando as imagens como evidência histórica, apontando que os últimos tempos, os historiadores tem ampliado consideravelmente o uso das imagens ao lado de textos literários e testemunhos orais. BURKE, Peter. Testemunha Ocular: história e imagem. SP: Edusc, 2004.

Alpers (1999) lembra que como a arte de pintar[2], no mapa se tem "uma superfície sobre a qual se faz uma montagem do mundo", e mesmo tratando as pinturas e mapas como elementos separados, ambos são "usados para servir ao mapeamento de uma região", se distinguindo apenas pela sua aparência, ou seja, um estaria mais próximo da ciência o outro da arte e acrescenta: "os mapas fornecem-nos a medida de um lugar e relação entre lugares, dados quantificáveis, enquanto as pinturas de paisagem são evocativas e visam antes a dar-nos certa qualidade de um lugar ou da percepção que o observador tem dele". (ALPERS, 1999: 250).

Burke (2004) propõe alguns aspectos a serem observador quando estudamos imagens. O primeiro deles aponta para compreendermos que as imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo. O segundo remete a preocupação de enfatizarmos as imagens como testemunhos, e por isso, necessitam ser colocadas no contexto e/ou contextos, ou seja, políticos, culturais, meterias. O terceiro, acentua que um conjunto de imagens oferecem testemunhos mais confiáveis do que imagens isoladas. E por último, ressalta a importância dos historiadores lerem as entrelinhas, para perceber os detalhes e inclusive as ausências. Estes aspectos norteiam entendimentos sobre as imagens de modo geral, vamos aplicar esse conhecimento em mapas, para verificamos a eficácia dessas "regras" de estudo de imagens.

Um mapa histórico: uma breve análise

O mapa abaixo data de 1880, foi confeccionado por Theodoro Fernandes Sampaio na sua viagem pelo rio São Francisco e Chapada Diamantina[3]. O mapa apresenta à passagem de Theodoro Sampaio nas imediações da cidade de Rio de Contas – Ba seguindo para Villa Velha[4]. Corresponde a visão do cientista e engenheiro Theodoro Sampaio sobre a região, da qual representou as elevações, povoados, rios e riachos. A função dos mapas para a expedição, de modo geral, eram delinear o trajeto, apresentando os acidentes geográficos e as localidades ao longo do percurso.

Observamos que no canto a direita esta uma linha vermelha se referindo a estrada, essa informação é uma espécie de indicação para o uso da linha representando o trajeto percorrido através do mapa, poucos foram os mapas onde o trajeto era indicado com linha

[2] A autora de refere à pintura de paisagens.
[3] Essa viagem foi realizada em 1879-80, pela Comissão Hidráulica do Império. Tinha o objetivo de estudar os potenciais de navegabilidade do rio São Francisco. O percurso foi estendido para realização de uma expedição na região da Chapada Diamantina e os sertões baianos.
[4] Atual cidade de Brumado – Ba

colorida, nesse caso ele procurou destacar no mapa. Nos desenhos[5] feitos por Theodoro, sejam mapas, paisagens ou figuras humanas, prevalecem o uso apenas do lápis preto. Outros elementos que se destacam no mapa são as representações das serras de Villa Velha e as informações técnicas dos Picos de Alma e o Mato Grosso.

Nos mapas confeccionados por Theodoro Sampaio na viagem pelo rio São Francisco e a Chapada Diamantina, encontram o conteúdo que versa de determinação de trajeto, localização de montanhas e tipos de rochas, percebe-se também a evolução das informações à medida que o trajeto se evoluía. Os mapas, da mesma forma que os desenhos de paisagens da época, buscavam uma representação do país, como lembra Dória:

> Eram de fato muito dinâmicas as relações entre a Cartografia e o chamado desenho "de paisagem" ao menos até o século XIX: saber 'representar um país' poderia ter um sentido amplo, indo desde a feitura efetiva de um mapa até à realização de 'vistas' e de figuras de plantas e animais – sendo a palavra país justamente a raiz etimológica de "paisagem". (DÓRIA, 2004:13)

Numa breve análise das intenções, percebemos que o mapa apresenta uma visão do autor sobre a região, nele, Theodoro procurou inserir elementos necessários para o reconhecimento da região mesmo que esses elementos não caracterizassem aspectos pertinentes a cartografia, como no caso de elementos topográficos. Além disso, fornecia o trajeto percorrido pelo expedicionário, servindo de referência para o mapeamento da região da Chapada e com seus atributos econômicos, dados importantes para o Império.

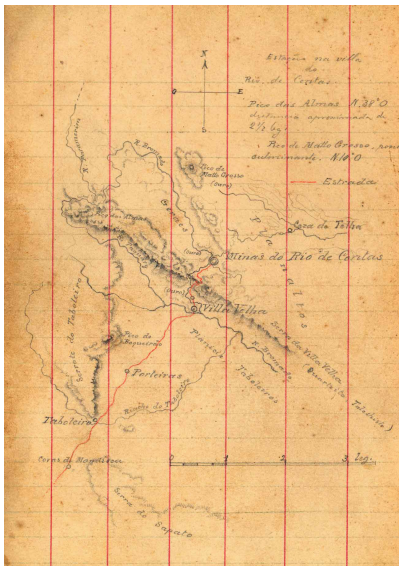

Imagem 1: Mapa de Vila Velha. Autoria Theodoro Sampaio - 1880. Fonte: Arquivo Theodoro Sampaio – IGHB

Outros aspectos podem ser estudados a partir desse mapa, como por exemplo: a evolução territorial, as mudanças de nomes das localidades, maneiras como engenheiros

[5] Na expedição Theodoro representou paisagens, mapas, pessoas, objetos. Estes desenhos se encontram no Arquivo Theodoro Sampaio, localizado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

procediam em meados do século XIX utilizando a cartografia, técnicas de desenho de mapas utilizados por engenheiros da época.

Seguindo nossa análise utilizando os mapas de Theodoro Sampaio, temos um mapa que apresenta o canal do Sobradinho em 1879, de onde se tem a imagem 2. O mapa tem uma função informativa, vê-se a indicação de Santa Anna - BA, (pequeno povoado onde a Comissão fez pouso), O canal do Sobradinho, o Tabuleiro, o Serrote do Sobradinho, a ilha da Cachoeira e a indicação do Norte. Há colocações de letras em locais específicos em volta da ilha que, conforme caderneta de viagem indica a profundidade de cada ponto segundo o próprio Theodoro Sampaio (1879): o local indicado pela letra "a" é o de menor profundidade, os locais das letras "c" e "d" são "bastantes profundos até quase a extremidade superior da ilha de Cachoeira onde a pedras interrompem o leito do rio e dificultam a passagem na vazante, o que se chama geralmente de cachoeira de Sobradinho" (SAMPAIO, 1879:41). Como se observa nesse mapa, estas informações apresentam a outra função da Comissão Hidráulica, a de verificação das profundidades por sondagem, complementadas pela determinação das velocidades do rio e dados climatológicos da região.

Essas indicações serviriam para avaliar as possibilidades de melhoramento do canal a fim de viabilizar a navegação. As Cachoeiras[6] de Sobradinho eram consideradas importantes por serem as únicas existentes entre Juazeiro-Ba e o curso do rio desimpedido, o seu melhoramento facilitaria o comércio e o movimento de passageiros naquela região dificultada na estiagem, ou seja, seu melhoramento era necessário por questões econômicas.

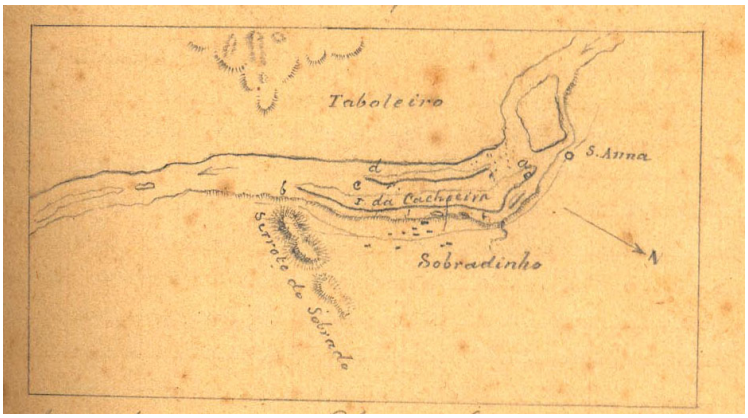

Imagem 2: Mapa da cachoeira do Sobradinho. Autoria Theodoro Sampaio - 1879. Fonte: Arquivo Theodoro Sampaio – IGHB

Este último mapa difere um pouco do anterior, não mostra o itinerário, ele se atenta a um estudo sobre as condições do local para possíveis melhorias. Comparados os dois

[6] Segundo Theodoro Sampaio havia pelo menos quatro cachoeiras no canal do Sobradinho, estas com a construção da barragem do Sobradinho ficaram submersas. (SAMPAIO, 1879)

mapas, elementos são comuns no que diz respeito à representação dos acidentes geográficos, mas as funções se diferenciam, ou seja, a concepção de mapa para Theodoro Sampaio incluía-se representação elementos necessário para que se conhecesse a região que estava sendo explorada e determinação dos pontos onde seria possível modificar para atender ao objetivo da expedição, no caso a navegação pelo rio São Francisco e reconhecimento da região da Chapada.

Havia, no entendimento de Theodoro, intenções específicas com os mapas, representar o Brasil era preponderante, país que estava sendo descoberto e dominado, e este era o objetivo das comissões na segunda metade do século XIX, uma visão voltada para a expansão, modernização e conhecimentos do país. As comissões nesse período percorreram o Brasil "visando à construção de estradas de ferro, a avaliação da navegabilidade de certos rios e o mapeamento geológico do país". (KURY E SÁ apud KURY, SÁ & LIMA, 2000:24). Diferente do ocorreu no século XX, onde as expedições tinham outra natureza de interesse. Num país em crescimento, as comissões agora organizadas por instituições nacionais, voltaram sua atenção para era de intervenção local, numa tentativa de melhorar quadro de pobreza, de doenças e de más condições de higiene.

Pelo que percebemos, os mapas de Theodoro Sampaio oferecem o entendimento sobre as condições da região na época, bem como indícios[7] do que se pretendia realizar através da expedição pelo rio São Francisco e a Chapada Diamantina. Com esse mapa também poderíamos viabilizar pesquisas que tratassem das modificações ocorridas pelo rio São Francisco depois de 1879, por exemplo, em virtude das construções de barragens.

Considerações finais

Nessas imagens procuramos fazer uma análise tentando aplicar aos critérios de interpretação propostos por Peter Burke, contudo as imagens, sejam elas de qualquer natureza, demanda aprofundamento no "contexto" em que esta inserida, não sendo possível contemplar com ensaio. Com escolha dos mapas, buscou-se trazer em evidência um tipo de documento ainda pouco utilizado. Percebe-se o aumento das pesquisas envolvendo de paisagens, pessoas, momentos históricos sejam em desenho ou fotografias, mas a utilização de mapas ainda é tímida. Pensado nos mapas como fonte para pesquisas, procuramos ampliar

[7] O acervo de imagens de Theodoro Sampaio na expedição, compõe-se de cerca de mais de 80 desenhos, sendo necessário um estudo com as outras imagens para se ter um dimensão mais apurada sobre os objetivos propostos e alcançados pela Comissão. Essa pesquisa já esta sendo desenvolvida por mim, no âmbito do Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências - UFBA, UEFS.

o acervo dos documentos a serem investigados e utilizados pela histórica, o que vem favorecer e elevar o cabedal de objetos e objetivos a serem almejados, numa sociedade onde as imagens são preponderantes.

As imagens são testemunhos sobre um passado de "valor real", suplementadas e sendo apoiadas pelos documentos escritos. O que nos remete ao seu estudo dentro do seu contexto social, ou seja, uma história cultural das imagens, utilizando-as s como evidência para a história social ou econômica, com preocupações voltadas para a ciência, gênero, política e assim por diante. (BURKE, 2004).

O presente texto propõe uma pequena contribuição o estudo das imagens, também tem a pretensão de fazer provocações a cerca do tema envolvendo análises de imagens, campo de estudo em crescimento e que vem despertando interesses não só de historiadores, mas também de antropólogos, geólogos entre outros.

Referências bibliográficas:

ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever.** São Paulo: USP, 1999.

BLACK, Jeremy. **Mapas e História**: construindo imagens do passado. Bauro: Edusc, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

COSTA, Ivoneide de França. Fontes Visuais: importância, análise e possibilidades. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO E XVII. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMETRIA DESCRITIVA E DESENHO TÉCNICO. **Anais.... GRAPHICA**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches (FASA), 2005.

DÓRIA, Renato Palumbo. **Entre o Belo e o útil:** manuais e práticas do ensino do desenho no Brasil do século XIX. São Paulo, 2004, 220 p. Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

FREITAS, Adriana Oliveira de. Imagens e História: fotografias e documentos icnográficos como fontes históricas. In: V Encontro Regional da Anpuh - ES. **Anais .... Territórios e fronteiras: limites e deslocamentos**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006. Disponível em: < http://www.cchn.ufes.br/anpuhes/anais5/index.htm>. Acesso em: 01 Março 2007.

KURY, Lorelay, SÁ, Magali Romero & LIMA, Nísia Trindade. **A Ciência dos Viajantes**: natureza, populações e saúde em 500 anos de interpretações do Brasil. Catálogo. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2000.

MENEZES, Paulo Marcio Leal de. Vamos falar de mapas?: In: **Boletim da Sociedade de Cartografia**. N. 53, 2004. Disponível em:
<http://www.cartografia.org.br/boletim/Boletim53.pdf>. Acesso em: 29 Maio 2007

RAISZ, Erwin. **Cartografia Geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969.

SAMPAIO, Theodoro Fernandes. **Diário a Comissão Hidráulica**: Rio São Francisco: de 20 março a 31 de agosto 1879. Instituto Geográfico de Histórico da Bahia. 1879 (manuscrito).

____. **Desenhos e Descrições**. Instituto Geográfico de Histórico da Bahia. 1879/80 (manuscrito).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rock, uma trajetória entre história e música

Rainer Gonçalves Sousa*

Resumo: A discussão sobre o *rock'n'roll*, aqui considerada, traz novas perspectivas e aparatos teóricos que oferecem uma nova visão para os estudos que envolvem História e Música. Estabelecemos um diálogo entre as diferentes noções que teóricos como Theodor W. Adorno, Mikhail Bakhtin e Dominick LaCapra trazem para este tipo de trabalho. Desse diálogo surgem questões sobre a definição de cultura popular, as diferentes significações históricas do *rock*'n' roll e o as múltiplas fontes de interpretação que tal objeto pode oferecer ao pesquisador.
Palavras-chave: História Cultural – Música – *Rock*'n'roll

Abstract: The discussion about rock' n' roll, considered here, brings new perspectives and theoretical apparatuses that offer another vision for the studies that correlate History and Music. We establish a dialogue between the different notions that theoreticians as Theodor W. Adorno, Mikhail Bakhtin and Dominick LaCapra bring for this type of work. From this dialogue comes up concepts about the definition of popular culture, the different historical meanings of rock' n' roll and the multiple sources of interpretation that such object can offer the researcher.
Keywords: Cultural History – Music – Rock'n'roll

Explorando a pertinência das questões que legitimam os tratos entre História e Música, pretendo aqui realizar uma amostragem dos descaminhos, problemas e alternativas alcançadas num estudo, por mim realizado, sobre a inserção sócio-cultural do *rock'n'roll* nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1960.

Inicialmente, nos deparamos com o fato de que analisar um gênero musical coloca o historiador mediante várias abordagens que podem se iniciar por uma extensa gama de cantores e conjuntos musicais. Além disso, podemos elencar questões sobre performances ao vivo e as leituras do público que aprecia um determinado estilo ou grupo musical. Neste breve levantamento, temos uma amplitude das possíveis abordagens históricas sobre aquilo que o *rock* historicamente significou dentro de suas diversidades.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

Apesar dos posicionamentos e constatações claras serem fundamentais para as nossas possíveis perspectivas, não podemos iniciar a pesquisa dando um parecer específico sobre um estilo musical. Antes de encarar essa questão como fundamental, devemos considerar que este não pode ser o ponto de partida na construção de um sentido histórico aos gêneros musicais. Tal posicionamento se torna ainda mais relevante quando destacamos o fato de que os elementos relacionados ao *rock* o constituem enquanto gênero, e negamos a idéia de que ele seja um elemento autônomo capaz de ditar aquilo que pode ou não ser expresso em seu nome. Portanto, devemos inicialmente delimitar os métodos pelos quais podemos justificar a relevância das nossas pesquisas e a validade da nossa perspectiva histórica.

Buscando legitimar o estudo da música popular, assim como do *rock'n'roll*, vários estudiosos criticam as perspectivas de Theodor W. Adorno sobre o assunto. Entre os textos adornianos mais visados pelos pesquisadores de música popular, podemos destacar os textos *"O fetichismo na música e a regressão da audição"* e *"Idéias para a sociologia da música"* como grandes referenciais dessa crítica. Porém, constatar o caráter elitista e apocalíptico desses textos não basta para dar um melhor lugar para a música popular.

Para extrapolar essa crítica, temos que abrir espaço ao sabor de outras linguagens teórico-metodológicas. Nesse intento, procurei buscar, nos conteúdos das obras do pensador russo Mikhail Bakhtin, uma possibilidade de crítica ao legado adorniano e também encontrar outra definição para música popular. Apoiado pelas proposições de Bakhtin extraí uma nova significação da cultura popular que, segundo o autor, é uma manifestação viva que dialoga com os elementos diversos inseridos em sua realidade.

Ao mesmo tempo em que conseguimos superar a problemática do fetiche auditivo de Adorno e sua tentativa legitimadora da música atonal como única forma original, livre e inconteste de manifestação artística do gênero, estabelecemos uma nova compreensão daquilo que pode ser culturalmente definido como popular. Ao conceituar o popular, percebemos uma amplitude da definição que o teórico russo faz do mesmo. Analisando as caracterizações, formas de pensar o mundo, representações e discursos dessa cultura popular, Bakhtin faz seguidas referências ao contexto em que esse universo popular aparece.

Nesse aspecto, o pensador salienta a capacidade que essa cultura possui em transitar entre os elementos discrepantes, as contradições e extremos que uma determinada

sociedade carrega em seu bojo. Os jogos entre subordinadores e subordinados, o trato cômico que o popular oferece à uma cultura oficial, os conflitos entre valores enraizados e as novas possibilidades são temas que se reproduzem de forma múltipla na perspectiva bakhtiniana. Ao trabalhar com as contradições, Bakhtin define sua perspectiva, mas não obedece a um trajeto esquemático onde o popular assume um novo posto hierárquico imbuído de poderes que subjuguem ou aniquilem a cultura oficial e seus representantes econômicos, sociais ou institucionais. Tão pouco o autor endossa o popular como uma ferramenta de uso exclusivo de uma determinada classe social. Sua pretensão é abrilhantar o valor do jogo, das trocas e das transformações que o popular alcança no ato de suas manifestações.

A cultura deixa de ser outro campo de batalha das lutas de classes para ser um terreno aplainado, aberto ao diálogo e à reflexão dos valores socialmente construídos. É nessa base consolidada por Bakhtin que iremos discutir o valor que o *rock'n'roll* possui enquanto uma prática cultural que abriu diálogo aos elementos, ideologias, imagens e instituições de seu contexto. Além disso, podemos ver o *rock* para além de sua quase inconscientemente repetida natureza contra-cultural e superar outros pareceres sistematicamente perpetuados sobre ele.

Proposta esta perspectiva ao *rock* e a cultura popular, podemos retomar o ponto sobre as possibilidades de trabalho que um gênero musical pode nos oferecer. Nesse aspecto, é sempre muito difícil realizar algum tipo de dissociação entre os possíveis elementos a serem estudados, dado o forte grau de interligação que os mesmos apresentam entre si. As bandas, cantores e determinadas vertentes que elaboram as particularidades de um estilo musical transmitem uma série de valores e idéias que se manifestam em formas múltiplas, formas essas que ao mesmo tempo reforçam e ampliam o conjunto de leituras possíveis sobre o *rock'n'roll*.

Nesse sentido, Mikhail Bakhtin defende essa idéia ao dizer que:

> *A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, concordar, etc. Neste diálogo o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal.. (BAKHTIN apud. CUNHA, 1997, p.71-96)*

Desta forma, ao exporem suas idéias no mundo em que vivem, as canções dialogam entre as várias falas encontradas nos diferentes meios de interação social e cultural. Ao mesmo tempo, realizam a um exercício que intercala discursos e subjetividades, interagindo na construção de idéias e conceitos.

Notando que não podemos fazer a leitura de um elemento privilegiado do *rock* em detrimento dos demais, devido sua forte interligação, percebemos um prisma de leituras onde cada um desses aspectos é um item a mais na compreensão desse texto. Porém, como não é possível realizar uma leitura esgotada sobre o assunto, privilegia-se um desses aspectos como um ângulo de perspectivas pelo qual enxergamos uma teia de relações singulares entre um componente que constitui o *rock* e os demais partícipes na construção social, cultural e artística desse gênero musical.

Assim, buscamos elaborar um quadro de perspectivas partindo da análise das letras de música. Para isso, foi necessário estabelecer um parâmetro na escolha e na análise de tais canções, já que extrair algum sentido histórico das letras exige optar por canções que não expressem somente as preferências do historiador. Isto poderia incorrer no erro de privilegiar apenas as letras que dizem aquilo que ele quer escutar. Antes de qualquer coisa, essa pesquisa não quis elencar as "melhores" letras de um conjunto de artistas, mas aquelas que atingiram de forma mais significativa o meio cultural em que elas se difundiram.

As letras de *rock*, apesar de não serem obras compostas por uma extensa narrativa, possuem uma estrutura capaz de nos elucidar uma compreensão histórica tanto segura quanto possível. Nesse sentido, Dominick LaCapra destaca que quaisquer tipos de textos tendem "a ser densamente codificados e ideologicamente saturados porque eles são construídos sob a premissa de conseguir uma mensagem delimitada através do leitor ou ouvinte." (LACAPRA, 1985, p. 131)

Conseguir uma compreensão por parte de seus ouvintes, nos atenta para a idéia de que qualquer texto tem por princípio criar um elemento identitário para com o seu público. De tal forma, o texto se mostra contaminado por um conjunto de imagens que justificam o nível de compreensão buscado por suas linhas. Essas imagens são, de fato, todo um aspecto contextual, que permeia tanto os autores quanto o público, e não pode ser ignorado pelo pesquisador caso ele pretenda analisar o sentido das canções como sendo construções de um diálogo vivo e interminável.

Desta maneira, a apreciação dos fatos que remontam o período histórico no qual essas letras forma escritas, permite a ampliação das questões a serem discutidas sobre o *rock'n'roll*. Ao mesmo tempo, essa busca de uma relação entre contexto histórico e música deve ser feita levando-se em consideração as várias instâncias que convivem com essa obra e, também, que essa relação não é um mero fornecimento de "dados da realidade" por meio de canções.

Simultaneamente, tratamos o *rock* como um estilo musical que emerge em uma sociedade do pós-guerra, de modo que, todo o aspecto contextual extraído de tal época nos demonstra o quadro de um país que revive um período de euforia econômica mesclada aos desafios de uma nova conjuntura. Nesse sentido, observamos claramente o legado dos fracassos de um passado recente convivendo com as questões e desafios futuros, um conflito onde uma variedade que questões se defrontam com duas diferentes perspectivas.

Munidos da dimensão contextual de LaCapra e a noção dialógica de Bakhtin, podemos enxergar as narrativas das canções como mais do que "marcas comerciais" que singularizam um *hit* dos demais (ADORNO, 1983, p.190).

Por fim, chegamos à escolha das letras, munidos de uma leitura contextual que perfila análises históricas que transitam entre o estilo musical em questão e a sociedade que o consumiu. Considerando a relevância que as canções deveriam ter dentro da pesquisa, busquei utilizar um conjunto de letras, entre os anos de 1955 e 1969, que alcançaram as 100 melhores posições no ranking organizado pela revista norte-americana *Billboard*. Essa mesma revista vem – desde os anos quarenta – publicando listas das músicas mais executadas e se consolidou como uma das maiores divulgadoras do meio musical na mídia impressa dos Estados Unidos.

Usando as listas da revista *Billboard*, conseguimos destacar canções que se envolvem em dois pontos relevantes. Primeiramente, apontamos para um grupo de músicas que tiveram um grande impacto entre os indivíduos daquela época, extrapolando seu mero registro fonográfico. Em segundo lugar, ao usar canções de sucesso, podemos questionar se delas incorre, necessariamente, algum tipo de construção artística artificial ou desarraigada de qualquer aspecto dialógico para com o meio em que estão inseridas.

Na etapa seguinte, lidamos diretamente com as canções, o conteúdo das canções e as possíveis interpretações sobre as mesmas. Propomos uma série de análises assumidamente defendidas pela delimitação teórico-metodológica aqui assumida. As letras contempladas nos permitem abranger assuntos que vão desde essa relação entre o *rock* e a sociedade norte-americana até questões sobre a visão do público sobre essa manifestação artística, cultural e histórica.

Podemos colocar em pauta a ingerência da indústria cultural ao nos depararmos, por exemplo, com a canção *Long Tall Sally*, de 1956. Nela, o cantor Little Richard fala de um homem em dificuldades, que busca na noite e nos relacionamentos extraconjugais uma maneira de extrapolar o seu mundo de obrigações e normas. A letra nos permite questionar como uma canção que aborda tais temas pôde alcançar êxito em uma sociedade onde – sob os ditames de uma indústria cultural – a música livre e insubordinada tenderia a desaparecer em um espaço de repercussão controlado.

Sob outro aspecto, podemos observar que as novas propostas estilísticas e temáticas do *rock* tiveram leituras diversas. A própria idéia do *rock* como o representante de uma cultura jovem ou da chamada contracultura, não pode ser tomado como um dado natural à sua própria caracterização. A adoção de instrumentos comumente usados por bandas de *rock* feito por Bob Dylan – classificado como um cantor *folk* – no álbum *"Bringing It All Back Home"*, de 1965, exemplifica esse tipo de questão. Essa aproximação de Bob Dylan com o *rock* fez com que muitos de seus fãs se desagradassem. Segundo Paul Friedlander, alguns fãs de Dylan consideravam o *rock* uma "música simplista, romântica e voltada para adolescentes" (FRIEDLANDER, 2003, p. 202).

A própria fronteira demarcada pela *"British Invasion"* – momento em que bandas como Beatles, The Who e Rolling Stones alcançam notoriedade no mercado fonográfico dos EUA – demonstra como a visão sobre um estilo se elabora de diversas maneiras. Segundo o escritor Allan Betrock, a *"British Invasion"* antecede um momento em que muitos apreciadores do *rock* acreditavam que "o verdadeiro espírito da música morreu no fim dos anos 50...". Quase repetindo a perspectiva dos fãs de Bob Dylan, o mesmo autor ressalta que esse público dizia que "os primeiros anos da década de 1960 estavam repletos de uma massa mecanizada e sem cor, anunciada pela chegada dos 'ídolos da juventude' " (BETROCK apud. FRIEDLANDER, 2003, p.105).

Seguindo uma seqüência de leituras sobre as canções aqui apreciadas, não poderíamos nos levar por esse tipo de diferenciação. Colocar o *folk* ou a *British Invasion*

como uma salvação ou um marco na história do *rock'n'roll* somente cria um jogo de etapas, hierarquias e evoluções. Nesse caso, os primeiros anos do *rock* são colocados de forma depreciativa por alguns fãs da *folk music* e os próprios fãs do *rock* negam a diversidade de influências do seu estilo musical preferido, ao desmerecerem os grupos que surgem no fim dos anos cinqüenta. Avançando nessa leitura, podemos ainda destacar como os representantes da invasão britânica são diretamente influenciados pelos primeiros conjuntos e cantores dos anos cinqüenta.

Numa outra leitura, podemos reavaliar o legado musical de Elvis Presley como mais do que uma mera adaptação racista capaz de ampliar o mercado consumidor do *rock*. Para além das equipes de promoção de um cantor que, em alguns momentos é confundido com um produto, podemos enxergar rico campo de interpretações entre sua imagem e suas músicas. Por um lado temos a figura de um cantor masculinizado, atraente e autoconfiante. Por outro, "*Teddy Bear"*(1957) e "*Hard Headed Woman*"(1958) falam de um sujeito ora submisso, ora inconformado com o poder que a figura feminina exerce sobre ele.

Podemos pensar numa conexão entre essas canções e as mudanças de papel do homem e da mulher. Considerando-se como as mudanças do modo de vida urbano e industrial daquela época deslocam as relações entre seus partícipes, não poderíamos subestimar essa construção de imagens. Não iremos admitir algum tipo de feminismo, no entanto, podemos refletir sobre um sentido de mudança nas relações afetivas onde a mulher já exerce outro papel no momento em que também se torna capaz de envolver e exercer domínio sobre homem. Ao ignorar a sobreposição da imagem de Elvis e o conteúdo de suas canções, poderíamos subtrair as possibilidades de entendimento que essa relação contraditória evidencia.

Dando atenção a outros universos temáticos do *rock'n'roll*, poderíamos dar especial destaque às canções *"Blue Monday"* (1957) de Fats Domino e *"Proud Mary"*(1969) do conjunto Creedeence Clearwater Revival, que discutem as relações de trabalho e as oposições entre trabalho, campo e cidade. Nessas canções, vemos perspectivas contrárias à uma época onde a euforia econômica – representada por bons índices de emprego e renda – não se colocam como um dado simplesmente refletido em tais músicas de sucesso. Outra vez, perguntamos se as letras são um mero reflexo do real ou se somente alcançam o sucesso através de uma estratégia de venda.

Por último, podemos repensar a "relação inconciliável" entre sucesso comercial e valor artístico-cultural se observamos – por exemplo – a trajetória e as canções do conjunto The Monkees. Num primeiro momento, em 1965, tal banda foi criada como uma bem sucedida atração de estúdio televisivo. Noutro, na segunda metade de 1967, se desligam da TV e assumem diretamente o controle da gravação de seus discos. Entre suas canções de sucesso, durante e depois de sua vinculação com os meios de comunicação de massa, observamos a banda partindo da temática romântica de *"I'm a believer"*(01/1967) para chegar a questões sobre a rotina familiar e o consumismo na canção *"Plesant Valley Sunday*"(06/1967)[1]. Outra vez nos perguntamos se as letras são um mero reflexo do real ou se somente alcançam o sucesso através de uma estratégia de venda.

Apesar de que outras canções poderiam reafirmar as perspectivas aqui assumidas ou trazer novos dados sob esse diálogo que o *rock* traça com seu local de origem, conclusivamente, nessa breve amostragem, podemos notar que o estudo da música popular, a revisita de importantes pensadores da cultura e a construção de uma nova relação entre os mesmos pôde calcar uma outra perspectiva.

Além de deslocar esse primeiro momento do *rock* de idealizações românticas ou temáticas simplistas, comprovamos como a relação interdisciplinar entre diferentes teóricos e conceitos é extremamente importante não só para o *rock*, bem como para outros trabalhos que busquem relacionar História e Música.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição*. In: **TEXTOS ESCOLHIDOS: Water Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürguen Habermas**; Trad. Jose lIno Grünnewals et al. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *Idéias para a Sociologia da Música*. In: **TEXTOS ESCOLHIDOS: Water Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürguen Habermas**; Trad. Jose lIno Grünnewals et al. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

[1]"FARIAS, Sergio". Senhor F: Agência de notícias. Disponível em: <http://www.senhorf.com.br/agencia/main.jsp?codTexto=3648>. Acesso em: 01 de maio. 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. Tradução: Yara Frateschi Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BRONSON, Fred. **Billboard's Hottest Hot 100 Hits – Updated and Expanded 3rd Edition**. New York, NY: Watson-Guptill Publications/Billboard Books, 2003.

CUNHA, D.A.C. *Bakhtin e a Lingüística Atual: Interlocuções*. In: BRAIT, B.(org). **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FRIEDLANDER, Paul. ***Rock* and Roll: Uma história social**. Tradução: A. Costa. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LACAPRA, Dominick. **History & Criticism**. Itaca (New York): Cornell University Press, 1996.

_____. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In: PALTI. Elias José. **"Giro Lingüístico" e historia intelectual**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson

Paulo Roberto de Jesus Menezes*

Resumo: A biografia foi um gênero de escrita importante no Brasil do século XIX. Tendo como fonte de inspiração a *história magistra vitae,* difundida pelo IHGB, a Galeria dos Brasileiros Ilustres de Sebastião Sisson destacou-se por ter apresentado novidades em sua confecção: a associação até então pouco explorada em obras biográficas de imagens e texto. Isto ocorreu no bojo daquilo que Stephen Bann denominou de "cultura visual do ocidente". O principal objetivo deste artigo é analisar a introdução da imagem na escrita biográfica do oitocentos, especificamente a obra do litógrafo Sebastião Sisson e a sua difusão na sociedade.
Palavras-chave: Biografia – Imagem – Litografia**.**

Abstract: Biography was an important writing in Brazil during XIX century. The *historia magistra vitae* spread out by the IHGB was a source of inspiration for the majority of these works. The Gallery of the Illustrious Brazilians of Sebastião Sisson distinguished itself for having presented new features in its confection: the until then little explored association of image and text in biographical works. This occurred in the bulk of what Stephen Bann called of "west visual culture". The main objective of this article is to analyze the introduction of image in the biographical writing of the eighteen century, specifically the work of the lithographer Sebastião Sisson and its diffusion in society.
Keywords: Biography – Image - Litography

f

Elaborar uma imagem exige sofisticados arranjos mentais tanto por parte de quem cria quanto daquele que a interpreta. A fotografia e a litografia são as técnicas de obtenção e reprodução de imagens que interessam na elaboração desta comunicação. Foi o seu desenvolvimento que propiciou, no século XIX, maior aproximação entre o dito e o visto.

A proposta a orientar este trabalho é por um lado, refletir sobre a biografia enquanto um gênero de escrita capaz de destacar ou mesmo glorificar pessoas, e por outro, discutir a importância da experiência visual para a sociedade da corte e seu desdobramento na elaboração de um discurso histórico calcado na modernidade que naquele momento traduzia-se na palavra civilização.

Segundo Lygia Segala, foi em 3 de julho de 1839 que o físico e deputado republicano François Arago, anunciou na Câmara o invento fotográfico de Joseph- Nicéphore Niépce e de Louis–Jacques–Mande Daguerre. Nesta fala, o deputado defendeu a utilidade na nova invenção para as artes e para as ciências, bem como a rapidez do processo e a revolução do olhar que a técnica oferecia ao aproximar "imagens fiéis de objetos e paisagens distantes, guardando do tempo monumentos históricos" (SEGALA,1998:11).

* Mestrando, UFRJ/ IFCS – Programa de Pós-Graduação em História Social

Em agosto do mesmo ano é o próprio Daguerre quem revela seus resultados para membros das Academias de Ciências e de Belas-Artes. A repercussão é imediata e há uma profusão de manuais e a venda dos primeiros aparelhos. Cinco meses após é realizado no Brasil pelo francês Louis Compte o primeiro experimento com o daguerreótipo. O evento, segundo Lygia Segala, é anunciado pelo principal periódico da cidade – o Jornal do Comércio – com muita eloqüência e dava especial atenção ao fato de ser possível a partir daquela máquina "fixar pessoas e as coisas como a natureza as havia criado"(idem:12). Daí em diante, a fotografia se expandiu aos costumes das famílias até fazer parte do dia-a-dia da sociedade contemporânea.

Segundo Rogéria Moreira de Ipanema, "a arte da litografia consiste em executar uma imagem ou texto sobre uma pedra calcária e imprimi-los" (IPANEMA ,1995:42). Esta técnica teria sido inventada no ano de 1796 por Aloys Senefelder, jovem artista nascido em Praga no ano de 1771. Assim como a fotografia, a litografia tomou um grande impulso expandindo-se por toda e Europa e sendo a cada dia aprimorada.

Boris Kossoy, defende que a civilização da imagem começa a se delinear no momento em que a litografia "ao reproduzir em séria as obras produzidas pelos artistas do princípio do oitocentos inaugura o fenômeno do consumo de imagem enquanto produto estético de interesse artístico e documental" (KOSSOY,2001:134), vindo o conhecimento visual tornar-se moda na primeiras décadas após o advento da fotografia. Para Kossoy, esta "civilização da imagem" se configura concretamente no momento em que a imagem fotográfica se vê impressa e veiculada em massa através de cartões-postais e das publicações ilustradas"(Idem: 135-136).

O Brasil conhece a técnica litográfica quase simultaneamente ao seu desenvolvimento na Europa. Com dois pólos distintos de desenvolvimento: um informal – com o artista francês Arnaud Julien Pallière -, e outro formal – com a determinação do Imperador D. Pedro I de contratar o suíço Johann Jacob Steinmann para introduzir a técnica aqui -, a litografia se difunde em princípio na corte para daí se espalhar para quase todo território. O caráter inovador e representante do progresso atribuído à litografia estava ligado ao fato de propiciar a reprodução em grande escala de imagens que de certa forma, como salienta Renata Santos, viria suprir a demanda por imagens de uma classe média crescente (SANTOS, 2003:57). Já na década de 1850 a litografia e a fotografia seriam técnicas complementares pois a imagem produzida pelo daguerreótipo seria copiada pelo processo litográfico, propiciando assim a reprodução em escala ampliada.

No momento da invenção e difusão do uso da fotografia e da litografia, o Império independente dava seus primeiros passos. É fartamente documentado o entusiasmo do Imperador Pedro II pelas novas técnicas[1]. Para Lilia Moritz Schwarcz, o monarca faria da fotografia um forte instrumento de divulgação de sua imagem que, devido a rapidez das reproduções, exerceriam forte atração na sociedade sendo sinônimo de progresso e qualidade (SCHWARCZ,1998:345-346).

A Galeria dos Ilustres de Sebastião Sisson[2] foi uma obra biográfica que despontou no Império com o advento da fotografia/litografia. Ligada ao desenvolvimento de uma relação até então pouco explorada, a associação de imagens e texto ocorre no bojo daquilo denominado por Sthephen Bann de "cultura visual do ocidente" (Apud, ZENHA: 135). No caso de Sisson, a ligação do retrato da pessoa à sua biografia é imediata. Entretanto, a associação só se daria plenamente na medida em que as técnicas de reprodução passassem da esfera do lazer pessoal a uma atividade rentável.

A primeira edição da Galeria dos Brasileiros Ilustres – Os Contemporâneos, data de 1859. Inicialmente a obra foi um projeto do fotógrafo Victor Frond em sociedade com Sisson, no qual as fotografias do primeiro seriam litografadas pelo segundo. A parceria, no entanto, não teve êxito. Para Lygia Segala, a sociedade teria sido desfeita "talvez porque Frond visse a Galeria brasileira descaracterizada e sujeita a inserções negociadas cá e lá, em função do nome, do capital econômico e do prestígio já nas tiragens iniciais" (op.cit.: 133).

Com o extenso título "Galeria dos brasileiros ilustres (Os contemporâneos): retratos dos homens mais ilustres, desde a guerra da Independência até os nossos dias. Copiados do natural e litografados por S. A. SISSON, acompanhados de suas respectivas biografias publicadas sob a proteção de Sua Magestade o Imperador", a obra foi publicada em dois volumes, composta de 90 retratos litografados em tamanho 25 x 30cm e assinados por S. A. Sisson. O exemplar a que se tem acesso no IHGB está encadernado em capa dura numa edição com aspecto luxuoso. As litografias feitas em papel especial são seguidas de notas biográficas sem autoria.

Nesta obra, as notas biográficas são precedidas pelo retrato do biografado o que, garantiriam, segundo Lygia Segala, "larga visibilidade ao nome como bem simbólico, desdobrando da imagem a história vivida (op.cit:131). Para além das novidades introduzidas

[1] Este fato não causa estranheza pois, segundo Martin Warnke, o retrato era o principal instrumento da política da corte no antigo regime. Segundo ele, com a crescente importância da personalidade do soberano tornava-se mais relevante a análise psicológica nas relações políticas fazendo com que se exigisse do retrato a apresentação de traços individuais. Provavelmente, o Imperador buscou aí a inspiração para esta atitude

[2] Para este artigo utilizei a versão da obra de S.A SISSON, da coleção Brasil 500 anos, editada pelo Senado Federal, 1999.

no aspecto físico de sua obra, importa a orientação adotada por Sisson, na escolha das personagens de sua galeria. O uso de palavras como progresso, futuro, posteridade podem ser sinais do caminho percorrido em sua seleção. A inserção da foto do biografado, seria, como defende Lilia Moritz Schwarcz (op.cit.: 349), tanto uma forma de mostrar modernidade quanto uma marca de status e de civilidade.

Para Sisson, mais que relatar os feitos heróicos era preciso mostrar o retrato do homem ilustrado, "procurar na fronte do sábio os cálculos profundos de sua vasta inteligência" (op.cit.:13). Junto a sua história devia aparecer o rosto e a indumentária como forma de marcar aquela personalidade através de palavras e pela imagem. Mas não qualquer imagem e sim a do homem público como ele salienta:

> "Em nossos trabalhos biográficos, esmerilhando cuidadosamente a vida pública do homem suspenderemos nossos passos diante do lar doméstico e cerraremos os olhos ao proceder particular; não pertence ao escritor a vida intima do cidadão, somente à tradição cabe revelar esses detalhes para completar o caráter dos homens célebres" (op.cit.:15).

O homem público é aquele ligado de uma forma ou de outra às tarefas de elaboração do Estado: o magistrado, o religioso e o oficial das armas são figuras que serviriam como exemplo para as novas gerações. Nas palavras do editor, sua obra tinha como missão exclusiva de transmitir à posteridade os traços dos principais personagens do heróico drama da Independência do Brasil e dos herdeiros daquele legado.

Falemos um pouco mais sobre estes ilustres brasileiros. Os biografados tinham sempre olhares sérios, roupas sóbrias e em muitos casos ostentavam o brasão imperial tentando talvez indicar qual a nação desejavam construir e continuar, e que sistema político pretendiam ver perpetuado na pátria que ajudavam a formar com seus exemplos.

As províncias que mais fornecem nomes para a galeria de são Rio de Janeiro com vinte e dois nomes, Bahia com dezesseis, seguidas de Minas Gerais e São Paulo com treze. Pernambuco oferece cinco nomes, Goiás com três, Pará, Curitiba, Santa Catarina, todos com um, completam a lista. Portugal é também o local de nascimento de treze homenageados. Isto mostra que a questão da nacionalidade, ainda que caminhando para a solução, tem ainda vestígios da indefinição do começo do século.

Coimbra é também o grande "celeiro" de personalidades para Sisson. São vinte e sete os lá formados. A Academia de São Paulo, a Academia de Marinha e ainda Olinda formam respectivamente dez, oito e sete dos "brasileiros ilustres". A Escola Militar de Lisboa,

a Escola Cirúrgica, o Colégio dos Nobres de Lisboa também colaboraram na formação dos grandes homens da pátria.

Na Galeria a grande área de formação é o direito. Nada menos que trinta e nove personalidades são formadas em Direito e/ou Ciências Sociais e Jurídicas. A matemática com quatro, cânones com quatro, a formação militar com três, a teologia com dois, letras com um, medicina com um, e o comércio também com um são os outros campos em que se formam os brasileiros ilustres.

As letras e a religião deixam de ter tamanha importância na obra de Sisson. Os poetas ou literatos somam apenas seis nomes e os religiosos oito. O "homem de Estado" é a grande novidade desta Galeria. De todos os que passam a figurar na galeria de ilustres, quarenta e nove exerceram ou exerciam na época algum cargo na estrutura do Estado imperial. Ministros, Conselheiros, entre outros, estão entre os mais lembrados para figurarem na posteridade. Somam vinte aqueles que só exerceram cargos representativos – os políticos. E dezenove são os biografados que por suas atuações puramente militares são considerados aptos a preencher o panteão da pátria. São estas as principais personagens do "heróico drama da Independência" que o editor se propõe a transmitir à posteridade. Outras ocupações como a de diplomata, jornalista, médico, comerciante e advogado são também lembradas, entretanto, são sobrepostas pelas grande número das demais.

As mulheres seriam lembradas tanto pela condição de nobreza quanto pelas características inerentes à mulher. A mãe amorosa, a esposa terna, as filhas prendadas e inocentes revelam uma preocupação não declarada de dar à pátria uma maternidade que até então ela não tinha. As três mulheres que figuram na galeria de ilustres compõem a família imperial. As "Princesas Imperiais" D. Isabel e D Leopoldina são homenageadas em um poema de duas páginas publicado praticamente no meio do primeiro volume da obra. Já D. Thereza Christina, "Imperatriz do Brasil" - a mãe - fecha, diríamos com louvor o primeiro volume daquela galeria.

Ao associar nação e família, amor materno e honra dos filhos da nação, Sisson distancia-se da proposta feita inicialmente de fixar sua obra no fazer do homem público e cerrar os olhos ao proceder particular. Afinal mãe, filhos estão, naquela sociedade, associadas à vida privada e à família. O modelo augusto de mãe a ser seguido é a chave com a qual o editor pensa em angariar adesões no que toca ao público feminino. É a imperatriz também quem poderia assegurar o futuro da nação através da maternidade fincando raízes da monarquia na nova nação, o êxtase da pátria – a mãe mais extremosa – poderia, então,

completar-se. A imagem de mãe protetora, da mulher exemplar e da esposa realçavam o sentido de vida exemplar da imperatriz:

> "Atualmente, dedicada à educação das princesas Isabel e Leopoldina, S.M. ensina às mães como, entre as galas do poder, se desvela o coração no cultivo dos grandes momentos. (...) Mãe inteligente e amorosa, como é esposa terna e amante, a imperatriz é hoje o modelo augusto, em que os brasileiros estudam o desenvolvimento e a beleza dos maiores afetos. (...); os pobres invocam-na como assídua esmoler; os órfãos como mãe; e o seu povo, como a mais eficaz das protetoras" (op.cit: 470)

As metáforas utilizadas permitem algumas especulações. Com o futuro "assegurado" pela maternidade da imperatriz, a pátria tem também agora a quem recorrer - a mulher e a mãe - para sarar muitos de seus problemas e suas dores. Os pobres podem receber a caridade do trono imperial e o povo em geral pode contar, e porque não gozar, da segurança oferecida pelo Estado. Afinal, tendo agora a "mãe" que lhe faltava e após um doloroso parto, a pátria pode nascer por completo.

É claro que a obra de Sisson não estava imune à força dos cânones difundidos pelo IHGB. Entretanto, a partir de sutis modificações em sua composição é possível supor que uma nova maneira de conceber a escrita biográfica estava delineando-se naquele momento. Ao fazer uso da imagem do biografado a galeria surgia como algo inovador em termos de biografias, com maior possibilidade mercadológica, tendo em vista ainda que tornava-se uma prática na corte o uso de fotos para serem presenteadas e mesmo trocadas, ou seja, a fotografia como instrumento de sociabilidade. A sociedade transformava-se rapidamente e uma outra imagem de si mesma seria elaborada a partir da inserção em seu cotidiano das modernas técnicas de reprodução iconográficas. Jornais, álbuns ilustrados e outras formas de divulgação pela imagem teriam crescimento vertiginoso a partir da segunda metade do oitocentos. Segundo Rogéria Ipanema (op.cit.:547), "as estampas povoaram as ruas, os lugares, os assuntos comentados, o comércio, as residências".

Sisson publica a Galeria dos Brasileiros Ilustres em 1859 e 1861. Como visto, além das biografias ela trazia o retrato litografado do biografado. O que teria mudado desde a instalação da Coroa portuguesa no Brasil em 1808 até aquele momento? Podemos afirmar que a publicação das biografias aqui levantadas seriam formas de superação de um passado e indicativo de uma sociedade que se modernizava e tornava mais complexa? O que estava em jogo no momento de editoração e publicação das obras do IHGB e de Sisson? O que efetivamente estas personas representavam naquela sociedade para serem focos de homenagem? São questões para serem respondidas em próximos trabalhos.

Bibliografia

BORGES, Vavy Pacheco. O Que é História – Coleção Primeiros Passos. Rio de Janeiro: Brasiliense,1998.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro de Sombras: A Política Imperial. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. A construção da ordem: A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHÂTELET, François. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

ENDERS, Armelle. "O Plutarco Brasileiro": A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V.14, No. 25: 2000. P.41-62.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O IHGB e o Projeto de Uma História Nacional. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, No.1: 1988. P. 1-184

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: Ensaio Sobre Representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HARTOG, François. O Século XIX e a História: o caso Fustel de Colanges. Rio de Janeiro: editora da UFRJ.

HARTOG, François. Regime de Historicidade. Texto da Conferência proferida em outubro de 2005 no IFCH/UFRGS, cedido pelo autor.

IPANEMA, Rogéria Moreira de. A Idade da Pedra Ilustrada. Litografia: um monolito na gráfica, e no humos do jornalismo do século XIX no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História e Crítica de Arte. Rio de Janeiro, UFRJ, Escola de Belas Artes,1995.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado. Para uma semântica de los tiempos históricos. Barcelona, Ediciones Paidós, 1993.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial,2001.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(orgs) Usos e Abusos da História Oral. RJ, FGV.1996. pp 167-182

LORIGA, Sabina. A Biografia como Problema. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escala: A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: Formação e Problemas(1817-1850), In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: 1992.

REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC. Rio de janeiro: FGV, 2001.

REVEL, Jacques Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escala: A Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SANTOS, Renata. A Imagem negociada: A Casa Leuzinger e a edição de Imagens no Século XIX. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduaçaõ em História Social da UFRJ.

SEGALA, Lygia. Ensaio das Luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond, 1857-1861. Rio de Janeiro, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1998.

SISSON, S. A. Galeria dos Brasileiros Ilustres (os contemporâneos), retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a guerra da independência até os nossos dias, copiados do natural e litografados por S.A Sisson, acompanhados das suas respectivas biografias. Publicado sobre a proteção de S.M. o Imperador. Rio de Janeiro, S. A Sisson, Editor, 1859. 2 Vol.

SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Iara Lis Franco S . Carvalho. Pátria Coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo-1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

ZENHA, Celeste. "O Brasil de Rugendas nas Edições Populares Ilustradas". In: Topoi, Revista de História/ Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, no. 5, Rio de Janeiro, Editora 7 letras, 2002.

WARNKE, Martin. O Artista da Corte: os Antecedentes dos Artistas Modernos. São Paulo: EdUSP, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Entre vales e montanhas...": análise das representações históricas dos imigrantes e a construção da identidade regional no Vale do Taquari

Cristiano Nicolini*

Resumo
No Vale do Taquari, região situada ao centro do estado do Rio Grande do Sul, vem-se construindo, ao longo do século XX, uma determinada imagem acerca dos municípios pertencentes a este espaço geográfico e cultural. No século XIX, o Vale passou a ser povoado pelos imigrantes alemães e italianos. O passado colonial marcou de forma intensa a cultura local, sendo que a trajetória destes imigrantes foi eleita como elemento central das representações históricas regionais. Todo material veiculado, sujeito a uma análise historiográfica, acaba revelando as intenções e perspectivas daqueles que desejam fazer do Vale do Taquari uma "pequena Alemanha e uma pequena Itália" dentro do Brasil. Eles revelam os valores e as crenças daqueles que se dizem herdeiros de um passado idealizado, apontando os preconceitos, as homogeneizações e exclusões étnicas e culturais que determinado projeto pode desencadear.
Palavras-chave: Imigração; representações; identidade regional.

Abstract
In the Taquari Valley, located in the center of the state of Rio Grande do Sul, we have built for the XX century, a kind image about these cities belonged to this geographic cultural space. In the XIX century, the Taquari Valley started to be lived for the German and Italian Imigrants. The colonial past had marked intensily the local culture, besides their tragetory was elected as central element of their historical regional representation. Every material added to its historygraphical analysis, revels the intentions and perspectives of the ones who want to make Taquari Valley a "little Germany and a little Italy" inside Brazil. They show the values and beliefs of the ones who are heir of an ideal past, showing the prejudices and homogeneous and etnics-cultural exclusions which determined project can open.
Key-words: Imigration; representations; regional identity.

Desde os tempos da colonização, quando os imigrantes alemães e italianos pisaram pela primeira vez nas terras do rio Grande do Sul, uma das tarefas dos empreendedores desta ocupação era promover a imagem das novas terras, para que os imigrantes tivessem credibilidade e investissem na aventura de construir uma nova vida longe da Europa. No Rio grande do Sul, foram diversas as modalidades de colonização que gerenciaram a ocupação das terras, as quais envolviam interesses distintos, fossem eles públicos ou privados.

Neste sentido, os imigrantes que vieram para a Região do Vale do Taquari, em sua maioria alemães e italianos, integravam-se neste processo que tinha como motivação maior a questão do trabalho. Vinham para solucionar os problemas impostos pelo meio europeu que, naquele período, estavam diretamente ligados à questão do trabalho, ou seja, da falta de

* Graduado em História, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Especialista em História do Brasil: Novas Perspectivas em Ensino e Pesquisa, pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

trabalho e seus conseqüentes prejuízos. Ao chegarem às novas terras, novamente tinham à sua frente uma realidade onde o trabalho guiava o rumo dos acontecimentos. Tinham a função de ocupar e fazer prosperar as novas localidades que surgiam, encontrando-as, muitas vezes, desabitadas.

No início, estes imigrantes enfrentaram inúmeras dificuldades, apesar da propaganda com a qual tomavam contato ainda na Europa. Os agentes pintavam para estes imigrantes a existência de lugares paradisíacos, sendo que nas novas terras todos teriam a chance de prosperar e superar as dificuldades, diferentemente do que ocorria no Velho Mundo. Porém, nem sempre a realidade condizia com aquilo que os agentes haviam prometido, sendo que os imigrantes eram obrigados a enfrentar os índios, a mata fechada, a falta de recursos e o descaso do governo e das empresas de colonização.

Inicialmente formado por poucos municípios, o Vale do Taquari, cuja denominação veio a ser dada mais tarde, com a definição das diferentes áreas do estado, foi se expandindo e dando origem aos atuais quarenta municípios que integram política e geograficamente as áreas circundantes do extenso Rio Taquari. Na metade sul desta região, concentram-se municípios onde a colonização alemã fez-se mais intensa, a partir das Colônias de Estrela e Teutônia, das quais irradiou-se a ocupação de outras instâncias do Vale. Já a imigração italiana predominou na porção norte, cujos municípios estavam mais próximos da região serrana, foco central de assentamento destes imigrantes. Na parte central, percebe-se atualmente a existência de municípios onde as duas etnias se encontram de forma marcadamente mista, como, por exemplo, em Imigrante, cuja população descende significativamente tanto de italianos quanto de alemães.

Neste contexto, onde a realidade deu motivo para uma série de produções bibliográficas, apesar de ainda escassas e recentes, procurou-se sempre vislumbrar, nessas obras, os aspectos econômicos e políticos desse fenômeno no contexto da História do Brasil e do Rio Grande do Sul. É evidente que esse campo de pesquisa e análise ainda é infinitamente vasto e carente de iniciativas destinadas a realizá-lo. A grande maioria dos trabalhos acerca da imigração na região do Vale do Taquari centra-se na colonização como um adendo à dinâmica geral deste processo. São mencionados fatos, personagens e datas referenciais para a compreensão da história dessas localidades, porém são obras organizadas e publicadas por iniciativas particulares ou promovidas pelas administrações municipais, visando à divulgação da cultura local e buscando, freqüentemente, construir uma imagem acerca das localidades que possa favorecer a atração de visitantes e a visualização do município no cenário regional, estadual e nacional. Estes livros são elaborados por personalidades locais, sendo rara a

formação acadêmica dos ditos historiadores que as empreendem. Apresentam visões limitadas e compromissadas com o discurso vigente, destinadas à promoção da municipalidade a partir do resgate do passado. Para tanto, elegeram-se os imigrantes italianos e alemães como personagens principais destas narrativas, cujo universo colonial é fixado como regra geral na exposição dos fatos históricos regionais. A representação de um passado idealizado, repleto de passagens romantizadas, acaba retratando a ideologia que emana do imaginário do Vale do Taquari. Através deste trabalho, os representantes dos municípios, auto-denominados intelectuais, "(...) buscam uma identidade idealizada no passado histórico da região, passando a constituir um rico imaginário que se revela em diferentes 'discursos' ao longo de sua trajetória."(NAGEL, in SOUZA, 2001: 14).

Juntamente à publicação destes livros que divulgam a história local e enaltecem a cultura ítalo-germânica, são veiculados materiais que colaboram para a perpetuação da imagem construída para o Vale do Taquari: nas escolas, as crianças da terceira série do Ensino Fundamental, ao estudarem a história dos municípios, prevista na maioria dos currículos das escolas públicas e privadas da região, utilizam materiais disponibilizados pelas administrações municipais, através das secretarias de educação, cultura e turismo. A maioria dos quarenta municípios da região não conta com materiais específicos para a realização desses estudos, sendo que os professores buscam informações nas referidas obras "historiográficas" ou então em outras fontes que contenham informações passíveis de subsidiarem o ensino deste tema; no entanto, algumas administrações investiram na publicação de obras especificamente direcionadas ao público infantil, apresentando-lhes textos, imagens e atividades pedagógicas destinadas à compreensão da sua própria história, a partir da trajetória municipal. Nestes manuais, novamente emerge o personagem *imigrante* como figura de destaque na construção da história local, ao qual são atribuídas qualidades singulares e o mérito de *contribuir decisivamente para o desenvolvimento regional*.

Finalmente, para colaborar com este discurso, apresentam-se aos munícipes e, principalmente, aos visitantes, materiais publicitários diversos destinados à divulgação das potencialidades locais – são calendários, livretos, *folders*, revistas, guias turísticos, adesivos, *botons*, cartões-postais, etc. Na elaboração destes materiais, as administrações municipais e as empresas envolvidas na divulgação das potencialidades locais evidenciam as paisagens naturais do Vale, destacando a *fertilidade* e seus conseqüentes cenários *paradisíacos*, bem como os aspectos culturais, associados diretamente à imagem do imigrante e seu universo material, ideológico, espiritual e sentimental.

Através destes recursos, os personagens do presente recorrem ao passado colonial para afirmar uma determinada identidade do Vale do Taquari, cuja base constitui-se da cultura ítalo-germânica associada aos valores considerados positivos e geradores da prosperidade. Seleciona-se um passado idealizado para justificar o presente e planejar o futuro da região.

Este trabalho parte, enfim, do pressuposto de que as sociedades, ao longo da história, procuraram construir a sua identidade através de ritos, da construção de símbolos coletivos, da seleção e preservação de costumes, da invenção das suas próprias tradições, confrontando-a com outras e, muitas vezes, auto-atribuindo-se a superioridade sobre as demais culturas. O Vale do Taquari, que engloba quarenta municípios e, dentro deles, diversas etnias, classes sociais, ideologias, tendências partidárias, crenças, costumes, enfim, uma gama de elementos heterogeneizadores que tendem a acentuar cada vez mais as diferenças, vê-se, em pleno século XXI, diante de uma tarefa árdua: manter o significado de seu passado e convencer as gerações futuras de que esta identidade, ligada ao imigrante, faz sentido. Este é o trabalho que políticos, intelectuais, jornalistas, professores, colecionadores, publicitários, empresários e apaixonados pelo passado procuram executar no Vale do Taquari. Desejam afirmar que "entre os vales e montanhas" há mais do que se pode ver: neste cenário ao mesmo tempo *paradisíaco* e europeizado, segundo afirmam, repousam raízes que determinam a personalidade das gerações atuais e futuras, cuja meta deve ser, além da produção e consumo, a manutenção e a vivência dos valores do passado, único meio capaz de manter viva a identidade regional do Vale do Taquari.

Referências bibliográficas

ANAIS do I e II Simpósios "Raízes do Vale": O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari. Prefeitura Municipal de Lajeado/ UNIVATES/ 3ª DE/ Associação Nacional dos Pesquisadores de História: Lajeado, 2000.

ARRUDA, Gilmar. História, historiadores, regiões e fronteiras. In: História - Debates e Tendências. Revista do PPG em História da UPF. "Fronteiras". V. 3, n.2 - dezembro/ 2002.

BERGESCH, Herbert. A Virada do Milênio: história e memória. Vol. 2. Colinas, 2003.

BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1993.

CAMINHOS DO VALE. Revista da Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales-AMTURVALES. Lajeado, 2000.

GOMES, Airto Francisco. Relvado: 100 anos depois... Relvado: Grafen, 2001.

GONÇALVES, Ana Beatriz R; BOFF, Claudete (orgs). Turismo e Cultura – História Regional. Vol 2. URI: Campus Santo Ângelo. CCM- Centro de Cultura Missioneira. Gráfica Venâncio Ayres: Santo Ângelo, 2001.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. Tese de Doutorado. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. O Rio Grande do Sul: a Terra e o Homem. 2ed. Rio de Janeiro/ Porto Alegre/ São Paulo: Editora Globo, 1952.

HESSEL, Lothar. Município de Imigrante: registros e memórias. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

HUPPES, Ivete (org.) Vale do Taquari: sinais de uma identidade. Lajeado: UNIVATES, 2002.

JUNIOR, André Bozzeto. Ilópolis: origens e raízes. Lajeado: Grafocem, 2004.

KARAM, Elaine Maria Consoli. Raízes da Colonização – Brasil – Rio Grande do Sul:em destaque a Colônia Guaporé e o município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAG, 1992.

KOCH, Siziane; MENDOZA, Susana. Estrela, nosso município. Estrela: Prefeitura Municipal de Estrela, 1999.

KOCH, Siziane; WINK, Susiane. Teutônia: nosso município. Teutônia: Prefeitura Municipal de Teutônia, 2000.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Alves Editora, 1976.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: Novos Problemas. 2 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1979.

LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. A Memória e o Ensino de História. Santa Cruz do Sul: ANPUH/RS, EDUNISC, 2000.

MATERIAIS PUBLICITÁRIOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Estrela: ontem e hoje. Lajeado: O autor. 2002.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Lajeado I. 1ªed. Lajeado: Prefeitura Municipal,1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VANINNI, Ismael Antônio.O Sexo, o Vinho e o Diabo. Passo Fundo: UPF, 2002, p.26.

VERBAND DEUTSCHER VEREIN. Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul: 1824 – 1924. RAMBO, Arthur Blásio Rambo (trad.) São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e Nacionalização em Santa Cruz do Sul - RS. In: Ágora. Vol. 7, n. 2. (Jul./ Dez. 2001), Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Quadrinhos e ensino: o conhecimento histórico e suas representações na arte seqüencial

Selma de Fátima Bonifácio

Resumo: O artigo propõe a análise de construções teóricas que discutam a consciência histórica e a presença do conhecimento histórico em produções quadrinhísticas. Compreende-se que o conhecimento histórico é multifacetado em termos de fontes, mensagens e linguagens, não se limitando ao ambiente acadêmico. Para a elaboração dessa análise, utilizamo-nos, sobretudo das concepções de consciência histórica, de RÜSEN (2001) e GARCÍA (1998). A partir dessa identificação, analisamos as alterações ocorridas com o conhecimento histórico, ao passar da narrativa textual/acadêmica à linguagem dos quadrinhos. Utilizamo-nos de um levantamento de obras quadrinizadas, buscando compreender como o conhecimento histórico se apresenta em tais produções, e suas potencialidades no ensino de História.

Palavras-chave: Conhecimento histórico – quadrinhos – ensino de História.

Abstract: The article considers the analysis of theoretical constructions that argue the historical conscience and the presence of the historical knowledge in comic strips productions. It is understood that the historical knowledge is multifaceted in terms of sources, messages and languages, not limited to the academic environment. For the elaboration of this analysis, we use, first hand, the conceptions of historical conscience, of RÜSEN (2001) and GARCÍA (1998). Starting from this identification, we analyze the occurred alterations with the historical knowledge, when passing from the textual/academic narrative to the language of the comics. We use the survey of the comics work, in order to understand how the historical knowledge is presented in such productions, and their potentialities in the History teaching.

Word-key: Historical knowledge – comics – History teaching.

As histórias em quadrinhos representam um gênero discursivo dos mais apreciados, sobretudo por crianças e jovens em idade escolar, que historicamente, têm encontrado em suas páginas o suspense, a diversão e a informação desejada. É o caso, por exemplo, dos romances e clássicos da literatura quadrinizados. Tal prática, no entanto, nem sempre foi bem recebida pelos estudiosos, que viam nos quadrinhos, apenas uma fonte de lazer com pouco ou nenhum mérito.

· Mestre em Educação-UFPR e membro do GEDHI-UEPG (Grupo de Estudos em Didática da História) – Professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. E-mail: selmabonifacio@seed.pr.gov.br.

Há algum tempo, este panorama tem se modificado, mas registram-se ainda poucos trabalhos ou pesquisas que estabeleçam relações entre o universo dos quadrinhos – a chamada Nona Arte – e o ensino de História.

A linguagem dos quadrinhos

Mas quais seriam as características das histórias em quadrinhos? Para muitos, os quadrinhos costumam estar associados a charges, cartuns e caricaturas. Embora todas estas formas de representação gráfica apresentem semelhanças, acredita-se que os quadrinhos possuam uma linguagem repleta de especificidades estruturais que acabam por aproximá-los muito mais da linguagem cinematográfica, do que do desenho estático.

Para EISNER (1995: 38) o principal elemento que caracteriza a linguagem dos quadrinhos é a arte seqüencial, ou seja, o fato de que os quadrinhos devam ser compreendidos na continuidade das imagens:

> *A função fundamental da arte dos quadrinhos (tira ou revista), que é comunicar idéias e/ou histórias por meio de palavras e figuras, envolve o movimento de certas imagens (tais como pessoas e coisas) no espaço. Para lidar com a captura ou encapsulamento desses eventos no fluxo da narrativa, eles devem ser decompostos em segmentos seqüenciados. Esses segmentos são chamados quadrinhos.*

As histórias em quadrinhos – ou HQs – caracterizam-se pela utilização de dois elementos comunicacionais, a imagem e a palavra escrita nascendo, portanto, a partir de duas artes distintas, que são a literatura e o desenho, utilizadas com recursos característicos, como a simetria, a perspectiva, o uso de balões e onomatopéias. Esses elementos, utilizados de forma integrada, caracterizam um produto próprio da cultura de massa, e que por participar dessa cultura também se torna portador de um conhecimento por ela gerado, neste caso, um conhecimento histórico.

Os quadrinhos e a consciência histórica

Os quadrinhos podem portar certo conhecimento histórico, pois foram criados a partir de um pensar, de uma (ou mais) forma(s) de atribuir sentido ao tempo, ou seja, uma dada consciência histórica. E o que seria essa consciência, em particular? Para Jörn Rüsen, a consciência histórica é um atributo de todo ser humano, em sua vida prática, cotidiana. Tal consciência extrapola o âmbito acadêmico, especializado. Nesse sentido, a consciência

histórica não é um estado da consciência ou atributo mental de especialistas, ou dos indivíduos formados nas academias e cursos de história. Caracteriza-se, assim, como algo inerente ao ser humano, em sua própria condição existencial de estar no mundo. Desse modo, acabamos todos por desenvolver consciência histórica, a partir de nossa inserção social. Para Rüsen (2001: 54): "São as situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica".

Assim, de forma natural ou sistematizada e intencional, em casa, na escola, e nas universidades, todo e qualquer ser humano, em sua vida prática e ao interagir com o mundo que o envolve, passa a elaborar pensamentos históricos, sinalizando articulações da consciência histórica, que acabam por gerar resultados cognitivos. (RÜSEN, 2001: 56)

A condição existencial do homem está relacionada a um exercício de interpretação e atribuição de sentido aos acontecimentos passados. Essas rememorações são constantes, pois toda e qualquer interpretação ocorre a partir de seus referenciais, suas vivências e perspectivas. Esse dado configura-se como um elemento fundamental para o ensino de História, ao analisar como pessoas "comuns", não especialistas, contam e pensam os conteúdos e conhecimentos que fazem parte da história humana.

Compreende-se, então, que a consciência histórica se efetiva sob a forma de uma "cultura histórica" (GARCÍA, 1998: 289) que circula socialmente, nas escolas e no meio acadêmico, e também em narrativas ficcionais, nos romances, no cinema, e nos quadrinhos. Para GARCÍA (1998: 280): "Las consecuencias prácticas son importantes, ya que se reconece que los estudiantes no llegan com la mente vacía al aula y que la escuela no es la única instancia (y quizá ni siquiera la más importante) del aprendizage histórico". Salienta-se, todavia, que as concepções de uma História rememorada e representada sob tantos focos circulantes, indicam um convívio nada harmônico, mas um enfrentamento constante, uma batalha pela legitimação e supremacia da narrativa. É o que nos apresenta Marc Ferro, nas obras *"A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação"* e *"A história vigiada"*. Para ele, a história se constitui em um campo de poder, sempre disputado por muitos e colocado sob vigilância pelas muitas instituições que objetivam o controle social. O resultado desses enfrentamentos ideológicos, dessas batalhas de interesses, acaba se apresentando no currículo escolar, no discurso religioso, e na mídia, como nas narrativas das histórias em quadrinhos. Para FERRO (1989):

> *Controlar o passado ajuda a dominar o presente, a legitimar tanto as dominações como as rebeldias. Ora, são os poderosos dominantes – Estados, Igrejas, partidos*

> *políticos ou interesses privados – que possuem e financiam veículos de comunicação e aparelhos de reprodução, livros escolares e histórias em quadrinhos, filmes e programas televisivos. Cada vez mais entregam a cada um e a todos um passado uniforme.*

Ferro analisa a importância dos quadrinhos como recurso político-ideológico utilizado no estabelecimento e na manutenção de uma versão oficial de determinado fato histórico. Algumas publicações com cunho histórico evidente não participam de forma efetiva dos confrontos pela supremacia narrativa. Este é o caso de *"Asterix"*, de Uderzo e Goscinny, uma das revistas de maior tiragem da França e que permanece como o herói de um passado remoto e, portanto, de uma "época pouco disputada" (FERRO, 1983: 132). Para Ferro, esse fato ilustra o medo francês da História.

Outro pesquisador a analisar a influência dos quadrinhos é Umberto Eco. Na obra "*I fumetti di Mao*", publicada inicialmente em 1971, revela ao Ocidente, os quadrinhos chineses usados como instrumento político de divulgação dos ideais de Mao Tsé-Tung, durante a década de 1960. Também VOVELLE (1997) procura analisar os quadrinhos e suas representações históricas, particularmente nas sociedades européia e norte-americana, por meio de personagens como Drácula, Motoqueiro fantasma e Mulher-Maravilha, analisando elementos como a democracia, o heroísmo e a relação histórica com a morte.

Considera-se, desse modo, o fato de que os quadrinhos são importantes fontes emissoras de mensagens pelas quais perpassam diferentes versões e representações históricas, fato nem sempre levado em consideração por professores e pesquisadores. São as histórias contando a História, por meio de personagens e situações envolventes e atos de bravura.

Sendo também uma narrativa, ainda que quadrinizada, os quadrinhos produzidos participam do processo de produção e circulação social das representações do passado, pois refletem um momento histórico e interferem na mundivisão de quem lê e na própria reelaboração do acontecimento histórico, a partir da recepção e (re) significação das mensagens e narrativas.

Os quadrinhos e as representações do conhecimento histórico

Um elemento central a ser considerado na análise dos quadrinhos enquanto elementos portadores de conhecimento histórico é a integração do texto com a imagem. Ao passar da linguagem textual para a linguagem quadrinhística, modifica-se a forma de tratamento da narrativa, pois se o texto escrito (narrativa historiográfica) ainda é a principal referência utilizada pelo quadrinho de cunho histórico, é o desenho que vem conferir maior

força e sedução à própria narrativa. O que se observa, nessa lógica, é uma transposição ou mediação do conhecimento histórico acadêmico e que, pela própria estrutura do quadrinho, separa-se do texto original, dando origem a uma outra linguagem, com ritmo e cadência próprios.

Mas quais seriam os limites que se apresentam a partir dessas alterações na narrativa, que deixa de ser uma linguagem textual/acadêmica, mas se origina a partir dela? BIBE-LUYTEN (1984:88) destaca algumas considerações, sobretudo referindo-se à necessária fidelidade às características estruturais dos quadrinhos, na proporcionalidade texto/imagem e na utilização adequada de recursos como perspectiva, onomatopéias, balões, entre outros. Para a autora, alguns equívocos estão muito presentes nas produções quadrinhísticas didatizadas, como o excesso de textos, ou de imagens. No primeiro caso, em que ocorre um uso excessivo de textos, o autor dos quadrinhos busca, com freqüência, é contar "toda a história", contemplar a quantidade máxima de informações históricas, que seja possível. Em conseqüência, gera-se uma obra cansativa, rígida e imobilizada dentro dos quadros, em que se perde a leveza e a dinâmica da trama. Já o excesso de imagens, ou a utilização de imagens muito chamativas, acaba por deslocar a atenção do leitor do conteúdo abordado. Em ambos os casos, os resultados são frustrantes, pois o que compõe e caracteriza a linguagem seqüencial dos quadrinhos seria exatamente a proporcionalidade direta entre texto e imagem.

Além desses, também há outros elementos a serem levados em consideração na transposição textual para os quadrinhos, como o manejar seqüencial dos acontecimentos, a coerência e a concepção de temporalidade e o cuidado com estereótipos e deturpações históricas.

Quadrinhos: Ditadura e Democracia no Brasil

Num primeiro momento, analisou-se quadrinhos produzidos durante as décadas de 1960 e 1970, período em que houve uma significativa produção de HQs voltadas à didatização de conteúdos históricos, o que era considerado como adequado à formação moral e intelectual da juventude. Para DUTRA (2003:12):

> *Os quadrinhos com temas históricos freqüentemente se tornam ufanistas nas mãos de movimentos nacionalistas (...) No Brasil, o nacionalismo oficial pós-golpe de 64 também usou os quadrinhos como meio de cativar as crianças num esforço de fabricação de um sentimento patriótico. Ainda são bastante conhecidas entre nós as séries de biografias de grandes vultos históricos.*

Nesse período, foram várias as produções, intituladas *"Grandes Figuras em quadrinhos"*, da Editora Brasil América Limitada, a EBAL, editora fundada em 1945 por Adolfo Aizen. A temática dessas publicações era a biografia romanceada de personagens ilustres da história nacional, como Duque de Caxias, Getúlio Vargas e Oswaldo Cruz. Destacava-se, em tais obras, uma preocupação em "contar a história" dos heróis nacionais, rememorá-la em sua totalidade, sendo a imagem um elemento apenas a complementar a informação textual. A ausência de movimento na relação imagem-textual, aliada à pouca sedução no desenrolar da narrativa apresentava-se como um elemento que dificultava a ligação entre o conhecimento histórico e a linguagem dos quadrinhos.

A busca pela "seriedade" do fato é uma constante nos quadrinhos históricos que constituem a obra que, passando de um texto narrativo para a quadrinização, pouco se altera, diante da rigidez na passagem de uma linguagem para outra. Tais publicações buscavam, sobretudo, uma referência pautada na transmissão de uma verdade histórica pretendida por aquele contexto social.

Como essa informação histórica encontrava-se carregada de um sentido ufanista, nacionalista e heróico, os desenhos deviam estar rigorosamente integrados a tais significados. Por esse motivo, explica-se a inexistência de onomatopéias, os traços adultos e sérios das personagens, com expressões severas e aparecendo, com freqüência, de forma sombreada e pouco expressiva. Essas condições, de certa forma, garantiam à obra uma possível seriedade, sem a interferência do humor, da crítica ou da ficção, elementos que poderiam "comprometer" e relativizar a fidelidade histórica para com um passado heróico, cujos protagonistas eram portadores de ações acima da população "comum". É o caso, por exemplo, da biografia romanceada de *"Caxias, o Pacificador"***,** representada como uma figura ilustre sempre pronta a combater o mal manifestado em lutas e rebeliões populares como a Balaiada e a Revolução Farroupilha.

Ilustração 1 - Caxias: o pacificador. p.15.

Em contraposição ao universo conceitual das *"Grandes Figuras em Quadrinhos"*, mas representando um grande foco do conhecimento histórico, justificado em razão dos novos ventos democráticos que sopravam na direção do Brasil, foi produzido *"Cai o Império: República Vou Ver!"*, uma obra paradidática realizada pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz, em parceria com o cartunista Angeli, com referenciais historiográficos, políticos e artísticos absolutamente diversos das produções destacadas anteriormente. Por ser construída em pleno processo de redemocratização Nacional, em 1983, a obra se utiliza abundantemente de elementos como o humor, a crítica social, e a identificação com os aspectos da cultura brasileira, como a música, movimentos sociais e a mídia através de referenciais a programas televisivos, de forma a integrar-se com o momento vivido da história nacional. A construção conceitual da historiadora Lilia Schwarcz garante a fundamentação do conhecimento histórico, conferindo à obra a validação acadêmica necessária mesclada, entretanto, a uma história apresentada de modo leve e divertido.

Ilustração 2 - Cai o Império: República vou ver. p. 37.

Ao retomarmos a construção elaborada por Ferro, ao analisar o personagem Asterix, para ele um "... herói de uma época pouco disputada", podemos identificar que o mesmo ocorre com *"Cai o Império: República Vou Ver!"* , ao abordar momentos históricos como o golpe da Maioridade de D. Pedro II, a chegada dos imigrantes e a Guerra do Paraguai. Ainda que a preocupação com a defesa da história imperial estivesse presente, já possuía em seu interior brechas para críticas e reflexões, o mesmo não se evidenciando com a contemporaneidade. E nesse aspecto, a história imperial servia como pano de fundo ou pretexto para a reflexão de elementos pertinentes àquele momento vivido, em pleno processo de abertura política.

Ao analisarmos tais produções, representativas de diferentes focos do conhecimento histórico, podemos discutir sobre sua inserção nas aulas de História. Salientamos que os quadrinhos podem ser importantes recursos e fontes a serem utilizados no espaço escolar sendo capazes de despertar o interesse dos educandos para a História. Buscando desfazer qualquer mal-entendido, compreendemos que os quadrinhos não se caracterizam como um pretexto para o ensino da disciplina, mas como objetos de estudo, elementos centrais portadores de uma narrativa, capazes de articular aspectos fundamentais da História, como a questão do tempo, da memória e do fato. Cabe dizer que o quadrinho não substitui ou é substituído pelos textos historiográficos convencionais. Sua percepção, em sala de aula é o de mais uma linguagem a ser inserida, de forma consciente e reflexiva no cotidiano da escola, assim como o cinema e a mídia televisiva.

Longe de estarmos fornecendo receitas do "uso pedagógico dos quadrinhos", expressão em si já bastante polêmica, buscamos trazer possibilidades de reflexão para o centro dos debates relativos ao ensino da História, propondo novos olhares capazes de compreender e analisar a cultura histórica circulante no universo quadrinhístico, mergulhado em percepções e subjetividades que podem, e muito, enriquecer o saber histórico.

Referências bibliográficas

ANGELI; SCHWARCZ Lilia Moritz. **Cai o Império:** República vou ver. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIBE-LUYTEN, Sonia. (Org.) **Histórias em quadrinhos: leitura crítica.** São Paulo: Paulinas, 1984.

CIRNE, Moacy. **Bum:** a explosão criativa dos quadrinhos. Petrópolis: Vozes, 5.ed., 1977.

DUTRA, Antonio Aristides Correa. Quadrinhos de não-ficção. In: INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte. **Relação de Trabalhos**. Belo Horizonte, 2003. p.1-17. 1 CD-ROM.

ECO, Umberto. **Los comics de Mao.** Barcelona: Gili, 1976.

MIRANDA, Nair da Rocha. **Caxias:** o pacificador. 8.ed. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1974.(Grandes figuras em quadrinhos).

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte seqüencial.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERRO, Marc. **A história vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. (O Homem e a História).

_____. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação.** São Paulo: IBRASA, 1983.

GARCÍA, Verena R. Aprendizaje histórico: algunas consideraciones y propuestas didácticas desde uma óptica alemana. In: SILLER, J. P. & GARCÍA, V. R. (Coord.) **Identidad en el imaginario nacional:** reescritura y enseñanza de la história. Puebla: BUAP, 1998.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VOVELLE, Michell. **Imagens e imaginário na história:** fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997. (Série Temas)

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Pugilato, uma paixão na África Romana: entrecruzando textos escrito e imagético

Regina Maria da Cunha Bustamante*

Resumo: Neste trabalho, abordaremos o pugilato na África Romana, inserido em seu contexto, visando apreender a sua historicidade cultural. Para tanto, entrecruzaremos documentos escrito e imagético, observando as práticas sociais, os valores e a percepção de mundo da sociedade que os elaborou e consumiu. Estes discursos, por pertencerem a uma mesma temporalidade e espacialidade, possuem sincronia, propiciando a compreensão dos códigos de cada texto, seus signos e sentidos.
Palavras-chave: África Romana – Pugilato – Discursos Escrito e Imagético.

Abstract: In this paper, we deal with the pugilism in Roman Africa, in its context, aiming to conceive its cultural historicity. Therefore, we will cross examine written and pictorial records, observing the social practices, the values and world perceptions of the society that created and consumed them. These discourses, by dint of belonging to the same temporality and spaciality, have synchronicity, allowing the comprehension of the codes of each text, their signs and meanings.
Keywords: Roman Africa – Pugilism – Written and Pictorial Speeches.

Havia diversas modalidades de competições de combate na Antigüidade Clássica: a luta em pé, o pancrácio e o pugilato (*pugilatio*). Este era a contenda com o punho (*pugnus*) (THUILLIER, 1996:15-22; MARROU, 1990:195; RICH, 2004:517), em que os lutadores tinham suas mãos cobertas por *cæstus*, manopla de correias de couro atadas em torno das mãos e dos punhos, subindo algumas vezes até o cotovelo, e que podia ser equipada com chumbo ou cravos de metal. (RICH, 2004:91; THUILLIER, 1996:46-147)

De origem antiga, etruscos e gregos já praticavam o pugilato. Este tipo de luta foi moda na Roma Republicana e Imperial (TITO LÍVIO. **História de Roma** I, 35; SUETÔNIO. **Vida de Augusto** 45). No século II a.C., o comediógrafo latino Terêncio, na peça *A sogra* 33-36, gracejou que o fracasso da primeira encenação da sua comédia em Roma deveu-se à concomitância com uma luta de um famoso pugilista. No período imperial, este apreço manteve-se: Suetônio (**Vida de Augusto** 44) narra a pressão popular sobre Augusto (27 a.C.-14) para que houvesse uma luta. O pugilato, a luta em pé e a corrida compunham o triatlo romano (THUILLIER, 1996:113-114), uma variação do pentatlo helênico.[1] É o mesmo

* Professora de História do Laboratório de História Antiga e do Programa de Pós-graduação em História Comparada / UFRJ. Bolsista de produtividade do CNPq.
[1] Envolvia corrida a pé, salto em distância, lançamento de disco, lançamento de dardo e luta em pé. O pentatlo exigia diversificação dos movimentos corporais, força física, velocidade, destreza e resistência; seu vencedor, portanto, seria o atleta mais completo. (LESSA, 2005a:59; MARROU, 1990:194)

Suetônio (**Vida de Calígula** 18) que nos informa que este tipo de contenda estava difundido na África Romana desde o século I: Calígula (37-41) "deu, várias vezes, combates de gladiadores, (...), no qual reunia grupos de pugilistas escolhidos entre os mais hábeis da África e da Campânia". O mosaico[2] abaixo comprova esta situação. Uma das características do estilo musivo da escola africana[3] foi a renovação do seu repertório iconográfico, inspirado na realidade ao seu redor, privilegiando aspectos apreciados da vida cotidiana, tais como caça, pesca, jogos e outras atividades de lazer.

Imagem 1 – Pugilato

Extraído de KHADER, BALANDA e URIBE ECHEVERRÍA, 2003: fig. 225.

Datado do século IV e medindo 0,80m X 1,05m, este mosaico decorava o chão do *tepidarium* (sala de banho morno) da denominada "Terma do Labirinto" em *Thuburbo Maius*[4] (atual Henchir Kasbet na Tunísia), pertencente à província romana da África Proconsular, próspera região produtora e exportadora de cereal, vinho e azeite (DECRET e FANTAR, 1988; FÉVRIER, 1989 e 1990; JULIEN, 1994; MAHJOUBI, 1983:473-509; MANTON, 1988; PICARD, 1990; RAVEN, 1984). Este mosaico é um emblema[5] em tesselas[6] policromáticas, figurativo em fundo branco, condizente com o estilo musivo africano. A opção pelo mosaico para decorar uma terma satisfazia requisitos que a pintura não tinha,

[2] Acervo do Museu do Bardo na Tunísia (registro A 373).

[3] Este estilo desenvolveu-se a partir de meados do século II, favorecido pela prosperidade norte-africana, quando os mosaístas da região afastaram-se dos padrões italianos e introduziram gradualmente a policromia nas bordas e a integração de elementos florais e geométricos. O estilo africano chegou a sua maturidade a partir do século III e se disseminou noutras partes do Império. (KHADER e SOREN, 1987:132-135; YACOUB, 1993:174-177; FANTAR *et al.*, 1994:16-59; FRADIER, 1997:9-20; LING, 1998:77-97; DUNBABIN, 1999:101-129; BLANCHARD-LEMÉE *et al.* 1996:11-15; LAVAGNE, BALANDA e URIBE ECHEVERRÍA, 2000:68-74; KHADER, BALANDA e URIBE ECHEVERRÍA, 2003:25-114; TROMBETTA, 2004:13-33)

[4] *Ciuitas* de origem púnica, permaneceu de direito peregrino até Adriano (117-138), que a tornou município. Sob Cômodo (177-192), foi alçada à colônia honrária. Justamente a partir do reinado de Constâncio II (primeira metade do século IV), mesma época do mosaico ora analisado, ocorreu uma política de reconstrução na cidade. (LEPELLEY, 1981: 199-204)

[5] Um ornato em relevo.

[6] Peças de pedra, vidro ou terracota cortadas aproximadamente no formato de um cubo.

especialmente a durabilidade, quando se tratavam de locais úmidos, como o presente caso. Mesmo reconhecendo que os mosaicos forneciam uma superfície lisa e resistente para ser pisada, seria uma simplificação afirmar que se desenvolveram somente a partir do desejo de tornar os pavimentos mais duráveis. Havia muitos outros pavimentos utilitários – de argamassa, pedra e cerâmica (fragmentos de telhas ou potes) – tão resistentes e à prova de água quanto os mosaicos. Assim, a estética da decoração musiva era um aspecto importante, como comprova a difusão desta técnica.

O cuidado com o corpo entre os antigos romanos se inseria na vida urbana principalmente através da terma. Para Grimal (1971:89), a terma foi uma invenção romana derivada do ginásio helênico. O arquiteto latino Vitrúvio (**Arquitetura** V, 11, 1) reconhecia que os italianos não eram afeitos a palestras e ginásios, distintamente dos gregos. Esta paixão foi expressa numa carta de Trajano (98-117) a Plínio, o Jovem: "estes pequenos gregos (*Graeculi*) são loucos por seus ginásios" (**Carta** LX, 2). Para os tradicionalistas romanos, o ginásio representava a perversão grega. Daí, o escândalo causado quando Cipião, o Africano, participou de exercícios de ginásio na Sicília em 204 a.C. (TITO LÍVIO. **História de Roma** XXIX, 19, 12).

Veyne (1990:193-194) afirma que a melhor parte do dia dos romanos transcorria na terma. Era um local não apenas de cuidado com o corpo, mas de socialização no período imperial. Ao final da tarde, quando a jornada de trabalho se encerrava e antes do jantar, costumava-se freqüentá-la. Passavam-se em média 2 horas diárias neste recinto. Relaxados, seus usuários se entregavam ao convívio social. Assim, além de servir para a higiene, já que as casas populares não tinham banheiros privativos, a terma era utilizada para encontros, conversas, negócios, jogos de dados, leituras e exercícios físicos. Durante o Império, não havia cidade que não tivesse pelo menos uma. As construções eram cada vez mais suntuosas; daí, Robert (1995:55) denominar a terma de "*villa* do pobre". Tinha uma grande e variada freqüência. Assim, a sua escolha para expor o mosaico em análise deve-se não apenas a uma das funções sociais do edifício – a prática de exercícios físicos – mas também por sua intensa circulação social, atingindo um amplo público leitor. Ademais, o uso da linguagem visual potencializou sua recepção: as imagens são olhadas e compreendidas sincrônica, global e imediatamente e não demandam um conhecimento tão especializado quanto a escrita. Numa época, em que o domínio da escrita era privilégio de poucos e de circulação restrita, a imagem era uma forma de comunicação mais ampla.

No mosaico, os 2 combatentes estão nus, como era costume entre atletas. (LESSA, 2005a:61; **Id.**, 2005b:331; SENNETT, 1997:30; MARROU, 1990:200; THUILLIER,

1996:29-30) Seus rostos foram representados frontalmente, enquanto o corpo, de perfil. O rosto frontal significa uma infração à norma de perfil: é um dos processos gráficos de interrupção das relações visuais entre os atores da narrativa figurada (FRONTISI-DUCROUX, 1995). Segundo Bérard (1983:5-37) e Calame (1986), era uma técnica ou habilidade (*téchne*) utilizada pelo artesão para enfatizar uma mensagem: um convite ao leitor para a participação da experiência representada na imagem. Calame (1986) analisou o jogo de olhares entre o enunciado icônico e o receptor na cerâmica clássica. Inferiu 3 situações: o olhar de perfil, quando os personagens olham entre si sem se preocupar com o receptor; o olhar de ¾, quando o personagem olha para a situação do enunciado (interior do texto) e para o receptor, convidando-o a participar do enunciado narrativo; e o olhar frontal, em que o personagem estaria totalmente voltado ao receptor e o confrontaria, como no mosaico ora em análise.

O lutador da direita, imberbe, está de pé com os braços estendidos para o adversário, como se acabasse de golpeá-lo, levando-o ao chão. O combatente da esquerda, de barba cerrada, está agachado numa atitude defensiva e da sua cabeça verte sangue, numa clara posição de inferioridade e fragilidade frente ao seu contendedor. Tradicionalmente, a barba na imagética clássica era um diacrítico de idade adulta (LESSA, 2005a:61); portanto, concluímos que o lutador mais jovem está submetendo o mais idoso. Se nas atividades política, judiciária e intelectual, a experiência e a autoridade eram demandadas, distintamente, o vigor físico do jovem era uma vantagem que se sobrepunha às demais nas competições esportivas.

Uma outra diferenciação entre os lutadores, é a massa corpórea: o jovem é mais corpulento, enquanto o outro é mais delgado e alto. A robustez do lutador e sua baixa estatura proporcionavam trunfos no combate: um centro de massa (ponto no qual, caso toda a massa do corpo fosse concentrada, não tombaria para nenhum lado) mais baixo acarreta um melhor equilíbrio. No pugilato, os golpes eram dados essencialmente na cabeça, o que levava à guarda alta e ao braço distendido, como representado nesta imagem musiva. Os golpes no corpo não eram expressamente proibidos. Não havia assaltos regulares e o combate terminava quando um dos concorrentes estivesse exausto ou reconhecesse sua derrota levantando o braço. (THUILLIER, 1996:114-115; MARROU, 1990:195) Não era ainda o caso neste mosaico, mas o desfecho estava bem próximo e já delineamos o vencedor. Lessa (2005b:327-328) enfatiza que, diferentemente da concepção atual de que "O importante é competir", entre os antigos, "o importante era vencer", pois imortalizava o vencedor na memória da sociedade.

No período romano, os combates costumavam ser patrocinados pela elite local, que buscava eternizar e difundir a lembrança da sua munificência. Deste modo, faziam-nos

reproduzir nas imagens, que decoravam suas residências e edifícios públicos, como a terma no caso do presente mosaico, exaltando assim a sua própria benemerência. O patrocínio deste tipo de atividade lhes trazia prestígio social. A prática de financiamento de espetáculos, construções públicas, embelezamentos do espaço coletivo, banquetes, distribuição de dinheiro e alimentos para os cidadãos pela elite local inseria-se no gênero de vida urbana do Império Romano; criava uma solidariedade ao abranger os diferentes grupos sociais. Era uma questão de obrigação (*munus*) para a elite local, especialmente por ocasião da sua ascensão às dignidades públicas (LUSSANA, 1952:100-113, DUNCAN-JONES, 1963:159-177, VEYNE, 1976). Neste processo, como se objetivava a promoção social, era imprescindível o reconhecimento público, condição necessária para uma carreira local, o que ocorria através das prodigalidades, como a organização e o financiamento de espetáculos.

A historiografia, a partir do século XIX, sintetizou esta prática à expressão *panem et circenses* do poeta latino Juvenal (**Sátira** X, 81), construindo uma imagem do povo romano como ocioso e alienado (GARRAFFONI, 2005a:264-267). Desde fins do século I a.C., a popularidade dos espetáculos fez com que o seu oferecimento se convertesse num meio eficaz de obter prestígio. Ademais, constituía-se num vetor de exibição da riqueza do ofertante. A tendência dos espetáculos de servirem como instrumento de vantagens políticas acentuou-se no Império, pois os jogos era uma atividade que congregava todos os grupos sociais e canalizava a energia popular.[7] Entretanto, a perspectiva passiva do espectador e o efeito "alienador" dos espetáculos devem ser relativizados, pois estes também podiam se tornar num lugar de manifestação das insatisfações populares, pressionando as autoridades no atendimento das suas exigências, ainda mais numa época em que as assembléias foram esvaziadas de poder (VEYNE, 1976; VILLE, 1981; ACTES DE..., 1993; WIEDEMANN, 1995; KÖHNE e EWIGLEBEN, 2000). Os espetáculos romanos foram, portanto, um fenômeno bastante complexo com diferentes usos e significações (GARRAFFONI, 2005b). Ocorreram por todo o Império e, na África do Norte, os vários mosaicos com cenas de espetáculos demonstram a pronunciada predileção pelo circo (corridas de carro) e anfiteatro (combate de gladiadores e caçadas). Entretanto, o pugilato também contava com apreciadores, como deduzimos pelo presente mosaico.

Conclusão

[7] Em virtude do reconhecimento do potencial político dos espetáculos como instrumento para obter apoio popular, as autoridades imperiais passaram a organizar e centralizar o oferecimento dos principais jogos públicos na cidade de Roma, inseridos no calendário religioso romano.

É imprescindível analisarmos os documentos escrito e imagético, inseridos em seu contexto específico, o que nos permite apreender a sua complexidade, a sua historicidade cultural. O termo cultural é utilizado num sentido mais amplo, abarcando atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações. Para se compreender a cultura da antiga sociedade romana, devemos atentar para o consumo social que, basicamente, tece hierarquias e consolida bases, lugares e relações de poder.

Partimos da premissa de que o produtor da imagem – no caso, o comanditário do trabalho do mosaísta – escolheu a temática e o local de exposição. É um registro permanente do apreço pelo combate, reafirmando sua pertença à civilização romana. A ascensão da dinastia dos Severos, de origem afro-síria, ao poder imperial beneficiou muito a África Romana. No século IV, esta região era próspera, sobretudo, por sua produção e comercialização de cereais, azeite e vinho, o que favoreceu o financiamento pela elite de espetáculos. O poder desta elite advinha das suas propriedades fundiárias; era ela que, comumente, comissionava os mosaicos. Estes expressavam uma sociabilidade condizente com a unidade cultural do período romano, utilizando um código visual comum com símbolos conhecidos, necessários para tornar compreensível a mensagem aos leitores. Havia temáticas que eram reproduzidas e se inseriam na retórica, que teve papel central na construção do pensamento e expressão da elite do mundo clássico. Era uma maneira de comunicar experiências e acontecimentos dentro de certa espécie de moral ou rede social; era uma forma de expressar alguns "significados compartilhados" (HUSKINSON, 2000:7), que fundamentavam a cultura da qual se originava, construindo e consolidando uma identidade romana no Mediterrâneo.

Referências Bibliográficas

ACTES DE LA TABLE RONDE DE ROME (3-4 mai 1991). **Spectacles sportifs et scéniques dans le monde étrusco-italique.** Rome: École Française de Rome, 1993.

BÉRARD, C. *Iconographie, iconologie, iconologique. Essais sémiotiques*. In: **Études de Lettres**. Vol. 4. Lausanne: Faculté de Lettres de l'Université de Lausanne, 1983. Pp. 5-37.

BLANCHARD-LEMÉE, M. *et al.* **Mosaics of Roman Africa**. London: British Museum Press, 1996.

CALAME, C. **Le récit em Grèce Ancieene: ennonciations et répresentations de poètes**. Paris: Meridiens Klincksieck, 1986.

DECRET, F.; FANTAR, M. H. **L'Afrique du Nord dans l'Antiquité**. 2.ed. Paris: Payot, 1988.

DUNBABIN, K. M. D. **Mosaics of the Greek and Roman World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DUNCAN-JONES, R. P. *Wealth and munificence in Roman Africa*. In: **Papers of the British School at Rome**. Vol. 31 (n.s. vol. 18). London: British Academy, 1963. Pp. 159-177.

FANTAR, M. H. *et al*. **La mosaïque en Tunisie**. Tunis: Méditerranée, 1994.

FÉVRIER, P.-A. **Approches du Maghreb Romain**. 2 vols. Aix-en-Provence: ÉDISUD, 1989 e 1990.

FRADIER, G. **Mosaïques romaines de Tunisie**. Tunis: Cérès, 1997.

FRONTISI-DUCROUX, F. **Du masque au visage: aspects de l'identité en Grèce Ancienne**. Paris: Flamarion, 1995.

GARRAFFONI, R. S. *Panem et circenses: máxima antiga e a construção de conceitos modernos*. In: **Phoînix**. Vol. 11. Rio de Janeiro: Mauad, 2005a. Pp. 246-267.

GARRAFFONI, R. S. **Gladiadores na Roma Antiga**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2005b.

GRIMAL, P. **Les villes romaines**. Paris: PUF, 1971.

HUSKINSON, J. (ed.). **Experiencing Rome**. London: Routledge – Open University, 2000.

JULIEN, Ch.-A. **Histoire de l'Afrique**. 3. ed. Paris: Payot, 1994.

KHADER, A. B. A.-B.; BALANDA, É. de; URIBE ECHEVERRÍA, A. (dir.). **Image in stone**; Tunisia in mosaic. Paris: *Ars Latina* / Union Latine / Tunisian Agency for the Development of Heritage and Cultural Promotion, 2003.

KHADER, A. B. A.-B.; SOREN, D. **Carthage**; a mosaic of Ancient Tunisia. New York – London: The American Museum of Natural History – W. W. Norton, 1987.

KÖHNE, E.; EWIGLEBEN, C. **Gladiators and Caesars**. London: British Museum Press, 2000.

LAVAGNE, H.; BALANDA, É. de; URIBE ECHEVERRÍA, A. (dir.). **Mosaïques, trésor de la latinité**. Quetigny: *Ars Latina* / Union Latine, 2000.

LEPELLEY, Cl. **Les cités de l'Afrique Romaine au Bas-Empire**. Vol. 2. Paris: Études Augustinienes, 1981.

LESSA, F. de S. *Atividades esportivas nas imagens áticas*. In: **Phoînix**. Vol. 11. Rio de Janeiro: Mauad, 2005a. Pp. 57-70.

LESSA, F. de S. *O esporte como memória e festa na Hélade*. In: LESSA, F. de S.; BUSTAMANTE, R. M. da C. (org.). **Memória e Festa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005b. Pp. 327-334.

LING, R. **Ancient mosaics**. London: British Museum Press, 1998.

LUSSANA, A. *Munificenza nell'Africa Romana*. In: **Epigraphica**. Vol 14. Bologna: Università di Bologna. 1952. Pp. 100-113.

MAHJOUBI, A. *O período romano e pós-romano na África do Norte*. In: MOKHTAR, G. (coord.). **História Geral da África**. Vol. 2. São Paulo – Paris: Ática – UNESCO, 1983. Pp. 473-509.

MANTON, E. L **Roman North Africa**. London: Seaby, 1988.

MARROU, H.-I. **História da educação na Antigüidade**. 5. ed. São Paulo: E.P.U., 1990.

PICARD, G.-Ch. **La civilisation de l'Afrique Romaine**. 2. ed. Paris: Études Augustiniennes, 1990.

RAVEN, S. **Rome in Africa**. 2. ed. London – New York: Longman, 1984.

RICH, A. **Dictionnaire des Antiquités Romaines et Grecques**. Singapour: Molière, 2004.

ROBERT, J.-N. **Os prazeres em Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SENNETT, R. *Nudez*. In: SENNETT, R. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997. Pp. 29-60.

THUILLIER, J.-P. **Le sport dans la Rome Antique**. Paris: Errance, 1996.

TROMBETTA, S. **O cotidiano e sua representação nos mosaicos das províncias romanas da Gália, Norte da África e Palestina**. Tese. MAE / USP. Orient.: Mª. B. B. Florenzano. São Paulo, 2004.

VEYNE, P. **Le pain et le cirque**. Paris: Seuil, 1976.

VEYNE, P. *O Império Romano*. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (org.). **História da vida privada**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Pp. 20-223.

VILLE, G. **La gladiature en Occident des origines à la mort de Domitien**. Paris: École Française de Rome, 1981.

WIEDEMANN, T. **Emperors and gladiators**. London: Routledge, 1995.

YACOUB, M. **Le Musée du Bardo**. Tunis: Éd. de l'Agence Nationale du Patrimoine, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Disputas e resistências territoriais na construção de barragens no Paraná

Cezar Karpinski*
Marcos Montysuma**

Resumo: Nesta pesquisa procuramos discutir as diversas representações sociais de um território submetido à construção da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, no Rio Iguaçu - Região Oeste do Paraná, ocorrida entre os anos de 1993-1999. Primeiramente discutimos como ocorreu o mapeamento do espaço através do Estudo de Impacto Ambiental, problematizando a legitimação da viabilidade ambiental, econômica e social da obra. Sob esta ótica o espaço inundado se tornou um "território do desenvolvimento". Tomando como referência a História Oral, abordaremos como a população da área se relacionou com o espaço manifestando suas representações referentes às terras inundadas pelo reservatório. Nesta incursão percebemos um "território" de lembranças, de valores e sentimentos ligados aos fatores ambientais que dão conta de um outro discurso, o das histórias de vida pautadas nas várias relações com o meio ambiente.
Palavras-chave: Hidrelétricas, História Oral, Estudo de Impacto Ambiental.

Abstrat: In this research we discussed the several social representations of a territory submitted to the construction of Hydroeletric Power Plant Salto Caxias, in the Iguaçu River – West and South West Regions of Paraná State, happened among the years of 1993-1999. Firstly we discussed as it happened to put on the map of the space through the Study of Environmental Impact, with the problematic statement of the environmental, economic and social viability of the construction. Under this optics the flooded space turned a "territory of the development". Taking as reference the Oral History, we will approach as the population of the area linked with the space manifesting its referring representations to the lands flooded by the reservoir. In this incursion we realized a "territory" of memories, of values and feelings linked to the environmental factors that reveal anothers speechs, the one of the histories of life fouded in the several relationships with the environment.
***Key-words*:** Hydroeletrics Power Plant, Oral History, Study of Environmental Impact.

Esta pesquisa procura compreender os significados de um território destinado à construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE). Dentre tantas já construídas no Estado do Paraná, escolhemos a UHE Salto Caxias, por se tratar de uma obra cujos discursos oficiais a destacam como "o primeiro projeto, no setor brasileiro de energia elétrica, construído através dos mais modernos padrões ambientais, passando por todos os estágios do processo de licenciamento de acordo com a legislação". (COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, 2006) Desta

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História (UFSC) cezark@hotmail.com
** Professor de História Contemporânea na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mmontysuma@cfh.ufsc.br

forma, buscamos compreender as conseqüências e os significados desta *obediência* legal no trato com o meio ambiente e, por conseguinte, à população atingida.[1]

As fontes utilizadas neste trabalho foram o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que é um segmento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA)[2] e algumas entrevistas de atingidos pela barragem em questão. A análise do EIA/RIMA nos possibilitou perceber como o órgão responsável pelo empreendimento olhou e interpretou o território que seria alagado. Acreditamos que o uso de EIA/RIMA como fonte histórica é pertinente no sentido de que reflete intenções e ações de um tempo específico. A escrita deste documento aliada às narrativas dos moradores que viveram nas regiões que seriam atingidas nos possibilitou interpretar e relacionar seu papel e importância dentro das políticas ambientais ligadas à construção de barragens no Brasil.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Salto Caxias, foi desenvolvido no início da década de 1990 e entregue em novembro de 1993 ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a quem cabia avaliar e, a partir desta avaliação, conceder ou não as licenças necessárias para implantação da obra. Todos os estudos prévios, bem como a redação dos documentos analisados, foram desenvolvidos por um consórcio projetista que englobou as seguintes empresas: Intertechne Consultores Associados S/C Ltda.; Leme Engenharia Ltda.; Engevix Engenharia S.A.; Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Na seção cinco, o RIMA apresenta o que chamou de "diagnóstico ambiental" e começa a tratar as especificidades regionais da área que seria afetada pelo empreendimento. O olhar *produtivista*, lançado sobre as formas de utilização dos recursos naturais da região se materializam nas análises seguintes. Ao descrever especificamente o uso do solo da "área diretamente afetada" pela UHE Salto Caxias, as pastagens e a agricultura se destacam, segundo o RIMA, através das seguintes perspectivas:

> *Dentre as tipologias de uso do solo a serem inundadas, destacam-se as pastagens com 58,8 Km² de extensão, o equivalente a 54,4% de terras submersas. O uso pastoril é o mais atingido [...] A agricultura é a segunda tipologia e aparece com 30 Km² ou 27,8% da área de inundação [...]* (INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO, 1993: p.5.5).

---

[1] A UHE Salto Caxias é um empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL Geração), possui uma capacidade de 1.240 Mega Watts (MW) de potência e custou cerca de 1 bilhão de dólares. Foi inaugurada no dia 26 de março de 1999 e deve garantir, segundo o discurso da COPEL, o benefício da energia elétrica para mais de 4 milhões de pessoas até o ano de 2015. Com técnicas avançadas, os engenheiros conseguiram bloquear o Rio Iguaçu em pouco tempo e com a maior racionalização possível de seus recursos energéticos. A barragem fez emergir um lago de 131 km² que engoliu vilas, propriedades rurais, casas, lavouras, escolas, capelas e florestas. (KARPINSKI, 2007:pp.01-09)

[2] O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são documentos prévios e obrigatórios para todos os projetos que causem modificações de proporções significativas ao meio ambiente, o que se convencionou chamar de **impactos ambientais**. O conteúdo, a forma e as obrigações destes estudos foram estabelecidos pela Resolução 001/1986 do CONAMA disponível em http://www.mma.gov.br.

Por mais que o documento não faça relações a outras áreas agropastoris do Estado do Paraná, esses dados apontados pelo RIMA estão, implicitamente, relacionando o valor destas terras às de outras regiões paranaenses. Pois, num Estado que se destaca pela alta fertilidade das lavouras mecanizadas desde início da década de 1970, as regiões acidentadas não são valorizadas economicamente. Portanto, seguindo a lógica do RIMA, uma área contendo um reservatório que alimenta uma hidrelétrica, pode ser mais vantajosa financeiramente ao Estado do que uma área contendo pastagens; a mesma lógica se estende à análise relativa aos 30Km² de solo utilizado para agricultura, visto que a hidrelétrica se destina a atender à expansão das cidades e principalmente ás demandas do crescente setor industrial.

Outra questão que merece destaque na redação do RIMA é a caracterização do espaço social da região a ser atingida pelo empreendimento. Segundo o relatório, a organização dos espaços sociais das populações que seriam atingidas se caracterizava pela:

> *presença de igreja, cemitério, salão comunitário ou pavilhão de festas e escola, além de equipamentos de lazer como churrasqueira e, mais eventualmente, cancha de bocha, campo de futebol e uma bodega [...] Os povoados existentes no entorno do reservatório são muito semelhantes e se compõem basicamente de alguns pontos de comércio, escola e às vezes, um posto de saúde, uma via principal calçada e redes de água, energia elétrica e telefonia instaladas [...]* (IDEM: p.5.25)

Pelo relatório, poderíamos afirmar que a organização social da região atingida é *homogênea*, pois identifica as formas de ocupação e de viveres como algo facilmente encontrado em qualquer lugar da região. A impressão que fica é a de que ao demonstrar essa *homogeneidade*, propicia-se a construção de um argumento, cujo desaguadouro facilita a idéia do remanejamento desta população como algo *natural*, sem que seus espaços ambientais exercessem representatividades ou importância na constituição de suas subjetividades. Nesta lógica, a população atingida se acostumaria a qualquer lugar que tivesse uma igreja, um cemitério, um salão comunitário e certos espaços de lazer como campo de futebol e cancha de bocha.

No nosso entender, os cemitérios, as capelas, as canchas de bocha e as bodegas não são simples construções materiais na vida das pessoas, cujo valor se pode mensurar através de uma relação de compra e venda. Eram frutos de vários anos de trabalho comunitário, da união de objetivos comuns em que cada espaço representava também uma história.

O sentimento daqueles que tiveram suas propriedades inundadas não pôde ser inscrito no relatório técnico e científico que esquadrinhou, delimitou e especificou as comunidades e as organizações sociais dos moradores e suas construções. No RIMA aparecem fotografias de casas, com moradores na janela, na varanda ou na porta tomando chimarrão. Entretanto, o texto logo abaixo ou as legendas que explicam as características da fotografia não falam do morador, apenas

do material de que é feita a casa. "A maior parte das casas da área diretamente afetada tem estrutura, paredes e pisos em madeira, cobertas com telha de barro do tipo francesa". (IDEM: p.5.42)

Já nas experiências narradas pelos moradores atingidos pela UHE Salto Caxias outras questões são estabelecidas. Essas narrativas nos foram proporcionadas com o trabalho de campo da História Oral. As relações que as pessoas tinham com aquele espaço possibilitam a percepção de que outros aspectos deveriam ser levados em conta nas análises sobre os impactos causados pela construção desta UHE. São outros olhares lançados sobre o mesmo território, cujos significados se estabelecem a partir de outros valores e outras relações com o espaço. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material de valores que uma possível indenização substitua. Um fator, que até então, não era levado em conta até mesmo pelos atingidos passa a agregar o conteúdo de suas lutas: as relações históricas entre o ser humano e o meio ambiente. Um meio ambiente entendido como um espaço de relações com a natureza (rios, serras, pedras, florestas e animais em interação), com a cultura (bosques, pomares, capelas, casas) e com a sociedade (vizinhos, parentes, donos de venda).

A fala do Senhor Severino, morador da localidade de Santa Genoveva, situada no Município de Três Barras do Paraná, nos dá uma idéia referente às primeiras notícias sobre a construção da UHE Salto Caxias

> *...isso há muitos anos atrás, uns 30 anos, quando eu era proprietário de um alqueire e meio de terra, lá onde que saiu a barragem... Já estavam fazendo perfuração naquelas lajes e entrevistas com o povo sobre a barragem do Salto Caxias. Só que ninguém acreditava e daí o fazendeiro foi atropelando o povo de lá, comprando, trocando, e eu de lá vendi pro fazendeiro. Com aquele dinheiro eu comprei cinco alqueires lá em cima de onde fui desapropriado.*

A presença de técnicos realizando a "perfuração naquelas lajes" e entrevistando o povo já era uma realidade vivida há muito tempo pelos habitantes daquela região tão próxima ao Rio Iguaçu. Entretanto, o povo não acreditava que seria possível e, neste necessário "desacreditar", continuaram suas vivências naquelas terras. Não acreditar numa obra destas significava a própria condição de vida, pois, as pessoas não admitiriam viver com a certeza de que um dia tudo que estavam construindo poderia ser tragado pelas águas. Assim, esses ribeirinhos puderam construir e estabelecer vínculos com aquele território, com aquele Rio, com aqueles espaços.

Assim como as águas do Rio Iguaçu, a vida destes moradores seguiu seu curso. Entretanto, os estudos estavam realizados, os planos já traçados e, enquanto a vida cotidiana se estabelecia o tempo da construção se aproximava. De vez em quando, os moradores estranhavam a presença de helicópteros e aeronaves "voando baixinho", mas no "corre-corre"

diário essa era apenas uma oportunidade para as crianças verem bem de pertinho as máquinas admiradas em livros e revistas. Na verdade as aeronaves conduziam os técnicos que realizavam estudos aerofotográficos relativos à área em questão, mas disso os moradores não desconfiavam, porque também não tinham informações suficientes para tal.

A notícia da construção da Hidrelétrica chegou ao conhecimento dos morados às cidades pelas rádios, pelos fazendeiros, pelos sindicatos. De um modo geral a população ficou incrédula diante do conteúdo da notícia. Nesse momento, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais se tornam o espaço de divulgação, pois, na região, esse órgão era o que mais agregava o pessoal do campo e, não por acaso, desfrutava de maior credibilidade junto a grande parte dos moradores da região. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais representava para os pequenos agricultores um espaço de segurança e confiança, pois era por ele que muitas vezes conseguiam resolver seus problemas de saúde e seguridade social. Nestes primeiros momentos de notícias o Sindicato, na pessoa de seus líderes – ou presidentes como eram chamados aqueles que eram eleitos para liderar – foi o responsável pela transmissão da notícia de que a usina seria mesmo construída.

Antes mesmo da redação dos Estudos de Impacto Ambiental, das entrevistas por parte dos empreendedores, a notícia já chegava a alguns moradores. Essa realidade da construção introduziu novos sentimentos aos habitantes da região. Aquele lugar onde viveram durante tantos anos desapareceria sob as águas do futuro "lago". Neste sentido a fala da Senhora Margaret Maran Nunes nos possibilita ter uma idéia do que estava acontecendo naqueles primeiros momentos e o que as pessoas sentiam ao pensar que tudo seria engolido pelas águas.

> *No início a gente não tinha nada mais elaborado. O pessoal que se preocupava, "não, mas a minha mãe tá enterrada no cemitério aqui", "meu Deus eu plantei árvore, eu cheguei aqui, nunca sai desse lugar, eu nasci aqui, já estou com 30 anos e nunca saí." Então tinha esse tipo de preocupação mesmo. Na comunidade, naquele momento, discutia-se isso, mas também tinha a preocupação de que a gente precisava se organizar nas outras comunidades pra poder enfrentar.*

Nesta fala podemos refletir sobre dois aspectos, o dos sentimentos e significados atribuídos ao espaço onde habitavam e à necessidade de se organizar. Pelo recorte que estamos fazendo para esta comunicação nos deteremos apenas no primeiro aspecto. Buscamos discutir os significados das expressões "plantei árvore", "nasci aqui", "minha mãe está enterrada aqui", "tenho trintas anos e nunca sai".

A preocupação de Margaret nesta entrevista era a de estabelecer certa conexão com o nascimento de um movimento social muito atuante nos embates contra a construção da

barragem e nas posteriores negociações por indenizações, a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). No entanto, a gênese dos sentimentos de luta está enraizada nos sentimentos de ligação àquele território. As conseqüências inevitáveis da instalação da Hidrelétrica fortaleceram as representações das experiências vividas às margens do Rio e possibilitou um trabalho da memória.

Esse amalgama de situações, as de um passado vivido nas proximidades de um Rio e as de um presente marcado pela possível inundação, fez emergir diversos perfis quanto à postura que deveriam adotar frente ao governo. Isso nos mostra a incerteza política de setores e a convicção de outros quanto à necessidade de estabelecer o enfrentamento na defesa da cultura do local. O espaço delimitado para a construção da usina representava muito mais do que algumas propriedades rurais. Nesta fala percebemos a emergência de uma cultura pautada nas relações com um espaço historicamente constituído, fala de uma identidade de quem nunca morou noutro local. Note-se que no discurso de Margaret, os atores sociais não falavam de lavouras, de pastagens ou de bens materiais mensuráveis que pudessem ser objeto de possíveis indenizações. Pelo contrário, o ponto alto dos discursos das pessoas nos mostra emoções relativas ao lugar de habitação, de interações com o espaço, até de árvores plantadas, mas numa dimensão de edificação efetiva do lugar. O espaço a ser inundado fora construído culturalmente por eles e nesta dimensão era uma perda irreparável. Essas pessoas falavam de um ambiente que representava sua própria história de vida, um local onde plantaram árvores, onde nasceram e enterraram seus mortos. São narrativas que nos mostram que além do material, estão as relações sociais com aquele espaço que aparecem com uma força maior até que a necessidade de se organizarem.

O choque entre interesses e visões relacionados a um mesmo território forneceu subsídios à percepção de uma disputa por reconhecimento. De um lado a COPEL, aqui representada pelo olhar produtivista transparente nos estudos de impactos ambientais que não tiveram outra intenção a não ser legitimar e viabilizar a obra. Do outro os atingidos, cujos sentimentos ligados a um território fizeram emergir uma postura de resistência ao empreendimento e empreendedores. A partir daí, toda uma gama de conflitos se desenvolveu na luta por direitos, como em quase todos os processos de construção de hidrelétricas no Brasil a partir dos anos 1980.

A utilização do RIMA como fonte para esta pesquisa nos possibilitou ler nas entrelinhas do relatório os diversos olhares lançados sobre a população que habitava as margens do Rio Iguaçu. No entrecruzamento dos dados do relatório com as fontes orais foi

possível apresentar algumas contribuições à discussão sobre impactos ambientais, principalmente, a inserção das memórias e das representações sociais do meio ambiente.

Neste trabalho percebemos que as relações das pessoas com determinados espaços possibilitam a inscrição de outros aspectos nas análises sobre os atingidos por barragens. As questões subjetivas, as memórias ligadas ao rio ou às relações entre os moradores não entram na objetividade material das reflexões do EIA/RIMA e, consequentemente, na avaliação dos impactos que a hidrelétrica traria aos moradores da região de Salto Caxias. Ironicamente assistimos à população ser citada como objeto de estudo do EIA/RIMA, porém, suas culturas e representações relativas ao espaço foram ignoradas plenamente por ocasião da elaboração do laudo que definia os fins dados à população; logo o estudo propriamente relativo à população visava antes de tudo acumular conhecimentos sobre suas práticas de cultivo da terra e área produtiva, visando desqualificá-las, consolidando argumento quanto à justeza da obra, compreendendo a inundação da área.

Por entender que o EIA/RIMA é um documento prévio e veículo poderoso para a aprovação e licenciamento de qualquer obra por parte dos órgãos ambientais, esta pesquisa buscou contribuir para as análises deste documento ao longo de uma experiência específica: a de Salto Caxias, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná entre os anos de 1990-2001. Além disso, inscrever em linhas gerais, como os sentimentos das populações locais estão sendo retratados em tais estudos a fim de que, o silêncio destes relatórios não "abafe" os conflitos que há muito tempo se instalam nas regiões atingidas por barragens.

Fontes

Entrevistas

Severino Della Libera. **Entrevista**. Cascavel (PR), 12 de janeiro de 1999.

Margaret Maran Nunes. **Entrevista**. Cascavel (PR), 26 de fevereiro de 2000.

Impressos

INTERTECHNE – LEME – ENGEVIX – ESTEIO. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993, p.1.2.

Referências bibliográficas

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL. **Iniciativas ambientais**. Curitiba: 03/10/2006. Disponível em: http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docsap/980F1648A92B5E9E03256B7A00697BA5?OpenDocument. Acesso dia 10/11/2006

KARPINSKI, Cezar. Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). **Dissertação de Mestrado**. Florianópolis: UFSC, 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Horizontes da Escrita: análise historiográfica sobre as obras que narram a História dos Municípios do Alto Vale do Itajaí/SC (1985-2006).

Arnaldo Haas Júnior*

Resumo: Possivelmente preocupados com a preservação da memória cultural ou, lugar comum na história tradicional, com o "resgate" do passado, pessoas das mais diversas formações escreveram obras de caráter local que retratam o passado dos municípios da região do Alto Vale do Itajaí – SC. O trabalho em questão, resultante dos encaminhamentos iniciais do meu projeto de pesquisa de mestrado, visa problematizar, numa perspectiva alicerçada nos estudos culturais, a maneira como tais narrativas pretendem regular representações sobre o passado, partindo do pressuposto fundamental de que estas obras deixam transparecer a alcunha de "história oficial", ou macro História, fato este evidenciado pela expectativa de escrever toda a história da cidade e da sua gente.
Palavras – chave: Escrita da História, representações, relações de poder.

Abstract: Probably worried about the preservation of cultural recollection, or as it is usual in traditional history, worried about the "rescue" of the past, people with very different backgrounds prepared local works writing about the past of the towns that constitute what is called Alto Vale do Itajaí/SC region. The present essay as a result of my first step towards my masterpiece project aims to join, within a perspective based upon cultural studies, the way how such narratives intend to fix past memories, starting from the fundamental point that those works traduce the "real story", or the Main Story, what is evident in the prospect of writing the whole truth story of the towns and their people.
Key-words: History writings, representations, power relations.

A realização do XXIV Simpósio Nacional de História pode ser tomada, sem maiores problemas, como um exemplo claro do envolvimento e da preocupação cada vez maior dos historiadores com questões teóricas relativas ao saber e ao fazer histórico. Campo do conhecimento aberto ao diálogo e a problematização, a historiografia se constrói a partir de um reconhecimento de si própria como algo contextual e datado. O caráter relativo de qualquer visão de mundo, da verdade, não permite ao historiador mais do que vislumbres ou, nobre objetivo, um tangenciamento daquilo que se poderia chamar de experiência vivida.

Ao longo do século XX, os embates acerca da execução da escrita da história, seus conceitos e métodos, pelo menos no âmbito acadêmico, resultaram em refinamentos, redução de excessos, e na compreensão das relações de poder atreladas ao discurso histórico. Para além de qualquer explicação simplista que imponha ao debate sobre a produção historiográfica o sentido de guerra semântica, posto que seja da natureza do conhecimento seu caráter parcial e efêmero, faz-se necessário um constante repensar dos trabalhos que

* Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

pretendem falar em nome daqueles que ficaram no passado. Se Marc Bloch estava certo ao afirmar que a função do historiador é a de compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado, há, certamente, muito trabalho a ser feito, principalmente no tange às produções alheias a academia. Exemplos não faltam.

Possivelmente, o escritor Alexandre Avancini, interessado em munir seus leitores de alguns conceitos fundamentais para a leitura de seu livro, inicia a introdução respondendo uma pergunta: o que é história? Eis a resposta:

> "História é *relatar um fato*, ou muitos fatos ocorridos em algum tempo passado. Por exemplo: a vida de uma pessoa, um passeio, a queda de um avião, a invenção do avião, ou do automóvel, bem como a fundação de um lugar, que crescendo torna-se povoado, vila cidade. Os *fatos que se sucederam formam a história* daquela cidade. (....) A história se divide em *verdadeira*, concreta, por exemplo: a história de Santa Catarina; e história *inventada*, que chamamos de lendas, fábulas. Por exemplo: a lenda do chapeuzinho vermelho, a raposa e o tucano, a raposa e a onça (grifo nosso)" (AVANCINI, 1996:9).

Longe de se configurar como exceção, esta concepção de história frequentemente encontra ressonância. Logo nas primeiras páginas da obra "Rio do Oeste: A história oficial e outras histórias" (ADAMI, 2004), apontamentos do então prefeito municipal de Rio do Oeste fazem menção a expectativa de legar à população da cidade uma obra que *resgate* a sua história e que sirva como uma ferramenta a ser usada na sala de aula pelos educadores. Em situação semelhante, contudo alhures, o prefeito municipal de Vidal Ramos comenta que o livro "Paisagens da Memória: A criação do Município de Vidal Ramos" (ADAMI, 2004), é um trabalho sem vínculos com grupos sociais, ideológicos, religiosos ou políticos, destinando-se a todas as faixas etárias, mas sobretudo aos vidalramenses de berço ou de coração, pois resgata feitos da gente local e revela *segredos* do passado que irão ajudar a compreender o presente, possibilitando um auxílio para uma projeção mais clara do futuro.

Vitor Meileres, Rio do Oeste e Vidal Ramos fazem parte da *região* catarinense chamada de Alto Vale do Itajaí, cujo órgão de representatividade coletiva recebe o nome de AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – uma agremiação composta por vinte e oito Municípios, dezesseis deles possuidores de obras de caráter histórico que contam os chamados "feitos passados"[1], material sobre os quais é possível tecer algumas considerações.

Visando criar uma possibilidade de sistematização das tendências atuais da historiografia catarinense, dois artigos, o primeiro de Wolff (1994:5-15), e o segundo de

[1] Este material compõe-se de livros e livretos, em sua maioria patrocinados pelo poder público, cujo objetivo é divulgar aquilo que seus autores entendem por passado histórico.

Dallabrida (1996:9-19), apresentam algumas indicações sobre a forma como se desenvolve o itinerário da produção historiográfica em Santa Catarina. A leitura desses artigos deixa claro que a intenção dos autores não é estabelecer qualquer tipo de conceituação estanque, mas incitar uma provocação que fomente um maior debate sobre o tema.

Segundo Wolff, a produção historiográfica recente (desenvolvida a partir de 1940) pode ser subdividida em três grupos principais, divisão esta pautada na delimitação do objeto de estudo de cada historiador. O primeiro grupo seria formado por obras que se pretendem estaduais e que geralmente priorizam a exposição de eventos políticos de âmbito estadual. O segundo grupo engloba trabalhos que enfocam os âmbitos municipais, locais. O terceiro grupo, por sua vez, denominado de "história temática", excede a qualquer expectativa de enclausuramento em conceitos estanques, o que possibilita apenas, de maneira genérica, afirmar que este oferece a possibilidade de a inserção da noção de perspectivismo no trabalho historiográfico. É a partir dos problemas que o historiador suscita na história que se comporá à melodia de sua narrativa. Especificidades relativas aos dois primeiros grupos merecem aqui maior atenção.

As obras que se pautam na chamada "abordagem estadual tradicional" guardam entre si semelhanças expressas pela preocupação com personagens ilustres, políticos, empresários, religiosos, biografias e cronologias referentes a estes personagens. Encontra-se aqui a chamada "história vista de cima", uma defesa de uma pretensa objetividade legitimada pela utilização de fontes tidas como oficiais. De acordo com Dallabrida, Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e em Walter Fernando Piazza são grandes representantes dessa forma de se escrever a história. Apesar da existência de algumas diferenças relativas às especificidades próprias do tempo em que viveram, a obra desses três autores pertence ao mesmo momento historiográfico da chamada História Tradicional[2]. Marcadas pela narração dos acontecimentos, dos fatos, é comum nestas obras a omissão da citação das fontes utilizadas para a sua confecção. O que chama a atenção é a freqüência com que esses trabalhos são utilizados como referência na produção historiográfica de âmbito local ou mesmo temático[3].

A matéria prima da qual se constitui minha inquietação compõe-se do segundo grupo, obras pautadas numa abordagem local tradicional. Wolff afirma que se encontram

---

[2] Uma análise mais concisa sobre a produção historiográfica de Cabral e de Piazza pode ser encontrada em FREITAS**,** Patricia de; SERPA, Élio Cantalício; Universidade Federal de Santa Catarina. **Margem da palavra, silencio do número**: o negro na historiografia de Santa Catarina. 1997. 154fDissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

[3] A grande maioria das obras que compõe o escopo desta problematização, desde os livros que contam a história dos municípios até obras de caráter genealógico, anuncia referência aos trabalhos de Cabral e Piazza.

associadas sob esse título uma quantidade significativa de trabalhos produzidos a nível municipal, alavancados pelo esforço solitário de historiadores, muitas vezes amadores. Herdeira de muitas características daquelas do primeiro grupo, a exemplo do viés laudatório a personagens de uma elite, a abordagem efetuada por este tipo de obra desvincula a história local de um contexto mais amplo, como se esta fosse auto-suficiente e gravitasse em torno de um centro próprio.

O cenário está montado. Na luta pelo papel de protagonista aparecem o(s) fundador(es) da cidade, as principais famílias, cujas genealogias teimam em se fazer presentes e que não raro ainda são ativas na economia e na política local. O figurino é composto pela idealização que incide sobre a natureza do lugar. Os apontamentos de Wolff muito pouco ou nada dizem sobre a visão do público em noite de estréia. Surge aqui um impasse.

Não se resgata o passado. Este não se encontra perdido em um tempo distante a espera de alguém (historiador?) que o salve. Construção datada e entregue a remodelação, a forma que o passado adquire, associa-se aos saberes que norteiam o trabalho do historiador às relações de poder que o induzem a escolher este ou aquele material e a uma carga inextirpável de subjetividade. Não por outro motivo, cada presente reivindica para si uma versão do passado.

Ao recusar a neutralidade, levando-se em conta que todos os tipos de discursos – a exemplo do discurso histórico – carregam em seu ventre determinadas relações e efeitos de poder, assim como a idéia de que as *representações* por eles alicerçadas fazem parte do *constructo* que compõe a realidade, considero pertinente analisar de que maneira as obras de História local contribuem nesse processo, legitimando certas visões no presente e calando vozes do passado.

Mergulhando no movimento que se tornou lugar comum a partir da década de 1980, várias cidades da Região do Alto Vale instituíram em seus calendários uma festa anual de projeção mais ampla, estadual ou nacional[4]. Apesar das particularidades específicas a cada uma dessas festas, em linhas gerais uma característica comum é compartilhada por todas: o apelo à *tradição* como forma de legitimação do evento. Com efeito, a menção a determinadas práticas tradicionais, como por exemplo, a confecção de doces em Vidal Ramos, age no sentido de aglutinar os interesses locais visando à preparação e execução da festa. O que deixa surpreso grande parte do público participante do evento é a quase total ausência de doces no local.

[4] Para ficar apenas em alguns exemplos, cito a Doce Festa em Vidal Ramos, a Festa Estadual do Milho Verde (Femive) em Imbuia, a Exposição Nacional da Cebola (Exponace), em Ituporanga, a Festa Nacional do Bolão (Kegeslfest), em Rio do Sul.

Ao referenciar as festas locais, minha intenção gravita em torno de uma questão mais ampla, comumente difundida nas obras imbricadas no meu objeto de estudo. A invocação, expectativa de recuperação e manutenção das tradições passadas tornou-se jargão nas obras em questão. O clamor pela preservação da memória local, dos "feitos passados", confunde-se com a incitação de tradições que se afirma serem imprescindíveis para uma "compreensão mais clara do presente".

Hobsbawm e Ranger (1997:9) nos alertam para a constatação de que as tradições não são necessariamente algo dado, natural, as quais seria possível (e impreterível) prestar homenagens. Pelo contrário, estas se constituem num plano de imanência datado (nem sempre fácil de localizar), e atendem a objetivos específicos[5]. Diante disso, algumas perguntas são suscitadas: a que tipo de tradição as obras locais fazem menção? Como estas tradições podem ser interpretadas no contexto das narrativas? Para além deste enfoque dado às tradições, uma outra questão merece ser suscitada.

Personificação do "homem em luta contra o seu tempo", Nietzsche, em sua Segunda Consideração Extemporânea, comenta mordaz sobre a "consideração monumental do passado" (NIETZSCHE, 1978:58), sobre a história sendo construída de maneira a "meter a individualidade do passado dentro de uma forma universal e quebrá-la em todos os ângulos agudos e linhas, em benefício da concordância" (NIETZSCHE, 1978:61). Com efeito, aparentemente, a forma como as obras em questão são construídas indica a presença de uma narrativa muito próxima a uma visão romântica e folclorizada sobre o passado. Este é revestido de idealizações praticamente impermeáveis à inserção de uma perspectiva delatora de animosidades entre os "desbravadores". Seria interessante então questionar, onde ficam os atritos, as falhas e omissões tão comuns aos seres humanos? Inexistem ou apenas dificilmente podem ser captados por este viés laudatório? Ao interpretar esta característica das obras locais como pertencente ao conjunto dos "pormenores significativos" (DIAS, 1998:237) sujeitos à problematização, por parte trabalho historiográfico, é possível notar que há uma distância significativa entre as narrativas idealizadas e uma vida que pulsa alheia a simplificações.

Dentre os títulos dos livros, um me chamou a atenção: "Pouso Redondo, nossa história, nossa gente" (CRISTOFOLINI, 2000). Refletir sobre o conceito "nossa", utilizado pelo autor, induz a indagação sobre qual é o público alvo, para quem e em favor de quem esta história é escrita. No conjunto de características comuns que norteiam a escrita dessas obras, é reincidente a menção ao processo de colonização, atividade esta sempre atrelada à

[5] Consideramos relevante explicitar que Hobsbawm e Ranger não tornam absoluta a idéia de invenção das tradições. Neste sentido, os autores alertam para o fato de que a força e adaptabilidade da "tradição genuína" não deve ser confundida com invenção.

qualificação dos colonizadores. Europeus ou descendentes de europeus, os chamados "desbravadores" compõem o arquétipo sobre o qual se assentará a própria identidade da cidade. Excetuando-se os primórdios da colonização ou os primórdios da "nossa história", tais cidades comportam em sua malha social outras etnias, outros grupos que, excluídos da genealogia local, estão sujeitos a um processo de exclusão social. No contexto da narrativa é possível detectar a emergência de determinadas identidades tidas como fixas, absolutas, padrões sobre as quais a cidade se define e são rotulados os seus moradores.

Num breve histórico que ocupa não mais de uma página, a revista "Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí"[6], discorre sobre a forma como, nos idos da década de 1960, período em que o Brasil era agitado por uma série de eventos políticos de grandes proporções, vinte pequenos municípios do interior de Santa Catarina, de forma inédita e pioneira no país, reuniram-se com o objetivo de estimular a integração e o desenvolvimento *regional*. Sofrendo com recursos escassos, prefeitos "empreendedores e inovadores" optaram pelo associativismo, através do somatório de forças e vozes, no intuito de enfrentar problemas estruturais, criando assim a primeira associação de municípios o país.

Numa análise apropriadamente denominada de "A Idéia de Região" (BOURDIEU,1989:102-132), o autor comenta que o discurso regionalista, a exemplo daquele sustentado pela AMAVI, não descreve, mas sim cria a realidade a qual se refere. Utilizando-se de determinados símbolos agregadores tais como a língua e a *etnia*, tal discurso institui também uma identidade regional[7], o que pode ser detectado nas obras objeto de estudo, pois, ao instituírem uma identidade local, criam as condições de emergência ou os símbolos sobre os quais se assenta a identidade regional. Não sendo uma coisa dada, a "região" é construída pelos autores sociais, principalmente pelas elites que utilizam um conceito de região para voltar ao passado trazendo elementos que identifiquem o imaginário social de acordo com seus anseios, pois o que lhes interessa não é a verdade, mas uma representação da verdade criada por eles para legitimar-se num determinado contexto.

As interrogações suscitadas neste artigo, parciais, fragmentárias, fazem parte dos encaminhamentos parciais de uma pesquisa que se pretende mais ampla. Ao longo do ano em curso, assim como do ano próximo, possivelmente novos caminhos serão tomados. Alguns

---

[6] A revista em questão, elaborada pela AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – no contexto das comemorações pelos quarenta anos de existência da entidade, como o próprio título indica, deixa claro como a questão econômica é a um dos catalisadores utilizados para fomentar a idéia de *Região*.

[7] Apesar de não ser um elemento que até o momento figure diretamente em minha linha de indagação, seria plausível questionar à forma como a identidade daí resultante diminui, ou até mesmo oblitera o entendimento da diversidade cultural em Santa Catarina.

objetivando o alargamento do campo de visão sobre as obras objeto; outros, uma melhor compreensão da maneira como estes documentos históricos, ao tornarem-se "monumentos históricos", engessam o passado a visões propositalmente construídas no presente.

Referências Bibliográficas:

ADAME, Luiz Saulo; ROSA, Tina. **Paisagens da Memória**: A criação do município de Vidal Ramos. Itajaí: S&T Editores, 2004.

_____. **Rio do Oeste:** A história oficial e outras histórias. Itajaí: S&T Editores, 2004.

REVISTA DA AMAVI. **Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí**. Rio do Sul; Gráfica Tambosi, 2004.

AVANCINI, Alexandre. **Vitor Meireles**: Um mergulho no passado. Florianópolis: Papa Livro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CRISTOFOLINI, Evacir Renato. **Pouso Redondo, nossa história, nossa gente**. Rio do Sul: Nova Era, 2000.

DALLABRIDA, Norberto. **A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto**, in: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 4, p. 9-19, 1996.

DIAS, Maria O. S. **Hermenêutica do Cotidiano na História Contemporânea**. Projeto História, São Paulo, n. 17, nov, 1998.

FREITAS**,** Patricia de; SERPA, Élio Cantalício; Universidade Federal de Santa Catarina. **Margem da palavra, silêncio do número**: o negro na historiografia de Santa Catarina. 1997. 154fDissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Obras incompletas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia Catarinense**: uma introdução ao debate, in: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 2, p. 5-15, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Das palavras e das coisas: estudo da vida cotidiana na Babilônia antiga

Katia Maria Paim Pozzer*

Resumo: Desde as reformas empreendidas por Urukagina de Lagaš, no III milênio a.C., até os últimos *mîšarû* (éditos reais) decretados pelos reis neobabilônicos do VI século a.C., há inúmeras possibilidades de interpretação. Entendemos que o debate deve ser aprofundado e, para tanto, nossa contribuição irá evidenciar a utilização da epigrafia, da filologia e do direito para uma melhor compreensão da história. Este trabalho tem por objetivo apresentar a uma abordagem multidisciplinar no estudo da sociedade babilônica do século XVIII a.C., quando analisamos importantes documentos pertencentes aos arquivos privados de ricos mercadores do sul mesopotâmico. Estas fontes fazem referência às práticas sociais e às repercussões dos atos legais que representavam esses termos na vida cotidiana de seus habitantes.
Palavras-chave: Babilônia; vida cotidiana; éditos reais

Résumé: Depuis les réformes entreprises par Urukagina de Lagaš, au III milénnaire av. J.-C., jusqu'au derniers *mîšarû* (édits royaux) décretés par les rois néo-babyloniens du VIème siècle av. J.-C., il y a plusieurs possibilités d'interprétation. On comprend que le débat doit être approfondie et, pour autant, notre contribution va démontrer l'utilisation de l'épigraphie, de la philologie et du droit pour une meilleure compréhension de l'histoire. Ce travail a pour but présenter un approche multidisciplinaire dans l'étude de la societé babylonienne du XVIIIème siècle av. J.-C, quand on analise d'importants documents qui appartiennent aux archives privées des riches hommes d'affaires au sud mésopotamien. Ces sources font références aux pratiques sociales et aux répercussions, dans la vie cotidiennes des habitants, de ces actes legaux.
Mots-clés: Babylonie; vie cotidienne; édits royaux

Contexto Histórico e Social da Babilônia

O sul da Mesopotâmia viveu perturbações consideráveis, e a situação geopolítica da região transformou-se ao longo dos anos de Isin-Larsa (Figura 1). Na metade de seu reinado, o poder de Rîm-Sîn tinha atingido seu apogeu, e a conquista de Isin e a extensão geográfica do reino impuseram-lhe, de certa maneira, a necessidade de realização de importantes reformas em vários níveis. O território do reino de Larsa aumentara em um terço, e o palácio centralizava todas as atividades administrativas e econômicas, fazendo diminuir o número de documentos privados e aumentar o de documentos públicos (POZZER, 2003: 310-311). Sob o reinado de Rîm-Sîn, o homem de negócios urbano privado, o *tamkârum*, ganhou mais liberdade na gestão de seus negócios: era ele quem recolhia todas as taxas junto à

* Coordenadora do Curso de História da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Doutora em História pela *Université de Paris I - Panthéon-Sorbonne*.

população, para então revertê-las ao palácio e ao templo. Além do aumento de seus ganhos, esses mercadores acabaram por obter uma posição de primeiro plano na vida econômica da região (VAN DE MIEROOP, 1992: 139).

Para manter seu poder sobre os territórios conquistados, Rîm-Sîn teve, também, de ocupá-los, impondo uma certa uniformização administrativa a todas as instituições de um reino ainda mais vasto e a promulgação de diversos *mîšarum* foram os sinais destas reformas.

Estudo das palavras: uma interpretação filológica dos decretos reais

Esses éditos reais favoreciam tanto a população endividada quanto o palácio, pois continham medidas destinadas a impedir a estagnação da economia. Tratava-se sobretudo, de medidas de anistia ou de anulação de dívidas (empréstimos, taxas, penhores). A promulgação de um *mîšarum* permitia, aos diferentes contratantes de uma transação, emitirem reivindicações ou reclamações em caso de conflito; ela representava, também, uma resistência ao princípio de alienação completa da terra familiar e estabelecia procedimentos que permitiam até a recuperação de terras vendidas.

A palavra *mîšarum* significa reposição em ordem, restabelecimento da justiça, da eqüidade e é precisamente o senso de justiça que justifica seu emprego pela dinastia da Babilônia, que a preferiu a outros termos, na medida em que ela contém, de maneira inerente, uma ideologia social, sendo que os reis Sumula-El (1.880-1.845 a.C.), Hammu-rabi (1.792-1.750 a.C.), Samsu-iluna (1.749-1.712 a.C.) e Ammisaduqa (1.683-1.647 a.C.) utilizaram-na no sentido de ato de reforma.

Esse édito informa-nos sobre a existência de grandes centros de comércio na região de Babilônia e que os *tamkârû* estavam encarregados de receber, por conta do palácio, depósitos correspondentes ao aluguel de terras, de rebanhos e de impostos e a toda espécie de taxas, que eram feitos, geralmente *in natura*, isto é, em cereais, gado, peixe e produtos artesanais, que os mercadores punham em circulação a fim de convertê-los em prata. Quando uma pessoa não podia pagar seus atrasados, ela devia redigir um reconhecimento de dívida diante do *tamkârum*, que se encarregava de reembolsar o palácio, responsabilizando-se por eles. O parágrafo 11 desse mesmo édito estipulava que os mercadores endividados com o palácio estavam, por sua vez, perdoados.

Os parágrafos 20 e 21 do mesmo édito regulamentavam, por sua vez, a situação das pessoas livres penhoradas ou vendidas como escravas, fosse por um membro da família, fosse por elas próprias (a primeira categoria), bem como a dos escravos de nascença (a

segunda categoria). A primeira categoria de escravos podia ser libertada, mas não a segunda. O termo usado neste último caso era *andurârum*, que toma aqui o sentido de "retorno ao estatuto original", como o demonstrou CHARPIN (1987: 36-44).

No édito de Ammi-saduqa, o termo *andurârum* foi empregado para designar a manumissão. Porém, esse termo sofreu modificações no decorrer do tempo, sendo que seus diferentes usos atribuíram-lhe, desde a primeira metade do II milênio a.C., o sentido de libertação, de anulação de dívidas e de compras de terra, ou ainda de éditos reais de conteúdos diversos.

Através de uma análise semântica, CHARPIN (1987: 37-38) mostra que a tradução de "retorno à situação original" parece mais justa que a de liberação. Isso seria possível quando se tratasse de "manumissão", como nas alíneas 20 e 21 do édito de Ammi-saduqa, onde consta que as pessoas tornadas escravas por dívidas seriam liberadas, mas que, ao contrário, os escravos "nascidos na casa", tendo sido vendidos por seu proprietário não serão libertados, mas sim retornariam à seu antigo proprietário. *Andurârum* teria, pois, o significado de retorno ao estado de origem. Segundo LION (1993: 80), esta interpretação está em perfeito acordo com a concepção do tempo que tinham os mesopotâmicos. Eles alimentavam uma visão cíclica da história. O passado estava, a seu ver, diante deles - posto que visível, conhecido -, e o futuro, atrás deles, pois desconhecido, invisível. Assim, sendo o passado, certamente, melhor que o presente, era preciso, segundo eles, voltar atrás para se encontrar a felicidade. Não se percebe conotação alguma de justiça social nessa atitude de libertação, uma vez que sua finalidade não era a de reformar, mas a de manter o *statu quo*, conforme explica LION (1993: 80) a propósito dos *mîšarum*: *As medidas tomadas não visam a melhorar as condições sociais, mas privilegiam a idéia desse retorno ao estado anterior, julgado melhor precisamente porque anterior*.

Um terceiro termo acádico utilizado em diversos decretos reais é a palavra *simdâtum*, que é provavelmente originária da Babilônia do norte (REINER, 1961: 121-124). O termo pode ser escrito com o sumerograma **di-dab$_5$-ba** ou silabicamente, estando o primeiro associado à palavra *dînum* em acádico, que significa lei, tendo relação, pois, com uma evidência legal. Os decretos reais promulgados por Rîm-Sîn empregavam expressões compostas com o termo *simdâtum*, a exemplo da formulação *simdat šarrim,* típica do período paleobabilônico (BOUZON, 1992: 77-100; 1995: 19-20).

Segundo ELLIS (1971-1972: 74-82), o termo *simdâtum* teria tido empregos muito diferentes na documentação paleobabilônica, em função dos diversos tipos de textos em que

aparece. Ele designaria um decreto real específico, mas também um corpus jurídico, fosse ele escrito ou não. Mas o *simdâtum* assemelhava-se, também, em certos casos, a um conjunto de documentos jurídicos, a regras normativas tais como o Código de Hammu-rabi, ao parágrafo 58 das Leis de Ešnunna, aparecendo em alguns textos que regulamentavam certas práticas econômicas ou em certas cláusulas que determinavam as responsabilidades nos casos de descumprimento dos termo de um contrato (BOUZON, 2000: 58).

No comentário de sua obra sobre as leis de Ešnunna, YARON (1988: 121-123) atribui-lhe o sentido de ordem, de decreto real, tendo um caráter concreto e, às vezes, temporal quando precedido da preposição *warki*, que significa "depois". Quando transações faziam referência aos *simdâtû* que lhes eram anteriores, objetivavam precisar que elas não haviam sido afetados por essas leis pregressas.

Segundo BOUZON (1995: 21-22), a expressão *simdat šarrim* teria perdido este sentido com o passar do tempo e, na época de Samsu-iluna e de Ammi-saduqa, servia, simplesmente, para designar as diferentes regulamentações reais que embasavam uma determinada lei, o que significa que o termo *simdâtum* havia adquirido um status jurídico.

O que aconteceu em Ur, sob a dinastia de Larsa, ilustra bem a situação de instabilidade e de desorganização social que poderia ter suscitado tais éditos. A população era submetida a pesadas taxas, e esse quadro foi agravado pela ascensão de homens de negócios privados aos postos de recolhedores dos impostos devidos ao palácio. Os agricultores eram obrigados a quitar esses impostos através do pagamento em cereais, independente do resultado das colheitas. Se considerarmos a duração das secas que assolavam essa região, podemos facilmente imaginar os desastres que elas podiam provocar nas colheitas, apesar do recurso da irrigação. Em face dessa situação, certos agricultores eram levados tanto a vender suas terras, como a fazer empréstimos, em prata, junto aos mesmos mercadores encarregados de deduzirem as taxas. Como esses empréstimos faziam-se sempre com juros, esses agricultores tornavam-se rapidamente insolventes e sujeitos à escravidão por dívidas.

Um tal círculo vicioso corria o risco de paralisar toda a economia do país, obrigando os reis a intervirem através de proclamações de *mîšarum*, na esperança de restabelecerem a situação anterior, julgada a melhor.

Essas intervenções não tinham por finalidade reformar o sistema, mas simplesmente resolver os problemas conjunturais e prevenir eventuais desordens sociais[1] (BOUZON, 1992: 82). Seguidamente, a proclamação dos éditos coincidia com o período que

[1] Charpin (1986: 74-75) cita o caso de uma comissão de juízes de Ur e de Larsa que se reuniu em Ur, no mês XII do ano 35 de Rîm-Sîn, a fim de resolver os litígios ocasionados pela aplicação do decreto real.

seguia a ascensão dos reis ao trono (CHARPIN, 1991: n. 102). BOTTÉRO (1961: 159) evoca, por sua vez, "razões teológicas" para explicar esse fenômeno: no momento das sucessões reais, freqüentemente era tal a desordem social, que era preciso adotarem-se medidas semelhantes àquelas que, no mito fundador babilônico, haviam remediado o caos anterior e pelas quais Marduk restabelecera a equidade no País.

É provável que essas proclamações fossem acompanhadas de uma cerimônia onde o rei elevava a Tocha Dourada, dedicando o *mîšarum* a Šamaš, o deus-sol, igualmente deus da justiça (CHARPIN, 1990a: 22). Vê-se, pois, que o rei era aquele que, na Terra, cumpria as vontades divinas de justiça, de eqüidade e, sobretudo, de manutenção da ordem.

Estudos das coisas.... A dimensão do jurídico na vida cotidiana

A partir da análise de alguns documentos pertencentes aos arquivos privados de ricos mercadores do sul mesopotâmico percebemos as implicações destes atos legais na vida econômica desta importante categoria social. Trata-se de três textos que referem-se a *simdâtû* proclamadas por Rîm-Sîn durante a segunda metade de seu reinado. Apresentamos, a seguir, a tradução dos documentos. A data entre parênteses indica dia/mês/ano. Ver correspondência cronológica nos quadros 1 e 2 e unidades de medida no quadro 3.

Nº 1 (-/I/RS 41)

1 iku de um pomar de palmeiras, seu primeiro lado dá para Šamaš-illassu, seu segundo lado dá para (o terreno) dos filhos de Zinatum, seu primeiro pequeno lado dá para Iddin-Šamaš, sacerdote *gudapsû*, seu segundo pequeno lado dá para un terreno inculto de Šamaš-illassu, pomar de Sîn-rabi, ferreiro. Após o terceiro decreto real, por causa do decreto, ele deixou 1 iku do pomar e Ubar-Šamaš comprou de Sîn-rabi, ferreiro, proprietário do pomar. Ele versou 10 siclos de prata por seu preço à vista. No futuro, para sempre, Sîn-rabi reconhecerá à reivindicação do pomar, ele não dirá: é meu pomar, ele não voltará atrás, ele jurou pelo nome de Sîn, Šamaš e do rei Rîm-Sîn. Diante de Apil-ilîšu, fiador, diante de Ubar-Šamaš, lapidador, diante de Habil-kinûm, mensageiro, diante de Ubar-Šamaš, mensageiro, diante de Sîn-imguranni, filho de Nanna-adah, diante de Ilšu-nasir, taberneiro, diante de Nûratum, homem de negócios do templo de Sîn, diante de Dumuqum. O selo das testemunhas[2]. Selo: Apil-ilîšu.

[2] Os selos-cilindros, como o seu nome indica, possuíam forma cilíndrica e eram confeccionados em pedra, cerâmica, vidro, argila cozida, madeira, marfim ou metal. Eles eram apostos nos tabletes e, mais freqüentemente,

Nº 2 (30/XI/RS 44)

1 sar de um terreno construido, ao lado do terreno de Nanna-mansum e ao lado do terreno de Ubar Šamaš, (na) rua de Šamaš-muballit, chefe de mercadores, propriedade de Ubar-Šamaš, à Silli-Irra, seus filhos e sua esposa, ele o devolveu, por causa do decreto real e ele deu-lhe 5 1/2 siclos de prata como compensação. No futuro, para sempre Ubar-Šamaš reconhecerá à reivindicação da casa, ele não dirá: é minha casa, ele jurou em nome do rei Rîm-Sîn. Diante de Ilam-eriš, filho de Arwû, diante de Ilšu-nasir, filho de Sîn-šemi, diante de Ninsianna-palil, filho de Gunî, diante de Ipqu-Ištar, chefe do bairro, diante de Nabi-ilîšu, filho de Amurrum-malik, diante de Ubar-Šamaš, lapidador, diante de Ibbi-Adad, artesão, diante de Namra-šarûr, filho de Ur-ninsianna, diante de Sîn-Ilum, filho de Irîbam-Sîn, diante de Šamaš-liwîr, lapidador, diante de Sîn-ašared, lapidador, diante de Dumuqum, escriba, diante de Amurrum-malik, homem de negócios, filho de Nûratum, diante de Ur-nisaba, diante de Talilum, escriba. O selo das testemunhas. Selos: A1 Nabi-ilîšu, filho de Amurrum-malik, servidor de Amurrum, A2 Ur-nisaba, e filho de Šubula-qarrad, B1 servidor de Haya, Nisaba, A3 Ipqu-Adad, filho de Iddin-Nanaya, servidor de Lugal-[x], A4 Il-[šu-na]-sir, filho de Sîn-šemi, servidor de Nergal.

Nº 3 (-/I/RS 49)

1/3 sar de um terreno construido, ao lado do terreno de Bura-[...] e ao lado do terreno de Sîn-[...], terreno de Sîn-damiq, Ubar-Šamaš comprou de Sîn-damiq, proprietário do terreno após ordem real, ele pagou-lhe 4 2/3 siclos de prata por seu preço à vista. No futuro, para sempre Sîn-damiq reconhecerá a reivindicação da casa, ele não dirá: é minha casa, eles não voltarão atrás, eles juraram pelo nome de Sîn, Šamaš e do rei Rîm-Sîn. Diante de Apil-ilîšu, taberneiro, diante de Ilî-litûl, ourives, diante de Ištar-ilî, diante de Kab-tât, diante de Dumu-[x]. O selo das testemunhas.

Conclusão

O texto Nº 1, atesta uma *simdâtum*, ele é datado do primeiro mês do ano RS 41. Ubar-Šamaš é o beneficiário do édito em questão, o qual lhe permitiu comprar, de um certo Sîn-rabi, 1 iku de pomar, como o precisam as linhas 9 a 14 (*wa-ar-ki si-im-da-at šar-ri-im* 3-kam-ma *a-na sí-im-da-tim* 1 iku giš-kiri$_6$ *i-zi-im-ma* ^{I}u-bar-^{d}utu in-ši-šám). Segundo Kraus

nos envelopes em argila. Eram esculpidos com motivos iconográficos da mitologia e da vida cotidiana dos mesopotâmicos, representando uma importante fonte documental sobre a história desta civilização.

(1984, p. 45-46), essa intervenção real limitava a compra futura de parcelas completas de terras e não anulava certos atos anteriores; de fato, esse contrato foi estabelecido após a proclamação desse terceiro édito, e percebe-se que o documento sofreu influência do decreto.

Nesse documento, a limitação referente à venda de terras não visa à preservação da propriedade de família, contrariamente ao texto Nº 2. Por esse decreto, o rei teria procurado limitar a dimensão das parcelas postas à venda, com a finalidade de prever e de controlar o fluxo dos negócios privados.

O contrato Nº 3 (I/RS 49) faz menção a um édito real de Rîm-Sîn, onde se vê Ubar-Šamaš comprar um terreno, ou uma parcela de terreno (1/3 sar), de um certo Sîn-damiq pela soma de 4 2/3 siclos de prata. Na linha 7, pode-se ler *wa-ar-ki a-wa-at šar-ri-im*, expressão traduzida por "após a ordem real", que se revestia de um valor de cláusula de garantia para o comprador, ou seja, ainda que o negócio houvesse sido concluído após (sentido temporal) a promulgação do decreto real, este não lhe dizia respeito. Encontra-se, pois, o referencial temporal do *andurârum*: o édito referia-se aos contratos já concluídos, não interferindo naqueles que estariam por vir.

Os éditos reais favoreciam tanto a população endividada quanto o palácio, pois continham medidas destinadas a impedir a estagnação da economia. Tratava-se sobretudo, de medidas de anistia ou de anulação de dívidas (empréstimos, taxas, penhores). A promulgação de um *mîšarum* permitia aos diferentes contratantes de uma transação, emitir reivindicações ou reclamações em caso de conflito; ela representava, também uma resistência ao princípio de alienação completa da terra familiar e estabelecia procedimentos que permitiam até a recuperação de terras vendidas. A palavra *mîšarum* significa reposição em ordem, restabelecimento da justiça, da equidade e, é precisamente o senso de justiça que justifica seu emprego pela dinastia da Babilônia, que o preferiu a outros termos, na medida em que ele contém, de maneira inerente, uma ideologia social.

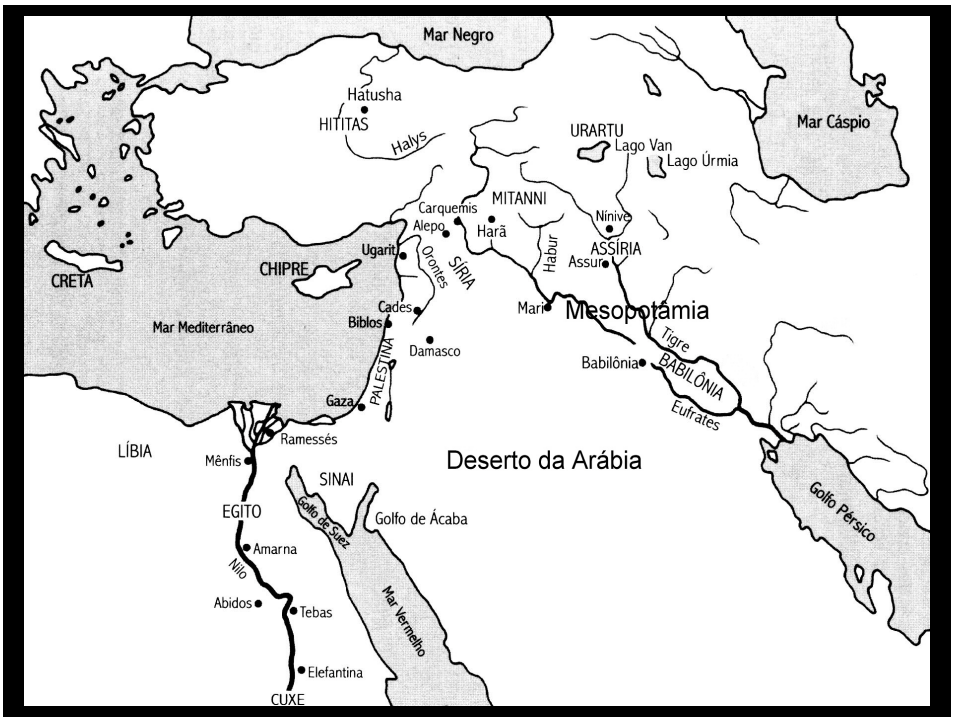

Figura 1 - Mapa da Mesopotâmia

QUADRO 1 - Tabela de Correspondência entre os textos

Nº do Texto	Identificação do Texto	Data
Nº 1	VS XIII, 81 (-/I/RS 41)	1782 a.C.
Nº 2	VS XIII, 82 (30/XI/RS 44)	1779 a.C.
Nº 3	YOS VIII, 110 (-/I/RS 49)	1772 a.C.

QUADRO 2 - Tabela de Correspondência entre Calendários

Calendário Assírio	Calendário Romano
I - nisânu	Março/Abril
II - aiaru	Abril/Maio
III - simanû	Maio/Junho
IV - dûzu	Junho/Julho
V - abu	Julho/Agosto
VI - ulûlu	Agosto/Setembro
VII - tašrîtu	Setembro/Outubro
VIII - arahsamnu	Outubro/Novembro
IX - kislimu	Novembro/Dezembro

X - tebêtu	Dezembro/Janeiro
XI - šabatu	Janeiro/Fevereiro
XII - addaru	Fevereiro/Março

QUADRO 3 - Unidades de Medida

Superfície	Ponderal
1 iku = 100 sar	1 mina = 60 siclos
1 ubu = ½ iku	1 siclo = 180 še
1 sar = 36 m²	1 siclo = 8 gr.

Referências Bibliográficas

BOTTÉRO, J. Désordre économique et annulation des dettes en Mésopotamie à l'époque paléo-babylonienne. *JESHO* 4/2, 1961, p.113-164.

BOUZON, E. O alcance social da simdat šarrim nos contratos paleobabilónicos de Larsa. *Cadmo*, Lisboa, n. 2, p. 77-100, 1992.

_____. Die soziale Bedentung des simdat-šarrim-Aktes nach den Kaufverträgen der Rim-Sin-Zeit. *AOAT* 240, Vluyn, 1995, p.11-30.

_____. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis : Vozes, 2000.

CAD. *Chicago Assyrian Dictionary*: Oriental Institute of the University of Chicago, 1956-1999.

CHARPIN, D. Les décrets royaux à l'époque paléo-babylonienne, à propos d'un ouvrage récent. *Archiv für Orientforschung*, Graz, v. 34, p. 36-44, 1987.

_____. Les édits de 'restauration' des rois babyloniens et leur application. *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, Genève, v. 1, p. 13-24, 1990a. I: Du pouvoir dans l'antiquité: mots et réalités.

_____. La mîšarum d'Hammu-rabi après la conquête de Larsa: un nouvel indice. *Nouvelles Assyriologiques Bréves et Utilitaires*, n. 4, 1991, n.102.

ELLIS, M. Simdatu in the Old Babylonian sources. *Journal of Cuneiform Studies*, Cambridge, v. 24, p. 74-82, 1971-1972.

KRAUS, F. R. *Königliche Verfügungen in altbabylonischer Zeit*. Leiden : E.J. Brill, 1984.

LION, B. *L'idée de bonheur dans la littérature suméro-akkadienne*. 1993. Tese (Doutorado em História)- Université Paris I - Panthéon-Sorbonne, Paris, 1993.

POZZER, Katia Maria Paim. *Les archives privées de marchands a Larsa pendant la deuxième moitié du règne de Rim-Sin*. Lille: ANRT, 2003. v. 1. 425 p.

REINER, E. The year dates of Sumu-Jamûtbâl. *Journal of Cuneiform Studies*, v. 15, n. 4, p. 121-124, 1961.

VAN DE MIEROOP, Marc. *Society and enterprise in Old Babylonian Ur*. Berlin: D. Reimer , 1992. (Berliner Beiträge zum Vorderen Orient, 12)

YARON, R. *The Laws of Eshnunna*. 2.ed. Jerusalem : Magnes Press, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Ao Soberano Congresso": Petições, requerimentos e queixas ao parlamento – A construção dos direitos civis e do cidadão no Primeiro Império brasileiro (1822-1831)

Vantuil Pereira[1]

Resumo: O presente trabalho procura discutir a inserção das camadas populares no contexto da construção da cidadania no Primeiro Império brasileiro. Através da apresentação de requerimentos populares, pode-se vislumbrar a luta pelos direitos civis, bem como a consolidação de uma perspectiva de cidadania. Pretendemos contextualizar o nosso trabalho através da análise da dissensão política presente nessa conjuntura, envolvendo a Câmara dos Deputados, o Senado Imperial e o próprio Imperador. Num segundo momento, faremos uma análise mais detalhada dos requerimentos, evidenciando uma relação ambígua no pensamento destes populares no que se refere à permanência do Antigo Regime e a própria constitucionalidade.
Palavras-chave: Direitos Civis – Primeiro Reinado - cidadania

Abstract: The present research argues the insertion of the popular layers in the context of the construction of the citizenship in the First Brazilian Empire. Through the presentation of popular petitions, the construction and the dispute for the civil laws can be glimpsed, as well as the consolidation of a certain perspective of citizenship. This research analysis the difficult conjuncture politics, being involved the House of representatives, the Imperial Senate and the D. Pedro I. At as a moment, we investigate detailed of the petitions, evidencing an ambiguous relation in the thought of the this popular as for the permanence of the Old Regimen and the Constitutionality.
Keywords: Civil Rights – Primeiro Reinado - Citizenship

Introdução

> *Soberana Assembléia – Com o mais profundo respeito chega ante esta Augusta Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, o Cidadão Brasileiro David Pamplona Corte Real, a exigir aquela saudável providência, que só pode encontrar no abrigo da Justiça [...] Se alguma atrocidade parece merecer providência, é sem dúvida aquela pela qual se chega a violar a segurança do Cidadão dentro de sua mesma casa: a impunidade de tal delito é sem dúvida de péssimas conseqüências, que para se evitarem, vem o Suplicante mui respeitosamente pedir a esta Soberana Assembléia aquelas providências, que exige a segurança pública, e individual dos Cidadãos Brasileiros, atacada só porque são reconhecidos por Brasileiros. Rio de Janeiro 6 de Novembro de 1823. – David Pamplona Corte Real.*[2]

O requerimento apresentado por David Pamplona Corte Real, o estopim para o

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, com a pesquisa "Ao Soberano Congresso": Petições, Requerimentos, Representações e Queixas à Câmara dos Deputados e ao Senado – Liberdade, Direitos Civis e Cidadania na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831), com bolsa de pesquisa do CNPq.

2 *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Senado Federal, 1973, 3 volumes. Sessão de 06/11/1823.

acirramento final entre a Assembléia Constituinte e o Imperador D. Pedro I, é a mais importante das petições encaminhadas ao parlamento imperial no Primeiro Império.

Apresentado em outubro de 1823, esta petição demonstra uma relação intrínseca entre a vida política e o cotidiano do Império do Brasil. De outro lado, trás à tona a construção e discussão dos direitos do cidadão, então re-significado e relido a partir das novas teorias políticas oriundas do processo revolucionário francês e num momento em que se edificavam as instituições políticas do recém emancipado país.

Entretanto, por um longo a historiografia brasileira não deu quase nenhuma importância para as questões relacionadas aos direitos do cidadão, especialmente os relacionados ao Primeiro Império brasileiro. Isso se deve tanto à centralidade do debate historiográfico em torno da proclamação da Independência, quanto à eloqüência do papel dos seus forjadores e a conseqüente discussão sobre a construção do Estado imperial brasileiro(VARNHAGEN, s/d; LIMA, 1987; MONTEIRO, 1981; PRADO JR., 1979; SODRÉ, 1944; FAORO, 1958; CARVALHO, 1981; MATTOS, 1989).

Foi somente em princípios dos anos de 1980 que a historiografia brasileira debruçou-se sobre a existência e ação dos homens médios e pobres do Brasil Império (DIAS, 1984). Desta forma, ao chamarem a atenção para esta parcela da população, a questão dos direitos do cidadão e suas problemáticas vieram à tona. Que cidadania era possível? Que tipo de inserção tinham os homens livres pobres? Quais eram as ruas expressões?

Uma análise pormenorizada dos requerimentos encaminhados à Câmara dos Deputados e ao Senado Imperial no período compreendido entre 1823 e 1831 pode nos indicar uma tessitura política muito capilarizada da sociedade daqueles dias. Contribui com mais um capítulo para o entendimento da sociedade brasileira no seu nascimento.

A discussão acerca dos requerimentos e petições revela-nos, por um lado, as relações políticas tensas entre o recém-fundado Poder Legislativo (representado, principalmente, pela Câmara dos Deputados) e o Poder Executivo (especificamente, a figura do Imperador, D. Pedro I).

No presente artigo, propomo-nos explorar alguns aspectos que detectamos na pesquisa e que apontam para algumas reflexões específicas. Apontam, sobretudo, para uma participação política dos cidadãos no sentido de reivindicar direitos, fossem eles próximos ao que se denomina Antigo Regime, fossem mais contíguos ao que podemos denominar Constitucionalismo. Estes requerimentos estavam no limiar das instituições políticas do recém-fundado Império do Brasil e o cotidiano das camadas sociais.

Como já indicamos inicialmente, as petições apresentadas pelos cidadãos não

podem ser vistas fora do contexto de tensão entre o parlamento e o Imperador. Entretanto, não se pode deixar de notar que, mesmo dentro das duas casas legislativas (Câmara dos Deputados e Câmara do Senado) as disputas políticas ocorriam. O parlamento era uma arena de disputas intestinas de projetos políticos em relação aos direitos do cidadão, bem como de posições acerca do exercício do poder, onde se rivalizava partidários do Imperador e aqueles que apresentavam restrições ao soberano, principalmente no que diz respeito ao seu papel político no contexto da institucionalização do poder.

Descontados os próprios acontecimentos das ruas, que envolvia rixas entre "brasileiros" e "portugueses" (RIBEIRO, 2002), a relação entre a Câmara dos Deputados e o Imperador foi a que trouxe maiores conseqüências para a vida política do Império do Brasil. As noções de Governo representativo eram novas, assim como a divisão de poderes pensadas por Montesquieu e aplicadas no sistema político do Império. A tensão centrava-se no papel que cada instituição ocuparia na ordenação política do Império. Não bastassem tamanhas indefinições, existiam, ainda, velhas instituições políticas em pleno funcionamento, como o Desembargo do Paço, as Casas das Relações e a Mesa da Consciência e Ordens.

Um dos centros da polêmica estava situado em torno da soberania política do Império e, por extensão, da representação dos papéis de justiça e direito. Isto porque, desde a instalação da Assembléia Constituinte, havia entendimentos de amplas parcelas do parlamento de que seria preciso a remoção das antigas instituições políticas. A questão que se colocava era quem ocuparia as suas funções, ou quem incorporaria, mesmo que provisoriamente, a sua simbologia.

No caso do Poder Legislativo, como previa a Constituição de 1824, este seria composto por duas casas legislativas: a Câmara dos Deputados e a Câmara do Senado. As tensões entre as duas não foram pequenas. Entre os anos de 1826 e 1831 foram vários os momentos em que deputados e senadores trocaram desaforos por conta dos seus papéis no processo de apresentação e votação de projetos relacionados não só ao cotidiano do Império. Muitos senadores entendiam que a Câmara dos Deputados tendia para um papel radical e imprevisível, o que faria com que o Senado ou o Poder Moderador fossem os guardiões do equilíbrio do poder político. Esta visão interferia diretamente nas votações das leis ordinárias e nas discussões acerca das reformas institucionais que deveriam redundar da Constituição do Império.

Como já dissemos as ruas, o parlamento e, por extensão, os periódicos, estava consoantes uns com os outros; ou, pelo menos, expressavam segmentos de uma mesma disputa política. Os cidadãos percebiam estas relações: prova disto é o próprio requerimento

apresentado por David Pamplona Corte Real, que reivindica uma providência da Câmara com relação ao ataque de elementos ditos "portugueses", numa discussão que envolvia jornais, as brigas nas ruas e agora chegava ao parlamento.

De forma similar, podemos ver a atitude de Joana Francisca Margarida[3], mãe de Antônio Joaquim Toscano, que denunciava a sua prisão, pelo intendente da polícia da Corte, sob a acusação de extravio de pesos espanhóis da Casa da Moeda, local onde trabalhava. No seu requerimento, Joana Francisca denunciava abusos cometidos pelo intendente de duas maneiras: uma, por ter invadido, sem autorização judicial, a sua casa; a segunda, por ter deportado Antônio Joaquim para a Bahia sem que houvesse sequer culpa formada. A denunciante não titubeou em laçar mão do espaço de periódicos, pois, no seu número 36, o jornal *Diário Fluminense* expunha o drama daquela mãe. Logo após a publicação no periódico, a requerente encaminharia à Câmara dos Deputados a sua representação denunciando o intendente e a sua condição de não brasileiro, alegando que o mesmo sequer havia jurado a Constituição do Império do Brasil.

Não se pode negligenciar que os requerimentos indicam, também, uma visão sobre a liberdade e sobre a relação que as autoridades deveriam dispensar aos cidadãos. Nestes termos, era comum a denúncia contra funcionários públicos.

Exemplo disso foi a denúncia encaminhada por José Joaquim da Fonseca[4] contra o ex-presidente da Província da Bahia, Francisco Vicente Vianna, que o prendera sob a acusação de ser emissário de Manoel Carvalho Paes de Andrade, rebelado presidente da província de Pernambuco por ocasião da Confederação do Equador, em 1824. Na sua petição, José Joaquim alegava ter ido para a província da Bahia a fim de realizar pagamentos para seu tio e que, ao contrário da acusação, nada tinha a ver com os acontecimentos de Pernambuco. Aludia ainda, ter sido encaminhado para a Corte do Rio de Janeiro e ali condenado sem que se conhecessem as acusações que pesavam contra ele. Afirmava que o povo era sempre vítima "dos aristocratas, e ambiciosos, que tudo sacrifica(va)m ao seu vil interesse!!!". Segundo o peticionário, somente a Assembléia Legislativa, como "digno sustentáculo da liberdade brasileira", poderia minorar o seu sofrimento.

Semelhante reclamação contra funcionários fazia João José Duarte da Fonseca e outros farmacêuticos da Corte[5] contra o juízo da fisicatura-mor que, "com manifesta infração da Constituição, que garantiu decoro, a segurança, e a casa do cidadão", colocava em risco os seus direitos. Segundo os requerentes, a existência e ação da fisicatura-mor espelhava a

3 CEDI/COARQ – Câmara dos Deputados, Plano Para Descrição e Identificação, doravante *PDID*, 826-1829.
4 *PDID*, 515-1826.
5 *Arquivo Histórico do Senado Federal* [doravante AHSF], Ano 1828, Caixa 11, Maço 03, Pasta 27.

continuidade do antigo absolutismo que era "inconsistente com as liberdades civis", e contradizia o novo sistema político adotado pelo Brasil, pois "revoltava os ditames da razão, da moral, e da justiça".

José Manuel Franco e outros proprietários de Pernambuco também rezingavam do guarda-mor, que freqüentemente lhes causava prejuízos pela imposição de pesadas multas. Reclamavam que as "As Leis deve(riam)m ser patentes aos cidadãos", permitindo-lhes não serem subjugados na sua liberdade e direitos, pois é o "último apogeu a que se pode elevar o despotismo no meio de um Governo doce e liberal como é o constitucional". Reivindicavam do "Soberano Congresso" uma lei que pudesse instruir os súditos por meios de normas que dirigissem suas ações[6].

Mas, nota-se as permanências do Antigo Regime, mesmo em se tratando de um momento de efervescências políticas, mudanças institucionais, debates nos periódicos e disseminação de idéias novas (NEVES, 2003), menos pelos protocolos dos requerimentos e mais pelo próprio conteúdo de algumas petições. Isso se verifica através de pedidos de empregos encaminhados para as duas Casas legislativas.

Exemplos dessa permanência podem ser encontrados, por exemplo, na petição de Aquilino Alvarenga Delgado e França que, ainda em 1822, apresentava um pedido de emprego junto ao Imperador (depois repassado à Assembléia Constituinte). Aludia o requerente à paternal munificência do Imperador, que poderia "prodigalizar-lhe a graça" que suplicava. Dizia-se animado pelos acontecimentos daquele mesmo ano e colocava-se a serviço da pátria.

João Clemente Vieira Souto reivindicava um emprego que mantivesse o seu *status* e a sua classe, razão porque procurava "os meios, que lhe assegurem a sua subsistência", empregando-se, todavia, de forma correspondente não só à ordem em que teve a felicidade de nascer, como à classe à que já teve a honra de pertencer[7].

Freqüentemente, os solicitantes procuravam demonstrar que a sua condição beirava a miséria, poderoso argumento para reivindicações, pois servia não só para a obtenção de empregos, como também para o aumento de salários e promoções.

As petições apresentadas ao parlamento indicam uma tênue linha entre a imagem da miséria, o pedido de uma graça ou de justiça. Ao dizer-se na miséria, os requerentes procuravam reivindicar um equilíbrio social: recorria-se à oposição da imagem do poderoso, que tudo tinha, e à imagem do pobre, que se encontrava na miséria. Dessa forma,

6 *PDID,* 557/1826.
7 *Inventário Analítico* CEDI/COARQ – Câmara dos Deputados, 1823, AC1823/26/1.

reivindicava-se o mínimo para a existência. Não era pouco comum representações como a apresentada por Maria Rosa de Araújo, segundo a qual "quem mais tem mais vale e quem não tem morria como o carrapato na lama"[8].

Estratégias para a afirmação da cidadania

Parece-nos que a imagem da miséria, a graça e o sentido de justiça eram as ambigüidades principais presentes em muitos dos requerimentos. Embora o sentido de graça e de justiça estivessem presentes no Antigo Regime, a segunda ia tomando um outro sentido, que não estava presente nos indivíduos propriamente ditos, mas num corpo legal que garantisse a quase todos os homens certas "igualdades".

Não se pode negar, contudo, que o quadro de miserabilidade ameaçava as camadas médias da população, principalmente aqueles indivíduos "assalariados", pois com a declaração da Independência e os compromissos assumidos pelo Brasil após o Tratado de Paz e Amizade de 1825, celebrado com Portugal, em que se reconhecia a Independência brasileira, o Brasil se comprometia a indenizar diretamente o rei D. João VI e também todos os navios portugueses apresados durante as lutas pela Independência (RIBEIRO, 2004). O quadro de dificuldade e de aumento de preços foi agravado com a Guerra da Cisplatina (PEREIRA, 2007).

As conseqüências de todo este quadro econômico é demonstrada nos estudos de Maria Odila Dias (DIAS, 1984: 95- 106), exemplificado no contexto de vida de mulheres pobres de São Paulo do século XIX. A autora percebeu que o impacto do aumento do custo de vida atingia principalmente os pequenos proprietários urbanos, que possuíam um número pequeno de escravos.

O incremento da pobreza da população ameaçava o próprio sistema político do Império, pois colocava os cidadãos medianos – principalmente os eleitores secundários, com renda próxima aos 200 mil réis exigidos pelos artigos 91, 92 e 93 da Constituição de 1824 – diante de dificuldades e ameaçados de serem rebaixados para a categoria de eleitores primários, igualando-os a outros segmentos sociais de menor reconhecimento político.

Num contexto de pobreza, dignidade também significava falar de quem participaria da cidadania política. Reivindicar dignidade através de empregos públicos ou pelo aumento de ordenados indicava uma diferenciação das camadas mais pobres da população e dos libertos. A honra e a dignidade passam a ser entendidas, então, num outro contexto, de busca de afirmações pessoais e políticas numa sociedade de proprietários em que a

8 *PDID*, Ano 1831, Lata 69ª, Maço 44, Pasta 6.

sobrevivência por meio do exercício de ofícios aviltantes era repudiada pelas camadas médias da população (DIAS, 1984: 32).

Seria instigante indagar se tal constatação não nos remeteria às conclusões de José Murilo de Carvalho sobre a existência não de uma cidadania no século XIX brasileiro, mas de uma *estadania* (CARVALHO, 2001a; CARVALHO, 2001b).

É importante observarmos que não se tratava nem de um processo de resistência direta ao Estado, ou que os acontecimentos políticos passavam ao largo do cotidiano das camadas pobres e médias da população, como indicam as conclusões de Maria Odila Leite Dias.

Não se trata, por outro lado, de uma busca de afirmações através do Estado, sem uma lógica e racionalidade específicas. Como vaticinou o historiador inglês E. P. Thompson, mediante uma perspectiva "vista de baixo" pode-se desvendar aspectos diferentes de um mesmo evento. Ao mesmo tempo, seria através do *contex*to e do *processo* que a visão histórica permitiria uma análise mais detida dos acontecimentos, das ações humanas e suas motivações, pois "enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas" (THOMPSON, 2001).

É preciso ver, então, a ida ao Estado como uma alternativa de afirmações diante de situações de imprevisibilidade e de possibilidade de manutenção de condições sociais outrora vigentes. Colocam-se em xeque as análises que interpretam a sociedade como não tendo anseios próprios; ao contrário, procurava-se afirmar as novas condições sociais, expressas principalmente pela discussão dos direitos políticos, afirmando-se (em primeiro plano) os direitos civis, exercidos através dos requerimentos. Sob esta perspectiva me coloco ao lado de Keila Grinberg, para quem a população viu a cara do Estado como atraente e exercia uma efetiva pressão pelo reconhecimento de seu direito de cidadania (GRINBERG, 2002).

Bibliografia

CALDEIRA, Jorge. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. **Estudos Históricos**, vol. 9, n° 18, 1995, pp. 337-359.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem***: A elite política Imperial*. Brasília: Editora UNB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas***: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil***: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: *o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b.

CONSTANT, Benjamin. **A Liberdade dos antigos comparada à Liberdade dos modernos**. Edições Tenácitas, 2001.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Sociabilidade sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2ª. Edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 75

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do poder**. *Formação do patronato político brasileiro*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora Globo, 2 vols.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. *Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Oliveira. **O Movimento da Independência 1821-1822**. 6ª Edição. Rio de Janeiro, Topbooks, 1987;

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema**. *A formação do Estado Imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Access, 1989.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império**: *A Elaboração da Independência*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo; Editora Universidade de São Paulo, 1981.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **Corcundas e Constitucionais**. *A cultura política da Independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: Revan/ FAPERJ, 2003.

PEREIRA, Aline Pinto. **A inserção brasileira no sistema internacional de Estados**: *uma análise da Guerra da Cisplatina (1825-1828)*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, 2004.

PEREIRA, Vantuil. *Liberdade e Direitos Civis*. **XXIII Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História – ANPUH**, julho de 2005. Londrina, PR.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979

RIBEIRO, Gladys S. *Legalidade, legitimidade e soberania: o reconhecimento da Independência através do Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal (29 de agosto de 1825)*. **2º Seminário Regional do CEO** (Centro de Estudos dos Oitocentos), S. João del Rei, MG, 2004.

RIBEIRO, Gladys S. **A liberdade em construção**. *Identidade nacional e conflito antilusitano no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944

THOMPSON, E. P. *Folclore, Antropologia e História Social* In: THOMPSON, E. P**. A peculiaridade dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, SP:Editora Unicamp, 2001, p. 227-267.

VARNHAGEN, F. A. de. **História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data**. 4ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, s/d.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura material e conhecimento histórico em crianças

Soraia Freitas Dutra[1]

Resumo: A complexidade acerca da aprendizagem da história pelas crianças é consenso entre pesquisadores do ensino e aprendizagem em História. No entanto, grande parte dos estudos realizados aponta para a importância dos métodos utilizados pelos professores no desenvolvimento e aprendizagem histórica, redobrando a importância na busca de alternativas para tornar esse conhecimento acessível às crianças. Neste artigo, discutiremos as possibilidades de desenvolvimento do conhecimento histórico em crianças, por meio da ação mediada pelos objetos da cultura material e pelo professor a partir de uma visita ao Museu do Escravo e à Fazenda Boa Esperança em Belo Vale – MG. A ação mediada dos objetos da cultura material e do professor relevou-se uma estratégia capaz de promover o desenvolvimento de habilidades cognitivas e operações de natureza temporal, favorecendo a aprendizagem da História pelas crianças.

Palavras-chave: ensino de história; aprendizagem e objetos da cultura material.

Résumé:La complexité concernant l'apprentissage de l'histoire par les enfants est consensus entre des chercheurs de l'enseignement et apprentissage dans Histoire. Néanmoins, grande partie des études réalisées indique pour l'importance des méthodes utilisées par les enseignants dans le développement et l'apprentissage historique, en redoublant l'importance dans la recherche d'alternatives pour rendre cette connaissance accessible aux enfants. Dans cet article, nous discuterons les possibilités de développement de la connaissance historique dans des enfants, au moyen de l'action négociée par les objets de la culture matérielle et par l'enseignant a partir d'une visite au Musée de l'Esclave et à l'Exploitation agricole Bonne Espoir dans Belo Vale - MG.

L'action négociée des objets de la culture matérielle et de l'enseignant s'est soulevée une stratégie capable de promouvoir le développement d'habilités les plus cognitives et opérations de nature séculière, en favorisant l'apprentissage de l'Histoire par les enfants.

Palavras-chave: l'enseignement de la histoire; apprentissage et objets de la culture matérielle

A visita ao Museu do Escravo em Belo Vale objetivou ampliar as possibilidades de estudo sobre parte da memória histórica da escravidão em Minas no século XVIII e XIX, por meio de objetos da cultura material. O Museu do Escravo localiza-se no município de Belo Vale, e segundo informações oferecidas no site do museu este "reúne significativo acervo, composto por aproximadamente 3000 (três mil) peças, no qual se destacam equipamentos domésticos, de uso pessoal, de devoção e de culto, instrumentos de castigo e

[1] Professora da Escola Fundamental do Centro Pedagógico da UFMG. Mestre em Educação – FaE-UFMG.

penitência, que são, em sua totalidade, vestígios da cultura material produzida e experenciada pelo escravo negro" [2].

Apresentaremos uma atividade, desenvolvida neste museu denominada DETETIVE[3] que teve por objetivo o levantamento, pelas crianças, de evidências relativas à natureza e relações de trabalho escravo no Brasil e, mais especificamente, em Minas Gerais,. Esperava-se que as crianças, a partir da mediação dos objetos vistos no museu, pudessem ampliar seus conhecimentos acerca da diversidade do trabalho escravo e das relações sociais de trabalho nesse "tempo da escravidão". Assinalamos que momento anterior à ida ao museu, o grupo de crianças apresentava idéias incipientes acerca da diversidade do trabalho escravo. Predominava, entre elas, a idéia do trabalho nas fazendas e plantações e o trabalho doméstico e alguns poucos sinalizavam a existência do trabalho na mineração, oficinas, "comércio" (mascates).

Apresentaremos as discussões ocorridas entre nós e as crianças, em sala de aula, após a ida ao museu, dando destaque à duas questões que abordam diretamente o trabalho e a relação senhor e escravo, com o objetivo de verificarmos em que medida as idéias das crianças acerca desses temas foram enriquecidas e ou modificadas, em relação aos seus conhecimentos prévios[4]Vejamos a primeira questão (ver a seguir) e as interações ocorridas em salas de aula entre as crianças suscitadas pela questão.

Questão 1 - Procure objetos relacionados ao trabalho escravo. Faça uma lista e desenhe-os.

A aula[5]

[22] Maiores informações no site: www.dejore.com.br.
[33] A atividade completa pode ser vista na Dissertação de Mestrado intitulada *As crianças e o desenvolvimento da temporalidade histórica*, defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação – UFMG em 2003, de autoria Soraia de Freitas Dutra, sob a orientação da profa Lana Mara de Castro Siman.
[44]A aula completa pode ser lida na Dissertação de Mestrado intitulada *As crianças e o desenvolvimento da temporalidade histórica*. Op Cit.

Profa.: ... Então vamos olhar aí quem fez, o que fez... Car...Só a Car que fez!?

Todos: Não!!!

Profa.: Então, vamos lá!...

Car: ...uma lista... **balaio para carregar frutos, serrote para serrar, almocafre para trabalhar na mineração... aquele negócio...**

Profa.: Mas isso a cê... Ta... Descaroçador, alguém sabe dizer pra ela?

And: Descaroçador é pra separar o algodão do caroço.

Profa.: Tá, mas pra que serve?

And: É pra... perdi o fio...

Vít: Bateia eles usavam para separar o ouro do cascalho, balaio pra carregar... panela para cozinhar alimentos...

Mat: Fessora, era pra escrever desse jeito?

Profa.: Bem, teve gente que fez assim... mas, tava só pedindo o nome dos objetos. Vamos ver se alguém fez diferente.

Mat: (Inaudível)

Ale: Lista de objetos: almocafre, bateia, cesta de palmeira, (...). Atividade: cana-de-açúcar, criação de gado, mineração...

Profa.: Quem mais quer falar?...

Laí: Eu coloquei balaio, pilão, colhedor de frutos, colher de pau...

(inaudível)

And: O fazendeiro fazia chapéu, aí ele vendia. Era fruto do trabalho dele?

Profa.: (...) Quem mais quer falar... É um pouco do que o Mat e a Ales fizeram... Agrupar um conjunto de objetos, por exemplo, os tachos, as panelas, as colheres de pau eram usados aonde?

(criança não identificada): Trabalho doméstico.

Profa.: E a bateia e o almocafre?

Vít: ... era pra ser usado num serviço pesado...

Profa.: De mineração. Depois de ver todos esses objetos, qual era a atividade desenvolvida pelos escravos? (silêncio). Vamos pensar um pouco nisso.

Ali: Juntando tudo isso, fessora?

---

[5] Sobre a coleta de dados da pesquisa é importante dizer que estes foram selecionados de aulas e atividades em que os objetos da cultura material estiveram diretamente presentes no trabalho como mediadores nos processos de aprendizagem. As discussões em sala de aula foram tomadas por meio dos registros etnográficos realizados com apoio de bolsistas de iniciação científica do Projeto ao qual o trabalho se vinculou. As falas que revelaram as identidades/identificação dos objetos pelas crianças e que, portanto, foram objeto de nossas análises, aparecem destacadas em negrito.

Profa.: Vamos lá! Alguém gostaria de fazer esse esforço de pensar, organizar as idéias, fazer uma síntese, um resumo pra poder organizar as idéias pra falar sobre o trabalho escravo...

And: O trabalho escravo era feito com vários utensílios.

Mat: Eram várias as atividades (...)

Profa.: Quem será que plantava as coisas, que produzia... Vamos pensar...

And: (inaudível)

Profa.: Se eu fosse fazer um texto sobre trabalho escravo, como é que eu faria? O And deu uma idéia de que eles tinham vários utensílios, o Mat deu outra idéia, a de que eram **variadas as atividades**... Bry, quê que cê acha? (...)

Bry: Cada um faz uma coisa... Há, um ia pegar ouro...

Profa.: Além do ouro, com o trabalho com o ouro, quê que cê acha que eles faziam?

Bry: Eles **trabalhavam na plantação de café?**

Profa.: Boa!

Rod: Eu acho que eles trabalhavam em casa, trabalhavam no campo... Eles faziam trabalhos braçais.

Car:?

And: Num tinha plantação de café, mas tinha de cana-de-açúcar.

Profa.: Isso! Aonde? Vamos pensar? Isso é aonde? Em Minas...

And: Minas...

Profa.: Cê acha que esse nome tem a ver com alguma coisa?

Car: Acho que aqui em Minas era o lugar que mais tinha ouro. Aí os espanhóis foram chegando...

Profa.: Os espanhóis!?

Car: Os portugueses.

(Inaudível)

And: Era chamado Minas Gerais porque era o estado que mais tinha minas de ouro.

Profa.: Vamos voltar pras atividades. (...) Muitas delas a gente já conseguiu organizar... plantação de açúcar...

Ali: Várias plantações...

Profa.: Mineração... Quê mais? Trabalho doméstico... Aí a Ali falou na fabricação de chapéus. Por que Aline?

Ali: Num tinha aquele chapéu lá?

Profa.: Mas ele falou que aquele chapéu tava fora do lugar... Acho que era um chapéu usado por bandeirantes...

Jul: (Inaudível).

Mat: O **chapéu era mais usado na plantação**.

Profa.: A 1ª coisa pra gente entender é que o trabalhador escravo trabalhava em várias atividades, na mineração... tinha tecelagem?

Todos: Tinha!!!

Profa.: Por quê?

And: (Inaudível)

Gab: Tinha o tear fessora...

Profa.: Tinha o tear, a roda de fiar...

Ao solicitar às crianças que elaborassem uma síntese sobre o trabalho escravo a partir do que viram no museu, elas afirmaram:

And: 'O trabalho escravo era feito com vários utensílios".

Mat.: "Eram várias as atividades (...)."

Essas conclusões a que chegam as crianças e as discussões por elas realizadas nos permitem dizer que a mediação dos objetos vistos no museu permitiu a ampliação dos conhecimentos das crianças acerca da diversidade do trabalho escravo em Minas Gerais e no Brasil.

A seqüência de interações que passaremos a analisar referem-se à questão 2 da atividade "Detetive":

> Questão 2 - Procure objetos que podem nos contar sobre o modo como os escravos eram tratados pelos seus donos. Liste e desenhe os objetos.

Essa questão pretendeu, como a primeira, compartilhar e ampliar as aprendizagens por meio de nossa ação mediadora.

Como veremos a seguir, numa série de seqüências observadas no transcurso dessa aula, as crianças extraem dos objetos aspectos reveladores da relação entre senhores e

escravos, ressaltando o castigo, a tortura, a violência física, demonstrando um entendimento de que o tempo da escravidão foi um tempo de coerção e de resistência.

Profa.: Aí, a 2ª atividade era com relação aos objetos de castigo com os donos...

Nat: Tronco, máscara de tortura, calceta pra pernas, (...) (inaudível).

Profa.: Quem mais colocou alguma coisa?

Laí: Eu coloquei **chicote**.

Vít: ... tamanco de tortura, máscara de tortura, correntes,...

Ali: ... tamancos de tortura, gargalheira de três hastes, chicote, forca, sapato de tortura...

Profa.: Mas tinha forca lá!?

Ali: Tinha!!!

Ale: Professora, **é o tronco**!

Profa.: Cê tá falando no meio do pátio?

Alie: Não, foi lá dentro...

Profa.: É o tronco... Inclusive, ele foi lá pra exposição de São Paulo. (...) E daí gente, a partir desses objetos, qual a 1ª relação que vocês podem tirar daí?

And: Violência...

Mat: Eu coloquei tortura, castigo...

Como vimos, no decorrer das interações verbais, os objetos foram reveladores da relação entre senhores e escravos, o que trouxe imediatamente a questão da violência, da tortura e do castigo: And: 'Violência..'./ Mat: "Eu coloquei tortura, castigo...'

Tendemos a dizer que o conjunto dos objetos de tortura que compõe grande parte do acervo do museu acabou por reforçar a perspectiva historiográfica que se preocupa em denunciar os aspectos coercitivos da escravidão.

Essa aula, além das discussões acerca do trabalho forçado, da coerção na relação entre senhor e escravo, trouxe também outras reflexões acerca da figura do capataz, da conquista da carta de alforria, da Leia Áurea e, por fim, da idéia da resistência escrava, entre outros temas.

Car.: documento de alforria era uma coisa cara ou qualquer escravo podia comprar?

Profa.: ... Olha gente a pergunta da Car!

Ales: (inaudível).

Profa.: Qual foi a pergunta da Car?

Car: Se a carta de alforria era muito cara?

Profa.: E aí?

And: Era uma carta cara a ponto deles esconderem ouro na boca.

Ali F: Fessora, eu acho que era uma carta cara, porque se não eles já estariam livres há muito tempo.

(inaudível)

profa.: Então cês acham que tem... se a gente fosse pensar na relação... tem que pensar no que a Pri falou, ele tinha um dia de folga...

Nat: Esses castigos eram muito pesados. Quanto mais os escravos iam fazendo coisa errada, eles iam sendo castigados e eles iam perdendo as forças... Os castigos deveriam ser menos um pouco!!!

Profa.: Hãm... Olha só que interessante a colocação da Nat, será que era tão interessante o escravo ser muito castigado e perder as forças?

Gab: ... **quando o barão usava o tamanco de tortura...**

Profa.: Será que era o barão que castigava, que pegava?

Otá: Era o capataz.

Profa.: Isso, um capataz. Era um funcionário que vigiava...

Nat: ... **por que os escravos eram maltratados?**

Profa.: Quem pode responder a pergunta da Nat? Fala a sua pergunta...

Nat: Era que antigamente os escravos eram castigados e hoje os empregados não são! Por que os escravos eram maltratados?

Ali: Naquela época era uma regra.

Nat: Mas hoje num tem nada!!!

Profa.: Será!? Se eu maltratar um funcionário não via acontecer nada?

And: Tem sim, fessora, (confuso).

Mat: (inaudível)

Profa.: ... então tinha uma regra e em 1888 tem uma lei pra mudar essa regra? O quê que muda?

Laí: Muita coisa!

Profa.: O quê que muda?

Sar: ... **a vida deles vão mudar, eles vão poder fazer um monte de coisa que eles não podiam fazer. Num tinha castigo... Antes eles eram tratados como coisa.**

Profa.: Será que era tão interessante ficar castigando o tempo todo?

Pri S: Eu acho que não castigava o escravo à toa não! O escravo custava dinheiro.

Profa.: Como cês acham que era essa relação?

Mat: Num era tão ruim assim não!

Sar: Fessora, eu também acho que não era tão ruim assim não!

Profa.: Quando eu perguntei da 1ª vez, todo mundo só falou em tortura, em castigo e agora não...

Como vimos, a mediação promovida foi fundamental no processo de 'desconstrução' de algumas imagens simplificadas sobre alguns aspectos da escravidão. A idéia do escravo apenas como vítima do processo foi sendo questionada e as crianças puderam refletir sobre suas possibilidades de resistência.

Ales: Se o escravo sabia que não podia lutar capoeira, por que ele lutava?

Profa.: Olha que legal a pergunta da Ales. Porque eles faziam se sabiam que iam ser castigados?

Pri S: Eu acho que eles honravam o que eles faziam...

Car: Porque era um tipo de religião...

Ali: Porque eles queriam comemorar alguma coisa.

Nat: Eles pensavam que nos finais de semana eles podiam fazer isso...

Profa.: A pergunta da Ales é mais pra saber por que eles continuavam fazendo uma coisa que eles sabiam que seriam castigados.

Sar: Ahhh, por causa das tradições de lá...

Em outro trecho da aula aparece:

Profa.: É que eles tinham um jeito de ser e de viver deles, que por mais que o capataz lá, como disse o Otá, olhasse, vigiasse, eles tinham as tradições deles... (...) E por que eles tentavam fugir?

Rod: ... **porque eles não trabalhavam porque queriam, era a força.**

Sar: Porque eles estavam cansados de ser castigados...

Ales: Porque os barões não deixavam eles treinarem capoeira 10 minutos, se era uma coisa que eles gostavam. O dia tem 24 horas!

Mat: Se eles treinassem e depois ficassem bons, eles iam lá e quebravam eles todinhos!!!

Profa.: Muito legal! Porque a capoeira era uma luta. Os barões tinham muito medo da capoeira... (...).

Vemos também que a questão da violência e do castigo foi sendo aos poucos questionada. Essas reflexões ficam claras nas falas das crianças:

Profa.: Será que era tão interessante ficar castigando o tempo todo?

Pri S: Eu acho que não castigava o escravo a toa não! O escravo custava dinheiro.

O conjunto de objetos, aqui tomados como testemunhos da história e, portanto, portadores de memória histórica de um período específico da história do país no contexto das interações entre os pares e professor, permitiu a consolidação e a ampliação do entendimento de diferentes aspectos da sociedade escravista como a diversidade do trabalho escravo, a relação senhor e escravo, a coerção e a resistência escrava, permitindo uma maior compreensão desse tempo social e histórico.

Através dos objetos portadores de memórias sobre o tempo da escravidão foi possível uma melhor compreensão acerca da diversidade do trabalho escravo e uma melhor caracterização/significação da sociedade escravista e do tempo da escravidão. Ao mesmo tempo, foi possível desconstruir concepções e visões estereotipadas sobre o passado escravocrata, através dos diálogos estabelecidos na sala, associados às memórias apreendidas a partir da mediação dos objetos.

Esse processo de ampliação da compreensão do tempo histórico da escravidão facilitou um maior entendimento do passado e suas diferentes conformações, levando à compreensão acerca da multiplicidade do tempo histórico.

Por fim, é importante ressaltar a visita prévia que fizemos ao museu para conhecermos o seu acervo e definir o tema e os aspectos a serem abordados em nossos estudos e, portanto, investigados pelas crianças. Estávamos conscientes das possibilidades e limites que o conjunto de objetos existentes no Museu nos apresentava. Como em qualquer museu ou lugar de memória é necessário compreender que "é impossível guardar todos os tipos de objetos existentes e temos, de todo modo, que fazer uma seleção de acordo com o que julgamos mais importantes seguindo critérios bem definidos", como ensina Barbuy (1997:21) ao fazer referência ao trabalho de organização do acervo museológico.

Ressaltamos, ainda que, a maioria dos objetos em exposição no Museu de Escravos da cidade do Belo Vale era mais diretamente ligada ao universo do trabalho escravo (atividade mineradora, por estar localizado numa região aurífera) e à dimensão coercitiva da

escravidão, Diante dessas possibilidades, organizamos uma atividade que permitisse às crianças investigar esse tema para fins de posterior problematização. Destacamos assim que o conjunto de objetos do acervo pode ou não reforçar a perspectiva historiográfica com a qual o professor deseja trabalhar. Por isso, é preciso estar atento aos limites e possibilidades apresentadas pela coleção de objetos em exposição. É necessário que o professor tenha a clareza que os objetos do museu dificilmente darão conta da complexidade do conhecimento histórico a ser trabalhado. Faz-se necessário ressaltar que o acervo desse museu não apresenta a complexidade e a diversidade do que foi o trabalho escravo no Brasil colonial, o que certamente delimitou o universo de possibilidades de pensamentos das crianças. Sabemos que os objetos expostos no museu resultam de uma seleção e constroem um determinado discurso, tal como nos adverte Almeida e Vasconcellos (1997)

Do ponto de vista do uso de objetos como recurso metodológico, ficou muito evidente para nós a importância das questões que foram sendo colocadas pelas crianças e professores a fim de "explorarem" melhor as potencialidades dos objetos como mediadores da aprendizagem. Como afirma Horta 'o objeto não fala por si só'. Cabe ao professor como mediador do processo de aprendizagem, possibilitar diferentes formas de interações com os objetos. Segundo Wertsch (1991), as ferramentas culturais isoladamente não podem produzir ações. Elas só podem exercer algum tipo de impacto sobre os indivíduos no contexto das interações entre as ferramentas e os sujeitos envolvidos nas interações.

As possibilidades apresentadas pela utilização dos objetos da cultura material, como recursos mediacionais na construção do conhecimento histórico, foram bastante amplas. Relembrando Horta (1999), as potencialidades de exploração contidas nos objetos reais são inúmeras, devido às variadas informações neles contidas. Como portadores de memória coletiva, podem ser tomados como importantes fontes de construção do saber histórico, dentre as inúmeras outras fontes que a Nova História ousou ampliar e diversificar. Por essa razão, é preciso ter clareza das habilidades, operações e conceitos a serem desenvolvidos pelas crianças, quando os objetos da cultura material são tomados como recursos mediacionais no processo de ensino–aprendizagem da História.

Como nos ensina Horta, "cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico é portador de sentidos e significados, cuja forma conteúdo e expressão devemos aprender a ler e decodificar" (Horta, 1999, 9).

A especificidade dos objetos, uma, dentre outras fontes históricas e mediadores possíveis, reside principalmente na sua concretude e no seu apelo como testemunho vivo e

real da história que permaneceu no tempo. A cor, a textura, o peso, a temperatura, a forma e próprio caráter tridimensional são elementos que dotam os objetos de uma dimensão de realidade. Em presença deles, as crianças ficam diante de dimensões reais da existência do passado. Certamente é muito diferente a sensação de estar diante de uma bateia e de um almocafre e estar diante de uma imagem mental, desenho ou foto desses objetos, por exemplo. Estar diante da 'calceta' de ferro, máscaras, tamancos de tortura e troncos pode mobilizar imaginações, sensações de espanto, repulsas, medo. Além disso, a existência desses objetos leva as crianças a imaginarem situações de uso e contextos de ações em que eles aparecem.

Parece que a natureza tangível dos objetos favorece o desenvolvimento da consciência de um tempo passado, assim como a compreensão de conceitos históricos como aqueles muitos ligados ao da escravidão, no caso em estudo.

Segundo Horta:

> *"Nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico". (Horta, 1999:9)*

Longe de encerrar todas as discussões acerca do contexto histórico estudado, o uso de objetos da cultura material no processo de ensino-aprendizagem, traz implícito, um estilo de aprendizado aberto, investigativo, que encoraja interações e debate entre pares (Hawkes, 1996) Como recurso didático seu uso traz subjacente um permanente convite à pesquisa e à investigação.

Bibliografia:

ALMEIDA, A.M. e VASCONCELLOS, C.M. Por que visitar os museus. IN: BITTENCOURT, Circe. *O saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997 - Repensando o Ensino.

DUTRA, Soraia Freitas. As crianças e o desenvolvimento da temporalidade histórica. Belo Horizonte, Faculdade de Educação - UFMG, 2003 (Dissertação de Mestrado) 245 p.

HAWKES, Ângela. Objects or Pictures in the Infant Classroom? *Teaching History,* nº 85, October, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes P. Educação Patrimonial. *Boletim do Museu Imperial*. Petrópolis, RJ, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes P. *Guia Básico de Educação Patrimonial.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Teatro e História: fronteiras e tensões entre o local e o nacional

Luiz Humberto Martins Arantes*

Resumo: Nesta comunicação pretende-se expor alguns caminhos que vem sendo pensados a partir da implantação e desenvolvimento do projeto de pesquisa *Memórias e processos do ator: vozes e imagens dos artistas teatrais no triângulo das Minas Gerais (1970-1995)*, iniciado em fevereiro de 2007, na Universidade Federal de Uberlândia e que tem objetivado pensar de forma conceitual, historiográfica e documental questões em torno de uma necessária história do teatro regional no interior de Minas Gerais. Inicialmente, tem mapeado a existência de uma historiografia do teatro regional no Brasil; depois, tem problematizado a pertinência do uso de categorias tais como micro-história e história local e, ainda, o necessário debate acerca da existência de uma hegemonia da idéia de nacionalidade na escrita de uma história do teatro. Para isto, principalmente, tem sido necessário pensar a necessidade de acervos que cataloguem, organizem e disponibilizem esta memória teatral.
Palavras-Chave: Teatro, História, Espetáculo.

Abstract: The research project called *Memórias e processos do ator: vozes e imagens dos artistas teatrais no triângulo das Minas Gerais (1970–1995*) (the actor's memories and processes: voices and images of drama artists in the region of Triângulo Mineiro, State of Minas Gerais) being developed has brought new paths to light. Linked to the Universidade Federal de Uberlândia, this project begun in February 2007, aiming to think of matters related to the regional drama production in Minas Gerais according to a conceptual, historical and documental point of view. This project has already mapped the existence of a historiography related to the regional theatre in Brazil and put into discussion the relevance of using categories such as micro-history and local history and the idea of nationality in the writing process of a history of drama. For that, it has been crucial to think of cataloguing, organizing and making available such theatrical memory.
Key words: theater, history, spectacle.

A difícil tarefa de escrita da história do teatro e dos espetáculos no Brasil tem acontecido por inúmeros caminhos, dentro e fora da Universidade. Ora memória ora história, em alguns casos tem sido uma escrita que privilegia grandes nomes do teatro brasileiro e em outros momentos tem focado muito mais no recorte amplo, portanto, mais nacional do que regional e local. Foi percebendo estas opções que foi idealizado no início do ano de 2007 o

* Professor adjunto do Curso de Teatro e do Programa de pós-graduação em Teoria Literária da Universidade Federal de Uberlândia/FAPEMIG.

projeto de constituição de acervo e de pesquisa do teatro local/regional referente ao Triângulo de Minas Gerais, inicialmente recortando a cidade de Uberlândia Minas Gerais.

Ainda nos seus passos iniciais, algumas problematizações acerca da questão local/regional vem ocorrendo. Neste sentido, impossível não transitar pelo conceito de micro-história, o qual permite, segundo Luís Reznick, uma primeira hipótese de trabalho:

> *A historiografia brasileira está impregnada por narrativas que discursam sobre a nação, a pátria, a sociedade, o Estado brasileiro. Esta afirmação, longe de ser tautológica, designa o lugar que o recorte temático "nacional" assumiu entre os historiadores brasileiros. Os grandes textos, os clássicos da historiografia, aqueles que tomaram lugar no panteão consagrado pelo pensamento político e social, lidos como referências obrigatórias nas nossas universidades, escritos pelos que se tornaram nossos mestres historiadores, remetem-nos, inequivocamente, à uma História do Brasil. (REZNIK, 2003)*

A organização, catalogação e disponibilização da memória teatral em Uberlândia é praticamente inexistente. Muito pouco se sabe sobre os realizadores cênicos, suas trajetórias e seus respectivos grupos de atuação. Menos ainda se têm informações sobre os espetáculos apresentados e a respeito dos espaços instituídos e alternativos utilizados para as manifestações teatrais. Menor ainda é a presença desta memória em nossos arquivos documentais institucionalizados[1].

Pensando assim, a escrita de uma História do Espetáculo necessita de acervos constituídos e de documentação e informações minimamente organizadas para que, desse modo, o pesquisador possa burilar tal material e tecer a sua trama do passado teatral desta cidade.

Esta proposta de trabalho permitirá aos pesquisadores observar a atuação sociocultural no interior, como ainda avaliar as produções locais, movimentos e opções estéticas comparativamente em relação às interferências artístico-teatrais realizadas nos grandes centros.(AGUIAR, 1992: 7).

A proposta de recorte - 1970/1995 - pode ser justificada por duas persperctivas: primeiro, porque sinaliza ser um momento de transição, pois se sabe que o período que vai da crise do regime militar à abertura democrática foi marcado por intensa atividade cultural nos grandes centros, portanto, falta saber como isto se deu no interior do país. Depois, porque o recorte proposto sinaliza a existência de uma produção cultural e teatral na cidade no qual seus agentes não demonstram passagem por escolas formais de teatro, portanto uma

[1] Em Uberlândia são considerados espaços de pesquisa institucionalizados o Arquivo Público Municipal, o CDHIS (Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia) e ainda as Bibliotecas Municipal e da Universidade Federal de Uberlândia.

produção/atuação que antecede à instalação do Curso de teatro na Universidade Federal de Uberlândia, que veio a ocorrer em 1994.

No tocante à questão das pesquisas acerca do teatro regional no Brasil existe uma extensa bibliografia que será arrolada no início da pesquisa. O clássico livro de Fernando Peixoto - *Teatro Fora do Eixo* - incentivou o surgimento de várias outras obras que vieram a ressaltar a importância do teatro regional brasileiro. A pesquisa de Teresa Aguiar *O Teatro no Interior Paulista*, também se apresenta como uma obra de referência para os estudos do teatro regional do interior de São Paulo. Uma obra de caráter memorialista e que merece ser lembrada é *Teatro Mineiro: entrevistas e críticas* de Jorge Fernando dos Santos e, ainda, a recente publicação *Memórias da Cena Pernambucana*, organizada por Leidson Ferraz, Rodrigo Dourado e Wellington Júnior.

Na presente proposta de pesquisa, todo este repertório será mobilizado para pensar e executar a coleta de depoimentos sobre teatro em regional, como ainda refletir sobre esta historiografia do teatro local/regional, seus métodos, objetos e opções e estilos de escrita na construção da memória e da história do teatro.

A relevância concedida ao passado neste projeto permite encaminhar a necessidade de uma reflexão sobre o encontro entre teatro e memória. Primeiramente, vale ressaltar que a preocupação com o passado está presente em todas as áreas do conhecimento, pois todas se pensam historicamente, seja nas ciências biológicas e exatas seja nas humanidades e nas artes em geral.

Na procura de melhor problematizar tal característica, tem sido possível observar que essa capacidade de historicizar o passado não é uma invenção da consciência histórica contemporânea. No que tange a isto, a filósofa Hannah Arendt apresenta algumas idéias que jogam luz sobre essa relação do homem com a noção passado/presente.(ARENDT, 1988: 72-77).

Para Arendt, com o homem moderno, há o advento de uma nova preocupação, qual seja, a idéia de consciência histórica tal como a entendemos contemporaneamente. Sendo assim, a noção de história, como processo, tornou-se algo intrínseco à consciência histórica moderna.

Num retorno filosófico ao mundo grego, Hannah Arendt lembra que ali se reconhecia uma clara oposição entre *homem* (mortal) e *natureza* (imortal). Tal oposição legitimava a política como arte, por excelência, de imortalizar os feitos e palavras do homem (mortal). A partir dessa concepção de homem e natureza, Arendt constata que, para o homem

que viveu a Grécia, a natureza não está sujeita a ciclos, sendo assim, não havia por que se preocupar em guardá-la, preservá-la ou torná-la história.

Nesse sentido, a idéia da consciência histórica como 'fardo' é uma invenção moderna. A era moderna inaugura, então, a quebra desta clara oposição entre homem e natureza, encarando esta como possível mortal, portanto, há que se estabelecer uma preocupação com a fugacidade do tempo, com o arquivamento do passado.

Dessa forma, preocupar-se com a recuperação do tempo torna-se, para a consciência moderna, algo sempre fugaz, fugidio, e que escapa à sua capacidade de apreensão. É neste momento fundante que irá se fortalecer a preocupação com o tempo, com a idéia de historicizar o presente em busca de uma resposta que pode estar no passado.

Assim, a contemporânea ciência histórica continua a debruçar-se sobre o passado, a fazer de sua busca uma conquista. No seio de seus princípios, ainda impera a possibilidade de libertação a partir do conhecimento do passado.

A produção do conhecimento, nos últimos cem anos, passou, e ainda tem passado, por inúmeras transformações. Os metódicos do final do século passado defendiam a necessidade do documento escrito, o triunfo do fato e da idéia de verdade. Mas, ultimamente, idéias acerca do diálogo interdisciplinar e da ampliação dos objetos de pesquisa, buscaram uma ruptura com os métodos positivistas ao estabelecer essa possibilidade de "novas abordagens" na pesquisa. (LE GOFF, 1994: 12)

Dessa forma, essa proposta de ampliação vem hoje alcançando desdobramentos múltiplos. Um dos caminhos a partir daí disseminados é uma proposta de história cultural, que, aceitando como documento todo e qualquer traço deixado pelo homem, se propõe a estabelecer uma historicização de tais fontes. (HUNT, 1995).

Na presente pesquisa, além de localizar uma preocupação com o passado, merece ser destacada também a importância da memória e de sua preservação. Assim, pode-se inicialmente observar que uma importante contribuição sobre o tema da memória tem suas origens na tradição historiográfica francesa. Nesse país, áreas do conhecimento como a Filosofia (Henri Bergson), a Literatura (Marcel Proust), a Sociologia (Maurice Halbwachs) e a História (Pierre Nora) jogaram luzes sobre o tema da memória.

As considerações formuladas por Maurice Halbwachs são extremamente importantes para se observar e analisar os vestígios deixados pelo homem: escritos, orais ou iconográficos. Para Halbwachs, os quadros sociais são os referenciadores da memória.

Segundo Halbwachs, quando a memória coletiva, por algum motivo, cai no esquecimento, quando os laços afetivos com o grupo já não mais se realizam, diminuem as

possibilidades de memorização. A fonte de nossos sentimentos e pensamentos pessoais estão nas circunstâncias sociais, nas experiências de grupo do passado.

Uma clara separação muito difundida pela historiografia francesa já aparece em Maurice Halbwachs, qual seja: a idéia de que há diferenças entre memória e história. Para ele, a memória social é sempre vivida, ela se perde quando o grupo social desaparece. Só após esse processo, surge a importância da história, pois a ela cabe salvar a memória dos respectivos grupos que, com o tempo, se dispersaram ou desapareceram. Sobre essa diferença ele diz:

> *É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar se sua memória. (...) É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado. (...) Temos freqüentemente repetido: a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990)*

Esse debate acerca da memória é aprofundado pelo historiador Pierre Nora, ao constatar que não mais habitamos nossa memória, daí a necessidade de lhe 'consagrar lugares'. (NORA, 1984).

Para Nora, a memória é vida, possui grupos muito vivos, sofre as ações da lembrança e do esquecimento. Assim como pensava Halbwachs, Nora também afirma que há tantas memórias quantos grupos existem.

Desde então, instituiu-se uma certa inibição do destruir, inaugurou-se a preocupação com o guardar em arquivos. Como já lembrou Hannah Arendt, o mundo contemporâneo estabeleceu sua vontade de tudo registrar.

Para viabilizar esta pesquisa dois métodos de trabalho serão usados: num primeiro momento a coleta de depoimentos e entrevistas, seguido da transcrição dos mesmos. Em seguida, solicitação aos entrevistados e a outros sujeitos, disponibilização de material iconográfico resultante de espetáculos produzidos no Triângulo Mineiro no período 1970-2000, os quais poderão ser cartazes, fotografias, programas de espetáculos, folders e peças teatrais de autoria própria.

Neste sentido, alguns encaminhamentos vem sendo realizados visando a constituição de uma memória do teatro, primeiramente, o recolhimento de depoimentos de artistas que trabalharam em Uberlândia e que, posteriormente, foram para outros centros. Depois, buscar vestígios de espetáculos já encenados, num levantamento preliminar já foi possível arrolar as seguintes montagens: *Casa de Bernarda Alba, Pic Nic no Front,*

Heranças, Sarapalha, Oh! Belos Dias, Vovó Faz Cem Anos, O Processo, Laços, Navio Negreiro, The Zôo Story, Um grito parado no ar e *A Serpente.*

Um roteiro de abordagem tem orientado a pesquisa no trabalho de campo, não pode ser visto como algo rígido, mas sim um importante caminho na procura dos sinais de uma espetacularidade passada: **i)** sobre o processo de criação: como se chegou ao texto? Porquê o texto? Como se deu a escolha do elenco e da direção? Qual o método de análise usado no trabalho com o texto? Como foi o processo de construção da cena? **ii)** sobre o texto e seu autor, ainda há lembranças sobre o resumo de enredo e acerca dos dados biográficos do mesmo? Foram realizadas leituras auxiliares para a montagem? Quais pesquisas foram realizadas para o trabalho corporal, cenografia e figurinos? **iii)** como foi a recepção do público? Quando foi a estréia? Onde? Quanto tempo em cartaz? Há lembranças de casos curiosos e engraçados durante os ensaios, no decorrer das apresentações e viagens?

Espera-se que ao fim desta pesquisa, ainda nos seus primeiros passos, o material gráfico (folders, cartazes, peças) e iconográfico (fotos, vídeos, etc) sejam disponibilizados aos pesquisadores a partir de parceria realizada com o CDHIS (Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia), e também a partir de página virtual a ser construída pela coordenação do projeto.

Diante disso, acreditamos, que o presente estudo contribua para preservar uma memória teatral e, principalmente, localizar e historicizar uma tradição de escritas de histórias regionais do teatro brasileiro, quase sempre esquecidas diante da força de terminologias historiográficas tais como: teatro nacional, teatro brasileiro e etc...

Bibliografia

AGUIAR, Teresa. *O Teatro no Interior Paulista.* São Paulo: TA Queiroz Editor, 1992.

ARANTES, Luiz Humberto Martins. *Teatro da Memória: história e ficção na dramaturgia de Jorge Andrade.* São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

ARENDT, Hannah. 'O Conceito de História: Antigo e Moderno'. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva,1988.

CARREIRA, André. *Práticas de Produção Teatral em Santa Catarina*. Florianópolis: Centro de Artes, 2002.

FERRAZ, Leidson et alli. *Memórias da cena Pernambucana.* Ed. Dos Autores, 2005, 197p.

DORT, Bernard. *O Teatro e sua realidade.* São Paulo: Perspectiva, 1977.

HUNT, Lynn *A Nova História Cultural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

LE GOFF. Jacques. 'Passado/Presente'. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MAGALDI, Sábato. *Panorama do Teatro Brasileiro.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

NORA, Pierre (Org.) , 'Entre Mémoire et Histoire'. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Galimard, 1984.

PEIXOTO, Fernando. *Um Teatro Fora do Eixo.* São Paulo: Hucitec, 1997.

PRADO, Décio de Almeida et alli. *Personagem de Ficção.* São Paulo: Perspectiva,1976.

_____. *Apresentação do Teatro brasileiro moderno.* São Paulo: Martins, 1956

REZNIK, Luís. Qual o lugar da história local. ***História de São Gonçalo.*** São Gonçalo RJ. Disponível em: www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf. Acesso em: 02 maio 2007.

SANTOS, Jorge Fernando dos. *Teatro Mineiro:* entrevistas e críticas. Belo Horizonte, 1984. 286p.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Em nome da reputação pública: a *Memória sobre o governo de Macau* de Lucas José de Alvarenga

Anita Correia Lima de Almeida[1]

Resumo: Nascido em Minas, em 1768, Lucas José de Alvarenga formou-se na Universidade de Coimbra e foi nomeado governador-geral de Macau. Como governador, viveu um período conturbado da história do território, com a luta contra os piratas chineses e a presença dos ingleses. Depois de deixar a China, instalou-se no Rio de Janeiro e dedicou-se à literatura, escreveu peças de teatro, uma novela, um livro de poemas e uma *Memória sobre a expedição do governo de Macau [...] em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chineses* (1828). A intenção aqui é tratar mais particularmente dessa *Memória.* O objetivo é estudar as relações entre a sua trajetória na administração ultramarina, os contatos que travou com a imprensa da época e a maneira como, afinal, elaborou a narrativa sobre sua atuação no governo de Macau.
Palavras-chave: Escrita de si – Letrados – Administração ultramarina.

Résumé : Né á Minas, en 1768, Lucas José de Alvarenga s'est formé à l'Université de Coimbra et a été nommé gouverneur de Macao. Comme gouverneur, a vécu une période critique de l'histoire du territoire, avec la lutte contre les pirates chinois et la présence des Anglais. Après laisser la Chine, s'est installée à Rio de Janeiro et s'est consacrée à la littérature, a écrit des pièces de théâtre, un roman, un livre de poèmes et un *Mémoire sur l'expédition du gouvernement de Macao [...] dans aide à l'Empire de la Chine contre les insurgés pirates chinois* (1828). L'intention ici est traiter plus particulièrement de cette *Mémoire.* L'objectif est étudier les relations entre sa trajectoire dans l'administration d'outre-mer, les contacts que il a établi avec la presse du temps et la manière comme, après tout, a élaboré le récit sur sa présence dans le gouvernement de Macao.
Mot clés : Mémoires - Lettrés - Administration d'outre-mer.

> O vasto Império da Opinião abrange toda a superfície do Globo. De certo modo, e até certo ponto eu me reconheço também súdito desse Império Universal.
>
> L. J. de Alvarenga. *Memória*, 1828.

Lucas José de Alvarenga fez parte da camada de letrados luso-brasileiros que, formados na Universidade de Coimbra, ocuparam cargos na administração do ultramar português, no final do século XVIII ou no princípio do XIX (BOSCHI, 1991). Nascido em

[1] Professora do Departamento de História da Unirio. Pesquisadora colaboradora do Projeto Centro de Estudos do Oitocentos – CEO/PRONEX "Dimensões da cidadania no século XIX". Esta pesquisa está sendo elaborada com auxílio das bolsistas de iniciação científica da Unirio Fernanda Pires Santos e Renata Jardim Quadros.

Minas, na Vila de Sabará, em 1768, formou-se em Direito, em 1799. Tendo-se posto à disposição para servir à Coroa na Ásia, em 1807 foi enviado para Goa como ajudante de ordens de Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas, o 48º vice-rei da Índia. Sarzedas havia servido por duas ocasiões no Brasil, foi governador de São Paulo (1788-1797) e de Minas (1797-1805). Provavelmente os dois travaram contato pela primeira vez em Minas. Em Goa, Lucas José de Alvarenga, embora não tivesse experiência anterior na administração, foi indicado pelo vice-rei para ocupar o posto de governador-geral de Macau, cargo que exerceu até 1810. Como governador, viveu um período conturbado da história do território, com a luta contra piratas chineses e a presença dos ingleses. Depois de deixar a China, instalou-se no Rio de Janeiro, onde estava a corte.

De volta ao Brasil, nunca mais prestou serviços na administração. Dedicou-se à literatura, escreveu peças de teatro, uma novela *à clef*, *Statira e Zoroastes* – obra pela qual é mais conhecido hoje – um livro de poemas e uma *Memória sobre a expedição do governo de Macau [...] em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chineses,* que publicou pela Tipografia Imperial e Nacional, em 1828. No mesmo ano, publicou um *Artigo Adicional à Memória*, na Tipografia do Diário e, em 1830, foi a vez de *Observações à Memória [...] com as suas notas e um resumo da sua vida*.

Há várias questões possíveis de serem tratadas sobre esse "iluminista mineiro governador de Macau", como o definiu Hélio Vianna, em artigo no *Jornal do Comércio*, de 1969. A intenção aqui, no entanto, é tratar mais particularmente de sua *Memória.* O objetivo é estudar alguns aspectos da relação entre a trajetória de Lucas José de Alvarenga na administração ultramarina, os contatos que travou com a imprensa da época e a maneira como, afinal, elaborou a narrativa sobre sua atuação no governo de Macau.

O contexto em que a *Memória* foi escrita

Os meus inimigos "fizeram-me conhecer as minhas forças", provocando-me a escrever "não só esta Memória, como um Artigo Adicional, e dar tudo já ao prelo. Provocação benfeitora!!" (ALVARENGA, 1828a:VIII), escreveu o autor. Seu projeto inicial, segundo nos informa, era fazer uma memória biográfica para ser publicada depois de sua morte; seus inimigos, contudo, não deixaram que isso acontecesse. Mas quem são seus inimigos?

Um grande ressentimento motivou-o a escrever com precipitação e a imprimir a obra com rapidez. A urgência vinha das acusações que lhe foram feitas ou, pior, do esquecimento que lhe foi votado quando se publicou em Lisboa uma *Memória dos feitos*

macaenses contra os piratas de Macau (1824), de José Ignácio Andrade. A obra menciona muito vagamente a sua pessoa e apenas para comentar que o ex-governador, depois de voltar para o Rio de Janeiro, entregara-se ao ócio. Alvarenga conta que um amigo de Londres lhe enviou a obra, o que lhe gerou um ressentimento imediato e o levou a escrever sua própria *Memória*, sobre os mesmos eventos, para *repor a verdade dos fatos*.

Como governador, assim que chegou a Macau viu-se envolvido na luta contra o pirata Quan Apon Chay (Cam-po-sai). Durante o reinado do imperador Ch'ien Lung (1736-1795) houve uma série de rebeliões. Quan Apon Chay foi chefe de uma delas, e acabou por organizar uma grande armada, que passou a atacar as regiões costeiras e voltou-se contra Macau. Os portugueses, então, concordaram em ajudar a combater os piratas. Suas tropas travaram batalhas aguerridas, e assim, graças ao sucesso das forças portuguesas, o governo chinês acabou por conseguir firmar um tratado de paz que obrigou o pirata a entregar-se com toda a sua esquadra (Cf. ESPARTEIRO, 1961).

A vitória contra os piratas foi, sem dúvida, um grande acontecimento na vida do território, exaltado nas duas *Memórias*, assim como em outros textos da época. Mas a quem creditar os louros? Para José Ignácio Andrade, o autor da *Memória* de 1824, tudo se deveu ao "gênio extenso e maravilhoso do ouvidor Miguel de Arriaga" (ANDRADE, 1824), e também ao valor dos comandantes da esquadra portuguesa, e não ao governador, cuja passagem por Macau foi curta e sem conseqüências. Na verdade, as disputas de poder entre o ouvidor, o governador e o Senado de Macau sempre estiveram presentes na história do território (Cf. VALE, 1997).

Já Alvarenga usa sua *Memória* para exaltar a participação que teve na vitória dos portugueses, uma vez que na sua perspectiva todo o sucesso da batalha contra os piratas deveu-se, em última instância, ao fato de que ele é que soube nomear comandantes valorosos. Além disso, dedica boa parte de sua argumentação para defender-se da acusação de ócio. A acusação pretende, na verdade, denunciar o fato de que depois de deixar Macau o ex-governador nunca mais exerceu qualquer cargo na administração, vivendo de uma patente militar.

Alvarenga defende-se afirmando que na verdade sempre esperou que a corte portuguesa e, depois, o imperador o agraciassem com algum cargo à altura de seus merecimentos. Mas isso nunca aconteceu, apesar das visitas que fez ao Palácio de São Cristóvão e dos beija-mãos a que compareceu. Queixa-se, longamente, de não ter alcançado o reconhecimento que merecia e, afinal, de ter sido impedido de voltar a "trabalhar para o

enxame", em que como empregado público tinha sido "n'outro tempo abelha diligente" (ALVARENGA, 1830: 66).

Na perspectiva do ex-governador, tanto o príncipe regente D. João – com quem falou pessoalmente numa ocasião – como Pedro I, não tinham sabido reconhecer seus méritos e seus altos merecimentos. Méritos e merecimentos que, ele faz questão de frisar, não estavam baseados em um nascimento ilustre, mas na sua formação.

A *Memória* como monumento

Na introdução de sua *Memória*, Alvarenga informa ao leitor que a obra tem por objetivo "suprir a falta de outra; ou substituir um Monumento já designado para deixar-se à Posteridade" (ALVARENGA, 1828a:I). Ele havia proposto ao Senado de Macau que a cidade erigisse um monumento em homenagem ao grande feito das forças portuguesas contra os piratas. Embora a proposta tenha sido aprovada no Senado, com vivas e aplausos, o monumento nunca saiu do papel. Mas, afinal, isso não é importante, já que a *Memória* irá substituí-lo, e com muita vantagem, porque ela não será fincada no "estreito recinto de uma cidade" como seria aquele, mas "será exposta na vasta Praça do Mundo" (ALVARENGA, 1828a: I).

Alvarenga demonstra, assim, estar preocupado com o alcance da repercussão de suas ações. Ele desejava falar, e falar alto, não privadamente, ou em estritas esferas administrativas, mas para um grande auditório ou, em suas próprias palavras, para a "vasta praça do mundo". Essa consciência da existência de um "espaço público" e da necessidade de reconhecimento de seus feitos não apenas no âmbito mais restrito da administração, mas para fora, para o público em geral, irá marcar toda a sua trajetória. E vai ser nessa esfera que ele vai travar sua luta por reconhecimento dos "grandes serviços" que prestou à Pátria, mesmo quando já não importam os tão desejados cargos. Em 1828, quando publica suas *Memórias*, a possibilidade de vir efetivamente a ocupar cargos já não existe, está doente desde 1825, quando teve tifo, e já não se considera capaz de trabalhar, morrendo em 1831.

Mas sua luta tinha sido árdua, desde os dias em que deixou o governo de Macau e instalou-se em Goa, onde o vice-rei o nomeou comandante da Legião de Pondá. Depois de vários anos na Índia, e já sem esperança de ser nomeado em Goa para algum cargo que estivesse de acordo com o seu "alto merecimento", Alvarenga voltou ao Brasil, onde poderia continuar a lutar por uma nomeação, e no Rio de Janeiro, portanto, próximo à corte.

Na longa viagem de volta, aproveitou para visitar algumas pessoas importantes de suas relações, foi à Inglaterra e esteve na França, para "instruir-se" e saber das "últimas novidades". Em Londres, entregou ao Doutor Vicente Pedro, redator de *O Investigador* [*O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Político, Etc*. (1811- 1819)], documentos oficiais sobre seu governo em Macau para serem publicados no jornal. E, por essa ocasião, informa o autor: "dei também ao meu amigo e contemporâneo na Universidade de Coimbra Hypólito José da Costa, redator do *Correio Brasiliense*, três documentos oficiais" (ALVARENGA, 1828a:3). Também no caso da proposta de inauguração do monumento de pedra que desejou erigir, ficamos sabendo que se valeu da publicação de documentos na imprensa, quando informa que a ata da seção do Senado, com a aprovação do monumento, há mais de dez anos "corre por toda parte impressa em Londres em fevereiro de 1817" (ALVARENGA, 1828a: II).

Conhecia a força do documento, e desde sua partida de Goa preveniu-se contra possíveis extravios: "eu tinha extraído da Secretaria do Estado da Índia tantos documentos, que só com eles se podiam fazer grossos volumes em fólio" (ALVARENGA, 1828a: X). Durante vários anos, usou os recursos que estavam disponíveis, os contatos no Paço, ou com a diplomacia inglesa, ou a publicação de documentos na imprensa, para tentar reverter a situação em que se encontrava, "esquecido" pelas altas esferas do poder. Quando publica sua *Memória*, no entanto, já não são cargos o que almeja, mas a lembrança de seu nome e, sobretudo, o "julgamento do público".

A instrução é seu único tesouro

A *Memória* de 1824 o tinha acusado de ter tomado posse do governo de Macau "com pouca experiência dos costumes chineses". Ele defende-se, dizendo que estudou longamente os papéis da Secretaria, em Goa, antes de partir para Macau. Deixa claro que aquilo que não sabia por experiência adquiriu através da leitura de anos de documentação administrativa do território.

E sobre um tema central, lamenta-se das dificuldades que teve para conseguir informações que, aliás, seu cargo exigia, dizendo que foi obrigado, em Goa, a "mendigar noções sobre o Título, e Modo, por eles [os portugueses] se tinham feito senhores do Estabelecimento de Macau" (ALVARENGA, 1828a:III). Primeiro recorreu às pessoas mais capacitadas, mas essas não lhe disseram nada que já não soubesse, então, decidiu recorrer aos mortos "meus antiqüíssimos, constantes amigos" e mergulhou na documentação da secretaria

do Estado da Índia. Apesar de todos os seus esforços, não foi capaz de descobrir qualquer vestígio, nem um só fragmento que desse alguma idéia da história de como os portugueses se tinham senhoreado do território. Esse era um tema que tinha chamado bastante atenção da administração portuguesa no período em que ele esteve à frente do governo de Macau, e mesmo antes (VALE, 1997:105-6).

Alvarenga segue afirmando que assim como reprova os antigos pelo fato de que nos dias que correm já não ser possível recuperar a história dos primeiros portugueses, também ele quer deixar marcas do que se passou no seu governo, a fim de que não se perca mais uma vez a história de Portugal no Oriente. Na verdade, sugere uma analogia entre os primeiros portugueses que, segundo a tradição, receberam a cidade como doação do imperador em reconhecimento a serviços prestados na luta contra piratas e os portugueses do presente que, o tendo como governador, haviam lutado contra os piratas de agora. Sua Memória, portanto, ia garantir que esse novo feito dos filhos de Portugal, no auxílio aos chineses contra os piratas, não caísse no esquecimento como o anterior.

Mas nosso autor arrola ainda uma última motivação para sua escrita: a separação entre as nações brasileira e portuguesa. Ou seja, tanto o fato em si era digno de nota, como o era por ter sido executado por um "Governador, filho do Brasil; o único (ou para melhor dizer) o primeiro, e último desta Nação, que esteve ali à testa deste Governo [...]" (ALVARENGA, 1828a:3).

E esse filho do Brasil tinha lido Virgílio, Horácio, Locke, Bacon, ou mesmo Pope, Voltaire ou Bocage, ou ainda Franklin e Jefferson. Orgulha-se dos conhecimentos que tem, da História, dos autores clássicos, assim como dos modernos. Esteve doente em Coimbra, mas esforçou-se e foi capaz de vencer a doença e concluir os estudos universitários. Julgando-se pobre, vivendo unicamente do soldo de sua patente de militar, Alvarenga orgulha-se profundamente dos estudos que fez em Minas e, mais tarde, ao longo da vida. Com seis anos de idade, estava preparado para freqüentar os estudos menores e com 16 para 17 estava pronto, segundo a opinião de seus mestres mineiros, em Gramática Portuguesa, Latina e Francesa, em Lógica, Metafísica e Ética, em Retórica e Poética, e em Geometria.

Assim é que, não sendo capaz de fazer o Senado de Macau erigir o monumento de pedra aos feitos dos portugueses, e por extensão, aos seus, e tendo esgotado suas possibilidades na esfera administrativa, decidiu levar sua luta para outra arena, para ser travada num terreno em que se considerava muito mais eficiente. Com sua formação de letrado, e seu gosto pela História, finalmente daria à sua memória-monumento uma "existência real" (ALVARENGA, 1828a:II). Ou, em suas palavras, seria capaz de: "sustentar

também agora e para sempre *com a pena* aquela mesma reputação, honra, e glória, que eu pude conseguir ali com a Política; e logo depois com as Armas" (ALVARENGA, 1828a:15) [grifo nosso].

Seus leitores

Ainda na Introdução, encerra as considerações sobre seus objetivos gerais retomando o tema da memória como um instrumento que faz lembrar os feitos de uma Nação. Os romanos, gregos, egípcios e outros povos, quando quiseram "autenticar seus feitos gloriosos" erigiram monumentos: "É com Estátuas, Colunas, Medalhas, Poemas, Inscrições, Memórias, Pinturas, que se eternizam fatos dignos da Posteridade, que se deixa lição, e exemplo aos vindouros; e que ainda mesmo depois da morte se continua a viver entre os vivos!" (ALVARENGA, 1828a: V)

Os gregos, essa "Nação de heróis que espalharam as Luzes por todo o Universo" (ALVARENGA, 1828a: VI) julgaram a pintura a "menos custosa e a mais convincente forma de História", que fala uma língua universal, com lições tanto para ignorantes como para os instruídos. E foi assim que a "célebre batalha de Maratona foi pintada num Pórtico Público" (ALVARENGA, 1828a: VI), para servir como uma escola de glória militar da Grécia para as gerações futuras. Ele, então, gostaria que sua *Memória* servisse igualmente como uma aula de um grande feito da Nação portuguesa - e protagonizado por um brasileiro -, mas para isso ela precisava ser pintada "em pórtico público", ou seja, sua memória precisava encontrar seus leitores. De certa maneira, então, ele tinha se rendido ao "império da opinião".

Contrasta essa ambição de ter toda a "vasta praça do mundo" como leitor e, na vida privada, não ter sequer um amigo a quem mostrar sua obra. Entre as disputas que travou na esfera da administração e no espaço público, esse ex-alto-funcionário, isolado e queixoso, sem um grupo de relações no qual se apoiar, encerra sua obra, melancolicamente, lamentando-se de que depois da morte de seu amigo o Desembargador da Casa de Suplicação Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, não lhe restou sequer um amigo, conhecedor das letras, a quem possa pedir que leia seus originais.

Conclusão

Para concluir, talvez pudéssemos definir nosso autor como um homem da virada do século XVIII para o XIX. O antigo regime já estava muito longe. Ancora toda a sua vida não mais na lógica do sangue, até porque não teve um nascimento ilustre, mas nas possibilidades de ascensão social pela via da formação e do mérito, e neste sentido, podemos

considerá-lo como herdeiro de uma certa trilha aberta pelo reformismo ilustrado pombalino para os letrados luso-brasileiros. Por outro lado, embora tenha se submetido ao "império da opinião", não tem apego pelos novos tempos de liberalismo constitucional e interessa-se, sobretudo, pela opinião *ilustrada*. Para ele, a Nação que acaba de nascer precisa apenas de homens cultos, letrados, sábios, que possam ajudar a conduzi-la. E de um governo que saiba escolher esses homens cultos. Só não contava com o fato de que, apesar dos serviços que prestou, ele não fosse escolhido e a jovem Nação nunca lhe fosse confiada.

Bibliografia:

ALVARENGA, Lucas José de. **Artigo Addicional á Memoria**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1828b.

___. **Memoria sobre a expedição do governo de Macau em 1809, e 1810 em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chinezes, principiada, e concluída em seis meses pelo governador, e capitão general daquela cidade, Lucas José d'Alvarenga**. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828a.

___. **Observaçoens á Memoria de Jose Lucas d'Alvarenga com as suas notas, e um resumo da sua vida.** Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1830.

ANDRADE, José Ignácio de. **Memoria sobre a destruição dos piratas da China de que era chefe o celebre Cam-Pan-Sai:** e o desembarque dos inglezes na cidade de Macáo e sua retirada**.** Lisboa: Impressão Régia, 1824.

BOSCHI, Caio. *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*. **Estudos Históricos**. Vol. 4, n. 7. Rio de Janeiro, 1991. Pp. 100-111.

ESPARTEIRO, António Marques. Combate naval na *Boca do Tigre* (1810). Separata da **Revista Ocidente**, Lisboa, v. 61, 1961.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

VALE, A. A. Martins do. **Os portugueses em Macau (1750-1800):** degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassalos d'El-Rei? Lisboa: Instituto Português do Oriente, 1997.

VIANNA, Hélio. *Um iluminista mineiro governador de Macau*. **Jornal do Comércio**, 26-08-1969.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imagens da vida nos assentamentos rurais

Alzira Salete Menegat[1]

Resumo: Neste estudo, analisamos a vida de famílias assentadas no Taquaral e no Sul Bonito, projetos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul, observando suas trajetórias e as estratégias criadas para a vida nos novos lugares. Para isso, fazemos uso de fotografias, vendo-as como guardiãs da memória, que retêm uma fração do tempo, como mostram Lê Goff (1992) e Pollak (1989). Entendemos a fotografia como fonte histórica, partindo da concepção de Chartier (1990), trata-se de "uma forma de representação da realidade" utilizada para compreensão da história. Para dar vida às imagens, estamos ouvindo os relatos das famílias e assim reconstruindo suas trajetórias, desde a fase que antecedeu os acampamentos, passando pela vida de acampadas e de assentadas, considerando os acontecimentos que marcam a sua produção, e assim compreendendo seu sentido social.

Abstract: This study analyses the life of the families who are settled in Taquaral and in the South of Bonito, projects for agrarian reform observing their trajectories and the strategies they created for dealing with life in a new place. We have made use of photographs regarding them as memory guardians which keep that fraction of time as shown by Lê Goff (1992) and Pollak (1989). We agree with Chartier (1990)´s conception as we also see the photograph as a historical source, as "a way to represent reality" used for history comprehension. In order to bring the images to life we have been listening to the families´ reports and, thus, rebuilding their trajectories from the phase before the settlement to life itself in the camping sites and in the settlements. We have also taken into consideration the events which marked the moment of taking of the photograph and, hence, we were able to understand each photograph´s social sense.
Key words: Rural settlements, way of life, images.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento, que vem sendo desenvolvida com incentivos da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT, intitulada "Retratos da vida nos assentamentos Taquaral e Sul Bonito, as fotografias como instrumentos reveladores da (re) construção de novos lugares".

Com a pesquisa, estudamos a maneira pela qual as famílias assentadas nos projetos Taquaral e Sul Bonito, instalados nos municípios de Corumbá e Itaquiraí, encontram-se organizadas. Observando, mais especificamente, a importância desses novos lugares para suas vidas, procurando acompanhar suas trajetórias e compreender como organizam a produção, as estratégias e os projetos que criam para estruturarem-se nos novos lugares.

[1] /UFGD; smenegat@ufgd.edu.br

Para isso, as fotografias têm sido um dos recursos da pesquisa, vistas como guardiãs da memória, retendo uma fração do tempo, como mostra Lê Goff (1992). Entendemos a fotografia como fonte histórica, partindo da concepção de Chartier (1990), ao apontar que se trata de "uma forma de representação da realidade" utilizada para compreensão da história, ou seja, "uma imagem presente de um objeto ausente". Por meio das fotografias, estamos conseguindo traçar um percurso da trajetória que essas pessoas trilharam, do momento que antecedeu ao assentamento definitivo, quando ainda eram sem-terra, passando pela vida nos acampamentos, até chegarem à condição de titulares de lotes.

Para dar vida às imagens, buscamos ouvir as famílias nos assentamentos instaladas e assim criar condições para o que Demartini (1994) aponta como vantagem na produção de documentos, uma vez que os relatos e as imagens que são passados permitem a construção de documentos a partir da visão das pessoas envolvidas. Nessa construção, conseguimos estabelecer pontos de contacto entre a memória individual e a memória coletiva, que, segundo Pollak (1989) são elementos fundamentais na reconstrução das lembranças sobre uma base comum.

Os relatos expressam as configurações presentes nas expressões das fotografias, já que, conforme Kossoy (2001, p. 117), "o significado mais profundo da imagem não se encontra necessariamente explícito". Para chegar a esse explícito, temos seguido três momentos distintos, mas que se complementam: no primeiro, resgatamos a trajetória dos homens e das mulheres até serem assentadas/os no Taquaral e no Sul Bonito partindo dos seus relatos e das imagens que produziram durante a travessia.

No segundo momento, trabalhamos, com o nosso olhar de pesquisadores(as), sobre o espaço social fabricado pelas famílias nos assentamentos, registrando como organizam suas moradias, a produção, a sociabilidade e outros elementos preponderantes para o entendimento da atual organização, bem como as estratégias criadas nos novos lugares.

No último momento, registramos o olhar das pessoas assentadas, que nos informam o que consideram importante para suas vidas nos lotes, e que gostariam de registrar. Aspectos que, muitas vezes, evidenciam a existência de uma completa relação entre memória e identidade, presente na maneira como hoje organizam o conjunto de vida e de trabalho, em que a memória confere sentido ao passado, estabelecendo uma relação com o tempo presente. Nos dois assentamentos estudados, observamos a preocupação com a memória, seja no período de luta pela terra, como na luta pela permanência na terra. Por isso, o desejo de guardarem elementos dos tempos difíceis que hoje servem como medidores dos tempos presentes, como a presença do barraco nos lotes, que em parte deles, ainda é mantido ao lado

da nova moradia. Hoje, o barraco serve de depósito para guardar as traias da roça, mas sua maior serventia é a de depositário da memória, onde estão arquivadas múltiplas lembranças da trajetória e dos tempos difíceis.

Os assentamentos Taquaral e Sul Bonito são resultados das políticas de Reforma Agrária. O Taquaral foi criado no ano de 1989 e o Sul Bonito em 1997. Esses novos lugares estão localizados geograficamente em diferentes regiões do Estado e com características diferenciadas quanto ao clima, ao solo, à água, ao transporte e a outros elementos que os tornam lugares opostos. Comecemos falando do Taquaral: as imagens coletadas e as conversas, que mantivemos com as pessoas que lá estão, mostram as contradições em sua efetivação, a principal é a de ter sido instalado em Corumbá, no coração do Pantanal sul-mato-grossense, lugar considerado santuário ecológico pela sua diversidade na flora e na fauna. Criado de forma emergencial, não nasceu de uma luta entre famílias sem-terra e proprietários de terras, mas originou-se de uma ação do Estado para assentar famílias que estavam acampadas provisoriamente. Na escolha da área, o Estado não teve a preocupação com a qualidade das terras, instalando nelas 394 famílias com tradição no cultivo agrícola em um lugar que não possibilitava essa atividade. Pelo fato de ter sido criado no Santuário Ecológico, as famílias vivenciaram diversos despejos da área, uma vez que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente entendia que as terras do Pantanal eram inadequadas, sob o ponto de vista ecológico, para a instalação de famílias, visto que o desenvolvimento da agricultura poderia interferir no ambiente natural e ainda comprometer o ciclo de vida de plantas e de animais.

As imagens dos primeiros anos de acampamento/assentamentos revelam as dificuldades existentes no Taquaral e nelas podemos ver a escassez de águas, a falta de estradas e os aspectos voltados a oscilações climáticas que dificultam os aspectos produtivos. Por isso, encontramos inúmeras imagens das manifestações no meio urbano, momentos em que procuravam desnudar as dificuldades e o descontentamento frente às condições em que se encontravam.

Analisando as imagens registradas pelas famílias nos primeiros anos, é possível ver bons tempos; nelas estão presentes diferentes tons esverdeados nas culturas do feijão, do milho, do arroz, do algodão, que serviam até de ornamento para as residências. No entanto, aquelas registradas nos anos subseqüentes contrastam com as anteriores, pois agora estão marcadas apenas por uma tonalidade, o verde dos pastos. Isso ocorreu pelas adversidades encontradas no cultivo da terra, levando as famílias a mudarem a relação com a mesma. Atualmente, o tom predominante é o verde dos pastos, modificado apenas nos períodos de

estiagem, quando a vegetação ganha cores amareladas em virtude da falta de água. A casa que anteriormente era cercada pelo cultivo de diversos produtos, enfeitada pelos capuchos do algodão, hoje, encontram-se cercada pelas pastagens destinadas à criação de gado. Em pequena parte da área, especialmente na agrovila III, onde as terras são de melhor qualidade, ainda é possível registrar pessoas cultivando pequenas roças.

Tendo em vista as condições que as famílias encontraram no Taquaral, é possível perceber que tiveram de recriar o espaço produtivo dos lotes e de reescrever os projetos iniciais numa tentativa de permanência, o que causou profunda mudança cultural e identitária: da condição de agricultores, passaram a pastores.

Quanto ao Sul Bonito, as imagens que retratam sua história evidenciam aspectos semelhantes ao do Taquaral, se considerada a luta para chegar ao assentamento definitivo. As famílias mostram fotografias das diversas ocupações e das ações da polícia sobre elas nos diferentes acampamentos que constituíram. Em seus relatos, dão vida às imagens, falando do que está presente-ausente nelas, como o frio e o calor dos barracos e, ainda, da solidariedade dos acampamentos, das tristezas, das alegrias e, especialmente, da fé e da esperança em dias melhores.

Quando comparamos as imagens dos dois assentamentos, percebemos as diferenças em relação à infra-estrutura e, especialmente, ao solo. O Sul Bonito possui terras com solo propício para o cultivo agrícola, fato que diferencia a organização que cada família efetua no lote. Por isso, é comum encontrarmos imagens com diferentes tons e recortes, formando verdadeiras colchas de retalhos. Nesse assentamento, não encontramos a quantidade de imagens que demonstrassem problemas de falta de água, como a vista no Taquaral, o que indica melhores condições para a fixação das famílias.

O Sul Bonito está localizado no município de Itaquiraí, fazendo divisa com o Rio Paraná, que proporciona um aspecto agradável para quem chega ao assentamento. É constituído por 422 lotes, em uma área de cerca de 6.374.000 ha. Na luta pela terra, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura estiveram na organização.

Seguindo a história do Taquaral, para que o Sul Bonito fosse constituído como assentamento rural, as famílias empreenderam sucessivas ocupações na área, sendo constantemente despejadas, até que conseguiram efetivar a desapropriação da antiga fazenda onde era cultivada cana para produção de álcool. Assim, foi possível o assentamento das famílias e o cultivo do solo com outros produtos, como feijão, arroz, milho, mandioca e outros destinados à subsistência das famílias e à venda do excedente.

No entanto, mesmo possuindo características favoráveis para a produção e para a organização da vida, as famílias do Sul Bonito enfrentam dificuldades na comercialização desses produtos, fato que acreditamos ser decorrente do elevado número de pessoas assentadas nos oito assentamentos rurais instalados em Itaquiraí, e que hoje se encontram desenvolvendo a agricultura familiar. Tais dificuldades têm levado à redução no cultivo da terra e à intensificação da atividade voltada à produção de leite, vista como alternativa econômica viável, com ganho mensal, mesmo que o preço do leite praticado pelo mercado seja baixo.

Quando perguntamos às pessoas quais os elementos que desejavam fotografar, que consideravam significativos no espaço que construíram, apontam para aqueles constituidores da memória e que no novo lugar passam a ser efetivados, como exemplos: a casa nova de alvenaria, que substituiu a vida improvisada do barraco; os jardins que lembram, por vezes, antigos lugares pelos quais passaram na condição de empregados; o pomar do qual retiram frutas; as instalações destinadas à lida com o gado e a produção obtida com o cultivo da roça.

É preciso destacar que os interesses são diferenciados, quando analisados por sexo, uma vez que observamos que as mulheres valorizam mais as casas e seus arredores, enquanto os homens estendem seus olhares para a produção e as instalações que as atendem.

Para viabilizar a atividade leiteira, os assentados fazem contratos com laticínios e adquirem resfriadores destinados ao armazenamento do leite. Além disso, no Sul Bonito, em virtude das temperaturas mais amenas que as encontradas no Taquaral, é possível visualizar outras estratégias voltadas ao consórcio com a agroindústria, como a criação do bicho-da-seda, as pequenas indústrias caseiras de doces, que proporcionam novos rendimentos.

Quando comparamos as imagens do Taquaral e as do Sul Bonito, especialmente daquelas registradas nos primeiros anos, com as produzidas pela equipe de pesquisadores/as, são visíveis as diferenças nas condições climáticas e de solo, que refletem na organização de cada assentamento, principalmente nos aspectos envoltos as casas: no Taquaral são poucas as residências com árvores frutíferas, uma vez que a qualidade do solo não permite seu pleno desenvolvimento, com exceção das terras da Agrovila III, onde isso é possível. Já no Sul Bonito, o solo favorece o desenvolvimento de plantas sendo perceptível até nos jardins, evidenciado na preocupação com as plantas ornamentais.

Nas entrevistas que realizamos junto às famílias dos dois assentamentos, observamos transformações em ambos os lugares: no Taquaral ocorreu uma profunda mudança cultural que está refletida na economia, uma vez que boa parte dos assentados, que ao chegar lá eram agricultores, tornou-se pastores. Quanto ao Sul Bonito, apesar de as

famílias viverem em terras com melhor composição para o desenvolvimento de atividades agrícolas, elas vivem o dilema de também reformular os projetos iniciais, haja vista que produzem, mas não conseguem comercializar. Desse modo, também neste assentamento, a criação de gado leiteiro mostra-se como a alternativa mais adequada. A venda do leite garante um rendimento mensal e seguro.

Aquelas famílias que no Taquaral lutam para permanecerem, para vencerem a contradição de terem sido assentadas em terras sem vocação para a agricultura, contrariando o seu modo de vida, necessitaram ainda lançar mão de estratégias outras: o assalariamento de membros da família, especialmente das mulheres que passaram a assumir o trabalho assalariado em casas de famílias na cidade de Corumbá, além da mudança de atividade, assumindo a pecuária. Já no Sul Bonito, as famílias enfrentam o problema da falta de mercado para a venda ou mesmo a falta de preços justos. Os valores praticados pelo mercado, principalmente da mandioca, o produto mais cultivado no assentamento, mostram-se insuficientes para atender as necessidades das famílias ou, muitas vezes, até insuficientes para cobrir as despesas executadas com o desenvolvimento das culturas.

Por isso, tanto no Taquaral quanto no Sul Bonito, as famílias continuam reescrevendo e (re)construindo seus projetos. No Taquaral, tentam fazer da terra, imprópria para a atividade agrícola, própria para a criação de gado, mesmo que isso os tenha levado a abdicar do que mais desejavam que era o trabalho com o cultivo agrícola. No Sul Bonito, há uma reelaboração dos projetos, uma vez que é preciso encontrar estratégias para a permanência nas terras e, para isso, o gado leiteiro apresenta-se como uma delas. Dessa forma, plantam as pastagens, mudando a relação que vinham mantendo com a terra.

As contradições presentes revelam a dinâmica da construção do novo modo de vida, que coloca novas contradições e exige novas respostas e até mesmo rupturas com projetos formulados, enquanto as pessoas, hoje assentadas, apenas sonhavam por terra. A luta dessas pessoas, especialmente daquelas que dela foram expropriadas, parece nunca acabar, sendo feita de sucessão de tempos. As famílias tiveram, primeiro, de lutar para vencerem a expulsão a que foram submetidas, e serem novamente inseridas na terra. Lutaram para conquistá-la e, quando a conquistaram, foi preciso organizar-se para reivindicar junto ao Estado a estrutura básica para poderem iniciar a produção. Hoje, é necessário lutar por condições que garantam a reprodução familiar e a permanência, por isso a reelaboração dos antigos projetos. Dessa maneira, acreditamos que o novo modo de vida nas novas terras do Taquaral e do Sul Bonito, e que por vezes é velho, sendo apenas recriado nesses lugares, é resultado de um diálogo entre os sonhos, os projetos iniciais e a realidade vivida.

Referências Bibliográficas

BERGAMASCO, Sonia; D'AQUINO, Teresinha; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva do seu passado/presente. *Ciências Sociais Hoje,* São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, p. 153-281, 1990.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, São Paulo, n 5, 1994.

CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa : Difel, 1990.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1990-1930). Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

D'AQUINO, Teresinha. Nas terras de Promissão: da luta à construção do 'lugar'. FERRANTE, V. B. Retratos de assentamentos. *Cadernos de Pesquisa*. Araraquara, Ano 1, n.1, p.175-247, 1994.

D'AQUINO, Teresinha. *Trabalhadoras do barro: oleiras e olheiras: um estudo de relações de gênero*. Araraquara, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1985.

DEMARTINE, Zelia de Brito Fabri. Relatos Orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica. São Paulo, *Cadernos CERU*, n. 5, série 2, p.61-68, 1994.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 2 ed. Campinas : UNICANP, 1992.

HUMBERTO, Luis. *Fotografia, a poética do banal*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2 ed, São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUBRUSLY, Cláudio Araújo. *O que é fotografia.* 4 ed, São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

MENEGAT, Alzira Salete. *O coração do pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral – MS.* Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-215, 1992.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VOLVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o Século XX.* Série Temas, Vv. 42, São Paulo: Ática, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.251-309.

WOORTMANN, Klaas. *"Com parente Não se Neguceia": o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87, Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Clóvis Bevilaqua e a multidisciplinaridade na invenção de si

Vicentônio Regis do Nascimento Silva*
Wilton Carlos Lima da Silva**

Resumo: Pretendemos analisar a correspondência de Clóvis Bevilaqua (1859-1944) – intelectual, escritor, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, além de criador do Código Civil Brasileiro de 1916 – que, apesar de colaboração em diversas áreas do saber, tem obra e pensamento pouco estudados. Examina-se a correspondência considerando-se a significativa rede de sociabilidade do jurista, conforme se depreende do estudo de 352 cartas, recebidas ou enviadas, de instituições como Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores ou Academia Brasileira de Letras e de personalidades, entre as quais políticos como Barão do Rio Branco e Epitácio Pessoa ou críticos literários como Silvio Romero e José Veríssimo. Por fim, almeja-se uma compreensão da rede de relações estabelecida por este intelectual e um dimensionamento de sua figura pública e privada no período.
Palavras-chave: Clóvis Bevilaqua; Cartas, Intelectuais.

Abstract: We intend to analyze Clovis Bevilaqua (1859-1944) correspondence – intellectual, writer, jurisconsult of State Department, besides author of civil code of 1916 – that, although he collaborated on a lot of areas of knowledge, has books and life not well studied. We want to understand jurist's relation, studying 352 letters, sent or received , of institutions like law department, state department or Academia Brasileira de Letras and personalities, politicians like Barão do Rio Branco and Epitacio Pessoa or literary critical like Silvio Romero or José Veríssimo. Finally, we try to understand Bevilaqua's relation and his public and particular magnitude.
Keywords: Clóvis Bevilaqua, Letters, Intellectuals

"Bem quisera escrevê-la com palavras sabidas, as mesmas, triviais, embora estremecessem de paixão. Perfurando os obscuros canais de argila e sombra, ela iria contandoque vou bem, e amo sempre e amo cada vez mais, a essa minha maneira torcida e reticente, e espero uma resposta..." Assim, em um poema chamado Carta, Carlos Drummond de Andrade falava sobre esse ato de estabelecer uma ponte entre pessoas através da palavra escrita, pessoal e íntima, que é a correspondência.

A palavra "correspondência" traz em si uma conotação de reciprocidade, similitude, proximidade, que as trocas postais só fazem ampliar, nas quais, quer pela convergência ou divergência, os missivistas se igualam, colocam-se em um mesmo patamar de legitimidade que permite o escambo de opiniões, afetos, ofensas, informações, segredos, e

* Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis (SP).
** Professor Assistente Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Assis (SP).
Este trabalho integra a pesquisa "Bacharelismo, Leis e Jargão: o Código Civil de 1916", que contra com o fundamental apoio material da FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da Unesp.

todo o conjunto de sentimentos e conhecimentos que podem ser traduzidos na linguagem escrita.

A pesquisa dedicada às cartas e diários tem se ampliado significativamente na historiografia brasileira, com a produção de trabalhos bastante relevantes sobre épocas, personagens, situações e contextos a partir do universo íntimo e pessoal contido nesse tipo de fonte.

Embora a correspondência e o diário sejam feitos para a intimidade, e o interesse que despertam possa excitar o voyeurismo do leitor, são fontes ricas para se desvendar subjetividades do remetente e do destinatário (assim como dos grupos sociais e culturais aos quais se vinculam e mesmo do autor da análise, um cúmplice do diálogo!), além de recuperar partes do passado e formas de construção da memória, principalmente quando se torna possível o acesso às mensagens tanto enviadas quanto recebidas (chamadas de correspondência "ativa" e "passiva", respectivamente).

A História do Brasil tem como referências fundadoras alguns textos de "escrita de si" como a descrição da descoberta feita por Pero Vaz de Caminha em sua *Carta do descobrimento* (1500) para o Rei de Portugal, D. Manuel, dando conta do lugar paradisíaco, repleto de belezas e encantos naturais, povoado por homens que mesmo sem fé, lei ou rei eram bonitos, nús e inocentes, o *Diário de Navegação* (1530) de Pero Lopes de Sousa, escrivão do primeiro grupo colonizador liderado por Martim Afonso de Sousa, ou ainda, em séculos posteriores, a *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas em vinte cartas* (1802), de Luis dos Santos Vilhena que, em meio a um enfoque amplo e erudito, na forma de uma correspondência imaginária, traça um relato crítico que, por sua sensibilidade, capta de forma clara e bem definida os elementos da crise do sistema colonial, ou outros textos que se utilizaram de tais fontes documentais.

Atualmente coletâneas de "escritas de si" têm ocorrido com bastante constância no mercado editorial, estando disponíveis nas livrarias atualmente, entre outras, a Correspondência de Euclides da Cunha (EDUSP), A correspondência de uma estação de Cura (de João do Rio, Scipione), Correspondências (de Clarice Lispector, Rocco), Mário de Andrade e Manuel Bandeira (EDUSP), Correspondência (de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, Topbooks), Correspondência Mário de Andrade e Tarsila do Amaral (EDUSP), entre outros.

Em termos analíticos a coletânea Escrita de Si, Escrita da História (Editora FGV), organizada por Ângela de Castro Gomes, oferece um rico panorama de trabalhos que se dedicam ao estudo da correspondência (além de diários íntimos e memórias) de notáveis,

notórios ou não notados – abordando a "escrita de si" de pessoas como Antônio Pereira Rebouças (homem negro e autodidata que se tornou um dos maiores civilistas do Direito brasileiro), de Oliveira Lima (sociólogo e jurista fundamental dentro do pensamento social brasileiro), do sociólogo Gilberto Freyre (que publicou inclusive, entre seus diversos livros, um sobre algumas de suas cartas), Monteiro Lobato (que para além do autor infantil deve ser lembrado como romancista, empreendedor, polemista e autor da clássica reunião de algumas de suas cartas, A Barca de Gleyre), Paulo Prado (milionário paulista que além de empresário e mecenas, foi bom escritor e descrito por Eça de Queiroz como um modelo da perfeição humana), o historiador Capistrano de Abreu (um dos pais da moderna historiografia brasileira), Getúlio Vargas (que dispensa qualquer explicação), entre outros.

As cartas são consideradas importantes objetos de estudos a partir do século XVIII, quando a relação entre o indivíduo moderno e seus documentos é considerada fonte relevante:

> *A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos.*
> *Considerando-se a existência de um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua prática, grosso modo, do século XVIII, quando indivíduos 'comuns' passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si. Um processo que é assinalado pelo surgimento, em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX, não por acaso o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno. (GOMES, 2004:10-11)*

Tal tipo de produção bibliográfica, tanto de natureza acadêmica quanto comercial, deve se manter em constante renovação, sendo que o interesse que desperta torna explícito um dos grandes encantamentos que a História exerce sobre as pessoas: um indivíduo pode não ter nenhum dom artístico, literário ou musical, mas está emaranhado em uma memória sua e da sociedade da qual faz parte, o que lhe permite o seu reconhecimento enquanto unidade e também parte de um todo, de modo a poder dizer "eu vivi", "eu vi" e "eu me lembro", e isso é possível de ser compartilhado. Isso que justifica o trabalho do historiador.

Para aprofundar o estudo da correspondência como fonte da escrita de si, Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib organizam um livro de estudos de cartas em que o ecletismo, a diversidade e a pluralidade de colaboradores auxiliam nas tentativas de explicação da indispensabilidade do estudo epistológrafo. Nomes como José Mindlin, Eliane Robert Moraes, Benedito Nunes, Laura Mello e Souza, Celso Lafer, Renato Mezan, Leila

Perrone-Moisés, Olgária Matos, José de Souza Martins, Walnice Nogueira Galvão e Décio de Almeida Prado analisam missivas envolvendo ora aspectos teóricos (como o texto de Mindlin e aquele em que Antônio Candido é objeto de análise), ora literários (Marquês de Sade, Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Proust e Joyce), ora filosóficos (Hannah Arendt, Walter Benjamin), ora psicológicos (Freud), ora sociológicos (Marx), ora historiográficos (vida nobre setecentista em Portugal).

A historiadora Ângela de Castro Gomes considera Walnice Nogueira Galvão a precursora do estudo de correspondência no país em razão da pesquisa, da concatenação e da explanação das cartas de Euclides da Cunha.[1] A iniciativa da crítica literária em seu livro plural, mas inclinado ao campo literário, inspirou estudiosos de outras áreas em se empenharem na tentativa de montar o quebra-cabeça das informações incompletas, conseqüência disso pode ser considerado o livro organizado por Ângela de Castro Gomes (2004), mencionado acima.

Recorremos às teorias e às metodologias utilizadas pelos estudiosos para analisar a correspondência ativa e passiva de Clóvis Bevilaqua. Sua correspondência encontra-se arquivada e acondicionada no Memorial do Judiciário Cearense do Tribunal de Justiça do Ceará que, depois de negociações com as herdeiras, adquiriu alguns de seus objetos pessoais, além de cartas, cartões e livros. Embora constem 352 cartas, sendo 156 expedidas e 196 recebidas, do inventário realizado por profissionais do Tribunal de Justiça quando do recebimento do material, consideramos que as três centenas e meia de cartas não reflitam efetivamente a expectativa das cartas realmente trocadas.

Como observamos, as cartas compreendem um período que vai de 1882 a 1948, atravessando situações e cenários diversos, momentos políticos decisivos, debates sociais expressivos, questões bélicas que não poderiam ser delongadas. O número reduzido de cartas pode representar uma seleção subjetiva no momento de sua venda, causando perdas no entendimento global e total de suas reais relações, não constando missivas trocadas entre pai e filhas, marido e esposa, jurista e seus parentes, deixando de tratar de pontos íntimos ou complexos das relações familiais.

A possibilidade de se perceber a fabricação da posteridade[2] - em que o autor ou dono da correspondência e dos escritos ordenou os acontecimentos considerados relevantes para ele e a partir dos quais se construiria sua imagem e delinear-se-ia sua vida – sofre prejuízos na medida em que interfere na noção da imagem que o próprio Clóvis Bevilaqua

[1] GOMES, Ângela de Castro (2004: 8-9).
[2] ABREU, Regina. A fabricação do imortal. Memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p.67.

tinha de si e aquela a partir da qual gostaria de ser lembrado. Em decorrência ou em complemento, o reduzido número de cartas permite avaliar o contexto da vida privada e pública a partir da correspondência e dos fatos ali narrados, sem adentrar questões mais delicadas.

Analisando correspondência, livros e biblioteca de Oliveira Vianna, Giselle Martins Venâncio teoriza sobre o discernimento entre o público e privado, teoria que pode ser aplicada à correspondência de Bevilaqua:

> *Nessa escrita fragmentária, deixou inscrito o seu caráter modelar de homem público e a grandeza de sua produção intelectual. Nenhuma linha mais explícita sobre sua vida pessoal. Nenhuma carta de amor, nenhum poema, esparsas referências à vida familiar. Os documentos explicitam, entre registros e lacunas, lembranças e esquecimentos, o dizível e o indizível, o memorável e o imemorial. Mostrava-se o homem público e o intelectual, ocultava-se a dimensão privada de sua vida. (VENANCIO, 2003:16-17)*

Para se ter um panorama das diversas possibilidades de análise de cartas, optamos por nos orientar pelo modelo proposto por Michel Trebitsch. De acordo com ele, as cartas poderiam ser dividas em três grupos. No primeiro estariam as cartas consideradas expressivas de suas relações de amizade e de prestígio político, tendo mais importância pela função que desempenham do que por seu conteúdo. Nelas se enquadraria a correspondência de temática social e política. O segundo grupo seria composto pela correspondência ordinária, em que o conteúdo é mais importante que a função, encontrando-se as cartas para aquisições de bens materiais e as cartas de assuntos cotidianos. Por fim, o terceiro grupo seria integrado pela correspondência-laboratório, na qual o escritor interagiria com seus leitores, desenvolvendo um trabalho tipicamente intelectual.

O círculo de amizade do jurista é grande, diversificado e eclético na medida em que as mais de 150 cartas enviadas por ele destinarem-se a amigos, juristas, políticos, autoridades judiciárias e diplomáticas, críticos literários, professores e escritores, destacando-se missivas de José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Epitácio Pessoa, Carlos Chagas, Wenceslau Brás, Joaquim Nabuco, Odylo Costa Filho, Plínio Barreto, diversas instituições acadêmicas e intelectuais, além de membros do Executivo, Legislativo e Judiciário em diferentes níveis.

As cartas recebidas por Bevilaqua, por sua vez, constam de remetentes como Franklin Távora, Silvio Romero, Araripe Junior, Barão de Loureiro, Ozório Duque Estrada, Epitácio Pessoa, Quintino Bocaiúva, Francisco Campos, e instituições e autoridades diversas.

Analisamos algumas missivas enviadas pelo crítico literário Silvio Romero que, assim como Bevilaqua, pertenceu à geração de 1870 da Escola do Recife. Abandonando os clichês formais, Romero mostra-se mais intimo de Bevilaqua do que outros amigos. Essa é uma primeira análise de fragmento da correspondência de 3 de março de 1904, em que Romero escreve a uma 'delicioso" camarada:

> *Campanha (Minas), 3 de março de 1904.*
> *Delicioso Clovis,*
> *Salve. Aqui me acho com saudades suas e dos seus. Já me chegaram, após 20 dias de demora, os meus caixões de livros.*

Esse mesmo Silvio Romero, conhecido pela inexorabilidade de suas opiniões e atos, comporta-se diferentemente com o amigo Clóvis Bevilaqua, a quem solicita um livro lançado pelo jurista, salienta explicitamente as qualidades intelectuais da obra e do escritor e, por fim, agradece os elogios do jurista aos artigos publicados pelo crítico na carta de 5 de julho de 1888:

> *Meu caro Clóvis,*
> *Recebi sua carta e seu artigo. Muito lhe agradeço uma coisa e outra. Aguardo seu livro não só para vel-o, porque deverá ser uma continuação dos Estudos de Direito e Economia Política, que são excellentes, como frisa vês a refundição dos diversos artigos seus sobre o meu livro.*

Romero qualifica de "excellentes" os estudos reunidos em livro pelo jurista ao mesmo tempo em que agradece a crítica – leia-se elogio – publicada sobre seus livros. A carta não indica qual, mas Romero escreve dois livros em 1888: História da Literatura Brasileira e Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil.

Como se depreende inicialmente, as relações de amizades eram o meio de transportar, alçar ou marginalizar livros e autores. Integrante do círculo de amizades do jurista, Silvio Romero legitima intelectual e criticamente a obra de Bevilaqua da mesma maneira que, exercendo a crítica literária, Bevilaqua elogia os trabalhos de Romero.

Clóvis Bevilaqua ajuda os amigos nas questões jurídicas, principalmente nos temas ligados ao direito privado e ao direito internacional, ramos em que se destacou. Assim é a carta enviada para o crítico literário José Veríssimo em 15 de junho de 1910, concedendo parecer sobre as situações jurídicas criadas pela anexação do Acre ao Brasil, discordando implicitamente do positivismo jurídico:

Presado e eminente amº Sr. José Veríssimo.
Saudações cordiaes.
Estou sempre as suas ordens. Pode, sem constrangimento, satisfaser ao pedido dos amigos que estão nos Estados, quando de mim depender qualquer cousa que lhes possa ser util.
O regimen de terras no território do Acre é umas das muitas obscuridades do nosso direito porque tudo se faz, entre nós, incompleta e imprevidentemente. Quando se organisou o território, deviam ter pensado na vida econômica da região, sob o ponto de vista do direito privado mas não fiseram. E dahi as duvidas.
Para ser quanto isto ainda é caótico, basta saber que dois espíritos lucidissimos, como Carlos de Carvalha e Araripe Junior têm opiniões diametralmente oppostas.
Para mim a situação jurídica das terras do Acre é a seguinte:
1º Ponho de lado, em parte, como inapplicavel ao caso, a lei de 18 de setembro de 1850, por que, affastando qualquer disputa sobre o (ininteligível)to do Brazil a essa região, ella estava sob a jurisdicção plena da Bolivia;
2º Os títulos expedidos por Plácido de Castro, recahindo sobre terras sem dono devem ser respeitadas, tendo os donos das terras, a que se referem esses títulos, o seu direito abrigado pelo tractado de Petrópolis;
3º As propriedades e posses effectivas, que não tenham por si esse títulos, mas possam invocar outras as que o direito reconhece devem igualmente ser respeitadas;
4º As terras devolutas, que, pelo tractado de Petrópolis, passaram para o domínio do Brazil pertencem ao território e, através dele a união que o (ilegível);
5º As posses estabelecidas depois desse tractado sobre terras devolutas não tem legitimidade, por que ja então estavam as terras sob o domínio da lei de 1850.
Tantas distinçoes me cessaras mas que deviam desapparecer, por um ato que tudo pudesse em ordem, tudo uniformisado. Não é?
Mas é assim que se me apresenta a situação jurídica das terras do Acre.
Aceite com a exma. Senhora, filhas e mais pesoas da família, os cordiaes cumprimentos da Amélia e das meninas.
Do compadre e amº.
Clovis Bevilaqua.
Rio.

O parecer jurídico ao crítico literário transcende a mera ação profissional, caracterizando-se pela solicitude de amigo e compadre prestando gentilezas ao outro. Essas familiaridade e intimidade podem ser percebidas pelas saudações do jurista à esposa, às filhas e aos demais familiares do remetente. Por meio de José Veríssimo, aqui travestido de amigo, não apenas de crítico literário, Bevilaqua dispõe-se a auxiliar os amigos dos Estados em busca de solucionar questões jurídicas herméticas.

Por fim, os resultados da pesquisa resultantes na dissertação do mestrado aparecerão conforme o aprofundamento do exame das cartas trocadas entre Bevilaqua e seus correspondentes, procurando compreender suas relações de sociabilidade, de legitimação e de influência no campo das idéias, pormenorizando seu itinerário ou trajetória intelectual, entre fins da Monarquia e as primeiras décadas da República.

Bibliografia

ABREU, Márcia. Cultura Letrada. São Paulo: Unesp, 2004.

ABREU, Regina. A fabricação do imortal. Memória, história e estratégia de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. Correspondência Cordial: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart. Fortaleza: Museu do Ceará,2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Antologia Poética. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 1999.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. Escrita Singular: Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.

DAUPHIN, Cecile. Pour une histoire de la correspondance familiale. Romantisme. Paris, nº 90, 1995, p.89-99.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). Prezado senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intellectuels: le cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). *Les Cahiers de l'IHTP*. Cahier n.20, mars, 1992.

VENANCIO, Giselle Martins.Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Para ler a leitura: Reflexões sobre anotações de Florestan Fernandes em um livro de Franz Boas. *Revista Anthropológicas*. Recife, volume 16(2), 2005, p. 67-98.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma História da educação das crianças no Brasil: questões de ontem e hoje

Nucia Alexandra Silva de Oliveira*

Resumo: Este trabalho discute algumas questões referentes à História da educação no Brasil priorizando a educação destinada às crianças. Sabe-se que a educação é questão central nos dias de hoje e muitos são os que apontam como saída para os tantos problemas sociais enfrentados/vivenciados especialmente pelas crianças e adolescentes. Mas o que tem sido feito... é suficiente? Os números relativos à escola, oficiais ou não, mostram realidades de privilégios e exclusões, constituindo assim a educação como algo a ser resolvido. Este texto apontará: alguns dos problemas enfrentados pela educação das crianças no Brasil, algumas das políticas públicas estabelecidas nos últimos anos e também a visão das crianças a respeito da escola e da educação que recebem.
Palavras-chave: História – educação- crianças

Abstract: This article discusses some issues concerning the history of education in Brazil prioritizing the education destined to children. It's a fact that education is a central subject nowadays and many people point it as the exit for the social problems faced especially by children and teenagers. But what have been done… is it enough? Numbers related to school, official or not, show realities of privileges and exclusions, constituting education as something to be solved. This text will point out: some of the problems faced by children's education in Brazil, some of the public politics established in the last years and also the children's view concerning school and education they receive.
Keywords: History – education – children.

Pensar sobre educação é ter a oportunidade de refletir sobre muitas questões, afinal este tema é extremamente presente em nossas vidas sendo um "problema" que nos acompanha do início da infância ao longo de toda a vida adulta. Quem nunca ouviu na infância os pais disserem que se não estudasse não seria "alguém na vida"? E quem, por uma razão ou outra, não acabou reproduziu a mesma frase para os próprios filhos e/ou alunos? Sim... entendemos – porque fomos construídos sob tal discurso – que a educação nos abre portas e que sem ela poucas chances teríamos na sociedade.

Poderíamos buscar muitas razões para este fato, sobretudo se considerarmos que a boa educação há muito tem sido associada à idéia de trabalho, sucesso, etc. O fato de que quem não estuda não tem um bom (e entenda-se bem pago) emprego é uma verdade que foi construída entre nós e que tem sido utilizada como estratégia de convencimento para que muitos se dediquem a busca de diplomas.

* Doutora em História. Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, poderíamos perguntar: a educação serve "apenas" ao mercado de trabalho? Formar bons profissionais é a principal função das escolas? Por que trazer a educação para o lado do trabalho (e vice versa)? Certamente que entendemos que a educação é muito mais do que um instrumento de formação para profissionais competentes e que a escola é muito mais um local de socialização do que profissionalizante. Mas como não nos reportarmos a tais indagações, afinal muitos dos problemas relativos a educação e a escola de hoje dizem respeito ao pensar não só a suas práticas, mas especialmente a sua função. E que função seria esta? O que estamos fazendo nas (e das) escolas? Formamos um cidadão crítico? Auxiliamos no processo de "profissionalização de jovens"? Ensinamos para a vida"? Ou trabalhamos para que essas crianças e jovens passem de ano, conseguindo um dito bom resultado?

Este texto foi construído justamente no processo de pensar a função da escola e nas maneiras como a educação tem sido pensada em nosso país. Como professora[1] de uma escola de ensino fundamental na cidade de Florianópolis, tenho experimentado a conflituosa tarefa de pensar sobre estas questões tão difíceis. Questiono-me especialmente sobre o que pretendemos e sobre o que pretendem de nós. Explico: minha questão se coloca diante do abandono que pode tão facilmente ser percebido na realidade escolar, onde se busca cada vez mais os números e onde as pessoas são, na mesma proporção de rapidez, esquecidas. Toda vez que o governo divulga os dados de suas pesquisas e projeções, mais este problema se coloca. Nossas escolas vivem de números que apontam problemas há muito conhecidos e, que na maioria das vezes empurram para o futuro a solução. Outra realidade igualmente conhecida... Um exemplo disto pode ser observado no recente lançado Plano Nacional de Educação quando se divulgou a pretensão brasileira de alcançar a vitória de uma nota 6 como média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que hoje é 4[2]. Projeta-se que o tal plano, nos anos que estão a nossa frente, consiga resolver problemas que se arrastam há anos como a evasão, a repetência, etc. Mas repito são soluções já usadas no melhor estilo "reforma" que pouco ou nada muda na realidade escolar. Mudam-se as "cores" da escola, mas esta permanece num mesmo lugar...

Como entender esta situação que sabemos é de abandono e como entender como chegamos até aqui? Penso sinceramente que é preciso fazer uma análise da história de nossa educação visto que, através da análise histórica, é possível identificar as diferentes maneiras

[1] Trabalho com professora de História com crianças e adolescentes de 11 a 16 anos em uma escola Municipal de Florianópolis que atende a uma população considerada extremamente carente. A referida escola está localizada numa área também considerada carente e atualmente enfrenta entre outros desafios, o de lidar com a violência entre alunos.

[2] Sobre o Plano Nacional de Educação ver: http://portal.mec.gov.br

pelas quais a educação e a escola têm sido pensadas no Brasil. Novamente aqui é a experiência de estar em sala de aula que me trouxe a esta observação.

Nos últimos três anos[3] tenho trabalhado também com a disciplina de História da Educação e esta possibilidade junto da experiência de fazer parte de uma escola e de todos os problemas que nela existem, tem me lançado especialmente ao questionamento das políticas estabelecidas no Brasil para o hoje chamado ensino fundamental. Bem como, tenho pensado muito sobre a necessidade de se fazer conhecer as muitas histórias da educação. A propósito, o campo é amplo e muitos já se deram conta disto promovendo pesquisas e debates a respeito da história da educação no Brasil. Este texto é, portanto uma forma de participar deste debate trazendo a discussão dois pontos: inicialmente no tópico "Educação de ontem: questões de ontem" é feita uma breve análise de alguns momentos da história da educação no Brasil; em seguida, no tópico "A educação e as crianças: questões de hoje", são colocadas a público algumas falas daqueles que estão diretamente relacionados ao processo de escolarização: as crianças e adolescentes. Vale destacar que este trabalho não pretende apresentar respostas, tão pouco conclusões a respeito deste assunto tão complexo, sobretudo porque esta é uma pesquisa que se encontra muito no seu início. Na verdade, é importante salientar, este texto é um primeiro apontamento que convida a reflexão e a outras pesquisas.

Educação das crianças: questões de ontem

Observar a educação no Brasil, como sabemos, é encontrar muitos problemas. E isto é quase uma unanimidade entre educadores e aqueles que, de alguma forma, estão inseridos no espaço escolar. Entre os tantos problemas enfrentados pela educação um deles é aquele que diz respeito aos resultados obtidos pela escola. Com base nos dados publicados recentemente pela Revista Nova Escola, por exemplo, sabemos que de 100 alunos que entram na 1ª série apenas 11 ingressam no ensino superior. E mais, temos 1,5 milhão de crianças (de 7 a 14 anos) fora das escolas, sendo que as que lá estão não nos apresentam números mais animadores. A referida revista traz os dados da Prova Brasil que informam que 60% dos alunos da 8ª série não sabem interpretar um texto dissertativo, nem realizar contas de porcentagem, isso para citar apenas dados das disciplinas básicas do currículo[4]. Como isto é possível se estas crianças ficaram 8, 9 ou até 10 anos no ensino fundamental?

[3] Trabalhei na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos anos de 2005 e 2006 e agora leciono a mesma disciplina na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em ambas, a disciplina consta do programa do curso de Pedagogia. Na Udesc, existe a disciplina História da Educação no Brasil, para o curso de História.

[4] http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0196/aberto/mt_169932.html. Acesso em 13 de abril de 2007.

Não vamos entrar na discussão das causas desta realidade, nem na "qualidade" do ensino na rede pública e privada, visto a abrangência do assunto. Ficaremos "apenas" com uma parte deste grande problema que é o fato de que a realidade mais triste está presente na escola pública, aquela pensada e financiada pelo Estado. Infelizmente parece que enquanto uma escola – a particular - visa a eficiência de levar seus alunos aos bancos universitários, a outra, ou seja, a escola pública serve apenas como lugar de abrigo para as crianças passarem seu tempo ou pior, para a criação de estatísticas que servem para a edificação de planos, projetos e/ou financiamentos para o Estado via bancos mundiais e outras instituições que colaboram com paises em desenvolvimento. Afinal não são poucas as vezes que assistimos a busca de financiamentos internacionais para as reformas acontecerem na rede escolar brasileira.

A negligência desta infeliz realidade não tem sido processada de hoje, pelo contrário, a questão tem estado presente em nossa história há muito tempo. Não é absurdo dizer que a educação e a escola têm sido pensadas pelos diferentes governos que se colocaram no Brasil de modos poucos proveitosos para o bem social: ora a educação serve para expressar e manter suas ideologias, ora para demonstrar uma potencial eficiência brasileira em termos de ordem e progresso (ideal que nos persegue e que não tem gerado benefícios a população em geral!), mas raras são as vezes em que ela foi entendida e projetada para de fato levar experiências de autonomia para a população.

Poderíamos pensar na situação de nossa primeira educação oficial, aquela recebida quando os jesuítas[5] aqui aportaram. O que se percebe se não um educação colonizadora, elitizada e com o propósito mínimo de trazer as "ciências da humanidade" a uns poucos e únicos considerados capazes de conhecer o real sentido da civilização. Também poderíamos citar como exemplo de educação dualizada aquela construída no período imperial[6] quando novamente a elitização construiu realidades bem distintas para "nobres" e "pobres". Enquanto uma pequena minoria freqüentava escolas secundárias e nossas primeiras escolas de ensino

[5] Os jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com o governador geral Tomé de Souza e traiam como missão "ensinar a doutrina" e "formar escolas de ler e escrever". Para tanto fundaram inicialmente várias escolas de "ler e escrever" e depois colégios onde a educação secundária poderia ser recebida pelos filhos dos colonos, sobretudo aqueles com posses. Os laços entre a ordem e o Estado se mantiveram até a ascensão do Marques de Pombal ao cargo de 1º. Ministro de Portugal que expulsou os jesuítas. Sobre a educação jesuítica existe uma longa lista de livros, artigos, teses etc.

[6] Após a chegada da família real ao Brasil várias providências foram tomadas no sentido de constituir a cultura e a educação da nova corte, entre as providencias tomadas estão a criação da imprensa e da biblioteca nacional, a fundação da academia militar e de escolas para formar médicos etc. Evidentemente quem teria acesso a tais lugares seriam os membros da elite, para quem também seria criado o primeiro colégio secundário público do Brasil, o Pedro II. Ver: VECHIA, Aricle. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPANHOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e Memórias da educação no Brasil. Vol. 2. Petropolis: Vozes, 2004.

superior, a grande maioria freqüentava escolas improvisadas[7], com pouco ou nenhum recurso e que tinham como objetivo oferecer apenas as chamadas primeiras letras. A situação não muda muito quando chegamos a história republicana e encontramos um Brasil que sob o ideário positivista da "ordem e progresso" pensava a necessidade de construir junto com a República, uma escola igualmente adequada aos novos tempos.

Seja na Colônia, no Império ou na República, uma coincidência: o fato da educação ser apontada e usada como ferramenta importante para levar à população os propósitos do Estado. Na Colônia, para levar avante o processo de colonização tivemos a proveitosa aliança entre Igreja e Estado, sendo a primeira a via de ação de um projeto que a interessava, mas que também era oportuno ao Estado. No período Imperial, já tendo em suas mãos um controle mais direto da educação[8], o Estado também pensou uma escola que lhe fosse válida, por isso justamente a criação de escolas de elites, para a formação no próprio solo brasileiro de seus doutores. E, no início da República um mesmo processo de pensar como a escola poderia se adequar aos projetos de modernização política e especialmente aquele de construção da própria idéia de República. A educação a serviço do Estado (e não o contrário como gostaríamos) foi, portanto a grande relação estabelecida em nosso país. Um procedimento que em termos de estabelecimento de bons resultados não alcançou evidentemente a todos - aliás penso que não foi favorável a ninguém.

De qualquer modo é importante salientar os prejuízos que couberam especialmente àqueles a quem o Estado via escola deveria atender. Entendo que os maiores prejudicados tenham sido as crianças e os adolescentes que deveriam ter encontrado nos bancos escolares espaço para o exercício de suas potencialidades, mas que neles encontraram lugares de normatização de suas condutas e por que não dizer de adestramento. Novamente olhando para os três momentos aqui citados: Colônia, Império e início da República – podemos encontrar exemplos de como a escola e a educação, via Estado, foram trabalhadas como formas de constituir nas crianças modelos de sujeitos adequados. Para não nos estendermos muito

[7] O termo escola de improviso encontra-se no texto de Luciano Faria Filho que estudando os espaços destinados a escolarização das crianças no Brasil entre os séculos XVI XVIII percebe o muito de improvisação que existia nos prédios destinados às escolas. As aulas aconteciam, segundo ele, nas igrejas, nas casas dos professores ou em casas alugadas. A não preocupação em construir prédios para as escolas nos aponta a pouca atuação do poder publico em resolver uma situação que já se sabia era alarmante: o grande número de analfabetos no Brasil. FARIA FILHO, Luciano. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Revista Brasileira de Educação, mai-ago, número 14. São Paulo, Brasil. Pp. 19-34.

[8] Com a expulsão dos jesuítas o Estado português assumiu tanto na metrópole quanto nas colônias o monopólio da educação. No Brasil as chamadas aulas-régias e todo processo educacional ficaram a cargo do governo que decidia o que seria ensinado, como seria a escolha dos professores e qual seria o seu pagamento, entre outras questões. CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In:STEPANHOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e Memórias da educação no Brasil. Vol. 2. Petropolis: Vozes, 2004.

vamos observar apenas como nos primeiros anos da República tiveram espaço discussões sobre uma escola pensada como lugar de estabelecer uma cidadania eficaz.

Sabemos que durante o processo de consolidação da República várias estratégias de poder foram utilizadas no sentido de civilizar o país e seus cidadãos[9]. Neste sentido as condutas e os lugares julgados inapropriados ao ideal civilizatório republicano foram alvos não apenas de controle, mas também de eliminação[10] quando necessário.

No que diz respeito a intervenção do poder público em relação aos menores podemos encontrar dois pontos de atuação. De um lado, aquele da vigilância dos menores no espaço das ruas, e de outro a atuação da observação no espaço escolar. Um exemplo da postura do poder público em relação aos menores considerados "viciosos" é que estes eram recolhidos e enviados para internação em colônias de correção. O código Penal de 1890, aliás, estipulava a idade de 9 anos como limite de responsabilidade penal e portanto os menores acima desta idade eram enviados para correção de seus desvios[11]. Ou seja, o tratamento dispensado pela República a seus pequenos cidadãos foi de uma repressão feroz.

Aliás, é bom lembrar que tal repressão em termos de justiça foi acompanhada em discurso pela medicina que estimulava como oportuna o efetivo controle desta população para a solução de problemas como a pobreza, a mendicância, a vadiagem, a criminalidade, etc. No dizer destes médicos era preciso curar a degeneração moral que assolavam muitas das famílias pobres e, principalmente era necessário cuidar das crianças que perambulavam pelas ruas e mesmo retirá-las de suas famílias para recuperá-las. A moralização das crianças tornou-se assim função do Estado, o que aconteceu via aprisionamento em instituições corretoras e via escola. Em resumo, se por um lado, como vimos, tratava-se de retirar de circulação os menores viciosos, por outro, na escola pública buscava-se trabalhar um outro público que poderia ser descrito talvez como "menos perigoso".

Observando a história dos espaços escolares no referido período, encontramos novamente algumas reformas e estas foram pensadas no sentido de adequar e tornar as escolas ais eficientes e condizentes com o propósito de civilizar as crianças[12]. E o que foi feito?

---

[9] Ver sobre este assunto entre outros: CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. SCHALOUB, Sidney, Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986. Rago, Margareth. Do Cabaré ao lar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

[10] Veja-se o exemplo da política do "bota-baixo" estabelecida por Pereira Passos na capital federal que retirava do caminho da civilização os casebres populares e ditos sem higiene.

[11] ABREU, MARTHA. & MARTINEZ, ALESSANDRA FROTA. Olhares sobre a Criança no Brasil: Perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene (org.) Olhares sobre a Criança no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997. p. 26.

[12] NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade Pedagógica. In: LOPES, Eliane. FARIA FILHO, Luciano. VEIGA, Cynthia. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Inicialmente foram construídos mais prédios para abrigar os alunos (antes eles eram atendidos em lugares de improviso). Estes prédios, a propósito foram projetados igualmente sob os propósitos de serem espaços higiênicos e onde a saúde mental e física dos alunos fosse alcançada. Em seguida, tratou-se de descobrir o método mais eficaz para alcançar este objetivo e, temos que especialmente entre os anos 20 e 30 surgiram os discursos que aliaram de vez a educação com o trabalho. O universo escolar tornou-se o lugar de se aprender a civilidade, de aprender civismo e também, para a camada popular aprender uma profissão.

Não há espaço aqui para detalhar as idas e vindas deste processo, nem de especificar as tantas diferenças existentes, por exemplo, entre os anos 20 e o Estado Novo. De forma geral o que gostaria de apontar aqui é este fato da escola ter sido pensada para projeção dos ideais moralizantes do Estado, pois tal realidade constituiu uma passagem que por muito tempo se fez presente entre nós. Se formos ver na ditadura militar a educação também foi pensada sobre estes pontos e também neste tempo as "intenções" do Estado é que fizeram a educação.

Enfim, as questões de ontem mostram que no Brasil a educação foi pensada para resolver os problemas e projetos do Estado e a escola pensada então foi encaminhada para constituir não apenas bons alunos, mas também bons cidadãos. Entendendo evidentemente que o bom cidadão era aquele que conhecia e obedecia as leis do Estado e que pretendia contribuir com este.

A educação e os jovens: questões de hoje...

Alguns números que apontam os problemas enfrentados pelo educação já foram citados aqui e eles assustam... Mas existem outros fatos que igualmente torturam aqueles que trabalham com educação: trata-se da constatação de muitos alunos e alunas (muitos mesmo) também percebem problemas na escola e sabem que são afetados por eles. E digo isto não apenas por observação, mas também baseada no que posso ler em depoimentos de alguns de meus alunos de 6ª. 7ª e 8ª. Pensando sobre a educação, pedi a eles que também pensassem e escrevessem textos respondendo, entre outras questões: o que mais te faz bem e o que te faz mal na escola? O que você espera da escola? O que é estudar? O que a escola pode te oferecer? Enfim minha intenção era registrar suas impressões sobre a escola. Não descobri problemas novos, mas através de suas falas fiquei sabendo mais coisas sobre estes problemas tão íntimos.

Um dos pontos mais relatados e, isto se deve a realidade mais específica da escola em questão, é que a violência é algo que os assusta, intimida e muitas vezes os fazem abandonar a escola. F. de 11 anos, aluna da 6ª. Série escreveu que "na escola o melhor é o estudo, mas tem vezes que tem brigas e que os bagunceiros querem mandar nos mais fracos". C. aluna da 6ª série e com 13 anos também falou da violência: "o pior é quando acontecem brigas, um ameaçando o outro". M. de 12 anos, outro aluno da 6ª série escreveu: "não me sinto bem com os valentões". Os relatos se repetem, pois esta uma realidade experimentada por muitos deles...

Outra informação que se repete nos textos é que as crianças entendem a escola como lugar de "ter estudos que ajudam no futuro", como escreve a J. de 13 anos. Aprender para não ser "só um empregado" é uma visão da mesma aluna. M. de 12 e aluna da 7ª série diz que "sem escola não tem emprego". Ou seja, como foi dito no começo deste texto, também entre essas crianças e adolescentes repercute a fala de que é preciso estudar para ser alguém na vida.

Vale registrar outras impressões... elas gostam da escola porque lá é lugar de encontrar os amigos, porque podem freqüentar cursos de dança, futebol, etc, porque podem usar a sala de informática e fazer coisas diferentes. Enfim podem experimentar coisas que muitas vezes a família não pode pagar. E claro muitas (mesmo) gostam de aprender, apesar de terem escrito que não gostam de ler!

Observar mesmo rapidamente estas falas nos coloca diante das principais questões da educação de hoje: como lidar e equilibrar esta relação onde as crianças querem estar na escola, mas onde são tantos os entraves? Como atender as suas expectativas de futuro? Como tirar da escola a violência que tanto incomoda se ela é uma epidemia em nossa sociedade? E especialmente como romper com a realidade de que a escola não oferece as crianças o que elas precisam, mas sim o que achamos que é importante?

Como foi dito antes, este texto não intenção de responder questões, mas sim de fazê-las... E isto também pelo simples fato de que o que está sendo colocado aqui é também uma indignação. Mais do que pensar ou pesquisar a escola e a educação gostaria de propor que olhássemos para ambas buscando mudanças. Penso que a reflexão serve a este propósito que é mais do que imediato. Afinal que escola estamos construindo?

Referências bibliográficas

DUSSEL, Inés. CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula**: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

LOPES, Eliane. FARIA FILHO, Luciano. VEIGA, Cynthia. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIZZINI, Irene (org.) **Olhares sobre a Criança no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás: Ministério da Cultura: USU ED. Universitária: Amais, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petropolis: Vozes, 2006.

STEPANHOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Vol. 1, 2 e 3. Petropolis: Vozes, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Artista-Pesquisador: a construção de uma historiografia crítica

Marcos Rizolli*

Resumo: A Universidade Contemporânea tem estabelecido cada vez mais espaço para os domínios da criatividade e da expressão humana. Este estudo busca identificar e registrar os percursos e carreiras de artistas-pesquisadores de uma universidade brasileira - devidamente envolvidos com ações de ensino, pesquisa e extensão. Compreender os processos criativos, as dimensões expressivas, os domínios materiais e técnicos e conseqüentes inovações, voltando-se para a constituição de uma identidade coletiva - necessariamente contemporânea - no esforço de definição da figura do Artista-Pesquisador. A presença interventora do artista na formação universitária parece oferecer novos formatos relacionais...em registros que sugerem, além das imagens autorais, a construção de uma historiografia crítica.
Palavras-chave: Arte – Pesquisa – Registro

Abstract: The Contemporary University does have established further and further air for the arenas from the creativity and from the human expression. This review he picks detect and register the paths and careers as of artists - researchers from a Brazilian University - ably involved along actions of teaching, research and extension. To understand the processes innovators, the dimensions expressive, the domains equipments and technicians and consequences innovations, returning for the constitution from an identity collective - necessarily contemporary - at the strain as of definition from the figure from the Artist - researchers. The interventional presence from the artist at the formation academic it looks offer new relational formats…In the registers than it is to suggests, aside from of the personal images, the construction from a historiography criticism.
Keywords: Art – Research - Register

Desempenhando desde 1983 a atividade independente de Crítico de Arte e mais recentemente ensinando e pesquisando em pós-graduação surgiu um diálogo produtivo com artistas responsáveis pela formação criativa das novas gerações. Através de ações curatoriais, foram organizadas exposições coletivas com o propósito de compreender o espaço da arte na universidade contemporânea e criar um dispositivo de fixação de um estado de arte – revelador da busca de forma, em contexto de pesquisa.

Identifico, assim, a figura do artista-pesquisador – aquele que considera a atividade artística como recurso privilegiado de produção de linguagem. Em posse de elenco de nomes e conjunto de objetos artísticos tem sido possível inventariar os movimentos individuais e coletivos da produção cultural, acentuando-se os investimentos na memória

* Doutor em Comunicação e Semiótica: Artes, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

visual da Instituição de Ensino Superior em que atuo – a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O primeiro movimento curatorial deu-se em 2003, durante a etapa de organização das atividades do IV Encontro de Iniciação Científica e da VII Mostra de Pós-graduação – então, eventos anuais promovidos pela Coordenadoria de Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie – em que propus a realização de uma exposição de arte, com a pretensão de inscrever ações artísticas como atividade de pesquisa. Não só a proposta de exposição foi acolhida pela organização dos eventos como ganhou destaque como ente de abertura das atividades. Assim, em 27 de agosto de 2003 foi aberta à comunidade universitária e ao público em geral a exposição *ARTE NA UNIVERSIDADE. A Pesquisa de Forma.* E, conforme consta no Programa dos eventos, foi produzido o seguinte texto:

A Exposição Coletiva *ARTE NA UNIVERSIDADE. A Pesquisa de Forma*, pretende apresentar um significativo panorama das ações artísticas que são cotidianamente desenvolvidas nos diferentes ambientes acadêmicos da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O evento conta com a participação de Professores-Artistas que – sujeitos vocacionados ao dinâmico universo das artes, atuantes nos campos criativos da docência universitária e agindo em favor da formação crítico-criativa das novas gerações profissionais – indicam seus mais próximos Estudantes-Artistas: para configurar com artisticidade o relacionamento docente-discente que se estabelece nas Aulas de Graduação, nas Orientações de TGI e nos métodos de Pesquisa da Pós-graduação.

Tudo, para dar visibilidade à permanente *pesquisa de forma*: que encontra a sua mais formidável materialidade no processo de ensino-aprendizagem. Quer seja na dimensão das artes, do design, da publicidade, da arquitetura ou da arte-educação – será na relação professor-aluno que dar-se-á a necessária descoberta de formas inovadoras: forma de beleza, de funcionalidade, de usabilidade...formas reveladoras de competências universitárias que, instrucionalmente se inspiram no conhecimento compartilhado.

Um conhecimento sensível – ético, técnico – que se promove exatamente para aprimorar as relações interpessoais na busca incessante da expressividade humana que acelera o imaginário da existência contemporânea. Exposta, aqui, sob a forma de objetos artísticos.

Participantes:

Professores-Artistas / Estudantes-Artistas

Caciporé Torres / Lula Gouveia; Djalma Barros Gonçalves / Fabiana Sayuri; Eduardo Ortega / Mariana Duarte Raphael; Eliana Zaroni / Sauê Ferlauto; Ivanir Cozeniosque / Thatiana Vaitkevicius Maran; Julio Minervino / Éber Evangelista; Kenji Ota / Sidney

Perigo; Leila Reinert / Juliana Bertolini; Luise Weiss / Dirceu Brambilla Jr.; Marcio Périgo / Willian Comin e Silva; Marcos Rizolli / Edison Elídio; Norberto Stori / Marilú F. Queiroz; Regina Lara / Ivo Pons; Rita Zurita / David Lemos de Moura, Diogo Matsui, Marcelo Vogt Maia Rosa; Roberto Righi / Augusto Mario Boccara; Wilton Azevedo / Carlos Pompeu.

O ânimo estabelecido pela exposição determinou um vínculo colaborativo que desencadeou um processo de contínua atividade curatorial. Quase dois anos mais tarde, no período compreendido entre os dias 19 e 29 de janeiro de 2005, levávamos para o Istituto Brasile-Italia – IBRIT, em Milão um novo projeto expositivo. Com a mostra L'Arte nell'Università: Docenti-Artisti dell'Univeristà Presbiteriana Mackenzie in Brasile pudemos explicitar nossa pesquisa de diferentes formas: na curadoria da exposição, no texto de apresentação do catálogo da mostra e na realização da conferência *La presenza dell'Artista nell'Università Brasiliana. L'esempio dell'Università Presbiteriana Mackenzie*. Em síntese:

La mostra colletiva *L'Arte nell'Università: Docenti Artisti dell'Università Presbiteriana Mackenzie in Brasile* vuole offrire un significativo panorama delle opere artistiche che quotidianamente sono realizzate nei vari ambienti dell'Università Presbiteriana Mackenzie. Partecipano i docenti-artisti della Facoltà di Comunicazione e Arte e del corso Pos-laurea in Educazione, Arte e Storia della Cultura – persone com una vocazione verso il dinamico universo dell'arte – che conducono ricerche linguistiche e producono avanzate forme espressive, sia tecniche che concettuali. Da artisti promuovono, nell'ambito dell'insegnamento universitario, la formazione critico-creativa delle nuove generazioni. Da professionisti portano la conoscenza sensibile – per perfazionare le relazioni interpersonali, nell'incessante ricerca dell'espressività umana. L'arte e l'artista in Università: una realtà accademica che stimola l'immaginario dell'esistenza contemporanea. Essa stessa è Qui esposta sottoforma di oggetti d`arte.

Sobre os Professores-Artistas participantes, na ambição de instaurar um viés crítico ao evento, pudemos escrever:

CHRISTIANNE ALVARENGA – A infoimagem recebe informações sígnicas díspares e sobrepostas. A fotografia e a computação gráfica agem em favor da configuração de uma cena urbana em que o ponto de vista é um interior...das frestas de uma vidraça projeta-se uma sucessão de paisagens fragmentadas, textos ilegíveis e formas-cores inomináveis. Uma cena contemporânea!

DJALMA BARROS GONÇALVES – Duas materialidades: a argila cerâmica e o metal. A argila, modelada em volume disciplinado, quase circular, reconhece a superfície ondulante...a fêmea? O metal, longilíneo, com dobras quase quebradas, é o ente espacial e

perfurante - interventor...o macho? Sabe-se que existe, ao menos, um instigante enfrentamento de densidades materiais e de determinações formais.

ELIANA ZARONI – O verde, em suas sub-tonalidades. O verde, em suas supra-tonalidades! A padronizada (horizontal, vertical) ação gestual e a consciente (mais, menos...muito, pouco) dosagem de pigmentos apresentam a mais surpreendente ilusão do suporte – o papel. Os lavados de cor acentuam a contemporaneidade da aquarela, abstraem o valores cromáticos e, ainda, revelam um universo eminentemente formal: as paisagens da linguagem.

FANNY FEIGENSON – O universo feminino é a constante das pesquisas visuais desenvolvidas por Fanny. O olhar crítico, autoralmente determinado, expõe continuamente a condição da mulher nas sociedades contemporâneas. O feminino em suas dimensões contundentes...simbólicas: elogiosas/ofensivas. O feminino em oposição às hierarquias da tradição, da religiosidade, do misticismo. A mulher configurada em matérias emblemáticas, sensual e sensivelmente urdidas.

IVO PONS – O índigo, material de escolha recente encontra, em Pons, um campo projetivo ímpar. A calça jeans (vestida, usada) compreende uma narrativa formal que se estende para o universo emotivo. A alteração da função determina uma determinação poética, exclusivamente artística, que retém o contexto afetivo, vivido no momento da criação. A forma maleável resultante carrega o sentimento de renovação, das ações cíclicas do amor e do sexo...que restam como retalhos arteriais.

LEILA REINERT – A fotografia satura o cotidiano. Os detalhes ambientais de uma casa sugerem um habitante...Os detalhes dramáticos de um cenário sugerem um protagonista – que nunca nos é dado perceber. A realidade é transfigurada em cenas – que, por impressionante cromatismo, anestesiam a nossa percepção e suspendem o nosso olhar. Lar ou palco...somos intrusos ou espectadores? A fotografia reafirma o vínculo com a realidade...as imagens que resultam do processo fotográfico alterado projetam-se em ficção.

MÁRCIO PÉRIGO – O fazer litográfico revela o interesse pelo retratismo contemporâneo...sem o referente, o modelo lá fora do quadro, o artista inventa fisionomias, personagens, personalidades...sentimentos emotivos. As sutilezas presentes no retrato imaginário estabelece uma alma de linguagem – que sopra uma vida intencionalmente criada pelo artista, em seus teores de mistério, beleza e imaginação.

MARCO FORRESTER – O casario é mostrado a partir de formas simples, de contornos simplificados. A composição do quadro é definida a partir de estruturas padronizadas, de identidades modulares. A pintura, contudo, apresenta-se em difusão, com

sobreposição de manchas e cores, em que são originadas sutis faturas pictóricas. O diálogo entre a estrutura e o efeito parece ser, em Forrester, o nexo primordial da pintura – numa incessante articulação de forma e espaço.

MÁRIO FIORE – Em branco e preto, o claro-escuro, a forma e o espaço, o denso e o atmosférico...litografia! A estrutura espacial é orquestrada por um geometrismo espontâneo em que densidades lineares (horizontais e verticais) reconhecem interferências transversais...a atmosfera percebe interferências de outra ordem: pequenas inclusões de formas volumétricas. Assim, a estrutura admite uma incorporação sígnica, em sublimes diálogos formais.

NARA MARTINS – Existe um projeto poético que faz convergir, em estruturações infográficas, uma suposta arquitetura formal (bidimensional) com uma pretensa imagética arquitetônica (tridimensional). A formalização espacial se dá por geometrismo e cromatismo. A temática arquitetônica se dá pelo emprego de pormenores – relevos, ornamentos. A poética proposta faz coincidir, em linearismo, o real e o projetado, o desenho e o realizado.

NORBERTO STORI – As paisagens noturnas que Stori vem aquarelando nos últimos tempos têm sido o que de mais sublime se percebe no cenário artístico brasileiro. O artista domina a técnica dos lavados de cor – para exercer um cromatismo irrepreensível...para expor flagrantes de luz que parecem fazer a mediação entre uma atenta observação da natureza e uma incontestável vocação para a criação de uma beleza contemporânea.

REGINA LARA – Os estudos de detalhes anatômicos têm sido o ânimo criativo que percorre um denso fazer. O desenho do modelo vivo, as tomadas de proporção, as aplicações de claro e escuro...a apropriação do modelo, a transferência do desenho para o vidro, os estudos de transparência...a queima...os projetos de montagem, os jogos de espelhamento, as trocas superficiais...o quadro...a caixa. Tudo se enquadra em sutil harmonia: o grafite, a tinta...o corpo, entre o desenho e o vidro!

WILSON ROBERTO DA SILVA – A paisagem urbana, descrita com as sutilezas do branco e preto...extraídas de uma diversificada ação calcográfica. O artista faz uso dos mais destacados meios da gravura em metal (ponta seca, água tinta, água forte) para alcançar os mais preciosos efeitos visuais. Alie-se a excêntrica organização compositiva...perspectiva, repetição, sobreposição. Há a inexorabilidade da geometria e da organicidade na cidade.

WILTON AZEVEDO – A produção hipermidiática de Azevedo vem percorrendo os principais espaços poéticos do mundo. O artista-poeta empresta o seu sólido conhecimento em linguagem, arte e poesia para a definição de imagens-e-textos – regidos por uma tessitura

sígnica ímpar. Não se sabe se estamos diante de uma poesia ou diante de uma forma plástica – respeitados os estatutos da língua e da visualidade. Sabemos, contudo, estar diante do novo, dos inventos que perscrutam...das idéias que movimentam o homem em sua existência imaterial.

A realização da exposição coletiva de Professores-Artistas da Universidade Presbiteriana Mackenzie em Milão – Itália despertou a possibilidade de organizar eventos itinerantes por diversos organismos – universitários e culturais – em diversas partes do mundo.

Então, recentemente – nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2006, um novo elenco de artistas e um atualizado conjunto de objetos artísticos ocuparam o espaço expositivo do Dpto. De Información y Documentación (Campus Espinardo) da Universidad de Murcia – Espanha. A exposição coletiva Professores-Artistas. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – Brasil contou com a participação de 12 artistas-pesquisadores, a saber: Ariane Cole, Djalma Barros Gonçalves, Eliana Zaroni, Fanny Feigenson, Julio Minervino, Leila Reinert, Luise Weiss, Márcio Périgo, Mário Fiore, Nara Martins, Norberto Stori, Regina Lara.

A Exposição, ente integrante das atividades do II Seminário Internacional Cultura das Imagens / Imagens da Cultura – que envolve pesquisas e pesquisadores, representantes das Universidade Aberta / Portugal, Universidad de Murcia / Espanha, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie / Brasil – mereceu atenção do Comitê Organizador, através das palavras do Prof. Pedro Hellín:

Dentro de las actividades programadas para el II Encuentro Internacional Imágenes de la Cultura / Cultura de las Imágenes, la Faculdad de Comunicación y Documentación de la Universidad de Murcia tiene el placer de albergar esta muestra de arte brasileño actual.

La exposición de los Professores-Artistas de la Universidad Presbiteriana Mackenzie de Sao Paulo, en Brasil, está auspiciada por el Dr. Marcos Rizolli y compuesta por una muestra de los trabajos de 12 artistas, que abarcan desde los diseños y las fotografias, hasta los textiles, passando por los grabados, la acuarela, la cerámica y el vidrio.

Todos estos artistas de relevante proyección en el panorama brasileño, están reconocidos por el mercado y la crítica del arte y son, a la vez, docentes en distintas facultades de la Universidad Presbiteriana Mackenzie (Comunicación, Arte, Arquitectura, Diseño Industrial) y trabajan en sus áreas artísticas, buscando desarrollar las técnicas de trabajo y las capacidades creativas de sus alumnos.

Esta muestra de trabajos forma parte de un proyecto de trabajo postdoctoral en Cultura Visual y tiene por objetivo demostrar, a través de ejemplos artísticos, el ambiente creativo desarrollado del trabajo docente. Creo que queda comprobado en esta magnífica muestra de trabajos que durante estos dias podemos contemplar en nuestra facultad.

E no texto curatorial, presente no folder de divulgação do evento – que contou com a atenção e cobertura noticiosa da TV Espanhola – refiro-me aos importantes valores que reafirmam a constituição de um breviário histórico das linguagens artísticas. Bem assim:

A figura do Professor-Artista representa o espaço da arte – e, portanto, da criatividade – na universidade contemporânea. As ações expressivas, presentes em diversificadas situações e diferentes ambientes de formação, convergem para um estado de arte que deve ser reconhecido como pesquisa de linguagem e forma. O processo de ensino-aprendizagem que se dá diante do domínio de materiais, técnicas e procedimentos artísticos assegura, de modo privilegiado, o surgimento de gerações universitárias inventivamente capacitadas ao enfrentamento de questões próprias da existência humana no século XXI. Estes professores, artistas-pesquisadores, vêm encontrando significativo apoio da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo / Brasil – no que se refere ao pleno exercício expressivo, à exposição de valores sensíveis, ao espaço que se dá para o desenvolvimento de formas de pensamento tão peculiares – num projeto institucional pioneiro que, percebemos, pretende desde sempre investir no talento: nos domínios da cultura.

Referências Bibliográficas:

BRITES, Blanca e TESSLER, Elida. **O Meio como Ponto Zero**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

RIZOLLI, Marcos. **Artista – Cultura – Linguagem**. Campinas: Akademika. 2005

VETTESE, Angela. **Artisti si Diventa**. Roma: Carocci, 1999.

ZAMBONI, Silvio. **A Pesquisa em Arte**. Campinas: Autores Associados, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Banquete do Faisão para Cavaleiros, Nobres e Outros Cristãos: Discurso e Espaço de Poder nas *Mémoires* de Olivier de La Marche (1454)

Mariano de Azevedo Júnior [*]

Resumo
Este artigo analisa o Banquete do Faisão – festa dada pela corte da Borgonha – como um "espaço de poder". Este se define a partir da ação discursiva que, ao revelar aspectos do imaginário de uma dada sociedade, constitui uma espacialidade que justifica uma causa e faz parte da elaboração do próprio poder. No caso, analisaremos os relatos de cavalaria presentes na narrativa de Olivier de La Marche como a ação discursiva espacializante que fez do Banquete do Faisão um lugar para o duque Filipe *O Bom* e o seu desejo de cruzada. A idéia fundamental é buscar nas crônicas analisadas os discursos que espacializam e constitui um lugar que passa a ser habitado na memória e transmitido à história.
Palavras-chave: Banquete do Faisão; Corte da Borgonha; Espaço de Poder.

Resumé
Cet article est une analyse sur le Banquet du Faisan – donné pour la court de Bourgogne – comme un "espace du pouvoir". Ceci se définit avec l'action discursive qui, en révélant des aspects des imaginaires d'une donnée société, constitue un espace qui justifie une cause et fait partie de l'élaboration du pouvoir. Dans le cas, nous allons analyser les récits de chevalerie dans les narratives d'Olivier de La Marche comme l'action discursive qui créa des espaces que font du Banquet du Faisan un lieu pour le duc Filipe *Le Bon* et son désir de croisade. L'idée fondamentale est de rechercher dans les chroniques analysées les discours des espaces qui passent à habiter dans la mémoire et transmettre à l'histoire.
Mots-clé: Banquet du Faisan; Court de Bourgogne; Espace du Pouvoir.

> Aqui começa a ordenação do banquete do mui alto e mui poderoso príncipe Filipe, pela Graça de Deus duque de Borgonha, de Brabant, dado na vila de Lille em dezessete de fevereiro de 1453. (LA MARCHE, 1995: 1135)

Assim Olivier de La Marche [1] iniciou a descrição do Banquete do Faisão dado pela corte da Borgonha durante o governo do duque Filipe III de Valois, *O Bom*, em 1454. [2] A festividade tornou-se a mais famosa daquela corte e a proposta deste trabalho é de analisá-la como um espaço inventado pelo discurso. Com "relatos de cavalaria", La Marche anunciou tudo aquilo que está caracterizado na história da corte dos príncipes Valois: o luxo e a suntuosidade. Designado a descrever as cerimônias cortesãs, o *maitre d'hôtel* tem a função de

---

[*] Aluno do mestrado em história e espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
[1] Olivier de La Marche foi cronista da corte da Borgonha durante os governos de Filipe *O Bom* (1419-1467) e Carlos *O Temerário* (1467-1477). Tornou-se funcionário da realeza borgonhesa no ano de 1435, quando assumiu a sua função de *maitre d'hôtel*. Trabalhou ao lado de importantes cronistas oficiais como Georges Chastellain e Jean Molinet.
[2] O ano de 1453, da forma como La Marche mencionou na citação que utilizamos para iniciar o texto, na época estava considerando a Páscoa do calendário judeu. Para nós, o ano se converte no de 1454.

narrar as verdades do príncipe e da nobreza que se liga a ele. Por essa razão é que essas crônicas não podem ser vistas apenas como anunciadoras de um passado descoberto pela história, mas é preciso que se perceba também como esse passado foi transmitido, quais os seus usos e quais as suas intenções de existir.

Olivier de La Marche não foi cronista oficial da corte de Filipe *O Bom*. Este cargo, criado pelo duque com o nome de *indiciaire*, pertencia na época à Georges Chastellain, de quem o próprio La Marche disse ser admirador. Tido como o "historiador" da corte, Chastellain se ocupava da história oficial da dinastia, lançando-se nas grandes tramas políticas, enquanto La Marche se voltava mais para dentro. Era das festas e cerimônias que ele mais se ocupava. Talvez tenha sido por isso que seus escritos se tornaram referência para os estudos que buscaram notar as características principais da corte borgonhesa: o luxo, a pompa, a grandiosidade, a etiqueta e a *courtoisie*.

Os espaços de dentro muitas vezes explicam o que acontece do lado de fora. A "grandeza" que se cria internamente legitima e impulsiona as ações ousadas que faz a história dos grandes homens e seus feitos. Certamente a política expansionista da Borgonha não teria sido tão majestosa se a própria corte não tivesse se visto assim. Com isso justificamos a escolha em trabalhar com os escritos de um cronista como La Marche: porque analisaremos os bastidores dessa política de grandezas para ver como um príncipe famoso e a sua gloriosa corte foram construídos e lançados na história.

1 - Os espaços de poder na fronteira do Renascimento

A idéia de um "espaço de poder" é orientada pela relação discurso e espaço. Michel Foucault (1979), em uma discussão acerca da aproximação da geografia com a sua arqueologia do saber, tratou os espaços geográficos como "metáforas espaciais". Segundo o autor, estes não são nada mais do que "discursos espacializantes". Representações geográficas legitimadas por um discurso. (Cf. FOUCAULT, 1979, pp. 156-159)

Embora estivesse discutindo as concepções físicas dos espaços, as análises do autor são sugestivas para que possamos pensar também as representações espaciais presentes na prática discursiva. O Banquete do Faisão, nesse sentido, teria sido uma dessas representações, um desses lugares feitos na medida certa para a nobreza.

O jogo de significados produzido na ação discursiva é capaz de criar um espaço de poder à medida que são revelados aspectos do imaginário social de uma época. No Banquete do Faisão, esses significados diziam respeito aos valores do cristianismo, cosmologia tanto da

alta nobreza como do homem comum. A festa borgonhesa tinha um motivo especial para acontecer, embora estivesse dividida entre a causa coletiva da sociedade e os anseios individuais do príncipe.

Em fevereiro de 1454, pesava sobre a Cristandade ocidental a tomada de Constantinopla pelos turcos, ocorrida um pouco antes, em 1453. Com isso é revelado o motivo da festa dada pela corte de Filipe *O Bom*: anunciar um desejo de cruzada. Além desta causa coletiva, existe a causa individual presente nas intenções do Banquete: a propaganda principesca. Segundo Huizinga (1978), essa "propaganda" estava ligada à formação de uma consciência individual do príncipe. Tomando as idéias de Jacob Burckhardt (1860), enxergou um momento de ruptura entre a Idade Média e a Idade Moderna marcada pelo Renascimento. Com a transição de um período para o outro houve também a mudança da concepção de "homem medieval" para "homem renascentista". Enquanto o primeiro se definia por sua "natureza coletiva", o segundo é identificado pelo desejo de glória individual. (HUIZINGA, 1978, p.65)

Filipe *O Bom* é exemplar para concordarmos com Huizinga. Segundo importantes historiadores, ele foi o duque promotor da corte mais faustosa, o que mais ostentou poder e o que mais desejou a glória. O seu próprio sonho de cruzada teria sido, segundo Joseph Calmette (2001), um reflexo do desejo de vingança pelo assassinato do seu pai, João Sem Medo, em Montereau no ano de 1419. As probabilidades do crime ter sido encomendado pelo rei da França teria feito com que Filipe intensificasse as rivalidades com o então rei, Luís XI, na busca por uma glória que superasse a própria coroa francesa. (CALMETTE, 2001, p. 162)

O curioso é que esses sonhos principescos e a própria propaganda se fundamentou nas narrativas dos cronistas que prezou acima de tudo pelos valores medievais da cavalaria. Desse modo há uma contingência ao invés da ruptura total entre o medievo e a Renascença. Associar os feitos políticos às aventuras heróicas e cavaleirescas era a forma mais eficaz que os cronistas possuíam de contar a história do seu tempo supostamente confuso diante de valores velhos e novos que se misturavam como o romance de cavalaria, a devoção religiosa e o "*espírito do Renascimento próximo*". (HUIZINGA, 1978, p.68)

Esse aspecto cavaleiresco das narrativas cortesãs são as revelações de parte do imaginário social do século XV borgonhês. O tempo todo ele foi incorporado nas ações do príncipe, na decoração da festa, na manipulação dos valores e ideais que motivaram a elaboração do próprio Banquete. No tópico seguinte veremos de que forma La Marche transformou a sua narrativa em um espaço próprio da cavalaria.

2 – Os relatos de cavalaria e a espacialização do Banquete na narrativa de La Marche

O discurso da cavalaria em nenhum momento esteve ausente. Logo na abertura da festividade La Marche é pontual ao dizer que uma justa de cavaleiros inaugurou a festa. Essa justa teria sido anunciada dezoito dias antes da ocasião do Banquete, em um outro organizado pelo senhor de Ravestain, Adolph de Cléves. (LA MARCHE, 1995: 1135) O próprio, alcunhado de "O Cavaleiro do Cisne", simbolizando a sua Casa, teria desafiado uma série de cavaleiros jovens vindos de outras terras que se inscreveram na competição para atestarem sua nobreza. (*Ibidem.* p.1137)

Muito mais preocupado em descrever a pompa cavaleiresca presente nos participantes da competição do que relatar os combates, o cronista borgonhês encerra seus relatos sobre a justa afirmando apenas que o senhor de Cléves, coberto de luxo, com um cavalo que esbanjava elegância, terminou em uma situação embaraçosa ao se "esfarrapar" rudemente com um cavaleiro chamado Luís de Chevallart, de modo que ambos foram desarmados e seus corpos desmontados dos seus próprios cavalos. (*Ibidem*. p.1139)

Rapidamente La Marche nos leva para o salão onde estava servido o banquete. Mesas de sobremesas eram cercadas por nobres, cavaleiros, burgueses ligados à corte e por uma série de damas que embelezavam o ambiente. As sobremesas e pratos são descritos um a um para que ficasse constatado o refinamento de toda a festa. A decoração dos pratos, em certa medida, representava as lutas do bem contra o mal que revelavam aos poucos a intenção do banquete. Sem contar que no meio do salão estava uma estátua de uma mulher nua, *"coberta, para esconder o que era necessário esconder",* e perto dela tinha um largo pilar, onde um leão vivo se debatia ferozmente em uma jaula de ferro. *"Ele era o guardião e defensor da estátua; no pilar, uma frase escrita com letras douradas: 'Não toques na minha dama'"* [3]. (*Ibidem.* p.1141)

Frequentemente o salão era invadido por encenações que representavam a crise da Cristandade. Entre algumas descritas, a que La Marche mais se ateve aos detalhes foi uma que colocou a Igreja personificada em forma de donzela, clamando pela ajuda dos *"bons espíritos"* presentes, principalmente a do duque de Borgonha. (*Ibidem.* p.1144-1149) Conta o cronista que as portas do salão onde os nobres estavam reunidos se abriram e a Santa Igreja entrou sendo guiada, com as mãos acorrentadas, por um *"gigante com tranças nos cabelos à maneira dos sarracenos de Granada". Na mão esquerda trazia um grande machado de*

[3] "Il était le gardien et défenseur de la statue; contre le pilier, une targer sur laquelle était écrit en lettres d'or: "Ne touchez pas à ma dame".

modelo antigo, com duas lâminas cortantes; e na mão direita conduzia um elefante coberto de seda". [4] (*Ibidem.* p.1145)

Quando a Igreja olhou as presenças que se faziam no salão, tomando fôlego e força, *"(...) ela diz ao gigante que a conduz, como se uma necessidade indispensável se impusesse a ela"* [5]:

> Gigante, eu desejo aqui parar,
> Pois eu vejo nobre companhia para qual me ponho a falar.
> Gigante eu quero parar aqui
> Eu mesma quero dizer e mostrar
> Algo que deve ser bem dito.
> Gigante, eu quero parar aqui
> Porque vejo nobre companhia. [6] (*Ibidem*. p.1145)

Quando o gigante entendeu o que queria a dama, "*ele a encarou com bastante temor"*. Não parou nenhuma vez, como pediu a donzela, e se encaminhou justamente para a mesa do duque. Este quedou-se assombrado com toda a cena, e a Igreja, o encarando, retomou a sua ladainha:

> (...) Ai de mim! Ai de mim! Me sinto dolorida, triste, desamparada, esquecida, desolada... Ai de mim! (...)
> (...) Diante de ti, duque de quem eu sou amiga... Conceda-me tuas palavras em um bom acordo. Eu te imploro... (...) Ó tu, ó tu nobre duque de Borgonha (...) Escuta-me e pensa a meu respeito. [7] (*Ibidem*. pp.1145;1147)

Claramente a Igreja pedia ajuda ao duque. O duque cristão, corajoso e valente que não deveria abandoná-la. Nenhum bom cristão gostava de ver a sua Santa Mãe sofrer e definhar na mão dos "infiéis". Esse é justamente o ápice do drama que envolveu todos os convivas. Porque nesse momento apenas um seleto grupo de homens deveria se empenhar em ajudar a "donzela" em apuros: os cavaleiros.

Durante o governo de Filipe *O Bom* foi fundada a Ordem do Tosão de Ouro (1430). A criação de uma ordem de cavalaria em pleno século XV, segundo Huizinga, tinha a

---

[4] "Il tenait à la main gauche une grosse et grande hache à deux tranchants d'un modele ancien, et de la main droit il conduisant un éléphant couvert de soie (...)"

[5] "(...) elle dita u géant qui la conduisant, comme si une necessite indispensable s'imposait à elle".

[6] "Géant, je veux ici m'arreter
Car je vois noble compagnie
A laquelle il me faut parler.
Géant je veux ici m'arreter
Je leur veux dire et montrer
Chose qui doit bien être sue.
Géant je veux ici m'arreter
Car je vois noble compagnie"

[7] "(...) Hélas! Hélas! Que je suis douloureuse, triste, déplaisante, pleine d'ennuis, désolée, hélas! (....) Devant toi, duc dont je suis l'amie. Donne à mes mots bon accord... Je t'en prie (...) Ô toi, ô toi noble duc de Bourgogne (...) Écoute-moi et pense à ma besogne.

conotação de sacralidade pela própria concepção do termo "ordem", alternando o seu sentido com as ordens religiosas medievais. (HUIZINGA, 1978, pp.83-4) A importância social de ter a sua própria ordem de cavalaria representava para o duque a legitimidade do seu poder. Exibindo valores como honra e glória ele se tornava protagonista dos grandes feitos da época a serem narrados na literatura que, por acaso, ele próprio patrocinava. O que nos remete à idéia já discutida de Burckhardt sobre a definição de "homem renascentista", marcado pelo anseio de glória individual.

Nos relatos de La Marche, após falar com o duque, a Igreja se dirige justamente aos cavaleiros do Tosão. Chama os cavaleiros que *"portam o Tosão"* a cumprirem o serviço divino. Em seguida, convida os outros cavaleiros e nobres das casas visitantes a se juntarem à missão, que *"era uma bela ocasião de adquirir da honra ao benefício"* [8]. (LA MARCHE, 1995: 1147)

Aos poucos o propósito do banquete ia se configurando para os presentes. Quando terminou a encenação do lamento da Igreja, os oficias de armas, seguindo o rei-de-armas Tosão de Ouro [9], entraram no salão. O rei-de-armas trazia em suas mãos um faisão vivo com o pescoço bem ornamentado com um rico colar de ouro e de outras pedras preciosas. (*Ibidem.* p.1148) Seguindo-o, duas damas: Iolanda, filha bastarda do Senhor e duque da Borgonha, e Isabela de Neufchatel, filha do senhor de Montaigu. Elas acompanhavam dois cavaleiros da ordem borgonhesa: Jean de Créquy e Simão de Lalaing. Dando seqüência, o cronista descreve a cena em que o duque é presenteado e homenageado com o faisão, de acordo com as palavras do Tosão de Ouro:

> Mui alteza e mui poderoso príncipe, meu muito corajoso senhor, (...) este é um costume antigo que nas grandes festas e nobres assembléias era apresentado aos príncipes, senhores e outros nobres homens um pavão ou um outro pássaro nobre sobre o qual se possa fazer um voto útil e valoroso. [10] (*Ibidem.* p.1148)

Após as palavras pronunciadas, o duque, olhando fixamente para a Igreja, retirou do bolso um bilhete onde continha por escrito o seu voto de defesa da Cristandade. Lendo-o em voz alta, a Igreja, segundo o cronista, comoveu os presentes. Pouco depois de concedida a ajuda do duque à Santa Igreja, o salão é invadido alegremente pela *"Graça de Deus"*. Em

[8] "(...) voici une belle occasion D'acquérir d'honneur le benéfice".

[9] No caso, se tratava de Jean de Saint-Remy, rei-de-armas da Ordem do Tosão de Ouro.

[10] "Très haut et très puissant prince, mon très redouté signeur, (...) c'est une coutume ancienne qu'aux grandes fêtes et nobles assemblées, on présent aux princes, seigneurs et nobles hommes un paon ou quelque autre noble oiseau sur lequel on puisse faire un voeu utile et valable". Sobre o costume antigo mencionado por Saint-Remy do Tosão de Ouro, La Marche faz referência aos costumes do tempo de Alexandre da Macedônia, bastante cultuado nos ritos cavaleirescos borgonheses. Na época de Alexandre, o faisão era a ave nobre escolhida para representar a sacralidade das cerimônias. E assim, o rito foi copiado na corte dos príncipes Valois.

seguida entraram doze cavaleiros, trazendo uma donzela cada um, que representavam doze virtudes a serem apresentadas ao duque para que ele pudesse cumprir a missão que aceitara. Em ordem, cada virtude se apresentou ao senhor da Borgonha, entoando uma canção que era o significado dos seus nomes. Assim, La Marche reproduziu em seus escritos as doze virtudes apresentadas: Fé, Caridade, Justiça, Razão, Prudência, Temperança, Força, Verdade, Generosidade, Diligência, Esperança e Valor. (*Ibidem*. p.1151-1155)

Como uma donzela em apuros a espera de um cavaleiro valente, a Igreja chama pelo duque que sempre teve uma intenção firme, segundo o próprio La Marche, para realizar aquela festividade conforme foi descrita: o desejo de partir em cruzada. Mais ainda, lhe mostra as virtudes das quais se deve dotar para cumprir o ofício divino que aceitou de bom grado.

Jacques Le Goff (2005) certa vez afirmou: *"até o fim do século 15, e mesmo depois, falar-se-á ainda muitas vezes de partir em cruzada, mas ninguém mais partirá"*. (LE GOFF, 2005, p.68). Podemos discutir a assertiva do medievalista francês no tocante ao desejo de cruzada no século XV. Para Lucien Febvre (2004), senhores dos Países Baixos, aquelas fontes de riqueza e de poder, os príncipes borgonheses não desejavam só a cruzada, mas a coroa real. (FEBVRE, 2004, p.193) Filipe *O* Bom era, segundo Philippe Wolff (1988), senhor de umas das três Franças do século XV. No caso, a "França borgonhesa" era a que ia da Borgonha justamente até os Países Baixos. (WOLFF, 1988, pp. 45-6)

Diante de todo esse sonho de glória, o papel das crônicas era justificar a vida pública dos príncipes e afirmar essa condição para os súditos e funcionários da corte. O que sugerimos é que as narrativas cortesãs inventavam os espaços de poder para comportar os desejos dos príncipes. Não se trata aqui de negar a existência de algumas cerimônias presentes nas crônicas e nem diminuir a opulência de outras. Se trata de perceber a construção discursiva que não só afirma, mas faz parte da própria elaboração do poder ducal. O que está se buscando é a manipulação da narrativa feita pelo cronista que busca, através da espacialização do discurso, construir um lugar privilegiado para o príncipe.

Encerraremos este artigo justamente com o momento que La Marche disse ter sido o mais importante: o da anunciação dos votos – *Os Votos do Faisão*.

3 – Os Votos do Faisão e o "Banquete de poder"

Por toda a narrativa sobre o Banquete do Faisão vimos paulatinamente a construção da intenção do duque Filipe em ter organizado com dedicação essa festa para a Cristandade. O seu desfecho é, segundo o cronista, a parte principal da cerimônia. La Marche situa o auge da festividade como o *gran finale* de tudo aquilo que os presentes viram e ouviram no salão borgonhês momentos antes. Ele descreveu o Banquete como se fosse uma novela, preparando a maior surpresa para o capítulo final. Assim, com a ajuda concedida à Igreja, tinha chegado o momento dos nobres e cavaleiros tornarem públicos os seus juramentos. Chegara a hora de colocarem à prova sua fé e as suas virtudes.

Os votos, segundo La Marche, foram pronunciados em ordem hierárquica. O mais longo e mais "emocionante" foi necessariamente o primeiro: o do duque. O seu voto exibiu prontamente a primeira virtude que lhe foi apresentada na cerimônia da *"Graça de Deus"*: a Fé. Com isso, a motivação pessoal em combater os inimigos da Cristandade só aumentaria no seguir das palavras. Depois veio a "devoção vassálica" ao seu soberano, Luís XI, o rei da França. No entanto, logo depois deixou a entender que muitos impedimentos fariam com que o rei não partisse, sendo ele próprio o grande obstinado em defender a causa cristã. (LA MARCHE, 1995: 194) Ficou clara a rivalidade entre o duque da Borgonha e o rei da França, como comentamos anteriormente neste texto. Filipe irá mesmo se o seu rei não for. Ele, o herói da Cristandade, o cavaleiro forte, justo, valente, prudente e valoroso se faz aqui das virtudes que lhe foram sugeridas pelas damas da *"Graça de Deus"*.

Porém, após toda a determinação, uma condição fria: *"(...) e irei de boa vontade, deixando o meu senhor e rei, caso os países que Deus me concebeu governar estejam em paz e saudáveis"*. [11] (LA MARCHE, 1995: 194) Ele iria caso os "seus países" estivessem em paz, o que era praticamente impossível, posto que os príncipes borgonheses nunca tiveram longos tempos de tranqüilidade. O revés disto: as rebeliões nas cidades subordinadas eram freqüentes e quando não eram revoltas populares, eram os conflitos exaustivos da Guerra dos Cem Anos entre os reinos de França e Inglaterra que envolveram a Borgonha. Filipe não iria (como de fato não foi), mas precisava do discurso para dar sentido a tudo que havia preparado.

Conforme consta nas *Mémoires*, mais vinte votos foram pronunciados, além do voto do duque. Cavaleiros, nobres e importantes burgueses fizeram seus juramentos. Alguns foram bastante exaltados, dignos de cavaleiros virtuosos; outros condicionados, sem entusiasmo, mas devotos de alguma forma menor. E entre cavaleiros jovens sedentos por uma

[11] "(...) pourveu que ce soit du bon plaisir et congé de monsigneur le Roy, et que les pais que Dieu m'a commis à gouverner soyent en paix et seureté".

causa justa e velhos nobres e burgueses que não viam na cruzada mais os bons motivos de antes, se encerrou o Banquete do Faisão com um desejo incerto de cruzada.

Não é nossa meta aqui discutir se a festividade levaria realmente ou não o duque da Borgonha em uma cruzada contra os turcos. O que nos interessa e viemos sustentando desde o início deste texto é que a intenção do Banquete, mesmo diante do desejo de cruzada de Filipe, era em grande medida edificar um espaço na história da corte da Borgonha que comportasse a majestade a ser posta lá dentro: o próprio duque.

Segundo Michel de Certeau (1994), a organização de uma situação histórica através de relatos (entendidos como as próprias ações discursivas) age como designadora dos espaços. Ele nos diz:

> Toda descrição é mais que uma fixação, é um ato culturalmente criador. Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços. (CERTEAU, 1994, p.209)

Vemos uma relação direta entre a visão de Certeau e o que é defendido neste artigo. Esses relatos interiores da corte borgonhesa são aspectos do poder ducal. Não são escritos que omitem ou mentem em uma dada circunstância. São narrativas feitas para inventar os lugares a serem ocupados pelas majestades. Intenções bem elaboradas de arrebatar as melhores poltronas da história. Verdades situadas entre o lugar ocupado e o que se deseja ocupar, mas que talvez nunca venha a conseguir fazê-lo. São ações discursivas que dão vida aos espaços que por vezes explicam a história. E são estes que chamamos de "espaços de poder".

Fontes e referências bibliográficas.

Fontes.

Les Voeux du Faisan. In: BOHLER, Danielle (org.). **Splendeurs de la cour de Bourgogne**. Paris: Editions Robert Laffont, 1995. pp. 1193-1409.

LA MARCHE, Olivier de. **Mémoires d'Olivier de La Marche**. Paris: [s.e.], 1785. 2 volumes. Digitalizado em 1995.

Obras consultadas.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal.** Edições 70: Lisboa, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v.1.

CALMETTE, Joseph. **The Golden Age of Burgundy:** the magnificent dukes and their courts. London: Phoenix Press, 2001.

FEBVRE, Lucien. **A Europa:** gênese de uma civilização. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

FLORI, Jean. **A Cavalaria:** a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HUIZINGA, Johan. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Verbo – Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No limite de Clio: a dimensão ficcional na escrita da história

Fernando Gil Portela Vieira*

Resumo: A atual influência do pós-modernismo permitiu à historiografia rever suas relações com outros saberes. Em conseqüência, a tradicional separação entre a história, dedicada à investigação do "real", e a literatura, escrita imaginativa por excelência, é descartada por muitos. Há mesmo os que duvidam da capacidade de a história alcançar algum conhecimento objetivo da realidade. A proposta deste texto é desenvolver esta discussão, mostrando que o discurso histórico – indireto, parcial e imaginativo – é ficcional, ou seja, construído (não inventado) pelo historiador a partir do documento, recorrendo à conjetura, à suposição e à imaginação. Uma disciplina, enfim, que tem mais em comum com a literatura do que com as ciências exatas e biológicas, embora muitos ainda creiam no ideal da história-ciência.
Palavras-chave: Ficção – História – Literatura.

Abstract: The current influence of the postmodernism allowed the historiography to check its relations to other subjects. That is why, many people don't believe in the traditional separation between history, which must study the real past, and literature, a writing based on the imagination, anymore. Including, others doubt that history is able to achieve a solid knowledge of the reality. This text intends to develop that argument and prove the historic speech is indirect, biased and imaginative. In other words, it is a fiction, because the historian builds his/her study based on clues, supposition and imagination, without making it up: he/she is obliged to consider the document. In short, history is closer to the literature than the biological sciences, unlike several people who still believe in history as a science.
Keywords: Fiction – History – Literature.

A atual variedade de temas de pesquisa e opções teóricas no campo da história se deve em boa parte à influência do "paradigma pós-moderno", que questiona a cientificidade dominante na historiografia até poucas décadas atrás (CARDOSO, 1997: 4). Na ótica dos historiadores afeitos ao "paradigma iluminista", a história "pós-moderna" implica nos riscos do relativismo, do niilismo e da irrelevância dos temas (O'BRIEN, in HUNT, 2001: 35). Por isso mesmo, há os que vaticinam a morte – prematura, por certo – do pós-modernismo e dos seus "males", a saber, o descrédito na ciência, o relativismo, o "eu" fragmentado e a morte do sujeito (CARDOSO, 1997: 4).

---

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profª Anita W. Novinsky. Este texto é uma versão resumida de parte do capítulo 1 da Dissertação de Mestrado *O Santo Ofício da Inquisição na colônia e nas letras*: as apropriações da cristã-nova Branca Dias na literatura, defendida em jan. 2007 no PPGH da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa, orientada pelo Prof. Ronaldo Vainfas, contou com apoio financeiro da CAPES e da FAPERJ.

Conceitos são construções. Neste sentido, é arriscado utilizar o termo "pós-moderno" para designar a instabilidade teórica vivida pela história hoje, até porque não há concordância quanto aos significados do conceito entre os próprios historiadores. Peter Burke, por exemplo, vê na "mentalidade pós-moderna" "uma reação não somente contra a objetividade ou o mito da objetividade, mas também contra o determinismo social, quer marxista ou não (BURKE, in PALLARES-BURKE, 2000: 199)". Já para Natalie Davis, se ser pós-moderno é recusar generalizações e tratar a cultura como condicionante das ações humanas, a categoria é dispensável: de certa forma, tudo, segundo a autora, é gerado culturalmente (DAVIS, in PALLARES-BURKE, 2000: 103-104).

Todavia, uma vez empregado o conceito, um ponto-chave do pós-modernismo é a diluição dos limites dos campos do conhecimento (ALCALÁ, in: NOVINSKY; KUPERMAN, 1996: 604). Na historiografia pós-moderna, esta fluidez das fronteiras implica em maior liberdade de ação do saber, traduzida na valorização da alteridade, apego a micronarrativa, ênfase no imaginário, nas representações e manifestações subjetivas e, aspecto que destaco, a *redefinição da interdisciplinaridade* (REIS, 2005: 60-61).

É fato que a atual produção historiográfica passa em grande parte por diálogos interdisciplinares. Uma destas relações é particularmente polêmica: o diálogo entre história e literatura. Esta relação não é nova, mas foi intensificada com a publicação de trabalhos específicos sobre o tema, inseridos no questionamento dos limites dos campos do saber. O debate, que abriu caminho para uma interlocução mais sistemática entre as duas áreas, via de regra esbarra nas fronteiras, aparentemente intransponíveis, estabelecidas entre os dois campos – uma, considerada a escrita da verdade; a outra, da fantasia.

Em *Teoria da Literatura*, Terry Eagleton afirma que a escrita literária não é definida pelo caráter inverídico de seu conteúdo, mas por ser um discurso não-pragmático, sem o objetivo de produzir ou aplicar conhecimento, ao contrário dos trabalhos científicos (EAGLETON, 1994: 1). Todavia, ao arrogar para si a condição de ciência, a história se distancia – com lógica, se baseada nesta premissa – da literatura. Ideal de história-ciência que não desapareceu na atualidade. Ainda há quem diga que o historiador, perante a fonte, trabalha de modo similar ao do biólogo ante o DNA. O compromisso com a reconstituição do real determinaria a (pretensamente) definitiva separação entre o "fato" e a "ficção".

Nenhum campo do saber, científico ou não, é livre de regras ou de limites; porém, é plausível reconhecer que a literatura é uma área menos – embora não totalmente; basta lembrar dos estilos, das rimas e métricas – presa a tabus, com maior liberdade para trabalhar a imaginação, fatores que influenciam a linguagem utilizada. A escrita literária está, em

princípio, livre das amarras disciplinares e institucionais e, mais importante, liberada para a ação do ingrediente imaginativo, o que torna possível representar o mundo de forma mais solta. Contudo, tais atributos engendraram, mais do que a separação, a desqualificação da literatura como forma de conhecer, ainda que indiretamente, o passado. Em outras palavras: enquanto a história não admite outro discurso sobre o passado, a literatura afasta qualquer pretensão de ser uma voz autorizada sobre o pretérito, se limitando, no máximo, a "ficcionalizar" a narrativa histórica (MENDONÇA; ALVES: 5)[1].

Contudo, se em nossos dias noções caras à história-ciência como prova, realidade e fato, são questionadas, em detrimento do valor dado à linguagem como fator determinante da escrita da história, a aceitação de novos supostos teóricos por parte do historiador o aproximará do terreno literário. Para fundamentar esta aproximação é possível recorrer justamente à muralha erguida para separar os dois saberes que, vista de outro ângulo, se torna um fator comum aos dois discursos: a ficção. Não obstante, será preciso destituir o conceito de ficção do significado que chegou ao senso comum: "mentira", "inverdade", "imaginação".

Carlo Ginzburg, no livro *Relações de força*, observa que a palavra latina *fictio* é etimologicamente aparentada com *figulus* (oleiro). A imagem do oleiro é clara: alguém que dá forma, das mais variadas, ao objeto a partir de uma matéria-prima. Ginzburg também cita Santo Agostinho, para quem a ficção na escrita é uma construção que pode ser tanto mentirosa quanto uma figuração da verdade, e Isidoro de Sevilha, segundo o qual a ficção seria o verossímil, não o falso (GINZBURG, 2001: 55-57).

Abstraindo, portanto, da idéia corrente de que o conceito de ficção implica, no limite, a recusa da realidade, de que modo se pode atribuir ficcionalidade à disciplina histórica? A partir do *insight* agostiniano: a ficção como uma construção que serve a propósitos verdadeiros e mentirosos. Um trabalho de história é todo construção: documentos selecionados e recortados, hipóteses elaboradas a partir das fontes e da escolha metodológica e o desenvolvimento mesmo da pesquisa. Segundo Lloyd Kramer, a "dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas, sim, que qualquer tentativa de *descrever* os acontecimentos (...) deve levar em conta diferentes formas de imaginação (KRAMER, in HUNT, 2001: 136-137)[2]". Imaginação que os historiadores utilizam para suprir as lacunas documentais.

Por outro lado, há de se notar que a linguagem utilizada pelo historiador é, no aspecto formal, a mesma dos literatos; uma mesma afirmação pode ser encontrada tanto numa

[1] A paginação é a do texto disponível na versão eletrônica.
[2] Grifo original.

tese universitária como num romance. O foro de verdade do texto histórico fica, pois, subordinado ao modo como é empregada a linguagem: se controlada pela fonte, ou não (REIS, 2005: 151). À medida que a pesquisa se desenvolve e o historiador elabora progressivamente suas conclusões a respeito do objeto estudado, a passagem para o papel de sua tese também não está livre do uso de imagens e significados para apresentar ao leitor o que considera real. Poucos demonstraram este processo tão claramente como Hayden White, filósofo da história que escandaliza tanto historiadores, por afirmar que seus trabalhos contêm ficção – ou melhor, *são* ficções –, como literatos, ao advogar que seus textos comportam esferas do real (SILVA, 2003: 6). Posição que só é possível porque a ficção não é vista como profissão de fé de uma área ou heresia imperdoável de outra. Em outras palavras, a ficção não exclui a documentação nem por esta é excluída, mas é parte da construção do real na escrita da história.

A recusa da ficcionalidade por parte de muitos historiadores leva-os a posturas curiosas. White descreve a "balança" em que os discípulos de Clio se posicionam perante as críticas vindas tanto das "ciências duras" como dos literatos:

> *"Porém, quando os literatos lhe criticam [ao historiador] a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta à concepção de que a história é (...) uma* semi*ciência, de que os dados históricos não se prestam à "livre" manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica (WHITE, 2001: 39)*[3] *".*

Nesta posição, está clara a opção dos historiadores em se afirmar como pertencentes ao mundo das ciências. Cônscios da impossibilidade de dotar o conhecimento histórico da rigidez das disciplinas exatas e biológicas – Jacques Le Goff reconhece que não há em história possibilidade de aplicar leis comparáveis àquelas das ciências da natureza –, chegam a posturas risíveis, como chamar a história de "semiciência". Ainda assim, a história ainda se permite, em parte, ser regulada por leis, como os estágios de evolução dos sistemas econômicos, leis que *consome* e não produz (LE GOFF, in EINAUDI, 1997: 176). White observa que não houve nos estudos históricos uma "revolução copernicana" que fixasse um método uniforme: o prestígio das ciências naturais é que ditaria os métodos da história.

Claro que o distanciamento da história em relação à literatura trouxe vantagens para Clio, como a autonomia da disciplina, sua legitimidade dentre os saberes e o reconhecimento das reivindicações da corporação historiadora. Some-se a isso a definição da

[3] Idem.

necessidade de buscar vestígios materiais do passado, o que não é uma condição fundamental da literatura. Porém, levada ao extremo, a separação entre as duas áreas privou aos literatos a legitimidade de tecerem discursos sobre a realidade e impediu os historiadores de experimentar a imaginação e a criação, além de engessar a noção do real. No entanto, a história pode redefinir os limites da evidência e diversificar sua escrita, se assumindo como um saber ficcional, vale dizer, construído (KRAMER, in HUNT, 2001: 159; 161).

Evidentemente, estas palavras podem soar heréticas e causar indignação a muitos. Talvez White tenha sido o autor que mais provou desta verve indignada. Ginzburg, por exemplo, sustenta que "encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores (GINZBURG, 2002: 61)". Natalie Davis, embora reconheça a importância de White por destacar as formas literárias que afetam a escrita da história, afirma que o norte-americano tem uma visão limitadora da história, pois não reconheceria os esforços feitos pelos historiadores em prol da evidência (DAVIS, in PALLARES-BURKE, 2000: 107). O argumento mais poderoso contra White respeita à suposta renúncia que o autor faria da possibilidade da história atingir um conhecimento objetivo da realidade. Crítica que o filósofo da história refuta do seguinte modo:

> *"Nunca neguei que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade; neguei apenas que fosse possível um conhecimento científico, do tipo alcançado no estudo da natureza física. Mas tentei mostrar que, mesmo que não possamos alcançar um conhecimento propriamente científico da natureza humana, somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento sobre ela, o tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis (WHITE, 2001: 37-38)".*

A título de exemplo da aproximação entre os discursos histórico e literário, atente-se ao fato de que, se um romance deve ser inteligível para o leitor, um trabalho de história também deve atender a um público, em princípio, restrito, mas que não é totalmente constituído de especialistas no tema de estudo. Daí o valor tributado à narração e ao encadeamento lógico do texto, que remete ao grau de ficcionalidade da escrita da história. A seguinte afirmação de Ronaldo Vainfas sobre a micro-história ilustra tal argumento: "Há (...) uma condição *sine qua non* para os historiadores se aventurarem na micro-história (...) [É a] condição de saber escrever bem, dominar (...) a técnica narrativa capaz de estabelecer a relação dialogal entre o historiador e o leitor (VAINFAS, 2002: 131)[4]". Portanto, uma pesquisa bem escrita – ou seja, relatada de modo claro e agradável para o leitor – cumpre um papel semelhante ao que o romancista tem com seu público. Sandra Pesavento, com base em

[4] Idem.

Paul Veyne, chama a história de "romance verídico", ou seja, uma ficção subordinada aos vestígios oriundos do passado (PESAVENTO, 2000: 40).

As resistências à relação entre história e literatura parecem dotar a interdisciplinaridade, uma das bandeiras da tradição dos *Annales*, de um aspecto sombrio, ameaçador mesmo para a história, talvez um bode expiatório das transformações trazidas pelo "paradigma pós-moderno". Evidentemente, quem se dedica a este diálogo corre risco, pois em algum momento poderá ir de encontro à *ortodoxia* disciplinar. As reações ao diálogo histórico-literário correspondem talvez mais ao temor, razoável, embora infundado, de que esta relação conduza à diluição dos saberes.

Este medo é bem exposto por Ginzburg que, numa entrevista concedida em 1998, afirmava que não aconselharia mais os jovens historiadores – ao contrário do que havia feito anos antes – a lerem romances, para que desenvolvessem a capacidade de conjeturar sobre os seres humanos. O historiador italiano dizia temer os que "alimentam a moda atual de se borrar a distinção entre história e ficção", preferindo um conselho mais prudente: "leiam romances, mas saibam que história e ficção são gêneros distintos que apresentam desafios um ao outro" (GINZBURG, in PALLARES-BURKE, 2000: 297). No entanto, em obra escrita anos antes, Ginzburg citava Balzac que, em 1842, escrevia a favor da presença nos romances do cotidiano e da vida privada, temas então negligenciados pela história. O autor italiano dizia:

> *"Foi necessário um século para que os historiadores começassem a aceitar o desafio lançado pelos grandes romancistas de Oitocentos (...) enfrentando campos de investigação anteriormente desprezados, com o auxílio de modelos explicativos mais subtis e complexos do que os modelos tradicionais (GINZBURG, 1991: 193-194)".*

José Carlos Reis cita observação de Nietzsche, para quem a história deveria deixar de ser científica, porque deste modo deprecia a diferença e despreza os instintos vitais. A vida seria representada melhor com arte, ousadia e imaginação (REIS, 2005: 43-44). É pertinente a observação de José Saramago, que interpreta a atual profusão de "romancistas da História" como resultado de uma insatisfação tão profunda com a disciplina, que esta teve de se abrir para a imaginação (MENDONÇA; ALVES: 9). Esta atitude não deslegitima o conhecimento histórico, mas é um reconhecimento de sua impossibilidade de reconstituir fiel e integralmente as sociedades e eventos estudados. Obrigado, pois, a se reconhecer como um saber ficcional: recortado, construído e imaginativo.

O discurso histórico, a meu ver, é condicionado por três pontos principais: o uso obrigatório de vestígios do passado (fontes escritas, arqueológicas, orais); as regras disciplinares e institucionais (que engendram a legitimidade do discurso); e a ficcionalidade,

que inclui a elaboração do argumento, as notas de referência, a manipulação das fontes com vistas à apresentação de um trabalho coerente, a imaginação e as estratégias literárias. Tais fatores, se particularizam a narrativa historiográfica, também apontam para sua proximidade com o gênero literário, revelando que o historiador muitas vezes age no limite de Clio.

Referências Bibliográficas:

ALCALÁ, Angel. *Los límites de la Novela Histórica: El Conflito entre Historia y Literatura en Cuatro Novelas sobre la Expulsión y el Descubrimiento*. In: NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane (orgs.). **Ibéria judaica**: roteiros da memória. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1996. Pp. 601-624.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. In: **Topoi**. Nº 1. Rio de Janeiro: 7 letras, setembro 2000. Pp. 197-216.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Provas e possibilidades à margem de "Il ritorno de Martin Guerre", de Natalie Zemon Davis*. In: _____; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1991. Pp. 179-202.

_____. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. *Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura*. In: **Revista Cantareira**. V. 4, Disponível em: <www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareiraquatro/index.html>. Acesso em: 13 out. 2004.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra. *Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura*. In: **Revista de História das Idéias**. Vol. 21. Rio de Janeiro, 2000. Pp. 33-57.

SILVA, Vitor Henriques Marques. **A poética da impostura**: a história como ficção em Hayden White. Uma crítica à vontade de ficção científica. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Monografia (Graduação em História), 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WHITE, Hayden. *Teoria Literária e escrita da História*. In: **Estudos Históricos**. Vol. 7, nº 13. Rio de Janeiro, 1994. Pp. 21-48.

_____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação escolar e movimento sociais em Sorocaba, no início da República (1889/1920)

Valdelice Borghi Ferreira*

Wilson Sandano*

Resumo

Este trabalho trata da educação escolar em Sorocaba, no período de 1899 a 1920, e sua relação com os movimentos sociais. Neste período estava ocorrendo, em Sorocaba, o início da industrialização, o aumento da imigração e o crescimento da população urbana, sem o aumento dos benefícios sociais. Estava presente, também, a bandeira republicana, que associava o progresso à escolarização. Seguindo o movimento nacional, ocorriam manifestações pela ampliação da oferta de escolas públicas, organizadas pelos movimentos operários, liderados pelos anarquistas, e pela imprensa empresarial e operária. Assim, indagamos: qual a influência desses movimentos na expansão da rede escolar pública em Sorocaba? No texto, procuramos apresentar algumas respostas à questão.

Palavras-chave: Sorocaba. Movimentos sociais. Educação escolar.

Abstract

This paper deals with some problems related to school education in Sorocaba, in the period between 1899 and 1920, and its relationship with social moviments. In that period, occurred in Sorocaba the begginings of industrialization, with increasing of immigration and growing of urban population, without the improvement of social securities. It was in evidence, as well, republican ideas that associated progress to school education. Following national moviments, there were many labor manifests claiming for more public schools, leadered by anarchists and supported by the business and labor press. In this way, we question: witch role these movements played in the expansion of public schools in Sorocaba? In this paper, we search to give some answer to this question.

Keywords: Sorocaba; social moviments; school education

Apresentação

Neste trabalho procuramos analisar as relações entre a educação escolar em Sorocaba e os movimentos sociais, no período compreendido entre 1889 e 1920, com base em fontes documentais, na historiografia da educação escolar de Sorocaba e na produção historiográfica existente. Partindo do pressuposto de que a educação é interdependente do movimento

* Universidade de Sorocaba (UNISO). Doutoranda em Educação.

* Universidade de Sorocaba (UNISO). Doutor em Educação.

histórico, procuramos, inicialmente, analisar o contexto brasileiro e, posteriormente, a situação específica de Sorocaba.

Contextualizando

O período da 1ª República caracteriza-se por transformações econômicas e sociais. O sistema agrário-comercial paulatinamente deu lugar ao sistema urbano-industrial, possibilitando ao país a participação na nova fase do capitalismo. O setor social sofreu alterações com a industrialização, a imigração, urbanização e o crescimento do operariado, surgindo novos padrões culturais. Setores das elites agrárias, então dominantes, visualizavam a urbanização como desdobramento do progresso nacional: as cidades deveriam simbolizar o avanço cultural da sociedade, com pessoas educadas, disciplinadas, preparadas para o trabalho. A escolarização passa a ser vista como condição essencial para a reforma da sociedade.

Nessa nova ordem, os imigrantes que desde o final do século XIX aportaram em grande número no Brasil, e eram considerados como trabalhadores, disciplinados, que contribuiriam para o progresso, passaram a ser associados à marginalidade e visualizados como promotores da indisciplina, contrárias à ordem republicana. Assim, a expansão da escola primária visava, também, controlar a população operária, além de atender às necessidades dos operários, que lutavam pela causa, associada às lutas por melhores salários, condições de serviço e de vida.

Entretanto, o discurso liberal, positivista era contraditório com as práticas políticas, que beneficiavam os grupos que representavam as bases de sustentação dos governos oligárquicos. No Estado de São Paulo as escolas, muitas vezes monumentais, eram construídas no centro das cidades, como referência visual da escola moderna, além de servir como plataforma política dos grupos no poder.

A Primeira República apresentou condições políticas e econômico-sociais que favoreceram a eclosão do movimento operário que agitou o país durante todo o período. Os trabalhadores, arregimentados em associações recém-instituídas que aglutinavam simpatizantes ou militantes de várias tendências, socialistas, anarquistas, anarco-sindicalistas e marxistas, participaram das lutas por melhores condições de vida, nesse momento histórico. A mobilização incluía a organização em associações, e, para além das greves, teve como expressão significativa, a imprensa. Esta, além dos sindicatos, foi um dos principais meios de

divulgação das lutas operárias, notadamente do ideário anarquista, uma vez que os trabalhadores não tinham representantes legais que os defendessem e não contavam com o apoio da imprensa burguesa.

Ao estudarmos o movimento operário constatamos que as preocupações básicas dos trabalhadores centralizavam-se nas questões salariais, diminuição da jornada de trabalho de adultos e crianças, medidas visando melhores condições de vida, incluindo o atendimento aos doentes, aposentadoria, construção de moradias e outras. Constatamos, também, que os imigrantes e os operários tinham grandes dificuldades de acesso à instrução, pelas condições precárias de vida, o número excessivo de horas diárias de trabalho, inclusive as crianças e mulheres, e poucos conseguiam concluir o curso primário. Ao lado das lutas trabalhistas, a educação, ao menos no plano formal, constou dos programas de partidos, centros e congressos, desde o início do período republicano. As organizações operárias, reunidas nos grandes centros urbanos, orientavam os movimentos interioranos, que participavam ativamente das greves, realizavam comícios, recebiam visitas dos líderes das capitais.

Sorocaba

A cidade de Sorocaba prosperou economicamente nos séculos XVIII e XIX como centro do comércio de muares entre o sul do país e a região das minas. As feiras de muares proporcionaram o desenvolvimento de outras atividades manufatureiras, além do comércio.

No final do século XIX, com o encerramento das feiras, a cidade não entrou em decadência, pois estava direcionada a outras atividades econômicas com a criação das fábricas têxteis e a instalação da estrada de ferro. Denominada "Manchester Paulista" em l905, teve a indústria têxtil como responsável pela imagem de progresso que as elites republicanas esforçavam-se por passar – a cidade poderia contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no país. Visualizada como progressista, a cidade atraia cada vez mais trabalhadores de outras regiões, da zona rural e um grande número de imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis, portugueses, além de alemães e ingleses que trabalharam na parte técnica das fábricas e ferrovia. Os imigrantes concentravam-se nos bairros, alguns tipicamente operários, situados no Além Ponte (espanhóis) e no Além Linha (italianos). Dedicavam-se também ao pequeno comércio e agricultura. Os imigrantes com algum capital de origem eram ligados ao comércio de algodão, técnicos da ferrovia, abriram indústrias variadas, inclusive para abastecimento nacional, como o caso da produção de banha, da família Matarazzo, criaram bancos (família Scarpa). Faziam parte da burguesia, juntamente com a elite da terra, e eram moradores do

centro da cidade. De acordo com SILVA (2000, p.81), Sorocaba no limiar da década de 1920 possuía 10.734 operários (7.850 no ramo têxtil), aproximadamente 24% da população, de 43.588.

Em conseqüência da construção da ferrovia e do início da operação da Fábrica Nossa Senhora da Ponte, em 1882, e de outras, o operariado local foi se formando.

> O proletariado de Sorocaba tem sua origem semelhante ao dos operários da capital do Estado: parte do operariado constituído por população da cidade; migrantes do campo e de outras partes do país e imigrantes estrangeiros.
>
> Em princípio havia uma certa divisão entre esses grupos, tanto em relação ao local de moradia, quanto em relação ao comportamento. A maior divisão se deu mesmo entre operários de origem nacional e os estrangeiros, em especial espanhóis e italianos. (ARAÚJO NETO, 2005: 27-28)

Sorocaba apresentava quase todos os melhoramentos de uma cidade de maior porte: iluminação pública, rede de água e esgotos, bondes, cinema, teatro, clubes, linha telefônica, calçamento, adutora, primeiros automóveis, inclusive de aluguel, hospitais, bancos, ferrovia ligando a cidade a capital, jornais e revistas editados no local, e outras.

Entretanto, a disseminação do ensino primário, idealizada pelos republicanos, não alcançava a cidade.

Educação escolar em Sorocaba

As condições presentes no processo de formação da educação escolar em Sorocaba, na segunda metade do século XIX, revelam que a instrução pública somente era valorizada pelos profissionais do ensino; a população, pelo contrário, não valorizava a instrução – bastava que os seus filhos soubessem, um pouco, ler, escrever e as quatro operações, para que os tirassem da escola.

No período estudado, a Lei Estadual nº. 88, de 08/09/1892 (Reforma da Instrução Publica do Estado), tornou o ensino primário obrigatório para ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos, dividido em cursos preliminar e complementar, sendo este destinado aos alunos habilitados nas matérias do curso preliminar. A Lei nº. 169, de 07/08/1893, previa a possibilidade de duas ou mais escolas funcionarem no mesmo prédio, construído para esse fim. Em 1894, o Decreto nº. 248 oficializou a junção de escolas com a denominação de "Grupo Escolar", podendo comportar de 4 a 10 escolas isoladas.

O primeiro grupo escolar de Sorocaba (Antonio Padilha) foi criado em 1896 e o segundo (Visconde Porto Seguro), em 1914, ambos na região central, com poucas vagas, ocupadas por crianças das famílias de maior prestígio da cidade. A falta de vagas era constante, conforme notícia publicada no Jornal Cruzeiro do Sul (20/01/1909, p.2), comunicando abertura de "inscripção as vagas que por ventura houver", havendo sorteio entre os inscritos. Na edição do dia 30/1/1909 (p.1), o jornal informava que foram matriculados 395 alunos e que 57 não seriam atendidos por falta de vagas.

Os mais pobres continuavam a freqüentar as escolas isoladas, inclusive nos bairros com predominância de população operária, Além Ponte e Além Linha. Somente em 1919 surgiu o terceiro grupo escolar, Senador Vergueiro, no Além Ponte, que concentrava população predominantemente espanhola e operária.

De acordo com o Relatório Anual da Prefeitura Municipal de Sorocaba, de 1919, a cidade contava com uma população urbana de 20.000 habitantes e de 20.600 nos bairros. Na população urbana havia 2.530 crianças em idade escolar, das quais, 1.348 iam à escola (53,2%); nos bairros havia 2.606 crianças em idade escolar, das quais, 937 (35%) estavam matriculadas nas 29 escolas isoladas existentes[1]. Esse cenário evidencia a precariedade do atendimento escolar no município, gerando reivindicações e discussões, amplamente exploradas por grupos políticos e pela imprensa local.

Movimentos sociais e educação escolar

Sorocaba, como centro operário, participou dos movimentos, por meio dos trabalhadores das fábricas têxteis e da estrada de ferro.

KOVAL (1982) registra a participação dos ferroviários e tecelões da cidade nas greves de 1904, 1911, 1914 e 1917. Em Sorocaba os operários, em princípio, organizaram-se em ligas profissionais representativas de cada segmento; em 1911, foi criada a Liga Operária de Sorocaba, reunindo representantes de todos os segmentos, demonstrando esforço para união dos interesses dos trabalhadores. A Liga criou duas Escola Modernas, racionais, conforme noticiou a edição de 14/04/1912 do Jornal "O Operário", o que indicava o engajamento dos trabalhadores na luta pela escolarização.

O jornal "O Operário", publicado entre 1909 e 1913, participou ativamente dos movimentos pela educação.

[1] Em 1880, Sorocaba contava com 12 escolas públicas isoladas. Em 1913, eram: 1 grupo escolar, 11 escolas isoladas, na sede do município, e 18 nos bairros que pertenciam ao 25º distrito educacional.

Os editores o definiam como "Orgam de defeza da classe operária, noticioso, litterário e de combate". Tinha como bandeira a defesa dos direitos dos operários; inicialmente a publicação teve orientação socialista e, na fase final, nota-se uma tendência anarquista. O surgimento do O Operário foi fortemente combatido pelo Jornal Cruzeiro do Sul, republicano, como demonstra a publicação datada de 30-9-1909, defendendo os donos e líderes das fábricas: "O Operário falseia os factos e não possue doutrina...[...] Mas então não é jornal. Mas então não merece respeito. As suas palavras são deshonestas e são traiçoeiras".

Os redatores do novo jornal, entre os quais estavam líderes ligados ao movimento operário, em cores fortes, denunciavam a exploração das crianças nas fábricas, os abusos contra as mulheres por seus chefes, a necessidade de educação dos filhos dos operários, mas também dos adultos; denunciavam os castigos corporais, e a exploração econômica. As condições de trabalho nas fábricas eram as mesmas das grandes cidades: baixos salários, 14 horas de trabalho, inclusive para crianças e mulheres; não havia descanso remunerado, faltavam escolas para as crianças e adultos analfabetos, as condições de higiene deixavam muito a desejar e o atendimento médico praticamente inexistia.

Em relação à educação, nota-se na leitura das edições, uma preocupação com a instrução do operário, procurando prepará-lo para o combate à burguesia, relacionando-a à liberdade, à democracia e à justiça. Quanto à educação escolar, evidencia-se nas reivindicações dos trabalhadores, a preocupação com a instrução e a visão da escola como um canal para a liberdade, para uma vida melhor para seus filhos.

> [...].escolas para os operários é a coisa mais necessária e mais santa que se possa imaginar, porque se abre, é um cárcere que se fecha. [...] é n'ella que se reconhece o valor da liberdade. Existem nessas fábricas uma quantidade enorme de creanças que estão na edade de freqüentarem escolas. Coitados...criam-se nas fábricas...nesses antros de entorpecimento sem nunca lembrarem-se que com a instrução e a força de vontade poderiam melhorar essas suas sortes (O Operário, n° 96, 1911, p.02).

Observa-se, ainda, que uma das bandeiras do operariado era a diminuição das horas de trabalho infantil, e não particularmente sua eliminação, para que a criança pudesse estudar. Essa reivindicação pode ser entendida quando se analisa as idéias de Marx e Engels. Nas

Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868, Marx afirma que a instrução das crianças, idealmente, deveria ser iniciada antes dos nove anos, mas, considerando as reais condições de vida dos operários, a criança, a partir dos nove anos poderia ser empregada, desde que o trabalho produtivo pudesse ser combinado com a educação (MARX e ENGELS, 1992). De acordo com o texto abaixo, as condições das crianças trabalhadoras não divergiam muito daquelas vivenciadas pelas crianças inglesas.

> [...] é triste para mim e outros que como eu se prezam em ser sorocabanos [...] ver uma multidão de pequenos, completamente analphabetos, trabalharem numa escura fábrica, desde às 5 horas da manhã até às 7 horas da noite...Pobres creanças! Que ser ´a d'ellas, assim ignorantes, por esse mundo de Deus? [...] devemos trabalhar pela victoria de nossa causa, devemos luctar pelas 8 horas de trabalho pois, com a diminuição das horas nos seus trabalhos elles terão tempo para se instruir para aprender a distinguir o bem do mal. Pois bem companheiros, não poupemos esforços para luctar em prol das 8 horas, ellas serão uma mensagem divina que nos livrará deste captiveiro e nos dará tempo para nos instruir (O Operário, n° 44, 1910, p.02).

Além da imprensa operária, a pesquisa procurou elementos concretos, embora parciais, que pudessem traduzir o esforço dos trabalhadores pela educação de seus filhos. O 3º Grupo Escolar de Sorocaba, sem dúvida, foi uma conquista operária, embora defendida também pelos setores dominantes, de acordo com os interesses já expostos. Criado em 1919, foi instalado no bairro espanhol, cercado pelas fábricas Santa Maria, São Paulo, atendendo também operários da N.S.da Ponte e Votorantim. Foram matriculados 408 alunos que nunca haviam freqüentado escola: 195 meninos e 213 meninas. O escolhido para dar seu nome à escola foi o líder político local (PRP), dr Luiz P. Nicolau de Campos Vergueiro, que recusou "modestamente", indicando seu bisavô, Senador Vergueiro para patrono. (Cruzeiro do Sul, 29/05/1919, p.02).

Os dados colhidos sobre as matrículas no ano de 1921 atestam a importância da escola para os trabalhadores.

TABELA 1

ALUNOS MATRICULADOS NO GRUPO ESCOLAR "SENADOR VERGUEIRO", EM 1921 – PELA PROFISSÃO DO PAI

PROFISSÃO DO PAI	ALUNOS
Operário	499
Advogado	2
Artista	2
Carpinteiro	2
Farmacêutico	1
Guarda-livros	2
Lavrador	4
Negociante	7
Pedreiro	1
Prefeito	1
Proprietário	12
Soldado	1
Total	534

Fonte: Livro de matrículas do Grupo Escolar "Senador Vergueiro"

TABELA 2

ALUNOS MATRICULADOS NO GRUPO ESCOLAR "SENADOR VERGUEIRO", EM 1921 – PELA NACIONALIDADE DO PAI

NACIONALIDADE DO PAI	ALUNOS
Espanhóis	181
Italianos	65
Portugueses	3
Sírios	2
Alemães	1
Subtotal	252
Brasileiros	282
Total	534

Fonte: Livro de matrículas do Grupo Escolar "Senador Vergueiro"

Considerações finais

Os resultados iniciais da pesquisa indicam uma relação entre os movimentos populares, representados pelos operários e pela imprensa, e a expansão da educação escolar sorocabana, com a criação do Grupo Escolar "Senador Vergueiro", como foi apresentado.

Apesar do discurso republicano de reforma da sociedade pela educação escolar, não houve ações governamentais para a sua concretização. As práticas políticas contradiziam o discurso liberal e progressista. Como registramos, anteriormente, as vagas do primeiro e do segundo grupos escolares da cidade, localizados na região central, eram destinadas aos filhos

da elite. Persistiam as condições de educação escolar anteriores à República, com o oferecimento de uma educação considerada burguesa e não popular, além da falta de educação prática para as classes menos favorecidas.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu, SP: Ottoni, 2002.

_____. **História de Sorocaba.** Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. **Sorocaba operária.** Sorocaba: Crearte. 2005.

FERREIRA, Valdelice Borghi. Instrução para todos: a educação escolar na imprensa. **Revista HISTEDBR on-line,** nº 21, mar. 2006, p. 153-165. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>.

GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano e SANDANO, Wilson. A escola em Sorocaba no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line,** n. 23, set. 2006, p. 32-45. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967**. S.P: Alfa-Ômega, 1982.

MARX e ENGELS. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 1998.

MENON, Og Natal. **Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República.** São Paulo: PUC, 2000 (Tese de Doutorado).

NAGLE, Jorge**. Educação e Sociedade na primeira República.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: 1889-1930.** Documentos, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

RELATÓRIO do Coordenador de serviços estaduais de saúde pública do município. Sorocaba, 1929. Disponível em <http://memoria.fua.org.br/intendia_municipal_1919>.

SILVA, Paulo Celso. **De novelo de linha à Manchester Paulista** – Fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba. Sorocaba, Projeto LINC, 2000.

WERNECK, Braulio. **Almanach illustrado de Sorocaba – 1914:** repositorio historico, literario e recreativo, com illustrações. Ed. fac-similar. Taquarituba (SP): Juracy Tenor, 2006.

SOROCABA. Jornal O Operário. Edições de 1909 a 1913. Gabinete de Leitura Sorocabano.

_____ Jornal Cruzeiro do Sul. Gabinete de Leitura Sorocabano e Fundação Ubaldino do Amaral.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A lavagem das escadarias de Nosso Senhor do Bonfim da Bahia: identidade e memória no final do oitocentos

Érika do Nascimento Pinheiro Mendes[1]

Resumo: O texto aborda a temática da memória e da identidade religiosa de africanos e afro-descendentes. O tema será abordado a partir do estudo do festejo da lavagem das escadarias da igreja de Nosso Senhor do Bonfim, localizada em Salvador. Objetiva-se analisar a comemoração como um lugar de memória e de elaboração de identidades afro-brasileiras, elaboradas no final do século XIX, quando ocorre uma maior inserção de africanos e seus descendentes na sociedade, também, pelo viés religioso.
Palavras-chaves: memória-identidade-religiosidade

Abstract: The text deals with the thematic of the memory and of the identity religious of the Africans and afro-descendents. The subject will be boarded from the study of festivity as the laundry of staircases of the church of Our Lord of Bonfim, located in Salvador. Objective to analyze the commemoration as a place of memory and elaboration of identities afro-Brazilians, elaborated and in the end of century XIX, when it occurs a bigger insertion of Africans and its descendents in the society, also, for the religious bias.
Keywords: memory-identity-religious

Objetiva-se neste texto analisar a importância da lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, o significado dessa comemoração como um lugar de memória e elaboração e reelaboração de identidades, no final do século XIX. Nosso enfoque está centrado na parcela da sociedade baiana composta por africanos e afro-descendentes. A lavagem é um momento de festejo religioso popular envolvendo várias camadas da sociedade baiana, principalmente, africanos e seus descendentes.

É um olhar para uma descontinuidade, a festa da lavagem, e sua importância diferenciada para os diversos grupos integradores da sociedade. A metodologia de análise utilizada é a da micro-história (ABREU, 1995). É uma proposta de análise que valoriza o detalhe e seu tratamento qualitativo. A mudança de escala adotada nos leva a colocar o objeto em outra perspectiva e a qualificá-lo.

A religiosidade é uma forma encontrada por homens e mulheres de construírem códigos, regras e leis que lhes possibilitem garantir a sobrevivência e a manutenção de seu grupo. A cultura tem dinâmica própria e acontece de formas variadas de acordo com o contexto histórico em que se vive (MUNANGA, 2006). A religiosidade deve ser vista como

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP.

uma experiência concreta, no caso da lavagem das escadarias do Bonfim, construída no interior de uma cultura e fruto de formas diversas de se relacionar com o sagrado.

O século XIX, na Bahia, é marcado por vários conflitos, vinda expressiva de cativos da África Ocidental, decadência da produção açucareira que prejudicaram muito a economia. A independência do Brasil não alterara o sistema escravista e uma série de revoltas escravas e federalistas vai colocando em questão a estrutura hierarquizada da sociedade baiana, a periferia de Salvador passa a ser marcada por um grande número de quilombos e terreiros.

Juntamente com a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, ganham popularidade as teorias racistas no Brasil. A abolição suscitou a redefinição da presença do negro e a reproposição de seu significado na sociedade brasileira, a qual se pretendia "[...] branca, cristã e europeizada" (MUNANGA, 2004:9-10). Com a República, a população afro-brasileira seria submetida a uma exclusão social, econômica, política e civil. Este novo regime não promoveu qualquer ação de integração do ex-escravo e de seus descendentes e sim uma exclusão não formalizada legalmente.

A elite no Brasil, em fins do oitocentos, tem um pensamento baseado na concepção ocidental de hierarquia racial e encara a diversidade racial brasileira como um entrave para a construção da nacionalidade. Com a abolição, surge uma nova categoria de cidadãos: negros e mestiços. As elites tinham o negro como inferior, então como transformar esta diversidade em uma identidade coletiva?

A capela do Senhor do Bonfim começou a ser construída em 1745 e sua inauguração ocorreu em 1745. Originalmente a lavagem era um ato singelo controlado pela igreja. A igreja era lavada por escravos. Aos poucos o ato da lavagem se popularizou e se transformou numa festa. O culto ao Senhor do Bonfim começa a assumir extraordinária importância em Salvador.

Segundo Manoel Querino (apud SALLES, SOARES, 2005) a festa teria se originado do culto a Oxalá[2]. Essa era uma cerimônia realizada às escondidas e fora da cidade, devido às perseguições por parte das autoridades. Com o retorno dos Voluntários da Pátria[3] este ritual teria sido juntado ao da lavagem, por gratidão, por estes negros e mestiços, dando notoriedade, no espaço urbano, ao culto a Oxalá. Para Ordep Serra (1995), a tradição da

[2] O culto a Oxalá é celebrado em Ifé e tem como características a lavagem de seus objetos sagrados com água recolhida em potes num rio consagrado ao Orixá. (Serra, 1995)

[3]Foram os assim chamados recrutas, em sua maioria negros e mestiços, que lutaram na Guerra do Paraguai, no século XIX.

lavagem teria assumido tais características devido à promessa de um soldado que lutou na Guerra do Paraguai. Este tipo de promessa religiosa era comum na cultura luso-brasileira.

A festa do Senhor do Bonfim teve seu começo no mês de janeiro. Iniciava-se no segundo domingo depois do Dia dos Santos Reis. Na quinta-feira anterior ao início da novena se dava a lavagem do santuário. Era organizada pela igreja e os escravos dos senhores da região faziam a lavagem.

A partir do século XIX, principalmente de meados do século, a festa assumiu características diferentes, tendo uma maior participação de negros que implantaram seus costumes. Para participarem da popular festa do Bonfim, os negros pediam permissão para utilizarem seus instrumentos e cantar em suas línguas maternas (VERGER, 1987).

Os nagôs, que no século XIX, formavam a maioria dos escravos baianos, celebravam em suas terras o culto ao Orixá criador, a quem atribuíam à condição de filho do Deus supremo e o status de Pai Soberano entre as outras divindades. Prestavam-lhe um culto especial em colinas fazendo procissão com potes de águas para lavagem do lugar sagrado. O Senhor do Bonfim, orago da sagrada colina, de um templo onde se celebrava com escorrer de água um rito periódico, é Jesus Cristo, o filho de Deus, invocado como Pai Soberano de todos os Santos.

Desta forma, a cerimônia da lavagem do Bonfim trouxe à memória desses escravos nagôs os ritos lustrais, praticados por seus antepassados, característicos do culto a Oxalá. Mas essa memória não é vista aqui como um resgate de um determinado tipo de culto praticado em África. Ela tem uma função social. Ela ocorre no presente e é englobante (VELHO, 1988), pois nestas festas populares religiosas as comunidades estreitam seus laços e mantêm sua identidade de grupo, celebrando também sua vida cotidiana.

É o momento em que esses africanos e afro-descendentes constroem uma identidade coletiva e se reconhecem enquanto comunidade solidária, mesmo que hierarquizada, pois as tensões e conflitos são camuflados (LUCENA, 2004). Os papéis sociais, ao longo da lavagem, são demarcados, ou seja, quem vai à frente, quem pode carregar potes com água. Desta forma é constituída a procissão da lavagem das escadarias. Em sua maioria composta por negros, principalmente depois de meados do século, e as mulheres vinham na frente carregando potes com água.

"A lavagem da igreja do Bonfim é, [...] um verdadeiro culto vivo, pois, para africanos, negros e mestiços [...] o *Senhor do Bonfim é o próprio Obatalá."* (NINA RODRIGUES, 2004:207). Esse culto vivo se dá na memória coletiva dessa parcela da população que participa do ritual da lavagem.

A memória é um fator importante para se conhecer o passado, segundo Lowental (1998). Para ele, o importante na memória é sua natureza coletiva e o valor do conhecimento que traz. O passado relembrado é ao mesmo tempo individual e coletivo. Para o conhecimento do passado são importantes os hábitos das pessoas e suas lembranças. As lembranças de uns confirmam e podem dar continuidade às de outros.

Segundo Halbwachs (1990), a memória se faz dentro dos grupos e nunca é construída sozinha. Ele privilegia as instituições nas quais os indivíduos participam e é essa participação que desencadeia a memória. Desta forma, podemos concluir que a memória se estabelece nas relações com o presente. E que lembrar não é refazer ou resgatar e sim construir "[...] com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado" (BOSI, 1994:53).

A memória é um processo permanente de construção e reconstrução, segundo Meneses (1992). Há um verdadeiro esforço por parte de grupos sociais para manter sua estabilidade. A memória de grupos coletivos se organiza e reorganiza o tempo todo em busca de adaptações. Como podemos notar no ritual da lavagem. Comemora-se tanto o Senhor do Bonfim como Oxalá, mas sob uma situação temporal e espacial muito diferente daquela ocorrida em África ou de forma escondida nos fundos das moradias de africanos e afro-descendentes que cultuavam Oxalá.

O que antes era a lavagem da igreja transformou-se na lavagem das escadarias e as mulheres negras tomaram a frente do ritual. O momento da lavagem passou a ser mais solene começando os festejos após a lavagem propriamente dita. Essas pessoas deram um formato ao ritual a partir da memória produzida. Mas este formato não é uma imitação de algo ocorrido no passado. Ele é uma construção diferente, o espaço e o tempo são outros, agora se trata do culto ao Senhor do Bonfim na colina onde fica sua igreja. As lembranças ocorrem nas relações desses indivíduos com esta nova religiosidade. A situação presente, que está sendo colocada, os faz lembrar e identificam-se mutuamente como parte de um mesmo ritual e o próprio ritual como constituinte de suas vidas.

A memória é entendida como os acontecimentos vividos pessoalmente. Mas a esses acontecimentos juntam-se todos os outros vividos como por tabela, como afirma Michael Pollak (1992). Para Pollak, a memória é construída por pessoas que procuram falar de outras pessoas que tiveram contato no decorrer da vida ou mesmo acontecimentos e lugares. Na memória coletiva esses lugares podem ser entendidos, também, como lugares de comemoração.

Sendo assim, podemos entender a lavagem das escadarias como um lugar de comemoração e de memória. O ritual permite que lembranças de vivências diretas ou não,

lembranças de eventos passados oralmente de geração à geração, venham à tona. O festejo dedicado ao Senhor do Bonfim traz consigo as lembranças dos rituais a Oxalá. Mas o ritual e a comemoração estão ocorrendo em um outro tempo, respondendo a solicitações do presente. A África acaba por ser lembrada também, mesmo por aqueles que já fazem parte da segunda ou terceira geração de africanos. A memória de uma África de onde vieram os antepassados e os Orixás, torna-se um lugar importante e fomenta um sentimento de pertença e unidade.

Segundo Ordep Serra (1995), as descrições da lavagem do começo do século XIX até sua proibição relacionam sempre os componentes carnavalescos do rito diretamente à presença negra, especialmente às mulheres negras. Todavia, a tradição ibérica de festas religiosas populares já envolvia, muitas vezes, uma tendência para a carnavalização. Já os rituais lustrais do culto a Oxalá são caracterizados pela solenidade, ordem discreta e silêncio. Com a proibição da lavagem da igreja e sua transferência para a escadaria tendo como executantes as mulheres negras, o ritual adquiriu um tom solene que não tinha antes.

Desta forma, podemos compreender que as memórias respondem às solicitações do presente e são todas culturalmente mediadas, como observa Portelli (1996). Os africanos e seus descendentes injetaram conflito e história na forma como a festa vinha ocorrendo. Era necessário reelaborar o andamento da festa como, também, o momento de minimizar a herança da escravidão e da sociedade excludente baiana.

> *A memória coletiva "[...] assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente se reavivada. É, por isso, que é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência e unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas." (MENESES, 1992:15).*

Esse reavivar é conseguido no momento da comemoração e participação dos fiéis.

A lavagem das escadarias é onde essa memória coletiva é reativada. A lavagem das escadarias é uma experiência religiosa concreta. Os grupos estão vivenciando aquele momento juntos, a identidade religiosa está presente como fator de unificação, ou seja, todos se identificam como filhos do Senhor do Bonfim e/ou de Oxalá, se identificam pela cor branca das roupas, pelo ato de purificação, pela religiosidade e por irem festejar juntos depois.

Há, também, batalha de memórias (POLLAK, 1989). Existe uma memória oficial e as subterrâneas. A lavagem do Bonfim era comandada por uma parcela da população branca e considerada "civilizada". A igreja controlava todo o andamento da festa. Aos pouco se popularizou e se transformou numa grande festa afro-baiana, principalmente depois de

meados do século XIX. Tal fato pode ser observado nos jornais, visto que as notícias de repúdio cresciam devido ao andamento que estava sendo dado à festa.[4]

As características da lavagem já não eram as originais. Resultando na perseguição das autoridades eclesiásticas e policiais a esta manifestação religiosa, ao longo do século XIX, decorrendo na proibição da lavagem da igreja em 1889. Isso mostra a vitória de uma celebração popular e negra sobre aquela produzida e promovida pela igreja e pela parcela da população branca. Mesmo com a proibição da lavagem da igreja a festa continuou ocorrendo em novas bases.

A memória subterrânea , que é aquela clandestina, proibida, ocupou "[...] a cena cultural" (POLLAK, 1989:5). A festa feita para Oxalá de forma escondida, veio à público com a reformulação da festa do Bonfim e a efetiva participação dos africanos e afro-descendentes. A memória da festa do Bonfim vencedora é de uma festa baiana feita por mães-de-santo negras.

A lavagem das escadarias do Bonfim é uma comemoração marcada pela tradição, lembrança, memória e identidade. A festa do Bonfim foi sendo uma forma de mobilizar a população de Salvador. Uma mobilização em torno do religioso, na crença religiosa seja no Bonfim ou em Oxalá ou nos dois ao mesmo tempo.

A festa é marcada pela religiosidade e por emoções oriundas de devoções. O festejo em torno do sagrado produz o efeito contagiante de aproximação entre as pessoas (LUCENA, 2004). A importância da religião para estas pessoas faz desses espaços religiosos lugares de identidades.

A identidade emerge em uma situação de contraste, manifesta-se no coletivo, não isoladamente, caracterizando-se pelo estabelecimento de fronteiras entre grupos (OLIVEIRA,1976). Os grupos percebem-se através das diferenças. Isto significa que o fator cultural não deve ser um critério utilizado *a priori* para diferenciá-los, pois a escolha dos traços culturais que irão garantir a distinção dos grupos dependerá dos grupos em presença e da sociedade em que estão inseridos.

Por mais que os africanos e afro-descendentes participantes do festejo fizessem parte de grupos diferentes, já que a diversidade étnica era grande a identidade que prevalecia era a religiosa. Esta levava todos a participarem da lavagem da escadaria. Essa identidade adquirida devido à trajetória de cada um e opções de escolha, fazia com que a lavagem não deixasse de existir e fosse reforçada como identidade religiosa de grupos diferentes.

[4] São artigos publicados no Jornal da Bahia que definiam a festa como um insulto à religião e moralidade.

A identidade religiosa surgia, também, como uma forma de amenizar as carências sociais. As "unidades" construídas pelas identidades o são dentro do jogo do poder da sociedade e da exclusão. Mas, segundo Hall (2000:110), não significa que sejam formadas unidades homogêneas. A busca por solidariedade, por reconstituição de famílias simbólicas não deixam de ser espaços de tensão. Essas festas religiosas populares foram uma das formas encontradas por essa população para amenizar as formas implacáveis e adversas da sociedade baiana excludente de fins do oitocentos.

A constituição desses festejos religiosos populares, em Salvador, é caracterizada pela formação de identidades que se definem não só por solidariedade e proximidades culturais de grupos trazidos pelo tráfico de escravos, como também, pelo diálogo com a sociedade de uma forma mais ampla. Vários fatores interagem para a formação dessas identidades: as diferentes experiências socioculturais dos lugares de origem, o impacto da travessia do Atlântico, a chegada ao Novo Mundo e a conseqüente inserção em outra realidade social. Essa busca por um espaço religioso, na sociedade, é marcada por negociações internas e externas, tensas ou não, quando estes grupos procuram afirmar suas identidades e visões de mundo.

Este espaço territorial religioso, aparece como um dado necessário à formação de identidades. As relações passam a ser pensadas a partir das especificidades deste território. É o espaço que se contrapõe à uniformização da cultura dominante (SODRÉ, 1988). Diferencia-se do modelo universalista europeu de local sagrado e passa a ser a base de sustentação de uma sociabilidade popular, busca por locais próprios e adequados à expansão identitária do grupo.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. "Historiografia: uma revisão". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?". In SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOWENTAL, David. Como conhecemos o passado? *Projeto História*. São Paulo, n. 17, nov. 1998.

LUCENA, Célia. Imagens e significados do banquete na Festa do Rosário. *História Oral*, n. 7, junho de 2004.
MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Vértice, 1990.
MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
_____. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.
NINA RODRIGUES, Raymundo. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Editora de Brasília, 2004.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 10, 1992.
_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 3, 1989.
PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
SALLES, Ricardo e SOARES, Mariza. *Episódios de história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DPA/FASE, 2005.
SERRA, Ordep. *Águas do rei*. Ptrópolis, RJ: Vozes, 1995.
SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a formação social negro-brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto, uma visão antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, out.-dez., 1988.
VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Padre Alexandre de Gusmão e o Seminário de Belém. O Ensino das "Letras" e "Honestos Costumes" na América Portuguesa (séculos XVII-XVIII)

Lais Viena de Souza[1]

Resumo: No ano de 1686, o educador e intelectual, padre Alexandre de Gusmão S. J. (1629-1724) iniciou no Recôncavo baiano a fundação do Seminário de Belém. Com o objetivo principal de formar "bons cristãos", nos "santos e honestos costumes", destinava-se este internato secundário a meninos do "sertão" e "partes desamparadas da doutrina cristã" da América Portuguesa. Segundo relatos de cronistas e literatos, o Seminário de Belém contava com uma boa estrutura física, e a Igreja de Nossa Senhora de Belém era famosa pela devoção local, e foi descrita como muito bem ornada. Nesta comunicação, busco discutir o Seminário de Belém enquanto instituição religiosa de ensino, apresentando suas normas e práticas pedagógicas, visando assim contribuir para os estudos históricos da infância e da educação no período colonial brasileiro.
Palavras-chave: Educação infantil/ Catolicismo/ Brasil Colonial

Abstract: In 1696, the preceptor and intellectual, priest Alexandre de Gusmão S. J. (1629-1724) initiated the construction to "Seminário de Belém". This center to secondary studies preoccupied to mould "good Christians" according to the modern Catholics ideas, and was destined to instruction boys from "sertão", areas distant from colonial cities. Chronicler and writers related the "Seminário de Belém" structures like to organized, and the church "Nossa Senhora de Belém" was very famous cause the fame with local devotion and decor. This study aims to analyze the "Seminário de Belém" like a religious institute, with rules and pedagogic practices, to this way contribute to history's studies about infancy and education in the age of Colonial Brazilians'.
Keywords: Childish Education/ Catholicism/ Colonial Brazil

Em "Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebrom", o padre Alexandre de Gusmão contou que, sob "patrocínio, & providencia" de Nossa Senhora de Belém, logrou fundar "na era de 1686" um Seminário para os meninos "do certaõ, & partes remotas, & desamparados da doutrina, & criação" (GUSMÃO, 1715: 362 e 364). Nesta obra, em que o jesuíta discorreu sobre "os singulares favores, com que a soberana Virgem Mãy de Deos honrou, & regalou a seus mais amados filhos da Companhia de JESU", destacou um dos principais ministérios dos inacianos, a "creação dos meninos" (GUSMÃO, 1715: 356). No empenho do ensino catequético e/ou em seus colégios e universidades, a Companhia de Jesus buscava levar "o conhecimento e amor do Criador e Redentor" (FRANÇA, 1952: 119). Segundo padre Gusmão, os Seminários rendiam muitos frutos na tarefa de propagação da Fé Católica, e como

[1] Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

exemplo narrou a experiência do "Seminário de Belém do Brasil", que em princípios do século XVIII estava sob sua administração (GUSMÃO, 1715: 362).

Naqueles anos, e já com adiantada idade, o padre lusitano Alexandre de Gusmão (*1629 †1724) figurava com proeminência na Companhia de Jesus no Estado do Brasil. Foi provincial (1684 a 1688 e de 1694 a 1697), vice-provincial (1693 a 1694), mestre de noviços, reitor dos Colégios de Santos, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, e também foi professor de Filosofia, Teologia e Moral (LEITE, 1945, TOMO VII: 291; MACHADO, 141-1749: 95). Destacou-se como "insigne Orador", "mestre jubilado", "escritor doutíssimo" (PEREIRA, 1939:78). Escreveu obras apologéticas, ascéticas e morais como, "Escola de Bethlem Jesus Nascido no prezepio" (1678), "História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito" (1682), a já citada "Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebrom" (1715), e "Eleyçam Entre o bem & o mal eterno" (1720). Destaque para o tratado de educação infantil, "Arte de crear bem os Filhos na idade da Puerícia" (1685), em que, numa perspectiva moral e religiosa, o jesuíta buscou discutir as obrigações de pais e mestres, e os principais cuidados físicos, afetivos e espirituais com a criança, desde o nascimento à juventude.

Este artigo/ comunicação apresenta uma discussão sobre a experiência do Seminário de Belém (1686-1759) enquanto projeto de educação formal e religiosa infanto-juvenil no mundo luso-brasileiro. O Regulamento do Seminário (1694 e 1696) concentra pontos fundamentais para entender esta instituição jesuítica. Constituindo deste modo, importante fonte para um estudo sobre educação e infância na América Portuguesa em fins do século XVII e meados do século XVIII. No primeiro parágrafo do Regulamento estava posto que o objetivo do Seminário fosse "criar os meninos em santos e honestos costumes, principalmente no temor de Deus, e inclinação às coisas espirituais, afim de saírem ao diante bons cristãos." E, para "além disto", "hão-se aprender a ler, escrever, contar, gramática e Humanidades". (In. LEITE, V, 1945: 180).

Estava assim posta uma fórmula cara à pedagogia jesuítica: *scientia et mores*, *virtus et litterae,* o ensino das ciências e das Letras com proveito da Fé (HANSEN, 2002: 75). Philippe Áriès identificou no século XVII, concomitante à prédica de cristianização da sociedade, o processo moderno de escolarização da infância (ARIÈS, 1978: 164). Através do *Ratio Studiorum* (1599), código universal da pedagogia jesuítica, percebe-se que a intenção declarada era de ensinar com as "letras", "os costume dignos de um cristão", e assim "moldar a alma plástica da juventude no serviço e amor de Deus" (FRANÇA, 1952: 181). Na "arte de instruir" os infantes, escrevia o celebre Erasmo de Roterdã (*1469 †1536), o principal constituía em fazer "com que o espírito ainda tenro receba as sementes da piedade", e assim

ensinar a ter amor pelas belas artes, cumprir os "deveres da vida" e por fim, habituá-los "com as regras da civilidade" (ERASMO, 2005: 123).

O Seminário de Belém dedicava-se ao ensino correspondente às "Classes Inferiores", ou seja, Gramática (latina), Retórica e Humanidades (FRANÇA, 1952: 192-214). Consta no Regimento do Seminário, além destas três matérias, o ensino de Solfa, que deveria ser ministrada por um secular diariamente após a lição vespertina. No inventário de bens do Seminário de 1759, foi listado um órgão "muito velho e seu banquinho" e um cravo "velho e sem cordas", que deviam ser usados na liturgia aos Sábados acompanhando a Ladainha e, provavelmente nas aulas de Música (AHU, 4894). O Seminário, portanto distinguia-se dos colégios, por seu caráter de internato, distinto também das faculdades e Noviciados pela sua exclusividade no ensino infanto-juvenil. Os alunos ingressavam com no máximo treze anos, concluindo seus estudos entre cinco ou seis anos (In. LEITE, V, 1945: 183 e 187).

Para admissão dos alunos, deveriam ser levantadas informações "acerca dos costumes, e da pureza do sangue", proibindo-se os que tinham "mácula de sangue judeu", e até o 3º grau dos que tinham "alguma mistura de sangue da terra, a saber, de índio ou de negros mulatos ou mestiços". Exigência afrouxada no próprio Regulamento, pois não era necessária a "exacção, que se costuma quando se trata de admitir alguém na Companhia". No décimo parágrafo estava posto que não fossem admitidos os naturais ou estudantes da Cidade da Bahia (In. LEITE, V, 1945: 182). Padre Gusmão declarou sua preocupação com a instrução de meninos pobres, e também das partes afastadas dos centros urbanos coloniais (GUSMÃO, 1715: 362).

Sobre as origens sociais dos estudantes, vale destacar uma carta do governador Antonio Luis Gonsalves da Câmara Coutinho (Bahia, 9 de julho de 1692) em resposta a D. Pedro II (Lisboa, 4 de março de 1692), que pedia que o informasse sobre a pertinência de envio de esmolas reais ao Seminário, anteriormente solicitadas pelo padre Gusmão. O governador afirmou ao rei que, para além da Fazenda real estar em dívidas, os estudantes eram "filhos de homens ricos", que ajudavam a sustentar o Seminário com "algumas esmolas" (APB, Ordens Régias, doc. 68; BN, 1936: 70-72). Estas "esmolas" a que o governador referiu, talvez fossem os 30$000 réis pagos anualmente em espécie ou em gêneros, como açúcar e farinha, pelas famílias dos estudantes (In. LEITE, V, 1945: 181).

Por volta de 1730, o historiador Sebastião da Rocha Pitta informou que o Seminário crescia em "fervor de doutrina e concurso dos Seminaristas", e "de todas as partes do Brasil lhe enviavam muitas pessoas principais filhos e parentes" (PITTA, 1950: 278). Segundo padre Gusmão, até 1710 havia passado pelo Seminário mais de quinhentos

estudantes, tendo muitos destes saído "para varias Religiões, & estado Sacerdotal" (GUSMÃO, 1715: 364). São destacáveis alguns ilustres estudantes, como Bartolomeu Lourenço "de Gusmão" (*1685 ou 1686 † 1724), famoso por seus experimentos com um precursor do aeróstato, seu irmão Alexandre de Gusmão (*1695 † 1753), diplomata da corte de D. João V, e o "primeiro Santo brasileiro", Frei Galvão (*1739 † 1822).

O Seminário de Belém foi erigido às margens do rio Pitanga e a 230 metros acima do nível do mar, distante uma légua da Cidade de Cachoeira (SOUZA, 1975: 63-65). O terreno, provavelmente doado pela poderosa família Aragão, compreendia além do prédio físico do Seminário, uma fazenda anexa de duas léguas que servia para seu abastecimento, com uma horta, alguns tanques de água e um criatório de peixes (LEITE, V, 1945: 176). As pedras iniciais foram lançadas em 13 de abril de 1687, e neste mesmo ano enviou padre Gusmão a planta do Seminário (Imagem I) para o Padre Geral da Companhia em Roma (MACHADO, 1759: 96; LEITE, V, 1945: 190 e 192). Do Seminário, apenas testemunha hoje a Igreja de Nossa Senhora de Belém (ver Imagem II).

Levando em consideração a proporção da planta em relação à Igreja de Belém, percebe-se que o Seminário contava com uma estrutura bem ampla. No Inventário de Bens (1759) foi descrita, além da Igreja e da Sacristia, a Portaria, uma casa de Hóspedes, vários cubículos para os estudantes, duas salas de aula, uma despensa reservada, e a capela das Congregações. Na parte ao norte, havia outros cubículos para os padres assistentes, a "Casa da Livraria", e em outro corredor na parte de baixo, "huma despensa, cozinhas e refeitório, e na parede fronteira dous esguechos de Lavar as mãos". Informou ainda, sobre a existência de um cemitério, que em 1759 não estava concluído (AHU, 4894). Padre Gusmão afirmou que as acomodações eram suficientes para abrigar cerca de duzentos meninos (GUSMÃO, 1715: 362).

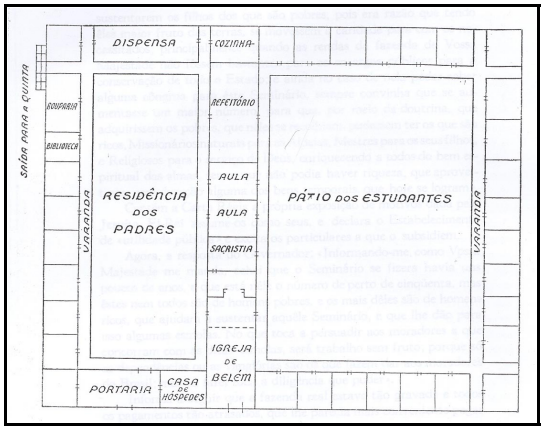

Imagem I – Cópia da Planta do Seminário de Belém. 4 de junho de 1687. (LEITE, V, 1945: 166)

Na opinião do padre Gusmão, excetuando a igreja do Colégio da Bahia, era a Igreja de Nossa Senhora de Belém "a mayor, & mais fermosa do Brasil" e sua Sacristia "a mais linda, & de ricas pessas, que o Brasil tem." (GUSMÃO, 1715: 362). O "peregrino" de Nuno Marques Pereira admirou-se em Belém do "primor, e arte, com que está feito aquelle sagrado Templo", e "em tal proporção toda a igreja, que em nada se lhe póde pôr tacha; mas antes tem muito que se engrandecer, e louvar" (PEREIRA, 1939: 76). As torres da Igreja (a esquerda ruiu antes de 1759) foram ornadas com louça chinesa, testemunho do fluxo comercial/ marítimo do império português entre os séculos XVI-XVII. O forro da Sacristia era decorado ao estilo oriental com pequenas guirlandas de flores de vários matizes pintadas possivelmente pelo missionário francês Padre Carlos Belleville S. J. (*1657 †1730) (LEITE, 1953:129).

A Igreja de Nossa Senhora de Belém foi notabilizada pela "grande devoção" e "muytas romagens". Frei Agostinho de Santa Maria narrou em seu "Santuário Mariano" (1722) sobre a "milagrosa imagem de Nossa Senhora de Belém, que se venera no Seminário da Companhia na Cachoeira". A Imagem feita de madeira tinha estatura "de huma perfeytissima mulher (...) de joelhos com as mãos levantadas, & os olhos postos no Santíssimo Filho Menino, que está reclinado em hum berço" (SANTA MARIA, 1722: 225). Representando a Natividade do Senhor, as imagens de Maria, José e Jesus no presépio ocupavam o lugar central do altar da Igreja (AHU, 4984). Na opinião do padre Gusmão, era a imagem de Nossa Senhora de Belém "das mais fermosas, & veneráveis, que se tem visto, [e] foy tirada pela da Madre de Deos em Lisboa, que fizeraõ os Anjos" (GUSMÃO, 1715, 365).

Imagem II – Igreja de Nossa Senhora de Belém. Povoado de Belém, Cachoeira – BA. Autoria de Fabrício Lyrio dos Santos, 2006.

Padre Alexandre de Gusmão contou casos de pessoas da vizinhança e do "sertão" que buscavam no Seminário, o socorro "para bem de suas almas, & para implorarem da Senhora o remédio de suas necessidades". Um quadro de Nossa Senhora de Belém, segundo o padre Gusmão, era muito requisitado pela "boa hora" que dava às parturientes, curando milagrosamente uma mulher que padecia com um feto morto em seu ventre, e outra que estava doida e ficou sã. O azeite da lâmpada de Nossa Senhora de Belém, contou o padre, havia sarado uma mulher de "bexigas", e à sua Imagem na Igreja acorriam endemoniados. Frei Agostinho repetiu uma história contada pelo padre Gusmão, de um menino que ressuscitou do caixão pela invocação a Nossa Senhora de Belém (GUSMÃO, 1715: 365 e 366; SANTA MARIA, 1722: 226). Entusiasmado, concluía então o padre Gusmão que,

> *se a santíssima Virgem cõtinuar suas maravilhas nessa sua Imagem, como costuma em outras muytas, sem duvida será a Igreja de Belém hum Santuário de muyta devoção, como já começa a ser, assim pelos muytos devotos, que acodem a esta Senhora em suas necessidades, como pelos que levados da curiosidade, vem a ver o aceyo de seu Altar, & curiosidade e sua Igreja (GUSMÃO, 1715: 368)*

Padre Gusmão, tratando da devoção à "Rainha dos Céus" na Companhia, contou que no Seminário de Belém "todos os dias os que nelle são criados no amor, & devoção da Virgem santíssima, depois de haver saudado a Senhora, costumão saudar a seu Santo Esposo, & Sãtos Pays" (GUSMÃO, 1715: 264). Em cada lado do altar-mor da Igreja estavam as imagens de Santa Anna e São Joaquim, que tinham seis palmos (cerca de 1,32 m) e roupas "estufadas de ouro" (AHU, 4894). "Criados conforme ao espírito de Christo", os estudantes viviam segundo o padre Gusmão, "em clausura ao som de campainha, com summa obediência, & sugeyçaõ aos Mestres" (GUSMÃO, 1715: 362). Segundo a "Ordem que se deve guardar no Seminário de Belém", os meninos iniciavam seu dia na Igreja de Belém, realizando as preces matutinas e assistindo a Missa. Depois da ceia, ouviriam a lição espiritual e imperativamente "visitarão o Senhor e a Senhora na Igreja, aonde farão brevemente exame de consciência, rezarão as preces noturnas e se irão deitar" (IN. LEITE, V, 1945: 188).

Educados na "devoção da Senhora" e "temor de Deus", os meninos todos os dias faziam exercícios espirituais para assim lhes intimar "pureza da alma, & mais bons costumes". Aos Domingos aprendiam a Doutrina, e em "todas as festas de Christo, & da Senhora" comungavam (GUSMÃO, 1715: 362 e 363). No inventário (1759) foram listadas várias flores de papel "uzadas, e sem valor" pertencente aos "trastes" da Congregação do Menino Jesus. Estas flores simbolizavam os "actos de virtudes, & mortificações" que eram registradas e ofertadas á Virgem pelos estudantes (GUSMÃO, 1715: 363). As Congregações eram grupos diários de estudo em que "os que dezejavam ajuntar com as letras a devaçam, se

ajuntavam em hua das classes, onde faziam oraçam por algum tempo diante da Imagem da Virgem, & liam meya hora de liçam espiritual" (GUSMÃO, 1685: 287). O intuito era formar crianças virtuosas, "bons cristãos", que tivessem domínio de suas paixões e imitassem a Cristo, através da oração, meditação e asceses (RAPP, 1973: 193). Aos que desobedecessem, ou causassem "escândalo grave em matéria de castidade", o Regulamento determinava a expulsão (IN. LEITE, V, 1945: 183).

Na organização e cotidiano do Seminário de Belém, entrevistos em seu Regulamento, percebem-se a idéia premente de "criar os meninos em santos e honestos costumes". O aprendizado das "Letras", a Gramática, as Humanidades, a Retórica e a Solfa se fazia em meio a um cenário de religiosidade. Os meninos freqüentavam diariamente a Igreja, que era famosa pelos seus "milagres" e romarias no Recôncavo baiano. O Seminário de Belém refletia deste modo, a proposta fundamental da pedagogia jesuítica, ao buscar incutir as "práticas da virtude" da Fé Católica e ensinar as "Letras" aos filhos das "melhores" famílias da América Portuguesa de fins do século XVII a meados do século XVIII.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaskman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BOTO, Carlota. *O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes*. In. FREITAS, Marcos e KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. pp. 11-60.

Carta ordenando ao governador do Brasil que informe quanto ao estado em que se acha o Seminário fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus, no sítio da Cachoeira, para educação de moços pobres, dizendo se pagas as consignações e aplicações da Fazenda, pode caber algum côngrua para o mesmo Seminário (4/03/1692). **Arquivo Público da Bahia. Ordens Régias.** Documento 68. Livro 02. Rolo 01.

Carta para sua Majestade sobre se pedir uma côngrua para os filhos dos moradores que estudam no Seminário (Bahia, 9/07/1692). **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Volume XXIV. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1936. pp. 70-72.

ERASMO. **De Pueris** e **Civilidade Pueril**. Tradução, Introdução e Notas de Luiz Feracine. São Paulo: Editora Escala, 2005.

FRANCA, Leonel S. J. **O método pedagógico dos Jesuítas.** O Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952.

GUSMÃO, Alexandre de. **Arte de crear bem os Filhos na idade da Puerícia**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1685.

GUSMÃO, Alexandre de. **Rosa de Nazareth nas montanhas de Hebron.** Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1715.

HANSEN, João Adolfo. *Educando príncipes no espelho*. In. FREITAS, Marcos e KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. pp. 61-97.

Instrumento do Inventário dos ornamentos, ouro, prata e mais alfayas, pertecentes a Igreja do Seminário de Bethlem, que foi dos Religiozos da Companhia denominada de Jesus. (1759 e 1760). **Arquivo Ultramarino. Projeto Resgate. Fundo Castro de Almeida**. Bahia. Caixa 26. Documento 4894.

LEITE, Serafim. **Artes e Ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760).** Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomos V, e VII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana**. Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1759. pp. 95 e 96.

Ordens para o seminário de Belém conforme ao que mandou Nosso reverendo Padre em uma sua de 28 de janeiro de 1696, e em outra antecedente de 16 de janeiro de 1694 ao Padre Provincial (Gésu, Colleg, 15) In. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. TOMO V da Bahia ao Nordeste. Século XVII-XVIII Cap. VII Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Lisboa: Livraria Portugália, 1945. pp. 180-189

PEREIRA, Nuno Marques. **Compêndio narrativo do Peregrino da América**. 6º edição. Vol. I Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1939.

PITTA, S. Rocha. **História da América Portugueza.** Coleção de Estudos brasileiros. Série Marajoara. Vol. 7. 3ª ed. Salvador: Livraria Progresso Edelorar Águia e Souza LTDA, 1950.

RAPP, Francis. **La Iglesia y la vida religiosa em Occident a finis de la Edad Media**. Nueva Clio. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. **Santuario mariano e Histórias das Imagens milagrosas de Nossa Senhora.** Tomo IX. Lisboa: Officina de Antonio Pedrozo Gabram, 1722.

SOUZA, Antônio Loureiro. *Belém da Cachoeira*. In. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. n° 85. Salvador, 1972-1975. pp. 63-77.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um novo objeto para os estudos sobre memória: mortes e funerais de presidentes republicanos

Douglas Attila Marcelino*

Resumo: Recentemente, vários historiadores têm se voltado para o estudo dos mecanismos de construção de memórias. Com isso, temas de pesquisa como as festas cívicas e eventos rememorativos de acontecimentos históricos ganharam importância. Esta pesquisa estuda a morte e os funerais de presidentes brasileiros republicanos como instrumentos para a análise das reconstruções de uma memória política nacional, entendendo tais episódios como momentos favoráveis para a produção de uma certa biografia do morto ilustre e para a reconstrução de uma determinada versão da história do país. Assim, os funerais de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves serão objetos importantes de investigação, além da construção de monumentos e de outras formas de construção de memória relacionados com a morte desses presidentes.
Palavras-chave: Presidentes – Memória - Morte

Abstract: Recently, several historians have been studying the mechanisms of construction of memoirs. Like this, research themes as the civic parties and rememorative events of historical events won importance. This research studies the death and the republican Brazilian presidents' funerals as instruments for the analysis of the reconstructions of a national political memory, understanding such episodes as favorable moments for the production of a certain biography of the illustrious dead and for the reconstruction of a certain version of the history of the country. Like this, Getúlio Vargas's funerals, Juscelino Kubitschek and Tancredo Neves will be important objects of investigation, besides the construction of monuments and of other forms of construction of memory related with those presidents' death.
Keywords: Presidents - Memory - Death

O campo de estudos sobre fenômenos como rituais, festas, cerimônias e comemorações parece, hoje em dia, já possuir seu lugar consolidado na historiografia de modo geral. As renovações no âmbito da história política, seu entrecruzamento com a história cultural e com outras disciplinas como a antropologia, a sociologia e a psicologia, trazem no seu bojo novos objetos de análise, ramificando-se ainda para os planos dos imaginários sociais, das representações e mitologias políticas, da invenção de tradições, da conformação de identidades coletivas e das chamadas culturas políticas. Certamente, é possível delinear diversas tendências teóricas dentro deste grande arcabouço de questões que sobressaltam o território do historiador. Não obstante, a preocupação com a dimensão simbólica da vida coletiva sobressai a praticamente todas elas, trazendo consigo uma reviravolta crítica acerca de determinados pontos até pouco tempo atrás tidos como consensuais. A ruptura com a concepção de que o imaginário e as representações políticas são apenas epifenômenos de uma

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista do CNPq.

realidade social definida *a priori*, por exemplo, conforma-se como um dos alicerces dessa espécie de rearticulação teórica. Outras importantes inflexões para um enriquecimento deste campo, entretanto, parecem demorar um pouco mais para se concretizarem efetivamente, particularmente no que concerne ao âmbito da historiografia brasileira.

Este parece ser o caso das discussões acerca do lugar dos ritos, rituais e festividades no contexto das sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo em que se mostram cada vez mais afirmadas certas convicções que fundamentariam este tipo de análise, a feitura de novos trabalhos sobre como tais fenômenos se verificaram na história brasileira mais recente ainda se mostra muito aquém da produção dispensada aos mesmos objetos em outras conjunturas históricas, como o período colonial.[1] Refiro-me, no primeiro caso, às reflexões teóricas que, contrapondo-se às concepções fundamentadas na tradição durkheimiana de que somente se poderia falar de ritual para as "sociedades tradicionais", fundamentadas na religiosidade (DURKHEIM, 1996), defende uma extrapolação do conceito também para a contemporaneidade (redimensionando, assim, o papel do plano simbólico e da ritualização na história recente). Nesse âmbito, chegamos a propostas de inversões radicais das concepções mencionadas, na medida em que determinados autores passaram a defender que, mais do que em outras, é nas sociedades contemporâneas mais complexas que os mitos e os ritos assumem um papel fundamental (KERTZER, 1988). Outros analistas, por sua vez, partiram para proposições mais comedidas e interessantes, defendendo o estudo dos rituais na história recente a partir da rejeição de "dois obstáculos: seja a idéia de uma certa diminuição dos rituais em nossas sociedades, na escala da geração; seja vê-los por toda a parte" (SEGALEN, 1999).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que foram sendo matizadas concepções tão propaladas há algum tempo, como as de que teria havido uma quase completa "desritualização" do mundo a partir da modernidade, as pesquisas brasileiras sobre rituais e festividades, em sua grande maioria, chegaram no máximo ao início do período republicado ou, quando muito, ao Estado Novo. Considerando mais estritamente as ritualizações e simbolizações relacionadas à morte, por sua vez, verificamos que praticamente inexiste uma historiografia sobre a questão no pós-1930 da história brasileira. Se as cerimônias fúnebres ainda são menos estudadas do que as festas cívicas, mesmo em outros períodos históricos, ainda assim a ausência não se justifica, pois importantes trabalhos têm sido produzidos sobre outras conjunturas.[2] É com o objetivo de enriquecer este campo de estudos sobre a história

[1] Ver algumas referências da produção sobre o tema na bibliografia ao final.
[2] Para todos os casos citados, ver algumas indicações na bibliografia.

recente, portanto, que propomos a análise dos rituais fúnebres de presidentes brasileiros do pós-30, particularmente aqueles de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Como indicaremos, tais funerais assumiram traços bastante peculiares e constituem-se como possibilidades de acesso ao estudo de uma das áreas de ponta do que se tem chamado de "nova história política": o da memória e dos usos políticos do passado.

De fato, as mortes e os funerais de presidentes parecem momentos interessantes para o estudo das disputas em torno de suas memórias. Apesar do estudo de funerais não ser algo propriamente novo na historiografia, somente recentemente têm-se discutido mais profundamente seu papel na construção de uma memória política nacional, sendo uma lacuna importante a ausência de estudos sobre o fenômeno na história brasileira mais atual. Acompanhando o direcionamento de parte importante da historiografia para problemáticas relacionados ao campo da memória nas últimas décadas, certos autores têm consolidado pesquisas relevantes sobre o tema, sobretudo no que diz respeito a determinadas realidades nacionais do século XIX. Assim, as reflexões de Fernando Catroga para o caso português, por exemplo, podem servir como um interessante ponto de partida àqueles preocupados com as conformações assumidas por tais fenômenos no século XX ou em outros países (TORGAL, MENDES, CATROGA, 1998). Para além das mortes e funerais como eventos relevantes à reflexão sobre disputas memorialísticas, nossa pesquisa se volta também para formas de rememoração posteriores, que tomam justamente tais acontecimentos como objeto. Nesse sentido, a indicação da vasta produção de lembranças sobre tais fenômenos, seja no que diz respeito a eventos de rememoração ou a outros planos como a produção de literatura de cordel, possibilitará demarcar a própria importância que eles ganharam no imaginário nacional e na consolidação de certos mitos sobre a história do país.

Os funerais de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves

No dia 24 de agosto de 1954, horas depois do disparo com o qual Getúlio Vargas selou sua vida, a capital da República tornou-se palco de intensas agitações por conta do suicídio do presidente.[3] Muitas pessoas, ao saberem da morte de Vargas, foram imediatamente ao Palácio do Catete, onde permaneceram horas em busca da possibilidade de ver o corpo. As demais ruas do Rio de Janeiro, próximas à sede do governo, também foram tomadas por

[3] Esta narrativa está baseada nas edições de grandes periódicos lançados logo após as mortes dos "presidentes" destacados, entre eles os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo* e a revista *Manchete.* Devido aos limites deste artigo, optamos por evitar as várias citações que seriam necessárias no decorrer do texto.

populares desde cedo. Pela tarde, distúrbios mais violentos aconteceram, quando centenas de pessoas, armadas com pedaços de madeiras e dando vivas ao presidente morto, percorreram as ruas da cidade, rasgando cartazes de propaganda dos candidatos antigetulistas. Grupos da Polícia, do Exército e da Aeronáutica foram chamados para conter a população, mas, ainda assim, houve a depredação de edifícios, como o da *Esso*, além das ameaças que pairaram sobre a sede do jornal *Tribuna da Imprensa*, da *Rádio Globo* e da Embaixada Americana. Na Praia do Flamengo, quando a notícia da morte de Vargas foi veiculada pelo rádio, carros particulares, táxis e coletivos pararam em plena avenida e seus passageiros, estupefatos, se dirigiram aos passageiros de outros carros, procurando por informações, como se não quisessem dar crédito ao que ouviam nos rádios. Outras capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Recife também foram alvos de agitações. As mais graves ocorrências aconteceram em Porto Alegre, quando a população incendiou dois jornais e uma emissora de rádio identificados como oposicionistas ao governo Vargas.

Estatísticas de órgãos de imprensa getulistas, como o jornal *Última Hora*, estimaram em um milhão de pessoas a multidão que teria passado pelas imediações do Palácio do Catete no dia 25. Dali saiu um enorme cortejo fúnebre em direção ao aeroporto Santos Dumont. Já a revista *Manchete* descreveria o mesmo acontecimento como "uma das maiores manifestações populares jamais verificadas no Brasil". As fotografias do período dão conta de uma enorme multidão a percorrer o trajeto em direção ao aeroporto, a partir do qual o corpo de Getúlio Vargas seguiu para o sepultamento em São Borja, sua cidade natal.

A marcha em direção ao aeroporto durou cerca de quarenta minutos e foi marcada por um grande número de desmaios e incidentes. Em vários episódios, os populares procuraram ditar os rumos do cortejo fúnebre, como aconteceu na área militar do aeroporto: indiferente aos vários fuzis dos soldados da Aeronáutica que apontavam para o campo de pouso, a multidão arrebatou o caixão da carreta e ingressou no local, cantando o Hino Nacional. Em seguida, os restos mortais de Getúlio Vargas foram conduzidos para São Borja, onde seriam vistas diversas outras cenas de forte apelo emocional.

Episódio semelhante aos funerais de Getúlio Vargas somente aconteceria durante o regime militar, com a morte e o cerimonial fúnebre do ex-presidente Juscelino Kubitschek, em 22 e 23 de agosto de 1976. Vítima de um fatídico acidente na Via Dutra, quando o Opala em que viajava junto ao seu motorista chocou-se com um caminhão, Juscelino ainda detinha uma popularidade que contrastava com os vários anos de ostracismo em que esteve afastado da vida pública pelo regime militar. No dia seguinte ao episódio de sua morte, cenas de forte carga simbólica seriam vistas nas homenagens à sua memória prestadas nos cortejos fúnebres

do Rio de Janeiro e de Brasília, os quais reuniram também um número bastante expressivo de pessoas. As cenas de forte comoção popular, na verdade, já podiam ser percebidas logo depois que as transmissoras de rádio começaram a divulgar a notícia do acidente. Muitas pessoas se dirigiram ao Instituto Médico Legal buscando informações sobre a hora da chegada do corpo do ex-presidente ao Rio de Janeiro.

Foi em torno do edifício da revista *Manchete*, na Praia do Russel, no entanto, que ocorreriam as cenas mais comoventes. O número de pessoas que participaram do velório foi calculado em torno de cinco mil. O episódio foi marcado por momentos de grande emoção, uma vez que gritos e choros intermitentes eram ouvidos com freqüência por todo o saguão do edifício da *Manchete*. Na rua, milhares de acompanhantes cantavam a música preferida do ex-presidente, *Peixe Vivo*, e entoavam os hinos Nacional, da Independência e à Bandeira. O acontecimento durou cerca de dez horas, até que, depois de os populares exigirem carregar o caixão em seus próprios ombros, a procissão saiu em direção ao aeroporto Santos Dumont. Foram cerca de três quilômetros de caminhada, com freqüentes vivas a JK. Dali, os restos mortais de Juscelino seguiram para o aeroporto do Galeão e depois para Brasília, onde um cortejo ainda mais espetacular lhe esperava. Quando o avião deu entrada na capital, cerca de 30 mil pessoas já aguardavam a chegada dos restos mortais do presidente para fazerem suas homenagens. O funeral foi seguido até a catedral de Brasília por cerca de quatro mil veículos. Na catedral metropolitana, a cerimônia celebrada pelo arcebispo de Brasília foi interrompida, quando centenas de pessoas romperam o cordão policial que a cercava aos gritos de "JK, JK, JK". Muitos tinham crises de choro. Enquanto autoridades religiosas pediam aos presentes para "não se esquecerem que ali era a casa de Deus", uma multidão invadia o templo e as flores das coroas – que se estendiam em tapete do altar até a entrada da catedral – eram atiradas sobre o caixão por diversas pessoas. Do lado de fora, nem os três choques da Polícia Militar e os três da Polícia Especial, com 500 policiais, conseguiam conter os ímpetos dos populares que se comprimiam gritando o nome do ex-presidente. Muitas outras cenas comoventes se sucederam no último trajeto do esquife em direção ao cemitério Campo da Esperança, onde Juscelino Kubitschek foi finalmente sepultado.

Nenhum dos cerimoniais anteriormente mencionados, em termos de presença de populares, atingiu a marca do cortejo fúnebre de Tancredo Neves, avaliado em cerca de dois milhões de pessoas. Contrastado com a sisudez e a discrição presente nos funerais dos generais-presidentes da ditadura militar que então se encerrava, o enterro de Tancredo Neves foi marcado por um aumento do caráter de espetáculo conforme já tinha ocorrido com os de Vargas e Juscelino. A prolongada agonia do presidente eleito, diariamente transmitida pelos

meios de comunicação, certamente serviu para acentuar a dramaticidade que o evento ganhou. Houve cenas inusitadas, como as que antecederam a saída do corpo de São Paulo, quando a população tomou à força a incumbência de escoltar a urna mortuária que se encontrava sobre o caminhão do corpo de bombeiros.

A multidão que aguardava em frente ao Instituto do Coração se conteve apenas num primeiro momento, passando em seguida a tomar conta de tudo. A seguir, os populares atravessaram as barreiras dos esquemas de segurança, afastando os batedores e ditando, "com sua dor coletiva e sua emoção, seu próprio cerimonial: os carros oficiais foram esquecidos e o caminhão vermelho do corpo de bombeiros foi acariciado e protegido", como descreveu o *Jornal do Brasil* do dia seguinte. A urna mortuária foi acompanhada por um número imenso de pessoas que, "correndo, andando, cantando, chorando", a conduziram por mais de dez quilômetros, formando, segundo a revista *Manchete*, "um cortejo sem precedentes na história do país". Assim, "nem Getúlio Vargas, que deu um tiro no coração em 1954, nem Juscelino Kubitscheck, que morreu num acidente de automóvel em 1976, conseguiram reunir multidão tão grande".

Após o cortejo de São Paulo, o corpo de Tancredo Neves seguiu para Brasília, onde cenas semelhantes puderam ser observadas. Vale destacar que sua morte acontecia no momento que despontava o que muitos intelectuais chamaram de clima de "renovação cívica" ou de "retomada dos símbolos nacionais pelos populares", conforme já tinha se evidenciado no ano anterior, por conta da campanha pelas eleições diretas para presidente. Agora, mais do que nunca, o ritual de enterro de presidentes assumia novas feições, adquirindo características típicas de uma festa cívica. Tanto o canto "Um, dois, três, quatro, cinco, mil, Tancredo continua presidente do Brasil!", quanto o uso pouco solene dos símbolos nacionais demonstram o caráter excepcional que também assumiu o cortejo da capital. A cerimônia ganharia também um certo tom de manifestação política contra a ditadura militar. Os protestos perpassaram todo o episódio, assim como tinha acontecido nos funerais de Juscelino Kubitschek. Além das bandeiras do Brasil, que podiam ser observadas tremulando em diversos pontos, e do Hino Nacional, ouvido várias vezes, o cortejo também contou com proclamações mais veementes feitas em uníssono pelos populares: "O povo, unido, jamais será vencido!"; "O povo, na rua, a luta continua!".

Ao longo da caminhada de mais de quatro horas com o corpo de Tancredo Neves, do aeroporto de Brasília até o Palácio do Planalto, foram recorrentes cenas de choro convulsivo, ou mesmo de desmaios repentinos. Os restos mortais do falecido presidente, depois de uma cerimônia religiosa no Palácio do Planalto, seguiram ainda para Minas Gerais,

passando pela capital mineira e por sua cidade natal, São João del-Rei. Em Belo Horizonte, a agitação popular provocou tumultos e acidentes em frente ao Palácio da Liberdade, devido ao empurra-empurra para ver de perto a urna mortuária. A confusão levou a viúva Risoleta Neves a discursar pedindo calma aos populares e aumentou ainda mais a auréola de heroína que vinha sendo criada em torno de sua figura. Em São João del-Rei, o corpo do presidente ainda passou pelo solar dos Neves, local reservado unicamente para a família, sendo depois velado na Igreja de São Francisco de Assis, também repleta de populares e de demonstrações de pesar por parte dos sãojoanenses. Naquela igreja, na qual Tancredo Neves foi enterrado, não faltaram outras manifestações de civismo e de esperança na chamada Nova República.

A morte e os funerais de Tancredo Neves talvez sejam alguns dos melhores exemplos de como tais acontecimentos podem servir à constituição de uma imagem heróica em torno de um determinado personagem. Durante os 39 dias em que o presidente eleito esteve internado no Instituto do Coração, ele já tinha sido objeto de diversas representações que o identificavam como uma "síntese das aspirações do povo brasileiro". Após sua morte, a figura de Tancredo Neves concretizou-se como a de um mártir que lutou em favor das instituições republicanas e da consolidação da democracia. Não foi à toa, portanto, que sua imagem foi logo associada à de Tiradentes, principal símbolo da implantação da República no Brasil, ou mesmo à de outros personagens históricos que compõem o panteão dos heróis nacionais.

Considerações finais

Os três cortejos fúnebres anteriormente mencionados conformaram-se como importantes eventos históricos pelo próprio caráter momentoso de que se revestiram, haja vista a presença de um grande número de populares e as cenas comoventes do desespero de pessoas comuns diante dos "esquifes presidenciais". Cenas de forte apelo popular e de "quebra" das solenidades podem ser observadas em todos eles, inaugurando novas conformações simbólicas em relação aos funerais de chefes de Estado e figuras ilustres de outras conjunturas, como a Primeira República, quando seu caráter bastante ordenado implicava na manutenção da ordem e da hierarquia social (GONÇALVES, 2000). Analisá-las, portanto, é um dos principais objetivos de nossa pesquisa, pois elas nos possibilitarão refletir sobre o significado que estes eventos passaram a ter na constituição das memórias sobre essas personagens históricas. Se suas mortes deram margem a diversas mitologias e ocuparam um lugar importante no imaginário popular, seus rituais fúnebres tornaram-se eventos cuja

lembrança traz à tona uma determinada imagem que se queria passar desses presidentes, sendo bastante destacados em suas biografias e nos memoriais construídos em suas homenagens.

Por outro lado, os momentos de morte dos mencionados presidentes, naturalmente, conformaram-se como importantes marcos a partir dos quais suas memórias entraram definitivamente no campo das lutas simbólicas. É comum encontrarmos a concepção de que, após a morte de uma pessoa de vulto histórico, ela entra para a história do país, donde parte-se para encadear os eventos de sua vida de modo a explicar sua importância na construção da nação. Praticamente todos os jornais, após a morte de um presidente, publicavam sua biografia e seus feitos mais importantes em favor do desenvolvimento nacional. É a partir do falecimento de uma personagem, portanto, que se acirram as disputas pela sua memória, sendo esse um momento privilegiado para a feitura de biografias e para a tentativa de captar os movimentos da memória nacional. E a entrada da sua memória no plano das lutas simbólicas já começa a se configurar no momento do ritual fúnebre em sua homenagem, certamente uma ocasião cuja influência será importante nas imagens que depois vão vigorar sobre aquela figura histórica.

Referências bibliográficas:

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 135-61, 2000.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.) *Festa: cultura e sociedade na América portuguesa.* São Paulo: EDUSP, 2001.

KERTZER, David I. *Ritual, politics and power.* New Haven: Yale University Press, 1988.

PRIORE, Mary del. *Festas e utopias no Brasil colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, João José. *A morte é uma festa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos.* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1997.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial.* São Paulo: Editora 34, 2000.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal.* Lisboa: Temas e Debates, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relações de Trabalho na Armação da Lagoinha: da caça a baleia ao beneficiamento do azeite

Fernanda Zimmermann[1]

Resumo: A Armação da Lagoinha, localizada entre a baía sul e a costa atlântica da Ilha de Santa Catarina e pertencente à freguesia do Ribeirão da Ilha, envolveu um bom número de escravos, livres e libertos nas tarefas de caça da baleia e de beneficiamento do azeite. Esta pesquisa busca discutir a distribuição das ocupações e as hierarquias estabelecidas conforme a condição social, sexo e idade, com o objetivo de entender de que forma essas classificações interferiam no distribuir das tarefas. A hipótese levantada é de que a hierarquia entre os escravos além de bem delimitada, funcionava como um estímulo para o trabalho, já que a possibilidade de ascensão ou até mesmo de alforria como recompensa por uma boa conduta e bons serviços, acabava atuando desta forma. Essas afirmações se baseiam na análise de um inventário (1816) e um conjunto de prestação de contas e balanços referentes aos anos de 1816 a 1818.
Palavras chave: Escravidão, Relações de Trabalho, Caça a Baleia.

Abstract: The Tackle in Lagoinha, located between the south bay and the Atlantic coast of the Island of pertaining Santa Catarina and to the clientele of the Brook of the Island, involved a good number of slaves and free people in the tasks of hunt of the whale and improvement of the oil. This research to argue the established distribution of the occupations and hierarchies as the social condition, sex and age, with the objective to understand of that it forms these classifications intervened with distributing of the tasks. The raised hypothesis is of that the hierarchy enters the slaves beyond delimited good, functioned as a stimulator for the work, since the emancipation or ascension possibility even though as it rewards for a good behavior and good services, finished in such a way acting. These affirmations if base on the analysis of an inventory and a referring set of rendering of accounts to the years of 1816 the 1818.
Words key: Slavery, Work Relations, Hunt of the whale.

Tema pouco abordado pela historiografia, o trabalho escravo na Armação da Lagoinha é um vasto campo a ser pesquisado. Analisando o corpo documental composto pelo inventário e o conjunto de prestação de contas e balanços do período compreendido entre 1816 e 1818, discuto a distribuição das ocupações e as hierarquias estabelecidas conforme a condição social (escravos, libertos e livres), sexo e idade, com o objetivo de entender de que forma essas classificações interferiam no distribuir das tarefas e na manutenção do trabalho e produção na Armação da Lagoinha.

Assim como discute Stuart Schwartz para a sociedade em torno dos engenhos açucareiros do nordeste, não foi apenas a mão de obra cativa que fez com que estas fossem

[1] Aluna do Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do Cnpq.

caracterizadas como sociedades escravistas, "mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores" (SCHWARTZ, 1988:214).

Mesmo com essas distinções jurídicas, livres e escravos viviam em mundos separados, mas estas categorias significavam dois pontos de uma continuidade, ambas com vantagens e prejuízos. O convívio de ambas em uma mesma unidade produtiva seria assim ao mesmo tempo um problema para o controle dos escravos e um incentivo na busca por uma ascensão nessa hierarquia, uma chance de mudança na condição social.

A sociedade escravista brasileira, com a presença do escravo africano, criou hierarquias fundamentadas nas diferenciações de cor e raça, que refletiram a organização interna das unidades produtivas, em especial as maiores, onde a diversidade de tarefas e de trabalhadores fez com que a hierarquia aparecesse de forma mais óbvia. São nessas grandes propriedades que a necessidade de trabalhos especializados, como dos feitores e artesãos, criou oportunidades de diferenciação entre cativos, forros e livres.

Pensando nestas questões referentes à divisão e hierarquização do trabalho livre e escravo onde os cativos eram largamente utilizados como base da mão de obra, este texto analisa a diferenciação do trabalho de livres e escravos da Armação da Lagoinha e a maneira pela qual, categorias como sexo, idade, condição social e origem interferiam no cotidiano dos trabalhadores e em sua chance de distinção social e na busca por uma maior autonomia.

A mão de obra na Armação da Lagoinha misturou trabalhadores remunerados e escravos, fossem alugados ou comprados no mercado de escravos. Os primeiros eram contratados principalmente para tarefas mais especializadas ou para manter a ordem, já os escravos eram distribuídos entre as tarefas de remar e no processamento do óleo.

Muito embora a escravaria realizasse a maioria dos trabalhos na armação, para as tarefas mais especializadas eram contratados trabalhadores livres, forros ou empregavam-se escravos crioulos. Havia duas formas de *contrato*. Para tarefas que se estendiam durante todo o ano empregavam-se trabalhadores que recebiam salários todo mês de acordo com o que fora previamente estipulado. Assalariados eram os feitores e arpoadores, tarefas consideradas indispensáveis na armação. Havia ainda os jornaleiros, que eram contratados para trabalhos temporários, conforme a necessidade e que recebiam conforme o serviço prestado. Havia também a figura do caixeiro, que era escolhido pelo administrador e ficava responsável pela venda do óleo.

O trabalho remunerado ultrapassava as atividades de jornaleiros e assalariados e se estendia a três outras categorias: administrativa, médica e religiosa. O administrador era responsável por supervisionar o trabalho na pesca, fábrica, oficinas e o resto do pessoal além de cuidar da contabilidade e da prestação de contas para a Administração Geral da Pesca da Baleia, com sede no Rio de Janeiro. Antônio Luís Pereira, Administrador desta Armação em 1816, recebia 350$000 por ano de ordenado, ou seja, quase 30$000 mensais além de $320 réis diários para a alimentação.

Em 1817, com o novo contrato, houve uma troca na administração da Armação da Lagoinha. Em 16 de junho de 1817, a sumaca Fama vinda do Rio de Janeiro com destino a Armação da Piedade trouxe além de uma carga de quatro escravos para a dita armação, o novo Administrador da Lagoinha, José Antônio de Carvalho, que trouxe com ele sete pessoas de sua família e seis escravos, provavelmente seus. Junto com seus familiares e escravos, este trouxe carnes, vinhos, licores, aguardente, cerveja, vinagre, açúcar de todos os tipos, café, entre outros itens para sua alimentação e conforto, além de produtos que seriam destinados a armação (ELLIS, 1969: 93-110).

O cirurgião e o padre ficavam responsáveis pelos cuidados com o corpo e mente dos trabalhadores. Na remuneração ambos equivaliam-se, o que leva a crer que para a administração seus serviços eram de igual importância.

Os trabalhadores livres podiam ser contratados por longo período, como no caso dos feitores, que recebiam além do pagamento pelos serviços prestados uma importância referente ao alimento que consumiriam. A Armação da Lagoinha, entre 1816 e 1817 possuiu sempre três feitores, um padre e um médico. Estes seriam os responsáveis diretos pela fiscalização dos trabalhos. Entre 01 de junho de 1816 e 15 de março de 1817, Francisco Antônio Sanches, primeiro feitor, recebeu 74$413. Em 15 de março foi substituído por José Diniz Pereira, que na armação trabalhou até 31 de maio de 1817 e por isso recebeu 19$582.

Simão Barbosa trabalhou como segundo feitor entre 01 de junho de 1816 e 31 de maio de 1817 e recebeu pelos seus serviços 84$000. Já o terceiro feitor Gabriel de Souza Quadros, no mesmo período, recebeu 49$000 por seus serviços. Fica evidente nestes dados que mesmo entre os feitores havia uma hierarquia, reflexo da função que cada um exercia.

Os demais operários livres eram jornaleiros que recebiam conforme o trabalho diário. Estes exerciam funções de carpinteiros, calafates e pedreiros, serradores e falquejadores, funções que também eram exercidas por trabalhadores escravos. Uma terceira relação de trabalho remunerado na armação era o contrato estipulado com os arpoadores e timoneiros, que recebiam conforme o número de baleias capturadas.

Nas tarefas marítimas eram empregados trabalhadores livres, que em sua maioria faziam parte de populações litorâneas de pescadores e pequenos agricultores. Com os anos de abandono, e sem receber pelo trabalho exercido, os trabalhadores livres se dispersaram e nos quinze anos de administração da Fazenda Real velhos soldados foram recrutados para exercer as funções mais especializadas como a função de arpoador, comandar a embarcação ou manter o controle sobre os escravos na função de feitor da propriedade.

Além destes, havia os trabalhadores escravos. Alguns eram escravos alugados de outros proprietários, apenas para o período de safra. Outros, a maioria, era de propriedade da pesca da baleia. Eram comprados em mercados do Rio de Janeiro e distribuídos entre as Armações pela Real Administração. A maioria destes eram africanos vindos diretamente através do tráfico Atlântico.

No primeiro caso o proprietário do escravo negociava com o administrador o valor que deveria ser pago por cada dia trabalhado. Ao fim do contrato o escravo retornava ao poder de seu senhor. Em 1816 dois casos são registrados. No primeiro, Dona Iria Maria de Jesus alugou para o tempo da pesca, por trinta e seis dias, um escravo de sua propriedade ao preço de 160 réis diários; no segundo, João Tavares Ribeiro alugou por doze dias um dos vários escravos que possuía.

O maior grupo de trabalhadores da Lagoinha era de escravos que pertenciam a Armação. Estes haviam sido adquiridos pelos arrendatários nos últimos anos do século XVIII, período em que o funcionamento da Armação foi mais intenso, e lá permaneceram por todo o período de decadência. É provável que a Fazenda não tenha comprado nenhum novo cativo no período em que esteve responsável pela administração da Armação, nos anos compreendidos entre 1801 e 1816, já que entre os escravos arrolados no inventário não há o registro de algum escravo em idade própria para o trabalho. O que temos é uma lista que contém 46 escravos, muitos em idade avançada, sendo 18 deles ditos como "sem valor".

Todos os escravos arrolados no inventário eram do sexo masculino, para o qual existem duas hipóteses. A primeira é a de que o trabalho na armação era considerado exclusivamente masculino, o que fez com que apenas homens fossem comprados e enviados para a armação. Outra possibilidade é de que mesmo durante a administração da Fazenda Real houvesse um intercâmbio de mulheres, homens e crianças, entre as armações do contrato e que assim as mulheres tenham sido arroladas junto aos escravos de alguma outra armação da região Meridional.

Apesar das hipóteses levantadas, o fato é que entre os escravos arrolados no inventário todos eram homens. Mesmo que mulheres houvessem sido arroladas como

escravas de alguma outra armação, o número de homens era muito superior ao de mulheres. Isso reflete uma preferência pelo trabalho masculino na armação, em decorrência do tipo de tarefa exigido da escravaria que necessitava de força, como nos casos dos remeiros ou dos falquejadores.

A idade avançada dos escravos que permaneceram na armação demonstra a ausência de crescimento vegetativo nesta população escrava, reflexo da ausência de mulheres cativas que pudessem constituir família e renovar a escravaria sem a necessidade da compra através do tráfico no qual a Fazenda Real não investiu nos 15 anos anteriores. Quarenta e cinco, dos 46 escravos da armação tinham mais de 40 anos e, na verdade, mais de dois terços estavam com mais de 60 anos de idade. Em 1817, com a tentativa de revitalização da economia da caça a baleia, mais uma vez surgem investimentos na aquisição de mão de obra.

Dos escravos que apresentam registro de origem, 80,4% provinham do tráfico Atlântico de escravos e 19,6% eram crioulos, ou seja, nascidos no Brasil. Não há registro de que estes tenham nascido na Armação, mesmo pela idade já avançada e pela ausência de mulheres. Provavelmente foram adquiridos pelo administrador já em idade de trabalho, em alguma outra localidade do país. Entre os escravos africanos, 31,5% provinha do Centro Oeste africano; 29% da África Ocidental; 5,2% da África Oriental; e cerca de 24,3% vinham de regiões ainda não identificadas. Esses números diferem dos encontrados para toda a freguesia do Ribeirão da Ilha, da qual a Armação fazia parte, no ano de 1843. Naquele ano, em uma lista nominativa da freguesia a população escrava era formada por 51% de escravos africanos, sendo aproximadamente 76% vindos da África Centro-Ocidental, sendo 35% deles só do Congo. Além disto, 15% eram da África Oriental (Moçambique), e 9% da África Ocidental (Costa da Mina).

A composição étnica da escravaria da Armação era muito diferente da encontrada em toda a primeira metade do século para a freguesia do Ribeirão e da composição étnica dos escravos que chegavam nos portos do Rio de Janeiro. Se nesses locais os escravos vindos da África Centro Ocidental perfaziam suprema maioria na composição da escravaria, o que se percebe para a Armação é o equilíbrio entre as regiões, sendo a maioria vinda do Centro Oeste Africano, principalmente da região da Costa da Mina.

Pescar baleias não era tarefa das mais fáceis e menos arriscadas. As embarcações utilizadas para abordarem o animal não eram grandes e não raras vezes afundaram, seguindo o mergulho da baleia antes que desse tempo de romper a corda do arpão. Por esse motivo antes de seguirem para o mar, estas eram abençoadas pelo padre e aí então "deslizavam pela rampa de pedra do cais da armação e flutuavam na água mansa da enseada" (ELLIS, 1969:113).

Uma vez avistado o animal, os remadores, geralmente em número de dez a doze homens, em sua quase totalidade escravos, se posicionavam e começavam a remar. À frente, o baleeiro, ou arpoador, carregava um arpão pesado de ferro e outros estavam dispostos ao seu lado. De pé, este se firmava e equilibrava-se conduzindo o barco no itinerário da caça. A baleia, por sua vez, se movimentava sendo seguida incansavelmente.

Se o animal estivesse acompanhado de seu filhote, o seu abate seria mais fácil já que atingindo o pequeno animal era bem provável que a baleia mãe fosse ao seu encontro e se transformasse em presa fácil. Sendo assim, primeiramente o arpoador acertava o lombo do filhote e o trazia para rente à embarcação. Com a aproximação da mãe esta era então capturada. Caso não houvesse filhote, o animal era perseguido, até a aproximação do arpoador, que lhe arremessava a lança. Esta era uma função exercida quase que especificamente por trabalhadores livres. Arpoado o animal, baixavam-se as velas, recolhiam e suspendiam-se os remos. A corda que prendia o arpão era atada à ponta extrema da proa da embarcação que seguia em alta velocidade o animal ensangüentado. Morta, a baleia era rebocada por um cabo atado à sua cauda e puxada pela baleeira até o local mais raso da praia. Uma canoa partia ao encontro do baleeiro a fim de conduzir o animal morto até a praia, ou mesmo até um dos trapiches. Anunciada a chegada do animal, o braço escravo era acionado para que a baleia fosse retirada da água.

Um corte na diagonal feito pelo cortador de cima da baleia, abria a baleia literalmente da cabeça à calda. Um escravo com um afiado facão a mão iniciava assim o esquartejamento ou desmancho do cetáceo. A partir daí, escravos chacoteiros e retalhadores faziam grandes cortes quadrados para a retirada do toucinho para a feitura do óleo. Os retalhos de toucinho eram então removidos pelos escravos até o engenho de frigir baleias, onde eram separados da pele, picadas e lançadas em caldeiras para fundir. Após a retirada da camada de gordura a carne era retirada pelos escravos. Separada dos ossos, essa carne era dividida entre os baleeiros que podiam usá-la como alimentos ou vender para os homens livres pobres da região. Em períodos em que havia falta de carne seca, esta era utilizada para alimentar a escravaria da armação. Apesar de pouco saborosa, não era desdenhada por aqueles que não possuíam outro tipo de alimento.

As barbatanas retiradas do maxilar superior do animal também eram aproveitadas. Após serem limpas, os escravos as colocavam em tanques apropriados. Depois de secas ao sol eram enfardadas, armazenadas e exportadas para a Europa. Lá era terminado o processo de preparo, para mais tarde serem revendidas para a confecção de peças das indumentárias femininas e masculinas.

Quando era frustrada a tentativa de retirada do animal da água, os escravos retalhavam dentro da água mesmo, em uma luta incansável. Na época de safras abundantes, os animais cuja remoção da água era impossível eram abandonados, não sendo para nada aproveitados. Supervisionando o serviço de desmancho e corte da baleia, estava um homem livre, o feitor da praia, que era subordinado a um outro homem livre: o feitor-mor. Este último também era responsável pela administração do beneficiamento do óleo da baleia.

Após retirar a baleia, seu toucinho, assim como as demais partes consideradas aproveitáveis, eram retiradas, cortadas e levadas até a Casa de Frigir. Era lá que o toucinho era picado em pedaços menores e as partes conduzidas para as caldeiras e fornalhas, onde era transformado em azeite. As funções de cortar e conduzir o toucinho eram exercidas essencialmente por escravos. No entanto em meio a essas funções estava o mestre de azeite. Função mais especializada que as demais, na armação da Lagoinha era exercida por um cativo crioulo e dois sem registro de origem, que como crioulos possuíam um tratamento diferenciado com relação aos cativos africanos. Preparado o azeite, este era conduzido para tanques onde seria armazenado e posteriormente distribuído. A venda do material ficava a cargo um homem branco livre indicado pelo administrador da Armação.

Como pode ser visto na descrição das atividades de caça e beneficiamento do óleo, os escravos desenvolviam as mais diversas funções na caça da baleia ao sul da Ilha de Santa Catarina, desde remar em alto mar a processar o azeite na estrutura montada em terra firme. As principais funções identificadas no inventário que está em análise eram as de remeiro, falquejador, cortador de açougue, chacoteiro, mestre de azeite, gancheiro, cortador de cima da baleia, aprendiz de carpinteiro e pedreiro. Os escravos eram distribuídos entre essas e outras especialidades, mas o mais interessante é pensar na hierarquia existente no dividir das tarefas.

Analisando a distribuição de funções segundo a origem é possível identificar os escravos crioulos e sem origem registrados nas funções mais especializadas: mestre de azeite e contra-mestre. Havia apenas 2 crioulos para 36 africanos. O que parece certo, apesar da falta de informação quanto à origem de alguns dos que ocupavam as funções hierarquicamente mais importantes, é que nela não havia africanos. Mesmo com idade já avançada, estes não haviam alcançado destaque na hierarquia das funções.

Os trabalhadores livres desenvolviam tarefas que geralmente necessitavam maior especialização ou mesmo funções em que fazia parte das obrigações coordenar ou vigiar a escravaria e seu trabalho. Os escravos alugados eram destinados a funções que precisassem maior mão de obra em determinados períodos, como o da safra das baleias, quando o fluxo era maior e era necessário maior número braços para a pesca e o processamento do óleo.

Entre os próprios escravos havia uma hierarquia. Os escravos crioulos desenvolviam tarefas diferentes daquelas desenvolvidas pelos cativos provenientes do continente africano. Enquanto os poucos crioulos trabalhavam como mestres de azeite ou contra mestre, os cativos que eram provenientes da África, sejam de que regiões fossem, eram divididos entre tarefas que exigiam maior esforço físico como o serviço de remar, cortar a baleia, carpir, entre outros ofícios já citados acima.

Stuart Schwartz, com base na análise e descrição do caráter e das relações sociais da produção açucareira conseguiu perceber que "essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação de ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América" (SCHWARTZ, 1988:210-211).

Ou seja, a multiplicidade de condições sociais e a diversidade racial fizeram com que a hierarquia, antes determinada em escravos e livres, ganhasse outros elementos como os crioulos ou mesmo forros, fazendo com que escravos de uma mesma fazenda possuíssem autonomias diferenciadas, seguindo não apenas as divisões de cor, raça e condição social, mas também o nível de especialização do trabalho de cada um dos cativos. Essa mesma hierarquia e organização social podem ser vista na armação, onde a maior complexidade do trabalho criava funções mais especializadas. Na Armação da Lagoinha a divisão do trabalho era consequência da condição social e origem dos indivíduos, não sendo possível constatar uma ascensão na hierarquia conforme o tempo de trabalho ou como recompensa por bons trabalhos.

Outro ponto que merece destaque é que ao contrário do que havia afirmado Ellis quando diz que os cativos não eram enviados ao mar já que este oferecia uma ameaça à vida dos trabalhadores - a morte de um escravo significava a perda de um grande investimento - o que é possível perceber ao analisar as fontes é que os escravos desenvolviam funções em terra e mar, e pelas descrições dos escravos, alguns sem braços, outros decrépitos, eles não eram poupados dos serviços ditos perigosos. Isso pode indicar uma despreocupação com a diminuição do número de escravos e o provável fácil acesso à compra de novos cativos.

Bibliografia

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

LUZ, Sérgio Ribeiro da. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930**. Dissertação de Mestrado em História. UFSC, 1994.

PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária.** Florianópolis/São Paulo: Editora da UDESC/Editora Resenha Universitária, 1975.

———. A escravidão negra numa província periférica. Florianópolis: Garapuvu/Unisul, 1999

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZIMMERMANN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti, **Africanos entre açorianos**: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Apropriação de condições naturais e construção histórica de territórios em São João del-Rei (MG)

Eder Jurandir Carneiro*

Resumo: O trabalho analisa processos históricos de construção (material e simbólica) de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei (MG). A construção desses territórios resulta da interação entre, de um lado, a espacialização urbana das desigualdades socioambientais geradas pela economia de mercado, conservadas e aprofundadas por omissões e ações seletivas do Estado, e, de outro, as lutas e práticas coletivas organizadas pela população para imprimir aos territórios que habitam determinados significados e provimento de serviços de infra-estrutura, conferindo-lhes habitabilidade "urbana". Os processos examinados desenvolveram-se ao longo do esforço desenvolvimentista mineiro e de seu colapso. São João del-Rei, situada em mesorregião periférica ao núcleo da industrialização mineira, tornou-se pólo de atração das populações carentes de municípios do entorno.
Palavras-chave: conflitos ambientais, territórios urbanos, desigualdades socioambientais.

Abstract: This paper analyzes historical processes of construction (material and symbolic) of workingclass urban territories in São João del-Rei (Minas Gerais, Brazil). This construction results from the interaction between the spacialization of the social and environmental unequalities (generated by the capitalist economy and reproduced and deepened by the State, through its omissions and selective actions) and, on the other hand, the struggles and collective pratices organized by the inhabitants in order to ascribe certains meanings to their territories and to provide them with urbain services and equipaments. The process under analysis have developed during the making and the break up of the industrialization in Minas Gerais. São João del-Rei, as an important city placed in a region that has remained out from the industrialization core, have attracted poor people from small neighbouring cities.
Key-words: environmental conflicts, urban territories, social and environmental unequalities.

I- Introdução

O presente trabalho apresenta algumas conclusões parciais de uma extensa pesquisa sobre processos de construção de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei, que vimos realizando nos últimos três anos[1]. Por meio de *surveys*, levantamentos em fontes documentais e arquivos de cartórios e órgãos públicos, além de

* Professor-Doutor da Universidade Federal de São João del-Rei. Agências financiadoras: CNPq e FAPEMIG.

[1] A pesquisa tem contado com o trabalho de vários bolsistas de Iniciação Científica (do CNPq e da FAPEMIG) e de extensão (bolsas e apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei. Aproveitamos para agradecer de público a inestimável contribuição dos seguintes bolsistas: Jhony River Raimundo Resende, Priscilla do Carmo Azevêdo, Ana Cristina G. Miranda, Pelipe Diego Nazaré, Matheus Alves de Barros, Luiz Raimundo T. da Silva, Luiz Felipe M. Candido, Dênis P. Tavares e Lucas Henrique Pinto.

observações de campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores e representantes de associações de moradores, levantamos informações sobre as trajetórias de ocupação residencial, origem da população, situação sócio-econômica, condições ambientais e de saneamento básico, redes de parentelas e associativismo.

As informações assim obtidas deram origem, nos últimos anos, a um conjunto de relatórios e trabalhos de caráter monográfico a respeito de cada processo particular de formação de territórios urbanos de classes populares. O presente trabalho representa, pois, a primeira tentativa de realizar uma análise de conjunto dos casos. Enfatizam-se, então, as semelhanças e mecanismos que, para além das idiossincrasias de cada caso, evidenciem a ocorrência de certos padrões de construção dos territórios urbanos de populações de baixa renda da cidade.

II- O objeto teórico: conflitos ambientais e construção de territórios urbanos

Na sociedade capitalista, em particular, as formas de propriedade determinam a primazia da apropriação das condições naturais como fluxo de matérias e energias tomadas como condição para a produção de mercadorias com vistas à acumulação de riqueza abstrata. O imperativo da acumulação faz com que a espacialização da economia capitalista (HARVEY, 2005) implique necessariamente a captura das condições naturais como condições de produção de mercadorias, subsumindo os demais significados e propósitos de apropriação dessas condições naturais. Essa poderosa lógica, leva, por mediações complexas, ao estabelecimento de conflitos ambientais, isto é, lutas sociais pela apropriação das condições naturais. Contudo, o objeto dos conflitos ambientais não se refere apenas às condições naturais em geral, isto é, ao conjunto de elementos e processos produzidos pela *physis*. Ao contrário, trata-se de condições naturais específicas que estão fundidas com ambientes particulares, construídos pelo trabalho humano. Esses conjuntos determinados de condições naturais transformadas e incrustadas pelo trabalho humano objetivado são, sempre, apoderados por determinadas coletividades humanas. São, nessa medida, ***territórios***[2], compreendidos como objetivação espacial das práticas e conflitos sociais, como singularizações espaciais de distintas sociabilidades humanas.

Dessa forma, cada configuração territorial é o resultado, localizado no tempo, de práticas e lutas sociais pregressas e, simultaneamente, condição para construções e

[2] Sobre o conceito de território, vejam-se, entre outros Moraes (2002), Giarraca e Wahren (2005) e Santos (1999).

apropriações territoriais futuras. Portanto, os territórios não são construções congeladas, posto que a própria historicidade das práticas sociais a eles se transfere, isto é, as configurações espaciais designadas territórios são um processo histórico.

Torna-se assim possível, para efeito de análise, tomar como objeto territórios de diferentes escalas, evitando-se coisificar as pré-construções oficiais dos "territórios". Isso requer que se leve em consideração os conflitos entre atores que, em diversas escalas, pretendem construir os territórios em acordo com suas concepções e interesses (conflitos que são mediados pela autoridade política. E é por meio dessa mediação que essa autoridade se (des)legitima, ao (des)legitimar atores, conflitos e suas cristalizações nos territórios).

Nessa acepção, julgamos legítimo tomar determinados espaços urbanos como territórios e examinar os processos por meio dos quais atores disputam sua construção material e simbólica, ou seja, o provimento do território com um conjunto de características que lhe confiram um caráter socialmente reconhecido como urbano - tais como redes de esgoto, de distribuição de água e de energia elétrica, pavimentação de ruas, coleta pública de lixo, equipamentos de lazer etc.

Parte-se, então, da hipótese geral de que a construção de territórios urbanos habitados por classes populares resulta da interação entre, de um lado, a espacialização urbana das desigualdades geradas pela economia de mercado, conservadas e aprofundadas por omissões e ações seletivas do Estado, e, de outro, as lutas e práticas coletivas organizadas pela população que, articulando-se a outros atores (Igreja, partidos, ONGs, universidade etc.), busca promover formas de apropriação do território e provimento de serviços de infra-estrutura "urbana" de acordo com seus interesses. O processo de construção de territórios urbanos de classes populares tende a ser errático, dependente da mobilização da população e do apoio de outros atores, revelando-se um contínuo de conflitos, insucessos e conquistas, muitas vezes parciais e sujeitas a retrocessos.

III- Construção de territórios urbanos de classes populares

III-1- O contexto da suburbanização: ascensão e colapso da industrialização sanjoanense

Formou-se na cidade, ao longo dos séculos XVIII e XIX, uma poderosa elite comercial-financeira (GRAÇA FILHO, 2002), cujos negócios se entrelaçavam fortemente com as atividades ligadas à agroexportação e, na virada para o século passado, à industrialização na Zona da Mata e no Rio de Janeiro.

Entrementes, nas últimas décadas do século XIX, com o declínio da atividade das fazendas produtoras de gêneros agropecuários de abastecimento, a elite mercantil-financeira investe parte de seu capital em iniciativas que visavam à melhoria das condições de transporte e à instalação de indústrias dos setores têxtil e alimentício (GRAÇA FILHO, 2002: 47). A exemplo do que ocorria na Zona da Mata, São João del-Rei viveu um significativo processo de industrialização que prolongou-se até a passagem da década de 1950 à de 1960, e se assentava em "setores tradicionais", ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de couro, laticínios, sabão etc. (GAIO SOBRINHO, 1997).

O período recessivo da economia brasileira do início dos anos 1960 marca o princípio de uma crise generalizada da industrialização sanjoanense, embora já se verificasse no estado, há algumas décadas, um declínio relativo das "indústrias tradicionais" (DINIZ, 1981: 143), acompanhado por um desenvolvimento contínuo dos empreendimentos ligados ao setor sídero-metalúrgico (NOVY, 2002: 120). Esse movimento traduz a emergência de uma "nova burguesia mineira", organizada em entidades como a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e, principalmente, a Associação Comercial de Minas Gerais (ACMG) (DULCI, 1999).

Com a retomada do crescimento da economia brasileira, após 1967, essa nova elite pôde, enfim, concluir seu projeto de construir, no centro do Estado, mediante a atração de capitais forâneos, um consistente parque industrial centrado nas grandes indústrias de bens intermediários, com ênfase na mineração e na siderurgia, valendo-se das enormes reservas minerais da região (CARNEIRO, 2003).

A recessão econômica dos primeiros anos da década de 1960 e, na seqüência, o deslocamento efetivo do eixo da industrialização de Minas para a região central do estado e para os "setores não tradicionais" aceleraram a desindustrialização sanjoanense, tornando a mesorregião do Campo das Vertentes uma área de declínio econômico. Consequentemente, a partir da década de 1970, São João del-Rei, na qualidade de cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, passa a atrair, como se verá, contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, ensejando a constituição e contínua ampliação de novas periferias. Essas novas periferias, localizadas em regiões mais afastadas do chamado Centro Histórico, caracterizam-se sobretudo pela presença de situações de risco/contaminação e pela ausência/precariedade de serviços básicos de infra-estrutura urbana.

Se os fundos para investimento em políticas públicas da cidade de São João del-Rei já se mostravam escassos – devido à decadência econômica do município -, o quadro se

agrava ainda mais a partir dos anos 1980, quando o colapso dos intentos de "modernização recuperadora" mergulha o país num processo de "desindustrialização endividada" (ALTVATER, 1995), abrindo-se um período em que a adoção de políticas neoliberais exige, entre outras coisas, a produção de superávites fiscais e a redução dos "gastos públicos". Nesse novo contexto, diminui o volume dos repasses de recursos da União aos municípios, ao passo que aumentam e se diversificam suas responsabilidades em áreas vitais, como a saúde, o saneamento e a educação.

Em conseqüência, acelera-se o processo de povoamento das novas periferias sanjoanenses, o que faz com que as condições de infra-estrutura urbana dessas áreas tenda a se tornar cada vez mais precária. essa tendência só é contrarrestada pelas práticas e ações coletivas encetadas pela população envolvida, que compõem uma trajetória contínua de conflitos pela construção de uma habitabilidade urbana nesses territórios.

III.2- Bases da formação inicial dos novos territórios urbanos de classes populares

III.2.1- A dinâmica demográfica

O povoamento das áreas que, a partir do início dos anos 1970, se constituirão nas novas periferias sanjoanenses se realiza por dois caminhos. Primeiro, pela chegada de imigrantes oriundos da zona rural do município ou de municípios próximos.

Entretanto, o processo que mais fortemente contribuiu para o início do povoamento das novas periferias foi, sem dúvida, a valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, que provocou a expulsão das famílias de baixa renda que ocupavam essas áreas. Esse processo torna-se mais intenso a partir dos anos 1980. De uma maneira geral, os dados evidenciam, para o período posterior a meados da década de 1980, uma forte aceleração do ritmo de crescimento da ocupação residencial dos territórios urbanos estudados, havendo casos de áreas de formação de novíssimas periferias, como a vila Brasil/Novo Bonfim e bairro Cidade Nova, em que praticamente todas as casas foram edificadas nos últimos 15 anos.

Aliada à imigração oriunda da zona rural do entorno ou de municípios próximos e da valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, atua como fator de fomento à ocupação residencial dos territórios urbanos estudados a procura pelos ganhos materiais e simbólicos auferidos pelo fato de morar próximo a parentes. Para as populações de baixa renda, a territorialização de redes de parentela lhes assegura (ao menos parcialmente),

na esteira da denegação do Estado, o provimento de serviços, condições de seguridade e recursos para sua reprodução material e simbólica.

III.2.2- O acesso à terra urbana

Em São João del-Rei, o acesso das camadas de baixa renda à terra para edificação de moradias nas periferias é viabilizado por dois mecanismos principais. O primeiro deles é o sistema de aforamento de terras públicas. Nele, um chefe de família solicita à prefeitura municipal o aforamento de um lote, geralmente situado na faixa da zona rural que faz limite com o perímetro urbano. Ao solicitante é dado um certo prazo (normalmente de dois anos) para que construa uma residência no lote. Se ao cabo desse prazo a casa não estiver construída, a prefeitura pode retomar o lote para si. Com o tempo, esse sistema dá origem a aglomerados residenciais sem qualquer equipamento ou serviço de infra-estrutura urbana.O outro mecanismo que faculta às camadas populares o acesso à terra é a formação de loteamentos ditos "irregulares". Geralmente, trata-se de terrenos pertencentes a fazendas próximas ao perímetro urbano. O empreendedor do loteamento não o constrói como território urbano, faltando-lhe todos os equipamentos essenciais, assim como o registro junto ao poder público. Conseqüentemente, o preço dos lotes é bem mais barato, tornando-se acessível às populações de baixa renda.

Em conjunto, os sistemas de aforamento de terras e formação de loteamentos "irregulares" constituem mecanismos funcionais de produção e reprodução das desigualdades ambientais urbanas. Essa "funcionalidade" reside no fato de que esses mecanismos viabilizam a alocação de expressivos contingentes de populações de baixa renda em áreas sujeitas a inundações, deslizamento de encostas e/ou destituídas de serviços de saneamento básico. Oferecendo-se como "alternativas", tais mecanismos permitem a absorção de imigrantes atraídos pela cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, assim como das famílias de classes populares que são expulsas das zonas urbanas mais centrais pela operação do mercado imobiliário.

Evidentemente, se não houvesse a disseminação dos sistemas de aforamento de terras e formação de loteamentos "irregulares" aumentariam as possibilidades de ocorrência ocupações de margens de cursos d'água e lotes vagos localizados em áreas mais centrais. Cresceriam, também, as pressões pela implementação, pelo poder público, de políticas habitacionais para as camadas de baixa renda. Por essa razão, a prefeitura municipal se abstém de fiscalizar e embargar os loteamentos "irregulares", assim como se prontifica a

conceder aforamentos de terras públicas, o que ainda rende dividendos políticos a prefeitos e vereadores que eventualmente surgem como beneméritos do aforamento.

Dessa forma, vê-se na cidade um processo contínuo, acelerado nas duas últimas décadas, de homogeneização sócio-econômica e ambiental dos territórios urbanos, desaparecendo progressivamente as regiões em que coabitavam lado a lado famílias de estratos sociais distintos. A segregação espacial faz-se cada vez mais nítida, formando-se, de um lado, nas zonas mais centrais (ou nos novos subúrbios de classe média, localizados no sopé da serra de São José), territórios que abrigam exclusivamente camadas das elites econômicas locais. Nesses territórios, o poder público se apressa no provimento de serviços de infra-estrutura urbana e saneamento básico. De outro lado, constituem-se territórios urbanos periféricos de classes populares como os acima descritos, para onde, como se viu, afluem as populações de baixa renda que são desalojadas das áreas urbanas mais centrais. Esses territórios constituem hoje uma verdadeira São João del-Rei "oculta", invisível aos olhos dos turistas que circulam pelas áreas centrais e das classes médias que as habitam.

III- Considerações finais

Os homens constróem seus territórios, mas não o fazem em condições de sua escolha. Os próprios homens se constróem à medida em que constróem seus territórios. A dinâmica de construção dos territórios urbanos de classes populares examinados orienta-se pelos desenvolvimentos mais abrangentes da acumulação de capital em Minas Gerais e, mais especificamente, pela operação do mercado fundiário e imobiliário sanjoanense, processo reiterado pelas ações e omissões seletivas do poder público. Contrariando tais mecanismos, os habitantes dos bairros estudados têm que empreender práticas e ações coletivas que marcam a longa e lenta trajetória de construção das condições de urbanização dos territórios e, ao mesmo, tempo, ensejam a formação de laços de solidariedade e de uma territorialidade peculiar, caracterizada pela representação do território com um "lugar identitário". A desnaturalização da atual conformação dos territórios pesquisados requer a reconstrução analítica dos processos e conflitos ambientais por meio dos quais esses territórios ganharam suas características presentes.

Contudo, a avaliação do alcance dos conflitos ambientais urbanos protagonizados pelas populações de baixa renda deve considerar suas ambigüidades. De um lado, eles expressam a negatividade permanentemente reposta pelas desigualdades estruturais que condicionam a apropriação dos espaços. De outro lado, as práticas e lutas parciais estuadas

mostram-se insuficientes para romper as dinâmicas mais abrangentes que presidem a (re)produção do mosaico de territórios que cristaliza a segregação espacial urbana. Comumente, os moradores dos diferentes territórios urbanos de classes populares disputam entre si alguns escassos recursos públicos, sem colocar em causa a própria distribuição das verbas públicas entre os diversos estratos sociais.

V- Referências bibliográficas

ALTVATER, Elmar (1995), *O preço da riqueza*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

CARNEIRO, Eder J. (2003), *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais.* 2003. 449 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DINIZ, Clélio Campolina (1981), *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG.

DULCI, O. S. (1999), *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

GAIO SOBRINHO, Antônio (1997), *História do comércio em São João del-Rei*, São João del-Rei: ed. indep.

GIARRACCA, Norma e WAHREN, Juan (2005), "Territorios en disputa: iniciativas productivas y acción política en Mosconi, Argentina", in: *Revista del Observatório Social de América Latina*, Ano VI, n. 16, jan./abr., pp. 285-296.

GRAÇA FILHO (2002), Afonso de Alencastro, *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*, São Paulo: Annablume.

HARVEY, David, (2005) *A produção capitalista dp espaço,* São Paulo: Annablume.

MORAES, Antonio Carlos Robert (2002), *Território e história no Brasil*, São Paulo: Hucitec.

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da (1984), *Geografia crítica: a valorização do espaço*, São Paulo: Hucitec.

NOVY, Andreas (2002), *A des-ordem na periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*, Petrópolis: Vozes.

SANTOS, Mílton (1999), "O território e o saber local: algumas categorias de análise", in: *Cadernos IPPUR*, vol. XIII, n. 2.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Colonização e sanitarismo: discurso médico na revista do departamento de saúde do Paraná – (1950 a 1960).

Deisi das Graças Rizzo Lubenow*

Resumo : Este trabalho objetiva analisar o discurso de práticas médico-políticas no Paraná veiculadas nas páginas da Revista do Departamento de Saúde do Paraná. O eixo temático do trabalho é a contribuição de uma geração de médicos que atuaram na elaboração de projetos e/ou políticas modernizadoras para o Oeste paranaense.
Palavras chaves: medicina, revista, políticas.

Abstract: This work objective to analyse the discourse the doctors and politics practicians in Paraná published in DESP magazine. The axis the work is the doctors generation contribution which to acted in the elaboration of modernization projects and politics from Paraná west.
Key words: medicine, magazine, politics.

Tomamos a revista do Departamento de Saúde do Paraná como objeto de análise por considerarmos que esta publicação exemplifica idéias e imagens sobre a região Oeste do Paraná no momento histórico da sua (re)ocupação. Momento este em que se fixa no país um ideário moderno para a sociedade rural, que vinha se insinuando desde as primeiras décadas do século XX. Essa revista, em nosso ver, apresentou o ideal médico de integração do interior, os chamados sertões, ao Estado e à Nação. Nesse sentido, esses médicos disponibilizaram seus conhecimentos e assim instrumentalizariam diversas políticas públicas voltadas a transformar a região e incorporá-la física e economicamente ao Paraná.

O período situado no final dos anos 1940, corresponde à fase de maior transferência de colonos que migraram do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o interior do Paraná, especificamente à região a oeste do Estado.

Na visão dos governantes do Paraná naquele período, o vazio demográfico e a conseqüente falta de mão de obra eram os principais problemas para o desenvolvimento daquela região do território paranaense e também do restante do Estado. Desta maneira, ao governo é colocado o desafio de preencher tais áreas, a qual ele denomina sertões paranaenses, e colaborar, segundo seu entendimento, para o progresso do Paraná.

Foi justamente neste contexto, que os médicos do Departamento Estadual de Saúde do Paraná (DESP), veicularam sua revista. Que desde seu primeiro número contou com temas bastante variados e onde puderam expressar suas opiniões e estudos.

Acreditamos que estes médicos foram parte de uma camada intelectual e política atenta a realidade paranaense. Em sua produção científica, podemos encontrar elementos

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFPR. Bolsista Cnpq.

peculiares ao movimento sanitarista das décadas anteriores, cuja a missão era recuperar e integrar o país e o homem do interior. Mas para além disso, o discurso médico da Revista do DESP representou o ideário desenvolvimentista que permeava diversas dimensões da vida na década de 1950.

Imbuídos com este espírito desenvolvimentista, os médicos do DESP procuravam valorizar a posse do conhecimento especifico aplicado às políticas públicas a fim de construir um modelo ideal de espaço e de população para as zonas rurais paranaenses, cuja a imagem construída pela revista, caracteriza-o como um local desabitado e abandonado, ou seja, era um "sertão"[1].

Esta revista foi criada em 1951 por iniciativa do diretor da Divisão de Propaganda e Educação Sanitária, Dr. Lafayete Vianna e com o apoio do titular da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Dr. Piragibe Araújo e também do diretor do DESP, Dr. Salustiano Ribeiro do Santos.

Sua publicação anual tinha como objetivo ser, no dizer de Lafayete Vianna, "a vitrina que nos faltava*",* além de expor "a curiosidade de todos" (VIANNA, 1951:4), seus conhecimentos, criticas e idéias.

A coleção da revista do DESP compreende o primeiro número veiculado em 1951 até 1957. Seus artigos refletem o debate intelectual de sua época que relacionava o campo médico com vários campos do social. A prática médica preventiva era uma ponte desta intervenção na sociedade e alcançava a família, o trabalho, os costumes, entre outros campos, e encontrou espaço privilegiado também na política.

Esta foi uma situação característica da medicina em vários períodos, mas encontrou nas políticas públicas paranaenses nos anos de 1950 uma larga aplicação. Assim, aos médicos foi designado fazer a ponte de aproximação entre as ações governamentais, as conquistas técnico-científicas e a população. Além de estabelecer o binômio saúde e educação como campo privilegiado da medicina social naquele momento, eles também instituíram os espaços de atuação dos projetos educacionais em saúde, dentre os quais, as Unidades Sanitárias e a escola, empreendendo uma grande penetração da medicina preventiva na sociedade.

Na fase de ocupação de novos territórios e em conseqüência desse aumento populacional no Paraná, surge, ao lado das pequenas propriedades, forma de colonização preferencial, os novos centros urbanos. O governo, desta maneira, se vê a frente do desafio de

1 Nas mais diversas épocas, a palavra sertão foi utilizada para designar comunidades localizadas em regiões do interior, cuja sociabilidade estava imbuída por preceitos de culturas tidas como não civilizadas, a exemplo das sociedades indígenas.

gerir tais espaços marcados por mudanças significativas.

> *A assistência ao trabalhador rural,será um dos pontos fundamentais do meu govêrno, consciente como estou, de que um dos grandes dramas brasileiros reside no desamparo e no esquecimento das populações rurais. Não há em todo o Brasil, oportunidade melhor para que a hora vivida pelo Paraná em suas zonas rurais, para o inicio dessa assistência..* (*MENSAGEM*, 1951: 7)

Mesmo insistindo na necessidade da mão de obra, representada pelos colonos migrantes, os governantes preocupavam-se em não deixar que caísse o nível de saúde no Paraná, preocupação também expressa nos artigos da revista do DESP.

Ao pensarmos o corpo médico por trás da revista do DESP, não podemos nos esquecer de observá-lo a partir de seu interior, ou seja, caracterizando-o como formado por agentes, cada qual com interesses específicos, como por exemplo: a ambição de alçar altos postos no governo, de obter reconhecimento e gratidões.

Neste sentido, afirmamos que estes médicos viam-se como detentores de um tipo saber que os levou, algumas vezes, a extrapolar seus limites de competência e introduzir-se em outros campos, como no caso aqui analisado, na esfera do político, colaborando para difundir um modelo adequado de trato social.

No caso especifico da revista do DESP, faz-se necessário então compor o campo da revista a partir de sua formação e de seus realizadores, buscando visualizar a importância e o papel dos atores envolvidos bem como, de que forma outras lógicas como a política e a economia interferiram em sua constituição.

Em 1951, o médico sanitarista Salustiano Santos Ribeiro, assumiu as funções de Diretor do Departamento de Saúde do Paraná. Formado pela Universidade do Paraná em 1939, atuou como médico não apenas na capital, mas também no interior do Estado onde tomou contato com a realidade da vida da população que lá habitava,

Em sua gestão a frente deste Departamento, o sanitarista dedicou-se a levar a cabo, o que a seu ver seria a melhor maneira de atuação da Saúde Pública, ou seja, sua interiorização. (RIBEIRO, 1953: 35-40). A organização dos distritos sanitários foi uma das maneiras encontradas para assistir e educar as populações distantes da capital.

Uma transformação nas sedes de Distritos Sanitários em Centro de Saúde, poderia de acordo com o médico remediar a situação, bem como, a orientação direta das unidades locais pela Divisão de Serviços Distritais, que contasse com um corpo de médicos itinerantes, capazes e em número suficiente.

Uma outra questão que é levantada por ele, é a influência dos políticos do interior sobre o trabalho médico nas unidades de saúde do interior, o que para o sanitarista constitui-

se em fonte de muitas preocupações.

Desde 1942, a saúde pública paranaense, atuava de maneira autônoma, ligada diretamente ao governo do Estado, no entanto, problemas internos confundiam e desorientavam as ações. A criação da Divisão de Higiene Escolar e Educação Sanitária, que ficava a cargo da Secretária de Educação e Cultura e o Serviço de assistência ao Trabalhador rural, constituiam-se em serviços públicos que operavam sem entrosamento com o Departamento de Saúde, o que segundo o médico não convinha, pois: "A nosso ver, seria mais lógico ficar somente e Departamento de Saúde com a Higiene da Criança, desde o pré-natal até o escolar" (RIBEIRO, 1953:36).

Nota-se a preocupação do médico com uma possível perda de espaço de atuação na critica que faz aos demais departamentos e aos políticos locais. A subordinação direta ao governo do Estado era bem vista por ele, na medida em facilitava a administração e libertava os médicos e suas práticas das imposições políticas, pois com a divisão em centros de Saúde, postos e subpostos de higiene no interior, não caberia aos médicos prestar conta de suas ações na esfera local, pois cada uma destas células estaria ligada a um órgão interno da Secretária de saúde, qual seja, a Divisão de Serviços do Interior.

Estas declarações de Salustiano Santos Ribeiro, indicam o jogo de interesses que envolveu algumas áreas de intervenção enquanto campo político de disputa pelo poder do conhecimento específico. As políticas de saúde implementadas durante a gestão do Dr. Salustiano Santos Ribeiro, tiveram nas ações empreendidas através dos Centros de Saúde seu eixo central.

Contudo, não se desejou apenas dotar os municípios com estas unidades. Buscando a universalização dos seus serviços, o Estado desejava que sua ações abrangessem e/ou alcançassem os habitantes mais afastados no "hinterland", sendo que para este fim, o atendimento seria realizado por serviços itinerantes, as chamadas Unidades Sanitárias Móveis.

Tanto o governo quanto os médicos que escreviam na Revista do Departamento de Saúde do Paraná, apostavam nesta forma de atuação como sendo a mais promissora nesse intento de espalhar a ação médico- política sobre todos os recantos do Estado."Para solucionar êste problema, surge a possibilidade de serem organizadas unidades móveis(...). Teríamos, assim, uma Saúde Pública dinâmica, levando a todos os recantos do Estado os seus benefícios." (RIBEIRO, 1951:40).

A prática política e de racionalidade administrativa da saúde pública, neste período em que o Paraná passou a receber um surto migratório considerável, deu ênfase a

otimização da assistência ao hinterland. A efetivação desta assistência, segundo esta proposta de atuação teria nas Unidades Sanitárias Móveis, seu veículo por excelência.

Ao transformar a saúde pública de estática em dinâmica, esta proposta de intervenção, buscou de forma eficiente aumentar a confiança do homem rural nos poderes públicos. Ao libertar-se dos gabinetes e alcançar a aplicação prática, as técnicas poderiam cumprir a finalidade normativa a que foram destinadas. Com os resultados aparecendo, na visão dos profissionais a frente do DESP, a opinião pública seria favorável e aumentaria o seu crédito não apenas nas ações médico- sanitárias, mas também no governo.

José Teixeira da Silva, outro sanitarista do DESP, também se mostrava de acordo com os comentários de seu colega do Departamento, fazendo a defesa dos serviços itinerantes de saúde pública, viriam a trazer com o tempo a melhoria das condições sanitárias das zonas rurais. "Acresce, ainda, que o saneamento, tornando a vida rural mais saudável e atraente, levará maior número de pessôas a se dedicarem à agricultura e à pecuária, atividades essas, de grande valôr econômico e financeiro para o Estado". (SILVA, 1951:28).

Em sua proposta, este sanitarista defende um ideal de que em cada área Distrital, trabalhasse uma Unidade Móvel, abrangendo como área de trabalho todas as zonas rurais subordinados à sede, com a cooperação irrestrita não só do Centro de Saúde local, como das unidades sanitárias a ela subordinadas.

Teria essa Unidade, conforme ele, muitas atividades, dentre as principais, podem ser citadas: o controle das doenças transmissíveis; o combate às endemias rurais; exames periódicos de saúde; higiene da criança; nutrição; educação sanitária; assistência médico-sanitária.

Quanto à execução destas tarefas, caberia a um pequeno grupo de profissionais, a saber, um médico, se possível sanitarista; um laboratorista; um enfermeiro; um motorista. Mas na impossibilidade de contratação de todos estes profissionais, a guisa de economia na parte de pessoal, poderia ser suprimido o enfermeiro, por guarda sanitário, acumulando as funções de motorista, desde que um ou outro tivessem aptidões para tanto.

Apesar de toda a estruturação sofrida na organização de saúde pública no Paraná os próprios médicos acusavam a dificuldade para realizar as metas proposta no interior, como é possível perceber na fala do Dr. Salustiano em 1951: "É gritante a desigualdade de trato, por parte da saúde pública, do habitante urbano e do rural. Não que isto constitua um desejo de quem dirige a Saúde Pública, mas dada a atual organização sanitária da maioria dos nossos Estados". (RIBEIRO, 1951:40)

Com a necessidade de responder rápida e efetivamente aos problemas que se

impunham devido ao vertiginoso aumento populacional verificado no Estado, nesta década, devido à migração, as políticas preventivas, representaram o eixo central de desenvolvimento dos trabalhos em saúde pública no Paraná.

O olhar médico e político, sobre o processo de instalação de migrantes, naquele momento, constitui uma peça fundamental de legitimação de sucessivas intervenções sobre espaço e população do Oeste paranaense. Da mesma forma, suas construções discursivas estabeleceram e sustentaram uma gama de práticas normativas e preventivas, na qual a educação sanitária e a criação de centros de saúde e unidades sanitárias estáticas e móveis se destacam como estratégias privilegiadas para a transformação do espaço considerado a ultima fronteira agrícola do estado do Paraná.

André Mota chama a atenção para o fato que desde época do Movimento Sanitário a profissão médica já era reconhecida como técnica distinta das demais, isto por que esta profissão possuía, antes de tudo, normas de conduta internamente estabelecidas, definindo uma moral que era resultado da sua prática, mas também da implicação de uma sabedoria do uso de seus conhecimentos e valores éticos (MOTA, 2003:23).

Devido a este poder atribuído aos médicos, internalizado e propagado por eles, bem como suas instâncias normativas, esses profissionais foram responsáveis pela elaboração de políticas públicas de saúde, inseridas no planejamento dos espaços tanto urbanos como rurais, como uma forma de combate sistêmico de doenças que acarretaria a saúde do corpo social. O governo paranaense, neste sentido, lançou mão deste capital cultural, incorporando à lógica médica outros saberes provenientes de áreas distintas do conhecimento, tais como: a estatística, a geografia, a demografia e também a história.

Assim como André Mota, a historiadora Mariza Romero, procura demonstrar como o discurso médico, eivado de um vocabulário cheio de cientificidades, colocava num mesmo universo todos os elementos indesejáveis, pobres, negros, imigrantes, mendigos e doentes, descritos através de argumentos eugênicos, fornecendo armas para justificar cientificamente as mais variadas estratégias de controle social. (ROMERO, 2002:24)

Esta leitura da sociedade brasileira colocava os médicos na posição de profissionais competentes para resolver tais problemas. Essa forma de ver, de um lado, justificava a política higiênica e sanitária praticada por meio da saúde pública, embora por outro lado, suscitava um sentimento de desprezo pela população rural dita ignorante.

Para, além disso, podemos ainda apontar para a questão de exclusão promovida políticas, pois seus preceitos traziam em seu bojo critérios de diferenciação social na busca pela superação de um modo de viver, segundo eles, permeado pela ignorância.

A existência de um conceito ideal de homem, que superando a ignorância poderia ajudar a construir a riqueza do Estado, só poderia existir em um espaço também ideal. Desta maneira, o mundo rural deveria vencer o abandono e a ausência dos laços civilizatórios, para não enviar para as cidades as levas de migrantes doentes e/ou desajustados. Como na fala do governador Moysés Lupion em 1959.

> *afluência de grupos populacionais de outros estados da União, principalmente no ultimo Rápido desenvolvimento de nosso Estado e conseqüentes em grande parte da maior ano, com grandes levas de nordestinos (...). Recebemos esses irmãos mesmo sabendo que nossos problemas surgiram sob o ponto de vista sanitário*.(MENSAGEM, 1959:103)

No nível político, tal afirmação, consiste na seleção de grupos sociais a serem incorporados na sociedade paranaense. Por isso, seria imprescindível reforçar os trabalhos e as políticas de saúde, pois, como reconhece o governador, havia a impossibilidade de se realizar uma triagem mais efetiva para impedir tal deslocamento de nordestinos ao Estado.

Pretendeu-se aqui demonstrar como o governo do Paraná na década de 1950, pautou-se, para a elaboração de políticas para a área de saúde, direcionadas ao interior, nas teorias e no saber médico-sanitário veiculado, pela revista do Departamento de Saúde do Paraná. Podemos afirmar que esta publicação serviu também, aos interesses da classe médica, ao reproduzir e fazer circular suas idéias.

As revistas especializadas mediante uma seleção pautada em critérios dominantes, consagram produções adequadas aos princípios da ciência oficial, não levando em consideração outras maneiras que não estejam em conformidade ou não tenham adquirido o estatuto de ciência. (ORTIZ, 2003:127)

Podemos exemplificar isso por meio do desprezo dos agentes do campo da ciência pelos conhecimentos ou saberes sobre a cura e o trato do corpo das populações rurais, vistas por estes agentes como sendo superstições, advindas prioritariamente, de acordo com eles, da ignorância destas pessoas.

A Revista do Departamento de Saúde do Paraná, legitima os governantes do Estado a agir sobre a ocupação das áreas consideradas desabitadas no interior, mais especificamente na região a oeste do Estado, imprimindo a sua ação um caráter natural e necessário.

Esta intervenção teve como fim último o desenvolvimento e geração de riquezas para o Estado, fazendo interagir agentes de campos sociais distintos, como os agentes do campo científico (os médicos), agentes do campo político (os governantes) e os agentes do

campo econômico.

Os médicos por meio da Revista reiteram a posse exclusiva da autoridade científica e a capacidade de produzir conhecimentos, a esta capacidade, se agrega um determinado poder, que se diluí, como procuramos demonstrar, ao longo do tecido social.

Fontes:

MENSAGEM; apresentada à Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1950, pelo senhor Moysés Lupion, Governador do Paraná. Curitiba, 1951.

RIBEIRO, Salustiano Santos – Médico Sanitarista. Unidades Sanitárias Móveis. **Revista do Departamento de Saúde do Paraná.** Ano I – Curitiba 15 de dezembro de 1951 – nº 2.

RIBEIRO, Salustiano Santos. Sanitarista. Sugestão para a Reorganização do Departamento de Saúde da Secretária de Saúde do Paraná. *Revista do Departamento de Saúde do Paraná.* Ano III - Curitiba, 15 de dezembro de 1953 - Nº. 1 e 2.

SILVA, José Teixeira da. Médico sanitarista. Serviços Itinerantes de Saúde no interior do Estado**. Revista do Departamento de Saúde do Paraná**. Ano I – Curitiba 15 de dezembro de 1951 – nº 2.

VIANNA, Lafayete. **Revista do Departamento de Saúde do Paraná**. Ano I – Curitiba 15 de dezembro de 1951 – nº 2.

Bibliografia:

LIMA, Juliano de Carvalho. História das Lutas Sociais por Saúde no Brasil. In: **Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006.

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ORTIZ, Renato**. A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d' Água, 2003.

ROMERO, Mariza. **Medicalização da saúde e exclusão social:** São Paulo, 1889-1930. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Verdade e realidade na crise da história promovida pelo *linguistic turn*.

Carlos Alvarez Maia*

Resumo:
Analiso a crise da história em Ciro Cardoso e Francisco Falcon ante as inquietações da semiologia trazidas pelo *linguistic turn*. Esses desafios solicitam uma nova compreensão sobre os conceitos de "verdade" e de "realidade" em história. Convoco Ludwik Fleck como um auxílio para a reconstrução da compreensão histórica, convergindo o conhecimento e a realidade histórica em acordo com a proposta semiótica.
Palavras-chave: Crise da história – Linguagem e história – realidade histórica.

Abstract:
I analyze the crisis of history in Ciro Cardoso and Francisco Falcon before the semiotics fidgets brought by linguistic turn. These challenges request a new understanding on the concepts of "truth" and "reality" in history. I convoke Ludwik Fleck as an aid for the reconstruction of the historical understanding, converging the knowledge and the historical reality in agreement with the semiotic proposal.
Keywords: crisis of the history – language and history – historical reality

Introdução

Os historiadores do século XX dissolveram certezas positivistas do discurso histórico herdadas do XIX, porém, contraditoriamente, deixaram em geral intocáveis seus fundamentos filosóficos. Eles adotaram como praxe o afastamento das discussões de meta-história que emergiam e, nas suas rotinas de pesquisa, trabalharam efetivamente em um pragmatismo simplificado no qual o fato-documento persistia como ancoradouro da positividade.

Neste cenário desprotegido de uma Teoria, a emergência do *linguistic turn* causou uma turbulência ôntico-epistêmica ao questionar o Real da narrativa. Fala-se em crise do saber histórico que gera um momento de intranqüilidade na historiografia com múltiplas e diversificadas alternativas; algumas, bastante perturbadoras das certezas que abastecem a base cultural do nosso senso comum. Em última instância, este senso comum habita todos nós, em alguma medida. Internalizamos irrefletidamente posturas comportamentais e conceituais. São premissas, certezas, crenças, que tornam possíveis tanto a nossa rotina de trabalho como historiadores quanto a nossa existência como seres históricos em suas práticas cotidianas, mas

* Doutor em História, Departamento de História, UERJ, alvarez@iis.com.br.

que instauram também, simultaneamente, limites para compreensões mais ousadas e que divirjam das tendências hegemônicas já naturalizadas e às quais estamos habituados.

Examino aqui duas posições antagônicas de historiadores no Brasil, a de Ciro Cardoso e a de Francisco Falcon, expostas na coletânea "Domínios da História", ante essa crise e questiono: **quanto** da "crise" de paradigmas da história-disciplina é devida – antes – a uma "crise" na bagagem pessoal e cultural, na perspectiva conceitual consolidada nos sujeitos historiadores? Uma resistência a mudanças? **Crise da história ou crise dos historiadores**?

Como alternativa, em apoio à legitimidade do saber histórico, convoco Ludwik Fleck, autor canônico da história e da sociologia das ciências, para equacionar as aporias postas pelo *linguistic turn*. Em Fleck os conceitos de "verdade" e de "realidade" eclodem como produtos de protocolos discursivos de coletivos de pensamento que enformam as maneiras de ver e saber. Essa postura coloca-se contra a ruptura entre a ordem das coisas e a ordem das palavras e postula por uma concepção de linguagem como agenciamento concreto no mundo.

Os historiadores em crise

Ciro Cardoso, bastante crítico da historiografia orientada pelo "*paradigma pós-moderno*", sugere que seguramente há de vir "*uma teoria nova, diferente*" porém com muitos elementos do "*paradigma iluminista*".(CARDOSO, 1997: 13-14) Ainda que mantenha suas restrições ao paradigma rival, pós-moderno, Cardoso concede que "*alguns de seus aspectos vieram para ficar*", tais como a "***ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica***", mas considera os excessos como "***modismos*** *ou como resultados da luta ideológica que, pelo contrário,* ***serão passageiros***".(ídem, 22-23, grifos meus) Ora, a caracterização de "modismo" já pressupõe um descarte *a priori*, daquilo que deveria ser examinado com mais rigor; este escapismo mascara o que efetivamente é sintoma de um problema, e grave.

Mais elástico do que Cardoso, Francisco Falcon indica igualmente alguma insatisfação com questões trazidas pelas correntes pós-estruturalistas difusoras dos estudos semiológicos. O cerne das dificuldades encontra-se nas conseqüências da aceitação da dimensão simbólica em sua pretensão totalitária. Falcon circunscreve uma certa "vertente" a-histórica e problemática desses estudos: "*Aos poucos, no entanto, expandiu-se o prestígio das concepções tendentes a encarar o texto e/ou o discurso* ***como uma realidade própria e***

autônoma *em relação às suas condições não textuais de produção*".(FALCON, 1997: 117, grifo meu) Mas Falcon também observa a proposta desafiante e decisiva do *linguistic turn* posta para o historiador, ao parafrasear Chartier: "*A realidade não mais deve ser pensada como uma referência objetiva exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem*".(ídem, 120) O que está em jogo aqui é compreender o **valor de realidade dado pelo texto**, pela construção discursiva da realidade histórica.

Sem suas conotações negativas, concordo com Ciro Cardoso: "*O postulado implícito é uma nova encarnação da inefável 'natureza humana': não mais o* homo faber*, o* homo oeconomicus*, e sim, o* homo simbolicus".(CARDOSO, 1997: 16) Do ponto de vista de nossa "etapa cognitiva" em história, estamos hoje alinhados inescapavelmente com a percepção conceitual do sujeito histórico como indivíduos – mulheres e homens – simbólicos, como artefatos semiológicos.

Na raiz das inúmeras análises sobre o elemento simbólico encontra-se a denúncia de um erro grosseiro nas teorias epistemológicas: supor que as proposições cognitivas – sejam em filosofia, ou física, ou lingüística, ou mesmo em história – possuam um significado claro e unívoco associado ao elemento significante, que por intermédio de um algo mágico e indeterminado, designava **diretamente** os seres e objetos do mundo real, o referente. Com isso, a arcaica compreensão "do que é a realidade" como algo referido pelos sentidos diretamente, ou pelos conceitos mentalizados de forma igualmente direta, recebe outra configuração. Assim a idéia de uma referência **direta** à realidade começa a "fazer água" e naufraga durante a "onda pós-estruturalista".

A dificuldade conceitual com o referente encontra-se na impossibilidade de mantermos na esfera profissional uma associação simplória e precária, típica da que o senso comum desenvolve e que permite a sobrevivência menos preocupada de todos nós em nossas rotinas de vida. Todas aquelas atividades vinculadas ao projeto de conhecer o mundo estão, hoje, ante este embaraço epistemológico que problematiza a percepção do plano ontológico como algo imbricado com o discurso. Nós, historiadores, um dia, já tivemos nossa cornucópia de soluções aquietadoras. Pensávamos que a realidade, o referente, mantinha com nossa compreensão uma relação especular. Nossas teorias seriam reflexos do real. Hoje, entretanto, não há mais ilusões, desconfiamos dessa simplicidade. Temos uma outra compreensão do simbólico, e o símbolo aponta mais um elemento de impossibilidade à fantasmagoria da antiga ***teoria do reflexo***, tão a gosto dos historiadores mecanicistas. Há entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido muito mais águas problemáticas, oceânicas águas, do que a

maresia do "reflexo" pretendia; há mediações da práxis – sim, e práxis imersa em axiologia, em ideologia – que, por sua vez, é indissociável da prática discursiva.

Estou aqui parafraseando Ciro Cardoso que propõe como solução das dificuldades historiográficas uma "teoria **modificada** do reflexo"; "modificada" pois supõe mediação pela práxis – eu diria, mero estratagema retórico de salvar as aparências do moribundo, que continua sendo um "reflexo". Mas Ciro, ao fim, remete à proposição: "*trata-se, mais exatamente, da concepção da* ***verdade científica como limite absoluto*** (sic) ***a que tendem*** *verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase.*" (CARDOSO, 1997: 5, grifos meus) Ao tomar a "*verdade científica como limite absoluto*", Ciro resgata fantasmagorias do século XIX ao dar sobrevida ao cientificismo e ao mito do progresso – um progresso para as "verdades parciais" da história que tenderiam para o limite absoluto da verdade da ciência.

Hoje não é mais possível aos historiadores acomodarem-se naquele apelo à autoridade cientificista, ao objetivismo factual, como o realizado por Cardoso, nem de omitirem-se ante os dilemas do tempo presente. Nossa realidade é histórica e não é expressa diretamente pelos documentos, depoimentos e monumentos. Só a circunscrevemos via a tateante instância simbólica de seus vestígios, rastos, sintomas. A realidade histórica é constituída pelo conjunto desses traços discursivos.

Já Falcon critica aquela postura profissional que no caso extremo converge para uma omissão ou uma fuga do problema que precisa ser enfrentado: "*os historiadores se utilizam com a maior naturalidade de toda uma gama de categorias, conceitos e noções que ora remetem ao senso comum, ora a horizontes teóricos específicos, sem se darem a mínima conta das suas implicações e dificuldades, as mais simples*".(FALCON, 1997: 97)

Essa é em grande parte a razão da crise, crise dos historiadores, ante o movimento da história. Não vejo "crise da história", ela vai bem em seu devir compreensivo, em sua conquista por novas paisagens, em apoderar-se das terras devolutas que ela própria abandonou em outras eras historiográficas. A linguagem, nesta pseudocrise, nada mais é do que um "novo" habitante do reino da história, uma personagem que atingiu maior proeminência na cena historiográfica. A disciplina história sai fortalecida deste episódio que desfaz o mito da linguagem ser um mero produto mental, de mentes incorpóreas sem materialidade.

Nossas fontes, documentos do "real", estão sempre agenciadas pelo simbólico que desenha um "referente". Seja o que for o "referente" ele não se encontra despido, em um estado de natureza intocado pelo agenciamento da linguagem, um ponto de fuga absoluto que

captura o significado e atesta o valor de verdade do significante. A relação entre coisas e palavras já não é tão simplista, ela situa-se hoje em uma arena bem mais complexa. Nas palavras de Hayden White, reportando-se ao "As palavras e as coisas" de Foucault:

> "*Dessa forma, Foucault vê o movimiento estruturalista ironicamente, como a última fase de um desenvolvimento nas ciências humanas que principiou no século XVI, quando o pensamiento ocidental foi presa da ilusão de que "a ordem das coisas" poderia ser representada de maneira adequada numa "ordem de palavras", se se pudesse achar* a ordem correta *das palavras. A ilusão em que todas as ciências modernas se basearam é a de que as palavras gozam de uma condição privilegiada na ordem das coisas, como ícones transparentes, como instrumentos de representação de valor neutro. A atribuição às palavras de uma condição ontologicamente privilegiada como essa na ordem das coisas é um erro que a moderna teoria lingüística permitiu por fim identificar. O que a moderna teoria lingüística demonstra é que* ***as palavras não passam de coisas entre as coisas do mundo***." (WHITE, 2001: 255, grifo meu)

Verdade e realidade como produtos de protocolos discursivos fleckianos

Como Lynn Hunt destaca: "*As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social*". Hunt atesta a presença de Foucault, em contágio com Chartier, "*Foucault demonstrou a inexistência de quaisquer objetos intelectuais 'naturais'.*"(HUNT, 1992: 9) E aqui levantamos o véu sobre algumas questões outras: toda prática humana com pretensões cognitivas está comprometida com a crença de que fala sobre algo referido ao mundo "exterior" ao produzir seu discurso narrativo, e que esta "narrativa" tem algum compromisso com a "verdade" desse conhecimento. Em seu aspecto menos comprometedor, esse tipo de realismo não passa de uma postura pragmática da pesquisa, um princípio heurístico estratégico, sem nenhuma pretensão metafísica; entretanto, dissabores metafísicos se infiltrarão como conseqüência desse pragmatismo acrítico. Isto é comum a todas atividades do conhecimento: o das ciências naturais e o das ciências históricas. A fragilidade dessa postura prática é a sua ingenuidade crítica. Ao fim, o historiador se arriscará de enredar-se em instrumentos absolutistas da epistemologia ou da ontologia, que lhes são completamente estranhos e inadequados para expressarem o léxico da história. Conceitos como "verdade", "realidade objetiva do mundo exterior", "objetividade natural", "fato objetivo" são alienígenas que vagueiam nas penumbras do território do historiador. São conceitos estrangeiros, despidos de historicidade, que por serem contrabandeados carecem do aval do pensamento histórico para tornarem-se legítimos e poderem circular na legalidade da prática discursiva da corporação de historiadores. Para tanto, os conceitos canônicos de

"verdade", "objetividade" e "realidade" necessitam de um complemento: serem adjetivados pelo termo "histórico" que os forja em suas historicidades. Como nos diz Falcon sugerindo o pensamento de Costa Lima: "*o discurso do historiador, como o da própria ciência, é sujeito ao protocolo da verdade*".(FALCON, 1997: 121) Sim, verdade, porém situada em um protocolo, verdade constituída por um protocolo. E o termo "protocolo" é de uma rara felicidade em Costa Lima, de enorme precisão para o saber histórico, para a compreensão histórica do conhecimento, para apontar a condição histórica de todo saber em seu caráter **PROTOCOLAR.**

Mas o que emerge como *insights* nesses autores é trabalhado de forma sistemática em Fleck que fornece o olhar sócio-histórico necessário para se pensar a linguagem como um modo de ação construtor de sentidos sobre a realidade como também constitutivo dos próprios falantes. Seus conceitos vinculados de "estilo de pensamento" (*Denkstil*) e de "coletivo de pensamento" (*Denkkollektiv*) fornecem as expressões sociais e materiais que agenciam o caráter protocolar e histórico de todo processo de conhecimento através de práticas coletivas que são, por isso mesmo, práticas discursivas.[1]

O "estilo de pensamento" exerce sobre as percepções do indivíduo uma coerção, tal que qualquer observação – mesmo a científica – será uma função do "estilo" que a sustenta.(FLECK, 1979: 41, 134) O "estilo" fornece a disposição para um perceber orientado, um "ver formativo" (*Gestaltsehen*) que condiciona sua elaboração objetiva.(ídem, 92, 99, 142) Assim Fleck enfrenta a idéia de fatos em si, de uma realidade absoluta, o Real metafísico, e considera a observação livre de suposições um absurdo psicológico e uma falácia lógica. Nesse processo é que os "fatos", supostos absolutos, são produzidos e que a realidade é paulatinamente forjada.(ídem, 84-94) A realidade é um constructo, um artefato, continuamente redesenhado. Um artefato produto/produtor de fatos. Fatos são visíveis em um "estilo" determinado e que fornecem concretude aos conceitos e noções. Os fatos cimentam a base para ancorar os conceitos. "*A meta de todas as ciências empíricas é a elaboração deste 'solo firme de fatos'.*"(ídem, 95)

Decorre daí sua crítica à idéia de uma verdade absoluta. "*A verdade não é uma convenção, mas,* ***vista em perspectiva histórica, é um evento na história do pensamento e, dentro de seu contexto contemporâneo, é uma coerção do pensamento marcada pelo estilo***."(ídem, 100, grifos do autor)

[1] O "estilo" pode ser definido como um perceber direcionado que corresponde a uma elaboração objetiva daquilo que é assim percebido. (FLECK, 1979: 99)

Em Fleck, no lugar do equívoco das supostas aproximações sucessivas à Verdade por verdades parciais, como alude Ciro Cardoso, há, sim, "verdades" **setoriais**, melhor dizendo, há protocolos locais – no tempo e espaço – que definem o conhecimento **VÁLIDO** naquela especialidade: aquilo que é válido para a química, para a física, para a história etc. E nenhuma dessas verdades é maior do que a outra, nem ultrapassa a outra. Nem há também garantia de que a nova seja uma etapa progressiva da precedente. Cada uma das verdades tem **validade local**, no contexto de seu protocolo, e só. Não há **uma** verdade, nem mesmo para a física, vale repetir. O mesmo vale para o termo "realidade". Para reduzir imprecisões e dificuldades, já seria um avanço substituir o conceito epistemológico-ontológico de verdade pelo de **validade**, bem mais histórico. E aquilo que é válido decorre de um protocolo que estabelece os critérios para que algo seja aceitável e possa enfim ser considerado como válido no seu contexto disciplinar e corporativo. Assim agem físicos, e assim também agem os historiadores cujos protocolos nos esclarecem como usar e interpretar corretamente os documentos, os fatos históricos. São protocolos. Estabelecidos no interior daquele grupo profissional – o coletivo de pensamento.

A produção do conhecimento dá-se por intermédio de práticas discursivas que estabelecem uma gramática protocolar – estratégias, metodologias, programas de pesquisa, teorias e até mesmo uma ética corporativa – que validam proposições no interior daquele grupo, que alicerçam a compreensão do mundo de tal grupo. Cada operação cognitiva é uma produção discursiva que verbaliza os seus fatos, os constitui, recorta e seleciona para si eventos do mundo, dá-lhes existência factual ao verbalizá-los. A linguagem é uma intervenção no mundo, um agenciamento que constrói fatos, fatos que compõem a realidade daquela prática. O próprio sujeito conhecedor é produzido naquela prática, por aquela prática. Esse sujeito é autorizado a falar e é legitimado em seu saber por tal prática. Deve pensar e produzir conhecimento segundo o estilo pensamento enformado por esses cânones protocolares. Para ser um membro do coletivo de pensamento que circunscreve esses agentes é necessário possuir fluência – a autorização que lhe dá autoridade como autor – como falante desse universo discursivo.

Agora, em nosso tempo histórico, estamos habilitados a compreender de outra forma a questão da "crise" ante os avanços e conquistas da disciplina história. Aquilo que alguns historiadores denominaram de "crise da história" não passou de uma produção de sentido forjada por esses próprios historiadores, eles sim, em crise. Em crise pois os novos princípios semiológicos entraram em conflito com suas posturas, historicamente constituídas em suas respectivas subjetividades, em seu estilo de pensamento.

Os novos terrenos conquistados pela disciplina história foram considerados "pós-modernizações" indesejáveis que assombraram as mitologias incrustadas nas historicidades desses historiadores. O sentido que deram ao declararem uma "crise da história" reflete como o sentido decorre das historicidades dos actantes na cena, um sentido que produz uma realidade e uma verdade.

Referências bibliográficas:

CARDOSO, Ciro Flamarion. "História e paradigmas rivais". In CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 1-23.

FALCON, Francisco. "História das idéias". In CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 91-125.

FLECK, Ludwik. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

WHITE, Hayden. "Foucault decodificado. Notas do subterrâneo". In WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 2001. pp. 253-283.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Atribuição de prenomes entre afro-brasileiros como forma de individualização numa freguesia do Sul do Brasil

Sérgio Luiz Ferreira[•]

Resumo: O presente trabalho é parte da minha tese do doutoramento em História que foi defendida em 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Procurei fazer uma história cultural a partir dos dados demográficos da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades (atual Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, SC). A população desta freguesia foi constituída basicamente por açorianos e africanos. Apliquei, na medida do possível, esta metodologia também para os escravos. Pude perceber que entre os escravos e seus descendentes há uma variedade de prenomes muito maior do que entre a população livre. Há muitos casos de nomes que foram atribuídos a uma única pessoa durante o período pesquisado. Dessa forma o prenome adquiriu uma força maior do que o sobrenome para muitas famílias, a ponto de muitos desses prenomes se tornarem sobrenomes.
Palavras-chaves: africanos, nomes, demografia.

Abstract: The current research is part of my dissertation to doctorate in History that was defended in 2006 in the Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. I looked for to make a cultural history from the demographic data of the clientele of Nossa Senhora das Necessidades (current Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, SC). The population of this clientele was basically constituted by azoreans and Africans. I applied, in the measure of the possible one, this methodology also for the slaves. I could perceive that it enters the slaves and it descendants have a very bigger variety of first names of the one than between the free population. It has many cases of names that had been attributed to an only person during the searched period. Of this form de first name acquired a bigger force of the one than the last name for many families, the point of many of these first names if to come last names.
Key Words: Africans, names, demographic.

Uma das evidências do processo de abrasileiramento da população da freguesia das Necessidades pode ser constatada na utilização dos prenomes de batismo. Para a população livre estabeleci três cortes para a análise. O primeiro período vai de 1780 a 1825, o segundo de 1826 a 1889 e o terceiro de 1890 a 1922. O primeiro corte coincide, mais ou menos, com o designado período colonial brasileiro e na freguesia seu início se dá com o livro de batismo mais antigo ainda existente e o final com a saída do seu primeiro vigário nativo, Padre Lourenço Rodrigues de Andrade. O segundo corte coincide com a fase do Império brasileiro. O terceiro começa no ano do estabelecimento do casamento civil e termina no ano da morte do Cônego Serpa, último vigário residente na freguesia.

[•] Doutor em História, professor do Centro Universitário Municipal de São José, SC.

Mulheres			**Homens**		
Nomes	No. Absolutos	Porcentagem	Nomes	No. Absolutos	Porcentagem
1. Maria	476	22,9%	1. Manoel	343	15,85%
2. Ana	234	11,2%	2. José	279	12,89%
3. Luiza	94	4,5%	3. João	250	11,55%
4. Joaquina	72	3,4%	4. Antônio	165	7,62%
5. Rita	61	2,9%	5. Francisco	125	5,77%
Subtotal	**937**	**45%**	**Subtotal**	**1.162**	**53,72%**
6. Ignácia	52	2,5%	6. Joaquim	83	3,83%
7. Rosa	41	1,9%	7. Luiz	64	2,95%
8. Alexandrina	39	1,87%	8. Alexandre	47	2,17%
9. Jacinta	37	1,78%	9. Jacinto	40	1,84%
10. Francisca	35	1,68%	10. Ignácio	37	1,71%
Subtotal	**1.141**	**54,9%**	**Subtotal**	**1.433**	**66,25%**
Outros nomes	**937**	**45,1%**	**Outros nomes**	**730**	**33,74%**
Total	2.078	100%	Total	2.163	100%

Tabela 1: Prenomes mais comuns (1780-1825).População Livre

Fonte: Fichas de família 1 a 1.122, baseadas nos livros de batismo 1 a 5. AHESC

No primeiro período (1780-1825) para um universo de 2.078 mulheres tivemos 303 nomes diferentes, isto significa 6,8 pessoas por nome. Entre os 2.163 homens tivemos 278 nomes diversos, isto significa 7,7 pessoas por nome.

Entre o início da observação e o final perceberemos um aumento significativo da diversidade de prenomes, praticamente o dobro.

No primeiro período percebemos um comportamento muito parecido com o observado em Portugal, especialmente nos Açores. Adiante, faremos uma comparação com os dados pesquisados pela professora Maria Norberta Amorim sobre a freguesia de São João, na Ilha do Pico, Açores.

Entre os homens, Manoel apesar de ser o nome mais comum, não reina tão absoluto quanto Maria entre as mulheres. João e José, sempre muitos próximos, não ficam muito atrás. No quarto e quinto lugar, Antônio e Francisco se revezam.

Em Portugal os nomes variam muito menos. Só para fazer uma comparação observemos a tabela abaixo, feita pela professora Maria Norberta Amorim, sobre os nomes mais utilizados na freguesia de São João da Ilha do Pico, Açores.

1700-1749				1750-1799				1800-1849				1850-1899			
Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%
1	Manuel	162	28	1	Manuel	196	27	1	Manuel	314	36	1	Manuel	227	35
2	António	95	17	2	José	176	24	2	José	176	20	2	António	98	15
3	José	90	16	3	António	122	17	3	António	125	14	3	José	98	15
4	João	56	10	4	Francisco	94	13	4	João	114	13	4	João	96	15
5	Francisco	52	9	5	João	56	8	5	Francisco	100	11	5	Francisco	67	10
Total		455	80	Total		644	89	Total		829	94	Total		586	90
Outros nomes		115	20	Outros nomes		83	11	Outros nomes		55	6	Outros nomes		62	10
Total Geral		570	100	Total Geral		727	100	Total Geral		884	100	Total Geral		648	100

Tabela 2: Os cinco nomes próprios masculinos mais escolhidos em São João – Ilha do Pico. Fonte: AMORIM, 2003:. 2-3

Os cinco nomes mais escolhidos serão os mesmos em São João e em Santo Antônio.

Veremos que ao longo de duzentos anos os nomes de Manuel, António, José, João e Francisco foram os mais comuns em São João, com Manuel sempre na primeira posição, da mesma forma que em Santo Antônio.

Em São João o nome de António foi, logo a seguir, o mais popular no primeiro período e no último e o de José foi mais apreciado ente 1750 e 1849. Já em Santo Antônio, Antônio foi o quarto no primeiro período e quinto no segundo e terceiro período.

Já José tem uma preferência parecida em Santo Antônio e em São João. Na freguesia açoriana foi o segundo no primeiro período e terceiro nos dois outros períodos, em Santo Antônio ele fica em segundo lugar no primeiro período e segundo nos dois outros períodos, mas com números muitos próximos de João.

Em São João, João, que ocupava a quarta posição na primeira metade do século XVIII, desceu para quinta posição no meio século seguinte trocando com o nome de Francisco. Em Santo Antônio, João ocupará a terceira posição no primeiro momento, passando para segundo nos outros períodos. No século XIX a popularidade do nome de João volta a subir, situando-se sempre o nome de Francisco como quinta escolha. Em Santo Antônio, Francisco também será o quinto escolhido no primeiro período, subindo para quarto nos outros períodos.

A grande diferença entre Santo Antônio e São João está no fato de que, na freguesia açoriana, esses cinco nomes mais comuns cobriam 80% das opções na primeira metade do século XVIII, passando no período seguinte para 89%, para atingir na primeira metade do século XIX os 94%. Na segunda metade desse século dá-se uma redução para 90%. Enquanto na vila açoriana houve a tendência à concentração da maioria absoluta da população

masculina em cinco nomes, em Santo Antônio se dará o inverso. Se no primeiro período (1780-1825) 53,72% dos homens usavam os cinco nomes mais comuns, entre 1890 e 1922 este número cairá para 31,73%. Aqui temos uma diferença significativa entre o hábito daquela freguesia dos Açores e desta do Sul do Brasil.

Se entre os cinco nomes masculinos mais utilizados tivemos exatamente os mesmos nomes nas duas freguesias, entre os nomes femininos isto não se dará.

1700-1749				1750-1799				1800-1849				1850-1899			
Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%	Ordem	Nomes	Nº	%
1	Maria	160	37	1	Maria	223	37	1	Maria	329	42	1	Maria	326	51
2	Teresa	37	8	2	Antónia	57	10	2	Francisca	52	7	2	Francisca	36	6
3	Isabel	31	7	3	Josefa	46	8	3	Josefa	48	6	3	Isabel	35	6
4	Josefa	29	7	4	Ana	40	7	4	Isabel	43	5	4	Ana	18	3
5	Águeda	28	6	5	Isabel	33	6	5	Ana	40	5	5	Josefa	15	2
Total		285	65	Total		399	67	Total		512	65	Total		430	68
Outros nomes		153	35	Outros nomes		198	33	Outros nomes		274	36	Outros nomes		205	32
Total Geral		438	100	Total Geral		597	100	Total Geral		786	100	Total Geral		635	100

Tabela 3: Os cinco nomes próprios femininos mais escolhidos em São João, Açores. Fonte: AMORIM, 2003:. 2-3

No que respeita às crianças do sexo feminino nascidas dentro do casamento em São João, o nome de Maria, que no século XVIII ocupava 37% das opções, subiu na primeira metade do século seguinte para 42%, atingindo 51% entre 1850 e 1899. Semelhante lugar ocupa este nome em Santo Antônio, apenas com índices menores.

Em São João, Teresa ocupará o segundo lugar na primeira metade do século XVIII, e depois perde a popularidade. Já em Santo Antônio este nome ocupa um lugar insignificante. Antônia será o segundo nome na segunda metade do século XVIII em São João e quase não aparece em Santo Antônio. Francisca ocupará em São João o segundo lugar durante todo o século XIX, da mesma forma isso acontecerá em Santo Antônio, sendo que este nome ocupava a décima colocação do século XVIII. Isabel e Josefa que se revezam no terceiro e quarto lugar em São João foram poucos utilizados em Santo Antônio.

Em Santo Antônio haverá uma variação de nomes, com Ana ocupando o segundo lugar no século XVIII, o terceiro no segundo período (1826-1889) e praticamente desaparecendo no terceiro período. Teremos aqui entre os cinco primeiros ainda Luiza, Joaquina, Rita, Rosa, Benta e Rosalina.

Reparamos em São João que entre os cinco primeiros nomes femininos mais escolhidos, apesar da preferência por Maria ser superior à preferência por Manuel, ocupam entre 65 e 68% das opções, deixando maior margem para outros nomes.

Segundo a professora Maria Norberta Amorim, a percentagem elevada de crianças a quem foi posto o nome de Maria tem a ver com o hábito que se foi arraigando da primeira filha ser Maria e, para finais do século XIX, tornar-se freqüente várias filhas de uma mesma família serem batizadas com o nome de Maria, com um sobrenome identificativo aplicado depois, mas não registrado no batismo (AMORIM, 2003: 2-3).

De fato, enquanto em São João no século XVIII somente 37% das escolhas de nome para a primeira filha nascida recaía sobre Maria, na primeira metade do século XIX a percentagem sobe para 42%, chegando aos 51% na segunda metade do século XIX. Os outros quatro nomes mais escolhidos não o foram especialmente para a primeira filha nascida. O percentual de cada um dos nomes no primeiro período somam números bastante reduzidos.

Mulheres			Homens		
Nomes	No. Absolutos	Porcentagem	Nomes	No. Absolutos	Porcentagem
1. Maria	875	35,65%	1. Manoel	485	18,29%
2. Francisca	134	5,46%	2. João	314	11,84%
3. Ana	100	4,0%	3. José	301	11,35%
4. Rita	70	2,85%	4. Francisco	187	7,05%
5. Rosa	50	2,0%	5. Antônio	96	3.62%
Subtotal	**1.229**	**50,08%**	**Subtotal**	**1.383**	**52,16%**
6. Luiza	48	1,95%	6. Pedro	83	3,13%
7. Leopoldina	42	1,71%	7. Joaquim	73	2,75%
8. Alexandrina	36	1,46%	8. Luiz	66	2,48%
9. Júlia	35	1,42%	9. Cândido	27	1,01%
10. Cândida	27	1,1%	10. Domingos	24	0,90%
Subtotal	**1.417**	**57,74%**	**Subtotal**	**1.656**	**62,46%**
Outros nomes	**1.037**	**42,25%**	**Outros nomes**	**995**	**37,53%**
Total	2.454	100%	Total	2.651	100%

Tabela 4: Prenomes mais comuns (1826-1889).População Livre
Fonte: Fichas de família 1.123 a 3.325, baseadas nos livros de batismo 5 a 14. AHESC

Em Santo Antônio no segundo período (1826-1889) entre 2.454 mulheres tivemos 521 nomes diferentes, isto significa 4,7 pessoas por nome. Entre os 2.651 homens tivemos 522 nomes, ou 5 pessoas por nome.

No segundo período chama a atenção a passagem do nome Francisca de décimo para segundo lugar. Seria por causa da princesa imperial, Dona Francisca Carolina, filha de

Dom Pedro I? Também é interessante a utilização do nome Leopoldina. No primeiro período é um número insignificante, apenas 8. No segundo período pula para 42, ficando em sétimo lugar. Dona Leopoldina foi a primeira imperatriz do Brasil. Aliás, as mulheres de nome Leopoldina, geralmente eram conhecidas como Pudica. Já quem tinha o nome de Cândida era chamada de Candoca ou Cainda. Neste período também o nome Maria alcançará seu índice maior, 35,65%. Em compensação, os outros nomes terão.percentagens bem baixas.

No segundo período chama a atenção a utilização do nome Pedro. Enquanto no período anterior ocupava a 12ª. posição, nos dois períodos seguintes ocupará a 6ª. posição. Seriam homenagens aos imperadores Pedro I e Pedro II?

Mulheres			**Homens**		
Nomes	No. Absolutos	Porcentagem	Nomes	No. Absolutos	Porcentagem
1. Maria	570	27,46%	1. Manoel	265	11,96%
2. Francisca	53	2,55%	2. João	186	8,39%
3. Rosa	38	1,83%	3. José	181	8,17%
4. Benta	24	1,15%	4. Francisco	71	3,20%
5. Rosalina	23	1,10%	5. Antônio	70	3.16%
Subtotal	**708**	**34,12%**	**Subtotal**	**773**	**34,89%**
6. Rita	22	1,06%	6. Pedro	45	2,03%
7. Geraldina	20	0,96%	7. Domingos	33	1,48%
8. Almerinda	18	0,86%	8. Luiz	21	0,94%
8. Catharina	18	0,86%	9. Miguel	17	0,76%
8. Cecília	18	0,86%	10. Álvaro	16	0,72%
8. Durvalina	18	0,86%			
8. Júlia	18	0,86%			
Subtotal	**840**	**40,48%**	**Subtotal**	**905**	**40,85%**
Outros nomes	**1.235**	**59,52%**	**Outros nomes**	**1310**	**59,14%**
Total	2.075	100%	Total	2.215	100%

Tabela 5 - Prenomes mais comuns (1890-1922).População Livre
Fonte: Fichas de família 3.326 a 4891, baseadas nos livros de batismo 14 a 23. AHESC

No terceiro período (1890-1922) teremos 2.075 mulheres registradas com 587 tipos de nomes, isto dá 3,5 mulheres por nome. Entre os 2.215 homens teremos 667 nomes diversos, o que significa 3,3 pessoas por nome. Neste período, apesar da manutenção absoluta do nome Maria, haverá uma pulverização dos outros nomes. Os cinco nomes mais comuns que no segundo período somam 50,08% do total caem para apenas 34,12%.

Chama atenção no terceiro período também o nome Benta que se torna o quarto mais comum (24 mulheres). No primeiro período não houve uma Benta sequer e apenas 5 no segundo período. Há uma tradição popular que diz que quando uma mulher tem muitas filhas

deve colocar o nome de Benta na última para que o próximo seja um homem. Da mesma forma, quando se têm muitos filhos homens, deve-se colocar o nome de Bento para que nasça uma mulher. Seria isso mais um indício do abrasileiramento desta população?

Da mesma forma, que entre as mulheres, os cinco primeiros nomes masculinos que, no primeiro período chegavam a 53,72% e no segundo eram de 52,16%, no terceiro período caem para 34,89%. Índice parecido com o encontrado entre os nomes femininos.

O que chama a atenção são os nomes que surgem a partir da proclamação da República. Hercílio, por exemplo, teremos 9 nesta época, todos nascidos depois que Hercílio Pedro da Luz foi governador do Estado. Aristides também surgem após a República, seria por causa do republicano Aristides Lobo? Até um Deodoro aparece nesta época.

Se de início tínhamos o hábito da colocação de nomes tradicionais portugueses, aos poucos e, sobretudo no derradeiro período, veremos a introdução de nomes estrangeiros, nomes surgidos da fusão de outros nomes, nomes inventados e nomes de santos retirados dos almanaques. Entre os nomes estrangeiros, surge até um Mozart e um Lafayete. Também data desta época a utilização de nomes indígenas, como Ypiranga, Jacy, Iracy, Irany, até um com o nome de Índio. Aliás, os almanaques se tornam nessa época a principal fonte dos prenomes.

Para a população escrava não pude fazer um levantamento num período tão longo quanto pude fazer em relação à população livre. Os nomes dos escravos da freguesia foram "garimpados" em livros de batismo, casamento, óbitos e de compra e venda de escravos.

Mulheres			**Homens**		
Nomes	No. Absolutos	Porcentagem	Nomes	No. Absolutos	Porcentagem
1. Maria	57	18,68%	1. Manoel	31	8,83%
2. Francisca	12	3,93%	2. João	31	8,83%
3. Jacinta	09	2,95%	3. José	24	6,83%
4. Joana	08	2,62%	4. Antônio	19	5,41%
5. Felipa	07	2,29%	5. Joaquim	15	4,27%
Subtotal	**93**	**30,49%**	**Subtotal**	**120**	**34,18%**
6. Luísa	07	2,29%	6. Francisco	12	3,41%
7. Rosa	06	1,96%	7. Miguel	11	3,13%
8. Custódia	05	1,63%	8. Domingos	11	3,13%
9. Thereza	04	1,31%	9. Adão	07	1,99%
			10. Luiz	07	1,99%
Subtotal	**115**	**37,70%**	**Subtotal**	**168**	**47,86%**
Outros nomes	**190**	**62,29%**	**Outros nomes**	**183**	**52,13%**
Total	**305**	**100%**		**351**	**100%**

Tabela 6 - Nomes de escravos Batizados e falecidos na freguesia
Fonte: Livros de batismo 1 a 14, livros de batismos de escravos 1 e 2, livros de óbito 1 a 7

Na tabela acima é possível perceber uma variedade de nomes de escravos bem superior à da população livre. Talvez, pelo fato de não se ter sobrenome, a diferenciação se fazia pela escolha de um prenome diferente. Teremos inúmeros casos de nomes únicos. Por exemplo: Afra, Aniceta, Asthério, Arthêmia, Balduína, Bertoldo, Braslina, Felisberta, Guida, Hilênio, Isaulina, Liberato, Libério, Lucídia, Lucidônio, Mergelena, Rochana, Zebina e Zótica. Entre os chamados "pretos de nação", ou seja os africanos, teremos sempre os nomes portugueses mais comuns: Manoel, João, José, Francisco e Antônio.

Os nomes femininos mais comuns entre a população livre da freguesia durante o período 1826-1889 são Maria, Francisca, Ana, Rita e Rosa num total de 50,08% dos nomes femininos. Já entre a população cativa na segunda metade do século XIX, os nomes de mulher mais comuns serão Maria, Francisca, Jacinta, Joana e Felipa num total de apenas 30,49% do total de nomes femininos; ou seja, a maioria terá nomes diferentes. Sendo que 62,29% das mulheres têm nomes que não estão entre os dez mais usados.

Entre os homens cativos teremos praticamente os mesmos nomes entre os cinco mais usados, apenas se invertendo algumas posições. Entre os livres a posição é Manoel, João, José, Francisco e Antônio. Entre os cativos os cinco nomes mais comuns são Manoel, João, José, Antônio e Joaquim. Se entre os livres os cinco nomes mais comuns respondem por 52,16% dos nomes masculinos, entre os cativos este número cai para 34,18%.

O mapa da população da freguesia de Santo Antônio, em 1859, enviado ao Delegado de Polícia da Província de Santa Catarina pelo subdelegado suplente, Major José Pereira Serpa, apresentava os seguintes dados: 537 fogos. Homens: livres: 592 solteiros; 404 casados; 86 viúvos; total, 1082. Libertos: 32 solteiros; 09 casados e nenhum viúvo. Escravos: 282 solteiros; 02 casados e nenhum viúvo. Total de homens livres e escravos: 1407. As mulheres eram: Livres: 721 solteiras, 404 casadas, 159 viúvas, total 1284. Libertas: 48 solteiras, 09 casadas, nenhuma viúva, total 57. Escravas: 206 solteiras, 02 casadas e nenhuma viúva, total: 208. Total de mulheres livres e escravas: 1549. Total de homens e mulheres: 3056.

É bem verdade que o subregistro também é bastante grande, de modo que nem sempre é especificado no assento a condição do indivíduo.

Cerca de 20% da população da freguesia era constituída por afrodescendentes. Em 1854, por exemplo, 18,26% da população era constituída por escravos e 3,1% por pardos e pretos libertos. Entre os escravos, a população masculina será sempre maior. Em 1854, os homens escravos eram 21,69% da população total e 15% da população era constituída por

mulheres escravas. Entre os libertos essa proporção se altera e as mulheres passam a ser em maior número. Em termos absolutos, temos 45 homens para 51 mulheres libertas. Uma década depois (1864) a população escrava será de 16,1% da população total. A população liberta será de 4,35% da população. Ou seja, continua a proporção de um afrodescendente para cada cinco habitantes da freguesia.

Em resumo podemos concluir que entre os descendentes de açorianos a diversificação dos prenomes foi uma das características do abrasileiramento desta população. Enquanto nos Açores, ao longo do século XIX, a tendência foi a concentração de prenomes, em Santo Antônio a diversificação se acentuou tanto entre a população livre quanto entre a população cativa. A utilização de prenomes diferenciados será uma prática entre os populares tanto de ascendência açoriana quanto de ascendência africana. Sobretudo entre os afro-descendentes, que não tinha sobrenome, o prenome tornou-se um instrumento importante de diferenciação em relação às outras pessoas. Os escravos africanos, de modo geral batizados ao chegar ao Brasil, recebiam os nomes comuns portugueses, já entre os escravos crioulos encontraremos uma diversificação grande de nomes que parece apontar para uma tentativa de individualização, de atribuição de nomes únicos para diferenciação em relação a outros indivíduos.

Fontes

1. Livros de batismo, casamento e óbitos de Santo Antônio de Lisboa - AHESC – Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina.
2. Ofícios do chefe da polícia ao presidente da província. Catálogo seletivo referente à escravidão. Caixa 24. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Maria Norbeta. Falando de demografia histórica In: **Boletim Informativo No. 33/34** – setembro/outubro de 2003 do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.)

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina. Florianópolis, IOESC, s.d. (Separata da revista **Cultura política do Rio de Janeiro**, n. 7, set. 1941).

FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número**: o negro na historiografia de Santa Catarina. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In **População e Sociedade: Evolução das sociedades pré industriais**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 201

PANDINI,Carmen Maria Cipriani. **Linguagens de vida**: a circulação de almanaques no campo(1930-1960). 2003.Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado).Universidade do Estado de Santa Catarina.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Teatro e História: cultura e política brasileiras sob o prisma da Estética do Teatro do Oprimido

Elizabete Sanches Rocha*

Resumo: Em consonância com as mudanças políticas e históricas do Brasil, em 1958 o Teatro de Arena é impulsionado em termos criativos e econômicos. Essa iniciação do teatro brasileiro à estética do teatro político e histórico revela o momento transformador em que se encontrava o país, até que em 1964 esses ares começariam a ser interditados em nome de uma nova ordem social e política. O Teatro do Oprimido, em estágio embrionário, encontra-se nesta primeira experiência de Boal no Teatro de Arena e o seu surgimento e sua trajetória são capazes de elucidar muito acerca dos eventos sociais e políticos dos tempos em que o Brasil era obrigado a se curvar diante do poder dos militares.
Palavras-chave: Teatro do Oprimido; História; Cultura Brasileira.

Abstract: In consonance with the historical and political changes of Brazil, in 1958 the Theater of Arena is impelled creatively and economically. This initiation of the Brazilian theater to the aesthetics of the political and historical theater reveals the transforming moment which the country was going through to the time when in 1964 this situation would start to be interdicted so that the new social and political order could be maintained. The Theater of the Oppressed, at its very early stages, is in this first experience of Boal in the Theater of Arena and both its appearance and trajectory can elucidate a lot about the political and social events of those days when Brazil was obliged to bow before the power of the military.
Keywords: Theater of the Oppressed; History; Brazilian Culture.

A Estética do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, pode ser, inicialmente, apresentada como um fenômeno originário da cultura e do contexto social brasileiros, que sofre um importante processo de internacionalização a partir da década de 1970 e hoje é mundialmente conhecido e respeitado. Alguns chegam a comparar esta difusão da Estética do T.O. com a expansão das teorias de Brecht acerca do Teatro Épico.

Trata-se de uma incoerência o fato de não se contar, no Brasil, com uma maior divulgação da Estética do Teatro do Oprimido, se forem levadas em consideração suas raízes, que surgem das experiências do Teatro de Arena, responsável por grande parte da efervescência cultural brasileira a partir do final dos anos cinqüenta. Sua trajetória constitui documento histórico, capaz de elucidar muito acerca dos eventos sociais e políticos dos tempos em que o Brasil era obrigado a se curvar diante do poder dos militares. A relevância dos palcos não apenas como espaço privilegiado de fruição estética, mas como arena de lutas

* Professora Doutora da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP – *campus* de Franca. Agência Financiadora: Fundação para o desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP.

políticas e sociais não pode ser negligenciada quando se trata de refletir sobre a cultura brasileira no século XX. O Grupo de Teatro Arena exerceu, nesse sentido, papel incontestável na promoção de rupturas estéticas capazes de marcar todo um período altamente repressivo em termos políticos e, concomitantemente, de profícua criatividade artística. O encontro entre História e Teatro é revelado nas palavras do crítico Yan Michalski:

> *A partir de meados da década de 50, porém, não dava mais para viver de costas para a realidade brasileira. A euforia nacionalista desencadeada sob o Governo JK, a mobilização de amplas faixas da população para a discussão dos grandes problemas nacionais, as reivindicações de melhores condições de vida para as camadas mais sacrificadas do povo, endossadas e veiculadas pelos estudantes e por outros setores da classe média, a preocupação com o correto uso das riquezas nacionais em benefício do país, uma consciência generalizada da brasilidade aliada a um repentino orgulho de ser brasileiro – todo este clima que se respirava na época tornou vulnerável o caráter cosmopolita e alienado dos problemas políticos e sociais que o teatro insistia em cultivar. Era inevitável que uma reação surgisse; e ela se fez sentir, vigorosa, a partir de um grupo de jovens reunidos no pequeno Teatro de Arena de São Paulo (MICHALSKI, 1985: 13).*

O Teatro de Arena, conforme o ponto de vista de Boal (2005: 243-254), teve quatro fases distintas que corresponderam, a seu modo, ao contexto histórico do Brasil e suas transformações. A primeira etapa, iniciada em 1956, é chamada por Boal de realista e veio se sobrepor à estética implantada pelo TBC – Teatro Brasileiro de Comédia – que atendia, fundamentalmente, aos anseios da classe alta paulistana. Ao contrário do TBC, o Arena desta época se dedicou à classe média que encontrou em suas encenações o reflexo do que desejava em termos culturais: assistir a interpretações brasileiras, ouvir não mais o sotaque afrancesado ou a dicção inglesa dos atores, mas presenciar a atuação genuinamente brasileira mesmo em peças estrangeiras – pois eram as encenadas naquele momento. Entretanto, como afirma Boal, uma nova contradição se implantou no Arena:

> *Porém, se antes os nossos caipiras eram afrancesados pelos atores luxuosos, agora, os revolucionários irlandeses eram gente do Brás(...)Tornou-se necessária a criação de uma dramaturgia que criasse personagens brasileiros para os nossos atores. Fundou-se o Seminário de Dramaturgia de São Paulo (BOAL, 2005: 246).*

Assim inicia-se a fase nacionalista do Teatro de Arena, que atendia à demanda político-histórica brasileira pela valorização do nacional em detrimento de tudo que é estrangeiro. Era a época do florescimento do parque industrial em São Paulo, da euforia em torno da recém construída Brasília, da ênfase ao universo considerado genuinamente tupiniquim. Entretanto, esta euforia em torno dos assuntos mais cotidianos e do homem brasileiro começou a perder força, pois a platéia passou a considerar extremamente realista o que se via no palco, a ponto de preferir o homem comum real, que poderia ser visto nas ruas,

às personagens criadas à moda naturalista nos palcos. Desta necessidade de mudança, o Teatro de Arena transforma seu repertório, indo buscar a nacionalização dos clássicos teatrais, adaptando-os, abrasileirando-os, de acordo com as necessidades político-históricas do momento. A representação de Maquiavel é um exemplar desta terceira fase do Arena:

> ***A Mandrágora**, em nossa versão, foi feita não como peça acadêmica, mas como esquema político ainda hoje utilizado para a tomada do poder. O poder, na fábula, era simbolizado por Lucrécia, a jovem esposa guardada a sete chaves, mas mesmo assim acessível a quem a queira e por ela lute – sempre que se lute tendo em vista o fim que se deseja e não a moral dos meios que se usam (BOAL, 2005: 249).*

Desse modo, o Arena foi escrevendo sua história estética e suas experimentações criativas a partir de uma História política que envolvia o Brasil daquele período. Na seqüência, o Arena entraria na fase dos seus famosos e não menos importantes musicais. Dois memoráveis exemplos são: *Arena conta Zumbi* e *Arena conta Tiradentes*. Ambos se comprometiam com a referência à História brasileira presente nos livros e exaltavam heróis brasileiros e as tentativas de organização coletiva com fins revolucionários – Tiradentes, segundo Costa (1998:188-189), é tratado na peça, erroneamente, como um herói, ressaltando a dificuldade em se encenar peças com sentido legitimamente épico no Brasil. Vale destacar que estas escolhas dramatúrgicas atendem ao momento por que passava o ambiente político brasileiro, ávido por expressão, liberdade, denúncia ao capitalismo cada vez mais voraz e auto-afirmação nacionalista. No entanto, em termos dramatúrgicos, conforme Costa (1998), houve um equívoco ao se encenar *Arena conta Zumbi*:

> *O passo em falso consiste em identificar uma luta de resistência armada, rica em estratégias de ataque, defesa e mesmo retaliação, que durou cerca de cem anos, a um movimento mal esboçado no pré-64 e, por assim dizer, inexistente depois do golpe. Produziu-se, por isso, uma flagrante contradição entre o entusiasmo e a identificação com que foi recebido o espetáculo e a verdade histórica, tanto a colonial como a recente, na medida em que, pela identificação, a epopéia negra sai injustamente diminuída (COSTA, 1998: 187-188).*

Das exigências e contingências políticas de um Brasil cuja expressão cultural materializada no teatro sofria amargamente o golpe "revolucionário" dos militares, surge talvez a mais importante concepção estética do Arena rumo à idéia inicial do Teatro do Oprimido, após grande impacto positivo do período que se inicia em 1958, com a encenação de *Eles não usam black-tie*, de Guarnieri, passando pelas fases realista, de adaptação dos clássicos estrangeiros, e dos musicais, com suas claras referências históricas. Trata-se da criação do conceito do Coringa. As razões podem ser explicadas por um estágio de

compreensão do social e das relações humanas a que chegou o grupo de Boal, conforme relata Nunes (2004:39).

Houve um entendimento de que não bastava, no contexto social e político da década de 1960 no Brasil, "conscientizar" a sociedade. Era preciso romper o distanciamento existente entre o teatro e a vida. Em outras palavras, incitar a população, pelo teatro, a fazer a revolução parecia fácil e improfícuo. Decidiu-se, então, fazer com que a população operasse dentro da própria arte teatral, a fim de melhor buscar suas soluções, partindo de seu contexto, sua realidade, sua verdade acerca do problema. Surge o Sistema Curinga, do Teatro do Oprimido. O Curinga – inicialmente grafado com **o**, em referência à carta de baralho que pode assumir diferentes posições, hoje conhecido como Curinga, como informa Nunes (2004: 38) – constitui elemento capaz de realizar a ponte entre o palco e a platéia, o teatro e a vida. Aquele que assume esta função realiza as mediações entre as intervenções da platéia e as encenações do palco. Em outras palavras, o Curinga transita na tênue linha que divide e une, concomitantemente, o espetáculo teatral e os desejos da sociedade.

O Sistema Curinga é um passo decisivo rumo ao que se transformaria, na verdade, na Estética do Teatro do Oprimido. Importante se faz perceber o processo político e estético que atravessa o Teatro de Arena, constrangido por eventos históricos que obrigam seus artistas a criar novas e variadas expressões estéticas capazes de manifestar com lucidez e criatividade a angústia de tentar sobreviver sob o olhar e a escuta da repressão militar. Com o Curinga, a concepção teatral é reinterpretada, sob a égide de uma necessidade premente de fazer ouvir a sociedade e realizar seus anseios e suas sugestões de mudanças sociais na vida, mas por meio da arte:

> *Propomos o Coringa contemporâneo e vizinho do espectador. Para isto, é necessário o esfriamento de suas "Explicações"; é necessário o seu afastamento dos demais personagens, é necessária a sua aproximação aos espectadores (...) Dentro do sistema, as "Explicações" que ocorrem periodicamente procuram fazer com que o espetáculo se desenvolva em dois níveis diferentes e complementares: o da fábula (que pode utilizar todos os recursos ilusionísticos convencionais do teatro) e o da "conferência", na qual o Coringa se propõe como exegeta (BOAL, 2005:267).*

Nesse sentido, o palco se abre para a sociedade, provocando o espectador a ser, ele mesmo, autor e ator da peça/vida. Essa plasticidade inerente à proposta que atravessa a Estética do Teatro do Oprimido talvez seja a principal razão pela qual sua presença em diversos países com culturas tão distintas entre si e com formas de opressão não menos específicas e marcadas por particularidades históricas e sociais tenha sido um fenômeno de

internacionalização cultural tão importante desde seu início, na década de 1970. A Estética do Teatro do Oprimido se pauta pelas idéias de Paulo Freire acerca da pedagogia da libertação. Trata-se de uma aspiração por novos métodos teatrais revolucionários, capazes de distanciar o espectador de sua condição de mero espectador e transformá-lo de ser passivo a sujeito ativo tanto na ação dramática quanto na sociedade. Está clara a filiação ao teatro épico de Brecht, com o qual Boal entra em contato a partir do início dos anos sessenta no Brasil. Segundo Antonia Pereira Bezerra:

> *O termo Teatro do Oprimido surge, por conseguinte, como título da primeira obra de Boal, onde o autor refere-se explicitamente a Paulo Freire. O aspecto pedagógico desse teatro aparece em primeiro plano. O projeto político destaca-se com força e impõe-se através de um processo análogo ao que deu luz à Pedagogia da Libertação. O Teatro do Oprimido torna-se meio de comunicação, linguagem. Pretendendo desenvolver as capacidades expressivas do povo, transformá-lo em criador, oferecendo-lhe, concomitantemente, o conhecimento de uma linguagem cotidiana e também de uma linguagem artística, Boal, partidário de uma "cultura popular", reivindica uma arte teatral acessível a todos, profissionais ou não (BEZERRA, 2006).*

Embora, em alguns aspectos, beba nas fontes da estética brechtiana, há escolhas bem características do Teatro do Oprimido. Enquanto no teatro de Brecht tudo era direcionado para o espectador, no Teatro do Oprimido o espectador se transforma em espectador/ator, pois é dele a responsabilidade do desfecho das peças conforme suas escolhas condicionadas por sua identidade histórico-político-cultural. Pretende-se, assim, criar uma nova relação entre o espectador, o ator e a personagem, inaugurando uma nova concepção de arte teatral.

Embalado pela bem-sucedida experiência de público com a peça de Guarnieri, em 1960 é representada *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal. Após um período de inquestionável salto qualitativo na produção do grupo, passa a se tornar insustentável a presença de Augusto Boal, que vinha claramente desenvolvendo sua percepção teatral para um caminho de novas rupturas em termos estéticos. Até 1964 havia certa liberdade para Boal realizar experiências estéticas, tais como as que desenvolveu com a "Troupe Arena" e com os "Núcleos". De 1964 a 1968, o cerco se fecha, mas ainda é possível fazer teatro no Brasil. Depois do AI n. 5, as experiências com o "Teatro Jornal" continuam até que em 1971 Boal é obrigado a deixar o país. Boal, no exterior, a começar pela Argentina e pelo Peru, passa a desenvolver sua nova Estética que ganharia não só a América do Sul, mas também a Europa.

A presença do Teatro do Oprimido na Europa se inicia em 1976, em Portugal, onde Boal passa a viver. No mesmo ano, o livro *Théâtre de l'Opprimé* é publicado na França.

Em 1978, Boal se instala em Paris e o Teatro do Oprimido se institucionaliza, com os mesmos fundamentos que o originaram no Brasil sob a repressão da ditadura militar. Os confrontos com outras formas de opressão, na França e na Europa em geral, fazem com que se amplie a compreensão acerca do significado de opressão, uma vez que, pela experiência latino-americana, o termo se vinculava necessariamente à repressão militar, o que não se confirmava na realidade social européia daquele momento.

Os processos artísticos nunca podem ser totalmente compreendidos ou explorados sem seu vínculo de origem ao processo histórico que o atravessa e o alimenta. É assim que o Teatro do Oprimido corresponde a uma urgente necessidade de expressão, de um grito de liberdade, de um não às velhas formas de se fazer teatro, que poderiam impedir o homem comum de se manifestar e fazer do palco o seu espaço e da arte teatral a sua história. Para Costa:

> *Acompanhando uma tradição de historiadores do teatro moderno, entendemos que processos artísticos costumam responder a processos históricos. Para falar como um deles, formas artísticas são conteúdo histórico sedimentado e, quando uma obra explicita a necessidade de superação de alguma convenção vigente, ela está registrando, como um sismógrafo, abalos havidos na sociedade (COSTA, 1998:183).*

Por isso, os sentidos atribuídos à opressão também correspondem ao processo histórico de cada país ou região onde se estabelece o T.O. Uma outra possível razão para o Teatro do Oprimido consolidar sua difusão internacional é atribuída à concepção de verdade que o dramaturgo sustenta. Para Boal, as palavras de ordem do teatro engajado no Brasil das décadas de 60 e 70 forjavam uma visão de mundo pouco democrática, uma vez que as certezas que este tipo de peça veiculava eram postas como inquestionáveis. Esta capacidade de dialogar com diferentes realidades culturais, respeitando suas formas de opressão e idiossincrasias histórico-sociais, conduz a uma compreensão dos fundamentos da Estética do Teatro do Oprimido em diferentes partes do mundo, sem que ele perca seu compromisso de libertação do pensamento pela arte:

> *Boal defende que não carrega palavras de ordem nem conteúdos prontos, que não impõe sua própria percepção da realidade como a correta e única, uma "visão de fora", o que garante a estupenda difusão de seu teatro, já em ação regular em 70 países atualmente, espalhado por diversos continentes e objeto de grandes festivais na Ásia (Índia, Calcutá), EUA (Nebraska), Europa (Suécia), África, pois trata-se de oferecer uma linguagem e um método, e não mensagem ou temas (SANT'ANNA, 2007: 3).*

Para o teatro brasileiro em particular e para a cultura brasileira de um modo mais amplo, o Teatro do Oprimido representou uma plataforma estética de expressão da insatisfação diante do regime militar e de toda forma de opressão na década de 1960. Sua presença em outros países contribui para a continuidade deste trabalho estético e político, mas também revela o potencial da cultura brasileira de dialogar com as demais. Importante se faz destacar a capacidade que o T.O. guarda de corresponder às contingências histórico-político-sociais, atualizando-se sem perder de vista o seu norte: a emancipação das sociedades. Em outras palavras, o Teatro do Oprimido, ao se internacionalizar e consolidar cada vez mais sua presença mundo afora, em todos os continentes, parece indicar sua sintonia com as necessidades mais prementes da contemporaneidade, quando é questionado o sentido de nação, fronteira, identidade nacional, dada a mobilidade dos indivíduos, quando a clássica noção de Estado é posta em debate em um mundo cujas fronteiras culturais e econômicas são repensadas ao mesmo tempo em que muros continuam a ser levantados. Por este prisma, o Teatro do Oprimido continua a atender as demandas da História contemporânea se inscrevendo indelevelmente em cada região onde se desenvolve sem perder, porém, sua linha mestra, que se pauta pela emancipação do homem pelo teatro, independentemente de qual seja o sentido de opressão em cada ponto do globo. Percebe-se na trajetória do Teatro do Oprimido uma capacidade de "negociação com o mundo social" no sentido colocado por Chartier (2002: 10). Infelizmente, o fato é que, se há diferenças entre as formas de se oprimir e subjugar, a dor e a busca dos homens por uma outra realidade possível são semelhantes em qualquer parte do planeta.

Referências bibliográficas:

BEZERRA, Antonia Pereira. **O Teatro do Oprimido e a noção de espectador-ator**: Pessoa e Personagem. Disponível em http://hemi.nyu.edu/por/seminar/brazil/antonia.html Acesso em 30 de junho de 2006.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Iná Camargo. **A hora do teatro épico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Sinta o drama**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página**. Publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MICHALSKI, Yan. **O teatro sob pressão**. Uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

NUNES, Silvia Balestreri. **Boal e Bene: contaminações para um teatro menor.** 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

SANT'ANNA, Catarina. **Poder e cultura:** as lutas de resistência crítica através de duas experiências teatrais. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/santanna.doc Acesso em 30 de abril de 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A representação do corpo: Bandeira de identidade, raça, gênero e democracia, na década de sessenta

Joselina da Silva[1]

Resumo: Em 1951, surge o Renascença Clube (RJ). Uma de suas grandes inovações foi incluir uma representante sua no desfile de *misses*, do antigo DF, como uma tentativa de positivar a imagem das mulheres negras. Este texto se propõe a discutir a representação racial de democracia brasileira, metaforizada em plenos anos de implantação da ditadura militar. As vitórias consecutivas de Vera Lúcia Couto transformaram-na em bandeira de mestiçagem, produto nacional e de ausência de discriminação racial. Este artigo é parte da Dissertação de Mestrado realizada no PPCIS / UERJ (2000): *"RENASCENÇA, LUGAR DE NEGROS NO PLURAL: Construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro*"
Palavras chave: Etnicidade, identidade racial, afro-brasileiros

Abstract : In 1951 emerged the Renascença Club in Rio de Janeiro. One of it´s greatest innovations was the inclusion of one of their members in the Beauty Contest from the former capital of country as an attempt to improve Afro Brazilian women image. This paper proposes a discussion addressed towards racial representation of Brazilian democracy transformed in metaphor during the military dictatorship. The consecutive achievements of Vera Lúcia Couto made of her a vivid flag of *mestizaje*, a national product and a symbol of the absence of racial discrimination. This article is part of a Master dissertation concluded at PPCIS / UERJ (2000): *"RENASCENÇA, LUGAR DE NEGROS NO PLURAL: Construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro*"
Key words: Ethnicity, racial identity, afro-brazilians

O objetivo deste texto é contribuir com uma reflexão sobre a experiência realizada por um grupo de negros médios na cidade do Rio de Janeiro, que através da criação de um espaço próprio, o Renascença Clube, propôs-se a buscar inserir-se na sociedade. Procuraremos desenvolver um breve estudo sobre este clube, compreendendo-o como um espaço de reelaboração de uma identidade positiva ao longo dos seus quase sessenta anos de atividade. Os concursos de beleza, por ele desenvolvidos, serão alvo de nosso olhar. O Renascença Clube constituiu-se, como veremos no decorrer deste artigo em uma das grandes iniciativas dos negros da cidade ao se organizarem através do lúdico cultural.

Os dados da pesquisa foram obtidos através de entrevistas informais com sócios e freqüentadores, farto material fotográfico, obtido na secretaria do clube, reportagens de jornais e revistas de grande circulação, nas décadas de cinqüenta e sessenta. Tive a oportunidade de participar de várias reuniões de diretoria, atividades recreativas e festas

[1]Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Federal Ceará, campus avançado do Cariri. Dra. em Ciências Sociais (2005) pelo Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

regulares tais como a feijoada do dia treze de maio e as atividades alusivas ao Vinte de Novembro, bem como os pagodes dominicais, no período entre 1997 e 2000. O clube segue hoje com atividades diversas em sua sede, no Bairro do Andaraí, na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro.

A partir do final da década de quarenta, o cenário nacional foi marcado por grandes mudanças. Um proletariado negro começava a surgir devido à industrialização do país e à entrada para o serviço público. Uma forma de organização constituída a partir do direito ao lazer e ao espaço associativo, tornou possível a criação de clubes sociais negros em diversos pontos do território nacional. Surge, no Rio de Janeiro, o Renascença Clube. Uma de suas grandes inovações foi inclui uma representante sua no desfile de *misses*, do antigo DF. Os concursos de *misses*, tão populares até a década de sessenta.

Renascença, O lugar da memória

A experiência do clube social para os negros médios, pode ser entendida com uma forma de insurgência contra o *status quo*. O clube era a oportunidade de mostrar à sociedade dos anos cinqüenta e sessenta o poder econômico de um grupo de negros emergentes. Os fundadores do clube, por sua vez, almejavam galgar postos na sociedade, antes reservados apenas aos brancos e buscavam competir em iguais termos de condições, no mercado formal e na vida social da cidade. Queriam ser visíveis, ser aceitos, inserirem-se. A educação formal e comportamental era, para o grupo, a grande solução contra o racismo.

O Renascença Clube foi concebido como uma tentativa de inclusão social do negro, nos anos 50. É neste ambiente de organização coletiva dos afro- brasileiros em diferentes pontos do território nacional, após o Estado Novo, que surge esta agremiação. O clube propiciava um espaço de construção da auto-estima dessa classe emergente.

> *"O Renascença foi fundado por quatro pessoas: o Dr. Oscar de Paula Assis, a mulher dele, Jandira de Paula Assis, o Domingos Soares e um médico .O Domingos Soares era ourives. O outro negro foi o Dr. Onofre Júlio dos Santo, que depois ficou famoso porque no tempo da TV Rio havia um programa de telecatch. Ele era o médico dos boxeadores. Os três casais, foram a uma boate na Zona Sul. Foram barrados por serem negros. Como eles eram da classe média, ficaram uma fera. E resolveram então, criar um clube para as suas famílias (Sebastião. 70 anos).*

A reação ao preconceito racial vai, então, possibilitar o nascimento, em 17 de

fevereiro de 1951, do Renascença Clube, em uma casa modesta, à rua Pedro de Carvalho, no Méier. Casa de um andar composta por uma saleta e um quintal, sem espaço para uma quadra de esportes (Barbosa, 1983). O clube passa a ser então, um lugar para além do convívio social de sua sede. Amplia seus limites fora dos muros, chega às casas e passa a conviver com a vida de seus membros. A memória do clube acaba sempre entrecortada por memórias individuais da vida dos entrevistados, e esta, com a primeira. Num mesmo momento em que o relato refere-se ao clube, a vida individual e familiar interfere no resgate da memória. Assim, ao falar de si, o Renascença invade os acontecimentos e lá permanece até que a memória individual volta a se apresentar (Halbwachs , 1990).

Além de ser um espaço de lazer, o clube passou a ser um lugar de estímulo à ascensão intelectual e social dos seus freqüentadores, especialmente os jovens. Nesta busca, a educação, entendida como formação educacional e profissional, passava a ser o pilar mestre para a inclusão social. A obtenção de um diploma de nível universitário era entendido como uma das grandes soluções para a mudança da condição em que se encontravam os afro-brasileiros. Na busca da afirmação da ascensão social, o ingresso da Rainha do Clube no Tradicional desfile Miss Distrito Federal em 1959, até então só freqüentado por moças brancas. Desta forma, ser aceito pela sociedade dominante significava reproduzir-lhe os hábitos e costumes. Esta fase, que poderia ser definida a partir da fundação, 1951, até o ápice dos desfiles das *Misses*, durou cerca de dez anos.

Um sonho de rainha: A representação dos desfiles

Ao final da década de cinqüenta, uma nova fase começa a ser gestada no Renascença. Associa-se ao clube Dinah Duarte, famosa cabeleireira junto às mulheres negras, conhecida na cidade por fabricar um produto específico para alisamento de cabelos crespos. Uma das idéias trazidas por ela foi a de organizar desfiles de beleza com as filhas dos sócios. Embora nas festas domésticas do clube estes desfiles já fossem habituais, Dinah inova ao transformá-los num acontecimento público de grande monta. Ousando ainda mais, Dinah sugere a inclusão de uma representante do Renascença no desfile oficial de Miss Distrito Federal[2].

A inclusão das moças do Renascença nos grandes concursos de beleza era uma tentativa de visibilização da beleza da mulher negra carioca, até então considerada

[2] Vale lembra que o Rio de Janeiro era a capital do país, á época.

inexistente. O que dá ao ritual dos concursos no clube - ritual no sentido colocado por DaMatta (1979) - um aspecto ainda mais marcante que nas demais agremiações. Era a racialização adquirida por este diante da sociedade fluminense.

Podemos observar nas revistas da época, através da fala de seus articulistas, a surpresa pela presença de uma representante, insistentemente chamada de mulata. Conceitos como democracia racial, miscigenação e a ausência de conflitos raciais subjazem as diversas matérias. Cohen (1996 : 2) assevera que *"é nos concursos de beleza que as identidades podem e são freqüentemente tornadas públicas e visíveis'.* Assim sendo, os concursos de *misses* mais do que falar de beleza, falam de aspectos diversos da sociedade (COHEN,1996)

Note-se que estamos abordando um período anterior ao movimento do *Black is Beautiful* nos EUA, responsável por introduzir, em esfera mundial, um conceito de beleza negra voltada para as raízes africanas da população e que, só a partir da década de setenta, começou a ter maior influência no Brasil. A resposta de " beleza própria" encontrada, nos anos sessenta, residia em ter os cabelos 'feitos' no salão da Dinah e usar uma roupa do *atelier* da Madame Isabel. Ambas, Dinah Duate e Madame Isabel Garcia, uma na cabeça e outra na alta costura, davam a última palavra em moda para as mulheres daqueles negros emergentes..

O ano de 1959, marca o início da presença negra nos desfiles oficiais para a escolha da mais bela representante do Distrito Federal, indicada pelo Renascença. A primeira representante a subir na passarela do concurso e mostrar o contraste da raça negra, em presença de outras desfilantes, foi Dirce Machado. Em 1960, Iara dos Santos se tornou a primeira Rainha Renascença a desfilar no Maracanãzinho, no concurso Miss Guanabara, noticiada como trajando um vestido todo bordado em ouro e prata.

A sua participação no concurso fez voltarem-se os olhos da imprensa e da sociedade Carioca para o Renascença Clube. Este passa a ser notícia nos jornais e revistas da época. Personalidades do mundo político e artístico freqüentam o Renascença. Das diversas fases do clube, este foi o momento de seu ápice em termos de divulgação e freqüência.

Em 62, Carmen foi a representante do clube e, em 63, Aizita Nascimento ficou em sexto lugar apesar da solicitação do público para que fosse a vencedora. A imprensa da época está recheada de citações a respeito das moças do Renascença, realçando o aspecto racial que as distinguia das demais. O estranhamento e surpresa iniciais, causados pelo desfile de uma não branca num concurso de beleza foi se dissipando com o passar dos anos até que em 64,

Vera Lúcia Couto, a quinta Rainha Renascença a disputar o Miss Guanabara, já era apresentada pela imprensa local como a grande favorita ao título de beleza máxima do Estado, semanas antes do concurso. Mesmo assim, diferentes setores da população não aceitaram a sua vitória.

O concurso Miss Brasil elegia três moças: a primeira representava o país no concurso Miss Universo em Miami; a segunda ia disputar Miss Mundo em Londres e a terceira viajava para Long Beach, nos EUA, para o Miss Beleza Internacional. Vera Lúcia Couto foi eleita Miss Guanabara e depois Miss Brasil III, foi a grande sensação, em Long Beach. Pela primeira vez, uma não-branca era incluída entre as quinze semifinalistas[3]. Classificada em terceiro lugar e tendo sido eleita Miss Fotogenia, a população do Rio de Janeiro a ovacionou desde o aeroporto do Galeão até o Méier. Naquele ano, as outras duas representantes brasileiras, Miss Brasil I e II, regressaram sem nenhuma premiação, o que transformou Vera Lúcia em heroína nacional.

Atraídas pelo sucesso alcançado por Vera Lúcia Couto muitas jovens negras vêem no Renascença a chance de um "lugar ao sol" nas carreiras de modelos, atrizes ou dançarinas. A chegada da fama e o reconhecimento da mídia trouxeram em seu bojo, o conflito para o interior do clube. As famílias sentiam ameaçadas as suas filhas por estarem sendo confundidas com moças à procura do estrelato e da carreira artística. À medida em que o clube crescia na mídia, antigos sócios e muitos dos fundadores se afastavam acreditando que o mesmo houvesse se distanciado do seu projeto inicial.

Os desfiles de beleza foram na verdade uma influência chegada ao clube, vinda através dos meios de comunicação, uma vez que estes eram grande moda na década de 60. As edições mensais da revista Manchete, do ano de 1962, registram os seguintes concursos de beleza: Miss Universo, Miss Mundo, Miss Brasil, Miss Guanabara, Miss Aeromoça, Miss Primavera do Estado da Guanabara, Miss São Paulo e Miss Verão, entre outors.

Logo se vê que este deveria ser um sonho acalentado por muitas adolescentes em toda a cidade do Rio de Janeiro, até então, Estado da Guanabara. As representantes dos subúrbios cariocas competiam com iguais oportunidades no desfile Miss Guanabara. Tudo começava com o ingresso num clube de bairro, a candidatura ao seu concurso de rainha e, uma vez saindo vencedora, ser representante deste no desfile estadual. Tradicionalmente as mulheres, que não fossem loiras ou morenas, não tinham oportunidades de serem incluídas, por duas razões mais imediatas: a primeira se refere ao fato de que o imaginário do belo e o ideal de beleza, no país, estavam identificados com um padrão ariano. Uma sociedade que via

[3] REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Diários Associados, ANO XXXVI, n.º 48, pág 2, 05 set./1964.

os negros como tipos inferiores e aos mulatos como tipos em via de aperfeiçoamento, logo transitórios, não poderia identificar-se com qualquer beleza que não aquela representativa do tipo ideal, ser branca, preferencialmente loira.

A segunda razão consistia no fato de que, como às negras não era permitido o acesso aos quadros de sócias dos diferentes clubes, estava criada a barreira que as impediria de sonhar com o brilho das luzes e flashes dos fotógrafos. Ás negras, portanto, era vedado o direito de sonhar. Estes concursos foram responsáveis por projetar, no cenário da fama, moças das mais recônditas regiões do país.

Neste sentido, a presença da Miss Renascença na passarela, transcendia a figura dela em si. O corpo negro, que desfilava, levava consigo a momentânea redenção das mulheres negras que, de modo estereotipado, são relacionadas ao trabalho doméstico. Eram candidatas a rainhas. Saíam do fundo dos quintais mentais e eram colocadas diante da sociedade discriminadora. Passavam para a sala de visitas dos holofotes e primeiras páginas dos grandes jornais e revistas. O ritual dos desfiles permite, então, que haja a *"inversão"*: "As posições sociais ocupadas no cotidiano são neutralizadas ou invertidas". (DaMatta, 1979: 47).

Embora estes alargamentos de espaço e visibilização da mulher negra na mídia nacional e internacional tenham se efetuado, a presença não-branca das misses nos desfiles era "responsabilidade" apenas do Renascença. No ano seguinte à eleição de Vera, o clube não voltou a participar do concurso, o que decretou o fim da participação de moças negras nos desfiles estaduais ou nacionais, já que nenhum outro clube jamais apresentou uma rainha que não fosse loira ou morena.

Vera Lúcia Couto representante da raça negra, que teria chegado ao ápice da carreira de Miss, não teve sua presença registrada em nenhum exemplar das grandes revistas em toda a década de sessenta, como modelo fotográfico, ao contrário de muitas outras misses que lograram receber título semelhante.

Ao ser perguntada sobre esse fato, Vera coloca na ausência de uma linha de produtos, específicos para mulher negra, a razão para a sua invisibilidade no ano da vitória e nos subseqüentes. Ao fazê-lo ela deixa de realçar o fato de que as demais misses faziam propaganda para produtos diversos que não apenas os de beleza. Assim, a análise de Vera ao se referir ao tratamento diferenciado recebido por ela, remete à indústria de cosméticos a razão de sua ausência. Neste sentido fica alijada a possibilidade de existência de discriminação racial ou qualquer outro fator alienante.

Pensamentos conclusivos:

O Renascença, nos seus mais de cinqüenta anos, foi alvo de críticas e teve que conviver com variados momentos de conflito interno que poderiam ter sido ocasionados não apenas por disputas de poder, como também por formas ímpares de identificação com o clube. Simultaneamente, ao adquirir ou cultivar uma identidade cultural negra, os do Renascença se conflitavam com a sociedade em torno, mesmo não tendo sido esse o seu objetivo inicial.

Ao se estabelecerem como um clube e, ao se organizarem em torno da construção de uma identidade negra, os cidadãos negros do Renascença estavam, na verdade, fazendo "r*evolução dentro da ordem*", como diz Florestan Fernandes (1965). Não caberia, neste sentido, a análise de serem alienados e aderentes ao mundo do branco, já que é a insatisfação diante deste que os move no sentido de se estabelecerem enquanto um clube.

Paralelamente, o ritual dos concursos de misses tão em voga até a década de sessenta, serve também, para pensar a sociedade brasileira nas suas atitudes raciais. A universalidade dos concursos de beleza, já que são realizados em grande parte do mundo ocidental, quando contrastados com as especificidades locais, podem se transformar, no caso brasileiro, num grande instrumento para entender as identidades raciais da nossa sociedade (COHEN, 1996). A eleição da rainha da beleza, *The Beauty Queen,* permite que este ritual transforme o mito da democracia racial em verdade *incontest*, que deixa de ser mito e se transforma em realidade. Vera foi eleita depois de ter passado "igual" e "democraticamente" pelos mesmos processos rituais aos quais todas as moças de diversos gradientes de cor, exceto negras, foram submetidas, logo, poder-se-ia concluir que não havia discriminação alguma.

Vera se transforma, então, em bandeira viva de mestiçagem, produto nacional e, acima de tudo, da Democracia Racial. Assim, um clube, que justificou sua existência exatamente devido à discriminação racial sofrida por seus fundadores, tem uma representante sua, treze anos depois, transformando-se em arauto da Democracia Racial, sem que tivesse havido durante este tempo, apesar de afirmações da mídia em contrário, um arrefecimento da discriminação contra os negros no país (Costa Pinto, 1953).

Bibliografia:

BARTH, Frederick . "*Ethinic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference".* Illinois : Waveland Press, Inc. , 1998.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas. São Paulo : FFLCH/USP, 1983

COHEN, Colleen Ballerino (Organizer). *Beauty Queens on the Global Stage*. New York: Routledge, 1996

DA MATTA, Roberto A. *Carnavais Malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice – Editora, 1990

HANCHARD, Michael George. *Orpheus and Power. The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil 1945-1988.* Princeton, New Jersey: Princetown University Press, 1988

NASCIMENTO, Abdias de. O Negro Revoltado. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 47, 29 de ago./1964.

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 48, 05 de set./1964

REVISTA O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 43, 01 de ago./1964.

REVISTA MANCHETE,. Rio der janeiro, Ano 11, nº 597, 17 de jul./1963

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro, Ano 13, n.º 690, 10 de jul./1965

WINANT, Howard. *Racial Conditions : politic, theory, comparisions.* University of Minessota Press. MN, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Sua cabeça faz a doença": as medicinas alternativas e a emergência de "novos" conceitos de saúde e doença

Renata Palandri Sigolo*

Resumo: A biomedicina construiu suas bases calcadas na idéia de dualidade entre corpo e mente, elegendo o primeiro como sujeito de sua intervenção. Apesar de se pretender hegemônico, podemos perceber diferentes idéias contrárias a este discurso . As propostas sobre o funcionamento do corpo, a gênese das doenças, sua cura e a manutenção da saúde surgem com a construção das medicinas alternativas durante o movimento denominado *New Age* e a partir de diferentes concepções advindas da medicina popular ou de medicinas orientais que, em sua maioria, deram mais ênfase ao doente como ser holístico do que à doença. Esta pesquisa pretende discutir as diferentes terapias propostas a partir de um novo paradigma e apresentadas através do periódico "Saúde!".
Palavras-chave: História da Saúde; *New Age*, Medicinas Alternativas

Résumé: La biomédecine a construit ses bases appuyées sur l'idée de dualité entre corps et esprit, em élisant le premier comme sujet d' intervention. Malgré sa prétention d'être hégémonique, on peut interpreter de différentes idées contraires à ce discours. Les propositions sur le fonctionemment du corps, la genèse des maladies, la guérison, avoir la santé, apparaissent avec la creation des médecines alternatives pendant le movement dénominé *New Age* et, à partir de différents conceptions provenants de la médecine populaire ou des médecines orientales qui, dans as majorité, donnant plus d'importance au malade, étant holiste, qu'à la maladie. Cette recherche a le dessein de démontrer les différentes thérapies proposées partant des nouveaux paradigmes representes dans le magazine "Saúde!".
Mots-clés: Histoire de la Santé, *New Age*, Médecines Alternatives

Os processos que envolvem a saúde e a doença são objetos privilegiados para a investigação em ciências sociais. Estar doente ou preocupar-se com a saúde são estados que transcendem a situação orgânica e estabelecem papéis e relações sociais específicos.

As dinâmicas relacionadas a este universo produzem representações sociais e são influenciadas por elas. Concepções médicas e leigas estão presentes no mesmo cenário e não devem ser tomadas necessariamente como polaridades opostas, mas como idéias que dialogam e que estabelecem relações de poder.(HERZLICH,1991)

Uma das possibilidades de compreender essa dinâmica está em se debruçar sobre periódicos destinados ao público leigo que veiculem discursos sobre o universo da saúde. A revista "Saúde!" torna-se uma importante fonte de estudo da difusão destas concepções, uma vez que possuía como objetivo proporcionar informações sobre as doenças, sua prevenção e cura (EDITORIAL,1983:4) aos seus leitores.

* Professora doutora, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina

Lançado em 1983, o periódico participa de um contexto muito significativo: a ascensão do movimento *New Age*, definido por D'Andrea como "uma forma de se perceber e se relacionar com o transcendente e a realidade em conjunto, mas independente de qualquer sistema de crenças e práticas" (D'ANDREA, 2000:15). Esta autonomia, bem como o afastamento de qualquer dogmatismo, foram a marca do movimento, juntamente com a crítica aos valores relacionados à vida urbana moderna. Embora o conceito seja fluído, é possível detectar algumas características como o ecletismo, o individualismo e a pós-modernidade. Herdeiro do movimento *beatnik* e da contracultura, movimento *New Age* se consolida nos anos 70 e 80, quando toma novos contornos. De recusa radical aos valores dominantes, a proposta *New Age* alcança uma grande escala de consumo de divulgação de centros e produtos, nos anos 90 (MAGNANI, 2000: 23-25).

O movimento esteve presente em diferentes dimensões do cotidiano, dentre elas a saúde. Grande número de práticas destinadas à cura e à prevenção de doenças ou ao desenvolvimento das "potencialidades humanas" fizeram parte das terapias alternativas. Porém, antes de denominar a pluralidade de sistemas de cura conhecidos, nos anos 80, como medicinas alternativas, o termo foi utilizado pela OMS em 1962 no singular, para designar a "prática tecnologicamente despojada de medicina, aliada a um conjunto de saberes médicos tradicionais (LUZ, 2003:37-38). Naquele contexto, a proposta era a de encontrar soluções para as doenças das populações carentes de serviços médicos.

Gradativamente, a expressão passou a designar, no plural, as formas de cura não pertencentes à biomedicina, que tiveram seu momento de ascensão em meados dos anos 70 e na década de 1980. Vários foram os motivos para o crescimento das medicinas alternativas, que encontram eco na crise da saúde e da medicina no final do século XX.(LUZ, 2003: 40) O contexto de crescimento das desigualdades sociais e da concentração da renda, faz crescer os problemas sanitários que proporcionam o retorno de doenças que se pensavam controladas, como a tuberculose que se somam a novas doenças, como a AIDS.

Devido às dificuldades sócio-econômicas e de cunho biológico, tornou-se crescente o que Madel Luz denomina de "pequena epidemiologia do mal-estar"(LUZ,2003: 42), síndrome de origem sanitária e cultural, causada pelas condições de trabalho e transformações culturais provenientes do capitalismo globalizado. Ao valorizar o consumismo, o individualismo e o prazer imediato, provocaram uma sensação de contínuo sofrimento que não se limita ao corpo físico.

Também a medicina passou por uma séria crise nas últimas décadas do século XX. Esta perpassa vários setores da prática médica que vão do ensino e preparação de

profissionais até o atendimento às necessidades de saúde mais básicas da população brasileira. Como racionalidade, a biomedicina concentrou sua atenção de modo crescente sobre a doença, aparelhada por uma sofisticada tecnologia. Esta característica, somada à diversificação das especializações, afastaram-na gradativamente do doente, que sentiu a necessidade e teve condições sociais para buscar "novos[1] paradigmas que lhe oferecessem alternativas para os cuidados com sua saúde.

Uma das características presentes no movimento *New Age* e que é partilhada pelas medicinas alternativas é a importância do indivíduo. No primeiro, o individualismo se expressa através da autonomia do sujeito, de sua busca pelo "autoconhecimento" e da responsabilidade de suas decisões individuais. Para as propostas alternativas de cura, há a retomada do doente enquanto organismo singular e como alguém que pode e deve ser visto como agente de saúde, não um paciente que simplesmente aguarda o diagnóstico e as decisões do terapeuta.

A iniciativa individual em buscar o próprio bem-estar é incentivada pela revista *Saúde!* que ressalta, já em seu primeiro número,sua missão de fornecer informações sobre alimentação, estilo de vida ou terapias que poderiam ser adotadas pelo leitor, uma vez estabelecido o diagnóstico. A ênfase é para a prevenção, também valorizada pelas medicinas alternativas que aconselhavam a adoção de um estilo de vida saudável.

Em contraste com o indivíduo, a sociedade é apresentada como a sede de origem das doenças. A sociedade brasileira, em particular, é apontada como iatrogênica por seu aspecto econômico, representado pela crise dos anos 80, potencial causadora de males cardíacos. Em um artigo, *Saúde!* convida seus leitores:

> *Como você, outros 120 milhões de brasileiros estão vivendo sob o impacto emocional da crise que o País atravessa. Impedir que ela atinja o seu bolso é difícil. Mas evitar que ela faça de seu coração mais uma vitima, você pode. Saúde entrevistou o Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, uma das maiores autoridades mundiais no assunto. Eis o que ele ensina.*(DIAGNÓSTICO,1983:4)

Ao Estado, gerenciador máximo da vida social, se dirigem as esperanças de proteção contra as mazelas da vida em sociedade: "O Estado tem o dever de lutar para proteger a comunidade contra as grandes causas das doenças que são a miséria, a violência, a poluição, a segurança no trabalho, os produtos deletérios como o fumo, o álcool, o desemprego e o neo-colonialismo."(LANDMAN,1984:67)

[1] Por estarem sempre sendo reinventados, podemos considerar os paradigmas das medicinas alternativas como novos. Porém, precisamos levar em consideração que muitos conceitos como a indivisibilidade do ser humano e a individualização do tratamento não são exclusivos de seu contexto. (PORTER, 2004)

A relação entre sociedade e indivíduo estabelecida por Landmann pode ser comparada ao paralelo feito entre macrocosmos e microcosmos nos séculos XVI e XVII, quando mesmo as alterações astronômicas eram interpretadas como fatores que interferiam nas condições de saúde e enfermidade do corpo humano. Aqui, elementos sociais como miséria, violência e poluição são colocados ao lado de comportamentos individuais, como o consumo de tabaco ou álcool. A sociedade e o indivíduo são tomados como um todo integrado, fazendo parte de um mesmo sistema, assim como o próprio ser humano é considerado impossível de ser compartimentado. Esta noção holista é um dos conceitos de base tanto do movimento *New Age* quanto da maior parte das medicinas alternativas. O periódico sugere uma definição de ser humano segundo o holismo:

> *Para o holismo, assim, o sistema humano complexo é de um agregado muito complexo, onde todos os aspectos - objetivos e subjetivos – interagem. E nada do que é humano ou do que pertence ao planeta escapa da avaliação: a saúde humana depende de todas as saúdes – da natureza, da sociedade, da política, da economia, do meio-ambiente, da cultura.* (HOLISMO, 1983:36-37)

A visão holística de medicina concebe o organismo como um todo, onde se deve observar o psiquismo, o soma (corpo) e o espírito (valores éticos) em conjunto. Comungando com esta proposta, o contexto dos anos 80 alimentou progressivamente a relação entre a doença física e o psiquismo, aproximadamente o que hoje a biomedicina denomina de doenças psicossomáticas. O alerta se dirigia às fontes do *stress*, vilão causador de doenças:

> *Trabalho excessivo e não criativo, ruídos, falta de infraestrutura nas grandescidades, dificuldades de transportes, problemas financeiros, perda de alguém importante, insucesso profissional. Tudo isso pode contribuir para levar uma pessoa ao stress emocional, o principal agente perturbador da saúde.* (SUA CABEÇA...: 1983, 33)

Considerar o homem como ser indivisível e merecedor de cuidados individualizados é também um dos paradigmas da homeopatia. Sistema elaborado pelo médico alemão Samuel Hahnemann no século XIX, foi introduzido no Brasil na década de 1840 e passou por diferentes estratégias de legitimação ao longo de sua história (SIGOLO,1999).

Na década de 1980, apesar das disputas no interior das instituições homeopáticas, cresceu o número de cursos de especializações dedicados à medicina de Hahnemann, bem como a busca desta terapêutica por doentes (LUZ, 1996), estimulada pela oferta das medicinas alternativas e pela mudança no grau de exigência dos pacientes, já comentados no início do texto.

A homeopatia tem como conceito central em sua concepção de saúde e doença a força vital. Esta idéia foi continuamente reinterpretada, segundo suas estratégias de inserção

médica e social. Apesar destas variações, a força vital considera a existência de uma dimensão extra-física do ser humano: a doença surgiria do desequilíbrio desta força, proveniente da relação de interdependência entre exterior e interior. Sendo as patologias traduzidas pelo desequilíbrio orgânico e não por um agente exógeno, seria esta alteração o foco de atenção do terapeuta. Como cada doente manifesta de forma particular este desequilíbrio, deve ser tratado de forma individualizada.(BESSA,1994)

Um dos pontos de maior atenção da medicina homeopática é a sua terapêutica. Baseada no princípio dos semelhantes, onde os distúrbios no doente devem ser tratados com substâncias que provoquem efeitos semelhantes quando administradas em pessoas sadias, os medicamentos homeopáticos intervêm diretamente na força vital do doente, por isso são individualizados. Sua característica mais popular é uma suposta "suavidade", contrastante com os medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica. Considerados "menos agressivos" e por isso "mais naturais", os remédios homeopáticos são baseados, em sua maioria, de plantas que, através de processos laboratoriais específicos, eram transformadas em soluções que contém seu princípio ativo de forma diluída. Um exemplo desta concepção podemos observarem um artigo de *Saúde!*, desaconselhando o uso da terapia em casos de epilepsia:

> *Como você já deve ter percebido, há algo em comum a todas as epilepsias: a necessidade de anticonvulsionantes. Alguns pais, por acharem os remédios 'fortes', procuram outras formas de tratamento, inclusive a homeopatia. 'Nada disso resolve', sentencia o dr. Rosemberg.* (SEU FILHO...,1983: 62)

Também adotada por apresentar uma terapêutica "natural", a fitoterapia tem bases assentadas sob outros parâmetros. As plantas provavelmente foram a primeira medicação empregada pelo ser humano, interpretadas segundo seus aspectos mágicos. O empirismo fez parte de sua estruturação como terapêutica, que contou com diferentes teorias e terapeutas.(CRELLIN,2002)

O crescente número de substâncias químicas medicamentosas disponíves, em especial após meados do século XX, fez com que o uso de plantas medicinais se retraísse. Com o novo contexto dos anos 80, a fitoterapia renasce e toma, entre outros caminhos, aqueles traçados pelas medicinas alternativas.

Assim como a homeopatia, o uso de plantas medicinais admitia explicações não-materialistas do mundo, onde coexistiam diferentes cosmovisões como as provenientes das religiões afro-brasileiras, do catolicismo popular ou de rituais indígenas. Uma receita divulgada pelo periódico aconselhava: "Para tirar o mau olhado de uma pessoa doente, - e ainda atrair boa sorte – nada como uma boa defumação com plantas (benjoim e

alecrim).”(CRENDICES,1983: p.44). Mais popular do que suas propriedades mágicas era seu caráter “natural” de cura, ressaltado por *Saúde!* em sua coluna “Botica Natural”, onde eram apresentadas plantas e suas indicações, bem como a opinião médica sobre seu uso.

Apesar de distintas, tanto homeopatia quanto fitoterapia produziram representações de cura relacionadas ao adjetivo “natural”. Diante de uma sociedade urbanizada, geradora de fatores “artificiais” como o ritmo de trabalho pressionante e o lazer relacionado ao consumo, as pessoas que possuíam identidade com os ideais “alternativos” de vida partiram em busca da natureza como solução curativa. Não é à toa que o *stress* é apontado com freqüência como um mal da sociedade urbana, cujo antídoto ao ser humano estava em reencontrar seu “estado natural”, através de atividades ao ar livre:

> *Respire fundo. Sob seus pés, a maciez da grama. Abaixe-se. Arranque todas as ervas daninhas que teimam em brotar. Sinta o mato, a carícia do vento no rosto, o cheiro da chuva ou o contato quente do sol.(...) Os joelhos estão sujos de terra. Você volta ao tanque, lava as mãos e passa os dedos molhados no joelho. Toda a sua angústia passou.*(MÃOS...,1984:44)

A imagem da “mãe natura”, a fonte da saúde e da cura contrasta com a sociedade urbana, representação da doença. Neste embate, resta ao indivíduo desamparado evitar que os males o atinjam. Prevenção e cura tornam-se uma missão, praticamente uma obrigação individual. Torna-se imperativo evitar o cotidiano estressante e as causas do adoecimento: “Como você vê, é possível prevenir em boa parte as moléstias cardíacas, mudando seu modo de vida. Os meios estão à sua disposição – é só optar por eles. Os resultados, você colherá a partir de hoje”.(DIAGNÓSTICO,1983:4)

A volta a uma natureza idealizada, um “paraíso perdido”, talvez contivesse a promessa de um maior entendimento e controle dos processos de saúde e doença vividos pelo ser humano. As representações sobre estes conceitos, na década de 1980, nos falam de maneira contundente, sobre o descontentamento vivido diante de uma sociedade urbanizada e caótica e a esperança do reencontro com uma natureza idealizada e curadora.

Referências Bibliográficas

Fontes

CRENDICES. Defumação contra doenças. **Saúde!** a,1.n.2, São Paulo. nov.1983.p.44
DIAGNÓSTICO. Conselhos do Dr. Zerbini. **Saúde!** a,1.n.1, São Paulo. out.1983.p.4
EDITORIAL. **Saúde!** a,1.n.1, São Paulo. out.1983.p.2
HOLISMO: a cura integrada. **Saúde!** a,1.n.1, São Paulo. out.1983.p.36-37
LANDMAN, Jayme. *Saúde e eleições diretas.* **Saúde!** a,2.n.8, São Paulo, maio.1984. p.67
MÃOS na terra. **Saúde!** a,2.n.5, São Paulo. fev.1984.p.44

SEU FILHO tem epilepsia: nada de mais. **Saúde!** a,1.n.1, São Paulo. out.1983.p.60-63
SUA CABEÇA faz a doença. **Saúde!** a,1.n.2, São Paulo. nov.1983.p.33-36

Bibliografia

D'ANDREA, Anthony A.F. **O self perfeito e a Nova Era.** São Paulo: Loyola, 2000.

BESSA, Marco. **Filosofia da Homeopatia.** Curitiba: Aude Sapere, 1994.

CRELLIN, John. *Herbalismo.* In: PORTER, Roy (org). **Medicina: a história da cura.** Lisboa: Centralivros, 2002. Pp68-93.

HERZLICH, Claudine. *A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença.*In: **Physis. Revista de Saúde Coletiva***,* a.1,n.2. Rio de Janeiro: 1991.Pp 23-36.

LUZ, Madel T. **A arte de curar versus a ciência das doenças.** História Social da Homeopatia no Brasil. São Paulo: Dynamis, 1996.

LUZ, Madel T. **Novos saberes e práticas em Saúde Coletiva: e**studos sobre racionalidades médicas e atividades corporais. São Paulo: Hucitec, 2003.

MAGNANI, José G. C. **O Brasil da Nova Era.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PORTER, Roy. **Das tripas coração.** Uma breve história da medicina. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

SIGOLO, Renata Palandri. **Em busca da "Sciencia Medica":** a medicina homeopática no início do século XX. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Tese de Doutorado em História, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Presença da Escola na Comunidade *Tekoa* Guarani
Trajetória Histórica

Helena Alpini Rosa*

Resumo: O tema "A Presença da Escola na Comunidade *Tekoa* Guarani - Trajetória Histórica" surgiu a partir do trabalho com professores Guarani dos Estados da região Sul e Sudeste do Brasil no Curso de Magistério: Kuaa-M'boe = Conhecer-Ensinar, desenvolvido pelas Secretarias de Educação, Ministério da Educação (MEC) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A pesquisa abordará a história recente da escola nas últimas décadas do século XX e anos iniciais do século XXI pensando a escola como interface da cultura Guarani. O foco principal são as comunidades de Massiambu e Morro dos Cavalos, no município de Palhoça (SC), nas Escolas Kaa Kupé e Itaty. Metodologia utilizada se fundamenta na perspectiva da História Oral, com fontes orais e entrevistas com professores e lideranças da comunidade, bem como documentação referente à temática.
Palavras-chave: História, Guarani, Escola

Abstract: The theme "the presence of the school in Tekoa Guarani community – a historical trajectory" arose during a course with Guarani teachers from the south and southeast states of Brazil who are attending a "Magistério" course:Teko –M'boa (know –teach) developed by Secretaria de Educação, Ministério da Educação (MEC) and Fundação Nacional do Indio(FUNAI). This study will approach the recent history of the school in the last decades of twentieth century and in the beginning of twenty first century schools, hinking the school as an interface of Guarani culture. The main focus of the study are the Cacupe and Italy in the community of Massiambu and Morro dos Cavalos in Palhoça, (Santa Catarina state). The methodology used by the study will be based on an oral historical perspective, interviewing teachers and community leaders, as well as documents regarding to the theme.
Keywords: History, Guarani, School

No ano de 2003, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC, através de Núcleo de Educação Indígena - NEI, juntamente com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI/SC elaborou um programa de formação de professores específico para indígenas da etnia Guarani. O programa tem o formato de um curso de Magistério – formação de professores para atuarem em nível de Ensino Fundamental, séries iniciais. Este Programa foi resultado de reivindicações feitas pelos próprios Guarani, reunidos em Conferência na cidade de Florianópolis, no ano de 2002. Esta proposta estava baseada numa experiência anterior, ou seja, a formação para professores Xokleng e Kaingang.

Pelas características específicas do povo Guarani e atendendo as necessidades por eles reivindicadas o curso foi proposto não somente para professores que atuassem nas aldeias Guarani do Estado de Santa Catarina, mas para os professores que atuavam nas aldeias dos estados vizinhos, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Para isso, foi elaborado um Protocolo

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

de Intenções, o qual foi assinado pelas entidades parceiras que passariam a participar do Programa. Este protocolo de Intenções foi assinado então pela FUNAI, pelas Secretarias de Estado da Educação de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná Rio de Janeiro e Espírito Santo, e, pelo Ministério da Educação através da Secretaria Especial de Educação e Diversidade MEC/SECAD. [1]

O tema "A Presença da Escola na Comunidade *Tekoa* Guarani - Trajetória Histórica" surgiu do trabalho realizado junto às etapas presenciais do Curso de Formação referido acima e tem como objetivo principal o levantamento da trajetória histórica da presença da escola na comunidade indígena Guarani, nas três últimas décadas do século XX e anos iniciais do século XXI. Portanto, uma histórica recente. O foco principal são as comunidades de Massiambu e Morro dos Cavalos, no município de Palhoça, Santa Catarina, referenciando as escolas de Kaa kupe e Itaty respectivamente. Pensar a escola como interface da cultura para os Guarani.

Assim, coloca-se como problema de investigação avaliar a trajetória histórica da presença da escola na comunidade ="*tekoa"*[2] Guarani. A escola em relação à cultura Guarani tem um papel secundário, ainda que esta tenha a proposição de fortalecimento da língua, da tradição. Usando a alegoria da *raiz e da antena*[3] a escola faz parte da antena, daquilo que vem de fora da aldeia, já a educação Guarani é da raiz, assim como fala o professor Ernesto: *"para realizar o nhanderekó (modo de ser) é impossível sem a mata, a cultura é necessariamente produzida dentro da Tekoa (aldeia). A escola, a educação não é só de escola, é muito maior."* (Ernesto, 2004)[4]

Na história milenar dos povos indígenas, a escola é uma instituição relativamente recente.

> *"As primeiras escolas para indígenas – e não de indígenas -, centradas na catequese, ignoraram as instituições educativas indígenas e executaram uma política destinada a desarticular a identidade das etnias, discriminando suas línguas e culturas, que foram desconsideradas no processo educativo". (FREIRE, 2000, p.17).*

---

[1] O curso de Formação Guarani tem o formato de presencial e a distância, num total de 4000 horas e forma os professores Guarani para atuarem em nível de magistério - séries iniciais do Ensino Fundamental. As aulas presenciais são em forma de curso de formação de 160 a 180 horas/aula. Tem como título Curso de Magistério: Kuaa-M'boe = Conhecer-Ensinar. (Dados extraídos dos relatórios do curso – acervo da SED/SC)

[2] *Tekoa* deriva de *Teko* = para os Guarani – *teko* é cultura – e conforme o dicionário de Montoya (1639) é "tesouro". É modo de ser, estima, costume, lei. A cultura do Guarani é científica, antropológica, (...). *Tekoa* = conjunto de convivência que envolve a aldeia como um todo, inclusive o mato. (Meliá, B. in. Apud 500 anos de invasão, 500 anos de resistência, 1992, pp.64-80)

[3] Raiz e antena – analogia feita na disciplina de História pelo professor José Ribamar Bessa Freire do Curso de Formação já citado.

[4] Depoimento na aula de História na Etapa Presencial do Curso de Formação – Relatório de atividades, acervo pessoal.

Os processos próprios de aprendizagem desses povos foram subestimados e permaneciam invisíveis aos olhos dos portugueses. Implicou num processo desagregador para os povos indígenas, pois foi destruindo as formas tradicionais de educação. Fator este que se fez presente ao longo do processo de construção do Brasil, ora com grupos religiosos (jesuítas / missionários), ora com órgãos protecionistas (SPI – Serviço de Proteção ao Índio; FUNAI – Fundação Nacional do Índio), ora com o Estado através de seus organismos de formulação de políticas públicas (Secretarias de Educação).

Para se falar e entender o universo dos Guarani é preciso falar de aspectos como da cultura = *teko* = "modo de ser" Guarani, a língua e a economia Guarani e inserir neste cenário a escola= "*rereko*" que é uma proposta nos moldes da cultura branca = j*uruá*[5].

Os Guarani mantêm uma postura de valorização e preservação do conhecimento tradicional, visando a manutenção de sua cultura e fortalecimento da história do povo em seu território tradicional que abrange, além dos estados da região Sul, Sudeste e Centro-oeste do Brasil, o leste do Paraguai, o noroeste da Argentina e o Uruguai. Apresentam ainda, como característica étnica, uma grande mobilidade espacial (migração) através do seu território tradicional independente da delimitação política de Estados ou de Nações.

Neste sentido, o conceito de cultura que se aplica aqui, vai ao encontro do que Geerts (1978) desenvolve em Interpretação das Culturas, numa perspectiva multidisciplinar, com respaldo historiográfico referendando o que se afirma acima, entendendo que a cultura é:

> *"padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida". (GEERTS, 1978, p. 103).*

Para o Guarani, a cultura constitui um *bem herdado* das gerações anteriores, seus antepassados, e se expressa especialmente nos rituais da casa de reza = a *Opy.* A cultura é o *modo de ser* expresso em três elementos: educação, linguagem e economia, presentes nas atividades da comunidade. Assim no contexto cultural Guarani a escola pertence à *antena.*

As sociedades indígenas brasileiras compartilham de algumas características comuns. Cada etnia, no entanto, tem sua própria identidade, seu modo de se organizar e ver o mundo. Percebem-se de modo particular e mantém presente sua especificidade apesar dos efeitos do contato com a sociedade branca, especialmente quando a questão é a escola presente na comunidade. *"Nossa escola tem que falar de nossa história, de nossa língua e*

[5] *Juruá* = Homem de bigode, expressão Guarani ao referirem-se às pessoas não índias.

respeitar a nossa religião, somente o professor Guarani pode dar aula em uma escola indígena". (Professor Algemiro Poty 2004).[6]

A linguagem, como elemento da cultural guarani, como já foi assinalado, deve ser considerado ao se pensar a escola Guarani. A linguagem como grande veículo de educação – aprende-se quase o essencial pela língua. É uma das grandes forças do povo Guarani. A língua é precisamente uma relação entre as palavras. A escrita tem sido um instrumento válido para fortalecimento da língua. *Tape nhandereko* = A escrita é uma espécie de ver o som. A unificação da representação escrita da língua Guarani pode representar o fortalecimento político do grupo.

A Constituição Federal reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231), além disso, assegura às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem (art.210), o que é reforçado pelo artigo 164, § 2 º da Constituição do Estado de Santa Catarina. (07/08/1998).

A Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 26, § 4 º garante a utilização da língua materna e processos próprios de aprendizagem às comunidades indígenas (art.32, § 3º); o desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural (art.78) e o apoio técnico e financeiro no provimento da educação às comunidades indígenas reforçando o apoio da União para programas de formação de profissionais destinados à educação escolar nas comunidades indígenas (art.79).

A resolução do CEB nº. 3/99 fixa diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas com elementos básicos para a organização (art.1º); autonomia relativa às escolas (art.4º); diretrizes para o Projeto Político Pedagógico (art. 5º); formação e prioridade aos indígenas para o exercício da docência, competência dos Estados em instituir e regulamentar o magistério indígena, admitido por concurso específico (art. 9º, inciso II, alínea d). Postula, ainda, que a formação dos professores será específica, cabendo aos Estados promover a formação inicial e continuada dos professores índios.

O Plano Nacional de Educação dedica um item à educação escolar indígena. Dentre outras determinações atribui aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena, devendo assegurar programas de formação sistemática dos professores índios levando em consideração processos próprios de ensino-aprendizagem, "construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida"

[6] Professor Guarani participante do Curso de Formação numa das falas a respeito da escola. Fonte Oral – Vídeo - Acervo pessoal.

(Brasil, 2000).

Em algumas aldeias a escola é presente desde o período do SPI (Serviço de Proteção ao Índio)[7], como responsabilidade inclusive deste órgão. No caso dos Guarani, a escola é um elemento presente desde o período jesuítico (séculos XVI, XVII e XVIII), nas reduções, no oeste e noroeste dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente.

A categoria de Escola Indígena foi instituída no Estado de Santa Catarina pela Lei 12.449 de 10 de dezembro de 2002.[8] As escolas presentes nas aldeias indígenas de Santa Catarina tornaram-se dever do Estado. Estão em funcionamento, atualmente, quatro escolas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e estão em fase final de implantação mais quatro escolas, totalizando oito escolas em aldeias Guarani. No estado do Paraná existem cinco em funcionamento, havendo necessidade de criação de mais cinco escolas, no estado do Rio Grande do Sul estão em funcionamento 16 escolas que atendem Guarani, já em São Paulo são três escolas e no Rio de Janeiro duas escolas.[9]

Na Secretaria de Estado da Educação, a Educação Escolar Indígena fica ao encargo do Núcleo de Educação Indígena (NEI), constituído de uma equipe técnica, representando as Gerências de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante. Integram o Núcleo instituições como a FUNAI, as Universidades do Estado – UDESC e Federal – UFSC e lideranças indígenas das regionais de educação onde se localizam as aldeias. A coordenação é realizada por uma técnica da Diretoria de Educação Básica e Profissional. O NEI constitui um organismo representativo das populações indígenas do Estado para implantação de políticas públicas relativas à educação. Tem como objetivo principal acompanhar e organizar as escolas que estão nas aldeias dos povos Guarani, Xokleng e Kaingang.

A escola não é dos índios, é do Estado. É uma instituição de fronteira. O problema não é interferir, é como interferir. Por isso, esta pesquisa visa também uma avaliação do trabalho realizado pela Secretaria de Estado da Educação através da escola, porque para o Guarani a cultura começa com o nascimento. Pode-se dizer que a cultura tem uma matriz.

---

[7] Serviço de Proteção aos Índios – criado em 20 de julho de 1910 através do Decreto n. 8072, e Localização de Trabalhadores Nacionais (7 de setembro do mesmo ano) que tinha como objetivo aldear os índios junto com caboclos em núcleos agrícolas. Foi em 1914 que o SPI (regulamento de criação do SPI, foi confirmado pelo Decreto n. 9214, de 15 de Dezembro de 1911) passa a tratar somente da questão indígena deixando a localização de trabalhadores nacionais para outra repartição governamental, tornando-se então a base da política indigenista do país.

[8] Lei 12.449, de 10 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial n° 17.053 de 12/12/2002. "Fica instituído, no âmbito da Educação Básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas,..."

[9] Dados coletados nas Secretarias de Estado da Educação participantes do Protocolo, já citado.

Nasce-se dentro de uma cultura. Para os Guarani a matriz é muito mais profunda. Para os Guarani a educação da criança começa com a cultura dos pais, antes dela nascer, até o momento que ela cai = *no'a*, na cultura Guarani. Sempre que se fala da cultura indígena é sempre educação. Pode-se aproximar um diálogo intercultural *Nhandereko* = nosso modo de ser.

Assim, perceber o quanto a escola, como instrumento não próprio dos Guarani, está intervindo no modo de ser = *teko* = cultura Guarani torna-se um desafio que com o decorrer da pesquisa pretende-se elucidar. Nesta fase, ainda incipiente, realiza-se o levantamento das fontes, mapeamento as entrevistas no intuito de se configurar como uma "pesquisa qualitativa", através da metodologia da História Oral na perspectiva da História no tempo presente, devido ao período de concentração da mesma.

A abordagem qualitativa é empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados pelo grau de complexidade interna. Através dela, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização no contexto do tema a ser pesquisado é adequado, pois a pesquisa qualitativa demanda um estudo fundamentalmente interpretativo.

O envolvimento do pesquisador com seu objeto, como uma das características deste método de pesquisa, o que para Chartier (1996), não é inconveniente, mas permite um melhor entendimento da realidade estudada.

> *"(...) o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. (...) Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói" (CHARTIER, 1996 p. 216).*

Portelli (1997), discutindo a importância da História Oral, recursos de muitas pesquisas qualitativas, nos diz que é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual. A História Oral, mais do que sobre eventos, fala sobre significados; nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo. Enfatiza ainda que a realização da História Oral é imprescindível o trabalho de campo:

> *"A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que elas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele." (PORTELLI, 1997, p.15).*

A pesquisa qualitativa possui caráter mais exploratório, descritivo, indutivo e envolve técnicas como análise de dados secundários, estudos de caso, entrevistas individuais, discussão em grupo, teste de associação de palavras, entre outros.

Neste caso específico, são realizadas entrevistas semi-abertas ou semi-dirigidas com os mais velhos para estabelecer o contraponto ou a interface com a cultura e a casa de reza = *Opy*; com os professores da escola participantes do curso de Formação Guarani *Kuaa Mboe* = Conhecer Ensinar para conhecimento da função da escola dentro da comunidade.[10] Análise da documentação recente produzida por diferentes fontes: os próprios indígenas, especialmente os mais velhos. Destacam-se os diários de classe dos professores, as atas e relatórios das reuniões do NEI e dos cursos de formação de professores, material didático pedagógico impresso utilizado como recurso de ensino e aprendizagem na escola Guarani. Ainda documentos oficiais e publicações do MEC na década de 1990, incluindo diretrizes, normas, decretos, leis, sensos escolares, pareceres e resoluções do CNE (Conselho Nacional de Educação), fotos, documentários em vídeos tais como: Vídeo da aldeia de Araponga/RJ; Índios Urbanos; O Guarani de Bracuí/RJ, Guerreiros da Liberdade.[11] Documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação e da Gerencia Regional de Educação de São José, como atas, relatórios, resoluções, diretrizes pedagógicas, projeto político pedagógico das escolas.

As fontes secundárias constarão de estudo e análise de autores que já realizaram pesquisas sobre esta temática, entre eles destaca-se:

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. – Pesquisa realizada na Terra Indígena Xapecó, entre os municípios de Ipuaçú e Entre Rios (oeste de SC), na qual aborda a presença e a função da escola na comunidade Kaingáng, bem como sua relação com o entorno.

O caderno do IBASE. **Educação escolar em terra brasilis, tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004. Trata da prática da diversidade como condição de identidade, liberdade e cidadania dos povos indígenas. Mostra que a escola indígena tem

[10] No curso citado, o sábio (mais velho) da comunidade Guarani, Sr. Alcindo Moreira participa como professor da "memória" da história e dos costumes de sua etnia. Será uma das entrevistas realizadas.
[11] Os vídeos são instrumentos utilizados nas aulas do curso de formação, já estão catalogados e fazem parte do acervo dos materiais didáticos pedagógicos do referido curso. Constitui também acervo de fontes orais.

muito a ver com os ventos da mudança, de afirmação do direito às próprias culturas; valorização da diversidade étnica.

MONTE, Nietta Lindenberg. **Escolas da Floresta, entre o passado oral e o presente letrado**.Rio de Janeiro: Multiletra, 1996. Originou-se da dissertação de Mestrado de 1994, na Universidade Federal Fluminense, constitui um esforço de superação das dúvidas a respeito da educação escolar e da escola nas comunidades indígenas Kaxinauá no Acre.

BARROS, Armando Martins; CASTRO, Renata Pinheiro. (orgs). Tradução para o português de Ruth Monserrat e Argemiro Silva (Karaí Miri). **Ara reko Memória e temporalidade Guarani.** Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005, 120p. – Resultado de um curso de formação para professores Guarani nas aldeias de Araponga, Bracuhy e Paraty-Mirim no Estado do Rio de Janeiro. Trata do cotidiano, envolvendo os professores pesquisadores que participaram do curso e atuam nas escolas nas referidas aldeias.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos Indígenas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p.79. Reflete sobre a formação dos aldeamentos indígenas no estado do Rio de Janeiro a partir da chegada dos portugueses ao território, contato, dominação, resistência.

Pretende-se que através da trajetória histórica da escola na comunidade Guarani, se possa historicizar as vozes, os significados e a vida presente na aldeia.

Bibliografia:

BESSA FREIRE, J. R. **Cinco idéias equivocadas sobre índio**. Manaus: Cenesch, 2000, p.17-34 (Série conferências, estudos e palestras, n. 1)

CHARTIER, R. (1996) *A visão do historiador modernista.* In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Koogan / Guanabara, 1989.

PORTELLI, A. *Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral.* In: **Ética e História Oral. Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, vol. 15, 1997, pp. 13-49.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.157-158.

SEF/MEC. **Referenciais para a Formação de Professores Índigenas**. Brasília/ MEC-SEF. 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Movimentos Sociais, Estado e Cidadania no Brasil: a luta pela cidadania nos primeiros anos da República

Nara Maria Carlos de Santana*

O objetivo deste trabalho é compreender o desenvolvimento dos movimentos e lutas sociais no Brasil nas três primeiras décadas do século XX, quando começa a república brasileira e quando o acesso à cidadania torna-se um problema de Estado.

Com a abolição da escravatura e a substituição da mão-de-obra escrava pela do trabalhador livre, principalmente do imigrante, as lutas sociais urbanas ganham contornos mais nítidos, devido entre outros fatores, a aceleração do processo de urbanização no país.

A existência de um governo absolutista no Brasil até 1889 não impediu que mesmo durante a vigência deste regime, fosse outorgada uma Constituição em 1824, que introduziu uma legislação considerada relativamente liberal para o momento histórico. Uma das novidades liberais era o estabelecimento do voto a todos os homens de 25 anos ou mais com renda mínima de 100 mil réis e todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar.[1] O voto era vedado às mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos. O tráfico realizado até meados do XIX, e a migração interna de escravos, que sobreviveu até o final daquele século, em 1888, foi o maior empecilho ao avanço da cidadania no Brasil, daquele período.

No país, a organização da ordem proposta pelo advento da República – ancorada nas idéias do positivismo – e a necessidade desta nova organização provocada pelo mundo do trabalho, a partir da abolição da escravidão, levaram a institucionalização da ordem social através da polícia política.

A introdução de um modelo liberal precoce, no que diz respeito à ampliação de direitos políticos com a instituição de eleições livres numa sociedade absolutista, não conseguiu mobilizar a população devido a características que montavam ao período colonial, ainda muito próximo. Com cerca de 85% da população de analfabetos, 85% da população vivendo em zonas rurais, restavam apenas um montante constituído de funcionários públicos

---

* Nara Santana é Doutora em História Política e Social das Idéias e bolsista ProDoc Capes na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este trabalho possui partes da tese de doutorado intitulada: O Confronto dos Nacionalismos: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil, defendida em 2005 pela Universidade Federal Fluminense.

[1] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 29

– atrelados ao governo pela sua condição – controlados pelos governantes e acostumados com três séculos de subordinação colonial.

Com isto, a política nacional deixou de ser um direito do cidadão e passou a representar a manutenção de poderes políticos locais, conseguido na maioria das vezes de maneira truculenta, pela violência. Para os mandatários, a perda do poder local implicava na perda de controle de cargos públicos, como por exemplo: os delegados de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas e de postos na guarda nacional.[2] Com a finalidade de conseguir vencer as eleições, os candidatos usavam diferentes métodos de falsificação do pleito, contratando, por exemplo, um cabalista, que era um especialista em falsificar eleições e tinha como função, incluir o maior número de partidários de seu chefe (o candidato) na lista de votantes, forjando provas de renda monetária. Outra figura constante no processo de burla de eleições era a do capanga eleitoral. Este protegia os partidários do candidato e amedrontavam os adversários, inclusive os impedindo de comparecer às eleições.[3]

Toda essa estrutura precária de participação popular, causada pela possibilidade de fraudes, dificultavam as tentativas do Estado de impedir a falsificação do processo eleitoral. Um outro fator era o encarecimento do voto, que foi aos poucos desmobilizando uma população que já não era muito acostumada com processos de mobilização. Mesmo com o advento da República em 1889, este quadro não foi modificado. Pelo contrário, a 1ª República ficou conhecida como "república dos coronéis". [4]

Neste processo político em que a participação popular oficial, manifestada pelas eleições, frustra-se diante dos variados mecanismos de controle do poder das classes financeiramente mais abastadas, a cidadania não se realiza. Conseqüentemente sem possibilidade de participação política e tendo nos políticos uma representatividade praticamente nula, surgem os movimentos de lutas sociais urbanos e rurais. Os urbanos apareceram como resultado do avanço do processo de urbanização proporcionado pela economia do café nas regiões centro-sul e as rurais pelo descontentamento cada vez maior com os abusos de poder dos mandatários locais.

No começo da república, o Estado brasileiro tratava a questão social como questão de polícia. Por isso, como foi ressaltado anteriormente, após a abolição da escravatura e a

[2] CARVALHO, 2005, p. 33.
[3] CARVALHO, 2005, p. 33.
[4] O coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional. O guarda era a pessoa mais poderosa do município e no império exercia grande influência política. Quando a Guarda perdeu sua natureza militar, restou-lhe o poder político de seus chefes. O coronel passou, então, a indicar simplesmente o chefe político local. Cf. CARVALHO, 2005, p. 40.

introdução do trabalho livre, o governo institucionalizou à ordem – dentro de uma concepção positivista – através da criação das polícias políticas.

> O controle social por meio de políticas e leis restritivas à entrada de trabalhadores imigrantes, a criação de programas sociais interativos, pelos empresários – vilas operárias, por exemplo pela Igreja Católica – sessões de cinema mudo - , ou pelo próprio Estado – controle sanitário da população -, constituem respostas por parte das elites dominantes à organização das camadas pobres e oprimidas, particularmente às ações dos imigrantes, por meio do anarco-sindicalismo.[5]

O anarco-sindicalismo torna-se um dos principais exemplos de organização da população e se concretiza pela criação de vários sindicatos de categorias, os trabalhadores se organizam em federações e confederações, realizam congressos e participam de greves. As lutas urbanas e rurais do começo do século XX no Brasil ganham contornos de verdadeiros movimentos sociais, principalmente se considerarmos que estes devem ser,

> Articulados a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos.[6]

Dentre os mais importantes movimentos sociais da Primeira República, podemos considerar:

> • **Revolta da Vacina (1904)** – Rio de Janeiro. Insurreição popular desencadeada pela campanha de vacinação em massa elaborada pela Presidência da República, contra a varíola. Os representantes da revolta reclamavam, não contra a utilidade da vacinação, mas com as condições em que foi imposta.
>
> • **Revolta da Chibata (1910)** – Rio de Janeiro. Também conhecida como Revolta dos Marinheiros, cujo articulador principal da revolta do marinheiro João Candido. A motivação da revolta foram os maus tratos a que se submetiam os marinheiros, em sua maioria negros. Vários marinheiros morreram após receberem setecentas ou novecentas chibatadas.
>
> • **Coluna Prestes (1925-27) -** Advinda do movimento do Tenentismo e liderada por Luís Carlos Prestes, percorreu quase todo o território nacional, tendo como plataforma: voto secreto, voto das mulheres, liberdade de imprensa, dentre outros. Pretendia a tomada do poder de Artur Bernardes.[7]

A repercussão dos movimentos sociais - com destaque para o Tenentismo e a Coluna Prestes -, na primeira República foi fundamental para o encerramento de um período

---

[5] COHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. SP: Ed. Loyola, 1995. p.62.

[6] COHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. SP: Ed. Loyola, 1997. p. 235.

[7] COHN, 1995, pp.66/80. Somente para ilustrar, alguns importantes movimentos: Movimento Contra a Carestia de Vida (1913) várias cidades brasileiras; Movimento do Sertão do Cariri-Ceará (1913), liderado pelo Padre Cícero; Atos contra o Desemprego e a Carestia (1914), RJ e SP; Greve Geral (1917), SP; O Movimento do Cangaço (1920), nordeste do Brasil; Movimento da Criação do Partido Comunista do Brasil (1922) RJ, por Astrogildo Pereira; Movimento Modernista (1922) SP; Manifestação a favor do voto secreto (1924); Primeiro Código de Menores (1927).

histórico marcado principalmente pela restrição do acesso à cidadania através do uso da força. Por isso, a proposta de Estado dos revoltosos dos anos 30, era a instituição de uma verdadeira *res*-pública, que resultou numa visão peculiar de cidadania e participação popular.

1.1. Um novo modelo de participação e cidadania: a democracia social

A partir do governo de 1930, a preocupação central do Estado era ampliar as conquistas intelectuais e tecnológicas – resultado das Revoluções Industrial e Francesa – através de uma Constituição que garantisse ao cidadão novos direitos que lhe permitissem o acesso aos benefícios sociais.

> O problema constitucional não é mais o de como prender e obstar o poder, mas o de criar-lhe novos deveres, e aos indivíduos novos direitos. O poder deixa de ser o inimigo, para ser o servidor, e o cidadão deixa de ser o homem livre, ou o homem em revolta contra o poder, para ser o titular de novos direitos, positivos e concretos, que lhe garantam uma justa participação nos bens da civilização e da cultura.[8]

De acordo com esta passagem de um dos trabalhos do ideólogo do Estado Novo, Francisco Campos, observamos que para atingir e ampliar os benefícios técnicos e intelectuais produzidos pela Revolução Francesa, o Estado combateu não só o liberalismo, mas também o comunismo. Para isso, sugeriu o ideólogo, seria implantado o corporativismo. Ao contrário do comunismo, que, para Francisco Campos, fundamentava-se na generalização da economia como explicação dos fenômenos políticos e sociais mais gerais e preconizava o conflito de classes, o corporativismo tinha a função de proteger os interesses dos grupos sociais, evitando o embate. Motivo, aliás, que serviu para explicar sua oposição também ao liberalismo que prevê a liberdade individual em detrimento de interesses gerais, no caso, da nação. Reproduzindo uma tendência de parte do ocidente contra o liberalismo e o comunismo e atrelando os interesses individuais aos interesses da nação, o Estado adota mecanismos de controle social que restringiram o surgimento de movimentos sociais, primeiro por meio do corporativismo e segundo pela repressão. Em nome do bem-estar nacional o corporativismo foi adotado para combater a livre-concorrência e limitar a liberdade do indivíduo em nome de um interesse maior: o interesse nacional.

> Na organização corporativa, o poder econômico tem expressão legal: não precisa negociar e corromper, insinuar-se nos interstícios ou usar de meios oblíquos e clandestinos. Tendo o poder, tem a responsabilidade, e o seu poder e a sua responsabilidade encontram limite e sanção no Estado independente, autoritário e justo.[9]

---

[8] CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional** - sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1941. p. 55.
[9] CAMPOS, 1941. p. 64.

Ainda em seu projeto do governo, Francisco Campos descreve pontos importantes da administração de Getúlio Vargas, dentre eles a síntese da reorganização nacional onde define o sistema de estrangeiros em cargos públicos; a consolidação jurídica do regime e uma exposição de motivos do projeto de Código de Processo Civil e outros pontos da política estadonovista. Novamente, em nome do imperativo nacional, a elite intelectual brasileira, passa a discutir os pontos básicos de consenso em torno de um mesmo objetivo, que apesar de apresentar uma justificativa "democrática", define formas de exclusão bastante claras, em que os estrangeiros – afora os grupos político-ideológicos – também são colocados à margem. No projeto nacional brasileiro, ou na intenção dele, a proposta excludente apareceu já nos anos 20 na literatura de Plínio Salgado, com seu livro *O estrangeiro*, e no de Mário de Andrade, em *Amar verbo intransitivo*. No primeiro, o autor ridiculariza e maltrata russos e italianos que trabalham no país em detrimento dos próprios brasileiros e no segundo livro, Mário de Andrade lamenta a "proliferação de estrangeiros" em São Paulo.[10] Agora, no Estado Novo, ao contrário do período anterior – segundo seus idealizadores –, a política para os estrangeiros deixa de ser uma lamentação literária e passa a políticas concretas. Dessa forma, não só se fortalece um sentimento nacionalista nos brasileiros, como ao mesmo tempo se afasta o perigo do que o governo chamava "ideologias alienígenas".

O trabalho de Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas*: estadista, publicado durante o regime em 1941, se propõe a propagandear o Estado Nacional e ainda, segundo as palavras do próprio autor, lançar "algumas reflexões sobre certos traços da mentalidade e do temperamento do Presidente que mais fortemente se destacam".[11] Estes trabalhos de propaganda foram fundamentais no esforço de legitimar o poder de Vargas.

Amaral também destaca os aspectos negativos do liberalismo, a importância de um líder condutor das mudanças políticas, o anticomunismo, o surgimento de uma nova concepção de "democracia" e a oposição ao totalitarismo.

É importante notar que, apesar de suas críticas ao liberalismo, o ideólogo –assim como Francisco Campos anteriormente – faz questão de ressaltar que no Brasil este modelo nunca se concretizou em práticas do Estado. Além disso, acentua o autor, o liberalismo vigente nos países onde este foi adotado fracassou, principalmente na produção de representantes competentes para a execução de políticas sociais positivas.

---

[10] PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990. p. 41.

[11] AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas:** estadista. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941. p. 16.

> No século XIX e ainda hoje, nos países onde subsiste o liberalismo democrático com a sua maquinaria eleitoral e parlamentar, os políticos dotados de capacidade para elevarem-se a um plano superior viram-se e continuam a ver-se constrangidos a fingir-se de medíocres, para não serem destruídos pelas forças inerentes à própria essência do sistema em que se acham integrados. O fato aqui apontado constitui o traço mais característico da vida pública na era democrática. O sucesso dos medíocres na esfera política tornou-se na democracia eleitoral e parlamentar tão generalizado e invariável, que nenhum dos pensadores de maior sagacidade e profundeza na análise deixou de assinalar esse aspecto do regime liberal, como o mais significativo talvez da sua natureza e das suas tendências.[12]

Refletindo sobre o modelo representativo do liberalismo, Azevedo Amaral descreve que "a maquinaria eleitoral" do processo representativo impede as ações do chefe do poder Executivo, condições geradas pelo eleitoralismo e parlamentarismo. Segundo o autor, tais fatos, repercutiriam negativamente na prática da cidadania – visto impedir o exercício da representação - e na impossibilidade de resolução de conflitos sociais graves, abrindo espaço para movimentos sociais indesejáveis por toda a sociedade.[13] Por isso, considerava, "o novo regime era inteiramente moderno e, ao mesmo tempo, perfeitamente brasileiro. Representava a identificação final do Estado com a nação".[14] Ao tratar do processo representativo e da chefia do executivo, o ideólogo afirma que:

> O erro fundamental de todo o sistema igualitário da democracia provinda da Revolução Francesa foi admitir o absurdo de formas de governo, em que fosse possível a entrega do poder supremo a quem representasse apenas o papel de mandatário das massas e executor dócil da sua vontade.[15]

Em vista disso, ao apontar a fragilidade do poder Executivo presente nas democracias liberais, o autor pretende justificar o governo ditatorial e o destacado papel de Getúlio Vargas na condução dos objetivos do povo brasileiro. Amaral explica o quadro político em que se encontrava o país até 1930, apresenta os antecedentes mundiais do fracasso do liberalismo, as conseqüências da crise e a importância de Getúlio Vargas para implementação de uma política nacional que possibilitasse o estabelecimento da ordem e dos ideais da nação.[16]

---

[12] AMARAL, 1941. p. 23.

[13] Azevedo Amaral foi um dos mais reconhecidos analistas sócio-políticos da década de 30, sendo considerado o mais eloqüente apologista do regime de Vargas. Jornalista e pensador, destacou-se como escritor desde o final da década de 20, discutindo os problemas políticos brasileiros e a realidade social do país. Em 1936, começou a trabalhar como propagandista do governo e após o golpe de 10 de novembro, teve papel de destaque na explicação do novo regime.

[14] *Ibid.* p.139.

[15] AMARAL, 1941. p. 38.

[16] *Ibid*. p. 64-74. Nas palavras de Azevedo Amaral, "as conseqüências econômicas da I Guerra Mundial deste século, agravadas pelas manobras".

> A experiência democrático-liberal, concretizada nas eleições da constituinte de 1933 e na da primeira Câmara Constitucional no ano seguinte, veio dar ao Brasil a prova insofismável de que a autêntica democracia liberal era incomparavelmente pior que a sua deformação pela fraude eleitoral e pelo abuso no reconhecimento de poderes.[17]

Além de concluir que a política democrática do modo como se apresentava era antinacionalista, este ideólogo entendeu que a partir deste modelo foi instaurado no país o "espírito da desordem". Para o autor, o restabelecimento da ordem só se tornou possível em virtude de Getúlio Vargas possuir o "instinto da ordem". O destaque dado a "personalidade excepcional" de Vargas, tanto em Francisco Campos quanto em Azevedo Amaral, sofreu influência de uma corrente de pensamento vigente desde o final do século XIX e que legitimava a idéia na qual alguns homens estavam mais aptos para o exercício do poder de que outros. Esta concepção foi chamada de teoria das elites. Vejamos com mais detalhes esse ponto.

Para os dois autores, a importância de Getúlio Vargas como homem capaz de dirigir o país à situação da ordem induziu-o a combater os males que ameaçavam a sociedade brasileira. Males estes resultantes da inépcia, do descompromisso com o povo brasileiro dos governos da República Velha e da entrada de ideologias alienígenas, como o comunismo e o anarco-sindicalismo. Nos trabalhos de Francisco Campos e Azevedo Amaral, não são feitas menções diretas aos movimentos sociais principalmente os de influência externa, contudo já se estabelecem critérios para a nacionalização dos estrangeiros no país, a ocupação de cargos públicos é traçada uma previsão de interação racial e assimilação cultural, visando a eliminação dos conflitos e a desmobilização das ideologias que os imigrantes trouxeram. Sobre os estrangeiros e o anarquismo e comunismo, a documentação policial refere-se a estes movimentos no Brasil como uma destas ideologias "alienígenas" e perigosas, e a repressão aumenta a medida em que avança a política nacionalista e as relações com os Estados Unidos da América são estreitados. Alguns movimentos eram vistos para além de uma ideologia perigosa, como ideologias de estrangeiros, uma ameaça ao "imperativo nacional", um "quisto étnico", reproduzindo aqui o jargão documental.

Nestes autores, as análises acerca do comunismo apontam como característica deste sistema, a desordem. É importante notar que um regime que destaca a superioridade de alguns homens em relação a outros e que já não aprovava a idéia de igualdade presente no liberalismo, não aprovaria a idéia de um igualitarismo radical do comunismo. É interessante

[17] *Ibid*. p. 110.

observar a coerência das formulações dos dois intelectuais, que não perdem de vista nenhuma das críticas desenvolvidas em suas teses e seus fundamentos, conseguindo com seus trabalhos difundir e legitimar a "democracia" ditatorial de Vargas. Para eles, no liberalismo, mas principalmente no comunismo, a idéia do igualitarismo serviria apenas para "encantar" os elementos inferiores da sociedade, alimentando a ilusão da possibilidade do exercício político eficiente através da representação ou da participação direta e que permitisse conquistas sociais.

Para finalizar, na concepção dos intelectuais idealizadores desta proposta de Estado, o "gênio político" de Vargas foi destinado a dirigir as transformações políticas necessárias à construção de um Brasil novo e à efetivação do Estado Nacional. Para tanto, além do combate ao comunismo e às ideologias alienígenas, o governo introduziu mudanças no mundo do trabalho através das leis trabalhistas (que no ano de 1941, ano das publicações acima, sofreria uma reestruturação) e do corporativismo, que definiria as relações entre o capital e o trabalho. Os dois ideólogos também estabelecem um critério para definição do que eles chamam de "o nacionalismo positivo". Para estes autores, o nacionalismo do século XIX (aliado ao liberalismo) era negativo, pois tinha caráter sentimental e destituído de um "dinamismo criador".[18] O atual nacionalismo, ao contrário do vigente no século XIX, possibilitava a participação efetiva do Estado nas transformações sociais, através do poder Executivo. Com vistas a realizar o ideal da nação, descreve Azevedo Amaral:

> No nacionalismo, embora entrem em escala sempre muito apreciável fatores intelectuais, o que prepondera é o instinto – o instinto da terra e o instinto da raça, as duas bases insubstituíveis da estrutura moral do patriotismo. Na idéia nacional há mais alguma cousa. Ela se apóia naquelas fundações vitais e instintivas, mas eleva-se até o plano da intelectualidade, transformando em idéia no espírito das elites o que é apenas sentimento na alma ardente das massas populares.[19]

Esta concepção de Amaral sobre o nacionalismo resume todas as concepções do autor e ainda destaca a importância dos intelectuais e das elites. Daniel Pécaut afirma que, ao desqualificar os pressupostos da "razão triunfante do iluminismo e os valores universalistas por ela criados", adotando pressupostos biossociológicos, os ideólogos o fizeram porque estes serviam as suas causas. Com certeza, os idealizadores do Estado Nacional varguista absorveram as teses que convergiam com os interesses por eles planejados.[20]

---

[18] AMARAL, 1941. p.152.
[19] *Ibid.* p. 156.
[20] PÉCAUT, 1990. p. 37.

Como participantes da construção de um ideal de nação, os dois intelectuais tiveram uma importância singular no projeto nacional. Em nome do "imperativo nacional", Campos e Amaral desenvolveram novas formas de "exclusão e criaram adaptações locais das teorias do século XIX, a fim não só de favorecer o projeto nacional, como também a proposta de 'homem novo' brasileiro". Destaco ainda que estes intelectuais, preocupados com o consenso social, utilizaram como instrumentos de unificação e legitimação desta proposta de nação a educação e a propaganda.

Como *lócus* privilegiado de legitimação do projeto político nacionalista, a educação no Brasil dos anos 30 sofreu uma série de transformações que visavam atender aos objetivos daquela proposta de Estado.

A construção da nação moderna, onde o acesso à cidadania – mesmo que considerado uma doação do Estado - dependia também das políticas em educação, segundo os pensadores do projeto político naquele momento. Para o Brasil que era visto como um país de analfabetos, simbolizado pela simplicidade e ignorância do homem rural, o progresso da nação e o ingresso na modernidade dependeria do investimento na educação. O viés autoritário presente no projeto educacional varguista é em alguns momentos diluído pelo apelo à proposta de nação moderna a que o estadista recorre. São os elementos destes projetos, que funcionam como aparelho do Estado que ajudam a legitimar e promover, dentre outros aspectos do nacionalismo, a exclusão dos imigrantes e obstruir o desenvolvimento de movimentos sociais, principalmente nas incipientes zonas urbanas do país daquele período, afetando o modo como a cidadania é percebida no país ainda nos dias de hoje.

Bibliografia:

AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas:** estadista. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2005.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional** – sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

CARVALHO, José Murillo de. **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e das Lutas Sociais.** São Paulo: Ed. Loyola,1995.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

LAUERHASS, Ludwig. **Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1986.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

SANTANA, Nara M.C. de. **O Confronto dos Nacionalismos:** Getúlio Vargas e a Repressão ao Nazismo no Brasil dos anos 30/40. Niterói (RJ) Tese de Doutoramento defendida pela Universidade Federal Fluminense, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Jornalismo e atividade literária: a escrita cotidiana da história no jornal

Regina Maria dos Santos*

Resumo:
O trabalho de pesquisa a ser apresentado caracteriza-se por se estabelecer uma relação entre jornalismo, literatura e história na produção de diversos jornalistas e escritores ao longo do século XIX e XX. Foram selecionados autores que expressavam, em situações e épocas distintas, opiniões diferenciadas em relação à produção literária e ao papel do jornal e do jornalista. Procuramos, inicialmente, investigar, de forma comparativa as obras de Balzac *Ilusões Perdidas* e de Lima Barreto *Recordações do Escrivão Isaias Caminha.* Posteriormente elegemos cronistas como Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony e atualmente Rachel de Queiroz como foco de pesquisa.
Palavras-chave: Jornalismo, literatura, história

Abstract:
This work tries to establish a relationship among journalism, literature and history based on the writings by journalists and writers from the nineteenth and twentieth centuries who had different opinions on literature and on the role of the journalist. To begin with, we searched to examine comparatively Balzac's *Lost illusions* and Lima Barreto's *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (Recollections of the clerk Isaías Caminha). Then the research focus changes to chroniclers such as Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, and currently Rachel de Queiroz.
Key words: journalism, literature, history.

Este artigo propõe apresentar resultados parciais de uma pesquisa que propõe estabelecer uma relação entre jornalismo, literatura e história na produção de diversos jornalistas e escritores ao longo do século XIX e XX. Foram selecionados autores que expressavam, em situações e épocas distintas, opiniões e pontos de vista diferenciados em relação à produção literária e ao papel do jornal e do jornalista.

Procuramos investigar então as obras de Balzac, Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony e atualmente Rachel de Queiroz. Com relação ao primeiro autor selecionamos o romance *Ilusões Perdidas,* que trata do mundo literário e jornalístico em meados do século XIX na França. Escolhemos ainda a obra *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* de Lima Barreto que se passa no início do século XX no Brasil. Esses dois romances revelam concepções sobre a prática jornalística e a atividade literária, tratando-as criticamente.

* Professora Adjunta do Curso de História - UFG – Campus Catalão. Profª. colaboradora do Mestrado em Teoria Literária UFU-MG.

Otto Maria Carpeaux situa que os instrumentos responsáveis pela existência do jornalismo moderno se desenvolveram na Inglaterra, nas oficinas do Times que foi fundado em 1785 . Observa ainda que Girardin barateou as assinaturas do jornal utilizando-se do anúncio para manter-se. Ao mesmo tempo criou um público estável e permanente devido à publicação no folhetim de romances em série.

> Dumas Pere, George Sand, Balzac aparecerão entre os autores de romances-folhetins. Inicia-se uma aliança entre jornalismo e literatura. A paixão dos jornalistas literários, de um Borne e tantos outros, pela liberdade de imprensa, o instrumento mais poderoso da burguesia, está em relação com o fato de a literatura começar a viver do público de jornais. (CARPEAUX, 1982:1396)

Inicia-se a partir de então a discussão em torno da literatura que é posta a serviço do jornal com o intuito de garantir sua venda. Introduzida na sociedade moderna de consumo através do jornal, a literatura absorve sua especificidade. Balzac criticará a nova situação das letras em seu romance *Ilusões Perdidas*, escrevendo de acordo com Carpeaux, com conhecimento de causa, já que era também jornalista, editor e impressor. Segundo Rónai:

> durante os anos duros da estréia literária, da editora e da tipografia – que reviveria magnificamente em Ilusões Perdidas – as experiências amargas da sensibilidade, as contínuas decepções e a luta recomeçada tantas vezes, o duro contato cotidiano com a impiedosa vida moderna, amadureceram o romancista... (RONAI, 1999:304)

Com relação a Lima Barreto, Nelson Werneck Sodré informa-nos que *Isaias Caminha* é o romance da imprensa brasileira do início do século, povoado de literatos mais ou menos frustrados. O romance é uma sátira ao Correio da manhã que era o órgão de maior sucesso e o mais representativo da época. (SODRÉ, 1983:304)

A postura crítica de Lima Barreto volta-se contra ele, que passa a ser ignorado, não só pelo Correio da Manhã, mas por toda a imprensa carioca do período. Conforme Sodré:

> Isaías Caminha mostra alguns aspectos parciais dessa mediocridade, no palco da imprensa e na fase em que ela, sem ter encontrado ainda a sua linguagem específica, aceitava as fracas muletas de uma literatura decadentista, em tudo e por tudo na correspondência à fase em que as oligarquias dominavam amplamente o país (SODRE, 1983: 306).

Balzac e Lima Barreto com suas críticas ferrenhas ao jornalismo apresentam-nos o impasse: o jornal pode conter - enquanto suporte efêmero - produções artísticas-criativas que tendem a durar além do seu tempo radical? Lúcia Santaella tece interessantes considerações dizendo não pretender sair pela tangente simplificadora e dicotomizante que enfatiza que jornalismo e literatura nada têm em comum ou que a literatura está sendo engolida pela linguagem jornalística.

Santaella chama também atenção para o fato de que, no século XX, não somente dois tipos de linguagem (literatura e jornal) se confrontaram, mas que existe uma "coexistência não passiva de uma série de linguagens que se interpenetram, gerando processos de migração de recursos de produção de linguagens intermediárias, híbridas (entre a literatura e o cinema, entre o cinema e o jornalismo)" (SANTAELA, 1992: 31).

O debate sobre a relação entre jornalismo e literatura é recorrente desde o final do século XX. Sodré comenta que, no Brasil, os homens de letras buscavam no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade e um pouco de dinheiro. (SODRÉ, 1983: 292).

No debate teórico da crítica literária, encontramos também posições divergentes. Massaud Moisés não concorda que o jornalismo se converta em atividade literária. Ocasionalmente, o jornal pode converter-se em um veículo literário, mas o que prevalece não é o aspecto criativo e estético, e sim o informativo, já que é pragmático, utilitário, vazado de linguagem referencial (MOISÉS, 1978: 89).

Alceu Amoroso Lima considera o jornalismo como um gênero literário, como arte verbal em prosa de apreciação dos acontecimentos. E por acontecimentos entende não apenas os fatos históricos, mas tudo o que faz parte da trama do cotidiano e da vida, tanto individual como social. (LIMA, 1969: 23).

Para além da crítica que separa a prática literária da prática jornalística, Silvia Borelli localiza nesse embate a falsa dicotomia entre os produtos culturais de extração culta e erudita e os produtos originados da produção industrializada da cultura, rotulados, muitas vezes, de cultura padronizada, vulgarizada e popularesca. Segundo a autora, "retoma-se pela crônica, a segmentação entre cultura de massa, cultura erudita e cultura popular" (BORELLI, 1996: 81).

Borelli questiona sobre quem define essas fronteiras, que equivocadamente exilam os cronistas para fora do campo literário e apontam o mercado como última saída. Diante disso, refuta sublinhando que os cronistas são narradores, que, com sua escritura, resgatam tradições e matrizes culturais originárias. "Na crônica, tradições e rupturas, articuladas, tornam-se visíveis e falam, pela voz do cronista, historiador, intérprete, contador de histórias na modernidade" (BORELLI, 1996: 84).

As características ambíguas da crônica, todavia, longe de revelarem sua fragilidade, expressam sua potencialidade. Retomando o aspecto cultural, como enfatiza Borelli; na crônica estão presentes elementos híbridos que expõem a capacidade de diálogo do escritor com seu tempo e seu público. Segundo Luiz Roncari a crônica esta na fronteira entre a alta e a baixa cultura (RONCARI, 1985:14). Porém, acreditamos que, para além da

fronteira, exista uma dimensão cultural 'circular', como aponta Bakthin, presente no jornal e principalmente na crônica.

Apesar de ser escrita, a crônica não contém elementos meramente pertencentes à cultura letrada, mas relaciona-se e é permeada pelo que há de mais popular, que é a tradição oral, e ainda, é veiculada por um meio de massa. Nesse sentido, não podemos esquecer de destacar suas múltiplas apropriações pela TV, pelo rádio, pela Internet (blônicas), que inventaram, cada qual, sua forma de divulgá-la.

No livro de Paulo Barreto, conhecido como João do Rio, que foi elaborado no início do século XX com o título *O Momento Literário* o autor inquiriu grandes escritores da época. Para a maioria deles, o jornal tem um aspecto bastante paradoxal, uma vez que, se, por um lado, presta um serviço ao desenvolvimento das letras, por outro, é um obstáculo ao aprimoramento do estilo.

O livro de Cristiane Costa *Pena de aluguel* (2005) apresenta uma extensa análise da obra de João do Rio trazendo a mesma questão para os jornalistas-escritores no início do século XXI. A conclusão da autora é que o jogo de antagonismos entre imprensa e literatura ainda divide a literatura nacional. Nesse sentido aponta as principais dicotomias presentes neste embate: arte x mercado; artista x trabalhador; linguagem condicional x liberdade criativa; experiência x esterilidade; visibilidade x preconceito; perenidade x imediatismo; fato x ficção; objetivo x subjetivo; tempo x dinheiro; local x universal.

No entanto, podemos compreender que a colaboração na imprensa ampliou o número de interlocutores para o texto literário e traçou uma trilha concreta para a profissionalização dos escritores. Segundo Flora Sussekind, as fontes de renda dos escritores estavam basicamente no emprego público, no magistério, na diplomacia, na elaboração de livros didáticos e paradidáticos. Produzir reclames e legendas para fitas de cinema foi também uma forma de sobrevivência, no entanto, foi justamente para o jornalismo que se dirigiram a maioria dos homens de letras do Brasil (SUSSEKIND, 1987:74).

A partir dessas questões procuramos dar continuidade ao debate interdisciplinar entre literatura, jornalismo e história apontando questões relativas à produção desses cronistas e a representação que tecem da sociedade brasileira no século XX. Para tanto foram selecionadas obras de Drummond, Carlos Heitor Cony e Rachel de Queiroz.

Nas obras *Confissões de Minas*, *Passeios na Ilha* e *Fala, Amendoeira*; *A bolsa e a vida*, *Cadeira de Balanço*. *Caminhos de João Brandão*, *O Poder Ultra Jovem* é possível perceber que Drummond transformou ao longo dos anos sua forma de escrever crônica. Seja

por meio de uma elaboração culta da linguagem, seja por sua dimensão coloquial, o cronista coloca o velho debate sobre a dimensão literária do jornal em voga.

O livro *Confissões de Minas* publicado em 1944 possui artigos, ensaios e crônicas poéticas, assim como *Passeio na Ilha* , publicado em 1952. *Fala Amendoeira* é de 1957 e é composto por crônicas poéticas. As primeiras obras apresentam uma característica mais memorialística e provinciana ao tratar de seus conterrâneos de Itabira. Em *Fala Amendoeira* Drummond filosofa e usa um tom sarcástico em suas críticas sociais. A partir dessa obra esses aspectos perdem espaço para imagens cotidianas, como a família e o trabalho. As obras posteriores *A bolsa e a vida* e *De notícias e não notícias se faz a crônica* seguem esta linha.

Drummond viveu 84 anos, trabalhou e deles dedicou mais de sessenta ao jornalismo. Defendeu sempre a liberdade da escrita. Talvez essas obras escritas entre os anos 1920 aos anos de 1950 expressem uma fase densa de transformações em sua obra e em sua vida.

Outro autor pesquisado foi Carlos Heitor Cony e suas obras *O Ato e o Fato*, *Posto Seis, Os anos mais antigos do passado e Harém das Bananeiras.* As duas primeiras obra são as observações de Cony acerca do golpe militar de 1964, e mais, a tradução escrita da memória no cotidiano.

A representação de Cony sobre o golpe não pode ser descrita como ideologia de direita ou de esquerda. Por mais que fizesse críticas constantes, ainda assim não era o discurso da esquerda, como ele próprio citou no prefácio do *O Ato e o Fato,* que se recusará a ser um gigilô das esquerdas. (CONY, 1979, p.11).

Cony pode ser considerado como um escritor contemporâneo herdeiro de Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, Lima Barreto, Proust, Sartre entre outros. Por meio da metalinguagem no livro *Os anos mais antigos do passado* e no livro *O harém das bananeiras*, comentou diversas vezes como faz suas crônicas, e a obrigatoriedade de ter que fazer uma crônica todos os dias sob a pressão característica do jornal.

Em entrevista ao Caderno de Literatura Cony afirmou fazer suas crônicas em cinco minutos no seu ofício que segundo ele, já se tornou hábito para não dizer um vício. Em muitas crônicas presentes nesses livros, são perceptíveis as diversas vezes que Cony não tinha nenhum assunto para escrever, e mesmo assim escrevia sobre a própria falta de assunto. Nessa angústia até mesmo sonhos se tornaram crônica.

O livro *O harém das bananeiras*, publicado em 1999, é um livro constituído por cem crônicas, publicadas principalmente no jornal *Folha de São Paulo* entre os anos de 1997 e 1999. O livro *Os anos mais antigos do passado* foi publicado em 1998, possui cento e dois

textos publicados anteriormente na *Folha de São Paulo* e na revista *Manchete,* os artigos e crônicas deste livro foram publicados nos diversos anos desde que Cony começou a exercer a função de cronista no jornal e colunista na revista, esses textos são classificados por ele como os fantasmas antigos que teimam em assombrá-lo. Obviamente que essas crônicas foram reunidas sob as exigências do contexto do ano de publicação dos livros.

Nesses dois livros, que podem ser facilmente chamados de livros de memória e até de biografia do autor, Cony mescla história, memória e ficção no intuito de recompor com engenhosidade sua história pessoal, que indubitavelmente está ligada à história do país. Nesse sentido Cony trata de questões como fé, globalização, infância, problemas de ordem familiar, mudanças de valores, tecnologia, política, ditadura militar, entre outros assuntos que desenvolvemos na pesquisa. Enfim, Cony faz um balanço dos últimos anos de um milênio prestes a acabar e entrar na memória.

Outra autora pesquisada neste projeto é Rachel de Queiroz que ao produzir suas crônicas, tratava de assuntos variados, mostrando-nos os acontecimentos do cotidiano, seus pensamentos, seus sentimentos, sua opinião, seus ideais, suas críticas. O livro *Cem Crônicas Escolhidas e O Caçador de Tatu* reúne crônicas que Rachel escreveu dentre o período de 1957 a 1967. Rachel de Queiroz se interessa por temas variados como a Guerra Fria que ocorria entre os Estados Unidos e a Rússia e afetava o mundo, e nesse sentido, abordava o geral e o particular. As crônicas, quando escritas, não precisam ter um mesmo sentido do começo ao fim, ela nos permite falar de assuntos variados em um único texto.

Além da guerra fria, outros assuntos são tema para a autora, como personagens como Lincoln e até mesmo Luiz Carlos Prestes. Rachel de Queiroz também fala sobre assuntos ocorridos em sua vida privada ou familiar. A cronista aborda também questões sociais, como o preconceito, a seca, a fome e a miséria. Suas crônicas constam ainda de histórias fictícias, cartas mandadas a amigos e conhecidos.

Segundo Afrânio Coutinho a cronista apresenta características típicas do modernismo, sua principal temática, "dentro do pano de fundo dos problemas geográficos e sociais nordestinos, é a posição da mulher na sociedade moderna, com seus preceitos morais e sociais" (COUTINHO, 1986: 279).

Uma característica marcante das crônicas da literata é o fato de muitas terem sido escritas em primeira pessoa, o que revela em muitos momentos que ela relata mais que o cotidiano da sociedade ou a política nacional, relata fatos íntimos, próximos a ela. Muitas vezes ela participa ativamente das crônicas contando fatos cotidianos dela, de amigos, no trabalho e com a família.

Dessa maneira é possível identificar algumas características relevantes da mesma, se trata de uma pessoa simples e ao mesmo tempo refinada, temperamental e com personalidade forte, como, por exemplo, quando rompe com o PCB ao terem negado o desfecho de sua obra *João Miguel.* Insatisfeita com as imposições do partido Rachel se levantou, chegou até a mesa onde estavam os originais do romance, pediu o texto para que ela pudesse corrigi-lo e antes de dar no pé em disparada, declarando não reconhecer, nos companheiros, condições literárias para opinar sobre seu romance.

Em muitas crônicas Queiroz desabafa sobre a dificuldade ao exercer o árduo ofício da arte de escrever, se queixa da falta de criatividade em alguns dias, da pressão que sofre do leitor, de si e ou de um superior, afinal mas cedo ou mais tarde, o trabalho tem que ser feito. Às vezes ela recorria à tranqüilidade da fazenda nordestina para produzir, de quebra se protegia contra pressões e na terra natal a inspiração jorrava como as águas do Velho Chico que ela tanto amava.

Rachel de Queiroz é extremamente irônica em relação às elites e enfatiza o fato destas estarem perdendo prestígio diante as massas. Posteriormente, resume a formação miscigenada da sociedade brasileira e critica a tradição cultural da aristocracia brasileira.

Nesta mesma perspectiva, pretendemos ainda neste projeto, tratar, ao longo dos próximos anos da produção dos cronistas, cujas atividades no jornal foram marcantes em sua trajetória, dentre esses: Mario de Andrade, Ruben Braga e Fernando Sabino.

Referências Bibliográficas

BALZAC, Honoré de. *As Ilusões Perdidas.* Trad. Ernesto Pelanda e Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1976.

BORELLI, Silvia Helena Simões. *Ação, suspense e emoçã*o: literatura e cultura de massa no Brasil. São Paulo: Educ/Estação Liberdade, 1996.

BRAGA, Ruben. *O conde e o passarinho e Morro do Isolamento*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1982.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Vol.6, Rio de Janeiro, Alhambra, 1982, p.1396

CONY, Carlos Heitor.*O Ato e o Fato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

____. *Os anos mais antigos do passado*. Rio de Janeiro: Record, 1998

____. *O Harém das Bananeiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Cristina. *Pena de aluguel*: escritores jornalistas no Brasil. 1904-2004. São

Paulo: Companhia das Letras, 2005.
COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol.6 3ed. Rio de Janeiro: José Olympio. Niterói. UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986.
LIMA, Alceu Amoroso. *O Jornalismo como gênero literário*. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.
MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 1978.
QUEIROZ, Rachel de. *Cem crônicas Escolhidas e O caçador de Tatu*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
RONAI, Paulo. *A vida de Balzac.* Rio de Janeiro: Ediouro, 1999, p. 304
RONCARI, Luiz. A estampa da rotativa na crônica literária. In: *Boletim Bibliográfico* Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo, Vol. 46, n.14, jan/dez. 1985.
____. *A crônica*: duas ou três. Folhetim, São Paulo, 9/01/1983, p.8-9.
SABINO, Fernando. A mulher do vizinho. Ed. Do Autor, 1962
___. *A companheira de viagem*. Ed. Do Autor, 1965
SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das Mídias*. São Paulo: Razão Social, 1992.
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária*: polêmicas, diários e retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
___. *O Cinematógrafo das Letras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa, cultura e política: 1964 em *O Progresso*

Suzana Arakaki[1]

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo analisar o papel da imprensa local durante o período do golpe de 64. A exemplo da imprensa nacional, os jornais locais tiveram importante papel na condução e legitimação do golpe civil militar que culminou com a renúncia de João Goulart da presidência da república. As particularidades locais conduzem para as ligações político-partidárias dos proprietários das empresas jornalísticas e de seus interesses. De defensor ardoroso dos primeiros momentos, logo após o golpe a imprensa decretava a "morte da revolução". As interpretações levam a leituras diversas, como uma provável resistência ao golpe. A opinião dos jornais variou entre apoio e repúdio.
Palavras-chave: História local. Imprensa. Golpe de 64.

Abstract: This work has by objective to analise the paper of local press during the military action in Brazil 1964. Like the national press, local newspaper had a important paper at the conduction and legitimation at the action what made João Goulart out of the power. The local desires get the conection between politics an personal interestings: defender of the military action to enemy. The interpretations get a variables.
Keywords: Local history. Press. Military action 1964.

Nos anos 60, o fantasma do comunismo era visto em toda parte. Na constituição do imaginário de temor, os meios de comunicação tiveram papel significativo. A imprensa de modo geral contribuiu para a disseminação da idéia do perigo comunista no país. Havia uma campanha anticomunista e antijanguista naquele momento.

Foi em torno da oposição entre o "comunismo" e a "democracia", no contexto da Guerra Fria**,** que se articulou a propaganda ideológica dos anos 50 e 60. Para Fiorin, o:

> *[...] discurso "revolucionário, o movimento de 64 visa a salvar a democracia, a salvaguardar a unidade nacional, a defender a pátria do comunismo e a desenvolver o país pela elevação do nível material, moral, educacional e político de seu povo, dentro da estabilidade e da ordem (FIORIN, 1988, p. 68).*

Com base nesse entendimento, a sociedade em geral posicionou-se favorável ao golpe militar de 64. Os meios de comunicação foram fundamentais no processo de manipular certos valores e idéias a um público amplo, com intenção de influenciar a opinião pública a serviço de certas elites.

[1] Professora assistente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Marilena Chauí explica a generalização e aceitação do discurso ideológico entre as diversas camadas sociais, a partir da imposição de uma determinada classe: a dominante. Porque saídas das camadas dominantes é que ganharam força e se transformaram em idéias dominantes:

> *[...] porque as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe dominante da época, o ponto final da ideologia está necessariamente inscrito no movimento que a constitui, isto é, o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes (CHAUÍ, 1981. p. 27).*

Com poucas exceções, os meios de comunicação, identificavam o governo João Goulart com os ideais comunistas. Realizavam intensa propaganda de oposição. A imprensa nacional, rádios, televisões e jornais estavam contra o presidente Goulart, com algumas exceções, entre as quais, o jornal *Última Hora* (AQUINO, 1979, p. 38). Com discursos moralistas, condenavam as reformas propostas pelo governo e a maioria de seus atos políticos. A campanha anticomunista e a propaganda difamatória contra a pessoa de Goulart foram significativas para conseguir com que as classes médias saíssem às ruas e provocassem a renúncia de João Goulart da presidência.

As empresas jornalísticas geralmente pertencem a pessoas ou grupos privados e suas publicações, nos trabalhos jornalísticos traduzem os interesses aos quais o jornal está vinculado. No caso da imprensa local, principalmente no período estudado, é provável que o principal objetivo de seus proprietários não fosse o retorno financeiro, apesar de inúmeros anúncios publicitários. Uma de suas razões de ser resume-se, ao nosso ver, numa forma de carrear dividendos eleitorais ao político proprietário do jornal.

Apesar de considerarmos os jornais locais como sendo de pequeno porte, isto não diminui sua importância para os estudos históricos. Capelato considera que:

> *[...] os pequenos jornais que expressam reivindicações específicas de determinados grupos sócio-políticos são muito importantes para os estudos históricos. [...] Os títulos dos periódicos exprimiam o grupo do qual eram porta-voz ou os seus propósitos de luta.[...] A pequena imprensa de conteúdo sócio-político, literário ou de entretenimento em geral [...] representa um manancial de pesquisa dos mais significativos (CAPELATO, 1988. p 33).*

Ao analisar a história da imprensa local, devemos situá-la como entidade participante da vida política da cidade, na medida em que essa imprensa serviu de instrumento para *conquistar corações e mentes*. Compreender a ideologia presente na imprensa local leva-nos a refletir sobre as relações de poder que tecem o cotidiano, desvendando as representações simbólicas de suas mensagens.

O Progresso é uma empresa familiar. O nome do jornal, *O PROGRESSO, pensamento e ação por uma vida melhor,* expressa a crença e a ideologia de seus proprietários. Desde a primeira edição, o jornal revelou-se um incentivador do desenvolvimento da região, especialmente de Dourados.

Considerando-se que os donos do periódico analisado eram políticos atuantes, torna-se mais fácil compreender os rumos editoriais adotados pelo mesmo jornal, durante o regime militar, bem como no período anterior ao golpe de 64.

Analisamos os jornais considerando a articulação entre texto produzido e o contexto de sua produção, o que é fundamental para compreendermos o sentido das mensagens e seu caráter ideológico. Tentar interpretar o sentido das imagens dos jornais, naquele momento histórico é contribuir para verificar o poder da imprensa e o papel da ideologia nas sociedades modernas.

O Progresso inicia 1964 com matéria de primeira página, prenunciando o ano como sombrio e catastrófico. Reclamando de preço de produtos como cigarro, bebidas e passagens rodoviárias intermunicipais, sugerindo que Dourados, governada por um prefeito do PTB, tornava-se uma "cidade de ninguém", exposta a abusos, o que o jornal considera um absurdo, só praticado em face da inoperância das autoridades.

Em notas freqüentes o jornal anunciava um pessimismo que se generalizava no país e, por conseqüência, na cidade. Assuntos como inflação e "invasões" de terras de outros estados também figuravam no rol de prenúncios catastróficos do governo janguista". No mesmo jornal, uma seção denominada "Meu Cantinho", assinada por um indeterminado "eu", veiculava a idéia de que o descontentamento era generalizado. Em nota, comenta a crônica de um radialista local, Jorge Antonio Salomão, que durante seu programa diário o locutor fez uma prece, concitando todos a rezarem pelo Brasil, pois que a situação era insustentável, que irmãos estavam brigando em Cascavel, no Paraná, por pedaços de terras.

Nesse quadro, ganharam destaque as questões de terra. Os movimentos agrários eram tratados como perigo eminente de caos no campo. Em meio a notícias diversas, sempre se encontravam pequenas notas sobre acontecimentos envolvendo posseiros e proprietários em outros estados do Brasil.

Notícias de conflitos entre posseiros e proprietários em outros estados era recorrente. Segundo *O Progresso*, as invasões e atos de vandalismos nas propriedades, estariam sendo incentivados pela Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA e pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, órgãos criados pelo governo de Jango. Todavia, esses ataques seriam repelidos pelo governo e pelas classes proprietárias.

Em letras garrafais, o jornal destaca um incidente em Minas Gerais, estado onde setores populares estariam se mobilizando contra a atuação dos órgãos subversivos. A Frente de Mobilização Popular – FMP, opôs-se ao comício realizado pela SUPRA, nas dependências de um órgão público estadual na cidade de Belo Horizonte. Destacando a humilhação que o movimento teria imposto a um membro do CGT quando este discursava, a reportagem faz alusão ao combate a essas forças que estariam promovendo desordens ao disseminar suas idéias subversivas.

O Progresso dava destaque às atividades das entidades camponesas e a SUPRA. Alertava que estava em andamento no Brasil o caos social, com invasões de propriedades particulares. Caos no campo e na cidade, caso as Reformas de Base de Jango fossem implantadas.

Em relação ao problema agrário naquele período, nas palavras do *O Progresso,* a solução não consistia simplesmente em desapropriar terras, este era um dos pontos demagógicos do Decreto da SUPRA. O jornal combatia a reforma agrária proposta pelo Governo, possuía uma outra visão de como deveria ser realizada. Segundo Weimar Torres, o governo deveria distribuir primeiro as terras do próprio governo, que eram muitas, antes de desapropriar terras produtivas, espalhando pânico entre os proprietários, causando prejuízos na economia do país.

Atrelado à questão da terra, também eram freqüentes nos jornais, matérias sobre a infiltração comunista em diversos estados brasileiros, principalmente no nordeste. As acusações feitas pelo jornal contra Goulart eram baseadas sempre nas mesmas temáticas: comunismo e desordem econômica. Quando os jornais se referiam a antidemocracia, era a doutrina comunista que estava em discussão. O jornal divulgava, constantemente, que o governo era subversivo e que expunha a nação ao perigo comunista. Era necessário que o povo acordasse para essa realidade antes que fosse tarde. A pregação anticomunista estava em pauta quase que diariamente. A iminência do perigo comunista foi amplamente alardeada nos jornais brasileiros.

A afirmativa mais freqüente encontrada nos jornais nacionais era a de que o governo atentava contra a democracia. O presidente João Goulart era apontado como o causador da instabilidade social e pelo clima se subversão no país. Não haveria paz se Jango permanecesse no governo (CAPELATO, 1988, p. 37).

Do mesmo modo, a propaganda anticomunista no Brasil também foi muito intensa. João Goulart era constantemente desqualificado pela imprensa, que não poupava adjetivos jocosos para ridicularizá-lo, ou demonstrar sua incapacidade de governar. Capelato

ao analisar o jornal *O Estado de São Paulo*, lembra que o mesmo posicionou-se contrário a João Goulart desde a posse. O jornal, segundo a autora, chamou de "covarde" a renúncia de Janio Quadros, o responsável

> *[...] pela queda do poder nas mãos do discípulo dileto do ditador morto (Vargas). A posse de Goulart estabeleceu uma batalha, a ser travada entre duas forças: "Desde então o conflito tornou-se inevitável e nele um dos contendores teria de sair liquidado. [...] A batalha travou-se entre duas forças: "De um lado as hostes revolucionárias, comandadas, doutrinadas e organizadas pelos adeptos do credo de Moscou; de outro os elementos ao serviço da democracia, cada vez mais conscientes do seu papel (CAPELATO: 1988, p. 54).*

Goulart foi também acusado pela imprensa de não resolver os problemas econômicos do Brasil, de ser um incapaz de se definir politicamente. A idéia de que Jango era um indeciso, atribuía-se à sua política conciliatória, que procurava sempre manter o equilíbrio entre forças sindicais, militares e partidárias, optando por não tomar decisões que opusessem tais setores.

Embora não escrevessem claramente que o presidente pretendia implantar um regime comunista no Brasil, o perigo que isto pudesse vir a ocorrer era diariamente associado à "desordem" vista no Brasil, no caso das greves, das manifestações populares," e que tais movimentos eram respaldados pelo presidente, que queria mostrar-se como salvador dos trabalhadores.

No auge da crise em 64, *O Progresso,* de tendência católica, conclamava os cristãos que não se conformassem com os acontecimentos, não deviam apoiar a baderna, a revolução, o caos, a injustiça. Assim, como oposição ao governo, o jornal tratou as greves como desordem interna, provocadas pelo desgoverno de Jango, não como um direito trabalhista e um ato de cidadania. O jornal destaca, na edição do dia oito de março, uma referência à fala do arcebispo de Brasília, Dom José Newton, sobre a realização de um congresso sindical na capital federal. Com o título "Não basta um anticomunismo passivo", além de condenar a mera resistência ao comunismo, o bispo conclama todos a:

> *[...] uma ação positiva, que encare de frente e com sinceridade, sem interesses mesquinhos, nem apego a situações de privilégio econômico e social, a resolução de nossos problemas de ordem social. Enquanto os comunistas querem resolver esses problemas erroneamente, resolvamo-los nós cristãmente à luz das maravilhosas encíclicas sociais de nosso tempo (8 mar, 1964)*

O jornal compartilhava da idéia de que o cristianismo era a única doutrina capaz de resolver os problemas sociais do Brasil, porque tirava do homem o egoísmo. Assim,

veiculava opiniões de autoridades eclesiásticas, da hierarquia católica, os quais apontavam que a solução para as dificuldades estava nos ensinamentos das encíclicas sociais da Igreja. Nesse período havia terminado o concílio Vaticano II.

Combateu politicamente o governo Goulart e foi a favor do golpe de 1964. Segundo o jornal, a preocupação maior daqueles que tramaram o golpe de 64 foi, sem dúvida alguma, a de resguardar o regime democrático vigente no país, e esse objetivo foi alcançado.

Um leitor mais atento, facilmente notaria a insinuação de completo descontrole da situação, sentida pelo próprio presidente ao solicitar tal autorização ao Congresso.

Nos últimos meses de 63, o clima de acusações era constante e cada vez mais colérico, como a manchete contra Leonel Brizola, que atacara o jornalista David Nasser. Com o título PALHAÇADA!!! o jornal relata episódio em que o deputado Leonel Brizola agrediu o jornalista no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Segundo o jornal, Brizola, que estava acompanhado de vários capangas, agrediu o jornalista pelas costas. Dupla covardia vez que, além de estar protegido por capangas, ainda agrediu pelas costas o jornalista, que assim se pronunciou: "[...] O episódio de há poucos instantes no Galeão serve para mostrar que espécie de gente está governando o Brasil".

Juntando-se a outros órgãos da imprensa nacional, *O Progresso* também hipotecou solidariedade ao jornalista.

O Progresso interpretou o golpe de 64 como resultante da política demagógica de Jango, preocupada apenas em desestabilizar o país, transformando-o numa república sindicalista. Como a maioria da imprensa do estado e no restante do país, criou uma imagem muito negativa de Goulart, sempre o demonstrando como um comunista e baderneiro, na medida em que não coibia insubordinações internas. *O Progresso* justificou o golpe de 64 como um ato legítimo em defesa da democracia.

A manchete do dia 05 de abril de 1964, a primeira edição semanal após o golpe, em letras graúdas e em negrito, anunciou:

> **Jango Renuncia**
>
> *O Sr. João Goulart, não resistindo a situação criada por ele mesmo, assinou no dia 1o de abril, na Guanabara, a sua renúncia à presidência da República, enseguida (sic) requisitando um avião da Varig e tomando rumo ignorado.*

Na mesma página, uma outra nota noticiava a tomada do palácio do governo no Rio Grande do Sul por Leonel Brizola e o III Exército e sua posterior rendição frente ao II Exército de São Paulo, que acorreu ao sul para debelar a rebeldia sulina. E logo abaixo, a

notícia sobre a prisão de dois oficiais gaúchos que portavam a importância de um bilhão de cruzeiros.

O Progresso elaborou um discurso de legitimação ao golpe, expondo que os acontecimentos ocorridos depois de 31 de março de 1964 foram motivos de alegria, de otimismo e de orgulho para o povo brasileiro. Mencionou que as Forças Armadas, junto com a imprensa, com civis e com empresários reagiram à subversão dos princípios democráticos e dos valores espirituais. O golpe teria sido em nome da Constituição, da hierarquia e da paz social, portanto era legítimo. Doze dias após a renúncia de Jango, o jornal publicava sua primeira grande matéria sobre o fato. A chamada para a matéria completa anunciava, na primeira página:

Pequena História de uma Grande Revolução

> *No dia da mentira começou uma Revolução de Verdade*
> *Está terminada a Revolução que alijou do Poder o Sr. João Goulart. O Exército mais uma vez saiu dos quartéis para mudar o destino da Nação. Queira Deus que seus propósitos não sejam desvirtuados pela ambição dos políticos que se julgam vencedores e pela vingança contra os vencidos.*

As idéias do anticomunismo e da defesa da ordem, para se evitar uma suposta revolução que vinha das esquerdas e do governo Goulart foram as bandeiras para

legitimar o golpe militar de 64. Transformaram Goulart num monstro vermelho, desgastando sua imagem pública que serviu para justificar a intervenção dos militares na tomada do poder em 64.

Passada a euforia inicial, a imprensa acordou e passou a condenar as ações perpetradas pelo governo militar. As arbitrariedades cometidas passaram a ser sistematicamente denunciado nos jornais, entre eles em *O Progresso*. A revolta de Weimar Torres com os desdobramentos do golpe foi externada em vários artigos, entre eles *Finada Revolução* e *Brasil, acorda!* ambos publicados em outubro de 64. Da mesma forma apaixonada com que defendeu o que pensava ser serem forças revolucionárias, Torres condenou veementemente as prisões, cassações cometidas em nome da revolução, principalmente após a cassação de Juscelino Kubitscheck. Em outubro de 64 a imprensa ainda podia se manifestar.

Referências:

ARAKAKI, Suzana. *Dourados*: memórias e representações de 1964. Dissertação (Mestrado em História) UFMS, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p 33.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do Estado*: ação, política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 64*: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa*: de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume,1993.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A memória na história: a Sociedade Capistrano de Abreu e as estratégias de consagração de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)

Ítala Byanca Morais da Silva[1]

Resumo: Quando da criação da Academia Brasileira de Letras, o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) recusou participar do seleto grupo que constituiu os primeiros imortais das letras nacionais. Alegando ser avesso a instituições com essas características e acreditando que a sociedade humana já seria mais que suficiente para suas relações de sociabilidade, Capistrano se distanciou em vida desses ambientes intelectuais e de legitimação. Contudo, alguns dias após a sua morte, ele recebeu como homenagem uma sociedade com seu nome e com o fim deliberado de preservar a sua memória. Dessa forma, esta comunicação tem o objetivo de discutir as representações e estratégias de consagração utilizadas pela Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969) para garantir a memória de seu patrono como um dos principais historiadores brasileiros.
Palavras-chave: Sociedade Capistrano de Abreu; historiografia; memória.

Resumé: Quand de la création de l'Académie Brésilienne de Lettres, l'historien Capistrano de Abreu (1853-1927) a refusé participer du choisi groupe qu'a constitué les premiéres immortels des lettres nationales. Il a allégué être contraire à les institutions avec ces caractéristiques et croire que la societé des hommes déjà était suffisant pour ses relation de sociabilité. Caspistrano s' est éloigné pendant sa vie de ces ambiances intellectuels et de lêgitimation. Toutefois, quelques jours après sa mort, il a reçu comme hommage une société avec son non et avec le fin délibéré de préserver sa memoire. Ainsi, cette communication a la finalité de discuter les représentations e les stratégies de consécration lesquelles la Societé Capistrano de Abreu (1927-1969) se est servie pour assurer la memoire de son patron comme un des principaux historiens brésiliens.
Mot-clé: Sociedade Capistrano de Abreu; historiographie; memoire.

Há quem afirme que a amizade seja o maior bem que os seres humanos podem adquirir em vida. Se dermos crédito a essa afirmação, poderemos considerar que a "pobreza" financeira do historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) se reverteu em um grande tesouro, seus amigos. Nas relações do historiador estavam tanto índios, os quais trazia das regiões norte e centro-oeste do Brasil e que eram as principais fontes dos seus trabalhos etnográficos, bem como políticos e intelectuais. São exemplos João Pandiá Calógeras, Assis Brasil, Paulo Prado, Afonso de Taunay, Rodolfo Garcia, Roquete Pinto, Assis Chateaubriand, Miguel Couto, Graça Aranha e Conde de Afonso Celso, todos personagens importantes e atuantes durante os últimos anos do Império e início da República.

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Técnica da 2ª Superintendência PA/AP-IPHAN.

Foram esses amigos, discípulos, ou apenas admiradores de Capistrano de Abreu que se reuniram no local onde morava o historiador, um velho porão no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, para acompanhar os últimos dias daquele a quem chamavam "o bom amigo e mestre Capistrano de Abreu", permanecendo junto a Capistrano até o dia da sua morte, em 13 de agosto de 1927.

Capistrano de Abreu nasceu no Ceará em 23 de outubro de 1853, realizando seus estudos secundários em escolas desta província. Em 1869, o futuro historiador migrou para cidade do Recife com o objetivo de realizar o exame de seleção da Faculdade de Direito. Como era costume entre a sociedade imperial, a família de Capistrano deveria ver no seu ingresso nessa instituição de ensino a melhor oportunidade de ascensão social e econômica para o jovem. Contudo, Capistrano foi reprovado nos testes, o que lhe casou alguns problemas familiares.

Apesar da reprovação, Capistrano não se manteve distante do mundo das letras, o que lhe permitiu conhecer o escritor e político José de Alencar (1829-1877), para o qual realizou algumas pesquisas. Satisfeito com o trabalho realizado, o autor de *Iracema* ofereceu uma carta de recomendação a Capistrano de Abreu. Oferta fundamental para o então jovem desconhecido que aportou 1874 na cidade do Rio de Janeiro em busca de oportunidades e desprovido de um sobrenome de prestígio e do diploma de bacharel em Direito. Rapidamente Capistrano de Abreu conseguiu vaga de colaborador em jornais, resenhista e crítico na Livraria Garnier, professor de português e francês no Externato Aquino, Oficial da Biblioteca Nacional, e por fim, professor do Imperial Colégio Dom Pedro II, chegando inclusive a sócio da maior instância de consagração de um historiador nesse período, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A maioria da população ignora quem foi Capistrano de Abreu. Na verdade, só um grupo muito especializado de historiadores e cientistas sociais conhece a sua obra. Autor de estudos que variaram da crítica literária à lingüística indígena, Capistrano é comumente lembrado como o autor do livro *Capítulos de História Colonial* (1907), publicação sobre história do Brasil considerada por muitos críticos como um livro de referência na produção historiográfica nacional. Contudo, esse não era o objetivo da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969), ou pelo menos, não completamente.

Criada após a morte de Capistrano, essa sociedade teve como principal missão torná-lo uma figura referencial não apenas entre aqueles que escreviam e escrevem a História do Brasil, mas também para os cidadãos comuns, pois eles deveriam ver Capistrano de Abreu como um exemplo de "grande homem" e seus textos como uma narrativa exemplar sobre a

História do Brasil.

Os sócios da Sociedade foram rápidos ao iniciar a missão de tornar Capistrano de Abreu uma personagem memorável. Segundo Eugênio de Castro, sócio fundador do grêmio, a idéia da criação da instituição foi divulgada e compartilhada pelos amigos de Capistrano antes mesmo do seu falecimento. Foi atribuída a Paulo Prado (1869-1943) – historiador e mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922 – a idéia da criação da sociedade. Paulo Prado afirmava que Capistrano de Abreu teria guiado os estudos de muitos intelectuais, muitas vezes, lembrando de Capistrano como "mestre paternal dos que estudavam e escreviam". A proposta foi a de se criar uma instituição que promovesse um culto, quase religioso, à memória de Capistrano de Abreu mesmo depois da sua morte física, possibilitando ao historiador, nas palavras do ministro João Pandiá Calógeras (1870-1934), "vencer a própria morte".

Como já foi afirmado, a Sociedade agiu rapidamente. Os preparativos e investimentos para "eternizar" Capistrano de Abreu se iniciaram com o próprio velório do historiador. A escolha do porão onde Capistrano morava como o lugar do velório corresponde diretamente à imagem que os sócios da sociedade construíram para o historiador. Capistrano deveria ser velado cercado por seus livros, dentro da sua "oficina mental" e próximo aos seus instrumentos de trabalho. Para os sócios, perecer entre os livros seria a melhor forma de representar Capistrano de Abreu.

Um segundo aspecto também está relacionado à escolha de velar Capistrano no porão, a simplicidade. Nos necrológicos e biografias dos sócios da Sociedade sobre Capistrano, figuram características como modéstia, despretensão social, simplicidade na forma de viver, um desleixo que muitas vezes atingiria até o seu vestuário. Era como se Capistrano devesse ser lembrado como o paradoxo entre o homem de gestos simples, "o sertanejo acaboclado" que lia deitado na rede e o erudito possuidor de uma capacidade intelectual surpreendente, "um gigante da inteligência e da bondade", segundo o ministro Calógeras.

IMAGEM 01 – Rede de Capistrano de Abreu depositada no Museu do Ceará (Ceará/Brasil, 2007)

O cortejo seguiu até o cemitério São João Batista em Botafogo, os jornais da época anunciavam com pesar a morte do "historiador nacional". Porém, o que mais parecia chamar atenção dos cronistas da sociedade carioca era a presença dos índios que moravam com Capistrano e que revezavam as alças do caixão com ministros, embaixadores, banqueiros, condes e aristocratas durante a condução do corpo ao cemitério. A população também seguiu curiosa o cortejo. Afinal, não eram todos os dias que personagens importantes da política e cultura nacionais, acompanhados de suas famílias, caminhavam a pé, dispensando carros fúnebres, para conduzir aquele a quem chamavam de "mestre-amigo".

Passados 10 dias da morte de Capistrano, os sócios fundadores da Sociedade enviaram cartas-convite a outros intelectuais e políticos os convidando para comparecer à sessão de instauração da Sociedade Capistrano de Abreu a ser realizada no dia 11 de setembro de 1927, novamente no porão em Botafogo. O porão localizado na travessa Honorina, n.45, sempre despertou um fascínio entre os admiradores do historiador. Tanto que a Sociedade escolheu como sede este mesmo porão, mantendo a organização deixada por Capistrano, no que se destaca a presença da rede sempre armada próxima à escrivaninha e aos livros. Também não podemos deixar de chamar atenção para os sócios que atenderam ao convite e se filiaram à Sociedade, como Mário de Andrade e o futuro presidente Washington Luís, e os estrangeiros Franz Boas, H. G. Wells e Paul Rivet.

IMAGEM 02 – Inauguração da Sociedade Capistrano de Abreu. À direita pode ser observada a rede do historiador, bem como atrás dos sócios as estantes de livros, preservando assim, o ambiente deixado por Capistrano de Abreu. (Rio de Janeiro/Brasil, 1927). Fonte: Museu do Ceará.

IMAGEM 03 – Inauguração da Sociedade Capistrano de Abreu. Foto da fachada da casa onde faleceu Capistrano de Abreu e sede da instituição. (Rio de Janeiro/Brasil, 1927). Fonte: Instituto do Ceará.

A inauguração da Sociedade foi um momento de comemoração, de lembrar em comunidade. Além da apresentação dos estatutos, descerramento da placa de bronze a ser exposta na fachada da sede e dos discursos em homenagem ao morto, realizou-se a inauguração da Rua Capistrano de Abreu em substituição à antiga travessa Honorina com a presença de representantes do Governo do Distrito Federal, a oferta por parte do etnógrafo e Diretor do Museu Nacional Roquette Pinto (1884-1954) de uma pintura à óleo de Capistrano de Abreu para decorar o saguão da Sociedade, e a realização de missas e cortejos. Para os sócios era como se através desses atos Capistrano de Abreu novamente se fizesse presente. Não foi por acaso que a Sociedade escolheu o dia 23 de outubro, data do nascimento de Capistrano, para as suas reuniões anuais, comemorando anualmente o renascimento do autor através de pequenos atos de presença.

IMAGEM 04 – Quadro à óleo de autoria desconhecida doado à SCA pelo sócio Edgard Roquette Pinto. (Rio de Janeiro/Brasil, 1927). Fonte: Instituto do Ceará

Na primeira Assembléia Geral da Sociedade, os sócios já começaram a colocar em prática as estratégias de consagração de Capistrano. Três projetos foram priorizados pelo grupo. O primeiro era a recuperação de objetos pessoais do historiador, no que se destacam: a reconstituição de sua biblioteca e a reunião das cartas enviadas por Capistrano de Abreu. O historiador era conhecido por doar seus livros já lidos e por ser um epistológrafo, assim, a Sociedade além de pedir que os amigos presenteados devolvessem os volumes e cartas, criou um plano de compra dos livros citados por Capistrano em seus textos.

A devolução das cartas fazia parte de um segundo projeto da Sociedade, a edição da obra completa de Capistrano. O grêmio se tornou o maior responsável pela divulgação dos artigos e livros do historiador. Em vida, Capistrano escreveu apenas três livros: *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883), o já citado *Capítulos de História Colonial* (1907) e *rã-txa-hu-ni-ku-i, língua dos Caxinauás* (1914). A maioria de seus artigos estava dispersa por revistas e jornais. A Sociedade reuniu esses textos na série *Ensaios e Estudos* em 3 volumes, e na construção do livro inédito *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, todos editados durante a década de 30. A Sociedade também distribuiu livros em escolas e criou edições populares a baixo custo.

O terceiro projeto da Sociedade correspondia à formação do que Paulo Prado chamou de uma "Escola Histórica" mobilizada para "melhor conhecer o Brasil". Capistrano de Abreu era lembrado como fundador de uma nova forma de se escrever a história. No início do século passado, os intelectuais brasileiros se encontravam diante do avanço da modernidade, da industrialização, da urbanização, contudo, as mudanças nas formas de viver das capitais contrastavam com o completo desconhecimento do interior do Brasil e dos brasileiros que ali viviam. O sertão se abriu como um novo objeto de pesquisas. A Literatura

rapidamente tomou para si este novo espaço, e a escrita da história, que como o colonizador português, nas palavras do Frei Vicente de Salvador, ainda caminhava como os caranguejos, arranhando as costas no litoral, também promoveria este encontro com o interior do Brasil.

Foi envolvida nesse processo de "Descoberta do Brasil" que a Sociedade lançou os editais do *Prêmio Capistrano de Abreu*, cujas temáticas foram apontadas por Capistrano nos textos reunidos no livro *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.* A pergunta que motivava essas pesquisas era compreender como se deu a constituição territorial e cultural do Brasil, enfatizando a particularidades dos sertões. Os jesuítas, os bandeirantes, os índios, a geografia, as expedições dos colonizadores eram meios de conhecer a identidade nacional e os aspectos e agentes que a constituíram. As monografias vencedoras representam esses questionamentos: *Os companheiros de D. Francisco de Sousa* (1929) de Francisco de Assis C. Franco; *Anchieta na Capitania de São Vicente* (1929) de Alcântara Machado e *O Vale do São Francisco: ensaio de monografia geográfica* (1936) de Luiz Flores de M. Rego.

A Sociedade Capistrano de Abreu não esteve solitária em sua missão de preservar e construir a memória sobre um indivíduo. Muitas foram as instituições e eventos durante a República Velha (1889-1930) que se dedicaram a essa tarefa. O início da República foi palco de uma epidemia de heróis nacionais, e a construção da figura de Capistrano como um desses heróis estava relacionada à proposta de escrita da história do Brasil dos sócios da Sociedade.

O historiador era lembrado como o homem do interior e de ascendência indígena, segundo Calógeras, "um desconfiado tapuia transplantado para o meio civilizado" e que teria passado por uma "maravilhosa transformação" através dos livros, distanciando-se de um mundo de "barbárie". Recuperar as formas como Capistrano deveria ser lembrado nos faz refletir sobre o processo de integração dos sertões e dos sertanejos na história do Brasil. Um processo de integração com critérios, nos quais a "civilização", o ambiente urbano e de uma alta cultura letrada, teria que necessariamente subverter a "barbárie" dos sertões.

De uma forma mais específica, o culto a Capistrano de Abreu proporcionou o reconhecimento de um grupo específico de letrados, os historiadores. Devido à tardia instauração dos cursos superiores de História no Brasil, os intelectuais que se dedicavam às pesquisas históricas não eram reconhecidos por possuírem um diploma de bacharel em História, mas pelo respeito e a credibilidade conferida aos seus trabalhos por outros historiadores. Assim, a Sociedade Capistrano de Abreu era um desses pequenos lugares que precederam as universidades, onde os amantes da História do Brasil se reuniam para discuti-la, definir formas de narrativa e cultuar o "mestre" de seus estudos.

O projeto da Sociedade Capistrano de Abreu não possuiu o fim que os seus sócios planejaram. Após a morte dos seus maiores incentivadores, Paulo Prado, Eugênio de Castro e o Diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia (1873-1949), as atividades do grêmio entraram em declínio. Nem mesmo o centenário de nascimento de Capistrano de Abreu em 1953 conseguiu revitalizar a instituição; talvez porque os historiadores já possuíssem outros "mestres", outras formas de escrever a história e outras formas de organização.

Mesmo assim, o historiador José Honório Rodrigues (1913-1987), que entrou ainda jovem na instituição, conseguiu cumprir a missão que a Sociedade se delegou de completar a publicação da obra do historiador, publicando o quarto volume da série *Ensaios e Estudos* e 3 volumes da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, além de reeditar na década de 70 todos os volumes publicados. O que José Honório Rodrigues não conseguiu realizar foi a manutenção do grêmio. Através do livro de atas da Sociedade, podemos acompanhar as negociações do historiador com inúmeras instituições culturais do Rio de Janeiro que se recusaram a receber o acervo da Sociedade e de Capistrano de Abreu.

Somente a Universidade do Ceará se ofereceu para receber o acervo, financiando o traslado da documentação e do espólio de Capistrano em 1969 para o Ceará, e em seguida, o doando ao Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), que ainda hoje guarda essa documentação, nas quais se destacam as aproximadamente 500 correspondências ainda inéditas de Capistrano de Abreu e a sua biblioteca.

E assim, termina a história do porão da travessa Honorina em Botafogo, que depois de desocupado pela Sociedade Capistrano de Abreu foi demolido.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial.* 6 ed. (1 edição: 1907) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil.* 4 ed. (1 edição: 1930) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil.* 2 ed. (1 edição 1929) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ABREU, Capistrano de. *ra-txa-hu-ni-ku-i, a língua dos Caxinauás.* 2 ed. (1 edição 1914) Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/ Livraria Briguiet, 1941.

ABREU, Capistrano de. *Ensaios e Estudos. Crítica e História.* 2 ed. (1 edição 1931) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu.* 2.ed. (1 edição: 1954). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CASTRO, Eugênio de; GARCIA, Rodolfo. Sociedade Capistrano de Abreu. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.1-21,1928.

ABREU, Regina. Entre a Nação e Alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.205-230, 1994.

___. *A fabricação do imortal:* memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa: Rocco, 1996.

AMED, Fernando. As Edições das Obras de Capistrano de Abreu. *História Questões e Debates*, Curitiba, n. 32, p. 99-117, 2000.

ARAÚJO, Ricardo B. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, n.1. 1988, p.28-54.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Praticas:* sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2003.

BUFFAULT, Anne Vincent. *Da amizade:* uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1996.

CATROGA, Fernando. *O Céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911).* Coimbra: Minerva, 1999.

CHARTIER, Roger. *História Cultural:* entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

EL FAR, Alessandra. *A Encenação da Imortalidade:* uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano:* Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Niterói: Tese defendida no Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In. *História Cultural:* Experiências de Pesquisa. Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: UFRGS Editora, p.09-24, 2003.

PRADO, Paulo. Capistrano. In.___. *Paulística, etc.* 4 ed. São Paulo: companhia das Letras, 2004, p.214-217.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A contribuição de José Carlos Mariátegui à compreensão da realidade latino-americana

Gilberto Grassi Calil[•]

Resumo: José Carlos Mariátegui (1894-1930), marxista revolucionário peruano é é autor de uma obra imprescindível à compreensão da realidade latino-americana. Reivindicando uma filiação marxista e revolucionária, Mariátegui produziu uma interpretação criativa e inovadora, atenta às especificidades de cada formação histórica, o que implicou no aprofundamento da reflexão sobre a questão indígena, de decisiva importância no Peru e em toda América Andina. Ao mesmo tempo, combateu a burocratização imposta pelo stalinismo. Sua reflexão evidencia questões que permanecem atuais, como a ausência de papel revolucionário das burguesias nacionais, a importância dos movimentos camponeses para um projeto revolucionário, a necessidade de pensar a questão indígena e o caráter necessariamente socialista da revolução latino-americana.
Palavras Chave: José Carlos Mariátegui; Marxismo; América Latina

Abstract: Jose Carlos Mariátegui (1894-1930), Peruvian revolutionary Marxist is the author of an essential work for the understanding of the Latin American reality. Demanding a Marxist and revolutionary filiations, Mariátegui produced a creative and innovative interpretation, paying attention to each specific historical formation, which implied in a deepening reflection about the aboriginal issues, which had decisive importance in Peru and all the Andean America. At the same time, it fought the bureaucratization imposed for the Stalinism. His thoughts stand out questions that still current like the absence of the revolutionary role of the national bourgeoisies, the peasant movements' importance for a revolutionary project, the need of reflections about the aboriginal issue and the necessarily socialist nature of the Latin American revolution.
Key words: José Carlos Mariátegui; Marxism; Latin America.

O peruano José Carlos Mariátegui nasceu em 1894 e faleceu precocemente em 1930. Seus principais textos foram produzidos em seus últimos anos de vida, após retornar de uma estada de quatro anos na Europa, em 1923. Sua produção anterior à viagem para a Europa, marcadamente romântica, é considerada pelo próprio Mariátegui como *"a idade da pedra de meu pensamento"*, e portanto, sem maior valor (Cf. ALIMONDA, 1986: 27). As reflexões produzidas por Mariátegui, ainda, assim, constituem um importante marco do marxismo latino-americano, constituindo-se em na primeira reflexão original e sistemática sobre a realidade da América Latina a partir do método marxista. A importância de sua

[•] Professor Adjunto do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Parará. Doutor em História Social (UFF). gilbertocalil@uol.com.br.

contribuição é ressaltada em diversos estudos[1] que ressaltam sua originalidade, criatividade, heterodoxia e reflexão autônoma em relação à Internacional Comunista, já em processo de burocratização e sob o impacto do mecanicismo stalinista. O reconhecimento da originalidade de seu pensamento, no entanto, tem levado alguns autores a enfatizar uma "heterodoxia", marcada por um soposto romantismo, voluntarismo e antideterminismo, em geral relacionadas à sua valorição da ação do sujeito revolucionário.

Além disso, a reflexão de Mariátegui sobre temáticas que contrariam o esquematismo stalinista, erroneamente vistas como "heterodoxas", como a cultura, a literatura, a questão indígena e a identidade nacional, muitas vezes tem levado seus analistas a considerá-lo como "anti-determinista" e pouco voltado à reflexão sobre a estrutura econômica. Tal apreciação nos parece incorreta e injustificável, conforme procuraremos argumentar. Em contraposição a esta vertente, a proposta deste trabalho é propor a compreensão de sua obra como uma importante reflexão em torno da revolução latino-americana, com destaque para sua proposição acerca da impossibilidade de que a burguesia dos países latino-americanos desempenhasse qualquer papel revolucionário, e conseqüente impossibilidade da concretização de uma revolução burguesa nos moldes clássicos, para sua reflexão acerca do sujeito da Revolução Socialista, e para seus procedimentos metodológicos na interpretação da realidade latino-americana.Michel Lowy sustenta que "*no coração da heresia mariateguista, da singularidade de sua interpretação do marxismo, encontra-se um núcleo irredutivelmente romântico" (*LOWY In MARIÁTEGUI, 2005b: 8). Para este autor, a visão "romântico-revolucionária" de Mariátegui se evidenciaria no culto em especial da adoção do "mito revolucionário" proposto por Sorel, através do qual buscaria o "*reencantamento do mundo pela ação revolucionária"* (Idem, 17). Segundo Lowy, a expressão máxia do romantismo de Mariátegui seria sua "ousada" e "herética" "*estratégia política que situava nas comunidades indígenas o ponto de partida para uma via socialista própria aos países indo-americanos".* (Idem, 21-22).[2] Sua conclusão reitera o romantismo

[1] Dentre os quais pode-se citar ALIMONDA, 1986; LOWY, 1998, SANCHEZ VÁZQUES, 1998; OSÓRIO, 1987; ARICÓ 1988, FORNET-BETANCOURT, 1995.

[2] É importante observar na formulação de tal estratégia política, Mariátegui fundamenta-se no procedimento pouco "romântico" ou "herético" de tomar como ponto de partida de sua interpretação a análise da esturuta social peruana, a qual colocava em destaque o peso decisivo das massas indígenas. Foi a reflexão em torno da Revolução Socialista em um país dependente, atrasado, pouco industrializado e com uma estrutura econômica centrada no latifúndio agroexportador que conduziu Mariátegui a refletir acerca da necessidade de incorporação dos camponeses no processo revolucionário, tendo em vista a dimensão reduzida da classe operária peruana. Sendo o campesinato peruano constituído majoritariamente de indígenas, era evidente a necessidade de estudar sua cultura e sua história, o que levou Mariátegui a buscar nas tradições incaicas elementos que permitissem uma aproximação entre as reivindicações indígenas – em especial a reconquista da terra expropriada pelo latifúndio – e a perspectiva socialista revolucionária. É neste contexto que a temática indígena articula-se com a análise

como eixo articulador da obra mariateguiana: "*Concluindo: seja no terreno da filosofia ou da estratégia política, da cultura ou da questão agrária, da história ou da ética, a obra de Mariátegui está atravessada, de ponta a ponta, por um poderoso impulso romântico-revolucionário, que empresta à sua concepção marxista do mundo sua qualidade única e sua força visionária".* (Idem, 24). Também Raúl Fornet-Betancourt, considerando Mariátegui como *"defensor de um marxismo antideterminista"* (FORNET-BETANCOURT, 1995: 154),.enfatiza sua "heterodoxia", que se expressaria sobretudo em seu voluntarismo, que, "*em Mariátegui, é um termo que, antes de tudo, quer ressaltar a função religiosa metafísica, que, num mundo que se precipita na falta de orientação o marxismo deve assumir e cumprir*" (Idem, 143). Fornet considera que tal função "religiosa metafísica" seria capaz inclusive de erigir as determinações: "[Mariátegui] *afirma no marxismo a* ***novidade imprevisível****, que o ímpeto criativo daquele fator subjetivo cujo nome é liberdade humana, pode provocar em* ***qualquer situação histórica****"*..(Idem, 154, grifos meus). O autor sustenta a tese do "voluntarismo" mariateguiano a partir de um texto de 1925 no qual Mariátegui afirmava que *"a força dos revolucionários não se encontra na sua ciência; ela está na crença, em sua paixão, em sua vontade. Ela é uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do mito, É a emoção revolucionária... é uma emoção religiosa"* (apud FORNET-BETANCOURT, 1995: 153)[3]. A despeito do impacto de tal afirmação, entendemos necessário cotejá-la com a produção teórica mariateguiana, para, a partir de sua compreensão acerca da realidade peruana e latino-americana, reavaliar seu suposto "voluntarismo". Nesse sentido, a análise de sua produção acerca da formação histórica peruana, da temática indígena e da revolução latino-americana parece nos particularmente relevante. Assim, nossa proposta é indicar as principais questões que constituem a problemática mariateguiana, para refletir em torno de sua importância na constituição do marxismo latinoamericano.

econômico-social, nada tendo de "romântico". Cabe ponderar, ainda, que a participação das comunidades indígenas de fato fosse considerada imprescindível para o desenvolvimento do processo revolucionário peruano, elas não eram consideradas por Mariátegui como "ponto de partida" para uma via socialista.

[3] Tal referência à "força do mito" não impede Mariátegui de utilizar o termo com conotação negativa em outras passagens, como quando, ao criticar o nacionalismo das classes dominantes, afirma que "*Essa peruanidade, profusamente insinuada, é um mito, é uma ficção"* (MARIÁTEGUI, 2005b: 43). Igualmente, Mariátegui usou o termo "romântico" com acepção pejorativa, como ao criticar aquele sentidomento nacionalista pelo fato de que gostaria de "*romântica e anacronicamente" "isolar e diferenciar os interesses da própria nação daqueles interesses do resto do mundo*". Idem, 36.

A Revolução Latino-Americana

Entre 1923 e 1930, sua produção – dialeticamente vinculada à práxis política – concentra-se em torno problemática da Revolução Latino-Americana. Mariátegui argumenta que seria ilusória a perspectiva de uma revolução burguesa na América Latina, pois as burguesias latino-americanas mantinham-se estruturalmente vinculadas ao imperialismo e ao latifúndio,[4] do que conclui que a revolução latino-americana necessariamente teria que ter caráter socialista, articulada à revolução mundial: "*A revolução latino-americana será uma etapa, uma fase da revolução mundial, nada mais, nada menos. Será, pura e simplesmente, a revolução socialista. A esta palavra acrescentem, segundo os casos, todos os adjetivos que quiserem: "antiimperialista", "agrarista", "nacionalista-revolucionária". O socialismo os supõe, os antecede, abrange a todos.* (MARIÁTEGUI, 2005b: 119). Seu ponto de partida é a análise do estágio imperialista de desenvolvimento do capitalismo e da Divisão Internacional do Trabalho: *"A época da livre concorrência, na economia capitalista, terminou em todos os campos e em todos os aspectos. Estamos na época dos monopólios, isto é, dos impérios. Os países latino-americanos chegam atrasados à concorrência capitalista. Os primeiros lugares já foram definitivamente atribuídos. O destino desses países, na ordem capitalista, é o de simples colônias*" (MARIÁTEGUI, 1999b: 112). Com base nessa referência conclui que "o *socialismo aparece em nossa história não por uma razão de acaso, de imitação ou de moda, como espíritos superficiais supõem, mas como uma fatalidade histórica* (MARIÁTEGUI, 1958: 34). O caráter socialista da revolução proposta é inequívoco: "*Na luta entre dois sistemas, entre duas idéias, não passa pela nossa cabeça sentirmo-nos espectadores nem inventar um terceiro termo. A originalidade a qualquer custo é uma preocupação literária e anárquica. Na nossa bandeira inscrevemos esta única, simples e grande palavra: socialismo"* (MARIÁTEGUI, 2005b: 118). Rejeitando as proposições do reformismo, Mariátegui propunha a constituição de um bloco classista, no qual tivessem lugar tanto a vanguarda operária como os camponeses, em sua maioria de procedência indígena, manifestando suas reservas quanto à incorporação da clsse média, considerando que "*um governo da classe média não pode desenvolver senão uma política capitalista. A classe média necessita incorporar-se na classe capitalista ou na classe assalariada. Não cabe para ela*

[4] Tal posição é desenvolvida na tese "Ponto de Vista Antiimperialista", na qual repudia a qualificação de "países semicoloniais" aos países latinoamericanos, argumentando que a "questão nacional" exitente em países como a Índia e a China, que levaria as burguesias nacionais a confrontar-se com o imperialismo, não se reproduzia na América Latina, onde a classe dominante "*não sente falta de um grau mais amplo e preciso de autonomia nacional"*, pois as burguesias nacionais *"vêem na cooperação com o imperialismo sua melhor fonte de ganhos"*. MARIÁTEGUI: 2005b, 130.

uma posição intermediária nem independente" (MARIÁTEGUI, 1964: 102). Os desdobramentos políticos desta posição são claros, e vinculam-se à conhecida polêmica travada com Haya de la Torre: para Mariátegui, a incorporação dos setores médios no bloco classista revolucionário só seria admissível sob direção da classe trabalhadora, e jamais ao custo da perda de autonomia da classe trabalhadora.

A base material da análise mariateguiana

A tese do "romantismo" e "voluntarismo" de deixa de considerar a evidência de que Mariátegui inicia sua principal obra teórica – Sete ensaios de interpretação da realidade peruana – com uma análise da formação histórica peruana – "Esquema da evolução econômica". Claramente, seu ponto de partida da compreensão da realidade peruana e, portanto, orientador de sua perspectiva revolucionária, é a análise da evolução econômica. Mariátegui produz uma interpretação histórica, avaliando as estruturas pré-coloniais, o processo de colonização e sua base econômica, a constituição de uma economia oligárquica no período pós-independência, inicialmente estruturada em torno do salitre e do guano e após o colapso provocado pela crise da economia organizada em torno destes produtos, a estruturação de uma economia agroexportadora estruturada em torno do latifúndio e da produção baseada em trabalho semi-servil. A mesma preocupação com as determinações concretas está presente em sua análise da questão indígena: *"Todas as teses sobre o problema indígena, que ignoram ou omitem a este como problema econômico social, são apenas estéreis exercícios teoréticos – e as vezes exclusivamente verbais – condenados a um descrédito absoluto"* (MARIÁTEGUI, 1958: 29) Para Mariátegui, ao contrário, "*a questão indígena parte de nossa economia. Tem raízes no regime de propriedade da terra*" (Idem, p. 31) A despeito da importância da "vontade revolucionária", Mariátegui deixa claro que desvinculada do contexto histórico que a potencialize, ela seria estéril: "*A reivindicação indígena carece de concretude histórica enquanto se mantiver em um plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la - ou seja, para adquirir realidade, corporiedade – necessita converter-se em reivindicação econômica e política*" (Idem, p. 32). Mais do que apenas propor uma "contextualização" econômica de sua problemática, Mariátegui buscava dialeticamente construir uma interpretação da totalidade social, considerando necessário repudiar *"as diversas teses que consideram a questão como um ou outro dos seguintes critérios unilaterais e exclusivos: administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional,*

eclesiástico" (Idem, p, 36). Assim, criticava as diversas interpretações monistas então predominantes, para estabelecer a comprensão da problemática indígena como uma questão fundamentalmente vinculada à estrutura agrária: "*Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico. (...) Com certeza, a mais absurda das refutações que se podem nos dirigir é a de lirismo ou literaturismo. Colocando em primeiro plano o problema* ***econômico-social****, assumimos a atitude menos lírica e menos literária possível"* (Idem, p. 40, grifos meus).. Mais ainda, Mariátegui indicava que "*o regime de propriedade da terra* ***determina*** *o regime político e administrativo de toda nação. (...) Sobre uma economia semifeudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais"* (Idem, p. 43, grifo meu). Tais questões nos reconduzem ao suposto "antideterminismo" de Mariátegui, efetivo em sua contraposição ao determinismo mecânico imposto pelo stalinismo,[5] mas que não nos autoriza ,como o próprio autor alertou em inúmeras ocasiões. a qualificá-lo como "voluntarista" ou "romântico", haja visto que considerava que "*a atividade do sujeito tem que se dar em certas condições objetivas que, definitivamente consistem na realização de possibilidades criadas nestas condições*" (Apud SANCHEZ-VÁSQUEZ, 1998: p. 51). Sua posição reafirma a perspectiva de que os homens fazem sua própria história, mas o fazem em condições determinadas: "*A imaginação, geralmente, é menos livre e menos arbitrária do que se supõe. (...) Em todos os homens, tanto nos mais geniais quanto nos mais estúpidos, encontra-se condicionada por circunstâncias de tempo e de espaço. (...) Logo, só são válidas aquelas utopias que se poderiam chamar de realistas. Aquelas utopias que nascem das próprias entranhas da realidade"* (MARIÁTEGUI, 2005b: 48). Posição que fica ainda mais explítica em sua reivindicação da dialética marxista: "*O marxismo, do qual todos falam mas muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um método fundamentalmente dialético. Ou seja, é um método que se apóia inteiramente na realidade, nos fatos"* (Idem, 119). Posição que conduziu Mariátegui à análise concreta de uma situação concreta, método que por mais estranho que fosse ao stalinismo, nada tem de "heterodoxo" ou *sui generis* no campo marxista.

---

[5] Curiosamente, em algumas ocasiões Mariátegui também resvala em posições características do determinismo evolucionista, como no artigo em que analisou a eleição de Thomas Wilson à presidência dos Estados Unidos: "*Contribuindo para que o processo se cumpra rigorosamente, sem preocupações humanitárias e democráticas, sem concessões oportunistas à opinião e à ideologia médias, um governante do tipo de Hoover provavelmente apressará, mais que um representante do tipo de Smith, o avanço da revolução e, portanto, a evolução economica e política da humanidade. (...). O capitalismo precisa ser, vigorosa e energicamente capitalista. Na medida em que se inspira em seus próprios fins, e que obedece a seus próprios princípios, obedece a seus próprios princípios"* (MARIÁTEGUI, 2005ª, 63).

Bibliografia

ALIMONDA, Héctor. *José Carlos Mariátegui.* São Paulo: Brasiliense 1986.

ARICÓ, José. Mariátegui e o surgimento do marxismo latino-americano. In: HOBSBAWN, Eric (org.). *História do Marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 447-459.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina.* São Leopoldo: Unisinos, 1995.

LOWY, Michael. Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo. *América Latina:* história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998, p. 11-16.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretacion de la realidade peruana.* Lima: Amauta, 1958. Biblioteca Amauta. 2ª Edicion Popular de 50.000 exemplares.

MARIÁTEGUI, José Carlos. A revolução socialista latinoamericana. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina:* uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999b.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas:* Retratos subversivos. São Paulo: Boitempo, 2005a.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Historia de la crisis mundial*: conferencias pronunciadas en 1923. Lima: Amauta, 1964.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Prólogo a Tempestade nos Andes. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina:* uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999a.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano:* ensaios escolhidos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005b.

OSÓRIO, Helen. Mariátegui e a revolução latino-americana. *História:* Ensino e Pesquisa. Porto Alegre, Mercado Aberto, dez. 1987, p. 58-71.

SANCHEZ VÁZQUES, Adolfo. Mariátegui: grandeza e originalidade de um marxista latinoamericano. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo. *América Latina:* história, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998, p. 45-54.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Plínio Marcos e o Grupo de Teatro Forja: "Dois perdidos numa noite suja"

Kátia Rodrigues Paranhos[1]

Resumo
Teatro social e teatro engajado são duas denominações, entre outras, que ganharam corpo em meio a um vivo debate que atravessou o final do século XIX e se consolidou no século XX. Seu ponto de convergência estava na tessitura das relações entre teatro e política ou mesmo entre teatro e propaganda. Para o crítico inglês Eric Bentley, o teatro político se refere tanto ao texto teatral como a quando, onde e como ele é representado. Esta comunicação aborda a questão do engajamento a partir da trajetória do Grupo de Teatro Forja e do dramaturgo Plínio Marcos. Os temas da violência, da miséria, da solidão, da inclusão social perversa, do individual e do coletivo na sociedade capitalista serão examinados, particularmente na peça "Dois perdidos numa noite suja", escrita em 1966 e encenada pelo grupo em 1984.
Palavras-chave: Grupo de Teatro Forja; teatro político; engajamento.

Abstract
Social theater and engaged theater are two designations among others that became noticeable during a vivid debate from the late nineteenth century but consolidated only in the last century. Its point of convergence was the contexture of the relationship between drama and politics, and between politics and propaganda. To the English critic Eric Bentley, political theater refers both to the play and to when, where and with whom it is represented. This oral exposition focuses on the engagement matter, by following the historical course of the theatrical group Forja and the dramatist Plínio Marcos. Themes such as violence, poverty, solitude, bad social inclusion, individualism and collectivity in the capitalist society will be examined, particularly in the play Dois perdidos numa noite suja ("two lost in a dirty night"), from 1966 and staged by the group Forja in 1984.
Keywords: theatrical group Forja; political theater; engagement.

Este texto aborda a questão do engajamento a partir da trajetória do Grupo de Teatro Forja e do dramaturgo Plínio Marcos. Os temas da violência, da miséria, da solidão, da inclusão social perversa, do individual e do coletivo na sociedade capitalista serão examinados, particularmente na peça "Dois perdidos numa noite suja", escrita em 1966 e encenada pelo grupo em 1984. Enfatizo, como característica fundamental desse grupo, a importância do teatro para o denominado trabalho de enraizamento do sindicato no meio da classe trabalhadora e a tarefa cultural de libertação dos trabalhadores.

Cabe salientar inicialmente que, mesmo sob a ditadura militar e incluso numa estrutura corporativa, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) (e não apenas ele) desempenhou o papel de "escola de cidadania operária" para uma parcela significativa dos trabalhadores do ABC paulista. Dentro do sindicato, dirigentes e intelectuais

[1] Doutora em História Social pela Unicamp/SP. Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU/MG. Este trabalho conta com o apoio financeiro do CNPq.

procuraram organizar atividades que tinham como objetivo formar os operários da base, assim como os próprios diretores. A participação ativa de intelectuais de esquerda, que ali estavam militando e também repensando discursos e práticas, enriqueceu – lembrando aqui a expressão de Williams – "todo um modo de vida" (WILLIAMS, 1969).

Em colaboração com intelectuais de uma tradição de esquerda, o que o movimento dos trabalhadores do ABC fez em relação ao sindicato e à cultura é algo digno de registro. Por isso, ao focalizar esses homens, sujeitos sociais com práticas e experiências de vida e consciência distintas, o fator que prepondera é a disponibilidade para o exercício do pensamento. Os operários não são vistos como uma coisa. Seguindo os ensinamentos de Williams e Thompson (WILLIAMS, 1969 e THOMPSON, 1987) os trabalhadores não são apresentados como um grupo passivamente explorado, mas sim como um conjunto de pessoas capazes de criar sua própria tradição, apesar da modernização da mídia de massa e da incorporação à cultura massificada.

É importante esclarecer que as atividades de formação desenvolvidas pelos sindicalistas de São Bernardo – práticas vivenciadas por outros sindicatos e associações de trabalhadores em diferentes lugares no Brasil durante o século XX e noutros países desde o final do século XIX – incluíam iniciativas nos campos da comunicação, da educação e da cultura.

Pensando no campo da cultura, particularmente no teatro no Brasil do pós-64, interessa salientar que, enquanto a maioria dos artistas estava profissionalmente vinculada à industria cultural, outros buscavam provisoriamente o exílio e alguns ainda tentavam uma resistência à modernização conservadora da sociedade, inclusive ao avanço da indústria cultural. Estes procuravam se articular aos chamados novos movimentos sociais que aos poucos iam se organizando, apesar da repressão, especialmente em alguns sindicatos e em comunidades de bairro, muitas vezes em atividades associadas a setores de esquerda da Igreja Católica. Em Santo André, por exemplo, foi fundado em 1968 o Grupo de Teatro da Cidade (GTC), que, junto a vários outros grupos teatrais alternativos, montados na periferia paulistana – citam-se o Núcleo Expressão de Osasco, o Teatro-Circo Alegria dos Pobres, o Núcleo Independente, o Teatro União e Olho Vivo, o Grupo Ferramenta de Teatro e o Grupo de Teatro Forja –, constituiu o "teatro da militância" (GARCIA, 2004).

Teatro operário

Desde 1971, os dirigentes sindicais reservavam espaço no jornal da entidade para noticiar as atividades culturais. Na edição nº 1 da *Tribuna Metalúrgica* (*TM*), que circulou em julho os assuntos estavam dispostos em colunas relativas aos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais. O nome da primeira coluna cultural era *Recreação e Esporte*. A tônica era o futebol, com destaque para a fundação do Grêmio Esportivo Metalúrgico e para os piqueniques. Em março de 1972, estrearam a seção *Bilhete do João Ferrador* e a coluna *Recreação, Cultura e Esporte,* que, além de futebol e passeios, enfatizava fatos históricos, procurando explicá-los para os trabalhadores metalúrgicos.

Em 1975, a *TM* veiculava o artigo *O teatro está perto de você*, sobre o Grupo Ferramenta de Teatro, ligado à escola de madureza do sindicato, o Centro Educacional Tiradentes (CET), então coordenado pelo professor de Física, José Roberto Michelazzo, recém-saído da prisão – estava detido por conta de suas ligações com a Ala Vermelha. Cabe mencionar que era significativo o número de professores do CET vinculados a organizações clandestinas de esquerda, como Ação Popular (AP), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Convergência Socialista (CS), Ala Vermelha e a dissidência do PC do B.

Os alunos-operários do Centro reclamavam por uma atividade que estimulasse ainda mais a leitura de textos e livros. Entre os anos de 1975 e 1978, o grupo apresentou textos teatrais de Martins Pena, Augusto Boal, Osvaldo Dragún e Ariano Suassuna. Os alunos metalúrgicos do CET – afinal, a iniciativa do grupo de teatro veio de dentro da escola –, ajudados por José Roberto Michelazzo, leram e representaram, como escreve Bertolt Brecht, em um de seus poemas, "passado e presente em um" (BRECHT, 2000: 233). Ao iniciarem as leituras em voz alta dos textos teatrais dos séculos XIX e XX, estes leitores teatreiros do CET compuseram e recompuseram diferentes universos de acordo com as suas intenções e seus desejos. Deram, ao "passado e presente em um" de Brecht, o sinônimo de aliar a leitura (com significados novos) de textos, recheados de crítica social em um determinado contexto, à representação operária de um grupo de metalúrgicos em São Bernardo do Campo. E mais: ao apresentarem as peças, instigavam à incorporação de novos significados, à medida que a platéia operária colocava as mensagens recebidas sob a interpretação da experiência vivida ou reelaborava coletivamente as representações.

As questões políticas e estéticas contidas nas peças eram atualizadas pelo debate entre o grupo de teatro e a platéia no Brasil dos anos 70. Os temas abordados – teóricos e ideológicos – eram, entre outros: a estrutura moral e econômica da sociedade, os embates pelo

poder e pelo capital, as pequenas negociatas, a exploração do operário, o caráter do processo da revolução, os aspectos do subdesenvolvimento, o ideal de justiça e liberdade.

O encerramento das atividades do CET, que incluíam o curso de madureza, o supletivo e o Grupo Ferramenta de Teatro, aconteceu num período de mudança na situação política e sindical no país. No final da década de 70, com a progressiva "abertura democrática", a organização do movimento de trabalhadores passou a enfatizar a criação das comissões de fábrica, os cursos de formação, a profissionalização de mais diretores, a expansão dos meios de comunicação e a manutenção das atividades culturais. A escola tinha esgotado sua importância de meio auxiliar do movimento, mas a classe operária insistiu em resgatar pelo menos parte dela: a atividade artístico-cultural.

> *Maio de 1979, um grupo de operários e filhas de operários metalúrgicos reunia-se na sede do sindicato, que há menos de dez dias estava sob intervenção. O grupo pretendia realizar um trabalho cultural a partir do sindicato, que além de ser uma opção de lazer, pudesse também contribuir no crescimento e avanço da consciência da classe operária. O teatro era arma. Formou-se assim o Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Mas não era a primeira vez que esses operários se reuniram para falar de teatro. Alguns já haviam participado do extinto Grupo Ferramenta também do sindicato*" (URBINATTI, 1981: 9).

Já em fins de 1978, na preparação da campanha salarial para 1979, esse grupo de trabalhadores metalúrgicos havia se organizado para montar uma peça que pudesse ajudá-los no esclarecimento e na mobilização da categoria em torno do contrato coletivo de trabalho, que era o eixo principal da campanha. Baseado em entrevistas, o coordenador-geral Tin Urbinatti, vindo do Grupo de Teatro das Ciências Sociais da USP, escreveu um "esquete curto e grosso: *O contrato*, que em menos de um mês eles montaram e apresentaram no sindicato e nos bairros" (URBINATTI, 1981: 10).

Depois da greve e da intervenção, o Grupo Forja estava criado e tinha definido alguns de seus objetivos: "atuar no sindicato, nos bairros e favelas onde moram os metalúrgicos; montar peças mais elaboradas artisticamente e peças mais simples (esquetes) para auxiliar mais diretamente nas campanhas deflagradas pelo sindicato" (URBINATTI, 1981: 10).

Pensão Liberdade escrita pelos atores-operários estreava em março de 1980. Aliás, é importante registrar que a peça mostra como o operário vê os seus problemas, as lutas, o seu trabalho. Narra o que é a vida do operário no dia-a-dia em uma pensão. Mostra a luta na fábrica, o desemprego, o escritório, o movimento estudantil, o sindicato, a assembléia, a greve e o piquete.

Em 1981, foram apresentados dois trabalhos: *Operário em construção*, baseado em poesias de Vladimir Maiakóvisky, Vinícius de Morais e Tiago de Melo, e uma peça de teatro de rua, *A greve de 80 e o julgamento popular da Lei de Segurança Nacional*. Essas peças eram encenadas nas ruas, nas praças, na Vila Euclides (Estádio 1º de Maio), ou seja, nos locais onde a diretoria cassada em 1980 – o sindicato estava sob nova intervenção federal – realizava as assembléias da campanha salarial de 1981. Sem a sua casa, sua oficina de trabalho, representada aqui pelo sindicato, os operários utilizavam o espaço do Fundo de Greve.

Com as duas peças, "o Forja cumpria seus objetivos: 1. fazer um teatro que fosse uma opção cultural, de lazer para os trabalhadores e 2. cumprir a função social do teatro de fornecer subsídios para a reflexão da própria vida e realidade" (URBINATTI, 1982: 15-16).

Em 1982 *O robô que virou peão* foi a peça de teatro de rua que auxiliou a diretoria do sindicato nas assemb1éias da campanha – um teatro sem texto, sem palavra alguma, apenas à base de mímica e gestos. O Grupo Forja materializou, nesse trabalho, alguns personagens como *João Ferrador*, o *Patronildo* e o *Sombra,* que até então eram apenas estampados nos jornais e boletins do sindicato ou nas camisetas do Fundo de Greve. Ao discutir a robotização nas fábricas, o Forja apresentava, nas cenas finais, os operários e o robô mandando o patrão para o "olho da rua"; inclusive, no início da peça, os operários levavam o "novo companheiro" para uma pescaria, colocando um enorme coração no peito do robô.

Também no ano de 1982 a trupe era encontrada agitando os trabalhadores com outro texto teatral intitulado *Pesadelo*, que estreou no dia 16 de outubro. Escrita e dirigida pelos operários, a peça examina o problema do desemprego em plena recessão da década de 1980.

Vale realçar que as duas peças, *Pensão Liberdade* e *Pesadelo*, focalizam, entre outros assuntos, a luta na fábrica e fora dela, o desemprego, o sindicato, a greve, o piquete, a figura do fura-greve, o arrocho salarial, a autonomia e liberdade sindical, as comissões de empresas, os delegados sindicais e o contrato coletivo de trabalho, enfim, múltiplos pontos de vista sobre realidade(s) dos trabalhadores e várias identidades em cena (PARANHOS, 2002).

A peça *Pesadelo* ficou em cartaz no sindicato até dezembro daquele ano e foi retomada em janeiro de 1983, encerrando o ciclo de apresentações no mês seguinte. Durante a campanha salarial de 1983, por exemplo, na tentativa de mobilizar ainda mais a categoria, o sindicato promoveu, em uma assembléia da Vila Euclides, apresentação do Forja com a peça *Brasil S.A.* – uma sátira do acordo com o FMI e do "gordo" (Delfim Neto) e seus "capangas".

Já em 1984 o Forja exibiu três peças de palco: *Operário em construção*, *Pesadelo* – esta no Teatro Elis Regina em São Bernardo e *Dois perdidos numa noite suja*, de Plínio Marcos. As duas peças de rua *Diretas volver* e *CIPA* focalizavam temas candentes para a campanha salarial e para o próprio sindicalismo: a importância das CIPAs e das eleições diretas para presidente da república. Seguindo uma perspectiva adotada desde a criação do grupo, aliava-se à produção de esquetes mais simples, visando à campanha, a elaboração de peças artísticamente voltadas para um universo mais rico culturalmente.

"Dois perdidos numa noite suja"

Entre os anos de 1979 e 1984 o Grupo Forja se notabilizou por encenar, na maioria das vezes, textos escritos coletivamente. Como já mencionado anteriormente, a primeira experiência de montagem de dramaturgos fora do meio operário, ocorreu em 1981 quando foi apresentado *Operário em construção*, baseado em poesias de Vladimir Maiakóvisky, Vinícius de Morais e Tiago de Melo. Em 1984 foi produzida a peça *Dois perdidos numa noite suja* de Plínio Marcos, escrita em 1966, a propósito das comemorações dos cinco anos de existência do grupo.

Naqueles anos o nome Plínio Marcos era sinônimo de problema para a censura federal. Visto como maldito, pornográfico e subversivo suas peças e crônicas procuravam denunciar tanto o modelo capitalista de produção como o regime militar instituído de forma trágica em 1964. É importante recordar que Plínio Marcos – que nasceu em Santos em 29 de setembro de 1935 e faleceu em São Paulo em 19 de novembro de 1999 –, era uma figura constante no ABC. Participou de inúmeros debates, seminários e/ou palestras promovidos pelos sindicatos operários, assim como, teve algumas de suas peças encenadas pelos grupos de teatro da região.

De modo geral, as peças de Plínio Marcos atingem o leitor e/ou espectador como estilete: ao mesmo tempo em que provocam repulsa, despertam uma angústia solitária, a necessidade urgente de intervenção. O terror e a piedade no grau mais absoluto. Diálogos exatos, crus, ferinos, explosões de ódio e violência incontidos, humilhações, provocações sadomasoquistas, rastejamento abjeto de humilhados e ofendidos, círculos de tensão entre algozes e vítimas que intercambiam seus papéis. Relações de poder estabelecidas confusamente naquele emaranhado de seres ignorados pelos "cidadãos contribuintes", uma fauna de alcagüetes, prostitutas, homossexuais, cafetões e cafetinas, policiais corruptos, prisioneiros assassinos, loucos, débeis mentais, meninos abandonados.

Os dois atos de *Dois perdidos* passam-se num "quarto de hospedagem de última categoria" (MARCOS, 2003: 64), simbolizando o "entre quatro paredes", característico das outras peças. "Tonho" – interiorano, com casa, mãe e pai nas Minas Gerais – acredita poder sair do gueto da miséria; "Paco" – criatura que oscila entre a loucura e a maldade lúcida – não tem saída, nem origem. Já na primeira cena estala o conflito num diálogo que faz progredir a ação com a força desenfreada do instinto animal. Ambos põem em objetos a única chance de sobrevivência: para "Tonho", a vida digna, decente, depende de um par de "pisantes" novos (sapatos) que lhe possibilite candidatar-se a um emprego; "Paco", com uma flauta roubada ganharia alguns trocados; ele encarna o mal, às vezes, em estado absoluto, embrutecido até o âmago, definido pela fala de "Tonho": "você deve ter levado uma vida desgraçada pra não acreditar em ninguém".

A peça desce num espiral de violência verbal até o âmago da miséria, moral e física. "Paco" encarna os diabos do inferno, noucateia "Tonho" da primeira à última cena quando é nocauteado por sua vez, definitivamente. Numa inversão súbita, "Tonho" incorpora a personalidade insana do outro, assumindo suas características sádicas. É tal a virulência dos ataques de "Paco" que a revolta de "Tonho" parece justificada. Plínio Marcos elabora um teorema trágico da vinculação da violência à miséria.

Dois perdidos recupera tanto o problema social como o existencial numa dimensão histórica dos dramas enfrentados pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Em cena: a luta pela sobrevivência, a solidão nas grandes metrópoles, o trabalho precarizado, o desemprego, a situação de abandono no campo, o individualismo e o narcisismo dos próprios operários; a circularidade entre o "bem" e "mal", a exposição dos preconceitos sociais, a busca pelo "caminho fácil" do crime, o desânimo, a crueldade, a violência.

O Forja – assim como o Ferramenta – acabou produzindo um universo de linguagens, representações, imagens, idéias e noções que eram assimiladas tanto pelas lideranças sindicais como pelos trabalhadores da base. Sem dúvida, o teatro operário impulsionou, de forma decisiva, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos em São Bernardo em direção a uma experiência cultural significativa para o sindicalismo brasileiro. Como lembra Octavio Ianni, "a emancipação da classe operária, em termos sociais, econômicos e políticos, compreende também a sua emancipação cultural" (IANNI, 1991: 138).

Referências bibliográficas

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

GARCIA, Silvana. *Teatro da militância*: a intenção do popular no engajamento político. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

IANNI, Octavio. Teatro operário. *In*: *Ensaios de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARCOS, Plínio. Dois perdidos numa noite suja. *In*: *Plínio Marcos*. São Paulo: Global, 2003.

PARANHOS, Kátia R. O teatro operário entra em cena: duas versões do mundo do trabalho. *ArtCultura,* Uberlândia, Edufu, v. 4, n. 4, 2002

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

URBINATTI, Tin. Pensão Liberdade: uma criação coletiva. *In*: GRUPO DE TEATRO FORJA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. *Pensão Liberdade.* São Paulo: Hucitec, 1981.

URBINATTI, Tin. Pesadelo: um processo de dramaturgia. *In*: GRUPO DE TEATRO FORJA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. *Pesadelo.* São Paulo: Hucitec, 1982.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*: 1780-1950. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A legalização dos livros didáticos: identidade e disciplinamento social

Dilmar kistemacher*

Resumo: Nossa pesquisa está inscrita no campo da história da educação brasileira, especialmente no âmbito das políticas educacionais. O período histórico estudado, a fins deste trabalho, foi o governo autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945). Destacamos dentre as diversas medidas adotas pelo Estado, o domínio exercido por parte deste, via o Ministério da Educação, sobre a produção e a utilização das obras didáticas em nível nacional. A legislação foi uma das formas de controle exercido pelo Estado intervencionista. Assim, entendemos que a análise da legislação ofereça elementos que identifiquem os valores que inspiraram a política educacional do período ora tratado.
Palavras-chave: livros didáticos, identidade, disciplinamento social.

Abstract: This research is developed in the field of the History of Brazilian Education, more specifically in the area of educational politics. The historical period studied for this paper is the authoritarian regime of Getúlio Vargas (1937-1945). Among the several actions taken by the State, we highlight the control exercised through the Ministry of Education, over the population and the use of didactical books on a national scale. The legislation was one of the forms of control exercised by the interventionist State. So, we believe that the analysis of the legislation offers elements that identify the values which inspire the educational politics of this period.
Keywords: didactical books, identity, social disciplining.

Este artigo é um recorte da monografia apresentada à Universidade do Vale do Rio Sinos como requisito à conclusão do curso de graduação em história-licenciatura plena. O mesmo se no campo dos estudos historiográficos sobre a educação brasileira. O período ora estudado foi o governo autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945). Interessa-nos a política estadonovista para a educação nacional. Entre as diversas medidas adotadas, pelo Estado intervencionista, escolhemos a legislação, a qual determinou, entre outras questões, o controle sobre a produção e a utilização dos livros didáticos em âmbito nacional.

A modernização do país pela via autoritária

* Licenciado em História. Unisinos.

Vargas, conduzido ao poder por grupos heterogêneos, manteve-se no poder por meio da política de concessões. Mas, essa política de "favorecimentos" foi paulatinamente acirrando o radicalismo dos diferentes grupos. Diante das reivindicações, que se tornaram freqüentes, Vargas criou a *Lei de Segurança Nacional*[1], a fim de neutralizar as manifestações tanto dos operários, quanto da oposição política.

No dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas deu o Golpe de Estado, revogou a Constituição Federal, dissolveu o Congresso Nacional e os Partidos Políticos e estabeleceu uma Nova Constituição, a qual foi elaborada por Francisco Campos. O golpe, planejado durante o governo, foi justificado no suposto Plano Cohen.[2]

As principais mudanças operadas no Brasil, durante o regime ditatorial foram de natureza político-institucional, as quais alteraram a estrutura do Estado e a relação deste com a sociedade brasileira. A reordenação política tinha como um dos seus objetivos de subordinar a totalidade da sociedade a parâmetros de um projeto de desenvolvimento econômico industrial capitalista.

Outrossim, o sentimento nacionalista, as idéias autoritárias e totalitárias, bem como as de desenvolvimento econômico e social, como garantia de autonomia nacional, também se desenvolveram no Brasil. A fim de garantir o sucesso do projeto de desenvolvimento econômico-industrial, então idealizado pelo governo Vargas, fazia-se mister fortalecer a identidade nacional brasileira. Neste sentido,

> *[...] a construção de identidades sociais resulta sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou resistência que cada comunidade produz de si mesma. [...] uma máquina de fabricar respeito e submissão, um instrumento que produz uma exigência interiorizada (CHARTIER apud ORTOLAN, 2004, p.16).*

O governo central afirmou que somente o *Estado* poderia realizar a construção da *Identidade Nacional* e isto ficou expresso no projeto político-pedagógico adotado para educar as massas. O sucesso desta política seria assegurado por meio da propaganda política de massa e de uma educação nacionalista e que correspondesse aos objetivos postos pelo governo central.

---

[1] A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 04 de abril de 1935, ela definia os crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade foi transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, como o abandono das garantias processuais.

[2] O Plano Cohen foi um documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, que continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo.

A consciência da necessidade de organizar um sistema educacional, em âmbito nacional, se fez presente na década anterior, com os intelectuais escolanovistas. Esta "consciência" encontrou respaldo na necessidade de ter recursos humanos aptos para o sucesso do projeto político-econômico da nação brasileira. As idéias educacionais, defendidas pelos os adeptos da *Escola Nova,* foram incorporadas, em certa medida, nas reformas empreendidas durante a gestão de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, no Ministério da Educação.

Educação e desenvolvimento nacional

A defesa da industrialização, como garantia de desenvolvimento econômico-social e de autonomia do país, amparava-se na idéia de que a indústria seria capaz de multiplicar a oferta de empregos e assim construir o caminho para a realização da sociedade do bem-estar. Esta concepção determinou política educacional, uma vez que se fazia imprescindível munir a indústria com mão-de-obra qualificada, a qual seria atendida mediante a formação de quadros técnicos. Assim, ficou estabelecido o discurso recorrente de desenvolvimento nacional, de progresso e de superação dos problemas sociais, via escolarização.

As reformas educacionais[3] confirmaram as contradições presentes no projeto político educacional do governo varguista. De um lado, Capanema soube coligar as diferentes tendências ideológicas que disputavam o campo educacional brasileiro, como os católicos e os escolanovistas, de outro, pode-se aferir que a crescente e complexa rede de tarefas e funções sociais, geradas pela industrialização e urbanização, aludiu à possibilidade de mobilidade social com base nos "méritos individuais".

A formação cívica

A Campanha Cívica, sob os signos do Estado Novo, foi realizada tanto nas escolas quanto em outros espaços públicos, como: palestras cívicas, escotismo, exposições de retratos de heróis nacionais e autoridades públicas e ainda de frases de efeito, com o fim de incutir o "sentimento de brasilidade" na mocidade brasileira. Neste estratagema, como uma das maneiras das quais o governo valeu-se para garantir a adesão ao civismo, por parte da

[3] Maiores informações quanto às reformas educacionais à época, consultar: CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, 1989.

mocidade, foi a criação da *Organização da Juventude Brasileira* [4], a qual não teve o alcance desejado devido à disputa da mesma pelo Ministério da Guerra e o Ministério da Educação, pela liderança do projeto.

O discurso de Capanema enfatizava a necessidade de uma "nova escola" que moldaria um "novo homem", formando o cidadão e trabalhador apto para o progresso da nação brasileira. Este ideário acabou por conferir a educação um caráter disciplinador, evidenciando dessa forma, o caráter militarista[5] pensado para a educação.

A Educação Moral e Cívica visava desenvolver os valores morais e as virtudes humanas, cuja base seria o ensino religioso católico. Tal concepção acabou por conferir à educação feminina a finalidade de preparo para a vida do lar, para a importante missão de fundamento e conservação da família. Assim, ficou evidente o caráter conservador e formal presente na política educacional estadonovista.

A orientação política para o livro didático

A legislação é uma das formas de intervenção, especialmente, do Estado intervencionista. A análise da legislação oferece, por sua vez, elementos que identificam os valores que inspiraram a política educacional do período ora tratado. A convicção de que educação escolar, em seu processo de divulgação e recriação de saberes e práticas culturais, poderia promover a construção da nacionalidade brasileira e ainda servir de instrumento de legitimação do regime instaurado ensejou a legalização dos livros didáticos.

A presença dos elementos doutrinários nos livros didáticos foi fundamental para consolidar o ideário estadonovista, uma vez que esses estabeleciam conexões entre os programas e a sala de aula, entre Estado e sociedade, entre professor e aluno, além da preservar a tradição da comunidade e da família. Capelato (1998, p.219) aponta que, "[...] o livro didático funcionava como um "professor coletivo" porque era uma obra constituída com base em variados componentes: a escola, a editora, o Estado, a política cultural, educacional e cívica, o discurso historiográfico, o professor e o aluno".

O processo no qual as obras didáticas adquirem sentido, tem, portanto, uma relação entre o texto, o aluno e a prática do professor. O livro didático, contudo, imprescinde

[4] A Organização da Juventude Brasileira foi inspirada na Mocidade Portuguesa de Salazar.

[5] A educação militar do povo brasileiro não pode ser restrita ao uso eficiente das armas. Era preciso formar uma mentalidade capaz de pensar militarmente. Daí a estratégica associação entre educação e Exército. A segurança da nação só seria consolidada quando todo o povo estivesse infiltrado do espírito militar. Tal instinto de conservação nacional dependeria da formação intelectual e moral das novas gerações fora da atmosfera depressiva das utopias pacifistas. (BOMENY, 1999).

de um conjunto de elementos materiais que o compõem, como: papel, tinta, letras e imagens e, ainda, de um conjunto de elementos abstratos, como as relações de poder que restringem e condicionam a sua produção, a qual tem a marca de historicidade (Gasparello, 2004).

A legislação e o livro didático

A idéia de que o papel do livro didático na vida escolar poderia ser o de instrumento de reprodução de ideologia e do saber oficial, em consonância com os interesses por parte do Estado e de setores da sociedade, foi fundamental para a publicação do *Decreto-Lei nº. 1006, de 30 de Dezembro de 1938*[6], que estabeleceu, entre outras medidas, as condições para a elaboração e para a autorização da produção e da disseminação dos livros didáticos. Assim, foi instituída a Comissão Nacional do Livro Didático, de caráter permanente, composta por sete membros, designados pelo Presidente da República, os quais deveriam possuir preparo pedagógico e idoneidade moral. Contudo, essa Comissão teve mais a função de controle político, do que uma função didática.

O referido Decreto-Lei estabeleceu as diretrizes, em âmbito nacional, para a produção e concessão da autorização, por parte do poder público, dos livros didáticos a serem utilizados nas escolas, tanto da rede pública quanto da privada, o que representou na esfera política, a afirmação da unidade nacional, idealizada pelo governo central e ainda o autoridade do Estado sobre a educação.

A concessão da autorização dos livros didáticos, pelo Ministério da Educação, via a Comissão Nacional do Livro Didático, buscou, em especial, homogeneizar a cultura escolar e os valores cívico-morais, de acordo com os interesses do Estado e de determinados grupos sociais. Neste sentido, Choppin, salienta que "Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições" (CHOPPIN apud BITTENCOURT, 2003, p.69).

O estudo sobre a legislação acerca das obras didáticas suscita diversas questões, tais como: quais conteúdos foram privilegiados? Quais foram as representações de modelos de cidadão que deveriam ser seguidas pelos alunos? Quais foram os membros da Comissão Nacional do Livro didático? Entre outras tantas indagações que podem ser perscrutadas diante da legalização dos livros didáticos. Destarte que tal domínio sobre as obras didáticas, por

[6] GOVERNO FEDERAL, **Legislação Federal**. Diário Oficial da União, 1938. Acervo da Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

parte do Estado, não esteve isento de intencionalidade, elas respondem às aspirações sociopolíticas de seu momento histórico.

A legalização das obras didáticas representou o controle não só dos conteúdos e saberes a serem transmitidos aos alunos, em sala de aula, mas também o domínio dos objetivos da educação nacional, ou seja, a preparação da mão-de-obra qualificada, e, ainda, disciplinada para o mundo do trabalho, de acordo com a proposta política de modernização da nação.

Tal domínio da esfera pública sobre o campo educacional, em especial, sobre a produção das obras didáticas, legitimados pela legislação, revelou o caráter totalitárias do governo central. Este último estabeleceu, por meio do Ministério da Educação, a vigilância, em âmbito nacional, sobre o processo educativo. Havia, neste sentido, um controle que dificultava, em certa medida, transgressões ao pensamento oficial, principalmente em relação às questões controversas à forma de governo vigente.

Os conceitos de unidade nacional e de identidade nacional, então expressos nos livros didáticos, foram provenientes da concepção de nação adotada pelo Estado. Ademais, os livros didáticos, autorizados pelo poder público, são ainda um produto da articulação de diversos elementos que estimularam e consolidaram a produção didática, em particular a de história, ou seja, o local social dos autores e as instituições cientificas abalizadora.[7]

Disciplina e livros didáticos

As obras didáticas, enquanto depositárias de conteúdos e saberes escolares historicamente construídos e transmitidos pela instituição escolar formal, são igualmente o resultado sistêmico de propostas curriculares. Sendo assim, elas são portadoras de um sistema de valores e de ideologia. No período ora estudado, que tinha por objetivo consolidar a construção da identidade nacional brasileira, através da escola, não contemplou em seu projeto as diferenças étnicas que formavam a nação brasileira, mais precisamente buscava eliminar a multiculturalidade do país de tendências exógenas.

Ante o papel de construtor da identidade nacional, ou ainda das identidades, o livro didático foi construindo gradativamente a sua identidade, adquirindo, assim, novos sentidos, tanto no campo pedagógico, quanto no campo comercial, afirmando o seu lugar no processo educativo. Assim, o livro didático, para além de seu papel como instrumento de

[7] Sobre o assunto consultar: GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de Identidades:** pedagogia da nação nos livros didáticos da Escola Secundária Brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

difusão de saberes e valores culturais historicamente construídos, é, ainda, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Ele sofre, ainda, a influência de múltiplos profissionais e técnicos especializados na área da editoração.

Algumas considerações

Historicamente, as reformas educacionais apresentaram avanços e recuos, procurando, de um modo geral, responder aos interesses políticos e socioeconômicos do Estado e de determinados grupos sociais. As reformas, empreendidas ou apenas formuladas durante o Estado Novo, revelam o caráter pragmático destinado para a educação, dentro do contexto de uma nova ordem sócio-política, ou ainda, ao projeto de desenvolvimento socioeconômico do país, a industrialização.

As reformas educacionais possuíram um caráter discriminatório e antidemocrático, uma vez que reafirmaram o caráter elitista da educação, ou seja, de um lado o ensino técnico-profissional, voltado para a formação de trabalhadores para indústria, e, de outro, o ensino superior, voltado para a formação de uma elite dirigente. Neste sentido, pode-se aferir que a educação, enquanto uma política pública de cunho social, foi pensada no sentido de assegurar a realização do projeto político estadonovista, o que, por sua vez, acabou conferindo à educação um caráter utilitário e disciplinador.

A idéia de que a soberania e a unidade nacional seriam garantidas a partir da construção de uma identidade nacional, e esta seria possível através da educação, implicou a regulação do processo de ensino. Neste sentido, foram adotas diversas medidas, como as reformas educacionais, a organização dos diversos graus e ramos do ensino, e a legalização, através do poder público, das obras didáticas, enquanto instrumentos imprescindíveis para a formação da identidade nacional brasileira.

A autoridade política sobre as obras didáticas, para os diferentes graus e ramos do ensino, garantida pela legislação, evidenciou o caráter totalitário do governo central. Neste sentido, o livro didático, inferido no processo escolar, contribuiu para a construção da identidade nacional brasileira, de acordo com a concepção de nacionalidade, segundo a ideologia do Estado. Serviu, ainda, para a formação dos valores cívico-morais dos alunos, além de desempenharem um papel fundamental na afirmação e manutenção do regime político do Estado Novo.

Os livros didáticos, portadores de saberes historicamente construídos, foram o resultado de uma seleção intencional por parte dos autores e editores, sob a vigilância do poder público, dos conteúdos a serem ensinados nas escolas. Igualmente, entendemos que as obras didáticas foram instrumentos de controle e de disciplina, expressos por meio de valores declarados e/ou subjacentes à política educacional adotada pelo Estado.

Referências

BACKZO, B. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Eunaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. Vol. 5.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** 8.ed.São Paulo: Contexto, 2003.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em cena:** propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo.** 2.ed. São Paulo: Cortez. 1989.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de Identidades:** pedagogia da nação nos livros didáticos da Escola Secundária Brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GOVERNO FEDERAL. **Legislação Federal**. Diário Oficial da União, 1938. Acervo da Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: FRONTEIRAS: **Revista Catarinense de História/ANPUH**, Florianópolis, n.13, 2005.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil:** a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Festas, suor e resistência: análise comparada das manifestações culturais dos trabalhadores catarinenses e pernambucanos no século XIX e início dos XX.

Beatriz Brusantin*

Resumo: Nesta comunicação proponho uma análise comparada do folguedo Bumba meu Boi dos estados de Pernambuco e de Santa Catarina que tinha como sujeitos trabalhadores negros, brancos e mestiços. A intenção é uma investigação em História social sobre a cultura dos trabalhadores do fim do século XIX e início do XX que seja atenta às realizações festivas dos trabalhadores escravos e livres como indícios da ação de resistência cultural, social e política.
Palavras-chaves: - Escravidão – Pernambuco – Santa Catarina – Bumba meu Boi

Abstract: The main object this article is the analyze comparative of the folklore "Bumba meu Boi" of the estates of the Pernambuco and Santa Catarina. The purpose is to develop in the area of the Social History, a investigation that consider the forms cultures of the labors whites, blacks and mestizo during of the period of the Abolition and beginning of the century XX like the result of the practices of the resistances against the hegemonic system.
Keywords: - Slavery – Pernambuco – Santa Catarina – Folklore Bumba meu Boi

A proposta de utilizar a história comparada tem como intuito não apenas relatar as características dos folguedos de Santa Catarina e Pernambuco, mas, sobretudo, levantar novas questões sobre a temática das festas como formas de sociabilidade e resistência dos trabalhadores rurais em tempos da abolição. No mais, ao observar os sujeitos como imigrantes tornar-se importante também problematizar os processos de construção da identidade açoriana e africana em terras do Brasil.

Desse modo, refletir sobre o Bumba meu boi catarinense e pernambucano significa buscar compreender a função social dos trabalhadores açorianos e negros na sociedade oitocentista nos dois estados. A principal ponte que podemos traçar é entre o mundo do trabalho e as festas. Em Pernambuco, o Bumba meu Boi, tradicionalmente, acontecia no final da moagem: era a pejada. Terminada a moagem, limpava-se a moita do engenho, retirando-se todo o olho de cana que ficasse. Durante toda a noite os trabalhadores se divertiam, havia farta distribuição de bolacha e aguardente. O feitor e o vigia estavam presentes para evitar qualquer excesso de bebida e briga e o senhor de engenho comparecia com a família por algumas horas, prestigiando a festa. (PEDROSA, 1977)

Era, portanto, um teatro que se inseria no universo da cana, dos engenhos, da produção do açúcar e das relações de trabalho escravista e paternalista na qual a mão de obra

*Doutoranda em História Social da Cultura, IFCH / CECULT/ UNICAMP, bolsista CNPQ.

negra era imprescindível. Em Santa Catarina não obtive informações se a periodicidade da festa tinha uma relação estreita com a produção agrícola, porém, o enredo do teatro popular é pautado no contexto rural. Na cena também encontramos os mesmos sujeitos: açorianos, africanos e descendentes, ainda que os relatos folclóricos construam imagens homogêneas.

No caso de Pernambuco como afirma Marcus Carvalho, houve algumas tímidas tentativas de promover a migração de trabalhadores endividados açorianos na segunda metade da década de 1840. Eles embarcavam frequentemente sem passaporte e comprometiam-se a pagar as passagens com a venda de seus serviços ao chegar ao porto de destino. Dentro dos próprios navios, os açorianos eram escolhidos pelas elites pernambucanas e, uma vez comprados os seus serviços pelo preço da passagem, eram desembarcados. No entanto, as passagens custavam geralmente mais do que deveriam e, os salários oferecidos eram abaixo da média local. Além disso, queixavam-se as autoridades portuguesas de serem os trabalhadores selecionados a bordo dos navios, sem nenhum direito a escolha do patrão ou de um contrato melhor. Segundo Carvalho, a documentação portuguesa refere-se frequentemente a importação dos açorianos como um verdadeiro "tráfico de escravatura branca" (CARVALHO, 1986).

Em Santa Catarina os folguedos relacionados ao Boi (farra do Boi e Boi de Mamão) sempre foram vistos como uma forma de resistência cultural dos portugueses, portanto, dos brancos. Vale ressaltar, no entanto, que ocorreu um movimento cultural de "resgate" da cultura portuguesa na década de 80 que pode ter levado a uma visão reforçada dessa identidade (FERREIRA, 2006). Certamente a cultura portuguesa, com seus carnavais, máscaras e bois teve sua importante participação na construção dos festejos do boi em Santa Catarina, todavia, não podemos descartar a influência na brincadeira da cultura africana, mais especificamente bantu e angolana.

Como coloca Sergio Ferreira, em janeiro de 1843 foi preso um "pardo praticando divertimentos de boi fora do dia permitido". Os dias permitidos eram os domingos e dias santos, sobretudo, Natal e Páscoa. Fora desses dias não era permitido práticas o que hoje é chamado de Farra do Boi. Assim, será apenas uma expressão cultural e de sociabilidade dos imigrantes brancos? (FERREIRA, 2006, p. 181)

Ao mesmo tempo, na cidade de Destêrro (SC), no final do século XIX e início do século XX, fora proibido o Boi na Vara, a Folia do Divino, o Terno de Reis e o Entrudo. No entanto, nos arraias e freguesias a fiscalização era mais frouxa, os jornais não tinham tanta influência, de modo, que tudo isso permaneceu entre os "ditos açorianos fracassados". A manifestação, portanto, cabia aos *outsides.* (FERREIRA, 2006, p. 46)

Em Pernambuco, o pesquisador Marcus Carvalho percebeu que entre 1830 e 1840 as mulheres dos estratos médios e altos eram cada vez mais vistas nas ruas do Recife. As *presepadas* populares, os bumba-meu-boi e lundus, que tanto incomodavam os moralistas, expressavam mudanças que alcançavam as camadas médias urbanas. A participação nesses folguedos de mulheres que não eram negras nem escravas é um indício do afrouxamento dos velhos costumes patriarcais de reclusão feminina, que mesmo em declínio ainda teimava em não desaparecer. (CARVALHO, 2003, p. 41)

Nessa perspectiva de análise, podemos observar o Bumba meu Boi como um dos meios de expressão das camadas marginalizadas que almejavam se livrar das amarras da moral e propor um novo costume. Um novo costume que abrangia mulheres brancas, negras, negros, mulatos e trabalhadores. Se pensarmos nas mulheres, sugerimos que estas estavam atacando a sociedade patriarcalista vigente. E se pensarmos no negro, no branco pobre, trabalhador rural dos oitocentos?

Diante desses dados, parece coerente sugerir que ao investigarmos os folguedos devemos sair das amarras da classificação da manifestação como negra ou branca e considerar, por exemplo, que a festa era uma forma de resistência das pessoas pertencentes aos setores sociais marginalizados pela sociedade brasileira urbana e rural dos oitocentos.

Partindo dos vestígios mais remotos sobre a manifestação em Pernambuco, encontramos o relato do Padre Lopes da Gama no ano de 1840 em um artigo intitulado *A estultice do Bumba Meu Boi*:

> *De quantos recreios, folganças e desenfados populares há neste nosso Pernambuco, eu não conheço um tão tolo (...) como o Bumba-meu-Boi. Um negro metido debaixo de uma baeta é o boi; um capadócio enfiado pelo fundo dum panacu velho, chama-se o cavalo-marinho; outro, alapardo, sob lençóis, denomina-se burrinha; um menino com duas saias, uma da cintura para baixo, outra da cintura para cima, terminando para a cabeça com uma urupema, é o que se chama a caipora; há além disto outro capadócio que se chama o pai Mateus.*
>
> *(...) de certos anos para cá não há um que preste se nêle não aparece um sujeito vestido de clérigo para servir de bobo da função. Quem faz ordinariamente o papel de sacerdote bufo é um brejeirote despejado e escolhido para desenpenhar a tarefa até o mais ridículo; e para complemento do escárneo esse padre ouve de confissão ao Mateus, o qual negro cativo faz cair de pernas ao ar o seu confessor, e acaba, como é natural, dando muito chicotada no sacerdote.* (A Estultice do Bumba meu Boi, Padre Lopes da Gama, O Carapuceiro, 11/01/1840)

O discurso de Padre Lopes da Gama estava inserido em um momento do período regencial brasileiro que, como coloca Ivana Lima, seria genérico demais considerar as disputas políticas como apenas de inspiração liberal, sem considerar um aspecto da cultura política, isto é, de seus valores, comportamentos e experiências singulares: o fato de que eram disputas em torno da identidade. Identidade de "brasileiro" e, em segundo lugar, uma

identidade "racial", referida às cores dos cidadãos. Porém, o tema das cores não deve ser entendido só como atributo físico; o sentido político do "cidadão de cor", do "brasileiro pardo" é muito mais rico e complexo do que cor de pele. Cabe-se assim para esse momento da história uma historicidade das percepções e classificações raciais. E considerar os múltiplos sentidos da mestiçagem é considerar a *rua*.(LIMA, 2003, p.20)

Assim, através do relato verificamos a crítica que os personagens-atores faziam da figura católica e como o Padre narrador se incomodava com as cenas. Cenas que mostravam claramente o prestígio da figura do negro Mateus, em contraposição com a imagem do clérigo. Uma imagem de embate entre estratos sociais e também entre as "cores" da sociedade.

Como um drama pastoril, o Bumba é uma ação que não acontece mais neste ou naquele lugar imaginário, mas no próprio lugar da função. Não se trata de um padre, mas de um ator representando um padre, numa farsa. Na farsa brincava-se com as pessoas mais sérias, as de maior categoria social e nisto a farsa se assemelha à tragédia onde os personagens mais altamente colocados eram os que caiam para, por contraste, causarem maior impacto. Existia espaço no ato da cena para os seus atores (trabalhadores) realizarem críticas às autoridades religiosas e inversão de hierarquias sociais.(BORBA FILHO, 1967)

A comunicação entre atores e espectadores faz-se franca e informalmente, não só com palavras, mas com vaias e assobios. Isso dinamizava o teatro uma vez que enriquecia o espetáculo com novos elementos de atração substituindo de elementos socialmente menos válidos, por outros mais atuantes e mais condizentes com o gosto e os interesses momentâneos da comunidade para o qual ele exibia.

É interessante perceber, por exemplo, que em Pernambuco a figura do negro sempre era encenada com o mesmo perfil: uma figura esperta que toma conta da festa quer enganar o capitão e toma conta do Boi. Já em Santa Catarina o personagem Mateus era um ajudante do Vaqueiro que trazia o Boi, fazia suas toadas, brincava com o público, mas não realizava gestos de afronta direta aos seus superiores. Mas seria isso alguma representação da subordinação social?

Ao analisar duas toadas observadas em 1871 na ilha do Desterro e, em 1906, em Pernambuco, verificamos que há uma inversão entre os papéis do cavalo e do boi. Em Desterro José Boiteux descreveu que Pai Mateus ao entrar cena cantava: *Vem meu boi malhado /Vem fazer bravura/Vem dançar bonito /Vem fazer mesura/Vem dançar, meu boi./ Brincar no terreiro /Que o dono da casa tem muito dinheiro* (BOITEUX, apud SOARES, 1978). Nas narrativas de Pereira da Costa sobre o folguedo pernambucano, a figura do Cavalo Marinho dança a

toada:*Cavalo Marinho /Dança no terreiro/ Que o dono da casa /Tem muito dinheiro /Cavalo Marinho /Que o dono da casa/ Tem galinha assada* (PERERIA, 1974, p. 268).

Ao descrever o universo do nordeste, Gilberto Freyre coloca que

> *num sistema de relações que dividiu os homens e as suas habitações e a própria paisagem, em metades tão diferente e até antagônicas, pode-se dizer, para efeito de generalização, que o cavalo ficou no primeiro e o boi no segundo grupo.* Sem *o cavalo, a figura do senhor de engenho do Nordeste teria ficado incompleta na sua dignidade. Incompleta nos seus movimentos de mando, nos seus gestos de galanteria, nos seus rompantes guerreiros* (FREYRE, 1937).

Para Freyre, o boi era o melhor companheiro do negro e: q*uando depois o boi associou-se também aos dias alegres do negro de engenho - os de dança, de cachaça, de festa- na figura do bumba meu boi - é natural que o negro tenha feito desse drama popular um meio de expressão de muita mágoa recalcada* (FREYRE, 1975, p. 41 e 42).

Ainda que Freyre faça seu discurso coberto pela noção de raça do seu tempo, existe uma coerência em significar a figura do Boi como ligada à figura do escravo. Possivelmente, o Auto era uma festividade próxima a essa etnia e ao setor social que fazia parte. No mais, é necessário desconstruir a lógica de Freyre, refletindo sobre o conceito de paternalismo longe de uma noção de metades sociais opostas onde as relações são construídas de forma unilateral e generalizada, e sim a partir de uma construção cultural ambivalente e contextual. Um universo onde as relações sociais entre senhores e trabalhadores ocorriam hierarquicamente, mas não com uma divisão cultural independente, sem influências entre dominados e dominadores.

Julio Bello ao narrar a parte do teatro que ocorre a morte do Boi, conta que ao aparecer um "fiscal" a exigir a retirada da carniça do terreiro: t*rava-se a discussão entre ele, "Matheus" e "Catharina", que são o casal de palhaços do toda a funcção e se esforçam sempre em falar como os antigos pretos d´Angola uma arrevesada algaravia, muita vez graciosa e original.* (BELLO, Recife, 1935).

Bello ao colocar *antigos pretos d´Angola,* talvez não estivesse falando especificamente sobre essa nação, todavia, estava se referindo a uma linguagem que era utilizada como códigos acessíveis aos brincantes e inteligíveis para as autoridades da platéia. Desse modo, acredito que os personagens estavam representando uma dupla resistência e construindo uma identidade: social, por criar uma linguagem de compreensão restrita a seu grupo, e cultural, por, possivelmente, usar as falas que faziam referência ao mundo dos seus ancestrais.

Assim, aposto que, em Pernambuco, ocorreu em parte uma apropriação da festa do

Boi por africanos vaqueiros, no caso da África central, mais especificamente povos do sudoeste da Angola, para expressarem possíveis contestações ao sistema e/ou cultivarem materiais culturais de seus ancestrais como, por exemplo, a música e seus instrumentos (ganzá, bajo), suas falas ou no uso de máscaras. (ver FLORENTINO, 2004)

Em Santa Catarina, as novas pesquisas historiográficas mostram que mesmo sendo pequeno o número de africanos e descendentes no estado, estes eram partes integrantes da economia catarinense. Clemente Penna, por exemplo, aponta que o número de escravos apresenta um grande crescimento a partir principalmente da década de 1830, período em que teve início o boom do café no vale do Paraíba. O pesquisador José Augusto Leandro afirma que no século XIX a região recebeu escravos vindos diretamente de portos africanos durante o período de ilegalidade do tráfico, sendo que muitos deles possivelmente tinham como destino as propriedades no litoral catarinense. Desse modo, é bem provável que continuaram a entrar escravos na província mesmo a partir da década de 1850, com a interrupção do tráfico atlântico e o fortalecimento da produção cafeeira. Ao mesmo tempo a imigração também cresceu nesse período. (PENNA, 2005)

É provável, portanto, que em Santa Catarina imigrantes brancos e escravos conviveram cotidianamente através, principalmente, das festas e brincadeiras populares. Não apenas como atores, mas também como sujeitos culturais, isto é, como responsáveis por novos comportamentos, novas formas de sociabilidade e novas condutas morais.

É curioso, perceber que no folguedo de Santa Catarina, a figura do Boi era mais louvada no Boi de Mamão do que no Cavalo Marinho (Bumba meu Boi) pernambucano. Para Fernando Henrique Cardoso a relação senhorial foi acanhada em Desterro uma vez que os escravos majoritariamente ocuparam uma função de trabalho doméstica e não tanto na área rural. (CARDOSO). No entanto, o estudo de Penna mostra que os trabalhos da casa e da lavoura se misturavam e os cativos exerciam atividades tanto na roça quanto na casa.(PENNA, 2005). Portanto, era bem provável que existisse sim uma relação senhorial semelhante a dos engenhos pernambucanos, onde o árduo trabalho de fabricação do açúcar se comparava a dureza da fabricação de farinha de mandioca em Santa Catarina, ou mesmo da cana, uma vez que, possivelmente, essa produção ultrapassou a outra no século XIX. De qualquer modo, ambos os trabalhos exigiam disciplina, horas de esforço e ritmo desumanos.

Vale destacar, que a base musical utilizada no século XIX no Boi pernambucano era zabumba e ganzá, ambos de origem africana. E, em 1871, a base do Boi de Desterro era viola, flauta, violão, e cavaquinho, maioria de origem européia, todavia, a base era a puíta, instrumento trazido pelos negros bantu.

Assim, se a discussão política do período regencial brasileiro estava atrelada também à questão da cor, da identidade do brasileiro, falarmos, portanto em resistência cultural nesse período, seja açoriana e africana, é também falarmos de resistência racial e, portanto, política. Assim, refletir sobre a apropriação cultural e social do Bumba meu Boi é questionar não apenas as marcas de um perfil negro ou branco nas festas praticadas pelos trabalhadores, mas, sobretudo, reconstruir as representações e ações de resistência contra um sistema hegemônico conforme seu contexto social.

O Boi de mamão, possivelmente, carregava também consigo a cultura africana, pois, além, de verificarmos que negros estavam presentes no cotidiano catarinense, também constatamos que entre os instrumentos europeus que se tocava na festa, utilizava-se a puíta. Por outro lado, diferente do Boi pernambucano, não verificamos dentro da farsa, a figura de grande representação senhorial: o Cavalo Marinho. Apenas se dizia: cavalinho.

Assim, se diante dos olhos dos senhores pernambucanos, o teatro do boi era a confirmação do seu poder na figura do Capitão, na visão dos "subordinados" se falava a língua dos negros e quem comandava a festa era o negro Mateus que dançava ao som da percussão africana. Em Santa Catarina, com maior quantidade de imigrantes açorianos entre os trabalhadores, o grande astro era o Boi que era comandado pelo Vaqueiro. E aí temos uma surpresa. Segundo descrições do Boi de Mamão coletadas por José Cláudio de Sousa diferente do auto nordestino, em vez de se dar a morte do Boi, fato ocorrente nas outras versões, este é quem investe contra o Vaqueiro e derruba-o. E vem a toada: *Senhor doutor /Com a sua razão/Vem curar o vaqueiro, ó maninha/Que o boi botou no chão.*(SOUSA, 1974).

A economia catarinense no século XIX teve como centro impulsionador a criação de gado, principalmente na zona do planalto. Em Lajes, por exemplo, havia a exploração em grande escala, e essa dependia da mão de obra escrava. Existe, portanto, a possibilidade do Boi de Mamão ter sido um veículo de comunicação e sociabilidade dos trabalhadores da pecuária. Vale ressaltar, que a figura do Vaqueiro na farsa é derrubada pelo Boi, que com grandes chances representava o escravo que trabalhava com o gado, mas no sistema social estava subordinado ao Vaqueiro. Desse modo, sugiro que o folguedo catarinense também propunha uma inversão social e cultural cotidiana.

Enquanto isso, em 1906, em Pernambuco a resistência se fazia diretamente contra a imagem da opressão e violência senhorial do universo da cana: o capitão do mato: *Capitão de campo/ Veja que o mundo virou/ Foi ao mato pegar o negro / Mas o negro o amarrou.*(PEREIRA, 1974).

Até 1852, a lei de antitráfico foi desrespeitada e, muitos escravos ainda foram

transportados para o Brasil. A partir da década de 50 cessa o tráfico transatlântico e se intensifica o tráfico interprovincial (VERGOLINO, 1997). Os vestígios da manifestação popular do Bumba meu Boi em Pernambuco vem desde os anos 40 do século XIX e em Santa Catarina a mais remota data de 1871, assim a probabilidade dos negros terem carregado consigo a tradição é bem grande.

É possível, portanto, que os trabalhadores se reapropriassem do ritual para teatralizar seu cotidiano de forma a resistir contra sistema de opressão local. E pela nova apropriação é sugestivo que pensemos embriões da consciência desses trabalhadores: negros, brancos, mestiços, açorianos, enquanto grupo que conviviam cotidianamente em comunidade e que conforme a dinâmica sócio-cultural e política desta criavam códigos de comportamento, formas festivas, teatro, arte e, possivelmente, raízes para uma identidade classista.

Trabalhadores que livres ou escravos foram sujeitos de suas práticas sociais e a partir delas delinearam suas histórias, e não a partir do que seus opressores quiseram contar.

Referência bibliográfica

BELLO, Julio. *Memórias de um senhor de engenho.* Recife, Ed. Massangana, 1935.

BOITEUX, José. *Águas passadas.* In: SOARES, Doralécio. *Boi de mamão catarinense.* Cadernos de Folclore 27,Rio de Janeiro, FUNARTE, 1978.

BORBA FILHO, Hermílo. *Apresentação de Bumba meu Boi.* Recife, Imprensa Universitária, 1967.

CARVALHO, Marcus de. *De portas adentro de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1922 – 1850.* In: Revista Afro-Ásia no 29/30 – 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim. *A guerra dos Moraes (a luta dos senhores de engenho na praieira).* Dissertação Mestrado em História. UFPE, Recife, 1986.

FERREIRA, Sergio. "Nós não somos de origem". Populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, 2006.

FREYRE, Gilberto. *A presença do açúcar na formação brasileira.* Rio de Janeiro, IAA, Coleção Canavieira no 16, 1975.

FREYRE, Gilberto. *O Nordeste do Açúcar (crônica -1937).* RIEDEL, Diaulas. IN. *Os canaviais e os mocambos. Paraíba, Pernambuco e Alagoas.* São Paulo, Editora Cultrix, ?

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil.* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

Manolo Florentino, Alexandre Vieira Ribeiro, Daniel Domingues da Silva. *Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX).* In: Afro-Ásia no 31 –2004.

PEDROSA, Petronilo. *Engenho bangue: termos relativos a instrumentos de trabalho, atividades e fatos da vida social.* Faculdade de Nazaré da Mata, Nazaré da Mata – PE, 1977.

PENNA, Clemente. *Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888).* Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 2005.

PEREIRA, Francisco Augusto da Costa. *Folk-lore Pernambucano.* Recife, Arquivo Público Estadual, 1974.

PIAZZA, W. A. *Escravidão Negra numa província periférica.* Florianópolis, 1999.

SOUSA, José Cláudio. *Boi de mamão* – Ibecc/Cnf. In: DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro* das Alagoas. Maceió. Departamento Assuntos Culturais, João Pessoa, UFPB, 1974.

VERGOLINO, José. *A demografia escrava no nordeste do Brasil: o caso de Pernambuco – 1800/1888.* Recife, PIMES, no 4, março de 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Colégio Santíssimo Sacramento: uma escola feminina em Alagoinhas-Ba

Leonice de Lima Mançur Lins[1]

Resumo:
Este artigo apresenta alguns aspectos da educação ministrada pelo Colégio Santíssimo Sacramento (C.SS.S.), localizado em Alagoinhas-BA, no período de 1940 a 1960. Para isso, procurou-se abordar alguns aspectos históricos da implantação do C.SS.S. bem como a análise da sua proposta pedagógica. Destaca, especialmente, como a educação ministrada por este estabelecimento de ensino formatava a identidade de gênero nas suas alunas e como estas absorviam os papéis sociais historicamente destinados ao sexo feminino: dona-de-casa, esposa e mãe.
Palavras-chaves: Educação - Identidade - Gênero Memória.

Abstract:
This paper presents some aspects of the Educatuon applud by Santíssimo Sacramento school, located in alagoinhas-Ba, in the period of 1940 to 1960. For this, wanted to approach some historical aspects of the introduction do SS.S.S. as well the analysis of its proposal education. It points, especially as the education applied by this establishment formed the identity of kind in its students and as this absorve the social role historicaly for femele sex: housewife, wife and mother.
Key words: Education – Identity – Kind – Memory.

Este texto tem como finalidade apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa sobre Educação e Construção da Identidade de Gênero. Centramos a nossa análise numa escola religiosa e voltada para o público feminino, o Colégio Santíssimo Sacramento (C. SS.S.), no período de 1940 a 1960, onde buscamos perceber como as alunas, a partir da formação que recebiam, interiorizavam valores e normas morais, absorviam os papéis sociais historicamente destinados ao sexo feminino – dona-de-casa, esposa e mãe – enfim, como através da educação recebida as alunas construíam sua identidade de gênero e se colocavam no mundo tendo como parâmetro o seu sexo.

O referido colégio foi fundado no dia 12 de maio de 1940, na cidade de Alagoinhas-BA. A abertura do Colégio foi uma solicitação do então prefeito da cidade, o Sr. Antonio Martins de Carvalho Jr., que, na época, buscava uma Congregação religiosa que se interessasse em abrir, na cidade, um estabelecimento educacional voltado para a formação da juventude feminina. Esta solenidade contou com a presença de autoridades locais, famílias

[1] Mestra em Educação e Contemporaneidade; professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, da Faculdade Santíssimo Sacramento – FSSS e da Secretaria Estadual da Educação da Bahia.

respeitadas na cidade, pais e alunas do colégio. A importância social dos convidados nos faz inferir o quanto o estabelecimento vinha responder aos ideais e necessidades dessa parte da população, que via no Colégio um meio de dar às suas filhas uma formação religiosa. Se para a comunidade alagoinhense o Colégio vinha preencher um '*vazio*', para a comunidade religiosa a fundação do Colégio e a implantação da Capela para adoração ao SS. Sacramento e demais atividades religiosas, respondiam aos objetivos da Congregação da qual participavam.[2]

A ênfase na formação religiosa

Os defensores da educação baseada em princípios morais e religiosos acreditavam que só esta poderia formar o ser de maneira integral. No C.SS.S a educação moral e religiosa era constante, seja através das suas atividades cotidianas, seja através das cerimônias festivas realizadas. Estas, diziam respeito a algumas datas do calendário religioso, do cívico e a outros momentos, como as formaturas, encenação de peças teatrais, bazares, dentre outros.

A maioria destas solenidades era aberta ao público de maneira geral, só algumas poucas aconteciam exclusivamente para o público interno. As solenidades abertas ao público tinham uma grande participação de parte da sociedade local, de autoridades políticas e religiosas e de representantes de outras instituições de ensino da cidade. Era nesses momentos que o Colégio criava relações com a comunidade local, aumentando assim o seu conceito perante essa mesma comunidade, na medida em que não se fechava em si, mas procurava manter sempre boas relações com a comunidade e com as autoridades.

A participação das alunas nas solenidades festivas, religiosas ou não, era uma exigência do Colégio, como parte de sua formação integral. O artigo 9º do seu Regimento Interno afirmava: *"O Estabelecimento reserva-se o direito de exigir das alunas de qualquer curso, que tomem parte em suas manifestações coletivas, quer de ordem religiosa, quer cívica, quer de outro gênero"*.

Em diversos momentos da prática educativa do C.SS.S., as alunas eram inseridas num ambiente de profunda religiosidade; seja na prática diária, através das orações feitas antes do início das aulas, seja através das outras atividades religiosas, como as Missas, a 1º Eucaristia, procissões, Mês de Maria, retiros, dentre outros.

A Devoção à Maria:

[2] A Congregação das Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada foi fundada em 25 de março de 1896, na Espanha, por Maria Emília Riquelme. A adoração perpétua ao Santíssimo Sacramento, a educação à juventude e as missões são as linhas fundamentais dessa Congregação religiosa.

O modelo feminino a ser seguido pelas alunas do C.SS.S. era Maria, mãe de Deus e do Menino Jesus. A devoção Mariana era muito forte no C.SS.S.; as alunas eram envolvidas nas comemorações em homenagem a Maria, seja no mês de maio, mês dedicado a ela, seja em outros momentos a ela devotados.

O exemplo de pureza, doação, caridade e bondade de Maria era colocado como modelo feminino a ser seguido por todas as alunas. O simbolismo da figura de Maria, como virgem e mãe, foi bastante utilizado no C.SS.S. como forma de incentivar as alunas a se espelharem no seu exemplo.

Mês de maio:

No calendário religioso católico, o mês de maio é dedicado à devoção a Maria. O culto à imagem de pureza e santidade da Virgem Maria era constantemente incentivado, principalmente, em maio, mês dedicado a ela, quando essa devoção se fazia sentir mais fortemente, e todo o Colégio se via envolvido nas comemorações em sua homenagem. O relato abaixa ilustra o que estamos afirmando:

> "É com grande saudade que terminamos o mês de Maria. Cantamos na Missa, com a Virgem lindamente ornamentada.(...) As 4:30 saiu a procissão com nossas alunas que levaram o andor bem bonitinho e muito povo. Percorreu o Comércio, que fechou as portas, retornando à nossa capelinha que ficou apinhada."[3]

Diariamente, durante todo o mês de maio, havia celebrações litúrgicas, com a presença das alunas do Colégio. Nestes momentos, as virtudes de Maria eram exaltadas e as alunas induzidas a buscarem a *perfeição* da Virgem.

Congregação Mariana:

Além das atividades religiosas desenvolvidas durante todo o período letivo em homenagem a Maria, em 08 de setembro de 1955 foi criada a Congregação Mariana Maria Imaculada e Santíssimo Sacramento, com a devida autorização do Sr. Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva. A instalação da Congregação contou com a presença da Superiora Geral das Irmãs, que estava em visita ao Brasil. Fazia parte dessa Congregação alunas do colégio que assim o desejassem, uma vez que a participação não era obrigatória, no entanto as alunas eram muito incentivadas, pelas Madres, a freqüentarem as reuniões. Essas, eram mensais, quase sempre aos domingos pela manhã e ocorria nas dependências do Colégio. O objetivo básico

[3] Livro-diário da Casa em Alagoinhas, nº 04 de 1950 a 1951.

dessa congregação era ser "centro de irradiação de amor à nossa Mãe Santíssima".[4] No momento da instalação, 44 alunas receberam uma fita azul, que as identificavam como sendo "Filhas de Maria". A cada ano, novas associadas recebiam a fita, sempre no final do ano. Sendo "Filhas de Maria" essas jovens deviam, por suas atitudes, servir de exemplos para suas colegas, devendo "trabalhar com ardor, a fim de angariar novas associadas, intensificando e espalhando assim cada vez mais a devoção para com nossa Mãe do Céu...".[5] (Ata de 17 de abril de 1960).

Ocupava o cargo de Diretora da Congregação a mesma Madre que também dirigia o Colégio; havia ainda os cargos de presidente, secretária e tesoureira, estes ocupados por alunas-associadas eleitas por um período de três anos. A partir de 1957, a Congregação passou a contar também com um padre, que era o Diretor Espiritual. As reuniões seguiam quase sempre um roteiro comum: primeiramente havia a chamada, depois a leitura da ata da reunião anterior, um pensamento espiritual e os avisos. O pensamento espiritual era o "centro" das reuniões: feito pela Madre Diretora e/ou pelo Diretor espiritual, versava normalmente sobre as virtudes de Maria, os sacramentos da Igreja, a vida de santos, dentre outros. Por exemplo, no dia 25 de março de 1956, o pensamento espiritual do dia foi sobre as virtudes de Maria:

> "... De início foi feita a chamada e em seguida a Madre Diretora fez o pensamento espiritual aproveitando a festa da Anunciação, para mais uma vez ressaltar as virtudes da Virgem Santíssima, aponta-la como modelo e guia da juventude. Assim, primeiramente nos falou sobre a humildade e modéstia de Maria, a sua piedade, obediência e sobretudo a pureza do seu coração. Suscitou-nos a imitá-la, levarmos uma vida de oração pois esta é a porta do céu, o caminho seguro para a vida eterna. Para que a oração seja perfeita, disse-nos ela são necessários exercícios de piedade perfeitos como o terço, oração matinal, santas meditações, sacrifícios. Desta maneira seguiremos a Igreja em seus mandamentos e tendo Maria como modelo, viveremos abrigadas pelo seu manto celeste, resistindo ao mundo e suas tentações[...]."[6]

Como podemos perceber esta Ata reforça que as alunas eram incentivadas a ver em Maria o modelo feminino que deveria servir de exemplo na sua vivência cotidiana. Esse incentivo era constante em todas as reuniões, mesmo naquelas que versavam sobre outros assuntos. No mês de maio, essa devoção era mais reforçada: as alunas-associadas deviam participar das homenagens a Maria, diariamente. As orientações passadas nas reuniões induziam as alunas-associadas a colocarem em prática os ensinamentos da Igreja, a tomarem cuidado com as "*tentações terrenas*", como na reunião do dia 26 de agosto de 1956:

[4] Livro de Atas da Congregação Mariana, de setembro de 1955 a dezembro de 1960. Reunião do dia 08 de setembro de 1955.
[5] Livro de Atas da Congregação Mariana, de setembro de 1955 a dezembro de 1968. Reunião do dia 17 de abril de 1960.
[6] Ibidem.

> "[...] De Maria salientou neste dia a pureza do seu coração, enaltecido por Cristo quando esteve no mundo apontando-a como exemplo e guia da mocidade. Falou-nos ainda da necessidade de combatermos os males da época, os grandes atentados a virtude e moral cristã; como o cinema, com a exibição de filmes inconvenientes, o rádio, as más leituras, etc. Para que levemos em meio de todos estes perigos uma vida cristã, necessário se torna que procuremos os meios de fortalecermos a nossa piedade e devoção. A comunhão freqüente, terço diário, assiduidade ao Santo Sacrifício da Missa são os meios indicados para tal [...]."[7]

Esse texto é rico de significados. O modelo feminino apresentado continua sendo Maria, "exemplo e guia da mocidade", mas dele podemos depreender uma preocupação com o que era divulgado nos meios de comunicação, como o cinema, o rádio, e com as "más leituras". As recomendações que o texto traz deixam claro o controle que o Colégio procurava exercer sobre o comportamento, atitudes, gostos das alunas, mesmo fora dos muros do Colégio. O cinema, o rádio, e as "más leituras" são apontados como "males da época", como "perigos"; enquanto que a prática da religião católica e a oração diária são vistas como o meio para combater tais perigos.

O cinema, principalmente os filmes norte-americanos, segundo Bassanezi (2000: p.621),

> *...seduziam os brasileiros e atraíam especialmente os jovens, como o American way of life e a crença no futuro e na modernidade. E não poucas garotas aprenderam a beijar, manifestar afeto e comportar-se mais informalmente vendo filmes americanos.*

Almeida, (1998: p.165) ao referir-se às transformações e inovações culturais advindas do acelerado crescimento urbano brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, afirma sobre o cinema:

> *O cinema ... transcendeu e transformou costumes e hábitos herdados da tradição portuguesa... atuava nas mentalidades, ditava modas, alterava os costumes e transpunha as fronteiras do mundo provinciano, agindo sorrateiramente nas simbolizações e nas expectativas acerca dos papéis sexuais. Ao desvendar novos espaços femininos, também veiculava comportamentos que os segmentos conservadores da sociedade consideravam nocivos para a boa formação das moças, pois expunha modos de agir e pensar incompatíveis com uma sociedade que se queria o mais moralizada possível.*

Não podemos afirmar que os valores e os costumes que eram veiculados pelo cinema foram incorporados pelas alunas do C.SS.S., ou que os mesmos alteraram de forma significativa o modelo de "ser feminino" até então cultivado e buscado. A nossa pesquisa demonstra que as alunas, atualmente, têm sua vida cotidiana moldada nos ensinamentos recebidos na época de estudantes, o que nos leva a considerar que o cinema pode tê-las

[7] Livro de Atas da Congregação Mariana, de setembro de 1955 a dezembro de 1960.

levado a refletirem sobre os papéis de gênero, mas não fez com que as mesmas rompessem com o modelo feminino estabelecido, no qual tiveram suas identidades de gênero construídas.

Pelo que pudemos depreender do texto em análise, havia uma preocupação para que isso não acontecesse, as alunas do C.SS.S. deviam ler, ouvir e ver obras indicadas e aprovadas pelo Colégio que, com certeza, seriam aquelas também aprovadas por seus pais.

Como revela o texto em análise, as alunas do C.SS.S. estavam inseridas em um contexto histórico-social e, sendo assim, o Colégio pontuava os valores que deviam ser buscados por suas alunas a fim de que a "modernidade" e seus novos parâmetros de conduta não as fizessem desviar do que delas era esperado. O texto registra os "perigos" pelos quais as alunas da instituição, na sua vivência cotidiana iriam encontrar, ao mesmo tempo em que aponta os caminhos a serem seguidos; a preocupação com a formação e o comportamento tidos como adequados para as alunas torna-se visível no texto.

O casamento era apresentado como "vocação", que requer doação, preparo moral e religioso, uma aproximação com Deus e o afastamento de toda e qualquer coisa que fizesse com que a jovem fosse tentada a se afastar do *bom caminho*. O casamento aparece como uma destinação *natural* da mulher (BASSANEZI, 2000); a identidade feminina era, assim, construída na amarra do biológico. A aluna-associada deveria ser um exemplo não só para suas colegas como também para toda a comunidade alagoinhense. Para que isso ocorresse, os ensinamentos e orientações deveriam ser absorvidos pelas alunas-associadas, convencidas de que só assim estariam garantindo o seu "pedacinho no céu". A ata do dia 14 de agosto de 1960 é ilustrativa: "[...]Aconselhou-nos imitarmos Maria na sua obediência, a observância às leis de Deus para que um dia pudéssemos nos encontrar no céu de corpo e alma."[8]

A utilização da imagem de Maria na instituição servia para sedimentar nas alunas uma feminilidade (construção social) específica: um modelo de mulher pura, humilde, passiva, dependente, esposa e mãe dedicada. Ao fazer uso da imagem Mariana como modelo hegemônico a ser seguido pelas alunas, o C.SS.S. buscava atingir dois objetivos: ter Maria como representação de mulher/esposa perfeita e, ao mesmo tempo, como exemplo de mulher/devota.

Corpus Cristi:

A procissão de Corpus Cristi, que simboliza o próprio Jesus Cristo, era um dos momentos mais importantes para o C.SS.S. Como patrono do colégio, esse dia merecia uma

[8] Ibidem.

especial atenção por parte do seu corpo discente e docente. Nesse dia toda a comunidade católica alagoinhense era convidada a participar da procissão:

> "Mandamos convites para a procissão ao Ginásio de Alagoinhas, à Escola Profissional e ao tiro de Guerra. Remetemos ofício ao Sr. Prefeito; ao Juiz de Direito, Dr. Jeremias Valverde; Sr. Tonico Carvalho; Dr. Luis Faraqui; Sr.Hostílio, a fim de representando as diversas classes da sociedade levarem o Palium, que conduzirá o santíssimo Sacramento".[9]

Notamos assim que o Colégio tinha um bom relacionamento tanto com o poder constituído como com a sociedade em geral, como demonstra o nível social das pessoas por ele convidadas para tomarem parte da procissão. Certamente não haveria a participação desses senhores nesse ato, se as atividades desenvolvidas pelo Colégio não estivessem em consonância com o esperado pela sociedade. Mesmo sendo uma atividade estritamente religiosa, o mesmo buscava a representação (e a anuência) do poder político e de outros setores da sociedade, como forma de demonstrar publicamente que o trabalho ali realizado era de grande aceitação por parte da sociedade alagoinhense. Um dos registros de um desses momentos:

> "Às 16 horas saiu a procissão de nossa Capelinha graças ao privilégio que nos outorga há alguns anos o Revdmo. Vigário. Seguindo as prescrições do Direito Canônico organizou-se o préstito, começando com nossa Escola com os três turnos, seguido-se as outras Associações e finalmente o Santíssimo Sacramento sob o Palium levado por um Sacerdote e dois acólitos; ladeado por uma guarda armada de 12 atiradores que vieram a nosso pedido[...] Em frente iam 02 coroinhas – alunas nossas – ricamente vestidas, com luvas, etc. e em seguida 06 alunas de branco com lindas cestas, parando em todo o trajeto, nos pontos em que Nosso Senhor é mais ofendido para lhe jogar flores[...]" [10]

O depoimento de uma das Irmãs da Congregação é ilustrativo:

> *A procissão de Corpus Cristi era uma coisa assim bonita, solene. Todas (ênfase),todas as alunas participavam com a roupa de gala, que tinha um chapeuzinho feito em Salvador, lindo. A gente colocava uma fila na frente com umas oito a dez alunas, vestidas de branco. A gente batia palmas, elas viravam para o Santíssimo, faziam reverência, jogavam flores e voltavam a andar. Tinha também a banda de música, que sempre atenderam aos nossos pedidos. Era uma festa que abalava a cidade inteira, todo mundo queria fazer sua roupa nova para aquele dia, para a procissão de Corpus Cristi. A cidade inteira vibrava com a gente, eu me lembro daquelas mães que vinham trazendo flores, bandejas.*[11]

No nosso entender, a procissão tinha um duplo significado: ao mesmo tempo em que servia para que a comunidade católica alagoinhense vivenciasse mais um ato de fé,

[9] Livro-diário da Casa em Alagoinhas, nº 04.
[10] Livro-diário da Casa em Alagoinhas, nº 04.
[11] Depoimento da Madre diretora do Colégio de 1947 a 1964.

acompanhando o Santíssimo Sacramento, a presença obrigatória das alunas, com a farda de gala, servia para mostrar à sociedade que o Colégio não estava preocupado apenas em instruí-las, mas, e principalmente, procurava dar-lhes uma formação religiosa e moral.

O Colégio procurava, durante todo o período letivo, manter um clima de profunda religiosidade em sua prática educativa. Os atos religiosos serviam não apenas para desenvolver nas alunas hábitos e valores baseados na doutrina católica, como também para que o Colégio mantivesse relações sociais com a comunidade alagoinhense. Através dos atos religiosos desenvolvidos, o Colégio promovia a interação com a sociedade; afirmando-se como um importante órgão de ensino e difusão dos ensinamentos religiosos na cidade de Alagoinhas. A Catequese e o incentivo à devoção Eucarística eram um dos trabalhos visados pelas Irmãs, que contavam sempre com o apoio das autoridades religiosas e das famílias católicas da cidade. A ação evangelizadora das Irmãs, em alguns casos, se estendia para além dos seus muros, abrangendo também outros estabelecimentos educacionais da cidade, algumas indústrias, a população carcerária, dentre outros. A presença das alunas nas ações evangelizadoras das Irmãs era constante. Estavam assim praticando a caridade e a solidariedade para com os irmãos mais necessitados, bem como demonstrando através de suas atitudes, a boa formação que recebiam no Colégio.

A participação nas atividades religiosa desenvolvia nas alunas, acreditamos, uma gama de valores e sentimentos tidos como adequados a uma moça bem educada e de formação católica. A caridade, a solidariedade, o senso de justiça, o amor aos irmãos, a pureza e a bondade eram alguns desses valores e sentimentos.

As alunas, como vimos, além de receberem os ensinamentos da doutrina católica em sala de aula, eram constantemente envolvidas em práticas religiosas, seja através de orações diárias antes das aulas, seja através de atos litúrgicos ou de festejos comemorativos de santos, dentre outros. Todos eles incorporados à rotina do Colégio.

Enfim, as alunas eram envolvidas num clima de profunda religiosidade e devoção de tal modo que essa religiosidade era incorporada à sua vida, no Colégio e fora dele. E esse era, acreditamos, um dos objetivos visados pela prática educativa do C.SS.S.

Referências:

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo: UNESP, 1998.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In. DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Psicologia Social e Campo Intelectual na França do século XIX: o caso de Gabriel Tarde

Marcia Cristina Consolim[1]

Resumo

Este trabalho analisa os textos de psicologia social de Gabriel Tarde (1843-1904), publicados na década de 1890, a partir dos debates, das redes e do campo intelectual na última década do século XIX. Considera o elitismo psicológico de Tarde um produto de sua trajetória e do modo como se deu sua profissionalização no campo intelectual. A partir de 1880, as reformas do ensino favoreceram as carreiras universitárias e a profissionalização da pesquisa científica, o que significou que as carreiras não universitárias, como a de Tarde, se tornaram mais dependentes de meios de divulgação e de intermediários culturais. Sua sociologia 'psicológica' ou 'individualista' é a representação invertida de sua posição (dominada) no campo.

Palavras-chave: campo intelectual francês, psicologia social, Gabriel Tarde

Abstract

Ce travail analyse les textes de psychologie sociale de Gabriel Tarde (1843-1904), publiés dans la décennie 1890, à la suite des débats, des réseaux et du champ intellectuel français lors de la dernière décennie du XIXe. Siècle. Je considère l'élitisme psychologique de Tarde comme le produit de sa trajectoire et du mode dont se produit sa professionnalisation dans le champ intellectuel. Depuis les années 1880, les réformes de l'enseignement ont favorisé les carrières universitaires et la professionnalisation de la recherche scientifique, ce qui a signifié que les carrières non universitaires, comme celle de Tarde, sont devenues trop dépendantes des milieux de diffusion et d'intermédiaires culturels. Sa sociologie 'psychologique' ou bien 'individualiste' est la représentation inverse de sa position (dominée) au champ.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que objetiva compreender o significado do surgimento de textos de Psicologia Social na França ao longo da última década do século XIX. Considerando-se que o campo intelectual está em processo de autonomização, principalmente em razão da profissionalização de seu pólo universitário, localizo os psicólogos sociais no pólo heterônomo do campo. Em sua maioria, eles não tinham os títulos exigidos – agregação e doutorado - para uma carreira universitária em nenhuma das quatro grandes áreas do conhecimento – Ciências, Letras, Medicina e Direito - e, como 'intelectuais livres', ou seja, não universitários, eram mais dependentes de mecanismos exógenos ou dominados no campo. Ora, a relação entre o campo intelectual e o político muda na década de 1890, com a diminuição das cotas de apadrinhamento político nas fileiras universitárias, o que significa que o capital de relações políticas desses intelectuais perdia força, o controle sobre

[1] Universidade de São Paulo – USP – Doutoranda do Departamento de Sociologia.

as nomeações estando cada vez mais mediado pela aprovação dos pares. As outras possibilidades de sobrevivência no campo, pela via do mercado da cultura ou pela docência ou participação em instituições privadas, implicavam uma dependência crescente em relação aos 'intermediários culturais', ou seja, a posições de poder dentro do sistema de publicação, divulgação e reconhecimento intelectual - editores, mecenas, acadêmicos e diretores. A figura do 'publicista' perdia prestígio e alguns intelectuais, como é o caso de Gustave Le Bon, expressaram a depreciação de sua posição através de um sentimento de inferioridade, e mesmo de ressentimento, em relação ao prestígio proveniente dos títulos universitários. No caso das trajetórias baseadas em sociedades científicas e em faculdades privadas, financiadas majoritariamente pelo mecenato social, o retorno material e simbólico era relativamente pequeno e dependente do capital de relações pessoais do candidato. O caso de Gabriel Tarde é bastante signficativo, tendo começado sua carreira como magistrado no sul da França e conquistado posições através de relações com pessoas estrategicamente posicionadas em revistas e sociedades científicas. As cartas trocadas com Jeanne Weill (pseudônimo Dick May) e com Alfred Fouillée, personagens que tiveram um papel fundamental em sua nomeação ao *Collège de France* e à *Academie des Sciences Morales et Politiques*, expressam essa relação de dependência e de afinidade discursiva. Tarde procurou inverter no discurso a distribuição de prestígio no campo ao exaltar a 'era da opinião pública' em detrimento não apenas da 'era das multidões', mas também da do público restrito da sala de aula, críticas semelhantes às de Dick May que, à mesma época, defendia a difusão das ciências sociais através de cursos 'livres' e abertos ao grande público. Do mesmo modo, os ataques de Tarde à divisão do trabalho intelectual e à criação de um secundário clássico sem latim eram bastante conformes aos de Fouillée, cuja defesa da filosofia implicava a desqualificação da sociologia durkheimiana. A aproximação institucional e a afinidade discursiva foram recorrentes ao longo da trajetória de Tarde e o próprio debate entre Tarde e Durkheim, na década de 1890, pode ser considerado uma das etapas das disputas entre, de um lado, 'intelectuais livres' e universitários e, de outro lado, entre a filosofia e a sociologia.

As disposições anti-universitárias são provenientes de uma cultura intelectual, forjada nos anos 70, marcadamente através da *Revue philosophique*, em que a posição do 'intelectual livre', ou seja, não universitário, exprimia um significado subversivo em relação à ordem filosófica e psicológica vigente na universidade, de vocação espiritualista e católica. Os 'sorbonnards', como foram chamados os filósofos espiritualistas como Elme Caro e Paul Janet, representavam o discurso oficial, na sua vertente cristã, contra o qual o evolucionismo e o materialismo da nova Psicologia Experimental e Fisiológica lutavam. Nos anos 90, contudo,

a filosofia e a psicologia universitárias deixaram de representar o discurso oficial ou espiritualista para dar espaço a estratégias de inovação disciplinar e à especialização das carreiras. Parte dos antigos psicólogos experimentais ou sociólogos evolucionistas, como Théodule Ribot e Alfred Espinas, formados pela *École Normale Supérieure* e portadores do título de agregação em filosofia e de doutorado em letras, ingressaram nas universidades. Por oposição a essas trajetórias, os 'psicólogos sociais' foram inelutavelmente relegados a uma posição dominada dada a falta de credenciais acadêmicas, mantendo em razão disso um discurso anti-universitário tardio e fora de época.

Num momento em que a especialização estava sendo valorizada no campo intelectual, o ecletismo teórico dos psicólogos sociais é uma característica cujo significado deve ser buscado em sua formação e em sua profissionalização. Os psicólogos sociais como Tarde, Le Bon, Fouillée e Boutmy atingiam mais de 50 anos na década de 90, e, alheios aos centros de inovação controlada, traziam na bagagem o capital intelectual requerido pelo grande público ou pelos salões burgueses. O repertório típico desses autores mistura teorias raciológicas, climáticas e culturalistas, o que talvez possa ser explicado pela relação instável e autodidata com o trabalho intelectual, possivelmente um fator importante na habilidade de aliar teorias sociais díspares e epistemologias conflitantes. Além disso, o estilo de Taine de *Les Origines de la France contemporaine*, pleno de referências literárias e de dramatização histórica, impregna a psicologia social e a situa numa posição intermediária entre o pólo científico e o pólo literário, num período em que eles se opunham. O centro das teses da psicologia social, em vários de seus 'gêneros' – a psicologia das multidões, a psicologia dos povos e a psicologia política –, se baseia numa crença na *individualidade* como origem da criatividade artística, da inovação científica e da transformação política e, por oposição, na depreciação do coletivo, do mediano e da massa. Se o elitismo foi um traço permanente da cultura intelectual francesa, científica ou literária, ao longo do século XIX, na última década do século novos significados devem ser acrescentados a essa disposição. Em primeiro lugar, ela resultou do processo de mudança estrutural do campo intelectual em razão das reformas educacionais republicanas a partir dos anos 80 e que democratizaram o acesso à educação primária, secundária e superior, o que tornou a competição no campo mais acirrada e, ao mesmo tempo, permitiu a ascensão de setores da pequena e média burguesia a postos universitários. Em segundo lugar, esse processo estrutural foi concomitante à transformação da linguagem e do estilo textual e pode-se perguntar se não seriam correlatos: o elitismo psicológico não é erudito ou aristocrático, nem muito menos científico ou racional; ele se expressa através de um estilo extravagante, caricato, em suma, 'popular', resultado da

abertura das posições heterônomas do campo intelectual aos campos jornalístico e político. Se se considera, por exemplo, os arquivos pessoais de Gabriel Tarde, é nítida a obsessão com que ele catalogou e arquivou todos os jornais da pequena, média e grande imprensa nos quais seu nome foi citado, bem como a importância que deu às notícias cotidianas – crimes, debates parlamentares, greves, questões internacionais – para a construção de sua teoria, recortando frases, sublinhando trechos, inserindo informações citadas em jornais nos manuscritos, posteriormente publicadas em artigos. Um processo de trabalho que nivela fontes diversas e se deixa nivelar pela opinião jornalística, mas que, ao mesmo tempo, apresenta uma grande preocupação com sua imagem pública e com a distinção intelectual. Teme-se a queda na vala comum do jornalismo, o que exige investimento em títulos acadêmicos, que por outro lado encontram a barreira da titulação universitária oficial.

Ora, uma vez nessa posição intermediária, a de um 'intelectual livre' que não pretende ser um simples publicista e não pode ser um universitário, torna-se fundamental investir em relações intelectuais e em instituições privadas de circulação e de reconhecimento intelectual. Os cartões de apresentação e, principalmente, as publicações em revistas e em editoras diversas espelham o ímpeto do acúmulo de títulos, que parecem valer mais pela quantidade do que pela qualidade. Pois a essa necessidade premente dos psicólogos corresponde o surgimento, nos anos 90, de várias instituições novas que ainda não têm valor simbólico no campo, bem como de novas funções, operadas por 'intermediários culturais', que se diversificam para atender a um mercado de leitores ampliado. Por ocasião de uma sondagem sobre o ensino de sociologia no secundário, a apresentação de Gabriel Tarde é reveladora: *"Sr. G. Tarde, professor de sociologia na École Libre des Sciences Politiques e no Collège Libre des Sciences Sociales, antigo vice-presidente do Institut International de Sociologie, antigo presidente da Société de Sociologie de Paris".* (RIS, 1899: 678) Todas essas instituições eram recentes e privadas, ou seja, menos prestigiadas do que as universidades e as grandes escolas. Nesse sentido, o que chamo de 'individualismo psicológico' deve ser compreendido como uma representação invertida da posição que os psicólogos sociais ocuparam no campo e no espaço social: em primeiro lugar, porque ela naturaliza a vocação intelectual, através do conceito de 'gênio individual', quando sua própria sobrevivência no campo exige grande capital de relações sociais e, em segundo lugar, porque ela desqualifica o 'grande número' quando sua sobrevivência no campo depende da capacidade de ter leitores fora do âmbito especializado da universidade. O complemento necessário dessa rede de dependência é a disposição 'moderada', típica entre os psicólogos, o que explicaria a ausência da psicologia entre os signatários do Manifesto dos Intelectuais, em

1898, em defesa de Dreyfus. O manifesto chamado *Apelo à União*, assinado por Tarde, é o corolário desta disposição, à medida que clamava por moderação, pelo respeito às instituições e às decisões da Corte de Cassação.

Se se distribuir os autores proponentes da temática da psicologia social entre aqueles que têm capital de relações sociais e os que têm credenciais universitárias, observa-se que Gabriel Tarde e Gustave Le Bon são os autores que mais sofreram os constrangimentos de um campo intelectual em processo de profissionalização: sem as credenciais universitárias de Alfred Fouillée e sem o capital de relações sociais de Émile Boutmy, sua permanência no campo exigiu esforços brutais. Tarde seguiu o percurso de Fouillée e se aproximou da ala 'filosófica' e das instituições de reconhecimento intelectual em que ela tinha peso, como a *Academie des Sciences Morales et Politiques*, mas essa opção lhe custou a perda de prestígio entre os intelectuais do pólo científico. Le Bon seguirá o percurso do segundo, ou seja, o de um intermediário cultural, tornando-se, em 1902, aos 61 anos, diretor da coleção *Bibliothèque de philosophie scientifique*, concorrente das coleções de René Worms e de Jeanne Weill, uma estratégia coerente com sua longa trajetória de autor de vulgarização científica. As trajetórias de Gabriel Tarde e de Gustave Le Bon configuram os dois extremos possíveis do campo das ciências sociais 'livres' e são fundamentais para se compreender o significado da psicologia social no período, bastante distinto do da psicologia científica e universitária.

A *Revue Philosophique*, dirigida por Théodule Ribot desde o início de sua publicação, em 1876, foi o veículo através do qual Gabriel Tarde ingressou no incipiente campo das ciências sociais. Em 1880, ele escreveu uma carta anônima a Ribot que, por sua vez, solicitou que o autor anônimo se identificasse. A partir de então, Tarde iniciou uma intensa publicação na revista: entre 1880 e 1893 publicou nada menos do que vinte e seis artigos, ou seja, uma média de dois artigos ao ano. Em 1894, Tarde é chamado para trabalhar no Ministério da Justiça em Paris, como diretor do departamento de Estatística Criminal, através da influência de Alexandre Lacassagne, médico criminalista em Lyon e diretor dos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, revista na qual Tarde publicava desde o seu surgimento, em 1886. A partir de então, tem início a diversificação de suas estratégias de publicação e ele passa a publicar em outras revistas: torna-se co-diretor dos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, colaborador da *Revue Internationale de Sociologie,* de René Worms, além de publicar na *Revue des Deux Mondes* e na *Revue de Paris*. Essas duas últimas revistas, dirigidas a um público burguês cultivado, nas quais Tarde publicou apenas dois artigos - sobre a 'multidão' e sobre a 'opinião pública' -, são não obstante significativas de sua necessidade de corresponder às expectativas de seus respectivos diretores, Brunetière e Lavisse e, através

deles, atingir um público mais amplo do que aquele que as novas revistas científicas visavam. A revista de sociologia de René Worms, por seu turno, estava demasiadamente comprometida com a 'questão social' em detrimento do rigor metodológico, além de abrigar muitos colaboradores sem credenciais acadêmicas, majoritariamente 'intelectuais livres' e políticos. O ingresso de Tarde na vida intelectual parisiense lhe possibilitou o aumento de seu capital de relações sociais, o que lhe abriu as portas para a participação em sociedades científicas e em escolas privadas de ensino superior. Através de Théodule Ribot chegou aos salões de Le Bon, onde conheceu Émile Cheysson, quem provavelmente o apresentou a Émile Boutmy, diretor da *École Libre des Sciences Politiques*, onde foi professor. Através da revista de Worms foi convidado por ele a presidir o *Institut Internationale de Sociologie* e a *Société de Sociologie de Paris,* ambas as sociedades com o mesmo perfil de sua revista. Essas redes lhe permitiram, finalmente, ingressar como docente nas duas escolas dirigidas por Dick May, o *Collège Libre des Sciences Sociales* e a *École des Hautes Études Sociales*. Suas conferências nessas escolas deram origem a artigos que, reunidos, foram publicados tanto na coleção *Bibliothèque Sociologique Internationale* de René Worms quanto na coleção *Bibliothèque des Sciences Sociales* de Dick May. Todas essas pessoas, a quem Tarde conheceu principalmente após freqüentar os salões parisienses, lhe permitiram entrar em contato com os mais diversos meios: o dos juristas, economistas e estatísticos, o dos publicistas, o dos médicos e antropólogos e, finalmente, o dos filósofos, sociólogos e psicólogos (SALMON, 2005: 130). Émile Boutmy, representante do primeiro meio, foi fundamental em sua eleição para a *Academie des Sciences Morales et Politiques*; Dick May, representante do segundo, tornou-se sua amiga íntima e a responsável pela difusão de seu nome junto ao Ministério da Instrução Pública; Alexandre Lacassagne, representante do terceiro grupo, teve influência em sua nomeação para o departamento de estatística criminal do Ministério da Justiça e, finalmente, Théodule Ribot e Alfred Fouillée, representantes do quarto grupo, articularam minuciosamente sua eleição à *Academie des Sciences Morales et Politiques* e ao *Collège de France.* Essas duas instituições, ao contrário de todas as outras, eram bastante prestigiadas à época, ainda que fossem abertas a indicações políticas e não exigissem credenciais universitárias de seus membros. Elas congregaram os pólos não científicos do campo das ciências sociais: o pólo do poder social, representado pelo grupo dos juristas, economistas e estatísticos, e o pólo da tradição intelectual, representado pelos filósofos e homens de letras. Entre esses dois pólos havia mais do que uma simples diferença de formação acadêmica, pois ocorria então uma disputa acirrada pela definição da disciplina dominante em ciências sociais e, em conseqüência, pelo controle institucional e programático das disciplinas emergentes.

Essa tensão se reproduziu no campo 'livre' através, de um lado, da *École Libre des Sciences Politiques* e, de outro lado, da *École des Hautes Études Sociales*, instituições que correspondiam, respectivamente, à vocação profissionalizante dos juristas e economistas e à vocação pedagógica dos filósofos e pedagogos. No campo universitário, essa polarização se deu através das disputas entre a Faculdade de Direito e a Faculdade de Letras pelo controle da disciplina de sociologia e, após a virada do século, entre a ala modernista e a ala tradicionalista da Faculdade de Letras, neste caso uma polarização entre a vocação científica e a cultural das humanidades.

A obra de Gabriel Tarde foi crítica da hegemonia da 'economia política' nas ciências sociais e, apesar de sua participação na *École Libre des Sciences Politiques*, se aproximou dos autores e das instituições que pretendiam dar maior especificidade ao 'social'. Se, por um lado, considerava necessária a autonomização da sociologia em relação à biologia e à economia, por outro lado, lutou por uma autonomia restrita, já que a sociologia segundo ele deveria se manter nos limites da 'psicologia social' ou da 'inter-psicologia'. Apesar da aparente inovação, os pressupostos que fundamentaram suas teses representaram a defesa do domínio tradicional da filosofia, o que a ala filosófica rapidamente reconheceu e soube usar contra os durkheimianos, principalmente a tese da origem psicológica da moralidade social. Tarde defendeu a função 'cultural' do intelectual na França como aquela que correspondia à tradição local, por oposição à função científica e especializada que corresponderia à tradição inglesa. Essa visão do intelectual como guardião da 'cultura francesa' e que è correlata ao medo do nivelamento intelectual e à valorização da criação solitária leva a concluir que a psicologia social de Tarde é uma representação do trabalho intelectual invertida da situação de dependência extrema das ciências sociais 'livres' e, em particular, de sua própria posição no campo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Recursos críticos: história da cooperação técnica opas-brasil em recursos humanos para a saúde no Brasil (1975-1983)[1]

Fernando A. Pires-Alves*
Carlos Henrique Assunção Paiva*

Resumo: Esse trabalho discute as políticas de recursos humanos em saúde no Brasil, a partir da cooperação técnica desenvolvida neste campo entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o governo brasileiro. Examina o contexto de formulação e a implementação do *Acordo para um Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil*, sobretudo a partir de 1975, quando tem inicio o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS). Da mesma forma, são discutidas as implicações do PPREPS na institucionalização da área de RH em saúde como parte das instâncias de gestão pública da saúde, na organização do campo da saúde coletiva no Brasil e na critica e reforma dos sistemas de saúde do país, cujos reflexos são presentes até hoje.

Palavras-chave: Cooperação internacional – Recursos Humanos – Saúde Pública

Abstract: This article discuses the human resources for health policies in Brazil, from the technical cooperation accomplished by the brazilian government and by the Pan American Heath Organization (PAHO/WHO). We analyse the "Acordo para um Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil"(1973) and the "Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde - PPREPS" (1976). We discuses the establishment of human resources for health range, the public health organization and health system reform in Brazil.
Keywords: International cooperation – Human resources – Public Health

Introdução:

Atualmente se reconhece a importância da cooperação internacional e das agências cooperativas na resolução de problemas e na condução de mudanças em diferentes áreas de conhecimento, na saúde, na educação, na ciência e na tecnologia, revelando assim a centralidade deste fenômeno para a compreensão das relações verticais/horizontais entre países e povos no mundo contemporâneo (Herz e Hoffmann, 2004).

A historiografia que trata do tema, por sua vez, tem orientado suas interpretações a partir de dois grandes modelos assim esquematizados: um primeiro entende a cooperação internacional como um recurso de poder dos países desenvolvidos para orientar o

[1] Este texto é uma versão condensada e revista de Pires-Alves e Paiva (2006), produto do *Projeto História da Cooperação Técnica Opas-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde*, financiado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-americana da Saúde.

* Mestre em História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz), tecnologista da COC/Fiocruz.
* Doutor em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), tecnologista (faperj/Fiocruz).

desenvolvimento das regiões periféricas, via o controle de recursos financeiros e humanos e do próprio monopólio frente à agenda cooperativa. Nesta perspectiva, a rigor, a cooperação seria manifestação ou instrumento do imperialismo dos países centrais, desenvolvidos economicamente e industrializados, sobre aqueles países situados na periferia do capitalismo, em situação secundária na economia mundial.

Uma segunda vertente encara a cooperação em seu sentido mais horizontal, considerando a capacidade dos diferentes atores situados na periferia de negociar a agenda de trabalho da cooperação com as agências internacionais ou representantes de governos centrais, bem como se posicionar frente à utilização dos seus recursos, remetendo assim a agenda da cooperação mais aos interesses nacionais ou regionais dos assistidos. Exemplo do primeiro enquadramento é o estudo de Labra (1985) e McNeill (1989). Já o trabalho de Castro Santos e Faria (2003) tem mostrado a capacidade das elites brasileiras influenciarem, desde os anos 1920, a agenda de trabalho da Fundação Rockefeller no Brasil, pondo em cheque assim os modelos de interpretação que imputam um caráter mais imperialista às agências internacionais no campo da cooperação técnica.

Nosso trabalho se enquadra na segunda perspectiva de análise, tendo em vista a capacidade das lideranças sanitárias brasileiras influenciarem as características e propostas originais da cooperação acordada entre o governo brasileiro e a Organização Pan-Americana da Saúde para a área de formação de recursos humanos, a partir de meados dos anos 1970. Contudo, para além das generalizações ou da definição de posicionamentos teórico-metodológicos *a priori*, acreditamos que as experiências de cooperação internacional devem ser interpretadas e entendidas em seu próprio contexto.

Alem disso, para além das abordagens defendidas por uma ou outra linhagem de interpretação, discute-se atualmente a respeito da necessidade de mudanças nas bases da cooperação internacional. O panorama reformador vem a reboque das transformações no cenário das relações internacionais, no contexto de um mundo dito globalizado e pós-guerra fria. O sentido destas mudanças sugere uma adequação da lógica de funcionamento e organização da cooperação internacional - e no próprio papel dos organismos especializados em cooperação - às características de um mundo novo. O verticalismo, a excessiva burocratização, a baixa participação daqueles que recebem a cooperação no desenvolvimento das agendas, dos programas e dos recursos, a ausência ou insuficiência de mecanismos de prestação de contas, entre outros problemas são apontados como responsáveis pela diminuição do impacto de qualquer cooperação, seja no campo da saúde, educação ou tecnologia (Bronfman e Polanco, 2003).

Neste contexto bastante amplo de questões, este texto tem como objeto a análise de uma experiência que julgamos bem sucedida no campo da cooperação técnica internacional na área de saúde e formação de recursos humanos. Esta avaliação de sucesso, já em primeiro tempo, se pauta tanto sob o ponto de vista de seus resultados programados (ainda que rigorosamente abaixo do esperado), como também da parte daquelas conseqüências consideradas inesperadas ou, na expressão de um de seus técnicos, "invisíveis".

A cooperação opas-brasil em RH para a saúde

Nosso estudo construiu historicamente a trajetória da cooperação técnica em formação de recursos humanos, acordada entre a Organização Pan-Americana da Saúde e o governo brasileiro, então representado pelos ministérios da Saúde e da Educação. Este convênio, assinado em 1973 e retomado em um complemento jurídico, dois anos depois, quando se definiram recursos e estratégias para o desenvolvimento da cooperação, desembocou na criação de um grupo de trabalho, basicamente composto por profissionais nacionais (OPAS/BRASIL, 1973; OPAS/BRASIL, 1975ª e 1975b)[2].

Este grupo foi responsável pelo lançamento, em meados de 1976, do Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde, mais conhecido pela sigla PPREPS (PPREPS, 1976) Este programa, com operação prevista até 1978, teve três grandes metas: (1) a primeira seria a constituição de dez **regiões docente-assistenciais**. Isto é, a definição de um dado limite territorial que tanto serviria ao propósito de treinamento e formação de pessoal, como também de ampliação da cobertura dos serviços de saúde. Aqui, seu princípio básico foi formar recursos humanos de acordo com as necessidades de saúde da população.

Um segundo objetivo foi o (2) **apoio financeiro e cooperação técnica a projetos de formação direta de pessoal auxiliar e elementar de saúde, instalados nos estados**. Este objetivo alinhava-se ao primeiro, tendo em vista a formação de pessoal adequada às reais necessidades de expansão dos serviços públicos de saúde, bem como tinha relação com a percepção de que a carência geral de pessoal, a concentração de profissionais de nível superior nos grandes centros e a ultra-especialização profissional, se situavam na contra-mão

[2] Estes instrumentos definiram as bases de atuação da cooperação até suas transformações mais agudas, a partir dos primeiros anos da década seguinte. Adotamos 1983 como um marco tendo em vista um amplo painel de mudanças em suas bases jurídicas e programáticas. Neste ano se deu a saída do coordenador do Programa, Carlyle Guerra de Macedo, então eleito para a Direção da Opas, em Washington. A partir daí, observamos um amplo leque de mudanças na agenda de trabalho do grupo técnico que, mais afinados às discussões em torno da organização do sistema de saúde no país, acabaram por transcender os objetivos da formação de recursos humanos para a saúde.

deste processo de ampliação da cobertura médica. Daí a necessidade de mudança não apenas quantitativa, mas especialmente qualitativa na formação de pessoal de saúde.

Por fim, o último objetivo do PPREPS, relacionava-se à (3) **criação de órgãos de formação de recursos humanos nas secretarias de saúde dos estados**. Um esforço de imprimir mais institucionalidade à temática dos recursos humanos em nível local, em sintonia com uma das estratégias centrais do Programa, de promoção da descentralização político-administrativa no setor da saúde.

Esses objetivos contaram com uma base financeira invejável. À Fiocruz coube a gestão dos recursos financeiros, o que incluía o repasse à Opas das verbas para a remuneração do grupo técnico gestor da cooperação. Desta forma – e isto foi uma característica impar nas experiências de cooperação desenvolvidas pela Opas – a equipe técnica contratada pela Organização, embora composta essencialmente por funcionários nacionais, recebia remuneração baseada em dólar. Isto apenas mudaria em 1983, em pleno quadro da crise de financiamento do estado brasileiro, mas até lá permitiu salários competitivos para a equipe do PPREPS, garantindo sua unidade e continuidade já em um quadro de turbulência econômica e política. Este modelo de cooperação, já desde o início caracterizado pela atuação de consultores e existência de recursos financeiros nacionais, logo imprimiu rumos que transcenderiam os objetivos do contrato inicial, contribuindo para seu êxito e sucesso, consubstanciados, em boa medida, em seus resultados ditos "invisíveis".

Basicamente o Programa de cooperação funcionava mobilizando e apoiando atores institucionais situados nos diversos estados federativos (11 estados, sobretudo no nordeste), que, por sua vez, elaborariam os projetos a serem avaliados em primeira instância para o grupo técnico, e depois encaminhados para análise e pronunciamento de uma Comissão de Coordenação, esta composta por representantes dos ministérios e da Fiocruz, bem como pelo coordenador do PPREPS. Desta forma, a cooperação funcionava como uma rede: sua estrutura mais ampla envolvia a OPAS e os ministérios da Saúde e Educação[3] e "para baixo", na linguagem própria dos seus técnicos, envolvia a relação do grupo técnico com lideranças e instituições instaladas nos estados, secretarias de saúde, de educação e universidades.

Os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa seriam provenientes principalmente de repasses do Ministério da Saúde, através da constituição de uma espécie de "trust fund" entre a Opas e o governo brasileiro. Segundo o texto do Acordo complementar, assinado em 1975, o Ministério da Saúde transferiria, no exercício daquele ano, a quantia de

[3] Na década de 1980 fariam parte do Acordo o Ministério da Previdência Social e Assistência Social e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

15 milhões de cruzeiros (em números atuais cerca de 17 milhões de reais) para a Fiocruz[4]. Além disso, o Ministério se comprometia a transferir nos exercícios subseqüentes os recursos estabelecidos expressamente em seus orçamentos anuais para a cooperação.

A disposição destes recursos e a configuração do arranjo institucional que viabilizou a cooperação foram possíveis graças a um contexto que conjugou movimentos nacionais e continentais mais amplos. No Brasil, a cooperação se alinhava a tradição de discussão em torno da ampliação da cobertura dos serviços de saúde, ainda que naquele momento, sob influência da Opas, traduzida em termos de planejamento social. Além disso, o ano de assinatura do acordo complementar, em 1975, marcava também o momento de lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, da organização da V Conferência Nacional de Saúde e também da institucionalização do Sistema Nacional de Saúde. Havia assim, em poucas palavras, por parte do governo brasileiro e movimentos sociais um esforço de maior reordenação das políticas sociais, maior articulação entre agências públicas e racionalização de gastos e recursos financeiros e humanos (Escorel, 1998; Escorel, Nascimento e Edler, 2005)

A OPAS, por sua vez, trazia experiências e temas desenvolvidos em escala continental que muito se sintonizavam com aquelas apontadas pelos fóruns e lideranças do campo da saúde nacionais. A discussão em torno do aumento da cobertura dos serviços de saúde, por exemplo, foi um dos temas privilegiados pela Organização naquele período. Pensar em estratégias que possibilitassem a expansão dos serviços estatais de saúde, especialmente para as zonas de fronteira e o interior dos países, era uma questão apontada como chave na construção de patamares mínimos de desenvolvimento social e econômico. Essas estratégias, nada consensuais, passavam pela idéia de desenvolvimento de ferramentas de planejamento social, como o chamado método Cendes-ops, na tentativa de permitir uma maior produção de informações e racionalização das decisões no campo da gestão em saúde (Mendes, 1988; Giovanella, 2006).

Por uma outra via, as discussões em torno da educação médica já figuravam no escopo de trabalho da Opas, ao menos, desde os anos 1950 (Cueto, 2004). E ainda que a discussão em torno da educação médica seja um componente de uma trajetória relativamente diferente daquela que marcou a face mais tecnicista da Opas, como a discussão acerca do planejamento, ela seria gradualmente capturada nos termos de uma agenda planificadora para

[4] A conversão para valores em reais é obtida mediante a aplicação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da FGV. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acessada em 20.09.2006.

a saúde, na forma de um planejamento da formação de pessoal de saúde. A própria constituição do PPREPS é um exemplo desta pretensão planificadora para o campo de recursos humanos: produzir pessoal de saúde na quantidade e qualidade necessárias ao sistema de saúde, sistema que se pretendia de alcance nacional e universalista.

A partir destas experiências e da mencionada base institucional, a cooperação estrategicamente se voltou para os estados. Seu desempenho, contudo, foi considerado desigual, segundo Relatório Anual de 1978 (PPREPS,1979). Os fatores a serem considerados determinantes para um maior ou menor êxito da cooperação, em cada iniciativa, diziam respeito: ao grau de mobilização e apoio político nas várias agências dos governos estaduais envolvidos na execução dos projetos; a capacidade de produzir um arranjo institucional amplo em torno das iniciativas; e um maior ou menor grau de maturidade técnico-institucional nos setores mais diretamente ligados aos temas dos recursos humanos.

Considerações finais

É interessante notar que a matriz institucional configurada na cooperação foi negociada ao longo do próprio desenvolvimento da cooperação técnica, em um processo em que dependeu da percepção política e gerencial das lideranças do PPREPS na avaliação dos vários cenários e circunstâncias encontradas. Nesse sentido, por exemplo, as dificuldades relativas à uma maior articulação institucional entre os órgãos federais iriam requerer, como pauta futura, a montagem de novos arranjos institucionais, a mobilização de novos atores, pauta que a cooperação técnica Opas-Brasil enfrentaria a partir do início dos anos 1980.

Os chamados "propósitos invisíveis" de parte da atuação do PPREPS eram também componentes de um movimento de gradativo transbordamento dos próprios objetivos originais do programa em direção a temas como políticas globais de saúde e organização dos serviços de atenção. Sem dúvida, no período estudado, a Cooperação Técnica repercutia no contexto brasileiro as doutrinas, os princípios e as normas presentes nas formulações da OPAS, quanto ao planejamento dos serviços de saúde, às suas conexões com o processo de desenvolvimento, quanto às políticas de recursos humanos adequadas. Nesse sentido, a Cooperação Técnica era parte do aparato do desenvolvimento e do discurso técnico – tanto como ideologia, quanto como materialidade – expresso na Organização Pan-Americana da Saúde.

Por outro lado, a Cooperação Técnica era também um lugar de recepção ativa desses enunciados; do seu reprocessamento e re-enunciação à luz da experiência local dos

seus personagens. Ao operar dessa maneira, a Cooperação Técnica foi marcadamente eficaz em sua capacidade de, com significativo grau de autonomia, influir e, eventualmente, modelar as políticas nacionais e a própria constituição de espaços e redes institucionais de conformação do campo da saúde coletiva e do desenvolvimento de recursos humanos. Todavia, esta capacidade se restringiu à sua dimensão nacional, pois a experiência do PPREPS jamais foi considerada em termos de experiência para outros contextos nacionais.

A experiência de cooperação internacional, especificamente brasileira no terreno do desenvolvimento de recursos humanos, não foi, desse modo, capaz de disseminar-se em larga medida para o contexto regional latino-americano. Isto aconteceu devido a peculiaridade do processo político-institucional da saúde no contexto brasileiro, no que concerne às expectativas com relação ao papel do Estado e das políticas públicas às vésperas da voga neoliberal.

Seja como for, o caso brasileiro revela especialmente que a cooperação Opas-Brasil foi para além do universo técnico, ao conjugar às propostas de natureza técnica, proposições normativas. Ela deu, enfim, passos decisivos para o desenvolvimento de um modelo bem sucedido de cooperação horizontal, cujo resultado foi tanto uma maior institucionalidade ao tema recursos humanos no campo da saúde, como também uma contribuição para o fortalecimento das propostas organizacionais que se consagrariam no sistema de saúde brasileiro: a descentralização, a hierarquização e a universalidade da saúde.

Referências bibliográficas:

BRONFMAN, M. & POLANCO, J.D. *La cooperacion tecnica internacional y las politicas de salud*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.1. Rio de Janeiro, 2003. pp.227-241.

CASTRO SANTOS, L.A. & FARIA, L.R. **A Reforma Sanitária no Brasil**: ecos da Primeira República. São Paulo: EDUSF, 2003.

CUETO M. **El Valor de la Salud**: história de la Organización Panamericana de la Salud. Washington, D.C.: OPS, 2004.

ESCOREL, S. & NASCIMENTO D.R. & EDLER, F. *As origens da reforma sanitária e do SUS*. In: Nísia Trindade Lima, et alli (Org.). **Saúde e Democracia**: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 59-81.

ESCOREL, S. **Reviravolta na Saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1998.

GIOVANELLA, L. *As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina*. **Cadernos de Saúde Pública**, 7(1):26-44, 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000100004. Acesso em: 6 set. 2006.

HERZ, M. & HOFFMANN, A.R.. **Organizações Internacionais**: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LABRA, M.E. **O movimento sanitarista nos anos 20**: da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil. Dissertação de mestrado em administração. Rio de Janeiro: FGV, 1985

LIMA, N. T. *O Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma história em três dimensões*. In: FINKELMAN, J. (Org.). **Caminhos da Saúde Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 23-106.

McNEILL, W. H. **Plagues and peoples**. Nova York: Anchor Books, 1989.

MENDES, E.V. **O Planejamento da Saúde no Brasil**: origens, evolução, análise crítica e perspectivas. Brasília: OPAS, 1988. (Série Desenvolvimento de Serviços de Saúde, 8).

OPAS/BRASIL. **Acordo para um Programa Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil**. [Brasília], 14/12/1973.

OPAS/BRASIL. **Acordo Complementar ao Acordo para um Programa Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil**. [Brasília], 08/08/1975a

OPAS/BRASIL, **Termo Aditivo ao Acordo Complementar para um Programa Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil**. [Brasília], 08/08/1975b.

PIRES-ALVES, F. A. e PAIVA, C.H.A. **Recursos Críticos**: história da cooperação técnica Opas-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde (1976-1988). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

PPREPS. **Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde** – OPAS/BRASIL. Brasília: MS/MEC/OPAS, junho de 1976

PPREPS. **Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde** – OPAS/BRASIL. Relatório anual de 1978. Brasília: MS/MEC/OPAS, março de 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os territórios da cidade e a imigração portuguesa em Curitiba (1878-1930)

Roseli Boschilia*

Resumo
O presente texto deriva das reflexões realizadas para a elaboração do projeto de pesquisa sobre imigração portuguesa em Curitiba, que se encontra na sua fase inicial. O referido projeto tem como objetivo analisar os mecanismos de inserção dos imigrantes portugueses na sociedade curitibana, bem como as estratégias adotadas pelo grupo para a construção de um projeto identitário capaz de demarcar as diferenças culturais não só em relação aos brasileiros, mas igualmente em relação aos demais grupos de imigrantes com os quais passaram a conviver no espaço urbano, no período de análise. A periodização da pesquisa tem como baliza temporal o ano da fundação da Sociedade Portuguesa Beneficente 1º de Dezembro, cujo acervo, constitui a principal fonte de pesquisa, estendendo-se até 1930, quando os rumos tomados pelo governo Vargas em relação à política imigratória deram um novo direcionamento ao fluxo de imigrantes portugueses ao Brasil.
Palavras-chave: imigração portuguesa, cultura e identidade

Abstract
The following text derives from the reflections that surfaced during the research project about the Portuguese immigration in Curitiba, that is still in its initial phase. Such project has as its objective to analyze the insertion mechanisms of the Portuguese immigrants in Curitiba's society, as well as the strategies adopted by the group projecting the construction of an identity, capable of establishing the boundaries of their cultural differences, not only between them and the Brazilians, but as well as in relation to the other groups of immigrants, with whom they started to cohabit, at the time, in the urban space. The time frame of the research has as temporal standards the year of the inauguration of the Beneficent Portuguese Association Primeiro de Dezembro, 1878. Their database constitutes the major source of research, extending up to 1930, when the directions taken by the Vargas' government, in regards to the immigration policies, gave a new direction to the flux of Portuguese immigrants to Brazil.
Keywords: Portuguese immigration, culture and identity

Embora a lacuna relativa aos estudos sobre os portugueses tenha sido atenuada pelos trabalhos mais recentes, a discussão sobre a escassez de estudos acerca da imigração portuguesa e sua inserção no espaço urbano brasileiro tem sido uma questão recorrente nos meios acadêmicos desde os anos oitenta, quando os estudos sobre a temática ganharam certo impulso.

Essa ausência parece ainda mais estranha quando sabemos que no Brasil o período que se estende de meados do XIX até o início do século XX foi marcado pela entrada de numerosos contingentes de imigrantes estrangeiros, dentre os quais os portugueses constituíam uma parcela significativa, ficando, numericamente, atrás apenas dos italianos e espanhóis.

O vazio em relação às análises do fenômeno imigratório português é ainda mais intrigante quando comparado ao grande volume de estudos acerca de outras nacionalidades,

*Doutora em História do Brasil (UFPR). Professora Adjunta do Curso de História da UFPR.

cujos representantes têm merecido um olhar privilegiado não só dos historiadores, mas também de sociólogos, geógrafos, pedagogos e lingüistas. O que justificaria o aparente desinteresse dos estudiosos brasileiros pela imigração portuguesa? A presença desse grupo étnico no nosso território, ao longo de todo o período colonial, impediria ao historiador de vê-lo como imigrante? Ou seja, a representação do português como conquistador e colonizador estaria tão arraigada no nosso imaginário coletivo que se tornaria quase impossível vê-lo da mesma forma como são vistos os demais grupos de imigrantes?

Sem dúvida, como lembram Florentino e Machado, a imigração de lusitanos em direção a esta parte da América nunca cessou. Também não espanta que eles tenham formado o contingente mais numeroso dentre os grupos de imigrantes estabelecidos no Brasil. De acordo com Klein, um terço dos 5 milhões e seiscentos mil estrangeiros que chegaram no Brasil entre de 1820 e 1972 eram portugueses (KLEIN, 1998).

No entanto, vale lembrar que o número de imigrantes portugueses que vieram para o Brasil após a Independência supera em mais de sete vezes a quantidade daqueles que desembarcaram durante todo o período colonial (FLORENTINO; MACHADO, 2002). E mais ainda, que essas taxas estão concentradas justamente no período entre o final do século XIX e início do século XX, quando outros grupos de imigrantes europeus também escolheram nosso país como destino.

Assim, embora participando da mesma conjuntura imigratória que trouxe os demais grupos étnicos da Europa para o Brasil, os portugueses ficaram à margem da historiografia brasileira. Entre os pontos que justificariam, em parte, a ausência de estudos sobre o grupo o primeiro deles residiria, segundo Ana Silvia Volpi Scott, no fato dos portugueses não fazerem uso dos mesmos mecanismos de inserção que eram adotados pelos outros imigrantes estrangeiros, ao chegarem na sociedade receptora. O domínio da língua do país de acolhimento e o fato de encontrarem outros conterrâneos já integrados no espaço social propiciavam-lhes uma certa autonomia e vantagem em relação aos demais grupos estrangeiros. Por outro lado, a semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam com a população brasileira dificultava a sua identificação como imigrantes, sobretudo nas fontes documentais. Desse modo, pode-se dizer que, aparentemente, os portugueses não apresentavam nenhum traço distintivo em relação aos brasileiros, que os fizessem merecedores de um estudo historiográfico diferenciado.

Todavia, a constatação da escassez de estudos sobre a imigração portuguesa para o Brasil levou, já em meados da década de oitenta, alguns historiadores a discutir essa ausência tanto na produção historiográfica lusa quanto na brasileira (SILVA 1984). Em decorrência dessa preocupação com o tema, Maria Beatriz Nizza da Silva publicou no início dos anos noventa a obra "Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil"(SILVA, 1992). No entanto, vale

ressaltar que um dos primeiros estudos sobre imigração portuguesa no Brasil foi publicado, em 1989, por um historiador estrangeiro (KLEIN, 1998).

Nos anos 1990, Maria Izilda Matos, ao fazer uma análise acerca da imigração para o Brasil, chamava a atenção para o enfoque privilegiado em relação a certos grupos em detrimento da imigração ibérica (MATOS, 1993). Como desdobramento desse impulso inicial, a lacuna existente na historiografia brasileira sobre a imigração portuguesa começou a ser preenchida pelo interesse de alguns historiadores que, a partir deste século, passaram a dar maior visibilidade à temática.

Nesse sentido, o trabalho de Bacellar, intitulado "Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência", merece destaque não só pelo fato de ultrapassar o recorte temporal usualmente utilizado pelos historiadores demográficos voltados à população portuguesa, mas sobretudo por analisar o processo de inserção dos reinóis na sociedade brasileira, num contexto bastante diverso do Rio de Janeiro, grande ponto de chegada, no qual a presença da Corte e o comércio contribuíam para que se tornasse o principal pólo de atração para o grupo (BACELLAR, 2000).

De igual maneira, o trabalho de Silvia Scott privilegia o território paulista para problematizar sobre o que ela chamou de "as duas faces da imigração portuguesa para o Brasil". Ao utilizar o recorte temporal entre 1820 e 1930, a autora destaca que, nesse período, a Província e depois Estado de São Paulo, devido ao papel de importante produtor de café, já formava, juntamente com o Rio de Janeiro um dos principais centros acolhedores de imigrantes portugueses.

Outro trabalho instigante a respeito da imigração portuguesa foi escrito por Florentino e Machado (2002). Preocupados com os padrões de miscigenação no Brasil, durante os séculos XIX e XX, os autores foram em busca de continuidades e dessemelhanças entre a dinâmica de inserção lusa no Brasil escravista e aquela observada na época pós-abolicionista.

No que concerne aos estudos sobre a imigração portuguesa no Paraná, após o período da emancipação política (1853), o estudo realizado por Westphalen e Balhana, é exemplar, embora tenha focado particularmente os imigrantes pertencentes à elite local (WESTPHALEN; BALHANA, 2003: 28-9). De modo semelhante às análises realizadas em outros estados, as autoras detectam uma forte discrepância entre o número de homens e mulheres de origem portuguesa que imigraram para o Paraná. Porém, diferente da situação encontrada em outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pará, os dados censitários indicam a baixa representatividade de portugueses (2,9%) entre os demais imigrantes presentes na população paranaense.

Em que pese a baixa representatividade numérica, os imigrantes portugueses e seus descendentes ocupavam lugar privilegiado no comércio e na indústria paranaense, repetindo aqui o mesmo comportamento adotado em outros núcleos urbanos do país, onde o grupo estava plenamente inserido junto à sociedade local.

Nesse sentido, uma questão instigante levantada por Florentino e Machado diz respeito ao comportamento ambíguo dos imigrantes portugueses no que se referia à convivência com os brasileiros e cujo modelo não sofreu nenhuma alteração no período pós-abolicionista. Se no espaço privado os imigrantes procuravam preservar sua identidade cultural mantendo usos e costumes ligados às raízes portuguesas, no espaço público a estratégia era integrar-se com a sociedade brasileira criando vínculos, principalmente, com as camadas mais bem sucedidas.

O convívio no espaço urbano, no entanto, era permeado por tensões, pois não raro os imigrantes portugueses, sobretudo aqueles ligados ao comércio ou donos de casas de aluguel, eram vistos como concorrentes ou como inimigos do povo, associados ao monopólio do comércio varejista em geral.

Desse modo, apesar do franco interesse em estabelecer contatos com a população em geral, principalmente na esfera produtiva, muitos portugueses que chegaram no Brasil durante o século XIX se preocuparam em manter sua identidade cultural, criando associações, clubes e sociedades de assistência. A criação de entidades como o Real Gabinete Português de Literatura (1837) e a Beneficência Portuguesa, fundada, quase simultaneamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, no final da década de 1840, são exemplos do esforço empreendido por camada de imigrantes mais favorecidos, com o objetivo de demarcar um território, estreitando os laços que uniam os portugueses ausentes de sua pátria.

Essa prática estendeu-se por várias capitais do território brasileiro onde residia determinado número de imigrantes. Mesmo Curitiba – onde o percentual de imigrantes portugueses era ínfimo, se comparado com outros centros – mereceu, já na década de 1870, a criação de uma entidade voltada especialmente ao membros de etnia portuguesa. A Sociedade Portuguesa Beneficente 1º de Dezembro, criada em 1878, graças ao empenho de pouco mais de duas dezenas de imigrantes ligados à elite curitibana, já possuía em 1919 mais de duas centenas de associados.

Levando em conta o fato de que Curitiba não fazia parte do conjunto de cidades procuradas preferencialmente pelos imigrantes portugueses, mais interessados em cidades portuárias ou núcleos urbanos mais desenvolvidos, alguns questionamentos podem ser levantados: quais foram as motivações que trouxeram esses imigrantes à capital do Paraná? Qual foi o percurso realizado por esses imigrantes? Quais foram as estratégias utilizadas pelo grupo filiado à Sociedade 1º de Dezembro para preservar a identidade do grupo, a despeito das diferenças sociais, econômicas e políticas entre seus membros?

Nesse sentido, a reflexão teórica acerca da identidade cultural dos imigrantes portugueses pressupõe que se leve em conta as diferenças de classe e de gênero. Ou seja, os imigrantes não devem ser vistos como um grupo hegemônico, dentro de uma concepção herdeira do paradigma iluminista, no qual existiria um padrão sólido e único de pertencimento a um determinado modelo cultural ou à nação. Ao contrário, a identidade cultural desses grupos deve ser entendida como "configurações móveis, formadas e transformadas continuamente em relação às formas com que somos representados nos diferentes sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 1997).

Nessa perspectiva, o perfil identitário dos lusitanos que se fixaram em Curitiba, deve ser entendido como uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação que depende da alteridade. Ou dito de outra forma, o conceito de identidade está sendo apropriado como uma categoria de distinção que serve para demarcar as igualdades e as diferenças entre os grupos sociais, constituindo, assim, uma construção cultural, caracterizada pela relação dialética com os conceitos de alteridade, inclusão e exclusão, que se manifesta, no interior das relações de poder (CUCHE,

1999: 176).

A partir desses pressupostos teóricos, e com base nas fontes documentais disponíveis no acervo da Sociedade Portuguesa Beneficente 1º de Dezembro, bem como em outras instituições de pesquisa existentes em Curitiba, esse projeto pretende investigar os mecanismos de inserção dos imigrantes portugueses na sociedade curitibana e as estratégias adotadas pelo grupo para a construção de um projeto identitário capaz de demarcar as diferenças culturais não só em relação aos brasileiros, mas igualmente em relação aos demais grupos de imigrantes com os quais eles passaram a conviver no espaço urbano, no período de análise.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência*. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_2.pdf ..., consultado em 20 fev. 2007.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. Habitus, code et codification. In: *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*. [Paris], n. 64, p. 40-4, set., 1986.

CARINHAS, Teófilo; MARTINS, Raul; MARTINS, Eugênio Gomes; CHIANCA, Ruy. *Álbum da colônia portuguesa no Brasil.* São Paulo: Oficinas Gráficas e Companhia,1929.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DOSSE, François. *De l' histoire des idées à l' histoire intelectuelle*. Palestra proferida em 16 de abril de 2001, na UFPR.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). *Portuguese Studies Review*. Trent - Canadá, v. 10, n. 1, p. 58-84, 2002.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997. Consultado em http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.html, em 20 de fevereiro de 2007.

KLEIN, Herbert. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no início do século XX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 6, n. 2, jul/dez 1998.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Migração portuguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOPES, Mirtes Esteves. *O imigrante português em Belo Horizonte e o centro da comunidade luso-brasileira (1897 - 1930)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Dissertação de Mestrado.

MATOS, Maria Izilda. Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. S. Paulo, 1890-1930. Emigração/imigração em Portugal, Lisboa, …, 1993.

SCOTT, Ana Silvia. As duas faces da emigração Portuguesa para o Brasil. Paper apresentado ao Congreso de Historia Económica de Zaragoza, 2001. http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf

WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva P. Portugueses no Paraná. In: LOPES, Renato L. (org). *Cultura & Poder*: Portugal-Brasil no século XX. Juruá, 2003. p. 23- 35.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

MATOS, Maria Izilda. Estratégias de sobrevivência: a imigração portuguesa e o mundo do trabalho. In: PEREIRA, Mirian Halphern. (org.). *A emigração-imigração portuguesa nos séculos XIX-XX*. Lisboa Portugal: Fragmentos, 1993, v. , p. 100-120.

SZMRECSÁNYI, Tamás. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Migração Portuguesa no Brasil Revista Brasileira de História. v.23 n.45 São Paulo, Jul 2003. (resenha)

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: Tomaz Tadeu da Silva. (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, v. 1, p. 73-102.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Boca do Lixo. A construção da masculinidade dos "valentes". São Paulo 1950-70.

Marcos Antonio de Oliveira*

Resumo
Na cidade de São Paulo entre os anos 50 até 70 do século XX se organizou uma região conhecida como Boca do Lixo. Espaço de circulação de vários tipos sociais urbanos como as prostitutas, os punguistas, traficantes e os chamados "valentes", chefes do crime na região.
Inúmeros deles conhecidos da imprensa e da polícia circulavam entre grupos populares na noite paulistana tentando manter-se como organizadores do crime e controladores dos seus respectivos espaços urbanos. Esses homens construíram sua masculinidade tendo o crime como ponto de referência e sustentação.
Palavras-Chave: Crime, valente. cidade

Abstract
In the city of São Paulo it enters years 50 up to 70 of century XX if it organized a known region as Mouth of the Garbage. Space of circulation of some urban social types as "the brave" prostitutes, pickpockets, dealers and calls, heads of the crime in the region. Innumerable of known them of the press and the policy they circulated between popular groups in the night trying to remain itself as boss of the crime and controllers of its respective urban spaces.
These men had constructed to its having the crime as sustentation and control point.
Word-Key: Crime, brave. city

A cidade de São Paulo impulsionada com a expansão da cafeicultura e, depois, com o advento da industrialização, tinha como símbolo perpetuado o bandeirante, associado à imagem do trabalhador e empreendedor que se desejava impingir ao paulistano nessa época.

Nem todos concordavam com as idéias relativas a uma cidade representada pelo trabalho, tanto que seus símbolos aos poucos já estavam se desconstruindo.

Os anos de 1940 revelaram uma cidade que

> *"..... buscava tanto o progresso material e econômico quanto o cultural e intelectual. A cidade, em seu novo papel de pólo da cultura e do entretenimento, assumia o status e tamanho de metrópole e abandonava, ao menos aparentemente, seus aspectos mais provincianos, como vida pacata e sem grandes perigos"* (*SILVA,2004: p.04-08)*

Aos poucos a cidade foi apresentando outras características que, às vezes, se chocavam ou coabitavam com os modelos preestabelecidos do paulista, visto que havia uma tentativa de conciliar o "moderno e vanguardista com o tradicional da vida em São Paulo" (*SILVA,2004: p.05)*.

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Doutorando em História Social

O centro da cidade foi ganhando novas características, que o aproximavam do anseio de uma cidade moderna que exibia sinais de progresso com seus "melhoramentos" que se incubiam de provocar "o alargamento e a abertura de novas ruas, bem como as novas formas de utilização e apropriação dos espaços públicos"(DIÊGOLI, 2001:p.02)

O prefeito Francisco Prestes Maia que implementou ações vinculadas ao "Plano de Avenidas", *transformavam* "lugares públicos utilizados para lazer e encontros sociais em pistas para circulação de veículos motorizados"(DIÊGOLI, 2001:p.69)

As avenidas São João como a Ipiranga, foram completamente modificadas nesse período pelas ações urbanas sobre a cidade, numa tentativa de tornar São Paulo mais veloz e de ver suas vias mais apropriadas à circulação de automóveis e meios de transportes coletivos que circulavam no "centro novo" da cidade, limitando os espaços de sociabilidade dos habitantes da noite paulistana

Essas obras, foram realizadas durante as fases que envolveram a história urbana de São Paulo. Costuma-se dividi-las em duas grandes fases: a do "urbanismo embelezador", realizado durante as primeiras décadas do século XX, e a do "urbanismo modernizante", que se realizou a partir dos anos trinta com os governos municipais de Prestes Maia, Anhaia Mello e Fabio Prado.

Mas, com todo esses projetos de ocupação de espaços públicos, o cotidiano noturno paulistano desenvolveu ações nas regiões mais afetada pelas obras: o centro da cidade. E, fugindo da tentativa de limitar os espaços de convivência social, os habitantes dessas regiões buscaram outras formas de sociabilidade.

A "Boca"

Os populares eram expulsos do centro, e os espaços de distração noturna foram alterados com as mudanças da cidade. As chamadas zonas de meretrício foram deslocadas de ruas centrais como Amador Bueno, Timbiras, Aurora, Vitória, e largo do Arouche ,para ruas do Bom Retiro como Itaboca, Aimorés e Carmo Cintra.(Moraes, 1977: p.138)

Mas essa situação somente perdurou até os anos de 1953, pois um decreto governamental paulista fechou a zona do meretrício na região do Bom Retiro entre as ruas Itaboca, Aimorés e suas travessas e expulsava as prostituas e seus freqüentadores para o bairro dos Campos Elíseos.

As ruas e avenidas Timbiras, São João, Barão de Limeira, Duque de Caxias, Largo General Osório, Praça Julio Mesquita e Rua dos Protestantes passaram a ser conhecido como o "Quadrilátero do pecado" ou a "Boca do Lixo"[1].

Essa região foi marcada pela presença de "ladrões, toxicônomos, pungistas, prostitutas, vigaristas", e no que Hiroito de Moraes Joanides classificou como os "desajustados sociais"(Moraes, 1977: p.20).

A mudança ocorrida por força da lei gerou duas conseqüências imediatas: primeiro estimulou uma modalidade de prostituição pouco usada anteriormente que era conhecida como "trottoir", que seria a prática da prostituta atrair o cliente nas ruas e levá-lo aos hotéis disponíveis na região onde seus serviços seriam prestados.

A segunda mudança ocorrida com o fechamento da zona de meretrício no Bom Retiro foi o surgimento da "Boca do Lixo". Uma região de São Paulo que ao ser excluída do resto da cidade ganhou regras e vida própria. O espaço por ela ocupado, teve que se adaptar a nova realidade que a presença daqueles grupos atraídos pela prostituição e pelas próprias prostitutas criou.

O próprio comércio local, em certos casos, viu-se literalmente afogado em meio a um mercado consumidor que o obrigava a se transformar e adaptar-se as exigências e necessidades do tipo de consumidor que passava a circular esse espaço.

"Assim casas de roupas para homens se fizeram lojas de artigos femininos, guarda-chuvas e chapéus dando lugar a bolsas e sombrinhas, enquanto em outros estabelecimentos comerciais, tapetes e cortinados cediam cada vez a bibelôs, capachos e vasos para flores. Geladeiras, fogões e mercadorias permaneciam encalhadas nos estoques, ao passo que as vendas de fogareiros, garrafas térmicas e frigideiras se multiplicavam. Nas prateleiras das drogarias do bairro, cocô chanel, via-se desbancada por Cashemeare Bouquet e L`Amant de Coty. E caixas de camisinhas de Vênus".(Moraes, 1977, p29).

E como não podia deixar de ser, além das "famílias de bem" se mudarem dessa região, vários imóveis e lojas de artigos sem procura se transformavam em bares e davam condições para o estabelecimento de um cotidiano noturno peculiar, que segundo Hiroito de Moraes, era caracterizado por um espaço "*estranho, heterogêneo e conturbado ninho, onde coabitavam mariposas, serpentes e aves de rapina"*.(Moraes, 1977: p.29)

---

[1] *"(...) que tudo considerado ruim pela sociedade se concentrava num ponto que seria informalmente uma espécie de quartel-general da criminalidade, compreendido por um gigantesco quadrilátero que interligava os bairros de Campos Elíseos (ex-sede do governo estadual, na Avenida Rio Branco) e Santa Ifigênia. Era a "Boca do Lixo". Quando nasceu, o nome já dizia tudo: "boca", ponto socialmente desprezível, para encontro da marginalidade de toda espécie; 'lixo", o mais degradante possível. Portanto, as marcas do lugar eram criminosos, particularmente traficantes e exploradores do lenocínio, e tudo que possa gravitar em torno da droga e do comércio do corpo. A degradação humana e moral." SOUZA, Percival.* www.tribunadodireito.com.br

Segundo Silva, os relatos do jornal "Noticias Populares" associavam os moradores da "boca" a escória da humanidade e em suas reportagens denunciava-se "homens e mulheres que habitavam os bairros centrais da cidade de São Paulo".Também, incriminava as ações de maus policiais, bem como a exploração da prática de prostituição. Essa região, segundo o "Noticias populares" incentivava a proliferação da miséria, a criminalidade e a prostituição"(Silva, 2004:p.67)

O Glamour e o brilho da noite paulistana também abria espaço para um cotidiano noturno marcado por outros personagens, menos glamourosos, mas não menos instigantes.

Aos sábados e domingos a "Boca" fervia com as "navalhadas" correndo à solta e os conflitos cerrados dentro dos bares e "danccings".

Na Avenida Duque de Caxias o Clube Marajó era a sensação dos finais de semana, enquanto que durante a semana a atração maior era o "Clube Cuba, o famoso dancing da época". Havia também o Astória, na General Osório[2] e o 28, que se mudou para a Rua dos Andradas, que eram locais classificados como "os sem navalhas não entram"[3]. Outros locais considerados "quentes" seriam o Bar Argentino, na Rua Aurora, o Bar das Caipirinhas e o Paladium, ambos na Avenida Rio Branco e o Bar do Laerte na Barão de Piracicaba e outros lugares considerados "barra pesada"(Moraes,1997:p.87).

Esses lugares eram freqüentados por "guardas civis", investigadores de polícia, cafetões, prostitutas, empregadas domésticas, rufiões, bandidos, boêmios e escriturários onde eram presenciados assassinatos, tiroteios, brigas e violências de todo tipo, além de ser um espaço de convivência e sociabilidade desses grupos (Moraes,1997:p.86).

A "Boca" também apresentava locais, nos quais predominavam a circulação específica de determinados freqüentadores. Por exemplo, a Adega Arouche onde predominavam as "mulheres de boate" e o Restaurante do Papai, na Júlio Mesquita, onde era o ponto de encontro dos grupos gays femininos. Mulheres e homens disputavam os seus "pif-pafs" e cachetas nas casas de jogos.

Havia as disputas de crepe e ronda que por serem jogos marcados por discussões e brigas eram locais freqüentados marcadamente por homens. Cinemas como o Oásis, na Praça Júlio Mesquita, e outros que funcionavam com sessões corridas até as quatro da manhã, eram assessorados pelos restaurantes noturnos que serviam os freqüentadores desses locais, dando suporte para uma noite longa e cheia de opções.

2

3

Um restaurante importante e que também era o mais antigo deles era o Tabu, na Rua Vitória, "freqüentado por prostitutas, marginais, motoristas de praça, policiais e elementos da força pública" era o exemplo da convivência desses grupos excluídos que criaram um espaço próprio de sobrevivência e, ao mesmo tempo, permitiam serem freqüentados por outros grupos da sociedade paulistana.

O chamado "quadrilátero do pecado" era uma região onde esses personagens tinham liberdade para circular e, que, em outras regiões da cidade possivelmente seriam detidos ou presos pela polícia, pois suas presenças não seriam aceitas fora da "Boca".

A "Boca do Lixo" tinha suas próprias regras que eram ditadas pelos chamados "valentes". Homens que se destacaram no controle do tráfico e dos antros de prostituição e organizavam o funcionamento social desse espaço impedindo que houvesse uma guerra entre seus freqüentadores.

> *"A verdade é que o "apadrinhamento" e o "protecionismo" remunerado dos valentes, além de evitar um grande número de encrencas próprias aquela vida, a gente do meio, apresentavam ainda a vantagem de trazer para a esfera de alguns poucos as encrencas que surgissem. Não fosse eles a "boca" seria uma "terra de ninguém", permanentemente imersa num caos de conflitos, confusões e embates que em muito se assemelhariam a uma guerrinha civil"(Moraes, 1977, p.98)*

Os mais conhecidos "valentes"[4] citados por Hiroito de Moraes eram o Aristeu que explorava o lenocínio, Brandãozinho que controlavam as boates, Quinzinho e Calixto envolvidos com o tráfico de drogas, o Osny responsável pela manutenção da prostituição e o próprio Hiroito considerado o "Rei da Boca".

A partir de 1959 a "Boca" passou a sofrer a ação repressiva dos grupos policiais pressionados pela imprensa que desenvolveram ações que ficaram conhecidas como "Rudis", "Rones", "Operação Arrastão", "Pente Fino", "Coração de Mãe", "Limpeza", que visavam desmantelar as atividades criminais daquela região.

Essa ação repressiva produziu um alargamento do quadrilátero que conduziu a um aumento territorial da "Boca" que saiu das Ruas Santa Efigência[5] e Protestantes e transversalmente das ruas General Osório e Vitória e começou a se espalhar para as Avenidas São João e Duque de Caxias e regiões próximas como Largo do Arouche, Rua Bento Freitas, Alameda Nothman, Amaral Gurgel e Rua das Palmeiras.

Esse movimento de expansão acabou por tornar a região da "Boca" não mais restrita a um espaço determinado, mas, espalhou-se "por toda a cidade, invadindo as áreas de

---

4

5

comércio, as zonas residenciais" e misturando-se na cidade e atingindo todas as classes sociais, deixando de estar circunscrita a um território determinado(Moraes, 1977:p.200).

Bibliografia

ALVAREZ, A. *A noite.* São Paulo: Cia das Letras, 1996
BENJAMIM, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense, 2000.
BESEN, Ricardo. "A feroz urbanização de São Paulo no início do século". In Revista Histórica. Publicação trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado, N 13 janeiro/fevereiro/março de 2004, p.43-50.
BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3ªed São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil 1877-1944*. São Paulo, Difel, 1971.
CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945).* 2ª Edição – São Paulo, Brasiliense, 1995.
CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1990.
_____. "O mundo como representação". *In Revista de Estudos Avançado.* São Paulo, USP, Jan./Abril, 1991, Vol. 5, nº. 11.
CAMMAROTA, Luciana. *"Os passos do Gigante".* In Revista Histórica. Publicação trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado, N 13 janeiro/fevereiro/março de 2004, p.09-11.
COSTA, Bertholdo. "Alguma coisa acontece no meu coração: música, boemia e política numa esquina".In Revista Histórica. Publicação trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado, N 13 janeiro/fevereiro/março de 2004, p.61-64.
CIAMPI, Helenice. *"O trabalho das fontes no cotidiano escolar".* In Revista Histórica. Publicação trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado, N 11 junho/julho/agosto de 2003, p.12.
CISCATE, Márcia Regina. *Malandros na terra do trabalho: Malandragem e boêmia na cidade São Paulo(1930-1950).* Ed. Annablume/Fapesp,2001.
DIÊGOLI, Leila Regina. *Desenhos e riscos de São Paulo: a estética dos espaços públicos do centro da capital paulista entre os anos 40 e 60 do século XX.* São Paulo, tese de doutoramento, PUC-SP, 2000.
FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano – a criminalidade em São Paulo (1880-1924).* São Paulo, Brasiliense, 1984.
FLOREAL, Sylvio. Ronda da Meia Noite: vícios, misérias e explendores da cidade de São Paulo. São Paulo, Boitempo Editorial.2003.
FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
_____.*A Arqueologia do Saber*.Rio de Janeiro.Forense Universitária, 1997.
_____. A ordem do discurso. São Paulo. Edições Loyola, 1996.
FRANCK, Dan. *Boêmios.* São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2004.
FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metropóle*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
GAMA, Lúcia Helena Gama. *Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950.* São Paulo, Editora Senac,1998.
GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: Os cacos da história*. SãoPaulo, 2ª Edição.

Editora Brasiliense,1993.
GUINZBURG, Carlos. *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989.
_____.*O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.* Companhia das Letras, São Paulo.1998.
HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
IKEDA, Alberto T. *Música na cidade em tempo de transformação. São Paulo 1900-1930.* Dissertação de mestrado apresentado á ECA-USP. 1988.
JOANIDES, Hiroito de Moraes. *Boca do Lixo*. São Paulo, Editora Populares, 1977.
LEVIS-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
LEVINE, Robert M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
LIBÂNEO, M.L.L. *A invenção da cidade de São Paulo*. Tese de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, 1989, MIMEO.
LOFEGO, Silvio Luis. *IV Centenário da cidade de São Paulo: a construção do passado e do futuro nas comemorações de 1954*. São Paulo, tese de doutoramento, PUC-SP, 2002.
MATOS, Maria Izilda Santos. *Meu Lar é o Botequim*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2000.
_____. *Cotidiano e Cultura. História, cidade e trabalho*.Bauru – SP, Edusc, 2002.
MATOS, Maria Izilda Santos de e FARIA, Fernando. A. *Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues: O feminino, o masculino e suas relações*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.
MATOS, Maria Izilda Santos de. *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50*. Rio de janeiro. Bertrand Brasil, 1997.
MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo antigo, 1554-1910. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
MORAES, José Geraldo Vinci de. *Metrópole em sinfonia. História, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30.* São Paulo. Estação Liberdade, 2000.
_____. *Sonoridades paulistanas. A música popular na cidade de São Paulo (final do século XIX – início do século XX),* Rio de Janeiro/São Paulo: Funarte/Ed.Bienal, 1997
OLIVIERA, Julio de. *O último trago, a última estrofe – Vivências Boêmias em Uberlândia nas Décadas de 40, 50 e 60.* Tese de mestrado apresentada na PUC-SP, 2000.
_____. *Noite cheia de estrleas: A paisagem sonora do Arraial do Tijuco e da cidade de Diamantina.*Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação da PUC-SP, 2005.
ORTEGOSA, Sandra Mara. *O lugar do centro nas metropóles contemporâneas: O caso de São Paulo.* Tese de doutorado apresentado ao programa de Pós-graduação da PUC-SP, 2000. MIMEO
PASCHOAL, Eliana dos Santos. *Cenas de Arena de um teatro. Guarnieri e Vianinha 1958-1959*. São Paulo, tese de mestrado. PUC-SP,1998.
PEREIRA, Lauro Ávila. *Imprensa e populismo: Última Hora no segundo governo Vargas (1951-1954*). São Paulo, tese de mestrado. PUC-SP, 1996.
PINTO, Maria Inês Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência : a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo.* Tese de mestrado apresentado a Puc-SP, 1994.
PORTELLI, Alessandro. *O momento da minha vida: funções do tempo na história oral*. In Muitas memória, outras histórias. Orgs. FENELON, Déa Ribeiro, MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun. Editora Olho Mágico, 2004.
PONTES, José Alfredo Vidigal. São *Paulo de Piratininga: De pouso de tropas a metrópole*. São Paulo. O Estado de São Paulo:Editora Terceiro Nome, 2003

PORTELA, Fernando. *São Paulo – 1860-1960: a paisagem humana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Louveira, S.P: Albatroz e Produtora,2004.
RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. São Paulo 1890-1930.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
SCLIAR, Moacyr. *Sonhos tropicais*. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.
SEVECENKO, Nicolau. *Orfeu extático da metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte.*. São Paulo, Cia das Letras, 1992
_____. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa.* São Paulo. Companhia das Letras, 2001.
SEARLE, John R. *Teoria da Comunicação Humana e a Filosofia da Linguagem: Alguns comentários.* In – *Teoria da Comunicação Humana*. Org (Dance, Frank E.). São Paulo. Editora Cultrix
SILVA, Enésio Marinho. *"Alcool e Snague no Jornal Notícias Populares" (São Paulo 1964-1972)*. Tese de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação da PUC-SP, 2004.
SILVA, Zélia Lopes da. *"Os carnavais na cidade de São Paulo nos anos de 1938 a 1945* In Muitas memória, outras histórias. Orgs. FENELON, Déa Ribeiro, MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun. Editora Olho Mágico, 2004.
SILVA, Marcos Virgílio da. "*Mitos persistentes: O "aniversário de São Paulo" e a herança do IV Centenário".* In Revista Histórica. Publicação trimestral do Arquivo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado, N 13 janeiro/fevereiro/março de 2004, p.04-08.
SOUZA. Edgar Souza. *Elegância e saúde: "As representações da prática de fumar na propaganda". 1910-1940*. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de História da PUC-SP. 2001.
THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo, Paz e Terra, 2000..

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A arte dos Lázaros: cinema, teatro, rádio e folia na Colônia Santa Teresa (Santa Catarina, 1940-1950).

Rafael Araldi Vaz*

Resumo: Esta comunicação pretende analisar as produções culturais desenvolvidas no Hospital/Colônia Santa Teresa durante os anos de 1940 a 1950. Esta instituição, existente ainda hoje no Estado de Santa Catarina, fora criada para abrigar pacientes acometidos por hanseníase, que para lá foram encaminhados durante a década de 1940 de forma compulsória. Esse tipo de medida fora preconizada durante o período Vargas como forma de salvaguardar a 'raça sadia', e portanto visava o isolamento dos comunicantes da doença. Por optarem pelo confinamento como forma de profilaxia, foram criados mecanismos, tais como rádio, teatro, cinema, blocos carnavalescos, e outras produções culturais, visando a permanência do interno no interior da Colônia. É sobre estas 'estratégias disciplinares' e as 'táticas' produzidas pelos internos para burlá-las, que este trabalho se propõe a tratar.
Palavras-chave: doença – produções culturais – políticas sociais.

Abstract: This communication intends to analyze the cultural productions developed in the Hospital/Colony Santa Teresa during the years of 1940 to 1950. This institution, existing still today in the State of Santa Catarina, is bred to shelter patient with 'leprosy', that for they had been directed there during the decade of 1940 of obligatory form. This type of measure is praised during the period Vargas as form to safeguard the "healthy race", and therefore it aimed at the isolation of the sick persons. By opting to the confinement as prophylaxis form, mechanisms, such as radio, theater, cinema, carnaval blocks, and other cultural productions had been created, aiming at the permanence of the intern in the Colony. It is on these 'strategies to discipline' and the 'tactics' produced by the interns, that this work if considers to treat.
Keywords: illness- cultural productions – social politics.

O papel ditatorial exercido pelo Estado Vargas, até a década de 1940 no Brasil, foi elementar para a adoção de políticas segregacionistas no âmbito da saúde pública. Para um melhor entendimento desta política, basta dizer que os modelos adotados no sentido de aperfeiçoar a "saúde da nação" consistiram em exterminar, se não literalmente ao menos virtualmente, as moléstias sociais e seus portadores (LENHARO, 1986). A doença fora visada sob a ótica extremada do olhar médico cientificista, fundamentado em concepções eugênicas, evolucionistas e "racistas". Uma "raça sadia", portanto, deveria sobrepor uma "raça doente" e parasitária (SCHWARCZ, 1995). Assim, um de seus alvos passou a ser a "lepra"[1], doença que

* Mestrando do curso de História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina.

[1] Utilizar-se-á as expressões lepra, leproso, mal de lázaro e lázaro neste trabalho por se tratar de denominações correntes durante o período estudado, muito embora se reconheça o valor estigmatizante destas palavras. Atualmente, a denominação utilizada para definir esta doença é hanseníase, e seus portadores hansenianos. Este

implicava em um risco permanente a saúde dos "trabalhadores". Para saná-la a opção adotada foi a segregação, mediante o confinamento compulsório. Com este propósito, foi construído no Brasil, durante as décadas de 1930 e 1940, uma quantidade significativa de asilos-colônias, espaços que tinham por função "abrigar" os sujeitos que portassem o "mal de lázaro" (MATTOS, 2002).

Em Santa Catarina as mesmas medidas passaram a ser aplicadas em 1936 com a criação do Departamento de Saúde Pública, fundado no mês de novembro, e da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, em dezembro do mesmo ano. A atuação conjunta destas instituições permitiu que fossem identificados e fichados os possíveis portadores da "lepra", para em seguida serem encaminhados para a Colônia Santa Teresa[2], espaço construído no município de São Pedro de Alcântara e destinado ao "cuidado" dos "lázaros" (MATTOS, 2002).

Fundada em 11 de março de 1940 a Colônia Santa Teresa tornou-se o "espaço social" dos "leprosos", um lugar que reestruturou relações e assinalou referências. Seu aspecto funcional era o de uma pequena cidade, meio-cidade/meio-campo, instrumentalizada com mecanismos de sociabilidade como ruas, praça, igreja, campo de futebol, teatro, cinema, rádio local, blocos carnavalescos, como também com mecanismos políticos e econômicos como moeda interna, cartório, prefeitura, cadeia, dentre outros (SANTA CATARINA, 2002). Estes elementos de sociabilidade proporcionaram, em grande medida, a permanência dos internos no interior da colônia. Em particular, as produções culturais (teatro, cinema, rádio e carnaval), as quais tiveram um papel preponderante na manutenção institucional, muito embora passassem a ser (re)significados conforme as "invenções", "usos" e "táticas" dos internos (CERTEAU, 1994).

Fantasmagorias do moderno: Rádio, Cinema e Teatro.

Embalado pelas canções de Vicente Celestino, Emilinha Borba e outros famosos artistas da Rádio Nacional, a Rádio Difusora Santa Teresa transmitia em ondas médias as melodias do "mundo de fora". Na chamada de abertura anunciava: "Neste Horário vai ao ar a Rádio Difusora Santa Teresa, atuando na freqüência de 1140 quilohertz, emissora

nome é uma referência a Armauer Hansen, norueguês que descobriu em 1872 o bacilo causador da moléstia.

[2] Algumas denominações foram utilizadas durante a década de 1940 para o atual Hospital Santa Teresa de Dermatologia Sanitária, tais como Leprosário e Colônia. Utilizar-se-á aqui as duas últimas, já que ambas as denominações remetem ao período estudado. Mas, como referência de fontes será utilizada a abreviação de seu nome atual: HSTDS – Hospital Santa Teresa de Dermatologia Sanitária.

supervisionada pelos Departamentos de Saúde Pública e Educação, com seus estúdios instalados no Grupo Escolar Anita Garibaldi" (HSTDS, 2005).[3] Todos os dias este anúncio ecoava na Colônia por intermédio do "Boca Negra", um alto-falante preto afixado em um poste na Rua dos Namorados[4], dando início assim as programações diárias.

Para os que nessa época (início da década de 1940) ainda não ousassem fugir, as programações diárias ofereciam atrativos, que por vezes poderiam significar um alento às atribulações de uma vida em confinamento. Um "conforto espiritual" para os que na fé encontravam um válido amparo. Às seis horas da tarde, ia ao ar "A Hora do Ângelus", uma programação religiosa cristã também conhecida como "A Hora da Ave Maria", um momento dedicado à oração dos fiéis, tendo-se em seguida a "Transmissão da Missa" (HSTDS, 2005)

Outras programações, por sua vez, embalavam os corações das "moças" e "rapazes" da colônia. Neste sentido, os "Oferecimentos Musicais" e as novelas da Nacional eram os veículos sonoros por onde se impulsionavam os desejos e se moviam as paixões. Segundo I.M.S., interna remanescente da década de 1940,

> *(...) o diretor ligava o rádio na Nacional, lá na Administração, pra gente escutar a novela. Mas como tinha muita gente, muito barulho de noite, assim, eles cantavam e tocavam gaita por essas áreas aí, então a gente ia pra cima do morro. Pegava um grupo de gurias assim, e ia lá pro morro, porque daí o som ia melhor. A gente ouvia melhor (2006)*

Por este relato, pode-se ter uma vaga noção de como as programações da rádio tinham uma boa receptividade por parte do público feminino. Ao que parece as novelas, em especial, eram motivo de atenção redobrada, haja vista o empenho que as "moças" faziam para poder ouvi-las.

Complementando estas "atrações culturais", construiu-se no início da década de 1940 um espaço cultural denominado Teatro Teresa Ramos. Neste espaço confrontavam-se duas acomodações distintas: o Teatro e o Cassino. No que diz respeito à primeira, no espaço destinado ao proscênio, instalou-se uma grande tela branca para as corriqueiras sessões de cinema ou matinê. Segundo nos informa I.M.S., as primeiras reproduções do cinematógrafo foram reproduzidas na parede do refeitório, no lado de fora.

---

[3] Segundo informações dos internos, a rádio possuía sua sede no prédio da Administração e seria controlada pelo diretor Adalberto Tolentino de Carvalho. Possivelmente isso deva ter ocorrido durante a década de 1940. Como não possuímos uma referência datada deste anúncio diário, é muito provável que ele pertença a um período posterior a gestão do diretor Tolentino, já que a sede do estúdio indicada no anúncio seria no Grupo Escolar Anita Garibaldi. De qualquer forma, nos valemos desta citação como recurso narrativo, não levando em conta problemas de ordem anacrônica, já que admitimos a possibilidade dela estar descolada de seu contexto temporal.

[4] A denominação oficial é Avenida Getúlio Vargas.

> *Eles passavam os filmes naquelas paredes do refeitório. Ali mesmo. Depois eles construíram o Teatro, junto com o Cassino. Tinha aquela tela bem grande, pro cinema. (...) A missa eles celebravam também no refeitório. Mas, quando eu cheguei, era lá na enfermaria (2006).*

Neste mesmo espaço, antes do término das obras do Teatro Teresa Ramos, viria se apresentar, nada mais, nada menos, que o próprio Vicente Celestino. "Do Rio de Janeiro no começo vinha uns artistas que a gente escutava muito na Nacional. Veio aquele cantor, o Vicente Celestino, e mais outros. Era o tempo da Emilinha Borba, daquele Batista, daquilo tudo" (I.M.S., 2006). É interessante perceber, com isso, como a Colônia Santa Teresa acabou se tornando quase rota obrigatória para a passagem de grupos artísticos famosos que passassem por Florianópolis, tais como cantores e atores ligados a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Majoritariamente, os internos atribuem estas atrações produzidas na Colônia às iniciativas do Diretor Adalberto Tolentino de Carvalho: "Ele ia lá em baixo no Cine, pegava os filmes, vinha e trazia pra cá" (A.F., 2006) "Ele era um diretor muito bom, ele concordava tudo, não faltava nada pra nós, dava roupa, tecido pras fantasias, tinha bloco, tinha escola de samba, tinha de tudo, mas não pisasse no pé dele!" (I.M.S., 2006).

De qualquer forma, o que interessa perceber aqui é que tipo de relações eram produzidas em torno destas atividades culturais e que função prática estas atividades exerceram sobre os internos. Mais ainda, em que medida agiram como um mecanismo de controle "invisível" e de que forma os internos se utilizaram destes mecanismos, subvertendo a lógica disciplinar por meio do que Certeau chama de "táticas do cotidiano" (1994)? Este último aspecto será mais bem visualizado nos festejos de carnaval.

O que se constata, em parte, é um tipo de iniciativa por parte do diretor Adalberto Tolentino de Carvalho no intuito de promover um estado de "bem-estar social" e ao mesmo tempo uma procura por controle e disciplina dentro da instituição. Afinal, não seria de se duvidar que conflitos e fugas fossem algo recorrente na colônia, conforme os relatos e as fichas de assentamentos[5] nos apontam.

De outro lado, percebe-se também que o espaço oficial para apresentações teatrais e cinema, reproduzia, em parte, uma espécie de "simulacro" dos matizes sociais de dentro da colônia. Ou seja, a própria distribuição do espaço interno do teatro Teresa Ramos apresentava claras divisões sociais. Nele, "Assistiam os internos e os funcionários. Mas os internos lá na galeria, lá em cima. De lá olhavam lá pra tela! E nós ficávamos lá em baixo. Na platéia lá em baixo. Vinha todo mundo ver. O Dr. Tolentino e todo mundo ia pra lá" (M.A.C., 2006).

[5] Fichas que descreviam o histórico e a movimentação de cada interno dentro da colônia.

Nota-se, com isso, que apesar da confiança e proximidade que, em parte, a figura do diretor inspirava, muito dos distanciamentos que a própria situação de interno provocava, quando comparada ao mundo de fora, acabava se configurando em situações do cotidiano da própria colônia. Assim, as produções culturais se desenvolviam, demarcando limites e estabelecendo papéis.

Caindo na folia: o carnaval na Colônia (entre bebidas e fugas).

> *O dia-a-dia se acha semeado de maravilhas, escuma tão brilhante (...) como a dos escritores ou dos artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de linguagens dão lugar a essas festas efêmeras que surgem, desaparecem e tornam a surgir. (CERTEAU, 1994: 18)*

> *A gente saia de noite, ia fugido pra ir dançar baile lá fora. Nós era novo. Não tinha ordem! Se eles soubessem... Mas nunca pegaram. Nós ia numa canoinha, atravessava o rio. O dono da casa pegava a gaitinha, tocava a gaita e nós a noite toda bebendo cachaça e dançando. Nós era novo, alguma coisa nós tinha que fazer (G.B., 2006)!*

Ao contrário da luz delatora do dia, era a noite a cúmplice escolhida para velar os corpos que se esgueiravam pelas águas do rio Imaruim[6]. Estas saídas intermitentes eram cuidadosamente praticadas e propiciavam aos que nelas ousassem se aventurar um tipo de abertura dos espaços de atuação, delimitados pela instituição asilar. Se o regulamento institucional limitava a atuação dos internos em espaços culturais como o Teatro, o Cassino, a Avenida dos Namorados, dentre outros, a noite munida da "astúcia" de quem ousa era o palco privilegiado das ações táticas que operavam a abertura de novos espaços. Em outras palavras, por mais delimitado que pudesse parecer o espaço social dos internos, ele não era isento de "brechas e vãos" na estrutura institucional, o que propiciava aos internos fazer uso destas falhas, estendendo suas práticas culturais para fora da colônia.

Constata-se que apesar das práticas disciplinares existentes no interior da colônia, que por sua vez demarcavam os espaços e as condutas sociais, seus sujeitos não eram meros espectadores passivos de uma situação dada. Eles (ab)usavam de sua criatividade, praticando o que Michel de Certeau (1994: 42) chama de uma "anti-disciplina". Estas fugas intermitentes, de que fala um dos depoentes, demonstram o quanto o interno se valia da astúcia para produzir "táticas" que lhes garantissem uma breve ruptura em seu cotidiano ordinário.

[6] Rio que separa o interior da Colônia do lado de fora.

Também eram em épocas como as dos festejos de carnaval que a "criatividade tática" assumia tons mais vivos. Chegando os meses de fevereiro e março, a mobilização dos internos se dirigia para os preparativos finais do carnaval. A festividade ficava por conta dos blocos "Columbinas da Folia"; "As Tirolesas"; "Os Marujos"; "A Marinha vem aí" e outros mais, orquestrados pela fanfarra dos Malandros do Morro[7] e outros. Em meio aos festejos, os mais "animados" coordenavam as incursões nos arredores, circunvizinhos da colônia, à procura de "algo mais" para complementar a festa.

> *Nós arrumava sempre uma caninha pra beber! Sempre arrumava em festa de carnaval, nessas festas assim. Nós saia pelo morro aqui, fugia daqui e ia comprar cachaça lá nas venda, lá fora! Era um medo dos guarda, medo! Daí voltava tomar aqui, por que se alguém visse e entregasse nós pros guarda aí ia preso! É que aqui só tinha cerveja e vinho, e nós queria era cana! Aquela que queima! Aquela braba (G.B., 2006)!*

Débora Mattos (2005:149) sugere, baseada em um de seus relatos, que durante a época em que o internamento permaneceu como compulsório (1940-50) a ingestão de álcool pelos internos era proibida, "(...) uma vez que diminuía a eficácia do tratamento prescrito." No entanto, se assim o era, deve-se ainda levar em consideração a menção do depoente sobre a presença de vinho e cerveja na Colônia (o que certamente corresponderia ao período das primeiras altas – por volta de 1950-3). Contudo, mesmo assim pode-se considerar que, se permitido, deveria haver critérios para a escolha dos que poderiam ingerir tais bebidas, não sendo todos os internos que poderiam gozar deste "privilégio".

Apesar das bebidas alcoólicas permanecerem proibidas em 1946, no carnaval deste ano certamente houve muito o que comemorar. Os primeiros medicamentos, tais como a sulfona ou dapsona, já apareciam e junto a estas as primeiras saídas fortuitas, por intermédio das licenças, que eram dadas para os que apresentassem um quadro clínico estável em decorrência do bom resultado do tratamento. Provavelmente, a entrada de medicamentos, que viria garantir a paulatina saída dos internos durante os anos 1950, deva estar relacionada ao fim do Estado Novo e a conseqüente desinstitucionalização das políticas de saúde pública de caráter eugênico. Contudo, o que interessa indicar neste momento é como a entrada dos medicamentos pôde proporcionar uma abertura gradativa do sistema de confinamento compulsório. Abertura, que só se daria definitivamente com a aprovação da Lei 1.045 de 1950

[7] O primeiro registro da banda é uma fotografia de 1946.

(HSTDS)[8], a qual previa alta para os hansenianos internados que apresentassem melhora em seu quadro clínico.

Considerações Finais

A iniciativa conjunta do Estado Vargas, junto a suas instituições, no sentido de afastar os portadores da "lepra" do vínculo social aberto, reafirmou o estigma e a segregação social destes sujeitos. Muito embora, os esforços destas pessoas tenham se destacado para, senão ultrapassar, ao menos enfraquecer os mecanismos forjados para seu efetivo confinamento, os resultados estruturais certamente foram mínimos. Não impediram que a política do confinamento perdurasse ao longo de dez anos.

Contudo, a partir da entrada dos primeiros medicamentos em 1946 se constata o primeiro sinal de abertura do espaço clínico, através das licenças, como mencionado anteriormente. Isso traria consigo uma lenta alteração nas perspectivas dos internos, que só seriam materializadas após a aplicação da Lei 1.045 de 1950.

Com a abertura, a partir de 1952, muitos internos passaram lentamente a se despedir da Colônia, fazendo assim com que um novo processo se anunciasse: o de reinserção a "sociedade sadia". Para muitos, este processo não duraria muito, haja vista que estes internos retornariam, por conta das inúmeras dificuldades encontradas. Fundamentalmente, por conta da dissolução de seus antigos laços familiares, da intercorrência da doença (em casos onde a doença se encontrava em estágio mais avançado) e da dificuldade de sobrevivência fora dos moldes estabelecidos pela vida na colônia.

[8] "Em 1950 a Lei Federal dispõe sobre a "concessão de alta aos doentes de lepra" e admite a suspensão, temporária ou definitiva, das exigências prescritas pelas leis e regulamentos da profilaxia da lepra, em vigor. A Lei 1.045 foi seguida por outros documentos legais e normativos que dispunham sobre a profilaxia e tratamento da lepra, nos quais a segregação é progressivamente substituída por ações que perseguem a reintegração do leproso." (ORNELLAS, 1997: 82)

Bibliografia:

A.F.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1994.

HOSPITAL SANTA TERESA DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA. Museu. *Informativo Rádio Santa Teresa*. São Pedro de Alcântara: 2005.

_____. Setor de Arquivamento Médico e Estatístico. *Ficha social e de assentamento*. Nº [ ]. São Pedro de Alcântara.

G.B.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.

I.M.S.: *Depoimento* [25 mar. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.

LENHARO, A. *Sacralização da política.* 2ª ed. São Paulo: Papirus, 1986.

M.A.C.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.

MATTOS, D. M. *Fora do arraial: hanseníase e instituições asilares em Santa Catarina (1940-1950).* São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2002.

ORNELLAS, C.P. *O paciente excluído: história e crítica das práticas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

SANTA CATARINA. *Revista de propaganda do Estado e dos Municípios.* N.1, 1939. Edição Facsimilada. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Índices de Homicídio: metodologia e procedimento de análise da ação da justiça criminal numa zona de fronteira. Uberaba/MG, século XIX

Marcelo de Souza Silva*

Resumo: Este artigo analisa algumas das abordagens dadas pelos historiadores para a prática de homicídios. Dentre as mais variadas formas de compreensão deste fenômeno social, destacam-se aquelas que podem contribuir mais largamente para o entendimento do tipo de homicídios praticados na comarca de Uberaba durante o século XIX.
Palavras-chave: Índice de Homicídios, Uberaba/MG

Abstract: This article analyzes some of the boardings given for the historians for the practical of homicides. Amongst the most varied forms of understanding of this social phenomenon, those are distinguished that can wide contribute more for the agreement of the type of homicides practiced in the judicial district of Uberaba during century XIX.
Keywords: Homicide Rates, Uberaba/MG

Os registros judiciais de homicídio são ricos e abundantes meios para se conhecer o cenário social de determinada comunidade. Esta constatação já foi assinalada por vários estudos que se dedicaram ao tema, mesmo que indiretamente. Eles mostram, em sua maioria, a maneira como os homicídios forneceram indícios a configuração social e, por outro lado, como seu controle por parte da justiça transformou a dinâmica social de determinado período. Neste artigo, vamos discutir com alguns destes trabalhos, pensando em algumas das suas considerações e suas possíveis aplicações ao cenário que vimos estudando, qual seja, o de Uberaba, no Triângulo Mineiro, século XIX.

Não é novidade o fato de que o homicídio é o delito mais universalmente reconhecido como tal. É tratando a respeito dessa universalidade que muitos historiadores buscaram a primeira aproximação com o este tema, mesmo que tal afirmação deva ser acompanhada por várias ressalvas, ou talvez por isso mesmo se parta dessa sua característica para começarem suas discussões. Vários historiadores fizeram análises dos homicídios na história, mesmo que indiretamente, tratando da forma como essa prática pode ser relacionada aos costumes e valores de determinada época e região. Geralmente, tais estudos dedicaram-se às grandes cidades, espaços marcados pelo grande contingente populacional, cujas características das redes sociais são essencialmente diversas e, não necessariamente, interconectadas entre si. Em outras palavras, as pessoas dificilmente conheciam-se umas as

* Mestre em História, Doutorando em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, Orientador: Marcos Bretas, Agência Financiadora: CAPES.

outras e isso, mesmo que não possa diretamente ser indicado como uma determinante nos homicídios praticados no espaço urbano – faltam estudos mais direcionados nesse sentido – indica, ao que parece, para o fato de os riscos e perigos da convivência entre desconhecidos geraria seria maiores medos e sensação de insegurança nestes locais de modo geral.

Contudo, o caso de Uberaba denota inserir-se num tipo diferente de estudos, aqueles de cidades iminentemente ligadas a valores do campo, isto é, alheia a estes conflitos e medos que marcam a vida nas grandes aglomerações populacionais. Apesar de haver indicações em autores como Maria Sylvia de C. Franco (1997), de que, nestes locais, a violência era fato cotidiano. Ainda assim, mesmo que fiquemos em dúvida quanto à validade real dos dados colhidos para Uberaba – devido às próprias ressalvas que se deve ter quanto à quantificação de processos criminais – encontramos uma grande incidência de homicídios na cidade, 42 por 100 mil habitantes,[1] um índice que pode ser considerado bastante elevado até mesmo para os padrões atuais. A relação deste índice com o contexto local depende de uma análise da configuração do que era então o município de Uberaba, além do estudo do sistema de aplicação da justiça. Estas questões são parte do que vimos realizando para a produção da tese.

Parece-nos claro que estes homicídios devem ser relacionados com o cenário geral da criminalidade: eles representam quase 40% dos processos criminais existentes no Arquivo Público de Uberaba. Isto nos leva à constatação da grande incidência de homicídios naquela região, porém, isso não significa necessariamente que possamos chamar a sociedade local de violenta, ou que haveria uma situação de descontrole social e tolerância quanto à prática de homicídios. Já foi sugerido pela literatura específica que os homens são capazes de conviver, em qualquer época e região, com determinado grau de violência, sendo isto visto como uma parte aceitável e necessária da vida em sociedade. Pensando assim, seguiremos o caminho da correlação dos dados levantado para que possamos verificar as nuances desta situação no caso por nós pesquisado.

O estudo da criminalidade apresenta problemas, tais como o sub-registro e as peculiaridades apresentadas pela elaboração das fontes. A escolha por estudar os homicídios pode, por determinados meios, contornar alguns desses problemas, principalmente no que se refere ao sub-registro, a certeza de que nem todos os casos são reportados. Mesmo sabendo que é virtualmente impossível abarcar todo o cenário criminal de um determinado período – tendo-se em conta o fato de que muitos crimes não são registrados nem tampouco chegam às baias da Justiça Criminal – os processos criminais servem como fonte histórica na medida em

[1] Número referente aos anos entre 1820 e 1855, primeira amostra analisada.

que ali está representada uma das faces da criminalidade, qual seja, aquela que atingiu o grau máximo de criminalização, passando do simples registro policial e acionando os mecanismos de julgamento e condenação estatais a cargo dos juízes e promotores. Esta situação faz com que pensemos cada tipo de crime de forma separada, ou seja, a representatividade de cada um teria um determinado grau, maior ou menor, de veracidade e correlação com suas práticas no cotidiano local. Como dissemos acima, é fato que o homicídio é uma prática universalmente condenável nas sociedades modernas ocidentais e no caso brasileiro do século XIX não há exceção.

Sem entrar, por enquanto, na discussão da forma como as leis incidem sobre o costumes e valores sociais (THOMPSON, 1997), não podemos deixar, aqui, de notar a atenção dispensada nos códigos vigentes no Brasil à tentativa de coibir a prática de assassinatos cominando, no caso das Ordenações Filipinas, este crime com a pena de morte. Em seu livro XXXV, está muito clara esta diretiva: "Qualquer pessoa que matar outra, ou mandar matar, morra por ello morte natural". Com tal antecedente, não é de se estranhar a dureza também do Código de 1830, o qual, mediante a existência de agravantes, também estabelecia, em seu artigo 192, a pena capital para aqueles considerados culpados: "Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezesseis, números dois, sete, dez, onze, treze, quatorze e dezessete: Penas: no grau máximo - morte; no grau médio - galés perpétuas; no grau mínimo - vinte anos de prisão com trabalho". As circunstâncias agravantes que qualificavam o homicídio, consoante os incisos do art. 16 referidos no texto do art. 192 eram, respectivamente: emprego de veneno, incêndio ou inundação; haver no ofendido a qualidade de ascendente, mestre ou superior do delinqüente, ou qualquer outra que o constituísse, a respeito deste, em razão de pai; abuso de confiança; mediante paga ou esperança de recompensa; mediante emboscada; ter havido arrombamento para a perpetração do crime; ter havido entrada ou tentativa de entrada em casa do ofendido, para a consumação do crime; ajuste entre dois ou mais indivíduos para a prática do crime.

Portanto, parece possível pensarmos que o homicídio, em meados do século XIX, era uma ação suficientemente reconhecida como criminosa e passível de culpabilidade, mesmo que, em alguns casos, dependendo de algumas circunstâncias, possa ser aceita pela população local.

O estudo dos homicídios e dos crimes em geral serve bem ao objetivo de conhecer os valores e a cultura de determinada comunidade. No caso da tese que vimos elaborando, conforme nos mostraram os indícios analisados, há grande incidência de crimes contra a pessoa, conforme já discutimos em outros trabalhos (SILVA, 2004), e esta representação em

alto grau pode, num primeiro momento nos levar à indicação de que se tratava de uma região extremamente conturbada e marcada pela já tratada em outras obras, banalização da violência: situação na qual a resolução de conflitos por meios violentos seria socialmente aceita. (FRANCO, 1997) Uma rápida análise das demais obras historiográficas a esse respeito nos dirá que ainda mais locais eram marcados pelo maior número de crimes contra a pessoa. Chegou-se, inclusive, a relacionar uma transformação neste cenário somente a casos de carestia geral, de grandes privações que levariam a um aumento nos crimes contra a propriedade (PAIXÃO, 1983). Entretanto, parece-nos mais plausível pensar estes dados correlacionando-os a outros fatores como o próprio desenvolvimento do aparato judicial. Outros estudos que, inclusive, analisavam regiões semelhantes à do nosso caso, também apresentaram grande incidência de crimes contra a pessoa e nem por isso tal situação esteve atrelada a questões econômico-sociais. (FERREIRA, 2003)

William B. Taylor (1978) dedica um capítulo de sua obra sobre o México colonial à análise dos homicídios praticados naquela sua região de estudo. Seu objetivo é conhecer a delicada rede de relações sociais e moralidade por meio que ele chama "acumulação de coincidências individuais", possível preferencialmente por meio dos registros judiciais. Ele estabelece algumas premissas para seu estudo, como o fato de que os homicídios representarem um crime dos mais graves e, por isso, melhor representados nas estatísticas de prisão e no conjunto dos processos criminais. Suas fontes lhe forneciam quatro tipos de informações básicas, posteriormente desmembradas: características do crime (hora do dia, local, motivos, ofensas trocadas, armas utilizadas e ferimentos causados); informações pessoais e antecedentes do criminoso e da vítima (idade, estado civil, raça, ocupação, cidade natal, relações entre vítima e criminoso); a defesa; e o veredicto judicial. A análise destes dados retirados dos processos foi suficiente para que o autor estabelecesse os padrões das práticas de homicídio no caso que estudou.

É importante notar a semelhança tanto no tipo de região quanto no tipo de fontes utilizadas por Taylor e por nossa pesquisa. Com algumas exceções, as mesmas informações podiam ser retiradas dos processos os quais analisamos e, ainda, um cenário muito parecido, nos aspectos sociais e econômicos, também aproxima os dois trabalhos. Quando discutirmos nossos dados, certamente a pesquisa de Taylor servirá como parâmetro para uma melhor compreensão da dimensão da situação na cidade de Uberaba. Em Taylor, a maior concentração de uso de violência, homicídios, é nas relações familiares, principalmente nas situações em que estava em jogo a posição da mulher enquanto esposa fiel; quando não o era, ou mesmo levantando suspeitas, gerava o ataque por parte do marido e a condenação por parte

de toda a comunidade. Uma situação muito semelhante neste tipo de sociedade, e não somente nela, marca de um local cujos papéis sociais estão bem definidos.

Boris Fausto (1984) realizou um estudo a respeito da criminalidade na cidade de São Paulo, dedicando também um capítulo aos homicídios. São Paulo no período por ele estudado (1880-1924) era um cenário bastante diferente e muito mais diversificado do que o apresentado pelo nosso caso em estudo, porém alguns paralelos podem ser traçados, mesmo que em contraposição ao que pretendemos argumentar com relação aos homicídios. Para Fausto, a discussão sobre os homicídios estaria imersa em uma outra, maior, sobre os incidentes violentos, marcados pela sua aceitação ou não por parte da sociedade. Seu estudo visou, pois, identificar quais os valores básicos envolvidos neste processo e quais as características principais do ato criminoso. Aparentemente, para o autor, o homicídio seria então uma face do comportamento inato a qualquer sociedade, e no seu caso, uma resposta quase natural aos obstáculos apresentados pelas rivalidades e conflitos cotidianos. Desta feita, sua discussão segue uma linha bem próxima daquela que vimos tentando aprofundar, mas em alguns momentos refutando-a no sentido de melhor entender este processo e questionar sua aparente naturalidade em contraste com a ação judicial repressora.

Seguindo nossa busca por entender o tratamento que alguns historiadores deram ao homicídio, não podemos ainda deixar de citar o estudo de Frank McLynn (2002) o qual dedicou também um capítulo a estes crimes. Este autor fez um estudo mais alinhado com o que pretendemos aqui, porém sem dar tanta atenção à elaboração de quadros com dados quantitativos, apesar de também tê-los como referência. Sua discussão girou em torno das diferenças entre os tipos de homicídios, buscando traçá-las por meio das razões apresentadas para cada uma delas e, concomitantemente, entendendo a ação judicial na configuração e classificação destas ações. O autor analisou a classificação dos tipos de homicídio por meio das penas a eles cominadas, buscando entender a complementaridade entre os costumes e valores e as determinações da justiça. Também é dado destaque à motivação dos crimes – que no seu caso estavam essencialmente envolvidos em questões familiares – mostrando que, muitas vezes a motivação não estava ligada ao tipo de penas aplicadas a eles. Ele também faz a análise da aparente diminuição dos casos de homicídio, oferecendo várias explicações para tal situação, as quais servirão, mais adiante, como forma de compreensão para as nossas análises para o caso uberabense.

O trabalho de McLynn parece se localizar numa área de estudos que buscam entender o decréscimo no número de mortes como uma das conseqüências de uma sociedade que, durante o século XIX até meados do século XX, viu diminuírem as impressões de

violência, supostamente fruto da maior industrialização e do aumento dos hábitos de autocontrole. (MORGAN & RUSHTON, 1998)

Há outra linha de trabalho em que os índices de violência parecem chamar a atenção pelo que carregam de mitificação. No trabalho de Clare V. McKanna Jr. (1997) são analisados os homicídios praticados no oeste americano em fins do século XIX e início do XX – especificamente os condados de Gila, Doulas e Las Animas – procurando entender o quanto de verdade há na caracterização destas regiões com marcadas pela cultura da violência. De fato, o que o autor acaba por constatar são elevados níveis de violência, ao menos nestes três locais. Sua explicação para este cenário está nos acontecimentos sociais e econômicos que marcaram a região, tais como a rápida convergência de diversas culturas e a industrialização, aliadas ao grande e rápido crescimento das cidades o que acabou tornando-as um propício lugar para a explosão de tensões inter-étnicas. Esta visão, aliando as ações homicidas a fatores externos à ação judicial parece ter mais sustentabilidade no caso Norte-americano, conforme a explicação de McKanna, porém não tem a mesma validade para o Brasil, na medida em que o processo de colonização das fronteiras por aqui não foi da mesma espécie nem contou com obstáculos que as pudessem tornar semelhantes. Além do mais, ao valorizar o desenvolvimento de uma "subcultura da violência" Mckanna envereda-se por um caminho válido, porém que não deixa espaço para observarmos a interação entre as forças repressoras e a população, tentando entender como, de fato se dava a representação desta violência no cotidiano das pessoas que ali viviam. Em outras palavras, o mesmo tipo de caminho já trilhado por outras obras e das quais procuramos nos diferenciar.

Podemos observar então como marca destes e de outros estudos a tentativa de identificar o quanto as sociedades eram violentas e explicar os porquês do comportamento dos índices de crimes em diversas sociedades. Em alguns casos, como o da Inglaterra dos séculos XVIII até meados do XX, os autores demonstraram a tendência a uma diminuição da violência, concomitante ao crescimento das cidades, aumento dos poderes estatais e também dos níveis de autocontrole. Este tipo de situação ganhou explicações fortemente baseadas em dados em empíricos e, ainda, teve como pano de fundo as idéias da linha sociológica advinda do pensamento de Norbert Elias a respeito da civilização dos costumes. (ELIAS, 1990)

O processo de civilização dos costumes pelo qual passou a sociedade ocidental, além de modificar várias das práticas corriqueiras das sociedades pré-modernas, incidiu também sobre as concepções que as pessoas faziam a respeito do seu direito de praticar atos homicidas. Este processo teria ocorrido na longa duração, por meio da interiorização de disposições mentais que, por si, deslocariam as ações e atitudes do campo do uso da violência,

superando valores até então vigentes e mais fortes, como a honra, por exemplo, deixando para o Estado as atribuições de julgamento e condenação. A idéia de Elias trouxe, pois, para o cenário de explicações sobre a criminalidade a preocupação de que tais mudanças seriam ocasionadas pelo aumento do número de relações de interdependência entre os membros da comunidade, aliado ao fato de o próprio Estado apresentar sua evolução e gradativa monopolização do uso da violência. Haveria então espaço para uma "racionalização" das ações, onde os riscos, vantagens e desvantagens, seriam mais bem calculados, levando a uma espécie de civilização dos costumes com o correr dos séculos. Em outras palavras, as mudanças ocorridas no comportamento das taxas de crimes violentos estaria ligada, eminentemente, a fatores como o aumento da capacidade repressora do Estado e sua capacidade de mediar conflitos de forma mais satisfatoriamente aceito por ampla maioria da população. Num processo de mão dupla, tanto o desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais tornaram mais complexas as redes sociais, quanto, ao mesmo tempo, possibilitariam ao aparato estatal crescer e ganhar legitimidade.

Por fim, devemos anotar que a historiografia brasileira ainda carece de trabalhos que sigam estas idéias e, ainda, muito há o que se fazer no que concerne ao levantamento de dados empíricos que possam ser, comparativamente, analisados para se desenhar uma linha de compreensão da criminalidade. Contudo, devido à forte base que se construiu sobre as idéias de Elias, é possível que se estabeleçam parâmetros para a comparação entre situações e contextos diversos, as quais poderão nos levar ao entendimento mais apurado do quadro de transformações ocasionadas pelo processo civilizatório.

Referências Bibliográfias

ELIAS, N. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 2v.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano* a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, R. A. *Escravidão, criminalidade e cotidiano*. Franca 1830-1888. Franca: Unesp/FHDSS, 2003. Dissertação (mestrado em história)

FRANCO, Maria S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

MCKANNA JR, Clare V. *Homicide, Race and Justice in the American West,* 1880-1920. Tucson, AZ: University of Arizona Press, 1997.

MCLYNN, Frank. *Crime and Punishment in Eighteenth-century England.* London: Routledge, 2002.

MORGAN, Gwenda, RUSHTON, Peter. *Rogues, thieves and the rule of law*: the problem of law enforcement in North-east England, 1718-1800. London, UCL, 1998.

PAIXÃO, A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérigo. *Crime, violência e poder.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, M. S. *A Lei e a (des)ordem*: criminalidade e práticas da Justiça na Comarca de Uberaba, MG, 1890 – 1920. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2004. Dissertação. (Mestrado em História).

TAYLOR, William B. *Drinking, Homicide and rebellion in colonial Mexican villages.* Stanford University Press, dec/1978.

THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ecumenismo e casamento misto em São Paulo, SP (1958-1978)[1].

Edison Minami*

Resumo

A comunicação procura compreender o casamento misto e o ecumenismo na cidade de São Paulo, SP no período compreendido entre os anos de 1958 até 1978. O casamento misto ocorre quando um dos cônjuges é cristão mas não pertence à Igreja Católica. Para os protestantes, o equivalente seria o chamado casamento ecumênico, modelo mais simplificado, onde basta que um dos conjuges pertença a mesma denominação religiosa (luterana ou metodista, por exemplo) para que o casamento possa ser celebrado.
O tema remete a leituras sobre o ecumenismo, o relativismo religioso, o papel da mulher nas Igrejas, podendo também servir de termômetro para a situação da família brasileira no séc. XXI, que nas últimas décadas sofreu profundas transformações, assim como transformações no perfil religioso do brasileiro, devido ao intenso movimento de conversão para novos movimentos religiosos de dentro ou de fora do cristianismo.
Palavras-chave: Matrimônio, casamento misto, ecumenismo.

Abstract

Paper issuers try to understand the mixed marriage matrimony and ecumenism at Sao Paulo city, in the period of years 1958 till 1978. The mixed marriage is performed when one of married couple is Christian but not belongs to the Catholic Church. For the protestant the equivalent would be so called ecumenical marriage, a simplified event in which the fact that one of married couple belongs to the same religious denomination for example (Lutheran or Methodist) is enough condition to celebrate the union.
The subject calls for a reading about the ecumenism, religious relativism, the role of women in the churches, becoming also able to serve as a parameter for evaluation of Brazilian family situation in the XXI century, which in the last decades had suffered a very deep transformations, as well transformations in Brazilian religious profile, due to intense conversion effort to new religious movements inside or outside the Christianism.
Keywords: Matrimony, mixed marriage, ecumenism.

Hoje em dia é difícil encontrar alguém disposto a casar. O ônus que o casamento traz é visto por muitos como um fardo insuportável, tanto é verdade que mesmo as namoradas são chamadas de *patroas* e os maridos e/ou esposas rotulados como *corajosos*. Prova disso são as frases do tipo: *"a patroa já telefonou?", "já bateu o cartão na casa da patroa?"*, comentários jocosos que revelam que a namorada e a esposa são vistas como obstáculos a vida do homem.

[1] Trabalho a ser apresentado no *XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*, a ser realizado entre os dias 15 a 20 de julho na Unisinos, São Leopoldo, RS.

*Aluno de pós-graduação do DH-FFLCH-USP, nível doutorado. Orientadora: Prof. Dra. Laima Mesgravis.

Em um nível de exigências um pouco maior podemos situar os que decidiram casar. O casamento em si, a união de vida de um homem e uma mulher, é encarada como natural. De acordo com o *Magistério da Igreja Católica*, o casamento é uma instituição natural pelo fato do enlace nupcial entre homens e mulheres estar registrado em todas as civilizações. Mesmo entre ateus confessos podem realizar-se casamentos. Já a união entre pessoas do mesmo sexo (homossexual) estaria fora dessa classificação por não permitir o nascimento de filhos, estando assim fora de nossas análises.

O casamento religioso é a opção da pessoa que quer dar regularidade ou notoriedade ao seu enlace. Muitas vezes, casar torna-se um momento para demonstrar distinção social. No caso particular da cidade de São Paulo, há templos famosos como a *Igreja Nossa Senhora do Brasil* (Av. Brasil) e a *Catedral Ortodoxa* (bairro do Paraíso) conhecidos como templos dos ricos e famosos. Também o templo da *Igreja Renascer em Cristo*, localizado na Av. Lins de Vasconcelos, pode entrar na lista já que muitos dos seus adeptos pertencem aos extratos mais altos da sociedade paulistana.

Em um nível mais alto estão os casamentos entre pessoas de denominações diferentes, os chamados *casamentos mistos*. No *Código de Direito Canônico (CIC)* de 1983, encontramos a seguinte definição:

> *"Cân. 1124 - O matrimônio entre duas pessoas batizadas, das quais uma tenha sido batizada na Igreja católica ou nela recebida depois do batismo, e que não tenha dela saído por ato formal, e outra pertencente a uma Igreja ou comunidade eclesial que não esteja em plena comunhão com a Igreja católica, é proibido sem a licença expressa da autoridade competente" (Código de Direito Canônico. Cân. 1124).*

O casamento misto seria o caso mais complexo dentro do magistério da Igreja Católica Apostólica Romana. Apesar das restrições, tudo indica que eles continuarão sendo celebrados. Nesse ponto nosso saudoso mestre, Prof. Dr. Augustin Wernet, gostava de dizer que "nada detém o amor"[2], afirmando que para os casais, discussões teológicas e litúrgicas pouco importavam. Ele fazia referencia a sua experiência como sacerdote nas celebrações de casamentos mistos com o pastor Zander[3], da *Igreja da Paz*, na Rua Verbo Divino, Brooklin, daí sua insistência para que estudássemos o tema, que na verdade deveria ter sido objeto de estudo do mestrado, mas devido a amplitude do tema, na época optamos por analisar a atuação dos *frades franciscanos da reconciliação* na cidade de São Paulo[4]. Após a defesa da

[2] Falecido no dia 13/11/2006 e enterrado na cidade de Tatuí, SP. Atualmente nossa orientadora é a Prof. Dra. Laima Mesgravis, do DH-FFLCH-USP.
[3] Primeiro pastor da Igreja da Paz, assumindo o pastorado no ano de 1956, e tendo sido o celebrante de boa parte dos casamentos ecumênicos no período referido.
[4] MINAMI, 2005.

dissertação de mestrado, me deparei novamente com o tema, e decidi iniciar os estudos sobre a dimensão ecumênica dos casamentos mistos. Foi devido as provocações do professor Wernet, e em nome de uma maior compreensão do ecumenismo, que escolhemos este assunto como atual alvo de nossa pesquisa.

Atualmente (abril de 2007) estamos na fase de coleta de documentos. Entre os meses de janeiro a abril do presente ano realizamos consulta aos arquivos dos luteranos - *Igreja da paz/Friedenkirche (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB)*, situada na Rua Verbo Divino 392, bairro de Santo Amaro – São Paulo. A finalidade de tal consulta era saber como os protestantes encaravam o casamento misto. Aproveito para expressar minha gratidão às secretarias Elisa e Eleonora, pela ajuda em manusear e identificar os documentos, e aos pastores Herman Wille e Vítor, que gentilmente permitiram a nossa consulta aos registros matrimoniais.

Antes de tratarmos dos registros de casamentos da IECLB – Igreja da Paz é necessário que compreendamos como a Igreja Católica Apostólica Romana entendia o casamento misto. As citações abaixo, apesar de longas, nos ajudam a compreender melhor o fenômeno:

> *"1026 No se deben proclamar los matrimonios que se celebren con dispensa del impedimento de disparidad de cultos o de mixta religión, a no ser que el Ordinario del lugar, según su prudencia y evitando el escándalo, juzgue oportuno permitir que se proclamen, y con tal que se haya obtenido ya la dispensa apostólica y no se haga mención de la religión de la parte no católica"*[5]*. (...).*
>
> *"1060 La Iglesia prohibe severísimamente en todas partes que contraigan entre sí matrimonio dos personas bautizadas, una de ellas católica, y la otra afiliada a una secta herética o cismática; y si hay peligro de perversión del cónyuge católico o de la prole, también la misma ley divina prohibe el casamiento".*
>
> *"1061 §1 La Iglesia no dispensa el impedimento de mixta religión á no ser":*
>
> *"1° Que haya causas justas y graves":*
>
> *"2.° Que el cónyuge acatólica dé garantías de que no expondrá al cónyuge católico a peligro de perversión, y que ambos las den de que toda la prole será bautizada y educada solamente en la religión católica";*
>
> *"3º Que haya certeza moral de que se cumplirán las garantías dadas".*
>
> *"§ 2º Por regla general, debe exigirse que las garantías se den por escrito" . (DOMINGUEZ, 1952. p. 392. Cânon 1061).*

Como podemos ver, as disposições sobre o matrimonio misto eram bastante restritivas.

O casamento não poderia ser celebrado dentro da igreja, obrigando, segundo fomos informados, a ser celebrado na sacristia, nem deveria receber proclamações, as notas no mural de avisos da igreja. O tema da pregação do sacerdote já era conhecido: a conversão do cônjuge não católico, e a recepção da catequese católica para os filhos. Muitos viam nessas

[5] DOMINGUEZ, 1952. p. 380. Cânon 1026.

normas impedimentos para que o casamento fosse celebrado na Igreja Católica, e facilitava a escolha do luteranismo como denominação para celebrar o casamento.

Para os luteranos, o casamento entre membros da Igreja e católicos é chamado de *casamento ecumênico*. Nele, basta que um dos cônjuges seja luterano para que o casamento possa ser celebrado. Para compreendermos o sentido de casamento ecumênico é preciso entender o que a IECLB entende por membro ativo de sua Igreja:

> *"O membro de outra igreja cristã, retamente batizado, será admitido mediante a sua profissão de fé. A pessoa não batizada será admitida pelo Batismo. Ambos devem ter recebido a necessária instrução na doutrina da nossa Igreja. A admissão de menores de catorze anos, deverá ser requerida pelo responsável por sua educação. Todos os membros serão inscritos no quadro de membros da Comunidade do lugar de sua residência". (IECLB, 1975. p. 9).*

Notemos que a IECLB não pede abertura de processos ou intervenção de *Tribunais Eclesiásticos diocesanos*, no máximo a reunião dos fiéis mais destacados na própria comunidade. A partir daí, fica fácil entender a definição de casamento da IECLB: "Realizamos a bênção matrimonial quando os nubentes estão habilitados para o casamento pela lei civil. Ambos os nubentes, ou um deles, devem ser membros comungantes da nossa Igreja". *(IECLB, 1975. p. 37).*

Algumas colocações devem ser feitas. A primeira é a questão da necessidade do casamento civil ter sido celebrado primeiro, pois para os luteranos o casamento não é sacramento, como os católicos entendem, mas um contrato civil. Logo, é papel do *Estado* definir o que é matrimônio, e o encaminhamento acerca dos divórcios e uniões legais. Assim compreendemos porque luteranos não criam impedimentos para o divórcio e outros temas sobre a moral. Por outro lado, basta um dos cônjuges seja da IECLB para que o casamento possa ser celebrado. Continuando, o documento explicita que:

> *"O presbitério com o pastor podem negar a realização da bênção matrimonial, quando solicitada sob condições que contrariam a mensagem cristã ou venham em seu prejuízo. Negarão a realização da bênção matrimonial quando os nubentes não estão habilitados para o casamento pela lei civil e, quando nenhum dos dois é membro comungante da nossa Igreja".*
>
> *"Realizamos em nossa Igreja a bênção matrimonial ecumênica, quando solicitada por nubentes dos quais um pertence a outra igreja cristã. É aconselhável, sem dúvida, para a plena comunhão de vida e a educação dos filhos, que ambos os cônjuges pertençam à mesma igreja. É necessário, no entanto, que, onde isto não for o caso, os cônjuges encontrem uma maneira autêntica de viverem sua fé cristã em seu meio ambiente, no convívio do dia a dia, aceitando e levando a sério a fé e o modo de crer do outro. Por parte da Comunidade devemos assisti-los concretamente nesta missão. O 'casamento ecumênico' pela simples participação de dois ministros de confissões diferentes, não é uma solução autêntica para a situação confessional dos nubentes". (IECLB, 1975. p. 38-39).*

Sobre os filhos que porventura tenham, pede-se que sejam educados no luteranismo. Outro ponto importante é a condenação da benção dos dois oficiantes (por exemplo, católico e luterano) ser considerada ritual de casamento, pois para os luteranos isso não é condição para se afirmar que foi oficiado um casamento, já que primeiro deve ser oficiado o casamento civil, ou que o casamento religioso tenha efeitos civis, forma de casamento prevista nos dias de hoje (2007) pelo *Código Civil*.

Mas o dado que mais nos impressionou na consulta aos arquivos da Igreja da Paz foi que, em um espaço de tempo relativamente curto (1967 a 1974), foram realizados duzentos e cinqüenta (250) casamentos ecumênicos. Até o presente momento (04/05/2007) ainda não pudemos confirmar a informação de que esses eram os únicos registros sobreviventes. Segundo a secretária Elisa os registros para o período anterior (1958-1967), e posterior (1975-1978) foram perdidos.

Nessas celebrações, praticamente todas celebradas na Igreja da Paz, dezenas de católicos pediram admissão ao luteranismo, em contrapartida ao que pudemos constatar na *paróquia de Santa Generosa*, católica romana, localizada na Pça. Rodrigues de Abreu, 192, bairro do Paraíso, São Paulo, onde, em um período maior (1958-1978), localizamos cerca de cinqüenta (50) casamentos mistos. Segundo informações coletadas durante breve entrevista realizada em maio de 2006 com o cônego José Mayer Paine[6] fomos informados que um dos motivos para o baixo número de celebrações ecumênicas seria porque a atual igreja, construída nos anos de 1968-1970, não ter estacionamento, o que dificulta a chegada e saída de convidados e noivos. Esperamos que a consulta aos documentos da paróquia revelem mais sobre essas celebrações, e eventuais empecilhos que ocorreram. Vejamos a distribuição geral dos casamentos ecumênicos na Friedenkirche: 1967: 8 casamentos[7]; 1968: 16 casamentos; 1969: 23 casamentos; 1970: 38 casamentos; 1971: 43 casamentos; 1972: 42 casamentos; 1973: 44 casamentos; 1974: 36 casamentos[8].

A principal constatação é o aumento gradativo dessa modalidade de casamento em números absolutos. Infelizmente no momento não temos como apresentar um contraste com relação ao número total de casamentos, que sem dúvida nos dariam um quadro amplo sobre esses casamentos. Pormenorizadamente, a tabela fica assim:

Ano	Pedidos de	Pedidos de	Permaneceram

[6] Uma curiosidade a respeito do cônego Paine é que ele atualmente é um dos sacerdotes católicos mais antigos no mundo a continuar celebrando e dirigindo uma paróquia. Recentemente (12/2006) foi enviada uma mensagem do Papa Bento XVI parabenizando-o pelo feito.

[7] Obs.: para casamentos celebrados entre os meses de maio a dezembro.

[8] No ano de 1974 foram celebrados um total de 55 casamentos. Os números acima contabilizam apenas casamentos ecumênicos.

	admissão	**formulários**	**católicos**
1967	5	0	3
1968	12	1	3
1969	12	4	7
1970	30	2	6
1971	22	10	11
1972	25	12	5
1973	29	12	3
1974	18	9	9

Desdobrando o número total de casamentos entre pedidos de formulário, pedidos de admissão e permanecia no catolicismo, constatamos que os pedidos de admissão giraram entre 78% a 50%, o que comprova que a conversão ao luteranismo era mais uma rotina do que uma exceção. Infelizmente falta uma comparação com o número total de casamentos da Igreja da Paz, pois somente temos dados referentes ao último ano da amostragem (1974), onde, de um total de 55 casamentos, 36 foram ecumênicos, 65% do total, sendo que 36% pediram admissão formal na igreja. Praticamente um em cada três casamentos terminou em conversão ao luteranismo.

Mas o que teria levado a esse aumento no número dos casamentos mistos? Algumas explicações podem ser ensaiadas. A primeira seria simplesmente a maior procura pelo enlace matrimonial em números absolutos, que estaria diretamente relacionado a um aumento nos números de casamentos ecumênicos. Uma explicação poderia advir do próprio contexto da época, onde o afrouxamento dos laços denominacionais poderia explicar em parte a migração dos casais do catolicismo rumo ao luteranismo, o que coincidiria com a análise de diversos pensadores católicos. Um dos mais conhecidos é Libânio, que em sua já clássica obra *A volta à grande disciplina* (LIBÂNIO, 1983). reconhecia que a contaminação do crente pelo mundo secular era um dos maiores desafios a Igreja Católica.

É preciso lembrar que nesse período havia sido celebrado o *Concílio Vaticano II (1962-1965)*, lembrado como um momento de abertura dentro da Igreja Católica, em especial acerca do relacionamento entre católicos e protestantes, cujo momento alto foi a promulgação do *decreto Unitatis Redintegratio* no ano de 1964, que deu origem a toda uma legislação complementar sobre o casamento misto, em particular a "Instrução 'Matrimonii sacramentum' sobre os casamentos mistos", in: *Documentação, REB.* Vol. 26, fasc. 2, junho de 1966. p. 416-419; e o "Motu próprio 'Matrimonia mixta'", in: *Documentação, REB.* Vol. 30, fasc. 118, junho de 1970. p. 401, que praticamente anulavam as normas restritivas que vigoravam desde o código de 1917 e facilitou enormemente a celebração dos casamentos mistos.

Outro ponto que merece ser lembrado foi a realização do *II Congresso Latino-americano do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM)* na cidade de Medellín, Colômbia, realizado no ano de 1968. Nesse evento os bispos latino-americanos concluíram que a Igreja Católica deveria adotar a *opção preferencial pelos pobres* como nova orientação no continente americano para o catolicismo, servindo de base para a *Teologia da Libertação*[9]. Assim, para o catolicismo, as décadas de sessenta e setenta do século XX foram de intensas transformações, tanto para sacerdotes, freiras e leigos.

Com relação aos luteranos, é preciso lembrar que, em geral, a IECLB era identificada como uma Igreja voltada para setores da classe média, assim como as Igrejas protestantes históricas[10] em geral. Esse era o paradigma do protestantismo até a década de cinqüenta do século XX: o de Igrejas que não possuíam apelo popular conforme a obra referencia do período, o livro de Émile G. Leonard, *O protestantismo brasileiro* (Leonard, 2003). Apesar dos batistas já estarem citados no livro, há um silêncio quase total com relação às Igrejas pentecostais, que só teriam sua forte expansão a partir dos anos setenta do século XX, passando a partir daí a receber uma atenção especial por parte dos cientistas da religião.

Mas esse paradigma começou a ser questionado justamente no período que estamos tratando, pois data de 1968 a criação oficial da IECLB, unindo os sínodos luteranos, acontecimento dom significativas implicações ecumênicas, antecedida na década anterior pela filiação formal dos sínodos ao *Conselho Mundial de Igrejas*[11] no ano de 1950, órgão mais representativo do movimento ecumênico mundial.

Pouco depois, no ano de 1970, ocorreu a transferência da reunião da confederação da *Federação Luterana Mundial*, originalmente marcada para ocorrer na cidade de Porto Alegre, RS para Evian, França. O motivo alegado foi a necessidade da IECLB se colocar contra as denúncias de tortura e perseguição política praticadas em nome do *Regime Militar Brasileiro (1964-1985)* que chegavam a Europa revelavam o conformismo da IECLB. Nesse mesmo ano é preparado um documento intitulado *Manifesto de Curitiba*, onde pela primeira

---

[9] Devido a problemas de limite de espaço, não poderei apresentar uma analise mais detalhada sobre a TdL. Para uma leitura mais pormenorizada, recomendo: Leonardo Boff. *Igreja: Carisma e poder*; Gustavo Gutierrez. *Teologia da Libertação*; José Oscar Beozzo. *A Igreja no Brasil*. Entre os principais críticos destaco dois: Boaventura Kloppenburg. *Igreja popular*; Estevão Bettencourt. *Revista Pergunte e responderemos*.

[10] A expressão Igrejas históricas é normalmente utilizada para se referir as Igrejas de missão, como a Presbiteriana e Metodista, e as de imigração, como foi o caso da IECLB, e da Igreja Episcopal Anglicana, podendo alargar esse grupo com as denominações batistas, ficando de fora assim denominações consideradas mais jovens, como as Igrejas Pentecostais e Neo-pentecostais.

[11] O CMI tem sua sede em Genebra, Suíça, e como entidade é a mais significativa do chamado *Movimento ecumênico*, o empenho em busca da unidade dos cristãos. Surgiu oficialmente no ano de 1948 durante a Assembléia de Amsterdã, Holanda, e hoje congrega cerca de trezentas e cinqüenta Igrejas.

vez a IECLB reconhecia a existência da perseguição política no Brasil (SCHÜNEMANN, 1992).

Um documento posterior produzido pela IECLB resumiu bem os acontecimentos que marcaram a virada hermenêutica luterana nos anos setenta:

> *"'A IECLB é urna Igreja caracterizada pelo seu passado de uma 'Igreja de imigrantes'. A maior parte dos nossos membros ainda hoje consiste de pequenos agricultores, cuja maioria é integrada apenas passivamente na dinâmica sócio política do nosso país... Em 1968, os quatro sínodos, que se haviam formado independente um do outro, se integraram definitivamente na IECLB, aceitando uma nova constituição de Igreja. A preparação da 5ª Assembléia Geral da FLM e, especialmente, a transferência da mesma ajudou a aprofundar o processo para uma mentalidade e atuação eclesiásticas de âmbito geral e o tornou conhecido além dos nossos limites eclesiais. No VII Concílio Geral (1970) foi aceito unanimemente o 'Manifesto de Curitiba'. No VIII Concílio Geral (1972) foi substituída a tradicional Ordem da vida eclesiástica. Em seu lugar foi aceito um 'Guia para a atuação comunitária em fé e ação' ('Nossa Fé — Nossa Vida'). Este 'guia' certamente é, até agora, a manifestação comum e autônoma mais expressiva da nossa Igreja em relação à sua renovação interna. Ao mesmo tempo este concílio colocou mais duas prioridades: 'Novas áreas de atuação' (incluindo... as novas áreas de colonização no norte e noroeste do país) e 'autonomia financeira''.*
>
> *'O IX Concílio Geral (1974) foi realizado sob o tema 'IECLB, Igreja missionária no Brasil,... foi aceita a programação do 'catecumenato permanente' como meta prioritária que envolve toda a programação e atuação da Igreja. (...)'.*
>
> *'Em 1975, entrou em vigor a reforma de estudo da faculdade de teologia em São Leopoldo. Esta reforma é resultado de opções relativas ao currículo e à tarefa da Igreja no mundo. Neste mesmo ano (...) o documento 'nossa responsabilidade social' (...) foi enviado às comunidades como um primeiro passo na elaboração de um 'guia diacônico''.*
>
> *'Em março de 1976, foi realizada uma semana de reflexão... Além de outros documentos relevantes para a busca da nossa identidade, os presentes apreciaram especialmente o documento 'discipulado permanente - catecumenato permanente''. (REILY, 2003. p. 356-357).*

Esse contexto político e eclesial deve ser levado em conta para entendermos as transformações que as Igrejas Católica e Luterana sofreram, e o direto impacto que essas mudanças acarretaram na realização dos casamentos mistos e ecumênicos.

Reconhecemos que as diversas colocações acima são provisórias, pois é necessário que façamos um contraponto entre as denominações luteranas e as católicas para podermos verificar as recepções do casamento misto. Mesmo entre as igrejas luteranas será necessário contrapor os fiéis da Igreja da Paz, situada no bairro da Granja Julieta, bairro de classe média alta de São Paulo, com os freqüentadores da igreja da Avenida Rio Branco, na região da Santa Ifigênia, centro da cidade de São Paulo. Por fim, seria interessante estabelecer um contraponto com a Igreja Metodista para confirmarmos essas informações.

Apesar de nossa pesquisa ainda se encontrar em seus estágios iniciais, os dados preliminares nos permitem dizer que este tema merece ser mais profundamente estudado, por tocar em diversos temas candentes, como a troca denominacional, marca do atual panorama

religioso brasileiro, as transformações na família e na sociedade, além de ampliar os horizontes do atual movimento ecumênico, tradicionalmente circunscrito aos debates entre especialistas (teólogos), e entre lideranças religiosas, ou quando muito, realizada através de entidades para-eclesiásticas, que apesar de muitas vezes contarem com o apoio oficial das Igrejas, não se propõe a abordar o universo global dos fiéis das suas respectivas Igrejas.

O ecumenismo plenamente popular ainda espera sua vez, se não na vida das Igrejas, pelo menos na academia de ciências.

Referencias bibliográficas:

Código de Direito Canônico. Tradução: CNBB. Notas: Pe. Jesus Hortal. 11ª edição. São Paulo. Loyola. 1998.

DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). *Código de derecho canónico.* Madri, Espanha. BAC. 1952.

IECLB. *Nossa fé – nossa vida: um guia de vida comunitária em fé e ação.* São Leopoldo, RS, Sinodal. 1975.

_____ "Quem assume esta tarefa?". São Leopoldo - RS, Ed. Sinodal. 1977.

IECLB - Igreja da Paz/Friedenkirche. *Caixa Casamentos celebrados (1966-1996).* São Paulo, Rua Verbo Divino 392. Secretaria da Igreja

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro.* São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição.

LIBÂNIO, João Batista. *A volta à grande disciplina.* São Paulo, Loyola. 1983.

MINAMI, Edison. *Os frades franciscanos da reconciliação e o ecumenismo na arquidiocese de São Paulo (1977-1994).* São Paulo, DH-FFLCH-USP. Dissertação de mestrado.2005.

REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil.* São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação.* São Leopoldo, RS. Sinodal – IEPG. 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A terra sem mal: construções de identidades a partir do mito da fraternidade na cidade de Santa Fé/PR na década de 1950

Joubert Paulo Teixeira*

Sandra C. A. Pelegrini**

Resumo: Há em nossa sociedade um crescente interesse em relação à diversidade cultural, bem como da necessidade de preservação dos patrimônios intangíveis, visto a importância destes no processo de construção de identidades. Pretendemos utilizar documentos fotográficos produzidos na década de 1950 na cidade de Santa Fé (noroeste do Estado do Paraná) para analisar os signos de memória dos primeiros moradores da cidade. Sendo a memória um fenômeno socialmente construído por meio de exclusões e seleções, buscamos analisar possíveis influências do "mito da fraternidade" construído entre os primeiros moradores da cidade. Vendo este mito como um dos elementos forjadores de identidades desse grupo, pretendemos entender como esta representação de uma terra na qual todos supostamente compunham uma grande família, corrobora para a construção identitária.

Palavras-chave: fotografia – identidade – memória

Abstract: It has in our society an increasing interest in relation to the cultural diversity, as well as of the necessity of preservation of the intangible patrimonies, seen the importance of these in the process of construction of identities. We intend to use photographic documents produced in the decade of 1950 in the Santa Fé city (the northwest of the State of the Paraná) to analyze the signs of memory of the first inhabitants of the city. Being the memory a phenomenon socially constructed by means of exclusions and elections, we search to analyze possible influences of the "myth of the fraternity", constructed for the first inhabitants of the city. Seeing this myth as one of the construction elements of identities of this group, we intend to understand as this representation of a land in which all supposedly composed a great family, corroborates for the construction of identities.
Keywords: photograph – identity – memory

Em Santa Fé (cidade do noroeste paranaense) encontramos a fotografia como forma de propaganda desde o início da colonização (1948-1955). A incorporação de terras era mediada pela imobiliária Carezzato e França, que visava atrair compradores de lotes para a região, enfatizando determinados aspectos como a fertilidade do solo, segurança, união, progresso e religiosidade. Nessa direção, devemos destacar que as representações imagéticas

* Mestrando do PPH-UEM/Pr. Graduado em História pela UEM. Bolsista da Capes.
** Doutora em História Social pela USP e pós-doutoranda pelo NEE/UNICAMP, sob a tutela do Prof. Dr. Pedro Paulo Funari. Docente do DHI-UEM/Pr.

produzidas pela referida imobiliária, responsável pela venda de terras na cidade de Santa Fé, contribuíram significativamente para a construção de novas identidades nessa localidade.

Nesses registros fotográficos a cidade de Santa Fé é, particularmente, tomada como espaço privilegiado do encontro do homem com a natureza e representada como um "novo lugar para se morar". Podemos afirmar que a estratégia de vendas utilizada pela Imobiliária Carezzato e França, principalmente, aquela pautada na idéia de registrar flagrantes do desbravamento da área nos dois primeiros anos da colonização impressionou os investidores.

Aliás, como comentou Dulcilene Brambilla (Snt: 36) - uma das primeiras escritoras a sistematizar a história da cidade, bem como as matérias produzidas pelos jornais da época atestam que se deslocaram para Santa Fé "brasileiros de todos os rincões, paulistas, mineiros, paranaenses da gema, cearenses, baianos, pernambucanos, rio-grandenses do Norte e do Sul". (JORNAL PULSANDO, 1977: 10).

Podemos questionar em que medida a propaganda da imobiliária surtiu efeito nos primeiros moradores da cidade, pois podemos ver em seus relatos representações sociais que exaltam a beleza da região naqueles tempos, uma visão quase idílica, e também fortes laços de união entre os moradores. Como por exemplo, o relato do senhor Paulo Antonio de Oliveira:

> *A casa que construí para mim, continha muitos quartos, de modo que por muito tempo minha casa funcionou como hotel, nos rendendo um dinheirinho extra para o enxoval das meninas, mas eu só cobrava de quem pudesse pagar, eu nunca deixei ninguém dormir ao relento, fosse quem fosse. A beleza natural de Santa Fé naquela época era de uma beleza que dava gosto, durante muito tempo nós comemos do palmito nativo de nossa terra.* (MACEDO, Snt.)

Os primeiros moradores colocam a Santa Fé dos primeiros anos como um lugar seguro, onde não havia violência, onde todos eram como uma grande família, como diz a senhora Lazinha Brambilla:

> *Praticamente não havia necessidade de policiamento em nossa cidade naquela época, não era como hoje que a maioria das pessoas vivem se pegando pelo mínimo motivo, naquela época não, éramos de todos os lugares do Brasil, e a gente procurava não criar conflitos entre a gente, aprendemos a nos respeitar uns aos outros.* (MACEDO, Snt.)

Esse testemunho opõe simbolicamente o tempo atual, de individualismo, e o tempo passado, de segurança e união, manifestando um certo saudosismo. É certo, como relatado em outros documentos, que houve conflitos, mas parece que isso não prejudicou, no nível simbólico, a construção de uma imagem de bravura, honestidade e união dos primeiros moradores, suportando privações para construir um novo lugar para morar.

Nesse sentido podemos reter certos elementos ao analisar a fotografia que se segue, constante no acervo pessoal do senhor José Duarte, com a finalidade de registro pessoal. Apresenta medidas de 9x6 cm, com margem de 0,4 cm, cromia preto e branco, com conteúdo e suporte em estado regular; apresentando leve desfoque e algumas rasuras. Foi tirada no sítio do senhor Francisco Lalli em 1960. Segundo o senhor José Duarte, no mês de maio/junho se colhia o chamado feijão da seca, ocasião em que foi tirada a fotografia, com toda a família e amigos reunidos. O caminhão também era de Francisco Lalli. O senhor José Duarte arrendava terras para plantar, trabalhava também para o senhor Francisco, assim como várias pessoas presentes na fotografia.

A fotografia retrata um caminhão parado com várias pessoas em volta. Pode-se ver uma edificação e árvores ao fundo do caminhão. Há um homem na cabine do caminhão. Há duas crianças sobre o capô do caminhão, com uma mulher encostada na lateral; há ainda três mulheres à frente da mulher encostada, porém a da esquerda está parcialmente fora do enquadramento da fotografia. Entre a porta da cabine e a carroceria do caminhão há três homens em pé; o da direita, vestido com um blaizer preto, segura um tecido em sua mão direita. No lado direito da fotografia há uma senhora idosa, com uma criança à sua frente; há ainda um homem parcialmente fora do enquadramento da fotografia. Sentados na lateral da carroceria do caminhão há dois homens, o da direita está segurando algo em suas mãos. Dentro da carroceria do caminhão há um homem e uma criança, provavelmente sentados ou ajoelhados, pois só está à vista a parte superior de seu corpo. Há dois homens em pé na carroceria do caminhão, segurando crianças em seus braços, o da direita segura duas e o da esquerda uma. Há uma criança em pé na carroceria do caminhão, ao lado esquerdo dos homens. Há vários arbustos à frente das pessoas que estão no chão.

Certos elementos chamam a atenção na fotografia. As crianças e os homens de chapéu, os homens segurando crianças em seus braços – ressaltando o valor da família –, o homem na cabine do caminhão com o braço para fora, mostrando um relógio, os homens com as camisas por dentro da calça, as mulheres trajando vestidos, além do homem trajando um blaizer preto. Ou seja, todos, ou pelo menos a maioria, trajam roupas que não são roupas do cotidiano de trabalho, mas roupas escolhidas especialmente para a ocasião da fotografia. Isso leva-nos a concluir que as pessoas bem trajadas e a mostra do caminhão implicam em representações das riquezas ou dos bens materiais adquiridos. Além dos valores familiares, dos costumes, essa alegria também é permeada pelo êxito do trabalho de colheita e da sua rentabilidade.

Faz sentido assim a fotografia, e o motivo de ser guardada. O final da colheita era ocasião em que se festejava, se reunia a família e amigos para comemorar os resultados da colheita e reforçar sua união. Logo, sendo um momento importante, era necessário eternizar; a fotografia surge assim como um documento para manter viva a memória, para garantir a coesão do grupo, manter valores em comum, além de comunicar a futuros o seu próprio modo de vida. Ganha força também as representações sobre a cidade e a própria sociedade santafeense.

Observamos, indícios de uma identidade construída a partir do diferente, que adquire similaridades à medida que se desenvolve a convivência e criação de representações comuns a todo o grupo social. Em outro relato, do senhor Manuel Esteves, percebemos o mesmo tipo de enfoque:

> *Foi a época mais feliz da minha vida, quando havia festa de casamento na cidade todo mundo era convidado.[...] As pessoas eram bastante servideiras, ninguém negava favores a ninguém.* (MACEDO, Snt.)

Nunca é demais lembrar que a memória é construída socialmente e "pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história 'social'" (PORTELLI, 2001: 127). Mas como bem o lembra Alessandro Portelli, essa memória é materializada nas reminiscências dos indivíduos, tornando-se "memória coletiva" quando abstraída ou separada do sujeito através de ideologias, linguagens ou supostos sensos comuns. Dessa maneira, a própria memória se define como um campo de enfrentamentos e lutas sociais.

Um tópico interessante sobre o processo seletivo efetuado pela memória é o levantado pelo senhor Paulo Antonio de Oliveira da cidade de Santa Fé (MACEDO, Snt.). Ele rechaça a monumentalização da figura pioneira; para ele não é o bastante ser considerado

somente pioneiro. Em sua fala percebe-se ressentimento de não ser lembrado pela população atual como ele crê que deveria. Segundo ele as figuras que mais lutaram pelo município em sua formação são as mais esquecidas pela memória. Assim ele cita que a figura considerada como ícone do município na verdade utilizou para fins próprios o dinheiro angariado pela população na década de 1950 para custear uma viagem a Curitiba, para pleitear a elevação da cidade à condição de município. Segundo o referido senhor, ao saber que Santa Fé já havia sido elevada a município esta figura não só não foi a Curitiba como também gastou o dinheiro em benefício próprio.

Cabe-nos indagar então qual a relação entre a memória, enquanto patrimônio cultural, e a história? Se considerarmos, como concluiu Pierre Nora que a "memória está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento" (NORA, 1993: 09) podemos afirmar que o patrimônio cultural também é socialmente construído e materializa uma dada memória que se deseja preservar. Nessa linha de argumentação, tanto as memórias quanto os bens culturais podem ser condenados à obscuridade ou predispostos as inesperadas revitalizações, de acordo com os interesses sociais em jogo. (PELEGRINI, 2007: prelo)

De qualquer forma, enquanto a "memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente" e a história institui "uma representação do passado" (NORA, 1993: 09), o patrimônio cultural reconhecido como tal consolida parte da memória e da história de grupos, etnias e comunidades (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Sob essa ótica, cabe-nos salientar que a preservação da memória materializada nos bens culturais tangíveis e intangíveis está relacionada à constituição das identidades individuais e grupais regidas por critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade do sujeito em relação a si próprio e aos seus pares (POLLACK, 1992).

Ademais, como salienta Michael Pollack:

> *a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis*. (POLLACK, 1989: 09).

Em nossa sociedade atual, que desenraiza e buscar uniformizar os comportamentos, a construção de "lugares de memória" por parte de diversos grupos surgem mediante a vontade do auto-reconhecimento ou da retomada de elos de pertencimento à determinados logradouros. Talvez, como pressupõe Nora, nossa percepção do passado nos induz à "apropriação" daquilo que sabemos não mais nos pertencer. (NORA, 1993: 15).

Dessa forma, cabe-nos lembrar que a fotografia pode ser tomada como um documento privilegiado na materialização da memória, requerendo, uma análise diferenciada. Seus usos e funções exercem um fascínio sobre os agentes históricos que constroem formas de representação postas em circulação. Como apontam Andrade e Cardoso (1997: 406), para compreendermos o que não foi imediatamente revelado pela fotografia necessitamos inseri-la no panorama cultural no qual foi produzida e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo do seu produtor.

Partindo de tal premissa, com vistas a analisar tanto a construção de representações da memória na fotografia, quanto a importância de lugares não mais existentes e que contribuíram na construção de identidades, devemos voltar nossa atenção para registros fotográficos que abordam a coletividade; espaços públicos de construção de representações em comum.[1]

É certo que devemos dar crédito a assertivas como a de Stuart Hall (2005) de que atualmente a identidade, conceito extremamente complexo, esteja se fragmentando no interior do próprio indivíduo, se tornando dinâmica e transitória. Todavia devemos atentar que apesar de estar em constante reflexão, a identidade proporciona ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo ou lugar, estando ambos em continuidade. Assim, devemos atentar para o fato desta identidade se originar de vivências e experiências individuais e coletivas, dando a devida importância aos espaços públicos. Também poderemos reter certos elementos a partir da seguinte fotografia:

A fotografia acima consta do acervo pessoal do senhor Eloy Rodrigues dos Santos, tendo sido tirada por motivo de registro pessoal das suas atividades e de eventos da cidade. Possui 8,9x6,6 centímetros de medidas, cromia preto e branco, estando o suporte em bom

[1] Neste sentido, é interessante atentar para trabalhos como o de PELEGRINI, Sandra C. A. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. Em: PELEGRINI, Sandra C. A e ZANIRATO, Silvia H. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: EDUEM, 2005.

estado; todavia o conteúdo imagético é regular, possuindo leve desfoque. A fotografia foi tirada em 11 de novembro de 1956.

O positivo retrata uma multidão reunida em um espaço aberto. Estão todos de costas para o fotógrafo, olhando para um palco improvisado em um caminhão, com pessoas em cima da carroceria. Atrás do caminhão há uma torre, com uma bandeira e um cartaz afixado em sua estrutura. Ao lado da torre há postes. Ao fundo há árvores e à direita, várias edificações e árvores. Algumas pessoas estão com sombrinhas, outras estão com bicicletas e, no canto inferior esquerdo, um homem está montado em um cavalo.

No suporte aparecem escrito informações sobre a fotografia: "Comício prol Salvador de Domenico – Prefeitura Santa Fé – 11 Nov. 56". Ao centro há a indicação de que a torre trata-se do alto-falante do senhor Eloy Rodrigues: "a.falante (Eloy)". Na parte inferior: " Av. Paraná – frente largo Igreja".

O senhor Eloy chegou em Santa Fé em 1955, proveniente de Laguna (Sc). Trabalhou na primeira campanha para prefeito, ao lado de Salvador de Domênico Sobrinho, o qual foi eleito. Trabalhou em cartório em 1956; na prefeitura, como secretário na gestão do primeiro prefeito. Até 1964, em suas horas de almoço, e à tarde, trabalhava em um sistema de alto-falante de sua propriedade, registrado na fotografia.

O alto-falante surge como um elemento agregador na nascente cidade, no qual são relatadas notícias da região, além de levar entretenimento para os cidadãos por meio de músicas. O alto-falante também engaja as pessoas, formando opinião em prol de algum objetivo, haja vista a eficácia na campanha para prefeito de 1956. Surge também como um elemento regulador do cotidiano dessas pessoas, pois seu regular funcionamento em determinados horários funciona na vida dessas pessoas como um relógio. Relatos da época mostram a importância do alto-falante tanto como entretenimento nas horas de folga e final do dia de trabalho, quanto como elemento regulador dos horários das pessoas da época. Além do que, seu posicionamento na praça central da Igreja, torna um local de sociabilidade, de encontro das pessoas dessa cidade.

É necessário admitir que a cidade, estando em transformação constante, modifica sua paisagem, destruindo e construindo diversos espaços. Assim, lugares como o registrado na fotografia, deixam de existir em favor do surgimento de outros, assim como a função que exerce. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a fotografia lembra que o tempo passou, quando a olhamos depois de muito tempo, ela também propicia uma viagem a este tempo ido. Por meio dela descongelamos dado momento de nossa vida e os contamos aos mais próximos. "Acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstâncias que advêm de cada foto, o

retratado ou o retratista têm sempre, na imagem única ou no conjunto das imagens colecionadas, o *start* da lembrança". (KOSSOY, 2002: 138).

Mesmo em uma sociedade visual como a nossa, temos o desejo cada vez mais frenético de conservar os traços de memória presentes na fotografia. É justamente a consciência de um tempo fugaz que nos leva a registrar incessantemente nossos momentos e os guardá-los como se fossem relicários. É um desejo de atrasar o inevitável, iludir o tempo, que nos faz construir uma representação imagética de nós mesmos que busca a eternidade. É nesse ponto que a fotografia torna-se também um *lugar de memória*.

Referências bibliográficas

AUMONT, Jacques. *A imagem.* Campinas: Papirus, 1993.

BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história.* (mimeografado).

CARDOSO, Ciro F. e ANDRADE, Ana Maria Mauad. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História:* Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1997. p. 401-417.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios.* Campinas: Papirus, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José R. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Iphan, 2002.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Em: *Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, jan/jun, 2005, vol. 11, nº 23.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Dp&A, 2005.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem.* Campinas: Papyrus, 1996.

JORNAL PULSANDO. Apucarana, Julho de 1977. Número especial

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica.* Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MACEDO, Sérgio. *Alguns pontos da história de nossa terra.* (dissertação). Snt

TEIXEIRA, Joubert Paulo e outros. Descrevendo fotografias. Em: MORELLI, Ailton José (Org.). *Introdução ao estudo de História.* Maringá (PR): EDUEM, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Em: *Projeto História.* nº 10, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. PELEGRINI, Sandra C. A e ZANIRATO, Silvia H. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: EDUEM, 2005.

_____. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória.* Assis*:Unesp/CEDAP, 2007).*

POLACK, Michael. Memória e identidade social. Em: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 1992, v. 05, nº 10.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Em: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, 1989, v. 02, nº 03.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes , AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A instrução na província da Parahyba do norte e a formação da sociedade brasileira (1821 – 1834)

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro[1]

Resumo
Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos do processo de organização da instrução na província da Parahyba do Norte entre 1821 e 1834, ano da publicação do Ato Adicional. Pretendemos verificar como a problemática instrucional foi posta por intelectuais e por gestores públicos que efetivaram ações destinadas à educação escolar no sentido de contribuir para a formação da sociedade brasileira.Tomamos como fontes, a legislação produzida no período e as correspondências emitidas pelas Câmaras dos Termos paraibanos. Concluímos que alguns agentes políticos compreendiam que a superação do estado de ignorância da mocidade se daria pela instrução dos meninos que os habilitaria para o emprego público e ao mesmo tempo colaboraria para o processo de consolidação e fortalecimento da recente nação brasileira.

Palavras chaves: instrução, ilustração, nação brasileira.

Abstract
This work has as objective analyzes aspects of the process of organization of the instruction in the province of Parahyba of the North between 1821 and 1834, year of the publication of the Additional Action. We intended to verify as the problem instrucional was put by intellectuals and for public managers that executed actions destined to the school education in the sense of contributing for the formation of the brazilian society. We took the sources, the legislation produced in the period and the correspondences emitted by the Cameras of the Terms paraibanos. We concluded that adds political agents understood that the surmount of the state of the youth's ignorance would feel goes the boys' instruction that would enable them goes the public job and attn the same team it would collaborate goes the consolidation process and invigoration of the recent brazilian nation.
Key words: instruction, illustration, brazilian nation.

1- Considerações iniciais

Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos do processo de organização da instrução na província da Parahyba do Norte entre 1821 e 1834, ano da publicação do Ato Adicional. Pretendemos verificar como a problemática instrucional foi sendo posta por intelectuais e pelos gestores públicos que efetivaram políticas destinadas à instrução que ao mesmo tempo contribuíram na tessitura da formação da sociedade e da nação brasileira. Tomamos como fontes, a legislação que foi produzida no período, as "*falas",* exposições, os discursos elaborados pelos presidentes da província e encaminhados à Assembléia Legislativa e, principalmente as correspondências emitidas pelas Câmaras dos Termos aos presidentes da

[1] - Professor e pesquisador dos Programas de Pós- Graduação em História e em Educação, ambos da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

província. Parte dessa documentação encontra-se no Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP e nas coleções de leis do período imperial, recentemente catalogadas e publicadas pela Sociedade Brasileira de História da Educação e pelo INEP.[2]

Analisaremos esses documentos relacionando-os com as condições sociais, políticas e culturais marcadas por uma estrutura social extremamente hierarquizada e assentadas tanto nas relações sociais marcada pelo escravismo quanto no modelo extrativista e agro-mono-exportador.

2- A independência política brasileira e a questão instrucional

Em que pese à situação de conflitos e tensões sociais nos momentos que antecederam a independência política do Brasil, o cotidiano da vida administrativa dos gestores públicos foi marcado por reivindicações e *representações* oriundas tanto das elites locais quanto dos grupos sociais subalternos. Assim, mesmo distante dos maiores centros urbanos do império, como o Rio de Janeiro, Recife ou Salvador a questão instrucional esteve na pauta das várias *representações* formuladas pela ainda incipiente sociedade civil.

Outro aspecto significativo refere-se ao ideário instrucional que não rara vezes era anunciado por intelectuais, gestores públicos ou professores que via de regra assentava-se numa concepção européia, ou mais precisamente francesa, forjada a partir do movimento iluminista que fora empreendido a partir de meados dos oitocentos. Para Boto (1996, p.21), que analisou exaustivamente aquele período, alguns filósofos e pensadores do referido movimento entendiam que

> *"O homem seria integralmente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação adquire, sob esse enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que, através dela, poderiam ocorrer as necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado"*

Esse ideário, tomou forma mais clara e definida logo após a Revolução Francesa (1789), que tentou implementá-la a partir de políticas voltadas para construção da escola moderna, destinada a forjar o *homem novo.* Tanto esses ideais quanto as suas práticas político-pedagógicas atravessaram o Atlântico chegando a povoar o ideário instrucional de gestores

[2]- Cf. **Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial,** 2004. (Coleção documentos da educação brasileira).

públicos no Brasil e por conseguinte na Parahyba do Norte nos seus rincões mais distantes como na Comarca do Pilar. Assim, para Jacinto Moniz de Souza, escrivão e portanto porta voz de todos os representantes oficiais da referida Comarca, respeitadores súditos e subordinados às imposições das leis, era tarefa vigiar "sobre os interesses do Povo que estão a nosso cuidado." Nesse sentido, sentiam-se obrigados a dirigirem-se oficialmente às instâncias superiores com o objetivo de notificar

> *" a necessidade que há nesta Villa e seu termo de uma cadeira de primeiras letras para a instrução dos meninos que a falta dela gemem (.....) debaixo da ignorância em que hoje se tem conservado esta Villa, sendo da Província uma das mais bem povoadas, e de maior nome, e muito mais digo muito digna da atenção de V. Exc. sobre objeto de tamanha poderação".*[3]

Para além do *desejo* e *dever* de alocar uma cadeira de primeiras letras a importância de tal ação era o de atender

> *"ao estado da ignorância em que faz a mocidade e o estado digo a mocidade e a necessidade de que há de ser ilustrado provam uma cadeira ao menos de primeiras letras nesta Villa, (...) e fazer-lhes ver os benefícios que se colhem da instrucção das primeiras letras, por meio dos quais se tornem habis para o emprego publico da Província para os anos futuros."*[4]

A necessidade de instruir o "povo", no entanto, reverberava na falta de homens preparados para assumirem as funções administrativas do próprio poder público bem como para ensinar. Para os referidos representantes do povo bastava que pagassem um "ordenado suficiente" para convencer "um homem bom" que empregasse "com toda a força no exercício de ensinar de bom grado os meninos."[5]

Na verdade a falta de professores nas comarcas e vilas do interior da província da Parahyba do Norte era um aspecto amplamente referenciado como fator que alimentava a "ignorância" e se constituía como um dos maiores "entraves, que há na vida humana."

A Vila Nova da Rainha (atual Campina Grande), que fora erecta a pelo menos 30 anos, contava com 68 habitantes dos quais "40 meninos capazes de escolas sem fazer de outras muito que já passam do tempo próprio, e julgam-se perdidos por falta dessa providência"[6] Essas informações fizeram parte de uma *representação*, que foi impetrada pelos

---

[3]- Trata-se de uma correspondência da Villa do Pilar em 11 de setembro de 1821, assinada além do mencionado escrivão por: José Pedro dos Reis Carneiro da Cunha, Brás Alves de Ponce, Domingos José (.....) Chaves e Antonio José de Brito. Caixa 005- 1820/1822 - do Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC.

[4] - idem.

[5]- Todos os fragmentos aspeados neste parágrafo fazem parte do documento acima referenciado.

[6] - Correspondência emitida em 19 de abril de 1822. Caixa 005- 1820/1822 - do Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC.

habitantes da referida Vila que solicitaram pelo menos um professor de primeiras letras, uma vez que havia "muitos pais de famílias, que desejam dar uma educação liberal a seus filhos, e que não o fazem por falta de Mestres, vindo a ser muito despendioso a sustenção de um filho nas Praças." Vale ressaltar que essas solicitações foram feitas criticando ao mesmo tempo o "antigo governo" que olvidou um estabelecimento tão útil como necessário.

No referido documento (representação) foram, também apontadas às causas das dificuldades da Vila em ter a instrução tão desassistida pelos poderes públicos. Essa dificuldade era em parte provocada pelos desvios dos "dízimos do algodão que faz a riqueza do pais" bem como dos tributos, décimas, e do subsídio literário que desaguavam "no grande golfo" em benefício dos "cortesãos do Rio de Janeiro" que alimentava o vício (...) de vis aduladores. Manifestaram, ainda, os habitantes da referida Vila a esperança de que a com a mudança de governo essas recursos fossem depositados no tesouro público "para servir de bem a Nação em todas as necessidades". Nesse sentido, convinha a "Pátria a propagação das Luzes as quais só se delatam com a cultura das Letras." [7]

A observância sobre o significado de se criar cadeiras de primeiras letras, seguramente ia para além de simplesmente instruir o povo, uma vez que nesses espaços formais serviriam, também, para difusão de interesses mais amplos como a de constituição de uma cultura política, instrucional e tessitura de uma possível identidade brasileira. Assim, mesmo antes de se efetivar formalmente a independência política do Brasil, em sete de setembro de 1822, já em janeiro do mesmo ano o professor da cadeira de primeiras letras da Villa Nova da Rainha, na Comarca de Campina mandava "informar sobre a sua adesão a nossa Independência."[8]

A breve reflexão acima apresentada nós dá um panorama, mesmo que parcial, da situação da instrução pública na Província da Parahyba do Norte. Vale ainda situar que este momento da história brasileira foi marcado por grandes tenções sociais, uma vez que estava se processando grandes mudanças na vida política, social e cultural da "nação" que se encontrava em processo de sua constituição. Nesse sentido, é que nos deteremos em analisar as normatizações que foram empreendidas nos primeiros anos do governo imperial no tocante à instrução pública.

---

[7] - Todos os fragmentos que se encontram aspeados nesse dois últimos parágrafos fazem parte do documento acima identificado.

[8] -Correspondência da Villa Nova da Rainha, em vereação de 13 de janeiro de 1822. Assinam o documento Estevão José Gomes de Siqueira, Antonio (.....) Araújo, Jão Moneiro Torres (.....), Antonio Alves Monna, Antonio José Gines Barbosa e Antonio José (.....) Nobre. Caixa 005- 1820/1822 - do Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC.

2.1- Os conflitos sociais após a Independência e a tentativa de organização e regulamentação da instrução na Parahyba do Norte.

De acordo com a historiografia relativa à história da Paraíba, o primeiro quartel do século XIX foi marcado por estagnação econômica e por diversos movimentos sociais – que se irradiaram, principalmente de Recife –, dentre os quais destacam-se a Revolta de 1817 e a Confederação do Equador, em 1825. Segundo Paim (1998, p. 68), "a nação quase soçobrou, e, em vez de ser consolidada a unidade nacional, correu o risco de consumar-se a separação de partes importantes do país".

Além desses movimentos de maior monta uma série de conflitos, discórdias e *anarquias* acometeram a província paraibana, conforme podemos verificar nas correspondências emitidas pela Junta Provisória do Governo instalada em outubro de 1821[9] e encaminhadas ao regente D. Pedro. As notícias desse estado de tensão social foram reiteradas nos anos subseqüentes.

> *"O estado de convulsão, e fermentação do Povo, que ciosa de seus direitos, e prerrogativas, que tem suspeitado de alguma sorte peados por algumas disposições do soberano Congresso. (...) Este estado de eferverscência cresce (...) A anarquia que nos antolha, e que anda sempre a par de qualquer irrupção popular."*[10]

Toda essa conturbação social levou os poderes municipal e provincial a voltarem-se, prioritariamente, para a repressão a esses conflitos sociais, e é provável que os gestores públicos não tenham investido ou mesmo se preocupado com a instrução pública. Contudo, nesse período de revoltas sociais e importantes mudanças político-sociais, foram criadas, um ano após a Independência (1823), além das "cadeiras de Latim nas vilas de Pilar, Nova Rainha, Brejo de Areia e Sousa, (...) cinco de primeiras letras em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz" (Mello, 1956, p. 23-24).

Em maio do mesmo ano, foi inaugurada a Assembléia Legislativa Brasileira e convocada a Assembléia Constituinte Geral e Legislativa que elegeu a Comissão de Instrução Pública, formada por cinco membros, a quem coube elaborar os princípios mais gerais que norteariam a organização da instrução para todo o império. Nesse sentido, a concepção

---

[9] - Foi reunida na igreja Matriz, presidido do Ouvidor da Comarca, com assistência das Câmaras da Vila do Conde, da Alhandra, do Pilar, da Vila Nova da Rainha, de Monte-Mor, e de São Miguel, de dois dos deputados de Cortes da Província do estado Eclesiástico, dos chefes, e Oficialidade dos Corpos da primeira, e segunda Linha, a de grande povo tanto da cidade, quanto de quase toda Província. Cf. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Juntas Governativas e a Independência**.

[10] - Correspondências da Junta Provisória do Governo, 1822. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Juntas Governativas e a Independência**. p.560.

educacional, segundo Ferronato (2006), era primeiramente a de respeito e manutenção da ordem, seguindo os valores burgueses, assentando-se na educação física, moral e intelectual. Para o referido autor,

> *"Com a independência as elites que assumiram o poder tinham como principal defesa à criação de uma instituição para a formação da mocidade brasileira. Para estes a mocidade brasileira era formada pelos filhos da elite agrária e mercantil e os homens livres. A educação religiosa seria o que restaria para os escravos, índios e libertos."* (p. 104).

Essa comissão produziu dois projetos de lei: o Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e o projeto de Criação de Universidades. Após intensa discussão e a proposição de muitas emendas, o primeiro projeto foi engavetado e o segundo, aprovado sem maiores delongas. (Xavier, 1992). Todavia, toda essa discussão foi interrompida, uma vez que a Assembléia Constituinte foi dissolvida pelo imperador, em novembro do mesmo ano. No ano seguinte, isto é, em 1824 foi outorgada a primeira Constituição do Império do Brasil, onde podemos observar no seu artigo 179 que "A instrução primária, é gratuita a todos os cidadãos" e que os "colégios e universidade, aonde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e arte." Assim, somente três anos depois é que foi publicada a primeira lei imperial que de fato regulamentou a instrução no Brasil. (Lei de 15 de outubro de 1827). Entre as inúmeras orientações contidas na referida lei aqui destacamos a que se destina a manutenção e ampliação do ensino mútuo. Aspecto que teceremos algumas considerações a seguir tomando como referência algumas particularidades na Província da Parahyba do Norte.

2.2 - Ensino Mútuo: euforia e rápido desencanto

No âmbito do funcionamento escolar no período em estudo tivemos a experiência do ensino mútuo. Esse tipo de escola foi formalmente oficializado no Brasil, como já dito anteriormente, a partir do Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, cujo art. 5 º estabelecia:

> *"cada capital de província haverá uma escola de Ensino Mútuo; e naquelas cidades, vilas e lugares mais populosos, em que haja edifício público que possa aplicar a este método, a escola será de ensino mútuo, ficando o seu professor obrigado a instruir-se na capital respectiva, dentro de certo prazo, e a custa do seu ordenado, quando não tenha a necessária instrução e deste método"* (Apud Xavier, 1992, p. 41-42).

Cabe ressaltar, no entanto, que a primeira experiência brasileira desse tipo de escola remonta ao início do ano de 1823, no município da Corte, a partir da Decisão nº 11, de 29 de janeiro, firmada pelo Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. Em 22 de janeiro de

1825, foi baixado outro decreto imperial, criando uma escola mútua na Província da Bahia (Niskier,1989, p.102-106). Segundo Almeida (1989, p.58),

> *"apesar do eclipse da grande voga do ensino mútuo na Inglaterra, os liberais brasileiros propugnadores do método, pensaram então que a liberdade de abrir escolas, sem exames prévios e sem autorização, unida a um novo sistema de instrução, difundiria rapidamente, até aos mais distantes pontos do império a necessária instrução às massas."*

O ensino mútuo era desenvolvido a partir do método de Bell e de Lancaster que consistia "na aplicação de uma maxima mui antiga, segundo a qual tudo quanto um homem sabe pode ensina-lo, e o melhor modo de saber bem as cousas é ir ensinando. (...) consiste por tanto em fazer com que os rapazes se ensinem, uns aos outros" (Moacyr, 1939, p. 22). Na mesma obra, o autor também descreve, minuciosamente, o funcionamento interno desse tipo de escola no Brasil, descrição esta, parcialmente abaixo reproduzida:

> *"cada escola é dividida em classes de rapazes quasi da mesma idade, e que tenham feito iguais ou quasi iguais progressos; o lugar de cada um será determinado pelo seu adiantamento. Cada classe destas se divide em decuriões, e em discipulos (...) Os decuriões devem fazer estudar as lições seus discipulos ao mesmo passo que as estudam eles mesmos, vigiar no seu bom comportamento, e no socego e boa ordem da classe.*
> *Cada uma destas classes deve ter um certo numero de vigias ou inspetores (nas escolas de Lancaster dá-se-lhe o nome de monitores). A obrigação destes monitores é vigiar exclusivamente sobre o que se está fazendo na classe, ensinar os decuriões e aprender as lições, e dizer-lhes o modo como as hão de ensinar aos seus discipulos, ver se todos eles cumprem com o seu dever, tomar no fim a lição de toda a classe"* (p.22-23).

Aportado na lei referenciada acima em 1829, o professor de primeiras letras, Antonio José Gomes Barbosa, proveu a Cadeira d'Ensino Mútuo na Vila Nova da Rainha que havia sido criada pelo Conselho do Governo.[11] O ordenado anual do professor era de duzentos mil réis[12]. Temos também a informação do funcionamento de uma cadeira de primeiras letras de Ensino Mútuo na cidade da Paraíba que esteve sob a responsabilidade do professor Henrique da Silva Ferreira que havia servido como professor público em Pernambuco.[13]

Em que pese à "euforia" que o ensino mútuo provocara na elite brasileira, que chegou a vê-lo como uma das soluções mais viáveis para difundir a instrução pública,

[11] - Correspondência de 17 de agosto de 1829. Caixa 005- 1820/1822 - do Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC.

[12] - Correspondência de 30 de outubro de 1829. Caixa 005- 1820/1822 - do Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC.

[13] - Correspondência de setembro de 1829. Caixa 005- 1820/1822 - do Arquivo Público do Estado da Paraíba – FUNESC.

principalmente nos últimos anos da década de 1820, muito rapidamente arrefeceu, uma vez que na década seguinte alguns intelectuais e gestores públicos teceram muitas críticas a esse tipo de ensino, em 1833, por exemplo o Ministro Campos Vergueiro

> *"afirmava não encorajar a fundação de novas escolas com este método. Finalmente, depois de vinte anos de experiências decepcionantes, é que o governo e seus aplicadores aceitaram a derrocada do método, atribuindo-a ainda, não ao método em si, mas sim ao Brasil, que não oferecia as condições necessárias para a sua aplicação"* (Tobias, 1986:147).

Villela (1992) ao analisar o processo de implantação da primeira escola normal do Brasil (Niterói), em 1835, faz uma análise muito interessante acerca do limite pedagógico do método lancasteriano. Para a autora:

> *"a intenção dos dirigentes era muito mais a de ordenar, controlar e disciplinar do que propriamente instruir . (...) Não era o seu potencial de instruir bem o que mais mobilizava os nossos dirigentes, mas certamente, o seu potencial disciplinador. O Método lancasteriano procura desenvolver principalmente os hábitos disciplinares de hierarquia e ordem, exerce um controle pela suavidade, uma vigilância sem punição física."* (p.30-31)

As críticas a esse tipo de escola no Brasil eram reiteradas em cada novo relatório divulgado pela Assembléia Geral Legislativa do Império e eram corroboradas pelos gestores do poder público na Província da Parahyba do Norte.

No entanto, no que concerne ao funcionamento desse tipo de escola era necessário que as escolas de ensino mútuo tivessem minimamente alguns equipamentos escolares, tais como: "bancos, louzas, cadeira do professor, taboa de operações de arithemética" conforme nos foi possível verificar a partir de um "orçamento para o fabrico de aula do ensino mutuo da Villa Constitucional de Santo Antonio de Piancó" para oito classes, em 1834.

3 - Considerações finais.

Percebemos a partir de um breve cotejamento sobre a documentação e a bibliografia que alguns agentes políticos compreendiam o *aperfeiçoamento do Homem ilustrado* a partir da instrução como vital para o processo de consolidação e fortalecimento da recente nação brasileira. Sabemos, ainda, que esse ideário propiciou, na província da Parahyba do Norte, como em todo o Brasil, a estruturação escolar assentada no ensino mútuo, seguindo evidentemente a regulamentação de 1827. No entanto, essa organização escolar, pelo menos até o ano de 1834, mostrou-se precária, principalmente por conta da falta de professores preparados para exercerem tais funções. Na sua grande maioria, esses professores, eram autodidatas e recebiam uma baixa remuneração. Não é a toa que durante a Assembléia

Constituinte de 1823 os deputados destinaram muitas horas no sentido de regulamentar os concursos públicos para professores. Vale, enfim, perguntarmos se a partir da publicação do Ato Adicional de 1834, que delegou maiores poderes às províncias, ocorreram mudanças mais substanciosas em relação as questões instrucionais na Parahyba do Norte como nas demais províncias.

4- Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Ricardo Pires de **História da instrução pública no Brasil (1500-1889):** história e legislação. Tradução de Antonio Chizzoti, São Paulo: Educ; Brasília -DF: INEP/MEC, 1989.

BOTO, Carlota. **A escola do novo homem:** entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da UNESP. 1996. (Coleção Encyclopaidéia).

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Construindo uma nova ordem: o debate educacional na Assembléia Constituinte de 1823**. João Pessoa, PB: Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPB. (dissertação de mestrado).

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba.** 2ª ed. João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Juntas Governativas e a Independência**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Arquivo Nacional, v. II, 1973.

MOACYR, Primitivo **A Instrução e as provincias:** subsidios para a historia de educação no Brasil- 1834-1889 - das Amazonas ás Alagoas, Vol. 1, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre : Editora Nacional, 1939.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira:** 500 anos de História (1500-2000) São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAIM, Antonio. **História do liberalismo brasileiro.** São Paulo,SP: Mandarim, 1998.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. (org.) **Leis e regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial.** Brasília, DF: SBHE/INEP/MEC. 2004. (Coleção documentos da educação brasileira).

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira.** 4ª ed. São Paulo, SP: IBRASA, 1991.

VILLELA, Heloisa. A primeira escola normal do Brasil. IN: NUNES, Clarice (org.) **O passado sempre presente.** São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época; v. 4).

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado **Poder político e educação de elite** 3º ed. São Paulo, SP: Cortez/Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Práticas possíveis de transcendência: programa *Suplemento Feminino* na voz e escrita de Irene Boemer

Marlene de Fáveri (*)
Gloria Alejandra Guarnizo Luna (**)

Resumo: A partir da história de Irene Boemer (1924-2003), radialista e jornalista por cinqüenta anos na cidade de Itajaí (SC), analisamos as práticas de mulheres que ousaram romper com papéis sociais, num tempo em que eram reforçadas crenças acerca de sua fragilidade e destino para o espaço privado. Irene trabalhou na Rádio Difusora desde 1947, e, no início da década de 1960, passou a fazer um programa diário, o *Suplemento Feminino,* ouvido e lembrado como aquele que formava desejos de acompanhar as novidades, mas também mostrava que as mulheres podiam ousar, adquirir produtos que facilitavam na vida diária, serem belas, cuidarem-se, provocando mudanças de comportamento. Irene trabalhava num ambiente majoritariamente visto como masculino, viajava muito, disputava espaços e era líder de audiência dentre o público feminino; ousava romper à maneira que era possível, e destacava-se das demais, transpondo barreiras colocadas a elas, consegue "transcender".
Palavras-chave: Irene Boemer; relações de gênero; radiojornalismo.

Abstract: Taking Irene Boemer´s story into account a radio hostess and a journalist for a 50 years in Itajaí (SC), were have analyzed the deeds that women dared breaking though social roles in a time when the beliefs about their fragility were reinforced, and their destiny was to be confined into private space . Irene started working for Radio Difusora in 1947, and in the early 1960´s started hosting a daily program, *Suplemento Feminino* recalled as the one that incited desires to go along with the new trends, but it also showed that women could dare, could acquire products to facilitate their daily lives, could be attractive, could take care of themselves and above all could stirr up changes in their behavior. Irene worked in a man-driven environment, she used to travel a lot fought for her space and she was the leader of audience among the female listeners. She dared breaking the rules the way it was possible, she outshined the other women , infringing barriers which were imposed to them, and she gets to transcend all this.
Keywords: Irene Boemer; radio journalism; gender relationships.

Irene Boemer, nascida em 1924, na cidade de Itajaí (SC), atuou como radialista e jornalista durante cinqüenta anos, até o ano de 2003, quando nos deixou. O desejo de estudar a história de Irene vem tomando corpo desde que nos recebeu[1] e mostrou o acervo pessoal, mulher cuja trajetória perpassou oitenta anos na cidade, e destes, 50 na rádio-jornalismo. Estes "arquivos do cotidiano" (ROCHE, 1996, p.187) portam "marcas materiais" reveladoras de experiências da única mulher de Santa Catarina

[1] Para um trabalho de Iniciação Científica: *A personagem na história:* Irene Boemer, educação e radiodifusão em Itajaí (1940-1950). Relatório Final de Pesquisa, UNIVALI, Pibic, 1991. Bolsista Gloria Alejandra G. Luna.

a manter um programa de rádio durante praticamente meio século, o que por si só já é inédito. Problematiza-se como foi recebido e representado pelas/os ouvintes o programa *Suplemento Feminino*, voltado para mulheres, num espaço dominado por homens? Como, sendo uma mulher a maior protagonista da radiodifusão de Itajaí, se manteve por tanto tempo? Quais os imaginários formava? Qual era o público que ouvia seu programa? Como a própria imprensa a tem representado? Os meios de comunicação são importantes fontes de pesquisa para descortinar uma época, percebendo os modos de produção e representação, e os discursos são impregnados de relações de poder, e, mais ainda, são emitidos por uma voz autorizada (BOURDIEU, 1996).

Escrever a história das mulheres, neste caso de uma mulher comum que se tornou personagem pública, possibilita perceber experiências e dar-lhes historicidade – se "As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas à sombra da história" (PERROT, 1991, p.7), e tirá-las destas sombras é também uma aposta engajada. Sendo certo que o sentido da experiência organiza subjetividades, um lugar para olhar este sentido está na observação das "diferenças sutis" ou para "o grau e o modo como o sexismo opera" (NICHOLSON, 2000, p. 30), ou seja, a história de Irene está entrelaçada às cobranças, condutas exigidas, papéis sociais e sexuais normatizados. Linda Nicholson propõe ainda ver as mulheres em contextos específicos e na complexa rede de características, nos seus lugares na cultura e na história, na pluralidade de experiências. A categoria gênero norteia este trabalho, pois entendemos que papéis sexuais e sociais são prescritos, eivados de pré-conceitos, construídos culturalmente, tem historicidade e é "um primeiro elemento a dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990: 14). Cabe interrogarmos sobre os discursos, nos diferentes 'campos de forças sociais', que constituíram relações desiguais entre homens e mulheres.

Irene nasceu em meados dos anos de 1920,[2] numa cidade extremamente conservadora, e fora educada para o cuidado de si, da honra feminina, do comportamento em público e imagem de mulher solteira; depois, da casada. Ao mesmo tempo, desafiava a ordem dos papéis quando foi trabalhar como telefonista, depois radialista, isso num tempo em que esses lugares configuravam espaços públicos e de circulação de homens, exposta aos olhares.

Ousava já nos anos 1940 o uso do maiô, ia à praia, prática que não era bem vista na época, e muito menos para as moças pobres que tinham o recato como maior virtude - mostrou-nos uma fotografia.... e narrou:

> *Que aqui é praia, né, na época tinha... eu tenho fotografia aí da praia, é roupa de duas peças já se usava quando eu era solteira, gozado, mas nunca fui com*

[2] Conforme o Censo de 1920, Itajaí possuía 33.327 habitantes.

> *namorado nem com o Mário quando era noiva... ele ia com os amigos dele para um lado e... eu não quis, não... porque a gente era pobre, qualquer coisa comenta-se, então pra evitar, 'ó, aquela vem da praia, sabe lá pra onde foi', eu já pensava assim, porque era assim que eles pensavam... então, nunca fui, nunca me viu de maiô.* (Depoimento de Irene Boemer)[3]

Irene sonhava em ser artista, sonhava alto para uma "mulher de seu tempo". Quando ainda adolescente, fazia peças de teatro na escola, e, na década de 1940, passou a integrar o Teatro do Amador de Itajaí, onde fazia papéis femininos, como bailarinas, esposas, empregadas, mas ocupava o palco. Trabalhar como telefonista era uma ousadia para uma moça solteira, e, mis ainda, em 1947, ao estrear como radialista, lugar dito dos homens, e expor a voz ao espaço público. Na época, dizer "a radialista", mulher, precedia um julgamento, e isso foi possível perceber nas conversa com homens que a ouviam, ou não, mas comentavam e dão repostas evasivas, afirmando que não a conheciam ou que não prestavam atenção a seus programas.

Quando iniciou suas atividades na Rádio Difusora, ainda com sistema de auto-falante, onde "fazia de tudo", disse-nos – locução, cantava ao microfone, cuidava o espaço, e participava em outros programas. Em 1952, Irene de Souza se casou com Mário Boemer, motivo pelo qual se afastou da rádio até 1959, isso porque "Naquela época, mulher casada não trabalhava fora de casa, não era permitido," nos disse, indicando uma ousadia para a época – "Mário não se opôs, pelo contrário, me acompanhava, dava força".

Nesse tempo, Irene participava de bailes apresentando as *misses*, rainhas, os desfiles de moda. Em 1959, reassume o microfone e então, em 1962, surge o programa *Suplemento Feminino*, que terá sua marca, baluarte na carreira profissional. Mas, porque esse nome? "Eu havia sido telefonista, e estava acostumada a dizer 'Alô!' sempre que a luzinha acendia na telefônica. Fiquei com uma vergonha! Mas a partir de então, cada vez que ia apresentar o programa, iniciava com 'Alô, Amigas!'. Aí pegou, ficou assim para o resto da minha vida. Até nas colunas que escrevo no jornal."[4]

Sobre o nome *Suplemento Feminino*, não encontramos referências, mas era uma época em que mulheres eram vistas como "suplemento", e outros jornais e revistas do país traziam colunas publicando pautas para as mulheres e o lar, e coube bem aos desejos de um público que estava começando a "se ver" nas mídias, as mulheres.

---

[3] Irene Boemer recebeu-nos por várias ocasiões, quando a entrevistamos, e nos mostrou seu acervo pessoal, embora naquele momento resistisse em ser "protagonista" de nossa história por se achar "muito comum". Depois de sua morte, em 2003, Mário, viúvo, abriu os "baús" e caixas, e nos autorizou a escrever sobre Irene.

[4] *Caleidoscópio*, ano II, n. 33. Itajaí, outubro de 2001. p. 4.

Ela era ouvida, criava desconfortos, mas também provocava desejos, subjetividades – sim, por que mulheres que a ouviam eram muito controladas e passaram a inventar, ousar, mudar, se cuidar, mesmo que fosse para se verem bonitas e cuidar melhor do lar. Dona Margarida disse que esperava o horário de seu programa *Suplemento Feminino* e o ouvia atentamente, copiava as receitas de cozinha que ela anunciava, e, embora não possuísse ingredientes e eletrodomésticos anunciados, os substituía por aqueles que tinha na cozinha; se não podia adquirir, não deixava acompanhar o que de novo estava sendo veiculado, ou, desejos tão bem articulados pela mídia, compreensíveis e legíveis dentro de cada contexto. Percebe-se que isto criava circularidade nas demandas comerciais do local, e era a época do consumismo ao modelo estadunidense, que tinha na imprensa o seu veículo de difusão das novidades que chegavam ao Brasil.

Interessante perceber que ao abrir seu programa radiofônico e na coluna do jornal - de 1977 a 2003, manteve uma coluna nos jornais da cidade, com o mesmo nome do programa de rádio, *Suplemento Feminino* - indica que era um programa voltado para mulheres, que foi sempre, nos 40 anos de rádio e quase 20 de imprensa escrita, o faz com um "Alô amigas!" dirigindo-se especialmente às mulheres com um tratamento que as aproximava e as convidava a participar. A preocupação de Irene nas suas pautas do *Suplemento Feminino* evidencia o bem se vestir, bem se arrumar, bem cuidar da casa, bem cuidar dos filhos, do corpo com exercícios físicos, da alimentação saudável e nutritiva, os "recadinhos de beleza", as "dicas e truques para o lar", e terminando com a frase "Muito grata e até a próxima semana...", as possibilidades de "disfarce" para as gordinhas, onde podemos notar esta proximidade com suas leitoras, entrando no seu cotidiano, nas "artes de fazer" próprias para as mulheres nos dribles para as coisas do lar. Saúde, beleza, moda, maquiagem, corpo saudável, nutrição, receites de pratos, truques para o lar, jardinagem, novidades para a cozinha, dentre tantos assuntos voltados aos afazeres ditos das mulheres, estavam conectados a um tempo em que delas se esperava que fossem exemplos de esposas, mães, e se preocupassem com a casa, o marido, a família e seu bem estar.

Sempre preocupada com o bem-estar do corpo, Irene sugere exercícios físicos, alimentação equilibrada, e não encontramos referências de qualquer tipo de intervenção médica no corpo, como cirurgia plástica, lipoaspiração ou qualquer tipo transformação corporal, enquanto a "ditadura da magreza" se acentua nos anos 1990 (ROSA, 2005). Irene não estava alheia as publicações de revistas que circularam durante todo o tempo que exerceu sua profissão, mesmo porque anunciava invariavelmente na sua coluna a Distribuidora de Revistas e Jornais (Revimar), indicando uma pequena sinopse cada uma delas, como as

revistas *Claudia*, *Elle/Ella*, *Caras*, *Boa Forma*, *Manequim*, *Contigo*, *Tubo*, *Ana Maria*, *Noivos e Noivas*, *Nova*, *Pais e Filhos,* dentre outras. Algumas destas revistas publicadas na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo estavam divulgando saberes da "ciência sexual moderna", as quais mostravam investigações e intervenções no corpo e na sexualidade, abrindo espaço para as discussões do uso de método de anticoncepcionais, o prazer, o orgasmo, a liberação sexual, divórcio, orientação aos casais, a frigidez e outras mudanças de comportamento, enfim abria o espaço para o debate público em torno do prazer (NECKEL, 2004). Concluímos que Irene conhecia os assuntos que estavam sendo veiculados, entretanto, ela não "ousava" falar, por exemplo, de sexo, nas suas pautas e na coluna - é possível pensar que ela "ouvia" a as ouvintes que também não "ousavam" transpor o conservadorismo, ou, que não ousava enfrentar os homens, maioria absoluta na rádio e jornal, e manter seu programa sem enfrentamentos com os/as conservadores/as da cidade.

Lembramos que nas décadas de 1960 e 1970, se por um lado estas revistas tematizavam direitos das mulheres, como o direito ao sexo com prazer, ainda havia resistências – a revista *Claudia,* por exemplo, falava do cotidiano e dos assuntos considerados "femininos" (a revista teve seu primeiro número em 1961), reinava na indústria da publicidade com profunda influência norte-americana em provocar o consumismo, e centrada no mundo da moda e no mundo doméstico (DUARTE, 2005). Irene acompanhava o estilo e mantinha o discurso conservador, ou porque, educada numa cidade controladora de comportamentos e dentro de modelos e papéis de gênero bem definidos, onde a mulher cabia justamente o recato e a honra da família (FAVERI, 1998), ou porque era sua forma de resistir as disputas que se davam no cotidiano da imprensa local. Eram as mulheres a preocupação de Irene – observamos que ela homenageava felicitava as mulheres todos os anos no Dia Internacional da Mulher, mas não fazia reflexão alusiva à data, e em geral precedida de uma mensagem de otimismo ou religiosa, por exemplo, como fez na última mensagem que teve oportunidade de fazer em 2003, neste dia, assim escreveu:

> *Alô amigas!!! Salve!" o Dia Internacional da Mulher! (08 de março).*
> *Mulher – A felicidade da Terra depende de ti, como o fruto depende da árvore! Mãe – Es o anjo do lar – Esposa – auxilia sempre, Companheira – Acende o lume da esperança – Irmã – sacrifica-te e ajuda. Mestra – ilumina o caminho, Enfermeira – compadece-te.*
> *"Mulher! Não te esqueças de trazem nas mãos a chave da vida, porque a chave da vida é a gloria de Deus". (Meimei).*[5]

[5] *Diário da cidade*, 06 de março de 2003.

Esta alegoria aos papéis da mulher "anjo do lar", e o da sua missão divina de perpetuar a espécie através da maternidade – "chave da vida", reproduz o que há de mais conservador das práticas feministas. Podemos julgar? Ou desconsiderar a prática da Irene como protagonista da imprensa local durante mais de 50 anos e ignorá-la como personagem da história? Ou, ainda, para falar em feminismo é preciso recompor histórias apenas de personagens feministas? Ou, ainda, negar que as práticas e desejos provocados por Irene Boemer configuram uma forma de transcendência, ou seja, transpõem barreiras colocadas para as mulheres? Segundo Simone de Beouvoir, há pessoas que "transcendem" os lugares que estão e se destacam, mesmo que dentro de padrões aceitos, incentivando outras formas de interação social (BEAUVOIR, 1949). Se Irene não pode ser considerada feminista dentro da concepção de feminismo, também não pode ser ignorada na sua atuação como personagem em interação direta com um público que efetivamente a ouvia, e as "pequenas" ousadias as faziam transpor o mundo doméstico restrito para a busca de novidades, em especial o cuidado de si - práticas ousadas para a época, sim.

Os homens, ao que se ouviu, não gostavam, e alguns até desqualificam o programa ao lembrarem dele, talvez porque isso significasse o desafio de manter o controle sobre elas, sobre seus desejos de também viajar, e o controle econômico porque seria consumir ou gastar. Isso podia causava ciúme e desavenças entre casais, pais e filhos. É possível pensar nas masculinidades e feminilidades que se construíam a partir desta falas dos homens, pois queriam sim que suas mulheres reproduzissem os papéis sociais e sexuais cobrados de cada gênero, e a elas cabia não "viajarem" em histórias que não lhes dizia respeito. Decerto despertava inveja entre as próprias mulheres, a disputa por beleza, elegância, estar em dia com a moda, visibilidade, respeito, competência, viagens, ousadias, reconhecimento, oportunidade de estar com astros e estrelas da televisão, música e cinema, e por Irene ter um marido que a incentivava, respeitava seus desejos e não a impedia de realizar seus sonhos, não a proibia de viajar se ele. Ou mesmo por não poderem acompanhar o estilo de vida de Irene, voltado ao público, sempre charmosa e elegante, viajada, convidada para todas as festas e eventos, sempre nas colunas sociais da cidade.

Mas são mulheres reais que viveram uma época diferente da nossa, com uma educação mais rígida quanto aos padrões de comportamento e práticas sociais, e a ousadia pode ser de outras formas, que não só a de rasgar o *soutien* em praça pública ou escrever textos militantes, e parece haver uma transcendência destas mulheres, como Irene, que burlaram algumas normas do costume e fizeram diferente, da maneira que puderam, e, se não conseguiram ir além, este era o limite. Irene de certa forma teve sorte por ter tido a seu

lado um companheiro que não a podou na sua carreira profissional, o que é raro para a época. As colunas de Irene mostram, sim, que se por um lado ousava, por outro também reafirmava papéis do masculino e do feminino, à medida que reproduzia os afazeres que eram considerados das mulheres, à época dos "anos dourados", e também depois. Fazia sucesso, ousava, e incentivava ouvintes a também ousarem, trabalhar fora, se arrumarem melhor, a adquirirem novos produtos, utensílios, objetos ou eletrodomésticos, novos vestidos, maquiagens o que viria a ser mais oneroso para a família, mas também criava mudanças de comportamento nas pessoas que a ouviam. Narrativas de homens que atuaram na época demonstram que havia competitividade, preconceitos com uma mulher que tinha popularidade.

Tudo indica que a sua preocupação com as mulheres era só com a elegância, cortesia, os bons modos e etiquetas, cuidado com o corpo, truques de beleza, dicas de cozinha, maquiagem; e isso seria apenas a reprodução e reafirmação de valores tradicionais. E era, porque a grande maioria das mulheres da época estava confinada aos espaços privados e eram dependentes dos homens da família, os provedores (BASSANEZI, 1997). Por outro lado, possivelmente alguns homens ficassem enciumados, ao perceberem as mudanças de atitudes nas mulheres em relação ao seu cuidado com a beleza e com o corpo.

Os padrões de conduta e comportamento, e de suas cobranças, mudaram muito nestes últimos 50 anos, e, desde a década de 1940 quando o jornalismo norte-americano passou a ditar o que era publicado em termos de consumo e comportamento, quer no padrão hollywoodiano, quer nas receitas para boas donas-de-casa, passando pelo *slogan* de "a garota moderna" e a "mulher múltiplice" (BUITONI, 1981), as receitas de "como conquistas e segurar seu homem", dos anos 50 e 60, tempo em que as mulheres copiavam sofregamente os modelos e queriam segui-los, passando pelas mudanças da contracultura, a pílula, a lei do divórcio em 1977, o feminismo, a tematização do prazer feminino e as abundantes reportagens de tudo o que se pode imaginar de liberação sexual e liberdade de escolhas, até o ano de 2003, quando Irene ainda escrevia, efetivamente a sociedade e as formas de viver neste mundo foram alteradas.

Referências:

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. (org). **História das Mulheres do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel:** a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981.

ROCHE, Daniel, As práticas da escrita nas cidades francesas no século XVIII. CHARTIEWR, Roger (org). **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen da Silva:** o feminismo na imprensa abrasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido***:* a construção das elites, Itajaí (1929-1960). 2. ed. Itajaí: Univali, 1999.

LUNA, Gloria Alejandra G. **A personagem na história***:* Irene Boemer, educação e radiodifusão em Itajaí (1940-1950). Relatório Final de Pesquisa, UNIVALI, Pibic, 1991.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2. Florianópolis:CFH/CCE/UFSC, 2000, p. 30.

ROSA, Maria das Dores. **Juventude eterna e "ditadura" do corpo perfeito:** os discursos da mídia e as práticas da beleza feminina entre 1990 e 2005. Florianópolis, 2005 Monografia (Graduação em História), UDESC, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre 16 (2):5-22, jul/dez. 1990. p. 5-22.

Sociedade romana e o estoicismo: a importância da filosofia nos escritos de Lucius Sêneca

Marcos Luís Ehrhardt[•]

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo discutir a importância dos estudos filosóficos nos escritos de Lucius Seneca, principalmente nas Cartas a Lucílio. Vinculado ao estoicismo, Sêneca defende que a filosofia cumpra uma função pedagógica e contribua para corrigir os problemas da sociedade romana em sua época e servir de modelo para a posteridade.
Palavras chaves: Sêneca, sociedade romana, filosofia, estoicismo.

Abstract: this work objective to discuss the philosophies studies importance in the Lucius Seneca writings, principally in the Lucílio's letters. Linked stoicism, Seneca defend which the philosophy execute a pedagogic function and contribute from correct the Roman society problems in your period and to serve as model for posterity.
Key Words: Seneca, roman society, philosophy, stoicism.

Acima de tudo, porém, refugia-te na filosofia.
(Sêneca, Cartas a Lucílio, 58,4)

A partir do terceiro século antes de Cristo, assistimos a mudanças profundas no mundo helenístico. É o tempo do enfraquecimento das poleis gregas, das emigrações e misturas de diferentes povos, de constantes desarraigamentos, do Oriente para o Ocidente, do Ocidente para o Oriente.

Destacam-se, nesse contexto, duas grandes escolas filosóficas: o epicurismo, escola fundada por Epicuro; e a escola fundada por Zenão de *Cicium*, estóica, do grego "*stoa*", pórtico. Este último era um fenício helenizado oriundo da cidade de Chipre, que vai exercer grande influência sobre as monarquias desse período que se mostram devotadas, no aspecto político, a regentes deificados. As duas correntes filosóficas querem oferecer muito mais do que teoria, o que almejam é oferecer aos interessados e iniciados um modo de vida, quer seja, são orientações práticas para o cotidiano das pessoas.

Norberto Bobbio, referindo-se ao estoicismo, diz que se trata de "uma filosofia moral concreta, que insere elementos universais e comuns a todos os homens na vida real da sociedade" (BOBBIO, 1999:24).

[•]Professor Assistente do Colegiado do Curso de História da UNIOESTE/PR, doutorando em História pela UFPR, bolsista CAPES.

A filosofia estóica defende, em alguns momentos, a participação dos seus iniciados na vida pública e, portanto, política da cidade. Sêneca procura então, seguir as orientações dos seus mestres e demonstra como e em que momento tal participação torna-se necessária. Observamos que a postura do filósofo cordobês em relação a esse tema é pautada nas experiências e conjunturas que ele experimenta e participa.

Na Carta 73 das Epístolas Morais, (*Ad Lucilium Epistulae Morales*) podemos constatar a relação que ele defende entre o filósofo iniciado nos ensinamentos do estoicismo e o governante:

> *os filósofos, portanto, que nos seus esforços com vista a uma vida consagrada à moral, só tem a beneficiar com a segurança social, veneram como a um pai o príncipe a quem devem tal benesse (...) Apenas esse homem pode testemunhar desinteressadamente em favor do príncipe e ter em relação a ele, sem que este o saiba, uma enorme dívida de gratidão.(SÊNECA,1991:288)*

A enorme importância dada por Sêneca do papel do filósofo na vida política da cidade pode ser observada em trecho do tratado *Da Ira*, no segundo livro, no qual diz que "importante es para esto elegir preceptores y pedagogos de plácido carácter. Todo lo tierno se adhiere a lo inmediato y crece conformándose com elle: el adolescente reproduce muy pronto lãs costumbres de lãs nodrizas y pedagogos" (SÊNECA,1952:434)

Sêneca recupera, em boa parte do conjunto de sua obra, o cenário dos governos de Calígula, Cláudio e Nero, vividos intensamente por ele, nos bastidores ou tendo as rédeas do poder em suas mãos. Há uma riqueza da vida cotidiana do mundo romano, bem como da vida pessoal das duas personagens, quer seja, o filósofo cordobês e seu discípulo Lucílio. "A sua filosofia, portanto, não é fruto de uma meditação abstrata (...) mas sim resultado de uma luta de todos os dias contra as imposições do momento, contra a fortuna e a adversidade, contra as próprias fraquezas, o inimigo mais difícil de vencer". (CAMPOS, 1991: XXI).

Sêneca defende, na formação do seu modelo, a importância da filosofia e dos estudos. Aproximar-se da filosofia é o melhor caminho, pois para ele na filosofia reside à saúde verdadeira, ela dá forma e estrutura a alma, ensina os rumos da vida, pois uma vida verdadeiramente feliz é produto de uma sabedoria plenamente alcançada. Para Sêneca: "O objetivo da filosofia consiste em dar forma e estrutura à nossa alma, em ensinar-nos um rumo na vida, em orientar os nossos atos, em apontar-nos o que devemos fazer ou por de lado (...) sem ela ninguém pode viver sem temor, ninguém pode viver em segurança".(SÊNECA, 1991:55).

Ao longo dos escritos senequianos, podemos perceber a influência de Cícero, e este era um dos grandes autores lidos no período imperial. Para Henri-Irénée Marrou, "Cícero insiste na necessidade de uma preparação filosófica sólida. O conhecimento da história e do direito era fundamental para a formação de um bom romano, seja ele um cidadão comum, seja ele um homem de estado". (MARROU, 1990:437/8).

Para o mesmo Marrou, "(...) o homem verdadeiramente culto não é apenas um "letrado", mas também um erudito, um sábio, sob o nome de ciência devendo-se, essencialmente, compreender esta erudição adquirida a margem dos clássicos" (MARROU, 1990:433).

A iniciação e posterior domínio da filosofia faz segundo Sêneca, o iniciado mais seguro de si, auxilia a enfrentar os problemas cotidianos e os temores da vida; propicia o discernimento para separar o certo do errado, o bom do mal, o amigo verdadeiro do inimigo, muitas vezes disfarçado de amigo. Para ele era preciso interiorizar a filosofia no mais íntimo do ser, torná-la uma amiga inseparável. Diz ele a Lucílio acerca da importância da filosofia na sua formação: "(...) para a tua formação a opinião que tenhas sobre ti mesmo importa muito mais do que a dos outros (...) em levar-te a querer agradar mais a ti do que ao vulgo, a avaliar a qualidade, e não o número, das pessoas que emitem juízos sobre ti, (...) a poder vencer a adversidade ou a pôr-lhe a cobro". (SÊNECA, 1991:110).

A sua filosofia é uma filosofia pragmática, voltada a enfrentar os problemas cotidianos. Diz ele: "na filosofia não basta, como é o caso nas outras ciências, confiar na memória, devemos pô-la em prova através da ação. Para ser feliz não basta conhecer a teoria, há que pô-la em prática" (SÊNECA, 1991:307).

Sua defesa recai não no falar, numa retórica vazia, mas no ensino e na ação. "Tem de viver para os outros quem quiser viver para si mesmo. (...) Se queres saber o que a filosofia traz de útil à humanidade, dir-te-ei: os seus preceitos pois a filosofia não elege alguém especial, sua luz está ao alcance de todos indistintamente" (SÊNECA, 1991:162).

Uma distinção entre "homens comuns" e "homens dotados de sabedoria", faz-se pelo estudo da filosofia. Sêneca é categórico acerca da diferença que separa os dois grupos quando nos diz, "dirige todo teu espírito para a filosofia, acompanha-a sempre, pratica-a sempre: uma enorme distância te separará dos demais homens; ficarás muito à frente do resto da humanidade e os deuses pouco se distanciarão de ti". (SÊNECA, 1991:183).

Em alguns momentos, Sêneca estabelece uma relação terapêutica com a filosofia. Em trecho da Epístola 52 ele nos diz: "guardai um silêncio respeitoso, recebei de bom grado a cura que a filosofia vos dá", (SÊNECA, 1991:179) ou ainda em trecho da carta 94 ele interroga: "E o que é, afinal a filosofia senão a lei que rege a totalidade da vida? (...) Os tratados ministram variados tipos de preceitos, e graças a eles consegue chegar-se a um estado de espírito perfeitamente equilibrado".(SÊNECA, 1991:491).

O fortalecimento do espírito e de uma alma grandiosa, preparada para enfrentar os problemas de uma vida atribulada é constantemente defendido por Sêneca se buscarmos refúgio na filosofia. Para ele: "(...) quem fizer da filosofia uma terapêutica tornar-se-á forte de espírito, cheio de autoconfiança, atingirá uma altura inigualável e tanto maior quanto mais dela nos aproximamos".

(SÊNECA, 1991:616).

Esta aproximação, iniciação e posterior aplicabilidade dos estudos filosóficos, que visam, segundo o filósofo, na busca de uma vida elevada, como escudo e fortaleza para os problemas cotidianos, devem ser feitos de forma disciplinada, organizada preferencialmente com auxílio de alguém experiente, já iniciado nos estudos, pois do contrário, acarretaria em dispersão e esforços vãos.

Esta orientação evitaria leituras demasiadas, pois para Sêneca era preciso buscar qualidade e não quantidade como ele mesmo afirma: "não interessa a quantidade, mas sim a qualidade: a leitura é proveitosa se for metódica, se apenas for variada torna-se um mero divertimento". (SÊNECA, 1991:150).

Os conselhos dado ao discípulo, pelo menos era assim que Sêneca desejava que fosse, no orientariam na escolha considerada certa de autores mais indicados a cada área, a cada problema, a cada etapa a ser superada na busca de um objetivo, que para nós, trata-se do modelo de filósofo e homem a ser atingido.

Sêneca se coloca como alguém mais apto a apontar os caminhos, pois o cordobês já acumulava experiência e um caminho mais longo na referida arte. Diz ele ao jovem Lucílio: "se queres um conselho, dirige-te aos antigos: para nos auxiliar tanto podemos recorrer aos vivos como aos mortos". (SÊNECA, 1991:178).

Há um trecho lapidar na Carta 84 desta orientação de mestre para discípulo quando Sêneca diz que, "a leitura, é de fato, em meu entender, imprescindível: primeiro, para me não dar por satisfeito só com as minhas obras, segundo, para ao informar-me dos problemas investigados pelos outros, poder ajuizar das descobertas já feitas e conjeturar os que ainda há por fazer".(SÊNECA,1991:379)

Para Sêneca era preciso intercalar a arte da leitura e da escrita, quer seja, buscar um equilíbrio entre ambas, pois as idéias surgidas durante as leituras tomariam forma durante a escrita. "Teremos de nos aplicar ao estudo, de freqüentar os mestres da filosofia, a fim de assimilarmos os princípios já estabelecidos e investigar o que ainda está por descobrir". (SÊNECA, 1991:568).

A filosofia serviria ainda, para uma utilidade prática, pois o homem iniciado nos estudos poderia se colocar a serviço de seu semelhante e a serviço do bem comum. "Ora, os homens de bem são úteis uns aos outros. A sua função é praticar a virtude e manter a sabedoria num estado de perfeito equilíbrio. (...) Um homem de bem só pode ser útil a outro homem de bem. Na realidade, ser útil consiste em estimular o espírito segundo a natureza por ação da própria virtude". (SÊNECA, 1991:603).

Sêneca não perde de vista o fato de que está falando também para seus pares. Não esconde, ao longo de suas reflexões, que há "homens escolhidos" para a missão de ensinar, e há

aqueles que devem apreender pois são aptos a isso, e todos juntos irão educar a humanidade. Tal aspecto nos reporta também a ênfase dado pelo autor ao papel do "sábio" na sociedade romana e a toda a humanidade.

Para ele:

> *a perfeição absoluta é aquela que é perfeita em relação à ordem universal da natureza, e esta é racional; os diversos seres só podem ser perfeitos em relação à sua espécie. Em suma, o bem só existe em quem existe a razão. (...) Esse bem que consiste numa alma escorreita e pura, émula da divindade, erguida acima do vulgo humano e sem recorrer a nada exterior a ti? És um animal racional. Qual é então o teu bem próprio? A perfeita razão. (SÊNECA, 1991:701).*

Para se atingir a condição de sábio, é preciso que haja um esforço contínuo, um empenho constante e árduo, além de exercícios de reflexão diários que Sêneca propaga em seus textos, através de exemplos seus, "modestamente" se colocando com um homem em constante aprendizado, e de outros autores que ele elege. No tratado intitulado "Da Vida Feliz" (*De vita beata*) o autor afirma: "a mim me basta cada dia tolher um dos meus defeitos e corrigir os meus erros.(...) O que digo não é defesa própria (sou um efetivo mostruário de defeitos), mas para defender aqueles que conseguiram certo progresso".(SÊNECA, 1991:47)

Insistimos, portanto, no aspecto do papel de Sêneca e de sua filosofia na história do pensamento do primeiro século da era cristã, e na possibilidade de construir um modelo a partir de seus escritos, pois como ele afirma: "o homem perfeito, possuidor de virtude, nunca se queixa da fortuna, (...) convicto de ser um cidadão do universo, um soldado pronto a tudo, aceita as dificuldades como uma missão que lhes é confiada. Tal homem possui uma alma perfeita, levada ao máximo das suas potencialidades, tal que acima dela não há senão a inteligência divina, uma parte da qual, aliás, transitou até este peito mortal". (SÊNECA, 1991:674)

Em suma, a filosofia prepara os homens para as lutas diárias, para os enfrentamentos da fortuna, pois para Sêneca esta deveria não ser apenas teórica, mas pragmática; além disso, é arte fundamental para preparar alguns homens na missão de educar para a vida e para a morte, aos coevos e as gerações que virão.

Cleonice Furtado Van Raij, em estudo introdutório das *Cartas Consolatórias* afirma: "Plutarco e Sêneca são considerados os dois médicos de alma que melhor souberam preparar as 'beberagens morais' que levassem o homem a suplantar a dor, sobremodo a da perda, tão viva, tão profunda, tão certeira, tão agressiva, tão inimiga de toda razão".(VAN RAIJ, 1992:19).

Vivendo em época conturbada, assistindo, segundo afirma o próprio filósofo em grande parte dos seus escritos, e parte da sua geração, a certa decadência de valores, principalmente morais, a filosofia deveria cumprir este papel pedagógico: propagar ética, ensinar valores morais, ensinar uma vida virtuosa, afastada dos vícios, educar para uma boa conduta política e pessoal.

Para o filósofo latino, referindo-se a filosofia: "Esta já foi, menos complicada, quando as faltas dos homens eram menos graves e podiam sanar-se com cuidados ligeiros. Para lutar contra uma loucura tão violenta e tão largamente difundida a filosofia tornou-se mais complexa, teve de ganhar um acréscimo de forças proporcional ao acréscimo dos males que combate". (SÊNECA, 1991:511).

Verificamos aí um Sêneca preocupado com a paz no Império; na sua afirmação, pretende atingir a todos. Aos cidadãos, para buscarem uma vida correta, reta, portanto, virtuosa; para os governantes, uma administração que atinja concórdia. Beneficiar a todos mesmo que não haja uma contrapartida; quer seja, fazer o bem sem nada esperar em troca, pois é obrigação do homem virtuoso fazer isso; proporcionar benefícios a todos os habitantes do Império. Este homem iniciado na filosofia tem plenas condições de discernir o verdadeiro valor desses benéficos, o local, a importância, e a quem distribuir.

Adquirir sabedoria escolhendo cuidadosamente os modelos é uma constante preocupação para Sêneca. Jamais o processo do conhecimento é uma via de mão única; ao contrário, quem ensina também aprende, pois é preciso, segundo o autor, aproximar-se dos bons exemplos e afastar-se dos "casos desesperados". Quando se tornar um mestre, escolher discípulos com força e capacidade para enfrentar os desafios de um verdadeiro estudo filosófico. Para ele, orientando Lucílio, "somente a filosofia poderá acordar-nos, só ela poderá sacudir-nos de um sono pesado: dedica-te inteiramente a ela!". (SÊNECA, 1991:183).

Referências bibliográficas:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UnB, 1999.

MARROU, Henri-Irénée. **História da Educação na Antigüidade**. São Paulo: EPU, 1990.

SENECA, Lucius Annaeus. **A Vida Feliz**. Tradução: Cleonice Furtado Mendonça Van Raij. Campinas: Pontes, 1991.

SENECA, Lucius Annaeus. **Cartas a Lucilio.** Tradução, Prefácio e Notas de J. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nos tempos dos tigres: o indesejável transporte dos dejetos no recife oitocentista.

Manuela Arruda dos Santos*

Carniças, bichos mortos, imundícies eram abandonadas perto das pontes ou nas praias, [onde bando] de urubus realizavam o trabalho de limpadores das ruas.

Gilberto Freyre, Vida social no Brasil nos meados do século XIX

Resumo: Este artigo trata da falta de salubridade como uma constante na paisagem das principais cidades brasileiras em meados do século XIX. Discutimos os relatos de cronistas e viajantes sobre a realidade cotidiana, em contraste com o ideário oriundo da Europa que, propagava a cidade como o "locus" de modernidade, civilidade e higiene. O Recife sofria nesse período, com sérios problemas oriundos do "inchaço" populacional e com um abastecimento de água insuficiente para atender a demanda crescente. A inexistência de um sistema de esgotamento fazia com que os dejetos e "águas servidas" produzidas no interior das moradias fossem removidos manualmente por escravos, exalando nas ruas um infecto odor. Um mal estar generalizado e cotidianamente denunciado nos jornais da cidade.
Palavras chave: Recife, higiene, sensibilidade olfativa

Abstract: This article to analyze with the salubrity lack as a constant in the landscape of the main Brazilian cities in middle of century XIX. We argue the narrative of cronistas and travellers on the daily reality, in contrast with the deriving ideário of the Europe that, propagated the city as "locus" of modernity, civility and hygiene. Recife suffered in this period, with serious deriving problems of the "population swell" and with a insufficient water supply to take care of the increasing demand. The inexistence of an exhaustion system made with that the dejections and "waters served" produced in the housings were removed manually by slaves, exhaling in the streets an infectum odor. One badly to be generalized and daily denounced in periodicals of the city.
Keywords: Recife; hygiene; olfativa sensitivity

Algumas explicações

Quando começo a apresentar a minha pesquisa sobre a presença do lixo, enquanto problema de ordem pública no Recife oitocentista, sinto uma certa apreensão. Primeiro por que – lixo- é uma designação genérica daquilo que não queremos por perto, ademais, é um assunto pouco atraente para a mídia[1]. Enquanto que o meu objetivo é justamente trazer ao

* Mestranda em História, UFRPE; bolsista FACEPE.

[1] Um exemplo disso é a falta de atenção que a mídia tem dado ao projeto de lei que tramita na Câmara dos deputados, desde agosto de 2001, sobre a criação de uma política nacional de resíduos sólidos resultantes das atividades humanas. Entre as metas propostas por ele, estaria a implantação, em apenas dois anos, da coleta

centro da discussão um assunto relegado "a periferia" da pesquisa histórica, quando se trata dos estudos sobre as questões urbanas e seus desdobramentos ante a cruzada industrial de meados do século XIX. Na verdade, tento resgatar, sobretudo em relação à formação de uma sociedade burguesa e capitalista, as mudanças culturais que acompanharam as transformações políticas e econômicas. Esse período viu emergir uma nova concepção sobre "o corpo", e a transformação a cerca da própria acepção da palavra. A expressão "corpo social" só aparece na forma como hoje a compreendemos a partir do decorrer do século XIX, o princípio da "biopolítica"[2] faz emergir um novo sentido para a noção de "corpo". Isso por que até o século XVIII quando se fala em "corpo do rei", não se estava referindo a uma metáfora e sim, a uma realidade política. A partir de então, o corpo a ser protegido já não deve ser mais o corpo da realeza e sim o corpo social, implicando em medidas de assepsia social A eliminação dos doentes, controle dos contagiosos, exclusão dos delinqüentes e degenerados, bem com a formação de toda uma pedagogia dos pobres, vai ganhar consistência, durante os oitocentos, chegando até nós, hoje.[3]

A afirmação das práticas higiênicas enquanto pedagogia é um assunto sobre o qual vale a pena refletir e, particularmente em termos históricos. O conceito de lixo é uma construção histórica e a higiene dos corpos, tal como nós a percebemos nos dias atuais é um fenômeno cultural. De acordo com a sociedade e a época, as atitudes em relação à higiene dos corpos, a maneira como está é praticada, seus alvos e suas formas não são constantes, mas mutáveis. Como fenômeno cultural e social, a higiene tem sua história, assim como seus próprios códigos, seus rituais, seus atores e seu palco. O historiador inglês Peter Burke, defende a escrita de "uma História social do lixo", uma vez que inquerir sobre as práticas de descarte de lixo, é uma maneira de analisar o pensamento cotidiano de determinado grupo e, como este, lida com as representações acerca da higiene. O trabalho surgiu com o questionamento sobre um dos pontos dessa pesquisa que eu venho desenvolvendo. Como e onde era feito o descarte do lixo e das imundícies no Recife oitocentista?

---

seletiva obrigatória em todas as cidades com mais de cem mil habitantes. Sendo que tal projeto não é o único tramitando no congresso, sobre o assunto. Antes dele, dezenas de propostas que foram apresentadas à Câmara dos Deputados, se encontram "engavetados", de acordo com as informações do Jornal do Commércio de recife de 20 de março de 2002.

[2] O conceito de biopolítica engloba uma série de controles reguladores, bem como intervenções do poder que a partir do "corpo-espécie" vai se preocupar com as taxas de natalidade e mortalidade, os níveis de saúde, a duração média de vida. Este conceito foi exposto por Foucault, em sua aula proferida no Collége de France em 17 de março de 1976.

[3] Essa discussão está presente no capítulo IX intitulado: saber-corpo, do livro: microfísica do poder, de Michel Foucault, p. 145-152.

Os tigres e os locais de descarte de lixo do recife

Podemos dizer que o sistema de "esgotamento sanitário urbano" que vigorou no Brasil até a segunda metade do século XIX, foi o do "tigre". "Tigre" era denominação dada as barricas e tonéis de madeira que acumulavam matérias fecais no interior das edificações. Quando atingiam o volume máximo, tais depósitos eram carregados por escravos que, se encarregavam de despejar o infecto conteúdo fora, nas praias, mangues, rios e quintais. Existiam duas modalidades de tigres: os com chapéu e os sem chapéu, ou seja, com tampa e sem tampa. A passagem desses recipientes e seus respectivos condutores pelas ruas de Recife, pode ser destacada como, no mínimo, constrangedora para a população de "bem" que era submetida a vários perigos; como o mal-cheiro oriundo das barricas, além do perigo do contato com seu conteúdo já que, o estado de conservação dos barris era precário e, constantemente, os mesmos desfaziam-se em plena via pública, sujando ruas e pessoas.

No princípio não havia impedimento quanto aos locais de depósito das imundícies e lixo doméstico, posteriormente, ficou proibido fazerem-se despejos em locais onde passasse o rio. Em edital da municipalidade, datado de 1843 e assinado por José de Barros Falcão Lacerda, em nome do presidente da província estabelecia locais determinados para o serviço, no centro do Recife. Sendo assim: na rua detrás do Teatro Velho, na Travessa do Alecrim, Travessa das Cinco Pontas, na de São José, no Cais do Lessa, no Beco do Capim, nas proximidades do Forte do Matos (por trás da casa do Borba), rua do Arsenal da Marinha (fundos do Beco Largo), e Porto das Canoas. Já para a freguesia da Boa Vista, os locais marcados seriam a Ponte Velha, no fim da rua dos Coelhos, Barreiras e rua da Aurora. (SETTE, 1949: 248). No entanto, a falta de recursos limitava a fiscalização, as matérias fecais continuavam sendo colocadas nos locais proibidos. Um exemplo de como essa prática perdurou, mesmo com os protestos dos médicos sanitaristas, temos o seguinte relato:

> *Anteontem, enquanto não encheu a maré, tarde, exalava-se do Cais 22 de novembro[4], junto a ponte Sete de Setembro, o mais apurado perfume da municipalidade. Os selvagens africanos contando com a impunidade e com a relaxação dos agentes municipais, nem ao menos nesse dia desceram a rampa, para lançar na água o despejo que faziam e junto mesmo dessa ponte e sobre um montuoro que se está formando ao pé do cais, despejaram os vasos. Isto deu-se em plena luz do dia e com escândalo e incomodo público. Já não é a primeira vez que tal sucede. Debalde se tem clamado contra isto, e feito ver que aquele lugar não é ponto de despejo público. Tem sido tempo perdido; não há nesse país uma autoridade que providencie a esse respeito.(JORNAL DO RECIFE, 02.01.01872).*

[4] Atual Avenida Marquês de barros, bairro se Santo Antônio.

Outra narrativa interessante foi o fato presenciado por Joaquim Manuel de Macedo, autor do conhecido romance ***A moreninha***, ocorrido em 1839 no Rio de Janeiro ("Ah! que não sei do nojo como o conte!" – dizia ele):

> *Pouco depois das 20 horas, subia pela rua do Ouvidor um sisudo inglês, trajando casaca preta, gravata branca e um chapéu patente, quando, subitamente, topou com um tigre que descia, levando um barril para despejar no mar. O pobre africano, ainda a tempo, recuou um passo; mas o inglês, que não sabia recuar, avançou outro.O tigre encostou-se à parede que lhe ficava à direita e o inglês, supondo-se desconsiderado por um negro que lhe dava passo à esquerda, honrou o pobre africano com um soco. Este, perdendo o equilíbrio pelo ataque inesperado, deixou cair o barril para diante e, naturalmente, de boca para baixo. O barril abismou em seu bojo o chapéu e a cabeça e inundou com o seu conteúdo a casaca, o colete e as calças do inglês. O negro fugiu acelerado e a vítima de sua própria imprudência, conseguindo livrar-se do barril, que o encapelara, lançou-se a correr atrás do africano, sacudindo o chapéu em estado indizível e bradando furioso: Pegue ladron! Pegue ladron! Mas, qual "Pega ladrão!", todos se arredavam do inocente e mal cheiroso negro que fugia, e ainda muito mais do inglês, tornado de tigre pela inundação que recebera. Foi geral o coro de risadas na rua do Ouvidor, àquela noite*.(Jangada Brasil, 200: nº. 21. Fonte: extraído de http://www.jangadabrasil.com.br/maio21/of21050b.htm).

O tratamento dado as "águas servidas" era pauta de reclamações freqüentes, isso por que, outro, hábito cotidiano na cidade era o despejo dos penicos cheios de excrementos do alto dos sobrados, não perdoando o transeunte que passava distraído pelas ruas, a qualquer hora do dia ou da noite. Fala-se até que muitos moradores ficam a espreita por trás das janelas dos sobrados, esperando algum "desafeto" passar, para "honrá-lo" com os excrementos atirados pela janela. A situação era tão séria que, em 1831, a Câmara editou uma postura municipal que determinava que o arremesso de excrementos para a rua só poderia ser feito à noite, e isto mesmo com o aviso prévio três vezes seguidas:
- Água vai!... Água vai!... Água vai!... Quem fosse pego infringindo a norma, poderia pagar multa de 4$000, além da indenização pelos prejuízos causados a vítima. No entanto, os banhos involuntários e mal-cheirosos continuaram marcando a paisagem recifense e, aterrorizando viajantes estrangeiros. Foi o que ocorreu com Charles Darwin que, em visita ao Recife em 1836, descreveu a cidade como suja, nojenta e enlameada, deixando claro que não sentiria saudades do lugar.(CARVALHO,2002)

O medo das epidemias e as tentativas de implementação do sistema de esgotos no Recife

A abertura dos portos 1808 e o crescente deslocamento populacional do campo para a cidade, foram decisivos para o inchaço populacional do Recife. A medida que o Recife crescia, o transito de tigres aumentava e aumento da produção de "águas servidas"dificultava ainda mais o deslocamento destas do interior das casas, principalmente em casas que não

tinham quintal ou perto das quais não existia marés. "As condições higiênicas ima refletindo essa conseqüência de um péssimo sistema de eliminação das fezes e das águas sujas. Sobreudo quando das epidemias de cólera-morbo assaltaram o Recife, o anos de 1856 e 1859." (SETTE, 1949: 249) Foram as constantes epidemias de cólera, bem como de outras calamidades que serviram de base pra a reformulação das noções de higiene. A lavagem de ruas, com a ajuda dos moradores, a pavimentação e drenagem de ruas, jatos de cloro em certas fossas, promulgações de instruções favoráveis à circulação do ar e da água, estão entre as tentativas de controlar as emanações maléficas. A água também ganha um papel de destaque dentro desse processo. "O banho" vai ser visto como uma defesa suplementar contra o contágio e, os governos vão incentivar essa prática, por meio da criação de banhos públicos, como uma tentativa de possível preservação.

> "*A água já não fragiliza as aberturas corporais, protege-as. Afasta ameaças ainda imprecisas e, sobretudo dinamiza as funções orgânicas acelerando a transpiração e a energia. Muito simplesmente, mudou de sentido em relação ás antigas práticas dos tempos de peste:defende. Já não expõe a perigos, afasta-os. As autoridades, conscientes de que o banho tépido nem sempre é acessível insistem nas instruções, pelo menos nas abluções. [...] Mas os circuitos da água mudam, a ponto de modificar o imaginário urbano. O tema central já não é mais o da distribuição, é também o das evacuação. E o banho, não obstante as suas várias limitações sociais, está diretamente compreendido nesta rede*." (VIGARELLO 1985: 142-143)

A cólera reforçou os dispositivos que alteram a imagem da cidade, a cidade deveria ser drenada, tanto em superfície quanto em profundidade, por um sistema de canalizações debaixo da terra. Um relatório sobre a saúde pública,apresentado a Presidência da Província, em 1854 ressaltava o grave inconveniente do "transporte de excrementos em barricas" e, propunha a utilização de latrinas móveis e hermeticamente fechadas. Em 1858, houve a primeira tentativa para a organização de uma empresa que pudesse explorar o serviço moderno de esgotos no Recife. Tal feito foi realizado em 25 de dezembro, em acordo assinado com o engenheiro Carlos Luís Cambrone. O contrato previa o escoamento das águas servidas para o rio, por meio de canos de ferro ou grés. Já as matérias sólidas, seriam depositadas em caixas de madeira e revestidas de metal que, a empresa forneceria a cada domicílio, com capacidade para 10 pessoas em 15 dias. Após uma quinzena, esses depósitos seriam transportados a locais determinados em carros da empresa. A empresa também se ocuparia da coleta do lixo, os trabalhos começariam em 18 meses e seriam concluídos do prazo de cinco anos. Os contribuintes pagariam uma quantia anual pelo serviço.

A primeira tentativa malogrou e, em 1865 foi renovado o contrato com o mesmo engenheiro francês. Dentre as novas clausulas, o Sr. Cambronne deveria assegurar a população "um sistema completo de limpeza e escoamento de matérias excrementais e águas servidas da cidade do Recife, nas casas existentes e nas que viessem a ser construídas." (ARRAIS, 2004: 390). As obras teriam um prazo de quatro anos e seriam fiscalizadas pelo governo. Nos prédios e sobrados deveria constar pelo menos uma latrina em cada andar da edificação. Seriam construídas latrinas e mictórios públicos e a cidade seria divida em três distritos: bairro do Recife, Santo Antônio e São José, e Boa Vista.[5] O fato é que por volta de 1867, os jornais da cidade reclamavam que o projeto dos esgotos não havia saído do papel. A empresa Cambronne de limpeza e asseio da cidade do Recife não agradava a população que começou a apelidar de "Cambronne" os aparelhos de latrina, em alusão ao nome do dono da mesma. A empresa por sua vez, argumentava que a população não fazia utilização correta das latrinas, lançando panos, ossos, espinhas de peixe e outros resíduos de cozinha, obstruindo os canos e causando prejuízos.

Surgiu assim o sistema de esgotos, ao contrário das arquiteturas monumentais, o investimento em saneamento queria o investimento de uma maquinaria invisível. Também começaram a ser realizadas as primeiras tentativas de canalização da água para o uso em casas particulares. "A grande originalidade dessas instrumentações consiste um novo ator a uma representação também nova a ela: é o engenheiro que se encarrega da articulação das redes e não o arquiteto." (VIGARELLO 1985:143). Dentro desse contexto, os médicos, ditos sanitaristas, ocuparam um papel fundamental, era em nome da medicina que se adentravam nas casas, para ver suas instalações, que se pautava o doente ou o criminoso. O trabalho desses profissionais vai tentar modificar velhos hábitos, com um projeto unificar da cidade por meio da ligação da rede esgotos, para dar vazão as águas servidas e os detritos produzidos no interior das residências.

A aparelhagem de esgotos funcionou de forma precária, durante a segunda metade do século XIX, tendo chegado a contribuir para a proliferação de surtos de contágio já que as latrinas sem manutenção e higienização adequadas, transformaram-se em focos de ratos e baratas no interior dos domicílios, o mal estado de conservação dos canos contaminava o solo, as descargas eram insuficientes. Só a partir de 1908, com chegada do sanitarista Saturnino de

[5] Os preços das latrinas seriam estes: 3ª classe, 27$000, pagos por quartéis vencidos, anualmente, por uma só latrina; por duas latrinas, 52$000, e por três, 60$000. Mais 6$000 por aparelho excedente. A empresa teria preferência para a remoção do lixo dos domicílios. O sistema proposto era o mais aperfeiçoado então existente, exigindo dupla canalização, emprego de máquinas a vapor e adoção de aparelhos a sifão, semelhantes aos de Londres, com completo e abundante suprimento d' água.

Brito é o Recife vai ter de fato um sistema de esgotamento sanitário na área central. O discurso médico ganhava força e, a cidade entrava novamente em um "surto de modernização", com o alargamento e calçamento de ruas, as obras de melhoramento do porto, etc. O Recife adentrava assim no século XX.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Ângela de. **Posturas do Recife Imperial**. 2002. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. 2002.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.

BREMMER, Jan, ROODENBURG, Herman (orgs.). **Uma História cultural do humor**. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CANNADINE, David (coord.). **Que é História hoje?**. Tradução Rui Pires Cabral; revisão do texto: Eda Lyra/ Lídia Freitas. Lisboa: Gradiva publicações, 2006.

CARVALHO, Marcus Joaquim. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). Recife: editora universitária, UFPE, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CORBIN, Alan. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução, Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Vols. 1 e 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 22ª edição em 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 31ª edição.

LYOTARD, Jean Facções. **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 8 ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MELLO, Virgínia pernambucano de. **Água Vai!**: História do saneamento de Pernambuco 1537-1837. Recife, Companhia Pernambucana de Saneamento- COMPESA, 1991.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. Ritos fúnebre e revolta popular NO Brasil do século XIX. São Paulo: companhia das letras, 1991.

ROY, Porter. *História do corpo*. In: **A escrita da História**: novas perspectivas/ Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SETTE, Mario. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. 2ª ed. Livraria-Editora da casa do estudante do Brasil. 1949.

SUSKIND, Patric. **O perfume**: história de um assassino. Tradução de Flávio R. Kothe. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: a higiene do corpo desde a idade média. Tradução de Isabel du Seiul; revisão do texto: Antônio Moreira/ Joel Góes. Lisboa, Editorial Fragmentos Lda, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória e história: a disputa pela interpretação do passado

Noé FreireSandes *

Resumo
Uma nova reflexão sobre o passado formou-se com a Revolução de 1930. A ruptura da experiência política da Primeira República, logo batizada como velha, exigiu a formação de um novo tempo. A interpretação do passado transformou-se então em campo de disputa entre a memória e a história. Os acontecimentos ocorridos entre 1930 e 37 foram destituídos de sentido próprio em nome de um tempo só-presente que fundou a idéia do Brasil moderno.
Palavras chaves – Memória, historiografia, modernização

Abstract:
A new reflection on the past was formed with the Revolution of 1930. The rutpure of the political experience of the First Republic, then baptized as old, demanded the formation of a new time. The interpretation of the past was transformed into a field of dispute between memory and history. The events wich occurred between 1930 and 1937 went then through a process of loss of precise meaning on behalf of an only-present time that established the idea of the modern Brazil.
Keywords: Memory, historiography, modernization.

Inscrever-me no simpósio *História do tempo presente e memória* foi um ato que não se deu sem um grau de relutância. A relutância tinha a ver como a pergunta que me fazia: era um historiador do tempo presente? Qual a substância do presente que marca esse campo de reflexão do historiador? Confesso que não sei responder, com clareza, a pergunta, mas arrisco-me no terreno da constituição da memória e nela o presente se vincula diretamente às lembranças do grupo (HALBWACHS, 1990). Mas a memória histórica é de natureza distinta, pois nela se concentra a evocação do vivido, transubstanciação da memória encarnada nos ritos da lembrança (NORA, 1981). Transformada em objeto de disputa, a memória histórica ordena a representação do passado. Numa perspectiva, a história, em sua fase historiográfica,

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. A presente comunicação faz parte da pesquisa que desenvolvo, como bolsista do CNPq, intitulada *Entre a Memória e a História: os exilados da velha República.*

se desdobra sobre si mesma num processo de autofagia: o passado se esvai filtrado pela atividade crítica. Sobram cacos sem a menor pretensão de totalidade.

Noutra perspectiva se consolida a tradição conservadora. O passado é evocado pelo presente. Forma-se um sentido por meio da compactação das experiências do passado, retirando-lhes as rugosidades, as dobras. Resta a produção do artefato: recortes, lembranças e esquecimentos são apresentados em cuidadosa narrativa sem que se perceba claramente a mão firme do artesão (CERTAU, 2002). Enquanto a memória se presta às manipulações, pois é menos hábil em esconder a produção do seu artefato, a historiografia tem a crítica como pressuposto e se põe a tecer, como Penélope, o seu manto infinito de interpretações. Entretanto, história e memória não conseguem fugir aos furtivos encontros: quando a historiografia, no contínuo exercício de sua modelagem, esboça figurinos que permanecem, neles é possível perceber alinhavos de diferentes matrizes, reveladores do encontro. No local marcado, a história corta com a sua afiada tesoura e a memória borda, aqui e acolá, o relevo de sua experiência.

O Brasil Moderno é fruto da revolução de 1930. Eis um dos figurinos modelado cuidadosamente pela historiografia. Por esta via justifico minha inclusão no simpósio sobre a história do presente. Não há motivo para duvidar desse novo marco de descobrimento do Brasil (GOMES, 1982). Vargas, ainda hoje, é lembrado como artífice da nacionalidade. A costura revirada pelo avesso expõe as linhas da memória. O velho presidente me acompanha desde menino quando fui apresentado a uma nova área de conhecimento: a história do Brasil republicano. No fundo, todo conhecimento se concentrava em um enorme cartaz onde figurava os nomes dos presidentes e vice-presidentes da história da República. O questionário nos obrigava ao penoso exercício de memorização, principalmente no que diz respeito aos vices e aos que ocuparam rapidamente o cargo presidencial. Mas Getulio Vargas se destacava, pois nos livros seu nome se apresentava como um novo tópico de estudo, a Era Vargas. Não sabia bem o que significava uma Era, mas, no ambiente escolar, partilhávamos dessa experiência de identificação e os anos seguintes acabaram por consolidar a impressão de que Vargas representava um divisor de águas da nossa história, conforme ensinava o saudoso professor Hamilton Monteiro, na graduação do curso de História da UnB. Difícil precisar quanta tinta se gastou para falar do homem e de suas pretensões. Como um enigma, desafia historiadores e anima os memorialistas a inscrevê-lo no nosso tempo: lembrar do presidente foi tarefa indicada por ele mesmo na famosa carta testamento, cuja autoria não me parece problema de maior envergadura. Acréscimos e correções expressaram desejos coletivos que se somaram à mensagem pensada pelo presidente.

Estou envolvido pela tradição conservadora, confesso. Não tenho a pretensão de negá-la. Modestamente, busco apenas as marcas da sua produção, da sua duração e estabilidade (POLLACK, 1989). Desloco minha observação para o período pós-revolucionário, certo de que aí se encontram os elementos de organização da experiência vivida. O passado recente é confrontado pelo presente. A elaboração de uma nova constituinte, entre os anos de 1933 e 1934, criou o espaço para reflexão de um novo pacto político, mas o passado ainda se fazia presente e os revolucionários foram obrigados a transigir. A negociação envolvia um tenso diálogo entre o desejo de centralização, alimentado pelas tendências autoritárias, e as práticas liberais que teimavam em persistir, adaptando-se aos novos tempos. Ledo engano: o tumulto dos acontecimentos indicava as escassas possibilidades para a nova ordenação institucional. Esta só se deu alguns anos depois, quando o Estado Novo fundou a idéia de Brasil Moderno. Entre lembranças e esquecimentos, o passado foi reinterpretado, indicando que o golpe foi um mero desdobramento da Revolução de 1930. Os acontecimentos ocorridos entre 1930 e 1937 foram destituídos de sentido próprio: tratava-se de um tempo de gestação do Estado Novo. As apostas e as possibilidades aí vividas foram vetadas como produtoras de sentido. O Estado Novo é bom para pensar o Brasil. Começo pelos meandros da Constituinte.

A Constituinte

Em 13 de novembro de 1933, o então Presidente da Assembléia Constituinte, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada discursa enfatizando o difícil e penoso encargo de presidir a Assembléia. Observa o eminente político mineiro que:

> *[...] para assinalar a procedência de tal juízo, bastaria lembrar a lição que nos dá a história dos povos, segundo a qual menos custoso é demolir um regimen político do que construir aquele cujas virtudes assegurem, com o benefício da paz, a relativa felicidade a que as nações e o homem podem aspirar (Diário da Assembléia Nacional Constituinte, 1934)* [1] .

O presidente da Constituinte falava a partir de sua experiência no processo revolucionário de 1930 e de suas expectativas para a construção da nova ordem em meio ao clima de desorientação das correntes espirituais que marcaram a época. Encontravam-se, naquele recinto, homens de distintas gerações: alguns acompanharam a trajetória de crise da

[1] Discurso pronunciado pelo Presidente da Assembléia Constituinte de 1934, em 13 de novembro de 1933.

Primeira República, outros desafiaram a ordem constituída ao participarem da aventura de 1932 e, precocemente, se anunciavam às defecções políticas dos primeiros anos de governo.

O passado ainda parecia orientar as disputas do presente (RÜSEN, 2001). A representação paulista na Constituinte, apesar da propagada disposição de pacificar o país, insistia em relembrar os mártires de 1932. A rebeldia do passado ocupava o campo da memória, no presente, a bancada paulista e o interventor Armando Salles de Oliveira negociavam com o governo provisório a inserção de São Paulo no jogo político. O espaço de experiências, envolto em golpes e traições, marcou a rotina da Assembléia, exigindo uma contínua avaliação do significado de 1930 e dos governos da Primeira República. Homenagens às datas de 1922 e 1932 demarcavam as balizas do passado, norteadoras de projetos políticos que deveriam ser, senão esquecidos, domados nas suas pretensões reformistas.

A leitura do passado segue trajetória linear, colando os acontecimentos de 1922 e 24 como anunciadores do futuro por meio da revolução de 1930. As primeiras tentativas de releitura dos movimentos militares sofreram forte oposição do presidente Epitácio Pessoa:

> *(...) Heróis de Copacabana, repetem os inimigos da ordem constitucional pela bôca dos seus jornais. (...) É tempo já de pôr têrmo a essa falsificação da história, de desfazer essa fábula, de desmascarar essa fantasia. Tal heroísmo manifestou-se unicamente na imaginação dos partidários obcecados, na ingenuidade dos crédulos ou na gabolice dos figurantes da cena. (PESSOA, E. p. 71).*

O ex-presidente Epitácio Pessoa se recusa a tributar aos tenentes a direção do movimento revolucionário, criticando o presidente Vargas pela adesão precoce à farda e pelo conseqüente abandono do ideário liberal. Segundo o ex-presidente, no afã de se identificar ao lado do movimento revolucionário, as lideranças políticas foram vítimas de uma espécie de amnésia social, cujo fundamento reside evidentemente no desejo, ou no medo, de se aproximar do poder constituído.

Epitácio Pessoa pressentia o iminente desgaste de sua relação com os revolucionários. Denunciou o caráter militarista do movimento de 1930 e deu parecer contrário à reforma do Superior Tribunal Federal que resultou na aposentadoria de 04 ministros.(ABREU, 2001) Acuado politicamente, afastou-se da vida pública, restando-lhe, como abrigo, a memória do sobrinho. Insiste o ex-presidente em que o governo quer macular a memória de João Pessoa, quando declara feriado o dia 05 de julho (data dos levantes de 22 e 24) e, no mesmo decreto,

anuncia o feriado referente ao assassinato do líder paraibano. Enfim a memória agora assume claramente a condição de campo de luta, onde se antevê a derrota inevitável do ex-presidente [2].

Os tenentes buscam as "raízes" da Revolução nos movimentos insurrecionais de militares que o ex-presidente se esmerou em combater. Para o seu desconforto, os tenentes assumiram a condição de heróis nacionais. O episódio do Forte de Copacabana foi tomado como prenúncio da Revolução de 1930 e o próprio Epitácio passou à galeria dos governos oligárquicos, tendo como marca a fragilidade de seu governo que ter-se-ia perdido em meio às disputas oligárquicas e às comemorações do centenário da independência (SANDES, 2000).

A interpretação do passado era uma necessidade do presente. Os conflitos em torno do legado da história não terminaram na perspectiva exposta. Em suas memórias, Paulo Duarte comenta os depoimentos que os envolvidos prestaram no inquérito sobre a revolução de 1932 em São Paulo. Segundo Duarte, a maioria negou participação direta no movimento, com o claro objetivo de se livrar da possibilidade de condenação. Seguindo comportamento distinto, Duarte assevera sua participação e aproveita para fazer um balanço do movimento, apregoando a defesa do ideário da Aliança Liberal abandonado pelo atual governo. Nesse balanço, ainda recusa a pecha de separatismo atribuída ao movimento paulista. Aproveitou a oportunidade para criticar a atitude do general Klinger, que, à revelia dos combatentes e da população, aceitou a proposta de armistício. Esses depoimentos foram publicados pelo jornal *A Gazeta*, no decorrer do ano de 1933. Já estava em curso a disputa pela herança da rebeldia de São Paulo. Ao lado da disputa simbólica, travava-se uma queda de braço entre os partidários do interventor Armando Sales de Oliveira e a oposição, que, segundo a perspectiva de Paulo Duarte, um dos fiéis companheiros do interventor paulista, compunha-se pelos segmentos mais conservadores do PRP. (DUARTE, 1976) [3].

Entre a sagração de 1930, como marco nacional, e o aprisionamento de 1932, na esfera regional, percebe-se que, de modo rápido, a experiência política da Primeira República se fez longínqua, distanciamento que percorreu etapas: da guerra contra São Paulo à promulgação de uma nova constituição, parecia ainda existir um sentido de continuidade, alimentado pela permanência dos mesmos atores políticos. O fechamento da Aliança Nacional

[2] Em 09 de junho de 1933, o jornal Correio da Manhã descreve as comemorações do dia 05 de julho, que mereceram além de missas e romarias ao cemitério S. Francisco Xavier, sessões comemorativas na Assembléia Constituinte em que se propôs que a data se transformasse em feriado. O deputado Velasco pede a transcrição para os Anais de um documento da Legião 05 de julho em comemoração à data, com claro intuito de intimidar os que abandonaram o ideal revolucionário.

[3] A disputa pela memória de 1932 também aparece no episódio que ligou o General Euclides Figueiredo ao PRP, que preparou grande festa para recebê-lo em São Paulo. A homenagem contou com a presença do general Daltro Filho, herói legalista. O intuito do movimento era minar as bases de sustentação do governo de Armando Sales, indispondo-o contra Getúlio, mas a manobra resultou na exoneração do general das funções de comandante da II Região (DUARTE, 1976: 120-123).

Libertadora e o golpe comunista de 1935 ensejaram a ativação do estado de sítio, preparando terreno para a quebra da ordem constitucional. O medo da ameaça comunista permitiu certa unidade da elite política, que cedeu aos apelos governamentais. A defesa da ordem parecia justificar medidas atentatórias à ordem política recém-constituída, mas confiava-se na obra constitucional construída em 1934. Transcorrido o difícil ano de 1935, as eleições de 1938 sedimentariam o pacto político.

A eleição representou uma aposta. Mais uma vez os paulistas lançaram-se à aventura de reconquistar o poder. O clima de desorientação era geral. Armando Sales de Oliveira, em seu *Diagrama de uma situação política*, escrito em 1939, procura adivinhar o destino que se estará forjando para o Brasil, realçando o clima de ameaças. Entre o tempo de sua candidatura e o seu patético apelo aos chefes militares, em nome da defesa da ordem constitucional, fabricou-se um outro tempo. Os acontecimentos do passado recente eram redesenhados em letras miúdas, quase imperceptíveis. O golpe de 1938 foi sacramentado como um movimento exclusivo dos integralistas, sem que se anunciasse a clara presença de outras forças políticas. O golpe, transformado em peça cômica, também foi lançado ao esquecimento (VICTOR, 2005).

O golpe de 1937 reordenou o campo político ao fundar um novo imaginário republicano: a organização da Revista *Cultura Política,* pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), constituiu-se em lócus privilegiado da gestação dessa nova mentalidade. A história da República permanece, portanto, prisioneira da redefinição política, ocorrida entre 1930 e 1937. Definiu-se uma nova percepção do tempo histórico em que o folclore indicava uma tradição de longa duração que deveria ser preservada, enquanto a história, assentada no acompanhamento da trama dos acontecimentos, se deslocava para um passado longínquo, cuja distância aumentava ainda mais quando se tratava da recente história republicana (GOMES, 1996). Condenada desde sua origem, a experiência política da Primeira República nada tinha a ver com a nacionalidade que se firmou com o Estado Novo.

Entre 1934 e 1946, configurou-se um momento de crise do tempo, evidenciada pela desarticulação entre passado, presente e futuro (HARTOG, 2003). O Estado Novo instaurava uma temporalidade centrada no presente, conjurando o passado fundado nas idéias liberais. Seguindo os passos de Koselleck (1993), observo as expectativas de organização de um novo tempo abrindo um fosso entre passado e presente. A identificação das imagens e emblemas do Estado Novo como rito de passagem para o Brasil moderno indica a persistência de uma memória que ganhou força no campo historiográfico. Não é lícito atribuir, exclusivamente, ao Departamento de Imprensa e Propaganda a responsabilidade pela hegemonia conquistada pelo regime, no âmbito da memória histórica. Há que se reconhecer a

empatia entre a reflexão historiográfica e as bandeiras nacionalistas e trabalhistas defendidas pelo varguismo.

A escrita da história relegou a experiência política da Primeira República ao esquecimento. A adoção dessa perspectiva implica reconhecer a dimensão política de uma historiografia que entronizou a modernização autoritária como modelo de auto-reflexão histórica. A 1ª República é representada como um regime político fracassado, cuja estabilidade decorria do domínio oligárquico. O outro tempo decorre do movimento de 1930. A crítica a essa proposição localiza o debate no terreno da constituição da memória do vencedor, sem que se organize versão distinta, e crível, capaz de redirecionar o processo de auto-reflexão histórica. No âmbito da memória, permanece a força da tradição dos lugares, fixando a produção da lembrança em suportes descarnados: memória do bronze, mas com capacidade de mobilização dos sentimentos políticos e da crítica histórica.

A memória em disputa afasta-se do sentimento de nostalgia ou idiossincrasias do mundo acadêmico, o que está em jogo é a capacidade intelectual de refletir sobre o passado com olhos postos no presente, pois, sem que se opere uma aproximação entre memória e história, permanecerá a crença no Estado como espaço público, sem que se vislumbre a força de organização da sociedade civil, a não ser no âmbito da festa ou do associativismo. Tal percepção simplifica a leitura do passado e encobre a percepção dos sujeitos coletivos como atores do mundo social, cuja participação extrapola a mera relação com o Estado. A centralidade do Estado no exercício de auto-reflexão histórica projeta sombras sobre a conquista e o amadurecimento do regime democrático no Brasil.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de., et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001. v.4, p.4579-4586.

CERTAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

Diário da Assembléia Nacional, Ano I, Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1933. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp. Acesso em: 05 de março de 2007.

DUARTE, P. *Memórias.* Raízes profundas. São Paulo: Hucitec, v. 1,1974.

_____. *Memórias*. A inteligência da fome. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1975.

_____. *Memórias*. Selva Oscura. São Paulo: Hucitec, v.3, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: _____. *Estado Novo: ideologia e poder.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.109-150.

_____. *História e Historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Régimes D'historicité. Présentisme et expériences du temps. Éditions du Seuil, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Para una semântica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidos, 1993.

NORA, Pierre.(1981), Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, p.07-29.

OLIVEIRA, Armando Salles de. *Escritos políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989, p. 03-15.

PESSOA, Epitácio. Revolução de outubro de 1930 e República Nova. *Obras completas de Epitácio Pessoa*, vol. XXV, p.71.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica.* Brasília: Unb, 2001.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. Goiânia: UFG, 2000.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete*. História, memória e esquecimento. Goiânia, UCG, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As tropeadas de porcos e as transformações na cultura cabocla – 1950-1980

René Wagner Ramos*

Resumo
O artigo discorre sobre a pesquisa que buscamos compreender historicamente as transformações da cultura, e a relação destas mudanças com o novo modelo agro-exportador introduzido no centro-sul e sudoeste do Paraná, que estabeleceu a desagregação dos sistemas de criação de porcos de safra, suas tropeadas. A partir da visão dos caboclos frente a esse processo de tensão/modificação em suas vidas.
Palavras-Chave: Tropeadas de Porcos; caboclos; história do Paraná.

Abstract
The article discourses on the research that we looked for to understand the transformations of the culture, and the relationship of these changes historically with the new I model agriculture-exporter introduced at the center-south and Southwest of Paraná, that it established the disaggregation of the systems of creation of crop pigs, your tropeadas. Starting from the vision of the mestizos front to that tensão/modificação process in your lives.
Word-key: Tropeadas of Pigs; mestizos; history of Paraná.

A análise da ocupação histórica das margens do Iguaçu e do modo de vida das famílias ribeirinhas anterior aos empreendimentos hidrelétrico de Foz do Areia e Segredo no médio Iguaçu é essencial para a compreensão do impacto e das transformações na trajetória histórica dessa comunidade após a implantação da UHEs, problemática central deste artigo.

Para tanto, o artigo descreve e analisa o surgimento e a estruturação do modo de vida ribeirinho, entre os quais a criação de porcos em sistema de safra e as tropeadas destes animais, fato conhecido na memória regional, mas carente de pesquisa histórica. As entrevistas orais[1] foram fundamentais para a compreensão do surgimento do modo de vida ribeirinho.

1. Geografia local, mito do isolamento e tipo de produção ribeirinha.

Nossa análise procura compreender qual é a relação entre os caboclos ribeirinhos e o relevo do *vale* e se, aliado as dificuldades de acesso da região, isso acabou interferindo na conformação do modo de vida e o sistema de criação de porcos de safra com suas tropeadas.

* FG/SEED-PR. **renewramos@uol.com.br**

[1] As entrevistas foram realizadas com vários ribeirinhos reassentados, moradores dos reassentamento de Segredo I, II, III e IV. As entrevistas foram coletadas de abril de 2003 a julho de 2004. Também foram entrevistados ribeirinhos que permaneceram nos lotes remanescentes como Horn Harry Schimidt e Antoninho Marques Siqueira. Ainda outras entrevistas importantes para o esclarecimento do processo histórico foram realizadas com Casemiro Rodrigues da Silva, ex-presidente do STR de Mangueirinha, além de funcionários responsáveis pela execução do reassentamento pela Copel como Afonso Herzer.

Para isso, a memória foi imprescindível, possibilitando-nos a conhecer as dificuldades e facilidades de habitar a encosta da escarpa do rio Iguaçu.

O Relatório de impacto ambiental da usina de Segredo constatou que a declividade média do *vale do Iguaçu* era de 30%, com entalhamento médio que variava entre 260 e 580 m na margem esquerda e 460 e 580 m na margem direita (COPEL, 1987, p. V-21). Portanto, esse de vale encaixado, cujas encostas em forma de terraços, apresentavam a declividade já citada, muito inclinado, aliado à falta de estradas, criava dificuldades de acesso à região, mas não um isolamento, aspecto muito referenciado nas falas dos reassentados e remanescentes. Essa falta de estradas e a dificuldade de acesso à região foram lembradas no depoimento de Horn Harry Schimidt, proprietário de 68 alqueires inundados pelo reservatório. Questionado sobre como sua família havia chegado ao local, ele relatou: "Meu pai nos trouxe em uma carroça em 1954, não tinha estrada, tinha que abri no facão e foice. De Pato Branco até aqui na beira do rio demorô 15 dias".

Esse mito do isolamento explorado pelo Rima, foi utilizado pela Copel nas justificativas a sociedade regional do impacto da construção da usina hidrelétrica Governador Ney Braga, pois a empresa afirmava que a obra estavam abrindo estradas que iriam integrar essas comunidades caboclas "isoladas" a "civilização", que permitiriam o acesso das crianças a escola e outros beneficiamentos como posto de saúde.

A grande declividade e a profundidade do *vale* criaram as condições naturais para o surgimento de um microclima no seu interior que impedia, naturalmente, a ocorrência de geadas fortes.Essa característica física do microclima da região do *vale* do rio Iguaçu é de grande importância para a compreensão do tipo de produção praticada pelos ribeirinhos, porque, o risco de geadas fortes e destrutivas para a agricultura era menor em relação ao planalto. Dessa forma, eles não tinham grande preocupação com perdas de safras relacionadas ao inverno. Outro fator estudado foram as condições de fertilidade natural do solo. A adubagem natural foi um fator referido em praticamente 90% das 110 entrevistas feitas de 1988 a 1991. Eroldi de Oliveira Soares, cuja família foi proprietária de quarenta alqueires inundados pelas águas, descreveu o relevo da região:

> *[...] era muito dobrada, pra nóis descer lá, nóis tinha de apertá muito bem a rinha do cavalo, bem atrás da barriga pro arreio não para no pescoço do cavalo, era muita descida, sabe era um negócio inimaginável. Como noís era herói, descer lá*

> *embaixo pra plantar a roça e criar os porcos lá. Plantava milho e pouco de feijão, mais milho, na época por ser o terreno muito dobrado e naquele não existia lavoura mecanizada, era mais roça no toco, a produção era uma coisa assustadora, apesar da área dobrada, era muito férteis[...](SOARES, 17 abr. 2004)*

As características geográficas da região do vale médio do rio Iguaçu, aliadas à falta de vias de transporte, acabaram dificultando a essas comunidades do contato permanente com as sociedades urbanas mais complexas. As condições naturais do vale e a ocupação dos Campos de Guarapuava através da concessão de gigantescas sesmarias dedicadas à criação ou a invernadas do gado acabaram não atraindo grande contingente populacional, de modo que a região praticamente ficou com uma baixa densidade demográfica até meados da década de 1920 (WACHOWICZ, 1995, p. 169-173). Assim, possibilitou-se o surgimento de um sistema econômico que tinha como base o sistema de troca, uma economia quase amonetária voltada à subsistência. A topografia da região, com terrenos com alto grau de inclinação, solo muito rochoso e bastante acidentado, a falta de acesso a instrumentos mecanizados acabaram não permitindo uma exploração maior das terra pelas famílias ribeirinhas durante os séculos XIX e XX. Assim, utilizavam-se dos recursos naturais existentes para complementar a agricultura e a criação de animais, como a extração da madeira, de erva-mate, a pesca, as frutas, a caça, portanto um sistema integrado.[2]

A madeira era utilizada para fazer a moradia de pau a pique e utensílios domésticos, como gamela, pilão, cangalha, cadeira, mesa, etc. A criação de cavalos e de gado bovino destinava-se à utilização na lavoura, para o tracionamento de carroças, do arado e como meio de transporte. A erva-mate era extraída da mata para o consumo próprio e, quando havia sobra, para troca com produtos, como querosene, sal, açúcar e café nas bodegas. Segundo os depoimentos, a pesca não representava um complemento alimentar cotidiano, pois, apesar de habitarem as margens do rio, não era um hábito comum entre os ribeirinhos; a caça era mais comum, especialmente a da capivara, dos cervos e do tatu.

A agricultura praticada pelos ribeirinhos em 1982, quando do início do levantamento da Copel, era agricultura com utilização da força animal e manual com um sistema trocas intermediadas pelos comerciantes do planalto, em terrenos inclinados, inclusive sem a construção de curvas nível, sem utilização de adubos ou qualquer tipo de implemento agrícola mecânico. A produtividade, apesar da fertilidade do terreno, já apresentava declínio

[2] A caça, pelos depoimentos das famílias, era uma prática muito comum não só para a complementação alimentar, mas também como entretenimento: "Lembro bem que o pai era um dos maior caçador, chegou a caçar num único dia 10 macaco prego e 12 quati [..]Eles caçava por gosto, não era só pra comida, era a diversão! Ainda hoje o pessoal caça escondido nas matas da Fazenda da Fiatlux". (SIQUEIRA, Entrevistado em 17 abr. 2004).

em razão do sistema de plantio, pois colheita após colheita, os agricultores lavravam a terra, o que provocava uma enorme perda da camada de terra fértil, levada pela águas das chuvas.

Essa agricultura era praticamente toda manual, com a utilização dos animais para tração do arado, "agricultura de toco" como nominada pelas famílias, feita com o uso de implementos de manejo manual e de tração animal.

O modelo de agricultura praticada resultava numa produtividade suficiente para o sustento das famílias e para as trocas na bodega por outros produtos como o sal, por exemplo, exigindo a ocupação de áreas cada vez maiores para a agricultura. O sistema de agricultura praticada pelos caboclos ribeirinhos é tratada no Rima como uma agricultura precária, pois o modelo comparativo não era de uma agricultura familiar, mas de uma agricultura de exportação e o que provoca distorções na comparação e levaram a comunidade ao senso comum que esse tipo de agricultura não seria viável e que o modelo proposto pela empresa seria o mais *moderno e produtivo*.

Nas suas lembranças, os ribeirinhos sempre enfatizaram a excelente produtividade natural do solo e a baixa produtividade do local onde foram posteriormente reassentados nos campos de Palmas, entrando em choque com a conclusão do Rima. Essa contradição é desvendada quando eles mesmos revelam que não conheciam as técnicas de plantio direto, praticando lavra da terra para a preparação das colheitas, o que deveria aumentar a quantidade de solo perdido com as chuvas e erosões, diminuindo, conseqüentemente, a produtividade, mas a preservação da mata não permitia tão efeito, por isso é tão constante a afirmação dos caboclos ribeirinhos sobre a excelente produtividade nas margens do rio Iguaçu. Nos poucos lotes onde se praticava o plantio direto e mecanizado, a produtividade sempre foi muito elevada, como a fazenda de Horn Harry Shimith, que afirmou colher quatrocentas sacas de milho por alqueire sem usar nenhum adubo nem corrigir a terra com calcário e uréia.

Uma das poucas alternativas econômicas rentáveis da população ribeirinha adaptada às condições econômicas daquele momento histórico, entre de 1930 e 1974, foi o sistema da safra de porcos. No sistema de safra plantavam-se cerca de vinte alqueires de milho onde se soltavam os porcos durante três a quatro meses para a engorda. A criação de porcos era conhecida como "safra de porcos" e foi, certamente, uma das poucas alternativas de inserção no mercado econômico, assim descrita por Eroldi Oliveira Soares:

> *[...] meu pai fazia de dez a quinze alqueires, não usava adubo, daí eles pegavam no sistema rudimentar ainda, roçava lá e atirava fogo e depois plantava o milho, mas as espiga de milho [...] O que meu pai e todos os outros vizinhos, família Blém, os Ramalho, os Caldas, o que eles faziam, engordava o porco, naquele tempo o gado*

> *não tinha preço, naquela época, incrível! O gado não tinha preço, o que tinha preço era o porco[...].(SOARES, 17 abr 2004)*

A questão da safra, sua importância e situação de engorda rápida dos porcos, mereceu o seguinte comentário de Eroldi Oliveira Soares:

> *[...] meu pai, meus tios e os vizinhos daqui de Santo Antão, enfim de toda região, engordava cem a duzentos porco por ano, fazia aquela roça, soltava os porco lá. Então, fazia roça, só comia o milho, mas em três a quatro meses, quatro meses mais precisamente, você levava o leitão pequenininho, aquele porco bem magrinho. Eu lembro, os Blém, também meu pai, vendia porco com quase 200 quilos, sabe, dava um dinheiro bom.[...]. (SOARES, 17 abi 2004)*

A situação econômica era de certo isolamento em relação ao mercado agropecuário, pois o gado, o milho e outros produtos agrícolas não tinham demanda de comercialização, em parte, pela falta de estradas que permitissem o acesso aos mercados consumidores e a comunidades urbanas. A falta de uma infra-estrutura que facilitasse a comunicação com a população ribeirinha acabou, inclusive, transformando o modo de vida de descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses em costumes caboclos, como analisa Zarth (1997, p.129): "[...] quando se observara que os laboriosos germânicos praticavam, em vários locais, uma agricultura tipicamente cabocla, tornando-se alemães *caboclizados*.

Para Antoninho Siqueira, um dos moradores mais antigos do local, o sistema de produção da população ribeirinha tinha como base a agricultura de subsistência, ou seja, plantava-se o necessário ao consumo da família. Os ribeirinhos seriam descendentes de trabalhadores que tinham chegado à região em busca de trabalho com a safra de porcos. A respeito, o entrevistado ainda contou:

> *[...] a safra necessitava de muitas pessoas, porque nois cortava queimava a mata e plantava milho e hora que tivesse no começo da brota soltava os porcos. Deixava eles no local até o tempo de recolher para a engorda, dava um bom dinheiro. Nos anos 1960, começou a decadência e esses trabalhadores confiança acabavam ficando como agregado na beira do rio, gente honesta nóis deixava fica num pedacinho de terra [...].(SIQUEIRA, abil 2004)*

Nesse sistema econômico, a moeda nacional não tinha grande importância; a dimensão da riqueza adquiriu outros contornos, que não eram os mesmos da sociedade capitalista, ou seja, não havia entre os ribeirinhos o desejo da ambição pela riqueza, tão característico na sociedade do capital. Efetivamente, o que ligava esses trabalhadores aos fazendeiros era o compadrio.

Essa forma de relacionamento entre fazendeiros, agregados, posseiros e arrendatários fazia parte do sistema de compadrio, que transforma um desconhecido em "parente". Essa relação entre o fazendeiro e o agregado foi estabelecida pela religião através do batismo e, na região do reservatório, acabou fortalecida pela religiosidade popular, pois concebe-se o compadre como um segundo pai. Essa relação social, portanto, acabou criando um código de honra baseado na lealdade entre ambas as partes, que muitas vezes extrapolava a simples troca de gêneros alimentícios ou de trabalho, atrelando a vida dos filhos dos caboclos ao fazendeiro.

2. As Tropeadas de Porcos

Sobre as tropeadas de porcos foram uma atividade econômica de destaque na região sudoeste e centro-sul do estado. Era uma prática desenvolvida no verão, na entressafra da colheita do mate, quando os porcos eram criados soltos, como pode ser observado ainda hoje na região do reservatório. Os porcos eram vendidos aos safristas, que os conduziam em forma de tropeada até os centros consumidores, seu destino final, no caso, Ponta Grossa. Talvez essa atividade tenha sido o primeiro contato dos caboclos com um modelo de economia capitalista, que introduziu a monetarização nas relações de troca.

Os porcos eram conduzidos em tropeadas com cerca de 200 a 400 animais, com destino ao frigorífico dos Matarazzo, no município de Jaguairaíva, onde eram transformados em banha para a exportação ao mercado europeu. A distância percorrida era longa, do sudoeste e centro-oeste paranaense até o local, variava de 200 a 300 Km.

Frente ao contexto de transformações na cultura cabocla é importante cotejar os aspectos políticos, tendo presente que com a produção dos porcos outros setores desvelaram-se para a prática política como é o caso dos fazendeiros e produtores de banha que ocuparam espaço significativos e puderam interagir na transformação sócio econômica da região em análise, logicamente afetando diretamente o modo de vida caboclo. Assim analisamos como essa atividade econômica inseriu-se no poder da política regional, pois desta programaram-se na região indústrias de banha, que levariam seus proprietários a gozarem de proximidade com poder e o prestígio regional, e também podemos afirmar como nacional, como no caso do Conde Matarazzo, dono de indústrias de banha em Jaguaríaiva.

A compreensão da importância da safra de porcos e suas tropeadas foi necessário para entender porque e como essa atividade econômica entrou em crise, desaparecendo, novamente motivando transformações/rupturas com a cultura cabocla. Pela analise seu desaparecimento e estaria relacionado com a chegada do modelo de agroexportação da soja e

da produção de porcos atrelados as grandes cooperativas ou empresas como a Sadia e Perdigão, sendo esse momento o de desorganização final, o autor acredita, do modo de vida caboclo, sendo assim silenciado essa forma de viver, que caracterizou um personagem importante da história do Paraná, que merece reconhecimento e todo o esforço possível para emergir das "sombras da historiografia".

As alterações no modelo caboclo podem ser observadas pelo prisma das mudanças no hábitos de alimentação, tendo em perspectiva que no sistema alimentar da região a presença do feijão, arroz, frutas, carne de porco, verduras, milho era uma constante que foi alterada para um sistema alimentar baseado em carne de bovina, carboidratos e açúcar, provocando uma grande mudança no campo pela necessidade de complementar a alimentação do gado com principalmente a utilização da soja, com conseqüências que ultrapassam as sociais e econômicas, mas atingem a cultura onde um modo de vida e seus significados entre os quais a relação com os alimentos, e em especial, com o porco foi alterada nova configuração do agronegócio voltado à exportação de grãos.[1]

Considerações Finais

Portanto foi fundamental analisar como atividade iniciou-se e por que entrou em crise no período do governo de Geisel, que pelos depoimentos coletados o incentivo às grandes cooperativas e empresas, como a Sadia e a Perdigão, que passaram a monopolizar e a dinamizar a produção, trazendo em conseqüência, a queda dos preços dos suínos, foi dos motivos do fim desse sistema. Explicamos como e por que nasceu e prosperou na região o tropeirismo de porcos, em contradição com pesquisas sobre o assunto como em Silva (1997) que afirma o "tropeirismo não foi capaz de criar outras formas alternativas de produção que pudessem suportar períodos de crise, desestimulando a produção agrícola de produtos básicos de alimentação" Segundo Silva, no início do século XX, a atividade do tropeirismo teria entrado em declínio conjuntamente com a sociedade tradicional campeira da região. Segundo essas pesquisas a crise imobilizava a atividade, mas demonstramos que nesse momento histórico de crise da pecuária, houve o surgimento do porco como alternativa econômica e alimentar, surgindo fábricas de banha e tropeadas constantes para o abastecimento, que no mínimo é uma contradição com as pesquisas, até então. Inclusive na memória de produtores esse sistema teria sido mais lucrativo que a pecuária e influenciado modificações na cultura cabocla aqui em apreço.

Referências Bibliográficas

BODEI, Remo. *A história têm sentido*? Bauru: Edusc, 2001, p. 58.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e Sociedade: Significados Sociais da História da Alimentação. In: Revista História: Questões e debates, Curitiba: EDITORA UFPR, n. 42, p. 72, 2005.

COPEL, MDK e CENCO.. *Relatório de impacto ambienta da usina de Segredo – Rima.* Curitiba, Copel, 1987, V-21.

DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica*: memória, identidade e representação. Bauru: Edusc, 2002.

LE GOFF, J.; NORA, Pierre (Org.). *História:* novos problemas. 3 ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEVI, Giovanni. *Sobre micro-história.* In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 142.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla*: movimento dos monges barbudos no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 23.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó: Argos, 2003, p. 182-183.

MARCONDES, Gracita Gruber. Guarapuava: História de lutas e trabalho. Guarapuava: Unicentro, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil.* as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 36.

RAMOS, René Wagner. O impacto da Construção da usina Governador Ney Braga. (Dissertação de Mestrado em História): UPF, Passo Fundo, 2005.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. História da Alimentação no Paraná. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SAVI, Juscelino de Pierre. Entrevistado pelo autor em 22 jun. 2004.

SCHIMIDT, Horn Harry. Entrevistado pelo autor em 22 set. 2003.

SIQUEIRA, Antoninho Marques. Entrevistado pelo autor em abr. 2004 em Reserva do Iguaçu.

SILVA, Joseli Maria. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava. In: Revista de História Regional, UEPG, vol. 2, nº 1, 1997.

SOARES, Eroldi de Oliveira. Entrevistado pelo autor em 17 abr. 2004. Cartorário do município de Reserva do Iguaçu.

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995, p.169-173.

_____. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, Cecília M. *História Nacional, História Regional*. Curitiba, n. 3, jun, 1977, p. 30.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p. 129.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Encontros e desencontros entre os Auwê Uptabi e os Waradzu no Espaço Urbano de Barra do Garças - MT

Luciene de Morais Rosa[1]

Resumo:

A história dos A'uwê Uptabi, mais conhecidos pela sociedade abrangente como Xavante é marcada por muitos encontros e desencontros com os não-índios, chamados por eles de waradzu. Nesses encontros o que se coloca em jogo de um lado são as condições de sobrevivência, de reverência e consagração dos costumes ancestrais A'uwê, de outro lado, estão os interesses por terras da população waradzu e o forte preconceito advindo pelo desconhecimento do "outro" e de sua cultura. O objetivo desse trabalho é ao buscar uma aproximação entre história e antropologia, discutir a reelaboração cultural e as novas formas de atuação A'uwê que lhes permita conviver entre dois mundos sem deixarem de ser quem são.

Palavras-Chave: História - Cultura - Identidade

Abstract:

The history of the A' uwê Uptabi, more known for the including society as Xavante is marked by many meeting and failures in meeting with the not-indians, calls for them of waradzu. In these meeting what it is placed in game of a side are the survival conditions, of reverence and consecration of the ancestral customs A' uwê, of another side, they are the interests for lands of the population waradzu and the strong preconception happened by the unfamiliarity of the "other" and its culture. The objective of this work is when searching an approach between history and anthropology, to argue the cultural rework and the new forms of performance A' uwê that it allows them to coexist enters two worlds without leaving of being who is

Keyswords: Culture – History - Identity

A história dos A'uwê Uptabi[2], conhecido pela sociedade abrangente como Xavante, é uma história marcada por encontros e desencontros, de envolvimento em conflitos, lutas e deslocamentos que visa acima de tudo, o estabelecimento de fronteiras espaciais nas quais possam ser lhes resguardadas as condições de sobrevivência, de reverência e consagração de seus costumes ancestrais.

Nessa luta observamos emergir a fronteira entre culturas que traz em si o olhar de mundo e para o mundo dos A'uwê é desencontrado do olhar do "outro" [3], o waradzu, que é o estrangeiro nesse encontro.

---

[1] Mestranda pela Universidade Federal de Goiás - UFG

[2] A'uwê Uptabi é uma auto autodenominação que significa gente verdadeira de A'uwê = gente e Uptabi = verdadeira. Usaremos, portanto a denominação A'uwê toda vez que nos referimos a esse grupo étnico por entendermos que essa faz parte da construção da auto-imagem A'uwê.

[3] Grifo nosso

Na busca de compreensão das relações existentes tanto no passado quanto no presente desses dois grupos étnicos nos aproximamos de uma terceira fronteira, a do campo do conhecimento entre a antropologia e história, haja vista que, na interface dessas duas ciências abre-se a possibilidade de termos uma lente cujo "zoom" [4] amplie nosso exercício de visão tanto macro quanto micro em relação às mudanças e permanências acerca das imagens e representações de determinada cultura.

Nosso desafio é pensar a história do presente com o recurso do passado sem transformar aquela história ou até mesmo uma suposta ausência dela na nossa história. Temos uma possibilidade de aproximação desses campos na mediação entre "diacronia e sincronia" proposta por SAHLINS (2003:180)

Concordamos com Sahlins de que história nas diversas sociedades é ordenada culturalmente de diferentes formas, de acordo com esquemas de significação das coisas e que o contrário também é verdadeiro, ou seja, que os esquemas culturais são organizados historicamente e seus significados estão sempre em reavaliação quando postos em prática. As mudanças práticas se constituem em reprodução cultural e quanto mais se muda em sua opinião, mas as coisas permanecem iguais, à medida que ações e categorias pelas quais o mundo atual é orquestrado passam a assimilar um novo tipo de conteúdo empírico.

A cultura opera como uma síntese comportando em si estabilidade e mudança, de passado, presente, de diacronia e sincronia. Partimos da premissa de que precisamos de "outra cultura para conhecer outra cultura" a fim de delinear o perfil histórico dos A'uwê articulado ao da população waradzu de modo discutir como nessa relação são constituídas as imagens de si e do outro e quais as implicações disso para ambas as culturas? (SAHLINS, 2006:12)

Se nenhum grupo étnico é essencializado por natureza cultura nessa compreensão não pode ser vista como uma "panacéia", e nem um receituário de caráter milenarista, mas um ponto de partida de grande valor metodológico para que possamos iniciar investigações em uma pesquisa podemos nos perguntar quem são os A'uwê, de onde vem? (WOLF, 2003:292-3),

Nos registros históricos oficiais os A'uwê aparecem em 1762 como habitantes da região de Crixás e Thezouras na província de Goiás, contudo, que há unanimidade entre os A'uwê em afirmar que eles são oriundos de regiões próximas do mar, dado que pode indicar seus primeiros deslocamentos e de sua existência anterior aos registros oficiais.

Entre eles parece haver uma que uma ausência precisa para contagem do tempo, culto aos mortos e de enterro secundário podem ser um indicativo de que os A'uwê sejam

[4] Grifo nosso

"povo voltado para frente". Em seu cotidiano não se reportam aos mitos como fazem outros povos. Entretanto atualmente têm demonstrado um crescente interesse por seu passado talvez motivado pelas condições territoriais impostas pelo contato. Eles podem ser retratados como "on the move", pois ao observá-los, sua construção identitária deve ser considerada também sua mobilidade espacial e relação com a ocupação transitória de territórios ao longo do tempo (LOPES DA SILVA 1984:206).

Não há entre eles um padrão de resposta sobre quem criou o mundo, mas isso é considerado ser tomado como sinônimo de "insignificância" As histórias de criação são histórias e nada mais e não são evocadas no dia a dia. (MAYBURY-LEWIS, 1974:350)

Nas histórias de Tseradzadzuté, de Mandú e a Pedzai'o watsu'u (historia do boto) que nos remetem diretamente a situação de contato entre esse grupo e a sociedade abrangente waradzu. Os registros do século XIX dão conta apenas da imagem formada pela sociedade abrangente em relação aos A'uwê, porém nas narrativas citadas temos momentos importantes que podem nos ajudar a pensar esse contato pela visão A'uwê.

A narrativa de Tseredzadadzuté nos diz que ele costumava a enrolar seus cabelos sob um chapéu para que ninguém percebesse que ele era A"uwê e assim poderia se misturar e ouvir os planos dos portugueses.

O disfarce que possibilitava Tseradzadadzuté se confundir com o "outro" [5], pode nos indicar algumas intenções e posturas por parte dos A'uwê em relação aos planos portugueses e o desenvolvimento estratégias que lhes garantisse defesa e sobrevivência; o "outro" aparece como pouco confiável e por isso suas intenções demandam observação e cautela.

A segunda narrativa traz o confronto entre o A'uwê Mandú e o Capitão Rurú e o marcaria a rejeição dos A'uwê em conviver com a população waradzu e talvez pudesse ser uma referência à vida que tiveram nos aldeamentos oficiais em Goiás no século XVIII.

Nos dados das duas histórias temos constituída a imagem do outro, o waradzu, isso não poderia ocorrer sem a simultaneidade da construção de uma imagem de si no caso, a A'uwê. Entre as duas histórias é nítida uma mudança de postura no trato com o outro, essas imagens e ações vão se constituindo a partir do modo como uma sociedade se vê refletida por outra; não são imagens estáticas e imunes às mudanças, pois cada outro, é um espelho diferente, que reflete imagens diferentes entre si.

No binômio auto-imagem - etnicidade temos a oportunidade do encontro de grupos com historicidades diversas e a auto-imagem, "permite uma visão mais dinâmica do

[5] Grifo nosso

fenômeno da identidade, pois que não se trata simplesmente de ver o modo pelo qual um grupo delimita quais são os seus membros e estabelece as fronteiras que marcam o contraste entre os vários grupos em contato". Isso se dá como num jogo de espelhos em que cada imagem refletida equivale a uma possibilidade de atuação e à medida que o grupo avalia, essa atuação é automaticamente levada à formação de uma nova imagem e de nova atuação. (CAIUBY NOVAES, 1993:108-9).

Talvez com as narrativas o efeito o on the move A'uwê, possa ser pensado na medida em que esses encontros com os waradzu quase sempre resultavam em danos para os A'uwê, eles constituindo a relação forçadas como "novos" [6] sujeitos que passariam de algum modo a iniciar articulações para reivindicarem seu espaço territorial e como garantia de sobrevivência.

A constituição de sua identidade étnica nesse contexto possivelmente estaria em processo de delineação; o discurso aí contido seria o de defesa, sem maiores aprofundamentos em relação à constituição de sujeitos políticos o que iria acontecer bem mais tarde quando já no século XX quando habitavam as terras mato-grossenses.

As diferenças entre os Aúwê e os waradzu foram importantíssimas para as novas atuações e identidade nessa relação e não se limitaria a um sentido unilateral e unívoco, mas sim como "um lugar de todos os processos de identificação e também de diferenciação, através dos quais os seres humanos se criam e recriam constantemente como sujeitos sociais e da cultura"e nas quais um conjunto de visões, de dilemas existenciais possa refletir as relações simbólicas que são constituídas nesse encontro (GIORGIS, 1993:2)

Ao mergulharmos na construção de imagens dadas pelos primeiros registros oficiais temos indícios de que os A'uwê eram considerados perigosos e por isso justificaria a necessidade de enfrentá-los e por conseqüência reduzir sua permanência nessa região uma vez que, estes adotaram o costume até então inexistente em sua prática de invadirem o território da gente de Goiás fazendo mortes e destruições.

A constatação dessa suposta violência teria sido prova suficiente para legalizar a guerra ofensiva**,** esses conflitos se prolongaram até 1778 gerando mortes dos dois lados A imagem dos A'uwê como bárbaros, flagelados indóceis, tenazes e ferozes, cujos ataques eram sempre seguidos de assaltos, mortes e ateamento de fogo aos sítios, fazendas e vilas persistiram nos governos posteriores.

Entre as medidas adotadas na repressão aos A'uwê no século XIX, tivemos a assinatura da Carta Régia de 05 de setembro de 1811, que autorizou guerra contra esse grupo

[6] Grifo nosso.

dentre outros indígenas. Na contrapartida houve à reação A'uwê na defesa de seu território, dado que aumentou ainda mais as noticias sobre sua belicosidade e ferocidade.

No recuo territorial para se distanciar das frentes de expansão os A'uwê se depararam com os Krahô, seus mais ferrenhos inimigos e que impossibilitaram sua fixação às margens do Rio Manuel Alves Grande. Segundo LOPES (1988) talvez esse tenha sido o momento que desencadeou sua travessia pelo Araguaia até atingirem o rio das Mortes em Mato Grosso.

O início do século XIX, imediatamente à fuga do Aldeamento Carretão marca a separação entre A'uwê e Xerente e o início da expansão agropecuária e se concretizou de vez no fim da primeira década, fase em o grupo já estaria polarizado em "mansos" e "bravos".

Mesmo com o deslocamento A'uwê em busca por novo território não os manteve distantes dos confrontos, pois na década de 40 do século XX, temos o avanço em direção às suas terras pelas frentes pioneiras da Marcha para Oeste [7] acompanhadas das tentativas de pacificação que acaba por ocorrer em 1946 por Francisco Meirelles.

A recorrência da imagem A'uwê como selvagens que atrapalham a chegada do progresso ao Brasil Central são veiculadas na mídia principalmente pela Revista O Cruzeiro durante as décadas de 40-50 nas quais os A'uwê são mostrados atirando suas flechas contra aviões da Força Aérea Brasileira – FAB. De acordo com LOPES DA SILVA (1992), isso só servia para destacar o mérito dos que se embrenhavam pelos sertões em favor do desenvolvimento do país e desconsiderava a luta dos A'uwê na defesa de seu território.

Em contraposição a imagem do "selvagem" Xavante são publicados livros e filmes por Lincoln de Souza, Sílvio da Fonseca e Genil de Vasconcelos que mostravam os primeiros encontros com os Xavante e homenageavam Chico Meireles como o bandeirante do século XX que cumpriu a pacificação e a interação;os Xavante foi o primeiro grupo de brasileiros a ser explorado pela mídia**.**

A repercussão da imagem do A'uwê como selvagem foi tão forte que levou a BALDUS[8] (1951) escrever um artigo intitulado "É Belicoso o Xavante?" no qual discutiu que a suposta violência e hostilidade Xavante eram conseqüência da necessidade de defesa em

[7] CAVALCANTE, Else, RODRIGUES, Maurim, **Mato Grosso e sua História**. Cuiabá: Edição dos Autores, 1999:122, apresentam que em 31 de dezembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas anunciaria mais uma vez, a criação de uma política que visava ocupar o interior brasileiro, ou seja, era a "Marcha para Oeste". Pelas diretrizes do governo seria a expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras. Nessa perspectiva o país moveria a migração para o Mato Grosso fixando o trabalhador brasileiro em pequenas propriedades de terras

[8] **-** BALDUS, Herbert. **É belicoso o xavante?** Revista do Arquivo Municipal. V. 142. São Paulo: 1951. Nesse artigo o autor enfatiza ser comum à atribuição de belicosidade a uma um grupo que se tem a intenção de dominar à bala principalmente e um grupo só poderia ser chamado de belicoso quando saíam para invadir o território dos outros com fins fazer prisioneiros, conquistar troféus ou saquear.

relação à perda de seu território para a população não-índia. Portanto, os A'uwê não seriam violentos uma vez que, se deslocaram por tantas vezes sempre se esquivando dos confrontos e ataques e por isso não poderiam ser enquadrados como belicosos.

O Estado, nesse contexto mais recente foi o principal financiador do crescimento capitalista no nordeste de Mato Grosso e permitiu o avanço de negócios sobre as terras indígenas. Isso colocou os A'uwê na mira do crescimento econômico como vítimas do "milagre do desenvolvimento" [9]. (GARFIELD, 2001:140)

Houve por parte do Estado, incentivos para construção de projetos na Amazônia Legal que precipitaram uma avalanche de investimentos sobre o território Xavante de migrantes e fazendeiros que buscavam terras pra criação de gado. Entre 1966 e 1970 a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM aprovou sessenta e seis projetos agrícolas com incentivos fiscais no município de Barra do Garças e de Luciara – MT, local em que os Xavante se encontravam, ou seja mais uma vez eles estavam no "olho do furacão"[10] em disputa que comprometiam sua capacidade de sobrevivência e se ter novos territórios para realizarem outros deslocamentos a despeito do que foi feito no passado.

O fato de Barra do Garças está localizada no oeste da Amazônia e com grandes acesso à rodovias fez que esta pudesse contar com incentivos econômicos se tornando um grande chamariz de migração para a região. A população de colonizadores que se estabelecia na região de Barra do Garças via os A'uwê com grande desprezo e contribuiu muito para denegri-los como selvagens e parasitas sociais, o que lhes causou em contrapartida um aumento do sentimento de indignação (GARFIELD, 2001:164, tradução nossa).

Esse sentimento de indignação foi questionado pelos A'uwê e marcou surgimento das novas as ações políticas A'uwê em que foi usada como tática de confronto uma estrutura retórica performativa para pressionar o Estado a atender suas reivindicações e ampliar as áreas de suas reservas**.** A apropriação do discurso waradzu foi importante porque representou sua reafirmação não mais apenas por uma pressuposta defesa de seu território, mas pela "diferença" que lhes constituía (CAIUBY-NOVAES, 1993:70).

Essa luta começou a colher seus primeiros resultados, quando em maio de 1978, o presidente da FUNAI Ismarth Araújo de Oliveira repreendeu a Fazenda Xavantina localizada dentro da área A'uwê por destruir o local dos mortos indígenas e por rejeitar renunciar a 15000 hectares para os índios quando estes contavam com detalhes a história de seu povo e

[9] Todas as citações de Garfield são de tradução nossa
[10] Grifo nosso

apontavam o local de sua aldeia onde estava enterrados seus mortos. (Cf. GARFIELD, 2001, 174).

Sem a possibilidade de se deslocar para outras terras como nos séculos anteriores os A'uwê passaram a combater os interesses e discursos dos que invadiam suas terras, usando elementos culturais waradzu como a mídia e o empreendimento de ações conjuntas com outros grupos indígenas que ao contrário de tempos passadas permitiu-lhes elaborar a identidade indígena.

Isso, contudo não representou a perda de sua identidade original, mas sim um passo importante quando pensamos que a identidade étnica representa um "construto com um propósito" e que pode se movimentar, no espaço (. Regueiro, Elan *apud* OLIVEIRA, 2000:11).

Os embates entre os A'uwê e os waradzu continuam a existir e ainda há mundo preconceito principalmente entre a população urbana de Barra do Garças, lugar que desde que se fixaram em Mato Grosso se constituiu em palco de sua história.e talvez reforce a idéia de que há grande dificuldade dos grupos sociais se reconhecerem e se respeitarem pelas diferenças

Talvez um dos pontos de encontro em tantos desencontros esteja na compreensão pelos waradzu da capacidade on the move A'uwê que olham para frente à procura de novos caminhos, de novas atuações não para se tornarem waradzu, mas sim para continuarem a serem A'uwê Uptabi capazes de conviver entre dois mundos, o seu e do outro sem deixarem de ser quem são.

Referência bibliográfica:

BALDUS, HEBERT. *É Belicoso o Xavante?* **Revista do Arquivo Municipal**,n. 142, São Paulo: 1951.

CAIUBY, NOVAES Sylvia. **Jogos de Espelhos***:* Imagens da representação de se através dos outros. São Paulo: EDUSP, 1993.

CAVALCANTE, Else, RODRIGUES, Maurim. *O Estado Novo* In: CAVALCANTE, Else, RODRIGUES, Maurim **Mato Grosso e sua História**. Cuiabá: Edição dos Autores, 1999.

GARFIELD, Seth. **Indigenous Struggle at the Heart of Brazil.** USA:Duke University Press, 2001.

GIORGIS, Liliana. **El "Hombre" en las Fronteiras de la "Identidad***"*. Córdoba, Argentina, mimeo, 1993.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade Xavante**. trad.:Aracy Lopes da Silva.rio de janeiro: Francisco Alves,1974.

LOPES, Marta Maria. *A Resistência ao Extermínio*: o caso Akwê Xavante. 1988. 155f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Estadual de São Paulo,[1988]

LOPES DA SILVA, Aracy. **A Expressão mítica da vivência**: tempo e espaço na construção da identidade xavante. *Anuário Antropológico,* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFCE, n. 82, Pp. 200-14, 1984.

_____*Dois Séculos e meio de História Xavante*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras; secretaria municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Os (des)caminhos da identidade*. **Rev. Bras. Ci. Soc.,** São Paulo, v. 15, n. 42, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 Out 2006. doi: 10.1590/S0102-69092000000100001.

SAHLINS, Marshall. História e Cultura: apologias a Tucídides. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____.*Estrutura e História*. In: SAHLINS, Marshall. ***Ilhas de História***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2003. Pp. 180.

WOLF, Eric. Antropologia e poder. Brasília, São Paulo, UnB; UNICAMP; Imprensa Oficial de São Paulo:

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Africanos e Crioulos no Mundo do Trabalho

José Roberto Pinto de Góes*

Resumo: Este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que envolve a análise de cartas de alforrias, inventários *post-mortem*, processos criminais e relatos de viajantes, todos relativos ao século XIX, e que procura indícios da complexidade da condição escrava. Trata das diferenças entre africanos e escravos nascidos no Brasil, os crioulos, no mundo do trabalho, nas áreas rurais e na cidade do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1835.
Palavras-chave: Escravidão, Demografia, Rio de Janeiro.

Abstract: This article results from a larger research project which includes the analysis of *post-mortem* inventories, criminal lawsuits, travelers reports, all within nineteenth century, and surveys the traces of slavery complexity. It approaches the differences between africans and brazilian born slaves (the so-called crioulos) in regard to there working activities, in the countryside and in the urban center of Rio de Janeiro, between 1790 and 1835.
Keywords: Slavery, Demography, Rio de Janeiro

Os números apresentados a seguir foram extraídos de duas séries de inventários *Post Mortem* de proprietários fluminenses, das áreas rurais e da cidade do Rio, falecidos entre 1789 e 1835. São 858 inventários ao todo, nos quais encontram-se informações sobre 10.549 escravos. Foram estudados segundo a flutuação do volume de desembarques de africanos no porto do Rio de Janeiro. De 1789 a 1807, o tráfico cresceu a uma taxa de 0.35% ao ano, fazendo desembarcar no porto do Rio cerca de 10 mil cativos anualmente. Essa época aparece na pesquisa como a fase de estabilidade do tráfico. Após a chegada da família real, em 1808, o volume de desembarques elevou-se constantemente até o último ano pesquisado (1830, no caso das áreas rurais; 1835, no caso da cidade). De 1810 a 1825, o percentual de crescimento foi da ordem de 2.4%. De 1826 a 1835, 4.5%.

1. Valor de mercado e ocupação de crioulos e africanos entre 1790 e 1807

Os escravos nascidos no Brasil custavam mais caro que os africanos, geralmente. O universo de escravos abrangidos compreende aqueles, africanos e crioulos, com idade superior aos 10 anos. Em nenhum dos períodos estudados, no campo ou na cidade, os crioulos

* Doutor em História Social e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Com apoio do CNPq e Faperj.

deixaram de apresentar um preço médio superior ao dos africanos, nem as crioulas em relação às africanas.Na área urbana, os crioulos custavam, em média, 14% a mais que os africanos. As crioulas valiam 20% a mais que as africanas. Nas áreas rurais, a diferença não era tanta, mas era igualmente significativa: 11% a mais para crioulos e iguais 11% para as crioulas, relativamente aos preços de africanos e africanas. O preço dos escravos devia refletir o tipo de trabalho que realizavam e as condições de saúde em que se encontravam. Pode-se deduzir, portanto, desde já, que os homens e mulheres africanos eram os mais aviltados pela exploração escravista. De fato, ao menos nas áreas rurais, eles adoeciam, ou eram mutilados, mais freqüentemente que os crioulos. E a maior parte estava ocupada em tarefas que não requeriam grande especialização.

O preço alcançado pelo escravo urbano era maior que o rural. Evidentemente, isso se devia à ocorrência maior de ocupações especializadas na cidade que no agro. Também não é novidade que africanos fossem mais caros que africanas e que o mesmo ocorresse na população crioula, no que diz respeito ao maior valor mercantil do trabalhador de sexo masculino. Chama a atenção, todavia, a crioula valer mais que o africano da cidade e, no campo, quase o mesmo. E muito mais do que as africanas, claro. Os africanos em geral, na verdade, valiam muito pouco, eram equivalentes ao que os seus corpos suportavam e o que as suas mãos haviam sido treinadas a fazer.

Os inventários das áreas rurais trazem anotadas a naturalidade dos cativos (isto é, se crioulos ou africanos) e sua respectiva ocupação em 486 casos. Destes, 251 são africanos, 93 africanas, 86 crioulos e 56 crioulas. A maior parte dos escravos, quase 7 a cada 10, estava empregada no serviço de roça. Os demais eram domésticos ou desempenhavam trabalhos qualificados. Os escravos com ocupações qualificadas - ferreiros, pedreiros, marceneiros etc. - salvo raríssimas exceções, eram geralmente de sexo masculino. As mulheres, por sua vez, predominavam nos afazeres domésticos.[1]

Aos escravos trazidos da África estava destinada, via de regra, a labuta no eito. 76% dos africanos dos plantéis rurais do Rio eram "de roça", incluídos os pastores. As mulheres africanas chegavam a 80%. Os demais desempenhavam ocupações qualificadas

[1]São as seguintes as ocupações qualificadas, constantes dos inventários: aguardenteiro, alfaiate, arraiz de barco, barbeiro, barqueiro, bolieiro, cabelereiro, cabuqueiro, calafate, caldeireiro, campeiro, cangueiro, cantador, canteiro, capitão de mato, carpinteiro, carregador, carreiro, corduaria, cortume, feitor, ferrador, ferreiro, ganho, lapidador, marceneiro, mestre de açúcar, muleiro, oleiro, padeiro, pedreiro, pintor, polidor, quitandeira, remador, sapateiro, serrador e tanoeiro. As semiqualificadas são: costureira, cozinheira, engomadeira, lavadeira, quitandeira, rendeira, serviço de casa, serviço de cozer e vendedor ambulante. As não qualificadas, por sua vez, são as seguintes: carregador, enfardador de sal, pastor, remador, servente, serviço de chácara, serviço de mangue, serviço de obras e serviço de roça. Entre os escravos domésticos, incluem-se as seguintes ocupações: ama-seca, copeiro, costureira, cozinheira, doméstico, lavadeira, mucama, pagem e rendeira.

(quase sempre os homens) ou eram domésticos (quase todas as mulheres). Os crioulos tinham destino menos certo: apenas metade dos homens eram "de roça"; e as crioulas menos ainda. Quatro a cada dez crioulos homens eram trabalhadores com alguma qualificação ocupacional e mais da metade das crioulas eram escravas domésticas. Como se pode ver, uma diferença significativa apartava crioulos e africanos no mundo do trabalho, no agro fluminense, nessa época de estabilidade do tráfico de escravos africanos.

Examinemos mais detidamente o caso dos escravos domésticos. Eles estão representados, nas áreas rurais, por 72 indivíduos, sendo 47 mulheres e 25 homens. A maior parte é vagamente descrita por "doméstico" ou "da casa". O trabalho feminino era largamente predominante entre essas ocupações. A casa do senhor, mesmo destinando a maior parte das escravas ao trabalho no eito, se fazia cercar de mulheres escravas: elas eram cerca de 2/3 da escravaria doméstica do agro, na época de estabilidade do tráfico. Observe-se ainda que, dessas 47 mulheres, 30 eram crioulas e possuíam a idade média de 24 anos.

Na cidade, o universo de escravos com naturalidade e ocupação anotadas nos inventários é menor: 411 casos, sendo 204 africanos, 105 africanas, 52 crioulos e 50 crioulas. Na época de estabilidade do tráfico, eram relativamente poucos os trabalhadores não qualificados (menos de 10% da escravaria), certamente em função da demanda urbana por serviços especializados. Mas, como no agro, o trabalho mais simples, e possivelmente o pior, era característico do africano. Dos homens, ao menos: cerca de 15% deles eram carregadores, remadores ou empregados em chácaras. Apenas um crioulo não possuía nenhuma qualificação ocupacional. A maior parte dos escravos urbanos, a essa época, era formada por trabalhadores semiqualificados - costureiras, lavadeiras, vendedores ambulantes e, sobretudo, os nomeados um tanto imprecisamente de "serviço de casa". Quase todas as escravas da cidade possuíam uma ocupação desse tipo. Um quarto do contingente crioulo era formado por trabalhadores semiqualificados, razão que se elevava quase 46% no caso dos africanos. Os trabalhos especializados, como no campo, também era coisa de homem. E mais do crioulo (73% deles eram qualificados) que do africano (39%). Africanos e crioulos, também na cidade do Rio de Janeiro, tendiam a ocupar lugares diferentes no mundo do trabalho.

2. Valor de mercado e ocupação de crioulos e africanos entre 1810 3 1830 (35)

O primeiro aspecto a chamar atenção é a acentuada redução na diferença de preços entre crioulos e africanos de ambos os sexos, tanto no campo como na cidade. Nas áreas rurais, onde o preço médio do crioulo era 11% superior ao do africano, essa diferença

despencou para 4%; entre crioulas e africanas, caiu também de 11% para 5%. Na cidade, no caso dos homens, a diferença, que havia sido 14%, situou-se em 11%; no caso das mulheres, caiu de 21% para 15%.

Nos inventários do agro fluminense há anotados os casos de 1368 escravos com naturalidade e ocupação conhecidas, sendo 733 africanos, 234 africanas, 232 crioulos, e 196 crioulas. O percentual de trabalhadores com uma ocupação especializada, que permaneceu um privilégio dos homens, cresceu entre as populações africana e crioula (de 17% para 30%). Na verdade, ampliou-se consideravelmente, nos inventários, o espectro de ocupações escravas. Carvoeiros, oleiros e tropeiros, por exemplo, não constavam dos inventários do período de estabilidade. Nem capitães do mato, que, nos inventários de 1810 a 1825, eram em número de cinco. A expansão econômica havida naqueles anos alargou o arco de ocupações cativas, atraindo africanos e crioulos. Também cresceu em importância o contingente destinado aos afazeres doméstico, por então quase 1/5 da população cativa. E declinou o número relativo dos escravos descritos como "de roça" (de 69% para 51%).

As maiores alterações se verificaram em meio à população africana de ambos os sexos. Os homens transitaram em maior volume para as ocupações qualificadas e até para as tarefas domésticas. Os escravos crioulos continuaram melhor situados no mundo do trabalho, mas a diferença que os apartava dos africanos tornara-se menor. A variação do preço médio de crioulos e africanos expressa isso. Os africanos qualificados, que haviam sido 18% da população estrangeira, era então 37%. O percentual dos escravos destinados ao eito, entre eles, declinou de 76% para 56%. Os crioulos também se tornaram mais freqüentemente especializados e menos "de roça", embora tais variações não tenham sido tão acentuadas: respectivamente, de 40% para 56% e de 50% para 39%.

As mulheres africanas mais que duplicaram a presença na casa do senhor. Eram domésticas apenas 18% das africanas, no período de estabilidade do tráfico. Nessa época de expansão, chegavam a 43%. Isso expressava o ímpeto com que deixavam de predominar, entre elas, as que trabalhavam com foices e enxadas. A população crioula feminina praticamente não se mexeu: eram domésticas 54% dos casos e passaram a 55%; eram do eito 45%, tornaram-se 44%.

Os escravos domésticos dessa fase são em número de 262: 56 africanos, 100 africanas, 13 crioulos e 93 crioulas. Como se pode perceber, cresceu a presença africana entre eles. Entre 1810 e 1835, considerado globalmente o ciclo de expansão do tráfico, os africanos predominavam sobre os crioulos até na casa do senhor. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, tornava-se mais acentuado ainda o predomínio da população feminina entre essa

escravaria, que elevou-se de 65% para 74%. Gilberto Freyre, onde quer que esteja, haveria de gostar de conhecer esses números.

O número de casos de escravos urbanos com profissão e naturalidade assinalados, nessa fase de expansão, é 1762, sendo 1033 africanos, 490 africanas, 119 crioulos e 120 crioulas. Observe-se como é relativamente pequena a amostragem de crioulos, a refletir a crescente e exagerada predominância de africanos na área urbana do Rio, conforme se ampliava o número de desembarques no porto da cidade.

Na cidade, aumentou relativamente o número de escravos destinados a ocupações qualificadas e dos alocados em serviços não especializados, ao mesmo tempo em que declinou o daqueles ligados às ocupações semiqualificadas. É plausível que, tornada sede do Império lusitano, com a chegada da família real e a subseqüente abertura dos portos, a cidade do Rio visse crescer o número de escravos marceneiros, ourives, sapateiros etc. A proliferação de trabalhadores não qualificados, por outro lado, também se a pode constatar em outros tipos de fontes. A grande presença de carregadores, remadores etc., são fartamente descritos em relatos de viajantes a essa época. Spix e Martius, por exemplo, segundo disseram, no dia em que desembarcaram no Rio, no ano de 1817, apenas com muita dificuldade conseguiram livrar-se da "barulhenta turba de pretos e mulatos seminus", que, insistentes, ofereciam aos cientistas seus serviços. Era a "classe operária" do lugar que, pela cor e variedade de línguas que falavam enquanto carregavam "de um lado para o outro as cargas sobre varas", lembraram a ambos que estavam num "estranho continente do mundo" (SPIX e MARTIUS, 1976: 41- 45). Certamente, o número de trabalhadores empregados nesses afazeres há de ter aumentado na cidade do Rio após 1808. No entanto, o que os inventários também registram é o crescimento significativo dos escravos empregados em serviços de roça e "chácara". Isso significa que a fonte pesquisada abrange os escravos da periferia rural da cidade, cujos proprietários deviam residir ou ter negócios no centro urbano carioca. É uma característica dessa série de inventários que, se não invalida as conclusões que se possa chegar a respeito do trabalho escravo urbano, deve ser retida.

Quanto à variação das posições de africanos e crioulos de sexo masculino no mundo do trabalho, da mesma forma que acontecera nas áreas rurais, a distância que apartava a ambos tendia a diminuir, conforme aumentava o volume de desembarques no porto do Rio de Janeiro. Metade dos africanos, nesta época de expansão, eram trabalhadores qualificados, quando no período anterior não passavam de 40%. A variação da situação dos crioulos conheceu caminho inverso: 73% deles eram qualificados antes; por então, esse percentual declinara para 66%. O destino dos crioulos urbanos era mais incerto, a esta época. Apenas

2% deles eram escravos não qualificados na fase anterior; contudo, entre 1810 e 1835, 9% deles engrossavam o contingente dos cativos sem uma ocupação qualificada, na cidade.

Mas a população escrava crioula masculina continuava a desfrutar de uma posição mais privilegiada no mercado de trabalho urbano carioca. Eles ainda eram mais tipicamente trabalhadores qualificados e eram relativamente raros entre o contingente dos escravos que se desincumbiam das tarefas mais pesadas, na cidade. Os africanos, por outro lado, provavelmente em razão da maior demanda por esse tipo de serviço no núcleo urbano, que eram não qualificados na proporção de 15%, na época de estabilidade do tráfico, passaram a sê-lo na proporção de 21%, depois. Mas, apesar disso, a situação desses últimos sem dúvida se alterara para melhor, e isso, evidentemente, haveria de refletir-se na diferença de preços entre escravos brasileiros e estrangeiros, tornando-a menos acentuada.

No que diz respeito ao contingente urbano de escravos semiqualificados, a redução relativa de seu número em proveito de qualificados e não qualificados não pode obscurecer o fato de que eles continuaram a ser o maior grupo ocupacional da cidade: eram 62% dos escravos, passaram a ser 52% da escravaria urbana. Nele se concentravam as escravas da cidade, as quitandeiras, lavadeiras e, sobretudo, as nomeadas de "serviço de casa". Os africanos eram menos freqüentemente escravos semiqualificados, à essa época. Haviam se ocupado desse tipo de atividades 46% deles no período anterior; por então, não chegavam a 30%. A freqüência desse tipo de ocupação entre crioulos, crioulas e africanas não se alterou substancialmente.

Quanto aos escravos domésticos, entre os quais, como em tudo na cidade, predominava a população africana, aumentou ainda mais a presença das mulheres. A exemplo das áreas rurais, o trabalho escravo referido à casa do senhor chamava a si preferencialmente as mulheres: elas eram metade dos cativos domésticos na fase de estabilidade e passaram a 53% quando da expansão do tráfico.

3. Tráfico atlântico e hierarquia na comunidade escrava

A análise do preço e a situação ocupacional dos africanos e crioulos mostrou que algum tipo de hierarquia organizava a vida da população escrava no Rio de Janeiro. Os crioulos custavam mais ao bolso do senhor porque, em primeiro lugar, ocupavam as melhores posições no mundo do trabalho, seja nas áreas rurais, seja na urbana. O que significava para o escravo uma melhor situação no mundo do trabalho? Os viajantes achavam que queria dizer maiores possibilidades de obter acesso ao mundo dos homens livres, na condição de liberto.

Debret, por exemplo, observou que eram os mestiços (crioulos, portanto) os mais contemplados com alforrias, após o quê freqüentemente tornavam-se bons trabalhadores qualificados. Já o deviam ser antes, ao tempo em que, ao trocarem cumprimentos entre si, se desejavam "*Deus te faça balanco*", isto é, Deus te faça branco (DEBRET, 1978: 162-169).

Deus te faça livre e próspero, como o branco, assim se deve escutar o cumprimento escravo.

Koster tinha razão: o horizonte da escravidão, nesse preciso sentido, possuía distâncias desiguais para africanos e crioulos. (KOSTER, 1978: 400-401) De 1790 a 1835, na região estudada, os escravos nascidos no Brasil estiveram mais próximos da liberdade que os demais. Seria tolice desprezar as conseqüências disso na vida de toda a escravaria, apenas porque a expectativa de liberdade para muitos crioulos, via de regra, se revelava, um dia, a grande quimera que sempre havia sido. Numa sura do Alcorão se diz que os infiéis estão condenados à perda de suas ilusões. Pois bem, pode-se facilmente imaginar que o crioulo, fiel à vontade que tinha de vir a ser *balanco*, não era tolo de exigir ares de certeza à ilusão.

Tabela 1: Preço dos escravos do agro com idade superior ou igual a 10 anos

	africanos					crioulos			
	homens		mulheres			homens		mulheres	
	#	$	#	$		#	$	#	$
B	493	78.362	286	69.898		232	87.989	214	78.326
A	1356	30.05	553	25.34		451	31.41	363	26.80

Os preços do primeiro período estão em mil-réis; os demais, convertidos para libras esterlinas. A: 1810-1835; B: 1790-1807. Fonte: Inventários *Post Mortem*, 1790 – 1830, Arquivo Nacional.

Tabela 2: Preço dos escravos da cidade com idade superior ou igual a 10 anos

	africanos					crioulos			
	homens		mulheres			homens		mulheres	
	#	$	#	$		#	$	#	$
B	302	88.370	149	75.399		85	103.171	85	94.896
A	1370	29.36	661	28.35		169	32.94	168	33.48

Fonte: Inventários *Post Mortem*, 1790 – 1835, Arquivo Nacional.

Tabela 3: Situação ocupacional dos escravos do campo, 1790-1830

	Qualificados				Semi-qualificados				Não qualificados				Totais	
	africanos		crioulos		africanos		crioulos		Africanos		crioulos		africanos	crioulos
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
B	25	7.4	23	16.3	49	14.4	48	34.1	266	78.2	70	49.6	340	141
A	187	20.1	92	23.2	198	21.2	140	35.3	547	58.7	165	41.5	932	397

Fonte: Inventários *Post Mortem*, 1790 – 1830, Arquivo Nacional.

Tabela 4: Situação ocupacional dos escravos da cidade, 1790-1835

	Qualificados				Semi-qualificados				Não qualificados				Totais	
	africanos		crioulos		africanos		crioulos		africanos		crioulos		africanos	crioulos
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
B	43	17.0	19	22.6	188	74.3	63	75.0	22	8.7	2	2.4	253	84
A	407	30.3	68	29.7	747	55.6	151	65.9	190	14.1	10	4.4	1344	229

Fonte: Inventários *Post Mortem*, 1790 – 1835, Arquivo Nacional.

Tabela 5:Distribuição das ocupações por naturalidade e sexo: áreas rurais, 1790-1830

1790-1807							
	Qualificados		Domésticos		Roça		Total
	#	%	#	%	#	%	#
Africanos	44	17.5	16	6.4	191	76.1	251
Africanas	2	2.1	17	18.3	74	79.6	93
Crioulos	34	39.5	9	10.5	43	50.0	86
Crioulas	1	1.8	30	53.6	25	44.6	56
Total	81	16.7	72	14.8	333	68.5	486
Homens	78	96.3	25	34.7	234	70.3	
Mulheres	3		47		99		
1810-1830							
	Qualificados		Domésticos		Roça		Total
	#		#		#		#
Africanos	270	36.8	56	7.6	407	55.6	733
Africanas	13	5.6	100	42.7	121	51.7	234
Crioulos	130	56.0	13	5.6	89	38.4	232
Crioulas	1	0.6	93	55.0	75	44.4	169
Total	414	30.3	262	19.1	692	50.6	1368
Homens	400	96.6	69	26.3	496	71.7	
Mulheres	14		193		196		

Fonte: Inventários *Post Mortem*, 1790 – 1830, Arquivo Nacional.

Tabela 6: Distribuição das ocupações por naturalidade e sexo: cidade, 1790-1835

1790-1807							
	Qualificados		Semi-qualificados		Não qualificados		Total
	#	%	#	%	#	%	#
Africanos	80	39.2	93	45.6	31	15.2	204
Africanas	4	3.8	99	94.3	2	1.9	105
Crioulos	38	73.1	13	25.0	1	1.9	52
Crioulas	0	-	50	100	0	-	50
Total	122	29.7	255	62.0	34	8.3	411
Homens	118	96.7	106	41.6	32	94.1	
Mulheres	4		149		2		
1810-1835							
	Qualificados		Semi-qualificados		Não qualificados		Total
	#	%	#	%	#	%	#
Africanos	513	49.7	307	29.7	213	20.6	1033
Africanas	7	1.4	464	94.7	19	3.9	490
Crioulos	78	65.6	30	25.2	11	9.2	119
Crioulas	1	0.8	117	97.5	2	1.7	120
Total	599	34.0	918	52.1	245	13.9	1762
Homens	591	98.7	337	36.7	224	91.4	
Mulheres	8		581		21		

Fonte: Inventários *Post Mortem*, 1790 – 1835. Arquivo Nacional.

Obras Citadas:

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. Belo Horizonte : Editora Itatiaia ; São Paulo : Editora Universidade de São Paulo, 1978.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, 2a. ed., Pernambuco, 1978.

MARTIUS, K.F.P. e SPIX, J. B. **Viagem pelo Brasil**. 3a. ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Nacional do Livro, 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Alemanha Turca em Preto-e-Branco: reelaboração identitária sob a ótica fotográfica

Paula Martins de Barros Gioia[1]

Resumo: A fotografia tomada como fonte e objeto da pesquisa histórica empreende, neste trabalho, a reconstrução de uma história, baseando-se na poética visual do *intelectual* turco imigrado na Alemanha, Kemal Kurt. Trata-se de analisar a relação entre uma de suas obras (*Menschen.Orte*, 1999), sua *trajetória de vida* e as redes sociais tecidas. Através do cruzamento entre palavras e imagens buscou-se tratar dos conflitos e *jogos identitários* vividos pelas gerações mais jovens e pelos *intelectuais* no interior da comunidade étnica turca na Alemanha, na transição do século XX para o século XXI.
Palavras-Chave: Fotografia – Imigração – Identidade

Abstract: Using photography as the source and object of historical research, this work aims at the reconstruction of a history, based on the visual poetry of Kemal Kurt, a Turkish intellectual living as an immigrant in Germany. It involves the analysis of the relationship between one of his works (Menschen.Orte, 1999), the course of his life and the social networks he weaved. Through the juxtaposition of words and images, an attempt is made to address the conflicts and identity games experienced by younger generations and intellectuals within the ethnic Turkish community in Germany at the turn of the 20th to the 21st century.
Keywords: Photography – Immigration – Identity

Desde a infância tive contato com a experiência da imigração. Nasci em uma família italiana para a qual festas familiares eram sempre ocasiões dedicadas ao cultivo da culinária e das músicas típicas da terra de origem de nossos ancestrais. Mas, embora laços sanguíneos me remetam à Itália, foi com a Alemanha que me envolvi afetivamente anos mais tarde. Sendo estrangeira nesse país, atentei à singularidade da comunidade de imigrantes turcos no cotidiano local e desde a graduação empreendo estudos a seu respeito. Nesta exposição apresento os resultados finais de minha dissertação de mestrado, na qual relacionei fenômenos identitários observados no grupo a uma análise pelo viés da fotografia.

Kemal Kurt foi o fotógrafo que selecionei para guiar-me nesta investida. Kurt nasceu, em 1947, na Tráquia – região turca marcada pela miscigenação cultural. Vem de uma família muçulmana não ortodoxa, que apoiava as medidas de modernização do país. Desde cedo se mostrou sensível à literatura e aos seres humanos, assim como, curioso do novo, do diferente, do distante. Os livros o colocaram na estrada, marcando um caminho que não teria mais volta. Cursou o ginásio em um internato de língua inglesa em Istambul. A graduação em Engenharia fez em Ancara. Depois, seguiu para os Estados Unidos, onde se pós-graduou. O

[1] Mestre, Universidade Federal Fluminense, CNPq.

passo seguinte foi Berlim, onde, em 1976, sentimentos afetivos fez com que ali permanecesse. Sua vida foi marcada pelos deslocamentos, pela transposição de limites, pela descoberta de novos mundos, mas também por adaptações e controle dos sentimentos. Segundo ele, porém, a vida em redondezas estranhas alavanca turbulências positivas que incentivam a criatividade. Em seu caso, a fotografia – descoberta nos primeiros anos vividos na Alemanha – representou por quase uma década sua forma maior de expressão. Ela permitia-lhe transmitir ao mundo, em língua franca, o que via e sentia, lançar-se ao mundo, dar-se a ver e marcar sua presença. Com sua câmera registrou a realidade que encontrou ao chegar em Berlim. Uma realidade de mais de 15 anos de entrada de mão-de-obra turca na Alemanha.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o continente europeu se tornou um importante pólo de atração de trabalhadores vindos de regiões em recessão, uma vez que apresentava grande déficit de mão-de-obra interna. Neste contexto, o governo alemão firmou, entre a década de 1950 e o início da década de 1970, acordos com alguns países, visando o recrutamento de mão-de-obra barata e pouco especializada vinda de tais regiões para preencherem postos de trabalho vagos na Alemanha. Em 1961, a Turquia foi incluída no programa. O processo migratório desencadeado por tal iniciativa constitui um dos casos mais representativos para se compreender o fenômeno mundial das imigrações envolvendo mão-de-obra barata nesse período. Para a Turquia era essa a chance ao acertamento de divisas e ao desafogamento do mercado de trabalho interno nos grandes centros urbanos. O governo turco também acreditava se tratar de um passo favorável rumo à sua inclusão na Comunidade Européia – fato que até hoje não se concretizou! Do ponto de vista individual, parecia ser a chance à construção de um padrão de vida mais digno no momento do retorno à terra natal.

Entre 1961 e 1973, entraram cerca de 866 mil trabalhadores turcos na Alemanha (JASMIN, 1999:148). Vale ressaltar que os indivíduos denominados de "turcos" ao longo desta exposição são, na verdade, originários de cerca de 47 etnias e confissões religiosas distintas (ŞEN, 2002:55), apesar dos dados oficiais os classificar como "turcos", já que é sob tal nacionalidade estão todos registrados na Alemanha. Os primeiros anos vividos nesse país foram de extrema insegurança nos mais variados aspectos cotidianos. Viviam segregados em ambientes de trabalho de baixo escalão, cujas condições de trabalho, bastante precárias, não eram desejadas pela maioria dos alemães. Ainda na década de 1980 Kemal Kurt observou e registrou alguns desses locais.

Imagem 1 – Berlim, 1981 (KURT, 1999:82)

Imagem 2 – Berlim, 1980 (KURT, 1999:81)

Na imagem 1, produzida nas dependências de uma multinacional de eletroeletrônicos (*AEG*), Kurt apresenta um trabalhador, de origem turca trabalhando junto ao rotor de uma máquina de grande porte. Além das luvas, não utiliza nenhum outro equipamento de proteção. Na imagem, percebe-se a valorização da indústria e da máquina, que vem à frente, enquanto o operário vem no último plano. A ele eram destinados o serviço braçal, a graxa, o ruído que danifica os tímpanos e as substâncias tóxicas que contaminam.

A imagem 2 demarca a divisão de figuras e de espaços na sociedade local. Três trabalhadores turcos limpam janelas da Universidade Humboldt – como indicado na placa e na caixa do correio na parede. Enquanto os três só tinham acesso à parte externa do prédio, do outro lado das janelas eram formados estudantes da sociedade majoritária. Nessa imagem, Kurt imprime a divisão social do trabalho, observada no cotidiano, delimitando os espaços destinados à sociedade majoritária e à minoritária.

Com o passar dos anos observou-se melhorias em aspectos do dia-a-dia do imigrante, embora sua situação de submissão tenha permanecido. No cenário imobiliário, por exemplo, observou-se um desejo crescente de encontrar acomodações que permitissem a busca do restante da família que permanecera na Turquia. Já aí, atitudes preconceituosas por parte das imobiliárias contribuíram para a formação de guetos urbanos. Entretanto, esse fato possibilitou a formação de redes comunitárias e o desenvolvimento de uma economia interna ao grupo. Tais iniciativas estiveram ligadas ao setor de comércio e serviços, que, com o passar do tempo, direcionaram-se a indivíduos de toda a sociedade local.

Mas volto um pouco no tempo...

A crise mundial do petróleo, em 1973, levou o governo alemão a cessar todos os acordos bilaterais existentes e a baixar leis incentivando financeiramente o retorno dos estrangeiros a seus respectivos países de origem. Embora muitos turcos tenham aderido ao programa, um número significativo deles optou pela recomposição familiar em solo alemão, buscando o restante da família. Essa decisão marcava a constatação de que suas vidas estavam agora realmente centradas na Alemanha e que o desejo do retorno havia sido abandonado.

Kemal Kurt chegou à Alemanha em 1976, momento em que os filhos dos imigrantes, tornavam-se adultos e, gradativamente, começavam a dominar a vida nas cidades alemãs. Apesar das dificuldades escolares devido ao domínio precário do idioma, houve crianças que, após superarem as dificuldades dos primeiros anos, chegaram a posições de destaque no universo escolar e, mais tarde, na sociedade. Aos poucos, muitos de seus representantes, começavam a servir de elo entre seus pais e as instituições alemãs.

Imagem 3 – Berlim, 1988 (KURT, 1999:8)

A imagem 3 metaforiza tal processo. Um homem cego caminha sobre a larga calçada de mãos dadas a uma criança. O menino enxerga e caminha sobre a estreita borda da calçada. A pequenina criança parece ser quem guia o adulto. A cena aponta para a relação de interdependência entre a primeira geração de imigrantes e seus sucessores. As gerações mais velhas são, de um modo geral, aquelas que cuidam do sustento da família, freqüentando ambientes de trabalho, como os já descritos, onde interagem quase exclusivamente com outros imigrantes. As crianças, por outro lado, se relacionam tanto com a comunidade de conterrâneos, como com o mundo externo aos guetos. Assim, além dos idiomas, dominam códigos culturais de ambos os grupos. Observo ainda a criança que caminha mais à frente,

também sobre a borda da calçada. Meio desequilibrada, esforça-se para não tombar para nenhum dos dois lados. É o sinal de que o domínio de ambos os códigos não é sinônimo de estabilidade. Mas prossegue em seu caminho confiante, sem olhar para trás. Está prestes a deixar o "verde-cinza" da grama, que remete aos campos da Turquia. A pequena caminha em direção aos carros, aos prédios, às massas humanas, à cidade dos ritmos rápidos, que serve de palco ao *hibridismo cultural*.

Nesse sentido, a prática e a preservação de tradições não impediu que muitas dessas crianças e jovens começassem a mesclar valores, interesses e performances de ambas as culturas com as quais interagiam diariamente. Porém, o duplo domínio dos códigos culturais deu início também a um longo e complexo processo de questionamentos e de rupturas naquilo que tange à *identidade* dessas gerações. O grande problema encontrado pelos indivíduos mais jovens é o de que a Alemanha se tornou sua casa e a Turquia apenas um país familiar. A Alemanha é seu referencial e onde suas vidas transcorrem. Entretanto, esse fato não foi bem aceito pela sociedade majoritária na Alemanha. Ao longo da década de 1990 observou-se, por exemplo, a ocorrência de inúmeros ataques de extrema-direita contra estrangeiros, em especial, contra os turcos, levando-os a refletir sobre sua condição e seu pertencimento. Não se identificam como alemães, tampouco como turcos. Porém, a sociedade alemã os classifica como turcos e a turca como não-turcos. Tratam-se, ao meu ver, de novas identidades, cujas características transcendem às fronteiras nacionais e que são marcadas pelo *hibridismo cultural*, próprio à situação de *diáspora*. Constituem grupos "entre culturas", que jogam constantemente com diferentes identidades.

Eis a semelhança que estabeleço entre Kemal Kurt – e os *intelectuais* turcos na Alemanha – com as gerações mais jovens. Embora não vivesse no interior de guetos, engajou-se na luta pela melhoria das condições de vida das comunidades de imigrantes, apresentando-se como elo entre as sociedades minoritária e majoritária. A pequena igreja lotada em seu velório, reunindo ateus, muçulmanos e cristãos, mulheres e homens, crianças, adultos e idosos; deixou claro que Kurt era realmente um elo entre mundos. Entretanto, sua autobiografia, *"Was ist die Mehrzahl Von Heimat?"* (Qual o plural de lar?), deixa claro que ele se auto-indagou sobre seu pertencimento. Nesse sentido, os questionamentos de Kurt aparecem como uma das manifestações possíveis de um *jogo identitário* mais amplo, vivenciado coletivamente por imigrantes em diáspora, e mais especificamente, pelos turcos na Alemanha.

A constatação de Maurice Halbwachs de que a memória, apesar de coletiva, se manifesta individualmente, corrobora minha opção pelo trabalho com a obra de Kurt. Além

disso, percebo as obras de arte como detentoras de um caráter privilegiado para se acessar as visões de mundo. Por meio da arte Kurt torna-se um *mediador cultural* de seu grupo, utilizando-se da fotografia como elemento de síntese da experiência coletiva de imigrar. Para ele, mais do que para lembrar, o dispositivo fotográfico serve para definir algo, serve para criar. E através de seu olhar sintetizante expõe sua transindividualidade, demonstrando a dialética de sua representação. Kurt dedicou-se a revelar a realidade, os questionamentos e as incertezas vividos pelos imigrantes. O contraponto entre sua obra e outras fontes históricas possibilitou relacioná-la à realidade da época.

Menschen.Orte (Pessoas.Lugares) é o título da obra lançada em 1999 – em formato de livro e exposição itinerante – que selecionei para minha investida. Nela, o artista traça um panorama de seus aproximados 20 anos de trajetória fotográfica e dialoga com suas poesias. Berlim aparece como o carro-chefe da obra, mas, ao inserir imagens de outros locais do mundo, Kurt apresenta a experiência migratória como um fenômeno global, contextualizando os turcos na Alemanha dentro de uma realidade maior. "*Menschen.Orte* remete ao tema da aproximação e do encontro. [...] As imagens guiam a peculiaridade e o inusitado daquilo que é aparentemente habitual ao centro de interesse" (www.kemalkurt.de, acessado em 17/01/2007). São, portanto, os contrastes que dão corpo à *Menschen.Orte*. Contrastes e paradoxos que também permearam a vida de Kurt, mas que, de forma nada cega ou alienada, exalaram de seu fazer artístico. Aliaram-se ao *intelectual* Kemal Kurt na busca por uma posição alternativa e íntegra, que lhe permitisse denunciar a verdade. Assim, através da arte visual e literária, mais do que testemunha, foi também um crítico. E ao clicar em diferentes tempos, nos fala do presente.

No livro as 122 fotografias e 42 poesias não seguem uma ordem explícita. É como se representassem o mundo e os multifacetados elementos do cotidiano, difíceis de serem organizados pela mão humana. Já na exposição, Kurt empreende uma segunda tentativa, como se aspirasse, por meio dela ampliar o sentido do que narra. Parece ambicionar uma recriação e organização do mundo em imagens e palavras, porém reconhece que o mundo é bem mais amplo do que uma sala de exposições. 41 fotografias e 17 poesias foram selecionadas, adotando uma organização completamente nova. E essa sua nova tentativa serve de pilar à análise por mim empreendida.

Kurt começa apresentando, por meio da poesia, seus anseios, capacidades, necessidades, crenças, sonhos ou a ausência de tudo isso. Apresenta também *portraits* dos personagens que atuam nessa história que descreve e nesse mundo que almeja construir. São figuras que quase sempre olham para a câmera, mostrando abertamente suas faces e se

deixando fotografar (Imagens 4, 5, 6, 7, 8). Trata-se de uma história que passa pelos camponeses, pelos ciganos, pelos políticos, pelos idosos, pelas crianças. Uma história que vai além da Turquia e da Alemanha e que é multicolorida. Uma história de pessoas (*Menschen*) e de lugares (*Orte)*. Uma história de lugares **de** pessoas (*Menschenorte*) e dos lugares **das** pessoas (*Orte der Menschen*). Por fim, uma história também de pessoas **em** lugares (*Menschen in den Orte*).

Imagem 4 – Çorlu, 1981 (KURT, 1999:61)

Imagem 5 – Berlim, 1986 (KURT, 1999:89)

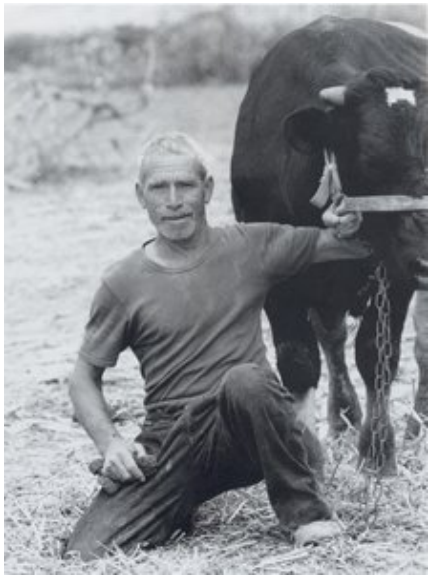

Imagem 6 – Istambul, 1984 (KURT, 1999:135)

Imagem 7 – Berlim, 1984 (KURT, 1999:141)

Imagem 8 – Malkara, 1984 (KURT, 1999:148)

Mas em terra estrangeira o imigrante nem sempre é bem-vindo. Vive decepções e tristezas ao constatar uma sociedade local não amigável. Nesse contexto, os excluídos desempenham papéis de subserviência. É disso que tratam as próximas poesias, enquanto as fotografias que as acompanham apresentam um outro quadro.

Imagem 9 – Berlim, 1987 (KURT, 1999:39)

Imagem 10 – Çorlu, 1981 (KURT, 1999:69)

Imagem 11 – Berlim, 1986 (KURT, 1999:76)

Imagem 12 – Istambul, 1986 (KURT, 1999:99)

Imagem 13 – Hanover, 1986 (KURT, 1999:101)

Imagens que retratam sempre os díspares, porém diferentes que convivem em harmonia (Imagens 9, 10, 11, 12, 13). Diferenças geracionais, culturais, de cor de pele ou de posição social. Todos eles diferentes que se gostam e se relacionam. Ao observar tais imagens percebo suas semelhanças com os espaços percorridos por Kemal Kurt. Veio de Çorlu, na Tráquia, região onde indivíduos de diferentes origens convivem. Morou em Istambul, a ponte entre Oriente e Ocidente. Mais tarde, se estabeleceu em Berlim, cidade que, por mais de

quatro décadas, foi divisora de mundos, mas que há quase duas décadas vem buscando reuni-los. Portanto, se o convívio social fosse como mostrado nas imagens, a exclusão apresentada pelas poesias não existiria e a amizade se concretizaria entre os diferentes.

Kurt prossegue em sua descrição do mundo tratando das fronteiras existentes, as quais sempre têm dois lados – como mostra a foto que também é capa do livro (Imagem 14). Sua existência desconstrói qualquer idéia de liberdade, seja de qual lado se esteja. "Abaixo às fronteiras", diz ele. E relata seu sonho, propondo um novo projeto de mundo: um mundo em festa, com muita mistura e convivência entre diferentes, onde é possível festejar a vida.

Imagem 14 – Tijuana, 1999 (KURT, 1999:151)

Encerra a exposição de forma satírica, abordando temas como o não reconhecimento do trabalho alheio, a discriminação do outro, os conflitos entre Ocidente e Oriente, que impossibilitam a construção de uma humanidade mais rica. Insere imagens que apresentam estratégias encontradas pelas pessoas para driblar as dificuldades que se apresentam: velhice, desprivilegiadas condições sociais, limites geográficos, regimes políticos. Por ironia, nenhuma dessas imagens foi sacada na Alemanha. Seria uma lição a ser ainda aprendida pela sociedade na qual *Menschen.Orte* foi produzida e veiculada?

Satírico nas poesias, Kurt apresenta caminhos na poética visual, concluindo assim sua exposição, mas não sua crítica social. Essa permanece, na medida em que instiga o observador a pensar. "Ao observar inúmeras vezes suas fotografias, [o expectador] sonha com Kemal o seu sonho de uma sociedade de culturas que se enriquecem" (BÖSECK, 2004:4), torna-se

co-autor do projeto de mundo por ele cunhado e está livre para inserir novos elementos que lhe pareçam pertinentes.

Desatrelados de gerações, os *intelectuais* da comunidade étnica turca na Alemanha há décadas vêm procurando "falar a verdade ao poder" (SAID, 2005:89). São indivíduos empenhados no senso crítico, na recusa a fórmulas fáceis ou a clichês pré-estabelecidos, ou a confirmações afáveis (SAID, 2005:35-36). Entretanto, embora engajados na desconstrução dos muros e fronteiras social e burocraticamente ainda existentes, permanecem identificados às representações sociais do ser-turco na Alemanha. Esse fato contribui para que, também eles, vivenciem *conflitos de identidade*. Em seu transitar diário, jogam, como as gerações mais jovens, com as diferentes identidades incorporadas por sua *transindividualidade*.

Kemal Kurt partiu, mas sua obra é presente. Suas imagens permanecem parte do mundo que nos rodeia. Muros, fronteiras, desrespeito, incompreensão, preconceito. Enquanto não houver solução para tais problemas, sua obra será atual. Nesse caso, eu prefiro que ela não permaneça atual pelo mundo que testemunha mas pelo mundo que, em suas ironias, demonstra querer construir.

Referências bibliográficas:

BÖSEKE, Harry. *Was ist die Mehrzahl von Heimat?: Rede zur Ausstellungseröffnung – Kemal Kurt: Menschen.Orte*, Evangel.Akademie/Iserlohn, 31/01/2004.

KURT, Kemal. **Menschen.Orte**. Berlin: Hitit Verlag, 1999.

SAID, Edward W.. **Representações do Intelectual**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

ŞEN, Faruk. *Türkische Minderheit in Deutschland*. In: BUNDESZENTRALE FÜR POLITISCHE BILDUNG (Hrg.). **Informationen zur politischen Bildung**. Oberschleißheim, Heft 277, 4. Quartal 2002.

JASMIN, Mathilde. *Fremde Heimat: Zur Geschichte der Arbeitsmigration aus der Türkei*. In: MOTTE, Jan; OHLINGER, Rainer; VON OSWALD, Anne (Hrg.). **50 Jahre Bundesrepublik – 50 Jahre Einwanderung**. Frankfurt/Main; New York: Campus Verlag, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre fotografias e roupas: uma aparência da moda na cidade de pelotas (1900-1930)

Francisca Ferreira Michelon[1]

Resumo: Nesta reflexão relacionam-se questões culturais situadas no âmbito da moda com a sua representação fotográfica, nas primeiras três décadas do Séc. XX a partir de exemplares dos acervos fotográfico e têxtil que estão sendo sistematizados no Museu Parque da Baronesa em Pelotas/RS. De tipologia Museu Histórico, a linha temática desse museu é a história dos costumes no período que se situa do final do século XIX até a década de 30 do século XX. Relacionando os dois acervos e os dados obtidos sobre os exemplares e tendo como considerações básicas a moda na condição do fato pelo qual se geram os artefatos têxteis e a fotografia na condição de memória artificial da cultura, observam-se as adaptações da moda à sociedade local (particularmente dos acessórios, como os chapéus) e o registro dos seus usos, gerado através da fotografia.

Palavras chave: história da moda, fotografia histórica, história cultural.

Résumé: Dans cette réflexion se rapportent des questions culturelles situées dans le contexte de la mode avec leur représentation photographique, dans trois premières décennies du Siècle. XX à partir d'exemplaires de la collection photographique et de la collection textile qui sont systématisées dans le Museu Parque da Baronesa em Pelotas/RS. De typologie Musée Historique, la ligne thématique de ce musée est l'histoire des habitudes dans la période qui se place de la fin du siècle XIX jusqu'à la décennie de 30 du siècle XX. En rapportant les deux collections et les informations obtenues sur les exemplaires et en ayant des considérations basiques la mode dans la condition du costume par lequel se produisent les dispositifs textiles et la photographie dans la condition de mémoire artificielle de la culture, s'observent les adaptations de la mode à la société locale (particulièrement des accessoires, comme les chapeaux) et le registre de leurs utilisations, produit à travers de la photographie.

Mots clé: histoire de la mode, photographie historique, histoire culturelle.

O Museu Municipal Parque da Baronesa (MMPB), de tipologia Museu Histórico, realizou a última análise do estado de conservação das peças do seu conjunto acervístico têxtil em 2002, através de visita feita pela museóloga do Museu Paulista da Universidade Estadual de São Paulo, Teresa Cristina Toledo de Paula, que fez uma avaliação geral, sem emitir parecer escrito. Na pesquisa *Inventando moda e costurando história: pensando a conservação de têxteis no Museu Paulista/USP* (1998), a museóloga menciona sua visita ao MMPB, opinando que o Museu: "(...) não só dispõe de uma coleção têxtil incomum, como teve sua museografia trabalhada por uma especialista americana e que a pedido de uma

1 Doutora em História pela PUCRS. Professora Adjunto do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas.

família local, recriou no museu, uma sala fiel à exposição do The Costume Institute-Metrpolitan Museum de Nova york e outra fiel ao museu Hermitage em São Petersburgo"(s.p.).

No presente em que se escreve esse artigo, há um projeto em andamento no MMPB, iniciado em 2006 pelo qual se está realizando uma avaliação documental do estado atual das peças que compõem o acervo têxtil, bem como um inventário de todo o acervo do MMPB, inclusive do Centro de Documentação, no qual há fotografias originais, impressas e reproduções em diversos processos.

A casa na qual se situa o MMPB é um antigo solar, cujo histórico registra ter sido adquirido pelo Coronel Aníbal Antunes Maciel em 10 de junho de 1863, que o doou a seu filho Aníbal Antunes Maciel, por ocasião de seu casamento, em agosto de 1864, com a jovem Amélia Hartley de Brito, de descendência inglesa, nascida no Rio de Janeiro. O casal morou na casa onde hoje é o Museu até que o Barão dos Três Serros Antunes Maciel (título nobiliárquico adquirido pelo proprietário do solar) morreu em 1887 e a Baronesa (nobre por decorrência do título adquirido), voltou ao Rio de Janeiro, visitando Pelotas com alguma periodicidade esparsa. Uma das filhas desse casal, Amélia Aníbal Hartley Maciel, depois de casar com o primo, continuou morando no solar. Déa Antunes Maciel, neta dos Barões, foi a última a residir na propriedade, que a um dado momento passou a ser chamada pela família de chácara. Seguindo o exemplo da avó e da mãe, na década de 1970 acabou mudando-se de vez para o Rio de Janeiro, deixando a propriedade fechada por alguns anos até que a família decidiu negociá-la. Então em 1978 o terreno de 7 hectares, o bangalô e a casa de 840 m² foram transferidos pela família para a cidade de Pelotas, através de convênio com a prefeitura. A casa principal passou por quatro anos de reformas, sendo orientadas por um artista plástico e restaurador pelotense, Adail Bento Costa, uma arquiteta, Marta Amaral, e os marceneiros, Paulo e Florentino Vaz. O Museu foi inaugurado em 25 de abril de 1982 e o prédio e seu entorno foram tombados como patrimônio histórico da cidade no dia 4 de julho de 1985. O prédio apresenta algumas particularidades que são distinguidas na documentação que o refere: é o único na América Latina que possui sala de banho; com banheira de fundo de mármore, de forma cilíndrica, revestida de azulejos europeus, ficando essa na parte externa do Solar. O acervo do Museu constituiu-se com base na doação de peças feita por famílias da cidade, dentre essas, trajes usados no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O acervo permanente tombado pelo museu conta com 1.043 peças, nas quais se encontram quadros, móveis, objetos pessoais, sacros, trajes militares, tapetes, acessórios de uso pessoal, enxovais, do qual fazem parte cerca de 160 peças têxteis. A *Coleção Adail Bento Costa,*

pertencente ao artista pelotense já mencionado e que era colecionador de antiguidades, inclui 329 peças, entre elas baús, espelhos, porcelanas, pratarias, quadros pintados à óleo, leques, entre outros objetos. A *Coleção Antoninha Sampaio,* atualmente em regime de empréstimo, é composta de 126 peças, das quais a maior parte é constituída de peças têxteis. Embora pequena essa coleção conta com acessórios, roupas de crochê e tricô, toalhas de batizado, chapéus, gravatas, enxovais de bebês, toalhas de banho e rosto, roupas de cama, luvas, toalhas de seda, galonas, vestidos de festa do século XIX que se encontram em bom estado de conservação. As peças que não se incluem nessas duas coleções foram doadas pela família Antunes Maciel, por Lourdes Noronha Coelho Borges e por mais alguns pelotenses e no seu conjunto apontam tanto para a origem do Museu como para o primeiro propósito de sua fundação, que se pode resumir como o de ser um local de guarda dos vestígios de uma época de prosperidade econômica na qual as famílias que se constituíram na cidade, buscavam viver de acordo com os modelos de civilidade tomados da capital do país, especialmente. Nessa cidade, cuja história da fundação alinha-se com os primórdios da história do Rio Grande do Sul, a riqueza advinda da indústria saladeril permitiu ao longo do século XIX, aos mais abastados, um modo de vida no qual o vestuário distinguia-se por ser importado da Europa, o que oportunizou, simultaneamente, uma convivência imediata com as inovações européias aplicadas a tecidos, confecção de acessórios e de roupas. Esse padrão de civilidade, que os objetos do acervo evidenciam, impunha-se sobre os arraigados costumes da sociedade pelotense e conflitava com os preceitos de um modo de vida conservador. Nos periódicos da cidade a Igreja encontrava oportunidade de registrar seus protestos a essas formas e gostos do vestir e de portar-se (especialmente no que concernia às mulheres), que se denunciavam através das roupas e acessórios copiados das capitais tidas como civilizadas. Ainda assim, a moda impunha-se, mesmo que negociada entre as convicções de um público devoto e também conservador e o seu desejo de identificar-se com os progressos da modernidade. Nas primeiras décadas do Séc. XX, até o final dos anos 20 (período no qual estão datados muitos exemplares do acervo têxtil), além da mídia impressa, o cinema exercerá grande influência tanto no vestuário como no modo de usá-lo e no comportamento do público. Em Pelotas, os cinemas passam a ser locais de encontro da sociedade e do operariado, que freqüentavam as sessões cinematográficas em locais ou horários diversos. Essa influência do cinema foi registrada pelos periódicos da época através de crônicas, assinadas ou não (muitas eram copiadas de outras revistas ou jornais) que criticavam o comportamento leviano associado à moda. Se progressivamente as mudanças da moda vão sendo incorporadas através de adaptações pela sociedade local ao longo dos anos que encerram o Séc. XIX e iniciam o Séc.

XX, nessas primeiras décadas a adaptação cede à cópia e a revolução do vestir (particularmente do feminino) será incorporada pela sociedade local, ainda que convivendo com as contínuas críticas que resistiam à progressiva perda de controle, mas vitoriosa diante da inevitabilidade do sistema de distribuição e exibição expandido pela indústria cinematográfica, fator inegável na propagação da moda. Bem, era assim no mundo e, parcialmente também o era em Pelotas, ainda que as formas abstraídas e geometrizadas de uma estética funcional ou a ousada equivalência de um design de vestuário que trazia peças masculinas para o guarda-roupa das mulheres não se faça muito evidente no acervo têxtil do MMPB, o que há e o que registraram as fotos mostram que a influência se dava. E assim, nesses anos estudados percebe-se que a moda ditada pela modernidade, resultou, em certa medida, no abrandamento das diferenças sociais por um processo de democratização da aparência, com o qual colaborou a industrialização da matéria-prima e das roupas e acessórios.

Mas no confronto entre o objeto e a fotografia essa democratização só se evidencia depois de identificar a peça. Então, para fazer a identificação se está operando um estudo histórico sobre a moda na região[2] o que tem fornecido dados para aprofundar a reflexão sobre o encontro do pesquisador com o objeto e com a sua representação. Ao falar do objeto através de alguns exemplos que foram incluídos nesse texto, observa-se do ponto de vista do pesquisador da imagem fotográfica, uma relação de importância entre as fontes, na qual o objeto é preponderante, mas os seus significados são encontrados na imagem. Por outro lado, ao observar a inevitável emoção do pesquisador que encontra a peça depois de tê-la visto primeiramente na foto, conclui-se sobre uma forma de conhecimento que se dá, por esse caminho, escalonada. Essa escala se tentará observar através dos exemplos, dentre os quais se destacam os chapéus. E dentre esses, a cartola, especialmente porque no período estudado, correspondente a cerca de trinta anos, a cartola sofreu mudanças tanto na sua dimensão, quanto no seu uso, passando de um elemento indispensável no vestuário masculino até a substituição por outros tipos de chapéus, para a maioria das ocasiões. Sem cair em desuso total, o chapéu alto, como inicialmente foi chamado, assumiu a solenidade que impunha, tornando-se um distintivo de ocasiões especialmente destacadas ou uma marca de

2 O estudo intitula-se Estudo histórico da moda feminina na década de 1920 voltado à identificação do acervo têxtil do Museu Municipal Parque da Baronesa (Pelotas-RS) e está sendo desenvolvido pela aluna Denise Ondina Marroni dos Santos no curso de Especialização em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas e orientado pela autora deste texto. No desenvolvimento inicial do trabalho, a pesquisadora concluiu sobre a necessidade de ampliar o recorte temporal do estudo, estendendo-o até a década de 1890 na qual estão datados os exemplares têxteis mais antigos. Além da revisão bibliográfica, a pesquisa funda-se sobre o levantamento iconográfico e sobre entrevistas, inclusive com descendentes das famílias que doaram o acervo. O trabalho será concluído em 2007.

personalidades de grande notoriedade (como Winston Churchill), ou ainda, elemento adicional em figuras caricaturais.

Souza (1993) observa que no século XIX , em plena era industrial os planejadores dos objetos "(...) explorarão a forma cilíndrica e os temas invariáveis do industrialismo, abóbadas, túneis, chaminés", elementos que segundo o autor, permearão o inconsciente do homem que " [...] também forma-se cilíndrico, com suas calças, cartola e sobrecasaca" (p.32). Corresponde esse tipo de chapéu, portanto, a uma forma geométrica dominante no vestuário do novecentos e que tem durabilidade no início do século seguinte. Especialmente referindo-se ao dândi, Laver (1989) observa como algum tipo de cartola adequava-se e era indispensável a qualquer hora do dia. Castellani (2003) define esse chapéu como "(...) com copa alta e cilíndrica que pode ser revestida com pelúcia de seda. Sua aba curta ou média pode apresentar-se virada nas laterais. Foi usada desde o século XVII pelo diretório Francês e depois pelas mulheres em versões mais femininas" (p.50). Ainda que indispensável, a cartola traduziu em sua época um comportamento modelar que alguns detratores souberam destacar. Baudelaire (apud ARANTES, 2006) ridicularizava o conjunto casaca preta e cartola, chamando-o de uniforme de papa-defuntos. Mas em 1840, Balzac definia em memorável crônica sobre os hábitos do vestuário de sua época outro ridículo ao qual se contrapunha, perguntando: "Quem não conhece a simplicidade dessa vestimenta no Diretório e no Consulado? Então, os trajes estavam tão distantes de toda a rijeza como os costumes. Como então do que era bom retrocedemos ao que é mau?"(p.65). A simplicidade que para Baudelaire atingiu o despojamento árido de uma quase não aparência foi decorrência da industrialização do vestuário, que segundo Laver (1989) permitiu que a cartola fosse usada por todas as camadas sociais. Há cartolas nos artefatos têxteis do MMPB, datadas do final do Séc. XIX e do início do Séc. XX, como a da Fig. 1, cuja descrição constante no inventário a identifica como tendo "(...) copa média, cilíndrica-ovalada, feita de cartão revestido de pêlos com aspecto aveludado e abas curtas viradas nas extremidades laterais"[3]. A ficha catalográfica contém descrição do objeto, inclusive da etiqueta constante no interior da copa, costurada ao forro e na qual se encontra impressa em tinta dourada: "Único recebedor Christys'London Nicola Caringi – Pelotas, XV de Novembro, 143. Gran Prix Brussels 1910". A ficha também informa que há na base da cartola uma faixa de couro sobre a qual está gravado o símbolo do Christys' London em dourado.

3 Ficha catalográfica MMPB 0824, preenchida por Denise Ondina Marroni dos Santos com dados obtidos na pesquisa referida neste texto.

O comércio desses acessórios era feito na cidade em algumas casas que duraram décadas, como a Casa Caringi que recebia as cartolas Chistys'London (Fig. 2). O consumo das cartolas respondia pela existência do comércio que, ao que indica o retrato do casal riograndino (Fig. 3) perdurou até os anos próximos a 1920. A cartola que o senhor porta sobre a cabeça corresponde à descrição do objeto encontrado no acervo têxtil, inclusive pelas abas curtas e curvas nas laterais. Conjuntamente com os demais acessórios que o retrato apresenta com evidência (o *pince-nez*, a gravata e o lenço no bolso do casaco), a cartola adorna a figura e pela sua característica de chapéu alto (de 15 cm de comprimento, como era freqüente encontrar), atribui-lhe altivez, qualidade que se coaduna com os propósitos sugeridos pela pose, pelo enquadramento e pela iluminação que privilegia e concentra o foco exclusivamente nos retratados. Nessa fotografia, a cartola e demais acessórios não se sobressaem, tamanha a força do conjunto que se estabelece para o espectador. O retrato do casal enquadrado em praticamente dois terços da figura em pé, impresso em uma vinheta ovalada, equivale através dos chapéus, masculino e feminino, a estatura de ambos e embora a monocromia da impressão torne discreto os figurinos - o do homem o era, pelo contexto da própria veste masculina, cujo desenvolvimento foi mais lento e menos sujeito a grande alteração do que a veste feminina (BAUDOT, 2002) - a mulher ganha destaque pelo volume empolado do seu chapéu. Para o pesquisador, o objeto destaca um item e traz informação sobre ele impossível de obter na imagem. Mas não se resumem as especificidades de cada meio a esse único aspecto. Na fig. 4 vê-se um grupo de homens jovens que, segundo a legenda que consta na revista, pertenciam a um grupo social abastado com hábitos que seguiam os preceitos do bem viver moderno. Deduz-se que essas características estejam reproduzidas no vestuário que o instantâneo de corpo inteiro, flagrado no contínuo da marcha do grupo, revela. O chapéu utilizado por eles, adequado ao horário e ao momento segundo os padrões então vigentes, já não é a cartola, mas os chapéus leves e mais flexíveis, menos rígidos na forma e mais abertos na combinação com as roupas. A Fig. 5, tomada em um cinema de Porto Alegre e publicada na Máscara, mostra através de um ângulo alto, instantâneo de um numeroso público que ingressa no local, do qual significativa parte são homens que portam chapéus palhetas, preferência que se mostra no período.

Em versão diversa, o chapéu de palha também foi adotado pelas mulheres com a característica copa chata e aba reta. O modelo tornou-se conhecido como palhinha e tem sua origem no chapéu usado pelos remadores como parte do seu uniforme. Leve e ventilado, o visual do palheta acrescentava, pela sua origem desportiva, um elemento de descontração à aparência, fato que surgia como reação a imperativa formalidade da cartola. No acervo têxtil

do MMPB há exemplares do palhinha (Fig. 6) com adornos que podem ter sido acrescentados pela proprietária, opção que destacava o chapéu das versões mais recorrentes obtidas diretamente com os vendedores. O chapéu que porta a moça do retrato impresso na Illustração Pelotentese (Fig. 6) é um palhinha mais enfeitado, adequado ao conjunto de vestuário e acessórios que compõem o retrato, evidenciando que a esportividade do chapéu não interferia na representação da pessoa distinta que se apresentava para a câmera.

Os chapéus utilizados nessa reflexão ilustram a relação entre a imagem e o objeto enquanto exemplares de acervos históricos utilizados para a pesquisa. Ao mesmo tempo em que o objeto amplia a importância do elemento, pela quantidade de informação que guarda em si, a imagem fotográfica contextualiza a informação, restringindo a importância do elemento, mas viabilizando relações e ampliando o quadro referencial no qual se dava o uso do objeto. Os retratos e os instantâneos impressos nas revistas e utilizados para a contextualização dos chapéus, cujos exemplares se encontram no acervo têxtil do MMPB, dimensionam o panorama dos seus usos, indicam sentidos que tais acessórios detinham no período e auxiliam a visão possível da moda naqueles distantes anos do início do Séc. XX. A imagem fotográfica possibilita, também, uma plácida visão das mudanças. Não substitui o objeto, mas estabelece um diálogo intenso do qual, se bem escutado pelo pesquisador atento, muitas relações se podem estabelecer.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *Notas sobre o método crítico de Gilda de Mello e Souza*. Estud. av. vol.20 no.56 São Paulo Jan./Apr. 2006

BALZAC, Honoré. *Tratado dos excitantes modernos*: seguido por Fisiologia do vestir e por Fisiologia gastronômica. São Paulo: Landy Editora, 2004.

BAUDOT, François. *Moda do Século.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CASTELLANI, Maria Regina. *Moda Illustrada de A a Z.* São Paulo, Manole, 2003

LAVER, James. *A roupa e a moda:* uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEHNERT, Gertrud. *Historia da moda do século XX.* Colônia: Konemann, 2000.

LUIRE, Alison, *A linguagem das roupas.* Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

O'HARA, Georgina. *Enciclopédia da moda: de 1840 à década de 80.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. *Inventando moda e costurando história*: pensando a conservação de têxteis no Museu Paulista/USP. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes (ECA), Ciências da Informação e Documentação, 1998.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. O tecido como assunto: os têxteis e a conservação nas revistas e catálogos dos Museus da USP(1895-2000). In *Anais do Museu Paulista:* cultura

material. São Paulo: Museu Paulista, v.13, n.5, 2005.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas; A moda nosécuIo dezenove*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

Lista de figuras

Fig. 1: Cartola do acervo têxtil do MMPB. Datação provável 1910. *Fotografia de Denise O. M. dos Santos.*
Fig.2: Anúncio veiculado na Revista Illustração Pelotense durante o ano de 1919.
Fig. 3: Fotografia impressa na Revisa Illustração Pelotense. Retrato do casal Giovaninni da cidade de Rio Grande, Colaboradores da revista. .
Fig. 4: Fotografia impressa na Revista Illustração Pelotense. Instantâneo de pelotenses em passeio pela Pç da República.
Fig. 5: Palhinha do acervo têxtil do MMPB. Datação provável 1920.
Fig.6: Fotografia impressa na Revista Illustração Pelotense durante o ano de 1919.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina

Ana Rita Fonteles Duarte[1]

Resumo
O texto analisa as motivações e formas de ação política de mulheres envolvidas em movimentos de defesa de parentes presos, desaparecidos ou afetados de outras formas por regimes ditatoriais na América Latina entre as décadas de 1960 a 1980, com especial destaque para o Chile, Argentina e Brasil.
Palavras-chave: gênero, mulheres, ditaduras

Abstract
The text analyzes the motivations and action forms politics of involved womens in movements of defense of imprisoned, missing people or affected relatives of other ditatoriais forms for regimes in Latin America enter the decades of the 1960 the 1980, with special prominence for Chile, Argentina and Brazil.
Words-Key: gender, women, dictatorships

É quase imediata a associação entre a força do mito de Antígona - a irmã que desafia a tirania para sepultar o irmão, acusado de atacar a pátria e seus deuses - e as práticas de resistência civil protagonizadas por mulheres em diversos momentos históricos, especialmente quando estes demandaram ações públicas de personagens acostumadas a reservar-se ao mundo do privado. O que ocorreu, é que, em muitos casos, a atuação pública acabou transformando essas mulheres, fazendo com que elas desafiassem a ordem estabelecida, e fossem além do mito, estimulando e envolvendo outros segmentos sociais e, dessa forma, transformando a própria vivência política.

Mas porque as mulheres, afinal, se convertem em protagonistas de práticas de resistência civil em momentos de crise, arbítrio e negação das liberdades individuais? Analisando sua atuação na cena pública, na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial e na América Latina, durante os anos 70 do século XX, Capdevila (2001) observa que as ditaduras destroem os organismos de interlocução e essas situações impõem novos mediadores dados pela nova conjuntura em que não valem hierarquias institucionais, favorecendo o aparecimento de novos interlocutores sociais selecionados a partir de variáveis como espírito de iniciativa, senso de oportunidade, etc.

[1] Doutoranda em História da Cultura no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As guerras e as ditaduras impõem agressões às esferas pública e privada, com sanções econômicas e sociais, mas sobretudo através de ameaças à célula familiar. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público em contato direto com o agressor. Saem da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos coletivos, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno.

As mulheres passariam a exercitar o que ele chama de jogos de gênero[2], compreendendo-se o gênero como máscara, parte da *mis-en-scene*. Como num jogo de xadrex, os atores políticos tentam intervir no espaço público, utilizando como instrumento de de visibilidade política o "eterno feminino". Como atrizes, as mulheres instrumentalizariam o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentariam uma situação de vulnerabilidade maior diante da repressão.

Esses jogos fizeram parte do cotidiano de países como Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Brasil que enfrentaram ditaduras, entre as décadas de 60 a 80 do século passado, articuladas através da Operação Condor, aliança que interligou aparatos repressivos desses países que passaram a agir além das fronteiras.

A repressão sobre as mulheres foi sentida de formas diretas e indiretas. As militantes de esquerda, assim como os seus companheiros foram presas, torturadas, tiveram filhos seqüestrados, foram mortas e ainda conheceram um tipo específico de tortura, através da alta dose de violência sexual praticada pelos militares. Algumas foram seqüestradas por sua relação afetiva ou de parentesco com militantes homens.

Sentiram, duramente, o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar seja como presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento da família e buscar ou atender a seus parentes capturados pelos regimes. Lidaram diretamente, e por longos períodos, com sentimentos como medo, rejeição e acusações por parte do Estado e mesmo de familiares e vizinhos.

Postaram-se diante do poder constituído cobrando a soltura ou a volta de seus filhos, maridos, amigos e parentes, exigindo a revelação de seus paradeiros e lutando por justiça contra condenações arbitrárias. O início do "trabalho", em geral, ocorria de forma espontânea, não organizada, para posteriormente ser verificada a necessidade da criação de associações ou entidades civis.

---

[2] Gênero está compreendido neste trabalho como uma construção cultural que estabelece a diferença entre os sexos, codificando e distribuindo o poder entre homens e mulheres com atribuições específicas para estes.

O compromisso da maioria delas não provinha de conhecimentos ideológicos e democráticos. Sua lógica, nesse primeiro momento, não era política, mas uma "lógica de afetos" como nos diz Jelin (1994). Elas eram fundamentalmente mulheres afetadas diretamente como mães, avós, irmãs, reclamando seus familiares. Suas associações demonstram isso, pois, em sua maioria, fazem alusão à primazia de seus vínculos de parentesco. Em alguns países do Cone Sul a ação dessas mulheres por sua coragem, estratégias de luta e persistência, tiveram maior destaque e visibilidade.

No Chile, a ditadura estendeu-se por 17 anos e é considerada um dos períodos mais sangrentos da história do país. De 1973 a 1990, o regime comandado por Augusto Pinochet prendeu, torturou, matou, ocultou cadáveres, além de caçar inimigos fora das fronteiras chilenas. O número de pessoas exterminadas chegou a 3.196 vítimas, entre mortos e desaparecidos, de acordo com dados da Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação[3]. Dados do Ministério do Interior Chileno registram que em 1976, existiam 42.486 presos políticos. Cerca de um milhão de chilenos foram exilados e 10 mil prisioneiros torturados.

As mães chilenas também foram as responsáveis pela busca dos filhos e exigência de justiça. A Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, criada em 1975, começou a enfrentar Pinochet, dois anos depois, em 1977. Analisando o período, Vasquez (2006) diz que, paradoxalmente, essas mulheres saem do espaço privado e passam ao questionamento e enfrentamento do Estado, utilizando os mesmos papéis culturais e sociais tradicionais que as mantinham afastadas da esfera pública.

O primeiro grande ato de desafio foi a realização de uma greve de fome que durou 11 dias, com a participação de 24 mulheres e dois homens. Segundo depoimento da presidente da Associação, na época, Sola Sierra, o protesto foi feito sob medo dos manifestantes de também desaparecerem. Elas enfrentaram o medo e novo protesto de mesmo teor foi realizado em 1978, com 60 famílias que fizeram jejum por 20 dias seguidos.

As mães também realizavam manifestações de rua. Carregavam cartazes com a foto do filho desaparecido. Há registros de mães que perderam até cinco filhos nas mãos da repressão. A palavra de ordem nas ruas era: "Vivos los llevaron, vivos los queremos".

As integrantes realizavam atos públicos onde se acorrentavam a prédios como o Congresso Nacional, nos chamados "encadenamientos", moviam ações judiciais, faziam denúncias à comunidade internacional e romarias aos lugares sacralizados popularmente, onde se sabia que as pessoas eram detidas, ocultadas ou enterradas.

[3] Ibidem, p.167.

O espaço inédito, forjado pela reunião dos membros da Agrupación, em sua maior parte composta de mulheres construiu símbolos que permanecem até hoje no imaginário chileno. É o caso de *La Cueca Sola*. La Cueca é a dança mais popular do Chile, na qual casais dançam com lenços. Para fazer refletir sobre os laços de amor destroçados pela separação e desaparição de entes queridos, as mulheres de famílias atingidas criaram *La Cueca Sola*, em que dançam de forma tristonha, sem a presença de seus pares, expressando a dor da perda. A primeira vez em que a dança foi executada foi em 08 de março de 1978 no Teatro Caupolicán, em Santiago.

As mulheres de camadas populares chilenas, concretizaram uma forma inusitada de protesto: a narrativa de suas histórias de perdas e buscas de parentes através do bordado das *arpilleras*, tapetes em estilo rústico. Mulheres solitárias, casas destruídas, pessoas atacadas nas ruas pela polícia, pedidos de paz, iam brotando através de crônicas construídas pela agulha e lã. Os trabalhos eram expostos em pátios de igrejas, vendidos em feiras. As arpilleras chegaram a ser proibidas pelo governo Pinochet, sob perigo de tornaram-se poderosas armas de anti-propaganda do regime. A própria esposa de Pinochet, Lucia Hiriart, teria financiado artesãs para produzirem trabalhos sem a presença de protestos.

Na década de 80, sob a expectativa do término da ditadura, a Agrupación de Familiares manifestará mais uma vez suas bandeiras de verdade e justiça. Suas representantes se negaram a receber indenização. Elas também reprovaram o chamado Pacto de Sigilo, um acordo para a preservação da identidade dos agentes da repressão que se dispusessem a revelar a localização de cemitérios clandestinos. Sua bandeira até hoje é a investigação dos crimes cometidos em nome do Estado e a punição dos culpados.

Irmanadas na dor das chilenas, as argentinas alcançaram repercussão maior em sua luta pela justiça e punição dos culpados, transformando-se numa das entidades políticas de maior força ainda hoje no País: a *Asociación de las Madres de La Plaza de Mayo*. Basta saber que a atividade mais característica do grupo das mães, as rondas realizadas todas as quintas-feiras, na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, completou 30 anos em 30 de abril de 2007.

Além de estratégias inovadoras e marcantes como a da ronda semanal, a atuação tão longa no tempo deve-se, entre outros fatores, ao impacto da repressão ditatorial sobre a sociedade argentina. Segundo dados da própria Asociación, 30 mil argentinos são considerados desaparecidos durante o regime militar (1976-1983).

A mobilização das mães iniciou-se ainda antes do golpe de Estado, em fevereiro de 1976, afinal a repressão e desaparecimento de pessoas ligadas a movimentos de esquerda

havia começado ainda no final da década de sessenta. Nesse momento, as mães integravam a gama de pessoas que, em agosto de 1976, passou a se denominar *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*.

Segundo Gorini (2006), a atuação mais autônoma das mães como movimento ainda que espontâneo deu-se a partir de discordâncias com as formas de ação empreendidas pelos Familiares. Este movimento não adquiria sentido amplo, as principais ações ficavam nas mãos de poucas pessoas. Os códigos utilizados nas votações sobre como proceder não eram familiares a essas mulheres, em grande parte donas de casa. Tornava-se difícil serem ouvidas ou fazer valer suas opiniões num grupo que possuía pessoas com longo tempo de militância. A derrota em algumas votações poderia implicar em tempo perdido na busca de informações ou solicitação a determinadas autoridades.

O fato fundamental para o desencadeamento de sua luta autônoma foi a decisão de algumas mães de comparecerem a Plaza de Mayo. A idéia não era fazer uma manifestação, pelo menos formal, mas mostrar ao poder constituído que elas não desistiriam de procurar seus parentes. O mesmo caráter espontâneo, sem premeditação foi responsável pelo surgimento da ronda. Diante da ordem para "circularem", no sentido de se dispersarem, elas resolveram caminhar em círculos, traçando a trajetória hoje ainda feita por elas e seguida por integrantes dos movimentos sociais, estudantes e até mesmo turistas.

Outro peça identificadora da presença das madres, o lenço branco na cabeça, surgiu a partir da necessidade de se identificarem em meio às multidões em atos públicos. O lenço foi o objeto de mais fácil disseminação, afinal qual mulher não teria guardado em casa uma fralda de filho ou neto?

As madres viveram radicalmente a solidariedade como experiência política, na medida em que sua luta e suas reivindicações se davam sempre de forma coletiva. Essa experiência é tratada como "socialização da maternidade". Este conceito é complementado de forma metafórica pelos dizeres da atual presidente da Asociacíon de Las Madres[4], Hebe de Bonafini: "A nosotras nos parieron nuestros hijos" (Fomos paridas por nossos filhos).

No Brasil, o MFPA

[4] Em 1986, a partir de divergências políticas internas, houve um racha no movimento das mães. Um grupo autodenominado Madres de La Plaza de Mayo- Línea Fundadora passou a existir. Entre os motivos apontados para a dissidência estão divergências com a condução do movimento por parte de Hebe de Bonafini (falta de democracia interna e personalismos), além de visões diferenciadas sobre medidas reparatórias para as vítimas da repressão. As madres da Línea Fundadora respeitam as mães e familiares que recebem as reparações e aceitam a Lei 24.231 que cria a figura do detido-desaparecido, o que se contrapõe diretamente a uma das insígnias da Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo "Nuestros hijos viven".

Em 1975, em pleno governo Geisel, cria-se, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), o primeiro movimento organizado, a lutar pela anistia aos perseguidos políticos, após 11 anos do regime de exceção no Brasil. O MFPA foi fundado por Terezinha Godoy Zerbine, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964 e iniciado por dez mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O Movimento se difundiu por todo o País, criando vários núcleos e atingindo outras classes sociais.

A primeira ação foi justamente a elaboração de um manifesto em defesa da anistia. O breve texto explicitava a concepção de luta ambicionada pelo MFPA que pretendia: "a pacificação da família brasileira, indispensável para a "recomposição do pacto social"[5].

A utilização de estratégias pelo MFPA para evitar a repressão é bastante clara. No caso específico do MFPA, aproveitou-se a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, cujas palavras de ordem eram: "igualdade, desenvolvimento e paz". Segundo Therezinha Zerbine, a bandeira da anistia foi levantada junto com a da paz – "afinal, quem seria contra a paz?".

Paralelo à constituição desse movimento, as mulheres do recém-criado MFPA decidiram ocupar espaços, mesmo que de forma discreta e cuidadosa. O marco dessa empreitada foi a participação de Therezinha Zerbine no Congresso Internacional da Mulher, no México, em junho de 1975, sendo a única brasileira a participar da Tribuna Livre. Era uma chance única de introduzir o debate sobre a anistia diante de um público formado por cinco mil mulheres de todo o mundo e com ampla cobertura da imprensa internacional. O resultado da intervenção foi a inclusão da reivindicação de anistia no documento final do encontro.

A consciência sobre a possibilidade real de repressão, prisão, tortura e risco de morte, fez com que fossem tomadas precauções na condução e apresentação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), registrado, em cartório, como entidade civil "isenta de fins políticos, religiosos e ideológicos ou lucrativos".

Essa restrição nos objetivos e nas formas de atuação pode ser explicado, em parte, pela própria composição do MFPA, integrado em todo o Brasil, prioritariamente por mães e esposas dos presos políticos e punidos pela ditadura. Sem filiação partidária, elas trabalhavam suas reivindicações em cima de valores como justiça e liberdade e temiam que,

[5] Trecho extraído do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia.

ao extrapolarem a luta pela libertação de parentes, colocassem em perigo a segurança destes e a sua própria.

O modelo para o Estatuto da entidade que se destacaria na luta pela anistia aos punidos pela ditadura seria o mesmo das "marchadeiras", o grupo de mulheres paulistas que organizou o movimento a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964[6]. Como possíveis integrantes do Movimento, somente mulheres eram permitidas, entre elas as "profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras". Embora não se vetasse a presença de homens nas reuniões, somente a elas cabia voz e voto.

> *"Se eles queriam estar lá para servir café, fazer uma compra enquanto a gente estava reunida, podia. Eles não podiam votar e nem dar palpite. Eu dizia: muito bem, escreve e entrega, depois nós vamos discutir porque senão vira uma anarquia"*[7].

Um movimento feminino não incomodaria tanto ao regime e ainda evitaria a intervenção ou possibilidade de aparelhamento pelas lideranças de esquerda, eminentemente masculinas, naquele período. Apartadas de quem sempre teve a palavra, elas poderiam ficar mais à vontade para desenvolver atividade autônoma, ganhariam credibilidade por sua "neutralidade" e "ausência de objetivos políticos", estando prontas para argumentar, protestar, articular.

Tudo parecia conspirar para que o MFPA endossasse as reivindicações no recém-criado movimento de mulheres brasileiro. Essa expectativa tinha base concreta. Em outubro daquele mesmo ano, o Movimento Feminino pela Anistia aliou-se a feministas para o lançamento do primeiro número do jornal *Brasil Mulher*. Em vários momentos, a líder do MFPA se posicionou cobrando maior atividade e responsabilidade das brasileiras para com os rumos do País, recordando sua participação decisiva em momentos históricos. Esse tipo de declaração confundia setores da imprensa que a chamavam de "líder feminista"[8].

O que se pode depreender, no entanto, é que se para Therezinha Zerbine era perfeitamente concebível uma aliança com as feministas para divulgar a luta de mulheres em prol da anistia de perseguidos políticos, sem que ela estivesse disposta a se engajar em lutas específicas das mulheres, encapadas pelo feminismo naquele período. Aliás, Therezinha Zerbine conta que antes de entrar em conflito com os representantes do regime, teve um caloroso embate com as feministas.

> *"(...)Elas queriam se adonar do Movimento Feminino pela Anistia. Diziam que a luta do MFPA era feminista. Eu digo: "não, vocês estão equivocadas". A luta do*

---

[6] A informação está contida em reportagem feita sobre Therezinha Zerbine pela revista Repórter, de junho de 1978.

[7] Entrevista realizada para esta pesquisa, em 31.08.06, em São Paulo. Arquivo pessoal.

[8] "Líder feminista pediu apoio de vereadores para a anistia", in Folha de Londrina, 26/09/75, p.03.

> *Movimento Feminino pela Anistia é uma luta de cidadania, da mulher cidadã. Não tem nada de feminista. Nós não estamos lutando por avanços. Depois cada um vai fazer o que quiser"*[9].

As divergências e a separação entre as feministas e o MFPA, na figura de sua presidente, são registradas por diversas autoras que trabalham com a história do feminismo no Brasil. Para Moraes (1990), Zerbine "nunca disfarçou a pouca importância concedida à luta feminista", além de ser acusada de não ter facilitado a convivência unitária dentro do grupo. Para Pinto (2003) é "surpreendente" que dois anos depois de ter participado da Conferência das Mulheres no México, a presidente tenha feito declarações críticas e até agressivas sobre o movimento feminista. Já Goldberg (1987) acredita que a falta de sucesso na organização de um movimento amplo de mulheres por parte de "marxistas ortodoxas" as fez se diluírem num movimento feminino pelos direitos humanos, onde associações e grupos que haviam surgido como "feministas", aproveitando a oportunidade fornecida pelo Ano Internacional da Mulher, começaram a querer se desvencilhar desse qualificativo que se havia tornado "incômodo", principalmente na realização de atividades conjuntas, o que seria o caso do MFPA.

Na verdade, essas visões carregam, em parte, equívocos e limitam o debate sobre o significado do MFPA. Não há elementos que apontem a atuação de Therezinha Zerbine, filha de classe média alta, esposa de um general do exército, cristã, como uma marxista-ortodoxa ou não. Sua aproximação com a esquerda se deu através do episódio do Congresso da Une de Ibiúna. Certamente suas vivências na prisão e o contato com o sofrimento de presos políticos e suas famílias deram-lhe uma visão mais ampla sobre o regime ditatorial e a necessidade de mudanças, mas não apontam para uma atuação política numa perspectiva socialista.

O afastamento ou tentativa de desvincular-se da carga simbólica depreciativa carregada pelo feminismo, no entanto, é um dado a ser considerado e analisado. O incômodo causado pelo feminismo recém-chegado ao Brasil, na década de 70, era compartilhado por Zerbine, muitas de suas companheiras, militares e amplos setores da esquerda.

Enquanto nos Estados Unidos e na Europa as especificidades das lutas das mulheres e de outros grupos oprimidos eram expostas com força, no Brasil tanto o pensamento liberal como o marxista revolucionário dividiam as possibilidades de lutas em dois campos: a busca pela democracia e a derrubada da ditadura ou a luta do proletariado contra a burguesia.

---

[9] Entrevista realizada para essa pesquisa em 31,08.06, em São Paulo. Arquivo pessoal.

Havia pouco espaço para a transformação das problemáticas das mulheres em debate público. Um complicador era a forte campanha de depreciação sofrida pelas feministas através de veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa.

Quando refletia sobre o feminismo, Zerbine tendia a se aproximar mais da retórica da esquerda, que defendia um feminismo adaptado à realidade brasileira, não questionando o fato de as mulheres só serem chamadas a participar em alguns eventos históricos específicos.

É importante salientar que, apesar das posições externadas pela líder Therezinha Zerbine, o MFPA representou a porta de entrada do feminismo para muitas mulheres. A luta coletiva, a influência de outros grupos políticos, a descoberta da força feminina e de sua disposição para a luta são alguns dos fatores que possibilitaram essa descoberta.

O ingresso no feminismo ou na militância política ampliada e mesmo no engajamento político formal, em parlamentos ou no executivo, tornou-se uma realidade para várias mulheres que participaram de movimentos femininos de defesa dos familiares, presos políticos ou desaparecidos, em toda a América Latina, nesse período. É certo que elas fizeram política sem, muitas vezes, inovarem ou questionarem comportamentos femininos tradicionais, até exacerbando-os, como forma de serem ouvidas e conseguirem legitimidade. O que se compreende, a partir de suas experiências concretas, no entanto, é que esse tipo de atuação não implica necessariamente numa imutabilidade do status político e que a política tradicional pode ser transformada por essa ação feminina.

Referências Bibliográficas

CAPDEVILA, Luc. Résistance civil et jeux de genre. Annales de Bretagne et dês Pays de L ´ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Rio de Janeiro, 1987.

GORINI, Ulises. La rebelión de las madres. Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

JELIN, Elizabeth.Mulheres e os direitos humanos. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol.2, nº 3, 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70. Textos. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia, 1990,

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

VÁSQUEZ, Maria Eugênia Horvitz. Entre lo privado y lo público: la vocación femenina de resguardar la memória. Recordando a Sola Sierra. (www2.cyberhumanitatis.uchile.cl/19/horvitz2.html). Acessado em 18/12/2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Entre sensibilidades e sociabilidades: a história do chorinho em Campina Grande (1940-2004)"

Giovana Batista Tejo[1]

Resumo: Neste ensaio, recupero alguns traços do cotidiano de sociabilidades envolvido na apropriação singular feita pelos intérpretes do gênero musical chorinho em Campina Grande, entre os anos de 1940 e 2004. Assim, busco contar uma Historia cultural da cidade a partir da visão desses artistas e como toda História deve partir de questões-problema, procuro responder as seguintes perguntas: Como e quando os cidadãos campinenses se apropriaram desse gênero musical? Quais as características do tipo de sociabilidades compartilhadas por esses amantes do chorinho local?Acompanhando a documentação e valendo-me de entrevistas de história oral, procuro apresentar ao público algo da vasta e rica produção musical da maior cidade do interior nordestino.
Palavras-chave: Choro - sensibilidades - sociabilidades.

Abstract: In this essay I, recognize some peaces of the day a day life and sociability that is revaccinated with the singular appropriation make for the musicians who play the type of music who cools "chorinho" in Campina Grande/ PB. The questions that I make are: How and when the Campina's citizens has appropriated of this musical gender? How the characteristics of this tip of sociability that they permute? Along the the historical documents and interviews we recuperate the historical characteristics of the biggest city in the North-West of Brazil.
Key- Word: Choro - Sensibility - Sociability's

1. O cotidiano do choro em Campina Grande. Como e quando os campinenses se apropriaram desse gênero?

Segundo Luiz Felipe a matéria-prima do choro apareceria no Brasil no início da década de 1850, com a chegada das orquestras estrangeiras, partituras importadas e companhias de teatro portuguesas. Assim, os músicos cariocas ao interpretarem de maneira própria todo este repertório de músicas ligeiras conhecidas como as danças de salão européias tais como: Valsa, Mazurca, Scholtisch e a polca, criaram o gênero choro, por volta de 1870. (LIMA,2001.p:3)

Em Campina Grande o processo de apropriação e reconfiguração do choro, também ocorre de forma semelhante ao parágrafo acima citado. Pois, segundo o historiador Epaminondas Câmara, desde 1864, Campina Grande já apresentava uma cultura heterogênea. Assim, a dança e os brinquedos de prenda passaram a desempenhar um papel relevante nessa cultura. Apesar de ambos serem formas de expressões corporais, a dança na sociedade campinense do século XIX não gozava do mesmo prestígio do brinquedo de prendas (a berlinda, o siriri, o anel, o passo da hora, entre outros). Eram muito comuns as declarações

1 Especialista em Historiografia e Ensino de História pela UFCG – PB

ocorridas durante esses eventos, nas quais rapazolas demonstravam interesses por determinada dama. (CÂMARA,1999.p:94)

Por outro lado Campina Grande, no final do século XIX já possuía uma diversidade de Cânticos tais como: coco de roda, coco-de-embolada, ciranda, cavalo marinho e banda de pífanos. Porém, o choro só começa a fazer sucesso e ter maior visibilidade na comunidade campinense, na fase áurea da economia algodoeira, momento marcado pelas políticas de modernização dos espaços urbanos da Cidade, época de reconfiguração desses lugares, sobretudo a partir da década de 1920. Assim, o choro era tocado de forma concomitante a outros gêneros musicais formadores da MPB nesse período. Como exemplo poderíamos citar: a valsa tocada em bailes de gala, o tango nos cabarés e cassino tal como El dourado, etc. Tem-se, até hoje, em Campina, o choro como herança de culturas afro-européias que chegaram aqui tocado nas cordas dos cavaquinhos dos forasteiros.

Já o músico Adeildo Pereira do grupo Receita de Choro nos garantiu em seu depoimento que desde o início do século XX, os chorões campinenses sempre seguiram as normas do choro tradicional, sendo que o choro do Sudeste é mais sincopado que o do Nordeste, pois segundo Adeildo, os músicos paraibanos e nordestinos possuem um sotaque mais rastado. Assim, fica compreendido que os cidadãos campinenses se apropriaram do choro do Sudeste dando-o uma nova configuração. Da mesma forma, ocorreu com os músicos do rio de Janeiro no século XIX, quando eles emprestaram o sotaque carioca ao repertório das danças européias e assim, constituíram o choro como uma "maneira brasileira de tocar".

Portanto, esta "maneira campinense" de tocar as danças de salão européias surgiu, também, em Campina Grande em meados do século XIX, mas só veio a ser legitimada como choro a partir de 1920 com o surgimento das casas de diversão Higth-life, da pensão Guarany, do Rói Couro e mais tarde, em 1937, com a inauguração do Cassino El Dourado que incentivou um público bastante eclético formado por: dançarinos, músicos seresteiros, boêmios e violeiros que varavam as noitadas da cidade num clima de luxúria e prazer proporcionado pelos bordéis, cassinos e clubes da consagrada Rainha da Borborema.

2. O choro campinense: entre a memória e a historia oral das sociabilidades musicais.

Em relação à lembrança, Ecléa Bossi comenta que "A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual". É a partir da análise dos fragmentos de memória a seguir que buscaremos compreender as sociabilidades populares e suas representações no

contexto das rodas de choro campinense desde a década de 1940 até 2004 levando em consideração que nem sempre o que está dito corresponde às praticas efetivas dos músicos e boêmios da referida cidade.

Dessa forma todo o texto abaixo descrito a partir da rememoração e depoimento oral dos chorões e boêmios locais, irá nos mostrar o processo de transmissão, de geração a geração, de memórias presentes em relatos orais, os quais têm se constituído numa importante fonte histórica disponível ao historiador na sua tentativa de recuperar e interpretar o passado.

Desde 1940 até o finalzinho dos anos 70 o choro era consumido e representado em suas variadas interfaces como, por exemplo, estava presente nas festas de reisado, aniversário, casamentos, carnavais e até mesmo em ocasiões folclóricas como o bumba-meu-boi, e quanto mais o choro se misturava a outros tipos de festas, como por exemplo, o carnaval, mais variedades de relações sociais ele apresentava. Assim, confere o depoimento do Sr. Barreto, boêmio e colecionador:

> *Lembro-me de várias festas do bumba-meu-boi as quais participei, uma delas foi em meados dos anos 30 quando entrei todo satisfeitíssimo na fantasia de boi, juntamente com alguns amigos chorões que munidos de seus instrumentos musicais tocavam suas marchinhas e dançavam em meio aos foliões. (...).Estas festas carnavalescas atravessaram décadas, prolongando-se até o inicio dos anos 80, promovendo o encantamento dos bairros campinense, elas ainda hoje, estão na lembrança das antigas famílias e dos grandes chorões da velha guarda campinense.(...). Lembro-me, ainda, das festas que freqüentei no beco 31, nos bailes e nos clubes como o Campestre, onde os meus amigos chorões estavam sempre presentes e munidos de seus cavaquinhos, violões e flautas, fazendo todos se deliciarem ao som das valsas, boleros, tangos, frevos, forrós e o chorinho que criou e consolidou entre as pessoas vínculos afetivos de amor, amizade, solidariedade e saudades e ao mesmo tempo, fazendo ou desfazendo por inúmeros motivos, muitas relações de namoro e até mesmo de casamento. (Entrevista de José Barreto)*

Na década de 1950, a celebração do chorinho percorria os vários cantos da cidade, sendo tocado nos cabarés, cassino, clubes, bares, teatro, casas de famílias e até mesmo nos freqüentados forrós do centro da cidade e feira central, além da recém nascida Rádio Borborema com os seu famosos programas de auditório.

Então percebemos que o cidadão campinense vem mantendo viva e constantemente renovada a cultura chorística local até os dias atuais. Ficando constatado, que o choro tem vida longa no curso da história de Campina Grande, pois o mesmo sempre demonstra várias interfaces distintas para a mesma expressão musical, ou seja, o choro constitui um gênero próprio, porém sempre mutante e apto a incorporar as influencias mais diversas, sobretudo quando o músico Marcelo Meira fala sobre a valorização da criatividade e inovação na composição do choro baião. Vejamos a seguir:

> *Vi, neste ano de 2004, a comunidade campinense sendo contemplada com dois grandes eventos chorísticos apresentados no Teatro Municipal Severino Cabral. O*

> *primeiro ocorreu no dia 22 de julho, deste ano e teve a participação do nosso grupo musical Choro Novo, pois buscamos ressaltar interpretações e composições inéditas e de criatividade nossa, com isso de forma tímida mostramos o nosso trabalho ainda em fase de conclusão, que constará no primeiro CD do Choro Novo, que será lançado no dia 12 de novembro deste mesmo ano, em Campina Grande no Teatro Municipal Severino Cabral. Em síntese, nos do Choro Novo fazemos um trabalho inovador cujo objetivo é divulgar o gênero e levá-lo ao conhecimento do público jovem. Além disso, utilizamos ritmos regionais para melhor caracterizar o choro paraibano, assim, compusemos o choro baião que busca valorizar a criatividade e a cultura paraibana.Já o segundo evento ligado ao gênero, também, ocorreu neste mesmo ano no Teatro Municipal Severino Cabral. Trata-se do Projeto Pixinguinha nascido em 1977 e suspenso em 1997, tendo seu retorno no dia 14 de setembro de 2004, aos palcos de Campina Grande, onde o conjunto carioca Época de Ouro, cujos integrantes se dividem entre a velha e a nova geração, abrilhantaram com choros belíssimos a noite da cidade. Este Projeto é patrocinado pela Petrobrás e coordenado pela FUNARTE – Fundação Nacional de Arte –, cujo objetivo é oferecer música de boa qualidade a todas as classes sociais, além de destacar artistas consagrados, bem como os novos talentos que surgem a cada ano no nosso cenário musical.(Entrevista com Marcelo Meira)*

Percebemos, até aqui, que as rodas de choro passam a compor um par indissociável com os fenômenos da sensibilidade e sociabilidade em Campina Grande, pois estabelecem redes de influencias, inventam lugares de convivência, laços de resistência e amizades, ampliando oportunidades de encontros e de *interações sociais*. Enfim, todos os depoimentos acima descritos, enfatizam, nas rodas de choro, fenômenos sociais como: amizade, alegria, conflitos sociais, saudosismos, amores, solidariedade, gratidão dentre outros sentimentos e valores que se constroem entre as pessoas e praticantes destes saraus. Isso porque, dentre outras razões, esses valores se tratam de relações de sensibilidade e sociabilidade, analisadas, na presente pesquisa, como possibilidade fecunda que tem, a partir de então, o seu lugar de destaque entre as mais diversas pesquisas de cunho historiográfico no campo da Historia Cultural.

Referencias bibliográficas

I - Obras citadas e de referência:

BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos***.** *São* Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CÂMARA, E. *Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vila (1864 a 1967)*. PMCG/SE/Núcleo Cultural Português. Campina Grande: Ed. Caravela, 1999.

GURJÂO, E. Q. *Imagens multifacetadas da história de Campina Grande*. Campina Grande: PMCG/SE**,** 2000.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Editoração eletrônica: Alberto José Ferreira de Lima, 1993.

VICENT-BUFFAULT, Anne. *A amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX.* Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

*Livro do Município de Campina Grande***.** João Pessoa, UNIGRAF – União Artes Gráficas Ltda., 1984.(*Coleção Livros do Município [002/171] – Projeto Gincana)*.

II - Artigos e Teses de Apoio:

LIMA, Luiz Felipe de. *O Choro: música em Preto e Branco*. Rio de janeiro: UFRJ, 2001. (Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura).

III – Depoimentos:

Entrevista concedida a autora pelo músico chorão Adeildo Pereira em 22 de maio de 2005.

Entrevista concedida a autora pelo boêmio José Barreto 5 de junho de 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Clandestinos debates no Brasil da ditadura: 1974-1978

Rosalba Lopes*

Resumo: O trabalho faz parte da tentativa de analisar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras após a derrota da perspectiva da luta armada. Abordaremos apenas o período que vai de 1974 a 1978, sendo que a intenção constrói-se a partir de um diálogo com aquelas análises que buscam desvendar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras que viveram o exílio. Como teria ocorrido em terras brasileiras? É a questão que nos move na presente reflexão. Acreditamos que também no processo vivido internamente destaca-se a importância da imprensa. Assim, pretendemos acompanhar os jornais MOVIMENTO e EM TEMPO, vale dizer, aquela parte da imprensa alternativa que teria se tornado sucedânea de organizações políticas clássicas e, dentro destes jornais, centrarmos nossas análises naquelas seções identificadas como espaço de expressão de organizações político partidárias.

Palavras-chave: esquerdas brasileiras, imprensa alternativa, partidos políticos.

Abstract: Le travail fait partie de la tentative d'analyser le processus vécu par les gauches brésiliennes suite à la défaite de la perspective de la lutte armée. Nous n'aborderons que la période allant de 1974 à 1978, considérant que l'intention se construit à partir d'un dialogue avec les analyses qui cherchent à dévoiler le processus vécu par les gauches brésiliennes ayant vécu l'exil. Comment cela se serait-il passé en terres brésiliennes? Voilà la question qui nous fait réfléchir. Nous croyons aussi que, dans le processus vécu internement, l'importance de la presse est à souligner. De sorte que nous prétendons accompagner les quotidiens MOVIMENTO et EM TEMPO, c'est-à-dire, cette partie de la presse alternative qui serait devenue l'ersatz des organisations politiques classiques et, dans ces quotidiens, nous analyserons plus spécifiquement les rubriques identifiées comme espace d'expression des organisations politico-partidaires.

Mots-clés: gauches brésiliennes, presse alternative, partis politiques.

Estas reflexões fazem parte da tentativa de analisar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras após a derrota da perspectiva da luta armada. Abordaremos apenas o período que vai de 1974 a 1978, construindo a intenção a partir de um diálogo com as análises de Denise Rollemberg, sobretudo no artigo intitulado *Debate no exílio: em busca de renovação* (no prelo). No trabalho a autora busca desvendar o processo vivido pelas esquerdas brasileiras que viveram o exílio e que poderia ser sintetizado como um embate entre a permanência e a mudança. Suas análises tomam a imprensa como um lugar privilegiado para a reflexão acerca da maneira como a esquerda incorporou temáticas que até então desconsiderava ou secundarizava.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bolsista CNPq.

Nossa tentativa será, em paralelo, a de analisar o processo vivido pelas esquerdas que, clandestinas, sobreviviam no país na década de 1970, utilizando o mesmo tipo de fonte de pesquisa, pois acreditamos que também no processo vivido internamente destaca-se a importância da imprensa. Pela força do argumento resgato as análises de Bernardo Kucinski:

> *[...] a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo [...].*
> *Entre 1974 e 1977, [...], a história das esquerdas brasileiras praticamente se confunde com a história da imprensa alternativa (KUCINSKI, 1991: XVI-XVII, grifo nosso).*

Voltemos ao diálogo com as análises de Denise Rollemberg. Em seu trabalho, sobretudo a partir da análise da revista *Debate*, a autora descreve um processo de "autocrítica, de ampliação dos temas discutidos e de convivência com o pluralismo de posições" através das temáticas que considera mais relevantes na revista publicada de 1970 a 1982. Salienta:

> *Na Debate, encontram-se artigos sobre internacionalismo, partido, democracia, feminismo, racismo, movimento sindical, luta armada e revolução. À medida que os temas eram tratados, surgiam análises da realidade brasileira e perspectivas para a sua transformação (ROLLEMBERG, no prelo: 4).*

Como teria ocorrido em terras brasileiras? É a questão que nos move nesta primeira aproximação com as fontes de pesquisa.

A consideração do recorte clandestinos/exilados despertou o desejo de melhor explorar a sensação deixada por grande parte das análises de que, por um lado, haveria diferenças profundas entre o processo vivido no exílio e o vivido em terras brasileiras, e por outro, a idéia de que o processo de mudanças se inicia no Brasil com a volta dos exilados, no final da década de 1970. Em grande parte dessas análises prevalece uma idéia de ruptura:

> *[...] o exílio colocava os revolucionários em contato com discussões que ampliavam a visão de mundo, tais como a democracia, o eurocomunismo, o socialismo realmente existente, o feminismo, os direitos humanos etc. [...]*
> *[...] O fracasso, sobretudo depois de então, foi tão avassalador, que criou um fosso entre os que estavam no exterior e o país. Não havia um processo de luta em curso que pudesse fazer a ligação. As referências estavam, de fato, profundamente abaladas (ROLLEMBERG, no prelo: 3, grifo nosso).*

As análises que propomos insinuam uma sintonia entre os processos. As mesmas temáticas encontradas na revista *Debate* surgem nos periódicos analisados, havendo sintonia, ao menos, na cronologia dessa ocorrência. O tratamento dado às fontes é, assim, marcado por este horizonte comparativo ou dialógico.

Acerca das fontes: os jornais MOVIMENTO e EM TEMPO

Um primeiro aspecto a ser ressaltado vincula-se à multiplicidade de projetos e de profissionais que formaram a imprensa alternativa. O que identificaria os diversos componentes seria o combate político-ideológico à ditadura, a crítica ortodoxa ao capitalismo e ao imperialismo (KUCINSKI, 1991: XV). Segundo as análises do autor, a história da imprensa alternativa no Brasil é, em grande medida, a história de uma articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Interessa-nos considerar, sobretudo, a voz destes últimos.

Destacaremos o período que se inicia com a derrota da luta armada e o refluxo das manifestações no espaço público, processos que marcam o ano de 1974 e que abririam uma das fases mais ricas da imprensa alternativa, sobretudo, quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através dos jornais alternativos. Ao final da década, as lutas no espaço público teriam forçado a retomada do jornalismo crítico pela grande imprensa e, nessa medida, uma diminuição no impulso jornalístico necessário para a criação dos alternativos. Neste momento ampliam-se os espaços para a existência de organizações explicitamente partidárias, ainda que não tivessem expressão no quadro das instituições legais.

Selecionamos aqueles jornais nos quais teria predominado o ativismo político e dentro destes, aquelas seções identificadas como sendo o espaço de expressão dos militantes clandestinos e, portanto, de organizações político partidárias. Ao analisar a história destes jornais/partidos Kucinski descreve, nos diversos casos, um processo que se inicia com a construção de um espaço plural marcado pela diversidade e na seqüência a partidarização do empreendimento. Como desdobramento, os rachas e a criação de novos jornais (KUCINSKI, 1991: XX). Embates entre a permanência e a mudança? Partilhamos deste pressuposto.

Assim vejamos, o jornal MOVIMENTO nasceu de uma cisão ocorrida no interior do jornal OPINIÃO que fora criado em 1972. No novo coletivo torna-se explícito o programa político de frente ampla, atraindo um grande número de ativistas políticos. O detalhamento deste processo de formação permite que se vislumbre, sobretudo pela multiplicidade de grupos que o compõem, a abrangência da fonte e a possibilidade de vê-la como um indicativo do processo vivido pelas esquerdas brasileiras num sentido mais geral:

> *Praticamente todos os remanescentes de antigos grupos se aproximaram de MOVIMENTO e apóiam o projeto: antigos militantes da POLOP, da Dissidência e da Ala Vermelha, [...], remanescentes do COLINA, da ALN, ex-membros da AP que rejeitaram a fusão com o PC do B e alguns intelectuais do PC. Também se aproxima do MOVIMENTO um grupo novo, de estudantes de Belo Horizonte, [...] posteriormente conhecido pelo nome Centelha [...] (KUCINSKI, 1991: 290).*

Todavia, a despeito do pluralismo inicial, o jornal acabou por constituir um caso paradigmático do processo de partidarização que teria se iniciado já no final de 1975, e atingido seu auge a partir de março de 1977. No desenrolar do processo podemos acompanhar os percursos do PC do B, cujas ligações com o jornal são clandestinas e se efetivam através da figura de Duarte do Lago Brasil Pacheco Pereira, autor dos *Ensaios Populares*, importante seção do MOVIMENTO (KUCINSKI, 1991: 74). Por via de conseqüência, as divergências desembocaram na ruptura que se consolidará em 1977, levando à formação do jornal EM TEMPO. No momento de ruptura amplia-se novamente, ainda que por curto período, a abrangência da pesquisa. Vejamos o novo jornal.

O novo periódico nasce à medida que se consolidam no interior do MOVIMENTO os pressupostos defendidos pelo PC do B: aliança com setores da burguesia, visão etapista da revolução brasileira, luta por liberdades democráticas e por uma Assembléia Nacional Constituinte. Os descontentes expressariam uma segunda vertente de esquerda que "[...] além de negar as teses etapistas, defendia a organização das classes trabalhadoras como única saída não-autoritária para a crise do autoritarismo" (KUCINSKI, 1991: 355). Essa vertente seria formada por quase todos os demais grupos de esquerda, notadamente a facção da antiga AP que não aderira ao PC do B; grupos trotskistas; MEP; Libelu e, mais tarde, a Democracia Socialista (DS) nascida da articulação dos grupos Centelha e Nova Proposta, ocorrida dentro do EM TEMPO (KUCINSKI, 1991: 348-349). A constituição desta dissidência marcaria, para Kucinski, o surgimento de uma *nova esquerda* caracterizada pela defesa da construção de uma democracia de trabalhadores e não de uma ditadura do proletariado. A análise desse jornal pode, então, ajudar na compreensão do processo vivido por estas esquerdas, sobretudo, no que tange à concepção da relação entre partido e sociedade. Nesta medida, permite a mensuração de uma eventual transformação de um dos elementos marcantes na cultura política das esquerdas brasileiras, qual seja, o vanguardismo[1].

[1]Entendido como a atitude de toda vanguarda que se relaciona com as bases mantendo uma perspectiva hierárquica, substitucionista e programaticamente auto-referida. Conforme vasta bibliografia, essa lógica teria definido a ação política da quase totalidade dos partidos e organizações da esquerda marxista brasileira. Cf. REIS FILHO, 1990.

Públicas opiniões, clandestinos debates no Brasil da ditadura: partido político e sentidos da democracia

Pretende-se uma análise que percorra momentos distintos dentro do mesmo periódico[2], buscando os elementos que conferem sentido à expressão nova esquerda e que, a despeito das permanências, colocam em evidência mudanças ocorridas. O processo poderia ser tomado como expressão de uma autocrítica? Em que medida? Tais interrogações levaram à seleção de diversas temáticas, dentre as quais selecionamos para a presente reflexão apenas a questão do partido político e a discussão sobre os sentidos da democracia.

Já fizemos referência ao fato de o surgimento do jornal MOVIMENTO ter trazido em seu bojo, a partir da cobertura das eleições de 1974, uma questão mais genérica que dizia respeito ao como posicionar-se frente à existência deste espaço institucional, ainda que limitado. Tanto as instituições, quanto as liberdades democráticas entravam, pois, em discussão. Por outro lado, surgem temáticas novas como as questões vinculadas à situação da mulher, ou ainda a problematização das questões étnicas. O acompanhamento de tais discussões tem revelado uma riqueza insuspeita, entretanto, devido às limitações do espaço não serão aqui abordadas.

O primeiro número de MOVIMENTO foi publicado em abril de 1975, embora só se torne regular a partir de julho daquele ano. Ainda experimental este primeiro número com cerca de sete páginas[3], traz um título imenso que mostra a centralidade adquirida pela questão democrática: "*Nasce um jornal dirigido por um conselho eleito pela redação, feito com o trabalho e o dinheiro de mais de 300 pessoas, entre as quais mais de 100 jornalistas; nasce um jornal democrático: MOVIMENTO*" (MOVIMENTO, n◦ experimental: abril/1975). Destacamos neste artigo, que tem prosseguimento no interior do jornal e é assinado por Raimundo Pereira, um dos itens da exposição dos motivos que levaram ao racha, visto que expressa uma outra preocupação importante: o distanciamento em relação aos trabalhadores e, na esteira desta discussão, a questão do partido político:

---

[2]A pesquisa acompanhou o jornal MOVIMENTO, publicado semanalmente, ao longo do período de abril de 1975 a junho de 1977. Tomamos os números 1 a 20 (julho de 1975 a novembro de 1975) como expressivos da 1ª fase da história do jornal, marcada pela pluralidade de posições. A segunda etapa, na qual se constrói o processo de partidarização iniciar-se-ia no número 21 estendendo-se até o final da existência do jornal. Para efeito analítico esta etapa foi dividida em dois conjuntos: o primeiro, tentando captar a construção da preponderância das visões defendidas pelo PC do B centra-se na análise do número 21 a 52 (novembro/1975 a junho/1976), enquanto o segundo conjunto busca captar as mudanças ocorridas no interior das esquerdas em 1977, que inclusive levará ao racha no jornal, e centra-se na consideração dos números 79 a 104 (janeiro a junho de 1977). Por fim, consideramos os seis primeiros números do jornal EM TEMPO (novembro de 1977 a março de 1978), quando era publicado quinzenalmente.

[3]Ao longo do período estudado o jornal tinha em média 24 páginas, chegando a 28 em determinados momentos.

> *[...] se decidiu por unanimidade que se pretendia um jornal mais popular e que, [...], falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e numa linguagem que pudesse ser entendida por eles [...]. Disso decorreu uma preocupação [...] em descrever as condições de vida das massas, apresentar a cena brasileira, [...] (MOVIMENTO, nº experimental, abri/1975: 6).*

Também na exposição dos objetivos do jornal destacamos uma das linhas norteadoras do empreendimento: "acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas [...]" (MOVIMENTO, nº experimental, abril/1975: 5). Tais temas destacam-se desde a publicação dos primeiros números.

A coluna *Ensaios Populares* publicada neste jornal tornou-se o espaço no qual mais se manifestou a lógica dos "ativistas políticos". Assim, se na primeira fase do jornal ela se propunha a *fazer a educação popular,* aos poucos vai definindo posições políticas e passa a desempenhar o papel de símbolo ou comprovação de existência de uma determinada hegemonia política no jornal. Nesta segunda fase destacam-se as posições do PC do B e de parte da AP, transmitidas, sobretudo, através da figura de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira (AP), ainda que isso se desse de maneira secreta e a partir da clandestinidade (KUCINSKI, 1991: 298).

De fato, a análise de *Ensaios Populares* revela que durante o período que estamos considerando como uma fase marcada pela pluralidade os temas tratados são diversificados[4]. Entretanto, paulatinamente, a coluna se tornará o espaço privilegiado para a discussão do cenário político brasileiro. Virão à tona através desta coluna tanto as principais divergências entre as correntes que formam o jornal, como o processo que levará ao predomínio das posições defendidas pelo PC do B. Acompanhemos o processo.

Em novembro de 1975, no número 21, notam-se mudanças no jornal. O Conselho de Redação sofre mudanças com a entrada de novos membros. A coluna *Ensaios Populares* publicada sob o título *As correções e as soluções: o modelo econômico está em crise e as soluções devem ser buscadas fora dele* (MOVIMENTO, nº 21, nov./1975: 2) provoca polêmicas. Nela discutem-se as medidas anunciadas pelo governo para conter a crise econômica que o país atravessava. O artigo ressuscitava algumas expressões malditas para a nova esquerda como imprensa nacionalista e democrática, além de propor um novo modelo baseado no consumo popular, na valorização do mercado interno e na reforma agrária,

[4]Esta fase seria representada, grosso modo, pelos 20 primeiros números, dos quais, cinco dedicam-se a temas diversos, tais como os números 1, 2, 7 e 10, que discutem, respectivamente, o Código de Processo Civil e a questão da mulher; a situação do índio no Brasil; o Código Civil e a questão dos filhos legítimos e ilegítimos; a História da luta pela independência do país. Outros seis números não publicam a coluna: números 3, 4, 5, 16, 17 (dois exemplares têm este número).

remetendo diretamente à tese terceiro-mundista da China (KUCINSKI, 1991: 308). Além disso, o caminho para a construção deste novo modelo é apontado:

> *[...] é necessário e urgente avançar na reconstitucionalização do país e permitir que outras forças sociais e correntes políticas se manifestem em defesa desta política. Só um regime baseado na ampla participação popular saberá enfrentar o desafio que o momento exige (MOVIMENTO, nº 23, dez./1975: 2).*

Estavam lançadas as bases para o predomínio das concepções do PC do B, cujo Comitê Central, em janeiro de 1975, aprovara uma declaração reiterando a política de frente ampla contra a ditadura, em vigor desde a conferência de 1966, mas com mais ênfase nas lutas populares no campo legal, na luta pela anistia e por uma Constituinte. Tais propostas são as bases também para a crise[5].

Em fevereiro de 1977, o *Ensaio Popular* intitulado *O acordo e o desacordo dentro da oposição* insinua a tese de aliança com setores da burguesia, incluindo a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte e abre a polêmica que culminará na cisão que levará à construção do EM TEMPO. Vejamos alguns trechos do artigo:

> *[...] uma parcela dos grandes empresários e fazendeiros pode apoiar o objetivo básico do programa oposicionista, que é a luta pela reconstitucionalização democrática do país. Confirma-se, desta maneira, que o leque oposicionista é amplo: começa com as correntes populares, [...], passa pelas correntes nacionalistas, que expressam as aspirações de pequenos e médios empresários urbanos e de lavradores mais ricos; e chega até as correntes liberais, representativas de setores dos grandes empresários e dos grandes proprietários de terra. [...] (MOVIMENTO, nº 86, fev./1977: 2).*

O autor do ensaio conclui que nas condições do momento caberia à oposição popular uma luta em dois planos:

> *Ao lado das outras correntes oposicionistas, deve concentrar esforços na luta pela reconstitucionalização; ao mesmo tempo tem que realizar um trabalho próprio e independente de mobilizar as camadas populares em torno de suas reivindicações diretas e de elevar sua educação política e sua organização (MOVIMENTO, nº 86, fev./1977: 2, grifo nosso).*

As contestações ao artigo não tardarão. Observe-se ainda que, embora as relações partido/sociedade estivessem em discussão, mantém-se o sentido de partido político enquanto uma vanguarda iluminadora. A discussão sobre este elemento ocupará lugar de destaque no EM TEMPO quando o processo de ruptura se completar. Por ora, essa visão vanguardista ainda não fora superada. Na coluna *Ensaios Populares* publicada sob o título *O Bacharel, o técnico e a participação popular* mais uma expressão desta permanência. Além de analisar a

[5]A coluna *Ensaios Populares* não foi publicada nos números 26; 27; 30; 33; 34; 37; 40; 42; 47; 50; 52. Até o fim de junho de 1976, oito números dedicam-se a temas diversos, tais como, analfabetismo, demografia e pobreza, superpopulação etc.

atuação dos parlamentares da oposição e o processo de criação de leis, indica quais os caminhos para resolver "qualquer" problema social:

> *[...] o verdadeiro caminho para resolver qualquer problema social, [...], começa pela mobilização dos interessados. É preciso ir até eles, [...], suscitar suas opiniões, [...]. A princípio suas sugestões podem parecer desencontradas, [...]; eles também precisam ser ajudados a elevar seu nível de consciência; mas, com o tempo [...] é daí que brotam as soluções mais justas e adequadas à realidade concreta [...] (MOVIMENTO, nº 87, fev./1977: 2, grifo nosso).*

Uma permanência que faz sobressair o fato de tais elementos estarem na base da ruptura que leva à constituição do jornal EM TEMPO. Assim, já no editorial do número zero o jornal destaca a quebra do "aparente marasmo no qual estavam submersas a sociedade e suas diversas forças de oposição" (EM TEMPO, n. experimental, nov./1977), e o surgimento de um novo ator: os trabalhadores. No jornal tais atores protagonizarão a cena. Por outro lado, em 1977, a defesa da nova esquerda será a de uma "democracia de trabalhadores" e não mais de uma ditadura do proletariado. No nascimento do jornal EM TEMPO, no editorial do número zero, temos:

> *[...] Se a democracia hoje unifica a oposição, convém buscar algo além da palavra, dar-lhe um conteúdo. Historicamente, democracia é tão mais real quanto maior for a participação dos trabalhadores no processo político [...] (EM TEMPO, nº 0, dez/1977).*

Na esteira de tal discussão, inicia-se o aprofundamento do debate sobre o vanguardismo.

> *[...] EM TEMPO não pode nem quer substituir os agentes transformadores da nossa realidade. Não representamos os trabalhadores, eles falam pela própria boca. [...] (EM TEMPO, nº zero, dez./1977, grifo nosso).*

O jornal assume o compromisso de "subsidiar, [...], a articulação das forças oposicionistas" (EM TEMPO, nº zero, dez./1977). Nos números seguintes percebe-se a presença constante da discussão sobre a possibilidade de formação de novos partidos[6]. Assim, o artigo *A conjuntura e a oposição* propõe que um futuro partido de oposição deve ter um programa que "combine a luta pelas liberdades democráticas com a superação das contradições sociais e econômicas da atual sociedade; [...]" (EM TEMPO, nº 2, fev./1978: 3).

O dado novo na discussão é a efetiva abertura de espaços para os novos atores sociais que surgem no cenário brasileiro. Assim, enquanto no jornal MOVIMENTO os trabalhadores apareciam apenas como objeto de análises, no novo periódico estarão presentes de viva voz. Novamente por questões de espaço cito apenas um exemplo que pode ser visto na matéria intitulada *Os trabalhadores e as reformas,* que publica a opinião de vários

[6]O tema estivera presente também no número 1 (23/01/1978), na seguinte matéria: *Partido socialista poderá avançar o "sinal fechado".*

trabalhadores a respeito das reformas políticas que estavam sendo anunciadas pelo governo (EM TEMPO, nº 36, mar./1976: 2).

A título de conclusão gostaria de salientar, por um lado, o caráter preliminar da pesquisa e, por outro, a possibilidade de explorar possíveis semelhanças entre o processo vivido pelas esquerdas brasileiras no exílio e aquele vivenciado no Brasil a partir do processo de abertura.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GARCIA, Marco Aurélio. **As Esquerdas e a Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Marxismo e Democracia:** crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. **Debate no exílio**: em busca de renovação, s.d., (no prelo).

_____, **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro, Record, 1999.

FONTES: Coleções dos jornais **OPINIÃO** (1974); **MOVIMENTO** (1975/1976); **EM TEMPO** (1977/1978);

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Experimentalismo como linguagem: Super-8 x Vídeo

Flávio Rogério Rocha*

Resumo:
Este trabalho quer estudar as possibilidades da intersecção entre arte e a tecnologia no que diz respeito às expressões audiovisuais. Para isto, nos utilizamos dos suportes Super-8 e Vídeo, procurando semelhanças e diferenças na forma como ambos são feitos. O que de início nos chama a atenção é que ambos surgem praticamente numa mesma época e representaram a possibilidade de acesso a um maior número de pessoas aos suportes de imagens e sons em movimento. Suportes estes, que rapidamente foram incorporados pelos artistas como meio de expressão artística.
Palavras-chave: Semiótica, História, Tecnologia.

Abstract:
This work want study the possibilities about the intersection between art and technology, in respect of audiovisuals expressions. For this, we do researches about Super-8 and Video supports, searching for what is the same and what is different in the form like both are doing. In the begin, what called our attention are both coming in the same age, and represented the possibility the access for more people do images and sounds in movement. These supports soon are incorporated for artists like an artistic expression.

Signagem audiovisual: considerações necessárias

O cinema surge com as primeiras exibições do *cinematógrafo* dos irmãos Lumiére (1896). Eles não mensuravam que sua descoberta seria responsável por uma profunda mudança na percepção da sociedade sobre si mesma e sobre a realidade na qual estava inserida. Nos anos posteriores o cinema alcançou uma rápida disseminação.

Nas décadas iniciais do século XX um país tomava a dianteira na quantidade e qualidade de suas produções: os Estados Unidos da América. Este, por sua vez, conseguiu transformar o *cinematógrafo* em algo muito lucrativo, estabelecendo o padrão do que é, convencionado chamar, cinema industrial. O cinema é e sempre foi uma a atividade financeiramente muito dispendiosa, que precisa de um retorno igualmente compensador.

* Pós-graduado em Comunicação e Semiótica pela PUC-Pr.

Desta forma, pouquíssimas pessoas poderiam ou conseguiriam manipular os meios cinematográficos, bem como, dificilmente desenvolviam um discurso audiovisual próprio.

Por serem de baixo custo, primeiro, o Super-8 e depois os formatos eletrônicos de vídeo foram fundamentais para o surgimento de uma infinidade de novas propostas de imagens em movimento. Os realizadores lançaram mão das novas tecnologias para exprimir uma visão de mundo diferenciada. A experimentação ampliando os limites estéticos e colaborando para criação e reelaboração do campo audiovisual.

No entanto, é interessante salientar que para que estas realizações se concretizassem, ou seja, filmografias e videografias mais instigantes parágrafo dispensável no que diz respeito a pesquisa das linguagens ocorreram uma série de elementos conjunturais, intrínsecos a época, como: a aquisição dos meios de produção (câmaras, projetores, películas, fitas, vídeos-cassetes, etc.) pelas camadas médias da população, seu custo de produção relativamente baixo em relação a outros suportes audiovisuais (16 mm e 35 mm), e o pequeno – mas frutífero – apoio oficial a este tipo de produção, por intermédio de festivais e cursos.

Assim sendo, trabalharemos com o conceito de doméstico/amador tanto para o Super-8 como para alguns formatos de vídeo. Estes formatos, por sua vez, serão abordados no sentido de terem sido pensados e produzidos pelas industrias especializadas, visando atingir um mercado de consumidores médios na sociedade. Este fenômeno tecnológico repercutiu no sentido de possibilitar que um número maior de pessoas produzissem seus próprios filmes ou vídeos.

O que pretendemos verificar são os efeitos dos trabalhos "pautados de modo mais radical na pesquisa não só da linguagem como também do processo específico de realização nesta(s) bitola(s)" (Machado: 2003). Compreendendo que, assim como, o Super-8 tem suas possibilidades e limitações audiovisuais, o vídeo tem suas próprias especificidades e vice-versa. O que poderíamos dizer que engloba estas manifestações – cinema, vídeo e diversos outros meios e expressões – é o termo audiovisual. Da mesma forma os dois citados anteriormente correspondem a diversos formatos, diversas bitolas.

Ao cinema pertencem formatos como o: 70 mm, 35 mm, 16 mm, 8 mm, Super –8. Já o vídeo é subdividido em duas categorias: o analógico e o digital, que respectivamente correspondem a avanços tecnológicos subsequentes. Exemplos de vídeo analógico são: betacam, super vídeo, o U-matic,o VHS, o vídeo 8, o hi-8, o V2000 etc. Os formatos de vídeo digitais são: o HDTV, o Dvcam, o Betacam digital, o MiniDV, entre outros.(caracterização dispensável neste momento) Cada uma dessas bitolas audiovisuais tem suas especificidades

próprias, configurando múltiplas possibilidades estéticas de formatação final. O cinema, assim como o vídeo, fazem parte do que podemos chamar de linguagem, ou como queremos, signagem audiovisual. Ou seja, em seu esquema comunicativo utilizam-se de imagens e sons articulados para criar narrativas repletas de significados. Preferimos o termo *signagem,* cunhado por Décio Pignatari, ao invés de linguagem. Concordamos com ele quando diz que "na era da semiótica, (...) a invasão do verbal para cima do não-verbal, dos códigos verbais em relação aos códigos icônicos ou dos códigos audiovisuais pode induzir a distorções. Por essa razão, (...) (utilizamos) *signagem* em lugar de linguagem." (Pignatari: 198_, 8.)

Especificamente sobre o cinema Christian Metz, nos diz que:

> *(...), sem dúvida nenhuma, não é uma língua, (...), mas pode ser cosiderado como uma linguagem.. Partindo de uma significação puramente analógica e contínua (...), o cinema elaborau aos poucos, (...) alguns elementos de uma semiótica própria, que ficam dispersos e fragmentários no meio das camadas amorfas da simples duplicação visual. (Metz: 1972, 126)*

O vídeo apesar de, em grande parte, seguir as mesmas prerrogativas do cinema, não pode ser considerado apenas como sendo seu filho temporão. Ele envolve toda uma gama de expressões e formatos de captação imbricados em torno da ligação muito próxima que mantém com a televisão, desde seu surgimento. Inclusive uma das suas principais funções é a transmissão e armazenagem televisiva, além dos gravadores domésticos (videocassetes – Vcr's) e do uso criativo do vídeo como um meio em si. Ou melhor, sobre esta ultima função, como um meio de produção que tem suas próprias possibilidades expressivas e que pode ser explorado, utilizado e experimentado tanto como suporte artístico, a videoarte por exemplo, como também enquanto meio de comunicação alternativa, como a utilização do vídeo nas tv's comunitárias, por exemplo.

Super-8: desenvolvimento e possibilidades

Na década de 1950, câmeras caseiras de 8mm eram comuns em festas de família, eventos especiais ou férias. Para facilitar ainda mais a vida do cineasta amador, foi introduzido no 8mm o cartucho, que fazia desnecessário o carregamento do filme no escuro.

No início de 1965, o novo formato foi apresentado. Novas gerações de cinegrafistas, passaram a aceitar o filme pequeno. Muitos dos grandes cineastas e fotógrafos atuais começaram suas carreiras há décadas, comprando cartuchos de filme Super-8. Além deles, muitos artistas-plásticos começaram a se utilizar desse formato como suporte para suas

obras, como é o caso de Hélio Oiticica e Lygia Pape. Artistas neoconcretistas.

Quando surge, o Super-8 se generaliza por todo o mundo, e durante a década de 1970 alastra-se pelo Brasil. Nesta época a bitola ganha maior divulgação na área da produção cultural, tornado-se um movimento expressivo, gerando a realização de festivais dedicados somente a bitola. Como no caso do 'Super Festival Nacional do Filme Super-8' ou, simplesmente os festivais do GRIFE[1], realizados de 1973 a 1983, que foram uma grande vitrine para essa produção (Grife: 2003).

Os festivais, bem como as mostras, iniciados por volta do início da década de 1970, tiveram um papel fundamental para que os diversos movimentos superoitistas se desenvolvessem pelo mundo, aglutinando milhares de realizadores, com uma certa regularidade, durante toda a década. Os festivais eram os espaços de criação cultural do Super-8, seu circuito específico de exibição. A bitola não tendo acesso a grandes circuitos de divulgação, encontrava neles um espaço para sua existência enquanto movimento crítico. Ou seja, eram os locais onde havia uma intensa circulação de idéias ligadas ao assunto. (Rocha: 2002)

Desde seu começo, na metade da década de 1960, até a atualidade o Super-8 como meio audiovisual continua vivo. Mas, no início dos anos de 1980 teve um ligeiro decréscimo na sua produção por causa do seu encarecimento, principalmente, do filme virgem. O barateamento das câmeras de vídeo (VHS, VHS-C e Vídeo 8), fez com que elas tomassem o posto do Super-8 como aparelho destinado ao uso doméstico.

Atualmente, na prática, não podemos considerá-lo como uma bitola em desuso. Inúmeros são os estudantes de cinema, cineastas iniciantes, apaixonados pela linguagem cinematográfica ou profissionais do cinema independente, que descobriram a pouco tempo o cinema 8mm. Trinta anos depois, este meio de 'pequeno padrão' ainda é uma maneira fácil e barata para que os realizadores trabalhem em resolução cinematográfica e profundidade de cor que ainda hoje não foi superados pelas novas tecnologias de vídeo digital. Além disso, o Super-8 é usado em programas de tv, vídeos-clips, comerciais, e ainda ocorre a configuração de circuitos específicos como o caso da Mostra de Cinema Super8 de Campinas**.**

Vídeo: diversos formatos e aplicações

Não há como desvencilhar o surgimento do vídeo com a televisão comercial. O

[1] O GRIFE, foi fundado em 1972 em São Paulo, e além de produzir os festivais, tornou-se uma escola regular de formação de superoitistas, sendo um grupo que atuava no sentido de estabelecer o Super-8 em bases capazes de fazer os filmes chegarem ao grande público.

primeiro avanço nesse sentido, data de 1956, quando foi lançado o primeiro gravador de vídeo padrão broadcast[2], feito pela empresa Ampex. Ele acabou sendo adotado em larga escala pelas redes de televisão, por ter um custo mais barato em relação ao tradicional sistema de filme-telecinagem para posterior transmissão. Surge, em 1965, a primeira câmara portátil de vídeo: a 'portpak' da Sony, que foi considerada uma verdadeira revolução, pois trazia a tona a questão da democratização dos meios audiovisuais, assim como o fez o Super-8.

Em 1972 é apresentado pela Philips holandesa o primeiro gravador videocassete com fita de meia polegada, planejado para o mercado doméstico. Mesmo sendo pioneira, a empresa acabou perdendo essa disputa para os sistemas japoneses: Betamax da Sony, e o mais popular, o VHS da JVC. Entretando, a introdução deles, gerou o que poderíamos chamar de uma 'guerra de formatos'. As duas empresas lutavam palmo a palmo pela hegemonia do padrão, causando transtornos para o consumidor, pois, não eram compatíveis entre si (Almeida:1984,22). Estes foram sendo instalados em um número cada vez maior de lares, tendo ganho a guerra o VHS, formato de menor definição de imagem.

As câmaras portpaks, na época de seu lançamento, como já havíamos falado antes, foram vistas como exemplos de 'acesso à mídia'. Elas eram unidades de gravação portáteis que libertaram os consumidores de sua subserviência em relação à tv e ao videocasseste doméstico. O novo sistema de vídeo era perfeitamente adequado a certas aplicações sociais, tais como vigilância em ambientes de trabalho, ferramenta de ação comunitária e recurso para o ensino. Simultaneamente, alguns artistas fizeram uso do portpak, especialmente em situações interativas ou de performances, e instalações em galeriais de arte.

A partir do advento do vídeo, aparecem uma série de inovações técnicas, que diversificam sua utilização e seu significado na esfera social. Novos formatos de câmaras amadoras surgem no sistema analógico, além do VHS (JVC, 1985) e do VHS-compacto (JVC, 1985), como o 8 mm (Sony, 1984) e o hi-8 (Sony, 1986). Os formatos profissionais e semi-profissionais, também, como: o Betacam (Sony, 1982), o Super VHS (JVC, 1987), Super VHS-compacto, (JVC, 1989), etc.

Atualmente surge toda uma nova gama de formatos de vídeo, agora sob a égide da tecnologia do formato digital. O padrão desenvolvido foi o DV (Digital Vídeo), lançado em 1993, e desenvolvido através de um consórcio de empresas. Dentro dele estão compreendidos o Digital-8 (sony, 1999), o Mini-DV, o Standard DV, o DVCAM (sony, 1996), DVCPRO (panasonic, 1995), entre outros. O DV foi desenvolvido com o objetivo de ser utilizado como um meio de aquisição e edição de alta qualidade, sendo utilizado tanto em âmbito profissional

[2] Padrão das redes de televisão envolvidos na transmissão de informações em larga escala pra um público espectador.

como no semi-profissional.

Estes avanços continuam, cada vez mais, democratizando os meios audiovisuais para o grande público. Claro que não chegam a todas as pessoas , mas o processo continua em andamento. O que podemos perceber é que o grande avanço tecnológico da chamada revolução digital aproxima cada vez mais o vídeo do cinema. Como no caso da produção em HDTV[3]. Ou será que aproxima o cinema do vídeo? Na verdade essas questões ainda não foram resolvidas, e continuam em constante processo de reelaboração, tanto por parte dos produtores independentes, quanto das mega corporações de comunicação.

A linguagem do experimentalismo: Super-8 x Vídeo

Já nas primeiras décadas do século XX existe o interesse de artistas plásticos pelo suporte cinematográfico, sua arte e suas possibilidades. O Dadaísmo, tanto quanto o Surrealismo no cinema, são provas dessa nova vontade criadora: da quebra do formalismo imposto, quase, desde de o início a cinematografia mundial. Formalidades rapidamente incorporadas pela *sétima arte,* por causa de sua vocação industrial e seu alto custo de realização.

Outra experiência interessante que data da primeira metade desse século surge com a 'Avant-Gard', que se demonstrou descontente com as convenções, com os modelos sendo repetidos pelo filme de ficção. Nesse movimento cada indivíduo-cineasta tentou, através da poesia, elucidar o fato de que o filme em si era um novo meio de expressão, e que como tal, tinha suas próprias características.

Esses movimentos foram absorvidos nos EUA e Canadá, na década de 1950, por uma série de artistas ditos 'excêntricos', que realizaram várias pesquisas discretas, mas marcadas por uma forte oposição ao formalismo do cinema industrial.

Na próxima década esta outra forma de feitura de cinema, foi se desenvolvendo através de uma pesquisa de artes visuais que foi adquirindo cada vez maior complexidade. São experimentos como a *land art*, a *arte povera*, o *urderground*, o *minimal* e o *conceitual*, os movimentos como o *Fluxus* e o *New Americam Cinema*[4], que representam o que há de mais viceral na produção experimental norte-americana.

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, surge o Cinema Novo, que fez grandes obras primas do cinema nacional. Era um cinema que não almejava o

[3] Do inglês Hi Definition TV, ou 'televisão de alta definição'.

[4] O Movimeto Fluxus, assim como o New American Cinema, foram tentativas de criar circuitos alternativos de difusão de filmes tidos como 'marginais', que funcionavam em regime de cooperativa.

comércio em primeiro plano, e que tinha um pretensioso projeto político de fazer um cinema popular, 'para as massas' (Bernadet: 1978). Mas procurando isto, não se imiscuía de desenvolver seu próprio discurso cinematográfico.

Surge outro movimento cinematográfico, fruto da opressão e do clima sócio-político-cultural dos anos negros do Regime Militar. O movimento denominado de Cinema Marginal, muito influenciado pelo *underground* norte-americano. Mesmo com muitas semelhanças entre os dois movimentos, inclusive com diretores em comum e com premissas parecidas, os 'marginais' recusaram o projeto político que os predecessores propalavam.

Além, desses movimentos, muitas pesquisas envolvendo imagens e sons (Super-8, 16 mm) foram realizadas a partir da metade dos anos de 1960 e, sobretudo, na década de 1970, no país e no mundo. Esta linha de trabalho, inserida no universo da intermídia, apesar de todas essas adversidades conseguiu, ou melhor, criou seus próprios espaços e circuitos, impondo múltiplas produções de linguagem.

Como exemplo deste momento, podemos citar o neo-concretismo como grande núcleo de pesquisa das possibilidades visuais do cinema. Artistas-plásticos como: Hélio Oiticica, Ligia Pape, e tantos outros que desenvolveram nesse período diversas experiências, utilizando, muitas vezes, o suporte da bitola Super-8 como meio de expressão artística.

Além disso, através dos 'surtos regionais', no Brasil, de produção superoitista podemos constatar que, pelo menos, uma pequena parcela de realizações conseguiu através desse mesmo afã experimental (muitas vezes, intuitivo mesmo), desenvolver discursos cinematográficos pautados na pesquisa do meio.

Todavia, seria irresponsável considerar que, por essas peculiaridades, o Super-8 seja uma bitola amadora, inferior. Temos sim que, considerar estas especificidades como seu trunfo em relação às outras bitolas (16 mm, 35 mm), o que possibilita sua capacidade de propor coisas novas, de repensar o que é cinema.

No entanto, a liberdade de expressão, causada pelo barateamento dos meios de produção, teve seu contraponto na insuficiência de circuitos de exibição, gerando a marginalização dessa produção independente. Dessa forma, em nosso país, começam a surgir circuitos alternativos de exibição, em cineclubes e nos ambientes das universidades, fugindo ou correndo em paralelo as iniciativas oficiais de incentivo.

Como já mencionamos, nesse mesmo período, surgem pelo mundo, as primeiras manifestações do uso do vídeo como veículo de expressão artística. Algo muito semelhante do que ocorre com o Super-8, ocorre com Vídeo a partir do surgimento da câmera portpak,

anteriormente citada. A arte do vídeo é proveniente de tecnologia, que de início foi voltada para as redes de televisão. Em seus poucos anos de história, o Vídeo já se impôs como um fato cultural, que tem uma experiência estética autônoma e que faz frente a qualquer outra modalidade artística.

Algo que surpreende em relação a este tipo de desdobramento do audiovisual é que mesmo antes do *videotape* ser acessível ao grande público e para os artistas, já haviam pessoas criando no suporte. Como, por exemplo, Wolf Vostell e Nam June Paik[5] que, realizavam intervenções nas imagens de televisão com a ajuda de ímãs poderosos ou alterando os circuitos eletrônicos do próprio aparelho.

Os pioneiros da tecnologia do vídeo tentaram exprimir o mundo de um ponto de vista diferenciado, tendo, agora, como horizonte o universo televisivo em detrimento do cinema e de outras artes.

A realidade das produções independentes, ou em pequena escala comercial, desde a década de 1970 até os dias atuais continua sendo feita por caminhos tortuosos. Todavia os constantes aperfeiçoamentos tecnológicos proporcionaram uma melhor qualidade de realização, bem como uma democratização significativa dos meios audiovisual. Atualmente o surgimento das novas tecnologias de captação e finalização de vídeo (formatos de vídeo digitais, e a edição não-linear) proporcionam, cada vez mais, uma escalada crescente de produções e propostas. O vídeo digital agrega qualidade e preços reduzidos em comparação a outros meios, num momento em que mais parece se fazer equilibrado a relação de custo benefício.

Bibliografia

ALMEIDA, Candido José Mendes de. **O que é vídeo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.
ARMES, Roy. **On vídeo**. São Paulo, SP: Summus, 1998.
BERNADET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de Cinema:** ensaio sobre cinema brasileiro. 3º edição. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.
BOTTMAN, Denise. Super-8 Paranaense: Elementos para uma História. **História: Questões e Debates –** Revista da Associação Paranaense de História – APAH, Curitiba, ano 3, n. 4, p. 27-53 , jun. 1982.

[5] (Seul, 1932) Formou-se em 1956 pela Universidade de Tóquio. Estudou música, história da arte e filosofia. 1956-58 Universidade de Munique, Conservatório de Freiburg e Universidade de Colônia. 1958-61 Estúdio de Música Eletrônica da Rádio de Colônia. Estagiou como artista na WGBH-TV de Boston em 1969 e na WNET-TV de Nova York em 1971.

CANONGIA, Ligia. **Quase Cinema:** Cinema de Artista no Brasil, 1970/80. Rio de Janeiro, RJ: Funarte, 1981.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.

---------- **Pré-cinemas & pós-cinemas**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

---------- **O vídeo independente**. Disponível em: <http:www.mre.gov.br/cdbrsil/itamaraty/web/port/comunica/vídeo/indepen/> Acessado em maio de 2004.

---------- **Vídeo**. Disponível em: <http:www.mre.gov.br/cdbrsil/itamaraty/web/port/comunica/vídeo/> Acessado em maio de 2004.

MACHADO JR., Rubens. **Marginália 70**: O Experimentalismo no Super-8 Brasileiro. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/marginalia70/apresentacao00.htm> Acessado em julho de 2003.

METZ, Christian. **A significação do cinema**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1872.

PIGNATARI, Décio. **Signagem da televisão**. São Paulo, SP: Brasiliense,198_.

ROCHA, Flavio Rogerio. **A produção independente de filmes Super –8 no Estado do Paraná (1973-1980)**. Curitiba, 2002. 62 f. Monografia (bacharelado em História) Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo, SP: Annablume, 1996.

XAVIER, Ismail O avesso dos anos 90. **Folha de São Paulo**. Folha mais! São Paulo, domingo, 10 de Junho de 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Trabalho livre no Brasil oitocentista: o Regime de Engajamento e as Leis de Locação de Serviço de 1830 e 1837.

Bruno Augusto Dornelas Câmara*.

Resumo: No século XIX, trabalhadores açorianos emigraram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Engajados em contratos de prestação de serviços, esses trabalhadores vivenciaram nos engenhos de cana de açúcar as dificuldades nas relações de trabalho em um mundo ainda marcado pelo escravismo.
Palavra chave: trabalho livre – imigrantes portugueses – contrato de engajamento.

Abstract: In 19th century, açorianos workers had immigrated to Brazil in search of better conditions of life. Engaged in contracts of services, these workers had lived of sugar mill the difficulties in the relations of work in a world still marked by slavery.
Key Words: free work - immigrant Portuguese - contract of enrollment.

Em 29 de outubro de 1844, era publicado nas páginas do *Diário de Pernambuco,* jornal de grande circulação na província de Pernambuco, um anúncio relatando a fuga de seis trabalhadores livres do engenho *Suassuna.* Esses trabalhadores, naturais da ilha de São Miguel, nos Açores, chegaram ao Recife a bordo do patacho brasileiro *Alberto*. Ainda embarcados, esses imigrantes tiveram os seus serviços arrematados pelo senhor do engenho *Suassuna,* conforme "escritura pública", baseada numa das Leis de Locação de Serviço do Império Brasileiro Três meses após esse primeiro anúncio, na tarde do dia 04 de janeiro de 1845, dezessete trabalhadores engajados também se evadiam do mesmo engenho. Porém, dessa vez, nove deles foram recapturados, permanecendo oito foragidos. O anunciante implorava às autoridades policiais a "captura" dos engajados, "prendendo-os onde quer que se achem" e não consentindo por hipóteses alguma que saíssem da província[1].

Assim como os anúncios de escravos em fuga, tão comuns na grande maioria dos jornais do século XIX, os que apareciam agora, recheados com histórias de trabalhadores livres em fuga, tinham a finalidade de tornar pública a evasão, com claro intuito de tornar esses imigrantes facilmente identificáveis para a captura, e de prevenir outras pessoas, potenciais patrões ou contratantes, para que não contratassem os serviços ou mesmo prestassem asilo aos foragidos. Caso assim procedessem, responderiam pela infração à lei que

* Mestre em História pela UFPE e doutorando na mesma instituição.
[1] Diário de Pernambuco, 29.10.1844; Diário Novo, 14.01.1845, n.10; Diário de Pernambuco, 27.01.1845.

regia os contratos de trabalho no Brasil. É sobre as Leis de Locação de Serviço e esses trabalhadores engajados que versa a presente comunicação.

O patacho *Alberto* aportou no Recife no dia 30 de setembro de 1844. Além de sua tripulação, formada por vinte e seis homens, essa embarcação trazia cento e dez passageiros[2], todos açorianos que, segundo pesquisas do professor Marcus Carvalho em fontes portuguesas, desembarcariam no Rio de Janeiro ou no Recife. Isso porque, no contrato assinado por eles com o mestre da embarcação, já estava expresso o itinerário da viagem (CARVALHO, 1988: 27). Caso os serviços desses imigrantes não fossem arrematados por algum contratante no Recife, poderiam ser arrematados no Rio de Janeiro.

A estada do patacho *Alberto* não passou despercebida no Recife. Surgiram protestos denunciando o "escandaloso tráfico" de açorianos nos jornais, principalmente os da comunidade lusitana residente na cidade. Conforme publicavam, essas pessoas vendiam a "sua liberdade e direitos constitucionais" pela irrisória quantia de "50 patacões ou 100$ rs". Aqueles cujas passagens estavam pagas eram prontamente desembarcados. Porém, aqueles que não dispunham de dinheiro ficavam "aferrolhados a bordo", esperando que alguém arrematasse seus serviços. Os protestos continuaram ao longo da duração do tráfico de açorianos, sendo muitas vezes constatada a presença, no porto do Recife, de navios especializados nesse tipo transporte. O caso do *Alberto* foi seguido de outros. Porém, o que mais ganhou publicidade foi o do patacho *Arrogante* que, em 27 de dezembro de 1853, chegou a Recife com 276 imigrantes[3], número bem acima da sua capacidade de transporte.

Mas com base nos anúncios de trabalhadores livres em fuga, nos protestos da comunidade portuguesa publicados em jornais e periódicos e na documentação do Consulado Português, não foram poucos os imigrantes sujeitos a contratos baseados nas Leis de Locação de Serviço de 1830 e 1837[4]. A história desses imigrantes se refere a uma situação real vivida por alguns trabalhadores livres inseridos no mundo escravista.

Na década de trinta do século XIX, as elites provinciais, buscando alternativas ao trabalho compulsório para a agricultura, promoveram a criação de uma lei que regulamentava o trabalho livre, visando ao incremento da imigração para o Brasil. Segundo Marcus Carvalho, a assinatura dos tratados de 1828 entre Inglaterra e Brasil para extinguir o tráfico de Atlântico de escravos, num prazo de três anos, incentivou o debate na Câmara sobre a futura substituição do braço cativo por um trabalhador livre. Dessa forma, a Lei de Locação de

[2] Diário de Pernambuco, 01.10.1844.
[3] Diário de Pernambuco, 28.12.1853.
[4] As duas leis podem ser encontradas em: Collecção das Leis do Império do Brasil. Vol. III. Ouro Preto: Typografia de Silva. 1830, e Collecção das Leis do Império do Brasil. Vol. VIII. Ouro Preto: Typografia de Silva. 1839.

Serviço de 13 de setembro de 1830 surgiu como fruto da inquietação parlamentar, respondendo aos anseios dos plantadores de regulamentação das relações de trabalho livre no país (CARVALHO, 1988: 22). Luiz Felipe de Alencastro lembra que essa lei foi editada por ocasião da fundação da "Sociedade Promotora da Colonização Estrangeira" no momento da cessação do tráfico legal (ALENCASTRO, 1988: 36).

Não podemos negar que essa lei era a primeira tentativa de condicionar o trabalhador livre a uma ética do trabalho contratual. Assim, a Lei de 1830 disciplinava os contratos de locação de serviços, cujo regime ou era por tempo determinado ou por empreitada. A referida norma regia ainda a forma de remuneração, cujo adiantamento podia ser total ou parcial, no momento de assinatura do contrato, que não poderia ser verbal; mas tão somente escrito. Tanto brasileiros quanto estrangeiros poderiam se obrigar a prestar serviço. Mas a documentação pesquisada aponta unicamente contratos de trabalhadores estrangeiros. Isso não quer dizer que inexistiram contratos entre patrões e trabalhadores nacionais, mas, as fontes pesquisadas somente se referem a este caso específico.

Dos oito artigos que compunham a Lei de 1830, três deles (artigos 4, 5 e 6) faziam referência as formas legais de obrigar o locador do serviço a cumprir o estabelecido no contrato. O descumprimento do acordo pelo trabalhador acarretava-lhe alguns problemas. O Juiz de Paz do lugar onde fosse celebrado o contrato poderia intervir em favor do locatário, obrigando o prestador de serviços a cumprir as obrigações pré-estabelecidas. O "castigo correcional" seria a prisão, com a liberação logo que a autoridade responsável mediasse o desacordo entre o trabalhador e o patrão. Caso persistisse os desacordos e o número de infrações somasse três "correções ineficazes", o trabalhador era obrigado a "trabalhar em prisão" até indenizar o locador. Era uma forma de prisão por dívida.

É necessário abrir um parêntese: a lei não esclarecia a forma de prestação dessa indenização. Como o "trabalho em prisão" poderia ser remunerado? Por fim, seria o erário público que indenizaria o patrão? As dúvidas persistem. Percebe-se, então, que a Lei era tão vaga e imprecisa a esse respeito, tão lacunosa, que a forma de cumprimento dessa pena era determinada pelo próprio Juiz de Paz de acordo com seu juízo discricionário. Essa autoridade teria de adequar a solução legal à situação prática, para que o trabalhador pudesse ressarcir satisfatoriamente o patrão. Afinal, o locatário dos serviços estava buscando o cumprimento do contrato. Por outro lado, não se pode afirmar que o "trabalho em prisão" é o mesmo que o trabalho em obras públicas, porque a lei posterior de 1837 faz clara distinção entre essas duas penas. Essa questão devia dar margem a tanta divergência entre as autoridades judiciárias da

época, que a edição da Lei de 1837 talvez tenha sido necessária para esclarecer esse impasse. Todavia, essa discussão será retomada mais adiante.

Quando o desacordo evoluía para a fuga do trabalhador, a lei apresentava uma solução severa. O Juiz de Paz expedia uma ordem de prisão para autoridade policial reconduzir o trabalhador. Caso o trabalhador evadido estivesse em outra comarca, o Juiz de Paz expedia uma precatória – uma espécie de "simples carta" – para o Juiz de Paz da comarca em que se encontrava o trabalhador fugido, rogando a expedição de uma ordem para a sua prisão e recondução. A lei também exigia que essa precatória contivesse os motivos da prisão, para que o Juiz de Paz deprecado tomasse conhecimento dos fatos. A utilização desse instrumento tinha sua importância. Isso porque cada Juiz de Paz tinha sua jurisdição sobre uma determinada porção territorial, que, na administração judiciária, é chamada de comarca; então, se o trabalhador fugisse para outra comarca, essa autoridade judiciária teria que pedir ao outro Juiz de Paz da comarca onde se encontrava o evadido.

A lei de 1830, por mais simples que pareça, não veio sozinha. Carvalho ressalta que não seria de estranhar que a legislação de 1830 tivesse surgido logo após a criação da Justiça de Paz (1828) e pouco tempo antes do surgimento da Guarda Nacional (1831), ambos instrumentos que conferiam aos senhores de engenho o poder de polícia nas províncias (CARVALHO, 1988: 23). Essas manifestações de poder tinham um mesmo fim: controlar e disciplinar a população livre de um modo geral e vigiar a população cativa de um modo particular. Esses órgãos repressivos, com o tempo, tornaram-se foco do aperfeiçoamento da Câmara e do Senado. O propósito explícito desses mecanismos era exercer o controle sobre a população livre e liberta do meio rural e dos centros urbanos.

A Lei de 1830 não era de todo unilateral. Ela também punia o patrão que de alguma forma não cumprisse as obrigações contratuais. Caso o patrão não estivesse pagando os "jornaes (sic), soldada, ou preço", ou não satisfizesse as outras condições estabelecidas no contrato, o trabalhador poderia rescindir o acordo, porque esses dois casos encontravam guarida na Lei. Essas eram as duas hipóteses que o trabalhador dispunha para se proteger, na eventualidade de exploração demasiada por parte do patrão. A punição aplicada pelo Juiz de Paz, nesses casos, é compelir o patrão ao pagamento dos ordenados retidos sob pena de prisão. O Juiz de Paz também obrigava ao pagamento de "mais a metade do preço contratado", ou seja, como uma espécie de multa ou indenização pela ruptura antecipada do contrato por tempo determinado, o trabalhador receberia metade da remuneração que seria paga pelo tempo restante do contrato.

Mesmo assim, a Lei ainda conferia ao patrão artifícios para se desonerar do cumprimento da obrigação. Se por ventura não estivesse em condições de continuar cumprindo o contrato, antes que o trabalhador adotasse as medidas legais, o patrão poderia sublocar o contrato de locação de serviços, ou seja, poderia "transferir a outro este contrato". Tal transferência somente estaria proibida se o contrato expressamente vedasse ou se a sublocação piorasse a "condição do que se obrigou a presta-los". Essa prática de transferir trabalhadores engajados de um patrão a outro devia ser comum.

Um dos artigos mais interessantes dessa lei é sobre a proibição de celebrar contrato de locação de serviços com "africanos bárbaros". A princípio, podemos pensar que essa proibição atendia a preocupação da elite dirigente do país em relação às características étnicas e culturais dos futuros trabalhadores imigrantes. Porém, outras conclusões podem ser deduzidas dessa proibição.

Uma vez que a Lei admitia a celebração do contrato dentro ou fora do Império, esse dispositivo expressamente vedava a utilização dessa Lei para firmar contrato "debaixo de qualquer pretexto que seja" com "africanos bárbaros". Somente se excepcionava essa restrição àqueles africanos que já residiam no país. O motivo determinante dessa proibição era a possível utilização do contrato de locação, celebrado fora do Império, com "africanos bárbaros", como simulacro para o tráfico de escravos.

Essa lei se mostrou insuficiente para regular a locação de trabalho livre no país. Alguns anos depois, surgiu uma segunda lei mais complexa, com 16 artigos. Diversos pontos devem ser destacados. Inicialmente, enquanto a Lei de 1830 é uma lei geral, que tanto abrange trabalhadores nacionais e estrangeiros, a Lei de 1837 é uma lei especial, que trata especificamente do trabalhador estrangeiro. Por isso não revogou a Lei de 1830.

A lei de 11 de outubro de 1837, voltava-se para a elaboração de uma política de atração de imigrantes. Isso se explica pelo seu primeiro artigo, que faz referência apenas a um locador de serviço "estrangeiro", diferente da legislação anterior que também contemplava o "brasileiro". Mas não era só isso. Na segunda lei havia uma preocupação em amarrar o contrato com as chamadas "Sociedades de Colonização".

As novidades da Lei de 1837 eram muitas, a começar pelo disciplinamento da contratação de menores trabalhadores. Destaca-se que, aos 14 anos, e mesmo antes, o indivíduo já era considerado hábil para o trabalho. Assim, a contratação de menores era prática muito comum a época. A exemplo disso, nos contratos de locação da Companhia de Operários Alemães do Recife encontramos cláusulas que versavam sobre trabalhadores de "12 a 16 anos de idade". Em razão disso, também deviam ser costumeiros os abusos contra esse

trabalhador de pouca idade. Neste ponto deve ter surgido a necessidade de regramento legal acerca da contratação de menores.

Analisando os dispositivos da Lei de 1837, suspeita-se que devia ser comum a ocorrência de conflitos em contratos de engajamentos envolvendo menores de 21 anos. Chega-se a essa conclusão em virtude do texto dessa lei tratar de forma tão minudente a contratação desses jovens trabalhadores. Como exemplo, o artigo 2º exige a assistência de um curador em todos os contratos de engajamento em que uma das partes é um estrangeiro menor de 21 anos, que não conta com a representação de seus "pais, tutores ou curadores", bem como nas ações judiciais que decorrerem desses contratos ou em que "algum locador menor for parte".

Quando comparamos as duas leis podemos perceber que os mecanismos de controle de certa forma evoluíram para um aperfeiçoamento, fechando o cerco sobre aqueles trabalhadores que entrassem em desavença com seus patrões. Os casos extremos de fugas de trabalhadores engajados levaram os legisladores da época a ampliar a punição pelo crime de evasão não só para o trabalhador estrangeiro que quebrou o contrato, mas também para qualquer pessoa que admitisse ou consentisse em "sua casa, fazenda, ou estabelecimento" o foragido. Nesse último caso, a Lei de 1837 transformou em crime a conduta de acolher o trabalhador estrangeiro foragido.

Entre os legisladores que propuseram a Lei de 1837 houve uma preocupação em separar o contrato de locação de serviço da chamada "petição de soldada". Pela lei de 1837, a "petição de soldada" por si só não tinha validade para provar o contrato de locação; ela teria que estar acompanhada do próprio instrumento que formalizava essa contratação. Contudo, a petição de soldada continuou a ser usada com freqüência como o único documento que vinculava o trabalhador ao seu patrão.

Conforme o artigo 16º da Lei de 1837, nenhuma ação judicial poderia ser ajuizada se não estivesse acompanhada do "título do contrato". Entretanto, se o locatário [patrão] possuísse apenas a petição de soldada, somente poderia propor ação judicial se depositasse "a quantia pedida". Isso quer dizer que o locatário dos serviços teria que depositar em juízo uma caução para propor qualquer demanda judicial ou até mesmo provar a sua inocência.

Sobre a Lei de 1837, podemos dizer que é circunstancial, criada para suprir lacunas e dúvidas suscitadas na Lei de 1830. Era necessária uma lei que trouxesse dispositivos repressores mais eficazes para o descumprimento das obrigações contratuais. Os dispositivos para punir da lei de 1837 são mais rigorosos que os da lei de 1830.

Diante da ausência de documentos disponíveis, não é possível analisar como os trabalhadores estrangeiros reagiram às alterações introduzidas pela lei de 1837. Algumas questões ficam em aberto para futuros estudos. Será que os contratos de locação de serviço, que tinham por base a Lei de 1837, eram mais adequados para atrair trabalhadores estrangeiros? A resposta a essa questão talvez possa ser encontrada quando estudamos o modelo de contrato proposto aos 196 operários alemães engajados pelo governo do Barão da Boa Vista em 1839, para dinamizar o setor de obras públicas da província. Conforme os termos do contrato, assinado em maio de 1839, optou-se por embasar esse documento com a Lei de 1830, inclusive citando textualmente os quatros artigos referentes às sanções legais aos engajado, em caso de descumprimento do acordo. Mesmo vigente, a Lei de 1837 foi sumariamente preterida nesse contrato para a aplicação da Lei de 1830. Esse ponto reforça ainda mais a tese de que a segunda lei não revogava a primeira, mesmo em se tratando de trabalhadores estrangeiros.

Quando comparamos as duas leis de Locação de Serviços dos anos trinta, percebemos que a segunda lei atribui direitos ao trabalhador estrangeiro que inexistem na primeira lei, que é aplicada aos nacionais. Provavelmente foram muitos os prestadores de serviços sujeitos aos ditames das leis brasileiras e da autoridade dos Juízes de Paz, tanto no meio rural quanto nas cidades brasileiras.

Luiz Felipe de Alencastro lembra que o estatuto do engajado se difundiu, sobretudo, no meio rural. Isso porque a situação a que este trabalhador estava submetido respondia as necessidades do trabalho compulsório das fazendas. Além do mais, o isolamento desse trabalhador do meio urbano deixava-o a mercê do absolutismo dos fazendeiros. O autor também lembra que a situação dos trabalhadores engajados na cidade evoluiu bastante devido a diversos fatores, como a presença de autoridades consulares e de compatriotas abastados. A cidade proporcionava ainda uma gama de outros empregadores (ALENCASTRO, 1988: 39).

A demanda por esse tipo de mão-de-obra livre cresceu desde a década de trinta do século dezenove, aumentando demasiadamente quando o tráfico de escravos ganha o ultimato do Bill Aberdeen, em 1850. Encontramos até um curioso anúncio proveniente da casa de Elias Coelho Cintra, um dos maiores traficantes de escravos do Recife, procurando "de 6 a 8 galegos chegados recentemente" para serem contratados nos serviços de um engenho [5]. Até um senhor de tantos escravos necessitava de trabalhadores livres.

Não restam dúvidas de que esses trabalhadores recrutados no sistema de engajamento eram demasiadamente explorados. No estudo das Leis de Locação de Serviços

[5] APEJE, Diário de Pernambuco, 09.03.1837, n.55.

de 1830 e 1837 constatamos que a Justiça de Paz estava mais a serviço do empregador para coagir os trabalhadores ao cumprimento dos contratos, do que proibir os excessos cometidos por esses patrões. Essas leis serviram mais como um meio de controle do que uma garantia de direitos, constituindo-se em mais um dos muitos instrumentos do poder senhorial. A possibilidade do contratante impor seu poder sobre o empregado vai muito além das contingências concretas de vida, pois esse patrão conta com o aparato jurídico a seu favor. Por mais que se fale da indisciplina do trabalhador livre nacional, podemos dizer que esta questão não pode ser encarada de forma unilateral. A bem da verdade, a elite senhorial do país, graças à base escravista e aos privilégios de classe herdados do período colonial, esteve despreparada para lidar com trabalhadores juridicamente "livres".

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **"Proletários e escravos: imigrantes Portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872".** *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n.21, 1988.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O "trafico da escravatura branca" para Pernambuco no acaso do tráfico de escravos. In Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1988, v.149, pp.22-51.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cartas a Paulo Pereira de Souza: notas sobre a escrita epistolar na administração comercial de um colono mineiro

Paulo Miguel Fonseca*

Resumo: Esse artigo tem como foco o estudo epistolar, notadamente a correspondência recebida do comerciante Paulo Pereira de Souza, atuante em Minas Gerais durante as décadas de 1750 e 1760. Buscamos, desse modo, demarcar eventuais diferenças de formas e estilos de escrita, a partir de diferentes categorias de cartas criadas de acordo com suas funções e objetivos.
A escrita epistolar, por ser uma escrita de sociabilidade - dessa forma voltada para o leitor - nos permite analisar não só o contexto histórico e o autor, mas também a imagem que esse construiu para si. Paulo Pereira de Souza, como tantos outros missivistas de seu tempo, foi verdadeiramente um personagem do Antigo Regime.
Palavras-chave: Epistolografia - História do Brasil Colonial - Antigo Regime.

Abstract: This paper has it's focus on letter writing studies, especially on letters received by the Minas Gerais trademan Paulo Pereira de Souza, during the decades of 1750 and 1760. In this way, we're trying to find different styles and writing shapes, that reflects specific categories of letters created on different porposes.
The letter writing, beeing a sociability writing, let us analyse not just the historical context and the author of the letters, but also the image the author creates for himself. Paulo Pereira de Souza, as many others letters writing on his time, was trully a Ancient Regim character.
Keywords: Letter-writing - Brazil Colonial History - Ancient Regim.

Luiz Fagundes Duarte define a existência de dois tipos de missivas: o primeiro seria íntimo, de trabalho, suscetível ao descarte pelo autor. O outro, público – uma versão a ser lida – um representante do "grande teatro" do qual os personagens envolvidos (autor e leitor) estão inseridos. Esse segundo tipo não pressupõe necessariamente a intimidade do autor, e sim a existência de uma relação direta e recíproca do autor com o destinatário. (ANASTÁCIO, 2006:11-23)

Nesse sentido, o texto é uma representação do autor, que o constrói para materializar uma identidade que quer consolidar e expor. Ao mesmo tempo, o autor é uma invenção, um produto do texto em si, sendo sua sinceridade/subjetividade resultado da narrativa que elabora. Trata-se de uma relação de causa/efeito, onde as duas afirmativas são

* Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Profª. Drª. Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira.

verdadeiras e simultâneas, através dessa modalidade de "construção do eu". (GOMES, 2004:16)

A partir do século XVII as sociedades européias passaram a imprimir um maior controle sobre os espaços de atuação social. Os códigos sociais de comportamentos, gestuais e espaços de atuação atingiram o relacionamento epistolar, onde se criaram conjuntos de regras que unificaram as formas de comunicação; como formatos de cabeçalho, despedidas, tipos e formatos de papel e caligrafia.

No caso da colonial capitania de Minas Gerais, ainda que tenhamos claras todas normas e tratados epistolares vigentes no século XVIII, parece-nos difícil tentar buscar eco a essas normas na correspondência epistolar trocada entre negociantes, mineradores e tropeiros no ermo e distante território mineiro. Por outro lado, se não seguiam rigidamente os modelos epistolares europeus, os missivistas mineiros tinham seus próprios códigos de escrita que parecem seguir normas gerais. É notável a reincidência dos formatos de tratamento pessoal, apresentação e enceramento destas durante todo o setecentos. O corpo dos textos também apresenta um padrão: são constantes as referências à saúde dos missivistas e comentários sobre o cotidiano antes da introdução do tema principal da carta. Ao encerrar a carta, era comum a inserção de outros assuntos periféricos, de forma a suavizar ou mascarar o objetivo principal da missiva.

É fácil perceber a importância da comunicação escrita em Minas Gerais, bastando remontar o desenvolvimento da região durante o século XVIII. Foi no início desse século que a região até então coberta por matas e povoadas por índios viu florecer um crescimento demográfico vertiginoso, constituindo um grande desafio para a coroa portuguesa. A distância que o território mineiro tinha do alcance do poder central e as dificuldades que essa distância determinava, fazia com que a ação do Estado português fosse morosa e ineficiente. Em resposta, Portugal institucionalizou o território. Em um intervalo de cerca quase vinte anos, duas novas capitanias foram criadas; São Paulo e Minas do Ouro e depois Minas Gerais. Eram instituídas dentro delas comarcas e vilas; nomeados governadores, juizes e unidades militares.

Todo aparato administrativo mostrou-se insuficiente para acabar com as distâncias nas Minas Gerais, levando então Portugal a expandir seus espaços administrativos através de uma comunicação remota. Se não podia contar com a Passarola idealizada pelo padre Bartolomeu Lourenço – um instrumento em formato de ave que "andava no ar" e diminuiria

as distâncias entre metrópole e colônia[1] - a Coroa portuguesa utilizava sistematicamente a comunicação por missivas, que circulavam incessantemente de um ponto a outro do império. Além da correspondência comezinha entre os funcionários e o reino, são famosas as "instruções aos governadores", orientações aos governadores das capitanias instituindo linhas gerais administrativas a serem empregadas pelos agentes régios.

Reproduzindo internamente a comunicação epistolar entre as duas partes do reino, a capitania de Minas desenvolveu sua própria rede de comunicação baseada em missivas. Em um território tão dilatado e ermo, somente através da correspondência foi possível fazer funcionar a economia mineradora. Abastados comerciantes ampliavam seus negócios por todas as Minas e além delas para São Paulo e Rio de Janeiro; o controle dessas ações era todo feito através de cartas. Muitos tinham seus arquivos e guarda-livros responsáveis pela organização da documentação. Escreviam por vezes dezenas de mensagens ao dia, várias para os prepostos mais importantes.

Grande parte dessa documentação foi preservada pela História através da ação da Junta da Real Fazenda de Minas Gerais, e posteriormente pela Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais, que seqüestrava junto com outros bens a documentação contábil dos principais devedores fiscais da época e conservou assim esses papéis até os dias de hoje.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda cerca de um terço do acervo da Coleção Casa dos Contos, conjunto que reúne a documentação seqüestrada pela Junta e Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais. O nome refere-se à antiga Casa dos Contos de Ouro Preto, onde funcionavam os órgãos. O restante do acervo encontra-se no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, sendo o último detentor da maior parte do acervo. Quando da divisão do conjunto documental entre a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional (o Arquivo Público receberia sua parte posteriormente) a própria natureza dos órgãos delineou, *grosso modo*, que tipo de acervo caberia a cada instituição. Ao Arquivo Nacional foram encaminhados principalmente conjuntos de caráter público e administrativo, à Biblioteca Nacional coube os acervos particulares, notadamente epistolares.

Dentre os acervos de particulares, destaca-se o de Paulo Pereira de Souza, comerciante ativo em Minas durante as décadas de 1750 e 1760. Uma vez que, como foi dito, os documentos que compõe a Coleção Casa dos Contos são fruto de seqüestros de órgãos fazendários, entende-se que a imensa maioria dos conjuntos seja de correspondência recebida,

[1] Para as considerações do padre Bartolomeu Lourenço, ver Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. "*Além dos súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa*". *In:* Revista Tempo vol.5 - nº10 dezembro 2000. p.82. Para um desenho da Passarola, ver FBN-Mss 2,3,1 f.35.

e não expedida. Essa particularidade faz com que tenhamos contato com o personagem alvo de estudo de uma forma indireta: não lemos as palavras de Paulo Pereira, mas sim aquelas direcionadas a ele. Na Biblioteca Nacional foram encontradas 166 missivas relacionadas a Paulo Pereira, sendo 160 cartas enviadas por terceiros e apenas seis escritas por ele. Algumas vezes são feitas referências a Paulo Pereira como sendo contratador, embora não tenha sido encontrada qualquer menção a isso no acervo pesquisado ou no Erário Régio de Francisco Rebelo.(REBELO, 1789)

Na correspondência recebida de Paulo Pereira,[2] identificamos diferentes tipos de missivas, distintas entre si no que se refere aos seus objetivos e finalidades. Optamos por dividir então o acervo em quatro categorias, no que se refere à sua função enquanto veículo de comunicação:

- negócios régios;
- negócios coloniais;
- cartas de amizade;
- cartas de proteção.

Algumas categorias apresentam estilos literários mais próximos entre si do que outras, isso se deve principalmente à função de cada um dos tipos propostos. Naturalmente, as cartas de "negócios régios" e "negócios coloniais" são mais próximas, ocorrendo discrepâncias apenas no objetivo do documento e, por vezes, no nível de tratamento dispensado ao interlocutor, sendo os "negócios régios" geralmente mais formais e apresentados de forma mais direta. Isso pode ser observado no cotejamento entre as missivas transcritas abaixo. A primeira é uma carta de "negócios régios":

Snr Paullo Per^{a} de Souza
São João a 22 de Jan^{ro} de 1750
R^{e} a conta do rezisto, que ajustandoa como cust^{o} Pex^{o} ficou o d^{o} restando 47/44, de q. será vm embolsado entregandoas eu no Rio ao S Cap^{m}, e Vm o será tambem de Recibo q eu passar ao ditto Costodio: da conta corr^{e} verá vm milhor o ajustam^{o} dela, e tambem os creditos q. ficão [em ser] q. destez mandarey Recibo de quem ficar com elles, q. será o Ruyvo, ou o Antonio de Freytaz, porque suposto os devedorez estão pella [Ieruoca] e Rio Verde poderá ser q. se cobrem
Diz o d^{o} custodio, q. suposto não pagara cap^{m} de 2 negros por emcapazes, não fiara na sua máo maiz q. 2 1/4 4, e q. certam^{te} seria erro de vm
Fico como sempre as ordenz de vm q. D^{s} g^{e} m^{s} a^{s} com boa saude etc
M^{to} venerador criado de vm
Andre Per^{a} de Meyrelles

NOTA LATERAL

[2] As fontes históricas transcritas nesse artigo pertencem à Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, doravante citada como FBN-MSS.

> *Remetto a Lembranca de 4 1/4 com os brincos q. estavão de penhor pello devedor ter fugido etc.*
> *(MEIRELES, FBN-MSS: I-26,01,010 nº065)*

Enquanto os "negócios régios" tratam basicamente da arrecadação e pagamento de tributos e direitos arrecadados pela administração portuguesa, os "negócios coloniais" abarcam incontáveis possibilidades de favores e serviços mútuos relacionados a cobranças de dívidas, transporte de cargas e documentos, favorecimentos e indicações. Duas cartas transcritas abaixo representam essas possibilidades, a primeira delas pede a indicação para um cargo de escrivão da Junta da Fazenda:

> *Snr Capp^{m} Paullo Pr^{a}*
> *Aseverarão me hontem q o Escrivão da Fazenda R^{l} despedira o seu escrevente, pagando lhe o q' tinha vencido: Eu Rogo a vm q q^{to} antes me queyra emturduzir em lugar daquele (com o seu respeyto) porque soposto dizem dá por anno 150 8as a seco comtudo vendo este a minha expedição, e letra, não duvido dará mais alguma couza, e tudo quanto vm^{e} fizer a este respeito me darei por satisfeito e obrigado, pois me quero por [...] p^{a} o futuro*
> *D^{s} g^{e} a vm^{e} m^{s} ann^{s}. Caza a 28 de julho de 1755 ann^{s}*
> *De vm^{e}*
> *Venerador etc*
> *Francisco X^{er} de Meyrelles*
> *(MEIRELES, FBN-MSS: I-26,01,010 nº066)*

A segunda refere-se a quintagem de oitavas de ouro.

> *Sr Paulo Per^{a} de Sz^{a}*
> *Am^{o} e S^{r} áo s^{r} Luis da Rocha Per^{a} entregara vm^{ce} a Barra que rederão as 68/8. que lhe mandei p^{a} vm^{ce} mos md^{ar} fundir cod^{o} S^{r} lhe pasar recibo do q receber ou emportar a d^{a} Barra*
> *Sobretudo estimarei lhe asista sempre perfeita saude como dez^{a} p^{a} que se sirva do que me asiste a cuja pessoa G^{de} Deoz m^{s} ann^{s}. oje Capoeira Compr^{a} 13 de Junho de 1764@*
> *De vm^{ce}*
> *am^{o}*
> *[Pedro] Lopez [Pr^{a}]*
> *(PEREIRA, FBN-MSS: I-26,01,010 nº067)*

Na última carta, percebe-se um relacionamento mais próximo, o formal "muito venerador criado" da primeira das três cartas citadas é substituído simplesmente por "amigo". A segunda carta é também mais formal, dando a perceber uma relação distante, dispensada não a amigos, mas a um companheiro comercial, inclusive ao requerer um favor muito maior do que simplesmente fundir uma barra de ouro.

As cartas de "amizade" e "proteção" são significativamente diferentes, embora ainda possam conter assuntos de negócios. Nesses casos, percebe-se uma relação mais duradoura, ou ao menos a expectativa disso. "Cartas de amizade" nos parecem ser escritas como um fim em si mesmas, outros assuntos podem surgir, mas seus objetivos são manter o

canal de comunicação; manter e fortalecer o relacionamento existente entre os interlocutores. Na carta que segue, o remetente também se dirige a Paulo Pereira como servo e criado, mas em um outro sentido, onde o assunto da missiva é o espaço mais particular do destinatário, sua casa. A intimidade entre ambos parece ser tal que o permite enviar víveres "para lhe divertir o cozinheiro".

> *Sor Paullo Pr^a^*
> *Meu S^r^ o aroio da m^a^ confiança que vm deu a este seu criado. Cóando fui com o R^do^ P^e^ Barandão aos peis de vm^ce^ lhe fiquei na obrigacão de me conhecer por seu criado.*
> *Mando a essa villa a buscar huns surois de sal p^a^ o meu gassto. pello portador remeto a vm^ce^ ese leittão inteiro e huã duzia de cabos de cebolas p^a^ o cuzinheiro de vm^ce^ ter em que se divertir na sua cozinha.*
> *E que vm^ce^ desfrute boa saude e toda a sua nobre Caza estimarei m^to^ p^a^ com ella fazer muitos servicos a D^s^ noco S^r^ Eu aqui fico nas Lavras do Capivari que comprei a R^do^ P^e^ Barandão e me ofreço no servico de Vm p^a^ o que me tiver pestimo nestas partes me não poupe D^s^ G^de^ a vm^ce^ m^s^ ann^s^*
> *Hoje S Barbara Asima 12 de Fevr^o^ de 1753*
> *De vm^ce^*
> *M^to^ seu omilde Servo e m^to^ obrig^do^*
> *Manoel da Silva Gama*
> *(GAMA, FBN-MSS: I-26,18,003)*

As "cartas de proteção" igualmente objetivam estabelecer laços, apesar de pautarem-se basicamente em possíveis relações comerciais e de negócios, recorrendo com mais clareza ao apadrinhamento. No exemplo subseqüente, o autor desconhecido recorre inclusive a um distante grau de parentesco com o intuito de legitimar a relação, mostrando sua disposição em servir àquele a quem pede proteção e algum serviço. Note-se que não há qualquer referência a "amigo" ou "amizade" na carta, sobressai uma relação, ainda que desequilibrada, pautada na troca de favores.

> *Snr Paullo Pr^a^*
> *Ryo de Janr<u>o</u> 01 de 8^bro^ de 1752*
> *[...] meu Snr pellas largas noticias q de vm^ce^ tenho tido dellas tenho colhido o ser vm^ce^ f^o^ do Snr Fran^co^ Miz q. santa gloria haja e como tal sobrinho da Snr^a^ Marianna de Abreu tambem de f^a^ de q^m^ eu tambem o sou por afenid^e^ por ser cazada co Jozé Barboza meu tio. E como eu estou nesta cid^e^ exercitando a ocupação de sollicitador do n^o^ da rellação quizera dever a sua bond^e^ me fizesse a m^ce^ de me enviar alguas appellaçoins e aggr^os^ de seus am^os^ Remetidas a mim no [veu] da candellr^a^ ao q prot^o^ dar verdadr^a^ satisfacao e saber merecer a vm^ce^ e pronto a sua [...] D^s^ g^de^ a vm^ce^ m^s^ a^s^*
> *De vm^ce^ o mais fiel criado*
> *[...]*
> *(AUTOR DESCONHECIDO, FBN-MSS: I-26,18,001)*

Analisar cartas do século XVIII não nos oferece apenas constatações sobre o corte temporal e geográfico em que as fontes estão inseridas, ou a construção das fontes em si. As missivas também nos ajudam a analisar as relações existentes entre indivíduos e normas, a

questionar a amplitude das liberdades de ação e escolhas, e as formas de burlar e subverter as estruturas vigentes, entendendo não só a força das amarras culturais e sociais, mas também as formas desviantes de atuação do agente histórico. (FERREIRA e AMADO, 2001: 167-182)

Robert Darnton explicou, ainda na década de oitenta, que não basta estudarmos a leitura, devemos estudar também os leitores, "comparando os relatos dos leitores sobre sua experiência com os registros da leitura em seus livros e, quando possível, como seu comportamento". (BURKE, 1992:202) Essa abordagem torna-se ainda mais importante se entendermos a escrita em um sentido polissêmico, a elaboração de um texto de forma alguma pressupõe que o significado dado pelo autor ao seu escrito será entendido da mesma forma pelos leitores. Cada leitor tem sua própria interpretação da leitura, ainda mais se considerarmos as distâncias – inclusive cronológicas – que podem separar os leitores.

Dessa forma, a história cultural não entende o documento por sua fidelidade histórica, e sim pela análise que ele permite por si mesmo e dos personagens relacionados a ele, seja pela autoria ou leitura de um escrito. Essa nova percepção "ao invés de postular a transparência dos documentos, processou-se de forma a destacar o individualismo e o qualitativo, permitindo a construção de uma nova modalidade de investigação histórica, atenta aos indivíduos, percebidos em suas relações com outros indivíduos". (GOMES, 2004: 112-113)

No caso da epistolografia, deve-se procurar não simplesmente a identidade do autor, mas a identidade que o autor constrói de si; para si mesmo e para o leitor. Isso se deve ao fato de que a escrita epistolar é uma escrita de sociabilidade, onde o autor escreve a um destinatário.

Trabalhar com documentação epistolar apresenta ainda uma dificuldade adicional: cada documento é apenas um fragmento de uma narrativa maior, não linear e geralmente incompleta enquanto fonte histórica disponível.[3] O historiador que se propõe a analisar um conjunto epistolar deve levar isso em conta e precaver-se tanto quanto for possível ao "preencher" as lacunas documentais.

Sobre isso, o historiador português Fernando Catroga alerta para a construção humana da meta-memória, mostrando que ocorre nela uma seleção do que irá constituir a memória: algumas passagens são esquecidas em privilégio de outras, onde esses vazios são

[3] Sobre isso, Rebeca Gontijo afirmou: "*Assim, a carta pode ser compreendida como uma fração combinada de* ***espaço e momento****: espaço de construção de reflexão sobre si ou sobre qualquer coisa que em um instante é e, logo depois, pode não ser; momento de comunicação não imediata, que segue de acordo com as circunstâncias de vida daqueles que o estabeleceram.*" (grifo da autora). Rebeca Gontijo. *"Paulo amigo": amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In* Angela de Castro Gomes. "*Escrita...*" p.164.

preenchidos de forma a não afetar o *continuum* e a coerência das recordações mantidas. Essas memórias criadas passam a fazer parte do subconsciente, podendo ser mesmo esquecidas em outros momentos. Ao se tratar de memórias históricas, a dialética atua inconscientemente de forma a utilizar-se da melhor maneira das memórias esquecidas e criadas, de forma a legitimar nas necessidades do homem. A identidade pessoal de cada um é constantemente reconstruída, através de um esquecimento seletivo que lhe permite segmentar de maneira linear e objetiva sua própria vida. A reconstrução de seu discurso ocorre também na história, que fornece comumente instrumentos para a legitimação de memórias e tradições na figura de heróis, instituições e nações. (CATROGA, 2001)

Fontes Manuscritas

Coleção Casa dos Contos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CONGRESSO Internacional de Correspondências no Século XVIII. *Correspondências: usos da carta no século XVIII: actas do congresso Internacional Correspondências no Século XVIII: coord. Vanda Anastácio.* Lisboa: Edições Colibri e Fundação das Casa de Fronteira e Alorna, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. "*Além dos súditos: notas sobre revoltas e identidade colonial na América portuguesa*". *In:* Revista Tempo vol.5 - nº10 dezembro 2000.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

REBELO, Francisco A. Erário Régio de S.M.F. de 1768. (Org.) por Tarquínio J. B. de Oliveira. Brasília, Escola de Administração Fazendária/ESAF, 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O processo de formação, especialização e profissionalização (1783-1800) do ilustrado manuel ferreira da câmara

Alex Gonçalves Varela*

Resumo: O personagem Manuel Ferreira da Câmara ficou conhecido na historiografia pelo seu perfil político de estadista e parlamentar, sobretudo por sua atuação no período da Independência. Sua trajetória histórica, contudo, caracteriza-se pela associação entre os interesses políticos e a face de estudioso das ciências naturais. O objetivo deste trabalho consiste em analisar o processo de formação, especialização e profissionalização do personagem no âmbito da política estatal de renovação cultural-científica do governo de Dona Maria I. Essa política buscava criar um novo corpo de funcionários Ilustrados para fornecer pessoal à burocracia e formar uma "elite do conhecimento" interessada na exploração do mundo natural do Reino e das colônias.
Palavras-chave: História das Geociências; Manuel Ferreira da Câmara; Ilustração Luso-Americana.

Abastract: Manuel Ferreira da Câmara is known for historiography to his profile of Statesman and Parliamentary, above all his political performance in the Independence period. His historical trajectory, however, characterize by the association between the political interests and the natural sciences studious profile. The objective of this paper is to analyze the process of formation and professionalization of the Enlightened, in the ambit of the estate policy cultural-scientific renovation from the D. Maria I government to create a new body of enlightened servants to provide people for the estate bureaucracy and to form a "elite of the knowledge" interested in the exploration of the natural world of the Kingdom and the colonies.
Key-words: History of Geosciences; Manuel Ferreira da Câmara; Luso-American Enlighteenment.

A presença do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá na bibliografia especializada se dá em função do seu perfil de político, evidenciando a sua atuação enquanto estadista e parlamentar. Tais análises dão relevância à atuação do personagem no período da Independência, quando atuou como deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1823, e como senador por Minas Gerais no período de 1827 a 1835. São estudos, portanto, que enfatizam exclusivamente o viés político de sua trajetória histórica. (SIGAUD, 1842: 515-518)

No entanto, Manuel Ferreira da Câmara notabilizou-se não apenas como homem público mas também como um estudioso e pesquisador do mundo natural. Em sua trajetória histórica, a face de naturalista e os interesses políticos são indissociáveis, fato que caracteriza

* Historiador, Doutor em Ciências da Terra/IG/Unicamp, Bolsista PCI de Pós-Doutorado do MAST-MCT-RJ. Esse artigo foi elaborado no âmbito do projeto de pesquisa intitulado *A Constituição de Redes de Informação no Império Português (1800-1822)*, desenvolvido na Coordenação de História da Ciência do Museu de Astronomia, sob a supervisão da Doutora Heloísa Meireles Gesteira.

o homem ilustrado do século XVIII. (BENSAUDE-VINCENT, 1996) Não são duas carreiras diferentes ou sucessivas, mas dois perfis de uma mesma trajetória de vida que não podem ser de forma alguma cindidos: o de estudioso das ciências naturais e o de homem público. Portanto, há lacunas que estimulam a reflexão sobre o personagem em novas direções.

O que também se pode observar, após um levantamento preliminar, é a existência de pouca bibliografia sobre a trajetória de vida desse personagem, em que ganham destaque a biografia de Marcos Carneiro de Mendonça (MENDONÇA, 1958) e alguns artigos curtos, como os de O. H. Leonardos (LEONARDOS, 1962:226-228) e V. Leinz (LEINZ, 1963:213-215). Somente nos últimos anos, em razão do resgate da história das ciências na América Latina sob novo arcabouço historiográfico, é que Câmara voltou a ser objeto de estudo, destacando-se os trabalhos de Manuel Serrano Pinto (PINTO,1994:245-264) e Silvia Figueirôa (FIGUEIROA, 1999).

Contudo, falta ainda um estudo contextualizado da vida e obra do naturalista inserido no debate mais amplo sobre a história e a historiografia das ciências no Império Português, reconhecendo-se o peso do reformismo Ilustrado e os variados papéis profissionais que desempenhou. Como argumentou Figueirôa (Ibidem, 214), a supremacia da história política e administrativa, aliada às concepções historiográficas sobre a carência de atividades científicas locais levou, de forma conjunta, à falta de um lugar na história e ao tratamento de exceção para o que foi efetivamente realizado no campo científico, alimentando um círculo gerador de homens excepcionais e de seus contemporâneos pouco lembrados.

Neste trabalho, temos como objetivo analisar o processo de formação, especialização e profissionalização do ilustrado, dentro da política estatal de renovação cultural-científica do governo mariano, com o intuito de criar um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e formar uma "elite do conhecimento" interessada na exploração do mundo natural do Reino e das colônias. Quatro momentos desse processo serão destacados: os estudos na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra; a entrada para a Academia Real das Ciências de Lisboa; a viagem científica pelos principais centros de mineração da Europa Central e Setentrional; e, a indicação para cargo de Consultor do Governo em Assuntos de Minas.

I – A Formação em Leis e Filosofia Natural na Universidade de Coimbra

Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e Sá, filho de Francisca Antônia Xavier de Bethencourt e Sá e do tenente Bernardino Rodrigues Cardoso, nasceu em Minas Gerais, muito provavelmente em Santo Antônio de Itacambira, em territórios da Demarcação Diamantina, por volta de 1764.

Como todos os membros da elite colonial que desejavam realizar um curso superior, uma vez que na América Portuguesa não havia instituições universitárias, Câmara viajou para a metrópole com o intuito de se matricular na Universidade de Coimbra. A sua chegada a Portugal coincidiu com o período de "abertura" às novas idéias em razão das iniciativas do Marquês de Pombal.

Câmara matriculou-se em Coimbra no ano de 1783 nos curso de Leis. No ano seguinte, passou a cursar também o de Filosofia Natural. Tornou-se bacharel em Leis e Filosofia no ano de 1787 e obteve o diploma em junho de 1788. Nesse período, juntou-se às elites cultas da metrópole que também ali estudavam; todos leram as mesmas obras e receberam a mesma formação. (Silva, 1999)

II- A Atuação na Academia Real das Ciências de Lisboa

Após a conclusão do curso superior em Coimbra, Câmara permaneceu em Portugal, sendo eleito membro da Academia Real das Ciências de Lisboa no ano de 1789. A Academia foi um centro aglutinador do ideário reformista do governo de D. Maria I e um *locus* de debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. (MUNTEAL FILHO, 1998) Neste espaço, Câmara integrou-se ao sub-grupo de naturalistas, que tinha como personagem principal o italiano Domenico Vandelli. (MUNTEAL FILHO, 1993; 1998)

Na Academia, Câmara publicou diversas memórias científicas. Nesses textos observa-se que o pragmatismo e o utilitarismo são duas características presentes na prática científica do naturalista Manuel Ferreira da Câmara, como de outros estudiosos luso-americanos. Contudo, tais atributos não foram exclusivos da Ilustração luso-americana. As ciências naturais modernas de perfil baconiano, em sua essência, pressupunham a utilidade e o bem-estar dos homens. Para Bacon, a história natural era uma forma de investigação destinada a registrar o conhecimento do mundo para o uso e o aperfeiçoamento da humanidade. E será na direção da procura da utilidade que o estudo da natureza convergirá no século XVIII, firmando-se assim como a crítica do conhecimento diletante. Novos museus, jardins

botânicos, academias científicas e coleções tomaram o lugar dos gabinetes de curiosidades e dos jardins consagrados exclusivamente ao deleite aristocrático. A História Natural que se estabeleceu nas instituições européias, por exemplo, nas francesas da última década do século XVIII, era marcada por forte utilitarismo. (KURY, 2001:142-143)

Seguindo as considerações da historiadora das ciências Maria Margaret Lopes (2003:50), vários trabalhos sobre o tema da Ilustração luso-americana do Setecentos têm sido produzidos sob um enfoque que prioriza as conotações político-econômicas do processo, deixando de lado a produção cultural-científica do período, não incorporando os entendimentos de ciências efetivamente veiculados e postos em prática para alicerçar os processos modernizadores de Portugal e do Ultramar. Na maioria dos casos, seguindo as considerações da mencionada historiadora das ciências, reduz-se todo o movimento do Império português de adesão às ciências modernas a apenas "utilitarismos", "pragmatismos", "imediatismos", de conotações pejorativas. Ademais, reforçam-se visões que partilham as noções de "atraso" científico português, e conseqüentemente brasileiro, e sua inviabilidade de participação nas ciências européias do período.

A importância que conferia à mineração, em especial à exploração do ouro, foi um tema que se fez presente nos estudos de Câmara. No âmbito do debate dos que se colocavam a favor ou contra a mineração, os textos de Câmara se destacam por se alinhar aos defensores da recuperação da mineração para o desenvolvimento econômico da nação portuguesa, como D. Rodrigo, José Bonifácio e José Vieira Couto.

Na Memória *Acerca da Extração do Ouro do Brasil*, Câmara preocupou-se em descrever os locais da ocorrência do metal, assim como a sua matriz, prática que estava de acordo com as modificações pelas quais passava a Mineralogia no final do século XVIII, quando já não importava somente coletar e identificar os materiais minerais, mas verificar como se dava sua distribuição espacial. (RUDWICK, 1997) A Mineralogia ia deixando de ser uma ciência essencialmente de laboratório que objetivava tão-somente registrar e sistematizar objetos minerais, e passava a ter uma dimensão geográfica. Em decorrência disso, tornou-se consenso a idéia de que rochas e minerais colecionados em gabinetes podiam dar muito prazer, mas não trariam nenhuma luz à razão se não fossem observados no local de sua ocorrência. (HAMM, 1997) Portanto, Câmara seguia os caminhos próprios de sua ciência, no estágio em que se encontrava naquele período. Estava atento ao que ocorria em relação à ciência que praticava, como bem mostram os seus textos.

III- A Viagem Científica Pela Europa Central e Setentrional

No espaço da Academia Real das Ciências de Lisboa, Câmara e José Bonifácio despertaram as atenções de alguns membros, entre os quais o duque de Lafões. Como resultado da admiração deste último, ganharam uma bolsa de estudos do governo português para fazer uma viagem científica pela Europa, juntamente com Joaquim Pedro Fragoso. Para a realização desse empreendimento, o ministro Luiz Pinto de Souza baixou uma minuciosa *Instrução para a realização da viagem de aperfeiçoamento técnico através da Europa* (31.5.1790). Nela determinou-se que Manuel Ferreira da Câmara seria o "chefe de Brigada", sendo responsável pela "decisão do tempo dos estudos e das viagens, do destino de cada um dos sócios, e dos sítios onde deviam empregar-se". (FALCÃO,1963:169)

A viagem de formação teórica e prática no campo da metalurgia e da mineração por diversos países da Europa Central e Setentrional fazia parte da política portuguesa que visava arregimentar os estudiosos portugueses, nascidos ou não na metrópole, com o intuito de ajudar a promover a regeneração do Império. (ARAÚJO, 2005; LYRA, 1994; DIAS, 1972; 1968) Não foi por acaso que a maioria desses ilustrados coloniais, entre os quais os dois mencionados naturalistas, pertenciam ao grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de D. Maria I desde 1796, que defendia a fundação de um Império luso-americano, com sede na sua porção mais rica, o Brasil, como solução à crise que se abatia sobre o Reino.

A dimensão política vinha acoplada à dimensão científica. A viagem fazia parte do processo de modernização do Estado português no período do governo de D. Maria I. O Estado português buscou, na época, incentivar a formação de funcionários especializados com o intuito de ocupar cargos públicos estratégicos, sobretudo no campo da administração das minas. Após a realização dessa viagem, José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara viriam a ocupar importantes funções no campo da mineração em Portugal e na colônia, destacando-se ambos na administração conjunta das minas, matas e bosques. Os dois naturalistas aplicaram o seu saber científico a serviço da nação portuguesa, com o intuito de contribuir para as reformas que visavam regenerar o Império lusitano. Acima de tudo, eles eram portugueses, fiéis vassalos da Monarquia dos Braganças, comungando uma "identidade política coletiva" que remetia ao Estado português. (JANCSÓ & PIMENTA, 2000:140)

Para Câmara e José Bonifácio, a viagem foi imprescindível para a especialização de suas respectivas trajetórias como naturalistas. Os dois tornaram-se, como eles próprios afirmavam, "metalurgistas de profissão".

IV- O Cargo de Consultor do Governo em Assuntos de Minas e Metalurgia

Ao retornar a Portugal, em 1798, Câmara foi contratado pelo Estado português para ser o consultor do governo em assuntos de minas e metalurgia. O naturalista foi arregimentado pelo governo para dar diversos pareceres, dentre os quais podemos destacar: o parecer sobre a *Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho; e o estudo sobre as montanhas da região do Centro de Portugal; parecer sobre o chamado *Pinhal de Leiria*, entre outros.

V - Considerações Finais:

A análise da trajetória do processo de formação e profissionalização do naturalista Manuel Ferreira da Câmara revela a riqueza do pensamento ilustrado Luso-americano. Formado em Filosofia, com ênfase nas ciências naturais, e especialização nas "artes mineiras e metalúrgicas", foi membro ativo do centro de irradiação das "luzes" em Portugal, a Academia Real das Ciências de Lisboa. Nesse espaço, apresentou diversas memórias científicas que revelam a atualização do seu pensamento científico. As características da História Natural moderna, como o pragmatismo, o utilitarismo, o ecletismo, entre outras, estavam presentes nas suas dissertações. Além disso, observa-se a sua inserção no conjunto das práticas científicas mineralógicas no período entre o final do século XVIII e o início do XIX. Portanto, o estudioso seguia os caminhos próprios de sua ciência, no estágio em que se encontrava naquele período.

Naturalista ligado aos interesses do Estado português, teve uma participação ativa no projeto reformista político-científico do governo mariano, sobretudo no que diz respeito aos assuntos de minas e metalurgia. Durante a sua trajetória de vida em Portugal, os estudos científicos e os interesses políticos caminharam lado a lado, numa íntima e inseparável associação. Ele colocou os conhecimentos científicos adquiridos no campo da História Natural, sobretudo os relacionados à mineralogia, em prol da regeneração da nação portuguesa. Membro de uma elite esclarecida e atualizada com o que de mais moderno se passava no restante da Europa além-Pirineus, acreditava que a ciência teria um papel fundamental para a realização concreta e efetiva do programa de reformas que visava conservar a integridade do Império Português.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Ana Cristina. Um Império, um Reino e uma Monarquia na América: As Vésperas da Independência do Brasil. In: Jancsó, István (org.). *Independência*: História e Historiografia. São Paulo: FAPESP; Editora HUCITEC, 2005.

BENSAUDE-VINCENT, Bernardette. Lavoisier: uma Revolução Científica. In: SERRES, Michel (Dir.). *Elementos Para uma História das Ciências*. Lisboa: Terramar, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. A Interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol.278, janeiro-março de 1968, pp.105-170.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira (Org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. vol. III. Santos: Revista dos Tribunais, 1963.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A Questão Agrária no Pensamento Reformista Luso-Brasileiro do Século XVIII: Estrutura Fundiária, Legislação Territorial e Proposta de Mudanças. In: BICALHO, Maria Fernanda et al. (org.) *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português*. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Um 'Pensionário Fiel de Sua Majestade': Manuel Ferreira da Câmara, 1764-1835. In: ARANGO, Diana Soto et al. (Orgs.). *Científicos Criollos e Ilustración*. Madrid: Ediciones Doce Calles; Colcinencias; Rudecolombia, 1999.

HAMM, E. P. Knowledge From Underground: Leibniz Mines the Enlightenment. *Earth Sciences History*. New York, v.16, n.2, 1997.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um Mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta 1500-2000* – A Experiência Brasileira. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000.

KURY, Lorelai Brilhante. Entre Utopia e Pragmatismo: a História Natural no Iluminismo Tardio. In: SOARES, Luiz Carlos. (Org.) *Da Revolução Científica à Big (Business) Science*. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: EDUFF, 2001.

LEINZ, V. Manoel Ferreira da Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva Ingressando na escola de Minas de Freiberg. *Engenharia, Mineração e Metalurgia*. Rio de Janeiro, v.38, n.227, 1963, p. 213-215.

LEONARDOS, O. H. O Intendente Câmara. *Engenharia, Mineração e Metalurgia*. Rio de Janeiro, v.36, n.215, 1962, p. 226-228.

LOPES, Maria Margaret; FIGUEIRÔA, Silvia F. de Mendonça. *Relatório científico final do projeto emergência e consolidação das ciências naturais no Brasil (1770-1870)*. Campinas: DGAE/IGE/Unicamp, 2003, mimeogr..

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*: Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. *O Intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza*: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808). Dissertação de mestrado. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1993.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o novo mundo*: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do antigo sistema colonial. Tese de doutorado. Departamento de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Manuel Serrano. A experiência européia de Manoel Ferreira da Câmara e seus reflexos no Brasil - algumas notas. In: FIGUEIRÔA, S. F. de M. & LOPES, M. M. (orgs.).

Geological Sciences in Latin America. Scientifics relations and exchanges. Campinas, SP: UNICAMP/IG, 1994, pp. 245-264.
RUDWICK, Martin. Minerals, strata and fossils. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (org.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
SIGAUD, J. F. Dr. Manoel Ferreira da Câmara de Bittancourt e Sá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, tomo IV, p.515-8, 1842.
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A campanha dos empregados no comércio de Juiz de Fora pela regulamentação do descanso hebdomadário (1880-1905)

Luís Eduardo de Oliveira*

Resumo: Na passagem do século XIX para o XX, os empregados no comércio de Juiz de Fora empenharam-se na luta pelo fechamento das casas de negócios aos domingos. Nesse processo, valeram-se não apenas de argumentos humanitários e de justificativas retiradas diretamente da doutrina cristã, que consagra tal dia a Deus, como também exploraram habilmente o fato de que muitos comerciantes locais manifestavam-se publicamente pela interrupção da concorrência e das atividades comerciais no sétimo dia da semana. Por meio de comícios, assembléias, abaixo-assinados e petições – que se tornaram mais freqüentes com a formação, em janeiro de 1903, da *Associação dos Empregados no Comércio* -, a classe caixeiral juizforana pressionou fortemente as autoridades municipais para que proibissem o comércio aos domingos, reivindicação finalmente conquistada em fevereiro de 1905.
Palavras-Chaves: empregados no comércio – descanso semanal – Juiz de Fora-MG

Abstract: In the passage of the century XIX for the XX, the employees in the trade of Juiz de Fora insisted in the fight for the closing of the houses of businesses on Sundays. In that process, they were not just been worth of humanitarian arguments and of solitary justifications directly of the Christian doctrine, that it consecrates such day to God, as well as they explored the fact knowingly that many local merchants showed openly for the interruption of the competition and of the commercial activities in the seventh day of the week. Through assemblies, assemblies, petitions and petitions - that if they turned more frequent with the formation, in January of 1903, of the Association of the Employees in the Trade -, the class caixeiral juizforana pressed the municipal authorities strongly so that they prohibited the trade on Sundays, claim finally conquered in February of 1905.
Key words: employees in the trade - I rest weekly - Juiz de Fora - MG

Notas prévias

Neste texto, sistematizo e comento parte das informações sobre a mobilização classista dos empregados no comércio de Juiz de Fora na passagem do século XIX para o XX, pesquisadas nas coleções dos periódicos *O Pharol* e *Jornal do Commercio*, pertencentes ao Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Trata-se, mais especificamente, de *notas prévias*, de análises provisórias referentes a um importante aspecto do processo de constituição inicial da identidade de classe dos caixeiros juizforanos: a sua luta pelo fechamento das portas das casas comerciais aos domingos.

A regulamentação da jornada ordinária de trabalho e do descanso dominical, explica Fabiane Popinigis, foi uma das principais reivindicações classistas dos caixeiros

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF, onde desenvolve a pesquisa *"Sindicalismo proletário em Juiz de Fora: construindo organizações e tradições (1890-1945)"* , sob a orientação do Professor Doutor Jorge Ferreira.

cariocas entre as décadas de 1880 e 1910. Neste período, as atividades comerciais na cidade do Rio de Janeiro cresceram e se diversificaram, provocando mudanças sensíveis nas relações de trabalho e na própria percepção que os empregados no setor tinham de sua condição social, como ressalta a autora em sua instigante análise das cartas e manifestos que as lideranças caixeirais publicavam com freqüência na imprensa da época:

> *Sem a esperança de ascensão social, que era o que lhes parecia mais vantajoso em relação às classes operárias, os caixeiros afirmavam sentir-se ainda mais explorados do que as demais categorias de trabalhadores. (...) Culpavam o grande comércio, os grandes trusts, os grandes capitais e as novas técnicas de comércio, mais aprimoradas e mais impessoais, por não mais possibilitarem ao empregado tornar-se patrão. Esta impossibilidade começava a ser engendrada pelos novos moldes em que se estabeleciam as relações de trabalho nas casas comerciais com muitos empregados, os quais não dispunham mais dos supostos 'benefícios paternalistas' que a casa do patrão e a proximidade a este supostamente lhes proporcionava. Assim sendo, a contrapartida a tais 'benefícios' (como as jornadas extensas, a fidelidade e a dedicação), também poderia ser considerada não apenas obsoleta, mas sobretudo 'improdutiva' para os objetivos de ascensão social dos caixeiros. (POPINIGIS, 2001-2002: 224-225)*

Temas recorrentes no discurso dos caixeiros do Rio de Janeiro, a descrença na possibilidade de ascensão social por meio do trabalho desmedido e a denúncia da exploração e da *proletarização* também ocuparam lugar de destaque na argumentação dos empregados no comércio de Juiz de Fora em suas lutas pela limitação da jornada semanal de serviço. Estes, no entanto, valeram-se ainda de argumentos de caráter humanitário, médico-sanitário e mesmo religioso, em geral, formulados pelos diversos articulistas que das páginas de *O Pharol* e do *Jornal do Commercio* concitavam os comerciantes e a Câmara Municipal a consagrarem o domingo como dia de repouso. Além disso, a dissensão existente entre os negociantes locais quanto a este tema, como procurarei demonstrar a seguir, foi habilmente explorada por seus subordinados para fazer ressurgir e avançar, em determinados momentos, a tortuosa campanha que moviam pelo descanso dominical.

I

A acirrada concorrência existente em Juiz de Fora no início da década de 1880, explica Jair Lessa, fazia com que não houvesse hora nem dia para fechar as portas das casas comerciais: "enquanto um vizinho maioral não fizesse, ninguém pensava em fazê-lo" (LESSA, 1986, 195). Fato que, indiscutivelmente, causava algum incômodo à parcela dos negociantes, mas, sobretudo, desagradava e provocava o protesto crescente dos caixeiros da cidade, uma vez que eles estavam submetidos, durante os sete dias da semana, à jornadas diárias que se estendiam do amanhecer até às onze horas da noite, em muitos casos. Pressionada pelos insistentes pedidos da classe caixeiral e atendendo às solicitações de alguns

comerciantes, a Câmara Municipal chegou a adotar resoluções limitando o horário de funcionamento das casas comerciais no domingos, dias santificados e feriados nacionais, primeiro até às 16 horas, em 1880, e depois até às 12 horas, seis anos mais tarde.

Mas, o desrespeito sistemático a essas resoluções por parte dos comerciantes e até mesmo a revogação de tais dispositivos regulatórios, ao que tudo indica, foram as tendências mais fortes nesse período. Com efeito, em maio de 1890, poucos meses após a Câmara Municipal ter sido substituída por um *Conselho de Intendência*, os empregados do comércio entregaram um *requerimento* aos novos mandatários de Juiz de Fora solicitando dos mesmos uma lei determinando "que os estabelecimentos comerciais desta cidade se fechem aos domingos e dias santificados às 2 horas da tarde."[1] Editorial publicada pelo *O Pharol*, em sua edição de 24 de outubro do mesmo ano, no entanto, esclarece que a Intendência, "julgando que não é de sua competência ordenar o fechamento das casas comerciais", resolveu remeter a questão para a análise do *poder eclesiástico* e do *governo geral*.[2]

Lamentando o parecer aprovado pela Intendência Municipal, o editorial de *O Pharol* argumenta que a medida reivindicada pelos caixeiros juizforanos deveria ser adotada tanto para contemplar o *justo* e *necessário* descanso físico e mental desses trabalhadores, quanto para atender preceitos religiosos, uma vez que entendia que o descanso aos domingos, prescrito pela Igreja e já consagrado em algumas nações européias, visava, sobretudo:

> *O culto que nesse dia se deve tributar ao Criador, lembrando o repouso que o senhor tomou no sétimo dia da criação do mundo. (...) Sendo o trabalho uma necessidade da vida e meio de santificação do homem, não deve se tornar uma condenação ou causa de ruína de sua saúde. (...) Todos os operários tem um dia de repouso para descansar o corpo fatigado e recobrar novas forças para recomeçar no dia seguinte o trabalho que lhe matem a subsistência. Entretanto, a classe empregada no comercio não se cansa, só ela não tem necessidade de repouso ao menos um dia na semana; só ela é vigorosa para resistir desde as 6 horas da manhã até 9 ½ da noite, subindo e descendo escadas com as fazendas aos ombros para mostrar ao freguês incontentável! Ao nosso entender, esta questão já devia estar resolvida por um acordo entre os distintos comerciantes desta cidade, favorecendo a classe caixeiral que se viu obrigada a recorrer à Intendência e passar pela decepção de não ser atendida a sua justa reclamação.*[3]

É importante notar, por um lado, que a argumentação desenvolvida pela imprensa local em favor do descanso dominical para os empregados no comércio – que mesclava razões de natureza humanitária, com princípios cristãos e noções de progresso e civilidade – , gradativamente, foi sendo apropriada e utilizada pelas lideranças caixeirais de Juiz de Fora ao longo dos quinze anos seguintes, quando intensificaram sua mobilização para a decretação e

[1] "Fechamento das portas", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 08/05/1890, p. 1.
[2] "Fechamento das casas comerciais aos domingos", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 24/10/1890, p. 2.
[3] *Idem.*

aplicação de tal medida trabalhista. Por outro lado, os articulistas que se posicionavam favoravelmente à classe caixeiral em tal pleito, com o passar do tempo, foram abandonando a convicção inicial de que a melhor forma de resolver a questão era a realização de um acordo entre os comerciantes, dando, assim, "prova de adiantada civilização e de amor à classe que os auxilia nos labores da vida". Perceberam que a acirrada concorrência existente em todos os ramos de negócios, de fato, impedia qualquer *solução pactuada*, ainda que alguns patrões a desejassem, por diversas razões.

Deste modo, especialmente entre 1894 e 1905, a pressão para que a municipalidade legislasse sobre o regime de funcionamento do comércio aos domingos, dias santos e feriados nacionais, a exemplo do que já havia ocorrido no Rio de Janeiro e em diversos países tidos pelos jornalistas locais como *progressistas* e *civilizados*, cresceu significativamente, assim como a polêmica suscitada pela questão.

II

O debate sobre o *descanso dominical* para os caixeiros só voltou a ocupar novamente um espaço relevante na imprensa local em meados de 1894, quando a Câmara Municipal começou a analisar um projeto de resolução municipal, apresentado cerca de dois anos antes, versando "sobre o fechamento das portas das casas de comércio, nos domingos e dias de festa nacional, às duas horas da tarde."[4] Comentando o assunto em editorial publicado no dia 22 de julho daquele ano, *O Pharol* lembrou a seus leitores que:

> *Todas as classes laboriosas guardam os domingos para repousar das fadigas da semana. Só a classe caixeiral faz exceção a essa regra, porque, em vez de descansar, redobra de trabalho aos domingos, pelo hábito que tem os fregueses de fora, que reservam os dias santificados para fazerem na cidade as suas compras.*[5]

Procurando, ao que parece, restringir a regulamentação municipal do funcionamento do comércio ao *domingo*, inúmeros comerciantes da cidade – excetuando-se principalmente os que atuavam nos ramos de gêneros alimentícios, farmácias, confeitarias e botequins - assinaram uma declaração conjunta, que foi publicada na edição de 02 de agosto de 1894 de *O Pharol*:

> *Nós abaixo assinados, comerciantes nesta cidade (...) resolvemos conceder aos nossos empregados o sétimo dia da semana em completo e para cumprimento de nossa resolução em favor dos mesmos empregados adotaremos o sistema de não abrirmos as portas de nossos estabelecimentos aos domingos, ficando portanto*

---

[4] Esse projeto, apresentado em uma sessão da Câmara Municipal em setembro de 1892, ao que tudo indica, ficou parado por cerca de dois anos na "comissão de polícia", só indo para discussão e votação em plenário em julho de 1894. *Ver* "Fechamento das portas", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 20/09/1892, p. 1.

[5] "Fechamento das portas", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 22/07/1894, p. 1.

> *cedido ao pessoal de nossas casas todo direito sobre si naqueles dias, a contar do segundo domingo, doze de agosto do corrente ano.*[6]

No primeiro domingo em que esse acordo firmado pelos comerciantes começou a vigorar, 12 de agosto de 1894, a classe caixeiral realizou uma grande manifestação na área central de Juiz de Fora, percorrendo "incorporada várias ruas com uma banda de música e ao estrugir de foguetes." Tal demonstração pública de regozijo pela conquista da folga semanal há tanto anos reivindicada, por outro lado, continha um sentido político bastante claro: visava reforçar a necessidade dos vereadores converterem em lei a medida então pactuada pelos negociantes juizforanos.[7] Foi de fato o que acabou acontecendo, com a aprovação, no dia 16 daquele mesmo mês, da resolução n.º 290, que previa multa de 100$000 e até prisão celular de três dias para os que desrespeitassem a seguinte determinação legal:

> *Art. 1º - Nenhuma casa comercial desta cidade poderá abrir-se aos domingos, à exceção das farmácias, hotéis, confeitarias, botequins, padarias, açougues, agencias de jornais, casas de bilhares e fábricas de cervejas, cujas portas poderão conservar-se abertas durantes aqueles dias, e as casas de gêneros alimentícios e barbeiros, que deverão fechar-se ao meio dia.*[8]

Mas, contra todas as expectativas dos caixeiros, a Câmara Municipal reviu tal medida e legislou em benefício do interesse dos negociantes que desejavam o retorno do comércio aos domingos. Deste modo, em 11 de janeiro de 1897 os vereadores aprovaram em terceira discussão a redação final do "projeto de lei que marca o meio-dia para fechamento das portas dos estabelecimentos comerciais", ficando assim revogada a resolução municipal n.º 290, de 16 de agosto de 1894.[9] Fato que, dentre outras coisas, evidencia o quanto foi tortuosa a trajetória desse importante segmento do proletariado de Juiz de Fora no alvorecer de suas jornadas por direitos e pelo reconhecimento social do valor de seu trabalho.

III

Após a revogação pela Câmara Municipal da resolução que garantia aos empregados do comércio de Juiz de Fora o direito de desfrutar do descanso dominical, seguiram-se cerca de *sete anos* de silêncio quase completo na imprensa sobre a questão do *fechamento das portas*. Somente em julho de 1903, o tema voltou novamente à tona, ainda assim, tratado, nesse momento, de uma maneira bastante diversa da que fora na década anterior.

---

[6] "Fechamento das portas", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 02/08/1894, p. 2.

[7] Durante aquele domingo de festa, os empregados no comércio, precedidos pela banda do 3º corpo militar de policia, percorreram várias ruas da cidade dando vivas à Câmara Municipal, aos comerciantes que encabeçaram o acordo e aos jornais da cidade. *Ver:* "Fechamento das portas", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 14/08/1894, p. 1.

[8] "Resolução n.º 290 de 16 de agosto de 1894", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 29/08//1894, p. 1.

[9] "Câmara municipal" e "Fechamento de portas", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 12/01/1897, p.1

O destaque dado tanto pelo *Jornal do Commercio* quanto pelo *O Pharol* ao processo de constituição da *Associação dos Empregados no Comércio* (AEC), no entanto, indica que a causa dessa categoria de assalariados ainda contava com importantes simpatizantes no meio jornalístico local - ainda que em 1903 a questão do *fechamento das portas* tenha sido tratada num contexto discursivo bastante desfavorável ao pleito histórico dos caixeiros juizforanos.[10] O apoio que recebiam de influentes articulistas locais – como Fábio Laurival, Francisco Lins e Belmiro Braga, dentre outros -, foi particularmente importante para os empregados no comércio em abril de 1904, momento em que, liderados por sua associação de classe, iniciaram nova campanha pela obtenção do descanso dominical.

Na edição de *O Pharol* do dia 14 de abril de 1904, por exemplo, o jornalista Fábio Laurival deixou bem claro o contato amistoso que mantinha com as lideranças caixeiras e operárias locais, ao afirma que:

> *Diversos rapazes, caixeiros e operários, pediram-me, há tempos, que escrevesse algumas linhas sobre o repouso dominical dirigidas à municipalidade e aos negociantes de Juiz de Fora, fazendo mais uma tentativa em prol do fechamento das casas de comércio no sétimo dia da semana, tão universalmente consagrado ao descanso desde tempo imemoriais.*[11]

Sua simpatia com a causa que movimentava novamente os caixeiros juizforanos, em especial, foi exposta de maneira ainda mais aberta e incisiva na edição do dia seguinte do mesmo jornal, onde o articulista ressalta que defende:

> *O incontestável direito que têm caixeiros e operários à liberdade completa no sétimo dia da semana. (...) Mandar que trabalhe um empregado todo o ano, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, continuamente, é incorrer em um crime, é cair em um absurdo (...) Tal exigência é compatível com todas as leis divinas e humanas. O homem não é uma simples máquina de trabalho. Tem deveres religiosos a cumprir, tem uma alma, que não deve ser obrigada a eternamente participar das misérias que nos impõe a luta sem tréguas pela existência do corpo.*[12]

Mas os empregados do comércio tinham também excelentes tribunos e missivistas oriundos diretamente do seu *mundo do trabalho*. É o caso de Alcides de Freitas, dirigente da AEC, e um dos principais líderes do movimento em prol do *fechamento das portas* nos domingos, feriados e dias santificados, que se intensificou na cidade entre abril de 1904 e fevereiro de 1905. Em carta publicada no *Jornal do Commercio*, em 06 de maio de 1904, esse

---

[10] Entre janeiro e julho de 1903, em especial, esse dois jornais publicaram diversas notas sobre as atividades de estruturação inicial da AEC – assembléias de fundação, eleição e posse de diretoria, aprovação de estatutos, etc. *Ver*, por exemplo: "Convite", *O Pharol*, 30/01/1903, p. 2; "Associação dos Empregados no Comércio", *Jornal do Commercio*, 03/02/1903, p. 2; "Reunião", *O Pharol*, 03/02/1903, p. 1; "Associação dos Empregados no Comércio", *O Pharol*, 14/03/1903, p. 2; "Associação dos Empregados", *O Pharol*, 27/03/1903, p. 2 e "Associação dos Empregados no Comércio", *O Pharol*, 05/04/1903, p. 2.

[11] "O domingo", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 14/04/1904, p. 1.

[12] "Os empregados do comércio", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG, 17/04/1904, p. 1.

trabalhador sintetizou com extrema lucidez o que desejavam, desde 1880, pelo menos, os seus companheiros de profissão:

> *Os empregados do comércio de Juiz de Fora, pedem que o domingo seja todo deles. Não pedem a diminuição das horas de trabalho na semana, pois em muitas casas, trabalha-se até dez e mais horas da noite; nem tão pouco aumento de salário, pois, apesar de não serem gordos os seus vencimentos, contudo, contentam-se com o que recebem. Estes moços que das 6 horas da manhã até 10 da noite, trabalham incessantemente para enriquecerem seus patrões, suplicam, tão somente que das 112 horas de trabalho na semana, lhes sejam concedidas mais 6 horas, além das 6 que já gozam, para o descanso do corpo, distração do espírito e convívio com a família. A natureza humana reclama este descanso: é uma necessidade imperiosa, que, embora não notemos com bastante precisão, quando é contrariada, contudo as suas más conseqüências seguem lentamente.* [13]

Esta reivindicação só tomada em consideração mais seriamente pelas autoridades locais, contudo, no início de fevereiro de 1905, quando Câmara Municipal de Juiz de Fora discutiu um novo projeto "proibindo a abertura das portas das casas comerciais aos *domingos e dias feriados da República*".[14] No dia dezoito daquele mês, os vereadores aprovaram a resolução n.º 511, que garantiu o *descanso dominical* para boa parte dos caixeiros juizforanos – excluindo de tal benefício, porém, os empregados em farmácias, drogarias, confeitarias, bilhares ou outras casas destinadas a diversões, já que a estes estabelecimentos foi dada permissão para conservarem-se abertos até às 22 horas. Ao mesmo tempo, esse decreto legislativo, por mera omissão, permitiu o funcionamento do comércio sem qualquer restrição de horário nos *feriados da República* e nos demais dias santificados do ano.

Nos anos seguintes, os caixeiros de Juiz de Fora reforçaram seus laços de solidariedade, em especial, articulando-se em torno da Associação dos Empregados no Comércio. Tiveram ainda de enfrentar inúmeras dificuldades para fazer valer, na prática, o repouso hebdomadário, ao passo que se lançaram numa nova e longa campanha em prol da diminuição do horário de funcionamento das casas comerciais de segunda a sábado.

Referências bibliográficas

ALMICO, Rita; LAMAS, Fernando & SARAIVA, Luiz Fernando. "A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia" *In V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, ABPHE, 2003.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930).* Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

GOODWIN Jr., James William. "Pedra, papel e perfume francês: a construção de Juiz de Fora como cidade civilizada. (1850-1914)" *In 1º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora, CES, 2005.

[13] "Opressão?", *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora-MG, 06/05/1904, p. 1.

[14] "Câmara Municipal", *O Pharol*, Juiz de Fora-MG 07/02/1905, p. 1.

PAULA, Maria Carlota. *As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora (1930-1970).* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1976.

POPINIGIS, Fabiane. "Caixeiros e operários: relações de trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro do início do século XX", *História Social*, Campinas, n.º 8-9, 2001-2002.

PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930).* Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993.

LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação). Juiz de Fora, UFJF / Funalfa, 1986

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Eu não tenho tempo!": a preguiça não assumida.

Representações no filme *Jeca Tatu* de Mazzaropi

Soleni Fressato*

Resumo:
Desde o final do século XIX, destacou-se no Brasil o discurso de valorização e "positivação" do trabalho, que passou a ser visto como o fator decisivo e constitutivo da existência social. Nesse contexto, a indisciplina e, principalmente, a preguiça, contrárias à sociedade ordeira e trabalhadora, idealizada e que se buscava formar, passaram a ser condenadas e extirpadas do seio social. Nos anos de 1950 e 1960, período significativo da urbanização e industrialização do país, esse discurso ainda era, se ainda não o é, necessário e promissor. Contrariamente a essa perspectiva, Amácio Mazzaropi personifica o preguiçoso Jeca Tatu (*Jeca* Tatu, 1959), no entanto, a preguiça não é assumida, como em Macunaíma (Mario de Andrade, 1928). Diante do exposto, a proposta é analisar de que maneira e em que medida a preguiça do caipira Jeca Tatu se contrapõe e é contestador ao discurso dominante da sociedade disciplinada e laboriosa.
Palavras-chave: Preguiça. Representações cinemáticas. Sociedade do trabalho.

Résume:
Au Brésil, depuis la fin du siècle XIX, le discours de "positivation" du travail est devenu survalorisé et passe à être vu comme le facteur décisif et constitutif de l'existence sociale. Dans ce contexte, cette société idéalisée qui cherchait à si former d'une façon bien encadrée par l'ordre et par le travail, passe à condamner tous les éléments nocifs contraires à son existence comme l'indiscipline et, principalement, la paresse et, finalement, les extirpe du son tissu social. Dans les années de 1950 et 1960, période significative de l'urbanisation et de l'industrialisation du pays, ce discours était plus que jamais dominant, si nécessaire et si prometteur. Contrairement à cette perspective, Amácio Mazzaropi personnifie le paresseux Jeca Tatu (*Jeca Tatu,* 1959). Néanmoins, la paresse n'est pas assumé dans ce film, comme dans le roman Macunaíma (Mario de Andrade, 1928). Par ce que vient d'être exposé, cet essai cherche à analyser comment et dans quelle mesure la paresse du "caipira" *Jeca Tatu* s'oppose au discours dominant de la société disciplinée et laborieuse et lui est contestataire.
Mots clés: Paresse. Représentations cinématiques. Société du travail.

Em *Jeca Tatu*, Mazzaropi representa um caipira debochado e preguiçoso. Devido a essa preguiça exacerbada não planta, nem cuida de animais. Vive com sua família num rancho de sapé, onde falta não apenas conforto, mas também alimento. Vítima de uma série de armações de Vaca Brava (o vilão da história) acaba entrando em conflito seguidamente com

* Soleni T. B. Fressato é graduada (1999) e mestre (2003) em História pela Universidade Federal do Paraná e doutoranda em Sociologia, com bolsa de estudos do CNPq, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, com Projeto sobre o tema da representação da cultura popular rural no cinema de Mazzaropi, sob orientação do Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara. É Coordenadora Executiva do grupo de pesquisa, credenciado pelo CNPq, *Oficina Cinema-História*, Núcleo de Produção e Pesquisas da Relação Imagem-História e Editora da Revista *O Olho da História* (www.oolhodahistoria.ufba.br). E-mail: sol_fressato@yahoo.com.br.

seu vizinho (Giovanni), um próspero fazendeiro italiano, símbolo da ganância e da modernidade. No centro desse conflito está o namoro entre Marina (filha de Jeca) e Marcos (filho de Giovanni). Vaca Brava, por querer casar-se com Marina, resolve instaurar um clima de tensão entre as duas famílias. Até que o rancho de Jeca é incendiado. Para impedir a sua migração para Brasília, os seus companheiros camponeses, num ato de solidariedade, procuram o coronel da região oferecendo seus votos por um pedaço de terra e o ajudam a construir uma casa.

O aspecto latente no filme é o choque dessa sociedade do trabalho racional, representada por Giovanni, e a preguiça de Jeca. A ordem das cenas enfatiza esse conflito e reforçam a sua preguiça: a câmera revela uma fazenda onde cedo os trabalhadores já estão no campo desenvolvendo diversas atividades, sendo inspecionados pelo proprietário italiano. Na bucólica cena seguinte, a esposa de Jeca, Jerônima, já está trabalhando (prepara o café, corta a lenha, soca o pilão) e a filha do casal, Marina, sai para buscar água. Enquanto Jeca, depois da insistência de Jerônima, se espreguiça, abre a janela com o pé (sem se levantar da cama), lentamente senta, acende o cachimbo, cospe no chão e faz o sinal da cruz olhando para a santa colocada na cabeceira, ao lado da cama. Jeca é preguiçoso não apenas frente ao vizinho italiano, mas aos próprios familiares que, antes dele já levantaram e estão "cansados de trabalhar", como enfatiza Jerônima. Na grande maioria das cenas, Jeca sempre aparece sentado, descansando ou dormindo, mesmo naquelas em que, após o incêndio de sua casa, os companheiros se unem num mutirão para ajudá-lo a construir um novo lar, todos trabalham, menos Jeca, apesar de ser o grande beneficiado.

Nesse contexto, a questão é: por que em fins dos anos de 1950, auge da ideologia desenvolvimentista, Mazzaropi representa um caipira preguiçoso e não sintonizado com a sociedade do trabalho? Algumas hipóteses podem ser aventadas. Primeiramente, que a preguiça de Jeca Tatu é um elemento estético associado ao Jeca de Monteiro Lobato, garantindo um sucesso de público, importante para o empreendedor-produtor Mazzaropi. Segundo, que a preguiça de Jeca se contrapõe e pode ser contestadora ao discurso dominante da sociedade disciplinada e laboriosa.

Ao se comparar o Jeca Tatu de Mazzaropi com o dos contos de Monteiro Lobato, *Velha praga* (1914) e *Urupês* (1918), percebem-se apenas algumas semelhanças. Comenta-se, inclusive, que Mazzaropi jamais leu Monteiro Lobato, em entrevistas ele nunca foi questionado. Sabe-se, apenas, que se inspirava em roteiros de peças teatrais filodramáticas.[1]

[1] A filodramaturgia foi um movimento artístico-cultural que teve origem ainda no século XIX com os imigrantes italianos. Recém-chegados em São Paulo, eles não conseguiam um espaço de convívio e sociabilidade entre os

Em seu primeiro conto, Lobato considerou o caboclo como o "funesto parasita da terra", preguiçoso e bêbado. Já em *Urupês*, após a leitura do livro de Belisário Pena, *O saneamento do Brasil*, Lobato reviu seu posicionamento sobre Jeca e afirmou: "você não é assim, está assim", devido às doenças, principalmente a ancilostomíase, mais conhecida como amarelão. Curado, após o tratamento com Ankilostomina Fontoura, Jeca ganha ânimo para trabalhar e enriquece. A história de Jeca popularizou-se por meio da peça publicitária do Laboratório Fontoura Serpe e Cia.

No filme de Mazzaropi, assim como em *Urupês*, Jeca também é no início preguiçoso e depois enriquece, no conto torna-se um fazendeiro bem sucedido e na película, um coronel. Outras similaridades podem, ainda, ser identificadas: andar descalço, a casa de sapé, fumar cachimbo, o hábito de cuspir no chão. No entanto, na película nenhuma referência é feita à doença de Jeca, como também não existe a relação com os coronéis nos contos de Lobato. Assim, apesar das similaridades, principalmente o nome do caipira e a preguiça, as histórias transcorrem de formas diferentes. É certo que, ao se apropriar do nome e de algumas características desse personagem, tão conhecido do grande público, Mazzaropi buscava atraí-lo para as salas de cinema, tornando seu filme um sucesso de bilheteria. Ao analisar as práticas do empreendedor, observa-se que, comumente ele repetia elementos de outros de seus filmes. Elementos que haviam provocado o riso e agradado o expectador. Assim, é provável que, ao colocar Jeca Tatu num papel título, Mazzaropi almejava atrair um grande número de pessoas para as salas de cinema, que já o conheciam das propagandas publicitárias, principalmente se considerarmos que *Jeca Tatu* é o segundo filme produzido pela PAM Filmes, produtora de Mazzaropi, que, nesse momento, ainda buscava firmar-se no mercado nacional.

Porém, seria reducionista analisar a representação da preguiça em *Jeca Tatu*, unicamente pelo prisma estético, visando o sucesso de bilheteria. A segunda hipótese deve ser considerada e problematizada. Apesar da existência de diversos discursos enaltecedores ao trabalho[2], foi na transição do século XIX para o XX, afirma Karvat (1998), que o trabalho foi

brasileiros (fosse pela dificuldade do idioma ou pelo preconceito da tradicional sociedade) e organizavam associações, normalmente anarquistas, onde, além de discussões políticas, aconteciam atividades culturais, notadamente, apresentações teatrais do gênero filodramático.

[2] Pierre Jaccard (1974) identificou em diversas sociedades de diferentes períodos discursos que, reservadas as relativas diferenças, enalteciam o trabalho, considerando-o fonte de virtude, e condenavam o seu reverso, ou seja, a ociosidade, associando-a à imoralidade, à mentira e à injustiça. Assim, na Grécia Antiga eram comuns os poemas e os textos mitológicos apontando para personagens que trabalhavam, como Ulisses e Prometheu, assim como, todos os deuses de Olimpo trabalhavam. Atividade que não estava restrita aos homens ou apenas à uma classe, uma vez que Helena e Penélope fiavam. As leis de Drácon e de Sólon (séc. VII a.C.) puniam a ociosidade e Sócrates (séc. V a.C.) valorizava o trabalho em detrimento da preguiça. Na Idade Média (séculos XI ao XV) com a hegemonia da Igreja Católica, a Bíblia transformou-se na expressão inquestionável da verdade. Nela estava escrito que até mesmo Deus trabalhou e fez o homem para o trabalho. Tanto o Velho como o Novo

concebido como estruturador das sociedades modernas e como princípio constitutivo da existência social, ou seja, somente se participaria dessas sociedades trabalhando, a todos caberia o dever do trabalho. O trabalho foi recoberto de positividade, foi considerado o ordenador da sociedade e sua lei suprema, somente ele seria capaz de alargar os atributos morais, somente nele o homem diluiria suas imperfeições. Considerado a luta mais gloriosa e edificante da vida, fonte de mérito e dignidade humana, somente o trabalho levaria à redenção da humanidade. Se por um lado foi necessária a existência de um discurso valorativo do trabalho, esse mesmo discurso precisava rechaçar a preguiça e a ociosidade, consideradas o inverso e o avesso da ordem que se buscava implantar. Os ociosos, representantes do não-trabalho, foram considerados verdadeiros parasitas mórbidos, que usurpariam dos outros homens a sua parte no labor. Indisciplinados, imorais, pecadores mortais, inimigos sociais, os ociosos foram considerados uma ameaça constante à ordem do trabalho. Porém, alerta Karvat

> *antes de ser um dado real, isto é, um dado inquestionável da realidade, parece ser uma construção ideológica utilizada para justificar a ação de mecanismos de controle e disciplinarização e, portanto, de dominação sobre as camadas inferiores da sociedade. (KARVAT, 1998: 33)*

Essa valorização do trabalho em detrimento de hábitos ociosos não ficou restrita às sociedades do início do século XX. No Brasil, nos anos de 1950, a ideologia do desenvolvimento[3] foi a bandeira e a palavra de ordem do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), seriam "50 anos de progresso em 5 anos de governo". Para atingir seu objetivo facilitou a instalação de indústrias estrangeiras no país (a produção industrial cresceu cerca de 80%) e expandiu a rede rodoviária. Essas alterações atraíram para as cidades um grande

Testamento citam com freqüência o trabalho como privilégio, benção e benefício, mas também, como dor, miséria e sofrimento, não aceitando a ociosidade. Entre os séculos XV e XVI o trabalho continuou em sua ascensão: em *Utopia* (Thomas Moore, 1516) não há ociosos, Giordano Bruno e Tomás Campanella enalteceram o trabalho, John Milton, já no século XVII, afirmava que seria no trabalho que residiria a dignidade. Mas, foi no século XVIII que se desenvolveu uma apologia burguesa ao trabalho. Nobres e ricos passaram a louvar com entusiasmo e romantismo os benefícios do trabalho manual, até então desprezado. (JACCARD, Pierre. **História social do trabalho.** V. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.)

[3] As ideologias desenvolvimentistas, que floresceram não apenas no Brasil, mas em diversos países latino-americanos, foram fundamentais para o processo de urbanização do país. Uma parcela significativa de burocratas, políticos e cientistas sociais acreditava que para o processo de desenvolvimento se consolidar era necessária a existência de uma ideologia desenvolvimentista. Nesse contexto, as análises e propostas da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL repercutiram nos meios oficiais e intelectuais, enfatizando a necessidade dos governos latino-americanos incorporarem em suas políticas as técnicas de planejamento para a implementação do desenvolvimento econômico. Se por um lado os anos de 1950 foram de otimismo porque se julgava que os instrumentos e mecanismos adequados fariam com que a América Latina deixasse de ser subdesenvolvida, por outro, esses mesmos instrumentos e mecanismos encobriram as dificuldades de ruptura com as condições sócio-históricas, impedindo a implementação de medidas que conduzissem a mudanças econômicas mais profundas. De 1955 a 1964, no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, instituição criada e mantida pelo Estado, foi a fábrica da ideologia desenvolvimentista. Os intelectuais que dele fizeram parte pretendiam intervir no processo social por meio de uma ideologia do desenvolvimento em termos capitalistas, tomando por referência os aparelhos ideológicos do Estado.

número de pessoas do campo, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Um intenso crescimento industrial ocorreu acelerando a urbanização e o crescimento do setor de comércio e serviços, além de uma grande remodelação urbanística. Industrialização, urbanização e migração foram fenômenos indissociáveis no Brasil dos anos de 1950. O projeto econômico de modernização do governo JK foi a base da estrutura capitalista no país.

Lafargue (2003) já havia afirmado que o progresso é o filho mais velho do trabalho. Para que o plano de desenvolvimento preconizado por JK desse certo, era necessário enfatizar nas virtudes do trabalho. Acreditando que, apenas o trabalho saciaria suas necessidades e, principalmente, aumentaria seus atributos morais, é que as grandes massas investiriam grande parte de seu tempo e disposição em fábricas e escritórios. Assim, nos anos de 1950, período em que o filme *Jeca Tatu* foi produzido, o discurso de valorização do trabalho ainda era praticamente hegemônico no país.

Candido (2001), autor de uma obra referencial nos estudos sobre sociedades caipiras, após constatar que alguns autores, ao visitarem essas sociedades ao longo dos séculos XVII e XVIII (como Conde de Azambuja e Löfgren), destacaram a preguiça (indolência) como uma característica do caráter caipira, busca explicações. Segundo ele, devido a forte presença da escravidão, o trabalho, na sociedade brasileira, foi associado ao negro. Assim, os seus descendentes, que simbolizavam uma parcela significativa da população paulista, preferiram o status da preguiça, a ser confundido com a raça dos pais ou dos avós. No caipira teria sobrevivido essa inadaptação ao trabalho, que, para Candido, não pode ser confundida com vadiagem. O caipira plantava para comer e, normalmente, a colheita era maior que o consumo, daí seu desamor pelo trabalho estar diretamente ligado a desnecessidade de trabalhar.

Essa não é a situação de Jeca. Como afirmado anteriormente, ele não produz nem mesmo o suficiente para sobreviver, não se trata assim, de uma desnecessidade de trabalhar. Jeca é preguiçoso, preferindo trocar parte de suas terras para saldar a dívida na mercearia, do que trabalhar para garantir seu sustento e de sua família. *Jeca Tatu*, assim, é um filme que está na contramão do discurso da sociedade do trabalho.

Entretanto, se *Jeca Tatu* não é uma apologia à sociedade do trabalho, afinal, mesmo sendo preguiçoso Jeca deixa de ser Tatu e vira coronel, muito menos traz em seu bojo uma crítica à essa sociedade. Crítica que acompanhou alguns autores que, ao longo dos séculos, em lugar de privilegiar o trabalho, destacaram a ociosidade. Na Grécia Antiga, com o avanço da escravidão, o trabalho aceito e glorificado era apenas o militar em Esparta e o filosófico em Atenas. Platão, em *A República*, despreza o trabalho e afirma que a ociosidade é

a condição primeira do pensamento. Aristóteles, em *Política*, segue esse mesmo pressuposto, afirmando que o privilégio do homem livre é a ociosidade, tendo por corolário o trabalho forçado de outros, ou seja, dos escravos. No século XIX, Balzac apontou para o trabalho como uma forma de dominação da classe burguesa, transformando o homem em infeliz e não em virtuoso. Também se colocaram contra a apologia do trabalho, irritados com sua hipocrisia, Franz Kafka e Jean-Paul Sartre. Porém o grande manifesto à preguiça surgiria em 1883, quando Paul Lafargue, da prisão de Sainte-Pélagie, afirmou "na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica" (LAFARGUE, 2003: 19) Suas idéias, condensadas em *O direito à preguiça,* tornar-se-iam numa teoria crítica de referência sobre a sociedade capitalista, sobre os abusos da burguesia e sobre o moderno.

De forma empolgada, crítica, contundente e, de certa forma, irônica, Lafargue afirmou que a tão propalada reivindicação de "direito ao trabalho", base da grande maioria dos movimentos operários, notadamente os de 1848, não passava de ideologia capitalista. A verdadeira luta seria pelo "direito ao ócio". Antecipando a angústia que acompanharia grande número de intelectuais nas primeiras décadas do século XX, Lafargue explicou que o proletariado não cumpriu com sua missão histórica pelo fato de ter se pervertido ao "dogma do trabalho", decorrentemente "todas as misérias individuais e sociais nasceram da sua paixão pelo trabalho". (LAFARGUE, 2003: 23) Com essa atitude, a máquina, que deveria libertá-lo, proporcionando um maior tempo de repouso e lazer, foi transformada em instrumento de sujeição. Num contexto em que muitos bens tecnológicos ainda eram inexistentes, explica De Masi (2001), Lafargue identificou na tecnologia um instrumento de liberação definitiva.

Meio século mais tarde, em 1935, analisando os problemas sociais da época, Bertrand Russel (2002) publicaria uma coletânea de quinze artigos intitulada, exatamente como o primeiro deles, *O elogio ao ócio.* Seguindo o caminho já percorrido por Lafargue, Russel também acreditou na possibilidade de uma sociedade mais dedicada ao descanso e ao lazer, usufruindo dos avanços tecnológicos.

Lafargue e Russel direcionam suas críticas à essência, como concluiu Marx, da sociedade capitalista, ou seja, ao trabalho. A máxima "somente o trabalho dignifica o homem" é desconstruída e apontada como ideologia. O trabalho não é visto como fonte de virtude, ao contrário, é o responsável pelos maiores malefícios.

Na virada do século XX para o XXI, acreditando na emergência de uma sociedade pós-industrial, que privilegia a produção de bens imateriais e os produtores de idéias, Domenico de Masi (2000, 2001), recorrendo às propostas de Lafargue e Russel, preconiza

uma sociedade em que a economia terá como base a criatividade e o ócio, recuperando o conceito original da ciência econômica, a "via ocidental para a arte de ociar" (DE MASI, 2001, p. 13). Não mais o trabalho, como na sociedade industrial, mas o tempo livre e a capacidade de valorizá-lo é que determinariam o destino cultural e econômico da humanidade. De Masi afirma que o trabalho se confundirá cada vez mais com o estudo e a diversão, numa síntese inovadora e fecunda, enfim, "o ócio criativo".

Apesar da pertinência das afirmações de De Masi, é impossível não pensar que o seu "ócio criativo", não é nada mais do que o reverso da medalha do discurso enaltecedor ao trabalho. Confundir estudo e diversão com ócio, ou ainda, com preguiça, é colocar na ordem do trabalho e da sociedade capitalista, os momentos de lazer ou o tempo livre. Mesmo afirmando que sua tese tem por base o pensamento de Lafargue, De Masi não conserva a crítica à sociedade capitalista, tão importante e praticamente a coluna vertebral de *O direito à preguiça.* Nesse sentido, em seu estudo sobre o desenvolvimento de um lazer controlado na cidade de São Paulo nos anos de 1970, Denise Sant'anna (1992) explica que, durante o governo militar ocorreu uma ênfase no trabalho e um controle sobre o tempo livre, distinguindo o lazer do ócio. Enquanto o primeiro era estimulado, no entanto, controlado, o segundo era combatido. O ócio foi produzido como algo negativo e indesejável, sujeito à punições e correções jurídicas, a sanções normalizadoras e inspeções institucionais. Foi considerado um vício e uma imoralidade, sendo utilizado como suporte que justificava e qualificava o discurso em prol da produtividade. O tempo livre foi considerado pernicioso à sociedade e sua conseqüência seria a renuncia às estruturas sociais mais elementares. Era preciso evitar e combater o ócio, para tanto, foi produzido como uma anomalia social a ser corrigida, um problema a ser resolvido pela economia, pela política e pela medicina, era tratado como um caso de polícia. Para que esse processo fosse frutífero, foi preciso criar o seu contraponto, servindo como seu antídoto, evitando que o ócio corroesse os valores estabelecidos. Esse "remédio" era o lazer, porém, controlado pelo Estado, por meio dos programas de lazer. Assim, durante seu tempo livre, em seu período de lazer, os trabalhadores eram munidos dos valores necessários para o aumento da produtividade e o cultivo de uma sociedade integrada, onde os conflitos eram sublimados.

Mesmo na contramão das propostas desenvolvimentistas e da sociedade do trabalho, *Jeca Tatu* apenas sutilmente é contestador à ordem dominante. Em momento algum Jeca, assim como o fez Macunaíma (depois de seis anos pronuncia suas primeiras palavras: "ai, que preguiça!"), assume sua preguiça. Em várias cenas ele afirma que está muito cansado de trabalhar ou, então, muito ocupado, ou ainda, não tem tempo, porque ele é totalmente

consumido pelo trabalho. Quando Giovanni o acusa de ter roubado suas galinhas, a resposta de Jeca ao delegado é conclusiva: "Ele tá querendo vê minha desgraça, mas, num vai vê. Eu tenho trabaiado das seis da manhã as seis da tarde. Tá bom!" Jeca se diz um homem trabalhador e tudo o que possui foi conseguido com "muito suor e está pago". Isso porquê, muito diferente do Cinema Novo, a resistência e crítica social em Mazzaropi não é uma proposta elaborada e politizada, ele o faz de uma forma ingênua e sutil, muitas vezes espontânea e contraditória. Nesse sentido, é importante considerar que, mesmo o discurso conservador e repressor, muitas vezes utilizado por Mazzaropi, também pode revelar as contradições sociais.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9 ed. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001.
DE MASI, Domenico. **O ócio criativo.** 10 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
_____. **A economia do ócio.** 3 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
JACCARD, Pierre. **História social do trabalho.** V. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
_____. **História social do trabalho.** V. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1974a.
KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho.** Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.
LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça.** São Paulo: Claridade, 2003.
RUSSEL, Bertrand. **O elogio ao ócio.** Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O prazer justificado.** História e lazer. São Paulo, 1969-1979. São Paulo: Marco Zero, 1992.

Filmografia

JECA TATU. Direção de Milton Amaral. São Paulo: Produções Amácio Mazzaropi – PAM Filmes, 1959.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Artes Marciais e Ditadura no Brasil: histórias que se cruzam? Incursões pelas páginas de "O Judoka"

Felipe Eduardo Ferreira Marta*

Resumo: "O Judoka" foi uma revista em quadrinhos mensal publicada a partir de abril de 1969, pela Editora Brasil-América LTDA (EBAL). Em seu sétimo número "O Judoka" passa a ser escrito e desenhado no Brasil. Nesse momento há uma mudança no argumento das histórias, a roupa do herói passa conter as cores e a forma da bandeira nacional e o herói deixa de ser representado por um soldado para se tornar um jovem estudante. Mas, qual o sentido de se desenhar um herói com as cores da bandeira do Brasil e ao mesmo tempo exaltar a prática das artes marciais nesse período? Um possível caminho para respondermos a essa questão surge da suspeita de que a EBAL era muito próxima ao governo militar. Nesse sentido, questiona-se: seria o binômio Regime Militar/Arte Marcial oriental uma possibilidade de explicação para o desenvolvimento das Artes Marciais no Brasil?
Palavras-chave: História – Artes Marciais – Ditadura Militar – Quadrinhos – EBAL.

Abstract: "The Judoka" was a monthly Comic book published since April 1969, by Brasil-America LTDA (EBAL). In its seventh number "the Judoka" starts to be written and drawn in Brazil. At this point a change happens in the stories argument, the hero's clothes starts to contain the colors and the form of the national flag and the hero stops being represented by a soldier to become a young student. But, what is the point of drawing a hero with the colors of the Brazilian flag and at the same time to glorify the practice of the martial arts in this period? A possible way to answer this question comes from the suspicion that the EBAL was very close to the military government. In that sense, it is questioned: would be the binomial the Militarism/eastern Martial Arts a possible explanation for the development of the Martial Arts in Brazil?
Key-words: History – Martial Arts – Military Dictatorship – Comic Books – EBAL.

Introdução

O presente trabalho visa discutir os resultados preliminares de uma pequena parcela de nossa pesquisa de doutoramento que se encontra em processo de gestação e que tem como tema a investigação da influência das artes marciais no processo de reconhecimento e aceitação da cultura e das pessoas de origem oriental na cidade de São Paulo entre as décadas de 50 e 70 do século XX.

Nesse sentido, a análise de fontes ainda pouco exploradas entre os historiadores do esporte, como as historias em quadrinhos tem nos auxiliado na percepção de que o avanço e desenvolvimento das artes marciais orientais na cidade de São Paulo não foi fruto apenas do abnegado e incansável trabalho de alguns poucos mestres imigrantes. Assim, nossas pesquisas

* Mestre e doutorando em História pela Puc-SP, Professor Assistente junto ao Departamento de Saúde da Uesb/Jequié (Curso de Educação Física) e bolsista Capes.

têm apontado para confirmação de uma suspeita: a existência de um terreno fértil onde as sementes dessa cultura corporal até então pouco conhecida entre os brasileiros puderam se desenvolver de maneira rápida e vigorosa.

Em outras palavras, a ascensão das artes marciais à atual categoria de alternativa bem popular de lazer/atividade física/defesa pessoal/esporte na cidade de São Paulo recoberta de um certo "glamour" proveniente da aura exótica e mística emprestada de suas origens orientais, teria sido beneficiada em seus primeiros passos no sentido de fincar suas raízes na cidade, pela existência de um "mercado de bens de consumo associados", na forma como nos aponta Bourdieu (1983) em seu já bastante conhecido *"Como é possível ser esportivo?"*, que de forma lenta porém continua, gradual e progressiva fundamentou e retro-alimentou o desenvolvimento dessas práticas corporais.

Dentre os componentes desse "mercado" destacamos o papel das mídias escritas, jornais, revistas de grande circulação e revistas especializadas, bem como das revistas de histórias em quadrinhos, elemento principal desse artigo, e que de acordo com os resultados obtidos até o presente momento em nossa pesquisa, foram fundamentais no trabalho de divulgação das chamadas artes marciais orientais.

"Judoka: um herói brasileiro[1]"

"O Judoka" foi uma revista em quadrinhos mensal publicada a partir de abril de 1969, pela Editora Brasil-América LTDA (EBAL)[2]. O acervo analisado encontra-se no "Centro Cultural São Paulo" mais precisamente na "Gibiteca Henfil", e conta com cerca de 50 exemplares.

Nosso primeiro contato com o periódico já nos despertou para a necessidade de digitalização do material em função da grande riqueza de possibilidades de análise que o

[1] Frase extraída da capa de "O Judoka" em sua primeira edição escrita e desenhada pela Ebal no Brasil.

[2] "A Ebal foi a maior e mais importante editora de quadrinhos do Brasil, tendo sido criada em 1945 por Adolfo Aizen. A criação da editora foi quase uma decorrência do grande sucesso do "Suplemento Juvenil". A Ebal publicou no Brasil inúmeros autores estrangeiros como: Walt Disney (Seleções Coloridas), Alex Raymond (Flash Gordon), Hal Foster (Príncipe Valente), Lee Falk e Phil Davis (Mandrake), Lee Falk (O Fantasma), Chester Gould (Dick Tracy) e Charles M. Schulz (Peanuts), além das revistas da DC Comics e mais tarde Marvel Comics. [...] Além do material importado a Ebal, valorizando os artistas brasileiros, publicou dezenas de talentos em revistas como Álbum Gigante, Série Sagrada que publicava biografias de santos católicos, a Edição Maravilhosa (mais tarde reeditada como Clássicos Ilustrados), que publicava versões quadrinizadas de obras de escritores nacionais, como José de Alencar, Euclides da Cunha e Dinah Silveira de Queiroz, ou a publicação de adaptações de fatos históricos como as séries Grandes Figuras do Brasil, Episódios e História do Brasil, esta última com textos do acadêmico Gustavo Barroso e extensa pesquisa iconográfica (que consumiu oito anos de trabalho) de Ivan Wash Rodrigues". (C.f. http://www.gibindex.com/enciclopedia/br/e/46, acesso em 04/10/04)

mesmo apresentava. Porém este tipo de acesso não foi liberado com facilidade em função da lei de direitos autorais.

Assim, para que tivéssemos acesso ao acervo na forma como desejávamos foi necessária produção de um documento em papel timbrado da Puc-SP, com as assinaturas da coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da Profª. Drª. Estefânia K. C. Fraga, nossa orientadora, além é claro, de nossa própria assinatura.

Contudo, esse documento por si só não garantiu o nosso acesso ao periódico, pois ainda foi necessário submete-lo à comissão administrativa do "Centro Cultural São Paulo", processo que demandou o período de aproximadamente um mês. Por fim entre várias idas e vindas à "Gibiteca Henfil", conseguimos o acesso ao material e a possibilidade de digitalização do mesmo.

Assim foram digitalizadas em parcialmente 12 revistas e duas estórias na íntegra. Optamos por esse procedimento, ou seja, não digitalizamos todo o material no sentido de evitarmos futuros problemas com direitos autorais, seara na qual preferimos não transitar, na medida em que uma das condições postas pelo "Centro Cultural São Paulo" foi exatamente a de se eximir de quaisquer responsabilidades a esse respeito.

Nesse sentido o que ora apresentamos são os resultados de nossos primeiros contatos com o material.

Conforme dito anteriormente, "O Judoka" foi uma revista em quadrinhos mensal publicada pela Editora Brasil-América LTDA (EBAL) cujo primeiro número chegou às bancas de jornal em abril de 1969. Os seis primeiros números são traduções dos originais publicados nos Estados Unidos da América pela "Charlton Comics"(figura 1).

Figura 1.

Logo em sua estréia a revista traz em seu editorial um texto que ilustra bem a necessidade de "alavancar" a nova publicação fazendo uso de vários elementos. A cultura oriental está presente na menção das artes marciais judô, karatê e jiu-jitsu, práticas que

gozavam de certa popularidade no final dos anos 60 do século XX, além é claro da própria indumentária de nosso herói. Noutra frente temos também um paralelo feito entre "O Judoka" e outras publicações de heróis, sucesso de vendas nos Estados Unidos da América do Norte e também já bem conhecidos do publico brasileiro, que são ali arrolados com a nítida intenção de "emprestar" seu prestígio ao novo herói que nascia.

> *Dono de uma técnica de fazer inveja aos maiores mestres do judô, o herói desta revista, sempre que necessário, usa seus conhecimentos em defesa dos fracos e dos oprimidos. Judô-Master, que na vida real é Rip Jagger, é respeitado mesmo pelos mais ágeis Campeões do Sol Nascente, com os quais desenvolveu suas habilidades e conhecimentos de jiu-jitsu. Tanto o judô como o karatê são empregados por ele com grande talento e precisão. Um revolver, um punhal ou um objeto contundente tem o mesmo valor para nosso herói, que não se detém diante de nada quando há uma importante missão a cumprir. Os adversários temem só de ouvir o seu nome. Assim, para o nosso Judô-Master, a palavra lutar significa vitória, muito embora nem sempre esta seja tão fácil de se obter. Para realizar as suas missões, Judô-Master usa um uniforme vermelho e amarelo. No peito tem uma reprodução do sol nascente, amarelo. Uma máscara vermelha com um penacho amarelo completa a indumentária e oculta sua verdadeira identidade. Judô-Master – nome que significa mestre de Judô – é uma das coqueluches mais em voga os Estados Unidos. Sua revista só encontra paralelo, nas revistas Superman, Batman, Superboy, Supermoça e Tarzan, tal o número de leitores que possui. Bem, mas já chega de falar para não tirarmos de vocês o sabor do que vocês irão ver a partir de hoje. Continuem acompanhando as emocionantes aventuras de Judô-Master, em O Judoka, e verão que não os decepcionaremos.(JUDOKA. Rio de Janeiro:EBAL, no.1, 1969)*

Os números traduzidos contam as aventuras de um sargento do exército norte-americano que disfarçado utiliza seus conhecimentos em artes marciais para derrotar seus inimigos representados por soldados do exército japonês (figura 2).

Figura 2.

Essa associação entre o herói e o exército norte-americano faz todo sentido na medida em que ao nos voltarmos para a história do período em que o quadrinho foi publicado temos nada mais nada menos do que o auge da chamada "Guerra Fria".

Assim, também nos questionamos quanto possibilidade do exército ali apontado como inimigo, e que na tradução para o português foi classificado como japonês, ser na estória original algo se assemelhasse ao exército chinês. Mas, por quê? Ora, a China era um dos principais antagonistas à política dos Estados Unidos da América do Norte no período da "Guerra Fria", o que em termos da difusão de um estereótipo desejável a juventude daquele país, algo que as estórias em quadrinhos se prestam com grande competência, faria todo o sentido.

Vale ressaltar que se trata apenas de uma suspeita, pois não tivemos contato até momento com a publicação original em inglês, nem com os responsáveis pela publicação no Brasil. Mas essa suspeita se deve ao fato de ao analisarmos as estórias em seu todo, texto e imagens nos depararmos com indícios que faziam referencia maior a China do que ao Japão. Chamamos a atenção a esse respeito para os locais em que se passam as estórias, o uniforme das personagens, e seus estereótipos.

Mas, se isso realmente aconteceu, ou seja, se a tradução para o português feita pela a EBAL substituiu a China pelo Japão, outras questões emergem. Ao seja, qual sentido de se substituir um país por outro na hora de publicar uma revista em quadrinhos no Brasil?

A primeira questão nesse sentido seria simplesmente o fato de ter ocorrido um erro de tradução ou mesmo de não ter ocorrido erro algum e isso excluiria maiores possibilidades de análise.

Porém se ao contrário a substituição foi feita de forma deliberada a que se questionar se esse fato teria algum tipo de motivação relacionada com a realidade vivida em nosso país naquele período. Um período já distante da II Guerra Mundial, ocasião em que os imigrantes japoneses enfrentaram uma série de restrições impostas pelo governo brasileiro pelo fato do Japão ter sido um dos países do eixo.

A esse respeito Cytrinowicz (2000) atenta para o fato de que os imigrantes japoneses foram dentre os demais imigrantes oriundos dos países do eixo, os mais perseguidos no país durante o período da Segunda Guerra, e os únicos cujos bens foram confiscados.

Ainda segundo o autor, esse tratamento dispensado aos japoneses nesse período muito tem a ver com o ressurgimento de discurso discriminatório que em fins do século XIX colocou em cheque a vinda desse grupo de imigrantes ao Brasil como uma alternativa para a substituição do trabalho escravo nas lavouras brasileiras de café.

Mas, vale lembrar que os "ecos" da II Guerra mundial reverberaram durante um período significativo na colônia japonesa especialmente no Estado de São Paulo com o surgimento da organização "Shindô-Reinmei[3]".

Assim, o fato tratar-se de um período distante da II Guerra Mundial, não se exclui a possibilidade do mesmo estar bem vivo na memória dos adultos da época, e por conseqüência dos responsáveis pela publicação.

Todavia, há um outro aspecto interessante com relação ao período em que "O Judoka" foi publicado no Brasil. E ele refere-se ao envolvimento de descendentes de imigrantes japoneses com aqueles que buscavam a redemocratização do país. Nesse particular foi bastante divulgado pela imprensa o caso da prisão de assim batizado "Terrorista Mário Japa" em São Paulo.

Todos esses aspectos somados podem explicar a contradição presente na versão brasileira do periódico retratando um oficial do exército norte-americano lutando contra os "malvados" japoneses dando ao mesmo tempo espaço em suas páginas finais à publicação do boletim informativo "Judô notícias", onde além de notícias sobre academias de artes marciais não raro podiam ser vistos vários mestres de judô de origem japonesa.

A partir do sétimo número "O Judoka" passa a ser escrito e desenhado no Brasil[4]. Nesse momento há uma mudança radical no argumento das histórias. A roupa do herói passa conter as cores e a forma da bandeira nacional brasileira. E o herói deixa de ser representado por um soldado para se tornar um jovem estudante. E se nos números traduzidos os inimigos eram do exército japonês, nos números escritos e desenhados no Brasil eles passam a ser representados por membros de gangues urbanas e ladrões comuns (figura 3).

Figura 3.

[3] Organização política criada por um grupo de imigrantes japoneses que tinha como principal característica o apoio às ações do Japão durante a II Guerra Mundial. Sua permanência continuou até 1949, mesmo com o fim da guerra e a rendição do Japão (Cf. NAKADATE, 1988).

[4] No Brasil as histórias foram escritas por Pedro Anísio e desenhadas inicialmente por Mário José de Lima e Eduardo Baron, pois no que se refere aos desenhos observasse um rodízio entre vários desenhistas entre uma edição e outra.

Em nossa primeira análise das estórias de "O Judoka" escritas e desenhadas em nosso país muitas questões emergiram como, por exemplo, tentar entender qual o sentido de se desenhar um herói com as cores da bandeira do Brasil e ao mesmo tempo exaltar a prática das artes marciais nesse período? Além disso, até que ponto o fato desse herói ter como inimigo os integrantes de uma gangue de bairro, não estaria relacionado com um tipo de representação em que o conhecimento em Artes Marciais era enfatizado como uma maneira do "cidadão" se defender da violência urbana?

Um dado ainda mais interessante que emerge da leitura das estórias é a percepção do ideal de juventude que se queria ver difundido entre os leitores do periódico. Chamamos a atenção para um pequeno trecho, porém extremamente elucidativo presente logo nos primeiros quadrinhos do sétimo número da revista – o primeiro escrito e desenhado no Brasil –, onde num dialogo com sua futura namorada (Lúcia[5]), Carlos a personagem principal conta sua história de vida e revela seus planos futuros:

> *Carlos: Quando meus pais morreram, Tio Benevides, um arquiteto tomou conta de mim...*
> *Lúcia: É triste ficar-se órfão em criança...*
> *Carlos: Tio Benevides tem sido muito bom para mim. Mas quando me tornei rapaz, não quis ser pesado a ele e pedir-lhe para trabalhar em seu "atelier" de arquitetura...*
> *Lúcia: Você também quer ser engenheiro?*
> *Carlos: Quero. Trabalho no "atelier" de dia, e estudo à noite. Quando terminar o cientifico irei para a Universidade.*
> *Lúcia: Você é um rapaz inteligente Carlos, e vencerá... (O JUDOKA. Rio de Janeiro:EBAL, no.7, 1969)*

Trabalho e estudo! E de preferência em cursos de tecnologia e ciências exatas como é caso do curso de engenharia, nada de cursos de natureza filosófica, nada de ciências humanas, nada da antiga formação clássica, enfim nada que pudesse aproximar a juventude de pensamentos e inclinações políticas indesejáveis para o período.

Mas qual o sentido de toda essa apologia?

Um possível caminho para respondermos a essa questão surge da suspeita de que a Editora Brasil-América nutria fortes laços de afinidade com o governo militar. Nada mais justo. Afinal não devemos esquecer que as concessões para a utilização de meios de comunicação dependiam – como até hoje ainda dependem – diretamente do aval do governo que a época era ditatorial. No entanto, há indícios de que essa afinidade ia além de uma mera relação de "vassalagem" entre a Ditadura e a EBAL, como se pode observar na propaganda

[5] Nos números subseqüentes da revista a personagem Lúcia além de se tornar a namorada de Carlos "O Judoka", irá também tomar parte nas estórias como a "Mulher Judoka", nos levando a crer que o quadrinho também fazia sucesso entre o público jovem feminino, ou ao menos que essa era uma intenção de seus editores.

encontrada na última página de um dos exemplares de "O Judoka", onde se observa a inusitada "História do Brasil em Quadrinhos" (figura 4).

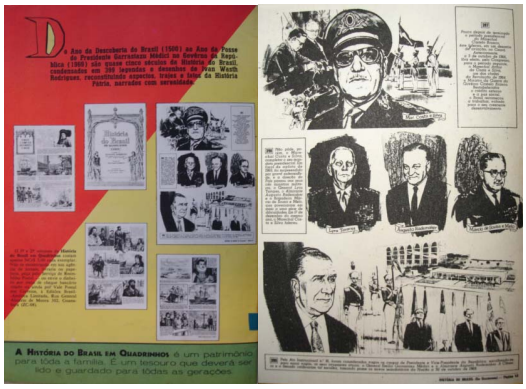

Figura 4.

A figura 4 mostra no detalhe as ilustrações dos presidentes Costa e Silva, Médici, além dos Generais Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza e Melo que compuseram a "Junta Militar Provisória", após o adoecimento a afastamento de Costa e Silva, precedidas pelo seguinte texto propaganda:

> *Do ano da descoberta do Brasil (1500) ao ano da posse de do Presidente Garrastazu Médici no governo da república (1969) são quase cinco séculos de história da Brasil, condensados em 399 legendas e desenhos de Ivan Wash Rodrigues, reconstituindo aspectos, trajes e fatos da História Pátria, narrados com serenidade. (O JUDOKA. Rio de Janeiro:EBAL, no.11, 1970)*

No trecho acima é interessante notar para além da incontestável posição pró-regime militar adotada pela EBAL algo ainda mais alarmante, especialmente ao final do texto quando se diz tratar-se de *"fatos da História Pátria, narrados com serenidade"*, o que nos leva a questionar: que fatos seriam subtraídos ou adicionados a essa história em nome da propalada "serenidade"?

De qualquer maneira o posicionamento da EBAL como "arauto" do regime ao público jovem, e a publicação da revista "O Judoka" na forma como ocorreu nos leva a crer na existência, ou ao menos na intenção de se estabelecer uma proximidade entre as artes marciais e o Governo Militar Brasileiro.

Aparentemente inocente para os mais desavisados, essa relação entre Ditadura Militar Brasileira e artes marciais orientais está longe ser fruto de um acaso insólito. Mais do isso ela reacende uma discussão iniciada por nós no mestrado onde trouxemos à tona a papel de destaque que a proximidade entre os mestres coreanos e membros do governo militar

exerceu no estabelecimento da colônia coreana na cidade de São Paulo e na difusão da Arte Marcial Taekwondo[6]. Mas como isso estaria relacionado com os quadrinhos?

Essa resposta não nos perece tão simples, porém um indício parece estar relacionado com um outro aspecto muito interessante acerca do periódico "O Judoka" e que se refere ao fato de que desde os primeiros números essa revista em quadrinhos apresentar em suas páginas finais dois pontos: o primeiro deles eram desenhos didáticos sobre algumas técnicas de artes marciais, mais especificamente de Judô. Como se pode observar no trecho abaixo:

> *A partir deste número, O Judoka vai ensinar a você um pouco de defesa pessoal. Se você não perder nenhum número da série e lições que vamos apresentar, em pouco tempo terá reunido bons conhecimentos de luta livre e jiu-jitsu. Mas... não vá empregar o que aprender no seu irmãozinho menor, pois o bom judoka só usa seus conhecimentos em situações críticas, e quando encontra um adversário bem mais forte. Guarde os seus golpes apenas para quando se fizerem necessários. (O JUDOKA. Rio de Janeiro:EBAL, no.1, 1969)*

Menos do que a intenção de ensinar realmente algumas técnicas de artes marciais esse suplemento da revista parece ter exercido uma função de propaganda para esse tipo de atividade (figura 5). E nesse sentido questiona-se: quem se queria ver beneficiado por esse tipo de propaganda?

Figura 5.

O segundo, e aí está o ponto para o qual queremos atentar se refere à publicação de um boletim informativo sobre artes marciais, o "Judô Notícias". Esse boletim trazia informações sobre academias e campeonatos de Judô e outras artes marciais, de várias partes do país com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo e que, tal como nos desenhos didáticos de técnicas, parece ter exercido uma função de propaganda (figura 6).

[6] Para mais informações confira: MARTA, Felipe Eduardo Ferreira, 2004.

VÔO SEM ASAS

JUDÔ-NOTÍCIAS

NOTICIÁRIO OFICIAL DA FEDERAÇÃO GUANABARINA DE JUDÔ

JUDÔ

História, filosofia e parte técnica componente

Figura 6.

Propaganda sim, e quanto a isso não resta dúvida. Porém, seguindo a linha de raciocínio que liga as Artes Marciais ao Governo Militar questiona-se se a EBAL, que de acordo com aquilo apuramos até o momento era alinhada com o regime militar concordaria em publicar textos de pessoas que não comungassem da mesma corrente político-ideológica.

Contudo essa certeza virá somente como o entrecruzamento de outras fontes como, por exemplo, os depoimentos dos editores da revista bem como dos mestres que tiveram lugar nas páginas do boletim "Judô Noticiais".

Considerações Finais

Ao finalizar gostaríamos de chamar a atenção para dois pontos. O primeiro deles seria a constatação de que o binômio Regime Militar Brasileiro/Arte Marcial Oriental pode ser uma possibilidade de explicação para o desenvolvimento de outras artes marciais além do Taekwondo.

Nesse particular nossas pesquisas no sentido de detectar a existência de um terreno fértil onde as artes marciais orientais puderam germinar nos grandes centros urbanos brasileiros interiorizando-se lentamente, têm apontado para o importante papel exercido, por essa associação. Contudo, não tem sido fácil encontrar dados concretos sobre o assunto em função da grande dificuldade de acesso aos documentos do período ou mesmo a depoimentos de pessoas envolvidas nesse processo. De qualquer maneira é pelas "margens" estamos transitando, pois quem sabe assim consigamos maiores progressos.

O segundo ponto é grande riqueza de possibilidades de análise que o trabalho com as revistas em quadrinhos nos tem oportunizado.

Nesse sentido, mais do que uma contribuição pontual ao nosso objeto de estudo o trabalho com esse tipo de material têm apontado para uma nova forma de apreensão do cotidiano passado.

Essa riqueza, que acreditamos ser ainda maior aos historiadores do esporte, emerge na medida em que por meio da análise dos supostamente "inocentes" "gibis" nos tem sido possível o acesso aos ecos do universo infanto-juvenil de outras épocas. Um universo que traz no bojo dos estereótipos presentes nas estórias características dos costumes em especial no que se refere aos gostos por determinados esportes e atividades de lazer presentes no viver urbano.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? . In:___.**Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000.

MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. **O caminho dos pés e das mãos: taekwondo. Arte marcial, esporte e colônia coreana em São Paulo (1970 – 2000)**. São Paulo, 2004 (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em História da Puc/SP).

NAKADATE, Jouji. **O Japão venceu os aliados na Segunda Guerra Mundial? O Movimento social "Shindô-Renmei" em São Paulo (1945 – 1949).** São Paulo, 1988. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em História da Puc/SP).

O JUDOKA. Rio de Janeiro: EBAL, no. 1, 1969.

O JUDOKA. Rio de Janeiro: EBAL, no. 7, 1969.

O JUDOKA. Rio de Janeiro: EBAL, no. 11, 1970.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Das partituras e cifras para as páginas do jornal Correio da Manhã

Carla Lisboa Porto*

Resumo: Ismael Silva, um dos compositores mais representantes da música popular durante a década de 1930, tinha como temática, na maioria das vezes, a mulher, porém, raramente de forma romântica. As personagens aparecem em seus sambas como a causadora de problemas, ou como alguém que não é digno de confiança, infiel e "da orgia". Mas, afinal, quem é essa mulher "da orgia", quais seus hábitos, costumes e valores? Para encontrar algumas respostas, discutirei a possibilidade de análise, a partir de um ponto de vista histórico, de alguns elementos de representação das personagens femininas presente nas composições do autor e nas páginas policiais do Jornal Correio da manhã, ao longo do ano de 1930.
Palavras chave: Música popular, representação da mulher, samba.

Abstract: Ismael Silva, one of the most representative composers of the Brazilian popular music during the 1930 decade, had as his main theme in the most part of the time, the woman, but, rarely in the romantic way. The characters appear in his sambas as the responsible for problems, or someone who is not trustworthy, unfaithful, and "da orgia" (a bohemian way of life). But, who is that woman, and what are her habits, manners and values? To find out some answers, I intend to discuss about the possibility of analysis by the historical point of view of some elements of representation of the female characters in the composer´s songs and in the criminal pages in the newspaper *Correio da Manhã*, during 1930.
Key words: popular music; representation of woman; samba.

Mais do que um meio de expressão e de entretenimento, a música popular oferece aspectos de análise variados, que nos permitem conhecer práticas, valores, códigos e círculos de relações sociais e também locais de sociabilidade. A música também pode mostrar diferentes aspectos sociais, especialmente do cotidiano. Contudo, não se pode esquecer que o modo de vida e opiniões apresentadas nas canções, partem sempre das vivências do autor, ainda que sob influência de um grupo social. Não se trata de um reflexo da realidade e sim de como ela é pensada e percebida pelo autor.

Neste artigo, vou me ater à produção musical de Ismael Silva, um dos compositores mais representativos da década de 1930, e tinha como temática principal os relacionamentos com as mulheres. A personagem feminina que predomina em suas composições não segue as regras de conduta social determinadas pelas elites cariocas de então, tampouco se submete totalmente ao homem, a menos que lhe seja conveniente. Claudia Matos, (MATOS, 1982: 140), define esse tipo de mulher como "malandra", por ter

* Mestranda do programa de pós-graduação de História Social, UNESP – Assis, bolsista CAPES. mrs.lisboa@gmail.com

características semelhantes das do malandro carioca, pois ambos vivem à margem dos valores da sociedade. Se o malandro recusava-se a "bancar o otário", (viver de um trabalho assalariado, com poucos rendimentos e muitos compromissos), a mulher malandra recusava-se a cumprir o papel de mãe e esposa abnegada.

Apesar de ter afirmado em uma entrevista, (NAGLE, 1975), que nenhum dos episódios narrados em suas músicas tenha acontecido, foi observando fatos do cotidiano, nos ambientes onde freqüentava que ele obteve inspiração. As "mulheres da orgia" da vida real em algum momento perturbavam a ordem, fugiam aos padrões de comportamento considerados adequados pelas mais diversas razões. De um modo geral, nos sambas de Ismael Silva, a mulher não é digna de confiança. Ele a define como: fingida, ingrata, insensível, dentre outros adjetivos igualmente depreciativos. E o amor, se não é um mero negócio, é um jogo de curta duração. Afinal, como confiar numa mulher que, de acordo com o samba *Ando Cismado,* (ALVES, 1933), é traidora e mente "por natureza"?

Ando Cismado
Mulher, eu ando cismado
Que errei com você
Se um dia não ficar mais ao seu lado
Não precisa perguntar porque
A mentira é fatal
Creio que não é por mal
Que a mulher faz descrer
Mas se é realidade
Sua grande falsidade
Eu hei de ver você sofrer
Eu cismado, espero agora
Ver você a qualquer hora
Dando a outro o coração
Quando chegar esse dia
Deixo a sua companhia
Sem explicar por que razão

A fim de reconstituir parte dessas práticas, busquei nas páginas policiais do jornal *Correio da Manhã* notícias que falavam sobre mulheres que viviam nas regiões mais pobres da região central e da periferia da cidade do Rio de Janeiro. É possível observar por meio dessa fonte os elementos de controle sobre o comportamento das mulheres nos sambas de Ismael Silva. Mas afinal, quem é ela?

A intenção de uma mulher freqüentar a rua e a boemia não era algo bem visto. Sobretudo, pela classe dominante, uma vez que essa prática estava totalmente fora das "normas" de conduta desse grupo social. Mesmo que as práticas e o cotidiano de mulheres mais pobres fossem diferentes daquelas da classe média e alta, todas eram regidas pela cobrança das mesmas regras e valores, ou seja: o recato, a submissão e a passividade. O

casamento era considerado o único modo de legitimar os relacionamentos e a maternidade deveria ser a principal finalidade da mulher.

Apesar de, nos segmentos populares, a união formal ter sido algo raro, por causa dos custos com uma cerimônia e os trâmites legais, (SOIHET, 2000: 367-368). As relações afetivas eram, muitas vezes, um meio de ajuda mútua de sobrevivência e não uma instituição, o que caracterizava uma dinâmica própria. Desta forma, os relacionamentos eram mais instáveis ou duravam menos tempo, o que era visto pela elite carioca como promiscuidade.

A rápida troca de parceiros e sua atitude quanto à sexualidade indicam uma reação à forte repressão do comportamento e da sexualidade feminina. Como não era possível interferir no comportamento daquelas que tinham seus próprios meios de sobrevivência (lícitos ou não), a única maneira de ter algum controle era questionar sua reputação. Definindo-a como alguém de "moral duvidosa", era possível tentar limitar e controlar seu comportamento mais independente, (FONSECA, 2000:519).

Quando a mulher quer freqüentar a "orgia", mais uma vez, a tentativa de controle aparece. O companheiro pretende disciplinar ou regenerar a mulher, tirando-a da rua, que é, em essência, um lugar perigoso, para levá-la ao seu lugar *natural*: o lar, lugar de abrigo e proteção dos perigos da rua. O lar, porém, não se mostra um ambiente tão seguro como se pode notar nas notícias de jornal aqui apresentadas adiante. É curioso perceber que o homem deseja domesticar a mulher por meio da mesma regeneração que ele tanto teme ou rejeita, como na canção *Para me livrar do mal,* (SILVA, 2000), gravada originalmente em1931.

Estou vivendo com você
Num martírio sem igual
Vou largar de mão
Com razão
Para me livrar do mal
Supliquei humildemente
Pra você se endireitar
Mas agora, francamente
Nosso amor vai se acabar
Vou embora
Você vai saber porque
É pra me livrar do mal
Que eu fujo de você

No dia 2 de janeiro de 1930, o noivo de Engrácia Augusta de Azevedo, 24 anos, rompeu o noivado porque ela fora a um baile de ano novo no *Clube Ginástico Português* sem o consentimento dele. Engrácia também se matou, ingerindo "sal de azedas", produto químico utilizado para limpar mármores, (CORREIO DA MANHÃ, 02 jan. 1930). Maria da Silva Borges, 26 anos, casada, apanhou do marido por ter saído de casa fantasiada para brincar o

carnaval nas ruas próximas de casa. Depois de tamanha humilhação, Maria se matou, ingerindo iodo, (CORREIO DA MANHÃ, 07 mar. 1930).

Assim como este, muitos outros casos de suicídio foram registrados, motivados pela falta de dinheiro e maus tratos. Mas, sobretudo, por terem sido censuradas ou recriminadas, seja por familiares, vizinhos, ou os próprios companheiros. Como se vê, nem todas conseguiam suportar tantas críticas, tampouco repreendidas em público. Pior do que morrer seria enfrentar as críticas a respeito de sua honra e integridade e perder o companheiro, em alguns casos seu provedor.

O grande número de agressões às mulheres pobres[1] mostra a dificuldade em aliar valores da elite a uma realidade totalmente diversa. Na impossibilidade de se impor por meio do dinheiro, os homens das classes populares tentavam se impor usando a força física. O trecho abaixo, da música *Amor de malandro,* (SILVA, 2000), de 1930, deixa claro que esse tipo de prática era vista como algo natural.

Amor é do malandro
Oh, meu bem
Melhor do que ele ninguém
Se ele te bate é porque gosta de ti
Pois bater-se em quem não se gosta
Eu nunca vi

O alcoolismo é outra causa muito presente nos casos de violência doméstica. Navalhas, canivetes, foices, barras de ferro, ou ainda outros objetos serviam como instrumento de agressão contra as companheiras. As razões eram as mais variadas, seja porque o jantar ainda não estivesse pronto, ou pelo simples fato de estar bêbado. Nas notas policiais de 28 de janeiro, Corina Rosa da Silva, 36 anos, casada com Antonio Cardoso era, como foi mencionado no jornal, frequentemente espancada por ele quando estava embriagado (CORREIO DA MANHÃ, 28 jan. 1930). Em outro caso, uma mulher, cujo nome não foi citado, cansada de ser espancada pelo marido, sempre alcoolizado, reagiu. Esperou o marido dormir para lhe dar uma surra com um pedaço de pau (CORREIO DA MANHÃ, 30 jan. 1930).

Para um relacionamento mais igual, as regras de conduta, fidelidade e respeito deveriam ser as mesmas para ambos. Ao perceber que seu companheiro não as prezava muito, Esmeralda Rodrigues dos Santos teve uma reação inusitada. Ela despejou água fervente sobre a cabeça de Nicolau Apolinário de Souza, (CORREIO DA MANHÃ, 07 jan. 1930), depois de

[1] Isso não significa que mulheres de classe social mais alta também não sofressem esse tipo de agressão e de controle, uma vez que o Código Civil vigente as colocava em situação de subordinação total ao homem.

tê-lo visto passeando de braços dados com duas moças. Nicolau, descrito pelo jornal como um conquistador inveterado e incorrigível, teve queimaduras de segundo grau. Esse caso ilustra como os parceiros tinham visões e comportamentos distintos sobre o relacionamento. Se Esmeralda reagiu ao comportamento de Nicolau é porque esperava que ele lhe fosse fiel.

Se a malandragem está na busca pela liberdade que os homens têm e também, de seduzi-los, há ainda a busca pelo conforto e elegância da mulher da classe média e alta. O consumo, uma espécie de febre dos tempos modernos, se não as permitiam ter aqueles objetos que simbolizam requinte, elegância e status, as fazem sonhar, desejar, ainda que secretamente, ao menos um dia poder experimentá-los. Como lidar com tantas contrariedades e frustrações?

A sociedade carioca cobrava delas a mesma postura e comportamento das mulheres da elite. Era preciso comportar-se como uma dama, mas sem jamais ter a chance de viver, vestir-se e enfeitar-se como uma. Mais que tudo, era preciso ganhar a vida, que apesar de dura, ainda dava espaço para observar o brilho das vitrines. Umas contentavam-se com o sonho, outras queriam materializá-los, procuravam alguém que lhe proporcionasse tais luxos. Essas mulheres desejam também acompanhar a moda, o padrão estético e material que somente aquelas das classes média e alta poderiam usufruir. Como lhe faltavam os mesmos meios e oportunidades, viam nos relacionamentos com alguém que tivesse melhores condições financeiras uma possibilidade de viver como "madame". Em *Agradeças a mim,* (CALDAS, 1934), Ismael trata especificamente dessa personagem, falando, inclusive da sua origem pobre.

Se saíste do morro
Se tens felicidade
Agradeças a mim
Porque se não fosse assim
Tu não estavas na cidade
Nem sonhavas em ser o que és
Já conheces até cabarés
Não tens recordação
Daquele teu barracão
(agradeças a mim)(...)

Há também registros que confirmam o que foi abordado anteriormente sobre os relacionamentos como uma possibilidade de obter melhores condições de vida. Contudo, alguns deles, tiveram fim trágico, (CORREIO DA MANHÃ, 17 jan. 1930). Aurélia de Souza Carvalho, 21 anos, filha mais velha de uma viúva com quatro filhos pequenos, trabalhava como vendedora, para ajudar no orçamento da família. Pouco tempo depois de começar a

trabalhar, conheceu Dr. Antônio de Carvalho Duarte, 49 anos, médico e fiscal de bancos, que seduziu a moça com promessa de um bom casamento e de uma vida mais confortável.

Depois de muita insistência e promessas de riqueza e luxo, Aurélia, foi morar com ele, pensando também em melhorar a condição de sua mãe e seus irmãos. Por causa de ciúme excessivo, ele a matou com cinco tiros e, em seguida, se matou. Ao investigar o local dos crimes, a polícia descobriu que o Dr. Antônio Carvalho Duarte, além de já ser casado (embora não vivesse com a família há 10 anos), não era tão rico quanto se fazia acreditar. Entre os seus pertences foram encontradas muitas notas de penhores.

Ruben George Oliven, em seu artigo *O dinheiro na musica popular brasileira*, (OLIVEN, 1997: 68-112) afirma que, na grande maioria das canções dos anos 20 e 30 do século passado, a mulher e o dinheiro estão relacionados, seja abordando a personagem perdulária, que procura alguém para sustentá-la, ou aquela que não suporta mais sustentar o companheiro.

> *A imagem da mulher associada ao dinheiro equivale a alguém insensível, degradado e impuro que perdeu sua dignidade e valor. Nas décadas de 30 e 40 são um período de grandes transformações sociais no Brasil. Há um crescimento da urbanização, aumenta a atividade fabril e o assalariamento, e o governo frisa cada vez mais o trabalho como uma obrigação social. Isto vai se refletir na música através de composições que vão falar da escassez do dinheiro, da necessidade de trabalhar para consegui-lo, da apologia da malandragem enquanto rejeição do trabalho, da mulher levando o homem a ter que pegar no batente (OLIVEN, 1997: 93).*

Se a mulher é vista como alguém materialista, que só se envolve com um homem em busca de conforto material, nos sambas de Ismael Silva a *nota*, (o dinheiro) também é uma preocupação por parte dos homens. O fato de buscar melhores condições de vida, por meio de um relacionamento, é depreciativo para a mulher, mas é considerado golpe de esperteza para o homem, (SILVA, apud CARVALHO, 1980; 95). Ou seja, o comportamento esperado de um homem é vetado à mulher.

> *Carinhos eu tenho*
> *Carinho eu tenho até demais*
> *E a nota é como eu te digo*
> *O meu desejo é uma ordem*
> *Meu bem*
> *Quando Deus quer*
> *Não há castigo*
> *Carinhos sem a nota*
> *Não adianta nada*
> *Isso de amor é lorota*
> *É bom para quem quiser*
> *Eu não aceito*
> *Sou espertinho*

Eu acho direito
Amor, nota e carinho(...)

Para Ismael Silva, sua malandragem está na ausência de vínculos amorosos mais profundos. Ao renegar os relacionamentos estáveis ele critica, ainda que indiretamente, o modo de vida da classe média e alta, que normatiza o comportamento dos indivíduos por meio do trabalho assalariado e do casamento. O sofrimento pelo fim do amor não é algo a ser levado a sério. Afinal, segundo o sambista, se a mulher é por natureza ingrata, o final de um relacionamento é algo previsível e banal. De acordo com o discurso do sambista, obter conforto material é, ao que parece, mais importante do que amar e ser amado. E se já não era possível obter e manter esse conforto, é melhor buscar um novo relacionamento.

Essa atitude era vista com naturalidade pelos homens. Entretanto, se quem procurava "um novo amor" era uma mulher, a mesma atitude era entendida como ingratidão. Por causa do "mau gênio" de Felisberto Motta, sua antiga amásia, Vitória Maria da Conceição o deixou. Ao ser rejeitado por Vitória numa tentativa frustrada de fazerem as pazes, navalhou-a no pescoço, no rosto e nos braços e quase lhe arrancou uma orelha, (CORREIO DA MANHÃ, 04 jan. 1930).

A visão da mulher malandra elaborada por Claudia Matos se aproxima muito das personagens dos sambas de Ismael Silva. É interessante observar que características diferentes podem definir a mesma mulher da orgia: pode ser aquela movida pelo interesse de ser sustentada financeiramente, ou aquela que deseja circular livremente pelos ambientes públicos sem ser recriminada moralmente por isso.

A cidade se modernizava, a sociedade civil também passava por mudanças no que se refere às mulheres. Em 1932, elas passaram a ter direito ao voto e, ainda naquele ano, participaram da elaboração do anteprojeto da Constituição, (HAHNER, 2003). Entretanto, pouca coisa mudaria para as mais pobres. Apesar de a nova constituição garantir direitos civis às mulheres, os valores sobre os indivíduos, a família e o lugar "natural" de cada um, não mudavam com a mesma velocidade. Mesmo que o marido, (ou companheiro) estivesse desempregado, ou vivendo de atividades esporádicas, esperava-se dele o sustento da casa e que a mulher se mantivesse a rainha do lar. Mas, como poderia uma mulher *reinar* numa casa de cômodos e com a extrema carência de dinheiro? Essas mudanças sociais não foram *sequer* mencionadas nas composições de Ismael Silva. O silêncio sobre essas mudanças na sociedade demonstra que, além da falta de interesse desse tema pelo autor, dificilmente elas chegariam para ajudar efetivamente a vida das mais pobres.

Referências Bibliográficas

FONSECA, Claudia. *Ser mulher, mãe e pobre*. *In:* DEL PRIORE, Mary (org); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª. edição. São Paulo: Contexto, 2000.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino*: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 – 1940). Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

MATOS, Claudia. *Acertei no milhar*: samba e malandragem no tempo de Getúlio. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1982.

OLIVEN, Ruben George. *O dinheiro na música popular brasileira*. Latin American Music Review. V. 18, nº 1 (Spring/Summer, 1997), pp. 68-112.

Fontes

NAGLE, Leda. *Ismael Silva*: muita gente me curte, me beija e me abraça. Não sou Ave Maria, mas sou cheio de graça. O Globo, 14 de nov. 1975.

CORREIO DA MANHÃ. *Suicidou-se com sal de azedas*. 02 de jan. de 1930.

_____. *Um apaixonado violento.* 04 de jan. 1930.

_____. *Enciumada, atirou água fervente à cabeça do amante*. 07 de jan. 1930.

_____. *Uma tragédia passional na Rua do Riachuelo*: um médico e fiscal mata a jovem que seduzira e, em seguida, suicida-se.17 de jan. 1930.

_____. *Acordou debaixo de pancada.* 30 de jan. 1930.

_____. *Conseqüências do carnaval – surrou a esposa porque esta se fantasiou*, 07 de mar. 1930,

Discografia

SILVA, Ismael; BUARQUE, Cristina (interp.). SILVA, Ismael; ALVES, Francisco. *Para me livrar do mal.* In: BOTEZELLI, J.C.; PEREIRA, Arley. *A música Brasileira deste século por seus autores e intérpretes.* São Paulo: SESC Serviço Social do Comércio, 2000. Um CD. Acompanha livro.

_____. *Amor de malandro.* In: BOTEZELLI, J.C.; PEREIRA, Arley. *A música Brasileira deste século por seus autores e intérpretes.* São Paulo: SESC Serviço Social do Comércio, 2000. Um CD. Acompanha livro.

SILVA, Ismael. *Ironia*. In: CARVALHO, Fernando Medeiros de. *Ismael Silva*: samba e resistência. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980, p. 92 - 93. Intérprete: Bambas do Estácio; autoria: Nilton Bastos/Ismael Silva/Francisco Alves; Gravadora Odeon 10.767 – B, 1931.

ALVES, FRANCISCO (interp.). SILVA, Ismael; Rosa, Noel. *Ando cismado*. Rio de Janeiro: Gravadora Odeon, 10939- A, 1933. Um disco vinil, 78 rpm. Museu da Imagem e do SOM – MIS/RJ.

SILVA, Ismael. *Carinhos eu tenho*. In: CARVALHO, Fernando Medeiros de. *Ismael Silva*: samba e resistência. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980, p. 95. (intérprete: Francisco Alves, Gravadora Odeon, 10441 – A. 1929. Rio de Janeiro).

SILVA, Ismael. *Agradeças a mim.* In: CARVALHO, Fernando Medeiros de. *Ismael Silva:* samba e resistência. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980, p. 98. (intérprete: Francisco Alves, Gravadora Odeon, 10441 – B. 1929. Rio de Janeiro).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"*Estopim aceso nesta cidade que ainda vive o 'Neu-Württemberg...'*"
Relações entre sociedade receptora e (i)migrantes em Panambi na década de setenta

Eliane de Mello*

Resumo: Este artigo procura analisar as relações estabelecidas entre sociedade receptora e migrantes. Para tanto, toma-se como objeto empírico às relações entre os dois grupos na cidade de Panambi/RS (antiga colônia Neu-Württemberg), na década de 1970. Formada por (i)migrantes/descendentes de alemães e luso-brasileiros, a localidade viveu um processo conflituoso de construção de identidade, o qual resultou numa suposta hegemonia do grupo étnico alemão. Todavia, na década de 70 o seu rápido desenvolvimento econômico desencadeou uma migração em massa para a localidade, a qual possibilitou a posterior desestabilização dessa estrutura. Essas transformações refletiram-se na atitude defensiva da sociedade receptora, que intensificou sua busca por paradigmas identitários calcados nos "valores" do grupo étnico alemão e voltados para a produção da diferença, redefinindo as fronteiras étnicas.
Palavras chaves: (I)Migração – identidade – urbanização

Abstract: This article tries to analyze the relations established between reception society and migrants. For that purpose, we take as empiric objective the relations between these two groups in the city of Panambi /RS (ancient colony of New Württemberg), in the 1970 decade. Formed by (i)migrants/descendants of German and Luso-Brazilian people, the place lived through a conflictual process of identity construction, which resulted in a supposed hegemony of the German ethnic group. However, in the 70 decade its fast economic development unleashed a mass migration to the location, which enabled the posterior destabilization of this structure. These transformations reflected in the defensive receptive attitude, which intensified its search for identity paradigms supported by the German ethnic group values, and focused to the difference production, redefining the ethnic frontiers.
Key words: (I)migration – identity – urbanization.

As relações entre os (i)migrantes e as sociedades receptoras são extremamente complexas, pois implicam numa negociação entre ambas as partes: os que chegam, e querem ser aceitos, e os estabelecidos, que resistem à incorporação desses novos elementos. Essa relação reservada está relacionada aos interesses de grupos distintos, muitos dos quais sem consenso interno, e ao convívio entre pessoas de diferentes culturas e de situação econômica desigual. Tal diversidade pode ocasionar o surgimento de diversos conflitos, acarretando modificações significativas tanto na infra-estrutura da sociedade receptora, quanto no modo de vida dos indivíduos envolvidos no processo, como parece ter ocorrido em Panambi,[1]

* Mestre em História/Unisinos.

[1] A colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, foi fruto do investimento do capitalista alemão Herrmann Meyer, proprietário da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer (as primeiras aquisições de terras ocorrem em

cidade localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde os dilemas desta disputa se mostraram latentes ao longo do século XX, especialmente na década de 1970.

O tema da pesquisa surgiu a partir da percepção de uma situação local recorrente: alguns moradores do Bairro Esperança, localizado na periferia da cidade, reclamavam que se sentiam discriminados pelos demais moradores pela razão de não serem naturais do local e, especialmente, por não pertencerem ao grupo étnico alemão, o qual aparentemente era dominante na localidade. Outro fato determinante para a escolha da temática e do "recorte temporal" foi deparar-me com documentos que narravam dois episódios "pitorescos" transcorridos na década de 1970, a saber: o caso do filme "O Exorcista" e o caso dos Sinos.[2]

O primeiro ocorreu em 1975, momento em que a cidade vivia o auge do desenvolvimento industrial com a expansão da principal empresa local: a Kepler Weber S.A. A polêmica girava em torno da exibição ou não do filme "O Exorcista", cujo conteúdo era encarado como "demoníaco" por alguns grupos da cidade, a qual caracterizava-se pelo fato de ser muito religiosa.[3]

1897). Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hilsburghausen, Alemanha. Sua família era proprietária do Instituto Bibliográfico de Leipzig, do qual posteriormente tornou-se diretor. O Instituto publicou, em diversas edições, a importante enciclopédia *Meyer's Konversationslexion*. De modo geral, o empresário pretendia desenvolver um projeto de colonização voltado para a preservação da germanidade. Ambicionava formar um núcleo confessional luterano constituído por imigrantes alemães. Neste sentido, a propaganda da empresa colonizadora procurava enfatizar que a paisagem natural do lugar era semelhante à Europa, bem como que a preservação da cultura era prioridade no local, em outras palavras, vendia a imagem de que Neu-Württemberg seria uma "segunda Alemanha". Até o início da Campanha de Nacionalização desenvolvida ao longo do Estado Novo brasileiro (1937-1945), os (i)migrantes descendentes de alemães detinham o poder econômico, político e cultural em Neu-Württemberg (procuravam manter relação com a pátria de origem através da formação de corais, da preservação da língua, do estudo da história e da literatura de seu país de origem e ainda mantendo-se informado a respeito dos rumos tomados pela Alemanha) e o convívio com os luso-brasileiros era considerado pacífico. Todavia, dado o início da Campanha de Nacionalização o poder se inverteu na colônia e as relações que se estabelecem a partir de então demonstram que havia rixas não resolvidas entre estes dois grupos. Terminada a Campanha de Nacionalização, os grupos dirigentes da localidade, representados principalmente pelos membros da Associação Comercial e Industrial, começaram a se articular a fim de pleitearem a emancipação política do Distrito, o qual fazia parte do município de Cruz Alta, iniciando em seguida uma campanha em prol da emancipação. Durante a Campanha de Emancipação novamente sobressaem-se conflitos de caráter étnico. A emancipação foi efetivada em 1954 e converte-se em um poderoso instrumento para pleitearem benefícios e investir em infra-estrutura de forma independente. Garantiu, também, a possibilidade de preservarem a cultura germânica, o que lhes fora negado durante a Campanha de Nacionalização. Desse modo, os (i)migrantes descendentes continuariam a prestar contas ao estado brasileiro, mas dentro de "seu" espaço geográfico o poder lhes pertenceria: em Panambi, os imigrantes/descendentes alemães seriam os "estabelecidos", tendo poder econômico, político e a hegemonia cultural, o que possibilitaria a produção e manutenção da imagem de Panambi como "segunda Alemanha".

[2] Aqui nos valemos das discussões levantadas pelos micro-historiadores (GINZBURG, 1987, 1989, 1991, 2001; LÉVI, 2000; REVEL, 1998. SERNA, 1993) a respeito da escala de análise e da maneira de investigar a cultura popular, principalmente o "excepcional normal", o qual engloba as situações que fogem a "normalidade" do cotidiano e que, por isso, poderiam revelar indícios a respeito das relações estabelecidas entre os diferentes grupos, especialmente as que se referem a temas ausentes da documentação oficial, ou presentes nas entrelinhas, como conflitos interétnicos.

Em meio às discussões destacam-se alguns aspectos: o filme fora proposto por um migrante – Walter Furtado; os que se posicionaram contra sua exibição faziam parte da elite local, representados principalmente pelos membros das igrejas cuja relação com os proprietários das empresas era bastante estreita, principalmente da Igreja Batista, que tinha entre seus membros os proprietários da empresa Kepler Weber S.A. Outra característica desta elite era o fato de pertencerem ao grupo étnico alemão.

Chama atenção no caso o olhar dos jornalistas que cobriram o episódio a respeito das relações tecidas na localidade. Enquanto a emissora de rádio local, a Sul Brasileira, ouvia as diversas opiniões sobre o assunto, demonstrando certo respeito, a mídia do restante do Estado passou a especular a respeito das causas do episódio e a explorá-lo como uma "história pitoresca", deixando transparecer que alguns valores, que eram significativos para os estabelecidos naquele lugar, não faziam muito sentido para os demais, como parece evidente nas manchetes do jornal Zero Hora: "Esta é uma história de uma cidade que se chama Panambi" (Zero Hora, 1975: 31). Ou ainda: "Uma revolução em Panambi: Estopim aceso nesta comunidade que *ainda vive a Neu-Württemberg*", (Zero Hora,1975:30). Esses textos fornecem indícios de como a cidade foi vista pelos jornalistas. Destacam-se aqui dois aspectos: o fato de que o poder no local pertencia aos integrantes do grupo étnico alemão e que a cultura alemã ainda era preservada: "o idioma germânico aparece com freqüência, até nas conversas de esquina, deixando o visitante, muitas vezes, em situação embaraçosa, sem saber que assuntos estão sendo tratados" (Zero Hora,1975:30). Também, a percepção de que um conflito parecia se configurar entre os novos e os antigos moradores. Os jornalistas deixavam claro que o poder na cidade, aí se entenda cultural, econômico e político, estava concentrado nas mãos dos descendentes de alemães e que o fato começava a "incomodar" os lusos brasileiros, gerando conflitos, cujo caráter ficava explícito na declaração anônima de uma de suas entrevistadas: "Esses alemão têm que se convencer que não mandam mais na cidade..." . (Zero Hora, 1975: 31).

O segundo caso, como que fechando a década de setenta, ocorreu em janeiro de 1980. O fato transcorreu a partir da solicitação da abertura de um processo contra o pastor Emílio Schefer e a Comunidade Evangélica Congregacional, por "perturbação do sossego público". A solicitação foi feita por Odoné Sanguiné, que na época era o promotor de justiça

---

[3]A Igreja foi uma das instituições que mais influenciou a vida dos (i) migrantes. Em Neu-Württemberg se baseou nos princípios de três correntes do cristianismo: Batista, Católica e Luterana. Havia uma rígida separação entre essas denominações. Esse traço não era único no Brasil, pois na Europa a separação religiosa era bem nítida, desde a Reforma Protestante.

da cidade. O mesmo era vizinho do templo e alegava que "estava tendo o sono prejudicado" pelo sino que badalava às seis horas da manhã ou anunciando passamentos: "retinia compassadamente, quantas vezes fosse preciso, até completar a idade do morto"(BECK, 1997:102.) No decorrer da polêmica os artigos que narravam o fato evidenciavam algumas características da comunidade, principalmente o fato de ser religiosa.

Neste episódio o Jornal A Notícia Ilustrada, periódico local, teve um papel importante na defesa do pastor. Seus artigos por um lado destacavam que o sino era uma tradição herdada dos imigrantes alemães e por outro, desqualificavam a atitude do promotor, tida como absurda. Entre os principais argumentos do periódico contra o promotor estavam os fatos de que ele não tentará se adaptar a sociedade local e o de que não era um profissional competente. Já a imprensa estadual demonstrava novamente espanto ao perceber que o fato era tão relevante para a cidade de "origem" alemã.

Percebe-se que a comunidade esperava uma determinada postura dos migrantes, principalmente sua aceitação dos costumes locais. Outro aspecto relevante para análise é o de que a "contestação" dos valores locais foi feita por um promotor, ou seja, uma figura que não estava diretamente subordinada ao poder local, pois os demais migrantes não podiam se posicionar contra seus empregadores.

Sobressai-se ainda o fato de que havia uma cultura que caracterizava as pessoas estabelecidas em Panambi constituindo uma identidade "tida" como comum, e fortemente marcada pelo caráter étnico, a qual se opunha à cultura dos migrantes que chegavam de forma desordenada a localidade (Cf. SILVA, 2000: 82; ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L., 2000; BARTH, 1998).[4] Assim, a migração que deveria resolver o problema da falta de mão de obra, era uma questão de "mão dupla", pois se por um lado as empresas precisavam de trabalhadores para continuar crescendo, por outro, a cidade não possuía uma infra-estrutura capaz de atender, comportar esse crescimento populacional. Ou seja, ao solucionar-se um problema, criavam-se outros.

Outra preocupação da década de 70 foi a preocupação com o crescimento desordenado e intenso da urbe. Neste cenário, a tensão entre os migrantes e estabelecidos

[4] Neste sentido servimo-nos da obra "Os Estabelecidos e os *Outsiders*" (ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L., 2000.), na qual os autores analisam as relações entre pessoas estabelecidas em um determinado lugar e os migrantes, aos quais denominam "*outsiders*". Os estabelecidos são o grupo que se "autopercebe" e que é reconhecido como "boa sociedade", mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência, fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Na língua inglesa, o termo que completa a relação é *outsiders,* os não membros da "boa sociedade". Da mesma forma, em Panambi era evidente a existência de um grupo que se representava como estabelecido e que reagia de formas distintas diante dos migrantes.

gerava a reação defensiva da sociedade receptora expressa, por exemplo, na tentativa de representar Panambi como cidade "bela, higiênica e alemã". Um dos quesitos considerados para definir a cidade como "bela" era o aspecto das habitações, somando-se a isso o espaço verde e uma população sem pobreza. Um fator que parecia comprometer a imagem de bela que a cidade queria construir para si era uma vila pobre próxima ao centro, à Coréia, popularmente conhecida como vila Picumã. A questão foi resolvida de forma gradual ao longo da década de 70. Para tanto contribuíram os programas sociais coordenados pelo poder público e a valorização imobiliária dos terrenos próximos ao centro. É significativo ressaltar que a retirada de elementos que perturbavam a imagem de cidade ordeira, bela, moral, integrava o cotidiano dos agentes policiais. Eram recorrentes as notícias a respeito do aumento da violência e a prisão de "elementos por vadiagem" no centro da cidade.

Quanto à imagem de cidade alemã, os grupos dirigentes locais procuraram construir, de forma intencional, a representação de que se tratava de uma "cidade alemã". A representação era sustentada pela manutenção de certos laços com a pátria de origem, bem como pela tentativa de reproduzi-los no local, como exemplifica a construção do Hotel Elsenau, cuja arquitetura procurava imitar as construções européias.

A convivência entre os estabelecidos e os migrantes foi permeada por disputas pelo poder. De forma geral, percebe-se que os dirigentes locais procuravam demonstrar que os (i)migrantes alemães e os seus descendentes haviam construído as bases econômicas e culturais da cidade e, portanto, eram os "donos" do lugar. Em outras palavras, procuravam diferenciar-se dos migrantes. Uma das facetas desse processo foi o uso do passado não apenas como base para construir uma identidade comum aos habitantes, que reafirmasse seu poder, mas também como fonte de elementos que os pudessem diferenciar dos migrantes mais recentes. Da mesma forma, esta "cumplicidade" entre os estabelecidos permitia que seus membros reservassem uns para os outros a maioria dos postos-chave das organizações políticas, religiosas e outras da comunidade, excluindo deles as pessoas que não lhes pareciam ser seus iguais.[5] No campo político, por exemplo, só haviam sido eleitos prefeitos de origem alemã e até o final da década de 70 nenhum católico assumira o cargo. Quanto aos vereadores, raramente um luso-brasileiro conseguia se eleger.(Cf. MALHEIROS, 1979: 70-75). Permitia também que procurassem construir um modelo de "cidadão", o qual espelhava-se na figura dos (i)migrantes alemães, suas "conquistas" e seus valores. Dessa forma, ao mesmo tempo em

[5] Esta característica também foi percebida por Norbert Elias e John L. Scotson ao analisarem as relações entre estabelecidos e outsiders numa comunidade próxima de Leicester, no fim da década de 1950 e início da de 1960. Cf. ELIAS; SCOTSON, p.103.

que os estabelecidos procuravam formas de distinção, buscavam também maneiras de enquadrar os migrantes no seu modo de viver.

Os migrantes pareciam dispostos a buscar pontos de equilíbrio, pois como mencionou um dos entrevistados, "precisavam do emprego" e viviam de forma harmoniosa. Assim, exceto em momentos de muita tensão, como no caso do "filme e do sino", o convívio entre os grupos era tido como "pacífico". Os operários, manifestavam sua contrariedade à supremacia do grupo étnico alemão em situações informais, nas quais seu principal argumento consistia em enfatizar que eram "brasileiros" e que o Brasil era melhor que a Alemanha.

A mencionada harmonia parecia ancorar-se num processo no qual os migrantes eram incorporados como "membros" da sociedade receptora na medida em que assimilavam os costumes locais ou contraíam matrimônio com alguém nascido em Panambi; do contrário, mesmo que se tornassem bem sucedidos economicamente, não seriam considerados estabelecidos.

Se de maneira geral a negociação era a relação preponderante, o cotidiano também demonstrava que a fronteira incluía de forma clara elementos de discriminação em relação aos pobres e aos migrantes, ou principalmente aos "migrantes pobres". Um exemplo é a criação da "Vila Esperança", espaço que se constituiu como o modelo mais acabado do "outro", da antítese da cidade ideal imaginada.

A Vila Esperança foi fundada em 1972, quando a administração municipal realizou a compra de uma área de terras com objetivo de formar um loteamento popular, o qual destinava-se principalmente a pessoas vindas de outros municípios e aos moradores pobres que moravam próximos ao centro. A referida área se situava em um local retirado da zona central da cidade e grande parte de sua extensão era tomada por um banhado coberto de matagal, o que a tornava não muito recomendável para a habitação e diminuía seu valor no mercado imobiliário. Esses fatores parecem ter sido fundamentais para a escolha do terreno, segundo Schmitt-Prym: "foi naquele local por causa do banhado. Aí alguém disse 'isso está bom demais' (SCHMITT-PRYM, 2005).

Ao longo das décadas de 70 e 80, o preconceito parece ter se consolidado, tanto é que o próprio termo "vila" se tornou pejorativo, sinônimo dos lugares supostamente habitados pela "ralé" e a "Esperança", símbolo maior dessa denominação. Seus moradores conviviam com o estigma e muitas vezes optavam por omitir o endereço, principalmente quando iam procurar emprego. Outro fato é que no início da década de noventa, um Projeto de Lei

encaminhado pelo vereador Alfredo Streicher, sugeriu que as ruas da Vila fossem batizadas com nomes de países onde a língua oficial fosse a portuguesa, muitos destes localizados no continente africano, como Angola, Guiné Bissau, Luanda... A iniciativa indica a clara intenção de demonstrar que havia diferenças entre a Vila e o restante da cidade, visto que as demais ruas recebiam nomes de pessoas preeminentes ou de países europeus. Por conseqüência, seus moradores eram classificados pejorativamente como "negrada", demarcando-se bem a diferença.

Transparece aí um movimento de mão dupla: por um lado, aparece o serviço de assistência social, preocupado com o bem estar dessa população menos favorecida, proporcionando-lhe um lugar melhor para habitar. Por outro lado, evidencia-se um claro processo de segregação social e, até certo ponto, étnica. Afasta-se do seio dos estabelecidos os *outsiders,* compostos em sua maioria por migrantes de origem lusa. O que estava em jogo era a preservação de um modo de vida e a manutenção do poder por parte dos grupos que tradicionalmente o detiveram. Deste modo, mesmo que em alguns momentos, como se evidenciou nos casos do filme "O Exorcista" e do "sino", os migrantes tentassem reverter a situação e demarcar o seu espaço de ação, logo eram recolocados em seu "lugar" e relembrados de sua posição de *outsiders*.

Espaços geográficos – centro x periferia –, um vocabulário estigmatizado para designar determinados lugares, personagens e práticas sociais as quais delimitavam a exclusão e a discriminação social, integravam a construção da fronteira que designava quem pertencia e quem não pertencia à sociedade estabelecida. Esse processo de distinção agia em duas vias: numa desqualifica-se a cultura do "outro", noutra procura-se enaltecer a cultura germânica. Cria-se um cenário onde prevalece o perfil germânico. Essa representação acaba sendo incorporada pelos indivíduos como a realidade e assim aceita, do mesmo modo que era exibida aos de fora e aceita pelos mesmos como o real. Em outros termos, Panambi era alemã porque se reconhecia e era reconhecida como tal pelos outros, embora essa representação não perfaça o todo.

Assim, não é difícil perceber o quanto à década de 1970 foi marcada por mudanças e tensões. Os migrantes foram protagonistas das principais transformações, como o aumento da desigualdade social, as modificações na infra-estrutura e o início da desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, os quais controlavam o comportamento das pessoas, mantendo certo jeito de viver. Sua vinda refletiu-se na atitude defensiva da sociedade receptora, que intensificou sua busca por paradigmas identitários, calcados nos "valores" do

grupo étnico alemão e voltados para a produção da diferença entre a sociedade estabelecida e os migrantes.

Referências bibliográficas:

BARTH, Frederick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-

BECK, René. O exorcista. In: ASSOCIAÇÃO dos escritores de Panambi. **Porções de Bem Querer**. Ijuí: SEDIGRAF, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.

GINZBURG, Carlo. **A micro-História e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as sua implicações. A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LÉVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

MALHEIROS, Adil Alves. **O vale das borboletas azuis.** Panambi: Publipan, 1979.

REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SERNA, Justo; PONS Anaclet. **El ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistória?**.TORRES, Pedro Ruiz (org). La Historiografia. Madrid, Marcial Pons, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**.Petrópolis: Vozes, 2000.

Jornais

ZERO HORA. Esta é uma história de uma cidade que se chama Panambi. Porto Alegre, 12 out.1975, p.31.

ZERO HORA. Estopim aceso nesta comunidade que ainda vive a Neu-Württemberg. Porto Alegre, 12 out.1975, p.30.

Fonte Oral

SCHMITT-PRYM, Miguel. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. 25, ago. 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (*O Estado de S.Paulo*, 1914): fonte para o estudo do imaginário republicano.

Bruno Bontempi Júnior

Julio Mesquita (1862-1927) ingressou no já assumidamente republicano *A Província de São Paulo* em 1885, como redator. Em 1891, assumiu a "direção política" do jornal, com a eleição do antigo titular do cargo, Rangel Pestana, para o Senado. Em 1890, o jornal alterou o seu nome para *O Estado de S.Paulo.* (SODRÉ, 1999).

Desde os tempos de Rangel Pestana, *A Província de São Paulo* anunciava-se como jornal isento e independente. Organizado como empresa capitalista, o jornal proclamava-se diferente das demais folhas, que, subvencionadas por facções políticos ou pelo próprio Estado, dependiam de seus favores e, também por isso, defendiam sempre os seus interesses. A condição de fiscalizadora isenta dos poderes e prestadora de serviço ao cidadão, característica da imprensa moderna, parece ter-se sedimentado em *OESP* sob a administração de Julio Mesquita, que, sob as circunstâncias políticas do momento, tomou o controle acionário da empresa, tornando-a economicamente "independente".

A "modernização" do jornal teve sua oportunidade na crise do Partido Republicano Paulista, logo nos primeiros anos do novo regime. De acordo com Casalecchi (1987, p.101-103), os desentendimentos no seio do PRP surgiram com a sucessão de Campos Salles. O Presidente tinha como candidatos Rodrigues Alves, para a Presidência da República, e Bernardino de Campos, para a Presidência do Estado. Mesquita, entendendo a indicação pessoal desse último como intromissão indevida do Presidente nas atribuições da Comissão Central do PRP, propôs as candidaturas de Prudente de Moraes e Cerqueira César para os respectivos cargos. Essa fissura se expandiu para a discussão da revisão da Constituição de 1891, em que a ala dissidente, de Mesquita e outros correligionários, investia contra os mecanismos da política oligárquica de Campos Salles.

A 8 de setembro de 1901, *OESP* publicou em sua primeira página o Manifesto Dissidente, sob o título "Aos republicanos de São Paulo", narrando a história dessa cisão e travando o compromisso de uma Convenção da Dissidência, da qual surgiria o programa de um novo partido. Desse momento em diante, definiu-se o antagonismo entre *OESP* e *Correio Paulistano*, que se define claramente como órgão da ala situacionista do PRP (p.106). O

rompimento do jornalista com Campos Salles que fez com que os acionistas ligados ao PRP se retirassem da sociedade mantenedora, oferecendo a oportunidade para que Mesquita adquirisse a maioria das cotas e, já em 1902, se tornasse dono da empresa (CALDEIRA, 2002, p.28), até que, em 1907, ela voltasse a ser uma sociedade anônima, tendo Mesquita como redator-chefe. Quando Rodrigues Alves assumiu a Presidência do Estado, em 1912, o jornal, cuja tiragem já superava 25 mil exemplares, não mais dependia dos favores do dinheiro público, pois "fornecia notícias e artigos recebendo em troca dinheiro de anunciantes e leitores" (p.29) e jogava abertamente no mercado. Em 1914, o jornal volta a tornar-se propriedade de Julio Mesquita. Em 1916, a tiragem chegaria a 45 mil; em 1917, a 53.600 exemplares. Para indicar o crescimento vertiginoso do jornal e da empresa, basta cotejar essas cifras com as tiragens de 1885, 4.000 exemplares, e 1888, 7.500 (SODRÉ, 1999).

Como aponta Miceli (2001, p.91), "o êxito comercial desse órgão está na raiz da diversificação das atividades do grupo Mesquita, que, tendo-se convertido numa facção partidária, pôde assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista". É preciso observar, entretanto, que, se Mesquita passou a congregar em torno de seu jornal os dissidentes do situacionismo perrepista, isso não o impedia de propagandear o seu diário como isento e imparcial, como um órgão voltado para o serviço informativo ao leitor, e não para favorecer ou defender grupos políticos, como era o *Correio Paulistano*.

Tendo os interesses políticos e a ideologia ocultos sob o véu da isenção de um órgão de imprensa independente, o jornal de Mesquita passara a atrair um público variado e não previamente definido por suas preferências políticas, a que se oferecia o discurso das alas dissidentes do PRP, apresentado, porém, como a fala e a consciência da "opinião pública esclarecida". Sob a força de tal representação social da imprensa, os leitores diários de OESP, cuja tiragem já girava em torno de 25 mil exemplares, receberam as idéias expressas no inquérito de 1914, respondido por "especialistas", e não por políticos.

Em 1914, Mesquita tomou a iniciativa de realizar um inquérito sobre a instrução pública no estado e suas necessidades, declarando a finalidade de identificar as dificuldades da organização escolar e obter soluções para melhorá-la. Para responder ao inquérito, convidou um grupo de especialistas: dirigentes educacionais, professores e um jornalista, cujas opiniões foram publicadas entre 27 de fevereiro e 20 de abril nas páginas 4 e 5 do jornal.

Os entrevistados escolhidos por Julio Mesquita para responderem ao inquérito são em número de 14. Por ordem de publicação, responderam ao inquérito Oscar Thompson (27/02 e 28/02), Paulo Pestana (3/3), Ruy de Paula Souza (5/3), João Lourenço Rodrigues (7/3), Antonio Rodrigues Alves Pereira (8/3), João Chrisóstomo (10/3), Arnaldo de Oliveira

Barreto (13/3), Antônio de Azevedo Antunes (16/03), José Ribeiro Escobar (20/03), Mariano de Oliveira (23/03), Pedro Voss (27/03), João Pinto e Silva (29/03), Francisco Azzi (30/03) e Ramon Roca Dordal (06/04). Perfazem, quanto aos cargos ocupados naquele momento, registrados pelo jornal em suas respectivas apresentações, um diretor geral da instrução pública, quatro inspetores, três diretores, quatro professores de Escola Normal, além de um ex-professor e de um colaborador do jornal. Com esta seleção, o jornal indica ter tido a intenção de ouvir as opiniões dos ocupantes dos diferentes graus da organização burocrática da Inspetoria-Geral da Instrução Pública, estipulada pela Lei 520, de 1897, pouco mais tarde denominada Diretoria Geral.

A ampla maioria dos entrevistados integra um grupo que, diplomado pela Escola Normal no último decênio da monarquia, ganhou "projeção política e administrativa" nos anos iniciais da primeira década republicana (MONARCHA, 1999, p.214). Esta geração de normalistas, cujos mais antigos representantes no inquérito, Ramon Roca Dordal e Mariano de Oliveira, formou-se em 1888, "destacou-se ao liderar movimentos associativos do magistério, assessorar autoridades educacionais e produzir material didático de divulgação das novas idéias, especialmente no que diz respeito ao ensino da leitura" (MORTATTI, 2000, p.78). A maioria dos entrevistados participara do movimento de uniformização do ensino no Estado de São Paulo, desencadeado na gestão de Oscar Thompson na Diretoria Geral da Instrução Pública (1909-1910), como autores de métodos e cartilhas ou na condição de inspetores de ensino e membros de comissões encarregadas de revisão e indicação de livros didáticos e cadernos, mapas e materiais de ensino, adotados nas escolas públicas (Souza, 1998, p.233).

Grande parte dos entrevistados figurou na diretoria da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista (1901), entidade criada com o fim de defender e orientar a classe docente do estado, assim como das comissões de redação da *Revista de Ensino*, sua publicação periódica. Assim, Antonio Rodrigues Alves Pereira, João Pinto e Silva, Ramon Roca Dordal e João Chrisóstomo dos Reis Jr. haviam sido signatários dos estatutos da Associação; enquanto João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson e José Ribeiro Escobar ingressaram na entidade após a aprovação dos estatutos, mas se destacaram por suas atuações junto à *Revista*. Arnaldo da Silva Barreto também participou da redação da revista (CATANI, 1989, p.54). Tal vinculação, somada à condição funcional dos entrevistados na organização burocrático-administrativa da instrução pública paulista, pode explicar certas características do documento em exame.

As perguntas feitas no inquérito estimulavam tanto a elaboração, por parte dos

entrevistados, de um diagnóstico da situação da instrução primária no estado, como de propostas para uma eventual reforma, apresentando os seguintes tópicos: lacunas e defeitos do ensino, a questão dos programas, horários de atendimento escolar, métodos de ensino, grupos escolares e escolas isoladas, escolas rurais e ambulantes, ensino rural, ensino moral e cívico, provimento das escolas, seleção do professorado, ordenados e recompensas do professorado, organização de ensino, orientação pedagógica, direção do ensino, escolha de livros didáticos e, finalmente, um item reservado para a sugestão de reformas a serem empreendidas na instrução pública do estado.

Na maior parte dos casos, como indicam as menções explícitas do jornalista e a reprodução dos diálogos, procedeu-se por entrevistas presenciais, mas houve casos em que entrevistados enviaram suas respostas por carta. Havia um roteiro previamente estipulado, cuja seqüência deveria ser respeitada. O exame da série indica claramente os recursos utilizados pelo jornalista para homogeneizar as matérias: preparar as entrevistas antecipadamente, segundo temas dispostos em uma determinada seqüência; introduzir "retrancas" no texto, a cada tópico surgido, a fim de separar e dar destaque aos assuntos. Assim, embora haja nas entrevistas inclusões, supressões, mescla de tópicos e desequilíbrio no tratamento, introduzidas ao sabor da personalidade do entrevistado ou mesmo dos rumos da conversação, os textos publicados são muito semelhantes em sua forma.

Ao cotejarem-se os tópicos do inquérito com os artigos e editoriais dos três ciclos da *Revista de Ensino*, conforme identificados por Catani (1989), torna-se evidente que Mesquita pautou o inquérito segundo os temas e polêmicas mais afetos ao professorado militante do estado havia mais de um decênio. Em outras palavras, o jornalista convidou os "especialistas" para falarem sobre as tópicas que julgavam decisivas e fundamentais. Provavelmente, o fez para confrontar os "políticos" que vinham dando as cartas nos poderes executivo e legislativo do estado, ou seja, os responsáveis por uma situação sobre a qual se apontam "defeitos e lacunas". A condição de funcionários públicos, assim como as altas posições naquele momento ocupadas no *staff* administrativo da Diretoria Geral da Instrução Pública, entretanto, contribuíram para amenizar o tom das críticas.

Oscar Thompson, então diretor da Escola Normal Caetano de Campos e ex-Diretor Geral da Instrução Pública, de início não se mostrou à vontade para a entrevista. Como seria esperado de quem ocupara havia pouco o topo da hierarquia da administração da instrução pública incomodava-lhe dissertar sobre as lacunas e defeitos do ensino, nos quais estivera diretamente implicado. Preferia ressaltar os feitos que "os governos paulistas" vinham realizando desde os primeiros atos da reforma para o progresso da instrução no estado,

atribuindo à falta de tempo a incompletude da obra: "em vinte e quatro anos de trabalho, lapso de tempo insignificante para tão vasta reforma, o governo paulista conseguiu resultados que outras nações não lograram obter". O mero exame das estatísticas educacionais do estado poderia desfazer a "ilusão" de que a instrução pública não progredira. Por fim, sentencia: "acho que temos progredido sempre e as minhas homenagens aos continuados esforços dos governos paulistas são sinceras" (*OESP,* 27/02/1914).

Em suas considerações iniciais, o Diretor Geral da Instrução Pública (1912-1916), João Chrisóstomo, repete Thompson, a quem viera substituir no cargo. Embora reconheça a existência de defeitos e lacunas, recusa-se a ver o ensino primário como "um monstro aleijão". Lembra, como Thompson, que os sucessivos governos republicanos deram a maior atenção aos problemas da instrução pública, tendo sempre o professorado paulista como "colaborador efetivo da educação da infância". O repórter então lhe pergunta: "Se é assim, ao que o senhor atribui os defeitos e as lacunas?". Sua resposta é, de novo, semelhante à de seu antecessor: vinte e dois anos não é tempo suficiente para que se torne perfeita "uma instituição que se achava em estado embrionário" (*OESP,* 10/03/1914).

Tanto o inspetor Azevedo Antunes (16/03), como Pedro Voss (27/03), diretor da Escola Normal de Itapetininga, dão respostas semelhantes. O recurso "republicano" de invocar o vazio do Império, implícito na idéia de que as primeiras reformas produziram um embrião, aparece explicitamente nas falas de Antonio Rodrigues Alves Pereira, diretor do Ginásio de Campinas, e de Ramon Roca Dordal, inspetor de ensino. Enquanto que, para o primeiro, os defeitos existentes no ensino do estado "são ainda resultantes dos vícios da escola antiga, da organização centralizadora em uso desde os tempos coloniais no nosso sistema de instrução primária" (*OESP,* 8/3/1014), o segundo afirma que "nem tudo são defeitos e lacunas", mas pergunta: "como estar tudo feito onde tudo faltava?" (*OESP,* 6/4/1914).

Há, em certos casos, certa indulgência para com a situação do ensino em São Paulo, como nas respostas de José Escobar, professor da Escola Normal de Itapetininga, e de Ruy de Paula Souza, professor de francês da Escola Normal Caetano de Campos. Para José Escobar (*OESP,* 20/3/1914), na instrução pública do estado, como na superfície solar, há pontos brilhantes, e não apenas manchas; lacunas e defeitos estão presentes nos sistemas de educação de todos os países do mundo. Para Paula Souza, "parece que [o ensino] é o que poderia ser, no seio de um povo que está, em tudo, ensaiando, experimentando, iniciando", posição compatível com a condição de quem, na gestão de Oscar Thompson na Diretoria Geral da Instrução Pública, ocupara interinamente a direção da Escola Normal Caetano de Campos. Quanto ao legado das primeiras reformas, Paula Souza, alegando não ter condições

de ir além, devido aos limites do ponto de vista teórico que a função de professor o habituou a ter, procura não se comprometer com uma avaliação diagnóstica: "não quero externar-me acerca da organização propriamente dita; manifestem-se sobre isso aqueles que por um longo tirocínio puderam estudar na prática os prós e os contras" (*OESP,* 5/3/1914).

A postura cautelosa indica o receio dos entrevistados em ferir suscetibilidades por meio da palavra publicada, mas também, que reconhecem no jornal a sua condição apartidária, como um palanque da isenção e do compromisso com a verdade. Por isso, advertem que suas falas devem ser matizadas pelos leitores, uma vez declarado o viés que se introduz pelo fato de pertencerem ao quadro funcional da instrução no estado. Ramon Roca Dordal ilustra esta posição, ao confessar um "natural receio" de dar as suas opiniões, uma vez que, como "inspetor escolar em exercício desde 1907, cargo que considero de confiança, minhas opiniões poderão ser talvez tidas como suspeitas ou otimistas" (*OESP,* 6/4/1914).

João Lourenço Rodrigues, antigo inspetor de ensino e ex-Inspetor Geral da Instrução pública (1907-1909), mostra-se igualmente consciente da natureza de sua perspectiva. O então professor de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria da Escola Normal Caetano de Campos, "parte da 'elite' do professorado paulista", inicialmente resiste a responder ao inquérito, dizendo que qualquer "interpretação pessimista" de sua parte poderia ser tomada como uma crítica a seus sucessores na gestão da instrução pública. Diz ele: "ninguém pode ter ilusões sobre o estado em que [o ensino primário] se acha. [...] Mas não quero ser o primeiro a dar o brado de alarma. Podem interpretar-me mal" (*OESP,* 7/3/1914).

Convencido pelo insistente jornalista, porém, a exprimir a sua opinião, o ex-inspetor finalmente aponta como defeito primordial a "desarticulação das partes" do sistema de ensino, que teria sido promovida já na primeira década do século: "no período de 92 a 96 – belo período! –, o nosso sistema de ensino se desdobrava através de um conjunto de instituições seriadas [...]. Com o sistema das reformas parciais, tudo isso se desmantelou" (*OESP,* 7/3/1914). O legado dos primeiros reformadores aqui aparece desvirtuado pela ação cumulativa de "reformas parciais", pelas quais se pretendeu ajustar o sistema de ensino às demandas da população.

As idéias de que houvera um "período áureo" na instrução pública paulista e de que a essa era seguiu-se um tempo de decadência e caos permearam todo o discurso e a prática da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, à qual, como foi dito, pertenciam esses professores (CATANI, 1989, p.12). De acordo com Catani (p.16), "ao reformularem nostalgicamente as referências a esse período, os homens do início deste século [XX] lembrarão que as medidas adotadas tenderam a valorizar a atuação e a figura do

professor, [...] 'chave de toda a evolução do ensino'", incluindo-se aí "as reformas introduzidas no curso normal, que implicaram, entre outras coisas o aumento da duração do curso de três para quatro anos e a inclusão de novas disciplinas no currículo" (p.27).

Essa nostalgia e esse diagnóstico pertenciam, pois, ao discurso de um professorado descontente com a desvalorização social da categoria, cujos salários haviam sido reduzidos e as condições de trabalho, piorado, no período que se seguiu às primeiras reformas; com a precariedade da formação dos novos quadros do magistério; com a sua exclusão dos processos decisórios concernentes à educação.

Quanto a esse último ponto, Reis Filho observa que, com o Decreto n.518, de 1898, que estabelecera uma nova sistemática administrativa na estrutura de ensino paulista, desapareceu o Conselho Superior, órgão colegiado que, instalado no "período áureo", fazia ressoar "as aspirações do magistério e que chegou a exerceu certo grau de planejamento educacional". Eles queriam que os especialistas "assegurassem a posse da gestão dos assuntos educacionais" (CATANI, 1989, p.23), ou que, pelo menos, nisso fossem consultados. Curiosamente, o Diretor Geral da Instrução Pública, João Chrisóstomo, que desde o princípio esteve na Associação e na *Revista*, afirma ao jornalista que, nas ações dos governos paulistas relativas à instrução pública, o professorado paulista teria participado como "colaborador efetivo".

Quanto às "distorções" apontadas pelos professores, essas teriam-se originado pela ação de sucessivas "reformas parciais" que se sucederam aos primeiros decretos instituidores do sistema público republicano paulista, procurando atender ao desafio das "pressões de natureza quantitativa" que, surgidas nos últimos anos do XIX, então se agravavam. Entre 1890 e 1914, a matrícula geral no ensino primário paulista decuplicara, passando de 14.427 para 152.826 alunos; do mesmo modo, o número de grupos escolares aumentara de 38 unidades em 1898, para 150 em 1914. As medidas tomadas com vistas à expansão da rede de ensino, sem que tivesse havido um correspondente aumento de recursos, teriam levado à queda da qualidade do serviço (ANTUNHA, 1976, p.54). No interior, um grande número de grupos escolares fora criado, nem sempre contando com bons edifícios e mobiliário, materiais didáticos e professores qualificados em número suficiente. Na Capital, as matrículas foram garantidas mediante o desdobramento dos grupos escolares já existentes, ou seja, estes passaram a funcionar em dois turnos (pp.102-105).

O radicalismo das posições críticas à escola pública e à administração das questões de ensino no estado dera-se na segunda fase da *Revista*, de 1905 a 1910. De acordo com Catani (1989, p.24), nessa fase o periódico deixara de ser subvencionado pelo Estado, o que,

se lhe trouxe dificuldades de sobrevivência material, deu bem maior liberdade aos discursos. Nesses discursos, aos legisladores eram imputadas "as principais responsabilidades pelas distorções do sistema de instrução", e aos professores, "especialistas", deveriam ser entregues as reformas educacionais. Com o atrelamento do periódico da Associação à Diretoria Geral do Ensino, a partir de 1911, porém, alterara-se o tratamento das questões de ensino em suas páginas. A *Revista* adota, nessa fase, um "tom exortativo e acentuadamente pragmático [...] como se sua finalidade fosse a de dar 'imediata orientação' ao professorado", e as discussões sobre condições de trabalho e salário, antes predominantes, dão lugar às questões de educação moral, higiene e disciplina.

Em 1914, portanto, a categoria encontra-se "silenciada", já que o órgão pelo qual se comunicava publicamente prendera-se demais ao Estado, para que coubessem críticas significativas às suas ações. O inquérito parece ser a oportunidade que Mesquita oferece à expressão do descontentamento da classe professoral, evidentemente, por querer alvejar o poder político estadual, denunciando suas fraquezas no que concernia à importante questão da instrução pública, uma das bandeiras da propaganda republicana. Ele, que em 1892 havia dado voz a Gabriel Prestes, representante do magistério no Congresso Paulista, publicando seus doze artigos sobre a reforma da instrução pública, parecia ainda simpático à causa dos professores, que toma como aliados na crítica à facção do PRP que controlava o estado.

Referências bibliográficas

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. (1976). *A instrução pública no Estado de São Paulo*. A reforma de 1920. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

CALDEIRA, Jorge. (2002). Julio Mesquita, fundador do jornalismo moderno no Brasil. In: MESQUITA, Julio. *A Guerra (1914-1918) por Julio Mesquita*. São Paulo: O Estado de S.Paulo: Terceiro Nome, (vol.1), pp.21-33.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. (1987). São Paulo: Brasiliense.

CATANI, Denice B. (1989). *Educadores à meia-luz*. Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

CATANI, Denice B. (1998). Metáforas da iluminação: observações acerca do estudo da história da educação republicana. In: SOUZA, Cynthia Pereira de (org.). *História da Educação*. Processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, pp.43-52.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. (1999). *A Escola Normal da Praça*: o lado noturno das luzes. Campinas: Unicamp.

MORTATTI, Maria do Rosário L. (2000). *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo, 1876-1994). São Paulo: UNESP: CONPED.

O ESTADO DE S.PAULO (1914). *Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades.* [de 27/02/1914 a 20/04/1914].

REIS FILHO, Casemiro dos. (1995). *A educação e a ilusão liberal*. Origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. [atualizada]. Rio de Janeiro: Mauad.

SOUZA, Rosa Fátima de. (1998). *Templos de civilização*: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O empenho franciscano-hagiográfico na pacificação das cidades: os vínculos morais da política (séc. XIII).

André Luis Pereira[1]

Resumo: Uma leitura atenta das compilações hagiográficas franciscanas do século XIII nos possibilita descobrir o esforço discursivo da hagiografia para a implantação de um projeto político de pacificação e ordenamento social. Acreditamos que a narrativa hagiográfica favorece uma leitura múltipla desse fenômeno de interferência mendicante no campo da normatização das condutas políticas no âmbito citadino, o que, de resto, ainda permanece um campo de pesquisa pouco explorado. Nessa comunicação, priorizaremos a *Compilatio Assisiensis* e o *Memoriale in desiderio animae* que, juntos, nos dão uma idéia das principais preocupações pastorais e sociais do chamado franciscanismo do século XIII.
Palavras-chave: Franciscanismo, hagiografia, cidades.

Résumé: Une lecture attentive des compilations hagiographiques franciscaines du XIIIe siècle nous donne la possibilité de découvrir l'effort discursive de l'hagiographie pour l'implantation d'un projet politique de pacification et ordonnance social. Nous croyons que le récit hagiographique favorise une lecture diverse de ce phénomène d'interferénce méndiant dans le champ de la normatisation des éthiques politiques chez les villes. Ce sujet-là se présent encore comme un champ d'étude peut exploré. Dans ce texte, nous ferons attention à la *Compilatio Assisiensis* et au *Memoriale in desiderio animae* lesquels nous donnent l'idée des principaux preoccupations pastoraux et sociaux du franciscanisme du XIIIe siècle.
Mots-clé: Franciscanisme, hagiographie, villes.

Na presente comunicação, pretendo discutir alguns resultados de minha pesquisa de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, em janeiro de 2007 e que teve por título: *"A representação do espaço urbano na hagiografia medieval franciscana: perspectivas de uma política social mendicante"*. Meu intuito não foi estudar a 'relação do franciscanismo com as cidades italianas' do ponto de vista da inserção da Ordem nesse espaço social ou então do ponto de vista da interferência da mesma no tecido urbano; ainda que se possa sempre revisar e complementar os trabalhos anteriores, acredito que tal estudo já foi executado de maneira exaustiva, sobretudo pelos historiadores franciscanistas da Itália. A premissa básica de minha pesquisa teve por base os resultados desses trabalhos, mas, distinguindo-me dos mesmos, procurei complementá-los trazendo para a discussão o 'aspecto hagiográfico' que, em minha opinião, marcou em demasia a própria interpretação de mundo que os minoritas das primeiras gerações elaboraram para si. O caso urbano que transparece nas hagiografias me parece sintomático desse processo interpretativo.

---

[1] Doutorando em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O trabalho apresentado contou com o financiamento da FAPESP.

É de conhecimento geral que a Ordem franciscana compôs um farto acervo hagiográfico ao longo dos séculos XIII e XIV: legendas, vidas, atos, compilações, *flores,* diálogos, etc. Impulsionada pela paradigmática figura do santo fundador, mas também pelas figuras de seus primeiros seguidores, a Ordem valeu-se dessa multissecular tradição narrativa cristã, a hagiografia, para expressar, sob forma compendiada, os principais atributos e fundamentos de seu 'modo de vida', ou, em linguagem eclesiástica, sua *"conversatio",* a qual se segue à chamada *"conversio"* (conversão). Ao menos no que se refere aos franciscanos, há que se ter em mente a grande importância que teve esse 'aspecto hagiográfico' para o estabelecimento dos critérios interpretativos daquilo que hoje se pode pensar como o próprio do "franciscanismo". Desse modo, não deve espantar o fato de que uma das principais crônicas franciscanas do século XIV, a chamada *Chronica XXIV Generalium,* composta por Arnaldo de Sarrant seja, em sentido próprio, uma grande compilação hagiográfica onde consta, inclusive, a legenda de Frade Junípero que nem ao menos foi considerado santo *stricto sensu* pela tradição da Ordem.

A verificação da extrema ductilidade das narrativas santorais aos propósitos da Ordem minorítica, sejam eles pastorais, disciplinares ou morais, me levou a cogitar que talvez houvesse também uma "estrutura hagiográfica" na maneira como os primeiros franciscanos enxergavam a penetração e ação de sua família religiosa no tecido urbano que a viu nascer. Portanto, meu objetivo principal não foi usar a farta tradição hagiográfica franciscana como fonte de informações sobre a "ação real" dos religiosos dentro das cidades, mas captar, se possível fosse, aqueles mínimos elementos hagiograficamente ordenados que apontassem para a intenção primeva que teria levado os minoritas a intervir no espaço urbano, moralizá-lo e transformá-lo de acordo com os pressupostos de sua experiência espiritual expressos nas páginas das prolíficas legendas.

Dentre as várias narrativas hagiográficas produzidas pelos franciscanos no século XIII, privilegiei a chamada *Compilatio Assisiensis*, conhecida por algumas edições como *Legenda Perusina,* e o *Memoriale in desiderio animae,* geralmente denominado *Vita Secunda sancti Francisci,* cuja composição deveu-se ao preclaro hagiógrafo, Tomás de Celano. Ambas as narrativas fazem parte do grande esforço da segunda geração de frades menores (a partir de 1240) para interpretar o significado do santo fundador na história da Igreja e na própria história da Ordem e para tentar resolver os tão citados descompassos entre a "teoria e a prática" ou entre a "intuição e instituição" no desenrolar da saga franciscana. O período que se seguiu à década de quarenta do século XIII marcou um dos pontos altos em que o "franciscanismo" precisou, por assim dizer, re-significar sua própria identidade e encontrar

respostas frente aos desafios impostos pela hierarquia eclesiástica e as contingências do tempo. Contudo, esses dois monumentos da hagiografia cristã ocidental, a *Compilatio Assisiensis* e o *Memoriale,* não podem ser lidos tão-somente segundo o viés do debate entre 'intuição original e realidade institucional' sob o risco de enfraquecer seu sentido e de cometer anacronismo.

Minha proposta, nesse sentido, foi restabelecer, o máximo possível, a primeira legibilidade dos artefatos narrativos santorais em que fosse perceptível a maneira como os religiosos franciscanos compunham, liam, ouviam e interpretavam esses artefatos. Aquilo que hoje os teóricos chamam de 'representação' pode soar estranho dentro dessa perspectiva de resgate das engrenagens de produção e leitura dos textos hagiográficos, uma vez que para os homens do medievo a hagiografia não 'imitava' o real, mas o efetivava. Entretanto, não se pode ignorar que, ao comporem uma legenda, os hagiógrafos tinham em vista não apenas o conteúdo experiencial de um suposto personagem histórico, mas um 'projeto moral' bastante definido dentro das preceptivas do gênero hagiográfico. E, segundo acredito, essas tais preceptivas, elaboradas lentamente pela tradição narrativa cristã na soleira da tradição antiga, foram muito mais determinantes para o gênero santoral e, por conseguinte, para a interpretação de época desse gênero, do que qualquer tipo de "individualidade", "originalidade" ou "psicologia" exclusivas desse ou daquele santo "biografado".

Esse "projeto moral", pois, pode ser captado no conjunto das narrativas selecionadas. Destarte, ambas as compilações tratam de matérias semelhantes, qual seja, a vida de são Francisco de Assis e os primeiros anos da Ordem por ele fundada, e tiveram fontes comuns; no entanto, a própria organização dos textos, a disposição do conteúdo, as presenças e ausências, divergentes entre as duas hagiografias, denunciam que estamos diante não de composições informativas, mas, sobretudo formativas. A meu ver, daqueles códices não surge em primeiro plano, por exemplo, um santo ou uma Ordem real, mas um "arquétipo ideal" que tanto o hagiógrafo quanto o grupo a que ele pertence elaboram como sendo o real e o propõe a seu público. Dessa feita, o aspecto de exemplaridade, comum à boa parte do acervo "literário" do medievo, se me afigura como o mais digno de nota, pelo menos com referência à matéria santoral mendicante.

No que diz respeito à questão urbana ou à ocorrência citadina não convém esperar que os monumentos hagiográficos de qualquer tradição ofereçam descrições tratadísticas, descritivas ou "realistas"; o mesmo se pode falar dos outros elementos narrativos. Porém, não poucas vezes as cidades, suas praças, ruas, portas, muralhas, mercados, igrejas assomam como peças importantes no conjunto das legendas. Em certas passagens, a cidade aparece

como cenário da narração, em outras o espaço urbano é descrito como receptor da ação do santo ou ainda como detentor das virtudes taumatúrgicas de seu patrono; em algumas ocorrências, a cidade é descrita como metáfora da vida social que, em contato com a mensagem do santo ou com sua presença física ou incorpórea é transformada de acordo com os pressupostos morais e espirituais defendidos por esse ou aquele personagem santificado.

Para entender melhor o que foi dito, há que se fazer uma justa observação: de modo geral, a legenda se constitui como tributo oferecido à memória de um santo após a morte deste. Contudo, o que nela vem escrito ora se refere a episódios em vida ora a ações extraordinárias ocorridas pela intervenção do santo apesar de este já ter morrido. No caso dos santos patronos, as virtudes taumatúrgicas são continuamente invocadas na defesa da cidade onde o mesmo viveu ou exerceu grande atividade, por exemplo, como bispo. Porém, há casos em que o santo ainda vivente procurou atuar de forma direta dentro da cidade seja pela atividade predicativa ou contemplativa, seja pelas atividades laborais mais diversas, como o caso do bem-aventurado Egídio de Assis que, estando em Roma, carregava as bilhas de água para os moradores, ajuntava lenha e ajudava os camponeses na colheita de nozes.

No caso das compilações escolhidas, as cidades são apresentadas como importantes cenários da missão evangelizadora de são Francisco e, por extensão, de seus discípulos, ao mesmo tempo em que elas também sintetizam o laboratório ou o receptáculo de todo empenho missionário, lugar privilegiado em que o frade menor pode e deve exercer o próprio de sua vocação. Especificando ainda mais, podemos dizer que as hagiografias franciscanas definem a *conversatio* minorítica na esteira da *regra* e do *testamento* do santo fundador, cujo principal elemento de definição se nos desponta na chamada 'vida de penitencia'. Assim, dado que as cidades eram consideradas como herdeiras de Caím e figuras da Babilônia, o frade menor, penitente e pregador por vocação, necessitava estar na cidade, pois é a própria cidade que o define como servo de Deus no combate aos vícios e no ordenamento das más condutas dos moradores.

Concomitantemente a essa imbricada correlação 'frade menor-cidade', as compilações apresentam os vínculos sociais sob bases morais e não políticas; em outras palavras, a cidade seria um agrupamento de pessoas reunidas por interesses comuns, mas que só pode permanecer unida se se mantiver firme na observância das virtudes morais exigidas pelos preceitos cristãos. Sob esse aspecto, o espaço urbano é apresentado como metáfora da insuficiência da sociedade humana para se tornar melhor; se algum aperfeiçoamento é possível, o mesmo não ocorre sem a intervenção divina mediada pela prédica penitencial. Em síntese, pode-se falar que os hagiógrafos partem do pressuposto de que a vida social é

naturalmente corrupta ou decaída, a rigor, desordenada. Essa constatação de *per si* nada tem de impressionante dentro da lógica eclesiástica do medievo, na qual a noção de ordem, harmonia, beleza, virtude aparece comumente como atributo divino concedido ao homem por participação e por graça. Entretanto, aqui não está em jogo apenas essa leitura "pessimista" da condição social, mas, sobretudo a efetiva participação dos frades no reordenamento da sociedade através de sua palavra penitencial que deveria ser acolhida e observada na prática das relações interpessoais e políticas das cidades. Do que foi dito se depreende o lugar primordial que os mendicantes estabeleceram para si amiúde a contragosto do clero secular, pois as narrativas minoríticas são insistentes ao observar que a mera presença da Igreja e de clérigos não garante a integridade moral das cidades.

Deveras, nos capítulos 74, 75, 84 e 108 da *Compilatio Assisiensis* e nos parágrafos 34, 35, 37 e 108 do *Memoriale in desiderio animae* encontramos, por assim dizer, a súmula da compreensão hagiográfico-franciscana de sociedade. Nessas passagens são apresentados alguns episódios de direta intervenção de são Francisco e/ou de seus frades no interior de cidades como Perúgia, Arezzo, Assis e Greccio. As três primeiras eram sedes episcopais e dispunham de clérigos seculares e regulares a seu serviço. Nenhuma delas estava, pois, desprovida de assistência espiritual; entretanto, todas são descritas como desordenadas, pecadoras, viciosas, etc. A condição de inferioridade moral era a causa, segundo os hagiógrafos, da situação de desmantelamento social, das guerras civis, do ódio entre cidades vizinhas, das pestes e pragas, dos assaltos e de toda sorte de calamidades que ameaçavam destruir os centros urbanos.

Se nessas cidades havia a presença da instituição eclesiástica e se havia, no pensar dos hagiógrafos, a supremacia da vida espiritual sobre a temporal, podemos nos perguntar por que esses elementos foram descritos como ineficientes para ordenar a cidade. A meu ver, a resposta mais verossímil pode ser encontrada no chamado 'escatologismo' mendicante, comum, portanto, aos franciscanos e dominicanos dos séculos XIII e XIV. Disso as hagiografias são preclaros exemplos.

A pregação penitencial e o próprio advento dessas Ordens na história da Igreja são descritos em chave escatológica como sendo a última chance dada por Deus para a 'conversão do mundo'. E, na esteira, por exemplo, de Jacopo de Varazze na *Vita sancti Dominici,* a salvação do mundo passa necessariamente pela pregação. Os patriarcas, profetas, o próprio Cristo em sentido lato, os apóstolos, os doutores foram, na verdade, pregadores por excelência que, em momentos axiais da história, intervieram para resgatar os homens e restabelecer o ordenamento divino das coisas. Findo o tempo da conversão do mundo, restaria ao supremo

juiz pôr termo ao tempo presente. Nesse momento extremo da história humana, os mendicantes assomariam como os legítimos continuadores da plêiade dos homens de Deus que, pela pregação, procuraram exortar os homens a se voltarem para Deus. O que aqui parece estar em jogo não é apenas a sobrevalorização do papel mediador da instituição eclesiástica, mas, além disso, do insubstituível mister das Ordens mendicantes na manutenção da ordem social, pois a cidade, enquanto extensão de Babilônia necessitava impreterivelmente da ação mendicante para se tornar Jerusalém.

As compilações franciscanas confirmam a inclinação escatológica das legendas dominicanas e, junto com essas, formam um complexo projeto de transformação social através da predominância de certos valores característicos das Ordens mendicantes que, em suma, não divergem do cristianismo, mas acentuam aspectos diferentes. No caso franciscano, por exemplo, não seria exagerado imaginar que os hagiógrafos procuraram aliar o conteúdo de seus escritos à campanha predicativa desenvolvida pelos pregadores da Ordem em prol da pacificação das cidades beligerantes do norte da Itália em meados do século XIII. Em alguns episódios é ainda verossímil supor a intenção de implantar o estilo de vida religioso dos frades dentro das muralhas das cidades, operando aquilo que chamei de "franciscanização do espaço urbano".

No entanto, o processo de 'conversão das cidades' ou sua 'franciscanização' não acontecia pela refutação da vida citadina em sentido estrito. Nas compilações não há qualquer tipo de invalidação das estruturas sociais urbanas, pois o problema, para os hagiógrafos, estava nos desvios morais que podiam ser resolvidos pela pregação. Assim sendo, não podemos falar em 'reforma política' mendicante, mas em 'reforma dos costumes'; contudo, o estudo da história não raro mostra que a intervenção dos frades nos rumos da vida citadina se tornou decisiva também em questões políticas, como apontam os tratados mendicantes sobre a governação das cidades que foram comuns em fins do século XIII, todo o XIV e sendo encontrados até no século XV, pelo menos.

Referências bibliográficas:

BIGARONI, Marino. «*Compilatio Assisiensis» dagli Scritti di fr. Leone e Compagni su S. Francesco d'Assisi.* I edizione integrale dal Ms 1046 di Perugia con versione italiana a fronte introduzione e note. Assis: Edizione Porziuncola, 1975.

CHRONICA XXIV Generalium Ordinis Minorum. In: *Analecta Franciscana,* Quaracchi, Tomo III, ad Claras Aquas, 1897.

FR. THOMAE DE CELANO. Vita Prima S. Francisci [Vita beati Francisci]; Vita Secunda S. Francisci [Memoriale in desiderio animae]. In: Legendae S. Francisci Assisiensis saec. XIII et XIV conscriptae, I, *Analecta Franciscana,* Quaracchi, Tomo X, p. 1-268, 1926-1941.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

George F. Kennan e a política de "contenção" da Guerra Fria

Andrea M T. Pennacchi*

Resumo: Por meio da análise do campo intelectual e político configurado na ultima metade da década de 1940, pretende-se investigar o modo como o discurso institucional elaborado por George F. Kennan – historiador, diplomata de carreira e especialista em assuntos soviéticos - foi apropriado por uma fração da classe dominante norte-americana para dar origem à política de contenção ao expansionismo soviético praticada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Pretende-se fazê-lo pesquisando os laços de interdependência existentes entre os campos político e intelectual em que Kennan estava inserido e investigando *se* e *como* essas relações contribuíram para consolidar o poder do atual complexo industrial-militar norte-americano.

Palavras chave: George F. Kennan – Contenção ao expansionismo soviético - Guerra Fria.

Abstract: We have in mind to research the intellectual and political fields built up in the late 1940's and investigate how the institutional speech of "containment" structured by George F. Kennan - an historian, diplomat and Truman's advisor on soviet affairs – was appropriated by a fraction of the north-American ruling class, giving birth to a military US foreign policy that prevailed during Cold War. We intend to do it researching the eventual existence of an interdependence between the intellectual and political fields that Kennan belonged to and analyzing if and how those relations contributed to consolidate the power of the current US industrial-military complex.

Key Words: George F. Kennan - US containment policy -. Cold War.

A Guerra Fria foi um peculiar confronto ideológico ocorrido entre União Soviética e Estado Unidos, que teve em George F. Kennan um de seus principais mentores intelectuais: funcionário de carreira do Departamento de Estado, entre 1944 e 1946 ele assumiu a função de vice-chefe da missão diplomática americana sediada em Moscou e no final desse período, enviou um relatório de observação ao Secretário de Estado, James Byrnes.

* A autora é Mestre e Doutoranda em Historia e Sociedade pela UNESP – Assis/SP e docente das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo–Pres. Prudente/SP. Contato: andreapennacchi@terra.com.br

Nesse "longo telegrama" (com cerca de 5.300 palavras), Kennan propunha a seus superiores uma nova estratégia para lidar diplomaticamente com a União Soviética. Apesar de considerá-la muito fraca para arriscar-se a uma nova guerra, ele a acreditava capaz de expandir-se para o Ocidente por meio de subversão sob a liderança dos partidos comunistas controlados por Moscou, principalmente nos países desmoralizados e devastados pelo conflito que acabara de se encerrar.

Conforme narra em suas Memórias[1], ele pretendia relatar que esse comportamento soviético no cenário internacional apoiava-se basicamente nas necessidades autocráticas e pessoais de Stalin. Ou seja, que o ditador soviético se utilizava da ideologia comunista para criar um ambiente externo hostil ao capitalismo. Ao promover um discurso político privilegiando a eminência de agressões externas ao seu regime, Stalin buscava justificativas para a ferocidade da ditadura interna que exercia - e ao mesmo tempo, enquanto procurava manter a respeitabilidade moral e intelectual do marxismo externamente, podia dedicar-se ao expansionismo.

Para evitar um confronto direto que seria improdutivo - e muito improvável entre as duas potências vencedoras da 2ª. Guerra - Kennan sugeria aos seus superiores que os Estados Unidos usassem de pressão econômica sobre as nações industrializadas na Europa Ocidental e na Ásia, ajudando sua reconstrução no pós-guerra e ao mesmo tempo, fortalecendo as instituições democráticas que as sustentavam. Essa pressão deveria ser suficiente para "conter" a ameaça soviética com um estratégico equilíbrio de poderes e teria um caráter diplomático e sutil enquanto aguardavam a dissolução natural do regime stalinista que, ele acreditava, estava isolado, enfraquecido e destinado a desintegrar-se.

Assim que chegou a Washington, o 'longo telegrama' de Kennan chamou a atenção do então Secretário da Marinha, James Forrestal[2], membro de facção governista que advogava uma política de endurecimento nas relações com a União Soviética. Atraído pela conotação militarista que julgou identificar no relatório, Forrestal procurou trazer Kennan de volta para Washington e reforçou sua indicação para a chefia do recém criado Gabinete de Planejamento Político[3], o mais importante braço estratégico do Departamento de Estado.

---

[1] Kennan, *Memoirs: 1925-1950,* pp. 292-295

[2]Durante a 1ª. Guerra, James Forrestal tornou-se tenente-aviador naval e desenvolveu funções administrativas no Gabinete de Operações em Washington. Após a guerra, trabalhou com publicidade política para o partido Democrata e ajudou a eleger F.D. Roosevelt. Em 1940 foi nomeado Sub-Secretário da Marinha, assumindo o posto de titular em 1944, com a morte de John Knox. Tinha uma preocupação neurótica com o comunismo e com a perigosa atração ideológica que este poderia exercer sobre os países dizimados e desestabilizados pela guerra na Europa e na Ásia. Em 1947, James Forrestal foi nomeado o primeiro diretor do recém criado Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

[3] O Gabinete de Planejamento Político (*Political Planning Staff*/PPS) foi criado em 1947 com a finalidade de ser uma fonte independente de análise política e de aconselhamento para o Departamento de Estado. De acordo com

Em julho de 1947, logo após sua volta aos Estados Unidos, Kennan publicou na revista *Foreign Affairs*[4] um artigo que reforçava as idéias lançadas em seu telegrama e adicionava outras, talvez um pouco mais contundentes, em relação a Moscou. Nele, Kennan reafirmava seu conceito de que Stalin advogava uma revolução contra o "cerco das forças capitalistas" para reforçar seu próprio poder e reforçava a idéia de que os Estados Unidos "*deveriam criar uma política paciente, firme e vigilante de contenção às tendências de um eventual expansionismo soviético*"[5], já que só vias diplomáticas seriam ineficientes para lidar com o obstinado expansionismo de Moscou.

Além disso, ele também dizia que aos Estados Unidos cabia assumir essa "contenção" de forma solitária e unilateral. Essa tarefa não poderia de forma alguma afetar a estabilidade econômica ou a política interna dos Estados Unidos, mas assegurava que, se fossem bem sucedidos em conter a pressão soviética contra as instituições livres do mundo ocidental nos pontos geográficos e políticos mais estratégicos, contrapondo-se às manobras do socialismo em cada um de seus movimentos, a pressão sobre o Partido Soviético seria tão forte que resultaria "*ou no desmoronamento, ou na gradual dissolução de seu poder*[6]."

Uma das maiores polêmicas da Guerra Fria foi levantada a partir dessa publicação, pois quando a mídia identificou o seu autor como o recém nomeado chefe do Gabinete de Planejamento Político do Departamento de Estado de Truman, suas idéias foram tomadas como representativas daquela Administração. Entretanto, segundo o próprio Kennan narrou em suas memórias, o artigo não deixava claro um maior favorecimento a métodos militares em detrimento dos de caráter político e econômico como agentes de contenção:

> *(...) Minhas idéias foram distorcidas por pessoas que as compreenderam e perseguiram como se seu caráter fosse exclusivamente militar; e penso que isso, mais que qualquer outra coisa, levou aos 40 anos de uma Guerra Fria assustadora, inútil, dolorosa e cara. (tradução da autora)"* [7]

Alguns meses depois, em meados de 1948, na chefia do Gabinete de Planejamento Político, uma nova avaliação do *status* soviético no cenário internacional fez Kennan convencer-se de que a União Soviética não representava mais os mesmos riscos para a democracia, pois parecia evidente que Stalin mantinha-se no Partido à custa de um enorme esforço de repressão e que as dificuldades econômicas na reconstrução dos países comunistas

---

o New York Times, como uma organização *think-thank*, o PPS deveria preocupar-se com tendências gerais e ser capaz de encontrar relação entre vários elementos de um problema, prever dificuldades, formular planos mundiais a longo prazo e em geral, juntar tudo isso para, com objetividade, promover a defesa de interesses norte-americanos nas relações internacionais. (ATKINSON, Brooks. *America's Global Planner*. In **The New York Times**, Jul.13, 1947

[4] KENNAN. G. F. "X," *The Sources of Soviet conduct*. In **Foreign Affairs**, XXV (July, 1947),

[5] Ibidem, p. 575-576.

[6] Ibidem, p. 566-4582

[7] Idem, *Memoirs: 1925-1950,* pp. 354-367

devastado pela guerra se contrapunham dolorosamente aos resultados positivos obtidos no Ocidente com o Plano Marshall.

Essa nova configuração internacional levou Kennan a sugerir aos seus superiores no Departamento de Estado que as negociações diplomáticas com Moscou fossem retomadas e que estratégias políticas e econômicas passassem a ter prioridade sobre as ações militares em andamento[8] – mas desta vez, suas recomendações tão vigorosamente saudadas anteriormente, não tiveram qualquer eco no seio da elite político-militar da Administração Truman.

Por quê? O que havia mudado? Por que o governo Truman e todos os que o sucederam se comprazeriam em manter uma estrutura militar "assustadora, inútil, dolorosa e cara" quando isso já não era mais necessário? Que tipo de interesses estiveram em jogo nos bastidores de Washington durante os cinco anos que sucederam à 2ª Guerra e como se refletiram no fortalecimento do poder militar norte-americano ao longo da segunda metade do século XX?

Por que as idéias de Kennan, um acadêmico que se posicionou de forma privilegiada no Departamento de Estado, foram apropriadas pela facção política no poder para reconfigurar o cenário internacional do pós-guerra e posteriormente, aparentemente foram distorcidas para atender a interesses não muito claros de uma elite mais agressiva?

Foi por esse motivo, para conhecer o *habitus* que cercou George F. Kennan e para estabelecer objetivamente as relações existentes entre a fração dos intelectuais à qual ele pertencia e as diferentes frações da classe dominante que se revezavam no poder e nas quais ele esteve inserido que esta pesquisa de doutorado procurará fazer uma testagem da teoria biográfica de Pierre Bourdieu, observando a funcionalidade dos conceitos de *campus*, *habitus e* poder simbólic*o* na vida e na carreira desse polêmico historiador militar.

Referências Bibliográficas

ATKINSON, Brooks. *America's Global Planner*. In **The New York Times**, Jul.13, 1947

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: ed. UNESP, 1997b.

BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e habitus de classe*. In **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

[8] Como por exemplo as dotações orçamentárias para o recém criado Ministério da Defesa, a continuidade das pesquisas nucleares em *Los Alamos* ou as *joint ventures* firmadas entre governo e indústria bélica que deram inicio ao complexo industrial-militar norte americano.

COLUMBIA UNIVERSITY. *Students Awards for Academic Year 1935-36*. in **The New York Times**, New York, Aug. 18, 1936

GADDIS, J. Lewis. *George F. Kennan and the strategy of containment*, in **Strategies of Containment: a critical appraisal of American National Security Policy during the Cold War.** New York: Oxford University Press, 2005. Pg. 25-53.

GADDIS, J. Lewis. **Strategies of Containment: a critical apraisal of American national security policy during the Cold War.** Revised and expanded edition. New York: Oxford University Press, 2005

GRIFFITS, Martim. *George Kennan*, in **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo, Ed. Contexto, 2004. Pg. 40-45

HOLBROOKE, Richard. The paradox of George F. Kennan, in Washington Post, 21 Mar.2005. Page A19. Disponivel em http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A52533-2005Mar20.html . Acesso em 12/05/2006.

HULEN, Bertram D. *Marshall reshapes "team'at the State Department*. In **The New York Times.** New York, Jun. 29, 1947

ISAACSON, Walter. **The wise men: six friends and the world they made**. New York: Touchstone, 1988

JENSEN, Kenneth M. **The origins of the Cold War: the Novikov, Kennan and Roberts 'long telegrams' in 1946**. Revised Edition. USIP Press Books, 1993

KENNAN, George F. **American Diplomacy** (Expanded Edition). Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

_____ & LUKACS, George. **George F. Kennan and the origins of Containment. 1944-1946: The Kennan/Lukacs correspondence**. Columbia: University of Missoury Press, 1997

_____ (X). *The sources of Soviet Conduct*, in **Foreign Affairs,** July, 1947

_____ *After the cold war: American Foreign Policy in the 1970s*. In **Foreign Affairs**, October, 1972

_____ *America and the Russian Future* (1951). In **Foreign Affairs**, Spring 1990.

_____ **Around the Cragged Hill: a personal and political philosophy**. New York: W.W. Norton Inc, 1999

_____ *Containment: 40 years later. Containment then and now*. In **Foreign Affairs**, Spring 1987.

_____ **Memoirs *1925-1950***, Little Brown and Company, 1992.

_____ *Memorandum by the Director of the Policy Planning Staff to the Secretary of State and the Under Secretary of State. PPS23: Review of Current Trends in U.S. Foreign Policy.* Published in: **Foreign Relations of the United States**, 1948, Volume I, pp. 509-529.

_____ **Sketches from a life**. New York: W W Norton &Company Inc, 2000

_____ *The long telegram*. Answer to **Dept's 284**, Feb. 3, Moscow, Feb, 22. 1946

_____ *Two hundred years of American policy: the United States and the Soviet Union: 1917-1976,* in **Foreign Affairs**, July, 1976.

KENNEDY, Paul. *Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980,* in **Ascensão e queda das grandes potências**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Kissinger, H *The success and the pain of containment*, in **Diplomacy**. New York: Simon and Schuster Paperbacks, 1994, pg. 446-572

KISSINGER, Henry. *The beginning of the Cold War*, in **Diplomacy**. New York: Simon and Schuster Paperbacks, 1994, pg. 423-445

KROCK, Arthur. *Marshall Plan Genesis*. In **The New York Times**. New York, Oct.1, 1947

LAFEBER, Walter. **America, Russia and the Cold War**. New York: McGraw Hill Publishing Co., 2003

LAWRENCE, W.H. *Tough man for a tough job*. In **The New York Times,** New York, March 17, 1946.

LEFFLER, M **A Preponderance of Power: The Truman Administration, National Security, and the Cold War.** Stanford: Stanford University Press, 1992

LEFFLER, Melvyn**. The Specter of Communism: The United States and the Origins of the Cold War, 1917—1953**. (1994).

LEFFLER, Melvyn. *Remembering George Kennan: Lessons for Today*? Project Report Summary, for United States Institute of Peace. May 04, 2006. Disponivel em: http://www.usip.org/fellows/reports/2006/0504_leffler.html Acesso 13/10/2006.

MISCAMBLE, Wilson D. **George F. Kennan and the making of American Foreign Policy, 1947-1950**. New Jersey: Princeton University Press, Col. Princeton Studies in International History and Politics, 1992

RESTON, James. *New policy staff will aid Marshall frame his plans*. In **The New York Times**, New York, Apr.25, 1947

SCHLESSINGER, Arthur M., Jr. *Origins of the Cold War*. In **America Since 1945***,* edited by David Durner and Robert D. Marcus. New York: St. Martin's Press, 1991.

US DEPARTMENT OF STATE. *Kennan and Containment*. Disponível em: http://www.state.gov/r/pa/ho/time/cwr/17601.htm . Acesso em 13/07/2006.

WERTHER, *The architect of the Cold War*, in Counterpunch, out of Bound Magazine . Published in 21 Mar.2005. Disponivel em http://www.counterpunch.org/werther03212005.html Acesso em 12/10/2006.

WILLIAMS, William A. *The nightmare of Depression and the vision of omnipotence: the open door policy and the onset of the Cold War*, in **The tragedy of American diplomacy**. New York: WW Norton, 1972. pg. 229-243

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reforma Agrária: na lei ou na marra? Representações do jornal *Folha de S. Paulo*

Cristiane Rodrigues Soares[1]

Resumo: O presente artigo faz uma abordagem, a partir da análise de editoriais e artigos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, sobre as representações desse periódico a respeito da proposta de reforma agrária desempenhada por João Goulart.

A análise atenta-se às disputas e lutas que caracterizam a produção por uma representação, considerando a imprensa um dos lugares de construção de sentidos sobre uma determinada realidade. De uma forma ou de outra, a *Folha* divulgou representações que reforçavam os valores e concepções de determinados grupos. Sendo assim, é primordial observar, no período abordado, esses campos de tensões, no qual certos grupos estão inseridos, na busca por imporem suas visões sobre a realidade.

Palavras-chave: imprensa, reforma agrária, representação

Abstract: The present article makes a boarding, from the analysis of editorials and articles published in the periodical Folha de S. Paulo, on the representations of this periodic one regarding the proposal of agrarian reform discharged by João Goulart. The analysis intent to disputes and fights that characterize the production for a representation, considering the press one of the places of construction meaning in the determined reality. Somehou or another one, Folha divulged representations that strengthened the values and conceptions of determined groups. Being thus, it is primordial to observe, in the boarded period, these fields of strains, in which certain groups are inserted, in the search for imposing its vienapoints about on the reality.

Keywords: the press, agrarian reform, representation

O jornal *Folha de S. Paulo* no decorrer da sua trajetória política, principalmente a partir dos anos 1950 propagava nas suas páginas a política da neutralidade. A defesa dessa

---

[1] Mestranda do Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Essa pesquisa vem sendo desenvolvida sob a orientação da Profª Drª Kátia Rodrigues Paranhos com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

política foi procurada como prova de limpidez democrática. (MOTTA e CAPELATO, 1980). Na análise das matérias veiculadas pela *Folha* sobre o programa de Reforma Agrária, percebe-se que essa política de imparcialidade continuou sendo difundida pelo jornal.

Ora, bem se sabe que tanto na imprensa, quanto em qualquer outro veículo de comunicação, existe certa dificuldade em executar - na prática - tal política, querendo ou não, defendem interesses e projetos daqueles grupos que se relacionam ou a mantém, uma vez que os jornais são instrumentos de interesses e de intervenção na vida social. Outro ponto a ser observado é que os meios de comunicação mudam, sempre que lhes convém, o seu posicionamento político – ora apoiando partidos de direita, ora os de esquerda – e com base nele afirmam assumir o papel de orientadores de ideais políticos.

Diante de tais constatações, torna-se incoerente aceitar a noção de que o jornal, tal como se considerou a *Folha de S. Paulo*, seja mero transmissor, neutro e imparcial, dos acontecimentos. Ao contrário, ele agrega um conjunto de indicadores políticos, econômicos e ideológicos, define papéis sociais e interage com a sociedade por meio de múltiplos discursos. Dessa forma, as reflexões que se seguem tem como pressuposto essas questões.

No decorrer do seu governo, principalmente após o restabelecimento do presidencialismo através de um referendo popular, João Goulart apresentou várias propostas para implementação das reformas de base. O carro chefe dessas reformas foi a reforma agrária. No discurso proferido na ocasião do 15° Aniversário da Constituição, o presidente fez um esboço do que seria a política do seu governo, citando ao longo dele a necessidade de se implantar reformas em vários âmbitos:

> *Não estarei dizendo novidade, entretanto, ao afirmar que a crise política, ainda há pouco superada, deita raízes mais profundas na crise de natureza econômica e social que se debate no país, e que urge convocar a inteligência e o civismo de todos os brasileiros pra o combate sem tréguas às causas estruturais, sob pena de que as soluções políticas, ainda que marcadas pela coragem cívica da nacionalidade, delimitem-se pela estreiteza dos episódios. Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo, nem pode o povo continuar a sustentá-la, se amarga na preterição dos seus problemas essenciais. Estou certo de que o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, há de oferecer à nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o dos abusos do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia nossas riquezas, regulamentando preceitos constitucionais, como e quando se fizer necessário, concretizando medidas do maior alcance social, que ainda figuram no texto da carta Magna como meras conquistas sem efetividade prática. De modo, enfim, que o povo sinta que, ao defender o regime democrático, defende em verdade seus próprios interesses, que são os superiores interesses do país. (Goulart reafirma fidelidade ao regime parlamentarista e faz apelo pró-paz mundial, Folha de S. Paulo, 19 set. 1961, p. 5)*

Essa proposta de Goulart a respeito das reformas de base, num primeiro momento, pareceu viável ao jornal, não houve críticas, pelo contrário, ao comentar sobre esse discurso a *Folha* se mostrou entusiasmada com tal projeto, pois poderia possibilitar um avanço em todos os sentidos e, sobretudo, no âmbito econômico. Essa postura se evidencia no editorial *O realismo agrário do gabinete* no qual o periódico apontou algumas considerações a respeito do programa de reforma agrária, afirmando que o projeto estava calcado em bases amplas e realistas, visto que procurou no plano esboçado obter o máximo de justiça social na agricultura, sem dano á produtividade e sem modificações constitucionais.

> *Ao declarar que o problema da reforma da estrutura agrária não pode circunscrever-se ao parcelamento da terra já em mãos de particulares do governo não fica numa frase: procura apontar saídas paralelas e complementares, como a abertura de novas fronteiras agrícolas num país de grande parte ainda por colonizar e que não pode continuar a depredar "o oeste", a utilização das terras públicas, a progressiva pressão fiscal contra a terra mal aproveitada, a melhoria dos índices de atenção ás diferenciações regionais, à melhoria em geral das reações e condições do trabalho rural et. Todo o esboço de um programa orgânico de reforma agrária se contem na primeira fala do governo parlamentar republicano. (O realismo agrário do gabinete, Folha de S. Paulo, 3 out. 1961. p. 4)*

Apesar de reconhecer que esse projeto de Reforma Agrária poderia melhorar a produção agrícola e as condições de trabalho no campo, através da utilização de terras públicas, de intensiva fiscalização com o intuito de diminuir as terras mal aproveitadas, o jornal fez algumas ressalvas ao discutir sobre a questão da desapropriação de terras particulares, ou seja, na visão do periódico, o presidente ao encarar esse problema, deveria levar em consideração a justiça social e a produtividade no campo, para que não se fizesse nenhuma mudança que destoasse dos limites constitucionais:

> *De qualquer forma, o governo pretende elaborar a reforma agrária dentro dos limites constitucionais vigentes, que se interpretarão no Congresso e no Judiciário. E nesse terreno, há muita coisa a fazer. Que se deixe para uma segunda etapa, quando houver mais experiência colhida, a hipótese de um reexame da Constituição, que venha a facilitar a luta contra a má exploração do solo e a melhoria do poder aquisitivo e do bem-estar dos lavradores em geral. É um caminho ao mesmo tempo prudente e progressista, que, trilhado com segurança e habilidade, poderá abrir novos horizonte a tão maltratada agricultura brasileira. (O realismo agrário do gabinete, Folha de S. Paulo, 3 out. 1961. p. 4)*

Até esse momento, o posicionamento do jornal *Folha de S. Paulo* não foi contrário a política de Reforma Agrária do governo, no entanto, apelou para que não fosse executada nenhuma medida de âmbito mais profundo (o jornal se referia a mudança de regimentos da constituição), mas que fossem tomadas decisões e executadas as ações com cautela, até ser

adquirida uma experiência que permitisse a execução de tal reforma de maneira mais profunda. Observa-se que enquanto as discussões sobre as reformas sugeriam pequenas mudanças, o jornal não se empenhou numa política contrária. Posteriormente, em outras matérias, os comentários se tornaram mais tensos, deixando transparecer a sua postura contrária a um projeto mais amplo.

Em meio a essas discussões sobre a implementação das reformas de base, João Goulart reivindicou a reforma constitucional, basicamente a alteração do Art. 141 que previa a indenização justa e prévia em dinheiro para as desapropriações de terra pelo governo. Esse preceito inviabilizava a realização de uma Reforma Agrária de maneira mais abrangente e efetiva, devido aos altos recursos que precisariam ser despendidos. (TOLEDO, 2004: 30-31).

A *Folha* criticou essa argumentação de Goulart afirmando que tudo isso não passava de tentativas para iludir o povo de que a Carta Magna vigente naquele momento era inoperante, ultrapassada e um instrumento nas mãos dos reacionários que não desejavam o progresso do país. Nas palavras do jornal, a argumentação de Goulart era absolutamente falsa, uma vez que a Constituição não impedia que se votasse a Reforma Agrária e as demais reformas urgentes e necessárias. Nesse sentido, aquele governo pretendia tumultuar e confundir o povo com objetivos que nem de longe se identificavam com as verdadeiras aspirações do país.

O fato é que no regime em que fora empossado – o parlamentarismo - João Goulart tivera seus poderes restringidos, afinal, um dos motivos de sua implantação foi reduzir os riscos de implementação de políticas contrárias aos interesses de grupos conservadores. O parlamentarismo, apesar de realmente não impedir que se votassem as reformas, excluía a possibilidade de um programa abrangente de reformas políticas e sociais, como era exigido por grupos nacionalistas e de esquerda. (CHEIBUB, 1993, 53) A própria *Folha de S. Paulo* defendeu a mudança do regime devido à convicção de que João Goulart teria os seus poderes restringidos.

Esse periódico preocupou-se em defender as mudanças de maneira gradativa e, acima de tudo, uma experiência prévia antes de ser tomada qualquer decisão mais concreta. No caso da Reforma Agrária, a argumentação do jornal era de que deveria ser realizada de acordo com os limites impostos no texto da emenda parlamentarista, ou seja, de forma menos abrangente.

Após despender diversas páginas sobre esse programa de governo, principalmente a partir da possibilidade de se alterar a Constituição, as reportagens do jornal ganharam novas tonalidades, ou seja, acentuou as suas criticas ao projeto sobre essas reformas a começar da

expressão "reformas de base", segundo a *Folha* isso não passava de demagogia das reformas de profundidade ou estruturais, que estavam se transformando em chavões de tantas vezes que fora repetida:

> *Na boca das altas autoridades da República, dão a impressão de um biombo, atrás da qual elas procuram ocultar sua incapacidade de resolver os problemas nacionais, inclusive os mais miúdos e imediatos. A custa do incessante martelar na necessidade de reformas de base, o governo parece pretender incutir na opinião publica a convicção de que elas constituem a formula mágica pela qual se resolverão todas as dificuldades. Três ou quatro leis que consubstanciem as 'reformas fundamentais' – meia dúzia, que sejam – e pronto!, o país se terá transformado no paraíso terrestre. Faça-se a reforma agrária; regulamente-se a remessa de lucros para o exterior: aprove-se a lei anti-truste – e nossos problemas se evaporarão, parece querer dizer a propaganda oficial. (A demagogia das reformas. Folha de S. Paulo, 7 nov. 1961, p. 4)*

O primordial naquele momento era restabelecer no país a austeridade administrativa, o planejamento a curto e longo prazo, para assim superar a fase difícil pela qual passava o país. Afinal, para o periódico, a luta do governo em prol das reformas de base não havia passado da fase das belas palavras. Tal como o ex-presidente Jânio Quadros que passou todo o seu governo encampando essa bandeira e, no entanto, assinalou um único projeto, o governo de Tancredo Neves e de João Goulart não havia tomado nenhuma medida efetiva para concretização das faladas reformas.

Nas palavras do jornal, o melhor a fazer seria os homens públicos desempenharem ação e não palavras. A nação carecia de trabalho e austeridade, o resto seria balela, conversa fiada e demagogia. Qualquer manobra política que viesse perturbar esse objetivo central deveria ser condenada e golpeada antes que se espalhasse pelo país.

Há de se convir que esse jornal ao tecer elogios a algumas ações de João Goulart em discussões anteriores, não o fizera porque simpatizava com a sua política, visto que a partir do momento que esse presidente partiu para uma luta mais intensa em prol das reformas de base, principalmente a Reforma Agrária, o jornal mudou o teor do seu discurso, delegando ao presidente o papel de demagogo e comunista.

Cumpre salientar que o posicionamento contrário da *Folha* em relação a Reforma Agrária, se acentuou após o comício da Central do Brasil no qual Goulart assinou decreto que "declarava sujeitas à desapropriação as propriedades agrícolas superiores a 500 hectares marginais de vias federais e as propriedades superiores a 30 hectares marginais de açudes e de outras obras de irrigação financiadas pelo governo." (GORENDER, 2004)

No dia seguinte a esse comício, a *Folha* publicou editorial intitulado *Jango surpreende o país: refinarias encampadas*, fazendo criticas ao discurso de Leonel Brizola,

que no comício, colocava a necessidade de formação de um congresso popular, integrado por camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas como a única saída para o impasse em que se encontrava o país. A manifestação do dia 13 foi apresentada pelo jornal como espaço público escolhido pelo governo federal para proclamar a falência das instituições e para pregar, pela boca de alguns de seus líderes, soluções subversivas como o fechamento do Congresso.

A *Folha de S. Paulo* interpretou a campanha de Goulart em prol das reformas, como um instrumento através do qual o presidente eliminaria o Congresso Nacional e atacaria a Constituição. As reformas propostas por Jango, mesmo após o golpe militar de 1964, continuaram sendo vistas por esse periódico como bandeira de agitação e meio de subverter a ordem instituída:

> *(...) se existem meios para resolver a maioria dos grandes problemas nacionais, assim como para realizar as reformas necessárias ao progresso do país, porque se fez desse tema reformista uma simples bandeira de agitação, pregada com violência e com evidente propósito, não poucas vezes de atirar os vários grupos sociais uns contra os outros? E porque se passou a denunciar a Constituição, a lei suprema, como fonte de todos os males do país e instrumento de opressão do povo? E porque passou a atacá-la exigindo sua reforma, o chefe do Poder Executivo, que jurou cumpri-la, quando essa iniciativa de reforma é prerrogativa de outro poder? (Em defesa da lei, Folha de S. Paulo, 02 abr. 1964)*

Através do discurso de que não fora contra as reformas, mas sim contra a forma de Goulart lidar com elas, a *Folha* tentou amenizar o seu posicionamento naqueles momentos. Os editorias, a exemplo do supracitado, defendem a adoção de outros meios para realizar as mudanças, mas não sugerem soluções.

Referências bibliográficas:

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/Ed. UnB, 2001.

CAPELATO, Maria Helena e MOTTA, Carlos Guilherme. **História da Folha de S. Paulo (1921-1981)**. São Paulo: Impres, 1981.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KUSHINIR, Beatriz. **Cães de guarda-jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil:** de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento:** análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VILLA, Marco Antonio: **Jango:** um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Em cena *Bumba, meu queixada*, do grupo União e Olho Vivo: uma representação do mundo do trabalho

Roberta Paula Gomes Silva [1]

Resumo: O objetivo deste artigo é tecer algumas considerações acerca da peça teatral *Bumba, meu queixada* (1979), do grupo União e Olho Vivo. Para isso, analiso as várias temáticas abordadas ao longo da estrutura dramática – acidentes de trabalho, diferença salarial, movimento grevista, organização sindical e exploração patronal – com o intuito de inseri-las nas discussões que permeavam a conjuntura social do país no momento de sua produção. Busco também refletir sobre a noção de teatro popular e de engajamento na década de 1970 com o propósito de entender como essas questões estão presentes na narrativa de *Bumba, meu queixada*.

Palavras-chave: *Bumba, meu queixada*, engajamento, teatro, trabalhadores

Abstract: The objective of this article is to weave some considerations concerning the drama *Bumba, meu queixada*(1979), of the group União e Olho Vivo. For this, I analyze the some thematic boarded ones throughout the dramatical structure – industrial accidents, wage difference, movement striker, syndical organization and master exploration – With the objective of fill them in discussion that permeated the social conjuncture of the country at the momento f its production. I also search to think over the notion of popular theater and engagement in the decade of 1970 with th purpose understand as these questions appear in the narrative of *Bumba, meu queixada*.

Key words: *Bumba, meu queixada*, engagement., theater, workers

Das inúmeras experiências de artistas e intelectuais que se mobilizaram junto ao meio popular no pós-1964, destacaremos aqui, as iniciativas relacionadas ao teatro. Para isso, recorremos a Silvana Garcia que em seu livro *Teatro da militância* promove um amplo debate sobre o surgimento de grupos teatrais independentes que emergem na cidade de São Paulo na década de 1970.

Garcia ao discorrer sobre esse assunto, afirma que muito desses grupos tiveram vida curta, não resistindo mais do que a uma montagem, havendo, porém grupos que

[1] Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Está pesquisa foi desenvolvida sob a orientação da professora Drª. Kátia Rodrigues Paranhos no projeto de Iniciação cientifica *Teatro e trabalhadores: uma relação delicada (grupos de teatro, militância e engajamento no Brasil republicano)* financiado pelo CNPq.

conseguiram superar as dificuldades e consolidaram uma trajetória significativa, o que possibilitou, então,

que alguns desses grupos criassem espetáculos que concorrem em relação à qualidade com os espetáculos comerciais, chegando até a conquistar prêmios da crítica. No intuito de pensar sobre as características desses grupos, Garcia afirma que não é possível pensá-los a partir de uma diretriz comum. Mesmo assim, sem deixar de reconhecer a especificidade de cada grupo, a autora estabelece alguns aspectos que os aproximam como: produzir coletivamente suas peças; atuar fora do âmbito profissional; levar o teatro para o público da periferia; produzir um teatro popular e estabelecer um compromisso de solidariedade com o espectador e sua realidade. A autora ainda apresenta um panorama do que foi o movimento teatral independente de periferia em São Paulo através dos objetivos, históricos e propostas de atuação dos grupos: Teatro Circo Alegria dos Pobres, Núcleo Expressão de Osasco, Teatro União e Olho Vivo, Truques, Traquejos e Teatro, Galo de Briga, Forja e Núcleo Independente.

Para refletir sobre o processo de criação e modo de produção desse teatro independente dos anos de 1970, Silvana Garcia seleciona e analisa algumas peças produzidas por esses grupos. Seu destaque é para as peças *Bumba, meu queixada* do grupo *União e Olho Vivo*, *Pensão Liberdade* do grupo Forja e *O acidente de trabalho* do Núcleo Independente.

As temáticas das peças propostas por esses grupos vão se pautar numa perspectiva de engajamento político e cultural, ou seja, optam em abordar problemáticas políticas e sociais. Dessa forma o espetáculo teatral não vai ser pensado como mero meio de entretenimento, mas sim como uma forma de educar, levando o público a refletir a criticamente sobre sua realidade social.

Essa perspectiva de produção teatral, desenvolvida pelos grupos independentes pode ser pensada a partir das contribuições do estudioso americano Eric Bentley como uma experiência cultural engajada, pois segundo ele a obra de arte engajada é aquela que contesta, desaprova, critica uma determinada situação social estabelecida.

Nesse sentido, as palavras de Bentley, nos ajudam a refletir que as manifestações artísticas engajadas rompem com o padrão estético de seu tempo, e se constituem como meio de interferência política e cultural e estabelecem um diálogo com as questões socioeconômica de uma determinada sociedade, apresentando uma postura política definida, autêntica e questionadora.

Dando continuidade a discussão sobre o engajamento, Bentley apresenta algumas diferenças entre artistas engajados e não engajados. Para ele os artistas não engajados não

estão envolvidos com a política e não se reconhecem como sujeito transformador da realidade social em que estão inseridos. Já os artistas engajados estão mergulhados na política e assumem as conseqüências de sua postura política. O autor salienta também que o engajamento político não se define apenas em reconhecer se o artista tem um ponto de vista político formado, mas sim perceber se o ponto de vista político do artista compõe sua produção artística.

Colaborando com esse diálogo, Benoît Denis reflete sobre esse termo, lançando mão da noção de Jean Paul Sartre sobre o engajamento e afirma que o autor engajado, tem que ter um compromisso com o social, com a pretensão de intervir diretamente na realidade em que vive.

Denis aponta que a partir da concepção sartreana, o escritor é múltiplo e deve se posicionar através de diferentes gêneros literários como: romance, panfleto e teatro, além de ater-se a uma linguagem acessível para atingir um público mais amplo. Tentando assim, uma maior aproximação entre escritor e público, o que garantiria a recepção dos textos engajados.

No caso do teatro, Denis ressalta que este incontestavelmente, estabelece um diálogo direto entre o autor e seu público:

> *Diferentemente dos leitores, os espectadores estão fisicamente presentes; o dramaturgo pode assim medir imediatamente o efeito produzido por sua peça, "sentir" como reage o público e aproximar desse modo um pouco do sonho de uma literatura ativa e atuante em contato direto com o presente e reencontrando as expectativas dos espectadores para lhes dar forma. (DENIS, 2002: 83)*

A partir dessas discussões, podemos estabelecer uma aproximação, entre a proposta de atuação dos grupos teatrais independentes da década de 1970, com a noção de engajamento abordada pelos autores. Já que essas iniciativas buscavam intervir diretamente na sociedade brasileira, apresentando uma arte inovadora e contestatória no que se refere ao conteúdo e a estética.

Gênese e objetivos do grupo União e Olho Vivo

Para discorrer sobre a gênese do grupo teatral União e Olho Vivo se faz necessário remeter a trajetória de dois grupos teatrais quais são: Teatro Casarão e Teatro do XI de agosto, ambos os grupos desenvolveram seus trabalhos artísticos na cidade de São Paulo sendo que este era formado por um grupo de estudantes do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo do Largo São Francisco e aquele era composto por engraxates, operários, estudantes e situava-se em um porão na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

Um dos membros do grupo Teatro do XI de agosto, César Vieira, havia escrito a peça *O evangelho segundo Zebedeu* que narra através do circo e da literatura de cordel a história da Guerra de Canudos. A peça foi encenada em um Circo no Ibirapuera sempre nos finais de semana a preços populares. Ao mesmo tempo, o grupo Casarão composto por engraxates, operários, estudantes, situado em um porão na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, reivindica a César Vieira uma adaptação para teatro do roteiro cinematográfico de *Corinthians meu amor* feito por ele anteriormente. Feita a adaptação, o Teatro Casarão iniciou seu trabalho de montagem do espetáculo apresentando-se na sede do próprio grupo, em bairros da grande São Paulo e no Circo no Ibirapuera juntamente com o teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do largo São Francisco.

Esse contato estabelecido no Circo no Ibirapuera, entre os membros de ambos os grupos despertou entre eles o interesse de reunir e debater sobre um fazer teatral de características populares. Desses debates alguns objetivos foram estabelecidos como metas para se alcançar um teatro popular. Sobre o assunto César Vieira no livro *Em busca de um teatro popular* apresenta vários objetivos dos quais destacamos:

> *O teatro como meio e não como fim, Trabalho coletivo, auto-crítica permanente, Tema relacionado com a cultura popular , Espetáculo dinâmico e não estático. Modificações de acordo com sugestões do público popular, Apresentação do espetáculo para operários e em bairros da periferia, Ingressos a preços reduzidos, mas a gratuidade só em casos excepcionais. (VIEIRA, 1981: 56)*

A partir das metas estabelecidas pelos grupos tem-se a produção da peça *Rei Momo* (1972) encenada também no Circo no Ibirapuera nos finais de semana, e a partir dessa encenação em conjunto, temos a fusão dos dois grupos e a fundação do teatro União e Olho Vivo em 1972, na cidade de São Paulo.[2]

Como estratégia para arrecadar recursos financeiros para custear as despesas das apresentações do grupo nos bairros periféricos o União e Olho Vivo adotava a tática Robin Hood – "tirar aqui para dar ali" -, que consistia na venda de alguns espetáculos para a classe média em teatros convencionais para financiar as apresentações itinerantes na periferia de São Paulo. Havia também nessas apresentações um preço diferenciado para os estudantes que pagavam em média quarenta por cento do valor cobrado para o público convencional

[2] No que diz respeito à data de fundação do grupo União e Olho Vivo, há divergências, pois para César Viera em seu livro *Em busca de um teatro popular* assinala que as atividades do grupo foram iniciadas em 1972, assim como Silvana Garcia em sua obra Teatro da militância também o considera. Já o site do Teatro União e Olho Vivo (www.teatropopularolhovivo.hpg.com.br) sua fundação é datada de 1966.

É importante mencionar que um dos principais coordenadores do grupo, César Vieira, pseudônimo do advogado de presos políticos, Idibail Piveta tinha uma formação teatral fruto dos estudos realizados na Escola de Arte Dramática de São Paulo; local onde conheceu o professor e dramaturgo Augusto Boal, cujo talento inspirou Vieira em suas produções.

A trajetória do União e Olho Vivo é marcada pela criação e apresentação de vários espetáculos como: *Rei Momo(1972), Império Brasílico, Apito de fábrica, Bumba, meu queixada(1979), Morte aos Brancos- A lenda de Sepé Tiaraju (1984), Barbosinha Futebó Crubi- Uma História de Adonirans (1991), Us João e us Magalis (1996) e João Cândido do Brasil – A Revolta da Chibata (2002).*

As encenações das peças pelo grupo se davam na maioria das vezes em São Paulo, em sindicatos, igrejas, praças públicas, escolas, e associações de bairros sempre seguidas de debates com o público. Também foram realizadas apresentações no exterior, percorrendo-se treze países, entre eles Angola (1981), Cuba (1985), Venezuela (1985), Argentina (1984), Itália (1996) e França (1971). Em reconhecimento ao seu trabalho, o grupo recebeu, entre outros prêmios, os prêmios de melhor figurino, melhor texto, e melhor música em 1971 e melhor espetáculo popular em 1973, todos pela associação paulista de críticos da Arte.

Vale destacarmos, que o grupo União e Olho Vivo, continua produzindo espetáculos teatrais até os dias atuais. O grupo dispõe de uma sede própria no bairro Bom Retiro em São Paulo, onde realiza ensaios e apresentações, e ainda mantém itinerancia, com apresentações em praças, escolas, igrejas nos bairros populares de São Paulo.

Temas e enredo de *Bumba, meu queixada*

A peça teatral *Bumba, meu queixada* é resultado de um trabalho coletivo do grupo União e Olho Vivo e demandou quase três anos de pesquisa, com o texto final de César Vieira, sendo encenada pela primeira vez no dia 24 de novembro de 1979, no Teatro Núcleo Expressão em Osasco.

Bumba, meu queixada está dividida respectivamente em cinco cenas: *Apresentação do Bumba, meu boi e a Bilha da verdade; O parque de diversões arco-íris; Os Queixadas; A greve; O testamento do boi.* Observa-se no desenvolver da ação dramática, que as cenas não apresentam uma seqüência no enredo, mas é comum em todas as cenas as relações conflituosas entre patrões e trabalhadores, e trabalhadores e trabalhadores. As

divergências entre opressores e oprimidos é bem explicita nos atos, o que pode ser evidenciado na fala e na construção de cada personagens.

Com relação a construção dos personagens percebemos que há por parte do autor da peça o intuito de apresentar uma dicotomia entre os pólos negativo (patrão) e positiva (operário), e isso é reforçado na apresentação do quadro de personagens. Mas ao analisarmos as ações dos personagens percebemos que a peça não fica presa a esse binômio, pois alguns personagens como Maria da Ema, Norberto e Mestre pertencem a classe social dos trabalhadores, mas apresentam uma ideologia muito próxima dos interesse dos patrões.

O tema central do espetáculo é a greve uma abordagem que reporta aos movimentos grevistas ocorridos no Brasil em 1968 e 1978 tais como as greves de Perus (1962), Contagem e Osasco (1968), e as do ABCD (1978). Segundo o grupo havia uma necessidade de abordar a temática da greve não apenas como uma reportagem histórica, *mas sim como uma forma de luta em busca da organização da classe operária.* (VIEIRA, 1980: 8).

A estrutura dramática de *Bumba, meu queixada* foi baseada numa autêntica manifestação da cultura popular brasileira – O Bumba-meu-boi e de acordo com o grupo a escolha por essa estrutura se deu pelo fato de que o público que a peça destinava-se era um público de periferia que em grande parte era constituído por pessoas advindas da região nordeste do país e que conhecem a representação do Bumba-meu-boi.

Percebe-se que o enredo fundamentado no Bumba-meu-boi atribui à peça um caráter alegre e festivo, pois observando as rubricas percebem-se indicações de movimentos, gestos das personagens *Toda essa cena é muito alternada, ora com falas ou com músicas soladas pelo capitão ou pela cantadeira, ora com o coro cantando junto. Tudo com apitos, saltos, danças, bexigadas.* (VIEIRA, 1980: 25), mas, todavia a trama tem um caráter realista, uma vez que narra as problemáticas vivenciadas pelos trabalhadores, como baixos salários, altas jornadas de trabalho, formação das comissões de fábrica, acidentes de trabalho e movimento grevista.

Para a elaboração da narrativa de *Bumba, meu queixada* o grupo União e Olho Vivo realizou leituras de diversos livros que discutiam sobre as greves dos anos 60 e 70 como também, entrevistou vários operários que protagonizaram os movimentos grevistas desse período. (VIEIRA, 1980:81). Segundo o grupo:

> *A pesquisa desdobrou-se em duas etapas: de gabinetes e de campo.*
> *Na primeira foram lidos, estudados e debatidos dezenas de livros, entrevistas, reportagens e opiniões sobre "Greves" – tema do espetáculo – e do Bumba Meu Boi – estrutura da encenação. [...] Num segundo momento partiu-se para "papos", gravações e debates com trabalhadores em locais onde ocorreram as greves. (VIEIRA, 1980: 8)*

A citação acima auxilia-nos a pensar que a peça é fruto de um processo de criação pautado na aproximação com a realidade do público e para isso o grupo considerou necessário uma analise mais apurada de diversos documentos para captar melhor o momento histórico abordado. Nesse sentido, a elaboração da peça custou ao grupo um trabalho de campo com o propósito de desvelar com detalhes o universo do trabalhador e dos locais em que ocorreram as greves. Assim apontamos que a peça foi elaborada levando em consideração o universo dos sujeitos sociais (trabalhadores), afim do que o efeito da mesma era despertar o interesse pela organização da classe operária.

Apreendemos que as justificativas apresentadas pelo grupo tanto sobre o enredo quanto sobre o tema nos possibilita entendermos que o grupo tinha a preocupação de escrever para um público pré-determinado, qual seja, de periferia, trabalhadores assalariados, dentre outros; através dos quais se baseou a inspiração para a escolha da estrutura e do tema do espetáculo referenciado nas vivências desse público.

Entendemos que a temática da greve é utilizada para instigar os leitores/espectadores na reflexão sobre as suas condições de trabalho e se despertarem para a necessidade de se organizar e lutar pelos seus direitos. Assim, na peça, diante dos vários problemas enfrentados pelos trabalhadores do parque diversão Arco-íris são sugeridas ações como *ir à justiça do trabalho, arrebentar o parque e depois tomá-lo, reunir-se, discutir, organizar-se* (VIEIRA, 1980: 79) chamando os trabalhadores para encontrar em uma dessas alternativas uma forma de mobilização da classe operária. Nesse sentido percebe-se que a peça tem o intuito de colocar em pauta discussões sobre as condições de trabalho e as possibilidades de reverter a situação de exploração através da defesa dos interesses comuns aos trabalhadores.

Nota-se que os conflitos e tensões entre operários e patrões representados no enredo de *Bumba, meu queixada* tem um caráter gradativo, ou seja, inicia-se a partir de pequenos conflitos nas cenas do bumba e do parque e vai se tornando complexo de acordo com a mudança das cenas, como a greve, em que há embates diretos entre os personagens. A narrativa na primeira e segunda cena apresenta um conflito ameno, fica no âmbito das discussões entre as personagens, já a partir da terceira cena esse conflito torna-se mais tenso, representado pelo uso inclusive da violência física. Nesse sentido, vislumbramos que o

desenvolvimento do enredo dramático é crescente, o que possibilita ao leitor/espectador uma maior introspecção na medida em que avançam as cenas.

Referências bibliográficas

BEMTLEY, E. **O teatro engajado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, 180 p.
DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. Bauru: Edusc, 2002, 332 p.
GARCIA, S. **Teatro da militância:** a intenção do popular no engajamento político. São Paulo: Perspectiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 208 p.
VIEIRA, C. **Bumba, meu queixada**. São Paulo: Graffiti, 1980, 87 p.
_____. **Em busca de um teatro popular**. 3. ed. Santos: Confenata, 1981, 245 p.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fahrenheit 451: a memória como instância inviolável de resistência da cultura

Alice Fátima Martins*

Resumo
Neste trabalho, a partir de uma leitura do filme *Fahrenheit 451*, de François Trouffaut, são discutidas relações entre as narrativas literárias, do cinema e da tradição oral na sistematização das visões de mundo na sociedade contemporânea, tendo em consideração as metáforas que transitam entre o texto literário e a narrativa fílmica. Trata-se da história de uma cidade ficcional onde os livros foram banidos da legalidade, cabendo aos bombeiros queimá-los. As *pessoas-livro*, fugitivos que se escondem nas cercanias da cidade, preservam, em suas memórias, livros inteiros. Nos anos 60, movimentos estudantis inspiraram-se nesse e filme, em sua luta contra regimes autoritários, compreendendo que a memória e a consciência histórica como instâncias invioláveis de defesa e preservação da cultura.
Palavras-chave: narrativa literária; narrativa fílmica; consciência histórica.

Abstract
Based on François Trouffaut's film, *Fahrenheit 451*, this work intends to analyze the relations between literary and film narratives, and the oral tradition, in the systematization of world views in the contemporary society, considering the metaphors that transit between both narratives. This history is about a ficcional city where the books had been banished of the legality, and the firemen work all the time to burn them. The *people-book*, fugitives who live out of the city, preserve in their memories entire books, classics of the world literature. In the 1960s, student movements had been inspired on this film, in their fights against authoritarian regimes, understanding that memory and historical conscience are inviolable instances of defense and preservation of the human culture.
Key-words: literary narrative; film narrative; historical conscience

O filme *Fahrenheit 451* (1967), do cineasta francês François Truffaut, foi inspirado no romance homônimo de Ray D. Bradbury, escrito em 1953, e conta a história de uma sociedade em que os livros são proibidos, cabendo aos bombeiros o papel de encontrá-los e queimá-los. Nas residências, as bibliotecas e as estantes com livros foram substituídas por grandes telas de TV. A substituição do texto escrito pelas imagens técnicas, veiculadas pelas redes de televisão, constitui conduta normativa. A cultura televisiva conforma as visões de mundo, sem espaços para a consciência histórica.

O bombeiro Montag é um homem ajustado a essa teia de relações sociais. Casado com Linda, vive uma rotina sem imprevistos. Ele procura e queima livros, revista transeuntes, e, ao final dos turnos, volta para casa. Linda passa seus dias em função das programações da televisão, a partir das quais estabelece toda sua atividade social e de consumo. Mas, numa das

* Coordenadora do Mestrado em Cultura Visual (FAV/UFG). Doutora em Sociologia (UnB). Este trabalho resulta de pesquisa que contou com apoio do CNPq.

viagens de volta para casa, Montag encontra Clarisse, uma professora. Esse encontro marca o início do arruinamento de suas certezas.

Linda e Clarisse, interpretadas pela mesma atriz, representam os dois pólos, partida e chegada do trajeto percorrido pela personagem Montag. Com Linda, ele vive a certeza de que tudo é como deve ser. Em seu mundo prevalecem o consumo "*das coisas*" e a banalização da memória. A representação e interpretação do mundo a partir das imagens televisivas lhes bastam. Clarisse contamina com dúvidas as suas certezas, ao questioná-lo por que ele queima livros, por que é proibido ler livros, e se ele já teria lido algum dos livros que tem por rotina queimar. Assim, a professora lhe instiga curiosidade a respeito do mundo dos textos, das idéias e da consciência histórica.

Estimulado, Montag esconde alguns livros em casa, e no silêncio noturno realiza sua primeira incursão pela literatura, com o livro *A História Pessoal de David Copperfield*, de Charles Dickens. Flagrado por Linda enquanto prossegue seu mergulho no universo da literatura, argumenta que os livros, agora, seriam a sua *família*, do mesmo modo que as personagens de televisão formavam a *família* dela.

Clarisse, demitida da escola onde trabalha, conta com o apoio do bombeiro, que lhe confessa ter começado a ler livros, e refere-se a toda a revolução em curso em sua vida. O descompasso de Montag em relação às normas vigentes torna-se visível, sobretudo em seu ambiente de trabalho. Ele acompanha uma missão à casa de uma velha senhora que os recebe recitando o texto: – "*Faça as honras, Mestre Ridley. Devemos, em tal dia, acender tal vela pela graça de Deus que, acredito, jamais será apagada*"[1], referência ao livro *O Cristianismo Através dos Séculos*, em que o historiador Earle E. Cairns (1988) trata da perseguição aos protestantes protagonizada por Maria Tudor, na Inglaterra, no século XVI. A rainha, católica romana, promoveu o martírio de centenas de pessoas acusadas de alinharem-se à Reforma Protestante, incluindo os bispos Latimer e Ridley, queimados na fogueira. A frase citada é atribuída a Latimer que, no momento de sua execução, tentaria encorajar o *Mestre Ridley*. E é diante da inevitabilidade de que sua biblioteca seja queimada, que a velha senhora pronuncia tais palavras.

A velha senhora antecipa-se aos bombeiros, ateando fogo aos livros, e a si mesma, ante os olhos perplexos de Montag, numa radical tomada de posição em defesa dos livros e tudo o que eles signifiquem em termos das condições de existência humana.

[1] "Fique confortado Mestre Ridley (...); nós veremos este dia lançar uma tal luz sobre a Inglaterra, pela graça de Deus, como nunca ocorrera antes". (CAIRNS, 1988:271).

De volta para casa, ele encontra Linda conversando com amigas sobre frivolidades. Montag mostra-se hostil, decidindo ler o trecho de um romance. Elas retiram-se, ofendidas, o que deixa Linda preocupada ante a possibilidade de perder "*a popularidade*" entre as amigas. Mas a Montag interessa suas novas descobertas: – "*Deixe-me sozinho, Linda. Tenho muito o que ler! (...)Tenho que pôr em dia as lembranças do passado!*" Naquela noite, o bombeiro sonha com a professora sendo queimada entre os livros.

A casa seguinte a ser invadida pelos bombeiros é a de Clarisse, que, antes, consegue fugir. Às escondidas, mais tarde, Montag a encontra, e fica sabendo da existência das "*pessoas-livro*", que se dedicam a preservar, em suas memórias, o conteúdo de clássicos da literatura. Clarisse decide juntar-se a eles.

Denunciado por Linda, Montag luta contra o Capitão, e acaba por matá-lo. Em fuga, perseguido por carros com alto-falantes e câmeras televisivas, sai da cidade, buscando abrigo na comunidade das pessoas-livro. Ali, assiste, pela TV, a perseguição e captura de um suposto Montag, algum anônimo cujo rosto não é mostrado, que é perseguido e morto. A apresentadora vibra: – "*Está tudo acabado, primos! Montag está morto! Um crime contra a sociedade foi vingado!*"

Nessa nova condição, Montag tem a oportunidade de *dialogar* com várias *obras clássicas*, tais como *A República*, de Platão, *O Morro dos Ventos Uivantes*, de Emily Bronte, *O Corsário*, de Byron. Um velho homem, em seu leito de morte, ensina "*seu livro*" para um menino, que ouve, repete e memoriza cada frase. O verbo, pronunciado pelo velho homem, é portador do legado que fará do menino o novo guardião do livro *A Barragem de Hemiston*, de R. L. Stevenson. Dessa forma, os conteúdos dessa e de outras obras são repassados de geração a geração, oralmente, mantendo-se preservados à revelia de todas as condições adversas.

Montag escolhe memorizar *Contos de Mistério e Imaginação*, de Edgar Alan Poe. Na seqüência final, sob a neve que cai, homens e mulheres-livro caminham, recitando as obras que preservam em suas mentes, contra a ordem social repressiva instituída. Dentre eles, Clarisse e Montag.

A memória apontada como espaço de resistência e a literatura como meio legítimo de expressão contestatória às condições histórico-sociais dadas: esses dois eixos orientam, antes do filme, a própria obra literária de Ray Bradbury. Embora o livro, a partir do qual o roteiro do filme foi desenhado, não tenha sido escrito na efervescência dos anos 60, mas no início dos anos 50, nele Bradbury estabelece uma relação igualmente crítica com a guerra e, sobretudo, com o auge do *macarthismo*, que, nos Estados Unidos da América do Norte, representou, no período pós-guerra, a perseguição organizada a comunistas, simpatizantes, e

demais cidadãos cujas condutas pudessem ser consideradas desleais com a política oficial. Foi desencadeada uma espécie de devassa no ambiente intelectual, cultural e artístico, envolvendo pessoas ligadas ao teatro, à literatura, à música e ao cinema, por iniciativa do Comitê de Atividades Antiamericanas, *House Un-American Activities Committee*, liderado pelo Senador Joseph McCarthy.

O filme foi realizado nos anos 60, quando segmentos da juventude do mundo ocidental levantaram-se em defesa da liberdade de expressão, contra toda ordem de repressão. Em Paris, maio de 1968 ficou marcado pela capacidade de mobilização, luta e resistência de estudantes e trabalhadores contra o Estado marcadamente conservador. A retomada da ordem social e política foi assegurada, dentre outras iniciativas, pela intervenção silenciosa de uma parcela significativa da população, organizada em torno do *Partido do Medo*, medo de uma república *anárquico-vermelha*. Participação que foi decisiva na contundente vitória de De Gaulle nas eleições que reconduziram a normalidade política do país, após a França ter sido totalmente paralisada.

O enfrentamento ao Estado, por parte da juventude e de trabalhadores franceses, não foi um fato isolado. Na Europa e nas Américas, jovens cabeludos, com roupas coloridas, orientavam suas posturas existenciais e políticas contestatórias, ao som da música de outros jovens, igualmente irreverentes, que produziam em suas guitarras acordes distorcidos e estranhos para os ouvidos mais conservadores. Mulheres reuniam-se, em quantas praças públicas, para defender liberdade sexual, igualdade de direitos, e outras bandeiras que têm sido, desde então, fundamentais para o respeito à diversidade.

Em quantos países da América Latina, dentre os quais o Brasil, foram instaladas ditaduras militares, com esquemas radicais de repressão às expressões políticas, que torturaram e ceifaram vidas inquietas, em pleno vigor intelectual, político, social, artístico. Uma verdadeira rede de censura mutilou textos literários e jornalísticos, músicas, peças de teatro, filmes, preciosos acervos de bibliotecas muitos dos quais jamais puderam ser recuperados. Isso tudo provocou a reação da juventude organizada em frentes clandestinas, que atuavam nos meios de produção de cultura e informação e na própria luta armada.

Ante tal efervescência, no fim dos anos 60, o filme de François Truffaut representou uma bandeira pelo direito à consciência histórica, ao exercício da memória, à liberdade de escolhas e de expressão, à autonomia, ao conhecimento. E denúncia contra o totalitarismo da sociedade industrial tecnológica, cuja crítica encontrou, no pensamento de Herbert Marcuse, importante porta-voz, com destaque para o livro *A Ideologia da Sociedade*

Industrial: O Homem Unidimensional, escrito em 1964. Essa, dentre outras, foi leitura obrigatória entre a juventude rebelada, na fundamentação das palavras de ordem.

Marcuse, herdeiro dos postulados da Escola de Frankfurt e estudioso da obra de Freud, argumenta que a tecnologia estaria a serviço da instituição de "formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social" (1964:18). O funcionamento desses sofisticados mecanismos de repressão poderia ser observado mesmo em sociedades auto-proclamadas como orientadas pelo ideário democrático, como a norte-americana, vez que as tecnologias dos meios de comunicação de massa proporcionariam estratégias de policiamento mais eficientes das mentes e comportamentos dos cidadãos, ao abrigo de uma certa "falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática" (*op. cit.*:23), no seio da civilização industrial desenvolvida. A luta de classes, a oposição entre operários e capitalistas, a tensão entre interesses divergentes e as forças contestatórias, características das sociedades bidimensionais, seriam absorvidas e neutralizadas num todo pretensamente homogêneo, em nome da felicidade de todos. Como anunciaria o Capitão, representante do Estado e da ordem vigente, a Montag, o bombeiro em vias de tomar a vereda irreversível da contestação e da rebelião: – "*Nós todos devemos ser iguais. A única maneira de sermos felizes é tornando todos iguais!*".

A racionalidade tecnológica, que se anuncia neutra, de fato revela sua face política ao se tornar veículo eficiente de dominação, "criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo" (*op. cit.*:37). Presa desse círculo, a população que habita as cidades das narrativas de Bradbury e Truffaut faz uso dos recursos disponibilizados para delatar os infratores da ordem, em favor da manutenção da ordem social, e deixa-se orientar, do ponto de vista moral e ético, pelos programas veiculados pelas redes de televisão.

É contra a ausência de liberdade habilmente camuflada que a juventude e outros segmentos sociais se rebelam nos anos 60, inspirados em obras como as de Bradbury, Truffaut e Marcuse. E, de modo apaixonado, reivindicam seu lugar de agentes da história e da cultura, contra as ditaduras militares, tecnológicas, ou de qualquer outra natureza organizacional.

Nesse sentido, a metáfora da defesa aos livros representa muito mais do que a preservação de acervos da literatura: adverte para a necessidade de se defender a memória e o conhecimento produzidos pela cultura ocidental, suas visões de mundo e possibilidades de construção de humanidade.

Se, conforme propõe Flusser (2002), no âmbito da produção de representações que mediam as relações entre o homem e o mundo, a escrita funda-se na capacidade de conceituação, ou de formulação de conceitos em textos, abstraindo todas as demais dimensões da realidade, o que caracteriza a *consciência histórica*, então a defesa dos acervos de todos os textos já produzidos, na forma das obras literárias, é a defesa da própria consciência histórica.

Livro e filme denunciam a substituição do texto escrito, da forma de organização do pensamento que dele decorre, e dos modos de interpretação do mundo, pelas imagens técnicas e seus modos de estruturação de pensamento e representações do mundo. No entanto, a própria tradução da narrativa literária para a cinematográfica abre espaço para o deslocamento dessa discussão desde o conteúdo nuclear da história em questão para a realização das duas obras. Trata-se de indagar a respeito da constatação de que, na contemporaneidade, muitas obras literárias só chegam ao conhecimento do grande público após terem sido adaptadas para o cinema.

Na sociedade ocidental contemporânea, as imagens têm ocupado cada vez mais espaço nas representações do mundo, na sistematização de informações de todas as naturezas, na formulação de realidades virtuais, na organização do pensamento, na contínua (re)construção dos imaginários. Nesse sentido, homens e mulheres contemporâneos vivenciam e testemunham a conformação do que Flusser (2002) denomina de *consciência pós-histórica*, fundada na mediação de suas relações com o mundo por meio das imagens técnicas, produzidas por equipamentos. E também pelas imagens de alta tecnologia, as imagens digitais, capazes de configurar novas realidades, com regências e representações autônomas de tempo e espaço.

Nesses termos, o próprio filme *Fahrenheit 451* é refém da tensão estabelecida entre consciência histórica e consciência pós-histórica, a primeira organizada a partir da lógica do texto escrito, própria dos livros, e a segunda fundada no universo das imagens técnicas, do qual fazem parte as fotografias, os filmes, as imagens televisivas, dentre outras.

Essa constatação situa as narrativas cinematográficas, aquelas cujas estruturas se aproximem das narrativas literárias, como espécies de ferramentas de tradução do texto escrito, e seus desdobramentos nas percepções e representações do mundo, para o universo de linguagens cuja concepção de mundo se organiza, cada vez mais, pelas imagens. Num passo de transição entre a consciência histórica na direção da consciência pós-histórica, da *civilização das imagens*.

Considerados os contextos e tempos históricos em que as obras literária e cinematográfica foram concebidas e realizadas, um de seus elementos fundantes está na idéia

de que, ante a proibição aos textos escritos, que ocupam o lugar da condição de consciência histórica, esta poderá ser preservada se preservados os conteúdos dos textos, protegidos no território indelével e inviolável da própria memória humana, e repassados, oralmente, de geração a geração. Assim, o projeto revolucionário está na memorização compartilhada desse conhecimento, num projeto de cultura em que, a cada cidadão, caiba o papel de cuidar de uma parcela de toda a obra produzida ao longo dos séculos de civilização. E o texto escrito ganha lugar na complexa estrutura de memória de cada homem-livro e mulher-livro, à espera do tempo em que seus conteúdos possam, novamente, ganhar a forma impressa, e sejam disponibilizados a todos, num contexto de liberdade. De algum modo, cada jovem rebelado às quantas formas de repressão e defensor de todo patrimônio cultural perseguido pelos regimes autoritários torna-se um pouco Montag, ou Clarisse, juntando-se aos concidadãos, na luta pela preservação da integridade humana.

Em contrapartida, nos termos da metáfora proposta, estão as massas, alinhadas à ordem estabelecida, em que os indivíduos não são sujeitos de sua própria história. A memória, para homens e mulheres da massa, cumpre mera função instrumental, que os habilita a responder às demandas de consumo, numa sociedade orientada pelos meios de comunicação. A esse respeito, C. Wright Mills, adverte:

> *Muito pouco do que julgamos saber da realidade social do mundo foi verificado diretamente. A maioria dos "quadros mentais" que temos são produto desses meios de comunicação – a tal ponto, que muitas vezes não acreditamos realmente no que vemos à nossa frente, enquanto não lemos a respeito no jornal ou ouvimos no rádio. Os meios de comunicação não nos proporcionam apenas a informação – orientam nossas experiências mesmas. (MILLS, 1962:316).*

Nesses termos, Montag é supostamente executado ante os olhos crédulos da assistência televisiva. Sua "execução" ganha estatura de estratégia no controle do comportamento social por parte do Estado: ela é um espetáculo com audiência garantida, que, além de "*manter as pessoas ocupadas*", adverte a população quanto às conseqüências inevitáveis das condutas consideradas inadequadas ou ilegais e garante a manutenção da ordem. Para Mills, os meios de comunicação de massa estabelecem, para o homem e a mulher diluídos na massa, quem eles são, forjando-lhe a identidade. Fornecem-lhes, ainda, as aspirações, mostrando como podem alcançá-las, fazendo-os acreditar que estão, sempre, em vias de atingir os objetivos, ainda que não o estejam. Finalmente, fazem com que cada um acredite-se autônomo para traçar seus projetos e realizar suas escolhas. Mais que sua independência, perdem o desejo de serem independentes, de aprender, de escolher, de exercer autonomia.

Para Montag, sua morte simbólica representa o início, sem retorno, de um exílio que é, também, condição de libertação.

Referência Bibliográfica

BRADBURY, R. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1988 [1953].

CAIRNS, E. E. **O Cristianismo Através dos Séculos**. 2ª Edição. SP: Vida Nova, 1988.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MILLS, C. W. (1962). "A Sociedade de Massas". *in* FORACCHI, M. M. & MARTINS J. de S. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Dados sobre o filme:

*Fahrenheit 451***.** François Truffaut (direção), 1966, França. 113 min. Estúdio Companies Anglo Enterprises e Vineyard.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cura como ofício: a profissionalização da medicina na capital mineira (1897-1927)

Gabriela Dias de Oliveira *

Resumo: Desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a ciência médica passara por profundas transformações no que tange à reestruturação de seu ensino e à demarcação do seu campo de atuação. Os esculápios buscavam a afirmação de seu saber e de sua profissão, desqualificando e desautorizando as demais terapias e seus praticantes. Através de fontes judiciais, buscar-se-á evidenciar o processo de profissionalização da medicina na capital mineira. A escolha dessa fonte justifica-se por encerrar uma rica documentação, ainda pouco explorada e com enorme potencial de investigação para a questão proposta.

Palavras-chave: profissionalização médica - história da medicina - Belo Horizonte.

Abstract: Since the end of the 19th Century untill the first decades of the 20th Century, medical science went through deep transformation regarding the reestructuration of its teaching and the mark out of its act field. The physicians seached in order to affirm their knowledge and their profession, disqualifying and unauthorizing the other kinds of therapy and their followers. Through judicial sources, the process of professionalization of medicine in the capital of Minas Gerais, Brazil will be shown. This source choice justifies itself to close up some rich documentation, yet shortly explored and with a ruge potential of investigation the proposed matter.

Keywords: medical professionalization, medical History, Belo Horizonte City

> *Chrispim Ottoni Soares vinha exercendo, nesta capital, a profissão de medicina sem título legal. Mantendo consultório em sua residencia, o denunciado medicava diariamente varios clientes e respondia numerosas consultas que lhe eram dirigidas. Ficou averiguado pelas investigaçoes policiais que o denunciado além de fornecer receitas, praticava a cartomancia para explorar a ingenuidade credula do povo.*[1]

Nos primeiros meses de 1927, o jornal belo horizontino *Correio Mineiro*, de acentuada projeção em todos os círculos sociais, promovera uma campanha contra os "curandeiros e feiticeiros da cidade". Tal empreendimento resultou em pelo menos dois processos que prescreviam o exercício ilegal da medicina. O trecho supracitado faz parte da

[1]* Mestranda em História pela UFMG. Linha de pesquisa: Ciência e Cultura na História. Bolsista CAPES.

[1] Processo crime nº253 contra Chrispim Otoni Soares. Arquivo de Processos do Fórum Lafaiete (APFL), maço 16.

denuncia encaminhada pela Promotoria Pública ao Juiz Municipal, acusando Chrispim Ottoni Soares de praticar os crimes previstos nos artigos 156 e 157 do Código Penal de 1890.[2]

O nosso ator social foi acusado pelo periódico de praticar a magia e seus sortilégios, bem como exercer a profissão médica sem habilitação, consultando e receitando para fins terapêuticos. Com o seu nome publicado, a polícia engendrou uma operação e o prendeu em flagrante. Durante seis meses, o caso tramitou na justiça, sendo ao fim o réu condenado a um mês e cinco dias prisão, pagamento de multa e as custas do processo. A prisão celular foi suspensa em virtude dos bons antecedentes do réu e a fiança paga, na ocasião do flagrante, restituída pelo Estado. Não obstante às essas conseqüências, interessa-nos sobremaneira, o motivo de tais práticas serem formalmente denunciadas à policia e a decorrente abertura de inquéritos policiais.

Nas primeiras décadas do século XX, cinco pessoas foram indiciadas por exercer ilegalmente a medicina na capital mineira[3]. Esse número pode nos parecer pequeno, todavia, se comparado às estatísticas de outros estudos, torna-se uma quantidade expressiva. Segundo a pesquisa da antropóloga Schritzmeyer (2004) acerca da criminalização das práticas de cura, foram publicados 233 Acórdãos na *Revista dos Tribunais* e na *Revista Forense* entre os anos de 1900 e 1990. Desse total, 7% concentravam-se nas três primeiras décadas, ou seja, cerca de 16 processos dessa natureza em todo o território brasileiro. O historiador Antônio Carlos Duarte de Carvalho (2005), em seu estudo sobre as mudanças das práticas cura em São Paulo, também utiliza como fonte os Acórdãos Judiciários, apontando que somente após a década de 1950 os mesmos começam a ser publicados com maior freqüência nas revistas especializadas. Outras pesquisas apontam na mesma direção, como o estudo de Edmundo Campos Coelho (1999) e Beatriz Teixeira Weber (1999) para as cidades do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente. Coelho no seu livro *As Profissões Imperiais* aponta dois processos crimes que prescrevem o exercício ilegal da medicina na cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, Weber em *As artes de curar*, descreve que apesar da legislação vigente no Rio Grande do Sul, não foram encontrados processos crimes da mesma natureza.

[2] Art.156 : *exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentaria ou pharmacia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segunda as leis e regulamentos*. Art. 157: *praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios (...) para incultar curas de doenças incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica*.

[3] Maço 16 - réu Illydio José do Espírito Santo, 1927
Maço 16 - réu Chrispim Ottoni Soares, 1927
Maço 17 - réu Evásio Francisco Cima, 1921
Maço 22 - réu Octaviano Cerqueira Barbosa, 1913
Maço 22 - réu Francisco Xavier Galvão de Moura Lacerda, 1919
Maço 25 - réu Francisco Xavier Galvão de Moura Lacerda, 1919 (inquérito policial)
Maço 40 - réu Elias de Paula Andrade, 1911

Não obstante às estatísticas, interessa-nos sobremaneira inquirir sobre a produção dessas fontes. Em qual contexto esses processos-crime foram abertos? Quais os motivos impulsionaram as denúncias? Quem eram os réus? Essas perguntas norteiam esse artigo que se baseará no já citado caso de Chrispim Ottoni Soares para respondê-las.

Entre cartas e remédios

No dia 19 de janeiro de 1927, uma quarta-feira à tarde do ameno verão da cidade de Belo Horizonte, o então delegado de polícia Clovis de Carvalho recebe em sua sala um grupo de pessoas, entre elas, os investigadores Pedro Luiz de Souza e Tarik Castro Peixoto que traziam consigo o preso Chispim Ottoni Soares acompanhado das testemunhas Victaliano Nicolai e Constante Martins. Pedro Luiz contou que *"por investigações anteriormente procedidas, chegou á conclusão que Chrispim Ottoni Soares vem a muito exercendo a medicina illegal e cartomancia, que assim começou a exercer vigilancia na casa de Chrispim e hoje as 15 horas e mea achava-se nas mediações de sua casa quando viu penetrar na mesma Victaliano Nicolai."*[4] Por achar suspeito a movimentação, o investigador dirigiu-se imediatamente para a casa de Chrispim e uma vez lá dentro, junto com o seu companheiro Tarik, entrou no quarto onde encontrou-o dando uma seção de cartomancia a Victaliano. Chispim tentara ocultar as cartas e pedido ao seu cliente para pular a janela a fim de evitar o flagrante. Nesse momento, chegou Constante Martins que vinha lhe pedir esclarecimentos sobre a consulta médica do dia anterior. Os policiais deram-lhe voz de prisão em flagrante e o conduziram juntamente com as demais testemunhas à delegacia.

Teve início, à partir daí, o processo criminal pelo exercício ilegal da profissão médica e a prática da cartomancia para explorar a ingenuidade crédula do povo. No dia 24 de fevereiro de 1927 o Promotor de Justiça encaminhou a denúncia ao Juiz Municipal Walfrido Andrade. A denúncia foi recebida e, afinal, em junho do ano corrente aconteceu a primeira audiência ordinária em juízo, sendo o réu e as testemunhas intimadas a depor.

Em seu depoimento, Chrispim Ottoni Soares declarou ter 27 anos, ser solteiro, agente comercial, residir no bairro da Lagoinha e saber ler e escrever. Contou que chegando em casa após passar horas na rua vendendo medicamentos do qual era depositário, apareceu em sua casa um rapaz a quem não conhecia e afora soube chamar-se Victaliano Nicolai e, por insistência do mesmo, o declarante convidou-o para entrar. Victaliano lhe dissera *"que tinha febre ha muito tempo e que tinha gasto muito dinheiro com médicos"*. O denunciado deitou as

[4] Auto de prisão em flagrante delito do processo de Chrispim Ottoni Soares. APFL, maço 16, 1927.

cartas e anunciou ao seu paciente que ele sofria dos rins, declarou ainda que *"neste momento alli apareceu a policia e que apenas os encontrou palestrando dentro do quarto, porem mesmo assim o prenderam (...) que a policia praticou uma violência aprehendendo papeis e livros que nada tem a ver com o crime de que é acusado"*.

O segundo a depor foi Victaliano Nicolai, com 37 anos, casado, negociante, natural da Itália e residente no mesmo bairro do denunciado, sabendo ler e escrever. Victaliano apresentou mais detalhes do ocorrido. Disse *"que ha muito tempo anda doente e a conselho de sua mulher foi consultar com Chrispim que sabe que exerce a medicina illegal e cartomancia"*. Dentro da residência, o réu lhe pediu a mão e, logo em seguida, disse que ele sofria dos rins e se dispôs a dar uma receita ao depoente declarando que *"não daria a receita assignada por medo de se comprometer"*. Nesse momento, a polícia teria batido à porta do quarto e Chrispim pediu ao depoente que *"sahisse por uma janella no que não concordou e levantando-se da cadeira em que estava assentado, abriu a porta do quarto a policia que alli entrando deu voz de prisão ao Chrispim"*.

O que nos chamou atenção neste processo, não foi a prisão de Chrispim, nem o uso da cartomancia ou quiromancia por parte do mesmo. Também não nos surpreende o fato dele exercer a medicina sem possuir título legal. A cena tal como foi descrita pelas testemunhas, se passou na casa do réu, às 15 horas de uma quarta-feira no subúrbio da cidade de Belo Horizonte. Cena essa que poderia ser comum, se não fosse a ação dos policiais.

A novidade, ao nosso ver, das investigações policiais, foi em grande parte impulsionada pelo jornal Correio Mineiro, que promoveu ampla campanha contra os praticantes da medicina ilegal. Campanha essa que no dimanar do processo é sempre retomada, seja pelos investigadores, ou pela defesa do réu, a cargo do advogado Manoel José de Oliveira, que em suas palavras, *"foi preciso que o 'Correio Mineiro', jornal local, move-se uma campanha contra os curandeiros e feiticeiros para que Policia sahisse do apparato belicoso das delegacias, para, por intermédio dos investigadores, mostrar, então, a sua alta missão de prender a torto e a direito"*.

Era mesmo bruxo...

A campanha ora apresentada nos surpreende e aumentou o interesse pelo processo. É certo que alguns estudos e textos de memória narram o hábito das pessoas recorrerem a curandeiros para aliviar os males e as dores de que padece o corpo. Pedro Salles, médico e memorialista, assim descreveu as artes de curar nos primeiros anos da capital mineira: "Com

muitos doentes e sem médicos, a arte de curar teria que se valer, como ocorria nas demais localidades em idêntica situação, dos práticos, dos entendidos e, na melhor das hipóteses, dos farmacêuticos".(SALLES, 1997: 16)

Ainda que não concordemos com Salles sobre os motivos que impulsionavam as pessoas a recorrerem aos curandeiros, a passagem citada é interessante por corroborar com a idéia que essas práticas de cura estavam arraigadas no cotidiano da cidade. Então, fica o questionamento, se essas práticas eram comuns e até mesmo socialmente aceitas, qual seria o motivo de um jornal da cidade promover campanha contra esses atores?

O jornal Correio Mineiro foi fundado em 11 de novembro de 1926, pouco tempo após encetar as suas atividades, publica a referida campanha nos primeiros dias de 1927. Gazeta diária e com uma proposta de ser um impresso leve e moderno[5], podemos inferir que a sua empreitada obteve sucesso, pois Chrispim não foi o único que teve seu nome publicado e, em decorrência, alvo de investigações policiais. Illydio José do Espírito Santo também fora denunciado e no dia 10 de fevereiro de 1927, autuado em flagrante.[6] A proximidade de abertura entre os dois processos é significativa para afirmarmos esse sucesso, visto como, entre os processos pesquisados, a dilatação de tempo entre um e outro nunca foi inferior a 2 anos. Deve-se ainda destacar que, o levantamento de fontes junto aos arquivos do APFL suplantou em uma década o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, e que os dois processos aqui citados foram os últimos encontrados.

Poucos exemplares do periódico foram preservados, entretanto, os indícios nos permitem recuperar essa história. O número com a imputação contra Chrispim nós não tivemos acesso, mas como citado anteriormente, a mesma é a todo o momento aludida nos autos da justiça. As conseqüências da delação foram igualmente publicadas, no dia 21 de janeiro, sob o título de *Era mesmo bruxo*, o jornal anuncia a prisão de nosso personagem:

> *Ha dias noticiamos que o sr. Chrispim Antonio (sic) Soares era feiticeiro e elle proprio veio a esta redacção pedir que rectificassemos a noticia.*
> *Publicamol-a de novo, agora que Chrispim, apanhado em flagrante, está na 2ª Delegacia com a sua bibliotheca e todos os petrechos (...)*
> *A diligencia foi effectuada pelos investigadores 39 e 35, que prenderam o Chrispim, quando este receitava para vários clientes á rua Caxambu, onde reside.*[7]

As incriminações e as notas de detenção de Chrispim nos chama a atenção para uma peculiaridade de Belo Horizonte: enquanto os jornais dos grandes centros urbanos

[5] Para maiores informações sobre o jornal Correio Mineiro, ver LINHARES (1995).
[6] Autuação em flagrante de Illydio José do Espírito Santo. APFL, maço 16, 1927.
[7] Correio Mineiro, 21 de janeiro de 1927.

brasileiros publicavam sem qualquer pudor os anúncios de curandeiros e charlatães[8], podemos perceber um movimento inverso nos periódicos da capital mineira, em especial no caso aqui apresentado. Chrispim não figurou no impresso ofertando seus serviços nos reclames publicitários, mas ao contrário, seu nome foi destaque na seção policial. Essa denúncia e a decorrente abertura do processo judicial podem ser explicadas se analisarmos o contexto de produção dessa fonte, na qual os médicos buscavam circunscrever seu campo profissional.

Profissionalização: combater o charlatanismo

Profissão, no sentido que lhe atribuem os sociólogos e historiadores, é uma atividade que requer o controle de um conhecimento específico, sistematizado e institucionalizado. O domínio de um conhecimento esotérico, entretanto, não é garantia de uma hegemonia no campo de atuação profissional. Para controlar o próprio mercado e garantir o monopólio de suas atividades, a profissão deve ser capaz de lançar mão de uma série de estratégias, que incluem a restrição da formação acadêmica, elaboração de leis e criação de Conselhos Profissionais.[9] Esses elementos assumem uma importância *sine qua non* para o presente estudo à medida que desvelam o motivo principal de produção dos processos crimes que prescrevem o exercício ilegal da medicina na capital mineira em suas primeiras décadas. Denúncias são feitas, inquéritos abertos e sentenças anunciadas para garantir aos praticantes da medicina acadêmica o monopólio das artes de curar e a formação de um campo profissional.

O processo de profissionalização dos médicos em Belo Horizonte é concomitante ao crescimento da cidade. Poucos anos após a sua inauguração, os esculápios residentes na capital criaram a *Sociedade Medicina, Cirurgia e Pharmacia* de Belo Horizonte, a reunião em torno dessa associação tinha desde o princípio uma finalidade maior: a criação de uma Faculdade de Medicina no Estado. Antes de tudo, os idealizadores do projeto clamavam pela autonomia intelectual de Minas[10], mas essa causa não foi abraçada por todos com o mesmo entusiasmo. A questão foi também amplamente discutida fora dos perímetros de Minas Gerais e não ficou circunscrita aos praticantes da medicina.O jurista Alberto Torres, um dos mais proeminentes intelectuais da Primeira República, em coluna editorial na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, manifestou sua crítica acerca da Escola de Medicina:

[8] A enorme quantidade de anúncios de curandeiros veiculados pela imprensa era motivo de preocupação para os médicos e foi pauta do Congresso Nacional de Práticos realizado em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. Para maiores detalhes, ver PEREIRA NETO (1995)
[9] Sobre o conceito de profissão ver PEREIRA NETO (1995)
[10] A respeito do projeto de uma Escola Médica para Minas Gerais ver PIRES (1927)

> *Que não ha falta de medicos para as necessidades do povo, é prova cabal a agglomeração de clínicos no Rio de Janeiro, onde, em cada quarteirão, os portaes mostram tres, quatro e, ás vezes, mais placas; o amontoado delles em todas as grandes cidades; e a luta acirrada, em pequenas povoações, entre dous ou tres profissionaes, que exgottam todos os recursos da actividade para conquistar a clientela.*[11]

O trecho citado deixa explicito a avaliação de Alberto Torres sobre o contingente de médicos formados nas faculdades existentes e em número superior à demanda e, que por esse motivo, não se justificaria a fundação de uma Escola de Medicina em Minas. Não obstante às críticas dos opositores, a Faculdade de Medicina em Belo Horizonte foi fundada em 1911. Importante ainda destacar que esses de doutores concorriam entre si pela clientela, como assinalou Torres. Se os clientes eram disputados entre os pares, não é difícil imaginar que os esculápios recrudescessem essa contenda entre os não habilitados para o exercício profissional da medicina. No caso específico de Belo Horizonte, algumas dessas querelas foram parar nos tribunais, como o aqui apresentado processo contra Chrispim Ottoni Soares.

O processo contra Chrispim Otoni Soares, o qual foi condenado por exercer ilegalmente a medicina, se insere nesse contexto de profissionalização da medicina, em que os médicos buscavam desqualificar e desautorizar os demais terapias e seus praticantes. Destarte, mesmo não sendo uma prática corriqueira em todo território brasileiro, os mecanismos legais foram utilizados em Belo Horizonte para delimitar a natureza e fixar a extensão dos procedimentos próprios dos profissionais médicos.

Entre doutores e charlatães

Na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, os profissionais da ciência médica em Belo Horizonte passaram por um momento de reestruturação, caracterizado principalmente pela redefinição do mercado de trabalho de assistência à saúde. Os indícios dessa demarcação podem ser trilhados nos processos crimes contra o exercício ilegal da medicina. A seleção dessa fonte justifica-se pela rica documentação ainda quase inexplorada e, com enorme potencial investigativo para a questão proposta.

A escolha pelo processo de Chrispim não foi aleatória. A análise do documento nos permitiu uma melhor compreensão da configuração da profissão médica na capital mineira em um de seus pontos essências: o monopólio do mercado de trabalho. Não obstante ao exposto, faz-se necessário considerar a riqueza do conteúdo das fontes judiciais. Ainda que

[11] Gazeta de Noticias, 23 de marco de 1911 *apud* PIRES (1927).

seja preciso considerar o filtro do escrivão, o detalhamento e as diferentes versões para o mesmo fato tornam o processo crime um material instigante para a pesquisa histórica. Através desses pormenores, podemos identificar no caso retratado algumas peculiaridades do processo em si e da cidade de Minas, como a denúncia pela imprensa escrita e a conseqüente abertura do inquérito policial. A criminalização do exercício da medicina sem título acadêmico não foi o suficiente para afugentar os praticantes de toda sorte de terapias, todavia, a campanha *publicizada* pelo Correio Mineiro, que culminaria na prisão não apenas de Chispim, demonstra o apoio de alguns dos setores da sociedade e os bons resultados na empreitada dos médicos pelo estabelecimento de sua profissão e reconhecimento social de suas atividades.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Antonio Carlos de. *Feiticeiros, burlões e mistificadores. Criminalidade e mudança das práticas populares de saúde em São Paulo, 1950-1980*. São Paulo: UNESP, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. RJ/SP: Record, 1999.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa em Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Culturais, 1995.

PIRES, Aurélio. *Faculdade de Medicina de Bello Horizonte; subsídios e documentos para a historia da fundação mesma.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

PEREIRA NETO. A. F. *Profissão Médica em Questão (1922): Dimensão Histórica e Sociológica*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (4): 600-615, Oct/Dec, 1995.

SALLES, Pedro. *Notas sobre a história da medicina em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Cutiara, 1997.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de Saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: Ibcrim, 2004.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Olhares educacionais diferenciados: Anísio Teixeira e Erasmo Pilotto

Helena Isabel Mueller
Maria Ignês Mancini De Boni

Resumo: A noção de *cuidado de si* é elaborada por Foucault tendo como centro de suas atenções a Grécia Antiga e o Império Romano, a partir da leitura do *Acebíades*, de Platão. Quando avança suas reflexões para o surgimento do cristianismo reforça o deslocamento que foi feito, na história, da noção de *cuidado de si* para a de *conhecimento de si* – da atividade para o pensamento – que irá sustentar a noção de confissão no mundo moderno. Em nosso trabalho, nos apropriamos do *cuidado de si*, em especial no que se refere à importância do mestre e do aprendizado para o exercício da política. Essa apropriação poderá, por vezes, parecer simplificadora e disciplinadora das propostas de Anísio Teixeira e de Erasmo Pilotto a um determinado fim. É um risco que corremos tendo em vista a exigüidade do espaço e do objetivo do texto: provocar o pensamento, pensar o não pensado.
Palavras-chave: cuidado de si; educação; política.

Abstract: The notion of care for the self was elaborated by Foucault having the readings of Plato's Alcebiades, the Antique Greece and the Roman Empire the focuses of his attentions. With the incomings of Christianity he describes the dislocation of the attentions from care for the self to knowledge of the self – from action to reflection – that is going to sustain the notion of confession in modern world. In this paper we appropriate ourselves of the notion of care for the self, mainly when refereeing to the importance of the master and of apprenticeship to the exercise of politics. This appropriation may seem, at times, as simplifying and as disciplinatory of the propositions of Anísio Teixeira and Erasmo Pilotto to specific means. It is a risk we accept, having in mind the exiguity of space and the object of this text: instigate thinking, think about what hasn't been thought.
Key words: care for the self; education; politics.

Pegar Foucault por onde se quer. Freqüenta-lo. Ele é vital para quem inventa espaços, habita contraposicionamentos, utopias efetivamente realizadas, as heterotopias. Essa é a recomendação de Edson Passetti (2006) que pretendemos seguir para discutir as atividades e propostas de dois educadores que vivenciaram a construção da cultura da modernidade brasileira dos anos 1930-1940, colaborando nessa caminhada desde o processo educacional. O pensamento de Foucault tem estado presente nas reflexões sobre a educação de uma maneira significativa, não somente para aplicar suas idéias às práticas e teorias educacionais mas,

Professora Doutora da Universidade Tuiuti do Paraná.
Professora Doutora da Universidade Tuiuti do Paraná.

como diz Silvio Gallo (2006(a), p.253-254), com ele "...repensar a educação; isto é, tornar uma vez mais o pensamento possível em Educação." Isso porque seus textos nos mostram uma maneira "...de interrogarmos nossa relação com a verdade, de questionarmos o que identificamos como verdadeiro e qual a razão que nos leva a isso."

Foi também Silvio Galo (2006b) quem nos instigou a pensar a partir da noção elaborada por Foucalut de *cuidado de si* para (re)pensar o discurso da *educação para todos*, presente nos dois educadores partícipes da Escola Nova, movimento educacional por vezes pejorativamente chamado de tecnicista. Uma primeira leitura dessa proposta e trabalho pode evidenciar uma tensão entre a proposta foucaultiana de construção das subjetividades e a proposta aparentemente universalizante dos dois educadores. É no espaço dessa tensão que pretendemos nos movimentar.

Foucault, em *Tecnologias del yo* (1990), escreve ter chegado ao estudo do *cuidado de si* ao se perguntar como o sujeito se obrigou a decifrar-se a si mesmo pensando as relações entre a obrigação de dizer a verdade e as proibições sobre a sexualidade. Questão relacionada com o confissão cristã. Coloca-se, nesse sentido, as seguintes perguntas: "de que forma algumas proibições exigiram o preço de um certo conhecimento de si mesmo? O que uma pessoa deve ser capaz de saber sobre si para desejar renunciar a algo?" (FOUCAULT, 1990, p.47)). Dessa forma chega a uma hermenêutica das tecnologias do eu, as técnicas que os homens vêm usando para entender a si mesmos. Constrói quatro tipos principais ressaltando que cada uma delas está associada a um tipo de dominação. Destacamos os terceiro e o quarto tipos:

> *3) tecnologias e poder, que determinam a conduta dos indivíduos, os submetem a certos tipos de fins ou de dominação, e consistem em uma objetivação do sujeito; 4) tecnologias do eu que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com a ajuda dos outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos, com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade. (FOUCAULT, 1990, p.48)*

Nesse pequeno histórico de sua trajetória, define a governamentalidade como o contato entre as tecnologias de dominação sobre outros e aquelas que se referem a si mesmo: é na trajetória histórica de como um indivíduo atua sobre si mesmo, nas tecnologias de dominação individual, que centra sua atenção no texto em questão. Gros (2006, p.128), em um texto que analisa o cuidado de si em *A hermenêutica do sujeito,* reitera essa questão: " A história que Foucault quer descrever, em 1982 é a das técnicas e ajuste da relação de si para consigo: história que leva em conta os *exercícios* pelos quais eu me constituo como sujeito, a história das *técnicas* de subjetivação, história o *olhar* a partir do qual eu me constituo a mim

mesmo como sujeito."

Foucault inicia propondo a discussão não só na teoria mas sim em uma série de práticas que se articulam no final da Antiguidade: o *cuidado de si*, que para os gregos era um princípio fundamental das cidades, enquanto regra da conduta social e pessoal; e o *conhece-te a ti mesmo*, um princípio délfico, uma conduta prática de conhecer a si mesmo antes fazer alguma coisa, ter segurança para tal, como por exemplo, não se julgar um deus ao falar com os deuses. Chama atenção para a existência de uma subordinação do segundo ao primeiro, subordinação essa que cessa ou é invertida no cristianismo e no mundo moderno com a supremacia do conhecimento.

Em *Tecnologias del yo* Foucault (1990) estuda essa preocupação consigo, o *cuidado de sí* através da leitura do *Alcebíades*, de Platão, a história de Alcebíades, que pronto para entrar na vida pública, na política, quer ir além dos privilégios que tem por nascimento e herança: quer exercer um poder pessoal sobre os outros, sobre todos. Quer – e deve – se tornar ativo no jogo político e amoroso. "Na interseção entre a ambição política e o amor filosófico se encontra o "cuidado de si". Foucault (Apud MUCHAIL, p. 250) define o momento de Alcebíades, que está no final da adolescência, "...quando se sai das mãos dos pedagogos e se está para entrar no período da atividade política", ou seja quando está pronto a participar da vida da polis, de interferir em sua história, exercer a política. Para tal precisa aprender a cuidar de si para, assim, poder cuidar do outro.

Salma Muchail, em estudo sobre a leitura de Foucault do *Alcebíades,* ressalta que Alcebíades, possuidor de grande beleza e riqueza, não era possuidor da *tekhné*, de um certo saber proveniente da educação; não está, portanto, preparado para governar. Pior, não sabe que não sabe, que não tem conhecimento. Sócrates, seu mestre, declara então a urgente necessidade de que ele venha a *cuidar de si*. Cita a passagem em Platão: "Não te preocupes. Se isso tivesse ocorrido aos cinqüenta anos, ser-te-ia difícil remediar tomando cuidado de ti mesmo; estás, ao contrário, justamente na idade em que deve aperceber-se disso" (Apud MUCHAIL 2006, p.250, nota 31). Começa, assim, seu aprendizado.

O que vem a ser, esse cuidar de si, esse *ocupar-se de si mesmo*? Para Foucault, para além de o *se* ser um pronome possessivo, implica também em uma noção de identidade, e é construído em um movimento dialético. Há preocupação consigo quando há preocupação com a alma, principal atividade do cuidar de si. Alma não enquanto substância, mas enquanto atividade, atividade de conhecer-se olhando para um similar, um espelho, o quer dizer olhar a um elemento divino. Por outro lado, é sobre esse princípio de cuidar de si, conhecendo-se a si, que se assenta a ação política; é somente à medida em que Alcebíades venha a contemplar sua

alma no elemento divino é que será um bom político. "O conhecer-se a si mesmo se converte no objeto da busca do cuidado de si. A preocupação consigo mesmo e as atividades políticas estão relacionadas."(FOUCAULT, 1990, p. 58-59)

O cuidar de si não é uma tarefa fácil. "Não se cuida de si para escapar do mundo, mas para agir como se deve". (GROS, 2006, p. 132). Assim sendo, esse cuidado de si, por se austero e colocar a si em reação direta consigo, precisa da ajuda de um outro, da figura do mestre da existência que venha a ajudar nessa dolorosa tarefa. Nesse sentido não é uma tarefa solitária e na relação com o mestre são desenvolvidas atividades de conversa, de troca de cartas, ensinamento e aprendizagem em escolas, formações individuais, entre outras.(Gros, 2006). Nas palavras de Foucault:

> *O cuidado e si é, com efeito, algo que [...] tem sempre necessidade de passar pela ação com um outro que é o mestre [...]. Porém o que define a posição do mestre é que ele cuida do cuidado que aquele que ele guia ode ter de si mesmo e que, no amor que tem por seu discípulo, encontra a possibilidade de cuidar do cuidado que o discípulo tem de si próprio.(Apud MUCHAIL, 2006, p. 244.)*

Como Gallo (2006 (b)), estamos propondo o (re)pensar a Educação, pensar o já pensado, pensar o ainda não pensado tendo a Filosofia de Foucault como direcionadora de nosso olhar, descolonizadora do pensamento. A partir do delineamento das questões foucaultianas do cuidado de si, acima exposto, propomos algumas questões a serem pensadas a partir de fragmentos de discursos identificadores das idéias de Anísio Teixeira e Erasmo Pilotto, que expressam preocupação com o cuidado de si. Nesse sentido, ressaltamos que esse é um texto propositivo e não conclusivo, se é que a conclusão se faça necessária.

A noção de *cuidado de si* é elaborada por Foucault tendo como centro de suas atenções a Grécia Antiga e o Império Romano, a partir da leitura do *Acebíades*, de Platão. Quando avança suas reflexões para o surgimento do cristianismo reforça o deslocamento que foi feito, na história, da noção de *cuidado de si* para a de *conhecimento de si* – da atividade para o pensamento – que irá sustentar a noção de confissão no mundo moderno. Nesse trabalho nos apropriamos do *cuidado de si*, em especial no que se refere à importância do mestre e do aprendizado para o exercício da política. Essa apropriação poderá, por vezes, parecer simplificadora, bem como disciplinadora das propostas de Anísio Teixeira e de Erasmo Pilotto a um determinado fim. É um risco que corremos tendo em vista a exigüidade do espaço e do objetivo do texto: provocar o pensamento, pensar o não pensado. Olhar a educação como um dos caminhos a serem seguidos para que o sujeito aprenda o *cuidado de si* e, assim, desenvolva o *cuidado do outro*.

Alguns trabalhos sobre Anísio Teixeira, educador brasileiro bastante conhecido

para precisar ser apresentado, o situam como um dos mais importantes representantes do escolanovismo – que realmente foi – acentuando seu caráter tecnicista e por vezes autoritário, mesmo que poeta. Uma das questões que respalda essa perspectiva é a de que ele se preocupava excessivamente com a formação de elites, em detrimento da educação das classes populares. Essa questão cai por terra quando analisamos quando critica a Reforma Campos de 1931 que propunha um ensino secundário e superior formador de uma elite intelectual que, poderíamos dizer, teria a "função" de se tornar capaz de cuidar de si *para* cuidar do outro. Nas considerações que Anísio Teixeira faz a respeito da Reforma, que ficaram esquecidas por um tempo e foram enviadas, em 1959, ao Ministro Clemente Mariani quando do início das discussões da LDB, critica exatamente a concepção da ênfase dada à formação de uma elite intelectual brasileira. Propõe a "... criação de elites em todas as atividades e classes, o que incluía os trabalhadores intelectuais mas não os privilegiava" (NUNES, 2000,p. 334, nota 68). Em um e outro aparece a educação como espaço para o aprendizado do cuidado de si para o exercício da política; a noção de política é que difere; no primeiro a formação de uma elite para *dirigir* a nação. No segundo a formação de elites desde outra perspectiva:**. Educação e o exercício da democracia – da política - são constantes em sua vida, como mostra o texto** "A forma democrática implica um desenvolvimento social e político, que tem por base a educabilidade humana, e no qual a educação é concebida como processo deliberado, sistemático, progressivo e, praticamente, indefinido de formação do indivíduo e de realização da própria forma democrática" **(TEIXEIRA, 1968, apud SOUSA, 1997, p. 1)**

Sem dúvida, a técnica e o cientificismo estão presentes nos projetos e propostas de Anísio enquanto Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, como estão presentes na vida e no pensamento de seus contemporâneos modernistas. No entanto quando elabora propostas de políticas públicas educacionais a sedução pela máquina e pelas técnicas cede espaço para a utopia.

Uma das grandes preocupações de Anísio era com a formação secundária e universitária no Brasil. Dessa preocupação resultou criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e a Universidade de Brasília, em 1962. Em um texto no qual faz uma reflexão sobre a universidade, a define como o espaço da formação da inteligência e da cultura nacional, uma formação que vinha sendo plasmada no exterior, em Portugal, na França, Inglaterra, Estados Unidos, sem que fosse construída uma preocupação de se articular uma cultura nacional. Até 1800, diz ele, a Universidade de Coimbra era a fonte central de nossa cultura. No século XIX, segue dizendo, houve uma ruptura nessa formação e surgiram as escolas superiores no Brasil, "...puramente profissionais e

mantivemos o ensino secundário de tipo clássico e acadêmico". (TEIXEIRA, 1989). Nas palavras de Anísio:

> ***Onde as fontes para o preparo de professores para esses dois tipos de ensino? Com os resíduos da cultura que trazíamos do período colonial, íamos manter tais escolas, mas como iramos preparar os seus professores? Tivemos que confiar as fontes de nossa cultura ao puro autodidatismo, pela leitura dos livros estrangeiros que as novas condições e difusão da cultura nos viriam trazer e pela possibilidade de viagens à Europa. (TEIXEIRA, 1989)***

A alienação da cultura nacional e os equívocos relativos à própria cultura que foram acentuados pela "repentina ênfase positivista dos começos da República" (TEIXEIRA, 1989) vêm contribuir para a hostilidade em relação às universidades. As escolas superiores isoladas deixaram de ser profissionais e tenderam a se tornar "...escolas gerais de cultura jurídica e social (as de direito), de cultura biológica e médica geral (as de medicina), de cultura matemática, física e de engenharia politécnica (as de engenharia)" (TEIXEIRA, 1989). Pressupunha-se que essas escolas, não se sabe como, dariam a cultura nacional necessária, sem haver uma preocupação com o preparo da formação das *fontes* que iriam geral a cultura nacional. Poderíamos aí ver uma preocupação com a formação dos mestres no aprendizado do cuidado de si?

Erasmo Pilotto (1910-1992) foi um dos mais importantes educadores paranaenses. Apaixonado pela "Escola Nova", abraçou a causa do desenvolvimento social e econômico do Estado via Educação. Foi Secretário da Educação do Paraná, no período de 1948 a 1950, e durante seu mandato promoveu a organização escolar, em especial a formação de professores primários, criando as Escolas Normais Rurais (Regionais. (PILOTTO, 1959,p47-58)

Leitor de Nietzsche, Goethe, Renan, Dewey, admirador de Anísio Teixeira, Erasmo Pilotto propõe o novo na educação, analisa situações de desenvolvimento brasileiro e suas relações com a educação e dedica páginas a discutir a educação para todos. Neste aspecto julgava injustificável e insustentável limitação considerar educação apenas como educação escolar, ou ainda, educação primária, secundária e profissional, a palavra profissional tomada no sentido restrito das profissões que são destinadas às classes menos favorecidas em oposição às profissões das classes privilegiadas. Para ele educação era o "direito à participação de uma vida verdadeiramente humana. (PILOTTO, 1960, p29), aproximando-se de Anísio Teixeira na discussão sobre as elites.

Considerando a organização política da sociedade julgava que ela atingia seu limite na máxima "cada homem pertence-se a si mesmo"(idem p.49), o que torna necessário

que se aperfeiçoe a sua participação na vida do Estado. Para Erasmo o homem está continuamente buscando a si mesmo durante a juventude e no seu entender é a Escola que ajuda o jovem no processo de aprender a conhecer-se e fazer-se valer. Não apenas uma escola primária mas uma escola integral na qual o discípulo permaneceria até os dezoito anos e que lhe daria o direito de prosseguir alem deste período e durante toda a existência, o desenvolvimento da uma cultura intelectual, estética, profissional, cívica e moral. (PILOTTO,1952 p93 e PILOTTO,1960p.65).

> *Nessa escola não haverá nem classes, nem graus de ensino,nem exames (no sentido corrente desses termos em nossa vida escolar), nem promoções. Haverá, sim, ricas oportunidades, de experiências proporcionadas aos alunos , agrupados, sem rigidez, segundo a idade e as características pessoais de desenvolvimento geral, em grupos tão espontâneos quanto possível, e sujeitos a uma observação permanente, científica e viva, que permita que se lhes dê, em cada momento, as atividades e cuidados que lhes são específicos. (PILOTTO, 1960 p.78/19)*

Por estas poucas considerações podemos aproximar estes autores do conceito do cuidado de si e do cuidado do outro como atitude do mestre pois pregava a preparação de mestres ao mesmo tempo em que via na educação a forma do indivíduo atingir a vida plena.

O cuidado de si está também presente na defesa de que o homem pertence-se a si mesmo e que a preparação para a vida em sociedade e para a política devia ser feita na juventude através da escola, com a participação do mestre.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós Iberica, 1990.

GALLO, Silvio. (a) *Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault*. In: GONDRA, J. e KOHAN, W. O. **Foucaul 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp.177-189.

GALLO, Silvio. (b) *Foucault: (Re)pensar a educação*. In: RAGO, M. e VEIGA NETO, A. **Figuras de foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp.253-260.

GROS, Frédéric. *O cuidado de si em Michel Foucault*. In: RAGO, M. e VEIGA NETO, A. **Figuras de foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp.127-138.

MUCHAIL, Salma. *Da promessa à embriagues: a propósito da leitura foucaultiana do Alcebíades de Platão*. In: RAGO, M. e VEIGA NETO, A. **Figuras de Foucaul***t.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp.239-252.

NUNES, Clarisse **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000

PASSETTI, Edson. *Heterotopia, anarquismo e pirataria*. In: RAGO, M. e VEIGA NETO, A. **Figuras de foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp.109-118.

PILOTTO, Erasmo. **A educação é direito de todos**. Curitiba: Papelaria Max Roesner, 1952.

PILOTTO, Erasmo. **Direito à educação**. Curitiba: Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1960.

SOUSA, Célia P. *Anísio Teixeira, um educador polêmico e incansável, às voltas com a educação pública e democrática*. In: **Revista da Faculdade de Educação.**. Vol .23 n.1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Para desmontar o sistema : a atualidade no teatro de Michel Vinaver

Catarina Sant'Anna/ Profa*

Resumo: Propomos analisar as relações entre História e Teatro, através da obra de Michel Vinaver (1927-) – especialmente *O Programa de Televisão* (1990) e *11 Septembre 2001/ 11 September 2001* (2002). Trata-se de examinar a construção da atualidade na representação teatral e na representação mediática nos referidos textos. Não se trata de um teatro político « de denúncia » (ao menos nos moldes daquele praticado nos anos 1960), nem tampouco de « agit-prop » (1917-1932), se bem que possa lembrar por vezes o « teatro documento » (anos 1960). O autor evita a tentação das mensagens « didáticas » e dos grandes discursos a favor ou contra. Mas ambiciona um « desmonte do sitema », para oferecer em seus textos um « diagnóstico » crítico da realidade em sua complexidade. Desse modo, todos os pontos de vista são válidos e estão em jogo, sem hierarquizações. O plano macro da história surge, então, inscrito de viés, nos jogos de poder na teia do micro – na banalidade do quotidiano. Ali, onde a História vai sendo gerada sem que disso nos apercebamos.
Palavras-chave: história imediata – teatralização - quotidiano

Résumé: Nous proposons d'analyser les relations entre l'Histoire et le Théâtre, à l'aide de l'oeuvre de Michel Vinaver (1927-) – notamment *L'Émission de Télévision* (1990) et *11 Septembre 2001/ 11 September 2001* (2002). Il s'agit d'examiner la construction de la réalité dans la représentation théâtrale et dans la représentation médiatique dans les textes cités. Il ne s'agit pas du théâtre politique « de dénonce » (du moins, non pas à la façon de celui pratiqué dans les années 1960), ni de l'agit-prop non plus (1917-1932), si bien qu'il puisse rappeler parfois le « théâtre document » (des années 1960). L'auteur évite la tentation des messages « didactiques » et celle de grands discours pour ou contre quelque chose. Son ambition est « démonter le sytème », pour offrir dans ses pièces théâtrales un « diagnostic » critique de la réalité dans sa compléxité. De ce fait, tous les points de vue sont valables et pris en considération, sans hiérachisations. Le plan *macro* de l'Histoire surgit, alors, pris de biais, dans les jeux du pouvoir à la trame du *micro* – c'est à dire, dans la banalité du quotidien. Là, où l'Histoire est engendrée sans que l'on puisse nous en rendre compte.
Mots-clés: histoire immédiate – théâtralisation – quotidien

Se o termo « história » tem como dupla significação exprimir « o que sucede ou sucedeu », bem como « o conhecimento do sucedido » (RODRIGUES, 1978 : 45), o termo « teatro », por sua vez, também originário do grego, significa « o lugar de onde se vê ». Uma ponte estabelece-se por vezes entre um e outro domínio, pelo desejo comum de investigar, analisar e de informar, que os aproxima, por vezes, do jornalismo, sobretudo no enfoque do

* . Dra. do Programa de Pós-Gradução em Artes Cênicas-UFBA.

tempo presente em seu acontecer imediato. Passando ao largo das polêmicas envolvendo história, teatro e jornalismo, respectivamente, quando embaralharam suas fronteiras, não podemos, contudo, ignorar sua convergência no teatro de Vinaver (1927-), que se notabilizou também por retratar o tempo presente através de acontecimentos em curso, em momentos críticos, aproveitando-se de notícias recortadas da imprensa diária. Através da colagem desse material, são misturados fatos de certa envergadura histórica (guerras, crises econômicas, terrorismo, engrenagens da rede midiática e publicitária) a uma miríade de fatos minúsculos e absolutamente banais do quotidiano da gente comum. A realidade retratada por feixes de fragmentos díspares, em colisão irônica, oferece uma inteligibilidade não redutora da complexidade viva da vida social. Acolher a vida em estado bruto (« le tout-venant »), é a base desse processo criativo. Daí o autor denominar seus textos *peças-paisagem* : uma justaqposição de elementos descontínuos de caráter contingente, sem interligação numa cadeia de causas e efeitos, sem hierarquização e sem um ponto de vista priviligiado (em oposição às *peças-máquina* do teatro convencional), segundo Vinaver. A história surge, então, indissociada da vida quotidiana a mais banal, num todo indiferenciado, sem enquadramentos, em virtude de uma precaução do autor para evitar que seus textos sejam resgatados no plano político, isto é, que sejam revertidos, absorvidos, apropriados pela « classe dominante ». Pois Vinaver não considera o teatro um instrumento revolucionário como outros, uma vez que a platéia, público de « privilegiados », seria naturalmente resistente a mudanças. O autor crê, por outro lado, no papel social do teatro e pretende que ele possa colocar o espectador em estado de vigília, de liberdade e de questionamento. Daí sua noção peculiar de « peça histórica » :

> *Nunca tive a intenção de escrever peças históricas. Interessei-me sempre pela ganga bruta do quotidiano tal qual eu posso captá-la, mas bem entendido, com o que esse quotidiano comporta de ressonâncias do evento político. [...] É portanto o entorno histórico no qual banha o quotidiano que me interessa mais que o próprio evento histórico. [...] é talvez a melhor maneira de escrever uma peça histórica. (VINAVER, 1982 : 284).*

Do ponto de vista da história propriamente dita, mais precisamente do que se denominou como « história imediata » - a abordagem de uma realidade presente e urgente em plena pulsação-, o fato histórico, com efeito, se veria como afogado no fato quotidiano e se perderia « no que está espalhado, fora de categoria, consagrado ao inclassificável e ao que não é importante », pois o imaginário de massa, como frisa Pierre Nora, enxerta no acontecimento algo do fato quotidiano : « seu drama, sua magia, seu mistério, sua estranheza, sua poesia, sua tragicomicidade, seu poder de compensação e de identificação, o sentido de fatalidade que o acompanha, seu luxo e sua gratuidade » (NORA, 1979 : 184).

Do ponto de vista do jornalismo televisivo, ao vivo, em transmissão direta, de um acontecimento histórico, o acontecimento perderia seu caráter histórico por se ver projetado no « vivido das massas » como espetáculo. A teatralidade estaria como que inerente ao acontecimento moderno, por este ser imediatamente público, visto em curso de acontecer (ao menos no mundo livre, nas sociedades democráticas). Daí resultaria uma « inflação factual », um estado de « superinformação perpétua », mas, ao mesmo tempo, de « subinformação crônica », que, segundo Pierre Nora, seria um procedimento para conjurar, exorcizar o « acontecimento », já que este sempre comporta um poder de impacto, e é dotado de uma força provocadora de mudanças. Desse modo, « multiplicar o novo, fabricar o acontecimento, degradar a informação, são seguramente o meio de se defender », devido a uma incapacidade de dominar o verdadeiro acontecimento, sempre ligado a uma crise e cujas consequências se desconhece (NORA, 1979 : 188). Se por um lado o acontecimento se mostra de difícil decifração imediata, pela dificuldade de se identificar nele a parte não factual, as « virtualidades imaginárias, parasitárias », por outro lado, o histoirador poderia beneficiar-se do material latente que aflora à superfície do tecido social através do rasgão que o acontecimento nele produz : emoções, hábitos, representações herdadas do passado, conflitos, projeções sociais. (NORA, 1979 : 190). Enfim, o acontecimento traria unido em seu bojo um feixe de significações esparsas, que caberia ao historiador desunir para poder sair da evidência do acontecimento e pôr em evidência o sistema, tornando inteligível a referida unicidade. Assim, a « história imediata » constituiria apenas « o primeiro esboço, a primeira apresentação, a incomparável coleção de documentos perecíveis – os gestos vivos, a voz humana, as cores e os odores de uma multidão e de um povo no trabalho e no combate – a partir do qual as outras operações históricas se desenvolvem em profundidade » (LACOUTURE, 1995 : 222). Ainda porque « a imagem da 'história imediata' não pára de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramanto, bem como uma acomodação satisfatória » (LACOUTURE, 1995 : 216).

Expostos alguns traços comuns ao teatro de Vinaver e a certo tipo de história e de jornalismo, centrados no enfoque da realidade imediata que mistura fato histórico e fatos quotidianos, passemos ao exame do teatro do autor, como se segue.

(A) Engrenagens produtoras de imagem : *O Programa de Televisão* (1990).

Na peça *O Programa de Televisão*, pode-se constatar que « a mensagem não é o conteúdo nem o meio, mas sim a cadeia de fenômenos posta em marcha pela qualidade

predominantemente visual da mensagem » (COLOMBO, 1974 : 92). Fica evidente nesse texto de Vinaver, que a imagem vista vale, para o telespectador, como um documento acerca do real, muito mais que qualquer discurso verbal, como afirmara Furio Colombo, que assinalara igualmente a função dramática dos documentários televisivos, por meio de uma dosagem dos elementos da informação segundo uma escalada dramática, visando a um efeito de autenticidade e que pudesse, ao mesmo tempo, dar uma impressão de controle sobre o caos ; a manipulação do real visaria a tranquilizar o espectador, eximi-lo de viver os fatos e de participar deles, e fazê-lo tão somente ficar em contato seguro com eles : « efeitos de certificação, de demonstração, de normalização e de reorganização racional do fenômeno, inclusive da mais grave tragédia » (COLOMBO, 1974 : 18-19). Pois o fato de « ver » produziria satisfação, uma sensação de controle, de « ordem na desordem, de presença na ausência, de pleno no vazio, de razão no desastre e na loucura » (COLOMBO, 1974 :20-21), uma credibilidade, um clima de confiança, a certeza de que tudo foi verificado ; enfim, a opinião pública ficaria reconfortada com a « compensação psicológica e moral » da presença das câmeras nos locais com problemas, por indicar que algo estaria de alguma forma sendo feito ou para ser feito. Se bem que, segundo nora, por um « paradoxo do efeito invertido », o excesso de controle poderia vir a empobrecer e a deformar as notícias devido a um exagero de homogeneização, de edificação e de estabilização do real, despertando, assim, a desconfiança do telespectador. Mas, por outro lado, o silêncio dos médias sobre algum fato também despertaria a desconfiança da sociedade consumidora de informações e de imagens.

Ora, é a dramatização televisiva do real, urdida por um famoso programa popular mas em crise de audiência, dentro de uma teia de conveniências e de manipulações de todo tipo entre os mais diferentes setores da vida social, o que constitui o objeto da referida peça de Vinaver. Um « fait divers » -o assassinato de um desempregado de mais de 50 anos de idade, que estava escalado e preparado para mostrar diante das câmeras sua felicidade em se ver finalmente empregado de novo- dá ensejo ao desvelamento, teatral, de uma engrenagem subterrânea onde se entrelaçam o mundo do trabalho com suas competições internas e também suas implicações macro-econômico-políticas, a família e a vizinhança telespectadoras, a máquina do poder judiciário e suas ligações expúrias com a mídia, a polícia e a política, a mídia impressa e televisiva em suas relações de pressão e chantagem junto a todas as instituições sociais, devido ao seu poder criador e destruidos de imagens junto à opinião pública, a pequena indústria e seus dramas internos de efeitos externos, a empresa comercial de vendas em grande rede de estrutura continental que manipula também politicamente a relação emprego/desemprego junto à mídia, a polícia incompetente e violenta

sobre cidadãos carentes, a juventude de periferia urbana, entre sonhos e a marginalidade pelo uso de droga e expedientes excusos para se sustentar, os cidadãos de meia-idade descartáveis pelo sistema. Três tipos de enquete se entrechocam : a enquete de um juiz de instrução e duas enquetes jornalísticas, todas as três à cata de um furo sensacionalista, que elas mesmas vão produzir, respectivamente, a toda a custa. Instala-se um impasse geral no momento em que o juiz vai divulgar sua versão imediatamente, para se promover, e contraria com misso os interesses da TV, que impõe suas prerrogativas em nome da audiência : « Todas as instituições nós as maltratamos é nossa função mas o senhor observou ? Sempre com respeito Em virtude do que as intituições nos respeitam E invariavelmente quando é o caso elas nos prestam assistência Existe uma aliança de fato que o senhor não pode ignorar » (VINAVER, 2007 : 131-132)..

(B) A algaravia da história imediata : a peça *11 Septembre 2001*.

Nesse último texto do autor, escrito imediatamente na seqüência do acontecimento real divulgado exaustivamente pela mídia nacional e mundial, o frescor do impacto do grande ato terrorista é conservado (a destruição instantânea, na manhã de 11/09/2001, de dois gigantescos edíficios empresariais de New York, os Twin Towers Trade Center, pelo choque de aviões que se lançam contra eles; simultaneamente à outra tentativa semelhança sobre o Pentágono). Uma colagem de textos publicados em inglês pela imprensa estadunidense constrói a primeira versão teatral, que, em seguida, é vertida para o francês pelo autor – que conserva no entanto os trechos emitidos por um « coro », em língua original – o inglês. A simultaneidade e abundância das fontes configura o bombardeio informacional daqueles dias e uma saturação de imagens que diluem o fato histórico - de evidência paradigmática - numa enchorrada de detalhes da vida quotidiana, então desnorteada. A polifonia discursiva e altamente fragmentária mistura : vozes de dentro da cabine dos aviões em questão, vozes dos controladores de vôo, de pilotos, da tripulação de um avião militar, de operadores e anônimos seguidas dos estrondos ; e também todas as declarações do presidente americano G. Bush, as descrições sensacionalistas de jornalistas desnorteados (dor, morte, destruição, equiipes de salvamento, repercussão na bolsa de valores, os dados medidos com precisão em minutos e em centímetros), a voz de depoimentos altamente emocionados da gente comum, implicada de diferentes formas, a leitura do folheto de instruções que preparara os terroristas na véspera do ataque, um documento redigido cinco anos antes por um dos terroristas contendo instruções minuciosas para seu próprio sepultamento dentro dos preceitos religiosos do

islamismo. E, finalmente, as vozes monumentais das figuras aparentemente antípodas de Bush e Ben Laden, apresentando, ironicamente, um mesmo teor político e religioso, ao evocarem, ambos, a proteção de Deus para seus atos, em nome da justiça, e a promessa de vingança e de destruição, para a paz e a liberdade contra a opressão, contando ambos om um apoio geral, uma vez que agem enquanto vítimas um do outro – « somos uma nação pacífica » (Bush), « criança inocente » (Ben Laden). Fica nítida nessa seleção a impressão final sobre um novo paradigma para a política mundial – o religioso : « Esses acontecimentos dividiram o mundo [...] Em dois campos [...] O campo dos crentes [...] E o campo dos não-crentes », profere o personagem Ben Laden (VINAVER, 2007 : 69).

Conclusão : uma teatralização das inconsistências do sistema.

A prática teatral de Michel Vinaver estaria mais próxima da prática da *micro-história* - uma tendência historiográfica das décadas de 70 e 80 do século XX. O *plano molecular* da realidade, visado pelo teatro do autor, implica o trabalho com fragmentos abundantes do real, para compor um panorama instantâneo o mais abrangente possível de um fato do presente em pleno curso. Assim como a prática da *micro-história* constituia um trabalho experimental que se intercambiava com as ciências sociais, questionava a metodologia historiográfica então existente e se mostrava pessimista frente aos grandes sistemas de explicação globalizantes do real - o marxismo, por exemplo-, do mesmo modo o teatro vinaveriano afastou-se desde o início do « teatro político de denúncia », do teatro brechtiano e do « teatro-documento », uma vez que o autor recusa-se ao maniqueísmo, a defender uma tese, a tomar partido contra ou a favor, sempre em busca do máximo de aberturas possível.

As características desse teatro seriam, mutatis mutandis, as mesmas atribuídas à micro-história : basear-se na redução da escla de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental ; « descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder de vista a escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida » ; « seleção de um ponto específico da vida real, a partir do qual se exemplificam conceitos gerais – em vez de funcionar como um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização » ; « a crença em que a observação microscópica revelará fatores não-observados » ; procurar tornar eloquentes ocorrências simples, privilegiar índices, sinais, sintomas e descrevê-los em contexto, partindo do particular, concentrando-se nas contradições dos sistemas normativos, na fragmentação e na

pluralidade dos pontos de vista ; acentuar « as ações mais insignificantes e mais localizadas, para demonstrar as lacunas e os espaços deixados em aberto pelas complexas insconsistências de todos os sistemas » ; « demonstrar a falibilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos », onde « um fato aparentemente anômalo e insignificante assume significado, quando as incoerências ocultas de um sistema aparentemente unificado são reveladas » ; « estudar o social, não como um objeto investido de propriedades inerentes, mas como um conjunto de inter-relacionamentos deslocados existentes entre configurações constatemente em adaptação » ; para construir « um arcabouço de análise que rejeita smplificações, hipóteses dualistas, polarizações, tipologias rígidas e a busca de carsacterísticas típicas » ; enfim, buscar expressar a complexidade do real (LEVI, 1992 : 133-160).

A exploração da *dimensão molecular* da vida social mostra o comportamento humano agindo em relativa liberdade dentro do sistema, como resultado « de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais » (LEVI, 1992 : 135). Em suas relações com a história, Vinaver parece retratar, sem maniqueísmo, a implicação, sem exceção e em graus variados, de todos os indivíduos de um agrupamento humano na construção de sua própria história.

Bibliografia

COLOMBO, Furio : *Televisión : la realidad como espetáculo*. Version castellana de Esteve Riambau i Saurí. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1976.

LACOUTURE, Jean : « A história imediata ». In : LE GOFF, Jacques (org.) : *A história nova*. 3a. edição. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

LEVI, Giovanni : « Sobre a micro-história ». In : BURKE, Peter (org.) : *A escrita da história. Novas perspectivas*. 2a. Ed. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, UNESP- Editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

NORA, Pierre : « O retorno do fato ». In : LE GOFF, Jacques et NORA, Pierre : *História : novos problemas*. 2a. Ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de jneiro, Francisco Alves, 1979.

OZOUF, Jacques : « A opinião pública. Apologia das sondagens ». In : LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.): *História : novos objetos*. 2a. ed. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves editora, 1976.

RODRIGUES, José Honório : *Teoria da história do Brasil*. Introdução metodológica. 5a ed. Acrescida de um prefácio. São Paulo, Editora Nacional, 1978.

VINAVER, Michel : *11 septembre 2001/ 11 september 2001*. Livret. Version française et anglaise. Paris, l'Arche Editeur, 2002.

VINAVER, Michel : *L'Émission de télévision*. Comédie. Arles, Actes Sud- Papiers, 1990.

VINAVER, Michel : *Écrits sur le théâtre*. Réunis et présentés par Michel Henry. Lausanne, Éditions de l'Aire, [1982].

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Galeria do Mundo: Pieter van der Aa e a imagem da América na cultura neerlandesa (1624/1729)

Heloisa Meireles Gesteira *

Abstract

In the beggining of the 17th century, Pieter van der aa, a printer and a book seller at Leiden, in the Dutch Republica, organized a catalogue of his collection and published it in 1729 under the title "Galerie Agreable du Monde". This article concerns over the representations of America, particulary Brazil, in the History and Geography under the taught of Pieter van der Aa.

Key words: collections, descriptions, colonialism.

No início do século XVIII Pieter van der Aa, impressor e comerciante de gravuras e livros na cidade de Leiden, organizou um catálogo de seu acervo e o publicou no ano de 1729, oferecendo a um público restrito, pois só imprimiu 100 cópias, uma bela coleção de mapas e gravuras sob o título "Galerie Agreable du Monde". Um desses exemplares encontra-se hoje na Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O objetivo desta pesquisa é, partindo de uma análise minuciosa da "Galerie", reconstituir a imagem da América, em particular do Brasil, na cultura neerlandesa durante o século XVII.

A produção cultural da República não pode ser avaliada sem observarmos o seu vínculo com a expansão ultramarina. Amsterdam como centro da "economia-mundo" controlava, entre outras coisas, um manancial de informações que chegavam junto com os navios que ali aportavam. Mapas, roteiros de viagem, relatórios e descrições das terras distantes asseguravam para os homens de negócios o conhecimento dessas notícias. Quando os negociantes mantinham relações próximas com as Companhias de Comércio, multiplicavam-se os dados aos quais tinham acesso. O *Atlas Mayor*, de Wilhem Blaeu, por exemplo, foi composto a partir da reunião de mapas que os Blaeu tinham feito a pedido das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, além de cartas manuscritas e outras informações coletadas pelos editores junto aos arquivos das Companhias. A literatura de viagens, gênero de sucesso naquele período, também foi incrementada pelos relatos dos viajantes, como o livro do soldado que serviu as Companhias neerlandesas durante o século

* Pesquisadora Adjunta da Coordenação História da Ciência MAST/MCT

XVII Johan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, trazido a público pela casa de Jacob Meurs em 1682.

A primeira metade do século XVII é considerada a época de ouro da cultura neerlandesa. Nesse período, Amsterdam era o pólo das atividades mercantis e artísticas, lugar que ocupará até início do século XVIII. Já a cidade de Leiden com sua universidade, constituía um dos centros importantes da produção intelectual no âmbito da República das Províncias Unidas. Entres as principais casas editorias neerlandesas de então, a firma Elzevier destacava-se. Pertencia à família do mesmo nome e era uma tipografia de grande importância, situada em Leiden, a empresa ficou famosa na Europa por trazer para a República, textos, manuscritos e impressos de outros países e editá-los e colocá-los a disposição do público, dentro e fora da República. O mercado de livros laicos atraía um número crescente de leitores e o ambiente de tolerância na República possibilitava que os editores viajassem pela Europa em busca de textos proibidos entre os católicos.

Após a independência da República em 1575, comerciantes e homens de negócios formavam o grupo hegemônico no quadro de forças políticas dos Países Baixos. A própria escolha do modelo republicano garantiu-lhes efetiva participação nos cargos públicos, o que era natural numa cidade como Amsterdam, transformada desde fins do século XVI no empório mais importante da Europa, mais fortalecida depois que os Espanhóis ocuparam Antuérpia. O envolvimento na produção cultural era uma forma de afirmação de prestígio e poder social, assim, muitas vezes esses homens financiavam iniciativas desse gênero, como no caso dos retratos dos regentes de Amsterdam, encomendados a Rembrandt. Em outras oportunidades, eles executavam os produtos culturais, como, por exemplo, a tipografia dos Blaeu, família que fez fortuna gravando mapas e cartas náuticas, que eram ao mesmo tempo obras de arte e artigos de luxo disponíveis para consumidores seletos. Essa casa foi responsável pela edição, em 1662, do *Atlas Mayor*, iniciativa da tipografia dos Blaeu em 9 ou 12 volumes, dependendo da edição. O Atlas reúne 600 mapas e à época foram confeccionadas algo em torno de 300 cópias.

As informações recolhidas nas viagens além de enriquecerem a literatura do gênero também poderiam ser encontradas nos inúmeros panfletos cujos exemplares eram distribuídos nas principais cidades neerlandesas e constituindo um instrumento de divulgação de opiniões políticas as mais variadas. Na maior parte das vezes, estes textos eram escritos por homens públicos ou acadêmicos que viam neles uma maneira de expressar publicamente seu posicionamento diante dos acontecimentos e também um modo de divulgar seus próprios projetos. A leitura de alguns desses textos permite identificar características da expansão

ultramarina da República dos Países Baixos Unidos e a importância da criação de um entreposto batavo na América, em particular na região dominada pelos portugueses, naquele momento submetidos à coroa de Espanha. Aliás, para José Antonio Gonsalves de Mello,

> *quem estuda o período da dominação holandesa no Norte do Brasil, não pode prescindir das informações contidas nos panfletos. Ao nosso ver, quem estuda esse período e não quiser se cingir simplesmente à enumeração dos feitos guerreiros, os panfletos são indispensáveis. (Mello, 1998, p. 13)"*

Panfletos e livros freqüentemente eram enriquecidos com gravuras. Entretanto, queremos crer que essas imagens não eram meras ilustrações, mas, junto com o texto, serviam para informar o leitor sobre o objeto descrito, seja uma batalha, sejam cenas da vida social. Retratando a região de Pernambuco, o mapa publicado no panfleto anônimo cujo título é *Reys boeck van het rijk Brasilien, Rio de la Plata ende Magalhaes*, com data de 1624, nos fornece um belo exemplo.[1] Os livros de História Natural de Guilherme Piso e Jorge Marcgrave também atestam a importância das gravuras como meio de comunicação, texto e imagens juntos garantiam uma descrição minuciosa e a mais fiel possível de cada espécie americana registrada. Se somarmos a esta produção os trabalhos dos pintores que acompanharam o Conde João Mauricio de Nassau-Siegen ao Brasil, Frans Post e Albert Eckhout, e os desenhos atribuídos a Zacharias Wagener, não é difícil reconhecermos a importância da iconografia neerlandesa no que se refere à formação de um "Retrato do Brasil", em particular da região ocupada, durante o século XVII.

As gravuras além de enriquecerem os livros, circulavam avulsas e podiam ser adquiridas no mercado. O catálogo organizado pelo impressor e livreiro Pieter van der Aa, sob o sugestivo título "La Galerie Agreable du Monde", transforma-se num objeto interessante uma vez que reúne uma coleção de gravuras adquiridas por ele ao longo de sua vida. Nesta obra o colecionador agrupou material de autores diversos e, provavelmente, de épocas diferentes. As gravuras de fato eram vendidas avulsas e a partir do século XVI adquiriram um potencial de circulação muito grande, como obra de arte ou, muito provavelmente, como propaganda política ou religiosa.

Natural de Leiden, Pieter van der Aa (1659/1733) aos nove anos ingressou no ramo de venda de livros como aprendiz. Passada uma década, van der Aa abriu seu próprio negócio, paulatinamente se transformou num editor e vendedor de livros na cidade de Leiden,

---

[1] *Diário de viagem e descrição das riquezas do Brasil, Rio da Prata e Magalhães, onde se registra a situação de países e cidades*, Canin, 1624. BNRJ, Divisão de Obras Raras. As informações contidas nesta publicação eram, em sua maioria, relativas às condições de navegação e aos aspectos econômicos de cada região. Os mapas acompanhavam os textos e traziam registro das principais cidades, portos e fortificações, essas cartas eram ricamente ilustradas com cenas da vida e costumes locais.

apresentando-se como "impressor da Universidade". Durante sua vida colecionou e editou uma grande quantidade de mapas e gravuras feitos por outros impressores neerlandeses do século XVII, como os Blaeu, Visscher, Meurs e de Wit. Nunca foi ele próprio um artista, os mapas e gravuras que trazem sua marca, são cópias feitas a partir de placas recolhidas ao longo de sua vida entre impressores e antiquários. Nas primeiras décadas do século XVIII, entre 1708/1729, van der Aa dedicou-se a organizar a "Galerie agreable du monde", composta por 66 volumes reunidos em XI tomos. Contendo quase três mil pranchas de mapas, o livro reúne uma coleção iconográfica sobre cidades, costumes e a natureza de todo os continentes. Segundo o colecionador, em sua Galeria podem ser vistos:

> *um grande número de mapas, os principais impérios, reinos, repúblicas, províncias, cidades, vilas e fortificações, com sua localização e o que tem de mais memorável. As ilhas, costas, rios, portos do mar e outros lugares considerados pela antiga e pela nova geografia; antiguidades, abadias, igrejas, academias, colégios, bibliotecas, palácios e outros edifícios, tanto públicos como particulares como também as casas de campo, as habilidades e hábitos dos povos, sua religião, seus jogos, suas festas, cerimônias, suas pompas, seus animais, árvores, plantas, flores, alguns templos e ídolos de e outras raridades dignas de seres vistas (...) nas quatro partes do Universo dividido em 66 tomos. (Van der Aa, 1729)*

O colecionador oferece sua "galeria" aos amantes da História de da Geografia, o que ele deseja é organizar um livro no qual o leitor pudesse experimentar a sensação de viajar pelo mundo. Na obra, os continentes aparecem segundo a organização dos principais Atlas do século XVII: Europa, Ásia, África e o Novo Mundo, o que remete para sua familiaridade com o gênero. Como outros editores, Van der Aa estava atualizado com a produção intelectual de sua época como exigia o seu ofício, mesmo não sendo ele próprio um erudito. Antes das gravuras, grande parte com legenda, Pieter van der Aa dedicou-se à tarefa de descrever cada país, ou seja, inseri-lo dentro da História do mundo que estava narrando, cabe apenas mencionar que o último volume foi dedicado exclusivamente ao Brasil.

O estudo da "Galerie Agreable du Monde" está em fase inicial e faz parte de um projeto de pesquisa que estou iniciando no MAST, sob o título "Descrições da América". O nosso interesse particular nesta obra relaciona-se sobretudo dela pretender atrair os amantes da Geografia e da História, construindo uma narrativa do mundo através de imagens e de textos, que juntos contribuíram para edificar e divulgar uma imagem do continente americano bem como sua inserção na cultura européia. O objetivo central dessa pesquisa será identificar o lugar ocupado não só pela América mas sobretudo pelo Brasil numa perspectiva da História e da Geografia tal qual percebidas por Pieter van der Aa.

Para abordar a obra de Pieter van der Aa recorreremos aos estudos que valorizam o caráter "descritivo" presente nos relatos produzidos pelos neerlandeses. Muitos relatos e

produtos de viagem, que foram escritos pelos homens envolvidos com a expansão ultramarina da República, trazem como parte do título a palavra "descrição" ou "descrever".[2] Os itinerários, as condições de navegação e os lugares tocados pelos marinheiros - mercadores ou soldados – aparecem em textos que descrevem minuciosamente as rotas marítimas, as costas navegadas, identificando cidades e fortificações, incorporando aos relatos, inclusive, os produtos que poderiam ser comercializados. Aos textos são acrescentados mapas e desenhos que, junto com a palavra escrita, compõem as descrições.

As descrições geográficas ganharam um destaque relevante nas crônicas e narrativas sobre o Novo Mundo. Segundo Horacio Saez, este fenômeno articulava-se ao impulso que os argumentos ambientalistas, cujas raízes remontam à antiguidade, receberam durante a Idade Média e o Renascimento, intensificando-se ainda mais a partir do contato dos europeus com a natureza americana. Essa tradição, presente nas teorias médicas, filosóficas e políticas desde a antigüidade, tendia a relacionar as condições naturais ao temperamento, caráter e inteligência dos homens, hierarquizando, desta forma, toda a humanidade. Um outro aspecto importante a ser observado diz respeito à própria forma descritiva O significado de descrever para os neerlandeses foi observado por Patricia Seed em seu livro sobre as cerimônias de posse que garantiram a conquista do Novo Mundo pelos europeus. Segundo a autora, a produção de descrições e mapas sobre os lugares garantia para a República das Províncias Unidas, numa perspectiva cultural, a posse de um determinado território.

Admitindo que a descrição, muitas vezes, garantia a posse e, até mesmo, a conquista de uma região, mesmo que num plano discursivo, gostaríamos de ir um pouco mais além. A produção de conhecimento implementada pelos neerlandeses sobre suas conquistas, produção que ultrapassava o simples traçado das rotas e das fronteiras territoriais, como demonstram os livros de viagens, inclusive aqueles que se dedicam à História Natural. Na verdade, cabe indagar se as descrições minuciosas acerca dos lugares efetivamente abriram espaço para que os homens, em particular os neerlandeses, cada vez mais exercessem um domínio sobre os territórios conquistados. Isso conduz à seguinte questão: o que a forma descritiva representava para a cultura neerlandesa durante o século XVII?

A descrição pode ser verificada na pintura neerlandesa em sua época de ouro. Svetlana Alpers demonstra como essa maneira de pintar estava ligada a uma concepção de mundo que excedia o campo específico da arte, integrando todo um sistema cultural. Trabalhando com textos de Constatijn Huygens, a historiadora da arte concluiu que a

[2] beschrijving em holandês pode significar o verbo ou o substantivo, dependendo do uso. *Van Dale: andwoordenboek Hedendaags Nederlands*. Utrecht/Antuérpia: Van Dale, 1988.

descrição presente nas pinturas liga-se a uma cultura onde o olhar surge como um dos sentidos que permite ao homem apreender os fenômenos naturais e sociais: "o olho é o meio pelo qual Huygens reporta o novo conhecimento do mundo". (Alpers, 1999, p. 70)

O privilégio do olhar mostra a relação intrínseca entre a arte e a ciência neerlandesas. A representação descritiva, seja através de textos ou de imagens, de alguma forma permite o transplante de tudo que a visão alcança para uma superfície plana, o papel. Poderíamos nos perguntar até que ponto representar o mundo através de texto e imagem propiciava, entre os neerlandeses, a sensação de experimentar a própria hegemonia européia iniciada com as grandes navegações, desta forma é significativo que a história narrada na "Galerie" tenha como ponto de partida Portugal.

O ofício de Pieter van der Aa fez dele também um colecionador de mapas, roteiros e descrições das viagens realizadas pelos europeus desde o século XVI. Entre 1706 e 1708 ele tinha publicado vários roteiros organizados sob o título "Naaukeurig versameling der gedenkwaardigste zee end land reysen". Esse material muito provavelmente serviu de base para a composição de seu catálogo. Além de gravuras isoladas, van der Aa utilizou os vários roteiros para elaborar sua narrativa geográfica e histórica do mundo. Porém, só uma análise mais precisa nos permitirá identificar os critérios utilizados pelo autor para ordenar sua narrativa.

O hábito de colecionar faz parte da tradição cultural dos homens desde períodos mais remotos e varia conforme a época e o lugar. A organização de coleções se intensificou na Europa durante o Renascimento. A redescoberta da cultura greco-romana, além de aumentar o interesse dos humanistas pela Antigüidade Clássica, fez com que estes homens se dedicassem à busca de fragmentos - textos e objetos - que pudessem "trazer de volta" os valores do mundo antigo. Em pouco tempo, a paixão pela formação de coleções foi se alastrando, e outros agentes sociais, como os sábios e os nobres, começaram a valorizar a prática de coletar objetos aparentemente sem importância que, ao serem introduzidos nas coleções, ganhavam valor simbólico. A definição do que eram os objetos dignos de serem coletados também sofreu uma ampliação: obras de arte, objetos da natureza, artefatos, utensílios, instrumentos científicos, entre os mais significativos, passaram a ter lugar ao lado dos "fragmentos" da antigüidade.

O ato de organizar uma coleção significa retirar um objeto de seu *habitat* e transferi-lo para outro, onde ele assume um significado simbólico muitas vezes distinto do original. Segundo definição de Krzysztof Pomian, os objetos de uma coleção estão fora de seu circuito, perdem o seu valor de uso, são protegidos na medida em que são colocados num

recinto específico para serem vistos pelos homens e têm a sua função alterada, pois assumem o poder de ligar o espectador ao lugar original do objeto, seja este distante no tempo ou no espaço. Objetos e informações vindos de terras longínquas, assumem, nas coleções européias, o poder de transportar os espectadores para os países considerados "exóticos". Ainda durante o Renascimento, alguns homens de negócios que estavam conquistando cada vez mais espaço na sociedade, também passaram interessar-se por colecionar objetos que, quando exibidos, transformavam-se num sinal de afirmação do *status* recém-adquirido por eles.

A "Galerie Agreable du Monde", como resultado de um trabalho de coleta e ordenação das gravuras acompanhadas de textos, pode ser analisada como um "espaço" que reúne, exibe e divulga uma História e uma Geografia do mundo conforme a ótica de seu organizador, o impressor Pieter van der Aa.

Referências Bibliográficas.

ALPERS, Svetlana Alpers. *A arte de descrever*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ARRIGHI,Giovanni. *O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*, Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV ao XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, vol. 3, "O Tempo do Mundo".

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdam - Um Estudo das Elites no Século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAPEL, Horacio Capel Saez. "Ambientalismo e História. O Padre Las Casas como Geógrafo." in *O Nascimento da Ciência Moderna e a América*. Maringá: UEM, 1999

EISENSTEIN, Elizabeth. *A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

ISRAEL, Jonathan. *The Dutch Republic, its rise, greatness and fall 1477/1806*. Oxford: University Press, 1998

MELLO, J. A .G. *Tempo de Jornal*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1998.

POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs e curieux: Paris, Venise - XVIe XVIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1987.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de Posse na Conquista do Novo Mundo (1492/1640)*. São Paulo: UNESP, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Análises e perspectivas geoambientais da arqueologia e seus reflexos na cultura humana do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul.

Neli Teresinha Galarce Machado[1]
Patrícia Schneider[*]
Marcos Rogério Kreutz[*]
Jones Fiegenbaum[*]

Resumo
Este trabalho tem o objetivo de ressaltar as possibilidades sobre estudos em sítios arqueológicos e a relação entre a arqueologia, geografia, geologia, geomorfologia e história. Considerando a potencialidade de ocupações pré-coloniais e coloniais de grupos, caçadores-coletores, horticultores e primeiros imigrantes africanos e europeus no Vale do Taquari. Além de levantar o patrimônio arqueológico do Vale do Taquari, principalmente no que se refere a sítios de caçadores-coletores e de horticultores pretende-se estudar as primeiras ocupações humanas no Vale, difundindo a história de centenas de anos e resgatando momentos peculiares desconhecidos para tantos. O principal resultado é o adequado tratamento do patrimônio histórico-cultural da comunidade do Vale do Taquari.
Palavras-Chave: sítios arqueológicos, fator geo, paisagem.

Abstract
This work has the objective of emphasizing the possibilities on studies in archeological sites and the relationship among the archeology, geography, geology, geomorphology and history. Considering the potentiality of pré-colonial and colonial occupations of groups, hunter-collectors, horticulturists and first African and European immigrants in it is Worth it of Taquari. Besides lifting the archeological patrimony of the valley of Taquari, mainly in what he/she refers to sites of hunter-collectors and of horticulturists he intends to study the first human occupations in it is Worth it, diffusing the history of hundreds of years and rescuing peculiar moments ignored for so many. The main result is the appropriate treatment of the community's of the valley of Taquari historical-cultural patrimony.
Key words: archeological sites, factor geo, landscape.

Introdução

A história dos grupos humanos pretéritos do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, passa a ser foco de pesquisas arqueológicas no ano de 2000 com vinda da professora e

[1] Centro Universitário Univates, Lajeado, professora do Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, doutora em Arqueologia pelo MAE/USP.

[·] Centro Universitário Univates, Lajeado, Graduanda do Curso de Licenciatura em História, Bolsista de Iniciação Científica e Fapergs (Procoredes).

[·] Centro Universitário Univates, Lajeado, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento.

[·] Unisinos, PPGH Historia, pesquisador do Setor de Arqueologia do Centro Universitário Univates.

arqueóloga Neli T. G. Machado, que encontra nesta região um grande potencial para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica. O objetivo principal da pesquisa é levantar informações referentes aos sítios arqueológicos pré-coloniais da área em foco.

Através de prospecções e sondagens aprofundadas identificou-se o grande potencial arqueológico do Vale do Taquari/RS, tanto pelos vestígios materiais facilmente encontrados na superfície quanto pelas informações de fontes orais. Outros dados que corroboram esta afirmação, são as pesquisas anteriormente realizadas.

Nas décadas de 60 e 70 alguns pesquisadores visitaram a região do Vale do Taquari, com o intuito de localizar sítios de superfície e coletar material arqueológico para comprovar a ocupação de povos pretéritos. Nos registros, ficha cadastrais do IPHAN, as únicas técnicas utilizadas foram coletas superficiais em municipios como Arroio do Meio e Muçum.

Neste texto será apresentado uma descrição da geomorfologia do Vale do Taquari/RS, analisando-o como uma unidade geográfica geral, identificando e analisando a paisagem onde os sítios arqueológicos encontram-se inseridos.

Todo grupo humano ao ocupar determinada área inflige sobre ela alterações necessárias a sua permanência em relação a habitação, bem como, usufrui da região a ser ocupada retirando suas bases alimentares da flora e fauna, e matéria-prima para elaboração de seus utensílios líticos, ósseos e cerâmicos.

O panorama do Vale do Taquari mudou com a chegada desses grupos e a adaptação dos mesmos aos padrões ambientais locais. Desta forma, a manipulação de artefatos líticos, a confecção de cerâmica, o uso de animais e plantas alteraram a paisagem e o cotidiano local. São exatamente os elementos que vão ajudar a compreender a ocupação pré-histórica da região. Através da cultura material deixada pelos grupos é que se procura entender seu cotidiano.

O Vale e sua geomorfologia

Localizado no centro leste do estado, o Vale do Taquari/RS estende-se entre o planalto e a depressão central. O relevo abrange a escarpa ou encosta do planalto, morros testemunhos, patamares e terraços fluviais.

Encontra-se inserido na bacia sedimentar do Paraná, aflorando a formação Botucatu (Parte baixa) e Serra Geral (Parte alta).

O Vale abrange um total de 37 municípios com 4.867 Km² de área. Esta diversidade de formações enriquece a geografia do Vale do Taquari, possibilitando aos grupos

que habitaram a região um grande potencial de captação de recursos.

Sua principal bacia hidrográfica é o rio Taquari, desemboca a sul, no rio Jacuí (município de Triunfo), seus principais afluentes são: rio Taquari Mirim, arroio Castelhano, rio Forqueta, rio Guaporé e rio Carreiro.

O rio Forqueta é seu maior afluente, desembocando em sua margem direita, no município de Arroio do Meio.

O clima é subtropical úmido com verões quentes (média de 23,2°) e Invernos mitigados (média 12,7°).

A vegetação abrange a mata subtropical e mata de pinhais. A formação biológica da região do Vale do Taquari é considerada bastante singular, principalmente devido a sua localização intermediária entre o "Planalto das Araucárias" e a "Depressão Central Gaúcha". (Rempel, 2000)

A Arqueologia e alguns métodos de pesquisa

Ao se trabalhar com a ciência arqueológica verifica-se na paisagem e no ambiente os locais que apresentam algum vestígio material ou alteração que comprove a ocupação da área por grupos pretéritos. O que pode ser considerada a primeira fase do trabalho do arqueólogo, tendo como premissa o levantamento dos locais com potencial arqueológico. Os dados identificados, a partir de um levantamento geoarqueológico, servem como base para a realização de trabalhos aprofundados de escavação e salvamento das informações.

Durante a realização da fase de levantamentos usando como principal ferramenta de análise o Modelo Locacional (atividade realizada constantemente desde 2001, mas efetivada em forma de projeto e financiada pelo PROCOREDES/FAPERGS em 2006) de áreas potenciais de ocupação humana pré-colonial na região do Vale do Taquari/RS, efetuou-se saídas constantes a campo a fim de identificar na geografia, locais com alteração antrópica, como desmatamentos contemporâneos e antigos da vegetação natural, plantações de culturas agrícolas modernas, diques, barragens, estruturas residenciais, indústrias e pequenas fábricas além da verificação *in loco* dos vestígios arqueológicos na superfície dos terrenos. Foram feitos caminhamentos controlados nas áreas de planícies, encostas de morro, margens dos rios, cascalheiras, topos de interflúvios, nascentes, seguindo as características geomorfológicas do relevo.

Essas áreas foram previamente estudadas e identificadas em cartas geográficas topográficas, principalmente da Bacia Hidrográfica do rio Taquari e imagens de satélites. Outra fonte importante foram as informações dos proprietários que gentilmente receberam a

equipe e forneceram dados sobre os achados de evidencias arqueológicas nas terras quando do trabalho agrícola. Em todas estas etapas de verificação foi possível comprovar a potencialidade regional para a ocupação humana pré-colonial.

As áreas consideradas potenciais foram georeferenciadas, plotadas em forma de croquis com escala e fotografadas.

Identificou-se através da cultura material e a contextualização das evidências nos locais onde os vestígios foram encontrados, a presença de dois grupos humanos distintos que ocupavam a região no período pré-colonial, grupos de caçadores coletores e horticultores. Entre a cultura material identificou-se cerâmica, lítico, restos faunísticos e na paisagem seguindo modelos propostos, da geoarqueologia e do modelo locacional, perceberam-se locais considerados potenciais para ocupação humana, pois apresentavam características similares a áreas onde se encontram sítios arqueológicos já cadastrados (sítios cadastrados na década de 70 e sítios cadastrados a partir de 2000).

A Arqueologia da Paisagem e o Modelo Locacional

Através destas metodologias e verificando o fator geo, consegue-se identificar os locais com maior potencial para o encontro dos sítios arqueológicos. Esta técnica de análise utilizada em uma determinada região, visa compreender, segundo Hodder (1984), as seguintes informações:

-Comportamento do homem no território;

-Relação entre tecnologia e os recursos naturais que estão ao alcance no assentamento;

-Relação entre função e localização do sítio;

A relação homem-ambiente é fundamental para a localização dos assentamentos. Através da verificação da evolução cronológica do sítio, analisa-se os processos deposicionais e pós-deposicionais.

Tentamos identificar a relação entre a sistematização das atividades humanas e o processo de deposição dos objetos culturais. Tão importantes quanto os próprios objetos, é a relação entre eles dentro do depósito. Observando-se que os objetos não são somente reflexos de uma atividade final de utilização, mas obras do pensamento humano.

Na relação inter sítio (restringido a área do sítio em si) e intra sítio (relacionado ao entorno do sítio), se observa a importância do fator geo na análise de um sítio arqueológico. Entender um sítio sem verificar o meio em que esta inserido é continuar a somente quantificar os elementos materiais da ocupação.

A partir da ótica da analise antropológica do comportamento cultural e as necessidades do homem verifica-se em que medida determinada área ambiental supre as exigências necessárias para sobrevivência. Nesta relação, áreas que se enquadram em exigências mínimas como: água, matéria-prima para cerâmica e para artefatos líticos, diversidade de animais para caça e pesca, diversidade de plantas, um local para horticultura e boa localização de defesa, poderão caracterizar a função do sítio como aldeias ou acampamentos.

Para a arqueologia espacial esta função é determinante para localização de um sítio, pois cada variante possui características diferentes, com necessidades diferentes, sendo suficiente para identificação de possíveis sítios.

Esta metodologia aplicada no projeto se enquadra nos parâmetros do modelo locacional, aplicado por Morais em 1999, no Vale do Paranapanema em SP.

Os parâmetros do modelo locacional, permitem o mapeamento das áreas potencialmente favoráveis ao encontro de sítios arqueológicos. Estes parâmetros foram fixados a partir de algumas situações de ordem universal, relativas aos padrões de estabelecimento, porém ao serem utilizados devem levar em consideração várias situações locais e regionais, pois estas variantes influenciam de forma determinante em sua aplicação.

Como supra citado, toda ocupação humana acarreta sobre o local de permanência impactos que podem posteriormente ser percebidos. Entende-se aqui os impactos ambientais como sendo naturais e principalmente os sociais (processos de ocupação pré-colonial e colonial).

Tendo como base o conceito básico sobre o que é sítio arqueológico que é a menor unidade do espaço a ser trabalhada pelo arqueólogo, podendo ir do pequeno acampamento à grande cidade. Plog & Hill apud Morais, 1999, consideram sítio qualquer localização de artefatos, mesmo que se trate de um, apenas. Mazurowski apud Morais, 1999, "acrescentou às anteriores definições, a importância que tem a localização dos objetos por se poder teoricamente discernir através desta, o caráter intencional ou não dos achados”. O fato é que não existe uma única definição de sítio arqueológico. Qualquer uma é válida, desde que se ajuste a determinado propósito para solucionar determinado problema. Plog & Hill apud Morais, 1999, dão a base do que será chamado "local de interesse arqueológico".

Em arqueologia, o contexto implica numa trama espaço-temporal de algumas dimensões suscetível de incluir tanto um meio cultural como um meio não cultural e de aplicar-se tanto a um só artefato como uma constelação de sítios. A arqueologia espacial se ocupa da configuração horizontal de agregados no interior do sítio e as interconexões entre distintos sítios.

A arqueologia contextual está mais interessada nos sítios que nos artefatos, sobretudo na expressão multidimensional e da tomada de decisões humanas dentro do meio. E sem se ocupar diretamente dos fenômenos ecológicos, tais como os fluxos de energia e as cadeias alimentares, tem como finalidade estimular a investigação globalizante, em base nas complexas interações sistêmicas entre os fatores e processos culturais, biológicos e físicos.

Alguns elementos fundamentais para se entender um sítio arqueológico: o espaço, a escala, a complexidade, a interação e a situação de estabilidade ou equilíbrio. Esses conceitos provem da geografia ou da biologia, mas tem aplicações antropológicas e arqueológicas direta e incorporam tanto as dimensões espaciais como temporais. Mas ainda, cada uma dessas propriedades é quantificável, portanto, suscetível de ser analisada cientificamente.

A paisagem e os sítios arqueológicos: hipóteses e interpretações.

Os pesquisadores em arqueologia, utilizam-se cada vez mais de metodologias que tem no fator geo (geografia, geologia e geomorfologia), foco determinante na localização de sítios arqueológicos.

A Arqueologia da Paisagem e o Modelo Locacional, que se utilizam desse principio, encaixam-se perfeitamente nos objetivos que o projeto pretende atingir, a comprovação, identificação e caracterização da existência de povos pretéritos na região, por isso foram base importante no desenvolvimento dos trabalhos.

Considerando o Vale do Taquari uma unidade geografica total, dentro de uma análise geomorfológica, interpretou-se os sítios arqueologicos inseridos na paisagem e contexto histórico.

Com este trabalho observou-se, que os sítios abordados, por encontrarem-se em uma área geográfica similar, apresentam praticamente as mesmas características de captação de recursos.

Em todos foi possível identificar uma extensa planície de inundação (terraço fluvial) que poderia ser utilizada para o plantio em uma horticultura de subsistência, cascalheiras para obtenção de materia-prima e locais para coleta de argila.

Reconstituindo a paisagem do período de ocupação, é possível averiguar a quantidade de recursos em flora e fauna, que serviriam para o sustento dos grupos.

Com o material coletado e a analise da paisagem, baseando-se no modelo preditivo, identificou-se no decorrer da várzea (cerca de 35 Km), do Rio Taquari e do Rio Forqueta, diversos sítios de horticultores e de caçadores-coletores.

Até o momento estes sítios, sofreram algum tipo de intervenção, seja esta, de registro, georeferenciamento, prospecção ou sondagens estratigráficas e escavações mais aprofundadas.

As evidências encontradas, estão muitas vezes dispersas em grandes extensões do terreno, isso pode ser associado a intensa atividade agrícola, exercida nos locais a mais de 30 anos, como também, os sítios serem definidos como aldeias, os quais comportariam um considerável número de indivíduos e consequentemente ocupariam uma área maior.

Identificou-se nestes sítios evidências arqueológicas que formam um conjunto de fragmentos composto de cerâmicas corrugadas, unguladas, pintadas, lisas, escovadas, evidências líticas como raspadores, núcleos bipolares, talhadores, lascas, machados polidos e restos faunísticos.

O material cerâmico esta bem conservado apresentando uma grande quantidade de bordas passíveis de reconstituição, das quais foram tirados os diâmetros e verificada a inclinação. O conjunto de fragmentos pintados possibilitou a identificação dos desenhos geométricos.

Os recursos naturais (flora, fauna, afloramentos rochosos, hidrografia) que a região apresenta, favorecem a ocupação de grupos horticultores, ceramistas e caçadores-coletores, e os vestígios encontrados podem ser associados a estes povos. A grande quantidade de alimentos facilita a estabilidade, o aumento no número de indivíduos e a concentração do grupo em espaços menores do território global.

Todos os fatores acima citados reforçam a idéia de serem sítios definidos como aldeia, pois a grande quantidade de recursos viabiliza a permanência do grupo por um período maior de tempo em um determinado local.

Considerações finais

Com o desenvolvimento da pesquisa uma lacuna esta sendo preenchida no que se refere a pré-história do Vale do Taquari, bem como a ocupação pré colonial do Rio Grande do Sul.

O potencial de ocupação humana pré-colonial na região foi comprovado através do Projeto "Análises e perspectivas geoambientais da arqueologia e seus reflexos na cultura humana do Vale do Taquari", desenvolvido pelo Setor de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais do Centro Universitário Univates.

Em 2006 realizaram-se várias verificações em campo, onde priorizou-se a margem direita e esquerda do Rio Forqueta, Rio Forquetinha e do Rio Taquari, que é a principal bacia

hidrográfica da região. Percorreu-se aproximadamente 210 km de margens destes rios.

A região pesquisada apresenta três áreas geográficas distintas, divididas em: região alta, região intermediária, região baixa.

Na região alta, com altitude variando entre 400 e 700 m, tem-se a presença comprovada dos grupos construtores das estruturas subterrâneas. Como exemplo pode-se citar o sítio RS T 100 – Ilópolis/RS, que passou por intervenções arqueológicas, escavação de grande área, seguindo o método de quadriculamento e de análises estratigráficas no ano de 2002.

Na região intermediaria, definida geomorfologicamente por planícies de inundação em uma margem do rio e na oposta apresentando encosta íngreme e colinas com altitude variando de 200 a 400 m. Em algumas áreas, em especifico, foram encontrados na superfície, grandes quantidades de fragmentos de cerâmica arqueológica da Tradição Tecnológica Tupiguarani e material lítico como lascas e machados bifaciais, conhecidos popularmente como "talhadores".

Na região denominada geograficamente como área baixa, caracterizada pelas planícies de inundação, variando entre 300 a 3000m de extensão. A grande quantidade de fragmentos de cerâmica, na superfície do terreno, foi constante.

Através da análise dos fragmentos arqueológicos em laboratório, sendo que vários dos sítios são foco de estudos aprofundados como dissertações de mestrado, foi possível identificar a cultura material como sendo da Tradição Tecnológica Tupiguarani. As áreas com estas características foram classificadas como sítios arqueológicos do tipo Sítio em Terraço Fluvial.

A presença humana pré-histórica é comprovada pela cultura material, cerâmica, lítico, restos faunísticos, artefatos em ossos e sua contextualização geomorfológica.

Conforme as análises, até o momento as áreas de ocupação se enquadram nos modelos propostos de ocupação e para corroborar nossos pressupostos enviamos amostras de sedimentos e fragmentos de cerâmica de alguns sítios arqueológicos para analises físico química pelo método em termoluminiscência (LACIVID/USP). Constatou-se que o período de ocupação intensa no Vale por parte dos grupos desta Tradição Tecnológica Arqueológica deu-se por volta do século X (a análise foi realizada com material do sítio arqueológico RS T 101/Marques de Souza/RS).

Dessa forma a diversidade de ambientes do Vale, foi propícia para a fixação do homem, pois forneceu os recursos ambientais necessários para o desenvolvimento social, econômico e cultural dos povos.

Bibliografia Consultada

BUTZER, Karl W. Arqueología - Una ecología del hombre: Método y teoría para un enfoque contextual. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1989.

HODDER, Ian. New generations of spacial analysis in archaeology. Arqueología Espacial: Colóquio sobre distribución y relaciones entre los asentamientos. Teruel, 1984.

LEVANTAMENTO de Recursos Naturais. Brasil, Sul. Porto Alegre, Área da Folha SH. 22. IBGE. II. Série. V 33, 1986.

MORAIS, José Luis. Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema Paulista. USP/MAE, Tese de Livre-Docência, 1999.

REMPEL, Claudete. Aplicação do sensoriamento remoto para determinação da evolução da mata nativa da bacia hidrográfica do Rio Forqueta - RS entre 1985 e 1995. Porto Alegre UFRGS. Dissertação de mestrado, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Consagração da imprensa maciça e transformação dos significados sociais da opinião pública. O caso da charge d´*O Malho* (Rio de Janeiro, setembro de 1910).

Hernán Eufemio Gómez*

Resumo:
Este trabalho, baseando-se em perspectivas que analisam historicamente a gênese e os usos de categorias sociais, pretende discutir as implicações do fenômeno do surgimento da imprensa maciça na mudança dos significados da opinião pública. O foco é colocado na análise de um evento ocorrido no Rio de Janeiro em 1910, quando uma charge do semanário *O Malho*, que satirizava o presidente da Câmara dos Deputados, provocou uma série de atos de desagravo, matérias jornalísticas e discursos parlamentares. Através de uma cronologia do evento, assim como da análise das interpretações por parte de seus atores, podem-se observar diversos elementos em jogo: a honra do presidente, a integridade das sessões parlamentares e a independência jornalística. Ao mesmo tempo, pode-se caracterizar a crença numa opinião pública ampla, vulnerável e estreitamente vinculada à ação da imprensa.
Palavras-chave: opinião pública - imprensa - Rio de Janeiro

Abstract:
This work, oriented by perspectives that analyzes historically the genesis and the uses of social concepts, pretends to discuss the implications of the phenomena of the emerging mass print in changing the signification of public opinion. The focus of the analysis is made on an event that took place in Rio de Janeiro city in 1910, when a comic of magazine O Malho, that satirized the Parliament´president, provoked a ranking of redress actions, journalistic matters and parliamentary speeches. By a chronology of the event and the analysis of actors interpretation´s, it´s possible to observe many elements playing: the honor of president, the integrity of parlamentary sessions, the journalistic independence. At the same time it allowed to characterize the belief on the existence of a *large but* weak and highly tied to the press action public opinion.
Keywords: public opinion - press - Rio de Janeiro

Em setembro de 1910, uma charge, aparecida no semanário humorístico carioca *O Malho*[2], provocou uma crise na Câmara dos Deputados, uma série de declarações de

* Doutor em Antropologia (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ).

[2] O semanário satírico *O Malho*, fundado em setembro de 1902, teve uma trajetória ascendente na primeira década do século. Havendo reunido uma grande quantidade de caricaturistas prestigiosos, conseguiu logo consolidar um importante público de leitores (destacando-se no conjunto de semanários circulantes na época), assim como um importante número de anunciantes. No final de 1905, o próprio sucesso em vendas e relevância pública do semanário foi acompanhado de diversos lançamentos da sua editora: a revista infantil *Tico-Tico* em outubro de 1905, *Leitura para Todos* (um magazine com base nas francesas *Lecture pour Tous* e *Je sais tout*) em dezembro do mesmo ano, o livro *O Portugal Contemporâneo* e o *Almanach de O Malho*. (*O Malho*, ano IV, nro.

diversos políticos e da própria revista, assim como o acompanhamento por grande parte da imprensa da cidade. O fato é que logo depois de uma denúncia sobre a inoperância dos deputados aparecer na revista, o presidente da Câmara, Sabino Barroso, se sentiu ofendido e não compareceu à sessão seguinte, o que provocou reações diversas, na própria Câmara e fora dela. Mesmo não sendo a crítica ao parlamento um fato incomum na publicação,[3] o episódio foi percebido como extraordinário pelas suas repercussões. O evento mencionado durou alguns dias e ocupou as páginas das revistas (principalmente da própria *O Malho* e em menor medida da *Fon-Fon*) e dos jornais (entre eles *Jornal do Commercio*, *A Imprensa* – propriedade, na época, do deputado Alcindo Guanabara, *Jornal do Brasil, O Paíz,* e *Correio da Manhã*). A alta repercussão da charge estava mostrando um novo lugar (mais relevante) da opinião pública na sociedade. O crescimento das empresas jornalísticas e a difusão da imprensa haviam contribuído no processo de gênese de uma opinião pública mais ampla e vinculada à ação da imprensa.

A construção social e histórica da "opinião pública", enquanto categoria de apreensão do mundo social, foi estudada nas últimas décadas por alguns autores.[4] Segundo Patrick Champagne, o surgimento da imprensa maciça modificou os significados sociais do conceito. Com efeito, se durante o século XVIII e XIX refletia fundamentalmente a opinião de uma elite (política) letrada[5], já no século XX, com "a chegada" do jornalismo moderno, surgia um conceito de "opinião pública" mais abrangente, que concorria com o anterior: a opinião de *tout le monde* (a opinião do público) expressa pelos próprios jornalistas (CHAMPAGNE, 1998 [1990]: 63-64).

Através da descrição do episódio ocorrido em torno da publicação da charge, pretendem-se observar dois elementos relacionados: de um lado, a utilização de uma categoria (opinião pública); de outro lado, o funcionamento de, e a apelação a, um conjunto de crenças em relação ao poder da imprensa, ao papel da imprensa independente, à relação entre a imprensa e a opinião pública, à separação entre uma "imprensa política" e uma "imprensa independente". A partir dessa análise, pode-se observar não somente como a

164, 4/11/1905). Sobre *O Malho*, ver Ribeiro (1988) e Sodré (1977).

[3] Praticamente *O Malho* havia construído a sua identidade dentro das publicações periódicas como um crítico mordaz dos políticos, sendo "Bigorna na Câmara" uma das seções mais relevantes dessa fase inicial da publicação. As dimensões da exploração do humor político a diferenciou de outras revistas na época.

[4] Podem-se mencionar, entre eles, Jürgen Habermas (1997 [1962]) e Patrick Champagne (1998 [1990]).

[5] Alguns trabalhos como os de Hebrard (1998) e Morel (1998) se referem aos significados da opinião pública na primeira metade do século XIX no contexto latino-americano.

transformação dos significados de "opinião pública" foi um produto do processo de expansão jornalística mas também um dos fatores que o condicionou.

A cronologia do evento e as suas interpretações na época.

No sábado 3/9/1910, *O Malho* aumenta a crítica que vinha fazendo (junto com outras publicações) da "inoperância parlamentar".[6] Na capa questionava satiricamente, através de uma charge, um conjunto de parlamentares (cujos nomes haviam sido denunciados pelo jornal *A Tribuna*) que, recebendo o subsídio da Câmara, não realizariam o seu trabalho. Na seção "crônica" (onde a revista fazia um resumo crítico e comentado dos temas mais relevantes da semana), retoma o tema. Umas páginas depois, publica uma outra charge sob o título *"Lesmas perniciosas"* cujo texto dizia: *"A Câmara dos Deputados só teve número para votar... a prorrogação subsidiada das suas sessões... Tem se notado com tristeza que o maior culpado da esterilidade da Câmara é o Dr. Sabino Barroso, presidente, etc."* O desenho mostrava o "líder" da maioria, Seabra, "varrendo" o presidente da Câmara. Seabra convidara os líderes das bancadas a acordarem um meio de andamento das matérias pendentes de deliberação (*A Imprensa*, anno VII, nro. 985, 2/9/1910).

No início da semana, diversas manifestações de apoio ao presidente da Câmara se sucederam. De um lado, a bancada de Minas Gerais, à qual pertencia Barroso, não compareceu à sessão.[7] De outro lado, o líder da maioria convidou para um "aperto de mãos" o substituto de Barroso, o deputado Torquato Moreira, tentando reparar a honra do político agravado. Mesmo assim, houve alguns discursos parlamentares. Em 6/9/1910, *O Paiz* publicou o discurso do senador Antonio Azeredo, o qual, ademais de fazer um desagravo de Barroso ("seu amigo e correligionário"), se desvincula de alguma participação no episódio, e

---

[6] *O Malho*, junto com outras publicações como o *Jornal do Brasil* e *O Paíz*, questionaram na época a atitude da "oposição" ao governo, a qual definiram como "obstrucionista". Durante 1909 e 1910, o Parlamento viveu uma acirrada disputa entre a maioria e a minoria, que se refletia em freqüentes faltas de quorum para as sessões ou retardamento dos projetos.

[7] Os membros da bancada mineira, em discursos posteriores, criticaram a charge, como uma injúria não só ao presidente da Câmara mas também à própria "mineiridade".

relaciona a *charge* a um ato de solidariedade dos trabalhadores d´ *O Malho* com o deputado Felisbello Freire, jornalista da *Tribuna*, um jornal da mesma empresa d´ *O Malho*.[8]

> *S. Ex. começou dizendo, que, como amigo pessoal do Sr. Sabino Barroso, já [...] lhe manifestara o seu desgosto pela publicação da página inserta no Malho [...], julga-se, porém, no dever de, como político e correligionário do digno presidente da Câmara dos Deputados, declarar [...] que, embora proprietário da empresa que explora a publicação da Tribuna, Malho, Tico-Tico, e Leitura para Todos, a única dessas publicações que está sob a sua imediata direção é A Tribuna, porquanto esta é a única que tem caráter político, embora não filiada a agremiações partidárias. O Malho, pela sua feição, faz a crítica independente de tudo quanto ocorre aqui na capital, nos Estados e mesmo no estrangeiro. Assim, repete, nenhuma culpa lhe pode ser imputada pela publicação a que se refere, não só pelos motivos expostos, senão também porque, de acordo com o contrato existente, a direção de O Malho cabe a outrem.*
> *Na página que os desenhistas desse jornal entenderam fazer como uma manifestação de desgosto pela demora da votação do parecer reconhecendo o Dr. Felisbello Freire, redactor da Tribuna, há, alem de tudo, uma grave injustiça. [...] (O Paíz, 6/9/1910, p. 2) [grifos nossos]*

É significativa a oposição que faz o senador entre o jornal "de caráter político" e a revista "enquanto um meio independente". Sendo ele mesmo proprietário da empresa que publicava o semanário, a manifestação tentava mostrar a independência de critério de *O Malho* e uma certa separação entre os negócios mais claramente jornalísticos (entre os quais faziam parte a maior parte das publicações mencionadas) e a luta política.

O deputado Barbosa Lima, líder da minoria na Câmara, fez uma interpretação do significado dos acontecimentos como um produto do quadro político resultante das eleições nacionais de 1909, nas quais Hermes da Fonseca havia vencido a Rui Barbosa, através de uma coalizão. Segundo ele, tal coalizão estaria se desestruturando.

> *"Não teve a fortuna de se convencer de que o motivo desta manifestação ao presidente residisse no fato do comparecimento da maioria na última sessão. Há qualquer cousa de estranho e que causa também a ausência de toda a bancada mineira. Foi alguma cousa de estranho que interveio, alguma cousa de análogo ao que se está passando na arregimentação política ou partidária através de banquetes que não terminam, em busca de uma desejada solidariedade, que não é conseguida.*
> *No fundo, o que se sente é que cada vez mais cavados ficam os sulcos que separam essa agremiação que levou à cadeira de presidente da república o Marechal Hermes da Fonseca. [...]*
> *A simples caricatura não daria motivo a tão importante como merecido apoio ao ilustre presidente da Câmara. É que, [...] mais alguma cousa existe, que não se afirma publicamente. [...] Talvez não seja estranha a tudo isto a jornada da intervenção, que muitos não consentem que haja de encontrar quaisquer obstáculos... A gravura insultuosa partiu de íntimos dos próceres da política dominante... Sente-se que aquela caricatura foi traçada em local muito próximo ao salão Silva Jardim, como arma de um plano partidário." (Jornal do Commercio, 6/9/1910, p.2) [grifos nossos]*

[8] Felisbello Freire havia sido ministro no governo de marechal Floriano Peixoto. Em 1910, na época em que estava atuando no jornal *A Tribuna*, foi eleito deputado pelo estado de Sergipe, "de cuja cadeira tomou posse após quatro meses de proposital obstrução" (*O Malho*, nro. 418, 17/9/1910)

Apesar das diversas interpretações sobre os "interesses" que envolveriam a publicação da charge, ambos parlamentares coincidem, implícita ou explicitamente, em relação ao poder da imprensa. Num caso, a charge seria uma forma de pressão, no outro, um elemento de uma campanha (um plano partidário). De alguma forma, os parlamentares estavam reconhecendo os alcances do próprio semanário na opinião pública.

No número seguinte (10/9/1910) ao número polêmico, sob o título "*O Malho* na berlinda", a revista publica uma extensa crônica onde descreve o "ciclone" que desencadeou a publicação da charge.

> *[...] Basta lembrar que uma simples caricatura, uma charge, idêntica ou semelhante, no fundo e na forma, a centenas que O Malho tem publicado, foi o pano de discórdia [...]*
> *Uma caricatura!*
> *[...] No tempo da monarquia [...] fizeram-se milhares delas, criticando atos e fatos, individualizando, simbólica ou diretamente, os mais altos personagens, desde SM o imperador, e nunca por isso veio o mundo abaixo, como agora!*
> *Mesmo na República, aí está a formidável reação do lápis contra os remanescentes do terror de uma época anormal; aí estão as campanhas d´O Malho contra as imposições do Catete, aí está um mundo de provas eloqüentes demonstrando que a caricatura política ou social abriu muitas avenidas morais, por onde entrou muita luz e a opinião pública resfolegou saudavelmente." (O Malho, nro. 417, 10/9/1910)*

O Malho ressalta o "exagero" nos efeitos que a charge havia provocado e os atribui à própria ineficiência da classe parlamentar, às limitações dos políticos da época, que não teriam a grandeza (como teria acontecido em outras épocas) de aceitar a crítica jornalística. Ademais, longe de sentir constrangimento, a postura da publicação parece se orgulhar do seu papel crítico, assim como, celebra o fato de o escândalo ser traduzido num aumento notável da venda e circulação do semanário. *O Malho* se referiu ao *"reclame" que obteve no Senado, na Câmara, na imprensa, em todas as camadas sociais, repercutindo no país inteiro"* e à impossibilidade de naquela edição *"aumentar a sua enorme tiragem habitual, de modo a corresponder a ansiedade pública"*.

Nos dias 9/9 e 10/9, não houve sessão na Câmara dos Deputados por falta de quorum. No dia 12/9, a sessão parlamentar aconteceu com o discurso de diversos deputados. Bueno de Paiva, líder da bancada mineira, dá por concluído o incidente. Contudo, as "sessões tumultuosas" continuaram. Finalmente, em 19/9 acontece a discussão do projeto que autorizava a intervenção do Estado do Rio de Janeiro, provavelmente um dos projetos mais relevantes que estavam sendo retardados.

Em defesa da "opinião pública" e da "liberdade de imprensa".

Se entre as repercussões do evento alguns meios o magnificaram se manifestando contra o que consideraram uma "caricatura insultuosa", outros enfatizaram a relevância da defesa da "liberdade de imprensa" e da "opinião pública". O tratamento da notícia que efetua *O Malho*, por exemplo, celebra as repercussões do acontecimento como uma vitória do periódico e da opinião pública. Em 10/9/1910, no número seguinte ao da charge questionada, várias outras charges do semanário relatam os episódios, onde aparecem fundamentalmente "Seu Malho" e "Zé Povo" como aliados, frente ao conjunto da classe política. "Zé Povo" representava a "opinião pública". O personagem (recorrente nas charges d´*O Malho*) era caricaturado como um homem comum, do povo, vestido de uma forma simples e com uma certa vulnerabilidade frente à elite política. Diferentemente, "Seu Malho" era um musculoso, poderoso e jovem bufão que intervinha sempre que a vontade de "Zé Povo" era desrespeitada. Através dessas imagens também podem se observar as representações, na época, de uma opinião pública fraca ou em formação, nunca plenamente constituída.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, mesmo não concordando com a "qualidade" da crítica (*"evidentemente o gracejo não é de gosto apurado"*, dizia um texto do jornal), relativizava a ofensividade da caricatura e assinalava a necessidade de defender a liberdade de imprensa. Em 12/9/1910, numa seção intitulada "Semana Política" se publica:

> *Jornalista, quem escreve estas linhas não desejaria que semelhante precedente, inteiramente contrário às boas regras e ao princípio da liberdade de imprensa, ficasse sem protesto; às críticas inócuas, como a de que se trata, não é lícito dar o cunho de solenidade, nem atribuir efeitos superiores aos que, de fato, possam ter. Contra a imprensa, só a própria imprensa; o mais é inútil. (Jornal do Brasil, 12/9/1910, p.3) [grifos nossos]*

De algum modo, o jornalista do *Jornal do Brasil* estava criticando o fato de a charge ter adquirido tanta relevância na própria Câmara como uma intromissão das instituições políticas em assuntos que eram de natureza exclusivamente jornalística.

Comentários finais.

Através da análise, pode-se observar o apelo à "defesa da opinião pública" como um argumento pelo qual o próprio semanário justificava um papel específico e relevante no mundo social (e político). Assim, a categoria "opinião pública" foi utilizada, distribuída e circulou de um modo não necessariamente homogêneo no espaço social. Os significados do conceito estiveram influídos, em grande medida, pela ação das instituições jornalísticas e de

pessoas envolvidas no mundo jornalístico. Neste sentido pode-se analisar a ação dos jornalistas como um dos agentes que utilizaram e difundiram tal conceito.[9]

O evento que se analisou se situa num momento particular do desenvolvimento do espaço jornalístico brasileiro. Se em si mesmo os semanários de circulação maciça significaram uma transformação nos hábitos do público consumidor da imprensa – e dos próprios produtores, jornalistas e empresários jornalísticos – foi na virada da primeira à segunda década do século que este espaço de publicações maciças se consagrou socialmente com o sucesso das publicações da editora Kosmos (*Fon-Fon* e *Careta*). Os acontecimentos provocados pela charge de *O Malho* permitiram observar um tipo de relação entre a imprensa e a política, entre os políticos, os jornalistas e o público que ia se tornar com o passar do tempo um costume, ou ia ser "naturalizada".

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *L'emprise du journalism.* **Actes de la Recherche en Sciences Sociales.** nro. 101-102, 1994. p. 3-9.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte. Genese e estrutura do campo literario.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião. O novo jogo político.** Petropolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública.** México: Ediciones G. Gili, 1997 [1962].

HEBRARD, Véronique. *Opinión pública y representación en el Congreso Constituyente de Venezuela (1811-1812)*. In: Guerra, François-Xavier; Lempérière, Annick et al. **Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambiguedades y problemas. Siglos XVIII-XIX.** México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 196-224.

LIMA, Hermann. **A história da caricatura no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1963 [1954].

MOREL, Marco. *La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Río de Janeiro, 1820-1840)*. In: **Los espacios públicos en Iberoamérica**, p. 300-320.

[9] Outros agentes envolvidos na difusão da categoria "opinião pública" foram escritores, acadêmicos ou políticos que "teorizaram" sobre o fenômeno através de discursos, palestras ou livros.

PENHA, Rosemery. **Alcindo Guanabara: política e imprensa no Rio de Janeiro no Rio de Janeiro da Belle Epoque.** Rio de Janeiro: IFCS (UFRJ), 1997.

RIBEIRO, Marcus. **Revista Ilustrada 1876-1898: síntese de uma época.** Dissertação. (Mestrado em História). IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 1988.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the News. A Social History of American Newspapers.** New York: Basic Books, 1978.

SODRE, Nelson Werneck. **Historia da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Fontes jornalísticas:

A Imprensa, Careta, Correio da Manhã, Fon-Fon, *Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Malho, O Paiz.*

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Em meio às "gentes de pouca conta" e aos "principais da terra": hierarquia social manifesta nos processos da Justiça Eclesiástica no Maranhão setecentista

Pollyanna Gouveia Mendonça*

Resumo
A sociedade do bispado do Maranhão era em muito herdeira de matrizes e valores portugueses, obviamente ressignificados e reapropriados num espaço além-mar, marcada pelos critérios de valorização dos indivíduos por seu nascimento, pela cor de sua pele, pela posse de fortunas. A análise de processos de denúncias contra padres concubinários nessa região permite alcançar essas clivagens sociais e a configuração populacional daquela área.
Palavras-chave: sociedade – padres – processos

Summary
The society of the bispado one of the Maranhão was in very inheriting of matrices and Portuguese values, obviously transformed into a space beyond-sea, marked for the criteria of valuation of the individuals for its birth, for the color of its skin, the ownership of richnesses. The analysis of processes of denunciations against concubinary priests in this region allows to reach these social differences and the population configuration of that area.
Keywords: society – priests - processes

A sociedade que compunha aquele bispado do Maranhão nos idos do século XVIII se apresentava multifacetada e multiétnica, exigindo uma análise mais detida. Os casos de concubinatos de padres registrados pelos processos da Justiça Eclesiástica que há muito venho analisando[1] tinham como espaço uma sociedade marcada pelas clivagens sociais e pelos critérios de qualidades entre os indivíduos. Essa sociedade era em muito herdeira de matrizes portuguesas e dos próprios critérios que demarcavam as sociedades do Antigo Regime, ressignificadas, é claro, num novo espaço de apropriação levando-se em conta as especificidades coloniais.

Algumas década depois da expulsão dos franceses juntamente com os padres capuchinhos, em 1679, já na administração do primeiro bispo, D. Gregório dos Anjos, é possível vislumbrar o que se encontrava em São Luís do Maranhão e as gentes que ali conviviam. Quem dá as coordenadas sobre a cidade é D. Francisco de Paula, que, malgrado seus exageros, descreve-a como

* Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda na mesma instituição.
[1] Desde a monografia de graduação desenvolvo pesquisas acerca do comportamento sexual do clero no bispado do Maranhão. Naquela ocasião fiz uma análise dos perfis femininos que apareceram nesses processos em trabalho intitulado **"De portas adentro: lançando um olhar sobre as concubinas de padres no Maranhão (1756-1765)"**. No Mestrado, **"Sacrílegas Famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII"**, a análise versou sobre as relações familiares formadas a partir dos concubinatos.

> *mal alinhada, com ruas estreitas e uma população mesclada de raros nobres, gente de guerra, colonos portuguezes, aventureiros de todas as espécies e caboclos mal ageitados as exigências da civilização que se lhe impunha a viva força; de permeio Padres e Religiosos de diversos hábitos, habitando englobadamente uma ilha onde se erguia a Metrópole de um vastíssimo Estado, o qual prometia mais riquezas do que na realidade deu à insaciável cúbica da Mãe Pátria (SILVA, 1922, p. 68)*

Nas últimas décadas do século XVIII, de acordo com o que relata o governador Fernando Pereira Leite de Fayós, parece que o cenário não tinha se modificado muito. Em carta dirigida ao Reino, em 1787, ele descreve a cidade de São Luís afirmando:

> *Vi a decadência da cadeia pública e as funestas conseqüências de sua incapacidade; vi a ruína da única fonte pública que tinha esta cidade para socorrer seus numerosos habitantes; vi as ruas intransitáveis, sem calçadas e com barracas, os terreiros e praças públicas cheias de matos e tabocas; e com admiração vi pela primeira vez uma cidade sem pelourinho (apud. SILVA, Id. Ibid, p. 70)*

Se, no início da colonização, o discurso de cronistas e viajantes foi de enaltecimento das gentes do Norte do Brasil e da maravilha da terra, com o passar dos anos e com o recrudescimento da disputa de interesses e da busca por boas colocações, o quadro foi se tornando mais complexo. Os homens da terra, somando-se aos negros vindos da África, aos índios escravizados ou livres e aos reinóis, foram demonstrando as diferenças entre os indivíduos e determinando as posições e lugares de cada um nesse ambiente social. Mas não eram apenas os critérios de cor que demarcavam as peças desse imenso quadro. Nesse sentido, essa documentação criminal contra os padres é um lugar privilegiado para penetrar na complexidade social do bispado do Maranhão.

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada sob os auspícios do Marques de Pombal, em 1755, viria dar novos contornos àquela região do Brasil. Dinamizando a política colonialista naquela área, transportando mercadorias, efetuado comércio mais intensivo e trazendo mais regularmente escravos da Costa africana, essa Companhia teria proporcionado um momento de crescimento e "o marasmo financeiro da economia maranhense foi substituído pelo financiamento das lavouras, e os resultados apresentados foram de estimulante crescimento" (CORRÊA, 1993, p. 51). A lavoura algodoeira ganharia grande força, além da produção do arroz, café e da cana, em escalas menores. Alguns padres, nesse sentido, foram motivos de preocupação para as autoridades, por se envolverem em negócio, como relatou o governador D. Fernando Leite Pereira de Fayos, que teria visto, em 1799, alguns padres "conduzindo cavalos carregados de algodão, e arroz" (IHGB, Arq. 1. 1. 6, fl. 5), o que longe estava das obrigações devidas por estes ao sacerdócio.

Além do elemento africano, que teve entrada em maior escala, os indígenas também tiveram destaque naquele contexto. A partir da Lei da Liberdade dos Índios, promulgada em 7 de junho de 1755, transformando os nativos do Brasil em súditos do rei de Portugal, muitos índios que depõem nos processos de denúncia se disseram forros. Consta na denúncia contra Roza e Pe. Joaquim Mendes, no ano de 1762, que a denunciada era "forra pela Ley" (Livro de Registro de Denúncias, nº 212, fl. 6) o que me permitiu alcançar o resultado dessa lei. Esta, embora não tenha oportunizado a liberdade de cativeiro para todos os indígenas – pois havia as guerras justas em que a escravização era permitida -, alguns que tiveram voz nos processos de denúncia não esqueceram de relatar sua condição de livres. Não resta dúvida, no entanto, de que o estigma da sua vida escrava não fora apagado tão facilmente.

Por esses processos, é possível perceber vários detalhes da vida dos delatados e dos delatores, bem como suas idades, lugares de nascimentos, ofícios, se sabiam ler e escrever. É possível, ainda, acompanhar pormenores dos crimes e mesmo as opiniões de quem acusa e de quem se defende; contemplar a tentativa de imposição de modelos de comportamento implementados pelo poder eclesiástico e as suas dificuldades reais que se impõem numa sociedade pluriétnica, escravista e baseada em critérios de diferença de qualidade.

Detalhes dessa multiplicidade étnica e também da densidade populacional do bispado do Maranhão podem ser percebidos também pelos dados que fornece o *Mappa das cidades, villas, lugares e freguezias das Capitanias do Maranhão e Piauhy,* mandado fazer em 1783, no governo de Jozé Telles da Silva (Biblioteca Nacional, setor de Cartografia, ARC 023, 04, 013). Através dele, constata-se o seguinte:

Há nas duas Capitanias	
Escravos de ambos os sexos	57.556
Mulatos e Pretos forros dos dois sexos	1.145
Índios de ambos os sexos	9.804
Brancos de ambos os sexos	30.238
Total da população	98.743

No que concerne às normas de inquirição dessas testemunhas, qualquer que fosse sua origem jurídica ou étnica, havia um modelo de como se deveria proceder nesses casos, como se pode ver pelos *Autos e Feitos de Libelo Crime* em que foi acusado o Pe. Onofre David Pimenta, em 1756, por exemplo, em que o Juízo Eclesiástico exigia que

> *Com effeito lhes será perguntado primeyro por seos nomes, coynomes, domicílios, idades, costumes, e cauzas delles e Se vão peitados, Sobornados ou constrangidos*

> *por alguas destas partes... para dizerem mais ou menos o que souberem em condennação ou absolvição de algun delles e segundamente se vão perguntados pellos conteúdos em cada um dos artigos da dita contrariedade... que na forma referida respodão a cada hum dos ditos artigos se per si clara e distinetamente (?) para o que lhe serão lidos e declarados em forma que bem os entendão e ao que a elles responderem lhes será perguntado como o sabem se he de vista ouvida fama ou de outra qualquer sciencia e sabedoria fazendolhes outrossim todas as mais perguntas e interrogações necessárias para que com boa clareza deste negocio se posso bem e verdadeiramente colher a verdade delle e tudo que com effeito na forma mencionada responderem fazerha escrever na dita inquirição pello dito escrivão assignandolhe com cada huma das testemunhas em o fim de cada hum dos seos juramentos (doc. 4233, fl. 22 v).*

As testemunhas, escolhidas ou para defender ou para acusar, tinham obrigatoriamente que prestar juramento antes do depoimento. Em todas as séries documentais analisadas, era de praxe não se iniciar a inquirição antes do "juramento aos Santos Evangelhos" e ao final, era lido o mesmo depoimento para que a testemunha averiguasse se condizia com seu relato.

Através dos depoentes e das informações que prestavam em Juízo, foi-me possível acompanhar muitos elementos, como as atividades econômicas principais[2], a configuração étnica e jurídica da população[3], a faixa etária dos envolvidos, como já destaquei. Além disso, concluí que o maior número de depoentes era do sexo masculino e percebi, inclusive, o grau de instrução dos envolvidos, já que marcar com o sinal da cruz ao fim de seu depoimento era indicativo de que o depoente era analfabeto. Foi possível averiguar também que as testemunhas, em sua maioria, eram casadas.

Outro detalhe que salta aos olhos em tais depoimentos são as próprias características da falta de uma intimidade naquele período. Laura de Mello e Souza (1997) já aponta para a inexistência de espaços íntimos e acredita que, se muito, pode-se falar apenas de "uma privacidade ilusória" (1997, p. 55). O que disseram as testemunhas nesses processos não demonstra apenas essa privacidade efêmera: apresenta, inclusive, discursos moldados na forma que pretendia o poder eclesiástico, mas que nem sempre significavam a internalizações destes. Os depoentes não só respondiam o que lhe era perguntado bem como participavam, se envolviam com os fatos que narravam em Juízo, emitiam as suas opiniões.

Pelos perfis das testemunhas, também é possível depreender duas outras características fundamentais: a migração populacional e a "qualidade" dos depoentes. Cito como exemplo o processo em que foi acusado o Pe. Manoel Álvares, em 1799, na freguesia

---

[2] As testemunhas citam seu meio de vida por expressões como: "vive de suas fazendas"; "vive de quitanda"; "tem sua lavoura"; "administra fazenda". Também são relatadas profissões mais respeitadas, como "Juiz de Orphãos", "Vereador de Câmara", "soldado", "Cappitam Mor", etc.

[3] Os libertos, por exemplo, destacam em seus depoimentos o nome, seguido da expressão "liberto" ou "forro pela lei", no caso dos índios, que conseguiram a liberdade em 1755, com a Lei da Liberdade dos Índios.

de Itapecuru (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc 4264). Nesse caso, os motivos da denúncia foram as sevícias que desferia contra sua escrava e concubina confessa, Catharina dos Santos. O rol de testemunhas de defesa do Pe. Manoel demonstra profundas características daquela sociedade de outrora. Uma delas – a intensa migração – já foi objeto de reflexão de Sheila de Castro Faria (1998), quando analisou a sociedade colonial.

A defesa, por sua vez, foi composta por cinco indivíduos de perfis bastante esclarecedores. Quatro deles eram alfabetizados e nenhum era natural do Maranhão. São eles: Capitão Manoel Gomes Vianna, da Bahia; Antonio José de Mesquita, natural da Província de Trás os Montes (Portugal); Joaquim José Simões, do bispado de Aveiro (Portugal); Pedro Gomes do Valle, de Braga (Portugal); Francisco Carvalho, da Villa de Avis (Portugal); e Lourenço Henriques, natural da Ilha de São Miguel (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4.264).

Antonia da Silva Mota, analisando a família e a fortuna no Maranhão setecentista a partir dos testamentos, também dá destaque a esse elemento, afirmando que a chegada maciça dos portugueses a esse território foi fruto do desenvolvimento do setor agro-exportador, quando da instalação da Companhia de Comércio. Essa autora defende que os testamentos do período que vai de 1768 a 1799 dão testemunho desse novo momento vivido pela região. Dos 100 testadores desse período, afirma Mota que "69 eram testadores do sexo masculino e 31 do sexo feminino. Dos homens 44 eram nascidos em Portugal ou nos Açores, 2 do reino de Galiza e 1 do reino da França". Quanto aos brasileiros, "21 eram nascidos no Maranhão e 1 era baiano. No que diz respeito às mulheres conclui que 28 haviam nascido na região e "apenas 3 tinham naturalidade portuguesa, o que comprova que pouquíssimas mulheres migravam do Reino para a região no período colonial" (SILVA, 2001, p. 82).

Dados como estes que foram verificados por Mota corroboram os perfis das testemunhas que depõem nos processos de denúncia que são objeto de minha análise. Estavam também entre as testemunhas grande número de indígenas, portugueses, africanos e mestiços de todas as descendências. Quanto à configuração social e étnica da população maranhense do século XVIII, Mota também utiliza os testamentos para concluir que

> *A presença das populações nativas e seus descendentes diretos ainda era muito forte no século XVIII, e este foi um elemento fundamental para os rumos da sociedade que se formou desde então. Outro dado importante, os reinóis começam a chegar em maior número à região a partir de 1760, intensificando-se sobremaneira na década de 80;estes trazem em maior quantidade os escravos africanos (Id. Ibid, p. 124)*

Quanto à qualidade dos depoentes, tanto as Constituições Primeiras quanto as Ordenações Filipinas de 1603 levam em consideração o prestígio, a ascendência familiar e a riqueza para definir os lugares sociais. E, como já salientou Eliana Goldschmidt, essa ótica da diferença não era deixada de lado no momento dos depoimentos e das acusações já que

> *Conclui-se que os depoimentos seriam aceitos como confiáveis não só quando fossem proferidos por pessoas tidas como dignas de crédito e reputadas, mas também por aqueles que se rodeassem de indivíduos considerados de "vida honesta" (1998, p. 88).*

João Francisco Lisboa, tratando da sociedade maranhense já do século XIX, mostra que, mesmo passado o tempo, as diferenças entre os indivíduos ainda demarcavam aquela sociedade. Lisboa possibilita entrever quão recrudescidas eram essas diferenças sociais, afirmando que a hierarquia no Maranhão demonstrava o seguinte painel:

> *Em primeiro lugar estavam os 'moradores', como então geralmente se chamavam, os quais eram os portugueses, e os seus imediatos descendentes brancos e se dividiam em três classes: a dos nobres ou cidadãos; a dos peões ou mercadores, mecânicos, operários e trabalhadores de qualquer espécie; e a dos infames pela raça ou pelos crimes, ou cristãos novos e degredados (LISBOA,1981, p. 49)*

Retomando a análise ao período setecentista, durante as acusações e defesas nos processos da Justiça Eclesiástica, esses critérios de hierarquia social eram sempre colocados em questão. No caso envolvendo o Pe. João Antonio Baldez e suas primas, D. Anna e D. Maria, supostamente compreendidos em concubinato incestuoso na Vila do Marvão, no ano de 1764, isso fica bem claro. Na sua argumentação de defesa, o padre afirma "Que sendo os ditos Seos Pais dos Principaes da Terra e cuidadozos da Sua familia por serem de bons costumes e tementes a Deos, nem com cazada nem com Solteira Se havia o Reo animar aviver amancebado" (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4240, fl. 13)

Essa argumentação apresentada pelo padre era deveras astuciosa, haja vista que a Justiça "associava a fé à posição social em suas determinações, fazendo com que correspondessem direitos específicos segundo a 'diferença' e a 'qualidade' das pessoas" (GOLDSCHMIDT, 1998, p. 51). Pe. João preparou sua defesa tratando de desqualificar as testemunhas de acusação e conclamando que se pudesse

> *ver que qualidade de Testemunhas q forao Convocadas para a nulla Devassa para vermos no ultimo conhecimento athé onde chegou a malevolência e perversa intenção com q se procurou dezauthorizar ao Reo (...) (Autos e Feitos de Libelo Crime, doc. 4240, fl. 92).*

O padre argumentou que os depoentes no processo tinham interesse em acusá-lo posto que ele assumira os negócios e fazendas dessas "desprotegidas donzelas" e essas testemunhas temiam a venda das escravas, por viverem em concubinato com elas. Pe. João prosseguiu na desqualificação das testemunhas de acusação. Um por um, os acusadores tiveram suas vidas investigadas a ponto do Pe. João poder afirmar que,

> *Apolinário mistisso homem conhescidamente matador por dinheiro era amancebado a muitos annos com a cafuza Joanna escrava de D.Anna. Pedro Roiz'era amancebado a muitos annos com a mistisça Mônica escrava da D. Anna de quem tem tantos filhos quantos annos há q. tem Servidode vaqueiro e húa das Fazendas da dita D.Anna. Gonçalo da Silva Peixoto era amancebado com Vicencia escrava da dita D. Anna a tantos annos. Joze Theodozio q. houve hua' filha com hua' escrava de D. Anna q. falesceu e a dita filha escrava da mesma D. Anna. Leandro Correia era amancebado a muitos annos com Josefa Molata escrava da dita D. Anna... (Autos e feitos de Libelo Crime, doc. 4240, fl 92v).*

Se, de um lado, os acusadores foram desautorizados pela defesa, do outro, as testemunhas arroladas em favor do padre mereciam, por seus títulos, todos os méritos. Capitães-mores, padres, sargentos-mores - enfim, pessoas "graves" - foram chamadas a relatar o comportamento excelente, casto e virtuoso de um padre que, além de pertencer aos "Principaes da terra", teria impecável vida eclesiástica. Contudo, já havia sido relatado o seu "suspeito" comportamento anos antes, depois de duas longas e graves denúncias.

Como já refletiu Sheila de Castro Faria, "são incontáveis os relatos que discriminavam os que traziam na cor da pele a presença da escravidão atual ou pretérita" (2004, p. 140). Nessa conjuntura, o Pe. João continuou difamando seus acusadores, afirmando não ser aceitável que esse tipo de testemunha o pudesse acusar. Mulatos, escravos, forros e mulheres foram paulatinamente tendo evidenciado a limitação de seu poder jurídico perante a figura do Pe. João.

Tentando explicar a diferença entre os indivíduos, Sheila de Castro Faria destaca alguns pontos que apareceram constantemente nos processos que trato aqui. Ela afirma que,

> *Para caracterizar o grupo que se reconhecia e era reconhecido enquanto 'homens bons' ou 'principais', é necessário levar em conta condições fundamentais: brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou no presente, se não dos envolvidos pelo menos de parentes próximos, principalmente no caso de serem herdeiros (1998, p. 207)*

Denunciados em 1765, Pe. Miguel Ferras e índia Florência Ferreira confirmam que, num confronto judicial, ressaltar a "qualidade" das testemunhas era argumento certo nas defesas. Embora o padre tenha enaltecido suas características de bom procedimento e grande virtude, como era usual naqueles casos, ele se valeu da influência e da "qualidade" de suas testemunhas de defesa. Homens casados, alfabetizados e proprietários de terras e negócios

tentaram inocentar o reverendo. Francisco Xavier de Mendonça, por exemplo, homem de 60 anos, dos 'principaes da terra,' casado e que vivia de suas fazendas, forneceu um álibi ao Pe. Miguel. Em seu depoimento, afirmou que este,

> *partindo em desobriga do Iguara lá esteve Sem hir a esta Villa athé véspera do Domingo de Ramos e em todo este tempo nunca elle testemunha tivera notícia que a dita Índia estivesse em parte alguma desta Villa tanto em caza particular como no Rancho no mato"(Autos e Feitos de Libelo Crime, doc 4242, fl 57v)*

Contrariando o que teria dito este fazendeiro, o índio André Pereira, analfabeto, por sua vez, disse em seu depoimento que "o ditto vigário tratava illicitamente" com Florência e que "dantes todos a tinham por bem procedida e que seu Tio a trattava com muita cautella". Ponciano Bequeman, índio livre, casado, de 20 anos, foi mais longe e afirmou que sabia "por ser publico" que o reverendo "induzira huma Rapariga do lugar de São José chamada Florência a fugir de caza de seu tio Sebastiam Pereira" e a razão era que "do ditto padre andava prenhe e que a emprenhara sendo parocho do ditto lugar" (Id. Ibid, doc 4242, fl 26). Contudo, como o próprio padre não cansava de pregar, essas acusações eram feitas por "gente de pouca conta como eram os índios", que tinham inventado essa calúnia contra ele.

As próprias cúmplices que aparecem nesses processos - mulheres denunciadas ao lado de padres - já demonstravam esse caráter multiétnico daquela sociedade. Florência índia, Roza mameluca, Anna Maria cafuza, D. Anna e D. Maria moças brancas, Catharina de nação Cachéu, assim foram identificadas as acusadas. O que ficou claro com a análise tanto de denunciados como de testemunhas é que os termos 'multiplicidade' e 'variedade étnica' melhor definiram a configuração étnica do bispado do Maranhão. Mamelucos, índios, cafuzos, brancos, negros, homens e mulheres juridicamente escravos, livres e forros foram aparecendo nos autos. Entre "gentes de pouca conta" e "principais da terra" seguia o complexo arranjo social daquela região e daquele tempo.

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): (caixa 42, doc. 4122)

Arquivo Público do Estado do Maranhão: *Autos e Feitos de Libelo Crime*: caixa 116: 1759 - Pe. João Antonio Baldes e "certa molher casada", doc 4240; 1764 – Pe. João Antonio Baldes e D.Anna e D. Maria, doc 4240; 1765 – Pe. Miguel Ferras e Florência Ferreira, caixa 119: 1799 – Pe. Manoel Álvares e Catharina dos Santos, doc 4264.

Biblioteca Nacional: *Mappa das cidades, villas, lugares e freguezias das Capitanias do Maranhão e Piauhy* (setor de Cartografia, ARC 023, 04, 013)

Referências Bibliográficas

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. São Paulo: Typografia Dois de Dezembro, 1853.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** São Luís: SIOGE, 1993.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças.** São Paulo: Sciliano, 2002. (Coleção Maranhão Sempre).

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao Norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Sciliano, 2002. (Coleção Maranhão Sempre).

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____ . **Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850).** Tese de professor Titular. Niterói, 2004.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. **Convivendo com o pecado na sociedade paulista (1719 – 1822).** São Paulo: Annablume, 1998.

LARA, Silvia (org.) **ORDENAÇÕES FILIPINAS: Livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LISBOA, João Francisco Lisboa. **Jornal de Tímon: apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão**. Brasília: Ed. Alhambra, sd. v. 2.

MEIRELES, Mário Martins. **História da Arquidiocese de São Luís**. São Luís: Universidade do Maranhão/ SIOGE. 1977.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **"De portas adentro": lançando um olhar sobre as concubinas de padres no Maranhão (1756 – 1765)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

MOTA, Antonia da Silva. **Família e fortuna no Maranhão no século XVIII**. Pernambuco. Dissertação de Mestrado/ UFPE, 2001.

SILVA, Marilda Santana. **Dignidade e transgressão: mulheres no tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830)**. São Paulo: Editora da Unicamp. 2001. (Coleção Tempo & Memória)

SILVA, Francisco de Paula e (Dom). **Apontamentos para a História eclesiástica do Maranhão**. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1922.

SOUZA, Laura de Mello. (org). **História da vida privada no Brasil (v. 1): cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Algumas Considerações sobre Política e Corrupção na Grécia Antiga

Ana Livia Bomfim Vieira*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar e examinar algumas questões relacionadas à prática da corrupção no período Clássico ateniense e como ela se apresenta na documentação textual do período.
Palavras-Chave: Atenas, Corrupção, Política

Resume: Ce travail a pour objectif d'identifier et d'examiner quelques questions par rapport la pratique de la corruption à l'époque classique athénienne et comme elle se présente dans la documentation textuelle du période.
Palavras-Chave: Athènes, Corruption, Politique

Este trabalho apresenta-se como uma reflexão inicial a respeito de uma prática muito presente na política nos dias de hoje, mas que pode ser identificada também na antiguidade: a corrupção. Esta reflexão faz parte de um projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo associado ao grupo de pesquisa em História Antiga e medieval – Mnemosine – da Universidade Estadual do Maranhão. E é claro que o estímulo e o interesse por este tema não está, em absoluto, desvinculado de nossas preocupações cotidianas.

As notícias nos surpreendem quase que diariamente nos jornais e na televisão. A venda de votos, a troca de favores políticos, o pagamento de "propina", o favorecimento de terceiros em processos de licitação são assuntos que fazem parte do nosso cotidiano. Tudo isso faz parte do que nós chamamos de corrupção. E por que não nos perguntar sobre como os Atenienses encararam este problema?

Primeiramente, abordaremos alguns aspectos do momento ao qual nos referimos, nomeadamente o IV século ªC, e sobre a construção do ideal de cidadão ateniense. E com este ideal que a prática da corrupção vai colidir.

A Guerra do Peloponeso e os valores democráticos

Durante o Período Clássico, Atenas viveu sob o sistema de governo criado e desenvolvido por ela, a Democracia. Importante lembrar que Atenas foi a única *pólis* democrática da antiguidade grega. Neste sistema, o ideal era o da participação dos cidadãos

* Professora Doutora de História Antiga da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

na política e isso se dava com a participação ativa na Assembléia votando as leis e as decisões que entrariam em vigor. Um bom cidadão –*polites*- ateniense era aquele que estava preocupado com os outros cidadãos, ou seja, com a sua comunidade. Contudo, este ideal de unidade, de coesão social, entra em desagregação no final do V século, entre outros fatores, por conta da Guerra do Peloponeso.

A Guerra do Peloponeso aponta para um momento de crise da *pólis* de Atenas como a grande senhora dos mares, a *pólis* hegemônica por excelência. O conflito que se dá entre Esparta e suas aliadas (formando a Liga do Peloponeso) e Atenas e suas aliadas (Liga de Delos) entre os anos de 431 e 404 ªC vai dar o tom deste final de século. Este "estado de guerra" –que se caracterizou por inúmeros conflitos localizados- termina por acentuar o esfacelamento dos valores democráticos ligados à *pólis* de Atenas. Sabemos que existe um distanciamento entre o valores "ideais" e como eles são compreendidos e efetivamente operacionalizados dentro do corpo social, que jamais é homogêneo. E no caso de Atenas, seu poderio e seu "equilíbrio" fora constantemente ameaçado mesmo antes deste conflito com Esparta, seja por potências estrangeiras como a Pérsia e a Macedônia, seja por outras *pólis* gregas na briga pela hegemonia do mundo grego. Porém, a partir do fim do V século ªC e durante todo o IV século, essas ameaças vão representar um dado importante na desagregação não somente do poder efetivo de Atenas, haja vista que os gregos viram seus domínios caírem nas mãos dos Macedônios, com Filipe e Alexandre, mas na dos seus valores. E eram esses valores – como justiça, coragem, honra, honestidade, participação na política – que representavam o alicerce do que chamamos de ideal democrático *políade*.

Em 404 ªC Atenas conhece a derrota para Esparta mas, internamente, trava ainda uma batalha na tentativa de reaver ou reforçar os valores ligados à democracia. É nesse contexto que encontramos as principais referências à prática da corrupção.

O Ideal de cidadão e a corrupção

Na sociedade políade ateniense, comunidade que prezava a harmonia, o equilíbrio e a justa-medida, alguns valores eram esperados e exigidos de seus cidadãos. Estes valores formavam o cidadão bom, belo e justo. O cidadão ideal. Estes valores são apontados por Aristóteles na *Ética à Nicômaco* (ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*: II. 1-10; III. 1-12), como sendo (*andréia*), a temperança (*sophrosýne*), a bondade (*praótes*), a liberdade (*eleutheriótes*), a verdade (*alétheia*), a reserva (*aidós*), a justa indignação (*gémesis*), a amizade e o amor (*philía*), a piedade (*eusébeia*) e a disciplina (*eutaxía*), a honra (t*ime*) e a honestidade (*agathón)*.

Qualquer violação a esses valores, tidos como mantenedores da ordem, representava um perigo a unidade dos cidadãos, sobre a qual repousava o ideal de *pólis* democrática. A presença do desequilíbrio era vista como uma ameaça a sobrevivência de todo o corpo cívico, de toda a *polis* dos atenienses. Ideologicamente, o bem comum suplantava o indivíduo. E uma desmedida (*hýbris*) poderia provocar uma contaminação (*miasma*) em toda a sociedade, desestruturando-a. Somente a obediência as leis e aos valores morais ou aos ritos religiosos poderiam promover a purificação (*katharsis*) e o retorno a ordem (*eunomia*).

O cidadão convivia portanto, paralelamente às leis que regiam a comunidade, com um conjunto de regras não escritas, reconhecidas por todos e ligadas à tradição e à moral. Estas regras de conduta estabeleciam uma relação social de honra, cuja punição se materializava na vergonha e na exclusão social. Honra e vergonha (*aidós*) regulavam o comportamento coletivo. Estes foram dois aspectos que norteavam a valorização da conduta social e definiam o que era bem social fortalecendo os compromissos coletivos e a pertença a mesma sociedade.

A partir daí podemos pensar o significado, para os atenienses, do ato da corrupção. Além da própria corrupção dos valores, a corrupção política era encarada como um rompimento com esses compromissos coletivos e, portanto, um rompimento com o ideal de coesão e bem comum. Se como dissemos, o que era esperado de um cidadão grego era que ele vivesse para a comunidade, podemos dizer também que receber dinheiro ou presentes para si, em troca de favores ou apoio político, era uma prática censurada pelos autores antigos que, de alguma forma, tocaram neste tema.

A corrupção na documentação

O termo grego mais comumente usado para corrupção era *dorodokia*, literalmente, "ganho/aceitação de presentes". No período Micênico, sob a realeza, era comum a oferta de presentes ao Rei, assim como no período Homérico esta prática era aceita e esperada, presentear –*doron*-, como parte integrante de uma relação de amizade e hospitalidade. Para o período clássico, dentro do contexto político ateniense, esta prática ganha outro sentido. Se a democracia é o poder da maioria em prol da maioria, qualquer ato de promoção e privilégio de interesses particulares poderia servir para o esfacelamento da coesão social e do bem público.

Aristóteles dizia, em sua obra *Política*, que a acumulação de riquezas era normal e necessária tanto para os homens como para as cidades (ARISTÓTELES. *Política*: I, III, 1256ª – 1257ª) Mas o ganho ilícito, sobretudo se este advinha do dinheiro público, era bastante

criticado. As comédias teatrais são fontes importantes para conhecermos mais sobre esse assunto.

Aristófanes, não sendo exatamente um amante da Democracia ateniense não a poupou de críticas ácidas e bem humoradas às práticas de corrupção presentes na política. Em uma peça chamada *Os Cavaleiros* ele apresenta um personagem, um político – Pafaglônio – que apresentava desde criança características que haviam feito adivinhar nele um futuro político, ou seja, o roubo e a mentira. Aliás, Aristófanes contrói a idéia do roubo como um autêntico programa político camuflado, sob o discurso do interesse coletivo e do bem comum. Paflagônio vocifera *"E eu a roubar, mas para o bem da cidade!"*. E continua dizendo: *"(...)meti grandes somas do erário público. Apertei uns, espremi outros, abanei-os, borrifei-me para os interesses particulares, mas para te agradar* [ao povo] *"* (ARISTÓFANES. *Os Cavaleiros*: vv. 774-778) Ele ainda é acusado de "distribuir" dinheiro público entre juízes e soldados para conseguir claros apoios políticos (ARISTÓFANES. *Os Cavaleiros*: vv. 51, 255, 800).

Platão em *A República* , na construção de sua cidade ideal também censura o recebimento de "presentes" (PLATÃO. *A República*: III. 390 d-e) , lembrando ainda que o tragediógrafo Eurípides, na peça *Medeia*, cita o que seria um conhecido provérbio entre os atenienses: "(...)*os presentes até aos deuses convencem"* (EURÍPIDES. *Medeia*: v.964) É fácil perceber que a corrupção era igualmente repudiada pelos mais diversos autores e tratada como uma prática deformadora dos valores morais *políades*.

Mas, podemos nos perguntar também sobre o que motivava o ato de corrupção. Olhando para o período clássico ateniense podemos apontá-la, talvez, antes como um sintoma de mudanças sócio-políticas, do que uma causadora de desagregação? A corrupção, neste contexto, apontava muito mais para o fato de que os cidadãos não estavam mais tão próximos das práticas políticas e participavam cada vez menos das Assembléias. O bem comum não era mais a prioridade. E é por isso que encontramos, neste período de crise, tantas referências e censuras a esta prática. Podemos compreender isso como uma tentativa de retomada dos valores tradicionais, uma chamada de atenção para o que estava acontecendo. Mas já era tarde.

Referências Bibliográficas

COHEN, David. *Law, Violence and Community in Classical Athens*.Cambridge:

Cambridge University Press, 1995.
CORNFORD,F.M. *Antes y Despues de Socrates*. Barcelona: Ariel, 1981.
COULET, C. *Communiquer en Grèce Ancienne*, Paris: Les Belles Lettres, 1996.
FUKS, Alexander. *Social Conflict in Ancient Greece*, Leiden: Magnes Press, 1984
GARLAND, Yvon. *Guerra e Economia na Grécia Antiga*.Campinas: Papirus, 1991.
GERNET , L. *Anthropologie de la Grece Antigue* . Paris: Maspero , 1976 .
_____ *Droit et Institutions em Grèce Antique*. Paris: Flammarion,1982
GUTHRIE , W. K. C. *The Sophists*. Grat Britain. Cambridge University Press. 1993.
HANSEN , M. H. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*.London: Duckworth,1999
JOHNSTONE, Steven. *Disputes and Democracy.The Consequences of litigation i in Ancient Athens*.Austin: University of Texas Press,1999.
MOMIGLIANO, A. *Os Limites da Helenização*. Trad. Claudia M.Gama. Rio de Janeiro:Zahar,1990
MOSSÉ ,Claude. *Politique et Société en Grèce Ancienne: le modèle athenien.* Paris:Albier, 1995
_____ *La Fin de la Democracie Athenienne*, Paris: PUF, 1962
_____ *Démosthène ou les ambiguités de la politique*. Paris: Armand Collin, 1994.
OBER, Josiah. *Mass and Elite in Democratic Athens.Rhetoric, Ideology, and the Power of the People*.New Jersey: Princeton University Press, 1989.
ROBERTS, J.T. *Athens on Trial. The Antidemocratic tradition in western thought*. New Jersey: Princeton University Press,1996
TRACY, Stephan V. *Athenian democracy in transition: Attic letter-cutters of 340 to 90 bC*. London: California Press, 1995.
TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
TRITLE, Lawrence A *The Greek world in the fourth century: from the fall of the Athenian Empire to the successors of the Alexander*. London: Routledge, 1997
VEGETTI,M. *L'Homme et les dieux*. In*: L'Homme Grec*. Vernant, J-P.(org). Paris: Sueil,1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura e memória: O festejo de Nossa Senhora do Rosário em Silvianópolis–MG

Andréa Silva Domingues*

Resumo: A pesquisa tem como objetivo estudar os costumes, a performance, as artes de viver e fazer, constituídos no cotidiano do espaço urbano e rural; a partir dos valores, trajetórias de vida e lutas sociais dos agentes históricos que participam da festa; entendo cultura como parte integrante de um campo de mudanças e disputas sociais e políticas; cercado de interesses e reivindicações. O estudo desenvolve -se através da História Oral refletindo sobre as maneiras de viver dos participantes da Festa, na tentativa de entender essas experiências, valores, cotidianos e costumes que auxiliarão na reflexão da maneira de pensar o coletivo. Buscando a todo o momento perceber essas experiências e processos relacionados ao festejo, observando que a história, por mais distante que seja, tem por objetivo provocar reflexões sobre o mundo atual.
Palavras chave: Cultura – Memória - Festa

Abstract: The research has as objective to study the customs, the performance, the arts of living and making, constituted in the daily one of the urban and agricultural space; from the values, trajectories of life and social fights of the historical agents who participate of the feast; I understand culture as integrant part of a field of changes and social disputes and politics; surrounded of interests and claims. The study it is developed through Verbal History reflecting on the ways to live of the participants of the feast, in the attempt to understand these experiences, values, daily and customs that will assist in the reflection in the way to think the collective one. Searching all the moment to perceive these experiences and processes related to feast, observing that history, for more distant than either, has for objective to provoke reflections on the current world.
Keywords: Culture – Memory - Feast

A pesquisa Cultura e Memória: o festejo de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Silvianópolis-MG, trata de práticas culturais que vêm re-significando anualmente entre os dias 13 e o último final de semana do mês de junho, com a participação de vários homens, mulheres e crianças da cidade e da região seja, como organizadores, congadeiros ou desfrutando do cortejo, das barracas, das refeições distribuídas ou das orações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário.

Nesse contexto, trabalho com a cultura como modo de vida e principalmente como modo de luta de classes, sendo esta uma ação social, entendendo que lidar com a linguagem deve ser um mecanismo que nos leve a perceber de que maneira, através das práticas sociais e

* Professora do Departamento de História da Universidade do Vale do Sapucai. Mestre e Doutorando em História Social pela PUC/SP, sob a orientação da professora Dra. Maria do Rosário da Cunha Peixoto. A apresentação deste trabalho teve a concessão de auxílio e apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

tensões, os sujeitos estão dentro do festejo, que a tradição pode ser usada como recurso e não como prática, sendo uma escolha de estratégia para lidar com a tensão existente na festa.

É nessas práticas culturais que busco compreender os diversos modos de viver a festa e que se constituem no dia-a-dia da cidade. Para tanto, investigo a trajetória de vida por meio das experiências vividas, incluindo os conflitos em torno da preparação e da realização da festa.

Trata-se de analisar as memórias e os modos como vivem os trabalhadores que se envolvem e participam do festejo, porque a história, por mais distante que seja, tem por objetivo provocar reflexões sobre o mundo atual (PORTELLI, 1997:13-49). Esses trabalhadores trazem para a dinâmica do presente, tradições que são incorporadas na construção da festa, mas também atribuem outros significados a ela, quando, como sujeitos sociais incrementam outras maneiras de vê-la e vivê-la (WILLIAMS, 1979:112-113).

Escolhi, portanto, trabalhar com depoimentos dos diferentes segmentos que vivenciam o festejo de Nossa Senhora do Rosário, bem como, com cartazes de propaganda e atas da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário e com o livro tombo da paróquia da cidade; buscando compreender os diferentes significados que a festa tem para cada um, incluindo suas relações com a cidade e o trabalho, seus valores e relações sociais, principalmente a festa como uma prática de resistência no campo da cultura, como tradição na luta de classe.

O campo da cultura não é homogêneo, e sim atravessado por lutas, contradições e pelo conflito de classe, onde algumas coisas podem ser trazidas do passado, mas outras são incorporadas a elas, o que re-significa a tradição conforme as necessidades do presente. Portanto, a tradição é dinâmica, está sempre em transformação, porque tendemos a resignificá-la sempre. Aliás, falar de história é falar de transformações.

Existem vários estudos sobre a festa, mas em sua maioria de orientações folcloristas; reservados a um passado distante e imóvel, descritivos ou ligados à paixão pelo festejo ou pelo lugar. Registros do passado que não têm a preocupação em abordar as experiências sociais vividas pelos sujeitos históricos.

Importante ressaltar que entendo folclore como um conceito diferente do conceito de "cultura popular", por que expressa um entendimento diferente dos jeitos de viver e principalmente de manter certas tradições como a festa de Nossa Senhora do Rosário.

O que nos diferencia de muitos folcloristas é principalmente o tratamento dado aos homens e mulheres envolvidos, considerando-os capazes de preservar, de modificar a festa

conforme sua inserção no presente, contrário à idéia de não pensá-los como produtores de cultura.

Nestor García Canclini observa que os folcloristas se atém ao popular como resíduo elogiado, depósito de criatividade, se prendendo ao uma prática descritiva, onde o "povo" é resgatado, mas não conhecido tornando-se cegos as mudanças (CANCLINI, 2000:209-210).

Compreendendo as recordações dos depoentes como um olhar múltiplo, que rememora diferentes tempos vividos, experimentados individual e socialmente, foi possível perceber nas narrativas orais o ir e vir da memória, possibilitando a reflexão sobre a diversidade das experiências vividas por cada um em tempos iguais ou diferentes, seus pontos de semelhança e suas diferenças, e também pontos de convergências e tensões.

As memórias são, portanto, experiências historicamente construídas, constantemente modificadas e a experiência uma criação constante da memória, que faz do passado uma dimensão importante na constituição do presente. Pensarmos a relação entre a memória, experiência e diversidade cultural é fundamental para discutirmos as múltiplas práticas culturais que envolvem a festa de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Silvianópolis em Minas Gerais, no período dos anos setenta ao tempo presente.

A narrativa constitui um instrumento de formulação e de construção de memória social, de produção de consciências e de formulação de referências identitárias. Tecendo uma trama que articula passado e presente, os depoentes vão analisando, (re)criando, e atribuindo diferentes sentidos à realidade vivida, nesse exercício de observar e ser ouvinte.

Assim, pensar a festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis, em Minas Gerais, é também pensá-la como "uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, vista por vários estudiosos como momento de renovação das forças desgastadas pela rotina de trabalho e respeito às regras" (*SOUZA, 2002: p.59)*, e que a organização desta é contínua e pensada como realidade que faz parte das representações que estão ligadas ao cotidiano.

Desta maneira, para entender os significados do festejo, foi necessário navegar na memória individual e social; buscando as múltiplas linguagens, por meio das quais os diferentes participantes da festa se expressam, sejam pelo cortejo formado pelos reis, rainhas, guardas-coras e juízas que se expressam além da vestimenta, pela postura de fé ou majestática reforçando a idéia de hierarquia e devoção. Na linguagem corporal, quando alguns participantes assumem expressão facial de contrito, como, por exemplo, a posição

das mãos unidas, ou pelos congadeiros por meio da dança, do corpo, do tocar dos tambores, dos ritmos, da vestimenta e do gestual.

A Irmandade do Rosário: espaço de homens pretos e brancos

Pensando as Irmandades como identidade e cultura, cruzando documentações da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário, de registros do livro de tombo da paróquia da cidade de Silvianópolis e de depoimentos orais, é possível refletir sobre os espaços de sociabilidade devota, permitidos ou reprimidos pela igreja católica e como é constituído a Irmandade hoje Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário neste município.

A pesquisadora Marina de Melo e Souza ao discutir as irmandades diz:

> *"As irmandades de "homens pretos", espaços que permitiam um maior controle sobre os africanos escravizados e seus descendentes, cativos ou livres, ao mesmo tempo em que possibilitavam o desenvolvimento de relações específicas a estes grupos, que nelas encontravam formas de afirmação social e cultural, foram lugares nos quais as eleições de reis negros e as comemorações que as acompanhavam atingiram maior complexidade e significação." (SOUZA, 2002:p. 251)*

A autora aponta o caráter ambivalente das irmandades, se por um lado se constituíam como espaço de controle, por outro possibilitavam formas de afirmação social e cultural dos negros.

Importante ressaltar que em 1937 a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário passa a se chamar Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário, conforme consta em seu primeiro livro de Ata com abertura em 13 de junho, passando então os registros desta instituição a serem lavrados e organizados pela denominada Associação.

Os objetivos da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário são de "promover a caridade entre os menos favorecidos, o culto a Nossa Senhora do Rosário nos estilos tradicionais e a celebração da tradicional da festa do Rosário, zelando pela conservação dos mesmos costumes, estilos, tradições e cerimoniais que caracterizam a desde os primórdios[1]."

As reuniões da Associação acontecem anualmente, por ocasião do mês de junho, no dia 13 de junho (início da festa) para eleger os festeiros do próximo ano e, no último final de semana do mês de junho para encerrar o festejo e repassar a responsabilidade da festa aos novos eleitos. Há também reuniões extraordinárias que são convocadas pelo presidente; em cujas atas percebemos um detalhe importante da Associação no que diz respeito ao tratamento

[1] Ato constitutivo e estatuto da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário, art.2º.

dado aos seus membros, sendo oferecido a estes ou familiar, como filhos e esposa um ritual fúnebre, onde todos os irmãos da Associação eram convidados para velar, rezar e enterrar o falecido. Oferecer aos membros um ritual fúnebre digno torna-se mesmo não oficialmente uma das atribuições da Associação.

Desde os anos setenta a Associação vem exercendo suas funções principalmente em torno da organização da festa de Nossa Senhora do Rosário que foi lembrada de diferentes formas pelos entrevistados.

Dona Carlina lembra que:

> *" Porque naquele tempo, a nossa paróquia tinha sido criada pelo bispado de São Paulo. Porque Silvianópolis já pertenceu a Pouso Alegre, Pouso Alegre já pertenceu a Silvianópolis, uma coisa assim, essa coisinha entre cidade. Então nessa época, esse padre sendo paulista; ele foi designado pra vir para a nossa terra, pra nossa paróquia. E ai o padre Negrão deu início a esta festa, em 1780, com todo o ritual trazido de Guaratinguetá."* [2]

Dona Isabel afirma:

> *"Veio para Silvianópolis um padre de Taubaté, Pindamonhangaba, e ele incentivou. A escravidão principalmente aqui era muito forte, pela extração do ouro. Ele para cristianizar, fazer uma catequese, misturou né... trouxe para cá a tradição da festa de reis, a congada, por ele ter sido padre na região de Pindamonhangaba lá ele já conhecia, certamente ele gostava dos grupos e vindo pra cá, vendo que a ascendência de raça negra era muito grande, ele organizou, ele simplesmente incentivou aquilo que já possuíam e levou em frente"*
> *época da escravidão. Era maneira deles adorar alguma coisa né."*[3]

Ao falar do festejo de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis, se torna recorrente na memória dos depoentes a referência à origem remota (século XVIII) ou cristã da festa, sempre realizada por iniciativa de um padre que tentava catequizar os negros.

A historiadora Marina de Mello e Souza (MELLO E SOUZA, 1987:86-156) já apontava que a preocupação da igreja católica em delinear o que é sagrado e o que é profano, e em estabelecer os parâmetros dentro dos quais deveria ocorrer a relação da igreja com os escravos negros e com a população em geral, remonta ao período colonial. Os registros no livro de tombo (1922) da paróquia de Silvianópolis denotavam tal preocupação. Considerando a festa como um momento de conflito entre os membros da Associação e representantes da igreja, o referido documento tentava demonstrar que a festa de Nossa Senhora do Rosário era um evento no qual os costumes eram considerados profanos, como o caso da prática das jogatinas, esbanjamento de dinheiro dos fiéis em comidas e bebidas[4].

---

[2] Entrevista realizada com Carlina de Moraes Dutra, na cidade de Silvianópolis, no ano de 2005.
[3] Entrevista realizada com Edvaldo Andrade Domingues, na cidade de Silvianópolis, no ano de 2005.
[4] Registrado no livro de tombo da paróquia de Santa Ana, na cidade de Silvianópolis, datado em 18 de janeiro de 1922, p. 109.

É significativo perceber a insistência dos depoentes em afirmar que a festa de Nossa Senhora do Rosário iniciou-se com a intervenção da igreja católica na figura de um padre como estratégia ora de controle, ora de catequese dos escravos e negros.

Documentos de época nos permitem afirmar a existência de situações de conflitos entre os preceitos da igreja e as práticas, rituais dos negros na celebração da festa.

> *Esteve em visita à paróquia, de 17 a 29 de novembro de 1786, o padre Manoel Lescura Banher, vigário de Guaratinguetá e visitador ordinário do bispado de São Paulo. Notou esse visitador que o 1º livro tombo estava em péssimo estado e ordenou que fossem transladados para outro livro novo o termo da devolução da paróquia ao bispado de São Paulo e <<hum capitulo de vizita a respeito do sempre abominável, péssimo e terrível uso dos batuques, cujo capitulo he mandado observar nessa freguesia ...>>> notou ainda que não havia confrarias, mas já existiam bens pertencentes a Nossa Senhora do Rosário (OLIVEIRA, 1950: 22).*

Fica patente neste documento o desagrado que os batuques provocavam no clero. O conflito, a tensão social entre os membros da igreja e os participantes do festejo é reafirmada não apenas pelos bens de posse, mas também pelos costumes e diferentes práticas culturais de como realizar a comemoração.

As tensões entre as autoridades eclesiásticas e os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário passavam pelas disputas sobre a realização da festa.

> *"Faça constar que no dia 06 de janeiro tive uma conferencia com os Srs irmãos que compareceram a Directoria da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ficando todos eles serem à vontade do Senhor Bispo e dos propósitos que tinha que mandar o procedente portaria. Exepetuamo dois irmãos que se manifestaram respeitosos e obedientes para as disposições da Autoridade Diocesana, todos os outros deram signaes de mau espírito e de estarem dispostos a não obedecer no mandato de expressão da Festa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário no mês de junho. Chamei-os a considerar severamente o proceder deles, protestando esse facto, contra aquelle acto de rebeldia manifestada por aquelles que mais deviam salientar se na Parochia pelo fervor religioso e pela submissão e obediência a auctoridade Eclesiástica. Fique lançado o meu protesto neste livro de tombo como um dado mais para aquelle que deseja conhecer a história documentada da Irmandade de Nossa Senhora do rosário em Silvianópolis.*[5]

A não aceitação das disposições por parte da maioria dos irmãos (exceto dois) era vistas pela Diretoria da Irmandade e pelos representantes da igreja como "maus espíritos". O padre Daniel Chaváni faz questão de lançar o seu protesto, por escrito no livro de tombo, para que ficasse registrado e se tornasse parte da história "documentada" da Irmandade, pois o registro no livro confere ao seu protesto uma força maior.

A década de vinte foi um dos períodos mais tensos em torno da questão religiosa vivenciada entre a igreja e os representantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a disputa pelo controle da festa e de como e quando esta devia acontecer foi motivo de reuniões e discussões entre o poder eclesiástico e os membros da Irmandade. Essa relação conflituosa

[5] Livro de tombo 1901-1955, localizado na paróquia de Silvianópolis-MG, p.98

leva a igreja proibir a realização da festa no mês de junho, já que 29 de junho é dia de comemoração dos santos apóstolos São Pedro e São Paulo. Mesmo a igreja divulgando sua posição[6] nas missas e na Irmandade do Rosário, a festa não mudou seu período de realização e manteve seus costumes denominados de "profanos" como as barracas de jogos, alimentos e bebidas.

Com o tempo essas confrarias, irmandades ou Associações desprendem-se da igreja católica, tornado-se instituições laicas.

> *"É essa devoção com nossa senhora à gente precisa falar. È uma devoção! Eu falo assim que Santana, Silvianópolis tem duas protetoras: Santana porque foram trazidas pelos bandeirantes – Paulistas vieram de Moji das cruzes tanto é que lá Santana também é padroeira e eles trouxeram e fizeram Santana também padroeira patrona da cidade. Agora eu acredito que seja com esse padre que iniciou a festa do Rosário, iniciou a devoção a Nossa Senhora do Rosário porque ela a santa a mãe de Deus, ela seja protetora de negros eu acredito que foi uma assim uma isso o padre que quis. Porque os negros precisavam também de ver cantar, dançar né ai a igreja católica naquele tempo à separação era muito grande entre os escravos e o senhor. Então Nossa Senhora do Rosário tem uma ligação com coisas da África. Lá ela não é homenageada como aqui, lá não tem festa do rosário, na África. Mas nós aqui temos porque um padre achou que tinha que favorecer, proteger o negro."*

Dona Carlina, em suas memórias, fala que havia a separação dos negros e brancos, e que a religião católica exerceu sua influência sobre os homens negros utilizando-se do festejo; como uma forte estratégia de dominação.

Na narração de dona Carlina, quando diz "*Mas nós aqui temos porque um padre achou que tinha que favorecer, proteger o negro"* ela interpreta a ação da igreja como de proteção.

A Irmandade e a festa era também um espaço de negociação dos escravos com os brancos, para poderem exercer suas crenças de origem africana servindo dessa maneira como estratégia dos negros diante da dominação da igreja católica.

Através de suas lembranças, os depoentes remetem-se em diferentes momentos o que chama de tempo do cativeiro ligando-o sempre a Deus e a igreja católica. A tradição que se transmitiu pela oralidade ao longo destes duzentos anos, que estabelece a ligação do festejo com os tempos do cativeiro tem para os participantes negros um significado político muito forte de afirmação de sua identidade étnica. Vivenciar a festa anualmente significa estabelecer um elo entre o passado e o presente, uma tentativa de encontrar o passado no presente, uma forma de reafirmar uma identidade e reatualizá-la.

---

[6] Registro de 18 de janeiro de 1922, p. 109 do livro tombo.

Referências bibliográficas:

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano.** Rio de Janeiro: Petrópolis,1994.

ELÌADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes,1992

HALL, Stuart. **Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OLIVERIRA, Cônego João Eustides de (org*).* **A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950**. Pouso Alegre: Tip. Da Escola Profissional.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente?.* In: ***Revista Projeto História*,** n. 14, São Paulo: EDUC, 1997.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Religiosidade popular na colônia.* In: **O diabo e a terra de Santa Cruz.** São Paulo: Cia. das letras, 1987.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravistas**. História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

WILLIANS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um empresário teatral: Françóis Cassoulet, administrador do Teatro Carlos Gomes em Ribeirão Preto/SP (1896-1917)

Diogo da Silva Roiz*
Jonas Rafael dos Santos**

Resumo: Aborda-se a trajetória de François Cassoulet em Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, entre 1896 e 1917, quando foi dono de restaurantes e administrador de empresas teatrais e cassinos. Discutem-se o funcionamento dos negócios e suas relações com as 'frações de classe dirigente' locais tendo como base sua administração junto ao Teatro Carlos Gomes.
Palavras-Chave: Françóis Cassoulet; Empresário teatral; Comércio e negócios; Ribeirão Preto.

Abstract: This article to analyse the François Cassoulet's trajectory how owner of restaurants and manager of theater and casinos, having base at him manegement of the Carlos Gomes' Theater.
Keywords: François Cassoulet; Theater manager; business; Ribeirão Preto.

I

Chamava-se François Cassoulet, conhecido por Francisco Cassoulet. Nascera em 1864 (quando do primeiro processo, ocorrido em 1917, declarou ter 53 anos), em Farbe, uma pequena cidadezinha nos Altos Pirineus, na França. Viveu sempre ali, onde estudou durante alguns anos e trabalhava com o pai Lourenço Cassoulet. Nada mais sabemos sobre sua família e sua infância. Aos 31 anos de idade, em fins de 1895, resolveu vir para as Américas, de onde desembarcou em Santos, no Brasil, logo no início de 1896, acompanhado de Marie Cassoulet. Após curta estada na capital do Estado de São Paulo, decide ir para uma cidade no interior do Estado, onde se dizia ser a nova 'Nova Califórnia do Café'. Chega em Ribeirão Preto, alguns meses depois, arriscando-se como empresário, ao abrir ainda no ano de 1896, um Café Concerto, no qual aplica seus parcos recursos trazidos da França[1].

Marie Cassoulet, francesa, na época chamada Maria, não era casada formalmente com Francisco Cassoulet, mas ainda assim viveram juntos nos primeiros anos em que estiveram em Ribeirão Preto. Ao seu lado que iniciava os negócios, com suas casas teatrais. Bem próximo aos seus negócios estava instalado um cabaré dirigido por Fanny Blumenfeldt, austríaca, residente há alguns anos em Ribeirão. Fanny chegou a iniciar o negócio depois de

* Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. E-mail: diogosr@yahoo.com.br.
* * Doutor em História pela Unesp, Campus de Franca. Professor da Rede pública Municipal de Campinas. E-mail: jrafsantos@yahoo.com.br.
[1] Massa Falida de Francisco Cassoulet. *Arquivo do Fórum de Ribeirão Preto.* 1º Ofício, cx. 197a. As referências a Francisco Cassoulet e a Marie Cassoulet foram retiradas dessa fonte, por isso a seguir não se repetirá a citação.

acumular pequeno capital como 'dama da noite'. Em pouco tempo Francisco Cassoulet a conhece, por freqüentar seu cabaré. Logo iniciavam um relacionamento amoroso, causando o descontentamento de Maria, que em fins de 1898, parte para São Paulo. Dela nada mais sabemos.

Quando Marie Cassoulet foi embora, Francisco Cassoulet resolveu amancebar-se definitivamente com Fanny, com quem nos anos seguintes passou a dividir o mesmo teto. Em 1899, Fanny possuía algumas jóias de valor, compradas quando foi 'dama da noite'. Seus bens se constituíam além de jóias, partes das quais presentes de Francisco Cassoulet, de duas casas compradas entre 1901 e 1904, em parceria com Francisco, ambas a rua Américo Brasiliense números 25 e 27. Residiriam desde aquele momento na casa de número 27, onde permaneceram até falecerem (Fanny em 1918 e Francisco em 1919). Após iniciarem a convivência diária, Fanny abandona seus negócios, que aquela altura não andavam muito bem, e auxiliava a Francisco na administração de suas casas teatrais. Quando, em 1903, passou por Ribeirão Preto uma forte onda de febre amarela, Fanny passa a debilitar-se em função da enfermidade, que mesmo depois de resolvida, a afetava a saúde aos poucos. Nesse período já era gerente das casas de Cassoulet.

Segundo consta em sua massa falida, Francisco Cassoulet administrou além de um restaurante e Café Concerto, o Teatro Carlos Gomes entre 1905 e 1917, o Paris Theatre entre 1903 e 1917 e o Cassino Antarctica entre 1909 e 1917. Declarou, em 1917, quando de sua falência, ser 'comerciante e empresário theatral', e residir há vários anos à rua Américo Brasiliense de número 27, em frente ao Cassino Antarctica. Disse ainda ao escrivão de justiça Joaquim Cleto e ao delegado o "Doutor Antônio da Silva Carvalho" que "sempre contrib[uíu] não só com grandes somas de dinheiro para o (...) incremento [de suas casas theatrais], como arc[ou] com grande responsabilidade e com sacrifício de sua saúde para a sua manutenção". Neste artigo nos deteremos com maior vagar a sua administração no Teatro Carlos Gomes[2].

---

[2] O teatro foi deliberado por ata municipal no ano de 1895, construído com o dinheiro de grandes cafeicultores, dentre os quais F. Schimidt, na praça 15 entre 1896/7. A obra foi projetada e construída pela companhia Ramos de Azevedo. Inaugurado em 15 de novembro do ano corrente com a ópera "O Guarani" de Antônio Carlos Gomes. O Teatro foi inaugurado em 1897 e derrubado no ano de 1944. Nesse período foi palco de diversas representações teatrais, bailes, exposições artísticas, festas, banquetes, reuniões da Câmara municipal, e também, local de reuniões de grupos políticos de esquerda e direita da época. Nesse período também passou por momentos de grande repercussão no cenário regional e estadual, enquanto em outros, de quase total abandono e esquecimento, como foi se intensificando nas décadas de 1930 e 40. Em todo esse período, ainda que em alguns momentos menos que em outros, o Teatro manteve as suas apresentações teatrais. Como no período havia vários jornais na cidade, ainda que a maioria fosse efêmera em sua trajetória, selecionou-se o material publicado no jornal *A cidade*. Para tanto, delimitou-se nesse estudo os seguintes anos: 1905, quando várias companhias se apresentaram e 1909 quando houve uma relativa diminuição na apresentação de Companhias Teatrais.

Os jornais[3] pesquisados, deixados quase esquecidos em estantes velhas e empoeiradas, revela um pouco de seu estado de conservação, que impróprias ao documento tiram dele toda sua essência, que foram as palavras nele impressas. Hoje poucos números restam do período e do periódico, mais raro ainda são os anos que estão completos. Os que sobraram já não se mantêm por inteiro. Mesmo os anos de 1905 e 1909, catalogados e ordenados em três volumes cada, não conseguem mais noticiar aquelas impressões deixadas pela época. As informações sobre o teatro sempre estavam na primeira ou segunda página, na seção que noticiava as diversões que ocorriam na cidade diariamente. Não era falado apenas de casas de espetáculos nesse espaço, falavam-se das festas, bailes, músicas, apresentações de circo. Próximo à seção ficavam os debates políticos, as crônicas, os folhetins.

A escolha dos anos ocorreu em função do primeiro mostrar o desgaste desta casa de espetáculos em suas apresentações teatrais – embora elas ainda nesse momento sejam muito referidas –, com as primeiras tentativas de implantação de cinematógrafos, já sendo evidenciada pelas notícias do jornal, em prédios localizados na praça XV de Novembro, e até mesmo no Carlos Gomes no segundo semestre do ano de 1905, quando houve uma preocupação com a diversificação dos entretenimentos neste local. O segundo ano, ao contrário, aparece poucas notícias sobre esse teatro e evidencia a maior repercussão de outras casas do gênero, que apresentavam mais filmes (por meio de cinematógrafos) do que representações teatrais. Ainda que, desde o ano de 1908, o *Teatro Carlos Gomes* tenha implantado um projetor de filmes (com o cinematógrafo) como se referem os jornais desse ano, as noticias pontuavam a diversidade dos espetáculos. No período havia sido administrado por François Cassoulet, que dirigia outras casas do gênero, fomentando um intercâmbio de atores e entretenimentos entre as casas de espetáculo, com o objetivo de divulgar novidades e

[3] Entende-se por jornal, nesse estudo, uma empresa privada que se propõe a informar o leitor sobre várias dimensões de acontecimentos da sociedade, ainda que procure estabelecer um vinculo fiel com o "real", construindo muitas vezes imagens, que além de não compreenderem totalmente o "real", afastam-se dos acontecimentos ou limitam-se em fragmentos daquilo que aconteceu e foi noticiado. Portanto, mesmo sendo um local adequado aos debates, que versam temas e assuntos ligados diretamente a vida das pessoas do local, bem como informam acontecimentos que se destacam nas outras regiões e até fora do país, constinstitui-se enquanto uma fonte que faz uma leitura do passado a partir do local sócio-econômico e vinculações políticas e culturais daqueles agentes que o elaboraram. Seguindo uma linha editorial e uma linha comercial, e reunindo em torno de si cronistas, críticos, políticos, desse modo, produtores de propostas convergentes e divergentes. Assim como, produtores de representações, as quais, muitas vezes se aproximam, e outras se distanciam, das expectativas e projetos de uma sociedade. Aqui deve-se lembrar que se trata de um jornal de uma cidade do interior do Estado de São Paulo no início do século XX. Nessa exposição nos apoiamos em Cornelius CASTORIADIS (1995) na sua idéia sobre " ...a instituição da sociedade que determina o que é e o que não é real, o que tem um sentido e o que é desprovido dele", uma vez que para o autor "...toda sociedade é um sistema de interpretação do mundo", além disso "....é uma construção, uma constituição, uma criação de mundo, de seu próprio mundo. Sua própria identidade nada mais é que esse sistema de significados, esse mundo que ela cria." Nessa perspectiva, considera-se uma notícia ou crônica: *palavras limitadas à dinâmica do movimento social, congelando-as ao refazer a sua materialidade como o registro de um instante. Nunca abrangem tudo, apenas partes, leves detalhes sobre impressões de coisas, lugares, pessoas ou discursos.*

criar um público para as casas que dirigia. Em 1909 esse teatro passou por um momento de enfraquecimento tanto nas apresentações teatrais e cinematográficas, como nas notícias que apareciam nos jornais. Além disso, delimitamos nossa exposição: a) no ano de 1905, verificou-se apenas como foi tratada a estadia da Companhia (italiana) dramática Fausta Pollani, dirigida pelo ator Eneo Cunes, que chegou a cidade no mês de janeiro e deixou o teatro no mês de março do ano corrente; b) no ano de 1909, percorreu-se apenas algumas notícias que narravam a repercussão dos cinematógrafos na cidade.

O jornal começou a noticiar a chegada da companhia no dia 18 de janeiro de 1905 com o seguinte comentário:

> *Sábado estreará a companhia dramática Fausta Polloni dirigida pelo celebre ator Eneo Cunes. Representar-se-á a peça Morte Civil. (Diversões. A cidade, 18/01/1905, p.2)*

Embora simples, a notícia já buscava incentivar o público por dois chamativos centrais: a peça e a direção. No mesmo período estava funcionado os rinks de patinação, um pouco antes noticiado – com o entusiasmo de um bom jornalista que prende a atenção de seu público – e as repercussões do baile que havia ocorrido no final da semana que passou, tudo intercalado entre as notícias da primeira página. A mesma notícia sobre a estréia da companhia foi dada no dia 22. No dia 24 de Janeiro de 1905 um cronista relatou a apresentação:

> *Estreou-se sábado, com o magnífico drama de Paulo Giacometti 'A morte civil', a companhia Fausta Polloni.*
> *O desempenho foi satisfatório, concorrendo todos os artistas para o êxito. Cuneo, no papel de Conrado; Polloni no de Rozalia e Negrini no de monsenhor; estiveram dignos de aplausos, que de fato a platéia manisfestou... (Diversões. A cidade, 24/01/1905, p.1)*

O cronista não falou como estava o teatro, se estava cheio ou vazio. Curto na nota não disse como foi montado o palco, nem se havia arranjos especiais, nem se foram pessoas da região, ou 'grandes cafeicultores', que foram apreciar a encenação dos atores no Teatro. Isso mudou um pouco na notícia do dia 28. Uma vez que não sabemos se foi o mesmo cronista que a escreveu, não poderíamos dizer se foi essa a razão da mudança. Assim que ela começa:

> *Nós que temos feito sentir a falta de divertimentos familiares, nesta cidade, e que clamamos sempre contra o fechamento do Carlos Gomes, por considerarmos este fato um atestado que muito desabonava os nossos foros de grande centro populoso e civilizado, ficamos, ontem, verdadeiramente tristes ao vermos o abandono das famílias no teatro, deixando que os bons artistas da companhia Fausta Polloni representassem o soberbo drama de Dennery ' O sargento Simão' quase sós...*
> *Entretanto, podemos afirmar que o público de Ribeirão Preto deixou, anteontem, de assistir a uma das melhores interpretações que temos assistido deste drama.*

> *Cuneo o ator bastante conhecido e de reputação firmada interpretou com muito talento, muita alma, todo o dificílimo papel do velho voluntário.*
> *Desde o momento em que ele entra no palco e vai transmitindo aos espectadores todas as suas emoções ao contemplar, de novo, a casa onde morou, a Capela onde tantas vezes ouvira a missa festiva em companhia de seus velhos amigos de aldeia, até o último ato em que, num lance admirável de naturalidade, recupera a voz e desafogado exclama 'ho parlato!', Cuneo soube dominar o público, infelizmente pequeno, que o ouvira aplaudindo-o muito merecidamente.*
> *Polloni deu-nos um (...) Rantzberg na altura de seu papel.*
> *O papel de Pietro (...) teve em Negrini um desempenho a contento geral.*
> *...Marini conquistou as simpatias do auditório, desde logo, pela sua graça de dizer, pela sua vivacidade, encontrando em Aggreziari um bom companheiro Potichou.*
> *(Diversões. A cidade, 28/01/1905, p.1)*

De início, a notícia do cronista mostra a sua insatisfação com relação ao descaso das famílias com o teatro que tem sido o palco da cidade no cenário regional. Ele tenta chamar o público não por meio das características das apresentações de 'alto nível' e desempenho, ainda que "satisfatório" (seja o termo por ele usado), despertou a atenção do pequeno público que havia comparecido. Entretanto, o cronista deixou dúvidas: que civilização ele se referia, em um centro que, mesmo populoso, pretendia deslocar parte de seu contingente populacional para outros bairros? Quem eram as pessoas que passavam pelo centro, será que se cruzavam diversas camadas sociais? Qual foi o público que compareceu e quais os lugares que foram ocupados? Essas foram perguntas que também não conseguimos responder satisfatoriamente.

Outro dia, bailes, a patinação vinha contagiando as pessoas, mas não se sabe ao certo quem elas eram, nosso olhar muito distante vê-las como estranhas, quase sem identidade. Os indícios que juntamos cabem até aqui poucas considerações. No dia 2 de fevereiro, uma outra notícia comentou o desempenho dos atores:

> *Anteontem representou-se neste teatro a celebre tragédia 'Otelo' (...) O desempenho da peça foi o melhor que se pode desejar em Ribeirão Preto.*
> *Todos os artistas da companhia Fausta Polloni mostraram-se conhecedores dos seus papéis.*
> *Destacamos entre eles e é justo que o façamos porque se incumbiram dos mais difíceis, Cuneo, que teve ocasiões de arrancar da alma afetiva da mulher brasileira, que o ouvia, algumas lágrimas, mostrou-se um mouro gelozo e um trágico de grande força.*
> *Polloni deu-nos uma Desdêmona simpática, arrancando da platéia merecidos aplausos.*
> *Iago o dificílimo personagem do drama, aquela figura de intrigante, de caráter maleável, de mutações sucessivas, teve em Schiatti um interprete a contento (...)*
> *Marini foi de uma felicidade extraordinária na interpretação do papel de Emília, e no último ato, na cena patética do descobrimento da fatal intriga em um lenço de Desdêmona entrou como a asa negra da desgraça ela saiu-se admiravelmente (...)*
> *(Diversões. A cidade, 02/02/1905, p.1)*

A notícia embora disfarce suas opiniões a respeito de certos detalhes sobre a representação teatral deixou transparecer seu olhar sobre a mulher, sua visão de mundo, o que

se pensava da traição, ainda que mantivesse sua explicação muito fragmentada para uma tentativa de sistematização de seus argumentos. Não obstante, o questionamento de porque o desempenho dos atores foi o melhor que se pode desejar, torna-se pertinente refleti-lo na medida em que sugere a idéia de alguma coisa acabada, ou melhor, propícia aquele tipo de espectador. Daí a pergunta: que espectador? O homem culto parece distante para um apontamento como esse, pois, sempre pode se esperar mais do espetáculo. Entretanto, no Teatro, a participação de homens de letras fora comum no período, como anunciavam as crônicas da época. Nesse sentido, ou nosso cronista se reduziu de forma maniqueísta ao tratar do público, ou então, mesmo para ele a construção imaginária de espaço civilizado, começava a se enfraquecer. Contudo, ainda fica nebulosa a certeza quanto as opiniões do cronista, pois falou muito pouco a respeito do público, diferentemente da notícia de 4 de fevereiro:

> *A companhia Fausta Polloni deu-nos anteontem a 'Tosca'. Somente a impertinente chuva que caia a hora do espetáculo podemos atribuir a pouca concorrência a representação do esplêndido e popular drama (...)*
> *De fato: na platéia não houvessem 50 cadeiras ocupadas, camarotes apenas os de baixo tomados (...)*
> *A companhia é boa (...)*
> *Como explicar pois esse abandono em que a nossa população, na maioria italianos, tem deixado a companhia?*
> *Em falta de melhor, a explicação será a chuva, mas não serve porque, lá diz o refrão, chuva não quebra os ossos (...) (Diversões. A cidade, 04/02/1905, p. 1)*

Como uma população, sendo a maioria italiana ou descendente de italianos, deixava de comparecer aos espetáculos encenados por companhias italianas? O estranhamento do cronista sobre o desinteresse do público mesmo os italianos – revelava seu descontentamento e suas dificuldades em explicar o ocorrido – ficou não apenas sugerida, mas explicita de tal forma que seus argumentos procuravam encontrar alguma resposta para o desenrolar daquela situação. E mesmo a chuva não serviu como o melhor pretexto para uma resposta condizente. Mas esse fato mudou na apresentação do dia 9:

> *Uma satisfação geral. O Carlos Gomes regurgitava: todos os camarotes de primeira e segunda ordem, todas as cadeiras e as galerias completamente cheias (...)*
> *(...) (Diversões. A cidade, 09/02/1905, p.1)*

Se por um lado, o fato das cadeiras estarem todas tomadas ter deixado o cronista eufórico ao noticiá-lo, uma outra notícia deixaria o leitor abismado, já que quase concomitantemente ocorreu na cidade um caso de assassinato por ciúme que chocou ao comentarista da notícia, e que veio logo abaixo do comentário do cronista, sobre a peça "Otelo" apresentada no palco do Teatro Carlos Gomes. Uma das coisas que despertou a atenção foi a notícia de um cronista, sob o pseudônimo de D. Bias, fez sobre uma peça que assistiu no teatro. Dizia ele:

> *Por mera gentileza para com a beneficiada aceitei desta uma cadeira para o espetáculo de anteontem no Carlos Gomes.*
> *Em matéria de teatro prefiro os mais rales dos vaudevilles ao mais meditado dos dramas. Entendo que ao teatro vai quem quer se divertir, e isto da gente sair de sua casa para passar duas ou três horas agoniadas, sentado numa cadeira, retendo a custo as lágrimas (...) não é comigo.*
> *Em todo caso resolvi assistir a representação da Morte Civil não só para não perder os meus ricos três mil réis, como para avaliar o mérito de Cuneo, da Polloni, da Marini e tuti quanti, aos quais a imprensa (...) tem tecido os maiores elogios. Lá fui (...) as nove e meia deu-se o começo ao espetáculo com a diminuta concorrência.*
> *A finalizar do terceiro ato retirei-me; aflingia-me por demais as infelicidades do pobre Conrado, e não minto se lhes disser que mais me aflingia ainda não poder eu apreciar devidamente o magistral drama de Giacometti (...) Pouco compreendia da bela língua de Dante apesar da esplêndida dicção dos atores ...*
> *(...) (Diversões. A cidade, 11/02/1905, p.1)*

O cronista pouco conseguiu se referir aqueles espetáculos que eram noticiados pela imprensa, achou caro o espetáculo e sua preferência é pelos filmes e não pelos dramas, de tal modo que suas palavras sobre a peça ocorreu na forma de um diálogo com dois amigos. Nele os assuntos percorreram os caminhos mais diversos, desde opiniões sobre revista, até o que se achava sobre a política. Mas o que mais perdurou na conversa foi a maneira como discordavam da forma como foram noticiadas as matérias a respeito do teatro que davam uma imagem daquilo que ele não era. E desse papo que aqui não reproduzimos literalmente em função do tamanho, apenas uma frase ainda parece ser devidamente importante para se ter uma idéia dos comentários: "...A estudantada berrava lá das torrinhas; 'esse grude não presta, o grude não gruda! Fora o grude..." (*Diversões*. A cidade, 11/02/1905, p.1).

De modo que as formas civilizadas formuladas para o teatro, a partir da imprensa foi, pouco a pouco, sendo desconstruída pelo discurso desse cronista italiano. Mas nas devidas possibilidades não podemos ir ao outro extremo do discurso. Necessário parece uma tentativa de relativização do alcance e manutenção do discurso produzido pela imprensa, tentando elaborar uma imagem sobre o teatro. Há que se referendar também que o dono do jornal *A cidade* fora um assíduo freqüentador dos bailes patrocinados no teatro, onde se reuniam cafeicultores e políticos da região. Nesse ponto, os nexos entre essa participação no teatro, com esses cafeicultores e políticos, o presente estudo não conseguiu fontes suficientes para aprofundar o tema.

Bibliografia

Periódicos

A cidade. Ribeirão Preto. 1905. ano I.

A cidade. Ribeirão Preto. 1909. ano V.
Anuário Demográfico. São Paulo: s.n., v.1, 1923.
Boletim mensal de Estatística Domographo-sanitaria de São Paulo e dos municípios de Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Guaratinguetá e Botucatú. Ano VIII, nº 5 maio de 1925.

Referências Bibliográficas

ADLER, Taure. *Os bordéis franceses 1830-1930.* Tradução de Kátia M. Orberg e Eliana F. Pereira – São Paulo: Companhia das letras, 1991.

BORGES, Maria Eliza. *A pintura na 'capital do café' sua história e evolução no período da primeira República* – Franca: Unesp/Franca, 1999. (História Local, 10)

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud; Revisão Técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes - 4ºreimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1995. v. 5

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Tradução de Maria Manuela Galhardo - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

TUON, Liamar Izilda. *O cotidiano cultural em ribeirão Preto (1880-1920).* Dissertação (mestrado) FHDSS/Franca – São Paulo: Franca/Unesp, 1997.

PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora*: livro comemorativo do centenário da cidade. Ribeirão Preto: s.n., 1956.

SANTOS, Plínio dos Santos. *Ribeirão Preto histórico e para a história.* Ribeirão Preto: s/e, 1948.

VALADÃO, Valéria. *Memória arquitetônica em Ribeirão Preto.* Dissertação (mestrado) FHDSS/Franca – São Paulo: Franca/Unesp, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Construções históricas da expansão marítima: Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros.

Luciana Fontes Parzewski*

Resumo:Em meados do século XVI foram publicadas as primeiras narrativas portuguesas que se preocuparam exclusivamente com as viagens marítimas para o oriente. O trabalho versará sobre o modo como a *Crônica da Guiné* de Zurara, a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e a *Ásia* de João de Barros, textos fundadores da história contada pelos portugueses sobre a expansão, apreenderam a empresa. Assim trataremos das impressões que essas três narrativas, responsáveis pelos primeiros passos na divulgação das notícias sobre as viagens, trazem a respeito da predestinação dos portugueses, já que esses autores apelam, em vários momentos de suas narrativas, para os argumentos de predestinação como justificativa para a expansão e para as cenas nem sempre louváveis que a envolveram.
Palavras-chave: Crônica portuguesa, Oriente e Expansão

Abstract: At the end of the Sixteenth century, the first Portuguese narratives about the maritime travels to the East, were publicized. This thesis manages three narratives – Crônica da Guiné from Zurara, the História do descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses from Fernão Lopes and Ásia from João de Barros, founders of a History about the maritime expansion told by the Portuguese, intending to comprehend their concept over this issue. Thus the narratives impressions, responsible for the maritime travels first divulgations, constantly appealed to a Portuguese predestination as an accounting for the expansions and scenes, not always laudable, involving them.
Keywords: Portuguese chronicles, East and Expansion.

A historiografia quinhentista elaborada por portugueses é tomada como uma das responsáveis pelas primeiras divulgações da expansão para o Oriente. Por meio de seus escritos, esses historiadores auxiliaram na construção da idéia de que houve um grande impacto desse feito sobre a concepção de mundo dos homens do século XVI. Um ponto fundamental para o estudioso que se dedica à cronística quatrocentista e às narrativas históricas quinhentistas, foco deste trabalho, é interrogar aqueles próprios que escreveram acerca do gênero em que pretendem inserir e que inevitavelmente atualizam – em parte voluntariamente, em parte, não. Em geral, sua concepção de história é apresentada no prólogo dos textos, (GUENÉE, 1982, p.3) todavia, é conveniente destacar que aqui não importa pensar os limites e configurações do gênero com interesses formais, mas sim, indagar em que medida traduzem como um determinado grupo disse que percebeu o passado e desse modo ajudou a fixá-lo.

*Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP campus de Franca, sob orientação da Profª Drª Susani Silveira Lemos França.

No século XV, quando escreve Zurara, e nos séculos anteriores, em especial a partir do século XII, os textos cronísticos se pretendiam verdadeiros, ou seja, os textos históricos buscavam trazer a verdade sobre o passado, e tinham como função principal manter viva a memória do reino, além de servirem como exemplo, em especial aos reis, do que fora feito por seus antepassados e quais as melhores escolhas a serem tomadas. Crônica era sinônimo de história[1] e símbolo do saber medieval.

A *Crônica dos feitos de Guiné*, escrita por Zurara, foi, a propósito, o primeiro texto português que tentou fazer a história das conquistas ultramarinas portuguesas e, assim, dar a conhecer a outros povos o que tinham explorado os portugueses. Apesar de ter sido elaborada com o intuito de divulgar a empresa portuguesa ao exterior, não teve muito êxito, pois, em função da dificuldade que ainda se enfrentava no período para a reprodução dos escritos – ainda por meio de copistas –, não houve muito interesse na reprodução dos feitos heróicos ali descritos (ANDRADE, 1972, p.54-78).

Na *Crônica da Guiné*, fica evidenciada a idéia de que o que se escrevia nas crônicas era a verdade, ou melhor, o cronista deveria ter compromisso com a verdade, por isso, "entre os grandes cargos do historiador, principalmente devia ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não minguasse dela nenhuma coisa" (ZURARA, 1973, p.129). A função desses escritos era, à semelhança do "cuidado que os antigos houveram" (ZURARA, 1973, p.12), de escrever para garantir aos descendentes o conhecimento dos feitos passados e manter na memória os feitos portugueses. Assim, o principal objetivo do cronista era eternizar, por meio da escrita, os grandes feitos, para que não fossem esquecidos.

Fernão Lopes de Castanheda, com sua *História do descobrimento e conquista da Índia* e João de Barros com a *Ásia* são tidos como iniciadores de um movimento que se preocupou em tratar da empresa marítima, elaborando esses dois textos que são as primeiras obras significativas, desenvolvidas por portugueses, que trouxeram informações sobre a expansão marítima e que tiveram divulgação pela imprensa.[2] Outros autores contemporâneos, como Duarte Pacheco e Diogo do Couto – um pouco mais tarde –, também se dedicaram a tratar da presença portuguesa no oriente, mas não serão referenciados. O primeiro porque não teve seu texto impresso no século XVI e o segundo porque é um pouco posterior a Barros e Castanheda e foi responsável pela continuação da *Ásia* de Barros, já que Barros escreveu somente as quatro primeiras décadas. Além disso, o trabalho vai abarcar somente os autores considerados precursores da cronística que trata da expansão, deixando também por ora de

1 Nos primeiros séculos da Idade Média a história e a crônica eram gêneros distintos. A história tinha como ponto fundamental a narração, já a crônica priorizava a cronologia.
2 Ambos se consideram o primeiro autor a tratar da expansão marítima para o oriente.

lado a obra de Gaspar Correia.

Em muitos momentos, os textos de Castanheda, Barros e Zurara se aproximam, seja no empenho pedagógico, seja nos elogios e referências que os quinhentistas fazem à *Crônica de Guiné* e seu autor Zurara. O pioneirismo de Zurara é destacado por Barros, porque "não houve alguém que se entremetesse a ser primeiro nesse meu trabalho, somente Gomes Eanes de Zurara cronista mor destes reinos nas coisas do tempo do Infante D. Henrique" (BARROS, 1988, p.3) Barros enfatiza, assim, a importância do texto de Zurara como fonte de seu trabalho.

De modo geral, é possível apontar que a crônica tem não somente a função da divulgação dos feitos do reino, mas também a de servir, como exemplo, aos monarcas ((ANDRADE, 2001, p.55). Assim, para os príncipes "em especial foi feita a historia", porque com ela é possível ter contato com "a experiência de exemplos, que são muito mais do que um homem pode ver em sua vida por mais comprida que seja" (CASTANHEDA, 1924, p.3). A escrita é apresentada por ele, como se vê, como mais completa e pedagogicamente eficiente que a experiência da vida.

Outro lugar comum dessas três narrativas, e não só delas, mas de toda a cronística desenvolvida a partir de Fernão Lopes, primeiro cronista régio de Portugal, é que a história, além de memorialista, possuía também a função moralista, mostrando-se mais eficiente nesta função, segundo os cronistas quatrocentistas e também as narrativas quinhentistas, do que outros agentes moralizadores, porque ela atua como as "pessoas desapaixonadas, dando mais verdadeiros conselhos que os conselheiros vivos", pois estes estão sujeitos a afeições e parcialidades e "muitas vezes erram como humanos" (CASTANHEDA, 1924, p.4). A história, ao registrar os acontecimentos passados, deveria ser utilizada como exemplo para as ações futuras, ou seja, as narrativas serviam de exemplo a serem seguidos ou não de acordo com as benesses alcançadas pelos antepassados.[3]

Um outro ponto importante para Zurara e Castanheda o fato de ser o próprio escritor testemunha daquilo que narra dá credibilidade ao trabalho; o que os leva em alguns momentos a destacar que, dos acontecimentos narrados, são "certa testemunha" (ZURARA, 1973, p.297). O autor da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* destaca a importância de ver com os próprios olhos aquilo que vai narrar, para tanto, embarcou em direção ao Oriente, onde viu "os lugares em que se fizeram as coisas que havia de escrever para que fossem mais certas: porque muitos escritores fizeram grandes erros no

3 Essa idéia de história como fonte de exemplo está presente já na concepção que os Antigos apresentam para a história.

que escreveram por não saberem os lugares de que escreviam" (CASTANHEDA, 1924, p.5). O autor viajou para a Índia em 1528 com seu pai, onde recolheu o material que utilizou para escrever a crônica. O pressuposto por trás dessa busca de ouvir e ver em viagens era de que a vivência nos lugares visitados permitiria o distanciamento da "fábula" e a aproximação da verdade, ou seja, ser testemunha do acontecimento possibilitaria chegar ao que de fato ocorreu – tópico em vários autores dos séculos XV e XVI que remonta a Heródoto (DORÉ, 2002, p.3).

A Crônica de Guiné dá muita ênfase à figura do infante D. Henrique, ou seja, seu tema principal é o infante e suas descobertas marítimas. Deste modo, Zurara afirma no texto que a conquista de Ceuta foi um dos feitos com os quais "todos seus dias passou em grandíssimo trabalho, que por certo entre todas as nações dos homens, não se pode falar de algum que mais grandemente senhoriasse a si mesmo," enaltecendo desse modo a figura do infante(ZURARA, 1973, p.22). Isso porque diferentemente de Castanheda e Barros, o texto de Zurara tem um maior peso biográfico. Castanheda e Barros empenham-se em tratar de um grande feito português: a presença portuguesa no Oriente. Este é um ponto fundamental que os diferencia da cronística quatrocentista do descobrimento, cujo único exemplar mais célebre é a *Crônica da Guiné*.

É importante ressaltar que, menos do que falar das diferenças entre a cronística oficial quatrocentista, representada pelo texto de Zurara, e a produção histórica quinhentista sobre a expansão, acabou-se por tratar mais das aproximações que existem entre ambas, isso porque, para além das questões que dizem respeito à mudança de temática, não há estudos que reflitam diretamente e sistematicamente sobre essas diferenças. Ao contrário, a historiografia tende a incluir essa produção histórica portuguesa sobre as descobertas e conquistas lusas em um grupo maior, que definem como narrativas de viagem ou de expansão e que englobariam as mais diversas produções que tratam do tema.

O texto de Castanheda teve grande divulgação, sendo traduzido para o francês por Grouchy, em 1553. Em seguida, vieram as versões espanhola, em 1554, a italiana, um pouco depois, em 1578, e finalmente a inglesa, em 1582. A *Ásia* de Barros ganha somente uma versão em língua italiana no ano de 1562 (ANDRADE, 1972, p.69). Esses dois textos têm em comum o fato de tratarem do mesmo tema, qual seja, a presença portuguesa na Índia e serem considerados crônicas da expansão destinadas a um público curioso por notícias; razão pela qual importava que fossem impressos e alcançassem uma divulgação maior.

O fato de os dois autores apresentarem formações distintas em seus textos, sendo o de Barros considerado, sob o ponto de vista literário, superior ao de Castanheda, e de o

enfoque deste último em discussões filosóficas e teóricas ser bem menor se comparado a Barros, faz emergir a interrogação de se isso implica, necessariamente, em uma mudança de concepção em relação à expansão marítima. Em outras palavras, vale tratar da forma como os textos desses dois autores concebem a expansão e qual a diferença entre a divulgação de ambos e a divulgação da primeira crônica sobre o descobrimento (Zurara).

Para os autores, a expansão marítima foi um grande feito, que trouxe muitas glórias ao reino, em função, em grande parte, das qualidades de seu iniciador, o infante. Já nas narrativas de Zurara, ou melhor, na sua crônica de Guiné, a idéia de que os predicados da expansão estavam relacionados às muitas qualidades de D. Henrique, seu primeiro realizador, é muito forte, ou seja, as benesses desse evento estavam diretamente ligadas aos muitos predicados de seu agente (GODINHO, s/d., p.136). A figura do infante ganha, na crônica de Zurara e também na de Castanheda e Barros, importância determinante para o início e desenvolvimento da expansão marítima e exploração da costa africana.

Para Castanheda, Barros e Zurara a predestinação divina é importante, já que a expansão é um feito português que consideram dever muito à divina providência, porque "Nosso senhor, (...) por sua misericórdia, queria abrir as portas de tanta infidelidade e idolatria para salvação de tantas mil almas que o demônio no centro daquelas regiões e províncias bárbaras tinham cativas (...)." Assim, os portugueses surgem como os instrumentos para a efetivação da vontade divina. Essa é uma característica também presente no texto de Castanheda e no relato de Duarte Pacheco, que compreendem a influência da providência divina como fator preponderante no desenvolvimento das ações dos portugueses no oriente(AVELAR. 2003, p.148). Todos esses autores contemplam que a predestinação divina garantiu o sucesso das navegações. Esse é um ponto fundamental na narrativa de Barros e Castanheda, já que na percepção de ambos o

> *rei dom Manuel louvava a Deus, pois lhe provera ser ele o instrumento por quem quisera conceder um bem tão universal como era abrir as portas de outro novo mundo de infiéis, onde seu nome pode ser conhecido e louvado e as chagas de seu precioso filho Cristo Jesus recebidas por fé e batismo, para redenção de tantas mil almas como o demônio naquelas partes da infidelidade imperava (BARROS, 1988, p.169).*

E não só D. Manuel foi digno dessa inspiração, mas ainda, nos primórdios da expansão,

> *[...] parece que por inspiração divina começou o infante Dom Henrique este descobrimento por mar que outro nenhum príncipe da Europa que eram senhores de muito maior estado que ele, porque dele herdassem os reis de Portugal que foram dali por diante este descobrimento principalmente o ilustríssimo rei dom*

> *Manuel, para quem a divina providência tinha guardado o feito dele que era a Índia (CASTANHEDA, 1924, p.71).*

Assim, é possível perceber que, para os três autores, as dádivas da expansão são também fruto de inspiração divina e o infante sai à frente, porque foi ele que iniciou o movimento, tendo sido seguido por D. Manuel. São, assim, ambos abençoados pelo auxílio divino em suas decisões, idéia de predestinação que é fundamental e reger a concepção que esses autores apresentam da expansão portuguesa.

A despeito das semelhanças entre o cronista quatrocentista e os quinhentistas, há uma diferença fundamental entre a crônica de Zurara e as de Barros e Castanheda, no que concerne ao objetivo da expansão: sua função comercial, ou seja, a idéia de que o comércio com essas novas terras era o objetivo central da expansão ganha muito mais peso no século XVI. Para Castanheda e Barros, D. Manuel deu prosseguimento ao projeto de expansão e chegou da Índia por via marítima justamente porque se, já com a costa da Etiópia, o reino vinha adquirindo "novos títulos, novos proveitos e renda", poder-se-ia esperar mais com o prosseguimento do descobrimento, como, por exemplo, "aquelas orientais riquezas tão celebradas dos antigos escritores, parte das quais por comércio tem feito tamanhas potências como são Veneza, Genova, Florença e outras muitas grandes comunidades de Itália" (BARROS, 1988, p.123). O comércio com o Oriente foi fundamental no século XVI e mudou a estrutura econômica do reino, que antes era essencialmente agrícola e, a partir desse período, passa a depender do ouro e das especiarias, responsáveis pela metade da receita de Portugal (GODINHO, 1981, v.I, p.49).

Para tanto, era essencial que fizessem um bom contato com essas novas gentes, para o desenvolvimento do já referido comércio com essas novas paragens. Por isso, as embarcações oficiais levavam negros bem vestidos e com "mostra de prata, ouro e especiarias", que eram deixados pela costa para que, ao chegarem ao seu povoado, "pudessem notificar de uns a outros a grandeza do (...) reino [de Portugal] e as coisas que nele havia" (BARROS, 1924, p.125.). Acreditava-se que essa demonstração da grandeza do reino facilitaria o descobrimento da Índia.

De qualquer modo, em Castanheda e Barros a expansão está diretamente ligada à questão do comércio, principalmente se compararmos com a Crônica de Guiné, na qual a possibilidade de comércio nas novas terras é até levantada, mas não como objetivo primordial do infante navegador. Zurara chega a subestimar a idéia de fazer comércio no final de seu texto, quando diz que tem a intenção de fazer "outro livro que chegue até o fim dos feitos do Infante, ainda que as coisas seguintes não [tenham sido] tratadas com tanto trabalho e

fortaleza como as passadas", ou seja, esse novo período foi marcado "mais por tratos e avenças de mercadoria que por fortaleza nem trabalho das armas" (ZURARA, 1973, p.406).

Castanheda e Barros, como já foi apontado, atribuíram as navegações ao auxílio dos desígnios divinos, além disso, ambos apresentam a missão evangelizadora como um dos objetivos das viagens lusitanas, mas essa idéia está mais presente no texto de Zurara (AMADO, 2001, p.415). Nas narrativas quinhentistas, a questão do comércio acaba por se sobrepor à anterior. Em se tratando, contudo, da *História do descobrimento e conquista da Índia*, é importante assinalar que a versão utilizada, neste trabalho, para pensar essas primeiras questões, foi a edição de 1554, que, porém, não é a primeira edição do *Livro I*. Castanheda havia editado, em 1551, uma primeira versão, na qual, pelo que foi possível apurar, não dá tanta ênfase no referido aspecto da predestinação divina, que depois se tornaria tão fundamental. Dessa forma, será importante uma comparação entre esses dois textos para percebermos quais as diferenças entre um e outro no que diz respeito à idéia do que foi o descobrimento dessa nova rota marítima e qual o papel da predestinação nessa trajetória dos portugueses.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500*: Quarenta Documentos. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Unb, 2001.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo.* Panorama da Difusão pela Europa de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses. 2.v., Lisboa: JIU, 1972.

AVELAR. Ana Paula M. *Visões do Oriente.* Formas de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Colibri, 2003, p.148.

BARROS, João de. *Ásia*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1988.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924.

DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200004>>.

GODINHO Vitorino Magalhães *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Glala, s/d.

GUENÉE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In:_____(org.). *La chronique et l'historie au Moyen Age.* Colloque dês 24 at 25 mai 1982.

MATTOSO, José (dir. e coord.). *História de Portugal***.** A Monarquia Feudal, v.III. Lisboa:

Editorial Estampa, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Eleições, mobilização popular e espaço urbano no Império (1840-1880).

Suzana Cavani Rosas *

Resumo: Na segunda metade do século XIX, o espaço urbano das capitais do Império, principalmente nos períodos eleitorais, comportava diversas práticas e formas de sociabilidade política que já distavam daquelas próprias do interior do país. No Recife não foi diferente, utilizando os partidos os comícios de rua e outros tipos de modernidade política para conquistar a adesão até das classes populares. Dessas estratégias eleitorais urbanas é que versa este trabalho.
Palavras-chave: eleição, Império, espaço urbano.

Abstract: In the second half of the nineteenth century the urban space of the capital cities of the Empire, especially during electoral periods, **r**eve*a*led diverse practices and forms of sociability which differed from those of the interior of the county. Recife was no exception. Political parties utilized street rallies and other forms of modern political practices to win the support of various groups including the popular classes. These urban electoral strategies constitute the object of this communication.
Keywords: election, Empire, urban space.

"O votante das freguesias urbanas é muito diferente do das rurais. É mais repugnante, venal e corrompido nas primeiras; mais dependente e lastimável nestas (Souza: 1979: 34)." Essa avaliação de uma das maiores autoridades sobre eleições no Império e membro do partido conservador denota uma percepção bem distinta de parte do eleitorado brasileiro na segunda metade do século XIX. Embora apresente o *votante* rural e o urbano de modo negativo, o segundo, indiscutivelmente, é apontado como o que de pior existe em matéria de cidadão aos olhos do observador em todas as suas considerações.

Passando dos liberais para os conservadores, distinções entre o eleitorado do campo e o das cidades também podem ser observadas na forma como aqueles pensaram a introdução das eleições diretas no país. Para os liberais, tal inovação devia ser restrita, inicialmente, apenas às grandes cidades do Império. Porém, ao contrário dos conservadores, sua proposta gradualista de mudança no sistema eleitoral, ao contemplar os habitantes das cidades com o voto direto, revelava uma avaliação mais positiva desses eleitores frente aos do campo, por estes acharem-se prisioneiros do mandonismo dos grandes proprietários rurais.

* Doutora e Profa. do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este trabalho trata das peculiaridades e vivências políticas do eleitorado das grandes cidades do Império, particularmente do engrossado pelas classes populares, visto e avaliado de formas tão diversas pelos seus contemporâneos.

Porém, antes de avançarmos na questão do eleitorado urbano, fazem-se necessárias algumas considerações sobre o sistema eleitoral e a cidadania do Império, assim como a respeito do centro urbano objeto deste estudo, o Recife.

O sistema eleitoral no Império era indireto ou em dois graus, ficando a participação do cidadão, em todo o processo eleitoral, dependendo de sua renda anual. Um corpo eleitoral maior, identificado como dos votantes, escolhia os *eleitores,* e a um menor, constituído destes, cabia a responsabilidade de eleger os deputados e senadores. Até o final do Império o voto permaneceu sendo censitário. Já o sistema eleitoral, indireto e em dois turnos, foi abolido em 1881. As mulheres não votavam, nem os não-cidadãos, os escravos e os estrangeiros. Quem pretendesse candidatar-se, precisava também possuir um determinado nível de renda que, a depender do cargo, podia ser igual ou superior ao censo especificado para os eleitores.

Apesar desses limites, não eram poucos, para o padrão da época, os *votantes* do país até 1881, embora fosse ínfimo o número dos *eleitores* (CARVALHO, 2000:43). No Recife, em 1856, por exemplo, na Freguesia da Boa Vista, havia 166 votantes para apenas 36 eleitores (Diário de Pernambuco, 16/10/1856: 1). Essa presença popular significativa nas listas de qualificados tinha duas explicações. O valor exíguo da renda prevista para alguém votar era uma delas. Além disso, como a legislação demorou bastante a exigir da população documentação comprobatória de sua renda, dependendo do seu apadrinhamento político, muita gente sem eira nem beira terminava qualificada. Com o advento das eleições diretas, em 1881, o corpo eleitoral, ao invés de ampliar-se, sofreu uma drástica redução de 10% para 1%. Na verdade, ele encolheu devido à proibição do voto dos analfabetos e às rigorosas exigências de comprovação da renda impostas ao eleitorado.

Porém, devem-se ponderar os dados de qualquer qualificação eleitoral, porque nem todo cidadão registrado conseguiria realmente votar. Analisando esse problema, um chefe de polícia de Pernambuco chegou a estimar que, no município do Recife, em 1840, dos 6.610 qualificados, cerca de 1.270 não compareceram às urnas (FIGUEIRA DE MELO, 1979: 198). A intimidação e o constrangimento do eleitorado na hora de votar explicavam, na maior parte dos casos, essa notória diferença, fosse no espaço urbano, fosse no rural. Assim, muita gente votava, mas não com liberdade.

Quanto às grandes cidades do Império, necessário se faz, inicialmente, ponderar o seu próprio nível de urbanização no período em tela, o Segundo Reinado. O caso do Recife é exemplar para tratarmos essa questão. Falar de voto propriamente urbano é relativo, porque muitas freguesias nos arrabaldes da cidade exibiam uma paisagem bem rural, caracterizada pela presença de engenhos, mesmo na segunda metade do século XIX. A freguesia da Várzea mesmo contava, em 1871 ,com cerca de 15 engenhos, Afogados com 11 e Poço da Panela com 1. A urbanização dessas áreas, aliás, guardaria muita relação com a chegada das concessionárias dos bondes puxados a burros e a vapor , entre as décadas de 1860-1880 (ZAIDAN, 1999: 41).

Apesar disso, o Recife, em meados do século XIX, era um grande centro urbano marcado por um intenso fluxo mercantil. Por sua vez, em meados do século, a política implementada pelo governo conservador do Barão da Boa Vista havia propiciado uma rápida urbanização e modernização da velha cidade escravista. Iluminação a gás, água enganada, transporte ferroviário urbano, teatros, passeios públicos iam mudando o perfil da velha cidade colonial e dando ares "civilizados" e "modernos" à capital. Sua população, por outro lado, não parava de aumentar e estender as suas fronteiras urbanas. De 60 mil, em 1850, o Recife passara para 100 mil habitantes na década de 1870, chegando a 150 mil no final do século(CARVALHO e MAIA, 1999: 72-100).

Mas os problemas da capital também se avolumavam. Carestia e carências de gêneros alimentares, falta de emprego, mendicância e criminalidade estavam entre as muitas queixas e reclamos de seus habitantes. Em termos de trabalho, havia muita gente livre no Recife sem ocupação por conta da escravidão e do emprego de portugueses nas atividades de comércio de pequeno porte ou a retalho. Além de a cidade receber, sem ter onde empregar, levas de retirantes vindos do interior e de ficar sujeita a tensões sociais da população desafortunada e marginalizada. Para enfrentar todos estes problemas, um outro símbolo da modernidade erigiu-se no Recife, por iniciativa governamental: a Casa de Detenção. Diante desse cenário social urbano, controlar e dirigir os populares em dias de eleições exigia das elites econômicas e políticas múltiplas e criativas estratégias de ação.

No Recife, como em outras capitais do Império, o eleitorado precisava ser arregimentado por diversos outros meios além da coerção ou do cabresto. Embora o clientelismo estivesse bem presente também ali, não se pode reduzir o ato de votar apenas a isso. Alguns indícios acenam noutra direção. Primeiramente, a transformação do voto em mercadoria parece indicar certa autonomia política do cidadão da capital da Província e seus arredores. Por outro lado, os *meetings* de rua, freqüentes no Recife na proximidade e durante

as eleições, desde os tempos da Praieira, sugerem a necessidade de convencimento e conquista do eleitorado pelas facções em luta no espaço público.

Esse tipo de mobilização social, a rigor, não estava restrito às eleições, pois até para protestar contra a carestia de alimentos os *meetings* se organizavam, conforme se vê da convocação estampada no Diário de Pernambuco, em 1881, convidando a população para uma dessas reuniões no Largo de Santa Amaro, para tratar da questão da carestia da carne verde.

Mas, se os *meetings* tinham diversos fins, segundo o deputado Urbano Sabino informa, foi no período da eleição senatorial de 1847 que eles se intensificaram no Recife . Por iniciativa dos conservadores e, depois, dos próprios liberais, os quais se viram "na necessidade de falar também ao povo" (MELO, 1978:41). Naquela ocasião agitadíssima, que ainda vivenciou um pleito para a Câmara dos Deputados falar nas ruas tornou-se uma necessidade para liberais e conservadores.

De fato, nas páginas do Diário Novo são notórias as referências aos *mentings* patrocinados pelos conservadores no Recife, naquele ano, quando eles não contavam com a máquina governamental para eleger seus candidatos. Mas os conservadores retrucavam dizendo que tal prática remontava ao tempo em que a Oposição não era ainda governo. Mas seja lá quem os tenha introduzido na cidade, uma coisa era certa: eles fizeram sucesso. Os *meetings* do Recife, contudo, não ocorriam necessariamente nas ruas, às vezes aconteciam em espaços híbridos, meio privados e meio públicos, como no caso dos teatros da cidade. Dos *meetings de rua* propriamente ditos, dizia a imprensa liberal e governista, em 1847, na época das eleições primárias: "Vemos os homens do partido *guabiru*(...) ousarem se apresentar ao público, para dirigir a palavra ao povo com o sinistro intento de iludi-los (DIÁRIO NOVO,19/08/1847:1)".

Verdadeiros comícios, os meetings aconteciam inclusive em um bairro sinônimo do popular ao longo de todo o século, o de São José. Ali, Joaquim Nabuco, na campanha eleitoral de 1884, discursaria contra a escravidão, dirigindo-se sempre aos que "vivem do trabalho" (NABUCO, 1980: 51).

Aliás, através dessa famosa campanha eleitoral de Nabuco, podemos contar com um mapeamento socioeconômico dos bairros do Recife, acompanhando o teor de cada um de seus discursos nos meetings de rua. Na Madalena, sua fala está endereçada aos moradores "do bairro da riqueza"; no Santo Antonio, mais especificamente aos comerciantes (NABUCO, 1980: 117- 132). Outros recursos não faltaram para mobilizar eleitoralmente a população menos abastada no Recife. Em 1847, um baile para os artífices, promovido pelo conservador

Sebastião do Rego Barros em sua casa, no Pátio de São Pedro, deu muito que falar entre os praieiros, os quais diziam estranhar ver o dono da festa e um dos seus parentes dançando com "aquelas que eles chamam cabrinhas e mulatinhas" (DIÁRIO NOVO, 18/09/1847: 1). Caminhadas pela cidade de políticos e lideranças partidárias também não faltavam na quadra eleitoral. No tempo das praieiras, por sua vez, os *meetings* liberais versavam sobre a nacionalização do comércio a retalho. Os dos conservadores, principalmente, criticavam o não cumprimento da principal promessa da campanha liberal e a proposta alternativa para ela.

No que toca aos artistas do Recife, duas chapas de eleitores, publicadas na imprensa, sugerem que esse grupo social tinha uma presença nada desprezível nas eleições da capital. Na lista do partido conservador, ele ocupa sete dos nomes da chapa e numa outra, ligada a Borges da Fonseca, 11. Se os artistas podiam destacar-se numa lista de eleitores, é de imaginar que na qualificação de votantes sua presença fosse bem mais constante e significativa (CAVALCANTI, 2001: 110). Na localidade de Fora das Portas, na região portuária do Recife, por exemplo, elementos populares despontam entre os nomes de alguns poucos votantes publicados na imprensa: carpinteiros, pescadores, sapateiros, pedreiros, ferreiros (O LIDADOR, 25.08.1847: 3).

Nem os acontecimentos da Praieira, principalmente os chamados "excessos" populares condenados pelos que os animavam, fossem liberais ou conservadores, detiveram os meetings do Recife, embora os dois partidos imperiais deles se afastassem. Quem folhear o jornal O Tribuno verá diversas convocações de Borges da Fonseca para essas reuniões populares, em 1866, justamente num ano eleitoral (O TRIBUNO, 1866 e 1867).

O apoio de alguns deputados e chefes partidários às raras entidades de trabalhadores na capital de Pernambuco talvez possa ser também interpretado como uma ação com objetivos eleitoreiros. Como ocorreu em 1860 a uma associação de artífices para a libertação de escravos. Em contrapartida, os trabalhadores do Recife também prestavam seu apoio a certas candidaturas. As de Joaquim Nabuco e de José Mariano mesmo receberam uma nota de adesão "de muitos artistas eleitores" (Diário de Pernambuco, 18/10/1884). Assim, *meetings*, passeatas ou mesmo a mercantilização do voto, tudo isso ligado a uma relativa possibilidade de autonomia de voto da população, inclusive a trabalhadora pobre livre, iam pontuando e diferenciando do cenário rural a história das eleições nas grandes cidades do Império.

A venda de voto também fez história nas ruas do Recife. E a revenda também acontecia. Essa última, quando ocorria, significava que alguém pagou por um voto que depois foi negociado com outro candidato. E traições desse tipo não faltavam em dias eleitorais.

Outra possível infidelidade curiosa, que os políticos sofriam na capital, relacionava-se às cédulas coloridas adotadas pelos partidos nas eleições primárias do Recife e, provavelmente, nas de outras capitais do Império.

Não cabia às autoridades eleitorais fornecerem as cédulas aos votantes até 1881, ficando, na prática, essa responsabilidade reservada ao partido e às pessoas influentes a eles ligadas. Dessa maneira, o voto livre ficava comprometido desde cedo, já que as pessoas recebiam suas cédulas preenchidas e fornecidas pelas parcialidades em luta, mesmo nas cidades. Mas, como as cédulas, nas eleições primárias, não eram assinadas pelo votante, a classe dominante ainda assim temia alguma traição na boca da urna por parte do eleitorado. Para solucionar o problema, especificamente no Recife, tornou-se hábito cada partido fornecer aos votantes cédulas com uma cor diferente da do seu adversário, conforme se noticiava na imprensa: "Fora melhor que os partidos respeitassem a intenção do legislador e não procurassem iludir o segredo do votante por meio de papéis de cores e de forma exterior, que indicam que voto neles se contém"(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/11/1856: 1).

Contudo, as cédulas entregues aos votantes já prontas, com a cor de cada partido estampada em seu invólucro, estavam longe de garantir a certeza do voto de quem as portava, em razão de, matreiramente, os votantes encontrarem uma forma de burlar esse artifício a mais a constrangê-los na hora de votar, logo se tornando comum aparecerem cédulas com uma cor interna diferente da externa. Por fora com a cor de um partido, por dentro com a do outro; por fora "liberais", por dentro "conservadoras" e vice-versa. Devido a isso, vez por outra, um partido que cantasse vitória a partir do colorido das cédulas depositadas na urna, acabava sofrendo uma grande decepção por ocasião da apuração dos votos. Em 1881, a prática das cédulas coloridas ou com qualquer marca ou risco, passou, afinal, a ser proibida por lei.

Porém, a emancipação dos votantes da teia do clientelismo não era uma operação fácil mesmo nas grandes cidades. A condição de funcionário público passível de demissão, a coerção dos inspetores de quarteirão, tudo fazia com que os habitantes do Recife, principalmente os menos abastados, penassem para votar sem o constrangimento de ninguém. Porém, a cultura política, em particular a dos meetings, tão presente na capital de Pernambuco e, certamente, em outras capitais do mesmo porte, sugere que a barganha do voto do eleitorado, nos grandes centros urbanos do Brasil, de meados ao final do século XIX, já trilhava caminhos bem diversos daqueles tradicionalmente dominantes no cenário rural.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *História da Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. e Clarissa Nunes MAIA. Recife, 1840-1880*: Políticas Públicas e Controle Social.* In Batista, Marta R. e Márcia E. de Campos Graf (Orgs.). **Cidadania Brasileira II. Políticas Urbanas e Dimensão Cultural.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1999. Pp. 72-88.

CAVALCANTI, Manuel Nunes**.** *Praieiros, Guabirus e a Populaça. As eleições gerais de 18844 no Recife.* Pós-Graduação em História da UFPE, dissertação de mestrado, Recife, 2001.

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio sobre a Estatística civil e política da província de Pernambuco.* Recife, Editora Universitária da UFPE, Recife, 1979.

MELO, Urbano Sabino de. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília: Senado Federal, 1978.

MOSHER, Jeffrey C.. *Pernambuco and the Construction of the Braszilian Nation-State, 1831-1850*, University of Florida at Gainesville, Tese de Ph.D., 1996.

NABUCO, Joaquim. *A Campanha Abolicionista*. Recife, Massangana, 1988.

SOUZA, Belizário de. Francisco Belizário Soares de Souza**.** *O Sistema Eleitoral no Império*: Brasília, Senado Federal/ UnB, 1979.

ZAIDAN, Noêmia Maria. *O Recife nos Trilhos dos Bondes de Burro (1871-1914).* Dissertação de mestrado, Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, Recife, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Análises do Código Civil: considerações sobre filiação e casamento na passagem à modernidade

Fabiana Cardoso Malha Rodrigues*

Resumo
Nesse artigo é nosso objetivo discutir as idéias que estavam presentes na passagem à modernidade no Brasil no campo jurídico sobre política de filiação e casamento nas disputas em torno da aprovação do Projeto de Código Civil, confrontando os debates em torno desse projeto, muito tencionados pelo discurso religioso.
Palavras-chave: idéais jurídicas, política de filiação e discurso religioso.

Abstract
In this paper we discuss the ideas that were present in the modernity in Brazil in the legal field concerning the filial politics and the disputes about the approval of the Project of Civil Code, collating the debates about this project, which are very influenced by the religious speech.
Keywords: juridical ideas, filial politics and religious speech.

Nesse trabalho é nosso objetivo discutir as idéias que estavam presentes na passagem à modernidade no Brasil no campo jurídico acerca da política de filiação e casamento nas disputas em torno da aprovação do Projeto de Código Civil, confrontando os debates em torno desse projeto muito tencionado pelo discurso religioso.

Usaremos o termo "condição jurídica dos filhos ilegítimos" para destacar nas discussões acerca do Projeto de Código Civil os conflitos morais, intelectuais e políticos que através dessa questão serão manifestados.

Dentro do conjunto de fontes trabalhado destacam-se os debates na Câmara dos Deputados acerca de questões específicas e emblemáticas para o final do século XIX, como o casamento civil e a separação Estado e Igreja, objetivando a discussão do Código Civil, bem como, a própria modernização jurídica do Brasil na passagem à modernidade.

Também fazem parte do conjunto de fontes desta pesquisa os debates no Senado Federal acerca da Constituição de 1891, o Parecer e a Réplica de autoria de Rui Barbosa, presidente da comissão especial do Senado para a discussão do projeto de Código Civil, tendo sido selecionadas as partes que guardam maior relação com o tema dessa pesquisa, a política de filiação. Além disso, o Código Civil comentado por Clóvis Bevilacqua, autor do projeto do Código Civil, tendo destaque a Parte Especial, Livro I que trata do direito de família, no

* Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense/CNPq.

entanto, neste momento nos concentramos no material relacionado aos debates na Câmara dos Deputados.

Notemos que no período imperial a participação do clero na política era oficial e ostensiva: o clero votava e era votado, participava diretamente na vida política parlamentar. Entre bispos e padres, 17 ocuparam cadeiras no Senado e mais de 200 passaram pela Câmara dos Deputados.

Com a República, esse quadro foi alterado, sendo o clero inelegível. O arcebispo eleito da Bahia, D. Macedo Costa, candidatou-se ao Senado, mas não foi eleito. Em função do zelo laicista presente na nossa Primeira República, de separação da Igreja e do Estado, houve a emergência de um laicato católico na arena política progressivamente.

Ao partirmos da análise dos debates na Câmara dos Deputados[1], destacamos, em princípio, os debates acerca do casamento civil. Notemos que a primeira intervenção que consta no já referido conjunto documental data de 1827.

Tal intervanção é a de D. Marcos Antônio de Sousa[2], nascido na Bahia em 1771, estudou no seminário arquiepiscopal do Salvador. Ordenado sacerdote, foi nomeado vigário da freguesia da Vitória, na mesma cidade. Participando com interesse dos problemas públicos, foi cedo nomeado secretário do Governo da Bahia. Em 1820, foi eleito deputado às Cortes de Lisboa. De volta ao Brasil foi eleito em 1826 deputado à 1ª legislatura da Assembléia Geral. "Ao lado de D. Romualdo, defendeu com denodo os interesses da Igreja" (Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Vol. 5, 1978, p. 328).

Em outubro de 1826, foi nomeado bispo do Maranhão, sendo sagrado no Rio de Janeiro, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Capela Imperial e Catedral. Só em 1830, pôde assumir pessoalmente o governo de sua diocese. Pertenceu ao Conselho de S. M. o imperador, foi comendador da Ordem de Cristo e dignitário da Ordem Rosa. Em sua diocese, foi eleito várias vezes deputado à Assembléia provincial. Faleceu no Maranhão, em 1842.

São inúmeras as intervenções de D. Marcos Antônio de Sousa que datam dos anos de 1826 até os anos de 1845. Essa intervenção referida que data de 1827 tem um papel especial, pois, diante do conjunto documental que tal fonte representa, os debates na Câmara

---

[1] Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. "O clero no parlamento brasileiro". Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Brabosa, 1978, volumes 1, 2, 3, 4 e 5.
Tal publicação do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa em convênio com a Câmara dos Deputados, aborda a atuação do clero no parlamento brasileiro, incluindo os debates da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 1823. O plano da pesquisa foi organizado pelo Padre Fernando Bastos de Ávila e contou com a orientação e colaboração do Professor Américo Jacobina Lacombe.

[2] Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. "O clero no parlamento brasileiro." Vol. 2, op. cit., p. 323.

dos Deputados, ela representa simplesmente a primeira intervenção na qual o casamento civil é considerado.

Nessa sua intervenção D. Marcos Antônio de Sousa defende a "lei eclesiástica" afirmando que esta "deve servir de regra e norma nos juízos". Também afirma que:

> *"A nação brasileira reconhece pela sua Constituição ser esta religião do Estado e, por conseqüência, todas as suas leis existentes referentes à matéria o Estado as não pode derrogar, porque não é da competência do seu poder temporal e legislativo." (Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Vol. 2, 1978, p. 323).*

Notemos que a rearfirmação da religião católica como religião do Estado aqui presente será mais freqüente ainda na segunda metado do século XIX, tendo em vista o debate em torno da separação do estado e Igreja no Brasil por um lado, e por outro lado, o próprio debate acerca dos possíveis avanços na legislação no que diz respeito à legislação civil.

O argumento em torno do uso da religião juntamente com as leis para a manutenção da família como forma de "manter a tranqüilidade" também é, nas palavras de D. Marcos Antônio de Sousa, colocado, mas também reflete um dos argumentos existentes a favor da manutenção dos poderes temporais e espirituais.

Dessa maneira, o casamento civil aqui é visto como facilitador de possíveis uniões consideradas nulas, aqui correspondente às uniões contraídas fora da Igreja católica, estando somente regulamentadas pela lei do registro civil do casamento. Assim, a questão do casamento civil tornou-se campo de disputa durante os anos oitocentos para o poder político e o religioso.

No período que data a intervenção de D. Marcos Antônio de Sousa, não havia casamento civil. Ao casamento religioso estavam vinculadas todas as conseqüências civis do matrimônio, que caíam sob a competência da autoridade civil.

Nessa mesma sessão onde o D. Marcos Antônio de Sousa de pronunciou datada de 27 de agosto de 1827, também o Padre José Custódio Dias, em seguida, defendeu a existência do matrimônio como sacramento, mas admitiu a necessidade de se pensar a partir do poder temporal, as implicações do ato civil tomado, a partir de uma perspectiva que vê na separação dos poderes um caminho possível a ser seguido. Em suas palavras afirma:

> *"Sustento que pode existir o matrimônio como sacramento, obtendo no temporal os frutos compatíveis com as leis civis, independente de quanto é espiritual." (Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Vol. 2, 1978, p. 324).*

O Padre José Custódio Dias, nascido no povoado de Nazaré, em Minas Gerais, no ano de 1767, "um dos mais ilustres representates do clero liberal mineiro" (Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Vol. 5, 1978, p. 304), nas

palavras usadas para comporem a sua biografia nos volumes consultados, fez parte da deputação eleita para as Cortes de Lisboa, mas não chegou a partir. Foi deputado à Assembléia Constituinte de 1823 e reeleito para a Assembléia Geral nas 1ª, 2ª e 3ª legislaturas.

Em 1835 foi nomeado para o Senado, onde porém teve breve atuação, recolhendo-se para Alfenas, em Minas Gerais, onde veio a falecer em 1838.

Não entraremos aqui em uma maior consideração a respeito da atuação do Padre José Custódio Dias, no entanto, é instigante para nós pensarmos na possibilidade de sua breve atuação no Senado ter sido provocada em função do seu posicionamento mais liberal, num momento importante para a organização eclesiástica, quando seu poder estava sendo limitado diante da possibilidade de modernização legal.

A questão do casamento civil foi intensamente debatida na Câmara, desde a segunda metade do século, sendo que a partir de 1875, a discussão se torna mais acalorada. Diante da necessidade de se conceder aos imigrantes acatólicos direitos civis iguais aos dos católicos essa questão se tornou assunto da ordem do dia. No entanto, queremos aqui marcar que tal argumento, apesar de muito usado, para nós, torna-se insuficiente.

Concebemos as discussões acerca da necessidade do casamento civil dentro de um quadro muito mais amplo de modernização do Estado com o crescente rompimento tanto com a ordem monárquica, quanto com a ordem clerical.

Em vista disso, o argumento da imigração dentro de um quadro de abolição do trabalho servil e incremento da mão-de-obra assalariada parece que vem se juntar como mais um argumento a ser usado na busca pela separação da Igreja e Estado.

O deputado Joaquim Nabuco, discursando na Câmara sobre liberdade religiosa, a 16 de julho de 1880, diz não compreender como um país progressista e livre "toda a imensa força decorrente do poder de autorizar e impedir os casamentos" estivesse "nas mãos do poder clerical, de modo que todas as questões relativas à constituição da família dependessem de tribunais eclesiásticos" (Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Vol. 5, 1978, p. 41).

O primeiro projeto-de-lei instituindo o casamento civil foi apresentado à Câmara em 1884, tendo as discussões em torno do assunto tomado grande parte do tempo do plenário. A reforma, no entanto, só viria após a queda da monarquia, em 1890, durante o Governo provisório.

Sobre a questão dos casamentos mistos a primeira intervenção data de 22 de agosto de 1846 e é proferida pelo Padre José Antônio Marinho[3]. Nessa intervenção, o Padre considera a existência da religião católica como religião do Estado frente ao crescimento de religiões protestantes e reivindica para aquela medidas para o seu fortalecimento. Em suas palavras coloca que "Não receio de ser acusado de intolerante e ultramontano." (Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Vol. 4, 1978, p. 287). Numa referência que, funcionando como indício, parece na época já ser comum tal acusação na Câmara. Adiante fala do desejo de uma "boa colonização, em um país ordeiro" a partir somente da possilidade de fazer do povo brasileiro, povo católico apostólico romano.

O Padre José Antônio Marinho nasceu em 1803, em Porto Salgado, na Província de Minas Gerais. Filho de uma humilde família de lavradores, para ajudar seus pais, pequeno ainda, empregou-se numa companhia de saltimbancos. Muito mais tarde, já na Câmara dos Deputados, o fato seria relembrado num impiedoso aparte de um deputado conservador. Um protetor da família encaminhou-o ao Recife com carta de recomendação ao bispo diocesano, D. Frei Antônio de São José Bastos. Adolescente ainda, com 14 anos, comprometeu-se com a revolução de 1827, quando nasceu sua decidida vocação liberal. Sua conduta porém desagradou ao prelado. Voltou a sua província natal, atravessando sem recursos o imenso sertão. Acolhido por seu primeiro protetor, foi matriculado por este no Colégio do Caraça, dirigido pelos padres lazaristas, em cuja defesa tomaria a palavra mais tarde na Câmara dos Deputados.

Consta que uma paixão não correspondida o teria levado a abraçar a carreira clerical, recebendo a ordenação sacerdotal em 1829. Destacou-se logo como professor de filosofia em Ouro Preto e São João d'El Rei, dominando o latim, o grego, o francês e o inglês. Cedo entrou para as lides jornalísticas, fundando em 1833, em Ouro Preto, *O Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Fundou um colégio para educação de meninos, a que deu o nome de Colégio Marinho. Filiou-se ao partido liberal pelo qual foi deputado provincial e, em 1842, já participava da Assembléia Geral, quando a Câmara foi dissolvida.

Envolveu-se no movimento da revolução liberal de 1842. Com a volta dos liberais, é reeleito em 1845 para a 6ª legislatura como deputado à Assembléia Geral. Cônego honorário e pregador da capela Imperial, camarista secreto de Pio IX, monsenhor, comendador da Ordem de Cristo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Morreu no Rio de Janeiro em 1853.

---

[3] Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. "O clero no parlamento brasileiro." Vol. 4, op. cit., p. 284.

É importante aqui considerar que a Câmara prussiana votara uma resolução proibindo a emigração para o Brasil, enquanto o Brasil não se sujeitasse a aceitar certas exigências. Entre estas, a primeira era a decretação de uma lei que considere como legais os casamentos entre protestantes e católicos e entre os protestantes somente, deixando de ser considerados, como até então concubinatos.

Os debates na Câmara dos Deputados, tendo a participação direta do clero, estende-se por inúmeras outras temáticas. Destacamos aqui as relacionadas ao tema casamento, casamento civil e casamentos mistos, no entanto, elas compreendem ainda os debates acerca da codificação, dos escravos, das Faculdades de Direito, da família, de herança, da imigração, das mulheres, dos órfãos, da sucessão, entre outros tantos.

Com todos esses pontos por nós analisados pretendemos ter demonstrado o quanto algumas idéias já vinham ecoando, anteriormente mesmo à discussão do Código Civil de 1916, datando ainda do tempo do Império.

Tivemos também como objetivo nesse trabalho discutir as idéias que estavam presentes na passagem à modernidade no Brasil no campo jurídico acerca da política de filiação e as disputas em torno da aprovação do Projeto de Código Civil.

Nesse sentido, ficou evidente que são as questões relativas tanto ao casamento civil quanto à separação da Igreja e do Estado, esta cobrindo também a primeira indicada, durante o processo de construção do governo republicano, que se encontravam na ordem do dia cabendo análises acerca de o quanto tais idéias carregavam em si ideais e disputas exteriores à sua própria expressão literal.

Bibliografia:

BARBOSA, Rui. *Parecer sobre a redacção do Projecto da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

_____. *Réplica às defesas da redacção do Projecto da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

Brasil. *Leis, decretos, etc. Código Civil*. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, comentado por Clovis Bevilaqua. Edição histórica. Rio de Janeiro, Ed. Rio, 1976, vols. I e II.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. "O clero no parlamento brasileiro". Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Brabosa, 1978, volumes 1, 2, 3, 4 e 5.

Brasil. Congresso. Senado Federal. "O Clero no Parlamento Brasileiro: a Igreja e o Estado na Constituição (1891)". Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Brabosa; Centro João XXIII; IBRADES, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História, modernismo e anacronismo na poética de meyer filho

Rosângela Miranda Cherem

Resumo: A produção plástica de Meyer Filho (1919-1991) constitui-se num território propício para pensar uma história da arte menos através de um campo cronológico-evolutivo e mais como etiologia, ou seja, considerando as questões que retornam pelo recalque do olhar. Assim, cabe considerar como se operam as referências modernistas e, ao mesmo tempo, como sobrevive o paradoxo da arte que se opõe ao tempo, tornando-se resíduo e rastro de outras temporalidades e tradições. Este procedimento torna-se particularmente interessante para obras inseridas num circuito periférico e que não pertencem ao repertório canônico mas podem ser abordadas pelo seu caráter de recorrência e sobrevivência, através de um pensamento que se aproxima do pensamento plástico pelos recursos intempestivos e anacrônicos.
Palavras-chave:modernismo, anacronismo, obra de arte.

Abstract: The artistic production of Meyer Filho (1919 - 1991) seems to be a perfect space to think an art history less through an evolutive-chronological field and more like etiology, that is to say, regarding the questions that return by the eye. Therefore, it is worth considering how operate modernists references and, at the same time, becoming residual and trace of other temporality and traditions. This procedure becomes specially interesting to the work of art inserted in a peripheral circuit and which does not belong to the canonical repertory, but can be approached for its appealing and survival character, through a thought that approaches the plastic thought for anachronic and out of time resources.

Keywords: modernism,anachronism, work of art.

1-Travessias de um leitor bem particular: Os desenhos e as pinturas de Meyer Filho (1919-1991) oferecem diversas questões para pensar a imagem e sua relação com a História, a Teoria e a Crítica da Arte. O conjunto de seu trabalho permite reconhecer algumas das inquietações que aparecem no pensamento plástico deste que é, por certo, um dos mais singulares modernistas que viveram em Florianópolis. Perseguindo uma diferença que não encontra similar no circuito dos artistas plásticos, nem na Ilha-capital onde viveu sua vida adulta, nem nos poucos interlocutores que encontrou no eixo Rio- São Paulo, suas imagens remetem a um lugar onde tudo é pleno e todas as espécies se cruzam na via de um erotismo que desconhece proibições. Seguindo na contra-mão do realismo, nelas vigora uma potência imaginativa que se multiplica incessantemente e cuja geração de seres híbridos resulta em invenções surpreendentes e inversões perversas, produzindo uma fabulosa coleção de vidas rastejantes, voadoras e andantes, resultante de combinações entre os reinos animal, vegetal e

mineral e/ ou compostos orgânicos e inorgânicos, tais como sereios, anjas, centauros, dragões, unicórnios, rochas antropomórficas, tatus-lagartos, veados-bois, pássaros-borboletas.

A partir das incursões feitas pelas enciclopédias artísticas e compêndios científicos de sua biblioteca, Meyer Filho inventa novas taxionomias, originárias da botânica e da zoologia, da agricultura e da astronomia, da história da arte e da mineralogia. Todavia, o acesso a esse vasto repertório imagético parece ter sido muito mais no sentido de contaminar do que se submeter ao mesmo. Desdobramento de consultas aquele arsenal, seus espaços alucinados e suas figuras desproporcionadas e jocosas constituem-se como refúgio e construção de lugares. Assim, nem as rupturas vanguardistas nem a sujeição às demandas dos catálogos ou manuais, mas leituras replicantes, travessias para o outro lado da fronteira do mundo, atração pelos alhures e esquecimento das misérias de seu meio.

Registrando espécies e variedades diferentes das encontradas tanto no macro como no microcosmos opera através de cortes e desmontes, acabando por produzir novas sínteses e composições, formas e conteúdos. Recorrendo a procedimentos a que se poderia chamar de delirantes e intempestivos cruza diferentes heranças disciplinares e tradições artísticas, enquanto toma para si a tarefa do fazedor de sonho-sonhador, posto que o sonho não é um objeto semelhante a qualquer outro e nem serve apenas para designar o objeto de interpretação, mas também guarda a posição do intérprete-criador do mundo. Nos seus consentimentos poéticos, sobrevivência póstuma dos delírios da criança, a Terra se conecta com Marte e o passado com o futuro através dos surtos líricos e desmedidas carnavalescas. Concebendo a arte em sua articulação planetária e como ponto luminoso que ocupa seu lugar no universo, em seus trabalhos comparece um bestiário antropo-zoomórfico, cujo parentesco remete ao antigo oriente e ao mundo medieval, à mitologia dos viajantes e às experimentações científicas

Para além da interlocução com os estudos antropológicos e locais, em particular o imaginário ilhéu e a cultura popular, as lendas e as crendices ou das leituras provenientes dos meios de comunicação e relativas às experiências atômicas e à conquista espacial, aos conhecimentos derivados do microscópio eletrônico e dos satélites, impossível ignorar a frontalidade egípcia recombinada anacronicamente com a gramática surrealista, o psicodelismo casado com a arte-pop. Igualmente, só por descuido ou ignorância se poderia evitar a relação dos trabalhos de Meyer Filho com os gabinetes de curiosidades e as coleções, as quais desde o renascimento se constituíam numa espécie de relicário profano e cujos critérios constelares e operações obsessivas faziam fluir estranhas classificações e combinações entre *naturalias* e *artificialias.* Prefigurações da natureza inventada pela relação

entre ciência e arte na contemporaneidade, seus corpos perturbadores e com elevada dose de ambiguidade despontam como reproduções desordenadas e/ ou como máquinas esplendorosas, aberrações maravilhosas da engenharia genética e/ ou da arquitetura ecológica.

Todavia, antes de prosseguir a leitura dos trabalhos deste desenhista e pintor, convém explicitar melhor o distanciamento proposital de certas abordagens, evitando tanto os percalços da clave vida e obra, como as considerações meramente formalistas que se perdem no interior da obra; tanto as análises que diluem a linguagem poética num contexto e silenciam seus termos próprios e irrepetíveis; como a prevalência dos catálogos e manuais positivistas ou historicistas que se sucedem nos rótulos de escolas e estilos. Recusando submissão ao varal cronológico, posto que a concordância eucrônica resulta na pobreza do pensamento, observa-se que numa obra de arte há mais memória que história , sendo para aí que inside a potência das constantes releituras e recombinações entre diferentes temporalidades. Então, se a teoria e a crítica de arte surgem pelos contornos da sensibilidade ficcional, acaso não seria esta a operação delirante que liga a obra, quer ao que a concebeu, quer ao que com ela se depara, constituindo-se num encontro que reposiciona e inverte o lugar tanto daquele que olha como daquele que é olhado?

2- Recursos do delírio: Considerando a problemática do mundo como criação convulsa e transgressiva, tal como pensada pelas vanguardas do início do século XX, pode-se lembrar que, distante dos conceitos idealistas e humanistas, na passagem dos anos 20-30 Giacometti buscou um modo de pensar o mundo tribal e as fontes primitivas para além das considerações meramente formais. Assinalando o desejo de mutilar o suporte aproximou-se dos conceitos de *altus* e *sacer,* presentes também na noção de alto-baixo, sagrado-profano e violação-criação. Conforme lembra a historiadora e crítica de arte Rosalind Krauss, desdobrada como *alteração* e *ambivalência*, tal compreensão tanto interessava a Freud, como permitia aproximações com a noção batailleana de informe e acéfalo. Em sua leitura surrealista bastante singular, particularmente através de composições horizontais, tal como em *Cabeça-Paisagem,* aquele escultor iria dilacerar o corpo, enfatizando a baixeza e a desorientação, ao mesmo tempo em que o sacrifício e a destruição se reapresentam na arte como instância da criação .

Ainda na mesma década em que Giacometti problematizava a relação entre cabeça e paisagem, Roger Caillois escreveu sobre o perturbador fenômeno da *psicastenia.* Abordando a *homocronia* como o fenômeno em que a imagem retiniana é transposta para a pele através da ação automática produzida pela excitação luminosa nas células cromóforas, o

que por sua vez resulta na produção de similitude de certos animais com o outro e com o meio, procurou pensar sobre esta circunstância também conhecida como telefotografia, recusando-se a simplificá-la, quer pela explicação finalista da religião quer pelo mecanicismo científico .

Uma vez que restos de animal mimetizado podem ser encontrados nas vísceras do animal predador, tal fenômeno deveria ser considerado menos como uma defesa para fins de preservação e mais como um instinto de abandono, posto que o olho animal pode ser pensado como um veículo de fascinação que ultrapassa as soluções dadas tanto pelo acaso como pela adaptação. Ainda que sofisticada, a imitação não deixaria de ser uma armadilha e a distinção do organismo em relação ao meio estaria comprometida por um distúrbio da percepção espacial que poderia ser sintetizado pela afirmação s*ei onde estou, mas não me sinto no lugar onde me encontro* Nesta tendência à imobilidade e ao inorgânico o que se confirma é o dispêndio, existente tanto no conhecimento científico como na arte, cujos movimentos mais atraentes acabam por agir como força final, resultando numa espécie de uniformidade ou anulação que conduz ao inanimado.

Desse modo, enquanto para Giacometti a escultura moderna nasceu da desintegração do corpo, posto que a arte possuia vínculos sacrificiais com as práticas humanas mais remotas, para Caillois em sua atração inescapável pelo meio e o outro, o olho como dispositivo de sobrevivência se transformava em fatal armadilha. Em ambos os raciocínios elaborados em tempos de entre-guerras, pode-se reconhecer um território de investigações que colocam em xeque os conhecimentos fundados na certeza retiniana e nos preceitos da razão como instrumento de progresso e emancipação. Não à toa, neste mesmo período emerge o conceito formulado por Breton como *beleza convulsa,* relacionada à idéia de realidade configurada que torna aleatório o espaço divisório no interior da imagem.

Longe das linhas simples ou puras, aquela formulação está associada ao conceito freudiano de *alteração*, explorado por Bataille como perturbação e transformação de um estado em outro, resultando na corrosão dos significados e acolhendo tanto a turbulência como a heterogeneidade, a divergência como a involução. Rebaixando as coisas, a soberania das formas é dada pela decomposição e a putrefação, potencializando um tecido contínuo entre as coisas orgânicas e inorgânicas. Desdobramento destas situações de montagem, ao mesmo tempo criadoras e demolidoras, destacam-se as operações imaginativas regidas pelo virtuosismo jocoso e/ ou o cálculo com segundas intenções.

Por sua vez, se compreendida como um tipo de jogo, a *alteração* remete ao tempo infantil, ocorrência tanto de eventos festivos e oníricos como de séries polimórficas e

metamórficas, geradora de seres inesperados e coisas surpreendentes. Contudo, se podemos reconhecer a bizarria das formas de Meyer Filho como jogos de montagem saturados de imaginação lúdica, talvez seja porque nesta operação também somos apanhados em nossas reminiscências repletas de animismo e magia, perversidade inocente e prazer delirante.

3-A diferença que retorna no fundo da repetição: Se a arte é linguagem, é preciso lê-la nos seus próprios termos, é preciso que diante de um desenho ou tela possamos dizer: *sim, isto não é um galo, agora ele fez um outro ser mas ainda assim é um Meyer Filho!* Ou então: *sim, este é um galo de Meyer Filho, mas não é o mesmo que já vi anteriormente, pois nele reconheço elementos recombinados e alterados!* Eis o desafio de encontrar na obra de arte a singularidade que lhe é própria, ou seja, o elemento que se faz imóvel naquilo que é movente enquanto série, entendimento que conduz a Derrida e suas considerações sobre a pintura como uma espécie de cheque cruzado remetido ao portador, cuja verdade está contida na obra mas cuja fatura só pode ser descontada na boca do caixa, ou seja, considerando sua própria materialidade mais irredutível.

Voltando ao ponto onde a repetição da imagem se coloca como diferença, é conveniente lembrar que, sendo esta uma operação fundada em relação ao que não pode ser substituído ou permutado, associa-se a uma individualidade, posto que não pertence ao domínio da semelhança nem da equivalência. Como força, faz parte da experiência vivida pelo eterno retorno, aceitando a condição compulsória do recalque. Assim, é na repetição que o esquecimento se torna potência positiva e inconsciente, sendo também aí que se pode reconhecer o fantasma do instinto da morte, não em relação às tendências destrutivas ou agressivas, mas desdobrado e proliferado como criação. Deslocando este entendimento para o campo da história e da teoria da arte a repetição se torna na obra um sintoma daquilo que se disfarça ao se constituir, mas também como aquilo que só se constitui ao se disfarçar.

Redimensionando e minimizando tanto as dimensões do humano como a compreensão de beleza enquanto perfeição e simetria, Meyer Filho alegorizou a própria criação pictórica, apontando-a como geradora de enganos e artifícios. Na arapuca visual que se oferece através de suas imagens engraçadas e burlescas, assinalava não o mundo visto com os olhos mas aquele criado pelo olhar, máquina produtora de fascínios e esquecimentos. Eis o fluxo em que o artista acaba por reinserir as compreensões modernistas acerca da incompletude e da imperfeição do mundo, bem como os enganos que dele decorrem.

Empilhadas em temporalidades impuras e reconfiguradas no presente pela fagulha daquilo que um dia foi, as imagens plásticas deste artista são portadoras de memória e, como tal, fulguram como aparição de *des-tempos* interrogando o *continuum* da existência

natural e histórica e afirmando que pertencem, ao mesmo tempo, ao passado remoto e ao futuro que não alcançaremos. Assim concebidas e dispostas, são também sintoma daquilo que interrompe o fluxo normal das coisas, irrompendo como latência irresoluta e repetição obsessiva

Embora suspendendo e/ ou contornando a imagem da putrefação, para Meyer Filho é a condição da natureza como *híbrido* que surge como aparição ou como um recalque do olhar que sempre retorna. Assim as imagens convulsionadas pelas metamorfoses comparecem nos seres apontando para as estranhas semelhanças e diferenças entre o homem e o animal, porém retirando o hibridismo da chave binária para operar como um arquivo onde são possíveis todas as contaminações, indicando que a incorporação da tradição também pode ser bastante transgressiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAILLOIS,R. Mimetismo e psicastenia legendária**.** In: **Revista Che Voui**,ano o1,Cooperativa cultural BATAILLE, G. **Documents**. Caracas, Ed. Bernard Noel, 1969

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. R.J.: Graal, 1988 , cap. I.

DERRIDA, J. **La vérité en peinture**. Paris: Flammarion, 1978, capítulo 4.

DIDI-HUBERMAN,G. **Devant l'image.** Paris. Les editions de minuit,1990

DIDI-HUBERMAN,G. **Ante el tiempo**. Buenos Aires, Ed. Adriana Hidalgo, 2000

KRAUSS,R. **La originalidad de la vanguardia y otros mitos modernos.** Madrid, E. alianza,1985, cap.I

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

De Ressonadores a Vibradores de Grotowski: renomear o conhecido para conhecer o novo.

Sandra Parra Furlanete[1]

Resumo: A partir de colocação de J-J. Roubine, em *A Arte do Ator* sobre o trabalho de Grotowski, onde afirma que "os ressonadores são metafóricos", propomos que, para a real compreensão do trabalho de Grotowski, será preciso, antes de tudo, mudar a designação universalmente divulgada de "ressonadores de Grotowski" para "vibradores de Grotowski". Nossa contribuição para tal será feita a partir das ciências cognitivas, que nos permitem compreender que metáforas e imagens mentais não são algo que possa ser relegado àquilo que se considera como puramente psicológico - ou seja, existente num plano "mental" desconectado do corpo físico (concepção oriunda do ponto de vista dualista, que considera corpo e mente como entidades separadas, independentes uma da outra).

Palavras-chave: Grotowski, ressonadores, metáfora.

Abstract: Starting from placement of J-J. Roubine, in *A Arte do Ator* on the work of Grotowski,
where affirms that "resonators are metaphorical", we propose that, for to real understanding of Grotowski's work, it will be necessary, before everything, to change the designation universally published of "resonators of Grotowski" for "vibrators of Grotowski". Our contribution for such will be made starting from the cognitive sciences, that allow us to understand that metaphors and mental images are not something to be relegated to what is considered as purely psychological - in other words, existent in a disconnected "mental" plan of the physical body (conception originating from the dualist point of view, that considers body and mind as separate entities, independent one of the other).

Key-words: Grotowski, resonators, metaphor.

Jean-Jacques Roubine, importante crítico e historiador do teatro ocidental, em seu livro *A Arte do Ator*, refere-se ao trabalho vocal de Grotowski nos seguintes termos:

> *A teoria grotowskiana dos ressonadores não tem nenhuma validade científica. Ela traduz, de modo metafórico, uma realidade de experiência: o ator tem a sensação de que, de acordo com o impulso dado à coluna de ar que ele inspira ou expira, a*

[1] Professora de Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP; mestranda em Artes pela UFMG, bacharel em Comunicação das Artes do Corpo – PUC-SP.

> *sua voz passa por uma determinada parte do seu corpo que age como um amplificador e como um fator de colorido. [ROUBINE, 2002: 23.]*

Para discutir essa colocação, começaremos por analisar os relatos de trabalho do próprio Grotowski.

À época em que foram escritos os textos de *Em Busca de um Teatro Pobre* [1992], Grotowski afirmava poderem ser desenvolvidos um número praticamente infinito de ressonadores pelo corpo do ator, dependendo do controle que este tivesse capacidade de exercer sobre seu corpo. Temos, no entanto, no subcapítulo "Caixas de ressonância" do artigo *O Treinamento do Ator (1959-1962)*, a seguinte nota:

> *O termo 'caixa de ressonância' é puramente convencional. Do ponto de vista científico, não está provado que a pressão subjetiva da inspiração de ar para uma determinada parte do corpo (criando assim uma vibração externa no local) faça com que essa área funcione objetivamente como uma caixa de ressonância. Contudo, é inegável que essa pressão subjetiva, juntamente com seu sintoma óbvio (a vibração), modifica a voz e seu poder de emissão. [GROTOWSKI, 1992: 126]*

Pode-se ver que há aqui, nesse ponto do trabalho de Grotowski, certa confusão entre *vibração* e *ressonância* vocal. De maneira esquemática, podemos dizer que vibração diz respeito ao fenômeno físico da produção da voz em si e sua conseqüente agitação das moléculas do ar atmosférico – o que faz com que a percebamos como som. A ressonância, por sua vez, pode ser entendida como a intensificação do tom fundamental ou de alguns harmônicos da voz, que ocorre nos "ressonadores" – pavilhão faringobucal, fossas nasais e seios da face.

Dessa forma, podemos dizer que, ainda que ambos os fenômenos sejam indissociáveis no ato da produção da voz humana, são ainda assim fenômenos distintos, com funções distintas. A ressonância, de fato, só pode ocorrer em regiões muito específicas do corpo humano; já a vibração pode atingir, por encadeamento de impulsos mecânicos (ou seja, uma partícula é movimentada e transmite seu movimento para a próxima, e para a próxima, e para a próxima, e assim sucessivamente), tanto um largo círculo do ar atmosférico à nossa volta (atingindo assim os ouvidos daqueles que nos cercam) como todas as partículas do nosso corpo – ou seja: nosso corpo inteiro, ou qualquer parte específica dele.

Nesse sentido, o próprio Grotowski, em textos posteriores, corrigiu essa pequena distorção. Em seu texto *La Voce* ele pontua que, na verdade, "a palavra vibrador é mais exata

porque, do ponto de vista da precisão científica, não existe esse tipo de ressonadores [distribuídos pelo corpo]" [GROTOWSKI, 1969: 171. tradução nossa]. Mais adiante, ele afirma de forma categórica que

> *Muito freqüentemente as pessoas que já ouviram falar de vibração – a partir de algumas histórias contadas por outros – pensam que se trata de um fenômeno sugestivo. Não. É, de fato, uma vibração física. Mesmo no abdômen – e é por isso que não falamos de "ressonadores", porque no abdômen, cientificamente falando, um ressonador é impossível. Não há ossos. Ainda assim, há uma vibração. Se se usa o vibrador do abdômen, a carne vibra naquele ponto. [GROTOWSKI, 1969: 173. tradução nossa; grifo nosso.]*

Assim, para um melhor entendimento da proposta de Grotowski, seria necessário, antes de tudo, que mudássemos a designação amplamente conhecida de "ressonadores de Grotowski" – disseminada principalmente graças à publicação em larga escala, por todo o mundo, do livro *Em Busca de um Teatro Pobre* – para a de "vibradores de Grotowski" – menos familiar, já que oriunda de textos posteriores, menos divulgados, mas muito mais próxima do fato real, e portanto mais capaz de orientar em um sentido efetivo o trabalho dos pesquisadores que pretendam conhecer e/ ou realizar esse trabalho.

Um outro aspecto importante a ser discutido é a questão da *metáfora*.

No senso comum (aquele traduzido, em geral, pelas gramáticas e dicionários), temos que *metáfora* é uma figura de linguagem – mais especificamente, uma figura de palavra – que estabelece uma comparação por meio de similitude; consiste em designar um objeto ou uma qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade. Estabelece-se aí uma relação de semelhança, de transposição das características de uma coisa para outra, dentro do emprego figurado, simbólico da palavra. Por exemplo: "João é de ferro!", querendo dizer que "João é forte como o ferro" – e não que ele seja realmente feito desse material. Ou, como afirma Mattoso Câmara, "é a transferência de um termo para um âmbito de significação que não é o seu; não se fundamenta numa relação objetiva, mas, sim, numa relação toda subjetiva" [apud NICOLA; INFANTE, 1990: 442].

A esse ponto de vista, iremos contrapor o de Lakoff e Johnson, cujos estudos sobre metáfora, que tomaremos como referência nesse ponto do nosso trabalho, inserem-se dentro do campo da *lingüística cognitiva*, e surgem num contexto de ruptura paradigmática

que põe em crise o enfoque objetivista da metáfora; essa mudança de paradigmas rompe com a tradição retórica iniciada com Aristóteles:

> *Na tradição retórica, a metáfora era (e ainda é) considerada um fenômeno de linguagem apenas, ou seja, um ornamento lingüístico, sem nenhum valor cognitivo. Era considerada um desvio da linguagem usual e própria de linguagens especiais, como a poética e a persuasiva. Além disso, o uso da metáfora era indesejável no discurso científico, que deveria se utilizar da linguagem literal, considerada, então, clara, precisa e determinada. Nessa visão, portanto, a ciência se fazia com a razão e o literal, enquanto a poesia se fazia com a imaginação e a metáfora. [ZANOTTO ET AL., 2002: 11]*

Esta visão, segundo Lakoff e Johnson, se justifica pelo "mito do objetivismo" – termo genérico que, para esses autores, engloba

> *o racionalismo cartesiano, o empirismo, a filosofia kantiana, o positivismo lógico etc. Em suma, todas as correntes da filosofia ocidental que assumem ser possível o acesso a verdades absolutas e incondicionais sobre o mundo objetivo e que entendem a linguagem como mero espelho da linguagem objetiva. Nesse contexto, a metáfora e outras espécies de linguagem figurada deveriam ser sempre evitadas quando se pretendesse falar objetivamente.* [ZANOTTO ET AL., 2002: 11]

Esse novo modo de ver a metáfora, desenvolvido por Lakoff e Johnson, está inserido em uma mudança paradigmática muito mais ampla, que a partir da década de 1970 põe em cheque todo o sistema de pensamento objetivista – segundo o qual se poderia ter acesso a verdades absolutas e incondicionais sobre o mundo, seja por meio da razão, seja por meio da percepção sensorial. O novo paradigma, chamado de *relativista*, tem como idéia central o fato de que a cognição é resultado de uma construção mental, que emerge da interação da informação com o seu contexto; ou seja, o mundo objetivo não é diretamente acessível, mas sim construído a partir de influências restritivas do conhecimento humano. Dentro desse contexto, também a noção de "figuras de linguagem" sofre uma séria revisão, mudando do status de uma simples figura de retórica para o de uma operação cognitiva fundamental – metáforas não são "desvios da linguagem cotidiana", mas sim um componente essencial do modo como conceptualizamos o mundo.

Dizemos que a metáfora é uma *operação cognitiva do pensamento* no sentido de que elas traduzem nossa forma de pensar e de agir sobre determinado assunto; vivemos

imersos nelas, sem nos darmos conta disso, e guiamos nossos pensamentos de acordo com um determinado universo de referências, os quais elas traduzem em palavras.

Um exemplo marcante disso, trazido à tona por Lakoff e Johnson [2002], é o enunciado *Discussão é Guerra* – o modo como nos referimos a uma discussão, as palavras que utilizamos para nos referirmos a ela, traduzem isso da seguinte forma:

> - *Suas afirmações são indefensáveis.*
> - *Suas críticas foram direto ao alvo.*
> - *Eu nunca venci numa discussão.*
>
> *(...) Se nós a concebemos assim, agiremos de forma coerente com essa concepção, ou seja, na discussão haverá uma disputa pelo poder e haverá vencedores e vencidos. [ZANOTTO ET AL., 2002: 20]*

Se, por exemplo, observarmos uma outra cultura, onde uma discussão não implique em atacar ou defender, em ganhar território ou não, em que não haja ganhadores ou perdedores, provavelmente não conseguiríamos perceber isso como uma discussão, realmente, mas como uma "outra coisa", à qual talvez não conseguíssemos nomear. "A metáfora não está meramente nas palavras que usamos (...). Falamos sobre discussão dessa maneira porque a concebemos assim – e agimos de acordo com o modo como concebemos as coisas" [LAKOFF; JOHNSON, 2002: 48].

É nesse sentido que os autores afirmam que "a metáfora não é somente uma questão de linguagem, isto é, de meras palavras. (...) os *processos de pensamento* são em grande parte metafóricos. Isto é o que queremos dizer quando afirmamos que o sistema conceptual humano é metaforicamente estruturado e definido" [LAKOFF; JOHNSON, 2002: 48]. Ou seja, no sentido em que as metáforas são realmente um modo de compreender e experienciar uma coisa em termos de outra, os conceitos sob os quais vivemos, agimos, criamos são regidos por metáforas fundamentais das quais, em geral, temos pouca consciência, devido ao hábito pela convivência, ou pela imposição ideológica que sofremos, muitas vezes, sob a forma do "é assim que as coisas são/ devem ser". A metáfora é um conceito ou um sistema de conceitos; a linguagem é o *mapeamento* desses conceitos. E se as metáforas conceptuais nos mostram como uma determinada cultura pensa e age, elas também nos indicam como os artistas podem fazer uso criativo delas. Entender essa questão nos chama a atenção para o fato de que o modo como vemos/ nos referimos às coisas já estão tão convencionalizados "que fica difícil imaginar que esse modo de pensar possa não corresponder à realidade" [LAKOFF; JOHNSON, 2002: 55].

Um conceito metafórico corresponde a uma experiência. Essas *gestalts experienciais* – ou seja, formas reconhecíveis de experiências que vivenciamos – são estruturadas a partir de experiências humanas recorrentes, e essas experiências são consideradas, pelos autores, como sendo *naturais*, no sentido de surgirem sempre a partir de:

> *Nossos corpos (aparato perceptual e motor, capacidades mentais, aparato emocional etc.);*
> *Nossas interações com o ambiente físico (mover-se, manipular objetos, comer etc.);*
> *Nossas interações com outras pessoas em nossa cultura (em termos de instituições sociais, políticas, econômicas e religiosas).*
> *Em outras palavras, esses tipos naturais de experiência são produtos da natureza humana. Algumas podem ser universais, enquanto outras podem variar de cultura para cultura. [LAKOFF; JOHNSON, 2002: 208]*

Assim, como nos apontam Zanotto et alli [2002: 22], o enfoque proposto pelos autores também derruba a dicotomia entre corpo e mente, já que todas as nossas metáforas conceptuais tomam como referências as nossas próprias experiências corporais.

O que nos remete ao caso especifico do trabalho de Grotowski: se, segundo os autores, "tendemos a estruturar os conceitos menos concretos e inerentemente mais vagos (como aqueles para expressar emoções) em termos de conceitos mais concretos, os quais são delineados claramente em nossa experiência" [LAKOFF; JOHNSON, 2002: 201], podemos dizer que o mesmo se aplica à criação artística. Esta pode ser uma entrada para tentarmos compreender por que Grotowski cria determinados termos para o seu trabalho, como "corpo-vida", "corpo-memória", "Ato", "encontro", "Arte Como Veículo" etc. – não porque esses nomes signifiquem algo *per si*, mas porque remetem, metaforicamente, a algo que vivenciamos; assim criamos uma compreensão imediata sobre aquilo que foi metaforizado, e podemos ao mesmo tempo discuti-lo, categorizá-lo, criar idéias sobre ele.

Uma das maiores dificuldades de Grotowski foi a de tentar discorrer sobre o seu trabalho de integração entre corpo/ mente no trabalho do ator tendo de lidar com uma linguagem como a nossa (do ramo indo-europeu), que é estruturada dualisticamente – não temos, por exemplo, uma palavra consensual que indique esse todo integrado "corpo/ mente". Podemos então entender que os termos criados por ele são, mais do que "recursos poéticos" destinados a inspirar a ação dos atores, metáforas conceptuais que procuram dar conta de traduzir para a experiência concreta algo sobre o qual ainda não temos palavras específicas para descrever.

Na análise dessa questão, é preciso nunca perder de vista que *metáforas são parciais*: elas iluminam determinados aspectos de uma questão, enquanto mantêm outros na sombra. Quando optamos por uma metáfora, ou concordamos com ela, os aspectos que ela ilumina são aqueles que nos interessam, por algum motivo: porque concorda com o sistema social vigente (em qualquer escala: pessoal, familiar, política etc.) e nos integra a ele; ou porque discorda dele, deixando então claro que tomaremos caminhos diferentes, ou que teremos de fazê-lo, em algum momento.

Sabemos que o ser humano é um ser grupal, social por natureza; desde os primórdios da civilização, o homem se organiza em grupos para otimizar sua segurança, sua sobrevivência, sua continuidade – esta é a herança genética dos mais bem adaptados, que trazemos conosco até hoje. E sabemos também que, para sobrevivermos em sociedade, foi necessário criarmos regras comuns, seguidas por toda a comunidade. Com o passar do tempo, as comunidades foram crescendo, as relações foram se tornando mais complexas, e conseqüentemente as regras foram se complexificando também.

Muitas dessas regras sociais, tácitas ou expressas, são enunciadas de forma metafórica – da forma como vimos descrevendo até aqui. E, tal como colocam Lakoff e Johnson [2002: 257 e ss.], "as pessoas que detêm o poder, seja na política doméstica, seja na interação do dia-a-a-dia, conseguem impor suas metáforas". E isso tem implicações bastante consideráveis, se levarmos em consideração que as metáforas sob as quais/ com as quais vivemos determinam nossas ações.

Se nos detivermos, por exemplo, sobre a metáfora *O Corpo é o Instrumento do Ator*, tão comumente utilizada nos dias de hoje, perceberemos que ela reforça uma postura dualista – pois é sempre necessário um "alguém" que manipule o "instrumento", o que implica em um *eu incorpóreo*, destacado e independente do corpo físico, que poderia dominá-lo e manipulá-lo à sua vontade. Essa expressão também traz a idéia de que o corpo seria uma estrutura de limites claros, definidos, portanto de possibilidades limitadas e apreensíveis através de um trabalho técnico analítico – tal como acontece com qualquer outro instrumento: um piano ou um violão, mas também um martelo, uma bola, uma faca de cozinha... No entanto, sabemos que o corpo é uma estrutura dinâmica, mutável, cujos conhecimentos e possibilidades não serão jamais totalmente apreensíveis pela mente racional, já que grande parte desse conhecimento faz parte do âmbito da percepção não-consciente. Assim, a idéia de que *o corpo é um instrumento*, pela promessa de domínio total que traz embutida em si, só poderá gerar insatisfação e frustração constantes; e, ao mesmo tempo,

alimenta uma postura tecnicista em relação ao aprendizado e à criação, reforçando então o próprio sistema que a gerou.

Dentro desse ponto de vista, justifica-se completamente que Grotowski tenha criado metáforas específicas para um trabalho que propunha novas abordagens estéticas, técnicas, criativas – pois também podemos criar novas metáforas, fora do padrão conceptual comum da nossa cultura. Dada a parcialidade inerente à construção de uma metáfora, criar novas metáforas (tal como *teatro é encontro*) não só implica num posicionamento conceitual e político em relação a um sistema vigente, como também nos obriga a enxergar um assunto que se considere bem conhecido por outros ângulos, e nos faz ver aspectos que o hábito com as estruturas antigas nos escondia. Assim, um artista pode criar metáforas novas para novos trabalhos, sempre que se veja sem saída, bloqueado pelos próprios elementos que tenha em mãos. Se essa nova metáfora perdurará como "uma nova maneira de se entender o Teatro", ou se servirá para um pequeno momento pontual, dentro de um trabalho em específico, só a ação e seu diálogo efetivo com o nosso tempo e o nosso mundo poderá dizê-lo.

Referências

GROTOWSKI, Jerzy. *Em Busca de um Teatro Pobre.* 4° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. *La Voce* – conferência para estagiários estrangeiros do Teatro Laboratório de Wroclaw (maio de 1969). Publicado como *La Voix* em "Le Théâtre" (revista dirigida por Arrabal), n. 1, 1971.

HOUAISS. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. versão 1.0. Instituto Antônio Houaiss/ Editora Objetiva, dezembro de 2001.

JOURDAIN, Robert. *Música, Cérebro e Êxtase – como a música capta nossa imaginação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana.* Campinas, SP/ São Paulo: Mercado de Letras/ Educ, 2002.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1990.

ROUBINE, Jean-Jacques. *A Arte do Ator*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ZANOTTO, Mara Sophia et alli. "Apresentação à Edição Brasileira". in: LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana.* Campinas, SP/ São Paulo: Mercado de Letras/ Educ, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Interstício do poder entre a arqueologia e a genealogia

Leandro Mendanha e Silva*

Resumo: Há um deslocamento importante na trajetória conceitual de Michel Foucault no que concerne à concepção das relações de poder no início da década de 70. A partir dessa constatação pretende-se nesse artigo apontar o que certos ditos e escritos entre 1970 e 1974 podem nos contar sobre essa mutação. Época em que o trabalho do arqueólogo encontra muitas dúvidas que requerem o genealogista para serem mais bem formuladas: Qual o estatuto enigmático do poder que é visível e invisível, presente e escondido e investido em toda parte? Essas, entre outras tantas perguntas sobre as relações de poder são formuladas nesse interstício entre a arqueologia e a genealogia. Em suma, entre 1970 e 1974 Foucault está transitando de uma idéia de poder essencialmente repressivo para uma idéia de poder produtivo.
Palavras-chave: Foucault – poder – repressão.

Abstract: There is an important displacement in Michel Foucault's conceptual path in what concerns the conception of the relationships of power in the beginning of the decade of 70. Considering that verification it is intended in that article to show what we might learn, based on some speeches and writings from 1970 and 1974, about that conceptual change. During that time the archeologist's work finds a lot of doubts that request the genealogist in order to be better formulated: What is the enigmatic statute of the power, that can be either visible or invisible, hidden and present, and investedeverywhere? Those among other many questions about the relationships of power are formulated in that interstice between the archeology and the genealogy. In short, in the first half of the 70th decade Foucault is transiting from an idea of power essentially repressive to an idea of productive power.
Keywords: Foucault – power – repression.

Só muda quem possui alternativas. Eu achei que estava na hora de mudar e mudei.
Elis Regina

Ao repisar o solo que já se conhece pode-se revirá-lo para novos conhecimentos ou esclarecer um caminho já percorrido. Quem sabe seja um pouco essa a função do historiador: pisar mais uma vez solos atrás de indícios que esclareçam caminhos efetivos e, assim, demonstrar que existem outros caminhos possíveis. Nessa tarefa contamos com a ajuda de inúmeros pensadores, dentre eles, um ou outro pode nos arrancar da mesmice

* Aluno do mestrado da História do programa de Pós-graduação da História da Universidade de Brasília.

e nos jogar para dentro do vértice inesperado do pensamento. Cabe então àquele que sente o impacto usar e abusar desse pensamento arrebatador e, mesmo que desconfiado de estar indo contra esse próprio pensamento, mostrar como a trajetória desse pensar construiu certos conceitos.

Então, apesar de reticente com a força daquilo que sempre descentra o que parece certo, tenta-se nesse artigo alcançar certos pontos de convergência de um determinado pensamento. Mais especificamente, certas problemáticas que envolvem as relações de poder que circulam os ditos e escritos de Foucault no começo da década de 70 (até, mais ou menos, 1974). Desse recorte temporal pode-se retirar certas preocupações que assolam este pensador no que diz respeito à prisão como instrumento de repressão social. Instituição prisional que Foucault considera o signo da vigilância constante das sociedades contemporâneas. As hipóteses iniciais desse pensador sobre as relações de poder nas sociedades atuais estão muito ligadas à idéia de repressão: a justiça esta sobrecarregada e se, no entanto, foi à polícia que a sobrecarregou; as prisões estão super povoadas e se, no entanto, foi à população que foi super aprisionada. Foucault está extremamente angustiado em saber o que nos ameaça, os controles que nos intimidam, para saber como nos defendermos. Pois aí, em todo esse aparato judiciário, existe um problema que vai além do sistema penal e se relaciona com a "maneira como uma sociedade define o bem e o mal, o permitido e o não permitido, o legal e o ilegal, a maneira como ela exprime todas as infrações e todas transgressões feitas à sua lei" (FOUCAULT, 2003:32).

Nessa procura do saber o que fazer, de saber, Foucault encontra o poder, na verdade redes de poderes. Não que se evitasse antes dessa época falar das relações saber-poder, mesmo porque olhando as obras anteriores vê-se claramente que Foucault estabelecia essas relações nas suas análises históricas. Todavia, essas ligações não estavam bem especificadas, o que é admitido pelo próprio pensador em *A ordem do discurso*. Nesse texto, sua aula inaugural no Collège de France, já no final de 1970, ele expõe os procedimentos de exclusão que pesam sobre os discursos. Interessa-lhe em particular o que diz respeito à separação entre o verdadeiro e o falso, o que se pode interpretar como a relação que as relações de poder estabelecem com a vontade de verdade, com a vontade de saber a verdade. Foucault está atento a esse sistema de exclusão que pesa sobre o discurso, admitindo, porém que,

> *Nisto não a nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos*

> *ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2005:10).*

O espantoso é que, nesse momento, 1970, Foucault ao analisar os diversos procedimentos de exclusão do discurso sugere que não se pode explicar o papel positivo e multiplicador dos discursos se não se leva em conta sua função restritiva e coercitiva. No entanto, a partir de 1974, depois das inúmeras problemáticas em que Foucault esbarrará ao tentar analisar as relações de poder, pode-se dizer que essa 'fórmula' – que frisa a função restritiva e coercitiva do poder – será inversamente formulada, talvez mesmo reformulada: não se pode explicar o papel restritivo e coercitivo dos discursos se não se leva em conta sua função positiva e produtiva. O que marcará uma mudança de ênfase muito importante nesse pensamento: a trajetória vai do discurso arqueológico para o discurso genealógico.

Vê-se um Foucault interessado, no início da década de 70, no que a civilização rejeita, com seus sistemas de exclusão, de recusa, pois é por meio do que uma cultura suprime ou tenta suprimir, nos diz Foucault, que vemos os seus limites. Como corolário desse enfoque em um poder repressivo (na função da exclusão) nasce uma outra idéia de revolução. A exigência na verdade de uma nova revolução, entendida não como tomada de consciência, mas como teatro que transcende as repressões, por meio de um jogo – lúdico e irônico – que as põe em cena para exibi-las, transformá-las e derrubá-las enquanto sistemas. Há uma recusa – nessa mesma vertigem que transforma a revolução em transgressão da lei e ilegalidade da repressão – ao reformismo entendido como tratamento dos sintomas, o qual apaga as conseqüências e dá permanência ao sistema ao qual se pertence. Também há uma recusa de uma imagem do intelectual como detentor da verdade, pois seu papel não é do orientador, do juiz, visto que as pessoas possuem consciência da opressão, elas sabem quem são seus inimigos. Na verdade é o sistema que não oferece os meios de formular, organizar esse 'saber' repreendido. O trabalho de Foucault é o do intelectual que não tem mais a função de consciência e eloqüência, senão a de combater o sistema de poder que barra, interdita, invalida o discurso e saber das massas. E isso, importa ressaltar, se faz a partir de uma análise histórica particular.

> *Tento pôr em evidência, fundamentando-me em sua constituição e sua formação histórica, sistemas que ainda são os nossos nos dias de hoje, e no interior do qual nos encontramos apanhados. Trata-se no fundo de fazer uma crítica ao nosso tempo, fundamentado em análises retrospectivas (FOUCAULT, 2003:13).*

Foucault re-avalia seu trabalho em termos de um movimento pendular entre os discursos (estudadas em *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*) e as práticas (estudadas em *História da loucura* e *O nascimento da clínica*) – "nessas coisas de algum modo debaixo do dizível" e que "se assentam sobre um discurso" (FOUCAULT, 2003:34). Movimento esse que pretende captar o ponto de revolta (corte da descontinuidade) e mostrá-lo. Porquanto para os novos intelectuais, a teoria não é o que se expressa, se traduz, se aplica em uma prática. A teoria já é uma prática que luta contra o poder, revelando-o e abalando-o lá onde se esconde e se exerce. O objetivo nos diz Foucault, é minar e tomar o poder conjuntamente a todos que lutam contra ele, não é recuar para esclarecê-lo. Uma teoria, nessa perspectiva, não passa de um sistema regional dessa luta. O que se conta é o discurso contra o poder, dos prisioneiros, dos estudantes, dos trabalhadores. Mas o que é o poder, afinal? Pergunta complicada e que posteriormente Foucault considerará infrutífera, porém que naquele momento era importante ser feita, afinal as dificuldades, o "embaraço em encontrar as formas de luta adequadas não vêm do fato de ignorarmos ainda o que é o poder?" (FOUCAULT, 2003:43).

Nesse momento o trabalho do arqueólogo encontra muitas dúvidas. Qual é este estatuto enigmático do poder que é visível e invisível, presente e escondido, e investido em toda a parte. Existe uma insuficiência da teoria do Estado de dar conta dele. Quem exerce o poder? Existe uma insuficiência das noções como classe dirigente para explicar sua direção. Onde se exerce? Até onde? Algumas respostas cambiantes são dadas por Foucault: onde há poder, ele se exerce; ninguém é seu titular, contudo, ele se exerce em determinada direção, mesmo que não se saiba certamente quem o tem, sabe-se quem não tem. Nessa formulação o poder é uma posse sem detentor preciso, mas que na generalização da luta não pode ser entendido como totalização na forma de verdade. Ter o poder, afirma Foucault, não é ter *a verdade* (já nessa época há irredutibilidade entre poder e saber). Uma luta generalizada só é possível pelo sistema de poder, suas formas de exercício e aplicação. Somente pode ser levada a cabo em cada sede particular de poder. Em suma, temos aqui ainda uma idéia insuficiente de poder, a qual remete de alguma forma a um centralismo do poder: o poder é contra o que se luta e pelo que se luta ou ainda, o poder é contra o que se luta porque reprime e é pelo que se luta porque é desejado.

Foucault nesses primeiros anos pós *A arqueologia do saber* está enredado nessas perguntas incessantes sobre como analisar as relações de poder, questão primordial no processo de elaboração de uma genealogia. Foucault irá voltar às obras anteriores, como dito acima, com essa preocupação. *As palavras e as coisas*, não passa, nos diz ele, de uma

descrição de tipos de discurso – isola formas normativas e regradas de discurso –, uma análise das transformações dos tipos de discurso. Agora, no entanto, não é uma arqueologia do saber, que baliza e descreve tipos de discurso, que se faz, que se almeja fazer. A pretensão é ver como os discursos se formam historicamente, as realidades históricas em que eles se articulam. Essa proposta é apresentada já no final de *A ordem do discurso*, em que Foucault propõe dois conjuntos para se analisar os discursos. O conjunto 'crítico', a arqueologia, põe em prática o princípio da inversão: procura as formas de exclusão, de limitação; procura mostrar como se formaram, para responder a que necessidades; como se modificaram e se deslocaram; que força exerceram, em que medida foram contornados os discursos. De outra parte, o conjunto 'genealógico' que põe em prática três outros princípios: como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discurso, qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condiçoes de aparição, de crescimento, de variação.

São duas tarefas complementares que não podem ser inteiramente separáveis, explica Foucault, visto que o que muda de uma para outro é o ponto de ataque, de perspectiva e delimitação. Logo, constata-se que algo mudou e que de agora em diante não se pode separar a arqueologia dos seus desdobramentos genealógicos. Não se pode fazer a história de certos discursos sem explicitar as relações de poder que existem na sociedade na qual este discurso funciona. *O nascimento da clínica* e a *História da Loucura*, de forma anárquica e confusa trataram, avalia Foucault, conjuntamente tanto o problema dos enunciados (saberes enredados em poderes) como o problema das visibilidades (poderes enredados em saberes). Somente, neste momento, entretanto, com todo balizamento arqueológico é que se pode voltar a estas relações de modo menos cego.

Essa inquietação redobrada de Foucault com as relações de poder reflete seu engajamento nos movimentos políticos à época, uma vez que o que caracteriza esses movimentos é a descoberta que as coisas mais cotidianas são políticas. Assim, dentro dessa linha de raciocínio, fazer das coisas mais banais o objeto de uma ação política é fazer política (Dreyfus e Rabinow apontam que o método do genealogista é aquele do compromisso). A partir de toda luta de Foucault contra o sistema penitenciário, esse que priva a liberdade em nome de um objetivo essencial, benefício e reinserção do condenado, mas que a cada vez fracassa, entendemos o quanto suas perguntas passam a ser políticas. Foucault imagina que vivemos em um sistema punitivo, em uma sociedade que é da vigilância geral, sociedade policial do qual a prisão faz parte, porém, aponta, não só os presos: as crianças, alunos, operários, soldados, todos são punidos durante toda sua vida. A prisão é privilegiada na

análise porque, segundo o pensador, ela é o "único lugar onde o poder pode se manifestar em estado nu, nas suas dimensões as mais excessivas, e se justificar como poder moral" (FOUCAULT, 2003:41).

No início dos anos 70 temos um Foucault incomodado com a repressão, a coerção, o poder, com a ideologia, por fim, com aquilo que uma sociedade tem que excluir para funcionar: "através de qual sistema de exclusão, eliminando quem, criando qual divisão, através de que jogo de negação e de rejeição a sociedade pode começar a funcionar?" (FOUCAULT, 2003:135). Todavia, ao se debruçar sobre o sistema carcerário, Foucault começa a perceber, ainda que titubeante, que a prisão, com todos os gastos, a importância, o cuidado que se emprega em mantê-la e administrá-la, as justificativas que se lhe dão, não pode ter somente funções negativas. O problema – deslocamento que se inicia – é descobrir suas funções positivas, qual o papel que a sociedade capitalista faz o sistema penal desempenhar, por qual objetivo, quais são os efeitos do castigo e da exclusão. A pergunta anterior – o que é o poder – é deslocada, pois o interesse é analisar a constituição das relações entre poderes. Não uma teoria geral do poder, ou sua forma de exercício e aplicação, uma vez que não existe o poder, e sim poderes múltiplos: "o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em diferentes níveis da sociedade, em campos e com extensões tão variadas" (FOUCAULT, 1999:19). Enfim, análises regionais das lutas entre poderes, ou seja, o como do poder e não o que ele é.

Essa dimensão positiva das relações entre poderes chegando a primeiro plano permite que Foucault estabeleça relações com algumas questões sob novos ângulos. O poder não é mais visto como propriedade, mas como estratégia que possui efeitos de dominação, efeitos conseguidos não por sua apropriação por alguém (como se ele fosse um objeto de desejo ou um bem), mas por sua disposição, suas manobras, suas táticas, suas técnicas e seus funcionamentos. O poder é entendido em uma rede essa sempre tensa, em atividade, trançada por relações de forças em que o poder é efeito. O poder como efeito do conjunto das posições estratégicas em uma rede. O que permite ao poder possuir uma dimensão que não se resume a sua aplicação como obrigação ou proibição (repressão) aos que 'não o tem', pois ele os investe, apóia-se neles, trama com eles e contra eles. Ele é operatório (não é essência) e relação (não é atributo). Não são nas relações Estado e cidadãos ou na fronteira de classes que se pode achá-lo, ele é difuso, não é permanente (no sentido de unívoco). O poder, como relações de força, passa a ser considerado nas suas extremidades, nas terminações cada vez

menos jurídica de seu exercício. Não considerado de dentro, no nível da intenção ou da decisão, contudo do lado das práticas reais e efetivas, na sua exterioridade.

De 1969 até, mais ou menos, 1977, Foucault leva a cabo, até sua extremidade, um pensamento nietzschiano e se situa entre aqueles que de alguma forma também o fizeram (Deleuze, Guattari, etc.). Entretanto, entre 1970 e 1977, não há uma continuidade ininterrupta do encaminhamento de suas análises. Pelo menos até 1973 podemos falar que, apesar de Foucault buscar uma maneira de lidar com as relações entre poderes, ele ainda se vê enredado em certas maneiras insuficientes e tradicionais de encará-las. Estabelecer essa divisão cronológica, no entanto, não deixa de ser um esquema insuficiente, porquanto não se analisa detidamente como as relações de poder podem estar formuladas nos cursos que Foucault deu à época (1971-1975) no Collège de France. Ressalta-se ainda, que em textos sobre o nascimento da medicina que datam 1974 e nas conferências intituladas *A verdade e as formas jurídicas*, do mesmo período, Foucault já elaborara a idéia de um mecanismo disciplinar de poder que aparecerá desenvolvida em *Vigiar e Punir*. Em 1974 as relações de poder já ostentam toda sua dimensão produtiva e por meio da nova perspectiva que esse deslocamento possibilita atenta-se para um cuidado redobrado de Foucault. Acuro esse que vai se mostrar cada vez maior e, após 1977, ainda mais zeloso, em se situar, diante de problemáticas que lhe haviam recebido uma postura algumas vezes até mesmo categórica, de modo mais sutil. Novas relações e complexificações que Foucault irá estabelecer com o desejo, com o reformismo, com o papel do intelectual, com as relações entre poder e saber.

Após essas tentativas de mostrar as descontinuidades do pensamento de Foucault no que concerne às relações de poder no início da década 70, nas quais foram assinaladas as limitações bibliográficas e esquemáticas do próprio artigo faz-se necessário, do mesmo modo, apontar que um estudo das relações de poder em Foucault não deixa de passar pelas relações que esse pensador estabelece entre poder e corpo. Infelizmente, esses desdobramentos não podem ser efetuados aqui, um dos motivos mesmos que o artigo N*ietzsche, a genealogia e a história*, tão importante para se entender o pensamento genealógico de Foucault, não foi trabalhado nesse artigo. Cabe então frisar, mesmo que seja de relance, que as relações de poder em Foucault passam, atravessam, chegam mesmo a constituir o corpo, pois este não pode ser considerado fora de tudo àquilo que o marca, deforma, rabisca e convulsiona: "O corpo é uma realidade bio-política" (FOUCAULT, 1979 apud. MACHADO, 1979:47).

Logo, estabelecer o trajeto de um problema, as relações de poder em Foucault, mesmo que restrito a um curto período – 1970 a 1974 – é uma tarefa complicada que implica toda um plano em que problemáticas conexas aparecem e se implicam. O que torna esse

pensamento sempre ponto a escapar e transformar qualquer análise em infrutífera. Não obstante, por meio do esforço de captar esse pensamento nos seus movimentos, movimenta-se nosso próprio pensamento e nessa vertigem do pensar evocamos o possível. As possibilidades com as quais a história sempre se coopta e nunca se dissocia. As probabilidades de uma causalidade enlaçada com as relações de forças. O fato de que a história se situa na linha do acaso, numa linha de mão dupla entre o passado e o futuro, mas linha que se tenciona pelos combates entre forças no presente.

Referências bibliográficas:

DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**; trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MACHADO, Roberto (organização e seleção). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**; trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975/1976)**; trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, poder, saber**. Organização e seleção de textos, Manuel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e Escritos; IV).

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ensino de História e a Interdisciplinaridade

Giovani Luiz Romani [1]

ResumoA interdisciplinaridade, surgiu no final do XIX, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitas disciplinas. A interdisciplinaridade visa a garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. A postura interdisciplinar é uma atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento. O objetivo principal do estudo da história não é fazer reviver o passado, mas, sim, procurar compreendê-lo. Os objetos do conhecimento histórico são o homem e as sociedades humanas no tempo. Em História, não existe um saber acabado. Não existe a palavra final sobre qualquer tema. Novos documentos, novas abordagens e novas interpretações possibilitam uma visão plural do conhecimento histórico. O perfil dos historiadores vai muito além na construção do conhecimento: através da investigação, da participação e incentivo à produção de pesquisa; através da participação na estrutura do curso (departamentos, coordenações). Mais do que nunca o educador de história deve fazer parte do coletivo e ampliar sua postura interdisciplinar. Em todas as esferas de sua prática, os homens atuam como sujeitos coletivos. Por isso, o saber, como expressão da prática simbolizadora dos homens, só será autenticamente humano e autenticamente saber quando se der insterdisciplinarmente. O saber é resultante de uma construção histórica, realizada por um sujeito coletivo. Daí a importância da pesquisa, entendida como processo de construção dos objetos do conhecimento, e a relevância que a ciência assume em nossa sociedade.
Palavras-Chave: Conhecimento, Estudo, Produção.

Abstract: The interdisciplinary, appeared in the end of the XIX, for the need of giving an answer to the fragmentation caused by an knowledge of positive stamp.. The sciences had divided in many disciplines. The interdisciplinary seeks to guarantee the construction of a global knowledge , breaking up with the borders of the disciplines. The interdiscipline posture is a search attitude, involvement, commitment, reciprocity before the knowledge. The main objective of the study of the history is not to do to relive the past but, to try to understand it. The objects of the historical knowledge report are the man and the human societies in the time. In History, a finishing knowledge doesn't exist. The final word doesn't exist on any theme. New documents, new approaches and new interpretations make possible a plural vision of the historical knowledge. The historians' profile is going very beyond in the construction of the knowledge: through the investigation, of the participation and incentive to the research production; through the participation in the structure of the course (departments, coordinations). More than never the history educator should be part of the bus and to enlarge his interdiscipline posture. In all of the spheres of his practice, the men act as collective subjects. Therefore, the knowledge, as expression of the men's symbolic practice will only be genuinely human and genuinely to know when if it gives insterdisciplinary. The knowledge is resulting from a historical construction, accomplished by a collective subject. Then the

[1] Mestre em História pela UFMS. Professor de Ciências Humanas na UFMS e FINAN – Nova Andradina MS.

importance of the research, understood as process of construction of the objects of the knowledge, and the relevance that the science assumes in our society.
Key- words : Knowledge, Study, Production.

A prática do ensino, seja de qualquer disciplina, é exigente e instiga o profissional a buscar o desenvolvimento interdisciplinar para um melhor equacionamento dos objetivos propostos para o trabalho pedagógico.

É saber comum que a formação do ser humano não é tarefa exclusiva da escola, nem do processo de ensino. Entretanto, vivenciamos um período de grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, tais desafios passaram a exigir da escola uma participação cada vez mais efetiva na educação das novas gerações. As transformações no mundo do trabalho, em especial neste início de século XXI, acabaram redimensionando, assim parece, o papel da família na educação de seus filhos, ocorrendo uma transferência dessa responsabilidade para as escolas e seus professores. Toda essa situação exige dos profissionais da educação um redobrado equacionamento de suas atividades docentes, necessitando, indiscutivelmente de atividades interdisciplinares.

Se pensarmos a história como uma disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora com certeza nossas atividades serão recompensadas, pois o "novo homem" e a "nova mulher" só poderão ser indiscultivamente formados se o projeto for claro e dinâmico para tais proposições. A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva.

Outro ponto fundamental é o desenvolvimento da consciência de que o debate sobre o significado de ensinar história processa-se, sempre, no interior de lutas políticas e culturais. Tais atividades só serão implementadas se o desenvolvimento for interdisciplinar, pois torna-se necessário um conjunto de elementos formadores na elaboração de reflexões de cunhos epistemológicos. De certa forma, procuramos desvendar a lógica das relações que envolvem tanto a produção quanto a difusão do conhecimento, apontando limites, possibilidades, desejos e necessidades historicamente construídas.

A interdisciplinaridade, surgiu no final do século XIX, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitas disciplinas e a interdisciplinaridade restabelecia um diálogo

entre elas. Assim, nesse contexto de mudanças cada vez mais rápidas, diversos fatores devem ser elencados na reflexão das novas metodologias pedagógicas. Atualmente, o desenvolvimento dos meios de comunicação requer do professor novas posturas diante do conhecimento e da tradicional forma de transmissão do conhecimento. O profissional da educação vive uma posição estratégica e ambígua na sociedade. Estratégica pois a educação é um elemento indispensável para a sobrevivência da espécie, ou seja, precisa-se de conhecimentos elaborados e o desenvolvimento de novos para a continuidade da cultura humana, ambígua pois o profissional docente passa por uma crise de reconhecimento e valores profissionais. O docente vive e exercita, ao mesmo tempo, a luta pela profissionalização e a permanente ameaça de proletarização e desvalorização social.

Acompanhamos, no Brasil, a passagem de um ensino de elite para um sistema de massas, o qual revelou a incapacidade de os sistemas educacionais assegurarem o acesso, a qualidade e a permanência do aluno na escola. Parece não ser novidade para ninguém a evasão, repetência e o baixo padrão qualitativo nos vários níveis de ensino.

Diante de um quadro de transformações, um tanto "catastróficas", vários são os problemas que desafiam o processo educacional, exigindo que a instituição escolar redimensione suas funções e assuma o compromisso com o seu tempo, como agente de transformação de cidadãos. Isso requer de todos nós uma postura crítica diante desse novo que se apresenta. Como trabalhar com a nova realidade? Como formar ou transformar a consciência? É possível? Muitas perguntas ficam no ar, sem resposta, e o professor sem ação em muitos momentos.

Novas posturas exigem redimensionamentos, revisão dos pressupostos teórico-metodológicos que nortearam as práticas da tradicional escola básica. Exige de nós um trabalho de observação, compreensão e de construção de novos referenciais para que a escola seja, de fato, um espaço de inclusão e não de exclusão social e cultural.

Procurando efetivar esse trabalho de inclusão social, professores e alunos não devem ser, assim espera-se, meros consumidores de materiais, executores de programas de ensino, mas criadores e produtores de saber. Acredita-se que o professor, nesse inicio de século XXI, seja um profissional que domina não apenas os métodos de construção do conhecimento, mas um conjunto de saberes que possibilita sua socialização e sua reconstrução no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, o saber docente é um saber plural, proveniente de diversas fontes, adquirido ao longo do tempo, nos diferentes espaços de vida e

de formação. Assim, a prática interdisciplinar torna-se necessária e indispensável para a produção de conhecimentos.

No trabalho interativo, o aluno não é mero receptor de informações e o professor não é o dono do saber. Como sujeitos, os alunos não apenas contribuem, mas participam, negociam, constroem, interagem ativamente com os outros alunos, os professores e o conhecimento.

Neste *continuum*, ensinar história requer um diálogo permanente com diferentes saberes, produzidos em diferentes níveis e espaços. Requer do professor interrogações sobre a natureza, a origem e o lugar ocupado por esses diferentes saberes, que norteiam e asseguram sua prática em sala de aula. Todos esses saberes – vivência dos alunos, da mídia, dos espaços de trabalho e lazer, espaço religioso, entre outros – mediados pela ação dos sujeitos (alunos e professores) são reconstruídos e constituem os chamados saberes escolares.

Segundo Thompson, o objetivo da história é reconstituir, explicar e compreender seu objeto: a história real. Percebe-se que o objeto do conhecimento histórico é o real em movimento, as ações de homens e mulheres em sociedade, ou seja, a experiência humana. Trabalhar tais dimensões é envolver-se num emaranhado de questões que dificilmente conseguidos sair sem esbarrarmos em conceitos ideológicos capazes de modificar o sujeito. Aí entra o papel do profissional da educação, num trabalho de mediador, conciliando e apontando situações favoráveis para a produção de conhecimentos. E espera-se que tais conhecimentos sejam para a elaboração de princípios que dignificam a essência humana e não o contrário.

Se o objetivo da disciplina História é formar, educar, explicando, reconstituindo e buscando compreender o real, podemos afirmar que a lógica da prática docente é, fundamentalmente, construtiva. Isso implica uma busca permanente de superação do mero reprodutivismo livresco que ainda prodomina nas aulas de história. O profissional de história submisso ao reprodutivismo assume uma concepção de conhecimento como verdade absoluta e imutável. Ao contrário disso, assumir a proposição investigativa em sala de aula implica ousar e construir uma atitude reflexiva e questionadora diante do conhecimento historicamente produzido.

Nessa perspectiva, superar o reprodutivismo é ensinar a estabelecer relações interativas que possibilitem ao educando elaborar representações pessoais sobre os conhecimentos, objetos do ensino e da aprendizagem. O ensino se articula em torno dos

alunos e dos conhecimentos, e a aprendizagem depende desse conjunto de interações. Como é saber de todos, ensino e aprendizagem fazem parte de um processo de construção compartilhada de diversos significados, orientado para a progressiva autonomia do aluno. Assim, o resultado do processo educacional é diferente em cada pessoa, pois a interpretação que cada um faz da realidade é diferente, tem características únicas e pessoais, juntamente com os elementos compartilhados com os outros.

Seguindo essa concepção, nem o professor, nem o aluno ocupam uma posição secundária, mas ambos atuam de maneira ativa, aberta e flexível em relação aos diferentes saberes. O que se pretende é ultrapassar a concepção de ensino como mera transmissão de conteúdos, e desenvolver um ensino que tenha como pressupostos a investigação e a produção de conhecimentos por professores e alunos no espaço escolar.

Um projeto de ensino, como uma ação pedagógica planejada, realiza determinadas intencionalidades, visa à realização de um determinado fim, em um determinado tempo e espaço. Projetos de ensino implicam a proposição de um trabalho determinado pela natureza do conhecimento, pelos objetivos e atividades didáticas e não pelo controle externo do tempo escolar, que divide o período letivo em unidades inflexíveis e cotidiano em unidades que, muitas vezes, desconhecem o processo da construção de conhecimento.

Se os saberes em construção determinam o tempo de realização da ação educadora, o professor mobilizará e incorporará em seu trabalho novos conhecimentos, um corpo de conhecimentos pedagógicos, disciplinares, ambientais, experienciais. Esses novos conhecimentos transformarão, enriquecendo, o saber pedagógico que o professor constrói na sua trajetória profissional.

A ação pedagógica por meio de projetos supõe primeiramente que os alunos estejam motivados, envolvidos, quer individualmente, quer em grupo, em atividades que não estarão mais centradas no professor, mas no processo que está sendo realizado. O professor fica assim liberado de empregar seu tempo no controle da disciplina e pode usar esse tempo, por exemplo, para prestar atenção nas soluções individuais que os alunos trazem, nas interações grupais, nas atividades de desenvolvimento dos alunos.

Uma das ações mais importantes do professor para realizar ação pedagógica é a da observação. A experiência de projetos redimenciona a ação do professor, uma vez que os alunos envolvidos em uma atividade tem significado e que lhes interessa solicitam outras formas de intervenção do professor.

O educando sempre foi visto como realizador de tarefas em espaços de tempo determinados externamente a ele; entretanto, no trabalho de projetos a criança usa o tempo com mais autonomia, e o professor necessita reformular sua ação pedagógica. A realização de um projeto envolve intenso trabalho de reflexão para a articulação de conteúdos, grupos e atividades. Aqui, o processo é privilegiado e não o produto final. Logo, professor e alunos, não estando pressionados pela necessidade de um produto imediato - pois vivenciam, refletem *na* e *pela* ação -, constroem conhecimentos de uma forma diferente. Forma esta que permitirá aos alunos estarem envolvidos com a realização de uma atividade que tem significado dentro de um contexto mais amplo.

Diante de nossa prática profissional, em escolas públicas e particulares, e com base em relatos de professores e pesquisas qualitativas em sala de aula mostram que, em situações de projeto, como os alunos estão envolvidos com atividades que têm significado, eles solicitam muito menos a intervenção dos professores. Estes, por sua *vez,* estão mais *motivados* para interagir com os alunos. A intervenção é necessária, mas a qualidade dessa intervenção é muito distinta, pois ela visa apoiar e orientar a realização da atividade e não fiscalizá-la. Ao professor cabe a tarefa de observar o processo para poder interferir nele no sentido de construir com o aluno os comportamentos necessários de que ele precisa para aprender e ter autonomia em seu processo de aprendizagem.

Essa relação professor-aluno implica pensar o conhecimento, sobretudo o conhecimento escolar, como algo em permanente estado de reconstrução. Não mais como um dado, um fato cristalizado, verdade absoluta imutável. O conhecimento produzido e acumulado, historicamente, é apropriado, reproduzido e transformado pela sociedade de diversas maneiras, em diferentes níveis e contextos sociais. Assim, os novos papéis de professores e alunos pressupõem um relacionamento ativo e crítico com os saberes produzidos em diferentes realidades, o que potencializa o envolvimento dos educandos e dos professores. Isso nos remete à discussão das abordagens do conhecimento no desenvolvimento de projetos de história - *inter, multi, trans?*

"Muito se fala em interdisciplinaridade, mas pouco se faz de interdisciplinaridade!" Interessante que, geralmente, ela é vista ora como algo facilmente praticado, uma rápida integração de conteúdos, ora como tábua de salvação, panacéia, fórmula milagrosa capaz de resolver todos os problemas do ensino e da aprendizagem.

A postura interdisciplinar envolve uma determinada forma de conceber e se

relacionar com o conhecimento socialmente produzido. O envolvimento é condição para a prática. Outra necessidade é a compreensão dos conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. São conceitos complexos, muitas vezes controversos. É comum, por exemplo identificarem interdisciplinaridade com mera fusão de conteúdos.

Multidisciplinaridade é a forma mais tradicional de organização conteúdos. Os conhecimentos são apresentados e trabalhados por disciplinas independentes umas das outras. O grupo de multidisciplinas dispõe uma série de conteúdos, sem explicitar as relações existentes entre eles. A soma dos conteúdos multidisciplinares forma o "todo" ensinado nas escolas. A interdisciplinaridade pressupõe a integração entre os conteúdos e as metodologias de disciplinas diferentes que se propõem a trabalhar conjuntamente determinados temas. Não é uma simples fusão ou justaposição, mas uma "interpretação" de conceitos, dados e metodologias.

Nessa perspectiva, trabalhar o ensino por meio de projetos, assumindo a transversalidade entre os campos de saber, passa por assumir uma postura político-pedagógica na qual a formação dos indivíduos seja pensada como um processo em que diversas instâncias, diversos campos do saber se entrelaçam, intervindo, transmitindo, construindo o pensamento. Significa "transitar pelo território dos saberes", possibilitando a recuperação da totalidade do ato de conhecer.

As experiências educacionais em diferentes realidades sugerem caminhos de construção de práticas pedagógicas facilitadoras de projetos de trabalho, estudos de meio e projetos de pesquisa.

Finalmente, a busca da transdisciplinaridade na construção de projetos educativos não pode ser, a nosso ver, considerada fórmula para os males do ensino, nem a busca de um saber unificado, mas fundamentalmente, uma postura crítica diante do mundo, do conhecimento e do ensino. É uma possibilidade de propiciarmos a formação geral do educando, pois permite a identificação entre o vivido e o estudado como resultado das múltiplas inter-relações, das múltiplas experiências.

Pensar essas questões implica acreditar na nossa capacidade de entender e agir sobre o mundo social, pois é sustentando essa crença, de forma implícita ou explícita, que damos sentido e ressignificamos nossa prática profissional. Para nós, a escola tem a responsabilidade não só de ampliar a compreensão do mundo, mas de formar indivíduos aptos

a participar e intervir na realidade. Portanto, a educação é vital na busca da felicidade, do bem comum, nas relações humanas, na promoção do humanismo. Educar é um ato de liberação, socialização, formação e transformações dos homens. É um direito do cidadão para o exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

FAZENDA, Ivani (org.) *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez, 1991.
FONSECA, Selma Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. 4ª ed. São Paulo: Papirus, 2005.
MACHADO, N. J. *Educação: Projetos e valores*. São Paulo: Escrituras, 2000.
NUNES, Silma do Carmo. *Concepções de mundo no Ensino de História.* São Paulo: Papirus, 1996.
THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O paradoxo da agulha ou a ambição do currículo de História

Helenice Aparecida Bastos Rocha*

Resumo

No paradoxo bíblico da agulha, Jesus Cristo teria afirmado a impossibilidade de entrada dos ricos no Reino dos Céus. A partir dele, elaboro uma reflexão sobre a dificuldade do ensino do currículo de História tal como se apresenta na contemporaneidade. Esse fenômeno ocorre tanto com o currículo que está prescrito em propostas oficiais, bem como com o que consta da tradição escolar, nos planos de curso ou livros didáticos. No lugar de tomarmos o professor como o responsável pelo problema do currículo, proponho outra reflexão. A proposta é conhecer a extensão de sua tarefa e suas práticas como estratégias para fazer o "camelo" do currículo da História passar pela "agulha" do limite do tempo escolar. Realiza-se um breve exercício de arqueologia de algumas práticas docentes, no que se refere ao currículo de História. O material analisado provém de pesquisa em que busquei conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para a compreensão dos alunos em aulas de História.
Palavras-chave: currículo, ensino de história, formação de professores

Abstract

In the biblical short tale of the needle, Jesus Christ affirmed that was impossible for the rich to be accepted in Heaven. From this, I develop a reflection about the difficulty of the curriculum of History teaching in contemporanity. This phenomenon occurs in such a way with the curriculum that is prescribed in official proposals, as well as in the school tradition, in the plans of the classes or in didactic books. Otherwise we consider the teacher as the responsible for the curriculum problem, I propose another reflection. We should begin to know the extension of his tasks and practices as strategies to make the "camel" of curricular of History to pass through the "needle" of the limits of time of a class. This reflection begins in a short exercise of archeology in some teacher's practices in the History curriculum. The material that I had analyzed comes from the research I realized in the teacher's strategies to the student's comprehension in History class.
Key-words: Curriculum, history teaching, teacher´s formation

No discurso bíblico, há uma expressão proverbial atribuída a Cristo que impacta pelo paradoxo colocado: seria mais fácil passar um camelo por uma agulha do que fazer um rico entrar no reino dos céus (Novo Testamento, Mateus 19:24). Tal expressão possivelmente significava para os antigos a descrição de uma impossibilidade. Indo além, significava que, para entrar nos reinos dos céus, os ricos necessitariam despojar-se do que lhes seria mais valioso. Caso contrário, até um camelo passaria por uma agulha. Os ricos, não.

Este Simpósio não é religioso, nem a pretensão deste texto, que fala sobre o currículo de História e sua ambição. Entretanto, o paradoxo citado esboça o argumento que

* Doutora, Professora-adjunta do Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

apresento: o currículo da História escolar, no que se refere aos conteúdos de ensino, é extenso, denso e complexo. Basta passarmos os olhos pelo índice de um livro didático do Ensino Fundamental para compreendermos os atributos acima. E a tendência desse currículo, ao longo das últimas décadas, é a de tornar-se mais extenso e complexo ainda. Será ele possível de concretizar-se plenamente, enquanto objeto de ensino-aprendizagem?

Proponho fazermos o esforço de conhecermos a extensão da tarefa do professor e sua tarefa e compreendermos suas práticas como estratégias para fazer o camelo do currículo tradicional de História passar pela agulha do limite do tempo escolar e de outras condições de produção da aula.

É um breve exercício de "arqueologia" de algumas práticas docentes, no que se refere ao currículo praticado de História. Será feito a partir de material de pesquisa em que busquei as estratégias de professores de uma escola pública e outra particular para fazer seus alunos compreenderem o conhecimento histórico escolar no Ensino Fundamental. A metodologia de pesquisa utilizada foi de inspiração etnográfica, com um trabalho de campo intensivo em duas escolas, em que aulas de História foram observadas e analisadas sob diferentes aspectos. Especialmente a interação verbal entre alunos e professores foi objeto de atenção, a partir do enfoque enunciativo escolhido. A escrita foi alvo de registro o mais próximo possível da forma realizada, e a fala de professores e alunos foi gravada e transcrita para análise (Rocha,2006).

Por conta do escopo deste trabalho, focalizo as formas como duas professoras da quinta série da escola pública pesquisada elaboram o currículo dessa série, no início do ano. Busco evidenciar as estratégias utilizadas por cada uma no esforço de fazer comportar no tempo escolar o currículo de História, como cada uma o concebe. Aparentemente ao contrário do que argumento no início, as professoras reelaboram o currículo de forma a que se torne viável, em suas concepções.

A natureza comparativa do trabalho apresenta riscos, já que o objeto em análise é complexo. Entre esses riscos, há uma tensão ou desconforto pela possível exposição dos sujeitos da pesquisa diante dos leitores, normalmente evitada pelo pesquisador da escola. Acredito que o sigilo sobre as identidades, o objetivo de compreender as estratégias desses professores na elaboração curricular em sua diversidade e a clareza de que em seu contraste saltam elementos para a análise, são aspectos que justificam o risco do empreendimento.

Aspectos da arqueologia do ensino de História

O termo arqueologia é utilizado aqui com aproximação à proposta de busca das dimensões materiais escolares (infra-estrutura, murais, disposição da sala de aula, planejamento), indícios que possam revelar características da escola e da sala de aula (BONAMINO ET AL, 2005: 2). Na pesquisa de campo realizada em 2004, elas foram consideradas na constituição da cultura escolar das escolas. A dimensão da orientação metodológica de cada professor, a regulação dos tempos e espaços, além de outros aspectos apontados por professores e alunos também foram considerados (ROCHA, 2006).

O planejamento curricular

Na escola pública pesquisada, os professores de História começam o ano informando a seus colegas em que ponto do conteúdo pararam, para que prossigam: *" Eu terminei nos gregos, você pode começar nos romanos"... " Eu terminei nas navegações, mas acho bom você recapitular para seguir adiante"...* Têm autonomia para deliberar sobre o plano de curso, optando por uma abordagem cronológica do conhecimento histórico escolar, chamada aqui de tradicional por ser a que prevalece nas escolas do Rio de Janeiro e possivelmente do Brasil.

Como fator principal para a forma como organizam o currículo na escola, alegam a existência de dificuldades de os alunos interpretarem o conteúdo da disciplina. Diminuem a proposta curricular em todas as séries e/ou eliminando alguns conteúdos. Esse enxugamento deliberado da proposta é acompanhado por opções metodológicas declaradas de alguns professores: fazer um trabalho mais *conceitual* (apesar da direção cronológica) ou de mais repetição de menos conteúdos, para melhor *fixação* (denominações atribuídas pelos próprios professores.

Contribuindo com essas escolhas individuais de realização do currículo, o plano de curso é uma relação sumária de pontos em um programa de orientação cronológica, o que facilita a cada professor ter autonomia para dar a direção metodológica e ocupar o tempo de suas aulas como julga se mais proveitoso, a partir desses tópicos. Vejamos a primeira unidade do plano de curso da quinta série, como ponto de partida da viagem do camelo da História:

Tema central: O homem, as relações sociais, a natureza, o trabalho e a cultura.

Unidade I: Iniciando o estudo da História – Introdução ao campo do conhecimento histórico, seus métodos e ferramentas de trabalho, seus objetos de estudo.

- O que é História
- Como se escreve a História
- Como se conta o tempo na História

O plano de curso não é extenso, constando de quatro unidades temáticas. De fato, não é. Devemos lembrar que ele corresponde ao ano de introdução dos alunos de dez a doze anos aos estudos históricos. Mas uma característica desse plano é estar sumarizado. Ou seja, resumido. Ele está aberto às possibilidades de desdobramento que os professores enxergarem nele. Assim, vale diferenciar o currículo proposto do currículo praticado, mesmo quando o autor da proposta é seu praticante.

Estes professores têm autonomia para organizar seus currículos ou planos de curso desde o planejamento inicial, com a seleção e sínteses de conteúdos que julgam essenciais. Nessa seleção, obedecem à tradição estabelecida não só para o currículo da série como para os das demais. As alterações mais relevantes são algumas supressões e o adiamento de alguns conteúdos. Por exemplo, Roma, tradicionalmente apresentada na quinta série, vai para o início da sexta. Não existe acordo entre os professores sobre essas alterações, mas todos concordam que existe um problema com os alunos e que essa é a solução possível.

Em entrevistas ou na observação do processo da pesquisa, registrei outras condições que parecem contribuir para as decisões tomadas pelos professores, ao formularem o plano de curso dessa maneira, que apresento aqui como fazendo parte dessa arqueologia:

- O nível de alfabetização e de letramento dos alunos[1]. Se os alunos a partir da quinta série apresentam problemas de leitura e escrita, com baixo desempenho acadêmico, isso afeta o seu rendimento em História, bem como em outras disciplinas. Nessa escola afirmava-se que os alunos apresentavam problemas de alfabetização, que os impediriam de realizar a interpretação do que lhes era trazido, especialmente por escrito. Essa condição contribuía para a reprovação dos alunos, que acabavam tendo um desvio de sua faixa etária em relação à série.

[1] Letramento, segundo a proposta de Soares, é um estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Já alfabetização, segundo a mesma autora, tem a ver com o domínio das tecnologias da leitura e escrita. (Soares, 1998:47).

- As condições materiais de produção e reprodução de textos e exercícios. Na escola em questão, essa condição é problemática, apesar de não ser crítica. As condições de reprodução de materiais são limitadas e o livro didático nem sempre está disponível, como no ano da pesquisa. Além disso, a biblioteca escolar quase nunca está aberta, por falta de funcionários, e seu acervo é muito restrito, dilapidado ao longo dos anos.

- As condições para deslocamento dos alunos em atividades fora da escola (excursões e passeios). Uma das professoras se queixava da falta de ônibus e de colaboração da direção para levar os alunos a lugares relacionados aos temas tratados, como museus.

- Enturmação. De acordo com as características gerais das turmas, os professores conseguem mais ou menos sucesso em seu trabalho. Nessa escola, os alunos foram enturmados por idade (dos mais novos aos mais velhos). Na quinta série foram formadas seis turmas com em torno de trinta e cinco alunos. As quatro primeiras ficaram sob a responsabilidade de uma professora, Mônica. As duas últimas, dos mais velhos, com a outra, Claudia.

- A expansão ou diminuição do tempo escolar. Nessa escola as aulas têm a perda, com variações, de ao menos 20 a 30% de seu tempo por: greves ou paralisações, falta de água, de merenda, de professores, ausência de controle de horário, pela entrada de pessoas em sala (vendedores, coordenadores ou anunciantes das mais diversas coisas) ou pela realização de reuniões no dia ou horário da aula, como os conselhos de classe. Além disso, no dia em que saem mais cedo, os alunos têm aulas menores ou oferecidas simultaneamente (o professor se desloca entre salas)[2]. Ou seja, nessa escola, o currículo tem em torno de 75% da carga horária prevista para sua realização.

Um camelo obediente a ordens diversas

Vejamos como as duas professoras concretizaram a primeira unidade do currículo através dos quadros de atividades, em que os conteúdos também são apresentados.

QUADROS DE ATIVIDADES

[2] É a prática chamada de *adiantamento de aula*, em que o professor passa alguma tarefa para os alunos fazerem sem sua presença o tempo todo em sala. Habitualmente são cópias do quadro, leituras e/ou exercícios.

CEIM	**TURMA 502**	**Profa Mônica**	
DIA/ Nº horas aula	**ATIVIDADES**	**DETALHAMENTO**	**TEMAS CONTEÚDOS**
03/03 02	1. Exposição oral e elaboração coletiva de noções; 2. Escrita simultânea de quadro comparativo sobre passado recente e passado remoto; 3. conclusão oral pela professora e escrita de síntese no quadro;	• A professora organizou a atividade 1. a partir de desenhos feitos pelos alunos (tarefa de casa anterior) e analisados previamente por ela; • Escrita no quadro pela professora/ cópia e no caderno pelos alunos;	Introdução à História - passado recente - passado remoto
05/03 01	1. Exercício	• Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos;	Introdução à História - passado recente - passado remoto
10/03/ 02	1. Exposição didática oral; 2. Escrita de síntese; 3. Tarefa de casa: redação sobre história de vida do aluno;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia no caderno pelos alunos;	Introdução à História - sentido do estudo da História
12/03 01	1. Exposição didática oral; 2. Escrita de síntese;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia no caderno pelos alunos; • Entrega da redação;	Introdução à História - sentido do estudo da História
19/03 01	1. Devolução da redação com comentários; 2. Exposição didática: Registro da linha de tempo de vida de cada um; 3. Exercício;	• Destaque no quadro de aspectos ortográficos e de pontuação que os alunos precisavam rever em suas redações; • Comparação discursiva: passado e presente em texto pessoal; • Notações específicas de linha de tempo; • Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização	Introdução à História - fato histórico - marco histórico - linha de tempo: notações

		no caderno pelos alunos;	
24/03 02	1. leitura comentada de trecho do L.D; 2. Escrita de síntese sobre o tema; 3. Exercício;	• Em voz alta, pelos alunos/comentários da professora; • Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos;	Introdução à História - fato histórico - marco histórico - linha de tempo
26/03 01	1. Correção de exercícios da aula anterior; 2. Exercícios;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos;	Introdução à História - fato histórico - marco histórico - linha de tempo
31/03 02	1. Correção de exercícios da aula anterior; 2. leitura comentada de trecho do L.D; 3. Exercícios.	• Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos; • Leitura em voz alta pelos alunos/comentários da professora; • Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos;	Introdução à História - Cronologia

CEIM	**TURMA 505**	**Profa Claudia**	
DIA/ Nº horas aula	**ATIVIDADES**	**DETALHAMENTO**	**TEMAS CONTEÚDOS**
01/03 02	1. Leitura comentada de livro didático;	• A professora leu o texto do LD em voz alta, mandou a turma sublinhar alguns trechos e fez comentários, fazendo também algumas perguntas.	Introdução à História - cronologia
04/03 01	1. Exposição oral; 2. Leitura comentada de livro didático;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia no caderno pelos alunos; • A professora leu o texto do LD em voz alta, mandou a turma sublinhar alguns trechos e fez comentários,	Introdução à História - Cronologia

		fazendo também algumas perguntas.	
08/03/ 02	1. Leitura comentada do livro didático; 2. Exercício 3. Início de correção;	• A professora mandou alguns alunos lerem o texto do LD em voz alta, mandou a turma sublinhar alguns trechos e fez comentários, fazendo também algumas perguntas. • Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelo alunos;	Introdução à História - cronologia
11/03 01	1. Correção do exercício da aula anterior; 2. Exercícios;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos;	Introdução à História - cronologia
15/03 02	1. Correção de exercícios da aula anterior; 2. Leitura comentada do livro didático; 3. Exercícios; 4. Inspeção em cadernos de alunos;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos; • A professora mandou alguns alunos lerem em voz alta, mandou a turma sublinhar alguns trechos e fez comentários, fazendo também algumas perguntas. • Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos;	Introdução à História -cronologia - linha de tempo
25/03 01	1. Correção de exercício anterior; 2. Leitura comentada do livro didático;	• Escrita no quadro pela professora/ cópia e realização no caderno pelos alunos; • A professora mandou alguns alunos lerem em voz alta, mandou a turma sublinhar alguns trechos e fez comentários, fazendo também algumas perguntas.	Pré-história
29/03 02	1. Exercícios;	• Leitura e orientação pela professora. Realização pelos	Pré-história

		alunos.	

Se examinarmos a última coluna em cada tabela, veremos que Mônica dedicou o mês de março para o estudo da primeira unidade, que é a História, seu sentido e noções correlatas. Ela procurou elaborar as noções de *passado recente* e *passado remoto* e somente depois as de *fontes* e *marcos*, tanto pessoais quanto históricos. Por último, fez os procedimentos de transformação de datas representadas em algarismos arábicos para algarismos romanos. Já a segunda professora, Claudia, dedicou três semanas de trabalho nessa unidade enfatizando a cronologia, especificamente ao procedimento de transformação de datas. Na quarta semana do mês ela já iniciava a segunda unidade, com a Pré-história.

Ou seja, a primeira professora trabalhou os três tópicos apresentados no plano para a primeira unidade. Esse trabalho tomou-lhe um mês letivo. A segunda, não tratou do primeiro tópico, passou brevemente pelo segundo e enfatizou o terceiro. Esse trabalho tomou-lhe três semanas letivas. Mas não foi apenas a escolha dos tópicos o que definiu o tempo escolar de trabalho com o currículo.

Se voltarmos nossa atenção para as primeiras colunas, que evidenciam a orientação metodológica do trabalho, veremos que a primeira professora realizou seu trabalho através de exposições, solicitou aos alunos tarefas como desenhos e redações em que apresentavam suas noções prévias e que serviram de base ao trabalho e registrou no quadro o resumo das exposições da aula. Ao final, exercitou o conhecimento trabalhado. Já nas aulas de Claudia prevaleceu a leitura comentada de expressões do livro didático e exercícios de fixação através de exercícios de alguns aspectos destacados nessa leitura.

Breve análise e conclusão

O que levou as duas professoras a elaborarem o currículos de forma tão diferente, se o plano de curso apresentava três tópicos para o ensino? A maior parte das condições apresentadas anteriormente para a realização do trabalho afetava as aulas das duas professoras. Há duas condições, entretanto, que se alteram e se relacionam. São as do nível de letramento e alfabetização dos alunos e sua enturmação. As turmas de Mônica são as mais novas e com menos problemas relativos à leitura e escrita. Os alunos com mais problemas relativos à alfabetização são os que vão compor as turmas de alunos mais velhos, os principais

candidatos à reprovação, como é o caso de uma parcela significativa dos alunos da turma da professora Claudia.

Aqui temos uma condição poderosa para a seleção curricular: o perfil do alunado quanto ao domínio da leitura e escrita. A observação das aulas e as entrevistas realizadas com Claudia permitem inferir que ela considera que os alunos não conseguem ler com autonomia. Diferentemente de Mônica, ela realiza a leitura por almejar que eles aperfeiçoem sua leitura através dessa prática e aprendam História no mesmo ato de leitura.

Mas é em dois fatores que não aparecem como indícios evidentes na arqueologia escolar que completamos o périplo do camelo do currículo de História. A formação do professor, responsável em parte pela definição do que ele julga importante ou não ensinar e aprender, e sua visão do aluno, tanto em uma perspectiva mais ampla, antropológica, ou humanista, até sua expectativa de pré-requisitos do aluno, vão conformar o currículo de história possível. Essas duas professoras tiveram formações iniciais e em serviço diferenciadas. Por conseguinte, o saber docente que é referência para suas práticas e seleções curriculares também se diferencia.

Vimos aqui que um professor preocupado em avançar com o conteúdo consegue fazê-lo. Entretanto, suas escolhas, o que inclui o ritmo que impõe ao trabalho de ensino-aprendizagem e a orientação metodológica, vão constituir a história ensinada de forma diferenciada diante dos alunos. Nas turmas acompanhadas na pesquisa, essa diferença expressou-se na compreensão maior ou menor do conhecimento histórico pelo aluno. Assim, o que vale mais a pena: o camelo da História passar pela agulha ou a constituição de sentidos mais relevantes para a História ensinada?

Referêncis bibliográficas

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; BERNADO, Elisangela da Silva; POLON, Thelma Lúcia Pinto. Da “Arqueologia” das escolas às práticas escolares: um estudo exploratório sobre as características das escolas participantes do projeto Geres no Pólo Rio de Janeiro. Disponível em: <http:www.abave.org.br. Acesso em 30 mar.2007.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. *O lugar da linguagem no Ensino de História: entre a oralidade e a escrita.* Tese (Doutorado em Educação). Niterói, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

THX 1138: uma história do futuro[1]

Reynaldo França Lins de Mello[*]

Resumo: Através do filme THX 1138 - uma história de ficção científica sobre um futuro incerto - podemos refletir sobre o presente por intermédio da discussão entre duas categorias: utopia e distopia; levando, também, a formulações sobre o controle social ao longo das diversas sociedades humanas.
Palavras-chave: Cinema – História – Utopia.

Abstract: Through the movie THX 1138 – a history of the science fiction about an improbable future – we can think about the present time to make use of the two concepts: utopia and distopia, its two words take us a some insights about social control in the humans societies.
Keywords: Movie – History – Utopia.

O primeiro filme de longa-metragem escrito e dirigido por George Lucas, retrata uma sociedade rigidamente governada pelo totalitarismo da biotecnologia com a *neo*teocracia. Não é difícil perceber as profundas influências da obras de Aldous Huxley, *Admirável Mundo Novo*, e de George Orwell, *1984* (referências para qualquer discussão sobre sociedades totalitárias, no campo da realidade do imaginário social, que aliás, está profundamente imbricada na questão do *ser humano*).

O tema de THX 1138, apresenta-nos uma reflexão sobre uma comunidade futurista extremamente avançada em tecnologia e controle social, beirando mesmo ao surrealismo da sustentabilidade social (ecotopia/ecofacismo?), onde ciência, política e religião se fundem num amalgama utópico/distópico.

O filme, na verdade uma parábola sobre as décadas de 1960 e 1970, nos conta uma história na qual a humanidade rastejou até os subterrâneos para viver como prisioneiros em um imenso espaço de clausura computadorizada. Homens e mulheres trabalham em estado de letargia causada pelo uso de drogas tranqüilizantes. Não têm nomes, personalidades, nem memória do mundo que abandonaram (apenas códigos identificadores alfas-numéricos), suas necessidades são estipuladas e providas pelo sistema, de forma totalmente igualitária. Esta

[1] Baseado no curta metragem, de 15 minutos, *Electronic Labyrinth: THX 1138 4EB* realizado por Lucas em 1967, quando cursava cinema na USC (University of Southern California), o filme foi uma parceria entre o estúdio Warner Bros. e a American Zoetrope, empresa de Francis Ford Coppola.

[*] Doutorando em História Social, pela Universidade de São Paulo.

sociedade distópica apresenta-nos uma visão pessimista de um futuro no qual os habitantes são vigiados por andróides e monitorados ciberneticamente, onde toda a forma de emoção foi proibida e considerada, portanto, como ato criminoso[2].

Esse filme faz uma avaliação do perigo da crescente dependência de tecnologia em nossas vidas como substituta das relações sociais. Toda a afetividade foi banida e o consumo de drogas entorpecentes é obrigatório. As máquinas e computadores são onipresentes e andróides sem rosto zelam pela segurança e pelo cumprimento das leis (nessa metáfora, além da justiça ser cega, ela nem sequer tem uma face!). Nesse mundo, as pessoas habitam junto com parceiros compatíveis escolhidos pelos computadores (THX 1138 é um macho operário que divide seu alojamento com uma fêmea, também operária, LUH 3417). O amor e o contato físico são proibidos e todos os cidadãos são obrigados a realizar tarefas rotineiras como assistir televisão e fazer sexo virtual com hologramas.

THX 1138 (Robert Duvall) é mais um desses cidadãos anônimos e sempre de branco nesta sociedade branca, onde todos são brancos, mesmo os negros, amarelos e vermelhos (rico em efeitos visuais, tomadas de cena em branco sobre branco, em ambiente estéril e frio, transmitem o isolamento entorpecente deste mundo futurístico e asséptico) – é a homogeneização do *uni*-forme: o branco da paz e da pureza de propósitos...

Técnico em uma usina nuclear, ele (THX 1138) vive a rotina normal de todos os habitantes, que inclui a confissão com uma entidade religiosa cibernética e o consumo rotineiro de drogas. Quando sua companheira LUH 3417 (Maggie McOmie) deixa de tomar suas drogas e substitui as de THX por pílulas inativas, os sentimentos despertam e fazem com que experimentem um romance (que é proibido por lei) e se apaixonem. Em seu novo estado de percepção (sentimentos, pensamentos e desejos próprios), o casal decide fugir do subterrâneo e isso acaba levando-os à prisão por **crimes sexuais** e **evasão de drogas**. Embora a maioria dos prisioneiros não deseje fugir, THX já em seu novo local reeducativo, onde os desajustados, deficientes e criminosos convivem numa vasta área de *nada* (no mínimo intrigante a tipologia do conceito de cadeia aqui expressa: a tortura do espírito humano, num local claustrofóbico de horizonte infinito, onde *ser-humano* é *ser-criminoso*), acaba convencendo SEN 5241 (Donald Pleasence), um técnico de informática que o próprio THX havia denunciado, e SRT, um holograma, a tentarem uma fuga (o real e o virtual são realidades palpáveis desse mundo fictício, o nosso não será igual, com nossas entidades metafísicas?).

[2] Interessante notarmos as semelhanças do filme com a proposta exposta por Jeremy Bentham sobre o modelo prisional já no século XVIII, sob a alcunha de *O Panóptico*, que podemos interpretar como um estado de vigilância total – um precursor do Grande Irmão, sem dúvida alguma.

Após descobrir que LUH está morta, THX foge e após uma longa perseguição, encerrada porque o orçamento de seu processo foi excedido (os custos para sua captura não são mais viáveis e ele será deixado à própria sorte, sem a proteção de sua sociedade – a reificação do sujeito é total: você vem um custo específico para a sociedade, que é devidamente quantificado, qualquer extrapolação desse limite faz com que o indivíduo seja descartado como útil ao sistema social), acaba alcançando a superfície, perplexo... mas triunfante, muito embora seu destino seja incerto, seu ato libertário anuncia uma nova era!

***

Feito o primeiro contato com o filme THX 1138 (recomendo entusiasticamente assistirem-no, àqueles que ainda não o fizeram), pensemos brevemente em como utilizar alguns dos conceitos aqui observados para o contexto da prática do ensino em história, como também nas demais ciências sociais.

O filme tem sua gênese na década de 60, é o período da chamada guerra fria, conseqüência direta da 2ª Guerra Mundial, que opõe dois grandes blocos ideológicos no mundo (capitalismo versus comunismo), e está a todo "o vapor". Nesse sentido, a discussão sobre o que é ideologia pode partir da história contemporânea, construindo e desconstruindo os sentidos de um passado e ou de um futuro não tão distante.

A história apresenta uma sociedade avançada, em um futuro hipotético, onde ciência, religião e política são utilizadas como elementos de controle social, e mais, como diretrizes de vida dos indivíduos, ensejando-nos uma crítica a ambos os blocos ideológicos, ao sistema social como um todo: se por um lado o sujeito coletivo levado ao extremo da valoração social pode desembocar no totalitarismo, o progresso econômico e científico também pode desaguar no mesmo oceano e, pior, a junção de ambos levando a um mundo humano distópico, praticamente sem alternativas libertárias – aqui podemos antever o surgimento do sistema industrial e científico que ao invés de anunciar a aurora para a raça humana, reporta-nos ao início da escravidão integral: mente e corpo reificados!

O amor (sentimental e sexual) é devidamente controlado por intermédio de drogas, mídia interativa (grandes telas que interagem com os indivíduos, os centro religiosos – estúdios televisivos – e policiamento). Interessante trazermos para o nosso presente esses elementos e questionarmos, se de fato, já não estamos caminhando para isso; pensemos nas Igrejas Eletrônicas, nas drogas licitas e nas "ilícitas" – mas nem tanto – e nas instituições sociais (temos cada vez mais o acirramento de um estado policial que caminha para um Estado Policial), e veremos uma trajetória constrangedora.

O ser humano busca continuamente, consciente ou não, uma vida de harmonia, paz e equilíbrio; muitos sonham com o Paraíso na Terra ou no além-túmulo, não importa o lugar e o tempo... um dia, um dia chegará, assim como já foi no passado. Mas o fato é que a utopia, via de regra, chega até nós já grávida de distopia; afinal o que é utopia se não a manipulação total da vontade alheia em prol da visão de um ou de alguns, do que seja a perfeição – pura provocação?

Por isso que dialogar com o filme, com a visão do diretor e com as interpretações que surgem daí, é olhar para nossa própria história: será que este filme é sobre o futuro, ou será sobre o presente que está em andamento por debaixo de nossos pés? Se assim for, como chegamos até aqui, que processos históricos carrearam a sociedade humana para uma complexidade cultural tal que leva a minimizar si própria, ao ser humano, levado não a um retrocesso que o tornaria, de novo, apenas mais um animal do mundo Natural, mas a um novo estado, completo e totalmente reificado, nem sequer imaginado, muito embora já entrevisto...

***

Quando eu passei este filme para minha turma no curso de História, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no ano de 2004, entre várias reflexões críticas (houve muitas), uma das que mais me chamou a atenção foi a que fez referência a necessidade de mais estudos e divulgação, sobre a história do amor e de suas concepções, como também, do uso e abuso por parte das religiões e Estados, dessa faceta das relações humanas, com o fito de controle social e psíquico.

Sem dúvida alguma, a energia sexual é uma das forças mais poderosas a qual o ser humano tem acesso, e quem a dominar, poderá dominar o mundo. Diremos então: viva ao culto da Virgem Maria, viva à Engenharia Genética, viva à repressão, liberalização e incorporação oficial das drogas.

Mas afinal, devemos ser contra o desenvolvimento do conhecimento humano e a suas experiências espirituais? A questão, e toda obra cinematográfica nos coloca alguma questão (ou questões), é quanto ao uso e sentido do conhecimento dado pela ciência e por outros ramos de experiência humana sob a égide do controle político da sociedade, e não um posicionamento contra ou a favor pura e simplesmente a uma novidade ou modismo qualquer.

Mais do que um mundo de imagens, todo filme é um universo de idéias, às quais as imagens representam, e idéias são sempre salutares pois são subversivas[3], subvertem o

[3] Não posso terminar estas linhas, sem remeter o leitor à fantástica obra do cineasta François Truffaut *Farenheit 451*, lançado em 1966. O filme é uma adaptação do livro homônimo do escritor norte-americano Ray Bradbury: num futuro próximo em uma sociedade totalitária e opressiva, a missão dos bombeiros é queimar todo o tipo de material impresso (os bombeiros sempre fizeram isto – anulação da história e eternização do tempo: o tempo é um só e sempre o mesmo), que é considerado propagador da infelicidade. Os livros são objetos subversivos e os

óbvio da ordem emanada da autoridade, seja ela qual for, fonte perene do: decretou, decreta e decretará!

Ficha Técnica:

Título Original: THX 1138.
Direção: George Lucas.
Roteiro: George Lucas e Walter Murch.
Argumento: George Lucas.
Produção: Francis Ford Coppola.
Ano da Produção: 1970. DVD. Color/95 Min.
Elenco: Robert Duvall, Donald Pleasence, Maggie Mcomie e Ian Wolfe.

subversivos são... VOCÊS, EU, e todos os que lêem. Simplesmente imperdível!

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A espera do salvador: as biografias do marechal Henrique Teixeira Lott

Karla Carloni*

Resumo:O presente trabalho pretende traçar a memória construída em torno do Marechal Henrique Teixeira Lott, a partir da análise das obras que tentaram retratar, em diferentes épocas, a trajetória desse importante personagem na história política-militar do Brasil. As biografias foram divididas em três temporalidades relevantes para a história recente do país: a candidatura à presidência da República (1960), o Regime Militar e o atual período democrático.
Palavras-chave: Marechal Henrique Lott; história política-militar; biografia; memória.

Abstract: The present work intends to describe the constructed memory about Marshal Henrique Teixeira Lott analyzing the works that tried to depict this important character path in the Brazilian political-military history, in different periods. The biographies were divided into three relevant temporalities for the recent history of the country: the candidacy to the Republic presidency (1960), the Military Regime and the recent democratic period.
Key-words: Marshal Henrique Lott; political-military history; biography; memory.

O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise das biografias já escritas sobre o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, importante personagem da história política brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Perfazendo o total de cinco publicações, serão analisadas as seguintes obras: SENNA, Milton. *Como não se faz um presidente*. RJ: Edições Gernasa, 1968; SALOMÃO, Jorge. *A vida do Marechal Lott*: a espada a serviço da lei. SP: EDIGRAF, 1960; CASTRO, Viriato de. *Espada x Vassoura*: Marechal Lott. SP: Palácio do Livro, 1959; COSTA, Joffre Gomes da. *Marechal Henrique Lott*. RJ: s/ed, 1960; e WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto*: uma biografia do marechal Henrique Teixeira Lott. RJ/SP: Record, 2005.

* Doutoranda no PPHS da Universidade Federal Fluminense.

As obras foram divididas em temporalidades relevantes para a construção da memória social em torno do marechal Lott e para a história recente do Brasil: 1°- a candidatura à presidência da República, pela coligação PSD-PTB, em 1960; 2°- Regime Militar; 3°- atual período democrático.

O estudo proposto não tem a preocupação de averiguar a veracidade dos fatos apresentados em cada obra, nem recolher informações sobre o biografado. O objetivo é perceber como foi construída a memória em torno do personagem político, quais são os argumentos e recursos utilizados pelos autores, perceber os usos políticos dessa memória e como a sua construção reflete o imaginário político da sociedade brasileira.

Estudar o imaginário político de uma sociedade implica em considerar os seus mitos, assim se justifica a proposta de reler as biografias escritas sobre o marechal. Nesse empreendimento percebemos a recorrência, com a exceção da obra de Viriato de Castro, da tentativa de construção de um mito político – o herói predestinado a salvar a nação. Se Lott não foi escolhido pelo povo para governar o país nas eleições presidenciais de 1960, porém, o discurso em torno de sua candidatura, as justificativas para a sua derrota e a memória que permanece sobre esse polêmico personagem refletem uma sociedade a espera do líder providencial.

I – Eleições presidências de 1960: a construção de um mito.

Ministro da Guerra do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), Henrique Teixeira Lott, tornou-se famoso nos meios políticos nacionais com o contra-golpe de 11 de Novembro de 1955. A ruptura sem precedentes na trajetória político-militar do "general caxias" o jogou no centro dos acontecimentos políticos do país e fez dele um importante símbolo da luta nacionalista das esquerdas políticas do momento. Evocado por nacionalistas de várias correntes partidárias e por militares que acreditavam em um país economicamente independente, Lott era igualmente execrado pela UDN e pelos setores conservadores das Forças Armadas. No auge de sua popularidade, o "marechal do povo aceitou os apelos para a sua candidatura para presidente da República no pleito eleitoral que se realizaria em outubro de 1960. Lott compôs chapa com João Goulart na dobradinha PSD-PTB. Repetia-se a fórmula partidária de 1955.

Nesse momento foram lançadas três biografias sobre o marechal, todas compromissadas em traçar o perfil daquele que poderia guiar a nação nos próximos anos. Para Salomão Jorge e Joffre Gomes da Costa, Lott deveria figurar na galeria dos heróis da nação, já Viriato de Castro, tinha uma missão contrária, seu objetivo era desmoralizar o candidato lhe

atribuindo fraquezas morais. Iniciemos pelas obras compromissadas em construir a imagem do marechal como reserva moral da nação.

O livro escrito por Salomão Jorge, *A vida do Marechal Lott*, data de 1960, pretende-se uma biografia do marechal e foi construído de forma a justificar porque o militar seria a melhor escolha para o governo do país. Historicamente podemos afirmar que o autor registrou no papel a tentativa de construção de um novo mito político no interior da sociedade brasileira.

No livro de Salomão Jorge, os episódios e as escolhas feitas pelo marechal na sua infância e juventude são descritos de forma a justificar as ações da maturidade e a sua trajetória é apresentada ao leitor com a "ajuda" de exemplos de grandes vultos da história nacional: Tiradentes, Felipe dos Santos, Rui Barbosa, Barão de Rio Branco, Duque de Caxias, Pinheiro Machado, Getúlio Vargas... A narrativa se constrói com a preocupação de demonstrar que todos esses personagens estão inseridos no panteão dos homens que de alguma forma lutaram pela pátria brasileira – defenderam a soberania e a independência política e econômica da nação – e que as suas lições estão presentes na vida e na memória do marechal. Subtende-se que a vida de Lott seria a continuidade e o amadurecimento da trajetória desses ilustres representantes da pátria, personagens que o militar havia estudado ainda menino. Porém, seria Duque de Caxias, o herói militar pacificador e ordeiro, o grande mestre e exemplo do novo redentor da pátria.

Para Salomão Jorge a vida de Lott com seus rígidos hábitos e regras, refletiam o homem correto, incorruptível, regrado e avesso a desordens na vida pessoal e pública, concluindo-se daí o seu apreço pela legalidade e pela democracia e a aversão a qualquer tipo de revolução – "sempre se revelou inimigo de todas as revoluções". Era o soldado a serviço da sua pátria, não um político qualquer disposto a vencer as eleições por vaidade ou sede de poder, sua vida política era sinônimo de sacrifício e dever militar. Por fim, governo de Lott constituir-se-ia em legítima continuação do governo do mineiro JK.

A segunda biografia publicada no ano de 1960, *Marechal Henrique Lott*, foi escrita por um militar, major Joffre Gomes da Costa, e como a obra de Salomão Jorge é elemento da campanha eleitoral rumo a presidência. Sem dúvida é a obra mais detalhada e documentada feita no período – um verdadeiro acúmulo de episódios, praticamente uma história da família Lott.

Major Joffre, foi subordinado direto de Lott, quando este ainda era tenente-coronel, em 1940, e montou um verdadeiro épico ao escrever sobre o biografado. Com uma concepção

positivista de história, alia o extremo cuidado com as fontes históricas à pesquisa de grande fôlego.

O discurso construído pelo major faz coro com a obra de Salomão Jorge. É a tentativa de construção do herói político. Lott desde de sua infância estaria predestinado a servir a pátria e a sua vida serviria de exemplo para os demais compatriotas. Novamente encontramos a idéia do soldado puro que agiu em nome do dever de servir a sua pátria: "O Ministério da Guerra, veio ter às mãos do Marechal por obra e graça do destino. Jamais cogitaria desse cargo. Aí tem começo a sua predestinação" (COSTA, 1960: 27).

A candidatura à presidência da República também era um dever cívico e mais uma etapa de sua predestinação: "o Marechal Lott vem guiado por uma estrela desde o alvorecer da sua vida de menino humilde. Para bem do nosso povo sua luz há de guiá-lo no caminho do Palácio da Alvorada. Será mais uma vez a força do predestino" (COSTA, 1960: 27).

Como última biografia do período de candidatura à presidência da República temos a antagônica obra de Viriato de Castro, *Espada x Vassoura: Marechal Lott*, publicada em 1959, um ano antes duas biografias já citadas. Virato tem clara pretensão de valorizar o candidato udenista, Jânio Quadros,e desmoralizar o candidato da coligação PSD-PTB.

A biografia, tal como as outras, pretende fazer uma descrição factual da vida do marechal confirmando o seu caráter apolítico e legalista, no entanto vai além ao questionar: por que Lott, a partir do episódio de novembro de 1955, passou a ser destacado ator na política nacional? Como se deu e quais foram os motivos para essa ruptura? O questionamento é pertinente até hoje, mas infelizmente a reflexão apresentada por Viriato é limitada, condiz apenas com o juízo de valor que o autor faz do biografado e com o seu compromisso em desmoralizá-lo.

Lott, como qualquer personalidade política, não era unânime e Viriato de Castro fez questão de demonstrar isso, chegando a publicar em seu livro duas poesias satíricas e combativas do consagrado literato Manuel Bandeira sobre Lott: *Letras para uma Marcha* e *A espada de ouro* (CASTRO, 1959: 52-53).

Retornando as obras de Salomão Jorge e de Joffre Gomes da Costa, verificamos, como já constatado, a construção de um discurso que atribui ao marechal Lott o caráter mitológico de personagem heróico predestinado a governar sob o signo do nacionalismo, da legalidade e do civismo militar. Essas atribuições faziam parte do imaginário nacionalista da época e eram evocados em um momento de desafio. A sociedade brasileira saía do primeiro governo eleito após a grave crise de agosto de 1954 e agora tinha que escolher o sucessor de

JK. Esperava-se aquele que deveria dar continuidade à suposta fase de prosperidade iniciada pelo construtor de Brasília.

Pode-se dizer que são nos momentos de desafio, onde as sociedades são compelidas a achar soluções para os seus problemas, que os mitos políticos tomam vulto e se concretizam em imagens. Pois, tal como ocorre nas sociedades tradicionais, "se a razão nos abandona, resta sempre a *ultima ratio*, o poder do miraculoso e do misterioso" (CASSIRER, 2003: 323). Mas, diferentemente do que ocorre nos mitos tradicionais, o homem contemporâneo tende a resistir ao fantástico e reveste o mito com a roupagem da razão, são criadas teorias e discursos justificando e legitimando a crença.

Lott, para os seus dois biógrafos era a concretização dos anseios da nação e as narrativas por eles construídas estão comprometidas em racionalizar e justificar, através da utilização da história nacional e seus personagens, a escolha do marechal. O candidato à presidência deveria figurar como um novo Caxias para sociedade brasileira, o homem do Exército que representava a ordem e a obediência às instituições republicanas.

Na perspectiva de Raoul Girardet o número de construções mitológicas produzidas pelo homem é limitado e reencontramos os mesmos mitos em diferentes épocas em diferentes sociedades, transvestidos pelo sistema de imagem de cada realidade histórica específica. Seguindo essa orientação, podemos encaixar, respeitando as devidas particularidades, o herói registrado por Salomão Jorge e por Joffre Gomes, no modelo de Cincinnatus[1], ou seja, herói pelo passado:

> *[...] um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos da paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos, grandes comandos, depois escolheu um retiro modesto, longe dos tumultos da vida pública [...] a angústia de todo um povo bruscamente confrontado com a desgraça o chama ou o traz de volta à frente do Estado [...] sua tarefa é apaziguar, proteger, restaurar (GIRADET, 1987:73-74).*

Lott já havia contribuído em tempos passados para a sua nação, tanto como militar de carreira exemplar, quanto como ministro da Guerra, em 1955. Em 1960 ele era novamente evocado a abandonar a sua vida pessoal e assumir a direção do Estado, com o dever de construir um governo comprometido com as aspirações nacionalistas.

II- Derrota nas urnas: o salvador não foi reconhecido pela multidão.

Lott não venceu as eleições presidenciais de 1960. Finalmente a UDN chegara ao poder depois de amargurar sucessivas derrotas eleitorais e articulações golpistas. Mas, o que

[1] Lucius Quincius Cincinatus (519-439 a.C.) foi general, cônsul e ditador romano.

continua a nos interessar é a construção da memória em torno do "marechal do povo" por parte de seus biógrafos.

O nosso quarto autor é Milton Senna, jornalista dos *Diários Associados* que cobriu, junto a outros jornalistas, a campanha de Lott pelo Brasil. O seu livro, *Como não se faz um presidente*, é o registro do trabalho como correspondente eleitoral e nele estão os principais discursos e as matérias jornalísticas que informavam o "dia-a-dia do candidato".

Milton Senna publicou o seu livro no início da fase mais radical do Regime Militar, 1968. O resgate da memória do marechal parece ao mesmo tempo uma censura à sociedade brasileira que elegera Jânio Quadros, o que, para o autor, abriu espaço para a instauração do regime militar, e acalanto em meio à tempestade. O livro evocava um chefe militar antagônico ao quadro de horror que começava a ser pintado por seus companheiros de farda.

Nas palavras de Milton Senna a campanha eleitoral do marechal adquire um caráter missionário, uma verdadeira "pregação cívica" que permitiu que o candidato corre-se o país revelando a "pureza de seus ideais e a integridade de sua conduta cívica" (SENNA, 1968: 36). Retorno do velho marechal ao mundo político seria resposta aos clamores do povo e obrigação para com a sua pátria. O marechal ao aceitar a sua candidatura teria feito por dever cívico – saíra do recolhimento do seu lar para ajudar a solucionar a crise política que vivia a nação. Confirmamos o mito de Cincinnatus, era o retorno daquele que nunca foi político e aceitara o fato como mais um dever para com a sua nação.

O imaginário cristão se faz presente para dar sentido a derrota eleitoral que supostamente teria levado o país à uma fase de trevas – era o Salvador em meio a bestas heréticas. Tal como o maior mártir do ocidente, Jesus Cristo, Lott não foi reconhecido pela multidão, sendo hostilizado e condenado pelos representantes de seu povo:

> *[...] foi arrastado à praça pública por uma série de circunstancias, como um cristão atirado as feras, depois de passar toda a sua vida recluso nos quartéis [...] apesar de sentir-se atraiçoado, de ser caluniado e ridicularizado, nem por isso deixou de dar a sua contribuição, mais uma vez, à luta pela libertação econômica de seu povo [...]. (SENNA, 1968:32)*

Contudo, relembrar Lott em 1969, tal como fez Milton Senna, parece ser uma tentativa de encontrar um feixe de esperança em meio a opressão do Regime Militar.

Na década de 1970, um boato, que para muitos ainda é verdade, tomou conta do país: o marechal Lott, que a muito já estava recolhido do mundo político, ao saber que seu neto Nelson, filho de Edna Lott, estava preso e sendo torturado dentro de um quartel do Exército, vestiu seu uniforme e saiu em busca do torturador, que, ao ser localizado foi morto por um tiro certeiro do nosso herói. Esse episódio que ainda repercute na memória de muitos

que viveram o Regime Militar foi amplamente investigado e desmentido pelo jornalista Wagner William, que publicou a mais recente biografia sobre o marechal (WILLIAN, 2005).

A narrativa de Milton Sena parece se encaixar na mesma lógica desse boato – um herói do passado evocado em tempos de trevas. Diante dessa memória, que ainda permanece forte, o historiador deve se perguntar: por que esse mito foi construído?

Na década de 1970 a sociedade brasileira vivia sob o recrudescimento do regime militar. Censura e terror passaram a fazer parte do cotidiano de muitas famílias brasileiras que assistiam os seus filhos e netos desaparecerem e pereceram nos "porões da ditadura". Era um período difícil – justamente aqueles que deveriam preservar a integridade do país e de seus habitantes, torturavam e assassinavam os filhos dissidentes da classe média. A perplexidade tomou conta daqueles que ainda acreditavam nas Forças Armadas como sinônimo de nacionalismo e honradez e poucos passaram do estado de perplexidade para desesperada luta na busca dos entes queridos.

Foi na ordem das representações sociais que parte da sociedade brasileira buscou um pouco de conforto. Nosso Cincinnatus fora evocado outra vez. A publicação de Milton Senna e o boato do assassinado do torturador representavam o que parte da sociedade desejava: livrar seus filhos das prisões e vingar suas torturas. Indo além, o feixe de esperança aparecia no interior das próprias Forças Armadas. No meio das trevas havia luz, ou seja, ainda havia militares dignos de sua farda.

As imagens de um salvador associada à luz em meio as trevas, antes de compor a mitologia política do século XX, como sugeriu Girardet, é antes de tudo elemento de composição de algo bem mais enraizado na sociedade ocidental – a mitologia cristã. Alessandro Portelli, ao estudar a memória coletiva do massacre nazista em Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944), identificou na narração dos sobreviventes e de seus parentes imagens da martirologia cristã. O que nos interessa precisamente é um personagem presente no conjunto de relatos reunidos por Portelli: o soldado alemão que se recusou a participar do massacre, tal como um dos soldados romanos que se recusou a investir contra Jesus Cristo. O autor observa que a recorrência desse personagem não se faz somente nos relatos do massacre da pequena cidade italiana, mas está presente em relatos de outros momentos igualmente violentos e traumáticos. A explicação de Portelli é precisa e da conta das variações do mesmo tom: "O ponto central do mito, em todos os casos, é que quando a violência coletiva gera vítimas inocentes (Cristo, Trastuli, Ardeatina, Civitella), sempre existe

entre os assassinos, algo ou alguém que resiste. Talvez seja verdade, ou talvez apenas tenhamos necessidade de acreditar nisso" (PORTELLI, 2002: 123-124).

III – O marechal adentra o século XXI

Passados quase quatro décadas após o último livro publicado sobre o marechal Lott, o jornalista Wagner William publicou, em 2005, *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott.* O autor revela grande cuidado ao reescrever a biografia do marechal. A apurada investigação e o uso de novas fontes possibilitaram a construção de uma biografia detalhada e com novas informações sobre a trajetória do militar. Encontramos, sem dúvida, um trabalho de qualidade e de rigor intelectual que contribui enormemente para o resgate da memória dessa importante personalidade política da História recente do Brasil. O autor foi contracorrente ao processo de esquecimento social imputado ao marechal e a sua trajetória política.

No que se refere à memória em torno de Lott pode-se apontar dois motivos que determinaram o quase esquecimento desse personagem: própria perseguição que os militares nacionalistas e os opositores ao Regime Militar sofreram por aqueles que assumiram o poder após o Golpe Civil-Militar de 1964; e da associação no imaginário social entre militares e truculência – fruto das arbitrariedades e brutalidades cometidas pelos mesmos durante a ditadura militar.

Apesar da indiscutível qualidade do trabalho de Wagner William e da objetividade imposta pelo autor, a obra não conseguiu fugir da construção da imagem do herói nacional compartilhada pelos antigos biógrafos do marechal. O mito da predestinação e da abnegação em nome da pátria, certamente de forma mais suave, reaparecem no texto. A narrativa descreve uma vida coerente em todas as suas escolhas, sem contradições ou equívocos. Fica subentendido o personagem justo, íntegro e dedicado à pátria que foi o marechal Lott.

Novamente os atributos de militar dedicado e disciplinado, além, de legalista, retornam a representar as melhores qualidades do nosso "soldado puro". Mais uma vez a analogia ao herói Caxias é inevitável. Dos primeiros anos de vida até o último dia de existência, a vida do marechal só pode ser entendida a partir da predestinação do herói cívico: "O mistério Lott parecia ter um destino a cumprir desde o princípio: ser soldado, absolutamente um soldado" (WILLIAN, 2005: 495).

Tal como Milton Senna, Wagner William repete a profecia falida de que se o marechal Lott tivesse sido eleito presidente da República em 1960, a história do Brasil seria

outra. O Golpe Civil-Militar não mancharia a história nacional e o processo de modernização iniciado por JK teria continuidade.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Virgindade e reclusão: submissão ou resistência

Rejane Barreto Jardim*

Resumo:
Esta comunicação resulta de um trabalho de investigação sobre as mulheres na Castela do século XIII. Nessa pesquisa o objetivo foi verificar se as mulheres eram parte constitutiva de uma rede de diferentes tipos de poderes que compunham aquela sociedade.
Essa rede de poderes permitiu a construção de um ideal de feminino, no qual as mulheres assumem determinados papéis.
Assim, quero discutir a idéia de que virgindade e reclusão podem ser interpretadas, ao mesmo tempo, como submissão e como resistência, procurando observar em que medida ocorre a intervenção das próprias mulheres na elaboração das imagens do feminino daí decorrentes.
Palavras-chave: Gênero, religiosidade e poder

Abstract:
This communication is the result of a study about women of Castela of the XIII century. The main objective of this study was to find out whether women were part of a chain of different types of power that constituted that society.
This power chain was responsible for an ideal of feminine, in which they take up certain roles. Therefore, the first idea I want to discuss is that both virginity and reclusion can be interpreted either as submission or resistance at the same time, trying to show to what extent women themselves interfere in the construction of the image of woman resulting from this.
Keywords: Gender, religiosity and power.

Se for verdade que a mulher medieval, independente de sua condição social, foi objeto de uma violência endêmica, é possível que muitas dentre elas tivessem idealizado uma existência o mais distante possível dessa situação, evadindo-se do mundo dos homens e dedicando-se ao exercício de práticas religiosas. Ora, reclusão e virgindade podem ter sido os mecanismos de autodefesa elaborados pelas jovens e senhoras daquela civilização.

Na Idade Média as mulheres que optaram por uma vida de reclusão e virgindade possivelmente estavam construindo uma outra possibilidade de existência social. Fugindo do padrão dominante, elaboravam uma alternativa de vida, um espaço simbólico exclusivamente feminino, "una ginecosociedad simbólica y quimérica" (RIVERA GARRETAS, 2003: 28).

*Doutora em História, professora da Universidade de Caxias do Sul.

Na da Península Ibérica é oportuno ter em conta que a ativa fronteira com o Islã pode ter marcado ainda mais a necessidade de defesa das integridades física e moral das mulheres cristãs, que poderiam ter suas opções religiosas bastante influenciadas pelo quadro geral da luta contra os muçulmanos.

Como sabemos, a necessidade de defesa da cristandade ibérica uniu irmandades religiosas locais com os ideais religiosos e militares das ordens religiosas de além Pirineus. Isso provocou o aparecimento na segunda metade do século XII de ordens militares peninsulares.

Nesse contexto de luta contra a presença moura em terras ibéricas, a opção por uma vida de reclusão pode ter sido realmente uma alternativa viável e segura para algumas mulheres da Península Ibérica medieval.

Várias são as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, que, de forma direta ou indireta, abordam o tema do desejo de evasão, uma delas é a *Cantiga* 105. Se observarmos bem, a protagonista dessa *Cantiga* manifesta desde menina o desejo de evadir-se do mundo que a aguardava: "E desto fezo a Santa Reynna gran miragre que vos quero contar, u apareceu a hua **menya** en un orto u fora trebellar, em cas de seu padr'en hua cortynna que avia ena vila d'Arraz"[1] (CSM 105)[2]. O conteúdo desse e de outros poemas da mesma coletânea pode ser cruzado com o relato da *Vida de Santa Oria*, de Gonzalo de Berceo.

Nessa obra, Berceo nos dá a conhecer a história de vida de Oria, uma santa pouco conhecida fora da região de Rioja, na Espanha medieval, cuja existência está intimamente relacionada com o monastério de San Millan de Suso, local onde está sepultada. Conta-nos Berceo que Oria começou sua vida de religiosa reclusa aos nove anos de idade.

Essa menina, segundo a narrativa do poeta, manifesta desde muito pequena o desejo de viver, não só em estado de virgindade, mas também em reclusão, "emparedada". A jovem donzela teve uma vida breve, viveu por volta dos 27 anos, seguramente não mais que os 28.

Chama a atenção àquilo que Lévi-Strauss denominou de elementos invariantes. Isto é, em várias narrativas desse período é possível observar que as mulheres que optam por uma vida de virgindade e reclusão manifestam, segundo as narrativas, essa vontade desde a infância. Esses elementos podem nos sinalizar que de alguma forma, as jovens providenciavam desde a infância a possibilidade de viver uma outra vida, aquela que elas mesmas pudessem escolher.

---

[1]Grifo meu.
[2]Trata-se das Cantigas de Santa Maria de Afonso X.

Esse elemento invariante também poder ser observado na *Cantiga 188* (CSM, 188, II: 221-222), que me permitirei transcrever quase integralmente justamente para permitir a observação desses elementos que se repetem, vejamos:

> *Esta é dua*[3] *donzela que amava a Santa Maria de todo*
> *seu coraçon; e quando morreu, feze a seu padre abrir*
> *porque põya a mão no coraçon, e echaron-lle fegurada*
> *a omage de Santa Maria.*
> *Coraçon d'om' ou moller que a Virgen muit'amar,*
> *maca-lo encobrir queiran, ela o faz pois mostrar.*
> *[...] Esto por hua donzela mostrou a Sennor de prez,*
> *que mui de coraçon senpre a amou des menynnez*[4]

Esta *Cantiga* pode ser reveladora de um desejo, ainda que precoce, de se entregar à vida religiosa. Esse sentimento pode ser parte de um movimento em busca de uma possibilidade de vida fora do casamento que como sabemos, na maior parte das vezes, poderia significar uma existência marcada por grandes percalços, chegando muitas vezes ao extremo da violência doméstica, tal como a narrativa da *Cantiga 105* nos apresenta.

Enfim, o casamento pelo pouco atrativo que se apresentava parece ter sido o destino que algumas buscaram, sem dúvida alguma, subverter. A vontade de fugir ao matrimônio, possivelmente levou muitas jovens a forjar uma religiosidade muitas vezes extremada. Para Paulette L'Hermite-Leclercq, a reclusão voluntária, na Idade Média, foi algo tipicamente feminino: "Au bas moyen age, tous lês pays de l'occident chrétien (France, Anglatere, Germanie, Italie, Espagne [...] ont connu um mode de vie religiuex rigoureusement solitaire et héroiqïque: la réclusion vonluntaire".[5]

---

[3]Nesse vocábulo o *u* teria o sinal de til, mas por limitações técnicas, do teclado do computador utilizado, não foi possível obedecer à grafia original.

[4]Paráfrase: Esta sobre uma donzela que tinha grande amor por Santa Maria, e, quando morreu, por acreditarem que havia sido envenenada abriram seu corpo e encontraram em seu coração a imagem de sua Majestade. Coração de homem ou de mulher que ame muito a Virgem, ainda que queiram encobri-lo, Ela o faz aparecer. Disto apareceu um milagre, que vos direi, do qual fiz bom som e estrofes, e se o ouvires bem, por certo que haveis de confiar mais na Virgem. Isto mostrou a Senhora apreço por uma donzela que muito de coração, desde menina, a amava e lhe servia de bom grado; por ela, tal amor lhe fez que o bem que a queria não quis por nada negar. Esta donzela amou tanto a Santa Maria que, ainda que estivesse nesse mundo, por Ela o desprezou tanto que, pelo jejum que fazia, adoeceu, e passou um mês inteiro sem comer nada do que lhe davam para comer e beber. E, ainda que não falasse – segundo o que aprendi – se lhe falavam de Santa Maria – como ouvi – se levava em seguida a mão ao coração. A mãe acreditava que estava gravemente doente e que por colocar a mão sobre coração, acreditava estar doente naquele ponto. E quis Deus, que sem mais, sua bendita Madre a foi buscar e levá-la consigo. O pai e a mãe, quando a viram morrer, acreditaram que havia sido por causa de um veneno, e fizeram que a abrissem, e encontraram dentro do coração, sem mentir, a imagem da Gloriosa, tal qual ela se lhe figurava. E disto Santa Maria deram, por isso grande louvor e toda a gente que ao redor estava, dizendo: – "Bendita sejas, Madre de Nosso Senhor, que tua grande lealdade não tem e nem terá igual". Coração de homem ou de mulher que ame muito a Virgem, ainda que queiram encobri-lo, Ela o faz aparecer.

[5]L'HERMITE-LECLERCQUE, Paulette. La réclusion voluntaire au moyen age: une institution religieuse spécialement féminine. In: La condición de la mujer en la Edad Media, 5-7,1984, Madrid, p. 135-154. **Actas del Coloquio celebrado en la Casa de Velázquez**. Madrid: Casa de Velazquez . Universidad Complutense, 1986. Tradução: Na baixa Idade Média, todos os países do Ocidente cristão (França, Inglaterra, Germânia, Itália, Espa-

Sabemos que o casamento era visto como objeto de pouco atrativo, conforme referido em vários discursos daquela sociedade. Entre esses discursos, o eclesiástico se esmerava em enumerar as desvantagens da vida matrimonial, apresentando exemplos de aborrecimentos, como: a gravidez, que causava tantos incômodos, tais como inchaços e dores pelo corpo, as dificuldades em governar uma casa, crianças choronas, etc.

Além disso, segundo os Pais da Igreja, o casamento era um mal. Ainda que necessário, ele estava marcado pelo pecado da concupiscência. O matrimônio não acabava com a noção pecaminosa da relação conjugal, e isso causava, possivelmente, uma expectativa em relação aos castigos provenientes de tal condição. [6] Também não se pode esquecer da polêmica anti-matrimonial do século XII que, inspirada em São Jerônimo, descrevia as dificuldades e aborrecimentos da vida conjugal.[7]

Sabemos que entre as classes populares havia uma visão bastante crítica sobre a vida matrimonial, segundo um ditado popular: "nenhum homem se casa sem se arrepender disso" (RICHARDS, 1993: 32). Nesse contexto sociocultural, o casamento era muito mais uma armadilha que significava o fim da liberdade e o começo das responsabilidades.

Além disso, soma-se a esse contexto anticasamento o tom ainda mais estridente das reformas dos séculos XI e XII, quando a ordem era o celibato. A reforma gregoriana, ao impor como regra geral ao clero a observância do celibato, acentuou a imagem das mulheres como sujeitos sedutores e tentadores ao mesmo tempo em que valorizavam a virgindade de Maria.

Os problemas do excesso populacional que caracteriza a Europa dessa época e as suas conseqüências podem ser importantes elementos a contribuírem para o florescimento desse movimento vocacional. Nesse momento, inclusive as mulheres de origem não nobre tiveram maiores possibilidades de acesso à vida religiosa.

Dessa forma, mesmo que com reservas, a Igreja e os poderes seculares podem ter visto nessa sensibilidade espiritual uma estratégia de controle do crescimento populacional e assim toleraram a chegada das mulheres nesse meio pouco preparado para acolher o feminino. Diante desse quadro, é possível compreender a busca de uma existência pautada pela reclusão.

---

nha [...], conheceram um modo de vida religioso rigorosamente solitário e heróico: a reclusão voluntária.

[6]Sobre a noção do casamento como um mal necessário consultar entre outros: CASAGRANDE; VECCHIO, 2003, p. 229-337.

[7]Sobre o casamento, consultar as seguintes obras: SOT, Michel. A gênese do casamento cristão. In: **Amor e sexualidade no ocidente.** Traduzido por Anna Maria Capovila, Horácio Goulart e Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1992, Tradução Revue L' Histoire/Seuil, p. 163-175; RIBORDY, Geneviève. Les fiançailles dans le rituel matrimonial de la noblesse française à la fin du Moyen Age. Revue Historique, CCCVI-$, 620, 2001, p. 885-911; CHENON, Emile. Quelques rites nuptiaux. **Nouvelle Revue Historique de droit français et étanger.** 36ª Année, 1992, p. 573-604; DUBY, 1988; BELIOZ, 1994; DUBY; PERROT, 1993; Cf. RICHARDS, 1993; Cf. LABARGE, 1996; EBROOK, Christopher. ***O* Casamento na Idade Média**. [s/l]: Publicações Europa-América, [s/d]. THOMPSON, 1998, p. 305-397.

Seja como for, o que as fontes parecem nos indicar é que as mulheres, de um canto a outro da Europa medieval, e no transcorrer de uma longa duração histórica, tinham desde a infância, duas alternativas: ou o casamento com os homens ou o casamento com Deus.

O casamento com Deus, era um matrimônio místico que muitas vezes também era fruto da interferência familiar ou de estratégias de defesa, no caso ibérico, marcado pela luta contra o Islã.

A escolha pela vida religiosa implicava, na maior parte dos casos, em possuir um bom nascimento, isto é, ser nobre. Diferentemente, portanto, do que se pensava entre os séculos XVI ao XVIII, quando se acreditava serem as mulheres das classes populares aquelas que procuravam a vida religiosa por falta de meios econômicos para sobreviverem. Com exceção das beguinas, que se constituíam essencialmente em um movimento religioso de origem urbana e com inserção nos meios populares e abastados fora da nobreza, e que por isso poderia ter abrigado entre elas mulheres de outros extratos sociais, a maioria das mulheres que optaram pelo modo de vida religiosa na Idade Média era de origem abastada.[8]

Afonso X, na *Cantiga 122* conta a história da "fill dun rei, e pois foi moja e mui santa moller" (CSM, 122, II: 60), tratava-se de sua irmã, Dna. Berenguella, "que metieron virgen em el monesterio de las Huelgas de Burgos et consagraronla a Dios". [9]

O protetor do monastério de Lãs Huelgas era o próprio rei de Castela. Outras abadias na Europa medieval também gozaram da proteção real. Quedlinburg, na Alemanha, e Fontevraud[10], na França, tinham poderes quase episcopais e estavam protegidas por amplos privilégios reais. Las Huegas informa um relatório de 1210 ao Papa Inocêncio III, não só presidia concílios de abadessas e visitava os conventos vizinhos afiliados ao seu, como também benzia as monjas, lia o evangelho, predicava publicamente e, o que era muito pior, para a estrutura oficial da igreja, lá se ouvia a confissão.

Nesse contexto, ter uma vida dedicada à religião ou às práticas piedosas, não significava, necessariamente, abandonar suas relações com o mundo secular, tão pouco poderia resultar na observância de práticas de pobreza e vida desconfortável ou ausência de conflitos. [11]

---

[8]Sobre as beguinas consultar entre outras obras as seguintes: LOYN, 1997; LABARGE, 1996, p.131-157. Sobre as origens socioeconômicas das mulheres medievais, que buscaram exercer suas religiosidades ligadas a algum movimento ou subordinadas a alguma ordem, ver: ANDRADES *apud* MUÑOZ GRAÑA, Ângela. **Religiosidad femenina**: expectativas y realidades (são. VIII-XVIII) Madrid: Gramar A. G/AI-Mudaynam 1991, p. 139-164.

[9]Sobre o caráter autobiográfico de algumas Cantigas consultar: SNOW *apud* KLEIN, 2005, p. 67-68).

[10]Em relação à Fontevraud consultar BERLIOZ, 1994 e BLOCH, 1995. Esse lugar teve abadessa geral, uma mulher, que tinha poderes sobre homens e mulheres e também sobre as demais casas ligadas à ordem. A escolha de uma mulher para comandar a ordem é pensada não no sentido de exaltação a mulher, mas justamente como meio de salvação do homem. A mulher existe para redimir o outro, ser dirigido por alguém inferior é uma prova de humildade que resultará na salvação daqueles que por ela são orientados.

[11]Sobre a vida das mulheres em conventos ou congêneres, consultar: DUBY; PERROT, 1993; BERLIOZ, 1996;

Pelo contrário, muitas mulheres levaram para as suas novas vidas todo o aparato necessário para uma existência digna e confortável, típica da aristocracia.

Exemplo disso se pode observar em Las Huelgas, cujo quotidiano foi bastante marcado pelos modos de vida da nobreza. Para Labarge, tratava-se de um *convento enormemente aristocrático, pero no muy devoto.* (LABARGE, 1996: 50-142).

Nessa perspectiva, mesmo quando estavam em um espaço, aparentemente sob o controle delas mesmas, de uma maneira ou de outra, não escapavam do olhar vigilante e acusador daquela sociedade macho.

A análise das *Cantigas* de Afonso X e dos *Milagros* de Berceo, nos permite ver como essa idéia, das abadias femininas que se constituíam em fonte de preocupações para o pensamento dominante estavam, de algum modo, bem incorporada por aquele sistema simbólico. Tanto o texto afonsino quanto o berceano nos falam de uma abadessa que engravida e que, por conta desse pecado, é objeto da condenação de suas companheiras de reclusão e da autoridade do bispo.

Esse tema pode também ser observado em outras *Cantigas* de Afonso X, tais como 44, 55, 58, 59, 94, 285 todas tratando de monjas que abandonam sua vida conventual.

No texto berceano, sobretudo no Milagre de *La abadessa encita* (MNS, 21: 120-136), nos é relatado que ocorre certa aliança entre a monja pecadora e a Virgem, ao mesmo tempo em que suas companheiras articulam-se contra ela. [12] Como é possível observar em seu texto, há ainda que sutilmente, uma reprovação sobre a gravidez da abadessa. Essa condenação pode ser constada nas diferentes formas de se referir ao fato: *que peccó, fizo una locura que es mucho vedada, libra del mal porfazo una muger mezquina; que nunca más no torne en aquesta erranza.*

Quando narra a reação das companheiras da religiosa grávida, o poeta cria um clima, no mínimo tenso entre a abadessa e suas jovens monjas, tal como: *Querrien veerla muerta las locas malfadadas, Cuente a los prelados esto a la vegadas [...]. Enbiaron al obispo por su carta deçir.* Não podemos esquecer que existe uma relação hierárquica entre a abadessa e as monjas que, nesse caso foi rompida.

Se, por um lado, o poeta sugere que as jovens religiosas tiveram o cuidado de zelar pela fama da abadia, e por isso denunciaram a abadessa ao bispo, por outro lado, mais adiante,

---

LABARGE, 1996; ROUSSELL, 1989; MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ângela. **Mujer y experiencia religiosa en el marco de la santidad medieval**. Madrid: Asociación Cultural AL-MUDAYNA, 1988.

[12]Sobre o texto berceano e suas representações femininas, sobretudo para a questão da maternidade presente no milagre em discussão, ver: DIZ, M. Ana. Berceo y Alfonso: la historia de la abadessa encinta. **Cantigueiros Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria**. v 4, n.199, 1994, p. 85-99.

o poeta, na voz do bispo, acusa as monjas de traição que, como sabemos, é algo bastante grave para aquela sociedade, veja: "Dunna, - disso - fizieste unagrand traicion, **Pussieste la sennora em tal mala razon que es mui despereciada vuestra religio**".[13] Nesses versos, me parece que Berceo nos dá a conhecer exatamente o que pensam da religiosidade feminina os homens da igreja. A atitude impensada da abadessa e de suas jovens reclusas deprecia a religiosidade daquelas mulheres.

No caso da *Cantiga* Afonsina tanto as narrativas textuais quanto a figurada enfatizam o erro cometido pela religiosa. Entretanto, o que mais parece contar nessa *Cantiga* é o topos da mulher incapaz. A pronta intervenção do bispo que, sem maiores pudores, quer ver até que ponto a abadessa se encontra de fato comprometida em sua promessa de castidade (CSM, VII, I: 24-25). Isto parece sinalizar para a necessidade das mulheres serem dirigidas pelo bom senso masculino. Embora exista um movimento que faz a Igreja acolher essas novas manifestações religiosas, contudo a posição das mulheres dentro da Igreja é de subordinação e dependência.

O tema da abadessa pecadora, tanto nesse caso, no qual ocorre uma gravidez indesejada, quanto nas demais *Cantigas* de Afonso X, nas quais as protagonistas fogem com seus amantes, obteve uma difusão literária muito grande na Europa medieval. É o caso da *Cantiga 94*, que segundo Valverde, é uma das *Cantigas* mais comentadas em todo o continente europeu. Esse tema parece ser revelador de uma visão sobre as mulheres em relação a sua religiosidade e sua sexualidade na Europa daqueles tempos, justamente por se tratar de uma lenda que percorre um vasto território.

As mulheres continuavam marcadas pelos seus corpos, e são elementos que causam desordem, sobretudo no meio clerical, um lugar sem lugar para o feminino. As imagens das *Cantigas 59* e *94* apresentam de uma forma, bastante realista, essa condição de submissão ao controle masculino, que se realiza a partir da vigilância e da punição do corpo sinuoso das mulheres. Ambos os poemas tratam do tema da ausência de convicção religiosa feminina, cuja intervenção masculina é capaz de restituir. [14]

Diante disso, é interessante perguntar até que ponto temas como esses, que envolvem monjas que, de alguma forma se desviam da conduta esperada para aquele tipo de vida, ou que trazem para o meio monástico algum tipo de desordem, não seriam fruto de uma reação

---

[13]O grifo é meu.

[14]Sobre as formas de representação do feminino nas Cantigas de Afonso X ,consultar: PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, María Isabel. El tratamiento de la mujer en las Cantigasde Santa María. **La condición de la mujer en la Edad Media**, Madrid: Universidad Complutense, 1986.

do universo masculino à recente chegada das mulheres num ambiente que, até então, era predominantemente deles, um domínio dos homens.

Se nas relações entre os sexos, cada uma das partes faz, a seu modo, uma interpretação do poder que permeia essas relações, então é possível se pensar que esse tipo de lenda tenha tido a acolhida que teve justamente por representar os receios daquele sistema simbólico hegemonizado pelo clero, que como sabemos, é exclusivamente masculino.

Se de fato as mulheres realizaram um movimento que pressionou aquele ambiente social, dirigido por um clero, em sua maioria misógino, que imaginou e dirigiu a religiosidade feminina, então a chegada dessas criaturas pode ter sido vista exatamente dessa forma, isto é, como o resultado de uma crescente pressão que forçava essa acolhida nas instituições religiosas.

As mulheres que participavam dessa *onda* espiritual encontraram já montado um modelo de religiosidade próprio dos homens. Assim, elas ou acataram os modelos já existentes, adaptando-os a elas, ou forjaram novas formas de organização religiosa. E a cada lance dado por elas corresponderia uma reação por parte do clero que, então, se dedicou a organizar esse público cada vez mais numeroso.

É possível que a partir desse momento o antigo princípio cristão da igualdade de todos diante da redenção e diante da graça, tenha sido preterido, uma vez mais, pelo princípio da periculosidade das mulheres para os homens, abrindo espaço para a já conhecida contradição da ética cristã quando se trata do universo feminino. Para Adeline Rucquoi, nem o direito canônico, nem a teologia conseguiram resolver o conflito existente entre os textos evangélicos, que advogam pela igualdade entre homens e mulheres, e a tradição oriental que considera a fêmea inferior ao macho.

É oportuno pensar que aquilo que, à primeira vista, possa parecer uma atitude autoritária, pode ser, na verdade, uma estratégia de proteção contra qualquer tipo de ameaça e que assegurava uma existência mais tranqüila, tanto na terra como no céu.

Referências Bibliográficas

CHENON, E. Quelques rites nuptiaux. **Nouvelle Revue Historique de droit français et étanger.** 36ª Année, 1992, p. 573-604

DIZ, M. A. Berceo y Alfonso: la historia de la abadessa encinta. **Cantigueiros Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria**. v 4, n.199, 1994, p. 85-99.

L'HERMITE-LECLERCQUE, P. La réclusion voluntaire au moyen age: une institution religieuse spécialement féminine. In: La condición de la mujer en la Edad Media, 5-7,1984, Madrid, p. 135-154. **Actas del Coloquio celebrado en la Casa de Velázquez**. Madrid: Casa de Velazquez. Universidad Complutense, 1986

MUÑOZ FERNÁNDEZ, Â. **Mujer y experiencia religiosa en el marco de la santidad medieval**. Madrid: Asociación Cultural AL-MUDAYNA, 1988.

MUÑOZ GRAÑA, Â. **Religiosidad femenina**: expectativas y realidades (são. VIII-XVIII) Madrid: Gramar A. G/AI-Mudaynam 1991.

PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, M. I. El tratamiento de la mujer en las Cantigasde Santa María. **La condición de la mujer en la Edad Media**, Madrid: Universidad Complutense, 1986.

SOT, M. A gênese do casamento cristão. In: **Amor e sexualidade no ocidente.** Traduzido por Anna Maria Capovila, Horácio Goulart e Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1992

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Poder e Negociação: concepção e desdobramentos de uma legislação na América portuguesa.

Marcia Eliane Alves de Souza e Mello*

Resumo: Apresentamos um novo estudo de formação do Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Com ênfase na análise das negociações entre o poder central e o poder local na confecção da nova legislação. Contribuindo com uma melhor compreensão das práticas da administração colonial e da política metropolitana naquela região do Império português.

Palavras-chave: Império português - Regimento das Missões – Amazônia Colonial

Abstract: Nous présentons une nouvelle étude de formation de la Carte des Missions de l'État du Maranhão et Grão Pará (1686-1757), en mettant en relief l'analyse des negociations entre le pouvoir central et le pouvoir local dans l'élaboration de la nouvelle législation, afin de contribuer à une meilleur compréhension des pratiques de l'administration coloniale et De la politique metropolitaine de l'Empire Portugais dans la région mentionnée.

Palavras-chave: Empire Portugais - Carte des Missions – Amazonie coloniale

Mesmo sendo aceito como uma modalidade lícita de adquirir índios para o trabalho na América portuguesa, houve determinados momentos em que a legislação indigenista proibiu todas as formas de cativeiro dos índios, tanto por meio de resgates quanto por guerra justa. Como exemplo, temos a Lei de 1° de abril de 1680 que decretava a liberdade dos índios. Todos os índios encontrados em cativeiro deveriam ser encaminhados para os aldeamentos missionários e tratados como livres (LEITE,1950: 62). Outras Ordens Régias complementares à Lei de liberdade dos índios, foram envidadas para o Maranhão, entre elas as que indicavam os jesuítas como preferenciais administradores dos índios já aldeados e exclusivos para as missões a serem feitas nos sertões (BEOZZO, 1983:107-111).

*. Doutora em História Moderna pela Universidade do Porto. Professora da Universidade Federal do Amazonas

Contudo, as leis de 1680 não tiveram boa aceitação por parte dos moradores daquele Estado, culminando, em 1684, com uma revolta e nova expulsão dos jesuítas da região[1]. Mais tarde, restabelecida a paz no Estado e com a volta dos missionários da Companhia, foi introduzido um novo sistema através da Lei de 21 de dezembro 1686, conhecido como "Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará" que vigorou até 1757, quando foi substituído pelo *Diretório dos Índios* (PERRONE-MOISÉS, 1990)

Para que possamos compreender a constituição do *Regimento das Missões*, se faz necessário observar os diferentes agentes envolvidos na proposta da nova legislação (conselheiros régios, autoridades coloniais e jesuítas) e, os contraditórios interesses locais, em que se entrecruzavam, colonos, índios e missionários, bem como a redefinição de estratégias de ampliação de poderes locais desenvolvidos ao longo da concepção e aplicação da legislação.

Quando em 1684 os jesuítas foram mais uma vez expulsos do Maranhão, embarcou para o reino, em fins do mesmo ano, o Pe. João Filipe de Bettendorff para dar conta do sucedido ao rei e pedir o retorno dos jesuítas. Comparecia Bettendorff à casa de Roque Monteiro Paim, secretário do rei, todas as semanas para instá-lo com suas propostas para restituição dos padres jesuítas ao Estado do Maranhão e sobre o governo dos índios (BETTENDORFF, 1990: 396- 411). Por outro lado, não paravam de chegar à Corte pedidos dos moradores para que se tornasse a abrir os sertões para o cativeiro dos índios, sob várias alegações. Exercendo enorme pressão sobre os organismos consultivos régios.

Portanto, para tratar das questões particulares daquele Estado que requeriam soluções específicas, por ordem de D. Pedro II, foi formada em 1684 uma Junta especial que tratasse dos negócios do Maranhão. E para ela foram encaminhadas diversas demandas tanto dos colonos quanto dos missionários, sendo o "palco" privilegiado das discussões que em 1686 deram origem ao *Regimento das Missões.*

A autoridade desta Junta pode ser inferida pela sua composição, onde identificamos importantes conselheiros régios como seus membros, a saber: Conde de Vale de Reis (Presidente do Conselho Ultramarino), Francisco Malheiro (Conselheiro Ultramarino e secretário da Junta dos Três Estados), Roque Monteiro Paim (Secretário do rei), Dr. João Vanvessem (Conselheiro do rei e Deputado da Junta das Missões), Dr. Manoel Lopes de Oliveira (Procurador da Coroa), Dr. Bento Teixeira Saldanha (Conselheiro Ultramarino) e Ignácio Coelho da Silva (Ex-Governador Geral do Estado do Maranhão e conselheiro do rei, membro do Conselho Ultramarino), e o Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio (Conselheiro

[1] A "Revolta de Beckman", assim denominada em virtude do nome de um de seus líderes, Manoel Beckman.

Ultramarino, Procurador da Fazenda e Deputado da Junta das Missões) (AHU, *Maranhão*, Cx. 7, doc. 763).

Distinguimos nesta formação da Junta dos Negócios do Maranhão a presença de dois letrados, com carreira magistrática e com experiência no ultramar, nomeadamente no Brasil e em Angola. O primeiro deles foi o Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, que exerceu vários cargos no Ultramar antes de tornar-se membro do Conselho Ultramarino[2]. Gozava de considerável prestígio na Corte e, como conselheiro do rei, participava em várias juntas informais, sendo o seu conselho solicitado mesmo em matérias que extrapolassem as suas atribuições funcionais. O segundo deputado letrado foi o Dr. João Vanvessem. Filho de comerciantes flamengos estabelecidos na Corte, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, entrou para o serviço real em 1645. No desempenho de suas atividades, partiu para o Brasil, tomando posse, em 1657, na Relação da Bahia, onde permaneceu por mais de dez anos, tendo, por força do cargo que ocupava viajado para outras capitanias em diligência, tomando maior contato com a realidade colonial. De volta ao reino, ocupou o cargo de desembargador dos feitos e causas cíveis da Casa de Suplicação, sendo mais tarde escolhido conselheiro do rei D. Pedro II (MELLO, 2006: 305).

Das discussões feitas em Lisboa, inicialmente, no Conselho Ultramarino e depois, mais especificamente, na Junta dos Negócios do Maranhão, acerca das dificuldades causadas pelas reformas impostas pela legislação de 1680. Destacamos como fontes para análise deste trabalho: as petições e requerimentos da câmara de Belém e São Luís (1685); o papel político de Manoel Guedes Aranha (1685) e as três consultas especificas ocorridas na Junta dos Negócios do Maranhão (1686). Nas quais podemos observar as propostas que originaram o Regimento das Missões.

Contudo, devido ao reduzido espaço circunscrito para exposição de todos os tópicos debatidos nas consultas e em seus desdobramentos, que levaram a formação dos 24 paragrafos do citado regimento, escolhemos 2 tópicos para ilustrar nosso argumento inicial. A saber, a repartição dos índios e a sua administração temporal.

O acesso e domínio da mão-de-obra indígena eram vitais e perpassava toda a sociedade colonial na Amazônia, de forma que a disputa pelo acesso à mão-de-obra e seu controle foi o tema mais recorrente na história do Grão-Pará, notadamente a partir da segunda

[2] Foi Ouvidor Geral na capitania do Rio de Janeiro (1660), Desembargador sindicante em Angola (1669) e Chanceler da Relação da Bahia (1675).

metade do século XVII, chegando mesmo a envolver as incipientes estruturas do poder local, como toda a complexa máquina administrativa metropolitana atuante na região.

As Câmaras de São Luís e do Pará, em particular no ano de 1685, enviaram vários requerimentos ao reino, nos quais se queixavam da falta de índios para satisfazer as necessidades dos moradores nos serviços das lavouras e no comércio, e ainda solicitando a exclusão dos padres da Companhia de Jesus em relação à utilização dos índios livres e à definição do serviço espiritual a ser praticado pelos religiosos (AHU, *Pará*, Cx. 3, doc. 240 e doc. 253).

E para fazer frente a propostas contrárias que os jesuítas interpunham diretamente na corte, os moradores do Maranhão através de suas câmaras elegeram o ex-capitão mor do Pará Manoel Guedes Aranha, como procurador daqueles povos para ir a Lisboa e defender pessoalmente as demandas dos moradores. Desta forma, Manoel Guedes apresenta ao rei D. Pedro II, no ano de 1685, um longo documento dando conta das noticias e dos costumes do Maranhão e requerendo as soluções para os problemas que seus vassalos entendiam estar inviablizando o desenvolvimento economico e político daquele Estado (BN, códice 1570).

Como indicamos no principio deste texto, dentre as reformas indicadas pela legislação de 1680, uma delas apontava para o estabelecimento de uma repartição em três partes iguais dos índios de serviço nos aldeamentos[3]. O senado da câmara de Belém, em janeiro de 1685, enviou uma representação ao rei onde apontava os inconvenientes da divisão dos índios em três partes, visto que os jesuítas se apossavam totalmente "de todas as partes", não restando aos moradores índios para o seu serviço. Relatavam ainda que dois moradores que haviam retirado quatro índios do aldeamento foram excomungados pelo Bispo, insuflado pelos jesuítas, ficando deste modo, os moradores seriamente preocupados (AHU, *Pará,* Cx. 3, Doc. 240).

Em novembro do mesmo ano, dirigiram-se os deputados da câmara de Belém para a cidade de São Luís, onde se encontrava o governador Gomes Freire de Andrade, a quem apresentaram uma petição. Depois, juntos com a câmara de São Luís, encaminharam um requerimento ao rei, onde novamente criticavam a ação dos jesuítas, destacando o mau uso que estes faziam da terça parte dos índios livres, que a eles era destinada pela provisão de 1680. Segundo os deputados, os jesuítas estavam "gozando mal, e indevidamente" dos índios, descumprindo as cláusulas da provisão, não tratando dos índios para o fim que lhes foram

[3] 1/3 deveria ficar nas aldeias para tratar da produção de subsistência; 1/3 seria destinado a servir aos moradores e 1/3 para acompanhar os missionários nas missões. Revezando os índios aldeados entre os 3 grupos.

concedidos, uma vez que faziam uso não para suas entradas no sertão, mas para servirem deles em benefício de suas propriedades. (AHU, *Pará,* Cx. 3, Doc. 253).

Encontramos também em outro documento contemporâneo, escrito por Manoel Guedes Aranha, procurador do Maranhão, informações que apontavam para a dificuldade de aplicação da lei de 1680 no que tange à divisão das aldeia de repartição em três partes de índios. Guedes Aranha criticava o reduzido número de índios existentes nas missões e a dificuldade que se colocava a restituição dos índios às aldeias a fim de que se procedesse ao revezamento dos índios entre as outras duas partes (BN, códice 1570).

Face às pressões exercidas tanto pelos jesuítas quanto pelas câmaras, a Junta dos Negócios do Maranhão, reuniu-se várias vezes para tratar das questões apresentadas. Em 13 de outubro de 1686, analisando as queixas da câmara de Belém sobre o procedimento dos jesuítas na administração e repartição das aldeias livres. Foi chamado o Pe. João Filipe Bettendorff, que perante a junta prestou declarações aos ministros. Declarando no tocante a queixa dos moradores na repartição dos índios das aldeias, que devido "a ambição, e necessidade dos tais moradores por falta de escravos", estes nunca estavam satisfeitos com os índios repartidos. Desta reunião resultou uma avaliação favorável aos moradores, considerando que os religiosos não estariam fazendo a sua obrigação para com a terça parte dos índios da forma como indicava a lei vigente (AHU, *Maranhão*, caixa 7, doc. 751).

Mais tarde, em uma outra consulta de dezembro do mesmo ano, encontramos a as considerações do governador Gomes Freire acerca da divisão em três partes das aldeias de repartição. Afirma o governador que, na prática, e no que se refere à demanda dos moradores, esta divisão não estava funcionando satisfatoriamente, não suprindo os moradores com a mão-de-obra indígena necessária para os seus trabalhos. Segundo ele "no Maranhão haverá 90 Índios, excetuados de privilegio, e capazes de trabalho, 30 são para assistirem em suas casas, 30 para os Missionários, e da outra parte leva 10 o dizimeiro, e 10 o obrigado, e ficam outros 10 para servirem a 600 moradores". Não se encontrando no Pára mais que 50 índios para se dividir em três partes (AHU, Códice 485).

As câmaras, no que diz respeito a este assunto, apontavam como argumento as ilegalidades e o mau uso dos índios de repartição por parte dos jesuítas, partindo da estratégia de acusar aqueles que administravam a mão-de-obra indígena. Ao passo que Gomes Freire e Manuel Guedes Aranha argumentam diretamente sobre o funcionamento da lei, indicando os equívocos de sua aplicação.

O que resultará na prática na confecção do Regimento das Missões, está presente nos parágrafos 15° e 16°, nos quais a repartição dos índios aldeados passava a se dar em duas

partes, ficando uma parte no aldeamento enquanto a outra servia aos moradores e à Coroa. Não entravam nessa repartição dos índios os padres da Companhia, e para compensá-los estavam destinadas para servir os colégios e residências dos jesuítas uma aldeia no Maranhão e outra no Pará.

Neste aspecto, as reclamações das câmaras pelo descumprimento das obrigações dos padres jesuítas e as informações prestadas por de Gomes Freire pesaram na decisão da consulta da Junta dos Negócios, que se inclinou para uma proposta favorável ao pleito dos queixosos moradores. Por outro lado, a outra questão que diz respeito à administração dos índios tomou um outro rumo. Como podemos depreender das consultas feitas na Junta e a concretização do Regimento das Missões.

Dentre as reformas introduzidas pela legislação de 1680, podemos destacar: o controle exclusivo dos jesuítas nas missões existentes no sertão, em detrimento das demais ordens religiosas da região. Deixando sob os cuidados dos jesuítas todas as aldeias de índios já cristãos, exceto algumas poucas que já fossem de outros religiosos.

Entretanto, alguns anos depois foi concedido aos moradores a administração particular de aldeamentos livres de índios, privilégio conferido através da Provisão Régia de 2 de setembro de 1684 (AHU, Códice 1275:34-39). Embora concedesse aos moradores a possibilidade de serem administradores de determinados aldeamentos de índios livres, a provisão determinava que essa administração não seria absoluta, devendo os administradores leigos dividirem o poder político e espiritual com os religiosos que houvessem praticado os descimentos, que poderiam ser os religiosos franciscanos de Santo Antônio ou os padres da Companhia de Jesus.

Essa condição não agradou nem aos religiosos nem aos moradores. E para agravar a situação, os Jesuítas, por meio de seu representante em Lisboa, Pe. João Filipe Bettendorff, declarou na reunião da Junta dos Negócios do Maranhão em outubro de 1686, que os jesuítas se recusavam a assistir nos aldeamentos sob a administração dos moradores, alegando não terem neles a mesma jurisdição que lhes foi concedida nas outras de serviço comum (AHU, *Maranhão,* Cx. 7, doc. 751).

A câmara de Belém sugeria em petição de 17 de janeiro de 1685, que os missionários deveriam se ocupar apenas com o poder espiritual, que deveria ser a função primeira das missões, e não com o temporal. Sugeriam que os padres da Companhia fossem excluídos de "de toda ou qualquer temporalidade dos índios forros, tanto os da Repartição como todos os mais, que estão avassalados" (AHU, *Pará*, Cx. 3, Doc. 240). A câmara ainda recomendava que os padres da Companhia devesse se ocupar apenas com o evangelho, a sua

principal função, e não com outras atividades, como a coleta de drogas-do-sertão. Para tanto, sugeria-se a perda do poder temporal dos missionários sob os indígenas aldeados.

Para agravar ainda esta questão, após a revolta de 1684 e conseqüente expulsão dos seus missionários, a Companhia de Jesus viria se defrontar com duas vertentes de pensamento a respeito das missões naquele Estado: uma que procurava a manutenção das missões no Maranhão, defendida pelo Pe. Felipe Bettendorff; e outra que sustentava a idéia de abandonar as missões como medida mais adequada, proposta pelo Pe. Jodoco Peres.

Sendo chamado para prestar explicações sobre as controvérsias causadas pelos moradores, o padre Bettendorff, defendeu seus pontos de vista pessoalmente na Junta dos Negócios reunida em outubro de 1686, apresentando documentos que demonstravam os altos custos de manutenção das missões e o pouco amparo dado pela Fazenda real. Todavia, defendia ele, que "sem administração temporal dos Índios, a missão não tem razão de ser nem pode subsistir (...) portanto, ou se alcance essa administração ou se abandone" (LEITE, 1950: 89).

A Junta mostrou-se sensível com seus argumentos, revelando sua opinião da seguinte forma:

> *Parece interpôs juízo, pela verdade que consta, reparando os danos eminentes, se os Padres da Companhia não forem logo para as missões, á respeito das almas dos índios, das Aldeas, que administram, e daquelas que se podem reduzir ao grêmio da Igreja, e os que podem suceder, se não se aplicar juntamente alguma moderação aos excessos, ou as faltas dos ditos Padres de que se queixam os moradores (AHU, Maranhão, Cx. 7, doc. 751).*

Novamente reunida a Junta dos Negócios do Maranhão em sessão em 2 de dezembro de 1686, para avaliar as diversas propostas, sobre o meio de se conservarem, e augmentarem as aldeias, e a forma como que se deveriam ser as aldeias administradas (AHU, códice 485). Considerando informes do Governador Gomes Freire acerca dos documentos oferecidos pelos padres da Companhia. Resultaria desta reunião as principais diretrizes do Regimento das Missões.

Como vimos o senado da câmara defendia a retirada do poder temporal que os missionários obtiveram sob os índios forros, alegando que os jesuítas deixavam de lado a evangelização dos índios. Enquanto os jesuítas, pelo que demonstra a documentação analisada defendiam uma idéia central, diferente dos oficiais das câmaras, qual seja, o poder espiritual só poderia ser praticado se também tivessem o poder temporal dos índios aldeados.

No que diz respeito a este aspecto o Regimento das Missões, definiu no seu parágrafo primeiro o seguinte: "Os Padres da Companhia terão o governo, não só espiritual,

que antes tinhão, mas o político & temporal das aldeias de sua administração" (BEOZZO, 1983:114). Alguns autores compreenderam aqui que os jesuítas haviam saído vitoriosos no seu litígio com os moradores. Todavia, ressalte-se que não era uma administração exclusiva, visto que também era extensiva aos padres franciscanos da Província de Santo Antonio que também possuíam aldeamentos na região.

É importante também observar que o Regimento das Missões de 1686, muito embora seja compreendido como a consolidação do poder político dos jesuítas na região, devido ao controle absoluto que lhes foi concedido na administração dos aldeamentos indígenas, também pode ser entendido, como "**a mediação do Estado por uma solução de compromisso entre as demandas dos moradores e missionários**"(grifo nosso) (FARAGE, 1999:32). E nesse sentido, os debates levados à consulta na Junta dos Negócios do Maranhão teve uma importância estratégica fundamental para desenvolver essa mediação.

Até fins do século XVII a Coroa foi redefinindo novos mecanismos de poder metropolitano, criando organismos para os quais foi sendo transferido muito do poder decisório que os jesuítas detinham quanto a administração da mão-de-obra indígena. Neste caso, é ilustrativo a criação da Junta das Missões ultramarinas, cujo representantes metropolitanos eram, não por acaso, o Dr. Sebastião Sampaio e o Dr. João Vanvessem, presentes na também Junta dos Negócios do Maranhão.

Referências bibliográficas:

BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos das Missões**. Política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

BETTENDORF, Pe. João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão.** 2ª ed. Belém: FCPTN, 1990.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no rio Branco *e* a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Anpocs, 1991.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália, 1950. volume 4.

MELLO, Marcia Eliane A. Souza e. *Um Junta para as missões do Reino*. In: **Promontoria.** n°4. Faro: Universidade do Algarve, 2006. Pp. 291-317.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Legislação indígena colonial: inventário e índice**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campinas: Unicamp, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O cotidiano das famílias indígenas da Comarca de São Jorge dos Ilhéus através dos documentos, 1758-1820.

Teresinha Marcis*

Resumo - Esse trabalho busca perceber, no discurso das autoridades, o cotidiano das famílias indígenas comuns, focalizando as atividades econômicas desenvolvidas nas vilas de Barcelos, Santarém e Olivença situadas no litoral sul da Bahia no período entre 1758 a 1820.

Palavras-chaves: Índios – Fontes – Bahia.

Abstratac - This work explore in the speech of the authorities, the daily one of the Indians families, focusing the developed economic activities in the villages of Barcelos, Santarém and Olivença in the south coast of the Bahia, between 1758 to 1820.
Keywords: Indians - Sources - Bahia.

Introdução

Nesse artigo buscou-se reconstruir uma descrição narrativa sobre o cotidiano das famílias indígenas moradoras das vilas de Nova Olivença, Nova Santarém e Nova Barcelos - todas originadas dos aldeamentos administrados pelos jesuítas e localizadas na Comarca de São Jorge dos Ilhéus no litoral sul da Bahia. O aspecto desvelado foram as atividades "ordinárias" realizadas por homens e mulheres para subsistência no espaço social das vilas indígenas, focalizando, o processo desenvolvido para a realização dessas atividades e como foram percebidas pelos autores que as registraram.

Três documentos foram as principais referências: o manuscrito "Respostas (...), 1768", [1] composto por mais de vinte e cinco respostas relativas as questões sociais, políticas e econômicas das vilas e dos moradores indígenas. Esse documento foi produzido pelo Ouvidor da Comarca da Bahia Luis Freire de Veras, encarregado da criação das Vilas nas Aldeias Jesuíticas da antiga Capitania de Ilhéus; os dois outros foram produzidos por Baltazar

* Mestre em História Social pela UFBA. Professora Visitante da UESC.
[1] Agradeço a Marcelo H. Dias pela cessão da cópia e da transcrição do manuscrito. As respostas trabalhadas nesse artigo são referentes às seguintes questões numéricas: 1 quantos são; 2 habitações; 3 língua; 5 terras; 7 roças; 11 ofícios; 13 alimentação, vestuário, agricultura, trabalho, comércio.

da Silva Lisboa, sendo o OFÍCIO (1799) enquanto fora Ouvidor da Comarca de Ilhéus, e MEMÓRIA, (1802) quando era o Juiz Conservador das Matas.[2]

A leitura das fontes orientou-se para a exploração do discurso das autoridades, procurando extrair, das diversas referências ao trabalho dos índios, como eram realizadas as atividades cotidianas, dentro e fora do espaço social da vila. Vale ressaltar que a tentativa de contextualizar os processos, geralmente pouco explicados nos documentos, sugere a necessidade de compreender o que essas e outras lacunas representavam no período em que foram produzidas e, de como tais lacunas ainda podem ser "armadilhas" para as análises na atualidade (MONTEIRO, 1999; SAFIER, in PAIVA e ANASTÁCIA, 2002:427-430).

A leitura dos documentos sugere a percepção de um discurso elaborado, quase sempre sobre uma realidade exposta pelos indígenas para a observação das autoridades representantes da Coroa Portuguesa. Entendemos, portanto, que tantos os indígenas contaram ou mostraram situações mais adequadas ao observador, como esses as registraram parcialmente, segundo sua ideologia e filtrando as informações que consideravam relevantes naquele contexto. Um exemplo das lacunas, propositais ou não, é a exclusão de qualquer menção a práticas indígenas considerados traços de gentilidade, como as crenças e os rituais.

Vale ressaltar que esse artigo inspira-se nas produções dos historiadores que já se debruçaram sobre a temática, destacando as obras de John Monteiro e Maria Hilda Paraíso. Também se fundamenta na tese defendida por Marcelo H. Dias (2004:15), que redefine o papel econômico da antiga capitania de Ilhéus, tratado pela maioria dos estudos como periférica e subsidiária da economia canavieira de Salvador e do Recôncavo. Por extensão, redefine também a tese de que a população indígena dos aldeamentos praticava uma economia apenas de subsistência, defendendo a sua inserção econômica como mão-de-obra remunerada no corte e carregamento de madeiras e na construção naval, como produtores de farinha e de artesanato para comercialização, atendendo as necessidades de um mercado regional e de exportação.

Vida e trabalho nas vilas indígenas

Segundo o registro das informações colhidas por Freire de Veras, levantou-se um total de 1.158 índios e índias moradores das vilas de Santarém, Barcelos e Olivença. Considerando o número da população, vale ressaltar que a Comarca de Ilhéus era pouco

[2] As referências sobre as vilas nesses documentos: Santarém OFFÍCIO, 1799:115; MEMÓRIA, 1802:117-118; Olivença OFÍCIO, 1799:109-110; MEMÓRIA, 1802:10-11; sobre Barcelos OFÍCIO, 1799:15; MEMÓRIA, 1802: 113-114.

povoada, com 16.581 pessoas, superior apenas a Capitania de Porto Seguro.[3] Por esses dados, os indígenas moradores das vilas representavam 6,9% da população da Comarca.

Tabela 1- MORADORES DAS INDÍGENAS SEGUNDO CÁLCULOS DE LUIS FREIRE DE VERAS E BALTAZAR DA SILVA LISBOA – 1768 E 1799/1802.

Vilas	Contagem de Freire de Veras - 1768					Silva Lisboa - 1799/1802
	Casais	Rapazes	raparigas	viúvos	Total	
Olivença	122	192	125	16	580	454
Santarém	23	28	17	02	93	200
Barcelos	22	129	103	01	485	280*
Total	167	394	245	19	1.158	934

*Existiam mais 350 arrendatários portugueses e escravos em 1802.
Fontes: LISBOA, 1799 e 1802; FREIRE, 1768.

A população indígena das vilas era formada pelos descendentes dos tupis, falantes da língua geral, sendo que apenas um número de 40 moradores da vila de Santarém era descendente dos paiaias. Todas as informações revelam que já falavam o português e alguns poucos sabiam ler e escrever, no entanto, o Ouvidor Veras notou que tinham muita dificuldade com a língua, especialmente os rapazes de Olivença considerados menos "versados" em falar. Essa informação expõe a possibilidade desse dado ser escamoteado pelas autoridades locais, provavelmente afoitas em construir uma imagem apropriada aos olhos dos superiores.

Os índios viviam nas suas terras, a mesma légua em quadra que formava o antigo aldeamento em Barcelos e Santarém, sendo que em Olivença tinham estendido as suas posses para mais de cinco léguas. As habitações em Olivença, eram de pau a pique tapadas de barro e coberta de palha; em Barcelos, taipa sendo a maioria coberta de palha e algumas de telhas; em Santarém eram de barro, cobertas de palha. O Ouvidor observou que nas casas não tinham "trastes" ou móveis, "além de seus ornatos" - que não descreve - que em Olivença não ultrapassavam a soma de 3$200. Dormiam em redes ou em camas de "girois", sem nenhuma coberta por cima.

Quanto ao modo de vestir, revelou uma realidade em que quase todos andavam descalços, mas nenhum andava nu - talvez no momento da visita do Ouvidor, que reparou inclusive os cabelos das mulheres, bem tratados e muito longos. Os homens de maneira geral usavam calções e baetas de algodão. Destacou alguns poucos moradores que se diferenciam

[3] Em 1780 a população da Bahia era de 287.850 pessoas de ambos os sexos, incluindo crianças, (excluídos os índios e as 11 freguesias do sertão). A freguesia mais populosa era a da cidade de Salvador e seu subúrbio, seguida das vilas do Recôncavo, por exemplo, Cachoeira contava com 23.428 habitantes. (MAPPA,1780).

pela qualidade do vestuário, vestiam de calção e camisa de pano (mais fino) e linho. As mulheres vestiam camisa e saia de panos de algodão, algumas de linho. As casadas usavam roupas de algodão tingido de preto. Lisboa (1799-1802) observou uma realidade diferente, informando que andavam desnudos da cintura para cima, especialmente as mulheres de Olivença.

Essa condição de vida e moradia refletiu na construção de um cenário marcadamente pobre ou miserável pelas autoridades e demais cronistas. A razão dessa condição era vista como sendo falta de ambição e curiosidade dos índios, traços considerados da própria natureza do homem "selvagem" (CARDOSO, 1999: 359-372). Lisboa fez um interessante comentário que pode revelar, pelos termos da atualidade, "um estilo de vida", embora não fosse o pretendido por ele, que, descrente da possibilidade mudança, estendia aos demais habitantes da Comarca de Ilhéus:

> *"[é difícil] persuadir a homens tão grosseiros e insensíveis (...) largarem a vida selvagem e detestável em que vivem, se acham o maior prazer na própria nudez e na simplicidade e pelos mais delicados guisados o camarão, o marisco com os quiabos, cuscuz e muitas outras plantas, que a natureza espontaneamente lhes produz e para saborearem do peixe lhe é do mais particular gosto o limão e a pimenta que nenhum outro adubo europeu." (OFÍCIO, 1799:107)*

Apesar dos pratos citados parecerem nutritivos na atualidade, as autoridades, que certamente se alimentavam segundo o estilo europeu, desconsideraram a riqueza da alimentação nativa, talvez pelo fato de serem frutos da selva e especialidades dos índios.

As atividades de subsistência

O cotidiano dos homens e mulheres indígenas era de muito trabalho que desenvolviam de diversas formas e tempos. As atividades tinham diferentes finalidades e significados - a pesca de peixe dos rios e do mar, de mariscos e caranguejo nos mangues e a caça de animais por exemplo, além de complemento da alimentação e para comercialização, serviam como distração/passatempo e seus produtos também serviam como elementos de socialização e como presentes.

O trabalho para obtenção de alimentos ocupava maior tempo e esforço. As fontes são unânimes em negar a utilização da mão-de-obra escrava nas roças dos índios, o que não acontecia nas dos arrendatários. Segundo o Ouvidor, as terras dos índios, desde o aldeamento estavam divididas em partes: uma arrendada aos portugueses; uma reservada para novas roças e extração de lenha e madeira e, outra cultivada pelos índios. Todos cultivavam feijão, mandioca, aipim, milho, arroz e cana. Informou que "tem os ditos Índios cada casal sua roça

em particular, pois cada hum faz o seu roçado [...] quando lhes parece mais conveniente, [...] e assim vivem sem contendas sobre (sítios) de terras" (RESPOSTAS: N.7).

A observação da inexistência de desavenças ou conflitos entre os índios, verificada em relação aos limites das plantações, embora sem deixar transparecer, indica outras possibilidades de interpretações, como por exemplo o sentimento de solidariedade do grupo ou mesmo da negativa dos índios em expor as divergências e conflitos que pudessem existir internamente.

Embora todos trabalhassem, a responsabilidade maior pela produção de alimentos era das mulheres indígenas. Lisboa comentou que elas assumiam todo o sustento da família, trabalhando principalmente na lavoura: arrancavam a mandioca, ralavam e torravam para fazer a farinha, também pescavam peixes e mariscos nos mangues. Comentou que elas produziam o "cauim" – bebida fermentada da mandioca que arrancavam, ralavam e deixavam fermentar.

Lisboa não poupou suas críticas aos homens indígenas, taxando seu papel na família como preguiçoso. Baseia-se na observação da atitude dos homens de Santarém, que trabalham nos cortes de madeira nas matas, mas "quando chove" ficavam deitados na rede com fogo aos pés e o "pote de cauim", enquanto as mulheres continuavam trabalhando.

Quanto ao cultivo dos alimentos demonstraram uma visão marcada pela concepção do índio primitivo e dependente da natureza ao informarem que produziam pouco, fazendo apenas o necessário para o sustento imediato (DESCOLA, 1999:107-124). Desconsideravam, portanto, diversos fatores naturais ou do processo de produção, tais como o tempo despendido (que nem sempre pode ser contabilizado) ou mesmo as condições climáticas e os instrumentos de trabalho utilizados. Vale ressaltar que eram os próprios homens e mulheres indígenas que fabricavam seus instrumentos de trabalho: redes e linha de pescar, o arco e flecha comumente utilizados, uma vez que, apenas poucos (20) tinham espingarda para caçar.

Portanto, existia todo um processo de produção dos artefatos de caça e pesca que implicam no exercício de transformação da natureza com aplicação de conhecimentos e técnicas apropriadas, desde a coleta da matéria-prima e a produção até a utilização e a comercialização dos produtos. Para fabricar os artefatos de pesca, por exemplo, os índios utilizavam como matéria prima o "Ticum" ou "Tucum" (provavelmente a Piaçava, palmeira nativa do sul da Bahia), uma atividade extrativa complexa que requer conhecimentos e habilidades técnicas para a coleta e preparo das fibras. Esses dados permitem deduzir que certamente existiam grupos que se especializavam em determinados setores da produção, embora para o registro das autoridades, tais atividades não foram consideradas relevantes ou

merecedoras de comentários mais pormenorizados quando se referem as habilidades e os ofícios dos índios.

A falta de maiores considerações sobre a produção de alimentos também estimula a construção das noções de que praticavam uma economia de subsistência. São poucas e difusas as informações sobre a comercialização de alimentos, como a registrada por Lisboa:

> *"[de Barcelos enviaram] para a Cidade (Salvador?) 500 a 600 alqueires de farinha, 100 de arroz; 1.500 a 1600 canadas de aguardente [além da contas] cujos gêneros montão em 2:335$500 réis no valor da moeda, pelos preços correntes e dá causa a esta exportação o viverem alguns portugueses estabelecidos com lavouras nas terras que lhe arrendam." (MEMÓRIA, 1802:115)*

Outra atividade cotidiana realizada pela maioria da população, de ambos os sexos, era "tornear contas" para vender e fabricar os rosários, produtos também destinados à comercialização. Nesse setor as mulheres também mereceram destaque nas observações de Lisboa, principalmente em Olivença. Ele comentou que elas também eram muito hábeis na fabricação de artesanato de palha, produzindo balaios e arupembas (peneiras).

O torneamento de contas, embora tenha sido uma das atividades econômicas de maior longevidade, não mereceu maiores considerações por parte das autoridades, seja para a regulamentação da comercialização ou mesmo para apreender o processo de produção. Nos documentos aqui analisados existem diversas pistas que revelam a importância dessa atividade, por exemplo, o montante da produção comercializada na Vila de Barcelos, em 1802, foi vendida para Salvador a produção de 6.000 dúzias de contas torneadas. Outras informações são fornecidas pelos viajantes que estiveram em Olivença, como o Príncipe Maximiliano que descreve com mais detalhes, embora a explicação seja eivada de sua visão eurocêntrica na tentativa de simplificação:

> *"(...) O maquinismo com que se torneia os cocos é <u>muito simples</u>: uma corda ligada a um arco de madeira fixo ao teto, tem preso na outra ponta um pau que se põe em movimento com o pé, o que faz as vezes de roda. Divide-se a noz em gomos alongados e subdividem-se estes depois em pequenos pedaços de dimensões convenientes para as contas do rosário, que são depois furadas e arredondadas. Um trabalhador pode fazer em um dia uma dúzia de rosários ..." (MAXIMILIANO, Apud. SALES, 1981: 75)*

Dois outros viajantes, Spix e Martius, revelaram que os índios vendiam os rosários por valor não acima de 10 réis (MARTIUS, Apud. SALES, 1981:92). Sobre os compradores, além dos jesuítas durante sua administração, quase não existem pistas, apenas a informação de que os tais peças eram levadas para a cidade da Bahia onde recebiam acabamento final sendo tingidas de preto. Portanto, essa atividade envolvia uma rede de comercialização que ultrapassava o espaço local e que não foi interrompida com a expulsão dos jesuítas. Talvez

pelo fato de ser um artigo de preço considerado "irrisório" essa atividade não somava qualitativamente para caracterizar os seus produtores e nem a própria fabricação.

O cotidiano de trabalho fora da vila

Muitos homens indígenas trabalhavam fora do espaço da vila. Empregavam-se principalmente nos corte de madeira e todos os outros serviços: falquejar, serrar para fazer tabuados, transportar as madeiras geralmente pelo rio, até o lugar do carregamento dos barcos para a exportação, entre outras. Os empregadores podiam ser: o próprio reino que estabelecia feitorias para administrar os chamados "cortes reais", ou "particulares", portugueses que recebiam autorização para o corte de madeira.

Entre a população masculina das três vilas existia um total de 30 serradores, 04 carapinas - dois sabiam fazer canoas, 01 sapateiro, 01 alfaiate, 01 tecelão, 03 vendelhãos. Nesse setor produtivo os índios eram os trabalhadores explorados e enganados pelos empregadores, que se utilizavam de todo tipo de artimanha para enrolá-los, aproveitando-se da falta de fiscalização pelas autoridades, que por sinal, participavam ativamente de todos os imbróglios contra aqueles a quem deviam "proteger". Geralmente recebiam, segundo Lisboa, apenas "2 patacas" por peça transportada e era comum o pagamento por espécie, como tecidos para roupas. Ele denuncia o endividamento dos índios com seus empregadores ou autoridades, uma vez que, esses assumiam a função de fornecedores dos suprimentos e mantimentos, certamente com preços majorados, especialmente a aguardente. O resultado de tal transação era o saldo sempre devedor dos índios e como conseqüência, a dependência ao empregador.

Na esfera do trabalho remunerado, é possível deduzir que os índios mantiveram sua resistência, muitas fundamentadas nas Leis do Reino assumindo seu *status* de súditos do rei de Portugal, situação já vivenciada desde a experiência dos aldeamentos (ALMEIDA, 2001:134-150; MONTEIRO, 1999:237-249). Eram principalmente denúncias dos maus tratos e da exploração, contra o não pagamento dos serviços prestados, e do descaso das autoridades locais quanto ao não cumprimento de suas funções. Em outras situações, fugiam e se refugiavam em outras vilas. Essa prática dos índios representava uma preocupação dos portugueses e das autoridades, que recorriam a leis antigas que proibia a saída suas povoações de origem sem consentimento. Supõe-se pelas informações de outras fontes, além de Lisboa, que as tantas "tiranias" praticadas contra os índios estavam relacionadas às duras condições de trabalho, exploração e falta de pagamentos principalmente no trabalho do corte de madeira.

O quadro representado permite estabelecer alguns comentários. Primeiramente, o cotidiano indígena era de luta pela sobrevivência coletiva, que se realizava, tanto na produção de subsistência como na produção comercial. Os índios não comercializavam apenas o excedente, como bem apontou Dias, (2004) mas desenvolviam atividades remuneradas – sendo explorados pelos portugueses a quem prestavam serviços, devido a baixa remuneração e a dependência devido às dívidas contraídas pela aquisição de suprimentos e aguardente.

Percebe-se também certa negligência por parte das autoridades e cronistas ao quanto aos processos de produção que requeriam habilidades técnicas mais especializadas. Inexistem maiores considerações, ou quando são descritos, escamoteiam de maneira a tornar muito simples sem grandes complexidades. Essas lacunas tendem a influenciar negativamente e contribuindo na construção/consolidação do estereótipo do índio como "indolentes" e "preguiçosos", e também a continuidade da compreensão sobre as populações indígenas como passivas, muito pobres e incapazes de agirem com certa autonomia dentro da estrutura colonial.

Bibliografia e fontes

SILVA LISBOA, Baltasar da. "MEMÓRIA sobre a Comarca dos Ilhéus" [1802]. in: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 37, 1915, p. 1-22. - "OFÍCIO do Ouvidor da comarca para D. Rodrigo de Souza Coutinho...", Cairu, 20 de março de 1799. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: vol.36, 1914, p.102-117.

MAPPA da enumeração das gentes e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguezias das suas comarcas (...), dezembro de 1780. Doc. 10.701. ANAIS DA BN. Vol. 37.

RESPOSTAS aos quesitos retro respectivos à Aldeia de N. S. da Escada, hoje V. de Nova Olivença, Bahia e mais: N. S. das Candeias; Santo André e São Miguel de Serinhaem. 1768. BN. F 33, ms. 512.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

CARDOSO, Sérgio. *Variações em torno da felicidade do selvagem*. In. NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DESCOLA, Philippe. *A selvageria culta*. In. NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Marcelo Henrique. **A inserção econômica dos aldeamentos jesuíticos na capitania de Ilhéus.** Comunicação apresentada ao XVII Ciclo de Estudos Históricos: UESC, 2004.

MONTEIRO, John. *Armas e armadilhas.* In. NOVAIS, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARAISO, Maria Hilda B**. Caminhos de ir e vir e caminho sem volta; índios, estradas e rios no sul da Bahia.** Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1982.

_____. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** São Paulo: Tese de doutorado em História Social, USP, 1998.

SAFIER, Neil. **Subalternidade tropical? O trabalho dos índios remador nos caminhos fluviais amazônicos**. In PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.).*O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX***.** São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

SALES, Fernando. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As representações acerca da cristianização da Irlanda Celta do Século V nas cartas de São Patrício.

Dominique Vieira Coelho dos Santos*

Resumo: Este trabalho aborda questões como: cristianização da Irlanda; rapto, escravidão e venda de cristãos aos Pictos; a doutrina escatológica de São Patrício etc. Temos como fontes dois documentos escritos em Latim na Irlanda do século V (Confesio e Epistola ad milites Corotici). Nosso objetivo é apresentar algumas reflexões acerca das representações feitas por Patrício sobre a cristianização da Irlanda nestes documentos. Diversas publicações que tratam deste tema mostram um Patrício poderoso e fazendo diversos milagres para convencer os Irlandeses a aderirem ao cristianismo. Nestas representações, Patrício é sempre descrito como o cristianizador da Irlanda. Apresentamos uma outra abordagem levando em consideração apenas as duas cartas escritas por Patrício e nelas tentaremos observar como ele representou os irlandeses, a si mesmo e a cristianização da Irlanda.
Palavras chave: São Patrício, representações, história.

Abstract: This paper approaches questions as: christianization of Ireland; abduction, slavery and sale of Christians to the Pictos; the Saint Patrick's eschatological doctrine etc. We have as sources two Latin documents written in Ireland of fifth century (Confesio and Epistola ad milites Corotici). Our objective is to present some reflections concerning the representations made for Patrician on the christianization of Ireland in these documents. Diverse publications that deal with this subject show a powerful Patrician and making diverse miracles to convince the Irishmen to adhere to the Christianity. In these representations, Patrician is always described as the christianizator of Ireland. We present another boarding leading in consideration only the two letters written for Patrician and we will try to observe as it represented the Irishmen, itself exactly and the christianization of Ireland.
Keywords: Saint Patrick, representations, history.

Apesar de ser um Bretão, São Patrício é o padroeiro da Irlanda. Sabemos que ele nasceu em alguma data no fim do quarto século, por volta de 390. Ele era filho de um diácono e neto de um presbítero. Quando Patrício tinha 16 anos de idade foi raptado por piratas irlandeses e vendido na Irlanda para um homem chamado Milliuc.

Viveu na Irlanda por seis anos como escravo pastoreando ovelhas até fugir em um navio. Ele ainda seria escravo novamente na Irlanda por dois meses, desta vez, sendo porqueiro de um rei. Durante estes anos pôde aprender um pouco do idioma e cultura

* Mestrando pela Universidade Federal de Goiás.

irlandesa. Após isso ficou um tempo na Bretanha com seus familiares e no ano 432 voltou para Irlanda para divulgar lá o cristianismo.

Só existem dois documentos escritos por Patrício, a sua confissão e a carta que escreveu aos soldados de Coroticus. Existem alguns textos atribuídos a ele, mas estes não têm sua veracidade confirmada e aceita pelos estudiosos do tema. A confissão de São Patrício é um texto escrito no fim de sua vida para defender-se principalmente da acusação de que teria ido pra Irlanda para ganhar dinheiro. Neste texto Patrício fala sobre sua origem, suas dificuldades e revela um pouco de sua personalidade. A carta aos soldados de Coroticus foi escrita como um protesto e uma advertência ao próprio Coroticus, um chefe de soldados que teria detido alguns discípulos de Patrício e que perseguia os cristãos irlandeses.

Nosso objetivo é apresentar algumas reflexões acerca das representações feitas por Patrício sobre a cristianização da Irlanda nestes documentos. Diversas publicações que tratam deste tema mostram um Patrício poderoso e fazendo diversos milagres para convencer os Irlandeses a aderirem ao cristianismo. Nestas representações, Patrício é sempre descrito como o cristianizador da Irlanda. Apresentamos uma outra abordagem levando em consideração apenas as duas cartas escritas por Patrício e nelas tentaremos observar como ele representou os irlandeses, a si mesmo e a cristianização da Irlanda.

Todas as vidas de São Patrício que foram escritas do século VII até o século XIX o apresentam como um santo introdutor do cristianismo na Irlanda que só conseguiu realizar seus propósitos fazendo diversos milagres e lutando contra os druidas e a obscuridade do paganismo. Da mesma maneira, grande parte da bibliografia sobre o tema constrói seu enredo concordando com a tese de que Patrício é importante por ter sido o introdutor do cristianismo na Irlanda ou organizador de um cristianismo pré-existente (Le Roux & Guyonvarc'h; O' Mathúna; Brown; Cahill; Hillgarth; Liam de Paor; Bury e outros). Em nossa opinião, é com as obras de Hanson que esta idéia começa a ser questionada (Hanson: 1968 e 1978), mas somente com a publicação da obra "Who was saint Patrick?" de E.A Thompson a tese de que Patrício foi importante por outros aspectos que não estes enfatizados durante quatorze séculos é lançada de forma mais clara (Thompson: 1985).

A tese de Thompson é de que durante a vida de Patrício os homens não reconheceram sua importância e depois que todos que o conheceram pessoalmente morreram, fora seus textos, nada sobre ele foi preservado. Por um espaço de cem anos após sua morte ninguém o descreveu como um organizador do cristianismo irlandês, como um pregador ou um fazedor de milagres. No tempo da morte de Patrício a Irlanda ainda era quase que totalmente pagã. Talvez suas cartas tenham sido preservadas por acidente e somente quando

vieram à tona é que começaram a falar dele. Assim sendo, Thompson sugere que devemos reconhecer que foi uma grande contribuição o fato de Patrício, sendo um bispo católico, ultrapassar a fronteira do Império Romano e passar o resto de sua vida entre povos considerados bárbaros tentando convertê-los ao cristianismo. Mas a maior contribuição de Patrício não foi converter milhares de irlandeses à fé cristã e sim a composição da epístola e da confissão (Thompson: 1985).

Segundo Hanson, tudo que sabemos sobre a Irlanda do século V é raro e incerto, por este motivo a confissão de São Patrício e sua carta aos soldados de Coroticus são documentos essenciais para nos aproximarmos dos assuntos relacionados ao período em questão (Hanson. 1978: 54). É por concordarmos, tanto com a tese de Thompson quanto com a de Hanson, que nos veio à mente a idéia de analisar estes documentos e tentar perceber neles como o próprio Patrício representa os irlandeses, a si mesmo e as questões relacionadas com a cristianização da Irlanda.

Nossa intenção aqui não é localizar referentes, ordená-los e sistematizá-los em uma narrativa sobre o passado. O que podemos notar nos livros sobre São Patrício e sobre a história irlandesa é uma verdadeira caça aos referentes. Até mesmo Thompson passa grande parte de sua obra tentando responder perguntas do tipo: Patrício esteve mesmo na Gália? Como era a vida das pessoas que foram capturadas e levadas junto com Patrício para a escravidão na Irlanda? Como Patrício encontrou abrigo durante sua fuga? Como Patrício ficou andando 28 dias em algum lugar do Império Romano sem encontrar pessoa alguma? Estaria ele andando em círculos? Teria se perdido? Etc.

Esta não é nossa intenção. Não está em questão aqui se uma história dos referentes é possível ou não e nem dizer se estas representações feitas por Patrício são o real ou, como o próprio termo sugere, apenas representações deste. Apenas mencionamos de forma sintética este problema para deixar bem claro que estamos cientes dele e não estamos agindo de forma desonesta empurrando a sujeira pra debaixo do tapete. Ocorre que o tempo é curto e precisaríamos de muito mais páginas para tratar de uma questão tão ampla e isto ainda significaria somente um esboço e por este motivo fizemos a opção de apenas observar algumas coisas dentre as muitas que Patrício considerou importante representar.

A primeira delas é como Patrício representou a si mesmo em suas cartas. Diferentemente do santo apresentado na literatura, na iconografia e na hagiografia medieval irlandesa, Patrício nunca representou a si mesmo como digno de honras e glórias. Em toda sua confissão, Patrício constrói uma imagem de si mesmo como um homem bastante humilde.

Hanson, por exemplo, acredita que toda esta humildade pode ser devida ao trauma da escravidão (Hanson, apud: O'Mathúna 1992:10).

Patrício diz: "sou pequeno"; "sou ignorante"; "tudo aquilo que é somente pode ser em Deus"; "sou imperfeito"; "evidentemente inculto"; "verdadeiramente miserável neste mundo"; "um pecador rústico"; "insignificante"; "temo me expor nas coisas relacionadas à língua porque não me instrui como os demais homens"; "não sou eloqüente"; "sou um fugitivo"; "um estúpido"; "ignorante espiritual"; "uma pedra que jazia no lodo profundo" dentre outras coisas mais que por terem o mesmo sentido que queremos demonstrar não mencionaremos.

Patrício tentou passar para seus leitores uma imagem da pobreza e da simplicidade. Em suas cartas ele nos diz que não aceitava qualquer tipo de adorno ou recompensa pelos seus trabalhos, sempre que alguém pretendia exaltá-lo, ele indicava Deus, não aceitando nenhuma honraria. Pelo contrário, ele terminou sua *Confissão* dizendo que não atribuíssem nada à sua ignorância e que tudo quanto fez foi dado pela extrema graça de Deus (*Confissão,* 62). Cremos não haver necessidade de citarmos "mais do mesmo", ou seja, outros exemplos que confirmem a mesma linha argumentativa, estes exemplos estão em toda a *Confissão* e também em sua *Epistola ad milites Corotici.* É assim que Patrício representa a si mesmo.

Os escritos de Patrício também são importantes para aqueles que desejam estudar o fenômeno da escravidão no mundo céltico e também do que, ignorando uma crítica das formas, convencionou-se a chamar de mundo antigo. Isso porque Patrício passou pela experiência da escravidão estando dos dois lados. Thompson nos diz que não é freqüente encontrarmos no mundo antigo, um ex-escravo falando de sua escravidão. Assim sendo, os escritos de Patrício foram uns dos poucos que nos restaram que apresentam um conhecimento direto da escravidão mostrando-o tanto como dono de escravos quanto ele próprio um deles (Thompson: 1985).

Patrício nos diz que foi capturado por irlandeses e levado em um navio para Irlanda quando ele tinha dezesseis anos de idade e morava em *Banavem Taburniae.* Pelo que sabemos de suas cartas Patrício foi um pastor de ovelhas durante o período de sua escravidão e pode ser que tenha sofrido mais de abandono que de maus tratos (Thompson: 1985).

Pelas descrições, Patrício acreditava que estava sendo levado em cativeiro por ter desobedecido a Deus e seus princípios. Ele também afirma que foi raptado junto com "milhares de pessoas" e também diz que isso aconteceu "segundo o nosso merecimento". Ou seja, ele afirma que todas as pessoas que estavam ali com ele mereciam ser escravizadas. Não sabemos quantas pessoas foram levadas cativas com ele e nem que religião e fé professavam.

Mas certamente havia pagãos entre estas pessoas. Também obviamente não temos condições de saber o que Patrício pensou no momento de sua captura, mas é certo que ele próprio não poderia saber o número exato de pessoas que estavam naquele navio com ele, primeiramente por não ter esta preocupação, ainda mais em um momento como este, e segundo porque somente após meio século à frente ele resolve escrever e mencionar o ocorrido.

A questão da escravidão é algo central na história da Irlanda desse período. Tratava-se de uma prática comum. Coroticus era um dos homens que raptavam pessoas na costa irlandesa para vendê-las como escravas. Ele não fazia distinção entre cristãos ou não, pois para ele eram todos irlandeses e, portanto, bárbaros aos seus olhos de bretão romano ou romano bretão, como queiram. Certa vez, Coroticus atacou uma comunidade de discípulos de Patrício e por isso este lhe endereçou uma carta de protesto e ex-comunhão. Estes cristãos que Coroticus raptava eram vendidos aos Pictos, um povo também considerado bárbaro que vivia onde hoje é a Escócia.

Nesta carta escrita por Patrício existem várias menções à escravidão que vão de encontro às descritas em sua *Confissão.* Pelo que Patrício diz, podemos perceber que segundo a visão da Igreja Britânica os irlandeses eram "bestas brutas", servindo apenas para escravidão. Por isso Patrício afirma que "para eles é indigno que sejamos irlandeses". Na visão de Coroticus além de defender a civilização romana na Bretanha, ele pensava apenas em adquirir despojos para seus soldados e mulheres para fins domésticos e sexuais. Patrício reclama do fato dos cristãos serem raptados e humilhados. Mas a maior revolta de Patrício era o fato de que Coroticus vendia alguns destes cristãos aos Pictos, pois Patrício os considerava abomináveis, miseráveis, canalhas e selvagens.

A partir destes breves exemplos, podemos notar que Patrício nunca representou a questão da escravidão como algo nocivo e que devesse acabar. Ele jamais se manifestou contrário a ela. Segundo Thompson, não lhe ocorre a idéia de que esta estrutura social poderia mudar ou que a escravidão devesse ser abolida. Isso significa dizer que Patrício é como todo escritor cristão do mundo antigo a este respeito. Sem exceção eles não levantaram questões acerca da abolição da escravidão (Thompson: 1985).

Para concluir esta breve apresentação, falaremos agora acerca de algumas das representações que Patrício faz acerca da cristianização da Irlanda em suas cartas e parte de sua doutrina escatológica. Patrício, próximo ao fim de sua vida, nos mostra uma Irlanda ainda pagã. Ele diz que os irlandeses eram descrentes e gentios. Segundo Patrício, ele enfrentou fome, nudez, prisões e somente por Deus pôde suportar a resistência e as injúrias dos incrédulos irlandeses. Ele também acreditava que estava levando o evangelho até os confins

da terra e que por isso breve chegaria o fim do mundo. Por várias vezes em seus escritos Patrício menciona a Irlanda como sendo os "confins da terra"; "os lugares mais longínquos" etc. Ele acreditava que levando o evangelho até os irlandeses estaria colaborando para a chegada do fim do mundo.

Patrício diz que na Irlanda nunca tiveram o conhecimento de Deus e que até sua chegada os irlandeses só adoravam ídolos e só conheciam coisas impuras, adoravam inclusive ao sol, mas que por meio dele estavam se tornando filhos e filhas de Deus. Ou seja, Patrício nada fala acerca de outros missionários na Irlanda. Interpretando esta passagem e outra em que Patrício fala que foi até onde ninguém antes havia chegado muitos concluíram erradamente que ele foi o primeiro a pregar o cristianismo lá. Patrício contava com a ajuda de diversas pessoas em seu trabalho, inclusive filhos e filhas de reis irlandeses. Patrício diz ter batizado milhares de pessoas na Irlanda.

Patrício cria uma nova lógica na constituição das identidades. Para ele, não importa mais quem é bretão ou irlandês, romano ou não. Passa prevalecer a distinção entre cristão e não-cristão. Esta distinção permite a ele caracterizar Coroticus como uma pessoa de categoria inferior, mesmo sendo um bretão romano. Para Patrício, Coroticus não passava de um concidadão das trevas e um agente do demônio que tinha por objetivo impedir o crescimento do trabalho de cristianização na Irlanda. Assim sendo, Coroticus não é um concidadão de Patrício e nem dos Santos romanos, mas do príncipe do mal, garante Patrício.

A doutrina escatológica de Patrício é baseada no novo testamento. Em suas cartas existem 113 citações de versículos bíblicos e a maioria deles tem algum teor escatológico ou se referem diretamente à segunda vinda de Cristo. Ele aplica várias passagens dos quatro evangelhos do cânone bíblico a Irlanda e aos irlandeses. Quando fala sobre Coroticus Patrício nos apresenta vários pontos retirados da Bíblia. Segundo ele, a pena de Coroticus está reservada. Será no inferno, onde haverá choro e ranger de dentes. Tudo que foi feito por ele aqui terá que ser pago quando o grande dia chegar. Assim como fez os cristãos escravos aqui na terra, Coroticus será feito escravo no inferno, só que não em uma escravidão passageira, mas uma eterna. Será consumido pelo fogo que nunca se apaga, atormentado pela ira dos dragões, a língua das serpentes o matará, pois os homicidas não podem estar com Cristo. Estas são as metáforas que Patrício usa para representar o inferno.

Os justos, segundo Patrício virão de todas as partes para reinar junto com os profetas, os apóstolos e os mártires. Eles tomarão posse de um reino eterno e sentar-se-ão a mesma com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus. Se o justo foi salvo de forma penosa, imagine os injustos, pergunta Patrício. Assim, Patrício diz que os cristãos mortos por

Coroticus no fim terão suas recompensas. Visto com "olhos naturais" trata-se de algo ruim, mas isto deve ser um fato para se comemorar porque crentes batizados foram retirados deste mundo para o paraíso. Peregrinaram para onde não haverá mais noite, nem choro e nem morte. Eles participarão de um grande banquete com Cristo. Patrício conclui sua carta para Coroticus dizendo-lhe que ainda há tempo para se arrepender de seus atos, nos apresentando um conceito de conversão que é semelhante ao do filho pródigo. Um conceito de conversão que admite a possibilidade de ao "cair em si" e "recuperar a razão" fazer parte do reino de Deus. Todas estas coisas serão conhecidas no fim dos tempos, e este fim, como foi mencionado mais acima, já está próximo visto que os confins da terra, ou seja, a Irlanda, já está sendo cristianizada. É isto que Patrício nos diz em suas cartas.

Bibliografia

BURY, J.B. *The Life of St. Patrick and his place in history.* London: 1905.

CAHILL, Thomas. *Como os irlandeses salvaram a civilização*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

DE PAOR, Liam. *Saint Patrick's world. The Christian culture of Ireland's apostolic age*. Dublin: 1993.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HANSON, R. P. C. *Introduction*. In: _____. *Confession et Lettre a Coroticus.* Paris: Du Cerf, 1978.

_____. *Saint Patrick: his origins and career.* New York: Oxford University Press, 1968.

HILLGARTH, J. N. *Cristianismo e Paganismo: A conversão da Europa Ocidental.* São Paulo: Masdras, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Outros "além" bárbaros na Irlanda*. In: _____. *O nascimento do Purgatório.* Lisboa: Estampa, 1993.

_____. *A civilização do Ocidente Medieval.* Lisboa: Estampa, 1995.

LE ROUX, Françoise & GUYONVARC`H, Christian-J. *A civilização Celta.* Lisboa: Europa-América, 1999.

BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

O'MATHÚNA, Dónal P. *Saint Patrick: His Life and Beliefs at Ashland Theological Seminary*, Ohio: Ashland, 1992.

POWELL, T.G.E. *Os Celtas*. Lisboa: Verbo, 1965.

THOMPSON, E.A. *Who was Saint Patrick?* New York: St. Martin's Press, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade como horizonte esfacelado em Aopção ou as rosas da estrada, de Ozualdo Candeias: um esboço de descrição.

Fábio Raddi Uchôa*

Resumo
O filme *Aopção ou As Rosas da Estrada* (1981), de Ozualdo Candeias, representa a vida de trabalhadoras rurais exploradas, que deixam o trabalho no campo em direção a uma destino incerto: o horizonte esfacelado das estradas de rodagem e da capital paulista. O objetivo deste trabalho é a descrição do referido filme, na tentativa de demonstrar como a idéia de esfacelamento se faz nele presente em termos narrativos e estilísticos.
Palavras-chave: Ozualdo Candeias, *Aopção* ou *As Rosas da Estrada*, cidade de São Paulo.

Abstract
Le film *Aopção ou As Rosas da Estrada* (1981), realisé par Ozualdo Candeias, represente la vie de travailleuses rurales exploitées, qui abandonnent la campagne vers un destin incertain: l´horizon morcelé des routes et de la ville de São Paulo. L´objectif de ce travail est décrire le film mentionné et indiquer comment l´idée de morcellement se fait presente en lui, en termes de narration et style.
Mots: Ozualdo Candeias, *Aopção* ou *As Rosas da Estrada*, ville de São Paulo.

Reafirmando uma forma de produção característica na obra de Ozualdo Candeias, a realização de Aopção (1981) foi especialmente fragmentada, limitada pela escassa quantidade de dinheiro disponível. Segundo depoimento do cineasta, depois de feita uma hora e meia de copião, frente à falta de recursos, a tendência seria dar o filme por acabado. Então, os atores teriam topado continuar o trabalho sem uma boa remuneração, sendo a parte técnica bancada pelo cineasta e o processamento feito na Cinemateca Brasileira. Ainda segundo Candeias, depois de quase tudo pronto haveria o financiamento da Embrafilme, que entretanto não teria chego às suas mãos antes do filme ser concluído (CANDEIAS, 198-.). Sejam verdadeiras ou falsas as informações relatadas pelo cineasta, o fato é que foi criada em torno da realização do filme, com ajuda da crítica e do próprio Candeias, a idéia interrupção: um filme cuja produção, precária, sem um rumo traçado de antemão, acompanha os trancos e barrancos das possibilidades financeiras levantadas pelo cineasta. A referida idéia, consonante com a falta de rumo presente na produção de outros filmes do cineasta, pode ser tomada como

* Mestrando pela Escola de Comunicações e Artes da USP. O trabalho faz parte de uma pesquisa maior intitulada "A representação da cidade de São Paulo nos filmes de Ozualdo Candeias", com o apoio da FAPESP desde maio de 2006.

um ponto de sintonia inicial, para a aproximação em relação ao filme.

Repetindo a predileção pela representação de personagens em condições subalternas e de exclusão presente em outras fitas do cineasta, *Aopção* consegue, com êxito, tratar da falta de dignidade do ser humano a partir de uma construção na qual os planos narrativo e estilístico dialogam em torno da idéia de esfacelamento.

É a história de trabalhadoras rurais, bóias frias, que fogem das plantações de cana ou cacau em busca de um vida melhor, representada pela incertitude dos horizontes das estradas de rodagem. Seus movimentos não são motivados por um objetivo construído que acene como o resultado de um futuro construído e próximo. Pelo contrário, sem perspectivas, suas ações parecem apenas uma fuga em direção a um horizonte esfacelado, um presente contínuo, fazendo do esfacelamento uma das idéias predominantes do filme. A viagem de personagens femininas sem nome, que "não se desenvolvem como personagens, a partir de uma lógica formal de causa e efeito," (VIEIRA, 1986) é guiada pelo desenho das estradas com referências díspares de todo o Brasil e tendo como logradouro final, não anunciado, a cidade de São Paulo. A andança dessas personagens sem rumo, bastante próxima à deambulação presente em filmes do Neo Realismo e da Nouvelle Vague, se dá durante grande parte do filme por uma paisagem de beira de estrada, composta por destroços detritos e dejetos de civilização, caracterizados em diversos momentos pela diluição do delineamento das formas, propiciados pelo trabalho com brancos estourados. A cidade em si aparece como o ponto final do não-horizonte das estradas, espaço esfumaçado no qual o esfacelamento da vida, do horizonte e dos próprios corpos das personagens é reiterado, com referências mais constantes a movimentos circulares e à cultura de massas, num processo de degeneração total de uma das moças.

Esse esfacelamento do destino das personagens, tendo ecos sobre a situação política do país e o esmaecimento da dignidade do ser humano em toda a sua plenitude e significado (VIEIRA, 1986), atinge no filme os próprios corpos, agredidos e explorados. Assim como em outras obras do cineasta, eles têm uma função especial para o desenvolvimento do filme. Neste caso, em direção ao seu esfacelamento total, aos diferentes espaços percorridos correspondem diferentes formas de agressão e exploração: no canavial, a exploração como mão de obra barata; nas estradas, como prostitutas; na cidade, ainda como prostitutas, mas também como entretenimento e material notícias de jornal.

O objetivo da discussão aqui proposta é identificar a maneira pela qual a idéia de esfacelamento se faz presente nos âmbitos estilístico e narrativo do filme. Para tanto, serão

descritos alguns de seus trechos, levando-se em conta a forma de abordagem dos corpos e o poder de ação dos personagens, sobre o próprio espaço ou sobre a definição do desenrolar da narrativa. A partir de tal abordagem, pretende-se também questionar o lugar ocupado pela cidade na trajetória dos referidos personagens.

No canavial, o trabalho braçal.

O filme já começa rispidamente, com imagens documentais do trabalho de bóias frias, em sua maioria mulheres, trabalhando no corte da cana de açúcar. As imagens em branco e preto assumem uma ambiência áspera, com a contribuição do som da cana sendo cortada e da aspereza da própria imagem, um pouco surrada, com uma textura semelhante àquela das folhas de cana.

O duro trabalho dessas pessoas, incluindo alguns momentos de alimentação e descanso, é mostrado de uma maneira, ao mesmo tempo, bela e chocante. A câmera explora os detalhes e, principalmente, as faces. Por mais que seus corpos estejam realizando um trabalho, o corte da cana, a câmera se fixa em suas faces, dando a impressão dos corpos de tais trabalhadores estarem submersos no canavial, esfacelando-se junto com o corte da cana. Na abordagem de tais fisionomias, a violência necessária para o encurtamento da distância e o desvendamento da beleza das texturas faciais, imbuídas pela aspereza cortante das folhas de cana.

No final do expediente, uma das mulheres observa, pensativa, um braço mecânico que amontoa as canas cortadas. A câmera esboça um giro em torno de sua cabeça, revelando a sua face e deixando escapar-lhe uma ponta de insatisfação em relação à sua situação. Ou, quem sabe, uma sensação de não saber como escapar de tal exploração e para onde ir.

Poucos são o momentos nos quais o espaço físico da paisagem é enquadrado de uma mesma forma, estaticamente, durante a duração de um mesmo plano. A câmera tende a explorar este espaço, rompendo com o seu prevalecimento por meio de movimentos (zons; chicotes) explorativos. Com efeito, o que comanda os exercícios de exploração feitos pela câmera são os corpos. Trata-se de uma exploração permeada por tensões, no âmbito da qual, o poder da câmera sobre os personagens e seus corpos é reafirmada. Em alguns momentos, a relação esboçada pela câmera com os corpos e a paisagem explicita um domínio, próximo àquele existente nos documentários *Uma rua chamada Triunpho 1969/70 e Uma rua chamada Triunpho 1970/71*, nos quais a câmera desliza sobre as fotografias num trabalho de

table top.

A exploração destas moças como mão de obra mal paga é trabalhada, com tons de tirania, durante a tensa situação do pagamento. Relembrando o dia do pagamento de *Zezero*, onde a opressão do chefe é anunciada por rosnares de cães, no caso de Aopção a tensão é assumida pelos corpos, o seu posicionamento e a sua abordagem pela câmera. Encontram-se retesados, de pé, como bois, organizados em roda à espera do patrão, o vaqueiro da boiada. Um violento *zoom-in* aproxima-se da cabeça de uma das boias frias, aumentando a tensão e a visceralidade da aproximação em relação aos corpos e dando tons de desespero à situação destas trabalhadoras.

Neste primeiro momento de trabalho no canavial, as personagens são mostradas como oprimidas, dotadas de um poder de ação limitado quase aos simples atos de cortar canas, comer e receber o pagamento do fazendeiro. Suas motivações e projetos transparecem, fragmentariamente, em algumas arestas do ríspido cotidiano no canavial: são apenas pensamentos de insatisfação captados por alguns dos *closes* de rostos. A tensa falta de iniciativa dos personagens, como acima descrito, está refletida no trabalho com os corpos e a sua abordagem pela câmera.

Estradas sem rumo: prostituição em direção ao horizonte esfacelado.

Depois de explorar as trabalhadoras no corte da cana, o filme dá espaço a um ambiente de beiras de estrada. Se comparados com a situação do canavial, os acostamentos e postos de gasolina, povoados pelo constante ruído de automóveis, constituem-se como uma paisagem sobre a qual os personagens e seus corpos, de limitada iniciativa, parecem não possuir poder. Assim como as pontuais caronas, com inícios e fins abruptos, também os personagens não se afirmam: impossível o estabelecimento de relações duráveis. Fora da plantação de cana, em direção a um horizonte indeterminado, os corpos continuam sendo explorados, como objetos, sexualmente ou como entretenimento.

Nesta segunda parte do filme, compreendida entre a saída das bóias frias do campo e a sua chegada à cidade de São Paulo, a idéia predominante é a fragmentação do destino destas moças, presente em sua fraca iniciativa sobre as ações, e de seus próprios corpos, que em alguns momentos unem-se à esfacelada paisagem das beiras de estrada. Refletindo o esmaecimento dos personagens, mais dois aspectos merecem destaque nesta parte do filme: o processo de desilusão religiosa por parte das moças e a falta de nitidez dos contornos,

construído por meio da saturação da cor branca em um filme em branco e preto.

Umas das bóias frias pega carona com caminhoneiro. Para onde vão? Parece incerto: fuga. A passagem dos dois por uma ruína, provavelmente das missões jesuíticas no sul do país, não se caracteriza por um mero resultado de beleza estética. Diz sobretudo respeito ao rumo tomado por estas mulheres: missão mal sucedida da qual sobram fisicamente apenas ruínas. Ou ainda um processo de catequização dizimador das culturas indígenas. Processo de aculturamento baseado na imposição de outra língua e outros costumes, levando povos indígenas à uma situação comparável àquela vivenciada pelas bóias frias do filme: exploração e perda dos parâmetros culturais que dão sentido à vida. O esfacelamento de seus horizontes de vida.

Alguns dos filmes de Ozualdo Candeias, como *A margem*, *O Candinho* e *Aopção ou As rosas da estrada*, gestam uma forte crítica à igreja católica e aos ideais seguidos por seus adeptos. Em *Aopção*, o catolicismo está relacionado aos projetos ambicionados e não realizados pelas bóias frias. A segunda parte do filme, marcada pelas caronas com caminhoneiros, representa um processo de transformação das trabalhadoras em prostitutas: em troca das caronas concedem seus corpos. O catolicismo é retomado em alguns momentos do filme nos quais tais personagens parecem ter consciência de sua situação e da impossibilidade de respeitar os ideais de pureza da referida religião.

O entregar-se corporalmente para estas moças, lhes aparece como uma desconstrução da ilusão casar-se, na igreja, de véu e grinalda. A referida ilusão, ambição esfacelada, aparece pelo menos duas vezes durante o filme, compondo com o esfacelamento das figuras (saturação dos brancos) e das relações entre os personagens, o esfacelamento geral de suas vidas que culminará na cidade.

Em uma seqüência com tons líricos, a câmera gira em torno de uma das moças, mirando sua alva face esfacelada no branco confuso dos destroços que compõem a paisagem, que como um clarão dá a impressão de unir céu, terra e corpo. Segurando uma criança no colo, parece uma santa, cujos pensamentos são tomados pela imagem de uma igreja, na qual a mesma casa-se. Reafirmando o pessimismo quanto ao futuro, a seqüência termina com a imagem de um homem carregando o caixão de uma criança.

A única opção para as personagens parece ser, portanto, entregar-se à estrada, aos motoristas e aos caminhoneiros. Em alguns momentos, tal entregar-se é trabalhado no filme em termos de um ofuscamento entre terra e céu, decorrente da saturação dos brancos e da dificuldade de delineamento das formas. Assim como horizonte indiviso é trabalhado na

chave do esfacelamento, com o avançar das reiteradas caronas o corpos estão cada vez mais unidos à uma paisagem composta por fragmentos e dejetos.

A recorrência a imagens feitas próximas ao ponto de vista do passageiro de automóveis, tendo à frente um horizonte inexistente, tomado pelo branco estourado, é anunciada durante a primeira carona de uma das moças. Com o chapéu de bóia fria levado pelo vento, aceita a carona de um rapaz que estava parado na beira da estrada com um chevete branco. De dentro do carro, a partir do ponto de vista da passageira, o parabriza é tomado por um branco ofuscante, impregnando o próprio carro com o vazio de um horizonte inexistente.

Aos poucos, as moças vão se transformando em prostitutas que, desinibidamente, exibem seus corpos às beiras das estradas em busca de caronas. Em outro destes momentos, nos quais o horizonte é ofuscado, o filme adquire tonalidades oníricas. Num plano de conjunto onde o horizonte torna-se novamente uma linha indivisa, a moça se vê correndo por um terreno descampado, perseguida por outras duas, que tentam à força tirar a sua roupa, deixando-a pelada. A brincadeira, continua num matagal por entre um entrelaçar de corpos. Em sintonia com a subjetividade da personagem, a seqüência consegue passar ao espectador a sua sensação de estar sendo despida, assim como o branco do céu despe a linha do horizonte ou, ainda, a prostituição despe os antigos ideais católicos.

Outra carona, pega por uma das moças, é mais longa, transparecendo um silêncio maior e

retomando o domínio sobre os corpos dos personagens exercido por uma câmera que os explora. Nela estão novamente presentes a câmera que circula em torno das cabeças, imagens de parabrizas, com ofuscamento entretanto menor do branco, e a comparação do corpo a uma máquina. O encontro da moça com o caminhoneiro aqui é representado por meio de um longo plano, à beira da estrada, no qual são realizados movimentos circulares em torno da cabeça dela e, depois, em torno da cabeça dos dois. A carona culmina novamente no sexo forçado. Numa cabana abandonada, à beira da estrada, o caminhoneiro tenta possuí-la, passando graxa em seu membro para melhorar a lubrificação.

Durante grande parte do filme, não existem referências espaciais aos locais percorridos pelas moças: o horizonte , ou o não-horizonte, parece estar em toda a parte, todo o Brasil. As primeiras referências espaciais aparecem por meio de placas que indicam os destinos das vias. A primeira a aparecer indica: “Salvador/ Vitória”. A próxima referência espacial é a placa de um caminhão: “Rio Grande – RS”. A seguinte é uma outra placa, agora com as cidades: “Feira de Santana/ Itaberaba/ Ibotirama/ Brasília”. Mais uma placa:

"Joazeiro". Logo, Avista-se a Basílica de Nossa. Senhora da Aparecida, a ultima parada antes da cidade de São Paulo.

São Paulo: Horizonte esfumaçado

A cidade aparece fortuitamente no horizonte indefinido das personagens do filme, como um lugar não necessariamente ambicionado mas, sobretudo, imantado e não menos esfacelado. Como um ponto de energia centrípeta, ponto terminal da malha viária e referência para os movimentos dos carros e corpos, São Paulo surge para uma das personagens como um *sky line* esfumaçado. Depois de uma imagem na qual movimento dos carros aponta para o centro da cidade, a personagem observa a paulicéia como uma parede indefinida e coberta por uma da névoa espessa. A forma pela qual a imprecisa linha, que divide prédios e céu, é explorada assemelha-se aos procedimentos da primeira seqüência de um documentário, do mesmo cineasta, chamado *Rodovias* (1962): movimentos horizontais sucedidos por um *zoom-in*. No caso do documentário, a linha do horizonte formada pelos prédios é discernível e o ponto de referência visado pelo *zoom* é o prédio do Banespa. Em *Aopção*, o horizonte esfacelado parece não levar a câmera a um ponto de referência ou repouso; o *zoom* repetido enfaticamente 3 vezes (dois *zoom-in* e um *zoom-out*), aponta para o nada.

Respeitando um movimento que leva das estradas de rodagem ao centro da cidade, as moças chegam ao viaduto da Santa Efigênia. As duas seqüências, que mostram cada uma das moças observando o Vale do Anhangabaú de cima do viaduto, reproduzem uma forma de abordagem dos personagens recorrente no filme: a câmera ensaia movimentos circulares em torno de suas cabeças, tendo estas como referência. Deslumbradas, as mulheres observam uma paisagem urbana formada pelas centelhas das paredes dos prédios, em segundo plano formadas pelos com a ajuda dos movimentos de câmera. Estas seqüências ajudam a caracterizar São Paulo como um local sem horizontes. Os movimentos circulares, já presentes anteriormente no filme, são reiterados na cidade, contribuindo também para a limitação da profundidade de campo e, consequentemente, dos horizontes.

Engolidas por esta cidade de horizontes inexistentes, seus destinos parecem estar fadados ao esfacelamento. Por mais que tenham se deslumbrado, o possível encaminhamento dado a elas pela cidade não é menos anônimo. Da região central, ganha destaque a boca do lixo e, nela, a atividade que sobra para essas moças sem rumo: a prostituição. Nas mãos da dona de uma casa de shows eróticos, lhes é apresentada mais uma forma de exploração dos

corpos. Em cima do palco da casa, pede que tirem suas e girem seus corpos como espetos de churrasco.

O esfacelamento total do destino de uma dessas moças é selado, durante as cenas finais do filme, com a sua transformação em notícia sensacionalista de jornal. Uma delas, que parece ter tido uma colocação melhor no cidade, trabalhando como motorista, lê no jornal o triste fim da companheira: "Meretriz é estrangulada às beiras do Tietê." Atenuando a miserabilidade deste destino, tão insignificante e esfacelado quanto o próprio trajeto realizado até a cidade, a ultima seqüência mostra, novamente por meio de planos com movimentos circulares em torno de cabeças, dois lixeiros lendo e, finalmente, colocando na lata de lixo um jornal cuja manchete faz referências ao assassinato da moça.

Bibliografia:

CANDEIAS, Ozualdo. "Candeias: mestre do cinema marginal." Popular da Tarde, 198-. p.15. Entrevista concedida pelo cineasta ao jornal.

CURY, Antônio Alves. "As rosas da estrada." Filme Cultura, Rio de Janeiro, v. XV, n.40, ago.-out. 1982, p.82-83.

FERREIRA, Jairo. "Candeias, opção do cinema independente." Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 de junho 1978, caderno Folha Ilustrada, p.27.

GAMO, A. C. *Aves sem rumo: a transitoriedade no cinema de Ozualdo Candeias.* Campinas, 2000. 99f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – IA-Unicamp.

PUPPO, E.; ALBUQUERQUE, H. C. (Orgs.). *Ozualdo R. Candeias.* São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2002.

TELES, Angela Aparecida. *Cinema e Cidade: mobilidade, oralidade e precariedade no cinema de Ozualdo Candeias (1967-92)*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica.

VIEIRA, João Luiz. "Horizonte perdido". *Caderno de Crítica*, Rio de Janeiro, n.1, maio 1986, p.37-38.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino de história: o papel desempenhado pelos livros didáticos no século XIX

Eduardo Arriada*

Resumo: O trabalho apresenta informações sobre os livros didáticos de história do Brasil utilizados no século XIX no Brasil. A partir de informações contidas nos programas de ensino, e com auxílio da literatura especializada, foi possível identificar diversos autores usados na escola brasileira. Num segundo momento, como se "oficializou" o ensino de história do Brasil no corrente século, onde os manuais desempenharam um papel fundamental na construção de uma "idéia de Brasil".

Abstract: The study presents information on the history textbooks used in the XIX century in Brazil. It was possible to identify different authors who were used in the Brazilian school from information contained in the teaching programs, and with the aid of specialized literature. In a second moment, the teaching Brazilian history was "official" during the century, where the manuals have presented a fundamental part in the construction of a "idea of Brazil".

Introdução

A centralidade desde artigo é procurar caracterizar como se "oficializou" o ensino de história do Brasil no século XIX, e o papel desempenhado pelos Compêndios na construção de uma "idéia de Brasil".

Entre os compêndios estudados, estão àqueles indicados como aprovados pelos Conselhos de Instrução Pública, bem como aqueles que de uma maneira ou outra tiveram uma boa aceitação, levando a obra a ser diversas vezes editada.

Desse modo, os compêndios analisados foram: *História do Brasil* (1839) de Solano Constancio; *Compêndio da história do Brasil* (1843) de José Inácio de Abreu e Lima; *Lições de história do Brasil* (1884) de Joaquim Manuel de Macedo; *Episódios da História Pátria* (1887) de J. C. Fernandes Pinheiro; *Curso de História Universal (com Resumo da História do Brasil),* (1889) de Joaquim Maria de Lacerda; *Lições de História do Brasil* (1895) de Luis de Queirós Mattoso Maia.

* Professor da FAE/UFPEL. Doutorando em Educação pela PUC/RS, sob a orientação da Prof. Doutora, Maria Helena Camara Bastos.

O Ensino de história

No Brasil, a estruturação da história como disciplina escolar ocorre nos movimentos e processos de organização do discurso laicizante sobre a história universal, herança do antigo discurso iluminista francês.

Dentro desse contexto e imbuído das novas idéias racionalistas em voga na Europa que passam a valorizar o ensino, a Lei de 1827, art. 6º estabelecia, que os professores ensinaram a ler, escrever e contar, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

As propostas vigentes no ensino não distinguiam as idéias morais e religiosas das histórias políticas dos Estados, nem dos costumes dos povos. Durante o império prevaleceu a presença do ensino religioso no currículo escolar das escolas de primeiras letras e no nível secundário, visando dar legitimidade à aliança estabelecida entre o Estado e a Igreja.

Os idealizadores do Colégio Pedro II assumiam publicamente a influência francesa, Bernardo Pereira de Vasconcelos em discurso inaugural, relata: "foi preciso buscar no estrangeiro a experiência que nos faltava; a atração irresistível que então exerciam sobre nós as idéias, as instituições e os costumes franceses, impôs-nos o modelo francês" (HAIDAR, 1972, p. 99).

O primeiro professor encarregado da cadeira de História no Colégio Pedro II foi o publicista Justiniano José da Rocha, que na sessão de 08 de fevereiro de 1840 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio, expôs:

> *Que tendo sido nomeado pelo Governo, afim de leccionar um curso de Historia Patria no Imperial Collegio de Pedro 2º, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfactoria a nobre taréfa que lhe fôra encarregada, em razão de não existir ainda um bom Compendio de Historia do Brasil, por onde se pudesse orientar o que o obrigava a entregar-se ao arduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, extractando delles, com nimia dificuldade, o que lhe parecia mais veridico, a fim de preparar as suas lições [...] (RIHG, 1840, p. 147).*

Pelo plano de estudos de 1841, proposto pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva, somente no 7º ano do curso é que seria lecionada a História Pátria, como coroamento de toda a História Universal.

Desse modo, a história que era ensinada e estudada nada mais era que a história universal, ou melhor, a história das nações européias. A História do Brasil nascia como um apêndice dessa história maior, tal como está constituída no livro de Joaquim Maria de Lacer-

da. Ao ocupar os anos finais do curso, acabava relegada a um número ínfimo de aulas e de alunos.

Os vários programas de estudos do Colégio Pedro II[1], nos permitem perceber algumas mudanças que ocorrem com a disciplina de história. A história do Brasil foi introduzida separadamente da história universal depois do Regulamento de 1855 e, logo após, foram desenvolvidos programas para as escolas elementares.

Os reformadores, ou melhor, os inovadores de 1854, no dizer de Almeida (1989, p. 85): "quiseram que a criança, se não pudesse estudar a história universal, não permanecesse ignorante das lições de História".

O Decreto de 24 de janeiro de 1856 fixou os programas e indicou os compêndios a serem adotados nos cursos de estudos do Colégio de Pedro II. Adaptou o Conselho – informava o Inspetor Geral Euzébio de Queiroz (Relatório de 1855, p. 19) – às novas circunstâncias, os últimos programas publicados para os liceus nacionais da França, fazendo-lhes as modificações e alterações que exigiam a organização diferente dos estabelecimentos públicos de instrução secundária desse país e do Colégio de Pedro II, e a falta de livros apropriados para a diferença das matérias indicadas nos mesmos programas.

Na falta de obras nacionais, esclarece Haidar (1972, p.116), adotaram-se para o estudo das ciências físicas e naturais, da história e geografia e da filosofia, compêndios franceses. Os programas extensíssimos e pretensiosos reproduziam, praticamente na íntegra, o plano dos livros adotados. Assim, por exemplo, no 4º ano do curso especial, ao lado do curso de história e geografia do Brasil baseado na História do Brasil de Abreu e Lima e no Compêndio de Geografia de Pompeo, deveriam os alunos cumprir a Segunda parte de um vastíssimo programa de História Moderna, utilizando o Manuel du Baccalaureat e o Atlas de Delamarche adotados nos Liceus de Paris.

Continuava existindo, contudo, "a questão da dificuldade da adoção de um compêndio de História do Brasil, obstáculo ao bom ensino da disciplina" [...]. Em sessão do Instituto Histórico, de dois de maio de 1856, foi lido um ofício do Diretor do Conselho de Instrução Pública da Corte, Eusébio de Queirós, de 26 de dezembro de 1855, pedindo que a instituição "se digne de guiar o mesmo Conselho na escolha de um compêndio de História do Brasil, que deve ser seguido nas escolas" (VIANA, 1972, p.13).

---

[1] Sobre os programas do Colégio Pedro II, consultar: VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Michael. Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Editora do Autor, 1998.

O Uso dos Compêndios

Um dos compêndios utilizado no Imperial Colégio Pedro II será o polêmico texto de Abreu e Lima. Mais conhecido como "General das Massas", lutou ao lado de Bolívar nas lutas pela independência. Seu livro revela certa simpatia pela monarquia. Como sua narrativa comete alguns equívocos, estes não serão perdoados por Varnhagen. Enviada a obra ao IHGB, ficou a cargo de Varnhagen dar um parecer. Depois de analisar corretamente as falsidades, os erros e enganos e de provar exaustivamente a semelhança do Compêndio com a História de Beauchamp, plagiário conhecido de Southey, Varnhagen conclui, que o livro devia ser considerado, para a instrução secundária, menos recomendável que o de Bellegarde.

Apesar da crítica severa e profunda do "pai" da história do Brasil, o livro de Abreu e Lima traz algumas novidades, particularmente a respeito dos movimentos emancipatórios como os de 1817 e 1824. Ao descrever a atuação de Cochrane e Grenfeld no Maranhão, narra o trágico fim de 254 insurretos no porão de um navio, pondo por terra a visão oficial de uma história harmoniosa.

Sua obra foi relegada e esquecida nos anos seguintes, cabe lembrar que sua história resgata alguns episódios polêmicos da nossa formação, inclusive sua simpatia por movimentos rebeldes, o que não é o caso de Varnhagen.

O compêndio de Abreu e Lima (1843) busca facilitar "a profícua instrução que a mocidade deve colher sobre a história pátria, abreviando um pouco a leitura, tornando o livro mais manual [...]". Cabe salientar que a presente obra é ornada com vários retratos, ao lado de D. Pedro I e II, Bonifácio, Colombo, Cabral, encontra-se os retratos de Felipe Camarão e Henrique Dias.

A maior parte dos programas de História do Brasil seguia o mesmo modelo adotado pela História Sagrada, apenas substituindo as narrativas baseadas na vida dos santos, pelas dos grandes heróis nacionais. A ordem dos acontecimentos era narrada pela sucessão de governantes e pelas lutas contra os povos estrangeiros, culminando geralmente nos "grandes fatos" de nossa história, tal como: o descobrimento, as lutas contra os invasores holandeses, as capitanias hereditárias, o governo geral, a independência, e a "formação do estado nacional" no segundo império.

Os métodos de ensino-aprendizagem utilizados nas aulas de história, eram na maior parte baseados na memorização e repetição dos conteúdos estudados nos textos escritos. Os

materiais didáticos eram poucos e escassos, valendo-se, mormente da fala dos professores e dos poucos compêndios adotados.

Outro dos compêndios analisado, *História do Brasil* de Solano Constancio. Para elaboração de sua história, declara que se valeu principalmente da excelente obra de Southey. Abre o texto com uma introdução geográfica, contendo informações sobre o clima, fósseis, reino mineral, população, etc. Depois sua história desenvolve-se até a abdicação de Pedro I, esses acontecimentos vão sendo arrolados em ordem cronológica.

Trata-se na interpretação de Mota (2000), do início de uma tradição historiográfica que merece referência e atenção. Uma maneira inovadora de entender-se o Brasil e se interpretar a sua história na perspectiva da descolonização, articulando uma nova periodização em que se enfatiza o processo de independência e a expulsão do imperador, contrapondo-se à visão bragantina e reacionária de Varnhagen.

Contudo, somente a partir da década de cinqüenta com a sistematização do ensino de história do Brasil nos cursos secundários é que florescerá no país a produção e circulação de compêndios dessa disciplina.

Nesse período temos o estabelecimento no Brasil das principais casas editoriais, em primeiro plano a Garnier: [...] "a mais importante dessas firmas foi, inquestionavelmente, a Garnier Frères, que funcionou no Brasil de 1844 a 1934" (HALLEWELL, 1985, p.127).

Afora a Garnier, outras editoras atuavam no mercado brasileiro, saliente-se a Leuzinger, a Lombaerts, a Plancher, todas importantes sem dúvida, mas nenhuma com o peso da Garnier e de sua futura concorrente a Laemmert. Esta última nasceu em 1827, tendo suas origens na agência conjunta aberta por Bossange e Aillaud.

Naquela época, como ainda hoje, as traduções constituíam parte considerável do catálogo de uma editora brasileira. Garnier interessou-se principalmente por traduções de sua própria língua. Tendo em vista a importância da ciência e da cultura francesas na época, era inevitável que Laemmert também produzisse uma proporção significativa de obras traduzidas do francês.

Embora Garnier tenha sido o principal editor brasileiro de livros escolares até o aparecimento da Francisco Alves, Laemmert publicou também alguns livros didáticos, como por exemplo, a 2º e as posteriores edições da Geometria de Cristiano Benedito Otoni, um dos livros didáticos mais vendidos na época.

Uma das questões fundamentais presente na maior parte desses compêndios editados, residirá na questão da periodização. Essa tarefa na maior parte dos compêndios aqui analisados foi inglória, ou melhor, insatisfatória. A história do Brasil de Solano Constancio tem desde o primeiro capítulo, do descobrimento do Brasil até a abdicação de D. Pedro I, um desfilar de datas, por ordem cronológica sem o menor critério.

Em seu compêndio, Abreu e Lima se não avança muito, ao menos, possui um critério. Nos oito capítulos adota uma seleção dos fatos determinados por eventos políticos e/ou administrativos.

Essa dificuldade foi resolvida de maneira mais fácil por Macedo, este adotou a periodização elaborada por Varnhagen. Dividiu sua obra em trinta e nove lições.

Tal como os textos de história sagrada, cabe realçar, que na elaboração da nossa história, é o poder atemporal e predestinado de certos personagens, verdadeiros heróis, que de fato nessa visão são os construtores da nossa nacionalidade.

De maneira semelhante, Lacerda (1899), separa a nossa história em sete períodos. Em ambas o critério adotado são os grandes acontecimentos políticos, destacando-se a atuação dos governantes e suas guerras de dominação. Matoso Maia, por sua vez, divide o tema em 39 lições, não fugindo muito do mesmo modelo.

Apesar do parecer da Inspetoria da Instrução Pública de Pernambuco de 1881, que "pela leitura e confrontação com outros compêndios da mesma matéria, considera a referida obra como o melhor Compêndio de História do Brasil até hoje publicado [...] que seja aprovado para uso dos estabelecimentos da instrução secundária da Província" (MAIA, Prefácio, 1895, p.3). A crítica de Abreu (1976, p.131), é arrasadora:

> *Até onde a temos lido, a História do Brasil do Dr. Matoso Maia não é má. Se não apresenta investigações novas, se não põe os fatos de modo original, é certo que leva vantagem a muitos compêndios do Imperial Colégio [...]. Entretanto, aproveitável como é, o livro tem dois grandes defeitos. O primeiro é não mostrar estudo das fontes. Que um professor de história universal as não conheça, é desculpável, é mesmo justo: mas um professor de história particular – professor que rege a cadeira há anos, história que pouco mais abraça que três séculos – não nos parece que tenha a mesma desculpa.*
> *Denuncia ao seu modo uma história eivada de erros, incorreções e equívocos.*

Em que pese a importância de todos esses compêndios, foi a obra de Macedo, que se tornou paradigmática como modelo oficial da "boa" história pátria.

No ano de 1860 o Conselho de Instrução Pública aprovava o Compêndio composto por Macedo, para o uso dos alunos do imperial Colégio de Pedro II onde é professor da referida matéria.

Nossos melhores livros de História do Brasil, na interpretação de Almeida (1989, p.163): [...] "para a instrução primária são os de Estácio de Sá Menezes e de Lacerda [...]. Para o ensino secundário temos as Lições de História do Brasil do Dr. Joaquim Manuel de Macedo, obra adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, além da história de Mattoso Maia".

Em poucos anos, o prestigioso romancista, também estava consagrado como autor de obras didáticas. Os seus livros didáticos durante muitos anos seriam editados, adentrando inclusive o período republicano, como é o caso de *"Lições de História do Brasil para instrução primária*", que no início do século XX é complementada por Olavo Bilac e a partir de 1914 até 1922 passa pela revisão e atualização de Rocha Pombo.

Conclusões

No Brasil Império, onde a centralização político-administrativa era a norma, onde os "bons homens" continuavam dominando e mantendo o regime escravocrata, onde era necessário e vital a manutenção desse "status quo", mais do que nunca tornava-se necessário "ordenar, civilizar e instruir". Nessa tarefa os compêndios didáticos de história e o ensino da mesma deviam exercer um papel significativo.

As obras de Macedo, assim como a Varnhagen marcaram de forma tão forte a nossa história que levam Abreu (1954, p.130), a dizer: "Estou resolvido a escrever a História do Brasil [...]. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino".

Em que pese às críticas e contribuições de Capistrano de Abreu para a elaboração de uma outra história, uma história social e econômica do povo, sua vida e alimentação, seus tipos étnicos, as condições geográficas, o povoamento, os caminhos, as feiras, os escravos, seu comportamento e papel, a educação, os divertimentos, os costumes, as profissões, a posição da mulher, a vida urbana e rural. Não era a gente de ficção que andava em suas páginas, mas a gente real e concreta, que vivera e trabalhara. Ele dava, assim, carne e sangue à sua história e, como historiador, achava mais bela a verdade que a novela (RODRIGUES, 1954, p. XLIX).

Seu contemporâneo José Veríssimo (1985, p.112), concordava com essa realidade, o ensino de nossa história era péssimo, os compêndios eram "indigestos e mal escritos", é uma "enfadonha e estúpida" lista de governadores, reis e de capitães.

Essa crítica ao ensino de História do Brasil, ocorre num momento em que como disciplina passa a desempenhar o papel de formadora da cidadania e da moral cívica. Está superada a fase de uma história ligada ao sagrado, impõe-se agora uma história laica onde cabe valorizar o "nacional". Os diversos compêndios analisados destacam-se pelo tom apologético da história pátria. A valorização das coisas nossas, associado a um cientificismo de cunho positivista tornam a nossa história "a compreensão dos grandes fatos históricos, suas causas, resultados, relações, é mais importante do que a decoração material de algumas páginas do compêndio; exigirá que os alunos procurem libertar-se da repetição servil das palavras do livro" (VERÍSSIMO, 1985, p. 114).

Desse modo decretava-se o fim do domínio absoluto do velho professor "os compêndios", abrindo-se uma nova era de debates e discussões. Para quem sabe atingir o sonho de Capistrano de Abreu (1954, p. 266), e não sermos obrigados a ensinar "alunos ignorantes e desatentos".

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Ensaios e estudos*. Quarta Série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____ *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: INL, 1954.

ABREU E LIMA, J.I. de. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: E&H Laemmert, 1843.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889).* São Paulo: Educ; Brasília: Inep. 1989.

CONSTANCIO, F. Solano. *Historia do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do imperador D. Pedro I.* Paris, Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud, 1839.

HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, Grijalbo, 1972.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história).* São Paulo: T.A. Queiroz e Eudsp, 1985.

LACERDA, Joaquim Maria de. *Curso de História Universal (com Resumo da História do Brasil).* 3º edição, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1889.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro I.* Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884.

MAIA, Matoso. *Lições de Historia do Brazil.* 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C., 1895.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000).* São Paulo: Editora Senac, 2000.

PINHEIRO, J.C. Fernandes. *Episodios da Historia Pátria contados à infância.* 11º edição. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1887.

RELATÓRIO do estado da Instrução Primária e Secundária no Município da Côrte durante o ano de 1855. 4ª Sessão da 9ª Legislatura, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, 1856.

REVISTA Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. 32ª sessão em 8.02.1840 Tomo II, 1º trimestre de 1840, n. 5.

VERISSIMO, José. *A Educação Nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIANNA, Helio. *História do Brasil*. Volume I. São Paulo, Melhoramentos, 1972.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Práticas de leitura e escritas de si:
Livro didático regional e identidade geracional

Juçara Luzia Leite*

Resumo
O ensino de História tem servido como instrumento de legitimação de pensamentos, valores e relações de poder. O livro didático de História, devido ao seu alcance, é, reconhecidamente, um dos mais fortes instrumentos dessa ação e entendido, aqui, como objeto cultural. Mercadoria, veículo transmissor e consolidador de representações, além de instrumento pedagógico, o livro didático regional de História é a base deste trabalho sobre o seu contexto de produção, considerando o processo de escrita didática da História como uma forma de "escrita de si" e de construção de sentido identitário de uma geração de historiadores e intelectuais, possibilitando, assim, diferentes leituras. Este é o objetivo deste estudo, baseado em Chartier (1990), Koselleck (1990), e Pécaut (1990).
Palavras Chave: Livro Didático – Ensino de História – Escrita de Si
Résumé

L'enseignement de l'Histoire a servi comme instrument de légitimation de pensées, valeurs et relations de pouvoir. Le manuel scolaire d'Histoire est, manifestement, un des plus forts instruments de cette action et compris, ici, comme objet culturel. Marchandise, véhicule transmetteur et soutien des représentations, aussi bien que instrument pédagogique, le manuel scolaire régional d'Histoire est le centre de cette étude sur leur contexte de production, en tenant compte du processus d'écriture didactique de l'Histoire comme une façon d'« écriture de soi » et de construction de sens identitaire d'une génération d'historiens et d'intellectuels, en rendant possible, ainsi, différentes lectures. Celui-ci est l'objectif de cette étude, basée sur Chartier (1990), Koselleck (1990), et Pécaut (1990).
Mots Clé: Manuel Scolaire – Enseignement de l"Histoire – Écriture de soi

Introdução: Historiadores e Intelectuais

O ensino de História tem servido como instrumento de legitimação de pensamentos, valores e relações de poder[1]. O livro didático de História, devido ao seu alcance, é, reconhecidamente, o mais forte instrumento dessa ação, e, entendido aqui, como objeto cultural.

Desde o século XIX, quando a História passou a ocupar uma posição de centralidade entre as disciplinas escolares, coube ao seu ensino a apresentação e consolidação

* Doutora em História Social/USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/ UFES).
[1] Estamos optando pela expressão mais usual *Ensino de História*, embora muitos pesquisadores prefiram, hoje em dia, expressões como Ensino da História ou Educação Histórica.

de padrões e representações identitárias. No Brasil, após a Independência, iniciou-se a estruturação de um sistema de ensino: o pensamento da elite política e intelectual apontava, cada vez mais, para a elaboração de uma História que pudesse ser difundida através da educação, colocando como central a questão da identidade nacional. Foi muito importante, nesse sentido, a criação do Imperial Colégio de Pedro II em 1837, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que promoveu um concurso de monografias sobre como escrever a História do Brasil (LEITE 2002).

A "missão" de um pensamento elitizado de fazer do ensino de História um instrumento de legitimação da ordem vigente e de formação de súditos (e, após a República, de cidadãos), deveria, privilegiar o Estado e a ação de grandes personagens. Durante o início da República, a ênfase em um ensino cada vez mais homogêneo tornava o passado harmonioso, apagando as diferenças sociais e culturais, levando o Estado a consolidar sua imagem de elemento atuante e protagonista da História Nacional. O ensino escolar da História, assim, revestido de conteúdos cívicos, formava um determinado cidadão-trabalhador, um produtor-consumidor, de acordo com a ordem capitalista que se consolidava no país (BITTENCOURT, 1993).

Durante o Estado Novo, quando o cultivo da memória foi estendido para a construção de uma identidade nacional, ampliou-se o ensino escolar para uma educação que considerasse as políticas de preservação do patrimônio e as festas cívicas, e passou-se a considerar, também, o universo cultural no qual se inseriam seus sujeitos. No entanto, não se visava à formação de uma consciência crítica, mas à adequação do indivíduo à sociedade. Os livros didáticos e datas comemorativas passaram a ser instrumentos para a manutenção e homogeneização de determinadas visões de mundo e de História, sendo ferramentas de controle e mediações entre as práticas políticas e as culturais (LEITE, 2006).

Após o golpe militar de 1964, o ensino de História foi unido ao de Geografia, condensados na disciplina de Estudos Sociais. Esse ensino, cujo objetivo era a formação de um cidadão ajustado à ordem autoritária vigente, negava os avanços da produção acadêmica e estimulava a formação do chamado professor de licenciatura curta. Com o passar dos anos e o reinício da democratização, a disciplina escolar História recuperou sua autonomia e as imbricações entre cultura, política e ensino passaram a expressar novas conjunturas que possibilitavam, então, um redimensionamento da compreensão das permanências que a permeavam.

Hoje, em um mundo "globalizado", a vida cotidiana coletiva se constitui um dos principais eixos do ensino da História, e as temáticas a ela referentes são importantes para destacar diferenças culturais e étnicas, incentivando o respeito às diversidades. No entanto, a homogeneização dos conteúdos, sobretudo através do monopólio de produção e publicação dos livros didáticos, também condicionam identidades (LEITE, 2006).

A breve explanação dessa trajetória demonstra como a elite intelectual tem participado ativamente nas transformações e permanências no ensino de História, aproximando os debates acadêmicos da didática da História em seus aspectos normativo, empírico e reflexivo (BERGMANN, 1990). Pensamos que essa participação se deve à mudança ocorrida na identidade do sujeito do conhecimento e ao nascimento da figura do intelectual como produtor do saber também escolar, implicando, assim, uma transformação na sua própria produção e legitimação. O conhecimento produzido, pouco a pouco, passa a ter uma função social clara: deve fazer sentido para a sociedade que o reconhece e consome (ALBUQUERQUE JR, 2005). Esse sentido é assegurado através da escrita didática monopolizada por sucessivas gerações de intelectuais.

O Passado como Referência do Futuro

Diferentes e sucessivas gerações de intelectuais forja(ra)m uma história ao construir sua própria identidade como grupo. A atual escrita didática da História regional, compreendida como prática cultural, tem sido, por vezes, uma síntese da superposição das idéias dessas gerações, condensadas e apropriadas com o objetivo de construção de uma imagem de si. Não uma imagem qualquer, mas aquela criada e consolidada por essas gerações através da difusão de representações.

As gerações de intelectuais-historiadores reconheceram no IHGB e seus congêneres um espaço de sociabilidades e construção de identidades. Como a criação dos Institutos Históricos regionais, a partir do início do século XX, foi um reflexo das tentativas de construção de paradigmas identitários locais, houve um visível direcionamento do discurso histórico (PECAUT, 1990). As elites intelectuais, ao longo de diferentes gerações, adotaram seus próprios projetos de "modernidade" com fortes influências do pensamento europeu, e isso se refletiu no ensino de História.

O caso do Espírito Santo exemplifica essa transição através da construção de representações identitárias e da difusão e consolidação destas através do ensino de História e produção de obras com finalidade didática.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) foi criado em 12 de junho de 1916. Em 1917, passou a circular seu periódico - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo* - expressão da sociabilidade da intelectualidade local. Na *Introdução* do primeiro número, a *Comissão de Estatutos e Revista* ressaltava os objetivos e justificativas da criação da publicação, fazendo referência ao herói capixaba Domingos Martins (patrono da instituição) e à importância de divulgar "conhecimentos e informações úteis".

Compreendemos que uma revista é, acima de tudo, espaço de criação e diálogos intelectuais. Escrita e consumida pelo mesmo público - a intelectualidade local – a *Revista* retratava relações afetivas intestinas de um determinado grupo que se compreendia enquanto elite. Publicar em uma revista implicava em diálogo entre os autores que se reuniam em determinado volume, implicava pertencer a um grupo (e em determinar quem não pertenceria). Não é exagero afirmar, portanto, que não existiria IHGES sem a sua *Revista* e vice-versa.

A *Revista* era, dessa forma, o espaço de identidade daquela intelectualidade que criava e mantinha estratégias legitimadoras dessas relações de poder. Por exemplo, a figura do patrono Domingos Martins havia sido eleita após longa discussão entre os seus membros acerca de quem deveria representar o grande herói espírito-santense. Nas décadas posteriores, gradualmente, o *mito personalístico* foi sendo substituído pelo *mito do progresso* e os intelectuais passaram a travar uma verdadeira luta contra a idéia do *atraso capixaba*. Essa consciência expressada pelos conceitos de progresso e atraso e, que, por sua vez, também expressava diferentes temporalidades, está amplamente presente nos textos do período. Era grande a preocupação com a modernidade e era perceptível seu reflexo no ensino de História através de obras escritas com função didática. Dessa forma, a História, reconhecida como ciência, era compreendida filosoficamente como "mestra da vida", superpondo-se as dimensões de passado e presente no discurso dos intelectuais (LEITE, 2002).

A escrita didática dessa História traduzia, então, um esforço que a transformava em uma prática de domínio do tempo que, por sua vez, precisava ser ordenada e significada, da mesma forma que o indivíduo/grupo que a construía. Esse tempo é constituído por

possibilidades simultâneas e, portanto, oferece escolhas que são experimentadas de forma aberta – como presente e futuros possíveis na narrativa construída.

O que proponho destacar é que a representação particular de História nos atuais livros didáticos de História Regional no Espírito Santo são sínteses de debates anteriores, que foram produzidos em contextos determinados, e que traduziram e traduzem em interpretações as idéias específicas acerca de um Espírito Santo e dos espírito-santenses: o que foi o Espírito Santo, o que é, e o que se tornará? Reconstruções racionais de um passado que pretendiam redimensionar o presente ao imaginar um futuro possível (KOSELLECK, 1990). Sendo compostas por uma multiplicidade de tempos que se superpõem, não é um tempo único. Essa reflexão se fundamenta na percepção da representação de um presente particular e seu futuro, ele mesmo tornado passado, reconhecível na escrita didática da História. Para tanto, é preciso interrogar aquilo que se repete (as continuidades), e tentar compreender as mudanças.

O reflexo dessa percepção na História coincide com a dissolução da idéia de "história, mestra da vida" nas alterações da estrutura temporal que se processavam, e o *progresso* passa a ser a categoria central para expressar a definição de um tempo que transcende a natureza, um tempo que se acelera (KOSELLECK, 1990).

A partir dos anos 40, o IHGES passou a publicar uma coluna com a biografia de sócios já falecidos. Nota-se, assim, uma prática de releitura historiográfica, ou seja, uma prática que remete a produção de uma espécie de memória de si mesmo. As representações de futuro, nos textos desta intelectualidade, passaram a se identificar com a "transformação de uma realidade atrasada", percebida sob a ótica economicista do subdesenvolvimento. Um desenvolvimento compreendido apenas como industrialização. O conseqüente aumento da produtividade (visto que eram negados os aspectos relativos às relações de produção), nessa visão, combateria o atraso capixaba e contribuiria para a consolidação de imagens identitárias. O território e o povo capixabas seriam, então, imagens unificadoras de uma identidade local: o desenvolvimento dissolveria as diferenças.

Outro destaque é a criação de associações em torno de estudos folclóricos, passando a ser este um novo ambiente intelectual local. Preservar, reconstruir, e/ou valorizar a memória local significava, para esse grupo, contribuir para o progresso, imortalizar heróis, enfim, fazer parte de uma "missão civilizadora" e da criação de exemplos morais.

Os anos 50 e 60 foram marcados pelos debates sobre as questões dos limites do estado, período durante o qual se desenvolveu a ênfase em um "outro opressor", a saber: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. A metáfora do território passou a ser um tema recorrente

que se somava aos anteriores, sobretudo àquele da identidade. Delimitar o território servia para (re)definir o que se é (e o que se pode vir a ser).

A federalização da Universidade, em 1961, foi de grande importância para as gerações seguintes. Os intelectuais, em sua maioria já com formação específica, superpõem os padrões das gerações anteriores: mito/herói; atraso e progresso/desenvolvimento; "cultura popular" como marca da diferença; e território físico-geográfico como definição de povo, isto é, aspectos de uma definição identitária. Estas diferentes temporalidades e multiplicidade de identidades são consolidadas por uma determinada intelectualidade em seu processo de escrita didática da História local. Sendo assim, são as *permanências*, ainda que sob o *aspecto de mudanças*, que passam a integrar o Livro Didático Regional de História cujo discurso busca no passado *atrasado* a promessa de um futuro *desenvolvido.*

A Escrita Didática da História como Forma de Escrita de Si

Compreendemos, portanto, a escrita do livro didático regional como uma prática cultural que visa reconhecer uma determinada identidade social e, assim, exibir uma maneira que um certo grupo tem de estar e se ver no mundo, significando simbolicamente um estatuto ou posição (CHARTIER, 1990). Dessa forma, uma geração (enquanto grupo cujos membros constroem identidades entre si), produz configurações intelectuais múltiplas e simultâneas através das quais a realidade é construída. Diferentes grupos constroem diferentes realidades.

Percebemos essas diferentes gerações de intelectuais que escreveram História (e também para o seu ensino) sendo superpostas em uma mesma temporalidade, embora em diferentes tempos cronológicos, culminando na atual geração, que, por sua vez, escreve o que chamamos - *Livro Regional de História.* As identidades que estes grupos criavam para si, e consolidavam através de uma escrita da História também com finalidade didática, não se anulavam ao se sucederem, mas se adicionavam e superpunham. Assim sendo, as permanências de temas, objetos, sujeitos e abordagens (histórica e pedagógica), marcam a maioria dos atuais livros didáticos regionais de História, ainda que seus autores, historiadores e intelectuais, legitimem seus saberes com uma formação acadêmica cada vez mais especializada.

No caso do Espírito Santo, tomado como exemplo para esta reflexão, ainda que as produções acadêmicas tenham ganhado impulso nas últimas décadas, sobretudo a partir da realização de eventos científicos e da ampliação da oferta e procura por cursos de pós-graduação, não se percebe, nas obras didáticas, a repercussão das inovações acadêmicas. De acordo com Pirola (2007: 17):

> *[...] Tal configuração sugere um modelo diacrônico de concepção de História, separando um Espírito Santo que se mostra incitando propostas de identidade, de crítica intelectual, de ações co-participativas e, por outro lado, um outro, o Espírito Santo representado no livro didático. Esta aparente dicotomia nos intriga. Ao quadro exposto, soma-se o fato que, em descompasso com o que vem sendo realizado em outros pólos acadêmicos, parece que ainda não alcançamos aqui, um nível razoável de produção acadêmica. Uma produção que problematize a concepção, produção e consumo desses materiais no Espírito Santo.*

Tais questões podem ser respondidas considerando que uma geração, ao perceber, apreciar e apreender o seu presente através da escrita da história, fundamenta-se em categorias que possui variáveis próprias ao grupo, com as quais marca seu lugar. Desta forma, atribui um sentido ao presente através da construção de uma narrativa sobre o seu passado (inteligibilidade do mundo). São, assim, construídas as representações do mundo social, forjadas a partir de um coletivo que pretende consolidar sua função social (PIROLA, 2007).

A escrita didática da história regional é, por isso, compreendida como uma escrita de si, uma vez que há uma relação do texto com seu autor que é também personagem. Neste caso, falamos de um autor plural: as gerações superpostas, sintetizadas na atual geração de escritores, aqui percebida como um "indivíduo plural". A continuidade de uma narrativa histórica voltada para um futuro baseado no desenvolvimento econômico (reforço do binômio progresso/atraso); para uma representação de povo que se confunde com a expansão territorial e a luta por seus limites; para uma idéia de civilização amalgamada com as manifestações folclóricas (estas mescladas à própria idéia de cultura); é a marca dessa escrita didática.

As representações contidas no texto produzido, dessa forma, consolidam a função social do grupo, neste caso a função didática. Em um presente que aponta como verdade as perspectivas de um futuro idílico, o passado redimensionado tem valor de autenticidade na narrativa elaborada por um coletivo que se constitui ao mesmo tempo em que constrói seu texto. Segundo Gomes: "Defende-se que a escrita de si é ao mesmo tempo constitutiva da identidade do seu autor e do texto, que se criam, mutuamente, através dessa modalidade de 'produção do eu" (GOMES, 2004:16).

A atual geração de autores historiadores de livros didáticos regionais de História, ao produzir em sua narrativa uma *escrita de si*, ordena, rearranja e ressignifica construções identitárias, forjadas, por sua vez, no decorrer da trajetória das gerações anteriores de intelectuais. Ao fazê-lo, se legitima e se estabiliza geracionalmente, uma vez que constrói para si uma identidade e estatuto que possui uma continuidade no tempo, expressando diferentes temporalidades.

Baseando-nos no que foi exposto e considerando a afirmativa de Ferro de que "a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças", não podemos deixar de considerar que o livro didático regional de História, enquanto *objeto cultural* que suporta uma *prática cultural* de *escrita de si*, é instrumento formador de subjetividades e, portanto, merece ser apreciado em pesquisas que possibilitem a ampliação de sua compreensão (FERRO, 1983:1).

Isto é, a escrita de si enquanto prática cultural e produção de si (um "eu" coletivo), expressada, por sua vez, na escrita de livros didáticos regionais, é uma estratégia de equilíbrio entre as diversas temporalidades. Estas compõem a narrativa "auto-biográfica" de diferentes gerações de intelectuais sintetizadas na atual. Este exercício de produção de sentido de uma memória e de uma identidade de si converge em uma narrativa cuja função didática legitima as representações nela contidas, mas também pode formar e conformar sujeitos através do uso desse material no ensino de História.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. "De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no ocidente contemporâneo". Trajetos Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da UFC, Fortaleza, vol. 3, nº 6, p. 43 – 66, abril de 2005.

BERGMANN, Klaus. "A História na reflexão didática" Revista Brasileira de História: História em quadro negro, São Paulo, vol. 9, nº 19, p. 29 – 42, fevereiro de 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese de Doutorado. 369 p. São Paulo: FFLCH/ USP, 1993.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/Ed. Bertrand Brasil, 1990.

FERRO, Marc. A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação: a História dos dominados em todo o mundo. São Paulo: IBRASA, 1983.

GOMES, Ângela de Castro. "Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo" In _____ (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004, p. 7-24.

KOSELLECK, Reinhart. Le Futur Passé: contribuitions à la semantique des temps historiques. Paris: EHESS, 1990.

LEITE, Juçara Luzia. Natureza, folclore e História: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. Tese de Doutorado. 352 p. São Paulo: FFLCH/ USP, 2002.

LEITE, Juçara Luzia. Ensino de História e História do Espírito Santo: História 3. Fascículo 3 do Módulo Estudos Sociais. Curso de Licenciatura em Pedagogia EAD – Séries Iniciais. 2ª ed. Vitória: NEAD/ UFES, 2006. 64 p. (1ª ed. 2004)

PECAUT, Daniel. Os intelectuais e a política brasileira: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PIROLA, André Luiz Bis. O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: a construção de representações culturais. Relatório de Qualificação. 52 p. Vitória: PPGE/ CE/ UFES, 2007.

Revista do IHGES, Vitória, ano I, n 1, 1917.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Das qualidades de um governante para as Minas: a trajetória político-administrativa de Dom Lourenço de Almeida.

Lincoln Marques dos Santos[1]

Resumo: O presente trabalho discute os critérios de seleção para o cargo de governador das possessões ultramarinas, especialmente a capitania das Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XVIII. São consideradas, em particular, asdificuldades inerentes ao exercício do poder político no governo de uma sociedadeque se constitui em ambiente altamente mercantilizado, irrigado por ouroe diamantes, reforçando contraditoriamente os princípios de hierarquia ehonra social provenientes dos padrões europeus. Em suma, pretende-se problematizar a política metropolitana de enrijecer o controle político e fiscal sobrea sociedade mineira e sua relação com a governança de D.Lourenço de Almeida (1721-1732).

Palavras-chave: Administração – Colonização – Mineração

Abstract: The present work argues the criteria of election for the position of governor of the overseas possessions, especially the captainship of the Minas Gerais, in the first decades of century XVIII. They are considered, in particular, the inherent difficulties to the exercise of the power politician in the government of a society that if constitutes highly in merchantable environment, irrigated for gold and diamonds, strengthening the principles of hierarchy and social honor proceeding from the European standards. In short, it is intended to question the politics metropolitan to harden the control politician and inspector on the mining society and its relation with the government of Dom Lourenço de Almeida (1721-1732).
Keywords: Administration – Settling – Mining

A escolha e nomeação dos governantes ultramarinos, como se sabe, assumiram, ao longo de vários anos, formas diversificadas: pela Coroa, através de consultas ao Conselho de Portugal, das Índias ou Ultramarino; pelos donatários, nas capitanias hereditárias; pelos governadores das capitanias principais, no que diz respeito às capitanias dependentes; por eleição das câmaras locais em situações específicas (abandono, morte súbita ou deposição).

Sabe-se também que, a partir de meados do século XVII, principalmente no período pós-restauração portuguesa, os nivelamentos hierárquicos das possessões do ultramar assumiram contornos mais específicos. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, "a hierarquização dos territórios do império atlântico português deve ser entendida com recurso a um segundo elemento de diferenciação interna que se prende com as dinâmicas

[1] Mestrando no programa de pós-graduação em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ.

econômicas subjacentes às tendências de expansionismo e conquista territorial". (MONTEIRO e CUNHA, 2001: 205.).

Estes nivelamentos hierárquicos das posses ultramarinas condiziam, em primeiro lugar, à realidade de territórios em estágios diferentes de desenvolvimento e de ocupação. Em segundo lugar, como veremos adiante, os diferentes níveis de exigência defensiva e administrativa, repercutiu decisivamente sobre o perfil dos indivíduos a serem recrutados para cada um dos territórios e seus respectivos atributos governamentais.

Redimensionado ao âmbito da América portuguesa, podemos perceber, como lembraram Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, que através das "reformas" da política administrativa colonial conduzida pelos Habsburgos, novas unidades políticas foram criadas, integrando anteriores administrações autônomas e reduzindo pouco a pouco a pulverização política que caracterizava até então estes territórios ultramarinos (MONTEIRO e CUNHA, 2001: 202).

É de fundamental importância destacar que o processo de escolha e nomeação dos governantes decorria, dentro do quadro de reformas administrativas acima apresentadas, dos critérios sociais e de méritos pré-definidos pela monarquia para cada território, quando da decisão individual de aceitar ou não o posto oferecido. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro,

> *"Por parte da Coroa, os fatores que intervinham no parecer final articulavam as qualidades do requerente com a situação concreta do despacho de serviços anteriores, ponderando-as com o estado de necessidade do território em causa e, por isso, com a urgência na partida para o posto. É evidente, então, que a existência de conflitos militares abertos ou outras dificuldades conhecidas reforçavam a capacidade negocial do governante indigitado e propiciavam atos de maior liberdade da Coroa e, em geral, um abaixamento nas suas exigências usuais." (MONTEIRO e CUNHA, 2001: 209.).*

É importante ressaltar também que, diante desses contornos mais específicos acerca da escolha dos governantes ultramarinos, a manutenção e ampliação da cultura de remuneração dos serviços serviram como mecanismo de reprodução dos mesmos serviços a serem prestados pelos súditos, principalmente no que tange os serviços militares.

A tendência geral deste contexto de escolhas e nomeações seguiu modalidades distintas, mas que, gradativamente pendiam a uma seleção antecedida por um "concurso" e posterior consulta do Conselho Ultramarino, principalmente nos casos em que o provimento não era feito pelo governador de uma capitania principal, ou pelo Conselho de Estado, referente aos governos mais importantes.

Nuno Gonçalo Monteiro destaca, já para o século XVIII, três aspectos gerais no processo de escolha e nomeação dos governantes. Em primeiro lugar, pode-se detectar um

claro processo de "aristocratização ou elitização dos recrutados entre os séculos XVII e XVIII, visível quer nas principais capitanias quer na esmagadora maioria das capitanias subordinadas" (MONTEIRO 2005: 103.). Este processo indicado pelo autor é fruto de especificações acerca do estatuto social dos indivíduos indicados para o governo das posses ultramarinas. A exigência do estatuto de fidalguia, como fundamentação desses critérios seletivos, corrobora esta perspectiva.

Em segundo lugar, podemos verificar uma clara redução do número de "naturais da terra" nomeados. "Os naturais da colônia, com raras exceções, passam ao longo do século XVIII a ter apenas acesso aos governos menores da monarquia." (MONTEIRO 2005: 104.).

Em terceiro lugar, tal como em meados do século XVII, "a qualidade de nascimento dos nomeados traduz as oscilações da cotação e a importância atribuída pela Coroa a cada capitania." (MONTEIRO 2005: 104.). A *qualidade de nascimento* dos nomeados é um bom indicador da importância atribuída pelo centro da Monarquia a cada capitania.

Dimensionando estas questões para a região das Minas Gerais, perceberemos que a descoberta dos primeiros filões de ouro e diamantes impulsionou um amplo movimento migratório, seja de outras capitanias, seja do próprio reino. Segundo Laura de Melo e Souza, a estrutura formativa da sociedade colonial mineira, evidencia os enfrentamentos surgidos diante do embate entre administradores régios, acostumados aos padrões nobiliárquicos tradicionais, e os colonos, recriadores de uma ordem social específica e diferenciada. (MELLO E SOUZA, 2006:155).

Para governar Minas e enfrentar as dificuldades decorrentes de uma sociedade convulsionada, irreverente, refratária aos princípios de honra, hierarquia, tradição, *era preciso ser homem do mundo, pertencente à linhagem militar reconhecida pelos feitos heróicos, dotado de experiência administrativa anterior e aparentado com outros administradores que já haviam dado mostras de si no governo colonial.* (MELLO E SOUZA, 2006:155).

Afinal de contas, por que a indicação de Dom Lourenço para o governo das Minas? Quais critérios circundaram sua nomeação? Quais experiências trazia do governo ultramarino? Infelizmente até aqui só é possível responder com propriedade a última questão. O desenrolar das pesquisas permitirá, futuramente, dar conta das primeiras questões apresentadas. Entretanto, ao nos debruçarmos diante dos documentos, poderemos especular algumas observações.

Primeiramente, a constituição da Capitania das Minas Gerais, evidencia o interesse metropolitano em estruturar, minimamente, sob suas rédeas, o sistema de administração e

exploração do território recém-descoberto. Em carta ao rei de 1720, o vice-rei do Estado do Brasil, Marquês de Angeja, propõe a separação do governo das minas da alçada política vinculada a São Paulo. (***Sobre o que escreveram a Sua Majestade o marquês de Angeja, sendo vice-rei do Estado do Brasil, e o governador atual da capitania de São Paulo e Minas o conde de Assumar, e o havia já feito o governador que foi delas Dom Brás Baltazar da Silveira, acerca de ser mui conveniente que as capitanias de São Paulo se separem do governo das Minas, e se constitua nelas um novo governo; e vão as cartas que se acusam; Lisboa, 11/08/1719***).

A consulta do conselho ultramarino apresenta as razões para a separação, enumeradas em, quatro questões principais: "primeiro, a obrigação do rei de governar e reger seus povos, segundo, a administração da justiça, terceiro, a defesa das capitanias, quarto, a esperança de aumentar a Fazenda Real e a dos particulares." ***(Idem).***

Como podemos observar, um dos fundamentos principais para a constituição de uma nova capitania estaria ligado ao processo de reorganização administrativa conduzida por Portugal no período e que, por sua vez, objetivava otimizar o processo de exploração, tributação e defesa das áreas mineradoras em ascensão no momento. As tentativas frustradas de se efetivar plenamente a presença metropolitana na região em períodos anteriores, seja com Mascarenhas e Lencastre, em 1709, seja com Antônio de Albuquerque em 1710, corrobora a necessidade de constituir uma nova entidade administrativa, desvinculada do governo paulista e organizada em suas próprias bases.

Primeiro governador das Minas separadas, Dom Lourenço de Almeida assume o comando da capitania em um contexto conturbado (1721). A guerra dos emboabas, iniciada em 1708, haveria de repercutir profundamente ao longo dos anos seguintes. A implementação das casas de fundição e a respectiva cobrança dos direitos régios, através do quinto, colidiam com os interesses dos colonos que, desde o início do século XVIII, haviam evidenciado o impasse de interesses e a ebulição social presente naquela região.

Terceiro filho do segundo conde de Avintes, Dom Antônio de Almeida, Dom Lourenço de Almeida, formado em cânones em Coimbra, consta, segundo o conselho ultramarino:

> *Haver servido à Vossa Magestade no Estado da Índia em os postos de capitão de infantaria, capitão de mar e guerra, fiscal da armada, capitão mor da costa do norte, governador de fragatas que foram ao sul e governador da capitania de Pernambuco por espaço de onze anos e trezes dias desde 1697 até 22 de julho de 1718, e passando a princípio ao Estado da Índia provido por Vossa Majestade com fiança e decreto de patente (...) (Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços do ex-governador da capitania de Pernambuco, Dom Lourenço de Almeida, entre os anos de 1697 até 1718.).*

Segundo Charles Boxer, Dom Lourenço, ao longo de sua estadia nas Índias, acumulou riquezas com o trato de diamantes e participou também da fracassada expedição de socorro à praça de Mombaça, em 1698/1699. Vale lembrar também que sua estadia em Pernambuco lhe rendeu numerosos elogios quanto à questão da condução do respectivo governo, principalmente na manutenção da paz e da justiça em um território, assim como Minas, conturbado e em profunda ebulição social.

Segundo Nelson Barbalho, Dom Lourenço, antes de assumir o governo de Pernambuco, recebe carta régia na qual particularmente.

> *"se lhe recomenda evitar todos os meios possíveis no sentido de desarmar os espíritos exaltados na capitania recém-saída de uma guerra civil, tentando pacificar nobres e mascates e, sobretudo, agir com firmeza contra os perturbadores da ordem, de modo que, quando lhe parecesse conveniente tirar da capitania algumas pessoas que se tornassem prejudiciais à concórdia e união que deveria reinar entre todos os vassalos". (BARBALHO, 1983:239).*

A condução do governo local demandava um indivíduo capaz de apascentar os espíritos mais exaltados mediante a utilização equilibrada de negociação e firmeza de ação, de concessões e punições, evitando ao máximo a perturbação da ordem social e política vigente.

Ainda não sabemos quais foram os critérios de seleção de Dom Lourenço para o governo das Minas. Entretanto, podemos perceber um importante conjunto de experiências qualificadoras do indivíduo. O respectivo acúmulo de informações adquiridas, por uma mesma pessoa, através de um amplo circuito em diferentes instâncias administrativas e espaciais, permitiu a constituição de um "mecanismo governativo poderoso através do qual se pode analisar a dinâmica imperial portuguesa". (GOUVEA; FRAZÃO; DOS SANTOS, 2004: 102).

Diante de tal quadro, analisando as informações documentais expostas anteriormente, perceberemos que:

> *Os circuitos de oficiais régios que movimentaram a governação portuguesa tornaram possível a acumulação e a circulação de informações essenciais para o acrescentamento político e material dos interesses portugueses. Não apenas isso, mas também a construção de uma visão mais abrangente do império, possibilitando assim o surgimento de mecanismos que concorressem em prol do exercício da soberania portuguesa no período". (GOUVEA; FRAZÃO; DOS SANTOS, 2004: 102).*

Assim como nas Minas, Dom Lourenço ganha destaque por saber lidar com situações que, apesar das especificidades regionais, apresentam características semelhantes. Sua trajetória administrativa e o respectivo conhecimento adquirido através desta eram critérios importantes no processo de indicação e nomeação para outros governos.

No governo das Minas, suas habilidades políticas como articulador expressa a importância das experiências anteriores na condução do processo de institucionalização da presença metropolitana em seus domínios ultramarinos. A necessidade de apaziguamento dos povos e o interesse no incentivo ao movimento de exploração do ouro, demandavam intervenções objetivas e capacidades adaptativas que pudessem manter o frágil equilíbrio político existente entre os diversos grupos ali estabelecidos e os interesses metropolitanos.

Com distinta habilidade política, Dom Lourenço, já no início de seu governo, opõe-se a algumas tentativas de se estabelecer contratos referentes ao corte de carnes e à venda de aguardente. Consciente da dificuldade da tarefa que havia de empreender e disposto a afirmar-se perante os outros oficiais, o governador, por carta de oito de setembro de 1721, expõe a situação à Coroa, justificando sua atitude ao explicar que tais contratos eram motivos de inquietação e desordem por parte do povo.

> *Dou conta a Vossa Majestade de que os oficiais da Câmara de Vila Real e o Ouvidor Geral daquela comarca determinaram propor contrato o corte de carnes que se gastassem naquela Vila e, como estes contratos das carnes no Brasil sejam sumamente odiosos e prejudiciais aos povos, porque sempre redundam em interesses particulares principalmente que, pela grande distância em que estes povos se acham do mar, lhes falta o peixe e não tem outra coisa de comer mais que carne; fizeram aqueles moradores um princípio de motim pouco antes da minha chegada, e para se aquietarem foi necessário desvanecer-se inteiramente o dito contrato. (...) Todos estes procedimentos destas Câmaras são em grande prejuízo do serviço de Vossa Majestade, porque como querem levantar estes contratos em utilidades particulares, podem ser causa de motins que sejam dificultosos de sossegar, e como Vossa Majestade me fez a honra de me encarregar deste governo, confesso a Vossa Majestade que eu não posso dar boa conta dele todas as vezes que as Câmaras e Ouvidores destas comarcas usarem semelhantes procedimentos sem primeiro me darem parte, porque como eu sou a pessoa a que Vossa Majestade há de tomar conta da quietação destes povos, procede a razão que nenhum Ministro nem Câmara os perturbem, intentando por suas conveniências particulares estabelecer coisa de novo em matéria alguma, sem terem, ou a real ordem de Vossa Majestade, ou licença minha para eu lhe declarar se há coisa que possa encontrar o que quiserem fazer e, torno a segurar a Vossa Majestade que todas estas novidades são procedidas de ambições particulares. (Sobre o contrato das carnes não ser conveniente nestas Minas. Vila Rica, oito de setembro de 1721).*

Como podemos perceber, Dom Lourenço estava ciente de que os distúrbios sociais provocados pela arrematação de contratos referentes a produtos de primeira necessidade desarticulariam todo projeto de instituir uma forma regular de tributação dos colonos. Sua

intervenção evitou a possibilidade de eclosão de novos motins e distúrbios sociais num momento tão delicado para o exercício do governo e de suas respectivas diretrizes na região.

O andamento das pesquisas permitirá a resolução das outras duas questões pendentes, apresentadas linhas acima. Até aqui, o que podemos concluir é que a experiência administrativa e militar em outras regiões do império português contribuiu fundamentalmente para as futuras indicações de Dom Lourenço aos governos de Pernambuco e Minas Gerais. Por fim, é importante destacar o papel das trajetórias administrativas e das variadas redes de poder constituídas no entendimento pormenorizado dos caracteres constituintes da dinâmica imperial portuguesa na virada do século XVII para o XVIII.

Referências Bibliográficas

BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana. Subsídios para a História do agreste e do sertão. Vol.7 (1713-1750)*. Recife: IHGB, 1983. Pg.239.

CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa. (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo.. *Governadores e capitães-mores do Império Atlântico Português nos séculos XVII e XVIII.* In: CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (org.). Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. Pg.191-242.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; DOS SANTOS, Marília Nogueira. *Redes de poder e conhecimento a governação do Império Português, 1688-1735*. In: Topoi, v.5, n.8, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: Sete letras, 2004. Pg.96-138.

MELLO E SOUZA, Laura. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII*. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX.* São Paulo: Alameda, 2005. Pg.93-119.

Documentos impressos

- ***Informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços do ex-governador da capitania de Pernambuco, Dom Lourenço de Almeida, entre os anos de 1697 até 1718.*** Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate: Pernambuco. Caixa 28; Número 2542.

- ***Sobre o que escreveram a Sua Majestade o marquês de Angeja, sendo vice-rei do Estado do Brasil, e o governador atual da capitania de São Paulo e Minas o conde de Assumar, e o havia já feito o governador que foi delas Dom Brás Baltazar da Silveira,***

acerca de ser mui conveniente que as capitanias de São Paulo se separem do governo das Minas, e se constitua nelas um novo governo; e vão as cartas que se acusam; Lisboa, 11/08/1719. Apud. Paulo Cavalcante. *Negócios de Trapaça: caminhos e descaminhos na América Portuguesa. (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec, 2006. Pg.22.

- ***Sobre o contrato das carnes não ser conveniente nestas minas. Vila Rica, oito de setembro de 1721.*** Registro de Alvarás, cartas e ordens régias e cartas do governador ao Rei. 1721-1731. *Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXXI*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1980. Pg. 80-81.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Grupo escolar de Mariana: política, educação e cotidiano escolar

Rosana Areal de Carvalho[1]
Lívia Carolina Vieira.[2]

Resumo
Os referenciais da nova história política possibilitam o estudo das relações entre a esfera política e educacional. Em Minas Gerais destacam-se as pesquisas sobre a Reforma João Pinheiro que instituiu os grupos escolares. Estudos publicados apontam para um cenário com características comuns e particulares, pertinentes a cada município e escola. Este trabalho é desdobramento de uma pesquisa sobre o Grupo Escolar de Mariana. As fontes desta pesquisa são os acervos da escola e do Arquivo Público Mineiro. A pesquisa inicial apontou para inúmeros recortes e aspectos interessantes acerca do cotidiano e dos sujeitos escolares. Dentre esses sujeitos nossa atenção recaiu no primeiro diretor: José Ignácio de Sousa que ocupou o cargo de 1909 até 1917. No desenrolar da pesquisa descortinou-se um segundo personagem que manteve com a escola laços muito fortes: Gomes Henrique Freire de Andrade, médico, Presidente da Câmara Municipal e senador estadual. Teve seu nome vinculado à Caixa Escolar, considerado como patrono e fundador do grupo, que recebeu seu nome entre 1914 e 1931. O objetivo é apresentar as relações entre estes personagens e as influências no cotidiano escolar, destacando as interferências políticas, a concepção de educação e os entrelaçamentos entre higienismo e educação.
Palavras-chaves: política, educação, cultura escolar

Abstract
The reference book about the present political history enables to study the relations between politics and education. In Minas Gerais the researches about the changes made by João Pinheiro, who instituted the grammar school, sticked out. The published researches showed us a scene with common and particular features apt each borough and each grammar school. This work is an extension from a research about Mariana's grammar school. The source of this research is the reference library of that school and the Public Archives of Minas Gerais. The first research showed many interesting aspects form everyday and the school characters. One of these characters attracted our attention: the first headmaster, José Ignácio de Sousa, who held the office from 1909 to 1917. During this research a second character who kept up a strong relationship with that school came on the scene: Gomes Henrique Freire de Andrade, a doctor who was the president of the Municipal Council and a senator of Minas Gerais. He had his name linked with the school cash and was considered as patron and founder of the grammar school, whom received his name from 1914 to 1931. The goal of this work is to show the relation between these characters and their influence on school everyday, standing out the political interference, the concept of education and the relationship between hygiene and education.
Key words: politic, education, culture school.

[1] Universidade Federal de Ouro Preto; doutora em Ciências Humanas.
[2] Universidade Federal de Ouro Preto; graduanda em História.

No âmbito da história da educação, a historiografia mais tradicional pautou-se pela descrição e arrolamento das legislações pertinentes a tal prática social. Mais recentemente, o intenso debate preconizado pela nova história, ampliou horizontes no tocante a documentos, objetos e abordagens, produzindo profundas modificações no campo da pesquisa educacional, atraindo historiadores para uma área na qual até então predominavam os pedagogos.

Nessa mesma trajetória de renovações metodológicas, destaca-se a "nova história política", cujas abordagens possibilitam uma maior aproximação do cotidiano escolar se compreendemos que na aplicação de uma legislação educacional interferem fatores singulares, próprios a cada contexto. Isto significa que medidas de âmbito nacional ou estadual encontram repercussões particulares a cada ambiente, em função das forças locais internas e externas à escola.

O cenário abordado neste trabalho é o Grupo Escolar de Mariana, em Minas Gerais, instalado em 1909, respondendo à Reforma João Pinheiro (1906) que estabeleceu o novo modelo de escolarização – o grupo escolar, em detrimento do modelo das escolas isoladas, fortemente identificado com o estado imperial, ou seja, o estado conservador, elitista e desvinculado das modernas propostas de desenvolvimento. Apesar de ser uma reforma de âmbito estadual, a implantação dos grupos escolares respondeu a um jogo político de maior ou menor proximidade com os ideais republicanos, conforme a realidade local. Tal conjuntura, dentre outras, nos ajuda a responder por que em algumas localidades esta reforma foi atendida de imediato e em outros municípios a instalação do grupo escolar foi mais tardia.

Um dos postulados da "nova história política" defende que esta não abrange apenas a elite que elabora as leis, mas também a população sobre a qual incide tais leis e que as cumpre de acordo com a realidade imediata. Como falar de instrução pública sem falar de política? Como falar de escola sem considerar as relações de poder nela existentes?

Portanto, em paralelo ao discurso legal que norteou as práticas educativas do início do século XX no Estado de Minas Gerais, este trabalho lança olhares sobre a reelaboração da legislação no cotidiano do Grupo Escolar de Mariana, espaço no qual atuaram diversos sujeitos – diretores, professores, servidores, alunos, pais de alunos – com diferentes visões de mundo, concepções políticas e educacionais; que ocupam distintas posições sociais das quais emergem valores diferentes expressos no discurso e na disposição para a execução das ordens emanadas pelo poder. Mais exatamente, procura compreender as relações estabelecidas entre dois personagens que ocuparam postos distintos e importantes no cenário escolar: José Ignácio de Sousa, primeiro diretor da escola, que ocupou o cargo de 1909 a 1917; e Gomes

Henrique Freire de Andrade, considerado patrono da escola, médico de profissão, professor e político de grande atuação em Mariana.

Comecemos por situar a instalação do Grupo Escolar de Mariana ocorrida em 08 de agosto de 1909, quando tomaram posse o diretor e o corpo docente, constituído por 7 professoras e 1 professor, a partir da reunião das escolas isoladas existentes no centro da cidade. Suas atividades iniciaram-se no Prédio de Câmara e Cadeia e, anos depois ocupou um prédio à Rua Dom Viçoso. Apenas em 1931 é que irá ocupar prédio próprio.

Com a denominação de Grupo Escolar de Mariana permanece até 1914, quando passa a ser conhecido por Grupo Escolar Gomes Freire. Gomes Freire teve seu nome também vinculado à Caixa Escolar criada em 1911. Em 1931, a escola recebe a denominação de Grupo Escolar Dom Benevides.

Não obstante a "nova história política" dar espaço para os cidadãos comuns, não são estes personagens os que deixaram registros na história da sociedade. Por isso mesmo, nosso trabalho de reconstituição do cotidiano escolar, ou mesmo, do cenário educacional em Mariana, nas duas primeiras décadas do século XX, destacando as ações e relações estabelecidas entre os personagens selecionados – José Ignácio de Sousa e Gomes Henrique Freire de Andrade – não tem sido fácil. Apesar da atuação política de Gomes Freire, os registros e documentos que denunciam sua trajetória não foram reunidos em nenhum acervo localizado até agora; menos ainda no que diz respeito a José Ignácio de Sousa.

O percurso da pesquisa encontra-se, no momento, na fase de reconstituição das histórias de vida desses personagens, para depois estabelecer os vínculos e as aproximações entre eles. As primeiras informações foram obtidas a partir de entrevistas com seus netos. Outras informações temos encontrado em jornais da época, trabalhos de memorialistas e biografias de contemporâneos.

Com as mudanças advindas da Reforma João Pinheiro, em 1906, o diretor escolar passou a ter a função de fiscalizar, disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários que servissem sob sua direção. O novo modelo escolar tinha o desafio de criar uma escola de qualidade, que fosse símbolo de liberdade ao mesmo tempo em que difundia um padrão de instrução, de educação. Na busca de tais objetivos a escola demandava organização, disciplinarização, programa, regulamentos e indivíduos que, assimilando tudo isso em ideais pessoais, se dispusessem a praticar e lutar pelos mesmos.

José Ignácio de Sousa era um desses personagens. Natural de Coqueiral, Minas Gerais, descendia de uma família judaica que se instalou no sul do estado, fugindo da perseguição inquisitorial. Formou-se na Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1898,

permanecendo na região, em virtude de dois casamentos com mulheres de famílias locais. Sua segunda esposa, Anna de Godoy, foi professora no Grupo Escolar de Mariana. No final dos anos 10 do século XX deslocou-se para Ituiutaba e, posteriormente, para Uberlândia, onde faleceu. Nestas cidades continuou a desempenhar atividades vinculadas à educação.

Assumiu a diretoria do Grupo Escolar de Mariana em 09 de agosto de 1909, conforme consta no livro "Termo de posse". O cargo de diretor de grupo escolar era revestido de muito prestígio, estando no mesmo nível do juiz de paz, do delegado e outras autoridades. Que razões sustentaram essa indicação?

Baseado nos relatórios dos inspetores escolares, Faria Filho afirma que: "O êxito dos grupos escolares depende, em regra, da sua direção. Os diretores são a alma desses estabelecimentos; depende de sua boa vontade, de seus esforços, de sua competência, de seu patriotismo ..." (FARIA FILHO, 2000:95)

Dos documentos escolares, sejam os contidos no acervo da própria escola, sejam os pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, em sua maioria correspondências trocadas entre o diretor e a Direção da Instrução Pública, emerge essa figura ímpar de José Ignácio de Sousa. Especial destaque podemos fazer para o relatório das atividades escolares[3] ocorridas durante o ano de 1911 e o detalhado inventário escolar da mesma época.

Como nos declarou Miracy Barbosa Sousa Gustin[4], neta de José Ignácio, este já atuava como professor de Português antes de assumir a direção do grupo escolar. Segundo ela, o gosto pela leitura e as ações indigienistas, o acompanharam durante toda vida, tendo, inclusive, redigido um dicionário de tupi-guarani e participado do antigo Serviço de Proteção aos Índios – SPI.

Enquanto republicano e maçom, assumiu posições mais a esquerda nos anos vividos em Uberlândia, causa de alguns constrangimentos impingidos à família tempos depois com as mudanças políticas. Durante o período Vargas, filiou-se à Aliança Nacional Libertadora e levou o filho – Manoel Tomaz – a candidatar-se a deputado pelo Partido Comunista e filiar-se ainda ao Partido Trabalhista. Mais que contemporâneo, foi amigo íntimo do Barão de Itararé[5] e Monteiro Lobato[6], ambos perseguidos pelo governo getulista.

---

[3] Este relatório foi objeto do trabalho aprovado para apresentação no IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação de Minas Gerais – Juiz de Fora, 07 a 10 de maio de 2007.

[4] Entrevistada em 02 de fevereiro de 2007, às 16h, em sua sala de trabalho na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

[5] Pseudônimo de Apparicio Torelly, um dos fundadores da ANL e vereador da Câmara do Distrito Federal pelo PCB, a partir de 1945.

[6] Escritor, jornalista, defensor contumaz da exploração de petróleo no Brasil.

Sua atividade como educador continuou após sair de Mariana: fundou a primeira escola de Ituiutaba; em Uberlândia destaca-se a criação da primeira escola de formação de professores, que veio a se constituir no Colégio Brasil Central; do Grupo Escolar Afonso Arinos, uma escola pública; e ainda colaborou na criação do primeiro internato misto de Uberlândia.

Decorrente desta trajetória, entendemos que sua indicação para direção do Grupo Escolar de Mariana cumpria o objetivo de afirmar a posição republicana para educação, sendo defensor dos novos métodos de ensino e cumprindo a risca com as determinações legais que lhe competiam como diretor. Dentre estas, a de enviar um relatório anual. Em 1911, o relatório redigido por ele e enviado a Delfim Moreira - Secretário dos Negócios do Interior do Estado de Minas Gerais, revela uma concepção de educação bem aos moldes republicanos, conferindo ao estado a responsabilidade com a mesma, desqualificando a iniciativa particular. Por outro lado, confere à ação docente um quê de missão, relacionando magistério com vocação.

O cotidiano escolar então estava permeado por uma concepção política e educacional expressa pelo pensamento republicano defendido seja na figura do diretor seja na constante presença do expoente político da época – Gomes Freire, então Presidente da Câmara Municipal.

Gomes Henrique Freire de Andrade, republicano convicto, nasceu em Mariana no dia 3 de janeiro de 1865 e teve como pais Antônio Gomes Freire de Andrade e Maria Augusta Lebet Freire de Andrade. Órfão de pai, iniciou os estudos no Seminário de Mariana, dando continuidade no Liceu Mineiro de Ouro Preto, de onde seguiu para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O contato com o ambiente das agitações republicanas que assolavam o Rio de Janeiro influenciou-o profundamente no caminho político seguido desde então, tornando-se um adepto do novo modelo de governo que viria a ser implantado. Ainda acadêmico de Medicina, teria recebido um convite para ocupar uma cadeira de deputado na Assembléia Provincial, que foi recusado sob a justificativa de reservar suas colaborações para o novo regime. Sem muitos recursos na época tornou-se um acadêmico jornalista e com louvor defendeu a tese sobre "raiva hidrofóbica" em 1887, no ano anterior a sua formatura. Apesar de suas posições francamente republicanas foi capaz de desempenhar o papel de orador de turma, sendo a patronesse a Princesa Izabel.

De volta a Mariana, trazendo na bagagem os ideais republicanos, foi eleito deputado aos 26 anos, sendo um dos signatários da Carta Constitucional de Minas Gerais de

15 de junho de 1891. Em 1900, com mais 13 companheiros, fundou um órgão de imprensa denominado inicialmente "Rio do Carmo" que, em janeiro de 1905, surge com nova denominação – "O Germinal". Consta que, além de órgão de imprensa, funcionou como um diretório político.

Outra iniciativa de Gomes Freire foi a criação da Sociedade Musical "União 15 de Novembro", em 1901. Além do nome da sociedade – uma clara homenagem à Proclamação da República, na edição do periódico "O Germinal" de 15 de novembro de 1922, lê-se: "foi no tempo das grandes lutas políticas em que todos nos empenhávamos no árduo afã de conseguir a vitória de nosso partido, que nasceram em nossa terra 'O Germinal', então 'Rio do Carmo', - e a 'União 15 de Novembro'".

Com a conquista de muitos adeptos, assim que o partido republicano tornou-se dominante, elegeu-se presidente da Câmara Municipal de Mariana, posto que ocupou por vinte anos. No decorrer de sua carreira política elegeu-se também senador estadual e deputado federal por Minas Gerais, dando sua colaboração na implantação do novo regime. No desempenho desses cargos políticos estabeleceu fortes vínculos com Dr. João Pinheiro, então Presidente do Estado, com o qual contribuiu em várias ações de âmbito educativo.

O respeitado médico e político foi também professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto por mais de 30 anos, ministrando a disciplina de higiene e microbiologia. De acordo com seu neto, Sylvestre Freire de Andrade[7], o Dr. Gomes Freire não cobrava pelos atendimentos feitos em seu consultório. Sua renda provinha de médico da Companhia Mineradora Mina de Passagem e do cargo de professor. Junto com a presidenta da congregação que mantinha o Colégio Providência, foi um dos idealizadores do primeiro hospital de Mariana. Seu prestígio – político e profissional – atingia toda a região.

Sua relação com a educação o levou a ser indicado por João Pinheiro como representante de Minas Gerais no 3º. Congresso da Instrução Secundária ocorrido na Bahia, em 1918, defendendo lá as propostas educacionais republicanas.

No círculo de suas amizades podemos destacar Alphonsus de Guimaraens, que além de fazer referências a Gomes Freire em algumas de suas poesias, também foi colaborador em "O Germinal". Na biografia escrita pelo neto do escritor (GUIMARAENS FILHO, 1995:200) encontramos dois capítulos dedicados a esta amizade, dos quais destacamos o trecho:

[7] Entrevistado em 30 de janeiro de 2007, às 9:30h, em sua residência, em Belo Horizonte.

> *Pode dizer-se que teu grande amigo em Mariana foi o médico Dr.Gomes Freire de Andrade. Letrado, sensível, chefe político, professor, senador, interessado em tua vida, de tocante solicitude. Nos versos humorísticos que viria a escrever em Mariana há dois sonetos que falam do Dr. Gomes, como era familiarmente chamado.*

A continuidade do trabalho busca identificar as influências e contatos entre José Ignácio e Gomes Freire. A hipótese é que o primeiro encontro teria se dado na Escola de Farmácia de Ouro Preto: aluno e professor. O relacionamento viria a se estreitar a partir de suas posições políticas e do valor atribuído à educação na formação dessa nova sociedade almejada com a Proclamação da República.

É importante recuperar o cenário das idéias e concepções que circulavam no Brasil ao final do século XIX e início do século XX. De antemão podemos destacar as influências do positivismo na atuação de José Ignácio de Sousa, tanto no âmbito da educação quanto nas atividades do indigenista; e o higienismo, nas ações de Gomes Freire, sob a vertente que levou muitos médicos a se dedicarem ao tema da medicina social, como aqueles que buscaram na educação o veículo de propagação dos princípios higienistas, tão caros a um país que se queria moderno, civilizado, progressista.

No campo político, a Revolução de 1930 alterou o jogo das forças políticas em todo o país. No bojo deste movimento, Gomes Freire perdeu seu espaço político em Mariana e transferiu-se para Belo Horizonte. José Ignácio de Sousa, já em Uberlândia, abrigou amigos perseguidos pelo governo getulista. Mais uma vez, apesar da distância física, algo em comum os unia: a oposição ao Estado Novo.

Fontes Primárias:

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Correspondências referentes aos grupos escolares*, SI 3440, 1913.

GRUPO ESCOLAR DE MARIANA. *Livro Termos de Posse*, 1909 a 1964. Arquivo da Escola Estadual Dom Benevides.

MINAS GERAIS. Regulamento a que se refere o Dec.n. 3.191 de 9 de junho de 1911.

O GERMINAL. Mariana, 28 de fevereiro de 1914.

O GERMINAL. Mariana, 08 de março de 1938.

SOUSA, José Ignácio de. *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3407.

Referências bibliográficas

DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto.* 3ed. rev. Ouro Preto: UFOP/Escola de Farmácia, 1989.

FALCON, Francisco. Por uma História Política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. *Alphonsus de Guimaraens no seu ambiente*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1995.

JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, pp.180-196.

MANSUR, Elias Salim. *Súmula histórica da Sociedade Musical "União 15 de Novembro"*. Mariana: Dom Viçoso, 2001. (1ª. edição, do autor, 1951)

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

RÉMOND René. *Por uma história política*. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nívia de Lima (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.13-49.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Literatura e saber escolar: a recepção do modernismo nos livros didáticos (1930 – 1961).

Rita Sampaio*

Resumo
Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo da recepção do movimento modernista nos livros didáticos da Companhia Editora Nacional no período de 1930 –1961, e sua constituição enquanto objeto de ensino e saber escolar, considerando que a escola não reproduz um saber, mas é também um local de produção de conhecimento. O movimento modernista se pautou pelo questionamento e reavaliação da produção e da tradição literária nacional, mas sua inserção nos cânones foi lenta e gradual, é o que aponta as pesquisas inicias no material didático.
Palavras chaves: Historia da leitura; Livro Didático; Modernismo.

Abstract
The objective os this work is to study the reception of Brazilian modernist movement in didatic books published by Companhia Editora Nacional from 1930-61, and its constitution as matter of teaching and school wisdom, taking into account that, more than reproducing contents, schools are places where knowledge is produced. Modernist movement proposed to question and re-evaluate Brazilian literary production and tradition, but its insertion in mainstream thinking was slow and gradual, according to first researches on didatic books.
Keywords: History, Didatic book, Modernism

É notável em anos recentes, a constituição no Brasil de uma bibliografia especializada acerca dos marcos constituintes do saber escolar, condensado, em particular, mas não exclusivamente, nos livros didáticos[1]. Sabe-se por meio dela que o livro didático foi no Brasil, durante um período longo e não de todo encerrado, o único livro a que tiveram acesso muitos leitores em potencial. Para grande maioria da população, ele é o primeiro contato com a leitura e a única fonte de sua formação como leitor[2]. São muitas as abordagens presentes nessa bibliografia: trabalhos como o de Circe Bittencourt tratam do caráter

* Mestranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

[1] Ver bibliografia.
[2] A esse respeito, afirma Antônio A.G. Batista: "O pequeno valor social atribuído ao livro didático não justifica, porém, a pouca atenção a ele dada. Em primeiro lugar, vem-se constatando (Silva, 1997, Melo 1997 e MEC 1997) que – ainda que lamentavelmente – os livros didáticos são a principal fonte de informação impressa utilizada por parte significativa de alunos e professores brasileiros e que essa utilização intensiva ocorre quanto mais as populações escolares docentes e discentes têm menor acesso a bens econômicos e culturais (Dias, 1999)", *."Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos".* Edição citada, p. 531.

ideológico do livro didático e de seus vínculos com o Estado Nacional e os poderes constituídos; Marisa Lajolo e Regina Zilberman ressaltam a importância desse material para a formação de leitores. Autores como Kazumi Munakata e Antonio Batista analisam as várias formas assumidas historicamente pelo material didático e a dificuldade de defini-lo como objeto de pesquisa, visto ser ele, ao mesmo tempo, um material descartável e desvalorizado como obra e um livro de formação, tanto do aluno como do professor.

Outro aspecto estudado em relação aos livros didáticos é o papel econômico desempenhado por este no mercado editorial.

> *"Primo-rico das editoras: as primeiras e as mais antigas já o incluíam em seus catálogos, e as atuais e mais modernas sonham com dispor de um ou mais títulos adotados por professores, escolas ou Secretarias de Educação. A vendabilidade do didático é certa..."(Lajolo e Zilberman, 1996:120),*

O livro didático é uma importante, e garantida, fonte de renda para muitas editoras. Considerando suas características materiais e mercadológicas, procuramos aproximar do livro didático como fonte privilegiada para reconstituição da história da leitura e da literatura e para construção (e desconstrução) dos chamados cânones literários.

Nesse sentido, esta pesquisa busca observar a constituição histórica dos conteúdos presentes no livro didático, e em particular, a incorporação e apropriação de autores e obras modernistas ao ensino da literatura e história literária brasileira. Objetivamos trazer como premissa analítica, o estudo sobre a recepção do chamado Movimento Modernista de 1922 nos livros didáticos, bem como a incorporação de seus autores e obras no período de 1930 a 1961.

Considerando que o movimento modernista – ou antes, o conjunto de autores hoje indissociavelmente identificados com o movimento, como Mário Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Ronald de Carvalho, Cassiano Ricardo e Guilherme de Almeida – se pautou pelo questionamento e reavaliação da produção e da tradição literária nacional, com vistas a uma inovação estética e ideológica, procuramos, investigar o processo de inclusão ao saber escolar desses autores e suas obras, que passaram então a ser incorporados ao universo escolar. Nesse contexto, o livro didático teve papel central ao apresentar e disseminar pedagogicamente uma concepção de literatura definida por "modernista".

Uma aproximação com o material empírico de nossa pesquisa, aponta para uma gradual inserção do movimento em livros didático, dos livros podemos destacar as obras de Manuel BANDEIRA. *Noções de História das Literaturas*, Companhia Editora Nacional, v.2 – Biblioteca do espírito moderno, São Paulo,1954; J. BUDIN e S. ELIA. *Compêndio de Língua*

e de literatura, vol.2, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959. Raul Moreira LÉLLIS, *História literária do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, s/d.; Otoniel MOTTA. *Seleta moderna,* Companhia.Editora Nacional, São Paulo, 1936; Antenor NASCENTES. *O idioma Nacional, vol. II, III e IV*, Companhia. Editorial Nacional, São Paulo, 1942; Julio NOGUEIRA. *Programa de Português-Biblioteca Pedagógica Brasileira*, Companhia. Editora Nacional, 1942; Marques RABELO. *Antologia Escolar Brasileira* , Companhia Editora Nacional, São Paulo, s/d.; Sousa da SILVEIRA. *Trechos seletos, Biblioteca Pedagógica Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 5ª edição, 1942.

Considerando a complexidade do movimento, suas diversas correntes e diferenças internas, buscamos ressaltar a complexidade que envolvia essas escolhas, com vistas a uma abordagem mais abrangente do processo de escolarização do modernismo e de consolidação de um determinado cânone escolar. Que autores dentre os diversos escritores e poetas "modernistas" passam a figurar nos livros didáticos? Como se dá essa inserção? Que autores surgem primeiro, quais permanecem? Como pensar, ao longo do tempo, a "recepção" dos modernistas no material didático? De que maneira os livros didáticos incorporam a reavaliação da história literária proposta pelos modernistas, alterando a forma de apresentação da mesma?

Dentro da perspectiva colocada por André Cherval[3], a escola não é mera transmissora de conhecimento, mas também produtora de saberes, sendo necessário investigar como o livro didático contribui para constituição do saber acerca do modernismo e da sua importância para a divulgação, assimilação e normatização do cânone escolar, neste sentido procuro verificar quais, os "dispositivos complexos de seleção e transformação dos saberes" e as múltiplas relações entre saberes eruditos e saberes escolares[4].

Os livros didáticos estudados até o momento abrangem as décadas de 30, 40 e 50, fazem pequenas referências aos autores modernistas, é interessante notar como autores como Manuel Bandeira e Ronald de Carvalho, aparecem mais por seu trabalho enquanto organizadores de pequenas antologias, do que com suas obras literárias[5]. O modernismo, com sua carga de inovação estética, seu projeto ideológico e sua crítica à tradição literária instituída transformou-se gradualmente, dos anos trinta para cá, em uma referência central dentro dos livros didáticos, seja pelo destaque conferido aos integrantes do movimento (a despeito da

[3] Andre Cherval, em seu trabalho "historia das disciplinas escolares :reflexões sobre um campo de pesquisa"enfatiza a escola como produtora de conhecimento,p.180-186.
[4] Jean Hébrard, "Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural". In ABREU, Márcia Azevedo de. (org) Leitura, história e história da leitura, edição citada, p. 35.
[5] Nos livros de J.Budin e Sylvio Elia é constante a referencia ao livro de Manuel Bandeira"Noções de historia das literaturas."publicada pela mesma editora.

variação de seus nomes ao longo da história) seja pela conformação mesma dessa história para os estudos de literatura. O contato com as fontes, ressaltando que é um contato inicial, permite estabelecer que o movimento percorreu um longo percurso até se constituir em referência nacional de boa literatura e ocupar os bancos e livros escolares.

Ao debruçar sobre o livro didático de ensino de literatura, procuro observar como este material incorporou as mudanças no cânone escolar. São notáveis as alterações na lista de autores selecionados e as variações dos trechos escolhidos, e como as discussões estéticas e políticas do movimento modernista repercutiram em sua constituição como objeto e saber escolar definido. Nesse sentido, os livros didáticos produzidos entre os anos 1930 e 1960 apontam para inúmeras oscilações na apresentação de seus principais articuladores, bem como de suas obras. A pesquisa tem revelado uma penetração, nesse período, de autores, hoje pouco conhecidos como Menotti del Picchia, Ronald de Carvalho, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, em detrimento de escritores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira.

Cabe notar que esse largo período, de 1930-1961, foi marcado pelo debate sobre a nação brasileira, debate este presente no ideário modernista, ao tematizar a urbanização e a industrialização. Soma-se ao fato, que houve mudanças na estruturação do ensino público, com a criação de comissões e regulamentações específicas para o livro didático. E na própria conformação dos livros e na sua concepção de literatura. Na obra '*Antologia brasileira*,' de Eugênio Werneck, editora Francisco Alves, publicado a partir de 1917, os textos selecionados eram divididos dentro de duas grandes categorias: prosa e poesia. Estas, por sua vez, eram subdivididas do seguinte modo: em prosa entravam contos e contos populares, descrições, dissertações (questões sociais), história e geografia, teatro, sermões e discursos. Dentro da categoria "poesia" entravam sonetos, lírica, poesia descritiva, cânticos, hinos, poesia patriótica, épica, sátiras e poesia dramática. Os autores escolhidos para representá-las abrangiam desde ficcionistas até políticos, oradores e jornalistas.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, nos apoiamos na análise dos Programas de Ensino do Estado de São Paulo e nos livros didáticos de ensino de literatura produzidos pela Companhia Editora Nacional uma das principais editoras do país durante o período estudado e a principal editora de livros didáticos voltados ao ensino médio. Isso porque, ao trabalhar essas fontes, percebemos mudanças ocorridas ao longo das várias edições, desde sua tiragem, adequação às normas educacionais, circulação, autores, bem como ao examinar, pelo meio das edições revistas, as alterações de conteúdo e a seleção de autores e obra, acompanhando as

mudanças internas e suas relações com o contexto histórico, com o desenvolvimento da critica literária, e as alterações políticas. A escolha da Companhia Editora Nacional e devido a sua estreita relação com escritores modernistas, dos quais publicou várias obras desde os anos 1920[6], e por sua ligação com autores do movimento de renovação do ensino. Esse *corpus documental* é pertencente à Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira e outros denominados "Avulsos", caracteriza-se por uma quantidade de reedições revistas e ampliadas. Assim, estamos averiguando as possíveis intersecções entre as várias fases do movimento modernista paulista e o debate educacional travado entre os anos 1930 e 1960, e o modo como estes incidem sobre o livro didático, e a constituição desde em objeto de ensino.

Bibliografia

ABREU, Márcia Azevedo de (org). *Leitura, história da leitura*. Campinas ;ABL/Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp,1999.

ABUD, Katia Maria. *Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na era Vargas*. In: Revista Brasileira de História, v.18, nº.36, 1998.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 2001.

BADARÓ, Murilo. *Gustavo Capanema: a revolução na cultura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes. *"Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos*". In ABREU, Márcia Azevedo de. (org) Leitura, história e história da leitura. Campinar: ALB / Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999 p.529-575.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.* Doutorado FFLCH-USP,São Paulo, 1993.

_____. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939).* São Paulo: Loyola, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. V.1-2. São Paulo: Ática, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2000.

CHARTIER, Anne-Marie e HÉBRARD, Jean. Discursos sobre a leitura, 1880-1980. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representaçõe*s. Lisboa/Difel, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um tema de pesquisa*. Teoria & Educação, v.2, Porto Alegre, 1990.

CHOPPIN, Alain. *Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia*. In: Historia de la educación- Revista Interuniversitaria. nº19, 2000.

[6] Entre os anos de 1920 e 1930, a editora publicou de Menotti del Pichia: *A mulher que pecou* (1927), *Dente de Ouro* (1929), *O homem e a morte*(1929), *A crise da democracia* (1931) e *A revolução paulista*(1932). De Plínio Salgado, publicou *O esperado* (1931); de Graça Aranha, *Espírito Moderno* (1932); de Oswald de Andrade *A escada vermelha* (1934); de Ronald de Carvalho, *Itinerário* (1935).

_____. *Os manuais escolares na França e a formação do cidadão*. In: Veritas, Porto Alegre, v.43 nº especial, 1998.

CHOPPIN, Alain, *A História dos livros e das edições didáticas* in Educação e Pesquisa, vol. 30, set/ dez 2004.

COMPAGNON,Antoine. *O demônio da teoria – literatura e senso comum.* Belo Horizonte, ed.UFMG, 1999.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ESCOLANO, Agustín. *El libro y la escuela.* Madrid: Biblioteca Nacional, 1992.

FRAGO, Antonio Viñao. *Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, cuestiones*. RBC, nº0, 1995.

_____. Libro escolar. In: MARTÍN, Jesús Martinez. *Historia de la edición en España (1836-1936*). Madrid: Marcial Pons, 2001.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto hist*órico. In: Revista Brasileira de Historia da Educação, nº1, 2001.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP,1985.

ISER, Wolfgang. *Rutas de la interpret*ación. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economico, 2005.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*, São Paulo, ed.34, 2000.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1997.

_____, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na república velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1992.

_____,Marisa e ZIBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático: produção e leituras* in ABREU, Márcia Azevedo de. (org) Leitura, história e história da leitura. Campinas: ALB / Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999 p.577-594.

_____. *História que os livros didáticos contam depois que a ditadura militar acabou.* In: FREITAS, Marcos (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Dos parnasos e florilégios aos ensaios de história literária*. História. São Paulo, v.16, 1997.

SCHOLES, Robert. *Protocolos de leitura*. Lisboa: Edições 70, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão.* São Paulo, Brasiliense, 1999.

_____. *Orfeu Extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SOARES, Gabriela Pelegrino. *A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954*). São Paulo, FFLCH, 2002.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial*. São Paulo: PUC-SP, 2001 (Tese de doutorado em Educação).

VODICKA, F. *A historia da repercussão das obras literárias*. in;Toledo,D.(org) Circulo lingüístico de praga:estruturalismo e semiologia. Porto Alegre, Globo,1978.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Políticas populistas em Florianópolis: cultura assistencial e sociabilidade no Morro da Caixa d'Água nos anos 1950.

Camilo Buss Araujo*

Resumo: Esta comunicação procura analisar as relações entre grupos políticos e classes trabalhadoras em Florianópolis durante os anos 1950. A partir da análise de uma comunidade localizada próxima ao centro da cidade, o Morro da Caixa d'Água, busca-se entender como se construiu uma cultura política assistencial e de que forma os trabalhadores, a partir de seus espaços de sociabilidade, interpretaram estas ações.
Palavras-chave: populismo – sociabilidades – comunidade.

Abstract: This study analyzes the relations between political groups and working classes in Florianópolis during the 1950's. Starting from an analyzes of a community localized near downtown, the Morro da Caixa d'Água, this study intends to understand how a political welfare culture was built and how the workers, starting from theirs spaces of sociability, interpreted that actions.
Keywords: populism – sociability – community.

A cidade de Florianópolis, durante a década de 1950, apresentava uma conjuntura social e política permeada de disputas político-partidárias associadas ao crescimento de empreendimentos imobiliários. Neste momento específico, verifica-se a acirrada disputa entre os dois maiores partidos políticos do estado pelo controle da máquina pública – União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), comandados pelas oligarquias Konder-Bornhausen e Ramos respectivamente. Alcançar a maioria eleitoral e, consequentemente, gerenciar o executivo estadual e local era o principal objetivo destes grupos que buscavam erigir seus projetos de "modernização" da cidade de acordo com os interesses de seus correligionários.

Entre os projetos defendidos estavam aqueles que pregavam o aproveitamento do potencial turístico da cidade, através de investimentos em infra-estrutura hoteleira, loteamentos e urbanização do centro. Neste momento, quando os projetos visando uma Florianópolis do futuro começam a sair do papel, é que haverá a expansão da construção civil e a tentativa de se redesenhar o panorama da cidade.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Colégio Cenecista José Elias Moreira, Joinville-SC.

Entretanto, a capital de Santa Catarina adentra aos anos 1950 com características de cidade pequena, sem uma economia forte e amparada pela condição de centro administrativo do estado. O processo de urbanização almejado, insistentemente veiculado pelos jornais da época, vai progressivamente sair das páginas dos meios de comunicação impressos para ganhar materialidade. Verifica-se, neste caso, que a cidade de Florianópolis passa, durante os anos 1950, por disputas concernentes aos diferentes planos para o seu futuro. É também neste período que acontecerá o aumento demográfico dos morros próximos ao centro, como o Morro da Caixa d'Água.

Localizado no hoje chamado Maciço Central do Morro da Cruz, o Morro da Caixa d'Água teve suas primeiras ocupações, acredita-se, nas primeiras décadas do século XX. Entre seus primeiros habitantes está uma família de descentes de poloneses, fundadores da igreja local e donos da maioria das terras: os Kincheski. A partir dos anos 1920, o morro será ocupado também por migrantes do Alto Biguaçu – atual município de Antônio Carlos, na região da grande Florianópolis. Será, no entanto, nos anos 1950 que acontecerá o maior crescimento populacional da localidade, a partir da vinda de parentes dos moradores já estabelecidos, os quais vêem, em grande parte, para se inserir no contexto de urbanização e "modernização" da cidade como trabalhadores da construção civil e lavadeiras.

Percebe-se, portanto, que a construção de uma cidade "moderna", como apregoavam os discursos dos meios de comunicação, traz consigo um conjunto de relações sociais que precisam ser mais bem identificados. Afinal, ao passo que se procura materializar os projetos desenvolvimentistas na capital de Santa Catarina, trabalhadores se inserem nas relações de produção da cidade. No caso do Morro da Caixa d'Água, é possível, de um lado, associar seu crescimento demográfico às oportunidades de emprego geradas por estes "impulsos modernizantes" e, de outro, relacioná-lo às sociabilidades locais.

Embora não possamos cair nas armadilhas das generalizações, tomando levianamente as experiências daqueles trabalhadores como arquétipos das relações sociais e de trabalho da cidade, a análise de uma localidade específica pode nos ajudar a desvendar alguns elementos muitas vezes ocultados pela "grande história". Dessa forma, torna-se mister a redução na escala de análise como forma de possibilitar uma outra visão do processo histórico pelo qual passou Florianópolis nos anos 1950. A década de 1950, muitas vezes enquadrada como um período em que vigorava o populismo e este conceito entendido como um referencial de cooptação das classes trabalhadoras por lideranças políticas carismáticas, pode ser redefinida

caso observemos as expectativas e experiências que envolviam os sujeitos históricos. De acordo com Edoardo Grendi:

> *a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. (GRENDI, 1998: 262).*

O estudo de uma localidade e de como suas experiências se articulam com questões mais amplas, portanto, permite que o historiador teça novos olhares sobre as diferentes faces da política populista em Florianópolis. Em outras palavras, o populismo deixa de ser um conceito auto-explicativo, vago e impreciso, para ganhar uma conotação específica, oferecendo a possibilidade de entendê-lo enquanto processo e relação, ou seja, a partir da interação e negociação entre seus atores.

Analisar como se construíam as relações entre grupos políticos e trabalhadores em Florianópolis neste período implica, assim, entender como estes agiam nos mais diversos espaços de sociabilidade: no trabalho, na comunidade, nas festas, no espaço religioso, em suas associações. Desse modo, será possível observar como se constroem suas solidariedades, divergências e de que forma, através destes espaços, chegam as questões políticas.

Em uma edição do jornal A Verdade de 1956, o seu mantenedor, o jornalista Manoel de Menezes, menciona algumas táticas eleitorais, promovidas por esposas de políticos influentes, em vésperas de eleição:

> *tive o intuito, isso sim, de endereçar a crítica àquelas senhoras de políticos que dias antes das eleições percorrem os morros com saquinhos de farinha de 3ª qualidade, de feijão bichado e outras coisas, para enganar os humildes. Enderecei a pergunta a todas aquelas damas, sejam do PSD, PTB ou UDN que só lembram da existência do pobre quando as eleições estão às portas.*[1]

Antes de analisarmos as implicações da notícia, é importante mencionar alguns aspectos que envolvem os jornais da cidade. O jornal A Verdade, propunha-se a ser um veículo de comunicação desvinculado dos dois maiores partidos do estado, UDN e PSD. Por outro lado, os jornais A Gazeta e O Estado eram espécies de órgãos não-oficiais de divulgação das ações destes partidos, este ligado ao PSD e aquele à UDN. Manoel de

[1] MENEZES, Manoel de. Vai acabar a fome. **A Verdade**. Florianópolis, 26 out. 1956

Menezes, diretor-proprietário de A Verdade, vangloriava-se ao divulgar os resultados das inúmeras campanhas assistenciais bem sucedidas capitaneadas pelo seu jornal. Entretanto, as ações do jornalista não se davam por mera filantropia. O dono de A Verdade fora candidato a prefeito municipal nas eleições de 1954, sendo derrotado pelo pessedista Osmar Cunha. Nos anos seguintes, Manoel de Menezes, junto com seu jornal, encampou uma série de medidas assistenciais junto aos "pobres da cidade".

As estratégias do jornalista se inserem em um contexto no qual as classes trabalhadoras aparecem como alvo das disputas eleitorais dos principais grupos políticos locais. De acordo com Reinaldo Lohn, as classes dirigentes mantinham relações estreitas com religiosos e cabos eleitorais de modo a garantir a reprodução de relações assistenciais, nas quais se envolviam "as esposas dos políticos, as autoridades eclesiásticas e figuras de reconhecimento público notório." (LOHN, 2002: 41).

Essa cultura assistencial transformava o apoio das classes trabalhadoras em um campo de disputa, cujos gladiadores travestiam-se de paladinos dos pobres, defendendo suas agremiações políticas, e apresentavam suas armas, ou seja, os variados benefícios oferecidos em troca de apoio político. Como a notícia veiculada por Manoel de Menezes afirma, doações de alimentos faziam parte das táticas eleitorais junto aos moradores dos morros próximos ao centro da cidade. Todavia, essas ações não se limitavam ao período eleitoral e nem eram exclusivas das damas do PSD, UDN ou PTB.

Pode-se verificar, durante os anos 1950 e início dos anos 1960, campanhas de doações de cobertores, entrega de agasalhos, brinquedos e gêneros alimentícios comandadas por esposas de políticos, como a primeira-dama do estado Kirana Lacerda, e por associações ligadas à Igreja, como a Associação Damas de Caridade. Da mesma forma, o próprio Manoel de Menezes encampou ações de auxílio a portadores de deficiência, de doação de dinheiro e remédios àqueles que o procuravam.[2]

Neste último aspecto mencionado é que reside um dos componentes mais importantes da chamada cultura assistencial instituída em Florianópolis. Afirmou-se que os auxílios prestados por Manoel de Menezes vinham a atender demandas de pessoas os quais o procuravam em busca da concessão de benefícios. Isto é, o estabelecimento de uma relação baseada na dádiva gerou uma economia de favores onde os limites destas ofertas bem como as deferências prestadas eram continuamente negociados. As políticas populistas, portanto, são redimensionadas a partir das redes de relações e sociabilidades entre os sujeitos envolvidos. O

[2] Estas informações foram encontradas através de pesquisas nos principais jornais da cidade (A Gazeta, O Estado e A Verdade), em levantamentos junto à Curia Metropolitana de Florianópolis e análise dos documentos da irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat, localizada no Morro da Caixa d'Água.

estudo de uma comunidade, neste caso, pode contribuir para descobrir como se dão essas trocas.

Em uma análise dos recentes estudos que procuraram abordar o período intitulado de "populista", Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa afirmam que parte da história social do trabalho tem procurado observar as ambigüidades concernentes aos sistemas normativos, destacando a pluralidade de interpretações possíveis e as lutas em torno de recursos simbólicos e materiais. O populismo, segundo eles, contém uma "simultaneidade paradoxal" de apresentar, ao mesmo tempo, um movimento que prega a harmonia de classes e procura subordinar os interesses dos trabalhadores a interesses mais gerais (da nação, por exemplo), e o surgimento de uma cultura da resistência por parte da classe operária. De acordo com os autores:

> *o populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos patrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. (SILVA; COSTA, 1999: 225).*

Sendo assim, cultura não pode ser vista como algo consensual. Ao afirmarmos a existência de uma "cultura assistencial" na cidade de Florianópolis nos anos 1950, não estamos presumindo que exista um ato de subordinação das classes populares pela intervenção caritativa de instituições e grupos políticos. A cultura, grosso modo, deve ser entendida como um conjunto de normas que empresta sentido às práticas dos agentes históricos. Assim, se cultura está diretamente relacionada à experiência, presume-se que ela possa oferecer significados distintos de acordo com os espaços sociais ocupados pelos sujeitos. A concepção do conflito social não pode ser ludibriada pela idéia da assimilação passiva das classes populares às intervenções de uma "elite dirigente". Ao constatarmos redes assistenciais amparadas por autoridades religiosas e partidos políticos, devemos procurar como essas relações são apropriadas, recriadas, ressignificadas mediante negociações entre classes.

As políticas populistas, no caso do Morro da Caixa d'Água, subiam o morro através de cabos eleitorais associados principalmente ao PSD e à UDN, ou seja, as ações caritativas fomentadas por esposas de políticos e associações necessitavam de pontos de apoio na comunidade. Dessa forma, as relações internas, as tensões e afinidades provenientes das

relações no ambiente de moradia, auxiliavam na formatação das identidades políticas e no modo com se interpretava determinado ato de caridade. Dois dos principais pontos de acesso de políticos junto aos moradores do morro eram o capelão local, padre Agostinho Staehelin, e o dono da venda e da maioria das terras daquela área, o udenista Pedro Kincheski.

A partir dos anos 1950, Pedro Kincheski passa, gradativamente, a assumir um papel de liderança entre os moradores do morro. Dono da principal venda da localidade, Pedro vai também se tornar provedor da Irmandade Nossa Senhora do Mont Serrat em 1956, robustecendo sua influência junto às pessoas daquela área. Dentro de uma localidade composta majoritariamente por trabalhadores, como é o caso do Morro da Caixa, o controle do comércio local garantia visibilidade e favorecia a interação com todos os habitantes do morro. Nesse sentido, as dificuldades de acesso ao morro, em virtude de suas estradas esburacadas, farão da venda de Pedro Kincheski o principal ponto de compras de gêneros de primeira necessidade. Consequentemente, a venda tornava-se um espaço de recrudescimento da figura de Pedro Kincheski como condutor dos desígnios dos moradores e onde se afirmavam relações de dependência, através do fiado, por exemplo. "Pendurar" sua conta para pagá-la no final do mês, reforçava uma economia de favores, na qual os moradores passavam a enxergar o dono da venda como líder, uma figura que zela pelo bem-estar da população local: "como ele era o dono do comércio, todo mundo comprava na venda dele, deviam favores para ele"[3].

Pedro Kincheski não é, no entanto, o único cabo eleitoral vinculado a partido político por onde os donativos são distribuídos aos demais moradores. Naquelas cercanias existiam outros cabos eleitorais como a também udenista Alba Jacinto e a pessedista Olga Brasil da Luz. Os trabalhadores pobres da cidade eram disputados pelos políticos que tentavam cooptá-los através doações fornecidas por seus intermediários. Presentes nas festas, nos mutirões, coordenando os espaços de sociabilidade de bairros e localidades, recebendo e distribuindo donativos oferecidos pelos diversos mecanismos de assistências aos pobres existentes na cidade, estes intermediários tornar-se-ão importantes referências políticas locais, indicando e ajudando a definir o voto daquela população. Não podemos, contudo, pensar no voto enquanto cooptação, mas como uma troca e, por ter essa característica, pressupõe-se que ele seja mais bem negociado com aqueles mais próximos, isto é, com as lideranças e cabos eleitorais locais. De acordo com Adriano Duarte, "se o voto implica, porque traz subentendida, essa relação de favor, é razoável supor que o eleitor dê seu voto para alguém de

[3] Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

quem possa cobrar, alguém que seja do bairro, ou que esteja no bairro, enfim alguém que veja, com os próprios olhos, as suas necessidades de morador." (DUARTE, 2002: 191).

Mesmo assim, isso não quer dizer que as classes populares ficavam à mercê das ações dos cabos eleitorais. Havia sim uma disputa pelos pobres, porém estes lidavam com os embates da mesma forma como levavam suas questões diárias: negociando, burlando a lógica colocada com táticas e estratégias diversas, fazendo-se enquanto sujeito, reinterpretando a dádiva como direito e construindo seu cotidiano. Assim, nem sempre os cabos eleitorais, apesar do oferecimento de incentivos e benesses, conseguiam angariar os votos dos moradores, como revela o exemplo de Maria da Silva Cardoso.

Udenista e simpática à figura de Irineu Bornhausen, Maria da Silva Cardoso, moradora do Morro da Caixa d'Água, marcava presença nos comícios da União Democrática Nacional. Consciente de que Pedro Kincheski e Alba Jacinto eram partidários da UDN, ela freqüentava estes espaços em busca de algum donativo ou do pagamento de alguma conta. Todavia, Maria Cardoso não se restringia aos cabos eleitorais udenistas. Ciente da utilização do assistencialismo enquanto estratégia eleitoral, ela dirigia pedidos também a Olga Brasil, cabo eleitoral do PSD. De acordo com seu filho, Carlos Agostinho Cardoso:

> *Eu me lembro que a minha mãe era udenista, então ela ia muito aos comícios do Irineu Bornhausen. (...) Eu tenho conhecimento dessas coisas porque a minha mãe ia nesses cabos eleitorais para pedir coisas, sempre foi. Eles prometiam para ela uma cesta básica, Pedro Kincheski dava. Mais embaixo tinha a dona Alba Jacinto. A dona Olga Brasil também fazia isso. Então a minha mãe ia nesses cabos eleitorais para pegar alguma coisa, ou para pagar algo, pegar um dinheirinho, ganhar um cobertor. (...) Ela pegava de vários, mas votava sempre no Irineu.*[4]

O caso acima é um dos exemplos que denota como os canais abertos pela política assistencial eram racionalmente utilizados pelos grupos empobrecidos de modo a auferir vantagens. Maria Cardoso procurava cabos eleitorais tanto da UDN quanto do PSD, porém seu voto já estava definido: votava em Irineu Bornhausen. A frase "ela pegava de vários, mas votava sempre no Irineu" retrata a incerteza em se apostar no assistencialismo como método de captação de votos junto aos "pobres". Isso porque o benefício, uma vez oferecido, vai ter que ser continuamente reforçado, ou seja, sua manutenção e quiçá sua ampliação vai ser exigida pelos receptores da dádiva. O voto e a pretensa "submissão" das classes populares perante os políticos terão que ser, então, permanentemente negociados. Assim, construindo

[4] Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

seu cotidiano através de suas sociabilidades, as classes trabalhadoras vão se inserindo nas disputas políticas da cidade, buscando ampliar as fronteiras de seus benefícios provenientes das ações assistenciais e redefinindo as políticas populistas locais.

Referências Bibliográficas

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra:** redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro:** relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mídias audiovisuais e a banalização antropofágica

Sonia Cristina Lino*

Resumo

A utopia modernista de Oswald de Andrade, representada pela vertente antropofágica do modernismo brasileiro, foi uma das primeiras tentativas da intelectualidade de pensar positivamente a mestiçagem cultural. Este texto busca enfocar tanto as características de resistência anticolonialista deste pensamento entre as décadas de 1920 e 1950 quanto sua vulgarização através da criação de estereótipos sobre a brasilidade pelas produções audiovisuais que ganharam força com a popularização dos meios de comunicação audiovisuais e, em particular, a televisão nas décadas seguintes.
Palavras- chave: audiovisual; antropofagia; Oswald de Andrade

Abstract

Oswald de Andrade's modernist utopia, represented by the anthropophagic branch of Brazilian modernism, was one of the first attempts of the intelligentsia to have a positive outlook on cultural crossbreeding. The aim of this text is to focus on both the anticolonial features of this line of thinking between the 1920s and the 1950s and its vulgarization through the creation of stereotypes about the Brazilian character by the audiovisual productions that became increasingly stronger with the popularization of audiovisual media, especially television, in the following decades.
Keywords: audiovisual; anthropophagy; Oswald de Andrade

Este texto é uma reflexão acerca das características de resistência anti-colonialista do pensamento antropofágico entre as décadas de 1920 e 1950 e sua vulgarização através da criação de estereótipos sobre a brasilidade pelas produções audiovisuais com a popularização da televisão, nas décadas seguintes. As reflexões aqui desenvolvidas tomam como ponto de partida o ensaio do jornalista Eugênio Bucci, publicado quando das comemorações do cinqüentenário da primeira transmissão de televisão no Brasil (BUCCI, 2000) sob o sugestivo título de *"Antropofagia Patriarcal"* (BUCCI, 2000: 111 – 131). Nele, Bucci atribui aos meios de comunicação contemporâneos e à televisão brasileira em particular, o poder de neutralizar a proposta de libertação formulada por Oswald de Andrade no movimento antropofágico, convertendo sua vitalidade revolucionária em favor do poder político e econômico do capitalismo tardio.

* Profa. Dra. da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Bucci parte de uma aproximação entre o movimento antropofágico e o surrealismo europeu no que diz respeito à volta ao primitivo e ao sentido de libertação de uma memória recalcada pela civilização moderna. Segundo o autor, à luz da teoria freudiana, ambos os movimentos se aproximam ao estabelecerem um resgate de elementos do passado na produção de um "estranhamento"[1] ambíguo porque também familiar, com elementos do passado remoto da humanidade. Lança mão para isso, do texto de Hal Foster – *The compulsive beauty* [2]– e do conceito freudiano de "unheimlich" para a análise do surrealismo. Por outro lado, o diferencial entre os dois movimentos modernistas residiria também neste ponto. Enquanto para o surrealismo esta memória de um primitivo social recalcado se cruza com uma memória pessoal e se deixa ver no estranhamento e desconforto de um passado primitivo e familiar *(heimlich/unheimlich)* presente na obra; a antropofagia, por sua vez, faria deste estranhamento componente central para a idealização do futuro, a utopia modernizada. (ANDRADE, 1995).

Este componente revolucionário do modernismo, permeado pelo otimismo associado ao novo papel criativo atribuído à Ibero-América pela antropofagia teria, segundo Bucci, sido usurpado pelo capitalismo na segunda metade do século XX, quando este entrava em sua fase de globalização, sendo traduzido em "identidade cultural" pelos meios de comunicação de massa.

> *. . . teria a instancia do poder migrado para o interior dos meios de comunicação? Se a resposta for sim, nem que seja um "sim em termos," não há como escapar à hipótese de que as aparências antropofágicas, assim como as aparências surrealistas dispersas pela industria do entretenimento planetário, não mais subvertem o simbólico mas, ao contrário o consolidam.(BUCCI, 2000. 130)*

Desta forma, na sociedade globalizada, os meios de comunicação passam a exercer um papel não apenas de mediadora das relações entre os sujeitos, mas também de constituinte do próprio sujeito em relação ao outro, deixando de ser veiculo para ser lugar. (BUCCI, 2000. 130).

Neste sentido, a pergunta que se faz aqui é de que forma elementos do pensamento antropofágico se dão a ver pela televisão brasileira de forma a que possam ser incorporados pelo público como constitutivos de sua identidade.

---

[1] FREUD, S. "Umheimlich" ("Uncanny" na tradução inglesa e "O estranho" em português). In: Obras Completas. Vol.17. Imago.

[2] FOSTER,Hal. *The compulsive beauty*.Cambridge, Massachussets, MIT Press, 1993. Cit. BUCCI, Eugenio. 118. 2000.

Algumas reflexões acerca do movimento cultural inaugurado em torno dos dois manifestos – *Pau-Brasil (1924)* e *Antropófago (1928)* – e da *Revista de Antropofagia* se fazem necessárias.

A utopia modernista de Oswald de Andrade representada pela vertente antropofágica do modernismo brasileiro foi uma das primeiras tentativas da intelectualidade brasileira de pensar positivamente a mestiçagem cultural. Para além das inovações estéticas e lingüísticas expressas nos textos literários e manifestos das décadas de 1920 e 1930, Oswald de Andrade teria, na maturidade, estendido a antropofagia à categoria de reflexão filosófica possibilitando uma nova leitura da história do Brasil e da herança ibérica.

A antropofagia representou um pensamento renovador, de inspirações múltiplas e fragmentárias, que vão da crítica à genealogia do cristianismo de Nietzsche, às criticas marxistas da sociedade capitalista e à freudiana do racionalismo, passando pelo matriarcalismo de Bachofen[3].

Em Oswald esses pensadores modernos aparecem associados a uma concepção xamânica da natureza e a uma configuração igualitária da sociedade indígena que se afasta do ideal romântico e acaba por se constituir numa crítica filosófica e política do colonialismo moderno e do sistema político e econômico que dele se serviu. Na visão da poética pau-brasil, tópicos do exótico tais como o ócio, a comunhão fraterna, a sociedade dadivosa, a liberdade sexual e a vida edênica, transformam-se em valores prospectivos que ligam a originalidade nativa dos componentes mágicos, instintivos e irracionais da existência humana ao pensamento letrado moderno.

A antropofagia oswaldiana é "filosofia do primitivo tecnicizado", ritual de resistência da cultura local às imposições da modernidade anglo-saxônica e que se exprimia através da "devoração" das técnicas científicas e das informações artísticas das metrópoles européias, a fim de reelaborá-las com autonomia, o que significava a adaptação da visão "mágica" do mundo "primitivo" às novas técnicas modernas e vice-versa. Neste sentido, a herança ibérica ganha novo tratamento e passa a ser vista como uma vertente mais flexível da colonização européia, que teria permitido o rompimento com as rígidas dicotomias modernas de compreensão do mundo herdadas do puritanismo.

"Nunca fomos catequizados. Fizemos foi carnaval". (ANDRADE, 1995.46)

---

[3] Johann Jakob Bachofen (1815-1887) apresenta uma visão radicalmente nova do papel da mulher nas sociedades antigas. Com ampla documentação se propôs a demonstrar que a maternidade é a fonte da sociedade humana, da religião e moral. E conclui conectando o arcaico direito materno com a veneração à virgem Maria. Seu livro causou reações em várias gerações de pensadores, inclusive Friedrich Engels.

Esta inversão de valores ou transformação de *tabu* em *totem* (NUNES, 1979) tem sido amplamente mencionada por estudiosos de diversas nacionalidades sob a perspectiva de resistência. Nas palavras de Eduardo Subirats, "a antropofagia inverteu a lógica civilizadora. Essa foi sua promessa de futuro" (SUBIRATS, 2001). Neste sentido, atribui à vertente antropofágica do modernismo brasileiro um poder criador que escapou aos modernistas europeus que se voltaram para a busca do primitivo.

Na mesma direção situa-se a análise de Robert Stam que, ao utilizar o conceito de carnavalização bakhtiniano para entender o modernismo brasileiro entende que a grande contribuição da antropofagia seria o deslocamento do lugar do olhar, possibilitando uma visão mais plural do futuro. A "inversão" que a antropofagia estabelece ao conceito de canibalismo europeu estaria na essência da resistência antropofágica. (STAM, 1989. 2006)

Assim como os índios tupinambás devoravam seus inimigos para se apropriarem de sua força, os modernistas insistiam que os artistas e intelectuais brasileiros deveriam digerir os produtos culturais importados para explorá-los como matéria-prima para uma nova síntese, virando a cultura imposta, transformada, contra o colonizador.(STAM, 2006. 427)

O objetivo do autor ao incluir a antropofagia no rol do que chamou de "estéticas de resistência", no entanto, é estabelecer uma crítica mais ampla ao eurocentrismo e propor um "multiculturalismo policêntrico".

Neste sentido, o discurso eurocêntrico estaria permeado por metáforas e tropos que apontam no sentido da superioridade européia e que o autor reconhece nas representações européias sobre o restante do mundo. Da oposição civilizado – primitivo complementa:

O eurocentrismo bifurca o mundo em "Ocidente e o resto" e organiza a linguagem do dia-a-dia em hierarquias binárias que implicitamente favorecem a Europa: nossas nações*, as* tribos *deles; nossas* religiões, *as* supertições *deles; nossa* cultura*, o* folclore *deles; nossa arte, o artesanato deles; nossas* manifestações*, os* tumultos *deles; nossa* defesa*, o terrorismo* deles. (STAM, 2006.21)

A proposta da antropofagia neste caso não teria simplesmente invertido as posições hierárquicas presentes no pensamento ocidental eurocêntrico, mas criado para si e para o Brasil, um outro lugar de onde um discurso próprio pode ser proferido.

Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará. Mas nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós (ANDRADE, 2001.48)

É deste ponto que se pretende pensar as relações entre a antropofagia e as mídias audiovisuais contemporâneas.

Desde a década de 1930, a questão da miscigenação étnico-cultural tem sido associada à identidade nacional brasileira. Dos primeiros filmes musicais que se apoiavam em canções e artistas popularizados pelo rádio, passando pelas imagens carnavalescas das chanchadas da *Atlântida* até a integração da representação do nacional realizada pela televisão, as imagens sempre reafirmaram o caráter miscigenado de nossa formação étnico-cultural através de uma estética carnavalizada.

O entendimento do potencial subversivo do carnaval não a partir uma configuração fixa, mas como lugar de práticas simbólicas historicamente mutáveis cujo potencial criativo dependente de quem carnavaliza quem, em que condições e com que propósitos; nos ajuda a compreender as transmutações desta "identidade miscigenada carnavalizada" desde a década de 1930. Num rápido olhar, observa-se que raramente as representações audiovisuais no Brasil, sobretudo no que diz respeito à televisão questionaram a hierarquia imposta pelo eurocentrismo. Ao contrário, sempre se conformou com papéis coadjuvantes no cenário estético internacional.

Reflexo disso é o fato das idéias antropofágicas nunca terem sido reconhecidas como reflexão filosófica de alcance global mas tão somente figurarem como uma vertente regional do modernismo literário. Assim como Oswald de Andrade figurar apenas como poeta, "*enfant terrible*" do modernismo latino-americano, e não como pensador criativo que produziu textos filosóficos que anteciparam em muitas décadas questões "pós-modernas" como a da descentralização da narrativa da modernidade.

Apesar do cinema dos anos 1960 e 1970 ter proporcionado momentos preciosos de revisão do pensamento antropofágico transposto para a linguagem cinematográfica e cujo principal nome foi sem dúvida Joaquim Pedro de Andrade, o lugar periférico e ao mesmo tempo identitário predominou.

Em geral, a antropofagia foi canibalizada pelos meios de comunicação de massa, perdendo sua função criadora de atrair e se apropriar dos símbolos do colonizador para reinventá-los, passando a uma posição de homologar símbolos de dominação banalizados pelo consumo indiscriminado de sujeitos ávidos por identidades imaginárias e descartáveis.

Na televisão brasileira, os exemplos da banalização da idéia de deglutição criativa da antropofagia são inúmeros e não se limitam a gêneros ou a personagens específicos. Das telenovelas aos departamentos de jornalismo, exemplos discursivos e imagens podem ser encontrados com freqüência. Porém, é nos programas de auditório que a presença do público

(ainda que selecionado previamente para participar da realização do programa) em contato direto com a produção e o meio, possibilita uma percepção mais clara deste esvaziamento do potencial criativo da herança antropofágica na constituição da subjetividade contemporânea e uma inversão que nos leva a pensar na questão de quem canibaliza e carnavaliza quem no Brasil de hoje?

Um dos maiores comunicólogos brasileiros, estudado em teses acadêmicas no Brasil e no exterior foi um apresentador de programa de auditório que popularizou a identidade miscigenada para consumo – Abelardo Barbosa, o *Chacrinha*. Citado como um exemplo da capacidade de produção na área televisiva e um produto legítimo do nacional-popular brasileiro, em que consistia o programa que lhe deu reconhecimento popular e acadêmico? Um programa onde, basicamente, todos os "tropos do império" (STAM, 2006) estavam presentes de forma invertida e carnavalizada. Mas será que criativa?

Num cenário multicolorido como as várias tonalidades de pele das pessoas que lotavam os indefinidos limites entre a platéia e o palco do teatro onde o programa era gravado; a inversão era total. Tratava-se de um programa de calouros que pretendiam se tornar cantores ou "artistas" de televisão. Semanalmente um grupo de "juizes" escolhia os candidatos que tinham mais chances de seguir carreira artística. A primeira inversão era o fato de os "juizes" não precisarem de nenhum conhecimento musical específico para exercer suas funções, apenas representar personagens estereotipados que os dividia entre bons, maus, técnicos, "clowns" etc.

O lugar que os "juízes" ocupavam no cenário ficava num patamar inferior ao do candidato a cantor(a), segunda inversão, e, apesar de sua condição aparentemente privilegiada, só podiam se manifestar com a autorização do apresentador. Além disso, por se sentarem entre o público e palco, ficavam expostos à ira do público quando este não concordava com as opiniões expostas.

O apresentador, trajando um fraque de tecido brilhante e multicolorido e uma cartola com plumas não menos exuberantes, uma "subversão" ao traje europeu civilizado, ostentava uma buzina que apertava no ouvido do candidato que cantasse mal antes mesmo de dar a palavra aos "juizes". Portanto, ele era autoridade máxima em cena. É interessante observar que, apesar da subversão do vestuário, a "autoridade" presente (comandante) se diferenciava dos outros presentes pelo uso do fraque.

No palco e misturadas ao público, dançarinas com fantasias de vedete exibiam seus corpos para as câmeras em poses sedutoras convidando os telespectadores a participar da festa. A música só baixava o volume durante a fala do apresentador, dos juízes ou dos

convidados mas mesmo nestes momentos nem as dançarinas nem o público paravam de se movimentar diante da câmera. O ritmo da movimentação em cena era frenético e as pausas eram comandadas pelo próprio apresentador que ora cantava refrões que indicavam uma mudança de ritmo, ora apertava a buzina para pedir atenção.

O ponto alto na quebra do ritmo do programa eram os intervalos nas atuações de convidados e aspirantes a cantores quando o apresentador jogava para a platéia presentes oferecidos pelos patrocinadores. Como o principal anunciante do programa era um supermercado, – *Casas da Banha*- os presentes mais freqüentes que eram jogados para a platéia eram alimentos. Mas não sem antes o apresentador gritar: "Vocês querem bacalhau?"; "Vocês querem abacaxi?" e arremessar para a platéia a mercadoria. Grotesco? Estranho? Primitivo? Mas sem dúvida, muito familiar. Os programas comandados por *Chacrinha* sobreviveram a várias redes de televisão diferentes e permaneceram várias décadas no ar.

Quando os últimos programas do *Chacrinha* foram ao ar em fins da década de 80, esta fórmula já havia sido exaustivamente repetida. E ela se consistia basicamente na aparência de ausência de regras se tornando a principal regra. O texto debochado lido por um senhor grisalho em tom de seriedade e fantasiado com roupas espalhafatosas era sem dúvida a maior das inversões. Aparência de pura desordem … Desordem gravada em vídeo e editada com tecnologia de última geração, seria o "bárbaro tecnizado"? Não, apenas espontaneidade para consumo. O improviso torna-se norma, a técnica corrige o grotesco, o primitivo, torna-o menos "estranho" (*unheimlich),* mas também mais estéril. Esta é a identidade forjada pela televisão.

O exotismo, o primitivismo, a sexualidade, a fantasia da conquista que antes atraíra o colonizador e alimentara seu discurso de superioridade são oferecidos ao público que a televisão busca conquistar, proporcionando a este a ilusão momentânea de uma inversão hierárquica. De conquistado a conquistador, que precisa ser seduzido pelo bárbaro estilizado que simula o bárbaro que um dia foi reprimido. Mas será que sobrou algo para ser deglutido nesta antropofagia industrializada?

Referências bibliográficas

1. ANDRADE,Oswald. *A utopia antropofágica*. Obras Completas. São Paulo, Globo, 1995.
2. BUCCI, Eugenio. *A TV aos 50. Criticando a televisão brasileira no seu cinqüentenário*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
3. NUNES, Benedito. *Oswald canibal*. São Paulo, Perspectiva, 1979. 1ed.

4. STAM, Robert; SHOHAT, Ella. *Critica da imagem eurocêntrica*. São Paulo, Cosac&Nify, 2006

5. STAM, Robert. *Subversive Pleasures*.. Baltimore, Johs Hopkins, 1989

6. SUBIRATS, Eduardo. A penultima visão do paraíso. São Paulo, Nobel, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Gazeteiros do Recife: crianças e jovens no mundo do trabalho

Humberto da Silva Miranda*

Resumo: Este artigo pretende analisar, a partir da perspectiva da história social, o cotidiano dos "pequenos jornaleiros" da cidade do Recife, nas primeiras décadas do século XX. Por meio dos jornais da época e dos documentos que compõem o acervo da Casa de Detenção do Recife, procuramos recompor o passado destas crianças e jovens que vivenciavam o universo da pobreza, da criminalidade e da exploração do trabalho infanto-juvenil. Uma história "vista de baixo", onde os protagonistas são os gazeteiros do Recife.
Palavras-chave: Gazeteiros- Infância - Recife.

Abstract : This article analyzes from the perspective of social history, the daily one of the gazeteiros of the city of Recife, in the decades of 1920 and 1930. Using periodicals of the time and the documents that compose the quantity of the House of Detention of Recife, we look to recompor the past of these children and young that lived deeply the universe of the poverty, crime and the exploration of the infanto-youthful work. A seen history "of low", where the protagonists are the gazeteiros of Recife.
Keywords: Gazeteiros - Infancy; Recife.

Por uma história vista de baixo: a guisa de introdução

Historicizar o cotidiano das crianças e jovens que trabalhavam na comercialização dos jornais, durante as primeiras décadas do século XX, nos faz discutir o Recife e suas contradições sociais. Cidade que se desenvolvia economicamente, mas que enfrentava os problemas do aumento do crescimento populacional, ocasionado pelo êxodo rural que, por sua vez fez gerar o crescimento do desemprego, da prostituição, da delinqüência infanto-juvenil, entre outras formas de exclusão social. O Recife dos encantos modernizadores convivia com os desencantos das desigualdades sociais (REZENDE, 1997).

Esta efervescência cultural se refletiu no campo da imprensa escrita, quando, neste período, o número de jornais que circulavam na cidade era bastante expressivo. Além do Jornal do Commércio e do Diário de Pernambuco, eram distribuídos o Jornal Pequeno, Pernambuco, A Província, Diário da Manhã, entre outros. Estes periódicos eram considerados progressistas ou conservadores, organizados por intelectuais ou por grupos políticos organizados. Através das páginas amareladas, a vida da cidade era diariamente registrada, tornando-se documentos preciosos para o pesquisador que pretende historicizar a cidade do Recife nos seus mais diferentes aspectos.

Além dos redatores, fotógrafos e revisores, os gazeteiros se tornavam imprescindíveis para a viabilização do trabalho, uma vez que eles eram encarregados de distribuir e comercializar os jornais nos mais distantes e diferentes locais da cidade. Os vendedores de jornais dinamizarem o mundo do trabalho, proporcionando um novo campo de sustentabilidade social e econômica voltado para um número expressivo de pessoas que não tiveram oportunidade de estudar ou de se profissionalizar.

Caminhavam sob o calor do sol ou do frio da madrugada, nos distantes itinerários a pé, carregando debaixo dos braços exemplares dos jornais. Para chegar ao encontro dos consumidores, eles circulam pelas ruas e avenidas da cidade, estabeleciam seus pontos nas esquinas, enfrentando os momentos de disputas gerados pela concorrência desenfreada, ou de alegrias, promovidas pelas vitórias conquistadas...

O território dos gazeteiros não era ocupado apenas pelos homens "feitos". Para atender a demanda de trabalho, os adultos passaram a disputar o espaço de trabalho com chamados "pequenos jornaleiros". Crianças e jovens que, em média, possuíam a faixa etária entre dos 10 aos 18 anos de idade. Analfabetos, pretos ou pardos, naturais de Pernambuco, morados dos bairros periféricos do Recife. Muitos possuíam famílias, outros viviam o estado de abandono, adotados pelo mundo da marginalidade e da exclusão. [1]

Ao analisarmos a documentação da época, percebemos que parte destas crianças e jovens trabalhavam nas casas de famílias como empregados ou agregados que serviam como ajudantes dos serviços domésticos.[2] Outros trabalhavam carregando malas dos passageiros que transitavam na Estação Ferroviária das Cinco Pontas do Recife, limpavam os jardins dos grandes sobrados ou serviam como entregadores de encomendas ou recados.

Debruçar-se sobre o cotidiano destas crianças e jovens nos leva a conhecer "outras histórias". Histórias de vidas ocultadas, de resistências construídas nas ruas, nas esquinas ou nas praças da grande cidade. Um cotidiano que se inventa através das táticas, da

---

[1]* Mestrando em História Social da Cultura pela UFRPE. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Pernambuco - Facepe. Este trabalho é dedicado a Professora Dra. Isabel Cristina Martins Guillem, por sua presença e compreensão nas horas difíceis.

Estes dados foram encontrados nos Livros de Entrada e Saída de presos da Casa de Detenção do Recife que se encontra sob a guarda do Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano – Apeje.

[2] Ao se voltar para ao universo social dos trabalhadores ingleses, o historiador E. P. Thompson analisou o lugar das crianças no contexto do crescimento do trabalho industrial e agrícola, observando que boa parte das crianças envolvidas naquele processo pertenciam ao universo do trabalho doméstico. Ver THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*: a maldição de Adão. Volume II. Rio de Janeiro: 1987.

antidisciplina, da astúcia, que nos faz perceber reapropriações de espaços e que buscavam romper ou negociar com as regras impostas (CERTEAU, 2005).

O cotidiano dos Gazeteiros: entre as práticas de exclusão e resistência

Era de madrugada e chovia, Gregório estava molhado e procurava um local para descansar, depois de uma jornada intensa de trabalho. Ao encontrar um "pé de escada" adormeceu... Ao seu lado, Gregório trazia os jornais que deveriam ser comercializados. De repente, o inesperado: o "pequeno jornaleiro" foi surpreendido com um banho de urina. Em suas lembranças, nos disse Gregório:

> *Foi o banho mais desagradável e mais nojento de toda a minha vida. Os jornais que não tinha vendido também ficaram ensopados de urina. Saí debaixo da chuva e tomar um banho de verdade no café do Bacurau, onde comprei um tostão de sabão, esfreguei o corpo e lavei a roupa, que depois vesti, ainda molhada. (BEZERRA, 1979: 148)*

A revolta de Gregório foi tão grande que o fez arquitetar, segundo o próprio, uma "vingança diabólica" e nos contou:

> *Arranjei uma lata, fui na rampa do cais do Abacaxi, onde o povo fazia suas necessidade fisiológicas, enchi-a de merda, para lambuzar a porta de entrada e o piso do prédio onde deram o banho de urina. Mas o sobrado tinha dói andares e eu não sabia de qual dos dois me jogaram o penico de mijo; para não cometer uma injustiça. Desistir do meu plano de vingança. Mas já tinha até comprado uma broxa de caiador para pôr em prática o meu projeto. (BEZERRA, 1979: 148)*

Esta passagem registrada na obra *Memórias,* de Gregório Bezerra, importante político, que pertenceu às fileiras do Partido Comunista de Pernambuco e que quando criança trabalhou como gazeteiro no Recife, aponta-nos vestígios de como foi construído o cotidiano dos "pequenos jornaleiros". A partir de seu depoimento, percebemos que o dia-a-dia destas crianças e jovens era marcado por constantes práticas de violência que se desdobrava no campo da agressão física e nos traumas psicológicos. Não seria difícil afirmar que este evento marcou a vida do Gregório, uma vez que tal episódio esteve presente na sua autobiografia.

Procurar um lugar para dormir, no escuro da e debaixo da chuva, nos faz observar o garoto Gregório vivenciava o cotidiano injusto da exploração. Um trabalho que desafiava o tempo do relógio, que fazia crianças e jovens circularem nas ruas no clarão do dia ou na escuridão da madrugada. Uma jornada de trabalho marcada pela incerteza das horas, que podia ser prolongada ou reduzida.

Ao analisar a questão do tempo e da disciplina dos trabalhadores ingleses, Thompson nos afirma que "a atenção ao tempo de trabalho depende em grande parte da necessidade de sincronização do trabalho" (THOMPSON, 1998: 280). No caso das relações de trabalhos vivenciadas por nossos "pequenos jornaleiros", a lógica dos proprietários dos jornais, inserida na ótica do projeto burguês, não respaldava o fator tempo, uma vez que cumprir a tarefa estava na ordem das prioridades.

As memórias de Gregório nos levam a encontrar outros indícios que nos permitem discutir como as relações entre estas crianças e jovens. [3] Gregório ou Grilo, como apelidado na infância, relata vivencias marcada pela competição desenfreada, as pressões e cobranças por produtividade, do salário injusto e do lucro que os donos dos jornais recebiam.

Cada gazeteiro em seu setor, esta era uma regra que deveria ser respeitada, caso contrário às disputas passavam a ser construídas no campo das agressões físicas ou verbais. Uma vez ultrapassados os limites estabelecidos, as perseguições eram efetivadas. De acordo com Gregório, a sua condição de criança fazia-o merecer uma atenção especial dos leitores e isso aborrecia outros gazeteiros, fazendo com que o "pequeno jornaleiro" fosse alvo dos chutes, dos tabefes e de outras formas de violência. Contudo, Gregório afirmava:

> *Aos poucos, com muitas desvantagens contra mim, ia revidando os insultos, os palavrões, os murros, os tapas, as tabicas (...) Desgraçadamente eu era menor que os meus agressores, tinha menos força e menos agilidade do que eles, mas era teimoso, não entregava os pontos e não dava por vencido. Às vezes, com um rival eu brigava três, quatro vezes, até sentir que tivera algumas vantagens ou que ele desistia de me perseguir. Esta minha atitude impôs respeito (BEZERRA, 1979: 127).*

Para Gregório a estratégia de resistência foi construída na luta diária, na persistência, na teimosia de querer continuar vivendo. Enfrentar os riscos e desafiar o perigo nas ruas, esquinas e praças da cidade, onde cada um destes espaços físicos era dominado por grupo ou por um gazeteiro veterano, passou a fazia parte da sua rotina diária. Na luta pela

---

[3] Não podemos deixar de registrar o pensamento de Bourdieu sobre o relato autobiográfico. De acordo com o seu pensamento, o historiador que pretende trabalhar com autobiografias, deve considerar a questão da "ilusão biográfica", criticando a existência de um "eu" coerente e contínuo, para que não sejam reproduzidos os "efeitos de verdade" expressados na narrativa autobiográfica e afirma que "o relato de vida varia, tanto na forma quanto no conteúdo, segundo a realidade social do mercado no qual é oferecido – a própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido" . Ver BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica.* In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Morais (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 183-191 p. (p. 188-189).

sobrevivência, as negociações, os vários momentos de sujeição, o silêncio se traduziram como estratégias de resistência.

Contudo, Gregório também nos fala das redes de solidariedade que foram construídas no cotidiano. Além da atenção dos clientes e de algumas famílias que demonstravam interesse em acolhê-lo, alguns dos jornalistas apresentavam-se indignados com a exploração vivida pelas crianças e jovens. Este depoimento nos faz observar que a história dos ”pequenos jornaleiros” também foi marcada pelos momentos marcados pelas trocas de afetividade, pelas vitórias conquistadas, pelos fatos inusitados ocorridos na sutileza do convívio social.

Gregório não era o único e como estas disputas por espaços passaram a fazer parte do cenário da cidade, as rivalidades entre os gazeteiros despertaram a atenção de algumas autoridades responsáveis pela segurança pública. Desse modo, as diversas notas de jornais denunciavam os momentos de violência vivenciados entre as crianças e jovens. Vejamos o diz nota publicada em 03 de maio de 1927, no Jornal do Commércio:

> *Entre gazeteiros – discutiam e um saiu as pauladas*
> *Anti-hontem, pela 7 horas, na praça da Independência, o gazeteiro Augusto Ferreira, de 14 anos de idade, após discutir com seu companheiro, foi pelo mesmo agredido, recebendo várias pauladas. O criminoso, preso flagrante delito, foi levado para a Delegacia de Polícia do 1º Distrito da Capital. Augusto, que recebeu vários ferimentos no couro cabeludo, teve curativos no posto de Assistência Pública, recolhendo-se, logo após, a sua residência, em Bomba Grande. (Jornal do Commércio. Entre gazeteiros – discutiam e um saiu as pauladas. Na polícia e nas ruas. Recife, 03 de maio de 1927.*

O caso de Augusto Ferreira nos revela como eram assistidas as crianças e jovens que sofriam agressões físicas. Estas notas eram reproduzidas pela coluna policial do Jornal do Commércio, que por sua vez foi criada a partir do objetivo de divulgar o cotidiano policial e disseminar o discurso daquele poder, construído a parir do ideário da ordem e da paz social. A polícia que atuava diretamente com os casos que envolviam estas crianças e jovens que vendiam jornais passou a controlar de forma efetiva o cotidiano delas a partir de práticas de vigilância e coerção.

Os Livros de Entrada e Saída da Casa de Detenção do Recife são documentos que nos mostram como era processado o controle sobre os “pequenos jornaleiros”, uma vez que nestes registros estão apontados toda dinâmica da atuação policial. Neles, estão expostos os motivos das prisões dos “pequenos jornaleiros” e observamos qual a categoria criminosa que estes se inseriam. Tais categorias foram construídas da lógica policialesca, que por sua vez pertenciam ao projeto de controle social forjado a partir dos novos interesses políticos e

econômicos da sociedade burguesa da época, como nos fala Chalhoub. Estas práticas de controle e coerção procuravam intervir nas mais diversas formas de luta travadas nas experiências cotidianas dos trabalhadores (CHALHOUB, 2001).

Os registros que informavam os motivos de prisão que estas crianças e jovens se inseriam nos deparamos com classificação de vagabundos, desordeiros ou gatunos. Estes adjetivos se tornavam estereótipos utilizados na identificação destes agentes, que passavam carregar o estigma do ameaçador, lesivo e perigoso, fazendo com que estes se inserissem no universo social da marginalidade. Como nos fala Goffman, o estigma marca a relação entre o atributo e o estereótipo, onde a sociedade passa a "categorizar as pessoas e o total de atributos considerado como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias" (GOFFMAN, 1988: p.11).

Em maio de 1927, o editorial do Jornal do Commércio trazia o debate sobre o cotidiano dos pequenos gazeteiros e afirmava que as autoridades deveriam se preocupar com esta categoria profissional, uma vez que a sociedade recifense estava diariamente enfrentando a onda de perigo provocada por estes trabalhadores. Os elogios aos gazeteiros que se organizam em seu ponto de venda estratégico são acompanhados pela crítica de algumas crianças e jovens, afirmando que:

> *O caso desse gazeteiro que se prostou em frente à barrica do "Jahu" a introduziu melhor o produto da venda de jornais e vem demonstrando que, na classe a que pertence, não há apenas moleques insolentes que costumem arrumar rixas, de onde é comum sair diretinho para o outro mundo (...) O gazeteiro fica, assim, ao cabo de um desses episódios sangrentos, como o typo de "caba de peia" incorrigível. Inútil comunicar-lhe qualquer sentimento de brandura, de mansitude e de paz. Tudo isso prova que deveriam dar ao gazeteiro a assistência que eles não tem, para deixar a faca e agir só.*

A representação construída neste editorial do Jornal do Commércio sobre as crianças e jovens que vendiam os jornais no Recife, durante este período, tidos como os "moleques insolentes", que faziam o tipo "caba de peia", ou seja, valentão, nos leva a perceber como a imagem dos "pequenos jornaleiros" foi construída por alguns seguimentos da sociedade daquela época. Para o editorial a imagem da pequenos gazeteiros foi construída sob a égide das práticas desordeiras e da violência, disseminando assim, a idéia que as crianças que transitavam no mundo da venda de jornais representavam um perigo a sociedade.

Foi neste contexto que uma série de medidas passaram a ser tomadas no sentido de controlar o cotidiano destas crianças e jovens. No plano nacional, o Código de Menores de 1927, representou uma tentativa do poder dominante controlar o cotidiano destas crianças a partir do ideário da disciplinização e normatização através do aparato jurídico-assistencialista

(ALVAREZ, 1989). A promulgação deste Código nos faz afirmar que o problema da assistência à infância que transitava na seara do abandono e da exclusão era vivenciado em outras cidades brasileiras.

Entre os capítulos que compõe o Código, o número XIX, volta-se para os trabalhos dos menores. Para o Código, era proibido o trabalho de menores de 12 anos em todo território nacional e a Lei também era direcionada para os maiores desta idade com menos de 14 anos que não possuíssem educação primária. Contudo, percebemos que o Código não se apresentava competente em resolver a questão do trabalho infantil, uma vez que afirmava que os órgãos competentes poderiam autorizar o trabalho das crianças caso ”considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais e irmãos, contanto que lhe recebam instrução escolar, que lhes seja possível” (Código de Menores de 1927, Capítulo IX, Art. 102).

Os livros de entrada e saída de presos da Casa de Detenção da década de 1930 nos levam a visualizar a permanência nos casos de exploração do trabalho infantil, mais notadamente sobre os “pequenos jornaleiros”, uma vez que as entradas e saídas dos menores envolvidos estes agentes não deixaram de ser registrados.

Considerações Finais

As mesmas ruas que serviram como cenário do crescimento urbano do Recife, nas primeiras décadas do século XX, também foi o palco do aumento das mais diferentes formas de exclusão. As ruas dos grandes centros se tornaram locais onde a violência urbana crescia de forma efetiva. Espaços que abrigavam os cinemas, das elegantes lojas e cafés também eram os espaços do descaso, da pobreza e da criminalidade. O cotidiano da capital pernambucana, cortada por rios e iluminada pelas luzes amareladas, era caracterizado por estes problemas que desafiavam os projetos dos homens, fazendo surgir várias contradições sociais.

Gregórios, josés, antônios e tantos outros... Gazeteiros do Recife. Na construção da nossa trama, percebemos que a luta pela sobrevivência e as circunstâncias promovidas pela violência do sistema que viviam, os fez inseri-los no universo social da marginalidade, quando passaram a representar uma ameaça para o projeto burguês da época. A partir do discurso oficial, construído sob o ideário da ordem e do progresso, a imagem dos “pequenos jornaleiros” esteve associada ao ser desordeiro, lesivo e perigoso. Nesse contexto, uma série de normas coercitivas passavam a ser construídas com o objetivo de combatê-los.

Historicizar o cotidiano destas crianças e jovens se torna um grande desafio, uma vez que a responsabilidade de problematizar o dia-a-dia destes protagonistas anônimos, muitas vezes esquecidos pela história oficial, nos leva a caminhar em um universo subterrâneo que precisa ser revelado. Por uma história vista de baixo dos "pequenos jornaleiros" do Recife; agentes sociais fizeram - como ainda hoje fazem -, parte da história da infância do Recife e das relações sociais de trabalho construídas nesta cidade.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927***:* uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1989.

BEZERRA, Gregório. **Memórias: primeira parte 100-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica.* In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Morais (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 183-191 p.

CETEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

REZENDE, Antonio Paulo. **(DES) encantos Modernos**. Recife: Fundarp, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2ª Ed. Campinas: editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a maldição de Adão. Volume II. Rio de Janeiro: 1987.

_____ **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes Manuscritas

Fundo: Casa de Detenção do Recife. Arquivo Estadual de Pernambuco Jordão Emereciano - Livros de Entrada e Saída da Casa de Detenção do Recife. Período 1920-1930.

Fontes Impressas

Brasil. 1927. Código de Menores de 1927.

Recife. Jornal do Commércio. Coluna na polícia e nas ruas. 1927

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modernizações urbanas na cidade do Recife (1969-1970): a construção do complexo viário das Cinco Pontas, os seus custos sociais e a desorganização das memórias e das histórias.

Luís Manuel Domingues do Nascimento*

Resumo: Durante a gestão do prefeito Geraldo Magalhães (1969-1970), a política estatal definiu e consolidou um perfil de caráter autoritário e tecnocrata, impondo ao conjunto social da cidade os custos dessa modernização. À época foi construído um dos primeiros complexos viários destinado preferencialmente ao automóvel de passeio, com o aterro e construção do estacionamento do Cais de Santa Rita, o alargamento da Av. José Estelita e a construção do viaduto das Cinco Pontas, integrando a área central ao bairro da Boa Viagem, com os custos dessa intervenção recaindo sobre os segmentos das classes subalternas estabelecidos na área. Analisar e criticar essa intervenção, os custos e conflitos sociais suscitados e desvelar a memória e narrativas aí presentes é o propósito do presente trabalho.
Palavras-chave: Complexos Viários – Geraldo Magalhães – Memória

Absrtact: When Geraldo Magalhães was mayor during the years 1969 to 1970, state politics defined and consolidated an authoritarian and technocratic style as well as placing the costs of this modernization on the city's social structure. At that time, one of the first road complexes was built, designed primarily for passenger cars, along with the fill-in and construction of the Santa Rita parking lot, the widening of José Estelita Avenue and the Cinco Pontas overpass, intergrading the central area of Boa Viagem. The costs, however, of this intervention fell on the lower classes already settled in the area. Analyzing and reviewing this intervention, its costs and the resulting social conflicts and discovering the memory and narrations there present is the objective of this study.
Keywords: Complexes was Built – Geraldo Magalhães - Memory

No final da década de 1960 e durante a de 1970, as alterações na paisagem urbana na cidade do Recife passaram a ser ditadas pelos critérios do modo de fluir o tempo nas sociedades industriais e de consumo. As alterações e reformas urbanas passaram a orientar a cidade para os parâmetros de mobilidade territorial e de controle do tempo a partir do uso múltiplo e sistemático do automóvel particular por aqueles que poderia adquiri-lo. Nesse período, o processo de reordenamento urbano foi o mais incisivo até então ocorrido na cidade, redefinindo, como em outras metrópoles brasileiras à época, a funcionalidade, a paisagem e a natureza do território urbano do Recife através de sucessivas intervenções urbanas realizadas pelas esferas estatais. Sobre esse processo, Flávio Villaça definiu com exatidão a sua dimensão e conteúdo:

* Professor da Universidade Católica de Pernambuco e Doutor em História pela UFPE.

> *Foram os interesses de locomoção dessa classe que modelaram, a partir da década de 1970, uma parte dos territórios de nossas metrópoles, inclusive seus novos centros. A mobilidade territorial libertou as pessoas da prisão, do peso do espaço. Para as famílias que conseguiram aumentá-la, ampliou-se o raio de ação dentro do qual podiam fazer uso do comércio e dos serviços, de médicos, dentistas, clubes, restaurantes, escolas, etc. Inversamente, as lojas - e obviamente os shopping centers -, os hotéis, os consultórios, os restaurantes e também as academias de judô, os salões de beleza, as escolas maternais ou elementares, etc. aumentaram seu raio de ação em função da clientela motorizada. Essa classe, e o Estado por ela dominado, produziram então um espaço urbano em que elas podiam desfrutar ao máximo as opções que a liberdade espacial lhes oferecia. Isso ocorreu inclusive - em maior ou menor grau - com os centros principais de nossas metrópoles. Por isso, eles passaram, a partir dos anos 70, a assumir enormes dimensões e grande fragmentação; para isso precisaram de nova localização e de uma nova cidade, mais adaptada ao automóvel. Grandes estacionamentos, novas avenidas, vias expressas e rodovias. Elas permitiram que as classes de alta renda continuassem se deslocando para localizações mais afastadas. Entretanto (o controle do tempo de deslocamento é vital), apesar da maior mobilidade territorial, elas, à medida que se afastavam, procuravam minimizar o tempo de deslocamento ao centro, trazendo-o para sua direção. Isso ocorreu, porém, em uma parte clara e específica da cidade: a região geral onde se concentrava a alta renda. (Villaça, 1998: 280)*

O Recife, uma das metrópoles brasileiras, não ficou à margem desse processo de modelação do espaço urbano. Entre 1969 e 1970, na gestão do Prefeito Geraldo Magalhães, a Prefeitura da Cidade do Recife começava a implantar reformas urbanas para prover uma maior mobilidade territorial e minimização do tempo de deslocamento através do uso do automóvel.

A administração desse prefeito tinha início num quadro político regido pela vigência do Ato Institucional nº 5, a partir do qual passou a vigorar uma tutela quase plena do Estado sobre a sociedade, que no dizer de Denis Bernardes permitiu:

> *(...) o estrito controle sobre os movimentos sociais e os meios de comunicação, a inexistência de autonomia da representação política, a referência última à tutela militar como legitimadora do poder civil e, fato capital, a extrema centralização político-administrativa exercida pelo executivo federal. (BERNARDES, 1996: 77)*

Nesse contexto, a gestão de Geraldo Magalhães se pautou por uma atuação incisiva no espaço urbano e por uma concepção administrativa de caráter eminentemente gerencial, primando pela busca da eficácia e eficiência dada por critérios hipoteticamente racionalizadores, planificadores e técnico-administrativos, tomando como parâmetro o que à época era considerado de mais moderno e modernizador.

Essa concepção de administração pública já era anunciada no discurso de posse do prefeito, no qual podemos salientar três aspectos: primeiro, a Câmara Municipal, território no qual a sociedade deveria expressar seus interesses e discuti-los, deliberar e mediar as políticas públicas com a esfera do poder Executivo, passava a ser entendido como organismo de exame dos problemas da cidade e do encaminhamento de proposições de soluções dos mesmos para

o poder Executivo; segundo, a melhoria das condições e da eficiência administrativa do poder Executivo passa por soluções técnicas ou racionais de seus problemas, desconsiderando os aspectos políticos e sociais com que a administração pública tinha que se relacionar; terceiro, refere-se às esferas políticas com que a municipalidade irá se relacionar para discutir, deliberar e executar as políticas de Estado no Recife, e, nesse caso, a primeira instância é um órgão federal dotado de eficácia e eficiência racional, planificadora e técnico-administrativo, a Sudene. A segunda esfera é o poder político estadual, o esteio do regime autoritário pós-1964 e abalizador do governo municipal que iniciava sua gestão.

> *(...) No campo do desenvolvimento institucional, ter-se-á em vista uma reforma administrativa calcada na mais avançada técnica, com a avaliação dos níveis de eficiência da máquina administrativa, identificação das deficiências da estrutura, utilização de modernos métodos de pesquisa a apresentando conteúdo de atividade de administração não financeiras, como pessoal, material e patrimônio, de administração financeira, qual a tributação, o orçamento, a contabilidade, a tesouraria, a atividade de administração tais os serviços de competência exclusiva concorrentes, suplementares e concedidos.*
> *(...) Daí, meus senhores, no instante em que honrosamente externamos o nosso desejo de servir à frente dos destinos do Recife, temos o dever, a obrigação indeclinável de convocar a todos para a grande tarefa de fazer o Novo Recife, contando especialmente com a Sudene, órgão de planejamento presente, onde quer que haja um administrador do Nordeste, um sentido de equipes trabalhando pelo bem comum, e, ainda mais obrigatoriamente presente aqui, quando uma nova administração se instala na Prefeitura Municipal do Recife, pois o Recife é a própria casa da Sudene. Ao sermos distinguidos com a honrosa convocação do eminente governador Nilo Coelho, homem perfeitamente integrado nos mais puros e construtivos ideais da Revolução de 1964, que detêm em suas mãos a bandeira de vanguarda, de trabalho, de progresso, da própria sobrevivência do povo nordestino, como seres livres e independentes, não o fomos, repetimos distinguido como um elemento isolado, mas como integrante, que éramos e somos, da equipe de um governo que se volta para a construção e concretização do Novo Nordeste. (...)*[1]

A construção do primeiro complexo viário destinado preferencialmente ao automóvel de passeio (o aterro do Cais de Santa Rita, a construção do estacionamento no mesmo local, a construção do girador da Capunga, o alargamento da Av. José Estelita e a construção do viaduto das Cinco Pontas), integrando a área central da cidade do Recife ao bairro da Boa Viagem, entre 1969 e 1970, nos dão a dimensão do perfil desse tipo de administração e do autoritarismo exercido pelo prefeito Geraldo Magalhães.

[1] Trechos do discurso de posse do prefeito Geraldo Magalhães, na Câmara Municipal do Recife, em 1º de fevereiro de 1969, e transcrito no **Diário de Pernambuco**, de 02/02/1969, p. 2, 1º Caderno.

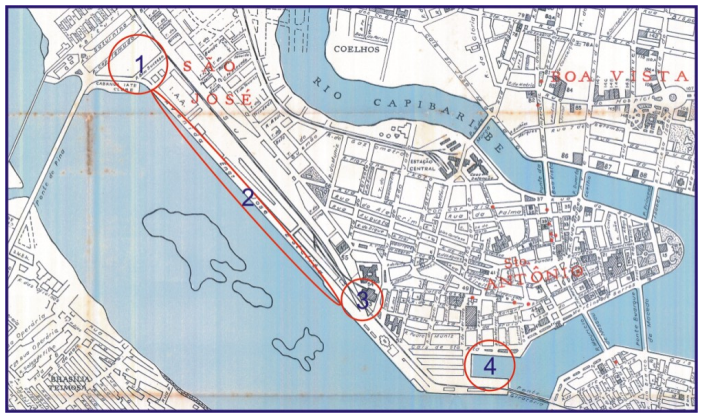

Fig. 1 – Mapa da área no Recife antes da construção do complexo viário das Cinco Pontas, com a identificação dos locais das principais obras (1. Girador da Capunga, 2. Alargamento da Av. José Estelita, 3. Viaduto das Cinco Pontas e 4. Aterro e eEstacionamento do Cais de Santa Rita).

Para o aterro e construção do estacionamento no Cais de Santa Rita, o prefeito teria que desapropriar, desocupar e demolir estabelecimentos comerciais na localidade, onde estavam instalados cerca de 150 a 300 estabelecimentos comerciais, trabalhando com a revenda de diversos produtos (ferragens, ferro-velho, roupas, frutas, verduras, legumes, cereais, estivas), serviços (bares, barbeiros, boates, consertos de aparelhos doméstico, confecção de roupas) e pequenas oficinas artesanais (funileiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros), constituindo-se em uma área mercantil destinada aos consumidores de renda baixa e absorvendo parcelas da população que não encontravam emprego no mercado formal de trabalho.

A proposta da Prefeitura do Recife para a saída dos proprietários foi a indenização e a sua alocação em espaços disponíveis em mercados públicos da cidade e na CARE (Central de Abastecimento do Recife, futura CEASA), localizada na periferia da cidade.

As propostas foram sumariamente descartadas pelos comerciantes ao alegarem que os aluguéis nos mercados públicos eram alto demais para os rendimentos de seus negócios, faltando ainda estrutura adequada e, no caso da CARE, onde estava sendo alocada a maior parte dos proprietários, apresentava dificuldades para o fluxo dos clientes preferenciais da maioria dos estabelecimentos do mercadinho do Cais de Santa Rita.[2]

A reação da Prefeitura foram ações de desocupação e demolição forçada dos estabelecimentos. A ação só foi interrompida em virtude de muitos proprietários terem recorrido à Justiça para obter mandatos de segurança para sustá-la. A Prefeitura do Recife

[2] Sobre esta discussão entre os estabelecimentos oferecidos pela Prefeitura do Recife e as vantagens e desvantagens para os locatários, consultar: **Diário de Pernambuco**, de 25/05/1969, p. 20, 1º Caderno.

reagiu, conseguindo derrubar boa parte dos mandatos de segurança e iniciou, no final de maio de 1969, através de uma portaria da Secretaria de Abastecimento e Concessões, a derrubada de mais de 76 estabelecimentos, ficando 20 autorizados funcionar no local, por terem conseguido mandato de segurança, e outros que tiveram a demolição interditada a tempo.[3]

Uma parte do desfecho produziria nos antigos proprietários sentimentos de frustração e angústia ante as incertezas por vir:

> *Apenas 20 estabelecimentos do Mercadinho de Santa Rita deverão ser preservado, de acordo com a Portaria 36, baixada ontem pelo secretário de Abastecimento e Concessões, recomendando o administrador evitar qualquer dano aos impetrados.*
> *Ontem à noite, quando alguns compartimentos já haviam sido derrubados, centenas de pequenos comerciantes andavam de um lado para outro ou simplesmente se postavam defronte de suas barracas. Havia um clima de expectativa generalizado, uma vez que ninguém sabia o que ia suceder.*
> *Em meio a isso a insatisfação era generalizada. O sr. José Teotônio Filho, do compartimento 349, declarou vendeu cinco bezerros de qualidade e uma vaca para poder adquirir o estabelecimento que serviu de arrimo para sua mulher e onze filhos durante muitos anos. "Esses homens são uns malvados: e agora como vou dar de comer aos meus filhos?, indagou em tom de angústia.*
> *O sr. Cícero Luís da Silva, que negocia com frutas, na barraca 204, disse que ordem era demolir a 203, uma vez que ele tinha também impetrado o mandado de segurança. "Assim – afirmou "derrubaram a minha por engano".*
> *Não obstante, não houve nenhum equivoco da Prefeitura, a respeito desse caso, porquanto a barraca que consta da relação dos compartimentos a ser preservado é de fato, a 203 e não a outra.*
> *O comerciante Sebastião da Paz, que mantinha ali um galpão para a venda de frutas e verduras, negociou durante dez anos. Após a demolição, os fiscais perguntaram se ele queria aproveitar algum material. E retrucou, perguntando: "que vou fazer agora com isso".*[4]

Fig. 2 - Demolição das barracas do mercado do Cais de Santa Rita.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 17/06/1969, p. 11, 1º Caderno.

Por algum tempo, o prefeito ainda teria que recorrer à Justiça para derrubar outros mandatos de segurança, tendo até entrado em atrito com um desembargador quanto às

[3] **Diário de Pernambuco**, de 30/05/1969, p. 3, 1º Caderno.
[4] **Diário de Pernambuco**, de 30/05/1969, p. 3, 1º Caderno. As demais informações foram recolhidas em diversas reportagens publicadas nesses periódicos nos meses de abril e maio.

demolições feitas no final de maio e nos dias seguintes, cerca de 161 estabelecimentos demolidos.[5] O Diário de Pernambuco, de 31 de maio de 1969, noticiava a reação do desembargador quanto às suspeitas de que as demolições tinham atingido barracas que estavam protegidas por mandatos de segurança:

> *A Prefeitura do Recife suspendeu ontem a demolição das barracas edificadas no mercado de Santa Rita, em virtude do ofício enviado pelo desembargador Feliciano Porto, que como relator do mandato de segurança por 20 comerciantes estabelecidos no mercado, contra a intenção de demolir suas barracas, recebeu os outros 106 comerciantes litisconsortes no mandato, passado eles a gozar da liminar anteriormente concedida.*
> *Como algumas das barracas já haviam sido demolidas, uma vez que a Prefeitura já tinha começado os trabalhos, será tomada, em favor dos proprietários, medida de reintegração de posse ou de vistoria, para determinar os prejuízos sofridos.*[6]

No dia 4 de junho de 1969, no mesmo jornal, o prefeito Geraldo Magalhães tentava contornar o atrito ao afirmar que enviara um ofício ao desembargador no qual afirmava não ter desrespeitado a medida liminar, mas que de qualquer formar *mandou suspender as demolições, que só continuarão, após o julgamento do mandado de segurança impetrado*.[7]

No dia 15 de julho, o Tribunal de Justiça do Estado dava ganho de causa à Prefeitura, negando provimento ao mandato de segurança do advogado dos comerciantes do mercado de Santa Rita. No entanto, durante o julgamento, o desembargador Feliciano Porto fizera questão de expor que as ações da Prefeitura do Recife haviam seguido um itinerário calcado no arbítrio, desrespeitando direitos adquiridos de terceiros, ignorando as competências e responsabilidades de outras instâncias de poder e implementando ações que violavam todo e qualquer aparato legal.

> *O desembargador Feliciano Porto, relator do feito, concedeu a segurança pedida, alegando que não houvera, por parte da Prefeitura, notificação judicial ou administrativa aos comerciantes, não constando dos autos nenhum documento além do farto noticiário da imprensa, que viesse comprovar a notificação dos comerciantes.*
> *Disse que a Prefeitura deveria ter agido através da Justiça, uma vez que a ninguém é lícito fazer justiça com as próprias mãos, não escapando desse princípio as entidades de direito público, ao contrário, sendo de se lhes atribuir mais rigorosa obediência àquele princípio.*
> *Afirmou o relator que "dizer de plano, que direito algum assiste aos impetrantes equivale a erigir o arbítrio como norma regular de procedimento". A Prefeitura tinha a obrigação de recorrer aos meios legais adequados, cabendo à Justiça a última palavra, porque é por meio do poder judiciário que o Estado realiza a sua decisão de assegurar, na sociedade, o império da Justiça isto é, a manutenção da ordem pública e privada. "Tenho como líquido e certo este direito que assiste aos*

[5] **Diário de Pernambuco**, de 04/06/1969, p. 3, 1º Caderno.
[6] **Diário de Pernambuco**, de 31/05/1969, p. 3, 1º Caderno.
[7] **Diário de Pernambuco**, de 04/06/1969, p. 3, 1º Caderno.

> *impetrantes flagrantemente violados com a ação direta da autoridade impetrada, deixando inteiramente à margem a medida judicial aludida."*[8]

Na prática, o desembargador explicitava a natureza do autoritarismo instalado no poder público, principalmente após a decretação do AI-5, do qual a administração de Geraldo Magalhães era um dos frutos de extração local. O seu autoritarismo e o seu exercício emergiam fundados na convicção de que não era possível manter uma conciliação entre as suas convicções, procedimentos e metas, justificados pela estrutura legal e/ou o estado de legalidade outorgado após 1964, e a estrutura política e estatal sancionada tanto pela sociedade como pelos que dela receberam delegação de poderes, violando, dessa forma, a delegação recebida pelas esferas de poder (Poder Judiciário) que tinham o mérito reconhecido para a sua administração.

Mesmo tendo o desembargador desvelado o autoritarismo da gestão Geraldo Magalhães e ressaltado serem sofismáveis as bases que o sustentavam, o alcaide do Recife recolhe como vitória o referendo da decisão judicial favorável aos seus atos. A vitória foi convertida numa imediata ação contra os estabelecimentos restantes no mercado de Santa Rita, logo demolidos para que o local desse lugar ao estacionamento projetado, destinado aos automóveis particulares que trafegassem da parte sul da cidade para o centro do Recife, utilizando o futuro viaduto das Cinco Pontas.

Tratava-se de uma estratégia de intervenção de não só expurgar as marcas de uma convivência como também de purgar a localidade dos vestígios, indícios e até das ruínas de uma história e histórias ali passadas.

Os desdobramentos dos fatos decorridos para construção do estacionamento do Cais de Santa Rita explicitavam de forma nítida as prioridades da gestão de Geraldo Magalhães: projetos, ações e interferência urbana destinada a erguer equipamentos urbanos para os habitantes da cidade que podiam se apresentar como consumidores privilegiados, independente da repercussão social e econômica que tivesse sobre as classes menos abastadas.

A partir desse projeto e outros, o prefeito Geraldo Magalhães entendia inaugurar uma administração modernizadora da Prefeitura da Cidade do Recife, atuando como um gerente em busca de empreendimentos lucrativos para a cidade e implantando equipamentos urbanos sintonizados com as demandas da sociedade de consumo. Essa imagem era perpassada ao público através de uma campanha publicitária que ocupava espaços significativos nos meios de comunicação da imprensa escrita e nas emissoras de TV locais.

---

[8] **Diário de Pernambuco**, de 17/06/1969, p. 11, 1º Caderno.

A publicidade reforçava sempre a figura do prefeito como um gerente e administrador imbuído de um conjunto de aptidões, estratégias, normas e funções cujo objetivo era planejar, alocar, coordenar, disciplinar e dirigir as condições e os elementos de produção e submeter às condições de sua produtividade a um controle de qualidade, para a obtenção de resultados eficazes. Essa ênfase podia ser observada nas peças publicitárias que procuravam ora conotar a administração pública como gerenciamento de uma estrutura produtora que segue à risca um cronograma traçado para linha de produção, ora enfatizar os produtos oriundos do exercício da coordenação, do disciplinamento e da direção executado pelo administrador-gerente da cidade.

A sua concepção de modernidade e modernização só englobava uma concepção técnica e despolitizada da vida em sociedade, voltando-se para uma racionalidade planificadora que deveria orientar, deliberar e executar ações no interior da sociedade e de seus espaços, a partir de critérios técnicos e administrativos, para buscar a eficácia e eficiência que delegassem um desenvolvimento produtivo para a mesma, expurgando assim todas as veleidades, estigmas e confrontos sociais que criavam obstáculos às supostas grandes realizações e perspectivas de progresso do homem. No caso desse prefeito, era a realização de grandes obras viárias e a implantação de grandes equipamentos urbanos, todas sintonizadas com os mais recentes critérios de modernização para os grandes centros urbanos.

Fig. 3 - Peças publicitárias da gestão do prefeito Geraldo Magalhães
Fonte: Da esquerda para a direita, primeira figura: **Diário de Pernambuco**, de 28/09/1969, p. 3, 3º Caderno; segunda figura: **Diário de Pernambuco**, de 01/02/1970, p. 15, 1º Caderno.

A monumentalidade era, também, um dos critérios e ela se expressou na construção do primeiro viaduto que o Recife veio a ter, o Viaduto das Cinco Pontas, inaugurado em 24 de outubro de 1970. Ainda hoje, quem transita pelo viaduto ou quem se

detém a observar a planta baixa ou uma fotografia de uma vista de cima do viaduto é capaz de questionar se ele foi construído com a finalidade de solucionar problemas de estrangulamento do tráfego entre a Av. José Estelita, que liga a Ilha de Santo Antônio ao Pina, e outras vias que dão acesso à Ilha do Recife e a Boa Vista, ou era muito mais um monumento. Pois o viaduto mais se assemelha à décima letra do alfabeto grego, a *lambda*, em sua forma minúscula e numa posição invertida (□). Isso significa que um dos sentidos da pista se inicia num grau de 45º para findar numa curva de 90º, em extensão de cerca 500 metros, com uma outra pista em curva acentuada ligando-se ao vão central do viaduto no início desta curva.

Em outras palavras, isso significava que qualquer motorista que desenvolvesse uma velocidade superior a 50km e desvie a atenção por alguns segundos corria o perigo de colidir com outro veículo, além de ter de fazer um esforço acima do normal para controlar o carro. Esse perfil da obra levanta a suspeita de que serviu, também, como um monumento para marcar a administração de Geraldo Magalhães, como nos faz supor este trecho de apresentação da obra aos habitantes da cidade: *A leveza de suas linhas encobre a estrutura potente, característica das obras projetadas com vistas ao futuro.*[9]

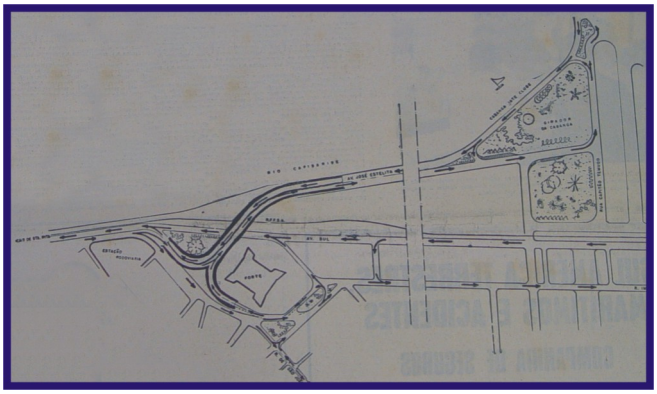

Fig. 4 - Planta baixa do viaduto das Cinco Pontas e do Girador da Capunga de uma peça publicitária da gestão do prefeito Geraldo Magalhães
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 23/10/1970, p. 10, 1º Caderno.

[9] **Diário de Pernambuco**, 25/10/1970, p. 16, 1º Caderno. Ainda sobre a obra, existem outras informações nas edições do Diário de Pernambuco dos dias 06 e 23/10/1970.

Viaduto das Cinco Pontas

Convite

A Equipe Geraldo Magalhães convida a população recifense para a inauguração, hoje, às 17 horas, do Viaduto das Cinco Pontas. Destinada a solucionar o problema de estrangulamento do trânsito numa área de maior trânsito de veículos do Recife, a obra liga o centro da Cidade com a Av. José Estelita, que conduz a Boa Viagem, contando com 4 faixas de rolamento, duas em cada sentido. O Viaduto das Cinco Pontas elimina, ainda, um perigoso cruzamento ferroviário, constituindo-se numa das principais realizações da atual Administração Municipal

Fig. 5 – Peça publicitária da inauguração do viaduto das Cinco Pontas.
Fonte: **Diário de Pernambuco**, de 24/10/1970, p. 10, 1º Caderno.

Modos de vida, memórias e histórias foram desarticulados para dar lugar a um dos primeiros eixos viários destinados a fluxo em tempo hábil do veículo particular. Contudo, passados mais de trinta anos, o estacionamento do Cais de Santa Rita é hoje ocupado por uma armazém, o girador da Capunga é de uso restrito, a Av. José Estelita é uma das menos usadas do Recife, e, por fim, na atualidade, intervenções urbanas programadas prevêem demolição do Viaduto das Cinco Pontas.

Talvez esteja ocorrendo uma desforra da história.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v. III)

BENJAMIN, Walter.**Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v. I)

BERNARDES, Denis. **Recife**: o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

Fontes Primárias de Consulta

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Diários Associados, jan. 1969 a dez. 1970. (Arquivo Público Jordão Emerenciano)

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Internet e a memória dos matemáticos no Brasil.

Diogo Franco Rios*

Resumo: A memória, mantida viva nas instituições e grupos a partir de práticas de memória: celebrações, ritos, mitos, monumentos, é um tema já bem desenvolvido na historiografia, que discute questões fundamentais, como a produção de lugares de memória pela sociedade contemporânea. O advento das novas tecnologias de comunicação e informação, especificamente da internet, propicia à sociedade e aos grupos uma alternativa para o trabalho de memória.
Este trabalho apresenta uma discussão sobre o papel da internet para a constituição e preservação da memória dos matemáticos e da matemática no país.
Palavras-chave: Memória – Internet – Matemática/Brasil.

Abstract: The memory has kept living in institution and groups starting from practices of memory: celebrations, rites, myths, monuments is a theme has already been developed quite in historiography that discuss fundamental questions like the production of memory places by contemporary society. The advent of new communication and information technologies, specially internet, provide to society and groups an alternative for the work of memory.
This work presents discuss about the role of internet for the constitution and preservation memory of the mathematician and mathematic in the country.

Keywords: Memory – Internet – Mathematic/Brazil

A discussão da relação entre história e memória tem ocupado exaustivamente a historiografia contemporânea, produzindo um vasto material a respeito. Inicialmente, Bergson analisa a memória individual como um fenômeno privativo e interno, abordagem fortemente atacada pelo sociólogo Maurice Halbwachs que, distinguindo a memória individual da memória coletiva, considera ambas como fenômenos construídos socialmente, submetidos a flutuações, transformações e mudanças em função das relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos sociais.

Aprofundando e estendendo o debate, Nora discute a supremacia da história sobre a memória nas sociedades contemporâneas, tratando ainda da produção e manutenção dos "lugares de memória", da necessidade individual e grupal de se fazer percebido, de registrar

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB.

de alguma maneira sua presença no mundo e na história, de se fazer lembrar pelas próximas gerações.

> *[...] a passagem da memória para história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. [...] Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. (NORA,1993: 17)*

Todavia, destacando as influências metodológicas da sociologia de Durkheim na abordagem de Halbwachs, que enfatiza a duração, a continuidade, a estabilidade e as funções positivas da memória na vida social, Pollak se contrapõe ao focar os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias coletivas, que lhes atribuem duração e estabilidade. Para ele, uma versão oficializada do passado coletivo não representa a recuperação do passado para todos os integrantes do grupo social, mas apenas para aqueles que conseguiram exercer a hegemonia nas relações de poder com os outros, uma vez que detendo o controle das práticas e dos lugares de memória privilegiam uma versão como oficial em detrimento de outras versões que, por não disporem dos mesmos espaços, exercem sua resistência representando-se por meios alternativos ou a partir do seu "silêncio".

Assim, o consenso das memórias particulares, para que constituam uma memória coletiva cristalizada, é gerado a partir de disputas entre as memórias concorrentes, num jogo de negociações que tenta, com a menor perda possível de identificação de seus membros, conciliar memória coletiva e memórias individuais, elegendo aquelas que melhor se ajustam à identidade coletiva que se quer construir. "Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos." (POLLAK, 1992: 204)

Essas proposições de Pollak estão em geral de acordo com certos representantes da "nova" história cultural, como Ginzburg e Thompson, que de formas diferentes propõem um compromisso ético e político para o historiador, de ouvir a voz dos homens e mulheres que não integraram os grupos sociais dominantes ou hegemônicos, buscando entender seus pontos de vista e suas versões do vivido, em suma, construindo com eles uma história "vista de baixo".

Mais recentemente, tem ganhado espaços também a discussão sobre a internet como um novo e privilegiado lugar de memória, por propiciar que informações específicas de uma instituição, marcos de sua trajetória, depoimentos de seus membros, fotos de seus

personagens ilustres, enfim, vestígios de sua memória institucional, encontrem-se agora disponíveis também numa outra medida de acessibilidade, sem um referencial geográfico definido e a partir de outros meios que não somente o presencial. Assim como, as memórias dos membros desses grupos, proeminentes ou não, que encontraram aí, seja através dos sites oficiais, ou em sites particulares, espaço para defender suas versões desse passado coletivo, do qual fizeram parte.

Há um aumento significativo de instituições e grupos que se submetem a um processo de virtualização, numa tentativa de inserir-se numa espécie de *rede* de comunicação global, metáfora que remete ao conceito de ator-rede, o qual Latour, entende não só como a idéia de um vínculo estabelecido entre os participantes e das alianças que se formam, mas especialmente o que estes vínculos produzem e que efeitos decorrem de tais alianças.

> *"A sociedade da informação ou sociedade em rede é a sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação, a partir do desenvolvimento de tecnologias microeletrônicas que resultaram no aperfeiçoamento de sistemas computacionais que, por sua vez, estruturaram redes que conectam o mundo, com destaque para a Internet." (CORRÊA, 2006:4)*

De modo que, as diversas instituições e grupos criam sites e domínios na internet com o intuito de inserir-se nessa *rede*, onde os membros de quaisquer pontos, por mais afastados geograficamente que estejam, podem interagir.

Conseqüentemente, seus lugares de memória também se virtualizaram, podendo ser acessados virtualmente pelos membros do grupo, diretamente preocupados em tê-los disponíveis, por servirem como elemento fortalecedor de seus laços e identidade, como também por qualquer outro grupo ou indivíduo que de alguma maneira possa se interessar por seu conteúdo.

Ou seja, os lugares de memória no ciberespaço tornam-se, assim como seus representantes reais, o espaço da celebração, onde o culto à memória, é uma maneira bastante eficiente de atualizar o passado, a identidade dos grupos e os valores vividos que se deseja transmitir para as gerações seguintes que se agregam ao grupo em questão. A corporação dos matemáticos brasileiros encontra, então, nesse lugar/não-lugar exatamente a possibilidade de projetar suas lembranças e valores mais caros para o futuro, e de se fazer notar numa nova dimensão de registro, pelo hipertexto.

Ademais, com as tecnologias de comunicação e informação, destacando a internet, novas questões são colocadas quanto à disponibilização dos lugares de memória e da própria memória material. A memória que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no

objeto, tende a manter-se ligada a tais elementos, que agora se encontram digitalizados, armazenados em sites e distribuídos na internet.

> *O acesso à memória da máquina é feito de maneira aleatória, independe de seqüência e de ordem para acessá-la. A informação contida é fragmentada não enquanto programa, mas pelas infinitas combinações que o ordenamento lógico, elementar, do programa permite. A lembrança do computador é aleatória, qualquer dado serve a qualquer momento, sem se importar com a ordem ou a seqüência. Aliás, se alguma seqüência pode ser feita, ela é dada pelo sujeito, e não mais pelos objetos. O que significa um ordenamento subjetivo e relativo, e não mais absoluto. A memória da informática se prefigura como peças de quebra-cabeças, com a diferença de que os quebra-cabeças tradicionais só podem constituir uma imagem. A lembrança da informática são peças de quebra-cabeças que permitem, simultaneamente, a criação de múltiplas imagens. Não possuindo suporte, e sendo capaz de conter todas/nenhuma mensagem, os dados tornam-se flexíveis e adaptáveis a qualquer outro suporte ou mensagem. (RIBEIRO, 2001:183)*

O hipertexto, esse híbrido, que articula em sua composição, sons, imagens, palavras, todos, como afirmado acima, sujeitos à subjetividade do leitor, diferentemente de um texto impresso, linear e submetido a uma única seqüência lógica, é editado e (re)feito a cada acesso, podendo-se afirmar que não existe mais um texto, um roteiro, uma memória,... Apenas texto, roteiro e memória, tão fragmentados e em processo de (re)elaboração que já não se parecem com os estáveis textos imutáveis e presos ao papel. "O texto é posto em movimento, envolvido em um fluxo, vetorizado, metamórfico. [...] o texto torna-se análogo ao universo de processos ao qual se mistura." (LÉVY, 1996: 48)

A hipertextualização mistura num só processo, funções da leitura e da escrita, na medida em que o sujeito participa da redação ou pelo menos da edição do texto que "lê", já que determina sua organização final.

A seletividade da memória, outro ponto bastante discutido no âmbito mais geral da historiografia, também precisa ser pensada ao considerarmos o ciberespaço como lugar de oficialização de memórias.

> *A nossa contemporaneidade oferece uma outra possibilidade de memória coletiva, qual seja, a memória informacional. Diferentemente das memórias coletivas e individuais, esta apresenta-se como neutra e oferece a capacidade de armazenamento e de memória ilimitadas. [...] A memória informacional oferece um modelo extremamente homogeneizador, aparentemente satisfatório e competente; daí a importância das chamadas memórias subterrâneas na nossa contemporaneidade e dos defensores dos códigos livres na rede com seus trabalhos de subversão e de resistência a uma perspectiva política que aposta numa sociedade "globalizadora", que justifica a "evolução", o "progresso" a qualquer custo e tenta impor uma idéia apaziguadora, neutra e objetiva de ciência e tecnologia." (RIBEIRO, 2001: 40-41)*

De maneira que, a memória virtualizada não deve ser entendida como neutra, ou que não possua intencionalidade por quem a produziu. Não deixa de ser uma representação pela qual o grupo se quer fazer reconhecer, um conjunto de signos através do qual a

corporação se dá a ler. Podendo, num certo sentido, ser entendida como uma espécie de documento e, como tal, transporta uma gama de interesses subentendidos.

O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio, e o que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. Trata-se de um esforço das sociedades em construir certa imagem de si.

Portanto, se deve olhar para essas representações da memória coletiva dos grupos expostas na internet, em seus hipertextos, sem esquecer que não se encontra aí espaço para a manifestação das vozes dos personagens anônimos, que numa perspectiva escrita de manifestação da memória grupal já teriam sérias dificuldades em ser "ouvidas", muito mais ainda quando se disponibiliza apenas uma espécie de versão final, passada a limpo, já caladas e resolvidas as questões sobre quais versões devem ser aceitas.

Referências:

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In M. Dênis de (Org.), **Por uma Outra Comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 287.

CORRÊA, Cyntia H. W. A socialidade no ciberespaço a partir da lógica da identificação. **Razon e palabra.** México, v. 2, n. 49, ano 11, p. 1-10, 2006. Disponível: http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n49/bienal/Mesa%209/CORREACyntia.pdf.

GODOY, Karla Estelita. Ciberespaço e memória. In: COSTA, Icléia Thiessen Magalhães e ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (orgs). **Memória, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento" In: ROMANO, Ruggiero (Direção). **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997, pp. 95-123.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história. História & cultura.** São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. p. 17.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992;

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. **Cultura histórica e as novas tecnologias da informação.** São Paulo, 2001. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, 2001.

RIBEIRO, Raimundo D. do Prado; MURGUIA Eduardo I. Memória, história e novas tecnologias. **Impulso.** Piracicaba, v.12, n.28. p. 179-187, 2001. Disponível: http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp28art15.pdf - acesso em 01/03/2007

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Recife no Tempo da Boa Vizinhança: Tradição e Modernidade

Marcos Alexandre Arraes *

RESUMO: Recife é uma cidade reconhecida por lutar por suas tradições. No século XX esse emblema ganha força, como nos anos 20 com Gilberto Freyre ou nos anos 40 com Mario Melo. Cada um desses momentos tem a sua singularidade. Destacamos, aqui, o momento vivido nos anos quarenta. Eram tempos de Guerra e a cidade começava a sofrer mudanças em seus hábitos com a presença de militares estadunidenses em seu cotidiano e com a Política da Boa Vizinhança. Com isso, muitos recifenses irão entrar em conflito com os ares modernos e buscarão defender a "pernambucanidade" recorrendo à tradição. Considerando estes fatos, este trabalho busca estudar este período e as mudanças que se processavam no Recife com a presença cultural estadunidense, a partir do debate dos tradicionalistas, focando, especialmente, os artigos de Mario Melo.
Palavras Chave: Cidades – Modernidade – Política da Boa Vizinhança

ABSTRACT: Recife is recognized as a city that fights for its traditions. In 20th century this emblem gains force, such as in the twenties with Gilberto Freyre or in the forties with Mario Melo. We focus here at the moment lived in the forties. These were War times and the city began to suffer changes in its habits by the presence from United States military in its every day life and by the Good Neighbor Policy. In this direction, many people in Recife will be in conflict with the modern airs and will try to defend your cultural traditions. That said, this article intends to study the changes that were processed in Recife's daily by the cultural presence of the United States thru the debate of the traditionalists, focusing at Mario Melo's articles.
Keywords: Cities – Modernity – Good Neighbor Policy

O Recife é uma cidade que sempre lutou por suas tradições. Esse é um aspecto presente em sua história. Segundo Antônio Paulo Rezende,

> *O Recife é uma dessas cidades de forte tensão entre o moderno e o tradicional. A sua história está atravessada por momentos de deslumbramentos e fantasias sobre o seu futuro possivelmente moderno, pelo medo de vê-la distante das tradições e o desejo de reafirmar o seu passado profundamente idealizado.(REZENDE, 1997:25).*

Em 1920 a capital pernambucana ainda era uma cidade de hábitos e costumes provincianos, mas que já passava a conviver com os ares da modernidade européia. Verifica-

* Mestrando em História – UFSC.

se, assim, nesse período, uma mudança das sociabilidades e encontros promovidos pelas peças teatrais, que, por vezes, começavam na aurora da noite e invadiam a madrugada, para o cinema e suas curtas horas. Também os espaços, dantes percorridos em bondes a cavalo, quando, segundo Mario Sette, o que importava era o percurso, admirando a paisagem, e não o seu término, passaram a ser vencidos pelos bondes elétricos e o ritmo frenético dos automóveis.

Diante dessas mudanças, as reações foram múltiplas.

> *A preocupação com o moderno e o tradicional não estava apenas restrita às novas máquinas que circulam pela cidade e as diversões importadas que aumentam seus números de simpatizantes. A forte presença do passado se contrapõe ao considerado moderno. Alguns intelectuais resistem a certas inovações.(Idem, 91).*

Foi em nome desse passado que muitos intelectuais se contrapuseram publicamente a essas inovações e ao ritmo acelerado das mudanças. Mario Sette (1886-1950) foi um desses nomes. Escritor saudosista, Sette mostrou, ao longo de sua vasta obra, a sua lamentação para com o progresso, que, em sua opinião, desfigurava a memória da cidade.

Foi Gilberto Freyre, no entanto, que, após retornar ao Recife de uma viagem de cinco anos pelos Estados Unidos e Europa, tornou-se a figura de destaque na defesa das tradições pernambucanas. Figura paradoxal, declarava-se um modernista ao seu estilo tradicionalista. Diferentemente de Sette e outros escritores saudosistas, Freyre não atacava a modernidade em todos os seus aspectos. Em sua obra se faz presente uma defesa do regionalismo enquanto preservação do passado na busca de uma identidade nacional. Para ele, o culto da tradição não era incompatível com o progresso.

> *E um ponto peculiar e diferenciador [em Freyre] era o passado histórico, a memória das tradições. O modernismo regionalista tornava a preservação desse passado como uma salvação da identidade nacional. Era também uma forma de evitar a marginalização, de não se sentir fora das trilhas da história, de não se ofuscar com as luzes do progresso. Admitir o império do progresso até seria possível, desde que conciliado com os emblemas da tradição.(Idem, 158).*

Seguindo caminhos opostos, outros intelectuais, em consonância com os paulistas de 1922, louvavam e defendiam a modernidade em todos os seus aspectos, buscando alinhar o Recife aos eixos das grandes capitais mundiais. Entre estes, destacou-se Joaquim Inojosa. Escritor e jornalista nascido em 1901, marcou presença em diversos periódicos, sempre defendendo avidamente as modernizações e atacando o que chamava de "passadismo intransigente". Há, neste escritor, um freqüente elogio ao novo, ao tempo que corre veloz, ao ritmo agitado do progresso. Segundo ele, "o sol nasce todos os dias no mesmo horizonte, mas

não ilumina as mesmas cabeças. Andar com os velhos é envelhecer com eles'".(Apud REZENDE, 1997:172).

Em suma, o Recife dos anos 20 vivia as dúvidas e incertezas mais gerais da Nação. Que caminhos seguir diante da perplexidade das novas conjunturas? O que representava sua tradição e seu passado diante de um país em busca de afirmação e diante das capitais do sudeste que se desenvolviam em ritmo acelerado, parecendo esquecer o que foram poucas décadas atrás? Diante disso, como já dissemos, foram múltiplas as respostas, tendo, em Gilberto Freyre e em Joaquim Inojosa, lados diametralmente opostos, mas que, no entanto, possuíam algumas intercessões.

> *Dois intelectuais que participaram de discussões de uma época polêmica, cercada de buscas, de ideários salvacionistas para o Brasil, de tensões claras entre as representações do moderno e do antigo, de descobertas e perplexidades sobre qual o caminho mais correto da modernidade Brasileira.(REZENDE, 1997:188).*

Duas décadas depois, o cenário mudou e, com ele, os espaços do moderno. A capital pernambucana sentia em seu cotidiano a instabilidade que o mundo vivia.

A guerra na Europa e a ameaça de expansão do nazi-fascismo na América Latina mexeram com os interesses estadunidenses e sua Política da Boa Vizinhança. Buscando manter sob controle político e ideológico as nações vizinhas, os EUA criam, em agosto de 1940, o Escritório do Coordenador para Assuntos Interamericanos.[1]

Esse Escritório foi transformado no órgão chefe da estruturação e efetivação da política externa estadunidense para as Américas, contribuindo diretamente também para a divulgação do *American Way of Life* nesses países.

O Brasil, país de interesse estratégico para os EUA, não só por sua posição de destaque na América do Sul, como também por sua posição geográfica[2], era, nesse momento, governado por Getúlio Vargas, que mantinha uma política externa ambígua, direcionada hora a negociações com os EUA, hora a um relacionamento próximo às potências do Eixo.

Foi nesse contexto que o Escritório Interamericano começou seu trabalho de disseminação de aspectos da cultura estadunidense no Brasil. Já vimos que as fantasias e fetiches modernos, em grande parte originários dos "Bons Vizinhos do Norte", já começavam a adentrar no país e também no Recife. No entanto, o caráter dessa modernidade ainda era muito incipiente e ingênuo. Com o início da difusão de seus valores culturais através do cinema, música, rádio, propagandas em revistas de grande circulação e outros meios, a

[1] Para maiores informações, consultar a obra de Antônio Pedro Tota constante nas referências bibliográficas.
[2] Planejando sua entrada na guerra européia, os EUA acreditavam que o Nordeste brasileiro seria local de posição estratégica que serviria como base de abastecimento para as futuras frentes de combate na África. Depois perceberam a inviabilidade desse projeto devido às longas distâncias.

modernidade estadunidense fez-se sentir nos padrões de comportamento, pensamento artístico e científico e nas relações entre as pessoas por todas as grandes cidades brasileiras, incluindo a capital pernambucana.

O fascínio pelo cinema já era notório no Recife dos anos quarenta. A beleza das atrizes estadunidenses, os trajes e a música dos filmes *yankee* eram assunto dos maiores jornais pernambucanos e de periódicos especializados, que começavam a circular naqueles anos.

Com o começo da guerra na Europa, o ar recifense provinciano passou a dar lugar à ansiedade e agitação dos grandes centros urbanos daquela época. Curiosos pelos rumos do conflito, os recifenses sintonizavam seus rádios na rede *BBC* londrina, recém chegada ali.

Com as ocasiões dos afundamentos de navios brasileiros e a entrada do país na guerra ao lado dos Aliados, uma "pequena guerra" instaurava-se no Recife. Os alemães e italianos erradicados ali passaram a ser alvos de agressões, sendo identificados à figura do quinta-coluna, nome dado àquelas pessoas que agiam "nos bastidores e que vivia[m] supostamente a enviar mensagens codificadas, revelando nossos segredos e debilidades para agentes do Eixo Berlim-Roma."(PARAÍSO, 1995:67). Pessoas que não demonstrassem repúdio às atuações do Eixo na guerra passaram a ser mal quistas no convívio social.

Além disso, devido ao acordo de cooperação dos governos brasileiro e estadunidense, foram instalados em Pernambuco e outros estados vizinhos quartéis e bases aéreas aliadas sob comando dos EUA. Recife passou, então, a ter, em seu círculo social, a presença dos soldados norte-americanos. Festas eram organizadas para esses soldados, sendo proibida a participação de recifenses do sexo masculino. Também algumas lojas passavam a preferir o dólar à moeda nacional. O Inglês suplantava o francês e o Latim nas escolas e no dia-dia, passando a ser a segunda língua dos pernambucanos. Aos poucos, a cidade começou a experimentar novos hábitos e estilos de vida, tornando-se alvo do que ficaria conhecido como o *american way of life*.

> *Na verdade, em todas as cidades atingidas pelo ritmo veloz da modernidade, as mudanças ocorreram diante da perplexidade e resistência de muitos. Nem todos se sentiram seduzidos pelas invenções modernas, pela renovação dos hábitos, por uma concepção de tempo que exigira mais pressa, pela ruptura com práticas de convivência social enraizadas.(REZENDE, 1997:57).*

E assim também foram os anos quarenta em Recife. A velocidade das mudanças que apontamos acima causou espanto em alguns autores, que passaram, então, a repudiar o que chamavam de "estrangeirismos", que, em sua opinião, descaracterizavam os costumes e tradições pernambucanos.

Os jornais da cidade foram palcos de intensos debates. O jornalista e poeta Mário Melo (1884-1959) foi figura de destaque, fazendo uso de sua coluna *Crônicas da Cidade*, no Jornal do Commércio, para atacar com veemência tudo o que ia contra os costumes e morais tradicionais. Em seu livro *Cadê Mario Melo*, o médico e memorialista pernambucano Rostand Paraíso transcreve uma crônica de Valdemar de Oliveira a respeito do Jornalista:

> *Onde houvesse um gesto patriótico a enaltecer, uma relíquia a preservar, um agravo a repelir, o que quer que fosse relacionado ao passado, ao presente ou ao futuro de Pernambuco, aí estava Mario Melo, pronto na defesa, pertinaz na resistência, ágil no ataque. Nos intervalos das refregas, não descansava: para recordar uma imagem de Agamenon Magalhães, espanava o pó da História que, pelo esquecimento dos contemporâneos, poderia depositar-se, para sempre, sobre nossas tradições mais puras. Dir-se-ia servidor dedicado de velho tempo, a cuidar de que não faltassem óleo a lamparina e flores aos jarros, no emprenho de manter sempre acesos e floridos os altares de sua devoção.(Apud: PARAÍSO, 1997:24).*

Intransigente na defesa de seus princípios e idéias, Melo freqüentemente entrava em conflito com outros intelectuais, mas sem perder o bom humor e o respeito pelos adversários, o que nem sempre era seguido por estes. Aníbal Fernandes, antigo companheiro de redação no Diário de Pernambuco, foi seu maior antagonista. Apesar de também ter sido defensor de certas tradições, Fernandes admitia o diálogo com o novo e, principalmente, com o que vinha de fora, acusando o ex-colega de ser um "saudosista intransigente", possuidor de "caturrices".

Em um Recife aberto aos fascínios do *American Way of Life* e que convivia diariamente com a presença de soldados estadunidenses, diversos foram os motivos para as críticas de Mário Melo. Como começassem a surgir os anglicismos nos jornais e vocabulário corrente do recifense, lá estava o poeta a demonstrar seu repúdio e defender o idioma nacional.

> *Nos tempos da II Grande Guerra, meados de 1942, quando era evidente a absorção, pelo recifense, de um sem número de palavras estrangeiras, Mário Melo não se calava, defendendo sempre a pureza de nossa língua. Numa época em que nossos jornais estavam cheios, nos noticiários da guerra e, também, nas colunas sociais de 'raid', 'blitzkrieg', 'cock-tail', 'front', 'jitter-bug', 'booggie-woogie', 'teen-ager', 'up-to-date', 'garden-party', 'copy desk', 'milkshake', 'drink' e tantos outros estrangeirismos, quando, com a invasão do Recife pelos soldados americanos, aqui se falava, em alguns lugares, mais o inglês do que o português, lá estava ele, incansável e obstinado como sempre, a esbravejar, a reclamar e espernear, sugerindo nomes nossos para substituir os que nos chegavam de fora.(PARAÍSO, 1997:137).*

Em uma dessas sugestões, como ainda nos relata Rostand Paraíso, Melo propôs a substituição do uso de *black-out*, em uso para referir-se à necessidade de se apagarem as luzes de toda a cidade quando de um ataque aéreo inimigo (medo freqüente àqueles tempos), por "apagamento de luzes" ou, simplesmente "escuridão".

A essas sugestões, Aníbal Fernandes respondia com ironia, rechaçando a opinião do companheiro de ofício. Para Fernandes, os estrangeirismos seriam incorporados ao vocabulário nacional sem prejuízos a este, ao contrário, contribuindo para enriquecê-lo.

Outro aspecto cultural estadunidense que se tornava cada vez mais popular eram as músicas, como o *Jazz* e o *Fox Trot*, com seu ritmo acelerado, bem ao gosto da modernidade, e que se tornara "febre" nas festas da época. Durante os bailes de carnaval, os clubes passaram a adotar esses ritmos importados em substituição aos pernambucanos, tão tradicionais nessas festas. O velho poeta, amante que era desses bailes, revoltava-se. Em uma de suas *Crônicas da Cidade*, Mário Melo atacou mais essa "invasão cultural".

> *(...)*
> *Ultimamente aparecem censuras aos clubes elegantes do Recife, pela admissão, em seu seio, das músicas pernambucanas.*
> *Parece incrível, mas é verdade.*
> *É o desprezo do que é nosso, à louça de casa, para aparentar refinamento, desvalorizando a mercadoria nacional, pelo pexisbeque do rótulo estrangeiro.*
> *O tango, a rumba, o fox-trot, sim. Que importam suas origens, se entraram aqui de procedência estrangeira?*
> *Não há mal nenhum que as senhoras respeitáveis, ou as meninas elegantes dancem aquilo que dançam as negras argentinas, ou as negras cubanas, ou as negras estadunidenses. Mas dançar o que dançam as negras brasileiras é alvitramento.*
> *Assim pensam, assim refletem.*
> *E depois arrotam nacionalismo. Andam de máscara o ano inteiro e só a tiram nos três dias de carnaval, qual todo mundo tem o direito de pô-las.*
> *No Rio de Janeiro, a noite de Ano Bom é a da apresentação das músicas do carnaval entrante. Em Pernambuco, se um clube familiar procura alegria com as músicas regionais, é passível de censura do grã-finismo. Só tem valor o que é estrangeiro.*
> *Quando chegará o dia de nos orgulharmos de sermos brasileiros, valorizando o que é nosso? (JC: 11/01/1941)*

Ainda a respeito do carnaval, eram freqüentes, durante o período da guerra, os debates sobre a realização ou não dessa festividade. Muitos acreditavam que se deveriam suspender as festas de rua no mês de fevereiro, em respeito aos bravos combatentes que morriam nos campos de batalha europeus. Melo, em coluna de janeiro de 1945, rebatia prontamente.

> *Todos os anos, mais ou menos nesta época, os inimigos do Carnaval põem a cabeça de fora, procurando um pretexto que impeça a realização do grande divertimento do povo. Um, o mais batido, já não provoca efeito: o carnaval tem suas origens no paganismo. Agora, o pretexto é a Guerra.*
> *No ano passado, não tínhamos soldados na frente de batalha (peço aos galicistas que traduzam a frente por 'front), mas houve a mesma cantilena. Estávamos teoricamente em guerra e não era possível fazer-se carnaval na rua, podendo, entretanto, ser permitido nos clubes. Agora, que temos soldados na luta, não se compreende a expansão do povo, salvo nos clubes.*
> *Traduzindo: a gente de colarinho e gravata, que bebe champanha ou gin, pode desbragar-se nos clubes, mas os pés rapados, que trabalham no duro, não têm o direito de saborear o maracujá com mel de abelha, nem fazer o passo na rua. Pode*

> *haver festa o ano inteiro: bailes, banquetes, (...) campeonato de futebol, sem que isto afeto nossos sentimentos de solidariedade aos que combatem os inimigos da civilização. Só o carnaval, que é a festa genuinamente do povo, representa quebra de patriotismo, sentimentos condenáveis.*
> *A América do Norte está pegando no pesado, em guerra fortíssima no Oriente e no Ocidente. Os norte-americanos que aqui se encontram partiram de seus lares para a Guerra no Atlântico Sul. Distraem-se a toda a hora e todos os modos. Isto não representa quebra de solidariedade aos irmãos que tombam no Pacífico, ou nas margens do Danúbio, ou nas colinas da Itália.*
> *(...)*
> *Ou sejam proibidas festas de qualquer natureza, nos palácios, casas grandes, nos clubes de ricos (...) e neste caso também não haja carnaval, ou não se prive o povo de sua maior alegria(...).(Apud PARAÍSO, 1997,114-115).*

Assim era Mário Melo, defensor das tradições. Em confronto com ele, Aníbal Fernandes, tradicionalista, mas simpatizante da modernidade e do progresso. Modernidade esta que, em solo recifense, nos anos quarenta, era representada pelos anglo-americanos e sua "fábrica de seduções" implacável, que terminaram por enraizar, em solo brasileiro, os estrangeirismos. O velho poeta não se rendeu, mas perdeu a guerra.

Venceu a cidade, enquanto espaço do desejo. Desejo do moderno, que ganha espaço nos anos vinte e arrasta pra longe os últimos entraves ao seu desenvolvimento nos anos quarenta e no pós-guerra.

> *No Recife, na década de vinte, houve a sedução pelo moderno, sobretudo pelas chamadas invenções modernas, por certo hábitos e diversões (...). Mais do que um projeto claramente definido de modernidade, havia representações fragmentadas, fetichização de objetos, encanto com o novo. O moderno ganhava espaço pelo seu poder de sedução, pelas fantasias que alimentava, pela comodidade, pelos aspectos mais confortáveis de sua materialidade, isso estava registrado na imprensa, nas promessas dos anúncios, na fascinação pelo cinema.(REZENDE, 1997:189).*

Vinte anos depois, no entanto, o moderno se apresenta muito mais forte e sedutor. As "representações fragmentadas" dão lugar a um projeto bem elaborado que tem como paradigma os EUA e seu *american way of life*, símbolo, por excelência, da materialidade e seus fetiches. Abriram-se as portas à modernidade e o Recife, por ela, de vez se encantou.

Referências Bibliográficas:

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
PARAÍSO, Rostand. *Cadê Mario Melo*. Recife: Comunigraf, 1997.
_____. *O Recife e a 2ª guerra mundial*. Recife: Comunicarte, 1995.
REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)Encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: Fundarpe, 1997.
TOTA, Antônio Pedro. *O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

Fontes Consultadas:

Jornal do Commércio. 1940-1950.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A imprensa médica carioca em meados do século XIX: epidemias e combates na busca da legitimação sócio-profissional

Monique de Siqueira Gonçalves*

Resumo:
Focando nossas análises na imprensa, visamos neste trabalho clarificar a crescente relevância dos jornais especializados no processo de formação de uma opinião pública a respeito dos assuntos de saúde no Rio de Janeiro. Atentamos assim, para a importância social e profissional adquirida pelos jornais, visto que eles se tornavam, com a liberdade de imprensa legalmente conquistada, os veículos primordiais na consolidação de interesses públicos e privados.
Palavras-chave: Medicina; Profissionalização, Imprensa

Resumé :
En misant nos analyses sur la presse, nous avions pour dessein éclairer l'importance croissante des journaux spécialisés dans le processus de formation de l'opinion publique ayant traits aux questions de la santé dans la ville de Rio. Enfin, nous avons dégagé l'importance sociale et profissionnel acquise par les journaux au fur et à mesure qu'ils devenaient, avec la liberté de presse, légalement conquise, les véhicules fondamentaux pour l'affermissement des intérêts publics et des intérêts privés.
Palavras-chave: Médicine; Profissionnalisation; Presse

> *"É, – como mui bem diz Schlegel, grande filósofo alemão – O jornalismo científico e literário é a locomotora dos conhecimentos humanos que vai marchando rápida e sem estorvos para o século futuro" (...) "Assim, pois, tanto mais fina e apurada for a instrução de um povo, tanto maior e mais extenso será o catalogo de suas publicações, vindo d'aqui a seguir-se que o movimento da imprensa de uma nação será o termômetro por onde só se deva julgar do seu progresso e adiantamento nas ciências." (LOBO, 1849:1)*[1]

Apresentação

Na década de 1850 um inesperado componente abalou a estrutura, ainda pouco consolidada, da medicina acadêmica na capital do Império[2]. Com os primeiros surtos

* Doutoranda em História das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ. Bolsista de doutorado da Fiocruz. E-mail para contato: monique.eco@gmail.com
[1] Trecho do editorial dos *Annaes Brasilienses de Medicina*, escrito pelo seu editor, o Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, em outubro do 1849. p.1.
[2] Este artigo é derivado de minha dissertação de mestrado: (GONÇALVES, 2005).

epidêmicos de febre amarela e cólera, a homeopatia ganhou novo fôlego em sua expansão, angariando forte acolhimento por parte da população carioca (PIMENTA, 2003). Apavorada, em busca de respostas ao grande ceifamento de vidas que tinha alcançado, só naquela década, 15.401 óbitos, segundo estatísticas oficiais (REGO, 1851)[3].

Nas páginas dos principais jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, a homeopatia tornou-se uma assunto diário. Presente não só em propagandas de remédios com fórmulas desconhecidas, com promessas de curas infalíveis, como em diversos comunicados e cartas. Da mesma forma, as discussões parlamentares (GONÇALVES, 2005) a cerca da epidemia em curso eram, constantemente, publicadas e debatidas pela *imprensa leiga*[4]. A disseminação das idéias de Hahnemann, tornou-se uma preocupação constante para os principais representantes da medicina acadêmica, que naquele momento empreendiam todos os seus esforços na consolidação do monopólio profissional legal[5].

O surto epidêmico botou em relevo, e acirrou, a disputa travada entre membros da *elite médica*[6] e os seguidores da homeopatia, que já se expandiam no Rio de Janeiro desde fins da década de 40, com a chegada dos difusores desta teoria no Brasil. Estes últimos, começavam a se multiplicar pela cidade, em busca de uma clientela mais seleta, contando, inclusive, com médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em suas fileiras. A imprensa seria, desta forma, o lugar primordial, da difusão de suas idéias na formação de uma opinião pública favorável à sua expansão. Intensificando a luta por clientela entre alopatas e homeopatas

No entanto, o debate que ora constatamos na imprensa leiga não ficou restrita a ela, motivando o surgimento de novos jornais e revistas especializados, e aquecendo as discussões publicadas no principal periódico médico do período, o *Annaes Brasilienses de Medicina*, editado pela Academia Imperial de Medicina desde 1835[7].

---

[3] O total apresentado foi retirado do trabalho estatístico realizado por José Pereira Rego nas décadas de 50 e 70. Muitos pesquisadores, no entanto, já revelaram a possibilidade destes números serem bem superiores, tendo em vista a deficiência dos trabalhos estatísticos nesta área.

[4] Uso aqui a expressão *imprensa leiga* como forma de distinguir os periódicos veiculadores de notícias diversas, da imprensa médica especializada que será o principal objeto de análise neste artigo.

[5] O projeto de busca do reconhecimento profissional médico é a chave para compreendermos mais profundamente o processo de conquista da autoridade no campo científico pela medicina acadêmica brasileira. Sobre o conceito de profissionalização, ver o livro *Power and Division of Labour*, de Dietrich Rueschemeyer. Neste, o fenômeno da profissionalização é definido como "o desenvolvimento das formas institucionais voltadas para a expansão do uso do conhecimento" (RUESCHEMEYER, 1986 – pp.104/108.). Sendo também importante para a análise realizada neste trabalho, a discussão desenvolvida por Andrew Abbott, que desenvolveu um interessante arcabouço teórico na compreensão dos mecanismos de luta inter-profissional (ABBOTT, 1988).

[6] A elite médica não é formada necessariamente pelos melhores médicos, mas por aqueles indivíduos que tradicionalmente concentram em suas mãos os diferentes tipos de poder profissional (WEISZ, 1988, pp. 33/46).

[7] Fundado em 1835, recebeu a primeira denominação de *Revista Médica Fluminense*, que após 1842 passou a se chamar *Revista Médica Brasileira*, sendo finalmente modificado seu nome para *Annaes Brasilienses de Medicina*, em 1845.

A imprensa especializada e a busca da autoridade médica

Ao analisar os primeiros periódicos médicos brasileiros, que surgiram entre os anos de 1827 e 1843, Luiz Otávio Ferreira constatou a importância destas publicações "*como um instrumento utilizado pelas sociedades de medicina na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no país*" (FERREIRA, 2003:119; 1996). Desvendando, deste modo, a importância estratégica assumida por estes periódicos, no que se refere à profissionalização dos médicos, no processo de institucionalização da ciência no Brasil.

Ferreira verificou que na falta de um público leitor especializado, estes jornais se ocupavam de matérias que interessassem a um público leitor leigo, em busca de popularidade. Deste modo, os conflitos sócio-culturais entre os "representantes da ciência médica e os praticantes dos diferentes tipos de medicina popular" (FERREIRA, 2003:120) se evidenciaram pela penetração das opiniões e valores leigos nas páginas dos periódicos científicos.

Esta última característica verificada por Ferreira, todavia, não se fez presente na imprensa médica a partir da segunda metade do XIX. Pois, mesmo não tendo se multiplicado substancialmente o público leitor especializado[8], estas publicações deixaram de conferir espaço para a veiculação da opinião de leigos. Propondo a divulgação, somente, de trabalhos realizados por médicos acadêmicos, a fim de consolidar uma "separação" entre o que era científico ou não, entre quem poderia ou não emitir opiniões sobre assuntos de saúde.

Quanto às outras práticas de cura, todo o espaço que era delegado para debates que as envolvesse cumpria o objetivo de desmoraliza-las e ridiculariza-las, a fim de não deixar dúvidas quanto a sua ineficácia. Sendo assim, revistas e periódicos médicos passaram a ocupar um local primordial de divulgação e propaganda da medicina acadêmica, em oposição às outras teorias. Dando prosseguimento, durante a segunda metade do século, à função estratégica já constatada por Ferreira, nos anos anteriores.

As publicações médicas especializadas que surgiram na década de 50, na cidade do Rio de Janeiro, apresentaram uma significativa mudança em seus perfis editoriais com relação

[8] Logicamente não podemos constatar qual a proporção de leitores leigos e especializados, visto que não era dado espaço à simples leitores nestas revistas médicas na segunda metade dos oitocentos, denotando uma interessante mudança de postura por parte de seus editores. No entanto, pelas constantes reclamações feitas nos editoriais, principalmente no *Annaes Brasilienses de Medicina*, o número de subscrições não tinha crescido, levando esta publicação a uma grande crise financeira que fez com que ela deixasse de ser impressa de outubro de 1854 a março de 1856.

às publicações do mesmo gênero editadas até então. Situadas num contexto de constantes períodos de surtos epidêmicos, que assolavam várias províncias do Império assim como sua capital, elas passaram a se dedicar com mais veemência às doenças que preocupavam a população carioca. Onde a febre amarela ocupou, sem dúvida, um local privilegiado (GONÇALVES, 2005), dada a necessidade de se encontrar uma resposta para o surto em marcha.

Desta forma, constatamos que a erupção da primeira grande epidemia de febre amarela, na cidade do Rio Janeiro em 1850, se configurou como uma "ótima" e ao mesmo tempo, uma difícil oportunidade para a elite médica imperial[9]. Pois, de certa forma, ampliava as perspectivas de reconhecimento do saber médico nacional. Tanto mediante a sociedade brasileira, que clamava por medidas combativas eficazes, como mediante a própria categoria médica estrangeira e os poderes públicos, que não podiam ficar inertes diante do ceifamento periódico de tantas vidas. Ao passo que, em contrapartida, a disputa profissional travada entre membros da medicina acadêmica e as demais artes de curar, dentre as quais a homeopatia passava a ocupar um importante lugar, se tornava mais evidente e difícil devido, principalmente, à forte propaganda veiculada por esta na imprensa diária e especializada.

Neste contexto, além do já existente *Annaes Brasilienses de Medicina* (1845-1889), surgiram nesta década a *Gazeta dos Hospitais* (1850-1852) e o periódico *O Acadêmico* (1855-1856). Acompanhados pela primeira revista editada por farmacêuticos, a *Revista Pharmacêutica*, que dentre as iniciativas privadas, apresentou o maior tempo de duração, de julho de 1851 a fevereiro de 1856. Publicações que pretendiam dar reverberação aos trabalhos desenvolvidos por membros da pela *elite médica*, desempenhando o papel de divulgadores e legitimadores da atividade médica acadêmica.

Da mesma forma, os representantes da homeopatia não se contentariam em utilizar somente as páginas da imprensa leiga, e conscientes do silêncio delegados a eles nas revistas especializadas, desempenharam intensos esforços na publicação de periódicos próprios. Foram eles: *A Homeopatia* (1850), *O Atleta* (1852), *Gazeta do Instituto Hahnemaniano do Brasil* (1859), e *Revista homeopática* (1859-1860).[10]

---

[9] Seguindo os passos de Paul Starr, que analisou o processo de consolidação da autoridade médica nos Estados Unidos, acreditamos que a elite médica brasileira na metade do século XIX ainda não tinha validado o seu conhecimento e que, por isso não tinha condições de alcançar o aspirado monopólio profissional no Brasil. (STARR, 1982).

[10] Todos os periódicos acima citados estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Devemos levar em consideração que outras iniciativas como estas podem ter sido realizadas, mas que até o momento nenhum outro periódico, da década de 50, foi encontrado até a confecção deste artigo.

A análise destas publicações, mesmo alguma delas tendo curta duração, se torna essencial para a compreensão da disputa profissional encetada entre médicos alopatas e homeopatas no cenário epidêmico da corte imperial, em meados do século. Pois, tendo em vista que nos momentos limites as contradições tendem a ganhar maior relevo, não poderíamos conceber período mais propício para explicitar o tortuoso caminho trilhado pela elite médica carioca em busca da consolidação de sua hegemonia profissional.

A *Gazeta dos Hospitais*[11] surgiu exatamente no contexto epidêmico, editada pelo Dr. Carlos Luiz de Saules, médico da Santa Casa de Misericórdia. Propunha, em linhas gerais, a apresentação dos casos de amarílicos tratados nesta instituição, dedicando-se prioritariamente a publicação de autópsias de vítimas fatais da moléstia. Apresentando em suas páginas as terapêuticas utilizadas pelos diferentes médicos da Santa Casa, assim como deduções mais gerais a cerca da doença, derivadas das autópsias e observações clínicas desempenhadas.

É interessante ressaltar que tais autópsias eram feitas em indivíduos pobres, sendo eles na sua maioria, marinheiros ou negros escravos e ex-escravos. Apesar de grande soma de médicos acadêmicos afirmar que a doença acometia, preferencialmente aos imigrantes recém-chegados, eram numerosos os casos de cadáveres de negros, amarílicos, a serem utilizados em dissecações. Constatação a qual retornaremos nas proposta de análise a ser apresentada na conclusão deste trabalho.

De qualquer forma, a iniciativa privada, na publicação deste jornal, nos remete à importância da disseminação do conhecimento médico produzido sobre a febre amarela, em um momento no qual a medicina se empenhava em consolidar seu monopólio profissional.

Também motivado por uma epidemia, desta vez a de cólera, de 1855, o periódico *O Acadêmico*[12], redigido pelos alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, preocupava-se prioritariamente com o combate ao charlatanismo, com especial atenção para os homeopatas.

Segundo seus editores, estando os homeopatas desarticulados, estavam utilizando a expansão da epidemia para "refazer suas fileiras a pouco rotas" (...) "exaltando e preconizando a todo o país a eficácia incontestada de suas niilidades, a ação miraculosa e infalível de seus específicos infinetesimais"[13]. Reivindicando a chancela de "ciência" para a medicina alopata, os artigos editados em *O Acadêmico* explicitavam o descontentamento tanto

[11] *Gazeta dos Hospitaes*. Rio de Janeiro. 1850-1852. Biblioteca Nacional.
[12] *O Acadêmico: periódico científico, literário, essencialmente médico*. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense de D. L. dos Santos, 1855-1866. Biblioteca Nacional.
[13] Bezerra de Menezes. "Homeopatia". *O Acadêmico*, 08 de maio de 1855, p. 4. *BN*.

com a imprensa leiga, pouco afinada com a medicina acadêmica, quanto com o governo, também alvo de muitas críticas, pelo pouco reconhecimento profissional delegado aos médicos, segundo seus autores. Pois, mesmo após a obtenção do reconhecimento legal do monopólio da medicina acadêmica, não se verificava, na prática cotidiana, este prestígio profissional.

A formação da Junta Central de Higiene Pública, em 1851, também impulsionada pela epidemia de febre amarela, acabou gerando intensas discussões entre os membros da Faculdade de Medicina, em especial os farmacêuticos, que sem gozarem de uma independência oficial de sua profissão, começaram a se articular em sua busca. A fundação da Sociedade Farmacêutica Brasileira, juntamente com a sua *Revista Pharmaceutica*[14], em 30 de março de 1851, botava em evidência o maior problema enfrentado por médicos e farmacêuticos. A venda de remédios secretos, com propaganda explícita e amplo acolhimento por parte da população.

Mais uma vez, a publicação de um periódico por iniciativa particular cumpriria o ideal de consolidação das expectativas de uma categoria profissional, os médicos farmacêuticos. Visando combater os "abusos" cometidos com o estabelecimento de boticas e droguistas ilegais e com a venda de remédios secretos. Colocava-se, assim, em evidência o pouco alcance das medidas de controle destas práticas, que constavam na regulamentação da dita Junta, e que quase sempre não eram cumpridas, devido a grande dificuldade encontrada em sua inspeção.

O maior interesse deste periódico estava na consolidação de uma identidade para os farmacêuticos, distinta dos médicos clínicos por um lado, e bem afastada dos práticos não diplomados. Sobretudo, buscavam o monopólio da elaboração e venda de remédios. Objetivo que não foi alcançado durante todo o século, mas que incentivou inúmeras discussões, principalmente neste jornal.[15]

No entanto, é sobretudo, no *Annaes Brasilienses de Medicina*, que se desenvolveram as discussões mais acaloradas acerca da difusão da homeopatia. Durante a década de 50 não foram poucas os debates que a envolveram. Sendo esta o principal tema de diversos editoriais, de matérias específicas, e até mesmo de folhetins novelescos, que eram impressos nos rodapés de suas páginas. A preocupação não ficava, entretanto, restrita aos

---

[14] *Revista Pharmaceutica: jornal da sociedade pharmaceutica brasileira*. RJ: Typ. Brasileira de Francisco Manoel Ferreira, 1851-1852 / Typ. Guanabarense, 1851-1856. *BN*.

[15] Paralelamente a publicação de periódicos pelos médicos alopatas, surgiu nesta década uma grande quantidade destes por iniciativa de homeopatas, que por sua vez se sentiam bastante ameaçados pelas regulamentações legais em oposição a sua atividade. Sobre este assunto ver: GONÇALVES, 2005.

círculos de médicos homeopatas que se formavam na cidade. Muitas vezes eram feitas sérias referências a membros da própria Academia que teriam abraçado a teoria de Hahnemann.

Uma querela envolvendo o nome do médico Francisco de Paula Menezes, membro da Academia, que havia assumido a prática da homeopatia publicamente, se arrastou por quase toda a década neste periódico. Começando por um protesto feito por outro médico, Lallemand, que pedia demissão da Academia por não aceitar ficar ao lado de um médico que, segundo ele: "renegando todos os princípios da ciência, rasgando de meio a meio o pergaminho que lhe dava uma posição nobre e descente entre os médicos honestos, se convertera à traficância especulopata"[16].

O resultado do "incidente" seria relatado com grande indignação, em uma edição posterior a esta, por Haddock Lobo, editor do *Annaes* naquele ano. Os membros da Academia, além de não aceitarem a saída de Lallemad, não se propuseram a mover nenhuma oposição à Paula Menezes. Como poderiam rejeitar um acadêmico que, formado pela Faculdade de Medicina, reconhecido pelos títulos legalmente exigidos, optara por esta prática, sem, no entanto, renegar a alopatia? Esta não seria a última representação contra o digno membro da Academia, no entanto, nenhuma delas resultaria em seu prejuízo.

Todas as discussões que envolviam a prática da homeopatia neste jornal referiam-se, sobretudo, à falta de diploma no exercício da medicina e neste sentido, foram publicados dezenas de artigos, opondo-se a esta prática médica, demonstrando o grande incômodo que causava a sua expansão na Corte.

Em contrapartida, proeminentes médicos homeopatas se empenharam na publicação de jornais, motivados pelos constantes ataques veiculados na imprensa leiga e na imprensa médica, por membros da "elite médica". Estas se propunham a afirmar uma imagem positiva a respeito da medicina homeopática, contrária às acusações de "charlatanismo", comumente feitas por seus rivais.

O argumento mais freqüentemente veiculado nos periódicos homeopatas era a necessidade de se obter um diploma médico para poder atuar como tal. Principalmente no fim da década, essa característica se tornou bastante evidente, denotando a importância que este argumento tinha em um momento no qual o exercício da medicina, sob os parâmetros legais, só poderia se dar pelo indivíduo diplomado por uma instituição reconhecida pelas leis do Império.

Em seus periódicos, os médicos homeopatas também se empenhavam em demonstrar os resultados dos tratamentos desenvolvidos por seus seguidores, objetivando

[16] Haddock Lobo, redator. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Abril de 1850. p. 164.

afirmar a eficácia de sua terapêutica. Os surtos epidêmicos, neste sentido, se configuraram como uma importante oportunidade para estes profissionais, tendo em vista a intensa procura popular.

Seus apelos eram dirigidos, prioritariamente, às classes mais populares, para as quais ofereciam consultas e remédios grátis, visando sobretudo, a afirmação de uma imagem caritativa. No entanto, não era somente a esta clientela para a qual se dirigiam, como podemos perceber pelas propagandas de "nosocômios homeopáticos para escravos". Ao oferecerem remédios mais baratos para escravos, certamente, se dirigiam sobretudo à classe senhorial, muito interessada em manter a saúde de seus escravos em um momento de tantas mortes.

O empenho de médicos alopatas e homeopatas em publicar periódicos de cunho especializado botava em evidência a necessidade de se formar uma imagem positiva a respeito da atuação de uma e de outra categoria. A "elite médica", apesar de ocupar uma posição mais confortável, por contar com o apoio legal à sua prática, ainda não podia ostentar a posição de autoridade estabelecida e, por isso, se empenhava nessas publicações, a fim de alcançar o monopólio das artes de curar. Ao mesmo tempo, os homeopatas, pouco a pouco conquistavam seu espaço na sociedade carioca, e não contando com o apoio oficial viam-se impelidos a angariar o apoio social que lhes garantisse a tolerância pelo poder público.

Na busca pela hegemonia do poder médico profissional, ambos reconheciam na opinião pública o foco de sua disputa. Conquistar o apoio da população, que se via fragilizada com as constantes epidemias, era meio caminho andado rumo à conquista da autoridade médica.

As breves considerações esboçadas neste trabalho são derivadas de minha dissertação e base de um projeto de doutorado, em andamento, que visa compreender com mais afinco o processo de conquista da autoridade médica em seus aspectos intra-profissionais. Avançando, sobretudo, na compreensão da elaboração de diagnósticos, e focalizando o elemento escravo como o foco de nossas pesquisas. Afinal, não nos parece estranho que os escravos tenham sido tão pouco mencionados nestes surtos epidêmicos? Ou mesmo, de uma forma geral, não haveria uma relação mais complexa entre a formulação de diagnósticos e a questão racial? Deixemos em suspenso estas considerações.

Bibliografia:

ABBOTT, Andrew. *The system of professions. An essay on the division of expert labor*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)". In: *Artes de curar no Brasil – capítulos de história social*. (orgs: CHALHOUB, Sidney, MARQUES, Vera Regina Beltrão, SAMPAIO, Gabriela dos Reis e SOBRINHO, Carlos Roberto Galvão). SP: Editora Unicamp, 2003.

_____, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. Tese de doutorado. SP: FFLCH/USP, 1996.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. *A febre amarela, o poder público e a imprensa na década de 1850, no Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 2005.

NEVES L. & MARCO M. (orgs.) *História e imprensa. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. RJ: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese de doutorado. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

PORTER, Roy. "Enlightenment". In: *The greatest benefit to mankind: a medical history of humanity*. NewYork / London: WW Norton & Company, 1999. pp. 245-302.

REGO, José Pereira. *História e descripção da febre amarella epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. RJ: Typ. Nacional, 1851.

RUESCHEMEYER, D. *Power and Divisions of Labour*. California, Satnford University Press, 1986. pp.104/108.

STARR, Paul. *La transformación social de la medicina em los Estados Unidos de América*. México: Biblioteca de la salud, 1982.

WEISZ, George. "Les Transformations de l´Elite medicale en France". en: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 74, septembre 1988. pp. 33/46.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do Gabinete Fotográfico a Pampulha: Representações de Belo Horizonte

Luana Carla Martins Campos*

Resumo: Essa comunicação busca estabelecer um diálogo entre dois tempos e espaços na cartografia urbana de Belo Horizonte por meio dos fotógrafos e de sua produção imagética. A partir das representações do novo espaço planejado pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) que foi fotografado pelo seu Gabinete Fotográfico (1894 – 1898), deseja-se discutir em que medida as obras do bairro da Pampulha (1936-1947) pretenderam modificar radicalmente o padrão de visualidade estabelecido na capital de Minas. Observa-se que o projeto desenvolvimentista de JK trouxe ares de uma modernidade industrial que rompeu com aquela modernidade estabelecida nos tempos da CCNC. Analisar o ofício dos fotógrafos que trabalharam nesses dois empreendimentos significa, assim, tentar revelar um dos vários suportes da memória de uma capital que já nasceu para ser moderna.
Palavras-Chave: Cidade – Fotografia – Belo Horizonte.

Abstract: This communication searchs to establish a dialogue between two times and spaces in the urban cartography of Belo Horizonte by means of the photographers and its iconographic production. From the representations of the new space planned for the Construction Commission of Nova Capital (CCNC) that it was photographed by its Photographic Cabinet (1894 - 1898), it is desired to argue where measured the workmanships of the Pampulha's quarter (1936-1947) they had intended to radically modify the standard of appearance established in the capital of Mines. It is observed that the developer project of JK brought airs of an industrial modernity that breached with that modernity established in the times of the CCNC. To analyze the craft of the photographers who had worked in these two enterprises means, thus, to try to disclose one of the some supports of the memory of a capital that already was born to be modern.
Key words: City – Photography – Belo Horizonte.

Dos tempos do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital...

A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi uma instituição provisória em funcionamento de março de 1894 a janeiro de 1898, fundada com o intuito de estudar, planejar e construir a nova capital de Minas que brotaria da imaginação construtora de uma equipe formada, essencialmente, por engenheiros, arquitetos e construtores num período de apenas 4 anos. O local onde se instalaria a cidade foi definido depois de acalorados embates e críticas entre políticos e a opinião pública personificada nas colunas de jornais que circulavam no período.

A administração dessa organização foi dirigida, inicialmente, por Aarão Reis entre março de 1894 a maio de 1895 e depois transferida para Francisco Bicalho que geriu o

* Licenciada em História pela UFMG e mestranda do Departamento de História pela mesma instituição na Linha História Social da Cultura.

empreendimento entre maio de 1895 a janeiro de 1898. Ambos eram engenheiros e defensores apaixonados da modernidade que se igualava, em certa medida, à liberdade do espírito construtivo e renovador, personificado e impulsionado pela República recém proclamada. Movidos pelo desejo de construção de uma cidade que abrigasse a sede econômica e administrativa do poder de Minas, tentaram por abaixo qualquer resquício de um passado rural e colonial representado pelo Arraial Curral D'el Rey, povoado que ocupava fisicamente o território do que viria a ser Belo Horizonte.

A estrutura da CCNC seguiu a partição em 6 divisões de serviços, todas diretamente subordinadas à direção da *1ª Divisão*, chamada de *Administração Central* e subdividida em *Secretaria* e *Almoxarifado*. Foi uma organização que revelou a tentativa de racionalização e ordenação das funções e que privilegiou a centralização das decisões nas mãos do engenheiro-chefe, refletindo o receio de que algo escapasse ao seu controle.

Essa estrutura, delineada em junho de 1894, foi modificada e ampliada em outubro do mesmo ano, momento em que a 1ª Divisão passou a deter também três e não mais duas subdivisões: o *Gabinete do Engenheiro-Chefe*, o *Gabinete Fotográfico* e o *Observatório Metereológico*, sendo que as duas últimas subdivisões estavam, até aquele momento, a cargo até da então 4ª *Divisão – Estudo e Preparo do Solo.* A fotografia passaria a servir, então, não apenas de instrumento técnico que facilitaria os trabalhos de campo, mas a fazer parte da construção material e simbólica de Belo Horizonte.

Dentre os serviços ligados ao Gabinete Fotográfico, estava a execução "*de todos os trabalhos fotográficos que lhe forem cometidos expressamente pelo engenheiro-chefe*", o fornecimento de "*provas heliográficas dos desenhos dos projetos que tiverem de ser executados*" e o cumprimento de "*quaisquer trabalhos acessórios que convenha, de futuro, afetar-lhe*". (BARRETO, 1996, vol.2: 130). O funcionário encarregado para a direção desse serviço era chamado de condutor e era auxiliado por outro empregado, ambos sob a direção do secretário e todos sob as ordens do engenheiro-chefe.

Para a montagem do Gabinete Fotográfico, havia certas limitações técnicas que foram indicadas pela menção à ausência de uma sala de impressões e pela construção de uma câmera escura por uma turma de pedreiros sob a provável supervisão do engenheiro Adolfo Radice, então chefe dessa seção. Nessas circunstâncias, é provável que as fotografias tenham sido tiradas com a máquina do construtor português Francisco Soucasaux que veio para Belo Horizonte quando do início das obras de construção da cidade. Só em fins de maio daquele ano é que se consta ter sido a câmera escura construída, momento em já se encontram notas

fiscais revelando a compra de materiais fotográficos na mão de Marc Ferrez, renomado fotógrafo do Rio de Janeiro.

Em maio de 1895, o engenheiro-chefe Aarão Reis pediu a exoneração do cargo alegando problemas de saúde. Em seu lugar foi nomeado o engenheiro Francisco Bicalho, também ex-professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Após a posse do novo engenheiro-chefe, a CCNC passou por uma reestruturação e os funcionários do Gabinete Fotográfico que estavam sob a tutela da 1ª Divisão foram transferidos para a *3ª Divisão – Serviços Municipais*, que ficaria responsável por serviços como tombamentos, distribuição e venda dos lotes, o controle das posturas e da polícia municipal, além da direção e fiscalização da higiene, da salubridade pública e dos estabelecimentos municipais. A tomada de clichês, contudo, não foi interrompida e é na gestão de Francisco Bicalho que algumas das fotografias passam a ser assinadas por João Salles e Raimundo Alves Pinto, experientes profissionais da fotografia em Minas Gerais. De maneira geral, a produção fotográfica da Comissão Construtora mirou a documentação da grande obra de engenharia que era a construção de uma nova capital sem se esquecer do registro do desaparecimento do antigo arraial e da divulgação da cidade tendo em vista a atração de investimentos e pessoas.

No momento em que a utilização da fotografia pela CCNC ainda estava submetida à *4ª Divisão – Estudo e Preparação do Solo*, sinalizou-se de maneira expressiva o emprego da fotografia enquanto um instrumento técnico a serviço do progresso. Seu uso, com estreita relação à cópia de plantas, projetos, croquis, mapas e fachadas, demonstrou a aproximação da linguagem fotográfica ao desenho arquitetônico. A fotografia, nesse sentido, facilitava os trabalhos dos engenheiros e por isso era praticada por eles mesmos, motivo que, ao menos em parte, também explica a sua inicial subordinação à 4ª Divisão.

A partir da criação do Gabinete Fotográfico dentro da estrutura da Comissão Construtora, a linguagem fotográfica passou a ter um outro estatuto, voltada para a configuração de uma representação da cidade civilizada e, portanto, moderna. A sua dependência direta ao engenheiro-chefe demonstrou como os recursos fotográficos poderiam estar a serviço do imaginário idealizado pela elite mineira do período. Nesse momento, a produção fotográfica voltou-se, essencialmente, para a documentação da destruição do Arraial Curral Del Rey. O povoado que era sinônimo de primitividade, ruralismo e colonialismo, foi condenado ao desaparecimento, mas antes foi documentado fotograficamente para ser mostrado para gerações futuras como símbolo de superação.

Além dos registros do povoado gradativamente demolido, havia também um esforço em documentar a cidade que se erguia, uma iniciativa arrojada e que merecia,

portanto, ser celebrada através dos tempos. A documentação fotográfica das grandes obras da engenharia procurou demonstrar como a tecnologia moderna passava a condicionar o destino do homem e a cidade de Belo Horizonte representava para eles a própria realidade da civilização e do progresso. A fotografia tinha a missão de ser um instrumento de difusão dos avanços científicos, além de servir como prova, reprodução fiel da realidade. O poder comprobatório que a fotografia gozava no período atestava ao mundo a força renovadora da experiência da modernidade.

De qualquer forma, o olhar específico da cidade que se buscou formar era um olhar técnico, sob angulações e tomadas que valorizavam os edifícios que se erigiam, mostrando uma natureza dominada pela tecnologia que cedia lugar para a ocupação do espaço urbano. No momento em que o setor da fotografia da Comissão Construtora se submeteu à *3ª Divisão – Serviços Municipais*, as principais fotografias obtidas foram exclusivamente imagens dos trabalhos da CCNC, como a construção de tubulações da rede de esgotos, calçamento de vias e finalização da construção das Secretarias e do Palácio Presidencial na Praça da Liberdade. São imagens em processo, possuem movimento e um ritmo de mudança latente.

A imigração é um marca dentre os praticantes da fotografia. Dos cinco indivíduos que se têm registros de sua atuação no Gabinete Fotográfico – Alfredo Camarate, Adolfo Radice, João da Cruz Salles, Raimundo Alves Pinto e Francisco Soucasaux são três imigrantes: Francisco Soucasaux e Alfredo Camarate de origem portuguesa e Adolfo Radice de ascendência italiana. Foram homens que, imbuídos da vontade de construir uma outra realidade em sua pátria nova, trouxeram máquinas, equipamentos e idéias. Nesse sentido, a representação de Belo Horizonte que se tentou construir partia de um referencial imagético oriundo, em grande medida, das cidades européias de onde esses imigrantes vieram.

Tais imagens de grandes reformas urbanas tinham também a função, comum na virada do século, de dar publicidade ao empreendimento, legitimando-o e atraindo gente e investimentos para a nova cidade. Foi com esse espírito que o Gabinete Fotográfico organizou publicações de álbuns que continham plantas e vistas dos principais edifícios que foram largamente distribuídos e vendidos. A publicação do "*Album de vistas locaes e das obras projetadas para a edificação da nova cidade*", em 1895, contou com a colaboração de Ehrhard Brand, fotógrafo radicado em Juiz de Fora que foi empregado para a organização desse álbum. De acordo com o contrato firmado entre ele e o Estado de Minas Gerais, cabia ao Estado fornecer tanto os clichês das vistas do arraial quanto as plantas e projetos que serviriam para a preparação do livro. Além da produção desse Álbum em 1895, a CCNC

tratou de publicar a "*Revista Geral dos Trabalhos"* com alguma documentação fotográfica, mas que privilegiou as cópias de desenhos técnicos e de projetos. Fotos avulsas e cartões-postais também foram recursos de publicidade que viajavam para outras terras, uma vez que eram vendidos tanto em Belo Horizonte como na filial da CCNC no Rio de Janeiro.

A possibilidade de divulgação da capital que brotava no solo mineiro para além de suas serras deixava entrever a modernidade e civilização erguida na cidade. Os cartões-postais eram, portanto, uma forma fácil e atraente de difusão da propaganda da capital com o intuito de seduzir pessoas dispostas a investir na prometida metrópole. Nesse sentido, o universo simbólico produzido pelas diversas fases da produção fotográfica da Comissão Construtora, elaborou um *corpus* imagético da cidade de Belo Horizonte como a vitrine da modernidade que passou a viajar para muito além dos horizontes das gerais.

...aos tempos de Juscelino Kubitschek

As imagens da transformação do Arraial Curral Del Rey que resultaram na construção de uma representação de cidade moderna foram posteriormente e exaustivamente reeditadas, relançadas e reproduzidas em revistas, álbuns, livros, jornais, cartões-postais e fotografias avulsas conformando o imaginário de uma cidade antenada com os propósitos da civilização e da modernidade. Esse foi um legado que a produção fotográfica dos anos e décadas posteriores à inauguração da cidade herdaram e que tocaram até o início da década de 1940 a memória da cidade de Belo Horizonte, mas que foi radicalmente modificado com o olhar reformador instaurado por JK.

A gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima (1936-1938) seguida da nomeação de Juscelino Kubitschek em abril de 1940 pelo interventor Benedito Valadares, no entanto, definiram um outro ideário de modernidade e progresso que se balizou no desejo de construir uma nova imagem para a cidade, diferente daquela criada com a Capital de Minas. Grandes obras foram iniciadas por Otacílio Negrão de Lima e seguidas por JK, como a abertura de avenidas, a canalização de córregos e a criação de novos logradouros. Neste contexto é que se insere a criação do bairro da Pampulha, internacionalmente conhecido pela arquitetura de Oscar Niemeyer, pelo trabalho paisagista de Burle Max, além de inúmeras obras das artes plásticas integradas ao ambiente realizadas por artistas como Cândido Portinari, Alfredo Ceschiatti, Augusto Zamoyski e José Alves Pedrosa. O desenvolvimento da indústria e do turismo era, de acordo com JK, a maior fonte de receita que a cidade poderia contar. Além disso, o projeto desenvolvimentista desse prefeito traria ares de uma modernidade industrial que romperia com aquela modernidade estabelecida nos tempos da CCNC.

A primeira grande obra de destaque no empreendimento reformador de Belo Horizonte foi a construção entre os anos de 1936 e 1938 da represa no Ribeirão da Pampulha. Ela foi projetada com o intuito de solucionar os graves problemas de abastecimento de água vividos pelos citadinos além de destinar o lugar à prática de esportes aquáticos. Mas foi na administração do "prefeito furacão" – apelido que JK ficou conhecido – que o bairro da Pampulha ou "Cidade Turismo" ou ainda "Cidade Satélite" foi idealizado para se constituir em um centro de lazer e turismo que pudesse gerar renda para a capital. Um plano de obras de caráter monumental foi arquitetado, dotando aquele espaço de um cassino, uma casa de baile, um clube para a prática do golfe e uma Igreja, as quatro unidades que hoje formam o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, iniciadas em 1942 e inauguradas em 1943, mesmo ainda não estando prontas.

O Cassino, também conhecido como o Palácio da Represa, ou Grill Room, era freqüentado pela alta sociedade, atraída pelo jogo e pelos constantes shows de orquestras. Em oposição, a Casa do Baile foi concebida como espaço de reuniões e de diversões populares, estando ao lado contrário do Cassino. Por sua vez, o Iate Tênis Clube foi criado como espaço destinado ao desenvolvimento de práticas esportivas, principalmente a vela e o remo, aproveitando-se do potencial da Lagoa. A Igreja de São Francisco, localizada em uma das curvas da lagoa, tinha previsão de conclusão das obras para o final do ano de 1943. Contudo, aconteceram atrasos e esse cronograma não se cumpriu. A originalidade do projeto, com paredes e teto em forma de arco desde os alicerces e decoração especial, representou uma inovação na construção de edifícios religiosos, ganhando destaque na mídia. Aos olhos da Igreja Católica, porém, o projeto não era bem visto e mesmo depois de finalizada, a obra não foi consagrada. Também com o objetivo de atender às funções turísticas da Pampulha, a área do aeroporto foi ampliada e o mesmo passou a operar com vôos comerciais.

Como em qualquer feito desse porte, há uma preocupação com a aceitação da opinião pública em torno da obra. Ações para a divulgação da empreitada da Pampulha foram realizadas através de iniciativas da Prefeitura lideradas por JK em várias frentes: ele encorajou a vinda de caravanas compostas por intelectuais; estimulou a ocupação do bairro, fixando ele mesmo residência em torno da lagoa; publicou matérias pagas em importantes periódicos da cidade como ocorreu nas revistas "Bello Horizonte", "Vida Doméstica", "Revista Mineira de Engenharia", "Revista Minas Tênis", "Revista Comercial de Minas Gerais" e "Revista da Semana"; criou o "I Concurso de Fotografias de Belo Horizonte" em 1943, além de contratar fotógrafos para a documentação das obras em andamento e depois de concluídas.

O "I Concurso de Fotografias de Belo Horizonte", realizado em maio de 1943, contemplou a tomada de vistas da Pampulha feitas por populares. Os dois premiados foram Amável Costa (primeiro lugar) e Vicente Prates (segundo lugar). Foi uma maneira de vulgarizar o olhar sobre a Pampulha, tornando-a representativa para a cidade de Belo Horizonte. Além disso, destacar o tema da Pampulha sob a ótica de sua beleza, do entretenimento para os citadinos e de seus atrativos turísticos e esportivos, era o olhar esperado, desejado e até induzido pelo poder público.

Nesse projeto de divulgação da Pampulha e da cidade de Belo Horizonte, entre setembro de 1942 e fevereiro de 1943, a Prefeitura da capital contratou o fotógrafo francês Marcel Gautherot para realizar o registro do Cassino da Pampulha, do Iate Golfe Clube e da Casa do Baile. Entre maio e junho de 1943, ele organizou também um álbum de fotografias das obras realizadas na região norte. Contratado novamente, no período de maio a julho de 1944, Marcel Gautherot executou outras fotografias do Cassino da Pampulha, do Iate Golfe Clube e da Casa do Baile, além de fazer reportagens técnicas sobre a construção da Igreja São Francisco e do Iate Golfe Clube.

Marcel André Felix Gautherot chegou ao Brasil em 1939, e logo no ano de 1940 fixou residência no Rio de Janeiro, momento em que passou a freqüentar o círculo de intelectuais ligados ao modernismo. Nessa ocasião, começou a fazer trabalhos de fotografia para o SPHAN, o Museu do Folclore e para a revista "O Cruzeiro". Ilustrou inúmeras publicações de arquitetura e muitos textos sobre Burle Marx. No final dos anos 50, a pedido de Oscar Niemeyer, acompanhou a construção de Brasília. Suas fotos de Belo Horizonte são marcadas pela tomada em grandes angulares, vistas aéreas com destaque para a arquitetura e ângulos que mostram a beleza da Pampulha e a imponência de suas construções. Era a concretização perfeita da encomenda do prefeito.

Concomitante aos trabalhos de Gautherot, entre outubro e novembro de 1942, a Prefeitura contratou Elias Aun da "Foto Elias" – um renomado atelier fotográfico de Belo Horizonte – para a prestação de serviços fotográficos, como a tomada de vistas da capital e da Pampulha. Entre os meses de novembro de 1946 a janeiro de 1947, o poder público empregou outro conhecido fotógrafo da cena belo-horizontina para a tirada de fotografias do Hotel de Turismo da Pampulha: Gines Gea Ribera que desde a década de 1920 se anunciava como fotógrafo moderno na Belo Horizonte de Carlos Drummond e Pedro Nava.

Essa fúria reformadora na década de 1940 visou, como nos tempos da CCNC, apagar as marcas do passado, atropelando a história com uma mentalidade hegemônica que impunha o progresso a todo custo. Enquanto a Comissão Construtora inventou a capital de

Minas, Juscelino Kubitschek a reinventa com a dimensão utópica de construção de uma cidade modernizada, tornado velho qualquer traço de modernidade que existiu em Belo Horizonte anteriormente. A cidade ganhou novo ritmo e a paisagem urbana se expandiu para além dos limites da Avenida do Contorno – área central projetada por Aarão Reis – em marcha rumo ao norte de Belo Horizonte. Como nos tempos da CCNC, muitos lotes foram desapropriados e nova planta cadastral da cidade foi executada. Para Juscelino Kubitschek, a cidade precisava respirar novos ares, já que estava sufocada em seu provincianismo. Para ele, a Pampulha teria vindo "*como uma rima sonora no fim de um verso, encher de harmonias a vida tranqüila e quieta da metrópole incipiente.*" (REVISTA, 1943: 16).

Como no Conjunto Arquitetônico da Pampulha, no projeto do início do século XX da capital de Minas, pensou-se a cidade sob um caráter de monumentalidade e de ordenação dos acidentes naturais pela intervenção racional, mesmo que existindo a complementaridade entre o espaço e a grandiosidade da natureza domada. Além disso, ambos procuraram legitimar o empreendimento através de fotografias das obras em andamento e daquelas concluídas, com a publicação de notícias sobre as construções e contratação de fotógrafos para dar visibilidade aos seus projetos muito mal vistos pela opinião pública devido aos seus altos gastos. E quiseram o transnacional divulgando Belo Horizonte para além de suas serras. Pode-se dizer que a memória da cidade – de tamanho imensurável posto que é suporte de várias memórias – é como suas fotografias: imagens fixas que se repetem. A fotografia, portanto, tal qual outras manifestações culturais como a arquitetura, representou para diversos governos de Minas, em diferentes tempos, uma maneira visível e popular de novamente redefinir os conceitos de modernidade e de representação.

Bibliografia e Fontes

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. História Antiga e Média. 2 vol. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

BARTOLOMEU, Anna Karina Castanheira. *Pioneiros da Fotografia em Belo Horizonte. O Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897)*. **Varia História**, nº 30, julho de 2003, pp.37-66.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.]

CAMPOS, Darlí Vieira (org.). **Album de Belo-Horizonte.** Belo Horizonte: Typographia e Papelaria Castro, 1940.

CARNEIRO, Juno Alexandre Vieira. *Imagens Decompostas: O Acervo Fotográfico do Arquivo Público Mineiro*. **MNEME – Revista de Humanidades**, vol.4, n.7, fev.mar. 2003.

INSTITUTO Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte**: 1894-1940. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 1997.

KOSSOY, Boris. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro**. Fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

LIMA, Solange Ferraz de & CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e Cidade**: da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1997. (Coleção Fotografia: Texto e Imagem)

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte**: 1895-1954. Belo Horizonte: Editora UFMG, Fundação João Pinheiro, 1995. (Coleção Centenário)

PENNA, Octávio. **Notas Cronológicas de Belo Horizonte**: 1711-1930. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. **Juscelino Prefeito:** 1940-1945**.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Museu Histórico Abílio Barreto, 2002. (Catálogo de Exposição)

REIS, Aarão. **Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Chrispim Bias Fortes, Presidente do Estado, pelo Engenheiro Civil Aarão Reis ao deixar o cargo de Engenheiro-Chefe, em 22 de maio de 1895**. Rio de Janeiro: H. Lombaents & C., 1895.

RELATÓRIOS dos Exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Benedito Valladares Ribeiro, Governador do Estado, pelo prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira. Prefeitura de Belo Horizonte, 1942.

REVISTA **Belo-Horizonte na Palavra do Prefeito Juscelino Kubitschek**. Belo Horizonte, 1943.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis**: o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SOARES, Pedro Brito. *A fotografia em estado latente – um retrato sem arquivos*. In: **Minas: minas: Memorial e Contemporânea**. [sl]: Casa da Serra (MG) e Museu da Imagem e do Som (SP), maio de 1999. (Catálogo de exposição)

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conferência Sanitária Internacional de 1873 na América do Sul: a integração do Império do Brasil e das Repúblicas da Argentina e Oriental do Uruguai

Cleide de Lima Chaves*

Resumo: A primeira Convenção Sanitária Internacional celebrada entre o Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e do Uruguai, ocorrida em 1873, evidencia a busca pela integração entre esses países e os mais diversos interesses envolvidos. O contexto de produção da conferência sanitária foi marcado pelo fim da Guerra do Paraguai, responsável pela disseminação de epidemias pela região. Além disso, esta Convenção Sanitária esteve interligada com as conferências similares ocorridas na Europa, e a preocupação em prevenir a propagação de doenças epidêmicas e barrar as conseqüências econômicas das interrupções comerciais ecoou em Montevidéu em 1873. O movimento de cooperação internacional entre essas nações surgiu permeado de disputas e rivalidades comerciais e políticas, o que inviabilizou a concretização de um Regulamento Sanitário Internacional comum.
Palavras-chaves: Congresso sanitário, Império do Brasil, Rio da Prata.

Abstract: The Internacional Sanitary Convention, celebrated in 1873 between the Empire of Brazil and the Republics of Argentine and Uruguay, evidences the search for the integration between those countries and the most different involved. The context of production of the conference was marked by the War of Paraguay, responsible for the dissemination of epidemics for the region. Moreover, that Sanitary Convention was interconnected with the similar conferences occurred in the Europe, and the European concern in preventing the propagation of epidemical diseases and in hampering the economic consequences of the commercial interruptions had echoed in Montevideo on that year. That movement of international cooperation arose permeated with commercial and political rivalries, what made it impracticable of concluding a common International Sanitary Regulation.
Keyword: Sanitary Congress, Empire of Brazil, Silver River.

O objetivo do presente artigo é discutir a Convenção Sanitária Internacional celebrada entre o Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e do Uruguai, ocorrida em 1873. O movimento de cooperação internacional surgiu da necessidade de controlar surtos epidêmicos que atingiam grandes extensões de terra e ultrapassavam as fronteiras legais constituídas entre os países. O século XIX foi caracterizado pela presença de grandes epidemias, e estas ocuparam um lugar de destaque entre as ações de interesse de saúde pública. Durante esse século, seis invasões de cólera asiático, resultantes de uma pandemia

* Professora no Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

mundial, devastaram a Europa e a América, e outras doenças como a febre amarela, a peste oriental e a varíola atingiram caráter epidêmico diversas vezes e em distintos continentes.

Marta de Almeida (2003: 05) destacou que os congressos sanitários do século XIX devem ser entendidos enquanto ocasiões singulares de discussões sobre assuntos considerados prioritários, "num momento de intensa movimentação imigratória e comercial, no qual as barreiras sanitárias, justificadas pela ameaça crescente das epidemias, agravavam a delicada questão das relações diplomáticas das regiões". Portanto, o Império brasileiro e as repúblicas platinas estavam inseridos em um contexto mundial e regional propício às discussões acerca da saúde pública e dos acordos internacionais, e em que era preciso tomar medidas mais uniformes de controle, com o intuito de deter a ameaça constante dos circuitos epidêmicos, por via da cooperação internacional, respeitando o preceito de "o mínimo de dificuldade para o comércio com o máximo de proteção na saúde pública" (MATEOS JIMÉNEZ, 2005: 341).

As conferências, congressos e exposições internacionais, a maior parte convocada pelos próprios governantes dos países patrocinadores, tenderam a multiplicar-se na segunda metade do século XIX, solicitando a atenção das chancelarias e dos serviços econômicos dos países 'civilizados'. Na Europa, os diversos congressos, dos industriais aos comerciais e, em especial, as 'exposições universais' serviam de terreno para uma discussão mais aprofundada de determinados temas de interesse imediato, como as epidemias reinantes, abrindo assim o caminho para as conferências diplomáticas (ALMEIDA, 2001).

No entanto, como ressaltou Nísia Lima (2002: 25), para o caso do continente americano, "o papel desempenhado pela saúde na configuração das relações internacionais a partir da segunda metade do século XIX ainda não foi suficientemente avaliado". É nesse contexto em que se situa a convenção sanitária internacional de 1873 estabelecida entre o Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e Oriental do Uruguai. O objetivo desse congresso apontava em duas direções: uma, suprimir os obstáculos que se opunham ao comércio e aos transportes; e, outra, proteger a região contra as denominadas epidemias exóticas[1].

Ocorreram quatorze conferências sanitárias internacionais entre 1851 até 1938[2], e o objetivo principal desses eventos era o de elaborar uma Convenção Sanitária Internacional, que pudesse servir para o combate em comum contra as epidemias que assolavam os países

[1] As epidemias exóticas eram aquelas doenças consideradas importadas de outras regiões e que não eram existentes anteriormente ao aparecimento de surtos epidêmicos. A febre amarela, vinda da Europa e o cólera, vindo da Ásia, eram denominados enfermidades exóticas. Há uma discussão sobre se a febre amarela já era endógena no Brasil do século XIX, e veremos mais adiante.

[2] Não se está levando em conta as duas Convenções Sanitárias Internacionais ocorridas entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai nos anos de 1873 e 1887. Adotou-se os parâmetros da bibliografia consultada.

envolvidos. Vale ressaltar que esses eventos concentraram-se, quase exclusivamente, na Europa, com apenas a exceção da de 1881, ocorrida em Washington (E.U.A). O surgimento de convenções sanitárias entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai integra-se, desta forma, ao movimento sanitário já existente na Europa e nos Estados Unidos e a uma concepção de que somente o poder público poderia solucionar os problemas de saúde da população e os problemas econômicos advindos das doenças epidêmicas.

As atas do Congresso Sanitário, ocorrido em 1873, na cidade de Montevidéu, encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro, e este foi, basicamente, o *corpus* documental utilizado neste trabalho[3]. A delegação uruguaia estava composta pelo Ministro das Relações Exteriores, Gregório Perez Gomar, e os doutores em medicina, Gualberto Mendez e Pedro Visca. Da Argentina, faziam parte o Cônsul Geral Jacinto Villegas, e os médicos Eduardo Wilde e Pedro Mallo. A comitiva brasileira, além de ter o Cônsul Geral do Brasil no Uruguai, Eduardo Carlos Cabral Deschampes e os doutores em medicina Francisco Marques de Araújo Góes e José Ignácio de Barros Pimentel como integrantes do Congresso, trazia ainda o Ministro das Relações Exteriores residente no Uruguai, Antonio Duarte de Araújo Gondim.

Os doutores uruguaios Gualberto Mendez (1824-1883) e Pedro Visca (1840-1912) se graduaram na Faculdade de Medicina de Paris em 1857 e 1870, respectivamente, devido, dentre outros fatores, à não existência de uma faculdade de medicina na República Oriental até o ano de 1875 (GARZÓN & ROCA, 1996). Ambos foram professores fundadores da Faculdade de Medicina de Montevidéu.

Eduardo Wilde[4] (1844-1913) e Pedro Mallo (1838-1889), ambos médicos argentinos, faziam parte da Junta de Saúde do Porto de Buenos Aires[5]. Alistaram-se no Exército argentino durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), e organizaram os hospitais de campanha. Do mesmo modo que os uruguaios, eram professores da Faculdade de Medicina da capital argentina, fundada em 1822, e membros da Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires (QUIROGA, 1972: 151).

---

[3] AHY, Congressos e Conferências Internacionais, v. 273-2-25, Ata do Congresso Sanitário Internacional de 14/06/1873.

[4] Além de médico, Eduardo Wilde teve uma extensa carreira política a partir de 1874 como deputado, ministro da educação e do interior na década de 1880 e diplomata argentino na década de 1890; bem como desenvolveu sua habilidade como escritor, e chegou a publicar alguns livros.

[5] AHY, Ofícios do Consulado do Brasil em Montevidéu, v.256-4-02, recorte do jornal *El Siglo* de 29/05/ 1872.

O Dr. Francisco Marques de Araújo Góes[6] (1837-1905) era lente de História Natural do Imperial Colégio D. Pedro II e na década de 1880 tornou-se membro da Academia Imperial de Medicina no Rio de Janeiro. Esta Academia, similar a de Buenos Aires, igualmente oferecia aos seus membros *status* profissional e social.

O médico Dr. José Ignácio de Barros Pimentel (1832-1888) havia se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1857, e como informou Lycurgo Santos Filho (1991: 159) "prestou serviços por ocasião da Guerra do Paraguai e, finda a luta, fixou residência em Montevidéu, onde exerceu a profissão por alguns anos". Certamente o fato de ter participado dos campos de batalha defendendo o Império deu ao Dr. Barros Pimentel prestígio e reconhecimento perante às autoridades diplomáticas brasileiras que atuavam no Uruguai.

As discussões ocorridas durante o Congresso foram as mais diversas, porém o ponto central – a questão das quarentenas – foi o que causou mais polêmica entre os integrantes. As atas que analisaremos aqui traduzem uma parte desses atritos, como descreveu o ministro brasileiro Araújo Gondim ao ministro dos negócios estrangeiros do Brasil Visconde de Caravelas ao encaminhá-las:

> *Das atas das nossas reuniões, igualmente aqui inclusas em original, poderá V.Exa. ter uma idéia de quão renhida foi a discussão sobre alguns pontos, idéia aliás imperfeita, por quanto, além do modo sucinto em que, segundo o estilo, estão elas redigidas, foram, de comum acordo e por alta conveniência, suprimidos alguns incidentes desagradáveis, mas fortuitos e passageiros, e que, depois de recíprocas explicações, não perturbaram em nada a consideração e a urbanidade que entre nós sempre temos guardado.*[7]

Os debates ocorreram conjuntamente entre os diplomatas e os médicos, o que provocou mais discussões e divergências, pois as autoridades políticas buscavam resolver, prioritariamente, os problemas econômicos, enquanto os médicos propunham solucionar questões de saúde pública.

Na terceira sessão do Congresso, iniciaram as discordâncias e polêmicas em torno da imposição ou não das quarentenas de rigor para todos os portos sujos, quando da apresentação do artigo 4º. Os médicos Araújo Góes, do Brasil e Eduardo Wilde, da Argentina, compartilharam de opiniões parecidas. O dr. Araújo Góes propôs que se criasse uma nova categoria entre as embarcações que trouxessem procedências de portos sujos e limpos, um meio termo entre as patentes sujas e limpas que devia ser aplicado para os barcos que viessem de portos chamados suspeitos. E afirmava que um porto limpo que esteja em comunicação com outro sujo não poderia ser declarado sujo, e que para essas procedências é que se fariam

[6] Este foi o único médico, dentre os três países, a participar dos dois Congressos Sanitários de 1873 e 1887, ocorrido no Rio de Janeiro.
[7] AHY, Ofícios da Legação do Brasil em Montevidéu, v.222-2-02, 30/07/1873.

quarentenas de observação. O dr. Wilde apoiou as idéias do dr. Góes, afirmando que os portos em que se acham epidemicamente o cólera e a febre amarela não podiam ser tratados igualmente com os portos em que essas doenças eram endêmicas. E relatou que

> *actualmente dice en Rio Janeiro hay casos de fiebre amarilla y nuestros puertos sin embargo estan abiertos para sus procedencias terminando por decir que no se debe considerar del mismo modo el puerto donde germina em todo su vigor la fiebre amarilla, u otros donde solo existen casos aislados; todo lo que la comission ha tenido presente y ha dejado para cuando se arregle el reglamento, donde se dispondrá todo de la mejor manera posible para los intereses cientificos y comerciales.*[8]

Os drs. Pedro Mallo e Visca se posicionaram contra as opiniões dos drs. Góes e Wilde. Afirmou Mallo que "no se trata aqui de conciliar los intereses del comercio y la humanidade sino de tomar medidas salvadoras que puedan ponernos a cubiertos de la invasion de enfermidades epidémicas"[9]. Aqui começa a ser evidenciada a difícil relação entre os interesses econômicos e políticos e os vinculados à ciência médica. No interior do Congresso Sanitário, começava a ficar evidente as motivações e concepções divergentes entre seus componentes.

O processo de estabelecimento e constituição da medicina como um campo importante e influente nas decisões das autoridades públicas foi resultado de um processo conflituoso e longo. Flávio Edler (1992: 64) afirma que os baixos salários dos médicos e a pouca profissionalização impunham-lhes um sistema de patronagem na busca de carreiras mais seguras:

> *O monopólio virtual dos empregos públicos era peça fundamental da política de cooptação dos profissionais liberais pela oligarquia senhorial, o que vale dizer que tanto os cargos de direção política, quanto quaisquer outros sob o domínio estatal eram distribuídos a partir da lógica do patronato. [...] Pouco espaço havia, portanto, para a afirmação de uma ética profissional sedimentada em instituições orientadas por critérios como competência, habilitação técnico-científico, concursos e carreira pautados por um sistema meritocrático.*

É provável que alguns médicos que participavam desse Congresso tivessem sido indicados por autoridades políticas, e seriam remunerados pelos serviços prestados aos seus respectivos Estados. Havia uma estreita relação de dependência, o que dificultava a afirmação de um saber médico autônomo e o monopólio médico "no processo de decisão política a respeito dos modelos científicos que deveriam ser ratificados como válidos" (EDLER, 1992).

---

[8] AHY, Congressos e Conferências Internacionais, v. 273-2-25, Ata do Congresso Sanitário Internacional de 02/07/1873.
[9] Idem, ibidem.

Estava em jogo a postura do Brasil em relação às quarentenas. O Império já era considerado o país da febre amarela, e, para os platinos, era preciso ser rígido com as determinações de dias de quarentena. O dr. Araújo Góes assegurava que

> *si el Brasil firma esta Convencione tendrá cuidado de que no se ponga a resistencia a su comercio que el está seguro que en Rio de janeiro, se ponen y se pondrán siempre cuarentenas para las procedencias de Bahia y Pernambuco, siempre que en estos puertos esté constatada la existencia de la fiebre amarilla ú outra enfermidad epidemica.*

Nessa sessão, ao discutir quando um porto estava ou não infectado, o dr. Góes recorreu às determinações da Conferência Sanitária de Constantinopla em 1866, "que el Congreso de Constantinopla resolvio que la aparicion de un solo caso de cólera asiático era bastante para declarar infestado el puerto donde se produjo; pues no podia decirse si al segundo enfermo podia ó no venir embarcado". Fica explícito que os próprios participantes do Congresso de Montevidéu adotavam como referência para seus trabalhos as conferências que ocorreram na Europa, o que confirma a tese de que esse evento deva ser incluído no rol das Conferências Sanitárias Internacionais iniciadas em 1851 na Europa.

A febre amarela foi outro tema bastante controverso no Congresso Sanitário. Os médicos sustentavam concepções bastante divergentes acerca do modo como se originava e se difundia esta enfermidade e sobre as maneiras adequadas para se prevenir a doença. O debate girou em torno da questão se a febre amarela era ou não uma doença transmissível, ou seja, entre contagionistas e infeccionistas. Discutiu-se também a responsabilidade pela transmissão da doença, com acusações mútuas entre brasileiros e platinos.

A historiografia sobre a febre amarela no Brasil e no mundo tem enfatizado o caráter precário do conhecimento médico relacionado a esta doença, pois o agente microbiológico específico manteve-se um mistério até 1930. Jaime Benchimol (1999), estudioso do tema no Brasil do século XIX afirma que:

> *Em relação à terapêutica aplicada à febre amarela e a outras doenças infecciosas, o grau de consenso entre os médicos era mínimo. Cada um formulava suas receitas e tinha opiniões firmes, dogmáticas, contra as do concorrente. As estatísticas elaboradas nos hospitais de isolamento, ao fim de cada epidemia, às vezes confrontando distintas enfermarias, acabavam por anular a pretensa superioridade de tal ou qual composição terapêutica, fosse ela filiada à linhas que disputavam a hegemonia no território da homeopatia ou às escolas que coexistiam entre os alopatas.*

O uruguaio dr. Mendez afirmava que os portos do Rio da Prata receberam a epidemia de febre amarela através das procedências vindas do Brasil e o brasileiro dr.

Pimentel dizia que quando viu alguns casos de febre amarela, sempre se originaram de Buenos Aires, relembrando, mais uma vez, o flagelo de 1871.

Os argentinos punham-se a favor do contagionismo, enquanto os brasileiros se posicionavam favoráveis à teoria infeccionista, defendendo que, no Rio de Janeiro, a doença era esporádica e se desenvolvia espontaneamente. Cabia aos médicos defenderem posições que beneficiassem seus respectivos governos. Nesse momento já se apresentava a hipótese de que a febre amarela era uma enfermidade domiciliada no Brasil, e por essa razão os médicos da delegação brasileira tentavam amenizar os surtos recorrentes surgidos especialmente na Corte.

O estabelecimento de quarentenas foi, sem dúvida, o tema mais polêmico do Congresso Sanitário de 1873. As propostas foram cada vez mais divergentes, e chegou-se quase a se desfazer a Convenção Sanitária em função das discordâncias e polêmicas cada vez maiores entre os seus participantes.

Havia proposta que apontava para sete dias de quarentena para os navios de portos que não se preservavam das epidemias, levando-se em consideração as distinções já estabelecidas entre os portos infectados por febre amarela e os infectados por cólera, que, de acordo com os médicos, a febre amarela ocorria em períodos específicos do ano: "Para las procedencias de puertos que no se preservan o que lo hacen insuficientemente para el cólera y la peste del Levante, habrá una cuarentena de 7 dias a contar del dia de la partida; para los puertos que no se preservan por fiebre amarilla durante los meses de mayo a octubre inclusive habrá simple observacion y cuarentena de 7 dias durante el resto del año".

Desta vez, o questionamento era quanto aos dias de quarentena. Os drs. Pedro Malo e Mendez consideravam o tempo insuficiente e propunham ampliação do número de dias para as quarentenas, com o fim da distinção entre "quarentena de observação" e "de rigor", mantendo-se apenas as quarentenas de rigor[10]. Havia se criado um impasse.

A oitava sessão teve um caráter mais político do que médico-sanitário, pois a discussão das quarentenas de observação e de rigor se dirigiam aos portos que não se preservavam das epidemias, como era o caso do Rio de Janeiro, segundo os médicos platinos e era preciso, portanto, impor um sistema quarentenário mais severo. O dr. Mendez considerava que "las Republicas Argentina y Oriental no tienen epidemias que dar al Brasil, mientras que la fiebre amarilla ha venido siempre nestes puertos, por las procedencias de

[10] Essa distinção de quarentenas de observação e de rigor leva a crer que era uma forma de atenuar os prejuízos causados por essa medida. A de observação era mais amena, e a de rigor, como o próprio nome revela, era mais longa e prejudicial ao comércio.

Brasil". E os brasileiros buscavam a redução do período de quarentenas, o que gerou mais conflito.

Observou-se que a última palavra no Congresso ficava com a diplomacia, enquanto que cabia aos médicos um papel mais consultivo do que deliberativo. Tanto que, ao finalizar as discussões, o dr. Pedro Mallo solicitou ao ministro uruguaio a inclusão do nome dos médicos após a dos ministros na Convenção a ser firmada, o que foi imediatamente aceito. Apesar da decisão final ter ficado nas mãos dos diplomatas, os médicos reivindicavam o reconhecimento e o prestígio profissional nesse espaço institucional.

Por fim, tanto a Convenção quanto o Regulamento foram impressos nos idioma espanhol e português, em três cópias. No entanto, esta Convenção jamais seria ratificada pelos Governos do Uruguai e da Argentina, devido ao fato de terem considerado a Convenção benéfica para o Brasil e prejudicial aos interesses platinos. Este malogrado congresso sanitário refletiu o fim da Guerra do Paraguai entre esses países, em que desacordos ocorreram entre esses países, adiando a assinatura de acordos que buscavam a integração e a cooperação entre essas regiões para o ano de 1887, quando novamente um novo Congresso Sanitário Internacional, unindo o Império brasileiro e as Repúblicas argentina e uruguaia no Rio de Janeiro, estabeleceu um Regulamento Sanitário Internacional.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Marta. **Das cordilheiras dos Andes à Islã de Cuba, passando pelo Brasil:** os Congressos Médicos Latino-Americanos e Brasileiros (1888-1929). 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Formação da diplomacia econômica no Brasil:** as relações internacionais no Império. São Paulo: Editoras SENAC; Brasília: Editora FUNAG, 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos**: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Editora UFRJ, 1999.

EDLER, Flavio Coelho. **As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884.** 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo.

GARZÓN, Fernando Mañé & ROCA, Sandra B. (orgs.). **Publicaciones médicas uruguayas de los siglos XVIII y XIX.** Montevidéu: Oficina del Livro AEM, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: Uma história em três dimensões*. In: FINKELMAN, Jacobo (Org.) **Caminhos da saúde pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MATEOS JIMÉNEZ, Juan B. *Actas de las Conferencias Sanitarias Internacionales (1851-1938).* In: **Revista Española de Salud Pública**. Vol.79, n.3. Madrid, maio-jun. 2005. Pp.339-349.

QUIROGA, Marcial. **La Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires** – 1822-1972. Buenos Aires, 1972.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, 1991, v. 2.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória e História: o lugar do político no universo das lembranças

João Edson de Arruda Fanaia*

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as práticas políticas no município de Cáceres, localizado no estado de Mato Grosso a partir de entrevistas de pessoas com mais de sessenta anos de idade. Utilizando como metodologia a história oral, as narrativas constituem importante material de pesquisa no campo de investigação dos estudos sobre o político.
Palavras-chave: Memória – História – Política

Abstract: The article intends to analyze the politics practices in Cáceres city, localized in state of Mato Grosso on the bases of interviews of persons with more than 60 years. Working with oral history, the narratives are utilized how an important material of investigation of the studies about the politic.
Keywords: Memory – History – Political.

Nas últimas três décadas houve significativo alargamento dos campos de estudo e investigação da produção historiográfica, com a inclusão de novos temas e as múltiplas possibilidades de abordá-los. A diversificação das fontes acompanhou e ao mesmo tempo oportunizou o surgimento de novos objetos, exigindo do profissional de história o repensar tanto sobre a forma, como o tratamento a ser dispensado a registros até então não devidamente considerados, ou mesmo ignorados, em virtude de sua "inaplicabilidade" no trabalho de constituição do texto histórico. Os trabalhos com fontes orais vem se multiplicando e tem demandado um contínuo refinamento na análise dos materiais disponibilizados para as pesquisas. A relação entre memória e construção do conhecimento histórico, com todos os problemas que lhe são inerentes revitalizam as discussões sobre a constituição do texto historiográfico e as possibilidades exploratórias deste campo específico de investigação.

No meu entendimento os estudos sobre campo político (BOURDIEU, 1989: 163-207) ganham densidade com a inserção das fontes orais, ao dar visibilidade às diferentes dimensões que envolvem as diversas formas de relações de poder, nuançando ou dando

* Professor doutor do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso. Desde maio de 2006 participa do Projeto de Pesquisa coordenado pela Profª. MS. Maria do Socorro de Sousa Araújo intitulado *História*, *Memória* e *Oralidade*: *as narrativas da cidade de Cáceres*.

visibilidade a aspectos insondáveis do ponto de vista comportamental entre os diversos atores envolvidos.

Nesta perspectiva, este artigo tem como propósito desenvolver algumas reflexões preliminares, tomando por base relatos obtidos a partir de memórias individuais, transformadas em textos e, portanto, passíveis de utilização enquanto fontes de pesquisa para a constituição da tessitura do campo político na cidade de Cáceres. Sua aplicação, no entanto, é pensada na perspectiva de uma determinada história política, área de investigação que nas últimas décadas sofreu constantes redefinições, ampliando as possibilidades de abordagem dos seus objetos, não ficando mais circunscrita ao acontecimental ou o meramente episódico, alvo principal das veementes críticas que lhe foram feitas definindo-a como eminentemente é*vénementielle*. Em texto de certa forma inaugural, Jacques Julliard chamou a atenção para essa questão e afirmou que "... nada se ganharia em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos aos quais ele se aplica" (JULLIARD, 1989: 265). O problema para o autor era de ordem diversa e não residia no *político,* mas no tratamento que lhe era até então dispensado.

Já mais recentemente René Rémond chama também a atenção para dois aspectos responsáveis pelo distanciamento dos estudos políticos; o primeiro uma reação ao seu estatuto de hegemonia e o segundo uma desconfiança em relação ao poder e ao Estado (RÉMOND, 1994: 14). Há que se considerar também que sendo o político mero reflexo de forças econômicas, ele seria incapaz de proporcionar uma compreensão da realidade, que está por trás das aparências não representadas nos fenômenos políticos. De modo distinto, parto do pressuposto que o campo onde a ação política é materializada reveste-se de uma dinâmica e existência que lhe são intrínsecas, em que coexistem o particular e o coletivo, a curta e a longa duração estabelecendo suas conexões numa constante intercombinação (CAPELATO, 1996: 161-165). Em outro trabalho Rémond afirma que o político "... tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta" (RÉMOND, 1996: 445). Neste sentido, acredito que este campo de estudo, entre outros, constitui um *locus* fértil na compreensão de como os seres humanos estabelecem as suas relações, pois, reúnem em suas fronteiras os distintos níveis de tensão social com as respectivas especificidades que delineiam o seu perfil.

De modo ainda mais bem definido, este mesmo autor ao procurar os pontos de interligação entre as motivações que perpassam as relações sociais e a vincula ao universo do político, nos chama a atenção para a multiplicidade de elementos que agem de forma concomitante e se manifestam de maneiras diversas e em momentos também distintos.

Segundo ele:

> *O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, idéias e até paixões, como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade. Penso até que um povo se expressa tanto na sua relação com a política quanto na sua literatura, no seu cinema ou na sua culinária. (RÉMOND, 1994: 19).*

Significa dizer que para além dos aspectos de maior visibilidade, há um conjunto de sentimentos, de procedimentos ritualísticos internalizados pelos mais diversos agentes sociais e inscritos na longa e na curta duração, onde necessariamente não é pela da via da busca de uma racionalidade das atitudes e comportamentos políticos que se tornarão apreensíveis.

Entendo que é possível a partir dos novos instrumentais e metodologias utilizadas para o estudo do político, construir e fornecer ao lado das demais perspectivas de abordagem do passado, importantes contribuições. O revigoramento da História política tem oportunizado o alargamento dos seus estudos, desde as análises das ações individualizadas, pontualmente datadas, dos eventos chave, às grandes formações partidárias ou mesmo hábitos e práticas que se perenizam e nos são revelados a partir dos estudos de tomam em conta a *cultura política*.

Penso que o conceito de *cultura política* incorporado aos mais recentes estudos, bem se aplica aos nossos objetivos, ao alargar os horizontes na tentativa de compreensão dos múltiplos fenômenos que atuam e interferem nas opções e forma de atuação política de uma determinada sociedade e no interior das estruturas que a compõe. O conceito foi criado por dois estudiosos americanos Almond e Verba, nos anos 60 e tem sido utilizado com freqüência nos estudos historiográficos. Entendo como pertinente a definição que lhe é atribuída conceituando-o como sendo um "... conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores" (KUSCHINIR & CARNEIRO, 1999: 227).

Através do estudo da *cultura política* é possível compreender determinadas práticas que transcendem as fronteiras artificialmente estabelecidas pela cronologia. Para além dos espaços institucionalmente entendidos como o campo natural onde se materializam as ações políticas, é necessário desvendar outras áreas onde o poder é exercido tão ou mais eficazmente em virtude do forte caráter de seu simbolismo. O conceito de *cultura política* é aqui tratado como determinados padrões de comportamento, assim como estratégias que são constantemente elaboradas e reelaboradas, geradoras de identidades políticas que

caracterizam e matizam certos grupos sociais, particularizando-os.

Ao ler trechos dos relatos concedidos pelos entrevistados[1], nos é possível perceber nexos e permanências com um passado que evidentemente não lhes era contemporâneo. Entre os aspectos do cotidiano político em Mato Grosso, particularmente nas duas primeiras décadas republicanas e que não se constituí em ação fortuita, temos o denominado coronelismo e suas decorrências. Em termos regionais, ter a capacidade de mobilizar homens em armas era fundamental na resolução de determinados impasses, era o ápice de conflitos mal resolvidos, acordos rompidos, honras ofendidas, entre outros aspectos. É da natureza do fenômeno coronelístico, a mesclagem das mais variadas práticas políticas em que ações coercitivas coexistem com o estabelecimento de uma complexa rede de compromissos mútuos (CARVALHO, 1998: 132). Este autor assim o define:

> *... um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste seu domínio no Estado. (CARVALHO, 1998: 132).*

No caso do universo matogrossense os embates armados, as lutas de distintas dimensões possuíam largo espectro, num *continuum* que ia desde uma ação pontual que tinha como alvo um indivíduo, aos atos coletivos previamente organizados como o sitiamento da capital do Estado. Havia, portanto, uma clara definição do lugar a ser ocupado por cada um no cenário das disputas políticas. Ao fazer esta afirmação procuro chamar a atenção para o imbricamento entre temporalidades distintas presentes na relação entre história e memória, pois como afirma David Lowenthal: "A história expande e elabora a memória ao interpretar fragmentos e sintetizar relatos de testemunhas oculares do passado" (LOWENTHAL, 1998: 104).

Passemos agora aos depoimentos. Em sua entrevista, o senhor Natalino Fontes em uma única sentença, define de forma muito concisa e objetiva a pessoalidade impregnada nas ações políticas neste período ao afirmar que "... o comício era o prestígio do coronel, né, num tinha muito comício não". [2] Independente do fato do depoente estar se referindo a outro recorte cronológico, o que de fato interessa é a força da própria expressão designativa de

[1] Os trechos das entrevistas utilizadas neste texto forma extraídas dos depoimentos concedidos aos membros da equipe do projeto de pesquisa intitulado História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres.

[2] Entrevista concedida pelo senhor Natalino Fontes no dia 27 de abril de 2005 a equipe do projeto de pesquisa História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres.

quem detinha o poder, sua capacidade de concentração e mando, são resquícios que certamente permeavam o imaginário político, não apenas do entrevistado como de seus antecedentes mais próximos de uma *cultura política* palmilhada por relações de poder pautadas pelo pacto homem a homem.

Se no universo oligárquico havia o espaço para constantes reacomodações das forças políticas, o compromisso era vital no interior das relações coronelísticas, assim como a ruptura de um pacto era inaceitável, o custo político de uma dissidência, podia ser responsável pela quebra da estabilidade do sistema. Evidente que nos depoimentos os mecanismos mais ou menos coercitivos, mudam a sua face e o que é mais instigante, estão tacitamente implícitos nas práticas políticas obtidas pelos testemunhos transcritos. Não estou afirmando que o fenômeno coronelístico, esteve presente em outros recortes cronológicos, inclusive por interpretá-lo como fenômeno datado, mas apenas observando como suas características permeiam as lembranças de certos entrevistados.

Em sua entrevista, a senhora Noelita Curvo nos fornece elementos importantes para traçar o quadro do ambiente eleitoral então vivenciado no município de Cáceres, nas décadas de 50 e 60 ao afirmar que:

> *No dia da eleição? Papai lá em casa ficava pegando os eleitores. 'Aquele lá mora longe, vai pegar.' Ficava tudo aqui no quintal da casa da gente. Cada turma, ia de grupo, e a gente ia escoltando pra não deixar ninguém roubar seu eleitor; até na hora, ficava por perto assim. E assim todos eles faziam; a gente ia era o dia inteiro; cada um passava dava comida, almoço, tudo em casa, contanto que não falasse com ninguém, não visse ninguém pra não mudar de partido e levava até em cima da urna. 'Era o papelzinho, punha no sutiã, punha no bolso, não falava com ninguém, e levava os eleitores, assim que era.*[3]

Tomar o depoimento apenas como uma representação de relações pautadas pela subserviência é a meu ver reduzir as possibilidades de explorar a questão, pois em sua narrativa podemos perceber a integração da postura política traduzida na forma de proteção, de amparo, com fortes ingredientes de uma lealdade possivelmente dissimulada ou não, elementos estes presentes no evento *eleição*, acontecimento vivenciado de forma intensa na cidade. Neste sentido, nos é perceptível apreender uma radical alteração em seu cotidiano, dando-lhe uma coloração distinta, com a clara definição do campo de atuação dos contendores e a intensificação das disputas. De uma forma ou de outra, é um momento de divisões e conflitos que sacralizavam a vida política citadina e neste universo, quem votava passava a ter

[3] Entrevista concedida pela senhora Noelita Curvo no dia 18 de outubro de 2005 a equipe do projeto de pesquisa História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres.

importância, ganhava significados especiais, era acalentado e de certa maneira protegido "cortejado", ainda que intermitentemente, criando uma rede diversificada de fidelidades pessoais, envolvendo atores com capital político diferenciado, mas entrelaçados no momento do exercício do voto.

Nesta perspectiva de abordagem, trabalhos mais recentes chamam a atenção para a necessidade do clientelismo ser tratado não necessariamente como uma "deturpação", em relação a modelos teóricos que dão aporte para a compreensão de sistemas políticos diferenciados. (KUSCHINIR & CARNEIRO, 1999: 240) . A partir deste pressuposto, o voto tomado de forma isolada ou conjunta, revela-se um poderoso elemento de adesão, permeado pelo caráter de troca que lhe é intrínseco e as relações pessoais que o funda. Em que medida, nos casos observados, o voto é desqualificado e desprovido de valor, considerando que os recursos coercitivos utilizados pelos agentes em jogo, se tornam em determinados momentos mais eficazes, é sem duvida algo que merece nossa atenção, ainda que, o empenho na sua obtenção aponte preliminarmente para a manutenção de sua importância durante os pleitos eleitorais. Mecanismos coercitivos e clientelismo, não são componentes por excelência de um tempo que não é o nosso e de um passado que não nos diz respeito, a alternância de ambas as práticas ou sua utilização simultânea depende de uma série de fatores, bem como a dosagem com que são aplicadas. A *cultura política* no Estado é por elas forjadas e o conjunto dos atores envolvidos nas disputas de poder, não podia delas prescindir.

É interessante observar, como entre as narrativas colhidas, caminham lado a lado referências substantivas sobre os partidos políticos que estabelecem o campo de divisão dos contendores, revestindo-os de significado, valorando-os e ao mesmo tempo práticas políticas que os reduzem à siglas meramente formais, destituindo-os de um sentido. Pode-se até mesmo pensar num primeiro momento em uma relação paradoxal em que fica muito bem explicitado a não institucionalização da vida partidária, mas de outro não há como desconsiderar os nexos de uma dinâmica partidária que se encontram nas dobras e com poucas possibilidades de os explicitarmos se no atermos ao formalismo que permeiam determinados estudos de ciência política. Dito de outra forma, há todo um ritual anuviado, que não aparece nos dados e estatísticas, nas tabelas, na composição dos quadros eleitorais e nos desenhos frios e assépticos dos gráficos. Eles não podem simplesmente ser desconsiderados ou desprovidos enquanto resíduos que apontam para a complexidade da vida social. E aqui tomo as palavras de Putnam, em um momento particularmente propício ao debate, considerando as polêmicas e discussões sobre atual reforma política, espécie de apanágio para a resolução de todos os problemas e questões. Acerca da relação entre as práticas políticas e as normas

institucionalmente estabelecidas, este autor nos apresenta algumas perguntas que dão o que pensar, como por exemplo:

> *Se reformarmos as instituições, seguirão as práticas políticas o mesmo caminho?; De que forma o meio ambiente social, econômico e cultural influencia a performance das instituições democráticas?; Ou ainda, será que a qualidade da democracia depende da qualidade de seus cidadãos? (KUSCHINIR & CARNEIRO, 1999: 242, apud) .*

Questionamentos que dão o que pensar e nos instigam a refletir sobre como as cidades vivenciam o político e os nexos possíveis de serem estabelecidos, oportunizando também, no meu entender, a produção de uma grade de leitura para a compreensão deste rico campo de investigação. Penso que as abordagens historiográficas que tratam dos estudos do político, a partir da utilização de fontes orais, cruzando-as com os demais registros disponíveis é mais um componente no sentido de tornar inteligível o conjunto de feixes que envolvem a relação dos personagens surgidos e construídos em seus relatos com os espaços por eles coabitados.

Para finalizar é sempre bom lembrar que cotidianamente mudam as perguntas e, por conseguinte, como o passado é abordado e filtrado, ou seja, no interior do complexo conjunto de alterações, muda também a forma como o texto histórico é produzido, a linguagem retira e introduz novas figuras, o modo como o ser humano estabelece suas relações com o mundo são modificadas, o conjunto de fontes, rastros, pistas ou vestígios são diversificados, os combates no campo do conhecimento historiográfico entendido como legitimado e autorizado são revitalizados, toda uma rede de sociabilidade calcada em valores distintos é permanentemente construída ou reconstruída, num amalgamento de práticas do passado, do presente e de um possível devir. É no interior deste turbilhão e em meio aos nexos responsáveis por sua inter-relação que está situado o historiador. Seu trabalho está entrecortado por este complexo universo de sentimentos e sentidos, onde a percepção e as experiências das sensações não são homogêneas nem unívocas. Sua construção se dá no diálogo interno e intrínseco à sua escrita, com as percepções externas que nos são inerentes, uma composição tensa, mas necessária e permanentemente perpassada pela condição de como nos situamos perante a vida e estabelecemos os nossos mecanismos de leitura do mundo.

Referências bibliográficas:

BOURDEIU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História política*. In: **Estudos Históricos**. Vol. 9, nº. 17. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Pp. 161-165.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998. Pp. 130-153.

_____. *Coronelismo*. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coord). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: 1930-1983. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/FINEP/Forense Universitária, 1984. Pp. 932-934.

JULLIARD, Jacques. *A política*. In: Le Goff, Jacques & Nora, Pierre (org.) **Fazer História**. Bertrand, 1989.

KUSCHINIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. In: **Estudos Históricos**. Vol. 13, nº. 24. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Pp. 227-250.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: **Projeto História**. (17). São Paulo: EDUC, nov. 1998.

RÉMOND, René. *Por que a história política*? In: **Estudos históricos**. Vol. 7, nº. 13. Rio de Janeiro: FGV, 1994. Pp. 9-19.

_____. *Do político*. In: RÉMOND, René (org.). ***Por uma história política***. (org.). Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. Pp. 441-450.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Ensino de História nas escolas quilombolas – ocaso da escola Alexandrina P. Santos - Uma escola quilombola

.

Gracy Tadeu Ferreira Silva[1]
Julia Bueno de Morais Silva

Resumo: O objetivo desse texto é possibilitar uma reflexão sobre a função do ensino de história nas regiões quilombolas. Busca-se perceber, a partir de uma escola quilombolas, se o ensino de história atua como instrumento de valorização da identidade negra. A Lei 10.639/03 assegurou o reconhecimento da identidade e a representação negra como formas de expressões singulares,contudo nem sempre a escola está equipada para desempenhar tais funções,por isso é relevante resgatar as experiências vividas na escola municipal Alexandrina P. Santos- Uma escola próxima à comunidade quilombola dos Almeidas .
Palavras chaves- ensino, história, quilombos

Abstract: The objective of this text is to make possible a reflection on the function of history teaching in the quilombola regions. It is searching to perceive through the quilombola school if the history teaching acts as an instrument of the appreciation of the black identity. The law 10.639/03 assured the recognition of the identity and of the black representation as the forms of individual expression, however the school is not always equipped to execute such functions, therefore it is essential to recover the experiences lived in Alexandrina P.Saints municipal school - a quilombola the Almeidas school.
Keywords- teaching,history,quilombola

Introdução:

A partir das pesquisas iniciais do projeto Educação e Reforma Agrária no Cerrado,aprovado pelo CNPq no programa PROINPE**,obtive os primeiros contatos com população de remanescentes de quilombos, aqui identificados como os Almeidas da região de São Sebastião da Garganta, município da cidade de Silvânia –GO.

A proposta desta reflexão é o papel da disciplina História no processo de educação e formação dos alunos de uma área quilombola, ou seja, como incluir no ensino um estudo sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira presentes na região centro –oeste ? Como podemos relacionar o processo de ensino e aprendizagem ao processo de formação de identidade? Cabe nos ressaltar que essa formação de identidade entendida, aqui, como

[1] *Ambas são Mestre em História pela UFG, e professoras da UEG e da Unievangelica/Anápolis-Go
Projeto desenvolvido em parceria com governo do Estado de Goiás a UFG/Cecab e a UEG(2003)

uma representação (imagem) que se tem de si mesmo, construída ao longo da vida na troca de experiências com a família, escola, trabalho e convivência social. No processo de representação, há, também, um sistema classificatório que inclui ou exclui os indivíduos do pertencimento ou não de um grupo. No caso da escola observada, percebe-se, nitidamente, a existência de grupos diferenciados: negros pertencentes ao quilombo; brancos e negros do assentamento; e brancos e negros das fazendas vizinhas à escola.

A realidade escolar:

A escola Alexandrina P. Santos ou escola Quilombo, como comumente é conhecida, foi criada em 2000, e localiza-se na zona rural, á margem da GO – 010, Km 17, da rodovia que liga o município de Vianópolis a Luziânia. É uma escola com uma boa infra-estrutura, construída com recursos do Banco do Brasil,mas hoje, a escola necessita de pintura e reformas nas instalações.

O calendário escolar segue a orientação da Secretaria Municipal de Educação -SEM- que estabelece o mesmo cronograma e atividades para todas as escolas da rede, independente da escola se localizar na zona rural ou urbana do município. O currículo segue as determinações da LDB, junto com o programa de disciplinas e conteúdos que também são determinados pela SEM, mas não apresenta nos documentos nenhuma referência às particularidades do lugar ou ao grupo quilombola. O corpo docente é formado por professores, na sua maioria, graduados, e moradores em Silvânia e todos os dias se deslocam para a escola, utilizando o ônibus escolar que também leva os alunos.Os livros didáticos adotados são escolhidos pela SEM e distribuídos aos alunos. Na área da História o livro adotado é o Saber e Fazer História, geral e do Brasil, de Gilberto Cotrim. Não há nos conteúdos ou nas praticas pedagógicas algo que se refira a tradições culturais /históricas/cotidianas dos grupos que freqüentam a escola, e em especial, os Almeidas, povos que formam o quilombo, com o fim da mineração no séc XVIII.

Alternativas no ensino.

As expressões de afro-brasilidade, presentes no cotidiano dos Almeidas como danças , cantigas, causos e brincadeiras - são expressões que podem representar uma medida de complementação dos conteúdos aplicados na sala de aula. Os conteúdos afro-brasileiros podem ser trabalhados através de atividades lúdicas, para ainda que, de forma tímida,

principalmente nos espaços extra-classe possam se tornar incursões pedagógicas e mesmo no campo dos conteúdos dados em sala de aula, as tradições as lembranças - podem ser reconstruídas através da historia oral, podendo estabelecer frente aos alunos uma visão crítica sobre a formação social e cultural das diferentes etnias que compõem a sociedade brasileira, contribuindo assim, para a formulação de políticas educacionais que valorizam o universo afro-brasileira. Essa abertura discursiva, dando-se através de conteúdos no sistema de ensino formal em sala-de-aula,mas igualmente pelo incentivo e incremento de práticas lúdicas e informais, tendo como meta conteúdos específicos, estará, certamente, a serviço do reconhecimento mais amplo, por parte dos estudantes, de nossas diferentes manifestações de afro-brasilidade. A intenção é contribuir para a proposição de um currículo que possa viabilizar ao estudante-quilombola o acesso aos bens materiais e culturais disponíveis na sociedade, a valorização da cultura particular da sua comunidade que a faz diferente e resistente, enquanto legitimação da identidade

Referências Bibliográficas

BRAGA, Maria Lúcia Santana;SOUZA Edileuza Penha de;PINTO Ana Flavia Magalhães. **Dimensões da inclusão no ensino médio : mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola.** Brasília:ministério da Educação, Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,2006.

CABRERA,Olga. **Entrecruzamento cultural no cerrado** A comunidade Negra dos Almeidas (1970-2004) mimeo.2004.

SILVA,Julia Bueno de Morais. **Identidade e Territorialidade , nas Comunidades Negras de Porto Leocardio e os Almeidas.** Mimeo 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Movimento de Renovação da Educação e o Cinema Educativo

Roberta Maria Lobo da Silva *

Resumo
O pensamento sobre o cinema educativo no Brasil deve ser analisado a partir de um projeto de educação elaborado nas décadas de 1920 e de 1930. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, dentre outros, iniciam a construção dos princípios da educação brasileira com as reformas educacionais dos anos de 1920. Com base na análise do projeto de educação da época e da produção de Humberto Mauro nos anos iniciais do INCE, buscaremos relacionar a formação de uma consciência social da educação no Brasil com o cinema educativo.

Abstract
The thought about educational cinema in Brazil should be analyzed from the education project elaborated in the decades of 1920th and 1930th. Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, amongst others, initiated the construction of the Brazilian educational principles with the educational reforms in the 20´s. Based on the analysis of the educational project at that time and Humberto Mauro's production during the first years of INCE, we will try to relate a formation of social awareness of education in Brazil to the educational cinema.

1. O ciclo das reformas de educação na década de 1920.

No final da chamada República Velha, inicia-se um processo de modernização da educação brasileira impulsionado pela elite intelectual paulista. O Estado de São Paulo concentra o poder político e econômico nas mãos da oligarquia cafeeira e mesmo recebendo críticas de outras oligarquias e de segmentos da classe média, torna-se símbolo de progresso no que tange ao avanço do processo civilizador na sociedade. Durante a República Velha, dois movimentos educacionais se alternam e se complementam, são eles: o movimento de *entusiasmo pela educação* que solicitava a abertura de escolas e o movimento do *otimismo pedagógico* que solicitava a mudança dos métodos e conteúdos do ensino[1]. Trataremos aqui

* Historiadora e Doutora em Educação (UFRRJ).

[1] Até o princípio da década de 1920, a República não havia implementado um sistema de ensino no país. As escolas eram isoladas uma das outras, geralmente funcionavam em salas alugadas sem mobiliário e com condições higiênicas inadequadas, os professores eram formados na pedagogia tradicional com base na repetição, na memorização, na associação dos conteúdos, definindo generalizações e aplicando-as em situações particulares, sendo uma fusão da pedagogia jesuítica com a filosofia da educação do alemão Herbart (1776-1841). (GHIRALDELLI, 2006:33).

do segundo movimento, visto que avançando sobre os anos de 1920 e de 1930 torna-se hegemônico, sendo mais conhecido como *Movimento de Renovação da Educação, Movimento dos Pioneiros da Educação* ou *Movimento da Escola Nova.*

Em 1920-1921, Sampaio Dória realiza em São Paulo a primeira reforma regional do ensino, que teve imenso prestígio. Nos anos de 1922-1923, Lourenço Filho, educador paulista, realiza a segunda reforma no Estado do Ceará. Em 1924, Anísio Teixeira realiza a reforma na Bahia. Em 1925-1928, José Augusto Bezerra de Menezes realiza a reforma educacional no Rio Grande do Norte. Em 1927-1928, Lisímaco Costa realiza a reforma no Paraná. Também nos anos de 1927-1928, Francisco Campos realiza a reforma em Minas Gerais, criando em Belo Horizonte a escola de Aperfeiçoamento para professores diplomados pelas escolas normais comuns. Entre os anos de 1927-1930, Fernando de Azevedo realiza uma nova reforma no Distrito Federal[2]. (LEME, 2005:168).

Mas em que consistem estas reformas educacionais?

Em primeiro lugar, podemos dizer que este movimento de reformas é o início da penetração do liberalismo na educação brasileira, a defesa do ensino público, gratuito, obrigatório, laico. Possui como uma das principais referências o Movimento da Escola Nova que surge no final do século XIX em instituições particulares da Europa, sendo que no início do século XX há uma adesão das escolas públicas, principalmente nos EUA. Este movimento possuía, em linhas gerais, os seguintes princípios: a educação como ajustamento às necessidades da vida social modificada pela industrialização; consciência pedagógica de que o desenvolvimento biológico e psíquico e os interesses dos alunos deveriam orientar a escola (filosofia da educação); a escola deveria estar centrada na criança, na comunidade e na atividade/trabalho (prática pedagógica); o pleno direito à educação (política educacional).

Portanto, os eixos formuladores do Movimento Escola Nova são:

A *Escola Única* que significava oportunidade educacional para todas as classes garantida pelos poderes públicos, obrigando a todos uma formação inicial comum acessível pela gratuidade, assegurando assim a unidade dos cidadãos, uma democracia social ou no

[2] As reformas da educação estavam restritas aos estados da federação. O governo federal realizou, neste período, algumas reformas no âmbito do ensino superior e secundário, visto que o artigo 35 da Constituição de 1891 limitava a ação do Poder Central a estes dois graus de ensino. (LEME, 2005:169)

mínimo desenvolvendo uma consciência democrática. A educação como condição para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico era vista como instrumento de equalização social. A hierarquia das capacidades individuais é base da hierarquia democrática, onde a escola com sua natureza supraclasse deve ser assumida como função social do Estado. Entretanto, no Brasil, jamais se reivindicou o monopólio do ensino pelo Estado, devido a sua incapacidade de prover recursos suficientes para manter uma educação igual para todos, assim mantinha-se o direito de organização das escolas particulares.

A *Escola-Comunidade* marcada pela compreensão de que o desenvolvimento da criança se fazia nas condições do meio social de cada comunidade. Neste sentido, a escola deve ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação, tornando o indivíduo preparado para o trabalho (condição individual) e para a comunidade (condição social);

A *Escola do Trabalho*, onde o aprendizado estaria marcado pela atividade nos mesmos princípios de organização da sociedade, ou seja, a escola se tornaria também um instrumento de organização econômica. Através do aprender fazendo e do aprender a aprender, o aluno observa, experimenta, projeta e executa, tornando-se apto para atender as necessidades postas pela sociedade moderna.

A Escola com base na filosofia da experimentação, utilizando a psicologia e a biologia. A educação deixa de ser centrada no professor, centrando-se no aluno. O professor teria a função de estimular e orientar a aprendizagem, organizando a classe em pequenos grupos de alunos em estudos aproximados segundo áreas de interesse decorrente de suas atividades livres. O esforço é substituído pelo interesse, a disciplina pela espontaneidade e o diretivismo pelo não-diretivo.

No Brasil dos anos de 1920, mesmo sem um consolidado sistema de ensino público, o que os renovadores da educação apontavam era a necessidade de *republicanização da República*, de democratizar e de modernizar a educação a fim de que esta educação moderna pudesse atender as exigências de um capital industrial urbano e de uma burguesia liberal em formação. Nas décadas de 1920 e 1930, tal modernização implicava qualificar técnicos e dirigentes, bem como civilizar as classes populares, tendo como horizonte o fortalecimento de uma consciência nacional delineada por uma elite de intelectuais vinculados ao Estado.

Mesmo sendo inovadoras quanto aos aspectos de uma filosofia da educação e de uma prática pedagógica, as reformas da educação nos anos de 1920 não questionavam o aspecto conservador da sociedade brasileira, tendo o apoio dos governantes da Primeira República, como Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926). Tampouco levavam em consideração a crise econômica (inflação e câmbio desordenados, queda do valor das exportações) e a crise política (greves promovidas por sindicatos anarquistas, revolta tenentista, permanente estado de sítio, surgimento do partido comunista, etc). (NOGUEIRA, 2001:74)

As reformas consistiam em alterar a pedagogia, a arquitetura escolar, a relação ensino-aprendizagem, a forma de administrar as escolas, as formas de avaliação e de implementar a psicopedagogia, objetivando a constituição de um sistema de ensino primário e de um moderno sistema de formação de professores com base em uma nova tecnologia disciplinar. (GHIRALDELLI, 2006: 33).

2. As particularidades de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* lançado em 1932 sintetizava os princípios do Movimento da Escola Nova no que tange aos seus postulados de filosofia da educação, de prática pedagógica e de política educacional, sendo uma resposta ao Governo provisório de Vargas que tinha pedido em 1931 na IV Conferência Nacional de Educação promovida pela Associação Brasileira da Educação (ABE) a formulação de um documento que apontasse diretrizes para a atuação do Ministério da Educação e Saúde chefiado pelo também reformador Francisco Campos. Porém, o Manifesto teve um caráter estratégico de influenciar a Assembléia Nacional Constituinte de 1934. (GHIRALDELLI, 2006:41).

Assinaram o documento 26 educadores, reunidos em torno de uma concepção geral de *Renovação da Educação*, no entanto, este grupo de educadores estava marcado por diferenças ideológicas que iam do liberalismo ao marxismo, do anarquismo ao tenentismo. Um aspecto comum entre a maior parte dos educadores que assinaram o manifesto era o fato de que ocupavam cargos importantes na burocracia estatal. Os que não ocupavam cargos públicos eram conhecidos nomes da educação secundária e superior.

Entretanto, a marca do Movimento de Renovação da Educação foi disputada por três grandes nomes que se tornaram modelos do intelectual reformador dos anos de 1920: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Fernando Azevedo era filho de um dono de companhia de bondes no Rio de Janeiro. Estudou no seminário, fez o curso de Direito e em 1921 era professor de latim e literatura na Escola Normal da Praça da república em São Paulo. Em 1926, como jornalista de O Estado de São Paulo foi incumbido de elaborar um inquérito sobre a instrução pública em São Paulo, que o projetou como especialista na área da educação, sendo indicado ao presidente Washington Luís para o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, sendo empossado em 1927. Realizou em 1928 a reforma educacional no Distrito Federal, sendo cogitado para ser Ministro da Educação quando foi anunciada a intenção da República criar tal Ministério. Com Vargas em 1930, o Ministério foi criado, porém, assumido por Francisco Campos.

Anísio Teixeira era de família rica da Bahia, teve educação jesuítica e se formou em ciências jurídicas e sociais. Apoiou Arthur Bernardes na sua campanha para presidente da República e em troca tornou-se em 1924 Inspetor Geral de Ensino da Bahia, realizando ali a reforma educacional. Em 1928-1929, estuda com John Dewey nos EUA e em 1930 torna-se sucessor de Fernando de Azevedo na Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal.

Lourenço Filho, filho de vendedor de livros, proprietário de tipografia, fundador e dono de jornal e cinema no interior de São Paulo, divulgou as correntes européias do Movimento Escola Nova, centrando-se no desenvolvimento de uma psicologia educacional. Foi professor primário pela escola Normal de São Paulo e se formou em Direito, depois de cursar dois anos de medicina. Em 1922, assume a cadeira de Pedagogia e Educação Cívica da escola Normal Primária de São Paulo e em 1923, através de um acordo entre o governo paulista e o governo cearense, assume a reforma educacional no Estado do Ceará. Em 1929, publica o livro *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, que marcou a literatura pedagógica da época. Em 1930, ocupa a Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo e em 1932 integra a equipe de técnicos do Ministério da educação e Saúde Pública, dirigido por Francisco Campos.

As particularidades dos três educadores de referência do Movimento de Renovação Educacional, que atravessaram os últimos anos da República Velha e os anos iniciais da Revolução de 1930, sendo que Lourenço Filho atravessa inclusive o Estado Novo, estava na expressão de um caráter mais liberal ou mais conservador da modernização da educação, que era apontada como via concreta para a ascensão social do indivíduo e para a democratização da sociedade. Cumpre ressaltar que tais modelos de intelectuais renovadores, apesar de suas diferenças, jamais colocaram em questão a necessidade de alterar a estrutura econômica da sociedade.

Anísio Teixeira priorizou a relação entre democracia e educação no mundo moderno, sendo condição de aperfeiçoamento social. Fernando de Azevedo enfatizou a idéia da escola ativa como escola vocacional, os testes verificariam as aptidões inatas, as crianças conheceriam as profissões através destes e das as provas do ensino sobre tais aptidões, contando com a freqüência ao cinema, o exercício prático nas fábricas e nas lavouras. Lourenço Filho assimilou as idéias de Anísio Teixeira e de Fernando Azevedo, criando testes para a hierarquização das vocações, ressaltando o papel de assistência social da escola, mas principalmente dos estudos de psicologia experimental capazes de fornecer provas de rendimento escolar e de personalidade, garantindo técnicas de orientação vocacional e profissional, bem como de readaptação social para delinqüentes. Aqui se verifica a junção das idéias de Dewey com as idéias de Durkheim, visto que a coordenação da vocação individual garantiria a coesão social, já que a divisão social do trabalho se daria sem conflito com base numa solidariedade orgânica. (GHIRALDELLI, 2006:49-57).

3. Limites do Movimento Escola Nova.

Os princípios do Movimento da Escola Nova de fato não pautaram a organização dos sistemas escolares por vários motivos: elevado custo operacional para a sua implementação, visto que deveria contar com equipamentos, professores preparados e grupos de alunos reduzidos por turma. Segundo, Nogueira (2001: 29), as escolas que seguiram os princípios da Escola Nova acabaram por receber apenas filhos da elite econômica, aprimorando a qualidade do ensino e centrando sua atenção no campo técnico-pedagógico no interior da escola. A própria funcionalidade, o afrouxamento da disciplina e a pouca preocupação com a transmissão de conhecimento fizeram baixar a qualidade ou o nível do ensino e da aprendizagem das camadas populares: "(...) A Escola Nova não substituiu a escola tradicional e o seu ideário pretendendo

eliminar as deficiências da escola Tradicional, na prática, reforçava a idéia de que é melhor uma boa escola para poucos, do que uma escola deficiente para muitos." (id: 30).

Um outro aspecto que marcou a atuação dos renovadores da educação foi a concepção de uma educação comprometida com aspectos técnico e pedagógicos, desvinculada dos aspectos políticos da sociedade. Ou seja, a reflexão pedagógica separa-se de uma reflexão política, pois está determinada por uma neutralidade técnica. Deste modo, os renovadores da educação podiam atuar em qualquer ordem social vigente sem comprometer a pureza da educação. (PAIVA, 1973:106).

Paschoal Leme, um dos assinantes do Manifesto, aponta a contradição fundamental do movimento de renovação da educação: como definir, elaborar os princípios de uma educação democrática numa sociedade anti-democrática? É possível conceber uma educação democrática sem a democratização da sociedade?

4. Movimento de renovação da educação e cinema educativo.

As propostas de um cinema educativo já aparecem nas reformas educacionais dos anos de 1920, o próprio Fernando de Azevedo, reformador do Distrito Federal em 1928, incluirá o cinema como proposta de ensino. (AZEVEDO, 1971:700 apud CATELLI, 2004:2) [3]. O movimento da Escola Nova almejando a modernização da sociedade brasileira através da educação incluiu no seu projeto o rádio e o cinema como instrumentos pedagógicos fundamentais para a educação das camadas populares e para a integração de diversas regiões do país através da produção imagética de um sentimento de nacionalidade.

Concepções sobre o cinema veiculadas pela Revista Cinearte na década de 1920 marcava o ideal civilizador (e por isso educativo) do cinema nacional que deveria negar os filmes que veiculassem imagens de "indígenas, cangaceiros, negros" e "arrancar as populações sertanejas da ignorância, das endemias, do cangaço, do fanatismo, do atraso, da miséria, pondo-as em condições de luta contra todos esses fatores que as deprimem". (Revista Cinearte, RJ 18/4/1928 e 2/12/1931).

[3] Segundo Marrone (1997 apud CATELLI, 2005), o projeto de utilização de filmes educativos nas escolas não se efetivou como prática pedagógica, sendo apenas um produto importado de outros países, estando presente apenas nos discursos oficiais.

Podemos fazer uma relação entre o princípio da Escola-Comunidade do movimento de renovação da educação e os filmes produzidos pelo INCE nos anos de 1930. O princípio da Escola-Comunidade, além de marcar o processo de socialização do aluno, bem como seu preparo para a cooperação e para a vida numa sociedade moderna, esteve marcado pela idéia de um processo civilizador. A Escola tinha o papel de civilizar as comunidades, daí a insistência nas campanhas de higiene e no desenvolvimento de uma educação sanitária[4]. Mesmo com as reformas educacionais dos anos de 1920 e toda a influência do movimento de renovação da educação na política educacional promovida pelo Estado de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e de 1940, não se havia consolidado no Brasil um sistema público de ensino que atingisse toda a população brasileira. Daí importância do Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937-1966), que além de produzir documentários e filmes científicos e de distribuir cópias à rede de ensino, alargava sua exibição em espaços extra-escolares, acentuando o papel civilizador do cinema. Palavras de Roquette-Pinto, diretor do INCE de 1937 a 1948: "O Cinema Educativo deve ser no Brasil a escola dos que não tiveram escolas". (SOUZA, 1990: 27). Nossa hipótese é de que a produção do INCE estava marcada por filmes de teor educativo civilizador, voltados para as datas oficiais, para a natureza, e temas históricos, com especial acento para a educação sanitária, como nos mostra o filme *Fossa Seca.*

5. A historiografia educacional e o esquecimento do projeto de educação elaborado também na década de 20 pelos círculos anarquistas.

Na historiografia educacional pratica-se um esquecimento no que diz respeito ao projeto de educação elaborado nos anos de 1920 pelos círculos anarquistas.

As experiências pedagógicas do espanhol Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) influenciaram professores brasileiros ligados ou não ao movimento operário anarquista da década de 1910-1920. A base de suas experiências estava na crítica a uma pedagogia baseada na transmissão do conhecimento e na disciplina da inteligência, negando os sentimentos, bem como na dimensão prática do conhecimento e da liberdade social. Estes professores estavam ligados às Escolas Modernas, que existiram em várias capitais do país, atuando conjuntamente

[4] Por diversas vezes Lourenço Filho deu aulas de educação sanitária na Escola Modelo do Estado do Ceará no período em que implementava a reforma educacional em 1922-1923. "Ministrava recomendação de profilaxia das doenças transmissíveis: como evitá-las e curá-las. Alertava para a necessidade de remoção de dejetos em privadas e mostrava o perigo das dejeções à flor da terra, sua disseminação e contágio". (NOGUEIRA, 2001: 175).

com os centros de cultura libertária de imigrantes italianos, franceses e brasileiros que aderiram ao anarquismo. (GHIRALDELLI, 2006:34).

Segundo Figueira (2003 apud CATELLI, 2005), desde a década de 1910, os anarquistas discutiam a respeito da utilização do cinema para fins educativos, tendo como horizonte uma educação voltada para a transformação da sociedade.

Circula a informação de que o poeta Martins Fontes, ligado aos ideais anarquistas, chegou a produzir um roteiro para a produção de um filme. Tinha ligações com o poeta Olavo Bilac que também produziu roteiros de filmes nacionalistas. Temos a intenção de construir um objeto de estudo a partir destas informações.

Bibliografia:

CATELLI, Rosana Elisa. O cinema educativo nos anos de 1920 e 1930: algumas tendências presentes na bibliografia contemporânea. Porto Alegre: Revista INtexto, UFRGS, 2005.
_____. O Instituto Nacional de Cinema Educativo: o cinema como meio de comunicação e educação. IN: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/ INTERCOM, 2004, Porto Alegre.
FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. O Cinema do povo. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2003.
GALLO, Sílvio. Ferrer e a pedagogia racional: um balanço cem anos depois. Revista educação Libertária. Número 1. SP: Editora Imaginário; Instituto de estudos Libertários, 2006.
GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira. SP: Cortez, 2006.
LEME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.86, n.212, p.163-178, jan/abr.2005.
MARRONE, Maria Lúcia. Cinema e educação: a participação da "imagem em movimento" nas diretrizes da educação nacional e nas práticas pedagógicas escolares. Dissertação de mestrado, FE-USP, 1997.
NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2001.
PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos. SP: Edições Loyola, 1973.
SOUZA, Carlos Roberto (org.). Catálogo de Filmes produzidos pelo INCE. SP: Cinemateca Brasileira; Fundação do Cinema Brasileiro, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conselho Estadual de Cultura do Pará: a contribuição local na formação da "cultura nacional"

Cleodir da Conceição Moraes*

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre as razões que levaram o governo estadual à criação e à instalação do Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC/Pa) e sobre o papel por ele assumido na implementação da política cultural do Estado, visando dar sua parcela de contribuição regional na formação da "cultura nacional".
Palavras-chaves: Conselho Estadual de Cultura – Ditadura Militar – Pará.

Abstract: This article intends to reflect on the reasons that had taken the state government to the creation and the installation of the Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA) and on the paper for assumed it in the implementation of the cultural politics of the State, being aimed at to give its parcel of regional contribution in the formation of the "national culture".
Keywords: Conselho Estadual de Cultura – Military Dictatorship – Pará.

O Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC/Pa) foi criado pela Lei nº 4.073, de 30 de dezembro de 1967, assinada pelo então governador Alacid da Silva Nunes, e instalado oficialmente em 30 de outubro de 1968. Foi o primeiro do gênero na região e sua criação contou com a decisiva contribuição do presidente do Conselho Federal de Cultura (CFC), Josué Montello, que solicitou ao governador do Estado a constituição daquele órgão de cultura para que o Estado pudesse "contribuir na formulação do Plano Nacional de Cultura, em seu aspecto regional".[1]

Estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e promover a elaboração de uma Política Nacional de Cultura eram, aliás, as principais atribuições do CFC (CALABRE, 2006: 83). Constituído de vinte e quatro conselheiros escolhidos e nomeados diretamente pelo presidente da Republica, do porte de um Gilberto Freyre, um Arthur Cezar Ferreira Reis e de um Afonso Arinos de Mello Franco, o CFC funcionava como órgão deliberativo e consultivo – e, não raro, executor – da política cultural implementada pelo governo federal durante o período militar brasileiro.

---

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Pará e professor do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), Escola de Aplicação da UFPa.

[1] Além da solicitação feita ao governador do Estado, o presidente do CFC, Josué Montello, fez chegar às suas mãos diversos instrumentos jurídicos nos quais Alacid Nunes poderia se fundamentar para a constituição de um Conselho Estadual de Cultura. (RÊGO, 1968: 5)

Como síntese da vontade de seu povo - argumentava-se na época –, o Estado nacional era o único meio capaz de promover o desenvolvimento da "cultura nacional", num país de dimensões continentais como o Brasil. Fruto do caldeamento cultural e racial - do "branco", do "negro" e do "índio" - que caracterizou o processo de colonização portuguesa nos trópicos, a "cultura nacional" trazia em si a marca da diversidade, resultante das diferentes formas de adaptação do homem "luso-brasileiro" e "brasileiro" no Novo Mundo. Daí a importância da criação dos Conselhos Estaduais de Cultura para a configuração da unidade a partir da diversidade cultural do país.

Criação e instalação do Conselho Estadual de Cultura

Em agosto de 1967, o governador do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa (AL) a minuta de um projeto de criação do CEC/Pa elaborado de acordo com o modelo do Decreto-Lei que criou o CFC, enviado por Josué Montello. Os deputados, por sua vez, alteraram parcialmente o projeto inicial, incluindo como novidade o artigo 2º, com o seguinte texto:

> *"será obrigatória a inclusão, entre os membros do Conselho, de representantes indicados pelas seguintes entidades: Prefeitura Municipal de Belém, Arquidiocese de Belém, Universidade Federal do Pará, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Academia Paraense de Letras, Instituto dos Advogados e Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará". (Idem: 15)*

O artigo foi vetado pelo executivo. Em primeiro lugar, argumentou o governador, porque apresentava um problema de ordem jurídica ao ferir ao que já havia sido prescrito pelo Decreto-Lei nº 74/67 de criação do CFC. Ele dava poderes ao executivo federal de nomear os membros desse órgão e, como subsidiário ao CFC, o CEC-Pa deveria, pois, seguir as mesmas diretrizes jurídicas que lhe deram ensejo.

Por outro lado, haveria também de se definir o caráter a ser assumido pelo CEC/Pa. Para o executivo estadual ele não possuía o caráter de representação "partidária ou classista", como poderia sugerir o artigo citado, e sim o de uma representação "cultural" e "intelectual" com mandatos a serem cumpridos e cujos membros deveriam ser escolhidos pelos seus méritos, entre aqueles que apresentassem "o necessário gabarito para a função" (Idem: 19). Argumentava ser necessária essa desvinculação classista para que o executivo tivesse maior flexibilidade na composição de seus membros, embora, como veremos, estes tenham sido recrutados nos meios intelectuais indicados pelo artigo.

Por último – e, talvez, o mais importante – era necessária garantir a "governabilidade" no interior da própria estrutura político-administrativa do Estado, o que significava evitar opiniões conflitantes. Claro estava para o governo estadual que, deixando a composição dos membros do CEC/Pa sob a livre escolha das instituições indicadas, abrir-se-ia precedente para "ressentimentos muitas vezes difíceis de contornar, colocando o Poder Executivo em situação melindrosa" (Idem: 28). Não valia a pena correr o risco!

Para um "colegiado da mais alta envergadura", cuja tarefa era traçar normas e realizar o planejamento da política cultural do Estado, a composição do CEC/Pa deveria se plasmar na harmonia e no entrosamento entre seus membros e entre estes e o governo estadual, a quem estariam subordinados. Alacid Nunes reivindicava, assim, a manutenção de critérios qualitativos, e forçosamente subjetivos, para a escolha dos membros do Conselho, semelhante àqueles facultados ao presidente da República para nomeação dos membros do CFC.

O CEC/Pa foi, assim, composto por quinze membros escolhidos "por um critério pessoal do governador", entre "pessoas ilustres, pertencentes ao direito (...) à medicina, à pesquisa científica, à imprensa" do Estado.[2] Entre elas estavam, por exemplo, o reitor da Universidade Federal do Pará (UFPa), José Rodrigues da Silveira Neto, o jurista Aloysio da Costa Chaves, que viria ser reitor da mesma universidade, em 1969, o Superintendente da SUDAN, General Ernesto Bandeira Coelho, o médico Luiz Miguel Scaff, representante da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, no Conselho Regional de Medicina e que havia sido Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde, em 1961, o historiador Ernesto Cruz, diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) e da Biblioteca e Arquivo Público do Pará e o professor Clóvis Silva de Moraes Rego, membro do IHGP e Secretário de Governo do Estado.[3]

Pelo menos três aspectos chamam atenção nessa composição do CEC/Pa. Primeiro, havia certa contemporaneidade entre esses intelectuais. Possuíam em média 54 anos

---

[2] Entrevista concedida ao autor pelo presidente do Conselho Estadual de Cultura, Prof. Dr. Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, na sede do Conselho, no dia 20 de dezembro de 2005.

[3] Os demais membros eram: os advogados Otávio Mendonça, Orlando Chicre Miguel Bitar, Daniel Queima Coelho de Souza, Acy de Jesus Neves de Barros Pereira e Silvio Augusto de Bastos Meira, os escritores e jornalistas José Sampaio de Campos Ribeiro, Inocêncio Machado Coelho Neto e Temístocles Santana Marques e a professora Maria Annunciada Chaves. (RÊGO, Op. Cit: 38)

de idade e muitos já se conheciam desde os tempos ginasiais.[4] Individualmente, a diferença mais acentuada ficava por conta de Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, que à época tinha 35 anos, e Ernesto Horácio Cruz, que já somava os 70 anos de idade.

O segundo aspecto diz respeito à formação acadêmica dos conselheiros. A grande maioria deles tinha uma formação bacharelesca, à exceção de Clóvis Silva de Moraes Rego que possuía apenas o magistério. Dos quinze conselheiros nomeados, seis eram formados em Direito e dois em Medicina. Contudo, muitos não estavam no exercício de suas profissões. Dos bacharéis em direito, por exemplo, apenas Orlando Bitar, Otávio Mendonça e Silvio Meira mantinham escritório funcionando em Belém, ainda que dividissem seu tempo entre as atribuições do ofício e as atividades de professor da faculdade de direito na UFPa.

Na verdade, o título escolar teve menor peso para o ingresso no CEC/Pa, uma vez que contava mais a "cultura geral" do postulante ao cargo do que a sua especialização profissional. Afinal, seus membros deveriam estar preparados para lidar com a variedade de temas e problemas "culturais" com os quais iriam se defrontar no exercício de suas funções, o que exigia deles muito mais que a mera especialidade acadêmica.

Finalmente, chama a atenção o fato de a maioria dos conselheiros já possuir vasta experiência na administração pública. Era o caso, por exemplo, de Clóvis Silva de Morais Rêgo, à época Secretário de Estado de Governo. Além de ter se notabilizado no cenário educacional e cultural paraense como professor de História Geral e de Português no tradicional Colégio Estadual "Paes de Carvalho", ele foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, em 1951, Chefe do Setor de Coordenação e Divulgação da SPVEA, em 1961 e Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Belém, em 1966, na administração do então prefeito Alacid da Silva Nunes. Essas importantes credenciais, em que experiências políticas e culturais se conjugavam, tiveram peso decisivo, além da proximidade com o chefe de governo estadual, na hora de sua escolha como membro do Conselho.

Também outras importantes credenciais foram consideradas. Semelhante ao que ocorrera na composição do CFC, os membros do CEC/Pa foram recrutados em instituições culturais já reconhecidas no Estado, como a Academia Paraense de Letras (APL) e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPa), e a UFPa, de criação mais recente. Dos conselheiros

[4] Esses dados aritméticos foram produzidos com base na idade de treze membros do Conselho, conforme data de nascimento constante de seus respectivos currículos. Apenas a professora Maria Annunciada Chaves e Inocêncio Machado Coelho Neto não indicaram data de nascimento. (Idem, ibdem)

nomeados, cinco pertenciam a APL, oito ao IHGPa e oito eram professores ou ocupavam cargos na administração da UFPa. Silvio Meira se destacava por ser membro de todas elas. Os demais conselheiros pertenciam a uma ou duas delas, a exceção apenas de Ernesto Bandeira Coelho, Inocêncio Machado Coelho Neto e Clóvis Silva de Morais Rêgo, que viriam ingressar somente depois na APL e no IHGPa. Eram credenciais importantes para a garantia da unidade e da coesão do grupo responsável pelo direcionamento a ser dado à política cultural do Estado.

No ato de instalação do Conselho, em 30 de outubro de 1968, o Conselheiro Otávio Mendonça advertiu que o grande desafio dos membros daquele órgão era contribuir com suas experiências "para a preservação das nossas tradições e a defesa do rico patrimônio artístico que nos legaram outras gerações e estimular os artistas de hoje a contribuírem para a cultura do nosso povo".[5] Otávio Mendonça parecia vaticinar o que seria a atuação do CEC/Pa nos dez primeiros anos de sua instalação, em que a "defesa" e a "preservação" do nosso "patrimônio cultural" formavam o binômio em torno do qual orbitaram as principais iniciativas do Conselho.

Antes, porém, foi necessário organizar a Casa. No Regimento Interno, aprovado em tempo recorde, em janeiro de 1969, o Plenário constituía-se no órgão máximo de deliberação do Conselho, no qual os conselheiros tinham direito à voz e voto nos assuntos de natureza cultural do Estado sob sua apreciação.

No Plenário, os conselheiros poderiam exercitar as funções para as quais foram designados por lei, relacionadas ao "alevantamento intelectual da terra comum"(RÊGO, Op. Cit: 29). Como também era o espaço em que as "redes" de sociabilidade eram reativadas a cada discurso, a cada homenagem feita a um dos intelectuais que dele participava. Nele se realizava, acima de tudo, um encontro entre iguais, em que a afetividade e o debate de idéias revestiam as sessões, ordinárias ou solenes, de um perfume especial que impregnava o ar de um ambiente já ele próprio especial na vida cotidiana de seus membros.

Era, por assim dizer, um local aberto ao exercício da eloqüência, da erudição, do bem falar, de onde se poderia extrair de uma simples intervenção a mais bem fundamentada tese. O professor José Edison Albuquerque Pereira, que assistiu a várias dessas sessões antes de servir como Secretário do Conselho, a partir de 1979, lembrou, com certo saudosismo e

[5] *A Província do Pará*. Belém, 31/10/1968, 1º Caderno, p. 8.

entusiasmo, que, não raras vezes, as justificativas de alguma proposição lançada por um dos Conselheiros ao Plenário valiam "por uma aula, por um curso, por uma conferência",[6] fossem elas metodicamente preparadas pelo orador, como, em geral, o fazia o conselheiro Clóvis Silva de Morais Rêgo, fossem elas feitas de improviso, como aquelas realizadas pelo jurista Otávio Mendonça.[7] Em todo caso, era sempre um momento especial para orador e assistência – uma "festa de cultura", como se costumava dizer à época.

De acordo com o Regimento, para dar conta da diversidade de assuntos relacionados à esfera de competência do CEC/Pa, foram criadas duas Câmaras: de Letras e Artes (CLA) e de Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (CHPHAE), além de uma Comissão Permanente de Legislação e Normas (CPLN). Os trabalhos do Conselho seriam, então, coordenados por um presidente, eleito para um mandato de dois anos, auxiliado por um vice-presidente e um Secretário Geral.

No Plenário eram votados os pareceres dos processos encaminhados às Câmaras. As demandas dos órgãos públicos ou privados ou de pessoas físicas eram transformadas em processo, para o qual era designado um relator responsável pela elaboração de um parecer sobre o assunto tratado, a ser apresentado ao Plenário para deliberação. As solicitações variavam. Poderiam se referia a uma simples orientação de aspectos da legislação cultural vigente, ao reconhecimento de entidades culturais ou à ajuda financeira para a publicação de livros, a montagem de peças teatrais, a reformas de prédios públicos ou à construção de casas de Cultura, entre outros.

Contudo, semelhante às suas congêneres estaduais e ao próprio CFC, o CEC/Pa ressentia-se da falta dos recursos financeiros para atender a demanda de solicitações. Por esse motivo, muitos projetos avaliados pelas Câmaras, ainda que merecessem aprovação do relator do processo, não foram atendidos por falta de recursos. As restrições financeiras levaram os pareceristas a adotarem uma postura seletiva em relação aquilo que deveria ou não ser merecedor da anuência e da atenção do órgão. A maioria dos projetos mais ambiciosos

---

[6] Entrevista concedida ao autor pelo Secretário Geral do CEC/Pa, Prof.º José Édison Albuquerque Pereira, na sede do Conselho, em 27 de outubro de 2006.

[7] Muitos confirmaram a capacidade de improviso do Conselheiro Otávio Mendonça. O atual presidente do CEC/Pa, Professor Clodoaldo Beckmann destacou o "notável improviso" feito por Otávio Mendonça em certa ocasião, em que demonstrou "segurança dos conceitos, no encadeamento lógico do pensamento, na exposição clara e na linguagem apurada, atributos culturais de que era possuidor". (*DOCUMENTOS*, 2005)

financeiramente deixou de ser atendida, em geral, aqueles ligados à compra ou restauro de patrimônio histórico e artístico estadual.

Dos quatro processos que versavam sobre o assunto, entre 1972 a 1974, nenhum foi atendido por falta de recursos. Um caso exemplar foi o processo referente à compra da casa em que faleceu o maestro Carlos Gomes, situada na Travessa Quintino Bocaiúva, 885, esquina com a Rua Tiradentes, em Belém. Em seu parecer, a conselheira Maria Annunciada Chaves mencionou que a matéria já havia sido fartamente discutida anos antes – em 1969 – quando a referida compra fora aprovada em Plenário do Conselho, mas que até aquela data não tinha sido efetivada por falta de verbas.[8]

A contribuição do Conselho para "cultura nacional"

Embora a preservação do patrimônio histórico e artístico estadual e nacional fosse uma das principais preocupações da política cultural do Estado, as ações nesse sentido exigiam um volume de recursos financeiros do qual o próprio Estado não dispunha. Problema que será equacionado pelos membros do Conselho, a partir do atendimento de algumas prioridades na área de patrimônio ou de outras demandas, tais como, como a reforma na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, com o auxílio financeiro federal, via CFC; a reforma do Palácio Lauro Sodré e, principalmente, a reedição de obras literárias sobre o Pará e a Amazônia, como romances, contos, poesia e estudos históricos.[9]

Somente no final da década de 1970 e início da de 1980 encontramos um vasto acerco de processos sobre tombamento a merecerem parecer favorável dos conselheiros. Entre os "patrimônios históricos e artísticos" do Estado tombados sob à chancela do CEC/Pa nesse período, encontram-se: o Museu Paraense Emílio Goeldi; "todas as mangueiras e samaumeiras, existentes nas ruas, praças e parques da Área Metropolitana de Belém; o prédio da Academia Paraense de Letras; o Asilo "Dom Macedo Costa"; o "Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Batista Campos"; o prédio "Paris n'América"; e o "Curro Velho", antigo matadouro municipal localizado na Travessa Djalma Dutra, em Belém.[10]

---

[8] Parecer nº 02/72 – CEC/CCHPHAE – Processo nº 007/72.

[9] Durante as comemorações do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil várias obras foram reeditadas, inclusive, os já clássicos estudos de Palma Muniz, Secretário do IHGPa, intitulada *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*

[10] Informações sobre esses e outros tombamentos podem ser encontradas no arquivo do CEC/Pa, hoje localizado no térreo do prédio da Fundação Cultural Tancredo Neves – CENTUR, em Belém, onde os pareceres emitidos nos processos estão organizados separadamente, distribuídos em pastas de acordo com o ano de sua expedição.

Embora por essa época a noção de "patrimônio histórico e artístico" estivesse passando por um processo revisão, incorporando aos poucos os "patrimônios intangíveis" ou "imateriais", que viriam a ser consagrados na Constituição de 1988, o que se perceber é que os membros do CEC/Pa continuaram privilegiando os monumentos de "pedra e cal", que se remetem positivamente à tradição de uma elite luso-brasileira na Amazônia. Confirmava-se, dessa forma, a orientação conservadora e elitista que esse órgão irá imprimir à noção de "cultura", adjetivada em "regional" ou "nacional".

Grande parte dos monumentos tombados pelo CEC/Pa remetesse à chamada "belle-époque" paraense, a um momento de *glamour* vivenciado pela "elite da borracha" na virada do século XIX para o XX. Sendo o nosso "patrimônio cultural" percebido como expressão indelével do gênio criador das elites luso-brasileiras no Novo Mundo, o CEC/Pa dava assim a contribuição local à formação da "cultura nacional", privilegiando as marcas deixadas pelos "gênios de nossa terra", seja nas artes, na literatura ou na arquitetura.[11]

Levado ao extremo, esse ímpeto preservacionista deixava entrever uma idéia de "perda" muito cara aos membros do CEC/Pa, que se chocava com a noção de mudança dos valores, hábitos e costumes na nossa sociedade, apontada como conseqüência do processo de massificação cultural operado pela mídia televisiva da década das décadas de 1960 e, principalmente, de 1970.[12] Em fevereiro de 1968, o conselheiro Ernesto Bandeira Coelho, expressava sua preocupação com "defesa dos símbolos culturais de nossa terra", pois:

> *"Ante o revolto espetáculo do mundo atual – em meio aos desentendimentos que o angustiam e as inquietações que o desalentam – numa época em que a vertiginosidade da seqüência dos fatos, movida pela sofreguidão e, não raro, a incoerência, parece suplantar o avanço das idéias, gerando um inadmissível, mas não obstante aparente desprezo pela vitalidade desses símbolos, há de ser tenso, por irredutível, o empenho de preservá-lo e de, a um só tempo, prover de igual atenção os novos e legítimos padrões que, a seu lado, a civilização hodierna erige e multiplica".*[13]

---

[11] A "Semana Paulino de Brito", em comemoração ao cinqüentenário do poeta amazonense radicado em Belém, em 16/9/1969, foi a primeira entre tantas outras programações do gênero que viriam a ser organizadas e executadas pelos membros do CEC/Pa.

[12] Preocupação que tinha eco na sociedade. Um articulista do jornal *Folha Vespertina* impressionava-se com a mudança de comportamento das "crianças", que antes "eram pouco mais do que mudas", agora, além de soltarem o verbo, poderiam até mesmo objetar com os pais sobre, por exemplo, suas preferências de consumo "com a sabedoria compacta de um 'slogan' ouvido e decorado": "- Meu filhinho, você sempre usou o creme dental Fragrans, por que teima em mudar? - Porque Nívea branqueia, conserva e perfuma, 'quem tem boca vai a Roma e pede Nívea'. E o negrinho dos Sete Camaradas só usa Nívea. Eu quero Nívea, pronto!". *Folha Vespertina*. Belém, 2/2/1963. "O Show da cidade".

[13] *ANAIS DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA*, anos 1968/1969 Belém, 1975, p. 36.

O mundo parecia está passando, aos olhos desse conselheiro, por um acelerado processo de transformação que trazia em si o gérmen da destruição desses símbolos culturais, cuja preservação cabia ao CEC/Pa assumir. Era sua função promover a adaptação dos "novos e legítimos padrões" da sociedade contemporânea, aos já "preexistentes" para que, com essa orquestração dos valores culturais, garantisse o ingresso manso e ordeiro da sociedade paraense no conjunto do mundo civilizado, desenvolvido. Em outras palavras, competia ao Estado, através do CEC/Pa, orientar as massas para o ingresso nos novos tempos.

Estamos diante de um daqueles discursos que diagnosticava a realidade social como estando na encruzilhada entre a tradição e modernidade, que, para os padrões do período, significava viver na fronteira entre o "humanismo" que encerra essa tradição, visto como alimento para o espírito do indivíduo para o convívio ordeiro em sociedade, e os efeitos destrutivos dos "avanços tecnológicos" do mundo contemporâneo sobre esse mesmo humanismo, que conspirava para afastar o homem de si mesmo. Estava em jogo, portanto, a constituição de uma "ética do desenvolvimento" no interior do CEC/Pa, que pudesse conciliar esse duplo movimento da sociedade. Eis a importância do papel daquele sodalício.

Bibliografia Consultada

CALABRE, Lia. "O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 37, jan./jun., 2006, p. 81-98.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da *pedra e cal:* por uma concepção ampla de patrimônio cultural". In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MICELI, Sérgio. "O processo de 'construção institucional' na área cultural federal (anos 70)". In: MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil.* São Paulo: DIFEL, 1984.

RÊGO, Clovis Silva de Morais. *Conselho Estadual de Cultura.* Belém: Imprensa Oficial, 1968.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A questão do federalismo no estado novo: Ideologia e prática política

Luciano Aronne de Abreu*

Resumo: Se, na fase de implantação e consolidação do regime Republicano, acreditava-se que o sistema federativo seria capaz de eliminar os males do antigo centralismo monárquico, logo começaram a aparecer as primeiras críticas ao novo regime e ao próprio federalismo, que passou a ser visto por muitos como sinônimo de provincialismo e de defesa de interesses locais, em detrimento da união nacional. Oliveira Viana, por exemplo, dizia que em 1822 o Brasil fundou um Império, não uma nação e, portanto, não se formou no país nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender. Desse modo, segundo ele, a vida política e os partidos no Brasil não tinham nenhum sentimento nacional, sendo apenas o reflexo de interesses locais, provincialismos e partidarismos regionais. A partir disso, este texto propõe uma reflexão sobre as questões do centralismo e do federalismo no Brasil dos anos 30.
Palavras-chaves: Estado Novo – Federalismo – Oliveira Viana

Abstract: During the phases of introduction and consolidation of Brazilian republic, it was generally believed that federative system would be able to eliminate the faults of monarchic period and its characteristic centralism. Nevertheless, soon the first critics to the new republican order claimed that its federalism was related to provincialism and defense of local interests, in detriment of national union. Oliveira Viana, for instance, declared that Brazil had founded an Empire but not a nation and, therefore, there was no national project to be materialized or defended. In this sense, according to the jurist, political life and parties had no national motivation, being no more than the consequence of local and regional interests. From this point of view, this paper aims to discuss centralism and federalism in Brazil in the 1930's.
Key words: Estado Novo – Federalism – Oliveira Viana

Em linhas gerais, pode-se dizer que o debate sobre a questão do centralismo e do federalismo no Brasil permeia toda nossa história política, desde a independência até os dias de hoje, em tons mais ou menos acalorados e de forma alternada, ora pendendo mais para um lado, ora para outro. Ao longo do século XIX, em meio a acirradas e, até mesmo, violentas disputas entre conservadores e liberais monárquicos, prevaleceu o projeto político unitário e centralista dos primeiros. A partir de 1889, ao contrário, o federalismo republicano se impôs em nome da grande diversidade regional do Brasil. De 1930 em diante, porém, sobretudo até 1945, voltou a prevalecer no país a idéia do centralismo político e do fortalecimento da unidade nacional, enquanto o federalismo foi associado aos interesses meramente locais e

* Professor do Departamento de História da PUC-RS, Doutor em História Latino-Americana pela UNISINOS.

regionalistas. Hoje em dia, observa-se que a idéia do pacto federativo, como muitos têm se referido à questão do federalismo, está novamente na ordem do dia dos debates sobre as reformas política e tributária no Brasil.

Porém, este estudo tem pretensões muito mais modestas do que a de escrever uma história do federalismo no Brasil, limitando-se à tentativa de compreender como esta questão se colocava no debate e na prática política brasileira dos anos 30, ainda que estes, muitas vezes, tenham tomado como referência algumas das idéias conservadoras do século XIX. Em termos teóricos, pode-se dizer que a obra de Oliveira Viana se constituiu na principal referência para essas discussões, além dos fins claramente pragmáticos de seus estudos.

Sobre seu pensamento político, aliás, Oliveira Viana pode ser definido como um legítimo herdeiro desta tradição conservadora[1], mantendo vivos alguns dos princípios anteriormente defendidos pelo Visconde de Uruguai, tais como: a crítica aos liberais pelo excesso na cópia de instituições estrangeiras, como a federação, defendendo o estudo dos usos e costumes e do caráter nacional; a defesa da centralização do poder como meio de combater a violência e o arbítrio dos mandões locais; a importância do papel do Estado como agente de transformação política e como mantenedor da liberdade e do espírito público; a distinção entre os direitos políticos e civis, sendo aqueles variáveis de acordo com a capacidade de cada um, enquanto estes deveriam ser universais. (CARVALHO, 1999: 208-211)

Já em relação ao pragmatismo de sua obra, Evaldo Vieira diz, enfaticamente, que "não verificamos nos escritos de Oliveira Viana outro objetivo que o de vertê-los em ação". (VIEIRA, 1981: 28) Em igual sentido foi a observação de Vasconcelos Torres que, ao referir-se a "Populações Meridionais do Brasil", disse que o objetivo de Viana era o de conclamar os brasileiros "(...) ao conhecimento dos nossos defeitos para que lográssemos erradicá-los. Equivalia a um programa". (TORRES, 1956: 60)

Sendo assim, pode-se dizer que a questão do federalismo no Brasil inseria-se no debate e na prática política dos anos 30 com base em um aparente paradoxo: a defesa do centralismo político dos tempos da monarquia, em oposição aos erros e excessos do liberalismo republicano.

Se, por um lado, os liberais apresentavam federalismo e liberdade como sinônimos, por outro, segundo Carvalho, no movimento republicano eles estavam muito mais preocupados com o primeiro que com a segunda e, nesse sentido, tal resistência à interferência do poder central tinha um forte componente oligárquico de defesa do setor

[1] Segundo José Murilo de Carvalho, a tradição do pensamento conservador no Brasil iniciou com Uruguai, passou por Sílvio Romero e Alberto Torres, chegou a Oliveira Viana e estendeu-se até Guerreiro Ramos. (CARVALHO, 1999: 208)

privado, de seus privilégios e de sua prepotência. (CARVALHO, 1999: 180-181) Acreditava-se, então, que a quebra da centralização e a introdução do federalismo trariam a liberdade e a igualdade, ou seja, que o efeito geraria a causa. Nessas condições, conclui o autor:

> *Uma vez que a sociedade brasileira não tinha o espírito da liberdade individual nem do igualitarismo, era formada de súditos e não de cidadãos (...), federalizar era necessariamente reforçar as estruturas sociais de poder preexistentes, era reforçar a desigualdade, a hierarquia, o privatismo. Não surpreende que o federalismo fosse bem vindo aos poderes locais. (CARVALHO, 1999: 181)*

O federalismo republicano, portanto, ao contrário de garantir a liberdade e a igualdade, reforçou o poder de mando das oligarquias locais, o clientelismo político e as diferenças regionais, o que novamente abriu espaço para a defesa do centralismo que, como dizia Uruguai, era o meio mais eficaz para combater a violência e o arbítrio dos mandões locais. Nesse contexto, como já referimos, Oliveira Viana constituiu-se na principal referência teórica e, em alguns aspectos, prática[2] da modernização política conservadora implantada no Brasil a partir de 1930.

Em seus estudos, Viana manifestou sempre a preocupação com o caráter objetivo da análise, defendendo uma concepção realista do Brasil, ao contrário do idealismo utópico de nossa elite intelectual e de juristas, que ignorariam profundamente o povo brasileiro e legislariam para um ente abstrato, um cidadão-tipo. (VIANA, 1955: 416) A História, então, desempenha um papel central em sua análise, sendo valorada não como passado, mas sobretudo como presente. Por influência das ciências naturais, diz Viana, percebemos a influência preponderante do passado sobre a evolução dos seres e, em conseqüência, a necessidade de estudar o passado das sociedades para compreender o seu presente e o seu futuro. Se a História, então, tem um sentido pragmático, ao historiador cabe buscar no passado as peculiaridades nacionais e locais de nosso povo, "pois nenhum povo, por mais que imite os outros povos, pode abdicar do que é seu, de suas particularidades, na busca da solução de seus problemas". (ODÁLIA, 1997: 126) A esse respeito, deve-se destacar ainda que Oliveira Viana está interessado apenas em uma História própria, nacional e, por isso, por exemplo, em "Populações Meridionais do Brasil" não fez nenhuma referência aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, que nos remetem a outras histórias: "o seu primeiro século, o 'primeiro século cabralino', é o século I e não o século XVI". (FARIA, 1978: 14)

---

[2] Em 1932, Oliveira Viana foi nomeado Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, sendo o principal responsável pelas políticas sindical e social do governo, cargo que exerceu até 1940. Após, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União. Ao longo deste tempo, continuou a desenvolver seus estudos sobre a sociedade e os problemas brasileiros, publicando obras como "Problemas de Política Objetiva" (1938), "Raça e Assimilação" (1932), "Problemas de Direito Corporativo" (1938) e "Problemas de Direito Sindical" (s/d).

A partir disso, pode-se dizer que a ênfase às diferenças regionais do país, a dispersão geográfica e a não organização de nossas classes sociais seriam, para Oliveira Viana, as principais particularidades de nosso passado nacional, que definiram o caráter nacional brasileiro.

Sobre as diferenças regionais, Oliveira Viana distingue três histórias diferentes no Brasil – a do norte, a do centro-sul e a do extremo-sul – que deram origem a três sociedades distintas – a dos sertões, a das matas e a do pampa – cada uma com seu tipo social próprio – o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Em seus estudos, Viana centra-se sobretudo na análise do matuto, homem de formação agrícola que, segundo ele, teve um peso maior na formação da massa social do país, visto que sua área geográfica está mais próxima da sede do governo, sendo o sertanejo e o gaúcho tipos regionais.

Quanto à questão geográfica, Viana destaca a "extraordinária latitude" de nosso território. Se, por um lado, o meio natural moldou o tipo de sociedade aqui encontrada pelos portugueses, por outro, os colonizadores pouco ou nada conseguiram no sentido de aqui estruturar uma sociedade unitária. A colonização, baseada no latifúndio, levou à simplificação das relações sociais no Brasil, construindo um mundo marcado pelo isolamento e pela dispersão, o que impediu a formação das classes sociais e a construção de uma verdadeira nação. (VIANA, 1952: 169-171)

Por sua vez, tal isolamento, aliado à independência econômica das fazendas e ao escravismo, levou a um fraco desenvolvimento do comércio, da indústria e das cidades durante o período colonial, bem como ao estabelecimento de relações frágeis e frouxas entre o fazendeiro e os trabalhadores livres e à inexistência de uma classe média no Brasil. (VIANA, 1952: 178-186) Nessas condições, os criadores, senhores de engenho ou de café acabaram por tornar-se chefes de clãs rurais, que se constituíram como a força motriz de nossa história política; às classes inferiores, restou se congregarem em torno dos senhores de terra como forma de defesa contra a anarquia branca que dominava a sociedade rural.

Como se pode perceber, portanto, durante o período colonial não haveria por parte do Estado uma ação tutelar e protetora da plebe rural, o que competia aos senhores, chefes dos clãs rurais; de igual forma, devido ao isolamento e à solidão dos latifúndios, também não haveria entre nós uma idéia de nação, o que pressupõe a existência de solidariedade social. Com a independência, segundo Viana, o Estado constituiu-se no instrumento privilegiado para a realização de uma nação solidária, colocando-se acima dos interesses particularistas dos clãs. Dessa forma, ao contrário do que aconteceu na Colônia, o Estado deveria estar presente em todo o território, se impondo como força de integração e unidade nacional, o que

vai ser personificado na figura do Imperador. Na monarquia, então, ao contrário da Colônia e das primeiras décadas republicanas, a integridade do país foi garantida pela centralização do poder nas mãos do Imperador, segundo a fórmula "o rei reina, governa e administra". (ODÁLIA, 1997: 145) Em suas palavras, diz Oliveira Viana:

> *Eliminada a peça mestra do sistema, extinta a sua poderosa influência magnética e centrípeta, a federação impõe-se como meio único de impedir a secessão do país. Os estadistas coloniais haviam chegado à fórmula: integridade da colônia pela fragmentação do poder. Os estadistas imperiais são levados a uma conclusão contrária: integridade do país pela unificação do poder. Os estadistas republicanos voltam à conclusão colonial: integridade da nação pela fragmentação do poder. Livres do fascínio imperial, é a vez dos fatores geográficos reivindicarem seus direitos. (VIANA, 1956: 277-278)*

Já nos anos 30, o centralismo político da monarquia voltou a servir de referência à nossa elite política na defesa da ordem e da unidade nacional, em oposição ao erros e excessos do federalismo então vigente. Quando da implantação do Estado Novo, por exemplo, em manifesto radiofônico à nação, Vargas anunciou a decretação de uma nova Constituição, o fechamento dos órgãos legislativos e a nomeação de Interventores para os governos estaduais, com o objetivo de diminuir o que ele considerava um vício dos governos anteriores – o excesso de federalismo existente no país. (KONRAD, 1994: 50) Em seus argumentos, pode-se perceber alguns traços ou influências do pensamento político de Oliveira Viana, ao afirmar que o novo regime se justificava pela pobreza e desorganização dos partidos políticos, que defendiam apenas interesses pessoais ou localistas; pelo caudilhismo regional, que ameaçava a integridade nacional; e pela incapacidade das instituições então vigentes de manter a ordem.

Tal situação, por exemplo, pode ser ilustrada pelo caso do Rio Grande do Sul, onde, segundo o interventor Daltro Filho, o partidarismo "se constituiu por desgraça um mal de tão nefastas conseqüências que (...) não me resta a mínima liberdade de substituir um prefeito e mesmo um delegado de polícia sem levantar clamores intensos, extensos e vivamente impressionadores". (CPDOC/FGV. Arquivo GV 37.11.06/2 XXVIII – 2b) Em igual sentido, Protásio Vargas observou que, entre as ex-correntes partidárias gaúchas, "há uma recíproca falta de confiança e por isso algo subterrâneo, trabalhando o espírito partidário. Não há partidos políticos, porém existe política de partidos". (CPDOC/FGV. Arquivo GV 38.04.26/2 XXIX – 62)

Nesse sentido, portanto, o centralismo e o autoritarismo deste novo regime se justificavam pela necessidade de combater os males do federalismo que, como dizia Oliveira Viana, era baseado em idéias importadas, fruto do idealismo utópico de nossas elites. Assim, o Estado Novo representaria uma volta às nossas origens, às raízes brasileiras, com destaque positivo para o período monárquico, quando as tendências localistas e regionalistas foram

contrabalançadas pelo poder pessoal do Imperador. Naquele momento, segundo Viana, o rei se constituía no agente mais prestigioso e eficaz do sincretismo nacional e, neste caso, "o poder central deve a ele, com a sua unidade e a sua ascendência, a sua consolidação e estabilidade". (VIANA, 1952: 320)

Isso se deve, segundo Viana, ao fato de que em 1822 o Brasil fundou um Império, não uma nação e, portanto, não se formou no país nenhuma mística incorporada ao povo, nenhum objetivo nacional a realizar ou a defender, nenhuma consciência de que o Estado seria o órgão necessário à realização desses ideais. (VIANA, 1955: 382) O Brasil, então, era formado por uma coleção desconexa de municipalidades e só não sucumbiu na desorganização, na desordem e na anarquia geral pela instituição no Rio de Janeiro "de um rei com o seu poder centrípeto e a sua autoridade carismática". (VIANA, 1955: 391)

Diante dessa tradição e da inexistência de um sentimento público, espírito coletivo e sentimento nacional, portanto, o Brasil deveria sua independência, grandeza, organização política, unidade e progressos aos seus grandes homens públicos que, entre nós, deveria ser antes de tudo homens de intuição. (VIANA, 1955: 393) No Império, segundo Viana, a seleção destes homens públicos deu-se por escolha pessoal do Imperador, que se colocava acima dos partidos, dos clãs e das suas rivalidades recíprocas, enquanto na República isso não aconteceu pelo excesso de seu princípio democrático ou igualitarista.

Deste modo, segundo Almir de Andrade, somente em 1930 "os alicerces desse regime de importação ideológica" foram abalados e, a partir de 1937, o Estado Novo representou uma volta às origens, à tradição da política brasileira, baseada no equilíbrio entre tolerância e força, com destaque para as qualidades excepcionais de Vargas como intérprete dos ideais e dos sentimentos da vida brasileira. (ANDRADE, 1940: 97-119)

Pode-se dizer que, na ótica do regime varguista e dos seus intelectuais, a República não foi capaz de romper com a tradição localista e regionalista herdada da colônia, além de ter eliminado a principal virtude da Monarquia: o poder centrípeto e a liderança carismática do Imperador. Sendo assim, o Estado Novo representaria uma volta às origens da política brasileira e Vargas, tal como D. Pedro II, seria o portador de qualidades excepcionais e se constituiria no intérprete dos ideais nacionais e no ponto de equilíbrio entre os diferentes partidos e forças políticas regionais. Nesse sentido, tal como a Constituição de 1824 atribuía ao Imperador o poder de indicar os Presidentes de Província, a Carta de 1937 conferia a Getúlio Vargas o direito de nomear Interventores Federais para os governos dos Estados, com vistas a manter a ordem e garantir a unidade nacional.

Deve-se, porém, relativizar tais questões e interpretações do passado nacional, sejam elas relativas ao Império ou ao Estado Novo. Sobre a monarquia, por exemplo, Miriam Dohlnikoff, demonstra que o projeto federalista não foi derrotado em 1824 nem em 1840, havendo um importante espaço de negociação e decisão política por parte das elites provinciais. Em sua opinião, havia no Brasil do século XIX uma "divisão constitucional de competências entre centro e região que garantia a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central)", sendo a Câmara dos Deputados o lugar onde as unidades regionais podiam se fazer representar no centro e influir em suas decisões. (DOHLNIKOFF, 2005: 289) Por fim, conclui a autora, "sem um governo para as províncias, o Estado não teria meios para alcançá-las. O preço final que pagou foi o do fortalecimento dos grupos provinciais (...) que, ao final do século XIX, reivindicariam ainda mais autonomia". (DOHLNIKOFF, 2005: 294) A partir de 1889, portanto, a República iria redefinir o pacto federativo em favor dos governos estaduais e destas elites provinciais, que tiveram suas prerrogativas ampliadas em relação ao centro, pelo menos até 1930. Daí em diante, sobretudo a partir do Estado Novo, mais uma vez a questão do federalismo (ou do seu excesso, segundo Vargas) voltou ao centro das discussões políticas nacionais, nos termos já referidos através do pensamento de Oliveira Viana.

Neste momento, portanto, em nome da unidade nacional, o governo federal inaugurou uma nova prática política com a nomeação de Interventores para os governos estaduais, que possuíam prerrogativas executivas e legislativas e se constituíam em uma espécie de coordenadores políticos, com a função de interligar as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. (GOULART, 1990: 29)

No Rio Grande do Sul, porém, ainda que houvesse uma alternância no poder regional e que seus interventores tenham sido todos militares, pode-se dizer que o ideal da união nacional por meio da subordinação das oligarquias regionais ao poder de um Interventor Federal jamais foi plenamente atingido. Na prática política, as interventorias acabavam por se situar "a meio caminho entre a identidade e a independência face aos grupos dominantes estaduais" (SOUZA, 1976: 89), não se livrando de suas pressões e sendo envolvidas por seus grupos políticos, com os quais deveria necessariamente negociar.

Nesse sentido, a par do discurso oficial do regime e do pensamento dos seus intelectuais, havia mesmo por parte de Getúlio Vargas a consciência de que a implantação e legitimação da nova ordem política nacional dependia da cooptação e do apoio destas oligarquias regionais, como manifestou ao interventor Daltro Filho, ao dizer que "Convém não hostilizar elementos liberais floristas, procurando ao contrário atraí-los e absorvê-los".

(CPDOC/FGV. Arquivo GV 37.10.01/1 XXVII – 37c) Esta era também a opinião de Protásio Vargas que, ao avaliar a situação política do Rio Grande do Sul, considerou "um verdadeiro erro em matéria política" a substituição dos prefeitos, "no momento em que se procura orientar a opinião pública rio-grandense no sentido de apoiar o novo Estado". (CPDOC/FGV. Arquivo GV 37.12.05 XXVIII – 76)

Diante disso, a própria composição do secretariado de governo de Daltro Filho procurou refletir este ideal de conciliação e cooptação política: à Frente Única Gaúcha (PRR e PL) couberam as Secretarias do Interior, Fazenda e Obras Públicas, enquanto aos liberais (PRL) foram destinadas a Agricultura, Educação e a Prefeitura de Porto Alegre.[3] Em igual sentido, foi criada a chamada Comissão Mista, com o objetivo de avaliar a situação política de cada município gaúcho e indicar seus novos prefeitos, segundo critérios de ordem estritamente política: "as prefeituras que vagarem e cujos titulares pertençam ao Partido Republicano Liberal serão providas por elementos pertencentes à dissidência liberal (...)"; nos municípios em que a Frente Única tiver maioria eleitoral as prefeituras deverão ser preenchidas "de acordo com os índices eleitorais dos partidos coligados". (CARONE, 1976: 153-4) Já em 1939, sob a interventoria de Cordeiro de Farias, estes mesmos ideais pautaram a indicação dos membros do Conselho Administrativo do Estado (CAE-RS)[4], de modo a manter o equilíbrio político regional e nacional.

Enfim, ainda que estas sejam reflexões muito breves sobre a questão do federalismo no Brasil, pode-se dizer que a definição das relações entre o centro e as regiões foi, desde a colônia até os dias de hoje, uma das preocupações centrais de nossa elite política e intelectual que, em diferentes momentos históricos, privilegiou uma maior ou menor autonomia regional. Se, durante o Estado Novo, em nome da união nacional, os políticos e intelectuais ligados ao regime buscaram no passado monárquico a justificativa para suas práticas políticas centralizadoras e autoritárias; atualmente, ao contrário disso, volta à pauta a questão do pacto federativo e das diferenças regionais no Brasil, embora ainda sem uma definição mais clara de seus rumos e princípios norteadores.

Bibliografia

[3] Respectivamente, os secretários indicados para estes cargos foram os seguintes: Maurício Cardoso (PRR), Oscar Fontoura (PL), Walter Jobim (PL), Viriato Dutra (PRL), Coelho de Souza (PRL) e Loureiro da Silva (PRL).

[4] José Acioli Peixoto (PL), Moysés Vellinho (PRL), Alberto Pasqualini (PL), Carlos Eurico Gomes, Camilo Teixeira Mércio (PRL), Gaston Englert (PRR) e Olivério de Deus Viana (PRR).

ANDRADE, Almir de. *Força, Cultura e Liberdade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
CARONE, Edgar. *O Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo: DIFEL, 1976.
CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
DOHLNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*. São Paulo: Globo, 2005.
FARIA, L. de Castro. *Populações Meridionais do Brasil – ponto de partida para uma leitura de Oliveira Viana*, in Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n° 29, setembro de 1978.
GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.* São Paulo: Marco Zero, 1990.
KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS (dissertação de mestrado), 1994.
ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: UNESP, 1997.
TORRES, Vasconcelos. *Oliveira Viana – sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1956.
VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, 5ª ed.
_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, 2ª ed.
_____. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, 4ª ed.
VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

Fonte Documental

CPDOC/FGV. Arquivo Getúlio Vargas.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um Passaporte Húngaro: Pesquisando Nacionalidade e Identidade

Rosangela de Oliveira Dias

Resumo: O texto apresentado busca levantar algumas questões sobre a idéia de nacionalidade num mundo globalizado e pós-moderno. Para tal utiliza o filme-documentário de Sandra Kogut um passaporte húngaro, comparando-o a uma pesquisa histórica. Tal aproximação pode ser feita pois acreditamos que, o filme em questão, como uma pesquisa histórica, produz um objeto de investigação, elabora hipóteses, levanta questões e analisa fontes.
Palavras-chave: nacionalidade, cinema-história, identidade.

Abstract: The text aims to raise some questions about the concept of nationality in a globalized and post-modern world. It takes the documentary-film Um passaporte Hungaro (A Hungarian Passport) by Sandra Kogut as material for historical research. We believe that such approach is possible, since, like historical research, it has an object of investigation, raises some questions and hypothesis and analyses the sources employed.
Key-words: nationality, history-film, identity.

O objetivo deste texto é aproximar o filme um passaporte húngaro do que seria uma pesquisa em História. Parto do pressuposto que o filme citado se aproxima bastante de uma pesquisa histórica por vários motivos. Comecemos:

O início do filme nos apontaria o que suscitou a realização do filme-pesquisa, Ainda enquanto os letreiros aparecem na tela ouve-se em "off" uma campainha de telefone. Alguém atende e surge um telefone claro. É um telefonema para o Consulado Húngaro na França. O diálogo é travado em francês e a questão principal é: uma pessoa de avô húngaro tem direito a passaporte húngaro. Surge um outro telefone, desta vez escuro. Mais uma vez um diálogo em francês é travado e a questão é a mesma. A resposta dada pela pessoa que fala ao telefone preto é negativa. A pessoa que fala ao telefone claro pede um instante. Quando retoma o diálogo pergunta sobre os pais da pessoa, se são brasileiros. A resposta é afirmativa. Nova pergunta, os avós seriam húngaros? Sim os avós é que seriam húngaros. A recomendação é que sejam reunidos todos os documentos que comprovem a descendência húngara do solicitante do passaporte. Há possibilidades.

O diálogo foi travado entre alguém que deseja ter um passaporte húngaro e que acredita neste direito em função de ser neta de avô húngaro, consultando funcionários da embaixada Húngara. Está posto um tema ou objeto de investigação. Tema este que surge "derivado da perplexidade do pesquisador diante de um fenômeno". (HONORATO &

BARRETO: 1998, p.62) O fenômeno seriam as duas respostas díspares para uma mesma questão. "Quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho." (DARNTON. p.xv) Podemos expandir esta reflexão para o diálogo inicial do filme Um Passaporte Húngaro. O estranhamento causado pelo pedido de passaporte Húngaro por uma neta de húngaros que vieram para o A forma como são colocados no filme os telefonemas, um se alternando com o outro e sendo apresentados ainda junto com os letreiros permitem situar as chamadas telefônicas como o pontapé inicial para a investigação estas respostas díspares para a mesma questão. A tônica constante do filme-pesquisa será esta: alguns considerando que o passaporte sairá outros não, alguns estranhando a busca de um passaporte húngaro, outros não. Após os telefonemas, o surgimento de uma estrada de ferro sendo filmada de dentro de um trem, nos parecendo que a mesma se movimenta, nos indica que o caminho percorrido pelo solicitante do passaporte húngaro será longo.

O filme-pesquisa já tem o seu objeto: A busca do passaporte húngaro. Para torná-lo um pouco mais acadêmico e formal podemos considerar que o objeto de pesquisa é a busca de documentos que comprovem o direito ao passaporte e à nacionalidade húngaros em pleno século XXI. Busca esta realizada por uma brasileira neta de húngaros que migraram para o Brasil fugindo do nazismo alemão.

Determinado o objeto a cineasta-pesquisadora sai atrás das fontes que permitem sua busca. A avó, a quem o filme é dedicado, entra em cena como fonte oral. Não vemos a cineasta-pesquisadora, tal qual uma monografia ou dissertação acadêmica o autor não se mostra, ainda que sua escrita, no caso do filme sua fala, seja a condutora da pesquisa, a colocadora das questões e a produtora das conclusões. As imagens que ela registra e a forma como isto é feito seriam complementares e/ou elucidadoras de suas idéias.

A avó aparece em "close up" comendo, momento informal, mas carregado de emoção, são lembranças que ela narra. Ela contará sobre a saída da Hungria e dá os passaportes seu e do marido para a neta. A neta, Sandra se espanta, o passaporte da avó também é húngaro, apesar da mesma ter nascido na Áustria. É a avó também que nos aponta para o objetivo maior da busca do passaporte húngaro; obter a médio prazo a cidadania européia, já que a Hungria fará parte da Comunidade européia em 2003 (o filme é de 2001).

Alguém com passaporte húngaro terá liberdade de trabalho na Europa rica: França, Alemanha, Inglaterra. Será um migrante de luxo com direitos iguais aos dos europeus, ainda que proveniente de país pobre ou "emergente". No decorrer do filme percebemos que a

pesquisadora-cineasta possui elementos favoráveis a sua pesquisa como tempo - em determinado momento do filme ela revela que possui um ano disponível para esta empreitada - e documentos guardados pela avó. Isto posto vejamos as questões ou hipóteses de trabalho que são colocadas a partir deste objeto e deste objetivo.

A primeira hipótese de trabalho é em relação à idéia de direito à nacionalidade húngara a partir de uma ascendência, no caso o avô. Direito este que se tornou bastante solicitado no Brasil, principalmente por netos e bisnetos de imigrantes italianos. A obtenção de um passaporte comunitário europeu facilita a entrada no mercado de trabalho e a não necessidade de vistos de permanência para viver em qualquer país da Comunidade Européia, enfim, uma entrada honrosa para o mundo rico e industrializado europeu. O novo europeu se torna um migrante de luxo, com os mesmos direitos dos que nasceram na Europa. O passaporte comunitário permite ainda que, mesmo a passeio, se entre 'pela porta da frente" nos países ricos, não tendo que apresentar um passaporte de país terceiro-mundista na migração.

Outra hipótese de trabalho que se abre ou se coloca é em relação à questão da nacionalidade. Podemos considerar que, em sendo a idéia de nacionalidade uma construção, ela pode variar no tempo e, conseqüentemente os pressupostos para se considerar a nacionalidade de alguém também. A própria fala da avó mostra como sua nacionalidade foi perdida em função do casamento. Quando a avó dá seu passaporte para a neta ela vê com espanto que a avó não era austríaca, perdera a nacionalidade ao se casar nos anos 30 com um húngaro judeu.

A busca do passaporte e da nacionalidade húngara por alguém que não fala húngaro e que não possui nenhum vínculo maior com o país, caso da cineasta-pesquisadora, nos remete a uma outra idéia de nacionalidade. Uma nacionalidade compensatória, uma nacionalidade por interesse e não mais a nacionalidade romântica que imaginava como integrantes da mesma nação e nacionalidade um grupo de pessoas que compartilhavam um mesmo território, falavam a mesma língua e possuíam costumes, religião e hábitos comuns. Não se trata de uma nacionalidade como definida por Bobbio em seu Dicionário Político:

> *"A referência à Nação foi, no decorrer da Revolução Francesa e, mais tarde, desde meados do século XIX até nossos dias, um dos fatores mais importantes no condicionamento do comportamento humano na história política e social. Em nome da nação se fizeram guerras, revoluções, modificou-se o mapa político do mundo (...) Na história recente do continente europeu, após a emergência do fenômeno nacional, foi invertida a ordem das lealdades, assim o sentimento de pertença à própria Nação adquiriu uma posição de total preponderância sobre qualquer outro sentimento de pertença territorial, religiosa ou ideológica (...) termo de força*

> *emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político." (BOBBIO,2004: p.795)*

Como é vista a questão da nacionalidade num mundo globalizado ou pós-moderno? Por que a mesma pergunta obteve duas respostas diferentes? Pelas respostas díspares parece que não há um procedimento padrão ou uma legislação específica que dê conta na Hungria desta questão. Por que Sandra teria direito a esta nacionalidade? Podemos colocar que, a busca de um Passaporte e Húngaro e da nacionalidade húngara, esbarra na idéia de nacionalidade construída nos séculos XIX e XX? Afinal esta nova húngara não possui as características necessárias para "ser" húngara: não sabe húngaro, não vive na Hungria, não conhece suas músicas, não torce pela seleção húngara. O desejo de tornar-se húngara não provém de uma subjetividade, ainda que fabricada, mas de uma objetividade: possuir um passaporte comunitário na Europa facilita muito a vida.

A partir daí a cineasta pesquisadora empreende uma verdadeira pesquisa que engloba visitas ao Arquivo Nacional Brasileiro e a Arquivos na Hungria. À medida que a pesquisa avança novas questões são levantadas: a vinda para o Brasil carregada de incertezas, a política do governo Vargas em relação aos judeus fugidos do nazismo, o anti-semitismo ainda presente na Hungria de hoje, entre outras. E, sempre a mesma dúvida: sairá ou não o passaporte húngaro.

Devido ao pouco espaço disponível, prefiro parar por aqui e torcer para que, a partir deste pequeno texto haja interesse em assistir ao filme. Deixo aqui a referência do mesmo e a bibliografia sugerida para aprofundamento da questão.

Filme um passaporte húngaro. Direção Sandra Kogut. Co-produção Brasil, França, Bélgica, Hungria, 2001

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict – NAÇÃO E CONSCIÊNCIA NACIONAL. São Paulo: Ática, 1989
ANDERSON, Perry – Fernand Braudel e a Identidade Nacional in: ZONA DE COMPROMISSO. São Paulo: UNESP, 1996
BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto e HONORATO, Cezar Teixeira – MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA NA SELVA ACADÊMICA: Objeto Direto. Rio de Janeiro, 1998
BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco – DICIONÁRIO DE POLÍTICA. Brasília: UNB, 12O edição, 2004
DARNTON, Robert – O GRANDE MASSACRE DE GATOS E OUTROS EPISÓDIOS DA HISTÓRIA CULTURAL FRANCESA: Rio de Janeiro. Graal, 1986
HOBSBAWM, Eric - NAÇÕES E NACIONALISMO DESDE 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc – A CONDIÇÃO POLÍTICA PÓS-MODERNA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998
PAMPLONA, Marco Antonio – "A questão nacional no mundo contemporâneo" in: O SÉCULO XX, Org. Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha, 2 ed: Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da fama ao cargo: habilitações à Familiar do Santo Ofício na Capitania de Pernambuco no final do século XVIII.

Juliana de Holanda Alves Rocha*

Resumo: São vastas na documentação inquisitorial portuguesa as referências acerca do cargo de Familiar do Santo Ofício, porém poucas se encontram na historiografia brasileira sobre os mesmos. Presentes na colônia desde o século XVI, teve no século XVIII que houve um aumento significativo no número de Cartas de Familiaturas expedidas, sobretudo em Pernambuco. Dentre os requisitos para a ocupação do cargo, destacamos: a ascendência limpa de sangue até a 4ª geração; ter posses de letras; ser pessoa de bom procedimento, vida e costume. O alto número de candidaturas na colônia no período estudado bem como uma documentação assertiva do estado de falência da família de alguns dos nomeados chamou-nos atenção para a importância do estudo acerca desse cargo cobiçado entre os colonos em meio a uma sociedade marcada pela força do status que um cargo público oferecia.
Palavras-chaves: Familiatura – Status Social – Inquisição

Abstract: The references concerning the *Familiar* ones are vast in the Portuguese inquisitorial documentation, however few meet in the Brazilian books of History on the same ones. Gifts in the colony since century XVI, were in century XVIII that it had a significant increase in the number of forwarded Letters of *Familiaturas*, over all in *Pernambuco*. Amongst the requirements for the occupation of the position, we detach: the clean ancestry of blood until 4ª generation; to have ownerships of letters; to be person of good procedure, life and custom. The high number of candidacies in the colony in the period studied as well as an assertive documentation of the state of bankruptcy of the family of some of the nominated ones called us attention for the importance the study about of this position so "coveted" enters the colonists in way to a society marked by the force it status that a public office offered.
Key-words: Familiatura – social status – Inquisition

Quando transladada para a colônia, a Inquisição portuguesa guardava ainda uma certa continuidade em sua pratica – muito embora alguns elementos tivessem que ser adequados à realidade colonial. Sabemos, contudo, que o Tribunal no Brasil – e mais precisamente em Pernambuco, o lócus de nosso estudo – não funcionou tal qual na metrópole. A começar pelo fato de não ter havido instalações próprias do Santo Ofício no Brasil. Isso pode ser vista num trecho do Tratado da Amizade e Comércio datado de dezenove de fevereiro de 1810, que diz: "*não se tendo aqui estabelecido, ou reconhecido no Brasil a Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício, Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal guiado por uma iluminada e liberal política aproveita a oportunidade de que lhe oferece o*

* Universidade Federal Rural de Pernambuco – Mestranda em História Social da Cultura Regional; Bolsista CAPES. Orientador: Prof. Dr. Wellington Barbosa. Contato da autora: julieholanda@yahoo.com

presente Tratado, para declarar espontaneamente no próprio nome e no de seus herdeiros e sucessores, que a Inquisição não será para o futuro estabelecida nos meridionais domínios americanos da Coroa de Portugal." (CAVALCANTE, 1990: 147)

Um outro ponto que diferiu na atuação da Inquisição na colônia em relação à sua prática na metrópole foi o diferente quadro do corpo de agentes alocados no Brasil. O rol de agentes da Inquisição metropolitana contava com uma complexa rede de cargos. No quadro abaixo podemos verificar quais eram esses cargos, que posição hierárquica ocupavam, se houve representantes dos mesmos no Brasil e ainda o quantitativo de nomeações na colônia:

Cargos do Tribunal de Lisboa	Cargos transplantados	
	Brasil (nº total)	Pernambuco (nº)
Comissário	80	36
Notário	72	43
Promotor	---	---
Procurador de réus	---	---
Qualificador	33	9
Visitador de Livrarias e Naus	---	---
Solicitador	---	---
Guarda de Cárcere	---	---
Alcaide de Cárcere	---	---
Familiar	3.114	581

FONTE: adaptado de BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2000 e SIQUEIRA, Sônia A. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaios, 56).

Nossa análise lança luz exatamente para este quadro diferencial de cargos entre a metrópole e a colônia, mais precisamente focalizando os Familiares do Santo Ofício, agentes do mais baixo grau de hierarquia na lista dos colaboradores inquisitoriais.

Homens leigos, os Familiares do Santo Ofício eram os únicos agentes da Inquisição portuguesa que não vestiam a batina. Letrados, tinham a obrigação de vigiar a comunidade, prender e transportar hereges. Nomeados para a localidade de sua residência, eram os 'olhares vigilantes' da Inquisição nas comunidades de sua moradia. Na Inquisição, o cargo de Familiar era fundamental, pois, sem abandonarem as suas profissões, auxiliavam o Tribunal fazendo prisões, participando de inquéritos, vigiando atentamente as consciências.

O cargo de Familiar do Santo Ofício existia desde os primórdios da Inquisição, ainda no medievo. Naquela época, contudo, atendia pelo nome de meirinho da inquisição. Atuava na comunidade e ainda servia nos Cáceres. Nicolau Eymerich, em seu manual *Directorum* Inquisitorum datado do século XIV já apontava alguns comentários a respeito desses agentes quando disserta acerca da existência de um copo de guarda armada para o inquisidor. (EYMERICH: 1993, 201) Já na época moderna, seu revisor Francisco Pena acrescenta: "*Acho pessoalmente, que o porte de arma não deveria ser reservado apenas à categoria dos colaboradores da Inquisição, que os italianos chamam de 'crocresignati' e os espanhóis e portugueses de 'familiares' (cujo papel é escoltar o inquisidor, denunciar os hereges e capturá-los com mandato inquisitorial)(...)*". (EYMERICH: 1993, 202)

Com a institucionalização da Inquisição, o cargo passou a contar com regimentos próprios – tanto nos tribunais ibéricos quando nos italianos. No caso dos Tribunais portugueses, existia o **Regimento dos Familiares do Santo Ofício**, no qual constava todas as informações necessárias à categoria. (SIQUEIRA: 1978, 172) Ainda acerca da Inquisição portuguesa, o cargo surgiu junto à criação do Santo Ofício (como eram chamados os tribunais lusos), já incorporado ao quadro de agentes da instituição, já estando presentes no primeiro Regimento da Inquisição portuguesa datado de 1552. Até na legislação régia a presença do cargo é notada, como nas Ordenações Manuelinas que em 1552 já ditava alguns dos tantos privilégios concedidos aos Familiares, como a isenção do pagamento de impostos como a finta a e a talha.

Além disso, vale ressaltar que dentre os agentes inquisitoriais nomeados para a colônia, eram os Familiares os únicos a serem habilitados entre os próprios moradores do local. Sua presença foi marcante para o enraizamento dos preceitos inquisitoriais nas comunidades, sobretudo, as mais afastadas dos Tribunais – como era o caso do Brasil. O cargo era cobiçado – como também respeitado – em virtude do status, dos privilégios e poderes que lhes eram conferidos. "A obtenção da Carta da Familiatura era por si só prova de ascendência limpa de sangue e sinônimo de honra, enobrecimento e status social." (CALAINHO, 2003: 02)

O processo de admissão de um *Familiar*, apesar de sua natureza laica, não diferia dos demais processos de habilitação a qualquer cargo do Santo Ofício. O primeiro passo de

uma candidatura era fazer um requerimento e o seu envio à Mesa do Santo Ofício do Tribunal sob qual estava jurisdicionado. Geralmente, isso ocorria através de um funcionário da Inquisição (notário ou comissário) do local de residência do habilitando. À este último retornava a solicitação para que fosse feita uma "diligência preliminar, com todo segredo, e, com base nos seus resultados, prestasse informações sobre a pessoa." (ARAÚJO, 1997: 23)

O cargo era bastante cobiçado em virtude do status, dos privilégios e poderes que lhes eram conferidos. Prova disso encontramos já nas denunciações da 1ª Visitação do Santo Ofício em Pernambuco, nas quais há registros de três casos em que os denunciantes foram enganados pelos acusados, que para extorqui-los, passaram-se por funcionários do Santo Ofício.

Foi o caso, por exemplo, de Belchior Mendes de Azevedo, acusado por duas vezes, de fingir-se de oficial do Santo Ofício. Em uma das acusações, o denunciante Manoel Ferreira, disse que acusado cerca de dez anos disse que "*trazia da Bahia poderes e huã provizão delle visitador*" para prender Thomas Lopez e disse ainda que se Thomas lhe desse "*huã pipa de vinho e certo dinheiro*", o falso oficial lhe entregaria a provisão que trazia do Santo Ofício e não o prenderia. O valor acertado foi de oito mil réis, porém, o pagamento não foi efetivado por ter sido o caso descoberto por padres da Companhia de Jesus. (Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, Denunciações e Confissões de Pernambuco, 1593-1595 – Livro das denunciações. P. 85, 86) Infelizmente não foram encontradas informações sobre o caso nas confissões de Pernambuco do mesmo período.

Um outro caso interessante a esse respeito foi o de Januário de São Pedro, falso padre e falso familiar. No século XVIII também esteve pelas terras da Capitania de Pernambuco e, "agindo como verdadeiro ministro do Santo Ofício, recebia denúncias, confissões de culpa, fingindo ter toda jurisdição e autoridade para isso (...). Prendeu e roubou 'em nome do Santo Ofício' e tinha exatamente a noção do alto prestígio e terror que representava a figura de *familiar*." (CALAINHO: 2003) Descoberto, acabou nos cárceres lisboetas. Dos requerentes ao cargo, constatou-se a presença de indivíduos de natureza social diversa como fidalgos, agricultores, artesãos, homens de negócios e oficiais mecânicos.

A atuação desses agentes foi bastante relevante até mesmo nas duas primeiras décadas do século XIX, quando a Inquisição declinava em suas ações. Nesse período,

contudo, "(...) a Inquisição continuava a desempenhar um importante papel nas pequenas rivalidades que tão freqüentemente caracterizaram a administração colonial (...)" (WADSWORTH: 2001, 311). Através do caso da luta entre dois clérigos, James E. Wadsworth demonstra que o privilégio inquisitorial exercia um importante aparato nas lutas locais de poder, ou seja, o cargo que um agente inquisitorial ocupava servia como instrumento e/ou arma em conflitos locais e "os seus privilégios continuaram a ser defendidos e mesmo ampliados, mesmo que as razões para que isso acontecesse nada tivessem que ver com a própria Inquisição." (WADSWORTH, 2001:319)

Em sete de outubro de 1756, Josefa Mateusa da Ponto Coelho, solicitou, através de um requerimento enviado ao Rei D. José I, por intermédio do Conselho Ultramarino, uma certidão na qual constasse os dados da execução dos bens de Francisco Cazado Lima, por ser este último devedor do pai da solicitante (A.H.U. _ A.C.L._CU_ 015_Cx. 82_ Doc. 6786). Sem despacho do Conselho Ultramarino, não se sabe se a requerente obteve sucesso, no entanto, o documento sugere a condição de uma iminente falência da família de Francisco Cazado Lima. Essa condição de endividamento da família Cazado Lima, entretanto, está presente em vários outros documentos do Conselho Ultramarino, desde solicitações para demarcação de terras até requerimentos de cartas patentes, todos compreendidos no período entre os anos de 1756 até 1800.

Nesse intervalo, mais precisamente em dez de setembro de 1776, Francisco Cazado Lima (pai) escreveu ao Tribunal de Lisboa a solicitação ao cargo de Familiar do Santo Ofício para seu primogênito, Francisco Cazado Lima Jr. Nesta data, o filho, natural da Vila de Santo Antônio, contava então com onze anos de idade e era estudante de gramática na Freguesia de São Pedro Gonsalves no Bispado de Pernambuco. Seu pai, o Sargento-mor Francisco Cazado Lima era um homem de posses, dono de terras e engenhos em Serinháem (no mesmo Bispado, Capitania de Pernambuco). Já seus avós eram naturais do Arcebispado de Braga, na metrópole com exceção de sua avó materna que era natural da Vila de Santo Antônio do Recife.

O processo de habilitação ao cargo de Familiar do Santo Ofício de Francisco Cazado Lima Jr teve início então quando em resposta à solicitação, a dois de março de 1777, Joaquim Marques, então Comissário da Inquisição no Bispado de Pernambuco, enviava ao Santo Ofício de Lisboa uma correspondência respondendo a ordem do Tribunal de que fosse

feita a diligência acerca do habilitando Francisco Cazado Lima Jr. No documento, o Comissário informa que: "*não consta que o mesmo habilitando seja herege apóstata da Nossa Santa Fé nem que seja filho e neto de pais e avós paternos que cometessem crimes de heresia de lesa Majestade ou do Reino(...)*" (Torre do Tombo. Maço 123, Processo nº 1835, p.1.) A obtenção da Carta de Familiatura, contudo, só foi emitida dois anos após a primeira correspondência. Assim, aos 15 anos de idade, Francisco Cazado Lima Jr se tornava mais um dos 280 familiares do Santo Ofício nomeados na Capitania de Pernambuco ao longo do século XVIII.

O número de nomeações no Brasil colonial é, no mínimo, surpreendente: 3.114, isso considerando o tempo de existência do Tribunal inquisitorial português (1536 – 1821). Destes, 581 foram habilitados na Capitania de Pernambuco, dentre os quais 280 foram nomeados no século XVIII. (BETHENCOURT, 2000: 144,145)

Os números descritos acima elucidam uma outra questão relevante acerca da presença desses agentes inquisitoriais na colônia: os oficiais em maior quantidade foram os *familiares do Santo Ofício*, cujo cargo estava no degrau mais baixo da estrutura organizacional da Inquisição lusa. A vasta presença desse tipo de agente na colônia demonstra como o uso social da Inquisição foi constante durante o funcionamento da instituição. E ainda grifa os benefícios simbólicos da investidura mediante uma sociedade, teoricamente, carente de um maior controle e equilíbrio de consciências.

Não somente isso, quantitativo apresentados acima mostra quão importantes são os estudos que, debruçados nos documentos inquisitoriais, analisam um largo espectro da sociedade colonial brasileira. Casos como os de Francisco Cazado Lima Jr. (Santo Ofício, ANTT. Maço 122. Processo 1835.) ilustram um período da História da Inquisição (sobretudo entre os anos oitenta do século XVII e os anos setenta do século seguinte) no qual se verifica um "desvio da repressão à heterodoxia social e religiosa para a produção de familiares genealogicamente puros e socialmente privilegiados(...)." (WADSWORTH, 2001: 310)

A vasta presença desse tipo de agente na colônia demonstra como o uso social da Inquisição foi constante durante o funcionamento da instituição. E ainda grifa os benefícios simbólicos da investidura mediante uma sociedade, teoricamente, carente de um maior controle e equilíbrio de consciências. Um outro ponto relevante decorre do fato de que a

presença dos familiares na máquina inquisitorial era de fundamental importância para o adequado funcionamento dos tribunais, tanto na metrópole quanto nas colônias. Um estudo mais aprofundado dos processos de habilitação ao cargo de *Familiar do Santo Ofício*, associado a uma análise do contexto histórico do período faz-se necessário face à escassez de estudos nessa área do conhecimento referentes a Pernambuco.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Teles. (coord.) **Habilitandos Brasileiros às Ordens Militares, ao Santo Ofício e à leitura de bacharéis.** Estudo realizado em 1997. Cópia no IAHGP P. 23

CALAINHO, Daniela Buono. **Pelo Reto Ministério do Santo Ofício: falsos agentes inquisitoriais no Brasil Colonial.** Artigo Expandido. ANPUH - XXII Simpósio - Anais Eletrônicos. João Pessoa: 2003.

CAVALCANTE, Carlos André Macedo. **A reconstrução da Intolerância: o regimento de 1774 e a Reforma do Santo Ofício da Inquisição**. Recife: Mestrado em História – UFPE, 1990.

EYMERICH, Nicolau. **Directorum Inquisitorum. Manual dos Inquisidores**. Comentários de Francisco Peña; tradução de Maria José Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos – Brasília: UNB, 1993.

SIQUEIRA, Sonia A. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaios, 56)

WADSWORTH, James E. "Joaquim Marques de Araujo: o poder da Inquisição em Pernambuco no fim do período colonial" *In* SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org) **De Cabral a Pedro I: Aspectos da colonização portuguesa no Brasil**. Porto: Humberpto, 2001

BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX. São Paulo: Cia das Letras, 2000

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Identidade, raça e interpretação do Brasil em Manuel Querino.

Carlos Antonio dos Reis*

Resumo: O texto aborda a obra de Manuel Querino, folclorista e militante negro da Bahia, que no começo do século XX, diretamente envolvido por modelos cientificistas de interpretação, teceu suas considerações sobre a raça e as religiosidades afrodescendentes ao pensar o nacional. Traz uma releitura do autor afim de situá-lo dentro de um grupo de intelectuais preocupados com a construção de uma nacionalidade brasileira resultante direta da mistura das raças, dentre os quais destacam-se nomes como Silvio Romero e Nina Rodrigues, em que pesem suas diferentes abordagens.

Palavras-chaves: Manuel Querino – raça – identidade nacional.

Abstract: The text approaches the Manuel Querino's thought, black folklorist and militant from Bahia. In the beginning of the twentieth century, under cientificists models of interpretation, he wrote his propositions about the race and the african religions, considering the national element. It brings an analisys of the author's work with the intention of situating him into a group of intelectuals interested in the construction of a nationality as a direct result of the mixture of races, like Silvio Romero and Nina Rodrigues, although their approachs differer.

Keywords: Manuel Querino – race – national identity.

Entre fins do Oitocentos e a primeira metade do Novecentos brasileiro, a tentativa de se estabelecer um "espírito nacional" passou, por vezes, pela presença da variável raça.[1] É ponto comum, na historiografia que se dedicou ao estudo desta temática, a idéia de que na passagem do século XIX para o XX muitos intelectuais brasileiros se filiaram a proposições cientificistas de cunho racista para construírem seu pensamento social em busca do conhecimento de um "Brasil real". Pensamento que, via de regra, baseava-se, à luz de pressupostos positivistas e do darwinismo social, em postulados "científicos", recorrendo-se

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp.

[1] A idéia de se pensar o Brasil partindo da variável raça não é em si própria deste período. Já havia aparecido anteriormente, tanto na literatura romântica, que elegera o indígena como representante da brasilidade, quanto na historiografia, em concurso realizado em 1840, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para se discutir a melhor forma de escrever a História do Brasil. A proposta vencedora, do naturalista alemão Karl Friedrich P. von Martius, em linhas gerais, defendia que qualquer um que se dispusesse a tal tarefa deveria levar em consideração a presença das três raças como contribuição à formação do brasileiro. Por sua vez, de maneira afirmativa, Mariza Corrêa defende que: "Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça" (CORRÊA, 1998:53).

muitas vezes à biologia em suas considerações sobre o meio e a raça, para o estabelecimento de modelos de civilização e progresso dos diferentes povos na formação das nações.

A questão fundamental que se colocava à época era: como conciliar a presença de uma população essencialmente negra ou mestiça, que trazia em si as marcas de um passado identificado ao atraso – por isso indesejada – e condenada por muitas falas da antropologia, num corrente processo de modernização e consolidação de uma possível identidade nacional, pensada a partir das elites brancas? Na maioria dos autores, influenciados pelas máximas do darwinismo social, a tendência foi sobrepor a figura do branco, muitas vezes idealizada, frente aos demais tipos étnicos.

Na literatura e na historiografia do período, explicações mesológicas e ideais racistas atribuíam aos processos de formação racial as origens dos males e do "atraso" do Brasil, o que parecia inviabilizar a construção da Nação. Ao negro e ao mestiço, em geral, cabiam as (des)qualificações de inferior, incapaz, imoral, indolente, primitivo, incivilizável, entre outros adjetivos carregados de igual negatividade, levando-os a serem gradativamente alijados das esferas sociais e inferiorizados nas diversas representações constituídas acerca do brasileiro.[2]

A ciência da época, vista como "força produtiva que gera conhecimento e práticas que conformam o mundo em que vivemos" (STEPAN, 2005:17), muito contribuiu para que estas representações racistas pudessem encontrar boas acomodações no Brasil. Nina Rodrigues, por exemplo, adepto dos estudos de frenologia e de craniologia, adotava os ensinamentos de Cesare Lombroso da escola positivista italiana de antropologia criminal e afirmava que qualquer análise etnográfica da população brasileira deveria ser feita a partir da utilização de critérios estritamente científicos – supostamente neutros –, independentes dos sentimentos que se pudessem desenvolver quanto aos elementos não brancos, já que segundo o autor:

> *Para a ciência não é esta inferioridade – do negro – mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual de desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. (RODRIGUES, 1933/1945:26)*

---

[2] Afirmações proferidas nessa linha, sendo construídas ideologicamente, ganharam foro de "verdade científica" e de mito, persistindo na memória coletiva, mesmo depois de rejeitadas por novas abordagens que não mais contemplavam o binômio raça-meio (SOUZA, 1983; NAXARA, 1998). O descrédito em relação a esse tipo de abordagem no trato da identidade nacional ocorreria na década de 1930, momento em que se passou a uma interpretação mais culturalista, influenciada pela antropologia de Boas. Nesse caminho, um dos maiores expoentes seria Gilberto Freyre.

As pesquisas de Nina Rodrigues sobre os africanos – especialmente sobre a religiosidade negra – não constituíam, portanto, uma "preocupação" com a "pureza étnica" deste grupo. Tratava-se de estudos que procuravam averiguar "cientificamente" o grau de primitivismo e degeneração em que se encontrava essa parcela significativa da população brasileira no período pós-abolição. Era "em nome da ciência que ele (Nina Rodrigues) tentava influenciar a opinião pública a favor de suas idéias" (CORRÊA, 1998:202).

Na contramão do médico-cientista, a obra de Manuel Raymundo Querino[3] (1851/1923) – folclorista quase sempre lembrado apenas por estudiosos das religiões e das tradições africanas na Bahia –, aparece como uma forma de oposição, uma resposta a esse tipo de explicação que estabelecia a inferioridade de negros e mestiços. Querino procurou valorizar a presença dos aspectos culturais na formação do Brasil, conferindo peso decisivo à presença de elementos da cultura negra, por vezes depreciada nas representações construídas por muitos pensadores daquele momento. Depreciações que recorriam tanto ao ideal de branqueamento da população, por meio da mestiçagem (Silvio Romero), ou do seu descrédito, tendo em vista a afirmação da degeneração das camadas brancas da população em contato com elementos originalmente pertencentes a raças inferiores (Nina Rodrigues), moeda corrente entre os discursos higienistas.

Por volta da primeira década de 1900, Querino realizou seus estudos folclóricos e etnológicos, mesmo sem possuir uma formação científica, fator tão cultuado na época. Interessou-se, nestes estudos, por retomar a cultura popular e em resgatar certas vivências e práticas cotidianas em vias de desaparecer em função dos processos modernizadores então em andamento na Bahia. Dedicou-se principalmente em reforçar a atuação do negro na "feitura" do Brasil, elegendo suas contribuições – presentes na sua história, dança, musicalidade, manifestações religiosas, culinária e no próprio trabalho forçado nas lavouras e minas do país – como principais agentes delineadores da nacionalidade brasileira. Seu interesse partia, certamente, de suas desilusões com o abandono em que esta camada da população se encontrava, principalmente num momento em que o povo reivindicava para si um lugar de maior destaque, tanto no mercado de trabalho, dada a abolição do trabalho escravo e a grande presença de trabalhadores estrangeiros, quanto, num sentido mais geral, lutava por um maior

[3] Baiano, negro, órfão descendente de pais escravos, Querino se projetara nos meios intelectuais através da forte influência exercida por seu tutor, o fundador do primeiro Instituto Histórico Baiano (1856), Manuel Correia Garcia. Instruído nas letras, foi recrutado aos 17 anos e serviu como oficial inferior num batalhão no Rio de Janeiro, durante as campanhas contra o Paraguai, de onde recebera baixa em 1869, voltando à Bahia. De volta a Salvador, ligou-se ao ramo das artes, exercendo funções de pintor-decorador e posteriormente fundando juntamente com outros artistas baianos o Liceu de Artes e Ofício, onde atuou como lente de desenho geométrico (RAMOS, 1938).

espaço de representação e participação nas esferas políticas do poder. Querino, através de suas militâncias[4] e, principalmente, de sua produção intelectual, se insurgia contra os projetos elitizados de uma República que, do seu ponto de vista, não atendia ao povo; e contra a perspectiva que percebia a miscigenação em geral e, o negro em particular, como fator que mais pesara para o atraso do país, vislumbrando, como caminho para o progresso, uma nação branca à moda européia.

A obra de Querino afirma-se como resposta às constantes depreciações que o povo, e, sobretudo o negro recebia nas diversas representações que se edificavam em torno do nacional, rompendo com certos processos de construção que buscavam em referências paradigmáticas da ciência determinista e racista do período, das quais Nina Rodrigues era um interlocutor por excelência, o parâmetro para descrever estas populações que traziam consigo as marcas de um passado que o progresso desejava apagar e esconder, inclusive fisicamente, ora ao propor seu progressivo branqueamento por meio da mestiçagem, ora pelo afastamento destas camadas indesejadas para longe dos espaços centrais da cidade, afim de "higienizá-los", tornando-os menos populares – menos negros (CHALHOUB, 1996).

Por vezes Querino, já em sua época, fora questionado por certas falhas que o impossibilitavam de se configurar como um dos "homens de ciência", dos quais nos fala Lilia Schwarcz (1993:23-42), sendo reconhecido apenas como folclorista, autodidata ou curioso que se interessara pelos assuntos do negro na nação. Estes eram os lugares a ele reservados dentro da intelectualidade do momento, já que não estava vinculado a nenhuma instituição científica, em que pese tenha sido o próprio Arthur Ramos – discípulo de Nina Rodrigues – o responsável por reviver a obra de ambos na década de 1930, reunindo parte de seus escritos numa coletânea intitulada **Costumes Africanos no Brasil**, onde constam os principais resultados das pesquisas de Querino sobre as "sobrevivências africanas" – religiões, cultos, tradições e a culinária dos negros, escravos ou livres, do Brasil e da Bahia em particular. Na contramão de outros contemporâneos que procuravam deprimir o negro, em seus escritos Querino colocava-o em papel de destaque, evidenciando as diversas maneiras com que este, no "convívio e na colaboração das raças" atuara "na feitura do país".

Contra um certo tipo de ideal de modernização e progresso excludente, dominante na mentalidade de considerável parcela da sociedade, Querino lançou seu olhar para as manifestações populares, procurando estabelecer através da presença do negro, não só seu passado de árduos trabalhos para construir o Brasil, e sim, demonstrar a capacidade criativa

[4] Querino era membro/fundador da Liga Operária Baiana e também participava do movimento abolicionista de Salvador na Sociedade Libertadora Sete de Setembro. Foi Conselheiro Municipal na década de 1890.

de sua cultura e seus empréstimos no desenvolver de uma brasilidade. Como assinala Maria G. Leal, Querino

> *[...] Pesquisou na sua tarefa de etnólogo, o mundo africano, e resgatou valores culturais, sociais e políticos ameaçados de extinção da memória nacional através da política de branqueamento proposta no âmbito da civilização tropical republicana. (2004: 274)*

Desta forma, Querino deu:

> *[...] visibilidade a uma outra leitura da existência, presença e das experiências de um segmento da população ainda invisível enquanto produtora de cultura e colaboradora para a formação da identidade nacional brasileira. Não como objeto de ciência, os africanos e seus descendentes foram interpretados como sujeitos históricos que se confundiam com a história da formação da nação brasileira. (2004: 74)*

As práticas e manifestações populares, recolhidas por Querino, caminhavam em direção oposta aos projetos de civilidade baseados em padrões europeus, sobretudo franceses, das elites. O candomblé, por exemplo, fazia parte de um cenário que as elites desejavam apagar, uma vez que, devido à maciça presença dos negros, era relacionado à pobreza, ao atraso e ao primitivo que, já não tinha mais espaço dentro da modernidade que aquela sociedade reivindicava para si. Desse modo, recorria-se à força policial como meio de coibir tal prática. Mostra-se elucidativa a seguinte passagem da seção de Queixas e Reclamações de um jornal da capital baiana:

> *Os candomblés – Moradores na Fazenda Garcia pedem-nos que invoquemos a atenção da polícia para os candomblés que ali funcionam, desbragadamente, dia e noite, perturbando o repouso dos que moram nas suas imediações.*
> *[...] Se a polícia não quer acabar com semelhantes atentados à civilização desta capital, ao menos providencie para que seja respeitado o direito ao repouso noturno que, incontestavelmente, tem as famílias residentes nas vizinhanças desses candomblés. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1904:02 apud LEAL, 2004: 55, grifos nossos)*

Afirmando-se contra esse movimento de repressão, não só físico, mas, principalmente simbólico, dos hábitos do povo, Querino defendia as manifestações da religiosidade africana – em que pese um tom evolucionista em seu discurso – elogiando-as, ao afirmar que

> *Incontestavelmente, o feiticismo africano exerceu notória influência em nossos costumes... na psicose nacional, no indivíduo e na sociedade. E, aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas. (QUERINO, 1916/1955: 22-23)*

Por outro lado, Nina Rodrigues, como avalia Mariza Corrêa, em suas passagens sobre a religiosidade africana demonstra um certo desprezo, na medida em que estas não constituem "uma louvação da pureza africana", mas, ao contrário, "o reconhecimento dos elementos certos nos lugares devidos: o negro poderia ser agressivo ou fetichista na África, não no Brasil" (1998: 186).

Ainda sobre a religiosidade africana, Querino, tecia seus comentários em favor de um sincretismo, em certa medida forçado pela colonização portuguesa, mas que nem por isso acabara com a capacidade criativa e original do negro. Capacidade de se adaptar e forjadora de um traço característico do brasileiro: a superstição.

> *O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habituado naquela e obrigado por esta, ficou com as duas crenças. Encontrou no Brasil a superstição, conseqüência fatal aos povos em sua infância (QUERINO, 1916/1955: 35).*

Por vezes Querino, através de sua obra e militâncias, fora considerado um herói de sua classe e de sua raça. Alguns, a seu respeito, afirmaram que se tratou do primeiro historiador afro-brasileiro, e que teria sido o primeiro a reivindicar uma revisão da maneira pela qual o negro era tratado pela intelectualidade nacional, produzindo desta forma uma obra nos moldes da chamada "história vista de baixo". Falecera em 1923, vítima de malária e sua obra permaneceu pouco conhecida. Mais tarde, esta seria revivida tanto pela visão "cientifica" de Arthur Ramos (1938), quanto pela ficção de Jorge Amado, que se inspirara na trajetória de Querino para dar vida a Pedro Archanjo, personagem central de seu romance Tenda dos milagres**,** de 1969 (SKIDMORE, 1976: 310; LEAL, 2004:257).

Na visão de Querino, o negro estava sendo constantemente atacado nas representações que dele se construíam, guiadas por certos referenciais racistas e deterministas, que somente atendiam aos interesses de uma elite preocupada em se estabelecer dentro de moldes de civilização e progresso europeus. Referenciais evolucionistas dos quais o próprio Querino não conseguiu escapar, por exemplo, quando se referia ao Brasil como um "povo em sua infância". Tentou, então, combater tais "ataques" realizando intensa pesquisa junto às comunidades negras de Salvador, mesmo sem uma formação "científica", o que lhe renderia muitas críticas e desconfianças mais tarde. Recorreu à oralidade e a memória das populações negras de Salvador, visitando cultos de candomblé, rodas de capoeira, entre outros espaços onde sua presença se fazia marcante, a fim de levantar um material que demonstrasse o valor destas práticas para a constituição da cultura brasileira.

Muitos intelectuais desde meados do XIX falavam da construção do Brasil como resultante da mistura das três raças – indígena, branca e negra. Querino também

compartilhava desta opinião, contudo percebia que a contribuição negra estava sendo minimizada e menosprezada. Em seu caminho, diferenciou-se de outros que também se dedicaram aos estudos da cultura popular e a busca de um caráter nacional. Silvio Romero julgara que na "luta pela vida e pela civilização", a vitória seria do elemento branco, mais forte e mais adaptado, enquanto que o negro seria apenas um meio de se atingir, através da mestiçagem, o branqueamento desejado (ROMERO, 1888/1977:229-33). Nina Rodrigues diagnosticara no negro sua suposta inferioridade e a conseqüente morosidade em civilizar-se, pouco contribuindo para o futuro da Nação brasileira. Afirmara categoricamente que, como a constituição de nossa nacionalidade e de nossa capacidade cultural se dera pelo mestiçamento, deveríamos, portanto, buscar no sangue negro não só algumas de nossas virtudes, mas principalmente "muitos de nossos defeitos" (1906/1935:23-4). Querino, em outra direção, afirmava que o negro fora o principal responsável pelo engrandecimento e pela existência da nação brasileira, seu trabalho e sua força criativa, teriam sido traços decisivos para se moldar a nacionalidade.

Sua obra permaneceu marginalizada e colocada num segundo plano, provavelmente porque não tinha o caráter erudito e o rigor científico tão almejados na época. O seu papel na intelectualidade brasileira encontra-se pouco delimitado. Querino teve dificuldades para negociar sua inserção entre as elites e os intelectuais de seu tempo. Nunca fora reconhecido como tal, nunca chegou a constituir um dos chamados "homens de ciência". Os poucos que se referiram a ele, o classificaram como um "autodidata", um "curioso", um "etnólogo prático" e no máximo um folclorista. Segundo Leal (2004:321), o fato de ter sido considerado um folclorista é significativo, pois expressa dois aspectos do racismo da época: 1º) falar das práticas africanas era tratar do "folclore", este entendido de forma desqualificada, já que a cultura negra era considerada de menor valia, sendo os negros julgados primitivos e inferiores, verdadeiros "inimigos da civilização"; 2º) o termo também desqualificava a competência de Querino, já que este era apenas esforçado, e, carecendo de erudição e ciência, se limitava simplesmente a narrar a "cultura menor" dos negros.

Por volta dos anos de 1930, ocorre um resgate da presença africana em nossa formação cultural, e a questão nacional adquire novos enfoques, a partir da realização de Congressos de Etnologia Afro-brasileira, no Recife (1934) e na Bahia (1937). "O ponto mais enfatizado pelos pesquisadores da época é a desvinculação retórica do determinismo biológico" (CORRÊA, 1998: 269-70). Discute-se, a partir de então, os aspectos da cultura nacional e não mais os "problemas" causados pela raça, sobretudo a negra. A obra de Querino é revisitada e reeditada por Ramos. O momento agora era dotado de um tom mais culturalista

no enfoque às questões identitárias. Há uma guinada para uma auto-imagem, em certa medida, mais negra e mestiça do Brasil. Ainda assim, muitas das representações pejorativas do negro, sendo construções históricas, permaneceriam fortemente arraigadas no imaginário e nas práticas do dia-a-dia coletivos.

Referências Bibliográficas:

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade:** A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

LEAL, Maria G. 2004. **Manuel Querino entre letras e lutas** - Bahia: 1851-1923. 425f., Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

NAXARA, Márcia. **Estrangeiro em sua própria terra:** representações do trabalhador nacional (1870/1920). São Paulo: Annablume, 1998.

QUERINO, Manuel. (1916) **A Raça Africana e seus Costumes**. Salvador: Progresso, 1955.

_____. **Os costumes africanos no Brasil.** Org. e pref. de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

RAMOS, Arthur. Prefácio In QUERINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1938.

RODRIGUES, Raimundo Nina. (1906) **O animismo fetichista dos negros bahianos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. (1933) **Os africanos no Brasil.** 3ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945.

ROMERO, Sílvio. (1888) **Estudos sobre a poesia popular do Brasil.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870/1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983. (Tendências, v.4)

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. (História e Saúde)

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura Racional e Letramento

Ricardo Neumann
Professor Orientador: Artur Cesar Isaia

A Cultura Racional é uma organização extremamente peculiar. Mesmo com um discurso que contém diversas características de um discurso religioso (ORLANDI,1987), a mesma não se autodesigna como uma religião. Toda essa singular posição pode ser melhor compreendida com uma analise do contexto onde se deu a criação da mesma.

Alicerçada exclusivamente na obra bibliográfica, Universo em Desencanto[1], a Cultura Racional se auto compreende como um "movimento cultural" que, através de seus livros, levaria os seres humanos ao entendimento de sua natureza, origem e destino. Para os estudantes, como são chamados seus adeptos, a Cultura Racional é a "verdade das verdades". Um conhecimento "conclusivo". Este conhecimento, que estaria nas obras Universo em Desencanto, teria sido recebido[2] pelo criador da Cultura Racional, Manoel Jacintho Coelho, junto à entidade única e suprema do movimento, o Racional Superior[3]. Assim podemos observar que mesmo tentando afastar-se de uma conotação religiosa, a Cultura Racional foi criada a partir de uma "mensagem transcendental", e nos seus ensinamentos diz "possuir" as "respostas" para as questões existenciais fundamentais (de onde viemos, o que somos e para onde vamos?).

Toda essa singular construção discursiva está nitidamente ligada ao contexto que cercava o campo religioso[4] na época da criação do movimento. Seu fundador Manoel Jacintho

[1] Essa obra soma mais de mil volumes (21 da obra, mais 21 da replica, 21 da treplica e 943 livros do Histórico) e só foi terminada por Manoel Jacintho Coelho em 04 de Junho de 1988.

[2] (...) a teoria sociológica (e na verdade, qualquer outra teoria que se move na estrutura das disciplinas empíricas) sempre a de encarar a religião *sub specie temporis,* deixando aberta necessariamente, portanto, a questão de se e como ela também poderia ser vista *sub specie aeternitatis.* Assim, a teoria sociológica deve, por sua própria lógica, encarar a religião como projeção humana e, pela mesma lógica, não pode ter nada a dizer acerca da possibilidade de esta projeção se referir a algo além do ser que a projeta. (...) a teoria sociológica (e na verdade, qualquer outra teoria que se move na estrutura das disciplinas empíricas) sempre a de encarar a religião *sub specie temporis,* deixando aberta necessariamente, portanto, a questão de se e como ela também poderia ser vista *sub specie aeternitatis.* Assim, a teoria sociológica deve, por sua própria lógica, encarar a religião como projeção humana e, pela mesma lógica, não pode ter nada a dizer acerca da possibilidade de esta projeção se referir a algo além do ser que a projeta. Ver (BERGER, 1985), p. 186.

[3] Entidade suprema da Cultura Racional (equivalente a Deus para os cristãos), que teria ditado seus ensinamentos sobre, de onde vem, o que são e para onde vão os seres humanos, a Manoel Jacintho Coelho.

[4] Vamos nos ater à noção de campo religioso, conforme aparece em Pierre Bourdieu. Ou seja, como um desigual sistema de forças (religiosas), dotadas de uma desigual acumulação de capital simbólico. Ou, nas palavras do

Coelho, era até o dia 04 de outubro de 1935, quando teria iniciado suas comunicações com o Racional Superior, um médium de Umbanda. Essa informação nos remete ao campo religioso mediúnico[5] daquela época. Esse, na década de trinta, sofria com a intensificação da perseguição as religiões mediúnicas. Fundamentalmente as de origem afro, como o Candomblé e a Umbanda. As novas condições de urbanização dos grandes centros do sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) foram um fator preponderante nesse processo (ORTIZ, 1978). Já que as praticas rituais das religiões mediúnicas afro não se "adaptavam", na visão das elites "civilizadas", à nova ordem vigente decorrente do crescimento das cidades. Com isso, intensificou-se o trabalho dos chamados "intelectuais da Umbanda"[6], que tentavam dotá-la de um reconhecimento social de seu capital simbólico[7]. Ortiz (IDEM), fala de um processo de "legitimação racional", no qual esses intelectuais tentarão dotar a Umbanda de uma base doutrinária escriturística, a fim de separá-la do caráter ágrafo do Candomblé.

Naquele contexto se tinha a visão de que uma religião mediúnica teria, teoricamente[8], mais reconhecimento social quanto mais tendesse para o lado Kardecista do campo mediúnico[9], ou seja, com ênfase no escriturístico. Manoel como médium de Umbanda

---

mesmo "Equanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de *especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um '*corpus' deliberadamente organizado* de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por essa razão em leigos (ou *profanos,*no duplo sentido do termo) destituídos do *capital religioso* (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal". Ver (BOURDIEU, 1987), p. 39.

[5] Reconhecemos, a partir de Bourdieu um campo mediúnico. Este é formado por várias denominações, que professam a crença na reencarnação e na comunicação entre os espíritos, dotadas de desiguais processos de acumulação simbólica (algumas são mais reconhecidas que outras). Embora não possamos articular totalmente a Cultura Racional ao campo mediúnico, vamos enfocá-la interagindo constantemente com este.

[6] Por intelectuais da Umbanda vamos entender aqueles umbandistas que em um determinado contexto (primeira metade do século XX) "desenvolveram todo um discurso denunciador de práticas "fetichistas e supersticiosas", avessas [para os mesmos] ao progresso e a civilização", então perseguidos pelos mesmos através de uma tentativa de codificação da Umbanda. Ver (ISAIA, 1999), (11): 97-120. Entre esses intelectuais da Umbanda podemos citar, Emanuel Zespo e Martha Justina.

[7] Por capital simbólica entendemos, segundo Bourdieu, que "sendo uma relação de comunicação entre um emissor e um receptor, fundada no deciframento, e portanto na operação de um código ou de uma competência geradora, a troca lingüística é também uma troca econômica que se estabelece em meio a uma determinada relação de força simbólica entre um produtor, provido de um dado capital lingüístico, e um consumidor (ou um mercado), capaz de propiciar um certo lucro material ou simbólico. Em outros termos, os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos. (BOURDIEU, 1996), p. 53.

[8] Como já colocamos não devemos nos esquecer que muitos estudos nos mostram que a realidades das praticas populares não andam sempre de acordo com as idéias dos produtores de sentidos. O que não é também relevante a nossos estudos, que não buscam interpretar as recepções dessas idéias, mas a sua concepção.

[9] Nesse sentido podemos entender o campo mediúnico como um "continuum". Segundo Candido Procópio o "continuum" constituiria um gradiente que abarca desde as formas mais africanistas da Umbanda até o Kardecismo mais ortodoxo, no qual "o principio teórico que preside a organização do "gradiente" umbandista é a doutrina Espírita da evolução, aplicada no sentido de valorização máxima da vivência religiosa de feitio internalizado e ético e de desconsideração pelas formas materiais do culto, especialmente aquelas que implicam o uso do álcool e fumo, símbolos do "atraso" e dependência da matéria". Ver (CAMARGO, 1961).

estava inserido em todo esse processo dinâmico de "reestruturação" das religiões mediúnicas. Dessa forma podemos relacionar a tentativa de fuga do campo religioso e a busca pelo letramento como "salvação", como estratégias de criação da Cultura Racional. A leitura da obra Universo em Desencanto como único caminho de salvação está nitidamente ligada a uma investida de Manoel em um nicho do mercado religioso mediúnico crescente na época, a parcela de seguidores das religiões mediúnicas que pretendia aderir a uma opção mais letrada de religião mediúnica, mais "racionalizada" e menos ligada ao caráter ritual. Dessa forma, podemos observar o porquê da estratégia de criação da Cultura Racional estar tão imbricada com a idéia de leitura e letramento.

O Letramento como "salvação"

Podemos interpretar a idéia de letramento como salvação de duas maneiras. Primeiramente poderíamos pesquisar, sociologicamente, a idéia pregada por Manoel de que a leitura da obra Universo em Desencanto levaria o seu leitor, literalmente, a "salvação". Mas a face à qual privilegiaremos nesse texto, é a que expõe o letramento como "salvamento" da própria condição de "existência" de uma religião mediúnica naquele contexto.

Embebido por toda uma maré de influências, que rondavam o campo religioso mediúnico daquela época, Manoel, como médium de Umbanda, certamente se apropriou[10] de muitas das idéias a respeito da "racionalização" da mesma, na criação da Cultura Racional. Em suas leituras podemos perceber um forte caráter pessoal, já que Manoel faz um uso muito particular de todas as influências daquele momento de metamorfose do campo religioso mediúnico, dando ênfase total ao escriturístico em sua criação.

Essa ênfase como podemos observar fez parte de toda a estratégia do ex-mediúm de Umbanda na sua tentativa de cooptação de adeptos para seu movimento. Procurando captar os adeptos dissidentes das religiões mediúnicas ritualizadas, Manoel fez da leitura o alicerce de seu movimento. Dessa forma o mesmo entrava assim em uma disputa com seus antigos "correligionários". Nesse sentido podemos observar que a ideologia religiosa se transformou (BOURDIEU, 1987), Manoel mudou suas premissas, numa tentativa de atingir mais intensamente o mercado religioso em transformação da época. Essa oferta de bens de salvação "racionalizados" teve espaço quando a urbanização das grandes cidades "pediu" por mais "racionalidade" nos rituais das religiões mediúnicas. Dessa forma podemos observar que Manoel estava propondo uma "resposta" para uma demanda existente naquele contexto.

[10] Ver (CHARTIER, 1990).

Buscando dessa forma emplacar suas idéias e conseqüentemente afirmar-se perante uma parcela do campo religioso.

Como podemos observar em Bourdieu, "o capital de autoridade religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que ela pode mobilizar oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses" (IDEM). Ou seja, a oferta de Manoel buscou captar esses "descontentes" do campo mediúnico, os quais, certamente, aderindo a seu movimento, lhe dariam plausibilidade e poder. Nesse sentido observamos, ainda em Bourdieu (IDEM), que essa mudança da ideologia religiosa, como as transformações de Manoel, fazem parte da dinâmica do campo religioso. Já que nesse, agentes como sacerdotes, leigos e profetas enfrentam-se por suas convicções, e transformam suas doutrinas, e assim defendem seus quinhões de mercado religioso.

A criação de Manoel aparece no campo mediúnico em um momento e de uma forma extremamente "oportunista". Na percepção de Manoel um movimento que fosse tão afastado do caráter ritual e totalmente baseado na leitura e no letramento não teria como não atingir as necessidades dos participantes do campo religioso mediúnico daquele contexto. Dessa forma sua idéia foi, ao radicalizar as idéias dos intelectuais da Umbanda, tentar tornar-se a "solução" para os "novos cidadões" órfãos de racionalidade".

Sua tentativa de abarcar os fiéis, preponderantemente os de sua antiga filiação, e tornar-se ele mesmo um produtor de sentidos com extrema influência foi barrada pelo forte apelo que o caráter ritual tem junto a maioria do público do campo religioso brasileiro. Motivo de sucesso das igrejas pentecostais e neopentecostais, o caráter ritual "retornaria", como se alguma vez o tivesse deixado completamente, décadas depois às próprias religiões mediúnicas, principalmente as afro.

A procura do ritual como caminho de interlocução religiosa é de certa forma substancial para o sucesso de uma empresa religiosa em nosso país. Certamente o discurso dos intelectuais da Umbanda não tinha tanto eco entre as camadas mais populares das sociedade brasileira. Assim a estratégia de mercado de Manoel não cativou tantos fiéis quanto acreditou um dia poder cooptar. Com uma parcela ínfima do mercado religioso brasileiro atual, mais ou menos, quinze mil adeptos[11], a Cultura Racional não prosperou como empresa de salvação tanto como esperava Manoel. Com uma ideologia extremamente vinculada ao momento de sua criação, a mesma, que atingiu seu auge na década de setenta, quando Tim

[11] Segundo números da mesma. Lembramos que segundo números do IBGE (Censo 2000) Hinduístas, por exemplo, são 2.979. Ou seja, quando colocamos que a participação da Cultura Racional é mínima estamos comparando a mesma com os gigantes do campo religioso como os Católicos romanos, ou os Evangélicos.

Maia participou do movimento, foi paulatinamente decaindo em número de adeptos após sua década de apogeu. Vários foram os motivos da derrocada da Cultura Racional. As suspeitas de fraude financeira por parte de seu criador, a saída de Tim Maia do movimento, justamente por esse motivo. Mas com certeza a pouca familiaridade da maioria dos brasileiros com a cultura escrita e com a leitura, além da falta do caráter ritual, foram certamente os motivos que impediram que esse movimento realmente tivesse chances de cair nas graças do consumidor do mercado religioso brasileiro.

Entretanto fica aqui uma ressalva. Em nossas pesquisas nos deparamos com um enorme número de *sites* sobre a mesma, além de depoimentos de leitores da obra de Manoel que não se dizem adeptos "formais" do movimento. Esse fato nos abre inúmeras questões. Uma delas é a que liga esses acontecimentos, a *internet* como meio de divulgação e a leitura "descompromissada", ao atual momento do campo religioso, onde é possível um muçulmano ir numa seção Espírita ou um católico ler um livro da Cultura Racional, ou montar um *site* da mesma. Ou seja, o presente momento do campo religioso pode abrir diferentes perspectivas, tanto para a Cultura Racional, quanto para nossos futuros estudos sobre a mesma. Pois a mesma pode ter permanecido com o mesmo pensamento, mas o campo religioso certamente sofreu inúmeras mutações, que conforme os indícios podem estar atingido as formas como os consumidores do campo religioso podem perceber a mesma.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Mário de Andrade de "Número especial"

Cláudio Roberto Dornelles Remião*

Resumo: Em 18 de maio de 1944, o jornal *Folha da Manhã* fazia publicar mais um artigo de Mário de Andrade (1893-1945) na sua coluna de *O mundo musical*. O texto, de título "Número especial", referia-se a uma importante publicação que então seria realizada em homenagem à música brasileira - o número 6 do *Boletín Latino-Americano de Música* - e trazia à tona dois assuntos sobre os quais o escritor paulista pouco escrevera ao longo de sua vida: a música produzida no Brasil do período colonial e o estado da pesquisa musicológica no país. O presente texto, que pode ser definido como um trabalho de história da musicologia, é uma análise desse artigo muito pouco comentado de Mário de Andrade.
Palavras-chave: Mário de Andrade – Brasil – Música.

Abstract: In 18th May 1944, the daily paper Folha da Manhã brought out another article by Mário de Andrade (1893-1945) within his column O mundo musical. The text, titled "Número especial" (Special issue), referred to an important issue which was then to be achieved in honour of Brazilian music- namely the issue n° 6 to the Boletín Latino-Americano de Música - and raised two subjects about which the author had scarcely written through his life: the music produced in colonial Brazil and the state of affairs as to musicological research in that country. The present text, which purports to be a work on history of musicology, is an analysis of the above mentioned issue, scarcely reviewed by Mário de Andrade himself.
Keywords: Mário de Andrade – Brazil – Music.

Em 1944, instalava-se no Rio de Janeiro o musicólogo Francisco Curt Lange (1903-1997), alemão naturalizado uruguaio, velho conhecido da intelectualidade musical brasileira. Lange, que aqui ficaria por dois anos, incumbia-se de uma missão importante: coordenar os trabalhos do próximo número do *Boletín Latino-Americano de Música* - o número 6 - e dirigir sua publicação.[1]

O *Boletín*, que consistia na talvez mais importante publicação latino-americana relativa à pesquisa musical, tinha então esse número como inteiramente dedicado ao Brasil e, a exemplo do que ocorrera nos trabalhos anteriores, compreenderia um volume de várias páginas, contendo artigos, além de um suplemento musical (partituras).[2]

Para auxiliar Curt Lange na realização do *Boletín*, para ele foi especialmente constituída uma comissão, presidida por Villa-Lobos (1887-1959) e composta por figuras conhecidas da intelectualidade brasileira - Andrade Muricy (1895-1984), Manuel Bandeira

* Mestre em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[1] Boa parte das questões colocadas neste texto encontram-se em Remião (2004:31-40).
[2] O único *Boletín* que não apresentou suplemento musical foi o de n.2, *Boletín* impresso em 1936 no Peru. Em relação ao *Boletín* dedicado ao Brasil, esse foi o último número da série.

(1886-1968), Luiz Heitor Corrêa de Azevedo (1905-1992), Lorenzo Fernandez (1897-1948), Brasílio Itiberê (1896-1967) e Renato Almeida (1895-1981). Mário de Andrade (1893-1945), figura mais influente da musicologia do Brasil daquele tempo, também deveria participar de tal grupo, mas nele não ingressou, apesar do pedido de Manuel Bandeira que cogitou nessa atitude do autor uma rixa pessoal em relação a Villa-Lobos:

> *Fui convidado para tomar parte nos trabalhos do Boletim Latino Americano de Música e aceitei. Fiquei encarregado da parte de ilustrações. Encontrei lá todos desolados com a sua recusa. Não se conformam com a falta que você faz. Compreendo muito bem os seus motivos (imagino que você não quer saber de mais contatos com o Villa). Mas Mário, não haverá um jeito de você colaborar a salvo do que você receia?: você pela sua recusa, ficou com a faca e o queijo na mão, pode impor o seu regulamento. Pense um pouco no que isso vai representar para o Brasil. Devo dizer-lhe que os planos estão bons e há na comissão gente sensata como o Luis Heitor e o Murici. (MORAES, 2001:674-675)*[3]

No entanto, como se pode ver na carta de Mário de Andrade a Luiz Heitor, de 04 de abril de 1944, o musicólogo alega outro motivo para não fazer parte da comissão; foi por entendê-la como uma afronta à idoneidade de Curt Lange:

> *Mas a verdade verdadeira, Luís Heitor, é que essa comissão, embora sem intenção disso, representa uma desconsideração ofensiva ao Curt Lange, e eu achei que, por mim, eu não devia fazer isso a um colega. Questão de ética profissional. Repare bem: eu não entro, neste caso, no problema do mérito pessoal do Curt Lange, que aliás acho enorme. É o mérito da questão que eu discuto. Ponha o caso em si e você há-de concordar comigo que essa Comissão é uma espécie de reconhecimento público da incapacidade musicológica do Curt Lange. E isso a um homem de valor e utilidade incontestável, com uma fé de ofício importantíssima nas Américas, criador, organizador e diretor duma revista hoje imprescindível e fundamental na musicologia americana. E essa revista com o Curt Lange na direção já conseguiu lançar vários números nacionais americanos, sem que nenhum país se lembrasse de nomear oficialmente (ou extra-oficialmente, pouco importa!) nenhuma comissão pra descobrir a pólvora. Eu não faço isso a um colega. (AZEVEDO, 1980:105-106)*[4]

Mário de Andrade, contudo, ciente da importância de um *Boletín* inteiramente dedicado ao Brasil, não deixou de oferecer a sua ajuda à realização desse importante evento. E a prestou de início escrevendo para a imprensa um texto no qual divulgava a futura e significativa publicação. O artigo tinha por título "Número especial" e foi publicado em 18 de maio de 1944 em *O mundo musical*, rodapé semanal que o autor tinha no paulistano *Folha da Manhã*.

Em "Número especial", Mário assinalou (respeitosamente) a existência da comissão destinada a auxiliar Curt Lange e registrou também as metas projetadas por ela que, dividida em quatro seções – Etnografia e Folclore, História, Ensino, Vida Musical –, abarcava

[3] A citação em questão corresponde a uma carta de Manuel Bandeira endereçada a Mário de Andrade, remetida do Rio de Janeiro e datada de 31 de março de 1944.
[4] Esta carta foi publicada também em Azevedo (1973).

uma quantidade vasta de assuntos que iam, por exemplo, da música indígena à música contemporânea. Cético, embora elogiasse tal plano, para ele a musicologia brasileira estava num estágio ainda muito inicial e ela dificilmente poderia dar conta de tudo o que se prometia. E da difícil tarefa que se impunha, destacou e tratou na maior parte do texto, um dos tópicos que sem dúvida mais dificuldades oferecia – a pesquisa sobre a música do Brasil "Colônia": "Um dos angustiosos mistérios é a música que se fêz na Colônia. Sem dúvida é muito fácil afirmarmos, que predominou a música religiosa, mas como foi a profana? E mesmo a religiosa, qual foi?" (ANDRADE, 1998a:148).[5]

Esse pequeno texto[6], repleto de interrogações, que procurava mostrar as dificuldades com que se defrontariam os pesquisadores, constitui uma fonte preciosa para quem se dedica ao pensamento musical de Mário de Andrade, pois, além de trazer duas questões que foram pouco tratadas pelo autor, a música colonial e a musicologia brasileira, trazia-as de modo relacionado, implicando uma (a pesquisa musicológica brasileira) como um dos aspectos determinantes da outra (conhecimento do nosso passado musical). Em suma, está-se diante de um texto cujas preocupações com a "música culta" pregressa remetem àquilo que mais tarde se chamaria no Brasil de "musicologia histórica".

A questão é que Mário de Andrade, principal intelectual do "nacionalismo musical", mostrou-se muitas vezes avesso à música do período colonial em razão do pouco ou nenhum índice de brasilidade que tal música lhe transmitia, e tudo leva a crer que isso contribuiu de algum modo para ele pouco se interessar por essa música. Cabe observar, contudo, que tal questão não era uma particularidade de Mário de Andrade, mas sim uma tendência em grande parte comum à musicologia brasileira nacionalista daquele tempo que, à exceção de uns poucos pesquisadores, não trabalhava com fontes primárias em relação à velha música e não imprimia buscas almejando encontrar composições musicais antigas. Em 1944, o que de mais antigo a academia conhecia de música no Brasil era a obra do padre José

---

[5] De acordo com Mário de Andrade (1998a:147-148), as seções com seus respectivos responsáveis e temas eram as seguintes:
1. Etnografia e Folclore (Luiz Heitor e Brasílio Itiberê) - a música dos indígenas brasileiros; os instrumentos de música dos índios brasileiros; a música do negro brasileiro; os instrumentos de música do negro brasileiro; a música popular brasileira; instrumentos de música populares no Brasil; estudos sobre os diversos gêneros de música popular brasileira.
2. História (Renato Almeida) – música colonial; a ópera no Brasil; a música sinfônica brasileira; a música de câmara no Brasil; a música para piano no Brasil; o canto em português no Brasil; o advento no nacionalismo na música brasileira; o período contemporâneo; estudos sobre os principais compositores brasileiros.
3. Ensino (Villa-Lobos e Lorenzo Fernandez) – história do ensino musical no Brasil; o ensino profissional da música no Brasil; a música nas escolas brasileiras; estudos sobre os grandes educadores musicais.
4. Vida Musical (Andrade Muricy) - história da vida musical brasileira; a organização oficial; orquestras, bandas militares e particulares; sociedades musicais; rádio; fotografia, bibliotecas musicais; estudos sobre os grandes intérpretes brasileiros do passado e de hoje; musicologia e crítica musical.

[6] "Número especial" recebeu quatro páginas na transcrição de Jorge Coli.

Maurício Nunes Garcia (1767-1830), figura sobre quem Mário de Andrade escreveu alguns textos não deixando de discorrer acerca de sua pouca brasilidade. O último artigo que o autor escreveu sobre José Maurício, publicado pouco tempo antes de "Número especial" e no mesmo *Folha da Manhã*, explicitou críticas à obra e à figura do padre-compositor. José Maurício, "o anti-incofidente típico", era o "confidente" do colonizador (ANDRADE, 1998b:143-145).

Em "Número especial", o que se verifica é algo totalmente diferente: se não se pode afirmar que Mário de Andrade é um entusiasta pela música do período colonial, pelo menos de modo algum se pode dizer que o autor demonstra pouco interesse por ela, por sua pesquisa. E isto porque Mário de Andrade contribui para o problema tecendo reflexivamente várias hipóteses acerca de onde se poderiam encontrar composições antigas.

O que reside em tal artigo é, pois, um posicionamento inegavelmente prestativo do autor que, preocupado com o desenvolvimento da pesquisa musical no Brasil, objetivava com "Número especial" alcançar não exclusivamente o público comum do jornal, ou não apenas esse, mas os pesquisadores musicais que por ventura empenhar-se-iam no *Boletín*. Essa intenção de incitar os pesquisadores com o referido artigo, Mário revelou a Luiz Heitor em carta de 19 de maio de 1944: "Lhe mando aqui duas cópias do artigo que escrevi sobre o futuro número especial do 'Boletín'. Uma é pra você ler, a outra pra dar ao Curt Lange. Creio que não preciso me explicar, foi artigo unicamente pra agitar a notícia e entusiasmar os colaboradores daqui." (AZEVEDO, 1980:107).

Contudo, ao tomar também como destinatário a figura do musicólogo em "Número especial", Mário de Andrade em hipótese alguma imprimiu em seu artigo um trabalho direcionado especificamente para especialistas, a ponto de o mesmo ser incompreensível para o público leigo, muito pelo contrário; como é característico de sua escrita, abundam no texto uma coloquialidade bastante convidativa ao leitor comum, no caso desconhecedor dos problemas musicológicos do Brasil, e em determinadas passagens verificam-se o uso do humor e da ironia próprios da crônica. A esse respeito, digna de nota é a manifestação de Mário de Andrade logo após relatar o ambicioso projeto temático da Comissão: "Ah se pudéssemos conhecer abalizadamente tudo isso!..." (ANDRADE, 1998a:148).[7]

Em "Número especial", em suas especulações Mário de Andrade privilegiou a música dos tempos mais pretéritos do Brasil, o século XVI, e tratou tanto da "música religiosa colonial" como da "música profana erudita".

[7] Santos (2003), ao tocar na fragilidade de fronteiras entre os gêneros textuais em Mário de Andrade, foi quem analisou o artigo "Padre José Maurício", de *Música, doce música*, demonstrando a alternância de elementos literários com os propósitos referenciais do artigo.

Sobre a "música religiosa colonial", dentre outras coisas, assinalou como sendo "impossível que nos arquivos das matrizes, das ordens monásticas e das ordens terceiras" não tivesse ficado alguma coisa. Problematizou o "canto de órgão", mencionado nas cartas jesuíticas, e sobre ele colocou que o estudo da música religiosa impressa no século XVI no México (menciona um "Graduale Dominicale") seria um caminho para entender o que foram efetivamente tais cantos. Para a "música religiosa colonial", Mário assinalou dois especialistas que poderiam contribuir à pesquisa dessa música: o padre Serafim Leite (1890-1969) e o frei (também musicólogo) Pedro Sinzig (1876-1952) (ANDRADE, 1998a:148-149).[8]

Já quanto à "música profana erudita", Mário enfatizou que a pesquisa se daria de modo talvez mais fácil, "não só porque essa música devia ser fatalmente a mesma que se fazia em Portugal", mas pela possibilidade de que uma investigação em inventários e testamentos pudessem revelar "os instrumentos de música mais costumeiros nos solares coloniais. E os instrumentos nos levariam aos repertórios ibéricos do tempo." (ANDRADE, 1998a:149). Sobre tal questão, não deixou, ainda, de assinalar uma série de complicações inerentes à semântica da nomenclatura dos instrumentos, coisa que fez ao discorrer dos problemas referentes ao termo "viola".

Pode-se dizer que tais sugestões de pesquisa levantadas por Mário de Andrade eram bastante adequadas à musicologia brasileira daquele momento, pois, afinal, num contexto em que pouca pesquisa se fazia em arquivos *a priori* qualquer coisa poderia ser dita. Contudo, é importante enfatizar, apesar de fixar-se mais no século XVI, período ao qual ainda hoje nada se encontrou em termos de documentação musical e talvez nunca se encontre[9], que Mário não era ingênuo em acreditar que abundavam em nossos arquivos músicas de tempos passados à espera dos pesquisadores. Pelo contrário, sabia que muito já havia se perdido para sempre e uma árdua pesquisa *a priori* não era garantia de êxito algum.

Em suma, era com vazios que se depararíam os pesquisadores de nosso passado musical e estas lacunas, longe de serem rapidamente preenchidas, na opinião de Mário de Andrade, não era com o *Boletín* dedicado ao Brasil que seriam eliminadas. Com toda uma linguagem que lhe é particular, assinalou "a incúria de muitos", a imaturidade de nossa

[8] Dos dois, apenas Sinzig teve trabalho publicado no *Boletín* n.6 (SINZIG, 1947). Serafim Leite não teve seu artigo "A música nas Escolas jesuíticas" publicado, pois um 2º volume, que comportaria seu texto e se previa como uma segunda parte do *Boletín* número 6, nunca saiu do prelo.

[9] A obra musical mais antiga que com certeza foi composta no Brasil é o *Recitativo e Ária*, de compositor anônimo, escrita na Bahia em 1759. Antes disso, em um período não superior à terceira década do século XVIII, também em manuscrito, mas sem a certeza de terem sido produzidos em terra brasileira, há o chamado *Grupo de Mogi das Cruzes* e o *Manuscrito de Piranga*, compostos, respectivamente, por 16 e 25 composições. Quanto aos registros "pré-etnomusicológicos", como os de Jean de Léry (1534-1611), relativos ao canto dos Tupinambá, apesar de serem do século XVI, de um modo geral, estes não têm sido colocados pelos estudiosos lado a lado à produção musical antiga mencionada.

musicologia e até mesmo as próprias pessoas de outrora que deixaram poucos registros como causas desse penoso estado de ignorância histórico-musical:

> *há coisas que, pela incúria de muitos e pela justa infância em que ainda vai no Itororó a nossa musicologia, nem tão cedo poderemos saber com suficiência, nem nunca poderemos saber mais. Porque se perdeu. (ANDRADE, 1998a:148)*
>
> *A cada passo topamos com vazios no conhecimento da música do Brasil, que ainda será preciso preencher. E as falhas que o número especial do Boletim tiver, não dependerão dos que o dirigiram e orientaram, mas da nossa musicologia incipiente e da ausência constante de referências musicais nos viajantes e cientistas que nos estudaram, na Colônia. E no Império. E nas diversas repúblicas por que vamos velozmente passando, por filológico amor das nomenclaturas. (ANDRADE, 1998a:150)*

Para Mário de Andrade, ainda não era tempo "de se conseguir um conhecimento mais profundo e profuso de nossa evolução musical". No texto, ao assinalar o trabalho sobre folclore que havia feito para o *Handbook of Brazilian Studies*, disse que em relação a esse já era possível afirmar que deixou-se para trás a "fase das generalizações levianas" para se entrar num "período monográfico", visando as "generalizações idôneas", mas, na música, ao seu ver, nem no "período monográfico" teria-se entrado. Assim, em relação ao *Boletín*, o que se poderia esperar, segundo o autor, seria somente um trabalho "no sentido sociológico e não no tecnicamente musical" e, assim mesmo, "só muito por alto"[10] (ANDRADE, 1998a:150).

Encontra-se aqui, como se pode ver, um reconhecimento de Mário de Andrade acerca das limitações da musicologia brasileira de sua época que, de fato, ainda dava seus primeiros passos àquela altura. Nisto incluía-se até os "musicólogos legítimos", expressão que utilizou para referir-se a figuras como Luiz Heitor, Oneyda Alvarenga (1911-1984) e Caldeira Filho (1900-1982) em oposição aos "amadores" que se punham a escrever sobre música. Ensaístico, fortemente pessoal, vinculado ao "nacionalismo musical", assim era o texto musicológico daquele momento.

Mário de Andrade morreu em 1945 e não chegou a ver o *Boletín*, que teve uma publicação demorada e só veio a lume efetivamente em 1947. Do autor, contudo, traz o volume o artigo que o mesmo se incumbira de fazer – "As danças dramáticas do Brasil" (ANDRADE, 1947) –, e uma bonita homenagem lhe foi feita no prólogo por Curt Lange (LANGE, 1947a:34-36)[11], que no mesmo *Boletín* contribuiu com um importante artigo sobre o passado musical mineiro (LANGE, 1947b). Como se sabe, esse artigo de Lange, intitulado "La música en Minas Gerais: un informe preliminar", tornar-se-ia um clássico sobre o passado musical em Minas e revelaria à intelectualidade brasileira, dentre outras coisas, não

[10] Mário de Andrade escreveu para o *Handbook of Brazilian Studies* em 1942.
[11] A página anterior ao prólogo (p.30) traz uma foto de Mário de Andrade.

só a existência de velhos papéis de música, alguns dos quais datados do final da penúltima década do século XVIII – que seriam os mais antigos da história da música do Brasil de então – como chamaria a atenção para o fato de que a essa velha música relacionavam-se as tradicionais corporações musicais mineiras, comumente chamadas por bandas[12]. Foram através desses conjuntos mineiros, de seus arquivos funcionais, passados geralmente de pai para filho, que grande parte da música pretérita do Brasil foi conservada.

Levando-se em conta que Mário de Andrade fizera a previsão de que do *Boletín* talvez não se devesse esperar grandes realizações, teria ele, se vivo fosse, se surpreendido com o artigo de Curt Lange? É possível conjeturar positivamente sobre tal idéia, e é possível também assinalar que, se por um lado, o artigo de Mário "errou", por outro lado, ele "acertou" ao, no caso do musicólogo teuto-uruguaio, conseguir incuti-lo de algum modo com mais ânimo (se é que este não tinha o suficiente) nas suas pesquisas em Minas Gerais de agosto de 1944, já que, muito provavelmente, Curt Lange lera "Número especial" antes de rumar para Minas. [13]

O fato curioso, acaso do destino, é que em agosto de 1944 Mário de Andrade estava lá, em Minas Gerais, passando uns dias de descanso em Belo Horizonte no mesmo hotel (Grande Hotel) que Curt Lange hospedara-se a fim de pesquisar nosso passado musical. Consta que Mário de Andrade chegou a tomar conhecimento dos achados de Lange, ainda bem iniciais e relacionados ao século XIX. E também se relata que ele teria se entusiasmado com tais pesquisas.[14] Mas eis uma dúvida: por que Mário de Andrade não publicou um texto sequer para comentar os achados de Lange? O período até a sua morte foi escasso para isso? Ou, na prática, nada desejou escrever por estar ainda preso às velhas idéias nacionalistas com relação à antiga música? Então, "Número especial" seria um artigo de exceção, de um Mário de Andrade pouco à vontade com a música do período colonial?

Seja como for, o fato é que Mário de Andrade em Minas, diante da pesquisa iniciada por Curt Lange, deve ter provavelmente se lembrado de "Número especial", o artigo que escrevera há poucos meses para estimular os pesquisadores ao *Boletín* e para comunicar o advento de uma importante publicação dedicada à música brasileira.

---

[12] Esse artigo de Curt Lange, escrito originalmente em espanhol, encontra-se traduzido para o português, sem as diversas imagens e reproduções musicais, em Lange (1990).

[13] No Acervo Curt Lange, "Número especial" encontra-se na Série Vida em BRUFMGBUCL3.172.15 (ANDRADE, 1944). É possível que o exemplar do Acervo seja o mencionado da citada carta que Mário de Andrade enviou a Luiz Heitor.

[14] Por exemplo, Lange (1966:141-142) e o depoimento de Rubens Borba de Morais em Mourão (1973:6).

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Mário de. Número especial. Folha da Manhã, São Paulo, 18 maio 1944. Mundo musical. BRUFMGBUCL3.172.15.

_____. As danças dramáticas do Brasil. Boletín Latino-Americano de Música, Rio de Janeiro, n.6, p.49-97, mar. 1947.

_____. Número especial. In: COLI, Jorge. Música final: Mário de Andrade e sua coluna jornalística Mundo musical. Campinas: UNICAMP, 1998a. p.147-150.

_____. José Maurício. In: COLI, Jorge. Música final: Mário de Andrade e sua coluna jornalística Mundo musical. Campinas: UNICAMP, 1998b. p.142-146.

AZEVEDO, Luiz Heitor Corrêa de. Mário de Andrade e Francisco Curt Lange. In: MOURÃO, Rui (Org.). Curt Lange, o descobridor II. Minas Gerais, Belo Horizonte, 23 jun. 1973. Suplemento Literário, ano 8, n.356. p.3.

_____. As minhas cartas de Mário de Andrade. Latin American Music Review, Austin, v.1, n.1, p.92-111, Spring/Summer1980.

LANGE, Francisco Curt. A manera de prólogo. Boletín Latino-Americano de Música, Rio de Janeiro, n.6, p.31-48, mar. 1947a.

_____. La música en Minas Gerais: un informe preliminar. Boletín Latino-Americano de Música, Rio de Janeiro, n.6, p.409-494, mar. 1947b.

_____. A música na Vila Real de Sabará. Estudos Históricos, Marília, n.5, p. 97-198, dez. 1966.

_____. A música em Minas Gerais: um informe preliminar. In: MOURÃO, Rui. O alemão que descobriu a América. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1990. p.99-179.

MORAES, Marcos Antonio de (Org.). Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira. 2 ed. São Paulo: USP, 2001.

MOURÃO, Rui (Org.). Curt Lange o descobridor I. Minas Gerais, 16 jun. 1973. Suplemento Literário, ano 8, n.355, p.1-12.

REMIÃO, Cláudio. Música e Brasil – uma interpretação histórica dos primeiros usos do barroco. 2004. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Paulo Sérgio Malheiros dos. Um artigo musical. In: _____. Músico, doce músico. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p.141-155.

SINZIG, Pedro. O Pontifical de Santa Cruz, Coimbra. Boletín Latino-Americano de Música, Rio de Janeiro, n.6, p.301-307, mar. 1947.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Zona" Organizada: A memória do caminho para a cidadania social e trabalhista.

Frederico Sidney Guimarães*

Resumo: Este trabalho analisa a memória do processo de lutas das prostitutas organizadas politicamente na cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, procura demonstrar os aspectos envolvidos na conjuntura política relacionada à prostituição, as políticas públicas e a forma na qual estaria se criando uma memória coletiva dessa mobilização. Contamos com a metodologia da História Oral e análise de fontes escritas.
Palavras-Chave: Prostituição, trabalho, memória.

Abstract: This paper analyses the collective memory of the prostitutes movement politically organized in the city of Rio de Janeiro. It tries to indicate the involvement of other aspects such as the political conjuncture, the public policies etc. We used the Oral History methodology and the support of written sources.
Keywords: Prostitutes, labour, memory.

Este trabalho tem como objetivo analisar a memória de um processo de lutas organizado pelas prostitutas no Rio de Janeiro mobilizadas em prol do reconhecimento de sua cidadania e de seus direitos trabalhistas. Através de um início de mobilização local, foi se estabelecendo contatos de parceria até que se efetivou o I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, quando foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas[1].

Como tarefa inicial, iremos retratar os aspectos que fazem parte da história de lutas e as formas nas quais percebemos a ação do Estado em relação à questão da prostituição. Com base nessas atitudes, será possível perceber a conjuntura na qual o movimento das prostitutas surgiu e sua inserção nos meios políticos.

No Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional marcou o início da luta institucionalizada, porém, não podemos deixar de mencionar que havia um histórico de iniciativas que conduziram a um aperfeiçoamento na questão da consciência de seus direitos e também da proteção pessoal e reconhecimento. Neste caso, podemos citar como exemplo um fato que se tornou símbolo: a ocupação de uma igreja na França por prostitutas locais como forma de protesto.

---

* Graduado em História e Mestrando do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO.
[1] Folheto fornecido pela ONG Davida – Produzido pela Rede de Prostitutas – sem data.

A ocupação de Igreja Saint-Nizier, em Lyon, 1975 por 150 prostitutas que protestavam contra as multas, prisões e assassinatos simbolizou o dia internacional das Prostitutas, 2 de junho[2]. Percebe-se que temos a construção de uma noção identitária que contrasta com os padrões considerados éticos e morais de uma sociedade cristã e machista.

O surgimento dessas atividades de contestação reflete uma conjuntura que caminha para o amadurecimento das instituições políticas e ideológicas das sociedades democráticas. Esta afirmação parte de pressuposto de que essa luta não se encontra respaldada apenas na participação das próprias profissionais, mas pelo apoio dado a tais questões por outros setores sociais.

Mesmo assim, não se pode deixar de lado que um dos problemas que enfrentamos atualmente é a melhor definição de democracia e como ela pode ser vivenciada na complexidade do jogo social, no qual vários tipos de comportamos e ideais de vida são confrontados. A dúvida faz parte da problemática de equiparar, num mesmo plano de conquista, a noção de igualdade e de direito para todos, a partir do momento em que uma sociedade democrática e de direito considera parte de grupos pertencentes à população como inglórios e destituídos do merecimento de serem reconhecidos com parte integrantes da cidadania.

Faz-se menção a importância não apenas na luta pela regulamentação do trabalho, mas pela ampliação de direitos sociais e civis. Percebe-se que este movimento encontra barreiras não apenas na estrutura dos estados e das instituições tradicionais da sociedade, mas também nos próprios integrantes do que seria esta categoria de trabalho. Desta forma, é de extrema importância o entendimento da capacidade dos grupos sociais alterarem a ao mesmo tempo aperfeiçoar a vida cidadã e democrática das sociedades.

Na primeira parte serão expostas as ideologias e a tipologia efetuada na ação do estado em relação às prostitutas. Na segunda, focalizaremos essa análise no Estado Brasileiro e por último será abordada a organização das prostitutas no Brasil e no Rio de Janeiro.

Prostitutas e Estado:

Através da discussão sobre a forma que os estados democráticos lidam com a questão das minorias, podemos fazer uma exposição sobre como tem sido a prática das políticas públicas em relação ao trabalho das profissionais do sexo. Esta parte nos ajudará a

[2] http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=64776

comparar os caminhos tomados por diferentes grupos de organização das prostitutas assim como a diferença sobre os projetos dos governos em relação às zonas de meretrício.

Essas práticas públicas podem ser compreendidas em três principais aspectos: proibição, regulamentação e abolição da prostituição (SILVA, 2005: 72-105). A proibição faz parte de uma maneira autoritária de se tentar resolver os problemas sociais, de forma a proibir, pela lei, a prática do meretrício. As prostitutas que vivem nesse sistema estão sempre sendo perseguidas pela polícia sobre o argumento legal da ilegalidade de sua prática. Como conseqüência direta da proibição surgiu a necessidade de camuflar o exercício da sua profissão. E através desse jogo com o poder público que surgem as "zonas", áreas de tolerância pelo poder público, ou as "dançarinas" ou diversas formas de fugir da consideração de prostituta.

A regulamentação visa ao mapeamento das áreas ocupadas pelo meretrício e o estabelecimento de normas para o exercício dessa atividade. Existem vários métodos voltados para a regulamentação, como o fichamento das prostitutas, exigência de visitas periódicas a postos de saúde, criação de uma burocracia de certificados indicando as condições daqueles que estão sendo catalogados.

Esse modelo é o preferencial dos sanitaristas e dos projetos de "urbanização" das cidades. A partir da consideração do meretrício como uma prática natural dos meios urbanos, o que faz relação com o senso comum de que estaríamos tratando da profissão "mais antiga do mundo", esse seria o melhor meio de se manter o controle sobre essa prática. Além do controle físico haveria a possibilidade de evitar, segundo os adeptos da regulamentação, os males urbanos associados à prostituição, como a proximidade com a criminalidade e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

Por último teríamos o modelo abolicionista no qual a intenção é evitar que as causas possíveis que levariam ao surgimento de prostitutas fossem extintas. Nesse caso, a principal característica é a "vitimização" da mulher prostituta. Elas seriam livres para o exercício de suas práticas sexuais, porém a repressão estaria ligada àqueles que cooptam com tal atividade. O surgimento desse tipo de mentalidade teve origem com a percepção de que a regulamentação não estaria sendo capaz de manter o controle sobre as profissionais do sexo.

Os principais alvos dessa política pública são os traficantes de mulheres, a prática de "escravização" das prostitutas e o próprio estabelecimento onde se efetuam os acordos

sexuais, que são referenciados no termo lenocínio.[3] Dentre os estados adeptos do abolicionismo está o Brasil, devido a sua legislação, que será abordado mais a frente.

A crítica feita a esse tipo de ação do estado em relação à meretriz é vinculada à penalização da mulher e ao mesmo tempo demonstra uma prática contraditória, já que a prostituição seria permitida, mas o local no qual é exercida não. Desta forma, a fragilidade das profissionais, repressão e o desrespeito às mínimas condições de cidadania demonstram as ameaças que cercam a construção e manutenção de um esquema de conquista dos direitos da mulher prostituta.

Políticas públicas no Brasil em relação a Prostituição:

O Brasil, como visto na parte anterior deste trabalho, se enquadra nos países que optaram pela abolição da prostituição, como pode ser observado no Capitulo V do Código Penal (do lenocínio e do tráfico de mulheres). Uma observação pertinente sobre este caso é a contrariedade implícita pela opção da abolição, já que manter uma casa de profissionais do sexo é ilegal, mas ser prostituta não o é.

Além disso, uma contradição clara em relação à legislação, encontra-se casos de arbitrariedade da polícia e dos órgãos de fiscalização quando delimitam algumas áreas para o efetivo exercício da prática do lenocínio. Como foi o caso da transferência planejada das profissionais para determinadas partes da cidade e a demarcação de territórios próprios para a realização de seus trabalhos.

Isso demonstra que era de conhecimento das autoridades públicas o funcionamento de tais estabelecimentos, e que sua repressão era efetivada na proporção da aceitabilidade da qual a "comunidade" lidava com essas práticas onde estava sendo exercida a prostituição.

> *Ansiosos pela retirada das prostitutas de determinadas ruas, por atrapalharem seus negócios ou desvalorizarem suas moradias, estes grupos viam na imprensa um canal de pressão para que fossem tomadas medidas de repressão policial. (SILVA, 2005: 72-105)*

Essa prática de remoção das prostitutas de um local e a delimitação de áreas de "tolerância" estaria vinculada à conjuntura história do surgimento do "mangue", vale ressaltar a desapropriação arbitrária e fundamentada em planejamentos urbanos. Além dessas áreas, enquadradas nos termos econômicos desfavoráveis, havia as prostitutas de luxo, no qual as

[3] Criminalização da exploração da prostituição. Estão inclusos nesse item qualquer casa, boite, bar ou qualquer órgão que possibilite a atividade da prostituta.

autoridades faziam uma associação com a idéia do progresso e desenvolvimento, através da noção do crescimento de grandes estabelecimento luxuosos de diversão.

A mentalidade dos próprios órgãos do governo sobre a questão da "tolerância" em relação ao meretrício, prática que no Brasil sempre foi proibida a exploração, demonstra um caráter peculiar da mentalidade patriarcal e moralista da nossa sociedade, que encararia a prostituição como o chamado "mal-necessário".

Segundo esta linha de pensamento, a prostituta teria a função de manter inclusive a ordem da estrutura familiar, já que saciaria os ânimos masculinos e deixaria a castidade e o bom comportamento de suas esposas. "dessa maneira, tem-se preservada a figura sacralizada da esposa como mulher imaculada, onde o sexo vincula-se à reprodução, e a pureza virginal da "moça de família". (Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, Coordenação Nacional de DST e AIDS, 2002: 14)

Apesar desses traços adversos, hoje podemos perceber alguns exemplos que demonstram a abertura de um novo caminho de dialogo entre a profissional do sexo e o estado brasileiro. Como exemplo temos um embate com a Agencia Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), na qual o governo brasileiro recusou um financiamento de 40 milhões de dólares em 2003 estando em acordo com as representantes da Rede Brasileira de Prostitutas. Este fato foi ocasionado por conta de uma exigência do governo dos Estados Unidos para que os órgãos financiados para a prevenção de AIDS envolvendo as prostitutas não poderiam ser instituições organizadas para o reconhecimento da profissão.[4]

Essa situação demonstra que o próprio governo aceitou a representação da Rede Brasileira de Prostitutas, já que recusou o financiamento, além de não legitimar a benefício a outras instituições, como as pastorais sociais ou outras associações, como no caso da AMOCAVIM (Associações dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa).

Além disso, temos hoje no Código Brasileiro de Ocupações, número 5198-05, o reconhecimento da profissão de "Profissionais do Sexo". Isso demonstra que no Brasil as prostitutas caminham para um campo de reconhecimento de seu trabalho e de respeito em relação às representantes de suas categorias.

[4] Entrevista da Gabriela Leite concedida ao autor deste trabalho em 18/09/2006

Assim, para a próxima parte do trabalho, iremos analisar a prática da mobilização das prostitutas no Brasil, percebendo seus projetos, idéias e caminhos encontrados para fortalecer as potencialidades de seus institutos.

A Organização das Prostitutas no Brasil.

O marco inicial da mobilização das prostitutas está no I Encontro Nacional das Prostitutas realizadas no Rio de Janeiro, em 1987, quando foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas. Essa mobilização contribuiu para a conscientização da capacidade de organização da categoria na cidade, já que logo após esse encontro seria criada a Associação das Prostitutas da Vila Mimosa, em 1988, por conta da prevenção de seus locais de trabalho contra a demolição.

Esse projeto, do encontro nacional, partiu da idéia de algumas prostitutas que já haviam tido experiências de mobilizações, como a Gabriela Leite, que atuou em São Paulo e agora reside no Rio de Janeiro e Lourdes Barreto, de Belém. É interessante mencionar, pelos exemplos individuais, as possibilidades de trabalho e troca de idéias que houve nesse encontro pela junção de idéias originadas de lugares distantes e trajetórias de vidas diferentes.

Enquanto Gabriela contribuiu para a defesa dos direitos das prostitutas em 1979, quando houve a perseguição, tortura e assassinato de prostitutas e travestis em São Paulo comandada pelo delegado Richetti, a militante Lourdes Barreto iniciou sua atuação junto com organismos progressistas da Igreja Católica. Isso criaria uma polêmica futura com esses órgãos, já que as prostitutas, desde o I Encontro, focalizaram sua luta pelo reconhecimento e legalização da profissão.

Se considerarmos o tempo de atuação desses grupos, próximos dos 15 anos, já podemos perceber o quanto foi preciso se adaptar, expandir e, principalmente, se auto afirmarem para que se permitissem a condição de existência. Portanto, temos aí a formação de uma memória coletiva[5], pensada numa rede de identificação e lembranças interligadas entre os participantes desses movimentos, devido à interação com seus quadros de vida ao mesmo tempo individual e grupal.

Neste ponto, é necessário ressaltar que estamos tratando de um grupo que se renova e que possui um fluxo grande de participantes. Mesmo a consideração de um grupo

[5] Emprega-se este termo de acordo com o que nos diz Maurice Halbwachs no seu livro Memória Coletiva, da editora Vértice, editora revista dos tribunais, publicado no ano de 1990, quando é exposto que nossas memórias fazem parte de um convívio social, já que são nossas referencias externas que auxiliam no nosso processo de lembrança. Este ponto será melhor explicado na abordagem teórico-metodológica, porém, aqui trata-se de apontar a abrangência do tema da pesquisa.

raiz, na qual estaria a base de uma memória "inicial", estaríamos também lidando com a possibilidade de partilhamento da memória, cujo marco referencial seria o I Encontro e as primeiras iniciativas.[6]

Essa idéia de mobilidade faz parte mesmo da própria proposta de atuação da categoria. Não podendo se organizar em sindicatos e necessitando arrumar meios de manter uma comunicação, inclusive considerando a distância nacional, optou-se por criar uma "rede" de atuação. Através de uma cadeia de relacionamentos inter-grupais e diversidade de associações, as Profissionais do Sexo procuram manter uma coesão mobilizatória em meio tanta multiplicidade de sujeitos envolvidos.[7]

Uma das grandes características desse tipo de organização é a ausência de hierarquia estrutural e de estatuto. Desta forma, segundo entrevistas realizadas, elimina os problemas referentes à politicagem e jogo de poder, pelo menos no campo de controle dos órgãos ou ocupação de cargos dessa instituição.

Entender o funcionamento desse instrumento de luta, e a formação de uma memória e identidade dessa rede será um processo que necessitará partir do pressuposto de que os sujeitos envolvidos nessa cadeia de relacionamento possuem autonomia e identificação própria, seja ela individual ou mesmo grupal. Essa observação se faz pertinente devido à ausência de uma norma ou qualificação para se fazer parte da Rede Brasileira de Prostitutas, o único quesito em comum que fica evidente, além de pertencerem a mesma categoria de trabalhadores, é manter uma coesão de interesses e a responsabilidade de atuarem em prol dos mesmos objetivos.

Será através da abordagem desse consenso de interesses que entendemos um dos principais fatores que as manteriam coerentes nessa cadeia informacional, ou seja, a luta pela profissionalização da Prostituição. Incluí-las no mesmo patamar de qualquer trabalhador brasileiro é uma bandeira polêmica dentro do próprio movimento. Se por um lado demonstra um foco centralizador, temos também a possibilidade de uma divisão da categoria, observada em outras instituições que não integrariam a Rede Brasileira de Prostitutas, como é o caso da AMOCAVIM (Associação dos Moradores do Condomínio e amigos da Vila Mimosa).[8]

---

[6] Mesmo que esta abordagem temática se encaixe também na idéia de hipótese, há entrevistas realizadas, inclusive com personagens não-participantes da categoria de Profissionais do Sexo que re-afirmam a importância o I Encontro, além de cartazes ilustrativos disponibilizados na sede da ONG Davida ressaltando a história do movimento.

[7] Entrevista Gabriela Leite realizada pelo autor em 18/09/2006

[8] Observado nas entrevistas, a AMOCAVIM estaria na disputa pela melhoria da qualidade de vida, mas não da regulamentação da profissão, associa-se nesse caso o jogo de interesses das casas onde são realizadas o trabalho.

Apesar de termos mencionado um fato adverso da mobilização, em pouco tempo de atuação a Rede de Prostitutas percebeu que contaria com uma ampla parceria com inúmeras outras iniciativas do mesmo porte, nacionais e internacionais. Neste caso de parceria, não se pode deixar de mencionar a atuação da ONG Davida, que promove campanhas de conscientização e tem publicações do jornal Beijo da rua e da criação de uma grife de roupas, denominada Daspu.

Conclusão

O trabalho inicialmente procurou demonstrar os aspectos que fazem parte da conjuntura na qual se encontram as atividades referentes à prostituição, tanto por parte do Estado como por parte dos próprios grupos organizados de prostitutas. Primeiramente foi possível constatar os modelos de ações do estado voltados para prática da prostituição: abolir, regulamentar e proibir.

Dentro desse aspecto, percebemos que o Brasil se enquadra, pela sua legislação, no campo dos países que procuram a abolição. Portanto, essa atitude tem como característica de suas práticas a contradição, pois podemos perceber aspectos dos termos proibitivos, já que a prostituta, mesmo ausente da qualificação de crime, é reprimida através da criminalização de todos os campos referentes à sua prática, ou aqueles que fornecem meios para a realização de seu ofício.

Foi nessa conjuntura que as prostitutas no Rio de Janeiro se mobilizaram a partir do I Encontro Nacional, o que proporcionou um incentivo para a criação de diversos institutos em defesa da categoria. Vale-se reiterar a opção pela atuação em rede e a focalização dos objetivos na regularização (não apenas regulamentar) da profissão.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade**. Rio de Janeiro, Papirus, 2.º edição.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo, Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric**. A era dos extremos o breve século XX**.. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

HUSSEN, Andréas. *Passados presentes: mídia, política, amnésia*. In: **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Documento Monumento.* In: **Memória e História**. 3.º Edição. Campinas, Editora da Unicamp, 1994

Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo: documento referencial para as ações de prevenção das SST e da Aids.** Brasília, 2002

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo, Projeto História – Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. V. 10, 1993,

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti, Ed. Fluminense, 2002;

SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004

SANTOS, Myrian Sepúlvida dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo, Annablume, 2003

SÉGUIN, Elida. Minorias e grupos vulneráveis. Rio de Janeiro, Forense, 2002

SILVA, Juan Carlos da. *A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942).* In: ABREU, Maurício de Almeida. **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudo da geografia histórica carioca**. Rio de Janeiro, Da Fonseca Comunicações, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Co-educação e Desigualdades de Gênero no Ginásio Barão de Antonina (1937 – 1945)

Norberto Dallabrida[1]
Marcos Roberto Martins[*]

Resumo: Durante a "Era Vargas", existiam oito estabelecimentos de ensino secundário em Santa Catarina. Um desses estabelecimentos foi o Ginásio Barão de Antonina, criado em 1936, em Mafra, administrado pela Associação Mafrense de Ensino que admitia rapazes e moças. Este trabalho procura compreender a co-educação e seus limites no Ginásio Barão de Antonina, entre a sua fundação e o fim do Estado Novo. Nesse momento histórico, o ensino secundário era, grosso modo, direcionado para os adolescentes homens que se preparavam e se habilitavam para o ingresso nos cursos superiores. O Ginásio Barão de Antonina, além de ter uma perspectiva laica, foi moderno na medida em que permitia a inserção de mulheres no seu curso secundário. No entanto, verificam-se desigualdades de gênero nas suas práticas educativas, pois a sua cultura escolar era masculinista.
Palavras-chave: Co-educação, gênero, ensino secundário.

Abstract: There were eight educational establishments in Santa Catarina during the "Vargas age". The Ginásio Barão de Antonina was one of the schools which accepted girls and boys, it was criated in 1936, in Mafra, and was run by the Associação Mafrense de Ensino. This paper seeks for understanding coeducation and its limits in the Ginásio Barão de Antonina, from its foundation to the end of the Estado Novo. At this historical moment, secondary school was, in general, directed to male adolescents who were preparing themselves in order to become able to enter the graduation courses. The Ginásio Barão de Antonina, besides having a laic perspective, was modern in the sense that it allowed the insertion of women in secondary school. However gender inequalities can be seen in its pedagogical practices since its scholar culture was masculine.
Keywords: Coeducation, gender, secondary school.

A criação do Ginásio Barão de Antonina, em 1936, em Mafra, estava inserida num momento ímpar de crescimento de instituições particulares de ensino secundário no Estado de Santa Catarina, na década de 1930. Se na Primeira República, em Santa Catarina, o ensino secundário era oferecido somente pelo Ginásio Catarinense, durante a "Era Vargas" existiram oito estabelecimentos desse nível de ensino, localizados nas principais cidades catarinenses. Essa expansão do ensino secundário foi feita exclusivamente por instituições particulares, sendo a maioria delas de confissão religiosa, pois não se constata a existência de colégios de ensino secundário mantidos pelos poderes públicos (DALLABRIDA, 2006:127).

Das oito instituições de ensino secundário existentes em Santa Catarina durante a "Era Vargas", uma praticava exclusivamente a educação feminina, o Colégio Coração de Jesus

[1] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).
[*] Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC.

(GARCIA, 2006), quatro praticavam exclusivamente a educação masculina e três praticavam a co-educação (o Ginásio Bom Jesus, o Ginásio Barão de Antonina e o Ginásio Lagunense). Os estabelecimentos de ensino que ofereciam ensino secundário exclusivo para apenas um gênero eram dirigidos por associações católicas, que seguia as orientações oficiais da Igreja Católica, contrária à educação mista. Desta forma, os ginásios que praticavam a co-educação não tinham um caráter confessional, sendo que o Ginásio Lagunense tinha uma orientação curricular explicitamente laica.

Dentro do contexto histórico da expansão do ensino secundário em Santa Catarina, o Ginásio Barão de Antonina, desde sua fundação em 1936, desenvolveu um ensino laico sem participação direta de nenhuma confissão religiosa. A Associação Mafrense de Ensino, sociedade civil e laica administrava o ginásio e contava com sócios em várias cidades do norte catarinense e sul paranaense e donativos e subvenções das prefeituras de Mafra (sede do ginásio - SC), Itaiópolis (SC), Rio Negro (PR) e do Estado de Santa Catarina (RELATÓRIO, 1998:06). O Ginásio, além de ter uma perspectiva laica, foi moderno na medida em que permitia a inserção de mulheres no seu curso secundário. No entanto, vereficam-se desigualdades de gênero nas suas práticas educativas, pois sua cultura escolar era masculinista. Portanto, o presente trabalho procura analisar a co-educação escolar do Ginásio Barão de Antonina e seus limites.

A Co-educação como Prática Inovadora

Na Reforma Francisco Campos, que reestruturou o ensino secundário brasileiro, a co-educação não apareceu em nenhum artigo, mas não era proibida. Mesmo sem nenhum artigo específico sobre este tipo de ensino, o Ginásio Barão de Antonina adotou o sistema de co-educação. Mas, a partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário, articulada pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, em 1942, a educação do gênero feminino é regulamentada. Provavelmente outras instituições de ensino secundário, de outros Estados brasileiros possuíam esse tipo de educação e a nova lei de 1942 vem ordenar essa prática educativa. No seu artigo 25 que tratava do ensino secundário feminino a lei recomendava que as mulheres estudassem em estabelecimentos de ensino de freqüência exclusiva feminina. Se não fosse possível, poderiam estudar em instituições de ensino misto, dando prioridade a classes exclusivamente de alunas. Sobre a orientação educativa para as mulheres a lei de 1942, no seu artigo 25, na prescrição especial número 4, dizia: “A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher

no lar" (LEI, 1953:12). Portanto, mesmo com a regulamentação do ensino secundário feminino, a lei de 1942 continuava voltada para a educação masculina, aconselhava o ensino universitário para homens e não para mulheres.

O gênero feminino, na história do ensino secundário catarinense, até a década de 1940, esteve à margem do processo educativo. Dos cinco ginásios católicos no Estado de Santa Catarina, apenas um oferecia educação exclusivamente feminina (GARCIA, 2006). Nesse momento histórico a questão da co-educação escolar, para a instituição católica e principalmente para o movimento católico Ação Católica Brasileira era uma prática subversiva e que "a Igreja sempre condenou, claramente, as escolas chamadas mistas ou neutras" (VALDIVINO, 1940:26). Nesse sistema de ensino, aonde convivem num mesmo espaço físico meninos e meninas, as alunas recebem uma educação errônea, imprópria e incompleta por serem submetidas a valores que condizem apenas aos alunos, as meninas deveriam ser educadas para ocupar seu espaço social, como esposas e mães (VALDIVINO, 1940:04). É interessante observar, a esse respeito, que nas quatro regiões catarinenses aonde a Igreja Católica criou instituições de ensino secundário exclusivas para o sexo masculino, nenhuma instituição escolar secundária sob o regime de co-educação foi criada. Mesmo com esse índice numérico superior de educandários católicos, contrários na sua essência à co-educação do ensino secundário, durante as décadas de 1930 e 1940 funcionaram normalmente os três ginásios catarinenses com o regime de educação mista. Possivelmente, somando as alunas e formandas do ensino secundário, dos quatro ginásios catarinenses que permitiam a educação feminina, o número era restrito e inferior aos alunos e formandos masculinos no Estado (DALLABRIDA, 2006:134).

Analisando apenas documentos da instituição, as alunas do Ginásio Barão de Antonina das décadas de 1930 e 1940, tendo na maioria das disciplinas a mesma grade curricular dos alunos e as mesmas oportunidades de promoção, aparentemente eram educadas para o mesmo fim da educação feminina católica: educação para serem boas esposas e mães. O espaço físico-pedagógico, a grade curricular, os professores e funcionários, os exames, as promoções, tudo revela a masculinidade. O ensino secundário nesse período é pensado para homens. As adolescentes entram nesse espaço físico-pedagógico que delimita, afirma o que pode e não pode, através de símbolos, regras e modelos masculinos. Elas aprendem e, portanto interiorizam essa lógica masculina, assim como os adolescentes "e todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença" (LOURO, 1997:61). As alunas estudavam na mesma turma que os alunos, mas quando o número de matrículas feminina para a primeira série era grande, como aconteceu nos anos de 1942 a

1945, era formada uma turma só de alunas. Segue abaixo o quadro-resumo das matrículas masculinas e femininas do Ginásio Barão de Antonina.

Quadro 1 – Quadro geral de matrículas Masculinas (M) e Femininas (F) do Ginásio Barão de Antonina (1937-1945)

Ano	**1937**		**1938**		**1939**		**1940**		**1941**		**1942**		**1943**		**1944**		**1945**	
Série	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**	**M**	**F**
1ª série	53	07	29	08	35	13	52	14	57	27	47	28	28	31	53	37	69	31
2ª série			41	06	34	07	17	08	38	10	43	26	41	16	53	21	43	23
3ª série					36	06	34	10	19	08	31	08	32	20	22	18	48	18
4ª série							29	08	24	,08	18	06	23	11	23	19	20	15
5ª série									22	07	19	07						
Total	**53**	**07**	**70**	**14**	**105**	**26**	**132**	**40**	**160**	**60**	**158**	**75**	**124**	**78**	**151**	**95**	**180**	**87**
Total Geral	**60**		**84**		**131**		**172**		**220**		**233**		**202**		**246**		**267**	

Fonte: As informações foram retiradas das fichas de cada turma presentes nos relatórios dos anos de 1937 a 1945
do ginásio.
Relatórios da Inspetoria Federal junto ao Ginásio Barão de Antonina. (1937-1945)

Nos anos de 1941, 1943 e 1945, eram formadas as turmas da primeira série com maioria de alunas e outra exclusivamente de rapazes, como demonstra os relatórios daqueles anos. E nos anos de 1937 a 1940 eram formadas turmas com minoria de moças. Esses dados dos relatórios enviados ao Departamento de Educação Federal comprovam que quando, pelo número de alunas era possível, as alunas ficavam separadas dos alunos em outras turmas. Embora a educação fosse mista a divisão de gêneros dentro do ginásio, quando possível se fazia também pela divisão de turmas. A coleta de dados para confeccionar o quadro revela que o número de discentes foi crescente e no ano de 1945 o ginásio possuía 180 alunos e 87 alunas. A maioria das turmas de 1937 a 1945 eram mistas e demarcavam claramente a posição de cada gênero na sala de aula até pela própria quantidade de alunas nesses anos, que nunca ultrapassou 40% do total de discentes. Os alunos, portanto, sempre foram a maioria.

Os Limites da Co-educação

As disciplinas de Português, Francês, Inglês, Latim, Literatura, História das Civilizações, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Matemática, História Natural, Ciências, Física, Química, Desenho, Música eram lecionadas igualmente na sala de aula para ambos os sexos. As únicas disciplinas do currículo separadas por gênero eram as disciplinas de Educação Física e Trabalhos Manuais. Nos trabalhos manuais os alunos iam para oficina de marcenaria e as alunas iam para a sala de bordados e boas maneiras. O lugar de cada um nos trabalhos manuais demonstra o tipo de educação empregada, para os alunos trabalhos que exercitavam a força física, criatividade e empreendorismo, para as alunas trabalhos que exercitavam a delicadeza, a suavidade, o recato, pensando primeiro na vida doméstica. O ginásio produzia as diferenças, as desigualdades entre os gêneros, "naturalizava" as diferenças entre alunos e alunas, normalizava a postura e aquilo que seria "normal" para meninos e meninas, tentava normalizar até aquilo que deveriam ser após os estudos no ginásio. Provavelmente os sujeitos escolares se envolviam nessa aprendizagem, aceitando, questionando ou assumindo completamente a representação do papel de cada um nesse processo.

Na disciplina de Educação Física, principalmente a partir de 1941, deveria seguir cuidadosamente todas as instruções dadas pela circular nº 01 do Departamento de Educação Física do Estado de Santa Catarina (INSTRUÇÕES, 1941:01). Essas instruções para os professores da disciplina de Educação Física detalhavam todos os objetivos, funções e exercícios da disciplina e do próprio professor, não apenas no ginásio, mas também em todas as atividades cívicas e sanitárias da cidade. Faziam-se dois exames biométricos, um no início do ano letivo e outro no mês de setembro. Todos os dados levantados através de fichas individuais eram despachados para o Departamento de Educação Física em Florianópolis. Dentro dos exames biométricos havia o exame físico que era feito por médicos competentes da cidade ou cidades vizinhas no início da primeira série e seguiam todas as regras estabelecidas pelo documento. Analisando as diferenças de gênero, observou-se que no ato do exame o médico deveria obedecer à discrição com a idade e o sexo, para meninos e rapazes os exames deveriam ser feitos em completa nudez, para as meninas e moças com camisetas e calção de ginástica (INSTRUÇÕES, 1941:07). As aulas de Educação Física no ginásio eram feitas três vezes por semana, no primeiro horário das aulas. As alunas faziam a Educação Física separadas dos alunos.

Nos exercícios físicos e jogos desenvolvidos para as aulas, as alunas faziam menos exercícios e menos repetições do que os alunos (INSTRUÇÕES, 1941:13). O futebol era proibido para as meninas, para elas eram permitidos os exercícios individuais, brincadeiras de

roda, jogos como "dama" e jogos coletivos como "voleibol" e também algumas provas de atletismo. Enquanto os rapazes eram exercitados para competição e seu desenvolvimento físico nos moldes das atividades físicas militares, as moças eram exercitadas apenas para melhorias gerais da sua saúde física. Para as moças "era preciso evitar jogos que supunham o contato físico ou certa dose de agressividade, uma vez que estes vertiam contra o ideal de feminilidade, ligada à fragilidade, à passividade e à graça" (GARCIA, 2006:25). Para os rapazes "constata-se através de uma 'partida de futebol', o intuito da instituição em constituir uma sociedade de homens cada vez mais competitivos, agressivos, de iniciativa, eficientes, vitoriosos e preparados para o trabalho em conjunto" (GARCIA, 2006:26).

A disciplina de Economia Doméstica, criada pelo governo federal na década de 1940 e empregada no Ginásio Barão de Antonina, tinha como objetivo claro à preparação das moças para sua futura atuação como esposa e mãe. Tornar compreensivo que a mulher é responsável pela harmonia e desenvolvimento de uma família, que essa responsabilidade é inerente à vida feminina (LEI, 1953:336). O programa da disciplina estava dividido em dois anos. Na 3ª série ginasial os conteúdos versavam sobre a introdução da disciplina, arranjo e higiene da habitação, preparo, conservação e uso de roupas; preparo, conservação e uso dos alimentos. Na 4ª série ginasial os conteúdos eram divididos em três tópicos: Contabilidade Doméstica (orçamento doméstico, registro de despesas e relações no lar), Noções de Puericultura (a criança, o recém-nascido, a alimentação da criança, cuidados higiênicos gerais da criança, a criança depois do primeiro ano de vida e moléstias da primeira infância) e Noções de Serviço Social (noções de enfermagem, a mulher e o serviço social). Nos trabalhos práticos desses conteúdos a professora deveria organizar projetos anuais como enxovais para crianças pobres, visitas a cozinhas de estabelecimentos infantis (prolongar os exercícios de culinária) e organizações de "chá" (apuro das maneiras sociais), (LEI, 1953:320-323). Portanto, as moças eram educadas, seus sentidos treinados, para desejarem, bem cedo, aquilo que a sociedade esperava delas: o casamento, uma vida doméstica para o marido e os filhos.

No regimento interno de 1945, não existia norma ou regra que desse conta da presença de alunas no ginásio. O documento é todo redigido no masculino, aparentemente as alunas seguiam as mesmas regras do regimento que os alunos (RELATÓRIO, 1945). Não só as alunas, mas também as professoras de Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica não possuíam seu gênero retratado no capítulo 1º do referido documento, que trata dos deveres e direitos dos professores. O Ginásio Barão de Antonina com suas normas e regras, direcionadas ao gênero masculino, informa a comunidade escolar a sua razão primeira de existir, a educação de sujeitos homens, capacitando-os para uma formação sólida na

liderança da sociedade e de suas futuras famílias (LOURO, 2003:58). Para as mulheres uma formação submissa, primeiramente à instituição escolar que as segrega e separa, para depois uma submissão familiar ao marido chefe da casa (CUNHA, 2003).

Considerações Finais

É importante sublinhar que, num momento histórico marcado pela divisão dos gêneros no ensino secundário, construída pela Igreja Católica e pelo Estado Novo, o Ginásio Barão de Antonina praticou a co-educação, oferecendo ensino secundário a boa parte de mulheres da região de Mafra. Esse fato é significativo para a história da educação catarinense, porque ele indica a inserção das mulheres na escolarização secundária no Estado de Santa Catarina e sobremaneira a prática da educação mista. Além do Ginásio Barão de Antonina, somente o Ginásio Lagunense e o Ginásio Bom Jesus permitiam a educação escolar em nível secundário para rapazes e moças.

O Ginásio Barão de Antonina através das salas de aulas, das disciplinas, das normas e diretrizes, educou adolescentes homens e mulheres que se encontravam naquele espaço escolar na diferença. Mesmo com um verniz de igualdade, as relações entre os gêneros eram desiguais. As alunas eram educadas visando no futuro ocupar o seu lugar na família como perfeitas esposas e mães. Para isso, a disciplina de Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Educação Física, tiveram os seus programas adaptados para atender essa clientela "especial", numa escola de maioria masculina. Não se percebe nos documentos uma continuação dos estudos delas para cursos universitários, essa continuação só era estimulada para os rapazes.

Ao mesmo tempo em que a Associação Mafrense de Ensino incluía, respaldada pelas famílias da região, o gênero feminino no Ginásio Barão de Antonina, excluía aos poucos, através de suas engrenagens, o possível desejo das alunas em seguir o mesmo caminho da educação masculina naquela instituição. Para elas, na sua maioria, o ginásio deveria funcionar como um espaço privilegiado de sociabilidade, lugar de educação mais também de encontros com seus iguais, futuros pretendentes.

Referências

CUNHA, Maria Tereza Santos Cunha. Rezas, Ginástica e Letras: Normalistas do Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/ décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (Org). **Mosaico de escolas:** Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 199-220.

DALLABRIDA, Norberto. Privatização e elitização do ensino Secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX). In: VALLE, Ione Ribeiro, DALLABRIDA, Norberto (Orgs). **Ensino Médio em santa Catarina:** Histórias – Políticas – Tendências. Florianópolis: Cidade Futura, 2006, p. 117-140.

GARCIA, Letícia Cortellazzi. **Sobre Mulheres Distintas e Disciplinadas:** Práticas Escolares e Relações de Gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945). 2006. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ciências da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina.

INSTRUÇÕES para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941. Florianópolis, 1941.

LEI orgânica do ensino secundário e legislação complementar. Ministério da educação e cultura. Rio de Janeiro, 1953.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RELATÓRIO do mês de dezembro do Ginásio Barão de Antonina. Mafra, 1945.

RELATÓRIO Histórico do C. E. Barão de Antonina. Mafra, 1998.

RELATÓRIOS da Inspetoria Federal junto ao Ginásio Barão de Antonina, Mafra, 1937-1945.

VALDIVINO, J. **O perigo da coeducação**. Fortaleza, CE: Cruzada da Boa Imprensa LTDA, 1940.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Registros Rupestres e História: Interfaces

Sônia Maria Campelo Magalhães*

Resumo: Partindo do pressuposto de que os registros rupestres, enquanto alegorias imagéticas, são uma forma de narrar acontecimentos cotidianos, o trabalho propõe uma articulação conceitual entre a História e a Arqueologia, a fim de retirar os homens ditos pré-históricos de uma condição a-histórica.
Palavras-chave: Arte rupestre – História – Linguagem.

Abstract: En partant de la présupposition selon lequelle les registres pariétales, en tant q`allégories imagétiques, sont une forme de narration d`événements quotidiens, le travail propose une articulation conceptuelle entre l`Histoire et lÀrchéologie, a fin de faire sortir les hommes dites pré-historiques d`une condition a-historique.
Résumé: Art pariétal – Histoire - Langage

Introdução

Apesar do discurso historiográfico já ter apresentado significativas mudanças no tocante à incorporação de novas abordagens, ao buscar uma compreensão mais ampla do passado do homem, há uma categoria histórica – a dos homens ditos "pré-históricos" – que não chegou a suscitar o interesse de historiadores, a ponto de merecer um estudo mais detalhado, até mesmo porque a sua categorização como "pré" os exclui automaticamente das discussões da história, remetendo-os para uma estranha ambiência a-histórica. Por outro lado, se discute a possibilidade de trabalhar com uma perspectiva de história total. Seria isso possível, deixando de lado uma parcela considerável do passado da humanidade e, mais que isso, da experiência humana, de forma geral? A resposta é negativa, uma vez que não há espaço vazio de história na trajetória humana. Portanto, não se pode falar em *pré* e em *história* como algo desvinculado. Os arqueólogos "pré-historiadores" são na verdade historiadores dedicados aos primórdios. Afinal, o que um pré-historiador faz é constituir narrativas, a partir dos elementos materiais de que dispõe, para os quais emprega a mesma noção de "documentos", igualando-as às "fontes" usadas pelos historiadores.

Em decorrência do relativismo introduzido no campo historiográfico, o leque de tópicos oferecidos para a análise multiplicou-se, de forma a que elementos tão sutis e

* Doutoranda em História Social , Universidade Federal Fluminense /Universidade Federal do Piauí.

desmaterializados, como os odores ou o silêncio – conforme indicados por Burke (BURKE,1992:11) –, ou mesmo os gestos, podem ser tratados como fontes de informação histórica. Se é assim, nada mais justo do que procurar enxergar no que restou como prova da existência do homem mais antigo vestígios de história.

O tradicional distanciamento entre a história e os outros campos do conhecimento voltados para o estudo do homem em sociedade foi quebrado, desde Febvre e Bloch. O que se percebe hoje, de forma mais acentuada, mas vem desde a década de 1930, com os Annales, é uma tentativa de aproximação. Eu diria mesmo que a história é um primeiro exemplo do movimento em direção à transdisciplinaridade, a uma quebra ou diluição de fronteiras entre os diversos ramos da ciência humana.

Esse "trânsito livre" entre disciplinas afins é buscado ainda de forma tímida pelos cientistas, mas vai aos poucos se impondo. A barreira maior para a ultrapassagem desses limites são os "domínios" pretensamente defendidos por alguns, em cada ramo profissional. Não há área em que praticantes não se fechem em si mesmos, como se defendessem um domínio territorial particular.

Retomar e revisar o conhecimento já consolidado ou estabelecido é uma atitude cada vez mais comum hoje, e processa-se não com o objetivo de desfazer o trabalho anterior, mas no sentido de aperfeiçoá-lo, de fazer valer o que o contexto atual oferece como ferramentas para uma melhor compreensão da condição humana, em toda a sua extensão.

Nesse contexto de "abertura" é que se inserem as discussões aqui expostas, pois dizem respeito a uma aproximação entre disciplinas, notadamente entre a arqueologia e a história.

A abordagem ora proposta reforça a idéia de que a história humana deve mesmo ser buscada, no sentido do "total", ou seja, em todos os seus aspectos e não dividida, deliberadamente, para atender a interesses de classes, continuando-se a enxergar, com olhos racistas, uma inferioridade no que é relativo à "Pré-história" e uma civilidade e desenvolvimento nas sociedades com registro documental escrito. Há quem considere essa discussão superada, mas sinto-me no dever de retomá-la, para situá-la historicamente e ressaltar pontos ou aspectos não discutidos em momentos anteriores. A propósito dessa retomada, no sentido de sua importância e plausibilidade, reporto-me à opinião de Marson sobre os métodos de reconstituição da história social desenvolvidos por Edward P.Thompson:

> *Sua maneira sutil de repensar um elenco de conceitos e modelos interpretativos consolidados, para um tema aparentemente já esgotado, deixando que os próprios sujeitos históricos, no fluir da exposição documental, exerçam a prova de*

> *resistência do aparato conceitual, desmanchou inúmeras ortodoxias que habitavam as cabeças dos historiadores" (MARSON,1989:45).*

A posição defendida nesse artigo diz respeito à proposta de considerar-se a representação rupestre como uma forma de narrar fatos, de fixar memórias, de ensinar estratégias, portanto serve perfeitamente como fonte histórica, e uma vez que essa prática se estrutura em termos de temáticas e de técnicas, enfim, segue uma ordenação, se aproxima tanto da escrita quanto do fazer histórico.

Trata-se de uma ligeira análise do que tem sido comumente denominado de "arte rupestre" e de seu aporte para o conhecimento do homem do passado mais recuado da humanidade, no sentido de ser a prática da pintura - ou da gravura - sobre suportes rochosos, fonte para o estudo da história. Assumir tal posição permite, inclusive, repensar o corte tradicional entre história e pré-história.

Onde a arte rupestre entra na história

As ações realizadas pelo homem constituem o cerne da história, mas o fato de registrá-las é que as torna *história,* a partir do momento em que são trazidas a lume, e delas se toma conhecimento. Ao pensar dessa maneira é possível levantar o seguinte questionamento: o que torna um relato oral colhido junto a um contemporâneo digno de ser considerado *história* quando alguém, seja historiador ou não, o anota e divulga, e não ocorre o mesmo com uma ação representada nos abrigos rochosos por um homem "pré-histórico", como por exemplo a de ferir um animal com certa arma ou agarrá-lo pelo rabo?[1] Em ambos os casos se está a narrar algo, que de certa forma tem uma importância no seu contexto de origem, e a fazer dessa narração um registro. No primeiro caso esse registro é escrito, no segundo, visual. Se são equivalentes em termos de "discursos" e de registro, por que um dos homens produziu história e o outro não? Por que um desses homens é histórico e o outro pré-histórico, se os atos por eles praticados são equivalentes? Convém aqui lembrar que o termo *pré-histórico*, apesar de pretender reportar-se ao que é *pré,* isto é, *anterior*, tem sido empregado ao longo dos séculos como conotando algo que é *inferior*, *atrasado*, *primitivo,* pecha da qual até hoje o homem do passado não se livrou. Assim, além de ser uma categoria cultural, o "pré-histórico" é tido também como um estereótipo, uma entidade representativa do a-histórico. Talvez por isso a ele sempre foi destinado um papel secundário no desenvolvimento da história humana. Idêntica situação passou a África, berço de todos os homens, quando foi declarada continente

[1] O termo *representad*a tem aqui o sentido de *registrada*.

a-histórico, *par excellence,* no discurso de Hegel: "ela não é parte histórica do mundo" (PRINS, 1992:164), e no de outros que o seguiram. Nem é necessário dizer da insustentabilidade dessa assertiva hoje.

A proposição anterior, de equivalência entre os atos de relatar oralmente e relatar através de imagens pintadas nas grutas, cavernas, abrigos e lajedos, certamente propiciará argumentos contrários, contestatórios, um dos quais será, sem dúvida, o critério de divisão utilizado: a presença da *escrita*, distintivo que na visão tradicional só está presente em uma das sociedades, mas não na outra. Contra esse argumento ouso afirmar o seguinte: mesmo que não se tenha um "alfabeto" constituído como tal, observa-se, nas representações rupestres pré-históricas, certos grafismos recorrentes, que se repetem, seja individualmente ou em associação com outros, formando composições. Quando estão isolados esses grafismos possuem uma significação, mas ao aparecerem associados tomam um novo sentido. Tal fato, por si só, já é indicador de uma intencionalidade das representações, e de que estas encerram mensagens, à maneira das escritas. É indicador também de que há uma certa estrutura de escrita. Para A-M Pessis (1987: 2) "[...] essa arte é a manifestação de uma cultura que possui um código de comportamento social que faz parte de seu sistema de comunicação".[2]

Admitindo que esses registros imagéticos são uma forma de narrar acontecimentos cotidianos, ou mesmo excepcionais, apesar de terem sido produzidos num passado bem distante, situado muito antes do que a ciência considera como sendo o momento em que se começa a registrar os fatos *por escrito*, estamos não só equiparando aquelas ações, mas também aceitando que ambas constituem formas diferentes de contar, narrar, enfim, de fazer história. Assim, a arte rupestre é um outro gênero de narrativa histórica, uma maneira particular de fazer história. E mesmo o argumento de não haver escrita alfabética na época em que esses registros foram realizados pode ser contestado e retomado. As discussões sobre esse tema nunca chegaram a um consenso, mas é notório que há nas representações rupestres um código implícito que não chegou, e pode nunca chegar, a ser decifrado. A repetição das mesmas formas, no entanto, contam a favor da existência de uma linguagem. Não se pode mais conceber, por exemplo, que a prática da arte parietal se desse como divertimento. Observando a recorrência de certas representações fica claro que essas obras se destinam a um "expectador". Na verdade essa ação era deliberada e conscientemente registrada, dirigida aos indivíduos pares, iniciados na mesma linguagem, e à posteridade.

---

[2] No original : "Enfin, cet art est la manifestation d'une culture qui possède um code de comportment social faisant partie de son système de communication".

No reino dos conceitos

Se a história for tomada no sentido de uma construção que privilegia a experiência humana, a arte rupestre pode ser considerada uma forma de história, como tenho afirmado, pois constitui-se de narrativas do cotidiano, expressão de técnicas e representações simbólicas de grupos culturais do passado. Mas antes de prosseguir com a argumentação sobre essa possibilidade, faz-se necessário situar algumas posições observadas neste campo de estudos. Convém lembrar que a arte rupestre engloba duas técnicas: a pintura e a gravura em rochas. Os indícios mais antigos dessa prática são atribuídos ao H*omo sapiens* e remontam a 35000-30000 anos antes do presente, época em que a simbolização vai tornar-se mais um importante equipamento de distinção entre o homem e as outras espécies, entre o *sapiens* e as outras formas hominídeas que o antecederam ou foram dele contemporâneas, caso da espécie *neandertalense*.

Embora a expressão *arte rupestre* já esteja arraigada nos escritos produzidos até agora, o fato de carregar no seu bojo uma conotação de prioridade ao valor estético tem levado alguns arqueólogos, sobretudo os da região nordeste do Brasil, a utilizarem *registros rupestres* em substituição àquela. Com isso pretendem chamar a atenção para um aspecto de grande importância: além de não deixarem de ser valoradas como belas obras de arte, são também portadoras de uma função, uma vez que constituem a primeira forma de *registro gráfico* da humanidade. Essas representações constituiriam um código de comunicação social de natureza visual, comparável aos das sociedades com registro escrito. Vista sob este ângulo a arte rupestre é igualmente um mecanismo de fixação da memória e se presta a uma reavaliação de categorias culturais, como a de "pré-histórico" e "histórico". A propósito dos conceitos atrelados a esses termos, sou de opinião que o que ainda hoje é chamado *pré-história* e, portanto, considerado fora da história, deveria fazer parte da história do homem sob a denominação de ***história dos primórdios***, pois só assim o critério de distinção entre os diferentes momentos daquela seria único: o <u>temporal,</u> e não técnico (escrita) e <u>temporal</u> (pré) simultâneamente, como se dá hoje.

A dívida da sociedade contemporânea para com o homem "pré-histórico" estaria em certa medida amenizada, estando ele entre os que fazem parte da história, e esta ficaria assim dividida em história dos primórdios, da antiguidade, da modernidade, contemporânea, pós-moderna...

Voltando ao ponto anterior, após essas digressões, faz-se mister lembrar que apesar de fragmentárias, as informações fornecidas pelos registros rupestres permitem

reconhecer atitudes, comportamentos sociais e práticas desenvolvidas no cotidiano dos homens mais antigos e, por conseguinte, a recriação de parcela de sua vida histórica. A ação de registrar tais fatos transforma seus autores em *atores* históricos porque, como os historiadores contemporâneos, criaram história, como diz Genovese a respeito de um grupo de escravos negros nos Estados Unidos no período que antecede a guerra civil (SHARP,1992:60). Dessa forma têm-se o homem dito "pré-histórico" instituído como ser histórico.

Faz-se necessário ter em mente que todos os grupos e sociedades humanas possuem ritmos de desenvolvimento diferentes e que lhes são específicos, recordando aqui a lição de Franz Boas sobre a história com *h* minúsculo, ou particularismo histórico (LARAIA, 1989:36). Por isso mesmo não é aceitável taxar de atrasada uma sociedade, sem que ela seja vista no seu próprio contexto, e sim em comparação com outras, sob critérios que não se fazem presentes em ambos os lados.

Enaltecer suas próprias ações, seus feitos, atrair simpatia e procurar obter vantagens que se reflitam na melhoria de sua sobrevivência, longe de serem atos puramente etnocêntricos e sem importância, são fatores de coesão, de valorização de um grupo cultural perante ele próprio e os outros, se tomarmos como coerente a visão de Rocha (1994).

Quando registra seus atos na pedra, o homem do passado está, também, registrando sua memória social. A esse respeito um fato curioso, observado na prática da pintura rupestre estudada no Nordeste do Brasil, remete ao problema do que é permitido e do que é interdito em um discurso, pois o universo contextual desses indivíduos se reduz a algumas formas, a um pequeno número de espécies animais e vegetais, a uns poucos objetos e a algumas atividades cuja interpretação baseia-se no movimento, nas posturas dos componentes das cenas.

A noção de *nova história*, para James Harvey Robinson (apud Burke, 1992:17), "[...] inclui todo traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde seu aparecimento sobre a terra". Assim a história passa a interessar-se por toda a história humana. E a evidência dessas atividades pode tanto ser escrita como oral ou visual, pois quanto mais variadas forem as evidências, mais completo será o quadro de conhecimentos sobre o passado da humanidade. Dessa forma a arte rupestre tem garantida sua entrada na história, como uma fonte que permite a equiparação, não só em termos de produção técnica, mas também intelectiva, entre *atores* históricos, uns situados no passado mais distante e outros em um mais recente, e até na atualidade.

Segundo Burke, "Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem" (BURKE, 1992:59-60). Ora, o que mais está evidente na prática da arte rupestre é a tentativa de mostrar certos grafismos que "identifiquem" os diferentes grupos autores. Muitos desses grafismos são colocados em lugares de destaque, para chamar a atenção. Portanto, a arte rupestre presta-se também a estudos sobre a identidade de grupos culturais do passado.

A ponte para o entendimento daqueles grupos mais distantes no tempo são, no caso brasileiro, os indígenas do contato, pois representam a permanência de traços biológicos e culturais dos mais antigos, uma vez que não se imagina uma catástrofe destruindo completamente os mais antigos e os espaços da terra *brasilis* sendo ocupados outra vez, pouco antes da invasão européia. Porém, é preciso lembrar que o espaço temporal entre os primevos e estes é extremamente longo, e certamente "apagou" muitos traços, entre os quais a prática da arte rupestre, que saiu das rochas para o corpo, transformando-se em pintura corporal, já a gravura parece ter sido definitivamente abandonada como forma de expressão. As ligações entre pinturas e gravuras ainda precisam ser esclarecidas, assim como a mudança de suporte já referida, que deve incluir também a cerâmica.

Arte rupestre e discursos

"Embora outros tipos de história – a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência – não fossem totalmente excluídas pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos 'verdadeiros' historiadores" (BURKE, 1992: 11). Se a arte em geral fazia parte dos temas marginais aos interesses dos profissionais da história, por conseguinte, aquela realizada nas rochas nem sequer chegava a ser cogitada para o rol das temáticas tratáveis nesse campo. Mas é fato que ela se apresenta como uma das abordagens possíveis do passado, haja vista seu caráter de testemunho direto e voluntário desses homens que nele viveram. Os grafismos rupestres carregam o essencial das percepções e das representações e racionalidades de seus autores, representantes sociais de grupos culturais, em um dado momento. Além disso, parece evidente, após a análise de centenas de grafismos, que uma das buscas desses homens é o reconhecimento de suas identidades, por meio dos registros gráficos. De tal reconhecimento depende a afirmação do ser social ou do grupo social.

No discurso da atualidade, de que é exemplo a posição de Meneses:

> *Muitos [historiadores] apontam a importância das fontes visuais a partir dos anos 1960, e mesmo antes, fundamentando-se na ampliação da noção já agora consolidada de documento, em História e, portanto, na abertura de novos horizontes documentais. Também se processa a assimilação de novas técnicas quantitativas e qualitativas de análise (MENESES, 2003: 18-19),*

admite-se o uso do "material visual" como fonte documental utilizável pela história, mas não explicitamente se trabalha com aquele emanado do universo do homem dos primórdios.

Considerações finais

As reflexões aqui expostas devem funcionar mais como um alerta para estarmos atentos aos "possíveis" da história Elas podem ter apenas um efeito limitado na discussão das questões contemporâneas, mas sua entrada no cenário historiográfico servirá, pelo menos, para "mexer" com posições pré-concebidas e preconceituosas.

Referências bibliográficas

BURKE, Peter.(org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**.5. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1989.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes Visuais,cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares.* In **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 45,jul. 2003, p. 11-36.Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-01882003000100002&Ing=em&nrm=iso. ISSN 0102-0108.

PESSIS, A.M. **Art rupestre préhistorique: premièrs registres de la mise en scène.** Thèse de Doctorat d''Etat ès letters et Sciences Humaines, Nanterre, Université de Paris X, 1987.

PRINS, Gwyn. *História Oral*. In BURKE, Peter.(org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é Etnocentrismo**.11ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*.In **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias

Lucília de Almeida Neves Delgado[1]

Resumo: Análise de narrativas e das disputas da memória sobre a campanha das "diretas já" no Brasil de 1984.

Palavras-chave: política, narrativa, memória

Abstract: Analysis of narrations and memory controversies about brazilian political movement toward free presidencial elections in 1984.

Keywords: Politics, narration, memory.

No dia 25 de abril de 1984 o amanhecer no Brasil foi marcado por especial expectativa. Após um período caracterizado por empolgantes mobilizações populares, que inundaram as cidades brasileiras, chegara o dia de votação, pela Câmara Federal, da Emenda Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas para presidente da república. Aquele foi um longo dia, que incorporou as esperanças democráticas, da maioria da população brasileira, reprimidas por longos vinte anos de ditadura. Aquele foi também um dia encerrado com uma também longa votação, que invadiu a madrugada do dia 26.

Dante de Oliveira, deputado pelo PMDB do Mato Grosso, formalizou através de emenda constitucional, que se transformou em uma palavra de ordem, algo mais profundo: o anseio popular por transformações significativas na dinâmica da vida política brasileira. Mas o resultado da votação, não correspondeu às expectativas do povo que havia inundado praças e ruas, em torno da bandeira "das diretas já". A contundente voz das multidões, incorporada pela locução de Osmar Santos, não alcançou suficiente ressonância junto aos parlamentares, que votaram contra o restabelecimento das eleições diretas. Foram 298 votos a favor, 65 contra, 113 deputados ausentes e 3 abstenções. Faltaram 22 votos para alcançar o quorum qualificado de 2/3 estabelecido para aprovação de emendas constitucionais.

Choros, semblantes fechados, silêncios e diferentes manifestações de indignação e de decepção foram ouvidos e vistos na madrugada do dia 26 de abril. Eram expressões do sentimento de muitos parlamentares no próprio plenário da Câmara Federal e de populares que assistiram a sessão parlamentar nas galerias daquela casa. Eram manifestações dos cidadãos brasileiros, que nos, bares, botequins, residências e praças públicas procuraram,

[1] *PUC Minas – Doutora em Ciência Política –USP

acompanhar, por meio de boletins da imprensa, a votação da emenda "das diretas já", uma vez que a transmissão ao vivo foi proibida pelo governo federal.

Mas, apesar da derrota da emenda das diretas já a imagem das multidões lotando os espaços públicos, passou a integrar, de forma inequívoca, as páginas de nossa história e se constituiu como marca expressiva de uma trajetória sem retorno pela reconquista da democracia política, na década de 1980.

A "campanha pelas diretas já" foi, de fato, o maior movimento cívico/popular da história brasileira. O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva por liberdade. Transformou o ano de 1984 em marco da única campanha popular brasileira, que segundo Costa Couto (2004:27), nasceu do Parlamento e que segundo as narrativas de muitos petistas, teve sua primeira expressão no famoso comício do Pacaembu, realizado em 1983.

O mês de abril do ano de 1984, exatamente 20 após a deposição do presidente, João Goulart e da implantação de um regime autoritário no Brasil, pode ser considerado como ápice de manifestações, nas quais a população brasileira entoou o incontido grito: "diretas já". As seguintes palavras de Antônio Brito, que no ano de 1984 era editor regional da Rede Globo em Brasília, expressam a dimensão histórica da conjuntura.

> *A emenda do Dante funcionou como uma espécie de imã atraindo tudo que estava ali meio dormindo, começando acordar a sociedade brasileira. Aquela palavra diretas polarizou, imantou, juntou toda energia de mudança que estava surgindo dentro da sociedade brasileira. Tudo que tinha sido abafado, reprimido, trancado durante tanto tempo explodiu. (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2004).*

Em decorrência do forte empenho de milhões de brasileiros em favor da mudança, a derrota da Emenda Dante de Oliveira não significou um ponto final na transição política. Inúmeras iniciativas, para o retorno do país ao estado democrático de direito continuaram sendo implementadas. Legitimaram-se pelo eco das vozes de milhões de pessoas, que fizeram das ruas e praças das cidades o espaço privilegiado para defesa de importantes aspirações republicanas, tais como: democracia política, representatividade, eleições periódicas para cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo e preocupação prioritária com os interesses públicos.

2. Alianças Políticas: a frente partidária e a sociedade civil na "Campanha das Diretas Já"

A "campanha pelas diretas já" constituiu-se em movimento suprapartidário, que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidência da república. Dentre os partidos oficiais que participaram da campanha destacaram-se: o PT, o PMDB e o PDT, que formaram o "Comitê Nacional Partidário Pró Diretas". O PCB e o PC do B também contribuíram para difusão do movimento.

Inúmeras organizações da sociedade civil também estiveram presentes nas mobilizações de rua. Dentre elas destacaram-se, a UNE, a OAB, a ABI, o CONCLAT, a CNBBe a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. A principal característica da campanha pelas "diretas já" foi seu caráter heterogêneo e sua despersonalização. De fato, a frente suprapartidária que coordenou, junto com entidades da sociedade civil, aquela importante campanha cívica era formada por partidos com diferentes programas e diferentes trajetórias.

Nenhum político de carreira ou líder partidário em particular sobressaiu-se na condução do movimento. Mesmo porque não era homogênea a compreensão sobre qual seria a melhor estratégia para se conduzir a relação como o governo. Haviam divergências, especialmente, quanto ao grau de negociação a ser estabelecida com o governo militar.

O Partido dos Trabalhadores e seus militantes mostravam-se intransigentes na defesa da idéia de não se estabelecer qualquer diálogo. A afirmação de Luís Inácio da Silva, datada de 21 de março de 1984 e reproduzida por Alberto Rodrigues, é paradigmática, quanto a essa orientação (RODRGUES, 2006:64)

> *Quando se fala em público, assume-se o compromisso moral com o povo, que não pode ser traído com conchavos e negociatas. Estão falando em conchavos e negociações por baixo do pano. Não adianta porque o povo nas ruas vai passar por cima de quem ficar na frente (Luiz Inácio Lula da Silva)*

Já algumas das lideranças mais tradicionais do PMDB defendiam, que às grandes mobilizações populares deveriam se somar negociações cuidadosas com o governo federal. A atuação do governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, quando dos preparativos para o comício realizado em Belo Horizonte é um dos melhores exemplos dessa orientação. O governador não só presidiu a comissão, que organizou o evento, como também solicitou pessoalmente ao Comandante da Divisão do Exército, que não colocasse a tropa de prontidão no dia do comício. Como contrapartida assumiu total responsabilidade pela ordem pública e pelo tom dos discursos que seriam proferidos. Além disso, negociou com os partidos comunistas a não exposição de bandeiras que ostentassem o símbolo da foice e do martelo. Sua compreensão, como a de outros expoentes do PMDB, como Franco Montoro e até mesmo Ulysses Guimarães, dentre eles o mais entusiasta da estratégia de realização de

grandes manifestações populares, era a de que a transição democrática ainda não estava garantida e que, portanto, cautela e negociação constantes eram fundamentais para que não houvesse retrocesso político.

De acordo com Rodrigues (2003) a divergência entre os membros do Comitê Partidário Pró Diretas expressava duas lógicas diferentes: a da ruptura e a da negociação.

Essas lógicas traduzem concepções diferentes sobre a práxis política em seu sentido mais profundo. A primeira corresponde a uma visão revolucionária, de base socialista, contrária à negociação com adversários. A segunda expressa uma concepção liberal democrática, que considera ser a prática política, espaço privilegiado para a construção do consenso possível.

3. Manifestações populares: festa na política

O sentido republicano da campanha das "diretas já" é inequívoco. A presença de trabalhadores, estudantes, desportistas, jornalistas, políticos, artistas, intelectuais, clérigos e mulheres nas ruas e praças brasileiras correspondeu a um forte protesto contra a ausência de liberdades no Brasil. Também serviu como canal de expressão do descontentamento com a condução da economia pelo governo militar. O Brasil nos anos de 1980 passava por um período recessivo e inflacionário, que corroia as condições de vida da população brasileira. Crise econômica e aspiração democrática, portanto, alimentaram a campanha das diretas já.

Os comícios, marchas e passeatas transformaram-se em espetaculares festas cívicas, regadas por esperança e enfeitadas por bandeiras multicoloridas. Foi um contexto de confraternização republicana. Em um mesmo palanque reuniam-se políticos posições diferenciadas como, Dante de Oliveira, Luís Inácio da Silva, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Franco Montoro, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, que ficou conhecido como "senhor das diretas". Todavia, naquela conjuntura, projetos diferentes e divergentes dos agregaram-se em torno de um objetivo primordial: a restauração da democracia no Brasil.

Os palanques dos comícios se transformaram em palcos animados pela voz de Osmar Santos, que passou a ser conhecido como "locutor das diretas". Também Fafá de Belém ao interpretar o Hino Nacional e a composição "Menestrel das Alagoas" em homenagem à Teotônio Vilela[2]

Osmar Santos em depoimento à Fundação Perseu Abramo assim se referiu à campanha das diretas:

[2] Teotônio Vilela, ex-político da ARENA, abraçou a causa da democracia e da anistia. Faleceu em novembro de 1983 e se transformou em um símbolo das "Diretas Já".

> *A campanha das diretas já começou pequena, delicada, com a sutileza das idéias gene. E se transformou num oceano, num mar de gente espalhado pelas praças do país afora .A sensação de estar diante de um milhão de pessoas unidas pelo mesmo objetivo é indescritível. E significou a maior emoção de minha vida.Como se estivesse gritando gol um milhão de vezes, gol do meu povo, de minha gente. E que goooooooooooo!!!!!!!!!!* [3]

Festa na política, na verdade, foi o que aconteceu no Brasil na virada do ano de 1983 e nos primeiros meses de 1984. Festa alimentada por esperança. Festa democrática, que corroeu os últimos alicerces do regime autoritário. Festa da diversidade na unidade Festa republicana em um país de tradição patrimonialista. Festa da cidadania em uma nação na qual usualmente se desrespeitam os direitos básicos de seus cidadãos. Festa de projeção do futuro, em um tempo encoberto por névoas.

Foram muitas as palavras de ordem, que animaram o povo reunido nas praças. As mais populares eram:*"Presidente, quem escolhe é a gente. Eleições Diretas Já";"Eu quero votar pra presidente";"Um, dois, três, quatro, cinco, mil: queremos eleger o presidente do Brasil"*As ruas fervilhavam em grandes e ruidosas manifestações que ecoaram nos palácios governamentais.

A festa na política parecia apenas começar. Os reveses eram possíveis e até previsíveis, mas no horizonte vislumbrava-se a consolidação da democracia e a eleição não só para presidente da república, mas também para uma Assembléia Nacional Constituinte.

4. Movimento da história e Vozes da memória

Interpretações economicistas sobre processos históricos afirmam terem sido os anos de 1980 uma década perdida. Essa visão não corresponde, por inteiro, à realidade, pois não considera que o período, que se estende de 1978 (greves do ABC) a 1998 (promulgação da nova constituição) não foi perdido no que tange ao crescimento das organizações populares e à reconquista da democracia. A década de 1980, na verdade, comportou uma pressão crescente pela redemocratização do país. Foram anos nos quais se destacaram os seguintes acontecimentos: campanha pela anistia, retorno ao pluripartidarismo, eleições diretas para governadores de estado, campanha pelas diretas já, eleição, pela via indireta, de um presidente civil após quinze anos de rotatividade de generais à frente da presidência da república, eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte, promulgação de uma nova Constituição, eleições diretas para presidente da república.

Todos esses acontecimentos foram importantes e compuseram um único processo. Mas como movimento de base popular, acoplado a um projeto institucional oriundo da

[3] http//www.fundaçãoperseuabramo.org.br/especiais/diretas/osmarsantos.htm. 26/10/2006.

Câmara dos Deputados, a campanha pelas diretas alcançou repercussão inédita. Em decorrência, pode ser entendida como acontecimento síntese de um movimento mais amplo e prolongado de transição democrática.

Começou como manifestação ainda acanhada em 1983. Em 1984 assumiu características de empolgante campanha de massa, apoiada em uma inédita rede de movimentos populares urbanos e em partidos de oposição ao governo federal. Portanto, a campanha pelas diretas concretizou uma aliança entre políticos históricos, da geração que sobreviveu ao arbítrio, com a nova geração que formava o PT. Contou com a ousadia dos mais jovens e também com a perspicácia de uma geração que formada na dinâmica da vida política do pré 1964, resistiu aos muitos anos de autoritarismo.

No período compreendido pelo ano 1983, quando cinco mil pessoas desfraldaram no Ginásio Popular em Goiânia, a bandeira das "diretas já" e o PT organizou a primeira manifestação pública em frente ao estádio do Pacaembu em São Paulo, ao dia 16 de abril de 1984, data na qual, mais de um milhão de pessoas se reuniu no Vale do Anhangabaú também em São Paulo, aconteceram seqüentes manifestações populares, assim noticiadas pela Agência JB:

> *As Diretas Já tomaram as ruas. A emoção aparece clara na voz de milhões de pessoas que descobrem que o hino nacional é do povo. E que o povo tem voz e deve ser ouvido. A bandeira é o símbolo da terra, como se cantava obrigatoriamente nas escolas e que agora parece uma linda canção de esperança. Um grande momento do Brasi.l (GONTIJO, 2003:141)*

A campanha das "diretas já" foi a maior mobilização política popular do Brasil Republicano. Todavia no campo da memória, expressa pela narrativa de pessoas que dela participaram, a interpretação sobre sua estratégia e sua liderança não são convergentes. De fato, as vozes e os diferentes registros da memória, expressam, no tempo presente, as mesmas divergências presentes na frente suprapartidária, que a conduziu.

Ao visitarmos os sites do PMDB, do PT e do PDT, tais diferenças estão registradas de forma eloqüente. Para o PT, por exemplo, a campanha foi deflagrada pelo do comício do Pacaembu, realizado em outubro de 1983, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores. A mesma interpretação pode ser encontrada em narrativas mais recentes de militantes e dirigentes deste partido, com as constantes em (MAUÉS; ABRAMO, 2006). Já a reunião em Goiás, realizada alguns meses antes, é considerada o marco desencadeador do movimento, pelos políticos do PMDB. Ambos discursos, buscam se apropriar do que podemos denominar mito de origem.

As vozes também são dissonantes no que se refere aos desdobramentos da campanha e à definição de sua estratégia. Para o PDT à Leonel Brizola e ao seu partido cambem os maiores méritos pela realização das mobilizações de massas. O mesmo registro é difundido pelos petistas. Já o PMDB, conclama-se como responsável pelo início do processo, através da emenda Dante de Oliveira e pelo seu simbolismo maior, na figura do Senhor das Diretas, Ulysses Guimarães.

Os poucos artigos e livros publicados sobre o tema também registram interpretações diferentes sobre a paternidade e a condução do processo. Sugerimos, nesse sentido, uma leitura comparativa das seguintes publicações (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004) e (RODRIGUES, 2003)

A verdade social não é estática, pois, inúmeras vezes, a dinâmica da memória, além de traduzir a atualização constante do ato de registrar e representar as lembranças, revela a disputa pela herança construída.

No caso da campanha pelas diretas, que envolveu partidos políticos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, a disputa pela sua paternidade parece-nos vazia de conteúdo, mesmo que simbólico, pois tão singular campanha cívica expressa a marca da heterogeneidade, que é peculiar à política. De fato, no terreno institucional, ou seja, no âmbito do parlamento, ao PMDB cabe a paternidade do processo, mas quando a campanha ganhou as ruas, a construção do consenso entre os diferentes, que buscavam o mesmo objetivo, não permite registrar como tendo sido única ou prioritária a paternidade e a liderança do processo. À época muitas vozes foram expressas em um único coral, composto por tons e timbres diferentes, a produzir uma sinfonia, senão harmoniosa ao mesmo ritmada. O hino das diretas não teve um único compositor, nem mesmo compositores mais importantes que outros. Teve sim, diferentes regentes, que se amalgamaram em torno de um único objetivo.

De fato, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, pela Câmara dos Deputados, em abril de 1984, tanto as divergências latentes, como as expressas ao longo do processo da campanha, tornaram-se mais contundentes. Mas aí começava um outro capítulo da mesma história.

Na própria madrugada do dia 26 a aliança heterogênea de partidos e organizações da sociedade civil se dissolveu e a disputa pela propriedade da maior campanha cívica do período republicano da história do Brasil, ganhou força e continua orientando as diferentes narrativas da memória até os dias presente.

Mesmo porque, pouco tempo depois, sem a presença do PT e sem a mesma unidade alcançada nas mobilizações pelas diretas já, milhões de brasileiros voltaram às praças públicas e às ruas das cidades, fazendo da campanha pelas eleições indiretas para presidente uma outra festa na política. Uma forma renovada de registrar a esperança.

Referências Bibliográficas:

ALVES, M H. **Estado e oposição no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005.

COUTO Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COUTO, Ronaldo Costa. *Apresentação.* In: LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. ***Diretas Já****: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004. Pp. 25-28.

FERREIRA, Marieta de Morais. *O Brasil do senhor das diretas.* In: ***Revista Nossa História***. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n 7. Pp. 80-83. 2004.

GONTIJO, Silvana. **A voz do povo**. O Ibope do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil**: Diário da campanha das diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, **Dante. Diretas Já**: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAUÉS, Flamarion e ABRAMO, Zilah. **Pela democracia, contra o arbítrio**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas Já. In: ABREU, Alzira *et al.* (coord). **Dicionário histórico e biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v. 2. pp, 1879-1892.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. (Memória Globo). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 407 pp.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já** - O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003. Pp. 243 a 282.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A ciência e a técnica como instrumento para a civilização do Brasil nas páginas do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa (1808-1822)

César Agenor Fernandes da Silva*

Resumo: O Brasil conheceu, entre os anos de 1808 e 1822, uma empresa com relevante influência sobre a elite intelectual do período, o jornal mensal *Correio Braziliense ou Armazém Literário,* editado em Londres, redigido por Hipólito da Costa (1774-1823). O principal objetivo do periodista era propagar as luzes entre os portugueses de todos os cantos e, em especial, entre os habitantes do Brasil, pois julgava que a condição das ciências e da literatura – principais meios para a ilustração – era aí bastante atrasada. Daí o jornalista ter veiculado no seu jornal, na seção Literatura e Ciência, as novidades literárias e científicas européias (inventos, patentes, viagens científicas, etc). É sobre essa partição do periódico que este trabalho trata, com objetivo de compreender o papel da ciência e da técnica no projeto de civilização de Hipólito da Costa.
Palavras-Chave: Correio Braziliense – Ciência – Sociedade.

Abstract: Brazil met, between 1808 and 1822, a business with a great deal of influence over the intellectual society, the monthly newspaper Correio Brasiliense or Armazém Literário, edited in London, written by Hipólito da Costa (1774-1823). The writer main objective was to propagate the ideas among the Portuguese, including the inhabitants of Brazil, for considering science and literature situation at this particular country, heavily behind handed. Thence the journalist maneuver on his newspaper, at the Science and Literature section, the European innovation about these themes (invention, patent, scientific travels, etc). This thesis handles the periodical participation as an objective to comprehend the function of science and technique at the civilization project from Hipólito da Costa.
Keywords: Correio Braziliense – Science – Society

> *O primeiro dever de um homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças Físicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas, ou da ilusão, aqueles, que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia, e do engano. Ninguém mais útil pois do que aquele que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e o trabalho dos redatores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica sã, e de uma censura adequada representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado, e as sólidas conjecturas sobre o futuro.*
> *Hipólito da Costa, junho de 1808*

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

A epigrafe deste texto deixa muito claro qual era o papel que acreditava exercer Hipólito José da Costa na sociedade brasileira e também aponta qual a função que as folhas públicas deveriam assumir, de acordo com o redator na introdução do seu *Correio Braziliense*, para contribuir na missão de propagar as luzes e "tirar das trevas, ou da ilusão aqueles que a ignorância atirou no labirinto da apatia".

Tal como Joaquim José de Ataíde, presidente da extinta Sociedade Literária do Rio de Janeiro, no ocaso do século XVIII – que dizia "o homem nasce com paixões que o alucinão, e necessita de luzes, que o possão conduzir; nasce ignorante e necessita instruir-se" (RIHGB, 1882) –, Hipólito da Costa empregou seus esforços no sentido, sobretudo, de levar as luzes ao que, no primeiro volume de sua empresa, denominou o "novo Império do Brasil". Ainda na introdução, em 1 de junho de 1808, o redator explicitava as razões que o tinham impulsionado a publicar seu periódico: "levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem dedico". "(...) quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, das artes, e n'uma palavra de tudo aquilo, que pode ser útil a sociedade em geral" (CORREIO BRAZILIENSE, v.1, n.1, 1808, p.4).[1]

O objetivo de tirar os homens que nascem incultos das trevas, da ignorância e da ingenuidade representou a grande tópica do pensamento iluminista desenvolvido por toda a Europa desde o século XVIII, porém, vale realçar que a *Aufklärung* teve temporalidades e versões variadas no Velho e no Novo Mundo. No Brasil, a "época das luzes" teve seu início com a transferência da Corte portuguesa e, como nos esclarece Antonio Candido, entre os temas produzidos pela intelectualidade no período, a tópica central, a instrução, se configurou como uma "agenda" (CANDIDO, 1981, p.240).

A instrução tão defendida e apregoada por esses homens da virada do setecentos para o oitocentos vinha acompanhada de uma valorização das letras, da literatura e da organização do conhecimento de maneira racional, sendo assim, as ciências, ou melhor, o discurso científico, para sermos mais exatos, foi alvo de atenção especial por parte dos ilustrados luso-brasileiros do período. Discurso esse que ganharia uma grande notoriedade em muitos campos da "vida social", ao longo do século XIX (NIZZA DA SILVA; NAXARA; 1973; 2004).

Hipólito da Costa também tinha as belas letras e a instrução na mais alta conta, nesse sentido, o redator julgou que o melhor a fazer pela "Literatura" em língua portuguesa seria a veiculação do maior número possível de obras impressas nas páginas do *Correio*. Na

[1] Doravante nas citações nos referiremos ao Correio Brasiliense utilizando a sigla **CB.**

abertura da seção "Litteratura e Sciencias", em junho de 1808, foi feita a seguinte consideração:

> *Nesse artigo das ciências se ha de dar conta das mais importantes obras, que se publicarem; pede a justiça que se publicam em Português; o que farei de tanto melhor vontade, por que conhecendo o atual estado da literatura portuguesa, não espero que esta partição me ocupe muito, tempo, nem me cause grande despesa de papel (CB, v.1, jun., 1808, p.30).*

A seção *Litteratura e Sciencias* foi a parte da empresa na qual o redator se dedicou a veicular não apenas obras que eram impressas, mas também os avanços das ciências e das artes. As outras três seções do periódico eram: *Política, Commercio e Artes* e *Miscellanea*.

No que toca à Literatura e às Ciências, foram veiculados lançamentos de escritos de natureza distintas como jornais, livros, panfletos, papéis oficias, manifestos, e notícias, com breves descrições, de novas patentes feitas na Inglaterra. No que tange aos temas, os avanços e novidades veiculados na seção trataram ao longo dos catorze anos de existência do *Correio* de organização política, religião, viagens, periodismo (novos títulos e debates), experimentos científicos, observações astronômicas, artes, etc.

Porém, vale mencionar, que a maior parte dos textos analisados e os lançamentos anunciados eram de obras publicadas em Londres, tendo em vista que, no período das guerras napoleônicas e dos processos de independências na América espanhola, a capital inglesa recebeu muitos homens como Hipólito. Não é de se admirar que, com a variedade, abundância e facilidade de acesso a uma gama muito variada de publicações, o jornalista tenha veiculado um grande número de lançamentos literários e científicos editados nesse país (CB, v.6, n.32, p.47-51, jan., 1811). Além disso, Hipólito oferecia aos leitores portugueses o que, em sua concepção, havia de mais moderno nesses assuntos. Na comparação entre a produção literária de Portugal com a da Inglaterra, o redator disse, em inúmeras oportunidades, que a superioridade inglesa se devia a uma legislação que assegurava a liberdade de imprensa e opinião.

Mas como foram analisadas as obras "científicas"? No ramo das ciências o *Correio Braziliense* apresentou aos seus leitores grande variedade de temáticas que perpassavam várias áreas do conhecimento indo da matemática à astronomia passando pela química de alimentos e pelas questões médicas em torno da imunização. O periódico registrava novas descobertas em várias localidades da Europa como, por exemplo, na França, Inglaterra, Suécia, etc., e, por vezes, também noticiou avanços vindos dos Estados Unidos da América. Em muitas ocasiões, essas novidades eram extraídas de outros magazines como, por exemplo, a publicação escocesa *Review de Edimburgo*.

Trataremos brevemente do que foi veiculado sobre os avanços das ciências, dando alguns exemplos de quão variado eram as descobertas, pesquisas e invenções que interessaram ao jornalista e que estiveram presentes, desde a criação ao encerramento, nas páginas do periódico. Sobre astronomia, a temática recorrente foi à descoberta de novos cometas e, em alguns casos, pontos da teoria newtoniana que permitiram tal feito; terremotos recebiam ao menos notas, dando conta da localidade onde ocorreram e da intensidade nas escalas do período – que, por sinal, eram mais de uma –, bem como os estudos acerca do nível alcoólico e da fermentação de vinhos e licores. Mas o *Correio* não tratou somente das novidades científicas; os debates também ocuparam espaço nas suas páginas, como por exemplo, o travado em torno da emissão de gazes combustíveis no interior das minas de carvão e no campo da ótica foi apresentada a discussão em torno da refração de cristais e de outras substâncias. Novidades científicas vindas do Brasil também ocuparam as páginas do *Correio* como, por exemplo, o estudo sobre a quantidade e a composição dos sais encontrados na água mineral de Araxá, e os seus possíveis usos na medicina e na química (CB, v.19, n.114, nov., 1817, p.524-526).

Outro debate que Hipólito apresentou como importante para o desenvolvimento da civilização girava em torno dos avanços da medicina, em especial, dos benefícios da vacinação – que foram apresentados em 1813, por meio de um relatório sobre o assunto proveniente da secretária do interior da Inglaterra. Este relatório apontou que em localidades diversas, não só na ilha, algumas doenças, como as *bexigas*, por exemplo, que tanto afligiam habitantes do velho e do novo mundo, passaram a ser remediadas e notou-se uma considerável diminuição das ocorrências da doença e mesmo a sua extinção. Os benefícios trazidos com a vacinação davam-se em uma escala muito ampla chegando a localidades como a Rússia, a França, ao Cabo da Boa Esperança, etc. Em 1819, o *Correio* deu noticias da publicação do boletim da *Academia Real de Sciencias de Lisboa*, que veiculava os benefícios e os avanços da instituição da vacina em Portugal (CB, v.23, n.135, ago., 1819, p.144).

O estado das ciências, nos domínios de Portugal, era, segundo Hipólito, o mesmo da literatura, e o principal motivo do atraso em relação às nações civilizadas era a falta de discussões públicas livres e de liberdade de opinião. Ao analisar a publicação de um texto produzido pela Academia Real de Lisboa, em 1811, o jornalista fez a seguinte consideração:

> *Em um país, aonde se não permite a discussão pública, ou particular, das matérias mais importantes ao homem que vive em sociedade; não é possível que alguma ciência prospere; primeiro porque as ciências todas têm entre si tal nexo, que mal se pode conceber a interrupção de um ramo, sem que os outros se ressintam da restrição; e segundo, porque o espírito humano, para discorrer, e escolher os objetos de suas meditações necessita de plena liberdade em todos os pontos, que*

> *podem ser o fim principal, ou colateral da aplicação do homem estudioso (CB, v.7, n.41, out, 1811, p.461).*

O redator do *Braziliense* tinha uma visão integrada das ciências e acreditava que a razão promoveria a felicidade dos povos. As descobertas das ciências, no entanto, em muitas ocasiões recebiam a denominação de Artes, sobretudo, quando os avanços eram referentes às questões técnicas de diversas áreas, da arquitetura/engenharia à náutica, passando pela invenção de pára-raios, por inovações do maquinário da indústria e das tipografias e pelo aperfeiçoamento de instrumentos musicais. Acresce-se a essa concepção a própria organização do *Correio Braziliense* que dispunha os conteúdos da "arte", na seção intitulada *Commercio e Artes*.

Esta concepção que entrelaça a idéia de ciência com a idéia de arte, a bem da verdade, não esteve presente apenas no *Correio*, mas era comum entre os pensadores portugueses nascidos em todas as partes do império no período. No Rio de Janeiro, por exemplo, *O Patriota* na seção dedicada às "Artes" publicou textos cujos conteúdos tocavam as mesmas questões apresentadas no jornal de Hipólito. Textos como *"Novo modo de refinar assucar"*, "*Branqueação da cera*", "*Memorias sobre as novas fornalhas para cozer o assucar*" são alguns exemplos do que foi veiculado aos leitores do Rio de Janeiro, entre 1813 e 1814, pelo *O Patriota*.

Esta concepção de Artes está muito ligada à idéia de indústria. Entretanto, o conceito de indústria no período ainda esperava por uma definição mais precisa, como observou José da Silva Lisboa em 1810, pois se aplicava tanto a um conjunto de fábricas e manufaturas quanto aos indivíduos que poderiam ter indústria ou ser industriosos – termo que foi muito comum nas páginas do *Correio*, sobretudo quando o seu redator se referia à qualidade de indivíduos ou de povos. A reflexão acerca desta conceituação foi feita por Silva Lisboa, de acordo com o futuro Visconde de Cairu:

> *A industria é um termo ainda não exatamente definido. Em geral, nas matérias econômicas, se entende como sinônimo de trabalho ativo e assíduo. Assim diz-se que é industrioso um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar a sua vida; e se chama a um preguiçoso, e inerte um homem sem indústria. Porém mais ordinariamente se aplica aquele termo ao trabalho engenhoso, que executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro trabalho braçal, e, com esta especialidade se usa de tal nome para se exprimir o trabalho exercido nas artes e manufaturas mais refinadas. Assim diz-se que um país tem muita indústria, quando tem mais fábricas (LISBOA In ROCHA, 2001, p.222).*

Silva Lisboa e Hipólito estão de acordo quando defendem a necessidade de articular a instrução com a instalação eficaz de indústrias para viabilizar a civilização no Brasil. Nas palavras de Silva Lisboa:

> *A difusão da inteligência em artes e ciências pelo corpo da nação é que multiplica as facilidades para a introdução e prosperidade de todos os estabelecimentos úteis em geral, e com especialidade das fábricas, em que é preciso empregar máquinas engenhosas, lavores esquisitos, tintas finas, ordem e método nos processo das mais complicadas operações. Depois de haver num país muitos arquitetos, maquinistas, escultores e artistas de superior escala, e igualmente sábios nas ciências naturais, é que podem aparecer as fábricas de grande importância, variedade, e beleza (LISBOA In ROCHA, 2001, p.242-243).*

Este consenso, no entanto, revela que eles acreditavam que a ampliação da literatura, das ciências, das artes e da instrução eram as condições fundamentais para o desenvolvimento de qualquer civilização e, além disso, a argumentação dos dois tinha por lastro uma série de leituras comuns, que incluíam, por exemplo, os escritos de Adam Smith, Edmund Burke, Locke, entre outros.

A respeito das outras civilizações Hipólito, como era comum no seu tempo, demonstrou grande interesse pelas descrições de terras estrangeiras, pelas então muito populares relações de viagem. O *Correio Braziliense* noticiou e comentou, por exemplo, expedições científicas em algumas regiões do velho mundo, como à Espanha, Polônia, Suécia, Rússia,[2] Grécia, a Ilha da Madeira, etc. Essas viagens eram quase sempre financiadas pelos governos ou pelas academias de literatura e ciência, como a *Real Academia de Ciências da Suécia*, que, segundo veiculava o Correio Braziliense, já se destacava no cenário europeu.[3] As análises publicadas nas páginas do periódico londrino eram feitas de maneira bem cuidadosa, pois, o redator descrevia o conteúdo do texto e, geralmente, publicava excertos que ele próprio traduzia, para que seus leitores pudessem tomar contato com estas narrativas que tanto poderiam contribuir para instruí-los.

A falta de instrução adequada ao povo ocasionava um grande desperdício do potencial natural do país. Esse era o discurso, diga-se de passagem, que pintava o Brasil como um "gigante pela própria natureza". E isso não só nas descrições dos viajantes – que ajudaram na formulação de um enunciado que definiria o país nesse sentido (SÜSSEKIND, 1990) –, mas também na fala dos próprios ministros de D. João VI – como pode ser notado a partir do edital que "convocava" a missão francesa em 1816 (Cf. SCHWARCZ, 2002, p.310) – e, sobretudo, no pensamento dos letrados brasileiros.

[2] No caso da Rússia, por exemplo, foi noticiado a publicação de um relato de viagem cientifica em direção aos mares Negro e Cáspio, que tinha o intuito de estudar a diferença de altura entre os dois mares, afim de determinar qual estava em nível mais elevado para que se pudesse abrir canais de comunicação entre estes.

[3] Atualmente esta academia é responsável pela concessão do Prêmio Nobel em suas mais diversas categorias.

Contudo, Hipólito, mesmo considerando que a ação do Governo do Rio de Janeiro promovia avanços para a civilização do Brasil, discordou sistematicamente dos rumos que os governantes tomavam, sobretudo quando se tratava da liberdade de imprensa e da centralização do conhecimento nas mãos dos poderes sacro e régio. Desta forma, sempre que teve oportunidade, apontou, nas páginas do *Correio Braziliense,* que, ao negar a possibilidade dos debates públicos sobre as suas ações ou de particulares, o governo impedia que os erros e arbitrariedades cometidas pelos homens públicos se remediassem e que a literatura e as ciências do país atingissem o patamar daquelas das nações mais civilizadas do velho mundo, contribuindo assim para a afirmação de que o português (de Portugal, do Brasil, etc.) não era talhado para as ciências.

A ampla divulgação da artes e das ciências nas páginas do *Correio Braziliense ou Armazém Literário* ganharam um duplo significado: primeiramente, eram consideradas matérias sem as quais não poderia haver povo industrioso e, por isso ensaios e noticias sobre tal temática não deixaram de constar e muito menos de terem sua importância ressaltada no periódico; em segundo lugar, ao veicular conhecimentos que seriam censurados nos domínios de Portugal, Hipólito acreditava que estava dando sua contribuição para a iluminação dos brasilienses.

Referências bibliográficas

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. edição fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Brasília: Correio Brasiliense, 2001 (31 volumes).

O PATRIOTA - Jornal Literário, Político e Mercantil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, mar. de 1813 a dez. de 1814.

ATAHIDE, Joaquim Jozé de. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t.XLV, 1ª parte, 1882. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>>. Acesso em: janeiro de 2007.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos) 1750-1836*. 8.ed. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: UNB, 2004.

ROCHA, Antonio Penalves (org. e introd.) *José da Silva Lisboa*, Visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, Coleção Formadores do Brasil, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis:* do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Linguagem, Cultura e Sociedade*: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821. São Paulo, 2.v., 1973. Tese (livre docência em Teoria da História) – FFLCH/USP.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui.* São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Poder das Imagens nos Governos de Vargas.

Aline Ramos Brandão*

Resumo: O Correio da Manhã, matutino carioca fundado em 1901, é objeto valioso a ser estudado devido o seu posicionamento ao longo da História, sendo grande influenciador no cenário político brasileiro. O seu relacionamento com os governos Vargas foi marcado por críticas acirradas, o que o torna revelador ao se falar de oposição da imprensa no Estado Novo. Para além dos seus artigos, proponho neste trabalho uma leitura das suas imagens, remontando através delas o ideário do jornal. Destaco que as fotografias foram produzidas e selecionadas, são recortes e produtos da encomenda de um agente contratador, fazendo parte de um projeto fotográfico. Conjugando o contexto da época, ideário do jornal, produção e seleção das fotografias será possível chegar à relevância do documento no olhar crítico do jornal contra os governos de Getúlio Vargas.
Palavras-chaves: Getúlio Vargas – Correio da Manhã – Fotografia

Abstract: The "Correio da Manhã", a morning journal founded in 1901, is a valuable object to be studied due to its position along History, being a great influence in Brazilian politicial situation. Its relationship with Vargas governments was settled by a hard criticism, which becomes a revelation whem it's spoken of the press opposition in Estado Novo (New State). Beyond its articles, in this paper I propose a reading of its images, remodelling through them an ideal of the journal. I emphasize that the photographs were produced and selected, they are clippings and products from a contractor agent purchase order, taking part of a photographic project. Joining the period situation, the ideal of the journal, production and selection of photographs, it will be possible to reach the importance of the document in the critical vision from the journal against Vargas governments.
Keywords: Getúlio Vargas – Correio da Manhã – Photographic.

Este trabalho tem por objetivo dar continuidade a pesquisa sobre a atuação do Correio da Manhã no decorrer dos governos de Getúlio Vargas. Primeiramente, destaco a auto-definição do jornal logo em seu primeiro número, em 1901, onde declarava ser um jornal de opinião e agir em defesa do povo, assim, em seus exemplares notamos claras críticas ao governo de Vargas, principalmente no período do Estado Novo, mas se pergunta: "E a censura, e o DIP?" O jornal desenvolveu o estilo-censura e conseguiu trabalhar com as imposições do DIP, utilizando as imagens como lhe convinha e fazendo suas críticas nas entrelinhas e, às vezes, explicitamente.

* UERJ – mestranda; AGCRJ

Quando a censura é abrandada, a partir de 1944, o posicionamento do jornal é bem claro. Agora, na "Democracia", como seria o discurso do Correio da Manhã quanto ao governo do ex-ditador? Ainda via imagens observo a atuação do Correio no período democrático, sabendo que a utilização de fotografias do chefe do Estado é bem menor neste período.

A democracia teve várias definições e interpretações no decorrer da História. Entre os historiadores há divergência quanto à questão, podendo se falar de democracia antes da República ou somente após 1945. Jairo Nicolau fala em redemocratização ao analisar as eleições de 1945, mas ele não está se remetendo à Primeira República, mas sim aos anos 30. Mas qual seria a democracia instalada neste período? Uma democracia que veio de um "golpe", que durou até o próximo "golpe", da Revolução de 30 até o Estado Novo. Uma democracia que teve um governo que rejeitou a Constituição anterior (1891) e levou quatro anos para elaborar a próxima (1934) e que três anos mais tarde seria derrubada. Foi um período onde ocorreram duas eleições que elegeram representantes do Legislativo, mas quando chegou a hora do Executivo foi novamente impedido o processo democrático no Brasil. Depois, considerando o baixo comparecimento dos eleitores nas eleições de 1933 e 1934, Jairo Nicolau vai considerar que a de 1945 foi um marco, "pois colocou o país no rol das democracias de massa" (NICOLAU, 2002, P. 46).

Ângela de Castro e Gomes trabalha com o novo conceito de democracia surgido durante o Estado Novo, uma democracia vinculada ao trabalhismo de Vargas – a democracia social, o que não era uma novidade brasileira, mas uma ocorrência mundial, onde a democracia liberal sustentou um estado que "pecava por omissão, espectador que era dos conflitos sociais e das carências materiais e espirituais da população de um país". Vargas não acreditava na democracia liberal e tentou promover a justiça social por uma quarta via de acesso à democracia (GOMES, 1992, p. 216-222).

Segundo Robert Levine, para Vargas "a democracia era um luxo com o qual, a seu ver, o Brasil não podia arcar. Para Vargas, o direito à cidadania não era inalienável, mas algo a ser concedido em troca de lealdade e docilidade" (LEVINE, 2001, p. 163).

Se o Estado Novo anulou a democracia política, com ele vimos surgir a democracia social via leis trabalhistas. Essa discussão não é simples, pelo contrário, de tão complexa tem-se falado em democracia política, democracia social e democracia econômica, ou ainda, democracia de massas, democracia direta e democracia de base. Os direitos também foram subdivididos em civis, políticos e sociais, por isso somos cidadãos pela metade, o voto

universalizado não nos coloca como uma nação democrática. Assim desabafa José Murilo de Carvalho:

> *Permanece a sensação de que as instituições democráticas, como o Congresso, os partidos, a Presidência, os sindicatos, ainda não funcionam de maneira satisfatória; de que a democracia continua um sonho irrealizado, planta frágil; de que os problemas básicos da população continuam sem solução. (CARVALHO, 1999, p. 278)*

O Brasil ainda estava no processo de reaprendizagem de se governar democraticamente quando se vê de cara com a personificação da Ditadura de outrora de volta ao poder. Para a imprensa e a oposição foi um choque, uma perda nas urnas que não sairia barato, a vigilância e o combate às medidas seriam rigorosos.

Como partido oposicionista a UDN não aceita a vitória de Vargas e luta pela sua anulação. Ter como presidente o "antigo ditador" significa retrocesso e então se arma para lutar contra Vargas. A imprensa também lutou pela liberdade e democracia, tendo sido uma das áreas mais vigiadas durante o Estado Novo sob o comando do DIP. Não só a imprensa, mas a cultura em geral sofreu com as interrupções da Democracia, mas destaco a imprensa escrita periódica com o Correio da Manhã.

O caminho da volta

O processo de redemocratização do Brasil teve a presença de Getúlio Vargas, pois as eleições foram planejadas ainda no seu governo, declarações de Vargas manifestam que assim ele ainda estaria presente no poder. Dutra, candidato pelo PSD, partido criado e articulado sob a vigilância de Getúlio Vargas, teve o apoio do presidente e foi eleito. O PTB, partido criado por Vargas em 15 de maio de 1945, também apóia Dutra.

A imprensa estava atenta aos fatos e a pressão foi tanta que ficou impossível a candidatura do próprio Vargas, o que foi a sua primeira pretensão. Mas fora do páreo teria que encaminhar as eleições de modo que não o deixasse totalmente de fora. A UDN teve como candidato à presidência Eduardo Gomes, que em sua primeira entrevista coletiva, em 16 de abril de 1945, afirma que Vargas não tem condições legais para presidir as eleições, logo, deveria ser deposto. A resposta de Vargas foi imediata e no seu estilo no estádio do Vasco da Gama, comemorando o Dia do Trabalhador, fala: "Manterei a ordem, realizarei as eleições e passarei o poder a quem for legitimamente eleito pelo povo".

Em 18 de dezembro de 1946 foi promulgada a nova Constituição. Após cinco anos de "governo democrático" uma declaração de quem veio a se tornar o maior inimigo de Vargas assusta, mostrando que o repúdio a ele é maior do que o desejo de prevalecer a

Democracia, assim escreve Carlos Lacerda na Tribuna da Imprensa, em 1º de junho de 1950: "O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar".

É este clima que Vargas encontra no seu primeiro dia e nos posteriores. Sua base partidária era praticamente nula, foram reavivadas antigas alianças, mas partido político não, afinal, em sua trajetória política ele ignorou os partidos, sempre buscou sustento nas bases populares. Nas palavras de sua própria filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto: "Em minha opinião, ele governou com partido algum. Getúlio tinha um cunho muito pessoal de governo e usava homens de um partido ou de outro, mas não um partido. Ele considerava o Brasil como um todo e não em termos de partido" (D'ARAUJO, 1982, p. 21).

O Correio da Manhã e a vitória de Vargas

Com a vitória de Vargas nas urnas restava aos jornais a oposição e as críticas, e estas aparecem antes mesmo do presidente tomar posse. No artigo União Nacional ou Capitulação, o Correio anuncia as pretensões de Vargas, ou seja, queria o apoio de todos os partidos para subir ao poder com os núcleos de resistência e oposição desarmados: "Para um homem que foi eleito praticamente sem partido, que não conta normalmente com a maioria dos correligionários no Congresso, a adesão da UDN e de outras agremiações seria um presente". (CORREIO DA MANHÃ, 12 de janeiro de 1951, p. 4)

Várias crises e denúncias perduraram no seu mandato, o que aos poucos desgastou o governo e a sua imagem. As ofensas pessoais e políticas são constantes, já as fotografias são raras, as poucas têm interpretação negativa. Veja como trabalham com uma declaração de Vargas, em que disse: "Temos que trabalhar depressa. Estou velho e o tempo é pouco" (CORREIO DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1951, p. 4). Primeiramente uma ofensa pessoal, ele é vagaroso; e o tempo é pouco, mas não de sua vida, pois o jornal diz que ele poderá comemorar o seu centenário, mas o seu governo que é restrito, não mais como antes, o que faz relembrar as suas promessas e a impossibilidade de cumpri-las: "a situação que criou acrescida do vôo desmesurado das palavras que pronunciou e dos bens que prometeu, despertando miragens nos corações simples" (IDEM).

Quanto à posse do presidente, é aguardada com a seguinte frase: "Vésperas da decepção". No dia da posse, 31 de janeiro, o jornal escreve um artigo sobre o novo governo, relembra que novos governos são recebidos com expectativas e esperanças, mas este não as merece e finaliza: Esperamos... porém de pé atrás e mão na espada".

No dia 1º de fevereiro, o Correio noticia a posse do presidente com a foto do juramento, esta foi escolhida pois recebeu um título irônico: "Como em 1934, o Sr. Getúlio Vargas prometeu solenemente manter e defender a Constituição". As poucas fotos publicadas do presidente são acompanhadas de título e/ou texto como este, que sugere a mentira que estava sendo proferida no juramento, pois se em 34 Vargas fez o mesmo juramento e depois implantou o Estado Novo, o que assegura que ele não faça o mesmo agora.

Imagem 1 – Juramento de posse, em 31 de janeiro de 1951. Arquivo Nacional.

Ainda no dia 1º de fevereiro, foi publicada a seguinte fotografia, que mais tarde foi reutilizada pelo jornal para fazer outras críticas. Nesta data o jornal demonstra que Vargas não quer se aproximar tanto do povo quanto ele prega, pois está protegido pelo seu "anjo negro", enquanto para o povo restam as patas do cavalo.

Imagem 2 – Vargas em carro aberto no dia da posse. Arquivo Nacional.

Relembrando os seus atos do passado, busquei no Correio da Manhã algumas datas nesse novo contexto, como seus discursos nos estádios de futebol. O primeiro foi em 18 de fevereiro, dia do início do torneio Rio-São Paulo, no Maracanã. No dia 20 de fevereiro, o Correio faz o seguinte comentário sobre os acontecimentos do domingo no Maracanã: "E em face dessa resistência popular ao encantamento e subjugação da macumba demagógica, pode-se concluir que o futebol salvou o povo dos eflúvios mistificadores do totalitarismo".

O seu aniversário era outra data a ser comemorada na imprensa. No dia 19 de abril de 1951, em nota bem estreita, o jornal lembra o aniversário do presidente, comenta a alegria da família e amigos e deseja que o chefe prolongue essa data, que tem sido em todos esses anos em prol "dos benefícios de sua própria e almejada felicidade".

O 1º de maio foi comemorado num estádio de futebol. O jornal credita ao presidente a comemoração do dia do trabalho, não que ele tenha designado o feriado, mas a festividade veio com Vargas, seguindo o exemplo de Hitler e Mussolini, comentário inevitável. No artigo da página 4 palavras que contundentes: "Em pleno sistema democrático, vamos ter hoje um espetáculo totalitário no discurso do Sr. Getúlio Vargas no campo do Vasco". Sem render nenhuma fotografia, o dia do trabalho serviu para o Correio da Manhã somente para desmoralizar a imagem do presidente, ironicamente, assim relata a emoção de Vargas no discurso:

> *Tanto os que ouviram o Sr. Getúlio Vargas pelo rádio, como muitos dos que comentaram o seu discurso, aludiram à furtiva lágrima que o presidente teria vertido ao falar em sua solidão de Itu, quando adulações da véspera o haviam abandonado. A bem da verdade histórica, queremos dizer que o presidente não se comoveu com as próprias palavras: engoliu inteira uma pastilha, presumivelmente de hortelã, que tinha na boca desde o início da oração. O resultante do engasgo embargou-lhe a voz, dando a impressão de emoção. Foram, assim, lágrimas de hortelã de pimenta.*

O jornal ao fazer comparações dos governos Vargas demonstra a periculosidade da sua presença no governo em qualquer que seja o regime, democrático ou ditatorial, pois o totalitarismo lhe é uma característica pessoal. Para falar da censura o Correio da Manhã aproveita as censuras aos scripts de algumas peças teatrais, que tiveram que mudar seus títulos para poderem ser exibidas e ilustra com esta fotografia da caricatura do presidente.

Imagem 3 – Caricatura de Vargas. Arquivo Nacional.

Esses foram os primeiros meses do mandato de Getúlio Vargas via Correio da Manhã. A análise do primeiro ano de governo feita por José Cândido Ferraz em carta para Getúlio Vargas, em 14 de abril de 1952, também não foi satisfatória:

> *O ano de 1951 – cheio de restrições dos mais diversos matizes, inclusive pelos imperativos da política financeira que o governo teve que adotar – não foi, de modo algum, favorável ao fortalecimento dos deputados que apóiam o governo; enquanto por outro lado, as dificuldades indiscriminadas da vida propiciaram um ambiente melhor aos que dele divergiam. (CRUZ, 1983, p.18)*

E conclui que politicamente o seu péssimo foi péssimo. A atuação política de Vargas foi maquiavélica, pois os aliados já são aliados, buscaram-se então os inimigos, as alianças. O ambiente político estava instável e o econômico em crise, o Correio da Manhã estava atento a todos os detalhes, colaborando para a sua desmoralização e fazendo campanha contra o presidente.

Observando a crise do segundo governo Vargas via Correio da Manhã.

Os acontecimentos somados à ferrenha oposição levaram ao declínio do governo Vargas. Os artigos da página 4 dedicavam-se às críticas ao governo, com títulos atraentes que aguçavam a curiosidade do leitor, redação simples que facilitava o entendimento e com palavras marcantes, carregadas de verdades (o presidente populista é uma farsa) e objetivos (desmascarar suas ações).

O ano de 1954 foi marcado por escândalos que envolviam o presidente. Em meados de 1953 temos o início da CPI do jornal última Hora que apurava acusações de que este estaria recebendo benefícios do governo, concluindo em novembro que o Banco do Brasil fazia transações irregulares de crédito com as empresas jornalísticas em geral. Nada foi provado, favoritismo do governo, concorrência desleal ou devedor insolvente, que pudesse propiciar à oposição um motivo para o impeachment de Vargas.(CRUZ, 1983, p.232)

Em fevereiro de 1954 foi feito o Memorial dos Coronéis com a assinatura de 82 coronéis e tenentes-coronel, criticava principalmente o possível aumento de 100% do salário mínimo, onde um operário passaria a receber próximo aos vencimentos de um oficial graduado[1]. A tensão entre o governo e a oposição aumentou após o aumento de 100% do salário mínimo, o que rendeu para o Correio da Manhã uma página inteira de críticas, onde declara que "O Sr. Getúlio Vargas impingiu à nação um resumo de lei em estudo na Câmara", e para ilustrar o texto, colocam o rosto sorridente do presidente com a seguinte legenda: Tudo serve em vésperas de eleições...

1

Em abril de 54 houve o polêmico Pacto ABC, onde Wilson Leite Passos apresentou à Câmara dos Deputados denúncia contra Vargas, que seria um traidor da Pátria, pois este pacto firmava acordo com Perón visando a formação de um bloco continental formado por Argentina, Brasil e Chile e de violação da lei orçamentária, devido o aumento do salário. Com 136 votos contra e 35 a favor ao impeachment, a proposta nem foi encaminhada ao Senado. (CRUZ, 1983, p. 247)

O maior dos escândalos foi o atentado da Toneleiros, o mês de agosto de 1954 foi marcado por duras acusações. O jornal passou a fazer campanha para a renúncia do presidente, este fez sua célebre declaração: Só sairei morto do Catete.

A oposição udenista estava personificada na figura de Lacerda. Como se já não bastasse as linhas ofensivas impressas diariamente em seu jornal, a Tribuna da Imprensa, Lacerda também passou a ser presença contínua na programação da Rádio Globo a partir de 53. Declaradamente inimigos, quando Lacerda sofre o chamado Atentado da Toneleiros, logo acusa o presidente. Esta acusação está registrada na 1ª página do seu jornal: "Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por este crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas". (TRIBUNA DA IMPRENSA, 05/08/1954, p. 1)

Lacerda escrevia artigos para o Correio da Manhã e tal acontecimento aumentou as duras acusações contra Vargas, que para evidenciar o caráter agressor de Vargas reutilizou a fotografia produzida na ocasião da comemoração da sua posse. Nesse momento podemos observar o poder das imagens, que, intercaladas com palavras tão contundentes é capaz de criar ou modificar opiniões.

Imagem 4 – idem imagem 2. Arquivo Nacional.

Segurança presidencial reforçada é normal, principalmente em festejos populares, mas esta fotografia publicada em 01/02/1951 sugeria uma rejeição do presidente ao seu povo que acabara de colocá-lo no poder. O povo estava submetido às patas dos cavalos e à truculência de Gregório Fortunato, segundo o Correio. Em 15 de agosto de 54 esta fotografia

é novamente publicada, recordando a época em que foi produzida, com uma interpretação negativa e que justifica os acontecimentos recentes:

> *Em janeiro de 1951, em meio ao entusiasmo popular, tomou posse de seu cargo o presidente da República o senhor Getúlio Vargas. Sorria, no automóvel, mas o povo, seu bem-amado da boca para fora; esse não podia nem ovaciona-lo livremente. Os que se arriscavam à pata dos cavalos iam esbarrar no chefe da guarda pessoal, o chefe da malta de assassinos, cáftens e rufiões que transformaram o Palácio das Águias em pátio dos milagres. Desta fotografia que fizemos no dia da posse à fotografia do major Vaz assassinado existe apenas o tempo de um desenvolvimento tópico da brutalidade – disfarçada em 1951 e solta nas ruas de 1954. (CORREIO DA MANHÃ, 15/08/1954)*

Mais do que um registro, esta fotografia passou a ser para o Correio da Manhã uma prova criminal, capaz de evidenciar e tornar palpável uma idéia. A oposição do Correio foi materializada por uma mesma fotografia na entrada e saída de Vargas no seu segundo governo.

Este foi o estopim, o ruído que faltava para suceder a avalanche. Somadas as várias acusações e o título de assassino temos o fim trágico que imortalizou Getúlio Vargas e por isso considerado por muitos mais uma de suas estratégias políticas, qualquer ato contrário seria assinar sua morte na política e na memória do povo, assim como garantir a vitória da oposição que lutava não somente para acabar com Vargas, mas para destruir a raiz e os frutos do seu nacionalismo. Assim coloca Jorge Ferreira sobre o último ato de Vargas:

> *Com o tiro no peito, Getúlio Vargas jogou com a sua própria imagem em longo prazo. A vingança foi meticulosamente planejada: se seus inimigos o queriam desmoralizado politicamente, ele foi muito além, jogando o seu próprio cadáver nos braços dos udenistas que, atônitos, não souberam o que fazer com ele. (BAUM, 2004, P. 187)*

Conclusão

O Correio da Manhã sempre valorizou as imagens para caracterizar e legitimar seus textos, para isso a seleção da imagem é fundamental, é nessa escolha que reside o ideário do jornal, a idéia que se quer passar para o leitor. A partir da década de 60 o Correio da Manhã fez oposição aos governos militares e teve o desenvolvimento do seu fotojornalismo, trabalho inédito, com valorização dos profissionais da área e aperfeiçoamento dos meios de trabalho (OLIVEIRA, 1998, pp. 117-135).

As fotografias são de grande importância documental, além de resgatarmos o passado através das imagens, também analisamos o critério de escolha e exposição da fotografia no jornal, que a partir dela monta o cenário pertinente a sua ideologia, passando ao público uma visão de mundo distinta que influencia a opinião do leitor.

O Correio da Manhã soube, respeitando a sua ideologia, seus interesses e suas convicções, passar pelos governos de Getúlio Vargas expondo suas idéias, mesmo quando seu direito de expressão foi cerceado, mesmo assim soube expor a sua indignação perante o autoritarismo, lutando em dobro pelo que achava justo quando teve a liberdade para fazê-lo. Getúlio Vargas teve seu segundo governo marcado por críticas severas por parte da oposição, e nas linhas deste periódico temos um exemplar desta oposição que buscou nas imagens fontes comprobatórias de suas palavras escritas.

Bibliografia

BAUM, Ana (org.). **Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRANDI, Paulo. **Vargas – da vida para a História**. Rio de janeiro: Zahar editores, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *"Brasileiro Cidadão?"* In: **Pontos e bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CRUZ, Adelina Maria Novaes (org.). **Impasse na democracia Brasileira 1951-1954. Coletânea de Documentos**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

D' ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. In **DHBB.** Rio de janeiro: Editora FGV, 2000.

LEVINE, Robert. **Pai dos Pobres?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. **Fotojornalismo subversivo: 1968 revisto pelas lentes do Correio da Manhã**. Revista Acervo, Rio de Janeiro, volume 11, n.º ½, p. 117 – 135, jan./dez. 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Revoltas, motins e insurreições em Pernambuco pelo traço dos promotores de justiça

Virgínia Maria Almoêdo de Assis[1]

Resumo: Os registros fornecidos pelos promotores de justiça constituem-se as fontes privilegiadas para o estudo dos movimentos sociais que pontilharam Pernambuco durante o século XIX. Neste texto, cuja base documental é composta por esses manuscritos, o foco se volta para aqueles conhecidos como *Guerra dos Cabanos*, *Revolta dos Quebra-quilos*, *Revolta dos Maribondos e o Motim de Triunfo.*

Palavras-chave: Revoltas – Motins – Pernambuco.

Abstract: The information provided by the justice prosecutors is considered as a privileged source for the study of social movements that surrounded Pernambuco during the XIX century. This text, in which the documental records are composed by these manuscripts, focuses on those known War of Cabanos, Rebellion of Quebra-quilos, Rebellion of Maribondos and the Mutiny of Triunfo.

Keywords: Rebellion – Mutiny - Pernambuco

O Ministério Público de Pernambuco, em convênio com o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), desenvolveu o Projeto Promotores de Justiça, cujo objetivo geral foi o de transcrever e publicar os documentos manuscritos da Série Promotores de Justiça (P.J) do acervo deste Arquivo, composta de 31 volumes, tendo como balizas temporais os anos de 1832 a 1912 .

Deste trabalho, resultou a publicação dos trinta e um volumes da Série Promotores de Justiça , em CD-ROM, livros que compõem a coleção *Construindo a Cidadania* e, numa coletânea de textos históricos produzidos por Professores do Departamento de História da UFPE.

Claro está que a publicação deste livro de edição bem limitada e não comercializável não esgota as possibilidades de se ressignificar as realidades vivenciadas

[1] Profª Drª do Departamento de História da UFPE.

pelos promotores de justiça, utilizando-se como fontes primárias os relatórios e ofícios que amiúde remetiam aos presidentes de província.

Para a discussão neste Simpósio sobre "Revoltas e insurreições no Brasil – do século XVII ao XIX", procuramos contribuir com o debate voltando nosso foco para alguns dos movimentos de contestação vivenciados na província de Pernambuco no século XIX, mais especificamente a partir de 1832, sobre os quais os promotores públicos oferecem testemunho, naturalmente atenta ao fato de que tanto quanto a pesquisa, essas fontes estão permeadas de subjetividades e visões de mundo diversas.[2]

De início, é necessário dizer que não pretendemos examinar, em todas as suas dimensões, os movimentos de contestação selecionados para este debate. De fato, nossa intenção, antes de tudo, é lançar desafios de pesquisa sobre essa temática apontando fontes auxiliares aos seus estudiosos.

O século XIX se iniciou inaugurando também uma nova era na trama das relações tecidas entre o Brasil e Portugal. A chegada da corte de D. João ao Rio de Janeiro, em 1808, entre outras conseqüências, possibilitou uma maior circulação das idéias, mesmo considerando-se que as *idéias e vapores malignos que sopravam da França, como* se referia um bispo de Pernambuco aludindo aos ideais da Revolução Francesa, aqui já tivessem aportado clandestinamente pelos porões dos navios, nas bagagens dos filhos da elite provincial retornados de Coimbra – única possibilidade até então de se bacharelar nas ciências jurídicas.

Em Pernambuco, os primeiros cursos jurídicos foram criados em 1828 e, inicialmente, as aulas se desenvolviam nas dependências da biblioteca do mosteiro de São Bento, em Olinda, cedidas pelos monges a título precário. Em 1852, o curso passa a funcionar no Palácio dos Governadores, também em Olinda. Só em 1888 é que foram iniciadas as obras do edifício que ainda hoje abriga a Faculdade de Direito da UFPE, concluídas apenas em 1912.

Para o exercício da magistratura, no Brasil ou em Portugal, era exigida legalmente, desde princípios do século XVII, a formação jurídica, o ser "letrado". O cargo de promotor de justiça não fugia à regra; desde os primórdios da sua criação, fez parte da burocracia do Estado, e é na condição de funcionário público que o encontramos no século XIX, em Pernambuco, formando, dentro da burocracia do império, uma elite profissional, ainda que dependente dos atos dos governos provinciais.

---

[2] Este texto é uma versão do artigo originalmente publicado por ACIOLI, Vera Lúcia Costa e ALMOÊDO DE ASSIS, Virgínia . (2006)

Nomeados pelos presidentes de província, por um período de três anos, os promotores públicos atuavam nas comarcas como acusadores contra suspeitos de cometer ações criminais que poderiam culminar em prejuízo à aplicação das leis.

Pelo que ensina o Promotor de Justiça Francisco Sales, é no Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832, assim como na lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, e no seu regulamento nº 120, de 31de dezembro de 1842, que se trata, em seção específica, dos promotores públicos. (SALES, 2006:16).

Em razão de o ano de 1832 ser a data inicial do conjunto de ofícios trabalhados dos promotores, o campo de pesquisa se restringe, uma vez que esse marco deixa de fora movimentos de significado à compreensão da história política de Pernambuco, tais como a Revolução de 1817, a Revolta de Goiana (1821) e a Setembrizada (1831). Também a Revolução Praieira de 1848 foge às raias deste trabalho, pois, muito embora a Série PJ se estenda até o ano de 1912, o que a incluiria, os livros referentes ao período de 1848 a 1854 são lacunares, provavelmente extraviados antes da organização da série.

A leitura da vasta correspondência dos promotores com os presidentes da província mostra o medo das autoridades à rebeldia de *sediciosos*. Os inúmeros pedidos de destacamentos policiais para as localidades em que atuavam, "para evitar que a desordem se instalasse", são bem ilustrativos da situação.

Ocupa lugar de exemplo, o que se lê em um oficio circular às autoridades criminais da província, acompanhando o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, de 9 de março de 1832.

> *Incluso transmito a Vossa Excelência um exemplar do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça de 9 de março do corrente ano, que me foi remetido pelo Excelentíssimo Presidente, para que Vossa Senhoria, quanto estiver da sua parte haja de empregar todo o zelo e atividade em pesquisar os conspiradores, que se propuserem destruir a Constituição Política do Império, ou o Governo de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro segundo, ou de qualquer modo perturbar a Ordem Pública estabelecida,(...) Deus Guarde Vossa Senhoria. Recife vinte e três de maio de mil oitocentos e trinta e dois. O Conselheiro Chanceler Francisco José de Freitas. (APEJE,TD.15,fl.79).*

Nos primeiros documentos trabalhados da Série indicada, a preocupação mais visível por parte das autoridades era garantir a sustentação política de Dom Pedro II e seus direitos ao trono do Império.. Nosso estudo aqui, ou melhor, nossa rápida incursão ao mundo das revoltas populares em Pernambuco se inicia então com a chamada *Guerra dos Cabanos,* deflagrada a partir de 1832.

O traço mais forte que transparece da guerra dos Cabanos, ocorrida no interior de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1836, é precisamente a oposição à Regência e

a restauração de D.Pedro I ao trono, ideais que já se vislumbravam quando da criação, em 1828, da *Sociedade da Coluna do Trono e do Altar*, que, entre suas bandeiras, defendia a religião Católica Romana. Defesa na qual não faltavam aclamações ao rei e à religião, dando início à sua luta para instituir um novo império no Norte do Brasil, cujo soberano seria D. Pedro I.

Consonantes com os ideais daquela corporação, os comandantes dos Cabanos, Domingos Lourenço Torres Galdino e Vicente Ferreira de Paula, conseguiram arregimentar em suas fileiras escravos fugidos – os papa-méis-, pequenos lavradores e indígenas. O nome Cabanos é referência às toscas cabanas que ponteavam as matas nas quais iam fundando arraiais que se estendiam por uma extensão de quase trezentos quilômetros.

Uma proclamação do referido chefe Cabano, Vicente Ferreira de Paula, datada de 16 de novembro de 1833, dá uma noção dos ideais que aparentemente os moviam para a luta:

> *Adoramos o nosso Imperador o Senhor Dom Pedro I, respeitamos seu Augusto Filho, porém odiamo-lo no caráter de Imperador, porque seu Pai não abdicou a Coroa Brasileira por sua espontânea liberdade, mas sim foi um roubo feito que todo o Brasil conhece! Tendes esse jovem na companhia dessa carniceira Regência que pretende manietar os brasileiros ao carro da miséria enquanto essa corrupta Assembléia vai entisicando os cofres públicos (...)*
> *(PEREIRA DA COSTA, 1983/1985,V.IX: 473/475 e VI: 328).*

A nós, parece fora de discussão o fato de que a adesão da população mais pobre ao movimento dos Cabanos não se prendeu apenas aos ideais de restauração de D. Pedro I ao trono; é de se notar que a situação de fome e miséria e o descaso das autoridades constituídas para com eles foram fortes motivações ao seu ingresso nas hostes cabanas.

O movimento dos Cabanos se prolongou até 1836, quando foi controlado pelo governo, não antes de morrerem quase 15 mil pessoas e de terem sido destruídos pelo menos 140 engenhos**.**

O Decreto Imperial nº 798, de 18 de junho de 1851, que estabelecia o registro obrigatório de nascimentos e de óbitos nas paróquias, foi o mote para que se propagasse no interior de Pernambuco o movimento que ficou reconhecido como Guerra dos Maribondos.

A esse Decreto o povo nomeou como a *lei do cativeiro*, para eles, um meio de fazer retornar à escravidão aqueles já alforriados por leis anteriores.

A Revolta dos M*aribondos* teve início em Paudalho, localidade da Mata Norte de Pernambuco, em 1 de janeiro de 1852, quando, aos gritos de "Abaixo a lei! Abaixo o vigário! Viva a revolução! alguns homens, mulheres e crianças armados de bacamartes, espingardas, foices, chuços e cacetes", invadiram a igreja de Paudalho no momento em que o padre João

Rufino de Moura Pacheco celebrava a missa da confraternização universal. As autoridades locais não reagiram e o diminuto destacamento de 18 soldados fugiu. (MELO, 1944: 38/47)

A notícia da invasão da igreja só chegou às autoridades governamentais no dia 3 de janeiro, mas as primeiras providências para o restabelecimento da ordem foram tomadas pelo bispo que enviou ao local o Frei Caetano de Messina, prefeito do Convento da Penha no Recife

Um dos líderes da Revolta, Rufino José Maria, também conhecido como o Divino Mestre II, por seus seguidores o considerarem herdeiro de Agostinho José Pereira (ou Ferreira), o "Divino Mestre", que por muito tempo ocupou, no Recife, espaço nas páginas policiais dos periódicos em circulação, foi preso em setembro de 1853, segundo informação do presidente da província em Ofício enviado ao Ministro da Justiça:

> *(...) alguns varejos deu a polícia nesta cidade, capturando na manhã do dia 3 [de setembro] alguns pretos, entre os quais se distingue um de Nação Nagô, que era tido como oráculo dos que o freqüentavam com religioso acatamento. Foi encontrado de hábito talar, tendo em seu poder alguns escritos com caracteres arábicos, idioma que diz ter aprendido em Serra Leoa, sob auspícios ingleses. (APEJE, Ofício da Presidência ao Ministro da justiça, 1852-1854, 13 de setembro de 1853).*

Ainda que os sacerdotes procurassem desviar as autoridades governamentais do propósito de combater a rebelião pelo uso das tropas, isso não ocorreu, e as mesmas deslocaram-se para Paudalho, onde foram rechaçadas por um grupo de *Maribondos* amoitados na matas dos arredores. Do embate resultaram a morte de dois policiais e outros cinco feridos; do lado dos revoltosos, três mortos e vários feridos.

Os *Maribondos* foram vitoriosos nessa batalha, uma vez que o Decreto, objeto do seu repúdio, não foi executado em Pernambuco na data determinada.

Também representativa da insatisfação popular com as medidas imperiais de fins do século XIX foi a revolta do *Quebra-quilos*. Iniciada em Ingá, na Paraíba, em 1874, propagou-se rapidamente pelas províncias vizinhas, chegando a Pernambuco, território fértil em revoltas; os rebelados sofreram forte repressão, mais notadamente em Itambé, Timbaúba, Caruaru, Bezerros e Triunfo. Segundo um contemporâneo, "nunca idéia alguma imperou com mais força no crânio de um povo, como esta de quebrar os quilos e acabar com os impostos". (APEJE, PJ-9, f. 305/305v.)

O estabelecimento de um novo sistema métrico decimal- centímetros, metros, quilos, quilômetros - substituindo as medidas tradicionalmente utilizadas, como- côvados, braças, cuias, arrobas, léguas, ocasionou revoltas da população que se manifestou apropriando-se e destruindo os instrumentos ligados ao novo sistema, atacando armazéns e bancas de feira. Daí o nome Quebra-quilos.

Enquanto o presidente da província mandava restabelecer os pesos e as medidas do novo sistema métrico decimal e ordenava que se empregasse a força quando os meios brandos fossem inúteis, o povo saía em bando para destruir coletorias *e para assaltar os cartórios e saquear as feiras*, escreviam os promotores. (APEJE-PJ-9,f.255)

Nas revoltas de Quebra-quilos sobressaem nomes de famílias ilustres de Pernambuco, caso do bacharel Austerliano Correia de Castro, juiz municipal e juiz de direito interino em Bom Jardim, denunciado pelo promotor público Manoel Tertuliano Francisco de Arruda, perante o Tribunal da Relação, como cabeça da sedição que se levantou na comarca contra a arrecadação dos impostos.

Igualmente foram denunciados o alferes Manoel da Assunção Santiago, o bacharel Antônio José de Alcavia e mais dez pessoas como cabeças do movimento, uma vez que "todos se têm mostrado principais motores das desordens, reunindo e alimentando grupos armados nas localidades de suas residências com o fim de obstar a arrecadação de impostos". (APEJE, PJ-9,f.258.) Todos os envolvidos relacionados receberam mandado de prisão preventiva..

Em Granito, segundo parecer da Câmara, a agitação era provocada pelo vigário da localidade, Manoel Antônio Martins de Jesus, que *:*

> *longe de explicar da Tribuna Sagrada os evangelhos de Nosso Senhor Jesus Cristo, tem pelo contrário convertida a cadeira da verdade em pelourinho das reportações alheias. E não contente com isto tem incutido no espírito do povo verde e ignorante idéias perigosas e subversivas da ordem social, chegando o seu arrojo a ponto tal de aconselhá-lo que negue obediência ao governo porque quer abater ou aniquilar a religião de nossos pais.(APEJE, PJ-9:544/547)*

Diziam ainda os vereadores que a proximidade do município com o Cariri, *onde* "os últimos acontecimentos acerca da questão religiosa tinham levado o povo a um grau de exaltação extraordinário*",* contribuía para os levantes na localidade, e pediam, ainda, providências urgentes contra o vigário, o que não se concretizou, uma vez que, ouvidas várias testemunhas sobre o comportamento do padre, nada disseram que servisse de base para sua denúncia. (APEJE, PJ 9:427/435)

Os coletores municipais eram os que sofriam mais ataques, justamente por seu papel no lançamento dos impostos municipais. Pelo relato do promotor da comarca que

abrangia Camutanga, Cruangi e Timbaúba, os coletores, nessas localidades, apenas "conseguiram fazer o lançamento e bem assim alguma arrecadação, excetuada a do imposto sobre cada cabeça de gado vacum consumido, a que se negaram absolutamente os marchantes de Timbaúba". (APEJE, P-9 :427,437,438).

Ainda seguindo o relato do promotor, o motim se formou na feira de Timbaúba, onde as medidas e os pesos do novo sistema foram arrebentados, o que fez com que os coletores se refugiassem e desistissem de seguir viagem a outras localidades. "Piquetes se formaram ao pé da serra, a fim de acometê-los quando se aproximassem para novas cobranças". (APEJE, PJ-9:229-230).

São muitos os relatórios e ofícios de promotores que procuram dar conta das "arruaças" provocadas nas feiras pela população inconformada com o novo sistema, salientando-se que elas eclodiam quase simultaneamente em várias localidades, ainda que, no mais das vezes, as forças policiais locais conseguissem aplacar os ânimos, embora não evitassem o prejuízo dos feirantes.

No papel de mantenedores da ordem pública, vale observar o que prescrevia, para debelar os episódios de quebra-quebra ocorridos nas feiras, o promotor José Leandro Serra, de Ouricuri, que, dizendo-se fiel ao compromisso *de zelar com risco de sua vida os direitos inalienáveis do Ministério Público,* recomendava ao presidente a adoção de medidas mais contundentes, no sentido de evitar se contaminassem os distritos de sua jurisdição *da febre revolucionária* que lavrava *o espírito das populações incultas de certas localidades.*(APEJE,PJ-9:352/352v).

Tratando-se de manifestações pontuais e espalhadas por várias cidades do interior de Pernambuco, não se pode precisar seu término no todo; aparentemente elas foram sendo debeladas, paulatinamente, à medida que ocorriam.

Algumas das medidas político-administrativas adotadas para a consolidação da república geraram também uma série de insatisfações, sendo uma das mais antipáticas ao povo a que instituía o registro civil de casamentos, nascimentos e óbitos, até então documentação emanada pelo poder eclesiástico.

A reação popular manifestou-se pela inobservância ao preceito legal, a que ilustra o que consta da correspondência do promotor de Glória do Goitá ao presidente da província, na qual informa que, apesar de decorridos 17 anos desde a instituição dos registros civis, eles até então não haviam se efetivado, acentuando que o serviço estava em completo abandono: "de nascimentos, no ano de 1904, encontrou somente seis registros. Para o ano de 1905, nenhum deles".

Decisão das mais impopulares do início da República foi a relativa à dissolução das Câmaras Municipais que seriam substituídas pelos Conselhos de Intendência Municipal, compostos de sete membros, dos quais um seria o presidente designado pelo governador. Além da Câmara do Recife, outras cinqüenta e uma foram transformadas em Intendências, e, muito embora não se tenham notícias de grandes tumultos, um episódio chama a atenção, a chamada *Revolta de Triunfo*.

De acordo com o promotor interino de Flores, Inácio Ribeiro Leitão, em Triunfo a medida foi considerada uma questão pessoal entre o governador de Pernambuco, Barbosa Lima, e os próceres locais. Segundo o promotor, eles mostravam-se tão audazes que, se não fossem logo "obstados, poriam, certamente, em prática uma conflagração no alto Sertão (...), receando-se grande derramamento de sangue.". (APEJE. PJ- 24:232-232v.)

O quadro pintado pelo promotor, em ofício dirigido ao presidente da província, Barbosa Lima, em 17 de setembro de 1892, fornece um bom detalhe do ocorrido:

> *Para os fins convenientes levo ao conhecimento de Vossa Excelência o estado de sublevação em que se acha o município de Triunfo, donde partiram, desde ontem, mais de 300 capangas armados e municiados, tendo a sua frente o deputado estadual Antônio Barros Gomes Correia da Cruz, que os aliciou de acordo com todos quantos se dizem chefes políticos naquele infeliz município (...).(APEJE, PJ-24:232-232v.)*

De Afogados da Ingazeira, o promotor público Artur B. Uchoa Cavalcanti, por ofício de 25 de setembro de 1892, dá notícias do motim, informando do deslocamento de oitenta *praças* para Triunfo. Escrevia ainda que "os revoltosos concentraram suas forças nas entradas da Serra de Triunfo, e ali aguardavam a chegada da força para entrarem em ação" .(APEJE, PJ-24:232-232v.)

Fazendo as vezes de fonte primária, encontramos em MELO (1944), depoimento do coronel Antônio Gomes Correa da Cruz, advogado provisionado, que chefiou, em 1892, o motim.

> *No dia 13 de setembro saí de Triunfo, dormi em Carnaubinha, no dia seguinte saí para Santa Rita, onde reuni a gente, saindo no dia 16 a uma hora da tarde para Carnaubinha com 80 homens. Saí de carnaubinha no dia 17 para Melancia com cento e tantos homens; daí segui no dia 19 para Tapera, donde parti para Carnaíba no dia 20 pela manhã onde estive durante o dia até a noite. Levantei o acampamento com 102 homens e aquartelei no lugar Poço-Grande. As 11 horas do dia 21 houve o encontro entre as forças patrióticas e a de polícia, sendo esta derrotada e batida. (MELO, 1944:189-203).*

Finalizando, pode-se afirmar que tanto o Motim de Triunfo como os demais movimentos aqui apontados merecem receber análises menos perfunctórias, dentre outras questões, pela representatividade que adquirem no entendimento do quadro da derrocada do regime monárquico e da inauguração do republicanismo no Brasil.

Referências Bibliográficas:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa e ALMOÊDO DE ASSIS, Virgínia (Organizadoras). **A Face Revelada dos Promotores de Justiça – o ministério público na visão dos historiadores.** Recife : MPPE, 2006.

MELO, Mário. **A guerra dos maribondos**. RIAP, v. XXII, n°s 107-110, Recife, 1944.

De Guaikuru a Kadiwéu: conflito e Transculturação

Valéria Nogueira Rodrigues*

Resumo: Os índios Guaikuru viviam no território dominado pelos castelhanos e daí forçosamente mudaram-se após inúmeros conflitos com os espanhóis. Fixaram-se, então, no Pantanal, e aí mantiveram intensa amálgama cultural junto a seus cativos, bem como desenvolveram a criação de gado e, sobretudo de cavalos sob os quais eram quase imbatíveis nos combates. No início do século XVIII a mineração abria os caminhos luso-paulistas na região, erigindo seu aparato político e administrativo, as relações entre os Guaikuru e os paulistas foi marcada, em geral, pelo conflito, porém no final do século estes puseram em prática uma política de amizade promovendo significativas mudanças nas relações sociais dos Guaikuru. Também os Kadiwéu no século XIX, sofreram transformações culturais, de suas relações simbólicas e representações através dos conflitos e da transculturação.

Palavras-chave: índios, conflito, transculturação

Abstract: The Guaikuru indians lived in the territory ruled by the *castelhanos*, and then forcefully moved after several conflicts with the Spanish. They set ground then in Pantanal and kept an intense cultural mixture along with their captives, as well as developed cattle raising, and above all horses on which they were almost unbeatable in combats. In the beginning of the seventeenth century, mining spread roads that belonged to the portuguese and *paulistas* in the region, erecting their political and administrative apparatus; the relationship between the Guaikuru and *paulistas* featured, in general, conflict, however, in the end of the century they put in practice a friendly politics, promoting meaningful changes in the social relations of the Guaikuru. Also the Kadiwéu, in the nineteenth century, suffered cultural transformation, of their symbolic relations and representations through conflicts and transculturation.

Keywords: indians, conflict, transculturation

No século XVII os Guaikuru viviam às margens do rio Pilcomayo, em território pertencente à Coroa Espanhola, que por sua vez, sofria frequentes ataques destes índios bravios que chegavam muito próximo de suas povoações, apropriavam-se de cavalos e gado vacum, além de aprisionar outros indígenas com quem igualmente viviam em conflito. Em decorrência desses ataques os Castelhanos moveram incessante guerra contra os Guaikuru que atravessaram para a margem ocidental do rio Paraguai. Aí se fixaram e durante o século XVIII constituíram uma verdadeira "Fronteira Viva" contra aqueles considerados, então, inimigos mortais. Esta superioridade que detinham sobre as demais etnias provinha, sobretudo, dos cavalos que possuíam.

* Mestranda pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

O talento na montaria, o avantajado porte físico, o espírito guerreiro e vaidoso dos Guaikuru possibilitou que estes mantivessem sobre seu poder centenas de índios e aterrorizassem outras centenas que viviam numa margem e noutra do rio Paraguai. Também mantinham um grande rebanho de cavalos, "que então passaram a criar, calcula-se que possuíam além destes, gado vacum, totalizando oito mil cabeças". (BALDUS, 1975, p.22).

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, (1990, p.94) os Guaikuru eram antigos conhecidos dos bandeirantes. Os paulistas que primeiro penetraram os sertões da Vacaria já encontraram-nos de posse de cavalos e de armas de procedência européia, como terçados e facões. As planuras que habitavam, os instintos predatórios que os caracterizavam e sua vida ambulatória os devia ter predisposto, há muito, ao uso do cavalo, introduzido por espanhóis.

Na relação entre Guaikuru e seus cativos "tanto um quanto o outro não interferiram substancialmente nas suas formas de vida", os Guaikuru permaneceram como "caçadores-coletores", enquanto alguns cativos, a exemplo dos Guaná, que conviveram com estes desde o século XVII permaneceram agricultores, "cultivando e colhendo nos terrenos que ocupavam com suas aldeias". (COSTA, 2003, p.73).

Neste sentido, podemos afirmar que os Guaikuru eram semi - nômades já que continuaram suas incursões pelo Pantanal, mas passaram a desenvolver a agricultura através dos cativos, além de ao longo do tempo estes terem tendido cada vez mais à vida sedentária ao passo que o número de pessoas aumentou consideravelmente. Além dos acampamentos móveis os Guaikuru mantinham algumas moradas mais fixas localizadas em territórios elevados e que servia como posto avançado e de apoio aos Cavaleiros.

O território habitado pelos Guaikuru era um campo interrompido por matas e palmeiras isoladas, num prolongamento do Grande Pantanal até a serra da Bodoquena. Assim como outras nações indígenas que habitavam o Pantanal estes índios também tiveram que adaptar-se ao ciclo das cheias e secas, retirando-se para áreas mais interioranas nos períodos chuvosos. (COSTA, 2003, p.74).

Fisicamente é unânime entre as autores que trataram sobre os Guaikuru a estatura destes, Rodrigues do Prado (1839, p.28) afirma serem de uma estatura alta, tanto que entre eles havia homens de seis pés e meio de altura, bem feitos, envoltos em carnes, capazes de resistir à fome e a sede, e endurecidos ao trabalho de uma maneira inefável.

Mesmo antes da aquisição de cavalos, os Guaikuru, estratificados sobre os Guaná, tinham vencido e desalojado outras nações e também os não-índios, mas o seu verdadeiro

imperialismo só começou depois de terem cavalos que sabiam manejar de maneira excelente, e o sucesso de seu gênio pastoril manifestava-se no tamanho das manadas.

Dessa forma o cavalo constituía-se para os Guaikuru, além de trunfo no combate, um meio de transporte, possibilitando a penetração de vastos territórios mais depressa do que o índio a pé, tal mobilidade garantia a vigilância dos territórios, que por isso dominavam.

Neste mesmo período uma vigente luta política levava a Coroa Portuguesa a montar núcleos político–administrativos para, assim, consolidar a posse da região que pelo Tratado de Tordesilhas pertencia aos Castelhanos. Os interesses daquela sobre o território devia-se a sua importância geográfica, sobretudo em relação a defesa do restante da Colônia e também econômica, devido a extração de metais preciosos e à navegabilidade do rio Paraguai. Deste modo no início do século XVIII os luso – paulistas passaram também a se fixar na região, depois da descoberta de ouro às margens do rio Coxipó, por Pascoal Moreira Cabral.

Os conflitos entre os Guaikuru e os "moradores" se deram desde os primeiros contatos o que levou a Coroa Portuguesa, de acordo com a política indigenista corrente, considerar estes índios inimigos a serem exterminados. Os Guaikuru, por conseguinte, lutaram incessantemente e como estratégia aliaram-se aos Payaguá. Juntos tornaram-se quase imbatíveis, pois enquanto aqueles atacavam sobre seus cavalos estes o faziam habilmente em suas canoas, o que somados à vivência sobre a terra – e sobre as águas – tornava difícil a permanência dos luso – paulistas nas Minas de Cuiabá.

Assim as primeiras relações estabelecidas com esses indígenas foram marcadas pela violência, pois estes desde o início foram classificados como inimigos a serem combatidos, segundo Barboza de Sá (1975, p.12):

> *no mesmo dia e mes e anno atras nomiado elegeo o povo em voz alta o capitão mor Pascoal Moreira Cabral por seo guarda mor regente thé ordem do Senhor General para poder goardar todos os ribeiros de ouro sovacar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto as minas como nos inimigos bárbaros.*

O clima de hostilidade era tão acirrado que em 1730 o então Brigadeiro Antônio de Almeida Lara recebeu ordens para expedir um bando exigindo que "não sahisse pessoa alguma para povoado nem para sertão sem que antes primeiro se expedise armada contra o gentio." (SÁ, 1975, p.30).

O primeiro relato de Sá sobre os conflitos entre os luso - paulistas e os Guaikuru data o ano de 1730, segundo o cronista (1975, p.31):

> *Navegando mais abaixo alguns dias viráo alem do rio um trozo de cavalleiroz que eraó os gentios Aycurús abeirando armada o dito lugar, saltaraó alguns em terra adonde asentaraó uma pessa de Artilharia e intraraó a asenar ao gentio que chegase nisto foyse cobrindo o campo delles por entre muitas palmeiras de corda*

> *que por aly havia armados de lansa arcos freixas, e lapsos de corda, e ao mesmo tempo sobio o rio abaixo huma escolta de canoas de Payagoas saltaráo em terra, e unidos com os cavaleiros intraraó aflorear e desafiar os Portugueses.*

Este episódio deixa transparecer que não havia nos primeiros anos de habitação em Mato Grosso esforço por parte dos luso - paulistas no sentido de apaziguar as relações com os índios já aí moradores, pois "bem logo iniciaram-se os conflitos com aqueles que, descobrindo a nova terra, agiam como donos dela". (CANAVARROS, 2004, p.247).

Neste sentido o início da exploração de ouro e fixação de bandeirantes em Mato Grosso é concomitante à destruição de aldeias e à extinção de autóctones que achavam-se neste lugar, ou à sua escravização através dos aldeamentos, mas essas ações não eram aleatórias, ao contrário, faziam parte de políticas claras de ocupação territorial e, sobretudo, indigenista.

A respeito da política de ocupação territorial Canavarros (2004, p.16) afirma que houve por parte da Coroa Portuguesa:

> *uma deliberada política de conquista da região, implementada pela montagem de um aparelho burocrático em Cuiabá, cuja finalidade política se sobrepunha à fiscal [...] Uma mesma política teria presidido a fundação de ambas as vilas (Cuiabá e Vila Bela) com vistas a concretizar os reais objetivos de Lisboa no Extremo Oeste: assegurar a posse da região.*

Deste modo a Coroa Portuguesa interessava-se na efetiva ocupação do Extremo Oeste do Brasil para, assim, consolidar a posse da terra, que pelo Tratado de Tordesilhas pertencia à Espanha. A elevação de Cuiabá à Vila, em 1727, e a fundação de Vila Bela, em 1752, foram marcos essenciais desta política de expansão dos limites lusos, para tanto estes perceberam a necessidade de montagem de um aparelho de Estado, a partir daí foi importante verificar as instituições políticas em nível regional, sejam as locais eletivas e as instâncias periféricas da Coroa, isto é, a estrutura institucional que lá se formou e como se deu o exercício do poder político. (CANAVARROS, 2004, p.47).

Para Volpato (1987, p.39): "a Capitania deveria não só conter as tentativas de avanço espanhol, mas tentar ocupar as áreas ainda não ocupadas pelos vizinhos, tornando-se de fato o antemural do Brasil".

A política portuguesa para efetivar a posse da terra contou, como já dissemos, com grande resistência por parte de algumas nações, sobretudo dos Guaikuru e Payaguá, outras, contudo, foram dizimadas ou escravizadas. A exemplo disto temos os Paresi, Cayapó e Bororo que embora eventualmente incorressem à resistência não suportaram os inúmeros ataques que sofreram.

Como afirma Grupioni (1994, p.15) "o contato representou o fim da autonomia sociocultural de muitos povos do continente e não foram poucos os que sucumbiram perante a determinação dos colonizadores."

A política indigenista adotada pela Coroa Portuguesa em relação a estes índios não foi igual, para se cumprir o intento de possuir a terra e diante da resistência maior, menor ou inexistente por parte dos indígenas medidas distintas foram adotadas. Para o poder metropolitano havia dois tipos básicos de *gentios*: os aliados e os inimigos.

De acordo com Rita Heloísa de Almeida (1997, p.252):

> *as duas possibilidades de resposta existentes desde o início do empreendimento são próprias do espírito da época, que concede prêmios ou estabelece punições, civiliza ou escraviza, conforme a atitude de docilidade ou rebeldia com que os índios recebem essas tentativas de aproximação e de convívio oferecidas pelos colonizadores".*

Neste sentido "o índio deveria ser um aliado porque, caso contrário, torna-se inimigo que 'se concilia' e se associa a outros europeus com quem os portugueses disputavam as terras do Brasil". (ALMEIDA, 1997, p. 136).

Uma das formas encontradas para alargar a política indigenista foi o Diretório dos Índios, um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios, entre os anos de 1757 e 1798. Para Rita Heloísa de Almeida (1997, p.15) "é preciso saber que o Diretório, regulamentando as condições em que se fazia legítima a liberdade dos índios, ainda deu margem à continuidade de certas práticas de escravidão.

O Diretório foi um plano de civilização dos índios e um programa de colonização. Dirigido inicialmente às povoações indígenas do norte do Brasil. Exprimindo uma visão de mundo, propunha uma transformação social, sendo, assim, o instrumento legal que dirigia e executava um projeto de civilização dos índios articulado ao da colonização, ou seja, uma ampla intervenção, que abrangia a pretensão de construir uma nova ordem social.

Nota-se, desta forma, que o interesse maior do Diretório era 'civilizar' os índios, sobretudo, se entendermos esta expressão no sentido usado por Norbert Elias (1993, p.23), para o autor civilização é antes de tudo um "conceito que expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo".

Os Guaikuru, dentro desta política indigenista, foram na maior parte do século XVIII considerados inimigos movendo guerras constantes contra os "moradores". Estes ataques foram em grande parte em união com os Payaguá, na notória aliança que rendeu-lhes a denominação de "Índios Confederados".

O primeiro assalto, como já dissemos, data de 1725 e somente a partir daí estes passaram a ser conhecidos dos paulistas através de informações dadas pelos Guató, à essa altura já "pacificados" pelos luso - paulistas Entre 1725 e 1752 os Payaguá assaltaram cerca de 13 vezes, o que lhes custou inúmeras incursões por parte dos paulistas, dentre estas podemos destacar duas realizadas entre 1730 e 1731 e uma terceira em 1734. A incidência de ataques era tão constante que levou os portugueses a "buscar alternativas de comunicação pelo interior, através de Goiás, cujas minas prosperavam na década de 1730". (CANAVARROS, 2004, p.250).

Confederados com os Guaikuru foram obstáculos à expansão da colonização européia tornando-se marcos - limites da fronteira sertaneja, impediram, ainda, a progressão dos castelhanos para o Norte. Por causa dos seus ataques quase provocaram o abandono das minas cuiabanas, sobretudo, quando estas deram os primeiros sinais de esgotamento. Tais incursões motivaram a declaração de 'guerra justa' contra os Payaguá e seus Confederados , esse processo iniciou-se em 1728, mas somente em 1732 foi aceita pelo rei D. João V, legitimando, assim, uma série de vinganças. Um destes ataques, ocorrido em 1734 provocou a morte de cerca de 600 a 800 índios e 250 prisioneiros, todavia, longe estavam os Canoeiros de serem vencidos, pois, em 1736 estes atacaram "uma monção no Carandá, dentro do rio Cuiabá, à distância de uma semana da Vila, rio - abaixo", por esta razão perceberam os cuiabanos a necessidade de um caminho alternativo para o povoado. (CANAVARROS, 2004, p.259).

Diante dos inúmeros ataques realizados pelos Guaikuru, com ou sem o apoio de seus "Confederados", muitos documentos foram enviados ora sugerindo represálias ora fazendo recomendações para que os evitassem. Num destes, datado de 11 de Abril de 1734, faz-se um pedido de armas - pólvora, bala, artilharia - para castigar os Paiaguá e seus confederados Guaikuru que tem assaltado com perda de vida a fazenda real. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc.29). Este ano parece-nos particularmente violento, pois numa Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao Rei D. João V desta mesma data [11 de Abril de 1734] dá notícias sobre a chegada da tropa comandada pelo mestre de campo Manuel Rodrigues de Carvalho e relata "o ataque que sofreu do gentio Paiaguá e Guaicuru e as perdas que tiveram". (AHU/NDIHR, Mf. 1, doc.69).

Outro de 4 de Setembro de 1738 sugere a melhor época para trânsito e o caminho para evitar o gentio Payaguá e os Cavaleiros. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos , doc.42). Em outros momentos notamos interesses comerciais motivando "boas relações", como no documento de Setembro de 1739 que sugere comércio de cavalos com gentio

aycurú, além do pedido de uma bandeira contra os Paiaguá em 1731 "que alojou-se em terras dos aycurú" recomendando-se manter boa relação com os índios para futuramente fundar ali uma povoação e assim mais facilmente extinguir os Payaguá. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc.49). No mesmo sentido o documento de 18 de Julho de 1737 faz um pedido de cavalos e sugestão de comércio com o "gentio cavaleiro" como solução, porém alertando ser este arriscado e inconstante, sobretudo, por serem considerados 'traiçoeiros'. (APMT, Caixa de Documentos Avulsos, doc. 36).

Esses adjetivos foram reforçados mediante episódios em que os luso - paulistas tentaram alguma aproximação com os Guaikuru e foram 'traídos'. No ano de 1740 Barboza de Sá relata uma 'tentativa de amizade' com estes índios para comercializar cavalos em troca de roupas - tecidos - machados, petrechos dentre outros objetos, os Guaikuru fizeram aceitar e quando aqueles aproximaram-se desarmados foram atacados.

Inúmeros outros ataques foram ainda disferidos, sobretudo, nos anos 70 do século XVIII, como o relatado em 26 de Dezembro de 1779 outro Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres é enviado ao Secretário de estado da Marinha e Ultramar dando conta sobre o gravíssimo incômodo e despesa que tem feito o destacamento de Nova Coimbra e as "incursões dos ferozes e atrevidos Guaikuru". (AHU/NDIHR, Mf. 19, doc. 1255).

No fim do século XVIII foram os Cavaleiros um dos maiores flagelos dos navegantes e também de numerosos lavradores de Cuiabá e Mato Grosso, Sérgio Buarque de Holanda (1990, p.96) calculou que, por volta de 1795, mais de quatro mil paulistas e outros portugueses foram vítimas de sua sanha. Quando havia passado o maior perigo de assaltos do Paraguai e dos Guaikuru fortificações foram levantadas às margens do rio São Lourenço e mesmo do Paraguai. (HOLANDA, 1990, p.99).

No fim do século, portanto, há uma crescente aproximação entre os Guaikuru e os luso - paulistas, esta todavia, não foi realizada de forma aleatória, e sim, fez parte de um projeto, qual seja o de ganhar a "amizade" dos indígenas como estratégia de conquista, através daquilo que de mais essencial estes possuíam, sua cultura.

É somente no último quartel deste século que tal conjuntura se transforma, pois conscientes da resistência indígena, os luso – paulistas estrategicamente mudam de postura, passando assim a buscar a amizade dos Guaikuru, para tanto passam a presenteá-los com facas, foices e inúmeros outros objetos que pudessem agradá-los. No ano de 1796 é formalizado um acordo de paz entre dois chefes Guaikuru e o então Capitão General da Capitania, João de Albuquerque Pereira e Cáceres. Tal acordo representou para estes índios muito mais que "a paz", foi antes de mais nada adentrar num outro mundo, noutras

representações e códigos que eles passaram a absorver através do processo de transculturação, aqui entendido como a troca recíproca de valores culturais, mesmo que em níveis díspares.

De acordo Mary Louise Pratt (1999, p.30) o termo transculturação propõe a substituição dos batidos conceitos de aculturação e desculturação que descreviam a transferência de cultura de modo reducionista, imaginada a partir dos interesses da metrópole.

A partir de então, inúmeros índios carregando suas famílias mudaram-se para os então nascentes núcleos populacionais, como Albuquerque – atual cidade de Corumbá. As mudanças culturais acarretadas foram muitas como a troca de nomes indígenas por outros aportuguesados, o uso de vestimentas e acessórios, como roupas, sapatos e chapéus, a introdução da religião católica e o uso indiscriminado do álcool.

Contudo, quando tal mudança se deu no seio da cultura Guaikuru muitos destes não os acompanharam, houve, por assim dizer, uma fragmentação do grupo em outros dois: os Beaqueos e os Kadiwéu. Porém, apenas o segundo nos interessa, no momento, como objeto de pesquisa.

Os Kadiwéu, após a aproximação dos Guaikuru com os portugueses, retiraram-se para o interior do Pantanal no intuito de protegerem-se, assim permaneceram por longos anos durante o século XIX, todavia, devido ás conjunturas políticas e econômicas inerentes ao período foram novamente alcançados pelo "progresso". A região pantaneira despertou o interesse de fazendeiros decididos à criação extensiva de gado, além disso, estes tiveram ainda que enfrentar a Guerra do Paraguai. O resultado de tantas intervenções levou os Kadiwéu a sangrentos conflitos armados com tais fazendeiros, enfrentaram, ainda o descaso governamental que recusava-se a reconhecer como legítimas as terras que estes reclamavam como suas, a guerra com os vizinhos também levou à morte de muitos, mas a partir desta, porém, os Kadiwéu passaram a conhecer e a manusear armas de fogo.

A participação dos Kadiwéu na Guerra do Paraguai deve constar como momento decisivo na vida desses índios e de suas relações ambíguas com o Império brasileiro e com a República paraguaia, ora demonstrando apoio a um ora a outro. Estas constatações nos permitem interrogar sobre os interesses próprios que estes índios defendiam e em quais circunstâncias.

Portanto, ao longo do século XIX, os Kadiwéu foram entrando em contato, assim como seus ancestrais Guaikuru no século anterior, com um novo mundo simbólico, com outras práticas e representações e estas, por sua vez, transformaram suas vidas. Estas transformações culturais, a forma de observar o outro - alteridade – e a construção de uma identidade a partir desses novos elementos constituem o interesse de minha pesquisa, não

desconsiderando, todavia, o contexto histórico, em especial as discussões em torno da formação de uma "identidade nacional" bem como os inúmeros discursos decorrentes desta temática. São essas as questões que persigo no momento...

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, R. H. de. **O Diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII.** Ed. UnB, 1997.

BALDUS, H. Introdução. In: BOGGIANI, G. **Os Caduveos**. São Paulo, EDUSP, 1975.

CANAVARROS, O. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727- 1752)**. Cuiabá: EDUFMT, 2004

COSTA, M. de F. Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal. In: PRIORE, M. GOMES, F. (Orgs). **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ELIAS**,** N. **O processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Vol. 2.

GRUPIONI, L. D. B.(Org). **Índios no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Monções**. Ed. Brasiliense. 3ª ed. São Paulo, 1990.

PRADO, F. R. do. **História dos índios cavaleiro ou da nação Guaicuru** (1975). RIHGB, tomo I, n. 1, 1839

PRATT**,** M. L. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru. São Paulo: EDUSC, 1999.

SÁ, J. B. de. **Relação das povoaçoes do Cuiabá e Mato Grosso de seos princípios théos presentes tempos (1775)**. Cuiabá, UFMT, 1975.

VOLPATO, L.R **A conquista da terra no universo da pobreza**: Formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987.

Memória da águas

Fernanda Rodrigues Galve*

Chega agora o momento do grande encontro entre o rio Capibaribe e o engenheiro da palavra, profeta dos espaços, que conduz estas memórias da águas nas folhas de papel. Este condutor das palavras, João Cabral de Melo Neto, caracteriza sua obra com a observação e o fascínio sobre os mistérios e as realidades que possui a cidade do Recife.

Nota-se que o poeta apresenta em "Morte e Vida Severina" argumentos e evidências do que observou em sua vida. São numerosos os elementos integradores da temática nordestina nesta obra. Para começar, pode-se citar as presenças do rio, do sol, da seca, do homem, da fome, do canavial, dos engenhos, da cidade, da religiosidade e da morte. Além disso, nesta composição literária, observa-se uma persistente volta ao realismo social caracterizado pela objetividade e crítica da constatação do cotidiano.

A idéia de que o rio simboliza a força criadora da natureza e do tempo, adicionada, ainda, à fertilidade e à irrigação da terra, em João Cabral, cresce de tal maneira que as várias imagens que inundam o poema "Morte e Vida Severina" estão ligadas ao fio mais precioso nesta grande jornada, o Capibaribe. Este Rio foi essencial para o desenvolvimento do Recife, além de ser uma grande fonte de estudo para o poeta João Cabral de Melo Neto, que, em sua obra, evidencia a vida deste grande rio, unida com a do poeta e com a do próprio homem Severino.

O rio Capibaribe nasce na serra do Jacarará, no município do Brejo da Madre de Deus, na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Possui cerca de 74 afluentes e banha 32 municípios pernambucanos, sendo os mais importantes Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Salgadinho, Limoeiro, Paudalho, São Lourenço da Mata e Recife. Forma, assim, a maior bacia hidrográfica do Agreste brasileiro, compondo um belo cenário formado por beiras, secas, casarões, Igrejas, manguezais e muita História.

A ampla importância histórica e social do rio Capibaribe, sobretudo no que se refere à formação e ao desenvolvimento de Pernambuco e da região Nordeste do Brasil,

* Mestre, Pontifícia Universidade de São Paulo.

chama a atenção ao demonstrar o elo de ligação entre a cultura da cana-de-açúcar da Zona da Mata[1] pernambucana, os currais do Agreste[2] e o Sertão[3]

A partir do século XVI, a paisagem colonial brasileira formada às margens do rio Capibaribe passou a ser povoada por feitores, lavradores e senhores de engenhos, que deram origem aos conjuntos de casas-grandes e consolidaram a cultura da cana-de-açúcar no Nordeste. As margens do Capibaribe contribuíram muito para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Pernambuco. A agricultura e a pecuária desenvolvida na região não se deu apenas do centro para a periferia, mas também dos engenhos para o centro comercial. Suas águas também foram fundamentais para esta evolução, bem como para o transporte de pessoas, objetos e mercadorias.

Nas margens do rio não se pode encontrar um grande número de pessoas, pois a terra que está em seu entorno é valiosa e pertence a poucos. Em seu percurso encontram-se, mais freqüentemente, grandes latifúndios de cana-de-açúcar, casarões e poucas vilas.

O rio Capibaribe, nome que em tupi significa "rio das capivaras", aproxima povos e culturas ao longo do seu percurso. Esta idéia é reiterada por Josué de Castro:

> *Heródoto dizia que o Egito era um dom do Nilo. Tudo lá era fruto das águas: terra, economia e religião. Também o Recife – essa pitoresca cidade, discreta e envolvente – é um dom dos rios. Rios que deram origem à cidade e foram importantes fatores de sua história.*[4]

O Rio Capibaribe percorre um longo caminho e passa por cidades e vilas, contando simbolicamente todas as aventuras e desventuras da vida em Pernambuco. Em tempos de seca e necessidade apresenta-se como um rio humilde, como um escasso fio de água. Assim como o homem do nordeste, o Capibaribe tem uma sina a cumprir, e seca no verão – "pernas que não caminham":

> *Capibaribe contraditório amargamente irônico... cheio de contrastes gritantes, muda extradionariamente de fisionomia da aristocrática Madalena ou Ponte D ´uchoa, aos coelhos e Joana Bezerra, povoados de tremenda miséria. Daí versos duros e cruéis de João Cabral.*[5]

---

[1] Zona da Mata é uma região bem povoada, a que concentra o maior número de indústrias e a mais urbanizada. Possui clima tropical úmido, com chuvas mais freqüentes. O solo dessa área é fértil e a vegetação natural é a Mata Atlântica.

[2] Agreste é a zona de transição entre a Mata e o Sertão. Região úmida e cheia de brejos.

[3] O Sertão possui um clima semi-árido com solos rasos e pedregosos. Há chuvas escassas e mal distribuídas. Sua vegetação típica é a caatinga.

[4] CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

[5] VAMIREH, Chacom. *O Capibaribe e o Recife - História social e sentimental de um rio*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959. p.119.

No Auto de Natal Pernambucano, o rio Capibaribe é o cenário e o fio condutor de uma grande jornada. É caracterizado como um rio espesso, amistoso e confidente, cujo trajeto Severino tem medo de perder. Contudo, este retirante aprende com a experiência e sabe que, ao seguir este grande rio, pode chegar à vida:

Não desejo emaranhar
o fio de minha linha
nem que se enrede no pêlo
hirsuto desta caatinga.
Pensei que seguindo o rio
eu jamais me perderia:
ele é o caminho mais certo,
de todos o melhor guia
[...]
- Mas como segui-lo agora
que interrompeu a descida?
Vejo que o Capibaribe,
como os rios lá de cima,
é tão pobre que nem sempre
pode cumprir sua sina
e no verão também corta,
com pernas que não caminham.

Durante a sua descida, o rio reflete paisagens diferentes e cada vez mais acolhedoras. Por estas novas paisagens, suas águas encontram diversos afluentes: Ribeiro do Arroz, Ribeiro do Urubu, da Grota e da Fenda, do Mel e da Cachaça, do Pau de Arara, da Pedra Tapada, entre outros rios que, juntos, também contam suas histórias.

O rio Capibaribe, delicado na nascente, seco no Agreste e grandioso na cidade, corre para o mar e, em seu caminho, produz ou encaminha vidas. Ao chegar na cidade do Recife, encontra seu grande amigo em um grande abraço, o rio Beberibe. Estes dois rios aventureiros, em estado de boemia, se avolumam, perdem o rumo e formam os canais e os mangues da cidade de Recife, onde, como bons e velhos amigos, resumem suas aventuras heróicas, até o grande encontro com o Atlântico.

O que intriga o retirante é que este fio condutor, o rio, nunca rotineiro e monótono, sempre está em movimento, assim como a vida e o tempo. Observa, ainda, que em seu caminho são percebidas diferenças gritantes. Na área do Sertão, por exemplo, o Capibaribe é temporário. Durante um longo período do ano, ele se transforma num caminho de areia, com poucos trechos navegáveis, que recebem suas águas de outros dois rios, o Beberibe e o Tijipió.

Como a grande maioria dos rios do sertão nordestino, o leito do Capibaribe, na época da seca, confunde-se com a paisagem. O homem que habita esta região possui o nada e a sua história assemelha-se com a do rio, cuja vida está sempre por um fio:

- É a gente retirante
que vem do Sertão de longe.
- Desenrolam todo o barbante
e chegam aqui na jante.
- E que então, ao chegar,
não tem mais o que esperar.
- Não podem continuar
pois têm pela frente o mar.
- Não têm onde trabalhar
e muito menos onde morar.
- E da maneira em que está
não vão ter onde se enterrar.
- Eu também, antigamente,
fui do subúrbio dos indigentes,
e uma coisa notei
que jamais entenderei:
essa gente do Sertão
que desce para o litoral, sem razão,
fica vivendo no meio da lama,
comendo os siris que apanha;
pois bem: quando sua morte chega,
temos que enterrá-los em terra seca.
- Na verdade, seria mais rápido
e também muito mais barato
que os sacudissem de qualquer ponte
dentro do rio e da morte.

O rio Capibaribe conduz ao tempo do reencontro, liga o campo à cidade, o rural ao urbano, a nascente ao mar, e a morte à vida. Ele nasce pequeno, cresce pensando que é grande e morre gigante, pois encontra o seu destino, o oceano. Torna-se um e junta-se a todos nas "franjinhas do mar". É identificado ao homem nordestino e retirante, que, assim como ele, tem uma sina a cumprir.

O rio é o começo, é o caminho, é a ponte para a esperança, é o que re-liga o homem à sua vida. É local de vida e de morte, de início e de fim. É o grande fio desta trama de História poética e de crítica social que é habitada por todos nós e representada na obra de João Cabral, pela imagem de Severino.

O tempo e o rio

A cidade de Recife, com sua paisagem natural, seus acidentes geográficos e seus rios, constitui um enorme mosaico de cores, cheiros e sentimentos. É uma cidade que, com o caos urbano, reflexo da síntese das múltiplas expressões culturais, consegue,

concomitantemente, aspirar e abolir os efeitos desnorteadores, o que lhe dá uma marca inquestionável.

Em "Morte e vida Severina", o Rio Capibaribe é um personagem marcante que simboliza um local tanto de esconderijo quanto de morte e de vida. O rio surge, portanto, como um marco tradicional do fluxo ininterrupto do tempo, que carrega o homem para o mistério final da morte e da vida severina.

Neste artigo, procura-se realçar o elemento da água, o rio e suas beiras, como forma de pensar o espaço do homem enquanto acumulação desigual de tempos.[6] O momento passado, neste espaço, está vivo e em movimento como tempo; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação participa da vida atual como regaste e como forma indispensável à realização social.

Portanto, o espaço percorrido nesta jornada é o resultado de uma acumulação de tempos. Na obra do poeta João Cabral, pode-se notar um certo equilíbrio entre o espaço ambíguo retratado pelo rio e a seca. Em contrapartida, um outro olhar foi colocado pelo historiador Durval Muniz, que identifica na obra de João Cabral mais o dado espacial do que o temporal:

> *A estabilidade do espaço seria dada pelo trabalho com a memória, mas não um trabalho de conservação, e sim de condensação, de lapidação, retirando as lembranças do esquecimento, fazendo-as duras e concisas. A memória, em Cabral, fala mais da dimensão espacial que da temporal.*[7]

Porém, este espaço ou cenário representado na obra, com a importância dada ao rio Capibaribe, pode ser entendido também como dimensão, além de espacial, temporal. Tempo de reflexão, de esperança e/ou de medida para a História. O tempo é um dos caminhos possíveis para se penetrar no reino das palavras, uma vez que nossos acontecimentos nem sempre nos permitem interrogar nossa experiência.

O poeta, em "Morte e vida Severina", apresenta ao leitor uma crítica sobre o homem que vive apenas o momento rotineiro, sem sal, mas essencial. Este homem, que vive apenas para sobreviver, é representado por Severino, retirante sonhador, crítico e esperançoso que tem poderes para transformar o tempo e construir sua história.

O tempo remete a processo, organização, controle e ritmo. É por intermédio deste tempo finíssimo e transparente que se percorre a História. O tempo é preenchido com a

---

[6] SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria.* São Paulo: UNESP, 2002. p.78.

[7] ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999. p.260.

matéria viva, o homem, que deve habitá-lo. No futuro o tempo passado já estará morto, porém habitado e vivo na memória. Embora "as imagens e as palavras ocorram no agora, sabemos que eles pertencem a um momento que não existe mais." [8]

Para o poeta, o tempo pode ser sentido em sua amplitude quando a substância viva e física que a vida possui é utilizada. Se a vida está vazia, o tempo torna-se rotina e os cinco sentidos humanos se acostumam com o que percebem. Este tempo descrito é rotineiro, lento, simples, sensível e perceptível, pois não muda, podendo ser comparado a um bicho de estimação, que, pelo costume de se tê-lo, torna-se hábito.

Sendo assim, o cotidiano passa necessariamente pela idéia de repetição e de procedimentos padrões que compõem a tecedura social, assegurando a sobrevivência, a segurança e o bem-estar.[9] Para João Cabral, este tempo rotineiro aparece na poesia por intermédio da ladainha[10] e do rosário[11]:

Antes de sair de casa
Aprendi a ladainha
Das vilas que vou passar
Na minha longa descida.
Sei que há muitas vilas grandes,
Cidades que elas são ditas;
Sei que há simples arruados,
Sei que há vilas pequeninas,
todas formam um rosário
cujas contas fossem vilas,
todas formando um rosário
de que a estrada fosse a linha.
Devo rezar tal rosário
Ate o mar onde termina,
Saltando de conta em conta,
Passando de vila em vila.

O tempo demonstra sua existência na simplicidade de seu passar, de seu percurso, expressando-se em formas. Tempo que segue o ritmo da ladainha e as contas de um rosário. Tempo que seria igual e repetitivo se não fossem as diferenças existentes entre as vilas e os arruados, onde a vida transforma-se a cada instante.

Destes momentos variáveis transcorre a vida e a beleza. Este tempo do rosário é rotineiro, de compasso regrado, e, assim como o ritmo da ladainha, é preciso e contínuo. Contudo, o improvável pode ocorrer, por algum rompimento deste tempo surge no homem, e:

---

[8] ADES, César. *Múltipla memória*. Vol.4. São Paulo, Psicologia USP, 1993.
[9] FAUSTO, Boris. "Crime e cotidiano." In: _____. Cultura e cidades. São Paulo: ANPUH, 1985.
[10] A ladainha é uma oração de estrutura cíclica, ao mesmo tempo em que sacraliza o percurso.
[11] Rosário é uma devoção religiosa que consiste na recitação e repetição de quinze dezenas de Ave-Marias (os quinze mistérios da Vida, Paixão e ressurreição de Cristo) e de quinze Pai-Nossos. Ou uma série de fatos seguidos, como contas de um rosário.

Desde que estou retirando
Só a morte vejo ativa,
Só a morte deparei
E as vezes até festiva;
Só morte tem encontrado
Quem pensava encontrar vida,
E o pouco que não foi morte
Foi de vida severina
(aquela vida que é menos
vivida que defendida,
e é ainda mais severina
para o homem que retira).

Seguindo esta análise, a obra é composta de estruturas cíclicas em que coexistem os momentos *Chronos* e *Kairós*. São múltiplos os aspectos que demonstram o tempo e a história por intermédio destes ciclos. Os principais são o rio Capibaribe e o mar, a morte e a vida.

Estes ciclos envolvem o homem e o tempo e marcam a transformação, constituindo um exemplo de uma trilha possível e prevista. Os argumentos que fundamentam esta idéia na poesia desenrolam-se em um tempo em que a ação dos afetos e da representação produz uma lógica própria, capaz de viabilizar construções equivalentes e belamente ordenadas, conforme afirma Vico ao estudar a lógica poética:

> *A história não se apresenta em uma linha direita, mas através de uma série de círculos que se desenvolvem em espiral e nunca se conclui. A história não obedece assim a um movimento linear, não se propaga em linha reta, mas através de sucessivas espirais, cada vez mais vastas, através de uma série de regressos. Não há puros regressos, nunca se regressa ao ponto de partida. É a divina providência que conduz o homem para cima o que implica uma sucessão de renascimentos ou de regenerações, à maneira de Fênix.*[12]

João Cabral assume a condição de poeta intelectual: ele cria, pensa, planeja e escolhe metodicamente ritmos, rimas e vocábulos. Essas verdades de fato podem, assim como todas as meias verdades, induzir ao equívoco de se pensar que os seus numerosos poemas pernambucanos são um fora sem dentro, um jogo de sintagmas bem regrados em que tudo se esgota na superfície verbal, sem horizontes extra-textuais, nem dimensão existencial.

Um dos ciclos importantes do poema de João Cabral consiste na inversão do seu título. A palavra "morte" antes da palavra "vida" toma significado especial. A morte a que o poeta se refere é a morte social, e não somente a individual. João Cabral esclarece esta idéia em uma entrevista concedida ao poeta Sebastião Uchôa:

---

[12] VICO, Giambattista. *A ciência Nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

> *[...] Nesse meu livro [Agrestes] eu narro uma conversa com Lopez Ibor, que era o grande psiquiatra de Madri quando eu estava lá. A mulher de um amigo meu da embaixada se tratava com López Ibor. Esse amigo me disse: "eu acho que você deveria ir ver Lopez Ibor." Como eu estava meio angustiado, concordei. O sujeito era extraordinário. López Ibor me disse: "Eu sei que o senhor escreve. O senhor me empresta um livro seu?" Eu perguntei: "o senhor lê português?" E ele: "Ah, leio." Eu dei para ele Duas águas, que era, naquele tempo, minhas poesias completas. Na vez que eu voltei lá, ele me disse: "Eu fiquei impressionado como o senhor fala na morte." Então, falei: "Doutor López Ibor, o senhor está se referindo a Morte e vida severina, esse tipo de coisa. A morte de que falo não é a morte individual, rilkeana[13]: é a morte social."* [14]

Em "Morte e Vida Severina" o embasamento é o da morte coletiva no Nordeste. O personagem Severino é o resumo deste coletivo, representado não o todo dos homens, mas o todo dos socialmente oprimidos. O foco, como já analisado, está na forma e no cerimonial social desta morte:

> *Desde que estou retirando*
> *só a morte vejo ativa,*
> *só a morte deparei*
> *e as vezes até festiva;*
> *só a morte tem encontrado*
> *quem pensava encontrar vida,*
> *e o pouco que não foi morte*
> *foi de vida severina*
> *(aquela vida que é menos*
> *vivida que defendida,*
> *e é ainda mais severina*
> *para o homem que retira).*

O poeta versa sobre a vida, a história e a beleza do novo. E na condição severina da morte é o nascer de uma nova vida. A imagem da morte e da vida é estabelecida pelo rio Capibaribe e pelos homens que nele se fundem.

João Cabral compõe a imagem da morte no seu processo social. Esta morte do definhamento, da seca que desidrata gradativamente. Nessas condições, a única forma de vida é a presença do rio Capibaribe, um rio que, no início da jornada, apresenta-se aparentemente também morto, sem água.

A morte é a imagem da não-identidade do humano no homem que está vivo, como natureza degradada fisicamente, emocionalmente e mentalmente. Este ciclo de morte e vida é apresentado no início da jornada como uma imagem dramática deste cotidiano de adaptações

---

[1314] O poeta Rainer Maria Rilke nasceu em Praga no dia 4 de dezembro de 1875. Rilke eliminou de sua poesia o lirismo vago que, em parte, lhe havia inspirado os simbolistas franceses, e, em seu lugar, adotou um estilo preciso e concreto que se pode perceber em "O livro das horas" (1905), que consta de três partes: O livro da vida monástica, O livro da peregrinação, e O livro da pobreza e da morte. Esta obra o consolidou como um grande poeta por sua variedade e riqueza de metáforas e por suas reflexões um pouco místicas sobre as coisas. Foi secretário, de 1905 a 1906, do escultor Auguste Rodin. A maioria dos seus sonetos canta a vida e a morte como uma experiência cósmica. A obra de Rilke com seu hermetismo, solidão e ociosidade chegou a um profundo existencialismo e influenciou os escritores dos anos cinqüenta tanto na Europa como na América.

[14] Resposta ao poeta Sebastião Uchôa Leite, 34 Letras, Rio de Janeiro, n°3, mar. 1989.

e de desventuras humanas. Sob um outro ângulo, o poema transforma a morte em geradora de uma nova vida:

O RETIRANTE APROXIMA-SE DE
UM DOS CAIS DO CAPIBARIBE

Nunca esperei muita coisa,
é preciso que eu repita.
Sabia que no rosário
de cidade e de vilas,
e mesmo aqui no Recife
ao acabar minha descida,
não seria diferente
a vida de cada dia:
que sempre pás e enxadas
foices de corte e capina,
ferros de cova, estrovengas
o meu braço esperariam.
Mas que se este não mudasse
seu uso de toda vida,
esperei, devo dizer,
que ao menos aumentaria
na quartinha, a água pouca,
dentro da cuia, a farinha,
o algodãozinho da camisa,
ao meu aluguel com a vida.
E chegando, aprendo que,
nessa viagem que eu fazia,
sem saber desde o Sertão,
meu próprio enterro eu seguia.
Só que devo ter chegado
adiantado de uns dias
o enterro espera na porta:
o morto ainda está com vida.
A solução é apressar
a morte a que se decida
e pedir a este rio,
que vem também lá de cima,
que me faça aquele enterro
que o coveiro descrevia:
caixão macio de lama,
mortalha macia e líquida,
coroas de baronesa
junto com flores de aninga,
e aquele acompanhamento
de água que sempre desfila
(que o rio, aqui no Recife,
não seca, vai toda a vida).

Ao chegar em Recife, o retirante percebe que sua vida severina não sofrerá muitas mudanças. Compreende, ainda, que a grande jornada por qual passara tecia o seu próprio enterro. João Cabral descreve a importância da ordem morte e vida severina para a narração dramática da morte no sertão sob o olhar da vida – vida que transcende a vida-indivíduo.

O poeta, além disso, apresenta a morte social para encontrar nela as origens da vida social, na qual a vida é história. E morte, na obra, é a imagem do trágico conflito entre as classes. Os que morrem Severino pertencem à classe da vida. Os que matam na forma severina pertencem à classe da morte[15]:

Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.
- É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.
- Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.
- É uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.
- É uma cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.
- É uma cova grande
para tua carne pouca,
mas a terra dada
não se abre a boca.

O homem Severino, carente de tudo e de morte matada, cria vida e história. Morrer e viver como classe severina é mais que viver e morrer. É fazer exemplo da morte a necessidade da vida, o horizonte da história.

Com uma apurada crítica social, a obra "Morte e Vida Severina" proporciona uma reflexão sobre o tempo e o espaço percorrido por Severino a partir do seu principal guia, o rio Capibaribe – rio que também é tempo e percurso. Rio que corre, que representa a vida como um devir, um vir-a-ser. Mas viver é também vir-ver, vir ou ir ver é o sonho essencial do homem que busca o eldorado para viver.

Enfim, o poeta luta com as palavras com a preocupação de demonstrar o concreto e de canalizar e cristalizar o que é escrito. Nesse choque entre palavras perfiladas, João Cabral apresenta a lâmina e o ciclo do rio no tempo.

[15] OLIVEIRA, Erson Martins de. *Morte e vida em João Cabral*. In: PUC viva, ano II, n° 7. Dezembro de 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Direito e *pathos*: intelectuais e política no Brasil

Carlos Henrique Aguiar Serra*

Resumo
Pretende-se problematizar as articulações existentes entre o Direito e *pathos* tendo como pano de fundo a relação complexa que se estabelece entre intelectuais e política no Brasil.
Parte-se do pressuposto de que o Direito também pode ser concebido enquanto "*sinthomen*" e, portanto, a relação entre o Direito enquanto "sinthomen" e o *pathos*, este percebido como sofrimento, paixão, configura-se como pertinente na medida em que há uma tentativa de se mapear alguns intelectuais, como por exemplo, San Thiago Dantas e Roberto Lyra, que, inscritos no campo jurídico, personificam no pathos o sintoma e essência das relações estabelecidas com a política.
Palavras-chave: Direito**,** Intelectuais**, *pathos*.**

Resumé
On veut étudier les articulations qui existent entre le Droit et *pathos* ayant comme rideau de fond la relation complexe qu'on établit entre les intellectuels e la politique au Brésil.
On part de l'hypothèse que le Droit peut être aussi conçu en tant que ''sinthomen'' et , par conséquent, le rapport entre le Droit comme ''sinthomen'' et le *pathos*_ celui-ci vu comme souffrance, passion_ on justifie à mesure où il y a une tentative d'analyser des intellectuels tels que San Thiago Dantas et Roberto Lyra, que, inscrits au champ juridique, personnifient dans le pathos le symptôme et l'essence des relations établies en politique.
Mots-clés : Droit, Intellectuels, *pathos.*

. Apresentação:

Neste trabalho, o nosso objetivo principal é problematizar as articulações existentes entre o Direito e *pathos* considerando como referência a relação complexa que se estabelece entre intelectuais e política no Brasil. Na verdade, esta relação é chave para se tentar compreender, do ponto de vista analítico, como se estabelece o nexo entre Direito e *pathos*.

A relação entre o Direito enquanto "*sinthomen*" e o *pathos*, este percebido como sofrimento, paixão, configura-se como pertinente na medida em que há uma tentativa de se investigar, como estudo de campo e caso clínico, as trajetórias de alguns intelectuais no

* Doutor em História pela UFF. Professor do Departamento e da Pós-Graduação em Ciência Política da UFF.

Brasil, inscritos no campo jurídico, que personificam no pathos o sintoma e a essência das relações estabelecidas com a política.

Desta forma, parte-se do pressuposto de que o Direito também pode ser concebido enquanto "*sinthomen*"; ou seja, instância perpassada pelo gozo e produtora, portanto, de fantasias. Então, sob esta perspectiva, o Direito também produz múltiplas fantasias.

Intelectuais como San Thiago Dantas e Roberto Lyra, por exemplo, em suas respectivas trajetórias, no campo acadêmico e político, ilustram muito esta instigante relação entre Direito e *pathos*.

Trabalhamos com as concepções de intelectual expressas por Antônio Gramsci, Michel Foucault e Edward Said. Em Gramsci, linhas gerais, observamos a concepção do intelectual orgânico visceralmente inscrito numa classe social. Na verdade, o velho sardo, em seus escritos, a maioria, produzidos no cárcere, costumava sublinhar que todos os indivíduos são intelectuais e por tal razão, não se pode falar em 'não-intelectuais'. Contudo, nem todos os indivíduos desempenham, segundo Gramsci, as funções numa dada sociedade como intelectuais.

O interessante a observar em Gramsci é que este foi um dos primeiros autores no campo teórico-político do marxismo a avançar acerca de uma proposição por uma teoria dos intelectuais e desta forma, romper radicalmente com a concepção tradicional e conservadora de que os intelectuais constituem uma 'classe' independente e autônoma e também, que há uma separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

Gramsci, ao contrário, sustentava que os intelectuais não formam uma 'classe', mas sim possuem inscrição de classe. Então, cada intelectual, qualquer que seja, encontra-se devidamente inserido numa determinada classe social e, portanto, não paira de forma autônoma numa dada sociedade.

Em relação à separação tradicional entre trabalho intelectual e manual, Gramsci salienta que o trabalho manual, mesmo o mais modesto, não é desprovido de um saber específico. Assim, cada ofício, profissão, possui um saber específico e isso é algo significativo para se romper com esta cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Então, considerando que cada profissão possui um saber específico, identificamos em Michel Foucault, não obstante possuir perspectiva teórica bem distinta da de Gramsci, uma interessante contribuição para este trabalho: o papel do *intelectual específico*.

Foucault destaca que o papel do *intelectual específico* é necessariamente aquele no qual há um engajamento deste intelectual na produção de verdades e saberes. Esta produção de saberes e verdades, sempre no plural, é fundamental em Foucault para se tentar

compreender melhor as análises do autor a respeito das instituições disciplinares constitutivas da sociedade burguesa, tais como o cárcere, hospital e manicômios.

Analogamente aos dias atuais, recuperando em certa medida outro intelectual francês contemporâneo, Pierre Bourdieu, ressaltamos que o *intelectual específico* de Foucault coaduna-se perfeitamente no intelectual *engagé,* defendido por Bourdieu na década de 1990.

As duas concepções mencionadas de intelectual em Gramsci e Foucault sinalizam para uma outra concepção, guardando algumas similitudes com os autores citados, muito bem elaborada por Edward Said, intelectual judeu, nascido em Jerusalém, que abraçou durante a sua vida a causa palestina, radicado nos Estados Unidos da América do Norte, com enorme visibilidade em todo o mundo, particularmente na França e Inglaterra, com densa formação em literatura, e que produziu inúmeros escritos e livros sobre cultura e política. Said faleceu, vítima de ataque cardíaco, em 2003.

É precisamente em dois trabalhos de Edward Said que encontramos sustentação teórica para uma de nossas hipóteses a respeito dos autores escolhidos neste trabalho como estudo de campo: San Thiago Dantas e Roberto Lyra.

Said, nos livros "Representações do intelectual" (2005) e "Cultura e Política" (2003), formula algumas propostas teóricas de se considerar essencialmente o intelectual, seu papel na atualidade, como 'outsider', 'exilado', 'amador'. Destaca também que, concomitante aos aspectos de 'outsider', 'exilado' e 'amador', o trabalho do intelectual é solitário. O intelectual, antes de tudo, para Said, é um 'náufrago', um 'solitário'.

Desta forma, trabalhamos com a hipótese de que tanto San Thiago Dantas como Roberto Lyra, por exemplo, se configuraram como *exilados* nas suas respectivas trajetórias intelectuais que sempre apontaram para uma estreita ligação entre o Direito e a Política. Na verdade, cada qual à sua maneira, foram ilustres professores de Direito, exercendo uma notável carreira acadêmica, e, também, ocuparam cargos públicos e políticos de destaque ao longo de suas vidas. Uma similitude, por exemplo, entre os dois é que ambos foram Ministros de Estado no Governo do Presidente João Goulart.

. O Direito como 'sinthomen': a presença do *pathos*

Em trabalho anterior, de nossa autoria (SERRA, 1997), defendemos que o Direito pode ser concebido sob inúmeras perspectivas e que o objetivo principal era suscitar uma abordagem indisciplinada do Direito no sentido de se produzir uma plena ruptura com o veio dogmático que ainda o caracteriza.

Então, ao refletirmos sobre a relação entre o Direito e *pathos*, sugerimos, também, uma aproximação mais efetiva, também, de corte teórico-metodológico, entre este e a História. O Direito, então, pode ser interpretado este enquanto produto histórico, inscrito na dinâmica social, e, produzindo as transformações históricas e sendo, ele próprio, produzido e transformado historicamente (NEDER, 1995).

O Direito pode também ser percebido em sua dimensão simbólica, o que amplia, em certa medida, a interpretação que sustentamos de tomá-lo como uma instância ideológica inserida no processo histórico. Queremos salientar que o Direito remete-se também à dimensão do simbólico e que há uma multiplicidade de efeitos, políticos, ideológicos, jurídicos, e outros, sendo produzidos em larga escala. Estamos pensando na possibilidade interpretativa de se trabalhar o Direito enquanto discurso que faz a lei em contraposição ao discurso que diz o Direito (ALBUQUERQUE, 1980). O discurso que faz a lei constitui-se na dogmática jurídica. A dimensão simbólica, que identificamos como remetida ao Direito, é melhor flagrada no discurso que diz o Direito, pois neste há uma abertura à função da palavra e à presença da formação simbólica, que é o sintoma. Já no discurso que faz a lei, a dogmática jurídica, torna-se mais difícil identificar o sintoma porque este discurso tenta obliterar o pensar e, com isso, reprime o dizer e o fazer.

Estamos trilhando a proposta de se pensar o Direito como "sintoma e, sobretudo como sinthomen" (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1998). O sintoma remete-se à estrutura do simbólico e o sinthomen, no sentido lacaniano, e principalmente, conforme interpretação criativa de Cerqueira Filho e Gizlene Neder, seria um "significante perpassado pelo gozo" e então, o sintoma como sinthomen é uma "formação significante perpassada pelo gozo" e mais que isso, o sintoma convertido em sinthomen aponta para o "pedaço da fantasia na qual gozo é reeditado na demanda constante do 'pedaço do real' contingente em que o desejo fica preso" (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1998).

Pensar o Direito como sinthomen implica a possibilidade de considerarmos esta instância enquanto produção ilimitada de fantasias. Abre-se, portanto, uma lacuna para percebermos o Direito como uma prática na qual o gozo se faz presente, e, produz inúmeros efeitos na realidade social. O Direito como sinthomen amplia o enfoque tradicional com que o Direito vem sendo estudado, particularmente no Brasil.

Esta definição abre possibilidades de um escape, fuga, ao juridicismo e ao dogmatismo jurídico, na medida em que consideramos o pensamento jurídico inscrito necessariamente numa dada conjuntura histórica, articulando as legalidades ou ilegalidades.

Ao sublinharmos que estamos trabalhando o Direito enquanto 'sinthomen' e que isto implica necessariamente na consideração do Direito como produção ilimitada de fantasias, observamos uma aproximação entre esta concepção de Direito, o 'sinthomen', e o *pathos.* Na verdade, busca-se teoricamente uma articulação entre o próprio Direito, a História e a Teoria Política com os estudos realizados no campo da Psicopatologia Fundamental.

A Psicopatologia Fundamental, segundo Manoel Berlinck, está interessada num "sujeito trágico que é constituído e coincide com o *pathos,* o sofrimento, a paixão, a passividade" (BERLINCK, 2000). O autor ainda destaca que este sujeito "encontra sua mais sublime representação na tragédia grega". Então, observamos que o que perpassa, atravessa, constitui a tragédia é precisamente o *pathos,* sofrimento, paixão, passividade. Desta forma, para Berlinck, quando o *pathos* acontece, "algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenhorear desse acontecimento, a não ser como paciente, com ator" (BERLICNK, 2000).

Assim, *pathos* designa "o que é pático, o que é vivido. Aquilo que pode se tornar experiência" (BERLINCK, 2000). Desta forma, ainda conforme Berlinck, a Psicopatologia Fundamental ocupa uma "posição clínica" (Idem, 2000) e esta "posição clínica" possibilita tratar, lidar, ao escutar, o "sofrimento humano".

Percebe-se, portanto, que as definições de Direito como 'sinthomen' e de *pathos* operam numa admirável sintonia, pois se o Direito como 'sinthomen', inscrito numa determinada dinâmica social, produzindo transformações e sendo transformado historicamente, produz em larga escala inúmeras fantasias, que podem ser humanistas, libertárias, catárticas, por um lado, e, por outro, autoritárias, reacionárias, intolerantes, o *pathos* aponta para a existência de um 'sujeito trágico', aquele que sofre, que é interpelado pela paixão, sofrimento e passividade.

Então, se entendermos que o Direito no Brasil hegemonicamente, considerando inclusive a conjuntura atual, possui ainda um veio dogmático, tecnicista e normativo, podemos, portanto, flagrar que há múltiplos efeitos sendo produzidos e que, neste sentido, a dimensão do *pathos*, do que é vivido, coaduna-se nesta produção ilimitada de fantasias posto que há um 'sujeito que sofre'.

Tentar compreender este sofrimento humano sob uma perspectiva mais ampliada, acolhendo, sem dúvida, as contribuições da Psicopatologia Fundamental, constitui um dos nossos objetivos porque estamos convencidos de que uma abordagem 'canônica' e tradicional acerca da temática que envolve os intelectuais, a política e o Direito sem uma referência mais

aprofundada e por conseguinte, sua incorporação, da dimensão do *pathos,* realmente parece-nos incompleta, imprecisa e equivocada.

. Intelectuais, Política e *pathos:* San Thiago Dantas e Roberto Lyra.

Como estudo de campo e caso clínico, no sentido de ilustrarmos o nosso enfoque teórico mais alargado, escolhemos dois intelectuais, San Thiago Dantas e Roberto Lyra, que ao longo de suas vidas tiveram um destaque e notoriedade tanto no campo acadêmico, ambos com formação jurídica, como na Política, os dois, por exemplo, foram Ministros do Governo de João Goulart.

Reiteramos que a nossa hipótese é de que San Thiago Dantas e Roberto Lyra podem ser considerados como dois intelectuais 'exilados', no sentido preciso que Said confere à expressão, tomando-a como uma metáfora, e que também se traduz na elaboração de mais duas expressões metafóricas: 'náufrago' e 'solitário'.

Assim sendo, os dois intelectuais em questão são 'exilados', 'náufragos' e 'solitários' nas respectivas existências, perpassadas intensamente pelo *pathos,* e que atestam também, tendo em vista a concepção de que o *pathos* é o vivido, a própria existência, e que se remete, portanto, ao 'sujeito trágico'.

Esta dimensão do 'sujeito trágico', da tragédia em si, do sofrimento, do exílio metafórico, da solidão e da sensação de um 'náufrago', foi vivenciada mais intensamente por San Thiago Dantas do que por Roberto Lyra.

Na obra de San Thiago Dantas, optamos por uma seleção de corte qualitativo para mapearmos melhor a presença do *pathos* como pertencente à sua trajetória política. Desta forma, podemos considerar como fato marcante para esta 'presença pática' no rumo político adotado por San Thiago Dantas foi o episódio de rejeição de seu nome para substituir Tancredo Neves como Primeiro Ministro no Brasil (SERRA, 1991).

A rejeição ao nome de San Thiago, acusado e estigmatizado como *comunista*, foi operada pelos setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira, tendo em vista à atuação do autor como Ministro das Relações Exteriores no governo de João Goulart quando propôs, entre outros aspectos, o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, a não-intervenção dos povos, o princípio de autodeterminação dos povos, a não expulsão de Cuba da OEA.

Neste episódio, quem assume o cargo de Primeiro Ministro é Brochado da Rocha e este convida Roberto Lyra para ocupar a pasta de Ministro da Educação. Assim, Roberto Lyra torna-se Ministro num brevíssimo período de tempo: 13 de julho a 14 de setembro de 1962.

A curta passagem de Lyra como Ministro é sintomática para evidenciar a presença do *pathos* na sua trajetória política. Diz Lyra que "não gozei o poder; sofri-o nas ocupações e, principalmente, nas preocupações, diante das ondas reacionárias" (LYRA, 1980).

Então, selecionamos algumas obras dos autores que merecem uma investigação mais acurada, calcada nos indícios, vestígios e detalhes que podem, portanto, sinalizar para a perspectiva do *pathos* nas suas 'vidas políticas' e mesmo nas suas 'existências'.

Há alguns indícios nas vidas dos autores em questão: rejeição da indicação de San Thiago Dantas como 1º Ministro; morte da 1ª filha de Roberto Lyra e a sua perda da fé; passagem dos autores como Ministros de Estado.

San Thiago Dantas nasceu em 1911 e veio a falecer em 1964, em setembro, pouco após o golpe militar. Morreu de câncer, num processo muito rápido, e encontrava-se muito amargurado e desamparado (BERLICNK, 2000), na medida de que as representações feitas como sendo *comunista* o incomodavam muito.

Roberto Lyra nasceu em 1902 e faleceu em 1982. Embora reiterasse que houvera perdido a fé com a morte da filha, sua trajetória política e existencial é pautada por muita religiosidade, o que suscita inúmeros efeitos.

Por fim, são autores, indivíduos que sofreram, o *pathos* personificando-se nas respectivas trajetórias, foram incompreendidos, o que muito contribuiu para este sofrimento, e que não obstante tudo isso, produziram idéias que ainda hoje circulam na sociedade brasileira.

. Bibliografia Preliminar:

ALEGRIA, Lopo. Assim foi Roberto Lyra. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1984.
BERLINCK, Manoel Tosta. Psicopatologia Fundamental. São Paulo: Escuta, 2000.
CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Édipo e excesso: reflexões sobre Lei e Política. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.
_____. Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento. São Paulo: Escuta, 2005.
_____ & NEDER, Gizlene. Emoção e Política: (a)ventura e imaginação sociológica para o século XXI. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1997.
DANTAS, San Thiago. D. Quixote:um apólogo da alma ocidental. Brasília: UNB, 1979.
_____. Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
_____. Figuras do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1962.
_____. Idéias e rumos para a revolução brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LYRA, Roberto. Penitência de um penitencialista. Rio de Janeiro: Instituto de Criminologia da Universidade do Distrito Federal, 1957.

_____. A contribuição para a história do primeiro governo de esquerda no Brasil. Rio de Janeiro: Sophia Rosa, 1980.

NEDER, Gizlene. Discurso jurídico e ordem burguesa. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1995.

NISKIER, Arnaldo. *A rota de San Tiago.* In: Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 14/12/2004.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. O pensamento político de San Thiago Dantas: uma análise crítica da conjuntura político-ideológica de 1958-1964. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado: PUC, 1991.

_____. História das idéias jurídico-penais no Brasil: 1937-1964. Niterói, Tese de Doutorado: UFF, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Caminhos e descaminhos: a criação de organismos de proteção à mulher.

Odila Schwingel Lange

Resumo
Este artigo aborda a criação e implementação de Políticas Públicas para as mulheres no município de Dourados, Mato Grosso do Sul, tratando mais especificamente sobre a existência de organismos de proteção à mulher, assim como a Delegacia da Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Centro de Atendimento "Viva Mulher", a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e a Casa Abrigo. Do ponto de vista histórico, pretende-se mostrar que a Delegacia da Mulher, foi criada e instalada em Dourados, no ano de 1986, um ano após ser criada, no Brasil, a primeira dessas delegacias, no estado de São Paulo, durante o governo Franco Montoro. Do mesmo modo, constata-se que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, foi criado através da Lei 1.770, no ano de 1991. Levando-se em consideração o tempo de existência desses órgãos, questiona-se a eficácia dos mesmos no combate à violência contra a mulher.
Palavras-chave: Mulher,violência, proteção.

Abstract
This article is about the creation and implementation of Public Politics for women in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul, that emphasizes the existence of women protection organs like Women Police Department, the City Council of Women rights, the Assistance center "Viva Mulher", the Special Bureau of Public Politics for Women, and the Shelter house. From the historical point of view, one intend to show that a Women Police Department was placed in service in the year of 1986, a year after being set up in Brazil the first women police department in the State of São Paulo, in the period of Franco Montoro government. One also can find out that the City Council for Women rights was brought up by the Law 1.770, in the year of 1991. Taking into account its time of existence these organs, one can question their efficiency in the fight against violence against women.
Key words: women, violence, protection

Introdução

A questão da violência contra a mulher, mais especificamente, a violência conjugal, não está suficientemente dimensionada e só agora começa a se tornar mais visível. Não se conhece ao certo a incidência desse fenômeno no país, principalmente, por falta de dados absolutos que forneçam um número mínimo de variáveis necessárias à análise técnica do conjunto.

Diversos estudos efetuados nesta área apontam para as grandes discussões que fecundaram o debate das feministas a partir dos anos 80. Um deles diz respeito à criação, dentro do aparelho do Estado, de órgãos voltados para a defesa dos direitos da mulher.

O ano de 1975 foi, sem dúvida nenhuma, um marco histórico para o movimento de mulheres no Brasil. Estávamos vivendo num regime político de exceção em quase toda a América Latina. Naquele ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, na cidade do México.

Mulheres de vários países, inclusive do Brasil, reuniram-se ali para discutir a situação da condição feminina. Foi instituída, então, a Década da Mulher (1975-1985), com a finalidade de amenizar as graves desigualdades com que a sociedade tratava homens e mulheres.

Nos anos 80, foram criados os SOS-Mulher, uma primeira tentativa de combate à violência contra a mulher, através da prestação de assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência doméstica. Os SOS reuniam representantes de diferentes grupos feministas, ligados a diferentes correntes ideológicas e posições políticas. O objetivo da entidade era estabelecer vínculos entre as militantes feministas e as mulheres vítimas de violência, visando prepara-las para o combate da violência através do feminismo.

Um momento importante referente a essa incorporação das lutas feministas pelo poder público, ocorreu a partir de 1985 com a criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher. As violências constantes contra a mulher - os maus tratos, estupros e assassinatos, muitas vezes praticados pelos próprios pais, companheiros ou maridos – passaram a ser denunciados muito mais amplamente.

A criação dessas delegacias especializadas, cujo corpo profissional deveria ser composto exclusivamente por mulheres, ajudou a estimular as denúncias de agressão que as mulheres sofriam dentro de seu próprio lar.

Ainda no ano de 1985, no estado de São Paulo, por iniciativa do então secretário de Segurança Pública, Michel Temer, instaurou-se, no governo Franco Montoro, a primeira Delegacia de Policia de Defesa da Mulher- DDM, tendo como titular a delegada de polícia Rosemary Corrêa.

Com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), sancionada pelo presidente Lula, em 07 de agosto de 2006, que altera o Código Penal e permite que agressores sejam presos em flagrante, espera-se o fim da banalização da violência doméstica.

Criação da Delegacia da Mulher em Dourados-MS.

Em Mato Grosso do Sul a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher foi criada no governo de Ramez Tebet, em 1986, instalada na cidade de Campo Grande, capital do Estado.

Esta pesquisa aponta que o movimento de mulheres em Dourados, apesar de acanhado, também reivindicava esse direito para a mulher douradense e havia artigos publicados na imprensa que denunciavam a violência contra mulher, em Dourados.

No dia 22 de agosto de 1986, com a presença do secretário de Estado de Segurança Pública, Rui de Oliveira Ruiz, foi inaugurada a primeira Delegacia da Mulher, na cidade de Dourados, naquela época denominada de UPAM[1] – Unidade Policial de Atendimento à Mulher. Nesta data, assumiu como titular a delegada de polícia Francisca Fátima Catanante que já fazia parte do quadro efetivo da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul. Instalada à rua Ciro Melo, 1.756, com a presença de diversas autoridades, dentre elas a do bispo da igreja católica Dom Teodardo Leitz[2]. Entre os discursos destaca-se o da delegada titular da DAM de Campo Grande, Zenóbia da Silva Pedrosa.

A solenidade de inauguração da Delegacia da Mulher, em Dourados, foi bastante prestigiada pela população e autoridades.

Embora a UPAM já estivesse instalada em Dourados há um ano, oficialmente a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher deu-se através da Resolução/SSP/MS/Nº 124 - de 20 de agosto de 1987.

Apesar da criação da Delegacia da Mulher no ano de 1987, passados 03 anos, a delegada Maria do Socorro não esconde sua frustração ao referir-se às condições de trabalho:

> *"A equipe trabalha com muitas dificuldades: há somente uma viatura, 20 litros de combustível por dia e não há pessoas suficientes para se fazer um esquema de plantão, além da má remuneração "estamos com os salários congelados desde agosto do ano passado e hoje uma agente não ganha mais do que cinco salários mínimos"- enfatiza Maria. (ENFOQUE, 17.08.1991, p.13).*

Apesar de constituir-se num importante mecanismo de combate à violência, a DEAM de Dourados funcionou quase sempre precariamente, mudando diversas vezes de endereço e também dividindo o espaço físico com outras delegacias.

---

[1] Ao contrário de Campo Grande, que desde o começo recebeu a denominação de Delegacia da Mulher, em Dourados iniciou com o nome de Unidade Policial de Atendimento à Mulher.

[2] O destaque à presença do representante da Igreja Católica ao ato, deve-se ao fato de que esta Instituição sempre teve uma orientação pastoral conservadora aos olhos das feministas, por fundamentar sua ação no preceito de submissão da mulher ao homem.

No ano de 1999, no governo de José Orcírio Miranda dos Santos - Zeca do PT, houve, novamente um esforço para que esta Delegacia funcionasse com melhor estruturação, sendo reinaugurada, em novas instalações, localizada à Rua Ciro Melo, 1.480, no dia 28 de maio, tendo como Delegada Titular, Sônia Maria de Andrade que já ocupava o cargo. A delegacia já vinha atendendo no mesmo prédio que a Delegacia de Atendimento à Infância e Juventude, localizada também na Rua Ciro Melo, conforme palavras da própria delegada, na matéria veiculada na imprensa no dia da "inauguração" da nova Delegacia da Mulher.

No dia 29 de maio de 1999, o Jornal *Diário do Povo* dá ampla cobertura à inauguração da nova Delegacia especializada de Atendimento à Mulher com o título: "Gilda inaugura DEAM em Dourados".

Nesta mesma reportagem, este jornal deixa claro para a população douradense que as instalações da antiga delegacia ofereciam um atendimento precário, pois se encontravam completamente sucateadas por falta de recursos. Funcionava como "delegacia virtual" uma vez que nem prédio próprio possuía, sendo apenas um apêndice da Delegacia da Infância e da Juventude. Após a inauguração, a DEAM apresenta melhoria na infra-estrutura, recebeu nova viatura e tudo indica que a mulher será melhor atendida e terá maior segurança ao efetuar uma denúncia.

N o ano de 2001, assumiu como titular da DEAM a delegada Andréia Alves Pereira que permaneceu até o ano de 2006. A partir desta data o cargo passa a ser ocupado pela delegada Roseli Pascoal.

Passados 20 anos da instalação da Delegacia de Atendimento à Mulher-DAM[3], em Dourados, pesquisas mostram que nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de mulheres que procuram a delegacia para registrar algum tipo de violência cometida por seus companheiros. Conforme a delegada responsável pela DAM, Magali Pascoal, no ano de 2006 foram registrados 1.717 Boletins de Ocorrência.

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei Municipal 1.170 de 17 de dezembro de 1.991 que foi alterada pela Lei Municipal 2.591 de 18 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados, no dia 04 de agosto de 2003, é um órgão colegiado permanente com a finalidade de orientar, implementar e contribuir com as

[3] A partir do ano de 2006 as delegacias da mulher passam a ter nova denominação.

políticas públicas relativas aos direitos da mulher, objetivando assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania

O referido Conselho apesar de ser um órgão independente, para fins de estruturação física e financeira está vinculado à Secretaria Municipal de Governo- SEGOV e realiza suas reuniões ordinárias mensalmente em data a ser discutida na reunião de aprovação do planejamento anual elaborado pela mesa diretora e submetido à apreciação e referendo da plenária. As reuniões extraordinárias são realizadas sempre que houver necessidade. Essas reuniões são abertas ao público e qualquer interessada/o pode participar.

As atribuições do CMDM são indicativas, deliberativas e fiscalizadoras, mas nem sempre são desenvolvidas pois o referido colegiado não possui dotação orçamentária para qualquer tipo de despesa, ficando muitas de suas ações totalmente inviabilizadas.

Conforme o teor da lei, dentre as funções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, encontra-se a fiscalização e exigência do cumprimento de leis federais, estaduais e municipais que atendam os interesses das mulheres e assegurem seus direitos, e, também, acompanhar a elaboração e execução dos programas municipais de governo em questões relativas à mulher. Mas, infelizmente, isto nem sempre acontece, pois, este colegiado não possui serviço de apoio, pessoal técnico, sede fixa, telefone e nenhum tipo de estrutura que lhe possibilite executar tudo que está previsto na lei.

As representantes do referido conselho e suas suplentes, são indicadas pela entidade que representam e nomeadas pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, com mandato de dois anos. A função de conselheira não é remunerada mas é considerada de serviço relevante.

O CMDM é constituído por 14 membros, representantes de entidade governamentais e não governamentais.

Podemos afirmar que foi somente após sua reestruturação, e posse das conselheiras que ocorreu em novembro de 2003, que este colegiado passou a ter um pouco de visibilidade com arquivos de documentos e ações desenvolvidas.

A partir do ano de 2004 este conselho, juntamente com a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, começa a desenvolver algumas ações de acompanhamento aos direitos da mulher, campanhas educativas e preventivas, palestras, seminários, conferências etc. Sendo que no ano de 2004, este colegiado foi representado na I Conferência Nacional de

Políticas para Mulheres, realizada pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, em Brasília, pela conselheira Odila Schwingel Lange. Nesta ocasião foi aprovado o Plano Nacional de Políticas paras as Mulheres.

Casa abrigo: uma conquista difícil.

Dentre as políticas públicas de atendimento à mulher vítima de violência, pode-se afirmar que a Casa Abrigo constitui-se numa das mais importantes. A história aponta que várias mulheres agredidas permanecem no lar porque não têm para onde irem e, muitas vezes, eram forçadas a retirarem a queixa mediante ameaças de seus companheiros. A mulher espancada precisa ser retirada do lar, no qual está sendo agredida, até que se resolva sua situação, sob o risco de ser assassinada pelo parceiro/agressor.

A Casa Abrigo deve constituir-se num local de referência para proporcionar segurança, resgatar a auto-estima e assegurar a integridade física das mulheres em situação de risco de morte iminente, pois, uma das principais dificuldades para um atendimento eficaz às mulheres em situação de violência é não ter para onde encaminhá-las, quando se encontram em situação de risco de morte. Muitas mulheres não possuem parentes que possam abrigá-las, fogem para outras cidades e, não arrumando emprego para seu sustento e de sua prole, acabam na marginalidade.

A luta pela criação da Casa Abrigo em Dourados é uma luta antiga e envolve, além do Movimento Popular de Mulheres, outras entidades ligadas à questão da mulher e/ou que militam em prol dos Direitos Humanos.

Apesar de ser um anseio das mulheres agredidas, fazer parte de um projeto antigo de todos aqueles e aquelas que lutam em defesa dos direitos da mulher e de ter sido alvo de muitas promessas políticas, a Casa Abrigo em Dourados, só foi construída no ano de 2002, ficando o prédio por muito tempo sem ser usado efetivamente, sendo depredado por vândalos e desocupados. Foi somente no final do ano de 2006 que o Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Dourados celebraram convênio para efetivar o seu funcionamento.

Este estabelecimento terá amplitude regional pois atenderá não somente as mulheres da cidade de Dourados, mas também mulheres de municípios circunvizinhos e, além da proteção imediata à vida, oferecerá outros serviços como acompanhamento psicológico, social e jurídico, às mulheres e seus/as filhos/as visando assegurar-lhes o direito à cidadania.

Encontra-se esta Casa Abrigo já com o quadro de pessoal capacitado, com o Regimento Interno elaborado mas ainda não está recebendo as mulheres vítimas de violência, por falta de policiamento que proporcione a devida segurança às internas e ao pessoal de apoio.

Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres

No ano de 2004, através da Lei 2.726, que dispõe sobre a reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de Dourados, cria-se, neste município, um órgão específico de atendimento à mulher cuja finalidade é :

> *"I - a formulação, o assessoramento e o monitoramento do desenvolvimento e implementação de políticas voltadas para a valorização e a promoção da população feminina;*
> *II- a proposição, o monitoramento e a coordenação da execução de políticas específicas para a mulher nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, prevenção e combate à violência, em articulação com os movimentos organizados da sociedade civil e órgãos públicos federais, estaduais e de outros municípios".(DOURADOS, Lei nº2.726 de 28 de dezembro de 2004).*

A Prefeitura Municipal de Dourados, através da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com entidades não-governamentais busca implantar políticas importantes para favorecer as mulheres douradenses e dar apoio à luta por igualdade de direitos, respeito e dignidade.

Através do Decreto nº 3.490, de 29 de Abril de 2005, é designada a Profª Zonir Freitas Tetila como responsável pela Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, cuja função será exercida sem qualquer tipo de remuneração por parte da municipalidade.

Assim, com a criação desta Coordenadoria, Dourados passa a ser o primeiro município a dispor deste serviço uma vez que , até esta data, existia apenas a Coordenadoria Estadual.

A Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres, tem efetivado ações de empoderamento das mulheres através de políticas de valorização da mulher inserindo-a nos programas de geração de emprego e renda.

Centro de Atendimento "Viva Mulher"

O Centro de Atendimento à mulher vítima de violência - "VIVA MULHER" foi inaugurado no dia 27 de novembro do ano de 2001, através de parceria entre o governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura Municipal de Dourados.

É o primeiro centro de atendimento a mulheres vítimas de violência da região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Tem como finalidade atender, informar, orientar e solucionar os problemas dessas mulheres, encaminhando-as para as demais instituições governamentais e/ou não governamentais afins.

Além dos atendimentos individuais diários, o "Viva Mulher", juntamente com as Coordenadorias Especiais de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Dourados, desenvolve várias atividades que visam à prevenção, orientação e o combate à violência doméstica, esclarecendo dúvidas sobre os direitos da Mulher e divulgando os programas que fazem parte da REDE de atendimentos.

O Centro oferece o atendimento na área de assistência social, psicológica e jurídica, além de encaminhar as mulheres para outros programas quando se fizer necessário.

Com o apoio da Coordenação Especial de Políticas para a Mulher do Município e do Estado, existe uma parceria de órgãos como a DAM – Delegacia de Atendimento à Mulher, Defensoria Pública, Programa Sentinela, Conselho Tutelar, Casa da Acolhida (casa de passagem) e vários programas como, Malharias Comunitárias, Hortas Populares, Bolsa Escola, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil entre outros.

O Centro "Viva Mulher, também trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, que viabiliza através de convênios, a presença de estagiárias(os) de Universidades públicas e/ou privadas, das áreas de direito, psicologia e assistência social, além da inserção de mulheres em diferentes cursos de capacitação e em grupos de geração de renda.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação são ministradas palestras para crianças e adolescentes, professoras (es) de diferentes séries escolares e população de maneira geral.

Através da Secretaria Municipal de Saúde é proporcionada a aproximação com os(as) Agentes Comunitárias(os) de Saúde e por meio delas (es), isto possibilita maior informação sobre o atendimento oferecido pelo "Viva Mulher" às mulheres residentes nos bairros mais afastados da cidade.

Para bem cumprir a missão para a qual foi criado, o Centro "Viva Mulher" estabeleceu várias parcerias com as diversas instituições não-governamentais como, Alcoólicos Anônimos, tornando-se porta de entrada para agressores que buscam se recuperar

do alcoolismo; Pastoral da Criança, orientando as usuárias encaminhadas sobre alimentação alternativa, palestras de prevenção em universidades públicas e/ou privadas.

Para ter-se uma idéia do trabalho efetivado pelo Centro de Atendimento "Viva Mulher", durante o ano de 2005 foram atendidas 2.019 mulheres que necessitavam de ajuda..

Enfim, Dourados está procurando encontrar o caminho no qual homens e mulheres possam conviver harmoniosamente para a construção de uma sociedade de justiça e paz.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006
DOURADOS. Lei nº 2.726 de 28 de dezembro de 2004**.**
_____. Lei nº2.591 de 18 de julho de 2003.
_____. Decreto nº 2.260 de 29 de outubro de 2003.
_____. Decreto nº 3.490 de 29 de abril de 2005.
ESTUPRO na reserva indígena "assusta" delegacia feminina. **O enfoque**, Dourados 04 mai. 1991, p.11.
LANGE, Odila Schwingel. **Violência doméstica- cicatrizes da alma: um histórico geral da luta das mulheres e o emprego da força contra a mulher na vida conjugal na cidade de Dourados/MS : 1986-2000.** Dissertação (Mestrado em História)- UFMS,CPDO, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fortunas femininas na estância/se oitocentista (1850-1888)

Sheyla Farias Silva*

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo verificar a partir dos bens arrolados nos inventários *post-mortem* a composição das fortunas das mulheres residentes em Estância/SE, no período de 1850 a 1888. No que concerne à distribuição da riqueza, constatamos a expressiva participação dos créditos, seguida pelos imóveis, escravos, dinheiro, mercadorias, móveis e animais. Constatamos, assim, que a dinâmica da economia estanciana possibilitou o emprego do capital acumulado em diversos bens.
Palavras-chave: Riqueza, Negociantes, Crédito.

Abstract

This research intends to analise the composition of the trader's fortunes in Estância/SE, basically from their *post-mortem* inventories from 1850 to 1888. During our research we could see that the majority of Estancia's fortunes was made of credits, followed by real properties, slaves, money, merchandise, animals and crops what shows that the dinamics of Estancia's wealthyness was based on a variety of different goods.
Key words: weathyness, dealers, credits.

O cenário do Brasil Oitocentista é marcado por intensas transformações: a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a Lei de Terras (1850) que regulamentava o acesso a terra; o declínio da sociedade escravista devido às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclave – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibia o tráfico internacional de escravos e culmina com a Lei Áurea (1888) que deu fim ao trabalho compulsório no Brasil, uma "plantation" açucareira em crise no Norte Agrário, graças à concorrência internacional, a consolidação de um novo produto agrícola - o café - e a Proclamação da República (1889).

Foi justamente no Oitocentos - século de intensas transformações - que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar. Acredita-se que o cultivo da

* Professora da rede estadual de ensino de Sergipe e da Universidade Tiradentes. Doutoranda e Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia, licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe.

cana em Sergipe tenha sido resultado da expansão da lavoura açucareira do recôncavo baiano, sendo financiado pelas casas comerciais baianas. Foi graças a esses empréstimos concedidos que os lavradores e pecuaristas tornaram-se senhores de engenhos e de escravos, possibilitando, assim, a aquisição da mão-de-obra escrava, animais, utensílios, maquinarias, bem como a construção dos engenhos(PASSOS SUBRINHO, 1987:23).

Nesse contexto, Estância[1] - localizada na zona da Mata Sul de Sergipe - construiu sua riqueza, uma economia que outrora pautara-se na criação de gado e cultivo de produtos para a subsistência, tornou-se em meados do século XVIII, o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro, comercial e financeiro, baseado no trabalho escravo, conquistando certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província.

Ao tentar explicar o comportamento econômico do Brasil escravista, a Historiografia Brasileira, por vezes, considerou que a monocultura, a grande propriedade, a mão-de-obra escrava e o caráter exportador de produtos tropicais de grande valor comercial, seriam os responsáveis pela constituição de fortunas, relegando a participação de outras atividades (PRADO JÚNIOR, 2000:7).

Destarte, a economia colonial estava estruturada na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano do comércio que dificultava o desenvolvimento de um mercado interno, bem como de outras formas de acumulação endógena, mostrando-se subordinada às flutuações do mercado internacional, o que culminaria em uma nítida dependência da metrópole. Atribuiu-se, então, à economia de subsistência um papel secundário, por ser um apêndice da economia mercantil, na medida em que possuía baixa produtividade e rentabilidade, visto que era voltada para o mercado interno e era típica das pequenas regiões, tendo participação ínfima da mão-de-obra escrava. Conclui-se, então, segundo esse modelo explicativo, que a economia agroexportadora era a base da riqueza nacional.

Nesse contexto, a sociedade apresenta-se polarizada: por um lado os agentes da "plantation", senhores de terras e de escravos eram privilegiados na distribuição das riquezas internas, bem como os comerciantes sediados em Portugal (exportadores e importadores de escravos - ferramentas indispensáveis para o funcionamento da unidade produtiva); no outro extremo, uma grande massa de despossuídos que estavam subordinados à "plantation", vivendo da produção de subsistência. Nesses estudos, omitiam-se a presença feminina

[1] Banhada pelos dos rios navegáveis Piauí e Piauitinga, que formam a Barra do Rio Real, ancora o segundo mais navegável porto da Província no século XIX, favorecendo assim a circulação de mercadorias (FREIRE, 1896: 29).

enquanto agente produtivo, restringindo o seu papel às prendas do lar (FURTADO, 1967:289).

Todavia, estudos historiográficos recentes demonstram, a partir de análises documentais, a importância da economia de subsistência, do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a grande lavoura agroexportadora (FARIA, 1998:24).

As novas interpretações históricas ampliaram a participação do capital mercantil na constituição da riqueza do Brasil nos últimos anos do período colonial e durante o império; comprovaram a existência de um mercado interno, movimentado pelas compras efetuadas pela "plantation", pelos setores urbanos e por outros setores da sociedade. Tal dinâmica econômica possibilitou ainda, a participação de outros agentes, inclusive de mulheres - que não faziam parte da "plantation" e que tampouco a ela estavam subordinados, mas ligados a atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios.

Neste sentido, esta pesquisa vem demonstrar que não apenas na agroexportação residia a riqueza, assim como não estava concentrada somente nas mãos de senhores de engenhos e negociantes estrangeiros, tampouco exclusivamente em mãos dos agentes do sexo masculino, estando distribuída entre as mulheres de várias categorias sociais. Para isso, pesquisamos a vida material das mulheres inventariadas na cidade de Estância, grande centro econômico da região sul da Província de Sergipe.

A época perquirida é justificada pelo fato de que em 1850 serem sancionadas as leis de Extinção do Tráfico Internacional de Escravos e Lei de Terras, posturas que repercutiram e possibilitaram mudanças no perfil de riqueza. A segunda data estabelecida corresponde à abolição da escravatura, que rompe com a então forma de trabalho compulsório, grande pilar da economia nacional.

Para elaboração deste estudo, consultamos 475 inventários *post-mortem,* no período de 1850-1888, dos quais nos deteremos a analisar 208 que pertencem a mulheres residentes em Estância/SE. Nestes inventários identificamos e quantificamos os bens dos inventariados tais como: escravos; jóias (peças de ouro e de prata), bens de raiz (casas, terrenos, fazendas, chácaras e lavouras), semoventes (bovinos, eqüinos, muares, caprinos e ovinos), bens móveis (imagens, roupas, trastes de casa, louça etc.), ferramentas (arreios, martelos, moinhos, foices, enxadas, machados etc.), ações, dívidas ativas (valores a receber referente a empréstimos em dinheiro ou venda de bens), mercadorias, plantações, dinheiro, além de outros bens que compunham o *monte-mór* e seus respectivos valores, o que permitiu a visualização do movimento da riqueza estanciana. O caráter descritivo desta documentação

torna-se essencial para a construção da vida material das mulheres da época. Vale salientar que mesmo possibilitando a percepção de movimento ao serem analisados em série, os inventários quando tomados individualmente, são retratos de uma riqueza estática, onde os agentes por motivos adversos podem em determinado momento de suas vidas terem deixado de investir em um bem.

Para melhor visualizarmos as fortunas[2] chefiadas pelas mulheres residentes nesta Comarca na época em apreço período, agregamos os bens arrolados nas seguintes categorias: bens escravos; bens de raiz e plantações; bens móveis, que englobariam além dos trastes de casa, as jóias e ferramentas; dívidas ativas; semoventes; dinheiro e estoques ou conforme mencionava a linguagem da época "fazendas", gêneros encontradas em suas lojas.

Assim temos a composição das fortunas das mulheres estancianas no período proposto:

Tabela 1
Estância – Sergipe
1850 – 1888
Composição da Riqueza das Mulheres

Bens	Total em contos de réis	Percentagem
Escravos	57:3490$096	32%
Raiz	711:615$820	39%
Móveis	61:669$108	3,5%
Semoventes	76:161$600	4,5%
Dívidas ativas	292:396$023	16%
Fazendas (mercadorias)	23:306$027	1,3%
Dinheiro	67:986$527	3,7%
Total	1806:625$201	100%

Fonte: Inventários, Estância (1850-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

A participação feminina na economia estanciana correspondia a 43,6% do total de inventariados consultados, contribuindo expressivamente para a construção da riqueza local. Podemos ainda verificar a presença feminina à frente de grandes unidades produtivas e como administradoras de grandes unidades produtivas e como administradoras de grandes fortunas.

[2] Cabe ressaltar que neste estudo a posse de qualquer bem carateriza uma fortuna (Mattoso, 1992, p. 608).

Nesse cenário, as viúvas desempenharam um papel de destaque na economia local, na medida em que representavam 35,8% dos credores e 45,5% dos proprietários das maiores fortunas. Conforme a tabela 1, as mulheres estancianas que lideravam seus negócios investiram maiores valores nos bens imóveis, escravos e créditos, respectivamente.

Em nossa pesquisa, constatamos que as mulheres optaram em investir na diversidade de bens que compunham suas fortunas, a exemplo de D. Joana Rodrigues Dantas Oliveira, que casada com um próspero comerciante estanciano, Virgínio Moreira de Oliveira, possuía entre os seus bens dez escravos (7:700$000), uma casa situada na rua do Caminho do Rio, com frente de pedra cal, cinco portas, três janelas envidraçadas, uma sala e armação de loja (6:000$000) e um sítio (600$000), alguns trastes do lar (852$000), uma mula (200$000) e um cavalo (100$000). Foram arrolados no seu inventário a quantia de 125$000 em dinheiro, bem como ações na Sociedade de Comércio da Bahia (1:200$000), mercadorias da loja, tais como tecidos, ferramentas e utensílios do lar(11:199$950) e dívidas ativas(22:252$447) em mãos de cento e noventa e nove pessoas, correspondendo a 44,3% desta fortuna que foi avaliada em 50:230$237.

Quanto a abrangência dos bens entre as mulheres inventariadas, temos que 88% possuíam bens de raiz, compostos em simples casas que por vez funcionavam como residência e "venda", sobrados, quinhões em engenhos, casas comerciais, armazéns, que correspondem a 39% da riqueza das mulheres estancianas. Enquanto as detentoras de plantações correspondem a 7,2% das inventariadas.

Outro bem que merece destaque em nossa análise é a posse de escravos, sinônimo de abastança, abrangia a 66% das fortunas femininas, que em geral, possuíam uma pequena propriedade escrava (1 a 5 cativos) representando 32% da suas fortunas.

Numa sociedade em que o trabalho braçal era depreciado e que a mão-de-obra escrava disseminara-se em todos os setores, a escravidão representava bem mais que uma instituição econômica lucrativa, significava abastança e ostentava status para os outros (CONRAD, 1978:15). Reconhecendo o valor do bem escravo na composição das fortunas oitocentistas, e de acordo com a tabela 2, traçamos o perfil da propriedade escrava na região pesquisada, para isso, dividimos o número de escravos por categorias e estabelecemos o número de proprietários e escravos de acordo com o tamanho da propriedade escrava.

Tabela 2
Estância – Sergipe
1850 – 1888
Distribuição da Propriedade Escrava

TAMANHO DA PROPRIEDADE ESCRAVA	Proprietárias		Escravos	
	Número	%	Número	%
Pequeno (1 a 5 Escravos)	96	68	224	22
Médio (6 a 10 Escravos)	25	18	195	19
Grande (Acima de 11 Escravos)	20	14	611	59
Total	129	100	1030	100

Fonte: Inventários. Estância (1850 - 1888) - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

As proprietárias que possuíam de 1 a 5 escravos eram em geral, mulheres dedicados ao comércio varejista ou à atividade criatória ou mesmo aquelas que tinham nas atividades urbanas sua fonte de riqueza, sendo que um pequeno número de escravos era suficiente para o bom desempenho de suas atividades, bem como para ostentar prosperidade. Os escravos, por sua vez, poderiam dedicar-se a várias funções.

As grandes propriedades de cativos, pertenciam àquelas que tinham como principal atividade o comércio ou a atividade de agroexportação de açúcar, pecuária e produção de alimentos, desse modo tinham necessidade de mais trabalhadores.

No que concerne ao tamanho da propriedade escrava (tabela 2), constatamos nesta região, a predominância da pequena propriedade, abrangendo 68% das proprietárias. Entretanto, 59% dos escravos pertencem a 14% das proprietárias, o que atesta uma concentração de cativos nas mãos de um pequeno grupo. A utilização de escravos em atividades não exportadoras, como o comércio, refuta a premissa de que tais trabalhadores eram empregados exclusivamente nas atividades agroexportadoras, os quais se faziam presentes em todos os setores produtivos do Brasil escravista (BARICKMAN, 2003:213-216).

Outro bem que merece destaque na composição da riqueza, são os semoventes, devido seu caráter utilitário. Os animais poderiam servir como meio de transporte, força motriz e alimentos, registrados em 51% dos inventários consultados, sendo registrados 692 animais (511 cabeças de gado vacum, 148 cabeças de cavalares e 33 cabeças de ovinos), correspondendo a 4,5% da composição da fortuna. Os gados vacuns e ovinos eram geralmente utilizados como fornecedores de alimentos, tendo custado em média 22$000, os primeiros e

1$300 os últimos; já os cavalares serviam como meio de transporte, tendo o preço médio de 50$000.

A presença de dívidas ativas corresponde a 23,5% das inventariadas, que por sua vez representam 16% do total da riqueza inventariada. Essa representatividade dos créditos ativos nos inventários pode ser justificada por no século XIX, assim como no período colonial, não existir no Brasil um sistema de crédito oficial acessível, o que favoreceu a uma rede de empréstimos pessoais, evidentes nos inventários, bem como nos livros das lojas comerciais (MELLO, 1990:81). O ato de emprestar entre os afortunados era quase obrigatório, quer por uma questão de posição ou por prestígio (MATTOSO, 1992:609). Destarte, verificamos em Estância um forte e organizado sistema de créditos, não restrito aos moradores da cidade, sendo encontrados empréstimos efetuados em favor de moradores de diversas partes da Província e de cidades baianas. Entre os grandes credores de Estância estava D. Luísa Maria da Trindade Franca, viúva do negociante João Manuel Barbosa de Franca, teve sua fortuna avaliada em 14:702$240, composta por duas escravas (850$000), poucos móveis (242$120), um burro (60$000), dinheiro em espécie (1:892$240) e dívidas ativas empenhadas a 159 pessoas, no valor de 11:657$700.

No Brasil Oitocentista ainda é notável a carência de dinheiro, constituindo-se um bem restrito aos mais abastados. Na categoria "dinheiro", foram agrupados dinheiro em espécie, apólices e ações representando 8% dos inventários consultados e 3,7% de investimentos nas fortunas mercantis estancianas. A partir desses dados inferimos que não era comum entre as estancianas guardar dinheiro, preferindo investir em bens que possibilitassem a ampliação do patrimônio. Contudo, se observarmos a participação deste bem na composição das fortunas ao longo dos anos, perceberemos um nítido crescimento, já que com a abolição do tráfico de escravos em 1850, seguida pelas leis abolicionistas, o bem escravo deixou de ser um investimento seguro e rentável, sendo preferida pelas afortunadas a aplicação de seus rendimentos em outros bens, como é o caso da aquisição de ações bancárias, apólices e mesmo empréstimos. Vejamos o exemplo de D. Maria do Espírito Santo Amado, casada com o negociante José Amado de Faria, que teve seus bens avaliados em 9:973$410, distribuídos na posse de três escravos em idade produtiva que somam 2:000$000, uma carroça (70$000), um burro (60$000), créditos nas mãos de dezesseis pessoas (3:284$630) e mercadorias (fazendas, secos e molhados, adornos, louças, vinhos, cervejas, chá preto, farinha de trigo, livros das primeiras leituras, materiais escolares, talheres, ornamentos decorativos, especiarias, cosméticos) que somavam 4:558$780.

A participação dos bens móveis, ferramentas e jóias, correspondia a 65% das fortunas femininas, entretanto representa 3,5% do total da fortuna acumulada, o que atesta o seu pouco valor no conjunto dos bens. O luxo e a ostentação na mobília só ocorreria se o proprietário fosse afortunado, caso contrário os móveis se resumiriam caixões para guardar os poucos trastes do lar.

As mercadorias, alicerce das fortunas das mulheres dedicadas ao comércio, estavam presentes em apenas 3,3% das fortunas avaliadas e representam 1,3% da riqueza. Devido ao caráter mercantil da economia estanciana, algumas mulheres destacaram-se como chefes de casas comerciais e mesmo com o falecimento dos seus cônjuges, elas não abandonaram a atividade comercial, tampouco reduziram seu patrimônio. Tomemos o exemplo da negociante Maria Antônia de Magalhães Ribeiro, filha dos negociantes Ana Francisca da Conceição Magalhães e Romão Lourenço de Magalhães, foi casada, em primeira núpcias, com o comerciante Nicolau Antônio de Abreu, com o qual teve duas filhas, ficando viúva em 1862, recebeu como herança a meação no valor de 40:390$766. Após alguns anos, contraiu novo consórcio com outro negociante, Bernardino José Ribeiro, com o qual teve três filhos, falecendo em 1881. Na sua longa jornada, ao administrar a fortuna de suas filhas e a herança que recebeu, não hesitou em investir em outros bens, a saber: quarenta e oito ações no Banco da Bahia (8:000$000), outras cento e trinta no Banco Mercantil (13:000$000), outras cento e setenta na Sociedade do Comércio (17:000$000) e vinte na Caixa (2:000$000); o crédito também era o principal bem desta senhora (97:721$372), que possuía, ainda, oito escravos (5:290$000), bens de raiz (20:550$000), alguns móveis (600$000), quatro burros (330$000) e mercadorias (6:014$000), totalizando 170:505$370, o que demonstra sua competência no ramo comercial.

Assim verificamos que as mulheres estancianas construíram suas fortunas pautadas na diversidade de bens, na qual os bens de raiz estavam presentes em 87% dos inventários, compostos em sua maioria por imóveis urbanos; seguidos pelos escravos (82%), bens móveis (85%), mercadorias (75%), dívidas ativas (68%), semoventes (53%) e dinheiro (27%).

Lista de Fontes Primárias

Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe
Cartório de Estância 1º e 2º ofício
Inventários *post-mortem* (1820 – 1890) Cx. 1 - 1A e 12 -79A

Arquivo Público do Estado de Sergipe

Lista de Qualificação de Votantes de Estância (anos 1853 e 1862)

Referências bibliográficas

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravismo no Recôncavo, 1790-1860.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888*. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe.* Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896, p.29.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Zélia M. Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil–escravista à economia exportadora capitalista.* 2. ed. São Paulo. Hutitec, 1990.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.* São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Controle social e individualidade:convergências entre a Psicologia e a Estatística

Odair Sass*

Resumo: Discute-se o vínculo histórico da Psicologia com a Estatística, disciplinas que, na constelação das ciências modernas, distavam uma da outra; a primeira brotou do liberalismo para exaltar as qualidades do indivíduo emergente, a segunda visava produzir informações sobre a natureza e a sociedade. Sob a hipótese de que as aproximações ocorreram por meio de correspondências funcionais e redutoras das categorias psicológicas às funções matemático-estatísticas, resultantes, na sociedade industrial, do deslocamento das questões sociais e políticas para a esfera tecnológica do controle social e da eficácia da produção, explora-se a quantificação psicológica, contida na lei de Weber-Fechner, e os experimentos de Taylor acerca da fadiga do trabalho, exemplares científico e industrial do século XIX.

Palavras-chave: Quantificação psicológica—Estatística—Tecnologia

Abstract: Discuss the historical link of Psychology and Statistics, disciplines that, in the constellation of modern sciences, were separated one of the other; the first one sprouted of liberalism to exalt the qualities of the emergent individual, the second it aimed at to produce information about the nature and the society. The hypothesis of the approximations has occurred by means of functional correspondences and reduction of the psychological categories to the mathematical and statistical functions, resultants, in the industrial society, of the displacement of the social matters and politics for the technological sphere, social control and the effectiveness of the production control, that is explored by the Weber-Fechner's law and by Taylor's experiments concerning the fatigue, examples scientific and industrial from 19th century.

Keywords: Psychological quantification –Statistics—Technology

A fim de evidenciar as aproximações recíprocas da psicologia e estatística considera-se imprescindível indagar por que e de que modo as duas disciplinas convergem e fomentam-se,marcadamente, a partir do último quartel do século XIX? Em que termos a quantificação psicológica, isto é, a quantificação de características e qualidades humanas desde antanho pretendidas pôde ser estabelecida e sedimentada?

A hipótese básica é a de que a psicologia e a estatística aproximam-se por intermédio de correspondências funcionais e redutoras estabelecidas entre as categorias psicológicas e as técnicas estatísticas; correspondências resultantes do avanço tecnológico da sociedade industrial, da ideologia da racionalidade tecnológica e do deslocamento das

*Doutor em Psicologia social, docente da PUCSP, pesquisador do CNPq

questões sociais da esfera ético-político para a esfera tecnológica do controle e da eficácia, da organização da ação inteligente e do controle social sobre a experiência individual, resultantes do deslocamento de problemas sociais do plano político para o plano tecnológico(WRIGHT MILLS,1968).

A exposição dedica-se: i) a discutir a quantificação psicológica, contida na lei de Weber-Fechner e dos experimentos conduzidos por Frederick Taylor, acerca da fadiga do trabalho; ii) a tecer considerações breves sobre os nexos das Ciências do comportamento e a Estatística.

i) É lugar comum insistir que o principal indicador da constituição da Psicologia como ciência empírica e experimental reside na preocupação crescente com a quantificação das características psíquicas dos indivíduos; índice que evidencia tanto o afastamento da Psicologia em relação à Filosofia, quanto a sua adesão à experimentação e ao desembaraço de suas tendências especulativas anteriores, alçando-se assim à condição de disciplina científica. Afastar-se da Filosofia correspondeu, primeiro, a uma aproximação da Psicologia às ciências físico-biológicas, no decorrer do século XIX, e, segundo, ao final daquele século, aproximar-se das ciências sociais. Esses dois momentos, substantivamente articulados, permitem, um em relação ao outro, visualizar a racionalidade que inventou a psicologia científica, destinada a investigar como objeto, paradoxalmente, o sujeito singular, isto é, aquele que Descartes tanto quanto Kant ensinaram ser a priori dotado da Razão, como se fora um espécime incondicionado.

A rigor, antes mesmo da desqualificação da crítica da razão pura que, por sua vez, segundo Kant, deveria ser o único tribunal legítimo para julgar a razão em sua difícil tarefa de conhecer a si mesma, e da instauração da prova empírica acompanhada da formalização lógico-matemática como o tribunal autorizado a validar o conhecimento, é possível identificar,em contraponto à uma filosofia especulativa, a procura de uma filosofia prática. Sem a preocupação com o estabelecimento de discutíveis elos de origem autoral dos acontecimentos históricos, a passagem seguinte, extraída de Descartes (1596-1650), ilustra o esforço da filosofia moderna para se desembaraçar da fixidez da filosofia pretérita.

Ao apresentar, à luz de seu método da dúvida, a importância das dificuldades particulares com que se defrontou quando procurava os princípios que fundamentavam as noções gerais da física, para "o bem geral de todos os homens", concluiu o filósofo:

> *Efetivamente, essas noções fizeram-me enxergar a possibilidade de adquirir conhecimentos muito úteis para a vida e de encontrar, em substituição à filosofia especulativa que nas escolas se ensina, uma filosofia prática pela qual, conhecendo a força e a ação do fogo, da água, do ar, dos astros, do céu e de todos os corpos que nos rodeiam, tão distintamente quanto conhecemos os diferentes ofícios de nossos artesãos, fosse-nos possível aplicá-los do mesmo modo a todos os usos a que se prestam, fazendo-os como que senhores e possuidores da natureza. (DESCARTES, 1637/1972:77)*

O excerto registra o deslocamento operacional, propugnado por Descartes, de uma filosofia especulativa, intocável, voltada às tradições e à contemplação dos céus, para uma filosofia prática, terrena, propiciadora de conhecimento que una céus, terras, ares e trabalho, convertendo os homens em senhores e possuidores da natureza. Esboça-se assim a inflexão para o sujeito e semeia-se, na esfera racional, um terreno que forneça a elaboração de conhecimentos práticos e úteis para o bem dos homens e cultive modos de alçar ao conhecimento. A verdade sólida de Descartes, "penso, logo existo", é tanto uma formalização histórica da cisão entre o sujeito e objeto, como é orientadora para consolidar e aprofundar essa cisão.

Movidos por essa dualidade, físicos-filósofos do século XIX, dentre os quais, Ernest Heinrich Weber (1795-1878) e Gustav Theodor Fechner (1801- 1887), dedicaram-se a investigar as sensações do sujeito e os estímulos a elas associados. Com base em observações sistemáticas que sugeriam haver uma relação não linear entre a variabilidade das impressões do sujeito associadas a estímulos-fonte, passaram a investigar, predominantemente por intermédio dos métodos introspectivos, as relações entre as variações ou magnitudes do estímulo e as correspondentes variações da sensação (GARRETT, 1974: 41-54; GUILFORD, 1954: 20-25). Ocuparam-se, então, por meio de comparações entre medidas de pesos, freqüências de sons, acuidade visual, de investigar as variações subjetivas (impressões) decorrentes das variações dos estímulos (objeto). O exame da conhecida lei psicofísica Weber-Fechner, permite mostrar como a quantificação psicológica, no século XIX, foi operacionalizada

Weber interessou-se em investigar, diferenças de pesos perceptíveis pelos sujeitos, por exemplo, pedindo-lhes que levantassem objetos previamente pesados, dispostos em uma série de valores mínimo e máximo de 25 e 40 onças, respectivamente. Sem entrar em

minúcias hoje disponíveis para identificar as deficiências de controle experimental desse experimento (composição de amostra, aleatoriedade da seqüência a estímulos apresentada aos sujeitos, erros de mensuração), vale reter que Weber introduz duas conseqüências cientificas importantes, pois, de um lado, por meio de comparações entre magnitudes do mesmo objeto visa mensurar com precisão as "qualidades humanas"; de outro, fortalece a cisão entre sujeito e objeto, à medida que a objetivação do primeiro é reduzida às suas reações ao estímulo; sujeito e objeto são reduzidos ao nexo estímulo-reação. Formalmente: seja R o estímulo-padrão; isto é, o objeto ou coisa com o qual outros objetos ou coisas deverão ser comparados. Se ΔR for o incremento de que R deve ser aumentado para que apareça uma diferença apenas perceptível na percepção, a lei de Weber pode ser formalizada na seguinte equação: $\Delta R \div R = C$, C é constante(GARRETT,1974:454), o que equivale dizer: a) a percepção de diferenças entre magnitudes do estímulo não é linear em relação aos valores reais(numéricos) dos estímulos, sejam pesos, comprimentos, concentrações de substâncias; é antes determinada por alguma proporção constante estabelecida entre duas magnitudes do estímulo apenas perceptíveis pelo sujeito. Observe-se que as reações do sujeito são explicadas pela proporção dos estímulos, ou, aquele está objetivado no estímulo;b) uma das restrições encetadas à lei Weber, decorreu da incompatibilidade entre a equação $\Delta R = CR$ com os resultados empíricos. É exemplar a crítica de Fechner, cuja resultante ficou conhecida como lei Weber-Fechner, apesar de ser rigorosamente inapropriada a identificação de uma como continuidade da outra (GUILFORD, 1954; 139). Professor de física, em Leipzig, essa polêmica personagem[1] dedicou-se à experimentação, imbuído da necessidade de investigar as relações entre corpo e espírito, sendo considerado, por muitos, o primeiro psicólogo experimental autêntico, Fechner tomou a lei de Weber como ponto de partida e os resultados e experimentais que acumulou durante anos[2], procurando desembaraçá-la das restrições matemáticas e generalizá-la, admitindo dois pressupostos: 1º) uma sensação, desde que perceptível pelo sujeito, é a soma de certo número de sensações de mesmo teor, porém mais fracas e 2º) as diferenças entre sensações apenas perceptíveis são iguais. Desse modo, as diferenças apenas perspectiveis (d.a.p) passam a ser admitidas como a unidade de medida das sensações, que, obviamente, pode variar conforme o

[1] A obra de Fechener é reconhecida pela história da ciência(GARRETT, 1974: 455-457), mas, publicar, entre outros ensaios, *Da Anatomia Comparada dos Anjos* (1825/1998), para sustentar a existência dos anjos pela física e descobrir o sexo dos anjos renderam-lhe severas críticas; textos redigidos com sarcasmo contra o materialismo difundido na Europa do século XIX (WERTHEIMER, 1976: 75-78).

[2] Consta que "de 1885, Fechner sozinho realizou 67072 comparações de pesos, trabalhando simultaneamente como experimentador e sujeito". (GARRETT, 1974: 455).

fenômeno em causa (avaliar pesos, medir distâncias, discriminar sabores), mas, em cada um, a d.a.p é admitida como uma constante.

Em resumo, com isso Fechner queria dizer que à intensificação dos estímulos em proporção constante corresponde a incrementos iguais (d.a.p) das sensações, ou, que corpo e espírito não são linearmente relacionados, pois, a uma intensificação proporcional do estímulo (R), corresponde o incremento de uma unidade (d.a.p) das sensações. Por exemplo, se a sensação é a audição e o estímulo o som (em decibéis), e a mínima intensidade audível pelo homem é de 100 decibéis, então, o estímulo-padrão (R) é igual a 100, ou, inversamente, a mínima sensação auditiva perceptível (S) ao ouvido humano corresponde àquele estímulo físico. Para esclarecer o que era obscuro para Weber, Fechner introduziu duas condições do cálculo diferencial: acrescentando ao estímulo padrão (R) uma unidade de medida (db, cm, g) pode-se observar se essa alteração é identificada na sensação (S). Quando R atinge 110 db (incremento de 10 unidades) a mudança da sensação é perceptível ao sujeito. Está é a série que relaciona o estímulo (R) com a sensação (S). Note-se:1º) a explicação de Weber relativa à variabilidade das sensações como função de alguma fração de R é racionalizada por Fechner ao criar uma unidade de medida das sensações pareando-a com a unidade do estímulo; 2º) a admissão de que as sensações são alteradas (ainda que não haja uma unidade de medida para elas) em correspondência não linear das alterações da intensidade do estímulo, identificadas pelo aparato técnico, permitiu a Fechner formular de modo mais preciso a relação matemática entre as duas séries R e S, ou seja, a relação entre corpo e espírito passa a ser explicada pela função logaritmo(enquanto uma variável progride ou regride geometricamente a outra progride ou regride aritmeticamente). A equação de Fechner pode ser assim escrita: S= k log R; S é a sensação; log de R é o logaritmo do estímulo e k é uma constante relativa a cada tipo de sensação (auditiva, olfativa, tátil). Reafirma-se na fórmula de Fechner o sujeito subsumido pelo estímulo.

No entanto, esse processo não ocorreu apenas por interesses metafísicos ou científicos; ao contrário, ele espraiou-se para objetivos mais mundanos, tal como exemplificam as experiências levadas a cabo pelo mecânico norte-americano Frederick Winslow Taylor (1865-1915), a partir de 1881, com a finalidade de investigar as leis de controle e organização do tempo do trabalho na indústria. Os princípios da administração científica, Taylor os formulou com base em uma série de experimentos sobre habilidades específicas de trabalho (transportar lingotes de ferro, manejar pás,fabricar máquinas,inspecionar esferas) (TAYLOR,1911/1987).

Realizadas com o claro objetivo de substituir os métodos empíricos pelos métodos científicos controlados, Taylor relata a experiência que lhe permitiu formular a lei da fadiga do trabalho penoso. Sem meias palavras o autor enuncia o escopo de aplicações dos resultados que obteve:

> *A lei limita-se aos trabalhos em que é atingido o limite da capacidade do homem pela fadiga. É a lei do trabalho penoso, correspondente ao esforço do cavalo de carruagem, em lugar do cavalo de corrida. Praticamente todos esses trabalhos consistem em movimentos de extensão ou de flexão do braço do trabalhador...(TAYLOR, 1911/1987: 67).*

Procedendo de acordo com as regras do método científico, Taylor considerou insuficientes as investigações até então realizados acerca da fadiga: "uma [conduzida] pelos fisiologistas que estudam a resistência do ser humano, e outra, pelos engenheiros, que ensaiaram determinar a que fração de cavalo correspondia a potência do homem". (TAYLOR, 1987: 64). Decidiu, então, especificar uma tarefa que exigia esforço físico, selecionar dois trabalhadores e estabelecer regras de controle sobre a remuneração e a dedicação dos trabalhadores à tarefa, em resumo:

> *Selecionou-se dois trabalhadores dos melhores, que possuíam robustez física e se tinham revelado operários dedicados e eficientes. A esses homens foi pago salário duplo durante as experiências e lhes foi dito que eles deveriam trabalhar, usando toda sua capacidade e tempo, e que nós os submeteríamos, de vez em quando, a controle, no qual apuraríamos se estavam fazendo ou não e, desde o momento em que qualquer deles tentasse enganar-nos, este seria despedido. Trabalharam com o melhor de sua capacidade, por todo o tem que foram observados. (TAYLOR,1987: 64)*

Os objetivos são claramente voltados à redução do tempo gasto na realização da tarefa e ao decorrente aumento da produtividade do trabalhador, atingíveis pelo controle minucioso do comportamento do trabalhador. Hoje, diversas seriam as restrições a esse experimento—escolha dos sujeitos e tamanho da amostra, entre outras—,mas, é irrefutável que ele fortalece substancialmente o desenvolvimento da psicologia industrial, pois, o seu autor estava ciente de que modificar a administração empírica "para a administração científica envolve...não somente estudo de velocidade adequada para realizar o trabalho e remodelação de instrumentos e métodos na fábrica, mas também a completa transformação na atitude mental de todos os homens..."(TAYLOR,1987:97). Não cabe a crítica de que a ciência do tempo e do movimento propugnada pelo engenheiro prescinde da psicologia e dos métodos estatísticos; ele apropria-se do psiquismo do trabalhador, segundo a tendência social de controlar o comportamento, e impulsiona o desenvolvimento de técnicas estatísticas, das quais só conhecia os rudimentos. Taylor expressa, com clareza, a tendência da sociedade em que

prevalece a racionalidade tecnológica, que, "sob a forma de 'gerenciamento científico' tornou-se um dos meios mais lucrativos para a autocracia eficiente."(MARCUSE,1988:83).

ii.) A mensuração das qualidades humanas por si só não explica os elos de união entre a Psicologia e a Estatística. Contudo, há um elemento decisivo nos procedimentos científicos adotados que ensejou a recorrência à Estatística e à teoria da probabilidade para efetuar aquela união: o fator humano.

Há muito se constatou que tanto a natureza extra humana (reino mineral, vegetal e animal) quanto os homens variam intensamente em suas reações. O conhecimento acumulado propiciou as indagações acerca das fontes dessas variações: são as situações ou são os indivíduos que se comportam diferentemente sob a mesma condição?

Dessa perspectiva, a lei de Weber que rezava ser a "diferença apenas perceptível de um estímulo" uma proporção constante (ΔR) do próprio estímulo, passou a ser refutada empiricamente, visto que, a diferença apenas perceptível para um sujeito em relação à uma classe de estímulo não é a mesma para outro sujeito; a intensidade de R (estímulo) necessária para provocar S (sensação), matizada matematicamente por Weber, não é a mesma para distintos sujeitos. Uma solução, dos anos de 1940, proposta para sustentar os limiares de diferenças e explicar as variações do sujeito, admitia o método da proporção ou porcentagem de indivíduos que percebem a diferença entre duas intensidades do R, isto é, Δ R é válido se a maioria dos sujeitos ou na maioria das vezes(75% a 80%) as diferenças fossem percebidas. Não é indiferente, da perspectiva do método, se um sujeito realiza n vezes um experimento ou se n sujeitos realizam um experimento, cada um, uma única vez. É suficiente, entretanto, aqui, declarar que esse problema, pertinente aos estudos das ciências sociais e à estatística, tem importância tal que merece ser tratado especificamente. Por isso, não é legítimo, do que se expôs , refutar a validade dos dados obtidos por Fechner, sob o argumento de que lhe faltou uma amostra representativa de sujeitos, e não parece lícito invalidar as conclusões de Taylor por causa do perfil "bovino" de trabalhadores que ele intencionalmente selecionou. A crítica deve recair também sobre a sociedade que os produziu.

Ressalte-se apenas a seguinte conclusão: a relação da mecânica finalista típica dos séculos XVIII e XIX, estabelecida entre o Reiz (R) e a Sinneswahrnehmung (S), questionada empiricamente, tem sido alterada pela inferência estatística, fundada na teoria das probabilidades.

Referências bibliográficas

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. São Paulo: Hemus, 1972.

FECHNER, Gustav T. **Da anatomia comparada dos anjos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

GARRETT, Henry E. **Grandes experimentos da Psicologia**. 3ª, São Paulo: Companhia Editora Nacional,1974.

GUILFORD, J.P. **Psychometric methods.** New York: McGraw-Hill, 1954.

MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*. In: KELLNER, Douglas.(ed.). **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, Pp.71-104.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. 7ª, São Paulo: Atlas, 1987.

WERTHEIMER, Michael. Pequena história da psicologia. 2ª, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

WRIGHT MILLS, Charles. **Sociología y pragmatismo**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1968.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Carnaval em Porto Alegre: lugares e condições femininas

Caroline Leal[1]

Resumo: O presente trabalho abordará aspectos sobre as condições femininas no carnaval de Porto Alegre a partir da década de 70 do século XIX. Apresentará a análise de um artigo, retirado do jornal *A Reforma*, do dia 15 de fevereiro de 1871, que fala a respeito do comportamento da ex-marquesa de Monte Alegre durante os festejos carnavalescos. Insere-se na minha pesquisa, desenvolvida para o mestrado do Programa da Pós-Graduação em História da PUCRS, sob a orientação da Profa. Dra. Margaret Bakos, sobre as mulheres e o carnaval de Porto Alegre,entre os anos de 1870 e 1914.
Palavras-chave: festa,carnaval, mulheres

Abstract: The present work will approach aspects on the feminine conditions in the carnival of Porto Alegre from the decade of 70 of century XIX. It will present the analysis of an article, removed of the periodical *A Reforma*, on February, 15 of 1871, that it speaks regarding the behavior of the ex-marchioness of Monte Alegre during of the carnival feast. It is inserted in my research, developed for the master one the Program of After-Graduation in History of the PUCRS, under the orientation of the Profa. Dra. Margaret Bakos, about women and the carnival of Porto Alegre, enters the years of 1870 and 1914.

Keywords: party, carnival, women.

Porto Alegre, início da década de 70 do século XIX, jovens rapazes das "boas famílias" porto-alegrense resolvem conferir um significado diferente ao carnaval, ou melhor, instituir o "verdadeiro carnaval", ou seja, o carnaval das sociedades carnavalescas, da elite, em contraposição ao entrudo, brincadeira que passara a ser considerada agressiva, grosseira e não condizente à cidade que Porto Alegre deveria ser.

Apesar de ter feito sucesso, a nova festa não conseguiu eliminar o costume de entrudar dos hábitos e das preferências dos moradores da capital da província -especialmente entre as mulheres - retornando após alguns anos da instauração do "verdadeiro carnaval", coexistindo com ele e, até mesmo, permanecendo após a falência das sociedades carnavalescas.

O entrudo era uma brincadeira de origem ibérica, trazida para cá pelos portugueses, consistia em se atirar limões-de-cheiro (esferas de cera que se pareciam com

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/CNPq.

limões e continham água) uns nos outros. Eduardo de Faria, no *Novo dicionário de língua portuguesa*, de 1861, define:

> *Entrudo, s. m. (intróito de quaresma) os três dias que precedem a quaresma ou quadragésima, durante os quais é uso em alguns países divertir-se o povo banqueteando-se, molhando-se uns aos outros, empoando-se e fazendo outras peças jocosas; carnaval. Dia de entrudo, a terça-feira que precede à quarta-feira de cinza, primeiro dia da quaresma. Jogar o entrudo, entrudar. Passar o entrudo, botar o entrudo fora, divertir-se, banquetear-se; comer lautamente carne antes da quaresma. Ter o entrudo fora com alguém, divertir-se com essa pessoa por ocasião do entrudo. O nosso entrudo corresponde e é uma imitação das Saturnais da antiga Roma (FLORES, 1999:149).*

Segundo Flores, em um artigo sobre a história do carnaval no Brasil, "o entrudo era uma verdadeira batalha para molhar alguém com água jogada de balde, bacia ou seringa, com arremesso de limão de cheiro"(FLORES, 1999:152). Nessa brincadeira "homens e mulheres se empenhavam em loucas correrias e agarramentos, jogando água. Era um salve-se quem puder!"(FLORES, 1999:152).

Todavia, em 1837, o entrudo foi proibido pelo Conselho Geral, tendo sido estipuladas multas para quem desobedecesse. Mas, apesar disso, ele continuava existindo. A partir da segunda metade do século XIX, o medo das epidemias de cólera fez com que a popularidade do jogo baixasse. Entretanto, fora, segundo o jornal *A Reforma,* reintroduzido por uma mulher do alto escalão da sociedade. Vejamos a citação:

> *Alguns anos havia que este jogo bárbaro caíra em desuso, quando a célebre ex-marquesa de Monte Alegre, mulher do atual Sátrapa de São Paulo, que já foi desta Satrapia do Rio Grande, o pôs novamente em moda. Que esta renovação do passado fosse obra da ex-marquesa nada há que admirar, pois é muito conhecida pelo seu ardente temperamento e extraordinário calor;*
> *Não é, porém digno das humanas filhas do Rio Grande, num tempo em que o tifo, a febre e a tísica dizimam a população, ensopar d'água os que transitam nas ruas banhados em suor (FERREIRA, 1970:31).*

No trecho acima se percebe não só o descontentamento por parte do jornal com o retorno do velho costume, mas também o ataque dele à conduta e moral da ex-marquesa, de quem tal comportamento podia-se esperar por causa de "seu ardente temperamento e extraordinário calor".

A ex-marquesa de Monte Alegre[2], mulher do ex-presidente da Província, , Antônio da Costa Pinto e Silva[3], era uma mulher vinda de fora, de São Paulo, logo com um comportamento que não era, para o jornal, condizente com o das filhas do Rio Grande.

---

[2] Não conseguimos, até o momento, descobrir de fato o nome da ex-marquesa de Monte Alegre. Acreditamos ser ela Maria Isabel de Souza Alvim, a segunda esposa do Marquês de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, que morrera em 1860, tendo ela casado novamente com Antonio da Costa Silva e Pinto.

[3] Exerceu mandato de 16/09/1968 a 20/05/1869. Apud: AITA, Carmem (org.). Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

Essas deveriam ser moças recatadas, elegantes e sofisticadas, não se deixando levar por esse bárbaro jogo e sem seguir o exemplo da ex-marquesa. Denota-se também aí, como reforça Lazzari, a intenção, por parte do periódico, em "apresentar a volta do vício como trazido de fora" (LAZZARI, 2001: 65).

A saúde era outro elemento para qual apelavam na tentativa de abolir essa prática dos costumes da cidade. A tifo, a tísica, e a febre eram lembradas com o intuito de desanimar e amedrontar os foliões. Nota-se que Porto Alegre, em fins do século XIX, vai passar por uma higienização, tanto moral quanto física.

Cláudia Mauch, ao pesquisar dois jornais porto-alegrenses (Gazeta da Tarde e Gazetinha) do final do século XIX, afirma que com grande freqüência, os termos desordem e imoralidade, apareciam em suas páginas. Segundo ela,

> *Para esses jornais, não eram considerados perigosos apenas as meretrizes, gatunos, vadios e desordeiros, mas todos os habitantes das zonas mais pobres da capital que não se enquadravam no modelo de 'bom trabalhador' e que viviam em ambientes física e moralmente degenerados, constituindo então a 'escória' ou a 'parte ruim da sociedade'. A periculosidade dessas pessoas foi construída a partir da identificação da sua aparência física, do seu comportamento desregrado, do seu tipo de trabalho e local de moradia"(MAUCH,1994:9).*

Segundo esses jornais da capital, "a polícia deveria impedir que a 'parte ruim' da sociedade contagiasse a 'parte sã', proibindo a circulação de turbulentos e prostitutas em locais freqüentados por famílias [...]" (MAUCH, 1994:12). Em suas campanhas de saneamento moral, ambos jornais acabavam generalizando "os adjetivos de desordeiros e imorais para todos os habitantes de zonas pobres de Porto Alegre. Pode-se dizer que lá onde existia diversidade e um modo de vida diferente do das elites, os jornais enxergavam o espaço das 'classes perigosas'" (MAUCH, 1994:14). Podemos sugerir, portanto, que a introdução desse novo carnaval, do carnaval das elites, tenha sido também, um primeiro passo nessa tentativa de saneamento físico e moral da cidade de Porto Alegre.

Outro componente interessante desse excerto é o fato do colunista ter chamado o presidente da Província de Sátrapa. Isso, além de mostrar sua erudição denota outros elementos significativos para a cidade e, por conseguinte para esse trabalho. Segundo Lazzari, o jornal *A Reforma*, vinculado ao Partido Liberal, chamava o ex-presidente provincial de Sátrapa – governadores das províncias do Império Persa – com o intuito de designar o governo como despótico e centralizador, como se aqueles também representassem um governo assim. Isso porque o Imperador, desde 1868, "mantinha o Partido Conservador no controle dos Ministérios e dos governos provinciais, tendo os governadores nomeados sofrido intensa oposição dos liberais gaúchos"(LAZZARI, 2001: 65). Para esse trabalho,

contudo, o interessante é o colunista ter utilizado um termo do mundo antigo, isso demonstra seu conhecimento sobre esse período da história, despertando nosso interesse sobre uma possível relação entre os papéis femininos atribuídos às atenienses do século V a. C e as porto-alegrenses do século XIX durante os festejos carnavalescos.

Na Grécia Antiga, o termo *hetairai* era utilizado para designar as mulheres que acompanhavam os homens no espaço público. Segundo Ullmann, "eram mulheres de alguma cultura e não raras provindas do estrangeiro. Participavam em pé de igualdade nas conversações com os homens que eventualmente se valiam delas para satisfação sexual" (ULLMANN, 2005:64). Essas mulheres podiam participar dos simpósios[4], festividades das quais as mulheres casadas não podiam. Enquanto esposas, se restringiam apenas ao espaço do gineceu.

Por esse motivo enxergamos na ex-marquesa um comportamento condizente ao de uma *hetaíra*, pois essa, vinda de fora e no espaço público entrudou aos olhos de todos, participando em pé de igualdade com os homens da festividade. A ex-marquesa, contudo, era uma mulher casada, diferenciando-se das *hetairai* atenienses, apesar de ter sido atacada pelo articulista no que se refere à sua moral.

Diferentemente das *hetairai*, as esposas atenienses abastadas e bem-nascidas tinham um padrão a seguir, o modelo mélissa. Isso consistia em permanecer reclusa no interior de sua casa, cuidando dos filhos e dos bens da família. Especializavam-se em tecer, bordar e fiar. Deveriam ter um "tipo de vida puro e casto, ou seja vida sexual bastante discreta, hostilidade aos odores, à sedução e a fidelidade conjugal"(RAMOS, 2002:1) .

Fábio de Souza Lessa, entretanto, contesta essa idéia de que a atuação feminina fora do *oikos* era algo exclusivo das *hetairai* e dos homens. Para ele há uma permeabilidade mútua entre os espaços, exterior/interior.

Maria Angélica de Souza afirma que "as esposas abastadas utilizavam táticas com o intuito de diluir as margens desse modelo e assim subvertiam a dominação masculina alcançando dessa forma certa autonomia" (SOUZA, 2002:1). A autora completa ainda que as "esposas abastadas atenienses do período clássico transgrediam ao modelo idealizado pela sociedade ateniense não o rompendo por completo" (SOUZA, 2002:1) mas criando um lugar social para elas.

Na obra *Oréstia,* Ésquilo apresenta a personagem Clitemnestra como uma transgressora do modelo melissa. Segundo Severina Ramos dessa maneira ele

[4] Reuniões para filosofar e beber em conjunto.

> *apresenta e discute as falhas do pretenso 'modelo ideal' de comportamento feminino, mostrando de maneira oposta do pretendido a postura das mulheres dentro desta sociedade, levando-nos a crer que a confirmação de mulheres alheias ao processo político, econômico, religioso e social estava longe de ser presenciado no cotidiano (RAMOS, 2002:8) .*

Nesse sentido, é que Lessa argüi que se deve fazer uma distinção entre ideais culturais e práticas sociais. O confinamento das esposas no gineceu é, portanto, "mais um ideal cultural de seus maridos do que propriamente uma prática" (LESSA, 2001:106).

Dessa forma, passamos a visualizar o comportamento da a ex-marquesa não mais como o de uma *hetairai,* mas sim como o de uma esposa bem-nascida, uma mélissa que rompeu com essa fronteiras inteior/exterior, transgredindo os idéias culturais destinados às mulheres do Rio Grande.

Mas terá a atitude dessa mélissa influenciado as filhas da província? Se foi por causa de seu exemplo ou não, não sabemos. O fato é que na década de 1870 as pessoas voltaram a se entregar a prática do entrudo. Moças e rapazes passaram novamente a brincar com os limões, mas também com "baldes, bacias, farinha e o que mais viesse à mão que pudesse molhar e sujar o adversário, provocando risadas, furor, galanteios, conquistas, desentendimentos, inimizades, brigas, prisões"(LAZZARI, 2001:70).

A brincadeira só irá enfraquecer com a introdução das sociedades carnavalescas, em 1874. Entretanto ela logo reaparecerá pelos cantos de Porto Alegre, causando a fúria dos cronistas e da elite local.

Vimos, portanto, através do excerto, os ideais culturais que estavam sendo construídos para as mulheres no que se refere à sua participação no carnaval de Porto Alegre. Esses ideais, entretanto, nem sempre condiziam com as práticas sociais. A ex-marquesa, por exemplo, não encaixou-se nesse modelo, rompendo-o e ocupando outros lugares – que não eram destinados a ela – e, provavelmente, influenciando outras mulheres a também fazê-lo.

Referências Bibliográficas:

FERREIRA, Athos Damasceno. *O Carnaval pôrto-alegrense no século XIX*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

FLORES, Moacyr. *Do entrudo ao carnaval*. In: **Estudos Ibero-Americanos,** XXII (1) – junho, 1999.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

LESSA, Fábio de Souza. *Mulheres de Atenas. Melissa do Gineceu à Agora*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga/ IFCH da UFRJ, 2001.

MAUCH, Cláudia. *Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890*. In: MAUCH [et. al.]. **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994.

RAMOS, Severina Oliveira. *Teatro e o feminino na Atenas Clássica.* In**: Gaia – Revista Eletrônica de História Antiga**, 2001. Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~gaia/m%20m.htm, acessado em 27/05/2007.

SOUZA, Maria Angélica Rodrigues. *Melissa: gerenciamento, complementaridade e transgressão na Atenas Clássica*.In**: Gaia – Revista Eletrônica de História Antiga**, 2002. Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~gaia/m%20m.htm, acessado em 27/05/2007.

ULLMANN, Reinholdo. *Amor e Sexo na Grécia Antiga.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Objetos artísticos: materialidade, preservação e a pesquisa histórica.

Márcia Almada

Resumo: A obra de arte testemunha relações culturais que são percebidas também pela escolha dos materiais e técnicas que são dados à sua execução. Desvendar a materialidade do objeto artístico possibilita a revelação do modo de fazer próprio de um dado momento histórico. O restaurador, especialista nos materiais em suas qualidades físico-químicas e nas especificidades das técnicas, contribui para a análise material da obra de arte. Através de critérios de análise bem definidos, apresenta informações primordiais para a identificação dos elementos utilizados que, em última instância, possibilitam a reflexão sobre o objeto em sua natureza histórica. As ações de preservação são datadas histórica e culturalmente, já que os responsáveis pela guarda e perpetuação do patrimônio cultural necessariamente tomam medidas respaldadas pelos paradigmas intelectuais de sua época.
Palavras-chave: história da arte; preservação; restauração de bens artísticos.

Resumé : L'oeuvre d'art témoigne de rapports culturels qui sont perçus également par le choix des matériaux et techniques qui sont fournis pour son exécution. Dévoiler la matérialité de l'objet artistique rend possible la révélation de la façon de faire propre à un moment historique donné. Le restaurateur, spécialiste des matériaux pour ses qualités physiques et chimiques et des spécificités des techniques, contribue dans l'analyse matérielle de l'oeuvre d'art. Par des critères d'analyse bien définis, il présente des informations primordiales pour l'identification des éléments utilisés ce qui, en dernière instance, rend possible la réflexion sur la nature historique de l'objet. Les actions de préservation sont datées historiquement et culturellement puisque les responsables pour la garde et la perpétuation du patrimoine culturel prennent des mesures appuyées sur les paradigmes intelectuels de leur époque.
Mots-clés : histoire de l'art ; préservation ; restauration de biens artistiques.

Os materiais da obra de arte

Os homens expressam e materializam o sentido da existência nos objetos de uso cotidiano, vestimentas, cores, adornos, mobiliário, arquitetura, textos, letras, artes. A produção do material visual relaciona-se, em última instância, aos mecanismos de estruturação social e às práticas que são historicamente condicionadas e vinculadas aos padrões, doutrinas e formas de organização da sociedade em cada tempo. Idéias e expressões materiais devem ser compreendidas como o resultado da integração e subordinação de diversos códigos culturais às circunstâncias locais.

Doutoranda em História Social da Cultura – Universidade Federal de Minas Gerais. Agência financiadora: FAPEMIG.

A análise formal e material da obra de arte revela as maneiras do fazer e do sentir o mundo, representado em formas artísticas. Desvendar a materialidade é olhar com lupa, aproximar-se do artista através das suas escolhas. Segundo Michel de Certeau (CERTEAU, 2001:48-50), a identificação e a classificação dos padrões estéticos utilizados e dos seus modelos referenciais, através da explicitação do *que* é usado e de *como* é usado, podem indicar o caminho tanto da tradição como da sua reinvenção. No processo de construção de sentido é preciso tanto olhar o observador em suas competências específicas quanto tomar a percepção como algo concreto, através das características formais do objeto. Decifrar as maneiras de execução possibilita refletir sobre a ordenação do processo construtivo, as relações entre o trabalho de diversos artistas e perceber as modificações e adaptações de uma ordem comum instituída.

O primeiro contato com um objeto é feito a partir dos sentidos e da matéria, ou seja, a partir de sua forma, aparência, textura, imagens, odores, conformando as expectativas e a compreensão da informação. Os suportes e materiais utilizados influenciam a fruição da obra de arte, assim como sua função e destinação, de certa forma, relacionam-se às circunstâncias em que foram produzidas. Tomemos como exemplo a arte da pintura no século XVIII em Minas Gerais. Embora as diversas práticas estejam conectadas, a pintura monumental em um forro de igreja ou capela é, em essência, diferente de uma pintura sobre tela e ainda de uma pintura em manuscrito. Suportes diferentes favorecem leituras específicas, relacionadas à função, ao uso e à apropriação da obra. Uma pintura sobre madeira executada em forro de igrejas ou capelas compõe um cenário para a prática religiosa e é percebida como parte de um conjunto que inclui outros elementos artísticos; a pintura sobre tela está em exposição permanente e passível de uma percepção integral de sua totalidade, independentemente de seu entorno; os manuscritos encadernados são dados ao manejo de poucas pessoas, não ficam expostos à contemplação e são percebidos por partes, a cada página virada. As telas e pinturas em madeira são vistas à distância, enquanto as pinturas em livros são observadas minuciosamente em seus detalhes.

A escolha apropriada dos materiais e instrumentos de trabalho é fundamental para a qualidade final da obra de arte. A observação sobre a aptidão na preparação e manejo dos materiais e na aplicação das técnicas são informações preciosas para a identificação da organização do trabalho dos artistas em determinado período. Durante o século XVIII nas Minas, por exemplo, era comum que os artistas fossem capazes de realizar inúmeras e diversas atividades artísticas. Mas nem sempre o profissional era bem sucedido em uma nova empreitada, pois as habilidades específicas para cada técnica, suporte ou material deveriam

ser bem desenvolvidas. Em manuscritos há casos em que calígrafos treinados em capitulares adornadas experimentam o trabalho a pincel, resultando em pinturas que revelam a sua aventura e imperícia (ALMADA, 2006:67-68).

Nas obras sem autoria comprovada, certos detalhes quanto à aplicação da técnica contribuem para a identificação das características do trabalho. O método de Giovanni Morelli (1816-1891), utilizado pelo modelo filológico de análise do trabalho artístico, destacava a importância de buscar detalhes "insignificantes" na obra de arte para verificar as peculiaridades pessoais e assim conformar elementos para atestar autoria ou datação. São nesses pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características das escolas que se pode perceber o que o artista tem de incomum e particular (GINZBURG, 1989:143-179). No método morelliano, valorizam-se os resíduos e dados marginais, considerados reveladores dos traços e hábitos puramente individuais, possibilitando a construção de um glossário do gestual e linguagem particulares, levado posteriormente à análise de outras obras.

A obra de arte testemunha relações culturais, percebidas pela análise das referências e empréstimos, da clientela e suas preferências plásticas, da formação do artífice, bem como da disponibilidade dos materiais e técnicas que são dados à sua execução. O efeito da apreensão dos objetos depende não só da idéia que estes veiculam, mas também da forma que possuem. É através dos sentidos e da matéria que o primeiro contato se estabelece com o observador. Desvendar a materialidade do objeto artístico possibilita a revelação do modo de fazer próprio de um dado momento histórico. Explicitar o que é usado e como é usado indica as opções tomadas dentro de um rol de possibilidades.

A descrição e a identificação das técnicas e materiais estão diretamente vinculadas aos processos produtivos, seja da obra de arte, seja dos livros e documentos; portanto, estão voltadas para a sociologia das práticas e análise dos processos cognitivos (CHARTIER, 2002:7). O conhecimento técnico é essencial tanto para historiador quanto para o restaurador. O primeiro utiliza essas informações para identificação de autoria ou da época de execução, para a avaliação das adaptações regionais ou para usos específicos e circulação das técnicas, entre outras diversas questões. Para o segundo, é base para determinação dos procedimentos que serão empregados no tratamento de recuperação estrutural e estilística da peça.

O olhar do restaurador sobre a obra de arte

Para a definição do tratamento de restauração de um bem móvel ou imóvel,

implementam-se análises formal, estilística e iconográfica (quando for o caso). O uso de metodologias de análise próprias do historiador da arte dá suplemento ao restaurador para entender o objeto que tem nas mãos. Com estas informações, o profissional estabelece um diálogo com a obra e a enxerga em sua originalidade histórica, compreendendo como suas formas e aparência foram concebidas. Fontes documentais e métodos de análise historiográficos fornecem os subsídios e as informações que garantem a propriedade das intervenções. A interdisciplinaridade, agregando conceitos, conhecimentos específicos e métodos de trabalhos de diversas áreas do conhecimento, é fundamental para a definição dos tratamentos a serem realizados, especialmente em obras de grande vulto e visibilidade, que encontram nas comunidades seus guardiões mais firmes; nestes casos, a responsabilidade se alarga sensivelmente.

Após a primeira análise, parte-se para os exames laboratoriais, que irão indicar os materiais constitutivos do objeto, além da sua memória material, ou seja, a identificação da forma como sobreviveu desde sua concepção, que intervenções sofreu ao longo dos anos e como reagiu às intempéries e situações de guarda apresentadas. Os principais exames de laboratório são: cortes estratigráficos para determinação das camadas componentes da obra e exames químicos para identificação de pigmentos, cargas e encolagens; raio X e exames de ultravioleta para identificação de camadas subjacentes escondidas e da estrutura física; prospecções e testes de solubilidade para tintas e vernizes.

O trabalho do restaurador traz como benefícios a recomposição do equilíbrio estético e histórico das obras – harmonização entre talha e policromia, por exemplo -, a reconstituição das partes faltantes do suporte - somente quando a leitura estética esteja comprometida -, a valorização do conjunto e a recuperação da carga expressiva das obras. A reconstituição da obra em suas características originais facilita os caminhos para atribuições e estabelecimento de autorias. Em esculturas produzidas durante o Setecentos, por exemplo, os suportes, entalhes (muitas vezes escondidos em seus detalhes pelas inúmeras camadas de repintura) e as soluções técnicas adotadas para os sistemas de encaixes fornecem as bases para identificação das características de trabalho de um escultor ou oficina.

Atrás das minúcias da obra em seus aspectos materiais, o restaurador está acostumado a perceber os menores detalhes. No ato de restaurar, executando a limpeza química ou física, a remoção de policromia, de verniz oxidado ou de adesivos, o olhar se dirige para os pormenores da obra. O profissional dialoga com o objeto. Penetrando nos fragmentos da obra, o restaurador está habituado a enxergar o que há por trás das pinceladas ou dos movimentos de formões, a forma de entelamento, de conformação de encaixes, de

colagem de partes avulsas, de marcação de margens ou moldes. A intuição desenvolvida no trabalho de restauração provoca, no profissional, determinadas perguntas, especialmente no que se refere à sua materialidade. Além dos exames laboratoriais, o uso dos sentidos é indispensável. Em um manual de caligrafia português utilizado por escrivães e pintores de iluminuras durante o século XVIII em Minas Gerais, o autor ensina detalhadamente como escolher um bom papel. Algumas das instruções citadas compreendem alisar a folha com os dedos para identificar aspereza ou lisura, presença de fibras grossas; colocar a folha contra luz para perceber o equilíbrio na distribuição das fibras e a presença de minúsculas perfurações (que fazem com que a tinta passe para o outro lado); tocar a folha com a saliva para identificar uma boa encolagem (ALMADA, 2006:54). Esses recursos de percepção sensorial são, da mesma forma, essenciais para o restaurador.

A preservação do patrimônio

Historiadores necessitam dos registros materiais, seja documentos, seja obras de arte ou objetos de uso cotidiano, de natureza arqueológica, artística ou textual, pois a partir deles se torna possível a aproximação com a realidade vivida. Sem as fontes, a reflexão sobre sociedades passadas não ultrapassa a mera especulação. Como lembra de José Murilo de Carvalho, "o historiador ainda mantém, como seu território próprio, a preocupação com a temporalidade e a indispensabilidade do documento" (CARVALHO, 1999:454). A prática e a política de preservação dos vestígios da cultura material produzidos pelas sociedades, no caso brasileiro, efetivamente se inicia com a constituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos anos 30 do século XX e com o apoio dos modernistas em busca da emancipação cultural e do resgate da memória do país (BORGES, 1999:114).

As ações de preservação são datadas histórica e culturalmente. Responsáveis pela guarda e perpetuação dos objetos e monumentos necessariamente tomam medidas respaldados pelos paradigmas intelectuais de sua época. Analisando a história das restaurações implementadas nos Passos da Paixão em Congonhas do Campo, Minas Gerais, a historiadora Myriam Ribeiro de Oliveira comenta como as opções de tratamento interferiram nas possibilidades de compreensão do conjunto da obra e das especificidades do trabalho de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e de Manoel da Costa Ataíde. Embora os técnicos estivessem preocupados com a conservação física dos objetos, a ausência de estudos interdisciplinares resultou em distorções relativas tanto ao cenário quanto à disposição de cada elemento que compunha o conjunto. Faltou a compreensão da obra enquanto "totalidade

histórico-artística, notadamente os [aspectos] relacionados à iconografia e estilística do barroco religioso, seus valores e intencionalidade próprios" (OLIVEIRA, 2001:85). Cabe notar que, no caso dos Passos da Paixão do Santuário de Congonhas, a própria distância temporal entre os trabalhos da talha e da policromia (parcialmente realizado após a morte de Aleijadinho) provocou certas distorções e incongruências com o que poderia ser a intenção original do artista quanto à localização e importância de cada elemento no conjunto.

Em alguns casos, os usos simbólicos dos monumentos acabam contribuindo para seu desaparecimento, como se a destruição física determinasse o apagamento da memória. Na verdade, dificilmente perpetua-se a memória simbólica e funcional de um bem sem a sua presença material. É emblemático o caso citado por Afonso Carlos Marques dos Santos a respeito de destruições de monumentos ocorridas na cidade do Rio de Janeiro. Na época da comemoração do centenário da independência, o Morro do Castelo, um dos marcos identitários da ocupação efetiva da cidade pelos portugueses e de nossa procedência colonial, foi suprimido para favorecer uma paisagem aberta para as edificações da Exposição Internacional de 1922. Mais tarde, estando ao lado do Museu Histórico Nacional, o edifício do Ministério da Agricultura, remanescente do projeto construtivo da Exposição de 1922, sendo "condenado ao espúrio pela sua arquitetura eclética, foi eliminado da paisagem em nome de uma suposta recuperação da visualidade colonial" (SANTOS, 2003:14-15). Com estes exemplos pode-se perceber que tanto a construção de monumentos quanto a sua destruição intencional são tentativas de se marcar material e simbolicamente as idéias de ruptura com uma ordem antiga (JULIÃO, 1996:50).

A determinação sobre o que será objeto das ações de preservação, como vimos, é pautada por fundamentações próprias a um dado momento histórico e geralmente por grupos que transitam nas esferas do poder político. As escolhas são necessárias, mas sempre imprecisas. Já alertava Le Goff (1983:95),

> *o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.*

Sem a seleção, há o risco de se produzir um "duplo fragmentado e parcelar do presente empírico", nas palavras de Michel Melot (MENESES, 1999:12). Se tudo é guardado, a "nação inteira está fixada em sua própria imagem". A seleção acaba por criar (ou reforçar) a noção de passado que se pretende preservar para o futuro. Quando as opções são

tomadas pelo poder público, estão guiadas, direta ou indiretamente, por interesses políticos específicos. Quando tomadas por instituições privadas, nem sempre as boas intenções são suficientes para o sucesso das intervenções de preservação (gostaria especialmente que fosse lembrado o que ocorreu com boa parte do acervo histórico sob a guarda eclesiástica).

Na formação de restauradores, uma das primeiras lições que devem ser apreendidas é a consciência da responsabilidade diante do acervo histórico em todas as suas dimensões. Tomemos como exemplo as inúmeras pinturas em forros realizadas durante o Oitocentos, sob o gosto neoclássico, que encobriram as pinturas coloniais. Para um restaurador desavisado, o primeiro impulso seria o de descortinar a pintura original, recuperando a possível (e nem sempre verdadeira) unidade estética. Adriano Ramos, experiente profissional, em suas aulas sempre alertava para que se fosse respeitada a pintura encontrada. Afinal, ela mesma era uma fonte de observação histórica sobre os gostos e estilos de uma determinada época. Em algum momento futuro a tecnologia possibilitará a preservação das duas experiências estéticas.

As escolhas e opções tomadas pelas sociedades a respeito da guarda e preservação de seu patrimônio cultural são objetos de estudo para o historiador, já que a memória material guardada pelos bens culturais pode indicar as concepções vigentes em determinados momentos históricos. Esses dados constituem fonte para reflexão de como as diversas sociedades lidam com os vestígios de seu passado.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Márcia. *Livros manuscritos iluminados na era moderna:* compromissos de irmandades mineiras. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BORGES, Célia. Patrimônio e memória social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. In *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.5, n.2, p.113-125.

CARVALHO, José Murilo. O historiador às vésperas do terceiro milênio. In *Pontos e bordados.* Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.441-457.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita.* São Paulo: Editora Unesp, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas e sinais; morfologia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte*: itinerário da cidade moderna (1891-1920). In DUTRA, Eliana F. (org.). *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p.49-118.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia*

Einaudi, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. p.95-106.

MENESES, Ulpiano T.B. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In SILVA, Zélia L. *Arquivos, patrimônio e memória*. Trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1999.p.11-28.

OLIVEIRA, Myrian R. Os Passos de Aleijadinho e suas restaurações. In *Imagem Brasileira*, n.1. Belo Horizonte: CEIB, 2001. p.81-91.

SANTOS, Afonso C.M. O museu na arquitetura da cidade. Cultura urbana, história e representação. In _____ et alli. *Museus e cidades*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.p.11-24.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Heracles: Identidade e Alteridade na obra de Luciano de Samósata

Edson Arantes Junior[1]

Resumo: Luciano de Samosata é um sírio que viveu no século II da era cristã, sua obra impressiona pela diversidade e por uma visão profunda do seu tempo. A partir da análise da imagem de Heracles pode-se deslindar as diversas possibilidades de entender os processos identitários no Império Romano. Em sua obra o autor apresenta o herói com conotações distintas, mas sempre como elemento significativo para a cultura imperial. Por exemplo, temos um herói indagado em sua natureza em um dos Diálogos dos Mortos ou, ainda, uma representação Céltica que o aproxima de Ogmio, deus Celta da Guerra. Desta maneira Luciano apresenta traços de sua identidade, re-lendo a mitologia greco-romana de maneira peculiar, construindo assim uma outra memória.
Palavras-chaves: Luciano de Samósata – Heracles – Identidade

Abstract: Lucian of Samosata was a Syrian, who lived in the Second Century of the Christian Age. His work impresses by variety and deep view of that time. After to study the Heracles' image it could discover many possibilities to understand identity processes of the Roman Empire. In his work the author shows the hero with different meanings, but like a significant instrument to the Imperial culture. For example, we have the hero asked in his nature one of the "Dialogues o*f the Dead*" or, also, a Celtic representation that get him close to Ogmio, the war's Celt God. This way Lucian shows ways of his identity, reading again the greek-roman mythology deepest, building another memory.
Keywords: Lucian of Samosat –Heracles – Identity

1. Luciano de Samósata: fragmentos

Luciano de Samósata nasceu, entre 120 e 125 d. C, nos últimos anos do principado de Trajano. Morreu aproximadamente em 190 d.C. no governo de Cômodo. O samosatense substituiu sua língua materna, o aramaico, aprendeu e dominou o grego, língua com a qual compôs seu vasto corpus. No qual o humor é uma característica fundamental. Não o riso pelo riso, mas a produção do riso voltada à crítica à tradição, dos valores, da cultura dominante. Essa característica foi chamada de cômico-sério, por Mikhail Bakhtin (1981: 93).

Existe também um riso causado pela incompreensão do outro, exemplificada pela velha questão entre os gregos e os bárbaros, que apesar do cosmopolitismo de seu tempo que tendia reduzir as diferenças, assim as exterioridades de outras culturas sempre foram

[1] Universidade Federal de Goiás, Mestrando em História sob orientação da professora Drª. Ana Teresa Marques Gonçalves.

estímulos infalíveis para o riso, com uma tendência depreciativa na avaliação do outro (SILVA, 2006: 227).

O período no qual Luciano escreve sua obra foi representado desde a Antigüidade como um período áureo de integração e prosperidade do Império romano. Já que, supostamente, sua população teria consciência da superioridade imperial em relação aos povos exteriores, como analisou María José Hidalgo de La Vega (2005: 278) .

Aldo Schiavone, no livro *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno* (2005) analisa como esta imagem, de prosperidade e união, já está presente no *Elogio a Roma*, de Élio Aristides. Esta representação foi aceita sem crítica por alguns historiadores modernos, como Gibbon e Rostovtzeff. A partir da análise do projeto luciânico de identidade, focando a representação mítica dos heróis e principalmente a maneira como ele constrói sentido, a partir de uma profunda discussão com a tradição greco-romana. Com este pressuposto acreditamos que podemos formar um painel mais amplo e menos homogenizado do Império Romano.

Neste artigo, vamos destacar os signos identitários, aqui entendidos como traços expressos pela linguagem, como forma de conter os elementos mais significativos de diversas culturas, construídos em um processo histórico. Examinaremos a construção de identidades, utilizando alguns momentos significativos nos quais Luciano refere-se ao deus/ herói Heracles Vamos discutir principalmente os textos: Assembléia dos Deuses, Prelúdio Heracles, O leilão dos filósofos e em um dialogo travado entre Heracles e Diógenes de Sínope, transcrito nos *Diálogos dos Mortos.* Tentaremos debater como o autor re-inventa os "velhos" heróis, que são vinculados diretamente à construção do poder imperial e à tradição cultural predominante.

A nosso ver, Luciano de Samósata propõe um projeto identitário diferente para a cultura imperial durante o governo de Marco Aurélio e Cômodo, diferente das propostas construídas próximas ao poder do Príncipe. Nossa análise tenta pensar as vozes dissonantes, como Luciano, que confere significados novos a elementos estruturantes da herança clássica.

2. O mito de Heracles e a sociedade

Começaremos com a análise do Diálogo travado entre Diógenes de Sínope — filósofo cínico que viveu entre 412-323 a.C um personagem que foi construído como um espinho no pé da coletividade — e o "Heracles, o Herói cínico por excelência" (Goulet-Cazé, 1992: 06), que representava a luta contra os sofrimentos terrenos, contra a sede e a fome. Ele *"seria um dos deuses mais populares do Império Romano. No III e IV séculos de nossa era*

seu culto se rivaliza com o cristianismo" (JACZYNOWSKA, 1981: 631). Há indícios de que os romanos o cultuava desde o IV século antes de Cristo (JACZYNOWSKA, 1981: 633). Alguns autores, como Bayet, defendem que com a afirmação de um deus salvador com os cristãos os pagãos buscaram sem seu panteão um contraponto para Cristo e suas representações em deuses homens, como no caso de Heracles (BAYET apud. MENDES, 2005: 483).

Entendemos que o filho de Zeus é um Herói no sentido proposto por Francisco Bauzá, isto é aquele que transpõe os valores dominantes e reinventa uma nova ordem, suprimindo o caos. Sua imagem podia legitimar a ação de um indivíduo ou de um grupo, ou ainda, legitimar uma ordem pré-estabelecida. Toda a ação do herói se afirma em valores morais. Fato que garante sua imortalidade, por meio da permanência na memória coletiva ─ mais um fator ordenador da vida social. Bauzá ressalta que a função do herói era a de servir de exemplo de conduta e despertar o sentimento de heroísmo presente nos homens, a imagem ideal pela qual o homem devia guiar sua conduta (BAUZÁ, 1998: 3-13).

Quantos Imperadores não vincularam sua representação pessoal com a imagem deste Herói? Cômodo e Marco Aurélio ligaram suas representações com Heracles. Essa estratégia está presente na propaganda de vários imperadores. Disso se pode concluir que este era um mecanismo utilizado por muitos lideres para legitimar suas ações. Por exemplo, Augusto aproximava sua figura da imagem de Rômulo, uma vez que Marco Antônio, seu último inimigo havia criado uma forte propaganda vinculando sua imagem ao filho de Alcmena (SCHILLING, 1942, 270-271; JACZYNOWSKA, 1981: 634-635). Este expediente se constituía na forma de tornar o poder do Príncipe mais presente a todos os cidadãos do Império Romano. Outro ponto importante é entender, como em períodos distintos, estes Heróis foram lidos de maneiras específicas, ressaltando sempre os fatores marcantes que se queria propagar a respeito de um governo ou dos grupos envolvidos. Ou seja, este era um mecanismo de poder e propaganda bastante flexível.

Diferentes construções de Heracles são ressaltadas. Cada um se apropria de uma faceta deste herói, apresentando uma ênfase distinta, mas sempre falando do mesmo personagem. Seja um Imperador que pode por meio deste expediente enfatizar a sua virtude de guerreiro e combatente vitorioso, ou os filósofos cínicos e estóicos que vêem nele o exemplo de virtude moral e de vitória sobre a morte.

Uma vez que o Império Romano se funda sobre a força das armas. Dentro da nova hierarquia religiosa, Heracles, envolto da mística da vitória, parecia destinado a um lugar de destaque. Visto que sua morte daria um exemplo de apoteose, o rito da cremação que o

transformou em deus, sobre a fogueira do Oeta, poderia servir de idéias ao culto imperial. O Heracles romano, deus da abundância e da vitória, por seus diversos títulos, teria de se impor a Augusto, mas este imperador se afasta deste herói por motivos particulares — a vinculação de seu ultimo rival a este deus (JACZYNOWSKA, 1981: 634).

A imagem de Heracles voltou a ser cultuada e vinculada ao poder imperial a partir dos antoninos. A evidência do poder de sedução que o único, o herói que venceu a morte, foi usada de maneira coerente e apropriada pelos imperadores. A cerimônia da apoteose no qual **o** *pneuma* do morto ascendeu ao Olimpo como um deus, separando-se do seu ***eidolon*** que se encontra no mundo dos mortos podia servir aos usos políticos dos líderes. Cerimônia que permitiu a eliminação de sua parte mortal e, assim libertou a parte divina do herói (BAUZÁ, 1998: 80; GRIMAL, 1992: 221). Isso explicaria sua dupla natureza e o duplo culto que era oferecido a Heracles: como Deus e como Herói, assim como ao culto ao imperador.

Segundo Bailly (1995), *eidolon* (εἴδωλόν) significa imagem, reprodução, simulacro, fantasma, retrato. Ou seja, não é a presença em si, mas um ente que remete à presença. Esse termo está inserido na tradição que remonta a Homero. Bauzá cita o poeta grego e ressalta que, no canto XI da *Odisséia* Ulisses viu "Heracles o forte, mas só em sua sombra ─ o que quer dizer seu *eidolon*, imagem─ pois o herói goza do Olimpo junto a Hebe e o restante dos imortais" (BAUZÁ, 1998: 49). Logo, *eidolon* é um signo que compõe a rede de significados onde se insere e firma as memórias dominantes, que suprimiu esta contradição através de um artifício que seria, inicialmente, exclusivo de Heracles e que, posteriormente, foi estendido aos Imperadores Romanos.

Augusto, inicialmente, vincula o ritual da apoteose a Rômulo. Nos governos dos antoninos Heracles, representou uma imagem mais interessante a sustentação do poder do princepe, pois tinha além da ligação com as guerras, era um Herói vitorioso, que conquistou sua imortalidade com trabalhos sobre-humanos (JACZYNOWSKA, 1981). Na cerimônia de cremação um dos presentes, de preferência um cidadão ilustre, via o *pneuma* de o Imperador subir ao Olimpo durante a cremação do corpo do Príncipe retratado pelo vôo de uma ave. Ou seja, seu *pneuma* não teria se dissipado como a dos mortais comuns, o que era sinal de que este foi aceito no Panteão, como um divus. Um mito que legitimará a inclusão dos Imperadores no panteão após a sua morte, seguindo o exemplo de Heracles.

A partir desta cultura política Luciano escreveu a obra Diálogos dos Mortos. Alguns pontos devem ser ressaltados. Luciano evita compulsoriamente falar de personagens históricos romanos, com uma única exceção feita a Cipião, O africano. O que explicaria este silêncio? Ele está se referindo ao passado ou ao seu presente? Sua obra é cativa da imitação?

Esta não é nossa perspectiva, uma vez que a crítica aos valores tradicionais é também a crítica àqueles que se colocam como seus guardiões da memória.

O diálogo que ora analisamos é um exemplo claro desta memória, pois Diógenes inicia descrevendo o eidolon de Heracles. *"Diógenes – Esse aí não é Heracles?! Não pode ser outro, por Heracles! ─ o arco, o porrete, a pele de leão, a estatura... é todinho Heracles"* (LUCIANO, Diálogo XI, p.1-5).

Uma ironia, Heracles que para o filosofo cínico é mais um entre os mortos. Aqui o filho de Alcmena está representado como a memória coletiva guardou sua imagem, sem dispor de nenhum elemento de sua tradicional indumentária. Fato instigante. Em um dos primeiros diálogos Caronte e Hermes obrigam os mortos a se despirem de todos os elementos que podem sobrecarregar o barco, na travessia da Aquerusia. Por que Heracles não é obrigado a abandonar estes apetrechos ou atravessar o rio que cerca o Hades? Caronte abriu uma exceção ao herói? Cremos que não. Jacynto Lins Brandão enfatiza que o Hades luciânico é o espaço da isonomia. (BRANDÃO, 1994/1995: 90).

Há então uma tentativa inicial luciânica de construir um espaço igualitário. Entretanto, várias são as características de poder salientadas, que desmontam a mensagem inicial, salientada por Jacynto Lins Brandão. Heracles continua com sua indumentária para marcar o espaço da alegoria. Para salientar o símbolo, o escritor de Samósata não está falando de Heracles apenas, mas de uma realidade externa, de um componente básico da rede de significados que compõem sua cultura. Diógenes questiona a divindade de Heracles e este lhe responde:

> ***Diógenes –*** *(...) Então, Heracles, mesmo sendo filho de Zeus, tu estás morto? Dize-me, ó belo vencedor, tu estás morto mesmo?! É que, eu, na terra, te oferecia sacrifícios, como um deus.*
> ***Heracles –*** *E o teu sacrifício era correto, pois Heracles em pessoa está no céu e possui Hebe, de belos pé; eu sou a sombra dele (LUCIANO, Diálogo XI, p. 1-10).*

O termo está *eidolon* vinculado, através da epopéia homérica à figura de Heracles, a uma memória consolidada graças a grande difusão que estes poemas tiveram, na formação do homem grego e romano. Diógenes confunde o filho de Zeus e o herói responde assim: ***"Heracles*** *– Tu és um impertinente e um tagarela. Se não cessares de me gozar, ficarás sabendo logo de que deus eu sou a sombra"* (LUCIANO, Diálogo XI, p. 25).

Geralmente os donos do poder e produtores da memória "verdadeira", quando não têm mais argumentos utilizam também da ameaça. Os indivíduos representantes de grupos impossibilitados de exercer o poder, sempre que possível, utilizam estas armas para manterem sua memória, propagada de maneira subterrânea. E Luciano tem esta mesma idéia: questionar

a autoridade da tradição, representada pelo texto homérico, pois Diógenes assim conclui o diálogo:

> ***"Diógenes*** *– Eu sou à sombra de Diógenes de Sínope. Eu não estou, por Zeus, entre os deuses mortais, mas estou entre os melhores dos mortos; e estou zombando de Homero e desse tipo de invencionices" (LUCIANO, Diálogo XI, p. 5).*

Outro ponto a ser ressaltado é que em outros momentos Diógenes, apresentado por Luciano no Leilão dos Filósofos, se compara ao Heracles. Veja a cena:

> ***Comprador*** *– Primeiro, ó belo, de onde és?*
> ***Diógenes*** *– De todo lugar.*
> ***Comprador*** *- Como dizes?*
> ***Diógenes*** *– Vês um cidadão do mundo.*
> ***Comprador*** *– E imitas alguém?*
> ***Diógenes*** *– Heracles.*
> ***Comprador*** *- E por que não levas tu também a pele de leão? Pois no bastão estás parecido com ele.*
> ***Diógenes*** *– A minha pele de leão é este manto e luto como ele contra os prazeres – sem que ninguém me obrigue, mas por vontade própria _ propondo-me uma vida purificada (LUCIANO. Leilão dos Filósofos. 8-9).*

Várias são as assertivas que ligam os cínicos à imagem de Heracles, pois esta referência não esta presente somente na obra de Luciano, mas em uma gama maior de escritos que versam sobre os cínicos.

Este ponto é importante para compreender o diálogo antes analisado. Luciano não coloca Heracles de maneira pejorativa no Leilão dos filósofos. Este é o exemplo que guia a ação do filósofo cínico. Em Prelúdio Heracles, o samosatense apresenta uma imagem muito particular. Heracles é aproximado ao deus celta Ogmio. Luciano descreve uma pintura onde ele aparece com uma representação incomum: um velho, careca, pele enrugada e queimada pelo sol "como os velhos lobos do mar" (LUCIANO. Prelúdio Heracles, 01). Aqui o filho de Alcmena continua a usar suas indumentárias tradicionais a pele de leão e a clava. Segundo Luciano:

> *Esse Heracles velho arrasta uma enorme massa de pessoas, atados pelas orelhas (...) nem sequer resistem ou fazem força com os pés (...) não tendo o pintor ponto para ligar os extremos das correntes, pois na destra levava a clava e na esquerda tinha o arco, perfurou a ponta da língua do deus e representou todos arrastados por ela (LUCIANO. Prelúdio Heracles. 3).*

Continuando o sírio enfatiza o uso da retórica para convencer as pessoas, como é interessante uma imagem dessas, em um momento onde a imagem do poder imperial esta vinculada diretamente com o imperador, temos um herói não mais visto em sua vitalidade e áurea de vitória, mas em seu poder de convencimento e, conseqüentemente, de dominação. Alteridade e identidade se mesclam em um discurso contestador. Estas considerações permitem enxergar Luciano, em um lugar marginal, mas que produz sentido a partir de um

imaginário político no qual a memória mítica vinculada ao poder é sorrateiramente contestada. Por fim gostaria de citar o texto a assembléia dos deuses, o panteão greco-romano se reúne e Momo apresenta uma denuncia formal contra o aumento excessivo dos deuses: filhos de mortais, estrangeiros entre outros. Em dado momento Zeus interrompe a fala de Momo e diz:

> *Não digas nada, Momo, nem de Asclépio nem de Heracles, que já estou vendo onde vai chegar seu discurso. Porque um deles é médico e cura as pessoas de suas enfermidades (...), enquanto Heracles, que é meu filho, comprou a imortalidade pagando-a com muitos trabalhos, de modo que não os denuncie (LUCIANO. A Assembléia dos Deuses, 6).*

Retornado ao ritual da imortalidade, o Imperador também *"não pagou com trabalhos"* sua imortalidade com sua atuação na manutenção do Império Romano? Para além desta colocação, o autor enfatiza o lugar em que Heracles se encontrava em um lugar no qual não podia se criticar, um lugar vinculado aquele que tem o poder supremo, ou seja, o príncipe. Zeus é neste caso uma metáfora clara dele.

As colocações antes levantadas sobre as múltiplas ligações entre Heracles e a legitimação do poder imperial coloca em evidência a alegoria criada como forma de expor uma memória articula de maneira coerente estes momentos distintos. A crítica social presente no corpus luciânico não pode ser vista como indício de engajamento político deste autor, mas não podemos deixar de notar que a escolha do assunto nunca é gratuita para nenhum escritor (FREITAS, 1996/ 1997: 59). Assim, seria muito simplificador ver nos escritos luciânicos uma simples prática ficcional. Seu texto tem muito de ficcional, no entanto a ampliação de sentidos para compreender a rede discursiva no seio da sociedade romana é enorme.

Bibliografia

A) Documentação:

LUCIANO**. Obras I.** Traduccíon y notas por Andrés Espinosa Alarcón. Madrid: Gredos, 1996.

_____. **Obras II.** Traduccíon y notas por José Luis Navarro González. Madrid: Gredos, 1998.

_____. **Obras III.** Traduccíon y notas por Juan Zaragoza Botella. Madrid: Gredos, 1990.

B) Obras:

BAILLY, A. **Dictionaiaire grec-français.** Paris: Hachette, 1995.

BAUZÁ, Francisco F. **El Mito del Héroe.** Buenos Aires: FCE, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BRANDÃO, Jacyntho Lins**. A Poética do Hipocentauro.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

FLORES JUNIOR, Olimar. **Canes sine coda: Filósofos e falsários. Uma leitura do cinismo antigo a partir da literatura relativa de Diógenes de Sínope**. Belo Horizonte, 1998 (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

GOULET-GAZÉ, Marie-Odile. Avant-propos. In. _____ (org). **Les Cyniques grecs: Fragments et Térmoignages**. Paris: Lê livre de Poche, 1992.

GONZÁLEZ TOBIA, Ana María. Los griegos y nosotros. In_____. **Los Griegos: Otros y Nosotros.** La Plata: *Al Margen*, 2000.

HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. Algumas reflexiones sobre los límites del olkoumene en el Imperio Romano. **Gerión**, Salamanca, V. 23, N. 1. 2005: 271-285.

JACZYNOWSKA, Maria. Le Culte de l'Hercule Romain au temps du Haut-empire. **Aufstieg Niedergang und Romschen Welt.** Berlin, v. 2, n. 17, parte 2, Pp.. 631-670, 1981.

MENDES, Norma Musco. Desconstruindo a memória do Imperador Lucivs Aurelivs Comodvs. In BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha & LESSA, Fábio de Souza. **Memória & Festa**. Rio de Janeiro: Muad, 2005. Pp. 480-489.

SCHIAVONE, Aldo. **Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno.** São Paulo: Edusp, 2005.

SCHILLING, R. **Rites, Cultes, Dieux de Rome.** Paris: S/ Ed, 1975.

SILVAS, Maria de Fátima. Vamos rir com Luciano. In. **Máthesis***,* Lisboa, v. 15, Pp. 221-239.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

A dialética da construção do campo nas memórias e vivências de seus moradores

Paulo Cesar Inácio[1]

Resumo: A comunicação se afirma nas indagações surgidas no doutorado em História Social, onde nos propomos a analisar as transformações ocorridas na vida dos moradores do campo, no Sudeste de Goiás, no período entre 1940 a 1970. A partir da experiência de um grupo de trabalhadores braçais que estiveram ligados à Estrada de Ferro Goiás, temos identificado elementos de como nas relações de trabalho na ferrovia recompõem a vida no campo como referência para as disputas que travam na empresa. Nessa perspectiva delineamos imagens de campo que surgem do embate, com outros espaços de poder como a Empresa, o Estado. A problemática está assentada em quais sentidos essas imagens são elaboradas e persistem também na concepção política que assume em relação aos moradores do campo, e na historiografia goiana.
Palavras-Chave: Trabalho, Campo, Ferrovia.

Abstract: Abstract: The communication is affirmed in the inquiries appeared in the doctorate in Social History, where we intend to analyze the transformations happened in the residents' of the field life in the Southeast of Goiás, in the period among 1940 to 1970. Starting from the experience of a group of manual workers that they were linked to the railroad Goiás, as manual, we have been identifying elements of as in the work relationships in the railway recompose the life in the field as reference for the disputes that join in the company. In that perspective we delineated which the field image that appears of the collision, as other spaces of power as the Company, the State, they elaborate those images, in which felt those images also persist in the political conception that assumes in relation to the residents of the field, also for the historiography of Goiás.
Keywords: Goiás, Work, Field.

O texto apresenta parte da pesquisa em curso no doutorado em História Social, a qual procura investigar as redefinições das relações sociais no campo, no Sudeste Goiano, envolvendo seus moradores, no período entre 1940 a 1970.

A temporalidade foi eleita por se constituir enquanto marco disputado em diferentes formas de se lembrar o Sudeste Goiano. Essas formas são geralmente alimentadas a partir da chegada da Estrada de Ferro Goiás na região, no início do século XX, demarcando em fases distintas os contornos das transformações regionais.

No período entre 1940 a 1970 verifica-se a crise do sistema ferroviário, experimentado nas mudanças das relações de trabalho na empresa: a mudança do

[1] Doutorando em História Social – UFU, Universidade Federal de Goiás, professor na Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão, apresentação parcialmente financiada pela FUNAPE.

combustível, antes à lenha para diesel, o que limita uma série de atividades de moradores do campo, que tinham como uma das ações de trabalho, o fornecimento de lenha para a empresa; o fim do transporte de passageiros. Esses elementos implicaram em pressões para que fossem redefinidas formas de produção e consumo para grande parte dos moradores, direta ou indiretamente, envolvidos nas atividades ferroviárias. Esse processo parece pressionar o Estado, que reorienta suas políticas para o social, principalmente a partir dos anos 50, usando a Estrada de Ferro como mediadora de parte dessas ações.

Em uma das formas de organização do passado o Sudeste Goiano tem sido identificado a partir de uma memória que periodiza a região, em recortes social-cronológicos, que se afirmam na idéia do atraso. Nessas lembranças há uma divisão entre um período de progresso outro de atraso, o marco divisório é a chegada da ferrovia e sua decadência, nos anos 60.

Assim, cidades como Goiandira, Cumari, Ipameri, Pires do Rio firmam no passado ferroviário uma identidade ligada a um período idílico, até meados dos anos 60, quando surge, na crise ferroviária, o estigma de cidades perpetuadas pelo atraso.

Outras cidades como Anhanguera, Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, igualmente identificadas com o passado ferroviário, recompuseram socialmente seus marcos históricos, saindo do passado ferroviário para identidades consideradas modernizantes, pela exploração de minérios (Catalão e Ouvidor), ou pela localização junto a lagos, formados com a construção de hidrelétricas, os quais deram origem a complexos turísticos (Anhanguera e Três Ranchos).

Estas duas versões públicas, instituídas como versões oficiais, são realimentadas por meio de ações de instituições como o Estado, Escolas, Memorialistas locais, que ao firmarem dois campos de interpretação, atribuem significações diferenciadas, mas com conseqüências comuns. Uma lembrança hegemônica, ao valorizar, na significação do processo, os espaços da empresa, Estado e grandes famílias enquanto locais únicos do exercício do poder.

Durante o mestrado (INÁCIO, 2002), realizamos um recorte social elegendo famílias que mantiveram relação de emprego com a Estrada de Ferro Goiás, por algum período, entre os anos de 1940 a 1965, a maioria moradora na cidade de Goiandira. Ao buscar explorar, em suas lembranças, a formação de uma memória local, identificamos, no mesmo processo, a produção de uma história local.

> *Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida. (KHOURY, 2004: 116)*

Assim, ao explorar o passado ferroviário identificamos, inicialmente, interpretações realizadas por estes trabalhadores, contudo, no percurso de pesquisa fomos pressionados a incorporar novos níveis da realidade, como a relação familiar, o que foi possível através dos relatos de esposas e viúvas de ferroviários. Ao produzir estas entrevistas com mulheres não tencionamos completar lacunas das versões dos maridos, mas trazer, no espaço do cotidiano, interpretações não diluídas nas falas dos homens, igualmente importante para compreensão das relações de trabalho.

As versões dos trabalhadores privilegiavam, no espaço de trabalho: a relação de solidariedade com outros trabalhadores; as disputas com setores de chefia da empresa, principalmente feitores, mestres de linhas; as jornadas ininterruptas de trabalho, por ocasião de acidentes. Atentamos para a dimensão destas narrativas, de como incorporavam o trabalho ferroviário enquanto movimento inacabado. Mesmo com a aposentadoria e com o fim da função que exerciam, a dinâmica vivida é alimentada por disputas que travam, no presente, a luta pela recomposição da aposentadoria, a perpetuação de uma memória familiar que elege a ferrovia como significador de várias opções, no esforço de construir uma identidade familiar.

Os relatos das mulheres organizavam as vivências a partir da eleição de outros espaços, tais como: o nascimento dos filhos; o cuidado com as casas de turma; as ausências dos maridos durante os trabalhos nos trilhos; a convivência quotidiana com filhos e familiares de outros turmeiros; a disciplina exigida para fazer a comida a ser recolhida em horários determinados pelo feitor; a luta pela recomposição das pensões. Essas memórias dimensionam a reconstrução que fizeram do passado na ferrovia, e sua relação diante do morar, atualmente, na cidade de Goiandira. Esses relatos possuíam, na dinâmica e nos recortes espaciais/sociais, diferenças com as narrativas dos trabalhadores.

Nas entrevistas construídas no mestrado, percebeu-se que a leitura que os entrevistados faziam das relações de trabalho aparecia ligada, de maneira indissociável, a uma leitura da vida no campo, geralmente, enquanto contraponto às dificuldades do trabalho e da vida na ferrovia, e depois na cidade. Ao apontarem as motivações para a entrada para o

trabalho na Estrada de Ferro Goiás, identificam um campo de memórias com as seguintes características:

- em um primeiro momento, entrecruza a vida no campo e a experiência de trabalho com a família na empresa, como espaços políticos não dicotomizados no tempo, mas que adquirem sentido se pensados enquanto arena de disputas comuns;

- a entrada para o trabalho ferroviário, como primeira experiência de uma atividade regular, subordinada à vigilância, opção que fizeram pressionados pela necessidade de um recebimento normativo de salário, reinserindo o consumo da família em outros padrões, diferentes do que experimentou antes, elemento lembrado como uma perda;

- a contraposição de uma vida melhor no campo antes de entrarem na Estrada de Ferro Goiás;

- uma melhoria do padrão de vida familiar, no período em que Mauro Borges administrou a empresa, no início dos anos 50, ligando, de maneira não cronológica, o período em que este governou o Estado de Goiás, início dos anos 60, recordando sempre as políticas sociais por ele desenvolvidas;

- na passagem da vida no campo para o trabalho na empresa houve uma redefinição das funções exercidas pelas mulheres e filhos;

- a partir dos anos 60, ocorre, em linhas gerais, uma crise em se adequar às transformações implementadas pela empresa. Dentre estas políticas estão à exigência de um novo perfil de trabalhador ferroviário e a incorporação de maquinários, pressão que fez com que vários entrevistados entrassem com processo de aposentadoria.

Após o término do mestrado dando continuidade à pesquisa, ao reler as entrevistas, novas preocupações foram suscitadas, dentre elas se destacam: quais os significados políticos da contemporaneidade destas narrativas, enquanto processo de construção e leitura de um momento histórico? Como essas imagens produzem uma vitalidade que não diluiu em temporalidades distintas que os agentes experimentaram nas trajetórias de vida? Quais pactos e disputas demarcaram as persistências em períodos diferentes destas imagens? Qual papel de instituições como o Estado, a Igreja e outras, bem como, das pessoas entrevistadas na construção/redefinição desses pactos?

Nesse caminho identificamos na constituição do social a representatividade das entrevistas

> *Portanto, a palavra-chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E, é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996: 70).*

Em um processo lento, na constituição de novas indagações, incorporando novas fontes, fomos instituindo outros espaços de vivências como as relações de trabalho, a vivência cotidiana na cidade e no campo, os espaços de festas, o que foi permitindo apresentar outras possibilidades de leitura do local.

Na tentativa de entender a formação de um campo de representações, em que o passado se forma de maneira imbricada com processos de transformação, temos incorporado documentações diversas, nas formas de registro e preservação de memórias, tais como relatórios do Governo do Estado, Revista Oeste, relatórios publicados pela Estrada de Ferro Goiás, números da Revista Ferroviária e produção de entrevistas.

A documentação pesquisada possui especificidades nos aspectos de registro e preservação das memórias, exigindo, nas análises, a observância de diferenças metodológicas. Atentamos que essas diferenças emergem, inicialmente, de um campo comum de conflito: a sociedade goiana a partir de meados do século XX.

A documentação reporta, em linhas gerais, a três espaços produtores de discursos significadores do passado em Goiás: o Estado, a empresa ferroviária[2] e as lembranças de familiares que moraram, por algum tempo, no campo, no período pesquisado, de forma especial os que trabalharam na ferrovia. Contudo, não é possível lidar com três campos homogêneos de memórias, considerando que os três espaços possuem dinâmicas que se alteram no tempo e se entrecruzam na construção de significados.

Ao pensar Estado, empresa e moradores do campo, não firmamos compreensão de três "lócus" monoliticamente instalados, produzindo uma identidade compartilhada de forma homogênea e orgânica pelos outros. Optamos por entendê-los como espaços políticos, não homogêneos internamente, mas que se diferenciam nas estratégias de poder que dispõem e nas maneiras que usam para, no campo das disputas, registrar/preservar e re-significar o processo, sempre buscando as representações que possibilitem entender o processo de redefinição da vida de diversos moradores.

---

[2] Restringimo-nos à documentação da Estrada de Ferro Goiás, não abordando a Rede Mineira de Viação que entra no Estado em 1942. As duas empresas são extintas em 1957, quando se forma a Rede Ferroviária Federal S/A.

Privilegiando o escrito e o oral, enquanto mecanismos densos da produção da memória, alargarmos, com inclusão de níveis da realidade, o trabalho, o Estado e a empresa, o entendimento da escrita da história, tendo em vista que

> *devemos incluir todas as maneiras pelas quais um sentido do passado é construído em nossa sociedade. Isto não toma, necessariamente, uma forma escrita ou literária. Muito menos se enquadra em padrões acadêmicos de conhecimento ou em cânones de veracidade. A história acadêmica tem um lugar especial dentro de um processo muito maior. Chamaremos isto de "a produção social da memória". Nessa produção coletiva, todos participam, embora de maneira desigual. (JOHNSON e DAWSON, 2004: 283)*

De maneira significativa o Estado redefine, a partir do início dos anos 40, sua presença no meio social goiano. Formando um campo de políticas sociais reorienta a presença feminina nos espaços de poder institucional. Se na primeira república às mulheres de governadores goianos eram imputados papéis domésticos, como a educação dos filhos, a partir do governo de Pedro Ludovico, a figura feminina de esposa passa a ser enviesada para a coordenação de políticas sociais (ORIENTE, 1981) institucionalizadas ou não.

Em tais atividades, o Estado estabelece pactos com algumas instituições (por exemplo, a Igreja Católica) por meio das irmandades (como a Sociedade São Vicente de Paulo), com a própria instituição (através da implantação de Escolas Normais) e com a Estrada de Ferro Goiás. Institui políticas que visavam a educar e a inculcar novos hábitos nos moradores da região da Estrada de Ferro, e, também, com órgãos classistas de representações comerciais e industriais.

Essa intervenção é identificada nas páginas da Revista Oeste, publicação do início dos anos 40, que reunia intelectuais goianos, que através do uso de fotografias, artigos, poesias, fixa uma imagem do homem do campo no cenário de miséria e pobreza, sinalizando seu resgate para o mundo moderno através do Estado.

Instituições como a Legião Brasileira de Assistência, instalada em Goiás, no ano de 1942, para apoiar os familiares dos soldados que iam combater na 2ª Guerra Mundial, são reorientadas para ações que visavam a atingir o quotidiano de famílias pobres, mesmo sem terem familiares diretamente envolvidos nas batalhas. Convênios firmados com a Igreja Católica implementam novas propostas para a educação. A aproximação com órgãos de assistência como a Sociedade São Vicente de Paulo permitem ao Estado forjar uma linguagem, mediada por estas instituições, que tem por finalidade intervir nesse quotidiano. Esse novo cenário pode ser visto na modificação dos serviços de saúde e de educação.

O debate nos incomodou e nos fez refletir sobre de onde temos exercitado a busca de um novo tratamento com o material trabalho e as leituras realizadas. Em uma das reflexões temos problematizado qual significado atribuímos, ao lidar com a temporalidade e os agentes envolvidos, delimitando nossas questões com um conteúdo prefixado, direcionando vencedores e vencidos no enredo que adquire apenas significado retrospectivo.

Um outro elemento importante foi à distinção do que temos apreendido como questão de época e questão histórica.

> *É bastante evidente em alguns dos melhores estudos marxistas o fato de que eles se sentem muito mais à vontade no que podemos chamar de questões de época do que em questões que poderíamos definir como históricas. Quer dizer, geralmente são muito melhores ao distinguirem as características gerais de diferentes épocas da sociedade, como entre o feudalismo e a era burguesa, do que quando distinguem as diferentes fases da sociedade burguesa, e os momentos diferenciados no interior dessas fases: aquele processo histórico real que exige uma precisão e a delicadeza de análise muito maior do que a já conhecida análise de épocas, preocupada com as características gerais e delineamento abrangentes. (WILLIANS, 2005: 217)*

Assim, o percurso da pesquisa tem partido de visões hegemônicas e individuais. Entendemos que ambas remontam a um mesmo período de transformações, 1940 – 1970, indicando a problemática de se pensar os significados que se têm imputado às construções das memórias, como essas são embebidas de visões diferenciadas, tendo em vista processos extremamente contraditórios, que são aplainados apenas por mecanismos de violência.

A pesquisa do doutorado, em sua fase inicial, tem tentado exercitar na seleção/leitura de fontes documentais a necessidade de avançar para outros possíveis significados que o campo adquire enquanto um elemento perpassado por amplos debates e construções, as quais convergem para uma compreensão do sudeste goiano, pluralizando o que se entende por história e pelo direito à memória, reafirmando a produção histórica a partir de uma construção de múltiplos sujeitos**.**

Referências Bibliográficas

HALL, Stuart. Notas sobre a "desconstrução" do popular. In: **Da Diáspora**: identidades e mediações Culturais, Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Unesco, 2003, p. 243/264.

INÁCIO, Paulo Cesar. **Trabalho, Ferrovia e Memória:** a experiência de Turmeiro (a) no Trabalho Ferroviário. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2002, mimeo.

JOHNSON, Richard; DAWSON, Graham. Memória Popular: Teoria, Política, Método. In: **Muitas Memórias, Outras Histórias**. FENELON, Déa Ribeiro et all (orgs). São Paulo: Ed. Olho d'água, 2004, p. 282/295.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, outras História: cultura e o sujeito na história. In: **Muitas Memórias, Outras Histórias**. FENELON, Déa Ribeiro et all (orgs). São Paulo: Ed. Olho d'água, 2004, p. 116/138.

ORIENTE, Esther Barbosa. **Dona Gercina**, Mãe dos Pobres. Goiânia: Ed. Oriente, 1981, 256 p.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Vol 01, nº 02, 1996, p. 59-72.

_____. As Fronteiras da Memória: O Massacre das Fossas Ardeatinas. História, Mito, Rituais e Símbolos. In: **Revista História e Perspectivas**, nºs. 25/26, jul/dez/2001, jan./jul./2002, p.9-26

_____. História Oral Como Gênero. In: **Revista Projeto História**, PUC/São Paulo, nº 22, Junho 2001, p. 09-36.

MUNAKATA, Kazumi. Compromisso do Estado. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, nº 7, março, 1984, p. 58/71.

WILLIANS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In **Revista USP** nº 66, Julho/Agosto, 2005, p. 210/225.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Teatro e crítica teatral: as reflexões de Fernando Peixoto nos jornais *Opinião* (1972-1977) e *Movimento* (1975-1981).

Victor Miranda Macedo Rodrigues*

Resumo: Pelo fato de conceber a atividade teatral de maneira orgânica, ou seja, um conjunto de atividades, conseqüências e significados que não se resume ao espetáculo em si, o ator e diretor Fernando Peixoto, nas décadas de 1960 e 1970, exerceu, paralelamente, a função de crítico teatral em diversos jornais e revistas do país e do exterior. Assim, neste trabalho, buscamos refletir especificamente sobre sua atividade como crítico em dois periódicos da "imprensa alternativa" brasileira: *Opinião* (1972 – 1977) e *Movimento* (1975 – 1981).

Abstract: As regards to concept theatrical work as a organic manner, a unit of activities, consequences and significances that doesn't resume at the performance, the actor and director Fernando Peixoto, in the 60's and 70's, put in action, paralleled, a production like theatrical critic for newspapers and magazines in Brazil and exterior. Thus, in this text, we reflect about his work as critical for two Brazilian's "alternative press": *Opinião* (1972 – 1977 and *Movimento* (1975 – 1981).
Keywords: Fernando Peixoto – alternative press – theatrical critic

A trajetória de Fernando Peixoto como ator e diretor no teatro brasileiro[1], desde o final da década de 1950 até os dias de hoje, costuma ser a sua faceta mais reconhecida e, conseqüentemente, analisada por uma série de trabalhos[2]. Paralelamente a estas atividades, ele

* Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia/MG.

[1] Participações como diretor: *Matar* (1959), *Pedro Mico* (1961), *O Cimento* (1964), *Canto Livre de Nara* (1965), *O Poder Negro* (1968), *Don Juan* (1970), *A Semana* (1972), *Frei Caneca* (1972), *Tambores da Noite*, (1972), *O Processo de Joana d'Arc* (1972), *Frank V* (1973), *Um Grito Parado no Ar* (1973), *Calabar* (1973), *Caminho de Volta* (1974), *A Torre em Concurso* (1974), *Arena Conta Zumbi* (1976), *Ponto de Partida* (1976), *Mortos sem Sepultura* (1977), *Coiteiros* (1977), *Terror e Miséria no III Reich* (1979), *Calabar, o Elogio da Traição* (1980), *Se os tubarões fossem homens* (1981), *Murro em Ponta de Faca* (1990), *Ardente Paciência* (1990), *A Farsa da Esposa Perfeita* (1993), *Maria Quitéria* (1993), *Parvacci* (2000), *Vidas Calientes* (2001).
Como ator, ainda em Porto Alegre participa de uma série de espetáculos montados no Curso de Arte Dramática na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo como orientação o diretor, teórico, cenógrafo e autor Ruggero Jacobbi. Após sua mudança para São Paulo em 1963, faz parte do grupo do Teatro Oficina, onde faz parte do elenco de peças como: *Pequenos Burgueses* (1964), *O Rei da Vela* (1967) *Galileu Galilei* (1968), *Na Selva das Cidades* (1969). No início da década de 1970, excursiona com o Teatro de Arena pelos EUA e América Latina com encenações de *Arena Conta Zumbi* (1970) e *Arena Conta Bolívar* (1970).

[2] Rodrigo de Freitas Costa (UFU), no ano de 2006, defendeu a dissertação de Mestrado intitulada *Tempo de resistência democrática: os tambores de Bertolt Brecht ecoando na cena teatral brasileira sob o olhar de Fernando Peixoto*, onde trabalha com a encenação da peça*"Tambores da Noite"* de 1972. Este ano foram finalizados os trabalhos de Maria de Abadia Cardoso (UFU) sobre a encenação de *Mortos Sem Sepultura* (1977), Ludmila Sá de Freitas (UFU) sobre o processo de criação do espetáculo *Um Grito Parado no Ar* (1973). Em processo pesquisa, temos ainda Christian Alves de Sousa (UFU) que trata das dificuldades enfrentadas por

foi um dos principais difusores do teatro e das idéias do dramaturgo alemão Bertolt Brecht[3] no país, sendo uma influência considerável para o diretor em suas propostas de encenações e em suas reflexões.

Ao tratarmos de suas influências artísticas e intelectuais, não podemos desconsiderar para análise uma parte considerável de sua produção que se expressa numa série de artigos publicados em jornais e revistas no mesmo período[4]. Sem dúvidas, é um extenso e importante material, sua leitura e sua análise nos auxilia a compreender determinadas escolhas, compromissos e diálogos que ele travou com a arte no Brasil, em especial com o teatro.

Esta preocupação de Fernando Peixoto em estabelecer uma série de debates e de sua atitude provocativa por meio da imprensa é compreensível pelo fato de boa parte do tempo em que esteve à frente dos espetáculos, sempre se pautou pelo engajamento político de "esquerda", numa postura crítica e contestadora, sempre levando em consideração o papel "político" que o teatro carrega em seu interior. Obviamente, esta sua concepção de trabalho, esteve sempre em disputa e em contradição com outras manifestações que estavam em jogo. Além disso, no período do regime militar brasileiro entre 1964 e 1985, onde teve problemas decorrentes de seu posicionamento com espetáculos e textos jornalísticos censurados.

Considerando esta sua preocupação e seu engajamento, tornam-se emblemáticos seus textos publicados nos jornais *Opinião* (1972 - 1977) e *Movimento* (1975 – 1981), particularmente pelo fato de ambos serem periódicos que faziam parte da chamada "imprensa alternativa". De imediato, nos chama a atenção por demonstrar uma possibilidade diferenciada na abordagem e na discussão de uma série de temas e assuntos que não eram cabíveis nos padrões da "grande imprensa".

Esta oposição é realçada ao adentrarmos nos pressupostos que norteavam este segmento crítico da imprensa:

Fernando Peixoto ao tentar encenar o espetáculo *Calabar, o Elogio da Traição*, censurado no ano de 1973.

[3] De autoria de Fernando Peixoto sobre o diretor e dramaturgo alemão Bertolt Brecht: *Brecht: vida e obra* (1968), *Brecht: uma introdução ao teatro dialético* (1981), *Ópera e Encenação* (1986), *Brecht no Brasil* (org.) (1986).

[4] No início da década de 1980 em diante, Fernando Peixoto lançou uma série de 5 livros, *Teatro em Pedaços* (1980), *Teatro em Movimento* (1985), *Teatro em Questão* (1989), *Um teatro fora do eixo* (1993) e *Teatro em Aberto* (2002), onde reuniu anotações esparsas, artigos de jornais e revistas, estudos de direção, cartas a colegas de trabalho, entre outros.

> *A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É a dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significados e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos. (KUCINSKI, 2003: 16)*

Em especial, no caso dos jornais *Opinião* e *Movimento*, eles tinham características e fatores que são importantes para termos consciência do tipo de pesquisa que pode e que deve ser feita. Um dos pontos essenciais que existia nestas publicações era a exigência de uma certa homogeneidade e coerência política. Este fator é, paradoxalmente, apontado como a força e a ruína de tais empreendimentos. Baseados numa concepção jornalística "gramsciana"[5], estes jornais se incumbiam de uma responsabilidade educativa, de criação, formação e manutenção de seu grupo de leitores. Se por um lado, tinham a seu favor toda uma linha estabelecida e uma comunicação sempre direta com o público a qual se destinavam, por outro, sofriam com as disputas internas dos grupos políticos que faziam parte de seu corpo editorial e, ao invés do diálogo, acabavam por promover discussões, rachas e a saída de vários jornalistas.

Neste universo particular de compromissos, exigências e disputas, surgem uma série de questões que são essenciais para entendermos Fernando Peixoto neste momento como intelectual e crítico teatral. Seus textos, seus temas e suas críticas não são ao acaso. Elas correspondem a uma preocupação e de uma escolha do "escritor" e estão inseridas num tempo, num espaço e numa determinada publicação visando a um determinado público.

Podemos chamar a atenção para três pontos essenciais que estão presentes em suas críticas: a discussão constante do legado "brechtiano" para o teatro brasileiro, as ressalvas e a busca por compreensão das atividades artísticas ligadas à "contracultura" e, principalmente, a concepção orgânica que tem da atividade teatral.

Fernando Peixoto é categórico e bastante ríspido ao tratar das maneiras como os textos do dramaturgo alemão Bertold Brecht são apresentados no país. Ao fazer uma série de críticas no ano de 1974 para o jornal *Opinião*, de espetáculos encenados naquele ano, ele faz a seguinte afirmação: "Não são fáceis as opções de quem pretende montar Brecht no Brasil

---

[5] GRAMSCI, Antonio. Jornalismo. In: *Cadernos do Cárcere,* vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 193 – 251.

hoje. Muitas de suas obras são inviáveis (por motivos passageiros, de ordem técnica). Muitas já foram encenadas (quase todas mal-encenadas)" (PEIXOTO, 1989: 246). Sua crítica surge das seguinte constatações: falta de coragem dos encenadores e o excessivo respeito pela figura do dramaturgo que tornavam os espetáculos excessivamente solenes e respeitosos, afastando-se da crítica viva e dinâmica. Outra questão é a perca do caráter irônico dos textos, que, em sua concepção, faz parte de toda a estrutura teatral que busca o questionamento e o desnudamento da realidade.

Estas preocupações por uma produção teatral responsável e conseqüente, político por natureza e função, base de todo o seu pensamento e de sua atividade como homem de teatro, além de servir para as críticas dos próprios espetáculos "brechtianos", servem como referência ao tratar da "contracultura" em voga naquele mesmo período. Num artigo intitulado "Uma nova consciência no teatro brasileiro?", publicado no jornal *Opinião* em dezembro de 1973, ele faz um estudo extremamente interessante. A partir de espetáculos e de entrevistas com os seus idealizadores e realizadores como Luiz Carlos Maciel, Pedro Jorge, Miguel Oniga e Airton Kerenski, Peixoto tenta compreender o movimento artístico que, de toda maneira, era diametralmente oposto ao que ele vinha tentando buscar até então. Se por um lado ele afirmava a necessidade de uma explicação racional baseada no materialismo histórico para a solução das contradições, estes buscavam no indivíduo a origem e o fim de todos os problemas em espetáculos que aproximavam da psicologia, do misticismo e de um certo orientalismo. Mesmo assim, na crítica, ele deixa bem claro o seu posicionamento, acima de tudo questionador e aberto para perceber as razões destas novas tendências:

> *"(...)Até que ponto tudo não passa de uma fuga da realidade, de uma covarde omissão diante dos problemas básicos de nossa sociedade? Até que ponto este mergulhos desenfreado nas insondáveis camadas irracionais do ser humano não passa de um fascinante capítulo da própria racionalidade do homem? Porque tudo isso acontece no mundo hoje e encontra entusiasmo e entrega também no Brasil de hoje?Até que ponto, (...), este teatro não constitui um saudável arejamento de nossos hábitos mentais e de nossas categorias de pensamento? Ou, ao contrário, não passa de uma atitude elitista, alienada e mistificadora fuga de um confronto com os problemas efetivos do homem e da sociedade?" (PEIXOTO, 1985:147)*

Efetivamente, no final de sua "reportagem-informação", Peixoto observa que todo o processo de radicalização e fuga de padrões e conceitos por parte destes artistas pode ser uma maneira de se posicionarem diante do descaso e esquecimento por qual passava a atividade teatral. Ao mesmo tempo, demonstra um isolamento cada vez maior que pode significar, no fim das contas, um distanciamento inevitável e irreversível do público, algo perigoso e extremamente desafiador. Porém, ainda que relutantemente, afirma que o teatro

vive, que isso seria uma grande vitória e que todas as modificações poderiam ser, *a posteriori*, assimiladas e fundidas ao já existente, dando origem a uma nova produção artística.

Em 1975, no jornal *Movimento*, ao fazer a crítica do espetáculo *Los Palos* do grupo espanhol *La Cuadra*, encenado no teatro Ruth Escobar em São Paulo, ele ressalta novamente esta visão ativa que tem do teatro, deixando de lado o imobilismo e a falta de ação:

> *"Diante de um espetáculo extremamente bem realizado, e que cumpre a sua proposta, como Los Palos, o que finalmente pode ser questionado é seu significado como teatro político. Ou seja, o conteúdo político. Ou seja, o conteúdo político do lamento. Justamente o que constrói a beleza visual e poética, todos os recursos de linguagem cênica mobilizados para este instante de sofrimento, acabam erguendo uma obra que não provoca o espectador no sentido de mobilizar sua energia emocional e racional para a transformação. O lamento nos atinge, mas ao mesmo tempo que nos comove, nos envolve com sua beleza e sua força e nos deixa passivos, ainda que talvez fascinados. A música nos apanha, mas não ouvimos as palavras. E a Espanha de hoje é muito mais. Mas não há sentido em culpar o espetáculo pelo que não pretende nem talvez se propõe a refletir sobre a realidade e a examinar os caminhos de sua transformação, são outras. Bem mais que a exposição da dor, um teatro realista e crítico deve desvendar suas causas, suas contradições e seu possível extermínio. E negar-se a anestesiar o espectador". (PEIXOTO, 1985: 33)*

Nesta linha de reflexão crítica ele tenta imprimir suas análises. Sem deixar-se levar pelas aparências, busca um significado maior do ato de assistir a uma peça teatral. E por ter consciência do momento opressivo por qual o país passava, dos militares com o autoritarismo e com a censura que volta e meia barrava aquilo que surgia como oposição, Peixoto tentava suscitar em seus leitores e, obviamente, naqueles que estavam envolvidos diretamente com a produção teatral, uma atitude de resistência inteligente, ampla e popular.

Ao levarmos em consideração esta percepção que Fernando Peixoto tem da realidade e da necessidade, afirmada por ele, de um teatro que viesse de encontro e contribuísse para desatar os nós de todo um modo de vida, de pensar e de agir, passamos a perceber a sua tentativa de conceber o teatro como uma atividade mais ampla e aberta para a possibilidade de ser medida e avaliada. Um processo em que várias forças entram em ação para fazê-la funcionar. Suas análises não recaem apenas sobre o espetáculo em si, no momento de sua representação. Elas se expandem num horizonte maior de significados.

As temáticas de suas críticas tentam apreender o maior número possível de questões: a importância de o artista reconhecer-se como trabalhador que recebe salário, que tem patrão e que não deve se iludir com suas condições diferenciadas decorrentes de seu status; a necessidade de uma análise sociológica para compreender quem vai para o teatro, qual o parâmetro das escolhas deste público, onde ficam sabendo dos espetáculos, porque não vão com mais freqüência ao teatro, nível social, econômico e cultural, opções de lazer,

sugestões, questões que revelariam saídas para o impasse da questão de atrair os espectadores; panoramas e denúncias de realidades teatrais de outros países como Argentina, Portugal, Uruguai e Cuba (sendo estes normalmente visados pela censura por tratarem de manifestações artísticas associadas a movimentos de resistência e protesto contra as ditaduras existentes em cada país, além de conterem análises estruturais sobre a própria situação social).

Esta concepção orgânica do processo que Peixoto tenta dissecar em suas análises ajuda-nos a compreender quando ele, em alguns momentos, afirma sobre a inexistência de uma crítica teatral bem fundamentada no país. Apesar dele não citar nominalmente estes críticos, percebe-se que existe uma tentativa de se destacar como alguém que não fica apenas sentado na primeira fila do teatro, mas de alguém que sobe ao palco, seja como diretor ou ator, alguém que põe em prática (ou pelo menos se esforça para conseguir) aquilo que tem como preceitos (não cabendo, aqui, afirmar se consegue ou não).

Pelo fato de exigir responsabilidade e coerência por parte da classe artística, exigência esta que pode ser considerada como uma chamada para o debate, para a defesa e para a delimitação de posições, Peixoto num texto de fevereiro de 1976 publicado no jornal *Movimento* intitulado "Os mistérios do milagre", faz uma severa constatação de como tem sido levada a atividade teatral até então:

> *Neste sentido é sempre curioso examinar entrevistas ou declarações de homens de teatro (atores, encenadores, críticos, produtores) quando procuram teorizar timidamente. Quase ninguém possui dados concretos para falar, nem elementos para estruturar um reflexão mais ampla. O que mais existe é uma nítida confusão entre o subjetivo e o objetivo, o primeiro sendo utilizado como alicerce para pensar o segundo. Quase todos ficam presos a seus conhecimentos particulares e parciais, possuindo como termo de comparação nada além de suas experiências pessoais. E não conseguindo, a partir destas, ampliar as colocações. Esta falta de perspectivas maiores conduz não apenas à generalizações perigosas, como também à repetição incansável de erros graves. O particular é tomado pelo todo, o acidental pela regra. E o comportamento da produção teatral no mercado, seu relacionamento com o comprador, seu vínculo com a cultura mais ampla produzida no país, são nuances que escapam à compreensão. (Peixoto, 1985: 194)*

Apenas um milagre justificaria a existência e a resistência desta atividade. Isolamento, falta de referenciais, particularismos e subjetivismos são alguns dos problemas citados. Ao tratar nestes termos, Peixoto chama a atenção para a necessidade de uma certa frente artística, engajada e ativa politicamente. Se por um lado passa a idéia de uma tentativa de homogeinização de técnicas e de objetivos, por outro, é justificada pelo fim que se espera ter. Apesar das contradições deste teatro estar sendo feito dentro dos moldes comerciais, ele deve assumir um distanciamento preciso para conseguir, aos poucos, romper com todas as suas amarras. Além disso não pode esquecer de que está sendo produzido dentro de uma sociedade com uma série de interesses, aspirações e objetivos que caberia ao artista perceber e

levar para o palco. Este seria um passo conseqüente e transformador que ainda tinha um significado real e possível naquela conjuntura do final dos anos 1970.

O conjunto de seus textos demonstra uma preocupação exclusiva em manter ativo teatro no país. Essencialmente estas críticas são partes de um debate que não se resumia apenas em páginas de jornais. Ele se expandia por meio da arte, no palco. Entrava em confronto com outras manifestações, eram opções temáticas, formais e estéticas que se valiam de idéias e tinham um sentido coerente dentro daquela perspectiva artística. Servia como substância ativa e inseparável da atividade como um todo. Por isso é uma realidade, polêmica, reveladora e ao mesmo tempo questionadora pelo fato de apontar projetos que, muitas vezes, estão fora daquilo que vemos de imediato.

Referências bibliográficas:

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KUCINSKI, Benardo. **Jornalistas e Revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Pualo: Scritta, 1991.

PEIXOTO, Fernando.**Teatro em movimento**. 3 ed., São Paulo:Hucitec, 1985

_____ **Teatro em questão.** 3 ed., São Paulo:Hucitec, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Celebrações domésticas: oratórios constituídos em altares de missa na São Paulo setecentista

Silveli Maria de Toledo Russo*

Resumo: O objeto deste texto é a atuação dos oratórios domésticos como pólo de orientação para a liturgia católica doméstica, na São Paulo setecentista, privilegiando o período posterior à instalação do bispado de São Paulo. Atenção especial é dedicada aos oratórios domésticos constituídos em altares de missa, compreendendo as disposições respeitantes aos usos dos mesmos, emanadas pelas autoridades eclesiásticas, sob o regime de padroado régio. Sobretudo, utilizo para esta análise documentos pertencentes ao Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, de providências burocráticas e determinações de ordem canônica necessárias à autorização de celebrações eucarísticas no recinto das habitações, levando a interpretar que houve um grande cuidado por parte da Igreja e da Coroa portuguesa no sentido de moralizar e normatizar tais cerimônias na supracitada conjuntura.

Palavras-chave: Celebrações domésticas - oratório - altar.

Résumé: Le objet de cet article est le labeur des oratoires domestiques comme ressource d´orientation pour la liturgie catholique domestique, à São Paulo dans le XVIII siècle, en privilegiant a période postérieure à l´instalattion d´évêché de São Paulo. Attention particulière est dédiée aux oratoires domestiques constitués d´autels à célébrer la messe, d´après les dispositions dans leurs habitudes, émanés par les autorités ecclésiastiques, sous le régime du patronage royal. Cependant, j´utilise pour cette analyse documents relatif aux archives de la Curie Métropolitaine de São Paulo, des providences bureaucratiques et des déterminations d´ordre canonique nécessaires à l´autorisation des célébrations domestiques à l´intérieur des habitations, que nous conduiront à l´interpretation qu´il y avait une grande attention de l´Église et de la Couronne portugaise dans la conjoncture citée ci-dessus.

Mots-clé: Célébration domestique - oratoire - autel.

O trabalho que pretendo apresentar insere-se no estudo que estou realizando na minha tese de doutoramento, acerca de informações de valor histórico, artístico e religioso sobre oratórios produzidos no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, que hoje compõem acervos públicos do Estado de São Paulo. Para esta comunicação espero oferecer um ensaio da utilidade de um estudo que se aplica à elucidação histórica de questões referentes ao exercício

* Arquiteta, doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela FAUUSP, bolsista da CAPES, Brasil.

religioso doméstico no Brasil de antanho, tendo a São Paulo setecentista como cenário ilustrativo.

Na tentativa de compreender os usos que se faziam do oratório no âmbito doméstico, verifiquei que além da sua utilização como objeto de culto, destinado às orações, o oratório funcionou ainda como pólo de orientação para a liturgia católica doméstica e, muito especialmente, para a celebração do sacrifício eucarístico. Os documentos públicos, oficiais e eclesiásticos, acumulados na Cúria Metropolitana de São Paulo, doravante ACMSP, revelam-se particularmente generosos em informações relacionadas ao funcionamento do oratório doméstico constituído em altar[2].

Dentro do instrumental metodológico para essa leitura documental, facilitando a compreensão dos textos escritos no século XVIII, a transcrição tem sido feita precisamente como constava dos manuscritos e dos impressos, salvo o desdobramento de abreviaturas, a atualização de nomes próprios e lugares, a utilização das reticências entre parênteses - (...) -, quando da supressão de alguma palavra ou de trechos, e o emprego de colchetes para indicar a minha interferência no original, quando do acréscimo de letras para reparar palavras incorretamente escritas ou cujos significados possuem hoje diferentes acepções.

De forma complementar aos documentos citados, apoio-me ainda na leitura de obras da historiografia recente que tratam da Igreja no período colonial brasileiro, nas quais observo a posição de alguns autores em considerar que a religiosidade delineada na sociedade colonial teria sido predominantemente leiga e com pouco espaço para a ortodoxia da doutrina católica, fato justificado em parte pela ação do clero secular, e também pela participação bastante acentuada do colono na vida da religião. Riolando Azzi aponta para um catolicismo luso-brasileiro que sofrerá a influência das religiões indígenas e africanas, e que coexistirá também durante todo o período colonial com uma outra vertente o catolicismo mais atento às resoluções proclamadas pelo Concílio de Trento[3], eminentemente dogmáticas e moralizantes. (AZZI, 1976: 95-130), com ações empreendidas por autoridades eclesiásticas que pretendiam incentivar práticas religiosas alinhadas ao espírito de Trento.

---

[2] Local em que a pedra d´ara, sagrada pelo bispo ou por um sacerdote por ele delegado, forma corpo com a mesa e com a base de sustentação; a eles podem somar-se ainda certos componentes acessórios, tais como o tabernáculo ou sacrário, espécie de pequeno templo colocado no centro do altar e usado na guarda das partículas consagradas; a banqueta, degrau onde se acomodam, de um lado e de outro do tabernáculo, os castiçais e as flores, e, por fim, o retábulo, painel decorativo situado ao fundo e acima do altar. Para uma descrição geral do altar e suas partes constituintes (Cf. MARIA, 1962: 9-11).

[3] O Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, foi promulgado num momento em que a Igreja católica procurava reafirmar seus princípios dogmáticos diante da Reforma Protestante em acelerada expansão na Europa.

Afirmação que vai de encontro com a postura de alguns historiadores em estabelecer o século XVIII como uma centúria marcada pela tentativa de organização e estruturação da Igreja católica na América portuguesa. Tentativa que encontrava amparo do Estado português, cuja atenção também se voltava a controlar a população colonial. Américo Jacobina Lacombe destaca que a hierarquia católica brasileira esteve ligada indissoluvelmente ao Estado português por meio do Padroado régio, chegando a ser considerada um departamento do Estado e não um poder autônomo (LACOMBE, 1985: 57).

Segundo Fernando Torres Londõno o século XVIII "conferiu as expressões da fé na vida moral", salientando a publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de D. Sebastião Monteiro Vide, expressão ultramarina mais completa da doutrina e resoluções do Trento. O autor ressalta ainda a maior freqüência das visitas pastorais[4] dos bispos coloniais, uma das opções prioritárias do Concílio, seguidas pelas Constituições da Bahia e adaptadas às condições brasileiras, especialmente nas regiões Sul e Sudeste (LONDOÑO, 1992: 190-244).

À existência de oratórios em funcionamento como altares, faz-se esclarecedor certa ocorrência das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Livro 2º, título IV, § 338) quando recomenda, em título sobre "em que tempo, hora, e lugar se deve dizer missa, (...) que os oratórios não estando [aprovados] pelo Ordinário, não se celebre [neles]". Lê-se também que "é mais conveniente não celebrar, do que dizer Missa em lugar não sagrado, e destinado pela Igreja para este santo sacrifício", logo a seguir, alteram-se, quase com as mesmas palavras, as proibições de celebrar no recinto doméstico, sem a devida visita e aprovação (VIDE, 1853: 137).

Na leitura dos capítulos das visitas pastorais realizadas pelos bispos da Colônia na primeira metade do século XVIII, nota-se a importância das mesmas como instrumento de

controle dos párocos diante das citadas atividades. Na freguesia de Cotia na Capitania de São Paulo, por exemplo, D. Fr. Antônio de Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro,

---

[4] Inseridos nos livros de tombo das paróquias, os capítulos das visitas pastorais eram relatórios escritos pelos visitadores nas freguesias contendo suas recomendações e advertências quando do término da visita pastoral. As normas tridentinas prescreveram aos bispos visitar pessoalmente suas dioceses a cada ano, mas ao mesmo tempo indicaram a nomeação de visitadores como alternativa à impossibilidade de sua presença (Cf. ZANON, 1999: 3).

ficou indignado ao verificar que diversas atividades religiosas estavam sendo realizadas em espaços particulares sem a licença do bispo:

> *E porque há muitos Religiosos, e ainda sacerdotes seculares que se atrevem a levantar altar portátil, e a dizerem Missa em [casas] particulares, mandamos com pena de excomunhão [cinqüenta] cruzados para [cativos] que nenhuma pessoa admita em sua [casa] a levantarem estes altares portáteis, e a dizerem Missa [neles], e sucedendo o Reverendo Vigário de logo conta ao da vara para proceder a [exclusão]; e [só] o [Pároco] [poderá] rezar do dito altar para dar o viático a algum enfermo na forma da Constituição] (ACMSP - Livro de tombo, Cotia (10-2-18), 1728: 6).*

Essa passagem se apresenta como uma das inúmeras advertências feitas pelos visitadores nas visitas pastorais setecentistas, registradas nos livros de tombo da diocese de São Paulo, recurso bastante apropriado por parte dos bispos da Colônia para validar suas orientações diante das numerosas freguesias que compunham seus bispados. O contexto particular paulista, frente à necessidade da presença de um bispo para exercer maior controle entre os eclesiásticos devido à grande distância que se encontrava o prelado do Rio de Janeiro, responsável pela administração religiosa da capitania, entre outras questões de interesse religioso, político e econômico, levou a Coroa portuguesa a dividir o bispado do Rio de Janeiro em mais quatro unidades: dois bispados, um em São Paulo e outro em Mariana, e duas prelazias, com sedes em Goiás e Mato Grosso.

Precisamente em 22 de abril de 1745 firmou-se o decreto real da criação da diocese de São Paulo. Nessa mesma data D. João V nomeou Bernardo Rodrigues Nogueira para primeiro bispo paulista (CAMARGO, 1945: 37). A primeira medida no sentido de controlar as atividades realizadas pelos capelães e pelos leigos foi tomada por D. Bernardo em 1746, quando ordenou a todos os párocos o registro, entre outros itens, de cada um dos oratórios de sua freguesia "Em outro título se assentarão os oratórios particulares que houver na freguesia, individuando por quem, em tempo e a que pessoas foram concedidos e por quantos anos tem licença de uso deles (...)" (ACMSP - Livro de tombo, Sé (2-2-27), 1746: 1).

Essas licenças para o funcionamento dos referidos altares particulares originavam-se, não obstante, sobretudo de decisões especiais, tomadas caso por caso e provenientes diretamente da autoridade eclesiástica, seja na forma de despacho do bispo da região ou, como era habitual, por meio de uma provisão episcopal, cujo destino em livro era um modo de fixar as providências administrativas feitas por circunstância das supracitadas visitas pastorais realizadas na diocese local. Tal provisão fazia-se valer por aproximadamente um ano (CHAHON, 1996: 6-64). É importante citar que, uma vez aprovado o tal funcionamento, competia, por conseguinte, ao ordinário e aos eclesiásticos que o

representavam ao nível das paróquias zelarem para que o mesmo não infringisse o decoro necessário à realização dos atos da religião.

Neste entrecho, faz-se importante mencionar a indicação contida nesta curta citação, correspondente à definição do termo "oratório" por Carlos Lemos e Eduardo Corona, em *Dicionário da Arquitetura Brasileira*: "compartimento onde eram guardadas imagens sacras e onde se rezava, inclusive a santa missa", ou melhor, celebrava-se a santa missa (CORONA & LEMOS, 1998: 346). O pintor francês Jean Baptiste Debret, no Brasil entre os anos de 1816 a 1831, descreve o móvel do oratório já fazendo alusão ao seu aproveitamento como mesa eucarística: nele, com efeito, "um altar é erguido, dissimulado atrás de painéis aparentando um armário que se abre de maneira a constituir altar", informa ainda que "é cercado de gavetas suscetíveis de conter os acessórios necessários à celebração eucarística" (DEBRET, 1940: 113). Destaco esse relato com o intuito de ilustrar, ainda mais, essa particularidade funcional que o oratório por circunstâncias adquiriu.

Todavia, uma outra indicação que objetivava os motivados a gozar do uso doméstico dos altares era a posse de um "breve apostólico" emitido diretamente pela Santa Sé ou por intermédio do respectivo núncio por meio do qual se permitia aos particulares a permissão para o citado uso. Como observou Carlos Lemos, tais autorizações eram obtidas por meio de gestões onde preponderavam as influências familiares, o poder político e a força dos "cabedais" perante o bispo e o cabido da região (LEMOS, 1999: 32). Esse caráter do privilégio, ou "indulto" na terminologia do direito canônico se mostra mais duradouro que os despachos e as provisões episcopais.

Tal documento imprescindível ao punhado de famílias abastadas, as quais se conheciam bem e possuíam muitas vezes laços familiares estreitos entre elas, através da sua capacidade econômica (fato verificável, por exemplo, nos autos dos celebrados *Inventários e Testamentos* acumulados no Arquivo do Estado de São Paulo), têm como exemplo do impetrante o comerciante José Rodrigues Pereira e sua mulher Anna de Oliveira Monte, concessão, em Roma, pelo Papa Benedictus XIV, de distingui-los em "favores e graças", investindo o diocesano dos poderes necessários para conceder-lhes o privilégio requerido de "fazer celebrar o Santo Sacrifício da Missa nos oratórios privados existentes nas [casas] de sua

habitação no bispado de São Paulo (...) com muro, decentemente ornados (...) livres de todos os [usos] domésticos, sempre primeiro [visitados], e examinados por vos

(...)" (ACMSP, Breve Apostólico de Oratório (03-62-13), 1751: 5), e permitindo-lhes celebrar exceto nos dias de festas solenes do ano.

Como muitas vezes a documentação não esclarece a questão sobre o emprego de certas nomenclaturas como, por exemplo, o termo "cazas", invariavelmente presente nas descrições, somente a leitura de bibliografia especializada pôde elucidar as dúvidas. Nos momentos das transcrições, foi Carlos Lemos quem elucidou que casa era a forma utilizada na época para indicar primordialmente qualquer aposento da moradia (LEMOS, 1999: 24). Frente ao esclarecimento, vemos que era permitido acomodar os ditos altares em um dos cômodos da casa de forma a atender à comodidade dos moradores, que por sua vez, como elucidam os processos consultados, deveriam seguir certas determinações de ordem canônica, no sentido de separar o local do altar das demais dependências da casa, e entre outras indicações, assegurar a sua perfeita construção e devida ornamentação nas quatro cores que se usa a Igreja.

De um modo geral, depois de obterem o mencionado breve, os particulares que intentavam se valer de suas graças deveriam, em todo caso, dar início a um processo destinado a alcançar da autoridade episcopal a validação das mesmas graças para a diocese local. Davam início, então, os processos dessa natureza pelo requerimento do proprietário ou proprietários da residência onde estava situado o oratório. Acompanhava-o, via de regra, uma relação de justificativas, dispondo de modo conjunto os motivos que os ditos proprietários precisavam comprovar em vista de se mostrarem merecedores do privilégio outorgado pelo documento.

Vinha depois o rol de testemunhas, geralmente em número de três, as quais atestavam junto à câmara eclesiástica local e veracidade das alegações anexadas à referida petição. No breve da requerente Maria Caetana da Assunção, a testemunha Pedro Taques de Almeida Paes Leme informa o seguinte:

> *(...) fez construir em talha [um] nobre Oratório, de cuja obra foi [artífice] [João] Pacheco (...), e depois fica todo o Oratório pintado, e dourado; e se [construiu] o dito Oratório na (...) ultima da frontaria da morada da justificante, cujo lugar fica totalmente fora de todo o [uso] doméstico de todos os moradores da dita [casa]" (ACMSP, Breve Apostólico de Oratório (03-62-23), 1773: 9).*

A esse trâmite somava-se ainda o "termo de visita", no qual um clero especialmente designado prestava contas da vistoria realizada no oratório, explicitando seu estado geral e qualificando-o, quando fosse o caso, em condições de sediar a celebração eucarística. Completava o processo a sentença final assinada pelo provisor do bispado, na qual

os termos do breve respectivo eram declarados legítimos e colocados a produzir o efeito almejado.

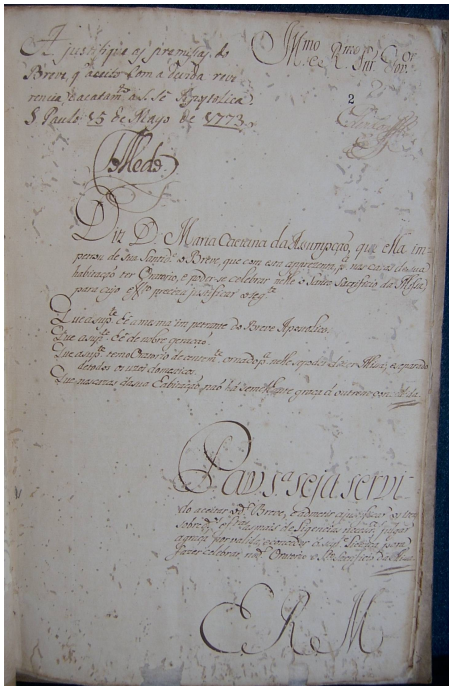

Imagem 1 – Relação de justificativas. Breve Apostólico de Oratório da habilitanda Maria Caetana da Assunção, folha 02, ACMSP. Fonte: S.M.T. Russo, fevereiro de 2007.

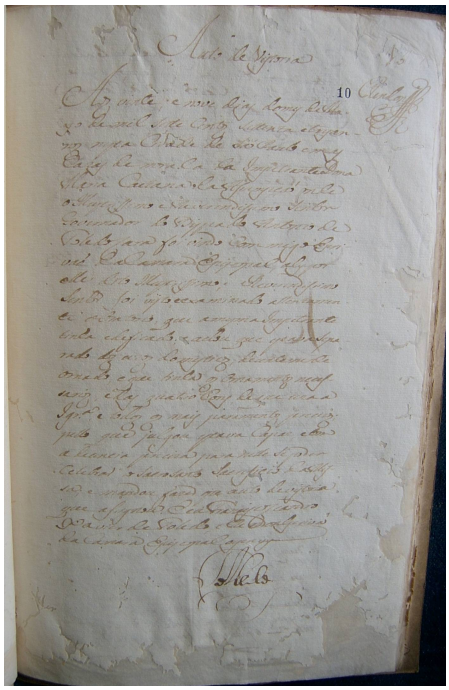

Imagem 2 – Auto de Vistoria. Breve Apostólico de Oratório da habilitanda Maria Caetana da Assunção, folha 10, ACMSP. Fonte: S.M.T. Russo, fevereiro de 2007.

Falta dizer também que, diante das fontes primárias percorridas, observei outras indicações sobre a variedade de sacramentos administrados perante os altares aqui estudados, ou seja, a ocorrência de algumas anotações em livro de registro de batismos, bem como de casamentos:

> *Aos [dezessete] de Dezembro de mil sete centos e oitenta, e oitenta, e oito, em o Oratório do Excelentíssimo Senhor General, de tarde, feitas as [denunciações], sem impedimento, com faculdade do Excelentíssimo Senhor Bispo em Presença do Reverendo Cônego Firmiano Dias Xavier, estando [presentes] e Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor Dom Frei Manuel da [Ressurreição], Bispo Diocesano, e o [Ilustríssimo], e Excelentíssimo Senhor Bernardo José de Lorena, Governador, e Capitão desta Capitania, se recebeu em matrimônio o [Capitão] de Cavalos, e Ajudante das Ordens, [José] Joaquim da Costa [Gavião], natural da Villa de Cerpa, Bispado de Beja (...) com Dona Maria da [Anunciação] Pinto de Moraes Lara (...) (ACMSP – Livro de Registro de Casamentos (01-02-16), 1788: 155).*

O texto já vai longo, e julgo por bem, depois de citadas pequenas frações das fontes utilizadas, encerra-lo a uma síntese com o intuito de ressaltar que a conquista de usufruir o uso doméstico do altar, bem simbólico de prestígio, parece ter sido uma das estratégias utilizadas pelos detentores do privilégio para o reconhecimento entre os colonos, expressando a posição superior ocupada por aqueles, fato que, a meu ver, é uma pista para o entendimento dessa sociabilidade religiosa ensejada pelo funcionamento do altar na dimensão doméstica e privada, onde as relações, mais espontâneas e informais, caminham, na supracitada conjuntura, sob o controle e a supervisão atenta das autoridades eclesiásticas.

Referências Bibliográficas:

AZZI, Riolando. "Elementos para a história do catolicismo popular". In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Nº. 36. Rio de Janeiro, 1976. Pp. 95- 130.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. **A igreja na história de São Paulo**. Vol. 4. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953.

CHAHON, Sergio. **Os convidados para a Ceia do Senhor**: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820). Tese de doutorado

apresentada ao Departamento de História, FFLCH/USP, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, mimeo., 1996.

CORONA & LEMOS, Eduardo e Carlos Alberto Cerqueira. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Companhia das Artes, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**, 2ª ed., São Paulo: Arquivo de Estado, 1990.

LACOMBE, Américo Jacobina. *A igreja no Brasil colonial*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. Pp. 57.

LEMOS, Carlos. A. C. **Casa Paulista**. São Paulo, Edusp, 1999.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Público e Escandaloso**: Igreja e Concubinato no Antigo Bispado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História, FFLCH/USP, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Marcilio. São Paulo, mimeo., 1992.

MARIA, Augusto. **Exposição histórico-litúrgica da santa missa**. São Paulo: Paulinas, 1962.

ZANON, Dalila. **A ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo** (1745-1796). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História, IFCH/Unicamp, sob a orientação da Profa. Dra. Leila Mezan Algranti. Campinas, mimeo., 1999.

Fontes:

a) Impressas

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, propostas e aceitas em o synodo diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. V. 3. São Paulo: Martins, 1940.

b) Manuscritas

Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Breve Apostólico de Oratório do habilitando José Rodrigues Pereira, 1751 (03-62-13)

Breve Apostólico de Oratório da habilitanda Maria Caetana da Assunção, 1773 (03-62-23)

Livro de tombo da Paróquia Nossa Senhora do Monte Serrate, Cotia, 1703-1844 (10-2-18)

Livro de tombo da Catedral Metropolitana de São Paulo, Sé, 1554-1895 (2-2-27)

Livro de Registro de Casamentos da Catedral Metropolitana de São Paulo, Sé, 1782-1794 (01-02-16)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Acorda Floripa! Encontros e desencontros na emergência de uma (outra) cidade.

Rafael Damaceno Dias*

Resumo: Florianópolis, entre as décadas de 1970 e 1990, vivenciou um conjunto de transformações que possibilitaram a emergência de uma cidade bastante diferente daquela de períodos anteriores. Uma das mais expressivas se relaciona com a chegada de um grande contingente de novos moradores atraídos tanto por empresas que ali se instalaram quanto pela possibilidade de se viver em um lugar relativamente tranqüilo se comparado aos grandes centros urbanos. Pretende-se aqui explorar os encontros e desencontros entre essa população recém chegada na cidade e aquela nascida ou nela já ambientada a partir da imprensa escrita diária, especialmente a partir das colunas sociais de Cacau Menezes e Beto Stodieck.

Palavras - chave: Cidade - Urbanização - Migração

Abstract: Florianópolis, between the decades of 1970 and 1990, had suffered a lot of changes that make possible the emergency of a very different city of that one of the times before. One of the most expressive change is related with tha arrive of a big contingent of the new residents atracted by the new companies that came to there, as well as by the possibility of living in a peaceful place if compared with the big urban centers. The intention here is explorer the encounters and divergencies between the new residents and the people that had been born there or the ones that already lived there for a long time, taking the texts of the daily press, especialy the texts of Cacau Menezes and Beto Stodieck.

Keywords: City - Urbanization – Migration

Existe uma Florianópolis apresentada pelos principais jornais de circulação no Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, como um lugar de rara beleza, tranqüilo e onde as violências que caracterizariam as grandes cidades ainda não havia chego. Enfim, uma Florianópolis bastante parecida com aquela que os jovens carinhosamente chamam de Floripa.

Entretanto, em alguns outros espaços nesses mesmos jornais (e nesse período) é possível também perceber a existência de uma outra Florianópolis. Uma cidade com praias poluídas e que recebia criminosos vindos de Estados vizinhos (e ainda de São Paulo e do Rio de Janeiro), enfim uma Florianópolis semelhante àquela apresentada em noticiários policias veiculados no horário do almoço como nos programas de Roberto Salum e de Hélio Costa.

Com relação a essas duas cidades não existia consenso nos jornais sobre qual seria a Florianópolis do futuro: uma cidade que manteria seus traços mais idílicos e antigos, como as paradas para o café no Ponto Chic ou as rodas de carteado nas mesas ao redor da figueira

* Graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina e mestrando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

da praça XV de Novembro, ou se seria a cidade dos antigos casarões que começava a ceder lugar aos novos empreendimentos. O certo, todavia, foi que dessas e de outras apostas emergiu a Florianópolis de hoje, entretanto tal não fez sem embates, ora explícitos, ora implícitos, aos quais são possíveis perceber a partir dos periódicos que circularam na cidade no período.

Nesse artigo discutiremos a partir das crônicas sociais de Beto Stodiek e de Cacau Menezes algumas tensões socioculturais que emergiram em dois momentos diferentes da cidade, no período entre os anos 1976 e 1980 e entre os anos de 1992 e 1998. Antes disso algumas palavras sobre a especificidade desses dois colunistas sociais.

Sobre os colunistas

Quando falamos de colunismo social, logo vem a idéia de pessoas que escrevem sobre festas de empresários e de políticos. O que faria com que, no caso de Beto Stodieck e de Cacau Menezes, fosse mais apropriado falar em crônicas sociais, porque suas colunas publicadas nos jornais O Estado e Diário Catarinense, não tratam basicamente disso. Vejamos algumas de suas características.

Comecemos pelo colunista sociológico-zoológico como se definia Sérgio Roberto Leite Stodieck, nascido em 1946, filho de Henrique Stodieck e de Maria da Graça Leite Stodieck. No final da década de 1960 cursou Direito no Rio de Janeiro onde trabalhou no "O Jornal" transferindo-se para Florianópolis onde passou a assinar a coluna no jornal "O Estado" em 1971. Beto trabalhou no "O Estado" até 1980 quando teve de sair, segundo ele, devido a um acordo entre a direção do jornal (que passava por uma crise financeira) e o governador de Santa Catarina na época:

> *Quando aconteceu o incêndio do Abrigo de Menores, eu soltei uma nota sugerindo – inclusive criticando - o comportamento do florianopolitano, que já estava insinuando que era um incêndio absolutamente proporcional ao outro legislativo incêndio, de uns tempos atrás. A nota foi censurada. Aí dizem que esta nota teria sido levada até o Jorge Bornhausen e ele teria afirmado: "Eu já não agüento mais esse cara!" E aí então... (Afinal, 13/05/1980: p 11-12).*

Levantaram suspeitas na época de que o incêndio teria sido provocado como forma de desalojar o abrigo porque este era localizado no centro da cidade. E Beto foi um dos que suspeitava disso. Essa é apenas uma das "encrencas" em que Beto se envolveu o que não combina com o perfil de um colunista tradicional.

A própria linguagem de sua coluna foi inovadora na época. Para Celso Martins e para Ney Vidal ambos jornalistas há mais de trinta anos em Florianópolis e que trabalharam

com Beto, o trabalho do cronista foi muito importante: "O Beto foi o principal porque ele rompe com os tradicionais" (MARTINS, 2006). Essa inovação pode ser entendida como uma ruptura com o colunismo tradicional da cidade, representado por Zury Machado que, segundo esses jornalistas, poderia ser efetivamente caracterizado como um colunismo de festas sociais.

O outro colunista contemplado aqui é Cláudio Cacau Menezes. Nascido em Florianópolis em 1955, filho de Manoel de Menezes e de Brasília da Silva Menezes. Apesar de Cacau ter entrado no jornal O Estado depois de Beto, sua carreira como jornalista, segundo ele, teria começado antes: "Eu com treze anos entrei na rádio, antes de treze anos eu era mascote do Avaí. Já gostava de confusão, de público. Dali parti para a carreira" (MENEZES, 2005).

Com relação as suas colunas os jornalistas da cidade enfatizam a proximidade do estilo de Cacau com o de Beto. Mas também ressaltam a presença de outros ingredientes o que impede falar em sucessão:

> *É um pouco essa herança do Zózimo, é um pouco o estilo do próprio pai dele que gostava de mexer com a coisa das futrica locais, um lado muito ligado à música, ao Showbusines, essa mistura entre comportamento, entre política, não a política partidária, mas a das relações políticas daqui, mais música. Essa mistura, que o Cacau foi formando, dá ao Cacau hoje, um estilo que você não encontra no país algo parecido (...) (VIDAL, 2005).*

Esses são alguns traços de suas trajetórias que permitem afirmar que Beto e Cacau não são colunistas sociais comuns. Mas isso fica mais evidente quando se tenta fazer uma análise de suas crônicas no intuito de se interpretar o que parte da cidade de Florianópolis vivenciava entre as décadas de 1970 e 1990.

Uma cidade em transformação

A partir de meados da década de 1970 Florianópolis vivenciou um conjunto de transformações que alteraram sua paisagem urbana e cultural. A preocupação em consolidar a cidade enquanto capital do Estado, tendo em vista sua fragilidade econômica em relação a outras cidades no período (a arrecadação do município era inferior a de Lages e de Joinville, por exemplo) foi traduzida numa política governamental com a pretensão de modernizar a cidade.

Os projetos de modernização que estavam sendo implementados por diversas cidades brasileiras naquele período (início da década de 1970) foram experimentados em Florianópolis conforme (SANTOS, 1997) com a adoção de um modelo de verticalização da cidade, a partir da derrubada de antigos casarões e da construção de novos edifícios.

Sendo assim, a ponte Colombo Salles foi construída e iniciaram-se as obras dos aterros das Baías Norte e Sul. Entretanto, esse modelo de urbanização que atendia a expectativas de imobiliárias locais foi alvo da crítica de Beto no jornal:

> *A gente não pode mesmo ter descanso nesta vida. Primeiro derrubaram o Miramar, antigo Trapiche Municipal, onde, antes da construção da Ponte Hercílio Luz, atracavam as lanchas que faziam a travessia ilha-continente. (...) Aqui nessa coluna muito se falou nisso, mas ninguém ligou porque a sanha demolidora e "progressista" (revisão favor não esquecer as aspas que elas são indispensáveis para este tipo de progresso que não ousa declarar seu verdadeiro nome) não tem ouvidos, é cega e surda (O Estado, 16/03/1975: p.24).*

Outra característica da modernização da cidade refere-se às transformações advindas da chegada de novos moradores que para Florianópolis haviam se transferido para trabalharem em instituições e empresas que na cidade se instalaram. Nesse período foram instaladas as sedes das principais instituições de ensino superior do Estado, como as reitorias das universidades do Estado e Federal, assim como as sedes de empresas públicas como a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e privadas como a do grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS). No caso da chegada desses novos moradores Beto escrevia sobre as tensões provocadas sobre esse súbito movimento:

> *Com essa estorieta toda aí em relação aos discutidos "de fora" que pra cá vieram a fim de ficar, desafiar e desempenhar em detrimento ao local, o próprio se esqueceu, até, dos eletrosuis "em semelhantes condições", insinuam os ilhéus. Aí é que se enganam: os eletrosuis já vieram com os seus empregos garantidos – ou melhor, trouxeram o seu serviço – o que, convenhamos, é uma diferença absolutamente distinta.*
> *O problema com relação aos tais eletros, se é que ainda há problema diante das ameaças "dos outros" é aquela empáfia de alguns, aquele pretenso ar de superioridade diante das coisas e pessoas locais, a tal da injustiçada comparação que tentam fazer entre as transas cariocas e as nossas, coitadas (...) (O Estado, 25/07/1976: p.23).*

Entretanto, o que se pode dizer é que essas tensões se referiram mais a um determinado segmento social de Florianópolis: as parcelas preeminentes da cidade tendo em vista que Beto pertencia a esses setores sociais, não apenas devido sua posição no jornal, mas também porque era filho de duas de suas famílias mais tradicionais da cidade: a família Leite e a família Stodieck. Ou seja, quando Beto escreve contra a chegada de novos moradores e a derrubada de antigas construções, não apenas podemos perceber sua posição contra um tipo de modernização que estava acontecendo, mas também justamente que existia na elite de Florianópolis disputas sobre qual deveria ser a Florianópolis do futuro. Agora vejamos um outro momento da cidade.

Uma outra Florianópolis

O momento vivenciado por Florianópolis e que foi objeto das colunas de Cacau é outro. Nas décadas de 1980 e 1990 a cidade aprofunda as transformações da década passada, agora em meio às tentativas de tornar-se uma metrópole.

Essas décadas conhecidas nacionalmente como as décadas perdidas devido ao pequeno crescimento do PIB em relação ao período do "milagre" possibilitaram a erupção de problemas relacionados com o crescimento de Florianópolis. Emergem com grande força nesse momento as contradições inerentes ao modelo de urbanização adotado (GUERINI, 2000: 32 - 36) e a cidade passa a vivenciar o que as capitais de grande porte como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre já vivenciavam há algum tempo: um trânsito complicado e altas taxas de criminalidade.

O crescimento não atraiu para Florianópolis apenas populações de outras grandes cidades a procura de um lugar com um melhor estilo de vida, longe do tumulto dos grandes centros, atrás da qualidade de vida propagada pelo governo do Estado. Também atraiu pessoas do interior e, de outros estados da federação, em busca de oportunidades mais dignas de vida. Aos antigos moradores das encostas dos morros da Capital e das margens da Via Expressa, que liga a cidade até a BR 101 e a BR 282, vem somar-se um contingente populacional saído do campo e que vê na cidade alguma chance de melhora. Esse crescimento pode ser percebido no quadro abaixo e que mostra que entre 1980 e 2001 a população da cidade cresceu em mais de cinqüenta por cento:

Florianópolis	1970	1980	1991	2001	2006
População	138.337	187.871	254.341	342.315	406.564
Incremento populacional		26,3%	26,1%	25,6%	15,8%

Tabela I - Florianópolis: aumento numérico e percentual da população total (1970 – 2006).
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse período se acentuam as políticas que visavam transformar a cidade num pólo turístico (ASSIS, 2000: 76 - 80). Para receber novos turistas e promover a cidade enquanto tal, os acessos antes precários cederam lugar a estradas, que passaram a ligar as antigas freguesias, agora percebidas como balneários e praias, ao centro da cidade. Desse modo, uma população acostumada com um ritmo tranqüilo se comparado ao tempo frenético das grandes cidades, viu-se diante de uma outra Florianópolis que estava surgindo.

Com a crescente valorização do solo, várias atividades foram segregadas do espaço urbano da cidade como, por exemplo, a Farra do Boi. Os espaços utilizados pelos farristas transformaram-se em loteamentos e ruas para o trânsito de veículos o que não impossibilitou que a prática continuasse a acontecer, todavia envolta cada vez mais em distúrbios e confusões entre aqueles que defendiam sua continuação e aqueles que pediam seu fim.

Aconteceu também durante essa década uma série de modificações na rede econômica que existia na Ilha de Santa Catarina. As antigas unidades de produção foram desarticuladas em função da sua inoperância diante das transformações que aconteciam. A pesca artesanal que era o trabalho de grande parte dos trabalhadores da cidade cedeu lugar ao trabalho na construção civil. Com as culturas agrícolas passou-se o mesmo e os engenhos que produziam cachaça e farinha passam a existir mais como lugares de visitação turística.

No plano político partidário tais transformações implicaram no questionamento de relações estabelecidas na cidade há algum tempo. O que pode ser percebido nas colunas de Cacau: "E vieram os eletrosuis, os tchês, os PTs, os do contra tudo e contra todos, os invasores, os favelados, os poluidores, e muita gente daqui descobre agora que já foi feliz e não sabia" (Diário Catarinense, 03/10/1992: p.28).

Além disso, pode ser verificado nas colunas sociais de Cacau Menezes uma politização da identidade do manezinho da ilha. Antes um termo que possuía uma conotação pejorativa passa a ser utilizado de modo positivo. E na sua utilização um passado idealizado serve para corroborar uma posição política no presente:

> *Florianópolis se transformou na ilha dos intrusos. É impressionante como tem gente de fora cuspindo no prato que come. (...) O comodismo dos nativos, a omissão de quem tem que defender seu chão, sua casa, sua cidade, seus símbolos, sua raiz, impedindo as transformações que querem os que agora chegaram, está transformando nossa cidade numa colcha de retalhos ou na casa da sogra. Acorda Floripa (Diário Catarinense, 13/04/1998: p.28).*

Desse modo, as recentes transformações acontecidas na cidade possibilitaram a emergência de tensões socioculturais que durante a década de 1980 e 1990 podem ser percebidas no modo de se representar a cidade.

As disputas na cidade hoje

A cidade de Florianópolis continua a atrair grande número de novos moradores e o movimento de especulação imobiliária continua em curso. Pode ser percebido, por exemplo, na construção de mais dois shoppings na cidade, o Iguatemi e o Floripa Shopping. Na cidade

se discutem hoje sobre a ampliação de sua rede hoteleira, da estrutura viária e da reforma do estádio de futebol do Figueirense Futebol Clube como formas de tornar viável a adoção de Florianópolis como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014.

Todas essas transformações são acompanhadas de tensões socioculturais que estão presentes em muitos espaços na cidade, como em comunidades no sítio de relacionamento Orkut como o Sai Fora Haole Floripa. Nesse sentido uma leitura dessas tensões a partir das colunas sociais de Beto e de Cacau escritas entre 1970 e 1990 fornece subsídios para interpretar de modo mais consistente disputas que acontecem hoje na cidade.

Referências Bibliográficas

AFINAL. Florianópolis, 13 mai. 1980.

ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, Ações e Experiências na transformação da "pacata" Florianópolis em capital turística.** 1v. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 2000.

GUERINI, Eduardo. **Metropolização e Impactos Sócio – Ambientais em Florianópolis (1986 – 1996).** 1v. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 2000.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 03 out. 1992.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 13 abr. 1998.

O ESTADO. Florianópolis, 16 mar. 1975.

O ESTADO. Florianópolis, 25 jul. 1976.

SANTOS, Paulo César. **Espaço e memória:** o Aterro da Baía Sul e o desencontro marítimo de Florianópolis. 1v. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 1997.

Depoimentos

MARTINS, Celso. Depoimento concedido ao autor. Florianópolis, 13 mai. 2006.

MENEZES, Cacau. Depoimento concedido ao autor. Florianópolis, 15 nov. 2005.

VIDAL, Ney. Depoimento concedido ao autor. Florianópolis, 11 nov. 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A construção da masculinidade em *Casino Royale*: um "mito de origem" para James Bond.

Felipe Côrte Real de Camargo*

Resumo: Este artigo faz algumas análises acerca do personagem de Ian Fleming, James Bond, através do filme *Casino Royale*, utilizando as relações de gênero como categoria de análise, mais especificamente as representações simbólicas acerca da construção da masculinidade.
Palavras-chave: Cinema, Masculinidade, James Bond.

Abstract: This article make some analysis about the Ian Fleming's James Bond character through the movie Casino Royale, making use of gender as category of analysis, specially the symbolic representations about the construction of masculinity.
Keywords: Cinema, Masculinity, James Bond.

Jaques Rancière em seu ensaio "*L'historicité du cinéma"* coloca que há duas maneiras clássicas de atar cinema e história, que são fazer de um destes, objeto do outro (RANCIÈRE, 1998, p.45). O desafio de realizar tal junção, sempre foi especialmente delicado para a História, tendo esta geralmente no texto escrito, seu espaço sacralizado e sacramentado. A partir de Marc Ferro, ainda na década de sessenta, a História teve incorporado aos seus temas, objetos e abordagens, o cinema, este suporte suficientemente novo, para ser olhado com certa estranheza pelos mais ortodoxos. Como poderia ser feita a escrita histórica sobre um elemento puramente visual e auditivo? Onde poderíamos encontrar as fontes escritas que nos dariam a segurança devida para uma historiografia minimamente teórica e metodológica sobre o cinema? As incertezas na operação historiográfica certamente não cessaram, mas estas mesmas não impediram que o cinema adentrasse definitivamente o universo dos historiadores que passaram a analisar não somente os filmes "históricos",[1] como também os filmes de ficção.

A junção de estudos entre história e cinema, deu origem a combinações distintas. A partir dos anos 50, a produção teórica, produto da intersecção dessas duas áreas, dá lugar a três categorias de análise distintas, mas que necessariamente se interdependem. Antonio Costa as classifica da seguinte forma:

---

* Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina.
[1] Filmes históricos é a denominação utilizada por muitos historiadores para diferenciar os filmes que tinham por conteúdo algum fato histórico *"par exelence"*, dos demais filmes.

> *a) A história do cinema: dela se ocupa a historiografia cinematográfica; trata-se portanto de uma disciplina com metodologia própria e um objeto de investigação, como outras histórias setoriais (história da literatura, da arquitetura, do teatro, etc.);*
> *b) A história no cinema: os filmes, enquanto fontes de documentação histórica e meios de representação da história, constituem um objeto de particular interesse para os historiadores que os consultam em simultâneo com outras fontes de arquivo;*
> *c) O cinema na história: como os filmes podem assumir um papel importante no campo da propaganda política, na difusão da ideologia, freqüentemente se estabelecem relações muito íntimas entre o cinema e o contexto sócio-político em que se afirma e sobre o qual pode exercer influência importante. (COSTA, 1987, p.30).*

A última área de estudo citada por Antonio Costa, será particularmente a visão adotada para a análise que ora proponho a respeito do personagem James Bond e mais particularmente, do último filme da série, *Casino Royale.*

Percebendo James Bond historicamente

Tecer uma escrita coesa e coerente sobre os filmes de James Bond, torna-se uma tarefa hercúlea dado que estes abrangem um período de 45 anos, atravessando épocas e fins específicos; cada filme apresenta um diálogo particular com seu tempo e seus espectadores.

Trabalhos semelhantes - de fazer uma leitura dos filmes de Bond - já foram feitos, sendo uma delas o livro *"Bond and Beyond",*[2] onde os autores buscam na teoria da hegemonia de Gramsci um apoio para a afirmação que os filmes de James Bond, seriam não somente um instrumento de reprodução da ideologia dominante, mas um arranjo de relações articuladas entre esta ideologia e movimentos reformadores, além de outras subjetividades. A análise de Tony Bennett e Janet Woollacott, dirigia este olhar para a série, vendo-o como uma porosidade para as pressões culturais e ideológicas expressarem-se.

Não se invalida assim as muitas visões estereotipadas que os filmes traziam consigo, ao contrário, sabe-se da importância destes para uma propaganda pró-ocidente durante a guerra fria. Mas é o historiador James Chapman que faz uma ponderação importante para não seguirmos neste caminho um tanto reducionista: "Bond, de acordo com esta visão [do livro de Bennete e Woollacott], não é redutível a uma ideologia particular ou um significado único, mas, antes, pode significar coisas diferentes, para pessoas diferentes em momentos diferentes." (CHAPMAN, 2000, p.15).

Deste modo, temos posto que os filmes de James Bond podem ser valiosos instrumentos para análise de aspectos outros da historiografia, principalmente aqueles

[2] Citado por CHAPMAN, James. **License to Thrill:** a cultural history of the James Bond films. New York: Columbia University Press, 2000, p.15.

tangenciais, mais conhecidos como temas transversais, que através da História Cultural, incorporaram-se em larga medida como temas centrais de vários trabalhos.

O roteirista John Cox, diz em um artigo sobre James Bond,[3] que todo filme possui um subtexto, e para o trabalho interpretativo seria este o mais importantes. Longe de suas análises entre James Bond e o complexo de Édipo, podemos nos colocar junto a ele na sua consideração sobre o subtexto dos filmes. Tal visão dá margem às várias análises, uma das possíveis, a análise das relações de gênero nos filmes de James Bond.

O objeto aqui pretendido será o último filme da série, *Casino Royale*, realizado entre os anos de 2005 e 2006, e lançado em 15 de novembro desse último. Várias são as particularidades que tornam este filme emblemático para falarmos em James Bond utilizando o viés do gênero como categoria de análise.

James Bond literário ou cinematográfico?

Criado por Ian Fleming na década de 1950, tendo seu nome tirado de um ornitólogo, James Bond tornou-se através dos livros um personagem famoso. Escritores renomados como Umberto Eco e Anthony Burguess, escreveram ensaios sobre os livros de Ian Fleming, ou como gostam de frisar, sobre o Bond literário. Burguess, por exemplo, detestava os filmes de James Bond (CHAPMAN, 2000, p.5). Das várias hipóteses de onde Fleming teria tirado seu personagem, a mais aceita é a de que James Bond, seria uma versão romantizada do próprio autor, que serviu na inteligência da marinha britânica durante a segunda guerra mundial.

Em 1962, a série já famosa nos livros ganhou as telas do cinema com a adaptação da novela *Dr.No*, estrelando o então desconhecido caminhoneiro escocês e modelo vivo Sean Connery. Os filmes, desde este primeiro, não queriam de maneira alguma descolar os filmes dos livros de Fleming. A produtora responsável pela série, EON Productions, dos sócios Albert R. Brocolli e Harry Satlzmann (hoje pertencente à Barbara Brocolli e Michael G. Wilson), identifica na seqüência de créditos inicial, o nome do ator principal sempre "*as Ian Flemming's James Bond".*[4]

Deste modo, embora alguns roteiros não sejam baseados em obras do escritor Ian Flemming, o personagem está, de certo modo, sempre enquadrado em um modelo pré-definido, que representa, de modo caro a este ensaio, um modelo de masculinidade.

---

[3] COX, John. The sexual subtexto f 007. In: YEFFETH, Glenn; WILSON, Leah. **James Bond in the 21st century: why we still need 007.** Dallas: BenBella Books, 2006, p.13.

[4] "como o James Bond de Ian Flemming" (tradução livre)

Poderíamos frisar James Bond como um modelo hegemônico de masculinidade, algo que se impunha, mas esta análise se torna mais rica se tivermos em conta as variedades de situações, pessoas e momentos que os 21 filmes abarcam. O sucesso de bilheteria de todos os filmes pelo mundo nos faz pensar em um diálogo de cada um com seu tempo, até quando os movimentos políticos e de emancipação sexual mostraram-se mais fortes, e conseqüentemente os filmes de James Bond, mais retrógrados.

Seguindo a teoria de Hans Robert Jauss,[5] a série encontrar-se-ia dentro de um "horizonte de expectativas", que não obstante, diferenciado discursivamente, igualava-se como imaginário. Mudanças importantes podem ser notadas a cada troca de ator no papel principal. A preocupação nestas trocas ocorria não só em função de um "novo rosto" que poderia causar estranhamento, mas, sobretudo, um novo Bond, sempre implicou um novo diálogo, um recomeço que trazia a tona questões postas pela sociedade e que mesmo em um filme de entretenimento não poderiam ser obliteradas.

Casino Royale: um novo James Bond?

Estas mudanças podem ser percebidas fortemente no novo filme da série: *Casino Royale.* Mais do que mais um recomeço, o novo filme busca um maior diálogo com o velho público e com o novo, que começa a se formar por volta dos 13 anos, sendo que esta é a classificação etária da maioria dos filmes da série. Além disto, *Casino Royale* é o primeiro livro de Ian Flemming, no qual James Bond ganha o status de agente "00".[6] A oportunidade mostrou-se única para que este filme fosse uma espécie de alvará para as aventuras de Bond adentrarem o século XXI.

A grande particularidade do filme *Casino Royale* reside no fato de este ser o último e o primeiro filme da série. Nele, podemos observar uma múltipla temporalidade que promove um diálogo constante com o passado transformando o espectador em um interlocutor capaz de projetar uma leitura privilegiada sobre mais de quarenta anos de história do personagem. A adaptação para o cinema do primeiro livro de Ian Flemming, proporcionou não somente um bem colocado (re)começo para a série, como foi providencial para uma geração que via em James Bond um modo antiquado de exercício da masculinidade.

A circularidade temporal sempre foi um dos pontos interessantes na passagem dos livros de Ian Flemming para os filmes da EON Productions. Quase nenhum deles foi filmado na mesma ordem das novelas. Isto fez com que *Casino Royale* fosse a última obra a

[5] JAUSS, Hans Robert. **A literatura e o leitor**: textos de estetica da recepção. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002

[6] Nos livros de Ian Flemming é a categoria dos agentes do Serviço Secreto Britânico com permissão para matar.

ser filmada, sendo ao mesmo tempo a primeira e mais "sombria", onde aspectos menos glamurosos do agente ficam a mostra. Aspectos estes, ideais para um tempo que já possuí em seu cabedal imagético uma série do outros filmes do gênero e outros agentes. Um Bond com menos truques, mais sombrio e mais humano foi a linha na qual trabalhou o diretor Martin Campbell [7].

Com isto, esta "nova versão" de James Bond, trouxe uma outra visão de masculinidade que embora não explicitamente notada, pode ser problematizada através de aspectos próprios do filmes e das críticas que recebeu. Mas uma reformulação da masculinidade, esta em grande parte pautada por uma visão britânica do *gentleman*, não é ponto pacífico, dado o grande público que o filme visa abarcar. Grande público, logo, múltiplas vivências masculinas. A missão de fazer esta multiplicidade palpável e desejosa é incerta, bem como a própria masculinidade, como coloca Pedro Paulo Oliveira:

> *As incertezas da vida pós-moderna demoliram a universalidade dos padrões hegemônicos do comportamento masculino, mas também permitiram que em alguns segmentos sociais houvesse uma radicalização em direção a um comportamento pautado pela recuperação dos elementos viris e agressivos que compunham o ideal moderno de masculinidade. (OLIVEIRA, 2004, 271).*

O diálogo entre estes dois exercícios do masculino pode ser notado na mescla que o filme traz entre ação e estratégia, romance e raiva, dominação e submissão. O novo James Bond apresenta-se menos onisciente, além de frágil a outras estratégias, principalmente às femininas. Com o artifício de ser sua primeira missão, temos um agente mais inexperiente, logo, mais verossímil; verossimilhança esta que de certa maneira sempre foi um dos atrativos da série, que ao contrário dos super-heróis, apresentava suas estratégias de combater o "inimigo" de forma mais palpável.

Um novo filme de uma antiga série pode recriar alguns aspectos da saga, mas principalmente, reafirma os códigos e símbolos nela construídos. Com James Bond não há grande diferença; embora tenhamos um novo ator interpretando James Bond e um roteiro dialogando com a mentalidade contemporânea há principalmente uma reafirmação dos valores compartilhados e construídos mutuamente pelo personagem e seu público.

As duas "bondgirls" presentes neste filme representam uma amostra deste "diálogo" feito entre os filmes de James Bond e seu público. Solange Dimitrios (Catarina Murino) é a típica *bondgirl*, na mais pura tradição da série. Faz uma aparição curta, é esposa de um dos vilões e encanta-se principalmente pelo lado menos romântico de James Bond,

---

[7] "Daniel Craig takes on 007 mantle", http://news.bbc.co.uk/1/hi/entertainment/film/4337224.stm, capturado em 21 de abril de 2007 às 20:04.

como podemos notar na cena, onde já aos beijos, aparecem no quarto de hotel do agente, logo depois de uma troca de olhares e poucas frases:

> *Solange: You like married women, don't you James?*
> *Bond: It keeps thing simple.*
> *Solange: What is it about bad man? You, my husband… I had so many chances to be happy, so many nice guys. Why can't nice guys be more like you?*
> *Bond: Well, cause then they'd be bad.*
> *Solange: Yes. But so much more interesting.* [8]

Por outro lado temos Vesper Lynd (Eva Green), mais do que uma bondgirl, Vesper é o que poderíamos considerar a antítese da bondgirl. Vesper Lynd, no filmes mais do que no livro, é uma executiva do ministério da fazenda inglês. No primeiro contato que mantém com Bond, quebra vários paradigmas em termos de mulheres em filmes de James Bond. Ela conduz James Bond em uma conversação na qual nenhuma "tirada", fica sem resposta apropriada e ainda, num jogo de dedução, "lê" a figura do agente de modo nada adulador:

> *Lynd: All right. By the cut of your suit, you went to Oxford or wherever and actually think that human beings dress like that. But you wear it with such disdain, my guess is you didn't come from money and your school friends never let you forget it. Which means you were at that school by the grace of someone else's charity, hence the chip on your shoulder. And since your first thought about me ran to orphan, that's what I'd say you are. Oh, you are. I like this poker thing. And that makes perfect sense, since MI6 looks for maladjusted young men that give little thought to sacrificing others in order to protect Queen and country. You know… former SAS types with easy smiles and expansive watches. Rolex?*
> *Bond: Omega.*
> *Lynd: Beautiful. Now, having just met you I wouldn't go as far as calling you a cold-hearted bastard.*
> *Bond: No, of course not.*
> *Lynd: But it wouldn't be a stretch to imagine. You think of women as disposable pleasures rather than meaningful pursuits. So as charming as you are, Mr. Bond. I will be keeping my eye on our government money. And off your perfectly formed arse.*
> *Bond: You noticed?*
> *Lynd: Even accountants have imagination.* [9]

---

[8] "Você gosta de mulheres casadas, não é James?/ Isso mantém tudo mais simples/ O que há nos canalhas? Você, meu marido... Eu tive tantas chances de ser feliz, tantos caras legais. Por que caras legais não podem ser como você?/ Bem, porque então eles seriam canalhas/ Sim, mas tão mais interessantes." (tradução livre)

[9] "Está bem. Pelo terno, diria que você estudou em Oxford e acha que gente usa isto. Mas você o veste com tanto desdém, meu palpite é que sua família não é rica e seus colegas de escola não deixavam você esquecer disto. O que significa que você estudou lá por caridade, daí seu complexo. E como pensou em mim como órfã, eu diria que você é. E é mesmo. Eu gostei deste negócio de poker. Faz sentido, já que o MI6 recruta rapazes desajustados que não pensam duas vezes antes de sacrificar os outros para proteger a Rainha e o país. Você sabe... ex-agentes SIS com sorrisos fáceis e relógios caros. Rolex?/ Omega/ Lindo. Mal o conheço, então não diria que é um canalha sem sentimentos/ Não, claro que não/ Mas não é difícil de imaginar que pensa nas mulheres como prazeres descartáveis, nada de significativo. Então, apesar de seu charme senhor Bond, vou ficar de olha no dinheiro do governo e não na sua bunda perfeita/ Você notou?/Até contadoras tem imaginação." (tradução livre)

Pode-se atribuir esta nova postura de Vesper Lynd, ao já citado diálogo da série com os "ventos" de mudança. Na obra de Ian Flemming, Vesper Lynd é uma assessora no setor "S" do MI6, que tem uma visão de admiradora sobre James Bond e não está nem próxima de sua sofisticação. Como podemos perceber nesta passagem em que Lynd conversa com Bond no restaurante do Hotel Splendid:

> *"Tenho uma amiga que é vendedora da Dior. Ela conseguiu me emprestar este vestido e aquele com que você me viu hoje de manhã. Se não fosse assim, não poderia ter competido com todas estas pessoas. – Fez um gesto largo para a sala. – Todo mundo lá do escritório ficou morrendo de inveja de mim, embora não soubessem qual é o trabalho. Tudo que sabiam era que eu ia trabalhar com um zero - zero. Obviamente, vocês são os nossos heróis. Eu fiquei encantada." (FLEMMING, 2006, p.69)*

Os códigos da masculinidade, assim como o próprio James Bond, ganham uma espécie de "mito de origem" em *Casino Royale*. Tal início justifica e constrói um significado novo, porém sabido, para as posturas do personagem que durante o filme se constrói reafirmando uma série de certezas, pois as dúvidas não são aceitas como elementos legítimos para o elemento masculino. Embora não tão glamurosa quanto à de outros filmes, a história de *Casino Royale* funciona como uma "sociodisséia" na qual os elementos que o constituíram como o personagem que conhecemos são mostrados de forma a compartilharmos os mesmos valores que compõe um *habitus* característico deste, bem como seu comportamento de gênero, que na visão de Bourdieu é o que podemos chamar de um "*habitus* sexuado" (BOURDIEU, 2005, p.9).

A postura dominante é desmantelada no filme, na entrega sem reserva de James à paixão que sente por Vesper Lynd. O momento mais terno do filme e de rompantes mais amorosos mostra uma entrega que é a antítese da masculinidade representada por Bond, causando por isto, larga estranheza, ou até ojeriza, durante os mais de 20 minutos em que a paixão de Bond mostra sua face.

Algumas das matérias referentes ao filme trouxeram em seus títulos este estranhamento, como a da revista "*Isto é*": "Hummm, é você Bond?"; que expressa, de certo modo, esta nova versão de James Bond dialogando com uma nova masculinidade pretendida: "Se Craig passa mais tempo sem camisa do que todos os outros Bonds juntos, é para deixar claro que este agente secreto é o seu próprio objeto sexual. Em qualquer romance com uma mulher misteriosa, ele parece estar traindo a si mesmo." (ISTOÉ, 2006, p.104). Neste ponto podemos notar a questão de uma maior liberdade da exibição do corpo masculino, enquanto o romance ainda é visto pelos que acompanham a trajetória do agente, como uma espécie de desvirtuamento de seu caminho. Essa trajetória sempre foi marcada pela descontinuidade do

prazer sexual, que na visão de Francesco Alberoni, é o centro do erotismo masculino (ALBERONI, 1986, p.49).

O raciocínio neste caso é simples: se Bond se apaixona, os filmes deixam de existir. A prisão domiciliar trazida por um possível casamento, seria o desfacelamento da masculinidade viril e jovial, que se mantém na sua pura essência nos filmes da série. Assim, Bond continua sendo um modelo para várias gerações, uma espécie de espelho medidor que reflete na exata medida um epítome do exercício da masculinidade.

Em um momento onde a masculinidade acha-se cada vez mais questionada, ou ainda, após todas as vogas e "backlashs" do feminismo, o masculino encontra-se cada vez mais com mais variáveis para inserir nesta complicada equação, sobrando pouco tempo, e ainda menos estudos, para definir quem ele é. Fala-se em um "mal-estar da masculinidade" (OLIVEIRA, 2004, p.174), e também, de uma falta cada vez maior do que é o homem, em meio a isto, a figura de James Bond surge periodicamente nas telas de nossos cinemas e aparelhos de vídeo como uma espécie de bálsamo, para que tenhamos alguma referência do que éramos, e mais ainda, daquilo que um dia queríamos (ou ainda queremos?) ser.

O estranhamento e a boa recepção de *Casino* Royale, certamente estão ligados ao mesmo fator: Bond desceu alguns degraus de seu Olimpo. Desta vez, observamos mais de nós, nele. Assim como no filme, a porta da masculinidade pode ser aberta, mas fecha-se na mesma velocidade. Ou como bem resumiu o escritor italiano Andrea Carlo Cappi: "Então nós que queríamos ser Bond há anos atrás ainda queremos ser Bond (e talvez mais ainda, agora). Ele é o único modelo deixado para nós; apegamos-nos a ele porque ele é o último testemunho do que nós queremos, e talvez tentemos, ser." (CAPPI, 2006, p.161).

Referências Bibliográficas

ALBERONI, Francesco. **O Erotismo.** São Paulo, Círculo do Livro, 1986.

BAECQUE, Antoine de; DELAGE, Christian (Dir.). **De l'histoire au cinéma.** Paris: Éditions Compexe, 1998

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAPMAN, James. **License to Thrill:** a cultural history of the James Bond films. New York: Columbia University Press, 2000

COSTA, Antonio. **Compreender o Cinema.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FLEMMING, Ian. **Cassino Royale.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2006

YEFFETH, Glenn; WILSON, Leah. **James Bond in the 21st century: why we still need 007.** Dallas: BenBella Books, 2006

JAUSS, Hans Robert. **A literatura e o leitor**: textos de estetica da recepção. São Paulo: Paz e Terra, 2002

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade.** Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

Revista ISTOÉ, nº1935, 22 de novembro de 2006, Pp. 104 – 105.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Armas do Fidalgo: A Formação Cultural de D. Francisco de Quevedo y Villegas.

Rachel Saint Williams*

Resumo: Neste artigo será concedida atenção especial à formação cultural de D. Francisco de Quevedo y Villegas, esta atenção corresponde a um esforço de análise que foi considerado essencial ao processo de restabelecer à obra quevedesca sua importância histórica e, também, como uma forma de restituir à citada obra os meios que possibilitaram sua capacidade de intervenção como discurso político.
Palavras-Chave: Francisco de Quevedo- Cultura Política- Formação Cultural.

Resumé: Cet article a pour sujet l´etude de la formation culturelle de Francisco de Quevedo y Villegas. L´analise nous permettra comprendre la specificité de la pensée de ce personnage pour etablir la valeur historique de son discours ansi que sa specificité philosophique et politique.
Mots de reference: Francisco de Quevedo – Culture politique – Formation culturelle.

Francisco de Quevedo y Villegas, filho de Pedro Gómez de Quevedo y Villegas e de María Santibáñez, nasceu em Madrid no dia 17 de setembro de 1580 e faleceu no dia 08 de setembro de 1645. Pertencia a uma família da nobreza que servia diretamente aos membros da Monarquia dos Áustrias. Quevedo respirou os ares da corte desde seus primeiros anos, no entanto, raramente esteve entre os principais do palácio. Conheceu e circulou entre muitos personagens destacados de sua época como o Conde Duque de Olivares, Lope de Vega, Velásquez, Richelieu, Miguel de Cervantes entre outros. Residiu por um período na Itália a serviço do Duque de Osuna, D. Pedro Téllez Girón, que então ocupava o cargo de Vice -Rei de Nápoles e Sicília. Foi agraciado com o título de cavaleiro da Ordem de Santiago. Em 1620 adquiriu um senhorio, resultado de um esforço exaustivo de vários anos na vila de *La Torre de Juan Abad,* pequena vila interligada a *Villanueva de los Infantes (Ciudad Real),* ao sul de *La Mancha*.

* Mestranda do Programa de Pós- Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq.

A intenção deste pequeno relato biográfico é apenas apontar e destacar alguns eventos e datas importantes na vida deste "discreto"[1], escolhido para ser nosso mestre de cerimônia no espaço social configurado pela corte espanhola sob o domínio dos Áustrias.

A atenção concedida à formação cultural do nosso fidalgo, D. Francisco de Quevedo y Villegas, foi estabelecida como forma de entender quais fundamentações estavam por trás de sua obra e, também, como forma de compreender como Quevedo estava manipulando de acordo com seus próprios interesses o substrato cultural de sua época.

O discurso seiscentista ibérico encontra-se fortemente marcado e delimitado pela capacidade de seus proponentes de dialogar com a tradição clássica através do uso de subsídios, desta mesma tradição, contíguos a elementos da religião católica contra-reformada como forma de fornecer os elementos necessários para que tais discursos sejam aceitos e autorizados socialmente.

A educação do fidalgo tem início, como aconteceu com inúmeros outros filhos de famílias nobres que habitavam o palácio da corte, com um preceptor. Entre os primeiros mestres e aios dos quais Quevedo esteve sob os cuidados podemos apontar García de Loaísa, Juan de Zuñiga e Cristóbal Rodríguez[2].

Após o aprendizado das primeiras letras seguiram-se estudos de história, gramática e retórica a partir de uma cuidadosa seleção dos textos latinos. Aos catorze anos de idade, em 1594, Quevedo ingressou num Colégio da Companhia de Jesus onde esteve por dois anos. Entre alguns personagens que estiveram presentes na educação de Quevedo durante os anos em que ele esteve no Jesuíta em Ocaña, podemos apontar o padre Jerônimo o padre Román de la Higuera, seu professor de latim, e o padre Francisco Porto Carrero, filho do Conde de Medelín, na época reitor do Colégio. A base gramatical era a gramática do jesuíta Manuel de Alvarez e o manual de retórica mais usado era o de Cipriano Suárez.

A maneira sob a qual acontecia ou deveria acontecer o aprendizado dos filhos da nobreza não era um assunto que encontrava como eco uma opinião coesa; muito pelo contrário, existiam grandes polêmicas a respeito do tema em questão. Juan de Mariana, famoso por suas opiniões em relação ao tema do tiranicídio, defendia que os jovens fidalgos

---

[1] Emprega-se aqui epíteto de discreto para Quevedo de acordo com a reflexão de João Adolfo Hansen sobre o discreto definido como a representação ibérica do ideal de cortesão católico contra reformado. Definido como figura ou personagem de interlocução, ver HANSEN, João Adolfo. *O Discreto.* In: ADAUTO, Novaes (org). *Libertinos e Libertários.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 77- 102

[2] Quase todas as informações relativas à educação e a formação cultural de Quevedo foram retiradas da cuidadosa biografia de Pablo Jauralde Pou, que foi feita após um minucioso trabalho nos arquivos e bibliotecas espanholas e é uma das fontes mais autorizadas para fornecer dados confiáveis sobre a vida de D. Francisco. Ver: **JAURALDE,** Pablo Pou. *Francisco de Quevedo y Villegas (1580-1645)*. Madrid: Editorial Castalia, 1998.

deveriam freqüentar instituições públicas e abertas; Pedro López de Montoya defendia o ensino da gramática em latim e ressaltava a necessidade dos estudos de retórica e filosofia moral através de passagens de Horácio, Virgilio, Terencio, Homero, Hesíodo, Cícero e Tito Livio.

As atividades essenciais à cultura educacional da época eram as chamadas *exercitaciones*, que formavam a base da cultura literária do período e consistiam na prática de produzir os mais diversos gêneros retóricos poéticos do período; outra atividade era a realização de treinamento para formular comentários, de acordo com Pablo Jauralde Pou: "*Así se cerraba el circulo de la educación, integrándose y consolidándose em el sistema, aventura intelectual perfectamente controlada, que Quevedo aprendió pero que muy bien"* (**JAURALDE**, 1998. p. 59).

Os anos de educação de Quevedo no Colégio dos Jesuítas foram motivo de orgulho de nosso autor, que, ao longo de sua vida, continuou a dar valor àqueles anos de estudo e se utilizou dos contatos ali feitos como arma de manobra política, como em 1926, num momento em que os jesuítas exerceram grande influência nos círculos de poder. Em um momento posterior, em 1639, D. Francisco foi feito prisioneiro e permaneceu encarcerado na torre em *San Marcos*, solicitando o apoio do Padre Pimentel.

Pode-se identificar também um contato importante realizado neste primeiro ciclo de estudos que Quevedo realizou; trata-se de Francisco Paravicino, que se tornaria um importante pregador[3] na corte de Felipe IV e foi um grande amigo de D. Francisco nesta época escolar.

Apesar de ter se referido durante toda sua vida com orgulho e deferência sobre seus primeiros anos escolares, Quevedo, em seus anos finais, criticou a educação dos jovens que, segundo ele, se concentraria mais nos formalismos da época que na realização integral do homem.

Apesar de ter tratado haver se referido durante toda sua vida com orgulho e deferência sobre seus primeiros anos escolares, Quevedo em seus anos finais criticou a educação dos jovens que segundo ele se concentraria mais nos formalismos da época que na realização integral do homem.

Tal crítica pode ser entendida como uma tentativa de resgate da formação humanística, onde o objetivo da educação clássica seria possibilitar o ingresso dos homens na

[3] Para saber sobre a importância da pregação no período em questão, ver: **MARAVALL**, José Antonio. *Teoria de Estado en ESpaña en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estúdios Constitucionales, 1997

vida pública; de acordo com a perspectiva ciceroniana,[4] onde grande valor seria concedido aos estudos de retórica e principalmente de filosofia moral. Esses saberes no entanto deveriam estar relacionados com a vida prática, "*realizando-se como um cidadão mais do que como um mero sábio"*(**JAURALDE**, 1998. p. 109.).

O objetivo fundamental da educação segundo Cícero, seria desenvolver a *virtus*, o homem virtuoso; esta concepção se encaixa perfeitamente na opinião de Quevedo, que através de seus escritos tentava mobilizar a nobreza para que esta resgatasse fundamentalmente seus valores relacionados à Honra. Podemos ver a importância concedida aos estudos e à erudição nesta passagem de *Marco Bruto*:

> *"Puede el hombre com ardimiento y com bondad ser valiente y virtuoso; pero faltándole el estúdio, no sabrá ser virtuoso y ni valiente. Mucho falta a uno que es lo outro y lo outro, si no lo sabe ser"(MARIN,Luis Astrana, 1941.p.1345)*

Fechado este primeiro ciclo educacional tão indicativo de várias questões que assumirão posteriormente suma relevância na vida e na obra de nosso autor, iremos adiante para a analisar seu ingresso como na Universidade Alcalá de Henares em 20 de outubro de 1596.

Durante os quatro anos em que Quevedo cursa a Universidade Alcalá de Henares inúmeros eventos significativos tomarão lugar na trajetória de sua família e na corte. Podemos indicar alguns deles na instância familiar, como: a entrada de sua irmã no Convento das Carmelitas Descalças de Madrid com um dote considerável; a morte de sua avó Felipa de Espinosa em 24 de abril de 1599; o falecimento de sua mãe María Santibáñez em 07 de dezembro de 1599, no palácio real; o casamento de sua parenta Ana Diez de Villegas com um alto funcionário palaciano Agustín de Villanueva, que iria se tornar, após a morte da mãe de Quevedo, o curador dos bens do primogênito da família dos Quevedo y Villegas, D. Francisco.

Em relação à corte, o período universitário de Quevedo coincide com os anos finais da enfermidade do monarca Felipe II e o conseqüente declive final de seu reinado. Registra-se nos depoimentos do período um sentimento de piedade pelo monarca enfermo chamado de "*nuestro segundo Job"*. Sua morte data de 13 de setembro de 1598. Com a morte de Felipe II os grupos na corte que detém o poder vão se reajustando de acordo com a queda do antigo soberano e com a futura consagração do novo monarca Felipe III.

---

[4] Pode-se compreender melhor a importância da educação na recuperação dos valores clássicos através da leitura da famosa obra de Quentin Skinner. Ver: **SKINNER**, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno.* São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

É no período universitário que Quevedo dá inicio à sua atividade literária e a seu esforço em se fazer reconhecer como um escritor. Um dos artifícios manipulados para obtenção do reconhecimento social como escritor, principalmente no ambiente da corte, era preludiar os livros de outros autores. Ele perseguiu este intento e preludiou o livro de Lucas Rodriguez, *Conceptos de Divina Poesia.* Quevedo foi provavelmente conhecido como poeta em Alcalá de Henares e também teria sido conhecido pelo seu engenho verbal e por suas habilidades como conversador.[5]

A Poesia desta época encontrava-se marcada por um clima conceptista e sacro que dominava em grande parte a produção do período. Quevedo provavelmente teve acesso a alguns livros de forte inspiração religiosa, como as obras de Francisco Calero, Frei Juan Raulín, Maximiliano Calvi, Jeronimo Calvo, Frei Marco Antonio de Camo, Jeronimo Campos, Frei Andrés Capilla e Juan de Castañiza. Essa preocupação religiosa na década final do século XVI estava acompanhada pela ascensão da influência da doutrina neoestoicista.

Francisco de Quevedo y Villegas obteve o grau de licenciado em teologia na data de 16 de dezembro de 1599; o catedrático em teologia em Alcalá na ocasião era Luis de Montesino. Seus anos de estudo em Alcalá correspondem aos anos em que o plano de estudos daquela Universidade estava sendo executado de acordo com a reforma do bispo Gómez Zapata, que perdurou até 1603. Patricia O'Connell investigou e publicou um plano de estudos daquele período de acordo com a reforma de Zapata, plano este é profundamente ilustrativo e significativo para compreender a formação acadêmica dos bacharéis da Universidade de Alcalá, vamos a ele:

> *"(...) el primer curso de artes, desde San Lucas hasta fin de diciembre, lean todas las súmmulas de Pedro Hispano, leyendo solamente la letra si outra cosa ni comento de autor, y que no se lean questiones prohemiales al principio de la lógica ni después. Y desde primero de enero hasta fin de abril, Perihermenias, con solo el comento de Santo Tomás, y los Priores, com el comento que al rector y consiliarios paresciere; y que los examinadores de las collegiaturas de artes examinen a los opositores en lo que hasta allí oído, y no en otra cosa. Y desde el principio de mayo hasta San Lucas, se lean Tópicos, y Helenchos, y que lo que uma vez hubiere leído no se pueda tornar a leer outra, excepto las summulas, que como se lean y acaben em el tiempo que está dicho, y que no dejando de leer lo que más está señalado, las podrán tornar a leer en lición ordinaria o extraordinária , como a los catedráticos paresciere para el provecho de susoyentes.*
> *Segundo Año:*
> *Ítem, que el segundo año, desde San Lucas hasta diez de y ocho de abril, se leen Predicabiles, sin las cuestiones prohemiales, y Predicamentos y Posteriores, com comento; y las cuestiones de Soto; y desde diez y ocho de abril hasta hasta San Lucas, los dos libros de la Phisica, com comentos y cuestiones de Soto.*
> *Tercero Año:*
> *Ítem, queen el tercero año, desde San Lucas hasta el fin de enero, se lean los seis libros de la Phisica por Soto, y se acaben todos;y desde de principio de hebrero*

[5] Esta hipótese foi formulada por Pablo Jauralde Pou em seu estudo biográfico sobre a trajetória de Quevedo.

> *hasta vacaciones, los cuatro libros De coelo, com comento de San Tomás; y desde el fin de vacaciones hasta San Lucas, Metheoros.*
> *Cuarto Año:*
> *Ítem, que el cuarto Año se lean los libros De Generationes y De Anima, y Parvos Naturales y Metaphísica, em esta manera: que desde San Lucas hasta fin de diciembre todas las tres liciones sean de Philosofia Natural, y que desde allí hasta el fin de hebrero, las liciones de Natural, a la mañana, y una de Metaphísica, a la tarde, y que todo eso se lea por Aristóteles, com los comentadores que la Rector y consiliarios paresciere, los cuales han de señalar cuando senãlaren las lecturas; y que el cathedrático que no guardar ela orden que aquí va puesta en todos los años, pierda la tercera parte de su cáthedra por cada vez que paresciere no haberlo hablado, y della lleve el denunciador la cuarta parte.*
> *Ítem, que los dichos libros y lecturas sean obligados los regentes a los leer por el texto de Aristóteles, declarándoles el texto y la letra, y ordenándosela de maniera que la entiendan, y sacando los notables y cuetiones convinientes para que mejor se entienda, y la lea proporcionalmente, no se wntreteniendo, no apresurando en ningún tiempo más de lo que convenga" (**O'CONNELL,** Patricia, 1998. pp 109-110.)*

Pode-se constatar uma grande influência dos textos de Aristóteles acompanhada de comentários de São Tomás de Aquino ou de Domingos de Soto. Certamente Quevedo conheceu em profundidade todas essas obras, mas certamente não foram estas as únicas obras a que o fidalgo teve acesso.

A inquetude intelectual de D. Francisco se faz presente quando analisamos o escopo de erudição que sustenta algumas de suas obras, como por exemplo *España Defendida,* obra que foi escrita como uma tentativa de resgatar a glória dos domínios espanhóis. Nela são manipulados vários artifícios para valorizar a Monarquia Castelhana e entre eles artifícios podemos destacar a história do reino, a beleza da língua e a honra dos monarcas.

A erudição de Quevedo é um aspecto em sua obra que desperta a atenção e que não passou desapercebido por seus contemporâneos, como fica evidente na afirmação do erudito aragonés González de Salas "*poeta alguno espanhol versado más, em que los viven, de hebreos, griegos, latinos y franceses de cuyas lenguas tuvo buena noticia, y dinde a sus versos trujo excelentes imitaciones"*(**JAURALDE,** 1998. p. 874).

Quevedo era um poligráfo. Tinha à capacidade de se expressar em diversas matérias e transitar pelos mais distintos gêneros, anexando em seu discurso doutrinas das mais diferentes áreas do saber. Ele se esquivava do silêncio e em várias ocasiões sua falta de habilidade em calar-se, por escrito, foi motivo de punição, como no desterro da corte, na prisão em *San Marcos* e quando seu nome figurou na lista do *Index.* "*Peligrosos y delincuentes son los hombres que tienen el corazón charlatán y muda la lengua"*(**MARIN**, 1941. p.1244.). Este era o depoimento de Quevedo sobre a falta de capacidade de expressão dos homens.

Latim, hebraico, grego, italiano, francês, português, eram línguas as quais o autor dominava. Cultura Patrística, conhecimentos filológicos eram saberes que o fidalgo possuía. Foi constado pelos pesquisadores[6] da obra de Quevedo sua aptidão em utilizar citações e fontes de línguas estrangeiras.

Um traço importante das produções letradas dos seiscentos era a tendência parafrasedora, ou seja, a não reprodução de citações literais, como esclarece Raul A. Del Piero: "*El procedimiento más habitual de nuestro escritor es reducir em caudal informativo los corriespondientes pasajes latinos y amplificarlos a la vez retoricamente, haciendo galás de elocuente dicción"*(**PIERO,** 1993. p.107). O processo de criação escrita seiscentista encontrava-se fartamente pautado na emulação, que englobava práticas de glosa e comentários.

A aprendizagem e a boa manipulação do latim eram naquela sociedade um elemento fundamental; em outras palavras, o latim era o saber necessário para que o sábio pudesse se expressar. O latim era um saber extremamente necessário porque era o passaporte indispensável para o ingresso no mundo dos saberes da Antiguidade Clássica e de um passado recente fortemente marcado pela cultura humanística.

Quevedo utiliza sua formação latina como a expressão de sua erudição, e, ainda, como elemento distintivo de seu pertencimento, ou sua vontade de pertencimento, a um grupo de sábios nos moldes humanistas, como pode-se perceber analisando seu epistolário com Justo Lipsio, todo ele lavrado em latim.

No caso de Quevedo o aprendizado de outras línguas vernáculas esteve associado as questões de sua trajetória enquanto cortesão. A língua francesa era por ele utilizada com certa desenvoltura como demonstram as anotações autografadas em obras francesas em exemplares que foram de sua propriedade; este aprendizado foi facilitado pelo fato de que sua mãe, avó e tia foram acompanhantes de uma princesa francesa. O príncipe Felipe III estava também tomando lições de francês dobre a tutoria de Jean L'Hermite, o que era um motivo de orgulho do rei Feilipe II e deveria inspirar os cortesãos e nobres a adotar o mesmo procedimento.

Em se tratando do domínio da língua portuguesa podemos objetivamente apontar como possível explicação para o fato a relação de seus avós com os representantes da coroa portuguesa na Corte de Felipe II e a renda que possuíam nos portos secos de Portugal. Preferimos acreditar porém, que o domínio de Quevedo sobre a língua portuguesa se deve ao

[6] Jauralde destaca Carlos Clavería, Antonio Vives Coll, Gaetano Chiappini, Eustaquio Sánchez Salor , A. Martinez Arancón, Paul Julian Smith e Victoriano Roncero.

multilinguismo cultural da península Ibérica, fato registrado por inúmeros pesquisadores como Jean- Frédéric Schaub[7] e Ana Isabel Buescu[8].

Já o aprendizado do italiano se deve obviamente aos anos em que Quevedo esteve na Itália, principalmente na Sicília e em Nápoles, prestando serviços ao Duque de Osuna, D. Pedro Téllez Girón, que foi Vice-Rei das duas possessões citadas.

Um estudo sobre a formação cultural de Quevedo ficaria bastante incompleto se não mencionasse a importância da filosofia neoestoica na obra de nosso autor. Em um artigo denominado *El Neoestoico* elaborado em parceria por Henry Ettinghausen, Karl A. Bluer e José M. Balcells, estes autores marcam como período principal de clara influência do filosofia estóica na obra de Quevedo o período de 1639- 1643. Acreditamos porém que a concepção deste autores sobre o aspecto neoestoico de Quevedo é por demais caracterizada por interpretações subjetivas e psicologizantes, visto o argumento que é dado pelos autores de que para Quevedo o ideal estóico da impertubabilidade funcionaria tal qual um escudo frente às adversidades de sua trajetória. A influência do pensamento estóico na obra em questão vai muito além disso.

O neoestoicismo é uma característica marcante nos escritos de Quevedo explicitada através da relevância concedida aos temas como: o conhecimento de si mesmo, o desengano como idéia de desilusão e as reflexões sobre a morte. Apesar da evidente presença do pensamento estóico de Quevedo, este se encontra sempre em tentativa de conciliação com os ensinamentos da tradição Católica Contra Reformada. Em sua vastíssima obra muitos temas são contemplados e entre os mais polêmicos podemos destacar: o suicídio, as sátiras de costumes, a atitude frente à morte[9], e etc.

A atenção concedida à formação cultural de D. Francisco de Quevedo y Villegas teve como objetivo de entender como o fidalgo estava se esforçando para adquirir os elementos necessários para criar sobre si mesmo uma imagem de escritor ingenioso e sábio que lhe auferisse crédito e respeito perante os olhos dos membros integrantes de seu grupo, a nobreza, e que lhe conferissem assim formas de pugnar socialmente; fosse através da obtenção do protetorado de um mecenas poderoso, fosse através da obtenção um cargo ou

---

[7] **SCHAUB**, Jean- Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580- 1645).*

[8] **BUESCU**. Ana Isabel. *Memória e Poder- Ensaios de História Cultural(séculos XV- XVII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

[9] Nos seus escritos chamados *Sueños*, Quevedo trabalha as idéias de uma realidade extra mundana nos domínios além da existência corpórea. O papel da morte assume nestes escritos um valor fundamental pois ela é quem desvenda os embustes das falsas aparências e também através dela que existe a possibilidade da justiça. Em *"El Sueño de la Muerte"*, a Morte assume o papel de tutora e guia do personagem principal em suas andanças pelo Inferno.

uma posição de destaque na corte castelhana. Finaliza-se esta posição com um trecho[10] de *Marco Bruto* de Quevedo ilustrativo da importância que o fidalgo concedia à erudição:

> *"En los más ilustres y gloriosos capitanes y emperadores del mundo, el estudio y la guerra han conservado la vencidad y la arte militar se há confederado com la lección. No há desdeñado em tales ânimos la espada a la pluma. Docto símbolo de esta verdad es la saeta: com la pluma vuela el hierro que ha de herir. Pero muchos sean ejemplo Alejandro el Grande y Julio César. Alejandro oyendo la Iliada de Homero se armaba el ánimo y el corazón. Sabia que sin esta defensa, em el cuerpo la loriga y el escudo y la celadaeran peso modesto y uma confesión resplandeciente y gabada del temor del espíritu. Cuerpo que no le arma su corazón, las armas le esconden, mas no lo arman..." (**MARIN,** 1941. p.489.)*

[10] Deste trecho outros aspectos, de suma relevância, como o valor do belicismo para a nobreza e a importância da guerra para a manutenção e conservação da Monarquia, podem ser destacados, porém, esta digressão será feita em um momento posterior desta disssertação.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Juventude Operária Católica (JOC) em Santa Catarina (1948-1970): experiências e memórias

Victória Gambetta da Silva*

Resumo: O presente trabalho pretende observar a trajetória da Juventude Operária Católica (JOC) no estado de Santa Catarina, iniciada em 1948. Mais precisamente, estará focado na análise nos reflexos e particularidades do movimento em atuação na capital do estado, Florianópolis. Partimos do pré-suposto de que mesmo estabelecida como um movimento de cunho nacional, com padrões organizacionais e doutrinais divulgados e incentivados na perspectiva da manutenção de uma unidade de objetivos, a diversidade dos contextos estaduais e também das Dioceses impunha à JOC uma dinâmica de adaptar-se às necessidades do meio ao qual se inseria.
Palavras Chave: JOC – Igreja Católica – Santa Catarina

Abstract: The present work intends to observe the trajectory of the Catholic Laborer Youth (JOC) in the state of Santa Catarina, initiated in 1948. Most precisely, it will be focused on the consequences and particularities of the movement's activities in the capital of the state, Florianópolis. This work begins with the idea that even though established as a nationwide movement, with doctrinal and organizational standards divulged and stimulated to maintain the unity of objectives, a diversity of state and dioceses scenes imposed JOC a dynamics of adaptation to the needs of each of the scene in which it was a part of.
Keywords: JOC - Catholic Church – Santa Catarina

A história da JOC em Santa Catarina teve início a partir de 1948. Data em que oficializado pela Igreja Católica o movimento jocista - centrado no objetivo de promoção humana e cristã da juventude, de ambientes operários, quer industriais, quer comerciais -, ganhou proporções e respaldo nacionais (MURARO, 1983:10). Organizada inicialmente na capital Florianópolis e, ao longo de sua trajetória, atingindo as quatro dioceses existentes no estado no período e um total de nove municípios[1], a JOC catarinense estabeleceu-se inserida em um quadro de reorganização das formas de apostolado e recuperação de influência no qual se pautava não apenas a Igreja Católica brasileira, mas a Igreja Católica de forma geral.

Segundo Huges Portelli, as transformações políticas e sociais ocorridas no correr do século XIX, "despertaram a Igreja para as questões sociais de sua época" e para a importância delas na manutenção de seus *status quo*. As idéias modernas semeadas desde o fim do Absolutismo relegaram à Igreja uma posição subalterna frente ao Estado e passaram, através do questionamento de sua visão de mundo, a ameaçar a sua influência na sociedade civil (PORTELLI, 1990:11-14).

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES.
[1] As quatro dioceses existentes em Santa Catarina entre os anos de 1948 e 1970 são: Florianópolis, Tubarão, Lages e Joinville. As doze cidades são: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Itajaí, Lages, Tubarão, Criciúma, Brusque, Jaraguá do Sul.

A aposta na organização da ação dos leigos em nome do catolicismo através de instrumentos como a JOC, surgiu como uma das respostas da Igreja a essa situação. No contexto brasileiro especificamente, os movimentos de apostolado leio ganham força a partir da década de 1950, na qual o avanço dos processos de industrialização e urbanização do país favoreceram a propagação de novas religiões e de doutrinas contrárias à religião católica, como o socialismo (KASPARI, 2002:66-86). Segundo Alceu Kaspari,

> *Os grandes centro urbanos não juntavam apenas pessoas, aproximavam também idéias diferentes, proporcionavam a geração de trocas culturais, formavam opiniões, produziam conflitos e despertavam para a crítica, cultivando novas consciências (KASPARI, 2002:38).*

Não apenas a juventude operária, mas todos os demais setores de apostolado leigo da Ação Católica Brasileira (ACB)[2] são oficializados no país no final da década de 1940 e início da década de 1950 (KADT, 2003:94).

Dentro dessa perspectiva, a implantação de núcleos jocistas nas Dioceses passou a ser incentivada pela Igreja com o objetivo de manter e/ou recuperar a influência desta sobre a classe trabalhadora. Dotada de um Secretariado Nacional, estatutos próprios e dividida em seis regiões de influência (Norte, Nordeste, Centro, Centro Oeste, Sul e Extremo Sul), oito anos após a sua oficialização, a JOC brasileira tinha secções espalhadas por todos os estados da Federação (MURARO, 1983:86).

A base de todo o jocismo estava na paróquia onde era organizada a Secção Local. Nela os jocistas recebiam a maior carga de informação e de formação. Cada secção era constituída por uma equipe de militantes que atuavam no seu local de trabalho e no bairro. Reuniam-se semanalmente tendo como guia o Boletim do Militante com um programa das reuniões enviado pela Equipe Nacional da JOC. Cada secção era supervisionada por um assistente eclesiástico nomeado diretamente pelo bispo da região. Este assistente era o responsável pela formação dos militantes e pela manutenção da ortodoxia doutrinal do movimento (MURARO, 1983:86-95).

No entanto, ao mesmo tempo em que se estabelecia como um movimento de cunho nacional, com padrões organizacionais e doutrinais divulgados e incentivados na perspectiva da manutenção de uma unidade de objetivos, a diversidade dos contextos estaduais e também das Dioceses impunha á JOC uma dinâmica de adaptar-se às necessidades

[2] A Ação Católica Brasileira (ACB) teve seus fundamentos lançados no país em meados da década de 1930. Era o órgão que concentrava e coordenava os movimentos de apostolado leigo no Brasil. Além da JOC, oficializada em 1948 como já colocamos, compunham a ACB: a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC) e Juventude Universitária Católica (JUC), todas oficializadas em 1950. Esses grupos caracterizavam-se por um apostolado "especializado" organizado segundo categorias sociais, "orientando cada militante para viver sua missão dentro de seu meio social: os operários entre os operários, os rurais entre os rurais e os estudantes entre os estudantes".

do meio ao qual se inseria (MURARO, 1983:102). Dessa forma, verifica-se na trajetória do movimento no estado uma diversidade de experiências e memórias conseqüentes das particularidades encontradas em seus contextos e espaços de atuação. Tratando-se da experiência jocista na capital Florianópolis, foco específico deste artigo, nos foi possível identificar dois aspectos que diferenciam a atuação do movimento em relação às demais cidades catarinenses nas quais se estabeleceu.

Em primeiro lugar os espaços de atuação, visto que a cidade não se caracteriza como uma cidade operária, com um parque industrial desenvolvido e economicamente hegemônico. Mas sim, como uma cidade de setor terciário, funcionários públicos e comerciantes. Segundo o historiador Valmir Martins, a capital catarinense pode ser descrita como

> *Uma cidade onde o setor Terciário da economia é amplamente hegemônico. Conta, do ponto de vista clássico, com uma inexpressiva classe operária. Não era, como ainda não é, um parque industrial que merecesse algum destaque. A população urbana constituía-se de funcionários públicos, comerciários, comerciantes e outros trabalhadores do setor (MARTINS, 1980:130).*

Este cenário também é compartilhado pela memória. Em depoimento cedido para a realização desta pesquisa, Marcílio C. Krieger, militante da JUC, afirma: "Florianópolis não tinha classe operária. Tinha só fábrica de rendas. Não havia um núcleo operário. A cidade foi sempre caracterizada como uma cidade de serviços"[3]. A mesma interpretação, de uma capital voltado ao serviço público, também aparece no depoimento de Francisco José Pereira, militante do Partido Comunista.

> *Bom, Florianópolis, era uma cidade burocrática, de servidores públicos, não havia indústria, e assim como ainda hoje, não existia uma classe operária, a não ser na construção civil. E o sindicato mais forte era exatamente o da construção civil. Estava em atividade também o sindicato dos bancários e os servidores públicos através de sua associação."*[4]

Assim, enquanto os núcleos jocistas estabelecidos no interior do estado atuavam diretamente no movimento operário em fábricas e indústrias, como no caso dos municípios da região do Vale do Itajaí, Blumenau, Joinville, Brusque, Itajaí, Jaraguá do Sul, ou no movimento organizado dos mineiros, no caso da região sul do estado (SCHIMITT, 2004:37-48) a JOC de Florianópolis tinha nos comerciários, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil e da Imprensa Oficial do Estado seu foco de atuação.

---

[3] Entrevista de Marcílio César Ramos Krieger, concedida à Victória Gambetta da Silva em 24 de fevereiro de 2005, p.7. O senhor Marcílio complementa a interpretação na página 11da mesma entrevista. Segundo ele: "h*avia, basicamente a mão-de-obra feminina da fábrica de rendas da Hoepcke"*. Arquivo da autora.

[4] Entrevista de Francisco José Pereira, concedida á Victória Gambetta da Silva em 13 de janeiro de 2005, p.1. Arquivo da autora.

Os primeiros núcleos da JOC em atividade na capital foram os femininos. Em correspondência enviada ao Secretariado Nacional em 1949, a diretoria da Juventude Operária Católica Feminina (JOCF) informa a existência de quatro núcleos em funcionamento.

> *Temos 4 núcleos: núcleo São Luiz, na Imprensa Oficial do Estado (do qual eu e a Secretária geral somos apenas membros). A dirigente é Isolina Teixeira; nucleo esse que possuí 13 membros (que já receberam o distintivo); nucleo Auxiliadora, também na Imprensa Oficial que é composto de umas 7 estagiárias, do qual é dirigente Jurema Heil; núcleo São José, da Fábrica de Bordados Hoepke, com 4 estagiárias e 4 efetivas, cuja a dirigente é Maria de Lourdes Medeiros; núcleo Santa Marta com 4 efetivas e 5 estagiárias, todas domésticas, inclusivel a dirigente, Josefa Ferreira.*[5]

Quanto aos núcleos masculinos, temos registro de um na Imprensa Oficial do Estado e outro no Sindicato dos Empregados da Construção Civil até o ano de 1950. Posteriormente, através de notícias publicadas no jornal "A Gazeta", de circulação diária na capital, nos foi possível identificar a participação de jocistas no também no Sindicato dos Comerciários.[6] Bem como da formação de um time de futebol amador, a JOC futebol Clube, que disputava os campeonatos varzeanos entre os anos de 1950 e 1956.[7]

Destacamos ainda, que até o ano de 1964, a historiografia catarinense, tanto geral, quanto específica ao tema dos sindicatos, aponta o Sindicato dos Empregados da Construção Civil como espaço de forte atuação de militantes comunistas (MARTINS, 1995:194) Da mesma forma, em uma das atas de reunião da JOCF, a presença comunista também é apontada na Imprensa Oficial do Estado.

> *Foi conseguido também junto aos dirigentes da Fábrica de Bordados e da Imprensa Oficial permissão para o Revmo Cônego Frederico Hobold fazer uma preleção aos operários. P trabalho foi suspenso e o es- (...) sacerdote instruiu-os por 30 minutos. (...) a Imprensa Oficial um dos focos comunistas mas, apesar de tudo, houve muito respeito e atenção da parte de todos os operários por ocasião das duas visitas.* [8]

Ainda que buscasse espaços de atuação diferenciados, se comparados àqueles dos núcleos das cidades do interior do estado, a JOC da capital permanecia atenta aos princípios doutrinais nacionais. A Igreja Católica de forma geral tinha no comunismo uma ameaça a sua concepção de mundo e à ordem social estabelecida. Sendo este inclusive, apontado como um dos motivos, talvez o principal, para o estabelecimento dos movimentos de apostolado leigo. Dessa forma, a implantação núcleos joicstas em espaços de atuação comunista, configura-se um fator importante na disputa por influência.

---

[5] As transcrições das fontes utilizadas neste trabalho são transcrições *ipsis literis* do conteúdo referenciado. Correspondência enviada. Documento único, 1949 a 1950, p.1. In: Fundo Juventude Operária Católica, CEDIC/PUC/SP, rolo 31.
[6] A Gazeta, 01de maio de 1953, p6.
[7] A Gazeta, 11 de novembro de 1952, p7.
[8] Ata de Reunião, 1948, p1. In: Fundo Juventude Operária Católica, CEDIC/PUC/SP, rolo 31.

O segundo aspecto que diferencia a atuação do movimento em Florianópolis é o contato com a Juventude Universitária Católica. Os jocistas atuantes na capital tiveram um contato direto com os militantes da JUC. Característica não presente nas demais cidades devido à inexistência de cursos superiores no interior do estado catarinense até o final da década de 1960 (MORETTI, 1984:83).

Este contato com o movimento universitário permeia a JOC catarinense desde os primeiros anos de sua fundação. Acompanhando as atividades realizadas pelos jocistas através do jornal "A Gazeta" é possível verificar a participação de membros da JUC em grande parte delas. Ou mesmo, a organização e atuação conjunta em espaços de debate e mesmo associações. Um exemplo interessante dessa relação é a Frente Operário-Estudantil (FOE), fundada na capital em 1956 e que objetivava o trabalho conjunto de estudantes e trabalhadores em prol das reivindicações das classes. Nas palavras de José Luiz Sobierazski, autor na nota publicada, a FOE visava "aumentar os laços de amizade e cooperação entre as duas classes(...) tem ainda em mira o trabalho em comum para salvaguardar os legítimos interêsses do povo".[9]

A FOE não comportava apenas os órgãos de juventude da Igreja Católica, mas também sindicatos e associações estudantis. Ao longo dos anos em que esteve em atividade promoveu reuniões para debate, passeatas e protestos. Em todas as atividades promovidas pela Frente divulgadas pelo jornal A Gazeta, a JOC e a JUC aparecem inseridas na comissão organizadora. Dentre elas citamos o seguinte manifestação.

> *Operários e estudantes catarinenses protestarão!*
> *Convite: Frente Operário Estudantil, Círculo Operário de Florianópolis, UBRO, JOC -Florianópolis, JOC – Saco dos Limões, Associação Beneficente dos Pintores, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica, Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil, Liga Independente Católica e Sindicato de Panificação de Florianópolis. Convidam os seus associados, operários, estudantes e o povo em geral para participarem de Manifestação monstro de protesto contra as intervenções armadas em países livres, que deverá realizar-se – sábado – dia 10 do corrente – às 19 horas. A concentração de todos os manifestantes será no Largo Fagundes, rumando em seguida para a Praça XV de Novembro, onde falarão vários oradores. Comissão organizadora.*[10]

A FOE permanecerá em atividade até o ano de 1963, quando será reestruturada pelos jucistas, passando à Frente Operário-Estudantil-Popular. É nesse ponto que encontramos uma questão importante que permeou os movimentos de apostolado leigo a partir da década de 1960: o processo de radicalização. Segundo a historiografia já produzida, sob a influência do pontificado progressista do Papa João XXIII, da teologia humanista francesa, da

[9] O Estado, 28 de setembro de 1956, p.1.
[10] A Gazeta, 09 de setembro de 1956, p.6.

consolidação da Esquerda Católica[11] e do contexto social e político no qual atuavam[12], os setores especializados da Ação Católica Brasileira (ACB), inserem-se em um rápido processo de radicalização. Fato, que desencadeou uma transformação na forma e nos objetivos que até então norteavam a atuação desses grupos e os colocou em choque com setores conservadores da hierarquia da Igreja. Bem como, foi fundamental no desenvolvimento de uma forma de pensamento e prática religiosos radicalmente novos, cujos reflexos seriam sentidos pela instituição nas duas décadas seguintes ((LOWI, 2000: p.230).[13] O movimento da AP (Ação Popular) é um dos frutos desse processo (MAIWAING. 2004, 85-87).[14]

A percepção dessa mudança no interior da JUC é possível a partir de 1958. "Momento em que os "jucistas" passaram a engajar-se em projetos sociais concretos e a discutir sobre a realidade nacional brasileira*"* (RICHARD, 1982:153). Em conseqüência, inseriam-se em um contexto de convivência com outras correntes de pensamento, especialmente as socialistas e comunistas, as quais até então precisavam fazer frente. E aos poucos passaram a questionar aspectos das idéias dominantes na Igreja, como a passividade política diante de ordem estabelecida e a reavaliar sua própria função como movimento apostólico (RIDENTI, 2002:215-216).

Ainda que inserida em um contexto estadual específico, com particularidades de implantação e mesmo de atuação, a JUC catarinense acompanhou, e de forma acentuada, o processo de radicalização que permeou o movimento a nível nacional. Um exemplo significativo desse processo pode ser encontrado no artigo "Para Meditar", publicado no jornal "Reforma", órgão oficial da UCE em 1963, ano em que a entidade estava sob uma gestão jucista.

> *Para Meditar: O catolicismo é uma opção vital. Como toda opção ele é radical. E revolucionário. Se encontrares um católico que não seja revolucionário terás diante de ti um homem inautêntico. Mais do que homens e de mentalidades, o problema do mundo hoje, é de estruturas. Derrubá-las é um dever. Para o universitário não sucumbir às tentações do mundo burguês, precisa engajar num esquema revolucionário. Sozinho, ninguém faz revolução. Revolucionar é muito mais que construir, do que destruir. Mas será preciso destruir.*[15]

Nessa perspectiva, a proximidade das relações entre a JUC e a JOC no estado, que constatamos através da Frente Operário-Estudantil, configura-se espaço importante no contato do grupo jocista com a Esquerda Católica (MORETTO, 1948:69). Como nos endossa a historiografia, a JOC também passou por um processo de radicalização, porém posterior ao

[11] Tendência interna da Igreja Católica brasileira, caracterizada como progressista.
[12] Processo de industrialização e urbanização do país durante o governo Juscelino Kubitschek , Revolução Cubana de 1959, o crescimento das mobilizações populares durante o Governo João Goulart, etc.
[13] Ver também KADT, 2003:185-240; RICHARD, 1982:157-180.
[14] Ver também LOWI, 2000:248.
[15] Reforma, nº1, 1º a 15 de setembro de 1963, p.7. Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Caixa 8.

da JUC[16], já em mio ao Golpe Militar de 1964. Fato que, consequentemente, nos remete a uma possível influência do primeiro processo de radicalização no segundo. Segundo Scott Mainwaring

> *O impacto da Esquerda Católica sobre a JOC foi forte, não somente porque os outros movimentos criaram um novo modo de entender a missão da Igreja, mas também porque a JOC teve algumas interações com os outros movimentos da ACB, sobretudo na cúpula. Os militantes da JUC tinham encontros freqüentes com os líderes da JOC, encorajando-os a uma visão mais progressista da fé. Em algumas ocasiões os militantes da JUC davam cursos aos jocistas para ajudá-los a desenvolver um conhecimento mais profundo da realidade brasileira (MAIWARING, 1983:42-43).*

Ainda não nos é possível um parecer conclusivo quanto à radicalização da Juventude Operária Católica em Florianópolis. No entanto, além do referido contato com a JUC, o relatório da sessão de interpelação do deputado estadual Evilásio Coan, realizada no dia 26 de maio de 1964, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina nos apresenta indícios dessa perspectiva. Nessa sessão deputado é interpelado sobre o auxílio prestado nos tramites para a fundação do Clube dos Sargentos de Florianópolis. Responde a acusação de "agitador" da referida categoria.[17]

Entre os documentos que compõem o dossiê de acusação do deputado, pudemos encontrar uma seqüência de correspondências trocadas no ano de 1962 entre o primeiro e o Mons. Agostinho Staehlin, assistente espiritual da JOC. Tratam especificamente do auxílio financeiro prestado pelo deputado ao movimento, mantendo em sua folha de pagamento dois jocistas, caracterizados como "permanentes" do movimento. Este tipo de recurso era utilizado em nível nacional, para subsidiar essa categoria de militantes que dedicavam-se integralmente à JOC e recebiam um salário do secretariado nacional ou de alguma empresa ou "amigo da JOC".

Se em nível nacional o processo de radicalização da JOC se inicia após o Golpe Militar de 1964, a vinculação ao movimento aparecer nos autos de acusação ao deputado catarinense nos primeiros meses do referido ano nos parece um bom indício de que o movimento no estado tenha seguido as linhas nacionais.

Referências Bibliográficas:

[16] A trajetória da JOC como movimento no país é dividida em três fases: 1948-1958: fase de divulgação e recrutamento; 1959-1964: fase missionária; 1965-1970: fase de ruptura com o Estado e desarticulação.

[17] Sessão de Interpelação do Deputado Evilásio Coan - Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Caixa 6.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

KASPARI, Alceu. **O Discurso Católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 e sua Relação com a Legitimação do Golpe de Estado. Florianópolis**, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

LOWI, Michael. **A Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. *A JOC e o Surgimento da Igreja nas Bases (1958-1970)*. In: **Revista Eclesiástica de Base** (REB), Petrópolis: Editora Vozes, março de 1983

_____. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985**). São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Celso. **Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MARTINS, Valmir. *O golpe de 64: a participação do grupo civil em Florianópolis*. In: DIAS, José de Souza (org). **Santa Catarina em perspectiva**: os anos do Golpe. Petrópolis: Vozes, 1989.

MORETTI, Serenito. **Movimento Estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1984.

MURARO, Valmir F. **JOC: Uma utopia Operária?** São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PORTELLI, Huges. **Os Socialismos no Discurso Social Católico**. São Paulo: edições Populares, 1990

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: Cristianismo e Marxismo*. In:____(org*)*. **História do Marxismo no Brasil**. Vol 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: UNICAMP, 2002.

SCHIMITT, Jaqueline A. M. Zarbatto. *As Perspectivas de análise do Trabalho na Historiografia Catarinense*. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**/Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC). – n.10 (2002) -. --. Impresso em 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os trabalhadores e os territórios do futebol em Blumenau-SC (1950-1970)

Cristina Ferreira*

Resumo: O artigo discute a vida dos trabalhadores em Blumenau-SC e sua atuação nos clubes de futebol. A problemática refere-se à análise da Cultura Associativa como um conjunto de propostas e práticas culturais dos trabalhadores, para desvendar conflitos e valores compartilhados em suas vidas no âmbito do associativismo desportivo. Os estudos confirmam que o lazer está condicionado ao modelo ideológico incentivado pelas elites industriais; todavia, os trabalhadores buscaram rotas alternativas para suas práticas culturais. Práticas que se tornaram rituais capazes de expressar não somente a recreação e a organização desportiva, mas, as relações e os vínculos criados no interior dos clubes, os desejos e os encontros pessoais e comunitários e os modos de apreender o mundo, com seus valores mais extensos, tais como a família, os amigos e o lazer como uma forma de sobrepor às faltas da vida.
Palavras-chave: Cultura Associativa – trabalhadores – clubes de futebol.

Abstract: This paper discusses the lives of workers at Blumenau-SC and their interactions with soccer clubs. The problem refers to the analysis of the Associative Culture as a group of proposals and cultural practices of the workers, in order to unmask conflicts and values shared in their lives in the context of sport associativism. The studies confirm that leisure is conditioned to the ideological model, motivated by the industrial elites; though, the workers looked for alternatives routes for their cultural practices. Practices that became rituals capable to express not only the recreation and the sport organization, but the relationships and the bonds that arise within the clubs, the desires and the personal and community encounters and the manners of apprehending the world, with its more extensive values, such as family, friends and leisure as a form of putting up to the lacks of life.
Keywords: Associative Culture – workers – soccer clubs**.**

Introdução

O termo "cultura associativa" pode ser entendido como um conceito que remete ao "hábito de associar-se, à tendência de conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas" (BATALHA, 2004: 96). Esta tendência ao associativismo é um fenômeno fortemente disseminado pelos trabalhadores, embora não seja exclusivamente praticado pelos mesmos e, muito menos evoque uma representação de caráter classista ou militante. Ao contrário, a cultura associativa transcende os limites da militância e do classismo, pois seu objetivo é pensar como os trabalhadores, que também eram componentes das associações, percebiam o mundo e a si mesmos e expressavam seus desejos, tradições e contradições através de práticas e rituais simbólicos.

* Mestre em História do Brasil (UFSC), Universidade Regional de Blumenau/FURB – Nepemos, PIPe-Furb (Art. 170).

Compreender a cultura associativa sob a ótica do sujeito que a compõe é o objetivo principal do estudo em questão, focando a análise acerca do associativismo civil no próprio ser humano que o integra, e não apenas na instituição propriamente dita e sua organização. Sob esta perspectiva, a concepção de cultura empregada aponta para um caráter polissêmico e diverso e, neste caso, tem inspiração na abordagem thompsoniana, que ressalta a ação decisiva da cultura como força mobilizadora da transformação histórica, buscando "dar voz às grandes massas de pessoas que deixaram poucos registros escritos e cuja história ficou por escrever durante várias gerações" (DESAN, 1992: 74).

Este artigo arrola resultados da pesquisa através de descrições sobre os contextos trabalhistas e associativos, sobretudo na interface indústria/lazer, com ênfase no futebol. Completam o trabalho os resultados e as discussões sobre os trabalhadores e a participação deles, principalmente, nos clubes amadores de futebol no período entre 1950 a 1970, e as análises realizadas a partir do referencial teórico ligado à Cultura Associativa no que diz respeito aos modos de ser, ver e fazer dos trabalhadores associados aos clubes de futebol.

1 – Os contextos da bola no país do futebol

Em 1950, o Brasil havia se preparado para sediar a Copa do Mundo. E não somente para sediá-la, mas principalmente para conquistar em casa o seu primeiro título mundial de futebol. A seleção brasileira estava com a mão na taça. Entretanto, a euforia deu lugar ao silêncio quando o Uruguai marcou seu segundo gol, minutos antes do término da partida. Gol que decretou a derrota mais frustrante vivenciada pelo futebol brasileiro. Placar final: 2 para o Uruguai, 1 para o Brasil.

Como se a paixão renascesse das cinzas, é a partir de 1950 que os rumos do futebol brasileiro se alteram vitoriosamente. Parte do fenômeno ocorre imediatamente em Blumenau. É também logo depois de 50 que a cidade assiste proliferar os clubes de futebol, sejam eles nas fábricas ou comunidades que se uniram pela bola.

É também nesta data que a cidade celebra o seu centenário, comemorado em grande estilo para consolidar a idéia de pertencimento à comunidade em seus habitantes que, por sua vez, eram conclamados a embelezar e cuidar de seus jardins, calçadas e casas, atitudes que pretendiam envolver a comunidade com o evento. Por outro lado, o poder público construía um cenário para abarcar o palco das comemorações dignas de uma cidade de "porte" como Blumenau.

O objetivo era reforçar a imagem de Blumenau enquanto cidade bem sucedida economicamente, o lema era: "Blumenau – cidade progresso". A proposta era ocultar os

problemas e homogeneizar os discursos para esconder eventuais dificuldades estruturais da cidade, buscando compor um quadro de ordem, trabalho e progresso.

Da festa em diante, constitui-se o surgimento do discurso da modernidade na região de Blumenau e, aos poucos, a cidade busca adequar-se aos novos padrões de progresso do mundo e do Brasil. A arquitetura local se modifica, as antigas casas coloniais cedem espaço aos edifícios, o urbanismo e a paisagem da área urbana aos poucos se transformam; a economia têxtil começa a ganhar o mercado nacional e a incrementar seu parque fabril com novas máquinas, com o objetivo de exportar seus produtos; as artes contemporâneas ingressam na cidade; a televisão e as comunicações se aperfeiçoam e assim, a modernidade avança amalgamada sobre uma cultura externa (norte-americana), que pretende livrar-se do "antigo" (tradição germânica), para buscar o novo (progresso e desenvolvimento).

Esse discurso também foi significativo no esporte. O futebol, como prática disseminada nas capitais e logo no interior do Brasil, nos anos 50 e 60 chega a Blumenau com um sentido antagônico às práticas desportivas na cultura local. Era então, o futebol, coisa para os "novos", enquanto "no Caça e Tiro o que mais tinham eram [homens] velhos, [homens] novos também tinham, mas os novos não se interessavam por isso, então **os novos eram mais para o futebol**" (KATH, E. - 2005)[1].

Neste cenário, muitos trabalhadores estão migrando da agricultura para a indústria. Tal migração favorece o surgimento intenso de um tipo de associativismo com interface "indústria/lazer". Nesse sentido, a noção de pertencimento vinculada ao associativismo desportivo e recreativo em Blumenau no período estudado, principalmente a partir da década de 60, está atrelada ao ambiente de trabalho.

A maioria dos estatutos das associações mencionava a necessidade do associado ter uma atividade profissional, ou seja, uma "profissão idônea e definida". Além disso, destacavam-se questões de ordem moral, a exemplo do texto original dos estatutos do Arsenal Futebol Clube: "para ser sócio as pessoas podiam ser de ambos os sexos, maiores de 16 anos, com bons antecedentes e profissão idônea".

Sendo assim, o "tempo livre" tinha que ser aproveitado dentro das regras previstas, buscando o cuidado com o corpo e com a mente através de exercícios físicos que, na visão da época, preparavam o trabalhador para uma nova jornada de trabalho.

---

[1] Os depoimentos citados, de acordo com a ordem de aparecimento, referem-se aos seguintes entrevistados: **KATH,** Egon; **DUWE,** Irineo; **PREILIPPER**, Walfried; **KATH,** Alex; **WAGENKNECHT,** Udo. As entrevistas foram realizadas entre outubro e dezembro/2005 para o subprojeto de pesquisa intitulado "Cultura Associativa: os modos de ser, ver e fazer dos integrantes das associações recreativas, desportivas e trabalhistas de Blumenau", vinculado ao projeto "Associativismo Civil em Blumenau: mudanças e tendências", realizado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Movimentos Sociais – NEPEMOS/FURB, com o apoio do bolsista Allan Henrique Gomes.

Ao que tudo indica, em Blumenau, a estratégia de retomar o futebol como mecanismo comportamental das massas foi um relevante fenômeno que ocorreu nos anos 50 e 60 no associativismo desportivo e de trabalhadores. Vale acrescentar que a presença das indústrias têxteis como as principais interessadas na organização do futebol para os seus operários, não foi uma realidade exclusiva em Blumenau. Entre os casos em que um clube de futebol formado pelos trabalhadores de uma indústria têxtil fica mais famoso que a própria empresa, está o Bangu Atletic Club do Rio de Janeiro (LOPES, 2004: 132). É também provável que o surgimento do operário-jogador tenha se dado com o Bangu, isto na primeira década do século XX.

Ao mesmo tempo em que o futebol era promovido visando à educação do povo para a ideologia dominante, sua *magia* escapou ao controle dos seus promotores e, tanto sua prática quanto sua organização, chegou às mãos dos trabalhadores. O local de trabalho e o espaço do jogo interpenetram-se, além disso, o "futebol torna-se uma questão de bairro" e o clube "manifesta e confirma a solidariedade local" (CORBIN, 1995: 264-265).

O trabalhador blumenauense nos anos 50 e 60 conhece o futebol pelo menos em três esferas, (1) o futebol profissional da Primeira Divisão da Liga Blumenaunse, (2) o futebol como uma atividade possível nas sociedades recreativas vinculadas às indústrias [grandes] da cidade, e (3) o futebol dos clubes amadores nos bairros, cujo cenário foi enfatizado através de práticas e ritualísticas cotidianas vinculadas ao esporte.

2 – Rituais criados e agregados ao Futebol

No futebol se pensava a semana inteira. Com ou sem treinos no meio da semana, dizem os trabalhadores que até terça-feira era costume falar e relembrar dos lances e acontecimentos do domingo. Da quarta-feira em diante, logo começavam os preparativos para o próximo final de semana. Onde jogar?

Futebol e domingo eram uma combinação perfeita:

> *[...] isso dava trinta clubes, vinte a trinta clubes no* ***domingo****. Jogava-se cinco minutos para cada lado, por eliminatória e pronto. [De] tantos clubes [que] apareciam para participar em torneios de futebol. [...] E quando a primeira fase terminou chega a segunda fase, e assim, até a final no campeão do dia (DUWE, 2005).*

Os torneios de domingo expressavam a forma de organização que os clubes criaram para suas práticas de lazer e sociabilidade. Pode-se perceber, nas falas, que inclusive

as regras do jogo de futebol eram alteradas para que todos os clubes inscritos pudessem participar em um único dia de torneio.

Esses torneios eram significativamente diferentes dos campeonatos e certames organizados pela Liga Blumenauense de Futebol. As exigências da Liga estavam relacionadas à institucionalização do clube (registro em cartório e estatuto), reuniões antecipadas com dirigentes, juízes escalados, tabela oficial de jogos, etc. Nos torneios organizados pelos clubes amadores, o espírito competitivo e de rivalidade na Liga, dá lugar à integração, diversão e liberação das posturas dos trabalhadores.

Os torneios de futebol também se tornam importantes para o autofinanciamento dos clubes nos bairros:

> *Deixa duzentas pessoas comer churrasco, cachorro quente, isso dá dinheiro. [...] Na época o cara comia mesmo!!! Aquilo era o que dava dinheiro para o clube, você vendia bebida durante o dia, daí vinha aquelas cervejarias, naquele tempo, as transportadoras davam os troféus, além disso ainda pagavam uma certa quantia [...] (DUWE, 2005).*

Além da alimentação e da bebida, os clubes ofereciam outras atividades para que a "família" do trabalhador pudesse se divertir e deixar algum dinheiro na sociedade, para tanto, eram realizados, bingos, rifas, etc.

A cerveja, contudo, parece ser o produto mais cobiçado pelos trabalhadores no domingo de futebol: "Nós tínhamos também os pai-trocinadores da cerveja [...] se o time ganhasse, era cervejada garantida! [...] Eles se responsabilizavam também em resolver as coisas diplomaticamente para não haver briga entre torcidas, e jogadores [...] Uma caixa de cerveja pagava tudo (PREILIPPER, 2005).

Conforme alguns entrevistados, as brigas eram comuns no futebol na década de 50/60. "No futebol amador dava briga, mas dava briga em disputa do campo, depois do jogo nós éramos tudo amigos, inclusive nos encontrávamos no balcão, com cerveja e tudo, não se levava o rancor para casa" (DUWE, 2005).

As brigas parecem ser tão importantes quanto os outros ingredientes do bom futebol. Nas palavras do Sr. Egon Kath, "naquele tempo, eu não sei, eu estava pensando hoje já, se não desse briga então o jogo não era bom. Como nos Caça e Tiro, se não tinha briga então não era baile."

As cenas de briga no futebol envolviam todos os atores do festival da bola:

> *Eu fui uma vez em Indaial com o Frigor, aí um cara de lá apitou, daí o juiz puxou [roubou], teve um de Blumenau que começou a chiar, de repente o juiz [que inclusive era da Liga] jogou o apito, passou num pasto longe e simplesmente veio com um revólver, queria matar um daqui [risos], tinha acabado o jogo, naquele tempo tinha de tudo (KATH, A., 2005).*

Os rituais e costumes apresentados nesta seção são elementos importantes no estudo da cultura associativa. Trata-se de maneiras e procedimentos, inventados e agregados pelos trabalhadores, que através do associativismo refletem os modos e a percepção que estes grupos têm do mundo e da vida. Neste sentido, pode-se dizer que tanto individualmente quanto coletivamente os grupos e sujeitos elaboram e recriam suas tradições e contradições através de práticas e rituais simbólicos.

Imagem 1 – Time do Frigor, associado à Fabrica de Laticínios Frigor (Indaial-SC) – 1957. Arquivo particular de Alex Katz.

3 – O futebol e os sentidos da vida

Os trabalhadores das sociedades e clubes de futebol eram, na sua maioria, torcedores dos times da primeira divisão da Liga Blumenauense de Futebol, como também, jogadores das sociedades, sejam elas os clubes de futebol nos bairros ou as sociedades desportivas ligadas às empresas. "No futebol defendo as cores da nossa SDR, onde tive a oportunidade de fazer ótimas partidas juntamente com meus colegas" (RADAR SULFABRIL, 1967: 48).

A relação futebol-trabalhador estendia-se para além dos campos e da sociedade desportiva, era uma atividade que alguns trabalhadores preferiam curtir pelo rádio, como uma hora de lazer.

Eram os clubes amadores dos bairros que mais atraíam e apaixonavam os trabalhadores. Ao narrar sobre a presença e o significado do futebol na vida das pessoas que fundaram e participaram ativamente dos clubes da comunidade, Sr. Irineo Duwe descreve assim:

> *Nós cavávamos um metro a mais para poder ter um metro a mais para correr atrás de uma bola. O que nós íamos fazer, a não ser futebol? Não existia nada. Não tinha rádio, rádio só a pilha. [...] Qual a atividade que uma criança tinha, na época, que não fosse o futebol, nós chegávamos jogar na escola com laranja. [...]Naquele tempo não tinha rua que não tivesse um campo de futebol (DUWE, 2005).*

Logo, também não era difícil que o futebol encaminhasse outros assuntos da vida. De acordo com Udo Wagenknecht, "por que não dizer que [...] naquela época, começamos a fazer o time de futebol e que saíamos por aí, de caminhão, pau de arara, e por que não dizer, quantos casamentos surgiram daquela época!" (WAGENKNECTH, 2005).

Algumas descrições mostram como o futebol foi responsável pelo destino de pessoas. Relatos que seriam uma questão de sorte se não fossem os caminhos da bola:

> *[...] Daí chegamos lá ele disse – Udo, eu trouxe um jogador novo aqui! Mas o Udo não sabia, nunca tinha me visto! [risos]. [...] Então esse Ralf Ewald me disse, se tu for jogar lá, eu tenho duas primas, vou te apresentar elas também, e dito e feito, apresentou a duas e eu me casei com uma! O meu caso é típico! (PREILIPPER, 2005)*

O futebol era também uma paixão que transcendia alguns imperativos culturais em Blumenau, pois permitia aos trabalhadores uma razão de viver maior que os limites estabelecidos pelo trabalho e pela indústria:

> *[...] Fui obrigado a trabalhar no segundo turno lá na Maju, o segundo turno era para mim completamente inconveniente, porque eu gostava do futebol de noite no Nova Aurora, segundo turno eu estava morto [não poder participar] para minha atividade noturna [futebol], isso pra mim não dá, pensei comigo (...) Daí pedi minha demissão na Maju, isso na sexta. E na Cremer comecei a trabalhar no Sábado pela manhã (DUWE, 2005).*

Não existe uma hegemonia no que diz respeito à cultura operária dos clubes de futebol. Enquanto algumas comunidades se fazem a partir de um modelo mais institucionalizado para o clube, outras se organizam privilegiando os espaços disponíveis do bairro sejam eles privados (de uma pessoa ou empresa) ou mesmo espaços cedidos pela prefeitura. A manutenção e o financiamento destes clubes também ocorria através das conhecidas vias clientelistas estabelecidas no fazer político local. Os clubes de futebol dependeram das ofertas das elites para que pudessem fazer melhorias nas suas dependências e também realizar torneios de futebol. Para isso, o melhor tempo era o das campanhas eleitorais.

> *Nós ficávamos contentes na época de política em Blumenau, quando ocorriam as eleições [...] daí nós pegávamos os prefeitos, os candidatos ali e arrecadava alguma coisa, bola, rede, enfim, essas coisas! [...] Na época da eleição nós fazíamos a coleta, vamos dizer assim. Isso nos salvou de muitas dificuldades (WAGENKNECHT, 2005).*

Para o historiador Cláudio Batalha, um discurso como esse, reflete parte da cultura associativa dos trabalhadores, não de caráter militante ou classista, mas como atores de um projeto cultural que "se situa em uma relação dialética de atração e de repulsão com relação à cultura dominante" (BATALHA, 2004: 97).

O dinheiro extra, que podia vir das vitórias nos campeonatos amadores disputados, era um reforçador viável também para o trabalhador que integrava as equipes dos clubes de bairro.

> *Nós fomos jogar na Vila Itoupava, no Serrinha, [...] daí o homem da caixa [tesoureiro] disse, olha Udo, se nós quisermos dar 10 cruzeiros para cada jogador e ganhar o jogo nós temos em caixa [...] eu era técnico e jogador [...] mas eu cheguei no vestuário [...] e disse para os rapazes, [...] "rapazes, se nós ganharmos o jogo vai ter 10 cruzeiros para cada jogador". Eles saíram espumando, rasgando a chuteira. Ganhamos o jogo lá, foi 3 a zero [...] (WAGENKNECHT, 2005).*

O que se pode perceber também neste depoimento é o lugar que um integrante do clube adquire pela contribuição que presta para o grupo. Para os trabalhadores entrevistados, estas pessoas são tidas como líderes não somente na associação, mas na comunidade. No caso dos clubes de futebol de bairros, o sentido comunitário está presente principalmente nos lugares em que o campo de futebol é um espaço compartilhado por todos.

Enquanto alguns se apropriaram do discurso que divisou o clube de futebol do clube de Caça e Tiro como algo entre novos e velhos, outros eternizaram a juventude pelo futebol. É o caso do Grêmio Esportivo Treze de Abril, que apesar de não ser mais uma sociedade com Estatuto e registro civil, depois de algumas décadas, motivado pelo desejo de resgatar uma época que deixou saudades, reúne seus "velhos" jogadores e promove semanalmente um encontro com futebol, churrasco e cerveja.

Considerações Finais

O futebol não existe enquanto uma atividade natural, ele pressupõe em um dado momento, controle e disciplina para o tempo livre do trabalhador e, em outra instância, uma liberação do corpo e da mente para o exercício da sociabilidade, constituindo assim uma contradição e suscitando semelhanças e diferenças na composição dos modos de ser, ver e fazer dos integrantes dos clubes de futebol, principalmente os amadores, em Blumenau.

Não se pode negar que o futebol foi também expressivo nas elites de Blumenau. Mas são os clubes nos bairros que oferecem elementos diferentes e específicos para as discussões sobre a Cultura Associativa. Seja pela qualidade da organização, sócios, Estatuto e financiamento, ou pelas relações comunitárias e políticas do clube de futebol. São todos meios

e modos como os trabalhadores fizeram do futebol uma preferência capaz de lhes oferecer mais que uma prática desportiva. O futebol representou nas décadas de 50 e 60, uma forma inusitada, entusiasmada e diferente de associativismo civil.

Esta pesquisa teve a oportunidade de conhecer um clube de futebol que não resistiu a retomada das empresas sobre o patrimônio dos clubes de bairro. Mas, informalmente, recriou sua prática da juventude e vêm se encontrando, quarenta anos depois, para jogar futebol todas as quintas-feiras em um campo alugado. Os melhores sentidos do futebol permanecem: diversão e sociabilidade, idéia de pertencimento ao grupo, vínculos identitários e laços de solidariedade capazes de vencer o tempo e superar as crises do futebol amador.

Referências Bibliográficas

A NAÇÃO (1952-1968).

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre. **Culturas de classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004

CORBIN, Alain. **História dos Tempos Livres**. Tradução Telma Costa. Portugal: Teorema, 1995.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. *In:* HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DUWE, Irineo. Depoimento: setembro, 2005. Entrevistadores: Cristina Ferreira, Allan Henrique Gomes. Blumenau: NEPEMOS/FURB, 2005. Digital (70 min.)

LOPES, José Sérgio Leite. *Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro*. In.: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre. **Culturas de classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004.

PREILIPPER, Walfried. Depoimento: dezembro, 2005. Entrevistador: Cristina Ferreira/Allan Henrique Gomes. Blumenau: NEPEMOS/FURB, 2005. Digital (60 min.)

KATH, Alex. Depoimento: novembro, 2005. Entrevistador: Allan Henrique Gomes. Blumenau: NEPEMOS/FURB, 2005. Digital (60 min.)

KATH, Egon. Depoimento: novembro, 2005. Entrevistador: Allan Henrique Gomes. Blumenau: NEPEMOS/FURB, 2005. Digital (60 min.)

RADAR SULFABRIL (1962-1966).

WAGENKNECHT, Udo. Depoimento: dezembro, 2005. Entrevistador: Allan Henrique Gomes. Blumenau: NEPEMOS/FURB, 2005. Digital (70 min.)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Registros para a História: a avaliação de arquivos na contemporaneidade

Janice Gonçalves*

Resumo: Nas últimas décadas, a Arquivística tem procurado se firmar como campo disciplinar integrado às demandas do presente (daí a intensa preocupação com a geração e o destino dos registros em meio digital). Ao lado disso, notam-se concepções que envolvem tanto um distanciamento da Arquivística em relação à História como uma reafirmação dos laços entre os dois campos disciplinares (embora em nova clave). Serão aqui examinadas brevemente as principais questões envolvendo, contemporaneamente, a avaliação arquivística.
Palavras-chave: Arquivística – História - Contemporaneidade

Abstract: On the last decades, Archival Science has been tryins to establish a firm position as a disciplinary field, sensible to the questions of the present moment (as indicated by concerns about the production and destination of digital records). Curiously, if it is possible to detect archival propositions that indicate a gap between Archival Science and History, there are others that reinforce, yet in a new key, the ties between them. This paper discusses the main lines of the contemporary debate concerning archival appraisal.
Keywords: Archival Science – History – Contemporaneity

A avaliação de documentos de arquivo pressupõe e envolve um conjunto de procedimentos técnicos: identificação, classificação e ordenação dos documentos; contextualização dos documentos quanto às condições globais de sua produção, tendo em vista a trajetória histórica do organismo produtor; esclarecimento dos vínculos entre os documentos produzidos e o ordenamento jurídico existente, bem como normas de caráter administrativo próprias à esfera em que os mesmos documentos estão inseridos; percepção das relações que os documentos (sobretudo os referentes a uma mesma atividade ou função) guardam entre si. A avaliação é freqüentemente defendida, do ponto de vista das administrações (neste caso, públicas ou privadas), com o intuito de atingir um maior grau de racionalização e eficiência, resultando em volume menor de documentos a gerir, menor número de espaços físicos a ocupar, além de menores gastos com pessoal, materiais próprios ao acondicionamento da documentação e instalações que a receberiam.

Por outro lado, os documentos arquivísticos governamentais estão intimamente relacionados à prestação de contas que os poderes instituídos devem fazer aos cidadãos e, ao menos em sociedades que se pretendem democráticas, a avaliação arquivística traz à baila a questão da demanda por transparência nas decisões e atividades realizadas no âmbito dos

* Doutora em História Social (USP); professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

organismos estatais. Portanto, a importância de tais documentos não se resume aos interesses da própria administração que os gerou, mas, de uma forma mais ampla, refere-se também aos interesses (freqüentemente traduzidos em direitos) presentes na coletividade à qual tal administração está ligada e para a qual, em princípio, trabalha. Em vista disso, os procedimentos de avaliação não podem ser tidos como meramente técnicos, pois envolvem aspectos propriamente políticos.

Ao perpassarem a documentação arquivística, os interesses das administrações geradoras dos arquivos são costumeiramente identificados, no processo de avaliação, ao "valor administrativo" dos documentos; os direitos de determinados indivíduos e grupos sociais, ancorados na legislação, são freqüentemente traduzidos no que se entende ser seu "valor jurídico". Mas é muito freqüente que se lance mão de um valor mais difuso para justificar a preservação de determinados documentos: o "valor histórico". Vinculado às concepções de História esposadas pelos avaliadores, este último valor tem caráter menos preciso e mais plástico.

A eleição (e subseqüente seleção) de documentos para guarda permanente, com base no critério do "valor histórico", acrescenta dificuldades ao complexo processo de avaliação (pois, sendo produzidos historicamente, que documentos não teriam "valor histórico"?). Deveria o "valor histórico" ser definido, por exemplo, com base na "antigüidade" dos documentos (ficando os documentos contemporâneos "alijados" de sua historicidade)? Ou ser estabelecido com base nas personagens diretamente vinculadas aos conteúdos estritos de determinados documentos (o documento assinado por esta ou aquela autoridade, ou a ela diretamente referido)? Em que medida, neste sentido, concepções bastante disseminadas socialmente acerca do "histórico", não raro conservadoras, elitistas e excludentes, tenderiam a prevalecer na avaliação de documentos arquivísticos públicos? E deveria a avaliação baseada no "valor histórico" tomar como referência fundamental a história da coletividade à qual os documentos estão de alguma forma vinculados, ou a história do próprio organismo que os gerou? Tais questões são, enfim, enfeixadas por um problema geral: pode o "valor histórico" ser sustentado como critério nos processos de avaliação de documentos públicos de arquivo?

As últimas décadas marcaram um forte questionamento acerca do lugar da história no campo arquivístico. Tal questionamento está muito ligado não só ao debate em torno das "novas tecnologias" (e dos desafios colocados, ao campo arquivístico, pela documentação produzida em meio eletrônico) como às transformações vividas no campo historiográfico. Assiste-se, desde, então, à formulação de críticas acerbas a uma arquivística "clássica" ou

"tradicional", delimitada por princípios formulados no século XIX. Aponta-se a necessidade de a Arquivística contemporânea abandonar os velhos marcos teóricos e metodológicos, concebidos em uma sociedade na qual predominava a documentação em suporte papel e prevaleciam as trocas (materiais e simbólicas) presenciais, sendo poucos os mecanismos e níveis de reprodução da informação. A ruptura com o modelo arquivístico "clássico" (apresentado por vários autores como um paradigma "custodial", "patrimonial", "tecnicista", "historicista" ou mesmo "positivista") seria a única forma dos arquivistas e das instituições arquivísticas responderem às demandas de seu tempo. No seio desse debate, assinala-se também o esforço de afirmação do campo arquivístico em relação ao historiográfico, com o abandono definitivo da visão (presente ainda como senso comum) da Arquivística como "ciência auxiliar" da História.

Diferenciam-se, porém, os encaminhamentos possíveis quanto à ruptura por muitos apontada como necessária. Há correntes que postulam a Arquivística como Ciência da Informação, criticando a persistência de discussões que envolvam os "documentos" de arquivo (e que, pelo próprio uso do termo, já indicariam o aprisionamento ao paradigma "custodial"). Posicionamentos neste sentido estão presentes, por exemplo, em texto assinado pelos arquivistas portugueses Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, dedicado justamente à avaliação arquivística (SILVA; RIBEIRO, 2000). Segundo os referidos autores, as transformações tecnológicas envolvendo os meios de comunicação, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, anunciaram e perfilaram "a 'transparência' total do documento" e, como conseqüência,

> *a visibilidade de sua "essência" constitutiva – a informação -, porquanto se percebe cada vez melhor que não há documento sem informação, mas sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenômeno daquela. (SILVA; RIBEIRO, 2000: 67).*

Ribeiro e Malheiro da Silva vislumbram, em substituição ao paradigma arquivístico "técnico e custodial", um paradigma "científico e pós-custodial", que valorizaria a informação e o "dinamismo informacional", este último "oposto ao 'imobilismo' documental'" (SILVA; RIBEIRO, 2000: 69).[1] O próprio arquivo seria considerado um "sistema (semi) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte"

[1] Theo Thomassen, em seminário realizado em 1999, na Suécia, entendeu que um novo paradigma arquivístico, ainda em formação, toma como objeto a informação arquivística (e não o documento de arquivo). (Cf. FONSECA, 2005: 57-59)

(SILVA; RIBEIRO, 2000: 86), definição que certamente busca marcar diferença em relação às usualmente acatadas na área.[2]

Cabe destacar que o movimento de renovação nas reflexões e práticas arquivísticas, ao repensar sua relação com o campo disciplinar da História, não necessariamente envolve uma ruptura completa com a área, ou a refutação da importância do conhecimento histórico. Mesmo Malheiro da Silva e Ribeiro, dando relevo ao desenvolvimento de práticas de pesquisa propriamente científicas no âmbito arquivístico, destacaram as "características basilares" da Ciência da Informação,

> *condensadas num corpus conceptual cerzido pelas contribuições teórico-metodológicas decisivas de algumas ciências mais próximas e essenciais como é o caso da Sociologia, da História Institucional, da História Cultural, das Ciências da Administração e Gestão e das Ciências da Computação e Informática. (SILVA; RIBEIRO, 2000: 79).*

Nas propostas de renovação, observa-se uma aproximação em relação às discussões historiográficas contemporâneas, em especial das que se referem aos processos sociais de constituição de memórias. No que tange especificamente à questão da avaliação arquivística, o repensar da História em relação à Arquivística tem sido particularmente agudo entre os arquivistas canadenses e estadunidenses.

Nos EUA, desde a década de 1980 ganhou evidência a chamada "estratégia de documentação" (*Documentation Strategy*). Richard Pearce-Moses, citando Richard Cox, destacou que o termo "estratégia de documentação" foi cunhado em um encontro da *Society of American Archivists*, em 1984, no qual foram apresentados trabalhos de Helen W. Samuels, Larry J. Hackman e Patrícia Aronnson. (PEARCE-MOSES, 2005).[3] A "estratégia de documentação" estaria, segundo Helen Samuels, intimamente associada à complexidade de uma sociedade atravessada pela informação, e que exigiria, por parte dos arquivistas, uma atuação de novo tipo na seleção da documentação a ser preservada. Para Samuels,

---

[2] O **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** traz, como primeira definição de "arquivo", a de "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte." (DICIONÁRIO, 2005). Antes dele, o **Dicionário de Terminologia Arquivística** (BELLOTTO; CAMARGO, 1996) definiu arquivo, em sua primeira acepção, como "conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas."

[3] Terry Abraham entende, porém, que o conceito básico foi formulado por Andrea Hinding, em 1982 (ABRAHAM, 1995).

> *a estrutura mutável das instituições modernas e o uso de tecnologias sofisticadas alterou a natureza dos arquivos, e somente uma pequena parte da vasta documentação pode ser mantida. (SAMUELS, 1986: 109).*

Decidir acerca do que deve permanecer, entre os documentos de arquivo, tornou-se um desafio lançado aos arquivistas, para o qual, entretanto, segundo Samuels, faltavam instrumentos apropriados (daí a proposição da "estratégia de documentação"). De acordo com tal estratégia, a avaliação não deveria partir dos documentos, mas de uma problematização acerca do que deveria ser documentado. Nos termos de Samuels:

> *1. escolher e definir o tópico a ser documentado; 2. selecionar os consultores e estabelecer o campo para a estratégia; 3. estruturar a investigação e examinar a forma e a substância da documentação disponível; 4. selecionar e localizar a documentação (SAMUELS, 1986:116; PEARCE-MOSES, 2005).*

Comentando a "estratégia de documentação", Bernal Rivas Fernández salientou que, nela,

> *tanto os criadores de documentos como os administradores e os usuários buscam reter aquela documentação que reflita alguma área do esforço humano, partindo da análise do universo a ser documentado, mediante a compreensão dos problemas documentais a ele inerentes e a formulação de um plano que permita uma adequada documentação, seja de um assunto, de uma atividade ou de uma área geográfica. (BERNAL RIVAS FERNÁNDEZ, 2002: 5)*

No Canadá, as discussões convergiram para as propostas de "macro-avaliação" que, segundo o arquivista canadense Terry Cook, foi "implementada em 1991 no Arquivo Nacional do Canadá", estando em grande medida vinculada a seus próprios trabalhos teóricos (COOK, 1997: 9) A macro-avaliação envolveria também uma mudança de perspectiva quando à percepção costumeira do arquivista – a de um profissional passivo, servil, mero guardião dos documentos de arquivo (representação que, no entender do autor, teria sido fixada pela "Arquivística clássica"). Assim, para Cook, o arquivista nem deveria apenas orientar a avaliação dos documentos arquivísticos conforme os interesses do organismo gerador do arquivo (posição por ele identificada ao arquivista inglês Hilary Jenkinson) nem delegar aos usuários a definição dos documentos a serem preservados ou eliminados (modelo supostamente seguido por Schellenberg) (COOK, 1999: 4-5).

A "macro-avaliação" não partiria da análise dos documentos, mas das funções ou competências gerais das instituições que os produziriam. Tais funções institucionais seriam tomadas como espécies de "filtros de tendências sociais, atividades, necessidades e desejos, de coisas e conceitos que a sociedade 'valoriza'" (COOK, 1999: 8-9). Portanto, as funções ou competências gerais deveriam ser percebidas para além dos próprios quadros das instituições

geradoras dos arquivos, remetidas a processos sociais mais amplos (estes, os orientadores decisivos da avaliação). Ainda segundo Cook, caberia ao arquivista-avaliador identificar "quais funções estão pobremente documentadas nos arquivos institucionais e devem ser complementadas ou suplementadas por manuscritos privados, outras mídias arquivísticas, projetos de história oral e documentação não-arquivística [...]" (COOK, 1999: 9).

Tanto na proposta estadunidense da "estratégia de documentação" como na experiência canadense de "macro-avaliação" constata-se a intenção de "documentar a sociedade", encaminhamento que em geral acentua a relação dos arquivos com a dimensão da memória social. A intenção, no entanto, uma vez colocada em prática, sujeita a avaliação arquivística a toda sorte de interpretações acerca do que seria "historicamente representativo" sobre e para a sociedade. Quanto a isso, mesmo que se atinja um consenso, ele certamente será provisório e, necessariamente, historicamente situado (sujeito a contestações presentes e futuras). Ana Maria de Almeida Camargo pontuou, a este respeito, a impossibilidade de "separar o que é histórico do que não é histórico no âmbito de um conjunto arquivístico", dado que essa condição é sempre fruto de "um gesto de interpretação" (CAMARGO, 2003: 14). Angelika Menne-Haritz, ao destacar os precedentes alemães do debate acerca da "documentação da sociedade" para a avaliação arquivística, apontou, por seu turno, que "uma seleção orientada a conteúdos abre o trabalho arquivístico à instrumentalização política." (MENNE-HARITZ, 1994: 535).[4]

É ainda surpreendente, nas abordagens canadenses e estadunidenses aqui brevemente mencionadas, a atitude em relação às próprias lacunas documentais observadas quanto a determinados sujeitos sociais ou práticas: em vez de tomadas como prováveis signos de características sociais relevantes (passíveis, portanto, de investigação e reflexão), são detectadas como algo a eliminar, por meio de "preenchimento" ("complementação" com documentos estranhos às atividades das instituições geradoras dos documentos, mas pertinentes ao "tópico" ou à "função" em causa). Especificidades dos conjuntos documentais arquivísticos (que são, afinal, "especializados" nos organismos produtores que os geraram) tenderiam com isso a ser apagadas ou deformadas.

Contestável, ainda, a perspectiva de que caberia às instâncias governamentais (através das instituições arquivísticas públicas) "documentar" a sociedade, avaliando tanto a documentação governamental a ser preservada como os documentos gerados por outras instâncias e entidades inscritas no tecido social. Se os diferentes agentes sociais produzem, ao

[4] A arquivista alemã indica como esse tipo de discussão esteve presente em autores como Hans Booms (artigo-chave publicado em 1972, e "redescoberto" pelos canadenses na década de 1980) e em experiências de avaliação arquivística levadas a termo na então Alemanha Oriental, nos anos 1980.

longo de suas trajetórias, diferentes registros acerca de suas experiências, fazem parte dessas mesmas trajetórias as decisões quanto a esses mesmos registros (sua produção, sua seleção, sua preservação). A construção social da memória é uma das faces das lutas sociais e a geração e manutenção dos arquivos está aí englobada. Certamente as desigualdades sociais, às quais se prendem as desiguais condições de preservação dos arquivos de indivíduos e grupos, não serão eliminadas com gestos supostamente generosos de "complementação" de lacunas. Voltada para dimensões históricas descoladas dos perfis concretos dos conjuntos arquivísticos, a avaliação arquivística distancia-se, conseqüentemente, das especificidades dos arquivos e gera impasses difíceis de transpor, ao buscar a estabilidade da "permanência" com base em valores (os valores "históricos") necessariamente mutáveis e múltiplos.

Referências

ABRAHAM, Terry. **Documentation Strategies: A Decade (or More) Later.** [Paper presented at the annual meeting of the Society of American Archivists, Washington, D.C., August 31, 1995]. Disponível em: <http://www.uidaho.edu/special-collections/papers/docstr10.htm>. Acesso em: 13 fev. 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coords.). **Dicionário de Terminologia Arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

BERNAL RIVAS FERNÁNDEZ, José. La valoración: fundamento teórico de la Archivística. **Biblios – Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología**, Lima (Peru), v.3, n.12, abr-jun. 2002. Disponível em: <http://redalyc.uremex.mx/redalyc/pdf/161/16112306.pdf>. Acesso em: 18 out.2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro:** revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro (SP), n.1, 2003, p.11-17.

COOK, Terry. **Archival appraisal and collection: issues, challenges, new approaches** [Special Lecture Series, University of Maryland and NARA Staff, 21-22 April 1999]. Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/cookt-nara-990421-2.htm>. Acesso em: 24 de março de 2005.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria,** v.43, 1997. Disponível em: <http://www.mybestdocs.com/cookt-pastprologue-ar43fnl.htm> Acesso em: 24 mar. 2005.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or documentation: can we appraise archives by selecting content? **The American Archivist**, Chicago, v.57, 1994, p.528-542.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology.** Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=225>. Acesso em: 30 de abril de 2007.

SAMUELS, Helen Willa. Who Controls the Past?, **American Archivist**, v.49, n.2, Spring 1986, p. 109–124.

SILVA, Armando B. Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda. A avaliação arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. **Páginas A&B** [Arquivos & Bibliotecas], Porto, n.5, 2000, p.57-113.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Práticas Escolares: sucesso ou fracasso escolar de crianças no ensino primário, no início do século XX (Sabará/MG).

Fernanda Cristina Campos da Rocha. *

Resumo:
O trabalho aqui proposto tem como objetivo investigar as práticas escolares em torno do sucesso ou do fracasso escolar de crianças no ensino primário, nas duas primeiras décadas do século XX. Para tanto, toma-se como foco de análise, uma importante instituição educativa de Minas Gerais: O Grupo Escolar Paula Rocha, localizado na cidade de Sabará/MG. Busca-se traçar a trajetória dos alunos que entraram no primeiro ano primário, em 1907 – ano em que o grupo escolar de Sabará foi criado, um ano após a Reforma João Pinheiro, que introduz a escola graduada em Minas Gerais – através, principalmente, dos livros de matrículas do grupo, dos relatórios de direção e inspeção, das atas de exames e da legislação referente ao período, na tentativa de compreender a razão pela qual os alunos completavam o ensino primário em aproximadamente sete anos, tendo em vista que a legislação previa quatro.
Palavras chaves: escola graduada, práticas escolares, fracasso/sucesso escolar.

Abstract::
This article's objective is to investigate scholar practices concerning success or failure of children in elementary school of the two first decades of XX century. In order, becomes focus, an important Institution of Education of Minas Gerais: The School Group Paula Rocha, located at the city of Sabará/MG. We try to trace the trajectory of the students who got into the first degree of elementary school in 1907 – year that Sabará 's school was created, one year after João Pihnheiro's Reformulation, that inserted graduate school in Minas Gerais through , mainly, books of group registration, direction and inspection's reports, exam's reports and laws concerning the period, trying to understand the reason that made the students to conclude the elementary school in, closely, seven years when the law suggested four.
Key words: graduate school, school practices, school failure / school success

O objetivo proposto neste trabalho é investigar durante a primeira década de existência do Grupo Escolar Paula Rocha – Sabará/MG, 1907-1916, as práticas escolares de ensino/aprendizagem nos primeiros anos de escolarização e a relação dessas práticas com o alto índice de retenção dos alunos no primeiro ano do ensino primário.

Os tempos que se seguiram à Proclamação da República frustraram expectativas: a instabilidade econômica e política se materializavam pelas ruas das cidades, sendo visível na miséria e na presumida ignorância da população, principalmente aquela mais pobre. Tais questões fortaleceram a crença de políticos e intelectuais republicanos de que a constituição

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/ UFMG. Financiada pela FAPEMIG.

de uma nova nação dependia, em boa medida, de se lançar mão da escola como um recurso civilizatório (FARIA FILHO E VAGO, 2000).[1]

Ainda segundo os mesmos autores a precariedade das escolas isoladas e do ensino era alvo de críticas por parte dos republicanos: faltava material, faltava um espaço apropriado para a escola, a freqüência era baixa, dentre outros problemas. Expandir a instrução pública passa a ser uma das preocupações dos sujeitos envolvidos com a educação, principalmente, porque a escola passa a ser considerada essencial para que o regime fosse consolidado. Tirar as crianças das ruas e levá-las para a escola se torna uma meta desse novo regime.

Em 1906, o então Presidente do Estado de Minas Gerais, o Dr. João Pinheiro da Silva, juntamente com seu Secretário do Interior, Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito introduziram em Minas Gerais uma grande mudança no ensino primário: a instituição dos grupos escolares. Antes da Criação dos Grupos Escolares, o ensino era ministrado em escolas isoladas, onde os professores ensinavam em classes heterogêneas – ou seja, nas quais os alunos tinham idades diferentes e também se encontravam em diferentes níveis de aprendizagem.

A reforma promovida em 1906 traz um novo modelo escolar, não mais centrado nas Escolas Isoladas que segundo o ideário republicano eram precárias. Dessa forma, o foco passa a ser a constituição dos Grupos Escolares, que era visto como a possibilidade de preparar os sujeitos dentro de uma nova realidade. Dessa maneira, pode-se dizer que, de alguma forma, o ano de 1906 marca a história da escola primária mineira, isso porque é o momento do início da *"institucionalização e difusão de um novo modelo escolar – das escolas graduadas"* (PERES, 2000: 15). Assim como PERES (2000), entendo modelo escolar como sendo a construção sócio-histórica e cultural de um modo de organização administrativo-pedagógico da instituição escolar que pode variar no tempo. Essa construção histórica é resultante da intersecção de uma pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicas e, ainda, da ação dos sujeitos escolares.

Reconhecendo os grupos escolares como um espaço que foi instituindo paulatinamente uma nova cultura escolar, que permitia um maior controle sobre o corpo docente e sobre os alunos, é possível apreender no Grupo Escolar Paula Rocha, com as fontes já levantadas, um momento de construção de novas práticas escolares: o ensino seriado, com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento, um único professor por classe, o uso de

[1] Além desse trabalho, as teses de doutorado dos dois pesquisadores: FARIA FILHO (1996) e VAGO (1999), também abordam a temática.

testes para "promoção ou não promoção[2]" dos alunos, uma nova organização do tempo escolar, vários docentes sob uma direção, uma nova forma de organizar o currículo, além de uma nova identidade profissional para os professores, dentre outras mudanças. Acredito que com a criação dos grupos escolares uma nova identidade profissional foi se instituindo: a maior fiscalização do corpo docente, a maior exigência acerca da capacitação, da promoção dos alunos, a nova organização do ensino, do espaço e do tempo escolar fazem com que uma nova identidade vá se instituindo.

É necessário dizer, no entanto, que essa mudança não ocorreu de forma simples e harmônica. Em Minas Gerais, a escola não se impôs com facilidade, como se pode confirmar na leitura dos relatórios de diretores e inspetores que eram enviados ao Secretário do Interior. Segundo os diretores (as) e inspetores do Grupo Escolar Paula Rocha, muitas famílias resistiam em enviar seus filhos à escola, pois, precisavam deles para trabalhar. A baixa freqüência escolar, os altos índices de evasão e a "repetência" no primeiro ano primário são indícios dos grandes problemas enfrentados pela escola e podem configurar, também, a não-aceitação imediata do saber legitimado pela escola. Sabará não estaria de fora dessas questões, como nos mostra o relatório da diretora do grupo Dona Maria José dos Santos Cintra, em 1911, que justifica a evasão e a baixa freqüência do grupo, responsabilizando os pais dos alunos.

> *Foram eliminados durante o anno por terem deixado de comparecer às aulas sem motivo justificado e por transferência 63 alumnos, sendo 45 do sexo masculino e 18 do sexo feminino. Dos eliminados eram 35 do primeiro anno, 18 do segundo, 6 do terceiro e 4 do quarto. Este facto deve ser levado à conta de desídia dos paes que se não incommodam em deixar seus filhos vagarem pelas ruas e praças da cidade em prejuízo da freqüência do estabelecimento, bem como da pobreza de maior parte daquelles que à mingua de recursos, se vêem na contingência de deixar estes crescerem sem necessária instrucção.*[3]

Essa tensão em torno do movimento de afirmação da escola revela as contradições do processo de constituição de uma nova cultura escolar, em Minas Gerais, na primeira metade do século XX, que merece ser investigada. Entretanto, importa de todo modo registrar que, apesar das tensões, a chamada Reforma João Pinheiro, inaugura uma nova organização no ensino primário que desencadeou em Minas Gerais um intenso movimento de afirmação da escola.

[2] Utilizo os termos promoção e não promoção porque são estes os termos encontrados nas fontes analisadas, em especial, nos livros de matrículas e nas atas de exames.

[3] Arquivo Público Mineiro/ Secretaria do Interior. Códice: 3461. Relatorio do Grupo Escolar "Paula Rocha" de Sabará apresentado pela directora Maria José dos Santos Cintra, janeiro de 1913.

As leituras e reflexões realizadas até o momento despertaram-me questões que gostaria de aprofundar durante o desenvolvimento da pesquisa, são elas: a Reforma de João Pinheiro, em 1906, e com ela a criação dos grupos escolares, trouxe mudanças na cultura escolar, como por exemplo, a nova organização do tempo escolar – o primário passa a ser divido em quatro anos. Como se deu essa nova organização: o ensino seriado?

A intenção é acompanhar, através da documentação existente sobre a primeira década de funcionamento do grupo escolar, a trajetória da primeira turma de primeiro ano primário, matriculados no ano de 1907, buscando compreender as razões pelas quais grande parte dos alunos completava o primário em aproximadamente sete/oito anos, uma vez que a legislação previa quatro anos para os alunos completarem o ensino primário. Em uma análise preliminar dos livros de matrícula ficou evidente que os alunos, em média, ficavam retidos no primeiro ano primário por três/quatro anos.

A inquietação em torno da retenção dos alunos levou – me a querer investigar mais especificamente as práticas escolares em torno das dificuldades do ensino/aprendizagem nos primeiros anos de escolarização, uma década após a Reforma João Pinheiro que inaugura em Minas Gerais uma nova organização escolar, com a criação dos Grupos Escolares. Dificuldades entendidas em um sentido amplo, não apenas do ponto de vista das crianças, mas também, do ponto de vista do entendimento dos professores sobre a reforma e a nova organização do ensino, enfim, da sociedade local sobre esta nova forma de escolarização.

Também é preciso esclarecer os dois sentidos aqui utilizados do conceito de escolarização, primeiramente é:

> *designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à 'organização' de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis, seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, o mais das vezes, da moral e da religião.*

E, em outra acepção como "*o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados".(*FARIA FILHO, 2002: 16),

Já as práticas escolares são aqui entendidas como as "*vivências, as experiências e as ocorrências escolares – intencionais ou não – entendidas como práticas sócio-culturais*". (PERES, 2000: 26). Ainda concordando com a mesma autora, entendo que as práticas escolares são

> *práticas sócio-culturais, porque: primeiro, são produzidas pelos atores educativos – administradores, orientadores, professores, alunos; segundo, são produtoras e produzidas também sob a influencia de outras práticas sociais e culturais, ou seja, são construídas no interior da escola, mas mantém relação direta com o mundo exterior. (PERES, 2000:.26)*

Segundo a citação acima, as práticas escolares são produtoras e produzidas de outras práticas sociais e culturais. Acredito que as práticas escolares são produzidas também por alguns discursos. No caso deste trabalho tomo o discurso legal (a legislação escolar correspondente ao recorte proposto – 1906-1916) como produtor de algumas práticas escolares no interior do grupo em questão. E, se por um lado, a legislação irá ser tomada como o discurso oficial, por outro lado, utilizo a legislação como fonte e como contraponto para tentar compreender as diferentes apropriações dos sujeitos escolares envolvidos no cotidiano do grupo em questão, a intencionalidade com que os professores e diretores incorporaram o programa de ensino, o horário estabelecido pela reforma, as instruções metodológicas e se existem ou não relações dessas apropriações com o fracasso ou o sucesso escolar dos alunos.

O estabelecimento de uma nova cultura escolar, que teve início em 1906, com a Reforma João Pinheiro, foi determinante na mudança do ensino primário mineiro e, dessa forma, nas práticas escolares, no período aludido. Acredito que a investigação destas mudanças na organização escolar (tanto no que se refere à legislação, quanto no que se refere ao que de fato aconteceu nas práticas cotidianas do grupo escolar): no tempo, nos processos e práticas pedagógicas envolvidas nos primeiros anos de escolarização, possibilitará compreender algumas razões do sucesso ou do fracasso escolar dos alunos do grupo.

O trabalho de JULIA (2001) e a importância que o autor coloca na possibilidade de análise da cultura escolar, indica-nos uma forma de abordar as práticas escolares. Nesse trabalho, o conceito será utilizado em análises que "*caracterizam aquilo que é próprio da escola, criado e recriado em seu cotidiano*" e também, na medida em considero que a criação dos grupos escolares "si*gnificou a construção de uma nova cultura escolar*" para o ensino primário mineiro. (PERES, 2000).

Ao analisar a legislação no que diz respeito aos exames e promoções, fica claro que havia duas possibilidades: o aluno ser promovido para o ano superior ou repetir o ano do curso. Além disso, segundo MOURÃO (1962):

> *Havia uma disposição especial para os alunos que conseguissem 10 pontos de média semestrais, compreendendo todas as disciplinas. Estes seriam promovidos ao ano superior que freqüentariam a partir do mês de julho. Tal dispositivo permitiria aos alunos excepcionais fazer o seu curso primário em tempo menor que o normal.*

Porém, no período analisado, isso não ocorre no Grupo Escolar Paula Rocha. Chama-nos a atenção, ao contrário, o alto índice de retenção, principalmente, no primeiro ano primário.

Dessa forma, como bem explicou CHERVEL (1990), nem todas as finalidades do ensino estão prescritas na legislação, assim como há uma distância entre o que está presente na lei e o que realmente ocorre no interior da escola, em seu cotidiano. Dessa forma, é importante que se tenha um olhar atento para a legislação, não tomando como única realidade o que está presente na lei. CHERVEL conclui a respeito da cultura escolar que esta "*traduzia os resultados esperados pelo programa oficial*" por um lado e "*revelava efeitos imprevisíveis, engendrados pelo sistema escolar independentemente*", por outro. (CHERVEL apud VIDAL, 2005, p.28).

Ao tomar a legislação como uma das fontes a ser trabalhada e ao pensar de uma maneira mais macro, faz supor que com a nova organização do ensino primário - em especial, a questão da seriação (primário dividido em quatro anos) - os alunos iriam concluir o primário nesse tempo. Porém, ao se lançar o olhar para o interior de uma instituição educativa, no caso, o Grupo Escolar Paula Rocha, faz questionar e ter o interesse em analisar o longo tempo gasto pelos alunos para concluir o primário e especialmente, a retenção no primeiro ano. Vale ressaltar que esse "fracasso" não acontecia somente nas camadas populares. Os dados analisados até o momento nos mostram que os alunos - filhos e netos de famílias abastadas e de sujeitos ilustres da cidade de Sabará, também não concluíam o primário em quatro anos.

Grande parte dos alunos do Grupo Escolar Paula Rocha ficava retida por um longo tempo no primeiro ano primário. Então, quais eram as dificuldades do ensino/aprendizagem nesse ano escolar? Por que os alunos ficam tanto tempo retidos no primeiro ano? Quem eram os sujeitos bem e mal sucedidos nesse processo? Quais eram os critérios levados em consideração para que o aluno fosse para o ano seguinte? Como se dava a avaliação destes alunos? E as professoras, o que determinava que fossem considerados como competentes ou incompetentes estava relacionado com o sucesso/fracasso de seus alunos? Será que o fracasso escolar era culpa do aluno ou ele era vítima de uma nova organização do ensino, na qual todos os sujeitos escolares envolvidos nesse processo ainda não estavam preparados para essa nova organização, prescrita na legislação?

Pretendo, realizar uma análise que não se limite a uma explicação que generalize a escola como uma instituição moldada pelo estado, uma instituição que apenas cumpre as determinações legais. Um esforço será realizado na tentativa de estabelecer as possíveis relações entre o que realmente ocorreu no cotidiano escolar (as práticas) e o discurso oficial (a legislação), na tentativa de compreender a razão do sucesso ou do fracasso escolar, entendido aqui, como a não promoção de grande parte de alunos para o ano subsequente do ensino, o que acarretava, na maioria das vezes, em evasão escolar.

A intenção é realizar uma "*análise das questões educativas a partir não só das determinações externas, mas também das conflitualidades internas*" que possibilitasse "*novas vias para compreender que as intenções, as realidades e os resultados [da escolarização] não formam um todo historicamente coerente"* (NÓVOA apud PERES, p.21).

A temática acerca do fracasso escolar de crianças nos anos iniciais de escolarização tem sido motivo de preocupação de educadores e políticos ainda hoje. O acesso das camadas ditas desfavorecidas à escolarização foi acompanhado pelo fracasso: seja pela repetência ou pela evasão. Dessa forma, é legítimo que os pesquisadores se preocupem com as questões atuais desse fracasso, porém, assim como MACIEL (2000), acredito ser necessário investigar a razão da permanência desse fracasso ao longo do tempo para que se possa ter uma visão diacrônica do problema.

Priorizar a busca da compreensão das práticas escolares em torno do ensino/aprendizagem nos primeiros anos de escolarização de crianças, no início do século XX, se faz necessário na medida em que acredito que seja importante compreender

> *a fase inicial de escolarização como rito de iniciação no mundo público da linguagem e da cultura, que consolida modelos e concepções de leitura e escrita, além disso, a importância estratégica que, no Brasil, foi-lhe sendo atribuída ao longo de dois processos históricos correlatos: organização de um sistema público de ensino e constituição de um modelo específico de escolarização das práticas de leitura e escrita. (MORTATTI, 2000: p.17)*

É possível afirmar – através de uma análise preliminar da legislação, do programa de ensino do período aludido nesse trabalho, do horário proposto pelo programa de ensino e das instruções metodológicas para o ensino primário – que o ensino da leitura, escrita e língua pátria eram aspectos muito valorizados no período. A disciplina "Língua Pátria" era a disciplina que mais requeria a atenção dos professores.

A preocupação com o analfabetismo é recorrente na documentação analisada. Em um documento encontrado no Arquivo Público Mineiro, referente ao Grupo Escolar Paula

Rocha, que data de 1912, nos traz informações importantes acerca desse assunto, o documento traz uma notícia do jornal "Minas Gerais", elogiando o grupo que estava envolvido:

> *na guerra contra o analphabetismo, que têm sido a preocupação constante dos [meritos] estadistas, que têm em mãos, nesta quadra promissora da prosperidade da formosa terra mineira, os destinos deste importantissimo departamento brasileiro*[4].

As informações, acima referidas, retiradas de documentos analisados até o momento, leva a pensar que a questão do analfabetismo e do ensino da leitura e da escrita era um importante aspecto da época. Isso faz supor que o sucesso ou o fracasso escolar, principalmente no primeiro ano primário estava relacionado, principalmente, à aprendizagem das habilidades da leitura e da escrita. MACIEL (2003, p. 228) afirma que:

> *Atentar para a dimensão histórica da alfabetização é também uma opção política e social, ainda mais quando nos deparamos com o fenômeno do analfabetismo, que tem como conseqüência excluir uma parcela significativa de cidadãos brasileiros de se tornar usuários efetivos das habilidades de leitura e da escrita no convívio social.*

As pesquisas que abordam as questões relativas à alfabetização estão mais voltadas *para a aplicação imediata, visando à denúncia e/ou intervenção da realidade (*MACIEL, 2003), ainda segundo a mesma autora *"o que não deixa de ser uma postura plausível diante dos baixos níveis de alfabetização no Brasil".*

Além dos trabalhos acerca da alfabetização estarem mais voltados para o presente, àqueles que buscam compreender as questões relativas à alfabetização em uma abordagem histórica centram-se, na maioria das vezes, no debate acerca dos métodos de ensino da leitura e da escrita. Ainda é uma grande lacuna na historia da educação, estudos que buscam compreender as razões do fracasso/sucesso escolar nos anos iniciais da escolarização de crianças através do tempo, enfatizando outras relações desse sucesso/fracasso, que não sejam com os métodos de ensino da leitura e da escrita, utilizados nas escolas.

Dessa forma, acredito que este trabalho poderá contribuir com a compreensão das razões do sucesso ou do fracasso escolar de crianças, nos anos iniciais de escolarização, desde a criação das escolas graduadas, em 1906, com a Reforma João Pinheiro, em Minas Gerais.

---

[4] Arquivo Público Mineiro/ Secretaria do Interior. Códice: 3412. Grupos escolares - 1912

Referências Bibliográficas

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". *Teoria e Educação*, 1990, vol.1, n.2, pp. 177-229.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira republica. Passo Fundo: UPF, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth (orgs.) *Disciplinas e integração curricular:* história e política. Rio de janeiro: DP&A, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação, 2000. p.33-47.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1, 2001.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Alfabetização em Minas Gerais: adesão e resistência ao método global. *In: Lições de Minas:* 70 anos da Secretaria de Educação, 2000. p. 144-161

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. História da alfabetização: perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (ogs). *História e Historiografia da Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: Editora UNESP, 2000

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida*: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública gaúcha (1909-1959). Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2000. (Tese de doutorado).

VAGO, Tarcisio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos*: educação physica e gymnastica como praticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino publico de Belo Horizonte: Faculdade de Educação/USP, 1999. (Tese de doutorado)

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares:* estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-69.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Paulo Pontes, Vianinha e Chico Buarque: visões do teatro engajado brasileiro

Dolores Puga Alves de Sousa*

Resumo: Por meio da teledramaturgia "Medéia" (1972) criada por Oduvaldo Vianna Filho e a peça teatral "Gota D'água" (1975), por Chico Buarque e Paulo Pontes, este trabalho busca discutir as respostas dos dramaturgos brasileiros aos acontecimentos que iam da década de 1950 à, principalmente, 1970, momento de criação das obras aqui analisadas. Dessa forma, este artigo pretende construir uma análise acerca da trajetória de Vianinha, Paulo Pontes e Chico Buarque, apresentando uma reflexão sobre as mudanças em suas concepções de política e teatro engajado para a definição de suas criações artísticas.
Palavras-chave: Vianinha – Paulo Pontes – Chico Buarque.

Abstract: Through the teledramatic "Medéia" (1972) created by Oduvaldo Vianna Filho and the teatral play "Gota D´água" (1975), by Chico Buarque and Paulo Pontes, this work searchs to argue the answers of the brazilian dramatists to the events that went of the decade of 1950 to, mainly, 1970, moment of creation of the plays analyzed here. Of this form, this article intends to construct to an analysis concerning the trajectory of Vianinha, Paulo Pontes and Chico Buarque, presenting a reflection about the changes in their conceptions of politics and theater engaged for the definition of their artistic creations.
Keywords: Vianinha – Paulo Pontes – Chico Buarque.

De que maneira Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Chico Buarque concebem o chamado "teatro engajado"? Como estabelecem suas próprias noções de Brasil da década de 1960 e 1970 – até a criação de, respectivamente, *Medéia* em 1972 e *Gota D'água* em 1975? Para discutir essas questões, não se pode partir apenas do Golpe Militar com o intuito de compreender o processo. Não se trata apenas desses fatores a fundamentação das razões responsáveis pelo movimento teatral que promoveria um encontro de definições entre os dramaturgos. É preciso levar em consideração que os autores construíram suas visões ao longo de suas trajetórias de vida, sobretudo na década de 1950, quando, ainda jovens, alguns começaram a trabalhar atuando no teatro brasileiro ou nas rádios, definindo suas opiniões.

Analisar a trajetória profissional desses artistas, sob o aspecto da ditadura militar, seria buscar legitimar o marco definidor da memória histórica acerca de teatro contemporâneo brasileiro: o ano de 1964 em diante. Segundo Carlos Vesentini (VESENTINI, 1997), a

* Mestranda em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e integrante do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).

tentativa de delimitar um marco como fator de esclarecimento para um contexto histórico seria reduzir as possibilidades de investigação.

Nesta perspectiva, é preciso partir do pressuposto de que algumas visões sobre a escolha da produção teatral, capaz de representar as crises em que o país se encontrava, já estavam sendo construídas antes mesmo do período da ditadura, na medida em que alguns fatores, como a luta pela reforma agrária, pela participação político-social e a reivindicação pela distribuição de renda já situavam a apreensão de alguns setores do Brasil, preocupados em fazer da produção cultural, um instrumento de luta.

Nesse ínterim, conjugavam-se Vianinha e Paulo Pontes; o primeiro mantendo contatos, desde a infância por meio de seu pai Oduvaldo Vianna, com o PCB (Partido Comunista Brasileiro), e o segundo, convivendo com os problemas de miséria e injustiça sociais que o nordeste e, mais especificamente, a Paraíba lhe apresentavam. Dessa forma, discutir os problemas brasileiros fazia parte da rotina desses artistas.

A necessidade em promover um teatro de debates e reflexões, que fosse ligado ao "povo brasileiro" e se aproximasse dele e de suas angústias, torna-se uma das principais características da arte pensada e promovida por Vianinha. Por este ponto de vista, o dramaturgo ligaria suas concepções – fundamentadas pela ideologia do PCB – ao projeto de Augusto Boal na criação do Teatro de Arena, defendendo assim, um estilo artístico: o realismo. Para Vianna Filho, esta maneira de fazer teatro possuía "um sabor de revolta e protesto" e, de acordo com as análises de Rosangela Patriota:

> *Ao realizar estas ponderações, o dramaturgo propôs uma reflexão [...] que possibilitou legitimar a presença das camadas populares nos palcos do Arena. Por essa via, revelando, nitidamente, o compromisso político de seu trabalho, explicitou também a necessidade e a urgência em tornar viável um TEATRO ENGAJADO em torno de projetos e/ou lutas, que propiciassem a politização cada vez maior da sociedade brasileira. (PATRIOTA, 1999:103).*

O teatro, nestes termos, passou a ter um profundo significado de movimento político. E se o Arena, pelas limitações de seu espaço físico, não havia conseguido atingir devidamente o "povo", aproximando de sua realidade, muitas pessoas ligadas a ele se distanciaram, buscando uma produção teatral que realizasse de maneira mais eficaz, essa concepção artística.[1] Com a criação dos CPCs – Centros Populares de Cultura –, nos quais o teatro se fazia nas ruas, morros, praças, e bairros distantes, os universitários, por meio da União Nacional dos Estudantes (a UNE) e igualmente interessados nessa nova empreitada,

[1] A citada visão artística estava interligada à defesa do que se denominou "teatro de rua", em nome daquilo que se compreendia como "cultura popular".

auxiliaram Vianinha e outros artistas na busca por esse novo intento: um teatro considerado legitimamente brasileiro.

Foi exatamente por meio de uma agitação política e pedagógica que Paulo Pontes fazia um trabalho paralelo ao realizado pelo CPC e a UNE de maneira geral. E justamente pelas semelhanças, o encontro entre Vianinha e Paulo se deu em um dos projetos da UNE – a UNE Volante. Esta, ao buscar alcançar a maior parte das regiões brasileiras, chegou a João Pessoa e à prática de Pontes. Unem-se, assim, duas visões que se completavam no processo que envolveu o desenvolvimento do teatro engajado brasileiro.

Com o Golpe Militar, que colocara em chamas o prédio da UNE, onde o CPC desenvolvia seus trabalhos, os artistas, desnorteados, perderam muitas de suas referências. Precisariam reformular suas visões sobre o que seria, afinal, um "teatro engajado", uma vez que falar dos problemas brasileiros, agora, mais do que nunca, era falar da falta de liberdade da ditadura.

O discurso que se defende neste novo momento é de um teatro cujas apreensões se tornam, aos poucos, a busca por sobrevivência. Em meio a esse período do país, surgem vários artistas, de diversos campos, preocupados com a censura militar, com a violência sobre os civis, e com a forma como se tornou conturbado o cotidiano dos brasileiros. É a partir desse momento que surge o significado da maioria das criações de Chico Buarque. Se anteriormente este artista já produzia obras com um sentido intrinsecamente crítico – como algumas composições musicais – com o desenvolvimento da ditadura no Brasil, o significado destas passa a ser, paulatinamente, o caminho da resistência. Nestes termos, Chico fundamenta os sentidos de suas obras por meio dessa realidade que estava por se mostrar à maioria dos brasileiros, fazendo das discussões, elementos comuns ao país como um todo.

A trajetória profissional de Chico Buarque não obedeceu a um plano ou a uma construção ideológica. Sob este aspecto, Chico não possuía um projeto bem definido do que seria um "teatro engajado". No momento do Golpe, segundo Humberto Werneck, acompanhara a "efervescência política" à distância, dominada pela Ação Popular (AP – da Juventude Universitária Católica) e pelo PCB. Participou somente da Passeata dos Cem Mil, em 1968, por não querer ser visto como um "reacionário", e do Centro Brasil Democrático, o Cebrade, na década de 1970, promovendo shows de música popular a pedido de seu pai.

> *Chico não acertou o passo com o partidão – "sério demais, chato demais", explica. O que não impediu que muita gente, mais tarde, o identificasse com o PCB. Chico nega, porém, que seja ou tenha sido um dia membro da organização. "Nunca fui comunista de pertencer ao partido", esclarece, "talvez para não vir a ser um anticomunista mais adiante". Diz que não se sentiria à vontade dentro de*

> *partido algum, inclusive por lhe faltar a indispensável disciplina partidária. (WERNECK, 2004:120).*

Chico Buarque, como um homem de seu tempo, prontificou-se a questionar as injustiças que assolavam os brasileiros, em sua maioria, na luta contra a ditadura militar. Mas não se pode esquecer: a censura o perseguia constantemente em seus projetos profissionais. De forma geral, em suas produções, afirmava não propor mudanças na sociedade, apenas demonstrava a situação e esperava que o público tivesse suas próprias conclusões ou soluções. (Cf. HOLLANDA, 1978).

Sob esse ponto de vista, pela própria experiência de vida e pela maneira como construiu os significados de suas obras, Chico Buarque fazia parte, então, da determinação de um novo pensamento por parte dos intelectuais. Primeiramente, existia a preocupação de se pensar em um movimento de integração, na medida em que a busca por mudanças rápidas e profundas na sociedade brasileira era uma vontade latente, durante a ditadura. Em segundo lugar, a visão de que eram fundamentalmente artistas e não políticos e "panfletários" fazia com que muitos repensassem os antigos valores acerca do teatro engajado, construindo, assim, a idéia de que existia uma urgência em salvar as produções artísticas contra a censura que os perseguia cada dia mais, principalmente após 1968 com o AI-5.

Segundo Rosangela Patriota (PATRIOTA, 1999), mesmo mantendo-se na ideologia do PCB pelo âmbito da militância, Vianinha passou por impasses e questionamentos que o levaram a ser taxado de "reformista" no pós 1964, em meio a tantos que ainda acreditavam na "revolução" – a exemplo da escolha de muitos pela luta armada em fins da década de 1960 e começo dos anos de 1970. Porém, tratava-se de refazer mesmo a visão de que "povo" seria apenas aqueles considerados "excluídos", "marginalizados" e "subalternos", uma vez que uma multiplicidade de brasileiros era desprivilegiada com o sistema ditatorial. Mostrava-se claramente, enfim, a opção de muitos artistas: o caminho da "resistência democrática". Essa frente de oposição se mostrou como alternativa às mudanças na própria visão de teatro engajado brasileiro. Por uma linguagem metafórica, as peças do novo período se fundamentariam como forma de sobrevivência, em contraposição àqueles que, nos anos de 1960, propunham um enfrentamento direto à repressão do regime.

E, se Vianna Filho e Paulo Pontes, como outros, eram fundamentalmente artistas, acreditavam não mais poder fazer de suas produções apenas movimentos políticos. Era necessário valorizar o campo estético, afinal, por meio do estético eles construíam seus discursos e suas práticas. Era neste campo que conseguiam pensar em formas de continuar produzindo, em meio às dificuldades com a falta de auxílio do Serviço Nacional de Teatro

(SNT) e o desinteresse do governo, uma vez que o artífice dependia do teatro, do público, da bilheteria. De acordo com Paulo Vieira:

> *A luta era pela existência do teatro e contra a sua destruição, contra a sua morte, uma vez que estava o teatro totalmente cercado pela ditadura e pela pressão econômica, que, aliás [...] foi o que conseguiu destruir a experiência do Arena, do Oficina e do Opinião, os três grupos mais importantes da década de 60. (VIEIRA, 1989:71).*

Foi com a possibilidade da derrota que, no ano de 1968, Vianinha chegou a formular um texto intitulado "Um pouco de pessedismo não faz mal a ninguém". Foi pelas reflexões desse texto que Vianinha reformulou a maioria de suas visões, valorizando a união dos artistas e dos empresários para as novas empreitadas que o teatro brasileiro deveria suportar. E, juntamente a ele, Paulo Pontes mantinha as novas convicções.

A busca cada vez mais por um teatro realista, no início da década de 1970, marcaria, na concepção desses dramaturgos, a tentativa de construir um teatro engajado que aprofundasse nos conflitos, complexidades e contrariedades da sociedade brasileira – a "resistência democrática". Analisar o cotidiano era a "chave" para compreender o movimento teatral de alguns artistas. Nesse sentido, concretizar o plano estético era de alguma forma, se pautar em uma preocupação política.[2] O retorno da utilização das salas de espetáculos era, então, uma questão de valorização do trabalho artístico e da qualidade na mensagem que se transmitia aos espectadores.

Se, para Vianinha, o contato com o público devia ser de plena contemplação e reflexão, não hesitou em utilizar da televisão como instrumento para a continuidade de seus planos, sobretudo dentro das discussões acerca dos problemas brasileiros. Dessa forma, existia uma necessidade de falar dentro das novas perspectivas que se abriam no horizonte do país. Falar sobre televisão ou, mais ainda, dentro desse meio de comunicação, era necessário, em meio a um período de desenvolvimento da indústria cultural como força do controle e manipulação ditatoriais. Foi a maneira encontrada por Vianinha de defender idéias em igualdade de condições com o Estado, em seu maior instrumento de influência nos anos de 1970.

A criação de *Medéia*, para a Rede Globo, em 1972, viu-se ligada a essas novas concepções. Era a oportunidade de se discutir a complexidade de personagens pobres de uma vila carioca e suas rotinas de vida, em um meio de comunicação que tornava possível o

---

[2] Embora existisse uma autocrítica quanto às "falhas" dos grupos da década de 1960 em relação às suas ideologias, e, por isso, criara-se um pensamento de que não se tratava mais do político e sim, do artístico (e estético), o trabalho de Vianinha, e, conseqüentemente, de Paulo Pontes e Chico Buarque nunca deixou de ser também um envolvimento político para a discussão dos problemas brasileiros em meio aos anos de 1970.

alcance das mensagens a um número enorme de pessoas. Eram temáticas realistas sobre personagens plurais mostradas a milhões de telespectadores.

Nesse sentido, *Gota D'água*, criada em meados dos anos de 1970, surge da intenção de Vianinha em transpor sua então teledramaturgia para uma linguagem teatral. Para a realização dessa tarefa, o dramaturgo estabelece uma parceria com Paulo Pontes, porém, não consegue ver a consolidação desse trabalho, pois falece em 1974. Posta essa nova realidade, Pontes chama Chico Buarque para esta empreitada.

Nestes tempos, buscando desvincular o movimento de união entre os intelectuais e o "povo", o "milagre econômico" do governo construía a crença na oportunidade de enriquecimento fácil, na conquista de bons empregos, na busca por melhoria de vida em uma luta individualista de ascensão capitalista. Eram fundamentadas, assim, as bases que desnorteariam a "classe média" – como defendiam os dramaturgos – de sua antiga disposição por mudanças sociais e coletivas. Motivaram um desencontro de ideologias, em que a maioria da população, mais pobre ficaria sozinha na luta contra a opressão; agora revigorada.

> *O que acontece agora [...] é que a radical experiência capitalista que se faz aqui começa a dar sentido produtivo à atividade dos setores intelectualizados da pequena burguesia: na tecnocracia, no planejamento, nos meios de comunicação, na propaganda, nas carreiras técnicas qualificadas [...]. O disco, o livro, o filme, a dramaturgia, começam a ser produtos industriais. O sistema não coopta todos porque o capitalismo é, por natureza, seletivo. Mas atrai os mais capazes.*
> *Assim, ao contrário de imobilidade, houve um significativo movimento nas relações entre as classes sociais, cujo eixo foi a classe média brasileira, assimilada por uma economia [...] [que] se dá num quadro de dependência, o que a torna ainda mais predatória, para os que ficam à margem, mas intensifica a participação dos que são incluídos em seu processo. (HOLLANDA & PONTES, 1998:12-13).*

Por meio de *Gota D'água*, a luta de Paulo Pontes e Chico Buarque era fazer retornar a preocupação no pensamento de que falar em "povo brasileiro" era referir-se também à chamada "classe média" ou "pequena burguesia", ou ainda, como defenderam ao desenrolar da ditadura militar: a intelectualidade. No entanto, não era uma peça teatral que buscava uma movimentação política como se faziam em fins da década de 1950 e começo dos anos de 1960.

Não se pode esquecer que *Gota D'água* se insere em uma conjuntura diferenciada e, por essa razão, outras problemáticas se faziam presentes. Além de pertencer a outro momento histórico, a década de 1970 se pautou em novas perspectivas, nas quais o diálogo com o público repercutiu linguagens diferentes.

Nesse sentido, por meio da história de uma vila fictícia no Rio de Janeiro, Chico Buarque e Paulo Pontes buscaram maneiras de burlar a repressão e a censura acirradas e

conseguir um novo contato com o público, valorizando a palavra popular, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo a "linguagem de fresta", com a invenção dos personagens e das situações. E, por este caminho, construíram suas próprias visões de teatro engajado, em que a sutileza dramática seria um importante instrumento de ação.

Referências bibliográficas:

HOLLANDA, Chico Buarque de. Como falar ao povo? **Veja**, São Paulo, ago. de 1978. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br> Acesso em: 26/07/2005.

HOLLANDA, Chico Buarque de; PONTES, Paulo. **Gota D'água**. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

PATRIOTA, Rosangela. **Vianinha um dramaturgo no coração de seu tempo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.

VIEIRA, Paulo. **Paulo Pontes**: a arte das coisas sabidas. 1989. 269 f. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

WERNECK, Humberto. **Chico Buarque letra e música**: incluindo Gol de letras de Humberto Werneck e Carta ao Chico de Tom Jobim. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociologia e crítica literária: Sergio Buarque de Holanda modernista

Leonardo Ayres Padilha[1]

Resumo: Durante a década de 1920, Sergio Buarque de Holanda participou ativamente do movimento modernista, principalmente como avaliador crítico da produção artística daquele momento. Seus escritos revelam um tipo de reflexão peculiar sobre a literatura, colocando-a como um lugar privilegiado de discussão sobre a cultura. Este trabalho discute a importância desta trajetória intelectual do autor para a publicação de *Raízes do Brasil* (1936).
Palavras-chave: Modernismo – Literatura – Sergio Buarque de Holanda

Abstract: During the 1920's, Sergio Buarque de Holanda worked hardily as a modernist reviewer of the artistic prodution. His writings show a specific thought about literature as one of the best places to deal with the matter of culture. This work argues the meaning of Sergio's intellectual path for the publication of *Raízes do Brasil* (1936).
Keywords: Modernism – Literature – Sergio Buarque de Holanda

No Brasil, nos primeiros anos do século XX, houve um enorme esforço de interpretação da história nacional, e do cotidiano, como algo dotado de uma propriedade particular. Os resultados imediatos deste ímpeto não necessariamente se apresentaram como uma expressão própria daquilo a que se propôs ir à busca. Graça Aranha ou Conde Afonso Celso, por exemplo, pareciam crer numa redenção intelectual por meio de uma exposição das idiossincrasias nacionais, fossem elas produto das forças cósmicas ou de uma generosidade da natureza. A tentativa de se equacionar o problema "conteúdo particular, portanto expressão própria" apareceu poucos anos mais tarde com o modernismo edificador dos anos 20. As correntes eram várias, e possuíam tantas conotações diversas quanto havia disputas políticas. Em geral, a preocupação era semelhante: o que somos nós, além de canteiro econômico-cultural europeu? A resposta viria, entre outros modos, através da literatura.

Umas das figuras que mais se destacou neste contexto foi Oswald de Andrade por fazer uma associação entre originalidade criativa e força ideológica. Ideológica no sentido de construção de idéias, não como lugar de falsas idéias. Sem dúvida, a sua poesia pretendia, naquele momento, pelo menos, brincar com o que ele achava ser a brincadeira maior: o Brasil fazer de conta ser Europa. Para isso, basta prestarmos atenção a alguns poucos versos: "A

[1] Doutorando em História Social da Cultura pela PUC-Rio. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos." (ANDRADE, 2001: 42).

Embora a proposta de Oswald não seja simples, ela se baseia numa simplicidade. A norma culta da língua tem mais a ver com a sua origem, ou seja, com Portugal do que o contexto brasileiro. A feição da cultura brasileira não poderia partir de uma contribuição alheia, correta apenas na forma; mas de uma experiência verdadeiramente nacional, mesmo que do ponto de vista estrangeiro ela significasse o conjunto "de todos os erros".

Enquanto a crítica parecia estupefata, o autor era celebrado por alguns modernistas como o seu legítimo representante *avant la lettre* e criticado por outros como herdeiro da decadência da sociedade européia. Plínio Salgado, por exemplo, fazia a seguinte observação sobre a poesia de Oswald: "é fragmentária como experiências". Não se saberá ao certo, ao menos que se tome o assunto com devido zelo, o que Plínio Salgado quis exatamente dizer com esta afirmação, mas certamente deixou espaço a uma abertura para um sentido mais amplo do significado da obra de Oswald do que apenas uma reprodução brilhante da falta de referência característica dos tempos modernos. Esta avaliação, por outro lado, não seria levada adiante por Salgado, mas por um dos estusiastas da obra do autor de *Serafim Ponte Grande*, Sérgio Buarque de Holanda. A interpretação sugerida aqui é a de Sérgio Buarque avalia a obra de Oswald de Andrade fora do viés "a arte imita a vida". Para o crítico, a arte do poeta de *Pau-Brasil* torna a vida mais precisa na constatação da sua especificidade criativa mais singela.

Nos versos do próprio Oswald sobre a língua portuguesa falada no Brasil, o argumento é mais claro. O evidenciamento do deslize gramatical praticado deste lado do oceano não se desdobra numa definição do caráter brasileiro, como talvez quisessem alguns historiadores; e também não restringe a potência expressiva da cultura local, como talvez almejassem alguns militantes de uma emancipação literária futura; mas apenas amplia o universo de ação dos personagens brasileiros sem acrescentar qualquer elemento alheio às suas possibilidades cotidianas. Ao expôr os seus tipos, Oswald não caminha na direção da definição, comum às ciências sociais, bem como aos chamados "romances sociais" da época. Antes, sua obra é elucidativa no modo aparentemente disperso do qual se vale para se expressar. Sérgio Buarque de Holanda, ao lado de Prudente de Morais, neto deixa isto bem claro quando aprecia o lançamento do *João Miramar*, de Oswald (cf. HOLANDA, 1925: 211).

Referência intelectual no meio historiográfico, Sérgio Buarque de Holanda se formou como pensador através de uma atividade sistemática de, como ele mesmo costumava

dizer, "versatilidade de preocupações". Não obstante a complexidade a que esta afirmação nos levaria, é comum a identificação do início de sua produção escrita à crítica literária. Sérgio nunca soube explicar o porquê, talvez por isso esta atividade sempre o acompanhasse. Junto com Prudente de Morais, neto fundou *Estética*, periódico modernista de curtíssima vida (1924-5), assim como outros, e que nos ajuda a elucidar o nosso argumento.

Para Sérgio, um dos graves problemas do pensamento moderno (tratado em *Estética*), e que nos permite concluir que constituiu um dos ensejos para o próprio modernismo, seria a "escamoteação da realidade em nome da realidade". Ou seja, na tentativa de se explicar o mundo natural e social a partir de um discurso cada vez mais acabado e auto-referenciado, isto é, com pretensões científicas, o homem moderno esmiuçou tanto a linguagem como meio de reprodução dos processos alheios a ela a ponto de desgastá-la expressivamente. No entanto, Sérgio Buarque não propõe a substituição da história pela literatura, ou coisa do gênero. Ao contrário, suas teses caminham para uma posição em que a história surge como responsável por oferecer os necessários "choques de objetividade" à atividade do crítico. Por outro lado, não se trata de se restringir por meio de acontecimentos e registros a interpretação, mas em submeter o discurso aos seus próprios limites de inteligibilidade com o seu objeto. O interesse pela história não se confunde com o interesse pelo passado, e o interesse pela literatura não se confunde com o interesse literário.

Caracterizar uma precisão do conhecimento certamente não foi algo com que o próprio Sérgio Buarque tenha se preocupado. Suas atenções estavam voltadas para o exercício crítico da interpretação, cujos limites pareciam ser exaustivamente testados. No entanto, nossa tarefa reside justamente em perceber como que uma formação intelectual tão diversa, constituída num ambiente meio confuso, produziu uma reflexão sempre ocupada em desfazer tergiversações e vôos às cegas e que, ao mesmo tempo, rejeitava as especializações oferecidas pela conduta acadêmica.

A abundante fortuna crítica da obra de Sergio Buarque de Holanda a entende como possível de ser dividida em etapas distintas: crítica literária; ensaio interpretativo, novamente a crítica; e história propriamente dita. É claro que há sempre o cuidado de se tentar fazer uma ligação entre as "partes" ou, pelo menos, buscar alguma coerência de preocupações (cf. Dias, 1985). No entanto, as teses argumentam que o que houve foi um desenvolvimento de uma obra que teve seu produto mais bem acabado a partir dos anos 50 – período em que o autor produz algo mais próximo do que se poderia definir como conhecimento histórico – com a junção de uma sociologia compreensiva de influência alemã com uma preocupação quase sensualista com a cultura material, oriunda da antropologia norte-americana. A idéia que esta

comunicação pretende discutir implica um ponto de partida diverso: o desenvolvimento da obra do autor não parece seguir o caminho cronológico retilíneo. A fecundidade de sua interpretação reside na reflexão crítica que a "versatilidade de preocupações" impôs a ele, obrigando-o a abandonar os caminhos seguidos justamente por aqueles que tentaram definir sua obra como histórica ou sociológica. O diálogo com a obra de Weber, por exemplo, não almejou transportar o processo de desencantamento do mundo para o fenômeno social brasileiro, mas certamente lhe proporcionou uma experiência de complexificação dos níveis em que a história da colonização lusitana poderia ser compreendida. Na verdade, não há acordo nem no que diz respeito às fundações teóricas do seu pensar, o que denuncia o modo através do qual o próprio Sérgio Buarque construía a sua reflexão no diálogo com os autores, o que acaba também por determinar o sentido de sua obra: (a) rejeitava a noção de influência direta, (b) partilhava o pensamento para divergir da idéia, (c) questionava as bases conceituais para concordar apenas com o produto teórico. Talvez o exemplo mais nítido deste comportamento intelectual esteja na entrevista do autor a Richard Graham em maio de 1981, onde questiona a associação imediata de sua obra às teses weberianas (HOLANDA, 1982: 1176).

Para Sérgio Buarque, não adianta simplesmente relativizar a apropriação de idéias, protegendo-se intelectualmente dos reducionismos. A própria noção de influência, da maneira pela qual foi colocada pelo entrevistador, ou seja, como referência que permeia e norteia toda uma reflexão, não faz sentido já que todo o pensamento está atravessado por um conjunto de idéias que não necessariamente foram concebidas pelo seu próprio autor. A questão não é negar a existência de influências, mas denunciar a esterilidade do argumento que se resume a identificá-las. Todos sofrem influências, os mais diversos sistemas de pensar povoam as idéias de cada autor disposto a dar a sua contribuição. Mesmo na reflexão mais original, serão encontradas sementes estrangeiras, já elucidava Sérgio num dos seus primeiros escritos (cf. Holanda, S.B., 1996, p.36, vol.I). Entretanto, se referindo especificamente ao modernismo, a crítica é precisa: os argumentos das vanguardas européias, em si, não apresentam problemas, a não ser quando se esquece que eles se referem ao contexto europeu. Mas isto também não quer dizer que não se possa usá-los. Na verdade, eles devem ser usados como matéria que instiga o pensar, para que então se possa, uma vez aperfeiçoada a reflexão, devidamente compreender o contexto próprio de cada cultura.

Além da questão da influência direta, Sérgio Buarque permite inclusive o questionamento do que poderíamos chamar de "influência indireta", ou como alguns preferem dizer "o que está nas entrelinhas". Para elucidar este ponto, é necessário fazer uma pequena

reavaliação de uma idéia que já se enraizou no pensamento social brasileiro e especialmente na interpretação na obra de nosso historiador.

Há quase um lugar comum na avaliação do sentido de *Raízes do Brasil*: a presença de Max Weber. Não tenho a intenção de desfazer esta referência. Apesar do imenso conjunto de autores com os quais Sérgio dialogou em sua formação como intelectual, Weber parece ser um dos pontos mais seguros que se pode ter, e não é apenas por uma coincidência cronológica (*Raízes* começou a ser escrito quando Sérgio Buarque estava na Alemanha), mas por causa da indiscutível criatividade do autor no que diz respeito ao argumento central – se é que possível estabelecê-lo – em *Raízes do Brasil*: o estabelecimento dos "tipos ideais" *trabalho* e *aventura* para a compreesão da formação da "civilização brasileira". Sérgio, de fato, conhecia a obra de Weber e a associação entre as formas de vida norteadas pelo trabalho ou pela aventura com os tipos ideais do sociólogo alemão são pertinentes. A questão proposta aqui não recusa a filiação, apenas pretende percebê-la através de um outro ângulo.

Embora para alguns especialistas em Raízes do Brasil, como Pedro Meira Monteiro por exemplo, o que está em jogo é um modo de apropriação criativa do sistema weberiano, quero chamar a atenção para a "aparente liberdade" de que o autor se vale da noção da ética capitalista para a construção do tipo do aventureiro. Ou seja, enquanto a tese de Weber sobre a ética capitalista depende de uma postura ascética que, a longo prazo, se desdobrará na figura do burguês (cf. WEBER, 2004, parte II, cap. II), no caso da formação do Brasil, à luz da mesma questão que se desenrolava no ocidente, o que há é o ocaso do tipo aventureiro. É possível reduzir a questão a uma explicação contextual, o que incluiria Sergio Buarque no *hall* dos weberianos *stricto sensu*, onde as ferramentas do sociólogo alemão funcionariam de uma maneira quase a-histórica, desconhecendo as particularidades, para, em nome do sistema maior, atribuir qualquer resultado não esperado da pesquisa às contingências de uma formação cultural específica. É claro que talvez para o próprio Weber isso se tornasse objeto de indignação, uma vez que não pareceu ser sua intenção o estabelecimento de uma causalidade entre protestantismo e capitalismo, antes, o que estava em questão é a compreensão da formação de uma racionalidade.

A liberdade de Sergio Buarque no trato com as idéias weberianas é aparente. Não está em jogo uma simples apropriação pessoal de uma sistema de pensamento, mas sim um profundo entendimento das teses da sociologia alemã que permite "manusear" as idéias na medida em que continuem a ser tratadas como idéias a serviço do entendimento do fenômeno social. Este é o pré-requisito do tipo ideal, ele é um instrumento cognitivo, ou seja, não quer encontrar o seu correspondente na realidade uma vez que isto não é possível. Assim, a postura

do autor brasileiro não pode ser entendida apenas como uma vertente profícua da sociologia alemã no pensamento brasileiro, mas se estabelecermos uma ligação entre a chamada "fase modernista" e a imediatamente posterior, tida como "ensaística interpretativa", de Sergio Buarque, teremos uma maior possibilidade de compreender a reflexão proposta pelo autor brasileiro. A formação intelectual de Sergio Buarque, na verdade, teria incorporado sistematicamente as reflexões modernistas muito mais do que se poderia esperar, e estas não entrariam em choque com a sociologia compreensiva alemã, com que o autor teve contato ainda no fim dos anos 20; ao contrário, foi a proximidade entre estes dois contextos aparentemente tão díspares que talvez fez com que Antonio Candido percebesse um tom simmeliano em *Raízes do Brasil* (CANDIDO, 2006: 237).

Nesta perspectiva, a proposta de *Estética* era de avaliação crítica do modernismo no seu próprio fluxo, o que explica bem a própria posição de Sérgio Buarque (e de Prudente de Morais, neto) que não eram propriamente artistas, embora fossem modernistas. Para os fundadores do periódico, o engajamento no movimento era antes uma possibilidade de sistematizar o impulso questionador e a criatividade estética dos modernistas. Apesar de toda a discussão sobre o caráter ensaístico da sua obra na década posterior e da possível relação deste tipo de produção intelectual com o "passado" modernista do escritor, é fundamental lembrar que os textos de Sergio Buarque no auge do modernismo, e mesmo os da primeira juventude, possuíam o caráter de juízo, desse modo, distanciando-se necessariamente de uma experiência estética (cf. SOUZA, 2006: 118). No entanto, mesmo que não se tenha a intenção aqui de se avaliar o caráter artístico ou não da produção de Sergio Buarque, a discussão atravessa o argumento uma vez que o autor prioriza a arte, no caso a literatura, como seu campo de atuação, embora não se veja como um crítico literário (cf. HOLANDA, 1979a). Por outro lado, não parece ser sua intenção cometer a arbitrariedade do simples uso da literatura como "fonte histórica" com o argumento de elucidar lacunas inerentes ao discurso "científico". A questão pode ser melhor compreendida se voltarmos a ligar *Raízes do Brasil* ao contexto de formação modernista do autor.

Ao estabelecer os tipos ideais, Sergio Buarque de Holanda cria uma espectativa em relação à originalidade brasileira, ainda no sentido modernista de contribuição a um concerto universal. Desse modo, o traço original da cultura brasileira, uma vez identificado (a cordialidade, por exemplo), deveria ser valorizado. Mas como sistematizador da cultura, e não como artista, Sergio luta antes por uma compreensão daquele fenômeno em todos os seus aspectos. A elucidação dos fenômenos sociais "sofre do mesmo mal" que a análise crítica dos fenômenos artísticos: uma exaustiva interpretação dos sentidos.

A cordialidade, em *Raízes do Brasil*, não deve ser valorizada, a não ser como modo de entendimento do fenômeno cultural brasileiro. O que interessa é a perspectiva que ela confere às descrições factuais que, por si só, nada contribuiriam para a investigação proposta pelo autor. Além da caracterização da cordialidade como tipo ideal, mais um aliado na construção do argumento de Sergio Buarque é a adoção de múltiplas perspectivas, sem contudo cair num "perspectivismo", cultivado nos tempos modernistas. Para o autor, encarar o fato literário, exigia no mínimo um amplo leque de critérios avaliativos ou em suas palavras uma "versatilidade de preocupações". Por outro lado, o próprio contato com a literatura, devido ao seu caráter híbrido – o que de novo permite aproximação com Simmel (cf. LIMA, 2006: 349) –, permite uma complexificação dos níveis de investigação a tal ponto que muito contribui para a elucidação dos temas propostos. Em um dos seus artigos mais controversos no que diz respeito ao seu signifificado, Sergio Buarque escrevia: "as palavras depositaram tamanha confiaça no espírito crédulo dos homens, que estes acabaram por lhes voltar as costas." (HOLANDA, 1996, vol.I: 214). Este trecho é interpretado no contexto modernista de crítica à nação não-letrada, ou seja, a pouca importância dada à palavra escrita por um povo é diretamente proporcional a sua decadência. Este viés de sociologia da cultura é claramente expresso nas palavras do autor, no entanto, um ponto importante da fala de Sergio fica obliterado caso não caminhemos além disso. Quando se refere à "confiança" que as palavras depositaram nos homens, o autor constata a crueza com que o tema da representação artística (literária) é tratada. Ou seja, os limites da arte brasileira até aquele momento não consistiam em uma falta de objeto peculiar, mas sim na busca incessante de um tema original como justificativa de seu valor artístico. A expressividade das palavras, um intercâmbio entre forma e conteúdo tão caros à arte moderna em geral pareciam passar ao largo das preocupações dos artistas brasileiros até o início do século XX e inclusive às de alguns do próprio movimento modernista, o que o motivou a escrever outro artigo polêmico: "o lado oposto e os outros lados" (idem: 224-228).

Sergio Buarque persegue obstinadamente o sentido das palavras que escreve não por conta de uma erudição ou por almejar uma escrita estilizada. A busca do sentido, antes de tudo, quer dizer a tentativa de se encontrar um significado preciso àquilo que se deseja expressar. De modo aparentemente paradoxal, a formação do escritor se desenvolveu num contexto de amplas incertezas sobre o estatuto da ciência e mesmo da literatura, o que exigiu um criterioso sistematismo na apresentação das suas idéias e uma constante preocupação com a atualização dos conceitos empregados ao longo do tempo.

Tendo em vista o contexto teórico alemão do final do século XIX e início do XX, e preocupado com a inadequação das humanidades ao estatuto das ciências naturais, Weber perseguiu incansavelmente o objetivo de se valer da normatividade e objetividade caras à ciência no cotidiano de seu trabalho como cientista social; assim, colocou em foco a não-objetividade das humanidades. Como a adoção de uma relativismo não era possivel por conta do objetivo investigativo, abre-se espaço para a ampliação da própria noção de objetividade. Assim como as ciências sociais não são "ciências científicas", a objetividade das humanidades seria diversa da sua correspondente nas ciências naturais. Desse modo, o caminho está parcialmente aberto para a inclusão no processo teórico investigativo de sistemas de significação alheios ao esquematismo científico, como, por exemplo, a literatura. Sergio Buarque tem esta marca em *Raízes do Brasil* e, sobretudo, nos textos da sua juventude modernista e, assim, como funciona tipo ideal weberiano, o autor brasileiro – apesar de não admiti-lo diretamente – se vale da literatura como lugar maior da história da cultura, na medida em que ela supera os limites do fenômeno social para que, em contrapartida e mesmo sem a inteção de fazê-lo, possa elucidá-lo de um modo mais preciso.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, F. de A. (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

CANDIDO, A. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1970.

_____. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. "Literatura e cultura de 1900 a 1945". In **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, pp.109-138.

_____. "O significado de *Raízes do Brasil*". In Holanda, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 2006. (Edição comemorativa dos 70 anos).

DANTAS, P. "Vida da estética e não estética da vida". In **Estética** (1924-25). Edição Facsimilada. Rio de Janeiro: Gernasa, 1974, pp.VII-XII.

DIAS, M. O. L. da S. "Sérgio Buarque de Holanda, historiador" In Sérgio Buarque de Holanda. **História**. São Paulo: Ática, 1985. (Grandes cientistas sociais).

HOLANDA, S. B. de. (1925). "Oswald de Andrade – Memórias sentimentais de João Miramar". In **O espírito e a letra:** estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das letras, 1996. Vol.I.

_____. de. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979a.

_____. "O atual e o inatual em Leopold von Ranke". In Ranke, L. **História**. São Paulo: Ática, 1979b. (Grandes cientistas sociais).

_____. Entrevista a Richard Graham. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo, 1982, vol.34, n.9.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. (Edição comemorativa).

_____. **O espírito e a letra:** estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das letras, 1996. 2 volumes.

LEONEL, M. C. de M. **A revista estética**: contribuição para o estudo do modernismo brasileiro. (dissertação de mestrado). São Paulo: USP (Depto. de Letras), 1976.

LIMA, L. C. **História. Ficcção. Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

MONTEIRO, P. M. **A queda do aventureiro**: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999.

MORAES, E. J. de. **A brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PIERUCCI, A. F. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Ed.34, 2003.

SALGADO, P. el al. **O curupira e carão**. São Paulo: Hélios, 1927.

SOUZA, R. A. De. **Iniciação aos estudos literários**: objetos disciplinas, instrumentos. Sâo Paulo: Martins Fontes, 2006.

WEBER, M. **A ética protestante o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WEGNER, R. **A conquista do oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. "Um ensaio entre o passado e o futuro". In **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, pp.335-364. (Edição comemorativa).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O individual e o coletivo na obra de Tucídides: questões sobre identidade.

Lyvia Vasconcelos Baptista[1]

Resumo: A maneira como os historiadores apresentam o passado sob a forma de uma história molda-se conforme a transformação dos questionamentos do tempo presente. De acordo com esta afirmação, abordaremos as questões acerca da fronteira entre o individual e o coletivo, na obra de Tucídides, a partir da noção de identidade, considerando o advento da peste em 430 a. C., como um processo de desestruturação e reorganização das esferas em questão.
Palavras-chave: individual, coletivo, Tucídides.

Résumé: La manière comme les historiens prèsentent le passé sous la forme d'une histoire, change selon la transformation des questionnements du temps présent. Selon cette afirmation, nous aborderons les questions concernant la frontière entre l'individuel et le collectif, dans l'oeuvre de Thucydides, à partir de la notion de l'identité, considerant l'advent de la peste em 430 av. J.-C., comme un processus de désorganisation et réorganisation des environnements en question.
Mots-clé: individuel, collectif, Thucydides.

A afirmação de que a construção da história reflete o olhar atual do sujeito que a realiza parece ter se tornado "lugar comum" entre o rol de reflexões acerca do estatuto do texto historiográfico e da função própria do historiador. A incorporação desse discurso, porém deve vir acompanhada com a consciência de que, como escreve Norberto Guarinello, "não importa quão científicas sejam, [as] interpretações da História são sempre produtoras de memória, de lembrança ou esquecimento, são instrumentos de identidade, de legitimidade e de poder." (GUARINELLO, 2004: 16).

Atualmente, após um longo e não tão exaustivo debate sobre a mudança na ênfase histórica, principalmente em relação ao tempo, vemos uma tentativa de (re)significação de fragmentos do passado. Diagnostica-se que, talvez, a principal característica da situação atual seja a heterogeneidade temporal, e a pluralidade de sentidos. O clima de fragmentação da ordem estabelecida possibilita uma nova percepção da História, e, conforme adentramos no séc XX, as teorias se entrecruzam cada vez mais.

Segundo Kathryn Woodward, a situação atual é caracterizada por uma verdadeira crise de sentidos, perceptível através das tentativas de repensar conceitos como o de

[1] Mestranda pela Universidade Federal de Goiás, bolsista CAPES.

identidade (WOODWARD, 2000: 12). Podemos assinalar uma crise devido às recentes discussões acerca do caráter da identidade, pois ela só se torna um problema quando algo que estabelecemos com fixo é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza. Assim, esse período da história é evidenciado pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamentos.

A construção do passado é importante para a afirmação de identidades, pois, "uma das formas pelas quais elas estabelecem suas reivindicações faz-se por meio do apelo a antecedentes históricos." (WOODWARD, 2000: 11). Em momentos de crise, a cultura empenha-se no restabelecimento da harmonia, trazida pelas certezas, muitas vezes de um passado remoto.

Como afirma José Carlos Rodrigues (1983: 65), o maior problema consiste em defrontar com o que a cultura não consegue e, de fato, não pode controlar, seja por recursos técnicos, simbólicos ou mesmo teóricos. Encarada dessa forma, a cultura se caracteriza por um complexo código de estruturação que exige a geração de lei e ordem, criando uma eterna expectativa e necessidade de organização que passa a ser seu *modus operandi*.

Segundo Gilvan Ventura da Silva, o panorama de crise, no qual estamos imersos, parece "condicionar o nosso olhar sobre a realidade, tanto a do presente quanto do passado mais remoto, como nos deixa entrever uma quantidade crescente de trabalhos sobre representações e identidades... na Antiguidade" (SILVA, 2004: 18).

Nosso trabalho insere-se também, nessa tentativa de uma melhor compreensão dos fatores concernentes à reflexão acerca do conceito de identidade no interior da historiografia sobre a antiguidade. Abordamos a narrativa de Tucídides sob a ótica da articulação entre o conceito de identidade e os elementos que caracterizam o individual e o coletivo, em sua obra.

A *História da Guerra do Peloponeso* composta por Tucídides, constitui uma fonte inesgotável e rica acerca das batalhas que ocorreram na região do Peloponeso. Sabe-se por meio desta, que Tucídides nasceu em Atenas, entre os anos de 460 e 455 a.C., e que, provavelmente, possuía minas de ouro na Trácia, mantendo "uma relação muito estreita com os círculos conservadores mais proeminentes em Atenas" (LESKY, 1995: 488).

Tucídides apresenta-nos em seu proêmio declarações denominadas metodológicas. De acordo com Francisco Murari Pires (PIRES, 2004: 96), o teor das iniciais afirmações tucidideanas, estabelece a coexistência de duas figuras: a subjetividade de uma composição discursiva encerrada na identificação de seu autor: Tucídides de Atenas; e a aspiração de uma narração objetiva, servindo como espelhamento do real. O historiador grego, em Tucídides, desejava fornecer um instrumento que permitisse não prever, mas compreender o que

acontecerá no futuro. Devido a essa aspiração, Tucídides retoma para si o lugar de narrador onisciente, cuja legitimação do lugar de enunciação está pautada na *autópsia* (HARTOG, 2001: 26), ou seja, na valorização da percepção direta em relação ao acontecimento, ou quando necessário da presença direta de seus informantes nos eventos, seguida de rigorosa avaliação das testemunhas (PIRES, 2004: 98). Somente e tão-só através deste procedimento a verdade histórica conseguiria livrar-se dos adornos que falseiam a veracidade dos fatos (PIRES, 2004: 96).

Tal empreendimento torna-se possível pela presença do *histor*, apresentado como figura de autoridade, resumida naquele que dará o aval daquilo que ficar convencionado pelas duas partes, autenticando, porém, a verdade de apenas uma posição, ou seja, ele não se identifica necessariamente com quem presenciou e viu a manifestação do fato ocorrido, antes, é seu papel o fazer ver. Vislumbra-se aqui, resumido na idéia do *histor* a percepção do papel do historiador no cerne de sua história, ou seja, a maneira pela qual Tucídides representa o mundo, os seres e as coisas, define, simultaneamente, sua identidade, nesse caso, como sujeito investido de autoridade para escrever História, construindo uma percepção monolítica do fato e apresentando-a como verdade.

Não só a identidade da figura de autoridade (nesse caso, resumida no ofício de historiador) é importante na percepção da obra tucidideana, a própria identidade coletiva é também perpassada e disponível na composição.

Em relação à identidade grega, Maria do Céu Fialho, sublinha que "é em visível correlação com a experiência de alteridade que a experiência de identidade helênica, como de resto todas as experiências de identidade, nasce e se consolida." (FIALHO,2006: 81). Assim a identidade, vai sendo construída, primeiramente, a partir do confronto com o "não grego" e com o "Bárbaro", para em seguida ser deslocada ao âmbito interno existindo entre as próprias Cidades-Estados.

Desta forma podemos perceber, na obra de Tucídides, o estabelecimento de duas identidades: a helênica e a ateniense. Além disso, encontramos, no decorrer de sua narrativa, elementos que nos permitem perceber uma constituição das identidades ateniense e espartana, talvez pela falta de uma unidade fortemente estabelecida entre suas políticas. Isso possibilita autores como Marshall Sahlins, afirmar que a Guerra do Peloponeso se caracterizou, principalmente como um jogo de forças políticas, sendo representada pela tentativa de expansão da democracia, do lado ateniense, e do outro pela manutenção da oligarquia consideravelmente espartana, oferecendo-nos material o suficiente para pensarmos numa certa rivalidade entre atenienses e espartanos, pautada em conflitos ideológicos.

Durante a guerra, nas palavras do próprio autor da *História da Guerra do Peloponeso*, "nunca tantas cidades foram capturadas e devastadas, algumas pelos bárbaros, outras pelos próprios helenos combatendo uns aos outros."(TUCÍDIDES. I. 23). Aqui, a percepção do Outro, favorece a construção de uma identidade Grega, uma vez que toda experiência de identidade necessita de uma presença diversa que funcione como uma espécie de espelho, como objeto refletor que devolva a imagem identitária, como no caso da proteção mútua contra a ameaça persa. Não é, porém, sem abalos que essa identidade se processa, ou seja, a "identidade helênica, conhece tensões, fissuras e oposições de alteridades internas no seu seio"(FIALHO, 2006: 81).

Freqüentemente encontramos na tentativa de estabelecer uma identidade, elementos que nos dão pistas do imaginário. Em Tucídides vemos nos discursos fúnebres uma situação de interação entre uma identidade sempre em renovação, uma vez que não são fixas, e um imaginário coletivo. Esse procedimento ritualístico não é mais do que uma tentativa de produzir e manter a identidade dos atenienses através do imaginário que eles produzem de si mesmos e do mundo em que vivem, exteriorizado pela palavra.

Nicole Loraux, enfatiza que os discursos fúnebres são importantes para a permanência do ideal da *pólis,* ao funcionarem, mais do que como instrumento para a manutenção da "boa lembrança" morto, como artifício para coesão social, uma vez que: "...encarregavam-se de lembrar aos atenienses que, apesar da multiplicidade de seus atos, da diversidade das situações e das vicissitudes do futuro, a *pólis* permanece uma e única." (LORAUX, 1994: 151).

A *pólis*, assim, honra seus cidadãos mortos por meio da oração fúnebre e reencontra-se a si própria, no discurso, estabelecendo-se como origem ou causa final da morte, como encontramos em Tucídides quando este descreve o discurso de Péricles frente ao descontentamento da população: "...se a cidade pode suportar o infortúnio de seus habitantes na vida privada, mas o indivíduo não pode resistir ao dela, todos certamente devem defendê-la..." (TUCÍDIDES. II. 60).

Essa imagem de Atenas como uma unidade, como modelo de *pólis* una, indivisível e equilibrada, configura-se, segundo Nicole, como um modelo historicamente construído para uso dos atenienses e nosso, ou seja, é provável que, celebrando uma *pólis* conforme seus desejos, os atenienses tenham elaborado, para uso próprio e para uma possível posteridade, uma figura de si mesmos (LORAUX, 1994: 23). Percebe-se aí uma espécie de função do discurso fúnebre no interior da *pólis*, pois se o discurso é inventado pelos atenienses, contribui reciprocamente na constituição identitária de Atenas, atuando como prática dotada de sentido.

Se a presença do coletivo na narrativa de Tucídides é notada através da percepção do imaginário social, que a descrição das práticas em comum possibilita, é na importância que alguns personagens individuais assumem no percurso da obra, que visualizamos elementos do individual. Enquanto em muitos momentos o historiador movimenta coletividades, em outros ele faz soar a voz de figuras muito bem delineadas e descritas. A despeito de qualquer tentativa de solucionar um dilema a muito proposto pela sociologia e que opõe indivíduo à sociedade, interessa-nos, em Tucídides uma apropriação desses elementos na configuração de aspectos identitários. A pergunta de Marshall Sahlins a respeito dessa relação talvez seja relevante: "Na *Guerra do Peloponeso*, quem está agindo?" Segundo este antropólogo, Tucídides movimenta-se em aparente liberdade entre "dois tipos de agentes históricos: coletividades, como atenienses, lacedemônios ou coríntios, e indivíduos proeminentes, como Péricles, Brasidas ou Alcibíades." (SAHLINS, 2004:121). Segundo Antônio Lopez Eire (1990: 99), Tucídides apresenta os indivíduos sempre à luz do âmbito do político. Assim Péricles é visto como o mais capaz dos políticos de seu tempo tanto no uso da palavra como na gestão do governo, Alcibíades descrito como um homem cuja conduta na vida privada ofendia todos os cidadãos, embora suas decisões públicas, acerca dos assuntos relativos à guerra, fossem dirigidas da melhor maneira possível, enquanto Nícias oferece-nos um caráter mais prudente, e ainda que fosse excessivamente dedicado às práticas da advinhação, teve todo o curso da vida ditado por virtudes. Eire sublinha também que em mais de uma ocasião, os personagens são lançados em pares, através dos discursos e de suas respectivas réplicas; outras vezes, porém, aparecem incluídos em algum diálogo, como por exemplo, Brasidas, no denominado "Diálogo dos Mélios", cuja figura compõe as linhas básicas do acontecer histórico, embora não pronuncie-se em primeira pessoa (EIRE, 1990: 98). Num trabalho publicado em 1971, no *Jornal Americano de Philologia*, Westlake (1971: 108) afirma que, de fato, Tucídides não gosta de fazer indivíduos responsáveis por decisões nacionais, como Heródoto comumente fazia. Além disso, Westlake também afirma, como Eire que as afirmações explicitas de caráter individual, na obra de Tucídides, são pusilânimes, estando, em sua maior parte, confinas à política ou à inteligência e habilidade militar.

Além da descrição das ações de personagens, Tucídides também fala em nome próprio quando proporciona informações sobre o seu método (TUCÍDIDES. I. 20. 22), quando os acontecimentos narrados são os que ele participou (TUCÍDIDES. IV. 104), ou ainda quando descreve sintomas que ele mesmo sofreu (TUCÍDIDES. II. 48), como na descrição que faz a respeito da peste que acometeu os atenienses em 430 a.C.. Tal acontecimento é importante também no vislumbre que possibilita de uma certa obliteração da

fronteira que separa o individual e o coletivo, na obra de Tucídides. Caracterizando-se pelo estado de anarquia total, no qual as leis divinas e as leis humanas não mais exerciam domínio e influência sobre as pessoas, a peste em Atenas, sufoca a pluralidade dos âmbitos, pois limita e direciona o mundo comum. A liberdade desaparece e abre espaço para a sobrevivência.

Jean Delumeau na obra *História do medo no Ocidente,* afirma que "…o tempo da peste é o da solidão forçada" (DELUMEAU, 1989: 123). Hannah Arendt trabalhará essa questão expondo suas teorias sobre a desestruturação no âmbito da fronteira entre o público e o privado. De certa forma, suas idéias se opõem às de Delumeau, se pensarmos na solidão como o individualismo na sua potencialidade. Para a pensadora, a esfera do privado, na Grécia, tem como centro o interior da família e do doméstico. É o lugar onde as necessidades vitais básicas deveriam ser satisfeitas como condição para a realização da vida pública. O público, por sua vez, identifica-se com o coletivo e com as urgências daquilo que chamamos de espaço social. (ARENDT, 1981: 46).

Sandra Caponi complementa o pensamento de Arendt ao dizer que o que ocorre em tempo de peste é simplesmente o desaparecimento completo da fronteira que separa o público e o privado. Desta forma, a peste "...iguala os homens, uns e outros se reconhecem como potencialmente enfermos." (CAPONI, 1999: 10)

É o próprio caráter do ataque epidêmico que nos possibilita a asserção de que há, de fato, uma desestruturação no âmbito do individual e do coletivo, na narrativa tucidideana, uma vez que a epidemia, embora seja assinalável em um único indivíduo, atinge populações, sendo um elemento de desorganização e reorganização social. Fazendo-se coletiva, "...o grupo encontra nela todas as interrogações que traz em si mesmo (pois é em situações desse tipo, de desorientação, que vem à tona todos os preconceitos e medos.)" (REVEL; PETER, 1976, p.142). Desta forma, o evento epidêmico, ainda que a doença acometa o indivíduo, caracteriza-se como um lugar privilegiado de visualização dos mecanismos e práticas da coletividade, representada pela população afetada, que reflete a imagem que a sociedade tem de si mesma.

Assim, na narrativa tucidideana, encontramos elementos de uma identidade resumida na figura do historiador, ao servir como espelho refletor da sociedade em que produz e no conteúdo da história, ao expor o imaginário da época em que se escreve, pois "toda obra é uma recriação social" (FRANCO, 1998: 16) e, como afirma Roland Barthes (2004: 09), toda enunciação designa formas do imaginário, sendo que nenhuma linguagem é transparente ou sequer inocente.

Referências Bibliograficas

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso.* Tradução de Mario da Gama Kury. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

ARENDT, Hannah**.** *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BARTHES, Roland. Da história ao real. In: _____. *O rumor da língua.* São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp.163-198.

CAPONI, S. N. C. Lo Público y lo Privado en tiempos de Peste. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1999 pp. 7-28.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIEHL, Astor Antônio. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividades.* Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

DRAEGER, A. C. F. A obra de Tucídides e a peste de Atenas. In: *IV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas.* Rio de Janeiro: Programas e Resumos da IV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2004, v. 1, pp. 04-04.

EIRE, Antonio López. La revolución en el pensamiento político de Tucidides. *Gérion*, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1990, v. 8, pp. 89-114.

FIALHO, Maria do Céu. Rituais de Cidadania na Grécia Antiga. In: LEÃO, D. F.; FERREIRA, J. R.; FIALHO, M.C. (Orgs.). *Paidéia e Cidadania na Grécia Antiga.* Coimbra: Ariadne editora, 2006, pp. 81-100.

FRANCO, Hilário. Introdução e A terra da abundância. In: _____. *Cocanha: a História de um país imaginário.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 15-23; 56-81.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, 2004, v.24, n.48, pp. 12-38.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

_____**.** A testemunha e o historiador. In: Pesavento, S. J. (Org.). *Fronteiras do milênio.* Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2001, pp.11-42.

LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

PIRES, Francisco Murari. Tucídides: a Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marica (Orgs.). *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível.* Campinas: Ed. Unicamp, 2004, pp. 95-128.

REVEL, Jacques; PETER Jean-Pierre. O Corpo. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.*). História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995, pp. 141-159.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé. 1983.

ROMILLY, Jacqueline. *História e razão em Tucídides*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: Apologias a Tucídides.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SILVA, Gilvan Ventura. Representação Social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In.: FRANCO, S. P.; SILVA, G. V.; LARANJA, A. L. (Orgs.). *Exclusão Social, Violência e Identidade.* Vitória: Flor e Cultura, 2004, pp. 13-30.

SILVA, H. R. A História como "representação do passado": a nova abordagem da historiografia francesa. In.: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs) *Representação: Contribuição a um debate transdisciplinar* (orgs.). – Campinas, SP: Papirus, 2000, pp. 81-100.

VERNANT, Jean Pierre. A Bela Morte e o Cadáver Ultrajado. *Discurso 9.* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979, pp. 31-62.

WESTLAKE, H.D. Individuals in Thucydides. *American Journal of Philology*. Cambridge University, 1968, v. 92, n.1, pp. 108-111.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: vozes, 2000. pp. 7-72.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma proposta para o tratamento de fontes nominativas para o estudo da família: o exemplo dos registros paroquiais

Ana Silvia Volpi Scott*

Resumo: Um dos grandes desafios para os pesquisadores interessados em analisar a família numa perspectiva histórica diz respeito ao tratamento das fontes nominativas. Um dos problemas principais está ligado à identificação dos indivíduos e ao cruzamento nominativo das informações provenientes de fontes variadas. Esta comunicação pretende apresentar e discutir alguns procedimentos desenvolvidos ao longo dos últimos anos, com base em pesquisas que se exploram o uso dos registros paroquiais de batizado, casamento e óbito, que estão entre as fontes mais utilizadas nos estudos sobre a história da família. Além da discussão dos procedimentos em si, apresentaremos um programa informatizado desenvolvido para a coleta dos dados oriundos dos registros paroquiais, que está habilitado ainda para efetuar uma reconstituição semi-automática das famílias.
Palavras-Chave: Demografia Histórica; Metodologia e Fontes; Cruzamento Nominativo

Abstract: This paper presents a reflection about nominative record linkage, using luso-brazilian parish records. The procedures were developed considering the experience reached in many research projects, during the last decades. The paper presents a proposal of semi-automatic family reconstitution program.

Keywords: Historical Demography; Methodology and sources; nominative record linkage

A metodologia que deu as bases da Demografia Histórica, a Reconstituição de Famílias, nada mais é do que o cruzamento nominativo dos assentos de batizado/nascimento, casamento e óbito. Entretanto esse processo de cruzamento nominativo revela-se difícil e complexo, especialmente para os estudiosos das populações luso-brasileiras devido a uma série de problemas relativos à falta de regras para transmissão dos nomes de família, a alteração e/ou inversão dos nomes e sobrenomes, a ausência de nomes de famílias para a maioria da população feminina, à concentração na escolha de alguns nomes de batismo - tanto para homens como para mulheres -, e à alta incidência de homônimos.

Com base em estudos realizados ao longo dos últimos anos procurou-se desenvolver alguns procedimentos para facilitar e garantir uma maior eficiência no cruzamento de fontes nominativas, especialmente no que se refere aos registros paroquiais,

* Docente do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS/ Pesquisadora do CNPq. Doutora em História e Civilização (IUE – Florença-Itália).

analisando-se duas maneiras distintas de se efetuar a coleta e o cruzamento dos dados, e quais são os ganhos e as perdas que cada uma delas pode trazer ao pesquisador.

A primeira maneira de se coletar os dados segue as disposições clássicas de Louis Henry, que propõe a coleta individual por ato e posterior cruzamento das informações; e a segunda que tem por base as proposições de Maria Norberta Amorim, que efetua o cruzamento e a identificação dos indivíduos no ato do levantamento.

Tivemos a oportunidade de trabalhar com os registros paroquiais para efetuar a reconstituição de famílias, tanto utilizando a metodologia clássica proposta por Henry/ Fleury, como a proposta metodológica desenvolvida por Maria Norberta Amorim, denominada Reconstituição de Paróquias , e que deu as bases para o SRP, Sistema de Reconstituição de Paróquias, atualmente em uso no Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), da Universidade do Minho (Portugal).

A tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu (Florença-Itália) em 1998, intitulada "Família, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português" teve por base a paróquia de São Tiago de Ronfe, concelho de Guimarães, reconstituída através da metodologia de Maria Norberta Amorim. A base de dados proveniente do cruzamento dos assentos de nascimento/batizado, casamento e óbito, foi cruzada com um conjunto amplo e variado de outras fontes nominativas, e este processo complexo fez surgiu nosso interesse por discutir os problemas enfrentados pelos pesquisadores, os procedimentos que podem facilitar a tarefa, e os desafios enfrentados no momento de identificar os indivíduos em fontes nominativas diversas.

Exatamente por conta da utilização de uma já paróquia reconstituída para a base de nosso estudo, desde logo discutimos com Maria Norberta Amorim as diferenças existentes entre a metodologia clássica e aquela que havia sido desenvolvida tendo por base os registros portugueses, onde é notória a ausência de regras de transmissão do nome de família, o que para muitos, significaria a impossibilidade de usar tais procedimentos para o estudo do passado das populações luso-brasileiras (ainda hoje esta afirmação é veiculada).

Diante disso, propusemos um desafio, quando resolvemos fazer uma análise comparada dos resultados obtidos a partir da utilização de metodologia clássica de Henry e a proposta por Norberta Amorim. Neste sentido, Dario Scott desenvolveu um programa informatizado que permitia a coleta dos dados em fichas de atos (nascimento/batizado/ casamento/ óbtito) utilizadas para posterior cruzamento automático para a reconstituição das

famílias propriamente ditas. Os resultados seriam, então, comparados àqueles obtidos através dos procedimentos propostos por Amorim. Os resultados desta comparação foram divulgados em artigo publicado em Portugal , e mostraram que ambas as metodologias produziram resultados virtualmente iguais, e que, portanto, a opção por uma ou outra, deveria ser determinada pelo próprio pesquisador, tendo em consideração sua habilidade e familiaridade em trabalhar com cada uma das metodologias, além é claro, dos objetivos que norteariam sua investigação.

Cabe aqui mostrar as diferenças entre os dois procedimentos. Na metodologia clássica, os registros são coletados em fichas individuais por ato, nascimento-batizado/ casamento/ óbtito. Na seqüência elabora-se um dossiê com todos os registros relacionados a cada casal, recebido em matrimônio, que terá uma *ficha de família* aberta, onde os dados sobre esta família biológica são lançados. Tal procedimento possibilita a elaboração dos cálculos relativos à fecundidade, mortalidade e nupcialidade. Repare-se que a identificação dos registros que correspondem aos indivíduos pertencentes a cada família biológica será feita apenas depois de coletados todos os atos em fichas separadas. Fichas coloridas identificavam os diferentes atos,na metodologia originalmente proposta por Henry..

O programa informatizado desenvolvido entre os anos de 1991 e 1992, "batizado" de NACAOB, permite ao pesquisador ter em mãos uma cópia fiel do documento manuscrito original. Partia dos atos individuais, com uma tela de inserção para os dados do batizado, casamento e óbito, vinculado a cada ato todos os indivíduos que haviam sido arrolados no mesmo, referindo o "papel" desempenhado por cada um e os eventuais laços que os uniam.

Importante é salientar que diversos procedimentos foram desenvolvidos para eliminar ou, pelo menos, a diminuir a incidência dos erros no momento da inserção dos dados. Assim criou-se, por exemplo, um dicionário de nomes, e uma série de tabelas codificadas: uma que definia os diversos tipos de laço entre os indivíduos, uma relativa à naturalidade, residência, ocupação de cada indivíduo, enfim, todas aquelas informações que ao serem codificadas, poupavam tempo no momento da digitação dos dados, e paralelamente reduziam os problemas de erros gerados pela digitação incorreta – imediatamente o computador registrava se o nome Maria, por exemplo, havia sido digitado de maneira errada. Além disso, as informações paralelas ou observações variadas encontradas nos registros sobre cada ato poderiam ser inseridas, pelo pesquisador, na ficha informatizada, relacionando-as a cada campo específico.

A partir do final do levantamento dos assentos, passava-se à fase de reconstituição automática das famílias, gerando-se uma ficha de família específica. Aqui, é que a questão da alteração dos nomes dos indivíduos coloca problemas maiores. Para esse procedimento é necessário que sejam definidos os **parâmetros** para o programa reconstituir os laços entre os diversos indivíduos, nos diversos atos. Se, por ventura, os nomes apresentarem diferenças, ou inversões, o programa não reconhecerá o "link", provocando, então, a geração de um conjunto de fichas de família maior do que as que de fato existem. Pois se os parâmetros não têm uma coincidência de 100%, o programa não aceitará como válidos os vínculos, e gerará uma ficha de família nova. Assim, é fundamental definir quais serão os elementos fundamentais para identificar os indivíduos nos diversos atos.

Na metodologia desenvolvida por Amorim que, como a de Henry, era feita manualmente, partia do levantamento dos nascimentos/ batizados. Para cada assento deste tipo abre-se uma ficha, com as informações relativas ao batizado e ao casal. Com o levantamento subseqüente, todos os batizados atribuídos àquele casal eram anotados na ficha respectiva. Diferentemente de Henry, Amorim usava fichas brancas, não pautadas, e as informações eram coletadas com canetas de cores diversas que indicariam de onde o dado era proveniente (azul – batizado/ verde-casamento/ vermelho-óbito).

O ganho de tempo era grande, uma vez que para cada ficha aberta era necessário acrescentar apenas as informações sobre os nascimentos consecutivos atribuídos àquela família. Ao final do levantamento dos batizados/nascimentos, a ficha de família estaria completa, uma vez que teriam sido identificados todos os indivíduos. A seguir passaria para o cruzamento com os assentos dos casamentos com a informação organizada a partir dos batismos, com todas as informações na cor verde. Se, eventualmente, um casal é identificado nos atos de casamento, que não havia aparecido nos batizados, abre-se uma nova ficha de família, com os dados grafados com caneta verde. A terceira fase é o cruzamento possível com os óbitos, dada a situação comum dos registros de óbito no que se refere à deficiente identificação do defunto. A passagem da reconstituição manual para a informatização da reconstituição de paróquias não mudou a essência do método, nem quando ela se realizava no ambiente DOS, nem hoje, quando ela se realiza através do Sistema de Reconstituição de Paróquias (SPR), em ambiente visual (FARIA & HENRIQUES, 2004).

O grande avanço da reconstituição de paróquias foi o desmembramento posterior da ficha de família, em ficha de indivíduos residentes, em encadeamento genealógico. Ao final do processo, uma paróquia seria considerada reconstituída quando, para cada residente,

temos uma ficha fechada, ou seja, quando caso a caso, dispõe-se de uma data de início de observação e a data de fim de observação (AMORIM, 1991).

Um dos argumentos que sempre foram utilizados por Maria Norberta Amorim, e que tem a sua vantagem de fato, é o ganho de tempo no momento da coleta dos dados, uma vez que não é necessário repetir a transcrição das informações sobre os indivíduos todas as vezes que eles aparecem em cada um dos diversos atos. No máximo, o pesquisador deveria fazer a complementação da informação nova coletada.

Isso significa que, a fase de coleta de dados nos assentos vitais é de fundamental importância, se utilizamos a metodologia desenvolvida por Amorim, hoje conhecida por SRP. Isso porque a **identificação dos indivíduos** se processa exatamente no momento em que o pesquisador está a trabalhar com a fonte. A decisão tem que ser tomada com base nas informações que ele dispõe naquele momento, quando tem o documento à sua frente. Isto quer dizer que a pessoa que faz a coleta dos dados tem uma responsabilidade enorme, pois uma vez efetuada a identificação, a informação será cadastrada, e assumida como correta.

No caso da opção por um levantamento individualizado, por atos, o **processo de cruzamento das informações e a identificação dos indivíduos** como parte desta ou daquela família, **é uma etapa posterior**, e a tomada de decisão se dá tendo em conta o conjunto de informações reunidas nos diversos assentos e ao longo do tempo.

Ora essa diferença metodológica pode não ser tão comprometedora quando trabalhamos individualmente num projeto de pesquisa próprio, para o qual temos o conhecimento do conjunto da documentação, das condições das fontes no momento da coleta, da dificuldade que enfrentamos com a leitura paleográfica (mesmo que se trata de documentos já do século XIX) enfim, com as condições gerais em que a recolha dos dados foi efetuada.

No entanto, se pensamos num estágio de pesquisa em que se pretende estender a abrangência das análises, para uma região ou eventualmente, num projeto ambicioso, com uma abrangência nacional, a situação muda de figura, pois não há mais o domínio do pesquisador sobre o universo de fontes exploradas e da comunidade a ser estudada.

Será necessário que uma equipe seja treinada nos procedimentos específicos, nas variáveis a serem consideradas para a que as decisões sejam tomadas, uma vez que ao identificar um indivíduo, aqueles que vão trabalhar com as bases de dados não terão a documentação original na mão para confrontar a pertinência daquele “link”.

Além disso, embora não haja a necessidade de se copiar "todos os dados, todas as vezes" será necessário despender algum tempo para realizar a consulta ao banco de dados (considerando-se que estamos a utilizar o SRP), e verificar se devemos abrir uma nova ficha ou, diante das diferentes opções de fichas de família já abertas, inserir o indivíduo nas famílias já existentes. Esse tempo pode ser bastante alargado, dependendo do tamanho do banco de dados que estamos a trabalhar.

No projeto de pesquisa que desenvolvemos atualmente[1], que utiliza os registros paroquiais para uma comunidade portuguesa entre as décadas de 1860 e 1880, tivemos a oportunidade de testar as duas opções metodológicas e fazer diversas experiências com os dados coletados.

Quando iniciamos o projeto, há cerca de dois anos, pouco mais, não tínhamos tido acesso ao SRP[2], e acabamos por optar por utilizar o programa NACAOB, que havia sido desenvolvido no início dos anos 1990.

Esta decisão foi tomada levando em consideração dois fatores:

a) a qualidade dos manuscritos era muito boa uma vez que no arquivo paroquial da Lousã pudemos ter acesso aos extratos dos registros paroquiais, que haviam sido compilados para livros específicos nos início do século XX;

b) que os dados seriam inseridos no programa por pessoas sem treinamento específico seja na leitura paleográfica, seja nas questões metodológicas e técnicas envolvidas no cruzamento nominativo de fontes e, desta forma, a utilização dos extratos agilizaria a etapa de coleta de dados, pela facilidade de leitura, o que levaria a um ganho de tempo também.

Assim iniciamos a digitação dos dados no NACAOB, reunindo informações para uma população natural da Vila da Lousã, situada no concelho da Lousã, distrito de Coimbra.

Todos os dados relativos aos nascimentos/ batizados e aos casamentos foram coletados, digitados e inseridos no programa, e somaram 4.547 batizados e 1.040 casamentos. Como esta metodologia pressupõe a inclusão de todos os indivíduos registrados em cada ato,

---

1 A imigração invisível: portugueses no Brasil independente, financiado pelo CNPq (Ana Silvia Volpi Scott (coord.) e Oswaldo Mario Serra Truzzi).

2 Para uma discussão mais aprofundada sobre os procedimentos desenvolvidos no NEPS nos últimos anos em torno da problemática da reconstituição de paróquias veja-se Faria & Henriques 2004.

ao final da coleta reunimos 37.611 nomes de indivíduos que se revezaram nos diversos papéis: pais, mães, avós, padrinhos, testemunhas, isto é todos os indivíduos que foram arrolados ao lado das crianças batizadas e dos homens e mulheres que se casaram na igreja paroquial da vila da Lousã.

A seguir, depois da inserção dos dados nas fichas de ato, rodamos o programa que gera as famílias através do cruzamento dos registros de batizado e casamento (faria também o cruzamento com os óbitos se eles tivessem sido coletados). O resultado para a Lousã foi um total de 2.736 famílias cruzadas de maneira automática, sem a intervenção do pesquisador/ usuário do programa. O cruzamento foi efetuado tendo como variáveis a serem consideradas o nome da avó materna, a noiva (mãe no batizado) e o noivo (pai no batizado). Ocorre que devido, ao problema conhecido de todos os pesquisadores das populações luso-brasileira, da variação/ inversão dos nomes dos indivíduos, uma quantidade destas famílias reconstituídas automaticamente teriam sido geradas por conta deste problema, sendo na verdade resultado da variação dos nomes encontrados para os mesmos indivíduos, nos diversos atos cruzados.

Vejamos o que ocorreu com a família de Manuel Francisco, casado com Rosa Conceição. Na identificação automática encontramos quatro famílias em que o casal referido aparecia. Manuel Francisco foi registrado no seu casamento como Manuel Francisco Rita. A mãe de Rosa Conceição, mulher de Manoel Francisco, foi identificada com três variações de nome no conjunto dos 13 filhos que o casal gerou na Lousã: foi registrada como Ana Jesus, Ana Conceição, e Ana Maria. Isto é, o cruzamento automático jamais poderia supor que estes nomes dissessem respeito à mesma mulher. Neste caso a variação ocorreu no nome da mãe da noiva, mas houve casos em que mais de um indivíduo teve alterações, criando dessa forma inúmeras famílias, que na verdade diziam respeito a um único casal.

Estas mudanças no nome dos indivíduos geram, portanto, um conjunto de famílias duplicadas, que caberá ao pesquisador, na fase seguinte do processo, identificar e eliminar.

No caso da Lousã, que partiu de 2.736 famílias reconstituídas automaticamente, depois de toda a correção feita, este número havia caído para 1.762. Foram eliminadas 974 famílias.

Esses números mostram que a reconstituição automática acertou em 64,4% dos casos, gerando um re-trabalho em 35,6% das famílias. Esta operação é facilitada porque temos uma série de outras informações que são confrontadas para que a decisão final sobre a identificação seja tomada. A operação se processou com a importação dos dados gerados pelo

NACAOB para uma planilha, na qual pudemos reorganizar a informação sob diversos critérios, e assim eliminar os casos de famílias duplicadas ou triplicadas.

Para se ter uma idéia do problema enfrentado, mais de 55% das mulheres da amostra foram batizadas com o nome de Maria (ou combinações várias com Maria). Além disso, a esmagadora maioria delas não carrega o nome de família, sendo conhecidas através de invocações (da Piedade, do Espírito Santo, de Jesus, do Rosário, da Conceição etc.). Para tornar as coisas mais difíceis, vimos que, com muito freqüência os nomes poderiam ser alterados ou invertidos: Ana de Jesus, que vira Ana da Piedade, Rosaria Serra que se transforma em Rosária de Jesus, assim como as Joanas Marias podem virar Marias Joanas. Isso também pode ocorrer com os homens, embora com menor intensidade. Para eles as situações mais comuns diziam respeito à inclusão ou supressão de expressões como Velho, Novo, Sênior e Júnior, de alcunhas ou nome de família.

A única saída é a utilização de outros atributos identificadores, que se tornam fundamentais para dirimir estas dúvidas. Tais atributos se juntariam aos nomes pelos quais os indivíduos foram sendo reconhecidos ao longo do tempo: naturalidade, local de residência. Até mesmo o intervalo de nascimento entre os filhos dos casais, no nosso caso, tornou-se uma ferramenta de identificação válida, pois o ritmo inter-genésico era de tal maneira regular na população estudada, que muitas vezes auxiliava a identificar famílias duplicadas ou triplicadas, exatamente pela falta de um nascimento entre outros dois anteriormente registrados.

Levando em consideração isso tudo é que nos perguntamos se a utilização de uma metodologia que exige que a identificação seja feita no ato da coleta (o SRP, por exemplo), não pode induzir a julgamentos apressados, especialmente quando quem faz a coleta não tem a sensibilidade e o conhecimento suficiente dos problemas que estão por trás desta etapa fundamental da reconstituição de família/ paróquias.

O NEPS utiliza com sucesso esta metodologia do SRP, e inclusive disponibiliza *on line* as paróquias que já foram reconstituídas. Ocorre que este material foi organizado principalmente de duas maneiras: 1) ou a reconstituição foi feita pelos próprios pesquisadores (comumente alunos do Mestrado em História das Populações; ou 2) a reconstituição é feita pelos funcionários do NEPS já largamente treinados na metodologia manual que foi a base do sistema informatizado que está sendo atualmente utilizado.

Aqui no Brasil os pesquisadores que trabalham nesta área, normalmente o fazem de maneira isolada, sem ter um grupo mais amplo para discutir e desenvolver procedimentos padronizados para a execução desta tarefa. Praticamente, todo estudo que emprega a reconstituição é individualizado e cada um desenvolve procedimentos adaptados a seu caso específico. Cada pesquisador desenvolve a sua "ficha", "máscara de inserção" de dados em programas como Access ou Excel. Mas a maioria não avança na direção de procedimentos automatizados de reconstituição. Também há aqueles que adaptam programas já desenvolvidos para outras realidades (por exemplo o SYGAP), mas a adaptação nem sempre é fácil.

Na verdade estas reflexões nasceram dos problemas que enfrentamos no projeto de pesquisa que estamos a desenvolver, problemas que não são apenas "nossos", mas que são compartilhados por todos os utilizadores interessados nestes tipos de metodologias.

A questão fundamental, que queremos discutir, é exatamente o fato de que esta identificação é feita com base no **nome**, uma informação que sabemos é passível de muita modificação. O que isso provoca? Se eu tenho que identificar uma mulher, que aparece como mãe num batizado, que se chama Maria Joaquina, o programa vai me mostrar todas as mulheres com este nome. Uma infinidade delas. Mas eu posso acrescentar outros atributos que me ajudem na identificação, por exemplo, local de nascimento, a legitimidade, data de nascimento ou casamento, ou óbito ou nascimento do primeiro filho. Ou seja, utilizando-se um programa como o SRP, diante do conjunto de Marias Joaquinas, aquele que coleta a informação (pesquisador ou bolsista) deve fazer a sua opção. Além do tempo gasto para identificar, se o trabalho fosse feito por bolsistas, será que o procedimento teria confiabilidade?

Todas estas experiências mostram que, por certo, os procedimentos *totalmente* automatizados não são viáveis para o caso luso brasileiro, mas eles podem constituir uma ferramenta poderosa para auxiliar o pesquisador na difícil tarefa de superar os problemas inerentes ao cruzamento nominativo.

Diante disso é que trazemos estas reflexões para o simpósio temático, para que possamos em conjunto pensar soluções e procedimentos que possam abarcar uma realidade que vá além dos nossos próprios projetos de pesquisa individuais, e que dêem suporte para "vôos" mais ambiciosos.

Referências Citadas:

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Emergência de um discurso etno-historiogáfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira.

Danilo José Zioni Ferretti*

Resumo:
Busca-se estudar a emergência de um discurso etno-historiográfico sobre o indígena no interior do IHGB, na década de 1840, mediante o estudo da produção intelectual do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. O estudo de sua produção possibilitará compreender como se deu a articulação entre a etnologia ilustrada e a escrita de uma história da nação brasileira.
Palavras chave: Etno-historiografia, intelectuais, indianismo.

Résumé:
Nous essayon d'étudier l'émergence d'un discours éthno-historiographique a propos du sauvage à l'intérieur de l'Institut Historique et Geographique du Brésil, aux années 1840, par l'étude de l'oeuvre intellectuelle du brigadier José Joaquim Machado de Oliveira. L'analyse de sa production permetra de comprendre comment l'ethngraphie ilustrée s'est articulée à l'écriture d'une histoire nationale bresiliénne.
Mots-clés: Ethno-historiographie, Intellectuels, indianisme.

Conforme estudo clássico de Michèle Duchet sobre a antropologia iluminista, até meados do séc. XVIII, a criação de uma "ciência do homem", que remeteria à antropologia, e estudos empíricos sobre a pluralidade de povos selvagens, que remeteria à etnologia, ainda não se apresentavam como áreas específicas do conhecimento, estando fundidas no interior dos discursos filosófico e histórico. Para Duchet foi por volta de 1780 que se iniciou o processo de autonomização tanto da etnologia quanto da antropologia, cujo programa passa a ser colocado em prática, com sentidos específicos, pelos ilustrados Buffon e Cornelius de Pauw, dentre outros (Duchet, 1995; Duchet, 1984). Ainda presa ao discurso histórico, a etnologia enfrentou quase um século de embates até atingir a plena autonomia epistemológica com os trabalhos de Morgam, na década de 1870. Portanto, durante a maior parte do séc. XIX etnologia e história, duas áreas do conhecimento em processo de afirmação, manteriam uma trajetória oscilante, marcada por aproximações e distanciamentos.

* Professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), doutor em História Social pela USP, conta com auxílio da Fapemig.

Se no contexto europeu da primeira metade do séc. XIX a etnologia pouco se diferenciava do saber histórico, no contexto brasileiro esta proximidade era ainda maior. Como não poderia deixar de ser, o esboço de uma produção etnológica no Brasil surge indissociável do projeto de escrita de uma história nacional elaborado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB veio marcado pelo modelo das academias letradas da ilustração, típicas dos séc. XVII e XVIII, sendo seus fundadores, em sua maioria, políticos e burocratas herdeiros do pensamento e do projeto de Império do reformismo ilustrado ibérico, atuando como líderes políticos de destaque do movimento da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência (Guimarães, 1988; Guimarães, 1994; Fernandes,2000;). A este corpo de burocratas ilustrados pertencia também o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Nascido em São Paulo no final do séc XVIII, Machado de Oliveira projetou-se como militar, galgando postos na hierarquia durante as guerras platinas do período joanino e do imediato pós-independência, onde teve papel de destaque. Nos anos 1830, alinhou-se aos liberais moderados, participando do círculo letrado animado por Evaristo da Veiga em sua livraria à rua dos Pescadores, o que lhe valeu o posto de presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em 1834, e certamente facilitou ser nomeado, ao longo desta década, para a presidência de várias províncias (Alagoas, Pará, Espírito Santo). Com a fundação do IHGB foi logo admitido como sócio em 1840.

Por conta da composição de seus quadros, o IHGB foi profundamente marcado pela proximidade com os problemas de Estado. A instituição assumiu assim uma natureza plural, aliando o compromisso científico com outras finalidades simbólicas – dentre elas a construção de uma identidade nacional – e preponderantes funções práticas, uma vez que voltava-se à elaboração de um conhecimento utilitário que servisse de subsídio às políticas aplicadas pelo Estado monárquico, em perfeita continuidade com a concepção utilitária do trabalho intelectual característica da ilustração ibérica (Dias, 1968; Novais, 2000). Neste contexto, podemos destacar como programa cultural do IHGB a abordagem, dentre outras, da questão Indígena. Ela correspondia ao tratamento de um aspecto central para a construção do Estado nacional: a formação do povo-nação e a definição de uma identidade nacional, vista como intimamente ligada ao elemento indígena.

Assim, a elaboração de um discurso etno-historiográfico projetava-se como o meio de abordagem não somente da natureza do selvagem brasileiro mas também da forma como se deu o contato deste com o colonizador europeu. Como condições para o surgimento deste saber híbrido, desta etnografia que se manifestava a partir de uma prática historiográfica, destacavam-se dois elementos: a) a exigência prática de desenvolver uma política indigenista

que possibilitasse a incorporação do selvagem como força de trabalho e b) o imperativo simbólico da elaboração de uma identidade nacional brasileira que implicou na escrita de uma história nacional.

A política indigenista forjada no interior do IHGB estava relacionada a um investimento mais amplo do Estado monárquico em definir uma política populacional voltada à criação do povo brasileiro, entendido como conjunto de pessoas livres que serviriam como importante força de trabalho. E, de fato, a questão da mão-de-obra era um dos principais entraves sentidos pela elite política brasileira dos anos 1830 e 1840. Os homens que em 1838 fundaram o IHGB, se viam diante do dilema marcado pela necessidade de manter um tráfico transcontinental de escravos que garantia o sucesso de sua economia (ainda mais dependente do tráfico após o surto do café nos anos 1830) diante de uma cada vez mais agressiva pressão inglesa pela sua supressão. (Rodrigues,1994).

Tratado no contexto da independência de forma pioneira por José Bonifácio, o tema da substituição da força de trabalho africana marcou profundamente a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), instituição da qual se originou o IHGB(Silva, 1979,70). Do seu interior, o fundador do Instituto brigadeiro Cunha Matos, em uma memória proferida em 1837, afirmava a *"*inconveniência da importação da raça Africana para o Brasil(...) mas o sistema de os substituir tem dado que fazer às cabeças as mais bem arranjadas"(Matos, 1837). Como alternativa mais plausível para o problema, Cunha Matos defendia o incentivo à imigração européia e mesmo asiática. A utilização do indígena seria alternativa viável somente se houvesse uma modificação nos métodos de sua incorporação.

Esta preocupação, acalentada no interior da SAIN, seria transposta para o IHGB, marcando fortemente a produção de seus sócios ao longo do séc. XIX. Já na quarta sessão do Instituto, de 4 de fevereiro de 1839, os temas relativos ao melhor método de aldear os indígenas foram dos primeiros a serem levantados. Com o tratamento dos dois programas "Se a introdução dos Africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios" e "Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios do Brasil entranhados em nossos sertões", introduziu-se no IHGB a questão das alternativas de mão-de-obra que acabou se definindo por uma posição favorável à adoção de uma política indigenista baseada no método jesuítico de incorporação pelo cristianismo.

Na primeira memória, o fundador do IHGB propôs a substituição dos escravos negros pelos indígenas, dedicando-se a apresentar uma nova representação da natureza destes últimos. Os indígenas não seriam *"*tão avessos ao trabalho, como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e (...) que se forem docemente chamados a um comércio

vantajoso e a uma comunicação civilizadora, teremos,(...) uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos africanos"(Barbosa, 1839). Ao apresentar a aptidão do indígena para o trabalho e a vida civilizada, Januário Barbosa indicava o ponto em que a busca de uma política indigenista marcava a elaboração de um novo discurso sobre o indígena. Pois uma das condições para a eficácia da política indigenista estaria em mudar a visão essencialmente negativa sobre os indígenas vigente na sociedade brasileira. Não somente a literatura luso-brasileira de origem colonial apresentava a imagem de um índio "sem fé, lei ou rei", desprovido, portanto, dos atributos mínimos para a vida civil, como um ramo importante da nascente antropologia das luzes (Buffon, De Pauw, Robertson) consolidava e difundia a imagem do indígena americano como um ser degenerado, incapaz de atingir a excelência do homem civilizado (Sousa,1986; Gerbi, 1996).

Dialogando com estas duas tradições, o desafio do discurso etnológico do IHGB seria de apresentar uma imagem positiva do indígena, questionar sua capacidade de aperfeiçoamento e de adesão à vida civilizada. As demandas de natureza político-social do Estado brasileiro definiam os limites do discurso etnográfico em gestação no IHGB, discurso este que se projetava a partir de um projeto de escrita de uma história nacional.

A etno-historiografia indianista, acalentada no interior do IHGB, não somente serviu de legitimação à política indigenista como visou também suprir a demanda de construção de uma identidade nacional brasileira por meio da escrita de uma história nacional. A reflexão empreendida no IHGB sobre o "Homem Americano", ou seja, a sua etnologia, era parte orgânica da "História Filosófica do Brasil" que pretendiam escrever. Na segunda sessão do Instituto, a 15 de dezembro de 1838, discutiu-se sobre "quais são as verdadeiras épocas da História do Brasil", chegando até nós a posição defendida pelo brigadeiro Cunha Mattos, idealizador do Instituto. Para aquele autor, "sejam três as épocas de nossa história: na 1ª trate-se dos aborígines ou autóctones; em a 2ª compreendam-se as eras do descobrimento pelos portugueses e da administração colonial; e a 3 ª abranjam-se os acontecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente"(Mattos, 1863, 129).

O saber etnográfico, definido como aquele específico sobre os povos selvagens, à soleira do tempo histórico e da escrita, nascia no bojo de um projeto mais amplo de elaboração da história nacional, da qual corresponderia à primeira fase. Pelas características específicas desta primeira fase – "falta de monumentos bíblicos ou lapidares", estar "enterrada embaixo de montanhas de fábulas" - seria necessário o apelo a outras disciplinas que não a história, cujo método, bem lembrava Cunha Mattos, pautava-se pela crítica conscienciosa de

fontes escritas como "monumentos, (...) diplomas legislativos, cartas imperiais ou régias, etc"(Idem, p. 138). Para reverter a falta de monumentos indígenas fazia-se necessários não somente cultivar a "ciência da lingüística" pois "é a que há de mostrar-nos a origem das tribos ou nações" como o incentivo à realização de "explorações etnográficas e arqueológicas" por nacionais que, ou encontrem restos desconhecidos destes monumentos, ou corrijam os exageros e imprecisões de naturalistas estrangeiros que "improvisaram, e até se incumbiram conhecedores de tribos que nunca viram, e de idiomas e dialetos que nunca examinaram" (Idem, p. 136). A nascente etno-historiografia do instituto afirmava-se pautada por um distanciamento crítico frente à etnologia européia com a qual, no entanto, não deixaria de dialogar.

Prova do contato com o saber europeu foi evidenciado pelo sucesso inicial das formulações do naturalista bávaro Von Martius, tão destacado pelos estudos atuais e que não deve ser tomado de forma absoluta. Já em 1841, ele é saudado por escrever ampla carta ao instituto em que revelava seu interesse pelos "estudos sobre a história primitiva dos autóctones do Brasil, e da América em geral". Mas a sua visão não era em nada favorável a estes indígenas. Como é sabido, Von Martius filiava-se ao pessimismo antiamericanista de Buffon e De Pauw, considerava o indígena não como um ser cujo espírito estava em progresso, mas como um degenerado. Para Martius, o indígena brasileiro "viveu em tempos remotíssimos em um estado muito mais civilizado do que aquele em que [o] achamos", tendo decaído e perdido os atributos positivos que outrora possuíra (apud Barbosa, 1841, p. 523). Para Martius a decadência do indígena era entendida como algo já intrínseco à sua natureza, negando assim a sua perfectibilidade (Cunha, 1992). Uma vez que considerava que "agora se deve desprezar a possibilidade de introduzir os autóctones no círculo da civilização", o pessimismo etnológico de Martius apontava para a inviabilidade da política indigenista defendida pelo IHGB e que, conforme vimos, representava uma de suas principais razões de ser.

Suas posições seguramente incentivaram o desenvolvimento de um debate interno ao IHGB, estabelecendo-se uma tensão em torno de uma questão central, explicitada no título de um dos capítulos de livro do poeta etnólogo Gonçalves Dias: "*Se os Americanos caminhavam para o progresso ou para a decadência*" (Dias, s/d, 202).

Machado de Oliveira foi um dos membros do IHGB que mais se dedicou a consolidar a etnografia indianista e uma imagem do indígena, se não positiva pelo menos perfectível. Em 1842 publicou o interessante relato "A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os Guaranis", em que aparentemente se aproximava do pessimismo de Von Martius e de

uma visão do indígena como ser degenerado. O texto apresenta sua experiência direta de contato com guaranis quando comandava tropas na fronteira gaúcha, durante a guerra contra Artigas, em 1818. Nele, o militar racionalista, representante da ilustração, evidenciava seu sentimento de repulsa diante do culto às imagens toscas, a auto-flagelação e a histeria das carpideiras, entendidos como resquícios degradados da devoção implantada pelos jesuítas nos guaranis. Por ser o primeiro texto de Machado de Oliveira, este trabalho veio marcado por profundo pessimismo quanto à possibilidade de incorporação do indígena, então visto como em "divórcio irreconciliável" com o homem branco, "que só há de desmoronar com a extinção dos indígenas" (Oliveira, 1842, p.334).

No entanto, mais importante neste trabalho foi a tendência de mostrar que o principal motivo da decadência do indígena do "seu presente" havia sido o contato com o homem europeu, decorrente da colonização. Deslocava, assim, a questão da decadência indígena do terreno da etnografia, de uma suposta natureza do selvagem americano, para o da história, marcada pelo contato violento com o colonizador, retirando assim o caráter ontológico que Von Martius procurava lhe atribuir. Machado de Oliveira resolvia, a seu modo, a questão central da etno-historiografia do IHGB, afirmando que o indígena em si não era decadente, mas tão somente o indígena de seu presente, em função da forma como os europeus e descentes com eles se relacionaram. O autor indicava que a o "divórcio irreconciliável" entre ambas as raças era fruto de uma cadeira de dominação iniciada com a implantação da experiência "teocrática"dos jesuítas e continuada pela servidão diretamente imposta pelos seguidores portugueses. Neste trabalho, ao contrário da tendência geral do Instituto que também adotará, Machado de Oliveira não poupa os jesuítas, identificando-os como co-responsáveis por transformar os indígenas em uma "raça degenerada pelo homem civilizado".

Neste mesmo ano de 1842 e em 1844 publica dois outros trabalhos em que se evidencia o início de uma mudança de posição, adotando uma visão menos pessimista quanto à incorporação do indígena. Os textos eram desenvolvimentos de programas levantados pelo Instituto e versavam sobre "Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil" e "Se os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única Divindade". O Instituto procurava, com estes dois programas, averiguar se o indígena era capaz de se adequar a dois pressupostos dos métodos da catequese indigenista e da vida civilizada: respectivamente, se eram aptos à vida em família e à adesão à religião cristã.

No primeiro texto, de 1842, Machado de Oliveira organizou sua argumentação visando provar a valorização da mulher pelos indígenas, entendendo esta valorização como

fator da civilização de um povo, afinal "quanto maior é a civilização de um povo, tanto mais instrutivo é o império e a influência que o belo sexo exerce sobre o outro" (Oliveira, 1842b,169). Mas isso não deve nos iludir quanto à visão que o autor apresentava dos indígenas. Ao contrário de povos civilizados, eram apresentados como "filhos da natureza selvagem", recém saídos do estado natural, uma vez que neles a "razão e a inteligência vi[viam] sob o peso do embrutecimento normal com que saiu das mãos da natureza"(Idem,162). Mas se lhes negava inteligência, razão e valores morais desenvolvidos, Machado de Oliveira identificava sua brandura e simpatia em relação às mulheres como fruto de três princípios instintivos: o instinto de reprodução, o instinto de conservação (mulheres preparavam alimentos e cultivavam a terra) e o instinto da segurança pessoal (mulheres auxiliavam os homens nas guerras). O autor negava ainda a predominância da poligamia e defendia que, da mesma forma como o divórcio, onde existiram não significaram desprezo pelas mulheres.

Mas para nossos propósitos o texto é revelador da forma crítica como os autores brasileiros se apropriavam do saber europeu. Buscando afirmar a propensão do indígena ao sexo feminino Machado de Oliveira negava a afirmação do historiador escocês William Robertson de que "os indígenas tratavam suas mulheres com nimia frieza e indiferença" (Oliveira, 1842b, 181). Ao faze-lo atacava toda a corrente iluminista de Bouffon e De Pauw, de quem Robertson era seguidor, e que relacionavam a falta de ardor sexual indígena ao caráter úmido e frio de um continente americano pretensamente recém emerso das águas, estando aí a fonte principal de sua inferioridade frente ao Velho Mundo (Gerbi, 1996, 21-23). Ainda que de forma não ostensiva, Machado de Oliveira inseria-se na "querela do novo mundo", juntando sua voz ao coro de críticas feitas por cientistas europeus e membros das elites coloniais ao ramo da antropologia iluminista que negava a possibilidade de progresso ao homem da e na América.

A aposta na possibilidade de civilizar nossos bugres foi consolidada com a escrita, em 1845 da "Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo". Neste texto, Machado de Oliveira retraçou a história da relação entre colonos e índios e da elaboração da legislação indigenista do período colonial até o seu presente. Denunciou a espoliação dos índios pelo colonizador e mostrou o processo de decadência dos aldeamentos. Finalizava exortando os governantes a reconhecerem "a viva necessidade de promover e garantir a civilização e bem estar dos indígenas"(Oliveira, 1845).

Esta memória consagrou Machado de Oliveira como um dos expoentes do Instituto no que se referia à questão indígena. Foi uma das poucas obras a receber a medalha do IHGB,

conferida em 1847. O sucesso da 'Notícia Raciocinada" pode ser explicado pela sua conveniência como obra legitimadora do Regulamento da Missões, a única lei indigenista de caráter nacional promulgada durante o período monárquico, publicada no mesmo ano de 1845 em que foi lido o trabalho. Evidenciando as relações entre os planos do IHGB e o Regulamento das Missões, Machado de Oliveira acabou sendo indicado pelo próprio Imperador D. Pedro II, em 1846, como o primeiro Diretor Geral dos Índios da Província de S.Paulo. Assim, o autor do IHGB que mais se destacara no tratamento da temática indígena, era escolhido para pôr em prática, em sua província de nascimento, a política indigenista do Império, que ajudara direta ou indiretamente a conceber.

Bibliografia.

BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, etc. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, v. 1, 1839.

____. "Relatório dos trabalhos do Instituto durante o terceiro ano social", In RIHGB, 1841.

CUNHA, Manuela Carneiro da**.** Prólogo. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **Legislação indigenista no séc. XIX.** São Paulo: Edusp, Comissão Pró Índio de SP, 1992.

DIAS, A. Gonçalves. **O Brasil e a Oceania**. Paris; Garnier ed., s/d.

DIAS, Maria Odila Leite. "Aspectos da Ilustração brasileira" Rio: Imprensa Nacional; 1968 (separata da RIHGB 278)

DUCHET, Michèle. **Anthropologie et histoire au siécle des lumières**. Paris: Albin Michel; 1995.

_____. **Le partage des savoirs: discours historique, discours ethnologique**. Paris: la Découverte; 1984.

FERNANDES, Paula Porta Santos. **Elites dirigentes e projeto nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GERBI, Antonello. **A disputa do Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Cia. das Letras; 1996.

GUIMARÃES, Lúcia P. **Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos históricos,** Rio de Janeiro, FGV, n.1, 1988.

MATTOS, Raimundo J. da Cunha. "Memória Histórica sobre a população, emigração e colonização, que convém ao Império do Brasil" In *Auxiliador da Indústria Nacional*. vol 5, 1837

_____. "Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil"(1838), **RIHGB**, v 26, 1863

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Regime**". São Paulo: Hucitec; 2000.

OLIVEIRA, J. J. Machado d'. "*A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os guaranís. (Episódio de m Diário das campanhas do Sul)*" In RIHGB, v.4, 1842

_____. "*Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil*" In RIHGB, V. 4, 1842.

_____. "*Notícia Raciocinada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, desde o seu começo até a atualidade.*" In RIHGB, vol 7, 1845

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).** 1994. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SILVA, José Luiz Werneck . "Isto é o que me parece. A SAIN (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A Conjuntura de 1871 a 1877". Niterói, (mestrado) UFF; 1979

SOUSA. Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ferrovia e Futebol: o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro na cidade de Rio Claro, 1870-1930.

Marcel Diego Tonini*

Resumo: O objetivo central da pesquisa em andamento é examinar a relação entre a ferrovia paulista, à medida que seus trilhos foram sendo assentados rumo ao interior do estado, e a disseminação e posterior desenvolvimento do futebol. A pesquisa focaliza o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e o seu papel para a difusão do futebol na região de Rio Claro entre as décadas de 1870 e 1920, abrangendo desde a chegada dos trilhos à cidade, em 1876, até a popularização do esporte no estado de São Paulo, nas décadas de 1910 e 1920. Ao longo desse intervalo de tempo, a ferrovia possibilitou a consolidação da ocupação do município e o seu desenvolvimento econômico e urbano. Sendo este um período de grande efervescência cultural e social para a cidade, este trabalho pretende analisar as interrelações entre ferrovia e futebol, entre Cia. Paulista e ferroviários, e, por fim, entre estes e a cidade.
Palavras-chave: Companhia Paulista de Estradas de Ferro – futebol – Rio Claro.

Abstract: The main purpose of this study is to examine the relationship between São Paulo's railways, as its rails were laid towards the interior of the state, and the spread and later development of football. The research focus the Companhia Paulista de Estradas de Ferro's case of study and its role at disseminating the practice of football through the town of Rio Claro between the decades of 1870 and 1920, from the arrival of the rails, in 1876, to the popularization of this sport throughout the state, between the decades of 1910 and 1920. During this time, this company enabled the town to settle down its population and to grow economically and urbanely. Considering the local cultural and social development then, this study intends to analyze the interactions between railways and football, as long as between Companhia Paulista and its workers, and, finally, between the working class and Rio Claro.
Keywords: Companhia Paulista de Estradas de Ferro – football – Rio Claro.

Implementada no ano de 1868 por interesse de fazendeiros, negociantes e capitalistas, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro só chegou ao município de Rio Claro após oito anos, exatamente em 11 de agosto de 1876. Realizou-se, finalmente, a ligação ferroviária de uma importante região no interior paulista com a *São Paulo Railway*, o que possibilitou, através de um meio de transporte moderno e rápido, o escoamento da produção cafeeira até o porto de Santos. Saindo de uma condição de "boca de sertão" para se tornar cidade "ponta de trilho", Rio Claro ampliou sua influência sobre um vasto território a oeste. A ferrovia possibilitou, assim, a expansão da fronteira econômica paulista cada vez mais ao

[1]* Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

interior, ao mesmo tempo em que se engendrava um processo de formação do mercado interno, de modernização e de urbanização não só da cidade de Rio Claro, mas também da sua zona de influência.[2]

Na estação de Rio Claro da Cia. Paulista, desembarcava a cada dia mais e mais pessoas. Muitos vinham para servirem de mão-de-obra, seja a especializada para administrar e dirigir a própria ferrovia, o que atraiu a vinda de ingleses para a cidade, seja a braçal e operária para trabalhar nas lavouras cafeeiras e na construção dos trilhos, o que explica a vinda em massa de migrantes de outras regiões brasileiras, mas, principalmente, de imigrantes europeus (com destaque para os italianos) para a região rio clarense. Este processo intensificou-se quando os fazendeiros locais organizaram uma nova empresa ferroviária em 1881, a Companhia Estrada de Ferro Rio Claro (posteriormente comprada pela Cia. Paulista), tamanha era a concentração de riquezas na região, e quando se instalou na cidade a sede das Oficinas da Cia. Paulista em 1892, gerando aproximadamente dois mil empregos. Ao atingir a condição de "centro ferroviário", Rio Claro consolidou sua influência sobre o sertão e ampliou a oferta de bens e serviços como um todo, impulsionando ainda mais o desenvolvimento econômico regional e o seu crescimento populacional e urbano.

Numa época em que a vida sócio-cultural rio clarense girava em torno basicamente das festas religiosas, a Cia. Paulista, através de seus funcionários-chefes, resolveu incentivar práticas de lazer entre os seus numerosos trabalhadores. Foi com este intuito que se fundou, em 1896, o Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.[3] Entre as atividades promovidas pelo Grêmio, ao longo dos primeiros anos, estavam uma banda de músicos, danças e jogos de salão, e um time de futebol. Este registro permite-nos frisar o papel preponderante assumido pelo ferroviário na difusão do futebol pelo interior paulista e na formação deste esporte na cidade de Rio Claro. Em pouco tempo, todos os ferroviários, com funções das mais variadas dentro da Cia. Paulista, puderam associar-se ao Grêmio e desfrutar dos benefícios oferecidos. No entanto, apenas os altos funcionários da Cia. Paulista compunham a direção da agremiação.

Logo nos anos iniciais do clube, a administração da companhia ferroviária deu-se conta do papel que o Grêmio poderia ocupar. Pois, se dentro das Oficinas, a Cia. Paulista buscou desenvolver uma série de mecanismos para o perfeito controle da sua própria mão-de-obra, o mesmo foi almejado fora dos muros da empresa. Nas palavras de Liliana Garcia, "esse

[2] Estes pontos são abordados por Dean (1977: 156), Hogan (1986: 12) e Santos (2000: 66).

[3] Os seus fundadores foram: Cristiano Leonardo Sobrinho, Adão Gray, James Férmie, Primo Rivera, João Timoni, Júlio Marasca e Matthew Busch. Algumas dessas pessoas, como Matthew Busch, eram descendentes de ingleses e funcionários dos altos cargos na estrutura hierárquica da Cia. Paulista.

controle também extrapola para o lazer do ferroviário, através do Grêmio Recreativo dos Empregados da CPEF de Rio Claro, do 'cineminha da Paulista' e do teatro ferroviário" (GARCIA, 1992: 170).

Desta maneira, a Cia. Paulista contou com a ajuda dos seus funcionários de confiança para que estes controlassem e administrassem todas as suas iniciativas e entidades. Por mais que a Cia. Paulista tivesse a intenção de proteger ou de beneficiar os ferroviários, fica evidente que ela tinha interesse no controle e na disciplina dos hábitos dos seus empregados. Ao mesmo tempo em que possibilitava uma gama de atividades aos ferroviários, a companhia ferroviária penetrava no tempo livre e nos momentos de lazer dos mesmos e direcionava seu modo de vida. Estes dificilmente iriam mobilizar a própria classe contra a empresa ou participar efetivamente de sindicatos ou de ligas operárias. E mais, sentindo-se privilegiados, os funcionários trabalhariam de forma cada vez mais intensa, não reclamando do emprego, e a Cia. Paulista alcançaria o retorno do investimento, qual seja, maiores lucros na relação trabalhista.

Com total apoio da ferrovia, não foi difícil para o Grêmio ser uma associação pioneira no desenvolvimento não só do futebol rio clarense, no início do século XX, mas também no estabelecimento e crescimento, sobretudo nos anos 1930 e 1940, de esportes como o tênis, a bocha, o atletismo, o boxe, o vôlei, a natação, entre outras modalidades. De maneira significativa, o clube deu uma contribuição valiosa à vida esportiva na cidade.

O primeiro clube rio clarense destinado especificamente à prática futebolística foi o Pery Foot Ball Club, fundado em 1902, época em que havia pouquíssimos clubes de futebol pelo Brasil, o que nos instiga bastante sobre o processo de introdução deste esporte na cidade de Rio Claro. Ao menos um ferroviário, Celso de Lima, que já havia participado do time gremista, atuava nos quadros dessa equipe. Outro importante clube da cidade da década inicial do século XX é o Anhangás Foot-Ball Club, cuja origem é de 1906. Esta agremiação foi criada pelos moradores do bairro Jardim Cidade Nova, localizado atrás da linha férrea da estação de Rio Claro e que era composto por inúmeras famílias de operários da Cia. Paulista. Por conta disto, é muito provável dizer que o time foi formado pelos próprios funcionários da ferrovia e, sendo assim, deve ter sido o primeiro clube operário do futebol rio clarense.

Imagem 1 – Anhangás Foot-Ball Club – 1906. Fonte: Arquivo Pessoal de José Sotero.

Desta maneira, pode-se afirmar que, ao longo da primeira década do século XX, o futebol já existia em Rio Claro. O mais importante a ser destacado, pautando-se pelos objetivos deste trabalho, é que a Cia. Paulista, desde essa longínqua época, direta e indiretamente teve sua parcela no processo de difusão do futebol pelo interior paulista, neste caso tratando-se do município rio clarense. Isto porque, tanto no clube gremista, quanto no Pery e no Anhangás, houve a participação de seus ferroviários na disseminação do esporte pelos bairros da cidade. Quer estes empregados da ferrovia fossem dos seus cargos mais altos na estrutura hierárquica, quer fossem dos seus postos intermediários ou baixos, é certo que o "jogo da bola" estava sendo praticado, em meados de 1900, tanto no campo oficial gremista, como nos terrenos baldios e descampados do bairro Cidade Nova.

O quarto e último clube do qual falaremos neste trabalho é o Rio Claro Futebol Clube. Sendo fundado em 9 de maio de 1909 por quatro ferroviários da Cia. Paulista (Joaquim Arnold, Bento Estevam de Siqueira, Constantino Carrocine e João Lambach), o Rio Claro F.C. é o quarto clube de futebol mais antigo em atividade do estado de São Paulo, ficando atrás somente da A.A. Ponte Preta (1900, Campinas), da A.A. Internacional (1906, Bebedouro) e do C.A. Pirassununguense (1907, Pirassununga).[4] Em virtude de muitos integrantes desta associação serem ferroviários, os mesmos solicitaram ao Grêmio a autorização para treinarem e jogarem partidas no seu campo. Esta agremiação não negou o pedido e, aliás, permitiu a utilização de suas próprias salas para que fossem realizadas as reuniões da direção do Rio Claro F.C., da qual também faziam parte alguns diretores gremistas.

[4] O primeiro presidente do Rio Claro F.C. foi, justamente, o ferroviário Celso de Lima.

O fato de o Rio Claro F.C. ser dirigido por vários ferroviários permitiu ao clube alguns privilégios. Além de mandar seus jogos no campo gremista, era o único time da cidade que tinha passe livre da ferrovia para viajar a outros municípios, ao passo que as outras equipes tinham de pagar pelo translado ferroviário. Talvez o fato de ser um time ferroviário de origem fez com que fosse adotado por um longo tempo não só pelo Grêmio, mas também pela seção da Cia. Paulista desta cidade.[5] Durante a primeira metade do século XX, o Rio Claro F.C. viveu um momento brilhante de sua história e era um dos grandes clubes do interior paulista.[6] Pensar que o seu desligamento do Grêmio e, conseqüentemente, a perda de influência dos altos ferroviários da Cia. Paulista e dirigentes do clube gremista tenha contribuído para a sua própria queda no cenário futebolístico paulista não parece algo inconcebível, pelo contrário.

Ainda na primeira década do século XX, os jornais rio clarenses começaram a divulgar notícias sobre os clubes de futebol, mas as informações eram escassas. Foi apenas com a criação de vários clubes e times que a imprensa local passou a divulgar o futebol, fato que ocorreria somente na década seguinte. Entre 1911 e 1920, o futebol rio clarense ficou marcado certamente pela formação de inúmeros clubes, iniciando, assim, a popularização do esporte por toda a cidade. Ao conquistar novos adeptos e espaços, o futebol foi sendo praticado em cada bairro e atingiu pessoas das mais diversas classes sociais e faixas etárias. A juventude rio clarense era a que mais se encantava com o jogo, buscava praticar o esporte aonde fosse possível, ora nas escolas, ora em espaços públicos (como ruas, praças e terrenos baldios).

O arquivo pessoal de Nelcy Pauletto (pesquisador do futebol paulista), baseado nos jornais da cidade do início do século XX, revelou-nos o incrível número de quase cinqüenta times e clubes rio clarenses fundados até o ano de 1925. Embora a grande maioria destes clubes talvez não tivesse nem campo para treinar e jogar e apesar de muitos deles terem tido uma breve existência, o alto número de equipes formadas é muito expressivo se considerarmos o período (décadas de 1910 e 1920) e a cidade (Rio Claro, interior paulista) em que este fenômeno ocorreu. Boa parte dos times tinha origem juvenil-escolar (Colégio Minervino, por exemplo, criado em 1922), comercial (como o Comercial F.C., de 1919) ou operária (como o Corinthians F.C., de 1917, que era do bairro Vila Aparecida, em torno das Oficinas da Cia. Paulista). Até a imprensa escrita rio clarense, admirada pelo futebol, chegou a formar suas próprias equipes (Alpha Team e Diário do Rio Claro Team) no ano de 1918.

[5] A partir de 1931, o Rio Claro F.C. passou a jogar no Estádio Municipal.

[6] O Rio Claro F.C. foi o primeiro clube da cidade e, provavelmente, uma das primeiras equipes do interior a realizar uma partida internacional, ocorrida na década de 1920.

Com a constituição da Liga de Futebol Rioclarense, em 18 de fevereiro de 1921, por iniciativa dos clubes municipais Rio Claro F.C., Paulista F.C., A.E. Velo C.R., e 6ª Cia. de Metralhadoras Pesadas F.C., vários torneios e campeonatos foram organizados e disputados por equipes de toda a região. A formação desta associação facilitou o patrocínio das competições através de acordos com estabelecimentos comerciais, indústrias e pessoas de posses, os quais, em troca, tinham seus nomes divulgados publicamente. Assim, a taça em disputa pelos times levava o nome do seu financiador. Como exemplos, citamos apenas algumas taças: Carlos Zoega (restaurante e padaria), em 1921; Caracu (cervejaria), 1922; e Almeida Prado Junior, 1922.

Como foi visto, ao perceber o ganho que poderia obter auxiliando os clubes de seus ferroviários, a Cia. Paulista, através dos seus altos funcionários, não mediu esforços para manter e desenvolver tanto o Grêmio como o Rio Claro F.C.. No caso deste último clube, conforme o tempo foi passando e a sua importância aumentando, os dirigentes da ferrovia passaram a liberar os ferroviários dos seus serviços nas Oficinas para jogarem as partidas de futebol ou mesmo treinarem para elas. Pelo menos, é o que revelam os relatos de muitos rio clarenses, tais como o do pesquisador Pauletto, que nos disse: "Muitos jogadores eram contratados pela Companhia Paulista [de Estradas de Ferro] e depois cedidos pra treinar, pra jogar pelo Rio Claro. Trabalhavam praticamente pouco na estrada, só tinham o vínculo de empregado" (TONINI, 2006: 46).

Esta condição do trabalhador (neste caso, do ferroviário), o qual tinha seu tempo dividido entre o serviço na fábrica e a prática do futebol, é chamada de "operário-jogador" (CALDAS, 1990: 29). Em muitos casos, à medida que as fábricas foram se dando conta da popularidade que o futebol vinha conquistando ao longo das duas primeiras décadas do século XX, elas mesmas não só bancaram os gastos das agremiações de seus trabalhadores, mas também passaram a contratar parte dos empregados muito mais pela habilidade e técnica que estes demonstravam nos gramados, do que pela função que exerceriam dentro das suas próprias seções (ANTUNES, 1994: 108). As fábricas arranjavam, pois, empregos aos jogadores mais qualificados, visando que o bom desempenho destes "operários" dentro das quatro linhas propagasse o nome ou os produtos das mesmas para toda a sociedade onde estavam inseridas.

Para a Cia. Paulista, o que estava em jogo perante a sociedade rio clarense era a valorização do seu nome. Por outro lado, no que se refere à relação entre a companhia ferroviária e seus empregados, o controle sobre o momento livre e de lazer do ferroviário, e o sentimento de integração entre jogadores, ferroviários e dirigentes da Cia. Paulista eram os

objetivos almejados pela ferrovia através dos clubes à ela vinculados. Nesse sentido, podemos dizer que tanto o Grêmio como o Rio Claro F.C. poderiam contribuir para a redução dos conflitos no local de trabalho, o que conseqüentemente levaria a otimização da produção, e para a criação de um sentimento de orgulho por parte dos ferroviários para com a sua empresa.[7]

Numa época em que o futebol no Brasil era marcado pelo amadorismo, a condição de operário-jogador mostrou-se como um avanço na ligação entre o clube e o atleta. Muitos jogadores mantiveram vínculos com indústrias apenas de modo a justificar o salário que recebiam no final do mês, uma vez que o único papel de sua responsabilidade era treinar e disputar partidas de futebol pelo clube da empresa. O futebol revelou-se como uma atividade que permitia aos seus bons praticantes melhores oportunidades na vida e, aos operários, uma possibilidade de ascensão social e uma vida menos sofrida (ANTUNES, 1994: 109). A situação desses jogadores "amadores", muito comum a partir da década 1920, foi denominada, pela imprensa esportiva daquele período, de "profissionalismo canalha" e "amadorismo marrom" (CALDAS, 1990: 57).

Os relatos colhidos ao longo da pesquisa revelam que a Cia. Paulista adotou este tipo de relação com alguns de seus empregados. Vejamos novamente parte do relato concedido por Pauletto:

> *De um certo modo era [profissionalismo] porque eles [jogadores] eram funcionários da companhia [Cia. Paulista], mas eles vinham mesmo pra jogar por interesse do time daqui. Então, eles vinham e talvez até trabalhassem um pouco, em certas ocasiões na companhia, mas eles estavam liberados pra treino, pra jogo. No dia do jogo, por exemplo, não tinha serviço pra eles, era o jogo. Mais ou menos funcionava assim. Já era mais ou menos um profissionalismo, né. De certo modo já era (TONINI, 2006: 48).*

Conclui-se, por fim, que a Cia. Paulista teve um papel significativo na introdução do futebol na cidade de Rio Claro. Mais do que isso, ela participou, direta e indiretamente, da formação de inúmeros clubes do futebol rio clarense que foram surgindo ao longo das três primeiras décadas do século XX. Através dos ferroviários, o "jogo da bola" tomou novas proporções na sociedade, deixou de ser apenas um lazer restrito aos finais de semana para se tornar num esporte competitivo e divulgado pela imprensa. Ao popularizar-se, o futebol saiu dos trilhos e ganhou a cidade.

Referências bibliográficas:

[7] Por todo o Brasil e em grande parte do mundo, muitas foram as fábricas que tiveram este tipo de relação para com os clubes dos seus trabalhadores. Outros dois casos famosos são o do Bangu (Rio de Janeiro) e da Juventus (Turim, Itália).

ANTUNES, Fatima Martins Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. In: BRUNI, José Carlos (Org.). Dossiê Futebol. **Revista USP**, São Paulo, n. 22, p. 102-109, jun-ago 1994.

CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro, 1894-1933. São Paulo: IBRASA, 1990.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro**: trabalho e vida operária, 1930-1940. Tese (Doutorado em História Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

HOGAN, Daniel. Joseph et al. **Café, ferrovia e população**: o processo de urbanização em Rio Claro. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1986.

SANTOS, Fabio Alexandre dos. **Rio Claro**: uma cidade em transformação, 1850-1906. Dissertação (Mestrado em História Econômica)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

TONINI, Marcel Diego. **Ferrovia e futebol**: o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro na cidade de Rio Claro, 1870-1930. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Viver ou morrer na guerrilha"

Reflexões sobre o testemunho de um militante da resistência armada contra a ditadura que participou dos processos de retratação pública. Brasil – 1970 – 1975

Alessandra Gasparotto*

Resumo: Entre os anos de 1970 e 1975, militantes de organizações que combatiam o regime civil-militar protagonizaram episódios de retratação pública, conhecidos como "os arrependimentos". Muitos dos protagonistas evitam falar sobre o tema. Celso Lungaretti, porém, é *aquele que fala*. Já concedeu entrevistas, participou de programas de televisão e, em 2005, lançou o livro "*Náufrago da Utopia* – Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos", falando sobre o episódio. Este trabalho busca discutir algumas questões relacionadas ao testemunho de Lungaretti, tentando perceber como a experiência vivida foi reelaborada e é contada. Busca também pensar como estas memórias podem contribuir para o debate coletivo sobre questões que envolvem as práticas da militância dos anos 1960 e 1970 e o trauma social causado pela ditadura brasileira.
Palavras-chave: Ditadura civil-militar – Luta armada – Memória

Abstract: From 1970 to 1975, several activists from organizations who fought against the civil-military dictatorship carried out public retractions, that were known as "the regrettings". Many of the protagonists refuse to talk about this issue. Celso Lungaretti is the one who speaks. He gave interviews, joined TV programs and, in 2005, wrote the book "*Náufrago da Utopia* – Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos" talking about the episode. This paper aims to discuss some issues related to Lungaretti´s discourse, analysing it and trying to understand how the experience is told. It also aims to consider how these memories can contribute to the debate about the resistance practices and the social trauma caused by the brazilian dictatorship.
Keywords: Civil-military dictatorship – Armed struggle - Memory

O período de ditadura cívico-militar, que tem início com a deposição do presidente João Goulart, em 1964, é marcado pela repressão a qualquer forma de oposição ao regime vigente. Esta repressão atingiu, de maneira ainda mais atroz, os grupos que passaram à clandestinidade e através da luta armada buscavam combater a ditadura. O regime empreendeu também campanhas para desacreditar e desmoralizar a imagem destes grupos perante a opinião pública.

* Licenciada em História. Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Benito B. Schmidt.

Em tal contexto surgem os processos de "arrependimento" público protagonizados por membros de organizações armadas a partir de 1970. Estes militantes, em situações e por razões diversas, acabaram concordando em renunciar publicamente à sua trajetória e à sua militância política. As mensagens transmitidas em suas cartas e manifestos iam ao encontro dos ideais e necessidades do governo e estavam centradas em pontos específicos: a negação da tortura nos porões; o apelo à juventude para que não ingressasse na luta armada; a desmoralização das organizações clandestinas e o elogio às obras do Governo Médici e à Revolução "Redentora".

Dentro deste grupo que ficou marcado como "*os arrependidos*" está Celso Lungaretti. Entre os militantes que protagonizaram as retratações públicas, Lungaretti é *aquele que fala*. Ele foi sempre o mais disposto a falar e tentar responder as inúmeras perguntas que ainda pairam sobre aqueles episódios.

Este trabalho tem por objetivo então discutir algumas questões relacionadas ao testemunho de Lungaretti. Propõe-se a fazer uma análise de sua fala e refletir sobre seus limites e possibilidades. Trazer a tona as memórias deste militante, tentar perceber o que elas carregam, como a experiência vivida foi reelaborada e é contada, o que se quer lembrar e o que se quer esquecer... E pensar também sobre como estas memórias podem contribuir para o debate coletivo sobre questões que envolvem as práticas da militância dos anos 1960 e 1970, a forma como estas foram reprimidas e o trauma social causado pela ditadura brasileira.

O que agora segue faz parte do que ele nos conta...

Dos "dias belos e ensolarados" de 1967/1968 aos "dias cinzentos" de 1969

Na primeira parte de seu livro, chamada *Júlio vive e morre*, Lungaretti fala sobre como iniciou sua militância política, quando ainda era "o estudante tímido da Mooca" e foi apresentado a Maria das Graças. A moça "magra, branca de cabelos negros", era filha de um operário que militara no Partido Comunista e responsável por organizar uma base secundarista no Colégio MMDC, onde Celso estudava. O estudante passa a participar então de uma série de atividades e discussões políticas, até que Maria lhe convida a participar de um curso de marxismo durante as férias. "É quando Lungaretti se metamorfoseia em Júlio, sua persona de alguns dos melhores momentos que lhe será dado viver – e também, com toda certeza, de seus piores dias" (LUNGARETTI, 2005, p. 30).

A partir deste momento, o autor nos fala sobre os principais acontecimentos que marcaram aqueles dias de 1968, quando ainda se acreditava que a ditadura estava por um fio: as grandes manifestações estudantis no Brasil e no mundo, a passeata dos 100 mil, a atuação

do movimento operário em Osasco e no ABC, a esperança no que estava por vir... Ao falar de suas lembranças, afirma que "(...) as mais agradáveis são as de 1967 e 1968. Nessas recordações, os dias são sempre belos e ensolarados" (Ibidem p. 169).

No entanto, com o fechamento do regime, principalmente após o AI5, decretado em dezembro de 1968, os dias ensolarados foram varridos por uma onda de repressão e medo. Inúmeras lideranças estudantis foram presas, grêmios estudantis e centros acadêmicos foram fechados, as manifestações duramente reprimidas e o movimento estudantil passou a viver um momento de intenso refluxo. Lungaretti, como tantos outros estudantes envolvidos com a luta contra a ditadura, passou então à clandestinidade e ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária.

"De 1969 lembra como se invariavelmente estivesse chovendo ou com o tempo nublado" (LUNGARETTI, 2005, p. 169). Seu relato perpassa o cotidiano da clandestinidade, a vida nos aparelhos, as disputas entre as organizações, os rachas, o isolamento, as quedas, as mortes de companheiros, o medo... E o momento em que recebe a proposta de integrar a equipe que iria preparar a primeira área de treinamento guerrilheiro, na cidade de Registro, no Vale da Ribeira, junto a Carlos Lamarca. Tendo deixado o Vale no final de 1969 e seguido para o Rio de Janeiro, acaba preso na manhã do dia 16 de abril de 1970.

"Quer esquecer que 1970 existe"

Até este momento da narrativa, a trajetória de Lungaretti é similar aquela de inúmeros jovens que passaram da militância estudantil à luta armada e acabaram presos pela repressão. Mas é na experiência da prisão e da tortura, de contornos e limites morais e físicos tão difíceis de definir, que seu caminho se transforma de forma devastadora e faz com que o autor afirme querer esquecer que 1970 existe.

Após sofrer sessões intensas de tortura, acaba "abrindo" alguns pontos e revela informações importantes sobre a organização. Lungaretti ficou então marcado como traidor, e foi deixado de fora de uma lista de 40 presos que sua organização exigiu em troca do cônsul japonês, dias depois. Abalado psicologicamente e ameaçado de morte, foi forçado a redigir uma declaração em que se dizia arrependido. Dias depois, é levado à televisão.

Foi assim que, na noite de 09 de julho de 1970, durante a exibição do Jornal Nacional, os telespectadores da TV Globo viram-se surpreendidos pela aparição daquele jovem franzino, de 19 anos e aparência abatida que, identificando-se como militante de uma organização clandestina de combate ao regime, renegou sua militância política, negou a

tortura nos porões do Regime, fez um apelo à juventude para que não ingressasse na luta armada, e chegou até mesmo a elogiar algumas obras do Presidente Médici.

"No dia seguinte, chega até a pensar que sonhou tudo aquilo. Suas lembranças estão todas enevoadas. Pressente que, quanto melhor lembrar, mais sofrerá" (LUNGARETTI, 2005, p. 167).

Algumas reflexões sobre o testemunho de Lungaretti

A forma como Lungaretti organiza e elabora suas memórias, e as registra em forma de um livro, suscita inúmeras questões. Sua narrativa é dividida em três capítulos: *Júlio vive e morre, André vive e morre*, e *Celso vive*. Esta divisão é interessante no sentido de que o narrador não se propõe a contar sua história como um fio único. No início, a narrativa, em terceira pessoa, gira em torno de Júlio – o codinome do guerrilheiro – e de sua trajetória política. No segundo capítulo, também em terceira pessoa, a história gira em torno de André – e pode ser entendida como um período de transição vivido pelo autor. Após sair da prisão, forma-se em jornalismo e passa a trabalhar como crítico de rock. No entanto, por medo de represálias, tanto da esquerda como da direita, como ele diz, assina seus artigos e matérias com o codinome André. No terceiro capítulo, ressurge Celso. Neste ressurgimento, o autor expõe alguns dos dramas que sofreu ao longo dos anos e das dificuldades que enfrenta até hoje: problemas econômicas, desemprego, as distorções do sistema de reparações, pela União, aos atingidos pelo arbítrio da ditadura...

Em uma entrevista que sucedeu o lançamento do livro, ao ser questionado sobre o porquê das duas primeiras partes do livro serem narradas em terceira pessoa, Lungaretti respondeu que "[...] há coisas que até hoje não me sinto à vontade para narrar na primeira pessoa, como as torturas. Ao mostrá-las como tendo acontecido ao personagem "Júlio" (meu nome de militante), de certa forma superei o constrangimento" (LUNGARETTI, 2005).

Esse depoimento deixa explícito a complexidade que envolve o ato de rememorar quando estamos falando de acontecimentos que envolvem sentimentos tão diversos como a dor, o medo, a vergonha, o arrependimento. Essa dificuldade é percebida também em relação a outros militantes cuja trajetória foi, em certo sentido, semelhante a de Lungaretti. Enquanto alguns esforçam-se em falar, na tentativa de explicar, ou mesmo dar um sentido, uma lógica ao vivido, outros preferem o silêncio.

Para Michael Pollak, o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, é necessário, em primeiro lugar, que a pessoa encontre uma escuta. Algumas lembranças proibidas ou vergonhosas são guardadas em estruturas de comunicação

informal e passam despercebidas pela sociedade englobante. Assim, existem nas lembranças de alguns zonas de sombras, de não-ditos. Pollak afirma que:

> *"As fronteiras desses silêncios e "não ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques, e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões a metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos" (POLLAK, 1989: p.4).*

É interessante o que Pollak suscita, de que o que se "recorda", o que se fala (ou o que se cala) é também determinado pela existência (ou não) de uma escuta. Ana Longoni faz uma análise sobre três livros de literatura que tratam sobre histórias de militantes que sobreviveram aos campos de confinamento da ditadura argentina e o estigma de traição que pesa sobre eles. Este estigma é justificado em razão das estratégias que alguns militantes utilizaram para conseguir sobreviver, que iam desde a colaboração aos órgãos repressivos até casos de prisioneiras que acabaram se envolvendo emocionalmente com seus repressores. Para a autora, existem fortes vínculos entre o estigma da traição, as dificuldades (da esquerda, de movimentos de direitos humanos e de parte da sociedade) para admitir a derrota do projeto revolucionário e a impossibilidade de realizar um balanço autocrítico acerca das formas e dos rumos da militância dos anos setenta. E completa: "El sobreviviente aparece como portavoz de un reconocimento que todavía hoy no puede ser escuchado por muchos: el proyecto revolucionario sufrió una derrota en esas miles de vidas y en el terror que com la represión de estado se impuso em la sociedad" (LONGONI, 2005, p. 207). O relato do sobrevivente é então intolerável, por um lado porque revela que o terror existia entre todos, estava ali entre aqueles que dizem que não sabiam; por outro lado porque revelam a "magnitude da derrota" da esquerda revolucionária que os dirigentes tratam de ocultar.

Nesse sentido, é interessante pensar se há uma escuta para essas memórias dos *arrependidos.* Como suas memórias podem ser situadas e compreendidas, visto que não estão enquadradas nem como a memória oficial da esquerda, nem como a memória oficial do Regime?

O testemunho como catarse...

Ângela de Castro Gomes, em seu artigo "*Escrita de si, escrita da história*", propõe algumas reflexões sobre a escrita de si: "É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa. Uma idéia que se alimenta do entendimento de que a escrita

de si foi mobilizada pelos indivíduos modernos com múltiplas intenções, entre as quais a de permitir o auto-conhecimento, o prazer, a catarse, a comunicação consigo mesmo e com os outros" (GOMES, 2004: p. 16).

Na escrita de Lungaretti, é possível perceber diferentes intenções: comunicar, contar a "verdade" sobre a sua história, ser reconhecido... Entre essas, percebe-se a escrita do livro como uma espécie de catarse: "*Escrever o "Náufrago" era uma espécie de missão, algo que eu não podia deixar de fazer na minha vida. Hoje, mais do que orgulho, o que sinto é aquele alívio do dever cumprido*" (LUNGARETTI, 11 de novembro de 2005). Em outra entrevista, o autor afirma que:

> *Desde 1970 eu me sentia injustiçado. Nos piores momentos, sempre acreditei que um dia teria a oportunidade de mostrar toda a verdade. Ficava me lembrando de "A hora e a vez de Augusto Matraga", sonhando com o dia em que as pessoas estariam abertas para escutarem a minha versão sem preconceitos. Essa chance surgiu em 2005"(LUNGARETTI, 2005).*

Há questões importantes que essa fala de Lungaretti suscita. Percebe-se que essa "escrita de si" foi elaborada e desejada por muitos anos, como uma espécie de acerto de contas entre ele e a História. Esse acerto de contas é entendido enquanto uma forma de mostrar a "verdade" sobre os acontecimentos.

Essa busca pela "verdade" está muito presente no livro. Isso fica explícito ao tratar da polêmica que envolveu seu nome com a queda da área do Vale do Ribeira. Ele e Massafumi Yoshinaga sempre foram apontados como sendo os delatores da área de guerrilha da VPR. Em seu livro *Combate nas trevas*, Gorender afirma que Celso Lungaretti forneceu ao Exército a primeira informação sobre um campo de treinamento de guerrilheiros em Jacupiranga, no Vale da Ribeira. Em um manifesto da VPR sobre a experiência guerrilheira no Vale da Ribeira, de setembro de 1970, também afirma-se que a área foi delatada pelos dois militantes. No entanto, em um relatório secreto do II Exército, que só veio a público há pouco tempo, há evidências de que as informações de Lungaretti levaram a repressão à primeira área de treinamento, já desativada, e que a descoberta da segunda área, próxima a primeira, só foi possível a partir de novas informações procedentes do Rio de Janeiro.

Após ter acesso a esse relatório, o autor afirma que tem a prova de sua inocência e que revelou a "verdade" sobre a área da guerrilha, reabilitando seu nome. Nesse sentido, sua fala traz a tona também questões que envolvem a problemática da memória e da verdade. O que significa essa "verdade" que Lungaretti quer mostrar? Ângela de Castro Gomes afirma que, na cultura da sociedade moderna, a noção de verdade passa a ter um forte vínculo com as idéias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos. A idéia de verdade passa a ser

entendida então como sinceridade, como o ponto de vista do autor do documento. Nesse sentido, a autora chama a atenção para o tipo de crítica que se faz necessária a essa fonte. O que importa e se deve buscar nessas fontes não é o "que realmente aconteceu", mas "a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa, o que o autor viu, sentiu e experimentou" (GOMES, 2004: p. 14).

Outra questão que o livro de Lungaretti nos traz está relacionado aos militantes que, sob tortura, acabaram entregando informações sobre suas organizações (planos, localização de *aparelhos*, *pontos* com outros companheiros) ou que não tiveram um comportamento considerado "adequando" na prisão. Não são poucos os que carregam o estigma de delatores. Discutir e repensar sobre esses julgamentos que ainda hoje se fazem, é de extrema importância. O que se está julgando? Quem se está julgando? Quem pode julgar?

Em muitos momentos, o autor evidencia estar reagindo aos julgamentos de que se sente vítima e parece estar fazendo um apelo por compreensão. Assume erros ("[...] *fiz questão de mostrar como éramos frágeis, falíveis e muitas vezes desatinados durante a resistência à ditadura [...]*") (LUNGARETTI, 2005, p. 262), mas afirma que aqueles que, diante de todas as dificuldades, ousaram lutar, merecem todo o reconhecimento dos pósteros.

É interessante também observar que, apesar de sua afirmação de que o livro está sendo feito para os jovens de hoje, que segundo ele, estão interessados em conhecer a história de seu país, durante a leitura de seu relato parece que em certos momentos a narrativa é dirigida aos jovens de ontem – os jovens que na década de 1960/70 enfrentaram a ditadura, seus ex-companheiros. Mesmo afirmando que "não tem contas a acertar" com a esquerda, que foi traído e abandonado pela sua organização, por vezes seu relato toma formas de esclarecimento e de crítica, e deixa vir a tona um desejo de reparação.

Em relação a questão dos julgamentos, e sobre essas histórias que muitas vezes são tão difíceis de serem contadas e escutadas, é interessante o que Longoni nos coloca:

> *"Poder contalas exige que puedan ser escuchadas y procesadas por otros, que suspendan el enjuiciamento desde una impugnácion moral, y se interroguem, se arriesguen a pensar sobre esos siniestros límites, que como dice Bonasso, tuvimos la suerte de no traspasar. E incluso considerar cuánto de esa lógica perversa del terror concentracionario se expandió fuera de los límites del campo y esta vez sí nos alcanzó también a cada uno de nosostros" (LONGONI, 2005, p. 238).*

Lungaretti é protagonista de uma destas histórias tão difíceis de serem escutadas, entendidas... Uma história difícil de ser vivida e contada. Ainda assim, em seu relato, deixa

claro que não desistiu. Termina seu livro dizendo que as cruzadas para mudar o mundo são repletas de armadilha e sofrimento. Mas que, mesmo assim, ele precisa ser transformado.

B i b l i o g r a f i a

GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da história.*: a título de prólogo. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999. 294 p.

LONGONI, Ana. "Traiciones. La figura del traidor (y la traidora) em los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión. IN: JELIN, Elizabeth; LONGONI, Ana. *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*. Madrid: Siglo XXI Editores, 2005, p. 207-240.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia*. Vencer ou morrer na guerrilha. Aos 18 anos. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

_____. *Entrevista* ao site da Editora Geração Editorial. Disponível em: <http://www.geracaobooks.com.br/releases/entrevista_celso_lungaretti.php>. Acesso em: 04 de janeiro de 2007.

_____. *Mensagem* postada no site de relacionamentos ORKUT, na comunidade Náufrago da Utopia, em 11 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=3060341>. Acesso em: 21 de abril de 2006.

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Amas-secas e amas-de-leite: o trabalho feminino no Recife (1870-1880)

Maria Ângela de Faria Grillo[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar no campo das práticas discursivas e não-discursivas a importância do trabalho das amas-de-leite e de criação de bebês lactantes ou não e sua inserção na economia escravista do Recife entre os anos 1870 – 1880, que ampliava o trabalho livre. A fonte documental privilegiada pela pesquisa são as matérias e os anúncios apresentados num dos principais jornais do Recife: o Diário de Pernambuco.
Palavras-chave: trabalho feminino, maternidade e amamentação.

Abstract: This work aims to analyze –from the discursive and non-discursive practices-the importance of the work of wet nurses and the rearing of sucking children or not, and these women insertion in the slavery economy in Recife between 1870s and 1880s, what increased the free work. The privileged documental source for this research are the reports and advertisements published by one of the main newspaper in Recife: Diário de Pernambuco.
Keywords: female work, maternity and breast-feeding.

Ao folhearmos os periódicos pernambucanos do século passado, vamos-nos sentindo transportados à época, na medida em que se toma conhecimento dos textos noticiários e anúncios. Esses últimos criam toda a atmosfera de então, pois retratam a própria sociedade com seu cotidiano, seus costumes, seus valores, suas necessidades, seus modismos, seu comércio e sua linguagem, enfim o que andava nas ruas e dentro das casas (GRILLO, 1989).

Interessante é notar a quantidade excessiva de matérias sobre a escravidão, veiculadas em diversas seções da imprensa, tais como: "Revista Diária", "Avisos Diversos" e "Annuncios", no Diário de Pernambuco; "Gazetilha", "Scenas da Escravidão", "Noticias Diversas" no Jornal do Recife, sem contar aquelas escritas em outros veículos de pequena tiragem, nos periódicos e folhetins. Isto evidencia a força com que a escravidão ocupava o fazer da sociedade da época.

Assim, através desta imprensa podemos reconstruir, situando-nos em um dado espaço de tempo, as ruas arborizadas do Recife, entrecortadas de rios (rios estes por onde muitas vezes escravos fugiam) com seus sobrados, casas baixas e mocambos. Por essas ruas

[1] Doutora em História pela UFF. Profª. da UFRPE. Projeto de Pesquisa Financiado pelo CNPq.

podemos imaginar negras passando com trouxas de roupas, assim como negros conduzindo seus senhores em luxuosas liteiras. Compondo o mosaico das ilhas do Recife, na segunda metade do século XIX, através desta extraordinária leitura, nos deparamos com moleques levando recados, belas mucamas acompanhando jovens sinhazinhas, negros oferecendo peixes, frutas e outras mercadorias, negras e mulatas, livres e escravas, a oferecerem aos gritos e em todos os tons quitutes, tapiocas, doces, bolos, enfileirados em grandes tabuleiros seguros e equilibrados sobre a cabeça (GRILLO, 1989), "lenços e outras fazendas que trazem em cestos [...] mui sucintamente vestidas" (TOLLENARE, 1992: 94).

A presença de mulheres nas ruas, quitandas, praças e mercados realizando trabalhos diversos no Recife remontam ao Brasil colonial quando elas já assumiam atividades importantes para a reprodução da família, para o abastecimento de víveres das cidades e vilas, além de atuar em uma variedade de serviços domésticos (DEL PRIORE, 2000). Contudo, o espaço da rua e do trabalho urbano não era sancionado para todas as mulheres, mas para as negras, as forras, as mulheres de cor, livres ou escravas. A rua não era lugar para as mulheres brancas de famílias abastadas.

Viajantes que passaram pelo Recife ainda no início do século XIX se impressionaram com a presença de mulheres, de diferentes tez e condição civil, nas ruas e logradouros, enfim, em todos os lugares. Era lá que se comprava ou se alugava escravas ou forras para amamentar criança nova, como a Rua do Trapiche a circundar a Igreja do Corpo Santo, cujo anunciante solicitava que "quem quiser [quisesse] vender, ou alugar uma escrava em estado de criar uma criança", podia se dirigir a casa n. 9, e se "alguma mulher forra que tenha bom leite" quisesse criar também poderia apresentar-se "a dita casa" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO: 1827).

Essas mulheres anônimas, de vida difícil, posto que estivessem inseridas na população desclassificada e marginalizada no Brasil, tinham na labuta do cotidiano que enfrentar a discriminação própria a uma sociedade misógina como a brasileira à época que nutria um profundo desprezo pelas mulheres de maneira geral, e, em particular, pelas mulheres de cor. Mulheres com diferentes ofícios e habilidades, vivências e trajetórias que lutavam num mundo adverso. Dentre os diversos trabalhos domésticos que realizavam um, em particular, estreitava as relações de classe e as relações raciais: o de amas-de-leite e de amas de criação.

Por que se contratavam amas-de-leite? É preciso considerar que a prática da amamentação nem sempre significou, como hodiernamente, um gesto de amor maternal. Se o discurso da amamentação figura como um ato de amor para com o filho, independentemente

do lugar social da mãe, é preciso lembrar que a noção do amor materno como um sentimento inscrito na natureza da mulher foi construído, sobretudo no século dezenove e com ele, a idéia do aleitamento como um gesto de amor da mãe. Na Colônia, a amamentação era uma prática entre as índias, as escravas e as mulheres pobres que não tinham recursos para comprar escravas ou alugar amas-de-leite, mas não entre as mulheres das elites que não costumavam amamentar seus rebentos nos próprios seios. Em geral, as sinhás alugavam ou compravam escravas paridas, ou contratavam os serviços de mulheres forras ou livres para a amamentação dos seus filhos.

O mais comum, até o final do século XIX era delegar a amamentação a escravas, ou no início dos anos de 1920, a mulheres livres. Diferentemente da Europa, as crianças não eram enviadas para o campo, mas amamentadas debaixo do olhar da mãe e/ou da família, por uma escrava de leite, dentro das casas de engenho ou no meio urbano. O conforto que a escravidão oferecia dispensava o envio das crianças para lares estranhos. Exceto claro, as crianças sem-família, depositadas na Casa dos Expostos, criada em 1789, para acolher e criar as crianças abandonadas. Estas quando não eram amamentadas por amas-de-leite na própria Instituição, eram criadas nas casas de suas respectivas amas (NASCIMENTO, 2006).

Para Gilberto Freyre a presença da mãe-de-leite preta nas casas-grandes estava associada a pouca capacidade das meninas que se casavam ainda muito franzinas e tinham um filho atrás do outro, o que as impossibilitava de amamentarem seus rebentos. (FREYRE, 2001: 413; DEL PRIORE, 1995: 242-253).

Freyre endossa as observações de Imbert e Bates ao tratar das mães prematuras, que sofriam com o clima dos trópicos, o esgotamento de suas forças vitais e a irritação do seu sistema nervoso, enquanto as mães negras eram mais vigorosas, levando o autor a afirmar que "a razão principal do maior vigor das negras que das brancas estaria porventura em suas melhores condições eugênicas", secundarizando a hipótese do clima, em prol da raça e das motivações sociais (FREYRE, 2001: 414-415), embora, acreditamos, que as razões para a não amamentação eram muito mais complexas.

Por volta de meados do século XIX, o investimento na normatização da família nuclear e conjugal, sobretudo, no papel da mulher-mãe (COSTA, 1999) fez do discurso médico uma arma contra ou a favor do aleitamento mercenário. Se de um lado, as amas-de-leite eram vistas como um mal necessário, desde que gozassem de boa saúde (FERREIRA FILHO, 2003), por outro, eram acusadas de perverter e transmitir doenças e exercer maléficas influências morais às crianças que ficavam sob sua responsabilidade.

Mas, no Recife o costume de se contratar amas-de-leite era bastante praticado. Uma das fontes privilegiadas para esse tipo de análise é o jornal, pela sua periodicidade, constância e possibilidades de compor séries. Um mercado crescente em sua demanda por leite devido ao aumento da população urbana que não concebia a amamentação como prática natural, inscrita na condição da mulher-mãe, mas realizada pela ama-de-leite estipendiada, contratada, paga para tal fim e que chegava a fazer as vezes da mãe, derivando daí a alcunha muito conhecida entre os mais velhos, da "mãe-de-leite". De forma que as práticas do aleitamento se entrelaçam com as concepções, prescrições e interdições da maternidade que possibilitaram a existência de um mercado de leite no Brasil e, particularmente, no Recife.

Este era um comércio bastante rentável: os proprietários enviavam os filhos de suas escravas para a "casa dos expostos" e depois alugavam suas mães como amas-de-leite, ganhando, por volta de 1871, quinhentos a seiscentos réis apenas num ano (CONRAD, 1978). Percebe-se essa preferência em vários anúncios: "Precisa-se de uma ama de leite, sem filho preferindo-se escrava: na larga do Rosario n.12, 2°andar" (Diário de Pernambuco: 11/12/1872) e "Aluga-se uma escrava de côr parda, com muito leite e sem filho: na rua da Aurora numero 169" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/08/1878).

Também existiam anúncios que solicitavam que a ama viesse com seu filho, talvez por solidariedade às mães ou por desejarem que suas crianças tivessem companhia para brincar: "Precisa-se de uma ama de leite sem filho: a tratar na rua do príncipe n.2 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/04/1870)" e "Precisa-se de uma ama que tenha abundante leite, que seja sadia e tenha filho, e este a acompanhe: a tratar na rua da Imperatriz, loja n.44" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/04/1870) .

Havia aqueles que demonstravam preocupação com a cor da pele ou condição da mulher de forra ou escrava: Precisa-se ama de leite: Precisa-se de uma que tenha bom leite preferindo ser branca ou parda, que não tenha filho: a tratar na rua Nova n.22 e rua da Aurora n.24" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18/08/1871); "Precisa-se de uma ama com bastante leite, forra ou escrava: na rua da Imperatriz n. 65, 1º andar" (JORNAL DO RECIFE, 28/09/1877) e "Aluga-se uma ama escrava para ama de leite, com bom leite, por 12$ mensaes por ter uma filhinha de 5 mezes: que a quizer, dirija-se á rua do Imperador n.50, 3°andar" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/08/1878). A questão moral também era privilegiada: "No sobrado da rua do Imperador n.38 precisa-se de uma boa ama com abundante e bom leite, e que seja mulher honesta" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/04/1872).

A fim de compreender a existência desse tipo de serviço e trabalho, em geral, feito por mulheres escravas e pobres é preciso nos voltar para as práticas da maternidade. Os discursos sobre a amamentação eram múltiplos, às vezes se contrapunham, outras vezes convergiam em mostrar os seus malefícios para as mulheres, como elencou Elizabeth Badinter. As mulheres da elite francesa diziam que a amamentação era fisicamente ruim para a mãe e pouco conveniente, pois gerava o desperdício de um suco precioso necessário à sua própria conservação, tinha ainda o agravante de gerar uma sensibilidade nervosa diante do choro da criança e, por fim, provocava a fraqueza de sua constituição. Além disso, havia o argumento estético expresso na perda da beleza, na deformação dos seios e na sua flacidez. Do ponto de vista moral, considerava-se pouco digno as mulheres amamentarem os seus próprios filhos. Havia também a vergonha em mostrar os seios; significava falta de pudor tirá-los para amamentar. Os maridos consideravam a amamentação um atentado à sexualidade e restrição ao prazer, vendo o aleitamento como sinônimo de sujeira. Os letrados declaravam ser a amamentação ridícula e repugnante, além da ojeriza pelo cheiro azedo do leite que sentiam. Assim, "a amamentação passou a ser um meio de vida para mulheres pobres, enquanto as mulheres da elite se revezavam em torno de fórmulas para conservar a beleza de seus seios" (DEL PRIORE, Mary, 1995: 243)

Mas, para algumas escravas um contrato como ama-de-leite poderia representar sua liberdade, como é possível perceber neste anúncio publicado na Seção Avisos Diversos:

> *Uma preta que sabe cosinhar e engommar com uma cria de 5 mezes e que tem muito bom leite para criar e faltando-lhe 150$ para sua liberdade, offerece os seus serviços por espaço de um anno: a quem lhe convier este negocio dirija-se á rua do Caldeireiro n.62; na mesma casa vende-se escrava de idade de 20 annos, cosinha e engomma com perfeição, tem uma cria de 5 mezes, com muito bom leite e de boa conducta. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29/04/1880).*

Aqui a função de ama-de-leite ultrapassa o próprio aleitamento já que são oferecidos outros tipos de trabalho. Essa era uma conduta pouco comum, pois não foi encontrado nenhum outro anúncio que solicitasse o desempenho de qualquer outro tipo de tarefa, à ama-de-leite, além de sua função de nutriz.

Em fins do século XIX a escassez de amas sadias, o seu preço elevado e o avanço da medicina no âmbito da vida doméstica acabaram por estimular a prática do aleitamento

materno ou artificial, em detrimento do uso das amas-de-leite. Assim, os jornais passaram a exibir propagandas do tipo:

> *A escassez de amas sadias e boas, o seu preço elevado, tem tornado a introduçao da farinha de lactea de nestle um verdadeiro beneficio pra Brasil. Hoje uma mái pode ter a satifação de criar seu filho com o leite que tiver, pouco ou muito, sem risco de enfraquecer nem de sofrer na sua saúde, dando como complemeto o excellente alimento de nestle, tão gabado pelas summidades medicas da Europa.*
> *O júri da esposição especial de Paris acaba de premiar no dia 17 de novembro de 1875 o Sr. H. Nestle, autor da farinha lactea com o grande diploma de honra e medalha de ouro, recompença mais elevada que tem sido concedida na França.*
> *A farinha lacta já tinha sido premiada com duas medalhas em França.*
> *O parecer tão elogioso da junta central de Hygiene publica do Rio de Janeiro e de tantas notabilidades medicas da Europa, acaba pois de ser confirmada da maneira a mais notável.*
> *unico deposito em Pernambuco, à rua do Imperador n.49, casa de Victor Préslie. Preço n.1$500 a lata (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/08/1876)*

As amas-secas também se ofereciam para cuidar de crianças ou eram solicitadas no Diário de Pernambuco. Essas se diferem das amas-de-leite principalmente por cuidarem de crianças já desmamadas, mas da mesma forma que as outras estas poderiam ser escravas ou livres, como se pode verificar nos anúncios a seguir:

> *Viúva se oferece para ama seca*
> *Uma viuva honesta e de bons costumes, encarrega-se de receber crianças, ou meninos de todas as idades para criar e educar com todo cuidado, pagando seus pais o trabalho e sustento das ditas crianças: na rua do Calabouço Velho n. 21, casa de cornija, porta e janela; por hora está sem numeração. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 04/04/1875)*
>
> *Precisa-se ama secca:*
> *Precisa-se de uma mulher forra ou escrava para acompanhar uma criança de um anno e tratar de roupa da mesma: à tratar na rua da cadeia do Recife n.16, ou no Manguinho, casa defronte da barreira. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/08/1876).*

Durante o século XIX estabeleceu-se uma rede de oferta e procura de amas tão profícua que as Agências de Empregados proliferaram no Recife:

> *Seção: Avisos Diversos*
> *Agencia de empregados oferece amas de leite e secas*
> *Amas de leite, seccas, caixeiros, copeiros e criados: qualquer senhor pretendente que precisar dos mesmos, pode dirigir-se ao pateo de S.Pedro n.3, loja, rua da Roda n.19, rua da Imperatriz n.33, onde os senhores pretendentes poderão fazer os seus pedidos por escripto. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/12/1874).*
>
> *Seção: Avisos Diversos*
> *Casa de Agencia oferece amas secas e de leite*
> *Arruma-se amas seccas e de leite: na rua da Palma, portão n.19. Na mesma casa precisa-se de amas seccas e de leite. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/12/1880).*

Portanto, é preciso percorrer os jornais para compreender como funcionava esse mercado de amas-de-leite e de criação, quais os conflitos vivenciados por essas mulheres, de que maneira esse trabalho e a remuneração dele decorrente poderia alterar ou afetar as relações de poder no espaço doméstico, de que maneira os jornais abordam a polêmica do aleitamento mercenário, que imagens e representações foram veiculadas nos jornais na multiplicidade dos discursos apresentados, sem perder de vista que esse era um dos segmentos do espaço do trabalho feminino na cidade. Sem dúvida, o tema proposto se entrelaça com outras questões: a prática da maternidade entre as mulheres de diferentes condições sociais e civis, as práticas da sexualidade e do casamento entre grupos sociais diversos, a relevância do trabalho feminino na cidade do Recife e as implicações para a relação com os homens, posto que algumas mulheres, ao obterem uma remuneração, poderiam sair da condição de submissão e sujeição ao marido, assumindo novos poderes e lugares.

Bibliografia

ANJOS, João Alfredo dos. *As amas: contribuição ao estudo do seu papel na formação da criança brasileira.* **Revista do Arquivo Público**. Recife. vol. 42, n.47, dez/1997.

BADINTER, Elizabeth. **O mito do amor materno:** o mito do amor materno. Trad. Wlatensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1850 a 1888**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma familiar**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2 ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: anos 1870 a 1880. Setor de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador, 1890-1940.** Salvador: CEB, 2003.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves et al. **Suaves Amazonas:** mulheres e abolição da escravatura no Nordeste. Recife: Ed da UFPE, 1999.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Família*. **Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986. 3 vol.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 43ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** São Paulo: Ed. Brasiliana, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Vida* **Social no Brasil nos meados do século XIX**. Recife: Ed. Massangana, 1985.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **O cotidiano da escravidão em Pernambuco: 1850 – 1888**. Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Recife, 1989.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil,** 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A sorte dos enjeitados.** O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2006.

SANDRE-PEREIRA, Gilza. *Amamentação e Sexualidade*. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.467-489, jul/dez. 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de Honra.** Trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado em História) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2005.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TOLLENARE, Louis François de. **Notas Dominicais**. Recife: Gov do Estado de Pernambuco, 1978.

TOLLENARE, Louis François de. *Sob o céu do Recife*. In: SOUTO Maior, Mário e SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife: quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Massangana, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Apetrechos da Memória

Valéria Lucas Filgueiras*

Resumo: No ocidente contemporâneo os objetos têm assumido uma perspectiva econômica, destinados à satisfação de necessidades materiais. Contudo, nos relatos de lavradores (as) do município de Rondonópolis é possível descobrir outras práticas e apropriações simbólicas que são construídas incorporando os objetos ao seu possuidor como parte de suas lutas pessoais e de suas técnicas de trabalho. Na vida de lavradores sem terra os seus bens são voltados ao trabalho cotidiano, opostos a terra bem e raiz. Revelando as constantes mudanças em busca da terra, as narrativas estão povoadas de coisas perdidas, deixadas nas veredas de vidas errantes. A mobilidade é condição desagregadora da memória quando, no percurso da vida e dos caminhos, são deixados os objetos que se constituem um elo familiar com o passado, uma experiência de vida insubstituível.

Palavras Chaves: objetos – lavradores – memória

Abstract: In the contemporary occident the objects have assumed an economic perspective, destinated to the satisfaction of materials necessecities. However, in reports of the farmers of the municipal district of Rondonópolis is possible to discover other practices and symbolic appropriations which are built incorporating the objects to their owner as part of his personal conflicts and work techniques. In landless farmers lives their property are orientated to the daily work, in opposite to the patrimonial wealth. Disclosing constant changes in search of land, the reports are replete of lost things, released in errant lives paths. The mobility is a shatter condition of the memory when, in life's trajetory and ways, the objects which compose a familiar connexion with the past are left, an irreplaceable life experience.
Key words: objects - farmers - memory

Na lavoura cabe ao homem o preparo do terreno, o que implica as derrubadas, as queimadas e as destocas. As mulheres raramente participam destas tarefas, porém muitas ajudam no plantio e na colheita. No plantio com a enxada, a mulher ajuda na semeadura, o homem vai à frente abrindo as covas e a mulher atrás jogando as sementes e cobrindo-as com terra. O ato de semear, jogar a semente cobri-la com o pé aponta para o caráter simbólico da fecundação, o nascimento e a vida, dons ligados à esfera feminina. Na colheita, momento de maior acúmulo de serviço, e sob o risco de se perder a produção, toda a família participa deste trabalho, e a mulher trabalha ombro a ombro com o homem, apesar dos homens sempre dizerem que a mulher apenas ajuda. Finalmente, aos homens também pertencem à tarefa da comercialização do produto. "Ficam eles, portanto, com as duas pontas do processo: a mais

* Mestre em História e professora da Faculdade do Sul de Mato Grosso (FACSUL)

voltada ao domínio da natureza e a mais associada às estratégias de relações com a sociedade" (BRANDÃO, 1999: 46).

A divisão dos espaços e do trabalho entre homens e mulheres não é absolutamente de oposição. Mas nesta cartografia dos gêneros as atividades de ambos são complementares. Assim, nas famílias com maior número de homens plenamente ativos será menor a participação da mulher nas atividades da roça e do pasto. Porém quando é menor o número de homens, maior será a necessidade de ajuda da mão de obra das mulheres que, junto com seus pais e maridos no mesmo espaço, participam complementarmente das atividades que garante a sobrevivência da unidade familiar.

O trabalho prático é também um trabalho simbólico que converge para a construção de espaços de gênero. A roça resultado do trabalho sobre a natureza são espaços masculinos, nestes locais os homens trabalham e as mulheres ajudam. Diferencia-se, portanto, do espaço da casa que é domínio da mulher; somente ela trabalha neste local. Parece neste particular, semelhante ao que escreveu Carlos Rodrigues Brandão sobre os caipiras de São Paulo, embora estes sejam de outros lugares e tempos:

> *Enquanto a esposa e as filhas trabalham plenamente na casa, depois de pronta ela é para o marido e os filhos homens, o lugar do descanso do trabalho na roça, ou o lugar dos "servicinhos". Enquanto ele é o espaço onde as mulheres "cansam o corpo", para os homens é o lugar de cuidar dele: comendo, lavando e repousando. (BRANDÃO, 1983: 74)*

Na casa o homem nunca trabalha, ele ajuda. "Então eu limpava tudo o arroz assim no pilão, para ajudar Elvira quando os menino era tudo pequeno. Acabava de limpar ele ia trabalhar pra roça"[1]. Na casa, gêneros e categorias se entrecruzam, complementam-se, o trabalho do homem se torna ajuda a ajuda da mulher agora é trabalho.

A casa compõe um relato de vida "ela confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições sociais de seus ocupantes" (CERTEAU, 1996: 205). Tudo fala, sempre e muito: os materiais de construção indicam o poder aquisitivo de seus moradores, também indica muito sobre o caráter temporário de permanência de lavradores.

A casa de lavradores, ou de sitiantes mais pobres, era construída de materiais menos duráveis e mais fáceis de serem adquiridos na própria natureza, o que é expresso pelo Sr. Adecerino:

> *Então as nossas casas era de folha de babaçu e de pau a pique, não era assim casa de material. Nóis ia no mato tirava a folha, cortava e riscava e levantava o barraco*

---

[1] Relato de Adecerino Honório de Oliveira. Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, p. 30.

> *lá. Nóis mesmo riscava ele do nosso modo, do jeito que nóis queria. Punha do tamanho que nóis queria, porque isso aí lá fazia tudo a gosto nosso, né. Porque aquilo num custava dinheiro, pra nóis tudo era tirado lá no mato.*[2]

A casa descrita pelo depoente assemelha-se à habitação caipira: "um abrigo de palha sobre paredes de pau a pique" (HIRANO, 1992: 91). Ainda que neste caso o autor se refira a um grupo social localizado cronologicamente nos finais do século XIX e inicio do século XX, a semelhança entre estas moradias é que os materiais não exprimem apenas a falta de recursos financeiros, mas o caráter de curta permanência. Tanto caipiras quanto lavradores moravam transitoriamente na terra com o consentimento do dono, os primeiros como agregados, os segundos como arrendatários ou meeiros.

Os lavradores falam das suas casas e de seus compartimentos lembrando as passagens que imprimiram as marcas mais profundas na memória. Em cada cômodo encontra-se em seus cantos: desejos, sonhos, vida e morte. A casa é um ser de sensação, um conjunto de elementos materiais e simbólicos que emergem da *bricolage* de odores, sons, sentimentos, objetos, mobiliário e cômodos. A casa não é apenas a edificação, o conjunto arquitetônico, ainda que possa ser tomada como tal. A casa do campo, mas nunca a de campo, se define pelo uso que os moradores fazem de seus espaços internos – os quartos, a sala e a cozinha – e os espaços externos: o quintal, o paiol, o chiqueiro, o curral, o forno caipira, a mina ou o córrego onde se lavam as roupas e se abastecem de água, o banheiro (local do banho) e o pomar.

Como se constrói uma casa? Eis a resposta obtida quando essa pergunta foi feita aos lavradores. Para evitar transcrever longos depoimentos "falo" por eles fazendo a síntese do que me explicaram em várias entrevistas:

No tempo da lua minguante, corte a palha e a madeira que será usada na estrutura – "furquia"[3] – e nas paredes – varas e baldrame[4]. Risque no chão um grande retângulo dividido em quatro partes cada uma de 3x4m^2. Nos vértices do retângulo, com a cavadeira fure um buraco com 50cm de profundidade e finque uma forquilha de aproximadamente 2,5m de altura. Divida ao meio as laterais do retângulo e fure novamente quatro buracos, nas duas laterais maiores finque forquilhas de 2,5m, na lateral menor finque forquilhas de 4m. Sobre as forquilhas coloque madeira roliça e amarre-as com embira[5]. Em um tronco grosso de madeira

---

[2] Relato de Adecerino Honório de Oliveira (Seu Neguinho). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, p. 31.

[3] tronco de árvore ou vara bifurcado em uma das extremidades.

[4] esteio de madeira, colocado no chão, no qual se encaixam em uma cavidade as varas da parede de uma casa de barrote.

[5] casca de árvores ou cipós usados para amarrar.

de boa qualidade – aroeira – usando o machado, faça uma cavidade em toda sua extensão e está pronto o baldrame. Agora é só colocá-lo no chão e encaixar as varas que serão amarradas umas às outras e na madeira sobre a forquilha até tampar todas as laterais. Não esqueça de deixar o vão da porta. Está pronta a estrutura da casa, agora é só cobrir. Primeiro risque com facão as palhas da palmeira paralelamente ao talo, dobrado-as para que suas folhas fiquem sobrepostas; não risque todas, deixe algumas para o acabamento final. Amarre as palhas, bem próximas uma das outras, sobre a madeira que está presa às forquilhas, começando pela parte mais baixa até chegar à cumeeira. Agora é fazer o acabamento. Dobre as palhas que não foram riscadas e coloque-as sobre a cumeeira. Está pronta a casa de "pau a pique". Mas não é tudo, ainda é muito pouco. Tome ainda uma porção de esterco fresco, "molinho", misture com barro e sove bem com os pés. Jogue esta mistura do lado interno da casa nas paredes construídas com varas, cubra todos os espaços, alise com as mãos esta massa. Depois de seco o reboco da parede, escolha um saibro branco, acrescente água até formar um mingau, agora é só passar na parede: a casa ganha cor. O que acabo de descrever é o que contaram os depoentes. Porém, nem todas as casas eram assim, barreadas e de cor. Estes detalhes eram capricho de dona-de-casa, como falou o Sr. Adecerino: "Ocê entrava lá dentro da casa assim, as parede tava tudo bonitinha. Mas isso aí num era todo mundo que fazia não, né. Muitos num caprichava, fazia mesmo de pau a pique, largava lá mesmo. Mas, nóis sempre gostava de fazer assim"[6].

No relato, cada cômodo se edifica por meio de infinitas histórias. O casal D. Elvira e Sr. Adecerino lembra de como eram os quartos, associando-os com o frio.

> *Sr. Adecerino – Os quarto, o lugar de dormir, né, a gente passava [barro], ficava bonitinho. D. Elvira – É ficava bonitinho lá dentro assim. Sr. Adecerino – Tempo de frio, quase num dava frio lá dentro. Assim, porque ocê sabe, casa de pau a pique no tempo de frio vem aquele vento e passa quase de fora à fora. Ocê fazia aquilo ali [barreava] ficava fechadinho, e tempo de frio ocê tava até bem, bem guardado, né.*
> *D. Elvira – Bem quentinho né, pra num passá muito frio.*

Para o depoente, quarto também é designação que se atribui aos cômodos, por isso há uma necessidade de se distinguir no relato o espaço pela função "o local de dormir". Nota-se nesta fala que barrear as paredes não é uma questão apenas de capricho, mas também uma estratégia de aquecimento. D. Vitelvina, em seu relato, descreve o quarto das três filhas, que surge associado a duas lembranças: o medo do ataque de onças e a cama de varas.

---

[6] Relato de Adecerino Honório de Oliveira (Seu Neguinho). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, p. 34.

> *As três filhas minha dormia numa cama de jirau assim. Assim de jirau. E quando garota, um dia Nair varou a bunda assim e caiu no chão. Aí gritou: Mãe! Pai! Pio não tá aqui não. Pio era Nair, Pio não tá aqui não, tava debaixo da cama dormindo rasgou as varas e caiu. As varas fininha assim, e amarrava assim de cipó. E eu punha a cama dela assim na parede do meio, com medo de onça chegar e furar a parede e pegar elas.*[7]

O quarto era assim: paredes de pau a pique, camas de varas finas amarradas com cipó, que com o tempo se tornavam bambas deixando cair os corpos que amparava por entre os vãos de varas e colchão de palha. A cama era erguida encostada às paredes internas, medo de onça, mas também medo de raptos de meninas-moças desabrochando para o amor.

Um quarto, alguns quartos, lavradores e seus quartos. Quatro paredes, uma porta, sem porta – vão de passagem – às vezes encoberta com um retângulo de chita. Cortina: obstáculo contra olhares curiosos, fina barreira de privacidade. Os quartos – e principalmente o quarto do casal – é o lugar mais íntimo da casa. Este é provavelmente o motivo dos depoentes expressarem com poucas palavras este cômodo. Em lugares sertanejos no Centro-Oeste o quarto do casal é "o lugar mais protegido e íntimo da casa" (MARTINS, 1998:698) por isso são quase sempre cômodos sem janela. Pouca mobília, uma "cama jirau" e um arame esticado onde se guardam estendidas as roupas. Nos cantos, quando muito, algumas malas de papelão que guardavam as roupas finas – roupas com a qual se vestem quando saem da rotina diária do trabalho: festa, missa, cidade – e o enxoval do casamento. Malas que passavam no mesmo canto, três, quatro, dez anos... e ao mesmo tempo sempre prontas para partir. Para dar maior conforto ao corpo cansado do trabalho diário, um colchão, ninho de palha ou capim, lugar do descanso, da fecundação e da procriação. Como pássaros construtores de ninho, as mulheres confeccionam seus colchões, conforme falou D. Júlia: "O colchão era feito com capim – capim que eles falava da várzea já era próprio – e muitas veis com palha de milho, costurava ele, enchia de palha de milho, e aí trocava de vez em quando. Jogava aquela fora e punha outra nova, sempre na safra, né. Pra colocar novinha, né.[8] "Um dia as coisas melhoram", sonhavam as lavradoras que desejavam ter uma cama de arame e um "guarda-roupa" ainda que de confecção simples, porém de madeira de boa qualidade – piúva ou cedro. D. Elvira acalentou este sonho, lembrando com tristeza da mobília que deixou para trás quando veio de Goiás para Mato Grosso:

---

[7] Relato de Vitelvina Mota Barbosa (D. Vina). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em março de 2004, p. 28.

[8] Relato de Júlia Rodrigues Furtado. Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, p. 06.

> *Tinha os trens bem arrumadinho, os meninos tinha berço, tinha tudo, né. Vendeu tudo pra depois vim pra cá. Mudemo aqui pro Beroaba aqui num tinha. Tudo era chulezinho mesmo, tudo era coisinha. Cama era as tarimba eles falava, tarimba. Fazia muita tarimba, nóis fazia colchão enchia de paia de milho, aqueles colchãozão alto assim... de paia. Aí que a gente foi ficando melhorzinho assim, comprava uma caminha de arame punha os colchão de capim e já tava bonitinho demais.*[9]

Na vida de lavradores sem terra os seus bens são os objetos voltados ao trabalho cotidiano. "Apetrechos de sobrevivência, opostos à terra bem de raiz, que dá sentido ao trabalho do homem do campo" (MARTINS, 1997: 132). Revelando as constantes mudanças em busca da terra à fala da depoente está povoada de coisas perdidas, deixadas nas veredas de sua vida errante. A mobilidade é condição desagregadora da memória quando, no percurso da vida e dos caminhos, são deixados os objetos que se constituem um elo familiar com o passado, uma experiência de vida insubstituível.

Daniel Roche descreve como a mobília expressa a riqueza, "simboliza o percurso da vida" (ROCHE, 2000), e aponta os objetos materiais como um meio de entender as relações físicas e afetivas que eles criam para além da simples materialidade de distinção social. Apesar de suas análises se situarem cronologicamente entre os séculos XVII e XIX, ligando-se à realidade francesa, há muita coisa parecida entre esta e o modo de vida de lavradores e fazendeiros de Boa Vista. Parecida, mas substancialmente diferente. Assim, a idéia estabelecida por Roche na qual "o mobiliário se classificava comodamente em relação às condições de vida no quadro familiar, quando cada móvel era útil, quando cada um tinha sua utilização própria e múltipla" (ROCHE, 2000: 226) se encontra também entre lavradores e fazendeiros, porém mediada por outras relações sociais fundamentais, muito diferentes das relações sociais que permeavam tais concepções no passado distante. Portanto, a forma pode ser a mesma, mas o significado é no geral, inteiramente outro.

No século XVIII "o mobiliário era um capítulo considerável da despesa de prestígio; sob o impulso da cultura das aparências, ele afirmava um status, mas era também guiado pela busca da intimidade e do conforto" (ROCHE, 2000: 241). Entre as famílias camponesas o investimento era reduzido e o mobiliário pouco variado e tosco, contudo, tudo devia durar.

Nos tempos mais recentes, lavradores pouco investiam na mobília, os bancos eram tocos serrados nas próprias fazendas. Entre os lavradores a mobília também não

---

[9] Relato de Elvira Antônia Oliveira. Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, p. 40.

desempenhava nenhum papel social relevante. Todos os esforços eram investidos na aquisição da terra, para somente depois passar a investir na casa e seu mobiliário, como narra D. Vitelvina: "Agora depois que a gente melhorou, que nós comprou terra, que melhorou de situação, eu mandei fazer uma mesona de piúva" [10].

Ecléa Bosi afirma haver dois modelos básicos ou, idéias mestras, para análises do mobiliário e dos objetos no espaço privado: o *status* e os "objetos biográficos" (MORIM Apud. BOSI, 1994: 441). Enquanto signo de status, os objetos entram para a esfera da intimidade, para serem ostentados e tornados públicos. Estes "são objetos que a moda valoriza, não se enraízam nos interiores, têm garantia por um ano, não envelhecem com o dono, mas se deterioram"(BOSI, 1994: 441). Entretanto, os objetos biográficos dão a seus possuidores mais do que um sentimento estético e de utilidade, eles são um elo com o passado, símbolos de um tempo vivido. "Só o objeto biográfico permanece com o usuário e é insubstituível. O que poderá igualar à companhia das coisas que envelhecem conosco? Elas nos dão a pacífica impressão de continuidade" (BOSI, 1994: 441). Tal como na fala de D. Vitelvina, que tem com móveis e objetos profundas relações de afeto.

> *Meu guarda-roupa eu mandei fazer. Tirou a madeira lá de casa, tirado com esse serrotão, um vai com o gurpeão, traçador e gurpeão, usa pra serrar tora no chão. Mandei fazer em 60. E nunca troquei meu guarda-roupa por um desses bacana aí. Pra quê? Minha cama também foi feita de madeira. A tabinha, os pés dela assim, é de piúva, só os pés dela. Você precisa de vê! Meu guarda-roupa eu abro as portas dele eu entro dentro dele e subo e limpo lá em cima, ele me agüenta. Às vezes as meninas fala assim: Mãe vende esse guarda-roupa e compra um guarda-roupa bonito. Pra quê, eu quero guarda-roupa bonito? Eu quero guarda-roupa bom. Eu gosto de coisa boa. Não, esses pó-de-serra que a gente compra, ta logo debulhando. E eu quero isso? Por que eu quero isso? Meus trem é tudo coisa antiga, meu guarda-comida é antigo tem mais de vinte oito anos, minha geladeira tem trinta e dois anos, nunca troquei nada e nem vou trocar.* [11]

Para D. Vitelvina a idéia do móvel que se descarta é um desperdício desnecessário e cruel. Por isso, sua casa está cheia de móveis antigos e caixas de ferramentas, panelas de ferro, serras, foices, enxadas, cunhas e cangalha. São pequenas coisas colecionadas e guardadas. Todos esses objetos são preciosos, sagrados, não se vendem e nem são cedidos. Estes objetos e instrumentos conservados em armários e quartos e só excepcionalmente trazidos a público são muito mais do que museus de lembranças, pois, como afirma Bosi: "as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do

---

[10] Relato de Vitelvina Mota Barbosa (D. Vina). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em março de 2004, p. 18.

[11] Relato de Vitelvina Mota Barbosa (D. Vina). Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em março de 2004, p. 17.

que fomos" (BOSI, 2003: 27). Observei em muitos dos depoentes suas expressões se iluminarem – como crianças que abrem um presente – quando, orgulhosos, mostravam-me móveis, ferramentas e objetos que os acompanhavam por toda a vida, relíquias de família. A memória de D. Maria está marcada, também, por objetos que envelheceram, e estão na família desde a geração de seu pai. Emocionada, ela pede que eu desligue o gravador e fala que o banco de madeira maciça no qual estou sentada "era o único móvel da sala", fabricado há muitos anos por seu pai. O banco possui pouco mais de dois metros de comprimento, quarenta centímetros de largura e uns dez centímetros de espessura é de uma madeira clara, lisa e sem farpas. Assim também, é que podemos entender a fala de D. Elvira, que lembra com saudades de seu cotidiano ao dizer com orgulho do esmero com que cuidou de suas panelas e alimentou seus filhos.

> *Eu tenho minhas panelinhas de ferro até hoje Valéria, ali. Depois eu vou te mostrar minhas panelinhas de ferro. Ocê tem panela de ferro? É branquinha, eu num gostava de panela preta não. Porque tem gente que tem panela de ferro que é pretinha, né. Não, as minhas é branquinha, as meninas quando era moça... Óia minhas panelas de ferro eu quero limpinha. Ah, mãe joga isso fora. Num jogo não criei ocês tudinho fazendo comida aí nela, porque que eu vou jogar fora minhas panelas de ferro? O povo chega aí fica besta de olhá minhas panelas. Fala: Me vende? Vendo não, de jeito nenhum.*[12]

Como sua mãe, as filhas de D. Elvira também foram preparadas para cuidar de uma casa e da família. Porém, já não queriam e não podiam viver como ela. Os lavradores sabiam que estava cada vez mais difícil sobreviver da terra – o acesso era cada vez mais restrito, à medida que as fazendas iam se formando – e procuravam oferecer a seus filhos outros saberes que eram buscados na escola. A preocupação de oferecer uma educação escolar aos filhos não passa despercebida a José de Souza Martins que afirma: "logo chama a atenção do pesquisador que percorre essas regiões, seja no Acre, seja no Maranhão ou no Mato Grosso, é uma extrema valorização da escola e da escolarização. Essa valorização envolve um grande sacrifício dos pais e das crianças" (MARTINS, 1998: 710). As diferenças trazidas pela escola podem ser percebidas no cotidiano. As moças já não se pensam apenas como esposas de lavradores. Por este motivo, as filhas da depoente, ao se depararem com panelas de ferro que exigem maiores cuidados para sua limpeza, pois é preciso esfregar com maior força o ferro do que o alumínio para lhe dar brilho, assim como é necessário secá-las ao fogo para que não enferrujem, estas não entendem porque sua mãe ainda as conserva e as usa – quando o serviço pode tornar-se mais fácil usando panelas de alumínio, novidade que conheceram na

---

[12] Relato de Elvira Antonia de Oliveira. Entrevista realizada por Valéria Lucas Filgueiras em janeiro de 2004, p. 36

escola. Porém, para D. Elvira, suas panelas de ferro são valiosas e não têm preço, pois foi cozinhando nelas que alimentou toda a sua família, que criou os filhos. Sendo diariamente usadas cada vez mais se incorporaram à sua vida. O contato contínuo das mãos com a panela de ferro lhe deu brilho e arredondou as asperezas.

Quando os gestos se apagam, o que subsiste é apenas a lembrança interiorizada de saberes antigos, que são relembrados a partir das histórias de objetos, apetrechos da memória que fazem emergir relatos que descrevem procedimentos precisos, múltiplos, complexos como: secar, defumar, debulhar, ralar, socar, moer, triturar, esmagar, selecionar, conservar os mantimentos disponíveis para a alimentação.

Referências bibliográficas:

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Os caipiras de São Paulo.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar.* 4ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp.659-726.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX.* Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nascer sem mácula na Índia Portuguesa: clérigos indianos convertidos e a inserção subordinada na ordem imperial

Patricia Souza de Faria*

Resumo:A conversão dos povos coloniais ao catolicismo era uma das estratégias de consolidação do império português, pois se almejava formar súditos cristãos fiéis ao rei de Portugal. Analisamos as restrições à formação do clero nativo na Índia Portuguesa no século XVII. Os nascidos na Índia convertidos ao catolicismo ocupavam as posições subalternas do clero secular. Miguel da Purificação, franciscano nascido na Índia, defendeu os direitos dos indianos filhos de portugueses, que não fossem mestiços. Já os clérigos sem "sangue" português e oriundos de castas indianas (brâmane e chardó) produziram tratados em defesa de uma participação menos subalterna na hierarquia eclesiástica e depreciaram a casta "rival", ao disputarem as posições mais proeminentes.
Palavras-chave: Império Português, Índia, clero nativo

Abstract: The conversion of indigenous people to catholicism was one of the consolidation strategies of the Portuguese Colonial Empire, which aimed to form a mass of christian subjects with an ingrained loyalty towards the King of Portugal. In this work we analyze the constraints to the formation of a native clergy in the XVII century portuguese India. The natives that embraced the catholicism were relegated to lesser positions in the secular clergy. Miguel da Purificação, a friar born in India, defended the rights of the indians with a racially pure portuguese lineage. The clergymen with mixed blood and the ones that came from indian castes (brahman or chardo), on the other hand, resorted to producing treaties that claimed for a less subaltern role in the ecclesiastic hierarchy, while trying to undermine the members of the rival cast in the pursuit of more proeminent positions.
Keywords: Portuguese Empire, India, native clergy

Em 1505 foi criado o Estado da Índia, formado por um conjunto de estabelecimentos portugueses desde a África Oriental até Macau. A presença portuguesa em regiões banhadas pelo Índico estabeleceu-se por conquistas e negociações com elites locais. Mas a forma de poder que parecia mais estável era a construção da lealdade ao rei português a partir da difusão da identidade cristã. Durante o reinado de D. João III, instituíram-se dispositivos que visavam não apenas a conversão formal dos habitantes de Goa (capital do Estado da Índia), mas internalizar valores e comportamentos considerados cristãos entre os indianos. A organização religiosa diocesana, o Tribunal do Santo Ofício de Goa e a atuação

* Doutoranda da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Fundação Biblioteca Nacional.

das ordens religiosas (especialmente jesuítas e franciscanos) favoreceram a conversão dos povos locais. Os habitantes locais que não adotassem o catolicismo na região das Velhas Conquistas (Ilha de Goa, Salsete e Bardez) assitiram a restrições na ocupação de cargos no Estado da Índia, perda de privilégios e expulsão das terras controladas pelos portugueses.

O clero indígena estava confinado a um papel estritamente subalterno em relação aos sacerdotes brancos europeus, especialmente no que tange ao clero regular (ordens religiosas). Em 1541, foi fundado um seminário para educação do clero nativo em Goa, cuja administração foi oferecida inicialmente aos franciscanos (que haviam fundado instituição similar em Cranganor), mas passou ao controle da Companhia de Jesus, posteriomente. Chamava-se o Seminário da Santa Fé, onde se admitiam nativos, os quais eram ordenados padres seculares e apenas, raríssimas vezes, eram admitidos como membros do clero regular. O clero nativo atuava como catequista ou auxiliar do clero regular europeu (BOXER,1990:25). O clero secular nativo era recrutado entre as castas mais "altas", isto é, brâmanes e kshatryas convertidos ao catolicismo(chardós). No século XVII, parte da elite local estava restrita a posições subalternas na hierarquia do clero secular.

Membros das elites locais que pertenciam ao clero nativo denunciaram a posição subalterna que experimentavam em tratados escritos no século XVII e início do século XVIII. Analisaremos quatro casos distintos, mas que comungam das mesmas preocupações: defender a ocupação de cargos eclesiásticos pelos nascidos na Índia, denunciando a sua concentração seja nas mãos de nascidos em Portugal ou nas mãos de um membro da casta rival.

O primeiro caso consiste no franciscano nascido na Índia, frei Miguel da Purificação, que exigiu desfrutar do mesmo status conquistado pelo clero nascido em Portugal, alegando que nascer na Índia não trazia máculas, nem o tornava um negro. Este frade não se opôs à dominação portuguesa e sua defesa não se estende a qualquer indiano nascido na Índia, mas apenas aos nascidos de pais portugueses (categoria em que Miguel da Purificação se incluía), desfazendo-se da importância dos mestiços e dos indianos oriundos de castas locais. Escreveu a *Relação defensiva dos filhos da Índia Oriental*, publicada em 1640, com o duplo propósito de defender os "filhos da Índia", isto é, o direito dos religiosos nascidos na Índia assumirem cargos eclesiásticos e não só os nascidos em Portugal), assim como consolidar a elevação da Custódia franciscana de São Tomé da Índia em Província, autônoma em relação à Província franciscana de Portugal.. Nasceu em Tarapor, na Índia (1589), eleito Custódio (1635) e Procurador da Província franciscana de São Tomé, partiu para Roma e Madrid em defesa dos "filhos da Índia".

A obra de frei Miguel revela parte das estratégias de distinção dos "casados" e seus descendentes.[1] Recordava que se o rei serviu-se de "filhos de Índia", considerados capazes para serem capitães e governadores da Índia, deveria servir-se de frades "filhos da Índia" nos cargos eclesiásticos, por serem dotados de notáveis méritos, cultivados nas letras, com sangue ilustre e virtudes. Os frades "filhos da Índia" possuiriam tanto a nobreza de geração quanto seriam grandes prestadores de serviços ao rei nas guerras e na conversão dos gentios, o que Miguel da Purificação pretendeu provar a partir da relação de exemplos de frades mártires, taumaturgos e letrados.

Os "filhos da Índia" teriam a "limpeza de sangue" por nascerem de pais e mães portugueses, bem nascidos. Os nascidos em Portugal alegavam que os "filhos da Índia" seriam incapazes por serem negros e por terem sido criados com leite de negras, das quais não podem tirar boa criação. Frei Miguel projetou-se contra a idéia de serem negros os "filhos da Índia", já que seriam filhos de portugueses e "tão brancos como os filhos de Portugal". O fato dos filhos da Índia ingerirem leite de negros não lhes torna negros ou mestiços. Frei Miguel trouxe da Índia um "Indiano natural moreno" e apresentou ao Papa para que o Sumo Pontífice constatasse a diferença física entre um indiano (um "negro") e um "filho da Índia" (nascido de pais portugueses, como Miguel da Purificação).

Miguel da Purificação almejava a supremacia dos "casados" diante dos "reinóis, sem reduzir sua posição diante das castas "brâmanes" e "chardós". Contudo, houve membros do clero nascidos na Índia que, destituídos do "sangue português", defenderam suas expectativas de uma participação menos subalterna na ordem imperial a partir da exaltação do papel supostamente desempenhado por suas castas (brâmane ou chardó) na própria cristianização da Índia. Pela "teoria das quatro varnas", contida no Rig Veda (X: 90), há um mito cosmogônico que explica a estruturação da sociedade a partir de um rito elaborado *in illo tempore*, quando o ser primodial, *Purusha,* foi sacrificado. Das partes sacrificadas de Purusha, segundo o mito, surgiram as *varnas* (que os portugueses chamaram de *castas*) e a ordenação da sociedade: da cabeça surgiram os brâmanes, que são os sacerdotes; dos braços, os kshatryas, que são guerreiros; das pernas, os vaishyas, que são camponeses[2] e dos pés, os sudras, que são servos. Sendo assim, os grupos sociais que reivindicavam a preeminência social consistiam nos que se apresentavam como brâmanes e kshatryas. Geralmente, os

[1] As principais categorias em que se dividiam os portugueses na Ásia eram casados moradores e religiosos, sendo "casados" os portugueses que se casavam e fixavam residência na Índia. Aqueles que teriam sangue "puro" de portugueses dividiam-se em castiços ou indiáticos (se nascidos na Índia de pais portugueses ou europeus) e reinóis (imigrantes de Portugal).

[2] Engajavam-se na agricultura e no comércio.

chardós são associados à casta kshatrya, pois os chardós seriam os kshatryas convertidos ao catolicismo.

Sem desafiar o domínio português, membros do clero nativo esperavam suplantar a subalternidade desfrutada na ordem imperial. A estratégia destes clérigos nativos era exaltar a nobreza ou o heroísmo da casta a que pertenciam e difundir a idéia de que em tempos remotos um ancestral de suas castas teria favorecido a cristianização da Índia. João da Cunha Jacques, como era da casta chardó, afirmava que os brâmanes deveriam ser destruídos, pois não passavam de um entrave à conversão. O vigário Antônio João de Frias pretendia provar a antiga nobreza dos brâmanes e responsabilizá-los pela conversão da Índia ao catolicismo. Já o vigário Leonardo Pais defendeu o papel dos "qhetris", conhecidos como chardós, no auxílio aos portugueses no Oriente. Além da exaltação do papel de sua casta, buscaram denegrir a atuação da casta "rival".

Clérigos nativos fundiram a memória associado à história de sua casta aos novos conteúdos do discurso cristão. Os brâmanes teriam sido os primeiros a realizar escritos genealógicos para provar a nobreza de casta e defender melhores posições no Estado da Índia, caso de Mateus de Castro que escreveu *Espelho de Brâmanes* na primeira metade do século XVII, partiu para Roma para denunciar as restrições impostas ao clero nativo na Índia Portuguesa e conquistou a função de bispo de Crisópolis, em um contexto em que Roma, através da Congregação da Propaganda Fide, tentava rever as atribuições e jurisdições do Padroado português no Oriente (XAVIER, 2005: 128; BOXER, 1990).

Escritos similares ao de Mateus de Castro foram elaborados pelos brâmanes Lucas de Lima (*Biographia Goana*) e por Antônio João de Frias que escreveu *Auréola dos índios & nobiliarchia bracmana*, publicada em 1702, em Lisboa. Foi pronotário apostólico, notário da Bula da Santa Cruzada, capelão de Sua Majestade, vigário da igreja S. André da Velha Goa e dedicou sua obra ao Conde de Castanhede, D.Pedro Luis de Meneses. Em seu tratado de genealogia, queria provar a antiga nobreza dos brâmanes, apoiando-se na autoridade de "escritores graves", mas não nos escritos dos próprios brâmanes, ou seja, este membro da elite indiana descartou as provas de autoridades da tradição local em favor dos escritores considerados legítimos por um europeu cristão, caso dos clássicos, dos textos bíblicos e de Padres da Igreja.

Como segundo caso a ser analisado, Frias ocupou-se da suposta "origem" dos brâmanes, tratados como legítimos descendentes da Casa Imperial do famoso Cheriperimal, peritos nas ciências, doutos nas letras e preeminentes entre todas as nações da Índia. Frias pretendeu traçar a história dos brâmanes do sul da Índia e apresentou Cheripemal, rei do

Malabar, que teria vivido no primeiro século da era cristã. Frias definiu a nobreza como hereditária (obtida pelo "sangue") e política (adquirida pelos méritos). Para o autor, "a nobreza hereditária he sempre mais ilustre" e os brâmanes descenderiam do "illustrissimo sangue" de Cheriperimal e conservariam "a nobreza da sua origem", a mais importante da Índia (FRIAS, 1703:19-21).

Os brâmanes são apresentados por Frias como descendentes do Rei Mago Gaspar que seria o rei Cheriperimal, um "Proto-Rey Christão", que depois de adorar ao Deus Menino, consagrou seu império à Rainha dos Anjos e ao Menino Jesus, erigindo um suntuoso templo dedicado a eles (FRIAS, 1703:64). Só os brâmanes poderiam entrar nestes templos dedicados ao culto cristão, por descenderem do Rei Mago. Este antigo rei brâmane partiu para a região de Meliapor (na costa oriental da Índia) para servir no templo que teria sido edificado pelo apóstolo São Tomé, cuja tradição afirma ter evangelizado a Índia em tempos arcaicos. O rei brâmane teria sido batizado por São Tomé. Sendo assim, Frias vinculou a ascendência brâmane a uma realeza historicamente existente e imbricou esta realeza na história do cristianismo, pois o rei Cheriperimale era também Rei Mago.

Frias defendeu a ocupação contemporânea dos brâmanes em cargos eclesiásticos no Estado da Índia, pois "a dignidade sacerdotal foy em todos os Reynos superior a todas, & andou sempre anexa às pessoas mais nobres", sendo que na Índia "andou sempre na família Bracmana.". Mencionou casos em que brâmanes cristãos foram revestidos de autoridade episcopal e como eram valorizados pela Cúria Romana, já que foram eleitos três bispos brâmanes, caso de D. Mateus de Castro (bispo de Crisópolis), de D. Custódio de Pinho (bispo de Hieralópolis) e de D. Thomaz de Castro (bispo de Fulsivelem), sagrados no século XVII. Além de bispos, os brâmanes foram cônegos de catedrais. No Convento de Santa Mônica de Goa, "se nam admittem Religiosas de nenhuma outra naçam, excepto Bracmanas" (FRIAS, 1703: 152), sendo interessante frisar que utiliza a expressão "nação" e se esquiva do uso de "casta" para designar os brâmanes. Frias recorda a ocupação de cargos no aparelho do Estado da Índia por brâmanes.

Acerca do terceiro caso, João da Cunha Jacques dizia-se oriundo da casta chardó e escreveu o manuscrito *Espada de David contra o Golias do Bramanismo* no início do século XVIII, onde refutou a idéia de nobreza dos brâmanes. Jacques aconselhava que fossem tomados cuidados e se desconfiasse dos brâmanes, mas que os chardós estavam aptos a assumir cargos no Estado da Índia. Jacques era sacerdote da igreja de Santo Estevão e recebeu o título de capelão de Sua Majestade em 1701, que indica sua tentativa de ascensão social enquanto membro da elite local, através de cargos eclesiásticos. O título de sua obra é uma

alusão à disputa entre David (associado à casta que proclamava pertencer, os chardós) e Golias, o monstro impenitente e disforme, que relacionou aos brâmanes.[1]

Jacques tentou desvender a "verdadeira" origem dos brâmanes, alegando que ocultavam a sua ascendência ligada aos ofícios mecânicos, teriam sido pescadores em tempos passados, não podendo ser nobres. Os chardós são apresentados como verdadeiros nobres, da linhagem dos reis Rajput. Se os brâmanes eram pescadores, não seriam descendentes do imperador Cheriperimal, que não foi um dos Reis Magos devoto de Jesus como afirmou o brâmane Frias- segundo Jacques, Cheriperimal adotou o islã. Jacques escreveu depois da *Auréola dos Indios* do brâmane Antônio João de Frias e pode ter influenciado a escrita a Leonardo Pais, quarto caso analisado.

Leonardo Pais, licenciado nos Sagrados Cânones, vigário da Igreja de S. Tomé de Goa, proto-notário apostólico, dedicou seu *Promptuario das difinições Indicas* ao rei D. João V, onde foram "retratadas as façanhas que obrarão na Índia os valerosos Portuguezes, com assistencia dos Régios Qhetris, chamados vulgarmente Charodos" (chardós), além dos prodígios de São Tomé e São Francisco Xavier. A genealogia dos indianos foi apresentada a partir da fusão de interpretações peculiares da Bíblia com tradições locais:

> *"Deos poz nesta India o Paraiso terreal entre o Rio Indo, & Ganges [...]& nella creou, & collocou os nossos primeyros pays Adam, & Eva [...]Tomou a India o nome daquelle celebre progenitor dos Reys della da nação Raja, ou Raja Putruqhetry, chamado Indo, filho de Gogo, neto de Sabá, terceiro neto de Noé [...]& oitavo neto de Adam, o qual por mandado do dito Noé habitou nesta dita India" (PAIS, 1713:6-7)*

Paes apresenta uma adaptação à teoria das varnas, já que retirava os brâmanes da "cabeça", transferindo para esta posição privilegiada os imperadores e reis (kshatryas), exaltando assim os chardós, casta cristã de origem kshatrya. Enquanto o brâmane Frias exaltou a nobreza brâmane e o papel do rei Cheripemale na história do cristianismo, Paes vinculou a história de sua casta chardó a uma antiguidade ainda mais remota, pois associou os Rajas ou Rajputs Kshatryas (chardós) a Indo, neto de Sabá (filho de Sem, que era filho de Noé). Para Paes, todo o rei da Índia era da "nação" dos Rajputs, de modo que a nobreza seria um atributo dos chardós. Paes afirmava que os brâmanes descendiam de Magog (neto de Noé), de quem descendiam os judeus (PAIS, 1713:53-54). Enquanto os judeus são tratados como responsáveis pela morte de Jesus, os brâmanes teriam assassinado São Tomé e um

[1] O manuscrito de João da Cunha Jacques, *David contra o Golias do Bramanismo*, encontra-se na Biblioteca da Ajuda de Lisboa (Cód. 49-II-9).

descendente do rei Cheripemale (que Frias tratou como origem da linhagem brâmane), foi responsável pela morte do apóstolo, segundo Paes. Frias reconhecia que foram os brâmanes que mataram a Tomé, mas não eram brâmanes convertidos à fé verdadeira.

Paes dizia ser descendente do discípulo de São Tomé, "Martyr Sagamo, Rey da India, de nação, & origem Razeputro Charado Qhetry". Os Reis Qhetris, chardós, teriam enviado embaixadas a Portugal, "não para pedir amizade, senão vassalagem, & dar offerecimento ao seu Real serviço!" "

Os indianos incorporaram em seus tratados um discurso pautado na identidade católica e no reconhecimento da fidelidade ao monarca, exaltando-se o papel da nação portuguesa (e da casta a que pertenciam os membros da elite indiana) no processo de expansão européia e na derrota das crenças "pagãs" da Índia.

Cada grupo social pleiteava posições mais proeminentes na ordem imperial, sem questionar a própria dominação portuguesa. O primeiro caso estudado, Frei Miguel da Purificação, procurou defender os nascidos na Índia de pais portugueses frente à hegemonia dos nascidos em Portugal, além de alegar ser "limpo de sangue" e se apresentar acima das elites locais oriundas de castas indianas.

Os demais casos evidenciam o esforço de provar a nobreza de sua origem e preterir o depreciar as demais castas. Os clérigos nativos articulavam a prova de nobreza mediante a reconstituição genealógica das castas, vinculavam-na ao passado cristão e evidenciavam os serviços prestados ao rei de Portugal pelos membros de suas castas (na guerra, na conversão, nas letras). Tais esforços indicavam tanto a postura de grupos que se vinculavam à descendência de castas tidas como as mais proeminentes (caso dos brâmanes) ou de castas em ascensão (como os chardós).

Referências Bibliográficas:

BOXER, Charles. **A igreja e a expansão ibérica.** Lisboa: Edições 70, 1990.

D'COSTA, Anthony. **The christianisation of the Goa islands**. Bombay, 1965.

FRIAS, António João de, **Aureola dos indios & nobiliarchia bracmana: tratado historico, genealogico, panegyrico, politico & moral.** Lisboa : Off. de Miguel Deslandes, 1702.

MELO, Carlos Mercês de, S. J., **The recruitment and the formation of the Native Clergy in India: 16th-19th** . Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

MENDONÇA, Delio de. **Conversions and citizenry: Goa under Portugal. 1510-1610.** New Delhi: Concep Pub., 2002.

PAIS, Leonardo**. Promptuário das diffinições Indicas deduzidas de vários chronistas da Índia, graves authores, e das histórias gentílicas**. Lisboa: Antonio Pedro Galram, 1713.

PURIFICAÇÃo, Miguel da. **Relação defensiva dos filhos da Índia Oriental e da Província do apóstolo S. Thomé dos Frades Menores da Regular Observância da mesma Índia.** Barcelona: Sebastião e João Matheua, 1640.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O império asiático português- 1500-1700: uma história política e econômica.** Lisboa: Difel, 1995.

TAVARES, Célia da Silva. **Jesuítas e inquisidores em Goa.** Lisboa: Roma Editora, 2004.

XAVIER, Ângela Barreto. *David contra Golias na Goa seiscentista e setecentista* . in **Ler Historia**, no. 49, 2005, p. 107-143.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A vila de Itu e os negros da terra - séculos XVII e XVIII

Silvana Alves de Godoy*

Resumo: Estudos sobre a capitania paulista tradicionalmente enfatizaram o período *bandeirante*, no século XVII, e *cafeeiro*, no século XIX. O século XVIII praticamente desaparece das análises e, quando é citado, é apresentado como período de rupturas em relação ao século XVII. A historiografia recente vem demonstrando que, para além deste viés de ruptura, o século XVIII possui elementos de continuidade em relação ao século XVII. Ao analisar o período formativo da vila de Itu, observa-se que a descoberta do ouro não significou o fim do apresamento de índios, ainda que em escala menor do que a verificada no século XVII. O que se percebe é que famílias redirecionaram suas atividades a partir das possibilidades que a descoberta do ouro trouxe, mas ainda calcadas na mão-de-obra indígena, pelo menos na fase inicial do período monçoeiro.
Palavras chave: Itu, negros da terra, mercado interno.

Abstract: Studies on the captaincy from São Paulo traditionally emphasized the period pioneer, in the century XVII, and coffee plant, in the century XIX. The century XVIII practically disappears of the analyses and, when it is mentioned, it is presented as period of ruptures in relation to the century XVII. The recent historiography is demonstrating that, for besides this rupture inclination, the century XVIII possesses continuity elements in relation to the century XVII. When analyzing the formative period of the town of Itu, it is observed that the discovery of the gold didn't mean the end of the capture of Indians, although in smaller scale than verified her/it in the century XVII. The one that one notice is that families redirected their activities starting from the possibilities that the discovery of the gold brought, but still stepped on in the indigenous labor, at least in the initial phase of the period *monçoeiro*.
Keywords: Itu, black of the earth, domestic market.

A vila de Itu tem sua origem relacionada às expedições bandeirantes ocorridas no século XVII. Embora não tenhamos certeza da quota que coube ao seu fundador, Domingos Fernandes, na expedição de apresamento ao Vale do Paranapanema, entre 1602 e 1604, esta entrada retornou com 2.000 cativos. Sua quota pode ter sido de fundamental importância para a montagem de sua propriedade em Itu. (MONTEIRO, 1994: 79)

Vinda de São Paulo, a família Fernandes buscava novas terras, indo se estabelecer no local que viria a ser Santana de Parnaíba. Posteriormente, Domingos e Baltazar Fernandes, membros da família, estabeleceram-se, respectivamente, em Itu e Sorocaba. As entradas de apresamento de indígenas que realizaram no sertão foram de vital importância para o processo de ocupação do território do atual Estado de São Paulo. Assim, busca de terras e apresamento de indígenas formaram os principais vetores que impulsionaram a colonização da capitania.

Quando Domingos Fernandes e sua família foram para o sertão, fundando a povoação de Itu por volta de 1610, utilizaram-se amplamente de índios para seus empreendimentos agrícolas. Parte de sua produção era vendida às expedições que se dirigiam ao Guairá. Talvez isto tenha dado impulso à criação de uma relativa estrutura agrária em Itu (MONTEIRO, 1994: 109). Em período posterior, situado entre a segunda metade do século XVII e o início do comércio das monções, em 1719, os índios administrados continuaram a formar a base da mão-de-obra, consolidando o povoamento vila ituana.

Em 1653, quando da morte de Domingos Fernandes, seu inventário indica que era possuidor de 28 *peças*. O testamento informa também ter dado "uma dúzia de peças com suas famílias" a seu filho, Thomé Fernandes. A Anastácio da Costa e Felipe Fernandes, também seus filhos, "pobres e faltos de serviços", deu a cada um "algumas peças para deles se servirem". Ainda segundo testamentos, nota-se que nem todos os habitantes da vila eram possuidores de muitos indígenas como o foram Domingos Fernandes, Cristóvão Diniz, seu genro, com 114, Manoel Correia de Sá, senhor de 40 indígenas, e Inácio Rodrigues, que contava 30 almas do gentio da terra em 1694. Por sua vez, João Rodrigues Pinto afirmou, em 1689, possuir apenas 8 almas do gentio da terra; em 1694, Isabel da Silva declarou 9 indígenas entre seus bens. Em 1701, Lucrecia Leme afirmou que possuía apenas um *negro*. Em 1702, Isabel Ferreira e Custódio de Chaves disseram possuir 8 e 6 peças, respectivamente; em 1703, Afonso Dias Macedo possuía 21 *peças,* em 1704 Antônio Machado do Passo disse ter 5 indígenas em seu serviço e alertou que um estava "fugido no sertão". Em 1704, Margarida Bicuda afirmou assistir em sua companhia "alguns índios e índias", não especificando quantos. Em 1705, Méssia da Cunha *administrava* 12 almas do gentio da terra . Em 1706, Lucrécia Leme mencionou a presença de 9 "peças" do gentio da terra ao lado de 13 almas escravas . Ao fazer essa distinção, Lucrécia refere-se ao fato de que as 13 "almas escravas" eram africanas. Em 1710, Ana Ribeiro apresentou 8 negros ao lado de 16 indígenas. Em 1713, Jerônima Silva e Antônio Soares de Almeida declaram possuir 4 e 12 indígenas, respectivamente. Antônio Vieira Tavares, em 1715, possuía apenas 4 peças. Em 1718, Estevão Cardoso de Negreiro disse possuir 20 peças do "cabelo corredio". Em 1720, Antônio do Canto de Almeida informou uma rapariga do gentio da terra. Em 1722, Bartolomeu Quadros administrava 8 *almas do gentio da terra.* Sebastião da Costa e Teresa Afonso Vidal declararam, respectivamente, 2 e 3 indígenas e, em 1726, Antonio Antunes Maciel era "administrador de algumas peças". Por fim, em 1727, Catarina Siqueira afirmou possuir 4 *peças* .

O que os inventários e testamentos apontam é que houve uma tendência de as escravarias indígenas serem menores no início do século XVIII, comparativamente as de meados do século XVII. Portanto, mesmo considerando que nossa amostragem seja diminuta, é possível confirmar o que John Monteiro aferiu para o período aqui referido, isto é, "um declínio vertiginoso na concentração de mão-de-obra indígena" na segunda metade do século XVII e inícios do século XVIII. (MONTEIRO, 1994: 210)

No entanto, a diminuição da concentração de cativos indígenas em Itu não significou a ausência desse tipo de mão-de-obra. Uma solicitação feita pela Câmara da vila de São Paulo em 1680 pedia que Itu fornecesse índios "para servirem como carregadores na jornada ao Sabarabuçu", o que indica que a vila era servida de indígenas, embora os inventários e testamentos da época retratem os reveses sofridos pela capitania de São Paulo no que tange às possibilidades de apreensão desse tipo de mão-de-obra (NARDY FILHO, 1950: 20). É interessante notar que mesmo com as enormes dificuldades enfrentadas para se prear índios, nos inventários e testamentos encontrados, referentes aos anos situados entre 1677 e 1727, todos continham indígenas, o que atesta a disseminação deste tipo de mão-de-obra.

Não obstante as dificuldades de apresamento, também mediante inventários e testamentos é possível perceber as andanças que os moradores de Itu realizavam no sertão para capturar índios. Em 1702, Custódio Chaves dera a seu cunhado Antônio Afonso dezesseis mil réis para trazer do sertão uma peça a seu contento. Em 1704, Antônio Machado do Passo declarou em testamento que possuía um escravo de nome Francisco "fugido no sertão" e que podiam "trazê-lo alguns sertanistas". Confirmando tais empreendimentos, o capitão Antônio Pires de Campos elaborou um relato minucioso sobre as várias nações indígenas, bem como seus usos e costumes, que habitavam todo o percurso dos rios Grande até Cuiabá. (TAUNAY, 1981 : 179-200). Tal era a familiaridade deste sertanista com essa região que, em 1742, firmou um contrato com Dom Luiz Mascarenhas, então capitão general da capitania de São Paulo, para realizar uma expedição contra os índios Caiapó, em troca de uma arroba de ouro. Não mais como capitão, o coronel Antônio Pires de Campos fez mil cativos, para o que contou com uma tropa formada por nada menos que 500 índios Bororó e mais homens bem armados e municiados, após três meses e 150 léguas percorridos (AZEVEDO MARQUES, 1980: 76). Em 1755, novamente Antônio Pires de Campos foi chamado para fazer guerra contra os Caiapó, agora em troca de um "hábito de Cristo, com

tença efetiva de 50$ e o ofício de escrivão da superintendência geral das minas de Vila Boa de Goiás", mas morreu em combate[1].

Nada sabemos que uso que se fez dos cativos aprisionados por Antônio Pires de Campos – se é que o montante de índios chegue, de fato, a cerca de 500 – mas é muito provável que sertanistas de Itu tinham muito conhecimento do sertão e das nações indígenas que lá habitavam, bem como sugerem que ainda havia expedições que traziam índios. No entanto, parece que as expedições do século XVIII eram defensivas, isto é, além de aprisionarem índios, tinham como objetivo defender a rota das monções de ataques, inclusive com o incentivo da Coroa. A expedição de Pires de Campos visou principalmente livrar a rota das monções de indígenas que atacavam canoas. Infelizmente, não encontrei na documentação consultada, inclusive nos testamentos de Itu, menções a índios Caiapó, somente aos Bororó e aos Pareci.

A propósito, Joseph Barbosa de Sá, em sua narrativa sobre as monções do século XVIII, menciona a venda de escravos índios, Bororó e Pareci, por volta de 1728. (BARBOSA DE SÁ, 1901: 21) Pouco tempo depois, em 1732, o coronel da vila de Itu, João de Melo Rego, indagando ao governador da capitania a respeito de um registro em Araritaguaba, queria saber se "os bugres bororós e todo os gentios das vargens fora dos índios Parecizes", trazidos nas expedições monçoeiras, deveriam ser quintados em Araritaguaba[2].

Seja como for, o que se constata é que Itu fazia uso da mão-de-obra indígena e que havia uma nítida diferenciação entre os possuidores de cativos. Na *Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Araritaguaba* e demais bairros de Itu, atinente ao ano de 1728, constam as taxas que moradores de Itu e Araritaguaba pagaram de imposto, conforme o número de cativos que possuíam[3]. Infelizmente, a *Relação* não informa o tipo de cativo, se indígena ou africano[4]. Outros estudos, no entanto, têm apontado para a presença de cativos africanos desde finais do século XVII. Baseado em inventários, Maurício Martins Alves observou, para Taubaté, um constante recrudescimento da mão-de-obra escrava de origem africana em detrimento da indígena entre as décadas de 1680 e 1720. Assim, na década de 1680,

[1]* Mestre em História Econômica pelo Programa de Pós Graduação em História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp e professora da Uniabeu – Centro Universitário.
Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume XIII, pp.283-284.
[2] Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1, Documento 60, Ordem 292.
[3] O documento informa poucos casos de pagamento de taxas com base no exercício de uma profissão. O título do documento não contempla os demais bairros da vila, mas o documento, além de freguesia de Araritaguaba, abarca outros locais da vila ituana.
[4] Para a vila e bairros rurais de São Paulo, em 1679 e 1682, John Monteiro comparou os valores pagos com os inventários realizados em torno daqueles anos. O autor percebeu que havia uma "relação entre o número de índios [presentes nos inventários] e o valor da contribuição". (MONTEIRO, 1994 : 188).

africanos e indígenas correspondiam, respectivamente, a 0,9% e 97,9%; 0,6% e 96,5% na década de 1690; 17,1% e 68,8% na de 1700; 47,5% e 47,9% na de 1710; por fim, 45,8% e 41,5% na década de 1720. Apesar de os cativos africanos se fazerem cada vez mais presentes ao longo do tempo, indígenas eram parte expressiva da mão-de-obra, ainda na década de 1720 (ALVES, 1995 : 46).

Em Santana do Parnaíba, entre 1720 e 1731, nos 125 óbitos de escravos e administrados, 87 (69,9%) eram de índios e 38 (30,1%) eram de africanos (METCALF, 1987: 229-243). Quiçá, a presença mais marcante de índios em Santana do Parnaíba se deva ao tipo de documentação consultada, uma vez que os inventários de Taubaté tendiam a omitir a presença de indígenas.

Não se deve esquecer que ituanos ainda continuavam a adentrar o sertão em busca de índios. Em 1720, Antônio do Canto de Almeida afirmou possuir "uma rapariga do gentio da terra" ". Disse ainda que seu cunhado, Teodósio Nobre, lhe devia um "*page* a seu contento na volta que fizer do sertão"[grifo meu][5]. Na *Relação* de 1728 estava presente um certo Teodósio Nobre, que era um dos maiores proprietários de escravos de Itu, pois tinha 39 cativos. Se Teodósio Nobre for a mesma pessoa citada nas duas fontes, provavelmente boa parte de seus escravos presentes na *Relação* eram índios apresados no sertão. Relembrando, evidentemente, das palavras de Joseph Barbosa de Sá e das do coronel João Melo Rego, que destacaram a venda de índios

Portanto, se Itu seguiu a tendência de Taubaté e, principalmente, a de Santana de Parnaíba, é muito provável que a maioria dos cativos presentes na *Relação* fossem indígenas, não obstante a presença de africanos. Na *Relação* se observa que, no ano de 1728, a vila de Itu contava com 3.134 escravos (Quadro 1). Se levarmos em conta que, em 1676, Itu possuía um total de 500 índios, constata-se um aumento no montante de escravos na ordem de 600% (HOLANDA, 1966 : 86)

Quadro 1
Estrutura de Posse de Escravos – Vila de Itu (1728)

[5] No dicionário de Antônio de Moraes e Silva, um dos significados da palavra *pagem* é "Moço de acompanhar pessoa nobre, que ia à guerra, levando-lhe a lança, escudo, &c." Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, 2ª edição.

	Proprietários		Escravos	
Escravarias	**#**	**%**	**#**	**%**
1	104	23,5	104	3,3
2	64	14,4	128	4,1
3	44	9,9	132	4,2
4	34	7,7	136	4,3
Até 4	246	55,5	500	16,0
5	30	6,8	150	4,8
6	18	4,1	108	3,4
7	14	3,2	98	3,1
8	16	3,6	128	4,1
9	9	2,0	81	2,6
10	17	3,8	170	5,4
Entre 5 e 10	104	23,5	735	23,5
Até 10	350	79,1	1235	39,4
Entre 11 e 15	31	7,0	398	12,7
Entre 16 e 20	33	7,4	586	18,7
Entre 21 e 30	16	3,6	402	12,8
Mais de 30	13	2,9	513	16,4
Mais de 11	93	20,9	1899	60,6
T O T A L	**443**	**100,0**	**3134**	**100,0**

Fonte: Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Araritaguaba. Biblioteca Nacional, Documento 653, Coleção Arquivo Histórico Ultramarino.

Além da presença expressiva de indígenas[6], havia uma concentração da propriedade escrava. Não menos, a disseminação da mão-de-obra escrava entre os moradores livres da vila. Desse modo, a quadro 1 demonstra que seriam 443 os proprietários de cativos na vila. Segundo o governador Rodrigo César de Menezes, em 1722, havia em Itu grande "número de moradores", 800 casais.[7] A lista de que dispomos é de 1728. Elevando-se, hipoteticamente, o número de casais para 900 em 1728, e considerando a possibilidade de que na *Relação* estejam arrolados os chefes de fogos, 49,2% dos domicílios teriam escravos.

A crer nestas suposições, a disseminação da mão-de-obra escrava (boa parte dos quais cativos indígenas) entre os ituanos seria impressionante, mesmo depois de passada a fase áurea do apresamento de indígenas. Para se ter uma idéia do que tais números representam, em 1821, em uma conjuntura de alta do tráfico atlântico de escravos africanos, estimativas apontam que cerca de 56,3% dos fogos da cidade do Rio de Janeiro não tinham escravos (LIMA, 1997: 73) Apesar de a posse de cativos ser disseminada entre os ituanos, o que os testamentos e a *Relação* indicam é que a estrutura de posse era altamente concentrada. Na *Relação*, daquele total de 3134 cativos, 39,4% encontravam-se nas mãos de 79% dos

[6] Se em 1676 Parnaíba e São Paulo possuíam 3000 e 15000 índios, respectivamente, pode-se considerar que Itu em 1728 fosse bem servida de escravos, a maioria dos quais provavelmente indígenas. Ademais, deve-se considerar que há omissão de escravos na *Relação*, uma vez que sobre eles incidiam impostos. (NIZZA DA SILVA, 1998 : 38)

[7] Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volume.XXXII. pp. 31, 32,93 e 94.

proprietários, ao passo que 21% dos escravistas tinham em seus domínios nada menos que 60,6% dos cativos.

Como vimos anteriormente, no segundo decênio do século XVIII, precisamente em 1726, Matias de Mello Rego obteve provisão para erigir uma capela em louvor à Santa Rita nos arrabaldes da vila de Itu, conseguindo realizar o feito em 1728. Na *Relação* aparece um certo Matias de Mello Rego, com 21 cativos. Era irmão de João de Mello Rego, que exerceu vários cargos na vila de Itu e Sorocaba, sendo comandante do Regimento de Auxiliares destas e também provedor dos quintos reais. Na *Relação* de 1728, há um João do Mello Rego, sargento-mor, senhor de 20 cativos. Se forem as mesmas pessoas, não só a ocupação de cargos e a fundação de capelas designava *status*, mas a posse de escravos também diferenciava os homens livres, era signo de *status*, riqueza e poder

O estabelecimento de colonos e trabalhos de índios em Itu foram cruciais para o abastecimento de expedições para o sertão, bem como tornou a vila um ponto de partida estratégico para o apresamento de mão-de-obra indígena. Devido a isto, na virada do século XVII para o XVIII, Itu era uma vila com certa estrutura produtiva implantada. Segundo John Monteiro, com a descoberta das minas de ouro, restaram duas opções aos paulistas: reorientar a produção para mercadorias cujo valor compensasse o custo de transporte ou organizar as unidades agrícolas nas imediações das próprias minas. Os ituanos de posse de seus indígenas, reorientaram sua produção para abastecer as minas, bem como as expedições que para lá se dirigiam, mas, diferentemente dos colonos do século XVII, a agricultura no século XVIII, pelo menos para a vila de Itu, não girava em torno da triticultura, pois se produzia milho e feijão. Milho e feijão que não eram mais transportados nas costas de indígenas, mas em enormes canoas pelos rios até Cuiabá ou, simplesmente, eram consumidos durante o trajeto até as longínquas minas.

FONTES

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Volumes XIII e XXXII
Ordenanças de Itu. AESP. Caixa 55. Pasta 1, Documento 60, Ordem 292.
Relação das quantias oferecidas pelos moradores do bairro de Araritaguaba. Biblioteca Nacional, Documento 653, Coleção Arquivo Histórico Ultramarino
Testamentos e Inventários – Arquivo do Estado de São Paulo

Bibliografia

ALVES, Maurício Martins. Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729). Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 1995.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. . Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: EDUSP. Tomo I, 1980.

BARBOSA DE SÁ, Joseph, 1901. "Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos" In Anais da Biblioteca Nacional, Volume XXIII.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Movimentos da população em São Paulo no século XVIII" In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo: s/e, 1966.

LIMA, Carlos A. Pequenos patriarcas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de

METCALF, Alida C. "Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba" In Estudos Econômicos. São Paulo: FIPE/USP, maio/agosto, no. 17(2), 1987.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes na origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

NARDY FILHO, Francisco. A cidade de itu. Crônicas históricas. São Paulo, s/e, 1950, p.20.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, 1998. História da família no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

TAUNAY, Afonso de E. Relatos monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Influências modernistas na história da medicina de Pedro Nava

Greyce Kely Piovesan*

Resumo: Pedro Nava é muito conhecido por seus livros de *Memórias*, que misturam as lembranças pessoais de um médico mineiro com a história cultural e política brasileira. Porém, antes mesmo de publicar seus trabalhos memorialísticos, Nava se dedicou à história da medicina, publicando dois livros principais: *Território de Epidauro* (1947) e *Capítulos da História da Medicina no Brasil* (1949). Este trabalho pretende analisar estas duas obras, identificando as fontes utilizadas pelo autor e as influência que intelectuais como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Mário de Andrade tiveram na obra historiográfica do médico, memorialista e historiador Pedro Nava.
Palavras-chave: Pedro Nava – História da Medicina – Intelectuais

Abstract: Pedro Nava is well known for his books of *Memorias*, which combine personal reminiscences of a doctor from Minas state with Brazilian political and cultural history. However, before publishing the *Memorias*, Nava was dedicated to the history of medicine, publishing two principal works: *Território de Epidauro* (1947) and *Capítulos da História da Medicina no Brasil* (1949). The purpose of the present work is to analyze these two books, identifying the sources used by the author and the influence that intellectuals such as Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Arthur Ramos and Mário de Andrade had on the historical work of the medic, memorialist and historian Pedro Nava
Keywords: Pedro Nava – History of medicine – Intellectuals

Pedro Nava é muito conhecido por seus livros de memórias, que misturam ficção e história política e cultural brasileira. Sua escrita foi influenciada pela cultura literária modernista da década de 1920, na qual o autor teve participação ativa durante o período que cursou medicina em Belo Horizonte. Mas também não devemos esquecer que Nava foi, sobretudo, médico, interessado nas questões ligadas a política e a sociedade e na construção de uma história brasileira.

Nava exerceu seu trabalho de médico em Belo Horizonte e em Juiz de Fora trabalhando como funcionário da Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. De 1931 a 1933, foi médico no interior de São Paulo, em Monte Aprazível. Após este período mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até a sua morte. Como fruto de suas pesquisas na área da medicina, escreveu mais de 350 artigos que foram apresentados em congressos médicos ou publicados em revistas científicas. Em grande parte desses escritos

tratou da reumatologia, especialidade a que Nava dedicou muitos anos de sua atividade profissional (VALE, 2002).

Em meio à multiplicidade da vida e da obra de Pedro Nava, tratamos em nosso trabalho do médico-historiador, que dedicou muito de seu tempo a escrever e a pesquisar sobre a história da medicina.

O primeiro livro do autor, *Território de Epidauro*, foi editado em 1947 e reeditado em 2003. Neste livro, Nava reuniu artigos que tratam de medicina, escritos de uma forma menos acadêmica, que permitiram ao autor tomar a liberdade de expressar suas opiniões sobre o tema. Neste trabalho, não utilizou citações completas dos documentos usados como fontes nem colocou bibliografia no final do livro. Os artigos tomaram forma de relato pessoal sobre os estudos que Nava vinha fazendo.

Escrevendo sobre a história da medicina, mais de vinte anos depois de participar do círculo dos modernistas, Pedro Nava utilizou fontes muito interessantes para contar alguns "capítulos da história da medicina no Brasil".

No primeiro artigo de *Território de Epidauro*, Nava tratou das origens portuguesas da "Arte"[1] brasileira, buscando no misticismo a origem dos métodos populares de medicina. Tais práticas estavam baseadas na mentalidade cristã de que a doença seria a ira de Deus sobre os povos. Segundo Nava, essa foi a medicina que veio para o Brasil e continuaria viva na nossa medicina popular. Nava atenta para a literatura médica lusitana até o século XVIII, que esclarece essas afirmações. A literatura dos séculos passados foi, muitas vezes, consultada pelo médico-historiador procurando buscar as raízes das crenças populares e princípios da medicina erudita.

Quando discorreu sobre a "noção sacrificial" de certos tratamentos, Nava citou o trabalho do amigo Mário de Andrade, *Namoros com a medicina* (ANDRADE, 1980), em que o autor trabalhou com as crenças na cura através dos excretos, e com o valor terapêutico da música. Assim como Mário de Andrade, Nava estava buscando analisar as fontes vindas do imaginário popular. A aceitação de determinadas práticas terapêuticas, para Nava, assim como para Mário de Andrade, estava atrelada a um "psiquismo profundo" ligado às concepções ditadas pela cultura, que ignoravam as "luzes trazidas pelo apuro da Civilização" (NAVA, 2003a:65).

Para legitimar suas hipóteses, Nava buscou exemplos em mitos, lendas populares e no folclore, analisando o que significavam as expressões e o que estaria por trás do simples

[1] Em muitos momentos de seus trabalhos Pedro Nava usa o termo Arte como substituto para medicina.

falar, defendendo que essa atração pelas coisas do corpo vivo, pelos tratamentos viscerais, tinha suas raízes na origem psicológica que buscava a cura através do próprio corpo vivo.

Deste modo, Pedro Nava, mesmo tendo formação médica, e estando inserido no sistema médico moderno, no qual a legitimidade dos diagnósticos e da terapêutica só é válida dentro dos princípios científicos estabelecidos pela própria medicina, dava importância à medicina popular e lhe conferia historicidade. Porém, a valorização dos conhecimentos e práticas da medicina não erudita estava restrita apenas ao âmbito da pesquisa histórica, e não como prática efetiva de cura. De acordo com ele, muitas conclusões interessantes poderiam resultar das pesquisas das práticas médicas ligadas à feitiçaria (NAVA, 2003a:111), no entanto, não admitiu que tais elementos passassem a ser mais do que fontes históricas.

Para escrever a história da medicina, Pedro Nava também usou um procedimento muito próximo ao do médico, sempre atento a um detalhe que pode ser revelador. Estas pistas "infinitesimais" permitiram a Pedro Nava captar uma realidade mais profunda, que não atingiria de outra forma. Isto se deve ao "modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar doenças inacessíveis a observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes, irrelevantes ao olhos do leigo".(GINZBURG, 1989: 150-151)

Um exemplo disso é o uso que Nava fez de fontes incomuns, ao menos, não óbvias, como livros escritos nos séculos XVIII e XIX, e que circularam pelas colônias americanas. Ao lado desses livros, circulavam também manuscritos contendo receitas e ensinamentos, os quais foram utilizados por Nava como fonte. O autor deu grande importância a esses manuscritos, chegando, até mesmo, a transcrevê-los em *Território de Epidauro*.

Escrito na mesma década de *Território de Epidauro*, *Capítulos da história da medicina no Brasil* trata da medicina de uma forma mais acadêmica do que o primeiro livro, mas usando fontes muito parecidas com as usadas anteriormente. Este trabalho, reúne oito textos que foram publicados na *Revista Brasil Médico Cirúrgico,* de 1948, e um artigo intitulado "*Rio 400 anos de medicina*" publicado pela revista *Rassegna Médica e Cultural*, que reuniu textos que tratam da medicina e suas práticas na história. Nos deteremos sobre dois artigos contidos nessa obra que tratam da formação da medicina erudita e popular brasileira.

Em *Introdução ao Estudo da História da Medicina no Brasil*, primeiro artigo do livro, Nava explicita que tipo de documentos devem ser utilizados para a pesquisa histórica:

> *Os que tratam da cultura e dos costumes do índio brasileiro na época da Descoberta e nos períodos subseqüentes; os que tratam da cultura e dos costumes dos grupos negros que entraram no Brasil com o tráfico africano; os que se referem à Medicina Portuguesa coeva, não só ponto de vista de sua literatura médica, como do da legislação metropolitana que dizia respeito às instituições sanitárias e ao exercício da internística, da cirurgia e da arte obstétrica; os que tratam das doenças do índio e do negro; os fornecidos pela medicina popular, pelo folclore e pela literatura de costumes, tomados como material de pesquisa sobre as concepções populares de doença e dos remédios; os trazidos pela imprensa leiga, como reflexo da vida da coletividade; e, por fim, os que nossas leis sobre a higiene e o ensino, os relatórios e os regulamentos, monografias, compêndios e tratados publicados no país (NAVA, 2003b: 18)*

Para ele, a história da medicina seria inútil se feita apenas de fatos cronologicamente datados. Essas idéias, dentro do estudo da medicina, "não podem ser explicadas por datas, mas pelo conteúdo doutrinário que encerram ou pelos princípios filosóficos que representam" (NAVA, 2003b:11). A cronologia deve vir depois, para que sirva de auxílio ao entendimento das idéias médicas. Com essa afirmação, percebemos qual tipo de abordagem Nava pretendeu utilizar em sua história da medicina. Foi para fazer essa história ligada a um contexto maior do que simplesmente as datas e os fatos, que Nava usou essas fontes variadas que não se limitavam a documentos oficiais.

A literatura foi o foco da atenção de Nava, muitas vezes em suas pesquisas históricas. A prosa de ficção, a poesia, o teatro, eram "um mundo inexaurível de documentos que [poderiam] servir ao médico historiador".(NAVA, 2003b:10)

Nava não se restringiu à literatura médica, tendo um leque maior de leituras e reflexões. Durante boa parte de sua obra, explicita suas idéias em relação à história, à antropologia e sobre sua metodologia na análise das fontes da pesquisa. A influência das discussões sobre a formação do povo brasileiro, de que tanto se falou nas décadas de 1930 e 1940, fica evidenciada. Essa formação, que estava além da formação tradicional de médico, foi o que possibilitou a Pedro Nava escrever sua história da medicina. Nava também trouxe breves discussões a respeito de assuntos ligados às ciências humanas, usando, em seus trabalhos, autores como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Nina Rodrigues[2] que serviram de apoio para analisar suas fontes.

---

[2] Encontramos ainda em sua bibliografia autores como: Oswaldo Cabral, *Medicina, médicos e charlatães do passado*, Alfredo Nascimento (cita pelo menos três obras desse autor), Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Machado de Assis entre outros.

Estes três autores citados pelo médico-historiador tinham em comum a preocupação com as origens do povo brasileiro e, pretendiam, através de suas pesquisas, construir um modelo do caráter nacional. Fizeram parte de toda uma geração de intelectuais que buscaram na língua, nas tradições populares, no folclore e na raça os critérios da definição da nacionalidade (CHAUÍ, 2001:18)

Nava citou, em pelo menos dois artigos de *Capítulos da História da Medicina no Brasil*, ambos tratando de medicina popular envolvendo influências da cultura negra, européia e indígena, duas obras de Gilberto Freyre: *Casa Grande e Senzala,* editado primeiramente em 1933*,* e *Novos Estudos Afro Brasileiros*, publicado em 1937.

Gilberto Freyre defendeu, em *Casa Grande e Senzala,* a ideologia do caráter nacional brasileiro em que a nação foi formada pela mistura das três raças, gerando uma sociedade mestiça. Por esta razão, esta sociedade desconhecia o preconceito racial e negros e brancos se completavam, num trânsito contínuo entre a casa grande e a senzala.(CHAUÍ, 2001:26)

Para Freyre, os negros eram dotados de um misticismo quente e voluptuoso, que aumentou a sensibilidade e a imaginação do brasileiro, além da alegria e bondade inatas. Pedro Nava se mostrou de acordo com essas teorias, quando indicou o negro como responsável pela herança alegre das expressões artísticas da música popular e pela religiosidade compósita que influenciou fortemente a medicina do povo brasileiro.(NAVA, 2003b:23)

José Maria Cançado, em *Memórias videntes do Brasil – A obra de Pedro Nava*, tratando das *Memórias*, estabelece uma relação entre o médico e memorialista e Gilberto Freyre. Segundo Cançado, o ponto em comum entre os dois trabalhos foi a formação da família patriarcal brasileira. Nava, em suas *Memórias,* e Freyre, em seus escritos de análise sociológica, foram "movidos pela obsessão de articular o que ainda não tem nome" (CANÇADO, 2003:149), as questões familiares no Brasil.

Porém, tal semelhança data de antes dos escritos memorialísticos de Pedro Nava. Nos dois livros que analisamos neste trabalho, a influência de Freyre foi considerável, constando na bibliografia citada por Nava. Em muitos momentos de seus escritos, o médico historiador se utilizou da interpretação paternalista oferecida por Freyre em *Casa Grande e Senzala* sobre a ação civilizatória dos portugueses, que introduziram a unidade religiosa e lingüística, a tolerância racial e a mestiçagem.

Os negros foram colocados, por Nava, como "parte integrante da civilização brasileira" (NAVA, 2003b:23) e o preconceito sofrido por eles ainda persistia[3] apenas para uma minoria de brasileiros que não olhavam para suas características físicas claramente herdada dos africanos. Para provar tal afirmação, bastava olhar para a "escalada social do mulato, do caboclo ou da mistura mais complexa dos dois" explicitada na galeria dos retratos dos Presidentes da República e suas feições mestiças. Aqui está mais um indicativo das influências de Freyre na obra de Nava: a crença numa democracia racial, conseqüência da mescla das três raças, pensada também no plano cultural.

Pedro Nava, em um artigo intitulado *Introdução ao Estudo da História da Medicina no Brasil,* tratando da influência dos negros na medicina brasileira, citou o trabalho do "Mestre" Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*[4].

Assim como fez Rodrigues, Nava traçou o perfil do brasileiro afirmando que o povo foi formado por uma população *morena*, fruto da mestiçagem entre portugueses, índios e negros. Esta população "na sua maioria não tem quase mais nada de africano, perdeu também muito das características do celta e do godo que lhe haviam sido ministradas pelo português".

Nava buscou uma origem para população brasileira, através do "complexo racial, psicológico e cultural" (NAVA, 2003b:22-23) no qual o negro estaria totalmente envolvido.

Para ele, o Brasil era um país de "dupla personalidade", com uma organização jurídica e uma religião aparentemente portuguesas, e uma

> *outra concepção de direito pessoal, da reivindicação e da crença sobrenatural, comprimidas pela força e que explodem às vezes drasticamente na criminalidade individual e particularíssima do mestiço e do negro, da delinqüência coletiva, recorrente dos cangaceiros do Nordeste e dos bandidos de Minas e São Paulo, na religiosidade armada do Bom Jesus do Conselheiro e do Juazeiro do Padre Cícero. (NAVA, 2003b:23)*

A forte influência de Nina Rodrigues e suas idéias de formação nacional ficam explícitas no trecho acima, em que a mestiçagem diminuiu as "capacidades relativas de civilização e progresso" (RODRIGUES, 1982:13) do brasileiro.

Nava afirmou que essa infiltração do negro na cultura brasileira fez nascer o

> *modo de ver do nosso vulgo que encara de um ponto de vista místico-teúrgico análogo ao da medicina pré-hipocrática, tanto a moléstia quase sempre tida como*

[3] Nava está escrevendo em 1949.
[4] Pedro Nava se dirigiu a Nina Rodrigues como Mestre.

> *castigo divino, como o tratamento quase sempre dominado pelas dominações do sacrifício e da purificação. (NAVA, 2003b:24)*

Isto resultou na dupla forma do povo brasileiro "encarar as coisas", relutando contra as soluções de terapêuticas oficiais, vindas dos médicos clínicos ou sanitaristas. Outra resultante desse processo de mestiçagem cultural, que foi, segundo Nava, a provável responsável pela agravação de problemas nosológicos e por inúmeras mortes, foi a propagação, pela medicina popular, dos curandeiros, pais-de-santo, feiticeiros, homeopatas e médiuns. Tudo isto, para Nava, emanou principalmente da cultura africana e ainda de um "lastro primitivo de práticas e crenças de origem caldaica, semita, mediterrânea, cristã e indígena [...]." (NAVA, 2003b:24) formando a medicina popular brasileira, cuja origem Nava buscou através das explicações de Nina Rodrigues.

Pedro Nava também algumas obras de Arthur Ramos para compor sua história da medicina brasileira: *O negro brasileiro, As culturas negras no Novo Mundo* e *Introdução à antropologia brasileira.* Nestas três obras, Ramos examinou a cultura negra, valorizando sua atuação na construção da identidade brasileira.

Pedro Nava usou os conceitos de Arthur Ramos para delinear a religião dos diferentes grupos africanos, relacionando o culto às divindades com as práticas curativas dessa cultura. Ainda, foi elaborado por Ramos o conceito de cultura usado por Nava. Ramos defendeu em *As culturas negras no Novo Mundo* que, em vez de raças, que designavam apenas grupos com características físicas comuns devia-se utilizar o termo cultura, que compreendia as ciências, as crenças, a moral as leis e os costumes adquiridos no convívio social de um povo (RAMOS, 1979:16). Todas as vezes que Nava tratou dos negros, dos indígenas e dos portugueses se apropriou dessa designação de cultura.

A isso se juntou a idéia positivista da ciência neutra, muito enfatizada por Arthur Ramos e por outros intelectuais da época, em que o objeto de pesquisa do cientista social não poderia ser estudado com o critério subjetivo e, sim, tratado como material humano de pesquisa, objetivo e livre do sociologismo romântico que comprometeria a visão real dos seus problemas (RAMOS, 1979, XX-XXI).

Arthur Ramos buscou respeitar os diferentes grupos autóctones, sem tratá-los como um grupo homogêneo. Nava usou a mesma metodologia para se referir às práticas terapêuticas indígenas, pesquisando nos relatos transmitidos pelos viajantes

> *apenas o que havia de objetivo neles, nos elementos que permitissem situar o nosso íncola do ponto de vista de sua cultura – discriminativo e levando em conta as*

> *diferenças maiores ou menores, existentes entre cada tribo, segundo aliás o critério adotado por Arthur Ramos. (NAVA, 2003b:187)*

Porém, acreditamos que essa percepção da pesquisa histórica foi ainda influenciada pela década modernista de 1920, e amadurecida pelos anos seguintes por outros livros que trataram de sociologia, antropologia e historiografia. Esta discussão merece uma análise maior, que o tempo não nos permite fazer aqui, abarcando as obras de maior relevância para o período que podem ter influenciado, também, esse autor que tratamos.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Mário. **Namoros com a medicina**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

CANÇADO, J. M. **Memórias videntes do Brasil***:* a obra de Pedro Nava. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

CHAUI, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 4ª ed. São Paulo: Fundação Perdeu Abramo, 2001.

GIZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad: Frederico Carotti. São Paulo: Cia da Letras, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **Descrirreconstrução***:* cultura e memória em Pedro Nava. Florianópolis: UFSC, 1993.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos**. Memórias 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

_____. **Beira-mar**. Memórias 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. **Território de Epidauro**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê editorial; Oficina do Livro, 2003(a).

_____. **Capítulos da história da medicina no Brasil**. Cotia: Ateliê Editorial; Londrina: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003(b).

RAMOS, Arthur. **Introdução à antropologia brasileira**. 1º vol. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

_____. **As culturas negras no Novo Mundo**. 4. ed.- São Paulo: Nacional, 1979.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. **A obra de Pedro Nava como contribuição ao estudo da História da Medicina Brasileira (1890-1940)**. *In*: XIII Encontro Regional de História, 2002, Belo Horizonte. Anais do XIII Encontro Regional de História - ANPUH-MG. Juiz de Fora : Clio Edições Eletrônicas, 2002. p. 106-125.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Igreja Católica em Maringá PR: uma atuação significativa

Márcia Maria Pereira[1]

Resumo: O trabalho aqui apresentado é resultado de uma pesquisa de mestrado em fase de defesa, derivada da análise de acervos e leituras de cunho sagrado e profano, que procura o entendimento de como se deu a presença e atuação da Igreja Católica em Maringá no Estado do Paraná. Este estudo analisa a atuação da instituição no local, desde o período de implantação e fundação da cidade, que se deu em 1947 e se estende até a década de 1980, analisando como a instituição e seus membros procuraram se consolidar no local e como essa presença foi aceita e incorporada na sociedade que ali se iniciava, sociedade essa caracterizada por uma diversidade cultural, derivada da intensa imigração de colonos, naturais de diversas partes do Brasil e do mundo. A pesquisa destaca as necessidades e problemas que a Igreja Católica enfrentava no período.
Palavras-chave: Maringá, Igreja Católica, presença;

Abstrat: The work presented here is resulted of a research of in phase of defense, derivative of the analysis of quantities and readings of sacred and profane matrix, that looks the agreement of as if it gave to the presence and performance of the Church Catholic in Maringá in the State of the Paraná. This study it analyzes the performance of the institution in the place, since the period of implantation and foundation of the city, that if gave in 1947 and if it extends until the decade of 1980, analyzing as the institution and its members had looked for to consolidate themselves in the place and as this presence accepted and was incorporated in the society that it was initiated there, society this characterized by a cultural diversity, derived from the intense immigration of colonists, natural of diverse parts of Brazil and the world. The research detaches the necessities and problems that the Church Catholic faced in the period.
Keyword: Maringá, Church Catholic, Presence;

O trabalho aqui apresentado é resultado de uma pesquisa entre arquivos, acervos e leituras, de cunho sagrado e profano, procurando o entendimento de como se deu a presença e atuação da Igreja Católica em Maringá no Estado do Paraná. Este estudo abrange a presença da instituição no local, desde o período de implantação e fundação da cidade, que se deu em 1947 e se estende até a década de 1980. Tentando entender como a instituição e seus membros, procuraram se consolidar no local.

A atuação da Igreja Católica em Maringá no período de meados do século XX, esboça um dos principais objetivos e projetos da instituição naquele momento, que era fazer frente ao avanço da modernidade e se manter forte e atuante na sociedade, isso não só em Maringá, como em todo mundo cristão e católico.

[1] Mestranda do ultimo semestre do Programa de Pós-graduação e Mestrado em História da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Email: marciamph@yahoo.com.br.

Dessa forma, no presente estudo o objeto central se da na análise da forte presença da Igreja Católica em Maringá num momento em que a cidade não se encontrava construída e sim pré-projetada, pois Maringá foi planejada por uma companhia colonizadora chamada Companhia de Terras Norte do Paraná, que no final da década de 1920 promoveu um plano de colonização para a região, o que resultou na fundação das principais cidades do norte do Estado: Londrina e Maringá.

Essa presença logo nos primórdios da implantação de um projeto moderno e arrojado de colonização que atraia centenas de famílias de diversas partes do Brasil e do mundo, configura o esforço da Igreja Católica de se fazer presente e atuante não perdendo espaço frente ao avanço da modernidade, pois sua presença e representatividade, só foi crescendo e aumentando na medida em que o empreendimento se desenvolvia.

Um momento relevante da trajetória da Igreja Católica em Maringá se trata da elevação da cidade à categoria de Diocese no ano de 1956, Maringá recém emancipada já era sede de bispado, fator de muita importância tanto para os setores dirigentes do município quanto para a instituição, que aumentava sua representatividade.

A chegada do primeiro bispo em Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho e sua atuação, são fatores carregados de significações, que circulam no campo das representações, que no trabalho serão explorados na tentativa de explicar em que esses eventos contribuíram na consolidação da representatividade da Igreja Católica em Maringá.

Ao analisar o bispo, seus discursos, suas ações e as estratégias que adotou para realizar sua administração frente à diocese de Maringá, deve-se levar em conta em conta a diversidade cultural presente nesse cenário, que recebeu famílias advinda de regiões e paises diferentes, cada qual com sua bagagem cultura e seus costumes, o que apresentou diferencial na forma de culto e ,sendo assim, uma tentativa de unificação por parte da Igreja.

A presença da Igreja Católica em Maringá 8 anos antes da fundação oficial do município e que se estendeu por todos os anos, está inserida num contexto mundial e nacional ao qual a instituição apresentou. Esse contexto implica em determinadas ações e fatos que circundaram a Igreja Católica naquele momento e que tiveram reflexo em todo território cristão católico, inclusive no norte do Estado do Paraná.

De acordo com esse contexto a Igreja Católica vinha, já desde o Renascimento lutando contra o avanço da modernidade, que possuindo novas idéias e doutrinas, despertava cada vez mais o interesse da sociedade cristã ameaçando a hegemonia católica.

A Igreja as voltas com a grande ameaça proporcionada pelo avanço da modernidade em todos os aspectos da vida social, preocupo-se em se manter presente e atuante frente a seu adversário.

O tradicionalismo, já clássico na instituição foi revisto no decorrer dos séculos, em busca de um equilíbrio de forças com a modernidade.

Desde o Renascimento a Igreja Católica vem intensificando sua luta contra essa ameaça ideológica e social e com o fim da Segunda Guerra mundial, já no século XX, suas forças tiveram que ser renovadas e fortificadas, para poder assim fazer frente à ameaça do novo ideário, que proporcionou atrativos para surgimento e adesão à novas doutrinas, como socialismo e comunismo.

De acordo com essa conjuntura, no Brasil a Igreja Católica também participa os problemas do Vaticano. No começo do século XX a preocupação da instituição se agravou, pois o país não era governado por católicos, ou seja, as leis e os governos tinham dado um certo afastamento dos princípios da Igreja, a maioria da população mesmo sendo católicos, apresentavam-se inertes.

Dessa forma, no início da década de 1920, no Brasil havia uma preocupação de parte do clero e também de alguns intelectuais, com os rumos que a Igreja Católica estava tomando, eles temiam as idéias totalitaristas do século XX.

Essa preocupação fez com que a instituição no Brasil naquele momento permanecesse atuando de acordo com o modelo tradicional, voltando-se para a permanência da autoridade e a contínua submissão á hierarquia.

Porém com o passar dos anos esse posicionamento teve de ser repensado e o que acabou acontecendo foi uma separação dentro da própria Igreja, de um lado os tradicionalistas e de outro os reformistas.

A Igreja Católica em Maringá no Paraná acompanha essa conjuntura nacional, já no final da década de 1930, quando a cidade não tinha sido fundada oficialmente, a Igreja Católica já estava presente no local, são várias as hipóteses para essa presença, são elas: conforto espiritual para aqueles que chegavam num lugar ermo cercado de mata onde tudo estava para se fazer, estratégia da Companhia para atrair imigrantes cristãos e ordeiros ou tentativa da própria Igreja de se fazer presente e influente em mais um lugar no mundo cristão, chegando na frente das outras doutrinas que à ameaçavam.

Todas essas hipóteses são válidas devido à conjuntura que se estabelecia naquele momento. A Igreja Católica em sua posição mundial enfrentava problemas, por outro lado a Companhia responsável pela colonização de Maringá decide por apoiar a presença da Igreja

Católica em seu empreendimento, para assim conseguir uma certa disciplina por parte de seus colonos.

Os migrantes que chegavam em Maringá estavam dispostos a seguirem as exigências da Companhia. A região passou a caracterizar-se pela heterogeneidade cultural. Ali fundiam-se tradições culturais de várias partes do Brasil e do exterior. As múltiplas contribuições culturais favoreciam as trocas, inter-câmbios culturais e hibridismos.

Observa-se que essa grande mescla cultural que ocorreu em Maringá provocou em todos os aspectos sociais uma certa disparidade, o que certamente ocorria em termos religiosos, pois mesmo a maioria dos migrantes sendo católicos, cada um possuía sua forma de seguir a religião, de acordo com seus costumes regionais e a Igreja por sua vez age para homogeneizar o catolicismo no município.

Não podemos esquecer das outras religiões que estiveram presentes, que até hoje estão em Maringá, devido o processo imigratório. Os colonos estrangeiros, por exemplo, mantinham suas crenças e procuravam unirem-se para desempenhar suas atividades, os alemães, presentes na região desde a fundação de Londrina, procuravam manter a sua religião Luterana, muitos ucranianos também se estabeleceram em Maringá, mantiveram a religião ortodoxa, assim como os árabes muçulmanos.

Essa diversidade religiosa conseqüente da plural procedência da população inicial de Maringá leva a compreender, que não só o catolicismo estivera presente na região desde a época de fundação, outros povos e suas religiões também estiveram presentes nesse cenário e fizeram parte das ações e foram de suma importância para a formação cultural e social de Maringá.

Em relação à Igreja Católica, através de um discurso impondo um universo que na realidade é simbólico, a instituição consegue se fazer presente na região, para propagação de sua doutrina. A companhia na época de formação de Maringá se destaca como um agente direcionador para formação da sociedade ideal para o local e sede esse espaço para a Igreja, colocando-a como uma instituição importante na organização social.

A Igreja Católica atuou na tentativa de moldar determinada sociedade, como afirma Bourdieu:

> *A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impões um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural – sobrenatural do cosmos.(BOURDIEU, 1992: 33 -34).*

A Igreja procurou consolidar a idéia de que a fé católica é um dos principais elementos constitutivos da sociedade, mas não deixando de lado suas relações com o poder político e econômico. Em Maringá essa relação se apresenta com muita clareza, pois mesmo antes do inicio da implantação do município a Companhia colabora na construção de capelas, atendendo aos anseios e necessidades de ambas as partes.

Essa atitude é característica da Igreja enquanto instituição, pois toda a instituição defende seus interesses e tenta de todas as formas desenvolvê-los. Tenta defender sua posição e atuação frente a outras doutrinas, por exemplo, mesmo tendo como objetivo e dever principal propagar sua mensagem religiosa, a Igreja institucional age nessa defensiva e muitas vezes adota métodos que vão contra seus objetivos principais. Sobre isso Mainwaring afirma:

> *Um postulado básico bem estabelecido pela análise institucional contemporâneo e pelos estudos sociológicos clássicos diz que qualquer exame da Igreja e da política deve levar em consideração o caráter institucional da primeira. A fé é um fenômeno supra-racional se proclama pairar sobre todos os outros valores. A Igreja tem inicio nessa fé, mas, como toda instituição, ao desenvolver interesses, então tenta defendê-los. O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influencia na sociedade e no Estado, o numero de seus adeptos e sua situação financeira. Quase toda instituição se preocupa com a própria preservação, muitas tratam de se expandir. Essas preocupações facilmente levam à adoção de métodos que são inconsistentes quanto aos objetivos iniciais.(MAINWARING, 2004: 15 – 16).*

O presente estudo apóia-se nas discussões teóricas de autores como, Scott Mainwaring, Romualdo Dias, Euclides Marchi, entre outros, que abordam a Igreja Católica e suas ações frente a sociedade moderna. Pois a Igreja entendendo o avanço da modernidade como uma grave ameaça para a sua representatividade, procura se proteger apresentando também um projeto modernizante, como estratégia de normatização.

A documentação utilizada para desempenhar o estudo é variada, pois como enfoque utilizado é a "História Cultural", que permite utilizar fontes metodologicamente diferentes que se complementam na busca de um resultado satisfatório na pesquisa. É utilizado além dos referenciais teóricos documentos como: relatos orais de alguns pioneiro do município, fotografias da época encontradas na Divisão de Patrimônio Histórico Municipal e também uma vasta documentação clerical escrita pesquisada no arquivo da Cúria Metropolitana de Maringá, escritos como: carta pastoral, anotações de livro trombo, correspondências, termos de visita pastoral, dentre outros.

De acordo com toda essa conjuntura social e da Igreja Católica de meados do século XX em diante, que o estudo é desemvolvido, focando a presença da Igreja Católica no período de "colonização" da cidade de Maringá, presença essa que contribuiu na configuração social local e na consolidação institucional do catolicismo em mais uma região do mundo cristão católico.

Referencia Bibliográficas:

BARROS, Jose D'Assunção. *O Campo da história*: *Especialidades e abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BERGER,John etal. *Modos de ver*. Tradução Ana Maria Alves. Lisboa: edições 70, (s/d). [1ªedição: 1972].

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

FOUCALT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARRIDO, Joan Del Alcazar. *As fontes orais na pesquisa histórica*: *uma contribuição ao debate.* In: Memória, História, Historiografia*: Dossiê Ensino de História*. ANPUH. Editora Marco Zero, SCT – CNPq – FINESP, s/d.

ISAIA. Artur César. *Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX*. In: *Revista de ciências humanas*. Florianópolis: EDUFSC, n.30, 2001.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

LUSTOSA. Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso: 1889-1989*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

LUZ, France. Maringá em fase de implantação. In. In R.B. Dias; J.H.R. Gonçalves (org) *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. P.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Pulo: Brasiliense, 2004.

MARCHI, Euclides. A igreja do Brasil e o plano de emergência – 1952/1962. In. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, n. 30, 2001.

MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. In: *Revista de ciências humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.30, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Becerra. *Fontes visuais, Cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. In: Revista Brasileira de História. O Oficio do Historiador. ANPUH, 2003.

MEZZOMO, Frank Antonio. *Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná*. Cascavel: EDUNIOEST, 2002.

RECCO, Rogério. *À sombra dos Ipês da Minha Terra*. Londrina: Midiograf, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Martins. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

STADNIKY, Hilda Pivaro. Contribuição ao estudo da presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá. In: R.B. Dias; J.H.R. Gonçalves (org). *Maringá e o norte do Paraná*: estudos de ma história regional. Maringá: Eduem, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construção e silencio sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: R.B. Dias; J.H.R. Gonçalves (org) *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Alcoolismo e controle dos trabalhadores no século XIX

Fernando Sergio Dumas dos Santos*

Resumo: O objetivo, aqui, é explorar as possibilidades interpretativas da articulação entre os conceitos propostos por E. P. Thompson e Michel Foucault, para analisarmos a experiência histórica do capitalismo, no sentido em que esta pressupunha indivíduos cujas energias estivessem completamente concentradas na esfera da produção, fosse no local de trabalho, fosse em casa ou no lazer. No contexto do século XIX, a medicina desempenhava um importante papel no sentido de preservar as forças dos corpos e das mentes dos trabalhadores para o mercado assalariado, que estava em formação e que exigia jornadas diárias extenuantes. Trabalho com as hipóteses de que, às classes dominantes, interessava disciplinar os hábitos dos trabalhadores e não criar uma sociedade onde um único padrão moral valesse para todos. Desponta, então, o difícil equilíbrio entre o uso e o abuso das bebidas alcoólicas.
Palavras-chave: capitalismo – medicina – classes trabalhadoras

Abstract: The aim of this paper is to explore the possibilities of interpretations to the articulation between E. P. Thompson's concepts and Michel Foucault's concepts, for the analysis of the historical experiences of the capitalism, in the sense that this one presupposed individuals that their energy was completely concentrated at the production sphere, or at the work place, or at home or at their leisure time. In the context of XIXth century, the medicine fulfilled an important function to preserve the bodies and minds strength of the workers to the wage-earning market, which was in process of consolidation, demanding them hard diary journeys. I am working with the hypothesis that the dominant classes had interesting to discipline the workers habits, and not to create a society where had worth a unique moral census. Come up, then, the difficult balance between the use and the abuse of alcoholic drinks.
Keywords: capitalism – medicine – worker classes

A sociedade de tipo urbano explicitava, basicamente, três valores que, conjugados, sintetizavam os "tempos modernos": a disciplina imposta pelos novos processos de trabalho, a sensação de diluição da identidade individual dentro das massas urbanas e uma noção de tempo completamente desvinculada de um "tempo natural". Ao contrário do tempo ditado pela natureza, sob o capitalismo ocorre o seu atrelamento ao ritmo do trabalho fabril mecanizado. Para Thompson,

> *"essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu 'próprio' tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta." (Thompson, 1998: p. 272)*

* Doutor em História, Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Acompanhando as transformações da cena urbana, por volta do último quarto do século XIX, a burguesia tinha bastante definida para si a noção de privacidade e uma clara vivência das relações entre esta e os espaços públicos. Certamente, portanto, estas concepções foram transportadas para o questionamento dos alcoólicos, gerando as figuras do bêbado vagabundo, já referido neste texto, e do bêbado público, que, por um motivo ou outro, não conseguiu "privatizar sua prática etílica" (Corbain, 1991: 580). Desde fins do século XVIII, na Europa, a família emergira como elemento fundamental para viabilizar a ordem burguesa. A família era vista como o lugar, por excelência, de realização e formação da sua utopia de construir um "homem normal". Era, portanto, o lugar do controle, da vigilância e da temperança dos instintos e das paixões. A célula-mater desta sociedade. Foi a partir deste lugar histórico que as sociedades ocidentais passaram a desenvolver seus indivíduos, educando-os a partir das suas relações com as figuras "familiares" (o pai, a mãe, a avó e o avô, os irmãos) e com as representações destas que lhes seguiriam por toda a vida. Os valores trazidos "do berço" eram como jóias insubstituíveis, apenas lapidadas pela educação escolar e pelas relações sociais.

O avanço do processo de urbanização e de industrialização dos países europeus induziu as classes dominantes à normalização de hábitos e atitudes, considerados nocivos aos padrões éticos que vinham sendo construídos. Introduziu-se, então, uma noção nova que dizia respeito ao corpo, à condição física e biológica dos indivíduos, bem como à moralidade dos seus comportamentos: a medicina social. Em sua análise acerca deste tema, Foucault busca as modificações, as transgressões, a maneira como indivíduos ou grupos se conduziam nas suas relações com sistemas prescritivos. Ele considera que isso era dado, explícito ou implicitamente, nas respectivas culturas, e que as pessoas tinham uma consciência mais ou menos clara desse movimento

Por outro lado, o risco da desestruturação familiar era um pesadelo que deveria ser evitado sempre que possível. Ela aparecia como resultado de perversões e degenerações motivadas pela miséria e seus vícios, pelas doenças ou por antigos hábitos. A ação das bebidas alcoólicas como destruidora de lares e desagregadora da família foi largamente relevada por aqueles que combatiam seu uso. Na qualidade de chefe da família, o homem passava a ser o responsável pelo suprimento e pela estabilidade econômica do lar; à mulher cabia cuidar da consolidação emocional e administrativa da família. A educação, nesse caso, era uma tarefa feminina, dela fazendo parte as questões da moral. Mas os exemplos, principiando pelos de casa, passaram a ser considerados como peças fundamentais na

formação individual. E o pai, nessa esfera, era uma figura mais importante do que a mãe, já que a ele cabiam as decisões mais importantes da casa.

A idealização da mulher como utopia da pureza, da liberdade e da esperança impunha a ela o mesmo duplo movimento, de exteriorização e interiorização, operado pela noção de família. A entrada para o espaço público transformou a ação feminina, embora esta ainda permanecesse muito próxima do lar. Por outro lado, a mulher era apontada como uma das principais vítimas do alcoolismo. Desde os crimes passionais, perpetrados em estado de embriaguez, até a dissolução familiar, o repertório de atitudes ofensivas às mulheres ou ao papel que elas representavam naquela sociedade era vasto. O olhar medicalizado encontrava o alcoolismo bastante disseminado, atacando e destruindo sua célula principal, a família, e magoando irremediavelmente aquela criatura que era a responsável pela ordem e pela felicidade do lar. O homem perdia a condição moral de chefiar a casa, na medida em que não cumpria com as suas responsabilidades familiares, as quais incluíam não apenas a manutenção da casa, mas também a autoridade e o respeito. Bêbado, muitas vezes não era possível dar conta de nenhuma delas.

Para Foucault, podem-se identificar as estratégias utilizadas pelo poder dominante para fazer predominar um determinado conjunto de saberes e as relações que se estabelecem ao longo deste "jogo". A expressão "poder dominante" busca traduzir a forma como as estratégias do saber-poder atuam, concretamente, no cotidiano das sociedades de classes, permitindo compreender a forma pela qual as classes dominantes, especialmente a burguesia, passou de um processo de construção de hegemonia intelectual para uma intervenção real e concreta no cotidiano das pessoas. Foucault freqüentemente utiliza a noção de "saber-poder", indicando uma total correlação dessas instâncias. O "saber-poder" diz respeito à arte de governar, ou ainda a dispositivos como os da sexualidade e da governamentalidade. Assim, não nos bastaria identificar as estratégias e os dispositivos de que lançaram mão os médicos. Há uma outra nuance a ser desvendada e que diz respeito ao surgimento da nova tradição de uso das bebidas alcoólicas, vinculada ao universo de discursos e projetos de disciplinarização dos costumes, tão cara à sociedade burguesa.

A formação de um "novo tipo de trabalhador conforme a uma indústria fordizada exigia" (Gramsci, 1984: p. 372) pressupunha novos hábitos e novas representações dos sinais vitais do mundo. A moral protestante era o instrumento ideal para estas transformações, já que sua verve religiosa falava alto ao imaginário popular nos EUA e na Europa, e as práticas de vida adotadas pelos seguidores destes cultos adequavam-se sobremaneira às ansiedades das elites capitalistas. Quem era o público-alvo destas transformações, deste processo de

disciplinarização senão os miseráveis, os vagabundos, os biscateiros, sem emprego fixo e sem renda fixa, enfim uma ampla gama de setores populares. Devemos perguntar, ainda, onde estavam os alvos privilegiados das leis que procuravam reprimir os excessos alcoólicos. E a resposta é a mesma: a classe trabalhadora.

É interessante percebermos como veio se consolidando esta íntima relação entre a miséria, o ócio e as bebidas alcoólicas. Com a Revolução Industrial, quando se cristalizou uma noção de tempo urbana e controladora do ritmo do trabalho fabril, a ociosidade passou a ser entendida como uma negação do trabalho, portanto um rompimento das regras sociais. A miséria dizia respeito às condições de vida das classes trabalhadoras nas cidades e a indigência era um produto social do capitalismo que seria amparada pelas classes dominantes, fosse pelo Estado, pela Igreja, ou pelo patronato. As bebidas alcoólicas realçavam os elementos negativos da miséria, da indigência, da vagabundagem, e de outras figuras similares. Seu principal efeito sobre o homem, a liberação das paixões e dos traços de personalidade recessivos, ou que raramente aparecem, não coadunavam com a vida numa coletividade de dezenas ou centenas de milhares de pessoas. E, embora desde muito tempo, a segregação social fosse a principal punição para aqueles que não se normalizavam, não se integravam aos modelos de comportamento emergentes, a participação da medicina científica neste processo deu outros contornos tanto aos problemas (miséria, vagabundagem, alcoolismo), quanto à solução da internação. Além disso, noções como família, trabalho e prazer, para ficar apenas com três das mais fundamentais, ficaram profundamente modificadas.

Todavia, o processo de construção dos padrões de conduta da sociedade burguesa, não logrou, em nenhum momento, interromper a herança das tradições populares, mesmo com as interferências já apontadas. Inclusive, não seria possível exercer um controle tão rigoroso sobre os comportamentos: restava o combate aos maus hábitos. Assim, podemos concluir que o poder da sociedade burguesa sobre os indivíduos não se operava simplesmente pela consciência, mas começava no corpo, com o corpo, já que as sociedades burguesas investiram muito no biológico, no somático, na disciplinarização dos corpos. Mas não devemos esquecer que todo um conjunto de valores e de regras foi construído para guiar as ações dos indivíduos nestas sociedades. Este movimento atuou ao nível da consciência, interferindo o tempo todo, e diretamente, no cotidiano das pessoas e no seu jeito de ver o mundo. Na Europa, ao longo do século XIX, a constituição das disciplinas científicas concernentes à medicina ganhou abrangência. Então, tornou-se mais importante, no sentido de consolidar suas práticas,

técnicas e métodos, obter informações freqüentes, sistematizando-as de forma a permitir a sua constante revisão, do que a idéia de manter um saber médico totalizado e fechado em si.

No contexto burguês o conceito de intemperança passou a definir algumas ações morais dos homens nas novas relações. A discussão sobre o uso e o abuso no consumo das bebidas alcoólicas passou a ser uma das principais características desta nova tradição, já que buscava formalizar um uso balizado pela noção de temperança. Devemos levar em conta, ainda, que a temperança passou a ser, na sociedade burguesa, um atributo indissociável do uso permitido dos prazeres individuais. Os médicos, a partir da segunda metade do século XIX, reivindicavam para si o dever de dirigir o indivíduo pelas regras da moral. A argumentação baseava-se na acumulação de um saber científico acerca do cérebro humano, alcançado através de pesquisas e observações as quais teriam permitido o conhecimento de sua ação, das modificações que sofre e dos variados modificadores existentes.

Referências bibliográficas:

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no seculo XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores brasileiros da *Belle Époque***. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORBAIN, Alain. *Gritos e cochichos*. In: PERROT, Michelle (dir.) et alli. **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

ENGELS, Friedriech. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1986

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, Eric J. **Os Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

MACHADO, Roberto et alli. **Danação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
MARGLIN, Stephen. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987/1988 (Col. Os Pensadores).
PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 vol.).
THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Visões sobre Vargas: aproximações e distanciamentos entre história, romance e literatura de cordel

Rafael Eisinger Guimarães*

Resumo: O debate sobre convergências e divergências entre Literatura e História tem envolvido diversos teóricos e críticos há muito tempo. Dentre todos esses nomes, Walter Benjamin parece fornecer o embasamento mais adequado à aproximação que propomos entre as duas disciplinas, tanto por sua visão a respeito da *práxis* do historiador, expressa em suas *Teses sobre a filosofia da história*, quanto por suas considerações acerca do narrador arcaico, registradas em *O narrador*. Tendo em vista as convergências e as divergências entre as narrativas historiográfica e literária, buscaremos estabelecer uma tríplice aproximação entre o registro histórico, a literatura de cordel e a literatura dita canônica – a partir da obra *Agosto*, de Rubem Fonseca –, com o objetivo de identificar as semelhanças e diferenças na construção da figura de Getúlio Vargas nessas três formas discursivas distintas.

Palavras-chave: representações de Getúlio Vargas – *Agosto*, de Rubem Fonseca – literatura de cordel

Abstract: The debate about convergences and divergences between Literature and History involves several theoreticians and critics for a long time. Amongst all these names, Walter Benjamin seems to provide most suitable theoretical basis to approach that we suggest between both disciplines, due to your conception regarding historian's praxis, presented in yours "Thesis on the philosophy of history", and regards concerning the archaic narrator, registered in your article "The narrator". Given convergences and divergences between the historiography and literary narratives, we'll try to establish a triple approach between the historical register, cordel´s literature and canonic literature – from novel Agosto, by Rubem Fonseca –, with the aim to identify similarities and differences in elaboration of Getúlio Vargas' image in these three discursive forms.

Keywords: Getúlio Vargas' image – Agosto, by Rubem Fonseca – cordel´s literature

Seja para identificar traços de proximidade, seja para estabelecer fronteiras, inúmeros teóricos e críticos buscaram, ao longo dos tempos, com maior ou menor

* Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em Literatura Brasileira pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestrando em Literatura Comparada pela UFRGS.

brilhantismo, pensar e definir as relações que Literatura e História mantêm entre si. Se buscarmos o ponto zero dessa questão, retomaremos o pensamento de Aristóteles e a sua *Poética* (1997). O texto, tido quase que unanimemente como o primeiro registro daquilo que séculos depois se chamaria teoria literária, procura, entre outras questões, distinguir poesia e história. Para o pensador grego, o historiador deveria contar o que aconteceu, ao passo que ao poeta caberia a tarefa de narrar algo que *poderia* ter acontecido.

Em oposição a essa diferença tão clara para Aristóteles, Jeanne Marie Gagnebin (1997) aponta para o fato de que a separação entre *logos* (que daria origem aos discursos científico, filosófico e histórico) e *mythos* (que resultaria, além do próprio relato mítico, no discurso poético ou literário) "não tem nada de necessário, nem de evidente, nem de eterno, como uma certa historiografia iluminista triunfante gostaria de estabelecer" (GAGNEBIN, 1997:17). Leitora de Walter Benjamin, Gagnebin nos leva a pensar na concepção de narrador, ou, melhor dito, na "morte do narrador" proposta pelo pensador alemão. Muito em função de suas considerações a respeito dessa questão, mas também devido a sua visão sobre o próprio fazer do historiador, Benjamin, dentre tantos nomes que se debruçaram sobre o assunto, parece fornecer o embasamento mais adequado à aproximação que propomos entre Literatura (popular e "erudita") e História.

Em suas *Teses sobre a filosofia da história* (KOTHE, 1991), Walter Benjamin critica o historicismo positivista, contraponto a este uma abordagem materialista centrada na consciência de sua impossibilidade em restabelecer uma pretensa verdade histórica. Para Benjamin, o passado não está dado, não é um fato constituído que cabe ao historiador revelar e trazer ao presente, mas sim uma "imagem que fulgura", a qual escapa à apreensão plena do sujeito, incapaz de reconstruir o fato "como ele realmente foi". Assim, a verdade histórica defendida pelo historicismo positivista nada mais é do que a consagração de uma das possíveis narrativas – a versão dos vencedores – em detrimento de outras versões – as dos vencidos. Caberia, pois, ao historiador materialista, ciente dessas questões, a árdua e "redentora" tarefa de reconstruir o passado da forma mais plena possível a partir de sua *práxis* presente. Nas palavras do próprio Benjamin, o historiador "que se põe a contar os acontecimentos sem distinguir pequenos e grandes presta tributo à verdade de que nada do que alguma vez tenha acontecido pode ser considerado perdido para a história" (KOTHE, 1991:155).

Na esteira das idéias do pensador alemão, podemos afirmar que o discurso historiográfico é incapaz, por si só, de reconstruir "a verdade histórica", mesmo na hipotética

situação em que um fato do passado pudesse ser plenamente reconstruído. Dessa forma, outros discursos aliam-se à História nessa tarefa, e, dentre esses, podemos destacar o literário como um dos mais relevantes. Tendo em vista que tanto a narrativa histórica quanto a literária se constroem em um jogo de registro e apagamento, podemos, sem muito esforço, afirmar que ambas, longe de serem antagônicas, são complementares, ou seja, uma preenche os vazios (conscientes ou não) deixados pela outra.

Retomando a especificação estipulada por Aristóteles quanto às "competências" do historiador e do poeta e associando a ela a "orientação" de Benjamin de que o historiador, em seu fazer, não deve distinguir "grandes" e "pequenos" acontecimentos, é possível perceber facilmente a forma como a trama de *Agosto*, de Rubem Fonseca (2005), propõe um movimento complementar de significação entre história e ficção. Ao estabelecer uma sincronia entre os fatos da "história oficial" e da "história particular" – sincronia essa articulada pela técnica narrativa do contraponto –, o romance parece constantemente "nutrir" o nível ficcional com precisas informações históricas.

> *Os jornais da manhã noticiavam em grandes manchetes o atentado. Os estudantes haviam entrado em uma greve de "protesto contra o banditismo. Nossa alma está coberta de opróbrio. Uma cova se abriu e o povo não esquecerá". A repercussão do atentado no Congresso fora enorme. As galerias da Câmara dos Deputados e do Senado estavam lotadas quando foram abertos os trabalhos nas duas casas do Legislativo. Conforme os congressistas da oposição, "corria sangue nas ruas da capital e não havia mais tranqüilidade nos lares". Representantes de todos os partidos políticos haviam feito discursos condenando o atentado. O deputado Armando Falcão apresentara um projeto de amparo à viúva do major Vaz. Respondendo às afirmativas de Lacerda, publicadas nos jornais, de que as "fontes do crime estão no Palácio do Catete, Lutero Vargas é um dos mandantes do crime", o líder do governo na Câmara, deputado Gustavo Capanema, ocupara a tribuna para classificar de infundadas as acusações ao filho do presidente da República. A multidão que ocupava as galerias vaiara Capanema estrepitosamente. (FONSECA, 2005:74).*

Se, por um lado, o narrador estabelece uma conexão no sentido história–ficção, por meio da farta inserção de "informações reais", por outro, em diversos momentos, ele inverte tal relação e constitui a obra literária como aparato para uma releitura do registro histórico tido como oficial. Nesse sentido, além do referido uso do contraponto narrativo, o romance propõe um paralelismo entre figuras reais, pertencentes ao que podemos chamar de "esfera nacional", e personagens ficcionais, de uma "esfera particular". Exemplo disso é a aproximação entre as figuras de Getúlio Vargas e de Alberto Mattos, por um lado, e as de Gregório Fortunato e Chicão, assassino de Gomes Aguiar e de Mattos, por outro.

No que se refere ao primeiro caso, podemos observar que a ligação Vargas–Mattos é estabelecida basicamente a partir de dois pontos de convergência: o quadro de doença

emocional ou física, descrito já na apresentação de ambos, e a constante preocupação que tanto um como outro tem em relação aos "mais necessitados".

> *Dentro, no modesto quarto, vestido com um pijama de listas, sentado na cama com os ombros curvados, os pés a alguns centímetros do assoalho, estava o homem que ele protegia, um velho insone, pensativo, alquebrado, de nome Getúlio Vargas. (FONSECA, 2005:8)*
> *Ao amanhecer daquele dia 1º de agosto de 1954, o comissário de polícia Alberto Mattos, cansado e com dor de estômago, colocou dois comprimidos de antiácido na boca. Enquanto mastigava os comprimidos, folheou o livro de direito civil que estava sobre a mesa. (FONSECA, 2005:10)*
> *O presidente fingiu não tomar conhecimento dos apupos que vinham das tribunas especiais. Das tribunas populares não veio nenhum aplauso, nenhum apoio. Então é assim que o povo trata o doutor Getúlio?, pensou Gregório. Depois de todos os sacrifícios que fizera e fazia pelos pobres e humildes? (FONSECA, 2005:23)*
> *"O que você está sentindo?"*
> *"Uma dor no peito. Aqui dentro está muito abafado." Tossiu duas vezes.*
> *"Está mesmo insuportável", disse Mattos, "você não devia estar aqui, nenhum de vocês devia estar aqui. Mas não há nada que eu possa fazer." O mundo não queria saber daqueles bandidos, eles que se fodessem uns em cima dos outros como vermes imundos. A polícia existia para esconder aquela podridão dos olhares e narizes delicados das pessoas de bem. (FONSECA, 2005:30-31)*

O paralelismo entre as figuras de Getúlio Vargas e Alberto Mattos começa a ser construído desde o princípio da narrativa, como é possível perceber, atingindo um nível de explicitação máxima com o suicídio do presidente. Sob esse aspecto, é particularmente interessante observar a reação da personagem Alice, com quem Mattos mantém um relacionamento amoroso, àquilo que, de certa forma, representa um pressentimento do comissário em relação ao suicídio de seu "duplo", o qual, podemos dizer, representa uma antecipação de sua própria morte.

> *Por um instante ela levantou os olhos do diário e notou a fisionomia absorta de Mattos.*
> *"Em que você está pensando?"*
> *"No Getúlio Vargas." Pausa. "E você?"*
> *"Tenho coisas mais importantes para pensar. Tenho a minha vida."*
> *"Getúlio Vargas faz parte da minha vida", disse Mattos.*
> *"Getúlio prendeu você quando era estudante."*
> *"Não foi ele. Foi um beleguim qualquer. Estou sentindo pena do Getúlio. Sei que isto parece absurdo; eu mesmo estou surpreso." (FONSECA, 2005:304)*

Enquanto a similaridade entre Vargas e Mattos se dá sob aspectos mais comportamentais, no caso de Gregório e Chicão, a aproximação se materializa de forma mais objetiva, em especial pela semelhança física e pela coincidência do uso de um anel.

> *Mattos botou de volta no bolso o anel, apanhou um Pepsamar. Mastigou a pastilha pensativamente. No anel havia um F gravado; o porteiro mencionara um negro forte e mal-encarado que parecia o Gregório, o Fortunato; Miguel não começava com F e não era exatamente um negro forte. (FONSECA, 2005:201)*

Sendo inicialmente mais explícita, a partir da suspeita do envolvimento do Anjo Negro no assassinato que fora cometido por Chicão, a relação de duplicidade entre as duas personagens passa, no final do romance, a ser mais sugerida do que afirmada. Tendo em mente o paralelismo entre as figuras de Mattos e Getúlio, podemos afirmar que o fato de o comissário ter sido morto por Chicão acaba por remeter a uma correspondência simbólica entre esse assassinato e a morte de Getúlio. Dito de outra forma, não obstante o fato de não haver dúvidas de que foi o próprio Vargas o autor do disparo que o fez "sair da vida e entrar para a história", a similaridade construída entre as histórias "oficial" e "particular" deixa implícita a possibilidade de que Gregório tenha sido o responsável pela morte de Vargas, ainda que de forma indireta e não-intencional, levando-se em conta as conseqüências políticas da malsucedida tentativa de assassinato de Lacerda, ordenada pelo Anjo Negro.

Se as já referidas concepções teórico-críticas de Walter Benjamin estavam voltadas, por um lado, para uma revisão do fazer e do discurso historiográficos, por outro, elas direcionaram-se, em boa parte da obra desse pensador, a uma análise do fazer literário. De todos os textos em que o autor se debruçou sobre a questão da literatura, interessa-nos de forma especial *O narrador* (BENJAMIN, 1994), artigo no qual aponta para a inevitável "morte" do narrador, no sentido estrito que essa figura possui para ele, ou seja, aquele sujeito cujo fazer (a narração) está intimamente relacionado a sua experiência e à comunidade da qual ele participa. Tendo em vista tais características, podemos identificar nos autores da literatura de cordel muitos traços dessa figura da qual Benjamin anuncia a extinção no contexto cultural da modernidade. Assim como o narrador benjaminiano tinha na comunicação que estabelecia com seu povo a razão maior da sua atividade, o cordelista também vê no público o objetivo primeiro da sua arte.

Ao analisar a vasta produção de cordéis a respeito de Getúlio Vargas, Orígenes Lessa (1982) aponta algumas razões que poderiam justificar o volume de poesias populares enaltecendo a figura do ex-presidente. Uma vez que tais cordéis começaram a ser escritos na década de 1930, coincidindo, portanto, com o início da chamada "Era Vargas", Lessa observa que o excessivo elogio ao então ditador brasileiro decorreria de um medo dos cordelistas de serem censurados. O recolhimento, por parte da polícia, das obras colocadas à venda nas feiras e festividades era um grande prejuízo para o poeta, uma vez que é da poesia que o cordelista tira o seu sustento e o da sua família.

Se, por um lado, o enaltecimento da figura de Vargas "atende" às exigências de consolidação e valorização da imagem do governo, por outro, ele vai ao encontro dos anseios

da grande massa leitora e ouvinte, tornando-se assim um dos principais fatores do sucesso do cordel. Em consonância com esse aspecto, Mark Curran (1998) reforça a constatação de que não foi de maneira gratuita que Getúlio Vargas tornou-se o segundo maior tema da literatura popular nordestina, à frente de Lampião e Antonio Conselheiro, perdendo apenas para Padre Cícero. Como lembra Curran,

> *Getúlio era, também, persona, o líder carismático, o pai ou o avô que cuidaria do povo. Afinal, isso era o que sempre quisera o público do cordel – um Messias que o tirasse da pobreza e das condições de semi-escravidão. Getúlio levou ao cúmulo esse papel: foi como auto-sacrifício, como oferta do próprio sangue para o povo, que seu suicídio, em 1954, foi interpretado pelo cordel. (CURRAN, 1998:112-113)*

Tal visão messiânica que as classes mais populares possuíam de Getúlio Vargas pode ser exemplificada em alguns versos de *A chegada de Getúlio Vargas no céu e o seu julgamento*, do cordelista Rodolfo Coelho Cavalcanti.

> *(...)*
>
> *Estava Jesus no Trono*
> *Já pronto para julgá-lo*
> *São Libório, o Promotor,*
> *Começou a acusá-lo*
> *Enquanto a Virgem Santíssima*
> *Chegou para advogá-lo*
>
> *(...)*
>
> *- Não acuse desta forma*
> *Libório, que não convém*
> *Getúlio Vargas sofreu*
> *Como meu filho também*
> *Para salvar os humildes*
> *Sem ter ódio de ninguém.*
>
> *(...)*
>
> *Assim Getúlio foi salvo*
> *Do seu gesto delirante*
> *E breve virá à Terra*
> *Como um Chefe triunfante*
> *Para ajudar o Poeta*
> *RODOLFO C. CAVALCANTE. (LESSA, 1982:112-113)*

A comparação explícita das ações de Vargas às de Jesus Cristo, a qual inclusive remete a uma ressurreição do ex-presidente, semelhante ao prometido retorno do Messias à Terra, é perfeitamente compreensível, se levarmos em conta o papel que a religiosidade desempenha no imaginário da cultura popular brasileira. É interessante notar que, extrapolando o contexto dos cordéis, tal associação com a imagem de Cristo também pode ser encontrada, obviamente de forma mais sutil, na obra de Rubem Fonseca.

> *Acabou de vestir o pijama. Evitou, deliberadamente, olhar sua imagem refletida nos dois espelhos grandes dos armários antigos que havia no quarto. O quadro de Cristo num canto da parede, um Sagrado Coração, do pintor Décio Villares, trouxe-lhe a fugaz lembrança de uma conversa que tivera sobre aquela pintura com o cardeal Pacelli, quando este se hospedara durante dois dias no palácio, em 1934, alguns anos antes de tornar-se o papa Pio XII. (FONSECA, 2005:314)*

Porém, nem só de elogios são feitos os cordéis da Era Vargas. Donos de uma aguda percepção, os cordelistas da época não deixavam de ver e revelar, por meio do humor e do escracho, os problemas que se escondiam, por exemplo, atrás dos benefícios trabalhistas. Essas vozes esparsas de crítica social, no entanto, pareciam não se direcionar a Getúlio. Os problemas existiam, mas não conseguiam suplantar a admiração popular.

> *A grande floração do cordel getuliano é exatamente nos anos de desfavor. Nem tudo é perfeito. Eles entressabem que não. Mas Getúlio tivera para com o povo aquele "gesto de sorriso". E isso comovia e surpreendia a todos. Nunca fora da política ou dos políticos olhar para o povo a não ser em tempos de eleição. Depois do golpe de 37 não havia eleições. Mas o governo central, por esta ou aquela razão, mostrava cuidar dos pequeninos. Daí a sua imensa popularidade. Se as leis trabalhistas ficavam mais no papel que na prática, é que o tempo não as tornara perfeitas e possíveis. (LESSA, 1982:33)*

Veículo de elogios ou de críticas, o cordel desempenha uma função altamente relevante nas comunidades populares, unindo, aos caracteres artístico e de entretenimento, uma forte carga informativa. Lessa procura comprovar esse aspecto ao transcrever, uma vez mais, as palavras de Rodolfo Cavalcanti, proferidas em uma entrevista em 1971: "O sertanejo sabe, pelo rádio ou por ouvir dizer, dos acontecimentos importantes. Mas só acredita quando sai no folheto... Se o folheto confirma, aconteceu." (LESSA, 1982:11). Nesse sentido, são exemplares os versos do cordel *A falsidade de Gregório – o pistoleiro do Catete*, de Minelvino Silva:

> *Comprei um jornal "O Globo"*
> *E vi toda falsidade*
> *De Gregório com Getúlio*
> *Causando até piedade*
> *Sem pensar ser descoberto*
> *Isso mais cedo ou mais tarde.*
>
> *(...)*
>
> *Diz o jornal que Gregório*
> *Só comia file mignon,*
> *Nada ruim não queria*
> *Um tudo dele era bom,*
> *Vivia ali à vontade*
> *Que só o Príncipe Solon.*
>
> *(...)*
>
> *Também dizia o jornal*
> *Que parece uma anarquia,*
> *Quinhentos mil réis de velas*

Ele gastava por dia
Mandando pros candomblés
Depósitos de bruxaria (SANTOS, 1987:195-202.)

O valor social que o cordel assume para seus ouvintes/leitores parece reforçar os traços que aproximam seus autores do narrador arcaico, dado como quase extinto por Walter Benjamin. Por outro ângulo, por se tratar de uma narrativa cotidiana, em certa medida, a literatura de cordel responde à proposta de revisão do fazer histórico, defendida por Benjamin em suas *Teses*. A complexa relação estruturada pelos cordelistas entre história e vida diária e entre figuras heróicas e personagens comuns fica clara nas observações feitas por Olga de Jesus Santos (1987), nas quais não podemos deixar de ouvir o eco dos preceitos que, na concepção de Benjamin, devem orientar o historiador materialista.

> *Episódios da vida comum dos personagens, que certamente não têm muito valor nas páginas dos manuais de História, adquirem uma importância enorme para o poeta, porquanto ele se vê situado, no seu papel de intérprete e porta-voz, entre a distância que implica um herói fabuloso e o desejo de identificá-lo com o dia-a-dia do povo, geralmente sofrido e difícil. (SANTOS, 1987:15)*

No entanto, como bem ressalta Olga Santos, o caráter "historiográfico" das narrativas de cordel deve ser tomado com desconfiança. O poeta popular, por seu acesso restrito à informação, possui um conhecimento bastante limitado do fato que é tema de sua arte – característica que contrapomos quase que imediatamente à facilidade de acesso à informação de que dispõe um romancista histórico urbano, como Rubem Fonseca, por exemplo. Mas o que em princípio parece ser um ponto negativo logo se revela um aspecto de grande potencialidade poética, uma vez que a pouca quantidade de "dados reais" leva o artista popular a preencher as lacunas a partir da sua criatividade e do seu olhar "periférico" sobre o mundo. E é exatamente nesse sentido que a produção dos cordelistas torna-se de grande importância.

Mais do que o registro de uma arte e uma forma de pensar muito específica, como é a da cultura popular, a literatura de cordel representa o "outro lado da moeda" dos romances historiográficos. Ao passo que nestes, no mais das vezes, o discurso ficcional confunde-se com o discurso historiográfico, em uma narrativa minada de referentes que parecem ancorar a trama de forma inquestionável em um passado "documentado" e tido como "real", nas poesias dos cordelistas, tendo-se em vista que o público e mesmo o poeta pouco ou quase nada sabem a respeito da versão "oficial" sobre o que trata o cordel, o fato histórico passa a ser, de certo modo, a própria poesia. Dito de outra forma, interessa menos a "História" (com "h" maiúsculo) e mais a forma como o cordelista a constrói para si e para sua comunidade.

Fazendo coro às palavras de Olga Santos, podemos afirmar que se "a historiografia se dispõe a tal empreendimento [recontar a História do Brasil], não pode desprezar o cotejo da versão oficial com a popular, porquanto esse confronto ajudará a reescrever a verdadeira História do povo brasileiro." (SANTOS, 1987:23).

Referências bibliográficas:

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. **A poética clássica.** 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel.** São Paulo: EDUSP, 1998.

FONSECA, Rubem. **Agosto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e historia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

KOTHE, Flavio R. (org). **Walter Benjamin: sociologia.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1991.

LESSA, Orígenes. **Getúlio Vargas na literatura de cordel.** 1. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

PROENÇA, Manoel Cavalcanti. **Literatura popular em verso: antologia**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

SANTOS, Olga de Jesus. **O cordel:** testemunha da história do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O poder do sistema escravista e as redes de tráfico terrestre na fronteira do Brasil Meridional (meados do século XIX)

Rafael Peter de Lima*

Resumo: Apesar das leis abolicionistas implementadas no território uruguaio nos anos 1840, ser negro na região de fronteira com o Brasil significava conviver com a constante ameaça de uma (re)escravização. Partindo de casos documentados, o presente texto aborda a questão do 'tráfico terrestre' de cidadãos orientais, introduzidos no Império brasileiro para serem comercializados e conduzidos ao cativeiro. O artigo descreve e analisa alguns aspectos da organização e funcionamento destes aparatos destinados a dar suporte ao tráfico humano, suas formas de atuação, assim como suas ligações com o poder público e privado.
Palavras-chave: escravidão – fronteira - tráfico terrestre.

Abstract: Although the abolitionists laws introduced in the Uruguayan lands during the 1840's, to be a black man in the Brazilian frontier region implied to live with a constant threat of enslavement. Starting from documented cases, the present text deals with the terrestrial traffic of oriental citizens' question, introduced in the Brazilian empire to be commercialized and driven to the captivity. The article describes and analyses some aspects of organization and functioning of this system destined to support the human traffic, its ways of action, as well as its connections with the public and the private power.
Keywords: slavery, frontier, terrestrial traffic.

O tráfico terrestre na fronteira

Ao falarmos em tráfico de escravos no Brasil, logo pensamos nos navios negreiros cruzando o oceano e desembarcando sua 'mercadoria' em algum de nossos portos costeiros. Se considerarmos que a grande maioria das pessoas escravizadas chegou aqui por esta via, podemos dizer que esta imagem está correta. Porém, um estudo mais apurado do tema nos mostrará que outras possibilidades também foram exploradas. Este artigo irá tratar de casos em que negros escravizados foram conduzidos ao território brasileiro através de rotas terrestres – especificamente através de nossa fronteira sul.

Em 24 de abril de 1858, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai, Andrés Lamas, remete correspondência ao ministro e secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros do Brasil, Visconde de Maranguape,

* Especialista em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UNILASALLE); mestrando em História (UFRGS).

denunciando que se o governo imperial mandasse "proceder á um inquerito sevéro, verdadero sobre los negócios de esta naturaleza (...) el infrascrito está seguro, segúrrissimo, de que llegaria á conocimiento de que cientos, muchos cientos de personas libres están reducidas á esclavitud"[1]. Estas *personas libres reducidas á esclavitud* de que fala Lamas são as vítimas deste crime que ganha expressão a partir dos anos 1850 em nossa fronteira meridional: o tráfico terrestre de seres humanos.

Este crime não representa uma novidade para a região. A fronteira - aqui entendida não como uma 'linha divisória' ou 'muralha imaginária' como nos propunha Othelo Rosa e Moysés Vellinho (GUTFREIND, 1998:74), mas antes como um espaço de fluxo constante, de trocas, de intercâmbio, de interação, interdependência e complementaridade (PETIZ, 2006:32) – sempre foi uma zona de trânsito de gado, soldados, produtos de diversas naturezas etc. Assim que os escravos, presentes em ambos os lados, também foram deslocados nos dois sentidos. Bentancur e Aparício (2006:145) nos oferecem um exemplo desse "corso terrestre" ao relatarem um caso de 1802 em que as autoridades do Cabildo de Montevidéu tiveram que deliberar sobre uma ação de seqüestro de oito escravos do território luso-brasileiro.

Porém, o que chama a atenção na documentação consultada é o fato de que, a partir de um determinado momento, intensifica-se notavelmente a escravização e introdução de negros uruguaios em território brasileiro, arrebatados violentamente de seu país. Escravização, vale dizer, porque este destacado crescimento do tráfico que se refere o texto, dá-se após aprovadas as leis abolicionistas de 1842 e 1846 na República do Uruguai - portanto em um momento que não mais existem legalmente escravos naquele país. Tais ações levam à denúncia de Santiago Rodrigues, cônsul uruguaio em Rio Grande, feita em 1º de maio de 1856 ao presidente da Província do Rio Grande do Sul alertando para o "aterrador incremento que ha tomado este criminal trafico de cuatro años á esta parte"[2].

Jaguarão e o caso Benito Varella

A cidade de Jaguarão, localizada na fronteira com o Uruguai, parece ter sido um importante ponto de apoio para estas redes de tráfico terrestre. Nesta localidade os criminosos agiam publicamente e sem o menor constrangimento. Assim o conhecido ancião chamado Ferrez vendeu a oriental Emília, que havia sido seqüestrada juntamente com seus dois filhos

[1] Nota da Legação da República Oriental do Uruguai no Brasil ao governo Imperial brasileiro em 24 de abril de 1858. Archivo General de la Nación / Montevideo - Uruguay (AGN), Ministerio de Relaciones Exteriores, Legación del Uruguay en el Brasil, caja 89, carpeta 167.

[2] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

das proximidades da Vila de Artigas no Uruguai, por seiscentos patacões - fato que ele mesmo alardeava despreocupadamente.

O caso é levado ao conhecimento do Governo Imperial por Andrés Lamas, acrescentando que em Jaguarão "esa infame pirateria está elevada a la clase de comercio licito con ciéncia e conciéncia de todos"[3]. Lamas denuncia também a existência de uma rota preferencial de entrada no Brasil dos negros uruguaios escravizados. Segundo ele, a partir do momento em que autoridades uruguaias encaminharam reclamações pelo seu rapto, este teria sido o destino de Emília. Em suas palavras

> *La oriental Emilia desaparició de Yaguarón, y és de presumir que vendida como esclava en Pelotas, de alli la transladen á la Ciudad de Rio Grande y de esa Ciudad á esta Corte, pues que este és el itinerario ahora más generalmente seguido para obtener mayor y más tranquilo provecho del crimen.*[4]

Ainda na mesma nota o ministro oriental expressa o seu repúdio a estas ações e situa os fatos como séria questão internacional ao dizer que "la situacion creada por la frecuencia y la impunidad de tan nefário crimen és intolerable por parte de la Rep.ª".

Enquanto Andrés Lamas gestionava frente ao Governo central brasileiro, em nível local atuavam os cônsules e vice-cônsules uruguaios sediados em diversas cidades rio-grandenses. Em Jaguarão, no final dos anos 1850, o vice-cônsul José Benito Varella destaca-se na atuação em prol dos seus conterrâneos que haviam sido vítimas dos 'traficantes de carne humana'. Além de denunciar às autoridades brasileiras e uruguaias os casos que chegavam ao seu conhecimento, muitas vezes criticando as próprias autoridades locais pelo descaso ou omissão conivente com que se posicionavam, Varella assume um enfrentamento direto com os grupos escravistas ao emitir certificados de nacionalidade autorizando a libertação de 'cidadãos uruguaios ilegalmente escravizados'. As pressões sobre o vice-cônsul tornam-se cada vez mais fortes, chegando a ponto de ser publicado no jornal da cidade uma explicita ameaça: "Esperamos que o Sr. Varella, se compenetrará de que tem errado, e que d'ora em diante evitará a reproducção desses erros, e remediará os que tem praticado, sob pena de ter de passar por alguns dissabores se assim o não fizer"[5].

Porém o vice-cônsul Varella não se intimida. No dia 20 de fevereiro de 1858, em uma atitude ainda mais ousada, interpõe-se a execução de um mandado judicial que autorizava a retirada da menor órfã Rafaela do poder de Elenna Maria Martins – local de

[3] Nota da Legação da República Oriental do Uruguai no Brasil ao governo Imperial brasileiro em 15 de julho de 1858. AGN, Ministerio de Relaciones Exteriores, Legación del Uruguay en el Brasil, caja 89, carpeta 175.
[4] Idem.
[5] Jornal "Echo do Sul", Ano 2, Jaguarão, nº 115, Sábado, 15 de agosto de 1857.

refúgio de Rafaela após fugir da casa de Jacintha Vieira de Mello. Segundo o oficial de justiça encarregado da diligência, José Benito Varella desobedeceu "clara e abertamente o que foi ordenado pelo Juiz" ao convencer Elenna a enviar Rafaela para sua residência, "de onde queria ver quem era capaz de tirar de seu poder, porque ele Vice Cônsul, também era uma authoridade, e se não considerava menor que o próprio senhor Juiz, e que se teimassem tirar a órfã de seu poder elle içaria a bandeira de sua Nação"[6].

Varella justifica sua atitude argumentando que a jovem órfã Rafaela Camargo, "nacida de vientre libre hera natural del Estado Oriental, y como tal la mandaba depositar á requisición de la Autoridad Civil de aquel Estado"[7]. Dizia ainda que ele, ao exercer a função de representante consular, era o curador nato de Rafaela, e que fora "requisitado por una tia carnal [Elenna Martins] da referida menor". Em anexo a esta sua nota, envia à presidência da província documentos que, segundo ele, provariam sua versão dos acontecimentos.

A temática da escravização era elemento central neste embate. Em todo o caso está presente uma acusação - por vezes velada, outras vezes explícita - de que Rafaela trabalharia como escrava na casa de Jacintha. Esta procurou se defender de tais suspeitas, relatando que Rafaela "havia-lhe sido entregue pela authoridade da villa de Mello do Estado Oriental (...) em Novembro de mil oitocentos e cincoenta e cinco (...) debaixo de todas as formalidades exigidas por Lei daquelle Pais"[8]. Nesta mesma requisição solicita ao juiz que a menor Rafaela seja retirada do poder de sua dita tia (para onde fugiu seduzida por suas palavras), pois esta seria "mulher de mao viver, por ser meretriz". Pede que a órfã seja depositada em "caza capaz e honesta, afim de desviar de si toda e qualquer responsabilidade sobre a mesma órfã".

A esta versão apresentada por Jacintha contrapõe-se um documento encaminhado por Elenna Martins ao vice-cônsul Varella em 17 de fevereiro de 1858, no qual pedia ajuda para sua sobrinha "livrar-se do cativeiro em que se achava". Diz ainda a nota que a menor Rafaela havia chegado a sua casa "num estado bastante lastimoso e com sinal de ser espancada"[9].

Decidido a desafiar a justiça local, Benito Varella acolhe Rafaela em sua casa e de fato iça a bandeira de seu país a meio mastro. No mesmo dia 20 de fevereiro, o oficial de justiça, de posse de um novo mandado, se desloca para a residência do diplomata, intimando-

[6] Cópias dos autos de processo contra José Benito Varella por tentar impedir a ação da justiça. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai, Jaguarão / 1858, maço 24, caixa 12.
[7] Carta de José Benito Varella ao presidente da província do RS, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, datada de 1º de maio de 1858. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai, Jaguarão / 1858, maço 24, caixa 12.
[8] Cópia da requisição encaminhada ao Juiz Municipal e Órfãos de Jaguarão em 13 de fevereiro de 1858 por Jacintha Vieira de Mello. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai, Jaguarão / 1858, maço 24, caixa 12.
[9] Nota de Elenna Maria Martins ao vice-cônsul oriental José Benito Varella, em 17 de fevereiro de 1858. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai, Jaguarão / 1858, maço 24, caixa 12.

o, sob as penas da lei, a entregar a menor Rafaela. Varella não cumpre a intimação e proíbe a realização de uma busca em sua casa.

No dia seguinte, o próprio Juiz Municipal João Francisco Gonçalves, acompanhado do escrivão, do oficial de justiça, seis praças e duas testemunhas (sendo um vereador), dirigem-se até a residência do vice-cônsul. Varella os recebe na porta de entrada e é no mesmo momento intimado pelo Juiz para que apresente a órfã Rafaela. "Sem contestar dirigiu-se o Vice-Cônsul ao interior de sua caza, e voltando imediatamente com o pavilhão Oriental, estendeu-o sobre o pavimento que conduzia ao interior da caza"[10], mandando-os entrar para a sala de visitas. Após ler a intimação, Varella diz "que não obedecia, e nem franqueava sua caza a justiça, para effectuar-se a diligência, protestando contra todo e qualquer procedimento em contrario". Advertiu que sua casa era privilegiada e que "o Juiz visse que o pavilhão Oriental se achava estendido sobre a entrada para o interior da mesma". Como se já estivesse preparado para este ato do vice-cônsul, "levantou-se o Juiz munido com a bandeira Brasileira, para cobrir com ella a do Estado Oriental, afim de fazer effectiva a diligencia". Vendo que não lhe restava alternativa, Varella então resolve entregar a órfã Rafaela.

Este insólito episódio parece bastante ilustrativo das tensões presentes na região fronteiriça. Tensões estas não somente relacionadas às questões ligadas à escravidão e ao próprio tráfico, mas que também envolveram elementos de nacionalidade, soberania e rivalidades regionais. Apesar de não se dispor de registros mais detalhados, não é difícil imaginar que por todo o seu simbolismo, a 'guerra de bandeiras' foi amplamente comentada, tanto entre populares que presenciaram ou que ouviram a narração dos fatos, quanto por autoridades de ambos os países.

Como desdobramento do caso, o vice-cônsul José Benito Varella é processado por desobedecer a um mandado da justiça brasileira e condenado em 23 de abril de 1858 a dois meses de prisão. Esta sentença, porém, não chega a ser cumprida. Por se tratar de representante consular, a execução de tal pena estava suspensa até passar por decisão do Governo Imperial. Neste ínterim o Juiz Francisco Antonio d'Oliveira Ribeiro acolhe a apelação de Varella. Em 04 de junho de 1858, embora concorde que este seja culpado por desrespeito às Leis brasileiras, aponta irregularidades na formalização do processo, decidindo por anular a sentença.[11]

---

[10] Cópias dos autos de processo contra José Benito Varella por tentar impedir a ação da justiça. AHRS, Consulados e Legações, Uruguai, Jaguarão / 1858, maço 24, caixa 12.
[11] Idem.

Porém este tipo de posição assumida pelo vice-cônsul oriental provoca a ira de seus adversários políticos ao verem seus interesses afrontados. Em 26 de abril de 1858 Andrés Lamas já advertia o Ministro de Negócios Estrangeiros do Império para o fato de que Benito Varella estava sofrendo represálias por sua atuação em defesa dos cidadãos uruguaios ilegalmente escravizados no Rio Grande do Sul. Além da condenação no processo anteriormente citado, Varella recebia ameaças de morte do Sr. Leopoldo de Araújo Braga – o qual meses antes Varella havia denunciado como cúmplice em um crime de escravização. Segundo relato de Lamas, o vice-cônsul estava "amenazado de muerte por ese mismo hombre y por otros qué, como él, hacen dinero de lagrimas, de dolores y de sangre humana"[12].

É bem provável que estas ameaças estejam relacionadas com os acontecimentos que se dariam alguns anos depois. Em uma comunicação datada de 18 de fevereiro de 1865, o presidente da Província de São Pedro informa o Ministro da Justiça que fez "seguir para a província de Santa Catarina o oriental Benito Varella, ex-vice-cônsul de Jaguarão". Diz que este "foi preso na freguesia de Arroio Grande, Termo de Jaguarão, por suspeita de aliciador de escravos para insurgirem-se". Embora admita que "indagações posteriores convencem-me de não serem fundadas essas suspeitas", o presidente da Província justifica a condenação – ainda que sem provas concretas -, dizendo que "há razões para ser ele um desses espiões que dizem ter o Governo Oriental nesta Província"[13].

Considerações finais

Casos pontuais como este do vice-cônsul Varella devem ser entendidos dentro de um plano mais amplo. A partir da segunda metade do século XIX o Império Brasileiro lança-se num movimento expansionista na região do Prata, procurando consolidar suas pretensões de ser uma potência regional. Segundo Bandeira (1998:103-4), o Brasil "no curso da década de 1850, impôs aos países daquela região um sistema de alianças e de acordos, que visavam não ao equilíbrio de forças, mas a consolidação de sua hegemonia, em substituição a de França e Grã-Bretanha. Este propósito transpareceu nitidamente no Estado Oriental". Complementando esta idéia, pode-se dizer que "a conjuntural autonomia platina da política externa do Império só se tornara possível pelo também conjuntural esmaecimento da nossa

[12] Nota da Legação da República Oriental do Uruguai no Brasil ao governo Imperial brasileiro em 26 de abril de 1858. AGN, Ministerio de Relaciones Exteriores, Legación del Uruguay en el Brasil, caja 89, carpeta 163.
[13] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), série IJ¹ 585, Correspondência de Presidentes de Província a Ministros da Justiça.

dependência estrutural em face do capitalismo inglês" (SILVA, 1990:76) – fato que é possível perceber-se através dos enfrentamentos na questão do tráfico escravista.

Assim em 12 de outubro de 1851, após intervenção militar brasileira, o Império impõe a assinatura de cinco tratados com a República do Uruguai. Estes tratados representaram "um verdadeiro atentado à soberania nacional uruguaia", instalando-se uma "ingerência brasileira no Uruguai" (ZABIELA, 2002:124). Bastante ilustrativo dos objetivos e dos grupos beneficiados pelos citados tratados foi a nomeação pelo governo brasileiro de Honório Hermeto Carneiro Leão, conhecido traficante de escravos, como negociador oficial (BANDEIRA, 1998:96).

Ao lado das investidas do governo central do Império, as ações dos grandes proprietários sul-rio-grandenses, comprometidos com o sistema escravista ainda vigente no território brasileiro, dão-se no sentido de expandir seus domínios privados, colaborando no projeto de 'recisplatinização' do Estado Oriental. Donos de aproximadamente 30% do território uruguaio, "los estancieros de esa nacinalidad se convirtieron en la punta de lanza de las intervenciones brasileñas, pidiéndolas o apoyándolas. Eran el caballo de Troya imperial" (BARRÁN, 1990:50-1).

A exposição deste panorama se fez necessário para uma melhor compreensão de algumas hipóteses que têm sido consideradas no andamento da pesquisa. São elas:

1) Com a efetiva vigilância do litoral brasileiro a partir de 1850 no intuito de coibir a entrada de escravos por via oceânica, as redes de tráfico se reorganizam e acentuam suas ações de 'corso terrestre'. Esta prática é facilitada na fronteira sul pela posição de força assumida pelo Império e incentivada pelos elevados preços alcançados pelos escravos devido à carência de mão-de-obra que então se verifica.
2) Apesar do 'pequeno número' de casos de negros escravizados trazidos do Uruguai (se compararmos com o tráfico atlântico), sua relevância política não foi de pequena monta. Isto se percebe nas acirradas polêmicas envolvendo autoridades brasileiras e uruguaias de diversas esferas, assim como no fato do tema ter se transformado em objeto de fortes disputas na área internacional, na medida em que eram mobilizados conceitos como nação, soberania, direito internacional e rivalidades regionais.
3) Difícil é crer que as altas autoridades brasileiras não soubessem ou não tivessem maneiras mais eficientes de atuar no sentido de coibir o tráfico terrestre. Bem mais provável é a hipótese de que sua atitude de cúmplice

omissão seria conivente com a ação dos traficantes apoiados pelos poderes locais escravistas. Com isso o governo imperial manteria um apoio estratégico e fundamental na região sempre conflituosa da fronteira.

4) Este esquema de favorecimento e acobertamento do tráfico terrestre organizou-se em redes de cooperação em que estiveram envolvidos importantes figuras da sociedade: estancieiros, comerciantes, donos de jornais, juízes, delegados de polícia, militares, autoridades do executivo e legislativo, clérigos...
5) Como oposição a este grupo destacaram-se os agentes orientais. Embora gozando das prerrogativas diplomáticas, sofreram pressões e ameaças. Devido às suas gestões, foram responsáveis por alguns casos em que se restituiu à liberdade cidadãos uruguaios, mas isto não foi a regra. Na documentação analisada até o momento, percebe-se que a grande maioria dos orientais raptados permaneceu escravizada, apesar das denúncias dos representantes orientais. Mais raro ainda é que algum envolvido nestes crimes tenha sido punido.

Fontes primárias

Archivo General de la Nación / Montevideo - Uruguay (AGN), Ministerio de Relaciones Exteriores, Legación del Uruguay en el Brasil, caja 89, carpetas 163, 167 e 175.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Consulados e Legações, Uruguai (1840-1858), maço CN-24, caixa 12.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), série IJ¹ 585, Correspondência de Presidentes de Província a Ministros da Justiça.

Jornal "Echo do Sul", Ano 2, Jaguarão, nº 115, Sábado, 15 de agosto de 1857.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata.* Brasília: UNB / São Paulo: Ensaio, 1995.

BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideo: Banda Oriental, 1990.

BENTANCUR, Arturo Ariel; APARICIO, Fernando. *Amos y esclavos en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Planeta, 2006.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla e STALLA, Natalia. *Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frotera uruguaya (1835-1845).* Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

GUTFREIND, Ieda. *O Rio Grande do Sul e a fronteira: história oficial e depoimentos orais.* In: Estudos Leopoldenses / Série História. São Leopoldo, vol. 2, nº 2, 1998. p. 67-78.

PETIZ, Silmei Sant'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851).* Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.

SILVA, José Luiz Werneck da. *As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico.* Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990.

ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites.* 2002. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional

Enrique Serra Padrós*

Resumo
O presente artigo analisa a política de Terror de Estado, mecanismo implementado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional durante as ditaduras civil-militares do Cone Sul. A dinâmica imposta possibilitou o disciplinamento da força de trabalho e a destruição do questionamento social e das manifestações por mudanças promovidas pelas distintas organizações populares nos anos 60 e 70.
Palavras-chave: Terror de Estado – Doutrina de Segurança Nacional – Ditadura civil-militar

Abstract
This article ains to analyse the "State Terror" policy, mechanism implemented to apply the premiss of the "National Security Doctrine" during civil-military dictatorships of South Cone. The strategies implemented it made possible to discipline the workforce, the destruction of the social questioning and the demonstrations for changes promoted by different popular organizations in the 60's and 70's.
Key words: State Terror – National Security Doctrine – Civil-military dictatorship

O Terrorismo de Estado (TDE) vinculado à dinâmica capitalista é um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados. A intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e o crescimento do fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência - cada vez mais centralizado pelo centro decisório estatal - são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil. Uma administração implementa um TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil.

Dentro da perspectiva da DSN e da luta contra-subversiva, a violência estatal foi justificada, na lógica analisada por Chomsky & Herman, como *terror benigno* e banhos de sangue (*bloodbath*) saneadores, imprescindíveis e salutares, pois eliminavam os elementos "comunistas" e "antidemocráticos", fosse no Vietnã, no Camboja ou na América Latina. (CHOMSKY; HERMAN, 1976) Apoiado nas análises de Josep Comblin (1978) e de Jellineck &

* Departamento de História e PPG-História/UFRGS.

Ledesma (1980), entre outros, pode-se afirmar que a DSN assumiu um papel central na estruturação do regime. As Forças Armadas funcionaram como ordenadoras do sistema social diante da falência das instituições da democracia representativa e do sistema político em geral, além de serem a garantia suprema da unidade nacional ameaçada pelos efeitos desagregadores do "perigo comunista". A DSN, ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um "estado de guerra permanente" contra o suposto e difuso "inimigo interno". Embora os defensores da doutrina proclamassem agir em defesa da democracia, consideravam, no fundo, que esse regime era fonte geradora de desordens por permitir manifestações dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser protegida através de todos os meios disponíveis.

A liquidação dos projetos de mudança social existentes antes dos golpes de Estado e o disciplinamento da força de trabalho, em particular, e da sociedade, em geral, fatores de atração de capital internacional, eram escamoteados no discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo "comunismo", das liberdades e da civilização ocidental. A responsabilização do setor político pela crise existente servia de argumento a favor do novo papel que deviam assumir as Forças Armadas para a realização dos objetivos nacionais que estavam, em tese, acima de interesses particulares de qualquer tipo (de classe, partidários, religiosos, etc.). A proteção da propriedade privada e dos interesses capitalistas foi associada como inerente ao modo de vida das sociedades latino-americanas, devidamente inseridas no campo da denominada civilização ocidental, democrática e cristã.

A aplicação das premissas da DSN destruiu as bases da democracia representativa com o fechamento do Parlamento, o controle sobre o Poder Judiciário, a interdição dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda oposição. O cenário da "guerra interna" descoberta pelos setores golpistas extrapolou as ruas, as fábricas ou as universidades. Assim, o TDE de SN se apoiou fortemente no reconhecimento da existência de uma "guerra interna" contra um inimigo hipotético, mutável, infiltrado no conjunto da sociedade, o que foi utilizado como justificativa para uma atitude de alerta constante, por parte do Estado, que escondeu, na prática, um clima de ameaça contínua sobre toda a sociedade.

No caso das ditaduras latino-americanas das décadas de 60 a 80, o TDE, como sistema específico de poder, teve que enfrentar diversos desafios. Em primeiro lugar, a eliminação dos focos considerados mais ameaçadores, os "inimigos internos" associados com a sedição ou a subversão. Em segundo lugar, o enquadramento geral da população, inclusive o

setor considerado mais refratário ao novo padrão de comportamento político desejado e à obediência às diretrizes dos setores que assumiram o controle do poder. Em terceiro lugar, a moldagem das instituições a fim de obter, mediante cooptação, obediência voluntária e adesista a partir de uma refundação nacional segundo os novos princípios norteadores da DSN.

Na prática, tomando como pretexto a luta contra os "elementos subversivos", os setores que articularam o golpe de Estado desencadearam uma violência abrangente, complexa e global. Na medida em que partiu do próprio Estado a utilização de modalidades repressivas como a tortura, a execução, o seqüestro e a reclusão massiva, tudo à margem do controle dos outros poderes, da imprensa, dos partidos políticos, dos cidadãos, etc., a sociedade ficou gravemente exposta aos ditames de um sistema de violência que se constituiu como TDE.

Enquanto sistema de dominação do regime de SN, o TDE se expressou na forma de intervenção, reconversão ou proibição das instituições que constituíam os aparatos estatais anteriores aos golpes de Estado que instalaram as ditaduras. A política de reestruturação da administração pública se combinou com um sistema sofisticado de depuração que mesclou antigas fórmulas com outras inovadoras, criativas e originais.

Por exemplo, a intervenção da ditadura no campo da cultura acarretou a perda da criatividade vital e a imposição de um clima pesaroso que contrastou com um clima anterior de efervescência cultural. O oportunismo, o adesismo e o oficialismo, marcas dos novos tempos, foram formas de ascensão e de reconhecimento institucional, sintomas de uma decomposição cultural que se aprofundou sob o impulso da contra-insurgência e do disciplinamento do comportamento social. Censura e autocensura foram registros dessa sociedade, e a combinação de medidas essencialmente repressivas com outras de asfixia econômica se mostraram sensivelmente eficientes no fechamento de empresas jornalísticas e editoriais de perfil opositor. Já na área do ensino, ocorreu a combinação de repressão, disciplina e controle, atingindo, nos diversos estabelecimentos, todos os aspectos das atividades inerentes aos mesmos. Os "semeadores de medo" produziram destituições massivas, expurgos, aposentadorias compulsórias, abandonos de cargo e prisões de professores e de alunos. A presença intimidatória de colaboradores, delatores e a responsabilização dos pais pelo comportamento dos estudantes tornaram o cotidiano escolar e universitário um cenário de insegurança, temor e apatia. A proposta "educativa" da nova ordem, a partir das premissas da DSN, produziu, de forma geral, um retrocesso devastador, particularmente, nas áreas das ciências humanas.

Cabe ressaltar que o aparato estatal, ao extrapolar os limites coercitivos constitucionais, reconheceu que os mecanismos legais eram insuficientes na ação persuasiva contra tamanho descontentamento social. O recurso ao TDE e a intensidade da sua implementação esteve diretamente relacionada à dimensão da percepção da ameaça a que se viram expostos os setores dominantes frente ao questionamento popular do sistema de legitimidade em que se fundamentava a relação de dominação existente.

A configuração de um sistema de TDE não ficou restrito aos seqüestros e desaparecimentos de cidadãos ou à imposição de uma política de aplicação massiva de tortura. O funcionamento do TDE se pautou não só pela existência da brutalidade repressiva pontual, por si característica da sua dinâmica, mas pela idéia mais sofisticada de "violência organizada" que se estendeu por todas as instituições existentes, tornando-as mecanismos de multiplicação de formas de controle, de ostentação de poder e de impunidade. Essa "violência organizada", clandestina e múltipla se contrapôs à violência institucional estatal e legal. A "violência organizada" esteve presente em todos os níveis e dimensões de atuação de um sistema estatal investido de TDE. (ABOS, 1979) Sua aplicação concreta produziu situações que variaram entre um violento disciplinamento e a "institucionalização do horror". Miguel Bonasso identificou tal prática como de apelação a métodos não convencionais, de forma extensiva e intensiva, para aniquilar a oposição política e o protesto social. (BONASSO, 1990: 9) À utilização de recursos estatais tradicionais como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios ou corrupção, o TDE acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, assim como modernos recursos de persuasão e de dissuasão, o que inclui o uso de novidades tecnológicas no campo da contra-insurgência (inteligência, espionagem, tortura, interrogatórios).

A população foi vítima, de forma geral, da interrupção da vida democrática e do cancelamento dos direitos políticos e civis. Na sua dinâmica de funcionamento, o TDE atingiu tanto alvos selecionados quanto aleatórios, o que se explica pela flexibilidade do uso da figura do "inimigo interno", que podia ser tanto alguém de perfil bem definido como um alvo indicado por critérios tão genéricos e imprecisos que qualquer individuo poderia acabar exposto. Diante dessa imprecisão, praticamente toda a população virava alvo potencial, o que aumentava seu desconcerto, situação desejada pelo TDE. A amplitude multidimensional dessa incerteza perturbou as situações mais cotidianas dos cidadãos, ao alterar pautas de conduta social e tornar rotineiras as formas de controle, naturalizando-as e disseminando-as tanto na dimensão pública do exercício da cidadania (espaços escolares, profissionais, de lazer, etc.), quanto no âmbito privado (o medo existente até "dentro de casa"). (BARRAZA, 1980)

A paralisia da oposição pelo medo e pelo silêncio gerou, de forma significativa, uma "cultura do medo", onde as pessoas introjetaram sentimentos de culpa, procuraram formas de *escapismo* e abandonaram ações de solidariedade. Em nome da sobrevivência cotidiana, em tempos de medo e de repressão, fomentaram-se a cautela, o silêncio e a introspecção. O caráter clandestino do sistema repressivo, sem dúvida, contribuiu para neutralizar respostas imediatas da sociedade política e civil aumentando o efeito psicológico da violência estatal ao torná-la anônima e onipresente e preservando o governo das denúncias que lhe foram imputadas sobre a violação dos direitos humanos. A percepção dessa repressão gerou, nos atingidos, a sensação de abandono diante de uma situação marcada pela perda de solidariedade e forte presença da impunidade e da injustiça, o que multiplicou, ainda mais, a insegurança e a atmosfera de medo geradores de inércia e de imobilismo. De fato, os cidadãos que se sentiram indiretamente ameaçados foram alvo particular da aplicação da "pedagogia do medo", precondição para a incapacidade de ação e o estabelecimento de uma "cultura do medo".

Mas inegavelmente, os mecanismos implementados pela violência estatal visaram, prioritariamente, quebrar a espinha dorsal das organizações sociais e políticas e dos indivíduos que, de alguma maneira, ofereciam resistência ao projeto em andamento; impuseram também, em pouco tempo, formas anestésicas de convivência, fosse pela "cultura do medo", pela autocensura ou pela possibilidade de cooptação. A apatia e a autocensura ficaram como rescaldos do temor da volta do recurso à força e condicionaram e/ou inviabilizaram ações políticas mais incisivas de resistência, de questionamento e de identificação das responsabilidades do passado recente procurando atingir a elaboração da memória histórica e a própria análise histórica.

Outro elemento que alimentou a "cultura do medo" foi a sensação explícita da existência da impunidade para os agentes repressivos, amplificando o sentimento de impotência das vítimas diretas e do seu entorno. O contexto de impunidade foi a base para o comportamento arbitrário e ostensivo dos executores do TDE, permitindo-lhes fazer alarde de uma espécie de "imunidade perpétua" que os desobrigava de prestar contas a alguém, mesmo à justiça. A imunidade para as ações repressivas foi fomentada sob a proteção do cumprimento do dever, ou seja, o "guarda-chuva" da tese da obediência devida.

Os EUA estabeleceram vínculos com a América Latina através da transmissão da DSN e da experiência acumulada na luta contra-insurgente alimentada pelas ações francesas na Indochina e na Argélia e dos próprios EUA no Vietnã, a formação e doutrinação de gerações de futuros oficiais que serviram de futuros elementos de ligação e o fundamental

suporte material e diplomático. O anticomunismo se tornou o principal ponto doutrinário de cooptação e adesão de jovens oficiais policiais e militares que assumiram uma postura acentuadamente hostil diante de propostas de mudanças reformistas ou revolucionárias. Os EUA deram cobertura aos golpes de Estado promovidos pelos setores de direita e apoiaram e estimularam a ação dos "semeadores de medo".[1]

Outra grande contribuição foi a instalação de bases operativas de inteligência e de informação que se conectavam com as estruturas repressivas locais, permitindo o acesso a bases de dados (em tese, de conhecimento restrito das forças de segurança uruguaias), além da infiltração de agentes e a promoção da corrupção em altos escalões do poder civil e policial, assim como a realização de ações integradas e encobertas com as forças locais contra os movimentos sociais e as organizações políticas de esquerda.[2] Igualmente, foi estratégico o financiamento da modernização das forças de segurança através dos diversos Programas de Assistência Policial e Militar associados ao fornecimento e venda de equipamentos e armamentos (duplo interesse: estratégico e comercial).

Finalmente, houve um apoio diplomático indireto dos EUA com a obstrução ou o desconhecimento de denúncias contra a ditadura uruguaia em fóruns internacionais, além do silêncio explícito diante de informações solicitadas às suas embaixadas e consulados. Efetivamente, através da sua rede internacional de informação (embaixadas, consulados, secretarias, Pentágono) circularam muitas denúncias apresentadas por exilados, o que mostra que os EUA não ignoravam o que ocorria nem se omitiam; pelo contrário, foram sim, coniventes e co-participe. Como corolário da sua vinculação com os regimes repressivos do Cone Sul, deve constar também seu papel na Operação Condor, através das articulações promovidas pela CIA, do envolvimento de agentes a ela vinculados - com transmissão de *know-how* e auxiliando na conexão dos grupos operativos dos países envolvidos - e a disponibilização das suas informações para a coordenação repressiva. Ou seja, os EUA desempenharam um protagonismo central, oferecendo apoio e colaboração às ditaduras de SN.

Portanto, o TDE esteve presente quando promoveu seqüestros ou desapareceu adultos e crianças; mas também esteve quando o Estado nada fez para acolher as demandas dos cidadãos que procuravam seus familiares desaparecidos ou quando assumia que não lhe interessava o destino dos seus cidadãos que estavam sendo eliminados em um país vizinho. Ou

[1] Corresponde aos funcionários repressivos que desempenham tarefas visíveis junto às vítimas. Desta categoria fazem parte, especialmente, os torturadores.
[2] Cabe mencionar, nesse contexto, a atuação do estadunidense Dan Mitrione, *expert* em tortura "científica", que procurou tornar mais eficiente a ação das unidades envolvidas diretamente na luta anti-subversiva.

esse Estado foi conivente com esses fatos, ou esteve associado a eles, ou, singelamente, desconsiderou-os como crimes. O TDE englobou tudo isso, as práticas restritivas no plano civil e político e as políticas repressivas mais diretas e violentas. E impôs a ordem, a autoridade e, diante de algum questionamento da sociedade civil que apontava para a exigência de justiça, consagrou a impunidade.

Portanto, a essência do TDE que se implantou no Cone Sul não se restringiu ao uso intensivo da tortura ou aos milhares de presos políticos, mas sim na abrangência, na multiplicidade, na articulação e na complementação de iniciativas que atingiram a população nas mais variadas relações que ela mantinha com as instituições estatais.

Os regimes de SN, com as suas conhecidas motivações repressivas de controle, de censura e de enquadramento de memórias e de consciências, fomentaram um "esquecimento organizado" *a posteriori*, o que se consolidou com o encaminhamento de leis de anistia ou similares, que tentaram impor um esquecimento institucional da violência executada dentro da dinâmica do TDE. Se esse esquecimento institucional se expressou na forma da anistia, a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo foram efeitos da tentativa de impor uma "amnésia coletiva" sobre a sociedade civil.

Referências Bibliográficas

ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. El Viejo Topo. Barcelona, nº 39, dic. 1979.

BARRAZA, Ximena. Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária. In: MAIRA, Luís et al. América Latina. Novas estratégias de dominação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSEN, Jan et al. Terrorismo de Estado. El papel internacional de EE.UU. Navarra: Txalaparta, 1990.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. Banhos de sangue. São Paulo: Difel, 1976.

COMBIN, Padre Josep. A ideologia de Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JELLINECK, Sergio; LEDESMA, Luis. Uruguay: Del consenso democrático a la modernización estatal. Estocolmo: Institute of American Latin Studies, 1980.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Tese de Doutorado em História. UFRGS, Porto Alegre, 2005.

_____. Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória de Arlindo Ignácio de Oliveira em Diamantino Mato Grosso (1955 a 1999)

Abrelino Carlos Tenedini*

Resumo: Neste artigo apresentamos uma reflexão sobre a atuação do padre Arlindo Ignácio de Oliveira, que esteve a serviço da missão jesuítica no período de 1955 a 1999 em Diamantino Estado de Mato Grosso, objetivando catequizar principalmente povos indígenas da nação Irantxe e Paresi. As análises sobre a memória têm como fontes cartas pessoais, permeadas de aspectos íntimos, e de representações que o mesmo tinha do território mato-grossense e das populações indígenas. Estas revelam um discurso que traz realidades construídas por seu autor. A narrativa de padre Arlindo traz sensibilidades e emoções estabelecendo uma história criteriosa ao relacionar com a documentação produzida pela missão religiosa, possibilitando compreender o processo de colonização de Mato Grosso.
Palavras-chave: missão – representação - colonização

Abstract: This article introduces a reflection about the priest Arlindo Ignácio de Oliveira's performance, he worked in a Jesuitical mission, in the period from 1955 to 1999, in Diamantino, Mato Grosso. His objective was to catechize mainly the indigenous peoples of the nation Irantxe and Paresi. The analysis about the memory is based on personal letters permeated of intimate aspects and representations he had about the mato grossense territory and the indigenous peoples. These reveal a discourse which brings realities built by his author. The narrative of the priest Arlindo brings sensibilities and emotions establishing a judicious history when related to the documentation produced by religious mission enabling us to understand the process of settlement in Mato Grosso.
Keywords: mission – representation – settlement

As missões religiosas católicas estão relacionadas a diferentes períodos da história do Brasil, desde a colonização portuguesa a partir do século XVI até os dias atuais. No Mato Grosso, região de território rico em recursos naturais, mas ausente de pessoas empreendedoras (GALETTI, 2000: 27), influenciaram a vinda do padre Arlindo Ignácio de Oliveira, membro da Instituição Jesuítica, que também vivenciava e difundia a mesma concepção do território mato-grossense, a da possibilidade de progresso com a introdução de imigrantes e capitais europeus (GALETTI, 2000:27).

Ao analisarmos a ação da missão jesuítica, na segunda metade do século XX, no Mato Grosso, é possível estudar a trajetória da experiência do padre Oliveira, nascido no Estado de Santa Catarina em 1930. Este missionário esteve entre os índios Irantxe e Paresí na

missão de Diamantino[1], durante os anos de 1955 até sua morte em 1999. Sendo assim, tencionamos neste artigo apresentar uma abordagem histórica, buscando entender a atividade evangelizadora jesuítica como parte do processo da colonização do Mato Grosso.

As correspondências produzidas pelo padre e os documentos oficiais enviados a Ordem dos jesuítas e a outras Instituições não governamentais[2], são fontes analisadas que possibilitaram perceber a experiência do "evangelizador" junto aos índios e ao corpo eclesiástico. O que nos leva a compreensão da situação limite do processo de catequização. Segundo Ângela Castro Gomes as cartas íntimas possibilitam o entendimento das memórias, porém, o que não seria possível através de outro tipo de documentação com fins burocráticos. Nessa perspectiva, possibilita-nos percebermos a inter-relação entre os ameríndios e o padre Arlindo. No entanto, não significa que os documentos "íntimos" são mais verdadeiros. Para nós interessa não a "realidade" extra documental, mas sim a "realidade" construída no documento por seu autor.

Por isso, ao apreender as práticas de Arlindo entre os índios, pode-se entender de forma mais significativa às representações e observações feitas por ele sobre o Mato Grosso e os povos indígenas com os quais trabalhou.

Para perceber as representações do "evangelizador", recorro a concepção de Chartier, que possibilita o entendimento do significado das construções da realidade, como bem lembra o autor ao escrever que: "as estruturas do mundo social não são um dado objectivo; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articulada que constroem suas figuras" (CHARTIER,1990:27).

Nas cartas que o padre Arlindo escreve para seus pais, especialmente para sua mãe, ele relata as primeiras percepções sobre Mato Grosso e sobre as comunidades indígenas. Em carta datada de 30 de janeiro de 1955 o seminarista Arlindo escreve sobre a cidade de Cuiabá,

> *É uma cidade bastante pequena, apesar de ser a capital de Mato Grosso. As ruas são tão estreitas que mal deixam espaço para o caminhão. É uma cidade sem indústrias alguma. A ignorância religiosa é tremenda. Aos domingos a Igrejinha, onde os nossos padres trabalham não chega a encher. Os homens são poucos na Igreja. Na terça-feira, porém, dia dedicado a São Benedito a capela fica cheia, apesar da missa ser às 5 horas*[3].

---

[1] Diamantino. Município situado na regiaõ médio norte mato-grossense. Espaço específico de nosso estudo abrange atualmente quatro municípios que foram desmembrados na seguinte ordem: Tangará da Serra em 1976, Brasnorte em 1986, Campo Novo dos Parecis em 1988 e Sapezal em 1994.

[2] Manos Unidas. Agência de cooperação espanhola - Madri. ADVENIAT. Organização filantrópica da Igreja Católica alemã para a América Latina.

[3] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 30-01-55.

Não estamos preocupados em discutir a suposta "veracidade" dos relatos do seminarista. Fica claro que Arlindo elabora suas descrições, de forma a construir, reproduzindo várias representações e imagens, um Mato Grosso distante dos padrões ideais de sociedade "civilizada". O isolamento e a distância são ressaltados por Arlindo, de forma muitas vezes bem humorada e procurando impressionar seus familiares. No relato da viagem que fez de Campo Grande para Cuiabá Arlindo escreve: "embarcamos no ônibus ou 'jardineira' como chamam por aqui. O nome da empresa é "Baleia". Carrega quarenta passageiros sentados. É de estilo antigo. (...). Na frente do carro estava escrito: "Balança mais não cai"[4]. E acrescenta: "íamos iniciar uma viagem de 'só' 900 kms"[5]. Chegando em Diamantino Arlindo observa, "é uma vilazinha de uns 800 habitantes. (...) A vida religiosa aqui também é muito fraca. Das 800 pessoas que aqui moram poucas freqüentam a Igreja"[6].

Nada de incomum neste relato de Arlindo, de certa forma ele reproduz as representações criadas do Mato Grosso desde pelo menos o século XIX. O que nos interessa é como estas foram apropriadas por Arlindo em seu cotidiano na missão de Diamantino. Em outra carta datada de 15 de julho de 1955, Arlindo escreve:

> *Aqui, mamãe, continuo trabalhando. O trabalho é muito, mas consola a gente. Mas é pena que haja tão poucos missionários! 5 padres para atender um território que é maior que o estado de São Paulo. Mas a missão que temos é de levar a luz da fé aos infiéis. (...) É verdade que não faltam privações, mas todos eles são felizes porque sabem que trabalham pela causa de Deus*[7].

A imagem de "distância da civilização" que marca a visão de Arlindo em relação às características do ambiente em que desenvolve sua atividade religiosa serve para reforçar o caráter de "missão divina" de suas práticas em vários trechos. Em outra carta de 16 de janeiro de 1957, também endereçada a seus pais Arlindo comenta: "a vida aqui vai indo cheia de provações" e acrescenta, "uma coisa compreendo agora que para seguir a Jesus a gente deve estar disposto a agüentar bastante"[8].

Outro aspecto importante dos seus escritos, quando era um jovem sacerdote, é seu fascínio em relação aos índios. Assim ele narra seu primeiro contato com os índios de Diamantino,

---

[4] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 30-01-55.
[5] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 30-01-55.
[6] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 30-01-55.
[7] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 15-07-55.
[8] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 20-11-56.

> *Aqui já conheci muitos índios. Vem da missão de Utiariti para trabalhar numa fazenda nossa. Já são batizados e civilizados. Mas são índios. Um deles nestes dias ficou com maleita. Foi ao hospital e estava acostumado a dormir em rede. Foi posto numa enfermaria em que havia três camas. Não se ajeitava. Passava de uma para outra sem se agradar com nenhuma. Depois de uns dias ficou aborrecido e fugiu do hospital*[9].

A curiosidade em relação aos índios, no entanto, não retirava o sacerdote sua visão etnocêntrica e sua posição de "salvador de almas" ("As almas aqui se perdem por não haver quem as salve"). O que chama a atenção é que o seminarista apropria-se de conceitos como "bárbaros" e "infiéis", como características que ao invés de transformar os índios em vilões, construía sua imagem como vítimas de sua própria cultura, como relata em outro trecho da mesma carta,

> *Nesses dias voltou para Diamantino um padre que trabalha entre os índios. Na sua viagem de 1600 Kms. (ida e volta) ouviu contar muita coisa a respeito de uma tribo feroz de índios, os Beiços de Pau. Neste ano estes índios atacaram os homens que estão extraindo borracha. Flecharam dois homens. (...) Agora o padre tem de resolver a questão, isto é, amansar estes índios. É uma tentativa que pode sair bem e que também pode sair mal. Tem que arriscar sua vida para salvar as almas desta pobre gente*[10].

Da primeira experiência em uma aldeia indígena, Arlindo constrói um relato em uma outra carta, também endereçada aos pais, datada de 16 de janeiro de 1957, onde narra a experiência de ter passado o Natal junto aos índios,

> *Chegamos ao Utiariti de tarde. Aí os bugrinhos vieram correndo ao nosso encontro. Aproveitei os dias que passei lá para pescar e passear com eles. É bonito vê-los nadar. Parecem peixes. Se o anzol tranca no fundo do rio, não é preciso procurar paus para destrancá-lo. Os indiozinhos mergulham e trazem-no de volta. Os rios daqui são de água limpidíssima. Se vê o fundo de todos eles*[11].

O entusiasmo de Arlindo, "foi um natal que jamais esquecerei", não pode nos levar a não perceber que apesar de seu deslumbramento com o modo de viver dos índios, a visão cunhada no lugar social ocupado pelo seminarista norteia suas observações, ainda nesta carta Arlindo atribui a ausência de vocações pela "falta de organização da família. "É difícil encontrar-se aqui família fundada sinceramente nos princípios da religião cristã. E daí a dificuldade de termos vocações"[12].

Outro ponto a ser destacado nas cartas de Pe. Arlindo é a forma como, apesar de estar tão distante, ele mantém ligações com a família e ao que denomina de "civilização".

---

[9] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 15-07-55.
[10] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 15-07-55.
[11] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 16-01-57.
[12] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 16-01-57.

Desde as primeiras cartas Arlindo promete enviar "bordados das índias do Utiariti" e procura inserir sua família como agente da missão que este desempenha em Mato Grosso. Isto fica explícito no momento em que o seminarista pede aos seus pais e familiares que "Rezem por Mato Grosso, rezem pela preservação da fé desta pobre gente. Aqui todo o sacrifício é pouco, por que as almas custam muito".

Ao estabelecer relações a nível sentimental, a família também era envolvida com os índios alunos de Arlindo que estudavam em Diamantino. Em um trecho de uma carta, o mesmo agradece sua mãe pelos presentes que esta enviou para os índios, "recebi mamãe o seu presente. Muito obrigado. Na despedida dos meus seminaristas dei a cada um uma barra de chocolate. Ficaram contentíssimos. Rezem para que eles perseverem".

Para reforçar a hipótese de que Arlindo ao longo de pouco tempo conseguiu integrar numa mesma rede as relações entre sua família e seus alunos do seminário, o sacerdote faz um pedido a sua mãe,

> *Mamãe, uma pergunta. A senhora estaria disposta a fazer de mãe de uma seminarista daqui? (...) pensei assim: mandá-lo para S. Salvador com o Jaime (irmão de Arlindo) e as férias poderia fazê-las sempre aí em casa. Porque para vir para Mato Grosso é muito caro. Que a senhora acha?*

Os fortes laços mantidos com a família possibilitavam que Arlindo permanecesse integrado a um ambiente social que dava a ele o sentido de pertencimento, de identidade. O sacerdote tentava reproduzir e estender aos índios o modo de vida que tinha em seu lugar de origem. O recurso a sua família para pedir toca-discos, rádios, bicicletas, chocolates evidenciam este fato.

Desde as primeiras cartas, embora destacasse o imperativo da "vontade de Deus", Arlindo mostrava-se muito sensibilizado com a pobreza e as doenças entre os grupos indígenas. Apesar de ter como objetivo "salvá-los" de sua pouca civilidade, o seminarista e depois padre, conseguiu através de diferentes "formas de negociação" construir laços muito fortes com os grupos indígenas com quem conviveu. O fato de ter lançado mão de estratégias não significou que este agisse de forma calculada, pelo contrário, o que analisamos como estratégias de conversão, eram encaradas pelo padre, ao que tudo indica, de forma sincera como designo e vontade de Deus.

Após mais de 40 anos de ação missionária, em uma carta endereçada a uma amiga, já em 1996, portanto, três anos antes de morrer, o padre faz um balanço de sua ação como missionário jesuíta,

> *Vais de me dizer: o Arlindo está louco. Estou mesmo. Sinto às vezes vontade de parar. Mas cadê a coragem (maldito ou bendito compromisso vocacional, sei lá, continuo sem decisão. Aliás nem decido sozinho; outros (superiores) decidem comigo; ou fazem de conta que decidem. (...) Vera, perdi no dia 30 de março um companheiro de trabalho. Morreu de câncer. Viemos juntos para a Missão. Numa das últimas conversas que tivemos juntos, fiquei impressionado com o que ele me disse: 'Arlindo, eu não sei se hoje, depois de quarenta anos, eu daria o meu sim para o sacerdócio. Vera, talvez não entenda este desabafo. Tu nunca chegarás a entender o que significa batalhar por uma causa, que, talvez dê resultado daqui a não sei quantos anos, e talvez a nível humano não dê nada. Bem, mas deixa para lá os resultados. Acho que na vida existe um gostinho meio 'besta' de estar fazendo aquilo que se gosta sem pensar em outras coisas*[13].

O "desabafo" do padre nos permite refletir sobre seus conflitos com a sua ação missionária, os resultados de seu trabalho e sua relação com o corpo eclesiástico. Apesar de mostra-se irritado com a sua "vocação" e sua relação com os superiores, o desabafo termina com a reconciliação do padre com sua "missão", em que já espera o resultado além do "nível humano" de seus mais de 40 anos de trabalho.

Além de desenvolver o trabalho de missionário junto aos índios, o padre Arlindo tentava buscar alternativas para resolver problemas sociais graves que os afligiam. No entanto o combate neste sentido tinha que concorrer com outras formas de conceber as transformações nas sociedades indígenas.

Aquela forma de conceber o mundo do jovem missionário que veio para Mato Grosso e que ainda nutria dos mesmos ideais, apesar dos conflitos e incertezas, agora tinha que competir com as teorias relativistas, de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental. Em uma carta escrita em 1998 sobre a resposta de uma organização não governamental espanhola[14] a um projeto seu, o padre defende a criação de gado nas aldeias indígenas,

> *A conscientização foi feita com grande intensidade, acentuando a necessidade de eles assumir este projeto. Mais do que isto nada mais posso fazer. Devo acreditar em sua vontade de levar em frente este trabalho. O perigo de interferência na cultura é sem dúvida, uma preocupação válida, mas quando da minha experiências de anos, vejo nas aldeias falta de carne, debilitando a saúde dos índios, eu me pergunto: queremos manter uma cultura em cima de trapos humanos? A caça terminou, peixes nos rios são escassos. Já possuímos 9 cabeças na aldeia onde moro. Até o momento vai bem. Para o ano teremos um aumentozinho com novas crias*[15].

---

[13] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira à Vera, Reserva Indígena, 13-07-96.

[14] CARTA da organização não governamental Manos Unidas à Arlindo Ignácio de Oliveira, Madrid, 13-10-1998.

A morte do padre em 1999 na aldeia Paresí de Bocaiuval causou grande comoção entre os diferentes grupos indígenas com os quais o padre conviveu. Em um relato produzido por dois padres sobre "a celebração eucarística do primeiro aniversário da partida do Pe. Arlindo Ignácio de Oliveira" nos oferece a dimensão do significado da figura do padre entre os índios. Para a celebração vieram índios de muitos lugares,

> *Formamos uma assembléia muito especial de várias etnias diferentes e vindos de muitos lugares. Os Irantxe, Paresí e Nambikwara se misturaram com os amigos de Campo Novo dos Parecis (3 ônibus e alguns carros) do Sapezal (3 ônibus) e mais um ônibus de Brasnorte*[16].

O corpo de Pe. Arlindo foi enterrado na aldeia Bocaiuval em um túmulo "coberto com uma lápide de pedra polida enorme". Ainda segundo o relato, em um dos cartazes que estavam junto ao túmulo "recordava as palavras de Pe. Arlindo: "Aos índios dedico a minha vida e aqui quero morrer". Na mesma ocasião foi declamado um poema de autoria de Dirson Zokezomaê, Paresí. Deste poema destacamos o seguinte trecho:

> *(...) Naquela aldeia pequena/ onde morou na pobreza,/o povo chegando de longe,/Só encontraram uma grande tristeza,/Não puderam ouvir o padre Arlindo,/ Aquele Santo de pureza,/Só viram sua casa modesta,/ Relíquia de sua nobreza.(...)*[17].

Outro documento, uma carta escrita em 1997 por Adriana Quezo, uma índia Paresí que na ocasião vivia no Paraná, mostra a vontade dos índios para que o padre permanecesse entre eles,

> *Se você decidir ficar com sua família na velhice eu vou ficar triste mais irei te ver todas as férias e se eu achar que terei chance de convencer sua família que o melhor pra você é ficar com os índios eu farei, mas se for a sua vontade ficar com sua família eu respeitarei*[18].

Apesar de assinalados alguns caminhos ainda não se tem a noção exata de como o padre desenvolveu ao longo do tempo uma relação de reciprocidade com os índios que o transformou na memória de muitos grupos em um mártir. Mas o que se percebe no relato da celebração de um ano da morte do padre Arlindo é que mesmo depois de morto, o padre é

---

[15] CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira a organização não governamental espanhola Manos Unidas, s/ local, s/data.

[16] RELATO da "celebração eucarística do primeiro aniversário de partido do Pe. Arlindo Ignácio de Oliveira". S/local, s/ data.

[17] ZOKEZOMAÊ, Dirson. Céu da Aldeia Bocaiuval apud RELATO da "celebração eucarística do primeiro aniversário de partido do Pe. Arlindo Ignácio de Oliveira". S/local, s/ data.

[18] CARTA de Adriana Quezo à Arlindo Ignácio de Oliveira Ubiratã, 1997.

alvo de disputa no campo da memória e é apropriado de diversas formas pelos grupos indígenas e pela Igreja Católica.

Documentos

CARTA da organização não governamental Manos Unidas à Arlindo Ignácio de Oliveira, Madrid, 13-10-1998.

CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira a organização não governamental espanhola Manos Unidas, s/ local, s/data.

CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira à Vera, Reserva Indígena, 13-07-96.

CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 15-07-55.

CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 16-01-57.

CARTA de Arlindo Ignácio de Oliveira aos seus pais. Diamantino, 30-01-55.

RELATO da "celebração eucarística do primeiro aniversário de partido do Pe. Arlindo Ignácio de Oliveira". S/local, s/ data.

s/ data.

ZOKEZOMAÊ, Dirson. Céu da Aldeia Bocaiuval apud RELATO da "celebração eucarística do primeiro aniversário de partido do Pe. Arlindo Ignácio de Oliveira". S/local,

CARTA de Adriana Quezo à Arlindo Ignácio de Oliveira Ubiratã, 1997.

Referencias bibliografias

CASTRO GOMES, Ângela. **Escrita de si, escrita da história***:* a título de prólogo. In: Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.

LE GOFF, Jacques. História. In ROMANO, Ruggiero (Dir.) **Enciclopédia Einaudi** – Volume 1 – Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A política externa brasileira e os desafios, limites e contradições em relação à segurança regional.

Graciela De Conti Pagliari*

Resumo: Este trabalho aborda o tema da segurança regional sob o enfoque da política externa brasileira em relação aos desafios que são colocados no seu entorno imediato, decorrente das questões andinas. Para tanto, considera-se como período de análise o período pós-Guerra Fria no qual novas ameaças e atores à segurança precisam ser considerados por parte dos Estados nacionais.
Palavras-chave: Brasil – política externa – segurança regional.

Abstract: This paper discuss the regional security theme focusing the Brazilian foreign policy related to the challenges in the region, in consequence of the Andean questions.
For this, we considered the post-Cold War as the period of analysis, which the new threats and the actors of the security must be regarded by the national States.
Keywords: Brazil – foreign policy – regional security.

No contexto internacional do pós-Guerra Fria novas questões de segurança, tais como o tráfico de drogas e outros delitos transnacionais, apresentam-se no entorno imediato brasileiro afetando, de um modo geral, a região andina como um todo. Contudo, o Brasil e seus vizinhos amazônicos têm posições divergentes em relação a tais questões, dessa maneira, não tem havido um esforço comum no sentido de construir uma resposta conjunta e efetiva para o problema. Assim também fatores estruturais como a ausência do Estado e o descaso com a população da região apontam para o aumento do problema.

O fim da bipolaridade alterou a percepção dos principais atores do sistema internacional em relação à natureza e à intensidade relativa das ameaças para a segurança dos Estados e indivíduos na nova ordem mundial gerando assim, uma reorientação da política externa de muitos países. A emergência de novos temas e ameaças na agenda de segurança internacional enfoca a necessidade de uma revisão dos conceitos a ela associados.

Enfocando-se a região verifica-se que, desde o final dos anos 1970, tem avançado a aproximação entre os vizinhos do Prata, intensificando-se com o final dos regimes militares e o retorno à democracia. Do mesmo modo, a política externa brasileira tornou-se mais

* Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/UnB, bolsista CNPq.

assertiva em relação à região e o fortalecimento de sua atuação na América do Sul coloca ao Brasil a importância em atentar aos temas, dinâmicas de poder subjacentes e mecanismos institucionais de segurança da região.

O novo cenário internacional marca a emergência de uma agenda de temas e conteúdos de importância distinta para os atores relevantes na região. Assim, a América do Sul apresenta situações de segurança muito distintas: o Cone Sul tem desenvolvido políticas de aproximação por meio de medidas de fomento da confiança, enquanto a região andina/amazônica apresenta importantes dinâmicas de segurança, sendo o verdadeiro campo de tensões desde os anos 90.

Em face do quadro acima descrito, o tema da segurança regional será abordado sob o enfoque da política externa brasileira em relação aos desafios que são colocados pelas questões andinas e, mais especificamente, colombianas. Para tanto, enfoca-se a agenda de segurança que emerge para a região decorrente do conflito andino e o papel do Brasil, de um lado, relativamente à problemática andina e, de outro, como parte do Cone Sul onde estaria emergindo uma comunidade de segurança. Consideramos que a prioridade do Brasil - nos últimos anos - para a América do Sul não tem se traduzido em políticas de defesa e segurança efetivas devido ao seu baixo protagonismo nesta área para a região.

O lapso temporal a ser considerado é o período do pós-Guerra Fria, ou seja, a década de 90 e o início do século XXI. O enfoque será nesse período em decorrência das transformações radicais que ocorreram no sistema internacional com o fim da bipolaridade, acarretando profunda redistribuição de poder entre os Estados nacionais, bem como o questionamento acerca da legitimidade dos arranjos institucionais – como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas - que emergiram no período da Guerra Fria.

A regionalização das relações de segurança no pós-Guerra Fria

As relações internacionais e, sobretudo, os estudos de segurança internacional, passaram por importantes transformações decorrentes do final da Guerra Fria e dos atentados de 11 de setembro. A segurança tradicional em sua dimensão militar e na qual o Estado é o ator principal, não é mais suficiente para explicar os desafios à segurança apresentados pela agenda contemporânea. A dimensão regional tem sido valorizada em se tratando de questões de segurança, e isso "se explica não somente pelas contingências geográficas, mas também pela presença de vetores de internacionalização que se expressam e incidem, de maneira mais direta, no entorno imediato de seus lugares de origem" (VAZ, 2005: p. 8). Assim, para

importantes questões de segurança internacional, o foco tem estado na valorização de perspectivas e mecanismos regionais, colocando, dessa forma, o regionalismo como uma dimensão importante da segurança internacional.

No que diz respeito às questões tradicionais de segurança, isto é, o campo político-militar, o nível de análise deve ser o regional pois as inseguranças estão associadas com a proximidade. Para a maior parte dos Estados, seus maiores receios recaem mais sobre seus vizinhos do que sobre potências distantes. Assim, considerar a existência dos subsistemas regionais como objeto de análise de segurança tem como objetivo destacar a relativa autonomia das relações de segurança regional e indicar como inseri-las no contexto entre os Estados e o nível sistêmico.

Os dilemas de segurança não afetam por igual todos os Estados e nem os fatores de ameaça são comuns dentro do sistema internacional, normalmente, são distribuídas igualmente para determinados grupos dentro do sistema, formando os complexos regionais de segurança. Os Estados que os compõem têm suas preocupações de segurança interligadas e elas se caracterizam mais intensamente entre os Estados dentro destes complexos do que entre os que não fazem parte dele.

Um complexo regional de segurança é definido como "um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada" (BUZAN, WÆVER e WILDE, 1998: p. 201). Os complexos de segurança não podem ser construídos aleatoriamente, deve haver um padrão de política entre os Estados, uma vez que não são quaisquer subsistemas que são enquadrados como complexos de segurança, que devem ter bases históricas e geopolíticas para tanto. Num complexo de segurança – que é produto da estrutura anárquica do sistema - a atenção descentraliza-se, tanto da segurança nacional quanto da global, para focalizar na região, na qual estes dois níveis influenciam. O principal fator na definição do complexo de segurança é o alto grau de ameaça ou medo que são sentidos mutuamente por dois Estados ou pela maioria deles.

Em relação à América do Sul, o seu comportamento é influenciado pela presença dos Estados Unidos, no entanto, menos intensamente do que a recebida pela América Central e Caribe, por isso, as suas dinâmicas de segurança têm sido regionais e não orientadas pelos Estados Unidos, que se constitui como importante ator externo. Apesar de a América do Sul formar um complexo de segurança[1], apresenta sub-regiões distintas, contudo, não se pode

[1] O padrão histórico de relacionamento da América do Sul mostra claras dinâmicas locais de segurança, muitas como disputas territoriais (Paraguai – Argentina; Brasil – Uruguai; Chile – Bolívia e Peru; entre outras), mais recentemente Chile e Argentina; Venezuela e Guiana.

considerar o Cone Sul e a região Andina como complexos separados eis que as suas preocupações de segurança são conectadas demais para que isso seja possível. Portanto, a América do Sul apresenta-se como um complexo de segurança com dois sub-complexos distintos, dos quais o Brasil faz parte.

O sub-complexo do Cone Sul engloba as principais potências da região e foi tradicionalmente definido por rivalidades interconectadas entre Brasil, Argentina e Chile, com os *buffer* Estados do Paraguai, Uruguai e Bolívia. Esses países passaram a ser membros formais ou informais do Mercosul e constituem gradualmente um regime de segurança. Do sub-complexo andino fazem parte Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana. Sua estruturação também é tradicional, seguindo o padrão de rivalidades interconectadas (2 ou 3 países), mas, ao contrário do Cone Sul, os conflitos não foram superados, foram, na verdade, agravados ao adicionar problemas de segurança transnacionais relacionados às drogas e à guerra contra elas.

O complexo de segurança da América do Sul caracteriza-se pela relação com a potência dominante e pelo processo de uma possível divisão do complexo em duas partes: norte e sul. Contudo, dois são os pontos seminais que se apresentam para o futuro da região: a guerra contra as drogas na Colômbia e o futuro do Mercosul.

A maior mudança ocorrida no complexo da América do Sul no pós-Guerra Fria foi no sub-complexo do Cone Sul, onde a formação inicial de conflito está agora se aproximando de uma comunidade de segurança por diversos fatores: reaproximação entre Brasil e Argentina (ocorre uma mudança estrutural no sub-complexo pois passa-se do padrão de inimizade para o de amizade); integração regional com o Mercosul; resolução das disputas de fronteira. Assim sendo, essa comunidade de segurança pode ser vista como um exemplo de "paz democrática". De outro modo, no sub-complexo andino, prevalece uma formação mais tradicional de conflito. Por exemplo, os conflitos colombianos já provocaram mais de 1 milhão de pessoas refugiadas, os 'desplazados'; desta forma, constata-se a fraqueza geral do Estado colombiano e da privatização da violência. Porém deve-se considerar que a crise nos países andinos é regional, em função da economia paralela, das dificuldades políticas e devido ao *spillover* do conflito colombiano.

Embora haja diferenças notáveis entre as duas sub-regiões que justificariam ver os sub-complexos como distintos, o fato de o Brasil desempenhar um papel importante em ambos permite a manutenção da América do Sul num único complexo de segurança.

A política externa brasileira e a agenda de segurança no pós-Guerra Fria

Numa perspectiva histórica das relações do Brasil com o eixo andino/amazônico, o que se percebe é que a estratégia brasileira se volta para duas frentes: a do Prata e a Andina. Se durante o período colonial aquela foi a de maior importância em função do potencial de conflito, nas duas últimas décadas o potencial de conflito se desloca para o norte, quando o eixo andino/amazônico ganha importância estratégica e uma agenda cada vez mais complexa.

Durante os anos 1970 a ação do Brasil foi "muito mais orientada para evitar o isolamento político do que para aumentar efetivamente a presença política do país e ampliar sua área direta de influência" (SENNES, ONUKI e OLIVEIRA, 2004: p. 11). No entanto, na década seguinte, a percepção foi no sentido de que a principal preocupação de segurança era a região amazônica e não a Argentina, sendo necessário ao Brasil eliminar as desconfianças que os seus vizinhos tinham de que era expansionista e aliado especial dos Estados Unidos.

Com o término da Guerra Fria as mudanças no sistema internacional, que alteraram as prioridades dos Estados Unidos e geraram novas demandas por segurança, ensejaram uma discussão da política externa brasileira para a segurança, no sentido de que os padrões da Guerra Fria não se mostram como os mais adequados para enfrentar os novos problemas e preocupações de segurança. As atuais demandas são voltadas para questões como o tráfico de drogas, o crime transnacional organizado e o tráfico de armas, especialmente considerando-se uma política entre o Brasil e os países andinos. Para combatê-las, mais do que ação militar, fazem-se necessárias políticas públicas de erradicação das desigualdades sociais, pois elas geram um quadro de pobreza extrema que permitem a propagação de crimes conexos como a corrupção e lavagem de dinheiro.

O multilateralismo e a ênfase na região sul-americana como área de influência se apresentam como os pilares fundamentais da inserção estratégica brasileira, delineados já nos anos 1990. Da mesma forma, apesar de não aceitar integralmente a nova agenda, o Brasil passa a incorporar o conceito amplo de segurança[2]. Contudo, essa incorporação é, antes de

[2] Veja-se, por exemplo, o conceito de segurança utilizado pela Política de Defesa Nacional de 2005: "A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças".

tudo, seletiva na medida em que se tem o avanço em temas como o narcotráfico, mas há a preocupação em não se envolver em temas como o terrorismo.

A idéia de que o entorno regional do Brasil é estável perde força na medida em que a questão do conflito colombiano é colocada de maneira crescente como uma grave ameaça uma vez que não se vislumbra uma saída de curto prazo, seja militar ou política. O fato de o Brasil ter se posicionado contrariamente à intervenção militar para o tratamento do conflito não foi seguida de nenhuma outra atitude que pudesse vir a contribuir para o encaminhamento da situação a um fim satisfatório.

A militarização do combate ao tráfico de drogas na Colômbia em decorrência da aplicação do Plano Colômbia[3] provocou deslocamento da população, aumento da violência e da insegurança. Apesar dos recursos de segurança oferecidos pelos Estados Unidos desde o início da década de 1990, houve um aumento da violência e da violação dos direitos humanos: entre 1990 e 1998 a Colômbia erradicou quase 220 mil hectares de cultivos ilícitos, os cartéis de Cali e Medellín foram desmantelados, mas o Estado não se fortaleceu e o poder dos atores armados cresceu (TOKATLIAN, 2002: p.160).

Além do fator de desestabilidade decorrente da possibilidade de o conflito colombiano avançar para a região amazônica brasileira ou como fonte de refúgio ou como lugar de transação de armas ilegais ou drogas, a região mostra-se frágil por meio de sérias crises de governabilidade. As crises políticas de Venezuela, Bolívia e Equador demonstram isso, bem como, o colapso econômico-financeiro da Argentina. Assim, muitos países da região têm pautado as suas agendas com preocupações quanto à militarização da segurança pública e como isso pode provocar conseqüências para as já frágeis democracias da região.

Considerações finais

O Brasil não tem participado de arranjos capitaneados pelos Estados Unidos[4], que têm agido bilateralmente nas políticas para a Colômbia. O Brasil tem se mantido distante deste conflito, no entanto, são fortes as pressões para o aumento do compromisso quanto a essa questão, especialmente sob o argumento de que a lavagem de dinheiro, os grupos guerrilheiros, os traficantes de armas e drogas possuem conexões com o crime organizado brasileiro.

[3] Considera-se neste trabalho o termo Plano Colômbia em geral, assim, fica incluída nesta nomenclatura a sua vertente militar, ou seja, o Plano Patriota.

[4] A preocupação do Brasil tem sido a de articular um espaço de atuação sul-americano para que, por meio dele, se forme um eixo de confiança militar e política.

Talvez seja fundamental neste processo a recuperação do monopólio do uso da força pelo Estado colombiano. A imagem de "narcoterror" tem servido para justificar um aumento da presença militar dos Estados Unidos na América do Sul; todavia, a Colômbia figura como uma das exceções entre os países latino-americanos que aceitam a idéia de ligação entre o narcotráfico e o terrorismo. Tanto o Brasil quanto os demais países da região têm ressaltado seus compromissos com a manutenção e aprofundamento das instituições democráticas. No entanto, a formulação dos objetivos da política externa brasileira não pode deixar de considerar as interpretações discordantes do cenário internacional no pós-Guerra Fria pelos sul-americanos, pois estas ensejam distintas prioridades de política exterior, com conseqüências inevitáveis sobre as políticas de segurança na região.

Referências bibliográficas:

BUZAN, Barry. **People, states & fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era**. 2nd ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HIRST, Monica. *Seguridad regional en las Américas*. In: GRABENDORFF, Wolf. **La seguridad regional en las Américas**. Bogotá: Cerec, 2003. Pp. 25-80.

SENNES, Ricardo; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. *La política exterior brasileña y la seguridad hemisférica*. In: **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**. Ano 18, nº. 3-4. Chile: jul.-dez. 2004. Pp. 3-26.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *Colômbia: Mais Insegurança Humana, Menos Segurança Regional*. In: **Contexto Internacional**. Vol. 24, nº. 1. Rio de Janeiro: jan.-jun. 2002. Pp. 129-166.

VAZ, Alcides Costa. *El conflicto colombiano: una perspectiva global*. In: ARDILA, Martha; CARDONA, Diego; RAMIREZ, Socorro. (Eds.) **Colombia y su política exterior en el siglo XXI**. Bogotá: Fescol, 2005. Pp. 1-25.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Tanto trabalho e perdição": A Relação que escreveu Fr. Gaspar de Carvajal, da Ordem de S^to^ Domingo, do novo descobrimento do famoso Rio Grande .

Maria Cristina Bohn Martins*

Resumo: Entre os anos de 1541-42, acompanhado de pouco mais de 50 homens, Francisco de Orellana realizou a primeira navegação completa do Amazonas, desde os Andes equatorianos, até sua desembocadura no mar. Com o objetivo de "*servir a Su Majestade*", a expedição, chefiada por Gonzalo Pizarro, saiu de Quito motivada "*por la mucha noticia que se tenia de una tierra donde se hacía canela"*. A "Relação" desta viagem, escrita por Gaspar de Carvajal, permite perceber que este objetivo seria logo ultrapassado pela busca desesperada por alimentos, e que os sofrimentos suportados se transformariam no melhor serviço a ser ofertado à Monarquia, tema que este artigo pretende explorar.
Palavras-Chave: Textos Coloniais/ Discursos Narrativos/ Relaciones

Abstract: Between the years of 1541 and 1542 Francisco de Orellana together with fifty men accomplished the first complete navigation through the Amazon River, since the Equatorian Andes until the river's meeting with the ocean. With the objective of "*servir a Su Majestade*" or "*serving Your Majesty*", the expedition left Quito under the chieftainship of Gonzalo Pizarro, motivated "*por la mucha noticia que se tenia de una tierra donde se hacía canela*", in English words due to the information of a place where there was plenty of cinnamon. The "Relação"of the journey written by Gaspar de Carvajal allows us to realize that the objective would soon be transcended by the desperate search for food and that the ordeal suffered by the party would be the best service to be offered to the Monarchy, which is precisely the theme of the present article.
Key words: Colonial Texts/Narrative Discourses/Relaciones

1 – Os Marañones e o Grande Rio:

As reflexões que serão objeto desta comunicação têm origem em um trabalho maior, trabalho este que vem estudando um conjunto de textos produzidos no contexto da colonização ibérica e que dizem respeito à Amazônia. Para tanto, selecionamos uma série de narrativas[1] as quais, analisadas diacronicamente, procuram entender como se elaboram os

* Doutora em História. Professora do PPGG em História da UNISINOS- RS.

[1] "Relación que escrebió Fr. Gaspar de Carvajal, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que se llamo el Rio de Orellana" (1542); "Relación verdadera de todo lo que sucedió en la jornada de Omagua y Dorado que el governador P. de Horsua se fue a descubrir desde el Pirú por un río que llaman de las Amazonas…", (1559) de P. de Alemesto; "Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus dilatadas Províncias y Relación del Descubrimiento del río de las Amazonas" (1640), do jesuita A. de Rojas; "Nuevo Descobrimiento del gran rio de las Amazonas. Por el padre C. de Acuña ..." (1641)

conceitos pelos quais o espaço amazônico e suas populações passaram a freqüentar o universo cognitivo ocidental. Considerando que os documentos que são matéria de exame foram produzidos entre os séculos XVI , XVII e XVIII, estamos interessados não apenas no seu contexto de produção como, também, em possíveis situações de intertextualidade, as quais nos permitem pensar acerca da circulação de que eram objeto estes textos e as idéias que veiculavam.

Aquele que nos interessa discutir nesta comunicação vem a ser o relato da primeira viagem de exploração sobre a calha Amazonas, o qual introduziu, no espaço americano, o tema das lendárias guerreiras que viriam a dar nome ao Rio.Trata-se da "*Relación que escrebió Fr. Gaspar de Carvajal (...) de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió (...) el Capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres(...), y por el nombre del capitan que le descubrio se llamo el Rio de Orellana*".

Seu autor foi um dos protagonistas da expedição iniciada em Quito, em fevereiro de 1541, em busca do País da Canela, sob a liderança de Gonzalo Pizarro, irmão do poderoso "conquistador do Peru". O grupo compunha-se, inicialmente, de cerca de duas centenas de espanhóis a cavalo, e quatro mil índios para transporte, deslocando-se acompanhado por um grande número de lhamas, porcos e cães. Depois de atravessar as terras geladas da Cordilheira em meio a imensas dificuldades, a região da canela revelou-se um desalento: além da espécie americana ser de qualidade inferior àquela obtida no Oriente, sua presença descontínua na floresta inviabilizava a exploração.

Esta frustração não impediu que os homens seguissem viagem animados por outro mito, o do *El Dorado*[2], reino que acreditavam localizar-se em algum ponto da selva sul-americana, até que, acossados pela fome e por índios hostis, separaram-se, em fins de 1541, em um ponto indeterminado do rio Coca. Alguns dos homens, conduzidos por Francisco de Orellana, seguiu viagem pelo rio em um bergantim, com o compromisso de, encontrando alimentos, retornar em auxílio dos demais. Pizarro, com a maior parte dos homens, depois de

"Diário" de S. Fritz (1691) e, finalmente, o "Tesouro Máximo" do P^e^. J. Daniel.

[2] Um conhecido conjunto de mitos, como o da "fonte da eterna juventude" ou das "sete cidades de Cíbola", ou mesmo o do Lago Dourado, foram constantemente reavivados e reafirmados mesmo quando uma série de experiências negativas e fracassos em localizá-los objetivamente, poderiam ter feito arrefecer a crença em sua existência. Assim, Pastor (1988) avalia que o fracasso em encontrá-los por parte de uma série de expedições enviadas à América do Norte, não foi suficiente para anular o impulso mitificador de uma coletividade que transferiu, de um hemisfério a outro, não os mitos (com exceção do das amazonas) mas a mitificação da nova realidade inexplorada.

uma longa espera, iniciou regresso para Quito, aonde chegou a meados de setembro de 1542. Os homens a pé, seminus, doentes e famintos, foram recebidos em meio a surpresa dos que os observavam e, segundo o Padre João Daniel, missionário do século XVIII[3], resultou daí um dos nomes pelos quais o Amazonas seria então conhecido entre os espanhóis: o *Marañon*.

> *Desta mesma tropa de Pizarro lhe vem o terceiro nome (...) porque (...) recebidos como homens ressuscitados (...) e perguntados pelo que tinham visto e observado, e que notícias traziam do lago Dourado e da rica cidade de Manoa (...) respondiam que tudo eram maranhas e mais maranhas, queriam dizer que tudo eram matos, lagoas, pântanos, voltas, rodeios e labirintos, por onde tinham andado embaralhados. Foi-se divulgando pouco a pouco o nome maranhas, até que ficou com alguma mudança perpetuado no rio o nome Maranhão; e assim o chamam os castelhanos propriamente desde o rio Pongo até as suas cabeceiras... (DANIEL, 2004: 50)*

O grupo capitaneado por Orellana, acabou protagonizando, entre 1541-1542, a primeira viagem de exploração européia pelo rio Amazonas, navegando-o em toda extensão até sua desembocadura no Oceano Atlântico. É justamente a ela, que se refere a *Relación* escrita pelo frei Gaspar de Carvajal[4], construindo-se, de fato, como uma tentativa de justificação para o descumprimento do acordo feito de regressarem, ele e seus companheiros, em auxílio dos demais, após a obtenção de víveres. Nesta mesma medida, trata-se, também, da narrativa dos percalços vividos pelo grupo que, depois de nove meses de dificuldades, em agosto de 1542, alcançou a foz do "*Marañon*"[5], dirigindo-se, então, para uma ilha ao norte da Venezuela.

---

[3] O jesuíta (1722-1776), autor do *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, viveu na Amazônia entre 1741-1757, de onde foi expulso para viver os seguintes 18 anos nos cárceres de Lisboa (1757 – 1776), aonde veio a falecer. Foi aí que escreveu um notável painel sobre a região, em que informa minuciosamente sobre sua populações e costumes, flora fauna e geografia.

[4] O texto desta primeira viagem de navegação pelo Amazonas foi preservado através de duas cópias: uma conservada na Biblioteca da Real Academia de História, e outra que, tendo sido doada à Biblioteca Nacional de Madrid, pertenceu ao Duque de T'Serclaes de Tilly. A *Relación* foi conhecida por Gonzalo Fernández de Oviedo que a incluiu em sua *História General de las Índias*, assim como o fez Pedro Cieza de León em sua *Crónica del Peru*. A partir daí, entre os séculos XVI e XVIII, um importante conjunto de relatos sobre a Amazônia foi produzido por diversos sujeitos, fossem eles aventureiros, funcionários das Coroas ibéricas ou missionários. Neles, assim como em Carvajal, podemos encontrar dados que destoam da noção corrente, por muito tempo, de que a floresta tropical fosse pouco adequada para a sobrevivência humana e carente de recursos que viabilizassem a concentração e o desenvolvimento populacional. À medida que estudos atuais fazem avançar uma nova compreensão sobre o passado desta região, eles também parecem referendar informações provenientes destes textos, especialmente no que se refere ao tamanho e complexidade das aldeias que se espalhavam pela várzea do Rio Amazonas. Desta forma, tendo sido outrora em boa parte desconsiderados por conta de abrigar informações claramente fantasiosas - das quais aquelas relativas às lendárias amazonas é a mais conhecida -, eles vêm sendo retomados contemporaneamente.

[5] Que recebeu, então, o nome de "*Rio de Orellana*"

As notícias da viagem tiveram repercussão em diversos meios, no século XVI e nos seguintes. Inicialmente ecoaram na própria América, a partir dos relatos que deram os sobreviventes aos seus compatriotas na ilha de Cubágua e, logo em seguida, na Hispaniola, onde o Governador Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez recolheu o depoimento dos expedicionários. Repercutiram fortemente também na Europa, entre os círculos humanistas, cartográficos e políticos. Segundo Auxiliomar Ugarte, "*é na iconografia dos mapas que podemos vislumbrar a absorção, quase imediata, das imagens mentais sobre a Amazônia percorrida (...) em 1541-1542. Vários mapas confeccionados (...) após 1544, e que retratam o interior da América do Sul, trazem algum tipo de imagem relacionada à região amazônica". (UGARTE, 2003 :15)* Muitas destas imagens encontraram divulgação a partir da *Relación* escrita por Carvajal, e combinaram fascinação e descrédito, forte expectativa e reserva diante dos elementos fantásticos que o texto portava.

2 – Sobre as Relaciones:

O processo de descobrimento, conquista e colonização espanhola da América fez-se acompanhar, desde seus momentos iniciais, de uma intensa e extensa elaboração discursiva. Diários, cartas e informes inicialmente e, depois, leis, crônicas e histórias entre outros, formam um *corpus* textual que pode ser organizado em vários tipos discursivos[6]. Entre eles encontram-se as "relações do descobrimento e da conquista" como aquela de autoria de Carvajal. Sua leitura permite perceber que, assim como os imperativos de um dado tipo discursivo e de suas qualidades formais, também as condições políticas em que o texto foi produzido, incidem sobre o que veio a ser narrado.

Ao analisar o conjunto de narrativas que documentam o descobrimento e a conquista da América, Walter Mignolo avalia que estas *Relaciones* se distinguem das cartas[7] e das crônicas, tanto em seus aspectos pragmáticos, quanto nos organizativos. O vocábulo tinha, no século XVI, o sentido de "informe ou narração de algo que ocorreu", correspondentes ao *relatio* e *narratio* latinos. No contexto dos discursos gerados no ambiente da conquista e

[6] Sobre os tipos discursivos pelos quais se organiza a prosa narrativa do período colonial hispano-americano, ver: MIGÑOLO, 1982: 57-116.

[7] Ao lado de outros textos, as Cartas de Cortez compõem, para B. Pastor (1988), o que qualifica como "discursos narrativos da conquista". As diversas vozes contidas nesta expressão veiculam-se, para ela, sob três formas principais: o "discurso mitificador", que opera uma ficcionalização tanto da realidade do Novo Mundo quanto da natureza e do significado do processo de conquista, o "discurso de desmitificação" (discurso narrativo do fracasso) que questiona os modelos formulados pelo primeiro deles, e o "discurso narrativo da rebelião" , que estuda o processo de crise e liquidação simbólica dos mitos e modelos anteriores.

colonização da América, ele adquire o significado mais estreito de "relato ou informe solicitado pela Coroa" (MIGÑOLO, 1982: 70).

Embora adote o nome de *Relación* portanto, o texto produzido por Carvajal não pode ser enquadrado, em sentido estrito, neste tipo discursivo. Ele foi escrito como pretenso "informe ou narração de algo que ocorreu", mas numa iniciativa do dominicano, que pretendia isentar seu *capitán* da culpa que lhe era atribuída por não ter cumprido o acordo feito com Gonzalo Pizarro, ao dar seguimento à viagem em vez de voltar em socorro dos companheiros famintos. Assim sendo, a escolha deste tipo discursivo para seu relato (*Relación que escrebió Fr. Gaspar de Carvajal*), possivelmente aspire conferir a ele uma garantia de veridicidade:

> *Yo Fray Gaspar de Carvajal, el menor de los religiosos de la Orden de (...) Santo Domingo, he querido tomar este poco trabajo y suceso de nuestro camino y navegación, así para decirla y notificar la verdade en todo ello, como para quitar ocasiones a muchos que quieran contar esta nuestra peregrinación o al revés de cómo lo hemos pasado y visto; y es verdad en todo (lo) que yo he escrito y contado. (CARVAJAL, 1986: p. 98)*

A eleição de um dado recurso narrativo como forma de atender a uma necessidade política, pode ser encontrada em outras situações. Alonso de Rojas, SJ, por exemplo, embora adote para seu texto o nome de "*Relación del descubrimiento del Rio de las Amazonas ...*", não participou diretamente, como testemunha autorizada portanto, dos fatos que relata. Daí que, rigorosamente falando, esta também não seja uma Relação em sentido formal. Tal como no caso de Carvajal, temos de indagar sobre os motivos que determinaram tal escolha. A solicitação do testemunho e registro escrito das ações de descobrimento e conquista, fazia parte do repertório de práticas pelas quais os espanhóis buscavam assegurar a primazia e legimitidade de suas iniciativas. Este era também, um expediente da Monarquia para - na medida do possível - acompanhá-las e controlá-las[8]. Por outro lado, este mesmo expediente poderia servir aos próprios conquistadores, uma vez que tais textos vinham a se constituir em espaço de exposição e enaltecimento dos trabalhos e dificuldades passadas, os quais pretendia-se que fossem adequadamente recompensados com honrarias e riquezas. Exemplo

[8] Dada a condição especial da região amazônica, área de litígio colocada entre os interesses dos Impérios Luso e Espanhol, tanto Rojas, quanto C. de Acuña, preocupam-se em inventariar o espaço, indicar as possibilidades de seu aproveitamento e assinalar pontos vulneráveis à ação de inimigos dos castelhanos. A escolha da Relação como estratégia narrativa pode estar assim associada, no caso do primeiro, ao caráter estratégico que imprimiu a várias de suas observações, observações estas que não realizou pessoalmente, conforme já assinalamos. J. Pedro (2006) lembra que também as disputas entre as Ordens religiosas pelos espaços de missionação na Amazônia produziam suas próprias necessidades discursivas, uma vez que se pretendia que a escrita pudesse certificar direitos de primazia.

típico desta situação é a Relação de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, hoje conhecida como "Naufrágios"[9], e que serviram de comprovação (*probanza*[10]) de seus méritos e base para a solicitação de mercês, cargos e títulos. Desta forma, sua redação respondia ao desejo de convencer ao imperador espanhol de que as vicissitudes que vivenciara tornavam-no merecedor da "governação" da Flórida. Beatriz Pastor, em "Discursos Narrativos da Conquista", entende que *Naufrágios,* integra um conjunto do que chamou de "discursos narrativos de fracasso" especialmente na comparação com os *Diários* de Colombo ou com a *Quinta Carta de Relación* de Cortés. A autora avalia aí a transformação da ação heróica da conquista em uma luta desesperada pela sobrevivência, condição que julgamos possa, talvez, ser estendida para o texto de Carvajal.

Efetivamente, como gênero, a relação apresentava-se como um ponto de convergência entre a epístola e o documento legal. Assim como as cartas, ela narrava e informava múltiplos aspectos da realidade, descrevia e comentava ações e comportamentos; incluía reflexões do autor e daqueles que o rodeavam. Como documento legal, se comprometia com a veracidade do narrado: *"El concepto de carta de relación llevaba implicita la certificacion del contenido y constituía una cierta garantía de su veracidad"* (PASTOR, 1988:95). A escrita nos moldes deste tipo discursivo deveria ser penhor de objetividade e da natureza documental do testemunho, avalizando a veracidade e imparcialidade da mensagem que portava. A esta garantia implícita da natureza veraz indicada na utilização da forma oficial de Relação, costumava estar associada, ainda, a utilização recorrente do termo "verdadeira".

O "*fazer relación"* deveria indicar a observação direta e pessoal como base necessária dos conhecimentos e informações reportados no documento. Ou seja: o testemunhalismo funcionava a guiza de autorização de verdade do narrado, elemento comum em boa parte das crônicas do período. Em uma cultura como a ibérica *".que colocava a escrita como sinônima de prova, de documento, de verdade, as disputas eram travadas no âmbito da cultura letrada. Assim, as narrativas da descoberta serviam como elemento de*

---

[9] Cabeza de Vaca tomou parte da expedição dirigida por Pánfilo de Narváez que pretendia conquistar a Flórida (1527).

[10] As "*probanzas de mérito*" eram um dos recursos narrativos utilizados pelos espanhóis para enaltecer seus próprios feitos, denegrir possíveis rivais e destacar atitudes e proezas individuais. De acordo com Matthew Restall, a maior parte da mitologia construída em torno da Conquista pode ser encontrada nestes relatos: a suposta superioridade dos espanhóis, o amparo da Providência Divina à suas ações, a invisibilidade de seus aliados nativos e, acima de todo o resto, o triunfo individual de alguns audazes. (RESTALL, 2006: 41).

legitimação para a ação colonial, bem como de identificação dos descobridores de espaço de disputa" (PEDRO, 2006: 94).

De acordo com Walter Mignolo (1982), uma das principais características das relações, é que elas não são o registro de uma observação livre de quem escreve, senão que respondem a pedidos oficiais. Tal situação fica especialmente formalizada desde 1574, quando se codificam as perguntas a serem atendidas nas informações escritas. Entretanto, enquanto as cartas e crônicas seguiam certa tradição discursiva, sendo modelos clássicos de escrita, as relações atendiam aos imperativos do momento específico da Conquista, baseando-se nas necessidades de informações que se aplicam sobre certas circunstâncias e lugares. Justamente por isto, o conjunto de questões que elas deveriam abordar, sofre constantes ajustes e transformações. Esta situação não impede que possamos distinguir um repertório de dados que deveriam compor o relato. Entre eles estão: o nome das províncias reconhecidas e de suas populações; seus primeiros descobridores e conquistadores; o ano do descobrimento; as características da geografia e do clima; a existência de minas de metais, pedras preciosas ou bancos de pérolas, etc. (MIGÑOLO, 1982 :71 – 85).

Portanto, a utilização deste tipo discursivo inscrevia a narrativa que ele abrigava em um marco oficial e documental, propondo uma equivalência entre narração e verdade. Forjadas na necessidade do momento, as *relaciones* como tipo discursivo, deviam, portanto, recolher e ordenar informações sobre as novas terras e povos conquistados.

3 – "Tanto trabalho e perdição":

A Conquista da América gerou uma grande quantidade de textos que procuraram (e procuram) construir interpretações a seu respeito. Algumas destas interpretações se apresentam na forma daquilo que Restall definiu como "mitos", não no sentido de folclore ou lenda, mas indicando *"uma ficção de modo geral tida como verdadeira, em parte ou no todo*" (2006: 19). Ainda de acordo com ele, a maneira como são expressos os conceitos de uma determinada cultura, e a relação entre essas palavras e a realidade, podem proporcionar dados reveladores acerca de temas como este.

Entre estes textos gerados no ambiente da expansão dos domínios espanhóis na América estavam as Relações. Como vimos, elas deveriam obedecer a uma estrutura formalmente definida, que determinava o que devia ser objeto de interesse e como este objeto precisava ser registrado. Contudo, as estratégias de narração dos autores encaminharam-se, muitas vezes, de forma a ultrapassar os limites do que seria uma Relação. Ou, por vezes, os

narradores se apropriaram do conceito de Relação, de forma a tentar conferir textos que seriam de outra natureza, as qualidades que se esperavam de uma delas.

O documento produzido por Carvajal, atendeu ao objetivo de justificar aquilo que, para G. Pizarro e seus companheiros, fora uma traição, e que eles prontamente denunciaram diante das autoridades castelhanas. Assim é que a argumentação do dominicano mostra-se preocupada em, por um lado, evidenciar a falta de alternativas em que se viu Orellana. Por outro, em registrar, insistentemente, as qualidades do capitão: leal ao Rei e a seus homens, generoso, temente a Deus, bravo e talentoso.

A experiência que ele descreve remete a situações de grandes dificuldades, representadas por uma natureza desconhecida, fome e índios hostis. Se, por um lado, ele acaba por transferir para a Amazônia o lugar de consecução do mito das Amazonas, que freqüentava o imaginário ocidental desde a Antiguidade, e que foi retomado e atualizado ao longo dos séculos seguintes, sua narrativa serve também para desconstruir outros como o de "exército" de "soldados" do Rei. Da mesma forma, a noção da superioridade espanhola, "*desdobramento da noção mais ampla de superioridade européia e cerne das ideologias racistas que deram sustentação à expansão colonial, de fins do século XV até princípios do XX*" (RESTALL, 2006: 22), não se sustenta diante da sua vulnerabilidade ao ambiente amazônico, e da dependência que assumem em relação aos indígenas que lhes fornecem alimentos.

A Relações eram, assim como outros textos coloniais, uma forma de escrita feita para ser consumida em um mundo distante e, neste sentido, o seu destinatário desempenha um papel de primeira ordem na modelação do texto, estando mesmo presente nele. A não consecução de conquistas gloriosas é justificada pelas dificuldades do ambiente hostil e, em troca delas, o que se tem a oferecer é o esforço empenhado inutilmente. Assim é que as descrições do sofrimento e das privações enfrentadas ocupam um plano essencial e devem ser tidas, elas mesmas, como os serviços dignos de recompensa.

Bibliografia:

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufragios y Comentários*. Edición de Roberto Ferrando. Madrid: Alianza, 1985.

CARVAJAL, Gaspar de. "Relación que escrebió Fr. G. de Carvajal (…) del descubrimiento del famoso Rio (…)". In: CARVAJAL, ALMESTO & ROJAS, A de. *La aventura del Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crónicas de América 19).

CUNHA, Manuela C. da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos índios do Brasil*. SP: Cia das Letras, SMC: FAPESP, 1992, p. 09 – 24.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

MIGÑOLO, Walter D. "Cartas, crónicas y relaciones del descubrimiento y de la conquista." In: MADRIGAL, Iñigo (ed). *Historia de la literatura hispanoamericana* (Época colonial). Madrid: Cátedra, 1982, pp. 57-116.

PASTOR, Beatriz. *Discursos narrativos de la conquista: mitificación y emergencia.* Hanover: Ediciones del Norte, 1988.

PEDRO, Juliana de C.. *Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica.* Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acessado em 05 de dezembro de 2006.

PORRO, Antonio. *As Crônicas do rio Amazonas. Notas Etno-Históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. "História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII." In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 175-196.

RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. RJ:Civilização Brasileira, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCOTT, Heidi. Más allá del texto: recuperando las influencias indígenas en las experiencias españolas del Peru. In: DRINOT, P.e GAROFALO, L.. *Más allá de la dominación y la resistencia*. Lima: IEP, 2005 , pp. 23 – 47.

TAYLOR, Anne C. "História pós-colombina da alta Amazônia."In: CUNHA, Manuela C. da (org.). *História dos índios do Brasil*. SP: Cia das Letras, SMC: FAPESP, 1992, p. 213-238.

UGARTE, Auxiliomar S. Margens Míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: Del Priore, Mary e GOMES, F. (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 03-31.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Metamorfoses no Princípio de Distinção dos Poderes na Idade Média

Moisés Romanazzi Tôrres*

Resumo: Neste artigo pretendemos apresentar, panoramicamente, a evolução medieval do Princípio de Distinção dos Poderes, temporal e espiritual. Inicialmente, desenvolveremos a concepção de Distinção de Domínios, que serviu de base às concepções hierocráticas. Posteriormente, explanaremos seqüencialmente a respeito da reação a esta concepção, desenvolvida pelos filósofos políticos do início do século XIV: Jean Quidort (Distinção de Ordens) e Dante Alighieri (Distinção de Vias).
Palavras-Chave: Distinção dos Poderes Temporal e Espiritual, Idade Média, Relações entre História e Filosofia Política.

Abstract: In this article we intend to present, in summary, the medieval evolution of the Principle of Distinction of the Powers, storm and spiritual. Initially, we will develop the conception of Distinction of Domains, which served from base to the hierocratic conceptions. Later, we will explain, in sequence, regarding the reaction to this conception, developed by the political philosophers of the beginning of the century XIV: Jean Quidort (Distinction of Orders) and Dante Alighieri (Distinction of Roads).
Key-Words: Distinction of the Powers Temporal and Spiritual, Medium Age, Relationships between History and Political Philosophy.

O bispo de Roma Gelásio I, (492 a 496), numa carta escrita ao imperador oriental Anastácio I em 494, viria a propor, pela primeira vez, a "fórmula" de coexistência dos dois que regem o mundo. O texto é marcado pela distinção entra a *auctoritas* dos pontífices e a *potestas* régia, sendo a primeira entendida como um poder moral fundado no direito e a segunda como um poder de fato, de administração das coisas e pessoas. Apesar do caráter de simples distinção dos poderes, a carta já expressava um princípio de subordinação da *potestas* em relação à *auctoritas*:

No final do século VI, Gregório, *o Grande*, retomando a distinção gelasiana, mas em muito lhe reforçando o caráter, originalmente tímido, de hierarquização, desenvolveu o princípio "ministerial" de Império. Na medida onde a Igreja detinha a *auctoritas*, ela detinha por isso a supremacia, o Império estava efetivamente a serviço da Igreja como seu protetor.

Mas a modalidade carolíngia de cristandade estava bem longe de insistir na distinção gelasiana. Tendia, como observa Francisco Gomes, a um sistema de supremacia

* Professor Doutor, de História e Filosofia, Adjunto Nível II, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Artigo baseado no Projeto, financiado pela FAPEMIG, intitulado "O Conceito das Duas Beatitudes na Filosofia Política de Dante Alighieri".

único numa *reductio ad unum* (redução ao uno). Insistia antes na unidade da Cristandade: *una Ecclesia, unum Imperium* (uma Igreja, um Império). São desenvolvidas então duas importantes redefinições no texto gelasiano: *hic mundus* (este mundo) passou a ser lido como *Ecclesia*; a *auctoritas* passou a ser lida como *potestas*. Passava-se doravante a falar de dois poderes que regiam indistintamente a *Ecclesia* e o *Imperium*, ou seja, a única *Christianitas*. Dava-se não só a indistinção da Igreja e do Império, quanto a da Igreja e da sociedade (GOMES, 1997: 46 e 47).

Durante a famosa "Querela das Investiduras", no bojo da chamada Reforma Gregoriana, foram desenvolvidas duas importantes distinções conceituais. Francisco Gomes as caracteriza da forma seguinte. A distinção entre o poder espiritual e o poder temporal era acompanhada da sua relação assimétrica, porque devia haver subordinação do segundo ao primeiro. A segunda distinção dizia respeito a uma fronteira que passou a ser reconhecida entre a *Christianitas* (Cristandade) e a *Ecclesia Universalis* (Igreja Universal). Continuava intocada a unidade do *Orbes Christianus* (Mundo Cristão), mas a Igreja sacralizava com maior intensidade o sistema religioso e o poder espiritual (*santa Ecclesia*) e dessacralizava parcialmente o domínio do poder temporal (*sacrum Imperium*). Assim, no universo indistinto e confuso da herança carolíngia, retornava-se a velha distinção gelasiana, insistindo-se porém na relação assimétrica que unia a *auctoritas* à *potestas*, aliás ambas as instâncias lidas como *potestas* (GOMES, 1997: 51).

Durante os séculos XII e XIII, o conflito entre os papas e os imperadores, a chamada Querela do Sacerdócio e do Império, inaugurado no século anterior pela disputa entre Gregório VII e Henrique IV, foi marcado por dois aspectos: o estabelecimento de forma mais precisa dos princípios ideológicos do Papado (a hierocracia) e do Império (a chamada ideologia fredericiana), e a disputa entre os dois poderes, de pretensões universalistas, pelo controle do solo italiano.

Foi somente entre os pontificados de Inocêncio III (1198-1216) e Inocêncio IV (1243-1254) que a ideologia hierocrática se precisou. O que então os papas pretendiam era uma *potestas indirecta ratione pecati* (poder indireto devido ao pecado). Como observa Marcel Pacaut, já Inocêncio III reivindicava, por ser o vigário não só de Pedro mas também de Cristo, não apenas a chefia de toda a Igreja, mas o direito de, em caso de pecado, intervir no temporal depondo reis e imperadores (PACAUT, 1989: 115).

Inocêncio IV agravou sensivelmente a concepção de *potestas indirecta*. Para ele, como salienta Jeannine Quillet, ser *vicarius Christi* e *caput* da Igreja não se referia somente a uma autoridade de caráter carismático; esta qualidade introduzia a uma ordem propriamente

jurídica, a dos poderes legados no passado por Cristo e seus sucessores, cujos papas eram os herdeiros legítimos – a *potestas plena*. Este poder, de caráter essencialmente espiritual na origem, tornou-se um verdadeiro poder político: era o papa quem detinha os dois gládios do Evangelho, o espiritual e o temporal; o imperador apenas fazia uso do gládio temporal sob a delegação do pontífice. Todo o poder vem do Alto para as mãos dos papas e se estes delegam ao imperador a utilização do poder político é para que ele, em sua própria pessoa, não se sirva deste poder, mas governe em função da Igreja (QUILLET, 1972: 64-65).

As questões foram resolvidas no campo de batalha. A vitória papal contra a dinastia *Hohenstaufen*, no entanto, mostrou-se, nas décadas seguintes, como um triunfo ilusório, Com efeito, tanto Império quanto Papado saíram extenuados da longa luta. Pouco potentes para deter o avanço de novas perspectivas políticas: o Príncipe e seu Estado Monárquico.

No fim da Idade Média, muito apesar da decadência tanto de Papado quanto de Império, o princípio hierocrático foi reconstruído de forma radical, ligando-se a uma idéia de *potestas directa* onde o papa, efetivamente, pretendia governar *in temporalibus*. As bulas *Ausculta Filii* (1301) e *Unam Sanctam* (1302) nos dão uma exposição minuciosa da doutrina bonifaciana. O papa, *vicarius Christi* e *caput* da Igreja, detêm a plenitude do poder espiritual e é o responsável pela instituição do poder temporal, assim deve julgá-lo se ele se desvia, mas, além disto, tendo o poder temporal apenas um caráter de execução em relação ao papa, o último tem plena jurisdição sobre o primeiro ou, em resumo, os príncipes devem sempre, em todas as suas ações políticas, consultar e obedecer ao papa.

Mas Bonifácio VIII foi derrotado pelo rei da França, Felipe, *o Belo* e sua derrota pessoal conduziu o Papado, deslocado para Avignon, a um estado de dependência frente ao poder capetíngio por cerca de setenta anos.

Apesar disto, na segunda década do século, a perspectiva radical reapareceu, em pleno "Cativeiro da Babilônia", com João XXII. Sua luta contra o imperador Luís da Baviera, que tinha como elemento fulcral a antiga questão do direito dos papas, sempre muito contestado, de intervir na designação do imperador, novamente foi marcada por uma frustrada invasão imperial da Itália.

Todas estas perspectivas baseiam-se num princípio geral de **Distinção de Domínios.** Como há nítida diferença entre o temporal (o Estado) e o espiritual (a Igreja), temos de fato dois domínios, isto é, dois campos de atuação, mas, segundo Etienne Gilson, nesta perspectiva o Estado está sempre para a Igreja da mesma forma como a filosofia está para a teologia e como a natureza está para a graça, ou seja, a doutrina medieval hierocrática

tende a absorver o Estado na Igreja, a distingui-lo dela da mesma forma e com as mesmas nuanças com que tende a absorver a filosofia na teologia e a natureza na graça, e a distinguí-las. Assim o príncipe, que tem autoridade sobre o temporal e o conduz a seus fins temporais (fins antecedentes ou secundários), esta subordinado ao papa, que conduz o príncipe e seu povo ao fim espiritual último, a fruição de Deus (GILSON, 1995: 308-309).

A hierocracia e, muito especialmente, sua perspectiva radical foi, decisivamente, enfrentada seqüencialmente por Jean Quidort e Dante Alighieri. Os argumentos utilizados pelos dois foram, no entanto, substancialmente diversos. É fato que tanto Jean Quidort quanto Dante Alighieri tentaram recuperar a simetria dos gládios, mas cada um a sua maneira, gerando, assim, duas versões distintas do "princípio dualista".

Jean Quidort, em sua *De Regia Potestate et Papali* (1302-03), defendia um caminho antihierocrático que já identificava uma **Distinção de Ordens**, a temporal ou do *regnum* (reino) e a espiritual ou da Igreja (sacerdócio). O reino era visto como um poder político e o sacerdócio como um poder religioso. O primeiro era o governo de um único príncipe, mas em nome de uma multidão perfeita e ordenado ao bem comum. O segundo era o poder confiado por Cristo aos sacerdotes para dispensarem os sacramentos aos fiéis. Quidort acreditava que as duas jurisdições deviam viver em paz, respeitando uma o domínio da outra. Isto é, para ele as intromissões do poder real no âmbito eclesiástico eram tão ilegítimas quanto a dos sacerdotes no âmbito político. Foi em virtude desta distinção rígida, de fato em duas ordens totalmente independentes uma da outra, que seu pensamento foi caracterizado por alguns autores, como, por exemplo, Yves Congar, como dualista (CONGAR, 1970: 281).

Segundo Luís A. De Boni, João Quidort conseguiu, ao tratar da relação entre os poderes, salvar o princípio tomista de que a ordem natural constitui um fim em si mesma. Não se trata mais de equacionar dois poderes dentro de uma só Cristandade, mas de situá-los em duas instituições diferentes, independentes e correlatas. O Estado agora consegue tornar-se mundano, mas para tanto é necessário que a Igreja se torne espiritual. Historicamente falando, encontrava-se rompida a unidade político-religiosa da Idade Média. A unidade, entretanto, foi resguardada de outra forma. Com efeito, segundo De Boni, Quidort não repudiava a lei da unidade, que toda a Idade Média tem como necessária à ordem e à inteligibilidade do fenômeno político. Mas enquanto a hierocracia situava o centro comum no Papado, fonte de todo o poder humano, João Quidort o colocava em Deus, donde derivam igualmente o Papado e a Realeza. Como conseqüência, a construção clássica da Idade Média encontra-se espiritualizada em seu próprio princípio (DE BONI, 1988: 33).

De fato, como resposta a questão da derivação do reino e do sacerdócio, Quidort

estabelece uma distinção entre ordem de dignidade e ordem da causalidade. Com relação ao primeiro aspecto, admite uma certa superioridade ao sacerdócio. Mas tal superioridade não significa que o reino derive do sacerdócio como afirmam as autoridades eclesiásticas e, em especial, o Papado. Ou seja, ainda que haja uma ordem de dignidade entre os dois, não há uma ordem de causalidade. Na realidade, tanto o reino quanto o sacerdócio foram criados imediatamente por Deus e, portanto, cada um se ordena ao seu próprio fim e não de um para o outro.

Mas a concepção política de João Quidort, além de procurar afastar as intromissões papais no âmbito político, já procurava limitar seu poder dentro da própria Igreja. Tal concepção tinha por conclusão a idéia que o poder do Concílio Geral podia, em sua plenitude, inclusive depor um papa em caso de heresia ou escândalo. Segundo Yves Congar, com relação ao Papado, Quidort excluía inteiramente a tese monárquica, uma vez que o papa, além de ter apenas um poder episcopal, encontrava-se submetido a uma "teologia da *Ecclesia*": ele é o elemento supremo da Igreja, encontra-se à sua testa para resguardar sua unidade, mas há questões que ultrapassam o âmbito da autoridade papal. A fé, com efeito, não pertence ao papa, mas à *Ecclesia*, é por isto que ele não pode definir questões dogmáticas sem um Concílio Geral (CONGAR, 1970: 285).

Em João Quidort, entretanto, estamos ainda na linha de pensamento que admitia a existência de uma única beatitude, um só fim último - a felicidade espiritual. Pois, ainda que o reino devesse conduzir a multidão a um fim terrestre, à virtude (entendida esta enquanto as virtudes cristãs propriamente ditas, mas, também reconhecendo virtudes outras, mundanas, próprias do domínio político), este fim, posteriormente, deveria se ordenar a um fim superior, à fruição de Deus.

Já Dante Alighieri, fundamentalmente na *De Monarchia* (1310), foi o primeiro a estabelecer uma **Dinstinção de Vias** e, assim, conceber a existência dois fins últimos entendidos como duas beatitudes, uma vez que, em Dante, o fim terrestre, tal qual o celeste, é já uma santidade, ou seja, é já plenamente sagrado.

Dante, em sua demonstração, principia por uma constatação: que o homem, entre todos os seres, é o único que possui o meio das coisas corruptíveis e incorruptíveis. Se considerarmos o homem segundo uma ou outra parte essencial, a alma ou o corpo, é que ele é, respectivamente, incorruptível ou corruptível. Aqui o princípio aristotélico é evidente: é exato por ser o homem um composto de alma e corpo, um ser portanto de dupla natureza, o único entre todos os entes, é que ele terá um duplo fim; ou, da mesma forma, está ordenado a dois fins respectivos, um enquanto ser incorruptível, outro enquanto ser corruptível

Mas quais seriam estes dois fins? Dante não tarda em nos explanar. Estes, dados ao homem pela Providência, são: a beatitude desta vida, ou seja, o exercício da própria virtude, que se figura pelo paraíso terrestre; e a beatitude da vida eterna, isto é, a fruição da presença divina, a qual não se pode chegar à virtude se não for ajudado pela luz divina, e que se estende pelo paraíso celeste.

Neste momento, Dante passa a estudar os meios necessários para que o homem alcance seu duplo fim: como são conclusões distintas, a elas chegamos por meios distintos: à beatitude terrena chegamos por doutrinas filosóficas, desde que, nosso pensador friza bem, sigamos os ensinamentos destas e exercitemos as virtudes morais e intelectuais; a beatitude celeste é alcançada por meio de doutrinas espirituais, algo que está além da razão humana como Dante grifa, mas desde que a ponhamos em prática com auxílio das virtudes teológicas. Em mesmos termos, temos dois caminhos distintos para atingirmos estes dois fins, igualmente distintos. O primeiro destes é a própria razão humana, se encontrando plenamente expressa na obra do Filósofo, quer dizer, em Aristóteles; o segundo está no Espírito Santo que nos revela a verdade sobrenatural (ou seja, está na Revelação), se encontrando explanado nos Profetas e Hagiógrafos, em Jesus Cristo e seus discípulos. Ou seja, ele aqui nos indica as fontes dos dois saberes necessários para conduzir o homem a cada uma das duas beatitudes.

Mas Dante, muito descrente da humana rigidez de princípios e, uma vez ainda, por demais temeroso do cupidez dos homens, deixa bem claro que, para que o gênero humano siga estes dois caminhos distintos e, conseqüentemente, alcance seus dois fins igualmente distintos, é necessário um duplo poder diretivo. Os dois condutores serão o papa e o imperador. O papa que, segundo a Revelação, guia o homem à vida eterna, e o imperador que, de acordo com as lições da filosofia (quer dizer, da filosofia aristotélica), dirige o gênero humano à felicidade temporal. São, de fato, duas ordenações distintas a dois chefes últimos. A Monarquia de Dante anunciava assim um universo regido no temporal por um imperador único e no espiritual por um papa único, isto é, ela anunciava o acordo, sob a autoridade suprema de Deus, de dois universalismos justapostos.

Referências Bibliográficas:

ALIGHIERI, Dante. **Monarquia.** Lisboa: Guimarães Editores, s/d.
CONGAR, Yves. ***L'Église. De Saint Augustin à l'Époque Moderne***. Paris: Cerf, 1970.

DE BONI, Luís A. *João Quidort e seu Tratado: De Regia Potestate et Papali.* In: DE BONI, Luís A**. Sobre o Poder Régio e Papal de João Quidort.** Petrópolis: Vozes, 1989. Pp. 11-37.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Francisco José: *A Igreja e o Poder: Representações e Discursos*. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (org.). **A Vida na Idade Média.** Brasília: EdUnb, 1979. Pp. 33 - 60.

PACAUT, Marcel. ***La Théocratie. L'Église et le Pouvoir au Moyen Age.*** Paris: Desclée, 1989.

PÁDUA, Marsílio de. **O Defensor da Paz.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Defensor Menor.** Petrópolis: Vozes, 1991. Pp. 11 - 110.

QUIDORT, João. **Sobre o Poder Régio e Papal.** Petrópolis: Vozes, 1989.

QUILLET, Jeannine**. *Les Clefs du Pouvoir au Moyen Age.*** Tours: Flammarion, 1972.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A produção da história regional como instrumento de formação do professor de história

Solange Aparecida Zotti*

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de pesquisa em história regional, do curso de História da Universidade do Contestado – UnC de Concórdia/SC, como instrumento central na formação do professor. A metodologia de trabalho adotada proporciona aos acadêmicos a prática da pesquisa no decorrer de sua formação e permite que a intervenção no espaço escolar esteja vinculada à produção realizada. Esta proposta objetivou romper com a idéia de que o professor é apenas um repassador de informações já sistematizadas. Pela pesquisa o professor amplia os seus conhecimentos o que interfere no seu trabalho em sala de aula. O resultado desse trabalho coletivo, que iniciou em 2001, materializou-se em 2006, com a publicação do livro "História faz História: contribuições ao estudo da História Regional", organizado pelo Grupo de Pesquisa "História, Sociedade e Educação".
Palavras-chave: pesquisa – professor - história regional.

Abstract: The purpose of this work is to present an experience in regional history, from History Course of Contestado University, Concórdia city/SC, as a central instrument at the teacher training. The work methodology adopted help the academics to practice research during their formation and allow the intervention at the scholar space be related to production realized. The objective of this proposal was to break the idea that the teacher is only a professional that pass information already organized. By the research the teacher enlarges their knowledge that interferes in classroom. The result of this collective work, which began in 2001, happened in 2006, with the publication of the book "História faz História: contribuições ao estudo da História Regional", organized by the research group "História, Sociedade e Educação".
Key-words: research – teacher - regional history.

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de pesquisa em história regional, do curso de História da Universidade do Contestado – UnC de Concórdia/SC, como instrumento central na formação do professor. O curso foi criado em 2001, tendo por objetivo a formação de um profissional comprometido com a construção do conhecimento crítico, com formação científica, histórica, filosófica, ética e intelectual, capaz de diagnosticar problemas sócio-culturais, políticos e econômicos e engajado com as transformações sociais.

---

* Professora, líder e pesquisadora do grupo de pesquisa "História, Sociedade e Educação – HISED" da UnC, campus Concórdia. Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação (UnC/UNICAMP), cursando doutorado em Educação na UNICAMP. Autora do livro "Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980" (Ed. Autores Associados e Ed. Plano, 2004) e organizadora do livro "História faz História: contribuições ao estudo da história regional" (Ed. UnC; HISED, 2006).

Para isso, a metodologia de trabalho adotada objetivou proporcionar ao acadêmico a prática da pesquisa no decorrer de sua formação, num processo de amadurecimento contínuo ao longo dos quatro anos de curso. Buscou-se evitar a experiência, comum nos cursos de graduação, de desenvolver apressadamente a monografia nas últimas fases do curso. As discussões e elaboração do pré-projeto iniciam já no primeiro ano do curso, na disciplina de Metodologia Científica e através de seminários de pesquisa. Ao final do primeiro ano o projeto é apresentado em seminário, com a participação de todos os acadêmicos e professores.

Os seminários, que acontecem pelo menos uma vez por ano, constituem-se em momentos particularmente importantes, em que ocorre uma espécie de orientação coletiva dos projetos que desencadeia a continuidade dos trabalhos. O colegiado contribui com sugestões, orientando caminhos e bibliografias. Além disso, os acadêmicos definem um professor-orientador, que terá o papel de acompanhar o desenvolvimento do trabalho. Também, há um compromisso do corpo docente, em cada disciplina ministrada, de contribuir com subsídios teórico-metodológicos para as pesquisas.

A experiência une os professores em torno de uma questão comum da proposta do curso: a formação do acadêmico numa perspectiva de professor-pesquisador. Nesse sentido, a formação do professor ultrapassa o perfil de um mero ministrador de aulas, apenas reprodutor do que aprendeu durante os anos de sua escolarização. O objetivo é motivar o elaborador científico, formar o aluno/professor pesquisador, capaz de "dar conta" de um determinado tema por suas mãos (DEMO, 1991).

Ao final do quarto ano, as monografias são apresentadas perante uma banca, para a avaliação final dos trabalhos. Entretanto, esta etapa não é considerada a mais importante, visto que a metodologia de trabalho contempla a avaliação processual e não apenas a avaliação do produto, ou seja, a monografia em si. Com base nas contribuições da banca os pesquisadores retomam o trabalho para a finalização e disponibilizam as cópias para a biblioteca, para o Centro de Memória do Curso de História e para os municípios pesquisados.

A intervenção dos acadêmicos no espaço escolar vincula-se a produção realizada, objetivando a socialização do conhecimento, numa lógica dialética entre o particular e o geral e vice-versa. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida constitui-se no elemento fundante da prática de ensino desenvolvida no último ano do curso. Organizados em duplas, os acadêmicos, orientados pelos professores da Prática de Ensino, elaboraram o planejamento das aulas, que são desenvolvidas através de oficinas nas escolas públicas dos municípios pesquisados (AMADOR *et. al.,* 2005).

A experiência permitiu que o acadêmico ultrapassasse a prática de ensino convencional, que é a reprodução, na maioria das vezes, do conhecimento através do livro didático ou outros. Por meio de suas produções, conquistou espaço e competência para ensinar o que fez, tendo em vista uma proposta crítica de leitura da história regional. Nesse caso, o acadêmico-professor e seu aluno, deixam de ser meros expectadores, para aprender a criar, investigar, produzir conhecimentos, tendo em vista a construção da história da região.

Além disso, a proposta permitiu a participação de professores e acadêmicos na produção de pesquisas que envolveram a comunidade na coleta de fontes documentais e orais, o que propiciou uma valorização dos sujeitos locais como produtores da história. Esta relação entre comunidade e pesquisador, possibilitou ao acadêmico a compreensão da importância dos sujeitos que construíram a história da região, valorizando-os como elementos centrais das pesquisas.

O resultado desse trabalho coletivo materializou-se em 2006, com a publicação do livro **"História faz História: contribuições ao estudo da história regional"**, organizado pelo curso de História e Grupo de Pesquisa "História, Sociedade e Educação - HISED". A obra se constitui em uma fonte de pesquisa e conhecimento para subsidiar os professores, estudantes e pesquisadores no entendimento e discussão da história regional, mas sem perder de vista a relação desta com o contexto socioeconômico-político mais amplo que a produziu.

É importante destacar, que o ensino da história regional encontra dificuldade no fato dos municípios não contarem com fontes documentais e orais organizadas em arquivos públicos, além da pouca produção sistematizada dessa história. Neste caso, a publicação do livro objetivou a socialização do conhecimento produzido na universidade de forma mais efetiva. Para isso, contou-se com a parceria dos municípios pesquisados para a publicação do livro, que foi distribuído gratuitamente para todas as escolas da região de abrangência da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC.

Os autores, claramente, buscaram apresentar seus objetos de pesquisa numa visão de totalidade, procurando fugir de uma produção histórica conservadora. Escrevem a história permitindo que esta apareça como próxima, concreta, feita pelos homens como sujeitos concretos, que "fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 1978, p. 329). Por essas características, o livro é um importante instrumento de formação da cidadania, no sentido que afirma a importância que o 'povo', os homens e mulheres 'comuns' tiveram na organização social do lugar em que vivemos.

O livro é composto por quatorze artigos, produzidos pelos acadêmicos graduados no curso de História em 2004 e por professores-pesquisadores do grupo de pesquisa HISED. Os primeiros seis artigos tratam de temáticas da história de Santa Catarina e, mais especificamente da região Oeste catarinense. Os demais artigos, num total de oito, abordam a história dos municípios de Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Ipumirim, Irani e Seara.

No primeiro estudo, "*Santa Catarina: da ocupação tardia à industrialização "precoce"",* Dóris Ana Kohls e Rosana Cristina Kohls explicitam como se deu o desenvolvimento industrial no estado, questionando se tal desenvolvimento tem representado garantias de qualidade de vida para a população catarinense. Para isso, abordam o processo de colonização do estado Catarinense nas diferentes regiões. Em seguida, tratam da industrialização do estado no decorrer do processo colonizador, no intuito de identificar a relação entre o crescimento industrial e a melhoria de vida da população.

Delmir José Valentini, em *"O tropeirismo de suínos na região do Contestado e sua influência no incipiente processo agroindustrial"*, aborda um tema pouco explorado pela historiografia. Basicamente, a partir de memórias de antigos tropeiros de suínos da região do Contestado, o autor empenha-se em demonstrar a influência do tropeirismo no incipiente processo de desenvolvimento da agroindústria, nas décadas que antecederam à chegada das estradas e dos caminhões.

O texto de Noeli Woloszyn*, "Os balseiros do rio Uruguai",* traz a tona outro importante protagonista da história catarinense, o balseiro. Por ser um tema pouco tratado pela historiografia, a autora trata da história dos trabalhadores balseiros, a partir de relatos dos poucos ainda vivos. Através da pesquisa evidencia-se a importante atividade econômica de exploração da madeira e transporte por meio das balsas, na região do Alto Uruguai catarinense e rio-grandense, a partir da década de 1920, com a chegada dos "novos colonos", descendentes de imigrantes europeus, vindos especialmente do Rio Grande do Sul.

Em seu estudo, *"Da política ao negócio: a mutação do rádio no Oeste catarinense"*, Leandro Ramires Comassetto aborda a trajetória do rádio que, de veículo associado ao uso político e de interesses de grupos economicamente dominantes, busca, com a entrada no século XXI, ante às transformações provocadas pela globalização econômica e política, a consolidação como negócio. O autor investiga, com base em fontes diversificadas, os determinantes dessa transformação, atendo-se ao caso de cinco emissoras AM do Oeste do estado de SC.

No artigo "*Movimento sindical urbano de Chapecó e Concórdia"*, Alzumir Rossari desafia-se a historicizar o surgimento dos sindicatos urbanos em Chapecó e

Concórdia nos anos 60, até os dias atuais. Teve por objetivo central analisar como o Estado e a burguesia subordinam as organizações dos trabalhadores aos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo em que os trabalhadores organizam-se para a construção de uma nova concepção e prática sindical.

Também sobre a história do sindicalismo na região, Evandro Pegoraro; Ivanir Baldasso e Neuri Antônio Santhier apresentam o artigo "*Organização sindical dos trabalhadores na indústria alimentícia e no comércio de Concórdia – do Plano de Metas ao neoliberalismo"*, em que se propõem a uma interpretação histórica do Movimento Sindical Urbano de Concórdia - SC. Definem como marcos temporais o Golpe Militar de 1964 até o fim do segundo mandato de FHC, tendo em vista o estudo da trajetória da organização sindical dos trabalhadores na indústria alimentícia e dos trabalhadores no comércio.

"História de Concórdia do período anterior a sua emancipação", de autoria de Carlos Fernando Comassetto; Cleonice Bison; Márcio Favero e Zelir Dalla Rosa, inicia o conjunto de artigos sobre a história dos municípios da região do Alto Uruguai Catarinense. Os autores buscam a origem cultural da região, tendo como objetivo analisar as razões e condições que proporcionaram o surgimento do município de Concórdia. Nessa abordagem fazem um caminho pouco comum ao que se tornou convencional quanto ao processo de colonização do município: a ocupação por descendentes de imigrantes europeus, especialmente italianos e alemães. Os autores evidenciam no processo de formação do município os nativos como os primeiros grupos humanos que habitaram a região; a presença e o papel do tropeiro e do caboclo no desenvolvimento econômico e ocupacional do Oeste catarinense e, por fim, a chegada dos imigrantes de origem européia e as relações de confronto que se estabeleceram com a população cabocla que aqui já habitava.

Na seqüência, Milton Cleber Pereira Amador, em "*História de Concórdia: migração italiana e desenvolvimento socioeconômico a partir da pequena propriedade*", discute a história do município de Concórdia, tendo como foco a relação entre migração italiana e pequena propriedade, à luz das determinações socioeconômicas-políticas da sociedade regional. Centrado na análise econômica, o autor marca claramente em seu texto que a Guerra do Contestado é o divisor de dois modelos de desenvolvimento na região Oeste catarinense: o primeiro que vai até o início do século XX, é voltado para a economia de subsistência, característica do modo de vida da população cabocla; o segundo, especialmente após a Guerra do Contestado, marca o início da exploração capitalista na região e tem como sujeitos centrais os descendentes de imigrantes, principalmente italianos e alemães, trazidos do Rio Grande do Sul pelas companhias colonizadoras. É de acordo com esta ótica que aborda

o início da colonização italiana no Alto Uruguai catarinense, a partir da pequena propriedade, identificando aqui a origem da agroindústria, como a base para o futuro desenvolvimento de Concórdia.

Por conseguinte, ainda sobre a história de Concórdia, Maria Helena Bilibio; Noeli Woloszyn; Sandrely Bortolotto; Sirlei Grigol Bellini e Zulimara Neotti desenvolvem o tema "*Histórico dos principais aspectos econômicos do município de Concórdia (1934-1964)"*. Apontam como premissa motivadora da pesquisa a necessidade de desmistificar a história oficial, envolta em mitos e heróis criados pela elite capitalista, para entender a realidade social como uma história de luta de classes. Nesse caso, para as autoras, o eixo econômico é o responsável pelos grandes acontecimentos da história e, portanto, um desafio aos historiadores. Frente a esse desafio, analisam os aspectos que fundamentaram o processo de formação e desenvolvimento econômico do município. Destacam, no decorrer do texto, dados da ocupação a partir da vinda dos colonos gaúchos, o desenvolvimento da agricultura, suinocultura e avicultura, até a formação da empresa Sadia, analisando seu papel no desenvolvimento econômico de Concórdia e região.

No artigo, *"Alto Bela vista, uma história a ser contada",* Daiane Schaeffer e Noeli Woloszyn apresentam o histórico do município a partir de uma inquietação que motivou a pesquisa: Alto Bela Vista, em sua trajetória, já ocupou espaço de grande importância na economia da região do Alto Uruguai Catarinense. No entanto, isso contrasta com um período de decadência e estagnação, quando a localidade deixa de ser referência na região. Para buscar entender essa problemática, as autoras procuram recuperar a história do surgimento da localidade e como se deram seu desenvolvimento econômico, político e social, detendo-se a apresentar os fatos que evidenciam o 'aparente' desenvolvimento e os motivos que levaram a 'suposta' decadência econômica.

No artigo, *"Vivências e memórias: a história de Ipira"*, Ivanete Mora Nosswitz e Vânia Kilpp Stockmann, propõem-se a um objetivo desafiador: compreender como se deu a construção da história do município de Ipira nos seus aspectos político, econômico, social e cultural antes e após a emancipação. Abordam desde as evidências da presença de nativos na região do município, destacando a presença e atuação da população cabocla, por muitas vezes silenciada pela história, até chegar ao período em que ocorreu a colonização alemã em Ipira. As autoras valorizam, no processo da pesquisa, a contribuição das fontes orais, destacando as memórias dos sujeitos que fizeram a história de Ipira. Além disso, evidenciam, no intuito até de fazer justiça, que após os indígenas, foram os caboclos os próximos colonizadores de Ipira.

Em *"Ipumirim: os três processos de colonização"*, Luiz Fernando Kothe não foge

a linha de pesquisa que norteou os trabalhos aqui apresentados. Também ele não se limita em abordar a colonização a partir dos migrantes descendentes de europeus. Apresenta uma reflexão acerca da história do município de Ipumirim nos campos econômico, social e político. Em sua caminhada, o autor identifica que, mesmo tendo Ipumirim predominância étnica de descendentes de italianos e alemães, na origem do município, não foram estas as únicas etnias a povoar o território. As tribos nativas e os caboclos foram os responsáveis pelo primeiro e segundo processos de colonização, respectivamente. Somente o terceiro processo de ocupação territorial é que foi desencadeado pelos migrantes italianos e alemães ou descendentes destes.

Sobre a história de Irani, o Berço do Contestado, Elenita Ribeiro e Rosana Cristina Kohls apresentam o artigo *"Irani pós-combate do Contestado (1912-1926)"*, em que abordam a origem do município, a Guerra do Contestado e a posterior ocupação efetuada pelos grupos migratórios. O trabalho se volta para o conhecimento da estrutura de formação do município de Irani, entre os anos de 1912 a1926. As autoras objetivam contar a história de uma sociedade que, mesmo tendo vivido um conflito de guerra, construiu as bases da organização do futuro município.

Por fim, em "*História de Seara: o processo de colonização"*, Edson Luís Gonçalves; Fabiana Manfroi e Ivone Maria Nardi descrevem como se deu o processo de colonização na região Oeste de Santa Catarina, especificamente onde se localiza o município de Seara. Neste sentido, fazem uma retrospectiva histórica dos antecedentes da colonização de Seara, procurando identificar como ocorrem os movimentos migratórios, principalmente do Rio Grande do Sul; enfatizam a atuação das empresas colonizadoras na região de Seara e, com base em fontes orais, apresentam um apanhado histórico da chegada dos primeiros colonos descendentes de italianos e alemães, das dificuldades e das estratégias adotadas para viver na nova terra.

Todo o esforço de pesquisa aqui materializado significa o compromisso dos acadêmicos e professores com a preservação da história regional, tendo por base a responsabilidade da construção de uma visão de mundo, numa lógica inversa aos ditames da sociedade capitalista e comprometida com os interesses da coletividade. Historicamente, a imensa maioria da população foi sendo excluída, marginalizada e tolhida nos seus direitos, desde os mais elementares até aqueles quase inatingíveis. Por isso, enquanto sujeitos da história, não podemos nos furtar de gritar por uma nova lógica social, de fato (retomando os princípios da Revolução Francesa, com certeza para muitos fora de moda), com igualdade, fraternidade e liberdade. Essa é a sociedade que almejamos construir, um passo de cada vez,

mas sempre mais um passo...

Referências

AMADOR, Milton Cleber Pereira *et.a.*A pesquisa na formação do professor de história. In.: **Agora – Revista de Publicação Científica**, v.12, n. 2. Caçador: UnC, jul.-dez. 2005, p.261-270.

DEMO, Pedro**. Pesquisa:** princípio científico e educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX. Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 329. (Os Pensadores).

ZOTTI, Solange Aparecida (Org.). **História faz história:** contribuições ao estudo da história regional. Concórdia: UnC; HISED, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A questão indígena nas páginas dos jornais sob a ótica do jurista Antonio Selistre de Campos - 1940 a 1950

Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi[1]

Resumo: Com base em periódicos, especialmente o Jornal "A Voz de Chapecó", pretende-se abordar a questão indígena e suas repercussões a partir dos relatos jornalísticos do jurista Antonio Selistre de Campos. Nascido em Santo Antonio da Patrulha/RS, formou-se em Direito em Porto Alegre/RS e a partir de 1931, já nomeado Juiz de Direito, optou morar definitivamente em Chapecó/SC, após passar por outras localidades do mesmo Estado. Como um dos fundadores do jornal "A Voz de Chapecó", Antonio Selistre de Campos trazia à comunidade local a situação dos indígenas da região, os Kaingáng, abordando questões sobre a saúde, educação e terra.
Palavras-chave: Kaingáng, Antonio Selistre de Campos, Periódicos, *A Voz de Chapecó*, Memória, Etno-história.

Abstract: Based on periodicals, especially the newspaper "A Voz de Chapecó", an attempt is made to broach the indigenous issue and its repercussions from the journalistic reports by legal scholar Antonio Selistre de Campos. Born in Santo Antonio da Patrulha/RS, he graduated in Law in Porto Alegre/RS, and from 1931 on, having been appointed Judge, he chose to take up permanent residence in Chapecó/SC, after having lived in other locations in the same State. As one of the founders of "A Voz de Chapecó", Antonio Selistre de Campos brought the situation of the region's indigenous people, the Kaingáng, before the local community, dealing with health, education, and land issues.
Keywords: Kaingáng, Antonio Selistre de Campos, Periodicals, A Voz de Chapecó, Memory, Ethno-history.

Contextualização

O periódico *A Voz de Chapecó*, jornal intitulado *semanário independente*, com uma média de quatro a seis páginas por número, circulava aos domingos abrangendo a cidade de Chapecó e região. Fundado em 03 de maio de 1939 publicava eventualmente edições comemorativas chegando a 10, 12 páginas.

Este jornal apresenta características peculiares ao ser privilegiado como fonte enquanto veículo que publicou artigos contemplando a temática indígena, destacando-se o fato de Antonio Selistre de Campos ter sido um dos integrantes do grupo de fundadores do

[1] Mestranda em História Cultural sob orientação da Prof.ª Dr.ª Ana Lucia Vulfe Nötzold pelo Programa de Pós-Graduação em História/UFSC, bolsista CAPES, pesquisadora do LABHIN/Laboratório de História Indígena/UFSC.

jornal, o que favoreceu a liberdade no conteúdo de seus escritos e o apoio dos fundadores que por sua vez também desempenhavam a função de prefeito, vereador e deputado.

Entre as notícias veiculadas no jornal estavam os artigos de Antonio Selistre de Campos Juiz de Direito que atuou na Comarca de Chapecó de 1931 a 1947[2]. Os temas abordados eram os mais variados vinculados à magistratura, política internacional e comunismo, política nacional, sobre a grafia da palavra Chapecó/Xapecó e sobre os indígenas da região: os Kaingáng do Oeste Catarinense.

Ao trazer à público estes artigos lembrava à população local a existência do *Nosso vizinho Kaingáng*[3]. As fontes demonstram que foi o tema de maior freqüência redigido por Antonio Selistre de Campos, que pode ser considerado um dos maiores defensores dos Kaingáng apontando as necessidades da etnia relacionadas à saúde, educação e terra.

A metodologia aplicada a este estudo é da etno-história, da história oral e da memória. Antonio Porro discorre que a etno-história:

> *está se constituindo; é a história dos grupos indígenas escrita a partir das notícias deixadas pelos primeiros cronistas e, para as tribos contactadas mais recentemente, também a partir das tradições orais indígenas. Mas é principalmente a história vista de uma perspectiva antropológica, que procura reconstruir o mundo indígena em toda a sua diversidade, através da arqueologia e da observação etnográfica, da história documental e da história oral, da lingüística e da mitologia. (PORRO, 1995: 17).*

Entre as fontes utilizadas para a realização desta pesquisa estão Baldus, Mabilde, Métraux, Borba, O Jornal *A Voz de Chapecó* que são cotejados com teóricos a exemplo de Halbwachs, Meihy, Portelli, e as pesquisas de campo na T.I. Xapecó/SC por ocasião da realização de entrevistas de história oral.

Através das entrevistas com os indígenas de diferentes idades, entre os mais velhos e mais jovens, registra-se suas lembranças, seus esquecimentos. Este procedimento permite perceber certo hiato em suas memórias repercutindo na história da comunidade entre as diferentes gerações devido a uma interrupção da tradição oral, causada algumas vezes pelo falecimento dos mais velhos. As entrevistas permitem ainda a comparação no tempo presente

---

[2] Antonio Selistre de Campos (1882-1957) se aposentou em 1947 optando em permanecer na cidade de Chapecó/SC. Seu óbito ocorreu em dezembro de 1957. Até esta data permaneceu redigindo e publicando artigos em diferentes jornais de Santa Catarina sobre a temática indígena.

[3] Uma analogia ao livro *Nosso vizinho Kaingáng*, editado pela Gráfica da UFSC, com apoio da PRCE, de autoria da Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold. A obra é resultado das pesquisas a campo desenvolvidas pelo LABHIN junto à Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê da T. I. Xapecó/SC. Dividido em três capítulos, traz em sua narrativa parte da trajetória histórica do povo Kaingáng abordando a implantação do ensino diferenciado, as primeiras populações humanas em Santa Catarina, os primeiros contatos.

com documentos de época, aqui especificamente, os artigos jornalísticos de Antonio Selistre de Campos a fim de observar as permanências e reelaborações de suas memórias.

Neste sentido a história oral marca "o cruzamento de experiências sociais e se tornam ponto de referência para a análise do andamento coletivo" apresentando-se como um processo circular ora "partindo do estado oral da palavra para se tornar um documento escrito, outras vezes derivando do escrito e sendo questionada". (MEIHY, 2005: 42-43, 30).

A indissociabilidade da metodologia da história oral e memória contemplam a função social no registro da história dos Kaingáng, que ao se reconhecerem em suas narrativas, acessarem a própria história documentada, lhes desperta um sentimento de orgulho causando efeito positivo na auto-estima do grupo étnico. Segundo Tedesco "o objetivo do grupo é manter sua identidade através da memória" (TEDESCO, 2001: 22).

A valorização da própria cultura influencia a auto-estima do grupo contribuindo para minimizar a distância e o preconceito entre etnias diferenciadas pelas suas especificidades.

Os Kaingáng do Oeste Catarinense

Os Kaingáng fazem parte do grupo lingüístico Jê. Esta classificação foi sendo construída a partir do século XX por Von Martius que destacou do bloco das línguas Tapuya a família Jê (NASCIMENTO, 2001: 42-43).

O território geográfico ocupado pelos Kaingáng abrange os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Estado Catarinense além dos Kaingáng encontram-se os Xokleng e os Guarani.

Os Kaingáng estão entre os maiores grupos indígenas no Brasil contando aproximadamente 20 mil pessoas distribuídas em 28 Terras Indígenas nos Estados brasileiros acima citados (NOTZOLD, 2003: 16).

Este estudo elegeu os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó/SC no acompanhamento e compreensão da trajetória histórica desta etnia. A Terra Indígena Xapecó tem essa denominação por localizar-se no cruzamento dos rios Chapecó e Xapecozinho, no Oeste Catarinense, situando-se entre os municípios de Ipuaçú e Entre Rios, destacada no mapa abaixo:

Mapa de Santa Catarina e localização da Terra Indígena Xapecó/SC

Fig.1. Mapa de domínio público adaptado por Marcos Antônio da Silva, Mestre em História Cultural, UFSC/SC.

O decreto n.° 7, de 18 de Junho de 1902[4], que deu origem à T. I. Xapecó/SC foi assinado pelo então Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, pois nesta época a região pertencia ao Paraná. Inicialmente, conforme o decreto, esta área originalmente delimitada em aproximadamente 25 mil hectares, encontra-se na atualidade reduzida em 15.623 hectares com aproximadamente 4.500 indivíduos (NOTZOLD, 2004: 5).

A T. I. Xapecó é sede de 16 aldeias[5]: Jacu – Sede do Posto, Olaria, Serrano, Cerro Doce, Pinhalzinho, Água Branca, Fazenda São José, Matão, Paiol de Barro, Barro Preto, Limeira, Guarani, Baixo Samburá, Placa, Pinheirinhos e João Veloso.

Um dos primeiros registros sobre a denominação dos Kaingáng está datado de 1882 e foi registrado por Telêmaco Borba em um artigo intitulado *Breve notícia sobre os índios Caingangs, conhecidos vulgarmente por Coroados e que habitam no território da Província do Paraná*. Posteriormente, em 1904, Borba publica na Revista do Museu Paulista, o artigo *Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná*, já usando a grafia com *K* e não mais com *C*:

> *O primeiro que deu-lhes o verdadeiro e genérico nome de Kaingangues penso que fui eu.*
> *Os que aldearam no Jatahy chaman-se "Kaingangues-pê", isto é, Kaingangues legítimos, verdadeiros; mas, entre elles distinguem-se em Camés, Cayurucrés e Kaingangues. Os que habitam nas immediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona comprehendida entre os rios Piquiri e Iguassu Xocrés, e os da margem direita do Paranapanema "Nhakfáteitei". Entretanto, falam todos a mesma língua, usam as mesmas armas e utensilios e têm os mesmos costumes (TOMASINO, MOTA, NOELLI, 2004: 4-5).*

[4] Documento foto copiado, doação Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold ao LABHIN.

[5] Atualização conforme relato de história oral do Prof. Kaingáng Getúlio Tój'fã Narsizo, à Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold, quando em pesquisa de campo à T. I. Xapecó/SC em 25/04/2007.

No século XVII eram conhecidos por Gualachos, Chiquis. No final do Século XIX por Guaianás e Coroados, esta era uma denominação atribuída por agentes do Estado, por religiosos e pela população que os envolvia, pois cortavam os cabelos ao modo dos coroinhas franciscanos. O significado do etnônimo Kaingáng, atribuição nominal da própria etnia, que no idioma português significa Índio, conforme anotações do Frei Luiz de Cimitile, citado por Mota, "... a si mesmos chamassem *Caingang*, que em língua portuguesa quer dizer Índio..." (TOMASINO, MOTA, NOELLI, 2004: 3-6).

A temática indígena e suas repercussões a partir dos artigos de Antonio Selistre de Campos

A partir de 1939, com a fundação do jornal *A Voz de Chapecó*, Dr. Antonio Selistre de Campos trazia à comunidade local a situação já conhecida dos Kaingáng da região, enfatizada através dos artigos que redigia.

Percebe-se nestes artigos jornalísticos a intenção de esclarecer e informar os leitores procurando diminuir o estranhamento entre culturas diferenciadas, através do conhecimento. Estes estranhamentos foram intensificados a partir dos primeiros contatos dos Kaingáng com os colonizadores da região e a ocupação de terras a partir do século XIX, em que tanto indígenas quanto não-indígenas entraram em conflitos. As conseqüências destes atos foram mortes, violência, preconceito, discriminação de ambos os lados, causados por atitudes que visavam à defesa perante aquilo que não se conhecia. Desta forma, os artigos publicados vêm a contribuir na tentativa de esclarecer quanto à existência dos Kaingáng que já ocupavam a região antes dos colonizadores chegarem ao oeste catarinense.

No manuseio das fontes, percebe-se que os diversos artigos escritos por Antonio Selistre de Campos em defesa dos Kaingáng repercutiram na região, contrapondo aliados e opositores.

Neste *paper* destaca-se a temática da terra que foi assunto de pauta na sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Ata de nº. 134, em 04/11/1948, publicada no Jornal *O Estado* de Florianópolis, edição nº. 10.384 em 05/11 do mesmo ano. Na primeira página do jornal, observa-se no título da reportagem a defesa aos Kaingáng:

> *NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Indicação dos sr. Orty Machado. – O sr. Cide Ribas defende os Índios Coroados. – Moção de aplausos ao sr. Alfredo Campos. – O sr. Armando Calil e o porto de Laguna. – emendas apresentadas ao projeto de orçamento, pelo sr. Estivallet Pires. – outras notas. (O ESTADO, 05/11/1948:1. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Sem Grifo no original).*

Na ocasião, o deputado Cid Ribas, representante do município de Chapecó, apresentava o problema mencionado nos artigos de Antonio Selistre de Campos, sobre a ameaça de posse da terra ocupada pelos Kaingáng às margens do Rio Chapecó. Na deliberação da sessão foi requerido e aprovado o envio de telegramas ao Ministro da Guerra, a quem o SPI/Serviço de Proteção aos Índios, hoje FUNAI/Fundação Nacional do Índio, estava subordinado e ao Inspetor Regional do SPI em Curitiba cujo teor continha manifestos de protestos, solicitando que não fosse permitida a efetivação de medidas constantes em acordo firmado entre o SPI e o advogado de Alberto Berthier de Almeida, requerente das terras ocupadas pelos indígenas.

Dentre os artigos que originaram o tema das terras ser pauta na Assembléia de 04/11/1948, destacamos o intitulado *O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS PASSA A SER DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS DE CHAPECÓSINHO*. O titulo em caixa alta, na primeira página do jornal de 24/10/1948 trazia pequena retrospectiva histórica da ocupação de terra dos Kaingáng pautado pelo Decreto nº. 7 de 1902, já citado, que reservava a área aos indígenas; a intenção de Alberto Berthier de Almeida em tomar as terras dos Kaingáng requerendo título de propriedade e a atuação do SPI que ao invés de defender os direitos indígenas os perseguia. Antonio Selistre de Campos, na linguagem da conjugação verbal da época dizia que o

> *S.P.I. significa: Serviço de Perseguição aos Índios, mas fiquem todos certos: isto não será impunemente, queremos dizer, será com o nosso protesto, pela imprensa e por todos os meios que estejam ao nosso alcance.*
> *Essa preblenda é uma espoliação aos pobres índios e um assalto ao Patrimônio Nacional. (A Voz de Chapecó, 24/10/1948. Acervo CEOM).*

Na edição seguinte do dia 31/10 o assunto sob o título *S. P. I. SIGNIFICA/SERVIÇO DE PERSEGUIÇÃO AOS INDIOS*, onde os escritos dão seqüência ao fato, passando a ser o tema de maior freqüência nos artigos publicados por Antonio Selistre de Campos e veiculados nos jornais *A Voz de Chapecó, O Imparcial, Jornal do Povo* todos da cidade de Chapecó/SC e também no jornal *O Estado* de Florianópolis/SC.

Na edição d'*A Voz de Chapecó* de 14/11/1948 são publicadas duas matérias sobre o assunto da Assembléia sob os títulos: *O S. P. I. E OS INDIOS CAINGANGS DE CHAPECÓ* onde aparece a manifestação da Câmara de Vereadores local e *Defesa Dos Indios De Chapecó* com a transcrição do telegramas enviados. Ambos os artigos sem assinatura.

Em 28/11 *A Voz de Chapecó* publicou pequena nota intitulada *SERVIÇO DOS INDIOS* relatando que os jornais, *Diário da Manhã* de Passo Fundo/RS e *A Voz da Serra* de Erechim/RS, datados ambos de 14/11/1948 publicaram na íntegra o editorial sobre o *Serviço de Proteção ou Perseguição aos Índios de Chapecósinho*.

A descrição das fontes aponta para a reflexão da repercussão gerada pelos artigos fazendo com que autoridades tomassem conhecimento do fato uma vez que o SPI não estava cumprindo com a sua missão de proteger os indígenas em seus direitos.

Argumentos Conclusivos

Os registros deixados por Antonio Selistre de Campos tiveram sua função social por conterem narrativas de denúncia pública ao abordar problemas relativos à educação, saúde e ao tema apresentado neste artigo, a terra.

Foram 18 anos de publicações não só no jornal *A Voz de Chapecó*, mas também nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Povo* todos os três da cidade de Chapecó/SC e no Jornal *O Estado* de Florianópolis/SC.

Os fatos da história dos Kaingáng do oeste catarinense demonstrados nos artigos, fonte utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, repercutiram nas cidades de Passo Fundo e Erechim do Estado do Rio Grande do Sul, além de telegramas e cartas enviados a jornais da cidade do Rio de Janeiro/RJ (*A Voz de Chapecó*. 07/11/1948), complementados com cartas relatórios dirigidas às autoridades da época: Irineu Bornhausen - Governador do Estado de Santa Catarina (1950 – 1955), Marechal Cândido Rondon/Diretor do SPI (1910 – 1939) e Juscelino Kubitschek/Presidente da República (1956 – 1961).

Fontes e Bibliografia

Ata da Assembléia Legislativa nº. 134, de 04/11/1948. Acervo Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC.

A Voz de Chapecó: artigos de Antonio Selistre de Campos – 1939 a 1952. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.). Chapecó: Argos, 2004.

Jornal *A Voz de Chapecó*. Edição nº. 206 de 24/10/1948. Acervo CEOM.

Jornal *A Voz de Chapecó*. Edição nº. 207 de 31/10/1948. Acervo CEOM.

Jornal *O Estado*. Edição nº. 10.384 de 05/11/1948. Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis - SC.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5ª ed. Ver. Ed. ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Ernilda Souza do. *Há vida na história dos outros*. Chapecó: Argos, 2001.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe (Org.). *O ciclo de vida Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica.* RJ: Vozes, 1995.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e Cultura. O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. 1ª ed. Edições EST: Porto Alegre, RS, 2001.

TOMASINO, Kimiye, MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva (Orgs). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingáng*. Londrina: Eduel, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As políticas públicas para a Educação Profissional e suas conseqüências na vida escolar dos estudantes: a evolução da evasão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS desde 1980.

Manoel José Porto Júnior[1]

Resumo: A motivação para a realização da pesquisa da qual faz parte este trabalho é a discussão que ocorre, atualmente, a respeito da estrutura dos cursos técnicos de nível médio. Durante o período estudado, ocorreram profundas modificações nos modelos de produção adotados por grande parte das indústrias. Submetidas à lógica de acumulação do capital, as novas tecnologias permitem a ampliação das formas de exploração do trabalho. Nesse contexto de transformações, foram implementadas sucessivas políticas públicas para a Educação Profissional, com conseqüências importantes para os estudantes da Rede Federal. Analisar a evolução da evasão escolar durante o período, relacionando-a com as diferentes estruturas de cursos técnicos implantadas, é um aspecto importante para auxiliar na construção de uma educação tecnológica transformadora das relações sociais.
Palavras-chave: Educação Profissional – Educação e Trabalho – História da Educação Profissional

Abstract: The motivation for the realization of this research in which this work makes part, is the discussion concerning the strucuture of the technical courses at the high school. During the studied period, deep modifications occured in the production models adopted by the majority of the industries. Submitted to the logic of capital accumulation, the new technologies permit the enlargement on the forms of working exploitation. In this context of transformations, it was implemented successive public politics for the professional education, with important consequences to the students from the federal network. To analize the evolution of the school evasion during the period, relating this to the different structures of technical courses which were implemented, is an important aspect to help in the construction of a technological education which can transform the social relations.
Keywords: Professional Education – Education and Work – History of Professional Education

Um olhar sobre o tema

A educação brasileira sempre reproduziu, em sua estruturação, a dualidade presente nas relações de produção, baseadas na divisão social do trabalho, própria da sociedade de classes.

---

[1] Manoel José Porto Júnior é mestrando em Educação no PPGE-UFPel, na linha de História da Educação. Possui Licenciatura Plena em História (UFPel) e é especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-RS).

Dessa forma, são construídos caminhos/trajetórias escolares diferenciados para funções diferenciadas no processo produtivo: uma educação para aqueles que se ocuparão do gerenciamento, outra educação para aqueles que se ocuparão da execução das tarefas.

É na denominada Educação Profissional que a dualidade estrutural do sistema educacional encontra seu principal campo. Sobretudo quando se trata de sua articulação com o ensino regular de nível médio, dado o caráter deste último. A dupla função do ensino médio – preparar para a seqüência de estudos e cidadania e preparar para funções produtivas – acarreta constantes mudanças de legislação e variantes de currículos de cursos em função de objetivos diferenciados, ligados às perspectivas de futuro dos educandos a partir da divisão social do trabalho.

> *A história do ensino médio no Brasil é a história do enfrentamento desta tensão, que tem levado, não à síntese, mas à polarização, fazendo da dualidade estrutural a categoria de análise por excelência, para a compreensão das propostas que vêm se desenvolvendo a partir dos anos 40. (KUENZER, 1997, p. 10).*

As disputas que ocorrem no sistema educacional, sobretudo na modalidade da educação profissional, adquirem novas nuances a medida que ocorrem profundas transformações nos modelos de gestão da produção, dos recursos humanos e da tecnologia.

Submetidas à lógica de acumulação do capital, as novas tecnologias e os novos modelos de gestão flexível procuram ampliar as formas de exploração do trabalho, avançando sobre capacidades intelectuais e criatividade dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, onde são empregadas tais transformações, o trabalho sofre enorme exclusão. Enquanto o fordismo, sob o Estado Keynesiano[2], prometia os postos de trabalho, a partir da lógica operário-consumidor[3]; as transformações que vêm ocorrendo procuram substituir a produção em larga escala de produtos "standardizados", pela produção flexível, que atende às exigências específicas de grupos seletos de consumidores que possuem condições de pagar preços mais elevados pelos produtos.

Os países ditos "em desenvolvimento" – inclua-se o Brasil – possuem demanda por produtos fabricados em massa, visto que grande parte de suas populações não adquiriram bens duráveis básicos, como eletrodomésticos. Sendo assim, convivem modelos de gestão da

---

[2] O Estado Keynesiano ou Estado de Bem-Estar Social foi um modelo econômico-político-social que buscava a superação da crise do pós-guerra, no mundo capitalista, através de um Estado forte na área social, além de um modelo de gestão da produção que estimulasse o desenvolvimento econômico com abertura de postos de trabalho. Foi implementado, sobretudo, na Europa Ocidental, preocupada com o avanço dos ideais comunistas em tempos de Guerra-Fria, tendo reflexos em vários outros países em desenvolvimento que, porém, nunca chegaram a implementar de fato tal modelo devido seu papel marginal na economia mundial.

[3] Henry Ford pretendia que seus operários fossem consumidores dos produtos que produzia. Dessa forma, produzia produtos em larga escala a preços baixos, utilizando grande quantidade de mão-de-obra em atividades com alto grau de especialização e parcialidade no processo produtivo baseado na temporização da linha de produção.

produção diferenciados para atender demandas de grupos consumidores também diferenciados. Contudo, a produção em massa para o consumo das populações mais pobres acaba concentrando-se em locais onde a mão-de-obra, com baixa formação, é explorada ao extremo. É dessa forma que a globalização econômica contribui para uma nova divisão social do trabalho que fragmenta e fragiliza ainda mais a classe trabalhadora.

Nos ramos de produção tecnologicamente mais desenvolvidos, o capital passou a exigir uma formação mais abrangente para os trabalhadores. O novo trabalhador deve possuir uma visão mais sistêmica dos processos produtivos. Além disso, para poderem se adequar às novas exigências da produção, precisam desenvolver a capacidade de comunicação, a criatividade e a responsabilidade.

Para garantir a reprodução social, os novos modelos de gestão aprimoraram o controle dos processos produtivos, mantendo sob o domínio dos detentores do capital, os processos e inovações desenvolvidas pelos trabalhadores. Como instrumento ideológico de garantia deste controle, busca na cooptação uma arma, potencializada pela constante ameaça de desemprego resultante da enorme reserva de mão-de-obra.

No campo educacional, o discurso da empregabilidade e a promessa da eqüidade fazem parte do aparato ideológico da reprodução social. Sobre o discurso da empregabilidade e suas implicações na educação, discorre Barbosa:

> *Trata-se da diferenciação entre a concepção da educação direcionada para o emprego, ou seja, do processo educacional que tem como objetivo inserir os indivíduos em espaços existentes nas esferas da produção, e a concepção da educação voltada para o desemprego (ou para a empregabilidade, como eufemisticamente preferem alguns). Esta, se desenvolve na perspectiva de que não há mais empregos para todos e que, portanto, é preciso que o indivíduo se esmere para ser o melhor, o mais competente, o mais flexível, pois só assim conseguirá seu "lugar ao sol". E, se nesta guerra de todos contra todos, o indivíduo for considerado um "perdedor", então, a responsabilidade será apenas dele. (BARBOSA, 2001, p. 36).*

As políticas públicas para a Educação Profissional e seu reflexo na estrutura dos cursos técnicos de nível médio do CEFET/RS.

A análise realizada neste trabalho começa no ano de 1980, estendendo-se até 2005. Neste período ocorreram mudanças na estrutura dos cursos técnicos. Estudaremos a evasão escolar nos cursos semestral integrado (1980 – 1988), anual integrado (1989 – 1998) e semestral modular separado do ensino médio (2001 – 2005).

No período de transição, durante a implementação da Reforma da Educação Profissional, ocorreram dois modelos de cursos técnicos: o anual pós-médio e o semestral desvinculado do ensino médio. Por terem sido oferecidos por um período breve e realizados

em um período conturbado de indefinição de políticas para a Educação Profissional, optamos por descartar sua análise.

No primeiro caso, no curso semestral integrado, vivia-se sob o marco legal da Lei 5.692/71 e o modelo de produção adotado garantia os postos de trabalho na área técnica a partir da lógica da gestão taylorista-fordista. A informatização ainda era incipiente e a reserva de mercado imposta pelos governantes brasileiros impedia uma transformação rápida dos processos produtivos em função de novas tecnologias. Além disso, existia forte presença do Estado na economia, através de sólidas empresas estatais nas áreas de telefonia, energia, mineração, petrolíferas, etc.. No CEFET-RS, chamado à época Escola Técnica Federal de Pelotas – a transformação em CEFET só ocorreu em janeiro de 1999 – os cursos técnicos eram oferecidos de forma integrada ao ensino médio. No diurno, os estudantes estudavam em dois turnos, com algumas folgas distribuídas nos horários, tendo uma duração de 6 semestres. No noturno, os cursos possuíam 8 semestres. Os alunos ingressavam após prestar concorrido exame. A opção pela habilitação técnica se dava ao final do primeiro semestre do curso, seguindo o critério de melhores notas para ingresso nos cursos mais disputados. O aluno fazia a opção por três cursos, definindo uma ordem de prioridade. Caso não obtivesse vaga na primeira opção, verificava-se se suas notas permitiam ingresso na segunda opção. Caso contrário, restava a terceira opção. Os concluintes dos cursos técnicos deviam prestar um estágio obrigatório, para, só assim, receberem a certificação técnica equivalente ao nível médio da educação regular.

A segunda estrutura de cursos estudada, o curso técnico anual integrado, foi implementada em 1989. Foi resultado de uma discussão na comunidade e garantiu uma estrutura única de curso, ofertada para os alunos nos três turnos, evitando os transtornos decorrentes de transferências. A duração passou a ser de 4 anos. A opção pela habilitação técnica se dava ao final do primeiro ano, de forma semelhante àquela do semestral integrado. Durante o período em que foi oferecido, o processo de privatizações se desenvolvia, a partir da lógica de diminuição do papel do Estado na economia, baseado nas resoluções do Consenso de Washington. As transformações tecnológicas aceleravam-se a partir da abertura indiscriminada das importações, causando crise no parque industrial nacional, com o fechamento de várias empresas. Desenvolvia-se, à luz do pensamento neoliberal, uma releitura da Teoria do Capital Humano que se configurou no discurso da empregabilidade.

Resultado desse processo, seguindo determinações das Agências Multilaterais que sustentam o capitalismo em nível internacional – CEPAL, Banco Mundial, entre outros[4] - o governo Fernando Henrique decretou, em 1997, a Reforma da Educação Profissional. Tal implementação se deu através do Decreto 2.208/97, após o governo sofrer várias críticas ao encaminhar um Projeto de Lei – PL 1.603/96 – para o Congresso Nacional, com o mesmo teor. Ao analisar o texto da nova LDB, Lei 9.394/96, referindo-se ao PL 1.603/96, cuja essência do conteúdo foi copiada para o Decreto 2.208/97, Saviani afirmava:

> *esse projeto traz como conseqüência o descomprometimento do MEC em relação às escolas técnicas federais, provavelmente a experiência mais bem-sucedida de organização do nível médio a qual contém os germens de uma concepção que articula formação geral de base científica com o trabalho produtivo, de onde poderia se originar um novo modelo de ensino médio unificado e suscetível de ser generalizado para todo o país. (SAVIANI, 1999, p. 216).*

Após um período de transição que demonstrou o improviso com que se realizava a Reforma, foi criada a terceira estrutura de cursos a ser estudada nesse trabalho, o curso semestral modular desvinculado do ensino médio. Tais cursos permitiam saídas intermediárias, com habilitação definida por módulo. A intenção do governo era flexibilizar a estrutura dos cursos, procurando adequá-los às necessidades do mercado de trabalho. Ao fazê-lo, desconsiderava as reais necessidades de formação do trabalhador, mesmo no que se refere às demandas do empresariado. Cabe salientar que não houve procura por certificações intermediárias oferecidas pela instituição.

Ao final de quatro módulos e, cumprido o estágio obrigatório, bem como o ensino médio, o aluno recebe a certificação de técnico de nível médio. Os cursos modulares são oferecidos de forma concomitante ou pós-médio. Na forma concomitante, o aluno que já concluiu o primeiro ano do ensino médio, pode ingressar no curso técnico, realizado em outro turno. Nos cursos modulares foi imposta a avaliação por competências.

Sobre tal tema, Ramos afirma:

> *As escolas foram induzidas a implementar o ensino modular, baseado em competências definidas pela Resolução n. 04/99 na forma de atividades e tarefas de trabalho. Ainda que os Referenciais Curriculares Nacionais posteriormente exarados pelo Ministério da Educação como orientação às escolas tenham destacado as bases científicas, tecnológicas e instrumentais necessárias ao desenvolvimento das competências profissionais, a desvinculação do ensino médio não deixou outra opção às escolas senão conferir aos cursos técnicos a finalidade de preparar para o trabalho de forma restrita, diminuindo-se a exigência de conhecimentos científico-tecnológicos que estruturam os processos produtivos e as atividades profissionais. (RAMOS, 2006, p. 301-302).*

---

[4] Sobre a influência das Agências multilaterais nas políticas públicas para a Educação Profissional, ler OLIVEIRA, Ramon de. **Agências multilaterais e a educação profissional brasileira.** Campinas: Editora Alínea, 2006.

Dados sobre evasão nos cursos técnicos do CEFET/RS

A seguir serão apresentados os dados sobre a evolução da evasão nas três estruturas de cursos técnicos analisadas no período compreendido entre 1980 e 2005.

Gráfico 1. Percentual de Evasão do curso técnico semestral integrado.

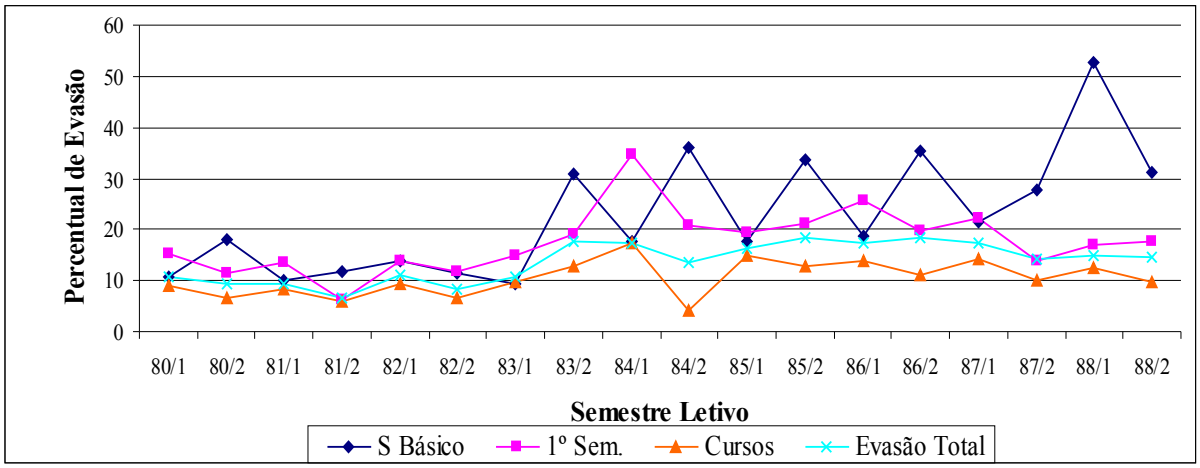

Durante o período de oferta do curso técnico semestral integrado existia um semestre básico para um número definido de alunos que haviam chegado próximo da classificação no processo seletivo. Os melhores colocados no processo seletivo ingressavam diretamente no primeiro semestre. Aqueles que obtinham aprovação no semestre básico ingressavam diretamente no primeiro semestre do curso técnico semestral integrado, sem necessidade de novo processo seletivo.

Nesse caso, os dados referentes ao semestre básico foram considerados na elaboração das estatísticas, presentes neste trabalho. Contudo, buscamos realizar análises que diferenciam os alunos do semestre básico, do primeiro semestre e aqueles que já haviam ingressado numa habilitação específica, o que ocorria a partir do segundo semestre.

Gráfico 2. Percentual de Evasão do curso técnico anual integrado.

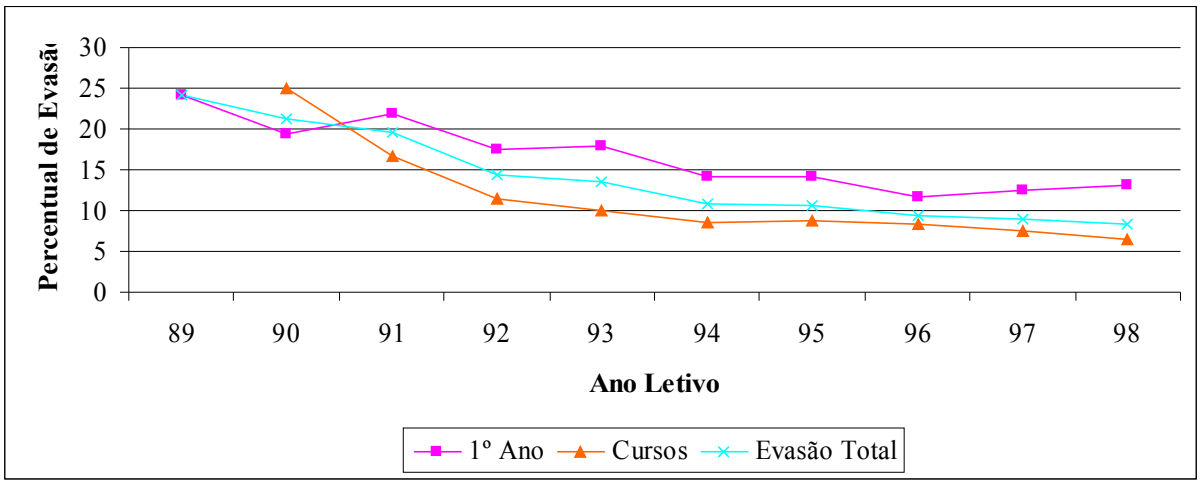

No caso dos cursos técnicos anuais integrados, analisamos de forma diferenciada os alunos do primeiro ano em relação àqueles que já haviam ingressado em cursos específicos, o que ocorria a partir do segundo ano.

Com relação aos cursos modulares separados do ensino médio, não existem dados sobre evasão tão claros nos relatório de gestão. A partir de 1999, ano da implantação da Reforma da Educação Profissional e, não casualmente, ano da transformação da Escola Técnica Federal de Pelotas em CEFET[5] – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, os Relatórios de Gestão da Instituição ganharam novo formato, excluindo de seu conteúdo a apresentação detalhada dos números de alunos aprovados, repetentes e evadidos.

Os dados utilizados nesse trabalho provém dos Relatórios de Produtividade Educacional fornecidos pelo CEFET-RS. Foram elaborados nos anos de 2003, 2004 e 2006, este último em fase de finalização.

Desde o primeiro ingresso de alunos nesta estrutura de curso, realizado no primeiro semestre letivo de 2001 e o final do 1º semestre letivo de 2006[6], ocorreram 10 semestres letivos – no ano de 2005 foi ministrado apenas um semestre. Já que não existem dados institucionais sobre a evasão, será utilizada a taxa de sucesso escolar como parâmetro para analise.

No Relatório de Produtividade de 2003, esta taxa é calculada a partir do percentual de alunos formandos do 2ª semestre de 2002 em relação ao número de alunos que ingressaram no 1º Semestre de 2001. Ou seja, verifica quantos alunos das primeiras turmas conseguiram se formar no tempo de curso previsto (2 anos). O percentual foi de 56,52%, sendo que, no pior caso, no curso de eletromecânica, não passou de 33,33%. Já o melhor índice foi no curso de sistemas de telecomunicações, com 72,91%.

Agora analisando um espaço de tempo maior, dos que ingressaram do 1º semestre letivo de 2001 até o 2º semestre letivo de 2003 e se formaram entre o segundo semestre letivo de 2002 e o semestre letivo de 2005, temos a seguinte situação:

---

[5] O governo federal utilizou diferentes estratégias de pressão sobre as comunidades escolares, com vistas a garantir a implantação da Reforma da Educação Profissional. Entre elas, os recursos referentes ao PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) e o processo de Cefetização, que só beneficiavam as escolas que aderissem aos ditames do Ministério da Educação.

[6] O segundo semestre letivo de 2006 ainda está em andamento, visto que desde 1998 o calendário letivo encontra-se em descompasso com o calendário civil, devido os movimentos grevistas dos servidores federais submetidos a políticas de arrocho salarial.

Tabela 1. Relação entre número de formandos e número de alunos que ingressaram nos cursos técnicos modulares:

Semestre/Ano Ingresso-Formandos	Ingresso de alunos	Formandos
1º/2001 – 2º/2002	368	208
2º/2001 – 1º/2003	420	248
1º/2002 – 2º/2003	670	421
2º/2002 – 1º/2004	481	292
1º/2003 – 2º/2004	668	414
2º/2003 - 2005	470	296
Total	**3077**	**1879**

Conforme os números da tabela acima, a taxa de sucesso chega a 61,07%. Considerando que os efeitos da repetência encontram-se, em grande parte, diminuídos ao utilizarmos um período de tempo maior, verifica-se que a evasão aumentou consideravelmente. Sobretudo quando levamos em conta que essa evasão é dos alunos dos cursos.

Considerações finais

A evasão, sob a ótica deste trabalho, a principal demonstração da exclusão escolar, acompanha o histórico dos cursos técnicos do CEFET-RS. Nos cursos semestrais integrados esta evasão estava concentrada, principalmente no semestre básico. Deve-se considerar que os estudantes deste semestre básico ainda não tinham um vínculo definitivo com a Instituição, o que concorria para o aumento da evasão escolar. A evasão era grande, também, no primeiro semestre, diminuindo consideravelmente após a entrada dos alunos nos cursos técnicos. Sem dúvida, uma das razões para esta queda da evasão era a própria superseleção, representada por um concorrido vestibular e o alto nível de evasão e repetência no primeiro semestre. Mas deve-se considerar, também, a maior motivação dos estudantes, a partir da articulação dos conhecimentos desenvolvidos em sala de aula com o mundo produtivo, existente nos cursos técnicos.

Nos cursos técnicos anuais integrados verificou-se um inicial aumento da evasão escolar total da Instituição, contudo, tal evasão foi caindo consideravelmente, tanto nos cursos como no primeiro ano, chegando, à época da Reforma da Educação Profissional, aos menores patamares vividos no período estudado.

Por fim, mesmo que os dados não sejam conclusivos, visto não existirem estatísticas a respeito no CEFET-RS, verifica-se que a evasão voltou a aumentar

consideravelmente nos cursos técnicos a partir da implantação dos cursos modulares separados do ensino médio. Mostra-se, desta forma, mais um aspecto negativo da Reforma da Educação Profissional promovida pelo Decreto 2.208/97.

A pesquisa que se realiza durante o curso de mestrado continuará, com vistas a elucidar os dados da evasão e da repetência no período estudado, relacionando-os com as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e nas políticas públicas para a Educação Profissional brasileira.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Gisela Amaral. **A Reforma do Ensino Técnico:** Avanço anunciado, retrocesso imposto. Um estudo sobre os alunos egressos de 1997 e 1998 do Curso de Edificações do CEFET - Pelotas/RS**.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação,Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise. A Reforma do ensino médio técnico nas instituições federais de educação tecnológica: da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **A formação do cidadão produtivo:** a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Pp. 283-309.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, Ramon de. **Agências multilaterais e a educação profissional brasileira.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Minas Clube de Além Paraíba: um entroncamento entre História e Cultura Afro-Brasileira e História do Brasil

Amauri Mendes Pereira[1]

Resumo
O objetivo desta comunicação é trazer uma reflexão sobre a importância da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira" nas escolas do país e, através de um exemplo (a história do Minas Clube da cidade de Além Paraíba), pensar sobre as articulações entre a "História e Cultura Afro-Brasileira" e a História do Brasil.

Abstract
The aim of this paper is bring a reflection about the importance of the 10.639/2003 Law, that became obligatory the teaching of "Afro-Brazilian History and Culture" in this country, and, by a example (the history of Além Paraíba's Minas Clube), think about the articulation between "Afro-Brazilian History and Culture" and the History of Brazil.

Introdução

No dia 1° de Maio de 2007 culminava uma articulação de pessoas interessadas na história do Minas Clube, de Além Paraíba, Minas Gerais. Lúcia Custódio sugerira o encontro. Ela foi Miss Simpatia em 1971 e teve "*o mais marcante momento da sua vida*", quando foi coroada Rainha do Esporte Clube Colina, em grande festa no Minas Clube. Ligou (da loja onde estava trabalhando) para a irmã e a mãe para que recebessem o pesquisador, comprometera-se a marcar a data junto ao atual presidente do GRES União da Colina, e a convocar muitas outras pessoas "*mais jovens, como ela*", mas que "*lá viveram belos momentos e ajudariam na memória*".

Até chegar a ela, na "olfateria" *Alquimia do vale* (loja de perfumes e outras delicadezas), com a ajuda de Mauro Senra (um escrutinador de histórias da cidade), foi preciso, aos poucos, irem encaixando muitos relatos descontínuos, às vezes desconexos; conhecer e ouvir diretamente de alguns participantes dos bailes e festas no Minas Clube, como era por dentro o ambiente, a decoração, e de suas expectativas da preparação a cada fim de semana. Quando se foi ajustando o "sujeito" do estudo sucederam-se subidas e descidas no Morro da Conceição – de onde se têm a cidade "aos pés" e o melhor visual do Rio Paraíba – onde fica a sede da "Colina", em busca dos remanescentes do Minas Clube. Foram fundamentais os encaminhamentos precisos de um antigo (Arnaldo Gomes, que foi vereador)

[1] Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

e dos atuais dirigentes do Grupo de Consciência Negra da cidade: o atual presidente é genro da principal referência: o eterno e imprescindível seu Neguinho (Sebastião Costa), fundador da maior Escola de Samba, a União da Colina, em 1947, do Minas Clube, em 1953, e do Esporte Clube Colina, em 1968; e o atual secretário, filho de Sebastião (Tatão) Rocha, um dos presidentes. As conversas e revelações ultrapassaram rapidamente sua surpresa - eles tinham essa memória à sua volta, cultuavam-nas e prestigiaram várias vezes a *velha guarda*, mas faltara a iniciativa de escrever a história e fazê-la transbordar como parte da história da cidade, como fator de orgulho de negro alémparaibano e de fortalecimento do *Consciência Negra.*

Duas tardes inteiras de visita ao Museu de História e Ciências Naturais (uma ONG com apoio da prefeitura) para leitura das coleções de jornais da época, sondagens na Secretaria de Cultura e uma manhã no cartório de registro civil de pessoas jurídicas foram decisivos para apreender as formas de relação dos *negros* (na época e atualmente, tidos como grande maioria da população) e suficientes para precisar os dados, nomes (muitos eram lembrados por apelidos e/ou apenas o primeiro nome ou corruptela dele) e lacunas das memórias de alguns entrevistados. Ao mesmo tempo, então, que a visão mais acabada da importância do Minas Clube na vida pretérita do meio negro e da cidade, foi se "abrindo" a interrogação sobre convergências entre determinadas condições de classe social e a questão racial (o contencioso das relações entre mais claros e mais escuros), que encontraram subjetividades e capacidade de iniciativa que o materializassem.

Como não problematizar, conhecendo a história do Minas Clube, sobretudo a visão de uma História e Cultura Afro-Brasileira construída *por fora*, em relação ao desenvolvimento da sociedade brasileira? E seu inverso, largamente difundido no senso comum, que fala da existência de uma História do Brasil, na qual a população negra – suas iniciativas e processos intestinos de organização e ação – não passariam de figuração?

A cidade

Além Paraíba – Vila de São José do Paraíba – em 1880 foi elevada à categoria de Vila e em 28 de Setembro de 1883 tornou-se uma cidade e passou a constituir uma comarca. Situa-se ao lado esquerdo do Rio Paraíba, fazendo limite com o Estado do Rio de Janeiro, a 172 kms da capital. Segundo um seu historiador "*...distante quatro quilômetros da embocadura do* [rio] *Paquequer, lugar poético e célebre pela cena de Ceci e Peri, sobre uma palmeira, magistralmente descrita por José de Alencar no seu romance* – O Guarani". (Mattos, 1983: 205). A cidade, cujo índice de crescimento populacional vem sendo, ano após

ano, negativo, tem, segundo estimativa do IBGE 2006, 35.589 habitantes (não há o recorte étnico-racial), quase 90% na zona urbana. Atualmente cerca de 90% da arrecadação municipal é gerada pelo comércio: vestuário, materiais de construção, medicamentos e alimentação, e pelo setor de prestação de serviços.

Muito diferente dos tempos áureos de uma intensa atividade operária e industrial. Que começara, segundo Egberto Mattos, com a "*poderosa e clarividente*" política dos Barões do Café. A Estrada de Ferro Central do Brasil entrara em operação no dia 8 de Outubro de 1874, com a inauguração das estações de São José, Pântano e de Volta Grande. À solenidade de inauguração estiveram presentes Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, ministros e conselheiros do Império, além de personalidades eminentes da corte. Em 1891, a rede da Leopoldina já abrangia 2.127 kms nos estados de MG, ES e RJ, e em Além Paraíba, graças entre outras coisas à situação geográfica peculiar e à produtividade da oficina da Leopoldina – a maior de todas mesmo depois de sua incorporação em 1957, pela Rede Ferroviária Federal – funcionava o entroncamento ferroviário, por onde passavam os principais ramais.

O grande fato propulsor do progresso industrial foi, então, a construção de uma barragem no Paraíba e a instalação de maquinário gerador de luz e força elétrica, por iniciativa e investimento do Sr. Adão Pereira de Araújo, ainda na primeira década do século XX. Em 1912 se instalava a Cia Industrial Além Paraíba-Fábrica de Tecidos Santa Isabel, com mais de 300 operários, grande maioria de mulheres, no início dos anos 70, funcionando com 154 teares. Da segunda década em diante foram se instalando indústrias de transformação de todo tipo, motivadas, também pelo potente mercado consumidor propiciado pela ferrovia – nos anos 50 e 60, só o efetivo das oficinas e pessoal administrativo e de serviços ultrapassava mil trabalhadores – e pela circulação intensa de gente e cargas pelos trilhos da, então, Leopoldina Railways.

É com essa base material, de proeminência de um operariado especializado, embora em atividades extremamente penosas ("*Aquele trabalho duro e arriscado, naquelas máquinas enormes, no calor sufocante da oficina, ou no sol e chuva para colocar e ajustar dormentes e trilhos, tinha de ser de confiança. Só entrava alguém indicado por nós, gente forte, decidida, capaz, disciplinada*"[2]), bem remunerado e com estabilidade no emprego e no

[2] Depoimento do Sr. Sebastião Milagres. Interessante é que ele não foi freqüentador assíduo do Minas Clube, "*eu nunca gostei de festas*". Mas foi o único a referir mais longamente e a lembrar o nome completo do Zé Juca; "*eu tinha com ele algumas diferenças de idéias e procedimentos, mas ele era um sujeito de grande força moral e capacidade de aglutinação.*" Seu Milagres foi sempre muito visado como comunista e articulador sindical e político na cidade. Um de seus filhos chama-se Astrogildo, em homenagem ao líder histórico do PCB. Sobre Zé Juca, José Thomaz do Nascimento Filho, embora não tenha sido fundador, foi o terceiro presidente do Minas Clube e um dos poucos não ferroviários a ocupar a diretoria. Conforme todos os depoimentos, uma personalidade emblemática na sociedade além paraibana, com seu centro de Umbanda, e o atendimento a todos

contexto político de agitação sindical e de circulação de idéias dos meados do século XX, que vai surgir o Minas Clube de Além Paraíba.

Era uma glória, cada festa, cada solenidade...

A fundação d' O Minas Clube – Sociedade Civil Recreativa, está registrada através de seus estatutos em 02.03.1953, constando 19 nomes, todos homens.[3] Mas sua primeira Assembléia Geral aconteceu em 23.08 do mesmo ano – ali sim seria eleita a primeira diretoria, para um período de 2 anos. Por sinal, o presidente da comissão que elaborou os estatutos, encaminhou os registros cartoriais e preparou a Assembléia – Geraldo Couto Gomes – é o primeiro da lista de fundadores e, até a extinção do Clube, o único "branco" a ocupar cargo de diretoria.

Inteiramente lúcido aos 85 anos seu Neguinho fala com orgulho, mas sem pompa, "*de tudo que era principal*": da criação do Clube porque os outros – o Rex Clube e o Clube Santa Maria[4] – não permitiam a entrada de negros. Inclusive o local alugado havia abrigado o Rex Clube, antes que esse adquirisse sua sede própria. Sobre a quantidade de negros na Leopoldina: "*Até se perguntava se só podia entrar preto na Leopoldina. Mas era por causa do serviço. Ferraria, era composto mais de negros por causa do calor do fogo, do sufoco. Fundição, o sujeito a toa não agüentava; caldeira de ferro a maioria era preto, que tinha mais coragem para o fogo, né? Serraria, também, tinha muito preto*". Outra coisa que viu como fundamental esclarecer: "*Não era um clube de negros*, *não era esse o objetivo, nem o interesse. Qualquer pessoa de boa índole poderia participar. Bastava ser indicado por algum membro e respeitar as normas*". Estas sim eram rígidas: para os homens, terno e gravata; para as mulheres vestidos "*elegantes*" e discretos. Muitas vezes foi lembrado o nome de seu Nelson Picolé, o mais zeloso dos seguranças: com delicadeza e firmeza chamava a atenção até "*dos rostinhos colados dos casais*"; e "*não foram poucos os reincidentes convidados a se retirarem*". Outra coisa importante: a força vinha dos ferroviários. "*a maioria gente nossa, humilde, mas dava gosto de ver como se alinhavam e se comportavam. Era uma lição para a*

que lhe procurassem para consultas sobre doenças do corpo e da alma. Em todos os depoimentos se ressalta sua figura carismática, seu terno de linho branco, seu temperamento altivo – "*era um negrão enorme*" – fala coloquial e amena.

[3] Livro A – n° 1 – Registro n° 60 fls 93-94, do cartório de registro civil de pessoa jurídica de Além Paraíba..

[4] O primeiro era visto por *Ciganinha*, que assinava a coluna social do jornal Além Paraíba, como a "*sala de visitas da cidade*". O segundo, segundo os depoentes, aprovava gente pobre, operários da ferrovia e das industrias, desde que não fosse negro. Sensibilizou a todos os presentes a história da discriminação contada com os olhos brilhando, por D. Lúcia Custódio: foi rejeitada como sócia aos 16 anos no Santa Maria, mas quando completou 18 anos, namorando rapaz mestiço, de família influente, conseguiu sua carteira. Ao chegar ao portão de entrada e encontrar aquele diretor que a vetara dois anos antes, fez um discurso, rasgou sua carteira e se recusou a entrar.

sociedade. As famílias podiam confiar suas filhas. Foram muitos os casamentos que começaram no Minas". Sobre política partidária não se falava. Havia as preferências pessoais, mas o Minas era apartidário e em seu interior se evitava discussões, "*seu Waldemar Ignácio, o segundo presidente, foi eleito vereador, um ano*". Mas havia um único objetivo central: "*mostrar a capacidade da nossa gente*". Ele falou longamente da perseguição sofrida por ferroviários nos primeiros momentos do golpe de 1964, quando muita gente "*se encolhia, com medo... Um coronel que ficava rondando na oficina, tal e coisa. Até gente que era da diretoria do Minas. O Darci Policarpo era da diretoria, ele foi embora por causa da perseguição. Só uns seis é que se afastaram. Isso prejudicou um pouco a função do Clube.*"

Para seu Neguinho, quando "*tudo acabou*" já havia um certo cansaço, um desgaste dos mesmos que se revezavam na diretoria; mas enfatizou o episódio da extinção do clube: "*A família Castro Neto queria o prédio todo, para comércio. Um filho era dentista. Hoje só, quase, tem dentista lá. Foi muito estranho como tudo aconteceu muito rápido. Assumiu o Wilson, que era alfaiate. Ele não era daqui, né? Mas ele ficou pouco tempo e entregou o Clube. Falam aí num conchavo... Sei lá! Ele foi embora, hoje vive nos EUA, nunca mais apareceu por aqui.*"

Seu Bera (Aírton de Oliveira), tesoureiro durante muitos anos, não conseguiu precisar o número de sócios, mas disse que era alto: "*o total variava de 150 a 200 sócios, quase todo mundo pagava em dia, mesmo os que pouco iam ao Clube, pagavam para 'dar uma força'. A mensalidade era baixinha: mais ou menos o preço de três cervejas. Salário mínimo? Quase ninguém ganhava ganhava isso!*". "*O que garantia mesmo a manutenção do clube: o aluguel, a limpeza rigorosa e retoques permanentes na pintura, conserto de mesas e cadeiras e outros utensílios, enfim, da ordem, era o serviço do Bufê e o aluguel de mesas*". Emocionou-se ao lembrar de seu Tatão Rocha, "*Um presidente diferente dos outros, um sábio, sempre sereno em qualquer oportunidade. Uma vez perguntei a ele: como o senhor consegue a atenção de todos, mesmo no meio da maior confusão em reuniões de diretoria? Ele me disse: 'quando você quiser ser ouvido no meio da algazarra, fale baixo e olhando firme para as pessoas. Elas, pra lhe ouvir, terão de calar, de dar atenção'*". Outra coisa que lembrou foi de sua prisão em um dia de carnaval, quando não permitiu a entrada da autoridade policial.[5] Seu Bera ainda possui algumas fotos. Apresentou com mais carinho as que registraram a visita ao Minas Clube, à prefeitura e à rádio da cidade – com toda pompa e glória – da Miss Renascensa, Vera Lúcia Couto dos Santos, em 1971.

[5] Ver o vídeo gravado no dia 1° de Maio.

D Nini e D. Vera (não registraram os sobrenomes), são mãe e filha e guardam, também, as melhores recordações do Minas Clube. Se vêm e são vistas como brancas, falam francamente do racismo que prejudicava os mais escuros na época, e falam da importância do Minas: "*A gente lembra com muita saudade. Lá, sob o comando de gente séria, de respeito mesmo, não havia a bagunça de outros clubes. Lá a ordem era severa, tudo muito respeitável, o pessoal alinhado, e ninguém se preocupava com a cor. A maioria era, claro, de cor, mas os brancos eram bem aceitos e eu nunca senti nenhum problema, pelo contrário. A Kica* [Cristina] *filha de seu neguinho e eu e mais outras meninas, combinávamos tudo direitinho, a cor e os jeitos dos vestidos, dos sapatos e bolsas. A festa das rosas, então, era um luxo só, que coisa bonita, bem organizada, nunca mais vi coisa igual. Tenho muito orgulho de ter participado*", diz D. Vera, cuja *Barraca do Hamburger* tornou-se um *point* nas tardes/noites do Morro da Conceição.

D. Eli do Sacramento Custódio, aos 76 anos, cercada pelo zelo da filha Sônia devido ao seu estado de saúde precário, lembrou com emoção dos seus tempos de participação: uma espécie de diretora de assuntos femininos, como D, Klélia, em outro período, que lembrou dos cuidados com linha e agulha, pedaços de pano, etc, tão necessários para cuidar de eventuais problemas com o vestuário feminino e de outras surpresas.

D. Sônia Maria Custódio Maximiano, mostrou-se das mais entusiastas de memórias do Minas: "*a mais bela mulata de 72, Rainha do Café do Clube... Aquela que entrava nos concursos de dança e sempre ganhava o título. ganhei muitos diplomas. As dez mais elegantes... Quantas vezes nós participamos... Eu acho que a turma lembra bem. Foi um tempo bom, todo mundo se respeitava.... Apesar de eu ter fechado o Clube:* [risos] *O último baile foi o baile do meu casamento, no dia 2.12.1972.*"

Um desafio à conceituação de História e Cultura Afro-Brasileira

Estaria o negro de Além Paraíba imerso nas Escolas de Samba, nos torneios e "*festivais*" de futebol e em "*folguedos e reminiscências de histórias da escravidão, nesse mês de Maio, quando espera-se visitas à senzala, ainda hoje, preservada na fazenda do Barão*", conforme referências habituais nos jornais da época? Não é isso que se ressalta em tantas histórias, tão fortes e entranhadas com instituições e processos culturais dos mais marcantes na cidade. Seu Neguinho fundara a Colina em 1947, e, em 1953 estava entre os "*principais*" do Minas. Que deslocamento de interesses! Afronta ao racismo dos outros clubes e da sociedade? Me parece mais que isso, embora parta daí, para a maioria a motivação. As direções eram compostas por pessoal que vinha se especializando em certos serviços nas

oficinas da rede. São freqüentes as referências nos jornais, aos resultados alcançados nas oficinas, mostrando "*a produtividade, criatividade e seriedade do nosso trabalhador*". A maioria, como frisou muitas vezes seu Neguinho, "*recebia bons ordenados, tinha estabilidade, fazia cursos fora. Muitos eram chamados para trabalhar em outras oficinas, em outros estados, para passar sua experiência...*". Tais condições, com certeza, impulsionavam posturas altivas e independentes. A seriedade de seu Milagres levou-o à Maçonaria ainda jovem e a relações fraternas com muitos doutores e membros das famílias tradicionais da cidade – e todos sabiam que ele era comunista, que era compositor de sambas e os defendia nos desfiles carnavalescos. Seu Waldemar Ignácio foi vereador e isso foi importante, mas custou caro ao Minas Clube: foi um mandato cumprido, pode-se ler nas entrelinhas, sob pressão permanente dos '*poderosos*". Certamente que facilitou caminhos: foi o período de consolidação do Minas, e coincide com muitas promoções internas, ao mesmo tempo que mais visitas a outros clubes e participações em concursos de dança e de beleza, ou acompanhando os times de futebol, em cidades da região. Foi também o período em que se "*pensou alto, em comprar a sede, em convidar orquestras de fora e outras atrações*". Houve mesmo o caso de ex-diretores convidados a freqüentarem os *outros* clubes, tornaram-se distintos, merecedores de respeito. Foram sutis os comentários de que seus comportamentos e realizações arrancavam de cima deles o preconceito, pelo menos para alguns efeitos e durante um certo tempo.

Do Minas e dos movimentos que ele acelerou saíram empresários, como seu Bera que, ainda hoje, aposentado da rede, tem sua estofaria, referência na cidade. Militares, como o *"negrinho, miúdo, encolhido nos primeiros bailes, que foi tomando força, entrou para a escola de polícia, e um dia voltou capitão*", de que falou Darcy Policarpo muitos anos atrás. Ou o José Darci, reformado como oficial da Marinha, agora presidente do Grupo de Consciência Negra e um proeminente articulador do Movimento Negro na cidade, professor na única faculdade e ativo membro da Maçonaria. Ou Paulo Rocha, filho de Tatão Rocha – o presidente sábio lembrado por seu Bera – hoje secretário do Consciência Negra, secretário da Câmara dos Vereadores e do SESI, locutor da Rádio Porto Novo e ativo rotaryano.

Com mais tempo e ampliando o foco para além do Minas Clube e do período, é fácil de ver que, apesar da discriminação e do preconceito *"sempre vivos e sorrateiros*" para seu Milagres, "*nojento*" para D. Klélia, "*ridículo e burro*" para seu Kenola, há muito mais histórias e coisas a serem lembradas nas histórias e vidas e "*grandiosidades*" da cidade, em que se vê a presença do negro, de famílias negras. Então a história do Minas Clube não é história de Além Paraíba?

Além do desafio político e do desafio da práxis dos educadores, um desafio acadêmico crucial à implementação da lei 10.639/03 vem sendo a própria conceituação do que seja História e Cultura Afro-Brasileira.

Como observar a ocorrência do mesmo fenômeno – a criação de *Clubes Negros* – com características semelhantes, embora nos modos e dimensões possíveis em cada tempo e lugar? O que ficou evidente principalmente nas falas da mãe e das irmãs Custódio. Mas isso é coisa para outras investigações sobre o protagonismo negro e as formas como se constituem em histórias de suas localidades e regiões – partes da História do Brasil.

Bibliografia:

Além Paraíba – cidade especial. Publicação da Via Azul Assessoria de Imprensa e Comunicação. 2006.

MATTOS, Egberto. *Além Paraíba na história da Capitania de Minas Gerais.* Edição especial dedicada ao centenário da cidade-1983. Composto e impresso na Cia Brasileira de Artes Gráficas. RJ. 1983

Site www.ibge.gov.br. acessado em 3.05.2007

Jornal "No tempo de Dantes" – informativo quinzenal da História de Além Paraíba e Região. n° 11-16-17-23-24-27-29-32-33

Coleções dos Jornais Semanais: *Além Paraíba* e *Gazeta*. De Janeiro de 1951 a Dezembro de 1958. De Janeiro de 1960 a Dezembro de 1964. De Janeiro de 1969 a Dezembro de 1973.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O cinema como recurso pedagógico
(Uma experiência de ensino de História da Educação no Estado do Tocantins)

Sauloéber Társio de Souza*

Resumo: Propomos aqui o uso do cinema como recurso pedagógico, para isso pressupõe-se que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, ela a reconstrói a partir de uma linguagem própria que é produzida num dado contexto histórico, assim, o cinema não é apenas glamour visual, professores e alunos devem educar seu olhar para a leitura dessas imagens. Nessa perspectiva, introduzimos a projeção de filmes na disciplina de História da Educação I, partindo da interpretação dos mesmos para o estudo teórico de determinados processos educacionais relevantes. Esse trabalho foi realizado no curso de Pedagogia da UFT, constatamos que cerca de 80% dos alunos não tinham o hábito de freqüentar cinemas ou locadoras, limitando-se a programação da TV aberta. Percebemos um certo estranhamento diante da exibição dos filmes, revelando-se a necessidade de se ampliar a visão dos alunos para que possam entender o cinema como recurso didático e não apenas como entretenimento.
Palavras-chaves: cinema, recurso pedagógico e ensino de história da educação.

Abstract: We consider here the use of the cinema as pedagogical resource, for this estimates that the image does not illustrate nor reproduces the reality, it reconstructs from a proper language that is produced in data historical context, thus, the cinema is not only glamour visual, professors and pupils must educate its look for the reading of these images. In this perspective, we introduce the projection of movies in discipline of History of Education I, leaving of the interpretation of them for the theoretical study of determined educational processes. This work was carried through in the course of Pedagogy of the UFT, we find that about 80% of the pupils did not have the habit to frequent cinemas or landlords, limiting itself it programming of the open TV. We ahead perceive a certain strangely of the exhibition of the movies, showing the necessity to extending the vision of the pupils, so that they can understand the cinema as didactic resource and not only as entertainment.
Key-words: cinema, pedagogical resource, schooling of History of Education.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a utilização do cinema no ensino de Historia da Educação I. Nosso interesse pela temática decorreu da percepção de que a linguagem cinematográfica pode ser amplamente utilizada na formação histórica dos alunos, além disso, deparamo-nos com grandes barreiras no levantamento de recursos pedagógicos no

* Doutor em História da Educação pela Unicamp, professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia.

ensino da disciplina que, sob alguns pontos de vista, ainda permanece presa à concepção linear da história.[1]

Tal constatação talvez decorra da discussão ainda incipiente sobre métodos no ensino de História da Educação I por parte dos pesquisadores da área, fato constatado pelos organizadores dos congressos da Sociedade Brasileira de História da Educação que em recente balanço do último evento (Goiânia, 2006), contou apenas seis inscritos no eixo Ensino, mesmo "a despeito de sua relevância e da insistência com que a questão vem sendo tratada pela SBHE em seus fóruns" (CARVALHO, SAVIANI e VIDAL, 2006). Dessa forma, buscamos estabelecer canais de diálogo com outros profissionais, relatando nossa experiência na utilização do cinema como ferramenta pedagógica no ensino da disciplina.

O impacto causado pela criação e difusão do cinema e outros meios de comunicação de massa no século XX, não pode ser ignorado pelos profissionais do ensino.[2] Os grandes avanços tecnológicos e científicos no domínio da comunicação modificaram o formato das relações sociais. O mundo atual é o da extrema regulação cultural, vivemos sob a centralidade da cultura, o que modifica radicalmente nossa relação com os artefatos culturais, assim, também a escola não fica imune a tal processo. Dessa maneira, discute-se intensamente os rumos da educação, em que se verifica o esgotamento das certezas que davam direção ao processo educativo. São esses motivos que nos impelem a buscar outros sentidos para o fazer pedagógico, a discutir o que temos entendido e praticado até agora como pedagogia (FABRIS, 2001). O professor não deve se distanciar desse novo cenário, impondo-se como necessidade histórica, o entendimento dos processos de modernização das sociedades e sua integração com os novos recursos da comunicação e, no nosso caso específico, com o cinema.

Acreditamos que para se utilizar o cinema como recurso pedagógico, é necessário compreender, de antemão que, a imagem não é ilustração ou reprodução da realidade, ela apenas representa determinado contexto, a partir da produção de uma linguagem própria. Isso pressupõe uma série de indagações que vão muito além do glamour visual, de forma que o professor deve passar por um processo de educação do olhar que lhe possibilite "ler" as imagens cinematográficas.

---

[1] No ensino da disciplina História da Educação I são amplamente difundidas as obras de Ponce (2003), Cambi (2001) e Manacorda (2006), que buscam explicar alguns dos processos educativos a partir da divisão cronológica tradicional, partindo da educação nas comunidades primitivas passando pelas civilizações antigas, medievais até o período contemporâneo.

[2] É certo que Hollywood nos Estados Unidos é o mais importante pólo do cinema mundial, ocupando lugar de destaque na produção de sentidos, um meio educativo nas regiões onde tem alcance. Hollywood exerce uma pedagogia que ensina de um modo interessante, possuindo circulação considerável com forte apelo produzido pela linguagem cinematográfica, apoiada no mundo da magia e da arte, em que o uso da câmera, da iluminação, da edição, som e outros efeitos contribuem para a construção dos significados a partir das histórias projetadas na grande tela (FABRIS, 2001).

Ressalta-se de acordo com Ferro (1992) que "todo filme é um documento" independente se seu tema central remeta a um passado remoto ou imediato, indo sempre além de seu conteúdo na medida em que for questionado. Toda imagem é histórica, já que ela é produto de seu tempo e carrega consigo, mesmo que de forma indireta e muitas vezes inconsciente para quem a produziu, ideologias e costumes do período em que foi produzida (NÓVOA e NOVA, 1998).[3]

Em 1995, Nóvoa já indicava a importância do uso da linguagem cinematográfica como poderoso instrumento de formação histórica, integrando, orientando e estimulando a capacidade de análise dos estudantes, a partir da utilização de filmes já existentes como fontes para a discussão de temas históricos, acompanhando-se os anseios decorrentes da revolução promovida pelos meios de comunicação e informação e que a academia parecia ignorar:

> *A introdução do cinema como instrumento de apoio ao processo de aprendizado possibilita uma primeira ruptura nesse sistema acadêmico. Através da utilização de fitas cinematográficas como recurso didático, estaríamos lançando mão de um dos mais poderosos meios de comunicação e também utilizando uma linguagem absolutamente atual. É inegável o alcance e a popularidade adquiridas pelo cinema nos dias de hoje, a ponto dele ter-se tornado um dos elementos centrais da vida cultural, intelectual e informativa do homem moderno.*

É claro que a linguagem cinematográfica permite uma série de abordagens, por isso mesmo, é complexa, nos colocando frente a uma questão preliminar: que tipo de filmes utilizar em nossas atividades pedagógicas? Conforme Nóvoa nos indica, tal resposta deve ser a mais abrangente possível já que um o conteúdo do filme, seja de que tipo for, tem as suas relações com a história. O filme é um recurso particular e insubstituível que toma de assalto os indivíduos e suas razões, envolvendo-os na trama do real. [4]

A partir dessa perspectiva, introduzimos a projeção de filmes (épicos, ficção histórica ou mito-ficção) na disciplina de História da Educação I, partindo da discussão e interpretação dos mesmos para o estudo de determinados temas no campo educacional ao longo da história humana. Esse trabalho foi realizado nos últimos 5 anos, envolvendo

---

[3] Braga (2004) ressalta: "A invenção do cinema revelou a possibilidade da história dos homens ser registrada num formato que assegura ao imaginário dos sujeitos/espectadores uma impregnação visual, fato que lhes permite re-viver o evento na condição de espectador, daquele que estiver devidamente acomodado em sua poltrona, e que por outro lado está completamente interativo no que diz respeito a sua atividade visual e mental, realizando, portanto uma 'interação' onde ele julga, pensa e sente junto com seus personagens."

[4] O autor ainda sugere observar o público a ser trabalhado e os objetivos a serem alcançados, de forma que o fascínio do cinema possa colaborar para o desenvolvimento da interpretação, algo indispensável aos estudantes: "Como retratar a vida sem refletir a história? Através da vida pulsando numa tela, é-se arremetido para outros tempos e espaços, a exemplo do que acontece nos filme *A Guerra do Fogo* e *O Nome da Rosa* em que os espectadores são transportados, respectivamente, para a pré-história paleolítica e para os infernos dos subterrâneos dos mosteiros medievais, onde a mão de ferro obscurantista da Santa Inquisição domina implacavelmente." (NÓVOA, 1995).

aproximadamente 150 alunos dos cursos de Pedagogia e Normal Superior da Universidade Federal do Tocantins (Campus de Tocantinópolis[5]), para o levantamento dos dados aqui reunidos, além dos debates, também aplicamos questionários sobre os filmes assistidos.

Quando propusemos nosso Plano de Disciplina prevendo a exibição de três filmes ao longo de um semestre, foram feitas algumas observações de nossos pares do colegiado em relação ao aproveitamento dos alunos em atividades dessa natureza (utilização de recursos audiovisuais). Buscamos esclarecer que o trabalho com filmes em sala de aula deveria ter certas preocupações em seu desenvolvimento, como a escolha da temática, relacionando-a especialmente com o referencial teórico do curso. Quando do início das atividades letivas, constatamos um certo estranhamento de uma parte expressiva dos alunos na primeira exibição proposta, revelando uma cultura visual onde o ato de assistir a um filme relacionava-se exclusivamente a divertimento/entretenimento.

Tais fatos contribuíram para que corroborássemos com a observação de Nóvoa (1995) em relação a adoção de recursos pedagógicos audiovisuais na prática acadêmica:

> *Sem dúvida alguma, a resistência para enxergar no filme, histórico ou não, um instrumento didático da maior eficácia é ainda grande. Isto ocorre por várias razões que encontram no imobilismo conservador das instituições acadêmicas um terreno fértil. A escola e a universidade acompanham, com dificuldade, a revolução tecnológica processada durante a contemporaneidade.* [6]

Nos anos seguintes, trabalhando sempre com turmas de primeiro período, percebemos que o estranhamento em relação ao uso do cinema como recurso pedagógico era recorrente. Felizmente, os resultados do trabalho geraram confiança entre nossos pares, já que ao final do semestre os alunos sinalizavam como ponto alto da disciplina, a exibição dos filmes que era seguida de debates e leituras de resenhas dos mesmos, além da análise

---

[5] Tocantinópolis situa-se no norte do Tocantins na divisa com o Maranhão, possui população caracterizada pelo encontro de raças: populações indígenas, negros e migrantes nordestinos, dando conformação ao perfil de seus 22 mil habitantes. Esse município localiza-se na região conhecida como Bico do Papagaio marcada pela pobreza e com boa parte de sua população vivendo na informalidade ou dependendo do pequeno comércio e do funcionalismo público. Tem sua história marcada pelo extrativismo e pela economia de subsistência, relacionada ao babaçu e a sociedade indígena Apinajé. Tocantinópolis surge com a transferência do povoado de Santo Antônio, junto das cachoeiras das Três Barras, para a atual Carolina-MA, formando-se, um pouco acima, Boa Vista, que se tornou o ponto principal do intercâmbio com os Apinajé. O missionário capuchinho Frei Francisco do Monte São Vitor chegou em Boa Vista em outubro de 1841, sendo nomeado diretor dos Apinajé. Sua ação junto a esse povo, revela elementos importantes acerca da formação da identidade do norte do Tocantins, e nos leva a conhecer um pouco das transformações ocorridas com os Apinajé através da imposição da cultura ocidental européia. (NOLASCO, 2004).

[6] Esse autor cita David Griffith, considerado um grande produtor de ideologia a serviço das classes dominantes americanas que compreendeu o absurdo que é negar tão evidência, chegando afirmar que as crianças nas escolas aprenderiam tudo por meio dos filmes e não mais dos livros de história. A leitura desses livros é indispensável para a formação dos estudantes, mas é mais fácil seduzi-los através das imagens em movimento. Portanto, a didática inteligente deve-se apoderar da motivação provocada pelos filmes para levar os estudantes à polêmica e ao aprofundamento das leituras.

interpretativa relacionada a temática da disciplina, fomentando o início de cada conteúdo programático. Nas avaliações da disciplina notamos que cerca de 50% dos alunos solicitavam a ampliação dos filmes exibidos, em muitas dessas, salientou-se o papel importante do cinema para a compreensão da realidade de época ("de nossos antepassados"), enriquecendo-se as aulas por meio dos debates. Algumas falas sobre o uso do cinema em sala de aula ilustram essa percepção:

> *As diferentes abordagens com vídeos e transparências contribuíram bastante para uma melhor interpretação. (Aluno, 2º. sem/2003) A utilização de recursos como filmes, dinâmica para interação entre os alunos, foi de grande valia, na minha opinião realmente houve o aprendizado. (Aluna, 1º. sem/2004) Uma boa maneira de termos uma visão melhor do que está sendo exposto. (Aluno, 1º. sem/2005) Foram muito bem colocados, auxiliando o entendimento dos conteúdos. (Aluna, 1º. sem/2006)*

Mesmo assim, o problema da cultura visual desses alunos calcada na TV aberta, fez com que surgissem comentários do tipo "Só não gostei pois eram legendados, ou agente lia ou olhava as cenas, mas é importante (...)", demonstrando também uma certa deficiência no aprendizado da leitura dessa clientela, já que o Estado do Tocantins, em especial a região do Bico do Papagaio apresenta estatísticas educacionais bastante desfavoráveis ao aprendizado da escrita e da leitura.

É certo que o esforço para a mudança dessa visão junto aos alunos teria que ser gradual, e mesmo ao final do primeiro semestre, o trabalho com cinema na sala de aula ainda era entendido de forma distorcida por parte de alguns deles, como vemos nessas falas: "apenas um filme foi bastante interessante com ação" ou ainda "gosto muito de aprender em tele aulas". As limitações dos equipamentos de projeção ou a qualidade dos vídeos também geraram queixas, sugerindo-se a melhoria dos mesmos, algo considerável, em função de que a qualidade ruim da imagem prejudica a essência do cinema.

Os filmes exibidos foram, nessa ordem, *A Guerra do Fogo*, *Tróia* e *Em Nome de Deus*. O primeiro, conhecida película de Jean-Jacques Annaud (França-Canadá, 1981), retrata a luta pela sobrevivência dos povos primitivos e, ao longo dos anos, fora analisado a partir de diferentes pontos de vista pelos estudiosos do tema. No entanto, em História da Educação, serviu como introdução para os estudos teóricos sobre a educação nas comunidades primitivas, quando adotamos os textos de Ponce (2003) e Manacorda (2006) para trabalho em sala de aula. O filme ilustra bem a organização social assentada sobre coletividades pequenas, onde a divisão do trabalho se dava de acordo com as diferenças existentes entre os sexos. Mesmo não existindo a presença de crianças nessa película, a própria reprodução da vida

cotidiana indica que a educação não estava confiada a ninguém em especial, mas a vigilância difusa do ambiente e do grupo.

Assim, a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da coletividade. As questões debatidas sobre o filme, voltavam-se, portanto, para o entendimento de que o homem é moldado por seu ambiente histórico, de forma que o filme ilustra bem o aprendizado de hábitos como o humor, as práticas sexuais e, sobretudo, o aprendizado da técnica do fogo, talvez o maior exemplo de ato educativo presente no filme, quando um elemento de uma das tribos ensina a produção do fogo a um indivíduo estranho a sua comunidade. Na análise desse filme, discutimos também o período histórico em que se passam as cenas, o que poderia ser realidade ou ficção, como por exemplo, a co-existência espacial e temporal de tribos tão distintas em termos técnicos.

Após o fechamento desse conteúdo programático, passamos para o estudo da educação nas civilizações antigas (Egito, Grécia e Roma). Dentre elas, elegemos a segunda para exibição de um filme que pudesse ilustrar um pouco de sua cultura. Num primeiro momento, escolhemos um documentário sobre a Grécia, contudo, a qualidade da cópia disponível, fez com que a partir do segundo ano de trabalho, optássemos pelo então recente lançamento *Tróia* (EUA, 2004), produzido com a participação de atores mundialmente conhecidos e, portanto, com grande publicidade. A despeito dos erros históricos presentes no filme, como a duração da guerra (na Ilíada de Homero se estendera por 10 anos, enquanto nessa película não passou de meses), o filme agradou aos alunos especialmente, acreditamos, por adotar a velha fórmula hollywoodiana que associa heroísmo, paixões e morte, num cenário bastante bonito.

Tróia introduziu os estudos sobre a Grécia Antiga, sua cultura militar, a relação com o mar, a substituição do matriarcado pela autoridade paterna, os primórdios da propriedade privada, enfim, o nascimento de um Estado que estimularia um tipo de educação voltada para as virtudes guerreiras. Assegurar a superioridade militar garantiria às classes dominantes o controle da situação interna e a expansão externa como fica bem representado no filme. Finalmente, o filme contribui para o entendimento de que a educação da civilização grega não se desvinculava de sua religiosidade, ressaltando-se nos debates, a ênfase na flechada no Calcanhar de Aquiles, já que pouco se explica sobre a mitologia no filme. Igualmente, também ressaltamos alguns pontos que não devem deixar de ser lembrados, como explicar, por exemplo, dentes tão bem preservados em bravos guerreiros gregos? Ou a que tratamentos as mulheres gregas eram submetidas para terem tão vistosas e longas madeixas?

Contudo, pudemos traçar paralelos importantes, entre a organização dos povos primitivos e as civilizações antigas, através da ilustração promovida por esses filmes.

Na conclusão do semestre, o último conteúdo programático fora introduzido com a exibição do filme *Em Nome de Deus* (EUA, 1988). Esse filme, muito embora tenha como centro o romance entre Abelardo e Heloisa, ilustra de forma bastante interessante o ofício da docência em determinado momento do Mundo Medieval. O período histórico retratado, século XII na França, já indicava o esgotamento do sistema feudal na Europa, de forma que as cidades se transformaram em centros de comércio e não mais apenas uma fortaleza.

O filme mostra uma escola catedralícia cuja organização era semelhante à das monásticas, onde o centro de suas preocupações pedagógicas era sem dúvida a teologia. Tais escolas constituíram-se no germe da universidade, onde os filhos da emergente burguesia fariam seus estudos superiores. Percebe-se no filme que no início as universidades não passavam de reuniões livres onde se propunha o cultivo das ciências. É possível discutir-se também as diferenças educacionais a partir das distinção dos gêneros. Mesmo que a universidade se apresentasse como instituição francamente liberal, a Igreja e os reis buscavam mantê-la sob sua influência, como podemos ver na película. Enfim, algumas ressalvas devem ser feitas em relação a produção do filme ao longo dos debates, mas é uma boa ilustração das escolas monásticas femininas e dos embriões das universidades que eram espaços predominantemente masculinos.[7]

Concluindo, observamos em levantamento feito junto aos estudantes que cerca de 80% deles não tinham o hábito de freqüentar cinemas ou locadoras de vídeo, isso em função de que na cidade não havia salas de cinema (a mais próxima localizava-se a 100km na cidade de Imperatriz-MA) e apenas três locadoras com repertórios bastante comerciais, boa parte deles jamais pisara numa sala de projeção. Dessa forma, sua cultura visual calcava-se basicamente na programação dos canais abertos de televisão. Por isso, percebemos em todas as turmas um certo estranhamento diante da linguagem presente no gênero dos filmes

[7] De acordo com Fabris (2001) a associação do pedagogo ao religioso perpetua-se na representação do professor em nossa sociedade, e que nesse filme está bem retratado: "Ao analisarmos as antigas práticas de condução dos aprendizes, a gênese da escola, a constituição do pedagogo (um homem, quase sempre um religioso) vemos que a pedagogia já constituiu-se em outros tempos e espaços por outras práticas sociais, em que tanto o pedagogo como a pedagogia se diferenciavam do que hoje concebemos como tais. Tudo isso para afirmar que tanto a pedagogia como o pedagogo são produções culturais. Tanto um quanto o outro não possuem uma essência, e, muito menos são naturais, ambos se constituem nas práticas sociais. Neste processo, onde a infância se constitui no terreno próprio para ação do mestre, é que se fabrica um sujeito que será chamado de professor e posteriormente, professora. Podemos dizer que a pedagogia se constitui neste terreno onde o sujeito a quem é confiada a tarefa de conduzir a humanidade ao bom caminho, do conhecimento e da moral, tem seu campo de atuação garantido: a mente e o corpo do/a aluno/a."

exibidos, em função de que o ato de assistir a uma película, em suas concepções iniciais, não passava de entretenimento.

Por tais constatações, revela-se a necessidade premente de se ampliar a visão dos estudantes (em especial dos cursos de licenciatura) para que possam entender o cinema como recurso didático e não apenas como "passa tempo", em função do que afirmamos inicialmente: não é possível ignorar a imagem como elemento pedagógico poderoso. Assim, os futuros professores, sejam do Norte ou do Sul do país, devem aprender a ler as entrelinhas presentes na linguagem cinematográfica, utilizando-a como parceira em sala de aula, ampliando suas ferramentas de trabalho.

O uso do cinema como recurso pedagógico deve auxiliar os alunos na interpretação dos fenômenos sociais, sendo entendido também como lugar do imaginário para o ensino da história.[8] Nunca se desconsiderando a diversidade de questões que envolvem o trabalho com a imagem cinematográfica (KORNIS, 1992). Mesmo reconhecendo que a sociedade contemporânea está absolutamente mergulhada num mundo de imagens, esta é uma proposta de trabalho pedagógico que continua sendo ousada nos dias atuais.

Referências Bibliográficas:

BRAGA, Ana L. O Cinema enquanto fonte de compreensão da realidade. Site: www.oolhodahistoria.ufba.br Artigos, 2004.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 2001.

CARVALHO, Marta M. C., SAVIANI, Dermeval, VIDAL, Diana. *Sociedade Brasileira de História da Educação: Constituição, Organização e Realizações.* Acessado em maio/2007, site: http://www.sbhe.org.br/novo/index.php?arq=arq_historico&titulo=Hist%C3%B3rico

FABRIS, Elí Terezinha Henn. *As Marcas Culturais da Pedagogia do Herói*. ANPED, GT08 Formação de Professores, UFRGS, 2001.

FERRO, Marc. Cinema e História. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *O Conhecimento Histórico, os Filmes, as Mídias*. Revista Eletrônica O Olho da História. Site: www.oolhodahistoria.ufba.br Artigos, 2004.

[8] Com essa experiência, aprendemos que é preciso levar em conta as variáveis presentes na produção de um filme, demonstrando toda a manipulação ideológica construída em torno das imagens a partir de um contexto histórico determinado. O cineasta satisfaz ao princípio de prazer e a busca do prestígio, definindo a natureza de seu trabalho: ser de vanguarda ou popular? (FERRO, 2004).

KORNIS, Mônica Almeida. *História e Cinema: um debate metodológico*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

MANACORDA, Mario A. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 2006.

NOLASCO, Genilson. *Frei Francisco do Monte São Vitor e os Apinajé.* Palmas: Texto CD Room, 2004.

NÓVOA, Jorge. *Apologia da relação Cinema-História*. Revista O Olho da História, no.1, 1995.

NOVÓA, Jorge, e NOVA, Cristiane (Org.). *Interfaces da História*. Caderno de Textos. v. 1, n. 1. Salvador: Bahia, 1998.

PINTO, Luciana. *O Historiador e sua relação com o Cinema*. Site: www.oolhodahistoria.ufba.br Artigos, 2004.

PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. 20ª. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a história e a memória.

Antonio Torres Montenegro*.

Resumo: Esse texto analisa o tema da História, da Memória e do Esquecimento, tomando como referência o debate que colocado por Maria Helena Capelato em seu artigo – Memória da Ditadura Milita Argentina: Um Desafio para a História, e por Peter Read em seu artigo The truth whcih will set us all free: National Reconciliation, Oral History and the Conspiracy of Silence.
Palavras chaves: História. Memória. Esquecimento.

Abstract: This text analyse the theme History, Memory and Forgotten, taken as a point fot the debate since the article of Maria Helena Capeltato – Memory of Military Argentina Dictorship: a History Chellenge and Peter Read article The truth whcih will set us all free: National reconciliation, Oral History and the Conspiracy of Silence.
Key words: History, Memory. Forgetting.

Introdução

Um dos temas com o qual venho trabalhando há alguns anos está relacionado à história política do período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Entre as questões que a historiografia acerca desse tema suscita, encontra-se aquela relacionada à atuação da Igreja antes e depois de 1964. O livro de Antonio Callado *Tempo de Arraes: a revolução sem violência,*, (CALLADO: 1980) escrito inicialmente como reportagem, afirma que a Igreja Católica e o Partido Comunista, em Pernambuco, atuavam juntos. Márcio Moreira Alves, na introdução do seu livro *O Cristo do povo*, observa que já em 1965 os cristãos, tanto católicos como protestantes, ofereciam resistência ao regime que se instalara em 1964. Este seu livro, iniciado em 1966, surgiu do interesse em pesquisar os discursos e as práticas, principalmente dos católicos, que os tornavam adversários do regime que se estabelecera.(ALVES: 1968) O brasilianista Scott Mainwaring, ao narrar a relação da CNBB com o regime, transcreve a nota emitida pelos bispos em junho de 1964, de apoio ao regime. Mas observa que, "embora este documento da CNBB agradecesse aos militares por salvarem o país, havia alguns parágrafos mais críticos que revelavam as posições profundamente contraditórias dentro do episcopado." Reve[1]la o autor que, mesmo com o predomínio dos bispos conservadores na direção da CNBB, de 1964 até 1968, esta instituição nunca se apresentou como um bloco homogêneo. (MAINWARING: 1989) O diversificado debate historiográfico acerca desse tema ampliava-se à medida que as minhas pesquisas avançavam e entravam em contato com uma vasta produção bibliográfica de autores como Clodovis Boff, Leonardo Boff, José Comblin, Pedro Casáldaliga, Riolando Azzi, Rubem Alves, Frei Betto, Thomas Bruneau, Carlos Rodrigues Brandão, Eduardo Hoornaert, Ralph Della Cava, Emmanuel de Kadt, José Batista Libânio, além de artigos em jornais e revistas. Essas leituras ajudaram na formulação de uma primeira questão. Percebi como, apesar da força e da presença histórica do catolicismo na sociedade, a Igreja Católica do Brasil sempre se ressentiu (desde o período colonial até os dias atuais) da falta de padres para atender seus fiéis, espalhados por esse vasto território. Dessa forma, a presença significativa de sacerdotes vindos de outros países tornou-se uma marca ou uma característica do clero no Brasil. Observei ainda que a historiografia, nos livros e artigos, não se voltava para os discursos e as práticas micro-históricas; não discutia o pensamento e as ações do clero em seu cotidiano.

---

[1] * UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. APOIO CNPq.

TRILHAS METODOLÓGICAS: Ao privilegiar como uma das fontes documentais os relatos memorialísticos, de alguma forma esse texto se relaciona ao debate em torno da história oral. Sobretudo porque há alguns grupos, tanto no âmbito nacional como internacional, que defendem a história oral como disciplina, isto é, argumentam que o fato de realizar entrevistas e publicá-las seria o mesmo que fazer um tipo próprio de história, a história oral. Discordo inteiramente dessa perspectiva, porque entendo que a entrevista se constitui em mais uma fonte com que o historiador tem a possibilidade de trabalhar. As críticas apresentadas a essa tendência pela professora Mercedes Vilanova, da Universidade de Barcelona, em seu artigo 'La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente', me parecem muito acertadas: "O fundamental para qualquer historiador é saber interpretar os documentos escritos de que dispõe, as tabelas que organiza, as imagens que observa e as palavras que escuta." (VILLANOVA: 1998) Nessa mesma perspectiva, encontra-se o livro organizado pelas historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado, *Usos e abusos da história oral*, em que afirmam: "Entendida como metodologia, a história oral nos remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica." (AMADO: 1996)

Por outro lado, a história enquanto estudo, análise, produção do conhecimento acerca do passado, recupera marcas e significados por intermédio das mais diversas fontes; estejam estas depositadas em objetos, utensílios, obras de arte, monumentos, documentos escritos ou orais. Há, entretanto, um conjunto de especificidades relativas ao trabalho com cada uma dessas fontes, indissociáveis de uma série de problemas técnicos e mesmo teóricos que remetem o historiador a um constante diálogo interdisciplinar. Porém, o estudo do passado, tomando-se por base as marcas registradas pela oralidade, por meio de entrevistas gravadas, não funda, nem se constitui, do meu ponto de vista, uma outra disciplina ou campo de conhecimento, como defendem alguns. Nesse sentido, deve ser observado que o conhecimento histórico é produzido valendo-se de um lugar institucional que projeta temas e estabelece questões; em que os referenciais teórico-metodológicos, associados a uma prática de pesquisa, são construídos num constante diálogo com o *corpus* documental; em que a escrita se projeta como expressão acerca do passado, segundo Michel de Certeau, em a *Escrita da história*, nomeando esse processo de "operação historiográfica".(CERTEAU: 2000)

Um aspecto a destacar nesse debate refere-se à relação entre história e memória. Existem alguns elementos significativos a serem assinalados que remetem essencialmente às especificidades teórico-metodológicas das fontes escritas e orais. Os documentos de cartórios, de igrejas, de hospitais, de delegacias policiais e da imprensa oferecem ao historiador o

registro de uma história imediata. São representações construídas a partir de modelos institucionalizados de formas de percepção, catalogação, controle e condenação.

Uma outra dimensão a analisar no que se refere especificamente aos relatos orais de memória diz respeito às formas de reconstruir as marcas do passado. Embora as experiências do presente possibilitem um processo contínuo de mudanças na forma de significar estas marcas, em muitas entrevistas os narradores apresentam suas histórias de vida, como lembranças que interromperam o movimento de resignificação constante. Para eles é como se o tempo, as novas experiências cotidianas, não alterasse o significado estabelecido na relação com as marcas depositadas na memória. E parecem desafiar Bergson, que em *Matéria e memória*, (BERGSON: 1990) afirma a impossibilidade de visitarmos duas vezes a mesma memória, porque esta ao se encontrar associada à percepção interage com o movimento e a mudança que são apreendidos do mundo exterior, produzindo constantes deslocamentos em nossas maneiras de significar a realidade. No entanto, essa dimensão – fugaz e móvel – da memória que alguns relatos orais parecem negar, ainda é alvo da crítica de uma parcela de historiadores que pensam o documento como contendo a verdade do vivido.

REVISITANDO OS RELATOS DE HISTÓRIA DE VIDA: Após essas considerações metodológicas, passo à análise dos relatos de história de vida de dois padres. Embora tenha realizado dezenas de entrevistas com sacerdotes que emigraram para o Brasil, antes e depois de 1964, algumas se apresentaram emblemáticas: os relatos de história de vida dos padres franceses José Servat e Xavier Maupeou, do padre belga Joseph Comblin e dos padres holandeses Jaime de Bôer e Lambertus Bogaard. Essas entrevistas, realizadas no final da década de 1990, possibilitaram a escrita e publicação de alguns artigos. No entanto, tinha como um dos objetivos a publicação em livro das cinco histórias de vida, como já havia ocorrido com outros trabalhos de pesquisa, em que recorri aos relatos orais de memória como fonte documental. Entendo que a publicação de entrevistas de história de vida em livro – como também a divulgação em site –, como fazem diversas instituições, é sempre uma forma de possibilitar o acesso de outros pesquisadores a essas fontes.

No entanto, foi em um artigo de Maria Helena Capelato, *Memória da ditadura militar na Argentina: um desafio para a História* (CAPELATO: 2006), que encontrei elementos teóricos e historiográficos para enfrentar de maneira mais efetiva o impasse metodológico que a publicação das histórias de vida dos padres me colocava. A historiadora apresenta um quadro muito significativo do debate que se estabelece na Argentina, em torno do tema história e memória. Este tem como referência um conjunto de relatos dos perseguidos, dos presos e dos torturados pela ditadura militar Argentina, que esteve no poder de 1976 a 1983.

As reflexões construídas acerca dessa temática, valendo-se de uma experiência histórica efetiva, possibilitaram historiar esse debate durante aproximadamente duas décadas. Seguindo a trilha do debate político e acadêmico que se segue ao fim do regime militar na Argentina, Maria Helena Capelato aponta a grande importância social, histórica e política da publicação do *Informe* – também conhecido como *Nunca Más* – que apresenta o relato de 1.092 testemunhas. Nele está descrito pelas vítimas libertadas ou que escaparam dos campos de concentração, as sevícias atrozes e as formas de tortura, bem como os assassinatos, denunciados por famílias de desaparecidos. Este documento pode ser considerado o ato de fundação da construção da memória da ditadura na Argentina. Nos anos seguintes vão surgir outras manifestações da memória, por meio de filmes, peças teatrais, exposições de fotos e comemorações de datas significativas. Todo esse conjunto de signos, que vem do passado, intenta estabelecer a versão verdadeira e definitiva da história por meio da memória.

Maria Helena Capelato revela, como na década de 1990 a memória sobre o período da ditadura se amplia consideravelmente, e os abusos da memória começam a apresentar-se como um problema. É colocado então no debate a questão: o que lembrar e o que esquecer para que se possa atender ao presente e ao futuro?

O desafio de como superar esse impasse começa a ser colocado para a sociedade e, nesse aspecto, algumas publicações, como *Los trabajos de la memória*, da socióloga argentina Elizabeth Jelin, se apresenta como uma significativa contribuição a esta reflexão. A historiadora Beatriz Sarlo, em seu estudo *Tiempo pasado: cultura de la memória y giro subjetivo*, defende que a memória deve servir à compreensão e não apenas à rememoração. Estava em pauta a complexa relação entre história, memória e esquecimento. Uma passagem do livro de Jean Marie Gagnebin, *Lembrar, escrever, esquecer*, podem ajudar nessa reflexão:

> *Não se trata de lembrar o passado, de torná-lo presente na memória para permanecer no registro da queixa, da acusação, da recriminação [...] Em oposição a essas figuras melancólicas e narcísicas da memória, Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN: 2006. P. 102/105)*

Em outros termos, há que lembrar, no entanto, o ato de recordar deve atender as questões e aos desafios do presente, ou seja, a construção histórica que elabora sentidos/signficados acerca do passado para atender as questões do presente.

É no cenário de todo esse debate que se situa o artigo *The truth which set us all free: national reconciliation, oral history and the conspiracy of silence*, do historiador Peter Read.

(CLIO: 2006). Este analisa, de maneira comparativa, o projeto de Reconciliação Nacional no Chile, após o período Pinochet, e, na Austrália, o projeto de Reconciliação em relação às crianças aborígines roubadas de suas famílias e internadas em instituições governamentais. A questão central apresentada é se as fontes orais, ao possibilitarem reconstruir as mais diferentes memórias, são compatíveis com os projetos de Reconciliação Nacional.

Nesse sentido, revela Peter Read que, em 1990, o governo trabalhista da Austrália criou o Council of Aboriginal Reconciliation. Esse conselho, constituído por 15 aborígines e 15 não aborígines, deveria apresentar no ano 2000 um documento de Reconciliação Nacional. Este documento, ao ser concluído e aprovado pela comissão instaurada, foi submetido às comunidades aborígines e, depois de uma longa e difícil negociação, aceito por elas. No entanto, o novo governo, de linha conservadora, rejeitou o documento da Comissão. Porém, em seguida, esse mesmo governo alocou um milhão de dólares num projeto de história oral para registrar a história de toda uma geração de crianças aborígines roubadas, coordenado pela Biblioteca Nacional da Austrália. Foi definido como um dos seus objetivos ouvir todos os que de alguma forma participaram daquela história: as crianças hoje adultas, seus pais, os missionários, os funcionários das instituições de internamento, a polícia que as capturava, assim como os funcionários dos órgãos governamentais responsáveis por essa política.

Por meio de entrevistas orais gravadas, centenas de relatos de memória instituem marcas e significados acerca daquele passado. A questão que se coloca, então, é se após essa profusão memorialista haverá espaço para o trabalho do historiador. Pois do contrário, o que a sociedade poderá ter como memória, em face desse enorme arquivo oral, serão narrativas de acusação, relatos de sofrimentos, confissões de culpa, correndo-se o risco de não romper o círculo do passado.

A temática que privilegiaria, então, para discutir no âmbito desse trabalho de memória e atuação dos padres da Igreja Católica, é a do colonialismo, na suas dimensões política e cultural. Ou seja, o Brasil é considerado pela Igreja Católica como um país para o qual padres são enviados em missão religiosa, mas também política. Poder-se-ia imaginar o que significa um exército de padres que emigram para o Brasil, com a visão de que estão indo para um país atrasado nos aspectos religioso, cultural, social, político e econômico. Afinal, é com essa concepção que as pessoas normalmente são educadas e formadas na Europa e nos Estados Unidos.

No entanto, embora formados nessa visão etnocêntrica, excludente das outras culturas, muitos padres (e leigos) são capazes de reelaborar e refazer seus referenciais e, por extensão, reconstruir seus discursos e suas práticas, como expressa o relato de Lambertus:

> *No tempo em que cheguei ao Brasil (especialmente no interior), os que mandavam eram o prefeito, o delegado, o juiz e o vigário. O que o padre dizia era lei. Na Holanda é diferente. Aqui no Nordeste não há diálogo. O leigo só obedece. Por outro lado, o padre é subserviente ao bispo. O bispo manda e desmanda. Ele, por sua vez, não assume nada, a não ser em obediência ao papa. É uma passividade tremenda, o que inclui medo de assumir responsabilidades e de lutar por suas idéias e convicções.(Padre Lambertus Bogaard, entrevista citada)*

A postura de que ele, o europeu, é quem tem o conhecimento e a população nada sabe é algo próprio à cultura colonialista e imperialista da Europa. Lambertus assegura que, com muito esforço, aprendeu que não pode ou não deve ser "bem assim". No entanto, muitos não chegam a ter o entendimento que afirmam ter alcançado. Sobre esse conjunto de padres que nunca teria mudado sua perspectiva colonialista, pode-se imaginar a influência e o papel exercido na formação da visão de mundo de parcelas da população. Lambertus revela ainda o choque vivenciado no que tange às práticas de poder que dominam a sociedade e à estrutura da Igreja Católica, assim como na relação com os leigos.

Em vista dessas considerações, passo, então, ao primeiro trecho do relato do padre Comblin, ao reconstruir mnemonicamente seu projeto de vida sacerdotal fora da Europa:

> *Terminei os estudos em 1950. Pedi para fazer uma experiência numa paróquia. Um dia o bispo auxiliar chamou-me para dizer: "Você vai para a paróquia do Sagrado Coração em Bruxelas."*
>
> *Em breve entendi que com essa pastoral a Igreja ia ser abandonada numa geração. Ainda 40% da população ia à missa. Aparentemente estava tudo bem. No entanto, a cada ano diminuía a proporção de praticantes, em todos os sacramentos. E, sobretudo, enfraquecia-se a fé. (Entrevista com o padre Joseph Comblin, em 07 e 24 de março de 1998.)*

A maneira como descreve a sua inquietação e desacordo, com a situação da Igreja na Bélgica, levava-o a pensar em ir atuar em outro país. Pensava inicialmente na África. E ele próprio afirma que, para um belga, esta era a primeira idéia que vinha à mente. No entanto, a convocação de Pio XII, para que os bispos enviassem padres à América Latina, veio atender, de alguma forma, àquela sua inquietação:

> *Comecei a ficar preocupado e, depois, desesperado. Sentia que toda a Igreja na Europa estava no caminho da decadência e da desintegração, porque nada oferecia aos contemporâneos. Somente havia essa obsessão do comunismo, que Pio XII alimentava sistematicamente. Prestei atenção a uma citação do padre Leiber, que achei num livro de Friedrich Heer, um historiador austríaco. A citação era a seguinte: o padre Leiber explicava que, no momento atual, a Igreja era como uma fortaleza assediada numa ilha. Cortou todas as pontes, fechou a porta e jogou a chave na água. Mesmo querendo, ela não podia mais se salvar. Assim pensava o homem que mais conhecia os pensamentos do Papa.*

Pode-se compreender por meio desses relatos (Lambertus Bogaart e Joseph Comblin) que a perspectiva de "império religioso", mantida há séculos pela Igreja Católica, contribuirá,

no contexto da Guerra Fria, decisivamente, para o seu alinhamento ao anticomunismo dominante. Entretanto, no nível das micro-relações é possível perceber como diversos padres, ao aceitar missões em outros países, não irão necessariamente atender ou cumprir o papel definido pela cúpula da Igreja. Ao mesmo tempo, em face da rígida estrutura de poder, no interior da Igreja, muitos padres entrarão em choque com a orientação dos bispos, a quem estão submetidos. Este choque ou este conflito de poder, na relação entre bispos e padres, é tema para uma outra pesquisa.

Bibliografia

ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá. 1968.

AMADO, Janaina e Marieta de Moraes Ferreira (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas:* magia e técnica, arte e política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. Matéria e memória. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes – a revolução sem violência.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Clio*, Recife: Editora da UFPE, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000,

GAGNEBIN, Jean Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. *História Unisinos*. v. 09, n. 11, São Leopoldo: Unisinos, 2006.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l' histoire, l'oubli.* Paris: Éditions du Seuil, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Homens em armas: o que e a quem defendem ?*

Regina Helena Martins de Faria**

Resumo: Paralelo entre o modelo defendido pelo filósofo Benjamin Constant, no início do oitocentos, para o exercício da força armada em um país democrático e o que foi implementado no Brasil Império. Toma como base empírica as instituições constituídas no Brasil, por legislação de âmbito nacional, e aquelas criadas no Maranhão após 1834, quando as províncias puderam legislar sobre a chamada força pública. Mostra que as idéias liberais em voga à época, no mundo ocidental, estão presentes na legislação que criou as instituições encarregadas do policiamento militar. No entanto, a estrutura do Estado brasileiro, as especificidades do tecido social e das relações sociais então vigentes no país nortearam as práticas desenvolvidas por essas instituições, provocando alterações em suas configurações iniciais.
Palavras-chave: Policiamento militar, Brasil Império, Força Armada

Abstract : Comparison between a model defended by a philosopher Benjamin Constant, in the begging of the nineteenth century, to the armed force practice in a democratic country, and the one which was established in the Brazilian Empire. It takes as an empirical basis the institutions constituted in Brazil, through national legislation, and those created in Maranhão after 1834, when the provinces could legislate about the public force. It shows that liberal ideas in vogue by that time, in occidental world, are in the legislation that created the institutions in charge of military policing. However, the Brazilian Estate structure, the social structure peculiarities and the social relationships valid in this country by that time directed the practices developed by those institutions, causing changes in those original configurations.
Keywords: Military Policing, Empire Brazil, Armed Force

Ao Estado moderno compete a defesa de seu território e instituições, a manutenção da ordem e da tranqüilidade pública, a garantia da segurança individual e das propriedades de seus cidadãos, atribuições que envolvem a aplicação da Justiça e o recurso à força armada. Benjamin Constant (2005:110-115) – pensador suíço, cujas idéias tiveram forte influência nas mudanças políticas ocorridas na França, na virada do século XVIII para o XIX, e que foi um dos grandes inspiradores das constituições liberais elaboradas no mundo ocidental à época – defendia ser necessário a coexistência de três formas de exercício da força armada numa sociedade democrática, cada uma atendendo a objetivos específicos.

A primeira tinha o objetivo de rechaçar os inimigos externos e devia ficar sob a responsabilidade de um exército profissional e permanente, situado o mais próximo possível de seu alvo, isto é, distribuída em diferentes corpos nas fronteiras. A segunda visava reprimir

* Esta comunicação reproduz trechos de minha tese de doutorado (FARIA, 2007)
* * Professora doutora da Universidade Federal do Maranhão.
*

os delitos privados, cometidos no interior do Estado constitucional. Devia ser exercida por homens assalariados que voluntariamente aceitassem a "triste missão" de dar assistência aos magistrados na manutenção da ordem pública, impondo o cumprimento dos deveres aos cidadãos que não obedecessem à lei. Em princípio, essa função devia ser de todos os cidadãos, mas, como implicava a imposição do cumprimento de "deveres odiosos", Constant julgava ser um mal menor "criar uma classe de homens dedicada exclusivamente à perseguição de seus semelhantes" do que "profanar a alma de todos os membros da sociedade, forçando-os a prestar assistência a medidas cuja justiça eles podem não apreciar". Esse segundo tipo de tropa ficaria disseminado por toda a extensão do território, "acostumada mais a perseguir do que a combater, mais a vigiar do que a conquistar ...". Cuidaria dos "delitos ordinários", exercendo o lado doloroso da repressão: "a espionagem, a perseguição, a necessidade de ser dez contra um, de prender, de apreender, inclusive os culpados, quando estão desarmados".

A terceira forma de exercício da força armada objetivava reprimir os distúrbios, as sedições. Para a consecução de tais metas, Constant considerava que não era suficiente o segundo tipo de tropa, pois estaria mais ocupado da repressão aos delitos privados. Quando se tratasse de crimes públicos, quando houvesse ameaça de desordens mais graves, rebeliões, tumultos, deveria entrar em ação uma guarda nacional composta por "cidadãos que amarem a Constituição do seu país, e todos amarão, visto que suas propriedades e suas liberdades estarão garantidas por ela, se apressarão a oferecer seus préstimos". Está implícito que esse terceiro tipo de tropa não seria profissional como os dois primeiros, e sim regido pelo "princípio de milícia"[1], servindo de forma litúrgica[2].

A idéia central da proposta de Constant foi reproduzida no Brasil império, especialmente após as reformas efetuadas no início do Período Regencial. Antes disso, exerciam a força armada: as tropas regulares (o Exército); aquelas regidas pelo princípio de milícias, oriundas dos tempos coloniais (as chamadas Milícias e Ordenanças); e Corpos de Polícia Militar existentes em algumas províncias (advindos do período joanino ou do governo

[1] Segundo KEEGAN (1995: 242), esse princípio é uma das seis principais formas de organização militar, ao longo dos tempos, e "estabelece o dever de prestar serviço militar para todos os cidadãos aptos do sexo masculino; a falta ou recusa em prestá-lo leva geralmente à perda da cidadania".

[2] O conceito de *liturgia* é weberiano (WEBER, 1999. v. 2:233-287). Aproprio-me da interpretação que dele fez Fábio Mendes Faria, quando diz: "Entendemos por liturgia formas de prestação de serviços administrativos por notáveis locais com seus próprios recursos, não-remuneradas e voluntárias. Sua prática administrativa caracteriza-se pelo diletantismo, pela mobilização do prestígio pessoal, pelo domínio dos processos orais e pela busca constante de resultados consensuais negociados. As diretivas do poder central serão objeto de contínua tradução local pelos notáveis". (FARIA, 2004:113).

de D. Pedro I, criados à semelhança da Guarda Real de Polícia da Corte, de 1801, e da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, no Rio de Janeiro, de 1809).

Nos anos de 1830, porém, o governo brasileiro fez uma ampla reformulação nas organizações armadas. No limiar desse decênio, diminuiu o contingente do Exército, extinguiu as antigas Milícias e Ordenanças, embora tenha mantido a prestação de serviço militar litúrgico nas guardas municipais, inicialmente, na Guarda Nacional, logo depois. E, com a reforma constitucional de 1834, concedeu às províncias o direito de legislar sobre questões relativas à polícia preventiva, direito que exerceram criando corpos de polícia e variadas guardas campestres e urbanas.

Tal organização tripartite da força armada se aproximava do modelo idealizado por aquele filósofo. Coexistiram tropas profissionais (nacionais e provinciais) e tropas milicianas. Essas eram classificadas como nacionais por serem organizadas em todo o país, a serviço da nação, embora devessem atuar prioritariamente nas próprias localidades onde fossem formadas. No entanto, a maneira como cada dessas tropas foi constituída no Brasil lhe conferiu um perfil distinto do proposto na Europa.

As tropas regulares nacionais não eram empregadas apenas na defesa dos inimigos externos, guardando as fronteiras. No Maranhão, até o início do decênio de 1860, os homens do Exército representaram a principal força armada atuando no policiamento cotidiano da província. Os homens do 5º Batalhão de Infantaria respondiam pela guarnição da cidade de São Luís, e havia destacamentos de tropas nacionais distribuídos pelo interior da província (FARIA, 2007:108-132).

As tropas regulares provinciais, que configuravam a segunda forma de exercício da força armada apregoada por Constant, também divergiam do modelo por ele concebido. Deveriam ser tropas constituídas por homens que voluntariamente desejassem se empregar no constrangedor serviço de coadjuvar os magistrados na vigilância e perseguição aos infratores das leis. Porém, tomando como exemplo o Corpo de Polícia do Maranhão, no Império, percebemos uma diferença fundamental em relação àquele modelo, no que diz respeito à constituição das tropas. Até 1864, o alistamento dos praças era compulsório e apenas uma diminuta parcela deles chegava a se profissionalizar (FARIA, 2007:175-196).

As tropas milicianas, por sua vez, também não se constituíram nem atuaram da maneira como foram pensadas por Constant. No estado democrático que concebeu, elas não mais estariam a serviço do rei, assegurando sua soberania e suas possessões, como foram em tempos passados. Agiriam eventualmente, compostas por cidadãos que, em momentos de

revoltas ou de graves tumultos, se mobilizassem em defesa de suas próprias liberdades e propriedades.

No Brasil império, no entanto, a milícia adquiriu outra feição. Como o corpo social era profundamente hierarquizado, permeado por relações sociais autoritárias e excludentes, geradas pela prolongada existência do regime escravista que marginalizou não só os cativos como também os livres pobres, os cidadãos proprietários eram minoria. A milícia nacional não foi constituída aqui por voluntários: estavam obrigados a integrá-la todos aqueles que podiam ser eleitores de paróquia. E, até mesmo a democrática forma de escolha de seus oficiais, estabelecida inicialmente, subsistiu por poucos anos (CASTRO, 1971:274-298).

Modificada em meados do século pelo regresso conservador, a Guarda Nacional caracterizou-se pela prestação de um serviço litúrgico obrigatório e que reproduzia a estratificação existente no tecido social. Entre os homens alistados em suas fileiras, no serviço ativo ficavam basicamente aqueles provenientes das camadas mais pobres da população, que não tinham boa situação econômica nem prestígio social que lhes favorecesse a passagem para o serviço da reserva. Assim sendo, respingava sobre o serviço miliciano a mácula que recaía sobre ao serviço militar profissional:tornar-se um praça continuava a ter caráter de castigo. Em situação diferenciada estavam os oficiais da denominada Milícia Cidadã, cujas patentes se tornaram objeto de compra e símbolo de prestígio social.

No modelo de Constant, as tropas regulares nacionais deviam ser pequenas, pois atuariam apenas nas áreas de fronteiras, onde estivessem os eventuais inimigos externos. A redução do efetivo do Exército foi mantida por todo o Império, em relação às tropas de linha autorizadas em tempos de paz. E, gradativamente, o governo central foi proibindo que suas tropas fossem destacadas para responder pelo policiamento cotidiano das localidades do interior. Só poderiam fazê-lo em questões emergenciais. Para substituí-las, particularmente durante a Guerra do Paraguai, o tesouro nacional arcou com os custos de destacamentos da Guarda Nacional. Mas essa prática também foi proibida no decênio de 1870, ficando o governo provincial forçado a assumir o policiamento armado com suas tropas, o que se coadunava com o modelo liberal de força armada, expresso na formulação de Constant.

A maioria dos presidentes que estiveram à frente do governo do Maranhão afirmava, entretanto, que as rendas provinciais não lhes permitia destinar os recursos necessários à força pública. Por isso, não conseguiam completar o contingente autorizado para as tropas nem lhes proporcionar salários decentes nem as condições necessárias para cumprirem com eficiência as funções a que se destinavam. Assim, os governantes provinciais aumentavam e diminuíam o contingente do Corpo de Polícia do Maranhão e também criavam

e extinguiam diversos corpos de guardas. Justificavam as sucessivas alterações como estratégias para tornar mais eficiente e economicamente viável a força pública. Mas, se tais alterações decorreriam da capacidade da província em arcar com os custos da força policial, também refletiam às distintas orientações que os presidentes queriam imprimir ao aparato repressivo armado, reproduzindo experiências implementadas em outras províncias, onde tinham trabalhado antes de vir para o Maranhão.

As constantes alterações resultavam, ainda, da disputa entre os governos central e provincial, para ver qual dessas esferas ficava livre do ônus com a força armada. As tropas provinciais oscilavam segundo a disponibilidade de contingente e de recursos nacionais. Se esses faltavam, a província aumentava seu contingente armado. A imprecisão sobre qual dos dois níveis decisórios devia arcar com tal responsabilidade expressa a visão da elite política nacional sobre a necessidade de policiamento. A posição dos presidentes da província do Maranhão acerca da segurança pública e individual é emblemática dessa visão.

Desde 1835, quando lhes foi preceituado a elaboração de relatórios, tal visão é expressa no mesmo diapasão. A não ser no período em que a província esteve convulsionada pelas lutas da Balaiada, no restante do tempo os presidentes afirmavam ser satisfatória a situação da tranqüilidade pública. A tônica do discurso não mudava, mesmo quando relatavam haver ordenado expedições contra quilombos e contra índios que atacavam fazendas; ou ter enviado tropas para conter escravos rebeldes, como na insurreição ocorrida em Viana, em 1867; ou ter mandado destacar praças e nomear novos delegados de polícia para apaziguar disputas políticas locais. Não obstante todas essas ocorrências, a província continuava sendo descrita como estando na mais perfeita paz e tranqüilidade pública. Esse posicionamento mostra que tais ocorrências eram vistas como algo corriqueiro, inerentes à vida da população.

A propalada tranqüilidade pública era atribuída às características naturais dos habitantes do Maranhão, sobre os quais os governantes tinham visão claramente rousseouniana (ROUSSEAU, 1999). Eram apresentados como pessoas de "índole boa e pacífica", imbuídas de "sentimentos de ordem", com "amor às instituições políticas" e "espírito de moderação" que se manifestavam no "respeito à autoridade e à lei". Com pequenas variações, representações semelhantes a essas eram repetidas exaustivamente. Constituída por pessoas naturalmente boas, a população não era vista como uma ameaçava à segurança pública.

No entanto, o estado da segurança individual era julgado insatisfatório. Os crimes de "homicídio", "tentativas de homicídio" e "ferimentos e ofensas físicas" avultavam as

estatísticas. A falta de educação moral e religiosa era considerada a causa para as eclosões de violência existentes nas relações pessoais, bem como para o pouco apego ao trabalho, queixa que sempre aparecia quando o relato dos governantes se voltava para as relações de trabalho ou para as análises sobre a produção agrícola da província. Sem receberem as noções acertadas do que era justo e injusto, "dos seus deveres para com o Criador e para com seus semelhantes" (RELATÓRIO, 1863:6), sem terem o hábito do trabalho rotineiro, os maranhenses deixavam as paixões afluir descontroladamente. A bondade natural era corrompida por um modo de vida inadequado. Os habitantes do Maranhão eram naturalmente bons e, por isso, não punham em risco a segurança pública. Mas, a vida que levavam podia torná-los perigosos a seus semelhantes e inúteis, pois eram pouco afeitos ao trabalho – pelo menos era o que pensavam as elites (FARIA, 2001).

Por outro lado, ao fazerem apreciações desse tipo, os governantes tinham em mente os escravos e os livre pobres, principais protagonistas das estatísticas policiais e das leis criminais. Enquanto o Direito moderno, de caráter liberal, instituía leis enunciadas para todos os habitantes do Estado-nação a que se destinavam, a existência da escravidão e a profunda hierarquização do tecido social do Brasil, no Império, estavam presentes na legislação e nas práticas repressoras. No Código Criminal de 1830, no Código do Processo Criminal de 1832, nas posturas municipais e nas normas que regulamentavam a vida das instituições estavam arroladas transgressões específicas dos escravos, além de recair sobre eles penalidades mais severas na totalidade dos crimes.

Em relação às pessoas juridicamente livres, a enunciação era universal, mas a destinação não o era. Certamente os crimes comuns não recaiam sobre as famílias dos senhores de terra e escravos ou da emergente camada média urbana. Se algum de seus membros saísse às ruas para fazer alguma comemoração, se embriagasse e provocasse desordem não seria recolhido para dormir nas míseras cadeias do interior ou nas horrendas casas de detenção da capital. Nem seria acusado de vadiagem um jovem da "boa sociedade" que não tivesse uma ocupação determinada.

Em face desse quadro, é coerente a maneira como era conduzida a distribuição da força armada na Província do Maranhão, durante o Império. Se havia tranqüilidade pública, graças à boa índole da população – na apreciação dos governantes –, assegurar a tranqüilidade individual era algo inacessível à ação militar. Pois, se os crimes contra a vida podiam acontecer em qualquer momento e lugar, desde que houvesse situações que permitissem aflorar os impulsos, incontroláveis pela falta de educação moral e religiosa, nunca haveria força suficiente para evitá-los. Desse modo, os governantes provinciais se sentiam cumprindo

seu dever, ao autorizar intervenções pontuais em quilombos e aldeias indígenas, quando esses incomodavam as populações circunvizinhas; ou em cidades e vilas convulsionadas por disputas políticas. Assim, a segurança cotidiana das localidades do interior podia ficar a cargo de diminutos destacamentos policiais, o que abria espaço para a atuação dos milicianos.

Uma atenção maior era dada à cidade de São Luís. Por ser o principal centro administrativo e político da província e possuir uma camada média que se manifestava pela imprensa, denunciando crimes e apontando as falhas da segurança, tinha um policiamento mais efetivo. Sediar o quartel das tropas regulares nacionais e provinciais era certamente um fator que contribuía para que homens armados fossem mais percebidos na capital, especialmente pelos populares que eram objeto da ação repressiva.

A situação das tropas na capital era assunto freqüente nos relatórios governamentais, enquanto a das demais cidades, vilas e povoados da província só era mencionada quando havia algum episódio extraordinário, que suscitasse a intervenção do presidente. Considero essa omissão como indício de autonomia dos delegados e subdelegados de polícia, a quem as tropas destacadas ficam subordinadas, autonomia que atribuo também aos comandantes locais da Guarda Nacional, haja vista que essa instituição continuou a ter elevado número de pessoas alistadas e seus postos de comandos eram disputados com avidez, mesmo depois das restrições que foram estabelecidas nas duas últimas décadas do Império.

A maneira como foram instituídas as organizações armadas durante o Brasil império expressa, portanto, a natureza do Estado nacional que nele se instituiu. Um Estado inspirado nos padrões liberais que estavam em difusão no mundo ocidental, mas limitado pelas condições históricas das relações de poder que aqui se desenvolveram desde os tempos coloniais, com grande parte da população vivendo sujeitada pela escravidão e os poderosos senhores de terras e de escravos acostumados a agir por seus próprios ditames.

Referências

CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1971. T. II - O Brasil monárquico, 4º v. - Declínio e queda do império. p. 274-98.

CONSTANT, Benjamin. **Escritos de política**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARIA, Fábio Mendes. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 111-37.

FARIA, Regina Helena Martins de. **A transformação do trabalho nos trópicos**: propostas e realizações. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2001.

_____. **Em nome da ordem**: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (Séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RELATÓRIO com que o exm.º sr. presidente da província, dr. Ambrósio Leitão da Cunha, passou a administração ao exm.º sr. desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, 2º vice-presidente, no dia 24 de novembro último. Maranhão: Tip. Constitucional, 1863.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou da educação**. Rio de janeiro: Bertrand do Brasil, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compressiva. 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 2 v.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Separações Judiciais: o adultério como ponto da discórdia

Vera Lúcia Puga*

Resumo: Este artigo trabalha com as relações de gênero, em especial nos casamentos e na tentativa de anulação ou de separações litigiosas (divórcios / desquites). São estudados 13 processos de solicitações de separações, denominados segredos de justiça ou litigiosos. Dentre eles, sete são denúncias de adultério feminino, cinco de adultério masculino e um de homossexualidade masculina.
Palavras-chave: Casamento – Separações Litigiosas – Adultério.

Abstract: This article works with the gender relations, in special the marriages and the attempt of cancellation or contentious separations (divorces / legal separations). 13 processes of requests of separations are studied, called secret of justice or litigious. Amongst them, seven are denunciations of feminine adultery, five of masculine adultery and one of masculine homosexuality.
Keywords: Marriage – Contentious Separations – Adultery.

O casamento como criação social tem por função assegurar de maneira controlada a reprodução dos grupos. Assim, a troca de mulheres entre os diferentes grupos, para a sobrevivência, torna-se um sistema lógico. Mas não basta a troca de mulheres para perpetuarem-se, as relações devem se tornar mais estáveis, desta forma, surgem na relação homem/mulher outras prestações de serviços além do comércio sexual. Falo sobre a divisão de tarefas.

> *Temos assim, o casamento, trave mestra de qualquer organização social, na medida em que articula entre si elementos tão fundamentais como a necessidade de exogamia para construir uma sociedade viável, a proibição do incesto, a repartição sexual das tarefas. Compreender-se-á, assim, que o casamento não possa ser, nem seja nunca, totalmente deixado ao acaso e que, pelo contrário, a escolha do cônjuge seja objecto de regras precisas, que formam o âmago de qualquer estudo sobre o parentesco. SIC (HÉRITIER, 1997:145)*

A institucionalização do casamento civil ocorreu no Brasil com a República, onde foi nítida a *separação* entre Igreja e Estado. O casamento civil foi mais uma das formas encontradas pelo Estado para controlar diretamente o social. Ou seja, através da medicina, já se havia privatizado a família; já se tinha criado instituições capazes de organizar e

* Professora doutora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher (NEGUEM), editora da Revista Caderno Espaço Feminino.

administrar os *desviantes*; o casamento civil surgiu, portanto, como mais uma forma do saber que se articulava e que era usado como fortalecimento da *Nação*, da raça. Seu registro legalizava não só a união, mas também os filhos desse casamento. Além disso, prestava conta do número do casamento, da cor, da classe, da situação econômica e da religião dos casais. Já na década de 30, segundo Clovis Bevilaqua: "As vantagens do registro Civil são consideráveis, quer para o Estado, quer para o individuo. O Estado tem nos registros civis o movimento de sua população, no qual se pode basear para medidas administrativas, de policia ou de política jurídica". (BELVILAQUA, 1929: 132).

Poder-se-ia imaginar que em uma análise da trajetória do casamento, da República aos anos 60, seriam encontradas diversas modificações e certa *evolução* do mundo familiar. No entanto, curiosamente, no curso de seis constituições, o Artigo referente ao casamento e à família sofreu poucas mudanças. É apenas no final da década de oitenta (1988) que a Constituição retira a chefia do lar das mãos dos homens, dando voz às mulheres, igualando sua importância no casamento.

De acordo com Marilena Chauí, o casamento civil, no que se refere à submissão da mulher, não se diferencia do casamento religioso. À medida que o casamento civil subordina a mulher ao homem e este assume o compromisso de responsabilizar-se pela esposa e filhos, o contrato civil deixa de ser uma relação entre iguais para hierarquizar, subordinar e provocar a desigualdade entre os cônjuges. Diz esta autora:

> *Se examinarmos, portanto, o contrato de casamento poderemos fazer três observações: em primeiro lugar, estabelecendo a subordinação da esposa ao marido, o casamento não é um contrato legítimo, ainda que seja legal; em segundo lugar, o Estado reproduz na forma civil a perspectiva religiosa, em vez de romper com ela; em terceiro lugar, a fórmula civil inclui no contrato os filhos, exatamente com na fórmula religiosa do crescei e multiplicai-vos embora dito de outra maneira (o marido será pai responsável e a esposa será mãe cuidadosa). (CHAUÍ, 1984: 140)*

No Código Civil Brasileiro, as regulamentações se estendem por toda a vida das pessoas, normatizando o nascimento, o casamento e a morte. Este livro discorre, desde as formalidades em termos de documentos exigidos para o Registro Civil, impedimentos ao casamento, direito e deveres dos cônjuges até a anulação do casamento ou mesmo a separação do casal pelo desquite.

Mesmo referendando os princípios básicos da união religiosa, o Estado apropriou-se da noção pública do casamento, retirando-a em parte, da Igreja. Ele não só tornou pública a cerimônia em si, como também tornou pública a família.

> *Artigo 193 – A solenidade celebrar-se-á na casa das audiências, com toda a publicidade, a portas abertas, presentes, pelo menos duas testemunhas, parentes ou não dos contraentes, ou, em caso de força maior, querendo as partes, e, consentindo o juiz, noutro edifício, público, ou particular. Parágrafo único: Quando o casamento for em casa particular, ficará esta de portas abertas durante o ato, e, se algum dos contraentes não souber escrever, serão quatro testemunhas. (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 1971:102).*

Transformando o casamento em coisa pública, de certa forma o Estado fazia com que a sociedade de forma geral também participasse desde as primeiras horas e que pudesse cobrar dos noivos as "alianças e juramentos trocados".

> *A nossa vocação é clara, a vossa escolha está feita, e o vosso noivo é admitido a vir fazer-vos as visitas de uso. As vossas relações com ele deverão, forçosamente, tornar-se intimas. Ele já não é mais um estranho para vós. O anel, que ele já pôs no dedo é o primeiro elo de uma cadeia de amor que vos unirá até o túmulo. (PE. BAETEMAN, 1947:316).*

Cárcere, amor, túmulo! Se o noivado no final dos anos quarenta do século XX era retratado dessa forma pela Igreja Católica, podemos imaginar as dificuldades de qualquer casal ao tentar a separação após o casamento. Em minha pesquisa para o mestrado (SOUSA, 1991) encontrei em Araguari e Uberlândia[1], jovens que se casaram precocemente, moças com 12, 13, 14 e 15 anos, e rapazes a partir de 15 anos. O casamento foi, nestes anos, bastante estimulado pela família, pela Igreja, e também pelo Estado, ou seja, o Triângulo Mineiro não fugiu às regras. Homens ou mulheres eram severamente punidos socialmente caso fugissem ao "grande objetivo do casar e procriar". As mulheres mães solteiras ou que ficaram para *titia*, as prostitutas e "biscates", enfim, todas as desviantes, tiveram de pagar por um preço por sua audácia. O preço da opção, de qualquer outra escolha que não fosse o casamento.

Assim como as mulheres, os homens tiveram suas liberdades cerceadas e expiaram suas "culpas" quando optaram por outras formas de (con)viver fora do casamento. Os homossexuais, os solteirões convictos, os *playboys* ou *Dom Juans* ou foram isolados do convívio social ou duramente punidos nessas relações. Dessa forma, das 12 mil pessoas que buscaram o casamento nos anos de 1960, em Araguari e Uberlândia, apenas 10% se separaram. O que deixa entrever que o divórcio era buscado por poucos casais como solução de felicidade. Segundo Lycidio Paes, jornalista da região,

> *O divorcio é indubitavelmente um mal porque estimula a leviandade dos casais sem as bases necessárias para a vida em comum e para a constituição da família, de vez que pode ser dissolvido quando tal expectativa se apresentar. Em outras palavras os nubentes assinam um documento que pode ser anulado a qualquer instante, desde que haja um sintoma de incompatibilidade ou de tédio. (PAES, 1970:7).*

[1] Duas cidades do interior do Triângulo Mineiro.

Contudo, mesmo assim, foram muitos os homens e mulheres que transgrediram a ordem e as leis. Não se casando, unindo-se a mulheres ou a homens sem prestarem contas à Igreja ou Estado, descasando-se, muitas das vezes, apenas rasgando os papéis.

As relações entre homens e mulheres, as tensões, agressões, ciúmes e traições advindos dessa convivência geraram, não raramente, as separações e divórcios. No entanto o divórcio não é recente na história desse país. Sabemos que no passado, ainda mesmo no período colonial, os processos de *divórcio*[2] existiram. Estudiosos daquele período colonial e do século XIX no Brasil, como Eni de Mesquita Samara e Maria Beatriz N. da Silva, consultaram os processos de separações, detendo-se, principalmente, nos do século XIX, em São Paulo.

De acordo com esses estudos, a partir do século XVIII, os divórcios amigáveis já se faziam presentes no cotidiano dos casais, mas sendo separações de consenso ou de comum acordo, não nos legaram motivos para uma análise mais profunda das tensões nele contidas. Percebe-se, contudo, que não só esses processos eram comuns, como permeavam diversas camadas sociais, inclusive a de escravos e forros.

O mais interessante foi que as duas pesquisadoras propiciaram-nos um outro viés da cultura social, quando, em vez de encontrarem a mulher submissa, no sentido total da relação, perceberam-na participante dos processos de divórcios e mais, constatando que a maioria das anulações e pedidos de divórcio foram solicitados à Igreja e ao Tribunal de Justiça pela mulher.

As causas dessas separações estavam entre o adultério, o concubinato, o abandono do lar, a impotência, as sevícias e as doenças contagiosas ou incuráveis. Mas a partir daí não se transformam tanto assim os motivos de solicitações de divórcio. Em meados do século XX a sociedade continuava a pressionar os casais para permanecerem juntos, mesmo que os motivos para a separação fossem considerados "justos".

> *Era loucura separar-se! Minha mãe sofreu pressões da própria família quando se separou de meu pai. Perdeu as amizades, as pessoas afastaram-se dela. Parecia doença contagiosa! Se ela saísse era mal vista, "mal falada". Tinha que a partir daí ser uma reclusa. A única opção que ela teve foi de voltar a estudar, para poder arranjar um trabalho, pois ela não tinha profissão nenhuma, a não ser dona de casa. (Entrevista de ex-aluna de colégio de freiras e estadual. Uberlândia, março de 1990).*
> *Ou ainda:*
> *Eu quando me separei, perdi todas as amigas que tinha. As solteiras, por que era feio andar com mulher desquitada, e as casadas porque eu representava um perigo*

[2] O termo divórcio foi utilizado no Brasil até o início do período republicano, quando o Código Civil (1916) o substituiu por desquite. Os dois termos, no entanto, significaram dissolução da sociedade conjugal, sem a conseqüente habilitação dos cônjuges para contrair novas núpcias. Isto só irá ocorrer em finais da década de 1970.

> *maior, o de tomar os maridos delas ou ainda me tornar amante deles (Entrevista de ex-interna. Araguari, abril de 1990).*
> *Declarou outra ex-interna:*
> *As moças que, muitas vezes, queriam se separar, por maus tratos, por apanharem mesmo, ou ainda por não gostarem mais dos maridos, os pais não concordavam. Eu tive amigas que tiveram que desquitar e mudar de cidade, pois os pais não reatavam os laços com elas. Ou existiam aquelas que não se importavam e continuavam na cidade, mas sofriam muito. Elas eram renegadas pela sociedade e se sentiam muito sós. Era uma vida dura. Além do mais, a maioria delas tinha filhos e cuidavam deles sozinhas. Sem assistência dos homens e muito menos dos pais. (Entrevista ex-interna. Araguari, abril de 1990).*

Falar em desquite ou em divórcio significava, portanto, romper laços familiares e sociais. Em minha pesquisa realizada nos anos de 1990 para o mestrado, pude constatar que das pessoas que se casaram nos anos de 1950 nas duas cidades do Triângulo Mineiro pesquisadas, 8% se separaram. Daquelas que se casaram nos anos de 1960, o percentual aumentou por dois números, ou seja, 10%. Achando que encontraria um percentual maior nos anos de 1970, quando a lei do divórcio no Brasil foi promulgada, ledo engano, o percentual para Araguari e Uberlândia representou novamente 8%. Ficam claro, portanto, as dificuldades encontradas por homens e mulheres para se separarem no Brasil.

Dos muitos processos de desquites e divórcios consensuais pesquisados os motivos das separações que nos interessavam não existiam. Logo, aqueles que poderiam nos esclarecer as relações conflituosas dos casais, falo aqui dos processos considerados segredos de justiça, as separações litigiosas, o acesso a eles me era negado assim como a todos pesquisadores da temática. Todavia, em contato com o Fórum de Uberlândia, com seus diretores, durante a realização de meu doutorado até os dias de hoje, (1993/2007) pude esclarecer a importância para os pesquisadores de família da possibilidade de conhecer, pesquisar, e publicizar os resultados da pesquisa, conquanto eu guardasse "segredo do nome das pessoas envolvidas". Assim, tive que pessoalmente buscar no Arquivo Público do Fórum, nas caixas empoeiradas, na falta de lógica de seus arquivos, os processos que me interessavam. Separei inicialmente por volta de 400 processos e dentre eles alguns relativos a adultério para analisar e posteriormente socializar neste artigo.

Na grande maioria dos processos que pesquisei (Cf. SOUSA,1998) os atores masculinos e femininos são oriundos de classes sociais menos privilegiadas. Os homens presentes nos processos judiciais litigiosos são também como os outros pesquisados partícipes de classes desfavorecidas, com exceção de três deles: um comerciante, outro contador/economista e um estrangeiro agente de turismo. Em relação às mulheres apenas uma, deixa entrever o processo, é universitária. As outras estão classificadas entre domésticas ou prendas domésticas, costureira ou sem profissão definida.

Dos 400 processos escolhemos 13 que concentrados mais entre os anos de 1960/1970 sugeriram "segredos", ocultaram atos que a imprensa, e muito menos os olhos curiosos da sociedade poderiam saber. Tudo isso em nome da "preservação" da instituição família, para evitar que a sociedade soubesse dos passos errados dados principalmente pelas mulheres. Exceções existem. Como é o caso da denúncia e pedido de **anulação** de casamento, feito por uma esposa por constatar que se enganou de sujeito. Ou seja, que não sabia que tinha contraído núpcias com um homossexual.

Porém, a maioria, ou seja, sete deles foram encaminhados pelos maridos ou companheiros que denunciavam o adultério de suas companheiras. Traições, quase sempre foram naturalizadas como características dos perfis masculinos. Às mulheres cabia mais descrição, submissão às regras do mundo privado do lar. Em apenas um deles a mulher é pega em flagrante. Ela confessa seus "erros" e o marido consegue a separação.

Em quase todos os processos os advogados deles ou delas assumem, como todo o corpo social, as falas culturais constitutivas dos gêneros. Assim, por exemplo, em um dos processos onde a mulher é acusada de adultério, após o advogado defende-la e dizer que não existiram provas que levassem à conclusão que realmente ela seria uma adúltera, ele parte para a questão da divisão patrimonial, requerendo a casa, confirmando os paradigmas do ser homem e ser mulher em nossa sociedade cristã ocidental:

> *O requerente é homem, tem renda própria, trabalha, pode perfeitamente afastar-se do lar, o que não pode fazer a contestante, por ser mulher - e ser mais natural que permaneça no lar do que transferir-se para uma pensão ou hotel, o que é mais adequado ao homem, e por não ter renda nenhuma. (...) (Processo 6015. Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna. Uberlândia 1974:02).*

Não só o judiciário assume culturalmente os modelos masculinos e femininos de vivência em sociedade. Também as mulheres recorrem, mesmo que para suas próprias defesas, de estratégias do "ser" mulher. Uma acusada de adultério recorre a uma carta à sogra e diz:

> *Se o seu filho nunca compreendeu o que é ser mãe é porque ele é irracional e egoísta, ele que nunca sofreu tudo planejou para viver dez anos com uma mulher que foi virgem para a companhia dele, que se ele teve alguma cousa, não foi adquirido só por ele, eu o ajudei muito. Eu era moça educada, foi de tanta humilhação é que eu me tornei revoltada, mas amei-o com loucura. (...) SIC (Processo 1654. Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna. Uberlândia 1960:28).*

Não podemos deixar de analisar o único processo que até agora encontrei que se trata de denúncia de homossexualidade masculina. Estrangeiro, bem apessoado, agente de

turismo, apaixonado nas cartas que escreve, nos telegramas e pessoalmente. Após o casamento com uma brasileira, ela relata que ele acaba por se confessar homossexual. Diante disso ela pede anulação do casamento. O advogado da "vítima" assim relata o caso:

> *O namorado e o noivo afigurava-se decente, respeitador e respeitável, trabalhador, responsável, em suma, pessoa digna de casar-se e apta a fazer feliz a sua esposa. O marido revelou-se homossexual, depravado moral, desocupado, cínico, motivo de desonra e de desventura para a esposa, como está, enfim, constatado. (...) (Processo 5457. Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna. Uberlândia 1971:02).*

Ao final, o desembargador, na apelação do indiciado, dá ganho de causa à mulher reconhecendo a questão da homossexualidade masculina e anula o casamento. Suas palavras finais são:

> *Em vez de estar-se casando, como pensava, com um fino agente de turismo, estava casando é com um mistificador, um depois confessado "homo sexual", um viciado em drogas, o que tudo tornaria, sem dúvida, impossível a vida em comum, com ela, autora, moça "criada na escola da honradez" e dos sãos princípios da moral. (...) (Processo 5457. Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna. Uberlândia 1971:158).*

Constatei que o casamento é fundamental para a sociedade em que vivemos. No entanto, casos como este de "desvio" sexual são vistos pela sociedade, de forma geral, e também pelo judiciário como extraviantes das regras, do natural, do normal. Retornando ao que é geral, ou seja, as tentativas de se manter o casamento mesmo quando se tem presente a violência, ressalto a fala do advogado de defesa do indiciado dito homossexual, que após relatar como "normal" desavenças no interior dos lares, tenta mostrar que não se pode tornar mais frágil a instituição casamento.

> *Nem se pode deslembrar e esquecer de que a preservação do casamento é a preservação da própria ordem da sociedade, da organização jurídica da família, da manutenção do vínculo matrimonial, respeitando a ordem moral, que sem dúvida prepondera e deve superintender a todas as contingências existenciais do casamento. (Processo 5457. Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna. Uberlândia 1971:154).*

Referências Bibliográficas:

BELVILAQUA, Clóvis. **Theoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1929.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual Essa Nossa (Des) Conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. São Paulo: Edição Saraiva, 1971

HÉRITIER, Françoise. *Casamento.* In: **Enciclopédia.** Parentesco. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

M. P., José Baeteman C**. Formação da Donzela.** Petrópolis: Vozes, 1947.

PAES**,** Lycidio. *Divórcio na Itália.* In: **Correio de Uberlândia.** Uberlândia, 08/12/1970.

SOUSA, Vera Lúcia Puga. **Entre o Bem e o Mal** (Educação e Sexualidade Anos 60). 1991.396 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1991.

_____,Vera Lúcia Puga. **Paixão, Sedução e Violência**. 1998. 250 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX

Ana Maria Araujo de Almeida*

Resumo: Este trabalho analisa as idéias propostas por Tito Lívio de Castro – médico e ensaísta brasileiro – sobre as mulheres. Castro se insere no debate sobre a capacidade intelectual feminina, que muitas discussões provocou, principalmente no interior da comunidade médica. Ele defendeu a inclusão feminina à educação, pois acreditava que esta contribuía para a evolução mental de uma raça. Baseando-se nas idéias de hereditariedade mental, bem aos moldes das propostas evolucionistas em voga no século XIX, Castro produziu um trabalho singular em relação aos seus companheiros de profissão. Suas idéias nos indicam uma das formas como a mulher foi examinada e diagnosticada em fins do século XIX brasileiro.
Palavras-chave: Educação, Mulher, Século XIX

Abstract: This work analyzes the ideas proposed by Tito Lívio de Castro – a Brazilian doctor and essayist - in relation to women. Castro participated in the debate on the feminine intellectual capacity, which caused many discussions inside the medical community. He supported the feminine inclusion in education, because he believed that this would contribute to the race mental evolution. Castro produced a unique work in comparison with his contemporaries, basing on the mental heredity ideas and in the evolutionist thought so fashionable in the 19th century. His ideas show one of the ways that women were examined and defined in the late 19th century.
Keywords: Education, Woman, 19th Century.

As últimas décadas do século XX presenciaram um crescente interesse pelos estudos de gênero. Em especial, com as propostas trazidas pelos estudos culturais, ganharam força os trabalhos voltados para a temática de gênero, resultando em uma considerável produção acadêmica. Abordagens as mais diversas foram feitas, relacionando-se à temas como o das relações de poder e dominação, o trabalho, a família, os direitos políticos, a emancipação da mulher, a medicina e a saúde, a educação, entre tantos outros. Estes estudos trouxeram grande contribuição ao debate de gênero, mostrando que não se tratava apenas de relembrar os esquecidos da história – no caso, as mulheres – mas de mostrar uma importante dimensão da história, sem a qual, qualquer estudo sobre a sociedade ficaria incompleto. As mulheres constituem importantes agentes na construção da história, e sobre elas muito foi produzido e muito ainda há que se produzir.

* Mestranda, Universidade Federal de Minas Gerais

A construção da diferenciação entre os sexos e a reafirmação da idéia de inferioridade feminina encontraram um fértil terreno em fins do século XVIII. Mas, efetivamente, se concretizaram no século XIX com a ascensão de um discurso médico voltado para a mulher, que potencializou ainda mais a idéia de inferioridade feminina frente aos homens. Segundo Foucault, no século XIX o corpo da mulher passou a ser objeto médico por excelência. A mulher foi examinada e diagnosticada, seu corpo e também sua alma foram vistos como frágeis e indutores de doenças (FOUCAULT, 1982:234). Reflexo direto destas constatações se fizeram sentir em preocupações tão caras ao século XIX, tais como a construção de um novo indivíduo, a melhora da raça e o aprimoramento da população. Deste modo, a mulher se tornou um dos focos privilegiados de estudo para médicos, higienistas, racialistas, entre outros, quase sempre influenciados pelas teorias evolucionistas.

É nesta preocupação que se insere Tito Lívio de Castro. Médico, ensaísta, preocupado com o desenvolvimento do Brasil, crítico fervoroso da situação do país, republicano, darwinista social, enfim, emblemático representante do intelectual brasileiro de fins do século XIX, Castro foi um dos que, em seus estudos, se debruçaram sobre a questão da mulher. Todavia, sua perspectiva teórica o levou a um caminho diverso do que vinha sendo produzido por seus companheiros de profissão, em relação a esta temática. A grande maioria dos médicos que se ocuparam da questão da mulher, estavam ligados à medicina ginecológica e/ou obstetrícia. Segundo Rohden, especializações da medicina como a ginecologia, que se desenvolveram ao longo do século XIX, estavam articuladas com o próprio empreendimento científico deste século, empenhado na busca por delimitações e classificações entre os seres humanos (ROHDEN, 2001: 203). Considerável foi o número de trabalhos médicos voltados para a compreensão da natureza feminina, e estes, quase sempre reafirmavam sua inferioridade, dizendo ser esta inata e intransponível. Dentre estes trabalhos, figura o livro *A Mulher e a Sociogenia* de Tito Lívio de Castro. Entretanto, este difere muito dos demais trabalhos produzidos sobre a mulher no século XIX.

Livro póstumo, publicado três anos após a morte de seu autor e prefaciado por Sílvio Romero[1], *A Mulher e a Sociogenia* constitui um importante exemplar da aplicação dos ideais evolucionistas à questão da capacidade intelectual feminina. Castro elaborou em seu livro a teoria de que em uma mesma raça homens e mulheres possuiriam capacidade cerebral diversa, sendo a inferioridade cerebral da mulher tanto maior, quanto mais adiantada fosse a

[1] Sílvio Romero foi professor de Lívio de Castro no Imperial Colégio Pedro II (Local onde Castro bacharelou-se em letras), e, ao lado de Manoel da Costa Paes – pai adotivo de Castro –, foi seu grande incentivador nos estudos, colaborando na publicação e fazendo os prefácios de seus dois livros póstumos. É através de Sílvio Romero que conhecemos os seus principais dados biográficos.

raça a que ela pertencesse. Respaldado por teorias produzidas por grandes nomes do cientificismo europeu, e de posse de todo um vocabulário trazido por estas teorias, Castro traçou seu diagnóstico. Assim, ele afirmou que a mulher estava na "infância da humanidade" e, através das constatações da craneologia e da fisiologia, seu cérebro se aproximava ao da criança, ao do selvagem, ao da "raça atrasada" e ao dos criminosos, pouco contribuindo para a evolução da espécie. E, por estar em uma fase inferior de desenvolvimento, a mulher contribuía para a sobrevivência de "antigas instituições" na sociedade, tais como os medos irracionais, as crendices populares e o apego às religiões. Instituições estas que denotavam atrasos e, acreditava ele, desapareceriam com o desenvolvimento das sociedades.

Para seu doutoramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Castro escolheu como tema um objeto de estudo ligado à medicina psiquiátrica que, naquele momento, estava em fase inicial de desenvolvimento no Brasil. Sua tese intitulada *Das Alucinações e Ilusões*[2], é considerada uma dos estudos precursores nesta área, mas praticamente não aborda a questão da mulher. Contudo, nos aponta para uma preocupação constante em seu trabalho: a saúde mental. Castro era adepto da idéia de hereditariedade mental[3], segundo a qual as aquisições intelectuais contribuíam na evolução mental de uma raça, sendo transmitida hereditariamente. Por isso, foi um defensor da inclusão feminina à educação, por acreditar que este seria um dos meios mais rápidos e seguros na promoção da evolução mental da mulher, bem como para sua transmissão às futuras gerações. Em seu esforço por encontrar soluções para o aprimoramento da espécie, a desigualdade entre homens e mulheres surgia como um entrave na busca pela tão sonhada civilização. Deste modo, Castro se ocupou em identificar as causas do atraso nacional e as soluções para superá-lo, colocando a mulher no centro de suas preocupações, apontado-a como uma das causas do atraso, ao mesmo tempo que se constituía em um reflexo dele.

Fortemente inspirado nos argumentos propostos pela craneologia – em especial, as quantificações cerebrais realizadas por Paul Broca – Castro afirmou que a inferioridade da mulher era de ordem física. Mas, enquanto os médicos e fisiologistas do período se empenhavam em demonstrar a inferioridade feminina a partir de analogias entre os órgãos sexuais femininos e masculinos, Castro fez do cérebro seu órgão de estudo por excelência. Ele considerava que a inferioridade feminina estava relacionada ao menor peso do cérebro, às

[2] Tese defendida em setembro de 1889, na cadeira de clínica psiquiátrica.

[3] A idéia de hereditariedade mental na obra de Castro possui uma clara inspiração nas teorias de Ernest Haeckel. Segundo Haeckel, a história do desenvolvimento de um organismo (sua ontogenia) repete o desenvolvimento evolucionário de sua espécie (sua filogenia). Castro se apoia nesta idéia para construir sua teoria de inferioridade cerebral da mulher frente ao homem.

conformações do crânio, e à proeminência da medula sobre o cérebro – o que denotava um estágio inferior de evolução frente aos homens, nos quais, acreditava ele, o cérebro predominava sobre a medula. Segundo Castro, a inferioridade física da mulher teria sua origem na luta pela evolução das espécies, em que a mulher ao ser protegida pelo homem, havia necessitado de menos esforço físico e mental do que este. Todavia, mesmo objetivando afastar toda forma de interpretação que não fosse a da positividade da ciência, e negando as especulações sobre o papel social e cultural na diferenciação entre os sexos, Castro não deixou de observar que a inferioridade intelectual da mulher – para muitos apontada como inerente à condição feminina – possuía também uma contribuição do meio social. Para ele, o descaso com que o aprimoramento da mente das mulheres vinha sendo conduzido no Brasil, era uma das principais causas do atraso feminino, pois só fazia ampliar a diferença existente entre homens e mulheres.

Muitos intelectuais do período consideravam ser impossível o cultivo intelectual nas mulheres, por considerarem que estas não eram afeitas às lides científicas. Entre as explicações para a menor capacidade intelectual feminina, alguns médicos apontaram a rivalidade entre útero e cérebro, chegando mesmo a afirmar que "a educação poderia atrofiar os órgãos reprodutivos femininos e masculinizar as mulheres" (ROHDEN,2001: 207). Esta negativa quanto à educação feminina, relacionava-se também a uma restrição da mulher a trabalhos considerados masculinos. Vale lembrar que era masculino todo trabalho que não fosse o do lar, o da mulher mantenedora da ordem e da paz doméstica, o da mãe responsável pelo cuidado dos filhos e pelo bem estar do marido. Deste modo, as mulheres que ousaram expandir suas funções para além do lar e da maternidade, foram alvos de acusações e especulações sobre sua feminilidade.

Castro considerava que a mulher não só era capaz de se educar, como esta educação deveria ser correlata à recebida pelos homens, com bases científicas e não apenas formada por uma extensão das aprendizagens domésticas:

> *Não há portanto objecção sceintifica contra a educabilidade da mulher, ela é um organismo como os outros e sob a acção dos motivos que influenciaram os outros reagirá do mesmo modo que elles: o motivo é a educação, a reação é a evolução mental. (sic.)"(CASTRO, 1893:312)*

No caso brasileiro, argumentava Castro, se a mulher ainda não havia se educado, era devido ao descaso do governo para com a educação. Descaso este, que no Brasil se observava não apenas em relação às mulheres, mas à toda a população. Entretanto, como a grande maioria dos defensores da educação feminina, Castro também o fazia tendo em vista a função de mãe e educadora, não defendendo a educação como uma plataforma para a

emancipação feminina. A função de educadora, contudo, só seria possível quando as mulheres se educassem, quando evoluíssem mentalmente. Para ele, no estágio mental em que se encontravam, as mulheres eram incapazes para a função de educadora, a qual elas vinham sendo indicadas.

Em fins do século XIX, era corrente a idéia de que a mulher era a mais indicada pra incutir nas crianças os primeiros saberes. Idéia corroborada pelos intelectuais de tendência romântica, que idealizavam a mulher e caracterizavam-na por mais dócil e sensível; como também pelos intelectuais de tendência positivista, que as viam como guardiãs da moral e elemento regenerador da sociedade. Neste ponto, encontramos outra grande divergência nas teorias de Castro frente às de seus contemporâneos, pois para ele, a mulher não devia ser vista como educadora, nem mesmo de seus próprios filhos, uma vez que não estava capacitada para isso. Em seus cálculos – apoiado nos métodos "desapaixonados" da ciência – o cérebro da mulher era tal qual o cérebro de uma criança, sua mentalidade igual a de um menino, além de conservar superstições e outras crenças afastadas da racionalidade. De modo que, entregar as crianças para serem educadas pelas mulheres seria o mesmo que entregar uma criança aos cuidados de outra. Por isso, educar a mulher era fazer com que esta cumprisse devidamente o papel que lhe fora reservado na sociedade. E isso não se daria apenas através da função de educadora, mas também a partir da transmissão hereditária de um tipo genético - ou sociogenético, como ele se referia – mais evoluído. Nestes cálculos, a educação contribuía para a evolução da espécie, sendo indispensável em qualquer projeto de desenvolvimento para uma nação. Era aí que residia a maior preocupação de Castro para com o futuro do Brasil.

Seu projeto de desenvolvimento da nação passava diretamente pela questão educacional, vista como única forma de redenção para o Brasil. A educação era encarada como a forma mais rápida de se promover a evolução. Escreveu ele: "como a intellectualidade é o factor mais variável em diversas sociedades, é pela educação (Buckle) que se modifica o fundo hereditário. Por isso o mundo está nas mãos dos educadores" (CASTRO, 1913: 96). E, se era entre as mulheres que a educação se mostrava mais precária, à elas devia se concentrar a maior preocupação. Vista sob perspectivas diferentes, mas nem por isso opostas, a defesa da educação feminina esteve presente em diversos intelectuais no final do século XIX.

A exemplo de nomes como o de Tobias Barreto – o mais fervoroso nesta defesa –, o de Jaquaribe Filho, e o de José Veríssimo, muitos outros figuraram nos debates sobre educação feminina. Em Jaquaribe Filho esta defesa surge como uma forma de desenvolver a mulher, para que esta produzisse "homens de bem" (MARTINS, 2004: 235). Tobias Barreto,

defendia que as mulheres tinham as mesmas capacidades intelectuais que os homens, refutando as teses de inferioridade feminina trazidas pela craneologia. Assim, defendia ele: "a mulher tem as mesmas disposições naturais para os estudos superiores; o que há mister é cultura, trabalho e esforço; o que há mister é que se lhe franqueie o templo da ciência"(BARRETO, 1962: 72). Entretanto, apesar de não restringir a educação da mulher à formação de educadora dos filhos, também não defendia sua emancipação. Já Veríssimo considerava que a mulher não era dotada de capacidade para estudos aprofundados e especializados, devendo ser ministrado à ela, apenas o necessário para que esta cumprisse sua função social de mãe e educadora (VERÍSSIMO, 1985:122).

Em comum com Castro, estes e outros defensores da educação feminina possuíam vários pontos, em especial, a noção de que a educação da mulher estava estreitamente ligada à formação dos filhos. Além disso, nenhum deles defendeu a educação como meio de emancipação. Todavia, ao defenderem a educação feminina – e mesmo que não fizessem o mesmo quanto à sua emancipação – estes "homens da ciência" ajudaram a abrir um espaço, que vinha sendo trilhado por várias mulheres ao longo do século XIX, fomentando um debate essencial na luta por conquistas femininas no âmbito social e político. Principalmente, através de uma expressiva imprensa feminina, as mulheres foram adquirindo cada vez mais voz ativa, reivindicando seus direitos, sua capacidade intelectual, o acesso à educação, e, a seu modo, negociando seu espaço social. De objetos de investigação científica, ao serem analisadas, quantificadas e diagnosticadas, as mulheres negociaram aos poucos sua própria emancipação.

Hoje, em pleno século XXI, idéias como as de Tito Lívio de Castro podem nos soar bastante caricaturais, mas sua obra demonstra conhecimento das questões mais caras a seu tempo, e, salvo sua linguagem cientificista – para nós, um tanto espinhosa e obsoleta em sua conclusões –, possui questões que ainda permeiam o nosso universo cultural. Me pergunto, quão diferente está hoje, em várias partes do mundo, a realidade social das mulheres e as idéias que muitos homens ainda fazem delas.

Bibliografia:

BARRETO, Tobias. *Educação da Mulher* (Assembléia de Pernambuco. Sessão de 22 de março de 1879). In: **Estudos de Sociologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

CÂNDIDO, Antônio. *A sociologia no Brasil*. In**: Tempo Social**. vol.18 no.1 São Paulo Junho 2006.

CASTRO, Tito Lívio de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Co., 1893.

CASTRO, Tito Lívio de. **Questões e Problemas**. São Paulo: Empresa de Propaganda Luso-Brasileira, 1913.

FOUCAULT, Michel**. Microfísica do Poder**. Org. introd. e rev. técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ROMERO**,** Sílvio. *Tito Lívio de Castro*. (Prefácio) In: CASTRO, T. L. ***A Mulher e a Sociogenia***. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893.

ROMERO**,** Sílvio. *Tito Lívio de Castro*. In: ***História da Literatura Brasileira***. Tomo Quinto. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1949.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da opressão militar a opressão das urnas

Luis Fernando Guimarães Zen*

Resumo:
Esta é uma pesquisa em fase inicial e faz parte do projeto apresentado ao programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. O objetivo é analisar como se desenvolve as propostas de democracia no Brasil após o fim da ditadura militar, analisando como a revista Veja colaborou na construção de uma hegemonia em torno da democracia. A idéia é discutir quais eram os projetos de democracia para o país, questionando criticamente a quem esses projetos interessavam e quem eram os principais beneficiados nessa nova democracia. Essa pesquisa buscará investigar sobre a existência ou não de uma democracia brasileira e a forma como o sufrágio universal foi apresentado para os eleitores criando uma falsa idéia de "cidadania democrática."
Palavras Chave: Democracia, Revista Veja, Hegemonia.

Abstract:
This is a research on an initial step and it makes part of a project presented to the Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. The objective of this project is to analyze how it's developed the pledges of democracy in Brazil after the end of the military dictators, analyzing how the magazine Veja helped in the construction of hegemony around the democracy. The idea is to discuss which were, the projects of democracy to the country, critically questioning to whom these projects interested and who were the maim beneficiates in this new democracy. This research will try to tells about the existence on not of a brazilin democracy and the way how the universal vote was presented to the people creating a false idea of "democratic citizenship."
Key words: Democracy, Magazine Veja, Hegemony .

Esta é uma pesquisa que tem por finalidade levantar e discutir questões referentes ao processo de "redemocratização" no Brasil. Após o fim da ditadura militar em 1985, construiu-se uma nova proposta em torno da democracia no país. Pouco se contestou sobre a forma com que foi elaborado o projeto de escolha dos representantes públicos para o Legislativo e para o Executivo.

Para um povo que passou por vinte anos de restrições políticas a abertura democrática do país significava (e foi) uma grande conquista de diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, o sufrágio universal aparentemente colocava a todos em um mesmo patamar já que as classes menos abastadas da sociedade tinham o mesmo poder de voto que as elites dominantes.

* Graduado em História e mestrando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

A vitória das manifestações públicas colocou os militares contra a parede, mas não podemos esquecer que grande parte dos políticos que comandavam o país passou a disputar e ganhar eleições. Ou seja, a mudança dos quadros políticos do país não existiu completamente. Nesse caso, cabe estudar qual era a melhor forma para os militares de passar o poder para a sociedade civil sem que esse novo regime colocasse em risco a "hegemonia" da elite do país.

No início da década de 1980, começam a se acirrar os diversos movimentos sociais em prol do fim da ditadura militar e uma transição política no país. A construção de um projeto de democracia era apresentada como a melhor saída para a sociedade. Para os militares não bastava passar o poder para as mãos da sociedade civil, era necessário passar o poder para "mãos confiáveis". Para o cientista social Francisco C. Weffort, existiam inicialmente duas propostas que estavam muito ligadas ao "atual" regime, "dessa forma, os militares sairiam do poder deixando-o em mãos confiáveis" (WEFFORT, 1984: 17)

Weffort escreveu em 1984 uma obra intitulada Por que Democracia? Ele fala ainda que seu livro poderia se chamar Por que não Revolução? Nesse livro o autor questiona os projetos de democracia que estavam sendo difundidos no país, perguntando: "seria esta a democracia pala qual lutamos nos últimos dez anos? Seria esta a luz que todos esperava-mos no fim do túnel?" (WEFFORT, 1984: 18)

O autor diz que haviam poucas alternativas de saída para o fim da ditadura e início da abertura política. Ele aponta que de um lado, havia "a candidatura de Paulo Maluf, do PDS, representante de uma nova direita, civil e burguesa, com tons acentuados de direita fascista." Do outro lado está "uma proposta liberal, de marca acentuadamente conservadora, a figura de Tancredo Neves, representando o PMDB moderado e as dissidências do PDS agrupados na Frente Liberal." (WEFFORT, 1984:17)

Francisco W. aponta pelo menos três dissidências dentro dessa própria direita, vale lembrar que ele participa da fundação do PT que surge talvez como a principal (mas não a única) frente de esquerda, mas, que naquele momento não disputaria o poder. Talvez por isso que ele questionasse "Por que não Revolução?"

A forma com que a democracia foi apresentada à população parecia num primeiro momento como a melhor saída para superar a ditadura militar. Pouco se questionou se aquela era realmente a melhor maneira de eleger os representantes públicos.

Essa pesquisa buscará investigar qual foi o papel que a revista Veja exerceu durante o final da ditadura militar até a consolidação da "democracia" com as eleições presidenciais de 1989. A investigação se dará em torno de qual era o projeto de democracia que a revista apresentava e quem eram os principais beneficiados com esse projeto.

A historiadora estadunidense Ellen Meiksins Wood, é autora do livro: DEMOCRACIA CONTRA CAPITALISMO a renovação do materialismo histórico. Neste livro, Wood parte da premissa de que o capitalismo é na sua essência, incompatível com a democracia. "Um capitalismo humano, 'social' e eqüitativo seria mais irreal e utópico de que o socialismo". Assim, o projeto teórico principal do marxismo "a crítica do capitalismo," e a sua crítica à economia de mercado seriam hoje mais oportunas do que nunca. (WOOD, 2003: 13)

Ellen Wood propõe a renovação do programa crítico do materialismo histórico pela redefinição de seus princípios básicos e de sua teoria da história. Explora também o conceito de democracia no mundo antigo e no mundo moderno examinando suas relações com o capitalismo e levantando questões sobre como o poder público pode ultrapassar os limites a ele impostos pelo regime do capital.

Wood chama a atenção para o fato de que "a crítica original do capitalismo não poderia ser executada sem a convicção de que existem alternativas, e isso se realizou a partir do ponto de vista da antítese do capitalismo, o socialismo." (WOOD, 2003: 27)

Vale lembrar que com o colapso do "socialismo real" dos países do leste europeu difundiu-se a idéia de fim do marxismo. Para Ellen Wood,

> *Há algo de estranho na premissa de que o capital representa a crise terminal do marxismo. Podia-se esperar, entre outras coisas, que um período de triunfalismo capitalista devesse oferecer mais espaço, em relação a qualquer outra época, para o principal projeto marxista: a crítica do capitalismo. (WOOD, 2003: 13)*

A autora coloca ainda que:

> *O objetivo principal dessa crítica foi a transformação da idéia socialista, de uma aspiração a – histórica, num programa político baseado nas condições históricas do capitalismo. (...) se existe hoje um tema unificador entre as várias oposições fragmentadas, é a aspiração à democracia. (WOOD, 2003: 21)*

A proposta de uma democracia efetiva, que atendesse os anseios da sociedade é uma idéia que fica apenas na proposta, "nas democracias modernas, em que a comunidade cívica une os dois extremos da desigualdade social e de interesses conflitantes, o 'bem comum' partilhado pelos cidadãos passa a ser uma noção muito mais tênue e abstrata." (WOOD, 2003: 181) Ela comenta ainda sobre a falsa idéia de uma cidadania democrática,

> *O que talvez não seja tão evidente são os princípios antidemocráticos contidos na idéia de cidadania democrática (...). Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificam, e simultaneamente limitariam, o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não*

> *existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado.(WOOD, 2003:185)*

Nas últimas décadas tem se depositado uma especial atenção na historiografia brasileira ao estudo de questões políticas, compreendidas como mecanismos que possibilitam interpretar as relações de indivíduos acontecidas no âmbito de processos sociais. A história política vem merecendo inclusive um papel de destaque nos estudos direcionados a melhor compreensão das questões históricas e sociais.

Esse trabalho busca desvincular-se de um paradigma tradicional, não mais somente percebendo a história política como a história dos grandes feitos, dos grandes heróis, mas buscando entender a política com suas relações interdisciplinares como observa Peter Burke "a oposição a muito estabelecida entre os historiadores políticos e não políticos está finalmente se dissolvendo (...) em vez disso nos vemos preocupados com o conhecimento social na política e com o elemento político na sociedade." (BURKE, 1992: 98)

Ao longo de todo o livro, Burke e seus colaboradores escrevem sobre novas formas de abordagem histórica atreladas a utilização de novas fontes. O olhar direcionado a política também teria sido modificado, perceberia cada vez mais a história política com fortes aproximações sociais, isso possibilitaria a realização de uma história com possibilidades de ser mais completa, não detendo-se apenas a critérios e conceitos econômicos.

Ou seja, há uma constatação cada vez maior de que a política não pode ser estudada separadamente, isolada de todo o contexto social no qual está inserida e da sociedade na qual foi produzida, inclusive verificando o interesse e ambição dos sujeitos integrantes e integrados políticos.

Estudar a recente história política brasileira torna-se cada vez mais relevante. Cabe ao historiador escrever sobre os fatos relevantes que atingem a sociedade contemporânea e não somente pesquisar em centros de documentação ou museus, se nós historiadores não fizermos, de certa forma estamos deixando a porta aberta para que outros setores o façam (como os jornalistas, por exemplo) para que aí possamos pesquisar a partir de um material produzido muitas vezes para justificar os interesses de determinados setores da sociedade.

A idéia de democracia é muito antiga, embora uma democracia que atendesse os anseios da população talvez nunca tenha sido experimentada. Desde os gregos antigos ouve-se falar em democracia embora eles mesmos não tenham experimentado já que apenas uma pequena parte deles tinha direito ao voto.

A atual de democracia experimentada em muitos países se aproxima mais do conceito de Thomas Hobbes sobre elegermos representantes. Hobbes parte do princípio de que "todo o homem é mau por natureza" e de que vivemos uma "guerra que é de todos os homens contra todos os homens." (HOBBES, 2004: 92)

Ele justifica através desses dois conceitos que os homens não podem viver em paz sem que haja um poder comum que esteja acima deles "por outro lado, os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros, quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito." (HOBBES, 2004: 95) Dessa forma, Hobbes contextualiza o surgimento do Estado,

> *A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças ao fruto da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade.(HOBBES, 2004: 125)*

Essa é a síntese do surgimento do Estado para Hobbes, ou seja, como um mediador necessário para a convivência pacífica entre os homens que em comum acordo passam o direito de serem governados por outros homens.

Para Engels, assim como para Marx, o Estado surgiu da "necessidade de conter os antagonismos de classe," (LENIN, 1979: 95) Engels afirma ainda que:

> *O Estado não é de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é "a realidade da idéia ética", nem "a imagem e a realidade da razão," como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não se consumam a sociedade numa luta estéril, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela é o Estado. (ENGELS, 2005: 181)*

Dentro dessa concepção de Estado, essa pesquisa tentará identificar qual é o papel da democracia e principalmente do sufrágio universal. Vale lembrar que desde o século XIX alguns autores já desenvolviam críticas sobre o sufrágio universal, eles apontam esse caminho como um instrumento de dominação da burguesia e que aquela experiência de democracia servia principalmente ao capitalismo. Para Lênin,

> *Há que se observar, além disso, que Engels, com a maior precisão, chama também o sufrágio universal de instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal diz Engels, baseando-se evidentemente na longa experiência da social democracia alemã, é "o indicio de maturidade da classe operária. Não se pode chegar e não se chegará nunca a mais do que isso no Estado atual." (LENIN, 1979: 21)*

A democracia vem sendo difundida mundialmente como a forma mais bem desenvolvida da política moderna, ou seja, é a forma mais bem apurada de hegemonia. Por outro lado, os mesmos "paises desenvolvidos" que difundem as idéias democráticas associando-as com o capitalismo e com cidadania, assumem posturas antidemocráticas. O atual presidente estadunidense é talvez o defensor da "democracia" mais conhecido do mundo, porém, ele próprio foi eleito com uma soma total de votos menor que o candidato "derrotado."

Hugo Chavez da Venezuela, Evo Morales da Bolívia e o atual presidente do Irã, foram eleitos democraticamente em seus países, no entanto, são diariamente apontados pelos defensores da democracia (inclusive o Bush) como ameaças à ordem mundial. Não cabe aqui discutir esses três casos, nem também as diversas ditaduras apoiadas atualmente pelos Estados Unidos em vários continentes.

Vale lembrar que o capitalismo brasileiro conviveu muito bem (inclusive com um acentuado desenvolvimento) com a ditadura militar. Dessa forma, capitalismo e democracia não precisam necessariamente andar juntos. Tudo isso foi assistido e apoiado pelos defensores "da democracia".

Esses são alguns dos questionamentos que devem ser desenvolvidos durante a realização dessa pesquisa. O objetivo é mostrar como a revista Veja se utilizou de sua capacidade de organização para defender a democracia e quais eram os projetos de democracia que a revista defendia. Essa pesquisa buscará investigar o período que vai do final da ditadura militar em 1985 até as eleições presidenciais de 1989.

Bibliografia

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: Novas perspectivas.** São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo, editora Escala, 2005.

ENGELS, F. In, LÊNIN, V. U. O**bras Escolhidas –** tomo 1, 1º ed. São Paulo, Alfa Omega, 1979.

HOBBES, Thomas. **Leviatã,** São Paulo, Martim Claret, 2004.

MARX, Karl. In LENIN, V. U. **Obras Escolhidas** – tomo 1, 1º ed. São Paulo, Alfa Omega, 1979.

WEFFORT, Francisco C. **Por Que Democracia.** 4º edição, São Paulo, editora brasiliense, 1984.

WOOD, Ellen M. **Democracia Contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo, Boitempo, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A polícia civil e a modernização brasileira

Mário Cléber Martins Lanna Júnior*
Evelyn Maria de Almeida Meniconi**

Resumo: A memória da Polícia Civil de Minas Gerais, é parte de nossos atuais problemas e suas possíveis soluções. Um espaço conquistado graças à sua capacidade de modificar-se, adequar-se às necessidades de cada tempo, de ser parte de nossa cultura. A Polícia Civil de Minas Gerais que conhecemos formou-se por um longo processo, responsável em configurar a atual Polícia Civil de Minas Gerais. Os primeiros levantamentos sobre a história da Polícia Civil de Minas Gerais mostraram a escassez de estudos sobre esse tema. Esse trabalho precisou partir da estaca zero, o que significava algumas limitações metodológicas, afinal, tudo ainda precisava ser feito. Dessa forma, os objetivos traçados foram humildes; o principal era realizar uma pesquisa histórica institucional sobre a Polícia Civil de Minas Gerais no período republicano. Especificamente, pretendeu-se apontar e explicar as competências e as ações da Polícia Civil de Minas Gerais de 1930 a 1956.
Palavras chave: Minas Gerais; República; Polícia Civil.

Abstract: The memory of the Civil Policy of Minas Gerais, is part of our current problems and its possible solutions. A space conquered thanks to its capacity to modify themselves, to adjust it the necessities of each time, being part of our culture. The Civil Policy of Minas Gerais that we know was formed for a long process, responsible in configuring the current Civil Policy of Minas Gerais. The first surveys on the history of the Civil Policy of Minas Gerais had shown the scarcity of studies on this subject. This work needed to leave of prop zero, what it meant some limitations, after all, everything still needed to be made. Of this form, the objective tracings had been humble; the main age to carry through an historical research on the Civil Policy of Minas Gerais in the republican period. Specifically, it was intended to point and to explain the abilities and the actions of the Civil Policy of Minas Gerais of 1930 the 1956.
Words key: Minas Gerais; Republic; Civil policy

1. Introdução

A Polícia Civil de Minas Gerais acompanhou o processo de modernização do Estado brasileiro, um caminho tortuoso, percorrido em velocidade lenta, se comparada com o ritmo das transformações ocorridas no país. A primeira fase dessa história inicia-se em 1930 e

* Fundação João Pinheiro e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutor em História (UFRJ).
Instituição financiadora: Polícia Civil de Minas Gerais.
*

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Ciência Sociais (PUC-Minas).

termina em 1945, caracterizada pela presença de um governo autoritário, centralizado e interventor, por uma sociedade ainda rural em processo inicial de industrialização e urbanização. O período seguinte, entre 1945 e 1956, foi marcado pela adequação da Polícia Civil à democracia populista da época e à verticalização do processo de industrialização e urbanização. O órgão ganhou maior poder político, vinculou-se a uma estrutura específica de Segurança Pública constituída por uma nova Secretaria, criada em 1956, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais (Sesp), cujo secretário era o próprio chefe de Polícia, cargo extinto.

A criação da Sesp é um divisor de águas, ela surgiu para atuar de forma abrangente, para elaborar, propor e desenvolver políticas apropriadas para o setor de segurança, uma evidência da relevância conquistada pela Polícia Civil dentro da administração e das políticas públicas do Estado de Minas Gerais. A atuação dessa Secretaria marcou os períodos seguintes da história da Polícia Civil, até 2003, quando foi extinta e novamente foi criado o cargo de chefe de Polícia.

Essa história foi marcada pelos avanços lentos e acelerados da Polícia Civil, momentos de valorização e crescimento e situações adversas de crise e abandono. Uma história na qual alguns problemas foram recorrentes, como a falta de pessoal ou formação inadequada dos recursos humanos e o precário aparelhamento da instituição. A instabilidade política marcou esse conturbado processo histórico, quando o país mesclou períodos autoritários e democráticos, com conseqüências diretas para a Polícia Civil. Interessa apontar os efeitos do ponto de vista institucional.

Constatou-se que o órgão foi mais valorizado nos períodos democráticos, em específico na realização de sua missão institucional (identificação dos cidadãos e dos veículos, investigação de crimes, montagem e encaminhamento do inquérito para a justiça), quando foi tratado com mais respeito e recebeu maior autonomia de ação. Esse foi o caso, por exemplo, do período que inicia-se em 1945, quando a Polícia Civil cresceu ao ponto de ganhar sua própria secretaria, a Sesp. Em contraste, o período anterior, de 1930 a 1945, quando o autoritarismo marcou o regime político, os aspectos institucionais da Política Civil foram postergados para um segundo plano.

2. A Revolução de 1930 e a Polícia Civil de Minas Gerais.

A Revolução de 1930 desencadeou acontecimentos políticos que marcaram a história da República brasileira, em especial o advento do Estado Novo, um governo autoritário, violento e centralizador. O Decreto n. 10 023, de 18 de agosto de 1931, criou a

Chefia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. O chefe da Polícia Civil ficou imediatamente subordinado ao secretário do Interior, que era nomeado pelo presidente do Estado (Decreto n. 10 023 de 24 de agosto de 1931). No mesmo mês foi criado o Decreto n. 10 030, estabelecendo que o chefe de Polícia requisitaria diretamente ao comandante geral, ao chefe do Estado Maior, ou aos comandantes de unidades da Força Pública, os oficiais e praças que julgasse necessários ao serviço policial, assim como serviria como ajudante de ordens do chefe de Polícia o oficial da Força Pública que aquele requisitar para esse fim.

O conflito de ideologias era o ambiente da época (DUTRA, 1997; CAPELATO, 1997). Nesse contexto, destacou-se a ação da Polícia Civil como medidas preventivas nas eleições e o combate ao comunismo, considerado um extremismo político que precisava ser extirpado da sociedade brasileira. Nas eleições de 1935, os delegados auxiliares e especializados da Polícia Civil foram designados para percorrer os municípios, colaborar com as autoridades locais e instruí-las sobre a legislação eleitoral. Esse foi o ano da "Intentona Comunista", nome pejorativo dos levantes militares comandados por Luiz Carlos Prestes e rechaçados pelo governo. Após a apreensão de documentos dos arquivos de Luiz Carlos Prestes, a Polícia Civil procedeu a numerosas pesquisas que culminaram em buscas e prisões. Em Minas Gerais, focos de propaganda comunista foram descobertos, boletins extremistas foram apreendidos, prisões preventivas foram realizadas e processos instaurados.

Em geral, procurou-se criar melhores condições para esse tipo de controle social. Esse foi o caso da criação de um registro de empresas de publicidade e na organização de um cadastro das agremiações de caráter extremista (MINAS GERAIS, 1936; 1937). A repressão e o centralismo marcaram a história da Polícia Civil nessa época, aspectos que se relacionavam diretamente com o autoritarismo emergido depois de 1930.

O Estado Novo afetou a Polícia Civil em dois aspectos. O primeiro diz respeito ao melhor aparelhamento policial, capaz de identificar e controlar informações sobre os cidadãos, em especial nas cidades maiores, ocupadas por uma massa de pessoas recém-chegadas das zonas rurais, na maioria trabalhadores industriais com seus familiares, que tinham o direito de ser protegidos pela Polícia. O segundo refere-se aos recursos humanos, em específico ao plano de carreira, que se constituiu em um dos gargalos históricos do desenvolvimento institucional da Polícia Civil de Minas Gerais.

Era uma tentativa de combater o problema histórico da Polícia Civil de carência de pessoal. A preocupação com o plano de carreira foi expressa pelo governador Benedito Valadares Ribeiro, em mensagem enviada à Assembléia Legislativa em 1935. Segundo o governador, dificuldades nas finanças do Estado haviam impossibilitado a implantação do

plano de carreira, fundamental para a completa organização policial. Interessa apontar que outros projetos também tiveram o mesmo destino, como a promessa de uma Polícia moderna com critérios científicos e técnicos de atuação.

3. 1945 - 1956: a Polícia Civil na democracia.

As ações efetivas que visavam a uma mudança profunda na estrutura da Polícia eram demandas antigas que o Estado Novo apenas esboçou realizar, como o plano de carreira e as melhorias físicas realizadas no período anterior. Foi no período entre 1945 e 1956 que algumas dessas ações foram concretizadas.

As transformações necessárias começaram a ser feitas por meio de uma legislação específica. A partir de 1946, uma série de leis estruturou a carreira de Polícia, com a definição de cargos, funções e salários, em geral leis que procuraram valorizar o policial civil. Esse foi o caso do Decreto-Lei n. 9 108, de 29 de abril de 1946, que instituiu o Dia dos Policiais Civis e Militares, comemorado no dia 21 de abril. O conjunto dessas leis determinava, por exemplo: a aprovação do departamento administrativo da Chefia de Polícia; a criação de cargos no serviço de Polícia técnica; a reorganização do quadro de funcionários do departamento de Assistência Policial e Médico-Legal; e a nomeação de delegados de Polícia, subdelegados e seus respectivos suplentes.

A questão fundamental era definir com clareza qual o papel institucional da Polícia Civil na nova ordem democrática e garantir uma estrutura organizacional mínima para o seu funcionamento de forma satisfatória. Assim, essa legislação definia a Chefia de Polícia como encarregada de serviços policiais e segurança pública, criava a Polícia de carreira, consultoria jurídica, comissão julgadora de idoneidade das autoridades leigas, delegacias adjuntas, quadros de escrivães e escreventes, delegacia de assistência social, serviço anexo de vigilância de menores, radiopatrulha, curso de seleção e formação pessoal.

A Polícia de carreira era "[...] considerada a base de toda boa organização policial, pois, [atraía] para seus quadros elementos interessados em realizar suas atividades com qualidade, visando crescimento na carreira policial" (MINAS GERAIS, 1947). A profissionalização era o alvo desejado, e a regulamentação de uma carreira policial fazia-se premente, pois, sem uma definição clara dos cargos e encargos, a Polícia Civil continuaria presa a políticas personalistas. A Corregedoria Geral era um exemplo de mudança. Sua função era fiscalizar as atividades policiais e prestar consultoria jurídica à Chefia de Polícia (MINAS GERAIS, 1947).

Alguns órgãos e serviços que já funcionavam anteriormente foram regulamentados por essa legislação, como o caso do serviço de vigilância de menores e a assistência técnica de contabilidade, além de criar outros, como a delegacia de assistência social e a Escola de Polícia. O serviço de vigilância de menores tinha a função de acolher crianças desvalidas, reajustando-as ao convívio das famílias ou encaminhando-as às instituições como o Albergue Policial. A assistência técnica de contabilidade controlava o orçamento da Polícia Civil, especificamente as verbas destinadas às diligências policiais, à assistência social, à alimentação de presos, ao transporte e aos gastos com pessoal e material. Outros órgãos criados foram: a delegacia de assistência social, responsável pelos desvalidos e pela vigilância da falsa mendicância; a Escola de Polícia Desembargador Rafael Magalhães, destinada aos policiais com cursos de formação profissional; e a Escola Tiradentes, para a formação básica e preparação dos candidatos para a Escola Rafael Magalhães (MINAS GERAIS, 1947).

A Polícia Civil procurava corresponder às novas necessidades de um serviço mais eficiente e profissional, bem como adequar-se à realidade político administrativa do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, reagrupou sua administração geográfica em circunscrições. Além disso, delegacias gerais foram criadas, em regiões especiais, onde a demanda pelos serviços policiais era maior, como em Belo Horizonte, em Juiz de Fora e no Triângulo Mineiro. Essas delegacias eram comandadas por autoridades comissionadas. A delegacia de Belo Horizonte era responsável pela vigilância na periferia da cidade. No Triângulo Mineiro, a Delegacia-Geral sediou-se em Uberaba e era responsável por articular os serviços de todas as delegacias da região e vigiar o intenso tráfego de veículos no Triângulo Mineiro. Em Juiz de Fora, a justificativa era atender ao movimento da cidade e da região, com grande tráfego de veículos e capacidade industrial (MINAS GERAIS, 1947 e 1950).

A criação de Delegacias Auxiliares completava esse modelo de organização. Foram criadas seis Delegacias Auxiliares que atuariam em articulação com a Corregedoria e o Departamento de Investigação. As duas primeiras Delegacias Auxiliares tinham funções mais gerais; a primeira funcionava como uma consultoria, atuando nos casos omissos em lei ou que exigiam maior competência policial; a segunda colaborava com a Corregedoria-Geral. Em relação a essas duas primeiras, as outras quatro apresentavam um perfil mais específico, cuidando de crimes contra a vida, de repressão à vadiagem e à falsa mendicância, de repressão ao uso de tóxicos e entorpecentes. Aos delegados auxiliares, cargo criado pelo Decreto-Lei n. 2 147, caberia realizar diligências na Capital e no interior, especificamente nos casos em que era necessária a atuação direta da autoridade superior (MINAS GERAIS, 1950).

A Polícia Civil ganhou novo perfil depois de 1947. Atualizou sua organização administrativa geográfica, criou novos serviços e órgãos e definiu um plano de carreira. Eram sinais de valorização concretizados em maior incentivo para a instituição. O resultado foi o aperfeiçoamento dos serviços, o crescimento da Polícia Civil em termos físicos e o seu reconhecimento social.

Os efeitos da valorização da Polícia Civil foram logo percebidos: o índice de criminalidade caiu em 1949, depois de dois anos consecutivos de crescimento. A Polícia Civil creditou essa queda à melhoria nas apurações das infrações penais e nas capturas dos delinqüentes, enfim, à maior eficiência dos serviços policiais (MINAS GERAIS, 1950).

Esse breve e superficial relato oferece a dimensão da ação da Polícia Civil na época, que tinha diferentes frentes de atuação: investigação criminal; identificação dos cidadãos brasileiros e dos estrangeiros, inclusive emissão de passaportes; cuidado de menores abandonados, enfermos sem recursos, como mendigos, mantendo um serviço de albergue e de pronto-socorro. Fica evidente a presença marcante da Polícia Civil na sociedade mineira e como esse órgão estava em plena ascensão e ganhava espaço e valor institucional, evidenciados nas reformas físicas e estruturais nos seus prédios e nas suas instalações.

Mudanças ocorreram também na Delegacia de Ordem Pública, transferida, em 1954, para instalações mais adequadas na Rua Gonçalves Dias, 1 079, dado o crescente número de detentos. Foram criadas nessa delegacia três seções, dirigidas por delegados regionais: a seção de ordem política e social; a seção de armas, munições, explosivos e produtos químicos agressivos; e a seção especial de vigilância (MINAS GERAIS, 1954).

As cadeias eram uma das prioridades desse processo de mudança, o setor mais precário da Polícia Civil. A preocupação era, principalmente, em relação às instalações físicas dos estabelecimentos prisionais. Nesse sentido, as Leis n. 349 e n. 469 fizeram uma revisão do regime carcerário e determinaram a reforma dos antigos presídios e a construção de novos. Para cumprir essas leis, em 1950, a Chefia de Polícia, com a colaboração da Secretaria de Viação e Obras Públicas, organizou um programa especializado de planejamento de cadeias que previa a remodelação e a adaptação das atuais (MINAS GERAIS, 1950).

A Polícia Civil iniciava um amplo processo de estruturação e institucionalização. O problema era o ritmo lento dessas mudanças, incapaz de acompanhar as demandas que cresciam com mais rapidez. O efeito desse descompasso era desastroso, como a situação da Casa de Correção em 1954, que tinha capacidade para 100 detentos, mas guardava 370 internos (MINAS GERAIS, 1954). O déficit prisional, que preocupava e estava muito longe

de ser resolvido, era um problema que fugia completamente ao controle da Polícia Civil, uma instituição com muitas obrigações, porém carente de recursos humanos e materiais.

Os serviços ligados ao trânsito eram uma exceção nessa realidade. Na década de 1950, os serviços de trânsito ganharam relevância e atenção, uma tendência que se fortaleceu nos anos seguintes. A construção de uma sede própria confirmava o espaço privilegiado usufruído pelo Serviço Estadual de Trânsito (SET). Essa sede foi construída no início da década de 1950. Em 1952 funcionavam, na nova sede, os gabinetes de trabalho da direção, a sala de seções do Conselho Regional de Trânsito, a Chefia do Serviço Administrativo, a Delegacia de Trânsito e Acidentes, o cartório e a subinspetoria, a seção de Veículos e Condutores, a contabilidade, a fiscalização geral, a campanha educativa e o protocolo.

Essa estrutura cresceu. Em 1953, foi criado o curso para examinadores e fiscais de trânsito, bem como instaladas uma biblioteca especializada, uma tipografia e uma seção de fotografia (MINAS GERAIS, 1954). No ano seguinte, foram criados dois novos setores – a seção de engenharia e o gabinete de psicotécnico (MINAS GERAIS, 1955). Percebe-se nessas ações uma preocupação em tratar o trânsito de forma moderna, com técnicas e procedimentos padrão e medidas disciplinares legais. A boa fase institucional do Serviço Estadual de Trânsito produziu uma interessante iniciativa – a revista *Trânsito*, órgão oficial do Serviço Estadual de Trânsito de Minas Gerais, criada em 1953. (MINAS GERAIS, 1954). Em 1955, o Decreto n. 4 532, de 30 de março de 1955, aprovou o regulamento da Superintendência do Serviço Estadual de Trânsito. Sua função era realizar o estudo, o planejamento, a organização, a execução ou a orientação e a coordenação e fiscalização dos assuntos e providências relativas ao trânsito público em todos os territórios do Estado, seguindo as normas do Conselho Regional de Trânsito (Lei n. 4 532, de 30 de março de 1955).

A Polícia Civil havia passado por uma experiência de modernização desde 1945, que a transformou em um uma instituição com amplo poder de ação e razoável estrutura administrativa. O Serviço Estadual do Trânsito é um exemplo positivo dessa experiência, entretanto essa nova situação trouxe mais problemas do que desenvolvimento, como a guarda dos presos e a incapacidade da Polícia Civil em acompanhar o número crescente de crimes produzidos por uma sociedade em processo de industrialização e urbanização. A institucionalização e a estruturação da Polícia Civil precisavam ser aprofundadas. Era preciso oferecer condições de acordo com a estrutura do Estado, modificar a relação da Polícia Civil com o poder central do governo de Minas Gerais. Essa foi a providência determinada pela Lei n. 1 527, de 31 de dezembro de 1956, que marcou o início de uma nova fase na história da Polícia Civil.

Referências

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política do varguismo ao peronismo. Campinas: Papicus, 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

MINAS GERAIS. **Assembléia Legislativa Mineira, 1a seção ordinária de 1935, Mensagem apresentada por Benedito Valadares Ribeiro, Governador do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1935. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. **Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais por ocasião da Assembléia da abertura da sessão ordinária de 1954**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

MINAS GERAIS. **Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais na seção de 15 de julho de 1955**. Belo Horizonte: [Imprensa Oficial Minas Gerais], 1955.

MINAS GERAIS. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1937**, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1937.

MINAS GERAIS**. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em sua sessão ordinária de 1936**, pelo Governador do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1936.

MINAS GERAIS. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1947,** pelo Governador Milton Soares Campos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1947.

MINAS GERAIS. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1950** pelo Governador Milton Soares Campos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1950.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Técnicas racionalizadoras em ação - a seleção eugênica de aprendizes SENAI (1943-1955).

Vera Regina Beltrão Marques-UFPR*

Resumo: Conformar o corpo máquina, preparar o operário para os diferentes lugares da produção, nas primeiras décadas do século XX, constituiu um desafio para médicos, engenheiros, juristas, administradores, psicólogos e educadores. Empenhando-se na árdua tarefa de tornar o brasileiro um sujeito disciplinado para o trabalho, esses intelectuais valeram-se de técnicas para selecionar aqueles cuja aptidão melhor condizia com as aspirações da indústria no país. Este trabalho busca discutir princípios que sustentavam essas propostas para a seleção de aprendizes aos cursos profissionais, nas primeiras décadas do Novecentos, buscando detectar suas matrizes norteadoras através do discurso médico-higienizador.
Palavras-chave: saúde e aptidão; educação profissional-história; eugenia; ciência.

Abstract: Conforming machine body, preparing workers for different production places, it constituted, at the first decades of the 20th century, the big challenge for doctors, engineers, adjudicators, administrators, psychologists and educators. Such intellectuals applied themselves to the hard work of transformation of Brazilian men into a disciplined member of work. These intellectuals applied techniques in order to select those ones whose aptitude better answered to the needs of the country's industry. This work intends to analyze the basic proposals of such selection of learners to professional courses in the first decades of the nine hundreds. It tries to identify its bases by the medical-hygienic discourse.
Key words: healthy; aptitude; history of professional education; eugenics; science.

O Estado Novo
Veio para orientar
No Brasil não falta nada
Mas precisa trabalhar
Tem café, petróleo e ouro
Ninguém pode duvidar
E quem for pai de quatro filhos
O presidente manda premiar
É negócio casar!
(Ataulfo Paiva)

Casar e ter quatro filhos, para além de qualquer prêmio, vinha acompanhado de objetivos bastante específicos. Filhos significavam braços que ao completar o primário, com 12 anos de idade, prontos estavam para ingressar nos cursos vocacionais do SENAI, por exemplo.

* UFPR, doutora, CNPq

Forma racional de iniciar a formação para o trabalho industrial, ávido de trabalhadores e com problemas de arregimentação, como apontavam industriais e homens de governo.

A indústria brasileira nos anos 1940, não contava com outra alternativa a não ser implementar sua produção. Não havia como importar mais produtos ou máquinas. A solução consistia em aumentar a fabricação de produtos via ocupação máxima da força de trabalho. E operários bem treinados poderiam render ao máximo.

Logo, preparar operários para os diferentes lugares da produção, nas primeiras décadas do século XX, constituiu um desafio para os intelectuais brasileiros de vários campos do conhecimento científico. Médicos, engenheiros, juristas, administradores, psicólogos e educadores empenhavam-se na árdua tarefa de tornar o brasileiro um sujeito apto e disciplinado para o trabalho. E nesta perspectiva, sociedades foram criadas, vide a Sociedade Propagadora da Instrução Popular ou os Liceus de Artes e Ofícios, cuja preocupação primeira residia em qualificar racionalmente para a faina.

Desde o Curso de Mecânica, realizado no Liceu de São Paulo, técnicas de racionalização vinham sendo experimentadas, tratando de formar operários em consonância com os princípios tayloristas advindos da produção fabril. Não mais cabia aprender um ofício por inteiro, bastava bem desempenhar uma fração do ofício. A especialização das tarefas balizava novos conteúdos para a qualificação e a ciência apostava suas fichas na formação racional dos trabalhadores.

E racional era o que estava de acordo com a razão, com a inteligência humana, esclarecida pelos princípios, pelas normas e pelos dados da ciência experimental, como apregoava a *Revista do IDORT* (ANTONACCI, 1985).

Qualificar racionalmente para o trabalho significava aplicar critérios em consonância com a razão na própria seleção e orientação profissional daqueles que pretendiam conformar. Esta prática já se desencadeava no Liceu de Artes e Ofícios que, "sob os auspícios do Instituto de Higiene, instalara um laboratório de psicotécnica", iniciando a instrução racional nas escolas que preparavam para o trabalho (cf. GITAHY, 1986).

Roberto Mange, 1º Diretor do SENAI-SP, teve papel destacado neste intento. Segundo ele, o desejado seria seguir o exemplo da Alemanha, França, Estados Unidos e outros países onde a Psicotécnica estava sendo introduzida para servir de guia à orientação profissional. Por aqui, dever-se-ia também procurar reconhecer as aptidões pessoais, e assim abrir caminho para que cada indivíduo pudesse render o máximo. Tanto é que a Escola de Sociologia e Política ofereceu ao IDORT todo o material do curso sobre Psicotécnica

ministrado por Roberto Mange, em 27 aulas, realizado em suas dependências, entre 19/02/1934 e 28/05/1934.[1]

A psicotécnica encontrava terreno fértil em São Paulo, estado que vinha a expandir sua indústria, com problemas para selecionar e qualificar trabalhadores na medida em que os industriais não mais queriam correr riscos de contratar estrangeiros - os "responsáveis" como apregoaram pela agitação do movimento operário nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, os trabalhadores nacionais nem mesmo possuíam a escolaridade elementar exigida. Tratava-se de ao menos rastrear aqueles que possuíam o "potencial requerido" afirmavam. Esta possibilidade a psicotécnica parecia oferecer. Sim, pois ela dispunha do instrumental necessário ao conhecimento das aptidões humanas. Poderia, portanto, adequar os homens aos lugares de trabalho que lhes eram próprios no processo produtivo, oportunizando o desenvolvimento da máxima capacidade laborativa, o que implicava utilizá-la por inteiro. Os estudos do próprio Mange foram exemplares em mostrar as aplicações da psicotécnica à formação para o trabalho, embora escassa fosse sua aplicação nas primeiras décadas do Novecentos.[2] E os testes psicotécnicos, ao menos em tese, pretendiam funcionar como "detectores" de homens aptos ao trabalho, aqueles que se destacavam no universo operário e nos quais valia a pena investir.

Dr. Arlindo Ramos da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho do Serviço Público Federal ao discorrer sobre a *Psicologia aplicada ao trabalho* dizia que antigamente os patrões escolhiam seus trabalhadores por recomendação de amigos, indicação de velhos empregados, pela forma como se apresentavam ou até mesmo pelo exame da caligrafia ou fotografia remetida por carta, atendendo reclames publicados nos jornais. Porém na fase denominada de administração racional do trabalho essas práticas foram suplantadas. “Positivamente, aquele que coloca o homem no lugar que é capaz de produzir mais e melhor, com economia de tempo e material”, escolhe melhor seu assalariado. “Disso resultará maior satisfação do empregado, que servindo de acordo com seus interesses, conhecimentos e vocação atingirá nível de produção mais alto” (RAMOS, 1948, p.9) O médico, com mais de uma dezena de livros publicados, apresentava esse opúsculo prefaciado por Roberto

[1] Na primeira aula, Mange definia a psicotécnica, baseado em Munsterberg, como aplicação da psicologia à técnica do trabalho, entendendo como tal não só trabalho nas indústrias, no comércio ou na agricultura, mas sim o do homem em qualquer atividade. Aplicava-se ao trabalho em geral, pois todo fazer tem sua própria técnica , o seu modo especial de executar. Técnica em psicotécnica significa técnica do trabalho, modo de proceder (IDORT, cursos, 178).

[2] Roberto Mange assina vários artigos na Revista do IDORT na década de 1930 relativos a seleção e orientação profissional. Ver AEL. Periódicos. Revista do IDORT.

Simonsen, que ali fornecia seu aval como empresário fundador do SENAI[3] e professor da Escola de Sociologia e Política e também pelo professor Emílio Mira y Lopez, que trazia em suas credenciais a Universidade de Barcelona e o Instituto Psicotécnico da Catalunha, onde também havia atuado. Simonsen ao prefaciar o livro manifestava ter sido criado no SENAI, "um corpo de orientadores com o objetivo de educar os mestres e contramestres na seleção do seu pessoal e na distribuição ótima de seus serviços nas seções de trabalho", em conformidade com a organização racional.

Neste compêndio no qual o médico buscava apresentar conteúdos acessíveis ao lado de outros mais especializados de forma a interessar tanto aos técnicos quanto aos diretores, gerentes e superintendentes de empresas, visava auxiliar ao setor de seleção e aperfeiçoamento de pessoal a aproveitar aptidões dos trabalhadores no intuito de aumentar a produção e o progresso das organizações (RAMOS, 1948, p. xix). Composto de 19 capítulos, o libelo apresentava tópico relacionado à seleção, tomando em conta a análise do trabalho, estudo de tempo e movimentos, recrutamento e tipos de escolha. Detinha-se ainda nas diferenças individuais e nos vários exames propostos para detectá-las. Na segunda parte apresenta aspectos referentes à conservação e direção dos empregados (treinamento, julgamento dos empregados, desajustamento de pessoal, elevação do moral e problemas de chefia).

No exame das aptidões aborda especialmente capacidade e critérios de orientação e seleção profissional. E salienta que um bom esquema para julgamento das competências trataria de dividi-las em físicas e psíquicas. As primeiras reveladas através de análises físico-somáticas e de sanidade e as segundas por intermédio de exames psicotécnicos (RAMOS, 1948, p.184).

Há que se considerar que a psicologia do trabalho vinha conquistando terreno, porém seu reconhecimento era bastante limitado. E homens de ciência utilizavam suas credenciais para divulgá-la e se possível convencer acerca dos avanços que poderiam ser conquistados por seu intermédio. A *Revista do IDORT* era pródiga em disseminar experiências de racionalização, nos setores público e ou privado, nos quais conseguisse aceitação.

Já o dr. Olívio Stersa, autor de um outro compêndio de *Higiene industrial e psicologia do trabalho (noções elementares)*, a ser utilizado nas escolas SENAI, SESI, SESC, SENAC e outros centros de aprendizagem industrial, atenta para os tópicos relacionados à

[3] SENAI é a sigla do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial criado em 1942 pela presidência da República através de decreto-lei, porém constituído e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria.

higiene nos locais de trabalho, tema que ainda contava com poucas publicações destinadas aqueles que detinham um curso secundário."É indiscutível o valor da saúde, pois todas as nossas atividades dependem dela" afiançava o médico. Afinal a prosperidade e segurança do país dependem da pujança de seus filhos e do estado de saúde física e mental que possam apresentar, pois povo bem educado, conhecedor dos princípios fundamentais da higiene assegura baixos coeficientes de mortalidade infantil, principal indicador do estado de saúde de uma população (STERSA, 1959, p.20).

Ora, o rendimento de uma indústria também se equacionava através do estado de saúde física e mental de seus trabalhadores e prosseguia a afirmar que um indivíduo corroído pelas verminoses e pela subnutrição, um alcoólatra ou um toxicômano, não poderia se tornar produtivo, servindo cada vez mais de peso morto à sociedade em que vivesse. As atividades relacionadas ao trabalho, cada vez mais, eram estudadas com importância, uma vez que más condições no labor geravam doenças e insatisfações, cabendo então "escolher os candidatos mais aptos" [...], para ocuparem os vários postos de trabalho, obtendo o máximo de produtividade com o menor risco possível para sua saúde"(IDEM, p.20). Se os enunciados afirmavam que acometidos pelas verminoses pouco poderiam produzir, afiançavam ainda que as condições de trabalho estavam a exigir operários melhores dotados. O que isso significava? As condições de trabalho eram tão precárias que corroboravam a necessidade de operários hígidos e saudáveis, ou as condições de saúde dos candidatos não lhes asseguravam o cumprimento das jornadas exigidas? O que atestava o serviço de Higiene Industrial das escolas SENAI?

> *"é francamente desfavorável a impressão que em regra geral, causam, ao médico e ao higienista, as condições de saúde dos operários menores que se candidatam aos cursos ordinários e extraordinários do SENAI, (...) 80% são infestados por vermes e protozoários; 60% tem visão deficitária; encontram-se, em média 13 cáries por boca, (...). Os organismos quase sempre subnutridos e estafados, resistem mal às infestações e infecções a que permanecem constantemente expostos nas habitações modestas, porões e cortiços, cujas condenáveis condições de higiene preparam terreno fértil à propagação e ao contágio das endemias e epidemias" (RELATÓRIO, 1945, p. 91).*

A direção de São Paulo não conseguia postulantes aos cursos do tipo saudável ou higienizado, prontos a atender aos critérios médicos indicados. Não havia como selecionar meninos pobres em boas condições de saúde. Como dizia o memorialista Ernani Silva Bueno, o "crescimento desordenado do núcleo urbano e o desenvolvimento industrial" davam margem à instalação de favelas e cortiços que condicionavam contágios de doenças comuns ([1953]1984, p. 1360).

Organismos débeis, subnutridos e doentes pouco produziriam. E eram eles que se apresentava para freqüentar os cursos, à revelia dos critérios racionais apregoados. Ademais a escola descobria que não havia como estabelecer uma tipologia do alunado que extrapolasse a sociedade na qual os alunos viviam. Mange em relatório de 1945, anunciava a mudança de rota: "O que importa não é apenas prepará-lo [o aluno] em sua especialidade profissional, mas também levantar-lhe a moral, instruí-lo e educá-lo para o que, preliminarmente, deve lhe proporcionar boa saúde e resistência física". Sim, porque não havia o que fizesse organismos esfalfados produzirem mais e melhor.

Mudaram as premissas e valorizar o futuro operário como pessoa, cidadão-trabalhador passou a nortear, orientar a educação para o trabalho nas escolas SENAI, da região SP.

Logo a seleção de alunos contemplava provas de conhecimentos gerais e não complexos testes psicométricos ou psicotécnicos como preconizavam médicos ou o próprio IDORT. Ao menos nos primeiros tempos, pois em 1954, divulgavam as primeiras informações sobre o que foi chamado "o progresso da seleção escolar", quando então, os testes de inteligência passaram a constituir etapa do processo de seleção de alunos (INFORMATIVO SENAI, 1954, p.3).

E por que selecionar através de testes de inteligência?

J. Carvalhal Ribas, professor assistente e livre docente de clínica psiquiátrica, na Faculdade de Medicina da USP e também na Escola Paulista de Medicina explica o sentido dos testes:

> *"o trabalho também representa uma expressão da personalidade e, por conseguinte, para bem desempenhá-lo, inclusive dentro das normas da saúde mental, convém ao indivíduo dispor de personalidade bem estruturada desde os primeiros tempos da vida. Em função do substrato hereditário, cada indivíduo recebe, dos ancestrais, um conjunto de atributos físicos e psíquicos, que se manterão latentes ou se expandirão de acordo com os estímulos do ambiente. Por força da hereditariedade cada pessoa tende a acusar marcado pendor e a distinguir-se em determinada atividade. Transmite-se, por via hereditária, grande possibilidade (...)" em variados setores (RIBAS, 1966, p. 42-3).*

O médico indica então a importância de ater-se ao patrimônio hereditário dos operários, pois são eles que lhes garantirão os atributos físicos e psíquicos indispensáveis ao labor. E afirma competir à Eugenia, lançada por Galton e outros, "a missão de promover a melhoria do patrimônio genotípico humano, favorecer, na medida do possível e do ético, a continuação das estirpes mais bem dotadas, inclusive no concernente à capacidade de trabalho" (IDEM, p. 43).

O dr. Stersa chama a atenção para as diferenças existentes entre os homens o que lhes possibilita condições diferenciadas para executar um mesmo trabalho. "Enquanto alguns são mais ou menos bem dotados, outros são completamente incapazes de determinadas tarefas" (STERSA, 1959, p. 43).

Assim a função dos testes "não é descobrir nos indivíduos os seus conhecimentos (que são adquiridos pela prática e aprendizagem), mas sim as aptidões que são inatas em cada indivíduo". E qualidades inatas revelam a suscetibilidade à fadiga, e os progressos que o operário poderá obter após o treinamento metodizado.

E havia baterias de testes a serem utilizados: os analíticos (análise das qualidades necessárias à profissão), os sintéticos (conjunto de qualidades exigidas pela atividade), os realistas (reproduzem a tarefa a ser realizada ou sua representação através dos testes analógicos), os de personalidade (para proporcionar visões globais do psiquismo humano) como: o psicodiagnóstico de Rorschach, o T.A.T., o P.M.K. e outros (RIBAS, p. 51).

"Enquanto o método sintético permite apenas informar se o candidato está ou não apto a realizar o trabalho", o método analítico aponta para as suas caracterísiticas psicomotoras, habilidades que poderá utilizar em outras tarefas (STERSA, 1959, p. 37-8).

A eugenia, então, não se encontrava proscrita nas décadas de 1940-50 a despeito das poucas alusões que dela se fazia. Lembremos quão unívocas haviam sido as vozes a defendê-la e valer-se de seus princípios nas três primeiras décadas do Novecentos. Porém a ampliação nazi-fascista e as guerras contra os "fracos" que foram movidas nos Estados Unidos e Alemanha viriam desmontar os pressupostos eugênicos. Tanto que cientistas americanos e europeus começaram a propagar a genética no intuito de afastar qualquer ilação da genética com o racismo (BLACK, 2003).

Mas nossos esculápios continuavam a invocar Galton e a eugenia para dar "continuação às estirpes mais bem dotadas. Inclusive no concernente à capacidade de trabalho"(RIBAS, p. 43), demonstrando o quanto idéias eugênicas ainda balizavam a seleção de operários e aprendizes.

Logo a eugenia mesmo não aparecendo tematizada nos fóruns de construção de propostas formadoras para operários, nos finais da década de 1930 ou durante os anos de 1940, ainda orientava escolhas profissionais. E valia tanto para as realizadas na academia quanto para os cursos com vistas a formar obreiros.

Fontes e Bibliografia

AEL, IDORT, Cursos, 178.

ANTONACCI, M.A.A.M. A vitória da razão: o Instituto de Organização Racional do Trabalho. São Paulo, Tese de doutorado em História (DH, FFLH), USP, 1985.

BLACK, E. A. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior.* São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BRUNO, E.S. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*, v.3. São Paulo:Hucitec, ([1954]1984).

GALTON, F. *Herencia y eugenésia*. Madri: Alianza Editorial, 1986.

GITAHY, M.L. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934) in: RIBEIRO, M.A R. (coord.). *Trabalhadores urbanos e ensino industrial.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

RAMOS, A. *Psicologia aplicada ao trabalho.* Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1948.

RIBAS, J.C. Higiene mental na indústria in: Instituto Roberto Simonsen. *O fator humano na indústria.* São Paulo: CIESP/FIESP, 1966.

SENAI. *Relatórios* da 6ª Região, 1944-1955.

SENAI. *Boletim Informativo,* 1950-1955.

AEL, *Revista do IDORT*, (1932-1945).

STERSA, O. *Higiene industrial e psicologia do trabalho (noções elementares).* São Paulo: Edições Melhoramento, 1959.

VALLS, R.F. Contribuição ao estudo da higiene industrial. Rio de Janeiro, Tese inaugural. Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, 1928.

WEINSTEIN, B. (*Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964).*São Paulo, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa, Política e História do Maranhão nas páginas do jornal 'O Argos da Lei': Odorico Mendes e a idéia de Nação

Roni César Andrade de Araújo*

Resumo: O periódico "O Argos da Lei", primeiro jornal maranhense a ser escrito por um brasileiro, circulou em São Luís, capital da Província do Maranhão, nos primeiros meses do ano de 1825. Este periódico representou um importante meio para a divulgação de idéias favoráveis à causa brasileira, em tempos onde a imprensa brasileira - e em particular a maranhense - ainda dava os primeiros passos. Os temores, os anseios, as esperanças e o antilusitanismo determinavam o sentido das notícias e fatos divulgados. O discurso liberal-moderado, expresso em artigos que tratavam de temas como Constituição, Liberdade e Democracia, apresentava-se no intuito de criar uma idéia da nação que se esperava construir. Escrito com paixão, "O Argos da Lei", típico jornal do século XIX, foi o espaço onde Odorico deixou registrado muito da realidade vivida pela sociedade maranhense do primeiro quartel daquele século.
Palavras-chave: Imprensa – Política – Maranhão

abstract: the newspaper "os argos da lei", the first one in maranhão to be written by a brazilian, circulated in são luis, capital of the province of maranhão, in the first months of the year 1825. that newspaper represented an important means for the divulgation of ideas favorable to the brazilian cause, in times when the brazilian press – and in particular the one in maranhão – still gave the first steps. the fears, anxieties, hopes and the feelings against the portuguese determined the sense of the news and facts published. the liberal-moderate speech, expressed in articles which dealt with themes like constitution, freedom and democracy, were presented with the objective of creating an idea of a nation to be built. written with passion, "os argos da lei", typical newspaper of the 19th century, was the space where odorico left registered much of the reality lived by the society of maranhão in the first quarter of that century.
keywords: press – politcs – maranhão

Ao trabalharmos o jornal maranhense *O Argos da Lei*, de 1825, pertencente ao poeta, político e jornalista maranhense Odorico Mendes, encontramos alguns artigos (discursos) em que o autor escreve acerca de temas como Constituição, Liberdade, Monarquia Absoluta, Democracia, Legitimidade e Povo Soberano.

De estilo direto e incisivo, exemplo típico de jornalismo feito no século XIX, o periódico destacava-se pela forma como as idéias eram apresentadas, o que se tornava ainda mais perceptivo quando o autor tinha de atacar ou defender-se do ataques do seu rival português, García de Abranches e seu *O Censor*.

* Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), especialista em História do Maranhão (UEMA) e mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista FAPEMA.

Os debates travados entre Odorico e Abranches representavam bem a dicotomia existente no Brasil e, em especial, no Maranhão, entre brasileiros e portugueses. Nesse sentido, *O Argos da Lei* apresentava-se como veículo de defesa dos ideais brasileiros, enquanto *O Censor* o fazia em relação aos portugueses. Não foram raros os momentos em que a postura eloqüente e educada dos dois intelectuais cedeu lugar a debates acalorados. Fica-nos mais clara essa prática de "insultos" mútuos, quando vemos o que diz Bourdieu (2005: 146):

> *Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, idios logos pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade [...];*

Palco de lutas políticas, a imprensa representa uma importante ferramenta na construção do *senso comum*. Os debates travados nas páginas dos jornais constituem provas dessa luta constante que é teórica e prática, por parte de grupos antagônicos, pelo poder de transformar ou conservar o mundo social. É importante termos a dimensão do grau de participação desses homens na formação de uma mentalidade coletiva, a partir do exercício de seus ofícios como produtores e transmissores de idéias. Homens que tomam para si *"*a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções de mundo ou simples opiniões"; ao assumirem essa postura de transmissores de idéias, de formadores de opinião, "acabam por constituir idéias ou sistemas de idéias de uma determinada época e de uma determinada sociedade". (BOBBIO, 1997: 110).

Os motivos que levaram Odorico a escrever o jornal, estão diretamente ligados a este clima antilusitano que nos referimos a pouco. Ainda no primeiro número de O Argos dizia a que veio, "para ver se cumpro a vontade de ser útil ao país". Entender as realidades que envolviam a produção e a circulação do jornal é por em prática um ensinamento de Mainguenau (2004: 71) sobre a importância de se compreender os "meios" de divulgação dos discursos. Vejamos:

> *Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídium não é um simples "meio" de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídium não é um simples "meio", um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídium modifica o conjunto de um gênero de discurso. (grifo do autor)*

Para uma melhor compreensão dos discursos sobre a realidade maranhense, é importante ressaltar que a Província do Maranhão é um capítulo à parte na história do Brasil.

O artigo "Constituição" passa a ter maior significação a partir do momento em que é entendido como parte integrante de um contexto, "não existe discurso senão contextualizado". (MAINGUENEAU, 2004: 54)

Vale lembrar que desde a Carta Régia de 1621, o Maranhão adquiriu a condição de Estado diretamente ligado à metrópole, autônomo em relação ao governo do Brasil, estabelecido em Salvador. Esta particularidade fez com que, desde cedo, fosse desenvolvida no Maranhão uma sociedade aristocrática portuguesa que tomava para si a responsabilidade da administração da Província. Os cargos mais importantes da administração pública ficavam à disposição da gente portuguesa. Essa autonomia manteve-se por cerca de trinta e um anos, quando, por determinação real contida na Carta Régia de 25 de fevereiro de 1652, foi extinto o Estado do Maranhão, sendo, no entanto, restabelecido no ano de 1655, e assim permanecendo até 1751, quando por determinação do monarca D. José I, sob a aprovação do seu ministro, o Marquês de Pombal, foi definitivamente extinto.

Diante da ebulição política que vivia a Europa, em 1808, dá-se a vinda da Família Real ao Brasil. A chegada da Corte portuguesa e a conseqüente abertura dos portos às nações amigas provocaram profundas mudanças nas relações entre Brasil e Portugal. A Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, foi uma resposta da burguesia liberal portuguesa àquela realidade. D. João vê-se obrigado a reconhecer a legitimidade do movimento, que pretendia, com a Constituição, "pôr termo à monarquia absoluta e, por outro lado, com a exigência do retorno da Família Real, restabelecer a hegemonia da metrópole dentro do Reino Unido recém-criado". (MEIRELES, 1972: 41-42)

No Maranhão, a exemplo do que a aconteceu em outras províncias, surgiram pressões de todos os lados para que o governo jurasse fidelidade à Revolução e à Constituição. Bernardo Silveira, então governador da Província reuniu os mais ilustres homens – portugueses – do Maranhão a fim de deliberarem sobre a questão, ao que decidiram aderirem à causa e à Constituição.

Em artigo publicado no *Argos*, Odorico dava à palavra *Constituição* um outro significado, pretendia esclarecer aos leitores o "real" significado do documento já que, segundo ele, no Maranhão, era sinônimo de união com Portugal. Segundo Pêcheux (1988: 160):

> *[...] as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as proposições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (grifo do autor)*

Para Odorico, a Constituição era a regra para o exercício da autoridade política, a base da tranqüilidade pública e a garantia do estabelecimento da ordem responsável pela

formação da sociedade política... "o penhor da liberdade civil". Citava a Grécia para justificar a premissa de que a Constituição deve se preocupar com as especificidades, sendo, portanto, a mais adequada não aquela que melhor parecesse na teoria, mas "é sim a que se acomoda mais ao local e as peculiares interesses dos governados". Entendia que seria "precipitação dar ampla liberdade a um povo que viveu sempre sobre o regime de escravidão". (O ARGOS DA LEI, n.6, 1825)

A Constituição é passiva de mudança e, ainda que possa parecer contraditório, Odorico explica que, para que seja mudada uma Constituição, era necessário o corpo da nação conferir aos deputados o poder de fazê-lo. Percebe-se que ele fala em vontade coletiva acima da vontade individual. Aqui, está muita clara uma ligação próxima entre as idéias de Odorico com as de Rousseau. No entanto, em outros momentos, as idéias de Odorico entram em choque com as do iluminista francês. Este possuía restrições no que diz respeito à propriedade privada, enquanto que, para Odorico a propriedade privada era um direito caro aos que defendiam a liberdade.

Embora não tenhamos encontrado nenhum artigo em que o nome de Locke seja citado – como o fez com Rousseau e Mirabeau –, percebemos que, no que tange à propriedade privada, as suas idéias são muito semelhantes às defendidas por Locke. Vejamos:

Segundo Odorico:

> *De todas as utilidades que encarecem a liberdade aos cidadãos, nenhuma é tão relevante como a segurança que dela recebem suas pessoas, seus direitos, e propriedades. Com viverem em sociedade, com sujeitarem-se a um governo, os homens de força tiveram o fito, não só na conservação de suas pessoas, mas também no dos frutos do seu trabalho, industria e talentos, ou dos bens que lhes alcançaram seus pais. (O ARGOS DA LEI, n. 11, 1825).*

Para Locke (1991: 227):

> *Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos. Pode dizer-se, são propriedade dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-se propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe passo esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que lhe juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros.*

O governo deveria ser fruto da vontade do povo, e deveria, segundo as leis, zelar para que houvesse um exercício pleno da liberdade que só a razão e a natureza poderiam proporcionar aos indivíduos. Tanto o povo como o soberano estariam submetidos ao que Odorico chamou de "império da razão" (O ARGOS DA LEI, n 6, 1825). Quando, no entanto, as leis fossem contrárias ao direito natural e à razão, o homem tinha o direito de se contrapor a

ela. O povo devia velar pela vigilância do cumprimento dos deveres do governante estabelecidos na Constituição. Atacar as leis constitucionais seria ir contra a soberania do povo. No entanto, Odorico faz uma ressalva, somente o corpo político da nação, como um todo, podia queixar-se de faltas contra as leis, ficando assim condenada a ação de pequenos grupos que, sob o pretexto de reformar o Estado, punham-no em perigo. Para ele, os maranhenses, e outros brasileiros, haviam provocado disputas por interesses pessoais e familiares por terem esquecimento dos princípios que definem o corpo político nacional. Odorico citou o exemplo de Pernambuco, como sendo um lugar onde o povo havia se deixado levar por "novidades" e, por isso, tinha sido "teatro de honrosas tragédias", merecendo, então, a "compaixão e a lágrima do restante do povo brasileiro" (O ARGOS DA LEI, n. 7, 1825).

Para Odorico, a liberdade é uma paixão gravada no coração dos homens pela própria natureza. O uso da liberdade tornava-se injusto quando ultrapassava os limites fixados pelas leis. A liberdade devia estar submetida à idéia do "pacto social". No entanto, o fato de a liberdade ser um direito natural não significava que o indivíduo pudesse viver uma inteira independência. Os limites seriam impostos pelas leis sociais, que deveriam ser o "fiel interprete da natureza e da razão" (O ARGOS DA LEI, n. 9, 1825).. O governo que goza de legitimidade, é aquele que existe pela vontade dos governados e em favor deles exerce o seu governo.

Citando Montesquieu, em *Espírito das Leis*, dizia que "o ser livre não existe em fazer o que cada um que quer, mas em fazer o que deve querer" (O ARGOS DA LEI, n. 10, 1825). Em outra obra, *Cartas Persas*, Montesquieu denunciou os abusos do poder autoritário e os excessos cometidos por Luis XIV, na França. Odorico também manifestou sua posição contrária aos abusos cometidos por monarcas. Segundo ele, eram tiranos os monarcas que excediam à lei e praticavam ações movidas pelas paixões. A estes, Odorico fazia saber que um dia seriam punidos pela própria natureza. Odorico definia liberdade como sendo "a faculdade que tem cada um de fazer para o seu bem tudo o que permite a natureza do homem em sociedade". (O ARGOS DA LEI, n. 9, 1825). Aqui ele mostra que existe uma enorme diferença entre a verdadeira liberdade e a total independência, por ser ela capaz de destruir os interesses dos homens que decidiram viver em sociedade.

Em nações como o Brasil – dizia ele –, os desmandos da democracia se tornam ainda mais nocivos por ter o Brasil um conjunto específico de "princípios lutadores e heterogêneos", como o regime escravista, a dimensão do território nacional e a "grande quantidade de homens criados com idéias diametralmente opostas". (O ARGOS DA LEI, n. 16, 1825). Considerava o governo democrático era a segunda pior forma de governo, estando atrás apenas do Absolutismo. Afirmava que, nas democracias, os homens dotados de talento e

virtude, dotados de luzes, eram governados pela parte "menos razoável e esclarecida (...) é a inveja e não a virtude a base da democracia". (O ARGOS DA LEI, n. 16, 1825).

Em sua análise da América Latina, Bethell (2001: 346) acaba por nos esclarecer que a preocupação de Odorico também era comum aos defensores do liberalismo na América Espanhola:

> *A desconfiança na capacidade política da massa da população refletiu-se nas qualificações dos cidadãos segundo a propriedade, estabelecidas em quase todas as constituições centralistas da década de 1820 e dos anos 1830.*

É possível estabelecer uma relação entre os pensamentos de Odorico, Esteban Echeverría[1], José Luis Mora[2] – estes dois segundo Maria Lígia Prado - quanto à participação das massas nos governos de seus países. Odorico foi categórico ao dizer "onde quer que o povo está de posse dos poderes políticos, o Estado traz consigo a própria ruína. A liberdade degenera em licença, e é seguida da anarquia". (O ARGOS DA LEI, n. 16, 1825). Para Echeverría, era "preciso preparar as massas para o desempenho das atividades políticas pela educação que lhes será ministrada pelos que detêm as luzes". Luis Mora defendia "que o poder político estivesse nas mãos daqueles que possuíam qualidades adequadas para manter a ordem [...]". (PRADO, 2004: 84-87)

Defensor da Monarquia Constitucional, Odorico via a forma absolutista de governo como sendo capaz de levar o Estado à destruição por conta dos caprichos dos que sentiam prazer na guerra. As forças do Estado eram sacrificadas para satisfazer as fantasias do Déspota.

Odorico deixou claro que liberdade não era sinônimo de república, em que, muitas vezes, os governos cerceavam o direito dos homens e praticavam uma tirania superior a de muitos outras formas de governo. "A liberdade sem razão é uma arma funesta" (O ARGOS DA LEI, n. 10, 1825). Para ele, na democracia, o povo tornava-se escravo dos que usavam discursos demagógicos, o que poderia ser vista em "algumas repúblicas modernas". Ele creditava que, na Monarquia Constitucional o Príncipe, por ter o seu poder controlado, deveria prestar conta à nação de tudo o quanto fizesse, estando, assim, impedido de entregar-se aos excessos. O luxo era visto como um mal que estava sempre presente na forma absoluta da monarquia "onde o favor, o empenho, o nascimento e as riquezas estabelecem uma demasiada desproporção entre os membros da sociedade". (O ARGOS DA LEI, n. 14, 1825). Citando Mirabeau, Odorico dizia que "por falta de idéias verdadeiras da grandeza e da glória,

---

[1] Esteban Echeverría foi um dos precursores da doutrina do liberalismo político na Argentina. Suas principais idéias podem ser encontradas em seu "Dogma Socialista", publicado inicialmente no periódico "El Indicador" de Montevidéu, em 1839, depois republicada em 1846.

[2] O Mexicano José Maria Luís Mora escreveu periódico *"El Observador"*, de caráter liberal, onde deixou exposta sua forma de pensar o Estado mexicano. De acordo com ele, a tarefa fundamental de um governo seria oferecer ao governados a maior quantidade possível de bens, e estes não poderiam ser alcançados sem educação.

creem os reis absolutos que estas coisas consistem na pompa e no fato que se identificam com a monarquia". (O ARGOS DA LEI, n. 13, 1825).

Depois de citar os males existentes no absolutismo e expor os benefícios da monarquia constitucional, Odorico se via obrigado a reconhecer que, no Maranhão, a distinção entre as duas formas de governo não estavam bem nítida. Perguntava-se como era possível "atribuir ao sistema constitucional e independente os male do Maranhão, se esta terra desgraçada nunca tem sido governa constitucionalmente? Odorico atribuía a possível falha à ação de pessoas que pertenciam ao grupo que antes dominavam a Província, e que agora agia às escondidas, maquinando a ruína do sistema.

Referências Bibliográficas:

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: Da Independência a 1870**, vol. III. – trad. Maria Clara Cescato. – São Paulo: EDUSP, 2001.

BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. – São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: **OS PENSADORES**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez: 2004.

MEIRELLES, Mário. **História da independência no Maranhão**. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

MENDES, Odorico. **O ARGOS DA LEI**. São Luís: Tipografia Nacional, n. 1, jan. 1825.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. – Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos**. 2.ed. – São Paulo: EDUSP, 2004.

ROBIN, Régine. **História e Lingüística**. – São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dioniso: o divino da vida a partir da tragicidade da religião grega

Cristiane A. de Azevedo*

Resumo: A dimensão trágica presente na religião grega, além de evidenciar-se na relação entre homens e deuses, está presente também entre os próprios deuses. Entre os homens, o trágico leva às festas, aos banquetes, às transgressões, às libações, ao êxtase, à explosão dionisíaca. Entre os deuses, é o próprio Dioniso que morre para se mostrar indestrutível, para mostrar que, como ele, a vida é também indestrutível e poderosa. O presente trabalho pretende mostrar, a partir da ação do deus, a transformação do trágico em um elemento positivo para os homens, pois Dioniso representa a possibilidade de brindar aquilo que é divino na vida, ou seja, a própria vida.
palavras-chave: religião antiga, mito grego, Dioniso.

Resumé: Il est possible d'identifier la dimension tragique de la religion grecque parmi les hommes et les dieux mais aussi parmi les dieux eux-mêmes. Entre les hommes, le tragique conduit aux fêtes, aux banquets, aux transgressions, aux libations, à l'extase, à l'explosion dionisiaque. Entre les dieux, c'est Dionysos qui meurt afin de se montrer indestructible, pour montrer que, comme lui, la vie est indestructible et puissante. Ce travail prétend penser, à partir de l'action du dieu, la transformation du tragique en un élément positif pour les hommes, dans la mesure où Dionysos représente la possibilité de fêter ce qui est divin dans la vie, c'est-à-dire, la vie elle-même.
Mots-clés: religion ancienne, mythe grec, Dionysos.

Desde a decifração da Linear B, tornou-se possível afirmar que Dioniso está presente na Grécia já a partir do século XIV a.C[1]. Contudo, encontramos a maior parte dos textos que fazem referência ao deus somente muito tempo depois, por volta do século VI a.C. (BRANDÃO, 1988: 117).

Segundo a tradição órfica, Dioniso é fruto do amor entre Zeus e Perséfone[2]. Uma das versões da história nos relata que Deméter escondeu a filha Perséfone em uma caverna onde duas serpentes a guardavam. Zeus aproximou-se dela também em forma de serpente e gerou aquele que seria o quinto soberano do mundo. Depois do nascimento da criança divina,

* doutoranda em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

[1] Walter F. Otto (1874 -1958) já defendia a presença de Dioniso em Creta antes mesmo da decifração. O autor foi duramente criticado por suas meras especulações, sem provas que, no entanto, vieram a se comprovar com a Linear B.

[2] De acordo com Kerényi, a sedução de Perséfone pelo pai constitui a versão mais antiga da história do nascimento de Dioniso. Essa versão perdurou até chegar aos poemas órficos. (KERÉNYI, 2002: 96)

Hera, tomada por ciúmes, teria instigado os Titãs a matar a criança. Os Titãs atacaram Dioniso, cortando-o em pedaços para depois cozinhá-lo em um caldeirão. Ao saber do acontecido, Zeus fulminou os Titãs[3].

No entanto, um membro do deus foi salvo da fúria dos Titãs.O coração de Dioniso foi pego e escondido por Atena em uma cesta, até que Zeus o apanhasse. A partir desse membro foi possível fazer com que Dioniso nascesse novamente. Conta-se que Sêmele engoliu o coração de Dioniso ou o próprio Zeus teria preparado uma poção do coração e dado a Sêmele para beber, gerando sua gravidez. Novamente, quando Hera descobre a gravidez de Sêmele, tenta impedir o nascimento do rebento. Disfarçada como ama, a deusa instiga Sêmele a pedir a Zeus que aparecesse a ela da mesma forma que aparecia para Hera. Quando o imortal apareceu na forma de um humano, Sêmele pediu que lhe concedesse um desejo, Zeus consentiu e Sêmele revelou sua vontade. Zeus ainda tentou fazer com que a jovem mudasse de idéia, pois os humanos sucumbiam ao ver diretamente um deus. Sem conseguir fazer com que Sêmele desistisse e tendo prometido conceder-lhe um pedido, o Imortal aparece com seus raios e trovões, fulminando-a. Para salvar o filho, Zeus retira Dioniso do ventre de Sêmele e o coloca em sua própria coxa para finalizar sua concepção. Após seu nascimento, Zeus entregou-o a Hermes que o levou a uma caverna onde amas tomaram conta da criança divina.

Com isso, Dioniso torna-se, entre os deuses do panteão grego, o único que nasce e "morre", para novamente renascer. Sendo que a finalização de sua gestação, na coxa de Zeus, foi fundamental para lhe garantir a imortalidade:

> *no mito grego é de regra que a união de deuses e de mulheres mortais gere normalmente um varão, dotado de qualidades extraordinárias, de areté e timé, mas partícipe da natureza humana, donde um mero ser mortal. Salvo por Zeus e completada a gestação na coxa divina, Dioniso será uma emanação direta do pai, donde um imortal(BRANDÃO, 1988: 121-22).*

Apesar de Homero corroborar também com o mito de que Sêmele é mãe de Dioniso - "Sêmele gerou Dioniso, alegria dos mortais" (Ilíada, XIV: 325) - as quatro rápidas passagens[4] que encontramos na Ilíada e na Odisséia pouco nos revelam em relação à história do deus. No entanto, uma dessas referências nos traz uma característica de Dioniso. Homero o chama de "o delirante Dioniso" (*mainómenos Diónysos*), referindo-se ao efeito que o deus produz nas mulheres, designando um estado passageiro de alienação, a embriaguez que, junto com seu caráter divino, Platão imputa ao vinho (KERÉNYI, 2002:115). Para o helenista Karl

[3] Das cinzas dos Titãs teriam, segundo os seguidores de Orfeu, surgido os homens. Kerényi chama a atenção para o fato de que esses ensinamentos são posteriores à história dos sofrimentos do deus-infante. (KERÉNYI, 2000: 196)

[4] Ilíada, canto VI, v. 130 e ss e canto XIV, v. 325; Odisséia, canto XI, v. 321-25 e canto XXIV, v. 71-75.

Kerényi, Platão seria o melhor intérprete de Homero nessa passagem: "as mulheres não careciam de vinho quando Dioniso as embriagava; mas a embriaguez dionisíaca parecia comparável à bebedeira"(*idem,ibidem*). Kerényi resgata a interpretação de Platão para contrapô-la à interpretação que Walter F. Otto faz em *Dioniso: mito e culto*. Para Otto, Dioniso é

> *'um deus que é louco. Um deus de cuja natureza faz parte o ser demente!'(...) Ele sustentou que o divino ser de Dioniso, sua natureza básica, é a loucura - uma loucura inerente ao próprio mundo: não o desvario duradouro, ou passageiro, que acomete o homem como moléstia, não uma doença, não um estado degenerativo, mas antes algo que acompanha 'a saúde mais perfeita'(idem: 115-16).*

Segundo Kerényi, Otto vê a loucura como a essência de Dioniso, o deus do êxtase, do terror, da selvageria, enfim, do delírio. Com isso, Otto tenta "explicar um estado em que os poderes vitais do homem são exacerbados ao máximo, em que consciência e inconsciente se fundem em um único transbordamento. Num tal estado, acredita ele, os homens contemplam uma visão de Dioniso, ou, pelo menos, do 'dionisíaco' - um termo que Otto prefere ao nome do deus"(idem: 117).

A concepção do dionisíaco formulada por Otto foi influenciada, de acordo com Kerényi, por Nietzsche. O filósofo alemão teria sido o primeiro pensador a introduzir o termo dionisíaco na história do pensamento. Contudo, Kerényi afirma que a contribuição de Nietzsche foi dúbia, pois ao se desviar da trilha aberta por K.O.Müller e Bachofen - trilha que, segundo o helenista, "poderia conduzir a uma verdadeira compreensão da religião dionisíaca"(idem: 118) - sua interpretação sobre o dionisíaco baseou-se não só na tradição, mas também na sua própria imaginação.

Para Nietzsche, a experiência dionisíaca constitui-se pela "possibilidade de escapar da divisão, da multiplicidade individual e se fundir ao uno, ao ser; é a possibilidade de integração da parte na totalidade" (MACHADO, 2006: 213), ou seja, a embriaguez dionisíaca é responsável por esse esfacelamento do eu que leva a uma confusão entre homem, animal e natureza, que leva à unidade.

Neste sentido, a tragédia grega reproduziria e imitaria esse fenômeno da embriaguez dionisíaca, tendo sempre como pano de fundo os sofrimentos de Dioniso (*idem*: 228). O trágico, o sofrimento do herói, que é sempre a representação do sofrimento do próprio deus, não tem por objetivo a catarse, a purificação e libertação do medo e da compaixão tal como para Aristóteles, e sim visa, "para além do espanto e da compaixão, *sermos nós próprios* o eterno prazer do devir, - esse prazer que inclui em si também o *prazer do*

aniquilamento" (NIETZSCHE, 1985:137). Experiência que não vai substituir o sofrimento pelo prazer, o prazer emerge do sofrimento nos levando à unidade, à totalidade com o mundo. Portanto, a individuação seria o caminho errado, mas é pelo sofrimento gerado pela má escolha desse caminho que nos integramos com o uno primordial, sentimos a potência e o prazer da vida também - e, por que não dizer, sobretudo - através da experiência do aniquilamento: "a consolação metafísica possibilitada por toda verdadeira tragédia é o pensamento segundo o qual a vida, no fundo das coisas e apesar do caráter mutante dos fenômenos, é toda de prazer em sua potência indestrutível"(MACHADO, 2006: 238).

Ao relacionar Dioniso com a tragédia, Kerényi recorre à origem etimológica do termo: *tragodía* diz respeito ao "canto a propósito do bode":

> *O significado do sacrifício do bode no campo, nesse mês, é-nos conhecido. Em março, as videiras são ainda hastes nuas de folhas. Vai então ser-lhes dado a beber o sangue de seu inimigo, o bode, um parente de Dioniso, quase consubstancial com elas. A punição antecipada vai ferir um criminoso que nada sabe de seu pecado, que de fato ainda não o cometeu. Numa cerimônia prescrita, ele torna-se a vítima de uma peça cruel que a vida prega a suas criaturas, participando assim do destino que será conhecido como 'trágico' - de trágos, o bode (KERÉNYI, 2002: 275).*

Segundo Kerényi, a *tragodía* era constituída por outros dois elementos: um mito e uma tentativa de explicá-lo: "o mito rezava que a imolação do animal em prol do deus dava prazer ao deus, e que o próprio deus sofria essa morte. O outro elemento era uma racionalização do rito de sacrifício; segundo esta, a imolação do bode era um castigo pelo seu pecado"(KERÉNYI, 2002: 275). Todavia, o helenista afirma que essa tentativa de explicação colocava uma dificuldade, pois o castigo era imposto a um ser que não sabe sobre o seu pecado:

> *A única possibilidade de fazê-lo estaria em assumir uma visão antropomórfica do pecador - e isto parece que era mais fácil no caso do bode (com quem os pastores viviam em termos próximos da amizade) do que no caso do touro (que era antes um animal teomórfico de um período primevo). (...) O herói dionisíaco, que era, ao mesmo tempo, o perseguidor do deus - Dioniso e Anti-Dioniso em uma só pessoa - fez sua aparição em uma fase literária. Precedeu-a uma fase de improvisos (KERÉNYI, 2002: 275-76).*

No entanto, não é só o sofrimento de Dioniso que a tragédia trata. Kerényi discorda da suposição de Nietzsche de que a tragédia grega tratava exclusivamente dos sofrimentos de Dioniso. Para Kerényi, tal interpretação "reflete também uma incompreensão da forma trágica, forma que implicava o caráter fundamentalmente contraditório de *zoé*, a base de sua dialética" (KERÉNYI, *idem:* 278-79). Aí está a essência do deus para Kerényi. Dioniso é o deus da *zoé* e não o deus da embriaguez, da paixão orgiástica.

Qualificando as descrições de Nietzsche de feéricas, Kerényi afirma que sua "profissão de fé" está na embriaguez:

> *em todos os estudos modernos que retratam o dionisíaco, um exagerado lance explosivo continuou a prevalecer. É esta a dúbia contribuição de Nietzsche; ela se reflete não somente em Otto, mas também em eruditos 'sóbrios', que identificam o núcleo da religião dionisíaca na experiência orgiástica, ou melhor, na paixão orgiástica das mulheres, para a qual cunhou-se o novo termo 'menadismo' (KERÉNYI, 2002: 122).*

Ao realizar sua análise sobre Dioniso, Kerényi destaca dois conceitos gregos sobre a vida: *zoé* e *bíos*. *Zoé* é a essência da vida enquanto *bíos* diz respeito a uma vida específica com contornos e limites estabelecidos. Mesmo sendo *bíos* a vida limitada, a vida que deixa de existir, não será essa experiência de vida que se oporá à morte. É característica do *bíos* deixar de ser. *Thánatos*, que poderíamos traduzir como morte, não está em oposição à morte, pois faz parte da vida característica, da vida com limitações, a limitação maior, ou seja, o seu fim. Portanto, a morte não está em oposição à *bíos*, e sim faz parte dela. *Thánatos* estará em oposição a *zoé*, a vida sem limitações não pode conhecer a morte, apesar do fim do *bíos*: "o que ressoa clara e seguramente em *zoé* é 'não-morte'. Trata-se de algo que nem mesmo deixa aproximar-se a morte"(KERÉNYI, 2002: xx). Ou seja, é a vida infinita, que não admite a experiência da aniquilação. Segundo Kerényi, nós a experimentamos quer queiramos ou não, pois é "a nossa experiência mais simples, íntima e auto-evidente"(*idem:* xxi) que difere de todas as outras experiências da vida finita.

Heidegger, em seu texto *Alétheia*, resgata um fragmento de Heráclito para falar da vida. O fragmento 30 nos diz: "O que sempre vive". A palavra utilizada pelo pensador pré-socrático é *aeízoon*. Heidegger chama atenção para o fato do que viver significa em sentido grego: "*Za-* significa o puro fazer-emergir no seio dos e para os modos do aparecer, do olhar-para-nós, da irrupção, do advento. O verbo *zen* nomeia a emergência para o luminoso, Homero diz: *zen kaì horãn pháos eelíoio*, 'viver e isto quer dizer: contemplar a luz do sol"(HEIDEGGER, 1978:132).

Assim é Dioniso para Kerényi, o deus que emerge, o deus da vida indestrutível em que a vida surge da morte e a morte surge da vida, numa infinita repetição:

> *A dialética natural, primordial, pode ser explicada pela suposição de que em todo ser vivo há duas tendências inatas: uma tendência a construir e uma tendência a destruir; de um lado, uma pulsão de vida, e de outro, uma pulsão de morte. Assim, a morte e a destruição da vida seriam uma parte da própria vida. (...) Zoé é o pressuposto da pulsão de morte; a morte existe apenas em relação com zoé. É um produto da vida, de acordo com uma dialética que não é um processo de pensamento, mas da própria vida, da zoé presente em cada bíos individual (KERÉNYI, 2002: 177-78).*

Neste sentido, o que nós temos de trágico é justamente aquilo que, ao mesmo tempo, também nos aproxima do divino. Nosso *bíos* individual faz parte também da *zoé* indestrutível.

Os testemunhos que temos da Antigüidade, sobretudo aqueles vindos de Homero e de Hesíodo, nos relatam uma relação com os deuses bem próxima. Relação que se estreita ainda mais nos cultos e banquetes festivos. O culto grego configura-se por um momento especial, festivo, em que os deuses "aparecem" para os homens. Ao contrário do que poderíamos pensar, não se trata de uma simples visão ou de uma aparição isolada, e sim de um convívio, de uma reunião. A partir de determinadas regras e ações que são seguidas nos cultos, homens e deuses dividem novamente o mesmo tempo e espaço. Esse restabelecimento de laços se dá sobretudo a partir da morte de um animal ritualmente sacrificado.

O banquete festivo que se segue ao sacrifício traz de volta a origem, momento em que mais do que um convívio comum, evidenciava-se também uma origem comum de deuses e homens, conforme Hesíodo nos relata, em *Os trabalhos e os dias*. Na época em que a raça de ouro habitava a terra, os homens não conheciam nem penas nem misérias, nem a velhice, viviam em festa com os deuses. Essa origem comum é a idéia básica não só para o culto grego mas para toda a religião grega.

Ao tomarem parte no banquete festivo, os deuses não vêm atender a nenhum pedido, a presença dos Imortais não tem uma função pragmática, é o simples estar-presente dos deuses. Simples, porém não sem importância, muito pelo contrário, era uma ação fundamental, que os gregos aguardavam, necessitavam para sua própria vida, fundamento para toda existência.

Homero sempre se refere ao banquete como o momento em que, sentados a mesa, todos os homens são iguais, independente de suas origens e posses. Poderíamos afirmar que os deuses, ao tomarem parte da refeição sacrificial, ao se verem sentados com os homens, contemplando e sendo contemplados, também estabelecem a identidade, a unidade com os homens. Ao dividirem a refeição sacrificial, homens e deuses se tornam iguais, os homens passam a fazer parte, de uma certa maneira, da divindade.

No entanto, esse estar-junto aos deuses, paradoxalmente, vem revelar também a diferença. O herói grego deixa bem clara essa diferença através da tragicidade que configura a existência humana. Tão próximo dos deuses já que pode chegar a ser um semi-deus ou ser adorado como deus e, ao mesmo tempo, tão distante por ter algo que aos deuses é desconhecido. Apesar de fazer a experiência da *zoé*, o homem também experimenta a vida como *bíos*, experiência que os deuses não têm, nem mesmo como espectadores de um *bíos* que chega a seu limite final.

Os deuses sempre estiveram próximos dos seus heróis favoritos e, no entanto, no momento de maior necessidade por parte daquele que sempre prestou homenagens aos Imortais, o deus não pode estar presente. Quando o homem é ferido mortalmente, mesmo os heróis, os deuses não podem testemunhar o momento de sua morte por mais que ele seja um pupilo. Aos deuses não é dado o direito de se compadecer da miséria humana: "um dos aspectos do trágico grego é essa solidão na qual o homem se encontra diante da morte e, mais geralmente, diante de tudo o que marca a existência humana com o selo da privação: do não-ser"(VERNANT, 1990: 427).

Contudo, esse abandono talvez não seja tido como tal para os gregos. Como nos diz Burkert, "no lugar da questão desesperante: 'meu deus, porque me abandonastes', encontrava-se a constatação obstinada: 'pai Zeus, nenhum deus é mais destruidor do que tu'. Ao homem não era deixada outra alternativa senão 'suportar' tanto quanto pudesse"(BURKERT, 1993: 523). Talvez o suportar, o estar sozinho correspondesse, mais uma vez, à forma de se aproximar da essência divina. Tal como Heitor que, sozinho, enfrentou não só o inimigo como a própria morte e sua coragem lhe garantiu a glória imortal e ainda mais admiração dos homens como também dos deuses. Essa relação, ao mesmo tempo próxima e distante dos deuses, talvez possa ser entendida como a característica necessária para que o homem aceite o jogo da vida.

A diferença entre *zoé* e *bíos*, que sabemos necessária, é assim mesmo algo contra o qual lutamos e esperamos, quem sabe, um dia superar: "essa diferença entre vida como *bíos* e vida como *zoé* pode encontrar uma expressão religiosa ou uma expressão filosófica. Os homens até mesmo esperam que religião e filosofia eliminem essa discrepância entre, de um lado, a experiência de *bíos* e, do outro, a recusa de *zoé* de admitir sua própria destruição" (KERÉNYI, 2002: xxii).

Referências bibliográficas:

BRANDÃO, Junito. **Mitologia Grega**. Vol II. Petrópolis: Ed, Vozes, 1988.
BURKERT, W. **Religião grega na época clássica e arcaica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
HEIDEGGER, Martin. *Alétheia* in: **Os pré-socráticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
HESÍODO. **Os trabalhos e os dias.** São Paulo: Ed. Iluminuras, 1991.
_____. **Teogonia – A origem dos deuses**. São Paulo: Ed.Iluminuras, 1995.
HOMERO. **Iliade**. Paris : Flammarion, 2000.
_____. **L'Odyssée**. Paris : Flammarion, 1965.
_____. **Hinos Homéricos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
KERÉNYI, Karl.. **Dioniso. Imagem arquetípica da vida indestrutível**. São Paulo: Odysseus, 2002.
_____. *Dionisos, el cretense*. In: **Diógenes**. Revista tremestral Sudamericana, diciembre 1957. Ano V, nº 20.
_____. **La religion Antigua**. Madrid: Revista de Occidente, 1972.
_____. **Os deuses gregos**. São Paulo: Cultrix, 2000.
_____. **Os heróis gregos**. São Paulo: Cultrix, 1998.
MACHADO, Roberto. **O nascimento do trágico***:* de Schiller a Nietzsche. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
NIETZSCHE. **O Crepúsculo dos ídolos**. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
_____. **O Nascimento da tragédia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
OTTO, Walter F. **Os Deuses da Grécia**. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.
TRABULSI, José Antonio Dabdad. **Dionisismo, poder e sociedade na Grécia até o fim da época clássica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
VERNANT, J-P. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A ordem transgressora: Os Praças e Oficiais da Polícia Militar do Paraná – 1892-1920.

Patrícia Daiane Ferreira*

Resumo: Nos anos iniciais da construção da República no Brasil temos a consolidação de uma ordem em que a Polícia Militar desempenhou papel regulador e autoritário na tentativa de estabelecer códigos de obediência e hierarquia. O presente projeto tem por objetivo analisar as transgressões dos praças e oficiais da Polícia Militar do Paraná entre 1892 a 1920. A partir desta análise, buscamos investigar o sentido atribuído às transgressões e conseqüentemente estabelecer laços entre a tentativa de se fazer instalar dentro da Polícia Militar os rigores como base da instituição disciplinar, sobretudo pelo caráter de vigilância e estabelecimento da ordem social e política dentro da sociedade vigente.

Palavras - chave: Transgressões - Polícia Militar – Primeira República

Abstract: In the beginning of the Republic in Brazil, there is the consolidation of an "order" which the military police had a regulatory and authoritarian role in the attempt to establish codes of obedience and hierarchy. This project has as objective to analyze the trespasses of the "praças" and officers of the military police of Paraná between 1892 and 1920. From this analysis, we search the possibility to investigate the direction attributed to the trespasses and, consequently, establish bows between the attempt to try to install inside the Military Police the strictness as the base of the discipline institution, over all for monitoring and establishing the social order and politics inside of the effective society.

Keyworks: Trespasses- Military Police- First Republic

Durante todo o período que compreende a Primeira República, busca-se a construção de uma identidade coletiva para o país. Na República Velha buscou-se moldar a Força Armada, o Exército com "a missão de preservar e a homogeneidade nacionais, exacerbadas nos modelos simbólicos da pátria. Preservar a nação dos extravios antinacionais da desagregação anárquica" (FAORO, 1957: 550).

Segundo José Murilo de Carvalho, nos anos iniciais da República no Brasil busca referenciais, desde o Império, nas idéias e instituições norte-americanas e européias, sobretudo no que se refere à França e ao seu modelo republicano. "È a partir destes modelos, que diversos grupos, representantes de diferentes setores sociais, buscam construir uma nação, suas bases e referenciais. O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no

* Graduada em história pela Universidade Tuiuti do Paraná.

mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder". (CARVALHO, 1990: 9-25).

É em um contexto de legitimidade[1] que se insere a Polícia Militar, sobretudo se a entendermos como instituição mantenedora da ordem, a qual junto com o advento da República também buscava sua permanência e aceitação social. "A Tensão entre elementos civis e militares existia desde o tempo do Império, para proclamar a república uniram-se momentaneamente. Passando o Quinze de Novembro as hostilidades recomeçaram. Políticos, civis e representantes das classes armadas. (COSTA, 1999: 401)".

> *" Podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão" (Levi, 2000: 675)*

Buscamos, portanto, estabelecer laços entre a tentativa de se fazer instalar dentro da Polícia Militar do Paraná os rigores como instituição disciplinar, sobretudo pelo caráter de vigilância e estabelecimento da ordem social e política dentro da sociedade vigente. Assim, é a partir de uma investigação à cerca do comportamento de alguns praças e oficiais da Polícia Militar do Paraná, que analisaremos a prisão como forma de punição a partir de algumas transgressões às normas, códigos e estatutos disciplinares impostos a estes.

Compreendemos assim, as punições, como uma "função reguladora do indivíduo e das ilegalidades que insere no corpo social o poder de punir e entende-a ainda como uma "anatomia política" em que o corpo figurará como personagem principal" (FOUCAULT, 1957: 92-93)

Torna-se necessário observar, que eram consideradas transgressões às normas da Polícia Militar todas as ações indevidas provenientes de seus membros ainda que fora dos limites do quartel uma vez que verificamos em alguns casos, que as mesmas não estavam claramente especificadas no Regimento desta instituição conforme o Art. 33 – "Aquele que se embriagar será punido por cada vez que o fizer com 1 a 15 dias de prisão, e dobra de serviço" [2] Dessa forma, podemos perceber que as transgressões poderiam ser resultado da interpretação que os praças faziam do mesmo, uma vez que, em algumas notificações de transgressões, os praças eram surpreendidos fora do quartel e estavam vestidos à paisana.

1

[2] Lei n 7 de 10 de agosto de 1854. Capitulo II das Leis, Crimes e Processos.

Os Assentamentos, Inquéritos Policiais Militar e as Ordens do Dia possibilitam analisar as transgressões cometidas pelos praças e oficiais uma vez que nestes que, nestes documentos constam às punições estabelecidas às transgressões cometidas. Algumas destas transgressões resultaram em Processo de Sindicância e nos possibilitam uma análise mais consistente das infrações por conter todo o conteúdo das denúncias, a defesa, e depoimentos dos envolvidos em atos que constituíssem uma infração disciplinar. Podemos analisar o conteúdo das transgressões observando a seguinte denúncia ao Coronel Fabriciano do Rego Barros, em um destes processos:

> *"O senhor Tenente Bicca sujestionado por sua amajia*[3] *deseja que esta saliente-se no destacammento como já tive occasião de dizer em meu offício e agora tendo chegado hoje a esta localidade o mesmo senhor Tenente antes de passar-lhe o Commando do destacammento fui surpreendido com o chamado de sua amajia que determinava passar-lhe o commmando já tendo agredido sem motivo algum a praças que eram seus desafectos" (...) (COMANDO DO REGIMENTO DE PAPANDUVAS: 1916)*

Michel Foucault nos leva a compreender a disciplina enquanto repressoras de um conjunto de comportamentos que traz consigo uma maneira específica de punir:

> *"Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. È beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento".(FOUCAULT, 1957: 159-163)*

Refletindo sobre o papel da Polícia Militar, não podemos deixar de observar o fato de que a Polícia, neste período não tinha quase nenhuma compreensão de suas funções formais. "As forças policiais do início do Século XX, em quase toda parte do mundo, tinham pouco ou nenhum treinamento formal. Um policial novato tinha que contar com sua própria capacidade de "aprender" o trabalho, ou depender da ajuda dos mais experientes". (BRETAS, 1997: 144).

Na busca pela origem das transgressões, bem como na relação indivíduo instituição, a não compreensão de um estatuto ou a inobservância de suas funções pode constituir-se como um aspecto relevante, uma vez, que, como podemos observar, "as infrações" eram em alguns casos, cometidas fora das dependências do quartel.

Assim, entendemos que as transgressões podem estar relacionadas ao caráter de compreensão do regimento, e também como já citado, à clareza de suas especificações, bem como de rigores formais, como podemos observar no Registro Geral dos Praças: *" {...} Saturnino José Gonçalves ficou preso por oito dias, por ter, na Rua Reaticliff, achando-se em*

[3] Amasia, transcrita conforme fonte datada de 1916.

companhia de um cabo desquadra, deixado de cumprimentar a um Primeiro Sargento do Exército, com quem se portou de modo inconveniente quando observado pelo mesmo". (REGISTRO GERAL DAS PRAÇAS: 1910-1912).

As transgressões e conseqüentemente as punições se referem também à brigas entre os praças, visitas às casas de prostituição, bem como outras infrações consideradas mais graves, as quais foram levadas à instaurações de Inquéritos Policiais Militares. *"Manoel das Neves Corrêa foi preso por oito dias, fazendo guardas a meio dia de folga por ter praticado atos imorais com uma meretriz nas proximidades deste quartel em plena vista, não respeitando seu Official que nesta ocasião passava" (REGISTRO GERAL DAS PRAÇAS: 1912-1913)*

Assim podemos compreender que, "a moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos (...) são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social" (ELIAS, 1939: 198)

A prisão, portanto, constituía uma forma habitual de punição na tentativa de moldar o indivíduo de acordo com os padrões disciplinares da instituição militar, mas também uma forma de torná-lo apto a seguir os padrões de comportamento de uma sociedade, de uma nova sociedade em construção, ou seja, o autocontrole consciente do indivíduo "Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável, mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com freqüência indiretamente produzia colisões com a realidade social" (ELIAS, 1939: 196).

Entendemos, portanto que a prisão, a privação da liberdade, sob a forma de disciplinarização não irá produzir sujeitos "dóceis". (FOUCAULT, 1975: 127) A *célula,* ou solitária, na qual os praças ficavam detidos, era um pequeno espaço desprovido de qualquer luminosidade e higiene. Habitar um lugar como este por oito, dez ou quinze dias fazia com muitos praças saíssem diretamente para o hospital, conforme consta nos assentamentos dos praças. "Nosso corpo se protege contra os ferimentos que sofre, tanto pela fuga, pela insensibilidade, como pela imobilização, ou seja, por processos de fechamento, de enclausuramento. O corpo não pode mais suportar certas exposições". (LAPOUJADE, 1992: 87).

O período que compreende este trabalho abrange três regulamentos da Polícia Militar do Paraná, o primeiro data de sua criação em 1854, aprovado e mandado adotar pelo artigo segundo da Lei de 28 de fevereiro de 1855. O artigo 51º citava que o Comandante da Companhia, podia independentemente de processo aplicar até oito dias de prisão.

O segundo Regulamento, foi baixado pelo Decreto nº 4 de 10 de dezembro de 1891. Em 1908, outro regulamento foi aprovado pelo então Presidente do Congresso Legislativo e vigorou até 1920, quando o quarto regulamento a Corporação foi baixado. Conforme este regulamento, a detenção e a prisão podiam ser aplicadas até vinte e cinco dias.

Em 1917, o antigo Regimento de Segurança, passou por uma reorganização que lhe deu mais eficiência militar e policial. Mudou o nome para "Força Militar Do Estado do Paraná". Foi firmado um acordo entre a União e o Estado, considerando a Corporação, como "Força Auxiliar e Reserva de Primeira Linha do Exército Brasileiro". Dessa forma a Polícia Militar passa a contar com o Regimento de Segurança.

Entre as formas de punição que os praças e oficiais, com exceção de superiores e capitães, eram submetidos estavam também os castigos corporais (uso da vara de marmelo, uso da palmatória, da chibata), faxina no quartel, rebaixamento, degradação ou expulsão pública, entre outras. No entanto, nos limitaremos a analisar as prisões enquanto um processo que nos permite questionar um sistema de punição que se estabelece dentro de uma sociedade que espera concretizar uma mudança civilizadora do comportamento, ainda que a instituição aqui analisada seja uma instituição onde a hierarquia e a obediência estejam explícitas.

Conforme a gravidade da transgressão, a prisão podia também vir acompanhada de penas complementares, conforme nos cita o regulamento de 1908: "diminuição da ração em cada uma das refeições diárias, diminuição do número de refeições diárias, agravada com a privação do uso do fumo, da leitura e qualquer outra distração, isolamento do culpado em célula especial "a pão e água ou pão e cachaça".

A prisão, os encarceramentos dos praças são aqui vistos como nos sugere Pedro Rodolfo Bode de Moraes como um controle social perverso, no sentido de "promover um desvio do que ele promete, a saber, *ressocializa*r no sentido de melhorar e/ou *curar* os indivíduos" (MORAES, 2005: 29-30).

Entendemos, portanto, que este tipo de controle social mascara a crueldade implícita nas punições e, sobretudo, irá produzir indivíduos que mesmo se compreenderem fazer parte de uma sociedade ou instituição na qual devem respeitar normas e hierarquias,

seguir condutas, serão sempre resultado de um controle onde impera a crueldade e a dominação, e que se integrará a uma sociedade, como militar ou não, no caso das expulsões ou deserções, sentindo-se parte de uma sociedade que desrespeita valores como humanidade e onde a disciplina se impõe através do uso da forças e ao mesmo tempo de uma violência que marginaliza no sentido de não integrar este indivíduo, mas sim de colocar às margens de uma sociedade, sobretudo também, se analisarmos os praças enquanto provenientes das classes sociais mais baixas, conforme podemos verificar a filiação e as profissões de seus familiares nas fichas ou assentamentos dos mesmos.

Em seu artigo sobre cidade e exclusão social Gizlene Neder nos fala que a cidade do rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX, a passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre, enquanto controle social, irá definir marcos de exclusão social. (NEDER, 1997: 106-134). Assim, encontramos na remanescência do trabalho escravo, subsídios para evocar nossas reflexões à cerca de uma população desprivilegiada do ponto de vista sócio econômico.

Para Thomas Holloway os praças da Polícia Militar "não subiam na escala social ao se tornarem soldados de polícia, nem ganhavam mais respeito por servir. A gratidão e a honra só viriam com a adesão às normas de disciplina e o cumprimento incondicional das tarefas que lhe fossem designadas ou com um desempenho acima do que o dever exigia". (HOLLOWAY, 1977:256).

Muitos homens viam na polícia uma forma de ascensão social e sobrevivência, no entanto, se deparavam com mais uma forma de exclusão ao serem expostos às mais variadas formas de punição. Nesse sentido, podemos nos questionar até que ponto a privação da liberdade, a prisão, irá disciplinar e não marginalizar, integrar ou excluir?

Longe de pretendermos responder a estas questões, mas deixar uma lacuna que possa ser analisada de forma mais abrangente, entendemos de maneira geral que a penalidade, aplicada, sob forma de encarceramento, seria então uma " maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, tirar proveito daqueles" (FOUCAULT, 1957: 240)

8. Referências bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

BOBBIO, NORBERTO. **Dicionário de política.** 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

BRETAS, Marcos Luiz **Ordem na Cidade:** O Exercício Cotidiano da Autoridade Policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Formação do Estado e Civilização.RJ: Jorge Zahar Ed.,1993. 2.v.

_____. **A Sociedade de Corte**: Investigação sobre a Sociologia e da Aristocracia de Corte. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder:** A Formação do Patronato Político Brasileiro.São Paulo; Globo, 2004. 16ª ed.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas prisões. RJ: Vozes: 1997. 3º ed.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LAPOUJADE, David. **O corpo que não agüenta mais**. In: LINS, Daniel e GADELLHA, Sylvio. Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2002

LEVI, LÚCIO. **Legitimidade.** IN: BOBBIO, NORBERTO. Dicionário de política**.** 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. p. 675.

MORAES, Pedro Rodolfo Bode**. Punição, Encarceramento e Construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

NEDER, Gislene. **Cidade, Identidade e Exclusão Social**. IN: Tempo: Rio de Janeiro, Vol 2, nº 3, 1997. pp 106-134.

ROSA FILHO. João A. **Episódios da História da PM-PR**: O Avião e outros..... Curitiba: Optgraf, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Vivências amargas:
A divisão de assitência a psicopatas de pernambuco nos primeiros anos da década de 30

Carlos Alberto Cunha Miranda*

Resumo: Este artigo trata de um estudo acerca das novas estratégias utilizadas pela psiquiatria institucional, nos primeiros cinco anos da década de 30, através da Divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco, nessa época dirigida pelo doutor Ulysses Pernambucano. Nossa intenção é analisar as novas formas de controle exercidas sobre os pacientes bem como demonstrar as táticas utilizadas por essas pessoas para reagirem ao forte domínio exercido pela referida instituição.
Palavras-Chave: Psiquiatria - Loucura - Táticas .

Abstract: This article is about a study on new strategies applied by the institutional psychiatry in the first five years on the thirties, by the Division to Psycho patients of Pernambuco, at that time under direction of Dr Ulysses Pernambucano. Our aim is to analyze the new forms of control used on the patients and to show the tactics employed by those people as well, in order to react to the strong power against the referred institution.
Key words – Psychiatry – Madness - Strategies

Com a vitória da Revolução de outubro de 1930, em Pernambuco, assumiu o poder, como interventor, Carlos de Lima Cavalcanti, advogado e político que implementou uma série de reformas de cunho social e cultural. Nesse período, a psiquiatra institucional pôs em funcionamento novos modelos assistenciais, criando ambulatórios, no Recife, e Colônias agrícolas, no interior, com o objetivo de descentralizar as práticas de internação e desafogar o hospício que se encontrava com uma população muito acima de sua capacidade. Apesar desse reconhecimento do Estado em patrocinar um modelo de assistência psiquiátrica diferenciado, o discurso relativo à "doença mental" continuou o mesmo.

Diante da superlotação e das precárias condições do Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, posteriormente denominado Hospital de Alienados, Carlos de Lima Cavalcanti decidiu convocar o doutor Ulisses Pernambucano para criar, em 26 de janeiro de 1931, a

* Doutor – Universidade Federal de Pernambuco.

Divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco, que resultou num programa de reformas, passando a constar com os seguintes órgãos:

1 - Serviço para doentes mentais não alienados:
a) Ambulatório
b) Hospital aberto
2 - Serviço para doentes mentais alienados:
a) Hospital para doenças agudas;
b) Colônias para doentes crônicos.
3 - Manicômio Judiciário
4 - Serviço de Higiene Mental:
a) Serviço de prevenção a doenças mentais
b) Instituto de Psicologia. (MARQUES DE SÁ, 1978:20).

Logo no começo dos anos trinta, o doutor Ulysses colocou em execução uma prática de assistência psiquiátrica semelhante aos já executados por Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, e por Franco da Rocha, em São Paulo. Seguindo essa orientação, empreendeu a reforma do Hospital de Alienados, criou a Colônia Agrícola de Barreiros, o Manicômio Judiciário e implantou um amplo Programa de Higiene Mental. Essa nova estrutura psiquiátrica implicou o aumento de novas práticas terapêuticas, medidas preventivas e ações disciplinadoras dentro e fora do hospício. Inicialmente, para resolver o grave problema da superlotação do Hospital de Alienados, foi construído um novo pavilhão destinado às mulheres com capacidade para abrigar cento e quarenta leitos. No que se refere aos pacientes não alienados, também chamados "Pequenos Psicopatas", iniciou-se um combate, de forma sistemática, à sífilis nervosa. Os fóbicos, os neurastênicos e todos aqueles que não apresentassem suas funções mentais totalmente comprometidas também poderiam ser tratados nessa instituição. Na época, foi criado um serviço de fotografia, no qual a imagem do paciente era reproduzida na entrada e na saída do hospital. Nas centenas de retratos observados nos prontuários desse período, percebem-se imagens de corpos rígidos, constrangidos e assustados, além de aparência triste, olhos arregalados e cabelos assanhados. Através das fotografias e dos relatos médicos, realizados nos livros de prontuários, os pacientes passaram a ter sua identidade aprisionada por uma série de estigmas que dificilmente conseguiriam se libertar.

Nas duas primeiras décadas do século XX, os médicos utilizaram muito o termo "enfermidades sociais" para aludirem os males que afetavam vários setores da população. As doenças consideradas crônicas e contagiosas, como as venéreas - especialmente a sífilis - a lepra e a tuberculose, causaram um alto índice de mortalidade entre a população. Além dessas enfermidades, outros males, a exemplo do alcoolismo, da "degenerescência" e da "loucura moral", formaram o grande contingente populacional dos hospícios brasileiros. É importante ressaltar que, nesse período, houve, por parte dos médicos, dificuldades em estabelecer os "limites precisos entre o conhecimento científico e os preconceitos e preceitos morais de sua época". (NOGUEIRA, 2004:101)

No Recife, os suspeitos de alienação mental eram recolhidos ao Pavilhão de Observação para receberem um diagnóstico conclusivo da sua situação, sendo inicialmente, submetidos a uma minuciosa análise para o preenchimento dos prontuários, nos quais constavam os seus dados pessoais - nome, cor, idade, filiação, estado civil, profissão, instrução, naturalidade e residência. É importante esclarecer que tais formulários seguiam o mesmo modelo implantado em quase todos os hospícios do Brasil. As exigências para o seu preenchimento atendiam às determinações inscritas no decreto de nº 6440, de três de março de 1907, referente ao serviço Policial do Distrito Federal.

Em seguida, os pacientes passavam por uma rigorosa observação na qual, primeiramente, eram apreciados os seus antecedentes hereditários e colaterais, para se conhecer a possibilidade de um de seus familiares, próximos ou distantes, serem portadores de alguma doença ou traços degenerativos (estado de alienação mental, epilepsia, criminalidade, alcoolismo, sífilis, tuberculose etc.). Na etapa seguinte, os psiquiatras indagavam ao suspeito de desvio mental se o mesmo havia contraído alguma enfermidade na infância – assim como sarampo, paludismo, catapora, coqueluche etc. - ou em sua fase adulta. Os traumatismos, os acidentes, as perversões sexuais, os abortos e a menstruação também eram motivos de questionamentos por parte dos médicos, bem como os antecedentes sociais dos pacientes.

Posteriormente eram procedidos os exames somáticos, através da utilização de métodos antropométricos, com a análise da altura, da assimetria, dos pêlos, dos ossos, do peso e de possíveis "anomalias". Eram examinados, detalhadamente, pelos psiquiatras: traços de cicatrizes e tatuagens, da obesidade e digestão, das perturbações na palavra - a exemplo da gagueira - além dos aspectos da pele do rosto e da língua. As apreciações neurológicas e mentais foram muito valorizadas e serviram como referências para os médicos diagnosticarem os pacientes. Além disso, os exames de urina e de sangue foram prescritos e observados. Na

hipótese de haver necessidade, seriam exigidas outras apreciações complementares. E, na parte conclusiva, era feita uma súmula da avaliação, dado o diagnóstico e prescrito o tratamento adequado.

Durante a leitura dos prontuários, percebe-se que, muitas vezes, os psiquiatras procuraram impor seus critérios médicos e morais, e, por vezes, chegaram a denegrir a imagem dos pacientes submetidos a esses exames extremamente constrangedores. Na análise desses registros, é possível observar detalhes importantes e reveladores sobre as histórias de vida dessas pessoas.

Apesar das reformas iniciadas por Ulysses Pernambucano, a situação do hospital, nos primeiros anos da década de trinta, continuou extremamente precária. Com capacidade para concentrar 300 pacientes, o hospital apresentou uma superlotação com estimativa de 1.133 internos, de acordo com o "Quadro dos doentes admitidos no Hospital de Alienados durante o ano de 1931". [1]

As estatísticas sobre os pacientes internados nessa época, para os quais há diagnósticos registrados, revelam a Psicose Maníaca Depressiva como a causa mais comum das internações, com um total de 277 entradas, seguida da Psicose nevrosicas – com um quadro de histeria, neurastenia, psicastenia e psicose epilética – a qual totalizava 111 internos e a esquizofrenia com 103 pacientes. Nesse período, a grande maioria da população do hospital, tanto feminina quanto masculina, era de jovens com a faixa etária entre 20 e 35 anos de idade. Em termos de profissão, o maior número de pacientes do sexo masculino era de agricultores. Por sua vez, grande parte das mulheres admitida no hospital exercia atividades domésticas.

Quanto à terapêutica empregada no hospício, era freqüente o uso dos seguintes medicamentos: injeções de Bismuto, Mercúrio, Iodeto de Sódio, Salicilato de Sódio, Dmelcos, Theion 40, Protinjetol, além de outras injeções tônicas, sedativas e medicamentos opoterápicos, esses últimos eram compostos à base de estratos de glândulas hormonais. Faz-se importante destacar que os medicamentos opoterápicos passaram a fazer parte da terapêutica nos hospícios na medida em que surgiram algumas teorias sobre a subordinação do sistema nervoso às glândulas de secreção interna. Ainda faziam parte do arsenal terapêutico da época, as diversas formas de balneoterapia: longos banhos de imersão – que, muitas vezes, duravam horas - duchas frias e duchas circulares.

A piretoterapia, através do Theion 40, Protinjetol e Dlmecos, objetivava provocar febres artificiais, por meio de injeções matinais, endovenosas ou intramusculares, observando-

[1] Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Ano II. Recife: Imprensa Industrial, 1932, p. 59.

se o espaço de três dias até completar uma série de vinte aplicações. Após esse procedimento, o paciente apresentava febres que variavam entre 37 e meio e 41 graus, tendo, quase sempre, uma duração de duas a quatro horas. (PEREIRA, 2002:42)

A malarioterapia foi outra forma de tratamento muito utilizada nos anos trinta. Essa técnica consistia na inoculação, usualmente intramuscular, de sangue de doentes maláricos que ainda não tivessem sido tratados com o quinino. Após o décimo dia da inoculação, o paciente apresentava os primeiros sinais de febre alta e, somente, após dez acessos febris, o enfermo era tratado à base de quinino. No final dos anos trinta e na década de quarenta, as terapias de choque, através de injeções do cardiazol, da insulina e do eletrochoque, além da prática da lobotomia, passaram a ser aplicados, em larga escala, no Hospício de Alienados.

Em 1932, a psicanálise ainda não havia sido utilizada no Hospital de Alienados, segundo Ulisses Pernambucano, devido à falta de adpatção indispensável a tal método de tratamento. [2] As pesquisas se limitavam a testes psicológicos, com o objetivo de confirmar os diagnósticos dos psiquiatras ou precisar outros. Esses procedimentos ocorriam quando a análise clínica não era suficiente para estabelecer a diagnose de imbecilidade, debilidade mental etc. A Mensuração da inteligência foi, também, largamente utilizada com esse objetivo, com o encaminhamento de seus resultados ao Instituto de Psicologia. [3]

Nessa época, faltava tudo no Hospital de Alienados: verbas, medicamentos eficientes, enfermarias higienizadas e pessoal qualificado. Pacientes com doenças contagiosas misturavam-se a outros, o que acarretou a propagação de inúmeras enfermidades infecciosas. Os casos mais graves foram encaminhados ao Hospital Osvaldo Cruz, que posteriormente passou a recusar esses doentes.

A análise dos prontuários do Hospital de Alienados, durante o ano de 1933, permitiu-nos verificar a grande mortandade entre as pacientes do sexo feminino. Das cinqüenta mulheres registradas no livro de número 651 a 700, dezenove faleceram no mesmo ano de sua entrada, três em 1934 e uma em 1941, inclusive algumas menores de idade. Os livros de registro revelam que as mortes dessas pacientes, quase sempre, eram decorrentes de colapso cardíaco ou colite crônica.

Nesse período, foram repensadas, pelos psiquiatras, novas estratégias que comportassem não somente a tarefa de proporcionar internamento e tratamento aos "doentes mentais", mas também ações que disciplinassem a imensa legião de "degenerados",

[2] Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Op. cit. P. 42.
[3] Idem. P.41

melancólicos, curandeiros e fanáticos religiosos que ameaçavam o exercício da medicina oficial e a ordem social vigente da sociedade. Acreditavam, os psiquiatras, que essa ação deveria ser realizada em conjunto com o Aparelho de Estado, através de um programa de higiene social que contemplasse questões amplas, como: estudo estatístico sobre a composição antropológica da população do Recife, pesquisas de biometria, o papel da hereditariedade e dos agentes tóxicos e infecciosos no homem (predisposição ao álcool, a sífilis e a determinadas psicoses), estudos sobre o desenvolvimento físico e mental dos escolares e pesquisas sobre a influência da religião (fetichismos, cultos africanos, panteísmo etc). Os problemas advindos dessas questões deveriam ser resolvidos através da profilaxia mental. Para os psiquiatras da época, tudo estava para se fazer nesse campo de atuação.

Dessa forma, foram internadas, no Hospital de Alienados, inúmeras pessoas com crises mal definidas, as quais os franceses chamavam de "Episódio delirante" ou "Delírios episódicos dos degenerados", posteriormente denominadas "*estados psicóticos"* pelo psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1855-1926). Em artigo publicado no Arquivo da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, a monitora do Serviço de Higiene Mental, Maria da Graça Araújo, afirmava que o *Episódio delirante dos degenerados* era uma "entidade mórbida" freqüentemente diagnosticada nos manicômios brasileiros. No Recife, em 1930, haviam sido registrados 183 desses casos no Hospital de Alienados. Ainda em sua pesquisa, a monitora afirmou que o aumento acentuado no número de casos de E.D.D. parecia estar relacionado com o crescimento do espiritismo no meio social. Segundo Maria das Graças, essas pessoas eram "em regra geral indivíduos incultos, freqüentemente analfabetos. [4] Como se pode observar nessa pesquisa, a monitora procurou associar a difusão do baixo espiritismo às camadas mais pobres da população, formada, em sua grande maioria, por "mestiços" que, nos quadros estatísticos do hospital, eram em maior número portadores de E.D.D. [5]

A análise do processo de hospitalização do "doente mental" implica conhecer um pouco da história de vida dos pacientes internados e os seus mecanismos de reação - muitas vezes silenciosos e quase imperceptíveis - aos métodos de isolamento e disciplina do sistema asilar. Maria Clementina Pereira chama atenção para a lúcida abordagem de Foucault, na Microfisica do Poder, onde o filósofo francês assinalou a importância de se voltar ao interior das práticas asilares para fazer "emergir o seu Arquivo". Segundo Clementina, "empreender a análise a partir do hospício significa incorporar aí outras falas que se cruzam: apesar do esforço para aniquilar sua presença e apagar a sua voz, os registros dos asilos denunciam a

[4] Boletim da Assistência a Psicopatas. Op. cit. P. 137.
[5] Idem. Pp. 134 - 137.

presença dos "loucos", resgatam ao menos a presença de sua fala e suas experiências, evidenciam sua resistência surda e constante, permitindo o estabelecimento de relação pelas quais os historiadores estiveram muito desatentos. Fazer emergir o arquivo de uma instituição psiquiátrica equivale também a recuperar a dimensão de contraposição ao poder absoluto da razão médica, como lembra Linebaugh." (CUNHA, 1986:16)

O estudo desse período induz a análise das táticas desenvolvidas pelos pacientes para escapar das imposições e da violência da psiquiatria institucional. Essas formas de reações compunham o que Michel de Certeou denominou rede de uma antidisciplina. No interior do hospital, tais astúcias foram registradas nos prontuários clínicos - fontes importantes e reveladoras – nas seguintes formas: pacientes que se recusavam a exercer qualquer tipo de trabalho; que caminhavam despidos pelo pátio ou enfermarias; que não tomavam a medicação prescrita; que defecavam e urinavam em lugares que não fossem os sanitários; que não comiam; que choravam de forma convulsiva ou não; que agrediam outros pacientes e enfermeiros; que buscavam o isolamento no leito ou no pátio; que demonstravam insatisfação pedindo, insistentemente, aos médicos para ir a casa; que usavam roupas e enfeites que fugissem às vestimentas padronizadas; que usavam "vocabulários pornográficos"; que gritavam e cantavam em voz alta; que não respondiam às perguntas dos médicos e enfermeiros. Além disso, para fugir do confinamento e do sofrimento imposto pelo sistema asilar, não foram poucas as tentativas de suicídio nos hospícios brasileiros. [6] (CERTEAUL, 1994)

A fuga foi também uma forma de reação encontrada pelos internos. O caso da paciente M. C. é bastante esclarecedor: de cor parda, com a idade aproximada de 30 anos, foi encaminhada pela polícia ao Hospital dos Alienados, como indigente, no dia 25 de abril de 1933, sendo diagnosticada portadora de *neurosyphilis.* No dia 23 de janeiro de 1934, a paciente já não se encontrava no hospício, havia fugido. [7]

O namoro e as relações sexuais indicam, ainda, táticas utilizadas pelos internos para reagirem às vivências amargas no interior do hospício. Eram comuns casais de namorados caminharem de mãos dadas pelo pátio do hospício e, muitas vezes, burlando a severa vigilância dos enfermeiros, mantinham relações sexuais sobre as sombras das frondosas fruteiras.

Nessa época, as pessoas analfabetas que habitavam em regiões pobres das cidades e praticavam o "baixo espiritismo" foram, sistematicamente, perseguidas e encaminhadas à

---

[6]

[7] Prontuário de nº. 697. M. C. deu entrada no Hospital de Alienados no dia 25.04.1933.

cadeia ou ao hospício. Os terreiros que praticavam a "*magia negra"* eram, prontamente, acusados de falsearem a medicina, de realizarem feitiçarias, iludir os incautos e cometerem algazarras. Desqualificando socialmente os praticantes dos cultos afro-descedentes, a elite dirigente os considerava ignorantes, delinqüentes e "doentes mentais". Com freqüência, os psiquiatras acusavam os terreiros de serem os focos diretamente responsáveis por um número alarmante de casos de "alienação mental" no Estado de Pernambuco.

Em fins de 1932, foi realizado no Recife um acordo entre a Secretaria de Segurança Pública e o Serviço de Higiene Mental. Nesse período, o funcionamento dos terreiros e dos centros espíritas esteve diretamente subordinado à autorização da polícia que, por muitas vezes, usou a violência para fechar os locais de culto e prender seus praticantes. Com o objetivo de aumentar as práticas de controle, o doutor Ulysses e seus principais colaboradores propuseram aos governantes uma solução conciliatória: o psiquiatra e seus assistentes submeteriam os praticantes do espiritismo e das religiões afro-brasileiras a um exame mental. A polícia, por sua vez, com o aval do S.H.M., comprometer-se-ia a permitir o funcionamento dos terreiros e centros, desde que fossem agendados o dia e a hora de sua realização. A ação normativa do Serviço de Higiene Mental assumiu um lugar de destaque quando o seu Boletim publicou inúmeros requisitos necessários para o funcionamento desses locais de culto.

Apesar das reformas empreendidas pelo doutor Ulysses, faz-se importante ressalvar que a remodelação do sistema dos hospitais psiquiátricos só começou a ser efetivamente repensado, na maioria dos países ocidentais, depois da Segunda Guerra Mundial. Nessa época, formou-se um grande movimento no sentido de reformar esses hospitais, tomando-se como referência os seguintes princípios: exigência de uma melhor infra-estrutura do material hospitalar; política de "porta aberta" para atenuar a ruptura hospital-mundo exterior; atribuição de importância ao trabalho em equipe e à formação do pessoal; desenvolvimento das "clínicas de atividade", onde o interno gradualmente participaria do convívio social.

Fontes impressas:

Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. Ano II, 1932.

Archivos Brasileiros de Higiene Mental. 1931.

Prontuários do Hospital Ulysses Pernambucano. (Década de 1930)

Relatório da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, no período de 1935.

Referências bibliográficas:

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. 1:** artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COOPER, David. **Psiquiatria e antipsiquiatria.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo:** Juquery, a história de um asilo**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARQUES DE SÁ, J. **Abertura do Ciclo de Estudos sobre Ulysses Pernambucano.** Recife: Academia Pernambucana de Medicina, 1978.

NOGUEIRA, Ernesto Carlos. *Luta antialcoólica e higiene social na Colômbia. (18899-1948).* In: **Cuidar, Controlar, Curar – ensaio histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Orgs. Gilberto Hochman e Diego Armus. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

PEREIRA, Lygia Maria de França Pereira. *Os primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica no Estado de São Paulo.* In: **Psiquiatria, Loucura e Arte – Fragmentos da História Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A arte de curar faz escola em Curitiba. Caminhos de uma investigação histórica da Faculdade de Medicina do Paraná (1912-1945)

Erica Piovam de Ulhôa Cintra*

Resumo
O monopólio das artes de curar por médicos é questão recente no país. A formação dos primeiros médicos em cursos de ensino superior (a medicina acadêmica) data de 1808. Tempos depois, novas instituições médicas surgem pelo país, como em Curitiba - Paraná. Em meio a um projeto de universidade, dava-se início aos primeiros cursos médicos, do estado, em Medicina e Cirurgia, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia e que logo dariam lugar a Faculdade de Medicina do Paraná. Fator que contribuiria para a institucionalização da ciência médica paranaense e a formação e a organização da classe médica local. O presente artigo, de estudo em desenvolvimento, reflete sobre um pouco desta particular história que marcaria os caminhos da educação e da saúde pública em Curitiba na primeira metade do XX.
Palavras-chave: história da educação – ensino médico – institucionalização da ciência

Abstract
The monopoly of the arts to curing for doctors is recent subject in the country. The first doctor's formation in higher education courses (the academic medicine) it dates from 1808. Times then, new medical institutions appear for the country, as in Curitiba - Paraná. In way to a university project, one gave to beginning to the first medical courses, of the state, in Medicine and Surgery, Obstetrics, Dentistry and Pharmacy and that soon they would give place University of Medicine of Paraná. Factor that would contribute for the institutionalization of the science medical paranaense and the formation and the organization of the local medical class. The present article, of study in development, thinks about a little of this particular history that would mark the roads of the education and of the public health in Curitiba in the first half of the XX.
Keywords: history of education - medical education - institutionalization of the science

As primeiras instituições médicas

O monopólio das artes de curar por médicos é questão recente no país. (BERTUCCI, 2004; PIMENTA, 2004, 2003; GONDRA, 2003). As primeiras instituições de ensino médico no Brasil datam de 1808, formavam inicialmente médicos-cirurgiões e condiziam com um conjunto de medidas para a implementação de serviços públicos quando da transferência da Corte portuguesa ao país. As primeiras escolas de formação de médicos-cirurgiões foram: a Escola de Cirurgia da Bahia, de 18 de fevereiro, e a Academia de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro, de 2 de abril daquele mesmo ano. Pouco tempo depois, ambas foram transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas: a do Rio de Janeiro

* Doutoranda em Educação (Linha História e Historiografia da Educação), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Bolsista CAPES. E.mail: piovam@onda.com.br

em 1813, e a da Bahia em 1815. (SILVA, 2002: 140). Mais tarde ainda, em 1832[1], decorrentes de novas reformas do ensino médico, ambas passaram a Faculdades de Medicina iniciando efetivamente a formação de médicos. (Cf. tais reformas no século XIX: FERREIRA, FONSECA & EDLER, 2001). No caso do Paraná, a institucionalização da medicina acadêmica e a organização da classe médica levarão ainda muito tempo para serem ali implementadas. Seria preciso antes, dotar a capital paranaense de uma instituição de ensino superior. E os primeiros passos só seriam dados na primeira década do século XX.

Isto porque somente com o início do período republicano ocorre a ampliação das faculdades de medicina pelo país, bem como as escolas de ensino superior via de regra restritas ao eixo: área da saúde-direito-engenharias[2]. E não só este aspecto contribui para a difusão dos ensinos médico e superior como também a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, também conhecida como reforma Rivadávia Correia (1911), concorreu, de modo geral, para a autonomia administrativa, financeira e pedagógica destes estabelecimentos de ensino perante o governo possibilitando inclusive a instalação de exames de admissão para a seleção dos candidatos aos cursos constituídos – do que, logo, se valeriam os primeiros cursos superiores a operar no Paraná. Na mesma data, a expedição de ainda outros regulamentos alcança as faculdades de medicina, como o Decreto nº 8.661. (CUNHA, 1980: 162). Somados estes aspectos é que começam a ser difundidos os cursos de medicina na região sul e sudeste do país:

> *"em 1897 foi instalada a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia, em Porto Alegre (RS), (...) denominada Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1911. No mesmo ano foi criada a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, e, em 1912, a Faculdade de Medicina do Paraná [ainda como "Curso de Medicina e Cirurgia" no interior do projeto de constituição de uma universidade, a Universidade do Paraná]. A próxima a ser instalada seria a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1912." (SILVA, 2002: 139).*

Tanto em São Paulo como no estado do Paraná, as escolas de medicina datam de tempo bem posterior à formação das primeiras gerações de "homens de ciência" do período imperial no Rio e na Bahia[3]. A primeira Faculdade de Medicina do estado de São Paulo, por exemplo, surge no interior de um projeto educativo de uma escola particular de Farmácia.

---

[1] A lei de 1832 que transformou as academias do Rio e da Bahia, em Faculdades de Medicina e concedeu, pela primeira vez no país, os títulos de doutor em medicina, e também os de farmacêutico e parteira, instituiu, no país: "*o início do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos.*" (PIMENTA, 2004: 71).

[2] "*No período que vai da reforma Benjamim Constant, em 1891, até 1910 (...) foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de economia e 3 de agronomia.*" (CUNHA, 1980: 157).

[3] Daí a possibilidade dos professores da Universidade que se fez criar no Paraná em 1912 terem se valido de rebentos destas Faculdades para o seu quadro docente, a exemplo de um dos médicos que levou a termo o projeto de constituição da Universidade do Paraná: Dr. Victor Ferreira do Amaral (1862-1953), egresso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Esta escola funcionava já desde 1899 - e subsidiada pelo estado -, surge depois de várias tentativas frustradas para a criação de uma escola de medicina paulista. A Faculdade de Medicina de São Paulo, investida neste cenário, se daria ainda de modo muito conflituoso e bem diferente do ocorrido na capital federal. Enquanto a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro caminhava atrelada desde os seus primórdios aos cursos de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia, em São Paulo a criação da Faculdade de Medicina na escola de Farmácia teria de lidar ainda com a oposição acirrada entre médicos e farmacêuticos na disputa da organização do ensino médico paulista – o que atrasaria, em muito, a criação da Faculdade. A Faculdade de Medicina de São Paulo então só teve início em 1912, quando os médicos paulistas, embrenharam-se em instâncias outras da ordem médica (instituições de pesquisa, sociedades, revistas, laboratórios, hospitais e clínicas) mais coesos no projeto de legitimar a medicina paulista no cenário nacional, em detrimento de outros centros de ensino (especialmente do Rio de Janeiro). (SILVA, 2002: 139-146).

E uma das questões para a qual atentou os médicos da Faculdade de Medicina de São Paulo era para a criação de um hospital de clínicas como um lugar de ensino e de prática dos acadêmicos – isto também se daria no Paraná, em especial, com a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Se, por um lado, o fato de requererem o hospital não agradaria aos colaboradores da instituição requerida (e isto especialmente foi um problema compartilhado anteriormente pela Faculdade do Rio de Janeiro com a Santa Casa daquele município, cf.: PIMENTA, 2003: 99), por outro, como diz Le Goff: "o jogo da doença e da saúde joga-se cada vez menos em casa do doente e cada vez mais no palácio da doença, o hospital." (LE GOFF, 1985: 8). "Palácio da doença" ou casa da saúde – ou ainda santa casa -, o hospital ganha, no início do século XX, a atenção da medicina acadêmica como lugar de práticas de saúde oficiais e laboratório de ensino para os médicos em formação, especialmente para o médico-cirurgião[4]. Entretanto, tal necessidade se veria satisfeita em São Paulo, somente em 1940, quando da criação do Hospital São Paulo e no interior de ainda outro projeto educativo de ensino médico: a Escola Paulista de Medicina. (Cf.: SILVA, 2001).

Em Curitiba, muitas das questões tratadas até então e consideradas em outros centros urbanos (o curso de medicina após outros cursos de ensino médico, como em São Paulo; a formação médica inicial como médico-cirurgião no Rio de Janeiro, Bahia e também São Paulo; a relação conflituosa entre faculdade-hospital, no Rio e em São Paulo), se fariam

[4] Cirurgião-médico italiano, em suas memórias, assim se refere ao hospital: "*É difícil descrevermos o que representa o hospital para um cirurgião. É o mesmo que um navio para o marinheiro, a casa para a mulher, o teatro para o artista, a igreja para o padre. Se não é possível conceber um marinheiro sem navio, uma mulher sem lar, também não se pode imaginar um cirurgião sem hospital.*" (MAJOCCHI, 1946: 88).

também presentes no Paraná. A Faculdade de Medicina do Paraná surge somente após a constituição dos cursos de formação médica nas especialidades de Medicina e Cirurgia (1913), Obstetrícia, Odontologia e Farmácia (1912), tal como no Rio e em São Paulo, e isto no interior do projeto de constituição de uma universidade: a Universidade do Paraná (1912). Sabe-se também que aulas, especialmente as de caráter prático do curso de Medicina e Cirurgia, eram realizadas diretamente na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, inclusive no Hospital de Alienados (depois, Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz). (PIZANI, 2002). Entretanto, a presença da medicina acadêmica em instituição que já contava com a formação de outras especialidades médicas, e a participação dos acadêmicos no dia-a-dia do Hospital de Caridade de Curitiba certamente não seriam questões que ocorreriam sem muitos problemas. A participação no hospital dos médicos-professores e alunos da Faculdade era insistente. Com o tempo, os médicos da Faculdade adquiriram inclusive mais espaço no interior do próprio hospital para a criação do "Laboratório de Análises Clínicas", chefiado por uma das primeiras mulheres formadas pela Faculdade de Medicina do Paraná: Dra. Maria Falce de Macedo. Ademais, a institucionalização da ciência médica no Paraná, a exemplo do ocorrido em outros estados, certamente não ocorreu sem conflitos na cidade ainda calcada na teoria dos "bons ares" e da "salubridade do clima" para explicar a desatualização dos serviços sanitários até os anos 1930. (FERNANDES, 1988: 3-19). Aspectos que cooperam para um entendimento pouco linear da institucionalização da medicina também no Paraná.

A Faculdade de Medicina do Paraná: um pouco de sua história

> *Vae dentro de breves dias installar-se o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, com o qual, dentro de alguns annos, uma vez em funccionamento todos os cursos universitários de que elle se compõe, ficaremos definitivamente emancipados das escolas superiores dos outros Estados para as quaes até hoje mandávamos os nossos filhos, quando queríamos vel-os seguir uma carreira acadêmica qualquer. A 19 do corrente [dez. 1912] inaugura-se, em sessão solemne, no Palácio do Congresso Legislativo do Estado, a Universidade do Paraná. (COMMÉRCIO DO PARANÁ, 1912: 1).*

Em dezembro de 1912, o jornal paranaense *Commercio do Paraná* realizou um amplo anúncio da fundação da Universidade do Paraná – ocorrida no dia 19, data do aniversário da emancipação do estado do Paraná. O primeiro estabelecimento de ensino superior da cidade de Curitiba e do estado - e durante pouco tempo e para os sonhos de alguns paranaenses: a do país[5] -, era destacado de modo singular pelo jornal que dias antes do evento noticiava o que seria um grande acontecimento para o estado. O periódico diário, em seu

[5] Confira uma versão do acontecido no registro do escritor paranaense Valfrido Piloto. (Cf.: PILOTO, 1976).

primeiro ano de atividade, cumpria com afinco o propósito de realizar a cobertura do evento, ao contrário do feito pelos demais periódicos de ampla circulação na época e que se restringiram a breve nota do ocorrido.[6] Neste jornal, o episódio foi narrado com uma seqüência de informações litúrgicas. A cidade era colocada à expectativa do grande dia. E não sem razão. Como o próprio excerto destaca "o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior" emanciparia "definitivamente" os paranaenses das escolas superiores "dos outros estados" para o quais eram mandados os filhos a seguir "uma carreira acadêmica qualquer". Note que o argumento utilizado não poderia ser tomado por outrem que não estivesse extremamente envolvido com o projeto de construção da universidade. Este era o caso do médico Dr. Victor Ferreira do Amaral, diretor do jornal *Commercio do Paraná.* Logo, seria ele elegido o primeiro diretor da Universidade do Paraná, tendo como secretário o também médico: Dr. Nilo Cairo[7]. E há um dado interessante a notar nesta relação.

Um médico alopata (Victor do Amaral), e um médico homeopata (Nilo Cairo), juntos no projeto de constituição da primeira universidade paranaense. Aparentemente, suas diferenças formativas não foram impeditivas para o projeto que se destinaram a realizar, nem mesmo no dia-a-dia da Faculdade de Medicina do Paraná. A amizade que devotavam entre si, parece mesmo ter alcançado, em aspectos teóricos e práticos, a conformação dos cursos médicos ali ofertados. O currículo dos cursos médicos não só davam conta do que regulava a legislação, como foram acrescidas de cadeiras livres, como a de Homeopatia – um claro legado do Dr. Nilo Cairo. Alopatia e homeopatia, juntas nos cursos médicos do Paraná. Interessante observar a este respeito ainda, a relação de livros da biblioteca da Universidade do Paraná, no ano de 1914. Organizada por cadeira lecionada e curso, a relação mostra que a que detinha, dentre todos os cursos da universidade, o maior número de manuais, livros, revistas e teses era esta mesma cadeira livre, de Homeopatia – seria, a vastidão de materiais disponíveis, uma forma de comprovar, uma vez mais, o caráter científico da disciplina?

E são estes mesmos personagens que cooperam para os primeiros cursos médicos no Paraná que também estão à frente da empreitada universitária. E, nas palavras do Dr. Victor do Amaral, a universidade "surgiu quase ex-abrupto, e sem grande período de incubação – foi o produto de um gesto quase impulsivo, uma obra de audácia". (SILVA apud

[6] O jornal *Diário da Tarde* manifestou o acontecimento apenas na data (19 dez.) e em breve nota que dividia espaço com fatos policiais. Já o *Commercio do Paraná* anunciou o evento sete dias antes (12 e 13 dez. 1912) com riqueza de detalhes sobre a organização tanto da instituição como do evento. No dia seguinte, e em 1ª página, o relato extensivo do ocorrido e, na íntegra, o discurso oficial de fundação da Universidade.

[7] Dr. Nilo Cairo (1874-1928), egresso da Escola Militar da Praia Vermelha, e professor honorário da Faculdade Hahnemanniana do Rio de Janeiro, foi lente catedrático de Patologia Geral da Universidade do Paraná. Autor dos livros médicos: "*Guia de Medicina Homeopática*" (1911), e "*Elementos de Patologia Geral*" (1913).

COSTA, 2003: 242). Mesmo de súbito:

> *em 15 de março de 1913 eram iniciadas as aulas, com 97 alunos e 26 professores, dos cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Odontologia, Obstetrícia, Farmácia e Comércio. Pouco mais tarde funcionaria o curso de Medicina e Cirurgia. As aulas de início foram dadas em casa alugada situada à rua Comendador Araújo [no centro da capital paranaense]. (WESTPHALEN, 1987: 10).*

Com outros cursos se somando aos inicialmente apresentados na Universidade do Paraná, o maior número de disciplinas requeridas por lei, mais o enxuto corpo docente, tais aspectos logo colaborariam para trazer dificuldades ao encaminhamento da Casa. E em pouco tempo a trajetória da primeira universidade paranaense se veria tumultuada - conseqüências do ato "quase impulsivo"? Os fatores de ordem econômico-financeira como a decorrente da longa construção do edifício acadêmico, o denominado "Palácio de Luz", bem como, pode-se incluir aí, a construção da Maternidade do Paraná – sem dúvida, legado do Dr. Victor do Amaral (médico das "doenças das senhoras"), entre os anos 1914/1916 -, a própria manutenção dos professores e funcionários, inclusive dos materiais necessários para os vários laboratórios dos quais os fundadores esmeravam-se na sua organização, são todos elementos que podem ter se somado a esta questão. Além de uma série de eventos que levou à dissolução da universidade, em especial, os de ordem legal, como o decreto Maximiliano de 1915 (e o indeferimento das inspeções federais) e em 1920 a exigência da separação completa das Faculdades (com administração e patrimônio independentes). Ainda, a respeito dos gastos na universidade, a memória de ex-professores procura mostrar o quanto a parceria entre o Dr. Nilo Cairo e o Dr. Victor do Amaral era, ao menos neste aspecto, dessemelhante:

> *"Nilo, perdulário, não temia largas despesas com aquisição do material destinado à construção e os laboratórios; Victor, parcimonioso, protestava, ameaçava abandonar o velho companheiro, quando se excedia, mas resignado, acabava saldando todos os compromissos assumidos." (COSTA e LIMA, 1992: 15).*

Entretanto, juntos ou não (de fato quem, mais à frente, "abandona" o companheiro é o Dr. Nilo Cairo), os doutores amargariam os fatores de ordem política e legislativa na trajetória que levou ao desmembramento das faculdades da Universidade do Paraná. Além disso, fatores de ordem pedagógica como a falta de professores colaborou, especialmente na primeira década da Universidade, para a debandada de alunos para as escolas superiores de outros centros; no caso da de Medicina, ao Rio de Janeiro – a geração paranaense mandada outra vez a outros estados a despeito do veiculado no *Commercio do Paraná* em vias da inauguração da Universidade.

Na história da Faculdade de Medicina do Paraná, a década compreendida entre os

anos de 1912 a 1922 é marcada por um tempo muito difícil, "das vacas magérrimas", sem alunos, e ainda mais sem professores. Os poucos docentes eram apelidados de "gramofones universitários" pois, conclamados pelo diretor a não esmorecerem frente a iminente dificuldade de manter o ensino médico em Curitiba, davam aulas de várias disciplinas (cinco, seis ou mais), e muitas vezes repetiam os conteúdos lecionados - daí o apelido. Milton Carneiro, filho de médico-professor da Casa, lembra alguns nomes de professores "multiplicados" a assumir mais de dezena de cadeiras nos cursos médicos e até de comércio[8]:

> *Três nomes: José Cypriano Rodrigues Pinheiro, Alfredo de Assis Gonçalves e Petit Carneiro – foram os professores que, com mais dedicação e espírito de sacrifício, se submeteram à operação pedagógica multiplicadora, à alta cirurgia proposta por Victor do Amaral, para salvar a vida da Faculdade de Medicina. Os três homens se compenetraram bem dos seus papéis que caíram em verdadeiro delírio de "aulação". Deram tantas e tão variadas aulas que pareciam não ter cuidado nunca de outra coisa na vida. Foram os mais desaplaudidos, escarnecidos e entusiasmados "auleiros" dessa época. (CARNEIRO, apud COSTA e LIMA, 1992: 37)*

Os valiosos "auleiros" (no início não havia mesmo "auleiras") que realizaram tamanha "operação pedagógica", a "alta cirurgia"[9] de efeito salvífico da Faculdade de Medicina do Paraná - e não só para seus cursos médicos -, parecem não ter recebido àquele momento o reconhecimento pelo feito: foram os mais desaplaudidos e escarnecidos professores... A sina não estaria ainda completa. Parece até que nem receberam mais pelo esforço empreendido, o trabalho a mais seria obra de gratuidade uma vez que "não havia verbas para contratar professores, nem havia mais professores, [nem] para serem laçados pelas ruas pouco povoadas de Curitiba". Naquela época, e de modo geral, os professores (não só da Faculdade) eram vistos como "espécies de heróis muito mal pagos ou inteiramente nada pagos." (CARNEIRO, apud COSTA e LIMA, 1992: 37). Contudo, logo teriam, ao menos, mais quorum nas salas de aula. A falta de alunos que representava o calcanhar-de-aquiles da Faculdade de Medicina do Paraná seria rapidamente equacionada no ano letivo de 1918. Com

---

[8] Para se ter idéia da dificuldade vivenciada, não só pela Faculdade de Medicina do Paraná, mas de toda a Universidade, observe as cadeiras atendidas pelo maior "gramofone universitário" da época, o professor José Cypriano Rodrigues Pinheiro: Química Analítica, Toxicologia, Química Orgânica e Biológica, Bromatologia, Física Farmacêutica, Farmacologia, Farmácia Galênica e Terapêutica Homeopática, Alopática e Matéria Médica (Medicina e Farmácia); Química Mineral e Orgânica (curso de Engenharia Civil); História do Comércio e Geografia Comercial (curso de Comércio). (CARNEIRO, apud COSTA e LIMA, 1992: 37-38).

[9] Interessante notar aspectos da educação interpretados sob os saberes e procedimentos médicos - aproximações comuns entre os médicos envolvidos na área educacional e que logo seriam apropriados, ao menos na linguagem, pela sociedade. Neste fragmento, o efeito de 'salvação' à educação é ampliado com os adjetivos médicos. É a ação dos terapeutas ante um risco iminente: o fechamento da instituição, no seu limite, a morte da educação médica paranaense. E a morte, como ressalta novamente as memórias do médico-cirurgião italiano: "*A morte é, para nós, médicos,* ***uma inimiga pessoal****. Todo o nosso trabalho e toda a nossa atividade são empregados em combatê-la, afastá-la, e arrancar-lhe das garras alguma vítima.*" (MAJOCCHI, 1946: 334 *grifos no original*). Neste caso, 'a vítima' era a Faculdade de Medicina do Paraná.

o fechamento da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (SILVA, 2002: 150), uma centena de alunos foi transferida para a capital paranaense. (COSTA e LIMA, 1992: 35-36). Mas, certamente, não foi este o fim dos problemas da Casa. E lacunas desta história vão sendo, pouco a pouco, preenchidas na presente investigação em curso.

Referências bibliográficas

BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

COMMÉRCIO DO PARANÁ, Curitiba, ano I, n.53, sexta-feira, 12 dez. 1912.

COSTA, I. A. da. **Patronos da Academia Paranaense de Medicina**. Curitiba: Fundação Santos Lima, 2003.

COSTA, I. A. da; LIMA, E. C. (Orgs.). **O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Edições UFC, 1980.

DIÁRIO DA TARDE: julho a dezembro de 1912.

FERNANDES, L. **Secretaria de Estado da Saúde do Paraná**: suas origens e sua evolução no período de 1853-1983. Curitiba: Secretaria do Estado da Saúde do Paraná, 1988.

FERREIRA, L. O.; FONSECA, M. R. F. da; EDLER, F. C. *A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX*: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, M. A. M. (Org.). **Espaços da ciência**: 1800-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

GONDRA, J. G. *Medicina, higiene e educação escolar*. In: **500 anos de educação no Brasil.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.519-550.

LE GOFF, J. *Uma história dramática*. In: **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.

MAJOCCHI, A. **Memórias de um cirurgião**. 2ª ed. São Paulo: Livraria José Olympio, 1946.

PILOTO, V. **Universidade Federal do Paraná***:* primórdios – modernização – vitórias. Curitiba: Ed. Lítero-Técnica, 1976.

PIMENTA, T. S. *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos*. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos,** vol. 11 (suplemento 1), p.67-92, 2004.

_____. *Entre sangradores e doutores*: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. In: **Caderno Cedes**, Campinas, v.23, n.59, p. 91-102, abril 2003.

PIZANI, M. A. P. N. *A atuação de religiosas em Curitiba na assistência aos alienados durante a República Velha*. **Revista Cogitare Enfermagem**, Ctba, vol.7, n.2, 23p., 2002.

SILVA, M. R. B. da. *O ensino médico em debate*: São Paulo, 1890-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 9(suplemento), p. 139-159, 2002.

_____. *O ensino médico em São Paulo e a criação da Escola Paulista de Medicina*. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 8(3), p. 543-568, set.-dez. 2001.

WESTPHALEN, C.M. **Universidade Federal do Paraná**: 75 anos. Curitiba: SBPH/PR,1987.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os conhecimentos tradicionais como patrimônio imaterial e o direito de propriedade intelectual: o jogo político da preservação.

Silvia Helena Zanirato*

Resumo
Neste texto discutem-se aspectos da relação entre a proteção do patrimônio imaterial e a proteção da propriedade intelectual, sobretudo os embates que se colocam para a proteção dos conhecimentos das populações tradicionais em sua estreita relação com a preservação dos recursos naturais. A preocupação reside em compreender o que as organizações responsáveis pela definição de normas legais para o patrimônio (UNESCO), para o meio ambiente (PNUMA) e para a propriedade intelectual (OMPI) entendem por proteção e a complexidade que envolve essa questão.
Palavras chave: patrimônio imaterial, conhecimentos tradicionais, propriedade intelectual.

Abstract
In this text are argued aspects of the relation enter the protection of the incorporeal patrimony and the protection of the copyright, over all you strike them that they are placed for the protection of the knowledge of the traditional populations in its narrow relation with the preservation of the natural resources. The concern inhabits in understanding what the responsible organizations for the definition of rules of law for the patrimony (UNESCO), the environment (UNEP) and the copyright (WIPO) understand for protection and the complexity that involves this question
Keywords: incorporeal patrimony, traditional knowledge, copyright.

Introdução

Desde 1946 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas, é o organismo internacional responsável pela proteção do patrimônio cultural em escala mundial. A ela compete conclamar a comunidade internacional com vistas à criação, promoção e divulgação de instrumentos normativos, destinadas à salvaguarda dos bens aos quais se atribui valor. Até 1972, além da responsabilidade de conduzir as discussões no âmbito da cultura, a UNESCO também respondia pelo comando das discussões ambientais no interior da ONU.

Em 1972 foi decidido que passaria a haver uma outra organização para centralizar as ações ambientais no interior da ONU. Foi então criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

---

* Doutora em História, pós-doutora em Geografia Humana. Professora da Universidade Estadual de Maringá.
Pesquisa financiada pelo CNPq.

Em 1992 o PNUMA organizou a *Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento* e nela foi celebrada a *Convenção Sobre Diversidade* CDB – um acordo mundial sobre a conservação e o uso sustentável de todos os componentes da biodiversidade, incluído recursos genéticos, espécies e ecossistemas. Nessa ocasião ficou estabelecida a relação existente entre a preservação dos recursos e os conhecimentos tradicionais, uma relação que expressa

> *a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir eqüitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes (Convencion, 1992).*

Diante desse princípio a Convenção determinou, na alínea j do artigo 8º, que cada parte contratante deveria, na medida do passível e conforme o caso,

> *Respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e encorajar a repartição eqüitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas (idem).*

Esse documento destacou a importância do conhecimento das comunidades tradicionais e a relevância desse conhecimento para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica.

Desde a aprovação da CBD cada vez mais passou a se discutir que proteger esse conhecimento implica em controlar a exploração que, sobretudo a indústria farmacêutica tem feita desse bem. Sabe-se que mais da metade dos medicamentos prescritos no Hemisfério Norte são produzidos a partir de substâncias extraídas das florestas tropicais. A indústria farmacêutica recolhe os conhecimentos das comunidades desses locais acerca da capacidade medicamentosa das espécies nativas e fabrica medicamentos a partir desse dado, e dificilmente essas populações podem aceder a esses medicamentos se deles precisarem (Santos, Menezes e Nunes, 2005, p. 69).

Questiona-se, nesse processo, a quem pertence os direitos de propriedade intelectual: às comunidades que forneceram o conhecimento das propriedades medicamentosas ou à empresa que desenvolveu o produto a partir de princípios ativos das espécies indicadas pelas comunidades. Como se vê, há um vínculo claro entre a preservação da biodiversidade e o conhecimento e as práticas das populações locais, de modo que não é possível proteger a primeira sem defender os últimos (Santos, 2005, p. 144).

A polêmica gerada por essa relação não é pequena, tanto é que de 1994 a 2006 ocorreram oito conferências dos Estados-Partes da Convenção (COP) para a sua implementação. Nesses encontros se debatem os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais sobre os recursos genéticos.

Diante das dificuldades em se chegar a um acordo, em 2000 foi criado o Grupo de Trabalho Aberto *Ad Hoc* de Especialistas para fornecer às Partes, orientação sobre aspectos pertinentes aos assuntos mais delicados que envolvem a implementação da Convenção em sua totalidade. Este grupo, reunido em Granada em janeiro de 2006, "considerou sistemas *sui generis* de proteção de conhecimentos tradicionais e um código de condutas éticas para assegurar o respeito ao patrimônio cultural e intelectual". As orientações foram encaminhadas para apreciação na 8ª Conferência das Partes, reunida em Curitiba, em março de 2006 (Gross et alli, 2006, p. 60).

Em março de 2006, as orientações do grupo de Especialistas quanto a alínea j do artigo 8º foram levadas à Conferência das partes em Curitiba, que, entre outras deliberações, acabou por

> *Instar às Partes e Governos a elaborar, adotar e/ou reconhecer modelos sui generis nacionais e locais para a proteção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais com a participação plena e efetiva das comunidades indígenas e locais.*
> *Reconhecer os debates em curso no fórum da Organização Mundial do Comercio, para examinar, entre outras coisas, a relação entre o Acordo sobre os aspectos dos direitos da propriedade intelectual relacionados com o comercio e o Convenio sobre a Diversidade Biológica e a proteção dos conhecimentos tradicionais; (Decisiones, 2005).*

A proteção aos direitos das populações tradicionais quanto aos seus conhecimentos é uma questão bastante controversa, posto que nela se insere a propriedade coletiva dos conhecimentos tradicionais e a repartição dos benefícios advindos do uso desses conhecimentos. Para se entender um pouco mais os entraves que se colocam a esse respeito, convém discutir o que se entende por proteção aos direitos de propriedade e como essa questão se relaciona com a proteção dos conhecimentos e saberes das populações tradicionais.

Os conhecimentos tradicionais como patrimônio imaterial e os direitos de propriedade intelectual.

Desde a criação da UNESCO tem havido uma afirmativa de que a cultura constitui um elemento essencial ao patrimônio dos povos. Daí gradativamente foi se construindo a interpretação de que o patrimônio comporta tanto os aspectos tangíveis, quanto os intangíveis.

Daí a necessidade de elaborar uma normativa capaz de proteger os bens intangíveis, uma vez que sua natureza imaterial torna-os extremamente vulneráveis às transformações que a humanidade sofre.

Uma das primeiras iniciativas nesse campo pode ser encontrada na Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989. Esta Recomendação em seu preâmbulo considerou que a cultura tradicional e popular forma parte do patrimônio universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes.

Reforçando esse sentido, em 2001 na Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural se afirmou que a cultura deve ser considerada como

> *o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, alem das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças(Declaración, 2001).*

No anexo II das Orientações Principais de um Plano de Ação para a Aplicação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, constou, de modo destacado no artigo 14, a importância "reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais, em particular no que diz respeito à proteção do meio ambiente e à gestão dos recursos naturais" (idem).

Em 2003, foi aprovada pela UNESCO a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, definido como

> *"os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes - que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (Convención, 2003).*

Tal tipo patrimonial se manifesta, entre outras possibilidades, nos conhecimentos e usos relacionados com a natureza. Para isso, no artigo 11 da Convenção ficou disposto a incumbência dos Estados-Partes em adotar as medidas necessárias para garantir, em seu território, a salvaguarda desse tipo de patrimônio. A salvaguarda ficou definida no parágrafo 3 do artigo 2º como

> *As medidas destinadas a garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, compreendidas a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão – basicamente através da educação formal e informal – e revitalização deste patrimônio em seus distintos aspectos (idem).*

Não obstante a dessa Convenção com outros instrumentos internacionais ficou definida no artigo 3:

> *Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada de tal maneira que afete os direitos e obrigações que tenham os Estados-Partes em virtude de outros instrumentos internacionais relativos aos direitos de propriedade intelectual ou à utilização dos recursos biológicos e ecológicos dos que sejam partes (idem).*

Um dos entraves para a proteção aos conhecimentos tradicionais encontram-se na normativa relativa à propriedade intelectual, posto que os direitos de propriedade intelectual permitem e legitimam as formas de apropriação dos conhecimentos.

Essa questão ficou mais clara em 2005, quando foi aprovada a *Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.* Em seu preâmbulo ficou expresso o reconhecimento da importância dos direitos de propriedade intelectual para sustentar os que participam da criatividade cultural. Igualmente ficou expresso que a criatividade cultural não deve ser tratada como se só tivesse um valor comercial. O artigo 4 da Convenção estabeleceu que proteger significa a adoção de medidas encaminhadas à preservação e salvaguarda e enriquecimento da diversidade das expressões culturais.

Como se podem perceber, as decisões tomadas pelos organismos pertencentes às Nações Unidas entram em choque uns com os outros, o que tornava bastante problemática a salvaguarda de um bem imaterial, sobretudo quando esse bem é expresso por meio dos conhecimentos tradicionais. O dilema reside em reconhecer esse tipo de criação como uma propriedade intelectual que precisa ser protegida, posto que a criação é coletiva e tem suas raízes em tempos ancestrais. Também é bastante problemático pensar em formas de retribuição correspondente aos usos desse tipo de conhecimento, posto que a remuneração monetária nem sempre corresponde às necessidades e expectativas dos detentores desse tipo de saber.

A "propriedade intelectual" corresponde às criações da mente como as invenções, os desenhos, as obras literárias e artísticas, os símbolos, os nomes, as imagens e as interpretações ou execuções. Os direitos de propriedade intelectual estabelecem direitos exigíveis de propriedade privada sobre as criações, com vistas a outorgar o controle de sua exploração, particularmente sua exploração comercial, e incentivar a criatividade (Wendland, 2003).

A normativa para a propriedade intelectual é estabelecida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual que é, desde 1974, um organismo da ONU.

Para os especialistas da OMPI, alem da questão relativa aos direitos de propriedade, há um outro entrave quanto à definição do conhecimento tradicional. Desde meados do século XX este é definido no campo do folclore. Ser compreendido como folclore

implica em ser de domínio público, já que o folclore, por definição não é criação exclusiva de um individuo, mas sim resultado de versões e variações de modo que não se pode precisar a forma original, portanto não há como dizer de sua propriedade intelectual.

Já em 1982 a UNESCO expressou sua contrariedade em relação a essa definição. Para isso criou, em 1982, o "Comitê de Especialista sobre a Salvaguarda do Folclore" e uma "Seção para o Patrimônio não material", cujas discussões culminaram com as Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, de 1989.

Nessas Recomendações ficaram definidos critérios para a identificação, conservação, preservação, disseminação e proteção do patrimônio imaterial e foi destacada "a natureza específica e a importância da cultura tradicional e popular como parte integrante do patrimônio cultural da cultura vivente" e reconhecida a "extrema fragilidade de certas formas da cultura tradicional e popular e, particularmente, aos aspectos correspondentes às tradições orais e o perigo de que esses aspectos se percam". Também foi estabelecido que se trata de uma cultura viva "dado ao seu caráter evolutivo, o que nem sempre permite uma proteção direta", mas que deve ser protegida com eficácia (Recomendación, 1989).

No tocante à proteção, dispôs a Recomendação:

> *A cultura tradicional e popular, na medida em que se traduz em manifestações da criatividade intelectual individual ou coletiva, merece uma proteção análoga à que se outorga às produções intelectuais. Uma proteção dessa índole é indispensável para desenvolver, perpetuar e difundir em maior medida este patrimônio, tanto no país como no estrangeiro, sem atentar contra os interesses legítimos (idem).*

Para isso conviria que os Estados

> *chamassem a atenção das autoridades competentes aos importantes trabalhos da UNESCO e da OMPI sobre a propriedade intelectual, reconhecendo, ao mesmo tempo, que esses trabalhos se referem unicamente a um aspecto da proteção da cultura tradicional e popular e que é urgente adotar medidas específicas para salvaguardá-la.(idem).*

Ao final da década de 1990, a Unesco e a OMPI tentaram uma vez mais elaborar conjuntamente um instrumento normativo internacional para a proteção dos conhecimentos tradicionais e organizaram em 1997 o "Fórum Mundial sobre a proteção do folclore". Apesar disso, não houve avanços.

Em 1999, por ocasião da Conferência Internacional de Washington, a UNESCO deu destaque aos portadores da tradição e defendeu a necessidade de reconhecer que o patrimônio abarca não só os produtos artísticos como contos e canções, mas também os conhecimentos e valores que tornaram possível sua produção; ou seja, os processos criativos que geraram os produtos e os modos de interação através dos quais estes se valoram. Foi

também definido que as medidas de proteção deveriam se voltar para as comunidades tradicionais (Aikawa, 2003).

A OMPI, por sua vez, criou em 2000, o Comitê Inter-governamental Sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore, sem a participação da UNESCO. Atualmente esse Comitê é composto por 250 representantes de Estados, comunidades indígenas e locais e diversas organizações não governamentais e intergovernamentais, entre ela a UNESCO. As comunidades indígenas reivindicam direitos de propriedade intelectual sobre as expressões culturais tradicionais para comercializá-las e/ou impedir que outros a façam e uma proteção defensiva, que impeça a obtenção, por outros, dos direitos de propriedade intelectual sobre as expressões culturais tradicionais e suas derivações (Wendland, 2003).

O Comitê da OMPI tem se proposto a fazer adaptações *sui generis* aos direitos de propriedade intelectual existentes, assim como leis *sui generis* de propriedade intelectual inteiramente novas, concebidas em função das particularidades dos conhecimentos tradicionais e das expressões culturais tradicionais e das necessidades de seus titulares e dos guardiões (idem). Não obstante, esse assunto tem caminhado a passos bem lentos dentro desse Comitê, com limites bastante expressivos para uma negociação mais democrática.

Isso pode ser constato nas decisões tomadas pelo Comitê em sua 9ª reunião, ocorrida em Genebra em abril de 2006, quanto foi acatada a participação das comunidades indígenas e locais na Junta Assessora, qualidade de observadores e postergada a apreciação de questões polêmicas como a das expressões culturais e tradicionais/folclore (Decisión OMPI, 2006).

Já a UNESCO, por ocasião da Convenção sobre a Diversidade Cultural reconheceu a importância dos conhecimentos tradicionais e deliberou, no artigo 20 a sua relação com outros instrumentos internacionais. Uma relação de reforço mútuo, complementar e de não subordinação. Para isso estabeleceu que "reconhece que deve cumprir com as obrigações que lhes cabe", mas, "sem subordinar esta Convenção aos demais tratados", para isso:

> *a) fomentarão a potenciação mútua entre a presente Convenção e os demais tratados dos quais são parte;*
> *b) quando interpretem e apliquem os demais tratados de que são Parte ou contraiam outras obrigações internacionais, terão em conta as disposições pertinentes da presente Convenção. (Convencion, 2005).*

Conclusão

O entendimento que a UNESCO tem a respeito da proteção ao patrimônio cultural é distinto daquela que advoga a OMPI. Se para a primeira a proteção corresponde a identificação, documentação, transmissão, conservação revitalização e promoção do patrimônio com vistas a garantir sua manutenção para as gerações atuais e futuras, para a OMPI a proteção tem outro sentido. Para ela proteger significa definir a autoria, definir a quem se destina os recursos da exploração comercial da criatividade cultural e estabelecer as condições de reparo no caso de uso inadequado da criatividade cultural.

O patrimônio cultural é um elemento fundamental para a constituição da identidade de um povo. Este enlaça o passado com o presente e o futuro. É algo "vivo", constantemente recriado na medida em que incorpora novas experiências em seu campo. No que tange aos aspectos imateriais desse patrimônio, ele é composto por processos e práticas e necessita de uma metodologia de salvaguarda diferentes do patrimônio material. Sua natureza é mais vulnerável, uma vez que depende de atores e de condições sociais e meio ambientais. Proteger esse patrimônio implica em apoiar seus portadores e contextos social e cultural no qual foram criados, pois deles depende a transmissão desse saber. Paralelo a isso, a proteção do patrimônio imaterial deve considerar a dinâmica da criação, renovação e transmissão, isto é, dos processos sociais que se desenvolvem entre os grupos e a capacidade destes em determinar seu próprio patrimônio cultural.

Estas questões não deixam de implicar na problemática da equidade, da sustentação e do respeito mútuo a essas comunidades, ou seja, na problemática dos direitos humanos. Pelo que se pode concluir, os desafios não são poucos, nem são pequenos.

Referencias bibliográficas

AIKAWA, Noria. Visión Histórica de la Preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. *Museum Internacional*. Patrimonio Inmaterial, UNESCO, 2003.

CONVENÇÃO sobre Diversidade Biológica. Disponível em www.pnuma.org acesso em 25/06/2006.

CONVENCION sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales. 2005. Disponível em www.unesdoc.unesco/org/ Acesso em 26 de junho de 2006.

CONVENCIÓN para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial**,** 2003. Disponível em www.unesdoc.unesco/org/ Acesso em 30/08/2006.

DECLARACION Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural, 2001. Disponível em www.unesdoc.unesco/org/ Acesso em 04/09/2006.

DECISIONES Adoptadas por la Conferencia de las partes en el Convenio Sobre la Diversidad Biológica en su Octava Reunión. Curitiba, UNEP/CBD/COP/8/31. Disponível em www.biodiv.org/doc/notifications/2006/ntf-2006-062-bch-es.pdf Acesso em 03/09/2006.

GROSS, Tony, JOHNSTON, Sam e BARBER, Charles V. *A Convenção sobre Diversidade Biológica: entendendo e influenciando o processo*. Instituto de Estudos Avançados das Nações Unidas, março de 2006.

RECOMENDACÓN sobre la Salvaguardia de la Cultura Tradicional y Popular**,** 1989. Disponível em www.unesdoc.unesco/org/. Acesso em 30/08/2006.

SANTOS, Boaventura S., MENEZES, Maria P. G. de e NUNES, João A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In SANTOS, Boaventura S. (org.). *Semear outras soluções*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Laymert G. dos. Quando o conhecimento tecno-científico se torna predação *higth tech*: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. In SANTOS Boaventura S. (org.). *Semear outras soluções*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

WENDLAND, Wend. Patrimonio inmaterial y propiedad intelectual: retos y perspectivas. UNESCO, *Museum International*. 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma reflexão sobre o método da narrativa histórica e sobre a produção de documentos historiográficos: dois exemplos com entrevistas e com o uso de textos memorialistas

Cristina Aparecida Reis Figueira*

Resumo: A narrativa histórica ancora-se no "documento" seja escrito, imagético ou oral. Os artigos jornalísticos, os textos biográficos entre outras fontes emprestam autoridade ao trabalho realizado pelo historiador na reconstituição do tempo vivido. Quando a sua tarefa é a reconstrução da trajetória de vida de um indivíduo, o historiador de ofício considera as situações concretas nas quais o seu personagem, objeto de sua investigação encontra-se inserido. Os vestígios desta vida investigada, estão espalhados e uma vez selecionados são organizados e categorizados de acordo com os seus interesses de pesquisa. O processo de construção da narrativa traz as afinidades e adesões do historiador imprimindo no texto produzido as marcas de sua formação acadêmica. Em seu trabalho de investigação, este na posição do contador da história, pode se valer da produção de documentos, como é o caso da realização de entrevistas ou, também do diálogo historiográfico com textos memorialistas. A presente comunicação tem como proposta discutir estes procedimentos da pesquisa historiográfica a partir de exemplos de entrevistas e de textos memorialistas.
Palavras-Chave: narrativa histórica, documentos historiográficos, textos memorialistas

Abstract: the historical narrative is based in "documents" whether they are written, magnetic or oral. The journalistic articles, the biographical texts and other sources borrow authority to the work done by the historiographer in the reconstitution of lived times. When the task is the reconstruction of a life trajectory, the historiographer considers the concrete situations in which his character which is his investigation object is inserted. The vestiges of this investigated life are spread out, so, once selected they are organized and categorized according to the interests of the research. The construction process of a narrative carries the affinities and adhesions of the historiographer transferring to the produced text the marks of his academic formation. In his investigation work, in the position of a story teller, he can use the production of documents, as in the case of the interviews, or even a historiographer dialog with the memory texts. This work has the objective of discussing these procedures of the historiographical research starting from examples of interviews and memory texts.
Key words: historical narrative, historiographical documents, interviews

Introdução

Este texto é destinado ao eixo temático História, memória e narrativa do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Apresenta reflexões sobre alguns procedimentos do trabalho do chamado historiador de ofício na tarefa de reconstituição da trajetória de vida de um indivíduo-personagem tomado como objeto de estudo. Dentre as várias possibilidades de

* Doutoranda em Educação: História Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

trabalho com fontes documentais da pesquisa historiográfica, a realização de entrevistas e o diálogo com textos memorialistas pretende ser o foco desta comunicação. Inicialmente, o texto apresenta destaques de pesquisas historiográficas focalizadas na reconstituição de trajetórias de vida, elaboradas como narrativas históricas ou participantes do chamado retorno do gênero biográfico. Trata-se de exemplos de pesquisas em que o indivíduo investigado foi transformado em personagem-objeto de estudo em um contexto mais amplo. A partir de comentários compatíveis ao espaço destinado a esta comunicação, pretendo destacar o uso de entrevistas e o diálogo com textos memorialistas, como dispositivos, comumente acompanhados do manejo com uma diversidade de outras fontes historiográficas. Em seguida, o texto ocupa-se em compartilhar a experiência de pesquisa que venho realizando desde 2005, para a reconstituição da trajetória de vida do professor José Rodrigues Leite e Oiticica, catedrático na disciplina Português no Colégio Pedro II entre os anos de 1916 e 1952, com destacada participação nas ações das correntes anarquistas. Mais especificamente, o relacionado ao tratamento das entrevistas coletadas na pesquisa.

Biografias, narrativas históricas no recente debate historiográfico

Loriga (1996: p. 225), ao problematizar o gênero biográfico, discute que o retorno da biografia na historiografia constitui-se em um movimento internacional e perceptível em diversas correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte americana, a historiografia alemã recente, sendo uma característica marcante em todas elas o interesse pela reconstituição de trajetórias singulares.

Para essa autora, foi "o desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória" que proporcionou a reabertura do debate sobre o valor do método biográfico. Porém, a autora informa lembrando Le Goff que grande parte dos estudos biográficos ainda assumem uma forma de biografia tradicional superficial, anedótica, puramente cronológica incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual e que "a biografia histórica deve se fazer, ao menos em um certo grau, relato narração de uma vida, ela se articula em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos – uma biografia não événementielle" (LE GOFF, apud Loriga: p.226).

A historiografia brasileira também participa desse retorno ao gênero biográfico. A título de exemplo posso citar dois trabalhos em que as pesquisadoras fizeram uso de uma diversidade de fontes e, principalmente da entrevista participativa na elaboração de suas pesquisas. O primeiro, da historiadora Margareth Rago (2001) que, na proposta da história

narrativa, reconstitui a trajetória de vida da militante anarquista Luce Fabbri (p.18-19). O segundo exemplo é a biografia de Mônica Veloso (1997), *Mário Lago: boemia e política* que, com o mesmo recurso da entrevista participante, ou seja, com a discussão constante entre autor e personagem.

Margareth Rago (2001: p. 30) nos conta em seu livro *Entre a história e a liberdade – Luce Fabrri e o anarquismo contemporâneo* que desenvolveu um intenso trabalho de coleta de entrevistas, por vezes "interrompidas para os cafés e as 'massitas' que nos trazia sua secretária Madalena, ou sua neta Olga". A autora nos fala sobre as suas escolhas metodológicas no processo de elaboração de sua narrativa enfatizada no anarquismo feminino, destacando o uso de inúmeros documentos e de entrevistas com sua personagem a militante ácrata Luce Fabbri, vejamos:

> *Escolhi falar da militante e intelectual libertária Luce Fabbri e dar a conhecer momento de sua vida e de sua produção intelectual, a partir de sua própria memorização do passado, assim como por meio dos inúmeros textos, entre folhetos, artigos de jornal e revista, entrevistas e resenhas que publicou. No entanto, não para escrever uma história totalizadora das muitas décadas em que transcorre sua vida, que abrange todo o século XX (...) Nesse sentido, minha proposta é a de contar, tanto quanto possível, uma história do anarquismo no feminino, tendo como lugar de observação a memória de uma "militante histórica", sua própria leitura e construção do passado.*

Mônica Veloso relata que a cada passo, a cada capítulo, a cada interpretação, com ajuda de toda a família de Mário Lago, construiu uma história narrativa a partir de "flashes que iam iluminando ora o homem de teatro, ora o compositor, o homem da tevê etc. [...] uma narrativa temática [na] tentativa de entrecruzar sua história [de Mario Lago] com a história da cidade [do Rio de Janeiro] e da nacionalidade" (p.10).

Nos exemplos de pesquisa de Magareth Rago e de Mônica Veloso houve o recurso da entrevista participativa. A estas pesquisadoras foi possível relacionar-se intersubjetivamente com seus biografados. A biografia de Jacques Le Goff precisou lançar mão de outros dispositivos com novos usos, novas abordagens de fontes documentais da pesquisa historiográficas. O debate historiográfico recente oferece criativos exemplos sobre como proceder quando não existe mais a possibilidade de entrevistar o biografado. Uma vida em reconstituição, repleta de acontecimentos oferece diferentes possibilidades para indagações históricas e, nesse sentido, ao pesquisador cabe decidir sobre qual história pretende narrar. No caso da pesquisa de Margareth Rago, o anarquismo feminismo foi o pano de fundo que iluminou a sua personagem em estudo. O modernismo carioca serviu de cenário para iluminar *flashes* da vida de Mário Lago.

Em geral, pesquisas que compõem com a tradição de privilegiar o uso de fontes primárias trazem como características a formulação de perguntas, a definição de cenário e as decisões sobre o que se deseja investigar, serem movimentos de pesquisa decorrentes da aproximação do pesquisador com a documentação em exame. Os olhares para os achados historiográficos estão intrinsecamente ligados às opções metodológicas feitas pelo pesquisador. O material de pesquisa fornece os indícios, as pistas, os sinais do que tratou o historiador italiano Carlo Ginzburg, caracterizado por seus pares como um pesquisado da chamada micro-historia.

Em seu livro *Mitos, emblemas e sinais - morfologia e história*, o autor reuniu ensaios escritos entre 1961 e 1966, publicados pela primeira vez em 1986. No artigo *Sinais – raízes de um paradigma indiciário* é um interessante exemplo em que se pode encontrar a chave para compreensão dos procedimentos historiográficos utilizados por Ginzburg. De acordo com a sua perspectiva, a história não pode ser contada por meio de uma explicação linear, mas ela pode ser construída a partir dos indícios, das pistas e dos sinais.

Para este pesquisador a história ancora-se no paradigma indiciário, cuja construção se deu no final do século XIX, relacionando os saberes da psicanálise, da criminologia e da historiografia no que diz respeito à decifração de pistas, ou seja, da busca de coisas concretas e ocultas por meio de elementos que normalmente passariam desapercebidos. É na observação desses aspectos que se podem atingir determinadas características da dinâmica social (Ginzburg: 2001, p. 150).

A idéia de narração é oriunda da sociedade dos caçadores, na experiência de ler as pistas mudas deixadas por sua presa. O autor faz uso da metáfora da caça, na idéia de decifrar pistas, para indicar a possibilidade de o historiador delimitar áreas, rastrear pegadas, percursos trajetórias (2001: p.151-152). Em seu paradigma indiciário, o passado é apresentado como um enigma a ser decifrado pela análise do historiador.

Duby (1988: p. 89) estabelece claramente a relação entre esse modelo e a história, observando que o historiador também deve interessar-se pelo não dito, o oculto, o fugidio, ocupando-se em detectar aquilo que, voluntária e involuntariamente, calcava os discursos ou que, consciente ou inconscientemente, ficava oculto, decifrando as entrelinhas do que é dito.

Em seu livro *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Giznburg (1995) investigou a vida de Domenico Scandella, um camponês do século XVI, conhecido como Menocchio entre os camponeses que viviam na mesma ambiência histórica. A história de Menocchio, na curta duração, não é apenas um relato extraordinário de um personagem peculiar. Por meio da narrativa histórica na escala do

macro referindo-se a acontecimentos históricos de longa e de longuíssima duração, como por exemplo, a transição do artesanato à manufatura, o avanço do protestantismo, a realidade da imprensa e o crescimento da cultura escrita, o autor nos conta a história de um moleiro pertencente à classe subalterna de uma Itália, em meio a uma rede de circulação de textos deu corpo a uma reflexão sobre a escrita da história, suas dificuldades, desafios e possibilidades.

Ao pesquisar a vida de Menocchio, Ginzburg encontrou uma saída interessante ao confrontar e analisar os depoimentos escritos. A abordagem do autor aos processos examinados, permitiu-lhe a percepção de posicionamentos não induzidos pelos inquisidores, mas informações que compunham a visão de mundo dos elementos das classes subalternas, constatando portanto, que tais depoimentos, embora escritos por membros do clero, consistiam em fontes diretas e confiáveis para apreender os valores, os extratos da cultura popular populares, mesmo que estes valores tivessem elementos da cultura hegemônica.

Sobre o tratamento das fontes de pesquisa, Ginzburg (1995) afirma que: "se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas distintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar as últimas" (p. 26); ou ainda chama a atenção: "desprezar documentos por serem exíguos ou dispersos podem induzir muitos historiadores a jogar a criança fora junto com a água da bacia" (p.22). Com uma documentação, em sua maior parte procedente do Santo Ofício, dos ombros do inquisidor recolhe elementos que nos da a ver um importante fragmento da cultura camponesa da Itália Medieval.

Sem dúvida nenhuma, é possível encontrar na recente historiografia inúmeras possibilidades de garimpagem, organização, categorização e diálogo com uma diversidade de fontes e com a experiência do historiador de ofício.

Quando há possibilidade de realizar entrevistas, ou mesmo quando são encontrados textos memorialistas, um procedimento importante é o de entrecruzar a diversidade de fontes, buscando realizar - quando possível - conexões com o contexto mais amplo, na perspectiva de detectar as redes de relações existentes entre o indivíduo personagem e a ambiência histórica na qual encontra-se inserido. Todo este procedimento pode ser orientado pelas perguntas da pesquisa, por sua vez decorrentes do exame das fontes de pesquisa.

Entrevistas e informações retiradas de textos

Esse debate sobre os procedimentos historiográficos, principalmente em relação aos usos das fontes de pesquisa e sobre os vários olhares para a realização da pesquisa

historiográfica, tem inspirado o meu trabalho com a reconstituição da trajetória educativa de José Oiticica iniciado em fevereiro de 2005 no Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade. É sobre tais procedimentos historiográficos, que o texto pretende se ocupar, respeitado os limites desta comunicação.

Entre os procedimentos historiográficos utilizados em minha pesquisa: coleta, organização, categorização e análise dos livros e artigos jornalísticos de José Oiticica, correspondências, realizei entrevistas e tenho recolhido lembranças sobre as aulas que este professor ministrava no Colégio Pedro II e utilizei alguns textos memorialistas de ex-alunos desta instituição, (considerada durante décadas do Império e República brasileira como modelo a ser seguido por outros estabelecimentos escolares do Brasil), em geral, lembranças sobre as aulas ministradas por Oiticica.

Realizei entrevistas abertas com dois colaboradores: um ex-aluno do Colégio Pedro II, que foi avaliado por José Oiticica no exame de admissão ao ensino ginasial, como era chamada naquela época uma parte do hoje ensino fundamental (da quinta a oitava séries do antigo curso ginasial), e com Sônia Oiticica, a sétima dos oito filhos de José Oiticica. O primeiro colaborador disponibilizou duas entrevistas com gravação de uma hora. A segunda colaboradora foi entrevistada em quatro sessões, totalizando aproximadamente oito horas de gravação. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas pela pesquisadora.

Sônia Oiticica, nascida em 19 de dezembro de 1918, para além da convivência familiar, acompanhou com proximidade as atividades intelectuais de seu pai. Cresceu assistindo a conferências e palestras da propaganda social anarquista e lendo os artigos, livros e as poesias de seu pai, o catedrático do Colégio Pedro II, que era, ao mesmo tempo, um ativista das ações da propaganda social anarquista. Chegou a trabalhar como sua assistente nas aulas de grego na Faculdade de Letras do então Distrito Federal, em 1937, substituindo-o por ocasião de uma de suas prisões. No entanto, Sônia não seguiu carreira da docência. Tornou-se atriz, uma profissional dos palcos e da televisão. Tinha trinta e nove anos quando seu pai faleceu. Somam-se, dessa forma, quase quatro décadas de lembranças. Delas, algumas ajudam a compor as várias faces do catedrático anarquista do Colégio Pedro II.

As lembranças das entrevistas coletadas e transcritas literalmente por mim tem sido entrecruzadas com as memórias de militantes anarquistas parceiros de José Oiticica em seu trabalho desenvolvido em vários jornais e revistas da imprensa anarquista, confrontadas com artigos e correspondências deste intelectual e com as memórias de sujeitos que foram seus alunos no Colégio Pedro II.

Os procedimentos que antecederam a coleta destas entrevistas, bem como as transcrições das mesmas, tiveram como inspiração o livro de Paul Thompson *A voz do passado – História oral* e o tratamento historiográfico tem sido realizado em confronto com outras fontes de pesquisa já mencionadas.

Lembrar é refazer, reconstruir, repensar com idéias do tempo presente, as experiências do passado próximo ou distante. Nesse sentido, cabe considerar que as reconstruções das cenas narradas por aqueles que tiveram aulas com o professor José Oiticica demandam por exemplo, atenção aos detalhes das cenas guardadas por estes e aqueles sujeitos. Dessa reconstrução deve-se reter o seu princípio central.

Para operar com essas fontes secundárias, faço uso da proposição de Eclea Bosi (2004: p. 51-55) sobre o significado a ser atribuído a memória:

> *A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado "tal como foi", e que se faria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual [...].*
> *[...] Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança "vive" em estado latente, potencial. Esse estado, porque está abaixo da consciência atual ("abaixo", metaforicamente), é qualificado de "inconsciente". Importa, porém, reter seu princípio central da memória como conservação do passado; este sobrevive, quer chamado pelo presente, sob a forma de lembranças, quer em si mesmo, em estado inconsciente.*

As lembranças recolhidas sobre José Oiticica são multifacetadas e não são compreendidas como o passado tal qual foi, pois uma lembrança é sempre uma imagem construída no tempo presente e faz parte de um conjunto de representações que povoam a consciência do autor que as escreve. Além dos filtros utilizados na transformação da lembrança em texto escrito, existem os filtros das representações que interferem em sua composição.

Referências bibliográficas:

DUBY, George. 1988. *En la historia de la historia*. In Diálogos sobre la historia; conversaciones con Guy Lardreau. Madrid: Alianza.

GINZBURG, Carlo. 1995. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. 2001. *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Cia das Letras.

LE GOFF, Jacques. 1990. *A história nova*, 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, tradução Eduardo Brandão.

LORIGA, Sabina. 1998. "A biografia como problema" In REVEL, Jacques (org.) *Jogos de Escalas – A experiência da microanálise*, São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora Tradução Dora Rocha, pp 225-249.

RAGO, Margareth. 2001. *Entre a história e a liberdade – Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*, São Paulo: Editora UNESP.

THOMPSON, Paul. 2002. *A voz do passado - História Oral,* 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VELLOSO, Mônica Pimenta. 1998. *Mário Lago - boemia e política*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leituras e leitores sob interdição no Rio Grande do Sul (meados do século XX)

Eliana Ventorini*

Resumo: Este estudo, ainda em fase inicial, integra a pesquisa de mestrado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Através dele, pretendo discutir práticas de interdição da leitura adotadas, no Rio Grande do Sul, a partir de meados do século XX, pela *Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas.* Tal comissão foi instituída, em 1955, e ligava-se ao Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE) – órgão da Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS) que normatizava e orientava a instrução pública no Estado. Problematizar, pois, tais práticas, bem como suas implicações, constitui-se na principal intenção deste trabalho.
Palavras-chave: história da leitura, literatura infanto-juvenil, história da educação.

Abstract: This study, still in initial phase, integrates the master degree's research that I develop in the Program of Master Degree in Education of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Through it, I intend to discuss practices of interdiction of the reading adopted in Rio Grande do Sul, since middles of the 20th Century, by the Special Commission of Study and Classification of Periodic Publications. Such commission was instituted in 1955 and it was linked to the Center of Researches and Trainings (CPOE) - organ of the General office of Education and Culture (SEC/RS) that regulated and guided the public instruction in the State. Questioning, therefore, such practices, as well as their implications, is the main intention of this work.
Keywords: history of the reading, infanto-juvenile literature, history of the education.

I

17 de dezembro de 1953. O Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul publicava a Lei nº 2220, que fixava em 80% o imposto de vendas e consignações a incidir sobre artigos que referia:

> *"brinquedos de qualquer espécie, imitando armas de guerra; fogos de artifício explosivos, como bombas, buscapés e congêneres; revistas e publicações de histórias, em quadrinhos ou não, que versem sobre super-heróis, e em que o crime ou a violência sejam o traço predominante; revistas e publicações de histórias imorais, em quadrinhos ou não, em que o humorismo se alicerce em situações equívocas, em que o sexo é o motivo central; publicações imorais de toda a espécie, notadamente revistas que explorem o nu, humorísticas ou não"(Lei estadual nº 2220, de 17/12/1953).*

* Licenciada em História. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A publicação da lei provocou repercussão imediata na imprensa local – contrária ou favorável. O Diário de Notícias atribuiu a ela "indisfarçável inspiração comunista", pois deixava "à discrição da censura gaúcha uma das conquistas máximas da civilização democrática – a liberdade de imprensa" (SANTOS, 1953: 341). No mesmo dia em que a matéria foi a público, o autor do Projeto que deu origem à lei, deputado Cândido Norberto dos Santos (Partido Social Brasileiro), manifestou-se na tribuna da Assembléia em repúdio à matéria veiculada e em defesa do que considerava serem as "novas bases para o comércio de revistas, de leituras flagrantemente perniciosas à infância" (SANTOS, 1953: 340).

Aproximadamente um ano depois, em janeiro de 1954, a lei foi alterada para excluir da taxa de 80% os fogos de artifícios explosivos. E, em janeiro de 1955, por Decreto, ela foi, por fim, regulamentada. As disposições referentes às revistas ou publicações de histórias, em quadrinhos ou não, permaneceram as mesmas. No entanto, a lei ganhou um adendo: a "**Secretaria de Educação e Cultura, pelo órgão competente ou através de uma *comissão especial* designada para êsse fim, definirá quais os que estão enquadrados nas disposições citadas e fará a devida comunicação à Secretaria da Fazenda** [grifo meu]".

No momento em que o poder executivo estadual delega a sua Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS) o poder de decidir quais publicações se enquadram nas disposições da lei, o dispositivo de interdição de certos impressos destinados ao público infanto-juvenil atravessa, de forma flagrante, o campo da educação. Nessa direção, em meados do mesmo ano (1955), a SEC, através do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE) – órgão a ela vinculado e que normatizava e orientava a instrução pública no Estado – instituiu e nomeou a "Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas". Tal comissão tinha como função analisar e classificar as publicações periódicas destinadas ao público infanto-juvenil, desaconselhando e reprovando aquelas consideradas "prejudiciais à boa formação da infância e da juventude" (MORAES, 1962: 5). As "listas" contendo a classificação das publicações periódicas chegavam às escolas públicas do estado através dos Boletins do CPOE e às Delegacias de Ensino e prefeituras municipais. Além de serem também encaminhadas, pelo que inferimos, à Secretaria da Fazenda para a devida aplicação da lei e do imposto referidos anteriormente.

Na "Classificação pedagógica das publicações examinadas até 31 de outubro de 1957" (documento publicado em 1958), a Comissão divulgou a nominata das publicações periódicas, assim "classificadas do ponto de vista técnico-pedagógico": recomendáveis; aceitáveis; aceitáveis com certas restrições; aceitáveis com restrições à linguagem; aceitáveis a critério de pais e professores; desaconselháveis; reprováveis. Apresentou, ainda, uma

listagem cuja classificação poderia variar de acordo com o conteúdo de cada número, bem como títulos proibidos mediante portaria do juizado de menores. Deste conjunto, interessa-me, em particular, as publicações classificadas como "desaconselháveis" e "reprováveis", por serem, justamente, alvos de interdição – foco primeiro deste trabalho.

II

No nº 81 da Revista do Ensino[1], de março de 1962, Yvonne Ribeiro de Moraes, então integrante do CPOE, escreve que "a mais forte aliada da educação é a literatura, que é arte e, como tal, tem uma função social elevada. Atentemos a ela; quando boa, opera milagres" (MORAES, 1962:4). Em contrapartida, adverte que os jovens são fortemente influenciados pelo que lêem e que "a má literatura é algo avassalador, age em surdina, envenena muito lentamente" (MORAES, 1962: 5).

Essa crença no poder do livro e da leitura é também recorrente na sessão da mesma revista intitulada "Biblioteca Escolar Infantil". Nela, Elida de Freitas e Castro Druck, então professora de Biblioteconomia do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Porto Alegre, escrevia com regularidade sobre a importância da biblioteca escolar como local privilegiado de formação dos "bons" leitores e de difusão – para além do espaço da escola – da "boa" literatura. Nessa mesma sessão, a professora costumava abrir espaço para que alunas e ex-alunas compartilhassem experiências e sugestões de trabalhos envolvendo a biblioteca escolar. Uma de suas ex-alunas, Zilda Ehlersz, sugeriu, certa vez, que a doação de livros para a biblioteca fosse precedida de listas bibliográficas previamente elaboradas e distribuídas à comunidade, afim de "evitar doações que não preenchessem os fins da Biblioteca" (EHLERSZ, 1953: 24).

A bibliotecária Lucília Minssen, em outra ocasião, propõe que

> *"a Biblioteca siga o mesmo programa educacional e social que a escola está seguindo. Se pela sua localização a biblioteca não é o centro da escola, é preciso que ela se transforme no cérebro e coração de toda a organização. (...) Lembrando nossos Grupos Escolares, com a quase totalidade de alunos vindos de lares modestos, podemos ter a certeza de que somente a biblioteca escolar poderá dar a quase toda a criança o luxo e o prazer de uma leitura interessante. Uma percentagem muito pequena terá um atlas em casa;* ***menor grupo, ainda, lerá fora da escola alguma literatura que não seja a das já célebres e imoralíssimas 'revistas em quadrinhos'*** *[grifo meu]" (MINSSEN, 1953: 51).*

No conjunto dos documentos acessados até o momento, observa-se que idéias como essas circularam para além do espaço da Revista do Ensino. E que, desde as primeiras análises, ainda que superficiais e sujeitas a muitas revisões, três elementos são dignos de nota:

[1] Periódico pedagógico de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, especialmente no meio educacional. Sua publicação teve início no final da década de 1930 e se estendeu até os anos 1990.

a crença no poder e na centralidade da escola na vida social; a crença no poder do livro (para o bem e para o mal) em detrimento do sujeito que o lê/do leitor (totalmente influenciável e sugestionável) – especialmente se esse for um jovem leitor; a crença no perigo das "leituras perniciosas de que o mercado está cheio" (COCCARO, 1954:71) as quais se deve, sem vacilo, interditar.

Ainda, e como desdobramento, a crença de que todo livro contém, a priori, um sentido – edificante ou maléfico – apreendido pelo leitor no ato da leitura e que este, sem a orientação da escola, não saberá fazer a "melhor" escolha – da "melhor" leitura. Por fim, as práticas de leitura compartilhadas pelos jovens fora da escola não desfrutam de reconhecimento ou não têm o mesmo valor daquelas indicadas *pela* e *na* escola. Ou, ainda, a idéia de que, fora da escola, os jovens ou não lêem ou lêem muito pouco ou lêem "subliteratura, inconveniente, histórias em quadrinhos de atrativos aptos a despertar os instintos baixos e a viciar as grandes atitudes do ser humano, na fase mais bela e perigosa da vida" (LAGE, 1956: 24).

Essas são, em resumo, algumas idéias que perpassam os discursos *sobre* leitores e leituras juvenis no contexto deste trabalho. São, antes, representações do que seria "ler fora da escola" e "ler determinados impressos destinados ao público infanto-juvenil", não as práticas de leitura efetivas levadas a cabo pelos jovens leitores, menos ainda o sentido que estes atribuíam às supostas leituras que faziam – *sentido* esse tão fugidio e difícil de conhecer, conforme nos adverte CHARTIER: "o difícil certamente é poder, a cada vez, reconstruir a relação prática que liga aquele que escreve, os leitores que ele supõe e para os quais ele fala e aqueles reais, que no ato da escritura [leitura] produzem uma significação do texto" (CHARTIER, 2004: 48).

Para Michel de Certeau, devemos "pôr em causa (...) o fato de assimilar a leitura a uma passividade" e, sobre isso, alerta-nos:

> *"Análises recentes mostram que 'toda leitura modifica o seu objeto', que (já dizia Borges) 'uma literatura difere da outra menos pelo texto que pela maneira como é lida', e que enfim um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido. Se portanto 'o livro é um efeito (uma construção do leitor)', deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de* ***lectio****, produção própria do 'leitor'. Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a 'intenção' deles" (CERTEAU, 2002: 264-265).*

Discutir, pois, o "mito da Educação" segundo o qual "com mais ou menos resistência, o público [leitor] é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se *imprimir* pelo texto e como o texto que lhe é imposto" (CERTEAU: 2002: 261), a partir do material empírico de que disponho, bem como suas

possíveis implicações, define, em parte, o trabalho ao qual me proponho e o qual desejo compartilhar, em busca de diálogos, nesse Simpósio.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1 – artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

___ . *Textos, impressão, leituras*. In: HUNT, Lynn. ***A nova história cultural***. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COCCARO, Adir. *A biblioteca e o lar*. In: **Revista do Ensino.** Ano 3, n° 22. Porto Alegre: mai 1954, p. 71.

EHLERSZ, Zilda. *Publicidade II*. In: **Revista do Ensino.** Ano 3, n° 19. Porto Alegre, nov 1953, p. 24.

Estado do Rio Grande do Sul, Lei nº 2220, de 17/12/1953 – Fixa em 80% o imposto de vendas e consignações a incidir sobre artigos que refere.

Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Educação e Cultura (SEC/RS), Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (CPOE), Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas. **Classificação Pedagógica das publicações examinadas até 31 de outubro de 1957**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1958.

LAGE, Elce Martins. *O valor da biblioteca*. In: **Revista do Ensino.** Ano 6, nº 40. Porto Alegre, set 1956, p. 24.

MINSSEN, Lucília. *Bibliotecas... lugar onde se guardam livros?* In: **Revista do Ensino**. Ano 3, nº 18. Porto Alegre, out 1953, p. 51.

MORAES, Yvonne Ribeiro. *Exortação*. In: **Revista do Ensino.** Ano 11, nº 81, Porto Alegre: mar 1962, p 5.

SANTOS, Cândido Norberto dos. Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Vol. 77, 172ª sessão, dez 1953, pp. 340-343.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A historicização do panóptico foucaultiano

Pablo Henrique Spíndola Tôrres[1]

Resumo: Esse artigo se propõe fazer um levantamento biográfico do momento em que Michel Foucault escreve sobre a estrutura do Panóptico, estabelecendo uma outra interpretação do projeto arquitetural de Jeremy Bentham. Nosso objetivo é perceber em que universo temporal estava inserido Foucault que fomentou sua interpretação do modelo de Bentham, denominado de Panóptico, onde a observação contínua serviria de disciplina. Foucault alarga esse modelo à sociedade como um todo na forma de "docilização dos corpos". O conceito do Panóptico instrumentaliza uma melhor percepção do funcionamento da sociedade e suas instituições, sendo esta análise uma possibilidade de preencher algumas lacunas historiográficas, pois privilegia temas como temporalidade e espacialidade, discussões presentes nos debates mais contemporâneos.
Palavras-chave: Teoria – Panóptico – Historicização

Résumé: Cet article se propose à faire une enquête biographique du moment où Michel Foucault a écrit sur la structure du *Panopticon*, établissant ainsi une autre interprétation du projet architectural de Jeremy Bentham. Notre objectif est d' appréhender dans quel univers temporel était inséré Foucault qui a fomenté une interprétation du modèle de Bentham, appelé de *Panopticon*, où le commentaire continu servirait de discipline. Foucault élargit ce modèle à la société comme tout dans la forme de "rendre docile des corps". Le concept du *Panopticon* pourrait être utiliser pour une meilleure perception du fonctionnement de la société et leurs institutions, étant cette analyse une possibilité de remplir quelques lacunes historiographiques, donc privilégie des sujets comme le temps et l'espace, discussions présentes dans les débats plus contemporains.
Mots clé: Théorie – Panopticon – Historiable

A importância desta pesquisa se dá por analisar como foi montada a estrutura do Panóptico foucaultiano, estabelecendo uma outra interpretação do projeto arquitetural de Jeremy Bentham[2].A interpretação foucaultiana mostra que a observação contínua conseguida através do panóptico serviria de disciplina e, ao alargar esse modelo à sociedade como um todo, conseguir-se-ia uma forma de "docilização dos corpos": a busca da disciplina é uma espécie de herança das instituições criadas com a ascensão da sociedade burguesa, onde o

---

[1] Pós-graduando em estudos cinematográficos pela UNICAP.

[21] O filosofo inglês Bentham analisa o panóptico no plano físico, arquitetural, formado para um sistema de cerceamento e controle daqueles que estão inseridos dentro desse plano. Já Foucault alarga essa interpretação para o campo social e problematiza sobre o viés constitutivo daquilo que viria a ser chamado posteriormente de sociedade moderna. Ver: MILLER, Jaques-Alain. **A máquina panóptica de Jeremy Bentham**. In: **O Panóptico: Jeremy Bentham**. Org. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte. Autentica. 2000. p. 75-107.

liame social vai imbuir-se da vigilância constante para adequação e estabelecimento nas relações de poder. Os métodos Panópticos, na sociedade disciplinar, tornaram possível uma ciência do homem racional.

O Panóptico de Bentham descreve o plano arquitetural como um prédio circular com uma torre central, de onde se pode observar as celas construídas a sua volta. As celas teriam duas janelas para fazer com que à luz atravessasse cada uma delas, possibilitando à torre central ou panóptica o poder de, a todo e qualquer instante, acompanhar tudo que ali se passa. A torre de observação teria grande janelas abertas para as celas, as grades de cada compartimento celular não poderiam ser grossas a ponto de dificultar a visão da torre de controle, pois se não visto em sua totalidade seria por sua silhueta projetada pela sobra. Dentro da central panóptica, as janelas estariam recobertas com persianas ou biombos para impedir aos que estivessem sendo observados de perceberem seus observadores. Logo quem vê nunca é visto; assim como quem é visto nunca vê e está hipoteticamente em constante observação.

Foucault analisa a construção do Panóptico benthaminiano explicando que o detento é um objeto de informação à medida que é visto, mas nunca sujeito de uma ação comunicativa. Surge assim um dos efeitos do Panóptico, que é introjetar a sensação de vigilância. A idéia de observação contínua, mesmo que seja efetivada em seu exercício, proporciona uma introjeção do efeito da disciplina, ele é coagido sob a indução de que está sendo observado. A introjeção subjetiva tem o efeito de criar uma realidade comportamental induzida. Daí emerge a necessidade de que o "poder devia ser visível e inverificável, construindo uma máquina que a partir dos mais diversos desejos, fabrica efeitos homogêneos de poder" (FOUCAULT, 1987: 167). Essa sujeição mesmo que fictícia cria uma relação real e mecânica de disciplina. A aplicação desse modelo passa a ser eficaz em qualquer instituição que assim a deseje, seja ele a escola, o hospital, o hospício, a fábrica ou a casa de detenção. Melhorando a funcionalidade da disciplina nessas instituições por retirar o peso das velhas "casas de segurança", a arquitetura assume o lugar da força física.

O Panóptico vai figurar como uma tecnologia política que serve para qualquer uso específico. Seu aperfeiçoamento é eficaz à medida que reduz o número de quem o exerce e multiplica o número dos quais sofrem sua ação, pois atua antes que as transgressões ao seu sistema ocorram. Essa "intensificação do aparelho do poder assegura economia e eficácia no caráter preventivo, dando continuada funcionalidade nos mecanismos automáticos de sugestão subjetiva." (FOUCAULT, 1987: 170).

Essa máquina que funciona como uma olhadela permite uma fácil compreensão de sua forma, mesmo para os que estão fora de sua relação, adquirindo um efeito social. Essa máquina também é facilmente observável em seu funcionamento dando-lhe o alvará social da segurança. O esquema Panóptico não precisa se desfazer do seu funcionamento para tornar-se generalizante, seu exercício transparente de prática de poder se difunde socialmente por esta forma de ordenação. O que vai ser importante na sua otimização funcional à medida que é aplicada, seja em que esfera for. Sua prática de ação atinge as bases da sociedade sem ser agressiva como o modelo anterior ao seu invento. Foucault vai chamar isso de uma nova "anatomia política" que tem por finalidade não as relações de imposição soberana do poder, mas uma disciplina das relações. "O Panóptico generaliza num nível de mecânica arquitetural elementar, o funcionamento basilar da sociedade nos mecanismos de disciplina." (FOUCAULT, 1987: 171-172).

A disciplina assume duas imagens distintas: a disciplina-bloco, negativa, fechada, para fazer o mal; e a disciplina-mecanismo funcional, rápida, leve e eficaz com coerções sutis e internalizadas. Essa transformação que flui de um modelo de disciplina para outro, é uma transformação histórica dos dispositivos de disciplina nos séculos XVII e XVIII, que são a formação de uma sociedade disciplinar. Essa demonstração dos institutos de disciplina é a ponta visível do iceberg de um processo de reestruturação social.

Três são os pontos da disciplina nesse processo. O primeiro é a inversão funcional das disciplinas. Antes sua função era neutralizar perigos, agora é otimizar a utilidade dos indivíduos, funcionando como técnica de fabricação de seres úteis à sociedade e no século XVIII multiplica-se as instituições disciplinares. O segundo é a ramificação dos mecanismos disciplinares. Sua prática se decompõe em processos flexíveis para proporcionar um aspecto de vigilância externa desenvolvida na margem de controles laterais, quando, por exemplo, passa-se a se preocupar na escola não só com o aluno, mas também com sua família. Outro exemplo são os grupos organizados de origens religiosas associativas e de beneficência que não são uma instituição fechada, mas igualmente funcionam nesse controle.

O terceiro ponto é a estatização dos mecanismos de disciplina, que objetiva um poder de vigilância permanente, capaz de tornar tudo visível, mas lhe confere a condição de invisibilidade. O exemplo é o que aconteceu na Inglaterra e França no século XVIII, um sobre os auspícios do poder religioso noutro com a polícia e a justiça. "A disciplina é um tipo de poder que contém instrumentos, técnicos, procedimentos, níveis de aplicação, alvo; ela é física, anatômica, não sendo confundida assim com uma instituição ou um simples aparelho." (FOUCAULT, 1987: 177).

Partindo disso, constrói-se a sociedade disciplinar que ultrapassa o modelo representado pela "quarentena" como controle e estabelece a generalização mecânica do panóptico. Foucault comenta que Julius em 1831, já falava em nascimento de um princípio panóptico como um acontecimento na "história do espírito humano", dentro disso Michel afirma que há uma mudança da sociedade que tem suas bases na cultura grega do espetáculo público, da intensidade das festas para uma coletividade da vigilância: "somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens" (FOUCAULT, 1987: 179).

Para perceber a formação do processo disciplinar dessa sociedade nascente é necessário percebê-la inserida historicamente em lugares econômicos, jurídicos-políticos e científicos. À medida que as disciplinas são técnicas de ordenação das multiplicidades humanas, elas assumem táticas de poder que correspondem a critérios específicos. Seriam eles: tornar o exercício do poder menos custoso; fazer com que os efeitos atinjam o máximo de sua intensidade e do seu alcance, sem percalços para isso; e unir esse crescimento "econômico" do poder com o rendimento dos aparelhos que o aplicam.

Quando se volta para o momento histórico da Europa nos séculos XVIII e XIX, percebe-se aquele funcionamento, explosão demográfica, aumento da população flutuante, mudanças da escala quantitativa levam a uma necessidade de controle e aprimoramento da eficácia da disciplina exigida. A análise não pode ser dissociada, é uma relação de aglutinação, pois se esses percursos sociais são perceptíveis, faz-se necessário essa mudança no modelo da disciplina; quando se tem essa transformação na disciplina estabelece também uma redefinição social. Esse "desenvolvimento das disciplinas são técnicas que também derivam da economia diversa; mecanismos de poder que substituem a "retirada-violenta" pelo princípio da "suavidade-produção-lucro", assimilando a pluralidade dos aparelhos de produção." (FOUCAULT, 1987: 180).

Para isso se fixa, imobiliza, regulamenta os movimentos da sociedade através da separação verticalizada dos indivíduos. É um tipo de processo piramidal de individualização da disciplina, para aumentar a singularidade de cada elemento da multiplicidade social com métodos mais rápidos e baratos, utilizando-se da própria diversidade. Daí se extrai o máximo de vigilância, treinamento, exercícios e condicionamentos da disciplina. A disciplina é um conjunto das minuciosas invenções técnicas que permitem crescer a extensão útil das multiplicidades e diminui os inconvenientes do poder (FOUCAULT, 1987: 181). O limítrofe

dessa assimilação é quando a disciplina torna-se favorável para ambas as partes da relação entre disciplinador e corpo disciplinado.

Pois se a economia ocidental tem sua base na acumulação de capital, a acumulação dos homens transformou as forma de poder tradicional em tecnologias minuciosas e calculadas de sujeição. A maturação de uma economia capitalista proporciona uma modalidade específica de poder disciplinar que funciona através de regimes políticos, aparelhos ou instituições muito diversas.

Quando a burguesia se tornou, no século XVIII a força política dominante, o quadro jurídico-político vem alicerçado na generalização de dispositivos disciplinares. A percepção panóptica deu esse status de universalidade ao fundamento ideal do poder jurídico-político. Validação essa que passa pela construção de um corpo disciplinado, criando suas amarras e descobrindo a "liberdade" na instrumentalização jurídica da sociedade. O panoptismo faz funcionar e difunde o juridismo universal da sociedade moderna. O que se amplifica não é a compreensão universalizante da lei nos sujeitos de direito, mas os elementos minuciosos e alargantes do processo panóptico. Esses métodos estão inscritos num processo histórico de desenvolvimento, onde se encaixa a disciplina juntamente com outras tecnologias industriais, econômicas e agronômicas, por exemplo.

A invenção das técnicas de disciplina, aconteceram no século XVIII como aconteceram anteriormente nos séculos XII e XIII da idade média, com o inquérito judiciário. "Essa invenção inquisitorial vai influenciar todo processo constitutivo das ciências empíricas, um tipo de matriz jurídico-político desse saber experimental" (FOUCAULT, 1987: 187). A análise disciplinar, para Foucault, vai representar a mesma importância para as ciências do homem. Pois se o inquérito é uma técnica para as ciências empíricas, a disciplina representa o mesmo efeito nas ciências humanas. Mesmo as ciências da natureza foram invadidas pela compreensão da tecnologia disciplinar, a exemplo do que aconteceu com a justiça penal que tem sua origem inquisitorial, mas as problematizações do criminoso como um indivíduo disciplinar, são inseridas. A justiça não é mais a manifestação do corpo poderoso do rei, mas um processo de observação minuciosa e analítica invadida por métodos disciplinares.

O Panóptico seria um sistema de mecanismos específicos, que descreve a utopia de um sistema geral. Onde cabem questionamentos inclusive sobre o contra poder de quem e impelido por ele, pois diferentemente do que propõe Bentham, estes não são passivos. Mas também não se pode cair em uma razão simplista de que a luta seria a explicação definitiva disso. Essa idéia só tem significado se estudada caso a caso, observando cada análise de poder. "Pois mesmo que os presos tomassem de assalto à torre panóptica, e esta não fosse destruída,

ficaria a dúvida se eles agiram diferentes dos vigias que a controlavam" (FOUCAULT, 2004: 227).

Percebeu-se o que era o Panóptico em si, como um sistema de múltiplos olhares, onde quem observa não é visto e quem é observado nunca pode ver. Dentro disso tem-se as implicações de se introjetar as sensações de observação ininterrupta podendo disciplinar o indivíduo. O tema em construção permite à historiografia um debate multifacetado sobre um tema que se insere na militância política do próprio Michel Foucault problematizando a sociedade moderna construída dentro do estabelecimento da razão vigilante.

O pensador francês ao elocubrar sobre a sociedade punitiva expõe as nuances de seu momento histórico, que o provoca a refletir sobre poder, disciplina e cerceamento de liberdades. Nesse sentido, o pensamento Panóptico requer entendimento de um momento do autor. Foucault ao produzir as abordagens sobre o Panóptico está inserido em um período histórico muito especifico como comenta em entrevista citada por Billeouet, que "sem maio de 68 certamente não teria tido a coragem de levar minha pesquisa para o lado da pena, das prisões, das disciplinas" (BILLOUET, 2003: 140).

Em 1971, fundou o Grupo de Informações sobre as Prisões, junto com P. Vidal-Neguet, J-M Damenach, que propõe uma divisão entre o exterior e o interior da prisão. Estas observações estão motivadas pela prisão de militantes maoístas que de dentro da prisão realizavam pesquisas sobre a situação e informavam sobre a realidade do cárcere. Desse grupo de detentos participavam A. Geismar, M. Le Bris, M. Le Dantec entre outros. A repercussão veio através da adesão do GIP de pessoas como Sartre, Deleuze e C. Mauriac. Foucault era tido como o líder ou "chefe" desse movimento que terminou estimulando a revolta em 35 prisões entre 1971 e 1972.

Surgiu um outro grupo que recebeu o bastão do GIP, a Comissão de Ação dos Presos, dirigida por S. Livrozet e se separa em 1974 do grupo. Mas, continuou a utilizar os espaços de propagação de suas idéias como a imprensa ou seminários, onde militou abertamente contra a pena de morte. Participou também da fundação do Jornal *Libération* e de um protesto coletivo contra o fascismo espanhol em Madri ao lado de Yves Montard, Régis Debray e outros, época em que Foucault ficou à beira do enfrentamento físico, sendo preso junto com C. Mauriac e Jean Genet. Seus seminários abordavam temas cada vez mais ligados a sua militância, por exemplo um intitulado "história das relações entre psiquiatria e justiça penal. Durante esse período publicou um dossiê de um parricida chamado Pierre Rivière.

Em fevereiro de 1975 publicou Vigiar e Punir, que teve uma grande repercussão na época com número especial na revista *Magazine Litterairé*, ganhou páginas especiais e

entrevistas no *Le Monde, La Quinzaine Litterairé, Le Figaro, L' Express, Le Nouvel Observateus* e outros. A revista *Critique* consagrou uma edição ao livro e a Foucault, a *Le Temps Modernes* publicou um artigo de Roustang que não foi aceito pela *Critique*. Separar as implicações acadêmicas das políticas nesse momento da obra de Michel é difícil. O livro foi lido por diversos segmentos sociais, inclusive por juristas, e as agitações causaram efeitos nos relatórios administrativos e vistoriais.

As conseqüências do livro (Vigiar e Punir) associadas ao Grupo de Informações sobre as Prisões e a Comissão de Ação dos Presos foi uma abertura das prisões no sentido de dar visibilidade por parte da imprensa, formular parlatórios livres, des-disciplinarização e a desculpabilização dos presos. Estes não entraram mais no modelo de expiação e reivindicaram melhores condições: "matei, peguei tantos anos, mas isso não é razão para faltarem cobertores e sentir frio no inverno" (BILLOUET, 2003: 142). O livro também traz conseqüências

> *"(...) entre os historiadores, Agulhon, Chartier, Farge,Leonard Perrot, Revel, etc., discutem seu livro em geral, e pelo menos Farge e Perrot continuam a pesquisa com Foucault. A primeira publicou Le désordre des familles, a partir de manuscritos que trabalham em conjunto, e a segunda publicou o ensaio de Bentham, Veyne, Hadot e Legoff, sem discutir esse livro em especial, também se interessam pela relação de Foucault com a história." (BILLOUET, 2003: 143).*

Interessa-nos ver nesse momento como o pensador que problematizou sobre a desvalidação dos sistemas de pensamento modernos insere-se num debate que em certa medida contradiz a fundamentação teórica dos seus escritos e reformula seus conceitos estabelecendo tessituras que se inserem no seu posicionamento político. A temática permite analisar a contextualização da produção do Panóptico foucaultiano e suas reverberações no ofício historiográfico. O professor Durval Muniz nos elucida os espaços deixados por Foucault, os silêncios que ele deixou e o momento que ele estava inserido para deixar esses silêncios e a partir daí inserir o Panóptico associado ao não dito e os efeitos do não dito.

> *Devemos desconfiar, pois, dos objetos definidos para o saber histórico. Devemos perceber que estes foram transformados em objeto num dado momento, numa dada configuração de forças e saberes e é desta que eles falam. Mais do que explicarmos os fatos, interpretá-los, devemos seguir suas linhas de constituição, o rendilhado de lutas, experiências e falas que deram origem ao seu desenho, atentos para os silêncios que são incontornáveis, mas são também elementos de sua tessitura. Se pensamos o passado como uma renda, permanentemente retrabalhada, devemos lembrar que não são apenas as linhas, laços e nós, por mais coloridos que sejam, que dão forma ao desenho projetado, são, justamente, os buracos, os vazios, as ausências, que são responsáveis por fazer aparecer com nitidez o que se pretendia fazer (ALBUQUERQUE JR, 1998: 67-86).*

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de, **Os "Maus Costumes" de Foucault**, *Pós-História*, nº 6, EDUNESP, 1998, p. 67-86.

_____. **Um leque que respira: a questão do objeto em história**. In: Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco. (org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000, v. , p. 117-137.

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BILLOUERT, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2003.

FOUCAULT Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. Pp. 209-227.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes. 1987. Pp. 162-187.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sobre a estrutura de proteção à atividade inventiva no Brasil (1809-1882): notas de pesquisa.

Leandro Malavota*

Resumo: O artigo procura desenvolver uma breve discussão a respeito da construção e funcionamento de uma estrutura jurídica de proteção à atividade inventiva no Brasil, no período compreendido entre 1809 e1882. Partindo-se de uma análise comparativa entre a legislação patentária brasileira e suas congêneres na Inglaterra, França e Estados Unidos, importantes centros de inovação científico-tecnológica no período, conclui-se ter sido o caso brasileiro marcado por uma interpretação *sui generis* a respeito dos limites da propriedade privada sobre os bens imateriais — conhecimento, tecnologia —, permitindo-se a construção de um sistema dual de proteção ao inventor, no qual "apropriação" e "premiação" funcionavam como elementos complementares.
Palavras-chave: Patentes de invenção; Propriedade Intelectual; Atividade Inventiva.

Abstract: This paper intends to develop a brief discussion about the making and operating of a juridical framework to protect the inventors in Brazil, during the period between 1809 and 1882. Based in a comparative analysis between Brazilian patent law and its congeners in England, France and United States, important centers of innovation in the eighteenth century, we conclude that the case of Brazil was marked by a *sui generis* interpretation about the limits of private property of intangible goods — knowledge, technology — allowing the making of a dual system, in which "property rights" and "rewards" were complementary tools.
Keywords: Patents; Intellectual Property; Inventive Activity

1. Apresentação

Neste trabalho procuramos apresentar apontamentos para uma reflexão a respeito da introdução, estruturação e funcionamento de um sistema de proteção e incentivo à atividade inventiva no Brasil oitocentista, tarefa que constitui parte do esforço de pesquisa que ora vimos desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Márcia Motta. Nosso objetivo neste artigo é, partindo-se do exame dos arcabouços jurídicos erigidos nos três Estados modernos precursores na sistematização e regulação da concessão de exclusivos a inventores — Inglaterra, França e Estados Unidos —, estabelecer uma comparação com o caso brasileiro. Tencionamos, portanto, identificar os pontos de convergência e dessemelhança entre a legislação patentária brasileira e suas congêneres predecessoras, tarefa que servirá como ponto de partida para uma posterior análise dos valores, interpretações e conceitos ético-econômicos que fundamentaram a estrutura de proteção à atividade inventiva

[1*]Doutorando em História (Universidade Federal Fluminense).

vigente no Brasil em boa parte do Oitocentos, bem como seus efeitos sobre o processo de desenvolvimento tecnológico e industrial do país. Ressaltamos que, em virtude dos limites a que se submete este trabalho — versão resumida de um texto em fase de finalização —, procuramos enfocar apenas os aspectos conceituais presentes em cada uma das legislações observadas, deixando de lado o exame de fatores de outras ordens (formais, operacionais, políticos, etc.).

2. As legislações precursoras: os casos de Inglaterra, França e Estados Unidos

2.1. O caso inglês:

A promulgação de uma legislação específica para patentes na Inglaterra surge como um desdobramento de iniciativas políticas visando à contenção de prerrogativas monárquicas. Até o final do período isabelino, dispunha a Coroa de fartos recursos de poder para a distribuição de mercês, recompensas oferecidas aos súditos por serviços prestados à Realeza, entre as quais se inseriam os monopólios a inventores. A partir do século XVII, já no período jacobiano, crescentes pressões provenientes do Parlamento levariam à criação de mecanismos de controle sobre tais concessões, que culminariam com a promulgação do Estatuto dos Monopólios, de 1623. O ato tornava definitivamente ilegais todos os monopólios, isenções fiscais e penais, bem como outros tipos de privilégios comumente concedidos pela Coroa, com exceção dos monopólios temporários a inventores. A exclusão das patentes de invenção do rol de privilégios proibidos justificava-se pela função social que aquelas exerciam, diferenciando-as dos demais tipos de privilégio.[2] Além de legalizar os exclusivos patentários, o Estatuto estabelecia também, em seu parágrafo VI, regras claras e específicas para a sua concessão.

No que tange a seus fundamentos, o Estatuto dos Monopólios consagrava "o princípio de que somente ao verdadeiro e primeiro inventor de uma manufatura ou objeto [...] dever-se-ia outorgar um monopólio de patente" (CRUZ FILHO, 1996: 136), cuja validade seria de 14 anos. Ratificava-se, com isso, o princípio da novidade, isto é, a exigência do total ineditismo da invenção para a obtenção do monopólio, sua caracterização como um avanço no estado da das artes. Não cabia ao Estado, entretanto, qualquer tipo de avaliação *a priori*

[2] WALKER (1929) discute algumas de decisões do *Kings Bench* no início do século XVII, entre as quais destacamos um exemplo. No caso conhecido como "*The Clothworkers of Ipswich*", o tribunal privava a Coroa do poder irrestrito de conceder monopólios para atividades econômicas, a menos que se tratasse de invenções ou novos produtos introduzidos no Reino. Segundo o triubunal, estes eram os únicos tipos de monopólios toleráveis, uma vez que constituíam recompensa justa ao inventor ou introdutor, tanto como ressarcimento pelos esforços despendidos ao longo do processo criativo, quanto pelos benefícios proporcionados à sociedade.

quanto ao cumprimento das exigências legais. A patente era considerada como um direito do inventor, só podendo ser questionada judicialmente, a partir da apelação de qualquer pessoa que contestasse sua legalidade. Prevalecia, ainda, a concepção do uso efetivo da invenção, isto é, a obrigação do inventor de efetivamente transformar a idéia desenvolvida em produto ou processo de produção, transitando da abstração do processo criativo para realidade "concreta" do mercado.

2.2. O caso francês

Pode-se dizer que o processo de introdução de um sistema moderno de patentes na França foi fortemente influenciado pela progressiva consolidação de uma matriz jusnaturalista de pensamento ao longo do século XVIII.[3] A invenção era interpretada como a materialização da atividade intelectual do inventor, sendo tomado como justo o desfrute exclusivo de seus resultados. A patente não era encarada como os demais tipos de monopólios, tidos como elementos de contenção das iniciativas e de limitação das liberdades individuais; ao contrário, era uma salvaguarda ao direito individual de propriedade, algo que não era criado ou concedido pelo Estado, mas inerente à própria natureza humana, um direito natural. Desta forma, seria o interesse individual do inventor o objetivo principal a ser atendido pela patente. Seu efeito sobre o bem-estar social far-se-ia como uma conseqüência, uma vez que a exclusividade incentivaria o inventor a despender esforços contínuos na atividade inventiva, na expectativa dos lucros proporcionados pela ausência de concorrência.

É com base em tais conceitos, portanto, que é construído o primeiro estatuto de moldes modernos para a regulação dos direitos patentários na França, a *Loi de 7 janvier du* 1791 (POUILLET, 1915). A lei estabelecia um sistema bastante simples de patenteamento, no qual se exigia do inventor tão somente a formalização do pedido junto aos órgãos governamentais competentes. Era necessário que o inventor declarasse estar cumprindo os requisitos legais — no caso, a novidade e utilidade da invenção — e descrevesse as informações técnicas que o permitiram criar o novo bem, de forma que qualquer pessoa pudesse posteriormente reproduzi-la. A veracidade das informações prestadas pelo inventor,

[3] Para efeitos deste trabalho, definiremos o jusnaturalismo moderno como uma matriz de pensamento fundamentada na interpretação da realidade e ordenação do mundo a partir de uma metodologia racional e de uma referência antropocêntrica e individualista, contrapondo-se aos fundamentos ontológicos e teológicos da filosofia escolástica. Influenciados por pensadores como Locke, Hobbes e Russeau, os jusnaturalistas modernos reformularam a concepção de direito natural consolidada por Thomás de Aquino, desatrelando os princípios e valores superiores que regem a vida em sociedade da vontade divina. Desta forma, tomavam o direito natural como um sistema construído pelo homem — a partir do desvelamento das "leis" que regem as relações sociais através de processos racionais de análise —, dotado de validade universal e perpétua. Para discussões mais aprofundadas, consultar XIMENES (2001).

no entanto, era algo de sua inteira responsabilidade, não dispondo o Estado de mecanismos para sua aferição, a não ser pela via judicial. Logo, a concessão da patente, cumpridos os requisitos formais, era automática, conferindo ao inventor uma exclusividade por um período de 5 a 15 anos, variando este prazo conforme seu próprio interesse. O Estado, enfim, não se constituía em instância concessora do direito de propriedade, mas apenas garantidora das condições necessárias a seu pleno gozo pelos indivíduos.

2.3. O caso norte-americano

A concessão de patentes a inventores era uma prática usual nas colônias britânicas na América desde meados do século XVII, fosse por meio da aplicação das normas legais metropolitanas (no caso, o Estatuto dos Monopólios) fosse pela utilização de instrumentos jurídicos próprios, construídos de forma diferenciada em cada uma das colônias (WALKER, 1929). Já na América independente, o *Patent Act* de 1790 unificaria as regras para a concessão de privilégios. O texto legal é construído a partir de uma interpretação da patente como um instrumento que confere ao inventor o direito de excluir terceiros do uso de sua invenção por determinado período de tempo. O direito patentário era tomado, portanto, como um direito de exclusão não como um monopólio concedido pelo Estado. O argumento por trás do texto legal era de que as invenções não se enquadrariam nas categorias já conhecidas de produtos ou processos de produção, ou seja, constituiriam bens novos, não disponíveis anteriormente no mercado. Neste sentido, o caráter monopólico da proteção patentária estaria descaracterizado, uma vez que a sociedade não era privada de nenhum bem ao qual ela já tivesse pleno acesso. Já o direito de exclusão, por sua vez, era interpretado como um prêmio ao inventor, uma forma de recompensa pelos serviços por ele prestado à sociedade, garantindo que o mesmo pudesse desfrutar exclusivamente dos benefícios econômicos diretos proporcionados por sua criação.

O *Patent Act* de 1790 estabelecia um prazo máximo de validade para a patente de 14 anos, variável de acordo com os atributos de cada invenção. Sob inspiração da legislação inglesa, também consagrava a idéia de o direito de exclusão ser desfrutável apenas pelo primeiro e verdadeiro inventor, reforçando-se, assim, o princípio da novidade. A utilidade da invenção também era tomada como pré-requisito para o patenteamento, ou seja, para que o inventor pudesse desfrutar da exclusividade era preciso que sua criação tivesse um proveito social. Além disso, exigia-se que houvesse uma clara e completa descrição do objeto da patente. Todos os requisitos para o patenteamento deveriam ser devidamente aferidos em três instâncias específicas do governo, a Secretaria de Estado, a Procudoria-Geral e a Secretaria da

Guerra. O que se configurava, portanto, era o condicionamento da concessão da patente a um exame prévio por parte de autoridades constituídas, que avaliariam a adequação do pleito às exigências legais.

O modelo construído em 1790 não resistiria, porém, aos ataques dos mais exaltados entusiastas do princípio da liberdade individual. A crítica que se fazia ao estatuto baseava-se na não aceitação da intervenção do Estado no processo de concessão de patentes. O exame prévio das invenções era considerado indesejável por abrir margem para ações abusivas e arbitrárias do poder estatal. Argumentava-se que era impossível a definição por parte das autoridades públicas de critérios objetivos para a avaliação da novidade e da utilidade de uma dada invenção, cabendo somente ao mercado, através de seus livres mecanismos e forças, a efetuação de tal juízo. Se a invenção não fosse útil, a patente não teria serventia nenhuma a seu detentor, uma vez que os consumidores não se disporiam a pagar por aquele bem; se não fosse nova ou se não estivesse suficientemente descrita, qualquer agente que se sentisse prejudicado pelos efeitos da exclusividade poderia recorrer às instâncias judiciais, requerendo sua anulação. De fato, tal tese, inspirada nos modelos inglês e francês, rapidamente se fortaleceria, suscitando uma reformulação da legislação patentária em 1793. Este novo *Patent Act*, portanto, extinguiria o expediente do exame prévio, ratificando a interpretação do direito de propriedade sobre o resultado do trabalho individual como algo incondicional — ainda que limitado no tempo —, não submetido a uma anuência prévia do aparelho estatal. Quanto aos demais elementos conceituais, a Lei de 1793 apenas confirmou as disposições de sua predecessora, sendo mantida tal estrutura até a reforma da legislação ocorrida em 1836.

3. A estrutura patentária brasileira: fundamentos teóricos

Prática conhecida e aplicada pelo menos desde o início século XVIII,[4] a concessão de privilégios aos inventores no "Brasil" foi pela primeira vez sistematizada e regulamentada no período joanino, por meio do Alvará do Príncipe Regente de 28 de abril de 1809.[5]

[4] Segundo CRUZ FILHO (1985), data de 1705 o primeiro registro conhecido de concessão de privilégios de invenção na colônia portuguesa na América: a proibição do uso por terceiros, a não ser mediante pagamento previamente estabelecido (no caso, quatrocentos mil réis) ao inventor, o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, de um "maquinismo para fazer subir água a toda distância que se quiser levar".

[5] É importante aqui destacar por que consideramos o Alvará de 1809 como a primeira legislação "brasileira" concernente aos direitos do inventor, ainda que no período não possamos ainda nos referir ao Brasil como um Estado nacional: a) as disposições presentes no Alvará de 1809 eram única e exclusivamente voltadas para as possessões portuguesas no Novo Continente, não sendo extensivas à metrópole — à época incorporada ao Império Napoleônico — nem às demais colônias portuguesas; b) mesmo após a retomada de seu controle pela Corte Bragantina, não foi expedida em Portugal lei específica para a regulamentação da matéria, algo que só ocorreria em 1837; c) mesmo após à emancipação da colônia, permaneceu o estatuto joanino a vigorar no infante Império Brasileiro, sendo substituído somente em 1830 por uma lei que mantinha praticamente intactos os

Consistia o estatuto em um amplo instrumento de fomento às atividades fabris na colônia, o que incluía o incentivo à criação e introdução de novos produtos e processos de produção. Neste sentido, estabelecia o Alvará, em seu parágrafo VI:

> *Sendo muito conveniente que os inventores e introdutores de alguma nova máquina e invenção nas artes gozem do privilégio exclusivo, além do direito que possam ter ao favor pecuniário, que sou servido estabelecer em benefício da indústria e das artes, ordeno que todas as pessoas que estiverem neste caso apresentem o plano de seu novo invento à Real Junta do Comércio; e que esta, reconhecendo-lhe a verdade e fundamento dele, lhes conceda o privilégio exclusivo por quatorze anos, ficando obrigadas a fabricá-lo depois, para que, no fim desse prazo, toda a Nação goze do fruto dessa invenção. Ordeno, outrossim, que se faça uma exata revisão dos que se acham atualmente concedidos, fazendo-se público na forma acima determinada e revogando-se todas as que por falsa alegação ou sem bem fundadas razões obtiveram semelhantes concessões.*

O estatuto expressava, de uma forma simples, direta e condensada, toda a lógica de funcionamento do privilégio patentário, suas funções e seus objetivos, além de definir claramente os requisitos necessários à concessão do privilégio, o período da exclusividade e as obrigações do privilegiado. Sob o ponto de vista conceitual, fica clara a idéia de que o privilégio patentário era interpretado como um instrumento de promoção do bem-estar social, servindo a exclusividade temporária como um tipo de incentivo ao desenvolvimento das artes e da indústria. Entretanto, se o atendimento de um interesse do Estado ficava bem explícito como fundamento do sistema patentário, o interesse do inventor não era apresentado de uma forma secundária ou como mero corolário. Logo na introdução do parágrafo fica claro que a patente era concebida como a ratificação do direito de todo indivíduo à propriedade do resultado de seu trabalho intelectual; contudo, o direito de propriedade do inventor sobre sua criação não era concebido como algo incondicional. Era preciso que a invenção merecesse ser protegida, que proporcionasse suficientes benefícios à coletividade, justificando a posição privilegiada no mercado que a patente proporcionaria ao inventor. Logo, se por um lado o interesse indivídual era valorizado, por outro, caberia ao Estado garantir que o mesmo não se sobrepusesse aos interesses gerais da coletividade. O mérito da invenção, portanto, condicionava o direito de propriedade do inventor, e a própria norma legal estabelecia os critérios objetivos para tal mensuração. Somente um objeto absolutamente novo e que tivesse

---

princípios e regras inauguradas dois decênios antes. Enfim, ainda que não se possa considerar o Brasil de 1809 como um Estado nacional (e eis a razão pela qual apresentamos o termo entre aspas no início do parágrafo), para efeitos deste trabalho considera-se válida sua inclusão no rol dos países precursores na adoção de legislações patentárias, uma vez identificada uma total continuidade entre as legislações de 1809 e 1830, alicerces de um sistema único e integral de proteção à atividade inventiva.

alguma utilidade prática seria apto a ser protegido, cabendo aos poderes constituídos a avaliação de tais condições a partir de um exame prévio.

O decorrer das duas décadas seguintes ao Alvará em pouco modificaram o quadro da proteção patentária no Brasil. A Constituição Imperial, em seu art. 179, item XXVI, ratificaria o princípio do direito de propriedade do inventor sobre sua obra (SOARES, 1998), exigindo ainda a elaboração de uma lei específica para a regulamentação da matéria. A nova regulamentação, cuja promulgação dar-se-ia a 28 de agosto de 1830, mantinha intactos os conceitos fundantes da proteção patentária inaugurados no período joanino. A garantia do direito do inventor à propriedade de sua criação permanecia não sendo concebida de forma incondicional, exigindo a lei a comprovação de que a invenção era verdadeiramente nova e útil à sociedade. Em alguns aspectos aperfeiçoava a norma anterior, acrescentando, por exemplo, as punições aos que explorassem indevidamente o objeto protegido e a possibilidade de cessão de direitos a terceiros. Outras novidades eram a alteração do prazo dos exclusivos — que passou a ser variável de 5 a 20 anos, de acordo com o mérito da invenção — e a definição de um prazo máximo para que a exploração da invenção fosse iniciada — no caso, dois anos a contar da data de concessão. Por último, o novo texto legal abria a possibilidade da "compra" do segredo da invenção pelo Estado, isto é, que, de acordo com o entendimento das autoridades quanto à relevância de um novo objeto ou técnica, uma subvenção pecuniária substituísse o direito de propriedade. A lógica deste dispositivo consistia na imediata socialização da informação tecnológica recém produzida, ou seja, tornar a invenção imediatamente um objeto de domínio público.

4. Considerações finais

Percebemos, pois, que a estrutura de proteção à atividade inventiva construída em 1809, e posteriormente confirmada e aperfeiçoada em 1830, constitui-se em uma compilação de elementos teóricos de naturezas distintas, ratificando, por um lado, o direito de propriedade do inventor sobre os frutos de seu trabalho individual — seguindo os moldes das legislações inglesa, francesa e norte-americana — e impondo, por outro, severas restrições quanto ao gozo do direito de propriedade, a partir do estabelecimento de salvaguardas e condicionamentos, tais como o exame prévio, a obrigação de exploração imediata e a possibilidade de "compra" da invenção pelo governo. Quanto a este último instrumento, sua utilização dotava o sistema de patentes brasileiro de uma dupla feição, isto é, caracterizava-o como uma estrutura dual, na qual a premiação aos inventores era utilizada como uma

alternativa ao direito de propriedade nos casos em que este pudesse se mostrar inadequado ao melhor atendimento do interesse público.

Cabe por último ressaltar que, para além dos aspectos conceituais aqui enfocados, há ainda outros elementos a serem observados nas estruturas patentárias vigentes nos quatro países selecionados, tarefa esta a ser efetuada no desenrolar de nossa pesquisa. Esta abordagem preliminar, entretanto, nos parece útil por evidenciar desde já algumas das singularidades do sistema patentário brasileiro, constatações que servirão como base para o desenvolvimento de uma análise mais abrangente. Esta, por sua vez, objetivará uma melhor compreensão não apenas sobre a *rationale* do sistema patentário brasileiro no Oitocentos, mas também os motivos pelos quais teria se diferenciado de seus congêneres exógenos e as formas pelas quais os agentes sociais o teriam concebido e aplicado na prática econômica.

Referências

Fontes Primárias:

Alvará do Príncipe Regente, de 28 de abril de 1809.

Lei de Patentes [sem número], de 28 de agosto de 1830.

Loi du 7 janvier, 1791.

Patent Act of 1790.

Patent Act of 1793.

The Statute of Monopolies (21 Jac. 1, ch. 3, 1623).

Fontes Secundárias:

CRUZ FILHO, Murillo Florindo. **A norma do novo: fundamentos do sistema de patentes na modernidade**. Rio de Janeiro: [s.n.],1996.

_____. **Bartolomeu Lourenço de Gusmão: sua obra e o significado fáustico de sua vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985.

POUILLET, Eugène. **Traité thórique et pratique des brevets d'invention et des secrets de fabrique**. 6e edition, refondue et mise au courant de la legislation, de la doctine et de la jurispridence par André Tailleffer et Chales Claro. Paris: Marchal et Billard, 1915.

SOARES, José Carlos T. **Tratado de propriedade industrial: patentes e seus sucedâneos.** São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998.

WALKER, Albert. **A treatise on the law of patents for inventions**. 6th edition, revised and enlarged by John L. Lotsh. New York: Baker, Voorhis and co., 1929.

XIMENES, Julia Maurmann. Reflexões sobre o jusnaturalismo e o direito contemporâneo. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 157-165, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Colônias de Férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938 1943)

Frederico Brittes Nordin Garcia*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a trajetória desta pesquisa. O tema central consiste na análise e na descrição das Colônias de Férias ocorridas no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, mais precisamente, entre os anos de 1938 e 1943.Colônias essas que juntamente com uma série de medidas voltadas à saúde infanto-estudantil continham em seu bojo traços do discurso eugênico. Além do caminho até então desenvolvido, o artigo tem como proposta a apresentação de resultados obtidos até o momento.
Palavras-Chave: Estado Novo - Saúde - Educação

Abstract: This article has the purpose of showing its course. The central subject consists in analysing and descripting the "Colônias de Férias" which ocurried during the Estado Novo, precisely between 1938 and 1943, in Rio Grande do Sul. Those "colônias" had in their cradle an eugenic speach. Apart from what is already done, the intention is to present the goals obtained until this moment.
Keywords: Estado Novo – Health - Education

A melhoria da raça

Entre o final do século XIX e inicio do século XX, diversas foram as teorias de cunho biológico e ou raciológico que influenciaram as discussões intelectuais. De alguma maneira, esse tipo de debate serviu de resposta a uma série de dúvidas e angústias em um tempo de intensas mudanças; como expõe Peter Gay,"no século XIX, os mais marcantes álibis criados estavam relacionados às teorias biológicas" (GAY apud SILVEIRA, 2005:29). Idéias e teorias que foram profundamente influenciadas pelo Darwinismo, com conceitos de hereditariedade e evolução, recheando as discussões que permearam a virada do século.

Dentre tantas teorias, temos a Eugenia, que, através da obra de Francis Galton, veio a assentar-se enquanto ciência servindo de base para as citadas discussões teóricas e epistemológicas. Segundo Otávio Domingues, médico-eugenista paulista, a Eugenia é "a ciência que se propõe a estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de corpo e sadias de espírito" (DOMINGUES, 1933:27).

* Frederico Brittes Nordin Garcia é formado em História pela PUCRS, e atualmente é mestrando do curso de História da PUCRS como bolsista do CNPq.

Conforme dissemos, a Eugenia, bem como as demais teorias de cunho biológico, surgem como uma solução imediata em um tempo de muitos questionamentos, por isso logo se difundem pelo meio médico-científico e não tardam a chegar ao Brasil. Já no início dos anos 1900, podemos encontrar um grande número de intelectuais brasileiros que, em função dos debates em torno da discussão sobre a identidade brasileira, trazem uma forte presença do discurso eugênico higienista. Como afirma Renato Ortiz, "o pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça" (ORTIZ, 1985:13).

Meio e raça surgem como norteadores dos debates de grande parte da *inteligentsia* nacional do início do século XX. Nomes como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Vianna, Belizário Pena, Euclides da Cunha, entre outros, se fazem presentes defendendo de uma maneira ou de outra o discurso eugenista sanitarista.

Pode-se afirmar que, assim como as teorias de cunho biológico e raciológico encontraram no final do século XIX e início do século XX um período propício para se disseminarem, o Brasil apresentou-se como um solo favorável, tanto na adoção do discurso eugênico sanitarista, quanto na tentativa de normatizar e adequar toda uma sociedade que desejava se enquadrar em modelos europeus.

A escola como núcleo de eugenia

A escola, sob a ótica dos eugenistas brasileiros nas primeiras décadas do século XX, fora percebida como um centro irradiador das práticas homogeneizadoras e higienizadoras. Através da atuação educativa, pretendia-se a elevação física e moral dos escolares. Dessa maneira, a partir de uma série de dispositivos, a escola se constitui como cenário de diversas realizações de cunho eugenista higienista. Na medida em que a *inteligentsia* nacional via a eugenia e o higineismo como fator preponderante no que tange à questão da unidade e da identidade nacional, diversas práticas foram introduzidas no seio da sociedade com esse intuito. Essas práticas incorporaram-se ao cotidiano das escolas brasileiras, no desejo de despertar a tão importante "consciência sanitária".

A criança, na perspectiva de muitos desses eugenistas, seria o "primeiro estágio da prática educacional cuja finalidade última seria atingir os padrões familiares" (COSTA apud STEPHANOU, 1996:63). Logo podemos perceber a sistematização de medidas visando este objetivo, como fichamentos médicos dos escolares, a ação de enfermeiras ou visitadoras

sanitárias, entre outras. Portanto, é no âmbito escolar que podemos perceber com mais clareza esta tentativa de se formar um cidadão ideal, este devidamente enquadrado e integrado no espírito da República.[1]

Estado Novo e a saúde infanto-estudantil

A década de 30 vai marcar a expansão capitalista no Brasil, expondo a ascensão da burguesia urbana brasileira, suplantando as oligarquias rurais. De acordo com que expõe José Nilo Tavares, o Estado Novo surge como expressão dessa ascensão burguesa, estabelecendo uma relação entre sociedade civil e Estado (TAVARES, 1991:74).

Com o advento deste regime, veio à tona um projeto que visava a integrar a nacionalidade brasileira como um todo, a fim de deter um "quadro desolador, de regionalismos desenfreados", que estavam comprometendo a integridade nacional (SCHWARTZMAN, 1982:21). Assim, vêm à tona diversas práticas que davam ênfase à constituição de uma nacionalidade coesa, integrada e, por que não dizer, homogeneizada, substituindo "a desordem generalizada" pela "ordem integral" (SCHWARTZMAN, 1982:43).

O discurso eugênico higienista procurava de alguma maneira a melhoria da raça através da normatização de hábitos e condutas. Com isso, os regimes políticos de caráter totalitário e/ou autoritário desenvolveram uma relação muito próxima a esse discurso. Como o Estado Novo tinha como um de seus objetivos mais claros um projeto de nacionalização e de homogeneização da população brasileira, estabeleceu-se um momento propício para a adoção e a sistematização de práticas que de alguma maneira condicionassem a população ao ideal estado-novista. Como afirma René Gertz, "para viabilizar o controle sobre corpos e mentes nada melhor do que a abolição do estado democrático de direito" (GERTZ, 2005: 110,111).

Nessa perspectiva, se fazia necessário dentro da ótica de Vargas e dos intelectuais que o cercavam, a formação e a imputação de uma série de condutas e valores para essa população. Logo, é visível a extrema preocupação com medidas relacionadas ao campo da saúde, pois, além de valores morais, o Estado Novo via a necessidade da constituição de indivíduos dotados fisicamente e com condições de levar adiante a nação e seu plano modernizador.

Seguindo esse pensamento, é possível notar que a saúde infanto-estudantil foi sem dúvida um dos pontos mais importantes no processo de formação desse cidadão brasileiro

[1] Inúmeros foram os trabalhos desenvolvidos com o objetivo de analisar o papel "eugenista/higienista" da escola. Cito, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Maria Stephanou, Vera Regina Bletrão Marques, entre outros.

considerado ideal. De acordo com o que expressa David Ferreira de Paula, o Estado Novo "projetava fins políticos à infância a fim de compatibilizá-la com o roteiro de formação nacional" (PAULA, 1997:171). Nesse ponto, como nos demais aspectos da saúde pública, é possível identificar medidas que traziam em seu bojo traços do discurso eugênico sanitarista.

Diversas são as medidas introduzidas com o claro objetivo de homogeneizar e integrar a sociedade brasileira. Neste quadro, a escola, assim como no início do século XX, assume um papel de extrema importância, sendo mais uma vez percebida enquanto núcleo de formação e homogeneização. Dentro desse cenário, várias são as práticas sistematizadas com esse objetivo.

Conforme já referido acima, a saúde infanto-estudantil foi um dos pontos mais enfatizados nas práticas adotadas pelo regime do Estado Novo. Isso se deve também ao fato de que a saúde, tanto em caráter nacional quanto em caráter estadual, esteve até certo momento sob responsabilidade da pasta da educação (OCHMANN apud GERTZ, 2005:108). Logo, o Estado do Rio Grande do Sul também foi palco de inúmeras práticas médico-escolares, inseridas nas políticas do Estado Novo.

Colônias de férias: o caso gaúcho

A presente pesquisa tem como objetivo a análise e a descrição de uma dessas medidas, especificamente aborda a realização de Colônias de Férias, sistematizadas no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1938 e 1943, colônias essas que, segundo Maria Helena Câmara Bastos, foram promovidas com um duplo objetivo, o aperfeiçoamento físico, moral e mental da clientela escolar, bem como uma demonstração da efetiva nacionalização das comunidades estrangeiras (BASTOS, 2005:226).

Para a realização da pretendida análise foram definidos dois grupos de fontes. Em primeiro lugar, o objeto de estudo é o conjunto composto por uma gama de documentos oficiais, como Relatórios da Secretaria da Saúde, Relatórios de Coelho de Souza[2], relatórios do Departamento Estadual de Educação Física, entre outros. Em um segundo momento, a análise de uma série de artigos inseridos em periódicos publicados no período estudado, como o *Correio do Povo*, o *Diário de Noticias*, a *Revista do Globo*[3] e a *Revista do Ensino*, esta última já bastante enfatizada no trabalho de Maria Helena Câmara Bastos.

[2] J. P. Coelho de Souza então responsável pela pasta da Educação.
[3] Com relação à *Revista do Globo*, esta sendo consultada a secção destinada a Educação Física, isso se deve ao fato de que as Colônias de Férias, ao menos no estado do Rio Grande do Sul, além de darem muita ênfase às atividades físicas, estavam sob supervisão do Departamento Estadual de Educação Física.

Importante ressaltar que muitos desses artigos, tanto os que enfatizam as Colônias de Férias quanto os que trazem temas relacionados, tem em sua autoria nomes ligados à sistematização das Colônias de Férias, como, por exemplo, o doutor Poli Marcelino Espírito, então dirigente do Serviço de Higiene Escolar e um dos nomes mais ligados à implementação de tal medida em solo gaúcho. A relatada pesquisa, apesar de ainda incipiente, já traz alguns resultados parciais no que tange ao caráter descritivo. Alguns desses resultados serão apresentados neste momento.

Segundo dados obtidos nos relatórios de Coelho de Souza, as Colônias de Férias ocorreram no estado do Rio Grande do Sul entre os anos 1938 e 1943. Durante estes cinco anos de existência foram 12 as Colônias e 791 o número de escolares por elas atingidos. As duas primeiras Colônias desenvolvidas ocorreram entre os meses de dezembro de 1938 e janeiro de 1939, e, segundo podemos perceber, ocorreram em caráter experimental, pois foram utilizados dois clubes da capital, ficando os escolares alojados em barracas.[4] É só após essas duas colônias que vemos o aproveitamento de prédios de grupos escolares: no distrito de Belém Novo (Porto Alegre), em Farroupilha, em Torres e em Flores da Cunha, o que nos leva a crer que a partir da realização das duas primeiras experiências, as mesmas seriam adotadas como uma medida sistemática pelo Estado. Com relação ao seu desenvolvimento e à sua implementação, o gasto total (das 12 colônias) foi de Cr$ 145.392,10, com que o custo médio de cada participante foi de Cr$ 183.80.[5]

Dentre os diversos pontos que estão relacionados com o funcionamento das Colônias de Férias no Rio Grande do Sul, um dos que apresentam a maior importância diz respeito à seleção dos escolares que iriam participar delas.

Segundo artigo apresentado na *Revista do Ensino*, de autoria do já citado Poli Marcelino Espírito, levava-se em consideração o critério médico, este obtido através dos fichamentos escolares. Com essa primeira instrução, o Serviço de Higiene Escolar elaborou um quadro para a melhor seleção desses escolares; nesse quadro eram levados em consideração os seguintes itens: nome do aluno, residência, sexo, cor, idade, grau de necessidade, observações.[6] Outros são os fatores que iriam influenciar na seleção dos alunos aptos a comporem as colônias de férias, dentre eles a exclusão de alunos que pudessem

[4] Os clubes são o Yate Club de Porto Alegre e o Country Club.

[5] Como uma referência para este valor , o salário mínimo em 1942 era de Cr$ 240,00 (http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf)

[6] Com relação a esse último item, é interessante notar que ele é dedicado a observações que se julgavam ser de suma importância, como por exemplo, a indicação de possíveis hábitos imorais da criança, como trato inconveniente com meninas, palavras obscenas, entre outros.

custear uma estação de veraneio[7] e a avaliação de professores e diretores dos grupos escolares, esses que através do convívio diário teriam a capacidade suficiente para perceber a necessidade de cada aluno.

Colônia de férias: Farroupilha

Na tentativa de melhor ilustrar o funcionamento das Colônias de Férias implantadas no estado do Rio Grande do Sul, trago dados referentes à realização de uma dessas Colônias de Férias, dados contidos em outro artigo exposto na já referida *Revista do Ensino.*

Segundo informações contidas na citada revista, a colônia apresentada ocorreu no município de Farroupilha, entre 19 de janeiro e 1º de fevereiro de 1941. Com escolares escolhidos pelo próprio Doutor Poli Espírito, a Colônia teve em sua direção o Tenente Max H. Hanke, do Departamento de Educação Física (aparecendo aí à influência militar na educação física), e como dietista a professora Joaquina Muniz Reis, nome que constantemente aparece relacionado à alimentação infanto-estudantil no Rio Grande do Sul.

Com relação à participação militar na Educação Física, sabemos que foram os militares que introduziram de maneira sistemática a educação física no Brasil e, segundo Celso Castro, com o Estado Novo temos o ápice do domínio militar sobre essa área (CASTRO: 1997:67).[8].

Assim, foram selecionados, em 24 grupos escolares da capital, cerca de 65 alunos, todos meninos e com idades que variavam entre os 7 e 13 anos. O programa traçado segundo o Doutor Gaspar Ochoa, autor do referido artigo, tinha como objetivo a saúde, a educação moral cívica e física, e poderia ser resumido através das atividades propostas:

6:15 – Alvorada
6:40 – Hasteamento do Pavilhão Nacional e canto do Hino Nacional
7:00 – Café
8:00 – Ed. Física
9:30 – Visita Médica
10:00 – Merenda

[7] Neste ponto, fica clara a intenção em se atingir alunos de baixa renda

[8] Já se nota uma grande influência militar na educação física desde 1930, quando o então ministro do MES, Francisco Campos, ao reformar o ensino secundário, adota as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física. Porém, com o autoritarismo vigente no Estado Novo, essa participação militar na educação física civil torna-se muito mais presente.

10.15/11.15 – Recreio
11.30 – Almoço
12.15/14.30 – Repouso
14.30 – Ed. Moral ou Cívica
15.00 – Merenda
15.30/18.00 – Passeios, excursões ou jogos
18.30 – Jantar
19.00 – Arreamento do Pavilhão Nacional e canto do Hino Nacional
19.15 – Reunião Social
20.30 – Merenda
21.00 – Revista
21.30 – Silêncio

Tabela 1 – Conjunto de atividades referentes à Colônia de Férias realizada no município de Farroupilha 19/01/4/ a 1/02/41.Fonte: *Revista do Ensino*, Porto Alegre , número 25 ,volume 7,1942, p.7

Segundo o artigo do Doutor Ochoa, durante o período de duração da Colônia, os escolares apresentaram um ganho de peso na proporção de 306 gramas na primeira semana e 1.044 gramas na segunda. Dentre os escolares participantes, apenas 4 não apresentaram um ganho de peso. Com relação ao programa de atividades, realizaram-se 7 excursões, 2 competições desportivas e 13 conferências sobre higiene, dietética e educação cívica.

Não houve assistência religiosa, mas os escolares estavam liberados para assistirem à missa aos domingos.

Ao final do seu artigo, Gaspar Ochoa afirma que as Colônias se apresentavam como uma instituição altamente promissora entre os que de alguma maneira exerciam o comando sobre a educação e a saúde no nosso estado. Afirmação essa encontrada constantemente nos artigos que faziam referência às Colônias de Férias como o artigo publicado no *Correio do Povo* em 9 de dezembro de 1938, que afirmava que "é uma iniciativa de grande alcance em favor desses escolares, a qual vem dar execução entre nós a prática de uma instituição já sancionada por longa experiência e que tende a cada vez mais a se difundir" (*Correio do Povo*, 9/12/38:5). Já as palavras de Coelho de Souza em seu relatório entregue a Cordeiro de Farias, interventor federal, também deixam clara a opinião com relação às Colônias de Férias: "O alcance social dessa iniciativa é evidente" (SOUZA, 1943).

Resultados parciais

O que fica de conclusão parcial é que, por mais que se esperasse do resultado das colônias, como podemos observar nessas afirmações, elas tiveram uma ação um tanto quanto

limitada, pois ao longo de 5 anos só 791 escolares delas participaram, e, segundo números dos Arquivos do Departamento Estadual de Saúde, do ano de 1944, dos 17.917 alunos fichados em Porto Alegre, cerca de 9.336 estavam sub-nutridos, e destes apenas 2.050 foram selecionados para as colônias.[9]

Dessa forma, fica um problema a ser trabalhado: o motivo pelo qual julgo que as Colônias de Férias, ao menos no estado do Rio Grande do Sul, tiveram um alcance limitado. Outro problema a ser solucionado diz respeito ao abandono da referida medida no estado do Rio Grande do Sul, sendo que a mesma permanece em funcionamento em caráter nacional, como podemos observar através de informações contidas na *Revista da Educação Pública* do mês de março do ano de 1945.

Esses foram alguns pontos que julgamos de suma importância na tentativa de demonstrar resumidamente a trajetória percorrida nesta pesquisa até o presente momento. Trajetória que, apesar de recente, já nos permite algumas considerações aqui apresentadas.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Revista do Ensino no Rio Grande do Sul (1939-1942)*. O Novo e o Nacional em Revista. Pelotas: Editora Seiva, 2005.

_____. Infância, higiene & educação. In: Reunião Anual da ANPED (28: 2005: Caxambu) 40 anos de pós-graduação em educação no Brasil: [anais]. Caxambu: ANPED, 2005.

_____. Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino: 1937-1945. *Educação* (Porto Alegre). Porto Alegre, vol. 21, n. 34 (abr. 1998).

_____. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul: 1951-1992. In: *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino: 1939-1942. *Em aberto*, Brasília, DF, vol. 14, n. 61 (jan. /mar. 1994).

_____. *Educação no Brasil*: questão de saúde pública: uma visão médica do século XIX. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação, 1989.

BONEMY, Helena (org.). *Constelação Capanema*: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

CASTRO, Celso. In Corpore Sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Revista Antropolitica*, Rio de Janeiro, UFF, n. 2, 1997.

DOMINGUES, Octavio. Eugenia, Seus Propósitos, Suas Bases e Seus Meios. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça*: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: UNICAMP, 1994.

[9] Números referentes ao ano de 1943.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PAULA, David Ferreira de. O Treinamento Físico da Criança Pobre no Estado Novo: A Experiência do Parque Infantil na Cidade de São Paulo. *Revista Pós-História*. Assis: UNESP, vol. 5, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon (org). *Estado Novo, um auto-retrato*: Arquivo Gustavo Capanema. Brasília: UnB, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, José Luiz Werneck da et al. *O feixe e o prisma*: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SILVEIRA, Eder. *A Cura da Raça*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 3 v. 2005.

_____. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. O conteúdo educativo da propaganda sanitária no Rio Grande do Sul nos anos 20 e 30. In: Congreso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana (2003: San Luis Potosí) Historia de las ideas, actores e instituciones educativas: memoria del VI Congreso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2003.

_____. Saúde, higiene e civilidade em manuais. In: Congresso Brasileiro de História da Educação (2004: Curitiba). A educação escolar em perspectiva histórica: [anais]. Curitiba: SBHE/PUCPR, 2004.

_____. Aprender trabalhando: a experiência do Instituto Técnico-Profissional Parobé: 1907-1930. In: *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva, 2002.

_____. Currículo escolar e educação da saúde: um pouco de história do presente. In: *Saúde e sexualidade na escola*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 1999 (tese de doutorado).

_____. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (1996: Lisboa) Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970: actas do 1. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1998.

_____. Práticas educativas da medicina social: os médicos se fazem educadores. *História da educação*. Pelotas, RS, vol. 1, n. 2 (set. 1997).

_____. A formação de sujeitos higiênicos: médicos-educadores na escola profissional: [resumo]. In: Reunião Anual da ANPED (19: 1996: Caxambu). A política de educação no Brasil: globalização e exclusão social: programa. São Paulo: Anped, 1996.

_____. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. *Educação, subjetividade e poder*. Porto Alegre, vol. 3, n. 3 (jan./jun. 1996).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cidade, um corpo em construção: projeto e controle

Etelvina Maria de Castro Trindade*

Resumo
O estudo teve por objetivo analisar a cidade com ênfase na memória inscrita em seu espaços físicos, considerando sua materialidade como um filão para reflexões sobre saúde e doença no contexto urbano. Para tanto, ateve-se aos sinais remanescentes em edificações como hospitais, instituições de saúde e clínicas, tomando-as como espelho da maneira como a sociedade se via à época e dos mecanismos que desenvolvia para o controle dos desvios que desejava eliminar. Curitiba pode ser tomada como um estudo de caso dessa questão, na medida em que reproduzia as condições presentes no território brasileiro e em todo o mundo ocidental.
Palavras – chave: Espaços edificados; instituições de saúde; controle social.

Abstract
The study had as objective to analyze the city with emphasis in the memory imprinted in its physical spaces, considering its materiality as a pretext for reflections about health and diseases in the urban context. In order to do that, it clung to the remaining signs in edifications such as hospitals, health institutions and clinics, using them as mirrors to the way that society saw itself at the time and the mechanisms developed to control the deviations that it intended to eliminate. The city of Curitiba can be used as a case study for this situation, to the extent that it portrayed the conditions in the Brazilian territory as well as in the occidental world.
Keywords: Edificated spaces; health institutions; social control

Introdução.

As verdadeiras matrizes dos modelos urbanos no Brasil vão situar-se na Europa da segunda metade do século XIX e início do XX quando o nascimento do urbanismo provocou o desenvolvimento de diversas correntes de pensamento que tinham em comum, entre outras, a preocupação com a salubridade, a higiene, a circulação de ar e a retomada das áreas verdes no espaço urbano.

No Brasil do período, as iniciativas relacionadas à infra-estrutura das cidades refletiam a presença daqueles modelos. Nesse sentido, as tendências reformistas de um lado a outro do Atlântico apresentavam algumas similitudes na adoção das medidas de saneamento, transportes, iluminação, coleta e tratamento de esgotos residenciais e industriais, abastecimento de água, higiene alimentar e domiciliar e combate às epidemias. Iniciativas que eram motivadas, sobretudo, pelo acelerado crescimento das cidades e vistas pelo ângulo de uma reforma social que poderia mudar as relações humanas. Tratava-se, pois, de um

* Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná.

cientificismo-utilitarista que se expressava pelo organicismo e pregava a intervenção do cientista sobre o "corpo" social para conduzi-lo ao desenvolvimento desejado - o que gerou as iniciativas de médicos e engenheiros que tomaram a cidade como objeto de trabalho.

Nesse contexto, várias urbes brasileiras, desde meados do século XIX, empreenderam a tentativa de acompanhar os avanços europeus no gerenciamento urbano, dando origem a diversos planos que visavam não apenas à modernização dos espaços, mas levavam em conta as grandes discussões em torno da questão higienista. Nesse momento, na Europa ocidental e posteriormente nos Estados Unidos, estudiosos dos problemas gerados pela insalubridade e o mau gerenciamento das cidades, criavam institutos de pesquisa, organizavam conferências e congressos e produziam publicações, muitas sob a forma de manuais onde era apresentada extensa argumentação em favor da salubridade, da comodidade e da circulação nas aglomerações urbanas.

O conhecimento desses textos, e de seus autores, pareceu dar a engenheiros, arquitetos, médicos e políticos brasileiros autoridade suficiente para se lançarem em projetos e obras. Da mesma forma, espaços institucionais, como faculdades e institutos de pesquisa, tiveram o papel de centros difusores e propulsores das novas concepções.

O propósito dessas políticas dirigia-se então à reorganização e à vigilância de escolas, hospitais, estabelecimentos industriais e comerciais, matadouro, mercado, cemitério, e tudo quanto pudesse ser considerado foco de transmissão de doenças, sobretudo as contagiosas e epidêmicas.

A tradição médica no Brasil.

Situado na periferia do processo europeu e norte-americano, o Brasil, enquanto colônia de Portugal, havia-se atrelado, por mais de 300 anos, às diretrizes de sua metrópole no que dizia respeito às formas de diagnosticar e tratar as doenças. E, desde seu descobrimento, tornara-se receptor de males que até então não haviam atingido significativamente seus primeiros habitantes.

Transplantada a organização portuguesa para o Brasil, as que hoje poder-se-iam chamar questões higiênico-sanitárias eram reguladas pelos Conselhos Municipais que cuidavam da limpeza dos largos, ruas e quintais, do despejo do lixo, da conservação dos chafarizes e canos de água, enfim de tudo que pudesse afetar a ordem pública e a saúde dos moradores. Era uma "ciência sanitária" ainda submetida ao saber olfativo da Idade Média e de poucos resultados, mesmo que, por vezes, fosse bem sucedida. (PEREIRA, 1998).

Para atendimento de uma boa parte das medidas prescritas e o cuidado dos

doentes, no período colonial, os médicos eram originários sobretudo da Metrópole, em número reduzidíssimo. E foi somente ao final do século XVIII e início do XIX, que estudantes brasileiros começaram a procurar a Universidade de Coimbra para fazer cursos médicos. E apenas no início do século XIX foram criadas academias de medicina no Brasil: uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia, onde funcionaram, respectivamente, um Colégio Médico-Cirúrgico e uma Escola de Cirurgia. Até então, o ensino médico era bastante precário, constando de aulas e cursos ministrados por alguns profissionais habilitados. No mais, as instituições que davam suporte à política sanitária emanada de Portugal eram os hospitais, militares e de caridade, os leprosários, e os estabelecimentos para alienados e portadores de doenças infecto-contagiosas, depois denominados hospícios e isolamentos.

Desde o final do período colonial - e inclusive após a independência de Portugal, em 1822, quando se instalou o regime imperial no país - até as últimas décadas do século XIX, pouco mudaram as medidas higiênicas implementadas pelo governo brasileiro, já então politicamente autônomo.

Entretanto, os progressos verificados nesse campo em todo o mundo ocidental durante a primeira metade do XIX levaram a ações sanitárias cada vez mais permanentes. As medidas esporádicas foram sendo substituídas por uma conscientização sobre as causas das enfermidades e a necessidade de desenvolver um conhecimento sobre elas. Seguiu-se a criação de instituições que facilitassem a tomada de medidas capazes de combatê-las. Essa nova fase iria coincidir, no Brasil, com o final do Império e a instalação da chamada República Velha, entre 1889 e 1930.

Visando controlar a situação das epidemias e endemias, a primeira Constituição republicana brasileira de 1891, fiel ao principio da autonomia estadual e municipal, outorgava aos poderes locais os cuidados com a saúde da população e centralizava na União os serviços sanitários em geral. (MAIO; SANTOS, 1996). A legislação criada para tal fim introduziu uma multiciplicidade administrativa entre órgãos federais, estaduais e municipais que levou a uma reprodução de competências prejudicial ao bom andamento dos serviços de prevenção e combate às doenças em todo o país.

No que se refere às determinações gerais, não apenas para as capitais, mas para todo o território nacional, as práticas higienistas da Primeira República tiveram, em seu conjunto, um caráter simultaneamente técnico, assistencial, campanhista e policial. Ou seja, procuravam controlar o quadro das doenças mediante a transformação do espaço urbano, utilizando as técnicas da engenharia sanitária.

Nesse panorama de prevenção e contenção concreta, a criação de hospitais e outras

instituições voltadas à saúde tomaram um novo impulso e uma nova orientação, na medida que esses estabelecimentos haviam, gradativamente, ganho uma função terapêutica e disciplinar, a partir do século XVIII e no decorrer do XIX. Um processo em que iriam conjugar-se os avanços da individualização disciplinar da sociedade, da ampliação das práticas médicas e de uma nova concepção da própria arquitetura hospitalar. (FOUCAULT, 1979. P. 99-111)

Sendo eixo das transformações econômicas e sociais do período enquanto região da cultura cafeeira, o centro-sul abrigava as cidades que eram polos de atração das atividades econômicas e administrativas do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo papel exercido nas transformações sócio-econômicas e políticas da República Velha, essas duas cidades tornaram-se exemplares numa discussão sobre as políticas públicas e de saúde no período em questão.

No entanto, mesmo nas capitais situadas na periferia desse centro hegemônico, - caso de Curitiba – a engenharia urbana e as políticas administrativas refletiam percepções e práticas que apontavam para a organização de espaços de cura e contenção da população doentia, em conformidade com o que era considerado ideal na implementação das medidas terapêuticas.

Construindo o controle no "organismo" urbano.

Efetivamente, apesar de seu tamanho e população reduzidos ao raiar do período republicano, Curitiba apresentava um quadro de morbidade tão elevado quanto o das cidades de maior porte ou de localização portuária. As epidemias e endemias estavam ali presentes de forma preocupante e as autoridades locais buscavam desenvolver toda sorte de estratégias que pudessem combatê-las: da legislação sanitária à vigilância constante; do atendimento domiciliar ao internamento hospitalar.

Nessa direção, desde o final dos oitocentos, algumas instituições foram ativadas, na cidade e em seus arredores, dentre elas, hospitais, isolamentos, hospícios e maternidade, onde a intervenção médica, aliada às medidas curativas, pudesse assegurar a melhoria do estado geral da população. Construídas nos moldes arquitetônicos da época, seus espaços, interno e externo, exibiam dimensões que deveriam propiciar a cura: externamente, apresentavam geralmente em um ou dois andares, com janelas amplas e fachada despojada; internamente, corredores largos e dependências despidas de ornamentos para que fossem facilitadas as tarefas de limpeza e a aeração.

Não fugindo à regra geral pela qual a assistência ao doente englobava os caracteres

religioso, militar-disciplinador, filantrópico, científico e preventivo, os estabelecimentos de saúde criados em Curitiba dividiam-se conforme esses diversos mecanismos gestores da saúde pública.

Alguns dos mais antigos foram aqueles que privilegiavam justamente as dimensões religiosa e militar que haviam marcado as atividades curativas desde tempos mais remotos: a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1880, e o Hospital Militar de 1890. Esse último encarnando ainda o modelo de reorganização disciplinar do exército aplicada ao espaço hospitalar e aliado ao controle social. (FOUCAULT, 1979. P. 103/104).

Já a Santa Casa viria representar a estrutura religiosa ainda atuante com aspectos salvacionistas que se aproximavam bastante do tipo de filantropia exercida à época: " O hospital de misericórdia da Capital continua a preencher o fim de sua instituição, socorrendo os enfermos que lhe pedem agasalho". (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, DR. FRANCISCO XAVIER DA SILVA, AO CONGRESSO LEGISLATIVO. 1895. p.13/14). Quinze anos depois, a obra assistencial se tornava ainda mais completa: "A Santa Casa não se limita a dar agazalho a enfermos, fornece também receitas e medicamentos gratuitamente a elevado numero de indigentes (MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, DR. FRANCISCO XAVIER DA SILVA, AO CONGRESSO LEGISLATIVO. 1910. p.9). Na mesma linha se constituiria, em 1921, a Sociedade Socorro aos Necessitados que, segundo seus estatutos, deveria tomar a si "o encargo de minorar o sofrimento dos necessitados e, sobretudo, abolir a mendicância nas ruas da cidade." (SOCIEDADE SOCORRO AOS NECESSITADOS. 1926. P. 3).

Tais estabelecimentos desempenhavam o papel de controladores da população, notadamente a carente, na medida em que as sociedades foram se convencendo de que as camadas mais pobres constituíam uma ameaça aos mais favorecidos. Isso acontecia, não apenas pelo perigo que representava o aumento da criminalidade, mas também pelo risco de contágio que as inúmeras doenças presentes entre esses grupos populacionais poderia trazer para o restante dos habitantes das cidades, mercê da falta de higiene de suas moradias e de seus maus hábitos de vida (FOUCAULT, 1979. P. 94).

A filantropia seria, pois, o meio de corrigir aqueles que passaram a ser vistos como "males sociais". Diferentemente da caridade pura e simples que se alimentava do engrandecimento do doador, a ação filantrópica baseava-se na preocupação pragmática e na intervenção direta. Por ela, procurava-se "discriminar o 'indigente fictício' da 'verdadeira pobreza' e introduzir na assistência a exigência de sua necessária supressão no futuro." (DONZELOT, J. 1986. P.55 - 68). Segundo notícias da época,

> *Ordenou o Sr. Chefe de Polícia que fossem levados até a repartição Central todos os mendigos e ahi syndicando das desgraças de cada um, esta concedeu aos incapazes de ganhar a subsistência, licença para se valerem da caridade publica. Quanto aos vagabundos, a policia vai proceder de modo a que tomem melhor meio de vida. (DIARIO DA TARDE. Apud De BONI. 1998. P. 87)*

Em contrapartida, se os pobres e necessitados eram passíveis de assistência e correção, outras categorias pareciam inaceitáveis ao convívio social e clamavam por uma ação imediata expressa nos relatórios oficiais e na imprensa. Dentre eles, os que se achavam em vários estágios de loucura e os portadores de doenças infecto-contagiosas ainda incuráveis à época, como febre amarela, sarampo, impaludismo, lepra, sífilis, tifo e peste bubônica, citadas como enfermidades letais pelos periódicos da cidade que acompanhavam os constantes surtos dessas moléstias.

Dentre as medidas a serem tomadas era adotado o isolamento temporário ou definitivo dos doentes. Para cumprir tal função, ali estava, desde 1855, o Lazareto São Roque, posteriormente destinado exclusivamente aos portadores de Hanseníase. E também o Hospício Nossa Senhora da Luz (1903), o Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paula (1926) e o Hospital de Isolamento Osvaldo Cruz, construído em 1928. A mudança do Lazareto do centro urbano para a região de Piraquara, nos arredores da cidade, em 1926, mostra o temor que a lepra inspirava e, portanto, a necessidade de seu afastamento do restante da população.

Por fim, parecia caber ainda à sociedade a responsabilidade pelos que eram, ou podiam ser considerados, "menores de idade": as crianças e as mulheres. Sendo a maternidade um assunto candente no mundo ocidental, a partir do século XVII, e sobretudo depois do advento da sociedade burguesa, nada mais desejável que mães e filhos se tornassem presentes, tanto nas representações simbólicas, quanto nas práticas de saúde, puericultura e educação promovidas pelos Estados. Deu-se, então, a "medicinização da maternidade e da pequena infância" sob o ângulo do interesse geral das nações que passam a vigiar incessantemente os corpos da mãe e da criança. (PERROT, 2007. P. 69/75).

Afinadas com esse movimento mundial, as autoridades políticas e médicas de Curitiba promoveram a construção de uma maternidade, a Maternidade Vitor Ferreira do Amaral, em 1914, de um orfanato, o Asilo São Luiz, além de um Hospital de Crianças, em 1919.

Destinada, como de costume, às pacientes pobres – até atingir outras categorias sociais, a partir de 1930 -, a Maternidade Vitor Ferreira do Amaral cumpria também um papel didático e de supervisão, ministrando cursos às parteiras e divulgando informações úteis às

gestantes e futuras parturientes e nutrizes. Porém, apesar da intenção evidente de controle, e em que pesem as concepções daquele momento a respeito do papel a ser cumprido pelas mulheres no conjunto da nação – como produtoras e educadoras da futuras gerações –, foram instituições como essas que ajudaram a erradicar algumas das mais trágicas conseqüências da falta de salubridade e higiene nas concentrações urbanas modernas: a mortalidade infantil e materna.

Assim, dos indesejáveis à sociedade, pobres, mendigos e doentes incuráveis e contagiosos, aos que representavam seu futuro, mães e filhos, as políticas sanitárias e de saúde dividiam-se entre eliminar e/ou proteger. O panorama arquitetônico de Curitiba, no campo das edificações destinadas à saúde, no Período da República Velha, espelhava, e continua a espelhar através de seus vestígios, a forma como as pessoas daquela época se posicionavam em face aos enormes desafios que as cidades industriais e a modernidade lhes colocavam.

Considerações finais.

Apesar das constatações verificadas, não é possível analisar a relação entre as políticas de saúde e a doença no Brasil como determinada exclusivamente pela estrutura econômico-social ou pela vontade de seus governantes. Nem se pode, tampouco inferir que as políticas sanitárias tivessem um caráter premeditado que visava à superação de todos os obstáculos, em favor do estabelecimento de uma ordem imposta pelo poder das classes dominantes (TELAROLLI, 1996, 16-20).

Seja como for, é verdadeiro que as práticas médicas brasileiras, em conformidade com as ações do governo, acabaram por impor-se na implantação das práticas sanitárias apesar da precariedade do conhecimento científico disponível no país.

Nesse contexto, a construção de estabelecimentos que visavam à preservação e melhoria da saúde geral da população foi um esforço que ajudou a legitimar a presença do Estado nas questões de saúde e higiene públicas. E que também incorporou à consciência nacional brasileira a importâncias sociológica da doença, apontando possibilidades para sua superação, como a valorização da pesquisa científica, da ciência médica e das políticas de saúde, saneamento e higiene. (MAIO & SANTOS, 1996)

Bibliografia.

CIDADES BRASILEIRAS: Políticas urbanas e dimensão cultural. São Paulo: IEB/USP, 1998.

DE BONI, M.I.M. **O espetáculo visto do alto.** Vigilância e Punição em Curitiba, 1890-1920. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

FARIA, V. **Cinqüenta anos de urbanização no Brasil:** tendências e perspectivas. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, nº 29, março 1991, pp. 98-119.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979

_____, **Vigiar e Punir.** A vigilância da prisão. Petrópolis: Vozes, 1986.

MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MUMFORD, L. **A cidade na história :** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

PEIXOTO, A. **Higiene.** Medicina preventiva. São Paulo: Francisco Alves, 1931. 2 v. 5a. ed.

PEREIRA, M.R.M. **A forma e o podre.** Duas agendas da cidade medieval de origem portuguesa nas Idades Média e Moderna. Curitiba: UFPR, 1998. (Tese de Doutorado/inédita).

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

REVISTA PROJETO HISTÓRIA. São Paulo: EDUC, (25), dez. 2002.

SALLES, P. **História da medicina no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Holman,1971.

SINGER, P,; CAMPOS, O. ; OLIVEIRA, E. M. **Prevenir e curar**. O controle social no através dos serviços de saúde. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SIQUEIRA, M.D. & TRINDADE, E.M.C. **Rumos da pesquisa:** uma história da pesquisa na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1998.

TELAROLLI Jr., R. **Poder e saúde**. As epidemias e os serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1996.

TRINDADE, E.M.C. **Clotildes ou Marias.** Mulheres de Curitiba na Primeira Republica. Curitiba:Fundação Cultural, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"A norma e a justiça como atribuições exclusivas do poder civil: O "*Defensor pacis*" de Marsílio de Pádua"

Talita Cristina Garcia*

Resumo: Influenciado por autores contemporâneos, protegido e patrocinado pela corte do imperador Luis da Baviera, Marsílio de Pádua (1280-1343?) inicia a composição de tratados políticos que tinham por objetivo negar qualquer tipo de poder do pontífice romano, bem como defender a existência de um único e independente poder: o poder temporal.

No entanto, a política e a religião confundem-se e disputam o poder, definindo dois modelos políticos. Marsílio afirma que a dualidade de poder prejudica e equivoca os "súditos fiéis", causando instabilidade social.
Palavras-chave: Marsílio de Pádua, *Plenitudo Potestatis*, poder temporal.

Abstract: Inspired by contemporary authors, protected and supported by Lewis of Bavarian court, Marsilius of Padua (1280-1343?) starts the composition of his political works. Those intended to deny any kind of power to the roman bishop, as well as defend the existence of one and independent power: the temporal power.

Although politics is connected to religion. They also dispute power, raising two political models. Marsilius affirms that the duality of power prejudices and mistakes the "loyal subjects", causing social instability.
Keywords: Marsilius of Padua, *Plenitudo Potestatis,* temporal power.

A história do século XIV narrou a decadência das instituições hierárquicas e feudais da Idade Média, que se intensificou com a batalha entre os poderes secular e espiritual. O domínio que os papas tinham adquirido no século XIII foi reduzido pela dessacralização da sociedade humana, pelo surgimento de monarquias nacionais e, entre outros motivos, de incontáveis abusos da igreja.

Um período bastante longo durante o qual o papado esteve vago (1268-71), depois da morte do Clemente IV, assinala um passo à frente na decadência da predominância política do papado na Europa. E por mais sagrados que declarassem serem os seus direitos e sua autoridade sendo considerada divina, os motivos e métodos que caracterizavam os papas inspiravam uma

* Mestranda em história social. Universidade de São Paulo.

justa desconfiança; o papado surge como mais um entre os muitos competidores na luta pelo poder secular.

Influenciado por autores contemporâneos, protegido e patrocinado pela corte do imperador Luis da Baviera, Marsílio de Pádua (1280-1343?) inicia a composição de tratados políticos que tinham por objetivo negar qualquer tipo de poder do pontífice romano, bem como defender a existência de um único e independente poder: o poder temporal. No entanto, a política e a religião ao mesmo tempo confundem-se e disputam o poder, definindo dois modelos politicos.

Inicialmente a universalidade papal era essencialmente religiosa, podendo ser comprovada pela Bíblia, pregada pelo Cristianismo Primitivo e por Gregório Magno. No século XIII o aspecto político-secular do papa firma-se fortemente na idéia da *Plenitudo Potestatis* papal. Essa evolução do papado concentra-se na idéia de um poder que se sobrepõe a todos os outros poderes.

Para investigar se de fato compete ao Bispo de Roma ou a qualquer outro bispo a *Plenitudo Potestatis* Marsílio distingue em diversas modalidades a universalidade deste poder.

No primeiro sentido a *Plenitudo Potestatis* significa o poder hiperbólico de se fazer livremente todos os atos possíveis ou tudo aquilo que desejar. Num segundo sentido é a capacidade através da qual alguém agindo voluntariamente pode fazer algo a uma outra pessoa ou a um objeto submetido ao controle humano. É um ato voluntário, onde não se pode fazer todas as ações que deseja, mas apenas um ato determinado. Estas são competências exclusivas de Cristo e de Deus, segundo Marsílio.

A terceira modalidade é apresentada como o Supremo poder de jurisdição coerciva exercido sobre todos os principados do mundo obedecendo ao impulso da vontade. A quarta acepção remonta a anterior e é entendida como o Supremo poder de jurisdição coerciva exercido apenas sobre os clérigos, é a competência para nomeá-los para todos os cargos eclesiásticos. Mas para que um clérigo exercesse esses poderes, terceira e quarta modalidades, seria necessário estar de acordo com a Lei humana e sob o julgamento do legislador humano.

A quinta modalidade é a autoridade mediante a qual os padres são capazes de absolver ou condenar os pecadores. O sexto sentido é a capacidade graças à qual alguém é competente para conferir as Ordens Sacras e também o poder de ministrar os sacramentos da Igreja, ou proibi-los. Para Marsílio essas significações da *Plenitudo Potestatis* não foram irrestritamente conferidas aos padres, esse poder é limitado pela Lei Divina.

A sétima acepção é a capacidade de interpretar os sentidos da Escritura em função daquilo que é necessário à salvação, o correto e o incorreto para regulamentar a liturgia. E finalmente a oitava modalidade apresentada por Marsílio para a *Plenitudo Potestatis* significa tudo aquilo que em geral está incluído no cuidado pastoral das almas para todos os povos e província do mundo. Podendo ser também tudo aquilo que não está determinado por nenhuma lei devido sua amplitude. Mais uma vez esse poder não pode ser exercido de forma irrestrita pelo Bispo de Roma, ele deve estar regulado pela Lei Divina e pela Lei Humana.

Para o paduano o Bispo de Roma atribuiu para si o privilégio da plenitude do poder, inicialmente, conforme seu oitavo significado. É importante ressaltar que essa plenitude foi "adquirida" não de uma só vez, mas ao longo da história.

Cristo, quando veio ao mundo, escolheu os apóstolos para desempenharem o ministério do ensino da verdade, visando à salvação humana e à paz eterna. Os apóstolos, com a autoridade de ministros dos sacramentos ensinados por Cristo, conferiam a seus sucessores essa função, como também o poder de "ligar e desligar" os pecados dos homens. Um dos argumentos mais usados pelo papado para explicar sua supremacia sobre as demais pessoas, incluindo todos os sacerdotes e príncipes, era afirmar que o primeiro dos apóstolos a receber a autoridade das chaves de Cristo foi Pedro, de forma a parecer que este exercia uma preeminência sobre os outros.

E, após receber a doação de Constantino, o Bispo de Roma passou a atribuir para si o privilégio da plenitude de poder entendida como cuidado pastoral das almas, baseando-se em passagens do Evangelho como *"Apascenta minhas ovelhas"* (Jó XXI, 17) e *"Dar-te-ei as chaves do reino dos céus"* (Mt XVI, 19). O pontífice usava das Escrituras para provar que todos os outros bispos do mundo, por uma disposição divina, estariam subordinados a ele, pelo fato de ser o sucessor de São Pedro, que, sendo o primeiro Papa, concedeu aos seus sucessores, como vigários, seu "poder irrestrito". Por esse motivo, também, a Igreja Romana estaria à frente das outras, porque o Bispo que a dirige seria o sucessor de São Pedro, e ele seria o juiz e o pastor dos demais bispos. É através dessa plenitude de poder que os bispos de Roma foram tomando os poderes seculares para si de forma indevida.

Começaram posteriormente a promulgar certas "leis" (jejuns, abstinência etc.) que inicialmente se aplicavam aos clérigos e foram depois impostas aos leigos. Essas leis amedrontavam os devotos pela condenação eterna. Aproveitando-se da situação, proclamaram

isentos das obrigações civis todo clérigo e cada vez mais editavam leis conflitantes com as promulgadas pelo conjunto dos cidadãos, provocando assim a divisão da sociedade civil (que cada vez mais se subtraía ao poder do príncipe) e estabelecendo a pluralidade dos governos supremos. Além disso, proclamavam que seriam punidas as pessoas que tivessem cometido injúrias contra qualquer membro do clero.

Baseados na teoria da plenitude de poder, os papas tentam inferir, no tempo de Marsílio, que todos os clérigos, reis, príncipes e os indivíduos em geral deveriam estar subordinados à sua jurisdição coerciva. E assim surge um novo uso da noção de plenitude de poder que é entendida pelo papa como *"a autoridade universal e a suprema jurisdição ou o poder coercivo exercido sobre todos os príncipes, povos e bens temporais"* (PÁDUA, 1997, p.569).

Marsílio corrobora seus argumentos usando exemplos históricos, um desses exemplos é visto com o papa Bonifácio VIII quando emanou a bula *Clericis Laicos* baseada no decreto de Inocêncio III que afirmava que o clero não deveria pagar taxas impostas pelo legislador sem antes consultar o papa. Este pontífice afirma pela primeira vez que o rei não tem qualquer poder sobre o clero e seus bens.

Dado que Cristo ensinava a Lei Divina através de seus atos, ou seja, de exemplos, Ele e Pedro pagaram o imposto de acordo com o que se pode ver no Evangelho; mesmo Cristo sendo filho de Deus, por apresentar-se na forma humana, estava sujeito à lei temporal, *"... enviou Deus o seu filho, nascido de uma mulher, nascido sob a lei..."* (Gl IV, 4). E por isso pagou aos fiscais; também Pedro não tinha nenhum motivo para isentar-se de tal pagamento, e não se eximiu dessa obrigação.

Marsílio afirma que se Cristo tivesse achado inconveniente aos seus sucessores o pagamento de tributos e que seus bens temporais não estivessem sob o controle dos príncipes seculares, teria agido de outra forma, talvez não pagando o imposto, diferentemente da passagem acima. O próprio Santo Ambrósio na sua epístola intitulada "Sobre cessão das basílicas" diz que as terras da igreja pagam tributo e que ninguém nega que o tributo seja devido a César.

Ao dar o exemplo, Cristo, espera que seus sucessores o sigam e pratiquem o bem conforme a Lei, e em momento algum tira a autoridade dos reis ou permite que seus seguidores deixem de observar a lei temporal, ao contrário, diz que *"é também por isso que pagais impostos, pois os que governam são servidores de Deus"* (Rm XIII, 6). Assim, o clero deve pagar os

tributos porque os reis como instrumentos de Deus lutam pela pátria, em troca dos tributos servem ao reino na sua defesa por serem ministros de Deus. Pois as únicas armas que os padres podem usar são suas lágrimas, e como afirma Santo Ambrósio eles não devem e não podem resistir de outro modo.

Então, segundo Marsílio, Agostinho diz que todos os homens, não importando seu estado e condição social, devem estar submissos à jurisdição das autoridades seculares e lhes obedecer em tudo que não se oponha à Lei da Salvação Eterna, especialmente atendo-se às leis humanas e aos bons costumes aprovados.

Um outro exemplo é dado também por Bonifácio VIII ao dizer em sua bula *Unam sanctam* que *"... o vigário de Cristo, Pedro, e o sucessor de Pedro..."* tem a missão de apascentar as ovelhas de Cristo, é uma forma de afirmação da sua posição de beneficiário da plenitude de poder de Cristo. No entanto, Marsílio, afirma que os verdadeiros sucessores de Cristo são os sacerdotes em geral e não os papas, e que eles sim possuem o poder das chaves, não a plenitude de poder. Jesus primeiro instituiu os apóstolos como seus sucessores imediatos e depois todos os outros padres, mas através do ministério dos apóstolos e da cooperação de todos os que vieram a sucedê-los nesta missão.

O sacerdócio é uma determinada disposição da alma, de caráter impressa por Deus nos homens. Cristo como sacerdote exerceu o ministério da eucaristia e teve como sucessores imediatos os apóstolos e depois todos os outros padres que receberam a mesma autoridade de Deus através do ritual da imposição das mãos; então, não importa quem seja, não possui maior autoridade do que os demais sacerdotes, a não ser que a receba por uma delegação humana através do conjunto dos cidadãos.

Sendo assim, Pedro não deve ser visto como o único vigário de Cristo, e o Pontífice Romano não é seu sucessor, para Marsílio não existem vigários de Cristo, apenas sucessores. Na igreja primitiva não há diferença entre bispo e presbítero, e todos são sucessores de todos os apóstolos.

Assim, segundo o paduano, todos os Apóstolos receberam de Cristo a mesma competência de ministrar os sacramentos e o poder das chaves; o que causaria problemas na teoria eclesiástica da supremacia de Pedro ante os outros Apóstolos. Pois se Pedro não é o sucessor de Cristo e seu único vigário, os sucessores de Pedro não são beneficiários da sua plenitude de poder, então os Pontífices Romanos não têm autoridade sobre qualquer pessoa, o

que torna o poder que afirmam ter injusto e abusivo. No entanto, alguns papas buscam fundamento para seu 'poder'.

Bonifácio VIII afirma que na Igreja e em poder dela existem duas espadas: a espiritual e a temporal. Este papa declara que a espada temporal foi delegada aos reis e príncipes por Deus e pela Igreja e deve ser usada em defesa desta, e que os atos dos governantes serão vigiados e controlados pelo sacerdote. Desta forma tentava legitimar a posse do poder temporal do imperador pelo papado, dizendo que o poder do imperador estava submetido à esfera espiritual.

O papado apresenta-se como superior ao império. Há uma hierarquia de poder em que o espiritual (por menor que seja) é superior ao temporal. Bonifácio VIII acha-se na autoridade e na obrigação de julgar o poder secular quando este não for bom, dessa forma o poder terreno é submisso à vontade do poder espiritual. E garante sua hegemonia dizendo que apenas Deus pode julgar o poder espiritual supremo (que é representado pelo Pontífice Romano). Para Marsílio isso significa que o poder temporal está submetido ao poder arbitrário que os papas exercem. A existência de dois poderes, temporal e espiritual, no mesmo reino ou cidade não é boa para a multidão, pois, como afirma o paduano, eles se prejudicam e confundem os súditos.

Na realidade, o papa não quer dividir o poder com o rei ou imperador, e sim tomá-lo todo para si, o que vai de encontro às Leis Divinas e aos ensinamentos de Cristo. Segundo Marsílio, Santo Ambrósio diz que ninguém pode servir a dois senhores, apenas ao senhor temporal. Mas os pontífices insistem em usurpar o poder temporal, e o paduano mostra que também São Bernardo os questiona sobre a grandeza do poder espiritual ante o temporal.

Além disso, os Pontífices Romanos se esquecem de que Cristo foi julgado por um juiz temporal. E se até Jesus foi julgado e condenado pelo juiz detentor do poder coercivo, por que o clero e principalmente o Pontífice Romano, um mero mortal e pecador, e seus bens não haveriam de sê-lo?

O clero não deve governar, pois não são senhores temporais, e na condição de sucessores de Cristo devem antes ser o exemplo para o rebanho, assim como fez Paulo ao recusar-se a ser julgado pelos sacerdotes, afirmando que deveria comparecer ao tribunal de César e lá ser julgado por este ser o local apropriado para julgamentos.

Este fato é comprovado com o julgamento de hereges e de outros infiéis, como os malfeitores, que devem ser punidos exclusivamente pelo legislador humano, não compete a nenhum bispo ou sacerdote essa autoridade coerciva. O papa ao interferir nessa obrigação do

legislador o impede de exercer a ação adequada para conservar a tranqüilidade e a paz da cidade ou reino.

Dessa forma, todos os presbíteros ou bispos que violarem a lei humana terão de ser punidos pelo príncipe de acordo com o seu delito, porém não deverão sê-lo do mesmo modo que os leigos, mas ainda mais severamente porque pecam mais grave e vergonhosamente dado que têm a obrigação de conhecer mais profundamente as leis e os ensinamentos, o que deve e o que não deve ser feito, podendo assim fazer uma escolha melhor. É pior o pecado daquele que ensina do que aquele que é ensinado, por isso merece com razão um castigo proporcionalmente maior.

Com isso Marsílio refuta os argumentos papais – imunidade do clero - dizendo que *"... cabe ao legislador ou àquela ou àquelas pessoas indicadas por ele... o mister de julgar o príncipe delinqüente, face aos seus deméritos ou à violação da lei, e ordenar a execução de qualquer medida punitiva contra ele"* (PÁDUA, 1997, p. 191).

Assim, quem tem o poder de estabelecer o governante e se necessário destituí-lo do poder é o legislador humano, pois tem competência para fazer tais escolhas para o bem comum da cidade, e não o papa que busca seu próprio bem.

Bonifácio conclui a bula afirmando que todos os príncipes do mundo, comunidades e pessoas particulares devem estar subordinadas à jurisdição coerciva do Pontífice Romano, embora naquela ocasião o papa se preparasse para agir unicamente contra o príncipe Filipe o Belo e seus súditos, instigando contra ele outros reis e povos cristãos que conseguiu reunir.

Mesmo não tendo nenhuma autoridade para exercer tal jurisdição, devido à imagem de honestidade criada pelos papas para sua teoria e de seus maus exemplos os fiéis tiveram sua visão obscurecida por um véu de falsidades. A ignorância e a irreflexão levam as pessoas a se habituarem com o mau costume de ouvir coisas falsas no lugar das verdades, em acreditar nas interpretações errôneas das Escrituras e nos falsos decretos papais. Em algum momento, porém, diz Marsílio, os fiéis perceberão a falsidade da Cúria Romana e um rei destruirá a estátua que simboliza o poder, o falso poder pleno do Bispo de Roma; por isso todos os príncipes e nações deveriam convocar um Concílio Geral para proibir o Bispo de Roma de enganar a população, e que o Bispo se volte novamente para o preceito da caridade.

Assim, ao contrariar os ensinamentos das Escrituras desejando o poder temporal e ao tomar para si a plenitude de poder, Marsílio de Pádua conclui: *"Fica, portanto, evidente, conforme o que acabamos de expor, que, em razão da plenitude de poder do Bispo de Roma, o*

Corpo Místico da Igreja está integralmente corrompido e muito próximo da destruição em sua substância ou em seus principais membros" (PÁDUA, 1997, p. 545). Por isso, segundo o paduano, o único que pode deter o poder papal é o imperador.

Referências bibliográficas

1. Fontes

Marsílio de Pádua. *O Defensor da Paz*. Ed. Vozes, Petrópolis: 1997.

____. *Sobre a Translação do Império*. In: *Veritas*, v.43, nº 3, Porto Alegre: 1998.

____. *O Defensor Menor*. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ: 1991.

Santo Agostinho. *A Cidade de Deus*. Parte I. Tradução de Oscar Paes Leme. Ed. Universitária São Francisco, Bragança Paulista: 2003.

____. *A Cidade de Deus*. Parte II. Tradução de Oscar Paes Leme. Ed. Universitária São Francisco, Bragança Paulista: 2003.

2. Bibliografia Secundária

BERTELLONI, Francisco. "Acerca del lugar de los griegos en la translatio imperii según Marsilio de Padua". *Anales de Historia Antigua Y Medieval*. Buenos Aires: 1985.

____. "Marsílio de Pádua y la historicidad de la "donatio Constantini"". In *Estúdios de Homenaje a Dom Cláudio Sanchez Albatroz* (Anejo de Cuadernos de História de España, vol. IV, Buenos Aires: 1986).

____. "El pensamiento político papal en la donatio Constantini". *Aspectos históricos, políticos y filosóficos Del documento papal*. In: Leopoldianum, Brasil, vol. XV, 44 (1988).

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Ed. Paulus, São Paulo: 1990.

CÉSAR, Floriano Jonas. *O defensor da paz e seu tempo.* Tese (Mestrado em Filosofia) - Universidade de São Paulo. São Paulo: 1995.

____. Causa *singularis discordie* e situação italiana no *Defensor Pacis* de Marsílio de Pádua. *Patristica et Mediaevalia*, vol. XVIII. Buenos Aires: 1997.

____. *Papado, Império e o Pensamento de Marsílio de Pádua*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

NEDERMAN, Cary. "Editor's Introduction". In: Marsiglio of Padua. *Defensor Minor* and *De Translatione Imperii*. Cambridge University Press, Cambridge, 1993.

PREVITÉ-ORTON, C. W. Historia da Idade Média. Vol.V e VI. Ed. Presença, Lisboa: 1972.

SOUZA, José Antonio de C. R. Scientia historica e philosophia politica no tratado sobre a translação do império de Marsílio de Pádua. In: *Veritas*, v. 43, nº 3, Porto Alegre: 1998.

STREFLING, Sérgio Ricardo. *Igreja e Poder: Plenitude de Poder e Soberania Popular em Marsílio de Pádua*. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2002.

TIERNEY, Brian. *The crisis of Church and State 1050-1300*.Toronto/Buffalo/Londres: University of Toronto Press: 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte: abordagens, ações e metodologias na salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Luis Gustavo Molinari Mundim*

Resumo:
As ações no sentido de salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial constituem, grosso modo, matéria recente. Representam um terreno ainda pouco explorado, ermo. Tal situação impõe a necessidade de estudos contínuos e da trocas de experiências entre os agentes envolvidos. O processo de inventário da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Chapada do Norte, apresenta uma possibilidade de se discutir tais ações, seja em relação a metodologia de trabalho empregada na abordagem da festa, nas fontes utilizadas ou nos produtos decorrentes desse trabalho.
Palavras-Chave: Patrimônio imaterial, Festa de Nossa Senhora do Rosário Chapada do Norte, IEPHA/MG.

Abstract:
The actions to preservate immaterial heritage, in a nutshell, are recent practices. They represent an unexplored and wild land. This situation imposes some necessities: continuous studies and experience exchange between involved agents. The "Festa de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Chapada do Norte" catalog process presents an possibility to quarrel those actions, neither in the work methodology, nor in the sources used and decurrent products.
Keywords: immaterial heritage, religious party, Chapada do Norte, IEPHA/MG

Patrimônio Imaterial

As discussões acerca da preservação dos bens culturais, tanto de natureza material quanto imaterial, ocorrem, pelo menos, desde os anos 1930/40. Basta lembrar ações de Mario de Andrade e de tantos outros pesquisadores que através de seus estudos revelaram um cenário cultural vasto e extremamente diversificado da cultura brasileira. Não obstante esse fato, a preservação legal do patrimônio cultural ficou, ao longo dos anos, restrita somente àqueles bens que poderiam ser enquadrados através do dispositivo do tombamento (PATRIMÔNIO...2000). O advento da Constituição Federal do Brasil de 1988 trouxe uma mudança nesse cenário, pois definiu, em seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro passaria a ser constituído não só por bens de natureza material, mas também pelos bens de

* Graduado em história pela UFMG e mestrando em história social da cultura pela mesma instituição. Analista de Gestão, Proteção e Restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, admissão por concurso.

natureza imaterial, desde que sejam portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A Constituição definia assim um dispositivo legal que, pela primeira vez, versava sobre os bens culturais de natureza imaterial. Contudo faltava uma legislação específica que tratasse do reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial. Tal instrumento legal somente foi constituído recentemente com o Decreto federal n.º 3551 de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro como forma de salvaguardar o patrimônio imaterial. A regulamentação foi, em grande parte, fruto das reuniões do GTPI – Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Por meio das propostas apresentadas para a salvaguarda do patrimônio imaterial traçou-se um esboço daquilo que futuramente se tornaria o Decreto n.º 3551.

Acompanhando a regulamentação federal de proteção dos bens culturais de natureza imaterial, o Estado de Minas Gerais também produziu legislação sobre o assunto, instituindo o decreto-lei 42505, de 15 de abril de 2002 que, grosso modo, reproduz no âmbito estadual as disposições do decreto lei nº 3551. A condução do processo de registro, as orientações aos proponentes, e a guarda dos documentos ficou sob responsabilidade do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, órgão responsável desde 1971 pela identificação, proteção, restauro e difusão dos bens culturais do Estado, especialmente, até então, os denominados de *pedra e cal.*

O Decreto nº 42.505, em sua redação, vai ao encontro dos dispositivos relacionados no art. 216 da Constituição federal e contempla os bens de natureza imaterial ou intangível, como por exemplo as "festas folclóricas, cultos religiosos tradicionais, culinária típica, espaços públicos para práticas culturais coletivas, cantos e danças." Além disso, define que os bens registrados devem ser incluídos em um dos quatro livros criados para a sua inscrição como patrimônio imaterial, a saber: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. É previsto ainda a abertura de outros livros para atender a demanda de bens culturais imateriais que não estejam contemplados nessa classificação inicial.

A primeira experiência conduzida pelo IEPHA/MG, no sentido do Registro de um bem cultural de natureza imaterial, foi o da "Modo de Fazer o Queijo Artesanal da Região do Serro" no ano de 2001/2002. O trabalho reuniu documentos, registrou visualmente e divulgou

a fabricação do tradicional queijo em dez municípios da região, cabendo, por fim, a anotação no *Livro de Registro dos Saberes*, onde ficam inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

Uma segunda experiência foi iniciada com o processo de registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, município localizado na região dos vales do Jequitinhonha e Araçuaí. A festa organizada pela Irmandade[1] de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é centenária e é uma demonstração da tradição religiosa e da cultura popular de Chapada do Norte e região. Terminado o inventário, julgada a instrução do processo e a pertinência do Registro, a festa terá eventualmente sua inscrição no *Livro de Registro das Celebrações*, criado justamente para os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

Embora o Registro signifique uma proteção legal de um bem e esteja amparada pelo Estado, é sempre importante lembrar que a ação isolada de registrar não é garantia da sua preservação. Tão importante quanto registrar, é conhecer o bem e formular um plano de salvaguarda que atenda às necessidades locais e coletivas. Nesse processo é imprescindível a presença dos agentes locais, pois é primeiramente por meio da anuência dos envolvidos e posteriormente pelo plano de salvaguarda, que se dará a aderência entre comunidade, poder público e bem cultural, resultando numa efetiva proteção. Preocupa nesse sentido a lacuna existente na legislação em relação aos planos de salvaguarda.

Do ponto de vista legal, o processo de registro do bem imaterial tem início a partir da instauração do processo, seguido da reunião de documentos referentes ao bem cultural e da posterior avaliação da sua relevância. A reunião desses documentos corresponde, na prática, à confecção do inventário, ação que permite conhecer e mapear. O inventário é certamente a primeira a ação no processo de registro, se não for a mais importante. Pode também ser utilizado como uma forma de interação entre agentes locais, técnicos e bem inventariado, na

[1] Por definição as irmandades eram associações leigas de homens, reunidos com deveres e direitos claros. Existiam algumas variações entre as irmandades, mas de modo geral alguns deveres eram comuns como: o pagamento da entrada na irmandade e das anuidades; a obrigação de acompanhar os funerais dos irmãos e de rezar por eles. Os direitos por sua vez eram o de assistência em caso de doença, viuvez e desgraça pessoal; o recebimento de missas em sufrágio pela alma; o enterro solene acompanhado pela irmandade e pelo Capelão e sepultura em solo sagrado. As irmandades também eram obrigadas a promover e patrocinar a festa em homenagem ao santo de devoção. Nesse sentido realizavam novenas, missas contadas e procissão pelas ruas do povoado. Cf. BOTELHO & ROMEIRO: 2003.

medida em que a própria comunidade o realiza, estreitando assim a relação entre objeto e agentes locais. Enfim, "*os inventários constituem, indiscutivelmente, um meio imprescindível e mesmo o ponto de partida necessário para as ações constitutivas das políticas de Patrimônio cultural"* (LONDRES. 2004: 8)

A grande debate metodológico que se apresenta e que certamente aparecerá futuramente em outros processos, é o de como proceder à abordagem sobre o bem cultural de natureza imaterial. No caso da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte, desde o início dos trabalhos, constituiu-se um grupo interdisciplinar para que, por meio dos diversos olhares lançados sobre o objeto, fossem coletadas diferentes impressões, permitindo uma visão ampliada do evento. Assim a equipe formada pelo IEPHA/MG contou com um historiador, duas arquitetas, um sociólogo, um filósofo e um técnico.

Os trabalhos desenvolvidos e as discussões realizadas foram ao encontro das bases para a abordagem do patrimônio imaterial definidas anteriormente pelo GTPI. As proposições possuem na sua concepção dois princípios norteadores básicos: o primeiro deles é intrínseco ao objeto, o outro é em relação ao sujeito.

É notório que o patrimônio imaterial não possui as mesmas características dos bens móveis e imóveis, com os quais habitualmente trabalhamos. Por conseqüência, a metodologia empregada na avaliação e na salvaguarda dos bens imateriais também devem ser distintas daquelas praticadas nos tombamentos. O sentido do trabalho é, então, o da identificação, do reconhecimento etnográfico, do acompanhamento periódico, da divulgação e do apoio. Nota-se uma necessidade de mudança no paradigma usual da proteção, ligado principalmente à questão da materialidade do monumento. É preciso ajustar o foco a fim de perceber as idiossincrasias do bem cultural, ou seja, cabe agora, e as ações ocorrem nesse sentido, "mais documentação e acompanhamento e menos intervenção" (IPHAN. 2000: 7-15) e é certo que uma mudança paradigmal também implica em uma transformação de meios e processos para captar os diversos ângulos do objeto, a partir da reutilização dos instrumentos existentes.

O segundo princípio observado pelo GTPI, e que tem reflexos no trabalho do IEPHA/MG na festa de Nossa Senhora do Rosário, é a não aplicação do conceito de "autenticidade"

utilizado comumente no campo da preservação. É preferível a utilização do conceito de "continuidade histórica", construída por meios de estudos históricos e etnográficos que apontem para as características do bem cultural, sua manutenção ao longo do tempo e a tradição a qual ele se vincula.

Na prática essa linha de pensamento tem como desdobramentos a necessidade do acompanhamento periódico do bem, a fim de perceber as permanências, as transformações e as interferências ocorridas em sua trajetória. O foco deve centrar-se nas transformações que fortalecem a dinâmica cultural, construindo um processo que parta da iniciativa dos interessados, que seja participativo e que privilegie a perspectiva local da vivência.

Deve-se ter uma atenção especial em empreender ações que não aprisionem o bem cultural imaterial a um tempo, ou que engessem as transformações culturais e neguem a dinâmica intrínseca de suas alterações. Caso essas particularidades sejam ignoradas, assume-se o risco de salvaguardar um bem que, com o passar dos anos, desvincula-se tanto de sua tradição, que perde seu sentido social e torna-se um simulacro. Outro perigo, decorrente da não observação das especificidades do bem imaterial, é o da imposição de uma abordagem rígida e autoritária o que resulta, ao extremo, na supressão das alteridades e conseqüentemente uma desvinculação social. A responsabilidade é grande e por esse motivo as ações no sentido de salvaguarda do patrimônio imaterial devem ser fruto de uma experiência compartilhada onde intenções, responsabilidades e ações representem, em seu conjunto, um processo de conhecimento e reconhecimento, pois *"o processo de identificação, apreensão, interpretação e informação sobre o patrimônio cultural deve ser adequado à realidade social, útil a sociedade, a serviço da qualidade de vida da população e, portanto, harmônico com ela."* (MENESES.2004: 59)

A Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte

As festas religiosas em Minas Gerais ocorrem em grande parte dos municípios do Estado[2] e reúnem um considerável número de participantes. Introduzidas ainda no período colonial as festas fizeram e fazem parte do cotidiano da população, trazem em si *referências culturais* locais e globais, e por esse motivo, promovem um sentimento de identidade e pertencimento, como é o caso da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte

[2] Levantamento ICMS Cultural IEPHA/MG 2000-2004

para a população da região. A festa religiosa, do ponto de vista histórico, era um ritual público que servia para reforçar tanto os laços de solidariedade quanto para refletir os valores sociais que pautavam o ordenamento social. A festa divulgava as normas a serem seguidas, hierarquizava os lugares sociais, distinguindo uns e excluindo outros e funcionando, ao mesmo tempo, como profana e religiosa. A festa também era o espaço do lazer e do afrouxamento das obrigações sociais, ela impunha a obediência a Igreja e ao estado, destacando a proximidade entre a população e o sagrado.

O pedido para o Registro da Festa em Chapada do Norte partiu da irmandade local de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que é a responsável, desde sua criação no final do século XVIII, pela organização e realização da festa em devoção à santa. A relação entre irmandade e devoção a santa é intensa, relação essa já representado em 1822 no compromisso dos irmãos, segundo o documento:

> *"O único fim dessa Irmandade [a de Nossa Senhora do Rosário] é o culto do Divino, e proveito espiritual de todos os irmãos, [e] será obrigação das Mesas de cada ano festejar solenemente na primeira oitavado Espírito Santo a mesma Senhora do Rosário, nossa Padroeira". (COMPROMISSO ... 1821: 17- 18)*[3].

Assim, conclui-se que a festa era, em sua origem, fruto da devoção e da obrigação dos irmãos do rosário para com Nossa Senhora.

Após o pedido de Registro, uma equipe do órgão deslocou-se até localidade para reunir-se com a irmandade e explicar as formas de atuação do IEPHA/MG e esclarecendo sobre os instrumentos de proteção: Inventário, Tombamento e Registro. Nesse encontro enfatizou-se a necessidade da anuência da irmandade na realização do Registro, tal anuência, mais que o consentimento da comunidade para a realização dos trabalhos, sinaliza para uma interação e um comprometimento dos agentes realizadores da festa com o processo. Esboça-se, dessa forma, uma participação efetiva dos envolvidos, primeiro passo no sentido de salvaguardar a celebração. Nesse período o IEPHA/MG desenvolvia paralelamente uma obra de restauração completa na Capela de Nossa Senhora do Rosário, edifício tombado por lei estadual (DECRETO 20689:1980.)

---

[3] O chamado *Compromisso* ou *Estatuto* das irmandades era o documento pelo qual se regulamentava as normas, procedimentos e objetivos de uma determinada irmandade. Tal Compromisso deveria ser submetido sempre à aprovação da Igreja e, no caso da América Portuguesa, também do monarca. A exigência do aval régio dava-se em função do chamado padroado que era, por definição, o direito concedido a certas pessoas, físicas ou morais, de nomear ou apresentar um clérigo para ocupar um cargo eclesiástico.

e um dos principais locais da realização da festa. Além desse fato, havia uma mobilização comunitária acerca da própria restauração, conciliada com práticas de preservação.

A intenção durante a festa era a de coletar o máximo possível de informações e de observar o desenvolvimento da festa anotando os eventos num caderno de campo. A idéia era confeccionar um relatório individual com as impressões e sensações observadas. Posteriormente, partindo de cada um dos olhares dos técnicos, objetivou-se descrever a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte do ano de 2006. Nesse ponto é importante atentar para não suprimir as idiossincrasias, risco ao qual, mesmo em um processo construído de forma compartilhada, está sujeito. O propósito é que com a continuidade dos trabalhos e a participação local nas discussões se minimize tal distorção.

No trabalho de campo foram coletadas várias informações dos irmãos do rosário e de outros participantes da festa, com a cautela de não causar um impacto maior que a presença dos técnicos já havia causado. Além da pesquisa de observação de campo, foram também realizados registros áudio-visual, fotográfico, recolhimento de fontes, entrevistas, esboços e tudo mais que pudesse num primeiro momento interessar ao processo. Uma equipe da REDE MINAS de televisão, em parceria com o IEPHA, acompanhou os eventos da festa e realizou algumas entrevistas e gravações. O objetivo desse material e o de servir como suporte documental para o Registro.

De volta a Belo Horizonte, passou-se a analisar os dados coletados e deu-se início ao preenchimento das fichas de inventário. Paralelamente ao preenchimento da ficha, alguns materiais foram produzidos a fim de possibilitar uma melhor compreensão da celebração, etapa atual da pesquisa. Dessa forma já foram confeccionados diversos produtos como mapas de circulação da festa pelo espaço urbano da cidade nos diversos dias, estudos socioeconômico da região, tabelas e gráficos com dados do município, pesquisas sobre a culinária da festa, estudos sobre o território, sobre a economia.

Particularmente, no campo da História, o objetivo era e é o de realizar um levantamento das fontes históricas que dizem respeito às festas religiosas, à ocupação do município de Chapada do Norte, às irmandades, aos costumes, a devoção, a história e iconografia de Nossa Senhora do Rosário, a escravidão, Compromissos, relato de viajantes na região, enfim, tudo aquilo que de alguma forma se relacionasse com o objeto estudado.

A principal dificuldade encontrada nesse processo é a da obtenção de fontes coevas aos primeiros anos da festa, da irmandade e da implantação da localidade. Ressalva feita ao "Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos homens pretos de Santa Cruz de Chapada" [4], documento pelo qual se regulamentava as normas, objetivos e procedimentos de uma determinada irmandade. O compromisso firmado em 1822[5] é uma importante fonte sobre hábitos e costumes dos irmãos.

Fora esse documento as demais fontes se limitam a poucas encontradas principalmente no Arquivo Ultramarino, e que não tratam ou fazem menção a festa ou a localidade de Chapada do Norte, limitação inerente ao ofício do historiador. É importante destacar ainda que a referência teórica para o início dos trabalhos foi a dissertação de mestrado de Liliana Porto (PORTO,1997) que pesquisou, no ano de 1996, a comunidade de Chapada do Norte e a festa do rosário. A pesquisadora desenvolveu importante trabalho junto à comunidade e muito dos estudos desenvolvidos pelos técnicos do IEPHA/MG estabelecem um paralelo com sua pesquisa ou seguiram os caminhos iniciados por ela.

Considerações finais

O presente texto é um caminho para a reflexão, para a troca de experiências, não objetiva, portanto, encerrar questão alguma, ao contrário, ele é parte integrante do processo. A. intenção é fomentar o debate e avançar com as discussões sobre bens culturais, notadamente os de natureza imaterial. A festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte é um evento que concilia a devoção dos irmãos, com shows musicais que atraem um grande número de pessoas das regiões vizinhas, e embora na festa existam muitas referencias as tradições da cultura local, é imprescindível observar que festa também é dinâmica, mutável como preconiza os eventos culturais.

[4] O compromisso da irmandade é guardado pelo secretário da irmandade e encontra-se em estado critico, com paginas rasgadas e comidas por insetos. Para facilitar os trabalhos e preservar a fonte realizou-se uma transcrição do compromisso cuja intenção futura e entregar a comunidade juntamente com uma cópia digitalizada do manuscrito original como forma de preservar a memória escrita da irmandade e da festa. Ainda em relação ao Compromisso da Irmandade ele traz a denominação da localidade de Santa Cruz da Chapada, uma antiga toponímia de Chapada do Norte. Cf. BARBOSA. 1971: 124 – 125.

[5] Embora a primeira menção da festa em devoção a santa somente apareça no compromisso de 1822, certamente o festejo é anterior a esta data, pois em muitos casos a aprovação do compromisso não significava a data da fundação da irmandade, além disso, existem indícios que a Irmandade de Nossa do Rosário de Chapada do Norte existisse desde meados do século XVIII, exemplo disso é a construção da Capela do Rosário pela irmandade que data desse período.

A aplicação da lei para a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial ainda é uma experiência recente, tanto para os requerentes quanto para o poder público, e por esse fato, gera dúvidas na condução do processo. Demanda daí, a necessidade premente de uma divulgação cada vez maior e mais intensa das experiências que envolvam ações de preservação dos bens culturais de natureza imaterial, pois metodologia de trabalho e atuação eficaz, somente se darão com o tempo e com a circulação de informações. Como enfatiza o texto, a pretensão é compartilhar parte da experiência e atentar para pontos fundamentais da política de preservação dos bens culturais.

Referencias bibliográficas:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2003. 316p.

ARQUIVOS AVULSOS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO ARQUIVO ULTRAMARINO. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1971. 541p. pp. 124 - 125

BOTELHO, Adriana. V.; ROMEIRO, Adriana. Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial. 1a.. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. v. 1. 350 p.

BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. p25

CELEBRAÇÕES E SABER DA CULTURA POPULAR: pesquisa, inventário, critica, perspectivas/ célia Londres [et.al.] Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004.

COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROZÁRIO DOS HOMENS PRETOS, ERÉCTA EM SUA PROPRIA CAPELA NO ARRAYAL E FREGUEZIA DE SANTA CRUS DA CRUS DIGO DA CHAPADA, TERMO DA VILLA DE N. S. DO BOM SUCCESSO DE MINAS NOVAS DO ARASSUAHI, E ARCEBISPADO DA BAHIA. 1822, Manuscrito. 18 fl.

DECRETO n.º 3551, de 04 de agosto de 2000. *Diário Oficial da União*, 07 ago. 2000, p. 2, col. 1.

DECRETO n.º 20689, de 23 de julho de 1980. *Minas Gerais*, 24 jul. 1980 p. 4 col.4.

DECRETO-LEI n.º 42505, de 15 de abril de 2002. *Minas Gerais Diário do Executivo*, 16 abril 2002, p. 2, col. 1.

MENESES, Jose Newton C. História e turismo cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 127p (História & Reflexões,8)

PATRIMÔNIO IMATERIAL: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2000. 208p.

PORTO, L. M. A Reapropriação da Tradição a partir do Presente. Um Estudo sobre a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte/MG, Dissertação de mestrado, UNB 1997.

REVISTA TEMPO BRASILEIRO, out – dez. nº 147. 2001 Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Patrimônio e Memória – uma discussão universalizada

Daise Aparecida Palhares Diniz Silva[1]

Resumo: A discussão do tema Patrimônio e Memória sempre foi restrita ao meio acadêmico e profissional, apesar das mudanças conceituais já realizadas. Essa mudança precisa chegar à população que está fora dessa discussão, pois não justifica discutir, selecionar e divulgar aquilo que é patrimônio se este não é reconhecido por sua comunidade. Este artigo trata do desenvolvimento de um material didático que busca atender essa demanda. O diferencial desse material está nas atividades interativas, que incentivam o aluno a opinar sobre diversas situações, e possibilitam a discussão entre escolas de localidades distintas. O grupo de pesquisa Centro de Convergência de Novas Mídias desenvolve pesquisas destinadas ao letramento digital e à educação baseadas no trabalho colaborativo.
Palavras-chave: patrimônio, memória e inclusão digital.

Abstract: The quarrel of the subject Patrimony and Memory was always restricted to the academic and professional environment, despite the conceptual changes that had already happened. This change must reach the population that is out of this discussion, because, it doesn't justify to argue, to select and to divulge what patrimony is, if is not recognized by its community. This article deals with the development of a didactic material that tries to take care of this demand. This material has this differential in the interactive articles, that stimulate the students to give their opinions about several situations, and also makes possible the discussion between schools from distinct localities. The research group Centro de Convergência de Novas Mídias develops researches destined to the digital literacy and education based on collaborative work.
Keywords: Patrimony, memory and digital inclusion

O conceito de patrimônio hoje é bastante abrangente, e considera tudo aquilo que diz respeito a cultura de um grupo, de uma coletividade. Mas essa discussão durante muito tempo ficou restrita ao meio acadêmico e profissional, aos órgãos da área e especialistas que definiam e a selecionavam o que consideravam ser patrimônio. Nas últimas décadas ocorreram mudanças conceituais que serviram para ampliar essa noção. O conceito é sempre rediscutido, reavaliado, mas a mudança é absorvida lentamente tanto pelas instituições de proteção como pela sociedade. Esse processo de mudança precisa chegar mais rapidamente ao sujeito que está fora dessa discussão, o cidadão comum, uma vez que é o principal

[1] Graduada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Centro de Convergência de Novas Mídias, grupo de pesquisa da UFMG.

constituidor desse bem, pois não justifica discutir, selecionar e divulgar aquilo que é patrimônio se este não é reconhecido por sua comunidade.

Este artigo pretende apresentar a discussão que consubstanciou a elaboração de um material didático a respeito do tema Patrimônio e Memória, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Centro de Convergência de Novas Mídias – UFMG[2]. A proposta é levar a discussão para fora do meio acadêmico e profissional de forma que o usuário do material possa construir seu conceito, sabendo criticar, opinar e participar mais conscientemente da manutenção e recriação dos significados e valores do bem cultural.

A construção e os usos do patrimônio e da memória se dão de acordo com as apropriações de cada sujeito ou grupo social. Um bem que é considerado patrimônio de um grupo hoje, possui significados diferentes para cada integrante do grupo, para outros sujeitos e em outros tempos. Em cada tempo e em cada momento, os significados e os usos serão diferenciados de acordo com a vivência, os contextos e a posição na sociedade. De acordo com Canclini,

> *"... los bienes reunidos em la historia por cada sociedad no pertenecen realmente a todos, aunque formalmente parezcan ser de todos y estar disponibles para que todos los usen. Las investigaciones sociológicas y antropológicas sobre las maneras em que se transmite el saber de cada sociedad através de las escuelas e los museos demuestran que diversos grupos se aproprian en formas diferentes y desiguales de la herencia cultural." (CANCLINI, 1999: 17)*

A apropriação será sempre diferenciada, independente da classe social, mas, nas palavras de Canclini, à medida em que pioram as condições econômicas e sociais da pessoa, menor será a capacidade de apropriação do patrimônio. Cada grupo possui seu próprio patrimônio, sua cultura e seus costumes são vivenciados diariamente e são formadores de sua identidade, mesmo que não sejam reconhecidos oficialmente ou ainda sejam considerados inferiores. Então por que insistir na idéia de patrimônio como formador de uma memória única, de uma história única? Por que quando se seleciona um bem em uma cidade, ou se constrói um museu a população não é consultada?

Em muitos casos se faz uma "limpeza social" do lugar, modifica-se todo o ambiente, instala-se um museu ou algum Centro Cultural com bares, lojas, exposição, café, livraria, e diz-se que é patrimônio daquele lugar, que faz parte da história das pessoas que "vivem" ali. E a população tem que aceitar e considerar algo assim como patrimônio? Ela não

[2] Grupo que produz pesquisas em culturas urbanas, historia social da cultura, comunicação e culturas contemporâneas e tecnologias da informação. Situado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, no Departamento de História.

se reconhece! São vários os exemplos desse tipo de ação. Um exemplo fictício, mas baseado em uma situação real:

Existe um projeto na prefeitura de uma cidade para implementação de um museu sobre os viajantes que trabalham naquela cidade. A idéia é locar o museu no prédio da rodoviária, que é do início do século XX, e serve de chegada para esses viajantes. A primeira ação é de inutilizar o prédio. Depois se faz uma limpeza social da região, por exemplo, fechando alguns hotéis baratos que serviam de pouso para esses viajantes e fechando outros comércios considerados baratos. O prédio fica fechado por muito tempo, sem satisfação para a população local, e é construída uma outra rodoviária, ao lado do museu. Quando finalmente é aberto o Museu dos Viajantes, a inauguração é feita para a elite local e não é realizado nenhum trabalho para que os viajantes freqüentem o museu. Ao contrário, todas as medidas são para inibir esse tipo de freqüentador, a imponência do museu, a cobrança da entrada e o uso das novas tecnologias sem orientação. Um museu que teoricamente foi pensado para viajantes humildes que vão àquela cidade para trabalhar será visto como Museu dos Viajantes, mas o menor público será o de viajantes. O lugar acaba sendo destinado para festas da elite, grandes lançamentos e grandes exposições. E o uso do espaço foi mudado sem que houvesse necessidade.

O exemplo é de um museu fictício, mas isso acontece com outros espaços e com outros usos do patrimônio. É dessa forma que o patrimônio, ainda hoje, é pensado e tratado. Mesmo depois de tantas discussões e mudanças conceituais as decisões continuam partindo daqueles que são detentores do poder econômico e político, sem perguntar pra que serve, para quem, o que significa e como vai ser apropriado. O cidadão comum fica de fora dessa decisão e em muitos casos não sabe nem o que está acontecendo. Cabe à população gostar e aceitar como parte de sua história e de sua memória. É repassado para a população como um bem público, um benefício para todos com a desculpa do desenvolvimento sustentável. De que forma um museu como o do exemplo acima pode colaborar para o desenvolvimento sustentável de uma cidade, de sua população? Como se impõe uso e apropriação de um bem e depois não se aceita a depredação, o abandono e a não-identificação com esse bem?

É direito do cidadão participar, escolher e decidir qual será o uso de seus bens. O patrimônio só faz sentido se tiver ligação com quem o vive. Ele precisa ter relação com sua comunidade, com seu grupo, do contrário se perde. O patrimônio se constitui da diversidade social e cultural de um povo, tanto ele como a memória são direitos do cidadão, não devem ser vistos apenas como uma produção oficial de uma história. Só o que garante a

sobrevivência do bem é sua utilização e a forma como os grupos interagem com ele. Apenas a oficialidade não dá garantias de preservação.

Marilena Chauí em seu livro *Cidadania Cultural – o direito a cultura*, no capítulo Direito à Memória, cita alguns eixos que direcionaram o trabalho do DPH de São Paulo na década de 90, e que ainda hoje são fundamentais para se realizar um bom trabalho com patrimônio, memória e a população. Citando alguns pequenos pontos:

> *"... afirmação de memórias, no plural, histórias e não uma história, ou seja, ter presentes as determinações de classe, etnia e gênero e das lutas sociais e políticas como constitutivas da produção da memória e da história.*
> *(...) afirmação de uma política de informação, com difusão e a divulgação das atividades (...) a fim de estabelecer amplos canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade." (CHAUÌ, 2006: 125-128)*

Chauí afirma a importância da democratização das informações e discussões com a sociedade com fóruns de discussão, participação no conselho de patrimônio, audiências públicas, tudo com o objetivo de propor e receber propostas para o desenvolvimento do trabalho em relação ao patrimônio e à memória da população. Para que ocorra essa participação efetiva é preciso que a própria população reconheça a importância de sua participação nessas decisões. A população precisa opinar, decidir, e para isso é necessário que haja a divulgação e a discussão em todos os meios sociais. Quem vai passar pela praça descaracterizada, ou quem vai passar pela rodoviária improvisada, é o cidadão comum. Quem vai deixar de trabalhar em um mercado centenário, porque este vai ser transformado em ponto turístico, é o trabalhador que já conhece o lugar há muito tempo. A decisão deve partir de quem usa, de quem vive e não dos interesses de um grupo que está longe dessa vivência. De que adianta preservar, restaurar, revitalizar, transformar em patrimônio se os significados para quem usa e vive são outros ou se perderam? O primeiro elemento que deve ser considerado ao se discutir patrimônio é a população local, depois a forma como isso será realizado. A preservação de um bem não se justifica em sua materialidade, mas nos seus significados, nos sentidos que são dados por quem utiliza e vive esse bem.

Material didático

O grupo de pesquisa CCNM – Centro de Convergência de Novas Mídias – trabalha com pesquisas destinadas ao letramento digital e à educação, baseadas no trabalho colaborativo. Os trabalhos são desenvolvidos com uma equipe transdisciplinar.

Um dos projetos desenvolvidos pelo grupo é o material didático, financiado pelo MEC, no formato de um *site* sobre patrimônio e memória. Partindo do princípio que são direitos do cidadão, uma das intenções deste material é discutir a idéia de que o patrimônio está além do que é oficial, e que está mais próximo de todos do que se imagina. E que os valores dos bens não são apenas o que as instituições dão a eles, e que são muito mais variadas as relações e significados existentes entre o bem cultural e os sujeitos sociais.

Para o desenvolvimento do material foi formada uma equipe que contou com alunos e profissionais dos cursos de história, comunicação, psicologia, ciência da computação e engenharia de controle e automação para discussão, pesquisa e programação[3]. A discussão, elaboração e produção dos textos e do vídeo *"pedra e cal – e eu?"* foram realizadas tanto por bolsistas como pelos pesquisadores do grupo.

A idéia de produzir esse material surgiu a partir alguns trabalhos realizados pelo grupo CCNM com comunidades quilombolas, grupos culturais e escolas do município de Belo Horizonte. Foi percebida a necessidade de ampliação da discussão a respeito do tema, para que esses locais pudessem se apropriar de forma mais efetiva de seus direitos e pudessem discutir e refletir um pouco mais sobre suas ações em relação aos seus patrimônios e memórias.

Três alunos do curso de História foram selecionados para ajudar na construção de um material didático. No início da pesquisa, não havia sido definido o formato do material. A discussão foi iniciada com o vídeo *"Diamantina – patrimônio da humanidade",* produzido em julho de 2005 em Diamantina, numa viagem da equipe do CCNM para conhecer um de seus pontos, o asilo Pão de Santo Antônio[4]. O vídeo trata do patrimônio sob uma ótica diferenciada, a partir dos excluídos da cidade, os moradores de uma das periferias locais e do asilo que se encontra na periferia.

O vídeo é bastante provocativo e levantou várias dúvidas em relação ao que é considerado patrimônio e a quem interessa. Foram dois meses de leituras e discussões a respeito do tema sem entrar na questão do material. Pela diversidade dentro do grupo de

[3] Equipe: Bolsistas e estagiários de história: Cássia Viana, Luciana Aquino dos Santos Dias, Sara Glória Aredes Moreira, Tiago Alisson Xavier, Gabriel Lopes. Estagiários de comunicação: Carolina Canguçu. Alunos do Projeto Libertas do Departamento de Ciência da Computação – UFMG. Estagiário da área de artes visuais: Fábio Belotte. Estagiário da engenharia de controle e automação: Lucas Emídio. Estagiária do ensino médio: Alice Lopes Fabris. Pesquisadores da área de comunicação: Renata Ornelas, Raquel Junqueira, Ana Cristina Vilela Zacharias. Área de Psicologia: Carmella Campicci. Informática gerencial: Guilherme Guerra

[4] O grupo possui vários pontos distribuídos por Minas Gerais. Entre eles 11 escolas da rede municipal de Belo Horizonte, o asilo Pão de Santo Antônio em Diamantina e alguns grupos culturais da cidade, além de outros pontos no estado.

discussão, houve também algumas divergências e cada um, estagiário, bolsista ou pesquisador, pôde contribuir levando um texto ou assunto para ser apresentado e discutido.

Após essa discussão inicial o grupo precisou definir o público-alvo e foi realizada uma aula-teste em uma turma de educação patrimonial para crianças com idade entre 8 e 12 anos. Foi constatado que nessa faixa etária a discussão abstrata é muito difícil de acontecer. O grupo procurou profissionais que já produzem material didático e depois de algumas conversas decidiu que a faixa etária mais adequada para iniciar a discussão seria de adolescentes entre 15 e 18 anos. Depois o grupo teve de pensar qual o melhor formato de material que pudesse fazer com que alunos dessa faixa etária se interessassem em discutir patrimônio. A decisão encontrada foi o formato de um *site* leve que contivesse atividades interativas e que pudesse também atender um objetivo do CCNM, a inclusão digital.

Como é um material com formato diferenciado, financiado pelo MEC e que pretende ser utilizado em sala de aula, o grupo decidiu criar uma parte do *site* destinada apenas a professores, contendo orientações das atividades, orientações para discussões dos vídeos, indicação de filmes para serem usados em sala e uma referência bibliográfica sobre o tema. O objetivo é que o professor também possa construir a sua idéia de patrimônio aprofundando na discussão e, dessa forma, possa ser um orientador do aluno na construção de sua noção de patrimônio.

O material pretende discutir o conceito e o reconhecimento dos bens e de grupos através da oficialidade e a não-oficialidade e pretende provocar no aluno o pensamento crítico e reflexivo sobre o tema. É disponibilizado on-line e inicialmente propõe a discussão dos conceitos, da trajetória do patrimônio no Brasil, a oficialização, o tangível e o intangível e os usos do patrimônio.

Todas as atividades foram pensadas de forma interativa, incentivando o aluno a pesquisar em vários meios, discutir e opinar sobre diversas situações a respeito do tema. Inicialmente foram pensadas três atividades que propõem a inclusão digital, pois levam o aluno a conhecer as possibilidades da Internet de forma a construir seu conhecimento. O aluno é instigado a pensar a partir de lugares diferenciados nas atividades. Para isso foram desenvolvidos debates on-line através de um *chat*, possibilitando a discussão entre alunos de escolas e localidades distintas. Nessa atividade o professor vai coordenar o debate, mas sem poder interferir no rumo da discussão, atuando apenas como observador. Outra atividade estimula a pesquisa na Internet para conhecer a imagem de alguns países orientais e africanos, chegando ao Brasil e à cidade do aluno. Nessa atividade há uma orientação para que o aluno realize a busca pela Internet e no final é proposto que ele mesmo crie um *site* sobre sua cidade

ou seu lugar. Para isso, há um link de um curso on-line produzido pelo CCNM, que mostra como criar uma página desde o HTML até CSS, PHP e outras linguagens para criação de páginas. A terceira atividade consiste num jogo em que o aluno deve decidir o que fazer em relação ao patrimônio de uma cidade fictícia. Seu caminho depende das escolhas que faz durante o jogo.

O vídeo *"Pedra e cal – e eu?"* foi produzido para servir de fonte e, junto com outros dois[5], compõe uma pequena lista para o material. Todos três realizam a discussão a respeito do patrimônio e da memória, de forma sutil como em *"Diamantina – patrimônio da humanidade"*, ou mais direta como em *"Pedra e cal – e eu?"*. Durante a produção do vídeo foram coletados depoimentos da população de Belo horizonte sobre "o que é patrimônio".

O que foi constatado pelo grupo é a necessidade da universalização da discussão. A cidade possui muitos bens considerados patrimônios, centros culturais para todos os gostos, teatros, festivais de dança, cinema e teatro, e muitos outros, investe-se em publicidade para a cidade e seu patrimônio. Mas a população não se apropria desses bens, ou melhor, grande parte da população fica à parte de toda essa produção e programação.

Nas conversas para produção do vídeo, muitos entrevistados não reconheciam esses bens, não reconheciam nem os oficiais, muito menos os não-oficiais. Para grande parte, patrimônio é só aquilo que o Estado define, e mesmo assim, só é de todos porque se paga imposto, e não por reconhecimento de uma memória, de uma história. Grande parte dos entrevistados não reconhece o patrimônio da cidade como pertencentes a eles, e não reconhecem nada próximo como patrimônio. Os que demonstraram uma noção mais ampliada eram os que se diziam envolvidos em alguma atividade cultural.

O resultado do vídeo nos faz refletir sobre o conceito e seu uso. Para que serve o patrimônio, para quem é destinado e quais seus significados. A partir da produção desse material ficou ainda mais clara a importância de universalização da discussão entre todas as camadas da sociedade. Mais uma vez, de que adianta preservar, restaurar, revitalizar, oficializar como patrimônio se a população não é consultada e não se reconhece naquilo que é eleito como patrimônio? Se os sentidos que a população dá a esses bens são diferenciados? É preciso ampliar a discussão através de fóruns de discussão, audiências públicas e, principalmente, introduzir esse tema nas escolas. Pois é neste espaço que se tem maior oportunidade de estimular o pensamento crítico e reflexivo do aluno e mostrar a importância de sua participação como cidadão nas discussões sobre formação de políticas públicas.

[5] Ciclone – lento e sutil; Pedra e Cal – e eu?; Diamantina – patrimônio da humanidade.

Referências Bibliográficas

CHAGAS, Mário. *O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Direito à Memória*: natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental. In: CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural – o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para Além da Pedra e Cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Los usos sociales del Patrimônio Cultural.* In: CRIADO, Encarnación Aguilar. **Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio.** Consejeria de Cultura. Junta de Andalúcia. 1999. p. 16 a 33.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tombamento: multidisciplinaridade na preservação do patrimônio cultural

Letícia Dias Schirm*

Resumo: O presente artigo pretende compartilhar experiências multidisciplinares na elaboração dos dossiês de tombamento, tanto na parte metodológica, quanto nas discussões sobre o patrimônio. Espera-se, portanto, demonstrar a importância e necessidade da existência de indivíduos formados em diversas áreas para a realização de trabalho com patrimônio cultural.
Palavras-chave: preservação - patrimônio cultural – multidisciplinaridade

Abstract: This article intends to share multidisciplinary experiences involved in cultural heritage preservation, specialy buildings and natural resources. The enphasis will be in the metodological part, and in the quarrels on cultural heritage. We expect to demonstrate how is necessary and important to have professionals from different areas working with cultural legacy.
Keywords: preservation - multidisciplinarity - cultural heritage

Para se discutir as experiências multidisciplinares experimentadas durante a elaboração do processo de tombamento, fazem-se necessárias algumas considerações a cerca da Instituição na qual o presente texto foi produzido, da categoria patrimônio cultural, bem como de uma conceituação breve sobre o próprio ato de tombar.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG é uma fundação do Sistema Estadual de Cultura, sem fins lucrativos. Foi criado em 30 de setembro de 1971, por meio da Lei nº. 5.775, pelo Governo do Estado, que estabelece como finalidade a proteção, no território mineiro, aos bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou privada, de que trata o Decreto-Lei 25[1]. Em 1993, passou a ter *"a finalidade de proteger e promover os patrimônios cultural, histórico, natural e científico de interresse de preservação do Estado, nos termos do disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado"* (LEI 11.258. 1993: 1). Dentre as competências da Fundação estão a promoção de ações educativas e de identificação, valorização e proteção dos bens culturais; adoção de medidas legais de conservação

*Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Analista de Gestão, Proteção e Restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.
[1] Decreto que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 30 de novembro de 1937.

e proteção; análise e aprovação de estudos e projetos de intervenção em bens tombados, além do desenvolvimento de pesquisas, normas técnicas, vistorias, assessorias e levantamentos.

Sua atuação técnica é organizada pelas diretorias de Conservação e Restauração, de Proteção e Memória, além da recém-criada Diretoria de Promoção, que trabalham de forma articulada. A Diretoria Conservação e Restauração desempenha atividades de intervenções físicas nos bens, propõe políticas e diretrizes para as intervenções, as quais realiza por meio de projetos, obras, pesquisa tecnológica e práticas de conservação. Já a Proteção e Memória desenvolve atividades de pesquisa nas áreas de história, arquitetura, arte, arqueologia e espeleologia, além de trabalhos com os bens imateriais, propõe políticas, diretrizes, estudos e programas de proteção para os bens culturais mineiros de interesse de preservação (35 ANOS IEPHA/MG... 2006). Por último, a Promoção é responsável por coordenar a execução e divulgação de ações de promoção e preservação dos bens culturais, além de auxiliar na implantação de políticas municipais de preservação, com vistas a agregar em sua atuação a sociedade e as demais instituições de natureza pública ou privada. A ação de cada um desses departamentos está sempre voltada para a salvaguarda dos bens culturais localizados em território mineiro.

O momento de criação da Fundação decorre da assinatura do Compromisso de Brasília em 1970, que previa a criação nos Estados de estruturas que ampliassem e oferecessem condições operacionais à atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. É necessário ressaltar que, no período histórico em questão, o patrimônio entendido como histórico e artístico era *"um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores"* (FONSECA. 2003: 56).

A categoria patrimônio não havia passado ainda pela ampliação conceitual dos anos seguintes, quando apropria das ciências sociais os novos conceitos de cultura.O patrimônio, antes histórico e artístico, passou a ser mais abrangente, com Aloísio de Magalhães a partir da década de 1980[2], abrigando não apenas a materialidade dos registros, mas também buscando apreender a imaterialidade formadora da identidade nacional. Nesse sentido, grupos antes desprivilegiados passam a ter voz e participar da nacionalidade como produtores de uma cultura. Essa modificação é perceptível no texto da Constituição Federal de 1988, no qual

[2] Vale ressaltar, que desde os anos de 1920/1930, Mario de Andrade já havia levantado a importância de se preservar os bens de natureza imaterial, com o anteprojeto de criação do SPHAN.

patrimônio cultural aparece como *"bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira"* (Artigo 216: 132-133). Dessa maneira, passaram a ser incluídos os modos de criar, fazer e viver; as formas de expressão; as celebrações, o trabalho, os objetos e ferramentas; os modos do consumo; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Paralelo a isso, a idéia de preservação passa também por alterações, deixando de centrar-se apenas nos traços técnicos da conservação e restauração, passando a ser compreendida como uma prática social. Ação essa que implica em um processo de interpretação da cultura, o qual necessita da aplicação de instrumentos legais para assegurar que um bem cumpra realmente sua função de patrimônio cultural na sociedade brasileira.

A jurisprudência do patrimônio cultural é estabelecida, no âmbito federal, pelo Decreto Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto Lei n° 3.866, de 29 de novembro de 1941, pelo artigo 216 parágrafo 5° da Constituição Cidadã de 1988, entre outros. No Estado de Minas Gerais, é a Lei nº. 5.775, de 30 de setembro de 1971, com as alterações introduzidas pelas leis nº. 8.828, de 05 de junho de 1985 e a de nº. 11. 258, de 28 de outubro de 1993 que definem quais são os meios de atuação para a proteção do patrimônio cultural mineiro.

Estes dispositivos instituem o **Tombamento**[3] como um dos instrumentos jurídicos e administrativos, juntamente com inventário, vigilância, registro, conservação e desapropriação, que buscam promover a proteção do bem cultural de valor coletivo. Em uma definição mais abrangente, tombamento seria o estudo pormenorizado do bem, de propriedade pública ou privada, de naturezas móvel ou imóvel, que se pretende preservar por meio da inscrição deste em um ou mais Livros de Tombo. A partir desse momento, o bem passa a ser considerado de interesse social, sendo inserido dentro de um regime jurídico peculiar que tem por objetivo protegê-lo contra a destruição, abandono ou utilização inadequada (TELLES. 1992). Segundo José Cretella Júnior, tombar *"é inscrever, registrar, inventariar, cadastrar, tombamento é a operação material da inscrição do bem (...) no livro público respectivo."* (apud TELLES. 1992: 13)

[3] A palavra tombamento ou tombar advém do latim *tomex*, significa inventário, arrolamento ou registro. No direito português o verbo tem o sentido de registrar, inventariar, inscrever bens. O inventário era guardado na Torre do Tombo, arquivo português no qual foram conservados os documentos importantes (OLMO. 2006).

Existem atualmente quatro Livros de Tombo na Instituição, abertos em consonância com o Decreto-Lei 25, de 30 de junho de 1937 e a Lei 5.775, de 30 de setembro de 1971. São eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes, e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. A inscrição de um bem pode ocorrer em um ou mais livros concomitantemente, dependendo das motivações que levaram-no a ser considerado patrimônio cultural mineiro.

A legislação prevê que o **Tombamento** pode ser voluntário ou compulsório. Diz-se voluntário aquele no qual o proprietário faz a solicitação diretamente ao órgão competente e provoca-o de livre e espontânea vontade, ou também quando concorda, sem se opor ao ato, após ser notificado do mesmo. O compulsório se dá quando o proprietário do bem se recusa a anuir ao tombamento e à inscrição do mesmo em um ou mais Livros de Tombo(OLMO, 2000). Nesse caso, o proprietário possui o prazo máximo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para tentar impugnar a ação, oferecendo suas razões. Caberá ao órgão decidir, no prazo de quinze dias, a pertinência ou não da oposição, que será votado pelo Conselho da Instituição até o prazo máximo de sessenta dias. (DECRETO-LEI 25... 1937)

O **Tombamento** poderá ser considerado provisório ou definitivo, de acordo com o estado do processo. Diz-se que um bem se encontra tombado provisoriamente quando é enviada uma notificação ao proprietário do bem, após um Estudo de Avaliação do Tombamento[4] ter sido aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio[5], mas o processo ainda não foi concluído, ou seja, não houve sua inscrição. Já o tombamento definitivo se dá após a inscrição do bem em um ou mais livros, sendo o processo considerado completo e acabado, não permitindo mais discussão (OLMO, 2000). Deve-se salientar que *"para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei,* ***o tombamento provisório se equiparará ao definitivo****"* (DECRETO-LEI 25... 1937: 2 grifo nosso).

A realização de um **Tombamento** é motivada pela representatividade do bem cultural a ser preservado, considerado-o como portador de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CONSTITUIÇÃO... 1988). A solicitação de **Tombamento**, nos níveis municipal, estadual ou federal, pode ser efetuada por qualquer cidadão e será examinada pelo órgão competente, que verificará a importância e a

[4] Estudo preliminar para verificar a pertinência da proteção dos bens culturais que pleiteiam ao tombamento. O Estudo leva em consideração as características principais do bem tais como histórico do município no qual se localiza, a evolução urbana, seu histórico, além de outras informações.

[5] O Conselho Estadual do Patrimônio é uma unidade colegiada vinculada a Secretaria de Estado de Cultura e tem função, dentre outras, de decidir sobre o tombamento de bens, determinando sua respectiva inscrição no Livro de Tombo, além de instruir os respectivos processos de homologação pelo(a) Secretário(a) de Cultura.

adequação de sua proteção legal, em cada um desses níveis. No caso de Minas Gerais, os estudos para abertura do processo de tombamento poderão ser motivados por iniciativa própria do IEPHA/MG ou por solicitação de pessoa física ou jurídica, desde que formalizada por meio de correspondência[6] à Presidência da Fundação.

A metodologia utilizada na preparação e conseqüente montagem dos processos ou dossiês de **Tombamento** desenvolvidos pelo Instituto foi elaborada de maneira a salvaguardar documentos levantados e textos desenvolvidos durante o procedimento. Isso se deve ao fato de que o **Tombamento** de qualquer natureza[7], pressupõe ações seqüenciadas, que se concluem com a inscrição do bem em um ou mais Livros de Tombo, conforme o caso, tornando o regime de proteção do bem legítimo. Todo o material produzido, devido a sua diversidade e complexidade, é rigorosamente organizado e substancia o processo em preparação. São publicações de editais, correspondências internas e externas, recebidas e expedidas; ofícios, notificações, impugnações, pareceres, atas de reuniões, textos descritivos e analíticos, documentação fotográfica e delimitação do perímetro de tombamento e definição de diretrizes para futuras intervenções no bem tombado e no seu entorno. Tudo isso deve ser reunido, numerado e carimbado após a homologação, em volumes autônomos e integrantes de um mesmo auto processual.

De maneira geral, um processo de **Tombamento** é composto de tantos volumes quanto forem necessários, todos numerados seqüencialmente, registrando-se juntamente o número total de tomos que o compõe. A documentação administrativa sempre é organizada em ordem cronológica para facilitar a compreensão do todo. O primeiro volume dispõe a solicitação para o início do processo, o Termo de Abertura e Autuação, assinado pelo Presidente do Instituto, oficializando o começo do Processo Administrativo do Tombamento. É seguido de uma cópia da ata da reunião do Conselho Estadual do Patrimônio, que declara o **Tombamento** provisório, de Notificação[8], enviada pela Presidência ao detentor do bem, do Recibo da Notificação, da manifestação do proprietário e demais atos referentes ao bem individualmente (PROCESSO... s. d.). Essa documentação tem caráter jurídico-administrativo, é reunida e organizada ao longo da elaboração do processo. É importante ressaltar que a abertura do processo de **Tombamento** somente se caracteriza após a aprovação

[6] Deverá constar o endereço e a localização do bem, a justificativa, documentação, dados históricos, desenhos, fotografias, mapas e/ou plantas. (NORMATIZAÇÃO..., s. d.)

[7] Entende-se aqui estruturas arquitetônicas urbanas e rurais; núcleos, conjuntos ou centros históricos, além de bens naturais, sítios paisagísticos, arqueológicos, espeleológico ou bem móvel e aplicado (imaginária, alfaias, esculturas, quadros, painéis, altares, acervos móveis e aplicados, etc.).

[8] Em alguns casos existe também um Edital publicado no Diário Oficial do Estado, informando sobre o início do processo de tombamento de um determinado bem.

do estudo preliminar pelo Conselho Estadual de Patrimônio, seguido da notificação ao proprietário do bem cultural ou a publicação de Edital de Notificação no diário oficial do Estado, no caso mineiro é publicado no jornal "Minas Gerais".

O Processo de **Tombamento** é integrado também por um Dossiê Técnico. Para sua elaboração, é constituída uma equipe de analistas, de formação multidisciplinar, de acordo com a categoria do bem cultural que se encontra em processo de estudo para o **Tombamento**. A equipe produzirá, em conjunto, textos descritivos e analíticos, acompanhados por documentação iconográficas (fotografia, plantas, mapas), além de delimitação do entorno, do perímetro de tombamento e das diretrizes para intervenções futuras.

Segue-se então uma coleção de documentos jurídicos tais como as impugnações e contra-impugnações, quando é o caso, seguida dos pareceres técnicos necessários. Por último, são dispostas a cópia da ata da reunião do Conselho Estadual do Patrimônio que declara o bem **Tombamento** definitivamente, e a cópia do Decreto do Governador do Estado ou a Homologação pela Secretaria de Cultura, publicada no diário oficial do Estado, conforme o caso.

Nesse sentido, observa-se que a elaboração do processo de tombamento exige a composição de uma equipe multidisciplinar que envolva profissionais das mais variadas formações. Compõem o corpo permanente de analistas da Instituição especialistas nas áreas de arquitetura, história, arqueologia, geografia, geologia, direito, paisagismo, sociologia, fotografia, entre outros. São esses os funcionários responsáveis por desenvolver um trabalho em conjunto que fundamentará o **Tombamento** do bem.

Quando o trabalho tem como objeto de pesquisa algum bem imóvel, móvel ou aplicado, maioria dentre os trabalhos realizados pela Fundação, a equipe é composta basicamente por um arquiteto e um historiador que desempenham tarefas complementares. Enquanto o historiador desenvolve pesquisas para a elaboração de um informe histórico sobre o município no qual o bem está inserido e recolhe informações históricas sobre o mesmo; o arquiteto realiza estudos para determinar a evolução urbana da cidade, a análise arquitetônica, sempre que necessário, e as diretrizes para intervenção na área tombada. Em conjunto, a equipe delimita qual será o perímetro de **Tombamento**, ou seja, qual será a área que estará sobre regime de proteção especial e qual será o limite do entorno do bem a ser preservado.

Esse é o caso da execução dos processos de **Tombamento** de praças, fazendas, capelas, estações de estrada de ferro, centros ou núcleos históricos, e equipamentos urbanos como escolas, igrejas, ponte, cinemas, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos em geral, além de acervo de museus, igrejas e arquivos, que constituem a maioria dos bens tombados, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG (RELAÇÃO... 2007).

Outros profissionais também se envolvem na realização desses trabalhos. Conforme indicado anteriormente, aos textos produzidos segue-se uma documentação iconográfica com o objetivo de registrar as características do bem cultural e ilustrar os trabalhos. Para tanto, utiliza-se os serviços de fotógrafo profissional, pertencente ao corpo técnico da Instituição especialista na captura de imagens, com qualidade e alta resolução, para complementação dos processos. Já os desenhistas técnicos elaboram os mapas e plantas que irão compor o dossiê, apoiando assim o trabalho de arquitetos e historiadores.

Existe também a participação continua de restauradores, com o objetivo de auxiliar nos estudos das artes aplicadas e na proposição de intervenções nos bens, caso seja necessário. Acontecem casos em que são necessários, também, historiadores da arte, paisagistas, sociólogos, antropólogos, enfim, profissionais que, dentro de suas especialidades, irão contribuir para a execução de trabalhos ao fornecer informações complementares ou elucidar eventuais dúvidas que possam surgir.

Em caso de tombamento de bens naturais, tais como serras, parques, picos, bacias hidrográficas ou quaisquer outras paisagens, aparece então do geógrafo e geólogo, profissionais qualificados para compreender o espaço natural. Sua função é executar trabalhos que envolvam o estudo da evolução, ordenação e ocupação dos sítios, bem como traçar as relações entre a comunidade e o espaço, buscando compreender a identidade espacial das comunidades que estão ligadas, tanto afetiva tanto fisicamente, ao bem estudado. Fica também sob a responsabilidade do geógrafo delimitar os limites a serem preservados, bem como as diretrizes para a proteção, desenvolvendo planos de manejo e ocupação para a área a ser tombada.

O dossiê mais significativo produzido pelo Órgão nos últimos anos foi o do tombamento da Serra da Piedade, prescrito no artigo 84 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1989. O trabalho foi realizado pelo Instituto com o apoio da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, representada na equipe que se envolveu no processo por um geógrafo. Foram executados levantamentos para a

delimitação do perímetro e da área de entorno e definidas as diretrizes de intervenção, além de terem sido iniciados os estudos para a elaboração do plano de manejo para a região.

Os bens culturais podem ser, também, de natureza arqueológica e espeleológica. Dessa forma, a equipe multidisciplinar assume outra configuração, agregando, além do arquiteto, do historiador, do geógrafo e do geólogo, arqueólogos e espeleólogos. O arqueólogo fica responsável pelo desenvolvimento de trabalhos de arqueologia, com prospecções em busca de restos materiais da existência do homem, estudos comparativos, mapeamento e delimitação de zonas de ocupação humana. Além dos sítios arqueológicos propriamente ditos, os trabalhos do arqueólogo são muito utilizados para o estudo de ruínas de diversas épocas, bem como levantamento e avaliação de áreas naturais nas quais podem existir vestígios anteriores. Já o espeleólogo desenvolve estudos em cavernas, grutas e outros fenômenos geológicos que produzem reentrâncias nas formações rochosas. Normalmente o trabalho procura estabelecer sua formação, constituição, características físicas, ecossistema e sua evolução ao longo do tempo, apóiam-se muitas vezes em levantamentos topográficos com o objetivo de mapear os espaços estudados. O trabalho de ambos os profissionais é muitas vezes desenvolvido em conjunto, devido à proximidade muitas vezes física dos seus objetos de estudo.

Existem alguns exemplos dentre os bens tombados pela Instituição em cujos processos foi indispensável o trabalho de arqueólogo e/ou espeleólogo. Esse é o caso do Conjunto da Ruínas do Gongo Soco, no município de Barão de Cocais, da Lagoa e Lapa do Sumidouro, no município de Pedro Leopoldo, além do Conjunto Arqueológico e Paisagístico de Poções, no município de Matozinhos.

Como pode ser observado, cada processo de **Tombamento**, de acordo com a natureza de seu objeto de estudo, necessita do envolvimento de corpo técnico específico, capaz de pesquisar e conhecer as características do bem, de modo a documentar e justificar a inscrição como patrimônio cultural mineiro. Os profissionais que executam os trabalhos devem, dentre outras competências, serem capazes de atuar de maneira multidisciplinar, respeitando limites e funções de cada especialista, de maneira a executar plenamente as atividades propostas para a efetivação do **Tombamento**.

Convém lembrar que o bem tombado é transportado, então, para além de sua materialidade, tornando-se uma representação simbólica para comunidade na qual está

inserido. Dessa maneira, as atividades desenvolvidas durante a elaboração de um dossiê demandam a participação de diversos profissionais que irão, em conjunto, produzir uma documentação que facilitará o seu conhecimento, assimilação, preservação e valorização, levando sempre em consideração as motivações para sua realização.

Referências Bibliográficas

35 ANOS IEPHA/MG: texto institucional. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 05 de dezembro de 1988. 30. ed. atual. e amp. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 132-133.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=legislacao&diretorio=coes&arquivo=constituicao_estadual> Acessado em 02 abr. 2007.

DECRETO-LEI n° 25, de 30 de novembro de 1937. *Diário Oficial da União*, 06 dez. 1937. p. 24056. col. 1

DECRETO-LEI n° 3.866, de 29 de novembro de 1941. *Coleção das Leis do Brasil*, 31 dez. 1941. vol. 7, p. 559, col. 1.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina (org.), CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76..

LEI N° 5.775, de 30 de setembro de 1971. *Minas Gerais*, 01 out. 1971, p. 5, col. 1.

LEI N° 8.828, de 5 de junho de1985. *Minas Gerais*, 05 jun. 1985, p. 5, col. 2.

LEI N° 11.258, de 28 de outubro de 1993. *Minas Gerais*, 28 out. 1993, p. 2, col. 1.

MACHADO, Jurema. Panorama institucional. In: *Anais do Seminário Internacional Preservação: a ética das intervenções*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1996. p. 13-29

NORMATIZAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES ENCAMINHADAS AO IEPHA PARA PROTEÇÃO DE BENS CULTURAIS DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, s. d..

OLMO, Manolo del. Tombamento: aspectos jurídicos. *Jus Navigandi*, Teresina, ano n. 48, dez. 2000. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=486>. Acessado em 07 mar. 2007.

PROCESSO DE TOMBAMENTO: metodologia para montagem de dossiês. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, s. d..

RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO IEPHA/MG. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, mar. 2007.

TELLES, Antônio A. Queiroz. *Tombamento e seu regime jurídico*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre "o que foi" e "o que poderia ter sido": morte e memória na literatura amadiana

André Luiz Rosa Ribeiro*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir as representações da morte na obra de Jorge Amado em sua temática sobre a região do cacau na Bahia.

Resumé: Cet article a pour objectif de mettre em évidence les représentations de la mort dans l´oeuvre de Jorge Amado tout em détachant la thématique du cacao dans Bahia.

O presente artigo tem como objetivo discutir as representações da morte na literatura de Jorge Amado sobre o tema do cacau. A ficção ambientada na região produtora de cacau do nordeste brasileiro é um importante índice para a compreensão do processo de elaboração de identidade para o sul-baiano nas primeiras décadas do século passado e aponta para o esforço dos literatos na construção de uma unidade cultural onde as representações da morte desempenham um importante papel.

As representações presentes na literatura de Jorge Amado não são meros reflexos do acontecido ou, por outro lado, estão em oposição ao mesmo, contrapondo o imaginário às práticas sociais. A narrativa amadiana captou aspectos do vivido e, apesar de não ter compromisso com o que de fato teria ocorrido, não prescindiu deste. As obras ambientadas na fase do desbravamento das matas do sul da Bahia tornaram-se parte constitutiva da memória construída em torno da chamada "civilização cacaueira" e de uma identidade a partir da noção de grapiunidade.[1] O autor retrata a saga dos pioneiros do plantio do cacau, construtores de uma civilização forjada no processo da ocupação violenta da terra, em que o fenômeno da

* Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz –UESC / Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

[1] A expressão "grapiúna", difundida principalmente por Amado, deriva das palavras de origem tupi "gra" = asa, "uma" = preta e "i" = água. Literalmente: ave negra que vive à beira dos rios. A expressão passou a designar os moradores do sul da Bahia.

morte permeia as tramas e os destinos das suas principais personagens, dando às mesmas características sociais e culturais que visam identificar o homem grapiúna.

No processo de elaboração do enredo das experiências individuais e coletivas da sociedade cacaueira a trama da relação linguagem / pensamento / mundo produz o efeito de realidade, a ilusão referencial. Na medida em que se apresenta como representação do passado, a narrativa literária constrói uma versão selecionando experiências sociais como base para a memória coletiva. A noção de cultura regional, como produto de enunciados sob diferentes experiências e práticas sociais, forma um território simbólico diferenciado de outras construções identitárias mediante a sua ampla circulação social. O discurso literário buscou definir culturalmente um espaço geográfico com costumes e tipos sociais que lhes são próprios, configurando uma memória que articula ficção e contexto histórico.

É necessário analisar o conteúdo literário com atenção para a lógica social do texto e levando em consideração as contingências que cercam a produção. Para utilizar-se a ficção como fonte, é necessário empreender a análise do escritor enquanto sujeito histórico, verificando as suas origens sociais, posições políticas ou literárias para melhor compreender o teor dos discursos (CHALHOUB & PEREIRA, 1998). O autor recria o passado a partir das suas próprias experiências e forja o real em um discurso que une a dinâmica histórica a uma ordem de imagens. A literatura amadiana, em termos simbólicos, instaura uma ordem de sentidos fundadores, pois criam uma tradição em um processo de ressignificação do passado.

O passado ficcional elaborado pelo autor coloca-se como uma versão plausível, possibilitando ao seu leitor formar referências sobre o vivido em determinada sociedade ou período histórico. A condição de referência dada ao texto ficcional dá ao seu autor a legitimidade de formador de memória: "o que poderia ter sido" passa a ter a força referencial "do que foi" (COSTA LIMA, 1991). O mundo criado nas obras literárias guarda, dessa forma, verossimilhança com "o que foi", não raro recorrendo a fatos e personagens reais na composição do enredo, como é o caso de Jorge Amado.

Mesmo não havendo a preocupação de ser fiel ao "que foi", característica da história, a narrativa literária termina por fazer circular discursos e forjar memória. Tanto a história quanto a ficção dão conta de determinados comportamentos e formas de pensar, utilizando ambos os discurso estratégias de convencimento. Vale lembrar aqui que, a

construção de sentido presente na escrita também passa pelo leitor, mediante a interpretação do texto e o grau de significação que será dado à obra literária. A produção ficcional é, portanto, uma fonte fundamental no trato com o passado devido à sua condição de veículo privilegiado de discursos que validam simbolicamente versões da realidade expressas nas falas das personagens (LEENHARDT & PESAVENTO, 1998).

Amado ganhou projeção no cenário literário nacional pela sua atuação no movimento regionalista de 30 e no modernismo brasileiro com o chamado "ciclo do cacau" inaugurado com *Cacau* (1933), o seu segundo romance; seguido por *Terras do Sem Fim* (1943), narrativa sobre a saga da conquista da terra e a origem social dos coronéis do cacau; *São Jorge dos Ilhéus* (1944) e *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) que abordam as mudanças no contexto social e econômico da região cacaueira na passagem do poder dos produtores nacionais para os exportadores, representantes do capital externo. De qualquer forma, todos eles estão impregnados de memória, formando um conjunto de depoimentos ficcionais que representam as diferentes fases históricas por que passou a região produtora de cacau do nordeste brasileiro e as respectivas transformações em termos de comportamento e costumes (ARAÚJO, 2003).

A dimensão da circulação social da obra de Amado fez com que o seu conteúdo influenciasse decisivamente o olhar sobre a sociedade sul-baiana na contemporaneidade. A construção de uma identidade para a região baseou-se na existência de aspectos próprios: o coronel *self-made man*, a diversidade étnica, além de elementos naturais característicos da região como a mata atlântica, transformada em personagem no enredo amadiano.[2] Amado vai interpretar uma espacialidade culturalmente definida, em que se estabeleceu uma sociedade recentemente enriquecida pelo comércio do cacau e que sofre um fluxo contínuo de transformações econômicas que rompem com o passado precedente. Passado esse ligado às famílias proprietárias mais tradicionais, donas de sesmarias plantadas de árvores de cacau pelo braço escravo.

A literatura de Amado tem, nesse inventar de memória, um peso na socialização dos sujeitos, oferecendo-lhes uma base simbólica para elaborarem coesões culturais. A ficção contribuiu fortemente na criação de uma outra identidade para a região do cacau. Amado elaborou, aliado a outros autores como Adonias Filho, um discurso fundante privilegiando

[2] ver Terras do Sem Fim, principalmente o capítulo "a mata".

uma elite econômica recente sem maiores vínculos com as famílias mais tradicionais da Bahia. A luta pela posse da terra, a saga grapiúna, fez da morte um elemento referencial para a compreensão do surgimento da "civilização do cacau". O homem grapiúna, descrito na literatura estudada, possui uma especificidade. Diferentemente de outras áreas brasileiras no século XIX, a riqueza regional teria sido erguida pelo trabalho livre de homens humildes que desbravaram a mata atlântica, aniquilaram inimigos e índios, transformando-se em grandes proprietários de roças de cacau.

O pioneiro plantador de cacau inauguraria uma nova era enquanto portador de uma dinâmica que submete o espaço-tempo original, o da mata intocada, por uma nova paisagem composta por plantações, estradas e cidades. O coronel fictício representa a mudança do desbravador em grande proprietário, senhor de terras e homens, que legitima o seu poder pela conquista da natureza, espaço fundante dominado pelas árvores do fruto de ouro. A morte como um dos mais fortes elementos da memória regional se dá pela aceitação das práticas violentas por parte de uma coletividade que estabeleceria suas origens nas bocas dos rifles. O jagunço é um dos tipos amadianos mais expressivos. A sua ação enquanto agente da morte tem, inicialmente, uma ampla utilização, sendo sua atividade legitimada pelo costume. A atividade de assassino não se opõe a ordem social naquele período histórico do desbravamento. As tocaias, apesar de moralmente reprováveis, estão no âmbito da normalidade em uma região onde imperam os interesses privados e o poder consolida-se na posse violenta da terra. Amado compôs a saga de pequenos proprietários, trabalhadores miseráveis, jagunços sanguinários e poderosos coronéis que mataram e morreram na disputa violenta dos pedaços de mata.

Literatura e história se mesclam produzindo imagens que passam a fixar um perfil regional. Em seus livros de ficção e os de perfil biográfico, Amado deixa transparecer uma clara relação entre a narrativa literária e as suas experiências de vida, aproximando a ficção do referente histórico. É possível perceber inúmeras referências à episódios e pessoas que marcaram a memória do autor em sua infância e adolescência no sul-baiano. As personagens, quando transformadas em referências sobre o passado regional, libertam-se da sua origem ficcional para adquirirem legitimidade enquanto figuras históricas. Os nomes de pessoas reais dados às personagens (Sinhô e Juca Badaró), unidos a nomes fictícios que remetem à indivíduos reais (Manoel Misael Teles, Horácio da Silveira ou Ramiro Bastos), conferem uma suposta validade histórica à literatura em uma analogia das personagens com sujeitos

históricos. Ao ligar ficção e realidade, a literatura forneceu elementos importantes para a criação de um sentimento de pertença para os habitantes do sul-baiano, concedendo a um passado recente o caráter de período fundante de uma civilização: o passado heróico das lutas sangrentas pela posse de terras para o plantio do cacau.

A luta pela terra na região cacaueira é narrada enquanto um processo implementado por migrantes pobres do norte da Bahia e de outras áreas do nordeste brasileiro, principalmente sergipanos, muitos dos quais transformar-se-iam em influentes coronéis da guarda nacional. Amado, tanto quanto Adonias, pertencia a essa camada privilegiada da sociedade regional: filhos de "pioneiros" enriquecidos, a "segunda geração" do cacau. Amado redesenhou a geografia humana e cultural do sul-baiano ao relatar a saga dos pioneiros que "no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam(...) Centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte(...) Chegavam e em pouco eram verdadeiros grapiúnas (AMADO, GCC: 56). Os primeiros romances de Amado expressam o projeto social do autor, o desejo de reinterpretação da história regional privilegiando aspectos históricos que legitimassem a verossimilhança com os seus textos. Como referido, as suas lembranças da infância e adolescência estão na base de tudo o que criou e recriou. A própria memória da família Amado está largamente inserida nesse processo de criação, intervindo diretamente na imagem que o autor elaborou para a região cacaueira. "Desbravador de terras, meu pai erguera sua casa mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara cacau, na época das grandes lutas" (AMADO, MG: 12).

Nas fazendas do seu pai, Amado conviveu por quase toda a juventude em um ambiente rural onde as tocaias não eram raras, inclusive contra a vida paterna. Ali, entre pés de cacau e cruzes sem nome, o menino Jorge cresceu ouvindo estórias que viriam influenciar decisivamente o seu imaginário do autor que anos mais tarde iria narrar "as histórias dessa terra". Tendo suas lembranças como ponto de partida, Amado se coloca no papel de testemunha das violentas lutas e do sangue derramado nas terras onde seriam plantadas árvores de cacau. As páginas dos seus livros relacionam os costumes e as atitudes familiares do autor com a concepção ficcional dos trabalhadores e coronéis. A região foi interpretada como um espaço conquistado pelos pioneiros, entre os quais estava João Amado de Farias, pai do autor, que ainda muito jovem partira de Sergipe para a aventura do desbravamento, "para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna" (AMADO, 1992: 15).

As suas personagens resultaram de um conjunto de figuras que se impuseram ao autor, que fazem parte da sua experiência vital. Como afirma o autor, muitos dos seus coronéis são inspirados no tio Álvaro Amado, ao qual nutria um pronunciado sentimento de afetividade (AMADO, 1992: 72). Muitas das estórias eram ouvidas da boca da própria mãe, d. Lalú leal Amado, "sem que se soubesse verdadeiramente quando a imaginação tomava as rédeas da realidade" (AMADO, 1992: 15). Essas lembranças auditivas serão um pano de fundo para a idealização do mundo grapiúna e dos valores que o cercam. Lembranças de um ambiente marcado pela oralidade, de acontecimentos transmitidos pelos parentes e amigos. Não raro seus livros abordam o cotidiano "das figuras tutelares", heróis da infância como o compadre Brás, "a mais fascinante figura(...), impossível encontrar-se na região do cacau valentia e desassombro iguais", ou mesmo João Amado quando vítima de vil tocaia, "a égua tombando morta, meu pai lavado em sangue, erguendo-me do chão" (AMADO, 1992: 5 e 40).

O ambiente vivido na infância produziu, em Amado, uma rede de significações que permeia a sua obra, tornada comum a toda região produtora de cacau dos inícios do século passado. O intenso convívio com a família, amigos e trabalhadores rurais, forjou no menino Jorge uma visão particular do sul da Bahia. No ambiente familiar o "menino grapiúna" foi construindo a sua visão de mundo sobre aquelas terras fartas de mortes. "Entre o Pontal (bairro da cidade de Ilhéus) e Pirangi (atual cidade de Itajuípe), antevi o amor e tratei com a morte, de nada gostava tanto como dessas idas a Pirangi, em companhia de trabalhadores e jagunços" (AMADO, 1992: 50). Nas páginas de *O Menino Grapiúna*, onde pequenas lembranças revestem-se de literatura, estão delineados os temas da sociedade regional e um certo orgulho das origens sociais da sua família. O pai é o herói que avança sobre a mata sem mesmo temer as tocaias traiçoeiras. A sua mãe, qual algumas personagens como Don´Ana Badaró de *Terras do Sem Fim*, era um exemplo da fibra da mulher grapiúna. Destemida e valente, d. Lalú chegava a dormir com a repetição sobre o travesseiro para a pronta defesa do lar contra ataques noturnos.

O jagunço Honório, o gigante negro temido em toda a zona de Ferradas, é uma das personagens mais marcantes do imaginário amadiano. Apesar do ofício de assassino, Honório é retratado como um revolucionário social embrionário que, dentro das expectativas marxistas do romance *Cacau*, pensava em um dia matar todos os coronéis e libertar a classe dos trabalhadores rurais do jugo em que viviam oprimidos. Honório tinha a morte como única

ocupação nas fazendas do coronel Misael. A fama da sua pontaria o destacava dos demais trabalhadores. "Herói da tocaia e do cangaço(...) Filho da terra, nascera nos bons tempos das fortunas rápidas e dos assassinatos por qualquer coisa. Aos doze anos Honório já matara gente, quantos não sabia". Muitas das cruzes sem nome que eram fincadas às margens das estradas do cacau eram fruto das tocaias que participara. "Pela noite sem lua o viajante vem do povoado. A goiabeira solitária no caminho esconde o homem e a repetição. É um tiro só(...) No outro dia o corpo é encontrado e enterrado ali mesmo" (AMADO, 1976: 187).

Nas terras do sem fim a tradição domando advêm do enfrentamento direto com a morte. O sangue derramado concedia prestígio e garantia a lealdade entre os homens do cacau. Os desbravadores, uma vez transformados em coronéis, entendem o exercício do poder como intimamente ligado à posse da terra, adubada com o sangue dos que tombaram na luta pelas roças de cacau. Forjou-se uma civilização onde os valores eram pautados na posse de grandes safras recorrentemente alcançadas pela morte de adversários e pequenos posseiros. Nesse âmbito social, a valentia pessoal era crucial para a sobrevivência nas terras do cacau e reconhecida como um dos valores mais considerados entre os grapiúnas. "O coronel gordo espantava o caxeiro-viajante narrando um barulho que tivera numa pensão de mulheres na Bahia (Salvador). (...) Bastou gritar: vem com coragem que eu sou é de Ilhéus para que os malandros recuassem acovardados" (AMADO, 2001: 23).

No tempo da conquista a morte violenta era um fenômeno cotidiano dos municípios cacaueiros. Cacau e morte eram praticamente os únicos assuntos comentados pela população nas cidades e nas fazendas. Os de fora assombravam-se com a ferocidade da região, "tou com mais de cinqüenta anos nos costados, já andei muita terra, já vi muita desgraça. Mas não tem nada no mundo que chegue perto das desgraceiras daqui" (AMADO, 2001: 34). O coronel do cacau é um tipo associado à violência, que lhe é inata, e cuja execução fica a cargo dos trabalhadores humildes do sertão transformados em jagunços. Pelo êxito nas tocaias e invasões de terras alheias os jagunços recebiam somas muito acima das pagas aos trabalhadores comuns. O negro Fagundes nutria a esperança de amealhar algum capital com os conflitos que se anunciavam com a proximidade das eleições, "se os falados barulhos não recomeçassem, seria difícil, muito difícil, chegar a comprar um pedaço de terra, mesmo ruim" (AMADO, 1969: 327).

Terras, cacau e morte são elementos constituintes da sociedade ficcional sul-baiana. A conquista da mata atemporalizada inicia o processo de introdução no espaço regional do elemento humano civilizador, construtor de uma sociedade cuja formação cultural e identitária está intrinsecamente ligada à questão das lutas sangrentas, repertório prenhe de memória, testemunho literário de uma fase altamente representativa para a história regional: o tempo heróico da terra adubada de sangue.

Referências Bibliográficas

AMADO, J. *Cacau.* Rio de Janeiro: Record, 1976.
_____. *Gabriela, Cravo e Canela.* São Paulo: Martins, 1969.
_____. *O Menino Grapiúna.* São Paulo: Martins, 1992.
_____. *Terras do Sem Fim.* Rio de Janeiro: Record, 2001.
ARAÚJO, J. de S. *Dionísio & Cia. na moqueca de dendê.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
CHALHOUB, S. & PEREIRA, L. (Orgs.). *A história contada: capítulos da história social da leitura no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
COSTA LIMA, L. *Pensando nos trópicos: dispersa demanda II.* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. J. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária.* Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Processo de normatização do casamento nos séculos XI e XII: a construção de uma doutrina do matrimônio

Carolina Gual da Silva*

Resumo: O presente artigo trata da formação da doutrina do matrimônio pela Igreja Ocidental entre os séculos XI e XII na Europa. A análise está baseada em uma seleção de documentação religiosa diversificada como o Decreto de Burcardo de Worms, o Decreto de Graciano, os três primeiros Concílios de Latrão e os decretais do Papa Alexandre III. Pretende-se demonstrar que o casamento passou por transformações ao longo do período desenvolvendo um processo que tem raízes e conseqüências tanto na Igreja quanto na sociedade.
Palavras-chave: casamento – séculos XI e XII – Igreja medieval

Abstract: This article deals with the formation of the marriage doctrine by the Western Church during the 11th and 12th centuries in Europe. The analysis is based on a selection of veried religious sources such as Burchard of Worms' *Decretum*, Gratian's *Decretum*, the first three Lateran Councils and the decretals of Pope Alexander III. The objective is to demonstrate that marriage underwent transformations throughout the period developing a process with roots in and consequences to both the Church and the society.
Key words: marriage – 11th and 12th centuries – medieval Church

De 1008, data da composição do Decreto de Burcardo, até 1189, fim do pontificado de Alexandre III, podemos observar a construção da doutrina cristã sobre o matrimônio. Esta construção só se completaria com o 19º Concílio Ecumênico em Trento (1545 e 1563), onde foi definida a doutrina dos sete sacramentos e o matrimônio incluído nela. Assim, vemos o desenvolvimento de um processo lento no qual vão sendo colocadas pouco a pouco as bases de um ideal que permaneceu, em grande parte, presente na sociedade até os nossos dias.

Em linhas gerais, esse processo pode ser acompanhado tanto na forma quanto no conteúdo tratado por diferentes autores. Observando primeiramente o Decreto de Burcardo de Worms, vemos que não há uma ordenação exata para tratar do casamento. Ele aparece espalhado em 5 livros diferentes, junto com outros temas, freqüentemente, mas não sempre, associado às questões de sexualidade. No Livro VII o casamento é tema central, pois trata de

* Mestranda em História Social, USP. Bolsista FAPESP.

questões de incesto e consangüinidade. No capítulo X e XI, o autor trata dos sete graus de separação propostos por Isidoro de Sevilha e São Gregório.

A formação do laço matrimonial aparece explicada no livro IX. No capítulo 2, Burcardo classifica a esposa legítima como aquela que se casa virgem, recebendo um dote legítimo, entregue pelos pais, aceita pelo esposo e pelos paraninfos, de acordo com a lei do Evangelho em uma cerimônia pública. Além disso, deve permanecer junto do esposo por toda a vida. Ele também determina a necessidade da presença do padre para abençoar a união. Permite segunda núpcias no caso de evitar a fragilidade da carne (fornicação), mas recomenda evitar múltiplas núpcias nos capítulos 22 e 23. Nos capítulos 40 e 41, trata da importância da relação sexual para a formação do laço matrimonial, permitindo a separação no caso de não haver coito.

No capítulo 5 do Livro XIX, o *Corrector*, encontramos um interrogatório a ser feito pelos confessores ao penitente. Assim, trata de questões como o adultério e qual a penitência a ser prescrita em cada caso. Há também itens sobre fornicação, abusos conjugais como manter relações sexuais com a esposa durante a menstruação, sobre a separação dos cônjuges e sobre incesto. As penas mais severas são para adultério ou sexo nos dias santos.

Burcardo, desta forma, procura elaborar um tratado que determine quais os comportamentos inadequados, e as conseqüentes punições para estes comportamentos, particularmente em relação às práticas sexuais. Esse caráter do texto aproxima-o muito dos livros penitenciais que tiveram grande proliferação entre os séculos VI e início do XI.

Não é o objetivo de Burcardo discorrer sobre a natureza do laço matrimonial na sua essência. O autor está mais preocupado com a regulamentação das práticas sexuais. É claro que o espaço onde estas práticas devem ocorrer é dentro do casamento, logo, o autor é obrigado a tratar do assunto. Entretanto, ele não se preocupa em explicar em detalhes como se forma o casamento e qual o seu estatuto dentro da moral cristã.

O casamento não tem status de sacramento, sendo os únicos dois sacramentos em sentido estrito o batismo e a eucaristia – que são mais do que somente sinais da graça divina, pois também podem causar a Graça. Para várias outras situações, Burcardo usa o termo *sacramentum* no sentido amplo para significar mistério. E assim mesmo, a palavra não é usada para definir o laço matrimonial. Portanto, o Decreto não elabora uma teoria da formação, não pensa sobre a natureza do casamento. Há, assim, uma forte presença do elemento secular no tratamento dispensado ao casamento uma vez que o foco está no sexo, algo que pertence apenas ao mundo dos homens.

Esta secularidade, ou seja, este enfoque em assuntos laicos, será progressivamente eliminado ao longo do século XII, num indicativo claro de que as preocupações com a espiritualidade da Igreja e a busca por um maior distanciamento do mundo terreno eram idéias presentes também na doutrina matrimonial.

Com o *Concordia canonum discordantium* de Graciano, de 1140, começamos a notar algumas diferenças significativas. O texto de Graciano tem um enfoque diferente, pois agrupa todas as questões relativas ao casamento de tal forma que os cânones 27 a 36 ficaram conhecidos como *Tractatus de matrimonio*, Tratado sobre o casamento. Nesses dez casos, Graciano discute longa e detalhadamente sobre a natureza do casamento. As questões sexuais, agora, só são tratadas dentro das questões matrimoniais.

O Decreto de Graciano possui uma forma mais "acadêmica", perdendo muito o tom de livro penitencial, que existia em Burcardo, para ganhar ares de direito canônico. Ele se constitui assim como um manual para o entendimento e estudo de questões legais complexas em relação ao casamento.

Logo na causa 27, a primeira a tratar do casamento, Graciano explica as etapas do casamento: primeiro a promessa, quando se firma a intenção de contrair núpcias com alguém. Mas esta promessa apenas inicia o laço, não o completa. A segunda etapa é a relação sexual e esta sim torna o casamento perfeito. O casamento perfeito, ou completo, é entendido como aquele que possui os três bens do casamento segundo Agostinho: fidelidade, sacramento, prole. Sacramento, para Graciano, representa a indissolubilidade, idéia retirada de Agostinho em *De bono coniugali*. Logo, há casamento, pois não houve divórcio. Mas este sacramento só é completado após a relação carnal, isso se refere ao casamento completo, que contém o sinal de Cristo e da Igreja.

Percebemos que o sexo continua a ter papel importante na formação do laço, mas ele está agora submetido à idéia de sacramento e indissolubilidade, sendo apenas um dos elementos a serem considerados para garantir que houve casamento. Portanto, o casamento é determinado mais pela intenção de formar um laço, logo pelo consentimento de ambas as partes, do que pela consumação do ato sexual.

Graciano ainda não está disposto a eliminar completamente este elemento secular, mas mostra claramente que é sua intenção tirar o máximo possível da sua importância. O sexo continua sendo definidor, mas agora ele é o último degrau na consolidação do sacramento; o consentimento perante Deus e a intenção de formar um laço são etapas fundamentais.

Um outro elemento fundamental do matrimônio é seu caráter indissolúvel. Enquanto Burcardo garantia até certa liberdade para a dissolução de relações, Graciano é

bastante severo quanto a esse ponto. Para ele o casamento não pode ser rompido em hipótese alguma, sendo a citação mais freqüente do texto Mateus 19:6 "*Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem.*"

Poderíamos, então, situar Graciano num momento de transição. Neste momento, percebemos a tentativa da Igreja em garantir uma maior influência sobre o casamento e outras esferas da vida privada. Desse modo, temos o esforço em garantir que o casamento seja mais que uma aliança política e ganhe ares espirituais (o matrimônio como sacramento). Essa espiritualidade aparece sob a forma do casamento indissolúvel comparado à união entre Cristo e a Igreja. Portanto, o papel do padre e da benção passa a ser crucial para a garantia de um casamento legal.

Talvez consciente que a transição do casamento como instituição totalmente leiga para o matrimônio como sacramento de domínio exclusivo da Igreja fosse difícil, ou talvez porque ele próprio não acreditasse na exclusividade eclesiástica, ao invés de eliminar completamente a participação laica no casamento, Graciano a aceita e inclusive a coloca como uma das etapas essenciais para a formação do casamento. Mas, ao mesmo tempo, ele reveste essas práticas de elementos cristãos como o consentimento dos noivos para a formação de uma união mais espiritual, a benção do padre e a sacralização do ato sexual.

Vê-se, assim, esse momento em meados do século XII como uma transição dentro do processo de reforma da Igreja, onde os elementos seculares ainda estão mais presentes para que aos poucos sejam postos de lado sem que a aristocracia sinta seu poder ameaçado.

O próximo passo nesse processo veio com os Concílios de Latrão, especialmente os três primeiros, concílios estes que tinham um claro aspecto reformador. Portanto, em Latrão I, o cânone sete proíbe que presbíteros, diáconos e subdiáconos tenham concubinas ou esposas ou vivam com outras mulheres. Essa proibição é reforçada em Latrão II, nos cânones 6, 7 e 8 que a complementam determinando que aqueles que tiverem esposas ou concubinas deverão perder suas posições e todos os benefícios eclesiásticos.

A condenação é ainda mais severa no cânone 11 do terceiro concílio lateranense, uma vez que a relação entre clérigos ordenados e concubinas conhecidas publicamente é classificada como contrária à natureza, provocando a ira de Deus. Tais clérigos devem ser expulsos do clericato ou confinados em monastérios para fazer penitência. Mas a proibição da concubinagem serve também para os leigos que, segundo o mesmo cânone, devem ser excomungados e proibidos de conviver com os fiéis.

O casamento consangüíneo é formalmente condenado em Latrão I, no cânone 9, que proíbe a união entre parentes de sangue (sem no entanto determinar o grau) pois tanto a

lei divina quanto secular a proíbem. As pessoas vivendo sob tal condição são marcadas pela infâmia. Latrão II reforça a mesma lei, no cânone 17, estendendo a condenação de infâmia para os filhos frutos deste tipo de união que são também excluídos do direito de herança.

Mais significativo ainda é o cânone 23 de Latrão II que chama de heréticos e expulsa da Igreja todos que condenam o sacramento do corpo e do sangue de cristo, o batismo de crianças, o sacerdócio e outras ordens religiosas e os casamentos legítimos. Logo, percebemos que o casamento é colocado no mesmo plano do batismo, da eucaristia e das ordens religiosas. A teoria sacramental está em formação com quatro dos sete sacramentos oficializados posteriormente com o Concílio de Trento, e o matrimônio já está incluído entre estes sacramentos.

Assim, percebemos que o casamento passa a ser um dos elementos que diferenciam clérigos de leigos uma vez que só o segundo grupo tem acesso ao matrimônio. Qualquer ligação de concubinagem é completamente condenada, garantindo ao casamento legítimo o status de única relação aceita pela Igreja onde o sexo pode ocorrer. Ao mesmo tempo, o casamento válido deve ser exógamo de acordo com a lei divina e secular. Essa determinação segue na mesma linha de Graciano de sacralização do ato sexual, ou seja, o sexo ganha a benção da Igreja desde que siga as condições impostas por ele e ocorra no espaço do sacramento que é o matrimônio.

Os decretais de Alexandre III, presentes no *Liber Extra,* completam o processo dando cada vez mais importância à questão do consentimento. O objetivo de Alexandre III era concretizar o caráter espiritual do matrimônio garantindo cada vez mais a participação dos noivos e a expressão de sua livre vontade na formação do laço. Fundamental para a teoria do consentimento é o decretal *Veniens ad nos* que determina que um casamento válido pode ser contraído ou pela troca voluntária de consentimento presente entre pessoas de idade legal que não têm impedimento para o casamento ou pela livre troca de consentimento futuro, sendo este consentimento depois selado pela relação sexual.

Assim, ele buscava tirar cada vez mais o casamento do controle das famílias e dos senhores colocando a escolha do casamento sob domínio exclusivo das duas partes envolvidas sob a tutela da Igreja. Por isso, também tomou providências contra o uso da força e do medo no convencimento da aceitação do casamento dizendo que o consentimento obtido pelo uso da força seria anulado.

Concluímos que do início do século XI até o final do século XII a doutrina da Igreja para o casamento foi sendo construída e fixada através de várias obras. Dentro do processo de reforma moral, legal e papal, o matrimônio passa de um costume completamente

dominado pelo laicado e sem leis específicas para a sua regulamentação, para um sacramento protegido pela Igreja.

Em relação à espiritualização do matrimônio, vemos que o papel do sexo na consolidação do casamento não desaparece, mas ele deixa de ser o fundamento para a formação do laço de união. Esta união agora é determinada pelo consentimento, pela bênção nupcial, pela indissolubilidade, pelo sacramento e por fim, pela relação sexual.

Ao mesmo tempo, este processo indica a crescente importância do direito canônico na sociedade cristã medieval e a consolidação do poder papal que havia começado com Gregório VII. O papa agora "legisla" sobre todos os assuntos da cristandade. Esse domínio especificamente sobre o casamento é uma de suas maiores conquistas, uma vez que o controle, ou a tentativa de controle da sexualidade e dos espaços onde ela se manifesta, se torna símbolo do exercício de poder dentro da sociedade.

A chave principal para entendermos os motivos dessas transformações é o termo "reforma", como uma renovação pessoal e eclesiástica, num paralelo com a regeneração através do batismo.(LADNER, 1991, 1-33). Essa reforma pode ser dividida em pelo menos três movimentos distintos sendo o primeiro a Reforma Monacal do século X, em seguida a Reforma Eclesiástica do século XI e, por fim, a Reforma Gregoriana ou Papal de fins do século XI até o XII. Todos esses movimentos possuem ao menos três preocupações: uma é espiritual, ou seja, trata-se da busca pela purificação, uma tentativa de retorno a um passado melhor. A segunda diz respeito à questão da posse de terras e bens e está intimamente ligada à terceira preocupação que é uma questão de autoridade.

Na luta pelo seu fortalecimento enquanto instituição e pela garantia de autoridade e autonomia, a Igreja Ocidental esforçou-se por se separar do mundo secular, determinando os papéis de cada grupo social, delimitando a ordem dos clérigos, impondo limitações para a ação leiga nos assuntos eclesiásticos, normatizando comportamentos.

Essa regulamentação começou no interior da própria Igreja num movimento duplo e conflituoso: ao mesmo tempo em que se lutava contra o nicolaísmo, ou seja, procurava-se instituir o celibato clerical como obrigatoriedade, a luta dos reformadores era também contra o hiperascetismo, que condenava qualquer união carnal como sendo fruto do mal e que, portanto, rechaçava a raiz do próprio matrimônio. (DUBY, 1990, 11-13)

Esse conflito, entretanto, é perfeitamente compreensível dentro do processo reformador, pois deixa claro que o objetivo da Igreja era separar o clérigo do leigo. Assim, previa-se um comportamento específico para os homens da Igreja, a prática do celibato e da abstinência e a manutenção espiritual da comunidade cristã. Isso os diferenciaria dos homens

comuns, destinados à união matrimonial e, conseqüentemente, à procriação e manutenção material da sociedade. Cada um possuía seu lugar na ordem social, sendo os clérigos superiores pela pureza de seus comportamentos.

Percebemos, dessa forma, que o casamento possuía um papel fundamental na discussão da separação entre sagrado e profano. Mas o próprio matrimônio encontrava-se no meio de outro conflito que era o da existência de dois modelos de casamento, um laico e um eclesiástico. O modelo laico tinha seu sentido determinado principalmente pela necessidade da herança e da perpetuação das linhagens, seguindo uma moral que era doméstica. Já o modelo eclesiástico previa um sentido de salvação, uma vez que o casamento sacralizado deveria ser um remédio contra a luxúria, além de ser uma via de acesso à salvação para aqueles que não estavam destinados a seguirem a vida pura do clérigo.

Esses elementos indicam o aspecto espiritual do casamento na visão dos homens da Igreja e podemos acompanhar o desenvolvimento desta visão através dos documentos selecionados para esta pesquisa. Começando com Burcardo de Worms, podemos entender sua obra no contexto da Reforma Monacal, onde havia uma preocupação muito grande com o sentido de purificação do espírito. Portanto, a questão orientadora da obra de Burcardo é a questão da penitência, principalmente em relação às ofensas sexuais. A obra do bispo de Worms tem como preocupação principal regulamentar práticas sexuais determinando períodos de abstenção para os cônjuges a partir de comemorações religiosas ou práticas femininas como menstruação, amamentação, gravidez etc. São também fundamentais as determinações contra o incesto, delimitado até o sétimo grau de parentesco. Para cada desvio, prevê-se uma penitência. Podemos relacionar essas preocupações com o forte movimento ascético no seio da reforma monacal que condenava todas as práticas sexuais como sendo pecaminosas. Burcardo permite a relação sexual entre esposos, mas mesmo assim de maneira controlada, sem paixão, para fins meramente reprodutivos e cercada de restrições.

O segundo passo dessa espiritualização é dado com os cânones dos três primeiros concílios de Latrão, condenando duramente as relações entre clérigos e concubinas e determinando o celibato clerical como uma obrigatoriedade. Em seguida, observamos a ênfase na indissolubilidade do laço matrimonial, principalmente no *Decretum* de Graciano, até chegarmos à importância do consentimento com Alexandre III. Essas transformações refletem o desenvolvimento de uma mentalidade reformadora que buscava a progressiva espiritualização das relações humanas para atingir a salvação numa sociedade dominada pelo sentido escatológico da história.

Mas há outros elementos que vão além do caráter espiritual. A documentação trabalhada também é fruto do processo de fortalecimento da autoridade eclesiástica e papal. Portanto, as regulamentações sobre o casamento também vão sendo modificadas com os diversos movimentos reformistas da Igreja.

Se num primeiro momento, de Reforma Monacal, temos a obra de Burcardo de Worms com seu claro sentido penitencial, vemos com Graciano o surgimento das leis canônicas num contexto de Reforma Eclesiástica, que buscava normatizar as ações da Igreja através de um corpo legal coerente e bem fundamentado. No contexto da Reforma Gregoriana ou Papal, encontramos os decretais de Alexandre III sobre o matrimônio, ou seja, a interferência do papa em questões antes relegadas às autoridades laicas. Alexandre III afirma o domínio da Igreja sobre todos os assuntos relacionados ao casamento, dando ao papado um papel de destaque na resolução de conflitos.

O que motiva essa interferência da Igreja sobre o casamento? Exatamente a sua importância política e social. O casamento era o principal formador de alianças políticas durante a Idade Média. Possuir domínio sobre esta instituição significava controlar ou ao menos participar do processo de constituição de poderes e autoridade. Dessa forma, o movimento reformador, buscando assegurar a autoridade da Igreja perante os grandes senhores feudais, interferiu de maneira incisiva sobre o matrimônio que era, até então, exclusividade das autoridades laicas.

Com isso, o que a Igreja buscava era a ordenação do mundo cristão como um todo. Sua interferência procurava chegar às esferas mais particulares, como o comportamento sexual, até as mais públicas, no caso das cerimônias e rituais de casamento. Esse processo também indica uma grande hierarquização da Igreja, determinando quem detinha o direito de celebrar as núpcias ou decidir litígios.

Concluímos, deste modo, que as transformações na doutrina do casamento estão diretamente ligadas aos diferentes momentos da Reforma, refletindo as preocupações e necessidades da Igreja em se firmar enquanto uma instituição forte e dominante e relacionadas a transformações mais profundas da sociedade, fazendo parte do processo de formação da Cristandade como um elemento de coesão e identidade do mundo medieval ocidental.

Fontes:

ALEXANDRE III, "Decretales" in *Liber Extra*, documento digital disponível em *http://www.lex.unict.it/liber/accedi.asp*

BURCHARD DE WORMS, "*Decretum"* in *Patrologiae Cursus Completus*: series latinae. Ed. J.P. Migne, Paris: Granier, 1890, tomo 140.

GRATIAN, *Corpus Iuris Canonici*, ed. E. Friedberg (1959). Doc. digital disponível em *http://mdz.bib-bvb.de/digbib/gratian/text/@Generic__BookView;cs=default;ts=default;lang=pt.*

HEFELE, J. & LECLERCQ, H., *Histoire des conciles d'apres les documents originaux*, tomo V, Paris : 1912-13.

Bibliografia :

DONAHUE, C., "The canon law on the formation of marriage and social practice in the later middle ages" in *Journal of Family History* 8 (1983), 144-58.

DUBY, G.*, Male Moyen Age: de l'amour et autres essais*. Paris: Champs Flammarion, 1990.

LADNER, G. "Terms and Ideas of Renewal" in Benson & Constable, eds, *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*. Toronto: University of Toronto Press, 1991, 1-33.

BRUNDAGE, J., *Law, Sex and Christian Society in Medieval Europe*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

DUGGAN, Charles, "Decretals of Alexander III to England" in *Decretals and the creation of 'New Law' in the twelfth century*. Aldershot: Variorum.

FOURNIER, Paul "Études critiques sur le décret de Burchard de Worms » in *Nouvelle revue historique de droit français et étranger*. 34 (1910) p. 43.

GILCHRIST, J., "The Gregorian Reform Tradition and Pope Alexander III" in *Canon Law in the age of reforms*. Variorum, 57-283.

IUNG, J., "Conciles Oecumeniques" in *Dictionnaire de Droit Canonique*, vol. III. Paris: 1935-1965.

KÖRNTGEN, L., "Canon law and the practice of penance: Burchard of Worm's penitential" n *Early Medieval Europe* 2006 (14) 103-117.

LE BRAS, G., "Le marriage dans la théologie et le droit de l'église du Xie au XIIIe siècle' in *Cahiers de Civilisation Médiévale* 11 (1969) 191-202.

SOMMERVILLE, R. *Papacy, councils, and canon law in the 11th-12th centuries.* Aldershot: Variorum, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Notícias de família: relações familiares e sociabilidades nas cartas da Baronesa

Carla Rodrigues Gastaud *

A correspondência era uma prática corriqueira e freqüente no final do século XIX e início do XX, período em que foram escritas as cartas que são o objeto desse estudo. Escrevia-se muito e bem. Havia formas e fórmulas esperadas para essa maneira de expressar-se: aprendia-se a escrever cartas adequadamente e pretendia-se que fossem interessantes. O Museu da Baronesa, Pelotas, RS – que foi a morada de três gerações da família Antunes Maciel entre 1863 e 1970 – tem em seu acervo um conjunto de 230 cartas endereçadas a D. Sinhá, filha da Baronesa que dá nome ao museu, cartas que ficaram na casa quando a família se retirou e que foram enviadas de vários lugares, como Rio de Janeiro, Londres, Pelotas, Paris, Curitiba e Milão, entre 1885 e 1928, pela mãe de D. Sinhá, a Baronesa Amélia, e por dois de seus filhos. Este artigo trata das relações familiares e dos vínculos sociais, de aspectos da intimidade e do privado nas cartas escritas por Amélia à sua filha Sinhá.

Nas palavras de Maria Tereza Santos Cunha, "a carta como uma prática de escrita, fala tanto de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe"[1]. Nas cartas da Baronesa à sua "*Bôa e querida Filha*", pode-se entrever a filha e os modos como essas mulheres organizavam suas vidas e famílias, suas ocupações e lazeres, suas preocupações e trabalhos.

Antes da popularização do telefone e de outras tecnologias que modificaram os tempos e modos da comunicação interpessoal, as cartas ocupavam um papel importante na vida social e familiar. A cotidianidade da prática da correspondência não diminuía sua importância, ao contrário, escrever – e também guardar, mostrar, copiar, rasgar, lacrar, perfumar, esconder, devolver - enviar e receber cartas era um aspecto fundamental das sociabilidades no período em que a Baronesa Amélia escreveu as cartas que hoje estão guardadas no Museu da Baronesa.

Cartas pessoais – de mãe para filha - vestígios de outra era, essas cartas trazem

* Professora do CEFET-RS
Doutoranda do PPG Educação da UFRGS
1 Cunha, p. 1.

"práticas culturais de um tempo, hábitos e valores partilhados plenos de representações de época". Na correspondência, interessa aos historiadores "a evolução desta prática, dos usos, maneiras e modos de escrever, dos contextos em que se escreve" e também "os materiais, objetos ou signos utilizados para se escrever, além do espaço social, significados e relações em que tais atos se produzem"[2], esses documentos "cumprem um papel na construção cultural da sociedade" e, tomados em seu contexto,"dão acesso a visões contemporâneas daquele mundo"[3].

Amélia, o justificar-se por estender a carta em temas prosaicos que, para nós, constituem seu encanto e riqueza, escreve; "c*om certeza estarás dizendo, que estas minunciosidades não vale a pena dizer por carta; mas que queres: quando te escrevo me parece estar conversando contigo, e por isso, não tenho vontade de parar*!", entretanto, essas minúcias "guardam consigo os sinais de um momento, fixam a experiência no tempo e no espaço"[4].

As cartas da baronesa Amélia à sua "bôa e querida filha" Sinhá e ao genro Lourival resistiram ao tempo e ao acaso. Escritas entre o final do século XIX e o início do século XX, distribuem-se irregularmente ao longo desse tempo e não se pode determinar que fatores influíram para que sobrevivessem umas ao invés de outras, nenhuma ordem pode ser estabelecida. Provavelmente, o acaso interferiu na preservação da parcela das cartas que existe até hoje (e na destruição ou na perda de outras), e é possível que o zelo de um descendente tenha excluído alguma carta considerada inadequada.

No conjunto das missivas percebe-se que em alguns anos não há nenhuma carta, o que não quer dizer que não tenham sido escritas, ao contrário, as correspondentes parecem ser muito assíduas: em 17 de Abril de 1899, escrevendo em Paquetá, a Baronesa iniciou a carta dizendo ter presentes, à sua frente, as "*cartinhas de 26 do passado, e 1º do actual, a que respondo, fazendo vótos pela bôa saude , de todos vocês. A tua carta de 15, já foi respondida, e é provável , que n'esta dacta, esteja em teu poder, e por tanto tu sciente de ter eu recebido de Leonel, a importancia do arrendamento*". Ainda em Abril, no dia 24, desta feita no Rio de Janeiro, escreveu a Baronesa: "*Tenho 3 cartas tuas a responder, sendo a primeira de 5, e as outras recebidas hontem à noite do Paulino, recebi de 16 e 17 do actual".*

Essa enumeração das cartas recebidas, respondidas ou a responder, além de mostrar a preocupação com a confiabilidade dos serviços do correio também pode significar a atenção em responder a todas as cartas. É regra básica do correspondente não deixar carta sem

2Id. Ibid.
3 BURKE, 2004: 234
4 IONTA, 2004, p.96.

resposta. Receber cartas implica na obrigação de respondê-las.

A Baronesa Amélia escreveu belas cartas conseqüência, certamente, da formação que recebera. Essencial para uma pessoa ser reconhecida como polida, bem criada e educada, a comunicação epistolar era objeto de intenso cuidado. Em seu Código do Bom-tom, o Cônego J. I. Roquette afirma "Depois das visitas e da conversação, o laço social mais extenso e variado é a comunicação epistolar"[5]. Por essa razão, o Cônego incluiu em seu livro um longo capítulo sobre as cartas, ocupando-se de todos os aspectos - o papel, a caligrafia, a composição – sugerindo, ainda, variados modelos para esse tipo de escrita. As cartas devem ser claramente escritas, com boa letra e sem erros de ortografia ou gramática.

Essa preocupação está presente quando a Baronesa termina uma carta dizendo à filha *"um milhão de beijos da Mãe e Am^a^. Verd^a^."*[6], e acrescenta o alerta "*não me animei a passar esta a limpo, portanto adivinha o que não entenderes*"[7] ou, em outra carta, "*não sei se entenderás estes garranchos, mas adivinha-os!"*[8] Mesmo nas ocasiões em que a missivista se desculpa pelos "garranchos" ou pela "barafunda" de assuntos, não se vê em suas cartas nem uma coisa, nem outra. Ao desculpar-se, entretanto, a Baronesa atende à recomendação de J. I. Roquette,

> *"lembrar-vos-ei somente que se por acaso vos cair algum borrão, por pequeno que seja, ou nódoa, ou se fordes obrigados a riscar alguma frase para substituir outra mais correta, ou se houve omissão dalguma palavra que seja mister pôr em entrelinha, deveis fazer outra carta, a não ser para algum amigo íntimo e estardes com pressa, mas sempre lhe pedireis desculpa."*[9].

Um tema sempre presente nas cartas, os serviços do Correio são uma preocupação permanente. Por exemplo, a Baronesa recomenda à filha que, para aumentar as chances de as cartas chegarem a seu destino escreva em papel fino, não faça cartas pesadas para que os envelopes grossos não despertem a curiosidade do agente dos correios

> *Vejo o que me dizes, sobre a demóra de minhas cartas, o que justamente tem acontecido com as tuas, pois a ultima que recebi, antes d'esta, foi de 3 de Maio! (...) Nas cartas que citas, não está a minha de 4. Evapôrar-se-hia? Alëm d'essas, escrevi-te tambem a 15, 20, e 26, (mais ou menos) do passado, que já devem estar em teu poder, si não seguiram outro rumo, no caminho, fazendo o mesmo que, as que me dizes ter escripto! Como andam estas nossas repartições, em compléta anarchia! Procura escrever em papel fino, para não avolumar as cartas, a vêr si não desafiam a curiosidade dos carteiros*[10].

5 ROQUETTE. 1997: 266.
6 Carta do Rio de Janeiro de 24 de Agosto de 1899. Acervo do Museu da Baronesa.
7 Carta do Rio de Janeiro de 24 de Agosto de 1899. Acervo do Museu da Baronesa.
8 Carta do Rio de Janeiro de 12 de Outubro de 1909. Acervo do Museu da Baronesa.
9 Roquette, 1997: 269.
10 Carta do Rio de Janeiro de 8 de Junho de 1909. Acervo do Museu da Baronesa.

Ela mesma, geralmente, utilizava papel branco, de boa qualidade, fino e sem adornos. Algumas exceções despertam atenção: algumas vezes o papel traz no cabeçalho o nome de um hotel, umas poucas vezes uma pequena estamparia floral enfeita com delicadeza a página, e, em outras vezes, para os períodos de luto, a folha é tarjada de negro. A baronesa faz o que fazem "com razão muitas pessoas distintas", prefere a simplicidade e "faz uso de ótimo papel mas sem ornato algum". Como adverte J. I. Roquette[11], "o papel deve ser proporcionado às pessoas, idade, sexo e condição dos correspondentes", cartas "em papel grosso, em meia folha, só para os criados de escada abaixo, e para o vulgo".

Distantes, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, mãe e filha mantêm um fluxo constante de cartas e fotografias, embrulhos de docinhos e lingüiças, incumbências de pagar uma visita ou de enfeitar um túmulo, encomendas de costuras e de papel de parede. Pacotes, cartas, bilhetes e recados viajam na bagagem de amigos e parentes além de pelos serviços do Correio. O volume e a qualidade do que é enviado difere conforme a confiabilidade e a intimidade do portador, diz a Baronesa: "*a encommenda para Isabel, é que é mais difficil remmeter; pois não se póde confiar agora no Correio nem tenho conhecidos, a quem póssa pedir para levar*"[12].

Em 1909, às vésperas da reforma que transferiu a Repartição Postal para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, queixava-se a Baronesa:

> *"resolvi telegraphar hoje a Lourival, porque as cartas custam muito a chegar, e o Correio de proposito, as faz demorar em represalia a não ter havido ainda, a decantada refórma do mesmo. Ainda não recebi a que elle dizia no telegramma, escrever-me."*[13]

As cartas e as incumbências circulam na família. Solicita a mãe que a "*Bôa Filha*" repasse às irmãs as notícias e algumas vezes as cartas, explica-se "*diz a Alzira que não pude escrever-lhe hoje*", pois "uma correspondência familiar é escrita para o grupo ou subgrupo; ela circula, delimita seu território, modula as confidências, exclui o íntimo"[14]. A Baronesa, morando na capital, tem sempre tarefas a cumprir e compras a realizar para a família distante. Os malões sobem a costa nos vapores transportando cocadas e farinha de mandioca, goiabadas e geléias, bordados e costuras que a Baronesa agradece com entusiasmo. Os malões voltam trazendo latas de biscoito, vasos e tabaco ou coisas ainda mais inesperadas

> *Com a encommenda [o presente de casamento] p^a^. o Podinho, vão uns novellos de linha para coser meias, que pensava já te ter mandado á mt^o^., mas que fui encontrar agora, em uma mala. Talvez te prestem serviço, porque mt^a^s. vezes não*

11 Roquette, 1997: 270.
12 Carta do Rio de Janeiro de 9 de Agosto de 1909. Acervo do Museu da Baronesa.
13 Carta do Rio de Janeiro de 11 de Maio de 1909. Acervo do Museu da Baronesa.
14 PERROT, 1992: 188.

> *se encontra ahi, essas côres. Vai uma latinha de biscoutos de chocolate, para repartires com a creançada, pois infelismente nada lhes pósso mandar, de tanta cousa bôa que aqui há. Vão tembem uns caramêlos, (o cartucho vai abérto, porque já o tinha, e na occasião de arrumar a caixa, lembrei-me de mandar mesmo assim ao Lourival, que está sempre com pigarro.) Não lhe dês no cartucho, despeja em uma bomboniêre, e leva-lhe. Remetto, igualmente uma roupinha para o Delmar, que apezar de ser mtº. commum, achei bonitinha: não sei porem, si lhe servirá. Os sapatinhos, são para Dea, que no progrésso em que vai, é capaz de vir já caminhando. [...]*
> *N.B. Para encher os espaços vasios da caixa que vai botei um collête vélho que poderas dar a alguma das creadas ahi.*[15]

Há todo um cerimonial epistolar nessas cartas: no terço superior da primeira folha indicam o lugar e a data em que foram escritas e iniciam invariavelmente por combinações com a palavra Filha: "Minha muito querida Filha", "Querida Filha" ou "Minha bôa e querida Filha". No corpo das cartas repetem-se explicações pela demora nas respostas ou, ao contrário, o arrolamento das cartas recebidas e respondidas. As cartas enviadas que não chegaram ao destinatário provavelmente "*envelhecem no correio*", argumenta. Por sua vez, a Baronesa angustia-se com eventuais atrasos na chegada de cartas: por que o silêncio? Qual a razão para a falta de cartas? Estarão todos bem de saúde? Chegando a telegrafar para confirmar se todos passam bem, embora um telegrama pudesse provocar um grande susto em quem o recebesse o que ela, a todo o custo, desejaria evitar. As cartas também terminam com uma fórmula repetitiva, em sucessivas variações de muitos beijos e abraços, muitas saudades "*da Mãe e Amiga certa",* "*da Mãe muito amiga*", "*da Mãe e Amiga do Coração*" ou "*da Mãe e Amiga Verdadeira*" – e coloca seu "nome de pia", Amélia, como deve ser feito entre parentes chegados[16]. A efusão das expressões, o uso de muitas abreviaturas, a linguagem e a simplicidade coloquial do texto também estão de acordo com o que J. I. Roquette[17] considera adequado para cartas trocadas entre pessoas íntimas e familiares, e somente para essas.

Outros assuntos ocupam muitas linhas das cartas: os queridos netinhos, as doenças e os tratamentos, os médicos e os remédios, as mortes de conhecidos e de parentes, o dinheiro e a insuficiência de dinheiro, as compras e encomendas. A saúde, ou a falta dela, era um tema predominante na correspondência, "afinal as doenças eram comuns e os médicos pouco eficientes"[18]. A Baronesa descreve seus males, "em laivos de uma autobiografia médica"[19]: dói-lhe a perna, incomodam-lhe os olhos, o estômago a aflige, em algumas ocasiões relata moléstias e incômodos (próprias ou alheias) com detalhes clínicos, mas o faz com resignação.

As mortes sucedem-se entre os familiares mais próximos, para falar apenas nas

15 Carta do Rio de Janeiro de Rio de 13 de Setembro de 1909. Acervo do Museu da Baronesa.
16 Roquete, 1997: 277
17 Roquette, 1997: 266 a 279.
18 Gay, 1999: 354.
19 Id. Ibid.

filhas: Dulce morre de parto e o bebê não sobrevive; Dalva, a filhinha menor de D. Sinhá morre inesperadamente de uma doença que não parecia grave; o bebê de Bonéca sobrevive apenas por uns poucos minutos após o nascimento e a mãe tem uma crise *hystérica*. Talu opera um tumor no nariz (mas recupera-se), os netos têm coqueluche, sarampo, bronquite, D. Sinhá sofre com nevralgias, cólicas, "*perdas*".

A Baronesa desdobra-se em pedidos e argumentações para que a filha se poupe, para que não se canse nem em festas, nem nas lidas da criançada, nem a fazer doces para enviar-lhe. As doenças assustam, proteger-se do frio ou da possibilidade de contágio, evitar o cansaço excessivo e as tribulações, buscar médicos e experimentar medicamentos são recomendações freqüentes. Parece haver razão para a preocupação: das quatorze gestações da Baronesa, sete filhos sobreviveram à infância e dos doze filhos de D. Sinhá, seis.

A preocupação com a saúde e a resignação com a doença e com a morte, presentes nos relatos, são indícios da fragilidade dos recursos médicos disponíveis, que resultam na alta mortalidade entre os filhos das correspondentes.

A resignação que a Baronesa mostra em relação a seus males estende-se às narrativas das mortes e funerais, ela soa triste, mas resignada e conta à filha que encontra consolo na religião que ambas compartilham. *"A nossa fé é que me dá forças",* diz ela. A Baronesa era espírita e em algumas cartas solicita a D. Sinhá que lhe envie algumas revistas espíritas (*"aqui no Rio não se acha!"),* pede também os livros espíritas que estão *"na terceira prateleira do armário da sala de costura"*.

As cento e quarenta e nove cartas escritas ao longo de três décadas pela Baronesa Amélia à sua Bôa e querida Filha, Sinhá, são indícios de outros tempos, de hábitos, de práticas e de valores partilhados. Alguns desses valores, hábitos e práticas dizem respeito à própria escrita epistolar: relacionar-se por carta, escrever bem, não deixar carta sem resposta.

Outros, como as formas das sociabilidades, os deveres de consideração para com pares e familiares, e a obrigação de assistência aos criados da casa, aos necessitados e aos pobres, aparecem sob a forma de comentários e condutas solicitadas ou relatadas. A contrapartida disso parece ser a convicção do lugar que a missivista e a família ocupam no mundo e do prestígio e consideração que lhes são devidos.

Algumas regularidades podem ser percebidas nas cartas, entre elas, o tratamento que a mãe reserva à filha correspondente, semelhante em todas as cartas, chamando-a afetuosamente de boa e querida, sem jamais nomeá-la. As notícias da família que, como seria de se esperar nesse tipo de correspondência, são o assunto principal – os nascimentos, as dentições, os passinhos iniciais, os colégios, as artes, os casamentos, os trabalhos, as

profissões, a saúde, os negócios. As doenças recebem consideração particular, na quase totalidade das cartas a Baronesa pergunta a respeito da saúde das pessoas distantes e informa à filha sobre as condições de sua própria saúde e sobre como têm passado os parentes e conhecidos. Os comentários sobre as notícias nacionais e internacionais são esparsos, os segundos ainda mais raros do que os primeiros. Eventualmente, as eleições presidenciais de 1909 são assunto para alguns parágrafos, mas a Primeira Guerra Mundial, não.

Diários, biografias, fotografias e cartas de escritores, de políticos e de famosos são alvo da atenção de historiadores e do público há bastante tempo, os estudos sobre as escritas das pessoas comuns são mais recentes. As cartas da Baronesa, correspondência familiar, escrita ordinária de uma mulher do século XIX, preservadas no Museu da Baronesa, são versões e vestígios de experiências, de relações, de pensamentos e sentimentos. As possibilidades que as cartas da Baronesa oferecem não se esgotam nesse trabalho. Para além do encantamento e da emoção que as cartas provocam elas proporcionam um acesso a "visões contemporâneas daquele mundo"[20] a serem ainda exploradas.

As cartas da Baronesa Amélia permanecem em grande parte inexploradas. As maneiras como a Baronesa e as filhas organizavam suas vidas e famílias, seus lazeres e obrigações, seus trabalhos e ocupações, podem ser encontrados nas cartas. Esses documentos, por parciais e fragmentados que sejam os indícios, constituem uma possibilidade ímpar de acesso a alguns desses temas.

Bibliografia.

BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem Bauru: SP: EDUSC, 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos. A escrita epistolar e a História da educação. Disponível em http://www.anped.org.br/25/posteres/mariateresasantoscunhap02.rtf , acesso em 14/06/2006,

GAY, Peter. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: O coração desvelado. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

IONTA, Marilda Aparecida. As Cores da Amizade na Escrita Epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do IFCH da Universidade Estadual de Campinas. Fevereiro/2004

PERROT, Michele. A vida em família. In: PERROT, M. (Org.). História da vida privada, v.4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

ROQUETTE, JI, Código do Bom-Tom, ou Regras da civilidade e do Bem viver no século

20 Burke, Peter. 2004: 234

XIX. Organizado por Lilia Moritz Shwarcz. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SANTOS CUNHA, Maria Teresa. A Escrita Epistolar e a História da Educação. ANPED http://www.anped.org.br/25/posteres/mariateresasantoscunhap02.rtf disponível em 14/06/2006

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Pomeri: Máquina de Guerra

Priscila de Oliveira Xavier*

Resumo: Este artigo conta a história de uma batalha travada nos dias atuais. É uma escrita que aponta para as táticas do mais fracos e as estratégias dos mais fortes. Esta batalha ocorre no Centro Sócio-Educativo Pomeri, instituição de fechamento, onde estão depositados - bem a distância dos olhares dos homens bons -, adolescentes do sexo masculino entre doze e dezoito anos de idade, sentenciados ao cumprimento de medida sócio-educativa de privação de liberdade. Refletimos sobre o funcionamento de uma máquina de guerra, e sobre o modo como os "bandos nômades", traçam linhas de fuga em seu interior, o modo como esquadrinham o espaço institucional e tecem a resistência.
Palavras-chave: Poder, tática, inversão.

Summary: This article counts the history of a battle stopped in the current days. It is a writing that points with respect to the tactics of weakest and the strategies of strongest. This battle occurs in the Center Partner-Educative Pomeri, closing institution, where they are deposited - well in the distance of the looks of the good men -, adolescents of the masculine sex between twelve and eighteen years of age, sentenced to the fulfillment of partner-educative measure of freedom privation. We reflect on the functioning of a war machine, and on the way as the "nomadic bands", trace lines of escape in its interior, the way as they investigate the institutional space and they weave the resistance.
Keywords: Power, tatics, inversion.

A trama da história que será aqui encenada parte de um estudo sobre o mundo social dos adolescentes em conflito com a lei, [1] confinados no Centro Sócio-Educativo Pomeri

* Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), apriscilaxavier@gmail.com.

[1] O E.C.A., publicado no Diário Oficial da União de 16/07/1990 Seção 1, promulgado através da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 1° considera como *adolescente aquela pessoa entre 12 e dezoito anos de idade, e no artigo 104° a lei determina que são penalmente ininputáveis os menores de dezoito anos; porém como o Estatuto ainda no artigo 103° considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção*

(C.S.E.), única instituição total do estado de Mato Grosso, responsável pelo acolhimento e confinamento de adolescentes do sexo masculino entre doze e dezoito anos de idade, sentenciados ao cumprimento de medida sócio-educativa de privação de liberdade.

Tatuagens, piercings, bonés, "roupas pela ordem" [2], inversão de objetos, funk, rap, teatro, vocabulário próprio... são pistas, indícios que encontramos ao investigarmos práticas culturais, estratégias e artimanhas construídas por esses adolescentes no interior de uma máquina de guerra[3].

Estes sinais encontrados favorecerem a construção de uma escrita sobre a história de uma guerra, de uma *espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos* (FOUCAULT, 1979:176), e da percepção das linhas de fuga traçadas pelos confinados para escapar ao peso da tecnologia do poder existente e exercida nesta maquinaria, no Pomeri.

É uma guerra atual, próxima, passada entre 2004 e 2006, e que ainda não teve desfecho. Ela acontece ao nosso lado, em nosso tempo, mas escapa aos olhos, pois a visão do centro da luta é invizibilizada por um bem guardado muro.

O Palco – A Arquitetura de uma Máquina

J., segundo sua própria definição, era um jovem de 16 anos em maio de 2004, quando foi transferido juntamente com 59 adolescentes para o presídio Pascoal Ramos, localizado no bairro jardim Industriário em Cuiabá.. Lá foi colocado no módulo de aço, também chamado de "container", onde passou a viver como animal enjaulado, um quase macaco, pois, para receber a ração diária, pendurava-se com uma das mãos à grade do teto; isto obviamente após escalar as paredes, mesmo sem ter o poder do Aranha. Com a outra mão segurava a cumbuca que lhe era entregue pelos agentes, cinco vezes ao dia. Café-da-manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia. Segundo J., não comia tão bem em casa, ainda que o

---

penal, o adolescente que comete atos infracionais é denominado adolescente infrator ou em conflito com a lei. Neste trabalho utilizaremos estas denominações definidas pelo Estatuto.

[2] Expressão empregada pelos adolescentes internos no Centro Sócio-educativo Pomeri para indicar roupas "transadas", "estilosas", "maneiras", legais.

[3] Conceito desenvolvido por Gilles Deleuze em Tratado de Nomadologia: A Máquina de Guerra. In: *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia,* vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997. p. 11 , que remete não somente a uma idéia, mas a uma imagem, uma construção.

gosto do salitre colocado pelas cozinheiras tornasse a comida freqüentemente repugnante. Mas preferia, sem dúvida, estar livre e faminto, ou ter apenas o arroz e o feijão que muitas vezes sequer alimentava as seis bocas que viviam em sua casa, do que estar na gaiola em que se encontrava preso com os demais adolescentes, separados apenas por um corredor dos presos considerados "de maior". Preso desde muito jovem, mais precisamente por volta dos doze anos, quando de seu primeiro contato com as drogas, viu e viveu coisas que muito adulto nem em seus piores pesadelos ousaria sonhar. O ódio e a revolta que acumulara nesses anos, frutos da miséria, da violência policial e do confinamento, chegaram a um ponto que certo dia, indignado com uma revista feita na cela - onde seu colchão, as fotos de sua mãe, os "jumbos" recebidos de sua família, foram rasgados e jogados no piso alagado da cela pelos P.M.s – não suportou e cometeu um homicídio. Tudo por causa de um certo C. W., vulgo Polaco, segundo J. um safado[4], que também havia sido transferido para o raio três. Assim que J. o avistou, armou-se de chuço e lança e partiu em sua direção. Não baixou o olhar, e, inclemente aos pedidos de piedade ouvidos pelo corredor do longo e sinistro raio, desferiu-lhe um primeiro golpe na altura da garganta, levando a vítima ao chão. Em seguida, sem pestanejar, furou por completo o alvo corpo, e Polaco que não resistiu aos ferimentos morreu do mesmo modo que anos antes, no mesmo presídio, morrera seu pai.

O adolescente J., que gostava de ler livros de história que trouxessem na capa, em letras garrafais, as palavras Ensino Médio, para que todos soubessem o quanto era "sabido", não foi responsabilizado pela morte de Polaco, pois 58 adolescentes prontamente assumiram a culpa pelo ocorrido. É bem verdade que depois j. ter desferido os golpes os demais adolescentes arrancaram as grades da janela da cela, avançaram em direção a Polaco e a cravaram diversas vezes em seu corpo. Após a construção de duas novas alas – no mesmo

[4] Conforme consta no glossário, a palavra safado tem na linguagem dos presidiários o significado de estuprador, e é neste sentido que será utilizado em todo texto.

ano- foi transferido - assim como os demais - para o Pomeri, onde cumpriu um ano e meio de detenção e, foi solto. Atualmente é mais um presidiário do Carumbé.

***

Apresentamos a história de J. para apontar para uma máquina de guerra, *a máquina isolante da prisão, para essa máquina quase muda e cega* e para um modelo arquitetônico pensado e construído para ser um dispositivo disciplinar (DELEUZE, 2005:44).

É – *o container* - uma construção de concreto, quadrangular, de aproximadamente 40 X 40m, com chapas de aço colocadas entre as paredes duplas, o mesmo se dando com o piso. No teto, ao invés de vigas, caibros, ripas de madeira, telhas de cerâmica ou de amianto, havia uma grade, sobre a qual fora soldado um caminho, uma passarela de aço, em formato de cruz, para que de lá se enxergasse todos os cantos da construção, pela qual passavam os agentes policiais, de quando em quando para conter algum tumulto e os agentes prisionais, responsáveis não só pela vigilância constante, mas também pelo atendimento dos detentos naquilo que há de mais corriqueiro na vida da cadeia, ou seja, o servir as refeições, a água e os medicamentos.

A construção [denominada de Container ou Módulo de Aço] compõe o cenário do complexo penitenciário do Pascoal Ramos e ergue-se entre o muro que cerca os raios e o que isola todo presídio. Há, nos quatro cantos do muro-mor, quatro guaritas guardadas praticamente vinte e quatro horas por dia por policiais militares.

O alto muro erguido em torno do presídio, porém, assim como a Muralha da China, não consegue isolar os nômades, que já se disseminaram e já se misturaram física, cultural e violentamente entre os "civilizados".

O primeiro contato visual com o *container* choca. Impossível a mente não se transportar para o cenário de "O Planeta dos Macacos". Qualquer zoológico se propõe ser mais humano. A jaula, com celas cortadas por um corredor, divide os presos "de maior" [5], alojados no lado esquerdo, e os "de menor" [6] do lado direito. Em um espaço maior, e contíguo ao módulo de aço, fica a área reservada ao banho de sol. Há ainda uma cela maior com um comprido banco de cimento, emendado a uma das paredes, que serve de refeitório.

[5] São assim denominados tanto no vocabulário das prisões, quanto popularmente os presos adultos, acima de 18 anos de idade.

[6] O E.C.A. substituiu a expressão menor delinqüente por adolescente infrator, porém assim como o termo "de maior", a expressão "de menor" sobrevive, tanto no vocabulário popular quanto no das prisões.

Sobre a grade de ferro que é o próprio teto, acha-se fixado, sobre vigas de aproximadamente três metros de altura, um telhado de zinco que parece não ter muita utilidade, pois quando a chuva vem acompanhada de vento é inevitável que a água penetre nas celas. Tampouco protege do frio. Mas o que é certo é que, o calor típico de Cuiabá aquece o telhado de zinco, de modo tal que parece sempre haver fumaça subindo de uma chapa bem aquecida.

Ao visualizarmos esta construção, temos a impressão de que ela é um labirinto de quadrados. Parece que estamos dentro de cubos que estão em outros cubos, numa junção interminável, como se cada anexo, acrescido com o passar do tempo, formasse a figura de um átomo em movimento estonteante, enjoativo, elíptico.

A forma da máquina de guerra é dada não somente pelo concreto amassado por mãos de serventes, mãos metalúrgicas, mas também por aqueles que convivem cotidianamente neste espaço. São também os sons: vozes, choros, impropérios; as imagens: rostos, olhares que se esforçam para enxergar além das grades que também dão forma ao Pomeri. Não só paredes, grades, ferrolhos e arames compõem e dão visibilidade a instituição. Concreto e ferragens lhe dão forma juntamente com os sentimentos e as pessoas que o habitam... *é a lógica passional dando vida, ontem e sempre, ao corpo social. Esta lógica, tal como uma centralidade subterrânea, se difrata numa multiplicidade de efeitos, que informam a vida cotidiana...* [7] *(MAFFESOLI, 1985:15).*

Este é um dos campos de batalha, onde guerreiros nômades, desterritorializados, elaboram trajetos, linhas de fuga, que devem assim que devem ser abandonadas, esquecidas, assim que forem percorridas, visto que são traçadas à partir da artimanha de homens ordinários, que conta para o sucesso de sua ação, com o elemento surpresa, com a construção de barricadas dentro do território inimigo, que enfrenta a estratégia da máquina com a astúcia do mais fraco.

Apesar dos rituais de mortificação do eu[8] impostos pelas instituições totais e que visa anular a personalidade do indivíduo e substituí-la por uma institucional dócil, manipulável, domesticada e de todo aparato de vigilância posto em funcionamento não somente para impedir fugas, mas para fazer com que o espaço panóptico seja utilizado para o fim programado por seus idealizadores, pelo Estado, este espaço é constantemente

[7] MAFFESOLI, Michel. *A Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 15.

[8] Goffman identifica como elementos que compõem o ritual de mortificação do eu, a obtenção de uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar uma local para o internado.

reinventado. O uso desse espaço de *tratamento* que possui através de sua capacidade tecnológica a função de distribuir, classificar, analisar e individualizar a é modificado pelas *maneiras de fazer* dos indivíduos que o ocupam e que *sem sair do lugar onde* têm *que viver e que lhe impõe uma lei, eles aí instauram pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos*. (CERTEAU, 1985:93).

Sem dúvida a obstinação em escapar ao *Olho* implica em criar um novo uso do espaço. *Essas operações de emprego – ou melhor, de reemprego -... se multiplicam... com os deslocamentos que substituem maneiras ou "métodos" de transitar pela identificação com o lugar.* (MAFFESOLI, 1985:15).

O exercício de esgueirar o olhar por entre as grades, de enxergar por cima dos ombros dos agentes, ou através de pequenos pedaços de espelhos milagrosamente encontrados durante as revistas empreendidas pela P.M., ou de tampas de registro de água e de sanitários que também ganham novos usos e se transformam em espelho, compõe as táticas dos adolescentes internos no Pomeri que esquadrinham o espaço do confinamento e enxergam reentrâncias, becos, possibilidades de esconderijos, pequenas aberturas, na maior parte das vezes escurecidas ao olhar do vigia, já que esse não se esgueira na sombra com a mesma agilidade do *fraco*[9], que possui como possibilidade de enfrentamento a articulação de táticas, definidas por Certeau como:

> *...a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distancia, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo... e no espaço por ele controlado ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia* (CERTEAU, 1994: 100-101).

[9] A palavra "fraco" é aqui utilizada em relação à tática que segundo Michel de Certeau *é a arte do fraco.* Certeau faz ainda uma distinção entre tática e estratégia e parece-nos importante indicá-la já que neste trabalho estaremos lidando com o que chamaremos aqui de "fortes" – as instituições totais, o Estado... -. *Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças... toda racionalização "estratégica" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é o lugar do poder e do querer próprios. In: A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 99.

A astúcia em fazer novo uso do espaço requer um reconhecimento do lugar, uma cartografia de seus declives, dos postos de guarda, do número de vigias, das celas onde estão confinados os "mais velhos" da cadeia, os líderes ou os mais temidos, aqueles que prestam serviço na cozinha ou que estão próximo da enfermaria, em locais chaves. Deste modo percorrer o espaço do confinamento é atitude vital e sempre perseguida. Para tanto os adolescentes do Pomeri, encenam situações que permitam que este trajeto seja minuciosamente devassado e que cada pequeno lugar seja descoberto e sua localização decorada, incluindo tamanhos, composição – cimento, tijolo, aço... -.

Traçando *"trajetórias indeterminadas", aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído... e pré-fabricado onde se movimentam... num lugar ordenado pelas técnicas organizadoras de sistemas* (CERTEAU, 1994: 97), os internos se movimentam, traçam atalhos, trilhas até então encobertas.

De fato é compreensível que os bandos – os adolescentes internos – ocupem a máquina de guerra e descubram seus flancos, visto que *são grupos do tipo rizoma, por oposição ao tipo arborescente que se concentra em órgãos de poder. É por isso que os bandos em geral, mesmo de bandidagem, ou de mundanidade, são metamorfoses de uma máquina de guerra... (*DELEUZE, 1997:21). Compostos da mesma matéria, o bando vasculha o interior da máquina de guerra como guerreiros que avançam sobre o campo de batalha onde cotidianamente travam suas guerras. O campo é um espaço conhecido, familiar.

Nas instituições totais as técnicas de punição, o aparelho disciplinar precisa ser continuamente aperfeiçoado, incrementado, pois são constantemente afrontadas e invertidas, e ainda porque segundo Deleuze,

> *Não cabe dizer... que a disciplina é o próprio da máquina de guerra: a disciplina torna-se característica obrigatória dos exércitos quando o Estado se apodera deles; mas a máquina de guerra responde a outras guerras, das quais não dizemos, por certo, que são melhores, porém que animam uma indisciplina fundamental do guerreiro, um questionamento da hierarquia, uma chantagem perpétua do abandono e traição, um sentido de honra muito suscetível* (CERTEAU, 1994: 21).

Desse modo, recorrendo a táticas, artimanhas e astúcias os jovens guerreiros do Pomeri enfrentam cada disciplina imposta com uma disposição renovada para insurgirem-se e subverterem a ordem. Esses *mecanismos locais de bandos, margens, minorias... continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentarias contra os órgãos de poder do Estado* (DELEUZE, 1997:23).

A máquina de guerra e os bandos nômades coexistem num *campo perpétuo de interação* (CERTEAU, 1994: 24), porém a trajetória traçada pelos bandos no interior da máquina por vezes escapa ao olhar vigilante que diligente tenta controlá-la.

Para percorrer esse trajeto, transpor os obstáculos impostos pela tecnologia disciplinar e pelas estratégias diretivas, desenvolve-se uma ciência nômade, uma ciência de aproveitamento e uso dos espaços, forjada na posse do mínimo, na escassez, mas que eficiente insiste em burlar as determinações do mais *forte.* As conquistas deste saber dito marginal são pequenas, dependem das maneiras de usar "peças" da própria maquinaria isolante, de contar com o elemento surpresa a seu favor, das falhas abertas na vigilância. *Trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das "ações" que o fraco pode empreender* (CERTEAU, 1994:97).

As infrações cometidas pelos adolescentes, numa leitura totalmente diversa da lei e da norma podem ser entendidas entre outras coisas como uma tática de defesa contra o abuso de seu corpo já que têm a certeza de que a morte o aguarda, assim como as fugas, rebeliões, xingamentos, o atirar de fezes e urina. Para Deleuze *as formas de resistência denotam também a posição que o sujeito ocupa numa determinada socied*ade (DELEUZE, 2005:101-102). Assim também ocorre na "comunidade residencial" Pomeri.

O adolescente A.P.M., em um momento que pensava empreender fuga, mesmo com a P.M. vigiando a instituição com um contingente considerável, argumentava que:

> *... Se eles atirarem em mim não dá nada não! Quem vai chorar por mim? Não tem ninguém prá chorar não! Até Deus se esqueceu de mim aqui! Vô dizer prô cê, tô pilhado! Tô na revolta! Eu vô tentá ganhá a rua, se morrer é melhor que ficá nesse inferno. Cadeia maldita! Aqui é lugar que filho chora e mãe num vê! Desgraça!*[10]

As relações com os tipos particulares de governo e de controle demonstram a não propriedade do poder por apenas um dos grupos que encenam a trama passada entre os muros da prisão. Os momentos de tensão maior sempre colocam em questão a promiscuidade do poder, que não se fixa nem se apega às hierarquias construídas pelos agrupamentos, nem respeita as relações de força, mas atende, como diz Deleuze, *as estratégias, táticas, artimanhas...* (DELEUZE, 2005: 35).

[10] Entrevista concedida por A.P.M. à P.X. enquanto estava confinado no quarto 01 da triagem. Cuiabá, junho de 2005.

Em Deleuze e Guattari, pensamos vislumbrar as rebeliões como *mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentarias contra os órgãos de poder de Estado*; rebeliões que expressam a exasperação daqueles sobre quem a disciplina, o controle, o direito penal e a ação violenta sobre os corpos, enfim, o poder, é exercido. Maria Lúcia Karan sugere que:

> *... a idéia de pena, de afastamento do convívio social, de punição baseia-se no maniqueísmo simplista, que divide as pessoas entre boas e más fazendo com que o papel do criminoso seja também o papel do mal, do outro, do anormal, distinto das demais pessoas, pertencente a uma espécie à parte*. (KARAN, 1993: 178).

Esta espécie à parte - os adolescentes infratores - se insurge, ainda que de maneira precária, e em situação desigual de força, contra a opressão imposta pela vigilância, pelo controle e pela disciplina.

A máquina de guerra, com toda força que possui, continua a avançar sobre o campo de batalha, triturando corpos, esquadrinhando espaços, distribuindo sujeitos, utilizando o olhar panóptico para localizá-los e puni-los, porém nesse movimento bandos de guerreiros em andrajos, lançam-se sobre seu poder e antropofagicamente a devoram dispostos que estão a matar e a morrer.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia,* vol.5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. A Vida dos Homens Infames. In: *Estratégias, poder-saber*. 7.

_____. *Ditos e Escritos,* vol.5. Forense-Universitária, 2003.

_____. *Eu Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX.* Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MAFFESOLI, Michel. *A Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*. Rio de Janeiro: Graal, 1985

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Bajo los tumultos no hay nada": Edward Gibbon e Jorge Luis Borges

Gustavo Naves Franco*

Resumo: A apresentação tem como objeto a experiência de leitura da obra do historiador inglês Edward Gibbon pelo escritor argentino Jorge Luis Borges. Mais especificamente, ela refere-se à maneira como Borges se apropriou do espírito e da temática do *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1778) ao escrever a sua *Historia Universal de la Infamia* (1935), buscando representar a degradação de virtudes e ideais clássicos sob um olhar irônico em relação às aparências tumultuosas de um mundo que terá perdido seus fundamentos. Trata-se então de investigar as razões que justificariam uma retomada deste diagnóstico na modernidade, e os mecanismos que permitiram a exposição do argumento em uma obra ficcional – tendo em vista, por um lado, a trajetória intelectual de Borges, e por outro sua criatividade no ato de ler, interpretar e reinventar os textos da tradição.
Palavras-chave: Jorge Luis Borges – Edward Gibbon – Literatura Argentina

Abstract: The presentation has as object the influence of the English historian Edward Gibbon's works in the writings of the Argentine fictionist Jorge Luis Borges. More specifically, it makes reference to the way by which Borges has appropriated himself of the spirit and the thematic of the Decline and Fall of The Roman Empire (1776-1788), in writing his Historia Universal de la Infamia (1935), intending to represent the degradation of classic virtues and ideals under an ironic gaze in relation to the rioting appearances of a baseless world. Finally, it goes on probing the reasons which would legitimate a reassuming of this diagnosis in modernity, and the mechanisms that have permitted the producing of the plead in a fictional work, having in sight, by one side, Borges' intellectual track, and by the other his creativity in the act of reading, construing and reinventing the texts of the occidental tradition.
Key-words: Jorge Luis Borges – Edward Gibbon – Argentine Literature

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

I.

História Universal da Infâmia é o ambicioso nome de um livro publicado por Jorge Luis Borges nos anos 30 do século XX. Não menos eloqüentes são os títulos dos textos que integram a coletânea, como *O Espantoso Redentor Lazarus Morrel*, *O Provedor de Iniquidades Monk Eastman* e *O Descortês Mestre de Cerimônias Kotsuké no Suké*. São biografias sintéticas de personagens históricos e imaginários, cujos dados foram extraídos por Borges de diversas fontes, para depois conformá-los de acordo com os procedimentos literários que perpassam toda a obra e lhe conferem uma unidade característica. Em um primeiro momento, portanto, já se percebe que a espalhafatosa retórica que anuncia o volume e suas subdivisões obedece a um desígnio específico. Ela nos prepara para o que vem a seguir: a narrativa de magníficas crueldades e impetuosas traições, terríveis aventuras em mar aberto ou desertos longínquos, consagradas por uma paixão guerreira ou por artificiosa bravura, como em verdadeiras sagas ressonantes do passado sangrento de todos os povos. No entanto, se os enunciados são estes, o efeito alcançado por eles é muito diferente do que se pode esperar de uma epopéia. Há algo de inconsistente, de deliberadamente vago na forma como os contos são narrados. O que invariavelmente nos coloca diante da mesma pergunta: o que há por trás de tudo isto? E, já prefigurando a ironia que é de fato o elemento central da obra, a resposta é dada pelo próprio Borges em um trecho de um de seus prefácios, onde se lê:

> *Os doutores do Grande Veículo [ou Maaiana, uma das mais importantes seitas do budismo] ensinam que o essencial no universo é a vacuidade. Têm inteira razão no que diz respeito à minúscula parte do Universo que é o presente livro. Patíbulos e corsários o povoam e a palavra* Infâmia *do título é retumbante, mas tudo isso não é mais que aparência, que uma superfície de imagens.* (BORGES, 2005 [1935]: vol. 1, p. 307)

Ou seja: "Sob os tumultos não há nada".

Desde logo, e ao contrário do restante da produção literária de Borges, a *História Universal da Infâmia* é um livro de poucos enigmas. Mas nem por isso ela é menos importante para uma compreensão da trajetória intelectual do autor, que viria a forjar o cosmos de suas ficções dos anos 40, ao mesmo tempo em que dialogava com todo um conjunto de discussões do ambiente cultural argentino. Mais especificamente, são as relações entre o mundo clássico e a modernidade que adquiriam neste momento uma nova inflexão em sua obra – tendo em vista que, desde seus primeiros escritos, os modelos greco-romanos de

conformação da linguagem constituíram para ele um ideal literário a ser resgatado pelo escritor moderno. Em poemas como a *Fundación Mítica de Buenos Aires*, Borges havia manifestado até então uma clara tendência classicista, para a qual a principal motivação da narrativa seria a possibilidade de um reencontro com a épica, tomada como a verdadeira matriz de toda literatura que aspirasse ao estatuto de agente configurador da realidade. Neste sentido, ele inseria-se na tradição de homens de letras que, desde o começo do século XX, buscaram representar o território argentino como um correlato do mediterrâneo no Novo Mundo, imaculado pelos séculos de história cristã que teriam corrompido seu equivalente europeu; assim como, no passado mais imediato das guerras coloniais, pretendiam encontrar os heróis fundadores de uma estirpe que viria a reencarnar-se nos famosos *gauchos* do pampa e nos *cuchilleros* dos arredores de Buenos Aires. E o próprio mundo contemporâneo surgia então como matéria plástica a ser configurada pelo artista, de modo a preservar valores e ideais que a modernidade ameaçava em seu poder desagregador. Pois, ao mesmo tempo em que aqueles valores eram enaltecidos, as condições históricas da metrópole pareciam cada vez menos aptas e servir de ambiente para sua representação; e foram justamente estas ameaças, resumidas na imagem de um mundo em ruínas, que tornaram-se com o tempo cada vez mais expressas na obra de Borges, afastando-o daquelas intenções por assim dizer mais ingênuas de seus predecessores, e levando-o por fim a criar os mecanismos peculiares que orientaram a redação de seu livro de 1935.

Assim, se a *História Universal da Infâmia* hipertrofia os elementos estilísticos que seriam uma herança direta do classicismo, ela o faz apenas para deixar entrever o produto risível desta operação na modernidade. Daí que o autor indicasse, naquele mesmo prefácio, o aspecto barroco da obra, caracterizado como um estilo que deliberadamente esgota suas possibilidades e faz limite com a própria caricatura, ou seja, como a fase final de toda arte, quando ela exibe e exaure seus recursos. E aqui torna-se patente a noção de decadência que atravessa os textos do livro: é ela que, afinal, constitui a verdadeira fonte do desconforto que a leitura pode suscitar. Pois, quando o estilo de uma narrativa se sobressai ao ponto de expor seus mecanismos internos com tal descaramento, enclausurando-se em fórmulas pré-determinadas e levadas às suas últimas conseqüências, podemos desconfiar que há algo de errado com a substância dos assuntos ali tratados, algo que se evidencia no própria tentativa de ocultamento a que o escândalo formal do texto parece proceder. É como se houvesse restado somente a casca do que em outras eras teria sido a aparência imediata das qualidades épicas; um invólucro tornado cada vez mais exuberante e cada vez mais vazio, em que a

sofisticada elaboração de um título ou de uma imagem é ao mesmo tempo aquilo que esconde e exibe o nada que está sob os tumultos.

II.

Dito isto, é o caso de propor um meio de aproximação à obra que nos ajude a esclarecer as questões levantadas. E neste ponto a *História Universal da Infâmia* é generosa em citações e referências capazes de estabelecer vínculos com outros autores e sugerir estudos isolados. Por sinal, cada texto conta com suas fontes devidamente anotadas no final do volume, que vão desde a Enciclopédia Britânica até *As Gangues de Nova Iorque*, de Robert Asbury; e sabe-se também que o modelo geral de suas subdivisão em notas biográficas foi inspirado nas *Vidas Imaginárias* de Marcel Schwob. Mas, aos propósitos desta análise, e de certa forma para a própria compreensão do livro como um todo, nenhuma outra influência é mais importante do que a que Borges atribui à leitura da obra de Edward Gibbon em sua atividade literária naquele momento, inclusive porque o *Decline and Fall of the Roman Empire* não parece ser uma fonte imediata de dados concretos ou técnicas narrativas para a *História Universal da Infâmia*. Pode-se dizer, portanto, que a presença de Gibbon no livro é sentida de maneira mais abrangente e difusa, inspirando o *pathos* de sua concepção e fornecendo as chaves para uma leitura que vá além do deslumbramento com as proclamadas aparências de sua superfície.

O objetivo desta apresentação é apenas o de sugerir a relevância intelectual que pôde resultar do diálogo entre um historiador inglês do século XVIII e um ficcionista argentino do século XX, ambos fascinados pela força modeladora dos antigos, mas nem por isso menos capazes de perceber a ostentação formal em que esta pode se converter. E, neste sentido, alguns exemplos mais concretos devem ser dados através de uma referência mais direta à obra de Gibbon, mesmo que absolutamente desproporcional em relação aos seis volumes que a compõem. Em linhas gerais, o que o *Decline and Fall* nos apresenta em um primeiro plano é a imagem da grandeza de Roma, de seu território consolidado pela disciplina militar e pelas virtudes civis, capazes de proporcionar a paz e a prosperidade do Império em meio às ameaças que estiveram sempre ao seu redor. Porém, logo em seguida, já a ironia de Gibbon se manifesta na afirmação de que a *aparência* de uma constituição livre teria sido *decorosamente preservada* a partir de um certo momento da história romana – e é justamente este decoro que anuncia, do interior mesmo do território imperial, as sementes de sua decadência. Assistimos então a uma sucessão de imperadores que é ela própria a "História Universal da Infâmia" de Gibbon, com a minuciosa crônica das crueldades, loucuras e

baixezas dos Césares; acompanhamos a degeneração do exército, cada vez menos disposto à defesa das fronteiras; seguimos com a descrição do Senado, oscilante entre a lisonja e os planos de usurpação da púrpura; e enfim chegamos à situação dos cidadãos romanos no final do Império, entregues à ociosidade dos banhos e dos teatros, e incapazes de qualquer ação mesmo quando os bárbaros já estão às portas da cidade. Assim completa-se um ciclo que já estava prefigurado na abertura do livro, como se, após atingir o seu apogeu, Roma pudesse apenas seguir ladeira abaixo.

Mas é um outro movimento, paralelo a estes, que sobretudo interessa à análise. Refiro-me à maneira como todas as vilezas narradas por Gibbon parecem ser acompanhadas por uma preocupação cada vez maior, da parte de seus agentes, com as formalidades do exercício do poder, da força e da civilidade, cujo aparato tendia a crescer na medida inversa de seus resultados efetivos. Sobre os sucessores de Augusto, por exemplo, ele escreve que seus vícios desmedidos estavam em perfeita consonância com o "esplêndido teatro" no qual floresceram, enquanto a suscetibilidade e insegurança de Valentiniano seriam as verdadeiras causas do empedernido rigor com que condenava seus inimigos. Por outro lado, a corrupção da administração pública tinha como correlato o surgimento de estruturas cada vez mais complexas, com a criação de novos cargos e suas respectivas denominações; epítetos tais como "Vossa Sublime e Admirável Magnitude" eram conferidos aos dignatários do Império; o declínio da jurisprudência era assinalado com a elaboração de leis herméticas, que favoreciam a loquacidade retórica dos magistrados e a sutileza de seus estratagemas. A própria terminologia de Gibbon manifesta as variações de profundidade da linguagem nestes casos: o adjetivo *artful*, presente em várias passagens da obra, pode referir-se tanto à antiga habilidade militar e política dos romanos quanto à sua desenvoltura no jogo de disfarces e ardis em que a capital se converteu. (Cf. GAY, 1990: pp. 52-3).

Neste ponto vale lembrar que o *Decline and Fall* foi escrito sob o auto-proclamado ponto de vista de um "historiador filosófico". E neste caso a filosofia, como Gibbon deixa entrever em sua crítica à metafísica neo-platônica, deve voltar-se sobretudo para o campo da moral. O intelectual inglês do século XVIII estava portanto voltado para uma atividade crítica que, sem limitar-se à crônica dos acontecimentos históricos, de maneira alguma poderia prescindir deles para formular sua argumentação; a narrativa dos fatos ao mesmo tempo alimentava e submetia-se ao sentimento decadentista, numa operação em que a ironia encarregava-se de ressaltar os ideais clássicos sempre que estes fossem notadamente sentidos como uma *ausência*. Já o ficcionista argentino do século XX, ao instalar também ele um vazio sob a vistosa superfície de suas narrativas, o fazia não no sentido de apontar para valores

determináveis nesta ou naquela sociedade, mas sim para realizar uma experiência com as formas literárias legadas ao mundo moderno. Gibbon concebia a simplicidade elementar dos antigos como um fato histórico; Borges a concebia como um fato da linguagem. Gibbon procurou descrever, diacronicamente, todo o processo da conversão de transformação das virtudes romanas em trâmites formais; Borges representa a imagem sincrônica e estática da terra devastada, sobre as quais se instalam as mais etéreas figuras da estetização, em suas farsescas versões modernas. Por este motivo ele pôde situar seus contos em localidades diversas, como os mares do Oriente e os desertos do Novo México, desde que estas apresentassem ao imaginário contemporâneo uma paisagem arcaica e aberta à defesa da distinção e da honra, como símiles do que para ele significava o mundo greco-romano. Mas estes mundos e seus heróis, agora, surgiam como meros fantasmas do que um dia teriam sido; a fama e a infâmia neles se confundiam e perdiam sua consistência original; os próprios crimes a que o título da obra faz referência não são verdadeiras injúrias, mas como que repetem antigas traições para transformá-las em um passatempo ocioso.

Os protagonistas da *História Universal da Infâmia* são portanto grandes embusteiros, como o Incrível Impostor Tom Castro, e podem assumir qualquer disfarce mas estão destituídos de um rosto próprio. A freqüente enumeração de seus apelidos e pseudônimos omite seus nomes verdadeiros – se é que nos atrevemos a pensar, como afirma Borges, que tal coisa exista neste mundo. Isso lhes permite ocupar os lugares de piratas, samurais e libertadores de escravos, mas representando sempre os aspectos mais caricatos de seus personagens, em um cenário variegado e multicor, porém feito de "indisfarçável papelão". Assim, todo o livro é conformado por uma afetação verbal que se estende das descrições das paisagens à retórica dos protagonistas, não porque a linguagem seja transbordante e ilimitada, mas justamente através de seu enrijecimento em fórmulas modelares, pretensamente expostas para causar um efeito imediato. O narrador da saga de Billy the Kid, por exemplo, refere-se a uma ocasião em que um xerife teria dito ao *cowboy*: "Treinei muito a minha pontaria matando homens". No que Billy teria respondido prontamente: "Eu treinei melhor matando homens" (BORGES, 2005 [1935]: vol. 1, p. 337). Em outros contextos, talvez, o dito espirituoso poderia fazer-se passar como o produto de uma autêntica naturalidade épica; mas, no universo de que estamos tratando, a compostura e o artifício são ressaltados ao ponto de adquirir um tom patético, para não dizer que se convertem em pura canastrice.

Não por acaso, enfim, o livro se encerra com a narrativa sobre o Tintureiro Mascarado Hákim de Merv, um profeta cujos ensinamentos de horror à vida terrena podem

ser comparados aos da seita dos circunceliões, de que se ocupa Gibbon em um dado momento do *Decline and Fall*. Tanto na Roma decadente como nas páginas da *História Universal da Infâmia*, portanto, o fanatismo religioso encontrou um terreno apropriado para seu florescimento. O discurso exaltado, as imagens do martírio e a elaboração de sofisticadas cosmogonias constituem a performance que lhe é própria; e da narrativa de De Merv extraímos a afirmativa segundo a qual a Terra que habitamos é um erro, uma incompetente paródia, donde se conclui que os espelhos e a paternidade são abomináveis, porque a multiplicam e a afirmam. "A náusea" – conclui o texto – "é a virtude fundamental" (BORGES, 2005 [1935]: vol. 1, 346). Borges parece insinuar com isto justamente o tipo de valor que pode instalar-se no vazio deixado sob os tumultos, na medida em que as velhas formas já não sustentam a substância que declaram, abrindo caminho para o furor ético do monoteísmo contra os luxos estéticos da antiguidade em declínio, sendo que ambos podem criar verdadeiras aberrações. Daí que o ponderado Adriano, no retrato de Marguerite Yourcenar, se referisse à abstinência da carne como uma atividade cujos cuidados e rituais eram mais complicados que os da própria gastronomia romana. Daí que Borges viesse a constatar, no ambiente da modernidade, o surgimento de complexos sistemas políticos cujas promessas de redenção seriam equivalentes às seitas dos primeiros séculos da era cristã, sem nada dever a elas em matéria de exigências ascéticas para a realização do Reino de Deus sobre a Terra.[1]

Mas isso já nos estende para além dos limites em que pretendo ficar aqui. Pois, ao contrário de Gibbon, que avaliava, julgava e até mesmo desprezava alguns dos objetos de seus cuidados, Borges não faz mais do que expor os mecanismos internos do universo por ele criado para a elaboração de sua obra, permitindo ao leitor que estabeleça os vínculos e se surpreenda com suas próprias reações. Isso porque, para o primeiro, estavam em jogo dados concretos cujo exemplo devia servir ao processo histórico da humanidade, enquanto o segundo não via senão os mecanismos da linguagem e suas relações internas, mesmo que estas reproduzissem as relações com que a própria linguagem opera na assim chamada

[1] A discussão nos remete à *Genealogia da Moral*, de F. Nietzsche, em que o dístico do embate entre Roma e Judéia assume o centro do palco da História Universal. A relação do autor com o mundo clássico é mais imediata e incondicional que as de Gibbon e de Borges; para ele, o modo nobre de valoração do mundo terá sido sempre o mais apropriado para o desenvolvimento das qualidades do homem, enquanto o plebeísmo judaico seria a vitoriosa gangrena alimentada pelo Advento. Nietzsche, portanto, não considera o declínio do Império em suas causas internas, que teriam levado ao esvaziamento das virtudes, mas somente como decorrência do surgimento de uma outra escala de valores, substituindo a força modeladora e heróica por sentimentos informes e apequenados. O filósofo não se refere a qualquer processo de decadência ou degeneração próprio ao mundo clássico; mesmo a nobreza francesa do século XVIII, para alguns autores a própria imagem de uma redução da forma à categoria da *etiqueta*, seria para Nietzsche uma autêntica representante das mais elevadas aspirações humanas, tendo sucumbido ao ressentimento novamente proclamado na figura da Revolução.

realidade. Pois ambos, em suma, estavam ocupados com as questões de seu tempo, e em seus devidos campos de atuação utilizaram-se de uma singular perspicácia para inserir no debate cultural obras que permanecem como motivo de crítica, estudo e simpatia. Deixo portanto apenas sugeridas as conclusões mais específicas que podem ser extraídas da análise, e de um modo geral espero que o caso forneça algum subsídio para que possamos pensar uma das tantas conexões possíveis – guardadas as devidas diferenças – entre o discurso literário e o discurso histórico.

Referências Bibliográficas

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005, 4 vols.

GAY, Peter. *Gibbon: um cínico moderno entre os antigos.* In: ___. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burkhardt. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. Organização e introdução Dero A. Saunders; prefácio Charles Alexander Robinson, Jr; tradução e notes suplementares José Paulo Paes. Edição abreviada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sexualidade nos tempos de repressão: prazer, corpo no discurso da imprensa de Brasil e Argentina

Maria Cristina de Oliveira Athayde*

Resumo: Objetivo nesta comunicação analisar de que maneira temas relacionados à sexualidade, prazer e corpo foram apropriados e discutidos pelos movimentos de mulheres e feministas em alguns periódicos no Brasil, Argentina e Chile, no período de 1974 a 1985. Pretendo neste estudo pensar a sexualidade e a percepção corporal, assim como as questões relacionadas ao prazer, pelo viés das relações de gênero.
Palavras-chave: Sexualidade, feminismo, ditadura.

Abstract: Objective in this communication is to analyze how subjects related to the sexuality, pleasure and body were appropriate and had been argued by the movements of women and feminists in some periodic ones in Brazil, Argentina and Chile, in the period of 1974 the 1985. I intend in this study to think the sexuality and the corporal perception, as well as the questions related to the pleasure, through of the sort relations.
Keywords: Sexuality, feminism, dictatorship.

No meu trabalho de conclusão de curso, estudei como Marta Suplicy problematizava em seus escritos questões como sexualidade, prazer e consciência corporal. No decorrer das primeiras leituras realizadas, muitas indagações surgiram. O que vem a ser sexualidade, corpo? A sexologia é uma ciência? Como a História e também as Ciências Sociais abordavam essas categorias? O meu leque de leituras foi obrigatoriamente sendo ampliado. Num primeiro momento, uma constatação: eu mesma não tinha a menor idéia do que era sexualidade e fui em busca de conceitos e de leituras que pudessem me esclarecer. Mas afinal, o que vem a ser sexualidade?

Anthony Giddens (1993: 35) nos dá uma primeira noção do que ela é, mas o autor já se utiliza de um conceito moderno no momento em que a sexualidade está desvinculada da

* Mestranda do Programa de Pós-graduação História da UFSC, bolsista CNPQ.

reprodução. Ressalto que essa desvinculação é uma característica mais acentuada da sociedade ocidental onde os métodos contraceptivos estão mais acessíveis a um número maior de mulheres e homens, assim como as novas tecnologias reprodutivas. "A sexualidade plástica é a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução, [...] liberta a sexualidade da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina". Este excerto é exemplar para contemplar o recorte temporal abarcado pela presente pesquisa e as mudanças ocorridas naqueles efervescentes anos de 1960.

Podemos pensar a sexualidade como socialmente construída e entendida dentro de um contexto. Percebo sexualidade como um conjunto de emoções, sentimentos, fantasias, desejos que vivenciamos ao longo de nossa existência em busca do prazer. Mas e a historiografia, como tematiza a sexualidade, o corpo e o prazer? Ao ler o artigo de Marta Suplicy "O homossexualismo, da história para a luta política" deparei-me com a crítica da autora de que a sexualidade humana foi pouco estudada pelos historiadores "que sempre se preocuparam mais com os aspectos econômicos e políticos da sociedade" e que "a maioria do material histórico sobre sexualidade não é constituída de dados, mas de opiniões e mexericos de cronistas da antiguidade" (1984: 81-83).

Mas como apontam Richard Parker e Regina Maria Barbosa, a partir da metade da segunda década de 1970 há um *boom* de estudos sobre sexualidade nas Ciências Sociais, incluindo aí a História. Os autores destacam que várias seriam as razões para o aumento de estudos sobre sexualidade, contudo foi muito importante o surgimento dos estudos de gênero, assim como uma área de estudos gays e lésbicos (PARKER e BARBOSA, 1996).

E quando abordamos a temática corpo? O corpo feminino aparece como um lugar de significados e representações, como um corpo que pode ser confiscado, analisado, investigado; um alvo de normatizações e de políticas de reprodução.

O que se percebe num sucinto levantamento empírico é que os temas mais pesquisados pela historiografia em relação ao corpo estão relacionados às intervenções e representações que se faz dele. No livro O corpo feminino em debate as autoras nos mostram como a historiografia e as ciências humanas vêm tematizando o corpo em seus diversos recortes temáticos (MATOS e SOIHET, 2003).

Como integrante de um grupo de pesquisa[1] tive acesso aos periódicos feministas Mulherio e Nós Mulheres. Fichando e fazendo sumários desses periódicos percebi que a sexualidade, o prazer e o corpo eram abordados de maneiras diferentes da que eu via em

[1] Participei como bolsista de PIBIC (2004-2005) do projeto Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985) coordenado pela profa. Joana Maria Pedro.

Marta Suplicy. Será que realmente existia uma forma de abordagem diferenciada entre as militantes feministas, dependendo do lugar de onde se falava? Partindo desta observação e desse primeiro contato com a fonte de pesquisa, encontrei naquele momento o objeto e a uma das fontes da pesquisa que estou desenvolvendo.

"Encontrei-me" com Rose Marie Muraro, e lendo seu livro Memórias de uma mulher impossível deparei-me com a seguinte afirmação: "(...) foi muito importante na década de 70 o aprendizado da sexualidade pelas mulheres de classes populares. Com esse e outros programas [refere-se ao programa TV Mulher da TV Globo], a cabeça do povo brasileiro mudou. Tornou-se diferente do resto da América Latina, que é muito atrasada em matéria de sexualidade até hoje." (1999:181).

Está afirmação me levou a indagar como a autora podia afirmar que somos mais avançados em relação a vivenciar, experimentar e debater a sexualidade. Instigada com essa dúvida, que pode ser confirmada ou não, comecei a pesquisar esses temas em periódicos que constam do acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História. Até este momento da pesquisa não obtive essa confirmação.

Durante a realização da pesquisa empírica constatei que no Brasil a imprensa feminista alternativa teve um número considerável de publicações[2], mas quase sempre restritas a círculos alternativos – entendo como alternativo o que naquele momento não estava inserido num espaço de visibilidade maior como bancas de revistas –, pois esses periódicos eram distribuídos em sindicatos, associações e clubes de mães e a maior parte de sua renda provinha das assinaturas que conseguiam angariar.

Em 1976, inicia-se a breve história, mas não menos importante, do jornal feminista Nós Mulheres, editado por militantes feministas participantes do grupo clandestino Debates. O periódico circulou de 1976 a 1978. Em suas 8 edições podemos encontrar assuntos relacionados tanto a temas ligados à luta geral, como às lutas específicas do movimento feminista. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, defendia em suas páginas um "programa de transformações que incluíam a liberalização do aborto e do divórcio." (1996: 11).

Em 1981 vemos surgir Mulherio. Esses dois jornais, juntamente com Brasil Mulher,[3] "marcam o nascimento e o desenvolvimento de um feminismo moderno no Brasil" (ARAÚJO, 2000: 160), influenciados sobretudo pelo movimento feminista francês, já que

[2] Elizabeth Machado relata a existência de 32 periódicos feministas de 1974 a 1985.
[3] O periódico Brasil Mulher publicado em 1975 não será objeto desta pesquisa, pois entendo que ao escolher o Nós Mulheres e o Mulherio como um dos objetos de pesquisa estarei abrangendo uma parte significativa da imprensa feminista alternativa do período.

entre as editoras tínhamos militantes políticas que voltavam do exílio na França, e com menor influência do feminismo norte-americano.

A partir de 1974 vemos o surgimento da publicação Isis. Até o ano de 1984 foi editada concomitantemente em Genebra e Roma, mas por mulheres latino-americanas; em 1984 passou a ter sede em Santiago do Chile. Lembremos que o período estudado foi a época de regime militar no Brasil, Argentina e Chile, assim como e na maioria dos países do Cone Sul. Quero dizer com isso, que algumas das mulheres que escreviam nesses periódicos eram tanto militantes feministas quanto de esquerda e que ainda percorreram uma jornada em comum como exiladas políticas.

Fernanda Gil Lozano em seu artigo "Las experiências de la 'segunda ola' del feminismo en Argentina y Uruguay", nos relata uma sucinta mas importante história do movimento feminista na Argentina e Uruguai, fazendo algumas incursões ao Chile. Assim como no Brasil, várias feministas realizavam uma dupla militância, eram militantes feministas e militantes políticas e, assim como as brasileiras, no regime militar as argentinas tiveram como destino o vizinho Chile. O que acarretou estas múltiplas experiências a mulheres que tinham como utopia a transformação da sociedade de então? Em partidos ditos de esquerda, aparentemente já havia uma "igualdade" mas sempre as questões específicas ficavam em um segundo plano. Questões como sexualidade eram temas menores que seriam pensados, refletidos a posteriori e, naquele momento, teoricamente apenas as feministas burguesas "perdiam" tempo com isso. (LOZANO, 2006: 886-887)

A autora pontua os mesmos desencontros entre militantes feministas e as de movimentos de mulheres quando o tema é a sexualidade e principalmente o aborto. As participantes do movimento de mulheres consideravam-no "excessivamente provocativo". Com a criação da Frente de Luta pela Mulher houve solicitações em torno da igualdade de oportunidades, da difusão e do uso de pílulas anticoncepcionais, do aborto legal e gratuito, assim como da não discriminação da mãe solteira. Tudo isso aconteceu no ano de 1975, declarado Ano Internacional da Mulher.

No Brasil, a luta pela legalização do aborto era um ponto nevrálgico. Não podemos esquecer que a Igreja era uma aliada importante na questão da luta pela anistia e contra a ditadura e era, e ainda é, terminantemente contra a prática do aborto, como apontam as pesquisadoras Maria Lygia Quartim de Moraes e Cynthia Sarti.

A pesquisadora Cynthia Sarti (2004: 39), ao fazer uma análise do feminismo brasileiro da "Segunda Onda", ressalta as relações que foram feitas entre diversas instituições e organizações, o que reflete bem o momento vivido no Brasil daqueles anos de 1970. Quase

não havia possibilidade de descolar o movimento de mulheres da Igreja Católica na luta contra a ditadura, o que, segundo a autora, gerou "uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. "(...) o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos 'grupos de reflexão', sem ressonância pública."

Num primeiro momento do movimento feminista no Brasil a vinculação da maioria das militantes era com a esquerda marxista e consequentemente com a luta geral; isto quer dizer que as demandas especificamente relacionadas com as mulheres só poderiam ser atendidas após o fim da ditadura militar e da implantação de uma sociedade socializada.

O que podemos perceber até o estágio atual da pesquisa é que nos jornais analisados da década de 1970 havia uma explicitação maior de temas relacionados às questões que envolviam a reprodução e o corpo feminino. É interessante perceber que na edição nº. 1 de Mulherio apenas um artigo faz referência explícita à sexualidade. Trata-se de uma carta endereçada à revista Capricho, que as editoras de Mulherio responderiam de uma forma diversa. Este número é composto de 16 páginas; a palavra sexualidade é referenciada 14 vezes, mas em sua grande maioria em títulos de livros e como tema de pesquisas. Em outro artigo, de autoria de Inês Castilhos, a jornalista relaciona temas como prazer, dor e maternidade. "Penso também que esse mesmo prazer muitas vezes nos afasta do homem, que poucas mulheres vivem a maternidade sem contradição com a sua sexualidade." (1981: 09)

Aí vemos surgir a palavra sexualidade em um contexto mais próximo do que estou analisando, mas mesmo assim essas palavras estão muito próximas de um feminismo diferencialista.

Inês Castilho estava referindo-se a uma mulher entrevistada por ela que afirmava que "não conseguimos conciliar prazer sexual com o ser mãe, numa sociedade que nos divide em 'santas' e 'putas'."

Uma das demandas do movimento feminista que reacendeu a partir da década de 60 do século XX é o direito ao corpo, bem expressada no slogan "nosso corpo nos pertence" que denota como as mulheres e as militantes do movimento feminista do ocidente, mais especificamente Europa Ocidental e América do Norte, estavam buscando conquistar direitos até então negados sistematicamente à metade da população, mas que ainda era uma minoria política. Direitos sexuais e reprodutivos que em alguns países como Brasil e países do Cone Sul até hoje permanecem negados. Mas para essas ativistas e também para mulheres que não se identificavam com o movimento feminista, o caminho percorrido foi permeado por lutas e

algumas conquistas, onde podemos perceber que, mesmo com direitos conquistados no âmbito legal, pouco se alterava quanto às relações cotidianas.

O "amor livre" pregado pelos *hippies* e defensores da contracultura encontrava eco em algumas das militantes feministas entrevistadas por Anette Goldberg.

Cada uma delas salienta a dificuldade que encontrou em optar por se tornar uma mulher moderna, uma transgressora, indo contra a moral vigente da sociedade ocidental na qual os papéis a serem ocupados pelas mulheres já estavam pré-definidos. Ao optar por deixarem de se manter "virgens", essas mulheres enfrentaram obstáculos que iam além de uma crise de consciência. Como não engravidar, como se manter "virgem" e permanecer com o namorado, que buscava realizar seus desejos sexuais com outras mulheres. A pílula anticoncepcional poderia ter sido a facilitadora para a formação de uma nova mentalidade, mas as entrevistadas deixavam claro que primeiro era necessário encontrar uma médica "mais avançada e moderna" para depois encontrar coragem suficiente para entrar numa farmácia com a receita e comprar o medicamento. (GOLDBERG, 1987: 22-23).

Em alguns artigos publicados em Isis percebemos, como no de Marta Lamas, uma preocupação em levar às leitoras uma informação mais detalhada em relação às questões que eram debatidas no momento e que afligiam a muitas delas e às mulheres em geral, como a questão do orgasmo a qualquer custo e o temor da frigidez. É interessante perceber que passamos de aprisionadoras de homens pelo estômago a aprisionadoras de homens pelo sexo**.** (1983: 6-10)

As mulheres da década de 1950 aprendiam receitas culinárias para "agarrar o seu homem"; vemos aí uma inversão que, de qualquer forma, ainda obriga a mulher a conquistar. Claro que não podemos cair no maniqueísmo e ou na inversão dicotômica. Como disse anteriormente, a liberação sexual rompeu com barreiras e preconceitos, apontou caminhos e alternativas nos relacionamentos, mas muitas mulheres se viram "obrigadas" de uma hora para outra a ter orgasmos, e não bastava um, tinham que ser múltiplos. E como fazer? Algumas dessas mulheres não tinham o mínimo conhecimento de seu corpo (lembremos de que nossas avós ou bisavós usavam um lençol entre elas e seus maridos para ter o intercurso sexual). E agora? Sim, das nossas bisavós até aqueles anos de 1970 e 1980, quase todas estudamos, éramos liberadas, decididas mas então como explicar o que se segue:

> *Nos dias de grupo de reflexão em que eu falava: 'Eu nunca gozei', a outra também dizia que nunca tinha gozado e como era isso. E num grupo de reflexão, aqui no Rio, uma amiga minha me ensinou a tirar a cúpula do chuveiro e deixar a água cair*

> *no clitóris e aí foi o meu primeiro orgasmo.*[4] *(TOSCANO e GOLDBENBERG, 1992: 55).*

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, mesmo que houvesse uma conscientização de que as mulheres eram oprimidas e que muitas feministas buscassem entender naqueles anos de 1960 e 1970 quais as razões da opressão feminina, naquele momento encontraram no patriarcado a razão primeira dessa opressão. A autora reconhece que a dificuldade maior residia na conscientização de as feministas se perceberem como objeto da opressão; no entanto, o primeiro editorial do Nós Mulheres trazia a frase: "somos oprimidas porque somos mulheres". Ainda segundo Maria Lygia, esse editorial foi de fundamental importância porque denunciava a "dupla moral sexual e a repressão sexual" e por "ter sido a primeira publicação de feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista." (1990: 23).

Por estas palavras podemos perceber como as relações de gênero entre feministas e mulheres em geral foram pensadas naquele momento dentro de um contexto histórico específico. Eram mulheres brancas, intelectualizadas, classe média e que em sua grande maioria não necessitavam de um emprego remunerado, que viajavam para o exterior como companheiras dos maridos e que iam continuar seus estudos. A hierarquia se estabeleceu, as outras eram as operárias, as que deveriam ser libertas do jugo da opressão.

Há muito tempo, sexualidade e reprodução estavam como que imbricadas. Reprodução e sexualidade, claro que femininas. Inicialmente, sexualidade era vista como ligada apenas a relação sexual, mas hoje podemos pensar sexualidade como uma dimensão fundamental do ser humano, que implica sexo, gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo, afeto, amor e reprodução. Experimenta-se e se expressa em pensamentos, fantasias, desejos. A sexualidade é o resultado da interação de fatores biológicos, psicológicos, sócio-econômicos, culturais, éticos. (CEPAL, 2006).

> *Tradicionalmente, as mulheres têm vivido a sexualidade do lado do silêncio. Até a década de 60, eram praticamente inexistentes, na literatura, na música popular, na ciência ou na história, depoimentos femininos que descrevessem a maneira como as mulheres viviam seus desejos e prazeres. (RIBEIRO, 1981?: 153).*

[4] Depoimento de Branca Moreira Alves.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
CASTILHOS, Inês. Entre a solidão e a plenitude. Mulherio. Ano I, nº. 1, maio-junho 1981.
GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
LAMAS, Marta. La mujer y la problemática sexual. Isis – Boletín Internacional de las Mujeres, nº 13, enero-marzo 1983. Pp. 6-10.
LOZANO, Fernanda G. Las experiências de la "segunda ola" del feminismo en Argentina y Uruguay. In: MORANT, Isabel. Historia de las mujeres en Espana y América Latina: del siglo XX a los umbrales del XXI. Vol. IV. Madri: Cátedra, 2006. Pp. 881-902.
MACHADO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista pós-1974. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), USP, SP, 2004.
MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel (org.). O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, 2003.
MORAES, Maria Lygia Quartim de. Vinte anos de feminismo. Tese (de livre-docência Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP/ SP, 1996.
_____ A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara, SP: UNESP, 1990.
MURARO, Rose Marie. O feminismo nos anos 70. In: _____. Memórias de uma mulher impossível. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1999. Pp. 165-184.
PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. Introdução. In: _____. Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. Pp. 7-13.
RIBEIRO, Mariska. É preciso escutar o próprio corpo. In: PROJETO MULHER (org.) As mulheres em movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. Pp. 153-156.
SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revistando uma trajetória. Estudos Feministas. Vol.12, n.2, maio-agosto 2004. Pp. 35-50.
SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Miriam. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

Fonte:
Disponível em: <www.cepal.org/publicaciones/xml/4/23024/PSE2005_cap4_salud.pdf., p. 241>. Acessado em 20 agosto de 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Paidéia de Cristo nas Reduções Guarani do Itatim

Neimar Machado de Sousa[1]

Resumo: A comunicação é parte de pesquisa em andamento no PPGE/UFSCar e consiste na análise do projeto de levar a paidéia jesuítica aos índios *itatines* nas missões espanholas do Itatim (1631-1659) no Vice Reino do Peru. Metodologicamente, o estudo considera a educação jesuítica e o embate pela transformação dos costumes destes índios levada a cabo pela educação jesuítica nestas reduções mediante a leitura das orientações catequético-pastorais da Companhia de Jesus. No contexto colonial dos séculos XVI e XVII de expansão das fronteiras do reino, da fé e viabilização econômica da colonização espanhola na fronteira não era possível separar os projeto colonial do religioso. Assim, a esperança da viabilização econômica dos *pueblos* coloniais passava pelos soldados de Cristo encarregados de reduzir à civilização os pagãos do Novo Mundo.

Palavras-Chave: Fundamentos Históricos da Educação; Companhia de Jesus; *Itatines*.

Abstract: This communication presents the partial results of a research in process in the São Carlos' University , São Paulo, Brasil, that consists of the analysis of the project of taking the Jesuit or Christian Paidea for the Indians of the spanish missions of Itatim, area of Prata River in the century XVII. The analytical method consists of the study of the Jesuit education and the battle for the cultural transformation these Indians tried by the Jesuit education in these reductions. The primary sources are the education guidelines and catechetics of Jesus' Company for this province. In the colonial context, centuries XVI and XVII, the objective was expansion of the borders of the kingdom, faith and economical viabilization of the spanish colonization in the border. In that time, it was not possible to separate them project colonial of the religious person and the hope of the economical viabilization of the colonial villages Christ's soldiers to reduce the indigenous societies of the New World in name of the faith and of the king.

Keywords: Foundations of the Education; Jesuit education; *Itatines*.

[1] Professor e pesquisador na Universidade Católica Dom Bosco. Doutorando em Educação no PPGE/UFSCar. Bolsista da FUNDECT/MS. E-mail: n-machado@uol.com.br

I. Introdução

1. Delimitação do tema

Esta comunicação resulta de uma proposta de pesquisa ainda em desenvolvimento no PPGE/UFSCar que tem como tema a educação jesuítica e a colonização na frente missionária do Itatim, no período entre 1630 a 1659. A região foi palco onde se desenrolou complexa trama entre os índios Guarani, Guaná, Guaicuru, a frente jesuítica de expansão da fé e as expedições escravistas tanto de São Paulo como de Assunção.

Evidentemente, não é possível deixar de associar do ponto de vista histórico a fundação de colégios jesuítas em São Paulo (1554) e Assunção (1598) e o avanço da colonização que permitiu a conquista dos indígenas, sua realocação espacial de aldeia para redução, inserção de novos costumes como o casamento cristão, mudança de casas coletivas para casas individuais, aprendizado de nova língua, religião, e muitas outras práticas que vieram junto com as sotainas jesuíticas.

2. Delimitação espaço-temporal

A título de tempo cronológico, estes conflitos ocorreram no período compreendido entre a destruição das missões jesuíticas do Guairá (1628) e a destruição das missões do Itatim (1659) com o deslocamento de grande contingente indígena para a região abaixo do rio Apa (*Guaviaño*) e a retirada estratégica de muitos outros para as matas de difícil acesso na região do rio Brilhante e Serra de Maracajú, entre 1630 e 1670, aproximadamente.

A título de tempo histórico, a delimitação é mais ampla. Na região do Itatim, há que se identificar uma pedagogia relacionada aos exercícios espirituais de Inácio de Loyola, fundador dos jesuítas, inspirado numa cosmologia parcialmente medieval, além do dualismo de inspiração platônica entre bem e mal, o *Ratio Atque Instituto Studiorum* (1599), um programa educacional desenvolvido pelos jesuítas a partir das experiências em seus colégios e aplicado, com adaptações locais nas missões jesuíticas, entre elas a do Itatim na catequese dos índios *itatines*.

3. Histórico

O topônimo guarani Itatim é de origem indígena, significa Pedra Branca, está presente na literatura colonial desde o século XVI e surgiu do entrechoque e do caldeamento entre os colonos de Assunção e alguns índios nos vários portos naturais próximos à

desembocadura do rio Miranda (antigo *Mbotetey*) no rio Paraguai. Geograficamente, o Itatim é limitado ao norte pelo rio Taquari, ao sul pelo rio Apa, a leste pela Serra de Maracajú e a oeste pelo rio Paraguai. Atualmente, esta área se encontra no estado de Mato Grosso do Sul e pantanal mato-grossense.

Assim que chegaram às terras do Prata, por volta de 1609, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever, a contar, a cantar e a batizar. O propósito de alfabetizar não necessariamente fruto de um ímpeto humanizador, era mudar a mentalidade, ocupar o território, reduzir os índios à vida civilizada e criar uma nova nobreza indígena mais dócil aos misssionários tanto do ponto de vista política, mas também no sentido de alimentar os missionários com mel, milho, peixe e caça. Por outro lado, em troca os jesuítas garantiam vagas em suas escolas para os filhos destes caciques como retribuição política pelo apoio, além da oportunidade para converter ao cristianismo os futuros líderes indígenas. Os planos da missão do Itatim, nas terras da governadoria[2] do rio Prata são do Pe. Diogo de Torres, primeiro provincial da província do Paraguai e seu projeto era expandir as missões pela província *Paraquaria*, pelo Chaco até o Amazonas. Desta maneira, a educação e colonização do território caminhavam juntas nas terras do novo mundo tendo em vista um maior controle sobre a mão-de-obra indígena necessária nas terras de fronteira para o sucesso da colonização.

A prática pedagógica dos jesuítas na América espanhola não diferiu muito da América portuguesa. Dedicaram-se à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever.

Nas duas escolas do Itatim a regulamentação básica era Plano de Estudos, o *Ratio atque Instituto Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*. Tradicionalmente, os jesuítas não se limitavam ao ensino das primeiras letras, mas principiavam por elas. Além do curso elementar, eles mantinham os cursos (disciplinas) de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. Na opinião de PAIVA (2000), a educação ocorria nos colégios e nas missões permanecia impávida como se fosse um mundo à parte do colonial *extra muros* onde imperava o pecado.

No momento da conquista, os índios ficaram entre interesses os mais diversos: os povoados de colonos desejavam integrá-los ao processo colonizador na qualidade de mão-de-obra por meio da *encomienda*; os jesuítas desejavam convertê-los ao cristianismo e aos

[2] Segunda etapa da administração espanhola nasterra do Prata. A primeira forma de organização foi o adelantado, depois, a região foi dividida em duas governadorias (Assunção e Buenos Aires) até a criação do Vice-reino do rio da Prata, já no final do século XVII.

valores europeus; os colonos estavam interessados em usá-los como escravos. Os jesuítas então pensaram em afastar os índios dos interesses dos colonizadores e criaram as reduções ou missões[3], no interior do território. Nestas missões, os índios, além de passarem pelo processo de catequização, também são orientados ao trabalho agrícola, no caso do Itatim, a erva-mate, que garantia uma fonte de renda para o pagamento do tributo dos súditos indígenas para a coroa, além de movimentar toda a economia da região do Prata e impedir o pagamento do tributo em forma de trabalho (*encomienda*).

4. Problema

As missões jesuíticas, ao contrário de seus propósitos propugnados nas cartas ânuas, poderiam ter cumprido outros objetivos como o de introduzir modificações na dinâmica social das populações guarani na região do Itatim que interessariam para o sucesso da colonização espanhola no Prata como, por exemplo, a sedentarização, reordenação espacial da aldeia, dos horários, da economia, transformação da língua em função de uma nova religiosidade.

A própria noção de redução implicava em descimento de índios para um povoado. Em contrapartida, a concentração de índios nos povoados reducionais facilitou a dos índios, o que contribuiu decisivamente para facilitar a captura deles pelos colonos, que conseguem, às vezes, capturar todos os índios reduzidos nas missões. Na opinião de Amarílio Ferreira Júnior (2000),

> *na ação da catequese propriamente dita, os padres combatiam os elementos centrais da cultura indígena: a antropofagia, a nudez, a poligamia e o nomadismo. A escola [...] constitui, pois, um dos pilares ideológicos sobre o qual se consolidou a ordem colonial [...]*

Os jesuítas, na condição de mentores da educação e catequese nas terras espanholas, também foram essenciais na ampliação das fronteiras, na contratação de trabalhadores por outro meio da catequese, e não do cunhadismo, durante aproximadamente dois séculos, até 1768, quando foram expulsos das colônias hispano-americanas.

Dentro da categoria educação, temos de incluir a catequese e no bojo desta a conversão ao cristianismo. Evidentemente que esta conversão implicava na mudança dos costumes (*teko yma*[4]) e substituição das lideranças que se opunham às mudanças.

---

[3] Os termos missão ou redução, frequentemente utilizados como sinônimos, merecem uma atenção especial por serem distintos. O processo reducional é de longa duração e os termos sofreram mudanças de sentido neste período. A distinção mais clara será desenvolvida durante a pesquisa com base nos trabalhos de Ronaldo Vaifas, Cristina Pompa, Regina Maria Celestino, John Manuel Monteiro e Arno Alvarez Kern.

[4] Da língua Guarani: Nossos bons costumes de antigamente, costumes tradicionais.

A educação catequética (*teko pyahu*[5]) jesuítica promovida nas missões de Nossa Senhora da Fé do Taré e Santo Inácio de Caaguaçu foi parte de um processo maior que promoveu uma descontinuidade no processo histórico vivido por estas sociedades indígenas.

5. Hipóteses

Na região fronteiriça do Itatim, tentativa de colonização do imaginário, educação, imposição de um padrão cultural diferenciado e conquista do território seriam elementos distintos de uma mesma pedagogia interligados em torno do sistema colonizador como acenou indiretamente Antonio Ruiz de Montoya (1985) em sua Conquista Espiritual.

A formação da Companhia de Jesus no contexto ibérico e num período de transição entre o feudalismo e a revolução comercial teria influenciado a didática utilizada pelos jesuítas no Itatim, ao transferir a terminologia de infiéis/gentios atribuída para os inimigos da cristandade ibérica para os índios da região onde se instalaram as missões;

Os índios não teriam sido meras vítimas inocentes do processo de colonização iniciado por volta de 1538 na região do Prata, mas teceram estratégias de enfrentamento e negociação com os missionários ao aceitarem a redução em troca dos benefícios econômicos e políticos tanto em nível interno, ao fortalecer determinadas lideranças, quanto externo ao garantir melhores condições de troca frente aos encomendeiros espanhóis, nos negócios de erva-mate;

A catequese entre os índios na Frente Missionária do Itatim não foi um empreendimento simples, tendo em vista, que não bastava batizar os neófitos para transformá-los em cristãos "civilizados", assim foi necessário adaptar as linhas gerais de evangelização propostas pela administração central européia da Companhia de Jesus em terras do Prata. Para a confirmação desta hipótese será preciso uma análise mais cuidadosa das diretrizes pedagógicas de catequese na região propostas pelo superior dos jesuítas em Assunção (Sínodo de Assunção, recentemente publicado pelos jesuítas da Universidade Católica de Assunção) e outras orientações do provincial[6] jesuíta Felix de Zurbano publicadas na Coleção de Angelis, além da comparação com as cartas dos missionários jesuítas que atuavam nos aldeamentos da costa da América portuguesa;

Do lado indígena, os principais fomentadores dos costumes tradicionais Guarani (*teko yma*) que se opunham e pela adaptação das novas práticas cristãs ao universo simbólico indígena foram os xamãs (Diego Paracu, Luiz Tataguaçu, Ñanduabuçu entre outros);

[5] Nosso novo modo de ser em contraposição ao costumes tradicional.
[6] Superior dos jesuítas do Paraguai residente no colégio da Companhia em Assunção e responsável pela missão no Itatim.

A educação jesuítica no Itatim era de caráter catequético e visava a negação das instituições culturais e simbólicas dos indígenas mediante a associação destas práticas com feitiçaria ou práticas demoníacas por meio de uma chave de interpretação presente na cultura indígena e também no imaginário medieval do europeu;

Os indígenas adultos foram os mais resistentes à catequese jesuítica e, em contrário, os jesuítas concentraram seus esforços na educação dos mais jovens na escola das missões de Nuestra Señora da Fé e Santiago de Caaguaçu. Antes da alfabetização o combate à tradição indígena era feito mediante teatro, músicas, cantos, pregações e introdução no Itatim de índios já catequizados, trazidos das missões do Guairá;

Os jesuítas procuraram desenvolver um vocabulário, usando termos próprios da língua guarani para associá-los aos dogmas e doutrinas cristãs e assim propor a substituição dos elementos da mitologia indígena;

Os indígenas do Itatim, conhecidos na literatura colonial sob o nome de *Itatines* seriam uma população heterogênea, majoritariamente, Guarani ou apenas grupos distintos, fragmentados em parentelas agrupadas em diversas aldeias (*tekohá*), nem sempre da mesma etnia, mas cuja característica geral era o uso da língua Guarani.

II. Objetivos

Investigar os princípios fundamentais da educação jesuítica entre os índios *itatines* relacionando a catequese como conversão e a ocupação espanhola do território indígena que implicou no estabelecimento de processos de negociação estabelecidos a partir do contato indígena com os missionários jesuítas, colonos, encomendeiros espanhóis e bandeirantes paulistas.

Esclarecer a associação entre os objetivos educacionais da Companhia de Jesus, civilizatórios da empresa colonial espanhola e o processo de conquista luso-espanhola da região do Itatim;

Contextualizar as missões do Itatim a partir da escola e a escola dentro da dinâmica política e econômica da época.

III. Metodologia

O método analítico é o hermenêutico, ou seja, histórico-interpretativo. História da educação privilegia o modelo europeu e ocidental de educação que devia ser reproduzidas nas

terras do novo mundo não considerando a possibilidade de que as sociedades não ocidentais tivessem uma educação não-escolar e baseada em outra lógica. Sendo assim, o primeiro conflito que correu na América foi entre as visões de mundo entre os colonizadores-catequizadores-educadores e os modelos tradicionais de produção-reprodução materiais (economia) e imateriais (simbólicos) da vida pelos povos indígenas. O modelo adotado não poderá evidentemente ser unicamente dialético, tendo e vista que no Itatim há muitos envolvidos no processo educacional, nem sempre claramente antagônicos.

Outro ponto fundamental desta análise será o diálogo com a chamada História Cultural dentro do contexto híbrido conhecido como Estudos Culturais.

Ao trabalhar com fontes coloniais é muito difícil encontrar um olhar indígena em textos produzidos em sua maior parte por não-indígenas, porém é preciso considerar que este olhar refere-se a uma situação de contato que não haveria sem a presença dos indígenas. Outro ponto interessante é ser sempre possível fazer a crítica dos documentos para alargar as possibilidades de sua leitura constituindo uma leitura da leitura. É justamente este tipo de análise que caracteriza um trabalho de história, ou seja, o texto revela algo de quem o produziu, de onde foi produzido, do porquê foi produzido e para quem foi produzido. Neste sentido, é possível dizer que um documento colonial sobre os índios, motivo principal de sua produção, pode dizer mais ou menos sobre a vida da personagem que gerou o texto. Por mais condicionado que seja, o texto ou seu autor, ele sempre intentará informar algo sobre o assunto do qual trata.

Nem sempre as experiências que moveram povos e deram forma à sua história têm expressão documental e quantificável. Um caso que serve de exemplo é o xamanismo e sua influência entre os índios reduzidos no Itatim. Em tal situação, é preciso apurar a análise, de modo a "ver" os indícios sobre os quais as fontes falam ou deixam de dizer como diria Carlo Ginzburg (1989).

Do ponto-de-vista da técnica adotada, o procedimento será pesquisa bibliográfica conduzida sobre as fontes coloniais trata muito mais do estudo sobre as condições históricas onde foi produzido o discurso evangelizador mediante o qual foi produzida intelectualmente uma outra humanidade indígena do que dos índios tal como eles eram.

Outra técnica utilizada na pesquisa é a de revisão bibliográfica tem a finalidade de levantar os modelos produzidos no litoral para entender a construção das missões, dos povoados e dos índios na região chamada de Itatim, durante uma parte do século XVII. Além disso, será preciso entender que esta região era um lugar onde estavam sendo construídas e destruídas duas ou mais fronteiras, ou seja, será preciso analisar o processo de construção da

colonização espanhola no rio da Prata a partir de Assunção porque o Itatim não era nem espanhol, nem português e muito menos Guarani no período estudado.

Parece que o modelo mestiço, como diria Serge Gruzinski (2001), pode ser adequado para tratar da documentação do Itatim, além do constante recurso à grande produção bibliográfica acerca das missões jesuíticas entre os índios, pois autores como Jaime Cortesão (1956), Bartomeu Meliá (1991), Arno Kern (1982), Clóvis Lugon (1977), entre outros já apontaram com maior ou menor ênfase para a existência de um projeto de evangelização mais amplo que relacionava as missões da América do Sul e as missões da região amazônica. Igualmente importante, para o estudo das relações produzidas no interior destes povoados será a análise das regras pastorais dos superiores da Companhia e Assunção para prevenir os desvios.

A produção bibliográfica sobre as missões, embora avançada no tocante a regiões como Paraná (Guairá antigo), Rio Grande de Sul (Tape), Argentina (*Misiones*) e Paraguai, deve ser ampliada com relação ao Itatim. A exigência sobre novos estudos acerca das missões ou dos índios centra-se, exatamente no sentido de ir além das análises narrativas próprias das cartas ânuas, dos escritos laudatórios, próprio dos defensores do projeto jesuítico, dos libelos difamatórios dos liberais ciosos de melhores posições na corte portuguesa e espanhola ou dos estudos sócio-econômicos que caracterizaram determinado momento da produção historiográfica.

IV. Bibliografia

CORTESÃO, J. (Org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

FERREIRA JÚNIOR, Amarilio. BITTAR, Marisa. **Pluralidade lingüística, escola de Bê-a-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI**. Revista de Ciência da Educação. Educ. Soc. Campinas v. 25 n. 86 p. 1-296 jan./abr. 2004.

GADELHA, R. M. A. F. **As Missões Jesuíticas do Itatim**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GINZBURG, C. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRUZINSKI, S. **O Pensamento Mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KERN, A. A. **Missões**: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LUGON, C. **A República Comunista Cristã dos Guarani, 1610-1768**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

MELIÁ, B. ***Del Guaraní de la Historia a la Historia del Guaraní***. Ultima Hora: Correo Semanal: Asunción, 1991.

MONTOYA, A. R. **Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

PAIVA, Jose Maria de. Educação Jesuítica no Brasil colonial. In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POMPA, C. **Religião como Tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. In VVAA. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**: Pré-história do Rio Grande do Sul. UNISINOS: São Leopoldo, 1991. p. 31-66.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Italianos no Altar: padrões nupciais no início da imigração em massa - São Carlos (SP), 1880-1900

Oswaldo Mário Serra Truzzi*

Resumo: A partir de dados colhidos junto a registros paroquiais, o presente trabalho explora a ocorrência de casamentos envolvendo italianos no município de São Carlos, no interior paulista. São analisadas origens macro-regionais e regionais na Itália, e observados padrões de comportamento endogâmico entre os diversos grupos.
Palavras-chave: Italianos. Imigração. Casamento.

Abstract: This paper explores marriages of Italians in São Carlos, at the hinterland of São Paulo, using data from Catholic Church books. Macro-regional and regional origins of immigrants, as well endogamy trends are analyzed.
Keywords: Italians. Immigration. Marriage.

Introdução

Durante os anos oitenta do século XIX, a imigração de origem italiana começou a se avolumar em todo o estado de São Paulo e, em particular, em São Carlos. Com a extinção do tráfico negreiro desde 1854, os fazendeiros que ocuparam inicialmente as terras do município e desenvolveram as primeiras fazendas de café, tiveram de comprar escravos, sobretudo oriundos de províncias do Nordeste e de Minas Gerais, mesmo a um preço mais elevado, para suprir a carência crônica de mão de obra. Contudo, aos poucos e paralelamente, o trabalho livre em São Carlos foi sendo testado no município, ao que consta desde 1876, quando Antonio Carlos de Arruda Botelho, futuro Conde do Pinhal, importou 100 famílias de origem alemã (Truzzi, 2000:53). Ainda que no início do período migratório os alemães tenham se constituído como o grupo numericamente mais significativo, os primórdios da imigração italiana no município datam também dessa época.

Esse trabalho explora os casamentos religiosos ocorridos no município de São Carlos envolvendo pelo menos um cônjuge de nacionalidade italiana, no século XIX. Na prática, isso quer dizer duas décadas (1880-1899). Sociologicamente, o casamento encerra em si todo um conjunto de significados: estratégia de seleção de parceiros, de negociação entre

* Professor Associado da UFSCar. Agradeço a disponibilidade da Cúria Diocesana de São Carlos em facultar o acesso aos registros paroquiais, bem como a gentileza de seus funcionários.

famílias, de reprodução do grupo, e – no caso de imigrantes – sinaliza a disposição em permanecer na terra de destino. Tal investigação torna-se interessante pelo fato de abarcar um período no qual os italianos começaram a chegar timidamente ao município, avolumaram-se e por fim se consolidaram como o grupo estrangeiro de maior aporte a São Carlos.

Algumas cifras rápidas podem atestar a importância dos imigrantes e, especialmente dos italianos, no município, cujo desenvolvimento primeiro foi tributário do binômio café-imigração. De fato, em 1884 o município já era o terceiro no interior do estado a receber imigrantes e, 10 anos depois, em 1894, tornou-se o primeiro. Em 1886, o município contava com 16104 habitantes, dentre os quais 2051 eram estrangeiros. Desses, mais da metade (1050) já eram italianos (Bassanezi, 2000). Em 1889, o Club da Lavoura local apurou que 15688 trabalhadores rurais habitavam o município. Os imigrantes constituíam mais de 85% da força de trabalho rural (13418 indivíduos) e os italianos somavam 10396 pessoas (Truzzi, 2004:49). Por fim, em 1907, frente a uma população total (rural e urbana) de 38642 indivíduos, os italianos representavam quase 30% de toda a população, perfazendo de longe o maior grupo de estrangeiros no município (11342 indivíduos) (Censo Municipal, 1907).

O levantamento de dados dos registros paroquiais foi realizado na Cúria Diocesana de São Carlos ao longo de 2002 e 2003. Dentre as fontes disponíveis, a Cúria foi considerada mais apropriada que o Cartório de Registro Civil por registrar com maior precisão a procedência dos cônjuges. Além disso, no período histórico pesquisado, os padres católicos constituíam parte da minoria letrada capaz de registrar os acontecimentos e a Igreja Católica desempenhava papel central, predominando em diversos aspectos da vida sócio-cultural dos habitantes da cidade, tanto de brasileiros como de estrangeiros. Em muitos casos, e mesmo reconhecendo-se a ocorrência de uniões consensuais, pode-se considerar a atuação da Igreja mais forte e constante que a dos cartórios, sobretudo em se tratando de imigrantes italianos.

Para selecionar os dados pesquisados, foi desenvolvida uma tabela com os seguintes campos a serem preenchidos para ambos os cônjuges: data do casamento, nome, idade, procedência e profissão dos cônjuges. Após serem preenchidas, as tabelas foram digitalizadas num *software* específico para facilitar a análise dos dados coletados.

Anteriormente ao período aqui analisado, existem registros paroquiais de casamentos envolvendo brasileiros - livres e escravos - portugueses e alemães. No que diz respeito a esses últimos, como a região de Rio Claro e Limeira, vizinha a São Carlos, recebeu colonos alemães protestantes a partir de meados do século XIX, é provável que outros casamentos não católicos tenham sido também celebrados no período.

O primeiro casamento envolvendo um italiano no município ocorreu no precoce março de 1869, envolvendo um médico, nascido em Novara, na região piemontesa, e uma filha dos Arruda Botelho, uma das famílias de maior prestígio da oligarquia local, que havia se empenhado em fundar a nova vila, desmembrando-a do município de Araraquara em 1857. Foi um evento excepcional, pois o próximo ocorreria somente dez anos depois, em janeiro de 1879, envolvendo um piemontês e uma brasileira, sobre os quais não foi possível obter outras informações.

O universo analisado e o volume crescente de casamentos de italianos

Desprezando-se o primeiro casamento, devido a sua excepcionalidade, e este último, de 1879, e tomando-se, portanto, as duas décadas do período 1880-1899, foram registrados ao todo 1397 casamentos católicos, nos quais pelo menos um dos cônjuges era italiano. Ao longo desses 20 anos, a freqüência dos casamentos acompanhou, como era de se esperar, o crescimento do volume de entradas de imigrantes.

Tabela 1

Freqüência de casamentos envolvendo pelo menos um cônjuge italiano, 1880-1899

Ano	*1880*	*1881*	*1882*	*1883*	*1884*	*1885*	*1886*	*1887*	*1888*	*1889*
N	3	1	2	6	7	8	12	8	47	63
Ano	*1890*	*1891*	*1892*	*1893*	*1894*	*1895*	*1896*	*1897*	*1898*	*1899*
N	61	66	115	118	129	165	140	141	152	153

[fonte: Livros de Registro de Casamento. São Carlos (vários anos). Cúria Diocesana de São Carlos]

Em termos de volume de casamentos nos quais ao menos um dos cônjuges era italiano, pode-se observar nessa série histórica 3 sub-períodos marcantes:

a) 1880-1887: nesse período de 8 anos pré-abolição, os casamentos envolvendo italianos ainda eram raros (47 casamentos, média de 6 por ano); os homens (43 italianos) predominavam sobre as mulheres (20 italianas);

b) 1888-1891: nesse curto período de 4 anos logo após a abolição, ocorreram 237 casamentos (média de 59 por ano), nos quais foram identificados 223 italianos e 210 italianas contraindo matrimônio, numa razão mais equilibrada entre os sexos;

c) 1892-1899: período de 8 anos no qual ocorreram 1113 casamentos (média de 139 por ano), e no qual as italianas identificadas (1030) superaram os italianos (1016) contraindo matrimônio.

É interessante assim observar que, tomando-se os casamentos como indicador, nos primórdios da imigração a presença masculina é mais notável, equilibrando-se nos períodos posteriores. Além disso, esse equilíbrio se fez, como indicaremos oportunamente, graças ao maior número de mulheres oriundas de províncias do norte da Itália.

Endogamia

Os resultados evidenciam ainda que dos 2542 italianos (1282 homens e 1260 mulheres) que se casaram em paróquias do município de São Carlos, ainda no Império, 2302 deles (1151 homens e 1151 mulheres) casaram-se entre si, isto é, com cônjuges também italianos. Dos 1282 homens italianos que se casaram, não pudemos identificar a origem de apenas 33 de suas esposas: 1151 eram italianas, 68 brasileiras, 10 espanholas, 9 austríacas, 8 portuguesas, 1 polonesas, 1 alemã e 1 uruguaia. Das 1260 mulheres italianas, não foram identificadas as origens de 40 de seus noivos. Do restante, 1151 eram italianos, 32 brasileiros, 18 portugueses, 8 espanhóis, 7 austríacos, 2 alemães, 1 turco e 1 inglês.

Entre homens, a taxa de endogamia, medida pelo quociente entre os que se casaram no grupo e o número total de cônjuges situou-se em 89,78%, enquanto que, para as noivas italianas, esse mesmo quociente atingiu 91,35%. Esperava-se uma diferença maior entre as taxas endogâmicas de homens e de mulheres, associada à circunstância de estas serem mais escassas, e portanto mais disputadas - uma característica normalmente associada aos grandes fluxos migratórios da época, devido ao fato de que emigraram mais homens que mulheres. Contudo, os dados mostram que os homens italianos seguiram de perto o padrão matrimonial feminino: apenas cerca de 10% deles casaram-se fora da colônia.

Tais valores, bastante expressivos, associados à taxa endogâmica, podem denotar, teoricamente, tanto as reservas que tinham os italianos (homens e mulheres) em relação ao casamento com outros grupos, quanto as restrições que outros grupos faziam ao casamento com italianos nos primórdios do movimento migratório. Dado o universo estudado e as características do meio social local, a primeira hipótese é mais plausível: embora possa haver famílias das elites rurais locais que desdenhassem o casamento com italianos recém-chegados, há indícios de que as restrições dos italianos para se casar fora do grupo, sobretudo com brasileiros comuns, eram bastante fortes.

De onde vieram os italianos?

Outro elemento interessante de análise diz respeito às regiões de origem dos cônjuges na própria Itália. Nesse ponto, adotou-se como critério a divisão administrativa atual do território italiano em províncias (que somam 95), agrupadas em regiões (em número de 20), por sua vez agrupadas em macro-regiões (Norte, Centro e Sul), conforme o quadro a seguir:

Tabela 2

Macro-regiões e respectivas regiões da Itália, 2000

Macro-região	Região
Norte	Veneto, Lombardia, Friuli-Venezia-Giulia, Piemonte, Valle D'Aosta, Trentino-Alto Adige, Emilia Romagna e Liguria
Centro	Toscana, Marche, Umbria e Lazio
Sul	Calabria, Campania, Abruzzo, Molise, Puglia, Basilicata e Sicília

[fonte: Mioranza (1996:157]

A) Origens macro-regionais

Dos 2542 cônjuges (1282 homens e 1260 mulheres) lá nascidos no período, conseguimos identificar a origem macro-regional de 90% deles (2281 indivíduos, sendo 1153 homens e 1128 mulheres), conforme ilustra o quadro abaixo.

Tabela 3

Origens macro-regionais dos nubentes italianos, 1880-1899 (%)

	Norte	Centro	Sul	Total
Homens	690 (30,2)	55 (2,4)	408 (17,9)	1153 (50,5)
Mulheres	817 (35,8)	20 (0,9)	291 (12,8)	1128 (49,5)
Total	1507 (66,0)	75 (3,3)	699 (30,7)	2281 (100)

Entre os nubentes provenientes do norte da Itália, houve mais mulheres casando-se do que homens; ao passo que estes predominaram sobre as mulheres quando provinham do centro ou do sul. Tal evidência provavelmente reflete a circunstância de a imigração oriunda do norte da Itália abranger mais famílias do que indivíduos isolados, normalmente homens. Daí a maior disponibilidade de mulheres para o casamento. De fato, no primeiro período

analisado (1880-1887), os identificados como originários de províncias do sul da Itália (12 homens e 3 mulheres) prevaleciam sobre os *oriundi* do norte (7 e 2 respectivamente) ou do centro (4 e 1 respectivamente). No segundo período (1888-1891), os *oriundi* de províncias do norte da Itália (138 homens e 164 mulheres) passam a predominar sobre os do sul (63 homens e 34 mulheres) e os do centro (9 homens e nenhuma mulher). Por fim, no terceiro período (1892-1899), os vindos do norte continuam a predominar amplamente (545 homens e 651 mulheres) sobre os do sul (333 homens e 254 mulheres) ou os do centro (42 homens e 19 mulheres).

Em virtude da unificação tardia do Estado italiano e dos traços culturais muito distintos entre as macro-regiões italianas, é oportuno também investigar o comportamento endogâmico entre macro-regiões, isto é, o grau com que italianos e italianas, procedentes de uma determinada macro-região, casavam-se com parceiros conterrâneos. Se focarmos, por exemplo, apenas no universo dos 1151 casamentos nos quais os dois cônjuges são italianos, como o que observamos na tabela abaixo, é possível afirmar que a endogamia era maior entre homens do norte (91% deles - 595/652 - casaram-se com mulheres do norte), acompanhados por mulheres do sul (88% delas casando-se com homens do sul). Em seguida, figuram as mulheres do norte (80%), os homens do sul (71%) e as mulheres do centro (61%). Por fim, homens do centro (23%), em virtude do pequeno contingente de parceiras conterrâneas disponíveis, casaram-se mais com italianas de outras regiões.

Tabela 4

Ocorrência de casamentos entre italianos de distintas macro-regiões, 1880-1899 (%)

Mulheres / Homens	Norte	Centro	Sul	Mreg não identificada	Total Homens
Norte	595	6	16	35	652
Centro	32	11	3	3	49
Sul	85	1	245	12	343
Macro-região não identificada	34	0	16	57	107
Total Mulheres	746	18	280	107	1151

B) Origens regionais

Realizando-se o mesmo tipo de análise ao nível das 20 regiões que constituem o território italiano, entre os contingentes superiores a 50 indivíduos, observa-se que quase 40% dos noivos provêm do Vêneto, 11% da Calábria e 10% da Lombardia. Outras regiões do território italiano também aparecem, mas com contingentes inferiores a meia centena de indivíduos, conforme ilustra o quadro abaixo.

Tabela 5

Origens regionais dos nubentes italianos (%)

	Vêneto	Calábria	Lom-bardia	Campânia	Abruzzo	Friuli-Venezia-Giulia	Toscana	Molise	NI/ outras regiões	Total
Homens	464	186	126	96	69	44	44	38	295	1362
Mulheres	577	110	150	80	52	46	18	19	269	1321
Total	1041	296	276	176	121	90	62	57	564	2683
Total %	38,8	11,0	10,3	6,6	4,5	3,4	2,3	2,1	21,0	100

*NI = não identificados

É interessante observar que as mulheres são mais numerosas que os homens precisamente nas regiões do Norte da Itália (Vêneto, Lombardia e Friuli-Venezia Giulia), enquanto nubentes homens provenientes de regiões do Sul (Calábria, Campânia, Abruzzo e Molise) e do Centro (Toscana) predominam. Tais dados corroboram a noção, já mencionada, de que a imigração de italianos das províncias do Norte era constituída mais por deslocamentos de famílias inteiras, ao passo que muitos homens provenientes do Sul vieram desacompanhados.

Do ponto de vista dos grupos endogâmicos mais robustos, aparecem em primeiro lugar as mulheres da Calábria e de Abruzzo (78% e 75% delas casaram-se com homens da mesma região), seguidos pelos homens do Vêneto (74% casaram-se com mulheres conterrâneas) e suas mulheres (60% casaram-se com homens conterrâneos). Os toscanos, por sua vez, encontram-se no pólo oposto, entre os mais exogâmicos: apenas 20% casaram-se com toscanas.

Em termos de origem regional dos italianos, os dados apurados na presente pesquisa, que abrange um período de tempo bem menor, são compatíveis com aqueles

coligidos por Alvim (1986:62) do *Annuario Statistico dell'Emigrazione Italiana.* Tal obra indica que no período 1876-1920, a emigração de vênetos ao Brasil superou largamente outras origens. Além disso, as regiões da Itália que mais ofertaram braços ao Brasil (Vêneto, Campânia, Calábria, Lombardia e Abruzzo) coincidem com o levantamento realizado em São Carlos.

Considerações finais

Não obstante a predominância de vênetos na imigração de italianos ao município, foram os calabreses que se tornaram mais conhecidos. Hoje é comum, a exemplo do que observou Alvim, a crença de que a maior parte dos que vieram a São Carlos (e ao Brasil, segundo Alvim) era composta por meridionais. Apesar de a cidade ter abrigado duas associações de italianos, uma do norte e outra do sul, a maior visibilidade dos italianos do sul pode estar relacionada à presença mais urbana desse contingente. De fato, entre esses havia muitos que acabaram dedicando-se a ofícios urbanos. A própria região de maior comércio do município, delimitada pela estação ferroviária e pelo mercado municipal, ficou conhecida como 'Baixa Calábria'.

Enquanto isso, os vênetos pouco apareceram, pois aplicaram-se mais como colonos, nas lides rurais. Alguns provavelmente acompanharam a marcha do café rumo a oeste, seja empregando-se em propriedades mais rentáveis, quando as terras da região de São Carlos tornaram-se menos produtivas, seja adquirindo propriedades em regiões de fronteira.

O contraste entre as duas origens foi admiravelmente captado por um cronista italiano do início do século XX:

> *A imigração agrícola é constituída em grande maioria de camponeses das províncias vênetas: o camponês vêneto é o tipo mais comum do colono ítalo-brasileiro. Bom, dócil, simples, puro, operoso, parcimonioso, privado da inteligência vívida e aguda do meridional, sólida fibra de trabalhador, mas débil fibra moral, ignorante, sereno e ingênuo, é um verdadeiro colono bíblico; e, colocado em uma terra fértil, de sua propriedade e em bom clima, deixado a seu instinto brando, ao seu tranqüilo e engenhoso hábito, depois do inevitável período de incerteza e de privações, consegue transformar o lote inculto em um campo risonho de searas soberbas, no qual vive biblicamente feliz, em meio à prole numerosa e às vacas, esquecido das adversidades passadas e até da aldeia alpestre, na qual nasceu e que resume para ele toda a pátria. Adapta-se perfeitamente ao novo ambiente.*

> *Mas quando este, desembarcado no Rio de Janeiro, vem recrutado por um agente de um fazendeiro e a este é consignado, seu destino é bem doloroso: vai – é bom repeti-lo mais uma vez – tomar o posto do antigo escravo e muitas vezes como escravo é tratado, só logrando libertar-se depois de anos de trabalho e depois de haver acumulado penosamente alguma poupança, que lhe permita transferir-se a outro lugar para começar do início a vida de colono, e nem sempre ele consegue, já que uma grande parte dos colonos que entraram nas fazendas não mais saíram. E na fazenda o camponês quase não acha mais na têmpera fraca a energia para se revoltar contra os maus tratos do patrão e de seus agentes.*
> *Os meridionais, ao contrário, gente astuta e ousada, raramente se deixam enredar. Não amam a terra tanto quanto os camponeses do Norte; mas, de natureza versátil, engenhosa e irrequieta, dão-se a todos os trabalhos e a todos os ofícios, mesmo humildes, algumas vezes desprezíveis, para que consigam um lucro imediato; estes constituem as tropas de diaristas, de artesãos, de pequenos comerciantes etc. Também entram nas fazendas, mas não se dobram à prepotência e em geral lá permanecem apenas durante a colheita, depois passam a outras ocupações e, findas estas, repatriam-se para participar do trabalho da colheita na terra de origem, emigrando novamente no outono. Pertencem à verdadeira emigração flutuante; e ao contrário dos setentrionais, que, conquistada uma condição de vida mais vantajosa, esquecem-se facilmente da pátria, os meridionais, esses irrequietos maltrapilhos e imundos cavaleiros errantes do trabalho, estão no exterior muitos deles aflitos com a nostalgia e permanecem fervidamente devotos à pátria. Escreve sobre esses Macola: 'Os meridionais sabem se defender e sabem se fazer respeitar, como sabem defender e fazer respeitar seu país. Mesmo o preguiçoso, o malandro, o camponês rústico que conhecemos em casa, torna-se o paladino da pátria longínqua. O meridional não desperdiça na fecundidade de seu engenho, empregue em subtrair-se da antiga miséria, todas suas reservas de vigor; mas não mede esforços em nome de sua nacionalidade contra a tentação absorvente do ambiente. Com os meridionais pode-se em qualquer caso contar, quando está em jogo a honra do país; com os vênetos não. Os primeiros conservam tenazmente a própria italianidade; os outros perdem-na, apenas a vantagem material afeiçoam-nos à terra suada'. (Ghinassi, 1901:44-46).*

Ao longo de sucessivas gerações, foram esses tipos italianos tão distintos que, ao se misturarem a brasileiros e a imigrantes de outras origens, acabaram por conformar a população de boa parte dos municípios do interior paulista, a exemplo do que ocorreu em São Carlos.

Referências bibliográficas

Ghinassi, P. "Per le nostre colonie (continuazione)". *L'Italia Coloniale* – 1901, anno II, num. 2, pp. 44-46.
Truzzi, Oswaldo. *Café e Indústria. São Carlos, 1850-1950*. São Carlos: EdUFSCar, 2000, 2ª. Edição.
Truzzi, Oswaldo (org.) *Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos, 1873-1940*. São Carlos: EdUFSCar, 2004.
Alvim, Zuleika. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Mioranza, Ciro. *Filius Quondam. A origem e o significado dos sobrenomes italianos*. São Paulo: São João Editora, 1996.
Franzina, Emilio. *A Grande Emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006.
Trento, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
Conceição, Silvano da. *Imigração e casamentos: o caso de São Carlos (1890 a 1939)*. São Carlos: PPGCSo / UFSCar (dissertação de mestrado), 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Encontros e desencontros entre a história local e regional e os textos didáticos, estudados em escolas da região colonial italiana do RS

Luiz Alberto de Souza Marques*

Resumo: O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada junto a 15 professores atuantes em séries iniciais do Ensino Fundamental, em quatro comunidades, nos municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi/RS, realizada em 2001. A escolha desta região deveu-se ao fato de os atores envolvidos - alunos, professores e comunidade - serem descendentes de imigrantes italianos. O recorte no estudo a ser mostrado no evento se refere ás discrepâncias detectadas entre os elementos simbólicos de uma cultura presentes nos textos didáticos e a realidade histórica/cultural na construção da história local e regional. Para tanto, foram analisados seis autores e nove obras que produziram textos didáticos entre 1985 e 2000 distribuídos pelos programas oficiais destinados ao ensino de História do RGS
Palavras chave: Histórias de vida, Estudo do meio, Ensino de História, História e cotidiano

Abstract: This work presents the outcomes of a research carried through in 2001, with 15 elementary school teachers in four communities of Bento Gonçalves and Garibaldi, state of Rio Grande do Sul, Brazil.. The choice of the target region was based on the fact that all participants – students, teachers, and community – were Italian immigrant descendants. The study focused on the discrepancies detected between the symbolic elements of a culture present in textbooks and the historic/cultural reality in the construction of local and regional history. For that purpose, analyses was carried out for six authors and nine books that have produced textbooks from 1985 to 2000 which were distributed by official programs to be used in teaching History to RGS.
Keywords: Life stories, Environmental studies, History teaching, History and daily life.

1 - A região colonial italiana do RS - um grupo étnico em estudo

* O autor Luiz Alberto de Souza Marques é Doutor em Educação – UFRGS/RS; Professor de Metodologia de Ensino de História e Geografia para as Séries Iniciais, Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul -SC.

Antes de penetrar nas questões pedagógicas da pesquisa, é importante que o(a) leitor(a) conheça traços do contexto cultural onde o estudo se realizou.

A região colonial italiana é facilmente identificada no panorama cultural sul-riograndense por possuir manifestações culturais específicas que identificam o grupo étnico de origem. Algumas dessas manifestações são expostas ao grande público através de festas regionais vinculadas principalmente à vindima.

Como uma espécie de mercadoria exposta periodicamente em vitrine, os referidos traços culturais presentes nas feiras e festas vinculadas à produção agro-industrial, aliados aos costumes característicos do dia-a-dia , são transformados em atrações que encantam e fascinam visitantes. São, portanto, tradições identificáveis da cultura popular de origem italiana (muitas vezes apresentadas sob o rótulo de folclore), tanto no espaço regional como através do tempo, o que remete a um questionamento:

A escola, nesta região, proporciona um espaço para o estudo das manifestações culturais de seu grupo étnico majoritário ou ela tangencia esta questão, utilizando-se apenas dos textos resumidamente encontrados nos livros didáticos?

Como tema de estudo, é possível ver neste enfoque cultural a contribuição para que se possa subsidiar a construção de um saber escolar partindo do meio onde vivem os alunos e seu familiares, dentro de um recorte de cunho etnográfico no ensino de História em sua fase inicial.

Pozenato (1990:10) ao afirmar que a identidade não é buscada "no plano das manifestações externas mas no uso que existe por trás das manifestações", procura ir mais longe que o plano das aparências e das celebrações. Assim, não considera as manifestações legítimas como uma cultura em "exposição", mas como cotidiano das pessoas em família e em comunidade.

Como cultura , num sentido antropológico, as manifestações nascidas do povo não têm o mesmo significado que os recortes utilizados quando mostradas como "folclore italiano" ou " festas típicas". Folclore é aqui entendido como idéia de um conjunto de manifestações culturais permanentes ou de tradições preservadas por um povo.

Como a sociedade regional foi construída na fusão de vários grupos oriundos de regiões diferenciadas da Itália,trata-se de um somatório de traços culturais que se fundiram num processo de elaboração ou mesmo de "invenção" de uma nova referência cultural.

Os imigrantes construíram , assim, nas condições em que se depararam após a chegada na região, o seu ***ethos*** cultural na "Mérica". Uma cultura italiana aliada às novas condições de vida. "A cultura consiste num conjunto global de modos de falar, ser, interagir e

representar que, produzidos socialmente , envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo de vida pelo qual a vida social se desenvolve" (MACEDO, 1984:35).

Neste novo modo de vida, na medida em que foram se agregando novos valores, criaram-se novas expressões resultantes das trocas culturais. Suas manifestações se fortaleceram numa sociedade elaborada no conjunto do grupo, numa cultura eminentemente de povo com simbolizações próprias e, como tal, sujeita a sofrerem constantes reelaborações.

Estudos realizados trataram de explicitar a construção desta sociedade e cultura. Entre eles, salienta-se os de Rovilio Costa e Luiz Alberto De Boni, autores que afirmam que o fator de abandono a que foram submetidos os primeiros imigrantes quando do assentamento nas recém instituídas "colônias" pelo governo do Império, foi agregador e afirmativo desta nova identidade cultural, que passou, portanto , por um processo de recriação em um novo espaço. Ao refazerem a vida na "Mérica" ,tinham ainda presentes os traços culturais de suas culturas originais, tais grupos criaram ou "inventaram" uma unidade cultural nova e particular : "a colônia italiana", que resultou num novo cenário de manifestações culturais.

Oliven (1992:26) ao enfocar a questão da tradição num ambiente cultural em constante mutação, principalmente neste fim de século em que há uma tentativa de aproximação das culturas, aponta a tradição como uma referência que permite o reconhecimento das *"identidades"* que são originárias ou construídas em diferentes sociedades. Ainda segundo o autor, muitas destas tradições foram inventadas a partir de determinado momento histórico e passaram, através do tempo, a serem aceitas e reproduzidas como próprias e até fazem parte de um conjunto de manifestações tidas e difundidas como "tipicamente italianas".

Esta mesma cultura italiana ou italianidade, que se mantém viva através da memória e das manifestações encontradas no cotidiano das pequenas comunidades, passa a ser relevante quando o estudo do cotidiano de um grupo propõe a iniciação ao ensino de História, nestas regiões etnicamente diferenciadas. Esta mesma história vivida é rica em memórias, detalhes e, principalmente, emoções que a tornam curiosa e interessante.

Ao priorizar o meio cultural e suas manifestações como forma de conhecimento de uma cultura de grupo familiar e comunitário , o estudo visa compreender, com os alunos, o significado e a importância das ações humanas, que são consideradas também como culturais.

" Cultura é tudo o que é criado pelo homem" (FREIRE, 1994:31)

No tocante ao ensino de História ao despertar para o ato de criar e de transformar as ações humanas em cultura, os professores e alunos utilizam-se das mais variadas criações

culturais do homem em seu meio e dar-lhes, na escola, os seus devidos valores, pois para Freire (1994:56) são culturais "todos os produtos que resultam da atividade do homem."

Ao procurar inserir no estudo as práticas culturais dos grupos familiar e comunitário ,objetiva-se também procurar fazer na escola um *" abrir-se a alma"* da cultura de um grupo como quer Freire (1995:110). Envolver-se em seu cotidiano nas mais diferentes formas, constitui numa forma de compreender a História .

> *A história do "lugar" como objeto de estudo ganha necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao de proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço , e articular esse processo às relações externas, a outros "lugares" (BITTENCOURT, 2004:172).*

A cultura do cotidiano não se atém tão somente aos símbolos e representações constantemente visualizados e identificados nos grupos e sociedades etnicamente diferenciadas ; não se encontra simplificada aos "hábitos" e "costumes" como a escola tem enfocado, mas a cultura que permeia o cotidiano de trabalho, das relações familiares e comunitárias que se apresenta singular na construção histórica de seu povo/grupo.

2 O estudo do cotidiano de um grupo étnico

O Estudo do Meio, como uma abordagem relacionado ao estudo de cotidianos, enfoca preferencialmente a questão do conhecimento da cultura local numa perspectiva de construção de sociedade em um determinado espaço pontuando os modos de vida tanto no presente como no passado recente / remoto, enfatizando as transformações e suas consequências, bem como as permanências.

Como abordagem metodológica, este estudo objetiva questões da sociedade e cultura locais possibilitando a construção de conhecimentos pesquisados e elaborados pelos alunos conforme suas percepções

Os elementos culturais sempre estiveram presente nos currículos escolares , mas geralmente vistos como um apêndice das informações enfocadas nos capítulos. Nos antigos livros didáticos de História, encontravam citados ao final dos capítulos como expressões das artes no período estudado.

Não é raro ver-se professores ainda classificando, listando, catalogando apenas elementos simbólicos como se estes fossem os principais traços culturais de um grupo. Também é importante registrar que tais elementos simbólicos sofreram transformações ao longo do processo de construção histórica, mas que de alguma maneira fazem parte da memória ou do cotidiano desses grupos, por se tratarem, na maioria das vezes, de questões comportamentais e como tal, sujeitas a modificações e interferências por sucessivas gerações.

Para integrar os saberes do povo ao saber escolar é importante que a escola utilize a memória dos grupos como instrumento de conhecimento da história local. e nela a presença de narrativas de um outro tempo que representava um outro cotidiano.

> *o cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a idéia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação (Bittencourt**, 2004:168)***

Inserir a cultura local e regional numa perspectiva de estudos de cotidianos através das histórias de vida na iniciação ao ensino de História foi o desafio proposto na pesquisa .

3 - Encontros e desencontros entre a história local e regional e os textos didáticos, estudados em escolas da região colonial italiana do RS

Para entender como esta cultura chega até às escolas, nas comunidades da região colonial italiana, buscou-se analisar os valores culturais e étnicos que são enfocados através dos textos que subsidiam os professores e, por vezes, representam as únicas abordagens que a escola faz sobre a cultura regional, sobre esse mesmo " homem comum" que construiu uma sociedade peculiar na região colonial da serra gaúcha.

Foram selecionados seis autores e sete obras que compunha de 1988 a 1999 a oferta de livros didáticos distribuídos pelos órgãos oficiais e chegaram até as escolas para serem escolhidos e posteriormente trabalhados junto aos alunos . Alguns deles encontram-se fora de edição, mas mesmo assim, avolumam-se nas bibliotecas escolares e servem como fonte de pesquisa .

Foram retirados destes textos elementos que possam identificar as contribuições de ordem econômica, social e cultural dos imigrantes italianos para a formação do Rio Grande do Sul, estudados como conteúdos de História nas séries iniciais , procurando perceber como esta

cultura chega até a escola de forma estereotipada e sendo trabalhada com os alunos, de maneira que os mesmos respondam da mesma forma através dos exercícios que os acompanha e que visam reproduzir as afirmações dos autores. Devido as limitações de espaço para a redação desse artigo, o texto limita-se a citar apenas autores e obras e as "expressões chaves" de suas elaborações

No livro a história cultural dos imigrantes se resume a quatro parágrafos:

Os aspectos mais expressivos de todo um universo cultural dos imigrantes italianos se resume, de acordo com a autora, em: "- *tocar acordeão; jogar cartas ;comer massa e polenta; beber vinho;realizar festas nas colheitas;rezar missas e construir casas com tabuinhas"* (KRAMER , 1993:76).

Adiante, no mesmo livro a autora acrescenta mais um texto sobre a questão da imigração italiana, que deveria anteceder o primeiro, uma vez o tema da chegada situa-se, numa ordem de "lições", posterior à contribuição cultural.

Neste texto a autora salienta como contribuição econômica os seguintes aspectos: "*trabalho na agricultura; plantação de uvas; instalação de pequenas fábricas de vinho; contribuição para o desenvolvimento agrícola e industri"* (KRAMER, 1993:114).

No que se refere à contribuição cultural a autora acrescenta os itens alimentares apontados anteriormente, outras contribuições consideradas relevantes: *introduziram o espaguete, a mortadela e o salame, queijos, manteiga e pão de trigo.*

Num outro título de Kramer (1988:47) a autora produz um outro texto sobre a imigração italiana, sob o título *Imigrantes Italianos* **.**

Também aqui a autora pontua, como contribuição dos italianos à economia do Rio Grande do Sul, os seguintes aspectos: "*introdução da uva; contribuição da uva para o crescimento agrícola e industrial;instalação de cantinas e adegas; introdução ao cultivo de trigo e milho; construção de ferrarias e carpintarias; início de importantes indústria"* (KRAMER, 1988:47)

Como contribuição cultural a autora volta a registrar: *uso do vinho; introdução de polenta e galeto; uso de massas e queijos;crenças e canções.*

No penúltimo parágrafo a autora registra*: "atualmente todos os imigrantes encontram-se perfeitamente integrados na comunidade sul-riograndense"* (KRAMER, 1988:47)*,* esquecendo de mencionar apenas os que imigraram mais recentemente - muito raros nesta região – encontram-se integrados, uma vez que os imigrantes de 1875 ou de 1878 ou posteriores a este período, certamente já faleceram e seus "descendentes" é que encontram-se "integrados"

No tocante à cultura do povo do Rio Grande do Sul, a autora, em capítulo específico, menciona "apenas" o tipo gaúcho tradicional que vive no pampa. Como sabemos, um tipo idealizado e ideologicamente mitificado não constando nenhuma referência às etnias que compuseram o povo rio-grandense.

No livro de Vieira (1992:54), a autora não menciona a contribuição cultural dos imigrantes quando aborda a cultura deste estado. No capítulo V *O Gaúcho – Homem do Rio Grande do Sul,* destaca tão somente o tipo pampeano com seus usos e lendas como se os representantes das diversas etnias colonizadoras e de origem européia mais recente, em nada tivessem contribuído para a formação do *"Homem rio-grandense"*. Mais uma vez privilegia-se a figura simbólica em detrimento de um contingente maior de "gaúchos" que habitam outras regiões do Estado.

Para um aluno da região colonial italiana, como caso desta área de pesquisa, a autora retira toda e qualquer possibilidade de entendimento de que os gaúchos de origem italiana formam também uma identidade cultural – gaúchos -, reforçando, portanto, a idéia de que existe, com certeza, os gaúchos e o "Gaúcho". Estas posturas excludentes ferem, por vezes, o entendimento das crianças de que gaúchos são os nascidos no Rio Grande do Sul. Ao mirarem-se nos exemplos dos livros, percebem que o "Gaúcho" é um tipo à parte, vivendo em um território exclusivo, com uma história distinta e uma cultura específica.

Moreira (1992:48) ao se referir à contribuição dos imigrantes italianos, salienta apenas sua importância no cenário econômico, reforçando aspectos já apontados anteriormente como: *produção de uvas e vinhos; produção industrial.*

Na mesma obra Moreira (1992:58), o autor acrescenta: *"Aos imigrantes devemos o hábito de beber vinho e o gosto de comer massa, queijo, pizza, galeto e polenta. Eles também nos ensinaram algumas danças e canções."*

Koteck também faz referência à colonização italiana restringindo-se aos aspectos econômicos, tais como: "*economia de subsistência; produção artesanal; atividade agrícola; produção de milho e uvas; fabricação e comercialização de vinhos" (*KOTECK, 1996:86)

Em um outro livro, de Jardim (1995:156), juntando-se aos demais livros didáticos que chegam até nossas escolas , faz referência à imigração italiana.

Mais uma autora pontua a economia como o principal aspecto que marca a presença italiana no Rio Grande do Sul, salientando, como nos demais autores vistos anteriormente: *a atividade agrícola; produção de milho; produção de vinho; artesanato.*

Quanto à cultura, nada foi registrado sobre a participação dos imigrantes e seus descendentes na formação sócio-cultural do Rio Grande do Sul.Por outro lado, a autora

questões que possam desenvolver o"senso crítico" como indica pretensiosamente o título do livro, ou despertar no aluno idéias complementares às expostas.

Por último, mais recentemente foi distribuído às escolas do Rio Grande do Sul o livro de Quevedo (s.d.:p.39) e, no item que se refere à imigração italiana, os autores registram como nos textos anteriores a contribuição dos italianos se restringiu à *plantação de uvas e à produção de vinhos.*

> *Os italianos, expansivos e alegres, nos ensinaram que boas safras e colheitas são excelente motivo para festas. A música tocada com gaita foi difundida por eles em nosso Estado. A primeira fábrica foi inaugurada em Veranópolis.(*QUEVEDO, s.d.:p.47).

Desta forma, os autores citam como "popular" ou "pitoresco" as festas de colheita, a música tocada com gaitas e a fabricação das mesmas, como contribuição dos italianos para a cultura do Rio Grande do Sul.

Sem dúvidas, os textos que chegam até as escolas da região colonial italiana e em, particular às comunidades que participam deste trabalho, são muitas vezes, os únicos elementos disponíveis para trabalhar com os alunos. No tocante ao tema da imigração e levando em consideração a imigração italiana, pouco contribuem para o conhecimento desta história uma vez que os aspectos abordados costumam serem apenas listados, enumerados e não provocam nenhum estudo de seus processos e contextos.

A italianidade como forma de expressão da cultura local ,que se mantém viva através da história oral e da memória popular coletiva ,é o recorte que se fez ao se propor a iniciação ao conhecimento histórico através das narrativas do cotidiano.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Ensino de História:* fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

DE BONI, Luiz A; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul.* 3. ed. Caxias do Sul: UCS, 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança.* 20. ed. Rio de janeiro: Paz e terra,1994.

_____, *Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1995.*

JARDIM, Fátima Flores. *Estudos sociais*: Rio Grande do Sul, educação e desenvolvimento do senso crítico. São Paulo: Ed. do Brasil, 1995.

KOTECK, Luiz Moraes. *Conhecendo o Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ática, 1996.

KRAMER, Elva Verlang. *Rio Grande do Sul*: estudos sociais. São Paulo: FTD, 1988.

KRAMER, Elva Verlang. *Terra gaúcha*. São Paulo: FTD, 1993.

MOREIRA, Igor. *Estudos sociais do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo:* a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes,1992.

POZENATO, José Clemente. Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul. *Caderno EDUCS*, 3. Caxias do Sul: UCS, 1990.

QUEVEDO, Júlio; ORDOÑEZ, Marlene; SALES, Geraldo. *Rio Grande do Sul*: estudos sociais. [s.n.t].

VIEIRA. Rio Grande do Sul. Estudos sociais. [S.l., s.n.],1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os opositores do *New Deal*

Tatiana Poggi*

Resumo: Esta comunicação pretenderá explorar, dentro da perspectiva ampliada de Estado desenvolvida por Antonio Gramsci, o impacto dos discursos contra-hegemônicos de natureza conservadora e xenófoba à época do desenvolvimento e consolidação do Estado de bem estar social nos EUA. Concentraremos-nos nos conflitos travados durante a Guerra Fria, momento no qual podemos perceber os primeiros avanços em direção a uma reação coletiva e organizada com o objetivo de deter o avanço keynesiano. Tal reação apresentar-se-á na forma da aliança 'fusionista', constituindo aparelhos privados, desenvolvendo materiais de mídia e lançando candidatos à sociedade política.
Palavras-chave: Conservadorismo, História dos EUA, Guerra-Fria

Abstract: This presentation explores, through Antonio Gramsci's perspective of State, the impact of the conservative and xenophobic counter-hegemonic speeches during the development and consolidation of the Welfare State in the USA. For now, we are going to focus on the struggles occurred in the Cold War period, when the first attempts towards a collective and organized reaction against keynesianism can be noticed. This reaction will appear in the form of the fusionist coalition, developing private hegemonic apparatus, media material and supporting candidates into political society.
Keywords: Conservatism, History of the United-States, Cold War

Muito mais do que uma mera crise financeira de grandes proporções ou mais uma crise econômica inerente ao sistema capitalista, a crise de 1929 e o decorrente período denominado Grande Depressão constituem um marco na história norte-americana, pois, segundo Hobsbawm, foram capazes de destruir por meio século o liberalismo econômico. Como enfatiza o mesmo autor:

> *a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso –radicalização da esquerda e , como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita- eram demasiado ameaçadores. (HOBSBAWM, 1995 p.99)*

Roosevelt mostrava-se bastante cético quanto ao futuro do capitalismo em sua forma liberal, por vezes até mesmo irônico ao declarar que o pleno funcionamento da economia liberal prescindia da existência de um mágico, a mão mágica do mercado auto-regulável. O importante é que o novo presidente enxergava os limites do liberalismo, tinha consciência de que estava lidando com o desgaste de um projeto político não mais aplicável.

* Mestranda na Universidade Federal Fluminense.

> *Foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas. Para enfrentar a crise imediata, a curto prazo, eles tinham, em sua visão, de solapar a base a longo prazo de uma economia mundial florescente. (HOBSBAWM, 1995 p.98)*

Sendo assim, a Grande Depressão será aqui tratada enquanto evento de suma importância exatamente por desencadear um processo político riquíssimo caracterizado por: primeiramente revelar de forma drástica, internacional e explosiva a crise do liberalismo clássico num país que se imaginava detentor do padrão de vida invejado pelo mundo; posteriormente por dar início ao processo de construção de um Estado de bem-estar social nos Estados Unidos nos moldes do *New Deal*; e finalmente por constituir-se no marco inicial da reação conservadora às políticas keynesianas. Tal reação apresentar-se-á, à época, ainda pouco organizada politicamente, sem grandes associações, organizações e projeto político-ideológico bem definido.

Os opositores conservadores do *New Deal,* como veremos mais adiante, divergiam política e ideologicamente em inúmeros aspectos, o que dificultava de imediato a constituição de uma reação organizada capaz de deter o avanço das políticas keynesianas. Ainda assim, não podemos ignorar a existência do discurso contra-hegemônico e seu papel na dinâmica dos processos políticos. A arena privilegiada de conflito entre os diferentes projetos objetivando construção da hegemonia por meio do consenso ativo dos governados é exatamente o Estado. Este será considerado aqui dentro da perspectiva gramsciana e, portanto, em sua dimensão ampliada. O Estado ampliado se constitui em "uma unidade dialética na qual diferentes projetos estão presentes e buscam conformar as massas para a organização científica do trabalho e da vida característica da sociedade urbano-industrial."(NEVES, 2005 p.15-16)

As décadas de 1930 e 1940 serão claramente tempos desfavoráveis tanto para conservadores liberais quanto para xenófobos em termos de popularidade nacional. O partido Republicano tornara-se, então, claramente minoritário no Congresso. (HIMMELSTEIN,1990 p.19) Roosevelt é exatamente eleito por apresentar uma nova proposta política, alterando de modo significativo a relação entre o poder público e a economia. A proposta econômica do Partido Democrata ficou conhecida como *New Deal* e era profundamente inspirada na teoria econômica do inglês John Maynard Keynes.

Segundo a teoria keynesiana, a crise de consumo e investimento deveria ser solucionada com participação ampla e direta do governo, arrecadando fundos ainda que por meio de empréstimos para a promoção projetos de utilidade social. Os investimentos não seriam mais direcionados para a ampliação da capacidade produtiva, mas nem por isso

deixariam de ser feitos. Keynes propunha que esses investimentos públicos fossem destinados à ampliação da infra-estrutura nacional, ou seja, na promoção de grandes obras públicas como estradas, escolas, hospitais, parques etc. O principal objetivo seria, então, criar meios de se restabelecer o pleno emprego, aumentar a renda do trabalhador para que este se tornasse um consumidor em potencial dos estoques encalhados.(KEYNES, 1936) Para além de um plano de ação econômica emergencial, o argumento keynesiano em favor dos benefícios da supressão do desemprego em massa era também político, já que se acreditava que este poderia vir a ser política e socialmente explosivo.(HOBSBAWM, 1995 p.100)

O movimento sindical ganhará pela primeira vez lugar privilegiado na sociedade civil e política e muitas das vitórias do que hoje conhecemos como Estado de bem-estar social podem ser atribuídas à luta sindical e aos acordos fechados com a administração central. As greves, método clássico de pressão, se proliferaram durante as décadas de 1930 e 1940. (LIMONCIC, 1999)

O grande capital, por sua vez, segundo a filosofia keynesiana teve que negociar, afrouxar as malhas da exploração, cedendo a algumas das reivindicações históricas dos trabalhadores. Frente à ameaça da explosão de um possível levante revolucionário, a exemplo do de outubro de 1917, a classe dominante entrega os anéis como forma de preservar os dedos. Não podemos esquecer que o projeto social-democrata, apesar de ter atendido aos apelos e efetivamente implementar parte do projeto das classes dominadas, fora a maneira encontrada pelo bloco dominante se manter dominante.

O pacto inter-classe realmente funcionou por algum tempo, tirou os EUA do caos da Depressão, acalmou os ânimos de desesperados, revoltosos e falidos. Não podemos desprezar o significado e os resultados de um período de intensa mobilização política e social em torno de melhores condições de vida e trabalho. Os programas de seguridade social são notadamente um marco dessas conquistas. A sociedade política democratizou-se, ainda que minimamente, a exemplo do movimento dos trabalhadores rurais que assumira efetivamente o poder em Winsconsin e Minessota.(HIMMELSTEIN, 1990 p.16) E o Partido Democrata adquirira nova feição. Se antes tipicamente sulista e rural, apoiava-se largamente a partir de 1930 sobre uma base predominantemente urbana e popular.(HIMMELSTEIN, 1990 p.18) Mas, longe de revolucionário, o *New Deal* está muito mais próximo de um intenso programa de reformas com o objetivo de 'salvar' ou de encontrar novas saídas para o desenvolvimento do capitalismo.

A luta dos setores dominados na busca por maior representação na sociedade política[1], pela constituição de um Estado mais inclusivo e democrático e a conseqüente implantação efetiva do capitalismo de bem-estar será por nós vista como uma conquista ainda que parcial nesse sentido. Durante a guerra de posição, os setores dominados avançaram, deram um passo a frente em sua luta, mas não se tornaram classe dominante, nem dirigente[2]. As conquistas foram sempre um tanto tímidas, limitadas, de modo a se encaixar dentro da proposta educadora desse mesmo Estado, mesclando força –pela destruição do sindicalismo operário de base- e persuasão –pela implementação de benefícios sociais e altos salários.(GRAMSCI, 2001 p.247)

> *Guiada por pressupostos keynesianos, a pedagogia da hegemonia se desenvolve no sentido de ampliar os direitos sociais por trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação, transportes das massas trabalhadoras, com políticas sociais diretamente executadas pelo aparato governamental, tendo por intuito obter o decisivo consenso da maioria da população ao projeto burguês de sociabilidade e aumentar, concomitantemente, a produtividade da força de trabalho [além de] evitar a adesão ao projeto socialista de sociabilidade por amplos segmentos da classe trabalhadora. (NEVES, 2005 p.30)*

O projeto social-democrata de sociabilidade construíra, portanto, uma forte hegemonia, sendo aceito por amplos setores sociais durante muitas décadas aproximadamente até o fim da Guerra Fria. Nem por isso podemos pensar que este fora menos complexo e que tenha enfrentado menos conflitos durante sua existência.

É durante o período da Guerra Fria que podemos perceber os primeiros avanços em direção a uma reação coletiva e organizada com o objetivo de deter o avanço keynesiano. E, segundo Himmelstein e Diamond, os grandes veículos agregadores da oposição liberal e xenófoba durante as décadas de 1950 e 1960 serão não apenas a clara oposição ao New Deal, mas também o anticomunismo e uma forte crítica ao humanismo secular.

Era comum entre Republicanos a ligação do New Deal, suas reformas e significados, ao comunismo. A segunda metade da década de 40 é marcada por crescentes pressões desse partido ao Comitê de Atividades Não-Americanas por investigações de casos de subversão dentro e fora do Partido Democrata. (HIMMELSTEIN, 1990 p.19-20) Para além de pressões dentro da sociedade política, esforços também foram feitos na sociedade civil. Intelectuais liberais, como os economistas neoclássicos Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman, assim como figuras tradicionais do que se conhece como velha direita republicana,

---

[1] Conceito gramciano diretamente ligado ao de Estado ampliado. Assim, A sociedade civil, lugar privilegiado dos aparelhos privados de hegemonia, juntamente com a sociedade política, conjunto de mecanismos jurídico-administrativos e aparelhos oficiais de repressão/coerção, constituem os dois grandes planos superestruturais formadores do Estado em sentido amplo. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Vol.3. RJ: Civ. Brasileira, 2001.

[2] Classe dirigente corresponde à fração dominante da classe dominante.

como Herbert Hoover e Robert Taft, trabalharam intensamente pela defesa e propagação da ideologia liberal.(HIMMELSTEIN, 1990 p.46) Esta, profundamente influenciada pelo Jus-naturalismo e pela doutrina do *laissez-faire*, estava assentada na defesa das liberdades individual e econômica, no direito à propriedade privada e no papel limitado, senão inexistente, do Estado na economia. Além disso, o liberalismo assume ainda que um conjunto de indivíduos na busca pela realização de suas próprias felicidades individuais viveria harmoniosamente em sociedade.

Lugar privilegiado para articulação política, os periódicos conservadores desempenharam a essa época papel crucial para o desenvolvimento de projetos e propagação ideológica. Entre os mais relevantes podemos citar a *National Review*, *Human Events* and *The Freeman*. Na luta contra o dito coletivismo doméstico, os artigos por tais periódicos divulgados traziam tanto a crítica liberal secular exposta acima quanto à de cunho moralista. Críticas de fundo moralista da sociedade tornaram-se particularmente intensas no período da Guerra-Fria. Fruto de longo processo de luta, movimentos sociais em prol da ampliação do Estado de bem-estar e principalmente os movimentos em prol da ampliação dos direitos civis irão explodir em diversas regiões do país nas décadas de 1960 e 1970. Mais do que qualquer período, tais décadas ficarão marcadas no imaginário social norte-americano enquanto tempos de contestação e mudança profundas, tempos de ampliação da própria idéia de cidadania e de luta pela tolerância.(PAMPLONA,1995) Assim, temas como a descrença na existência de uma ordem moral divina, o declínio do senso de comunidade, a decadência dos valores espirituais e morais, a corrupção de instituições burguesas tradicionais como família e o casamento faziam-se igualmente presentes, muitas vezes mesclados aos argumentos de defesa do liberalismo clássico.

A essa nova abordagem moral do liberalismo deu-se o nome de fusionismo.(HIMMELSTEIN, 1990 p.28-62) A aliança fusionista, mais do que mera estratégia política temporária para conter o avanço e a, a essa época, clara consolidação do projeto social-democrata, representa a pedra fundamental para o entendimento do caráter moralista, e até religioso, explícito no neoliberalismo abraçado pelo presente setor conservador do partido Republicano. Os discursos e direcionamentos políticos de Reagan, Bush pai e filho têm suas raízes no fusionismo. Os periódicos supracitados foram exatamente os canais usados para o desenvolvimento e expansão desse projeto. Frank Meyer, por anos editor da *National Review,* afirmara que a busca pela virtude seria impossível sem liberdade e que essa, por sua vez, seria vazia e sem significado se desprovida de um finalidade transcendental.(MEYER, 1969 p. 43-51) Whittaker Chambers em artigo para a *National*

Review reitera o argumento ao alertar que a pura e simples busca pela felicidade acabaria por se degenerar, transformando-se rapidamente pela busca do mero prazer e daí para o desejo de que o Estado desse conta dos problemas. Sem um propósito maior liberdade e individualismo levariam facilmente a passividade e seria o homem alvo fácil para a manipulação. (CHAMBERS, 1957: 594-596)

Assim, com fortes ligações com a ala conservadora do Partido Republicano e apoio de parte do capital industrial do Meio-oeste e do Texas, o projeto fusionista de liberalismo moral rapidamente se popularizou entre setores médios da sociedade. Impulsionou ainda o surgimento de diversos aparelhos privados de hegemonia a exemplo do *Young Americans for Freedom* e da *John Birch Society*. Setor jovem da ala conservadora do Partido Republicano, o YRF fora formado em 1960 durante uma reunião na propriedade familiar de William Buckley Jr.(fundador da National Review), se desligando do setor formal dos *Young Republicans*.(HIMMELSTEIN, 1990:67) Os comícios promovidos pelo YAF tinham o apoio do GOP[3] e objetivavam apoiar políticos e personalidades favoráveis ao programa fusionista como os senadores John Tower do Texas e Barry Goldwater do Arizona. Durante os primeiros dois anos de existência a YAF inaugurou 310 agências regionais e ao final do ano de 1962 38 membros do Congresso faziam parte do quadro nacional de conselheiros da YAF.(DIAMNOND, 1995:61) A *John Birch Society* igualmente de abrangência nacional e composta por inúmeros aparelhos locais fora fundada em 1958, opondo-se a todo e qualquer tipo de interferência governamental no mundo do trabalho ou que viesse cercear as tão prezadas liberdades individuais além da deturpação da ordem moral. Eram, portanto, contrários à legislação pró-sindical e subsídios agrícolas, aos programas de seguridade social e às medidas integracionistas consolidados durante as administrações social-democrata e ao desarmamento. Seus membros pertenciam geralmente à alta classe média sulista, eram fundamentalistas religiosos e favoráveis ao partido republicano.(DIAMOND, 1995:75)

Entretanto, fusionistas e liberais seculares não eram os únicos insatisfeitos com o novo quadro social que se instalara com o advento da social-democracia hegemônica desde o New Deal. Fala-se muito pouco sobre como se comportaram os aparelhos privados de hegemonia do conservadorismo segregacionista e xenófobo à época desta alteração da hegemonia no seio da classe dominante. Juntamente com a *John Birch Society* e os periódicos fusionistas, o *Liberty Lobby* e o *Citizens' Councils* trabalhavam no sentido de formarem uma ponte entre seus representantes e a sociedade política.

[3] Sigla para Grand Old Party em referência ao Partido Republicano.

Núcleos de resistência segregacionista espalhados pelos estados sulistas os *Citizens' Councils* começaram a se organizar no início dos anos 50 em reação direta às vitórias angariadas pelo movimento de ampliação dos direitos civis. Sua popularidade cresceu juntamente com o processo de integração racial nas escolas e, sintomaticamente, a maioria dos núcleos fora rapidamente organizada em regiões denominadas *Black Belts*, onde os brancos eram minoria e sentiam-se ameaçados. Compostos basicamente por pequenos empresários e elementos da classe média, seus membros e simpatizantes eram também facilmente encontrados entre os afiliados de clubes como Rotary e Lyons. O ativismo dos *Citizens' Councils* prezava por métodos educacionais e propagandísticos, procuravam incitar repressão econômica ao negro via boicote, fazendo uso da violência em menor escala. Daí podemos logo perceber a diferença central entre este tipo de proposta de abordagem segregacionista e a historicamente implementada pela Ku Klux Klan. Manifestavam suas angústias, projetos e ideologia em discursos públicos, via literatura, transmissões de radio e televisão locais, sendo os dois últimos passiveis de realização graças ao desenvolvimento de laços estreitos com políticos locais. Segundo Diamond, os programas de rádio eram quase que subsidiados pelos impostos uma vez que gravados nos estúdios de gravação do Congresso a convite dos próprios deputados. Ainda segundo a autora, em 1962 cerca de ¼ do deputados havia sido entrevistada.(DIAMOND,1995:70-74)

Finalmente, temos *Liberty Lobby* fundado por Willis Carto em 1957 abertamente racista e xenófobo. O *Liberty Lobby* além de anticomunismo virulento e racismo expressa considerável dose de conspiracionismo. Em sua visão, uma nova ordem mundial- *new world order*- vinha sendo arquitetada pelo governo em aliança com banqueiros comunistas e já infiltrava os EUA pela implementação de medidas democratizantes e anti-segregacionistas, sendo ratificada pela mídia corrompida.(BERLET& LYONS, 2000:185-196) Deseja um sistema autoritário de governo baseado no mito do renascimento racial nacionalista. Em prol disso, o *Liberty Lobby* desenvolveu institutos afins como o *Institute for Historical Review* fundado em 1979, o *Populist Party* em 1984 e a organização paramilitar *Nationbal Youth Alliance*, fruto das organizações da campanha presidencial de George Wallace (1968) e que viria a se tornar a *National Alliance*, notadamente a maior organização xenófoba nos anos 90. (BERLET& LYONS, 2000:189) O *Liberty Lobby* investiu também na produção de diversos materiais de mídia com o intuito de conscientizar e angariar adeptos. O primeiro deles fora o boletim *Right,* divulgando as atividades realizadas por diversos aparelhos xenófobos de menos abrangência entre os quais podemos citar: *Americam Women's Party*, *Christian Party*, *Constitution Party*, *Interim Committee for a new party*, *National Renaissance Party*,

Nationalist Conservative Party e o *Nationalist Party*.(DIAMOND,1995:85) O *Liberty Lobby* produziu ainda os periódicos *Spotlight* e *Liberty Letter*, este último de circulação sensivelmente maior que as fusionista *National Review e Human Events*, além de livros, panfletos, boletins on-line e o programa de rádio semanal *Radio Free América*. (DIAMOND, 1995:153 e BERLET& LYONS, 2000:185-194)

Os aparelhos e partidos fusionistas e xenófobos mencionados acima apesar de advogarem projetos de sociedade notadamente distintos apoiaram e financiaram a campanha de diversos candidatos em comum. Fora esse o caso das candidaturas do republicano Barry Goldwater durante as eleições presidenciais de 1964 e do xenófobo George Wallace, candidato do *American Independent Party*, durante as presidenciais de 1968. A derrota dos dois candidatos à presidência não significou, entretanto, derrota ou retrocesso do movimento conservador. Ao contrário, todo o esforço de mobilização conjunta em torno não apenas das campanhas, mas principalmente em torno da formação de aparelhos e de ocasionais alianças estratégicas entre os mesmos foram fundamentais para o desenvolvimento de projetos político-ideológicos bem definidos e para a construção de um bloco de apoio suficientemente forte para frear o avanço social-democrata. Este longo processo de luta que se inicia, ainda que esparso, nos anos 30 trará frutos proveitosos para o movimento conservador, tornando hegemônico o projeto do setor conservador do Partido Republicano- o neoliberalismo moral- além de multiplicar em centenas a quantidade de aparelhos da vertente xenófoba.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A crise do capitalismo liberal.*In:AARÃO, Daniel et alli (org). **O século XX**.vol.2. RJ: Civ. Brasileira, 2000.

BERLET, Chip & LYONS, Matthew. **Right-wing populism in America: too close for comfort**. NY: Guilford Press, 2000.

CHAMBERS, Whittaker. *Big sister is watching you*. In: **National Review** nº 4, 1957.

CHESNAIS, Fraçois et all. **Uma nova fase do capitalismo?** SP:Xamã, 2003.

DIAMOND, Sara. **Roads to Dominion: right-wing movements and political power in the United States.** NY: Gilford Press, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**.Vol.4. RJ: Civ. Brasileira, 2001.

_____.**Cadernos do Cárcere**. Vol.3. RJ: Civ. Brasileira, 2001.

HIMMELSTEIN, Jerome. **To the Right: the transformation of American conservatism.** Berkley:Univ.of California Press,1990.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. SP: Cia. Das Letras,1995.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest and money**. NY:Harcourt Brace Jovanowitch, 1936.

LIMONCIC, Flávio. *Do pacto nacional à globalização: Estado e sindicato na regulação do capitalismo norte-americano*. In:**Revista de história regional**. Vol.4, nº1 (verão 1999).
MENDONÇA, Sônia Regina. *Classes, poder e Estado no Brasil*. **Conferência proferida durante o I Simpósio Nacional: Estado Brasileiro- conflitos intraestatais e políticas públicas** UFF-RJ, 2004.
MEYER, Frank. **Conservative mainstream**. NY: Arlington House, 1969.
NEVES, Lúcia Maria Wanderly (org). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. SP: Xamã, 2005.
PAMPLONA, Marco. **Revendo o sonho americano: 1890-1972**. São Paulo: Atual, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Discussão sobre a idéia de progresso no livro O ano 2000, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener

Fabio Sapragonas Andrioni*

Resumo: Este artigo discute a provável idéia de progresso contida na especulação sobre o futuro na obra O ano 2000, de 1967, escrita por Herman Kahn e Anthony J. Wiener. Esta obra apresenta possíveis configurações que o mundo poderia ter no ano 2000. Nas previsões sobre o ano 2000 apresentadas na obra, a idéia de progresso não aparece, pois o futuro não necessariamente tende a algo melhor. Todavia, a chance de poder, a partir do método para especulação sobre o futuro apresentando na obra, prever as falhas possíveis do futuro e, então, resolvê-las antes que aconteçam, ou evitá-las, comporta uma idéia de progresso, ou seja, de conseguir dar um sentido à história, levando-a para "um lugar melhor".
Palavras-chave: Teoria da História – Filosofia da História – História Contemporânea

Abstract: This article argues about the progress idea in the speculation of future on the book O ano 2000 (1967), by Herman Kahn and Anthony J. Wiener. This book shows possibles configurations that the world could have in the year 2000. In that forecasts about the year 2000, the progress idea is not present, because the future does not necessarily tend to a best way. However, through the method of future forecasting showed in the book, can be possible forecasting the futures fails and, thus, solve or prevent them before they happen. This possibility holds a progress idea, because it gives a control over the history, driving it to "a best place".
Keywords: Theory of History – Philosophy of History – Contemporary History

A obra *O ano 2000*, escrita em 67, por Herman Kahn e Anthony J. Wiener[1], intenta descrever como possivelmente será o mundo no ano 2000. Esta preocupação com o prever e em especular sobre o futuro, que caracteriza o livro e é datada dos anos 60, ficou posteriormente conhecida como Futurologia. No entanto, os primeiros proponentes, como era o caso dos autores do livro, ainda não se reconheciam neste termo, preferindo falar sobre futurismo[2], no sentido de "estudos organizados sobre o futuro" (BELL, in: KAHN; WIENER, 1968: p.17). Daniel Bell, outro futurista, apontou, na introdução de *O ano 2000*, que o interesse pelo futuro apresentava, naquele momento, uma nova forma. Antes disso, tal interesse existia sobre formas esotéricas e supersticiosas (BELL, in: KAHN; WIENER, 1968:

* Mestrando do programa de História Social da Universidade de São Paulo

[1] Segundo Selingman, as análises apresentadas no livro foram pensadas por Kahn, enquanto que a escrita ficou a cargo de Wiener. (Selingman, 2001).

[2] Seus praticantes reconheciam a confusão do termo com o criado por Marinetti, que se relacionava a um movimento artístico, conforme a nota em (Bell, 1968, in: KAHN; WIENER: p.17).

p.21), e, depois, no fim do século XIX e começo do XX, adquiriu um caráter ficcional, não tendo uma rigidez metodológica (BELL, in: KAHN; WIENER, 1968: p.17-21).

Para Bell, entre 1920 e 1945, o futuro deixou de ser uma preocupação, já que o presente parecia problemático demais, devido à guerra e ao nazismo, por exemplo. Assim, conforme Bell, citando Raymond Aron: "estamos excessivamente obcecados pelo século XX para perder tempo especulando sobre o XXI. As predições históricas, a longo prazo, já saíram da moda" (BELL, in: KAHN; WIENER, 1968: p.21). Conforme Bell, esta atestação de Aron, feita sete anos antes do lançamento do livro, sobre as predições históricas, refere-se às filosofias da história e estudo macro-históricos formulados por Toynbee, Spengler e Sorokin, por exemplo, uma vez que ela não mais serviria para os cinco anos que antecederam o lançamento do livro *O ano 2000*, já que houve, segundo Bell, neste período, um aumento dos estudos sobre o futuro. Todos estes estudos foram feitos ligados a instituições que surgiram com o mesmo intuito, ou seja, pensar sobre os problemas do futuro (BELL, in: KAHN; WIENER, 1968: p.21). Uma das instituições que surgiram nesta esteira foi o Instituto Hudson, criado por Herman Kahn, Max Singer e Oscar Ruebhausen, em 1961 (HUDSON …, s/d).

O Instituto, também chamado de *think tank*, surgiu com a finalidade de pensar sobre o futuro, gerando, então, vários relatórios e apontamentos. Inicialmente voltado para estudos militares, com a diminuição de investimentos para tais pesquisas, o Instituto passou a estudar também questões sociais e econômicas (HUDSON …, s/d). Até 1983, o Instituto fortaleceu-se e articulou-se em torno de uma figura central, Herman Kahn.

Herman Kahn foi, na sua época, o mais celebrado e controverso estrategista nuclear. Posteriormente, também ficou conhecido como futurista, cientista político, geo-estrategista e fundador e diretor do Instituto Hudson (ALIGICA, s/d). Em 1960, Kahn escreveu o livro *On Thermonuclear War*. Este livro deu-lhe fama nacional e internacional (ALIGICA, s/d). Nele, Kahn ainda se mantinha preso à questão da guerra nuclear, analisando os efeitos possíveis de tal guerra, contudo, já especulava sobre o futuro, ao analisar algumas estratégias possíveis para diferentes circunstâncias.

Em 61, então, Kahn fundou o Instituto Hudson, do qual se tornou o primeiro diretor (ALIGICA, s/d). No instituto, ele desenvolveu os primeiros estudos especulativos, com os quais ele consolidou algumas das bases do que ele considerava como Estudos Futuros (ou Futurismo) que, posteriormente, tornou-se Futurologia e cujo termo Kahn não gostava (SELINGMAN, 2001). Segundo Aligica, a grande contribuição destes "primeiros" pensadores sobre o futuro foi a fundamentação metodológica e teórica que eles deram, como o

desenvolvimento do método do cenário, a utilização de sistemas matemáticos e científicos para realizar as previsões e a organização de bases interdisciplinares (ALIGICA, s/d).

Foi com base e com o intento da elaboração do método para as previsões que o livro *O ano 2000* foi escrito. Neste período, Kahn tinha uma participação ativa em debates públicos sobre o desenvolvimento econômico, sobre as tendências globais e sobre o impacto da tecnologia. Seus escritos contrariavam o neo-malthusianismo e os cenários "do fim do mundo" (ALIGICA, s/d). Conforme Aligica, o consenso do período dizia que os recursos mundiais eram insuficientes para agüentar a expansão contínua do produto mundial bruto e da população e mesmo se os recursos fossem suficientes, a poluição, o desequilíbrio ecológico ou problemas administrativos levariam a conseqüências desastrosas. O movimento que refletia essas idéias ficou conhecido como *the limits to growth* (os limites para o crescimento) (ALIGICA, 2003). Assim, Kahn se levantou contra essas vozes ao realizar suas especulações, dizendo, baseado em estudos macro-históricos, que todos os problemas enunciados eram apenas a expressão de um momento histórico específico do desenvolvimento da humanidade, a saber, com as mudanças sociais que estão ocorrendo decorrentes da Revolução Industrial, a humanidade tende a se transformar, atingindo uma nova forma econômica e social: a pós-industrial. Desta maneira, para Kahn, os vários problemas ecológicos, econômicos e sociais "are more the growing pains of success than the inevitable precursors of doom" (ALIGICA, 2003).

É perceptível, portanto, e em comparação com as outras visões do período, que Kahn tinha uma visão otimista e menos imediatista, ou mais pretensamente holística**.** Ele via os anos do pós-guerra não como um momento culminante, mas apenas como um momento de passagem, parte de um processo que vinha desde a Revolução Industrial, ou mais antigamente. Apesar da visão otimista, Kahn não via a história até o ano 2000 como um progresso, contudo, há o que argumentar sobre o progresso em relação ao seu método de previsão e à sua finalidade.

A idéia de progresso já pode ser percebida no Renascimento, quando os artistas italianos acreditavam estar realizando um desenvolvimento ascendente da arte, em direção a uma perfeição estética. Contudo, já no mundo científico, essa idéia de progresso ligou-se à questão material, tecnológica e científica (SKORUPA, F. A.; 2002. p. 36-38). A idéia de progresso conseguiu grade destaque, ainda, durante o Iluminismo, atingindo, então, a história. Desta forma, o Iluminismo entendia a história como um produto da razão, a qual era imutável e universal, regendo, assim, a ordem dos acontecimentos. Com base nisso, para os iluministas, cabia, a partir do estudo histórico, retomar as leis e os princípios que comandariam tais

acontecimentos. Contudo, tal razão não era dada, mas era conquistada ao longo de um processo histórico (DE DECCA, 1995: p.65-68).

Essas visões progressistas da história passaram a ser categorizadas como Filosofias da História. Desta maneira, Filosofia da História pode ser entendida como a possibilidade de a história humana possuir um sentido. O surgimento de tal filosofia foi datado, portanto, do final do século XVIII e início do XIX. Entretanto, o avanço deste tipo de filosofia se deu em paralelo e, de certa maneira, estimulou o interesse pelos estudos históricos, que se opunham à noção de história do Iluminismo (VOGT, 1971: p.19), e, no século XIX, o surgimento da História como disciplina (DRAY, 1977: p.89). Posteriormente, o avanço da história como disciplina acabou minando as possibilidades especulativas na história (DRAY, 1977: p.89).

Desta forma, é possível acompanhar a diferenciação de William Dray em duas formas de filosofia que entendem a história: uma crítica, que busca esclarecer a natureza da investigação do historiador, e outra especulativa, que busca, na história, no curso dos acontecimentos, uma significação, um padrão (DRAY, 1977: p.9). Assim, a filosofia especulativa da história, ou filosofia da história, entende que, nos acontecimentos históricos, há um sentido que está além do entendimento buscado pelos historiadores críticos (DRAY, 1977: p.88). Além deste sentido, ela pode também ser teleológica, ou seja, pode procurar um fim para história. Dray subdivide a filosofia especulativa em outras duas categorias, uma que concerne à tendência da filosofia, a qual é dividida em três: metafísica, empírica e religiosa. A primeira, realizada, por exemplo, por Hegel, entende que o curso da História "só pode ser amplamente exposto por meio de recurso a noções metafísicas" (DRAY, 1977: p.90). A empírica, que tem Toynbee como um dos representantes, "é apresentada como conclusão necessária a que ele foi levado por um levantamento empírico" (DRAY, 1977: p.90). Por fim, a religiosa, no caso de Niebuhr, tende a "mostrar como a fé cristã, que transcende a discussão racional, pode emprestar significado a ocorrências que, de outra forma, dele carecem" (DRAY, 1977: p.90). A outra divisão abarca as possibilidades de sentidos dados à história. Também são três: linear, cíclica e caótica. A linear é entendida como um padrão que leva em direção a algo de maneira direta, podendo ser progressiva ou regressiva, sendo a primeira a mais recorrente. A cíclica defende que os processos se repetem de maneira incessante em povos e períodos sucessivos. A caótica, por sua vez, enxerga "o jogo do contingente e do imprevisto" (FISHER *apud:* DRAY, 1977: p.90-91). Cada um desses enfoques pode, ainda, aparecer combinado com outro (DRAY, 1977: p.91).

Desta forma, ao se argumentar que a proposta histórica de Herman Kahn em *O ano 2000* pode conter uma idéia de progresso, argumenta-se, então, que esta proposta dá um

sentido à história. Há, de fato, duas formas de se ver este sentido. Uma que pode ser resumida nos seguintes termos: com a existência de uma tendência complexa e de longo alcance, e sem qualquer acontecimento inesperado e crucial, é possível definir possíveis arranjos que o mundo terá no ano 2000. Este desenvolvimento de uma forma de prever e planejar possíveis futuros permeia toda a obra e, como foi visto, toda a constituição da proposta da Futurologia. Então, esta proposta pode ser entendida, seguindo as divisões propostas por Dray, como cíclica e caótica, com tendência empírica. Não se pretende aqui entrar no que Kahn pensa sobre o ano 2000, já que ele acreditava que existia alguma possibilidade que o século XXI começasse com sérios problemas sociais, de disparidades entre diferentes países e com uma grande ameaça nuclear, o que já evidencia a ausência do progresso no desenvolvimento possível da história. O que se pretende aqui, por outro lado, é analisar o método de previsão sobre o futuro, para, então, discutir a possibilidade de progresso por meio deste método.

Para realizar sua especulação sobre o futuro, Kahn expõe que o primeiro passo é definir o problema, o que, para ele, significa "identificar tendências de longo alcance, que tenham probabilidade de continuar" (KAHN; WIENER, 1968: p. 32). Ou seja, trata-se de achar um padrão de longo alcance, uma espécie de estrutura. Ao tratar do ano 2000, Kahn identificou o que ele chama de *tendência múltipla*. A tendência múltipla é definida como um conjunto complexo, formado por elementos comuns e que se interpenetram. São, ao todo, treze elementos, os quais vêm, alguns, desde o século XI ou XII e que possuíam, conforme os autores, grandes chances de continuar até o ano 2000.

Depois de definida a tendência, os autores se depararam com um problema: o de especular com a antecedência de trinta e três anos. Como uma forma de contornar este problema, Kahn experimentou sua tendência. Sua experiência consistiu em tentar especular, baseado na tendência múltipla, sobre os trinta e três anos vindouros a partir de 1900 e 1933. Com isso, ele tentou obter uma idéia "do ritmo presente e futuro da mudança, assim como da probabilidade de desenvolvimentos inesperados" (KAHN; WIENER, 1968: p. 32). À conclusão que Kahn chegou com essa experimentação é que acontecimentos surpreendentes podem ocorrer, acabando com qualquer previsão séria. Ou seja, com a experiência, Kahn apontou o caráter caótico da história, o qual calca-se muito na imprevisibilidade dos acontecimentos.

O maior problema da imprevisibilidade dos acontecimentos[3] se dá pela dificuldade em saber como e quão decisivos eles podem ser dentro da tendência. Kahn entende que seus estudos de longa duração podem ajudar na antecipação de problemas e, então, na elaboração

[3] Acontecimentos são entendidos, na obra, como questões político-militares e de cunho público.

de programas que os resolvam. Mas estas previsões antecipadoras têm mais chances de dar certo quando não se calcam em acontecimentos que dependam de circunstâncias únicas. Outra forma de resolver o problema dos acontecimentos, para os autores, é o desenvolvimento de programas mais flexíveis. Com tal prática, os autores acreditam poder conhecer as possibilidades e saber o que deve ou não ser evitado, adquirindo, assim, uma visão ampla sobre como o futuro pode acontecer, assim como as conseqüências para certas decisões. Assim, Os autores de *O ano 2000* crêem, então, que os acontecimentos críticos na história não possuem um padrão certo e geral e, por isso, são acidentais, mas não atemporais. Apesar da imprevisibilidade do acontecimento, para Kahn, existem, no ser humano, fatores tradicionais e imutáveis, os quais desempenham, nas sociedades e nas culturas, papéis importantes, o que faz com que alguns acontecimentos, ou mesmo alguns aspectos deles, enquadrem-se em padrões (KAHN; WIENER, 1968: p. 29-64). Frente a isso, há uma defesa de certa sensatez por parte do especulador, a qual reside em diferenciar aquilo que se modifica daquilo que se mantém, ou seja, "em perceber o que é contínuo dentro das próprias modificações" (KAHN; WIENER, 1968: p. 30). Com a identificação destes aspectos dos acontecimentos que seguem padrões, é possível trabalhar por analogia ou por metáfora, possibilitando temas, questões, conjeturas e hipóteses. Desta forma, é possível, se não ter certeza do que acontecerá, pelo menos de predizer qual a chance de que dada(s) coisa(s) aconteça(m).Se por um lado, então os autores reconhecem o fato do acaso e de variáveis ocultas operarem indeterminações no que pode acontecer, por outro, afirmam que mudanças seculares básicas acontecem na estrutura geral em que os acontecimentos ocorrem. Desta maneira, "a História pode não repetir-se, mas pode parafrasear-se" (KAHN; WIENER, 1968: p. 64). Com isso, Kahn empresta certa idéia cíclica à sua visão de história, já que os fatos podem ser entendidos, se não como repetidos, como assemelhados, ou como exemplos relativos.

Após ter estabelecido a tendência e experimentado-a, cabe *construir linhas de bases significantes*, de preferência estatísticas, que possibilitem a projeção de *variáveis-chaves*. Estas variáveis tratam da população, da alfabetização, do PNB, das fontes de energia, do poderio militar, entre outras coisas. Essas taxas variáveis apresentam algumas das possibilidades de qualquer sociedade. Quando tais projeções são feitas em cima das tendências já presentes e refletindo a tendência múltipla, tem-se, então, a projeção *livre de surpresas*, que é aquela que apresentará o transcorrer da história com o mínimo de surpresas (KAHN; WIENER, 1968: p. 21-33).

A partir da identificação da tendência, de suas variáveis e com a elaboração da projeção livre de surpresas, é possível construir, então, dois tipos de contextos: o *mundo-*

padrão e as *variações canônicas*. O mundo-padrão reflete, basicamente, a projeção livre de surpresas, ou seja, é a previsão mais ingênua. Uma vez estabelecido o mundo-padrão, é possível delinear as possíveis variações canônicas. Cada uma dessas variações aponta novas possibilidades, sem, porém, fugir das projeções livres de surpresa. Com isso, saindo do mundo-padrão e percorrendo todas as variações canônicas, os autores acreditam atingir uma envergadura mínima para as projeções sistemáticas e possíveis dentro de trinta anos, sem fugir, contudo, das projeções livres de surpresa. Kahn reconhece que é bastante improvável que o desenvolvimento histórico dos próximos trinta e três anos ocorra sem qualquer acontecimento inesperado. Mas isso, para ele, não invalida os mundos alternativos, já que eles acabam servindo como elementos para a ilustração e desenvolvimento de hipóteses (KAHN; WIENER, 1968: p. 34-41).

Tem-se, portanto, o método de previsão "histórica" de Kahn, o qual permite que ele acredite especular sobre o futuro com relativa segurança e com certa autoridade, daí a tendência empírica. Este método pode ser entendido, de forma breve, como a identificação da estrutura corrente e a projeção dela no futuro, considerando todas as alterações (pequenas ou grandes) possíveis que ela pode sofrer e como isso afetará o porvir. Com isto, os autores dão uma coesão para os três momentos históricos (passado, presente e futuro), pois defendem que as decisões tomadas no presente pouco influenciam o próprio presente, sendo mais decisivas para o futuro. Assim, o presente também pouco depende do que é feito nele, mas mais do que foi realizado no passado. Desta forma, os autores conseguem soldar os diferentes momentos, dando certa consistência a sua visão de história, pelo menos na dinâmica temporal, e mostram que o elemento decisivo dos acontecimentos pouco influencia no presente, sendo ele, então, importante para o futuro. Desta maneira, os acontecimentos presentes, planejados de acordo com tendências e bases retiradas do passado, acabarão por definir o futuro.

Desta maneira, revela-se a contradição em Kanh e abre espaço para a compreensão do outro sentido para a história em *O ano 2000.* Se a tendência múltipla não é progressista ao formular uma visão sobre o futuro, já que nem sempre resulta em coisas positivas ou tidas como boas, o fato de reconhecer que o futuro é especulado, ou seja, que não é, ainda, o acontecido, faz com que ele possa ser evitado. Assim, os autores pretendem, com suas previsões, projetar o futuro e, com isso, identificar suas falhas e contorná-las, o que parece, de alguma forma, com a retomada da visão de progresso iluminista, ou seja, de recuperar o controle racional do desenvolvimento da humanidade. Eles pretendem, então, a partir de suas projeções, definir, da forma mais realista possível, ou seja, fugindo do que consideram otimismo ou pessimismo em demasia, as formas que o futuro pode adquirir e, com isso,

identificar os problemas com essas possíveis configurações do futuro. Uma vez identificadas as possíveis falhas, acreditam poder contorná-las, não apenas guiando as tendências (estruturas), mas também prevendo e agindo sobre os acontecimentos potencialmente decisivos. Desta forma, eles retomam a idéia de progresso Iluminista, ou seja, de controle da história humana por meio de uma racionalidade inerente no próprio processo histórico, que nada mais é do que o desenvolvimento da humanidade ao longo do tempo na Terra.

Kahn reconhece que sua abordagem e forma de trabalho se assemelham aos trabalhos realizados por macro-historiadores e filósofos da História, ou seja, com estudos de longa duração, especulativos e, portanto, que apresentam, mesmo que acidentalmente, algum sentido para a história. Enunciando várias formas de sentidos para a História, Kahn defende que sua tendência múltipla pode ser entendida como um estudo que apresenta padrões típicos, empíricos e possui uma consistência eclética e sincrética, além de reconhecer, de alguma maneira, a chance do imprevisível. Refuta, ainda, a idéia de que a tendência múltipla possa ser progressista, já que muitas das suas mudanças não estão resultando em melhoramentos apenas (KAHN; WIENER, 1968: p.58-61). E, realmente, a tendência múltipla não delineia o progresso para a humanidade, todavia, a identificação do erro antes de sua existência permite que ele seja evitado e, portanto, a ausência das falhas, pelo menos das mais graves. Este, portanto, é o sentido progressista por trás do método de previsão histórica de *O ano 2000*.

Referências Bibliográficas:

ALIGICA, Paul D. **Herman Kahn**. Sem data. Disponível em: http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=staff_bio&eid=HermanKahn. Consultado em 30/04/07.

ALIGICA, Paul D. **The Great Transition and the Social Limits to Growth.** Abril, 2003. Disponível em: **http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=2827**. Consultado em 30/04/07.

BACON, Francis. **Novum organum.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BARCELOS, Eduardo D. **Telegramas para Marte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAUSO, Roberto de S. **Ficção científica, fantasia e horror no Brasil (1875-1950).** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CLARKE, Arthur C. **2001**: odisséia espacial. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

DE DECCA, Edgar Salvadori. As desavenças da história com a memória. In.: SILVA, Zélia Lopes da. **Cultura histórica em debate.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

DRAY, William H. **Filosofia da História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

HENRY, John. **A revolução científica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HUDSON Institute History. Sem data. Disponível em: http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=history. Consultado em: 30/04/07.
HUME, David. **Tratado da natureza humana.** São Paulo: UNESP, 2001.
KAHN, H., WIENER, A. J. **O ano 2000:** uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos. São Paulo: Melhoramentos/Universidade de São Paulo, 1968.
KAHN, H., WIENER, A. J. **The year 2000:** a framework for speculation on the next thirty-three years. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1967.
LEVESON, Irving. **Memorial to Herman Kahn.** Julho, 2003. Disponível em: http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=2920. Consultado em 30/04/07.
OLIVEIRA, Paulo S. (org). **Metodologia das ciências humanas.** São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.
PEREIRA, Carlos A. M. **O que é contracultura.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
ROSZAK, Theodore. **A contracultura.** Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
SELINGMAN, Dan. **Know-it-all.** Abril, 2001. Disponível em: http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=817. Consultado em 30/04/07.
SKORUPA, F. A. **Viagem às letras do futuro:** extratos de bordo da ficção científica brasileira (1947-1975). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.
SOROKIN, Pitirim A. **Social and cultural dynamics, v2.** New York/Cincinnati/Chicago/Boston/Atlanta/Dallas/San Francisco: America Book Company, 1937.
TROY, Tevi. **Nixon and the Intellectuals.** Março, 2003. Disponível em: http://www.hudson.org/index.cfm?fuseaction=publication_details&id=2784. Consultado em: 30/04/07.
VOGT, Joseph. **El concepto de la Historia de Ranke a Toynbee.** Madrid: Guadarrama, 1971.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A conversão em três tempos: narrativa e experiência jesuítica na Província Jesuítica do Paraguai

Eliane Cristina Deckmann Fleck*

Resumo: As experiências cotidianas vividas pelos Guarani e pelos missionários jesuítas nas reduções da Província Jesuítica do Paraguai, registradas nas Cartas Anuas, tiveram – simultaneamente – uma dupla abordagem: a evocação de um passado condenável e de um futuro promissor. Essa dualidade determinou – em grande parte – o tratamento dado pelos missionários narradores ao tema da conversão, ora exitoso, ora comprometido pelo retomo insistente do passado no presente. Tomando como referência três momentos distintos da atuação missionária jesuítica na Província Jesuítica do Paraguai, esta comunicação considerará não somente as prescrições normativas a que estavam sujeitas as Cartas Ânuas e os contextos políticos – marcados por suas especificidades – nos quais atuaram, mas também a interferência da dimensão humana do missionário-narrador nas narrativas sobre a conversão.
Palavras-chave: narrativa, conversão, reduções jesuítico-guaranis

Abstract: The quotidian experiences lived by the Guarani and by the Jesuit missionaries in the reductions of the Jesuit Province of Paraguay, registered in the *Cartas Ânuas*, had – at one time –a duple approach: the evocation of a condemnable past and of a good fortune. This duality guided – in great measure - the treatment given by the missionaries narrators to the topic of the conversion, sometimes successful, sometimes committed by the insistent return of the past into the present. Taking as reference three distinct moments of the Jesuitical missionary actuation in the Jesuit Province of Paraguay, this article will consider not only the normative prescriptions which affected the *Cartas Ânuas* and the political contexts – marked by their particularities – in which they actuated, but also the interference of the human dimension of the missionary-narrator in the narratives about the conversion.
Keywords: narrative, conversion, Jesuit-guarani reductions

Em 1601, o Superior Geral da Companhia de Jesus decidiu reunir as regiões do Rio da Prata, Tucumã e Chile, numa Província independente e denominada *Paraguay*, e, em 1603, determinou a realização do 1º Concílio do Rio da Prata, cujas determinações tornaram-se um referencial para o trabalho missionário e se refletiram nas duas Instruções formuladas pelo P^e^. Diego de Torres Bollo, em 1609 e 1610. Além de estabelecerem as metas a serem alcançadas pelos missionários e os meios a serem empregados tanto para o ensino da doutrina aos índios quanto para a reforma dos costumes dos espanhóis (MATEOS, 1969: 321), essas

* Doutora em História da América pela PUCRS. Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

Instruções enfatizaram a necessidade de "tirar-lhes os pecados públicos e pô-los sob policiamento" (*Apud*: RABUSKE, 1978: 25), bem como de afastá-los dos "perniciosos feiticeiros" que incitavam os índios a permanecerem em suas superstições.

Os missionários jesuítas tiveram sua atuação orientada também pelas Constituições da Companhia de Jesus, que em sua Oitava Parte refere os "meios de unir com a cabeça e entre si aqueles que estão dispersos", ressaltando a importância da correspondência para "o intercâmbio freqüente de informações entre uns e outros, e o conhecimento das notícias e comunicações vindas de diversas partes", com a finalidade de garantir a "união dos espíritos" (LOYOLA, 2004: 85) que atuavam nos quatro continentes desde o século XVI.

A atividade epistolar cumpriu, desta forma, "um papel estratégico na construção da missão" (LONDOÑO, 2002: 13), ao ponto de as Constituições determinarem "responsabilidades para a geração das informações e destinatários destas", a fixação de prazos, a produção de cópias e a definição de sua circulação, e, inclusive, apontarem "os temas a serem tratados nas cartas" (LONDOÑO, 2002: 15).

Observando rigidamente as prescrições emanadas das Constituições da Companhia de Jesus –, as Cartas Ânuas[1] destacaram, sobretudo, os casos edificantes ou sucessos notáveis, na medida em que apontavam para a conversão e para a almejada mudança de conduta dos indígenas. Vale lembrar aqui as reflexões de Walter Benjamin acerca do narrador que suprime alguns aspectos e faz realçar outros, tendo como critério a harmonização do enredo da narrativa com o conjunto de acontecimentos mais amplos. Hartog, por sua vez, nos adverte de que "o narrador diz, mas o faz dizendo de certo modo, dizendo o que é notável" (HARTOG, 1999: 372).

Trata-se, portanto, de considerar as implicações da ênfase dada aos registros edificantes e da omissão de outros, como observado na Carta Ânua de 1637-1639, em que o P^e^. Zurbano as justifica por não atenderem à fórmula prescrita pelo padre Geral da Companhia e que previa o registro somente do realizado para "gloria de Deus e para a salvação das

[1] As *"Litterae Anuae"* são a correspondência periódica que os Padres Provinciais enviavam ao Padre Geral da Companhia de Jesus e se baseavam nos relatórios anuais que o Provincial recebia dos superiores das Residências, Colégios, Universidades e Missões junto aos índios. Continham uma detalhada informação sobre as casas, suas obras, pessoas e atividades. Correspondem a um lapso de tempo de um ano ou de vários anos. De ordinário eram redigidas pelos secretários ou por pessoas com capacidade para escrevê-las designadas pelo Provincial. Embora se constituam, sobretudo, de relatórios administrativos para a Administração Geral da Ordem, contemplam também cartas edificantes, que visavam impressionar as autoridades civis e eclesiásticas através dos êxitos conseguidos, razão pela qual foram traduzidas para o latim para que pudessem ser divulgadas nas Casas da Companhia de Jesus de toda a Europa. As Cartas Ânuas relativas à Província Jesuítica do Paraguai cobrem o período que vai de 1609 a 1675 e, após um intervalo de cerca de 40 anos, o período de 1714 a 1762.

almas" (*In*: MAEDER, 1984: 107). A observância da fórmula levaria à predominância quase absoluta desses registros, reiterados de forma retórica e monótona, o que foi atestado – pelo mesmo padre – na Ânua correspondente ao período de 1641-1643, e na qual informa que "haviam ocorrido casos de edificação que por serem comuns, não os registrava" (D. G. R., 1996: 119). [2]

Ao analisarmos os registros que caracterizam as duas primeiras décadas do século XVII, constatamos que são marcados pela insistente negação e diabolização da cultura guarani. Neles são enfatizadas as *ações nocivas* dos feiticeiros; os movimentos de resistência xamanística; as dificuldades encontradas pelos missionários tanto em relação à garantia da sua própria sobrevivência, quanto em relação à continuidade e ao êxito do trabalho missionário.

As pestes e os períodos de fome, ainda que referidos no período anterior e posterior, ocupam de forma significativa os relatos do período compreendido entre as décadas de 30 e 50, na medida em que passaram a ser as razões potenciais do fracasso da ação missionária entre os Guarani. Aqui a *experiência* dos missionários se impõe de tal forma em seus registros[3] – evidenciada na expressão de *temores* em relação à manutenção de condutas condenáveis e de *esperanças* em uma sólida conversão – a ponto de determinar uma alternância de estados de euforia e de pessimismo em relação aos resultados alcançados ou por alcançar.

A marca inconteste dos efeitos da *experiência* sobre os missionários não impede, contudo, que a documentação das décadas de 60 e 70 mantenha a ênfase nos relatos

---

[2] Considerando as orientações fixadas por Inácio de Loyola e, posteriormente, pelo P^e^. Polanco, foi estabelecido o que deveria ser comunicado nas cartas e como isto deveria ser feito. Determinou-se, então, quais informações poderiam atingir um público externo e quais seriam de uso interno e exclusivo da Companhia. Assim, a carta passou a ser composta de duas partes: a carta principal, ou edificante, e a que circulava em âmbito estritamente institucional, ou *hijuela*, na qual caberia "tudo o que pudesse não edificar, o emocional, o primário, o espontâneo ou sem elaboração e por isso não deveria ser mostrado ou dado a público" e que "sendo este o objetivo, a missiva não poderia ser deixada ao acaso das impertinências cotidianas dos padres ou à intensidade de seus sentimentos espirituais", devendo os padres "ter a consciência de que estavam produzindo um texto para ser interpretado e lembrado" (LONDOÑO, 2002: 18-19).

[3] Deve-se, ainda, considerar que o termo *experiência* tinha um sentido específico para os membros da Companhia de Jesus, o que, com certeza, orientou sua atuação e influenciou a narrativa de sua atuação. De acordo com Pacheco "tal como é empregado entre os jesuítas, o termo *experiência* deve ser entendido a partir de um complexo feixe de influências, além da assumida posição filosófica aristotélico-tomista, é preciso dizer que parece existir também uma influência agostiniana. E, para além do aspecto puramente filosófico, quando se fala de *experiência* na Companhia de Jesus, se está tratando com uma categoria que também pertence ao universo da regulação tanto espiritual e corporal quanto jurídica e institucional. […] pode-se concluir que *experiência* é o contraponto de uma mística do abstrato […] é preciso a *experiência* imediata, é preciso o conhecimento direto proporcionado pelos sentidos e pela consciência de si mesmo, é preciso a *experiência* das coisas percebidas, que são conhecidas na medida em que as vivemos, as tocamos, ouvimos, experimentamos. […] Enfim, aprende-se a ser jesuíta "experimentando" o que seja ser um jesuíta […] É a vida de Inácio: uma experiência-modelo que se torna a prescrição explícita de um modelo de imitação. […] Vê-se que a *experiência* está intimamente ligada a um conhecimento de si mesmo e de Deus, bem como de virtudes morais […]" (PACHECO, 2004).

edificantes e a observância das prescrições. Os missionários, no entanto, o fazem com a intenção de ressaltar o estado de perfeição atingido pelas reduções, de obter reforços através do envio de jovens missionários e, principalmente, de desfazer intrigas contra a Companhia de Jesus, decorrentes de sua opção pela proteção aos indígenas [4].

Esses *três tempos de narração* das Ânuas se traduzem em um primeiro, marcado pela interpretação imediata e utópica dos fatos e que se traduz na realidade que se quer ver; um segundo, em que a realidade se impõe e questiona o afirmado anteriormente e, ainda, em um terceiro, que se caracteriza por um processo de reelaboração que, simultaneamente, dá espaço à visão utópica e absorve a desordem criada pela ruptura provocada pela realidade [5].

Instigados pela formulação de François Hartog, de que "o mundo que se conta encontra-se no mundo em que conta" e "que não é tanto a quantidade de informação nova que deve-se levar em conta, mas seu tratamento pelo narrador" (HARTOG, 1999, p. 37) propomos a análise das Ânuas a partir das denominações que demos aos *três tempos de sua narração: "ganar la confianza de la gente"*; *"y todo marcha bien"* e *"ya no hay costumbres viciosas"*.

Constata-se que as Ânuas referentes aos anos de 1610-1613 – que se inserem no *tempo de "ganar la confianza de la gente"* e de implantação das reduções – enfatizam as demonstrações de temor dos indígenas de morrerem infiéis e de irem para o inferno em razão disso. (*In*: PASTELLS, 1912). Os missionários não descuidam de valorizar que a assimilação – pelos indígenas – de que castigos se abatiam sobre os infiéis e pecadores, os levava a procederem de acordo com suas recomendações, rompendo com suas pautas tradicionais; isto é, com o passado evocado negativamente pelos missionários (*In*: MAEDER, 1990: 91). São, no mínimo, surpreendentes as referências à conversão instantânea mediante a administração do sacramento do batismo a velhos e a moribundos e sua vinculação com a garantia da salvação (D. H. A., 1929: 77 e 289).

As referências à conversão bem sucedida – expressa na urgência com que os indígenas buscavam a confissão – ficam evidentes como elemento estruturador do enredo das Ânuas, podendo ser também encontradas na Carta Ânua de 1637 – 39. Neste registro

---

[4] Para P. A. Fabre (2000), a *experiência* jesuítica pode ser definida como uma série de atividades que garantem a identificação do indivíduo com a instituição e a reprodução/manutenção dessa mesma instituição, determinando a filiação a um *modus operandi* e a uma maneira habitual da instituição de refletir, meditar e agir, que lhe permite viver firmemente nas *"cosas de Instituto"*.

[5] Na perspectiva de Koselleck, a experiência, por encontrar-se saturada de realidade, elabora os acontecimentos passados vinculando-os às possibilidades cumpridas ou fracassadas. Mesmo que os acontecimentos passados tenham sucedido de maneira definitiva, as experiências baseadas sobre eles podem se modificar com o passar do tempo. As experiências se superpõem, impregnando-se umas das outras, exatamente porque as novas esperanças ou as frustrações abrem brechas e repercutem sobre elas. (KOSELLECK, 1993).

constata-se – decorridos já 30 anos – que as marcas da *experiência* interferiram na narrativa, levando o missionário a observar que os indígenas nem sempre tinham o que confessar e que o faziam "para ganhar mais graças sacramentais" (*In*: MAEDER, 1984: 96). Mais adiante na mesma Carta, o relator Pe. Francisco Lupercio de Zurbano informa que os Guarani, apesar de serem muito apegados à confissão, são também muito inclinados a fazer más confissões. O que mais nos chama a atenção é que o passado-presente se impõe de tal forma que o missionário não deixa de explicitar seu horizonte de temores, comprometendo sua esperança no futuro, ao afirmar que "tal comportamento se compreendia devido à rudeza e à incapacidade dos indígenas de se aprofundarem nos conhecimentos religiosos" (*In*: MAEDER, 1984: 34).

Aqui se constata a sobreposição que queremos explorar – *a do tempo da narração das Cartas* – que obedece às prescrições – e a do *tempo da experiência* que perturba e confronta, interferindo no registro. Esta sobreposição se explicita numa operação discursiva que não pode deixar de contemplar o que deve ser narrado – insistindo que *"todo marcha bien"* e observando criteriosamente o que deve ser omitido – mas que acaba revelando a experiência do próprio narrador.

Decorridos dez anos, o P^e^. Juan Ferrufino deixa entrever em suas observações, na Ânua de 1647-49 que a tarefa da conversão não estava concluída e que as adversidades continuavam tendo uma função "educativa", devendo-se, por isso, perseverar nas mesmas estratégias de conversão (CARTAS ÂNUAS, 1928: 155). A necessidade de constantemente fazê-los sentir remorsos, além de indicar a freqüência com que ocorriam desvios de conduta ou transgressões, atestam para a concomitância de tempos, passado-presente, e apontam para um horizonte de esperanças construído sobre a superação dos temores e da idéia de um futuro promissor.

O passado condenado, evocado negativamente, se manifesta tão vivamente no presente a ponto de as transgressões continuarem a se constituir em preocupação recorrente dos missionários, como pode ser observado na Ânua de 1668 (CARTAS ÂNUAS, 1928: 20), ano que se insere na etapa tradicionalmente associada à consolidação das reduções jesuítico-guaranis como já referido. Nesta mesma Carta, apesar de informar sobre a freqüência com que ocorriam as confissões, o missionário confere importância e registra as experiências subjetivas dos indígenas, sugerindo que a vergonha e a humilhação que sentiam – ao se confessarem com vários confessores – os levassem a abandonar as condutas indesejáveis, evitando a repetição da situação de constrangimento (CARTAS ÂNUAS, 1928: 20-21). Deve-

se ter em conta, no entanto, que o *tempo das cartas* – que obedece às prescrições institucionais – reteve e consagrou a percepção de que os indígenas buscavam o batismo e a confissão atraídos pela promessa da absolvição dos pecados e da garantia das bênçãos divinas.

Os registros feitos pelos missionários parecem indicar, realmente, uma alteração significativa nas atitudes dos indígenas, ressaltando que *"ya no hay costumbres viciosas"*. A moderação das emoções, a normatização de ações e a eliminação de comportamentos inconvenientes aparecem vinculadas à prática do jejum, à penitência e à autoflagelação, assumindo a função de elemento estruturador para o enredo das Ânuas. Apesar de, por vezes, as considerarem exageradas, os missionários não escondiam sua satisfação, na medida em que as interpretavam como indício da conversão dos indígenas, levando-os a ratificar a evocação negativa do passado e a evocação positiva do futuro (*In*: MAEDER, 1984: 129).

A observância da fórmula prescrita para a redação das Ânuas determina – numa análise diacrônica – a percepção de uma progressão linear, de uma normalização do processo de conversão dos Guarani, na medida em que os *três tempos de narração* das Cartas apontam para o estado de perfeição atingido pelas reduções. Uma análise sincrônica, contudo, nos revela a existência concomitante de *tempos marcados pelas experiências*, que alternam o passado e o futuro, a esperança e o temor, e que, embora apontem para a observância das prescrições e para a manutenção do tema da conversão como enredo, revelam a dimensão humana do relator-narrador.

Referências Bibliográficas

CARTAS ÂNUAS. Cartas Ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay (Año 1668). Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. (Mimeo)

DOCUMENTOS DE GEOHISTÓRIA REGIONAL (D. G. R.) – Cartas Ânuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay (1641 – 1643). Resistencia, Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistóricas, 1996.

DOCUMENTOS PARA LA HISTORIA ARGENTINA (D. H. A.). Tomos XIX, XX, Iglesia. CARTAS ÂNUAS. Cartas ânuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Provincia de la Compañia de Jesús. (Vol. 1) (1609-1614); (Vol. 2) (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacobo Peuser, 1927-29.

FABRE, P.-A. "Ils iront en pèlerinage...": l'"expérience" du pèlerinage selon l'"Examen général" des Constitutions de la Compagnie de Jésus et selon les pratiques contemporaines. In BOUTRY, P.; FABRE, P.-A.; JULIA, D. *Rendre ses voeux:* les identités pèlerines dans l'Europe moderne (XVIe-XVIIIe siècles). Paris: EHESS, 2000, pp. 159-188.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado.* Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidos, 1993.

LONDOÑO, Fernando Torres. *Escrevendo Cartas.* Jesuítas, escrita e missão no século XVI. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Humaitá Publicações, v. 22, nº 43, 2002, p. 11-32.

LOYOLA, Inácio de. *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MAEDER, Ernesto J. A. (org.) *Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay, 1637 – 1639.* Buenos Aires: FECIC, 1984.

MAEDER, Ernesto J. A. *Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay, 1632 – 1634.* Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1990.

MATEOS, F. El Primer Concilio del Río de la Plata en Asunción (1603). *Misionalia Hispánica,* n. 78, set./dez. 1969.

PACHECO, Paulo Roberto de Andrada. Experiência como fator de conhecimento na psicologia-filosófica aristotélico-tomista da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII). *Memorandum,* n. 7, 2004, p. 58-87. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/pacheco01.htm.

PASTELLS, R. P. Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay.* Tomo I. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912.

RABUSKE, Arthur S.J. A Carta Magna das Reduções Jesuíticas Guaranis. *Estudos Leopoldenses*, v. 14, n. 47, 1978.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa.* Tomo III. Campinas/SP: Papirus, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O indivíduo e o Estado familiar: Coulanges e a história das instituições na França

Janio Gustavo Barbosa*

Resumo: No século XIX Estado e Nação foram temas recorrentes na historiografia européia. Os historiadores em países de recente formação nacional, como a França, esforçaram-se em definir as origens da Nação. Parte destes esforços concluíam que a união e a criação do sentido imanente do sujeito para com a idéia nacional somente era possível pela criação da instituição republicana. Com base nisto, visamos entender como as pesquisas centradas na questão nacional levaram em conta formações históricas específicas para a justificativa institucional de tal século. Objetiva-se evidenciar, a partir da obra de Fustel de Coulanges, sob quais bases institucionais o espaço nacional foi constituído; bem como entender de que forma a concepção do Estado nacional atravessou a definição de nação, família, território, leis, religião, etc.
Palavras-chave: Instituição – Nação – Família

Abstract: In the century XIX, State and Nation were recurring themes in the european historiography. The historians in countries of recent national formation, like France, made an effort in define the origins of the Nation. Part of these efforts concluded that the union and the creation of the immanent sense of the subject for with the national idea only was possible by the creation of the republican institution. With base in this, we aim understand as the researches centered in the national matter carried in counts specific historical formations for the institutional excuse of such a century. It objectifies to evidence, from Fustel de Coulanges' Work, under which ones institutional bases the national space was constituted; as well as to be an expert in that form State's national conception crossed the nation definition, family, territory, laws, religion, etc.
Words-key: Institution - Nation - Family

Esse texto visa entender os debates acerca da nação e da formação da identidade nacional no Oitocentos, a partir dos escritos do historiador francês Numa Denis Fustel de Coulanges (1830 – 1889). De reconhecida importância institucional Coulanges foi considerado durante muito tempo como símbolo, epíteto da história nacional do Oitocentos, aquele preocupado com a construção de uma identidade da França pós-Revolução Francesa, "inquiridor" dos antigos para a formação do seu presente.

Coulanges remeteu à cultura clássica as responsabilidades dos sentidos e dos sentimentos do povo francês de sua época. Recuou a concepção de nação para antes da Idade

* Mestrando em história e espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com ênfase em teoria da história, sob orientação da Professora Dra. Maria Emília Monteiro Porto.

Média e das Invasões "Bárbaras" e tomou como modelo o seu presente, confuso, complexo e ainda nebuloso para responder as suas questões.

Com isso visamos incitar a discussão sobre a formação institucional do sujeito. Com a constante iminência da perda dos sentimentos e identidades nacionais e dos crescentes conflitos fragmentários que ocorrem na atualidade, a História provoca-nos a tentar entender o porquê dessa fragilidade crescente, nos ensinado novas táticas para lidarmos com isso.

Em 1864 era lançada a obra "*La Cite Antique Etude sur Le Culte, Le Droit, Les institutions de la Grece et de Rome"*[1] de autoria de Numa Denis Fustel de Coulanges. Recém chegado a Estrasburgo e freqüentemente debilitado devido a sua fraca saúde, Coulanges assistiu o sucesso do seu livro, considerado como uma obra de método único e com uma abordagem de perspectiva inovadora.

No seu livro percebemos uma grande ênfase no papel do Estado e a negação das liberdades individuais foi a marca central de sua obra. O papel das individualidades não existe na obra porque Fustel trabalha visando a abordagem, basicamente, de duas categorias: a primeira da definição do cidadão e da cidadania e a segunda do processo de constituição da nação francesa moderna com base na cultura clássica.

O que é mais peculiar na obra de Fustel é o tipo de abordagem que realiza, priorizando o caráter cultural de definição dos povos antigos, nesse caso, essencialmente os romanos, os gregos e os indianos.

Coulanges pretende interrogar ou, ao menos, problematizar o pensamento liberal moderno, a partir do conceito de liberdade, fornecido no seu trabalho tanto pela Antiguidade quanto pela Modernidade. Além disso, ele desloca essa questão da liberdade e da cidadania do campo político para o campo religioso, sustentando a idéia de que "deve-se, na verdade, retroceder até a primeira família e ao seu culto dos mortos para entender que a cidade, que é a sua herdeira distante, continua essencialmente religiosa". (HARTOG, 2003: 19.)

"A Cidade Antiga" é dividida em cinco livros, sendo o primeiro dedicado às crenças antigas, o segundo à família, o terceiro à cidade, o quarto às revoluções e o quinto ao desaparecimento do regime municipal. Essa organização obedece à cronologia dos fatos que estabelece, embora não faça isso usando datas ou marcos históricos, mas, entendimentos lógicos dos fatos históricos, conforme afirma brevemente:

> [...] Não pudemos apresentar qualquer data, e assim continuaremos. Na História das sociedades antigas as épocas são mais bem definidas pelo encadeamento das idéias e das instituições que pela sucessão dos anos. (COULANGES, 2005:127.)

[1] "A cidade Antiga: estudo sobre a cultura, o direito as instituições da Grécia e de Roma".

Embora essas características já registrem uma particularidade no trabalho de Fustel de Coulanges, do ponto de vista também historiográfico sua obra apresentava novas proposições: a primeira delas era a não preocupação explícita pelos acontecimentos decorrentes da Revolução Francesa; a segunda dava-se pela defesa da latinização do povo francês, ou seja, o seu trabalho salientava a importância muito maior de Roma para a formação do povo do que os românticos, por exemplo, haviam dado, haja vista que sustentavam as teses germânicas acerca das origens identitárias dos franceses.

Apesar das singularidades, a sua escrita foi estabelecida em nome da história nacional. Sua obra ajuda a erguer a bandeira estendida pela geração liberal que atuava desde 1820 na literatura francesa e que defendia a reforma histórica em nome da nação. Coulanges tratava a nação como uma arma política, um "esquema cognitivo e um programa histórico" (HARTOG, 2003: 23 – 24.), onde os sujeitos somente tinham papéis auxiliares e/ou coadjuvantes.

A nação e a cidadania foram signos de representação do povo francês ao longo da História. A cidadania viria pela associação dos indivíduos através da prole e a nação por sua vez formar-se-ia pela união das famílias. Atrelar uma ligação entre a família, a cidade e a nação foi uma estratégia utilizada por Coulanges para individualizar a nação, ou seja, ao se analisar o processo de formação desta o ente primeiro seria o sujeito, sujeito esse que um dia compartilhou de suas crenças, ritos e tradições passando assim, a formar uma grande família de identidade única e de caráter nacional.

Desta maneira, apesar de intitular a sua obra de Cidade Antiga, no singular, e tratar de três modelos antigos de cidades, Coulanges volta as suas atenções para os padrões romanos de organização. A família romana destacaria uma série de sentidos para a França Moderna, dentre eles, a República, as instituições, as liberdades e a religião.

Não é à toa que Fustel destacou esses elementos na Antiguidade. Na década de 1860, muitas reformas são estabelecidas na França e dentre elas, as reformas nas cidades são as mais marcantes. As cidades passam por um processo de monumentalização, de recriação, de deslocamentos, de reestruturações, com inspirações clássicas, basicamente romana, no intuito dela mesma ser considerada uma instituição, ligada à nação e a um povo. A cidade francesa deveria manter uma série de características, dentre elas a de uma cidade moderna e identitária, quase ôntica, em que o povo francês facilmente se reconhecesse. Para isso era preciso institucionalizá-la não somente com reformas, mas através da religião, das liberdades e da cidadania.

Coulanges tomou como o centro da discussão o seu presente para, a partir daí, construir a Cidade Antiga. No século XIX, ainda na década de 1860, entender o processo de formação da Revolução e suas conseqüências era uma constante. Mesmo que essa década tenha estado sob o controle do Segundo Império, analisar a Revolução era entender o potencial democrático da nação francesa e o quanto esse potencial estava arraigado em sua História. Talvez por isso que ao passar pelas crenças, a família e a cidade Coulanges tenha destacado o valoroso papel das revoluções na formação da Cidade Antiga, bem como, tenha estabelecido o cuidado que se deveria ter, e as reflexões necessariamente envolvidas nesse processo.

Para Coulanges, as revoluções davam o sinal da formação cidadã de um povo, demonstrava o quanto essa grande família poderia se mobilizar-se para questionar a tirania e individualidade de certos grupos no poder. As Revoluções evidenciariam o vínculo social estabelecido entre os indivíduos, uma ação que geraria novas continuidades, que impunham novas reflexões e, sobretudo, possibilitava a fundação de novas instituições.

O que deveria permanecer imutável seria o desejo venturoso de constituir uma nação. Esta estaria para o sujeito como a alma está para o corpo e coletivamente entendida ela formaria o espírito francês. As revoluções serviriam para "realizar a nação" (HARTOG, 2003: 27), concretizá-la, reordenar e/ou recriar instituições que, ao mesmo tempo, em que a ratificasse no Estado francês produzisse sentimento de identificação nacional entre os sujeitos.

O seu trabalho, não somente com este livro, mas com as demais obras que lançou durante sua vida, seria o de ordenar o seu entendimento e ajudar a evidenciar o quanto é brumoso o surgimento da nação e não como o processo originário de constituição da França deu-se.

Quando tentou perceber essa ocorrência na Antiguidade, Coulanges não subverteu a história a preexistência de um mito nacional como a maioria de seus colegas catedráticos durante muito tempo fizeram. Sentimento à Pátria era tido por Coulanges como um sentido não comum aos Antigos. O exemplo disso era a verificação da quantidade de guerras ocorridas no período clássico em que a maior motivação para realizá-las era a luta entre os ricos e os pobres na intenção de prevalecer sobre o outro. Da mesma maneira comportavam-se as diferenças postas entre esses povos em sua sociedade. A composição dos exércitos o cotidiano social, o culto aos mortos, a religião individual, tudo, segundo Coulanges, na Antiguidade, pressupunha uma divisão. Para ele, não existiu, durante muito tempo, um sentimento que unisse essas diferenças e possibilitasse o compartilhamento de certos sentidos capazes de unir tanto politicamente quanto geograficamente os povos.

A união, e a criação do sentido imanente do sujeito para com a idéia nacional foi possível e lapidada pela instituição da República. As guerras e as sucessivas revoluções observadas na Antiguidade geraram um regime de experiência, exame e sapiência capaz de fazer com que as diferenças historicamente reiteradas cedessem lugar ao compartilhamento ou como afirma em sua versão na língua francesa, ao *partanger*, capaz de colher nos mais diversos segmentos da sociedade Antiga valores, costumes e tradições comuns aos indivíduos.

A verificação histórica desta mudança, para Coulanges, somente poderia ser percebida se observássemos as instituições. Nelas, teríamos o congraçamento e a união do que era comum aos povos. Fortes, concretas e universais, as instituições somente se prevaleciam porque o regime republicano desenvolveu-se de modo a torná-la como tal, e mesmo que, em um primeiro momento, de tirania, divisão e desorganização tenha valido somente para determinadas partes da sociedade, a faculdade de união e representação total somente foi possível porque os povos instituíram-nas comumente.

As legiões, os senados, o estreitamento entre o patriciado e a plebe, enfim, o término do regime de municipalidade que segregava mais do que unia era o exemplo histórico de como a consciência coletiva instituía a agregação social. A família era, portanto, a instituição básica e comum capaz de arregimentar as diferenças, propor novas tradições e unir os povos. Seu caráter era eminentemente republicano, ou seja, coletivo, naturalmente social. Assim como a família formava-se pelo interesse geral dos sujeitos, o Estado constituía-se pelo interesse geral dos cidadãos.

A cidade seria a condição de adjacência das famílias, um contrato social entre os sujeitos e o lugar que se estabeleciam o espaço que construíam e o território que instituíam. Esse organismo público tinha nos sujeitos, mais do que meros indivíduos, cidadãos que criavam não somente o lugar físico da cidade, mas também o lugar abstrato do sentimento de pertencer à cidade.

No seu livro, Coulanges apenas cita duas ou três vezes a França a título de comparação sempre quando se refere às instituições Antigas em confronto com às Modernas. Que ligação, portanto, poderíamos estabelecer entre a sua obra e os movimentos políticos de sua época? Ou como a discussão sobre o nacionalismo pode ser percebida na sua obra?

Essa imagem do passado desenhada por Coulanges tem uma singularidade especifica com a concepção e participação que tem com o seu presente. Primeiro a ausência de uma discussão política em sua obra não ocorre por acaso. De 1789 até 1864, ano em que

escreve o livro, a França passara por, pelo menos, três grandes conflitos políticos[2] com a sucessão de regimes políticos díspares, de complexas organizações e associações. Começou a escrever seu livro – fruto de uma série de aulas inaugurais –, pelo menos, 15 anos antes de sua publicação e, portanto, o concebeu sob a égide do Segundo Império, Império esse associativo entre a realeza e a burguesia que promoveu um governo aos moldes do Antigo Regime. Politicamente, a França não apresentava uma divisão ideológica clara que demonstrasse uma maturidade histórica para ser trabalhada, ela se dava fruto do convencimento, do momento político, daqueles que detinham o poder. Apresentava-se por demais tênue ao ponto de justificar a base histórica da formação dos povos. Segundo, o destaque que concedeu à religião foi o anseio de perceber o processo de destituição do Estado e da crença religiosa, esta última, que durante boa parte da História da França deteve, também, o poder político. Para Coulanges, a vitória do Cristianismo marcou "o fim da sociedade antiga" (HARTOG, 2003: 47.), muito em razão de ter substituído uma religião "extenuada, exterior e vazia". (HARTOG, 2003: 47.) O Cristianismo trouxe o reconhecimento da libertação do sujeito, que deixou de ser um ente familiar e passou a ser um individuo. Esse novo momento nada tem haver com aquele individuo anteriores as associações familiares. Neste novo instante o sujeito foi capaz de se dissociar da família pelo apelo religioso e se associar a ela pela filiação natural. Embora tenha sido importante, o Cristianismo perdeu o seu estatuto da pluralidade dos indivíduos quando a Cidade foi concebida.

A cidade foi o terceiro ponto das associações entre o presente de Coulanges e sua obra. A cidade foi justamente a destituição da religião e do Estado. Se antes os sujeitos tinham propriedades com conexões religiosas, o Estado laicizou o território e propôs um novo reconhecimento da autonomia do indivíduo, agora não mais ligado à religião, mas ao Estado. O século XIX assistiu justamente à formação de centros urbanos em que a religião perdeu sua singularidade. A função das urbes modernas – conforme dito anteriormente – era o de monumentalizar um passado bravo, épico e humano aos seus contornos, não necessariamente, divinos. A religião, não se sobrepunha à militarização, à politização e às tradições criadas para a referência ao Estado. Não foi por acaso que quando as reformas urbanas foram pensadas na França, elas foram criadas na perspectiva não somente de dar funcionalidade a cidade, mas de a todo o momento fazer os indivíduos recordarem como os seus centros urbanos foram formados, que atores históricos tornaram possível tal empreendimento.

[2] Destacamos cronologicamente, para efeito de síntese: 1792 a instauração da República francesa pós-revolucionária; 1804 o primeiro Império sob o domínio de Napoleão I; 1814 a volta ao poder dos Bourbons e da Aristocracia do Antigo Regime; 1830 a subida de Luís Filipe e de uma realeza burguesa ao poder; 1848 a Segunda República e finalmente 1852 a proclamação do segundo Império.

Já a discussão sobre o nacionalismo, Coulanges a fez de maneira específica. Ele tinha o entendimento de que o Estado-nação consolidado, no caso da França, somente emergiu naquele momento entre os séculos XVIII e XIX. O que não queria dizer, no entanto, que não existisse a partir de outras relações. Para isso, portanto, levanta o debate sobre as instituições. Ora, se a República foi uma instituição que vinha desde os Antigos, porque não tentar perceber as demais relações que pudessem transparecer a formação do Estado? O que Coulanges quer descobrir com os antigos são "instituições esmeradas, uma combinação perfeita de liberdade com autoridade, enfim todas as formas embrionárias de governo representativo".(HARTOG, 2003: 50.) Isso é possível, segundo Coulanges, porque "a unidade nacional representa o único elemento de concordância jamais questionado quer pelas lutas entre facções, quer pelas guerras civis".(HARTOG, 2003: 47.)

Portanto, entender a via de possibilidade de construção da nação francesa era possível pela história. Coulanges, então estabelece como meta "estudar as repúblicas dos tempos antigos concebidas como totalmente livres e adornadas com virtudes imaginárias". (HARTOG, 2003: 50.) Essas virtudes imaginárias não foram esfaceladas pelos homens que ajudaram a construir a França nacional, pelo contrário, a França, que absorveu o legado romano da disciplina e da organização e o legado germânico da liberdade e o respeito pelos direitos individuais foi uma excepcionalidade e aí estava o segredo de sua coerência. Coulanges certa vez publicou:

> [...] convém não esquecer o ânimo de salientar a originalidade da França: mais cedo e mais do que as outras "raças", ela tornou-se uma nação, enquanto a geografia, a diversidade de suas "raças", suas lutas, tudo contribuía para o seu esfacelamento... [...] Mais do que qualquer outra, mais do que a Itália e a Alemanha ela parecia fadada a dividir-se. (HARTOG, 2003: 47.)

O fato é que não se dividiu ou tentou ao máximo não dividir-se. Sua História política e social não caminhava no mesmo compasso que o desejo e as tradições herdadas dos Antigos. A nação, existente, lapidada pela criação das instituições antigas e referendadas pela formação das famílias antigas, ofereceram à França a oportunidade de ser una e pré-existente. Os fatos de sua história somente ofereceram oportunidades de ratificação e fortificação do sentimento nacional e da consciência da descendência, do lugar que provinha o povo francês: da junção do romano e do germano, única e específica.

Desta maneira, podemos perceber que o anseio pela nacionalidade e pela visualização da nação tomou diferentes conotações em um mesmo período. Se hoje interrogar

sobre a nação traz-nos transtornos e incertezas, talvez seja pelo fato de não conceber esse tema como plural.

O que vimos foi a formação de uma versão de um Estado europeu. O anseio de localização da nação em Coulanges serve de exemplo das várias possibilidades associativas que podemos fazer desta questão, sendo, o século XIX a nossa grande referência para o apaziguamento de nossas inquietudes.

Perceber nas notícias dos jornais o questionamento do que somos, necessariamente levar-nos-á ao questionamento do que compartilhamos, do que nos une. Na contemporaneidade a solidão e a individualização não é possível de ser estabelecida, mas ao mesmo tempo observamos um movimento de ratificação coletiva muito próximo do Oitocentos. Criamos nossos mitos Modernos para nos separar da tradição e usamos a história para ratificar esse desejo. Diante disso, alguma semelhança com o século XIX? Sim, o século XIX inventou tradições, criou os seus mitos nacionais e modelou identidades regionais. Sofremos hoje uma crise destes estabelecimentos e talvez por isso seja importante aprender como foi possível mitificar a nação ou melhor como foi possível mitificarmos-nos.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Revised Edition ed. London and New York: Verso, 1991.

BALDO, Luiza Maria Lentz. A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista. **Boitatá Revista do Gt de Literatura Oral e Popular da Anpoll**, Londrina: UEL, v. 01, n. 01, p. 01-12, 2006.
Disponível em:
< http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-1-2006/Artigo%20Luiza%20Baldo.pdf >. Acesso em: 25 jan. 2007.

CHRISTIANSEN, Rupert. **Paris Babilônia**: a capital francesa nos tempos da Comuna. Rio de janeiro: Record, 1998.

COULANGES, Numa Denys Fustel de. **A cidade antiga**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

FURET, François**. A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, s/d.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical**: o Reformismo Ibérico em perspectiva comparada: o processo de construção da fronteira amazônica, 1750 – 1830. Tese (Pós-doutorado) - Universidade de Salamanca, Salamanca, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modos de ver, modos de registrar: a fotografia de arquitetura na virada dos séculos XIX e XX

Cristina Meneguello [1]

Resumo: O século XIX estabeleceu a fotografia como um registro científico e um novo padrão de visualidade. No caso específico da fotografia de arquitetura, a tensão entre o registro acurado do real e a invenção das formas plásticas esteve sempre presente, desde as primeiras imagens arquiteturais até os trabalhos dos "fotógrafos-arquitetos" de tradição moderna, nas primeiras décadas do século XX. Este ensaio investiga, no campo da cultura visual, a utilização da fotografia, em fins do XIX, como registro da arquitetura e como complementar aos estudos "clássicos" da arte do desenho na Academia de Belas Artes de Veneza, por Pietro Estense Selvatico, observando em seguida como a "fotografia de arquitetura" desdobra-se para a "reinvenção" proposta pela estética futurista e para a experienciação na obra de difusão de revistas italianas como *Domus* (Giò Ponti) e *Casabella* (Giuseppe Pagano).

Palavras chave: cultura visual - história da fotografia – fotografia de arquitetura.

Abstract: In the nineteenth century, photography was established as a tool for scientific record and for the definition of new visual patterns. The photography of architecture brought up the tension between the accurate record of reality and the creation of plastic forms, from the first architectural images to the work of the modernist architect-photographers during the first decades of the twentieth-century. Proceeding with our investigations on visual culture, this brief article hypothesizes, by the late XIX century, the employ of photography as an aid to the classical studies of design in the Fine Arts Academy of Venice, by Pietro Estense Selvatico, and proceeds observing the "reinvention" of photography by Futurism and the experiments of "photography of architecture" in the diffusion of Italian magazines such as *Domus* (Giò Ponti) and *Casabella* (Giuseppe Pagano).

Key-words: visual culture – history of photography – photography of architecture

[1] Professora doutora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

A relação entre fotografia e arquitetura se estabelece, quase que imediatamente, com os registros dos primeiros daguerreótipos. No caso da imagem da arquitetura – o construído pelo homem – a perenidade da pedra é eternizada pela imagem que, ao mesmo tempo, retira os edifícios do fluxo do tempo, marcando para a posteridade os resultados do abandono, da destruição ou do restauro. A fotografia é *memento mori*, nas palavras de Susan Sontag (2004).

A arquitetura como "modelo" do registro fotográfico esteve presente já nos primeiros trabalhos de Daguerre, Talbot e Bayard, e posteriormente nas "vistas" obtidas nas grandes viagens, transformadas em álbuns e postais. Ao longo do século XIX, a fotografia passa a ter papel fundamental como auxiliar das atividades científicas e na elaboração da documentação das obras de arte e das obras de restauro. Na Itália, foi utilizada no trabalho pioneiro de Pietro Selvatico e de Camillo Boito que, a seu modo, concretizavam as possibilidades da imagem fotográfica já anunciadas por John Ruskin na Inglaterra e por Viollet-Le-Duc para o caso francês.

A relação fotografia-arquitetura, ainda fundamental para a compreensão e crítica do objeto construído, estendeu-se ao longo dos anos 1920, na profícua obra dos "arquitetos-fotógrafos" que desenvolveram uma nova linguagem desafiadora da perspectiva e dos detalhes: a obra fotográfica da Bauhaus, dos arquitetos modernistas, de Giò Ponti (1891-1979) e de Giuseppe Pagano (1896–1945), entre outros. A difusão de imagens de arquitetura pelas nascentes revistas como *Domus* e *Casabella* (ambas fundadas em 1928) criou uma linguagem visiva, códigos e técnicas específicos para o registro dos edifícios, enquanto, simultaneamente, o mesmo registro era desafiado e "reinventado" pela estética futurista, culminando no Manifesto da Fotografia Futurista (11 de abril de 1930) de F.T. Marinetti e Tato.

Nesse breve ensaio, objetiva-se analisar a relação entre a fotografia como registro acurado das formas - definida dentro de um estatuto de verdade - e a possibilidade da reinvenção do espaço arquitetônico, entendendo a imagem fotográfica na dupla função de meio de estudo e de objeto estético autônomo. A natureza imutável da fotografia anuncia a transformação trazida pelo fluxo do tempo: ela própria é um fragmento do passado. Se a foto é de fato uma emanação de seu referente, conforme Barthes (1994), o registro da imagem da arquitetura sobrevive na tensão entre a imobilidade e a criação de efeitos novos e surpreendentes.

A compreensão de que a fotografia, pela sua acuidade, podia ser uma grande auxiliar nas artes do desenho e da documentação de obras de arte e de arquitetura, acompanhou, a partir da metade do século XIX, uma série de viagens de registro de monumentos antigos e medievais. Um dos pioneiros nessa proposta foi o arquiteto e crítico de arte italiano Pietro Estense Selvatico, que não apenas utilizou a fotografia como registro documental em restauros por ele acompanhados, como escreveu artigos sobre as possibilidades educacionais desse novo meio, a partir da década de 1860.

Um dos aspectos mais fascinantes da fusão fotografia e arquitetura no século XIX é exatamente o reconhecimento e registro fotográfico do monumento histórico, gerando uma série de imagens, elas também objeto de memória, que nos indicam uma forma de ver a cidade, as ruas e edifícios, a escolha dos temas e objetos, e o registro de monumentos, patrocinados por Comissões e por iniciativas oficiais de Ministérios e dos então nascentes órgãos de preservação do patrimônio. Um dos primeiros exemplos deu-se em 1851 quando a Comissão dos Monumentos Históricos Franceses encarregou cinco fotógrafos de realizar uma série de registros fotográficos numa iniciativa mais tarde batizada de Mission Héliographique (Missão Heliográfica). O objetivo era fazer o recenseamento dos monumentos históricos e artísticos mais importantes da França. Cada um dos fotógrafos [2] recebeu um itinerário, fotografando em sua totalidade 120 diferentes locais, cobrindo metade das regiões da França. As imagens jamais foram publicadas de forma organizada e, de todo o esforço original, apenas 300 negativos sobreviveram. Não obstante, por meio da imagem fotográfica, criou-se um "museu vivo ao ar livre" de monumentos nacionais, a base para futuras intervenções e revelava aos olhos dos próprios franceses a riqueza da memória de seu território. Criava-se, enfim, o primeiro *corpus* de fotografias de arquitetura por iniciativa pública. Tanto que, a partir do ano de 1851, a França começou a arquivar um número excepcional de imagens de arquitetura e por meio de um "depósito legal" (*dépot legal*), os fotógrafos eram obrigados a registrar uma cópia de suas fotografias junto ao Gabinete das Estampas da Biblioteca Nacional de Paris, para direito autoral sobre aquela imagem. Logo em seguida, na Inglaterra, a Associação dos Arquitetos, em 1858, já havia registrado 360 imagens de arquitetura com o objetivo de registrar "toda a arquitetura inglesa" (ZANNIER, 1991:30) e, pelo preço de um guinéu, se podia comprar um cartão com quatro imagens.

---

[2] A saber, Edouard-Denis Baldus (1813-1882) Hippolite Bayard (1801-1887), Jean-Louis-Henri Le Secq (1818-1882), Gustave Le Gray (1820-1882), e O. Mestral, aluno de Le Gray e de quem se sabe muito pouco, fez as fotos da Normandia e da Bretanha (e após esse período não se tem mais notícias dele).

A Missão Heliográfica deu origem a uma série de outras incursões pela França, dentro do mesmo "espírito". Charles Nègre, que fotografou o sul da França em 1852, explicou assim suas razões:

> "*Na reprodução dos monumentos antigos e medievais que ofereço ao público, busquei reunir o aspecto pitoresco e o estudo acurado dos particulares tão procurados pelos arqueólogos e pelos artistas arquitetos, escultores e pintores...Assim para a arquitetura produzi uma visão geral de cada monumento colocando a linha do horizonte à meia-altura do edifício como um ponto de vista central. Procurei evitar as deformações da perspectiva* (...) *Após haver feito o papel do arquiteto, acredito haver feito o papel do escultor, reproduzindo na maior escala possível os detalhes mais interessantes*" (apud CHEVRIER, 1979:16) [3].

A fotografia é registro fiel: ela cartografa o território e enumera as riquezas artísticas, e compreende a si mesma como dotada de efeitos artísticos. Percebe-se que o ponto de vista da fotografia difere, na representação da arquitetura, do ponto de vista do desenho. A diferença entre as perspectivas, as distorções e a dificuldade em corrigir essas distorções determinam um olhar fotográfico que começa, primeiro, a se distanciar do olhar do desenho, para mais tarde ser seguido e imitado pelo olhar do desenho.

Os viajantes foram os primeiros adotarem a fotografia como registro, muitas vezes a partir das janelas de onde estavam hospedados, criando, com grandes placas de vidro, coleções de imagens ricas e sugestivas. As imagens de arquitetura monumental, em parte pelos temas (monumentos da Antigüidade), diferiam dos retratos com contornos mais suaves e alta velocidade, necessitando de lentes que agudizassem os contornos. Os edifícios eram ótimos para poses demoradas, afinal.

A linguagem da fotografia de arquitetura foi sintetizada em álbuns, como os resultantes do trabalho do estúdio dos Fratelli Alinari em Firenze, vanguarda na fotografia de arquitetura, em um novo mercado de fotografia e de souvenires.A forma como os irmãos Alinari registraram a arquitetura reforça a ficção de que a foto é registro inquestionável do real, uma reprodução mecânica, uma miniatura fiel da realidade, quase como que pequenas maquetes unidimensionais. A forma sistemática da fotografia dos Alinari faz com que procurem imagens nítidas; tema descontextualizado (como por exemplo a exclusão dos fios da energia elétrica, quando esses existiam); a exclusão dos passantes pela rua, considerados como elementos de distração; a luz sempre difusa, para não gerar nenhum efeito claro-escuro

[3] Tradução livre, da autora (neste trecho, como nas em todas as demais citações de textos em língua estrangeira).

e a apreensão do edifício por inteiro. Exatamente por isso, uma certa aura metafísica reveste as fotos. O objeto arquitetural surge como se fosse colocado em um palco, descontextualizado e envolto de uma luz difusa.

Assim, uma câmera verticalmente bem aprumada e os edifícios fotografados a partir do ângulo de visão do fotógrafo pareciam ser o imperativo necessário. Ainda, a escolha de um ponto que possibilitasse ver simultaneamente a fachada e a lateral do edifício foi um princípio que perdurou ao longo de todo o século XIX e parte do XX. Segundo Zannier (2001), o primeiro transgressor da história da fotografia foi John Ruskin, que em sua passagem pela Itália e pela França também levou seu daguerreótipo, gerando imagens sem nenhum respeito a regras do paralelismo conforme rezava a boa foto de arquitetura. Interessado nos detalhes, Ruskin em busca dos relevos decorativos e arquitetônicos fez perspectivas impossíveis: para ele, nada na fotografia era melhor do que a coisa em si.

Por sua vez, Pietro Estense Selvatico (1803-1880) foi um dos primeiros críticos italianos a perceber as capacidades de educação do olhar que a fotografia podia proporcionar. Selvatico definiu as fotografias como "produtos prestigiosos da luz obrigada a fazer-se pintora" (SELVATICO, 1859 In: BERTELLI, 1980: 234). Diferente do que pensava Ruskin, para ele essa "admirável invenção" não "traria nenhum dano à arte verdadeira, mas pelo contrário seria um enorme auxílio" (idem). De fato, sua palestra na Academia de Belas Artes de Veneza sobre o tema, no ano de 1852, já percebia as mesmas possibilidades, expressas pelo progresso científico e tecnológico que, a seus olhos, finalmente chegavam à sociedade italiana, tendo a fotografia, em suas palavras, como a promotora do "melhoramento do gosto do público". A fotografia, como a pintura histórica, era a que podia mais se avizinhar do realismo desejado pelo gosto do público e, dessa forma, ensiná-lo. O público, ao dar-se conta da verdade dentro da fotografia, aprenderia a valorizar ainda mais a obra de arte, libertando o artista da obrigação de retratar a realidade (SELVATICO, 1852).

Desse modo, a fotografia possuía as possibilidades técnicas necessárias para respeitar as proporções reais dos edifícios e a minúcia de seus detalhes. Além disso, forneceria ao arquiteto uma bagagem de imagens a ser utilizada em suas obras e era um meio fundamental para ensinar o desenho. Selvatico narrou a experiência desse ensino junto ao Liceu de Artes e Ofícios para jovens artesãos de Padova (1867) em um artigo publicado no periódico francês "L´Art" com o título de "La Photographie dans l´enseignement du dessin" (1875), reputadamente um dos primeiros artigos publicados no século XIX a associar fotografia, desenho e arquitetura e a enunciar as possibilidades pedagógicas da imagem fotográfica.

Nas primeiras décadas do século XX, a imobilidade da arquitetura se viu confrontada pelo uso do movimento na fotografia dentro da estética futurista. Se aceitarmos o futurismo italiano como um movimento de vanguarda *per se*, como o faz Argan (2003), cumpre considerar que a imagem fotográfica também sofre aqui sua mutação que a desgarra da arte tradicional. Imperava o movimento, a "beleza da velocidade" de Marinetti, o "tudo se move, corre e se transforma" dos pintores futuristas, estabelecendo a persistência da imagem na retina, a multiplicação dos objetos em movimento, sua deformações e vibrações.

O Manifesto da Fotografia Futurista de Marinetti e Tato (Giglielmo Sansoni), datado de 11 de abril de 1930, inicia dizendo exatamente isso: "a fotografia de uma paisagem, de uma pessoa ou grupo de pessoas, obtida com harmonia, minúcia de detalhes e tipicidade que leva a dizer 'parece um quadro', é coisa para nós absolutamente superada" (MARINETTI e TATO, 1930). O confronto entre os corpos em movimento e as formas estáticas é explicitado no item 10 do Manifesto, que menciona "a amorosa ou violenta *compenetrazioni* (penetração) de objetos móveis e imóveis". Ainda, no item 14, propunha-se a composição de paisagens absolutamente extraterrestres, pelo uso da elasticidade, da transparência, e do uso de valores algébricos ou geométricos sem nada de humano, vegetal ou geológico.

É fato que o *Manifesto da Fotografia Futurista* foi bastante tardio em relação a todos os outros manifestos do futurismo (como o literário de 1909 por Marinetti e o do futurismo nas artes de 1910)[4]. Quando os futuristas finalmente sistematizaram suas concepções sobre fotografia naquela publicação, as primeiras experimentações com o movimento e a fotomontagem já haviam se esgotado na voga dadaísta e surrealista.

Entretanto, se considerarmos que o *Manifesto da Fotografia Futurista* inicia fazendo tributo ao trabalho dos irmãos Bragalia, reencontramos a expressão fotográfica como parte do início do movimento, ainda em 1911, quando da publicação de *Fotodinamismo futurista*. Nesse "primeiro manifesto", os experimentos dos dois irmãos fotógrafos, Arturo e Carlo Ludovico Bragaglia, eram justificados pelo terceiro irmão, Anton Giulio: "Pesquisamos a essência interior das coisas […] no movimento, as coisas desmaterializando-se, idealizadas, ainda que possuam, profundamente, um forte esqueleto de verdade (...) Queremos elevar a fotografia às alturas" (BRAGAGLIA, 1970 (1911): 35).

O estudo do movimento e os experimentos de aprofundamento visual dos irmãos Bagaglia, (por exemplo, ao considerar o gesto de uma mão nem como congelado, nem como uma série de imagens distintas, mas como um traço único numa única fotografia), propunham

[4] por Umberto Boccioni (1882-1916), Carlo D. Carrà (1881-1966), Luigi Russolo (1885-1947), Giacomo Balla (1871-1958) e Gino Severini (1883-1966).

a fotografia como oposta à imobilidade. A busca das imagens que estivessem além da mera documentação e pudessem expressar a idéia de movimento, utilizando a fotomontagem, desmontava-se a fixidez anterior da foto arquitetural.

Sintomaticamente, os experimentos e teorizações dos irmãos Bragaglia não foram aceitos pelos pintores futuristas, que recusavam a tese de Anton Giulio de que o trabalho dos fotógrafos tivesse algo a ver com o futurismo. A mecanicidade e o automatismo implicados no ato da fotografia eram vistas com desprezo. Na revista futurista *Lacerba* (1913-1915), os pintores Boccioni, Carrà, Russolo, Soffici e Severini fizeram questão de afirmá-lo claramente: "Tais pesquisas puramente fotográficas não têm absolutamente nada a ver com o Dinamismo Plástico por nós inventado, nem com qualquer pesquisa no campo da pintura, escultura e arquitetura". (MARRA, 2000:36)

Ao rejeitarem a participação de fotografias em suas mostras, os pintores futuristas italianos alegavam, como o fizera Selvatico décadas antes, que a fotografia era a imitação objetiva que liberava o artista da representação exata do verdadeiro. Para eles, a visão do fotógrafo era limitada, enquanto a do pintor, livre. Assim, o *Manifesto da Fotografia Futurista* de 1930 é uma reação de Tato e Marinetti, declarando a fotografia como um meio específico, em contraste com a lógica do quadro. O *Manifesto* tinha muito mais a dizer de uma época de expansão das máquinas fotográficas e de seus produtos, de sua acessibilidade, que de alterações estéticas no destino da fotografia (MARRA, 2000: 18, 41). Ainda, o *Manifesto* reclamava seu parentesco com a ciência, clamando por pesquisas que avançassem no campo da camuflagem, e, nas palavras finais, do "avanço da ciência fotográfica no campo da física, da química e da guerra" (MARINETTI E TATO, 1930).

A fotografia de arquitetura no futurismo era montagem, era a celebração dos arranha-céus e das visões de uma cidade futurista ainda por ser construída. Os deslocamentos dos passantes, que criavam as manchas indesejáveis nas imagens arquitetônicas dos álbuns Alinari, eram aqui desejados.

Sugerimos que a reconciliação fotografia-arquitetura ocorreu alhures. Sua junção deu-se por meio dos arquitetos fotógrafos da Bauhaus, que admitiam a fotografia como meio de estudo e ao mesmo tempo como produto estético; e por meio dos arquitetos que fotografaram e/ou pensaram sobre a fotografia, tais como Louis Sullivan, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier, G. Mendelson, Giò Ponti e Giuseppe Pagano. Na revista *Domus* de 1932, Ponti publicou seu "Discorso sull´arte fotografica", no qual afirmava de forma apaixonada que "a aberração fotográfica é por muitas razões a nossa única realidade; o nosso

conhecimento e, portanto, a nossa capacidade de julgar. É a grande parcela de nosso aprendizado visivo".

O fio que realizava essa costura era o movimento moderno. A popularização da arquitetura moderna, e sua difusão por meios impressos como revistas e exposições, estabeleceu novos parâmetros para a fotografia de arquitetura, culminando no estabelecimento de firmas para esse fim, como a de Hedrich-Blessing, iniciada em Chicago em 1929, que elevou, ao longo de todo o século XX, a arte de fotografar edifícios a altíssimos níveis.

A difusão da arquitetura pelas revistas especializadas tem um papel primordial nesse cenário. *Domus* e *Casabella*, ambas lançadas no ano de 1928, construíram essa linguagem. Giuseppe Pagano, que se mudou para Milão para trabalhar na revista de arquitetura que ele então rebatizou de *La Casa Bella* para *Casabella*, foi um dos que mais se deixaram fascinar pela arte fotográfica, documentando com sua Rollei a arquitetura, os sítios arqueológicos e as paisagens. O trabalho de Edoardo Pérsico, nas páginas da mesma revista, prova que a arquitetura passa a se comunicar definitivamente por meio das imagens. *Casabella* cria uma forma particular de registrar o projeto arquitetônico na década de 1930 que se torna um modelo de excelência para a posteridade. A capacidade narrativa da imagem, o domínio total da paginação da revista, a fotografia concebida pensada para figurar no meio de difusão, realizam o equilíbrio entre a informação arquitetônica e os efeitos inesperados.

Richard Pare (1985) analisou o encontro pedra e tempo sugerido na relação da fotografia de arquitetura. Esse autor observou que a pedra é a estrutura da arquitetura assim como o tempo é o da fotografia. Enquanto a fotografia altera o tempo, paralisa-o, suspende-o, a pedra é na arquitetura o símbolo do transcendente, que ultrapassa o passar do tempo. A fotografia que registra o edifício interrompe, do mesmo modo, a gradual e lentíssima corrosão que o tempo imprime na pedra. Ao observar as fotografias realizadas pelos fotógrafos do XIX, a fotografia pára o fluxo do tempo na imagem, mas a imagem retrocede no tempo, revelando o momento abstrato do fotógrafo. Com o objeto fotografado, o fotógrafo manteve uma relação semelhante a que mantemos com ele, fotógrafo, e, mais distante, com o objeto não mais existente.

Entretanto, ainda, a foto transmite um saber arquitetônico. As possibilidades de compreensão da relação fotografia e arquitetura persistem: a fotografia econômica, ágil, reprodutível, constitui um arquivo de conhecimentos e a cultura visiva dos arquitetos em suas viagens, age como instrumento crítico nas mãos dos que questionam a realidade urbana, funciona como parte do processo de restauro, de projeto e como divulgação e comercialização da própria obra, e nos devolve, enfim, à figura do arquiteto-fotógrafo, ou, como Giuseppe

Pagano definiu a si mesmo, do arquiteto "caçador de imagens". O encontro entre estrutura e tempo desdobra-se, assim, nas imagens que o representam.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio C; OLIVA, Achille B. L'arte moderna. 1770-1970. Milano: Sansoni, 2003.
BARTHES, Roland. A câmara clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
BERTELLI, Carlo e BOLLATI, Giulio (orgs) L ´immagine fotografica 1845-1945. Storia D ´Italia – Annali 2, 1985. Einaudi: Torino, 2 tomi . Appendice di testi e documenti.
BRAGAGLIA, G. Fotodinamismo futurista, Einaudi: Torino 1970.
BROTZU, Francesco. Fotografia, arte Media. Tese di laurea, Facoltá Lettere e Filosofia, Universitá di Pisa, 2003.
CHEVRIER, François. "Architettura e paesaggio. Dalla Mission Héliographique alla DATAR" Rassegna vol 20: Fotografie di architettura. Anno VI, 20/4, dicembre, 1979.
CHEVRIER, François. "Il tempo e la Pietra". Fotologia – Studi di Storia Della Fotografia vol. 10. Autunno/Inverno 1988. Firenze: Fratelli Alinari.
COSTANTINI, Paolo. "Dall´immagine elusiva all´immagine critica" In Fotologia: studi di storia della fotografia. Vol 3 1985 Firenze: Fratelli Alinari Editrice
COSTANTINI, Paolo "Pietro Selvatico: Fotografia e Cultura Artística alla meta del Ottocento. In Fotologia: Studi di storia della fotografia. Vol 4 dic. 1985. Firenze: Fratelli Alinari.
COVA, Massimo. Fotografia e restauro architettonico. In Fotologia: studi di storia della fotografia. Volume 8 autunno/inverno 1987 Firenze: Fratelli Alinari.
LISTA G., (a cura di) I futuristi e la fotografia: creazione fotografica e immagine quotidiana. Modena: Edizioni Panini, 1985
MARINETTI, Filippo Tommaso e TATO. Manifesto della fotografia futurista In: BERTELLI, Carlo e BOLLATI, Giulio (orgs) L ´immagine fotografica 1845-1945.
MARRA, Cláudio. Fotografia e pittura nel Novecento, una storia "senza combattimento". Milano: Paravia Bruno Mondatori Editori, 2000
PARE, Richard. LAMBERT, P. Photography and Architecture 1839-1939. Cambridge, Mass: MIT Press, 1985.
PONTI, Giò. "Discorso sull´arte fotografica". *Domus*, janeiro 1932, n. 49.
SELVATICO, Pietro E. L´arte insegnata delle Accademie secondo le norme scientifique Atti dell´I.R.Accademia di Belle Arti in Venezia, Venezia, 1852.
SELVATICO, Pietro E. "La Photographie dnas l´enseignment du dessin. LÁrt,1I. tIII Paris-Londo, 1875.
SELVATIVO, Pietro E. "Sui vantaggi h ela photografia può portare all´arte, 1859 In: BERTELLI, Carlo e BOLLATI, Giulio (orgs) L ´immagine fotografica 1845-1945.
SERENA, Tiziana. Note sulla documentazione e conservazione deu "monumenti", Pietro Selvatico e la Cappella degli Scrovegni 1836-1875, Università degli Studi di Udine, Facoltà di Lettere e Filosofia. Conservazione dei beni Culturali, 1996.
SERENA, Tiziana. Pietro Selvatico e la musealizzazzione della fotografia. Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa. Estratto. Serie IV vol II, 1, Pisa 1997.
SONTAG, Susan. Ensaios sobre a Fotografia. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
ZANNIER, Italo; COSTANTINI, P. Cultura Fotográfica in Itália. Antologia di testi sulla fotografia 1838-1949. Milano: Angeli, 1985.
ZANNIER, Italo. Architettura e Fotografia. Bari-Roma: Laterza, 1991.
ZANNIER, Ítalo. Storia e tecnica della fotografia, Bari-Roma: Latyrza, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Corpo missionário e natureza amazônica atuando como fronteira

Úrsula Andréa de Araújo Silva*

Resumo: A experiência de Samuel Fritz na Amazônia está contida no seu Diário, uma fonte ainda pouco conhecida devido ao pequeno uso na sua totalidade, mas de grande importância por relatar a inclusão de diversas tribos indígenas à sociedade colonial, vem sendo referência em trabalhos que tem o indígena amazônico como foco e apresenta o corpo como instituição defensiva, além de demarcar territorialidades. Em sua narrativa observa-se um importante momento do processo de conquista da Amazônia, com a transformação da cultura e do espaço envolvendo as disputas entre as Coroas Ibéricas e o conjunto dos povos europeus. Portanto, a ação de Fritz representou naquele momento o mais importante avanço fronteiriço para a Coroa Espanhola, coincidindo ao fim com os limites acordados posteriormente em Madri e Santo Ildefonso.
Palavras-chave: Amazônia, fronteira e padre Samuel Fritz.

Abstract: The experience of Samuel Fritz in Amazônia is contained in his Diary, a source still little well-known due to the small use in your totality, but of great importance for relating the inclusion of several indigenous tribes to the colonial society, it has been reference in jobs that has the amazon indigenous as focus and introduces the body as defensive institution, besides demarcating territorialities. In your narrative an important moment of the conquest process of Amazônia is observed, with the transformation of the culture and of the space involving the disputes among Iberian crowns and the set of the European peoples. Therefore, Fritz's action represented at that moment the most important frontier advance for the Spanish crown, coinciding to the end with the limits awake afterwards in Madrid and Santo Ildefonso.
Words-key: Amazônia, border and priest Samuel Fritz.

Nesse estudo quero salientar a importância do corpo do missionário e observar sua colocação como um limite institucional, pois o corpo do missionário desempenhava uma função de defesa das possessões territoriais e espirituais nas colônias do Novo Mundo e no caso da Amazônia, a natureza também exercia essa função. Tomei o exemplo do padre jesuíta Samuel Fritz atuando nas missões de Maynás na Amazônia do século XVII. Sua história demonstra a radicalidade vivida nas fronteiras, onde apesar do corpo representar a fronteira, sofria as debilidades físicas próprias da fragilidade humana em contato com ambientes e agentes diferentes. Utilizamos duas versões disponíveis do Diário: uma de Pablo Maroni (1988) e outra de Rodolfo Garcia (1917).

* Mestranda em História – UFRN orientada pela Dra. Maria Emília Monteiro Porto.

Fritz engajou-se na Companhia de Jesus, aos 19 anos onde recebeu uma formação ascética e rigorosa, para realizar o ideal religioso de transformar a sociedade e para isso foi enviado ao Novo Mundo e designado às missões de Maynás em 1686 na Amazônia. Havia ali um grande contingente indígena e a tribo dos Omágua solicitavam um missionário que lhes protegesse dos portugueses, de acordo com as informações do Diário. Até então a Amazônia era objeto de iniciativas autônomas, não tendo sido até então ação prioritária das políticas estatais, concentradas como estavam nas regiões centrais, fossem as minas de Prata do Império Espanhol ou as zonas canavieiras do Império Português. Portanto, a ação de Fritz representou naquele momento o mais importante avanço fronteiriço para a Coroa Espanhola, coincidindo ao fim com os limites acordados posteriormente em Madri e Santo Ildefonso.

Tomamos como referencial teórico sobre a corporeidade missionária os trabalhos de Mário Cesáreo e Jean-Claude Schmitt. O primeiro evidencia a vivência do missionário em território novo através de sua colocação corporal e estratégias discursivas. O segundo apresenta um estudo sobre a tradição intelectual ocidental por meio dos gestos e modelos de comportamento. E para visualizar a natureza como fronteira apresentamos a própria fonte: o Diário de Fritz.

No imaginário europeu a América era o paraíso terrestre, porém ao se depararem com os percalços da colonização essa imagem transformou-se. Em contraposição à visão paradisíaca formou-se a demoníaca relativa à população, observando-se um caráter providencialista da história nas narrativas, ou seja, atribuindo à Providência Divina o rumo dos fatos. Assim, a visão edênica passou a ser atribuída somente à natureza e a sociedade foi caracterizada como demoníaca. (SOUZA, 1986) No caso da Amazônia, a figura de paraíso desrealizava-se perante a experiência.

Antes de o missionário viver realmente sua experiência missional e ser confrontado com a realidade americana, ele era preparado nos Colégios dentro de uma disciplina rigorosa, moral e intelectual. Ali se desenvolviam habilidades que seriam utilizadas nas suas missões. Era muito valorizada a capacidade de escrever e essa foi uma característica muito marcante da Companhia de Jesus. Cartas e informes eram um hábito, um exercício e uma obrigação para os missionários. Era através dessa ferramenta que se davam as notícias, faziam-se pedidos, reclamações e exercitava-se a arte da retórica e da persuasão. Essas cartas tornaram-se verdadeiros instrumentos de propaganda missionária e estimulavam outros religiosos à aventura missional.

Porém, o foco principal da Ordem era a cristianização dos povos e assim lançou-se a essa tarefa na América. A tradição intelectual e institucional do Ocidente realizou seu

encontro no Novo Mundo com uma realidade bastante distinta da sua e nessa experiência o corpo do missionário foi revelado discursivamente porque representava a materialidade da religião na Colônia onde a precariedade limitava sua ação ao mesmo tempo em que aguçava a criatividade com a qual realizava seus intentos.

O corpo do missionário estava submetido a várias nuances como condicionamento, deslocamento e adaptação à nova realidade. Ainda vivia-se sob as influências da transição cultural da Idade Média para a Idade Moderna quando a experiência religiosa do século XVII recoloca o corpo na literatura espiritual, ao passo que o Concílio de Trento restringe-o. Os jesuítas entendiam que os gestos realizavam a comunicação entre corpo e alma e, por isso, tinha grande importância e como política cultural, seus gestos passavam a idéia de moderação. Assim, podemos considerar o corpo como espaço simbólico e como instrumento privilegiado discursivamente e para a prática religiosa.

Tudo era regido pela Companhia de Jesus no que diz respeito aos seus missionários. Restrições e obrigações foram impostas e se criou a tradição da escritura das experiências, o que acabava englobando o outro. A Ordem agiu sobre o corpo elaborando regras de conduta social. Havia uma disciplina interna estabelecida para o cotidiano dos jesuítas que os tornava mais preparados para agir nos moldes da Ordem. Então eles se dedicavam a orações mentais, estudo e meditação dos Exercícios Espirituais, além de outras tarefas. Era um corpo moldado para sofrer e transpor obstáculos físicos em nome da fé cristã. Todo esse trabalho servia como condicionamento prévio para a experiência nas missões porque o missionário deveria estar disposto fisicamente para fazer seu trabalho e vencer as dificuldades impostas pela realidade, haja vista que

> No espaço colonial o corpo é submetido a um condicionamento externo, sendo, ao fim, a única coisa que garante a continuidade do trabalho, e não apenas em um nível fisiológico – ou seja, caminhar longas jornadas, submeter-se a uma disciplina rigorosa, etc, - mas também porque de sua correta e bem pensada atuação no espaço – gestos, cerimônias, atitudes sociais, etc – dependia o êxito ou o fracasso dos projetos. (PORTO, 2005).

Na América, o corpo funcionava como instituição de fronteira porque estava longe de toda forma de poder organizado e era ele o limite. A metrópole era o modelo inatingível e desejado. Era necessário viver uma simulação que era sentida como verdade, uma reelaboração da experiência religiosa. Para atingir essa intenção, não se pouparam esforços e nesse processo, uns aprenderam com os outros.[1]

Nesse processo é o corpo o protagonista; quando não há comunicação com palavras, usam-se gestos universais e compreensíveis para qualquer cultura. Assimilar e imitar os gestos indígenas era uma forma eficaz de se fazer entender e de se aproximar. Esta atenção significa uma preocupação tanto com o corpo quanto com a eficácia do conjunto, pois à oralidade do sermão juntava-se toda a gestualidade que lhe dava mais sentido; era a preocupação com o corpo de fiéis e a recepção da Palavra. O trabalho de Jean-Claude Schmitt (1995) evidencia uma história dos gestos, entendidos como aquisições sociais, que está intimamente ligada à Companhia de Jesus, pois havia toda uma racionalização e moderação dos gestos para os jesuítas. Observa-se nos autores dos séculos XVI e XVII a discussão teórica dos gestos reduzindo-os a uma linguagem universal comum a todo gênero humano. "Isto se confirmou nas experiências com os povos americanos na qual o primeiro contato era gestual e seguia sendo durante a conversão." (PORTO, 2005)

Todo o polimento intelectual e a tradição que Fritz personificava deparou-se com um contexto totalmente adverso. Naquelas terras distantes e isoladas ele tinha a oportunidade de colocar em prática o projeto de ocidentalização da Companhia de Jesus, transformando índios "bárbaros" em cristãos civilizados. Esse não era um trabalho fácil nem rápido, pois era necessário materializar a religião para se tornar inteligível. Aos poucos, ele foi tornando-se confiável, afinal estava ali em razão da solicitação dos Omágua, de acordo com o Diário, pois a atuação jesuítica era reconhecidamente eficaz frente aos abusos das tropas portuguesas que queria cativar esses índios. Sua atuação mais incisiva deu-se com a tribo Omágua que possuía uma população muito belicosa e populosa, eram "hombres de mediana estatura, robustos y más prietos que los índios del monte; muy curiosos, parleros y altivos", possuíam escravos, mas os tratavam como iguais: *"los miran con mucho amor, como á sus propios hijos, los proveen de vestido, comen en un mismo plato y duermen con ellos debajo de un mismo toldo, sin hacerles la menor vejación."*(MARONI, 1988, p. 305); a natureza da região era muito exuberante, estavam rodeados por rios pelos quais navegavam para entrar em contato com outras tribos, fazer comércio, pesca e havia toda uma diversidade de pequenos insetos e

[1] Esse processo pode ser considerado como uma interculturação, conceito que retirado do estudo de Felipe Fernandez-Armesto. Los impérios em su contexto global. c. 1500 – c. 1800.

animais causando doenças, a precariedade material era geral, muitas privações inclusive alimentares e as distâncias.

O modelo religioso vigente na Colônia era ou pretendia ser uma réplica do modelo metropolitano. Os colonos e religiosos transportados para a América Portuguesa eram os responsáveis pela difusão dessa religiosidade. Porém, assim como nas demais esferas da vida social, a religião encontrou obstáculos para ser difundida da forma idealizada inicialmente. Além da convivência com índios e negros, os colonos e religiosos deparavam-se com a precariedade material vivenciada na Colônia que impossibilitava, algumas vezes, colocar em prática os projetos idealizados. A religião era catalisadora social e tinha função de controle desse mesmo contingente.

Nos confins da Amazônia havia um grande contingente indígena para ser "civilizado". Fritz tentava construir uma réplica do modelo religioso que viveu na Europa, porém sua experiência agora era outra. Com seu trabalho conseguiu amistar cerca de 28 povoados, doutrinando esses indígenas de forma precária devido à falta de companheiros com os quais dividisse sua responsabilidade. Tornou-se artífice e junto aos seus índios confeccionava os objetos usados para as celebrações, construía igrejas e capelas nas missões (MARONI, 1988, p. 368), ainda que a natureza destruísse aquelas paredes a cada enchente anual e lutava pela condição de livres para eles.

A ausência das instituições metropolitanas deu um caráter individual e solitário à empresa evangelizadora na América. Essa ausência era substituída pela corporeidade do missionário, constituindo-se em instituição. Essa perspectiva de precariedade e devoção missionária construiu um modelo de histórias santas. As hagiografias que continham o relato de toda a experiência política, cultural e descrições de viagens eram a representação de uma viagem espiritual. Esse quadro levou a Companhia de Jesus a revisar idéias e conceitos.

A experiência de Fritz leva-nos a essa leitura. Uma peregrinação num lugar remoto e alvo de ambições imperialistas onde existia um homem de Deus para defender todos e principalmente as terras de Sua majestade. A edição feita pelo jesuíta Pablo Maroni evidencia a figura desse padre como santo e o que é mais interessante é que essa imagem é passada como uma leitura indígena.

A experiência vivida nas fronteiras era algo tão duro que as impressões idílicas foram abandonadas nos relatos; em seu lugar agora aparecia o trato com preocupações cotidianas como administração de conflitos, pacificação de índios nas proximidades, manutenção da vida e "quando estes se tornam intensos, a descrição se desvia do discurso sobre a diferença étnica e se detém no que já é propriamente a cultura local tornando-se então

inventário e diagnóstico da realidade política. Deste modo, a compreensão, a última etapa do processo de encontro entre Europa e América, vai derivar no entendimento do que ocorre e deve ser feito, um momento bastante pragmático." (PORTO, 2005).

A experiência missional de Fritz denota bem o significado do corpo: a matéria que pode abrigar toda força e toda fragilidade. O corpo do missionário na fronteira era o símbolo do Estado e da Igreja e na ausência de ambas as instituições era seu corpo que funcionava como instituição. O ato da oratória e da persuasão eram um importante instrumento para impor interesses e limites, pois era o corpo e a missão que delimitavam fisicamente os contornos jurisdicionais de cada Coroa.

No outro extremo de toda essa imponência vivida pelo corpo está sua fragilidade, a doença. Essa foi uma verdadeira barreira com a qual Fritz lutou. A natureza amazônica foi implacável ao produzir no seu corpo ano após ano a debilidade que lhe abatia cada vez mais. Para livrar-se dela pediu auxílio a seus inimigos, os portugueses que o fizeram cativo por dois anos no Pará. Ao invés de enfraquecê-lo, esse fato o deu mais importância entre seus índios. Durante o período que pregou e peregrinou ali, passou bastante tempo doente, chegando a quase morrer, porém sem esmorecer na fé e na missão. Por causa de tantos feitos e alguns equívocos interpretativos dos índios, pois lhe atribuíam os fenômenos naturais, ele foi visto como santo. Um dos fatores que lhe fez ser visto como mártir foi sua luta incessante contra as recorrentes doenças causadas pela intolerância ao meio ambiente amazônico.

Devido à exuberância de sua natureza, a Amazônia foi tema de diversas crônicas no período colonial e, como não poderia deixar de ser, a sua exuberante natureza foi largamente descrita. Viajantes e missionários empenharam-se nessa tarefa. O jesuíta Fritz viveu na Amazônia e narrou todas as dificuldades da sobrevivência nesse sertão. Fazia parte do modelo de história jesuítica iniciar seus relatos com descrições geográficas e do meio ambiente, a chamada história natural. Para a Amazônia foram cultivadas duas imagens: paraíso e inferno. A primeira geralmente foi construída por quem não teve contato com esse espaço, ao passo que a segunda foi fruto da experiência. Agora vamos evidenciar a narrativa de Fritz sobre a natureza amazônica através do estudo de seu Diário.

Tomaremos aqui uma definição mais ampla considerando os indígenas como parte indissociável dessa natureza, mas não sem apreciar seus costumes e crenças e delimitando o espaço Amazônia como a que Fritz apresenta em seus relatos e no seu mapa. Dessa forma, podemos dividir a natureza de Fritz em duas: aquela representada pelo meio natural como os rios e a floresta e aquela representada pelos índios que mantinham relação com esse meio natural.

Consta no Diário que quando os índios receberam a notícia de que um missionário estava chegando para doutriná-los subiram o rio ao seu encontro e com imensa alegria receberam Fritz que foi conduzido à província de Maynás. Vemos aqui a familiaridade desses indígenas com a natureza, algo que vai ser bastante difícil para o missionário conseguir, ou melhor, não consegue, ele sempre estava sendo conduzido por seus índios numa relação de confiança e dependência. É interessante imaginar o choque visual sofrido pelo padre ao se deparar com aquela população porque os Omágua tinham o costume de deformar a cabeça na parte frontal, o que os tornou conhecidos como Cambebas; esse costume dava-lhes uma aparência muito exótica. (MARONI, 1988, p. 304) A tradição foi explicada como herança do Diabo, mas como povos que mantinham uma relação estreita com o Diabo, segundo o padre, solicitavam uma proteção missionária? Através desse discurso ver-se ou somos levados a crer que a fé que funcionava na realidade era a católica professada pelos espanhóis.

Sobre a tradição, ele relata:

> "...averigüei nesta aldêa dos Jurimaguas, e foi que em um festim que celebravam, ouvi, do rancho onde pousava, tocar uma flauta que me causou tal susto que não poude soffrer seu som; mandei que deixassem de tocar aquella flauta; perguntei que era aquillo, e me responderam que dessa maneira tocavam e chamavam á Guaricana, que era o Diabo." (GARCIA, 1917, p. 378)

Daí ele perguntou como era sua figura e lhe foi respondido que era horrível e que açoitava até sangrar-lhes o peito, um ritual para se tornar forte. E relatam que desde que sua Cruz chegou, o Diabo não quer fazer favores a eles e por isso agora recorrem ao padre.

Passada a primeira impressão, o padre devia instalar-se e iniciar seu trabalho religioso. A natureza amazônica foi um obstáculo implacável para Fritz, pois passou grandes temporadas doente, o que lhe impedia de doutrinar seus índios com mais eficácia. ... cai doente de febres ardentissimas e hydropesia, que começou pelos pés, com outros achaques. (GARCIA, 1917, p. 378) Ele atribui seu estado ao fato de ter passado cerca de três meses praticamente imóvel numa barbacoa*. Segundo ele, durante o dia tinha algum alívio, porém as noites eram atormentadoras em razão do agravamento de seu estado, dos ruídos dos animais e inclusive da concorrência que lhes impunha, pois o alimento disposto ao seu sustento muitas vezes era consumido por ratos. Mesmo assim ainda tinha ânimo para pescar alguns peixinhos e arranjar bananas que vinham de outra aldeia, a dos Aisures.

---

* Uma espécie de esteira para recuperação.

A precariedade material fez com que ele passasse por privações como a falta de habitação, sustento, vestido, enfermidades e riscos de vida solitariamente O sustento cotidiano era oferecido pelos índios "mal cozido e sem sabor algum". Constantemente era fadigado pelo contato com mosquitos e outros répteis pequenos, causado-lhe muitas feridas por todo o corpo. (MARONI, 1988, p. 368)

Como se todos os obstáculos não bastassem, ocorria um evento natural anualmente que desmontava toda a estrutura produzida até seu advento.

> Para escapar a grande enchente que soe haver neste rio todos os annos; em fins de Janeiro de 1689, da reducção de São Joaquim dos Omaguas, que é principio de minha missão, desci á aldêa de Jurimaguas. De caminho fui visitando algumas aldêas dos Omaguas, doutrinando-os de passagem; outras passei ao largo pelas águas, que já vinham crescendo." (GARCIA, 1917, p. 375)

Configurava-se uma prática migrar para lugares mais altos até que as águas baixassem para voltar a sua terra e reiniciar sua construção.

Além dessas dificuldades cotidianas, havia uma muito mais problemática que era a disputa territorial entre as Coroas Ibéricas na qual os Omágua foram inseridos. De acordo com o Tratado de Tordesilhas e com a historiografia aquela região pertencia por direito à Espanha, vivia-se o período da União Ibérica e as tropas luso-brasileiras intensificavam a conquista da costa leste-oeste desde a Paraíba até alcançar a Amazônia. O interesse desses conquistadores era a mão-de-obra indígena que abundava ali e a coleta das drogas do sertão. Mas encontraram muita resistência e uma ação diplomática a reivindicar o cumprimento dos acordos firmados pelos Soberanos. As missões de Maynás colocaram-se ali como uma fronteira que procurava defender-se dos objetivos imperialistas luso-brasileiros. Usaram como estratégia o diálogo, a fuga e a guerra. Conseguiram manter-se em seu território até a morte de Fritz em 1715 quando tiveram que migrar para se protegerem.

Assim, vemos que a exuberância da natureza amazônica da mesma forma que podia despertar belas descrições e verdadeiras paixões também era um ambiente muito adverso e difícil de sobreviver. Porém, o que somos levados a ler nesse discurso é que a missão divina podia superar todos os obstáculos mesmo que eles pudessem levar à morte aos poucos.

Portanto, podemos dizer que o corpo do missionário e a natureza amazônica foram implacáveis na defesa do território. O missionário que comandava um contingente numeroso

de indígenas beneficiava-se do seu saber e experiência de locomoção no espaço em prol da defesa e esse mesmo espaço que era controlado pelos índios era um grande obstáculo para os não nativos, os conquistadores, pois antes de submeter os índios precisavam saber lidar com a natureza que lhes era totalmente adversa.

Referência

CESÁREO, Mario. "Menu y emplazamientos de la corporalidad barroca", In: M.Moraña, **Relecturas del Barroco de Indias. Hanover, Ediciones del Norte.** 1994.

_____. **Cruzados, mártires e beatos. Emplazamientos del cuerpo colonial.** Purdue Research Foundation/USA. 1995.

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. Los impérios em su contexto global. c. 1500 – c. 1800. In: GIRALDO, Manuel Lucena, "Las tinieblas de la memoria. Una reflexión sobre los impérios en la Edad Moderna". **Debate y Perspectivas**, Madrid, n.2. 2002.

GARCIA, Rodolfo. **O Diário do padre Samuel Fritz.** Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1917.

LEDEZMA, Domingo, FIGUEROA, Luis Millones. Introducción: los jesuítas y el conocimiento de la naturaleza americana. In: **Historias naturales y el saber de los jesuítas**. Madri: Iberoamericana. 2005

MARONI, Pablo. Noticias autenticas Del famoso rio Marañon (1738) seguidas de lãs relaciones de los P. P. A. de Zárate y J. Magnin (1735-1740). Iquitos (Perú): Instituto de Estudios de la Amazonía Peruana; Centro de Estudios Teológicos de la Amazonía, 1988.

PORTO, Maria Emília Monteiro. O corpo colonial. [online] http://www.cafefilosofico.ufrn.br/emilia_corpo_colonial.htm. Última atualização, 10/11/2005.

SCHMITT, J. C. "A moral dos gestos", In: **Políticas do Corpo.** Denise B. de Sant'Anna (org.). São Paulo, Estação Liberdade, 1995. p.141-157.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a terra de Santa Cruz.** São Paulo**:** Companhia das Letras, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Defesa Nacional e a Coesão Militar: normalização e relações de Poder no interior da caserna

Ronaldo Queiroz de Morais*

Resumo: A coesão total foi a utopia conservadora que norteou as ações normativas político-miltares. A Revista "A Defesa Nacional" que a partir de 1958 apresenta um papel significativo na publicação de artigos políticos anticomunistas, num processo continuo de monstrualização dos corpos políticos de esquerda, se coloca como fonte importante a fim de compreender o processo normativo e as relações de poder que pontuaram o poder político militar brasileiro.
Palavras-chave: Coesão. Anticomunismo. Publicações Militares

Abstract: The total cohesion was the conservative utopia that leaded the military-political normative actions. The magazine "The National Defense", that from 1958 on, presents a significative role on the publication of political anti-communist articles, in a continuous process of horrification of the left political parties, became an important source to understand the normative process and the power relations that featured the brazilian military political power.
Key Words: Cohesion. Anti-communism. Military Publications.

> *O que os oficiais superiores (...) escrevem em publicações militares constitui, em certo sentido, guerra política (...).*
> Morris Janowitz (1967: 261)

Introdução

A escolha dos discursos apresentados nos editoriais da Revista *A Defesa Nacional*[1], bem como a quantificação do fluxo das publicações, tem como objetivo teórico perceber o discurso político-militar como acontecimento, pois o poder opera por meio dele, na medida em que o discurso é um elemento e, ao mesmo tempo, um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, 2006:253). Nesse sentido, o discurso apresenta-se como evento de vinculação e orientação do poder. Traduz, assim, um conjunto de práticas que engendram estratégias políticas e que se colocam como escritura de poder a fim de disciplinar o corpo militar. No limite, as publicações são fontes fundamentais, na medida em que os governos modernos encontram-se alicerçados, exclusivamente, na opinião pública. Diante

* Professor de História da Faculdade Cenecista de Osório – RS (FACOS) e do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) – Doutorando em História Social (USP).
[1] Revista do Exército Brasileiro com publicação perene desde 1913.

disso, as escrituras veiculadas na revista "A Defesa Nacional" apresentam-se como luta cognitiva de tom político com o propósito de impor uma visão "legítima" do mundo, formando uma imagem do social e do político para pontuar a direção política do que deve ser feito (BOURDIEU, 2001: 226).

A defesa nacional e a construção do monstro comunista

A construção do monstro comunista não é nova, precede a Guerra Fria e tem sua expressão na chamada Intentona Comunista de 1935 – uma verdadeira sedição militar de matriz comunista – daí o primeiro movimento de monstrualização comunista estar associado ao militar de esquerda. No que concerne à revista "A Defesa Nacional", este movimento tem sua elaboração a partir de 1958, quando os artigos publicados passam a ter uma coloração anticomunista[2] – logo numa revista que sempre priorizou os aspectos profissionais em detrimento dos políticos.

O momento era delicado, a imagem que se tinha era de que o monstro comunista rondava a caserna e ameaçava a ordem civil. O imaginário militar vivia uma espécie de esquizofrenia coletiva – é como se o corpo militar estivesse se desmanchando diante da ofensiva de esquerda. Os militares responsáveis pela revista se viam ameaçados frente aos militares nacionalistas – os generais do povo – que ameaçavam a hierarquia fomentando politicamente oficiais e praças.

Frente a isso, a revista começa a ceder espaço importante ao anticomunismo – o sumário divide-se em assuntos de cultura profissional (técnico-militares) e assuntos de referência político-ideológica. De acordo com o editor da revista, Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas[3], os artigos da revista:

> *(...) não tratam só de técnica, como em 1913. Agora, procuramos esclarecer nossos leitores mais jovens sobre os problemas do comunismo, crença exótica que nos ameaça; nossas páginas, particularmente a partir de 1958, estão repletas de artigos sobre guerra revolucionária[4] (...).*

E é em torno do fluxo dos artigos e dos editoriais que procuramos mapear a construção do monstro comunista. Os editoriais, além dos artigos, reforçavam o anticomunismo, fomentando nos leitores militares instrumentos de reação às idéias de

[2] Convém acrescentar que a revista ainda vai priorizar as publicações referentes à cultura profissional. Assim, os artigos relacionados ao anticomunismo ocuparam o espaço de "assuntos diversos" e os editoriais.
[3] É preciso compreender que neste contexto a revista está ligada ao grupo de militares ligados à Cruzada Democrática, dentre eles o Coronel Hugo de Abreu e o Coronel Golbery.
[4] Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 554 – out/1960.

esquerda. Destarte, com a leitura dos artigos podiam-se formar pedagogicamente subjetividades anticomunistas a partir de textos que se aproximavam de uma política geral do maior contingente da força militar terrestre. No editorial da revista anuncia-se que "(...) com a leitura do presente artigo e dos demais que vêm sendo publicados em "A Defesa Nacional" você já estará iniciando a aprendizagem para começar a luta contra o comunismo[5]". Trata-se de uma política de percepção cognitiva, há o esforço para informar e orientar a percepção de mundo, nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se procura educar o corpo, encaminhando-o para a luta política (BOURDIEU, 2001: 226).

É importante sublinhar que a luta contra o comunismo se colocava como uma cruzada democrática e cristã com a intenção de esmagar da política nacional os corpos dissidentes – a estratégia era a de monstrualização desses corpos. Havia uma espécie de ubiqüidade da presença comunista, isto é, esses monstros poderiam ser encontrados em todas as instituições do país, defendendo idéias comunistas ou, às vezes, paradoxalmente, contrárias aos princípios comunistas, como a defesa da liberdade e da democracia, uma mera aporia tática. Deste modo, os homens e as mulheres de bem deveriam permanecer com os olhos bem abertos, visto que a doutrinação comunista assumia um tom subliminar, transformando qualquer pessoa em "inocente útil". No editorial podemos encontrar as seguintes palavras: "você está a par de como o comunista oculto, ocupando um ponto saliente no governo, no jornalismo, nas sociedades trabalhistas, na igreja ou nas escolas, pode inocular em seu espírito o veneno suficiente para tornar você elemento de propaganda, ou seja, um inocente útil"[6]

Efetivamente, a monstrualização deve ser percebida como um processo político a fim de banalizar o "outro" a partir da invenção de um corpo com poder de sedução capaz de corromper a ordem capitalista, pois não se trata de um mero discurso fantasioso de poder que se limita a si mesmo, mas de uma estratégia que busca a normalização de uma posição de poder. De modo que é preciso monstrualizar o outro para torná-lo corpo submisso.

A administração da coesão militar

Os discursos militares nos anos de crise política, anterior ao golpe político-militar de 1964 e aos governos militares, se centraram numa utopia moderna: a de coesão total. Utopia na medida em que o corpo militar não representa um grupo monolítico de poder (JANOWITZ, 1967: 7). Em outras palavras, a coesão é o sonho da sociedade militar, é como ela procura simular a realidade institucional. Este sonho militar de sociedade, apresentado por

[5] Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 554 / set/1960.
[6] Idem

Michel Foucault (2001:142), tem como referência as engrenagens subordinadas das máquinas, as coerções permanentes, os treinamentos progressivos e a docilidade automática.

Para tal fim foi fundamental elaborar um conjunto de discursos e práticas no interior da caserna que fomentassem a idéia de coesão. E essa idéia foi, em boa parte, construída a partir do combate ao comunismo, de tal forma que qualquer desvio de conduta, amiúde, podia ser associado à presença de corpos estranhos – elementos monstruosos – que paulatinamente iam destruindo a imunidade da instituição.

Isto é, a partir de um clima de insegurança total – pois a ameaça à liberdade se colocava de forma constante – se assegurava a administração da coesão militar. O horror aos monstros comunistas gerava um ambiente de instabilidade e reforçava a premência do combate militar. Dessa forma, podemos encontrar num dos editoriais da revista que "(...) a vigilância é a garantia da liberdade e a ninguém mais do que a nós, militares, cabe esta vigilância[7]". De fato, houve, nos anos que antecederam o golpe militar, uma tomada de consciência dos militares conservadores, ligados ao grupo político da "Cruzada Democrática", frente à responsabilidade militar diante do contexto político nacional.

Portanto, a coesão militar passava a se colocar como uma espécie de imperativo categórico com o propósito de evitar a degeneração da instituição. Nesse sentido, para os militares "a união das forças armadas e dos seus membros deve ser procurada no mais alto grau[8]". Com efeito, em nome da busca da coesão militar o golpe de Estado se fez necessário. Sendo assim, a coesão torna-se um valor político fundamental, visto que a quebra da hierarquia por parte dos generais golpistas tornou patente a fragilidade da coesão, principalmente, entre os escalões superiores (OLIVEIRA, 1978: 105).

Por esta forma, a chegada dos militares conservadores ao poder em 1964 representou tanto a militarização do Estado como a militarização da própria instituição militar. Ou seja, a partir desse momento, em nome da unidade militar, fomentar-se-á a utopia da coesão total. Para isto, alijar-se-á, gradativamente, a política civil do corpo institucional militar. A imposição, por parte do militar, de se estar na reserva para ocupar um cargo político reforçava a necessidade de se criar uma imagem civil do efetivo poder militar. Estrategicamente foi imposta uma linha que, embora tênue, tinha como objetivo apartar a caserna das questões políticas. Obviamente, qualquer declaração política representava uma ameaça à ordem estabelecida e um atentado contra a coesão militar. Assim, medidas normativas e coercitivas foram elaboradas, fundamentalmente com os expurgos político-

[7] Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 557/dez/1960.
[8] Editorial publicado na revista A Defesa nacional nº 570/571 jan - fev/1962.

militares, com a redução do efetivo dos generais e do tempo de serviço na ativa, bem como com o Ato Institucional nº 17 que previa o afastamento temporário (transferência para a reserva) de oficiais que atentassem contra a coesão das Forças Armadas (OLIVEIRA, 1978:105).

Malgrado, o exército brasileiro vivia um contexto de tensão militar. A idéia anticomunista, nos governos militares, representava o prolongamento da ação militar na política, isto é, a partir daí o discurso anticomunista servia, amiúde, para traduzir uma oposição política sub-reptícia ao governo, o que, efetivamente, minava a coesão institucional.

A revista *A Defesa Nacional* marca esta tensão nos seus editoriais e no fluxo dos artigos anticomunistas publicados. Realmente, houve pressão dos militares palacianos no sentido de reduzir as publicações aos assuntos puramente técnico-militares, e, ao mesmo tempo, podemos perceber uma resistência dos editores com o objetivo de persistir na publicação de artigos anticomunistas. Em 1966 o editorial da revista enfatiza a posição da revista: "frisamos que *A Defesa Nacional* não se desviará, nem um nada, de uma intransigente atuação anticomunista[9]". Os militares responsáveis pela revista reagiam ao que definiam como "tendência malévola" de se confundir posição anticomunista com posição política. Dessa forma, de acordo com os editores:

> *Nunca aceitamos, nem aceitaremos que uma Revista com o passado, com a tradição da nossa, seja amordaçada na sua virilidade brasileira, sob o falso pretexto de que atacar o comunismo – onde, como e quando ele se apresente – seja o mesmo que intrometer-se na política nacional*[10].

[9] Editorial publicado na revista A Defesa Nacional/ nº 609/set-out/1966.
[10] Idem

No entanto, podemos perceber, no gráfico[11] abaixo, uma queda significativa no fluxo das publicações dos artigos anticomunistas a partir dos governos militares.

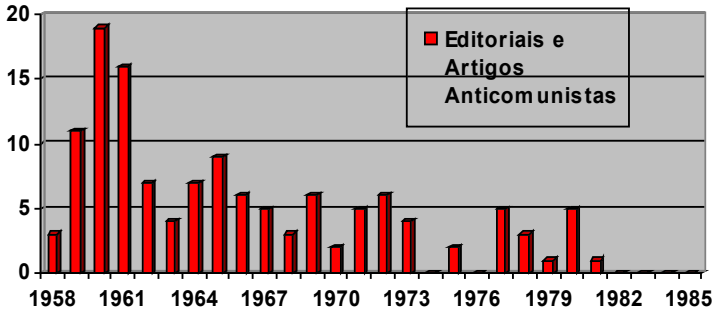

De fato, a coesão militar foi constantemente abalada nos governos militares (OLIVEIRA, 1994: 44) – contudo, não evitou a crescente centralização do poder militar. A utopia da coesão militar passou a ser administrada, no governo Geisel, como uma prerrogativa presidencial. Deste modo, colocou-se em jogo a hierarquia militar, na medida em que o presidente é o chefe das Forças Armadas. Portanto, tocou-se na particularidade da instituição militar, ou seja, na hierarquia (LEIRNER, 1997: 49) que estrutura o fluxo de poder e, ao mesmo tempo, estabelece a própria visão de mundo, baseada na disciplina constante dos corpos.

A transição: da política partidária à política militar

No limite, não podemos nos furtar da dimensão militar dos corpos que ocupam a caserna. Sendo assim, a ação estratégica com o propósito de conquistar o poder tinha como elemento, de dissuasão política, o combate à ideologia comunista (que naquele momento se colocava, para a instituição, como inimigo de guerra). Em face disso, a confusão da ação militar se resolvia a partir da transposição do inimigo de guerra à política civil. Assim, podemos perceber nos discursos e práticas do corpo militar conservador uma elaboração

[11] Realmente, de 1958 (momento em que a revista começou a enfatizar a luta anticomunista) a 1964 (contexto de início da ação político-militar na esfera civil) temos um fluxo de 67 escrituras de matiz anticomunista (ou seja, em sete anos) o que pontua em média 9,5 escrituras por ano. Nos anos de 1964 a 1985 (no efetivo governo militar) o número de artigos e editoriais anticomunistas foi de 63 textos publicados, ou seja, em 21 anos, temos em média 3,0 escrituras publicadas por ano. De fato, nos governos militares tivemos uma considerável baixa nas publicações anticomunistas, principalmente a partir de 1966, contexto de pressão político-militar objetivando a restrição da revista a assuntos puramente profissionais.

extensiva do conceito de comunismo, objetivando envolver todos numa pecha monstruosa, favorecendo assim a intervenção militar na política civil.

E foi esta a estratégia político-militar, concernida pelo clima da guerra fria, que garantiu a unidade militar capaz de sustentar o golpe. Entretanto, os militares no governo não poderiam conviver com esta estratégia extensiva do conceito de comunismo, pois ameaçava a disciplina militar, na medida em que mantinha na tropa a confusão e a ausência de uma linha divisória entre a política civil e a militar. Em outros termos, era preciso despartidarizar a tropa e desenvolver a política militar no interior da caserna. Para isto, o comunismo passa a ser na tropa, exclusivamente, o inimigo de guerra[12] – esta restrição foi fundamental para manter a instituição subordinada ao governo.

Depois do impulso político-militar (da chamada revolução) tivemos o momento de permanência dos governos militares – momento de normatização e de busca da consolidação da nova ordem. Para a compreensão geral das forças político-militares mais significativas podemos dividi-las em duas linhas: os duros, mais anticomunistas do que profissionais e a linha dos da Sorbone, mais profissionais do que anticomunistas. Os duros tinham como objetivo a extensão temporal do poder militar, enquanto que os da linha da Sorbone calculavam o risco desta permanência para a instituição. Representante da Sorbone, Castelo Branco foi o responsável pela elaboração da política normativa com a intenção de afastar os militares da crescente partidarização – ou seja, era preciso desconstruir as forças político-militares que engendraram o golpe de 1964, evitando assim a oposição militar. Ademais, os regulamentos modernos (constante normatização) têm priorizado a ausência essencial de partidarismos políticos (JANOWITZ, 1967: 230).

Entretanto, não podemos simplificar o afastamento dos militares da política civil como uma simples despolitização (o militar como apolítico) ou, também, estender abruptamente a participação política dos militares no governo à instituição militar como um todo. Na medida em que os militares delimitaram território – a condição de se estar na reserva e de utilizar traje civil no governo não era, absolutamente, uma mera questão de estilo, mas a apresentação de uma concepção de poder, que apontava uma linha demarcatória, sempre tênue, não obstante, demonstrava a posição do poder político do Estado frente à instituição militar.

Considerações finais

[12] Na caserna, instruções militares, a partir de manuais de guerra revolucionária, eram conferidas para oficias, cadetes e praças a fim de acentuar o comunismo como um mero inimigo de guerra.

A revista *A Defesa Nacional* em seu fluxo de publicações nos possibilita historiar as relações de poder, no interior do corpo militar, que estruturaram políticas institucionais com a intenção de apartar os militares da política civil objetivando, assim, a coesão militar. Os editorais e os artigos publicados pontuavam uma verdadeira cruzada anticomunista a partir de 1958, desenvolvendo uma luta política de ação cognitiva com a intenção de erigir uma visão de mundo receptiva ao combate aos comunistas. A intenção militar foi a de legitimar idéias e práticas políticas que apontavam para o presente e o futuro da instituição militar.

Todavia, houve uma mudança no fluxo das publicações, a partir de 1964, na medida em que, paradoxalmente, o mesmo anticomunismo que beneficiou a coesão militar, *sine qua non* no movimento político-militar que depôs o governo Goulart, passou a desestabilizar a coesão, pois garantia certa politização na caserna já que, com a ubiqüidade do monstro comunista, o anticomunismo se voltava contra a política do próprio Estado Militar.

Em suma, da política das publicações podemos pontuar ilações em torno da complexa tensão no interior da instituição, o que nos proporcionou a historicização das intenções e das práticas de poder para disciplinar o corpo militar. Dessa forma, as relações de poder no interior da instituição, pontuadas a partir do fluxo das publicações, nos possibilitaram compreender o anticomunismo como elemento por meio do qual a tensão militar (relações de poder) se manifestava. Dito de outro modo, o anticomunismo voltado contra os militares e civis dissidentes da "Cruzada Democrática" era um elemento de coesão militar, no entanto, o anticomunismo, em tempos de estabilização do poder político-militar (pós-64), passa a minar a coesão, visto que os militares da linha dura se apropriavam desse discurso para manter uma oposição política aos militares do governo.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense universitária, 2006.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 24ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: estudo social e político**. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1967.

LEIRNER, Piero Camargo**. Meia volta volver**. Editora FGV, 1997.

PEREIRA, João Martins. **A natureza instrumental das Forças Armadas: o exemplo de 25 de Abril.** In: Revista crítica de Ciências Sociais. nº 15, Maio de 1985 & nº 18,19,20 Fevereiro de 1986. Coimbra, Portugal.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças Armadas transição e Democracia.** Campinas, Papirus, 1994.

_____. **As Forças Armadas: Política e ideologia no Brasil (1964-1969).** 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Saberes Impressos: Imagens de Civilidade em Literaturas Ordinárias (os livros de bolso/décadas de 60 e 70 do século XX)

Maria Teresa Santos Cunha[1]

Resumo: Neste estudo, por meio da análise de um corpus documental composto de uma coleção (*Livros de Bolso)* de autoria de uma espanhola – Corin Tellado - que circulou abundantemente no Brasil entre as décadas de 60 e 70 do século passado, procurou-se analisá-los na clave *literaturas ordinárias*, tanto em seus suportes materiais com em seus dispositivos textuais com o fito de mapear um dado conjunto de regras morais e condutas prescritas que compõem o repertório civilidades de uma época.Busca-se estas linguagens como saberes impressos ligadas à produção de outras formas de sensibilidade que foram durante muito tempo desconsideradas por historiadores envolvidos em linguagens racionais, científicas, inauguradas pela modernidade .

Palavras/Chave: Escritas ordinárias, civilidades, impressos

Abstract: In this study, through the analysis of a composed documentary corpus of a collection (Pocket Books) of authorship of a Spaniard - Corin Tellado - that circulated abundantly in Brazil between the decades of 60 and 70 of the 20th century, was revised to analyze them in clave of *usual literatures*, in its material supports and in its literal devices with the aim of mapping a joint data of moral rules and prescribed behaviors that compose the repertoire civilities of one age. These languages are searched as printed matters bond to the production of other forms of sensitivity that they had been disrespected by involved historians in languages rationales, scientific, inaugurated for modernity.
Keywords : Usual writings, civilities, printed matters

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, uma jovem espanhola de vinte anos - Corin Tellado - pseudônimo de Maria Del Socorro Amália Tellado López, nascida nas Astúrias em 1927, escreveu seu primeiro "romance", intitulado em espanhol *Atrevida Apuesta,* em forma de "bolsilivro", ou livro de bolso assim chamado pelo seu tamanho menor (15 cm x 10,5 cm), editado em 1948 pela Editorial Bruguera.[2] Em meados

[1] Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em História /UDESC/SC.
[2] Criada em 1910, como Editorial El Gato Negro por Juan Bruguera, foi transformada em Editorial Bruguera em 1936/37 pelos filhos de Juan Bruguera: Pantaleón e Francisco, especializando-se em edições populares, revistas

de 1960, Bruguera firmou o termo ‘ bolsilivros’ e os exportou para a América Hispânica (Argentina, México, Chile, Venezuela, Colômbia e Brasil, principalmente) sendo um sucesso de vendas em todos estes países. Este impresso pode ser considerado na clave de *escritas /literaturas ordinárias*[3]. O número de vendas e, conseqüentemente, de leitoras se constitui em um dado a mais para investigações sobre este material de leitura, aparentemente menor, negligenciável, ordinário.

Neste estudo, através da análise de um corpus documental composto de uma coleção que circulou abundantemente no Brasil entre as décadas de 60 e 70 do século passado, procurou-se analisá-los tanto em seus suportes materiais bem como em seus dispositivos textuais com o fito de mapear um dado conjunto de regras morais e condutas prescritas que compõem o repertório civilidades de uma época. Considerados como literaturas *ordinárias* suas imagens se prestam a um processo hermenêutico já que comportam o simbólico. A análise procura exercitar uma dada percepção para apreender intervenções de certas linguagens no transcorrer da história e como estas possam ter constituído novas formas de sensibilidade. Tais linguagens instituem comportamentos e padrões de conduta que atuam no cotidiano de indivíduos, despertam afetividades quase sempre com muita eficácia porque atingem emoções e, portanto, uma das instâncias mais íntimas de homens e mulheres. Considerar linguagens como saberes impressos ligadas é um exercício de resignificação de situações que foram durante muito tempo desconsideradas por historiadores envolvidos em linguagens racionais, científicas, não-emotivas, inauguradas pela modernidade

Estes impressos tratavam-se de leituras endereçadas a jovens mulheres, chamada de “cor-de-rosa” por seus motivos românticos, cuja convenção via homens e mulheres portadores de valores como as emoções, a beleza, as sensibilidades: uma versão modernizada do folhetim.

Historicamente, desde os inícios do século XIX, uma onda crescente de novelas e romances inundou as livrarias e parece correto afirmar que as mulheres leitoras desempenharam e continuam a desempenhar um papel importante em sua difusão[4] como aparece descrito em GIDDENS (1993: 50)

> O amor romântico introduziu a idéia de uma narrativa para uma vida individual (...) Contar uma história é um dos sentidos do ‘romance’, mas esta história tornava-se agora individualizada, inserindo o eu e o

infantis e folhetins por entregas em domicílio. (GONZALEZ, 2002: 64)

[3] As escritas ordinárias ou sem qualidades são aquelas realizadas pelas pessoas comuns e que se opõem aos escritos prestigiados, elaborados com vontade específica de “fazer uma obra”, para ser impressa (Fabre,1993)

[4] Ver: GIDDENS, A . **A transformação da intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas.** SP: UNESP, 1993. p. 52 passin..

> outro em uma narrativa pessoal , sem ligação particular com os processos sociais mais amplos.

Os pequenos livros de Corin Tellado, muito populares na Espanha e nos países da América Hispânica, só circularam no Brasil a partir de meados dos anos 60 do século XX por concessão da *Editorial Bruguera* que estabelece um escritório no Rio de Janeiro. Suas capas, assim como as traduções para o português de seus títulos, eram, em geral, chamativas, provocantes, sensacionalistas, *kitsch*[5], no sentido de um protocolo para a divulgação de certos valores de civilidade (como ser moderno, ser civilizado).

A *civilidade* - entendida aqui como uma experiência histórica e contingencialmente constituída - representaria um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos para conter as sensações e movimentos do corpo e da alma – o que era um dos objetivos a alcançar para a educação escolar. Matéria de longos tratados, sempre enunciada à maneira do *dever ser,* encarnada em dizeres e regras, as práticas de civilidade podem ser consideradas como formas de racionalização do cotidiano e se confundem com a repressão dos sentimentos que, num estágio de *civilização,* propicia o "abrandamento das pulsões"[6] .

A leitura destas histórias sentimentais, aparecia semanalmente com uma infinidade de novos títulos e enquadrados em coleções que favoreciam a identificação e o intercâmbio. Seus argumentos são estereotipados, seus personagens arquetípicos, os valores sociais convencionais e temas amorosos que terminam canonicamente em casamento. Seus autores não são renomados, mas obtêm lucro e escrevem de forma simples "*muito diálogo, nenhuma descrição longa, frases de estoque, ambiente convencional"* (BOSI, 1992: 165)

Tanto no Brasil como nos demais países da América Latina e na própria Espanha, os livros de bolso de Corin Tellado eram impressos de uma forma que possibilitava uma leitura em qualquer espaço tanto em transportes públicos como em salas de espera e em intervalos de trabalho e, tudo indica que esta materialidade do suporte foi uma das razões do seu êxito. Na clave dos estudos da História da Leitura, o historiador Roger Chartier reafirma a importância do suporte em que o texto é apresentado ao leitor argumentando enfaticamente que "*o processo de publicação, seja lá qual for a sua modalidade, é sempre um processo*

---

[5] O kitsch compreende um sistema estético de comunicação de massa [...] envolve uma valorização estética do efêmero e do fútil [...] opõe-se à simplicidade, é rebuscado[...] adorna a vida cotidiana com uma série de ritos ornamentais [...] não reclamam raciocínio" (MOLES, 2001: 20-26)

[6] Este é justamente o título de um dos capítulos com que Norbert Elias conclui seu monumental trabalho. Ver: ELIAS, N. **O processo civilizador**. RJ: Jorge Zahar Editores, 1993.

coletivo que requer numerosos atores e na separa a materialidade do texto da textualidade do livro" (CHARTIER, 2006: 13)

Os livros de bolso de Corin Tellado eram apresentados em Coleções intituladas *Trevo, Carícia, Amor* com capas coloridas e de apelo discursivo de cunho romântico. Este tipo de leitura apelava para o *ser moderno* entendido como um imperativo básico de *ser civilizado*, adotava uma linguagem carregada de estrangeirismos, que ia dos simples vocábulos ao nome dos/das personagens (*Edward, Richard, Mildred, Sthefany, etc)*, com uma valorização estética de tudo que era fútil e efêmero, com uma temática centrada no mundanismo como um estilo de vida, muito comuns como:

> *Foram sete dias maravilhosos.Sete dias cujos minutos foram*
> *Aproveitados como se fossem os últimos da vida de ambos.*
> *Ao meio-dia iam à piscina. À tarde, iam às compras. Jantavam*
> *No Jockey Club e depois iam ao teatro.*
> (Corin Tellado/ Espinhos na Carne)

Segundo Renato Ortiz (1994) o período que vai dos inícios da década de 1960 aos anos de 1980 é a fase em que se consolida um mercado de bens culturais, fruto do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização recente que multiplicou as oportunidades de trabalho e lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo. Há, em conseqüência, uma expansão de um mercado tipográfico que impulsiona o consumo de leituras "de massa", pelas novas tecnologias que podem baratear a produção bem com a facilitar a circulação.

> Certamente os militares não inventam o capitalismo, mas 1964, é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital;o estado totalitário permite consolidar no Brasil, o 'capitalismo tardio'.Em termos culturais essa reorientação econômica traz conseqüências imediatas, pois,paralela-mente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de bens culturais.
> (ORTIZ, 1994: 114)

Ao que tudo indica, a divulgação de impressos como os livros de bolso que, como já vimos, podiam ser lidos em qualquer lugar, se insere neste movimento, notadamente entre as camadas operárias[7]. Para BOSI (1992) as pessoas que trabalhavam em situações precárias necessitavam esquecer-se da dura 'realidade' e os romances entretinham seu tempo livre pois tudo se passava no plano da expectativa, do porvir. A felicidade não se encontrava no

[7] Ver BOSI, *idem*, p.59-166

presente, mas sim no futuro que estaria a caminho.Há um apelo encantatório do vir-a-ser: *"nos romances de amor, como nas cartas de cartomante, há sempre um homem a caminho, um valete que chegará um dia trazendo a felicidade".* (COLASANTI, 1984)

À medida que se investiga o tema é possível perceber as múltiplas possibilidades de análise desse material, mas nesse momento da pesquisa, ainda em sua fase inicial, pretende-se apresentar uma primeira tentativa de análise de suas capas e títulos na clave de uma historia cultural da leitura que considera as imagens como 'experiências históricas' e 'cerimônias de apropriação para o texto escrito' e como tal, merecedoras de maior investimento epistemológico por serem produtoras de sentidos/significados e alimentadoras do imaginário.

Nos livros de bolso em estudo as imagens (ilustrações) de capa incluindo seus títulos são, por si só, textos que permitem interpretações para seus aparentes clichês e palavras de ordem repetitivas que sinalizam para valores, normas, condutas circulantes em cada época e que sinalizam um repertório de civilidades.

Problematizar estas imagens no campo da história é um desafio e pede um olhar ampliado que contemple tanto para suas dimensões formais (capas) como semânticas (títulos) e assim, parte-se do pressuposto de que elas são "construções" que se articulam através de uma montagem que almejam produzir positividades .

Capas e titulos: um território à espera de cartógrafos

As capas dos livros de bolso eram desenhadas em cores fortes em papel brilho e expressavam, quase sempre em primeiro plano, a imagem de um casal em momento idílico. A figura feminina é destacada na capa e há uma tendência que se evidencia: o corpo feminino expresso em belas formas físicas se sobressai na paisagem**.** Tais imagens corporais transpiram descontração, certa irreverência. Os cenários são, na maioria das vezes, imperceptíveis e, quando aparecem representam cenas de vida metropolitana/cosmopolita, expressam um *estilo de vida urbano,moderno, civilizado.* Estas capas, em formato pequeno, leves e irreverentes, antecipavam, quiçá, as emoções da leitura, assinalando os primórdios da *invasão* do livro de bolso estrangeiro, como *literatura de entretenimento das massas* (PAES, 1989: 08) facilitada e estimulada pela ausência de similares nacionais e que passaram em seus países de origem pelo teste da popularidade e aqui chegaram aureolados do prestígio publicitário.

Vendidas a baixo custo em bancas de jornal, tais imagens visavam, prioritariamente, um público leitor feminino em processo de urbanização, procurando

apreendê-lo em mundo *moderno* que diga respeito ao cotidiano e cujos personagens exerciam profissões liberais como os advogados, industriais (estes eram a maioria dos protagonistas), os médicos etc. enquanto as *heroínas* trabalhavam, praticavam esporte, cuidavam do aspecto físico, mas não se envolviam em nenhuma querela sócio-política, querendo apenas *amar/ ser amada e vencer na vida.* Uma literatura açucarada, onde não se fazem presentes indagações de cunho político, existencial.

Os títulos parecem satisfazer ao maior número de seus consumidores – as jovens mulheres – daí que em sua maior parte fazer-se uso de recursos de efeito já consagrado e que, minimizando o esforço interpretativo sinalizavam para um certo romantismo banalizado pela repetição – *Doce escravidão; Amor e Desespero; Ninguém vive sem amor; Foi sem querer; O destino de Leida,etc.* Este expediente ,ao que parece, contribuiu para poupar as futuras leitoras, no ato do consumo, de maiores esforços de sensibilidade,inteligência e até mesmo de atenção e memória.

Pouco se sabe sobre a circulação desses livros no Brasil e muito menos sobre sua recepção em que pese sua penetração como uma prática consolidada de leitura. Esta constatação desafia o historiador a desconstruir essas construções narrativas e, nessa operação, examinar os livros de bolso de Corin Tellado em uma experiência pontuada, sobretudo, pela criação de questões que implicam o abandono de posições deterministas e a adoção de uma relação mais íntima entre sujeito e objeto, em que se integrem as questões do passado à dinâmica do presente; enfim, "*uma nova postura diante da história, um outro olhar que interroga o passado a partir de pressupostos que constroem também novos objetos e formulam novas questões"* (PESAVENTO, 2004: 07)

A partir desse contato inicial com os livros de bolso é possível perceber que se por um lado a história desse impresso é atravessada por repetições de certas fórmulas de sucesso que insistem em permanecer e se transformam em clichês do que se convencionou chamar "literatura sorriso da sociedade", esta história também é atravessada por rupturas como a possibilidade de refletir sobre a história da produção desses impressos, das representações iconográficas de suas capas e da formação de gostos e percepções estéticas suscitadas pelas suas narrativas. Seus altos índices de vendagem autorizam este investimento.

Referências Bibliográficas

BOSI, E. **Cultura de Massa e Cultura Popular. Leituras de Operárias.**8ª Edição.Petrópolis (RJ): Vozes, 1991,

BURKE, P. **Testemunha Ocular: história e imagem.** Bauru(SP): EDUSC, 2004.

CHARTIER, R. Inscrever e apagar. Cultura Escrita e Literatura.SP: UNESP, 2006.

COLASANTI, M. **E por falar em amor.** RJ: Círculo do Livro, 1984.

ELIAS, N. O processo civilizador. RJ:Jorge Zahar Editores, 1993

GIDDENS, A . **A transformação da intimidade. Sexualidade,Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas.** SP: UNESP,1993.

GONZÁLEZ, A. C. **Corin Tellado. El erotismo rosa.** Madrid: Espasa Calpe, 2002.

FABRE, D. Écritures Ordinaires. Paris: Centre Georges Pompidou. Bibliotheque Publique d'Information, 1993.

MOLES, A.O. O Kitsch. 5ª ed.SP: Perspectiva. 2001.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira.Cultura Brasileira e Indústria Cultural.** SP: Brasiliense, 1988.

PAES, J.P. *Faz falta uma literatura brasileira de massa.***Folha de São Paulo.** Caderno Ilustrada. E-8.10 de janeiro de 1989.

PESAVENTO, S. J. (org). Escrita, Linguagem, Objetos. Leituras de História Cultural.Bauru,SP: EDUSC.2004

Livros de Corín Tellado editados entre 1965 a 1978/ Editorial Bruguera/ Cedibra/Rio de Janeiro.

Sites consultados na internet:

< www.corintellado.com**>.** Acessado em 26/08/2005.

<www.la-lectura.com/ensayo>. Acessado em 28/08/2005.

< www.netcom.es**>.** Acessado em 31/082005.

< www.revistafusion.com/asturias/1999/agosto/mujer> Acessado em 31/082005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Processo de assistência psiquiátrica no Estado do Paraná: um ensaio sobre sua historicidade.

Yonissa Marmitt Wadi*

Resumo: O processo de assistência psiquiátrica no Estado do Paraná passa por drásticas transformações neste início de milênio. E como em outros lugares do Brasil, no movimento da chamada Reforma Psiquiátrica, caminha-se para a supressão dos hospitais psiquiátricos como instrumento principal de exercício da psiquiatria, através da implantação de um novo modelo de atenção psicossocial, com uma rede de serviços extra-hospitalares. Porém, mudanças no formato institucional, ou novos equipamentos, não significam necessariamente a adesão irrestrita dos agentes envolvidos a novas lógicas ou novas concepções. Neste texto, enfrenta-se o desafio de compreender historicamente as mudanças e as múltiplas configurações contemporâneas da assistência psiquiátrica no Estado do Paraná.
Palavras-chave: assistência psiquiátrica; reforma psiquiátrica; Estado do Paraná.

Abstract: The process of psychiatric assistance in the Paraná State was occurring goes by drastic transformations in this millennium beginning. Not only Paraná but also other Brazil's place, into of the movement of the call it Psychiatric Reform, is following the way her for suppression of the psychiatric hospitals as main instrument of exercise of the psychiatry, through the implantation of a new model of social-psycho attention, and a net of services without hospital. However, changes in the institutional format, or new equipments, it doesn't necessarily mean that the agents public or private will adhere unrestricted to new logics or new conceptions. This text faces the challenge of historically understanding the changes and the contemporaries configurations multiple of the psychiatric assistance in the Paraná State.
Keywords: psychiatric assistance; psychiatric reform; Paraná State.

Introduzindo o tema

O processo de assistência psiquiátrica no Estado do Paraná, como em outros lugares do território nacional, passa por drásticas transformações neste início de milênio. A crítica a forma de tratar pessoas consideradas loucas está na origem da forma contemporânea da assistência, quase exclusivamente institucionalizada. Transformações marcaram este processo ao longo dos dois últimos séculos, com temporalidades diferentes em lugares diversos e vivemos hoje uma época conhecida como de desospitalização, marcada pelo avanço da Reforma Psiquiátrica.

Anteriormente à deflagração deste movimento a condição da assistência

* Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Doutora em História; Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq.

psiquiátrica no Brasil, restrita a grandes hospitais e clínicas, era muito dramática, marcada pela ineficiência, ineficácia, baixa qualidade, cronicidade dos internos e violação dos direitos humanos. No final dos anos 1970, o debate sobre a loucura e a instituição asilar rompeu os muros dos asilos e superou os limites das discussões acadêmicas, ganhando as ruas através da articulação de profissionais da saúde e grupos de familiares de internos, com entidades da sociedade civil sensibilizadas com a violência institucional e a segregação.

O Movimento de Reforma Psiquiátrica, ao longo dos anos 1980 e 1990, "consolidou-se no cenário nacional, marcando-se como um movimento social amplo, cuja face mais ativa era o Movimento da Luta Antimanicomial" (YASUI, 2004:73). As instituições tradicionais no cuidado dos chamados loucos, os grandes hospitais psiquiátricos, passaram a sofrer críticas severas, discutindo-se a necessidade de sua supressão como instrumento principal de exercício da psiquiatria, a ciência constituída historicamente como legítima responsável pelo tratamento da loucura. Formas institucionais novas foram propostas.

A crescente força do movimento antimanicomial resultou no Projeto de Lei n. 3.657, de 1989, do Deputado Federal Paulo Delgado, que propunha a extinção do hospital psiquiátrico, considerando este como um "não produtor de saúde", mas sim "gerador de doença" e inadequado à reabilitação humana. O projeto proposto por Paulo Delgado, acrescido de modificações propostas por substitutivos, transformou-se na Lei n. 10.216, de 2001, que trata fundamentalmente dos direitos dos doentes mentais e de uma reorientação do modelo assistencial, sem excluir os hospitais psiquiátricos. Assim, gradualmente o "processo de transformação incorporou-se ao aparelho do Estado transformando-se na Política Nacional de Saúde Mental", política altamente regulada e dirigida por "portarias ministeriais que buscam normatizar as ações em âmbito nacional tendo um serviço, o Centro de Atenção Psicossocial, como paradigma para a mudança de modelo assistencial" (YASUI, 2004:73).

No Brasil, "algumas das iniciativas já 'históricas' de muitos estados e cidades brasileiras podem ser consideradas experiências consolidadas (...)". (Venturini, 1995:14) Porém, mudanças no formato institucional, ou novos equipamentos, não significam necessariamente uma adesão irrestrita a uma nova lógica, ou novas concepções sobre a institucionalização. Se parece impossível um retorno a um passado onde o paradigma era o manicomial, ainda não é claro o ponto de chegada do processo como um todo. Estudos diversos (AMARANTE, 1995; TUNDIS e COSTA, 1992; PAULIN e TURATO, 2004) indicam que ao lado de novos equipamentos ou serviços, persiste o hospital psiquiátrico, mais ou menos modernizado, com um número de leitos reduzidos. Há assim o risco de que este

> *...continue a desenvolver o seu papel 'insubstituível' de salvaguarda para o controle da 'periculosidade' e da 'cronicidade' psiquiátrica. Há, ainda, o risco de que a ausência de afirmação do novo modelo dos serviços engendre um sentimento de incerteza nos operadores. (VENTURINI, 1995:14).*

Luzio (2004), em estudo recente sobre a atenção social em municípios de pequeno porte, mostrou que a concepção predominante de doença/saúde mental, entre os diferentes segmentos sociais envolvidos na saúde mental, aparece em consonância com o modelo manicomial, apesar de estes conhecerem os princípios da Reforma Psiquiátrica.

Vivemos uma época de intensas transformações no cenário da assistência psiquiátrica, convivendo com diferentes instituições e práticas terapêuticas e assistenciais, muitas das quais originárias de tempos idos, que pouco se transformaram a despeito das mudanças preconizadas por sucessivas leis. Há, ainda, uma escassez de dados e informações sobre os serviços e práticas de assistência psiquiátrica, o que é particularmente visível quando se pensa na história da assistência psiquiátrica no Estado do Paraná, que se restringe às informações disponíveis nos órgãos oficiais – muitas das quais desorganizadas ou a poucos trabalhos acadêmicos sobre a temática. Este texto apresenta assim, algumas considerações iniciais no sentido de enfrentar o desafio de compreender a historicidade das mudanças e as multiplicidades que configuram a contemporaneidade da assistência psiquiátrica no Estado do Paraná.

É importante entender, em primeiro lugar, os caminhos que construíram a relação entre conhecimento científico e política assistencial no Brasil, pois eles são determinantes das diferentes feições adquiridas tanto pelo aparato institucional, quanto pela legislação e políticas públicas que o regem. Considera-se a priori, como Venâncio (2003:884), que a

> *... relação entre produção de uma ciência – que toma a loucura como objeto a ser investigado – e de uma assistência pública inaugurada com a instituição asilar é mesmo fundamental na constituição da psiquiatria como especialidade médica, atualizando-se de diferentes modos em contextos nacionais específicos.*

Por outro lado, é esta especialidade médica, a psiquiatria, que historicamente – através de lutas e alianças de teor diverso –, determina e estabelece as diretrizes das políticas de assistência (WADI, 2002).

No Brasil, a articulação entre assistência e ciência caminhou, até pelo menos o final dos anos 1950, ora referenciada no modelo alienista francês ora no modelo alemão.

Referenciada no modelo francês, no primeiro momento foi no espaço asilar que a ciência psiquiátrica se desenvolveu, colocando-se a serviço da assistência pública. Com a adoção do modelo alemão – de separação entre o espaço do saber e o espaço da assistência pública – observa-se uma "posição de dissociação entre o conhecimento científico psiquiátrico e a política assistencial". Como decorrência da separação entre ciência e política, ocorreu uma "desresponsabilização do espaço científico autônomo em relação ao desenvolvimento de uma assistência pública", gerando a petrificação desta no modelo manicomial. (VENÂNCIO, 2003: 898-9).

Assistiu-se, a partir dos anos 1960, a construção de uma verdadeira indústria para o enfrentamento da loucura, que provocou um poder de corrupção e perversão no campo da assistência psiquiátrica: hospitais conveniados incentivaram a cronicidade das doenças com objetivo de lucro, os custos globais da psiquiatria alcançaram níveis desproporcionais, os profissionais ficaram sujeitos a baixos salários, às ideologias dos grupos proprietários, com responsabilidades e envolvimento muito reduzidos (VENTURINI, 1995). Ao mesmo tempo a vanguarda da psiquiatria seguia encastelada nos espaços universitários, concentrada em estudos "que imaginavam poder revelar que as doenças mentais tinham a mesma natureza que as orgânicas". (VENÂNCIO, 2003:899). Apenas a partir do final dos anos 1970 com a deflagração do Movimento de Reforma Psiquiátrica viu-se a alteração desta dissociação.

Assistência psiquiátrica no Estado do Paraná.

O primeiro hospital psiquiátrico paranaense foi o Hospício Nossa Senhora da Luz, inaugurado em 25 de janeiro de 1903, em Curitiba. Como outras instituições congêneres, também foi gestado no interior de uma Santa Casa de Misericórdia e a partir de um discurso sobre a necessidade de construção de um hospício separado do hospital de caridade em prol do tratamento correto aos alienados (WADI, 2002; OUYAMA, 2006). Porém, ao contrário de instituições similares que se separaram da misericórdia passados alguns anos, tornando-se hospitais públicos sob responsabilidade dos governos estaduais, o hospício da capital paranaense permaneceu ligado administrativamente ao espaço da caridade.

Inicialmente, no Hospício Nossa Senhora da Luz não havia atuação significativa dos médicos. Somente a partir de lutas travadas no interior da instituição e desta para o exterior, especialmente contra a tecnologia da caridade e em prol da instauração de uma tecnologia alienista (OUYAMA, 2006), os médicos conseguiram se firmar como os verdadeiros enunciadores da loucura. O movimento ocorrido no hospício de Curitiba foi

semelhante ao ocorrido no Hospício Pedro II e em outras instituições espalhadas pelo Brasil, quando "com algum custo, os médicos conseguiram deslocar as poderosas administrações leigas das Santas Casas, bem como as ordens religiosas que prestavam serviços nesses locais, e os hospícios foram se tornando, gradativamente, estabelecimentos médicos." (PICCININI e ODA, 2006).

Até meados do século XX, o Estado do Paraná contava apenas com duas instituições psiquiátricas privadas, o Hospício Nossa Senhora da Luz e o Sanatório Espírita Bom Retiro – atualmente Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro – inaugurado em 31 de março de 1945. Segundo as poucas notícias históricas sobre este hospital, até o ano de 1984, "funcionou de forma clássica com as técnicas e normas da psiquiatria tradicional", aliadas ao serviço de assistencial espiritual. [1] O terceiro hospital psiquiátrico – e primeiro hospital público – inaugurado no Paraná foi o Hospital Adauto Botelho – mais conhecido como Manicômio Judiciário –, construído em 1954.

Documentos oficiais da Secretaria de Saúde do Paraná (1995; 1998) identificam que a despeito da existência de grandes hospitais psiquiátricos, a assistência psiquiátrica no estado teve suas bases fundamentadas inicialmente no atendimento ambulatorial. O primeiro ambulatório foi criado em 1944, sob a coordenação e responsabilidade do Dr. Arnaldo Gilberti, psiquiatra do Ministério da Saúde, que foi assessorado pelo Dr. Adauto Botelho para implantar o serviço no estado. (HOSPITAL FILADÉLFIA, 1995:8)

O desenvolvimento da assistência psiquiátrica no Paraná teve início tardio em relação a outras unidades da Federação que fundaram hospícios psiquiátricos ainda no século XIX, porém se igualou a estes com a onda de contratações de serviços privados pelo SUS, que espalhou um grande número de hospitais psiquiátricos privados no Estado, nas décadas de 1970 e 1980. A disseminação, o privilegiamento e a organização lobista dos proprietários dos hospitais privados tornaram-se fortes empecilhos para o desenvolvimento de programas de tratamento ambulatorial (SESA, 1998).

Apenas na década de 1990, com a criação do Grupo de Trabalho de Saúde Mental foi proposto no estado um Programa de Saúde Mental, com a intenção de aprimorar as políticas assistenciais na área, adequando-as as políticas definidas pelo Ministério da Saúde. Segundo documentos oficiais, as políticas desenvolvidas pela Secretaria de Saúde, a partir desta década, incentivaram os municípios a desenvolverem ações que integrassem a saúde mental às atividades das Unidades Básicas de Saúde, com vistas ao diagnóstico precoce e

[1] Fonte: http://www.hospitalbomretiro.com.br/historia.html e http://www.feparana.com.br/histórico/espiritismo_parana02.htm.

continuidade de tratamento aos pacientes, cuja patologia permitisse o acompanhamento por esse serviço, assegurando o medicamento necessário. Parecia haver uma grande preocupação em cumprir as normas do Ministério da Saúde quanto à mudança na política de atendimento, principalmente quanto à institucionalização do paciente. (SESA, 1998).

É fundamental destacar que a projeção de uma substituição do modelo hospitalocêntrico por outras formas de atenção psicossocial foram gestadas no Paraná antes mesmo da aprovação da lei federal da reforma psiquiátrica. Já em 09 de novembro de 1995 foi promulgada a Lei Estadual nº. 11.189, que dispôs sobre as condições para internações em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares. A lei estabeleceu que ninguém, com base em alegação de "transtorno mental", poderia ser limitado em sua condição de cidadão e lugar de sujeito de direitos, sofrendo internações ou quaisquer outras formas de privação de liberdade, sem o devido processo legal. Estabelecia que:

> *O novo modelo de atenção em saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidado às pessoas que padecem de sofrimento psíquico por uma rede integrada de variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, leitos ou unidades de internação psiquiátrica em hospitais-gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares.* (Brasil, 2004: 53)

A lei paranaense proibiu assim, a abertura de novos leitos psiquiátricos, impondo a substituição gradativa do tratamento fechado por uma rede integrada de variados serviços. Por meio destes, os gestores das políticas públicas deveriam promover a reintegração e ressocialização dos internos ao meio onde viviam. Documentos, como o "Paraná mais saúde – O papel do estado na construção do novo modelo de assistência à saúde mental", propunham a "criação de frentes de trabalho de cunho terapêutico possibilitando a reinserção dos pacientes egressos do tratamento psiquiátrico fechado" no mercado de trabalho, bem como o estabelecimento de convênios e contratos com entidades para desenvolver projetos com os hospitais, lares protegidos, oficinas terapêuticas, etc. (SESA, 1998:4).

Segundo a lei, o novo modelo de atenção à saúde mental deveria atender as peculiaridades regionais e locais, observando o caráter do Sistema Único de Saúde. A implementação da rede de serviços extra-hospitalares seria de competência da Secretaria Estadual e das Secretarias Municipais de Saúde, a quem caberia apresentar aos Conselhos Municipais e Estadual de Saúde, o planejamento e cronograma de municipalização dos novos

recursos técnicos de atendimento, que deveria ocorrer de forma descentralizada. (BRASIL, 2004:38-9)

A reorganização da rede assistencial em saúde mental foi indicada, nos documentos oficiais a partir da década de 1990, como uma das principais preocupações da Secretaria de Saúde. Porém, análises elaboradas pelos próprios gestores das políticas mostraram que as estratégias de reorganização da assistência e, em prol da desistitucionalização, elaboradas pelo Estado, nos últimos dez anos, foram feitas desarticuladamente. Conforme o documento "Paraná mais saúde – Política estadual de saúde mental" (SESA, 1995), avançara-se menos do que se poderia numa política de saúde mental e isto estaria ocasionando alguns problemas para os municípios que tentavam construir uma política mais adequada.

Um dos exemplos era a cidade de Londrina, que implantara um dos primeiros CAPS do estado, conseguindo reduzir a hospitalização dos pacientes oriundos da própria cidade. Porém, devido à falta de uma articulação geral – com a criação de instituições correlatas em outros lugares – manteve a mesma taxa de ocupação dos hospitais psiquiátricos, pois a cidade continuou a receber pacientes encaminhados por outros municípios. Assim, a ausência de uma política de saúde mental para os municípios de menor porte no final da década de 1990 fazia com que estes municípios continuassem recorrendo aos grandes hospitais, dando continuidade ao domínio do modelo de atendimento hospitalizado fechado nos hospitais especializados. (SESA, 1998)

Bibliografia de referência

AMARANTE, P. (coord.). **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental 1990-2004**. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

HOSPITAL FILADÉLFIA. **Projeto Terapêutico**. Marechal Cândido Rondon, 1995.

LUZIO, C. A. A atenção em saúde mental em municípios de pequeno porte. **Jornal Brasileiro de História da Medicina**, v. 7, sup. 1, nov. 2004, p.70.

ODA, A.M.G.R.; DALGALARRONDO, P. O início da assistência aos alienados no Brasil ou a importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Brasileira de Psicopatologia Fundamental**, v. II, n.1, março 2004, p.128-141.

OUYAMA, M. **Uma máquina de curar:** o Hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do século XX). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006 (Tese de Doutorado em História).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. **Paraná mais saúde:** Política estadual de saúde mental. Curitiba: SESA, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. **Paraná mais saúde:** O papel do estado na construção do novo modelo de assistência à saúde mental. Curitiba: SESA, 1998.

PAULIN, L. F.; TURATO, E. R. Antecedentes da Reforma Psiquiátrica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, n. 2, 2004, p. 241-258.

PICCININI, W. J.; ODA, A. M. G. R. História da psiquiatria: a loucura e os legisladores. **Psychiatry one line Brasil**, v. 11, n.3, março 2006.

TUNDIS, S. A.; COSTA, N. do R. (org.) **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

VENÂNCIO, A. T. A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. . **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 10, n. 3, 2003, p. 883-900.

VENTURINI, E. Prefácio à primeira edição. In: AMARANTE, P. (Coord.). **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995, p.15-16.

WADI, Y. M. **Palácio para guardar doidos:** uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

YASUI, S. De movimento social a política pública: conquistas e riscos da Reforma Psiquiátrica. **Jornal Brasileiro de História da Medicina**, v. 7, suplemento 1, nov.2004, p.73.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Contemplação de Ouro Preto: Murilo Mendes e uma poética para o barroco mineiro.

Angela Brandão*

Resumo: O conjunto artístico barroco e rococó de Minas Gerais foi objeto de diversas interpretações desde o século XIX. Convencionou-se, no entanto, entender que apenas os modernistas de São Paulo redescobriram a arte mineira do XVIII. Esta dita "redescoberta" foi antes uma reelaboração estética dos elementos do passado. As abordagens historiográficas mais sistemáticas da arte da mineração, com textos como os de Lourival Gomes Machado, dos anos 1950, contrapuseram-se à liberdade poética de que Carlos Drummond de Andrade dispunha para tratar do passado artístico de Minas Gerais. Nesses mesmos anos, Murilo Mendes compunha sua "Contemplação de Ouro Preto". Acrescentava à interpretação do barroco mineiro um teor surrealista, presente em sua escrita e em seu colecionismo artístico.
Palavras-chave: Murilo Mendes, barroco mineiro, Ouro Preto.

Résumé: L'ensemble baroque et rococó de Minas Gerais, Brèsil, a été object de plusières interpretations depuis le XIXème siècle. On a, pourtant, comprendre que seulement les modernistes de São Paulo ont découvert l'art du XVIIIème brésilien. Cette ´découverte' a été surtout une élaboration estétique des éléments du passé. Les aproches historiographiques plus sistématiques de l'art baroque de la región des mines, avec les textes de Lourival Gomes Machado, des années 1950, se sont oposés à la liberté poétique de Carlos Drummond de Andrade, qui a écrit sur le passé artistique de Minas Gerais. Dans les mêmes années, Murilo Mendes composait sa "Contemplation de Ouro Preto". S'ajoutait à l'interpretation du baroque un ton surréaliste, presente dans ses écrits et dans son colectionisme.
Mots-clés: Murilo Mendes, baroque, Ouro Preto

Desde a segunda metade do século XIX, desenvolveram-se diversos caminhos de estudo sobre a arte barroca e se formou o conceito mesmo de barroco, como categoria histórica e estética. Encontramos não somente um esforço, em direção ao barroco, por parte da historiografia da arte que se formava enquanto disciplina acadêmica, com seus métodos, mas também o desenvolvimento de uma sensibilidade pictórica e poética.

As relações entre o século XX e o barroco na Europa são ainda amplas e problemáticas. É importante assinalar, de passagem, a possibilidade de que estas relações não consistiram somente em produções historiográficas, mas também muitas vezes, em interpretações artísticas e poéticas.

* Doutora em História da Arte pela Universidade de Granada, Espanha. Professora do Departamento de Desenho Industrial daUniversidade Tecnológica Federal do Paraná.

As primeiras décadas do século XX se caracterizaram por um período de valorização estética da arte barroca, de afirmação do próprio conceito e de muitos estudos historiográficos. No entanto, poderíamos refletir também sobre as interpretações poéticas e ensaísticas que acompanharam tais estudos. Movimentos artísticos, musicais e literários se empenharam, então, em descobrir um significado contemporâneo e universalmente válido para o barroco.

Não seria difícil supor que parte do pensamento acerca do barroco marcaria, a partir dos anos 1920, os primeiros passos da composição de uma história da arte brasileira, mesclada a desejos mais poéticos e artísticos que verdadeiramente historiográficos.

A percepção artística ou poética do passado barroco brasileiro estava impregnada de preocupações estéticas completamente alheias ao próprio barroco. As cidades históricas de Minas Gerais produziram, sobre a sensibilidade dos viajantes modernistas, impressões sintetizadas em poucas palavras e muitas vezes em silêncio. As imagens das cidades históricas, em parte dos poemas de *Pau Brasil* de Oswald de Andrade; no ensaio sobre Aleijadinho de Mário de Andrade; no *Guia de Ouro Preto* de Manuel Bandeira e, em especial, nas poesias de Carlos Drummond de Andrade, sucedem-se como em desintegração ou como se não tivessem uma existência concreta.

A missão de descobridores de um Brasil artisticamente verdadeiro era concedida, portanto, aos viajantes modernistas. Poderíamos perceber, comumente, uma interpretação cíclica da história da arte brasileira, onde o modernismo seria o movimento cultural responsável por estabelecer um elo de reconciliação com o passado barroco.

Não convém, no entanto, a rigor, repetir a convenção de que os modernistas brasileiros descobriram o barroco mineiro, porque, durante o século XIX, o imperador D. Pedro II, o poeta Olavo Bilac ou o pintor francês Émile Rouède reconheceram, todos, a validade das obras daquelas cidades da mineração. Além disso, eles também as utilizaram como tema para suas criações poéticas e pictóricas, as inspiradas anotações no diário de viagem do Imperador (Don Pedro II, 1957); o poema *Ocaso* e as *Crônicas de Vila Rica* de Bilac (BILAC, 1919, 1894) e as telas de Rouède. Antes mesmo que os modernistas descobrissem as cidades do passado da mineração, como material para ser elaborado na poesia e na arte, a sensibilidade do final do século XIX já havia pressentido essa possibilidade.

A produção modernista sobre o tema do barroco de Minas Gerais apresenta-se muito diversa do que se poderia esperar de um estudo sistemático. Assim, a obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho constitui o ponto máximo da construção dessa história cíclica

da arte brasileira. Ao seu redor se estabeleceu o principal caminho de interpretação do barroco de Minas Gerais pela recepção modernista.

Na obra do poeta modernista Carlos Drummond de Andrade o aspecto lendário de Aleijadinho é também uma motivação poética. Em suas palavras, as vilas históricas mineiras ganham igualmente caráter mítico. O leitor é levado em *Vôo sobre as Igrejas* a sobrevoar as cidades históricas de modo veloz. O passado está inerte, e é o viajante quem se move e observa os monumentos de passagem. (ANDRADE, 1959, 48-49). Em *Contemplação de Ouro Preto* de Carlos Drummond de Andrade, o poeta é o viajante que vai a Ouro Preto, onde são possíveis "duas maneiras de falar de Ouro Preto: a grave e a lírica (...) Ambas válidas, porque Ouro Preto é história e poesia, é sentimento dramático dos conflitos sociais e graça esquiva de moças cantando (...)" (ANDRADE, 1975: 36)

Na cidade mítica, o escultor mulato surge como lenda.

> *(...) o Aleijadinho, personagem mítico, de contornos indefinidos, autor de uma porção de obras que nunca fez e possuidor de uma série de característicos que jamais o distinguiram(...). Dominando o puzzle econômico e acomodatício do barroco jesuítico, aparece-nos como um criador simples, forte e desabusado (ANDRADE, 1944:155-158)*

Drummond além de poetizar o personagem Aleijadinho, dá também vida às esculturas do artista. Em Congonhas do Campo, as estátuas em pedra sabão entabulam uma conversação, tornam-se símbolos intemporais, mas também expressões do homem mineiro e de suas revoluções liberais.

> Sobre o vale profundo, onde flui o Rio Maranhão, sobre os campos congonha, sobre a fita da estrada de ferro, na paz das minas exauridas, conversam entre si os profetas.
> Aí onde os pôs a mão genial de Antônio Francisco, em perfeita comunhão com o adro, o santuário, a paisagem toda – magníficos, terríveis, graves e eternos - , eles falam de coisas do mundo que, na linguagem das escrituras, se vão transformando em símbolo.
> (...) os doze consideram o estado dos negócios do homem, a turbação crescente das almas e reprovam, e advertem (ANDRADE, 1975: 31).

Lourival Gomes Machado, a partir dos anos 1940, com seus estudos mais rigorosos que o lirismo modernista permitiria, mais sistemáticos e apoiados nas teorias do barroco, pôde compreender a liberdade de Drummond. Escreveria, no final dos anos cinqüenta que Carlos Drummond de Andrade, ao falar dos profetas de Congonhas do Campo, descobrira que "as estátuas do Aleijadinho se reuniram para agitar, em rumorosa assembléia, a causa da eterna liberdade". Lourival contestou: "jamais o estilo da contra-reforma visou

alimentar insubmissões e objetaria o informante preciso que nada, na enfarruscada rudez do mestre Lisboa, autoriza uma tal interpretação". Assim, acusa a imprecisão (poética) da interpretação de Drummond, Lourival em seguida lhe confere o "direito de advogar seu imenso liberalismo", porque o intérprete é grande. A autoridade do poeta lhe permite o "equívoco", tem a licença de interpretar livremente a obra de Aleijadinho (MACHADO, 1991).

À crítica de Lourival Gomes Machado, o poeta Drummond responderia retratando-se:

> *(...) certo dia, chamado a discorrer sobre os profetas de pedra, de Congonhas do Campo, julguei descobrir neles certa identificação com a paisagem moral de Minas. E arrisquei que eram mineiros esses profetas do Aleijadinho, encarnando algo de nossa condição de povo em luta contra os tiranos, de povo ilhado na solidão e ao mesmo tempo aberto aos ventos do mundo.* ***Simples literatice****, talvez, mas que mereceu então reparo do meu douto e dileto amigo Lourival Gomes Machado. (...) (ANDRADE, 1975:45-47) [sem grifo no original]*

Drummond prosseguia demonstrando suas leituras acerca das teorias do barroco e justificava seus escritos anteriores pelo motivo da especificidade do barroco mineiro. Talvez seria, no entanto, ao invés de corrigi-los ou de aceitar o reparo feito por Lourival Gomes Machado, melhor admirá-los como "simples literatice". Porque não se tratava de outra coisa se não olhar para o passado na qualidade de poeta.

Foi assim que entre 1949 e 1950, outro mineiro como Drummond, compôs também sua *Contemplação de Ouro Preto*: Murilo Mendes. Dava continuidade à renovação do sentido estético do barroco, imprimindo-lhe agora uma feição surrealista. O livro foi editado em 1954 pelo Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Para Stegagno Picchio, o livro fazia parte de uma "nova maneira" em Murilo Mendes, ao lado dos *Sonetos Brancos*. Mas a nova maneira, que representava uma "inigualável fantasia criativa", prolongar-se-ia como "visitação de lugares marcados pela história" (PICCHIO, 1997: 507).

Os poemas são dedicados em grande parte àqueles que se debruçaram, de algum modo ou em algum momento, a contemplar, pintar, escrever ou estudar sobre Ouro Preto: Rodrigo Melo Franco de Andrade; Cecília Meireles; Manuel Bandeira; Lúcio Costa; Lourival Gomes Machado; Alberto da Veiga Guignard. Tratava-se, então, de uma espécie de tributo ou cumplicidade do olhar sobre a cidade histórica.

O barroco, como categoria estética e histórica, aparece em diferentes momentos da obra de Murilo Mendes. Seria suficiente evocar, não apenas sua opção por viver em Roma, cidade ocre, mas ao menos um poema, de 1961, dedicado a Borromini ("diante do mundo

barroco"), o arquiteto italiano das curvas (MENDES, 1994: 655). Em *Contemplação de Ouro Preto*, a noção de barroco aparecia já estabilizada, assim como o conceito de barroco mineiro, que se cunhava naqueles anos. Ouro Preto é a "cidade barroca"; "assombrações sobem do barroco"; Cristo em chagas é um Deus barroco espanhol; e a Igreja de São Francisco de Assis tem, em seus ornamentos, a síntese da austera força do barroco mineiro (MENDES, 470,457,472,460).

Em sua coleção de poemas dedicados à antiga Vila Rica, Murilo Mendes adotou o que poderíamos chamar de um conjunto de convenções poéticas, presentes em diferentes contemplações de Ouro Preto, não apenas desde os primeiros modernistas, mas mesmo desde os olhares inspirados da segunda metade do século XIX. Os temas, recorrentes nas evocações poéticas da cidade histórica eram seu silêncio; o ouro como desgraça e decadência; a cidade em ruínas e em desaparição; e de modo redundante o tema da morte e do sono.

Entre os motivos poéticos adotados por Murilo Mendes estava, portanto, o silêncio. Talvez o mesmo silêncio evocado por Olavo Bilac nas *Crônicas*; o mesmo silêncio das sínteses de Oswald de Andrade em torno da viagem a Minas Gerais; ou o silêncio sobremodo marcado pelas poesias de Carlos Drummond de Andrade acerca das cidades históricas mineiras. Para Murilo Mendes, entre os *Motivos de Ouro Preto*, estava o "silêncio ao silêncio se juntando Nesses becos e vielas embuçados" (MENDES, 457).

Repete-se, em Murilo Mendes, o diálogo com uma convenção historiográfica e poética que percorrera todo o século XIX, em torno da noção de decadência da mineração e do ouro como estigma e desgraça. "Tempo danado de assombração, és filho do ouro com a maldição (MENDES, 486)". Vila Rica tornara-se, então, "a cidade árida, estéril, sem ouro, esquálida". "O ouro leproso, amaldiçoado (...) contaminado" desgraçou a cidade, castigada pelo ouro, antes fecunda, tornou-se estéril. Diante de destroços Murilo Mendes debruça-se ao contemplar Ouro Preto: "ruínas de solares e sobrados" ; "ruínas do ar" (MENDES, 486, 471,477,457).

A cidade que se dissolve nos poemas de Murilo Mendes é, de certo, a mesma Ouro Preto que se desmancha como velha renda nos versos de Drummond e que está prestes a desaparecer nas descrições do Guia de Manuel Bandeira e que flutuará nas tela de Guignard. Em Murilo Mendes "Ouro Preto se inclina, e um dia cairá"; Ouro Preto inclinada sobrevive na pedra e no ar (MENDES, 459, 532).

O tema da morte aparecera no gosto pelas ruínas do final do século XIX, nas palavras de Olavo Bilac, mas também na morte das casas de Ouro Preto lamentadas por Drummond. Em muitas passagens da *Contemplação de Ouro Preto* paira a morte sobre a

cidade. Ali "tudo aparelha a mente para a morte", a morte que vai sendo recuada pelas calçadas, a cidade em agonia, a morte que dignifica a cidade mais do que seu esplendor, é a cidade triste que guarda sua luz apenas para a morte, abandonada com seu ouro extinto. Ouro Preto é onde "tudo se perde, tudo se empoeira, tudo se morre (...)" (MENDES, 457, 476, 478, 532, 539).

Mas a cidade que morre é, ao mesmo tempo, a cidade que adormece. A tônica adotada em todo o *Acalanto de Ouro Preto* (MENDES, 537), poema dedicado a Alberto da Veiga Guignard, é a da cidade que dorme. Tarsila do Amaral já havia evocado, nos anos 1940, em uma de suas crônicas escritas para o Diário da Tarde de São Paulo, intitulada *Que restará depois*, de modo lúdico, Ouro Preto como cidade que "dorme entre montanhas" (AMARAL, 1944:4). Mas é particularmente significativa a dedicatória a Guignard, do *Acalanto de Ouro Preto*, de Murilo Mendes. Assim como nos desenhos de Tarsila, nas telas de Guignard a cidade flutua como em sonho – imagem onírica particularmente cara à corrente surrealista a qual se ligaria a poesia de Murilo Mendes.

Neste ambiente noturno de sono, de sonhos, situa-se a *Contemplação*. Olavo Bilac evocara, em seu poema *Ocaso* de 1894, o tema do crepúsculo de Vila Rica como metáfora para o esgotamento do ouro. Drummond utilizara-se da chuva como imagem da dissolução das casas de Ouro Preto. No entanto, em Murilo Mendes, está a lua a coroar o ambiente noturno e onírico da cidade adormecida em *A Lua de Ouro Preto* (MENDES, 515-532).

A contemplação poética da cidade histórica, muitas vezes veloz, perpassa lugares e monumentos, em sobrevôo. Outras vezes o olhar detém-se diante de algumas obras. Murilo Mendes descreve, com riqueza, a igreja de São Francisco de Assis, e o poema se demora sobre uma das obras em especial, a escultura de um anjo de Aleijadinho. (MENDES, 460, 490). Descreve, assim também, em acúmulos, a aparência de imagens de santos – indicando, de modo inconfundível, seu aspecto barroco: "Santos de esgarçados mantos, de arbitrárias cabeleiras (...)" ou ainda "(...) ante teus santos ósseos, cavados, escalavrados, desencarnados pela oração (...)" (MENDES, 464, 482).

Na *Contemplação de Ouro Preto* de Murilo Mendes recai sobre Antônio Francisco Lisboa, como em outras falas desta tradição modernista, o centro da observação poética e ensaística do barroco mineiro. Aleijadinho é, para Murilo Mendes, "o gênio das Minas Gerais que marcou estas paragens, (...) como sinal do seu lirismo, com a cruz da sua paixão"; "que deu corpo, força e vida aos templos de pedra-sabão". A igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto foi esculpida na tradução humana pelo "escopro genial do Aleijadinho" (MENDES, 460-461,464). O sofrimento físico do escultor mineiro estampa-se sobre sua obra

e é amplamente tomada como recurso poético de interpretação do sofrimento presente na arte barroca.

Para Murilo Mendes, a obra de Aleijadinho é inteira auto-retrato, "encapuzado no seu furor, alma barroca". A biografia de Antônio Francisco Lisboa, "bicho rastejante, mestiço de sombra e luz", como expressão do sofrimento barroco fora aplicada pelos modernos como metáfora do esgotamento do ouro, da ruína de toda uma terra que se acabava, como o corpo do escultor roia-se pela enfermidade. No poema dedicado ao Aleijadinho, "severo, machucado e rude", transpôs seu martírio oferecido como exemplo. E, ainda, no acalanto de Ouro Preto, também Aleijadinho é convidado a dormir, com seus escravos, o "sono de pedra sabão" (MENDES, 482-484, 490, 532-533, 536).

Contemplação de Ouro Preto, de Murilo Mendes, reforça a tradição poética de tratar do passado barroco como busca de uma "alma nacional", como investigação de uma verdadeira tradição artística. Os acúmulos próprios da forma barroca são recursos para acúmulos verbais. É recorrente a seqüência sobreposta de objetos, santos, anjos. A arte barroca oferece-se também como tema fértil para a criação surrealista de Murilo Mendes. É, ela mesma, prenhe de símbolos. Na imaginação surrealista, os símbolos barrocos assumem um alterado sentido individualizado, onírico, psicológico, completamente alheio à poética do barroco histórico. Assim como o catolicismo de Murilo Mendes é também transformado em catolicismo surrealista: "Eis o canto do barroco (...) esparramando o enigma para confirmar nossa miséria ornada"; ou "o símbolo é barroco, por natureza ornado de folhagem espessa e de elementos vários ricos" (MENDES, 505, 497).

Uma entre tantas maneiras com a qual Murilo Mendes atualiza o mundo barroco é aproximar as imagens dos anjos esculpidos e das crianças que encontra, em seu tempo, pelas ruas de Ouro Preto: "Brincam no Largo crianças bem torneadas que aos anjos esculpidos nos altares e verdes frontarias se aparentam"; e os "garotinhos retorcidos descendentes dos garotos que inspiraram Aleijadinho" (MENDES, 494,465).

Murilo Mendes executa, sob a sensibilidade surrealista – que marcara de modo peculiar sua poesia e que determinara toda uma vida de colecionismo artístico – a mesma operação de atualização da arte barroca. Ramón Gutiérrez, estudioso do barroco ibero-americano, no grande volume sobre arte cristã no novo mundo, concluiu: "A América continua a ser barroca" (GUTIÉRREZ, 1997:459-460). Grande parte dessa continuidade resultava do esforço dos modernistas em tornar a temática e a forma barroca possíveis num tempo presente.

Referências Bibliográficas:

AMARAL Tarsila. Que restará depois? In Diário de São Paulo, São Paulo, 10 maio 1944.
ANDRADE, Carlos Drummond de. Passeios na Ilha: Divagações sobre a vida literária e outras matérias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
ANDRADE, Carlos Drummond de. Poemas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
ANDRADE, Carlos Drummond de. Viagem de Sabará. em Confissões de Minas. S/l: Americ, 1944
BILAC, Olavo. Chronicas e Novellas 1893-1894. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos, 1894.
BILAC, Olavo. Tarde. Rio de Janeiro, 1919.
GUTIÉRREZ, Ramón. Org. L' Arte Cristiana del Nuovo Mondo. Il Barroco dalle Andre alle Pampas
MACHADO, Lourival Gomes. Barroco Mineiro. Debates. São Paulo: Perspectiva, 1991.
MENDES, Murilo. Poesia Completa e Prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
PEDRO II, Don. Diário de Viagem da Minas Gerais. In MUSEU IMPERIAL. Anuário, vol. XVIII. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura, 1957.
PICCHIO, Luciana Stegagno. Storia della letteratura brasiliana. Torino: Einaudi, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Saneamento da Amazônia: (Des)encontros entre médicos brasileiros e norte-americanos em tempos de Guerra (1940-1945)[1]

Rômulo de Paula Andrade[2]

Gilberto Hochman[3]

Resumo: O objetivo da comunicação é analisar a posição e atuação de Fred L. Soper e João de Barros Barreto, principais dirigentes respectivamente da International Health Division da Fundação Rockefeller no Brasil (IHD) e do Departamento Nacional de Saúde (DNS/MES), frente à criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942 que, dirigido por técnicos norte-americanos, seria o responsável pelo saneamento do Vale do Rio Amazonas, crucial no suprimento de matérias-primas estratégicas. Ambos tiveram suas propostas derrotadas pelos acordos de cooperação promovidos pelo Departamento de Estado dos EUA. O trabalho pretende indicar a complexidade das relações entre o governo estadunidense, a filantropia dos Rockefeller no Brasil e o governo Vargas no campo da saúde.

Abstract: The objective of the communication is to analyze the position and performance of Fred L. Soper and João de Barros Barreto, main controllers respectively of the International Health Division of the Rockefeller Foundation in Brazil (IHD) and of the Departamento Nacional de Saúde (DNS/MES), in face of the creation of the Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) in 1942 that, directed for technician North American, would be the responsible one for the sanitation of the Valley of the River Amazon, crucial in the strategical raw material suppliment. Both had its proposals defeated for the agreements of cooperation promoted by the Department of State of U.S.A.. The work intends to indicate the complexity of the relations between the United States government, the philantropy of the Rockefeller in Brazil and the government Vargas in the field of the health.

Apresentação

[1] O trabalho contou com o financiamento da CAPES. O resumo apresentado no simpósio é parte da dissertação "A Amazônia vai ressurgir!": Saúde e Saneamento na Amazônia do Primeiro Governo Vargas (1930-1945), defendida na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

[2]Mestre em História das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ).
Professor do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da saúde (COC-FIOCRUZ)

[3] Professor do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da saúde (COC-FIOCRUZ) e pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

No final dos anos 30 e início dos anos 40, médicos e instituições brasileiras formularam, por solicitação de Vargas, um plano de saneamento da Amazônia. O contexto externo interferiu diretamente nos rumos deste plano, abortado pela conjuntura de guerra e pelas pressões norte-americanas sobre o Brasil. O objetivo do trabalho é analisar de que forma acontecimentos como as negociações entre Estados Unidos da América e Brasil e a conseqüente assinatura dos convênios militares chamados *Acordos de Washington* se interpuseram nos planos de dois dos principais quadros da saúde pública da época: Fred L. Soper, representante da Fundação Rockefeller no Brasil e João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), ligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES).

1 – Fred L. Soper

Com a aprovação do Plano de Saneamento da Amazônia em 1940, Fred L. Soper, que era o principal representante local da Fundação Rockefeller, manifestou a intenção de colaborar com o Departamento Nacional de Saúde. Em correspondência à Wilbur A. Sawyer, diretor da IHD em Nova York, o dirigente relatou um encontro seu com Samuel Libânio, diretor do Departamento Nacional de Saúde, que por sua vez, perguntou a Soper se ele teria interesse em participar do projeto.[4] Soper classificou a conversa com Libânio como preliminar, pois nem ele ou Libânio poderiam representar oficialmente suas instituições. Na época, a estratégia planejada pelo dirigente de erradicação dos mosquitos vetores da malária no nordeste estava tendo sucesso. O que a missiva expõe é a tentativa do diretor em expandir a atuação da Fundação Rockefeller para outras regiões do país, através de contatos e pequenas colaborações.

Para isso, Soper pediu à Sawyer, maiores investimentos para o projeto *Gambiae*. Assim, ele conseguiria expandir o escopo do projeto anti-malária que chefiava. Consequentemente, a Fundação Rockefeller conseguiria participar mais do desenvolvimento de outras áreas de controle em conjunto com o governo brasileiro.[5] Sawyer recebeu as propostas de Soper com cautela, pois o orçamento do ano seguinte já estava fechado. O diretor apenas concordou com gastos extras caso a verba destinada ao SMNE não fosse inteiramente gasta. Dessa forma, o resto do erário poderia ser investido em outros projetos. Estas correspondências ilustram os movimentos de Soper, defendendo seus interesses e demonstram que mesmo fazendo parte de uma instituição como a Fundação Rockefeller, o

[4] João de Barros Barreto foi diretor do DNS em duas época (1937-39) e (1941-45). Neste ínterim, Samuel Libânio que foi o responsável pelo órgão. (Hochman, 2006).
[5] Ibidem.

dirigente possuía liberdade de ação junto aos seus contatos. As ordens que tinha que seguir não anulava possíveis margens de manobra.

Dois anos depois, o dirigente manifestou novamente interesse, em colaborar com o plano de ação que estava sendo formulado pelo DNS. A idéia do dirigente era fazer a mesma operação realizada em anos anteriores: a transferência de mão de obra de um serviço da Fundação Rockefeller para outro.[6] Dessa forma, o dirigente propôs uma possível colaboração com o governo brasileiro:

> ***I have not discussed the situation with any of the brazilian authorities but in considring the possibility it has occurred to me that the Foundation might act as government representative and pool its resources with the coordinator's office regarding the ratio of Coordinator's contribution to a combined government and Foundation budget, the whole to be administered by the Foundation operating as a government service as in the past*** *(grifo meu).*[7]

Para Soper, a situação de guerra justificava essa ação, mas reconhecia que esta empreitada daria tanto ao governo brasileiro quanto ao Coordinator's Sanitary Section uma considerável dor de cabeça e anteciparia sua morte em pelo menos dez anos, como diz seu próprio texto: "would probably put me in my grave some ten years before my time".[8]

A correspondência de Soper é de 7 de março, poucos dias depois da assinatura dos "Acordos de Washington". Mesmo assim, seu pedido repercutiu na Fundação: uma correspondência interna, chamada de "Inter-office correspondence", reconhecia que o grandioso esforço de guerra requeria expressiva ajuda técnica do corpo médico da International Health Division (IHD), mas também implicava substancial aporte financeiro. Sugeria, então, que o IHD colaborasse apenas na administração e direção da empreitada, pois assim a ajuda financeira se daria um escala muito menor.[9] Em anexo a esta correspondência havia uma reportagem do New York Times, divulgando o acordo realizado entre os governos brasileiro e americano, dando conta do Plano de Saneamento do Vale do Amazonas, que seria

---

[6] No início do Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), em 1939, Soper transferiu boa parte do pessoal e dos recursos do Serviço de Febre Amarela (SFA), também sob guarda da Rockefeller, para o então recém-criado serviço, onde organizou um grupo de 4.000 empregados.

[7] Idem.

[8] Ibidem.

[9] As duas correspondências do "Inter-office correspondence" não tinham remetente, apenas siglas. Esta se designava da seguinte forma: From: GKS To: WAS. WAS provavelmente se refere às iniciais de Wilbur A. Sawyer, diretor da International Health Division da Fundação Rockefeller e GKS, George King Strode, diretor associado do IHD. Dessa forma, a notação será : Correspondência de George King Strode a Wilbur Sawyer, march 18, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.210

chefiado por G.M. Saunders, da Divisão de Saúde Pública do *Office*. Em resposta a Soper, Sawyer expõe a preocupação da Fundação Rockefeller em ser independente, não se identificando com o governo estadunidense. Para Sawyer, a independência em relação ao governo americano que a Fundação Rockefeller buscava ter seria comprometida por uma possível associação com o *Office* e o governo brasileiro:

> *Dr. Soper's suggestion about malaria control in the Amazon Valley raises several questions:*
>
> *1 – The question of the policy of our staff in foreign countries not becoming identified with U.S government. - The established policy of remaining aloof has been very wise and successful. Can we render a greater service now by continuing this policy or by modifying it due to the war? (...) I am of the opinion that if we once modify it we will increase our difficulties of administration. It will also bem more difficult to resis pressure from other official and semi-official organizations. (...)*
>
> *3 – It is my impression that the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs has a transitory program and interest, with indefinite resources. If this is correct, we and the Brazilian government might be left with a very expensive "bag to hold". At the moment they have plenty of money to spend and I see no reason why we should contirubute financially. This would be a safeguard to some extent against any moral obligation on our part to step into the breach in case the Coordinator of Inter-American Affairs should for any reason fail.*[10]

Em correspondências posteriores, Soper desistiu de colaborar com a governo brasileiro. A intenção do dirigente era continuar o trabalho no Brasil, desta vez transferindo-se do nordeste para a Amazônia, e, posteriormente, para o distrito federal. Como visto, seus projetos não foram adiante. Após o encerramento do Serviço de Malária do Nordeste, a Fundação se retirou das obras contra a malária no Brasil, deixando o programa de controle da doença aos dirigentes brasileiros e ao SESP.

II - João de Barros Barreto e os *Acordos de Washington*

Os Acordos de Washington tiveram recepção variada na imprensa, como mostram artigos nos periódicos da época. O *Diário de Notícias*, em editorial de 3 de março, afirmou que "temos fé, a maior fé na valorização econômica da Amazônia!".[11] O *Correio da Manhã* se

[10]From WAS to FLS. Correspondência de Wilbur Sawyer à Fred Soper, March 20, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.211.

aprofundou na questão.[12] No período de negociação entre Souza Costas e governo americano, o periódico expôs questões e problemas sobre o acordo. Francisco Chermont de Miranda, articulista do jornal, afirmou que as expectativas estavam muito elevadas, pois alguns jornalistas cogitavam a possibilidade de 600 mil toneladas de borracha serem produzidas. Tinha opinião contrária ao uso de técnicos estrangeiros no Brasil, afirmando que "não precisamos de técnicos estrangeiros, sem nenhum conhecimento prático dos nossos processos de corte dos seringueiros, nem do regime local" e sugerindo que, para ter efeito prático, deveria ser feito um plano de saneamento que seria uma verdadeira "obra de Sísifo".[13] Em 13 de março do mesmo ano, dez dias depois da divulgação dos "Acordos", um artigo anônimo de título "Convém Distinguir" foi publicado no *Correio da Manhã*. De início, o texto informa que, na reunião de consulta dos chanceleres americanos ocorrida no início do ano, ficou decidido que um grande número de médicos especialistas seriam envolvidos em uma ação ampla de saneamento para as regiões produtoras de borracha que, óbvio, estariam localizadas na Amazônia. E complementou:

> *É pois o Brasil para saneá-los que se dirige os técnicos do Sr. Rockefeller.* ***Para nós, que sempre sustentamos as vantagens da colaboração, não o coordenador dos negócios inter-americanos, mas da Fundação Rockefeller no saneamento do Brasil, a anunciada resolução só pode causar satisfação****. Mas convém entrar no íntimo da questão (...) O telégrafo nos anuncia a vinda de homens para planejar e dirigir.* ***Que quer isso dizer senão que os nossos conhecedores do problema sanitário da Amazônia terão que se eclipsar, reduzidos talvez a colaboradores desses dirigentes. Ora, quem conhece o valor dos nossos técnicos e sabe que eles, no vasto cenário nacional já tem dado sobejas provas de sua competência, fica realmente apreensivo quanto ao papel de subordinação que lhes ficaria reservado*** *(grifo meu).*[14]

O autor atentou para a qualificação dos técnicos brasileiros, discordando da presença de outros especialistas norte-americanos, considerando tal fato um desperdício de força, já que os especialistas estrangeiros poderiam ser aproveitados pelos próprios Estados Unidos, que também teriam necessidades. Questionou também a autoridade que os

[11]"Diário de Notícias". 03/03/1942, p. 5. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

[12]O "Correio da Manhã" sofreu forte censura durante o governo Vargas. Em especial, devido à sua postura opositora, ao denunciar o golpe de 1937 (Sodré, 1998).

[13]Correio da Manhã. 26/02/1942, p.3. A data do artigo é de antes da assinatura dos "Acordos", mas demonstra como o tema estava em pauta na imprensa. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

[14] Correio da Manhã, 13/3/1942, p.13. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

americanos teriam, pois não eram especialistas em doenças tropicais. Para justificar a excelência brasileira no assunto, traçou um histórico da malária no Brasil e do pouco conhecimento estrangeiro sobre o assunto:

> *O Brasil sempre foi um país onde os estudos de medicina tropical tiveram grande desenvolvimento. E será fácil compreendê-lo. Desde que a imigração africana trouxe para a Bahia as enfermidades tropicais reinantes no continente negro, a atenção dos médicos baianos se voltou para o problema. (...) O paludismo, doença tropical por excelência e que extensa a quase totalidade do problema amazônico possui inúmeros conhecedores (...) que tem sido objeto de pesquisa e de campanhas profiláticas coroadas de êxito. Havendo nenhuma dela no [rio] madeira em que um técnico brasileiro foi quem salvou do naufrágio importante empreendimento que estava sendo sacrificado pela má orientação de um médico inglês.* [15] ***Com tudo isso, parece que a vinda de homens para "planejar e dirigir" o saneamento zonas de cultura e de borracha representa pelo menos, na mais otimista das hipóteses e interpretações, uma dispersão de valores, num momento em que a capacidade individual pode ser fator decisivo para o êxito na guerra*** *(grifo meu).*[16]

Segundo Campos, os americanos descobriram ter sido João de Barros Barreto o autor do artigo (Campos, 2006:57). De acordo com o autor, tratava-se mais de uma disputa de poder dentro do Ministério da Educação e Saúde do que uma diferença em relação a concepções de sanitarismo. Barros Barreto fazia parte do grupo de "jovens turcos": funcionários da área de saúde pública que foram bolsistas da Johns Hopkins School of Public Health, da Fundação Rockefeller, sendo consideravelmente influenciados pelo modelo de gestão de saúde e saneamento dos norte americanos (Gadelha e Packard, 1995:10). Lá, foram treinados no planejamento e na implementação de campanhas de saúde pública. E, claro, a convivência com profissionais estrangeiros da Fundação influenciou o modelo de políticas públicas implementado pelo governo Vargas. Segundo Fonseca, as políticas de saúde pública no Brasil se desenvolveram concomitante às regulações e debates internacionais em fóruns especializados, como as Conferências Sanitárias Panamericanas (Fonseca, 2005:177). Barros Barretos já tinha demonstrado insatisfação anteriormente, afastando-se, inclusive, do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1943, no relatório que dava conta do fim do plano de saneamento da Amazônia, Barros Barreto, sem mencionar os Acordos de Washington ou o Serviço Especial

[15]Provavelmente a referência é à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré., na Primeira República.
[16] Correio da Manhã, 13/3/1942, p.13. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

de Saúde Pública, criticou a grande recepção do plano feito em convênio com os norte-americanos:

> *Do exposto resulta não dever ser elaborado um novo plano pelo DNS. Ficou provado que os serviços de saúde projetados estavam dentro das suas próprias atribuições. (...)* ***O que se sugere, pomposamente como grande novidade, foi o princípio estabelecido pela comissão: realizar trabalho desenvolvido de saúde pública nos núcleos habitados, dar sobretudo assistência ao restante da população*** *(grifo meu) (Barreto, 1943, p.29).*

O Plano de Saneamento da Amazônia foi a última tentativa de João Barros Barreto de recuperar o espaço perdido pela atuação estrangeira crescente na região amazônica. O Brasil no curso dos anos 30 participava e conhecia as discussões internacionais sobre saúde pública. Junte-se a isso o fato de João de Barros Barreto e outros sanitaristas terem sido bolsistas da escola de sanitaristas Johns Hopkins. Uma comparação entre a agenda sanitária do SESP e a que o DNS pretendia implementar na região mostra que ambas se alinhavam ao projeto do governo de ampliar sua atuação no interior. O SESP, assim como pretendia o DNS, montou unidades sanitárias, construiu e administrou escolas de enfermagem, hospitais , centros e postos de saúde, normatizou procedimentos através de seus manuais, estabeleceu convênios com estados e municípios, preocupou-se em formar mão de obra qualificada e promoveu a educação sanitária (Campos, 2006:55-56). Segundo Campos, o contexto internacional da época não permitia ao Brasil negar o acordo de saneamento firmado com Washington (Campos, 2000:204).

3 - Conclusão

A implantação do Servço Especial de Saúde Pública implicou a perda de poder de João de Barros Barreto frente ao seu projeto de forte centralização administrativa, além de ter envolvido Fred L. Soper, da Fundação Rockefeller, que viu seu plano de continuidade de ação no Brasil interrompido pela assinatura dos acordos supracitados. Importante assinalar que não está em jogo um conflito entre nacionalistas e entreguistas, pois como demonstram Löwy e Campos, o governo brasileiro deste período via as agências internacionais como forma de expandir sua atuação nas mais distantes regiões do país, fortalecendo o projeto de construção e identidade nacional (Löwy, 2006; Campos, 2006). O que buscamos demonstrar é a complexidade das relações internacionais da época, que se refletiram nas ações e planos

interrompidos dos dirigentes contemplados nesta comunicação e, por fim, entendê-los como atores em meio a um dinâmico processo de transformações características do período.

Referências bibliográficas

BARRETO, João de Barros. *Saneamento da Amazônia*. In: Arquivos de Higiene, v.13, nº1, abril 1943.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

FONSECA, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945).* IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

GADELHA, Paulo Ernani, Randall Packard. *Uma terra invadida por mosquitos: Fred L. Soper, a Fundação Rockefeller e a invasão do Anopheles Gambiae no Brasil.* In: GADELHA, Paulo Ernani. *História da doenças: Ponto de encontros e dispersões.* Vol.II. Tese de Doutorado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, março de 1995.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Contribuição da Matemática no Realce de Imagens Digitais das Fontes Paroquiais

Dario Scott *

Resumo: Os problemas enfrentados pelos historiadores que se utilizam de fontes documentais manuscritas, como os registros paroquiais, colocam questões que nos estimularam a encontrar soluções viáveis para o tratamento de fontes documentais que podem ter sofrido a ação do tempo e/ou as más condições de conservação e armazenamento. Além das vantagens óbvias da melhoria da definição e qualidade das imagens das Fontes Paroquiais, deve ser ressaltada ainda, a possibilidade da preservação de um patrimônio histórico documental, que pode estar correndo risco de se perder.
Uma das formas mais eficientes de conseguir alcançar o realce dessas imagens digitais é através da morfologia matemática, ramo do processamento e análise não linear de imagens, que permite processar imagens com o objetivo de realçar, segmentar e detectar bordas, entre várias outras aplicações. O objetivo desta comunicação é mostrar as possibilidades de melhoria na qualidade das imagens digitais manuscritas, o que facilitaria o trabalho do pesquisador na leitura e interpretação dos documentos originais.
Palavras chave: Imagem digital, realce, fontes históricas.

Abstract: This paper presents the advantages of the use of digital image enhancement, applied in historical sources, like parish registers. Besides the advantages of the use of this technique, it is important, also, to underline the possibilities of preservation from manuscript original sources, used by historians.
Keywords: digital image, enhancement, historical sources.

Devido ao avanço tecnológico, cada vez mais pessoas têm acesso a imagens digitais, seja por meio de câmeras, celulares, scanners entre outros aparelhos, que posteriormente podem ser modificadas através de programas de tratamento de imagens. Isto permitiu que profissionais das mais variadas áreas se beneficiassem desses avanços, que passaram a ser integrados no seu dia-a-dia. Mais comumente, esses recursos são utilizados nos campos de conhecimento onde a tecnologia está mais presente, como nas ciências da saúde e nas ciências exatas. Por outro lado, a disseminação das câmeras digitais através da redução de seu custo possibilitou uma maior abrangência dos usuários dessa tecnologia, menos familiarizados com as potencialidades, os recursos e os benefícios do tratamento de imagem : 84).

* UNISINOS, graduando do curso de Licenciatura em Matemática.

De acordo com : 1), o interesse em métodos de processamento de imagens digitais está vinculado a duas aplicações principais: 1) melhoria de informação visual para interpretação humana; 2) técnicas de processamento para percepção através de máquinas. Independentemente do tipo de aplicação, para interpretação humana ou para percepção através de máquinas, a Matemática tem um papel fundamental nas técnicas de tratamento de imagens digitais, uma vez que toda imagem digitalizada é armazenada em forma de matriz.

Em tempos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, uma temática que merece uma reflexão mais aprofundada diz respeito à contribuição que o realce de imagens digitais pode trazer às mais diferentes áreas do conhecimento. Em áreas como a medicina, por exemplo, já existem diversas aplicações desenvolvidas comercialmente para o tratamento de imagens digitais. Por outro lado, outras áreas praticamente não se beneficiam dessas inovações tecnológicas, e por isso é um desafio mostrar as possibilidades que o tratamento de imagens digitais de registros paroquiais oferecem as ciências humanas, e mais especificamente para a História.

Os problemas específicos enfrentados pelos historiadores colocam questões que nos estimularam a encontrar soluções viáveis para o tratamento de fontes documentais que podem ter sofrido a ação do tempo e/ou as más condições de conservação e armazenamento.

Uma das matérias primas fundamentais da História é o documento escrito. Esse pode ser dividido em duas categorias básicas: 1) os documentos manuscritos; 2) os documentos impressos. Por se tratar de documentos em suporte de papel, estão sujeitos às vicissitudes do tempo e das condições de conservação e de armazenamento. Quando se trata de um documento manuscrito, não é viável o emprego de um programa de OCR (*Optical Character Recognizer*). A alternativa, neste caso, é tentar melhorar a qualidade da imagem para facilitar a leitura e interpretação pelo pesquisador.

Para além das vantagens óbvias que representam a melhoria da definição e qualidade das imagens dos documentos históricos, sobretudo tratando-se de manuscritos, uma outra ordem de considerações deve ser ressaltada. Ela está ligada à própria preservação de um patrimônio histórico documental, que em certos casos pode estar correndo risco de se perder. Ter os documentos reproduzidos digitalmente permite que mais pesquisadores tenham acesso ao mesmo, sem que isso implique na manipulação dos originais.

A idéia e a prática de digitalização de documentos históricos não é recente, são diversos os projetos que reúnem importantes instituições que se empenham para a preservação desse patrimônio documental. Temos por exemplo, o “Projeto Resgate Barão do Rio Branco” desenvolvido por iniciativa do Ministério da Cultura do governo brasileiro que se propunha,

em 1994, a disponibilizar para consulta aos pesquisadores brasileiros os documentos históricos relativos ao período colonial existentes em arquivos de outros países, através de microfilmes e CD-ROM : 7-11).

Um passo importante, sem dúvida, é a digitalização que implica em salvamento, preservação e disponibilização das fontes originais, como é o caso do projeto referido. Entretanto, é possível ir além, propondo-se o desenvolvimento de programas que permitam a melhoria da imagem original do documento, facilitando desta maneira o trabalho do especialista.

Nos últimos anos, tenho participado de inúmeros projetos que se utilizam desses documentos como fonte de dados, sobretudo através da exploração de registros paroquiais, e acompanhei, de perto, as dificuldades inerentes ao trabalho da pesquisa histórica.

O principal objetivo desta pesquisa é fornecer uma ferramenta que facilite o trabalho dos historiadores, através do processo de realce de imagens de documentos históricos, visando a melhoria da qualidade visual das imagens digitais, ao mesmo tempo que se permitirá a preservação dos originais e uma maior disponibilidade e divulgação dos mesmos. Os pesquisadores vinculados ao campo da História, têm ocupado uma boa parte do tempo de suas pesquisas em visitas a arquivos levantando fontes. Se pudermos disponibilizar as imagens digitalizadas desses documentos, além de mantermos a integridade dos documentos originais, poderemos atender muitos mais pesquisadores com os mesmos documentos podendo estes, abordarem problemáticas distintas com as mesmas fontes.

Em Setembro de 2006, participamos do XV Encontro Anual da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), onde apresentamos um estudo comparativo entre dois softwares que trabalham com fontes nominativas históricas, e apesar de nenhum deles fazer qualquer tratamento com imagens digitais. o SRP (Sistema de Reconstituição de Paróquias) já permite se fazer um link com a imagem digital original , isso nos mostra que, com a disseminação das máquinas fotográficas digitais, disponíveis com mais recursos a um custo aceitável, os pesquisadores estão se utilizando desse recurso para agilizar seu trabalho em arquivo.

Nossa meta principal é procurar obter um realce de imagens digitais coletadas em arquivos, possibilitando uma maior clareza na leitura e, na fase posterior, de interpretação desses documentos por parte dos pesquisadores. Sendo assim, este trabalho pretende utilizar ferramentas matemáticas para melhorar a qualidade visual das imagens digitais, facilitando assim o trabalho dos pesquisadores.

Recentemente, foi publicado um estudo que apresenta uma discussão sobre a utilização de câmeras para a análise de textos e documentos. Entre as questões tratadas pelos autores, destacam-se as possibilidades de realce de imagens a partir de diversas técnicas, como por exemplo a utilização dos recursos de brilho e contraste que representam as ferramentas básicas para o início do processo : 95).

Sabemos que as imagens digitais são definidas em *pixel*[1], neste sentido, podemos trabalhar com as mesmas através de operações com matrizes como é bem definido por Gonzáles e Woods.

> "O termo imagem refere-se a uma função de intensidade luminosa bidimensional, denotada por f(x,y), em que o valor ou amplitude de f nas coordenadas espaciais (x,y) dá a intensidade (brilho) de imagem naquele ponto. Como a luz é uma forma de energia, f(x,y) deve ser positiva e finita, isto é," : 21-22.

$$0 < f(x,y) < \infty \qquad (1)$$

Uma imagem contínua $f(x,y)$ é normalmente aproximada por amostras igualmente espaçadas arranjadas na forma de uma matriz N x M como mostrado na equação 2, em que cada elemento é uma quantidade discreta (tal discretização, chamada de quantização, é necessária para armazenamento em forma digital), e cada elemento da matriz determina um elemento de imagem, *pixel*.

$$f(x,y) = \begin{bmatrix} f(0,0) & f(0,1) & \dots & f(0,M-1) \\ f(1,0) & f(1,1) & \dots & f(1,M-1) \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ (N-1,0) & f(N-1,1) & \dots & f(N-1,M-1) \end{bmatrix}, \quad (2)$$

[1] O Pixel (abreviatura de "*picture element*", elementos de figura) é a menor unidade de uma Imagem, e quanto maior for o número de pixeis, melhor a resolução que a imagem terá., em imagens em tons de cinza, a quantidade desses tons de cinza é determinada em BITS, sempre demonstrados em potência de 2, ou seja, uma imagem com oito bits, por exemplo, refere-se a 2 na potência 8, ou seja, 256 tons de cinza, e estes tons de cinza variam entre o branco e o preto.

Para que possamos efetuar este trabalho, primeiramente devemos definir qual será nosso ponto de partida, ou seja, qual o tipo de imagem que vamos contemplar para aplicar as técnicas mais adequadas para o realce de imagens.

Após a análise de algumas imagens geradas a partir de máquinas fotográficas digitais, optamos por utilizar imagens em tons de cinza e não uma imagem binarizada como por exemplo as imagens geradas dos documentos da Torre do Tombo conforme . Imagens binárias só apresentam dois tons-de-cinza: preto e branco, e são normalmente obtidas a partir da imagem original através de um processo de limiarização. Na limiarização, existe um ponto de corte (chamado limiar), de modo que intensidades maiores do que tal limiar são saturadas para o branco, enquanto que valores menores do que o limiar são saturados para preto. Tal processo gera perda de informação que não pode ser recuperada (por exemplo, o ruído da imagem do verso da folha fotografada que devido a fragilidade do papel e ação do tempo pode ser vista na frente do papel). Por outro lado, as imagens digitais armazenadas em tons de cinza possibilitam um ajuste mais fino do que é ruído e que deve ser retirado e o que é imagem que deve ser mantido.

Trabalhamos com a utilização de alguns filtros (funções matemáticas que podem ser aplicadas em matrizes) para propor o mais adequado ao tratamento das imagens digitais de documentos históricos. Para isto utilizamos o software MATLAB®[2] que permite não só efetuar diversas operações com matrizes, como também a possibilidade de gerar um aplicativo para que os pesquisadores utilizem em suas imagens digitais.

Uma forma eficiente de se conseguir alcançar o realce das imagens digitais de documentos históricos é através da morfologia matemática.

> *"como em biologia onde morfologia refere-se ao estudo da estrutura dos animais e das plantas, a morfologia matemática, elaborada inicialmente por Georges Matheron e Jean Serra, concentra seu esforço no estudo da estrutura geométrica das entidades presentes numa imagem" : 109).*

A morfologia matemática, ramo do processamento e análise não linear de imagens permite processar imagens com o objetivo de realçar, segmentar e detectar bordas, entre várias outras aplicações.

Na morfologia matemática, a erosão e a dilatação são a base para a maioria das operações que podemos utilizar no realce de imagem. No caso de aplicarmos a erosão : 292), definimos uma imagem pela função f e o elemento estruturante por s, a erosão em escala de cinza $f \ominus s$ no pixel (x,y) será:

[2] © 1994-2006 The MathWorks, Inc.

$$(f \ominus s)(x,y) = \min_{jk}[f(x+j,\ y+k) - s(j,k)]\ , \qquad (3)$$

onde j e k é o endereço do pixel na matriz.

Já a dilatação de uma imagem definida pela função f e elemento estruturante s, será $f \oplus s$ no *pixel* (x,y) será:

$$(f \oplus s)(x,y) = \max_{jk}[f(x-j,\ y-k) + s(j,k)] \qquad (4)$$

Além das operações morfológicas, podemos também aplicar um filtro delimitando os níveis de cinza através de histograma para definir qual a faixa mais relevante da imagem que devemos manter e qual poderia ser desconsiderada. Tal procedimento seria interessante para binarizar a imagem, com o objetivo de reduzir o tamanho de armazenagem sem comprometer a qualidade da informação

Com este trabalho, espera-se disponibilizar um programa que permita aos pesquisadores que se utilizam de imagens digitais de fontes manuscritas, uma melhoria na definição das mesmas, quando possível.

Entre as principais repercussões e impactos deste trabalho destacam-se ao menos duas. Em primeiro lugar a possibilidade de, através da digitalização de imagens de fontes documentais, contribuir para a preservação do patrimônio histórico e da memória nacional, regional e/ou local, evitando o manuseio contínuo de documentos originais e que poderia levar a uma degradação irreversível do material em questão. Em segundo lugar, o desenvolvimento de um programa que tenha como objetivo o realce de imagem, que disponibilizará uma ferramenta de trabalho que facilitará, e muito, a atividade não só de historiadores e pesquisadores das ciências humanas em geral, mas também será de grande valia para os profissionais da área de arquivística, que poderão se valer de seus recursos para salvaguardar um patrimônio documental que é do interesse da sociedade como um todo.

A importância deste tema pode ser avaliada nas recomendações do NARA (*National Archives and Records Administration*) para o trabalho de digitalização de arquivos.

> *"Num dos maiores projetos de escaneamento de manuscritos até o presente momento, o Archivo General de Índias, em Sevilha, Espanha, está escaneando cerca de oito milhões de páginas que documentam a colonização espanhola das Américas. Bons resultados foram obtidos com a utilização de uma resolução de 100 dpi ("Dots per inch" pontos por polegada) com 4 bits de cinza (inicialmente capturados a 256 níveis de cinza, mas somente os níveis contíguos mais significativos são retidos)[3]. Contudo, o Projeto Sevilha não tem como objetivo o uso da reprodução digital de imagem para propósitos de substituição. Não ficou claro, a partir dos relatórios publicados, que este nível de resolução proporcione a captura completa de informação. Peter Robinson, em uma contribuição importante à literatura, The digitization of primary textual sources, recomenda acentuadamente que materiais manuscritos "de qualquer tipo" sejam capturados como imagens em cores, com um mínimo de 300 dpi e cor de 24 bits[4]": 23).*

Como podemos observar, a problemática de digitalização de documentos históricos já é estudada há algum tempo, porém, com este trabalho, queremos ir além da simples digitalização, trabalhando efetivamente no realce e melhoria dessas imagens.

Referências Bibliográficas

---

[3] Hans Rütimann; M. Stuart Lynn. Computerization project of the Archivo General de Indias. Sevilhe, Spain: a report to the Commission on Preservation and Access, p.7. Apud :23

[4] Peter Robinson. *The digitization of primary textual sources*. P. 29. Apud : 24.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As artes de curar o mal do Ganges no Brasil imperial

Rosilene Gomes Farias*

Resumo: Este artigo discute as artes de curar que disputaram espaço de atuação durante a epidemia de cólera que atingiu o Recife em 1856. Até então, pouco se sabia sobre as formas de transmissão e cura da doença, o que propiciou uma proliferação de medidas de prevenção e de terapêuticas que, em muitos casos, chegaram a contribuir para o agravamento da situação do enfermo.
Palavras-chave: Epidemia – Cólera – Recife

Abstract: This article discusses the competing forms of healing during the cholera epidemics in Recife, 1856. At the time little was known about contagion or how to cure the disease, which led to the employment of preventive measures and therapies that led to the aggravation of the disease.
Keywords: Epidemics – Cholera - Recife

A epidemia do cólera que atingiu o Recife em 1856 foi um momento crítico para a medicina de origem européia, quando suas teorias acerca da doença e sua capacidade de promover a cura foram bastante questionadas. Entre os médicos, o pouco conhecimento que se tinha sobre as formas de transmissão e cura do mal do Ganges possibilitou a diversificação dos tratamentos utilizados. De forma geral, é possível dizer que as terapias empregadas tinham por base a utilização dos purgatórios, vomitórios e sudoríferos.

Os artigos publicados em jornais, muitas vezes por médicos, deixavam claro que a medicina nada podia fazer contra uma doença tão terrível, propagando uma sensação de insegurança em meio à população.

> *O cholera-morbus desde que em 1817, segundo opinião mais geralmente recebida, transpôs seus limites naturais, tem sacrificado a seu furor mais de cinqüenta milhões de vitimas; incansável em sua marcha; caminhando sempre misterioso e incompreensível, ele continua a encher de luto inúmeras famílias, a assolar povoações, a juncar os cemitérios de cadáveres e a zombar dos desvelos da medicina, que perseverante em seu glorioso empenho de descobrir algum meio de*

* Mestranda – UFPE – CNPQ.

> *curar seus ataques vive ainda desconsolada por ver até hoje malogrados todos os seus esforços.* [1]

A variedade e a ineficácia dos tratamentos empregados chamavam a atenção para os riscos de se deixar tratar pelos doutores, o que possivelmente originou insegurança entre a população. Os mais variados compostos utilizados pelos médicos povoam os jornais da época e é provável que, aos olhos dos pacientes, aquelas terapias tanto pudessem promover a cura como resultar no agravamento da doença ou até na morte do paciente.

Mas, o medo e a insatisfação relacionados às práticas médicas não eram uma questão nova no país. Informa Carlos Miranda que as dificuldades da medicina ocorriam desde os tempos coloniais e eram uma conseqüência da quase inexistência de profissionais desta área, do pouco interesse dos médicos portugueses de virem para o Brasil e da proibição do ensino superior na Colônia. Esses fatores teriam feito com que, em muitos casos, a arte de curar dos curandeiros e dos pajés fosse preferida pelos habitantes do país. A forte concorrência das diversas artes de cura presentes no Brasil, a pequena quantidade de médicos disponíveis e o baixo poder de cura a medicina dos doutores levavam, até meados do XIX, a uma hegemonia das práticas terapêuticas populares em relação à medicina científica. (MIRANDA, 2004:19)

No Recife, em 1856, o episódio do pai Manoel foi bastante elucidativo quanto ao prestígio que possuíam as artes não oficiais de cura. O curandeiro africano era escravo do engenho Guararapes e, segundo Otávio de Freitas, "o matreiro pretinho fez contar a meio mundo que era possuidor de uma fórmula medicamentosa, um valioso e infalível específico contra a terrível doença." (FREITAS, 1943:167) Na medida em que os médicos tornavam-se cada vez mais desacreditados por não conseguirem deter a epidemia reinante, ele ganhava cada vez mais prestígio entre a população. Não tardou para que os jornais começassem a divulgar notícias sobre as suas curas e, em 26 de fevereiro daquele ano, o Diário de Pernambuco publicava a receita do seu "remédio" milagroso.

> *Junta-se raiz de pimenta malagueta, folhas de lacre, pimenta da Costa, cebolas do reino, raiz de limão (faz uma garrafada com esses ingredientes), tritura e côa tudo, mistura com uma tigela de mel de furo, água de dois cocos secos da Bahia e uma xícara de vinagre. Descobre e despe o doente, abre as janelas e portas, comer carne assada com pirão, aplica o remédio e toma banho frio.*[2]

---

[1] **Diário de Pernambuco**, Recife 04 de julho de 1855.
[2] **Diário de Pernambuco**, Recife 26 de fevereiro de 1856.

A fama do pai Manoel espalhou-se entre as camadas pobres da população e também entre muitas famílias abastadas, que chegavam a mandar trazê-lo de carruagem para prestar socorro aos seus parentes enfermos. Assim, as autoridades foram constrangidas a permitir as atividades do curandeiro, para evitar que, em um momento que já era crítico, houvesse maiores indisposições entre o povo, atemorizado com a devastação promovida pela epidemia, e os governantes. O curandeiro chegou a receber autorização para aplicar seu "remédio" no Hospital da Marinha do Recife, onde ocupou uma sala com três camas para prestar socorro aos seus pacientes.[3]

Não é difícil imaginar o enorme constrangimento que a situação impingiu na classe médica, fadada a dividir espaço em um mesmo hospital com aquele que consideravam um charlatão. Quase um século depois, analisando o caso, Otávio de Freitas concluiu:

> *Era até certo ponto desculpável a condescendência que tiveram os enfermeiros em aceitar a mezinha daquele improvisado curandeiro, quando o desânimo estava invadindo a todos os que se incumbiam, por dever do ofício do tratamento das vítimas do mal epidêmico, os quais somente saravam quando Deus bem queria. (FREITAS, 1943:167)*

Partindo dessa premissa, pode até parecer estratégico que as autoridades se valessem da presença do curandeiro para fazer com que os doentes procurassem o hospital, lugar que eles evitavam pelas precárias condições que ofereciam, e para reavivar as esperanças da população no momento mais trágico da epidemia, quando "não havia remédio nem dieta com que se contasse para evitar a morte dos acometidos do mal. Tudo era experimentado infrutiferamente" (FREITAS, 1943:168)

Entretanto, o episódio repercutiu mal nas províncias vizinhas e na Corte Imperial, sobretudo na Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, visto que colocava a classe médica em descrédito diante da população. O fato, segundo dr. Aquino, teria sido o principal motivo da renúncia coletiva dos membros da Comissão de Higiene Pública, que logo foram substituídos por uma Comissão interina.[4]

Não tardou para que dois coléricos que estavam aos cuidados do curandeiro falecessem, um morrendo quatro horas após da aplicação do remédio e o outro um dia depois, o que deu aos doutores argumentos para que exigissem sua punição. O Diário de Pernambuco, fazendo-se porta-voz dos médicos, denunciou que "o preto continua no hospital da marinha

[3] **Diário de Pernambuco**, Recife 25 de fevereiro de 1856.
[4] **Liberal Pernambucano**, Recife 26 de maio de 1856.

pôr ter curado um, enquanto dois africanos livres pereceram".[5] Mas, o pai Manoel continuou no hospital até o dia 23 de fevereiro, quando o último dos seus três pacientes faleceu. Conseqüentemente, as discussões em torno da presença do curandeiro no Hospital da Marinha ganharam fôlego extra e, através da imprensa, o dr. Aquino, antigo presidente da Comissão de Salubridade, responsabilizou o dr. Cosme de Sá Pereira, seu substituto no cargo, pelo ocorrido. Este, em atitude defensiva, replicou que "a prática malfadada já viera do tempo em que o primeiro era responsável pela saúde pública". (FREITAS, 1943:169)

Em meio à contenda dos doutores, o pai Manoel foi advertido pelas autoridades de que estava proibido de usar seu "remédio". Mas, o curandeiro recusou-se a cumprir as determinações da polícia e Comissão de Higiene pediu a sua prisão. Antes que ela fosse efetuada, algumas pessoas tomaram o preto sob sua proteção e ele passou a vender publicamente o seu remédio e ser levado com escolta para tratar os doentes em suas casas. Quando a Comissão reuniu-se e pediu providências, os protetores do curandeiro redobraram o entusiasmo e, durante duas noites, gritaram pelas ruas e esquinas e formaram grupos que ameaçavam quebrar as boticas e bater nos doutores. Até os membros da Comissão receberam avisos de que seriam assassinados, tudo isso sem a interferência da polícia.[6]

Houve também um sacerdote que, no púlpito da igreja da Santa Cruz, pregou a favor do pai Manoel, acusando os médicos de estarem deixando que o cólera matasse os negros e mulatos. Esta acusação incendiou ainda mais a multidão enfurecida, visto que já havia entre as gentes de cor a desconfiança de que as autoridades e os médicos utilizaram a epidemia de cólera como instrumento para branquear a população. Essa desconfiança parece ter sido alimentada pelos altos índices de mortalidade entre negros e mulatos e porque parecia haver uma descrença quase generalizada entre as camadas populares quanto aos poderes de prevenção e cura da medicina científica. (ANDRADE, 1989:74)

O curandeiro ficou preso durante três dias e, depois disso, não foram mais registrados quaisquer incidentes envolvendo o seu nome. Ele desapareceu do cenário da epidemia deixando para traz, além das vítimas que não conseguiu salvar, um episódio que sucinta muitas questões acerca da sua súbita fama e do incômodo que causou entre classe médica.

Sobre a fama do curandeiro, o dr Cosme de Sá Pereira teceu comentários em uma carta aberta divulgada no Diário de Pernambuco no dia 31 de março daquele ano. O médico argumentou que a fama do pai Manoel devia-se ao fato de o cólera não ter feito vítimas no

[5] **Diário de Pernambuco**, Recife 28 de fevereiro de 1856.
[6] **Diário de Pernambuco**, Recife 29 de fevereiro de 1856.

engenho Guararapes, local onde o curandeiro morava, o que fazia crer que o seu remédio era eficaz contra a doença.

Mas a questão pode ser pensada também a partir de uma colocação de Sidney Chalhoub. Segundo o autor:

> *A medicina oficial era uma arena de conflitos diversos, fragmentada pelas disputas entre diferentes sistemas médicos, dividida quanto as terapêuticas mais eficazes para várias doenças, confusa quanto às formas de prevenir e combater e propagação de doenças epidêmicas. Longe de gozar do prestígio e influência junto ao poder público que aparecem como pressupostos em muito da bibliografia sobre a história da medicina e da saúde pública, a medicina oficial não existia como fenômeno coeso e monolítico capaz de produzir a medicalização da sociedade. (CHALHOUB/ SAMPAIO, 2001:17)*

Diante de tal interpretação, é possível perceber que a falta de bases sólidas e uniformidade na atuação dos médicos encorajavam a desconfiança que a população nutria em relação à medicina científica. Outro fator de distanciamento entre os doutores e seus pacientes era o incômodo dos tratamentos empregados que nem sempre eram eficazes e que, a exemplo da sangria, podiam ser bastante dolorosos.

Durante a epidemia do cólera, além das práticas de curandeirismo, também a homeopatia disputou espaço de atuação com a alopatia. Os homeopatas ganharam muitos adeptos entre os recifenses, visto que divulgavam tratamentos que não causavam tanto desconforto quanto aqueles aplicados pelos médicos e, por isso mesmo, despertou a ira de muitos dos agentes da medicina científica.

Introduzida no Recife em 1848, pelo dr Sabino Ludugero Pinho, a homeopatia teve um rápido crescimento, não tardando para que se multiplicassem os médicos, consultórios, remédios e livros homeopatas. Foi imediata a reação dos representantes da medicina oficial do Império. Com o início da propaganda jornalística do dr Sabino Pinho, o Conselho Geral de Salubridade desencadeou contra ele uma violenta campanha, na qual o acusavam de charlatanismo. (ARRAIS, 2004:471) O dr Aquino Fonseca, presidente do Conselho, chegou a

fazer uma representação à presidência da província informando sobre as práticas ilegais daquele médico. Aquino desqualificou os princípios da homeopatia afirmando que:

> *A doutrina é reputada na Europa como um meio de lucrar com a credulidade do povo, do mesmo modo que todos aqueles que se tem servido são especuladores, e é reconhecida como um tipo de charlatanismo, pois que se baseia sobre princípios que postos que falsos e absurdos, iludem, agradando a imaginação.*[7]

A preocupação do médico se explica pelas características da homeopatia que, ao deslocar a ênfase da doença para o doente e ao conceber a doença como um desequilíbrio da força vital, colocava em questão as bases sobre as quais se assentavam os princípios terapêuticos da alopatia. Cabia então ao Conselho de Salubridade, órgão que administrava a salubridade da província e controlava as atividades daqueles que manipulavam e vendiam fórmulas medicinais, tentar deter o avanço daquele mal. (ARRAES, 2004:471)

Para Aquino, os homeopatas exploravam a crendice popular e colocavam em risco a vida dos pacientes. Assim, o higienista sugeriu a liberação do Grande Hospital de Caridade do Recife para que o tratamento homeopático do doutor Sabino fosse testado em alguns doentes, o que deveria ocorrer sob a inspeção dos médicos daquele hospital e dos membros do Conselho de Salubridade Pública. A proposta foi aceita pelo governo, entretanto, segundo o dr Aquino, "o dr. Homeopata insultou grosseiramente o Conselho e sobretudo o seu Presidente (...) abuso que continuou, senão permitido pela polícia, ao menos tolerado por ela." Isso explica-se, segundo o chefe de polícia, porque na Corte do Império essa prática era tolerada. [8]

Entretanto, não era tão simples qualificar a homeopatia como charlatanismo, visto que muitos homeopatas eram médicos formados, possuíam uma doutrina e discutiam os princípios das teorias médicas em termos científicos. (SAMPAIO, 2001:55) A homeopatia diferenciava-se da alopatia pelos tratamentos empregados e pelo modelo de saber médico que propagava, visto que caracterizava-se por uma medicina dos doentes individuais, em contraposição a uma medicina das doenças, como era o caso da alopatia. Era uma medicina dos sintomas,

---

[7]**Coleção dos trabalhos do Conselho de Salubridade Pública.** Representação de Aquino Fonseca ao presidente da província a respeito da homeopatia, 28 de julho de 1848.

[8]**Coleção dos trabalhos do Conselho de Salubridade Pública.** Representação de Aquino Fonseca ao presidente da província a respeito da homeopatia, 28 de julho de 1848.

baseando-se no discurso do paciente para fazer o diagnóstico e receitar a terapia adequada. (MADEL LUZ, 1988:378 – 383)

Na década de 1850, quando a homeopatia ampliava cada vez mais a sua influência no Recife, a possibilidade de uma epidemia de cólera atingir a cidade parece ter criado um campo favorável para sua propagação. Em meio ao medo, causado pelo desconhecimento de formas eficazes para curar o cólera por parte da medicina oficial, os homeopatas procuravam ganhar espaço e a confiança da população. Nos jornais se multiplicavam os anúncios sobre remédios homeopáticos que garantiam o pronto restabelecimento daqueles que fossem acometidos pelo mal. Chegou-se, em dezembro de 1855, a propor a formação de uma sociedade homeopática beneficente para atender os doentes, no caso da epidemia chegar à província.[9]

As relações, já tensas, entre a alopatia e a homeopatia se agravaram com o surto de cólera de 1856. Diante da pouca eficácia dos remédios empregados pelos doutores, a população passou a recorrer à homeopatia como procedimento de cura alternativo, uma escolha estimulada pelas notícias divulgadas nos jornais sobre as curas obtidas por esse método em outras províncias. Também nos jornais, repetiam-se as críticas dos membros da Comissão de Higiene àqueles que se deixavam enganar pelos especuladores que prometiam curas milagrosas. O ambiente ficou mais tenso quando alguns médicos, enviados à Vitória de Santo Antão pelo presidente da Província, foram insultados e expulsos da cidade pela população.

Naquela localidade, quatro mil pessoas, aproximadamente a metade da população, foram eliminadas pela doença. Em meio ao caos que se instalou, a Comissão de Higiene Pública local chegou a sugerir que a cidade fosse esvaziada e incendiada, para evitar que houvesse mais vítimas. Naqueles dias a epidemia atingiu grandes proporções e, com a grande mortandade foi necessária a intervenção da polícia, visto que as pessoas se negavam a enterrar os mortos. Mesmo assim, muitos cadáveres ficaram insepultos por dias no interior das casas abandonadas, nas margens das estradas e do rio.

Sobre a catástrofe que teve lugar em Vitória, os alopatas afirmavam que a alta mortandade era resultado das péssimas condições de salubridade ali existentes e da negligência da população ao recorrer aos serviços médicos dos homeopatas. Eles argumentavam que a Comissão de Higiene de Pernambuco enviou à cidade alguns dos seus

[9] **Diário de Pernambuco**, Recife 19 dezembro de 1855.

doutores para tentar inibir a ação dos homeopatas, mas a população reagiu insultando e expulsando os médicos da cidade.[10]

Em contrapartida à versão que os alopatas ofereceram do incidente, os homeopatas questionavam a conduta da Comissão de Higiene, que teria enviado os médicos apenas para hostilizar os homeopatas e destruir os remédios homeopáticos que fossem encontrados nas casas dos enfermos. Sobre o ocorrido Sabino Pinho afirmou que os médicos enviados à cidade "em lugar de destruir a doença, destruiu os doentes (...) era tal a mortandade que o povo, horrorizado maldizia a hora em que a caridade do governo lhe havia mandado tal socorro." Os homeopatas chegaram a sugerir que muita gente poderia estar morrendo em função do uso dos purgantes e vomitórios, remédios de eficácia duvidosa no combate ao cólera que eram largamente receitados pelos médicos alopatas. Com a recusa da população de Vitória ao auxílio dos médicos da Comissão, o governo provincial solicitou os serviços do dr Sabino para prestar socorro aos coléricos naquela cidade, uma atitude que insuflou ainda mais a discórdia entre os representantes das duas formas de cura.[11]

Ao mesmo tempo, as vítimas do cólera se multiplicavam no Recife e os enfermos buscavam a homeopatia como uma prática terapêutica mais acessível e menos dolorosa. Prontamente a Comissão de Higiene Pública solicitou a prisão dos doutores homeopatas, alegando que esta arte de curar não era reconhecida legalmente. Como resposta, o chefe de polícia do Recife argumentou:

> *Penso que sendo a homeopatia um sistema adotado em medicina, assim como são outros muitos bem conhecidos, uma vez que seja exercida por profissionais de saúde, por pessoas habilitadas na forma da lei, nenhuma proibição se lhes pode fazer, e por isso não os julgo no caso de charlatões.*[12]

Combater a homeopatia era uma tarefa que a medicina oficial se propunha desde os anos quarenta daquele século. Tratava-se de desqualificar o saber homeopático, identificando-a como charlatanismo, e reafirmar conhecimento médico alopata como o único verdadeiro. Assim, a medicina oficial pretendia manter seu controle sobre a saúde da população e sobre o exercício profissional. Naquele momento essa era uma tarefa particularmente difícil, visto que boa parte da população de Vitória e do Recife estava recorrendo à homeopatia.

---

[10]**Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco no ano de 1856.** Comissão de Higiene Pública de Pernambuco. Recife: Tipografia. Manoel F. de Faria, 1857.

[11]Presidentes de Províncias. Ofício do presidente da Província ao dr Sabino Olegário Pinho. 27 de janeiro de 1856. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

[12] **Diário de Pernambuco** Recife 16 de fevereiro de 1856.

A epidemia de cólera de 1856, sobretudo no seu momento mais crítico, revelou a pouca eficácia de todas as terapias empregadas contra a doença, disseminando uma forte desconfiança com relação à medicina oficial do Império, bem como motivação para a população recorrer às formas alternativas de tratamento.

Fontes manuscritas:

- Presidentes de Províncias. Ofício do presidente da Província ao Dr. Sabino Olegário Pinho. 27 de janeiro de 1856. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

Fontes impressas:

- Relatório do estado sanitário da província de Pernambuco no ano de 1856. Comissão de Higiene Pública de Pernambuco. Recife: Tipografia. Manoel F. de Faria, 1857
- Coleção dos trabalhos do Conselho de Salubridade Pública. Representação de Aquino Fonseca ao presidente da província a respeito da homeopatia, 28 de julho de 1848

Periódicos:

Diário de Pernambuco

Liberal Pernambucano

Referências bibliográficas:

ARAGÃO, José. **História de Vitória de Santo Antão (1843-1982)**. Recife: FIAM/ Centro de estudos de história municipal, 1983. vol. 1

ANDRADE, Gilberto Osório de. **A cólera-morbo:** Um momento crítico da história da medicina em Pernambuco. Recife: Ed. Massangana, 1989.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho:** a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2004

CHALHOUB, Sidney. Prefácio – SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001.

FREITAS, Otávio de. **Medicina e Costumes no Recife Antigo**. Recife: Imprensa Industrial, 1943.

MADEL LUZ, Terezinha. **Natural, Racional, Social:** Razão Médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia:** Limites e espaços da cura. 1997. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

SAMPAIO, Gabriela Reis. **Nas trincheiras da cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Direito, Leis Costumeiras e Povos da Matas Reais: O universo dos pobres rurais nas províncias de Alagoas e Pernambuco (1832-1850).

Juliana Alves de Andrade[1]

Resumo : O presente trabalho analisa as normas e regras estabelecidas pelos pobres rurais em seu cotidiano. A partir dos conceitos de *Direito Vivido* e *Costume,* da História Social, buscaremos entender a utilização das matas e a transformação do espaço em reduto de sobrevivência e resistência a expansão dos bangüês, engenhos ou pequenas fábricas de açúcar. Nesse sentido, também perceberemos, através das relações entre práticas agrárias e a legislação (direito), como os modos de vida dos pobres rurais estabelecem uma cultura de morada habitual nas matas e constituem atos possessórios das *leis dos pobres*.
Palavras – Chave: Pobres - Mata - Direito

Abstract : The present work analyzes the norms and rules established for the agricultural poor persons in its daily one, from the concepts of Lived Right and Custom, of Social History. We will search to understand the use of the bushes and the transformation of the space in survival redoubt and resistance the expansion of the bangüês, devices or small plants of sugar. E to perceive through the agrarian practical relations between and the legislation (right), that the ways of life of the agricultural poor persons establish a culture of habitual dwelling in the bushes and constitute possessory acts of the laws of the poor persons.
Keywords: Poor persons - florest - Right

Cultura Histórica: Breve introdução a Memória do Universo Rural

A historiografia brasileira centrava suas discussões sobre o mundo rural do século XIX, em dois eixos temáticos: a econômica açucareira e o trabalho escravo. Esta centralização reduziu a compreensão social, econômica e cultural da sociedade brasileira em: produção

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação de História e Cultura Histórica – Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

açucareira, querelas políticas, comercialização da mão de obra-escrava. Aspectos abordados pelos clássicos do pensamento brasileiro: Sodré (1976), Prado (1972) e Gorender (1985), de interpretações influenciadas em sua maioria pelo marxismo estruturalista.

Na produção do conhecimento histórico os clássicos brasileiros, deixam à margem categorias como: pobres livres, formas de resistência, as lutas pela posse da terra e a economia de subsistência, aspectos considerados secundários nas suas estruturas esquemáticas de analise. Esta influencia se encera na década de 1980, quando a historiografia brasileira, entra num processo de mudança em sua metodologia e seus objetos de pesquisa, modificação que possibilita uma multiplicidade de discussão e a entrada de novos sujeitos como objeto dos estudos históricos: os homens pobres livres, o cotidiano, as relações de gênero, as concepções de direito, as matas e todos os excluídos da ortodoxia estruturalista, ganham um papel no cenário, graças á influencia da história social inglesa.

Nos últimos 30 anos, a historiografia brasileira tem sido "revirada" e influenciada, pelos estudos de Edward Paul Thompson e a História Social Inglesa, que propõe um novo olhar sobre a *História*. Visão que percebe o *processo histórico,* a partir da relação teoria e prática, ou seja, da experiência, categoria fundamental no pensamento thompsoniano.

As contribuições teóricas e metodológicas de Thompson, não se limitaram aos estudos do movimento operário inglês, mas, sobretudo aos protestos (individuais e coletivos), ao crime e aos aspectos tradicionais e dinâmico da cultura popular, abordagens que possibilitou formar e dá consistência a um modo novo de se pesquisar e analisar *a história, vista a partir de baixo.*

Por estes fatores, os modos de fazer história thompsonianos (produção do conhecimento), constitui-se, importante, sobretudo por possibilitar um repensar histórico, através da perspectiva do mundo a partir do de baixo. Hoje, não pode a historiografia, excluir os silenciados da história, porque os estudos thompsonianos possibilitam a leitura dos silêncios, lidos como gritos no escuro.

Influenciados pelos estudos thompsonianos, apresentaremos, neste artigo, algumas reflexões sobre as relações entre costume, direito e povos das matas do Brasil dos oitocentos, e como através dessas relações os homens das matas buscavam sua sobrevivência. Faremos a partir das contribuições dos estudos de Thompson, sobre experiência em *A Miséria da Teoria* e sobre o Direito, Crime e História na Inglaterra do século XVII em *Senhores e Caçadores*[2]

[2] Neste Trabalho Thompson, possui uma original e profunda análise do *crime* e do *direito*. Abrindo novas perspectivas de investigações, a partir da analise dos campos florestas e parques ingleses: Windsor; Hampshire; Whigs, discutindo o problema da justiça, do direito e do crime entre camponeses pobres uma proposta, de certa forma, inovadora em relação ao tratamento que a tradição historiográfica marxista costuma dar a esse assunto.

(1975), estudo que modifica o conceito de Direito e da relação do direito com a história e com o costume.

Em Senhores e Caçadores, nos é apresentado através de uma tessitura das evidencias (documentos), conjunto suficiente para Thompson mostrar num exercício de interpretação magistral, a sociedade inglesa que morava circunvizinha as grandes florestas e parques oficiais num período de confecção e aprovação da Lei Negra (1723), medida jurídica que institui cinqüenta novos crimes capitais. A Lei Negra visava reprimir principalmente as ações de caçadores clandestinos que, reivindicando usos costumeiros consolidados em tempos imemoráveis da história, transpunham as fronteiras dos parques e florestas da Coroa e retiravam cervos, galhos, lenha, peixes e diversos outros produtos silvestres. Para compreender a origem da Lei Negra, Thompson procura reconstituir historicamente o modo de vida dos camponeses no espaço florestal inglês, considerando principalmente o costume de usos de bens naturais que eram, até então, de livre acesso aos moradores daquelas regiões.

A nova noção de direito, construída por Thompson, a partir das vivencias e práticas rurais como principio legal dos povos da floresta, nos ajuda a entender o que denominamos de *Leis costumeiras das Matas.* Essa arquitetura contou com as idéias *experiência e modos de vida*. As problemáticas que vem sendo estudadas nos últimos anos na Europa e no Brasil sobre direito agrário, pobres rurais e conflito de terras, são imprescindíveis para o entendimento das relações no universo rural do século XIX. Essas produções, como podemos verificar nos estudos thompsonianos, contribuem para a compreensão da multiciplicidade de objetos e sujeitos no mundo agrário dos oitocentos.

Direito e Povos das Matas

A vivência nas matas incultas das províncias de Alagoas e Pernambuco, fez desses povos, sujeitos resistentes ao direito consuetudinário. A maior parte da população ao se embrenhar nas matas fechadas, criaram normas e códigos para legitimar as ações contra a força da lei. Os cabanos procuram permanecer em suas terras pelo direito vivido, adquirido desde os tempos imemoráveis.

Esta situação nos é elucidada pelo oficio do Juiz Conservador das Mattas da Província das Alagoas de 1829, que ao tentar exigir do senhor Joaquim de S'anna, pobre rural, morador das margens do Rio Parangaba, os documentos que comprovem a permissão

---

THOMPSON, E. P**. Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

do plantio do roçado, é expulso das roças pelo senhor Joaquim com insultos e ameaças com armas (bacamartes).

A atividade amparada de fiscalização das matas e regulamentada pela lei de "Regulamento para a Conservação das Mattas da Província das Alagôas, em seu Artigo 14º :

> *"Ficam livres a agricultura todas as mattas e florestas situadas naqueles lugares, em que seja mais útil roteal- por haverem poucas madeiras de proveito, obtendo os agricultores para este fim a respectiva licença do inspetor geral, obrigados porem a aproveitarem e porem em via as madeiras que assim acharem, dando imediatamente parte ao inspetor parcial, ao inspetor geral com informação da qualidade e préstimo delas, a fim de lhes dar o mesmo inspetor o destino que convier"*[3]

Para Thompson, são práticas como estas que constituem o processo histórico, ou seja, é experiência dos homens o "motor da história". Em "*A Miséria da Teoria*"(1978), apresenta a experiência como sendo a base material da produção do conhecimento e da consciência real que deve ser representada pelo historiador:

> *Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimento se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste na prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico. (THOMPSON, 1978:16).*

Publicada em 1978, originalmente intitulado *The Poverty of Theory, e*ste ensaio teve por objetivo combater a penetração do estruturalismo althusseriano na historiografia inglesa, que se dava através da *New Left Review* e da *New Left Books*. A principal crítica de Thompson aos estruturalistas, da-se ao grande distanciamento entre a teoria e a prática. Outra preocupação do autor, seria a influência dos estruturalistas althusserianos, no campo da construção do conhecimento social, que aprisiona os saberes e práticas em estruturas: Uma nuvem, não maior que a mão de um homem, atravessa o Canal da Mancha vinda de Paris, e, num momento, as arvores, o pomar, as sebes, o campo de trigo, ficam negros de gafanhotos (THOMPSON, 1978:34)

Para Thompson, a teoria faz-se na prática junto com a narrativa do conhecimento. Por isso que experiência é parte constituinte do conhecimento:

---

[3] Dados do acervo, encontrado no Arquivo Publico de Alagoas. Caixa 14, Estante 10. Relatórios da Conservadoria das Matas (1819-1849)

> *A experiência entra sem bater á porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são pressas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1978:16)*

Segundo Sidney Munhoz, será no capítulo sétimo de *A miséria da teoria,* que perceberemos claramente que o método de trabalho apresentado por Thompson não implica em uma subordinação da teoria á experiência, mas que a elaboração e construção empiricamente do modelo analítico deve ser baseado nas experiências de cada acontecimento ou fato. Por isso acreditamos que na obra de Thompson a teoria está permanentemente presente.

Para Thompson, a experiência dá-se num momento em que os homens e mulheres retornam como sujeitos - não como sujeitos autônomos, mas como pessoas que experimentaram suas relações produtivas determinadas como necessidades e interesses. Em seus trabalhos, o conceito de experiência é estabelecido ora como aspecto coletivo frutos das relações sociais de classe[4], ora como experiências individuais, mas o fundamental para ele é pensar todas as relações e experiências no campo da cultura:

> *E verificamos que, com 'experiência' e 'cultura', estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois se as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Esta metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1987:103)*

Buscamos o entendimento de Thompson sobre experiência, para nosso trabalho, porque consideramos que as práticas e experiências rurais, como sendo mecanismos fundamentais para entendermos o processo de silenciamento da história e da historiografia em relação ao papel do pobre rural na economia, cultura e religião. Thompson nos leva a

[4] Para Thompson Classe constitui-se no *fazer-se* da História. Definição no Prefácio da Formação da Classe Operaria Inglesa. THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: I A árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

entender, que a história é a soma das varias experiências dos homens e mulheres na história, por isso que as práticas são elementos constitutivos de saberes históricos.

Dessa forma, quando propomos entender a dinâmica da vida dos pobres rurais nos oitocentos, numa perspectiva de experiência e resistência, é porque, pretendemos "ouvir as vozes" dos pobres rurais, mesmo com todas as dificuldades, ocasionadas pela escassez das fontes. Queremos ouvir os sujeitos sobre a dinâmica da vida no campo no século XIX, para isso, buscamos os caminhos propostos pela teoria thompsoniana, dos homens pobres ingleses para sobreviverem a partir de modos próprios de vida, para tentarmos trazer À luz do conhecimento histórico a realidade dos pobres rurais dos oitocentos no Brasil.

Conclusão

Discutimos, neste texto, o universo dos povos das matas do Brasil dos oitocentos, abordando primeiro a mata, como sendo espaço de resistência e luta dos pobres rurais, buscaremos caracterizar estes povos e localizar geograficamente as matas reais. Em seguida, falaremos do cotidiano desses povos e de suas experiência, e por fim, iremos de forma ainda precária mostrar como os povos das matas no Brasil, formulam suas leis para possuírem e permanecerem em suas terras e cabanas.

Assim, as reflexões sobre as especificidades das relações no campo rural do século XVIII, na Inglaterra desenvolvida por Thompson e outros tantos conceitos, deram substanciais contribuições para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Na em que autorizam, em certa medida, o uso das noções de experiência, costume e direito, conceitos fundamentais para o entendimento sobre as relações de direito dos povos da matas. A fertilidade dessa autorização ajuda a compreender o comportamento dos povos rurais (maneira de viver), as normas e códigos que regimentavam a vida nas matas, a experiência diária que permite mando nas terras.

Referências Bibliográficas:

FREYRE, Gilberto**. Casa Grande & Senzala.** São Paulo: Global, 2003.

FREITAS, Décio. **Os Guerrilheiros do Imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LINDOSO, Dirceu. **Utopia Armada**: Rebeliões de Pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: EDUFAL, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento do Quotidiano**. Lisboa: Vega/ Universidade. S/d.

NEGRO, Antonio Luigi. E SILVA, Sergio (org). **As peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense 1972; GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** São Paulo: Àtica, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1976.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. A formação da classe operária inglesa: I A árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Senhores e Caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Casas grandes e cidades: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil

Renato Gross[1]

Resumo: Desde os tempos coloniais são muitos os livros e os autores que, com suas idéias, procuraram mostrar, ler e interpretar o Brasil. Entre eles, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que procuraram mostrar o Brasil, seus homens, seus cenários, suas lutas, suas formas de opressão (da natureza e de outros homens). Este trabalho, de natureza monográfica, objetiva uma analise histórico-crítica destes autores em dois de seus trabalhos capitais: Casa Grande e Senzala (1933) e Raízes do Brasil (1936). Ambos da década de trinta, inserem-se na categoria de "intérpretes do Brasil" e são inovadores na abordagem: o primeiro faz uma análise histórico estrutural do cotidiano do brasileiro e Holanda apresenta uma visão moderna e democrática. Qual a mensagem que ambos remetem para a geração atual de leitores? É esta a resposta que este texto analisa.
Palavras chave: interpretes do Brasil; década de 30; políticas públicas.

Abstract: Since the colonial time are many the books and authors whom, with its ideas, had looked to show, to read and to interpret Brazil. Gilberto Freyre, and Sergio Buarque de Holanda. They had looked for to show Brazil, its men, its scenes, its fights, its forms of oppression (of the nature and other men). This work, of monographic nature, objective an critical analyzes description of these authors: in two of its capital works: Casa grande e senzala (1933) and Raízes do Brasil (1936). Both of the decade of thirty, are inserted in the category of “Brazil interpreters” and are innovative in the boarding: the first one makes a structural historical analysis of the daily life of the Brazilian and Holanda presents a modern and democratic vision. Which is the message that both send for the current generation of readers? This is the reply that this text searchs to analyze.
Keywords: Brazil interpreters; decade of 30; public policies.

Introdução

A década de 1930 no Brasil, e mais especificamente a assim chamada “era-Vargas”, foi um período intelectualmente bastante fecundo. A gestão de Gustavo Capanema no Ministério de Educação e Saúde Pública (1934-1945) e a atuação direta sobre a sociedade brasileira via políticas educacionais e culturais implantadas, deixaram um legado que merece um olhar atual, sob a ótica da construção dos “mitos fundadores” da nacionalidade e dos

[1] Professor Adjunto da FCHLA da Universidade Tuiuti do Paraná.

intelectuais, brasileiros ou não, que procuravam em livros-síntese fazer uma interpretação do país. Pela vez primeira, a lente para a leitura de nossa realidade não era apenas histórico-geográfica, mas etnológica, antropológica e sociológica, e em casos bem precisos, sob um referencial marxista. Saía-se do terreno do narrativo e descritivo, geralmente ufanista, para aquele da síntese-crítica, da reflexão sobre a própria história, da análise estrutural, unindo categorias abstratas com interpretações concretas.

Como exemplos podem-se citar três livros e autores que, na expressão de Cardoso (1993:21) "inventaram o Brasil":

Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, cuja primeira edição é de 1933;

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936; e

Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr., de 1942.

Weffort afirma que estes três livros e estes autores "foram (os) formadores de nossa intelectualidade durante o século XX", e que "grande parte do pensamento social e político da segunda metade do século XX, a começar pelos pensadores reunidos em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é devedor da influência desses autores e, em particular, dessas obras" (2006:9) Das citações acima, infere-se que para narrar a história das idéias no Brasil, é indispensável recorrer-se aos três.

Lafetá (2004:67) acrescenta que, "é fato que a década de 1930 deu-nos algumas das obras mais realizadas e alguns dos escritores mais importantes da literatura brasileira", e cita, além dos três já acima nominados, Carlos Drumonnd de Andrade, Murilo Mendes, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Cyro dos Anjos, Mário de Andrade. Naturalmente que esta lista extrapola a categoria dos "intérpretes do Brasil", e abrange poetas, romancistas, literatos, cujas obras de estréia são dos anos 30.

Deve-se mencionar ainda, nestas considerações iniciais, que o estudo sobre as raízes do nosso país pode remontar à José Bonifácio, e antes deste, ao Pe. Antônio Vieira. Mas, é nos já referidos decênios de 30 e também de 40 que surgem os grandes "ensaístas do Brasil", os quais "introduziram no pensamento brasileiro a singularidade de buscar caminhos de interpretação global da história e da sociedade brasileiras. Em vez da orientação diante de grandes eventos, buscavam a compreensão histórica de toda a sociedade." (WEFFORT, 2006: 277)

A grande efervescência do período aqui estudado, manifestou-se também em outras áreas da cultura, além dos ensaios e da literatura, já mencionados. Na música despontaram os nomes do maestro Heitor Villa-Lobos, Guiomar Novaes, Pixinguinha, Donga, Ari Barroso, Carmem Miranda, Noel Rosa, Lamartine Babo, e Nelson Rodrigues no teatro.

Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Marx na arquitetura e paisagismo. Cândido Portinari e Emiliano Di Cavalcanti nas artes plásticas. Enfim, tantos e tão fecundos homens de letras e artes, que as mudanças culturais eliciaram um movimento renovados e de modernização do Estado e da sociedade brasileira. E toda esta circulação de personagens e de idéias tinham como pano de fundo a gestão de Capanema à frente dos negócios da Educação e da Saúde Pública na era Vargas. Os enfrentamentos políticos e ideológicos, as expectativas de país e de futuro (cf. DELUCCA, 2000) deixam evidente a complexidade do período e do seu legado.

2. Casas Grandes e Sobrados

O pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), nas suas duas obras capitais, saídas respectivamente em 1933 (*Casa Grande e Senzala*) e 1936 (*Sobrados e Mucambos*), indica em ambos os títulos, a oposição entre pares-cenários. Nas casas grandes a arquitetura colonial remetia ao equilíbrio e à paz harmônica dos conventos, onde a vida e a abundância auto suficiente do meio rural (canaviais e cafezais) refletiam as acepções de harmonia e continuidade do Brasil Colônia. Por outro lado, a arquitetura\ dos sobrados com suas varandas abertas e portas envidraçadas indica o Brasil urbano e o início da aburguezação europeizada. Temos assim,

> *De um lado, a Casa Grande da fazenda, de outro o Sobrado urbano; na colônia reinaria o escravo, no Império o mulato; em um extremo, o Oriente, no outro, o Ocidente; lá a casa, aqui a rua. Na verdade poderíamos citar uma série de dicotomias que, em seu conjunto, sinalizam a inauguração de um novo momento: o período conflituoso de Sobrados e Mucambos. (SCHWARCZ, 2007:D11)*

Freyre analisa que a passagem do rural para o urbano, do fazendeiro para o burguês, e que assinala a passagem do tempo, além de um novo tipo e modelo de configuração política, econômica e social, pode ser "percebida e estudada através das modificações sofridas pela arquitetura e pelas formas de sociabilidade doméstica da cultura brasileira" (ARAÚJO,1994:105) E esta transição é assinalada também por mudanças, conflitos, desequilíbrios, acomodações contradições, que, longe de serem problemas e empecilhos, revelam toda uma riqueza de "antagonismos equilibrados". Destaca também "o papel desempenhado pela *autarquia* das casas-grandes, que serviam ao mesmo tempo de "fortaleza, capela, escola, oficina, santa-casa, harém, convento de moças, hospedaria [e até de] banco." (Ibid:85)

O patriarcalismo colonial das casas-grandes deixa evidente que o fator colonizador por excelência é a família e não o Estado, especialmente no caso do catolicismo patriarcal, altamente sincrético, o que pode ser percebido também, nos sobrados. Em ambos os livros,

> *... é a "casa" como categoria sociocultural , agência de sentimentos e instituição econômica, que serve como de ponto de partida analítico. Só que em Casa-grande & senzala há um ordenamento de maior impacto, pois nele Gilberto segue uma linha histórica familiar e estuda o Brasil por meio de suas "raças formadoras", usando como guia o que chamei de "fábula das três raças": o português, o índio e o negro; ao passo que em Sobrados e mucambos, as categorias que estruturam o texto são dualidades e tríades singularmente culturais, irredutíveis ao plano biológico ou geográfico, como o "engenho e a praça, a casa e a rua"; "o pai e o filho"; "o homem e a mulher"; "o sobrado e o mucambo", "raça, classe e região", "o oriente e o ocidente", "animal, escravo e máquina". (DA MATTA, 2006:17)*

Há que se destacar ainda que os nomes escolhidos para ambas as obras – *Casa Grande e Senzala*, e *Sobrados e Mucambos*, está a indicar a inseparabilidade entre os dois pares de edificações. "A casa grande é inseparável da senzala", indica Cardoso (1993:24) E o sobrado também não pode prescindir do mucambo. Em ambos os casos, as moradias dos senhores e dos escravos indicam "que a sociedade patriarcal estava fundada num tipo de exploração econômica que supunha, evidentemente, a grande propriedade, o latifúndio. Mostra, enfim, que a fidalguia da casa grande coexistia com a massa de escravos." (Ibid.:24) Comparando: "As casas de engenho e de sítio dando a frente para estradas quase intransitáveis (...) os sobrados, para as ruas sujas, ladeiras imundas, por onde quase só passavam a pé negros de ganho, moleques empinando papagaios, mulheres públicas". (FREYRE, 1936:159)

E ele arremata:

> *(...) muita comunicação houve entre casas-grandes e senzalas, entre sobrados e mucambos e não apenas separação e diferenciação. Síntese e não apenas análise. Complementação afetiva e não apenas diversificação economicamente antagônica. Nem se explicaria de outro modo o relevo que vêm tomando, entre nós, manifestações híbridas não só de cultura como de físico. (FREYRE, 2006:55)*

Após estas reflexões, as quais nos limites estreitos desta comunicação, assumiram um caráter menos crítico do que se pretendia, com recortes resultantes de escolhas altamente pessoais, passa-se para o segundo autor e a segunda obra indicados já no seu título geral.

3. As cidades em Raízes do Brasil

A busca de interpretações do Brasil encontrou no paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em seu *Raízes do Brasil* (1936), um de seus personagens mais emblemáticos. A agenda social dos anos 30 compunha-se de dois temas: a questão rural e o problema da tradição. Contrapondo-se a Gilberto Freyre, que adotou um modelo racial de análise, Holanda opta por uma

> *metodologia dos opostos, focalizando "pares que se interpenetram e modificam, de modo a chegar a um retrato constantemente alterado. Rural e urbano; trabalho e aventura; método e capricho; norma impessoal e impulso afetivo; o trabalhador espanhol e o semeador português... aí estariam alguns pares opostos, a iluminar a história deste país." (SCHWARCZ, 2006 D1)*

E Antônio Cândido lembra que

> *No pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. 'Civilização e barbárie' formam o arcabouço do Facundo e, decênios mais tarde, também Os sertões. (CÂNDIDO, 2006:239)*

Os conceitos polares, utilizando a metodologia dos contrários, são magistralmente utilizados no capítulo 4, que na sexta ou sétima edição, (cf. CARDOSO, 1993:27), recebeu o título de "O ladrilhador e o semeador". Nele são comparadas as formas espanhola e portuguesa de criar cidades. Os espanhóis criam cidades com planos traçados previamente, muitas vezes vindos da Espanha. São assim descritas:

> *Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denunciava o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõe-lhes antes o acento voluntário da linha reta. O plano regular não nasce, aqui, nem ao menos de uma idéia religiosa, (...) foi simplesmente um triunfo da aspiração de ordenar e dominar o mundo conquistado. O traço retilíneo, em que se exprime a direção da vontade a um fim previsto e eleito manifesta bem essa deliberação. (HOLANDA, 2006:98-99)*

Surgem assim, na América hispânica, cidades geométricas, praças grandes, retas, e dela saem ruas paralelas e retas também. A geografia é como que "dominada pelo planejador que a executa (CARDOSO:1993:27). Ao escolher o sítio no qual a cidade seria assentada, muitos fatores são considerados, como a claridade do céu, ar puro e suave, ausência de coisas (sic) peçonhentas e nocivas, presença abundante de homens velhos e moços saudáveis, de acesso fácil, de altitude mediana, presença de frutos e demais

mantimentos sãos, além de especificidades nos casos de localização em beiras de rio e em região marinha.

No Brasil, o contrário. "Os portugueses como que se espreguiçavam na geografia. A cidade portuguesa é desorganizada, é a cidade que sobe e desce em ziguezague". (Ibid:27). Ausência total de planejamento. Prefere-se a colonização litorânea e criam-se obstáculos de toda ordem para impedir o acesso aos sertões, ao interior, cuja conquista só terá início em 1554, com a fundação, pelos jesuítas, do Colégio de São Paulo, no planalto de Piratininga.

Holanda descreve assim nossas cidades coloniais:

> *A cidade que os portugueses construíram na América, não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre este significativo abandono, que exprime a palavra "desleixo" – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa, como "saudade" e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que "não vale a pena...". (HOLANDA, 2006:115)*

E ilustra com um exemplo notável: "na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular..." (Ibid:114).

4. Considerações finais:

Os dois autores aqui estudados, Freyre e Buarque de Holanda, privilegiando categorias distintas em nossa análise, moradias e cidades, são representantes daquilo que na República de Vargas se constituiu como uma privilegiada forma literária, ou seja, o ensaio de interpretação do Brasil, que tão forte presença veio ter na nossa cultura. Como afirma Weffort (2006:252-253):

> *Mais do que por sua produção intelectual posterior, foi por esses livros que eles se converteram, por assim dizer, em pensadores canônicos da etapa inicial da conversão de país agrário em país industrial. Em meio às polêmicas intelectuais de um período crítico da história, eles deram a reconhecer aspectos novos da identidade do povo brasileiro.*

Para a época em que escreveram, foram inovadores e procuraram mostrar ao país a sua fisionomia isenta de retoques. E, mencionando especificamente Buarque de Holanda (mas com aplicação também a Freyre), Cândido ressalta que seu livro "funcionou como enquadramento, moldura interpretativa bastante ligada às visões genéricas para pôr os dados

no lugar e interpretar o seu significado". (2004:247). E é daí que vem a perenidade de suas interpretações, fazendo com que ambos os autores continuem sempre, e cada vez mais, atuais.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz*: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freire nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. Sérgio em Berlim e depois. In: ____. *Vários escritos*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004. p. 241-251.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Edição comemorativa 70 anos)

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.37 p.21-35, nov. 1993.

DA MATTA, Roberto. O Brasil como morada: apresentação para Sobrados e mucambos. In FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2006. (Edição comemorativa 70 anos)

DE LUCCA, Tânia Regina. Nos tempos de reforma educacional de Capanema. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 02 jul.2000. Caderno 2 Cultura, p. D4.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Edição comemorativa 70 anos)

LAFETÁ, João Luis. *A dimensão da noite*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2004.

SCHWARCZ, Lídia Moritz. Nossas raízes profundas. *O Estado de São Paulo*: São Paulo, 22 out. 2006. Caderno 2 Cultura, p. D1.

_____. Sobrados e mucambos: obra para ser lida comendo pipocas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 fev.2007. Caderno 2 Cultura, p. D11.

WEFFORT, Francisco C.. *Formação do pensamento político brasileiro*: idéias e personagens. São Paulo: Ática 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cedoc/Funarte: novas possibilidades para o exercício do historiador

Caroline Cantanhede Lopes[1]

Resumo: Os arquivos privados constituem, atualmente, uma importante fonte de informação para os historiadores. Assim, este artigo visa divulgar, brevemente, dois acervos privados, recentemente tratados pelo Centro de Documentação e Informação em Artes da Funarte: o acervo da Famíla Vianna, compreendida por Oduvaldo Vianna, Deocélia Vianna e Vianninha; e o acervo de Paschoal Carlos Magno. Tais fundos documentais podem fornecer aos pesquisadores importantes elementos para o resgate da memória do teatro, bem como para os estudos que privilegiem a temática cultural, campo para o qual tem se voltado, cada vez mais, o olhar de vários historiadores.
Palavras-chaves: Centro de Documentação e Informação em Arte - Arquivo privado - História do teatro no Brasil.

Abstract: The private archives constitute, currently, an important source of information for the historians. Thus, this article aims to divulge, briefly, two private quantities, recently treated for the Centro de Documentação e Informação em Artes da Funarte: the file of the Famíla Vianna, understood for Oduvaldo Vianna, Deocélia Vianna and Vianninha; and the file of Paschoal Carlos Magno. Such documents can supply important researchers elements to rescue the memory of the theater, as well for the studies that privilege a cultural thematic, field toward which if has turn, each time more, the look of some historians.
Keyowords: Centro de Documentação e Informação em Arte - Private archive - History of the theater in Brazil.

O Centro de Documentação e Informação em Artes da Funarte (Fundação Nacional de Arte) tem como finalidade reunir, organizar, disponibilizar e disseminar documentos e informações que apóiem e incentivem a produção artística e cultural e as pesquisas em arte e cultura, além de apoiar atividades desenvolvidas pela própria instituição.

No ano de 2006, o Cedoc integrou o Projeto Brasil – Memória das Artes, patrocinado pela Petrobrás, o que permitiu que vários conjuntos documentais pertencentes à propria instituição fossem devidamente tratados e disponibilizados ao público. Dentre eles, destacaremos dois, devido sua complexidade e importância para o teatro nacional, ambos

[1] Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e documentalista do Centro de Documentação e Informação em Arte da Funarte – Cedoc.

caracterizados como arquivos privados: Arquivo Privado Família Oduvaldo Vianna e Acervo Paschoal Carlos Magno.

Antes de apresentarmos os dois acervos em questão, gostaríamos de fazer algumas breves colocações acerca do lugar dos arquivos privados para o *metiér* do historiador. Se, hoje em dia, a idéia de organizá-los, preservá-los e estudá-los parece-nos tão imprescindível, até fins da década de 1960 tal prática não era plenamente difundida. Muito pelo contrário.

Durante muito tempo, os arquivos privados não se enquadravam na então concepção vigente de arquivo, entendido essencialmente como documentos provenientes da administração pública. Dessa forma, as normatizações arquivísticas não eram aplicadas a esse universo, muito embora sua produção remeta a épocas bastante remotas. Entretanto, o interesse sobre esse tipo de fundos vem crescendo gradualmente, sendo este um fenômeno característico dos dias atuais. (GARCIA, 1997.)

A emergência dos arquivos privados enquanto alvo de interesse de historiadores não representa um evento isolado. Ela está compreendida em um processo de modificação bastante significativo no campo historiográfico, quando novos objetos, novas abordagens e fontes não usuais ganharam espaço em decorrência da renovação metodológica e teórica em curso, cuja principal transformação foi uma explícita variedade de representar a história. (GOMES, 1998.)

A essa efervescência historiográfica junta-se o fato da história cultural tomar corpo e se definir a partir da afirmação do indivíduo na história, rejeitando cortes estruturalistas que, segundo esta abordagem, negligenciaram a participação dos atores históricos e sua vivências. Segundo Burke:

> *O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras. (BURKE, 2004: 10)*

A história cultural traz à luz a importância da experiência humana em seu tempo e lugar para a compreensão dos processos de formação e transformação das sociedades.

No bojo dessa revalorização do indivíduo, fruto das reflexões e problematizações propostas por essa corrente historiográfica, os arquivos privados ganharam novos contornos, apresentando-se efetivamente como mais uma possibilidade para a pesquisa histórica. Mas, como toda fonte, também requerem um rigoroso tratamento teórico e metodológico.

Muitas vezes tais conjuntos documentais exercem sobre os historiadores tamanho encantamento, o qual Gomes (1998) designa como "o grande feitiço do arquivo privado", que são tomados como a representação concreta da trajetória e da memória de seu titular. Segundo Heymann, quando um pesquisador lida com um material dessa natureza, é preciso ter em mente que

> *É a pessoa, a partir dos seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades e suas relações vão determinar e informar o que é produzido, recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro, e fundamentalmente, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira. (HEYMANN, 1997: 3)*

Ou seja, um arquivo privado não deve ser analisado como um repositório fidedigno, simplesmente porque é o resultado de uma seleção empreendida por seu titular. Desta forma, é de suma importância relativizar o seu conteúdo.

Dito isto, passaremos agora para a descrição, em linhas gerais, dos dois acervos que concernem a este artigo. Como se trata de um universo deveras diversificado, e tendo em vista o corte temático proposto por este mini-simpósio, será enfatizada a dimensão que se reporta à atuação no teatro dos titulares de ambos.

Primeiramente, destacamos o Arquivo Privado Família Oduvaldo Vianna que, como o seu título já nos evidencia, abarca documentos de uma família, composta por Oduvaldo Vianna, sua esposa Deocélia Vianna e seu filho Oduvaldo Vianna Filho, mais conhecido como Vianninha. Este arquivo compreende quase 50 anos de produção intelectual (1930-1984) em diversas áreas de atuação artística: teatro, rádio, televisão e cinema.

O patriarca da família, Oduvaldo Vianna (1892-1972) nasceu em São Paulo e veio para o Rio de Janeiro em 1916. Foi um dos mais ativos fundadores da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT, em 1917, além de ter tido relevante participação no teatro, como autor e diretor, no rádio, no cinema e na televisão. Suas obras para o teatro ultrapassam 30 títulos. "Vendedor de Ilusões"(1931), "Amor" (1933), "Feitiço"(1934) são apenas algumas delas. Exerceu ainda, atividades como diretor e professor da Escola de Arte Dramática do Distrito Federal, atualmente Escola de Teatro Martins Penna, entre 1935 e 1939.

Já Deocélia Vianna (1914-1987), com quem Oduvaldo casou-se, em 1935, teve uma carreira muito bem sucedida e intimamente relacionada com o rádio, além ter escrito teleteatros e textos para fotonovelas. Longe de ignorar sua relevância, limitaremos a apenas

este pequeno parágrafo nossas considerações a seu respeito, unicamente para não nos desvirtuamos do tema.

Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974) nos legou uma dramaturgia extremamente comprometida com a luta política que caracterizam o momento da sua produção. Além de dramaturgos, seus pais também eram militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que certamente exerceu grande influência nos seu posicionamento político futuro. Sua obra está impregnada por seu engajamento político e por seu ideal de politização da sociedade brasileira por intermédio de uma dramaturgia revolucionária. Dentre suas principais proposições, sua prática teatral revela, no decorrer dos anos, desde uma perspectiva progressista e revolucionária em relação aos interesses nacionais, até a resistência face aos desmandos dos anos de chumbo da ditadura. (PATRIOTA, 2004.)

Pôster do Arquivo Família Oduvaldo Vianna, retratando Oduvaldo Vianna e Vianninha[196-].

Várias de suas peças foram premiadas, como "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come" (Prêmio Molière, 1966); "Longa noite de cristal" (Prêmio Molière, 1970); "Moço em estado de sítio" (1965) (Prêmio Molière, 1981); e, sua última peça, "Rasga Coração", que foi censurada em 1974 e só liberada cinco anos depois, recebeu vários prêmios da crítica especializada, inclusive o Prêmio Molière. Juntamente com outros importantes nomes do teatro da época, Vianninha fundou, em 1960, o Centro Popular da UNE (CPC) e o Grupo Opinião, em 1964. Também atuou como ator no Teatro de Arena de São Paulo e ainda produziu roteiros para cinema e adaptações de peças para a televisão.

Embora o acervo da família Oduvaldo Vianna tenha sido doado há mais de vinte anos para o Cedoc, apenas recentemente a instituição dispôs de recursos necessários para

efetuar sua organização e, portanto, sua recuperação. A primeira etapa da doação ocorreu em 1982, através da viúva de Oduvaldo Vianna Filho, Maria Lúcia Lousada Marins e englobava principalmente seus textos para a televisão e textos teatrais, dentre outros documentos, totalizando 100 títulos.

Em 1987, foi feita uma segunda doação, dessa vez por Vinícius Vianna, filho de Vianninha, que trouxe uma coleção inédita e original de textos de Oduvaldo e Deocélia Vianna, contabilizando, aproximadamente, 1.150 títulos. O material que o compõe é diversificado: compreende desde de vasta documentação pessoal até peças de teatro, teleteatros, radioteatros, telenovelas e roteiros cinematográficos.

Após ser devidamente organizado, o Arquivo Família Oduvaldo Vianna ocupa, ao todo, 150 caixas de documentos. Este conteúdo foi disposto segundo 3 arranjos distintos, um para cada personalidade integrante do arquivo. Os arranjos são divididos em séries segundo as áreas de atuação de seus respectivos titulares, tais como rádio, teatro, televisão, cinema, além de documentos pessoais. Às séries, seguem-se as subséries, a fim de melhor disponibilizar as informações contidas no acervo.

Documentação do Arquivo Família Oduvaldo Vianna acondicionadas em caixas apropriadas.

No caso do Acervo Paschoal Carlos Magno (Arquivo e Biblioteca), a diversidade, a dimensão e o estado de conservação dos documentos configuram um dos diferenciais do conjunto. De fato, as inúmeras atribuições de Paschoal Carlos Magno (1906-1980) condizem com a complexidade do seu acervo.

Poeta, escritor, teatrólogo, político, diplomata, dedicou sua vida à mocidade estudantil do Brasil, que lhe valeu, em 1956, o título de Estudante Perpétuo pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao teatro, patrocinando, formando e lançando jovens

artistas para o teatro profissional. Dentre várias de suas empreitadas em prol do teatro, podemos destacar algumas como o Teatro do Estudante do Brasil – TEB (1938), o teatro "Duse" (1952);o Teatro Experimental de Ópera (1949); a Aldeia de Arcozelo (1965), em Paty do Alferes.

O Acervo Paschoal Carlos Magno é composto por livros raros sobre literatura, teatro, arte e história; revistas e periódicos raros sobre teatro e literatura; fotografias de autores, atores e de cenas de teatro, recortes de jornais sobre sua vida artística, entrevistas suas, crônicas e artigos sobre sua obra; peças de teatro inéditas de vário autores; correspondência entre familiares, artistas, diplomatas, políticos e amigos; decretos de nomeações para cargos que ocupou assinados por Presidentes e Ministros de Estado; diplomas e certificados; e artigos e críticas de teatro escritas por Paschoal Carlos Magno nos jornais *Radical* e *Correio da Manhã*.

O acervo encontrava-se na biblioteca e nas dependências da Aldeia de Arcozelo, atualmente sob administração da Funarte, quando foi então trazido para o Cedoc, em 2001. Seu estado físico eram muito ruim, uma vez que não se encontrava em condições adequadas de acondicionamento. Foi necessário, então, um longo período de desinfestação e higienização do material.

Higienização de livros que compõem o Acervo Paschoal Carlos Magno

Hoje, o Arquivo Paschoal Carlos Magno ocupa aproximadamente 500 caixas de documentos, estando dividido em sete grandes séries e, por conseguinte, em várias subséries que retratam as artes e a cultura no Brasil no século XX; e a Biblioteca Paschoal Carlos Magno contabiliza mais de 4.000 itens.

Parte da Biblioteca Paschoal Carlos Magno após tratamento

Os arquivos pessoais oferecem uma visão particularizada da história. Mais do que representar uma imagem concreta de personalidades e acontecimentos, representam outra possibilidade para o ofício do historiador. Como qualquer fonte, devem ser submetidos a um rigoroso crivo teórico-metodológico. Entretanto, é inegável que esse material exerce sobre nós um certo fascínio, já que nos permitem um contato muito próximo em relação ao sujeito histórico. E esse é justamente o seu diferencial.

Com esse trabalho de recuperação dos acervos de tão preponderantes personalidades do teatro brasileiro, o Cedoc espera contribuir disponibilizando mais uma alternativa de matéria-prima para pesquisadores interessados na história do teatro (bem como história do rádio, cinema e televisão), especificamente, ou para pesquisadores que buscam compreender a constituição da nossa sociedade ou os eventos que a permeiam através de um enfoque cultural da história.

Referências bibliográficas

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FERREZ, Helena Dodd. **Projeto Arquivo Privado Família Oduvaldo Vianna**. Cedoc/Funarte, 2005.

_____. **Relatório final: Projeto Brasil – Memória das Artes**. Cedoc/Funarte, 2006.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. *Os documentos pessoais no espaço público.* In: **Revista Estudos Históricos**, nº 21, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados.* In:**Revista Estudos Históricos**, nº 21, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller.* In: **Revista Estudos Históricos**, nº19, 1997.

PATRIOTA, Rosângela. *História – teatro – política: Vianninha, 30 anos depois*. In: **Revista Fênix de História e Estudos Culturais**, vol. 1, ano 1, nº1, Outubro/novembro/dezembro 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O debate acerca da punição na teoria social: algumas reflexões teóricas e metodológicas no âmbito da Sociologia Histórica

Marcos César Alvarez*

Resumo: neste texto, busca-se discutir a importância do livro de Rusche e Kirchheimer, *Punishment and Social Structure*, publicado originalmente em 1939, para os estudos contemporâneos que abordam a punição como fenômeno histórico e social.
Palavras-chave: crime; punição; mercado de trabalho.

Abstract: this text intends to discuss the importance of Rusche and Kirchheimer´s book, *Punishment and Social Structures*, first published in 1939, for the contemporary studies about the punishment in a historical and sociological perspective.
Key-words: crime; punishment; labour market.

Punição e sociedade contemporânea

Na sociedade contemporânea, significativas mudanças estão ocorrendo no âmbito do funcionamento do sistema de justiça criminal, bem como nas representações sociais acerca do crime e da punição. Inúmeros autores têm apontado para uma importante inflexão ocorrida a partir de meados da década de 70 do século XX (cf. BAUMAN, 1999; CHRISTIE, 2002; GARLAND, 2001; WACQUANT, 2001a, 2001b,2002). O ideal de recuperação, que orientou tanto a retórica quanto algumas propostas efetivas de reformas no âmbito da justiça criminal, sobretudo nos países do Atlântico Norte, passou a ser paulatinamente abandonado, em favor de novas diretrizes punitivas voltadas mais para a imobilização e neutralização dos criminosos do que para a sua correção e recuperação. Essas diretrizes, elaboradas inicialmente em países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, ganharam rápida repercussão mundial ao desenhar uma espécie de novo "*Washington consensus*" no campo do tratamento punitivo da insegurança e da marginalidade (cf. WACQUANT : 2001b).

Tais mudanças – e a retórica de endurecimento penal a elas associada – despertou igualmente reações de pesquisadores e militantes que têm buscado elaborar abordagens mais críticas acerca dos fenômenos do crime e da punição. Se, desde os anos 60 do século XX,

* Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP; doutor em Sociologia pela mesma instituição.

novas abordagens – apoiadas em distintos paradigmas de análise, como o interacionismo simbólico ou a Criminologia crítica – já permitiam leituras diferenciadas do fenômeno criminal, bem como das assim chamadas instituições de seqüestro, na atualidade tais estudos ganham solidez teórica e multiplicam-se as análises empíricas.

Projetos mais ambiciosos igualmente emergem no interior desse debate. Um exemplo interessante pode ser encontrado nos escritos do britânico David Garland. Se não cabe aqui uma explanação exaustiva das idéias desse autor[1], pode-se indicar que ele busca – ao dialogar com os principais autores que, no interior da tradição da teoria social, desenharam o campo de uma Sociologia da Punição, como Émile Durkheim, Rusche e Kirchheimer, Karl Marx, Michel Foucault, Max Weber e Norbert Elias, entre outros – construir um quadro teórico coerente que possibilite pensar o crime e a punição em suas relações complexas com as estruturas sociais mais amplas (cf. GARLAND, 1993).

Se as contribuições de Garland para o âmbito da assim chamada Sociologia da Punição são como sempre polêmicas, considerando-se suas ambições em termos de teoria e pesquisa, sua trajetória é indicativa ao menos de que um campo de estudos mais sistematizado vai paulatinamente se constituindo e ganhando maturidade. Neste texto, pretende-se rapidamente discutir um dos livros mais freqüentemente citados na atualidade quando são debatidos temas relativos ao crime e à punição no âmbito das Ciências Sociais e da História: o livro de Rusche e Kirchheimer, *Punishment and Social Structure*, publicado originalmente em 1939. Ao mesmo tempo em que hoje esse livro é visto como uma abordagem marxista típica acerca da punição, as peculiaridades da condição em que foi elaborado e sua posterior recepção merecem algumas discussões preliminares[2].

O trabalho pioneiro de Rusche e Kirchheimer

Em seu famoso estudo acerca da emergência da prisão moderna e das técnicas de poder a ela associadas, publicado originalmente em 1975, Michel Foucault faz um elogio ao pioneirismo do livro de Rusche e Kirchheimer no tratamento do tema:

[1] Para uma apresentação geral das idéias de Garland, conferir ALVAREZ, SALLA E GAUTO (2006).

[2] Apresento aqui, de modo ainda pouco aprofundado, algumas reflexões que tenho desenvolvida em disciplina ministrada no curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, intitulada "Poder, Punição e Controle Social: leituras em Teoria Social contemporânea", bem como em seminários e pesquisas desenvolvidos junto ao Núcleo de Estudos da Violência da USP. Tais reflexões, reunidas neste texto exclusivamente para apresentação no XXIV Simpósio Nacional de História, serão posteriormente melhor organizadas para publicação em periódicos da área. Agradeço ao professor Márcio Naves da UNICAMP que recentemente fez instigante palestra sobre o livro de Rusche e Kirchheimer no NEV/USP e gentilmente cedeu alguns textos sobre o tema.

> *"Do grande livro de Rusche e Kirchheimer podemos guardar algumas referências essenciais. Abandonar, em primeiro lugar a ilusão de que a penalidade é antes de tudo (se não exclusivamente) uma maneira de reprimir os delitos e que nesse papel, de acordo com as formas sociais, os sistemas políticos ou as crenças, ela pode ser severa ou indulgente, voltar-se para a expiação ou procurar obter uma reparação, aplicar-se em perseguir os indivíduos ou em atribuir responsabilidades coletivas. Analisar antes os "sistemas punitivos concretos", estuda-los com fenômenos sociais que não podem ser explicados unicamente pela armadura jurídica da sociedade nem por suas opções éticas fundamentais; recolocá-los em seu campo de funcionamento onde a sanção dos crimes não é o único elemento; mostrar que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos "negativos" que permitem reprimir, impedir, excluir, suprimir; mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar (...)" (FOUCAULT, 1977: 27).*

No entanto, em quase quatro décadas – entre a publicação original do livro e a citação acima de Foucault – o livro de Rusche e Kirchheimer foi muito pouco lido e citado. Apenas a partir da lembrança de Foucault e de novas edições e traduções, como a elaborada por Dario Melossi e Massimo Pavarini na Itália em 1978 (cf. NEDER, 2004:12), é que o livro foi paulatinamente recuperado, a ponto de na atualidade ser considerado uma das leituras fundamentais no âmbito dos estudos históricos e sociológicos sobre a punição.

Parte deste esquecimento pode ser atribuída às condições que cercaram a própria elaboração do trabalho. Considera-se que o argumento principal do livro, que relaciona os regimes punitivos a determinados sistemas de produção, é de autoria Georg Rusche.

Rusche nasceu em Hannover em 1900. Estudo Direito, Filosofia e Ciências Sociais em diversas universidades alemãs, tendo também experiência de trabalho tanto no campo penitenciário quanto na assistência social (cf. MELOSSI, 1978: 8). Em 1931, propõe ao Instituto de Pesquisa Social – criado em 1923, na Alemanha, e em torno do qual se abrigaram intelectuais célebres, como Adorno, Horkheimer, Fromm e Marcuse, entre outros, e que posteriormente, com a ascensão do nazismo, foi transferido, em 1934, para Nova York – a elaboração de um estudo sobre execução penal e mercado de trabalho.

O projeto inicial de Rusche pode ser recuperado a partir de um de seus artigos publicados antes de *Punição e Estrutura Social*. Em "Marché du Travail et Régime des Peines: contribution à la sociologie de la justice pénale"[3], Rusche já se propõem a estudar o

[3] Foi utilizada aqui a tradução francesa do texto (RUSCHE, 1994).

crime e sua repressão não a partir da ótica tradicional do Direito mas a partir de suas relações com as condições econômicas e sociais de determinados períodos históricos. Rusche considera que, se um regime de punição deve, para ser eficaz, dissuadir as camadas sociais inferiores a não seguirem o caminho da criminalidade, as condições econômicas que definem as condições de vida dessas camadas devem ser prioritariamente elucidadas, para que assim se possa melhor compreender as transformações específicas no âmbito da punição. Quando as condições de vida das camadas inferiores são já por demais abjetas, apenas um acréscimo de crueldade nas práticas penais pode dissuadir os desesperados a enveredar pelo caminho do crime. Em contrapartida, quando essas mesmas condições não são tão terríveis, há espaço para um tratamento menos cruel dos condenados, sem que com isso a punição perca em eficácia. Ao tomar o mercado de trabalho como categoria econômica determinante para sua explicação, Rusche poderá correlacionar as mudanças no mercado de trabalho com as mudanças nas práticas de punição em diferentes momentos históricos. Nos momentos em que massas de desempregados se lançam, movidos pelo desespero, a praticar os mais diversos crimes, apenas um regime de punições corporais de indescritível crueldade pode conter a escalada de desordem e violência. Em contrapartida, quando o trabalhador é o elemento escasso e os salários se elevam, o regime de punições pode se limitar a coagir ao trabalho os refratários por meio de punições nem tão severas, que apenas impõem aos condenados condições de vida um pouco mais adversas que aquelas que encontra o trabalhador honesto.

Esta teoria econômica do regime das punições permite uma abordagem das transformações no âmbito da punição que escapa á explicação então dominante em termos do constante progresso das instituições jurídicas. Contra os historiadores tradicionais do Direito, Rusche contrapõe esquematicamente uma outra descrição histórica, na qual diversas épocas se sucedem na história dos regimes das punições, sendo que em cada período ocorre o predomínio de um tipo particular de punição. Assim, castigo e multa foram os principais modos de punição na alta Idade Média que serão substituídos, ao longo da baixa Idade Média, por um sistema de punições corporais extremamente feroz. Tal sistema, por sua vez, dará lugar, a partir do século XVII, ao predomínio da pena privativa de liberdade. Finalmente, a tendência de humanização das penas, que ganha força com o Iluminismo, perderá sua função com o advento da Revolução Industrial, que faz desaparecer a anterior penúria de mão-de-obra e constitui um exército industrial de reserva. As condições de encarceramento se deterioram de tal modo que a pena privativa de liberdade ganha novo poder dissuasivo, sempre de acordo com o princípio de que as condições da pena devem ser piores do que aquelas vivenciadas pelas camadas mais desprivilegiadas da sociedade. Será essa

argumentação que guiará as análises compreendidas entre os capítulos II e VIII de *Punição e Estrutura Social*, geralmente atribuídos a Rusche.

As condições políticas na Alemanha dos anos 30 do século 20 interferiram, no entanto, de modo decisivo na finalização do livro. Com a ascensão de Hitler ao poder e a crescente perseguição política, Rusche começa um longo e tormentoso exílio por diversos países, percorrendo a França, a Inglaterra e a Palestina. Durante suas viagens, Rusche parece ter perdido contato com o Instituto de Pesquisa Social, que havia sido transferido para Nova York em 1934. Assim, a finalização do manuscrito de *Punição e Estrutura Social* foi entregue a Otto Kirchheimer.

Kirchheimer nasceu em Heilbronn, na Alemanha, em 1905. Estudou Filosofia, História, Direito e Ciências Sociais em diversas universidades alemãs, tendo se instalado em Berlim em 1932 como advogado, após diplomar-se em Direito. Emigrou para Paris em 1933 e posteriormente para Nova York, em 1937, onde foi acolhido como pesquisador em tempo parcial no Instituo de Pesquisa Social. Entre 1937 e 1938, ocupou-se em reescrever o manuscrito original de Rusche que, como já foi mencionado, havia perdido o contato com o Instituto ao emigrar para a Palestina. Kirchheimer reformulou de modo significativo os manuscritos, sendo atribuído-lhe sobretudo a Introdução e os capítulos de IX a XIII. Nestes capítulos, baseados num conjunto significativo de dados estatísticos, Kirchheimer prolonga a discussão de Rusche até a caracterização das transformações penais do início do século XX, com a Primeira Guerra Mundial e posteriormente com a ascensão do nazismo na Alemanha. Embora Kirchheimer aponte que o desenvolvimento do pós-guerra no âmbito penal tenha seguido as trilhas já identificadas em fins do século XIX, com as teorias reformistas coexistindo com a deterioração das condições carcerárias, sobretudo nos países economicamente atrasados da Europa (RUSCHE e KIRCHHEIMER, 2004:226), novas tendências penais já emergiam sob o fascismo na Alemanha, com a destruição paulatina de todas as garantias pelas quais o liberalismo havia lutado desde o final do século XVIII.

Ao retomar contato com o Instituto, Rusche parece não ter manifestado grande entusiasmo com as modificações introduzidas por Kirchheimer, o que inclusive teria motivado uma litígio sobre os direitos autorais (cf. WIGGERSHAUS, 2002: 260). O livro foi finalmente publicado em 1939, sendo a primeira publicação do Instituto em inglês mas sem grande repercussão. O próprio Horkheimer fez um prefácio discreto e nem Rusche nem Kirchheimer se beneficiaram com sua publicação. Kirchheimer pouco progrediu em sua carreira como pesquisador no Instituto, permanecendo como pesquisador em tempo parcial,

ao passo que Rusche teve uma trajetória profissional cada vez mais precária, terminando por suicidar-se em 1950 em sua casa em Londres.

Pode-se especular que muitas foram as razões para o fracasso da recepção inicial do livro. Por um lado, a forma de análise ali empregada pouco dialogava com os interesses teóricos então dominantes no Instituto, sendo o livro bastante rico em termos de análise histórica, na parte elaborada por Rusche, e pleno de dados estatísticos nos capítulos finais, escritos por Kirchheimer, mas sem uma interpretação teórica mais consistente. Pelo contrário, o esquematismo da relação estabelecida por Rusche entre as transformações no mercado de trabalho e as mutações correlatas no âmbito das políticas penais defronta-se com as mudanças, descritas por Kirchheimer no final do livro, das políticas penais sob o domínio do fascismo. Até que ponto tais mudanças, decorrentes mais da "superestrutura política", poderiam criar dificuldades para a explicação materialista da punição é algo que os autores não puderam trabalhar conjuntamente para resolver. Embora já no seu artigo sobre mercado de trabalho e punição, Rusche observasse que a teoria econômica do regime de punições, ali esquematicamente desenvolvida, deveria ser complementada por uma análise histórica, sem a qual o sistema repressivo contemporâneo permaneceria incompreensível, permaneceram ambíguas e obscuras as formas de interação entre os condicionantes econômicos e as intervenções políticas e mesmo o papel superestrutural das idéias em tal desenvolvimento. Ao mesmo tempo, se como demonstrava Kirchheimer no final do livro, as políticas penais pouco influenciavam a taxa de criminalidade, já que a extensão desta dependia muito mais das condições econômicas e sociais do que do caráter mais brando ou severo das práticas punitivas, que papel efetivamente desempenhavam as instituições punitivas em relação às necessidades do mercado de trabalho?

O Legado de Punição e Estrutura Social

Foucault chegou ao tema da punição tanto no prolongamento de seus estudos sobre as formas de exclusão e silenciamento presentes na cultura ocidental, sobretudo desenvolvidas em seu primeiro livro de grande repercussão, *História da Loucura*, publicado originalmente em 1961, quanto devido ao seu engajamento no *Groupe d´Information sur les Prisons* (GIP), criado em 1971 e auto-dissolvido em dezembro de 1972 e no qual Foucault teve destacada participação[4]. Assim, tanto aspectos da trajetória intelectual quanto a participação política no

[4] Sobre o engajamento de Foucault junto ao GIP, consultar ALVAREZ (2006).

GIP ajudam a entender a forma como Foucault buscará realizar uma análise histórica da prisão moderna e das práticas disciplinares de poder que aí encontram seu "laboratório". Como se pode depreender da citação anteriormente apresentada de *Vigiar e Punir*, aspectos importantes de sua orientação analítica serão inspiradas pelo trabalho de Rusche e Kirchheimer, mesmo que Foucault ressalve a correlação estrita estabelecida pelos autores entre mercado de trabalho e mecanismos de punição. O redirecionamento que Foucault imprime aos argumentos de Rusche e Kirchheimer pode ser percebido a partir de uma passagem de *Punição e Estrutura Social,* na qual Rusche discute o uso do confinamento solitário na Europa do século XIX. Rusche afirma que o isolamento celular tinha vantagens também em termos de controle da massa de prisioneiros pois tornava mais fácil governar uma prisão (RUSCHE E KIRCHHEIMER, 2004: 188). Será este aspecto que Foucault enfatizará ao longo de toda sua análise: a importância das técnicas disciplinares próprias da prisão moderna como tecnologias de poder, como novas formas de governo dos homens. Se a prisão disciplinar responde em parte às demandas econômicas colocadas pela emergência do capitalismo, seus efeitos de poder se desdobram para muito além desse âmbito, e são tais efeitos que devem ser exaustivamente analisados. Tal redirecionamento permitirá a Foucault seguir muitas das pistas indicadas por Rusche e Kirchheimer, sem recair em explicações economicistas.

David GARLAND (1993:105-110) elenca diversas críticas feitas ao trabalho de Rusche e Kirchheimer. Por um lado, os autores superestimam tanto o efetivo papel desempenhado pelas forças econômicas na configuração das práticas e políticas penais quanto o efeitos propriamente econômicos da instituição prisional na regulação do mercado de trabalho. Sem elucidar e demonstrar os nexos que articulariam as políticas penais e as atividades econômicas, os autores seriam incapazes de explicar por que historicamente se estabeleceram grande variações nas práticas penais em sociedades com condições econômicas similares. Por outro lado, os autores subestimam o papel desempenhado pelas forças políticas e ideológicas na configuração dos diferentes regimes punitivos – por exemplo, todos os movimentos reformadores no âmbito penal foram decisivamente moldados por argumentos morais, políticos e religiosos, não analisados pelos autores – bem como ignoram aspectos fundamentais na elaboração das políticas penais, como os processos legislativos que não foram sequer examinados no livro. De qualquer modo, como admite o próprio Garland, o trabalho pioneiro de Rusche e Kirchheimer abriu caminho para estas e muitas outras questões que ainda hoje direcionam os trabalhos sobre a punição no âmbito da História e da Sociologia.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, M.C., SALLA, F., GAUTO, M. (2006) A contribuição de David Garland: a Sociologia da Punição. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, junho, p.329-350.

ALVAREZ, M.C. (2006) Punição, poder e resistências: a experiência do *Groupe d ´Information sur les Prisons* e a análise crítica da prisão. In: ALVAREZ, M.C.; MISKOLCI, R.; SCAVONE, L. *O Legado de Foucault*. São Paulo : Editora da UNESP, 2006, p.45-60.

BAUMAN, Z. (1999) Lei global, ordens locais. In: _____. *Globalização*: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, p.111-136.

_____. (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro : Zahar

CHRISTIE, N. (2002) Elementos de geografia penal..*Discursos sediciosos, Crime Direito e Sociedade*, ano7, nº 11, 1º semestre, p.93-100.

FOUCAULT, M. (1977) *Vigiar e Punir*. Petrópolis : Vozes.

GARLAND, D. (1993) *Punishment and Modern Society*: a study in social theory. Chicago : Oxford University Press.

_____. (2001) *The Culture of Control:* crime and social order in contemporary society. Chicago : University of Chicago Press.

MELOSSI, D. (1978) Introduzione all´edizione italiana: Mercado del lavoro, disciplina, controllo sociale: una discussione del texto di Rusche e Kirchheimer. In: RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Pena e struttura sociale*. Bologna : Mulino, p.7-34.

NEDER, G. (2004) Nota introdutória à edição brasileira. In: RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. (2004) *Punição e Estrutura Social.* 2ª edição. Rio de Janeiro : Revan.

RUSCHE, G.. (1994) Marché du travail et régimes des peines: contribution à la sociologie de la justice pénale. In: RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Peine et structure sociale* . Paris : Éditions du Cerf, p.99-113.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. (2004) *Punição e Estrutura Social.* 2ª edição. Rio de Janeiro : Revan, p.11-16.

WACQUANT, L. (2001a) *Os condenados da cidade:* estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro : Revan.

_____. (2001b) *As prisões da miséria.* Rio de Janeiro : Zahar.

_____. (2002) A ascensão do Estado penal nos EUA. *Discursos Sediciosos*, Rio de Janeiro, ano 7, n.11, p.13-39.

WIGGERSHAUS, R. (2002) *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro : Difel.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre Musas e Paradigmas: memória, historiografia e a produção de conhecimento sobre o passado.

Andre de Lemos Freixo*

Resumo: A memória pode se relacionar com a prática da escrita da História. Compreendendo-se que a memória é a presença do passado – um eternamente mutável e sempre maleável jogo de tradições e filiações, escolhas e identidades –, intende-se neste *paper* reconhecer a existência de características comuns tanto à memória quanto à História. Tais considerações pretendem apontar alguns aspectos acerca da presença da memória na História, enquanto produto da escrita profissional do historiador (sempre dada num determinado "presente") – que é, por excelência, um profissional já "pré-ocupado" por uma dada formação histórica e por memórias sociais, coletivas e históricas.
Palavras-Chave: Memória – Historiografia – Teoria da História

Abstract: Memory relates to the writing of History. The intent of this paper is to recognize common characteristics both to memory as to History. These considerations seek to appoint some aspects of the presences of memory in History, while product of a professional writing – which is, therefore, an action and an effort of the historian, an already "pre-occupied" professional by a certain historical formation and by social, collective and historical memories.
Keywords: Memory – Writing of History – Theory of History

> *É verdade que os preconceitos que nos dominam freqüentemente comprometem o nosso verdadeiro reconhecimento do passado histórico. Mas sem uma prévia compreensão de si, que é neste sentido um preconceito, e sem a disposição para uma auto-crítica, que é igualmente fundada na nossa autocompreensão, a compreensão histórica não seria possível nem teria sentido (GADAMER, 2003: 12-13).*

Apresentação

---

*

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e bolsista Capes.

O mundo ocidental vive, desde fins da década de 1980, um processo mutação em nossas relações com o tempo. A simbólica derrubada do Muro de Berlim unificou o mundo ocidental em torno da bandeira "democrática" capitaneada pelos Estados Unidos da América, sepultando ideais e utopias e dando início a uma crise que o historiador francês François Hartog irá chamar de uma crise no *Régime d'Historicité* moderno. Nela, as relações entre experiências e projetos, entre passado e futuro – que organizaram as sociedades ocidentais desde fins do XVIII – passaram a ceder lugar a um constante e cada vez mais alargado presente, fenômeno que Hartog irá chamar *présentisme* (HARTOG, 2003). Desta forma, indaga-se: em que medida essas alterações na relação que estabelecemos com o tempo afetam as condições de produção do discurso e narrativas históricas acerca do passado?

O *boom* memorialístico, arquivístico, patrimonialista e museológico que parece ter tomado de assalto o mundo ocidental aponta para uma nova "economia" do tempo: um presente cada vez mais *omni-presente*, tornando-se, pois, simultaneamente, "experiência" e "expectativa", conduz a uma crise que as sociedades passam a ter de enfrentar: uma crise identitária. A memória torna-se, portanto, um viés de construção de certezas e identidades diante desse quadro. Por um lado, permite restabelecer vínculos com o que foi, e por outro, diante das incertezas de um futuro cada vez menos previsível, possibilita tentar estabelecer uma relação de preservação para as gerações que não são ainda. As exigências do presente, nessa nova economia do tempo, demandariam dos historiadores, pois, uma nova relação com seu ofício? Uma nova relação com a memória em seu ofício?

A presente discussão buscará exercitar um trabalho de reconhecimento das relações cada vez mais imbricadas entre memória e historiografia, apontando que a historiografia pode emergir como parte de um esforço de memórias que a antecedem e a ultrapassam.

Memória e Historiografia

Nem sempre lineares, as relações entre memória e historiografia são, entretanto, milenares. *Mnemosyne*, a "rainha da Eleutéria" para os gregos, era a deusa da Memória (*Mneme*), uma das titânicas filhas de Uranos (os Céu) e Gaia (a Terra), irmã de Cronos (pai de Zeus). A relação dos antigos gregos com a idéia de memória era bastante peculiar: a memória somente poderia existir por meio da música e dos cantos, isto é, as histórias eram cantadas e não faladas nem escritas.

Com o advento da tecnologia da escrita os gregos sofisticaram suas formas de armazenamento cultural e, assim, *Mnemosyne*, a antiga deusa, passou a ser representada como a mãe das nove musas das artes: frutos das nove noites que ela teria se deitado com Zeus sobre as planícies da Eleutéria, depois de ele se disfarçar de pastor. *Mnemosyne* foi tida como a quarta esposa de Zeus e, diferentemente do restante dos titãs, não foi aprisionada nos poços do Tártaro. Isto reflete a importância da memória para os gregos. Segundo um velho sábio grego, "os homens morrem, porque não são capazes de juntar o começo ao fim"; somente *Mnemosyne* poderia ligar o que fomos, somos e seremos (CATROGA, 2001: 35). Dentre suas nove filhas, *Clio* ("glória" ou "fama") foi à musa da História e da criatividade. *Clio* divulgava e celebrava as realizações humanas.

Para Heródoto de Helicarnasso, o papel da história seria o de preservar os feitos humanos da inelutável obliteração do tempo e do esquecimento. Suas histórias poderiam conferir imortalidade aos feitos humanos que, em oposição ao ciclo vital humano de nascimento e morte, poderiam permanecer eternamente, mantendo balanceado o lugar da humanidade no *Kosmos*. Assim, a capacidade humana de realizar tal inversão (da vida biológica finita à imortalidade) seria atribuída a *Mnemosyne*, isto é, à lembrança. Esta solução grega de Heródoto foi, pois, uma solução poética – os poetas e historiadores antigos conferiam fama imortal aos feitos e palavras, que perdurariam para além da morte de seu autor. Heródoto registrava eventos e tradições que lhe eram contadas, mas advertia que seu trabalho restringir-se-ia a narrá-los, o que não necessariamente significava acreditar neles. Desejoso de saber Heródoto "investiga" (*historei*) e, assim, preserva as memórias dos feitos de gregos, persas, egípcios etc., de acordo com o que via e ouvia. Sua opção pela construção de histórias fundamentadas nas evidências orais demandou uma memória incrivelmente desenvolvida e, como diz Arnaldo Momigliano, "ainda que cuidadoso ao anotar as similaridades, ele esteve sempre mais pronto a detectar as diferenças" (MOMIGLIANO, 2004: 66). Sua narrativa não explica nada, ela apenas narra, e de forma bastante "seca", diria Walter Benjamin (BENJAMIN, 1985: 204). Talvez por isso, mesmo após tantos séculos, algumas delas ainda permitam à humanidade espelhar-se nelas.

Segundo François Hartog, Heródoto "investiga", pois não possuiria a autoridade natural de um aedo (que *vê* como a musa, pois inspirado pela mesma). Heródoto somente poderia contar com seu "procedimento de investigação, que é o primeiro momento de sua operação historiográfica. (...) Contra o tempo que tudo apaga, o historiador fará obra de memória (...)" (HARTOG, 2000: 13). Falar da escrita da História é, pois, falar um pouco da

origem prática da memória e de perguntas e respostas, ações tão antigas quanto contemporâneas.

Das inspiradoras musas gregas que viam, sabiam e diziam os eventos ocorridos "como verdadeiramente aconteceram", tomaremos um atalho aos tempos modernos; tempos da História e de "historicismos", mas também da memória.

O processo de disciplinarização da História no XIX instaurou rígidos paradigmas metodológicos modernos que "separaram" a memória e a História. Ao emancipar-se do idealismo alemão, a consciência histórica passou a figurar nos quadros das ciências, tornando-se, pois, uma das mais fortes opositoras ao pensamento filosófico idealista que marcara a reflexão histórica no Setecentos – tendo em Hegel seu maior expoente. Assim, diz Lefebvre, um "conhecimento positivo" pautado por normas "matemáticas" de equacionar causas e efeitos permitiria "observar os fatos, constatar suas relações e servir-se delas para a ciência aplicada" (LEFEBVRE, 1971: 31). A "ciência da História" e seus métodos tornaram-se grandes paradigmas para as outras "ciências do espírito", dotando os historiadores de um prestigioso halo próprio, gerando fascínio e uma grande influência intelectual e social.

Uma nova relação com o tempo se instalara após a Revolução Francesa, selando definitivamente a vitória dos modernos em sua querela contra os antigos sobre quem possuiria o verdadeiro conhecimento. Um "Novo Tempo" (*Neuzeit*) que separou o *continuum* passado-presente e, segundo Hannah Arendt, instalou o homem entre o passado e o futuro, foi o princípio a partir do qual foram construídas as bases empíricas "positivas" da nova ciência histórica: a análise das diferenças humanas no tempo. Em um tempo com dimensões de passado, presente e futuro "objetivas", a História buscará estudar o singular, aquilo que não se repetirá. Leopold von Ranke foi um de seus maiores expoentes, determinando que a História deve apreender no individual (no irrepetível), o universal (o total).

A memória foi considerada falível diante dos poderosos pressupostos metodológicos oitocentistas de "provações" científicas, pois a memória não "provaria" nada segundo critérios de uma argumentação racional, sendo, portanto, descartada de quaisquer papéis que pudesse exercer dentro do campo disciplinar histórico. Esta separação foi um marco dentro da historiografia do século XX, que, ao final do mesmo, viu-se diante das aporias que tal "separação" induz.

No século XX, no entanto, a memória e a História voltariam a se encontrar. Em *A Memória Coletiva*, porém, Maurice Halbwachs difereriria a memória histórica da memória coletiva. A primeira seria um produto artificial, que agiria segundo uma linguagem didática voltada a uma utilidade pública específica. A segunda seria originária de uma espontaneidade

anônima, produto de uma transmissão oral e repetitiva, sacralizando recordações. Na esteira de sua perspectiva sociológica, historiadores como Jaqcues LeGoff (1985), Pierre Nora (1984) e Lucien Febvre (1953) manteriam as diferenciações entre a memória e a História. Para eles, se a historiografia promove a precisão em sua leitura, a memória, no máximo, teria um aspecto verossímil, pois esta não colocaria de lado as paixões do sujeito que reflete. A História, pelo contrário, filha da separação entre sujeito e objeto, poderia, ao contrário da memória, explicar/compreender objetivamente.

No entanto, observa-se a partir de meados do século XX um relativo consenso dentro dos "domínios" da História: a História não mais se proporia a estabelecer os "fatos" como "realmente aconteceram". Tal asserção deslocou (ou mesmo transpôs) a já tênue linha fronteiriça (instalada no Oitocentos) entre o "fictício" e o "verídico", e, poder-se-ia acrescentar, entre os estatutos que definem a memória e a História. Neste sentido, retomamos a discussão central: a idéia de como um conceito tão ligado à História quanto "memória" – que ao mesmo tempo em que se confunde com ela, cria-se a partir dela e também a antecede – pode permitir reflexões acerca do próprio ato de produção do conhecimento histórico. E mais, poder-se-ia indagar: em inícios do século XXI, a historiografia contemporânea cingir-se-ia a buscar verdades? Possuiria uma visão linear do tempo? Acreditaria no mito do progresso universalista? Ou esta historiografia estaria operando com uma perspectiva não contínua de tempo, reconhecendo que não há um abismo entre sujeito e objeto e matizando suas pretensões a verdades definitivas?

Encontrar determinados aspectos antes identificados como exclusivos da memória dentro do campo de atuação historiográfico é importante, senão crucial, para identificarmos os limites e possibilidades da escrita dos historiadores. A seleção, a verossimilhança, a representação e o presentismo compõem a memória e a escrita histórica. Entretanto, nas palavras de Fernando Catroga,

> *o reconhecimento da existência de características comuns à memória e à historiografia não pretende negar, porém, a especificidade de ambas as narrações sobre o passado. No entanto, importa sublinhar que a historiografia também nasceu como meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova ars memoriae exigida pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita (CATROGA, 2001: 40).*

A ação anamnética, assim como a escrita (e, não obstante, a leitura) da História, *re-presentificam* (termo de Catroga) experiências pretéritas a partir de um determinado campo

de experiências presentes, utilizando-se de toda sorte de traços, indícios e vestígios que possibilitem suas *re-presentações*. Estas situam na *ordem do tempo* [1] aquilo que já não é mais. Em suma, memória e historiografia teriam, portanto, papéis no que tange a (re)presentificar o passado, pois atuam numa espécie de redistribuição temporal que, como Paul Ricoeur afirmou, ajuda a fazer o trabalho de luto e a pagar as dívidas do presente em relação ao que já não é (RICOEUR, 2000).

A historiografia (assim como memória), pois, efetiva o passado num tempo pretérito, separando os vivos (os que lembram) dos mortos (os que são lembrados). E mais:

> *(...) a recordação e a historiografia constróem re-presentificações que interrogam os indícios e traços que ficaram do passado. É certo que o traço da anamnese individual é interior. Todavia, esta também pode ser provocada pela necessidade que a memória tem de se "espacializar", e sabe-se que o testemunho do documento "religa memória e história" através de interrogações que o historiador formula em função da sua própria experiência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças (CATROGA, 2001: 45).*

Portanto, seria enganoso supor que a historiografia, apesar de se pronunciar em nome da razão, não possa construir seu discurso sobre a dialética existente entre a memória e esquecimento, entre silêncio e recalque. As perguntas que conduzem os historiadores através de sua operação historiográfica partem de uma "mente já *pré-ocupada* com uma dada formação histórica" (CATROGA, 2001: 48), bem como determinadas memórias e suas respectivas identidades pessoal, social e profissional. As questões que os historiadores formulam, muitas vezes, encontram-se amplamente permeadas pelas preocupações de seu presente e de seu lugar social de fala. Encontrado-se compostas, portanto, por uma série de *não-ditos* que se apresentam como silêncios profundamente eloqüentes e constituintes da(s) pessoa(s) por trás da sua operação historiográfica (CERTEAU, 2006).

Neste quesito, a História da História tem se mostrado um campo profícuo em exemplos bem sucedidos de estudos em que, mesclando esforços em historiografia, filosofia, psicanálise, teoria literária, sociologia, antropologia etc., promovem a aproximação e o inevitável imbricamento (e, obviamente, suas conseqüências dentro dos debates

---

[1] A *ordre du temps*, para Hartog, remete à *Ordem do Discurso* de Foucault. Seria, pois, produto de um tipo de experiência do tempo pelas sociedades que modelam seus modos de dizer e de viver seus próprios tempos. Tal experiência seria um *régime d'historicité*, que abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento, dando ritmo à "escritura" do tempo, pondo em ordem o tempo. Neste sentido, um Regime de Historicidade é, pois, uma ordem do tempo, na medida em que permite e proíbe pensar, escrever e articular certas coisas. Ver: **HARTOG**, 2003.

historiográficos) das relações entre memória e escrita da História. O presente *paper* buscou manter este diálogo aberto.

Considerações Finais

À guisa de encerramento, pode-se dizer que a historiografia pode não estar tão separada da memória quanto se quis acreditar. Na realidade, assim como na mitologia *Clio* seria filha de *Mnemosyne*, poder-se-ia aventar que a História seria, em parte, filha da memória (VEYNE, 1979). Nos tempos modernos a recíproca tornou-se verdadeira, pois a História passou a produzir e legitimar, também, memórias. O maior exemplo disto talvez sejam as grandes Histórias nacionais: grandes epopéias, repletas de heróis e aventuras que para além de serem meras narrativas sobre um passado possível, tornaram-se as "verdadeiras" (e cientificamente apresentadas como tal) trajetórias sobre quem as nações eram e como se tornaram os "atuais gigantes", produzindo identidades e sentimentos de pertencimento e afetividade, instaurando a História na ordem da sacralidade.

A historiografia pode, portanto, vir a funcionar como um agente constituinte e legitimador de memórias e tradições que as antecedem e também as sucedem. A partir da historiografia memórias se oficializam e, por conseguinte, se recriam e ressignificam. Quando compreendida segundo critérios cientificistas (ou "metódicos"), a historiografia, sob as vestes de ciência imparcial, pode dotar a História de um tipo de credencial profundamente valioso, em particular nas sociedades voltadas para perspectivas pragmáticas sobre a produção de conhecimento sobre o passado, ou ainda em sociedades regidas por uma ordem do tempo "presentista". São as implicações éticas e políticas (i.é., os usos e abusos) destas credenciais que se tornam um problema.

Retomando a proposta de Hartog sobre a crise que se instaura diante de uma mudança de regimes de historicidade, onde um presentismo torna-se o próprio espaço de experiência e seu próprio horizonte de expectativas em relação ao tempo, o papel do historiador e de sua escrita encontram-se, pois, numa nova condição. Diante de sociedades que produzem e consomem o acontecimento em ritmo aceleradíssimo, os historiadores têm diante de si um novo dilema e com ele uma nova responsabilidade de cunho ético: reconhecerem-se, enquanto produtores de História e memória, mas também, e antes, enquanto seres humanos, constituídos por memórias e histórias.

Talvez, para isso seja preciso reconhecer que uma História de um "determinado tipo" está desaparecendo diante das novas relações temporais que experimentamos desde fins do século XX. Para que se possa estabelecer um outro tipo de História, talvez seja preciso que aqueles que se situam entre musas e paradigmas, i. é., a tradição que se estende desde Heródoto até os "pais" da disciplina histórica no XIX – e os que hoje se definem como historiadores – reconheçam que a memória, assim como a História, é uma das partes constituintes da condição histórica do homem. Portanto, isto significa reconhecer que a perspectiva historiográfica pode não ter como vencer verdadeiramente os "ardis da memória" (CATROGA, 2001: 65), mas pode problematizá-la dentro de seu ofício. Ao reconhecer que a História não é uma estrela de grandeza maior e que ela não anima todos os racionalismos com sua luz "inerente", seus agentes poderão, talvez, abrir um outro capítulo na História da História.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas (vol. I)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre (Org.). **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

HARTOG, François. *A Fábrica da História: do "acontecimento" à escrita da história, as primeiras escolhas gregas*. In: **História em Revista**, Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, dep. de História e Antropologia, v. 6, dez. 2000. Pp. 7-19.

HARTOG, François. **Régimes d'Historicité**: présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

LEFEBVRE, G. **La Naissance de l'Historiografie Moderne**. Paris: Flammarion, 1971.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RICOEUR, P. **La Memóire, l'Histoire, l'Oubli**. Paris: Seuil, 2000.

VEYNE, Paul. **Comménton Écrit l'Histoire**. Paris: Le Seuil, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Etelvina! Acertei no milhar!" – Os jogos de azar no discurso da Associação Comercial do Rio de Janeiro e a criação do Serviço de Recreação Operária.

Angela Brêtas*

Resumo: Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, este trabalho apresenta a análise efetuada nos discursos sobre os jogos de azar emitidos no âmbito da Associação Comercial do Rio de Janeiro entre 1922 e 1926. Para nós o Serviço de Recreação Operária se constituiu em campos discursivos diversos e estes discursos isolados ao serem deslocados, interligados, colocados em conjunto e tornados pertinentes geraram um campo de presença que tornou possível sua criação. Nesta perspectiva o discurso sobre os jogos de azar emitido pelo patronato comercial é considerado como uma das dispersões que confluíram para formar o campo de presença do Serviço já que se referia ao processo de construção de um novo trabalhador e de seu controle, inclusive no tempo de repouso. Este trabalho é parte de uma tese de doutorado na qual analisamos os debates e as posições adotadas pela Associação sobre a duração da jornada de trabalho, sobre o tempo de férias e sobre os temas que os atravessam a fim investigar as dispersões dos discursos sobre o tempo do não-trabalho.
Palavras-chave: jogos de azar, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Serviço de Recreação Operária

Abstract: With purpose to amplify the comprehension about creation and working of the Factory Workers Recreational Service, an organ created in 1943, by the Ministry of Labour, Industry and Commerce in the time of administration of Alexandre Marcondes Filho, this work presents an analysis effectuated in speeches about the games of chance emitted in the ambit of Commercial Association of Rio de Janeiro between 1922 and 1946. To us, the Factory Workers Recreational Service consists of many discursive fields and these isolated speeches when are displaced, interlinked, disposed in whole and turned relevant beget a field of presence that turned again possible its creation. In this perspective the speech about games of chance emitted by the commercial protector is considered as one of the dispersions that joined to form the Service field of presence once is related to the procedure of a new worker construction and his control, but also at his leisure time. This work is part of a dissertation in which we analyze the debate and positions adopted by the Association about the day's work duration, about the vacation and themes that cross them in order to investigate the dispersions of speeches about the no-work time.
Keywords: games of chance, Commercial Association of Rio de Janeiro, Labourer Recreation Service.

* Professora Doutora.
Grupo de Pesquisa Anima / Escola de Educação Física e Desportos / Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação / Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a criação e o funcionamento do Serviço de Recreação Operária (SRO) decidimos analisar os discursos daqueles que compuseram uma importante força no processo de conformação do tempo do não-trabalho: os patrões. Optamos por investigar os dispositivos ativados pelos comerciantes ligados à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), por esta ser uma entidade que tendo sido criada em 1820, sempre agiu no sentido de delimitar seu campo de atuação. A Associação é tomada como uma representação do pensamento dos empresários do comércio, cabendo esclarecer que mesmo no interior de uma entidade patronal havia tensões e conflitos que tornavam aparentes as divergências de opiniões. Todavia, apesar destas diferenças, acima de tudo estava a tentativa de consolidação de um poder e de um lugar social o que levava a entidade a encontrar soluções para os eventuais impasses. Este trabalho é parte de uma tese de doutorado na qual analisamos os debates e as posições adotadas pela Associação sobre a duração da jornada de trabalho, sobre o tempo de férias e sobre os temas que os atravessam a fim investigar as dispersões dos discursos sobre o tempo do não-trabalho.

A ACRJ era uma instituição que acompanhava de perto as medidas governamentais, procurando interferir sempre que se sentia prejudicada. Participava fortemente da vida política do país, em especial do Distrito Federal, e sua atuação tinha o quádruplo objetivo de proteger os interesses dos associados, fazer soar alto sua voz nas instâncias de poder, garantir sua penetração e intervir sempre que fosse possível e necessário. Segundo Gomes (1979), a ACRJ era uma instituição que congregava a elite dos homens de negócio ligados ao comércio. Concordamos com a autora em parte, pois apesar da Entidade ter como afiliadas, por exemplo, a *"British Chamber of Commerce in Brazil", "The Marine Insurance Association", o Centro dos Industriaes de Serraria*, o *Centro Industrial do Brasil* e a *Associação das Companhias de Seguros*, também eram associadas a *Sociedade União Commercial dos Varegistas de Seccos e Molhados*, a *Associação dos Proprietários de Padarias*, o *Centro dos Commerciantes de Botequins e Mercearias do Rio de Janeiro*, dentre outros representantes do pequeno comércio. Apesar de não acreditarmos que houvesse homogeneidade nos interesses do comércio e da indústria como um todo e, mais, que tal homogenia pudesse corresponder em absoluto aos interesses desta elite, pensamos que as informações obtidas a partir dos relatórios da ACRJ são uma valiosa fonte para acompanhar as atividades deste grupo, que, afinal de contas, agia com o objetivo de ocupar um lugar de destaque na sociedade.

As atividades da ACRJ visavam formar uma unidade de pensamento de modo a poder intervir no debate e interferir nas ações relativas às questões comerciais e financeiras

defendendo seus interesses. Nesse sentido realizaram algumas operações que se somaram na construção desse campo de atuação consolidando sua posição diante do Estado e da sociedade como um todo. Inicialmente combateram os ilegais, de modo a excluí-los, e estabeleceram quem poderia ser considerado e respeitado como bom comerciante. Criaram mecanismos de identificação de produtos de boa qualidade, fizeram reclamações e propostas, participaram de comissões de estudo ligadas às diversas instâncias de Poder, divulgaram suas posições e opiniões e, buscaram, aumentando o número de associados, ampliar seu poder nas esferas sociais. Deste modo, nas operações de delimitar, recortar, incluir e excluir a Associação Comercial do Rio de Janeiro reforçou sua identidade e regulou o campo, uniformizando internamente seu discurso e informando a sociedade de um modo geral.

No entanto, há outros aspectos a serem investigados com relação a ACRJ. Como "a manutenção de um templo se encontra condicionada à existência de projetos, sujeitos e práticas" (Gondra, 2004, p. 74), é necessário desenvolver mecanismos de manutenção da Instituição criada. Nesta perspectiva, cabe examinar com atenção e, na medida do possível, as estratégias que foram utilizadas pela Entidade para garantir sua permanência. Já citamos algumas das instituições afiliadas e, de certo modo, por meio delas podemos ter noção de quem eram seus associados. Contudo, para manter este lugar não bastava apenas ter afiliados, era fundamental que as idéias e posições fossem divulgadas e para isso foram criados quatro mecanismos com objetivos diversos e, por conseguinte, com diferentes suportes materiais e modalidades narrativas, quais foram: a revista, os boletins, as atas e os relatórios.

Pelos limites impostos por este trabalho, não poderemos apresentar em detalhes as análises dos três primeiros, logo, iremos nos deter apenas nos relatórios. **Esta produção foi analisada tendo por base um triplo** aspecto. O primeiro está relacionado à maneira como os empresários do comércio viam seus empregados, o segundo está ligado ao que era considerado nocivo ao trabalho e, em conseqüência prejudicial para a obtenção dos lucros e, o terceiro dizia respeito às manifestações dos empresários acerca das tentativas ou das firmes intervenções do Governo para regular as relações entre patrões e empregados. Nosso interesse neste material específico deve-se ao fato de que nele há chances de acompanhar, em certa medida, o surgimento e o encaminhamento das questões que, afetando os interesses da Entidade, geravam debates e demandavam soluções. Como algo do que era discutido era transcrito, é possível, inclusive, conhecer alguns de seus personagens mais atuantes, suas posturas e opiniões, bem como observar as tensões e os conflitos.

Iniciamos sua análise em 1902 e prosseguimos até 1944, entretanto, neste estudo iremos tratar apenas dos discursos até 1926. Ao analisarmos esta produção temos

conhecimento de que a amplitude do período estudado poderia dificultar o trabalho, entretanto, cremos que tal amplidão pode ser posta a nosso favor, na medida em que neste intervalo de tempo, algumas temáticas são encobertas, outras se fortalecem e outras emergem em um movimento que não é linear e, muito menos, contínuo. Neste período mais longo não estamos procurando por um fio invisível que liga os acontecimentos, trata-se de uma maneira mais sistemática de observar a emergência dos discursos com o fito de perceber suas dispersões, escansões e descontinuidades.

Esta análise teve uma orientação muito clara. Para nós o Serviço de Recreação Operária se constituiu em campos discursivos diversos. Estes discursos isolados ao serem deslocados, interligados, colocados em conjunto e tornados pertinentes geram um campo de presença que torna possível sua criação. Neste sentido o SRO começou a ser gestado quando emergiram e circularam enunciados iluminados pelo mesmo ponto de vista no âmbito das instituições/espaços/organizações daqueles que detinham o poder e a quem interessavam as mudanças nas ordens social, econômica, financeira, cultural, política e moral. Nosso interesse específico neste estudo está relacionado ao processo de configuração do tempo do não-trabalho, na medida em que o Serviço de Recreação Operária destinava-se a efetuar mudanças nos comportamentos e nos costumes lúdicos dos operários. Temos plena consciência de que ao fazermos isso também acompanhamos parte do processo de elaboração e de implantação da legislação social ocorrido durante a 1ª República, período no qual as relações de produção estavam se modificando.

O interesse em moldar uma nova ordem social, impulsionado pela contribuição da ciência conformou as ações/intervenções das elites que utilizaram inúmeros dispositivos – livros, palestras, revistas periódicas, jornais, sentenças judiciais e relatórios, dentre outros - para fazer circular os conhecimentos científicos produzidos. No que dizia respeito à formação de riquezas era necessário forjar um trabalhador adequado à nova ordem capitalista que se instaurava, deste modo, era preciso colocar em ação dispositivos de controle que compelissem os homens ao trabalho. Este, paralelamente, teria que assumir uma conotação mais positiva. A Medicina e o Direito, aliados na força de suas argumentações foram importantes artífices deste processo ao interligarem trabalho, saúde, moralidade pública e individual, criminalidade, família e pátria. Óbvio está que o sucesso desta empreitada não pode ser contabilizado como absoluto, pois, entre o que se pretende atingir e o que efetivamente se consegue existe uma notável distância, entretanto, podemos considerar que, entre avanços e recuos, as elites alcançaram um bom êxito nesse processo de normatização.

Ao trabalho passaram a estar referidos atributos morais e o trabalhador, justamente por ser trabalhador, já era considerado como portador de virtudes tais como honestidade, respeitabilidade e honradez (Esteves, 1989). Nesta perspectiva, a ACRJ também se configurou como uma organização de controle do trabalhador, na medida em que pôs a circular discursos sobre como seria o empregado perfeito. Adequado à nova ordem, seria aquele que não jogasse, não bebesse e que honrasse a família, o patrão e a pátria e, por estes motivos os problemas causados pelos jogos de azar geraram inúmeros debates e fortes reações como poderemos acompanhar a seguir.

O discurso sobre os jogos de azar emerge no relatório de 1922, apresentado em 1923 e prossegue nos mesmos termos nos relatórios de 1924, apresentado em 1925, e no de 1925, apresentado em 1926. Neste período eram quatro os alvos da preocupação dos comerciantes: os mafuás, as 'andorinhas', o jogo do bicho, e todos os outros tipos de jogos de azar que aconteciam em casas especializadas. Em 1922, o representante da Sociedade União do Commercio Varejista de Seccos e Molhados, afiliada da ACRJ, reclamava de uma nova forma de *"kermesse"* (Relatório ACRJ, 1922, p. 358), designada na gíria por 'mafuá', que vinha causando prejuízos ao comércio "honesto" (p. 358). Referia-se a um tipo de feira na qual se vendia/apostava toda espécie de objetos e que, segundo ele, tinha um movimento maior do que o das feiras livres. Nestes locais eram negociados produtos sem selo de identificação e sem as devidas precauções higiênicas, além disso, se jogava na roleta e em todo tipo de aposta. Este protesto é um exemplo do esforço empreendido pelos comerciantes para criar e consolidar seu campo de atuação, pois quando se referia aos prejuízos causados pelos mafuás aos negociantes honestos, pressupunha a existência dos desonestos que eram justamente aqueles que mercadejavam nestes lugares. A situação destes últimos piorava na medida em que seus produtos não possuíam os selos que identificavam os de boa qualidade e procedência e que atendiam às regras da higiene pública. Afora tudo isso, nestes ambientes, jogava-se à vontade, o que constituía um estímulo àquele que era considerado como o pior dos vícios.

Na queixa do representante da Sociedade estão presentes as operações de excluir, recortar e delimitar, todas elas destinadas a reforçar a identidade do comerciante. Identidade de negociantes confiáveis e atentos às importantes questões de higiene e de saúde pública da época, e que não deixavam, inclusive, de observar seu papel de protetores daqueles que não sabiam cuidar de si mesmos, isto é, os pobres. Excluindo aqueles que eram vistos como desonestos, recortando e delimitando o espaço no qual os honestos negociavam, era fortalecido o *status* dos comerciantes legalmente estabelecidos que respeitavam e criavam

regras concernentes a uma boa, leal e confiável prática do comércio, e que, por isso, não seriam encontrados em mafuás. O segundo grupo que era visto como um grande inimigo do comércio varejista era formado pelas chamadas 'andorinhas'. Estas causavam apreensão ao negociar produtos de porta em porta, sem licença e sem pagar qualquer tipo de tributo, e por isso deveriam ser reprimidas. Entretanto, sobre elas não são tecidas grandes considerações.

Com relação ao jogo do bicho, em 1924, o mesmo conjunto de comerciantes ligado ao comércio de utilidades no varejo, reunido em torno da Sociedade União, se queixou dos prejuízos causados aos negócios por essa modalidade de aposta e se mobilizou enviando uma reclamação às instâncias competentes de poder. Para os sócios da Sociedade/ACRJ esse jogo era o que de pior havia para os mais pobres, porque alastrava a pobreza em benefício de alguns exploradores sem escrúpulos. Aos olhos destes homens seus lucros diminuíam pelo fato de os clientes perderem o dinheiro das despesas da vida doméstica cotidiana na 'lista'. O fato do jogo do bicho não exigir grandes estruturas para poder funcionar, ser de fácil compreensão e possibilitar apostas de pequenas quantias, tornava-o muito acessível e facilitava sua propagação e instalação em toda a cidade. Na visão dos comerciantes esta facilidade o tornava perigoso para aqueles que se dispunham a gastar suas parcas economias arriscando a sorte. Nas difíceis condições enfrentadas pelos pobres os jogos de azar poderiam se configurar em uma alternativa à pobreza e a uma vida sem grandes perspectivas criando uma falsa ilusão de riqueza ou, até mesmo trazendo pequenas melhorias nos casos de uma 'boa estrela'.

Também encontramos o debate sobre o mal causado pelos jogos de azar praticados em estabelecimentos especializados. No relatório de 1922, dando mostras de sua aliança com o patronato, a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (AECRJ), enviou uma representação à Câmara dos Deputados, com cópia para a ACRJ. Nesta a entidade representativa dos empregados reclamava contra o projeto que estava em andamento na Casa sobre a legalização do jogo em cassinos e em clubes fechados. Para ela a legalização do jogo o elevaria à condição de entretenimento o que significaria um estímulo ao vício, ao crime, à miséria e à desonra, além disso, seria praticar um desserviço à pátria e à sociedade. A alegação era de que o jogo era o mais terrível dos vícios, que intoxicava o país, subvertia a ordem dos negócios públicos e particulares, e que havia assumido proporções "aterradoras", pois em "todos os cantos se encontravam casas de tavolagem" (Relatório ACRJ, 1922, p. 359), de entrada gratuita. Ao que parece estas casas de jogo exerciam grande atração, pois apresentavam um ambiente luxuoso, com bebida e música e com a possibilidade de sexo.

O jogo era visto como um mal que atingia a todos, ricos e pobres, sendo que eram estes últimos os alvos da preocupação da Associação. Os primeiros, viciados em jogo, dilapidavam suas fortunas e os pobres, porventura empregados, eram levados a praticar crimes. Percebe-se que para os patrões a honradez do empregado poderia ser abalada pelo seu estado financeiro, isto é, quanto mais pobre maior a chance de ser corrompido. Se ele exercesse cargo de confiança a preocupação com a possibilidade de se viciar aumentava. A grande inquietação dos patrões estava relacionada a golpes tais como o furto e o estelionato. Esta é uma temática que pode fornecer, ao menos, duas indicações. A primeira sobre o grande temor dos patrões com a possibilidade de serem furtados ou de caírem em um golpe e a segunda, como conseqüência direta da anterior, que isto poderia ser um acontecimento relativamente comum.

Na tentativa de combater o problema, dentre outras sugestões, propôs-se que o jogo fosse proibido para menores, para aqueles que não pudessem comprovar sua renda e para os que fossem responsáveis por bens alheios. Além disso, deveria ser mantido longe dos grandes centros sendo transferido para estâncias hidrominerais, termais ou climáticas, o que dificultaria o deslocamento e acesso dos pobres. Esta última medida vista como patriótica, pretendia torná-lo o mais inacessível para evitar que novas pessoas se viciassem. Havia, ainda, a possibilidade de serem inaugurados cassinos nas praias da cidade, bem como em clubes fechados. Apesar de considerar que deveria ser proibido a ACRJ ressalta que nestes locais de turismo e descanso o jogo ficaria restrito ao entretenimento da "nossa alta sociedade" (Relatório de 1922, p. 358). O que leva a pensar que os ricos estariam imunes ao mal, pois era a pobreza que compelia o sujeito ao jogo, ao vício e ao crime.

Sobre a 'fraqueza natural dos pobres' concepção que aparece nos discursos do patronato, Gomes (1979) afirma que nas sociedades pré-industriais a pobreza era considerada como algo normal e necessário. Era ela que compelia os homens ao trabalho. O homem comum que era visto como um ignorante, preguiçoso, sem ambição e com tendência ao vício precisava da pobreza para se tornar disciplinado e morigerado. Devido a seus vícios e fraquezas, os pobres necessitavam de proteção e cabia àqueles mais bem posicionados o dever ético, político, religioso e moral de protegê-los. Em troca eles seriam trabalhadores obedientes e leais. Este tipo de concepção marca as relações de trabalho nas sociedades pré-industriais ocidentais, mas é possível encontrar seus sinais nos primórdios das relações capitalistas na cidade do Rio de Janeiro, como temos observado.

Outra noção que permeia os discursos é a que relaciona pobreza e criminalidade. Sobre esta, para uma maior compreensão encontramos apoio em Challoub (1996). Para ele as

expressões classes pobres e classes perigosas possuem praticamente o mesmo significado. Tal relação começa a ser estabelecida no período posterior à abolição da escravatura quando, em debates ocorridos na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, em 1890, procurava-se encontrar uma saída para o problema criado pela abolição formal dos escravos com a discussão de um projeto de lei de repressão à ociosidade. Para os deputados imperiais o bom cidadão era honesto, trabalhador, gastava com moderação e, por conseguinte, conseguia ter melhores condições de vida. Aqueles que permaneciam na pobreza eram suspeitos de não terem comportamento adequado, terem vícios, de não quererem trabalhar, ou de não serem bons trabalhadores. Nesta perspectiva, a ociosidade e pobreza estavam, por suas próprias naturezas, inseparavelmente ligadas. Começa a ser instituída neste momento a relação entre ociosidade e criminalidade que tomou os negros como principais suspeitos, pois as classes pobres eram formadas, em sua maioria por ex-escravos, por aqueles que já eram libertos à época e por seus descendentes. O autor ainda assevera que a concepção de que a pobreza estava diretamente relacionada a uma criminalidade em potencial teve e, tem, enormes conseqüências para a história de nosso país. É, por exemplo, um dos fundamentos básicos da atuação das forças policiais nas grandes cidades brasileiras e, em nossa opinião, também de uma política assistencialista de atuação voltada para jovens pobres, moradores em favelas e nas periferias das grandes cidades.

No que diz respeito a ACRJ é interessante perceber que nestes anos de 1922 até 1926 o discurso sobre os jogos de azar, em qualquer das suas modalidades, teve três grandes pontos de apoio, quais foram: os prejuízos causados ao comércio, ao indivíduo e à Pátria. Claro está que não configuraram instâncias isoladas, pois estavam imbricados. É neste contato que se forma um campo discursivo que, ao mesmo tempo em que remete aos limites do modo de pensar do patronato à época, expõe a singularidade desse discurso, isto é, naquelas condições históricas, este era o modo possível de operar sobre os fatos. Além disso, cria um campo de memória no qual alguns discursos permanecem e são transmitidos, outros emergem, outros desaparecem e mais adiante são retomados e, nesse movimento vão sendo criadas as condições para o surgimento do Serviço de Recreação Operária.

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*: política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
GONDRA, José. *Artes de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Narrativas de uma vida, escritas da história: (re)pensando a exaltação biográfica da experiência modernista do escritor Luís da Câmara Cascudo

Francisco Firmino Sales Neto*

Resumo: Há algum tempo as biografias têm se constituído no novo filão historiográfico, sendo resignificadas como gênero da pesquisa histórica. Nesse sentido, as biografias passaram a ser entendidas como uma das maneiras possíveis de escrever história. Nosso trabalho pretende justamente examinar um capítulo biográfico, o do escritor norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo, referente à sua atuação intelectual nos anos de 1920, mostrando como sua experiência modernista foi tomada como eixo explicativo para toda sua obra. Esperamos evidenciar como a construção desse capítulo biográfico está intrinsecamente ligada à escrita histórica que a possibilitou e obedecendo aos interesses formulados pelos escritores que a produziu.
Palavras-chave: Biografia – Escrita da História – Luís da Câmara Cascudo.

Abstract: Lately, biographies have become a new trend in the historiographic market, being established as an aspect of historical research. In this sense, biographies are seen as a feasible way to write history. This paper intends to examine a biographical chapter in a norte-rio-grandense writer – Luis da Câmara Cascudo – related to his modernist experience, showing how his modernist experience has been taken as an explanatory guide to his work. We expect to evidence how the making of this biographical chapter is closely related to the historical writing that made it possible and attends the interests of those whose produced it.
Keywords: Biography – historical writing – Luís da Câmara Cascudo.

Recentemente, em julho de 2006, foi inaugurada uma exposição no Memorial Câmara Cascudo, em Natal, em memória dos vinte anos da morte do escritor norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo[1], que falecera a 30 de julho de 1986. A exposição intitulada *Câmara Cascudo 20 anos de encantamento*[2] foi orientada de modo a passar por toda a vida desse escritor. Curioso foi constatar que, na parte referente à década de 1920, havia uma foto de Mário de Andrade entre a foto do casamento de Cascudo com a jovem Dahlia Freire, ocorrido no ano de 1929, e a foto do jovem Cascudinho – como ele então era

* Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação "História e Espaços" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

[1] Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, a 30 de dezembro de 1898, e faleceu na mesma cidade, a 30 de julho de 1986. Autor consagrado, sobretudo como folclorista, atuou em diversas áreas do saber, dentre elas a literatura, como crítico literário – figura de saber que, por ora, mais nos interessa.

[2] Essa exposição, permanente, foi inaugurada nas dependências do Memorial Câmara Cascudo, no dia 24 de julho de 2006.

chamado – em sua biblioteca, que sugeria o início da sua atividade intelectual. Isso nos fez refletir acerca de algumas questões: 1) em que sentido a imagem do paulista Mário de Andrade foi colocada ao lado da representação de dois momentos tão importantes na vida de Câmara Cascudo, o seu surgimento para a escrita e a união marital com a sua "flor sem espinhos"[3]? 2) obedecendo a que princípios essas três fotos foram escolhidas como os momentos mais significativos para ilustrar aquela fase da vida de Câmara Cascudo? 3) por que o início da amizade entre os dois escritores foi destacado como um marco na biografia de Câmara Cascudo?

É exatamente isso o que acontece! A amizade entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade tem sido referência obrigatória em qualquer narrativa da vida de Cascudo. Escrever uma biografia sobre Cascudo é, antes de tudo, dizer que ele foi amigo de Mário de Andrade e, por isso, fora um escritor modernista de "primeira hora" (LIMA, 1978). Analisar a década de 1920 no Rio Grande do Norte, em seus aspectos culturais, é quase que exclusivamente tratar da aproximação de Câmara Cascudo com o Movimento Modernista, através da influência de Mário de Andrade (ARAÚJO, 1995). Estudar esse momento na história do Rio Grande do Norte, utilizando Câmara Cascudo como ponto de observação, segue o mesmo caminho: constata-se que a cidade do Natal começou a se modernizar e que, no âmbito cultural, essa modernização veio acompanhada de idéias literárias modernistas trazidas por Cascudo.

As teias dessa trama discursiva são tão fortes que é praticamente impossível algum autor dela escapar. Por mais que se tente evitar, acaba-se reproduzindo esse discurso. A tal ponto que o Memorial Câmara Cascudo – órgão que abriga o acervo do escritor e que é administrado pela família Cascudo – também concentra suas explicações na atuação modernista de seu patrono, vide, por exemplo, a exposição citada. Deste modo, reproduz-se para Cascudo uma memória cristalizada de sua experiência modernista que, ao exaltá-lo, o insere no rol dos "grandes escritores modernistas" e que, em contrapartida, apaga outras experiências culturais ocorridas naquele momento, notadamente as influências do Movimento Regionalista-Tradicionalista, de Gilberto Freyre. Nesses enunciados Cascudo aparece como modernista e nada mais.

Mas será que diante da sabida multiplicidade inerente ao indivíduo, sobretudo um sujeito que experimentava a tensão do advento da modernidade em uma cidade provinciana, explicá-lo unicamente através do modernismo não seria uma atitude reducionista, não apagaria todas as suas contradições, todos os seus pontos conflitantes? Essa nova questão nos

[3] "Flor sem espinhos" era a maneira carinhosa como Cascudo se referia a sua esposa Dhalia. Como sabemos, Dália é o nome de uma bela flor, sem espinhos.

fez suspeitar da naturalidade da imagem modernista de Câmara Cascudo, levou-nos a questionar os argumentos que a sustentavam. Em decorrência dessa suspeita decidimos analisar esse capítulo biográfico cascudiano, voltando à década de 1920 para verificarmos o provável momento em que essa narrativa foi engendrada e que princípios a norteava.

Nesses termos, fomos aos arquivos consultar a documentação, principalmente cartas e jornais e revistas de Natal e Recife.[4] E, como esperávamos, não encontramos o Cascudo modernista nos termos e nos traços elencados pelos estudos que, antes, haviam nos servido de ponto de partida para iniciarmos nossa pesquisa, particularmente os trabalhos de Veríssimo de Melo, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, e os de Humberto Hermenegildo, professor do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Então, as informações a seguir são algumas das constatações oriundas dessa documentação e que apontam para a dimensão histórica do gênero biográfico, do qual a vida de Câmara Cascudo, em meu entender, pode claramente exemplificar, demonstrando que mesmo às narrativas de vida há implicações e necessidades do presente que a produz e a efetiva.

A primeira constatação divergente que localizamos foi que Câmara Cascudo não fora um modernista de primeira hora, ao contrário, foi um modernista de última hora. Em termos de postura assumida e de estilo de escrita, Cascudo só pode ser rotulado exclusivamente como modernista, assim como querem seus biógrafos, nos seus textos de 1928 e 1929, quando nitidamente demonstra ser um modernista preocupado em se afirmar entre seus pares. Antes disso, havia nele uma liberdade de escrita e pensamento que passava por uma erudição clássica, um passadismo regionalista e, claro, também por visões futuristas. Assim sendo, seu pensamento, como o de qualquer outra pessoa, escapa às demarcações que o tentam definir e limitar. Chegar a essa conclusão só aumentou o nível de complexidade de nosso trabalho, pois como poderíamos explicar o fato dos biógrafos escolherem dois únicos anos (1928 e 1929) para representarem toda uma década?

A solução encontrada para resolver essa questão foi ampliar nosso corte cronológico que, a princípio, ia de 1918, com o início da atividade intelectual por Cascudo, até 1929, com a visita de Mário de Andrade a Natal. Decidimos, então, consultar em jornais e revistas das décadas seguintes a agitação literária dos anos de 1920, uma vez que eram nas páginas dos jornais e revistas que as informações sobre Câmara Cascudo eram veiculadas e

[4] Dentre os inúmeros documentos consultados, destacamos as correspondências trocadas por Cascudo com Gilberto Freyre e Mário de Andrade; os jornais potiguares *A Imprensa*, *A República* e *A Notícia*; os jornais pernambucanos *Diário de Pernambuco*, *Jornal de Comércio* e *Jornal Pequeno*; as *Revista do Centro Polymathico* (RN), *Revista de Pernambuco* (PE) e *Revista do Brasil* (SP), dentre outras.

em virtude de ainda não haver biografias de Cascudo publicadas na época para a qual estávamos focados.

A primeira informação nova e importante que essa documentação trouxe foi a verificação de que até a década de 1970 era em torno do regionalismo que a atuação literária de Câmara Cascudo nos anos 20 podia ser explicada. Os jornais e revistas consultados mal se referiam à aproximação de Cascudo com o Movimento Modernista e pouco se utilizavam desse evento quando o biografavam. Por outro lado, o regionalismo era o viés explicativo para a vida e a obra cascudiana. A título de ilustração podemos citar um trecho de uma notícia publicada no jornal natalense *A República*, em 09 de fevereiro de 1960. Assim escreveu o autor da notícia:

> *Definida e marcante é, sem favor, do panorama da inteligência brasileira, a posição que ocupa o historiador eminente, o folclorista consagrado e o etnólogo ilustre que se chama Luís da Câmara Cascudo. Figura excepcional, de humanista e sábio, sobretudo no terreno das investigações históricas e dos estudos folclóricos, ainda que se proclamadas renitências provincianas, e por isso preso pelas raízes de saudável regionalismo a ambiência nordestina em que se formou, e a que dá relevo e lustre, nem assim, porém, passou Luis da Câmara Cascudo muito tempo ignorado no seu "habitat" (ÍNTEGRA, 1960).*

Portanto, ao narrarem a história da vida de Câmara Cascudo seus biógrafos que escreveram entre as décadas de 1930 e 1970 o articulavam, como no exemplo acima, com o Movimento Regionalista. A explicação é muito simples. Todas as narrativas eram feitas por intelectuais e jornalista locais que dialogavam fortemente com intelectuais e jornalistas pernambucanos, especialmente com os regionalistas-tradicionalistas Mário Melo e Gilberto Freyre. A articulação entre o jornalismo e a intelectualidade norte-rio-grandense com a pernambucana pautava essas narrativas, determinando quais elementos eram citados nas crônicas dos jornais nos quais pesquisamos. As explicações oriundas de Recife, onde o regionalismo era exaltado, uma vez transpostas para Natal serviam para esclarecer a atuação literária de Cascudo nos anos de 1920. Recife e Gilberto Freyre, pois, eram as referências quando se abordava essa questão.

Nesse sentido, as biografias aparecem como uma escrita datada e, portanto, historicizável. Até aproximadamente o final da década de 1970 o regionalismo era o discurso dizível para a escrita da história da vida de Câmara Cascudo. Mas, ainda assim, não encontramos aí as explicações para o porquê dos anos de 1928 e 1929 serem generalizados

para toda a década de 1920. Essa elucidação só foi alcançada com a documentação das décadas de 1980 e 1990. Documentação essa que, curiosamente, foi também produzida pelos autores nos quais fizemos a leitura inicial sobre o tema. De bibliografia os trabalhos de Veríssimo de Melo e de Humberto Hermenegildo passaram a ser fontes.

Nos artigos em jornais da década de 1980 há uma livre movimentação das explicações, ora centradas no regionalismo, ora no modernismo. Porém, já podíamos identificar nesses textos uma tentativa de fazer o modernismo se impor como enunciado principal e de maior importância para os primeiros estudos cascudianos. O verbo é exatamente esse: impor. Aos poucos o regionalismo vai sendo apagado das crônicas publicadas pelo jornal *A República*. E, rapidamente, o modernismo vai sendo posto a funcionar nesses lugares que haviam sido esvaziados de sua significação.

Em termos teóricos, não houve uma mudança metodológica das narrativas centradas no regionalismo para as centradas no modernismo. Essas pequenas biografias permaneceram em sua postura tradicional: ênfase nas continuidades, na coerência individual, no relato exemplar, etc. O que ocorreu foi uma modificação de enunciados. Novos elementos passaram a ser agenciados para explicar os mesmos contextos, muito embora os fins tenham se mantido os mesmos: exaltar Câmara Cascudo e agrupá-lo a algum movimento literário importante. A partir de então, começamos a mapear as condições de possibilidade que estabeleceram o modernismo como discurso único e absoluto para toda a década de 1920 no Rio Grande do Norte.

Fica claro nos artigos de jornais, da década de 1980, que seus autores haviam feito uma leitura retrospectiva e anacrônica da agitação literária dos anos 1920, no Rio Grande do Norte. A década de 1920 era lida com as projeções e perspectivas dos autores contemporâneos a 1980, e não na sua própria historicidade. Assim sendo, os vários escritores dessas biografias de jornal às quais estamos problematizando partiam de um Movimento Modernista extremamente consolidado, altamente estudado e demasiadamente divulgado. Diante da imensa propaganda realizada pelos jornais acerca de um "vitorioso" movimento pela renovação das letras nacionais, o modernismo assumiu uma posição de destaque, merecendo atenção da intelectualidade local.

Então, a cidade do Recife, Gilberto Freyre e o regionalismo deixaram de ser referências para a obra de Câmara Cascudo, em nome da cidade de São Paulo, Mário de Andrade e o modernismo, que agora passavam a atestar, ou pelo menos a elevar, o valor dessa obra. Isso aconteceu em um momento em que a cidade do Natal buscava afirmar-se, mostrar-se cosmopolita, de maneira que São Paulo passou a ser o ponto de inspiração e de irradiação

cultural. Então, exaltar Mário de Andrade e aproximá-lo de Câmara Cascudo, também enaltecia o escritor norte-rio-grandense e, concomitantemente, aproximava Natal de São Paulo. Inserir Cascudo no panteão dos grandes escritores modernistas era, também, fazer com que Natal tivesse um representante no já sabido principal movimento artístico-literário ocorrido no Brasil, durante o século XX. Não obstante, a intelectualidade norte-rio-grandense, cujo nome de Cascudo era e continua a ser o mais destacado, percebera ter um trunfo em suas mãos, podendo requerer um espaço para si nesse movimento.

Claramente influenciadas pelos desdobramentos do modernismo ao longo dos anos, essas narrativas foram criando regularidades que as consolidou: a principal é que a década de 1920 passou a ser a época em que Cascudo e Mário de Andrade se conheceram e implantaram as idéias modernistas no Rio Grande do Norte. Por conseguinte, os anos de 1928 e 1929, quando Cascudo confessadamente se portou como modernista, foram tomados como marcos em sua obra e foram generalizados para esse capítulo de sua biografia.

Eis, assim, os motivos para essa atitude generalizante: uma tentativa de inserir a cidade do Natal e seus intelectuais no Movimento Modernista e o intuito de elevar o prestígio de Câmara Cascudo junto a esse movimento. Porém, há um terceiro motivo – talvez o mais importante: o lugar de fala dos autores que produziram esses enunciados, em especial os escritos mais recentes, de Veríssimo de Melo e de Humberto Hermenegildo.

Como membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, Veríssimo de Melo manteve plena aproximação com o discurso exaltador do modernismo. Foi nessa condição que ele sistematizou as informações existentes acerca da participação de Luís da Câmara Cascudo no Movimento Modernista e as transformou em livro. Seus argumentos configuram o que ele chamou de uma "tese modernista":

> *Sabe-se que Cascudo foi um dos animadores do Movimento no Rio Grande do Norte, ao lado do único poeta que se destacou como pioneiro das novas idéias no nosso Estado - Jorge Fernandes.*
> *Cascudo foi amigo íntimo e cordial de Mário de Andrade - líder nacional do movimento paulista - tendo mantido com ele assídua e copiosa correspondência.*
> *(...).*
> *O plano da obra folclórica [de Cascudo], portanto, foi opção que lhe ocorreu durante a efervescência do Movimento Modernista de 1922, que o iria ocupar pelo resto da existência (MELO, 1986).*

Não obstante, o professor e pesquisador da história da literatura norte-rio-grandense da UFRN, Humberto Hermenegildo, com maior firmeza de argumentos e interpretações aprimorou os estudos de Veríssimo de Melo. São os trabalhos de Hermenegildo que, atualmente, orientam e determinam as explicações sobre a vida e a obra de Câmara Cascudo nos anos 1920, tendo sido inclusive o suporte para a montagem da exposição *Câmara Cascudo 20 anos de encantamento*:

> *(...) pode-se afirmar que as duas grandes vertentes literárias oponentes e/ou complementares uma a outra, existentes no Nordeste brasileiro, tiveram manifestação no Rio Grande do Norte. No entanto, foi a vertente modernista a que encontrou neste Estado a possibilidade de se manifestar de forma mais organizada, devido ao surgimento da figura de Luís da Câmara Cascudo, numa conjuntura diferente daquela anterior, que era dominada pela oligarquia representante da economia açucareira e que, certamente, seria mais propícia ao fortalecimento da vertente regionalista (ARAÚJO, 1995:44).*

Deste modo, nós temos dois autores conhecedores da história da literatura, consolidando a ruptura enunciativa da biografia de Câmara Cascudo. São os estudos de Veríssimo e de Hermenegildo que, nos dias de hoje, mantém essa interpretação naturalizada e atuante: Cascudo teria sido modernista e nada mais. Com efeito, a atuação de Cascudo no Movimento Regionalista-Tradicionalista do Recife e no Fraternismo Intelectual da Argentina[5], por exemplo, não mais aparecem em qualquer texto ou representação que enfoque esse momento de sua vida, embora tenham ocorrido nessa mesma época.

Isso pode ser verificado na exposição *Câmara Cascudo 20 anos de encantamento*, que ainda está ocorrendo nas dependências do Memorial Câmara Cascudo, em Natal. Ao escolher os aspectos mais significativos de cada momento da vida de Cascudo, os organizadores da exposição selecionaram para a década de 1920 aqueles eventos que teriam marcado a vida do homenageado: o surgimento do escritor, o casamento e o início da amizade com Mário de Andrade. É óbvio que existe nessa escolha um cunho didático e uma intenção de ilustrar aquilo que se considera necessário saber, aquilo que nossa época determina como significativo. Porém, esse ato de escolha não deixa de ser um posicionamento não problematizado diante da ordem discursiva e biográfica que tem por fim último exaltar a experiência modernista de Câmara Cascudo. Atualmente, já se esboçam biografias históricas

[5] O Fraternismo Intelectual foi uma tentativa dos escritores brasileiros em manterem aproximação com os escritores argentinos, durante a década de 1920. Nesse sentido, como mostra o jornal *A Imprensa* (RN) da época, Cascudo manteve contatos com vários escritores "hermanos".

sobre Luís da Câmara Cascudo com as implicações teóricas e metodológicas que esse gênero de escrita atualmente solicita – implicações que não vêm ao caso agora. Mas o importante é perceber que parece estar surgindo um terceiro momento na biografia cascudiana, calcada em novos princípios historiográficos e obedecendo a eixos explicativos mais amplos.

Sendo assim, por mais que essas duas versões interpretativas para a vida de um mesmo sujeito se complementem, cada uma delas teve um momento histórico específico de validade e aplicação. Genericamente, entre as décadas de 1930 e 1970, o eixo explicativo era o Movimento Regionalista-Tradicionalista, e a partir da década de 1980 o Movimento Modernista passou a ocupar a linha explicativa.

Traçar esse processo contingente, de reformulação de enunciados e dos interesses que os determinavam, é pensar a própria dimensão histórica desse tipo de escrita. A biografia é um tipo de escrita da história e, como tal, evolui e retrograda à medida que os anseios e as expectativas de quem as produz são alterados. Nesse sentido, cada época determina e utiliza os princípios teóricos que respondem às suas necessidades e selecionam os eventos que mais explicitam suas narrativas.

No exemplo de Câmara Cascudo, particularmente, fica notória a mutabilidade existente no discurso historiográfico. Se a história pressupõe mudança, as narrativas de vida são bons exemplos dessas variações. Por mais que se tente estabelecer um fio condutor para construir um relato sobre a vida de algum sujeito, ao tocarmos nesse fio perceberemos que ele é composto por vários outros fios trançados, permitindo outros meios de interpretá-lo. Portanto, assim como qualquer outro tipo de escrita da história, as biografias estarão sendo repensadas continuamente, permitindo novas interpretações sempre que a noção de história e as condições de quem escreve forem alteradas.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. **Modernismo:** anos 20 no Rio Grande do Norte. Natal: Ed. da UFRN, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 183-191.

INOJOSA, Joaquim. **O movimento modernista em Pernambuco.** Rio de Janeiro: Graf. Tupy, 1968/1969. v. 1 e 2.

ÍNTEGRA da indicação de Câmara Cascudo para a Academia Brasileira de Letras. **A República,** Natal, 09 fev. 1960.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 167-182.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo,** um brasileiro feliz. Natal: RN Econômico, 1978.

MELO, Veríssimo de. A obra folclórica de Cascudo. **A República,** Natal, 26 out. 1986.

_____. **A obra folclórica de Cascudo como expressão do movimento modernista no Brasil.** 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1998. (Coleção Mossoroense, série B, n. 1480).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana: desafio para a diversidade étnico-cultural

Cláudia Pons Cardoso*

Resumo: Este trabalho, parte de uma pesquisa em andamento com 48 professores de escolas públicas do recôncavo sul da Bahia, tem por objetivos analisar as ações didático-pedagógicas dos docentes para a implantação da Lei 10.639/2003 e verificar o alcance das propostas para a reeducação das relações étnico-raciais. A metodologia de trabalho baseou-se na análise dos projetos elaborados pelos professores sobre história e cultura afro-brasileira e africana e na observação em sala de aula do desenvolvimento das propostas. O trato em conjunto dos elementos obtidos pela análise do trabalho escrito e pelo processo de observação do discurso dos professores no cotidiano escolar engendrou um conjunto de dados objetivos e subjetivos, configurando-se a possibilidade de análise da consonância entre o discurso escrito e o falado.
Palavras-chave: História da África, diversidade cultural, formação de professores.

Abstract: This article stems from research being undertaken with the objective of studying the didactic/pedagogic activities of 48 teachers in public schools in the southern Recôncavo of Bahia. The main aim of the research is to verify the effectiveness of the proposals contained in the Law 10.639/2003 for the reeducation of ethno-racial relations. The research was conducted through the analysis of the teachers' pedagogical projects about African and Afro-Brazilian history and culture, as well as by classroom observation of the everyday development of these projects. The analysis of the written projects and of their development in the classroom has produced a set of objective and subjective data which allows for the analysis of the harmony/disharmony which exists between written and spoken discourse.
Keywords: History of Africa, cultural diversity, teacher training.

Este trabalho é o relato dos resultados parciais da pesquisa, em andamento, *A Lei 10.639/2003 e a formação de professores*, realizada com 48 professores-alunos do PROESP de História de Santo Antonio de Jesus, programa desenvolvido pela UNEB em parceria com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia. O PROESP – Programa Especial de Formação para Professores constitui-se em cursos de licenciatura nas áreas de História, Letras, Geografia, Matemática e Biologia. Esses cursos, distribuídos em 11 municípios baianos do recôncavo sul, são ministrados pelos professores efetivos dos quadros da UNEB e por professores universitários convidados e são dirigidos aos professores da Rede Estadual de

* Professora mestre em História do Brasil, exerce atividades de docência e pesquisa na Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Ensino, ainda não graduados. A formação acontece concomitantemente ao exercício docente dos professores-alunos, obedecendo a turnos opostos. Cada curso tem a duração de 3 anos. O caráter abreviado desses cursos deve-se ao fato de que o Estágio Supervisionado (400 horas-aula) é realizado e acompanhado durante o próprio exercício da docência.

Como a pesquisa encontra-se em construção, a comunicação aborda parte dos objetivos: a análise das ações didático pedagógicas dos professores-alunos para a implantação da Lei Federal 10.639/2003 e o alcance das propostas para a reeducação das relações étnico-raciais. A metodologia de trabalho baseou-se na análise dos projetos elaborados pelos professores-alunos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, para atender as exigências avaliativas do componente curricular Fundamentos da Ação Pedagógica, e na observação em sala de aula do desenvolvimento das propostas. O trato em conjunto dos elementos obtidos pela análise do trabalho escrito e pelo processo de observação do discurso dos professores-alunos no cotidiano escolar engendrou um conjunto de dados objetivos e subjetivos, configurando-se a possibilidade de análise da consonância entre o discurso escrito e o falado.

A elaboração das propostas de trabalho

Os professores-alunos do PROESP de História foram convidados a pensar sobre o desenvolvimento de ações pedagógicas e procedimentos de ensino de História que possibilitassem discussões sobre relações étnico-raciais. Mais do que pensar exclusivamente na inclusão do conteúdo história da cultura afro-brasileira e africana, os alunos-professores foram provocados a refletir sobre o racismo presente na sociedade e formas de combatê-lo. A proposta exigia uma articulação entre o conhecimento adquirido nas disciplinas específicas sobre História da África, Cultura Brasileira e História do Brasil e nas chamadas disciplinas pedagógicas Metodologia do Ensino de História e Fundamentos da Ação Pedagógica.

Os projetos foram desenvolvidos e executados em grupos e as temáticas foram livremente escolhidas a partir dos interesses tanto dos professores-alunos quanto dos alunos das escolas públicas. Após orientação, as seguintes oficinas foram operacionalizadas em cidades pólos previamente escolhidas: Quilombos na Bahia; A influência africana em nossa sociedade; A influência africana na cultura baiana; África: uma de nossas raízes culturais e a África é aqui.

As propostas ficaram restritas a contribuição cultural dos africanos e seus descendentes à sociedade brasileira, embora durante o curso tenham sido ministradas

disciplinas que oportunizariam outros recortes. Para Carlos Moore a Lei 10.639/2003 "confronta o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sua população, num curto espaço de tempo, uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano". Uma abordagem séria da África, continua Moore, exige um conhecimento a partir de dentro, por meio das mentalidades, cosmogonias, línguas e estruturas que moldaram as sociedades africanas. (MOORE, 2005:133)

Durante a fase de construção dos projetos podemos constatar a dificuldade que os discentes tiveram em pensar metodologias de ensino, contemplando as novas linguagens e abordagens de ensino de História e o conteúdo proposto. A principal queixa centrava-se na dificuldade em encontrar livros didáticos que dessem conta do conteúdo, contrariando os objetivos da disciplina: refletir e elaborar metodologias de ensino para o conteúdo de história da África e da cultura afro-brasileira.

O livro didático continua sendo a principal linguagem de ensino adotada pela maioria dos docentes e uma das únicas fontes de consulta. A preparação das aulas segue o conteúdo dos manuais e o ensino se reduz a reprodução de um saber pronto e pobre em possibilidades de criar/ofertar a reflexão e a crítica. As discussões travadas na Universidade, a bibliografia sugerida, os textos estudados ficam encerrados nos semestres em que foram vistos e ou sugeridos.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt é necessário à formação do professor de História realizar a transposição didática dos conteúdos e do procedimento histórico e também da relação entre as inovações tecnológicas e o ensino de História. Entendendo transposição didática como o processo de transformação científica, didática social, que afeta os objetos de conhecimento até a sua tradução no campo escolar. (SCHMIDT, 1998:122-123)

Em se tratando da história da África, Anderson Ribeiro salienta que são poucos os livros didáticos que dão destaque ao conteúdo. Quase sempre, "a África aparece em óbvias passagens da História do Brasil ou Geral, ligada à escravidão, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e as graves crises sociais, étnicas". (RIBEIRO, 2003:443) Esse fato poderia servir de estímulo aos docentes para que produzissem seu próprio material pedagógico ou então para que aprofundassem seus estudos em bibliografia apropriada. A realidade, no entanto, mostra que os professores, sem os manuais para lhes indicar um caminho seguro, terminam retratando uma África de miséria, doenças e mazelas, e a influência cultural acaba por ser a única contribuição percebida. Quando se referem à história dos afro-descendentes no Brasil o ponto de vista também não muda muito, suas histórias iniciam nos navios negreiros e suas trajetórias se encerram nas páginas do Brasil Colônia.

A diversidade étnico-cultural: entre o discurso e a prática

As oficinas foram pensadas de forma a contemplar no máximo 25 alunos e alunas provenientes de escolas públicas do ensino básico. Como o interesse dos alunos superou as expectativas inicias dos grupos, sem prejuízo da metodologia pensada para cada oficina, foram abertas vagas excedentes para atender a demanda. Acreditamos que um conjunto de fatores contribuiu para a participação dos alunos: as atividades fugiam ao formato tradicional de ensino-aprendizagem em sala de aula; curiosidade pelas temáticas normalmente pouco trabalhadas e a falta de atividades extra-classe que atendam às necessidades dos jovens. Os alunos oriundos de pequenos municípios do interior da Bahia, muitos da zona rural, sem condições financeiras para participar de atividades culturais, perceberam as oficinas como atividades de lazer. É importante ressaltar que a quase totalidade dos alunos eram negros.

A participação dos alunos, seus questionamentos, interesses e avidez pela temática demonstraram a importância do trabalho realizado. Muitos questionaram o porquê de tais assuntos não serem tratados no cotidiano da sala de aula. A surpresa dos alunos ao entrar em contato com uma História positiva da África e dos afro-brasileiros levou muitos a duvidar da veracidade de algumas informações, como ocorreu na apresentação de fotos de cidades africanas semelhantes em sua estrutura arquitetônica a muitas cidades brasileiras. Para eles a história da África é sinônimo de pobreza, de ignorância, a história de homens e mulheres não civilizados.

O interesse dos alunos, contudo, não é o elemento principal de análise de nossa comunicação. Nosso objetivo reside na análise dos discursos dos professores-alunos em sala de aula e o alcance de suas propostas para o combate do preconceito e da discriminação raciais nas relações pedagógicas e educacionais. A forma como lidaram com as dúvidas e angústias dos alunos ao explicitarem suas narrativas marcadas pela emoção e pela dor de vivências e experiências em situações de discriminação racial. Quais as alternativas pedagógicas pensadas para desconstruir estereótipos e positivar a História da África e a história dos negros e negras no Brasil.

Uma das questões percebidas na observação foi a confusão conceitual dos professores-alunos. Como afirma Nilma Lino Gomes, termos como identidade negra, raça e etnia, preconceito, discriminação e racismo são conceitos-chave utilizados no debate sobre relações raciais e a discussão desses conceitos são fundamentais para os educadores que

desejam iniciar e aprofundar o conhecimento sobre as relações raciais brasileiras. (GOMES, 2005:13-33) A diferença entre preconceito e discriminação, por exemplo, capacita os anos a repensarem a própria dinâmica das relações sociais estabelecidas na escola. Permite-lhes ainda perceber que o problema reside na externalização do preconceito através de atitudes discriminatórias.

A desconstrução de estereótipos foi talvez a tarefa mais difícil enfrentada pelos professores-alunos, muitos não conseguiram avançar e acabaram presos ao senso comum. Embora tivessem feito leituras sobre o conteúdo para as oficinas, algumas vezes as discussões ampliavam-se e os professores-alunos viam-se na obrigatoriedade de colocar suas opiniões, seus entendimentos pessoais sobre relações raciais. E nesses embates acabaram por trazer, em suas falas e práticas, visões distorcidas sobre as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira. A luz desse contexto exemplificamos com a afirmação de um aluno sobre racismo. Para o aluno "o pior racismo é o do negro contra o branco". A professora-aluna, branca, não só concordou com a fala do aluno, como ainda exemplificou uma situação em que fora vítima de racismo de sua empregada doméstica, negra.

Concordamos com a afirmação de Eliane Cavalleiro, quando diz que a maioria dos profissionais da educação não está preparada para lidar com a diversidade no cotidiano escolar e que é necessário incluir o debate de maneira séria e responsável sobre relações raciais nos cursos de formação de professores. (CAVALLEIRO, 2000:76)

O ensino-aprendizagem da história da África e da cultura afro-brasileira requer estudo, pesquisa e respeito à ancestralidade africana que se faz presente na vida e na história de nós brasileiros, é pautar-se, principalmente, pelo respeito à diversidade cultural e pelo enfrentamento ao racismo. Práticas pedagógicas voltadas para a reeducação das relações étnico-raciais somente obterão êxito quando os educadores enfrentarem o desafio de falar sobre as diferenças sem receio, sem preconceito e, principalmente, sem discriminação. Mexer nas estruturas racistas é também revelar o lugar onde escondemos o nosso racismo.

O cotidiano escolar apresenta-se marcado por práticas preconceituosas e discriminatórias tão cristalizadas que em algumas situações os docentes não percebem os prejuízos acarretados pelos estereótipos produzidos em sua fala. O exemplo a seguir revela a total contradição entre o discurso escrito e o externalizado pelo grupo em sua prática pedagógica. Após assistirem ao curta metragem Vista a minha pele[1], 2003, os professores-alunos abriram o debate, solicitando à classe suas impressões sobre o filme e a realidade

[1] Curta metragem que apresenta uma paródia da realidade brasileira e serve de material básico para discussão sobre racismo e preconceito em sala de aula. Direção Joel Zito.

retratada. Um aluno negro, que passara boa parte da transmissão do filme conversando, fez um comentário extemporâneo, arrancando risos de todos. A professora-aluna, referindo-se ao aluno como "São Benedito", solicitou silêncio. A situação provocou novos risos da turma e do próprio grupo de professores-alunos a frente dos trabalhos. O apelido, em alusão ao santo negro católico, evidencia as características fenotípicas-raciais do aluno, e colocou-o em uma situação de constrangimento.

Em outra oficina, durante um debate acalorado, também sobre o mesmo filme citado anteriormente, uma aluna revelou suas dores, diante da turma, causadas por uma situação de discriminação que havia sofrido em seu local de trabalho. A professora-aluna, após ouvir atentamente, deu seu veredicto sobre o fato: "não foi muito grave, não" e concluiu trazendo a escola como o exemplo de convívio racialmente harmonioso, "aqui nós não temos isso. Essas partes aí, a gente não tem. A gente não machuca o outro".

A fala da professora-aluna desqualifica e diminui os efeitos do racismo e ainda apresenta o cotidiano escolar como um espaço social totalmente isento de práticas racistas sem atentar para o fato de que sua ação foi pautada pelo preconceito, garantindo ao espaço escolar o lugar de produtor de padrões racistas. Dissimulações, apelidos e ironias consolidam a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais latentes.

Isso nos leva, novamente, a concordar com as idéias de Cavalleiro. Os envolvidos no cotidiano escolar apresentam um pensamento orientado e influenciado pela estrutura racial da sociedade, ou seja, a existência do racismo é negada, os efeitos prejudiciais do racismo tanto para os negros quanto para os brancos não são reconhecidos. E, por último, recai sobre as pessoas negras discriminadas superar solitariamente as discriminações e os constrangimentos. (CAVALLEIRO, 2005:98)

Embora os alunos tenham feito uma avaliação positiva das oficinas, ressaltando a importância do conhecimento adquirido sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, questionamo-nos sobre o alcance efetivo dos trabalhos dos grupos. De modo geral as apresentações dos conteúdos esvaziaram-se de suas propostas políticas de contribuir para a reeducação das relações étnico-raciais e para a afirmação da identidade negra.

É fundamental destacar que o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira não objetiva substituir uma visão marcadamente européia e etnocêntrica por uma africana, mas principalmente ampliar o conteúdo dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial e social. Diante disso, a Lei 10.639/2003 mais do que garantir a inclusão de novos conteúdos é um chamado para que as relações étnico-raciais sejam repensadas, assim como, as metodologias de ensino e as práticas pedagógicas.

Especialistas vêm desde a década de 80 repensando o ensino de história na tentativa de resgatar o papel político da disciplina no ensino básico, desenvolvendo estudos na perspectiva de criar metodologias que possibilitem aos alunos uma formação pautada pela reflexão. As críticas mais contundentes são direcionadas a um modelo de ensino que não desenvolve o senso crítico dos discentes; não favorece a compreensão da história como resultante da ação do ser humano e de suas relações em sociedade; não permite que os alunos se reconheçam como sujeitos da história; da excessiva ênfase à cronologia linear, à memória oficial e ao estudo dos fatos isolados.

Nas discussões atuais sobre o ensino de história questiona-se o papel do conhecimento histórico escolar limitado a transmitir uma memória oficial como se fosse a memória coletiva de todos os grupos sociais. Diante da heterogeneidade social no interior do cotidiano escolar, fruto da coexistência da diversidade étnica e cultural tão diferentes a história da África e da cultura afro-brasileira tem muito a contribuir.

Para Carlos Moore, com quem concordamos, o ensino da história dos povos e das civilizações da África, não é uma história qualquer. Para seu sucesso no enfrentamento ao racismo, porém, o professor tem papel fundamental, pois "a sua eficácia pedagógica terá uma maior repercussão e abrangência à medida que a sua sensibilidade empática para a matéria e para o seu entorno social for elevada". (MOORE, 2005:162)

O domínio do conteúdo é imprescindível para qualquer educador, no caso específico do estudo da história da África a necessidade é mais premente, para que não caiamos em leituras reducionistas e simplificadoras com uma concepção histórica de tradição factual e linear. Além do conteúdo, a didática, o bom manejo da classe e as metodologias de ensino, são fundamentais para um ensino prazeroso e significativo de história, porém estes elementos não garantem por si sós uma educação anti-racista e comprometida com a diversidade étnico-cultural. Por isso, mais do que garantir o conteúdo da história africana e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares brasileiros faz-se necessário, antes, repensar a formação dos professores, incluindo a discussão sobre relações étnico-raciais. Trabalhar com história da África é lidar com conflitos, é combater as desigualdades sociais, é conhecer e respeitar as lutas sociais das mulheres e homens negros. É fundamentalmente questionar a nossa prática, pois para reconhecer e valorizar o outro na sua diferença, não podemos ver a diferença como marca de inferioridade.

Referências bibliográficas:

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo.* In: SECAD. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Pp. 65-105.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: SECAD. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Pp. 39-64.

MOORE, Carlos. *Novas bases para o ensino da História da África no Brasil*. In: SECAD. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Pp.133-166.

RIBEIRO, Anderson. *A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática.* In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003, Pp. 421-461.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula*. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Terena no Sul de Mato Grosso: a conquista de seu território

Vera Lucia Ferreira Vargas[1]

Resumo: Este texto tem por objetivo refletir sobre algumas das ações reivindicatórias dos índios Terena, no final do século XIX, junto ao governo brasileiro para permanecerem nas terras que ocupavam no então sul de Mato Grosso, por meio de trocas de favores estabelecidas entre eles e o Império conforme apontam os documentos da Diretoria Geral dos Índios – DGI.
Palavras-chave: Terena, Território, Império brasileiro.

Abstrasct: The objective of this text is to discuss some of the contesting actions of the Terena Indians towards the Brazilian government in the end of the XIX century in order to remain in the lands occupied by them the South of Mato Grosso. According to documentation from the 'Diretoria Geral dos Indios' -DGI- this process was carried out by exchanges of favors between them and the Empire.
Keywords : Terena, Territory, Brazilian Empire

Os índios Terena que se estabeleceram próximos das margens do rio Miranda em meados do século XVIII, e ali constituíram parte de suas antigas aldeias, vivenciaram ao longo dos séculos diversas situações, entre elas, a sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), que resultou no seu esparramo pelo território do Sul de Mato Grosso. Proporcionando suas divisões em vários grupos para sobreviver aos conflitos, ocasionando também a criação de novos núcleos, que no fim dessa guerra alguns se tornaram novas aldeias, como foi o caso da aldeia de Brejão, no atual município de Nioaque, outras foram reconstruídas a exemplo de Ipegue e outras foram completamente destruídas, como a aldeia de Naxe Daxe, ambas também fazendo parte do atual município da cidade de Aquidauana.

Assim quando os Terena retornaram para os territórios que ocupavam naquela região encontraram muitos deles também invadidos por não índios, que por sua vez, não permitiram

[1] Doutoranda em História Universidade Federal Fluminense/Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Populações Indígenas NEPPI/UCDB/Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT

mais a sua presença naquela localidade. No entanto, os Terena não aceitaram essa nova situação que lhes era imposta e a partir de então, eles próprios passaram a relatar as autoridades brasileiras às condições em que suas terras se encontravam e assim também a reivindicar dessas mesmas autoridades a posse de seus antigos territórios, revestidos dos direitos que a sua participação na referida guerra lhes concedera, conforme apontam os documentos da Diretoria Geral dos Índios – DGI,

> *(...) A cerca do índio da tribu terena de nome José Caetano (...) é que o dito índio com mais alguns de sua tribu, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do fallecido Pedro Tavares, capitão da aldêa do Ipegue, no districto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguaya não só a sua tribu, como todas as outras e mais habitantes do districto abandonarão os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos, que ultimamente voltando os moradores a reocuparemos seos domicilios, elles Terenas encontrão a sua aldêa do Ipegue ocupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e labrarem suas antigas terras e de seos antepassados; pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se um outro indio da mesma tribu de nome Victorino, que farda-se como Alferes, e pertence a aldêa de Nachedache, distante da Ipegue uma legoa, fez-me igual reclamação. (Doc. 1871, p. 79v 80 – Livro n. 191, 1860-1873, APMT)*

Esse documento, além de evidenciar a situação em que se encontravam os territórios indígenas no pós-guerra e a condição dos próprios índios, apontou também para a atitude que os Terena tiveram com relação à ocupação de suas terras pelos não índios, ou seja, reforçaram sua participação na referida guerra, por meio de índios que se fardavam como alferes, além disso, também se apropriaram da sua condição de capitão, concedida a alguns de seus chefes indígenas como forma de agrado por parte do exercito brasileiro, no entanto, os Terena por meio desses mesmos títulos, também passaram a pressionar as autoridades brasileiras para a demarcação de seus territórios.

Assim por meio desses agrados pode-se dizer que esses índios sentiram-se privilegiados e na condição de ressignificar os laços construídos com o governo brasileiro. Esses símbolos do poder, da insígnia e da farda se transvestiram na posição de dóceis e mansos. O título e a farta eram as provas que os diferenciavam das outras etnias indígenas e os colocavam em igualdade com os brancos não índios. Tanto é verdade que, para fazer suas reivindicações junto às autoridades brasileiras, relatavam à situação da invasão de suas terras e da desorganização destas, em função da Guerra do Paraguai. E no encontro com o poder, estavam revestidos dos direitos de capitão e vestidos como alferes, conotando uma reunião de autoridades, como fez o capitão Vitorino, mencionado anteriormente no documento da DGI.

Entre os Terena havia também o capitão Alexandre Bueno, que contribuiu com as autoridades brasileiras no que se refere à civilização de outros povos indígenas. Essa era uma das preocupações do governo, uma vez concretizada a civilização dos índios, estava também garantido a apropriação de suas terras assim como mão-de-obra barata e qualificada. Para isto as autoridades contavam com a ajuda dos Terena para a civilização de outras etnias; assim os Terena foram um dos mais utilizados para exercer este papel junto aos demais índios do Mato Grosso, quando também passaram a interagir com a política indigenista do governo brasileiro, estabelecendo as trocas de favores entre essas sociedades. Os Terena assumiram esta função, por meio do capitão Alexandre Bueno, que em 1875, solicitava pagamento – objetos de que necessitava – para aldear os índios Enima.

> *Levando a presença de V. Ex. o incluso requerimento do Capitão Alexandre Bueno de Terena, indio desta Nação estabelecido no lugar denominado Naxedaxe, cumpre-me informar que julgo vantajosa a catechequese dos Indios Enimas nas immediações da Villa de Miranda como se propõem o supplicante, convindo para isso fornecer-se-lhe os objectos que requesita, que são indispensáveis para levar a effeito sua pretensão. (Lata, 1875, doc. Avulso, APMT)*

Em um outro documento da DGI, continuam as informações acerca da catequese e civilização dos índios Enima e aponta a iniciativa do índio Terena Alexandre Bueno, para a realização dessa tarefa:

> *Em cumprimento do officio de V. Ex. N. 105 datado de hontem, cujo recebimento tenho a honra de accusar, nesta data expeço ordem do Diretor das aldeãs de Miranda para que, durante a ausencia do Capitão dos indios Terenas Alexandre Bueno, que se offerecera a V. Ex. para reunir e aldear nas immediações da Villa de Miranda os indios Enimagas (vulgarmente Enimas), e que leva em sua companhia seo enteado Francisco Dias de Faria, providenciei do melhor modo para que não seja estragada a lavoura deste, que se acha estabelecido à margem do rio Taquary; bem como recommendo ao mesmo Diretor que, para o bom resultado do aldemanto projetado pelo capitão Alexandre Bueno, empregue toda a sua influencia e preste a possível coadjuvação. (Lada, 1875, doc. Avulso, APMT)*

Pode-se observar, neste documento, a iniciativa do Capitão Terena para realizar a catequese dos índios Enima, atendendo aos interesses do governo brasileiro, bem como os seus próprios. Pode-se dizer que eram as suas antigas pautas culturais de convívio, sempre que possíveis colocadas em prática, ou seja, dominar as etnias consideradas mais fracas que as suas e, também, estabelecer trocas com as autoridades brasileiras, mantendo relações amigáveis, com as mesmas, sendo este um elemento importante na correlação de forças entre

os Terena e o Império. Tanto que esses índios viviam ao seu modo, pode-se dizer que de acordo com a sua cultura, como aponta o documento da DGI:

> *Nas proximidades da Villa de Miranda existem aldeadas diversas tribus de indios que posto tenhão connosco relações vivem todavia sobre si e a seo modo, sob a direção do presente incansável índio [Terena] Capitão Alexandre bueno, que relevantes serviços tem prestado a catechese, indo pessoalmente a aldeã dos Enimas, nas immediações da Bahia negra, onde conseguio por meios suasorios deslocar e trazer consigo 321 indios, com os quaes, e com os sua tribu, formou uma pequena colônia, para a qual mais esta vez peço toda a proteção, attendendo (...) vantagens que d'ella resulta ao Districto de Miranda, não só quato ao aumento de população, como na civilização dos mesmos índios. (Lata, 1878, doc. Avulso, APMT)*

Tal contexto evidencia a autonomia dos Terena, quando menciona que vivem ao seu modo. A razão de pontuar a condição desses índios como auxiliares das autoridades brasileiras para o desenvolvimento da civilização de outras etnias é em função de compreender alguns dos aspectos de sua política estratégica junto ao governo, sendo a amizade um elemento importante na correlação de forças entre os Terena e o Império, para pressioná-lo em razão da demarcação de seus territórios. Assim, observa-se que esses índios permitiram-se a realizar tal tarefa. Foi deles a atitude de civilizar as demais etnias com o total apoio das autoridades brasileiras, tanto que, constantemente, eram requisitados por essas mesmas autoridades para exercer essa função.

É importante observar que existiam distinções muito claras entre as etnias indígenas. Uns eram *amigos, dóceis, trabalhadores*, ou seja, estavam mais próximos da *civilização* como foram considerados os Terena. Outros índios eram arredios e bravios e não aceitavam dialogar e nem trocar com o Império; os Terena, classificados como *dóceis* e *pacíficos*, também se apropriaram dessa condição e transformaram-na em um importante mecanismo para realizar as suas próprias reivindicações. Era, portanto, como já foi dito uma relação de troca entre os Terena e o Império; havia formas de pagamento, estipulada pelos próprios índios, para realizar essa tarefa de civilizar, como por exemplo, objetos que facilitassem o desenvolvimento de sua agricultura, tais como enxadas e foices, e principalmente a legalização de seu território na região da então Vila de Miranda evidenciando, assim, sua organização.

Essa realidade permitiu ainda aos Terena formar comissões para lembrar o governo brasileiro de seus préstimos junto a ele. Essa era a razão que embasava o substrato político de barganha pelo qual reivindicavam os seus direitos. Várias foram ás expedições dos Terena

para Cuiabá, em busca de relações diplomáticas, ostentando o status de prestadores de serviços à pátria brasileira. Todavia, a luta pelo território conduziu-os a muitas situações conflituosas diante dos outros povos indígenas e, principalmente, com os fazendeiros – novos regionais – e as instituições gestoras da política indigenista vigente.

No final do século XIX, aldear os índios tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento do sul de Mato Grosso. O governo precisava povoar as fronteiras da nova república. Era necessário, primeiramente, resolver a questão das terras indígenas, uma vez que os índios não aceitavam cumprir com os objetivos do governo de fixarem-se todos juntos no mesmo aldeamento. A política indigenista encontrava-se em um impasse: os regionais necessitavam de braços para resolver o problema da falta de mão-de-obra. Aldear os índios era a garantia de um maior número de terras livres para ocupação dos particulares que aumentavam cada vez mais na região. Esperava-se que os problemas existentes entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente diminuiriam; além do mais, acreditava-se que com essas medidas seria sanado o problema da falta de mão-de-obra na região. Ao mesmo tempo, estariam atendendo as reivindicações indígenas.

Assim, com os índios em lugares determinados, o governo brasileiro poderia prosseguir com a sua política de povoamento e desenvolvimento do sul de Mato Grosso, bem como proporcionaria aos índios trabalhar e se sustentar, contribuindo principalmente, para o desenvolvimento econômico da região, evitando as formas ilícitas – como roubo de gado e das roças dos fazendeiros – que até então ocorriam. Passado quase uma década, o problema persistia como evidencia a carta do então Diretor Geral dos Índios do Município de Miranda, Theodoro Paes da Silva Rondão, no ano de 1893:

> *(...) os indios deste municipio tem-se tornando de tempo a esta parte, inuteis e ate mesmo inconvenientes, como vou demonstrar-vos. Em numero que talvez attinja á mil só os de 12 annos da idade para cima do sexo masculino, se entregar a uma vida inteiramente ociosa, resultando d'ahi a necessidade de recorrerem a caça e a pesca para manterem com suas famílias; este recurso porem que as mais das vezes falha, os impelli ao extremo de lançarem mão do gado alheio para supprirem suas necessidades, dando isto lugar a algumas perseguições, que tem soffrido da parte de alguns fazendeiros, que se vêem prejudicados. O meio mais efficaz que me parece, e conducente à melhorar a sorte destes infelizes é: aldeal-os em um lugar proporcionado ao trabalho de agricultura, (...) Estas medidas urge sejão tomadas com a máxima brevidade, pois ellas tendem não só a melhorar a geração futura, como tambem concorrerá seguramente para o desenvolvimento moral e material, não sé deste municipio, mas tambem de toda esta florescente comarca (...) tenho em vista aldeal-os nos terrenos d'esta povoação, que já me farão concedidos pela respectiva Directoria; nestes terrenos abundão proporções para o trabalho agrícola, acrescentando ainda a vantagem de offerecer este rio Aquidauana – a mais franca navegação que lhes facilitarão a venda ou exportação de todo o produto, que obtiveram. (Lata, 1893, doc. Avulso, APMT)*

A necessidade da política de demarcação das terras indígenas possuía interesses próprios, principalmente visando o benefício dos fazendeiros. Mas, ressalta-se também que se os Terena não tivessem posto a sua política em prática, não teria necessidade do governo estabelecer o seu lugar, uma vez que um dos seus objetivos era o de se apossar das terras indígenas. Então, mesmo sendo limitados, insuficientes e cercados pelas fazendas os seus territórios foram conquistados, mantidos e garantidos pelos próprios Terena, os responsáveis pela sua história.

Referências

Documentos Avulsos, Lata, 1875, APMT.
Documentos Avulsos, Lata, 1878, APMT.
Documentos Avulsos, Lata, 1893, APMT.
Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios, n. 191, 1860-1873, APMT.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1874-1966):* uma sociedade entre a imposição e a opção. (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Centro Internacional de Estudos sobre a Lepra: Ciência, Saúde e Relações Internacionais no Brasil do Entre-Guerras.

Vívian da Silva Cunha*

Resumo: Esse trabalho visa analisar o Centro Internacional de Leprologia (1934-1939) e as relações que foram travadas entre Brasil e Liga das Nações no período do entre-guerras, ressaltando a questão da ciência nacional e o contexto de saúde internacional. Resultado de um acordo entre o Governo Brasileiro e a Liga das Nações, este centro contou com o apoio financeiro de Guilherme Guinle, e teve Carlos Chagas como seu primeiro diretor. A Liga das Nações esteve envolvida, após a Primeira Guerra Mundial, com a promoção da saúde e do bem-estar das populações atingidas. A partir da metade da década de 1920 despertou o interesse também pela região da América Latina, impulsionando a criação de instituições científicas nessa região. O Centro Internacional de Leprologia está inserido nessa perspectiva.
Palavras-Chave: Liga das Nações, Centro Internacional de Leprologia, Carlos Chagas.

Abstract: This paper will analyze the International Center of Leprosy (1934-1939) and the relation between Brazil and the League of Nations in the inter-war years, showing the question of the national science and the health international situation. The result of a deal between the Brazilian Government and the League of Nations, this center had the financial support of Guilherme Guile and it had Carlos Chagas as the first director. The League of Nations was been involved, after the First World War with the promotion of the healthy and the welfare of the people that has been reached. After of the half of the 1920's decade, the center showed its attention to the Latin America, and it made a pressing to the creation of science institution in that region. The International Center of Leprosy is inside of this perspective.
Keywords: League of Nations, International Leprosy Center, Carlos Chagas.

Ao final da I Guerra Mundial, o avanço das doenças indicava a necessidade de uma mudança na promoção da saúde e bem-estar entre as nações. Surgiu, nesse momento, um consenso internacional sobre a necessidade de coletivizar os cuidados da saúde de modo a contemplar os avanços das ciências biológicas e sociais (Weindling, 1995b:134). A Liga das Nações (LN) surge nesse ambiente para "guiar os passos nos assuntos de interesse internacional para a prevenção e o controle das doenças" (Weindling, 1995a:7-8). Foi o

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, orientanda do Prof. Dr. Gilberto Hochman e bolsista Fiocruz. É importante salientar que esta pesquisa encontra-se em estágio inicial.

primeiro organismo internacional (criado em 1919), que se pretendia universal, já que todos os Estados que desejassem poderiam compor seus quadros. Era um organismo complexo, com variadas ramificações técnicas que diferenciavam em natureza, organização e extensão. Dentre seus órgãos de cooperação funcional, o que nos interessa especialmente é a Organização de Saúde.

A Organização de Saúde da Liga das Nações (OSLN) foi criada em 1922, constituindo-se uma das principais organizações funcionais da Liga por ter implementado programas de vacinação preventiva e para conter epidemias. A OSLN passou por várias fases: primeiro se envolveu com o controle das doenças, depois com o monitoramento das doenças infecciosas, depois mudou para a padronização internacional dos dados estatísticos, nomenclaturas etc. Com isso montou uma agenda social que representou um dos mais ambiciosos esquemas teóricos de saúde pública do entre-guerras, apresentando uma dinâmica que transcendiam aos interesses dos países membros (Weindling, 1995a:9).

A confiabilidade nos trabalhos realizados pela OSLN é, em muito, resultado da atuação do polonês Ludwik Witold Rajchman, que além de ter sido diretor-médico do Secretariado da Liga, também realizou a função concomitante de diretor do Comitê de Higiene – uma agência da Organização de Saúde formada por um grupo de especialistas que cuidava da questão da saúde pública internacional (Dubin, 1995). O Comitê de Higiene da Liga das Nações promovia o elo entre membros de diversos países sem representatividade na Liga e a própria LN, como é o caso do Brasil que deixou de ser membro da Liga em 1926 (Santos, 2003), mas que continuou tendo Chagas como seu representante no Comitê de Higiene.

A OSLN contribuiu para o desenvolvimento da saúde pública por diversas formas. Promoveu por todo o mundo medidas sanitárias que elevaram os valores da saúde pública, estimulou as descobertas científicas; conduziu comitês, comissões e conferências de especialistas, estudando doenças específicas; criou o Serviço de Inteligência Epidemiológica e Estatísticas de Saúde Pública em Genebra, coletando e disseminando informações regionais por telégrafo ou rádio; estabeleceu uma central internacional de informações epidemiológicas, padronizando nomenclaturas, métodos e relatórios; realizou o intercâmbio de pessoal de saúde pública; forneceu, ainda, assistência técnica aos governos que necessitassem de ajuda externa para controlar epidemias, conduziu inspeções de saúde, avaliou os serviços de saúde, deliberou sobre a sanitarização dos portos e sistemas de esgoto, treinou pessoal e reorganizou administrações de saúde, entre outras. Essas atividades ofereciam respostas às demandas dos fatores sociais e da política externa e também refletiam a mudança que ocorria em relação ao

conhecimento científico consensual dentro da comunidade epistêmica envolvida (Dubin, 1993:59-60). As pesquisas e estatísticas promovidas pela Organização de Saúde sofreram críticas por tomarem por base, inicialmente, apenas as informações dos países europeus.

Alguns fatores contribuíram para despertar o interesse da LN pela região da América Latina. O principal deles era que a Liga precisava conservar membros latino-americanos para obter o status de mundial, deixando de ser simplesmente uma organização européia. Além disso, os próprios administradores da saúde pública dessa região, que mantinham laços com cientistas europeus, desejavam fazer parte do cenário que se desenhava em Genebra.

O plano da OSLN para a América do Sul propunha a inclusão de pesquisas sobre peste e lepra, a fundação de escolas de saúde pública e da saúde pública no Brasil e na Argentina, e apoio para expandir o seguro-saúde e o interesse pela saúde e bem-estar infantil no Uruguai. O primeiro empreendimento da LN na América Latina se deu no Uruguai. Luis Morquio, um reconhecido líder em saúde pública e pediatria na Europa e nas Américas, propôs no II Congresso Panamericano da Criança, em Montevidéu, 1919, a criação de um 'Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia' (IIPI). Essa proposta foi sancionada pelo governo uruguaio por meio de um decreto, em 1924. Mas a fundação do IIPI aguardava um impulso externo que veio na forma de patrocínio da OSLN, graças à influência de Paulina Luisi, ativista nos círculos feministas regionais, científicos e de bem-estar infantil, tendo sido a única representante feminina latino-americana na primeira Assembléia da LN (Birn, 2006). O IIPI foi fundado em 1927, sendo, portanto, anterior ao centro de pesquisas brasileiro que só foi criado em 1934. O IIPI e o CIL foram os dois únicos empreendimentos da Liga na América do Sul.

Quando o Comitê de Higiene da LN resolveu que teria em seu quadro de membros permanentes um representante das nações sul-americanas, o nome de Carlos Chagas foi logo lembrado e unanimemente aceito.[1] Chagas acumulava, no Brasil, os cargos de Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1926) e do Instituto Oswaldo Cruz (1917-1934). Conquistou reconhecimento internacional por conta da descoberta da tripanossomíase americana, doença que hoje leva seu nome, sendo convidado a realizar conferências em universidades e instituições científicas internacionais.

A lepra tornou-se um tema bastante discutido no Brasil a partir dos anos 1920, visando consolidar políticas de saúde que definiram o isolamento do doente como a principal

[1] Fundo Família Chagas – Carlos Chagas. CC/DC/19341218 "Carlos Chagas e sua projeção no estrangeiro" pelo Professor Eurico Villela, separata de *A Folha Médica*, 25 de julho de 1936.

medida profilática para conter a doença (Cunha, 2005). Em 1925, Chagas, então membro do Comitê de Higiene, teria pressionado a LN para que esta incluísse a lepra em sua agenda de trabalho, assumindo, assim, o problema da profilaxia dessa doença (Weindling, 2006). Laurinda Maciel (2007) observou que o interesse da LN pelo tema da lepra tornou-se público já nas deliberações da 3ª Conferência Internacional da Lepra, realizada em Estrasburgo, em 1923. Com a lepra incluída na pauta internacional da LN, foi criado uma Comissão de Lepra, subordinada a OSLN e tendo Chagas como presidente.[2] Essa comissão entendia que para uma análise séria da questão era preciso maiores informações sobre a prevalência e a natureza da doença m vários países. A partir de então é possível verificar uma série de correspondências trocadas entre Chagas e membros do Comitê de Higiene para a criação de um centro de pesquisas sobre a lepra no Brasil.

Em correspondência ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, datada de 21 de dezembro de 1927, o Secretário-Geral J. Avenol indicava que as recomendações do Comitê de Higiene relativos a uma colaboração contínua entre os serviços de saúde pública no Brasil e a OSLN foram aprovadas, o que compreenderia a criação de um centro internacional para os estudos sobre a lepra e a organização de um curso superior internacional de saúde sob os auspícios da Liga, projetos que teriam sido apresentados por Chagas.[3]

Tendo, portanto, visto sua proposta aprovada pela LN, Chagas intensificou entendimentos com a Liga para que a criação do referido centro de estudos da lepra saísse logo do papel. A troca de correspondências tornou-se, assim, mais enérgica. Durante alguns anos foram sendo elaborados projetos para a criação do centro, além de seu estatuto de funcionamento, dos funcionários etc. O Secretário da Comissão de Lepra, Etienne Burnet, visitou a América do Sul entre os anos 1929-1930 com a missão de produzir um relatório indicando a situação atual da doença nessa região, incluindo incidência, epidemiologia, legislação, leprosários e tratamentos (Weindling, 2006, p. 564).

O Centro Internacional de Estudos sobre a Lepra ou Centro Internacional de Leprologia (CIL)[4], foi um empreendimento do Governo Brasileiro com o apoio da LN e a ajuda financeira de Guilherme Guinle, empresário e filantropo brasileiro. A data de sua inauguração ainda não está clara: apesar de enviar relatórios para os anuários da LN desde

[2] "Extrato do processo-verbal da 22ª. Sessão do Comitê de Higiene da Liga das Nações sobre homenagem póstuma aos membros Leon Bernard e Carlos Chagas". FCCF, Caixa 08, maço 2.
[3] FCCF, Caixa 08, maço 3.
[4] É importante esclarecer que a documentação da Liga das Nações em que este centro é citado encontramos a denominação "centre international d'étude sur la lèpre". Já a documentação que saía do próprio centro, em funcionamento, como as correspondências, por exemplo, encontramos a denominação "Centro Internacional de Leprologia".

1931 (Weindling, 2006), quando é selado o acordo de criação do CIL entre Brasil e a Liga[5], o CIL só foi começou a funcionar, efetivamente, em 1934, ano em que ocorre uma cerimônia de inauguração, que é divulgada pela imprensa local.[6]

Dentre as principais funções do CIL, destaca-se: o desenvolvimento da profilaxia da lepra, incentivando as pesquisas epidemiológica, clínica e biológica; e ainda, em cooperação com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Instituto Oswaldo Cruz e o Departamento Nacional de Saúde, o oferecimento de cursos de leprologia nos anos de 1936 a 1938, capacitando médicos brasileiros e estrangeiros na prática do diagnóstico e da terapêutica da lepra e do método profilático.[7]

O CIL seria composto por três órgãos: o Conselho Administrativo; o Comitê de Direção; e o Diretor. O primeiro composto por membros do Comitê de Higiene e um membro do Comitê de Direção, indicado pelo Governo Brasileiro. O Comitê de Direção compreende sete membros: o Presidente, Guilherme Guinle, designado pelo Governo brasileiro; o Diretor do DNS, Belisário Penna; o Diretor do IOC, Carlos Chagas; um membro, Etienne Burnet, designado pelo Secretário Geral da LN; e três membros reconhecidos na América do Sul, designados pelo Conselho de Administração, após consulta aos diretores do DNSP e do IOC, que seriam Eduardo Rabello, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Pedro Baliña, professor da Universidade de Buenos Aires e Alexandre Herrera Restrepo, diretor do Serviço Nacional de Lepra da Colômbia. Já o Diretor, Carlos Chagas, deveria ter nacionalidade brasileira e seria nomeado pelo Conselho de Administração, com a aprovação do Governo brasileiro. Os demais técnicos e funcionários seriam nomeados pelo Comitê de Direção e o pessoal de serviços gerais nomeados pelo Diretor.[8] As despesas de instalação e de funcionamento do CIL estariam a cargo do Governo Federal e de Guilherme Guinle, em montantes iguais, de acordo com a subvenção global anual estipulada pelo primeiro.

A primeira reunião do Comitê de Direção do CIL ocorreu em 10 de janeiro de 1934, na sede da Companhia Docas de Santos, antes da instalação dos serviços do referido Centro, contando com a presença de Guilherme Guinle, como presidente, Carlos Chagas, Etienne Burnet (como representante do Comitê de Higiene da LN), Eduardo Rabello, e Raul Almeida Magalhães. Nessa reunião foram discutidos alguns pontos que ainda estavam em aberto com relação ao funcionamento do CIL. Chagas propôs que as atividades do Centro ficassem subordinadas a três seções: Pesquisas epidemiológicas e clínicas, Química

[5] A proposta final do Governo brasileiro para a criação do CIL foi enviada à Liga das Nações em 15 de abril de 1931 e logo aprovada. FCCF, Caixa 17, maço 3.
[6] A Cerimônia de inauguração do CIL foi publicada no *Jornal do Commércio*, 21 de abril de 1934.
[7] FCCF, Caixa 08, Maço 03.
[8] "Estatut organique du centre international d'etudes sur la lepre". FCCF, Caixa 08, Maço 3.

fisiológica e Imunologia. E para dirigi-las, Chagas indicou que o orçamento do CIL não comportaria a contratação de funcionários especializados em regime integral. Assim, sugeriu que fossem aproveitados os especialistas do IOC, com uma gratificação mensal. Guinle foi contrário à sugestão, preferindo a contratação de funcionários que tivessem dedicação exclusiva às atividades do Centro, mas em vista da falta de verba, acabou aceitando tal sugestão. Dessa forma, foram nomeados, respectivamente, Heráclides César de Souza-Araujo, Carneiro Felipe e Costa Cruz.

As instalações do CIL ficariam localizadas tanto no IOC quanto no Leprosário de Curupaity, no bairro de Jacarepaguá, RJ. Neste seria construído um pavilhão para os ensaios de tratamentos e pesquisas experimentais sobre a lepra, que seria dirigido pelo Dr. Hildebrando Portugal, médico assistente do referido leprosário. Naquele funcionaria uma seção especial de estudos e ensaios de tratamentos, de responsabilidade do Dr. Souza-Araujo, onde trabalhariam, com autonomia técnica, não só os pesquisadores do IOC designados pelo Diretor do CIL, mas também pesquisadores estrangeiros contratados pelo Conselho de Administração, como foi o caso do Dr. H. I. Cole, enviado pela OSLN. Nas instalações de química, anexa à seção de leprologia do IOC, ficariam todos os trabalhos de preparo dos medicamentos de pesquisa farmacológica destinados ao progresso da terapêutica.[9]

Mesmo com uma agenda de trabalho e pesquisa aparentemente intensa, o Centro Internacional de Leprologia só funcionou até o início de 1939. Seus relatórios foram publicados nos anuários da OSLN. No *rapport* de 24 de novembro de 1939, fica claro que o CIL encerrou suas atividades e que todo o crédito que restou foi repartido entre diversas instituições, entre elas o IOC, a Revista Brasileira de Leprologia, de São Paulo e um centro de estudos da lepra de Belo Horizonte.[10] Um ofício de março de 1939 marca a denuncia do governo brasileiro em relação ao convênio com a LN, pondo fim no acordo firmado em 1931.[11] O motivo para tal denúncia ainda não está claro, mas o contexto da II Guerra certamente deve ter dificultado o cumprimento de convênios de toda a natureza, dentro e fora da Europa, inclusive aqueles acordados com a LN.

As atividades brasileiras em relação à pesquisa leprológica, no entanto, não foram de todo paralisadas. Souza-Araujo continuou a executá-la no Instituto Oswaldo Cruz. Além

[9] FCCF, Caixa 8, maço 3.

[10] Cf. Rapport au Conseil sur les travaux de la trente et unieme session du comite d'Hygiene, Geneve, 20 au 24 novembre 1939, pp. 5-9.

[11] Arquivo Histórico do Itamaraty, Ofício de 20 de março de 1939, endereçado a Eduardo Rabello, então diretor do CIL, comunicando que a delegação brasileira em Berna informou ao secretário da LN que o governo brasileiro resolveu denunciar, a partir de 12 daquele mês, à manutenção do CIL.

disso, a criação do Instituto de Leprologia, em 1946, veio suprir a possível lacuna deixada pelo fim das atividades do CIL.

Como considerações preliminares, podemos verificar que o sistema de idéias e políticas no Brasil acerca da lepra demonstram que o desenvolvimento local de instituições voltadas para a saúde pública esteve entrelaçado às agências internacionais e suas idéias sobre saúde. Percebemos que, no caso brasileiro, uma necessidade local foi aceita e adotada pela agenda de trabalho de uma organização internacional, incentivada principalmente por Carlos Chagas durante a década de 1920. Ainda que, de alguma forma, patrocinado pela LN, o CIL realizou atividades de pesquisas voltadas principalmente para o Brasil e a Capital Federal, em particular. Foram, portanto, os interesses locais que motivaram essas interações internacionais entre Brasil e Liga nas décadas de 1920 e 1930.

Fontes

Arquivo Histórico do Itamaraty, Ofício de 20 de março de 1939.
FCCF – Fundo Carlos Chagas Filho (não-organizado) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.
FFC-CC – Fundo Família Chagas – Carlos Chagas – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Jornal do Commércio, 21 de abril de 1934.
Rapport au Conseil sur les travaux de la trente et unieme session du Comité d'Hygiene, Geneve, 20 au 24 novembre 1939.

Bibliografia consultada

BIRN, Anne-Emanuelle. "O nexo nacional-internacional na saúde pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil, 1890-1940". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 2006:13 (3) 675-708.
CUNHA, Vívian da Silva. *O isolamento compulsório em questão – Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941).* Dissertação de Mestrado em História das Ciências da Saúde. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz, 2005.
DUBIN, Martin David. "The League of Nations Health Organization". *In:* WEINDLING, Paul (ed.). *International health organizations and movements – 1918-1939.* Cambridge: University Press, 1995, pp. 56-80.

MACIEL, Laurinda Rosa. *'Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade' – Uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962).* Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2007.

SANTOS, Norma Breda dos. "Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2003:46 (1) 87-112.

WEINDLING, Paul. "Introduction: constructing international health between the wars". *In:* _____ (ed.). *International health organizations and movements – 1918-1939.* Cambridge: University Press, 1995(a), pp. 1-16.

_____. "Social Medicine and the League of Nations Health Organizations" *In:* _____ (ed.). *International health organizations and movements – 1918-1939.* Cambridge: University Press, 1995(b), pp. 134-153.

_____. "As origens da participação da América Latina na Organização de Saúde da Liga das Nações, 1920-1940". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 2006:13 (3) 555-570.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Novos tempos, temas e atitudes: o espaço do meio ambiente nas aulas de História

Francisco das Chagas Silva Souza[1]

Resumo: A atual crise socioambiental caracteriza-se pela dificuldade ou impossibilidade de perceber, prever, calcular e compensar os novos riscos produzidos pela modernidade industrial e técnico-científica. Diante disso, a educação ambiental passa a ser considerada um mecanismo capaz de transformar a relação homem-natureza, instituindo ética e valores morais novos. No Brasil, ela deverá ser trabalhada como um dos temas transversais. Assim, acrescenta-se, hoje, para o professor de História, o desafio de trazer a temática ambiental para suas aulas, de forma interdisciplinar, com o objetivo de formar cidadãos críticos e com valores e atitudes capazes de empreender mudanças no atual contexto histórico em que vive.
Palavras-chave: Currículo – Educação Ambiental – Ensino de História.

Abstract: The present socio-environmental crisis is characterized by the difficulty or impossibility in noticing, foreseeing, calculating and compensating for the new risks which are produced by the industrial and techno-scientific modernity. Considering this, the environmental education is considered a mechanism which is able to transform the man-nature relationship, generating ethic and new moral values. In Brazil, the environmental education should be developed as a transversal subject. Thus, nowadays, the History teacher faces the challenge of bringing the environmental subject to his classes in an interdisciplinary way so that he can form critic citizens who can have values and attitudes which are able to undertake changes in the present historical context where they live.
Keywords: Resumé – Environmental Education – History teaching.

Introdução

Nas últimas décadas, têm se agravado os efeitos da consolidação da economia urbano-industrial, fundamentada num modelo de desenvolvimento baseado no crescimento ilimitado e no consumismo exacerbado. Não é por acaso, portanto, que problemas ambientais como aquecimento global, redução da camada de ozônio, poluições, desflorestamento, redução da biodiversidade, dentre outros, estejam na ordem do dia.

A intensidade da crise ambiental no século XX permitiu a organização do movimento ambientalista em todo mundo e, como efeito, a partir dos anos 70, realizaram-se

[1] Licenciado em História (UFPB), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UERN), professor no CEFET-RN, unidade de Mossoró. E-mail: franciscosouza@cefetrn.br

encontros internacionais, intergovernamentais e interinstitucionais. Nesses eventos, a educação passa a ser percebida como uma das estratégias para controlar o processo de destruição da natureza. A ela foi incorporado mais um esforço: o de contribuir para a criação de modelos alternativos que possam minimizar os efeitos destruidores dos seres humanos sobre a natureza. Todavia, para que isso ocorra com êxito, faz-se necessária a contribuição dos diversos campos científicos, o que significaria romper com uma longa tradição cartesiana que consolidou os conhecimentos compartimentados e fechados em si mesmos.

Haja vista a atual conjuntura planetária e as revisões nas propostas curriculares, nas últimas décadas, com a inclusão da temática meio ambiente como tema transversal, o objetivo desse artigo é discutir a possibilidade e a necessidade de o ensino de História contribuir, de forma interdisciplinar, para a formação de indivíduos éticos e conscientes da necessidade de se repensar a relação homem-natureza. Nossa discussão, dada a amplitude da produção acadêmica, terá como base os documentos oficiais do MEC, restringindo-nos ao Ensino Médio.

Crise socioambiental, educação e ensino de História

A Terra passou por muitos percalços ao longo da sua existência. Foi a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e o uso, em larga escala, dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, que se desenhou a atual crise socioambiental, a qual tem como característica o fato de ser global, incorporar e atingir todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários, além de dar novos significados às fronteiras geográficas, políticas e sociais.

É baseado nos estudos de Giddens e Beck sobre a *sociedade de risco* que vamos encontrar as características mais marcantes dessa crise. Conforme Giddens, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram um enorme potencial destrutivo em relação ao meio ambiente. Assim, face aos riscos do mundo globalizado, esse autor afirma: "O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura." (1991:19)

Com base no exposto, Beck e Giddens desenvolvem a noção de *modernidade reflexiva*. Conforme Beck:

> *Na sociedade de risco, o reconhecimento da imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento técnico-industrial exige a auto-reflexão em relação às bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da 'racionalidade'. No autoconceito da sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva (no sentido mais restrito da palavra), o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para ela própria. (1997:19)*

Dessa forma, a modernidade, ao olhar para si de forma crítica, cria as condições para um debate público sobre os problemas socioambientais, bem como configura-se como instrumento de mobilização e organização política da população frente aos perigos que ameaçam a vida presente e a possibilidade de uma vida futura com dignidade. Assim, "[...] o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica [...]" (BECK, 1997:12)

De acordo com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (EA), ocorrida em Tbilisi, em 1977:

> *[...] cabe à Educação ambiental dar os conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente; fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente, assim como uma ampla gama de habilidades práticas necessárias à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais. (DIAS, 2004: 107)*

Os eventos posteriores ao de Tbilisi reforçaram a urgência na destinação de esforços para implementar a EA. No universo escolar brasileiro, ela está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais – com a introdução do Meio Ambiente como um dos temas transversais –, como também na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), cujos princípios básicos, estabelecidos no Art. 4º, são, dentre outros: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas,

na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

Percebe-se, portanto, que na Lei 9.795/99 ficam evidentes as bases epistemológicas a partir das quais compreendemos a EA, sem as quais não seria possível falar em um processo educativo que parta da realidade e dos saberes diversos que compõem o cotidiano. Estamos nos referindo ao *pensamento complexo* e à *interdisciplinaridade*.

O paradigma cartesiano produziu uma forma de saber, na qual a natureza foi instituída como um objeto passivo de conhecimento pelo sujeito humano, soberano e condutor desse processo cognitivo. Em nome da objetividade e da busca de um conhecimento que pudesse ser traduzido em leis gerais, afirmou uma visão dualista e mecânica do mundo e da natureza e produziu um conhecimento disciplinar, reduzindo a complexidade do real. (CARVALHO, 2004:116)

Conforme Morin,

> *[...] se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. (2005: 176-177)*

Em síntese, para ele "há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade." (2006:38)

A disjunção entre as humanidades e as ciências, bem como a divisão destas em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas, fragmentam as realidades globais e complexas. O enfraquecimento da percepção do global fragiliza a responsabilidade e a solidariedade. (MORIN, 2006:40-41)

Face ao exposto, a EA torna-se o fio condutor que unirá as ciências da natureza às do homem. É aí que entra a contribuição do profissional da História, haja vista que ele, no atual cenário político, encontra-se livre para rever a sua prática docente, pois conforme a nova LDB é finalidade da educação "o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o

exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho" (Art. 2º). No Art. 35º, que trata do Ensino Médio, esta lei prevê que esse nível de ensino terá como metas, dentre outras, "o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" e "a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos". (BRASIL, 1996)

De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, as aulas de História buscarão oferecer aos educandos possibilidades de desenvolver competências que lhes possibilitem refletir sobre si mesmos, assim como inserirem-se e participarem ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho. O objetivo primeiro do conhecimento histórico seria "a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços." Assim, "busca explicar tanto as permanências e as regularidades das formações sociais quanto as mudanças e as transformações que se estabelecem nos embates das ações humanas." Recomenda ainda que "dada a complexidade do objeto de conhecimento, é imprescindível que se incentive a prática interdisciplinar." (BRASIL, 2006)

Isto posto, pode-se concluir que as prescrições pedagógicas para a história, presentes na legislação brasileira, vêm ao encontro da perspectiva de uma EA crítica e emancipatória, a qual, segundo Lima (2005:128-129), caracteriza-se, dentre outras coisas, por: uma dimensão complexa e multidimensional da questão ambiental; uma defesa do amplo desenvolvimento das liberdades e possibilidades humanas e não-humanas; uma atitude crítica diante da crise civilizatória; um entendimento da democracia como pré-requisito para a construção de uma sustentabilidade plural; uma associação entre os argumentos técnico-científicos e a orientação ética do conhecimento, de seus meios e fins; um cuidado em estimular o diálogo e a complementaridade entre as ciências e as múltiplas dimensões da realidade entre si.

Destarte, se alertarmos para o fato de que a EA precisa ser trabalhada como um ato político, como poderíamos alijar o ensino de História desse processo de formação do sujeito ecológico? Por que não inserir nas aulas dessa disciplina informações sobre as relações que se estabelecem entre os humanos e o seu meio natural em diferentes tempos e espaços? Por que não "historicizar" o conceito de natureza, visto que ele é uma construção histórica e que varia de acordo com espaços e tempos?

Enfatizamos que o professor de história, na atualidade, deve estar sensível a essa discussão, face à complexidade do presente e ao risco de um futuro catastrófico. Para Hobsbawn:

> *[...] Sabemos que por traz da opaca luz da nossa ignorância e incerteza de resultados detalhados, as forças históricas que moldaram o século continuam a operar. Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode seguir ad infinitum. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. (2005: 562)*

Tentativas no sentido de ampliar os objetivos da História já existem e cada vez mais se concretizam através da História Ambiental, a qual, para o Donald Worster,

> *[...] rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e 'super-natural', de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.* ***A velha história não poderia negar que vivemos neste planeta há muito tempo, por desconsiderar quase sempre esse fato, portou-se como se não tivéssemos sido e não fôssemos realmente parte do planeta. Os historiadores ambientais, por outro lado, perceberam que não podemos mais nos dar o luxo de sermos tão inocentes****. (1991:199. Grifo nosso)*

Nesse sentido, essa vertente da História entra em choque com o pensamento positivista e reducionista. Representa, segundo Oliveira (2006), "uma tentativa interdisciplinar de se entender o meio ambiente, ligando-o à história, e, a história, a ele. [...] uma história da natureza contada pelos homens e uma história dos homens contada pela natureza, sendo que ambas se complementam".

Não obstante todas essas evidências e possibilidades de interfaces do ensino de História com os estudos sobre o meio ambiente, esse debate parece ainda pouco familiar nas salas de aula. Para grande parte dos profissionais das ciências humanas, a disjunção entre

natureza e sociedade ainda se mantém, e a EA parece ser vista apenas como a luta pela preservação da biodiversidade e, portanto, própria para os professores das ciências da natureza.

Outros fatores têm contribuído no sentido de desvincular os conteúdos de história e a EA na prática docente:

a- Ainda são tímidas as pesquisas e experiências sobre a relação homem-natureza numa perspectiva histórica. Mesmo que tenham sido feitas muitas publicações nas últimas décadas, trata-se, na maioria das vezes, de estudos de caso e direcionam-se, principalmente, a um público universitário.

b- O Ensino Médio geralmente é visto como uma etapa preparatória para uma seleção que permitirá o ingresso dos alunos na Educação Superior. Os vestibulares, em sua maioria, são conservadores e conteudistas, não exigindo dos candidatos à universidade uma perspectiva interdisciplinar. Dessa forma, cabe ao professor trabalhar todos os conteúdos que existem no programa, o que demanda tempo e pouca disposição para um debate mais amplo.

c- Os livros didáticos de História, mesmo que procurem se adaptar às exigências das leis e do mercado, são ainda muito superficiais ao tratar da temática ambiental. Ao discutir assuntos como a extração do pau-brasil e as produções açucareira, aurífera e cafeeira, por exemplo, raramente faz-se uma ligação dessas economias às atuais condições socioambientais da Mata Atlântica. (SOUZA, 2006)

d- Muitos projetos de EA partem de análises e sensibilização sobre o local onde o público-alvo vive. Como a prática do ensino da história local ainda precisa ser ampliada, reduz-se a possibilidade de uma perspectiva interdisciplinar, o que é lamentável, pois os efeitos de ações devastadoras, como queimadas, aterros etc., poderiam ser mais bem compreendidos se estimulassem a população a tentar enxergar a história das transformações do meio ambiente local.

Face ao exposto, reafirmamos que a EA ainda continua caminhando lentamente no processo de efetivar mudanças nas atitudes e comportamentos humanos em relação ao ambiente. No atual contexto histórico e ambiental, as ciências humanas precisam deixar de ser vistas como “inúteis” do ponto de vista da vida prática e se esforçar em uma tentativa de entender as razões das crises e, em conjunto com os demais ramos do conhecimento, apontarem saída para um futuro próspero.

Apesar de alguns esforços, ainda precisamos avançar muito para que as teorias e as idéias saiam definitivamente do papel e dos discursos, o que não parece ser tarefa fácil, visto que, desde 1936, o primeiro-ministro inglês Winston Churchill afirmou que "A era da procrastinação, das meias medidas, dos expedientes que acalmam e confundem, a era dos adiamentos está chegando ao fim. No seu lugar, estamos entrando na era das conseqüências".

Referências bibliográficas:

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 11-71.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9.394/96. 20 dez. 1996. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 9.795.** In Diário Oficial da União, Brasília/DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 9.795.** In Diário Oficial da União, Brasília/DF, 28 abr. 1999.

CARVALHO, Isabel C. M. F. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LIMA, Gustavo F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: BAETA, Anna Maria B.; LOUREIRO, Carlos F. B.; SOFFIATI, Arthur. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 109-141.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11 ed. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, Rogério R. **Ações do homem e o meio ambiente**. Entrevistadora: PRIMO, Virgínia. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/noticias/editorapucrio/autores/autores_entrevistas_rogerio_ribeiro.html> Acesso em: 21 abr. 2007

SATO, Michele. **Educação ambiental**. São Carlos: RiMa, 2002.

SOUZA, Francisco das C. S. **Práticas interdisciplinares:** o meio ambiente nos livros didáticos de História para o Ensino Médio. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RN, 2., 2006, Caicó. Anais... Natal, ANPUH, 2006. 1 CD.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação e Moda na Segunda Guerra Mundial: as Voluntárias da Legião Brasileira de Assistência (1942-1945)

Ivana Guilherme Simili[1]

Resumo: A Legião Brasileira de Assistência foi criada em 1942, por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de amparar os soldados e seus familiares. Durante o período da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), característica marcante da instituição foi a atuação de mulheres, como voluntárias. Esta comunicação tem por objetivo examinar o voluntariado feminino criado pela Legião Brasileira de Assistência, sob o foco da educação e da moda de Guerra. Deslindo os modos pelos quais os conceitos patrióticos de cooperação entre os sexos ao serem usados pela instituição na mobilização, na preparação e nos serviços instaurados foram desenhando tipos e estilos de voluntárias, com maneiras de as mulheres serem, agirem, comportarem-se, vestirem-se e se apresentarem, conformando-lhes aparências que sinalizam para os processos educativo-pedagógicos e a produção de moda.
Palavras-chave: moda; voluntárias; Legião Brasileira de Assistência.

Abstract: The Brazilian Legion of Assistance was created in 1942, for Darcy Vargas, wife of Getúlio Vargas, with the purpose to support the soldiers and its familiar ones. During the period of the participation of Brazil in World War II (1942-1945), characteristic of the institution was the performance of women, as voluntary. This communication has for objective to examine the feminine volunteers one created by the Brazilian Legion of Assistance, under the focus of the education and the fashion of War. I define the ways for which the patriotic concepts of cooperation enter the used sex when being for the institution in the mobilization, in the preparation and in the restored services types and styles of volunteers had been drawing, with ways them women to be, to act, to behave, to be dressed and if to present, conforming appearances to them that signal for the educative-pedagogical processes and the production of fashion.
Key-words: fashion; volunteers; Brazilian legion of Assistance.

Em outubro de 1942, nos primórdios da criação da Legião Brasileira de Assistência, por Darcy Vargas, foi publicado pela *Revista O Cruzeiro*, um periódico que ditava moda e comportamento entre as mulheres, uma reportagem que pode ser tomada como significativa da mobilização feminina que foi desencadeada pela instituição para conseguir a adesão e a composição do voluntariado feminino.

---

[1] Professora da Uem, do Departamento de Fundamentos da Educação. No texto, apresento o resultado da pesquisa "Educação e Moda na Segunda Guerra Mundial: um estudo sobre as voluntárias da Legião Brasileira de Assistência (1942-145)", que teve o apoio financeiro do CNPQ.

Com o título "Garotas, a postos" e subtítulo: "Assim leitora você deve procurar imediatamente um dos postos da Legião Brasileira de Assistência e matricular-se num dos seus inúmeros cursos especializando-se numa das muitas formas de trabalhar pela causa da liberdade", a mensagem mostra o chamado dirigido ás mulheres para que se "especializassem" de modo a que pudessem trabalhar pela liberdade, leia-se, pela luta da vitória do país no conflito mundial, cujo ingresso havia ocorrido em agosto de 1942.

Além do chamado a reportagem trazia também as "especialidades" criadas pela instituição e nas quais as mulheres podiam participar. Para a "seção de secretariado e arquivo" era solicitado que as mulheres tivessem senso de organização, porque o trabalho requeria paciência e critério; para a inscrição na "divisão de comunicação, como censora, mensageira, telefonista, telegrafista etc", era preciso "mais técnica", alertando, porém, que se a mulher se julgasse com aptidões diferentes poderia ingressar para o corpo de saúde e Pronto Socorro, a fim de tratar dos feridos em caso de ataque aéreo. Ou então, tratar da Educação Popular, cuidando de crianças, ensinando artes domésticas, lavar, cozinhar, afirmando-se que "estas atividades são importantíssimas em tempo de guerra". "No departamento de Material você poderá costurar, fazer 'tricot' e 'crochet'. Não há grande dificuldade nestas tarefas, temos de reconhecer". Ressaltava ainda: "além de muitas outras coisas as mais diversas para as quais será designada, de acordo com as suas possibilidades, você poderá tratar da Correspondência Familiar", servindo de elemento de ligação entre o soldado e a sua família"; finalizando "Não perca tempo, corra a um dos postos da LBA".

A reportagem das "Garotas, a postos", como um artefato pedagógico cultural, traz os ensinamentos que foram incutidos no universo das mulheres de que o trabalho delas era peça importante às engrenagens institucionais e que podiam cooperar fazendo "alguma coisa" para ajudar na luta do país e pelas causas dos soldados, porque vale lembrar, "amparar os soldados e seus familiares" foi o objetivo fixado pela primeira-dama na criação da Legião Brasileira de Assistência, a qual contou com o apoio do empresariado e cuja sede foi estabelecida na capital carioca, Rio de Janeiro.

Ao tratar dos trabalhos que podiam ser desempenhados pelas mulheres, a reportagem compõe alguns dos estilos e perfis femininos que vieram a transformar a Legião Brasileira de Assistência em espaço de atuação feminina: as secretárias e arquivistas na organização dos serviços; as censoras, mensageiras, as telegrafistas com conhecimento técnico para o desempenho de suas funções de ajudar na correspondência; as enfermeiras cuidando dos doentes; as educadoras populares ocupando-se dos cuidados com crianças e

comprometidas com o ensino doméstico; as costureiras fazendo roupas e as artesãs manuais do *tricot, crochet* e, finalmente, as responsáveis pela "correspondência familiar", zelando pela troca de mensagens entre os soldados e seus familiares.

A documentação da Legião Brasileira de Assistência indica que àqueles perfis e estilos femininos, os cursos oferecidos nos anos de 1942, fizeram emergir outras configurações femininas. No cenário institucional surgem as voluntárias da defesa passiva-antiaérea, preparadas para atuar na proteção da população em caso de provável bombardeio; as voluntárias da alimentação, aptas para transmitir ensinamentos às donas de casa sobre práticas da economia e consumo de alimentos; as visitadoras e educadoras sociais, responsáveis pela prestação de assistência às famílias dos soldados – esposas e filhos; as samaritanas socorridas, formadas para o atendimento de enfermagem.

Educação e moda no corpo das voluntárias

"Cada momento social requer um tipo de presentificação e atuação que se encontra normatizada pelo contexto social". (CASTILHO, 2002, p.94). Os serviços e as atividades criadas pela Legião Brasileira de Assistência para serem exercidos pelas mulheres foram acompanhados pela "normatização" do vestuário, porque a instituição definiu que o trabalho de alguns segmentos femininos devia ser executado por meio do uso de uniformes.

Nas interpretações para a história da moda durante os anos de Guerra, as influências dos uniformes dos soldados no vestuário feminino é uma constante. Afirma-se que, influenciada pelos uniformes, as roupas teriam ganhado uma certa masculinização e, na moda feminina, duas peças teriam dado o tom na composição do guarda-roupa das mulheres: as saias que ficam mais justas e o casaco. (BRAGA, 2004, p.79- 80).

Particularmente, no Brasil, as descrições para a moda nos anos de Guerra também apontam para as mudanças observadas nas roupas femininas, que se tornam mais "comportadas e sérias". Nas narrativas para a moda de Guerra, no Brasil, afirmam-se que as saias teriam ganhado força, ficando seis dedos abaixo do joelho, e não se usava mais a cintura baixa. Para o dia, os trajes oficiais eram o *tailleur* e os vestidos trespassados, com pregas ou *drapés*. Para trabalhar, a brasileira passou a vestir saia de cor sóbria e blusa de jérsei, com gravata do mesmo tecido da saia, acompanhados de carteira, chapéu de feltro e luvas de pelica. (MOUTINHO; VALENÇA, 2005, p.131).

Uma concepção que norteia as interpretações para a moda nos anos de Guerra é a relação entre momentos/acontecimentos históricos, políticos, econômicos e modificações no vestuário. Esta concepção está sintetizada na análise de James Laver (1989, p. 252) no exame das roupas de Guerra, afirmando que elas demonstram a força dos reflexos da situação econômica e política vigentes, o que denomina a "atmosfera do momento", na moda.

A relação entre moda e Guerra na França, ao ser examinada por Dominique Veillon (2004,p. 7) também parte do princípio da existência de uma articulação entre o que denomina "fenômeno da moda' e as reviravoltas políticas, entre os comportamentos indumentários e as tomadas de posição induzidas pelos acontecimentos extraordinários vividos pela França de então", referindo-se, portanto, aos anos da ocupação alemã da França – 1940 a 1944. A narrativa que ela faz da moda francesa é exemplar no sentido de indicar a forma pela qual a Guerra ditou uma mudança no figurino e nos comportamentos femininos, mediante a incorporação de peças dos soldados no visual e no guarda-roupa, como por exemplo, o uso dos chemisier cáqui, botões dourados nos casacos e de peças como os barretes, os quepes de feltros, ou ainda, a maneira pela qual os alertas obrigam as mulheres a procederem a uma revisão no guarda-roupa, priorizando roupas práticas e quentes como os trajes de esqui; ou ainda, como os novos tempos são sinalizados nas ruas da capital com a multiplicação das mulheres fardadas, com "tailleur preto, camisa branca e gravata preta e a transformação do guarda-roupa em sóbrio, marcado pelo fim dos vestidos vistosos, dos bonezinhos excêntricos, das jóias extravagantes e das unhas cor de sangue, para se restringir apenas ao tailleur estrito, quando muito, acompanhado por um casaquinho de crepe, um chapeuzinho de feltro acompanhados por uma bolsa grande.

Nas narrativas panorâmicas e nos estudos particularizados para a moda que grassou pelos países durante o conflito mundial, observa-se que a Guerra proporcionou o surgimento de algumas tendências, que direta ou indiretamente, teve nas roupas militares a inspiração para a criação de estilos no vestir e nos comportamentos, informando as leituras, adequações e adaptações das roupas e peças masculinas para o uso das mulheres, vislumbrado principalmente nas saias, em substituição às calças, símbolo e marca do vestuário para os homens. Disso resultando que, na Guerra, os uniformes dos soldados teriam servido para a produção de moda ao mesmo tempo em que definia o panorama do vestuário feminino.

O uso dos uniformes pelas mulheres da Legião Brasileira de Assistência revela a mudança no figurino que acompanhou a transformação delas em atuantes na instituição, criando para elas determinadas aparências. As fotografias das voluntárias indicam que durante suas formações nos cursos preparatórios fornecidos pela instituição e a ocupação delas nos

trabalhos institucionais foi marcado pela criação de uniformes para alguns dos segmentos de voluntárias.

Com isso, as mulheres passaram a ostentar sobre seus corpos, determinadas peças, cores e estilos que informavam o grupo a que pertenciam nos espaços institucionais e fora dele. O guarda-pó e o uso das toucas protetoras dos cabelos foi o uniforme criado para a voluntárias da alimentação; apenas o guarda-pó foi a roupa com a qual as legionárias da costura se apresentavam para costurar; a paramentação dos uniformes de enfermeiras foi empregado na atuação das samaritanas socorristas; os uniformes dos soldados, na versão feminina era o figurino das voluntárias da defesa passiva antiaérea.

De todos os uniformes, sem dúvida alguma, o uniforme das voluntárias da defesa passiva antiaérea, informa de maneira nítida as influências da farda dos soldados na composição do visual, porque as peças das fardas dos homens foram adaptadas para as mulheres.

Uma fotografia que circulou na Revista *O Cruzeiro* pode auxiliar na compreensão das semelhanças e diferenças nos uniformes dos homens e das mulheres.

(Revista O Cruzeiro, 03.06.1944, p. 53)

"Desfilam guerreiros do Brasil , eis o título da reportagem que acompanham as fotografias. Os fragmentos visuais, segundo informações da Revista, foram obtidos durante o

desfile da Força Expedicionária Brasileira, em 24 de maio de 1944, antes da partida para o front da Itália. Na legenda da imagem é ressaltada a participação feminina no evento, destacando-se que "a mulher brasileira foi a primeira a dar contribuição desinteressada à nobre causa da democracia, oferecendo-se para os serviços auxiliares".

A idéia da contribuição e da colaboração feminina nas causas dos homens, na luta deles, numa guerra está presente na disposição das fotografias na página da Revista, a dos soldados e das voluntárias, uma ao lado da outra.

Justapondo as imagens dos homens e das mulheres, das fotografias emanam representações que alimentavam as idéias e concepções patrióticas criadas durante o período da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, tais como da união e cooperação entre os sexos, da luta que devia ser empreendida pelos homens e mulheres pela Vitória da Pátria[2].

Os ideais patrióticos revestem os corpos dos soldados e das voluntárias, porque a contribuição e a cooperação dos homens vestiam calças e a das mulheres, saias. A esta diferença, associam-se outras, no lugar do cinto que prendia a farda masculina, um cinto com bolsa para as mulheres e em vez uso do coturno usado por eles, os sapatos baixos para elas.

A aproximação nas roupas desses personagens permite que os uniformes das voluntárias sejam classificados como "quase masculinos". De acordo com Craik (2003,p.17) os uniformes quase masculinos estariam associados à incorporação de disciplina, confiança, habilidades características para atuar na esfera pública.

Nesse aspecto, é importante registrar que de acordo com a documentação consultada, a disciplina, a confiança foram habilidades e competências que orientaram os cursos preparatórios visando a formação delas, como voluntárias da defesa passiva antiaérea. O curso tinha um objetivo claro: formar mulheres disciplinadas para desempenharem suas funções de guardiãs dos bens simbólicos e reais da nação – das edificações e da população-, em caso de provável bombardeio.

No entanto, também, no uso dos uniformes pelas voluntárias, traços da "feminização", um segundo tipo de uniforme definido por Craik (2003), cujo emprego pressuporia o treinamento físico e emocional para fins educacionais e assistencial. Embora a disciplina tenha sido o fio condutor das práticas pedagógicas de suas formações, o objetivo de suas preparações era a de educá-las para que as habilidades consideradas pelos homens, como "naturais" ao feminino, de altruísmo, obediência e abnegação, fossem alargadas para a população, na prestação de assistência à população na guerra. O conteúdo educativo e

[2] Esta reflexão foi feita apoiando-se no estudo de CYTRYNOWICZ, 2000.

assistencial orientou, portanto, o treinamento físico e emocional, disciplinando, por intermédio dos uniformes, os corpos e as representações, feminizando os comportamentos e condutas das mulheres na guerra.

Mais que isso: os uniformes das voluntárias da Legião Brasileira de Assistência foram produtores de moda e participaram da moda feminina nos anos da Segunda Guerra Mundial, criando modos de ser, comportar-se e se vestir, que informam as mudanças inseridas no universo das representações das mulheres, transformando-as em contributivas, cooperativas com os homens e suas lutas.

Referências:

BRAGA, João. **História da moda: uma narrativa**. 4. ed. SP: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

CASTILHO, Kathia**. Moda e linguagem**.São Paulo:Editora Anhembi Morumbi,2004.

CRAIK, Jennifer. A política cultural do uniforme. **Fashion Theory**, v.2,n.2, p.5-26, jun.2003.

CYTRYNOWICZ. Roney. **Guerra sem Guerra**. A mobilização em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa.** Trad. Glória Maria de Mello Carvalho. SP: Cia das Letras, 1989.

MOUTINHO, Maria Rita; VALENÇA, Máslova Teixeira. **A moda no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2005.

REVISTA O CRUZEIRO, out. 1942.

REVISTA O CRUZEIRO, Jun.1944.

VEILLON, Dominique. **Moda & Guerra**: um retrato da França ocupada. Tradução e glossário de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os livros de Matrícula de Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e o papel desta instituição na assistência à saúde da população (1895-1913)

Angélica Aparecida Moreira da Silva[1]
Maria da Penha Costa Vasconcellos[**]

Resumo: Desde o século XVI a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo vem prestando inúmeros serviços de saúde para a população na cidade de São Paulo. Desta experiência de longa data, entre diversas possibilidades de pesquisa sobre sua atuação, chama-nos a atenção, especialmente os registros referentes ao final do século XIX e começo do século XX produzidos pelo Hospital Central.A discussão será feita a partir da análise dos Livros de Matrícula de Enfermos referente ao período de 1895 a 1913 e traz diferentes informações sobre os doentes que recorreram aos serviços. A pesquisa objetiva fornecer subsídios para a História da Saúde da população em São Paulo, sobretudo feminina, em um período de transformações não só econômicas, mas também demográficas, sociais e institucionais."
Palavras-chaves: História da Saúde – Gênero, Saúde e Memória - História das Instituições de Saúde

Abstract: Since the XVI century the São Paulo's Holy House of Mercy has been rendering account to many health services to São Paulo's population. From this long term experience, among several possibilities of research about its performance, the records concerning the end of the XIX and beginning of the XX century, produced by the Central Hospital, comes to our attention in a special manner. The discussion will be made as from the analysis of the Book of the sick enrollments. The documentation analised is relative to the period of 1895 to 1913 and brings different information about the sick who appealed to the services. The research aims to supply aid to the Health History of São Paulo's population, specially female, in a period of changes not only economical, but also demographical, sociological and institutionals.
Keywords: Health's History – Gender, Health and Memory – History of the Health Institutionals

Norberta dos Santos, filha de Amâncio Chaves, 36 anos, brasileira de Itu (SP), preta, casada, doméstica, residente à Rua Rui Barbosa – nº 63, pensionista de 1ª classe da Santa Casa, internada em quarto com diagnóstico de fibroma uterino – laparotomia em 05/07/1906, deu entrada em 03/07/1906 e saiu em 28/07/1906. (Livro de Matrícula de Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo nº 2, 1906: 5)

[1] Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
[**] Professora do Dep. de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

A partir dos registros dos Livros de Matrícula de Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, cabe algumas perguntas: Como se criou esta demanda de mulheres, ausentes deste espaço até o final do século XIX, começo do XX? Qual o perfil das mulheres que freqüentaram o Hospital? Que doenças as afligiam? De onde vinham? Que profissões exerciam?

O olhar sobre estas questões tem se inspirado nas reflexões das historiadoras Maria Antónia F. Pires de Almeida, que analisa o perfil dos usuários no Hospital da Santa Casa de Avis e no trabalho de Regina Morantz-Sanchez, que destaca a mudança na visão sobre a doença, o sofrimento e a dor, na virada do século XIX para o XX, e discute o surgimento da demanda para o consumo de um tipo de assistência à saúde: a Ginecologia.

Esta apresentação visa fornecer subsídios para a análise da atuação da Santa Casa na virada do século XIX para o XX, visto ter ocorrido mudanças significativas com a construção do novo hospital. A discussão será feita a partir dos dados levantados nos Livros de Matrícula de Enfermos do período de 1895 a 1913, atendidos pelo Hospital.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado em Saúde Pública[1], que objetiva fornecer subsídios para a História da Saúde da população em São Paulo, sobretudo feminina, em um período de transformações não só econômicas, mas também demográficas, sociais e institucionais.

A Santa Casa

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia é uma instituição filantrópica de orientação católica fundada em Lisboa no ano de 1498, sendo instituída nos domínios portugueses com o advento dos Descobrimentos. (MESGRAVIS, 1976: 29). Criadas nos principais núcleos urbanos das colônias, tiveram papel importante não só na construção da imagem que Portugal quis imprimir ao império (ABREU, 2001: 605); como também na assistência prestada à saúde da população.

No Brasil desde o século XVI, a instituição traz consigo os princípios estabelecidos pela matriz lisboeta. Baseia-se nas 14 obras de misericórdia definidas por São Tomás de Aquino, assim divididas: sete obras espirituais -- ensinar os simples, dar bom conselho, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes, perdoar a quem nos errou, sofrer as injúrias com paciência, rogar a Deus pelos vivos e os mortos; e sete corporais: remir

[1] A pesquisa vem sendo desenvolvida sob a orientação da Profª Drª Maria da Penha C. Vasconcellos no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

os cativos e visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres, enterrar os finados. (apud KHOURY, 2004: 9)

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, fundada no século XVI, não fugiu à regra: entre suas funções diversas, durante séculos cuidou, tratou, curou e enterrou principalmente a população pobre.

No Termo de Mesa (espécie de Ata das reuniões) de 24 de abril de 1715, discutiu-se a criação de um hospital:

> *o Irmão Provedor, e mais Irmãos da mesa para se tratar ... e por cada um e todos juntos assentaram e concordaram que na Santa Casa da Misericórdia houvesse hospital para sempre, para remédio e futuro dos mais pobres e indigentes como com efeito se deu principio logo, pondo camas, e recolhendo-se neste mesmo dia acima declarado uma mulher pobre com um braço podre para tratar do seu remédio... (VOTTA, 1951:19-20)*

Ao falar dos gastos e das esmolas que recebiam para aplicar no hospital -- às vezes chamado de hospital, outras de enfermaria -- é mencionada a estrutura considerada necessária e para a qual precisavam reunir esforços: "... os gastos com a enfermaria compreende médico, cirurgião, botica, sangrador, camas e enfermeiro". (VOTTA, 1951: 20)

Quanto à localização hospital não se sabe ao certo, acredita-se, segundo alguns autores, que estava situado ao lado da Igreja da Misericórdia, hoje Rua Direita. (CARNEIRO, 1986: 196-197)

Em 1832 foi iniciado o Hospital da Glória, localizado na Rua da Glória onde hoje funciona o Colégio São José pertencente à Irmandade.

No regulamento do hospital, datado de 22 de maio de 1864, verifica-se a organização do espaço hospitalar (enfermarias geral para atendimento aos pobres, particulares para os pensionistas que pagavam as próprias despesas e para os irmãos da Santa Casa), as atividades desenvolvidas por enfermeiros e enfermeiras, médicos, farmacêuticos, administrador, capelão, escriturário, entre outros e as regras para os enfermos.

No Regulamento o hospital é definido como "instituição pia e como tal foi destinada para acolher e tratar os enfermos pobres sem distinção de nação e religião". (IRMANDADE, 1875: 21). O documento informa sobre as regras para o funcionamento do escritório do hospital, sendo que no artigo 22 são mencionados os registros que a Irmandade considerava necessários e que forneciam os dados para as estatísticas que publicavam. Indica

inicialmente o Livro de Entrada e Saída dos Enfermos com declaração dos nomes, naturalidade, estado (civil), condição (pensionista, escravo, pobre) e dos dias que entraram e saíram.

Em 1875, Antonio Caetano de Campos, irmão da Misericórdia, que ocupava o cargo de médico cirurgião deste hospital desde 1872, apresentou um relatório no qual faz uma avaliação bastante negativa das condições em que se encontravam o hospital e os doentes: desorganizado, sujo, desaparelhado e onde o pessoal administrativo e clínico se não maltratava os pacientes, na melhor das hipóteses, ignorava-os. O médico salienta que eram as terríveis condições que justificavam "o terror que inspirava o Hospital à pobreza desta terra" (IRMANDADE, 1875: 97-113)

Neste relatório o provedor descreve que as enfermarias eram separadas apenas por sexo (nem por idade, nem por doenças) e que por falta de acomodações misturavam-se convalescentes com agonizantes, portadores de diferentes doenças, inclusive contagiosas (IRMANDADE, 1875). O quadro estatístico de 1870 a 1875 mostra que o número de mulheres atendidas é bem menor que o de homens.

Em 1885, passados 10 anos da apresentação deste relatório, foi inaugurado o Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia no bairro do Arouche, hoje bairro de Santa Cecília. O edifício foi construído aos poucos, à medida que recebiam donativos. (MESGRAVIS, 1976: 144-148).

Deve ser lembrado que entre o final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo passava por mudanças bastante acentuadas com o crescimento demográfico devido à chegada dos imigrantes, principalmente italianos, também a vinda de negros egressos da escravidão. Novas atividades econômicas trazidas pela industrialização incentivada pela expansão da cultura cafeeira foram se desenvolvendo, contribuindo para um rápido processo de urbanização, com isso os problemas sanitários e de saúde pública aumentaram, atingindo principalmente a população pobre da cidade sujeitos às doenças e principais vítimas das epidemias. (RIBEIRO, 1998: 19-27) Serviços de saúde foram organizados, seja por iniciativa do governo como também de entidades privadas, ampliando-se os espaços dedicados ao atendimento à saúde.

Existia na cidade uma elite médica que prestava serviços na Santa Casa, alguns trabalhavam também em outros serviços de saúde, participavam como membros de instituições científicas, como a Sociedade de Cirurgia e Medicina de São Paulo, discutindo casos, publicando trabalhos, um conjunto de atividades científicas bastante intensas e

entrelaçadas, ocorridas em um período anterior à criação da primeira faculdade de medicina da cidade.

O novo Hospital da Santa Casa foi *c*riticado pelos médicos por não atender completamente as exigências da ciência moderna, foi se adaptando sobre o desenho original em estilo gótico defendido pelo então Provedor Arcipreste João Jacintho de Andrada. Mais tarde em discurso, o médico Arnaldo Vieira de Carvalho na comemoração de 25 anos do Hospital, fez observações sobre o ocorrido: "adotou o plano do novo edifício, sacrificando a higiene ao monumento – o estilo gótico falava mais alto a uma alma amantíssima da igreja que os ditames da antissepsia nascente". (REVISTA MÉDICA DE SÃO PAULO, 1910: 278)

Nos anos seguintes o hospital passou por uma série de reformas e adaptações. O relatório de 1902 traz informações sobre as mudanças que vinham ocorrendo, na organização hospitalar influenciada pela orientação científica da época, e as dificuldades para acomodar devidamente os doentes, pois nestes anos, como informa o Provedor, o número havia aumentado muito. Os quadros de despesas apresentados apontam que os maiores gastos eram com o hospital. (IRMANDADE ,1902)

Em 1902, o médico Oliveira Fausto apresentou um artigo publicado em francês na Revista Médica de São Paulo sobre o Hospital Central da Santa Casa:

> *Como se vê, não se trata de uma velha construção emendada às necessidades de hoje, mas de um edifício totalmente novo; de tijolos, em estilo gótico, construído em cima de uma das mais bonitas colinas da encantadora cidade de São Paulo.*
> *Apesar de novo (não está ainda terminado), ele apresenta; todavia, alguns defeitos, sendo um deles o fato de um hospital moderno ter todos os pavilhões ligados ao corpo central do edifício.*
> *Embaixo, no primeiro andar, estão instalados a farmácia e os 5 consultórios externos, 1 para as moléstias de senhoras, 1 para medicina dos homens, 1 para as doenças de crianças, 1 para cirurgia em geral e 1 para as doenças dos olhos.*
> *Existe ainda, num pequeno pavilhão separado, 1 serviço de consultas ginecológicas e mais 1 consultório dentário.*
> *As alas laterais de um só andar são ocupadas pelas enfermarias; as da ala direita para os homens e as da ala esquerda para as mulheres e crianças, separadas por um encantador jardim no centro do qual ergue-se uma linda capela.*
> *O serviço clínico está assim distribuído: 2 enfermarias para a cirurgia dos homens 3 salas para o serviço médico do sexo masculino, 1 para doenças dos olhos; e do lado das mulheres, 1 sala de cirurgia e ginecologia e 1 de medicina e cirurgia para as crianças. Há também de cada lado, 1 sala completamente separada para os*

> *tuberculosos. Infelizmente, o hospital é obrigado a receber estes doentes, visto que ainda não temos sanatório.*
> *Ao lado de cada enfermaria, cujas janelas em forma de ogiva, abrem no gramado, encontra-se 1 rouparia, 1 sala de banho (água quente e fria), W.C., vestiário para o médico, 1 salinha para as análises e quartos separados para as doenças muito graves ou os operados. (apud CARNEIRO, 1986: 347)*

Ainda neste artigo, o médico faz um comentário sobre a divisão das enfermarias e a forma de organização das especialidades médicas da época:

> *É pena que as funções clínicas dos cirurgiões e médicos estejam completamente separadas para os dois sexos, os cirurgiões e médicos... dos serviços do lado dos homens não podem exercer em ginecologia e vice-versa. Essa divisão do trabalho é inadmissível em nossos dias; todo cirurgião deveria ser ginecologista.*
> *O argumento das especialidades, no caso, é improcedente; todos aqueles que lidam com cirurgia geral devem ser preparados para qualquer intervenção. (apud CARNEIRO,1986: 349)*

A Documentação

O arquivo permanente da Santa Casa em São Paulo localiza-se em um galpão do Hospital São Luiz Gonzaga, um dos hospitais da Irmandade, que foi abrigo para leprosos, depois destinado à cura da tuberculose, hoje hospital referência localizado no bairro do Jaçanã, zona norte da cidade de São Paulo. Para esta pesquisa, é necessária a autorização prévia fornecida pela Santa Casa.

A riqueza do acervo já foi salientada por vários autores, neste arquivo estão documentos como livros de registro de autópsia (1920-1925), livros de assentamento dos falecidos (1909-1920), livros de freqüência dos médicos (1930-1971), livros de registro de operações (1905-1960); entre outros. (KHOURY, 2004: 680-684)

Os Livros de Matrícula de Enfermos

Os 'Livros de Matrícula de Enfermos', documentação em que se baseia esta apresentação, é uma série documental com datas limite entre 1883-1955 produzidos pelo Hospital Central da instituição. Desta série, não foram encontrados os livros referentes ao período entre 1888-1898.

Há um livro com as datas limite -- setembro de 1883 a dezembro de 1887 -- no qual parte do movimento registrado refere-se ao Hospital da Glória e parte ao Hospital de Santa Cecília. Este livro encontra-se no Museu da Santa Casa, exposto para os visitantes, havendo restrições à sua consulta.

Entre os anos 1899 a 1955 foram localizados os livros em seqüência cronológica ininterrupta.

Os Livros de Matrícula de Enfermos são manuscritos e registravam a entrada de pessoas que procuravam a Santa Casa de Misericórdia através do 'Atendimento da Porta' ou 'Serviço da Porta', seria como o Pronto Socorro da instituição. (HUNGRIA FILHO, 2000: 23)

Os livros apresentam os seguintes dados: número de registro, nome, filiação, idade, naturalidade, estado (civil), profissão, procedência (informada a partir de 1903), remetente, entrada, saída, alta, remoção (para hospitais de isolamento ou asilos) ou falecimento com dia, mês e ano, enfermaria (a partir de 1903), diagnóstico (a partir de 1906) e resultado do tratamento (a partir de 1911). Nos primeiros livros os registros mencionam a nacionalidade (brasileira, italiana, alemã), a partir de 1905, encontra-se com freqüência dados sobre a cidade de nascimento.

Quanto ao atendimento relativo aos meses de 1883; foram atendidas 254 pessoas, sendo 190 homens e 64 mulheres. Destas mulheres, 4 italianas, 2 africanas, 2 alemãs, 1 espanhola e 1 portuguesa, 54 brasileiras sendo 6 crianças, 2 escravas, 1 preta e1 liberta. Quanto ao estado civil são na maioria solteiras: 35 delas (não foram adicionadas as 6 meninas), 9 viúvas, 9 casadas e 5 sem referências ao estado civil. Todas atendidas como pobres, apenas uma italiana como meia pensionista.

Numa análise preliminar verificamos que 45 mulheres aparecem registradas sem o sobrenome, enquanto praticamente todos os homens são registrados com o nome e sobrenome. Qual o motivo da omissão do sobrenome das mulheres? O sobrenome tinha atributo diferente segundo o sexo e camada social? Ou o anonimato era devido ao desejo de não serem identificadas? Eram portadoras de doenças sexualmente transmissíveis?

Os livros de matricula são uma fonte importante para a análise das condições de saúde, tratamento e perfil social da clientela da Santa Casa.

É possível levantar a hipótese de que apesar da grande maioria de homens e mulheres pertencer às camadas populares da cidade, há uma diferenciação social por sexo. No dia 12/09/1899 deu entrada Maria Milan, italiana, 23 anos, casada, **pespontadora**; em 17/07/1903, Maria Safca, francesa, 50 anos, casada, **costureira;** em 14/12/1904, atendida

Etelvina Moreira dos Santos, brasileira, 17 anos, casada, **copeira;** em 24/01/1905, Fortunata Paris, italiana, 18 anos, solteira, **operária;** em 23/12/1909, Anna Greco, brasileira/Santos, 28 anos, casada, **doméstica.** As mulheres eram em geral, domésticas, empregadas, criadas, copeiras, engomadeiras, lavadeiras, operárias, comerciantes, costureiras, pespontadoras, colonas, entre outras. Já os homens eram operários, comerciantes, copeiros, pintores, lavradores, colonos, mecânicos, professores, artistas, ferreiro, foguistas, motorneiros, farmacêutico, mascate, peixeiro, hortelão, músicos, guarda livros, 'guardachuvistas', padeiros, entre outros.

Havia duas formas para o doente ser atendido: ou procurava por conta própria, indicado nos registros pelas iniciais A. P; que é o Atendimento da Porta (HUNGRIA FILHO, 2000: 23) ou remetido por pessoas influentes, profissionais e instituições diversas: a polícia, a Mordomia (cargo de hierarquia existente até hoje nas instalações da Santa Casa), a Madre Superiora, os médicos da própria Santa Casa (consulta ambulatorial), demais médicos das clínicas particulares, encaminhamento de outras cidades paulistas, fazendeiros, o Consulado de Imigração Italiana, Instituto Pasteur, a Policlínica, entre outros. A análise do **Remetente**, poderá indicar se as mulheres procuraram espontaneamente a instituição ou foram encaminhadas por outros serviços, contribuindo assim para discutir os primórdios da construção do mercado da saúde em São Paulo.

Considerações finais

A análise dos livros de registros **de doentes** levanta questões pouco estudadas na historiografia da saúde, como a transferência dos cuidados e da cura do domicílio para o hospital e o consumo da saúde nas primeiras décadas do século XX. Sugere que houve uma mudança na relação que se tinha com o corpo, com a doença e com o comportamento diante da dor e sofrimento. Antes a busca de cura e tratamento estava circunscrita aos cuidados entre as mulheres, ao conhecimento popular das parteiras e das benzedeiras, aos recursos disponíveis – remédios caseiros transmitidos de geração a geração. O hospital deixa de ser visto como um lugar de morte, como disse Caetano de Campos – mas um recurso de tratamento e cura, uma possibilidade de se evitar a dor e o sofrimento.

Fazendo-se um recorte de gênero na análise das informações colhidas nos registros pode-se repensar a assistência prestada pela Santa Casa aos ´problemas' de mulheres, ou seja, as doenças exclusivamente femininas, a organização dos serviços para este atendimento, e levantar a hipótese de um crescimento da demanda de usuárias de serviços de saúde, visto os

dados já terem apontado que era escassa a presença feminina no hospital central no período anterior ao estudado.

Fontes:

HOSPITAL CENTRAL DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO. Livros de Matrícula de Enfermos. De 1883 a 1887 e de 1899-1955.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO. Primeiro Relatório sobre a Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, 1875. Provedor Francisco Martins de Almeida. São Paulo: Typografia de Jorge Seckler, 1876, 2ª edição, 1909.

_____. Relatórios apresentados à mesa conjunta. De 1902 a 1932. São Paulo: Escola Typographica Salesiana.

_____. *Santa Casa.* In: Revista Médica de São Paulo. São Paulo, ano 13, n. 15, 1910, p. 277-282.

OLIVEIRA FAUSTO. *L'Hôpital de la Miséricorde à S. Paulo*. In: Revista Médica de São Paulo. São Paulo, ano 5, n.10, 1902, p. 375-378.

Bibliografia

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos 'lugares de além-mar' na formação do Império Português. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set/dez 2001, p.591-611.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires. Percursos de pobreza em meio rural: as mulheres no Hospital da Misericórdia de Avis. *Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia.* Coimbra, 2000.

CARNEIRO, Glauco. *O poder da Misericórdia: A Santa Casa na história de São Paulo*. São Paulo: Press Graphic Editora e Gráfica Ltda, 1986. 2 volumes.

HUNGRIA FILHO, José Soares. *Memórias da Misericórdia*. São Paulo, Editora Artes Médicas, 2000.

KHOURY, Yara M. A.(coord.) *Guias dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil.*São Paulo: CEDIC – PUCSP/FAPESP/IOESP, 2004. 2 volumes

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da Assistência Social no Brasil.* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MORANTZ-SANCHEZ, Regina. De "corpos" a "pessoas": atuação das pacientes através do julgamento da Dra. Mary Dixon Jones de 1892. *Cadernos Pagu.* Rio de Janeiro, n. 24, jun/ 2005, p.15-40.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... inventário da saúde pública – São Paulo 1880-1930.* São Paulo, Unesp, 1993

SILVA, Márcia R. Barros.*O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933.* São Paulo, 2003. Tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP.

TELAROLLI JR, Rodolpho. *Poder e Saúde: As epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

VOTTA, Raul. *A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo nos primórdios de sua existência: contribuição para a história hospitalar de São Paulo*. São Paulo: Dupont,1951.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Voz do Índio? A articulação dos mediadores entre a história contada e a história escrita.

Maria Cristina dos Santos[1]

Resumo: A proposta deste estudo é apresentar as divergências e convergências entre os discursos elaborados por cronistas, missionários, funcionários reais para dar conta dos sucessos da conquista e evangelização dos indígenas, nos quais estes últimos aparecem como sujeitos de "falas" ou diálogos. Nesta medida se buscará analisar o papel e as condições colocadas pelos mediadores enquanto hierarquizadores da condição do indígena como sujeito de palavras e atitudes. Nesta análise serão estudadas as "falas" atribuídas aos indígenas reproduzidas por diferentes mediadores culturais, são eles: um conquistador do século XVI, um missionário do século XVII e um funcionário do século XVIII.
Palavras-Chave: documentação colonial – discursos indígenas – mediadores

Abstract: This paper focuses on the divergences and convergences between accounts elaborated by chroniclers, missionaries, and royal employees, which seek to account for the successes of the conquest and conversion of the indigenous population, and in which native testimony appears in the form of "speeches" or dialogues. The paper seeks to analyze the mediating role played by these writers in establishing conditions for placing Indians as subjects of speech and action. The analysis will examine "speeches" attributed to Indians and reproduced by different cultural mediators, including a sixteenth-century conquistador, a seventeenth-century missionary, and an eighteenth-century royal employee.
Key-words: colonial documentation - aboriginal speeches - mediators

Na documentação colonial produzida por cronistas, missionários, funcionários reais para dar conta dos sucessos da conquista e evangelização dos indígenas, não raro surgem reproduções de "falas" indígenas ou de diálogos entre indígenas e ocidentais. Se por um lado a reprodução destes discursos indica uma condescendência do autor do registro aos indígenas por outro indicam também os condicionantes interpostos pelos mediadores na reprodução da fala indígena e da condição destes de sujeitos ativos no processo colonial. A proposta aqui, é analisar o papel e as condições colocadas pelos mediadores enquanto hierarquizadores da condição do indígena como sujeito de palavras e atitudes. Nesta análise serão estudadas as "falas" atribuídas aos indígenas reproduzidas por diferentes mediadores culturais, são eles: um conquistador do século XVI, um missionário do século XVII e um funcionário do século XVIII.

[1] Professora do Programa de Pós Graduação em História da PUC-RS. Projeto financiado pelos CNPq, Proc. Nº 480712/2004-2.

Estudar o papel e as condições colocadas pelos mediadores entre a história contada por um indígena e a historia escrita pelos respectivos autores de diferentes tipos de documentos, corresponde ao privilégio dos condicionantes militares, religiosos e administrativos *do registro europeu sobre uma parte de um grupo indígena*. Em síntese, o indígena enquanto sujeito histórico atuante, que é visto, registrado, traduzido e interpretado, como uma parte do grande projeto colonial ibero-americano colonial, em particular os propósitos de 'civilização e cristianização'.

Oportuno esclarecer que os aspectos analisados a seguir, longe de buscar evidenciar uma continuidade sincrônica que identifique culturalmente os indígenas em questão, o propósito maior está em aprofundar a relativização na leitura dos registros documentais propiciando assim evidenciar a dinamicidade das transformações destes grupos diante das diferentes circunstâncias históricas. E é justamente porque mudam, adaptam-se, negociam que continuam identificando-se como indígenas, neste caso, Guarani. Disto resulta como fundamental avaliar *os caminhos possíveis de comunicação entre os elementos priorizados no mundo registrado e aqueles já existentes no mundo de quem registra.* Por último, a análise dos registros advindos de outro momento histórico com autores, cujos propósitos são muito diferentes, evidencia várias outras características do Guarani que, - ao longo de todo esse período colonial – encontrou caminhos, diplomaticamente assumem o papel de negociador. Negociação que em alguns momentos implicou no não enfrentamento ou fuga; em outros, em transformações e ressignificações de certos elementos culturais e ainda em outros momentos na aceitação das regras impostas pela colonização e cristianização. Comportamentos não continuistas, contraditórios ou ocasionais, tais como a própria dinâmica cultural.

A atividade do historiador de interpretar textos como objetos de estudo, busca encontrar os sentidos nos respectivos contextos. Entretanto, a interpretação como produto de nosso trabalho, dificilmente é considerado como objeto de análise, enquanto se mantém a ilusão de construir novos sentidos rompendo com aqueles das gerações anteriores (Campigoto. 2003:230). É a partir desta perspectiva que passamos a analisar as circunstâncias a seguir. Tal como já anunciado, o papel dos mediadores entre a história contada por indígenas e a história escrita por ocidentais no século XVI, terão como foco de análise um relato do capitão Urlrico Schmidel ([1534-1554], 1986:46-47).[2] No século XVII, o missionário Antonio Ruiz de Montoya ([1639], 1985: Cap. XII), traz um exemplo

[2] Outro exemplo desta circunstância é o caso de emboscada e traição do cacique Arecaré seguido por Guazani e Tabaré apresentados pelo governador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca ([1542], 1982: 214-215); que, por motivo de espaço não será tratado aqui.

privilegiado para o papel do mediador, relatando *falas* indígenas, como se verá adiante. Por fim, já no final do século XVIII, destacou-se para análise a demanda feita pelo Corregedor Paraguá, intitulada *Representación de Narciso Paraguá al Virrey de Buenos Aires*, de 10 de novembro de 1798.

Em todos os casos, há com maior ou menor incidência o diálogo, ou a busca de, entre diferentes posições indígenas com distintos representantes ocidentais da sociedade colonial.

Os relatos e descrições no século XVI, cujos autores são majoritariamente civis, soldados, conquistadores que desempenham o papel de *Adelantados*, ou Adiantadores da conquista espanhola, enfatizam o aspecto guerreiro dos indígenas Guarani. Os confrontos são constantes e não raro há traições, alianças com outros indígenas e crimes contra os espanhóis.[3]

Em 1537, seguindo o relato de Ulrico Schmidel [1534/1549], a aldeia de Lambaré era fortemente protegida com paliçadas feitas de lanças, rodeada por grande fosso e armadilhas cobertas de palha. Sob o comando de Juan de Ayolas, os espanhóis armados e em formação de guerra, se aproximam da aldeia, com uma proporção aproximada de trezentos arcabuzeiros espanhóis, contra quatro mil indígenas armados com arco e flecha.

> *Al tiro de aviso, los indígenas se manifestaron con la siguiente "propuesta": "si volvíamos a nuestros barcos, nos proporcionarían bastimentos y lo que fuera menester para que nos fuésemos en paz". Dicho ofrecimiento no correspondió exactamente a las expectativas de los españoles, pues además de que "en cuatro años seguidos no habíamos visto un bocado de pan, teniendo que contentarnos con pescado y carne, a veces con gran escasez", venían con la idea de quedarse y no volver a los barcos. Los* ***Carios*** *tomaron sus arcos y dieron la "bienvenida" a los españoles. Estos proponen la amistad y ante la falta de la respuesta esperada, la buscaron disparando los arcabuces. Cuando los indígenas vieron a muchos de los suyos cayendo al suelo con los cuerpos agujereados empezaron a huir. En el atropello de la fuga, cerca de trescientos hombres cayeron en los fosos construidos por ellos mismos para el enemigo. La resistencia de los indígenas se mantuvo durante tres días, cuando éstos preocupados por las mujeres e hijos que tenían consigo, pidieron clemencia, "prometiendo vivir como nosotros quisiéramos, con tal de perdonarles la vida." Ofrecieron al capitán Juan de Ayolas, seis mujeres, siendo la mayor de 18 años, seis venados y otras piezas. Pidieron que nos quedásemos con ellos y asignaron dos mujeres a cada soldado para que les cuidase y lavase la ropa. También dieron comida y todo lo necesario para el mantenimiento, y así, "nos quedamos en paz". (SCHMIDEL, ([1534/15549]; 1986:46-47.)*

[3] As descrições que seguem, constam no Anexo-Síntesis, in Santos, M. Cristina. 1994: 398-399

No relato de Schmidel sobre os *Carios*, assim como os indígenas chefiados por Arecaré, seguidos por Guazani e Atabaré, relatados por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, apresentam características belicosas, de criar armadilhas enganosas aos conquistadores, reafirmando a convicção para os espanhóis de prosseguir com o espírito e a prática da *guerra de(re) conquista*.

Vejamos agora o relato de Montoya, entre 1612 e 1614 na região do Guairá, sobre o confronto entre lideranças[4], uma rebelde e outras duas aliadas dos missionários:

> *Mais adiante que este (povoado) de Santo Inácio encontrava-se outro povo, bastante grande, composto de gente que ali havíamos reduzido. Era seu cacique um índio boníssino, chamado Araraá, o qual logo que veio a saber do desacato feito pelo cacique Miguel, enviou aos padres um recado, junto com uma boa embarcação, do seguinte teor: "Vim a saber da sem-vergonhice deste cacique, e que ele trata de matar-vos. Eu folgaria muito, se quisésseis vir a este vosso povo, para vos abrigardes de tal inimigo. Não há de faltar-vos o necessário, nem gente que vos defenda, pois tenho vassalos que saberão fazê-lo. E, para que não haja demora em vossa vinda por falta de embarcações, eu vos envio esta, sendo que fico com o desejo de já vos ver no povoado que vos pertence". (...) Estava o cacique Roque totalmente desprevenido –também o Pe. Simão e eu – quanto àqueles alvoroços, quando ouviu um grande vozerio e ruído de tambores. Perguntou então a seus criados por aquela novidade e, obtido informe de tudo, pediu sua espada e sobraçou um escudo, mostrando-se galhardo –era-o de fato- e muito bem disposto. Saltou o cacique Miguel em terra. Seus soldados puseram-se em duas filas, conduzindo a ele em seu meio como capitão. Embraçada sua rodela e cingida sua*

[4] Roque Maracaná jefe de comunidad cercana a la reducción de Loreto, se negaba a agregarse con su familia al Pueblo, pues "... *tenía por deshonor mío agregarme a otro pueblo, habiendo mis antepasados y yo tenido el suyo aparte;...*". La aceptación de Roque Maracaná de mudarse para reducción, le vino a través de una revelación durante la noche: "... *me despertó una voz que me dijo: Múdate, haz lo que te manda el Padre*;". Después de aceptar la reducción, Maracaná se convierte en gran aliado de los misioneros, prestando su elocuencia y su gente para nuevas conversiones.(RUIZ DE MONTOYA, A. 1639; Cap. XV: 20Vto, 1985:66-68)
Em 1614, el cacique y chamán Miguel Artiguaye fue bautizado y se casó. Luego rechazó a su mujer legítima y puso en su lugar una concubina. Él se disfrazaba de sacerdote e imitaba el culto católico de "rezar misa". Sus discursos eran un ataque declarado: "*Los demonios nos han traído a estos hombres, pues quieren con sus nuevas doctrinas sacarnos del antiguo y buen modo de vivir de nuestros passados, los cuales tuvieron muchas mugeres, muchas criadas, y libertad en cogerlas a su gusto: y ahora quieren que nos atemos a una muger sola. No es razon para que esto pase adelante, sino que los desterremos de nuestras tierras, o les quitemos las vidas. (...) Vosostros no sois Sacerdotes embiados de Dios para nuestro remedio, sino demonios del infierno embiados por su Principe para nuestra perdición. Que doctrina aveis traido? Que descanso, y contento? Nuestros antepassados vivieron con libertad, teniendo a su sabor las mugeres que querian, sin que nadie les fuese a la mano, con que vivieron, y pasaron su vida con alegría; y vosotros quereis destruir las tradiciones suyas, y ponernos una tan pessada carga como atarnos con una muger (y saliendo del aposento dixo) No serà assi, que yo lo remediarè... .Ya no se puede sufrir la libertad destos, que en nuestras mismas tierras quieren reduzirnos a vivir a su mal modo.*" (RUIZ DE MONTOYA, A. R. [1639]:16-17,1985: 58)

> *espada, à usança dos nobres e antigos, começou a marchar, falando em alta voz e dizendo: "Irmãos e filhos meus, já não é mais tempo de sofrermos tantos males e calamidades, como nos vêm através dos que chamamos padres. Encerrem-nos eles numa casa –dir-se-ia igreja – e ali nos falam e dizem o contrário do que fizeram e ensinaram nossos antepassados. Tiveram eles muitas mulheres, sendo que estes (padres) no-las tiram e querem que apenas nos contentemos com uma. Isso não nos fica bem.! Busquemos pois o remédio de tais males!" (Montoya,[1639], 1985.Cap.XII:60).*

Diante de tal ameaça, Roque Maracanã sai acompanhado de, aproximadamente 14 guerreiros, saúda a Miguel de Artiguaye e imediatamente pergunta-lhe: "*acaso trazeis cartas dos padres de vosso povo aos padres que se acham aqui abaixo?*" Ao que ouviu como resposta, "*Não é tempo de cartas, mas que honremos o modo de vida de nossos antepassados e de que acabemos já com estes padres, e gozemos de nossas mulheres e de nossa liberdade*". (Montoya,[1639], 1985.Cap.XII:60).

O relato termina, evidentemente, com o enfrentamento entre os partidários de Roque Maracanã e os de Miguel Artiguaye, sendo que estes últimos acabaram por debandar, humilhados pela derrota. Depois, ainda conforme Montoya ([1639], 1985. Cap.XII:61), Artiguaye retorna ao povoado, pede perdão aos padres, "finge" despedir-se de sua antiga manceba e permanece com sua "verdadeira mulher", *disfarçando* viver conforme os preceitos cristãos.

Entre todos os autores da época, sem dúvida, Ruiz de Montoya é o mais prolífico em reproduzir discursos indígenas, sejam índios gentílicos ou convertidos. Todos corroboram a necessidade de explicitar os desafios enfrentados e os avanços conseguidos com os trabalhos missionários. Ainda que permaneça a hierarquia de *bárbaros* e *cristãos*, a história contada pelos indígenas de Montoya é uma história da vitória da conversão ao cristianismo. As ameaças sofridas pelos sacerdotes, presentes nos discursos de Miguel Artiguaye, reforçam ainda mais a garantia e a força dos neófitos convertidos, como Araraá e Maracanã. São suas atitudes protecionistas e a capacidade de enfrentamento com os rebeldes que dão o tom edificante de uma obra que, apesar de ser escrita quase vinte depois dos eventos narrados, parece-se com um "diário de campo".

Em contraste aos indígenas que *falam* por intermédio dos relatos dos conquistadores primeiros e dos missionários depois, Narciso Paraguá é um indígena originário do povoado de Santiago, morador da cidade de Buenos Aires que assume o papel de mediador entre todos os indígenas estabelecidos na referida cidade e o representante máximo da coroa

na administração local, o Vice-Rei Avilés. O expediente de Paraguá encontra-se no *Archivo General de la Nación* (AGN), no qual ele se apresenta "*a V.E., con la mayor sumisión y el más profundo acostamiento a nombre de todos los Indios e Indias residentes en esta ciudad, representa y dice"*

> *Que (...) se le ha dado ampliamente orden expresa del Señor Administrador general de Misiones, a efecto de que con la posible anticipación salga personalmente por todos los barrios y carteles de esta capital a recoger y juntar todas los indios e indias que se hallen en esta capital oriundos de los Pueblos de Misiones y los presente a la Real Cárcel de ella, (...) El suplicante se halla en la próxima de ejecutar y cumplir esta orden sin la menor discrepancia pero, al mismo tiempo se vee en la recelosidad de hacer a VE la más rendida súplica en nombre de todos los Naturales, ya atendidos los perjuicios que les irrogan y por consiguiente a que siendo unos pobres en todo y desamparados por lo mismo son recomendados por el soberano y acreedores como tales a experimentar la gracia de V.E. (...) (AGN, Interior, Leg. 45, Exp 13)*

O expediente realizado contra Nazario Paraguá, em função de sua solicitação para permanecer em Buenos Aires, foi qualificada como "sublevação", entretanto apresenta também os condicionantes que impeliam os indígenas à deserção dos povoados. Em função do contínuo despovoamento, o Administrador Geral Manuel Cayetano Pacheco solicita ao Vice-Rei, a permissão para mandar recolher todos os fugitivos que se encontrassem na capital e arredores. Obtida a autorização, o Administrador encarrega o Corregedor de Santiago. D. Nazário Paraguá, fugitivo em Buenos Aires, a tarefa de cumprir com a tarefa de recolher e entregar todos os demais fugitivos na prisão de Buenos Aires para daí serem repatriados aos seus povoados de origem.

Entretanto Nazario Paraguá parece ser a exceção do protótipo de Corregedor da segunda metade do século XVIII, que sempre buscavam uma forma de satisfazer os superiores em troca de favores pessoais. Na realidade o Administrador não lhe ofereceu maiores vantagens do que voltar ao seu povoado, reocupar o cargo de Corregedor e aproveitar dos privilégios próprios de seu papel. Ao Corregedor, tais privilégios não eram suficientemente seduzíveis para que deixasse a cidade. Como corresponde a um **Don**, o ex-Corregedor, educamente, apresenta ao Vice-Rei os "*perjuicios irrefraglables (hablando con el devido respecto)*" na hipótese de cumprir com o determinado pelo Governador.

> *El abandono que hace intempestivo la mujer casada de su marido, por hallarse ausente en ajena vecindad. La ausencia que hace la Madre del hijo por igual*

> *circunstancia, la pérdida tan lamentable y el abandono que hacen de sus cortos bienesitos que, afuera tantos cansacios tiene adquiridos (...) quien en presto al tener de la orden ha malbaratado todos sus bienecitos por la decima parte que costaron viendose lo más o todos en la reconsideración de malbaratar sus haciendas y bienecitos afín de no perderlos todos ... y sin facultades ni aún la más pequeña, para mantenerse en la transmigración de sus personas y mucho menos en un tiempo tan crítico cual el presente en que nuestro Católico Monarca se halla carente de soldados por el servicio de Armas, y cuyo efecto se hallaba en la actualidad el Capitán de Naturales D. Bentura Ysaurral formando sus compañías con el fin de acuarterlar y ponerlos a disposición de V.E., no hay duda que no podrá poner en execución como desea esta nueva disposición ... todas las familias que se hallan en esta capital sirvan a beneficio a la república por hallarse los más de ellos ocupados en sus oficios mecánicos y las mujeres en sus labores de plancha, lavado y cocina, ... y de sus conductas y operaciones podrán informar los Alcaldes de Barrios.*[5]

Para o ex-Corregedor, sem dúvida, a possibilidade de permanecer na cidade lhe parecia mais rentável., pois segundo o Administrador Geral sua casa era como uma autêntica *máfia da imigração ilegal* "un receptáculo de todos ellos abrigando sus desórdenes que, adornado de algunos sentimientos de pundonor y bien público, se ha constituido en Apoderado General de Oficio, y sin nombramiento de dichos Indios que representa. [6]. Quando começou o ano seguinte, o Fiscal e o Protetor de Índios dão Parecer favorável ao pedido do Administrador, mandando que todos os índios voltassem aos seus povoados. [7]

Procurou-se assim indicar que "a voz do índio" manifestou-se desde o início do contato, porém segue por caminhos tortuosos, em função dos interesses e preocupações contextuais dos respectivos autores dos relatos. Dos violentos e escamoteadores *Carios* de Assunção da primeira metade do século XVI, passando por discursos, conscientemente enquadrados em seu tempo, com recursos de linguagem que oscila entre a ameaça e a provocação da resposta de Artiguaye para Maracanã, afirmando aquele momento de confronto como "não é tempo de cartas". Chegamos aos floreios da burocracia oficial do final do século XVIII, quando Paraguá vem requisitar justamente permissão oficial para permanecer em Buenos Aires, vivendo conforme as novas condições sociais e econômicas do desenvolvimento do contexto colonial.

---

[5] AGN. IX: 30-6-3. Interior, Leg. 45. Expd. 13, fol. 2R. Representación del Corregidor Nazario Paraguá al Virrey. Buenos Aires, 10 de noviembre de 1798. Foi mantida a grafia original dos documentos manuscritos

[6] AGN. IX: 30-6-3. Interior, Leg. 45, Expd. 13. Representación de Manuel Cayetano Pacheco al Virrey. Buenos Aires. 13 de noviembre de 1798. O Administrador manifesta não somente seu arrependimento por haver confiado dita missão ao Corregedor, mas também suplica "*despreciar en el todo la representación del Indio Nazario, no admitir pedimiento alguno de esta clase, por lo contrario se embasa a esta Superioridad con infinidad de recursos y ocuparía esta Administración General con Informes, perdiéndose el tiempo.*(…).

[7] AGN.IX: 30-6-3. Interior, Leg. 45. Expd. 13. Parecer del Fiscal Herrera. Buenos Aires, 2 de enero de 1799.

Desta forma, o indígena na documentação colonial, não é um sujeito oculto, desprezado ou escondido nas entrelinhas dos documentos. Tampouco ausente e sem história por ser iletrado ou considerado de forma unilateral pelos cronistas ocidentais. Entretanto, o equívoco que esta presença constante das atitudes ou manifestações verbais registradas, pode levar, é justamente interpretá-las como subterfúgios, disfarces indígenas para que, pese à conjuntura colonial na qual estão inseridos, *lutem para permanecer com suas tradições*, como se não fossem possuidores da dinamicidade cultural de todos os povos. Ou ainda pior, não tivessem consciência da realidade por eles vivida.

Assim como desconsiderar essa potencialidade dos indígenas, tampouco é possível permitir o equívoco de uma interpretação superficial e unilateral, que não percebe os colonos, missionários, funcionários reais igualmente mutantes, oportunistas, conforme a dinâmica da vida colonial.

Referências Documentais e Bibliográficas

AGN - **Archivo General de la Nación** Argentina. Buenos Aires. Sección: Sala IX – Colonia / Gobierno / Interior, Legajo: 45 (30-6-3).

CAMPIGOTO, José Adilçon. Interpretação de textos, de historia e de intérprete. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, 2003: 229- 252.

CABEZA DE VACA, Alvar Núñez. **Naufragios y comentarios**. Madrid: Edición de Roberto Ferrando. Crónicas de América 3. Historia 16.. [1555]1984.

RUIZ DE MONTOYA, Antônio (SJ). **Conquista espiritual** feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985 [Madrid: Imprenta del Reyno. 1639. Bibliteca Nacional de Madrid, Sec. Raros, Sign. 3216].

SANTOS, M. Cristina. "Aspectos de la resistencia Guaraní: los proyectos de integración en el Virreinato del Río de la Plata. (1786-1805)." **Tesis Doctoral**. Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia de América II. 1993/94.

SCHIMIDEL, Ulrico. **Relatos de la conquista del Río de la Plata y Paraguay.** Madrid: Alianza Editorial. [1534-54]1986.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Crimes, leis e direito na Comarca de Corumbá no século XIX.

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues[1]
Wilton Carlos Lima da Silva

Resumo: Neste estudo buscamos analisar através dos processos judiciais da comarca de Corumbá, Mato Grosso, no século XIX, as relações de conflitos envolvendo os trabalhadores livres e sua inserção em espaços sociais controlados e vigiados pelo poder político e jurídico. A partir do exame de três dimensões presentes na atividade jurídico-forense (a caracterização do crime, a legislação específica e a prática do tribunal) podemos abordar de forma crítica como a normalização da ordem se traduz na eficácia da lei através dos procedimentos subjetivos do Judiciário quando este é confrontado com as necessidades de determinação e defesa dos interesses políticos e econômicos das elites locais e os costumes e práticas dos setores populares em uma sociedade de fronteira, institucionalizando hierarquias e controles sobre o cotidiano popular.
Palavras-chave: trabalhadores livres – conflitos – ordem

Résumé - Dans cet étude cherchons analyser à travers des procès judiciaires de la "comarca de Corumbá", Mato Grosso, du XIXe siècle, les relations des conflits em impliquant les travailleurs libres et leur inclusion dans les espaces sociaux veillés et maîtrisés par le pouvoir politique et juridique. Dès de l'examen de trois dimensions présent en l'activité juridique que concerne le berreau (la caractérisation du crime, la legislation spécifique et la pratique du tribunal) pouvons aborder de forme critique comment la normalisation de l'ordre social on traduit en l'efficacité de la loi au moyen des procédés subjctifs du Judiciaire quand cet est confronté avec les besoins des détermination et défense de les intérêts politiques et économique de les elites locaux et coutumes et pratiques des secteurs populaires en une societé de la frontièrie, en institutionnalisant hiérarchies et controles sur le quotidien populaire.
Mots clés: travailleurs libres – conflits – ordre

Buscamos analisar os processos crimes na Comarca de Corumbá, Mato Grosso, no século XIX a partir da perspectiva de que os problemas e as questões que permeiam o crime e os usos sociais da justiça não se restringem a transgressão das normas legais, mas se inserem em uma dimensão mais ampla de fatores que influenciaram na construção de significados de ordem pública e direito civil como fenômeno social, não permitindo reduzir a problemática à investigação de casos particulares, mas antes, à compreensão de complexas relações de conflito, envolvendo trabalhadores livres, sistema judiciário e elite local.

---

[1] Mestranda em História – UNESP, Assis/SP; Professor Assistente Doutor – UNESP, Assis/SP.
O presente trabalho faz parte da pesquisa "Bacharelismo, Leis e Jargão: o Código Civil de 1916", que conta com o fundamental apoio material de FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.

Tais atores sociais ocupavam espaços sociais nos quais as lutas pelo monopólio da violência legítima, tanto física como simbólica, estavam vinculadas aos poderes institucionalizados, que buscaram através da visão e divisão do mundo social referendados pelos Códigos, leis e valores moral produzir o sentido de universalização da justiça enquanto poder distributivo do direito e espaço de economia simbólica.

O estudo de processos crimes da Comarca de Corumbá evidencia que a partir das relações conflituosas, os trabalhadores livres valorizaram a mediação judicial como forma de garantir sua inserção em espaços sociais controlados e vigiados pelos poderes locais.

Sendo recorrente que homens e mulheres vivendo situações de constrangimentos e tensões recorreram a violência física na resolução de problemas cotidianos e na defesa de suas posições sociais, e desta forma se coloquem sob os ditames da lei e da ordem na esfera de poder local, identifica-se à possibilidade do estudo dessas relações entre diferentes setores sociais e as instituições judiciais.

Confrontando ou conformando-se com o poder da elite local, formada por grupos de fazendeiros e comerciante, os trabalhadores da comarca de Corumbá investiram na crença de que a justiça poderia garantir seus direitos estabelecidos pelos Códigos e leis, mesmo que se mostrasse cotidiano a influência dessas minorias privilegiadas na natureza das decisões inspiradas no arcabouço jurídico formal.

A partir do exame de três dimensões presentes na atividade jurídico-forense (a caracterização do crime, a legislação específica e a prática do tribunal) podemos abordar de forma crítica como a normalização da ordem se traduz na eficácia da lei através dos procedimentos subjetivos do Judiciário quando este é confrontado com as necessidades de determinação e defesa dos interesses políticos e econômicos das elites locais e os costumes e práticas dos setores populares em uma sociedade de fronteira, institucionalizando as hierarquias e estabelecendo controle sobre o cotidiano popular.

A Comarca de Corumbá, localizada no atual Estado de Mato Grosso do Sul, está inserida na zona do Pantanal mato-grossense que integra a bacia do rio Paraguai. Abrangia, no ano de 1870, a cidade de Corumbá e vários distritos da região. Foi um dos municípios mais atingidos na Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai) contra a República do Paraguai.

O fim da guerra marcou a abertura da economia e o aumento demográfico no município de Corumbá, ficando registrado que "no ano de 1864 o número de habitantes era de 1.315, em 1872 de 3.361 e em 1877 mais ou menos 6.000 pessoas." (FONSECA,1880:292). Levando-se em conta que estes números são estimativas aproximadas, o fato é que o aumento

da população, após o conflito armado, foi determinado, principalmente pela migração interna; o afluxo de militares; os incentivos ao comércio exportador/importador de produtos via rio Paraguai e os investimentos no setor agro-pastoril.

Fatores que produziram *a* diversificação socioeconômica, o que levou a elite local a intensificar o monopólio da posse das terras, da mão-de-obra e do aparelho jurídico administrativo, adotando práticas que serviram para dar sustentação aos atos políticos e de representação simbólica calcados no liberalismo excludente das elites brasileiras no período.

Através dos incentivos fiscais[1] e da permissão para a ocupação das terras devolutas o governo imperial buscou resguardar suas fronteiras e evitar invasões por parte dos países vizinhos no Mato Grosso, atraindo imigrantes e aventureiros que chegaram a Corumbá com recursos financeiros limitados que somente permitiam a compra de pequenos lotes para garantir a subsistência ou venda de sua força de trabalho aos fazendeiros e comerciantes locais.

As elites locais, temerosas de que os novos habitantes dotados de mais capital para adquirir terras pudessem vira a representar um obstáculo à pretensão de ampliar a concentração fundiária na região vão buscar, como estratégia, fortalecer os laços políticos e de compadrio com os pequenos lavradores e sitiantes, dando-lhes apoio nos momentos críticos.

Assim concentração fundiária e controle do poder político se ligam diretamente produzindo a personalização das demandas e conflitos locais a partir dos membros da elite que possuem influência sobre as instituições públicas e jurídicas[2].

Como nas demais regiões do Império, também em Mato Grosso o sistema escravista era à base da produção, embora na região de Corumbá havia a particularidades do predomínio o trabalhador livre de origem paraguaia, indígena e mestiça pois os fazendeiros percebiam que investir na compra de escravos para realizar as lides em fazendas de criação de gado correspondia a correr o risco de perder o escravo e o gado, pois o trabalho pressupunha liberdade pelos campos no manejo dos animais.

---

[1] O Decreto Imperial n.4.388 de 15 de julho de 1869 estabelecia a isenção de impostos de mercadorias importadas e exportadas através dos portos da região. Álbum gráfico do Estado de Mato Grosso.

[2] O caso de Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o Nheco, pode ser tomado como exemplo típico dessa ligação entre poder político, econômico e simbólico nesta região. Filho do falecido Barão de Vila Maria, proprietário da fazenda Firme e de escravos, possuía em 1899, 176.853 hectares de terras (PROENÇA, 1992:79), que se convertia em prestígio de mando de tal forma significativo que seu nome se imortalizou na denominação da área que corresponde a 23.574 Km² e que abrange vários municípios da região, como Nhecolândia. O memorialista Augusto César Proença narrou na 3ª e 4ª parte de seu livro *Pantanal, gente, tradição e história*, a vida de Joaquim Eugenio, o Nhênco, e sua família.

Assim, documentos oficiais informavam que Corumbá possuía, em 1882, o número de 199 escravos[3], diferença significativa quando comparado ao montante de cativos da capital Cuiabá, que somava 4.984 cativos no total (numa proporção de 25 por 1 na comparação entre as duas cidades).

Estes dados revelam a importância do trabalhador livre no desenvolvimento da região de Corumbá, o que se confirma em estudo da historiadora Maria do Carmo Brazil:

> *A produção do açúcar, da aguardente e de outros derivados da cana justificava a presença de negro cativo em Mato Grosso. No entanto, era baixa absorção da mão-de-obra escrava em atividades extrativas e criatórias. Os trabalhos desenvolvidos na criação de gado reduziam-se ao campeio, à marcação, à castração e à condução de boiadas para a comercialização. Os escravos utilizados nessas atividades, quando resolviam fugir, causavam sérios prejuízos aos proprietários. Além da força de trabalho, representavam também um alto investimento monetário. Como era difícil controlar o cativo nessas atividades, contratavam-se camaradas para elas. Sobretudo trabalhadores livres, vaqueiros de diferentes interações – caburés, cafuzos e negros – empregava-se nas lides criatórias. (2002: 82)*

É preciso explicitar que por trabalhador livre consideramos os vaqueiros, o comerciante-sitiante, os meeiros, os *moradores de favor*, os *volantes* que prestavam o trabalho sazonal, costureiras, lavadeiras, alfaiates, engomadeiras, artesãos, entre outras formas de relações criadas nos processos produtivos da região.

Esses trabalhadores, que lutando pela sobrevivência, por melhores condições de vida, pela inserção social e enriquecimento, entre outros desejos e necessidades estabeleceram relações ambíguas com os grupos da elite local, pois variavam entre "paternalismo, clientelismo e tirania" (QUEIROZ,1978:24), e endividamento financeiro, interesses pessoais e obrigações morais.

Essas relações ambíguas se faziam presentes de forma muito clara nas situações em que a justiça institucionalizada era acionada para a solução de conflitos ou disputas, em um cotidiano de abusos e violências que rompiam os limites dos padrões de sociabilidade e legalidade.

Trabalhadores envolvidos com a justiça na categoria de réus/rés ou vítimas, por questões de honra, excesso de bebidas alcoólicas, disputas amorosas, ideologias partidárias, rixa, intrigas e dívidas, buscavam proteção nos poderes dos chefes locais e no poder judiciário.

---

[3] Relatório Presidencial/Assembléia Legislativo de Mato Grosso. São Paulo,1882. Acervo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/microfilmoteca – Cuiabá/MT.

Ambicionamos aqui apontar alguns processos crimes, que ilustram de forma exemplar como tais relações eram construídas na região de Corumbá, nas diferentes formas de mediação entre setores populares, elites locais e o poder judiciário.

No dia 18 de abril de 1875, José Lobo[4], índio caiapó, assassinou com uma facada o escravo Claudino, seu amigo e companheiro de trabalho. Voltavam, o réu, a vítima e Manoel Caburé, da freguesia São José de Herculânea, quando decidiram parar na represa para tomar banho. O réu e a vítima encontravam-se a sós e nus, pois o outro companheiro, segundo depoimento parou para conversar com um vizinho da fazenda. Momentos depois quando se encaminhava ao encontro dos outros ouviu os gemidos da vítima, encontrando no local o escravo esvaindo-se em sangue e o índio tentando fugir. Ao ser interrogado, o réu negou que tivesse esfaqueado seu companheiro de trabalho, apesar de admitir que todos estavam muito bêbados. Em todo o processo não aparece o motivo que levou a este ato de violência.

Conforme os depoimentos das testemunhas, entre réu e vítima, não havia "rixas", intrigas ou desavenças. Analisando os depoimento, percebe-se que todas as testemunhas afirmam que sabiam do crime por "ouvir dizer"; que não sabiam se "o réu era dado ao vício da bebedeira" e que "ambos eram bons trabalhadores".

Após várias negativas, Lobo revelou que seu Tutor mandou que assumisse a culpa, o que ele fez sem apontar o motivo de sua conduta violenta, e que lhe valeu receber a pena mínima de sete anos de prisão, segundo o art. 193 do Código Criminal.

Os depoimentos revelam: a valoração negativa do consumo excessivo de bebidas alcoólicas pelos trabalhadores, o tratamento diferenciado ao índio e o fato das treze testemunhas serem lavradores que mal conheciam réu e vítima, e a importância do julgamento e da atribuição da pena como resultado da intermediação do Tutor.

As ciências voltadas à criminologia no século XIX, envolvendo juristas, médicos, antropólogos e psiquiatras, apontavam para os graves problemas advindo do consumo generalizado de bebidas alcoólicas associadas ao aumento da criminalidade, relacionando a embriaguez como atenuante da pena dos criminosos que agiram sob os efeitos perniciosos e degradantes do álcool. O homicídio, segundo o Código Criminal de 1830, possuía variável situação no que se refere à imputação da pena convencionadas as interpretações dos juízes que ratificam os esforços pelo controle da moralidade e da ordem, mais do que a busca de decisões baseadas estritamente no formalismo do Direito.

Os efeitos do álcool penetravam de forma intensa nos espaços sociais, alterando os comportamentos sociais e produzindo atos violentos, sendo necessário ao poder local

[4] Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Processo n. 146, caixa 18, 1875-1877.

empreender táticas coibindo os excessos sem gerar confrontos com os trabalhadores. O mecanismo de controlar e vigiar as práticas cotidianas de homens e mulheres, principalmente nos lugares onde a prostituição associada ao consumo de bebidas alcoólicas proliferava, como ocorria no porto de Corumbá, local onde muitos conflitos ocorreram, e nos chamados *bolichos*[6] , condizia com os ideais de "ordem", "progresso" e sociedade "civilizada".

Ao longo do processo histórico brasileiro, construiu-se a imagem negativa do índio como avesso ao trabalho e a disciplina, e no caso do processo em análise a embriaguez serviu para fundamentar a sentença, visto que nenhuma prova foi apresentada.

A importância simbólica da tutoria pode ser desprendida do fato de que embora o Promotor Público pedisse para que o réu fosse incurso no art. 192 (resultando em pena de vinte anos) o Juiz foi indulgente na aplicação da Lei, optando pela pena mais branda.

Por último cabe salientar que os lavradores ratificaram o poder dos grandes proprietários servindo como instrumento à adequação dos procedimentos jurídicos na crença de que a pena ensejava o reparo ao dano moral perpetrado contra a sociedade. Assumindo a culpa, por ordem de seu tutor José Lobo referendava as atitudes de controle perpetradas pela elite local na eficácia da lei e ordenamento social segundo seus valores morais.

Outro processo crime oferece elementos para a percepção da forma como as ofensas físicas, que podiam ser leves ou intensas, eram conduzidas de forma semelhante a dos homicídios.

Jovita Pedroso foi esfaqueada no antebraço e no estômago, por Lucio D'Ajsir, carpinteiro, embriagado, que pretendia, segundo as testemunhas matá-la. O processo foi remetido ao Juiz de Direito e que convocou o Tribunal do Júri para julgar o ocorrido[7]. Dentre os 48 cidadãos sorteados apenas dois faziam parte da camada intermediária da população, a maioria de fazendeiros, comerciantes e cidadãos que ou já tinham sido juízes, delegados, subdelegados ou aparecem em processos posteriores exercendo estas funções.

Ser jurado era estar próximo do poder, participar diretamente do Poder Judiciário, estabelecendo uma relação na qual os partícipes adquiriam noções da eficácia da lei ao se aproximares do exercício do poder, reafirmando a tendência de homogeneizar as práticas jurídicas em função da manutenção do poder nos espaços sócio-políticos conquistados pelos grupos da elite local em seus vínculos com os trabalhadores e o aparato formal.

---

[6] Termo do regionalismo no Rio Grande do Sul e centro-oeste que significa bodega – pequena venda. HOUAISS, Antonio – Houaiss dicionário eletrônico da língua portuguesa. Coordenação José Jardim de Barros Junior. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROOM.

[7] MTJMS, proc. 02, cx. 146, 1873.

Para os criminosos o Tribunal do Júri era o passo final para o outro lado da fronteira, para o "terreno onde os 'homens bons' julgam determinados comportamentos, tendo em vista as normas escritas do Código Penal e as normas mais amplas que se corporificavam em identidades sociais" (FAUSTO, 1984:226)

Desta foram, buscar por apoio, sendo réu ou vítima, nos membros da elite e nos agentes consulares demonstrava fortes vínculos com os poderosos, o que podia minimizar o impacto de ser réu em um Tribunal e, também impressionar os jurados para obter a condenação.

Finalmente, selecionamos um terceiro processo crime para exemplificar a forma como tais vínculos se afirmavam.

No dia 20 de novembro de 1883 o Cônsul da República do Paraguai, encaminhou à justiça da Comarca de Corumbá o pedido para proceder ao exame de corpo de delito na menina Maria Rosa, seduzida, espancada e deflorada pelo soldado Moisés[8].

A menina Maria Rosa, de 14 anos, analfabeta, *sem família*, natural da República do Paraguai, viveu como outras mulheres na condição de criada de servir às famílias patriarcais na região de Corumbá. Sua história é única, mas a situação problema vivida por ela dentro dos meandros da justiça, foi comum a muitas mulheres.

Como José Lobo e Jovita, respectivamente réu e vítima nos dois processos anteriores, Maria Rosa integrava o grupo de livres pobres, mas com a agravante de ser órfã de pai e mãe. E seu estigma de órfã, pobre e paraguaia se fez de tal forma presente que nem ao Cônsul, o exame de corpo de delito confirmando o defloramento e a violência e as declarações das testemunhas serviram para convencer o magistrado da culpabilidade do réu.

O juiz julgou improcedente a denúncia do promotor público, por que segundo ele "as declarações eram tardias e contraditórias e que exigindo o art. 144 do Código de Processo Criminal que para que haja pronuncia é preciso que o Juiz se convença da existência do delito e de quem seja o delinqüente julgo improcedente a denúncia."[9], assim as provas não sustentavam a formação da culpa exigida pela lei.

Embora a defesa da honra da família constasse do Código Criminal de 1830 como um dos pilares da sociedade organizada penalizando aquele que fosse responsável por "deflorar mulher virgem menor de dezessete; manter cópula carnal por meio de violência ou ameaças; produzir ofensa física para fim libidinoso sem cópula; seduzir mulher honesta e tirar para fim libidinoso e por ato de violência qualquer mulher de casa ou lugar; e tirar, da mesma,

[8] MTJMS, proc. 18, cx.149, 1883.
[9] Idem.

para fim libidinoso por meio de afagos e promessas" (arts. 219 a 227) tornaram recorrentes os debates sobre *defloramento*, v*irgindade*, e *honestidade* nos meios jurídicos e médicos, ao mesmo tempo em que socialmente se fortalecia a honra do homem vinculada à imagem e comportamento das mulheres – em uma inversão de valores na qual a preservação da honra era responsabilidade exclusiva das mulheres[10].

Para as mulheres das camadas sociais inferiores, comprovar sua honestidade e virgindade era extremamente complexo, ainda mais quando estas mulheres eram imigrantes paraguaias, sobreviventes da guerra, viúvas, solteiras e órfãs.[11]

A visão em negativo aparece em inúmeros documentos jurídicos nos quais os homens e as mulheres que se apresentavam como mão-de-obra útil e barata, muitos deles imigrantes paraguaios e bolivianos, eram adjetivados pelos escrivães que os designavam no ato da denúncia ou nos depoimentos de forma a negar-lhes a individualidade: Andréa de Tal, Nicola boliviano, Maria da visitação, João das facas, Alexandre vulgo botafogo[12], etc.

No jogo destas relações de forças surgidas no decorrer dos processos crimes os agentes envolvidos, trabalhadores livres, aparelho da justiça e elite, buscaram dar normalidade aos atos praticados assimilando os princípios de normalização das leis que regiam o cotidiano.

Isto se revela na coerência ou contradição dos testemunhos, nas grafias erradas ao nomear os cidadãos, nas rasuras dos processos, nas sentenças julgadas improcedentes, nos Termos de Desistência e Perdão instituídos pelo Código Criminal de 1830, arts. 66 e 67, enfim as evidências aparecem nas minúcias dos autos.

E, revelam que independente do nível de conhecimento formal os envolvidos desenvolveram suas próprias percepções do mundo social.

Para Pierre Bourdieu "as categorias de percepções do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social" (2003:141), o perceber é o ato assimilado consciente ou inconscientemente pelos agentes, que buscam alcançar uma possível ascensão social, protegendo seus interesses econômicos e culturais.

---

[10] A historiadora Sueann Caulfield constatou que "definir os meios criminosos de defloramento – sedução, engano ou fraude – era pelo menos tão complexo quanto definir honestidade e defloramento." (2000:78)

[11] O estereótipo que se criou em relação às paraguaias pode ser percebido nas palavras do inglês Sir Richard Burton quando esteve em Humaitá, no ano de 1868: por toda parte, a pé ou a cavalo, apareciam as saias e as amazonas com convites inequívocos. O vestido predileto era de seda brilhante, e muitas estavam envolvidas in chintz, the rival of the showery bow. Algumas dessa classe fizeram fortunas, como a espécie mais recatada da 'viúva californiana'. Eu soube de uma que obteve de um oficial brasileiro os honorários de 35 libras – coisa de botar água na boca das mais honestas. (BURTON, 1997:301)

[12] MTJMS, enumeração pela ordem de entrada no texto: proc.06, cx.146, 1875; proc. 02, cx. 148,1880; proc. 10, cx.140, 1882; proc.08, cx.152, 1889; proc.09, cx.153, 1894.

A coerência entre os procedimentos jurídicos e resultados demonstram que a luta pela imposição de comportamentos adequados aos padrões da sociedade local esteve associada a manter os trabalhadores livres dentro de espaços de dominação e controle da ordem social inculcados através do mundo percebido e vivido. Era conveniente aos agentes sociais assimilar o sentido de normalização da ordem coletiva, contanto que esta ordem não interferisse nos interesses individuais.

Histórias de ontem, questões de hoje.

Referências bibliográficas

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum gráfico de Mato Grosso**. Corumbá/Hamburgo, 1914.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888**. Passo Fundo/RS: UPF, 2002.

BURTON, Richard Francis. **Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai**. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).** Campinas/SP: Unicamp, 2000.

FAUSTO, Boris**. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984

FILGUEIRAS JUNIOR, Araújo. **Código Criminal do Império do Brasil** - Anotado e Comentado- 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876.

FONSECA, João Severiano da**. Viagem ao redor do Brasil**: 1857-1878. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, v. I, 1880.

HARRIS, Ruth**. Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fin de siècle**. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HOUAISS, Antonio – **Houaiss dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Coordenação José Jardim de Barros Junior. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROOM.

PROENÇA, Augusto César. **Pantanal: gente, tradição e história**. Campo Grande, MS: Edição do Autor, 1992.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Saber histórico e construção de identidades

Warley da Costa[1]

Resumo: Este estudo pretende analisar de que forma a organização curricular de História pode influenciar a construção da identidade de alunos da rede pública. Ele foi desenvolvido a partir da pesquisa de campo realizada na dissertação de Mestrado, quando percebemos a dificuldade de alguns entrevistados negros em abordar o tema escravidão através das imagens dos livros didáticos de História. Numa abordagem histórico-cultural, trabalhamos os conceitos de diferença e identidade para o desenvolvimento dessa pesquisa.
Palavras-chave: Currículo de História; Livro didático; Identidades.

Abstract: This paper intends to analyze in which way the organization of History curriculum can influence the construction of student's identity from the public school. It was developed from the research in the Master thesis, when we realized the difficulty of some black students interviewed in approaching the subject slavery through the images of school History books. In a cultural-historical approach, we work the concepts of difference and identity for the development of this research.
Key-words: History curriculum; School book; Identities.

O ensino de História é um dos componentes curriculares que, indiscutivelmente tem passado por grandes transformações nos últimos anos. A partir da década de 1970, novos ventos, estimulados pela renovação das abordagens historiográficas, chegaram aos currículos escolares. No Brasil, a euforia do processo de abertura política nos finais dessa década, resultou na substituição de uma visão tradicional para uma visão mais crítica e renovadora da História. Entretanto, apesar dessas mudanças, a historiografia centrada na visão européia prevaleceu. As bases curriculares silenciaram sobre aspectos relevantes no campo da História. Um exemplo comum, é a pouca presença de índios e negros representados nos currículos escolares. Esses textos, se não silenciaram totalmente sobre esses atores, promoveram uma superexposição do branco europeu, ofuscando os demais. Sendo assim, o presente trabalho, elaborado para efeito de apresentação neste evento, pretende analisar até que ponto a organização curricular de História para o ensino fundamental pode influenciar a formação identitária de alunos da rede pública. Ele foi desenvolvido a partir da pesquisa de campo

[1]Mestre em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO.

realizada na dissertação[2] apresentada no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) quando entrevistamos ex-alunos de Escolas da Rede Municipal da década de 1990. A dissertação teve como objetivo central investigar de que forma as imagens da escravidão reproduzidas em livros didáticos de História utilizados nas escolas da Rede Municipal do Rio de Janeiro interferiram na construção das representações mais comuns sobre o ser negro no Brasil. No caminhar da pesquisa de campo, nos deparamos a dificuldade de alguns entrevistados negros em abordar o tema: a não identificação com os personagens, o silêncio, a mudança de assunto foram recorrentes. Esses fatores nos remeteram a questionamentos envolvendo o ensino de História, o livro didático e as bases curriculares como espaço produtor de identidades. A que se propõe o currículo de História frente à diversidade cultural da sociedade brasileira? Como tem sido tratadas as diferenças no processo de ensino e aprendizagem incluindo o material didático?

A busca por essas respostas nos levou a optar pela idéia de identidades em constante movimento, a identidade em constante transformação, inscrita numa rede social de permanentes mudanças. A Identidade marcada pela diferença, ou seja, pelo que não se é. A diferença, não exatamente como uma oposição à determinada identidade, mas sim numa relação de interdependência.

Partilhamos nesse ponto com Ferreira quando afirma que a categoria identidade

> *É aqui considerada como uma referência em torno da qual o indivíduo se auto-reconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir de sua relação com o outro. Não é uma referência que configura exclusivamente uma unidade, mas, simultaneamente, unidade e multiplicidade. (2000: 47)*

Sendo assim, podemos considerar a "dinâmica de identificação, submetida à dinâmica do processo de viver" (FERREIRA, 2000: 47), já que, sob essa perspectiva, ela é relacional e está vinculada às condições sociais e materiais existentes.

A identidade estável, definida pelas características comuns dos grupos, tem sido questionada. Novas identidades emergiram, deslocando as antigas referências que davam suporte à estabilidade social. O surgimento dessas identidades foi resultado de mudanças rápidas e permanentes das sociedades modernas. A globalização e a homogeneidade cultural por elas produzidas, levaram, paradoxalmente, a um distanciamento da identidade à cultura

---

[2] *As imagens da escravidão nos livros didáticos de História do ensino fundamental: representações e identidades,* Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO, Orientadora: Prof.ª Drª Nailda Bonato,. Banca Examinadora: Profª Maria Elena Viana (UNIRIO) e Ana Maria Monteiro (UFRJ).

local. Por outro lado, produziram um movimento de resistência, fortalecendo a reafirmação das identidades nacionais.

> *À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. (HALL, 1992: 74)*

A identidade é forjada ao longo do tempo e pressupõe certa unidade, muitas vezes em correspondência com o passado. A identidade nacional é uma "comunidade imaginada" (i: 47). Para o autor, as narrativas que dão sentido às culturas nacionais pressupõem o desejo de viver em conjunto, a unidade cultural. Essa busca pela unidade envolve sistemas simbólicos e representacionais que distingue uma cultura da outra, elaborados ou "imaginados" na narrativa da nação.

Na sociedade brasileira, de uma maneira geral, as representações sobre o negro e as identidades culturais forjadas ao longo do tempo estão diretamente relacionadas a um passado histórico. Para Hall, "Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta." (2003: 29)

Portanto, por mais que nossa cultura e nossa linguagem nos permitam (re)construir a todo momento novas identidades, o "cordão umbilical"nos remeterá a uma origem que poderá conferir novos significados às nossas vidas e a nossa história.

> *As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com a qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver entretanto, com a questão da utilização de recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. (HALL, 2000: 109)*

Tomemos o primeiro exemplo, sobre os sentimentos que as imagens[3] provocaram na época de escola, em um dos entrevistados de aparência branca:

> *Não, eu, particularmente é muito difícil se colocar no lugar do outro, mas, quando eu tive contato com essas imagens, é lógico que me causou alguns sentimentos como eu falei. Até porque meu pai é negro, é afro-descendente, então, eu, pensei no meu pai e com certeza devo ter chegado em casa e devo ter olhado pra ele e pensado mas como, será que o meu avô, meu bisavô passou por isso que meu pai, que esses negros passaram? Foram acorrentados, trabalhavam como bichos, não*

[3] Durante as entrevistas apresentamos as imagens da escravidão nos livros didáticos que os ex-alunos utilizaram na sexta série do ensino fundamental.

> *tinham boa alimentação, sofriam maus- tratos, como ser chicoteados, serem amarrados. (V)*

Para ele, o fato de ser filho e neto de negro não o habilita a se sentir negro. As fronteiras dessa identidade nesse caso estão diluídas há tempos. Talvez a cor da pele, diferente da cor do pai, como um fator biológico, tenha contribuído para ele sentir-se fora de um grupo étnico-racial. Os aspectos culturais não foram suficientes para agregá-lo aos outros.

Em outro trecho, ao final da entrevista, este mesmo aluno concluiu:

> *Eu, particularmente, gosto muito dessa questão do negro dentro da História do Brasil, eu acho uma história muito bonita apesar ...de seus problemas, dessas complicações, mas eu acho uma história muito bonita porque eles vieram pra cá em sua maioria do continente africano e conseguiram mesmo na adversidade vencer, conseguiram se estabelecer. Hoje em dia tem seu trabalho, mesmo passando por algum tipo de privação, mas estão aí, sobrevivendo, estudando, trabalhando construindo suas famílias, tornando a mão-de-obra. Eu costumo dizer que a história do negro é muito parecida com a minha. Eu também tive as minhas dificuldades, tive as minhas privações mas também consegui chegar aonde cheguei. E por isso que eu costumo dizer que a história do negro tem que ser um espelho pra todos nós, que lutamos, trabalhamos pra chegar onde a gente quer.*

Percebemos que houve um paralelo entre a vida do negro e a vida do autor da fala. Ele se identificou com o *outro* no que diz respeito à luta pela sobrevivência: privações e dificuldades. Entretanto, quanto à cor, ele se distanciou *deles* porque essa era uma "questão do negro" e não sua. Neste caso, percebemos que "A marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade." (Woordward, 2004: 39) Ela é construída em relação à outra identidade e em relação a uma outra que não é, originando a exclusão ou a diferença. O negro é o outro. Neste caso, o discurso reproduziu uma oposição binária (branco/preto) produzindo significados fixo através de sistemas simbólicos de representação.

As definições de certas identidades e a marcação das diferenças se inserem então num processo de relação de poder ."O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas do poder." (SILVA, 2000: 81).

Textos e imagens da escravidão dos livros de História apresentados durante a pesquisa, fazem parte dos conteúdos curriculares de História do Brasil e o livro didático, como texto curricular, retrata claramente as representações inseridas nesse discurso definidas pelo "jogo" de poder. Para Silva,

> *O poder está inscrito no currículo através das divisões entre saberes e narrativas inerentes ao processo de seleção de conhecimento e das resultantes divisões entre os diferentes grupos sociais. (2000: 197)*

No caso da organização curricular do ensino de História podemos perceber que a questão do negro, pelo menos nos manuais consultados destinados à sexta série, está inserida apenas em um capítulo referente à escravidão, retratando apenas momentos de permanente sofrimento. Analisando ainda o sumário do livro da sétima série de uma mesma coleção[4], verificamos que o negro reaparece brevemente ao abordarem a abolição da escravatura no Brasil. Ou seja, os poucos momentos de visibilidade do negro, são marcados por trabalho e dor, aspectos notadamente negativos. As representações do negro inscritas nas narrativas curriculares como bases curriculares oficiais, livros didáticos, cds, entre outros, retratam não somente o conhecimento histórico, como também poder e identidade. Elas atravessam o texto curricular permitindo questionamentos tais como: Quem seleciona os conteúdos? Como esse grupo está representado? Como ele se vê representado?

Ao tratar da questão relacionada à raça e etnia incorporada ao currículo, descartamos completamente a visão de que o currículo seja apenas um instrumento de dominação cultural. Mesmo considerando que a produção curricular tenha sido elaborada pelos órgãos "oficiais", ele não será pacificamente absorvido, ele sofre alterações quando em contato com diferentes grupos, se configurando como uma via de mão dupla, abrindo espaço para recriação e contestação.

Retomando ao grupo em questão, podemos dizer que as narrativas sobre o negro, incorporadas ao texto apresentado, estão relacionadas ao que os jovens podem se tornar ou mesmo ao modo como eles se posicionam frente ao tema.

Muitas vezes, as reações diante das perguntas como o silêncio, a mudança de assunto, um gesto ou uma expressão, o desinteresse, a suposta falta de entendimento da questão foram objeto de grande interesse para esse estudo. Vimos que, apesar da maioria ser visivelmente afro-descendente, não percebemos qualquer identificação dos nossos entrevistados com os personagens das gravuras. Se "A identidade se constrói em torno de elementos de positividade, que agreguem as pessoas em torno de atributos e características valorizados, que rendam reconhecimento social a seus detentores" (PESAVENTO, 2005: 91), não poderíamos esperar outra reação que não essa. Durante a pesquisa de campo, nenhum dos entrevistados declarou em momento algum sua cor, o que poderia ter acontecido mesmo que não tivéssemos perguntado. A não identificação dos alunos afro-descendentes com os

[4] Foram selecionados quatro livros didáticos para este estudo, a saber: *Os caminhos do homem,* de Adhemar Martins Marques, Flavio Costa Berutti e Ricardo Moura Faria, Vol. 2. Belo Horizonte: Editora Lê, 1991; *História Martins,* de José Roberto Martins Ferreira, São Paulo: FTD,1991; *História integrada, o mundo da Idade Moderna*, de Cláudio Vicentino, São Paulo: Scipione, 1995 e *História: passado presente: a formação do capitalismo e a colonização da América,,* de Sonia Irene do Carmo e Eliane Couto, vol. 2, São Paulo: Atual, 1997.

personagens retratados nas imagens, que são pessoas sofridas e maltratadas, nos levam a concordar com Pesavento quando ela afirma que

> *Assumir uma identidade implica encontrar gratificação com esse endosso. Enquanto construção imaginária de sentido, as identidades fornecem como que uma compensação simbólica a perdas reais da vida. Identidades gloriosas confortam e suprem carências na vida social e material, por exemplo. (ibidem)*

Sendo assim, neste caso, silêncio sobre a cor pode ser o ponto nevrálgico da questão. Ao declarar sua cor, o indivíduo forçosamente se enquadra num sistema classificatório quiçá contraditório. Uma das entrevistadas, que não possuía traços físicos definidamente afro, chegou a ensaiar, "eu sou moreninha..."(A)

Essa ambivalência pode provocar uma crise de identidade, como verificamos na voz de um entrevistado afro-descendente:

> *- Pela unidade, o todo, não pela parte. Eu pertencer mais a um lado do que o outro. E eu não me sentia nem tão afro nem tão branco. Eu nunca me definia como. A minha avó, ela tem predominância da parte branca. (R)*

Ao tentar explicar que é neto de branca, deixou implícito que uma posição é superior à outra. Sentiu necessidade de evocar a sua avó branca para justificar a sua dúvida. Essa dicotomia envolveu uma hierarquização de posições na qual um dos elementos superou o outro. Classificou o inferior como o diferente; o negro, neste caso, estava em posição inferior. Para Woordward, "A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença". (2004: 39/40) As identidades estão associadas assim, tanto ao nosso passado histórico, que uma vez acionado influencia a nossa formação, como ao que viremos a ser.

Voltando a analisar o sentimento despertado pelas imagens, na fala do nosso entrevistado, constatamos que ele que expressa uma inquietação com a situação do negro,

> *É assim... por mais que a imagem seja do século XIX, ela traz uma mensagem, ali no caso, essas imagens trazem a mensagem dos negros, como os negros viviam. Então é muito interessante, porque eu, por mais que no ensino fundamental eu ainda fosse um adolescente, um pré-adolescente, vamos dizer assim, aquilo me inquietou, me inquietou por quê? Eu convivia com negros, os negros faziam parte do meu cotidiano, meu pai era um homem negro. Então não tinha como aquilo não me causar me fazer pensar, me fazer pensar toda essa questão dos negros. Não era algo que tava distante de mim, a escravidão pode estar distante, mas o negro não. O negro era algo que fazia parte da minha vida naquele momento e não tinha como eu dizer: ah essas imagens, todas essas imagens e não criar um sentimento, não criar uma opinião com relação a elas.(V)*

A inquietação provocada pelas imagens da escravidão o reportou a um passado distante, estabelecendo relações com o presente. A *presença* de tais personagens sofridos, envolvidos em situação degradante, provocou uma reação no então aluno/pré-adolescente. A proximidade com os personagens das imagens durante o ensino fundamental, foi ressaltada por ele fazendo com que ele se sensibilize com a questão, até porque o seu pai era negro. Entretanto, apesar da inquietação, ele se situa fora do grupo, o negro é o "outro", o pai e os amigos. Como nos esclarece Pesavento:

> *A identidade deve apresentar um capital simbólico de valoração positiva, deve atrair a adesão, ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e ser reconhecido socialmente. Mais do que isso, a identidade responde, também, a uma necessidade de acreditar em algo positivo e a que o indivíduo possa se considerar como pertencente. (2005, p. 91/92)*

Sendo assim, ninguém quer ser aquele que apanha, que trabalha para os outros, e sim aquele que é reconhecido socialmente. O movimento de identificação está intrinsecamente associado aos aspectos positivos atribuídos ao grupo e a si mesmo. Ou seja, mesmo que inconscientemente se vissem ali retratados, dificilmente manifestariam esse sentimento.

À título de conclusão, podemos afirmar que as narrativas curriculares estão freqüentemente produzindo e reproduzindo as diferenças, que por sua vez refletem as relações de poder inscritas nesse discurso. Assim, a questão racial atravessa o currículo de História permitindo sua leitura, (re)criação e contestação. Ao dar destaque à questão do negro em um capítulo do livro, ele se revela como o "diferente". Isso faz com que seja avaliado negativamente em relação ao "não diferente", o que demonstra conseqüentemente uma relação de poder. Nesse sentido, não podemos desprezar os vínculos entre saber histórico, identidade e poder ao tratar de temas como raça e etnia em sala de aula.

Referências bibliográficas:

BITTENCOURT, Circe. "Livros didáticos entre textos e imagens" In: BITTENCOURT,Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*, São Paulo, Contexto, 1997.

COSTA, Warley da. As imagens da escravidão nos livros de História do ensino fundamental: representações e identidades. UNIRIO: Rio de Janeiro, 2006. Dissertação de Mestrado em Educação.

FERREIRA, Ricardo Franklin, *Afro-descendente: Identidade em construção,* São Paulo: EDUSC: Rio de Janeiro: Palas, 2000.

GASPARELLO, Arlette Medeiros, "História e livro didático: a produção de um saber escolar". In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). Pesquisa em História da Educação: Perspectivas de Análise, Objetos e Fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. pp.169-179.
HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?" in SILVA, Tomaz Tadeu (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
_____. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
_____. *Da diáspora identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da Unesco no Brasil, 2003.
MATTOS, Hebe Maria. "O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil*"* In: ABREU, Martha e SOIHET Rachel (org) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
MONTEIRO, Ana Maria F.C., "Ensino de História e História Cultural: diálogos possíveis" In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.) *Culturas políticas ensaios de História Cultural, História Política e ensino de História,* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
NIKITIUK, Sonia (org.), *Repensando a História.* São Paulo: Cortez Editora, 1996.
PESAVENTO, Sandra Jatahy, *História e História Cultural*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
SILVA, Marcos A., *Repensando a História*. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1984.
SILVA Tomaz Tadeu, *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis: Vozes, 2004.
_____. "Currículo e identidade social" In: SILVA Tomaz Tadeu (org). *Alienígenas na sala de aula*, Petrópolis: Vozes, 2001.
_____. *Documentos de identidade: uma introdução à teoria do currículo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
WOODWARD, Kathryn, "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual" In: SILVA Tomaz Tadeu, *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis: Vozes, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aproximações entre o conceito de Consciência Histórica e a Teoria das Representações Sociais.

Marcos Roberto Kusnick

Resumo: Este artigo apresenta uma aproximação possível entre a Teoria da Consciência Histórica a alguns elementos da Teoria das Representações Sociais. O objetivo é destacar a função heurística dessa abordagem, suas contribuições para o desenho da pesquisa empírica e seu papel no campo da Didática da História.
Palavras-chave: Ensino de História, Consciência Histórica, Representações Sociais.

Abstract: This article shows a possible approximation between the Historical Consciousness Theory and some elements from the Social Representations Theory. The goal is to emphasize the heuristic function of this approach, its contributions do the design of empirical research and its role on the field of the History Didactics.
Keywords: History Teaching, Historical Consciousness, Social Representations

Teoria da Consciência Histórica: uma apresentação sumária.

O termo de "consciência histórica", se tomado a partir de uma perspectiva muito ampla apresenta problemas de conceituação similares aos que ocorrem quando falamos, por exemplo, em "ideologia", para o qual existem dezenas de acepções: antes de Marx, em Marx, para Lênin, para a Escola de Frankfurt, para Gramsci, etc. Em um primeiro instante ele parece invocar algo como que a compreensão de certa conjuntura inserida em um movimento histórico. Ter "consciência histórica" seria, nesse sentido, compreender a historicidade dos processos sociais; uma dentre outras possíveis interpretações do conceito.

Porém, *conforme figura em nosso estudo*, esta assume o aspecto de uma Teoria da Consciência História, ou seja, a sistematização de uma série de categorias, que se volta para o

entendimento de *como as pessoas adquirem e interpretam a experiência história*. Este quadro conceitual está baseado predominantemente no nosso diálogo com as formulações de Jörn Rüsen (2007, 2001a, 2001b, 1992) desenvolvidas na medida em que a pesquisa definia seu quadro conceitual para construção do objeto de pesquisa.

Como processo mental, as principais funções da Consciência Histórica são a o*rientação para a ação* e *criação de identidade*. A orientação para o agir no mundo é disparada pelas lembranças interpretadas do passado com base nas expectativas sobre o futuro. Tal ação pode ir da quietude (refúgio) até o ativismo (revolta). A criação de identidade se dá pela inscrição do indivíduo ou de um grupo em um campo de temporalidade, um sentimento de pertencimento que insere em um tempo social e cultural que vai além do segmento da duração biológica da vida humana. Um cristão, por exemplo, teria sua perspectiva temporal dilatada, segundo a teologia cristã, desde a criação do mundo até o tempo escatológico.

A consciência histórica encontra sua manifestação na *narrativa,* em que passado, presente e futuro e os elementos objetivos e subjetivos criam uma "lógica" em forma de história, ou seja, uma estrutura coerente de relações temporais. A consciência histórica sempre se expressa em relações estruturadas do passado, onde reflete desejos, anseios, autoavaliação e desejos de mudança.

A "narrativa" não implica apenas em quaisquer falas, mas às que se referem ao passado e que não são (ou não pretendem ser) fictícias. Essas podem ser objeto de estudo da lingüística ou da retórica, mas a narrativa envolve também outras linguagens, como símbolos e monumentos. Ela está presente do discurso cotidiano até as falas mais sofisticadas. Ainda como "narrativas" também podemos incluir as chamadas "histórias ultra-curtas" que são palavras chaves, símbolos que invocam toda uma memória histórica. São marcas de referência sempre prontas e incorporadas no cotidiano. A simples visão de uma suástica, por exemplo, já invoca todo um contesto do nazismo, da 2ª Guerra, etc.

Outra característica da consciência histórica é promover o *senso integrativo entre as três dimensões do tempo*. É a constante busca de equilíbrio entre "o que foi" e "o que ainda não é". A tensão entre as três dimensões temporais é a energia para a consciência histórica.

A Teoria da Consciência História, para permitir um acesso epistêmico ao fenômeno, propõe uma classificação em quatro *tipos geradores de consciência histórica* o que se configura como uma hipótese ontogenética de geração de sentido histórico.

- O modo *tradicional*, em que o tempo é visto como uma totalidade das formas de vida do passado que se estendem e se eternizam.
- O modo *exemplar,* em que experiências particulares interpretadas levam à regras mais gerais para a percepção da temporalidade e da conduta humana.
- O modo *crítico*, que interpõe pontos de vista através da negação de situações consolidadas.
- O modo genético, onde os diferentes pontos de vista se articulam em uma percepção dinâmica da mudança temporal.

Ainda que não se apresente de forma "pura" no pensamento histórico de indivíduos e grupos, é um construto de "tipos ideais" cujo *viés* pode poderia ser identificado pela predominância *de seus elementos implicados* nas práticas discursivas dos sujeitos.

A Teoria da Consciência histórica apresenta um quadro operacional de como se dá a construção do pensamento histórico. Através da sua perspectiva, mais um sentido pode ser atribuídos ao que chamamos de "história" além daqueles que já lhe são característicos devido à polissemia do termo. "História", assim, não trata apenas do passado interpretado, mas sim é o reflexo das operações básicas da Consciência Histórica, caracterizando-se por uma ligação imanente passado, presente e futuro.

Consciência Histórica não é, assim, um elemento que uma pessoa ou um grupo possa ter ou não: *todos possuem Consciência Histórica*, independentemente de como esta está configurada. As implicações dessa conceituação para a prática do Ensino de História são profundas, principalmente levando em conta, como ponto de partida, as necessidade e carências de orientação dos destinatários da produção histórica.

Contribuições do campo das Representações Sociais.

Embora epistemologicamente distintas, a Teoria da Consciência Histórica e a Teoria das Representações Sociais fundam-se nos mesmos pressupostos ontológicos, ou seja, que o conhecimento se constrói e que a configuração de um campo doxológico ou gnosiológico, apropriado de forma implícita, liga e arbitra os sujeitos com os objetos por eles representados sem negar as contingências do mundo manifesto.

Tendo a Teoria das Representações Sociais uma tradição de pesquisa já consolidada no Brasil em muitas áreas das ciências humanas, embora não muito expressiva na

historiografia, vamos nos limitar a apresentar alguns elementos de convergência que concorrem para esse campo em construção que é a Didática da História.

A aproximação desses campos conceituais não se deu, no nosso caso, simplesmente para engrossar o caldo teórico ou para tentar desfazer o mal estar de se defrontar com duas abordagens que poderiam oferecer interpretações para o mesmo fenômeno. Isso, de resto, é normal em qualquer ciência já que a realidade não fala apenas uma língua. A necessidade surgiu a partir da das lacunas conceituais que incidem principalmente na investigação empírica das manifestações da Consciência Histórica. É um processo de *colisão teórica* (BONNET,2001) . Destacados a seguir alguns elementos presentes na literatura sobre o tema (SÁ 1996,1998; CARDOSO, 2000; GUARESCHI, 2000) que nos interessam particularmente, muitos dos quais pertencem aos fundamentos da Teoria das Representações Sociais conforme formulada originalmente por Serge Moscovici.

A teoria em questão postula que as representações sociais atuam de forma a tornar algo familiar, compreensivo, ou seja, é uma modalidade de saber, forjada na vida cotidiana, que atua também pela comunicação (discurso, narrativa) e que tem a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas; são fontes conceituais que servem de referências aos indivíduos formando verdadeiras "teorias do senso comum".

Podemos encontrar referências na Filosofia da Ciência e na Teoria do Conhecimento (ALVES 1996; ARAÚJO, 1998; CHALMERS, 1993) à perspectiva de que quer a ciência, quer o chamado o senso comum, procuram arranjar a realidade de forma que ela se torne cognoscível. Nisso elas buscam uma ordem, algo que faça sentido, sem o que a ação se torna impossível. As representações sociais, ao familiarizarem um objeto representado, trazendo-o para o campo conceitual onde as trocas simbólicas são possíveis, ou a Consciência Histórica ao atribuir sentido e elaborar suas estratégias buscam também uma "lógica" do ser-agir.

As principais estratégias das Representações Sociais são as seguintes:

- Ancoragem: a integração cognitiva do objeto representado e nas transformações implicadas em tal processo, ou seja, a incorporação de novos elementos em uma rede de categorias mais familiares (JODELET, 1994 e DOISE, 1990 apud SÁ, 1996).

- Objetivação: é uma operação imaginante e estruturante pela qual se dá uma forma ou figura específica ao conhecimento acerca do objeto tornando

> concreta, quase tangível o conceito abstrato, como que "materializando a palavra" (JODELET, 1994 apud SÁ, 1996).

Refletindo acerca das possibilidades heurísticas das Representações Sociais, na forma como sua análise *da transformação do não familiar em familiar* pode ser aplicada os elementos da Consciência Histórica (criação das "histórias ultra-curtas", estruturação da narrativa, simbolização de elementos a partir da percepção de um novo campo temporal, etc.) e na interpretação da estruturação de suas categorias podemos vislumbramos uma série de possibilidades. Porém uma das contribuições mais significativas, para a Teoria da Consciência Histórica, ao analisar a predominância de determinado *tipo gerador* (tradicional, exemplar, crítico ou genético) e apontar para algumas soluções metodológicas é fornecida pela *Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais.*

A Teoria das Representações Sociais pode ser considerada como uma "grande teoria", ou talvez para melhor situa-la em relação a outros quadros conceituais, uma *metateoria,* psicossociológica que admite abordagens complementares compatíveis com a teoria geral. Tal é o caso da Teoria do Núcleo Central.

Proposta pela primeira e vez por Jean-Claude Abric em 1976, a Teoria do Núcleo central surgiu como uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais. Postula que os elementos de uma representação são *hierarquizados* e organizados em torno de um núcleo central que dá à representação seu significado. Este núcleo central, como matriz simbólica mais fortemente estruturada, é o elemento *mais estável* da representação, que apresenta certa *reatividade*, que não muda mesmo que uma informação recebida a contradiga.

Informações distintas são interpretadas em coerência com o núcleo, atuando como um subconjunto de representações, em que uma central agrupa e dá funcionalidade às representações periféricas. A desestruturação de uma representação central dá a todo o conjunto uma significação totalmente diferente.

Vertendo o conceito para sua aplicação na interpretação dos tipos geradores da Teoria da Consciência Histórica, estes podem ser considerados *como núcleos de sentidos mais estáveis* que organizam as representações periféricas, no caso da consciência histórica, os elementos de sua organização nas estratégias de aquisição e interpretação da experiência histórica. A tipologia pode ser assim classificada através dos vieses que adquirem à medida que se consolidam e da forma que agem na relação com as experiências temporais.

Sendo "subsistemas" cada matriz conceitual forte, no caso cada tipo gerador, agrupa e dar significado à experiência histórica, porém elas podem coexistir em uma relação

hierarquizada, não em estado puro, mas em interdependência formando uma "lógica" própria. Essa abordagem, aplicada a uma possibilidade de investigação empírica pode apontar, assim, a predominância de certo núcleo central de representações que, considerado como estruturado e estruturante no âmbito da consciência histórica, caracteriza um tipo gerador de consciência Histórica.

Desafios metodológicos da pesquisa empírica.

A proposição dos *tipos geradores de consciência histórica,* entendida como matriz geradora e organizadora de sentidos agindo como um núcleo central de aquisição e interpretação da experiência temporal possui um grande valor heurístico no entendimento de como e com que efeito as pessoas criam sua "lógica" histórica.

Conforme já foi mencionado, por se tratarem de tipos ideais, construtos lógicos elaborados para permitir acesso epistêmico ao fenômeno, não se pode ocorrer no erro de hipostasiar o conceito, já que não existem em estado puro. Não obstante, nossa hipótese de pesquisa considerou a possibilidade de que certo tipo gerador de consciência história seja predominante na relação de um sujeito com um objeto da representação. A criação de sentido histórico ocorre nesse deslocar entre os núcleos de sentido mais estáveis dos conceitos que encontram ressonância para que ingressem no quadro conceitual do sujeito.

Não poderíamos rotular, assim, um sujeito como "tradicional" ou "genético", mas sim apontar, a partir dos indícios da pesquisa empírica, que em relação a determinado objeto os conceitos tendem a gravitar em torno de certo núcleo de sentido, ou seja, são significados por um dos tipos geradores de consciência histórica.

O estado atual da nossa pesquisa aponta para algumas possibilidades metodológicas. Se considerarmos que os elementos conceituais da Teoria da Consciência História, embora façam parte de uma estrutura conceitual, podem ser usados como categorias de análise, então teríamos de transformar essas categorias em itens de pesquisa. A articulação desses itens permitiria, seja pela criação de um dicionário analítico a ser usado na análise do discurso seja pela criação de um *survey,* demonstrar de que maneira alguns objetos são representados por determinados sujeitos e a predominância do viés dessa representação dentro da classificação dos tipos geradores.

Para fins de pesquisa delimitamos, a partir de um quadro sinóptico dos componentes da Teoria da Consciência Histórica, três campos de análise:

1. Estrutura Discursiva. Trata do suporte ou veículo da manifestação do fenômeno.
2. Aspectos Funcionais. São as estratégias de aquisição e uso da experiência histórica.
3. Tipologia. Aqui se enquadram os *tipos geradores* (tradicional, exemplar, crítico e genético) não considerados *a priori*, mas como estruturados e estruturantes.

Os dois primeiros campos são os que efetivamente, como categorias de análise, se desdobram em itens, seja para a análise do discurso, seja para elaboração de um survey. Sobre o último campo, o da tipologia, é que incide a maior contribuição da Teoria das Representações Sociais ao classificarem por afinidade o conteúdo inferido da análise.

Exemplos de como os campos da Estrutura Discursiva e dos Aspectos Funcionais podem gerar subconjuntos de análise pode ser vista a seguir, pensados para aplicação a pequenas produções de texto por parte de alunos do Ensino Médio:

Estrutura Discursiva:

1. Quanto à coerência da construção da narrativa.
2. Coerência das unidades de sentido (expressão dos núcleos de idéias).
3. Percepção de relações temporais.
4. Uso de *ultra-short histories* ("palavras chave" ou imagens invocativas).

Aspectos Funcionais:

1. Relação entre rememoração, interpretação e projeção.
2. Viés da ação (passividade – ativismo).
3. Inserção em um campo de temporalidade social e cultural.
4. Vinculação individual e coletiva nas estratégias de ação (junção – disjunção)

As práticas de análise, no caso dos textos, poderiam ser baseadas na criação de marcadores textuais previamente definidos para cada item de análise classificados de acordo com uma matriz de interpretação. Textos mais complexos do que "redações" ou produções simples de texto demandariam de um alargamento do número de categoria e do número de entradas no dicionário analítico. No caso do *survey* o desafio é transformar os conceitos em itens. Apesar de perspectiva de trabalho com a "resposta fechada", muitos itens podem ser

expandidos e detalhados criando uma rede da qual se possa inferir, através, por exemplo, da análise fatorial, o peso de cada conjunto de análise.

Análise a partir de uma categoria histórica específica.

Um aspecto da Teoria da Consciência Histórica é sua proposição de que todos possuem consciência histórica, como mencionamos anteriormente, independentemente de como esta está configurada. Ao analisar como o pensamento histórico se estrutura e se torna operacional, não está colocada a questão que alguns chamariam de "falsa consciência". No caso da consciência histórica, vista como relação coerente de relações temporais, elaborada segundo certa dinâmica e inserida em dado contexto social ela nunca é "falsa"; fornece identidade e orienta para a ação. Porém, ao compreendermos os processos de formação do pensamento histórico podemos desvelar os elementos que pressionam seu condicionamento. Reside aí a inserção axiológica do pesquisador / educador.

A partir de um *topos* político, de concepção de educação, de sociedade, dos fins e dos meios da educação, podemos interpretar o peso do papel da ideologia e dos meios de comunicação de massa, como na análise proposta por Thompson (1995) , das correntes fatalistas de interpretação do desenvolvimento político da história (ANDERSON, 1992; FREIRE, 1996) e de crenças tão arraigadas em nossa sociedade, quanto a idéia de progresso (NISBET, 1995; LÖWITH, S.D.).

A Didática da História, ao considerar as carências de orientação, articula-se com um quadro conceitual e uma pesquisa empírica que possam redundar em um discurso orientador. A percepção desse campo teleoaxiológico é fundamental para que a História enquanto possa se articular com a produção histórica e fazer a tão sonhada ligação entre o conhecimento acadêmico e o saber pratico onde a história é a mestra da vida.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência.** São Paulo: Ars Poética, 1996.

ANDERSON, Perry. **O fim da história:** de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à Filosofia da Ciência.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

BONNET, Alastair. **How to argue:** a student's guide. Essex: Pearson Education Limited, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações:** contribuição a um

CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

debate transdiciplinar. Campinas (SP): Papirus, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARESCHI, A. Pedrinho. (Org.). **Os Construtores da Informação:** Meios de Comunicação,

Ideologia e Ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história.** Lisboa: Edições 70, S.D.

NISBET, Robert A. **História da idéia de progresso.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa.** Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. El dessrrollo de la competencia narrativa em el aprendizage histórico. Una hipóteses ontogenética relativa a la consciencia moral. **Propuesta Educativa**. Buenos Aires, n.7, p. 27-36, 1992.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência da história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. What Is Historical Consciousness? – A Theoretical Approach to Empirical Evidence. Paper presented at Canadian Historical Consciousness in a International Context: Theoretical Frameworks, University of British Columbia, Vancouver, BC. 2001b.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As paixões e a cidade platina: o urbano como espaço de transgressão (Assunção e Buenos Aires, primeira metade século XVIII)

Luis Alexandre Cerveira[1]

RESUMO: Neste trabalho, nos propomos a refletir sobre as paixões – do corpo e da alma – vividas pelos colonos platinos, em especial, daqueles residentes nas maiores cidades do Prata na primeira metade do século XVIII. Paixões estas que foram alvo do discurso missionário jesuíta, fortemente marcado pelo combate às paixões e pelo regramento dos comportamentos. Interessa-nos avaliar as reações dos colonos a esta pregação, isto é, se cumpriram fielmente às determinações eclesiásticas ou se continuaram vivenciando suas paixões de forma clandestina; se enfrentaram e afrontaram publicamente as decisões da Igreja ou viveram suas paixões de uma forma diferente, a partir de sua ressignificação. Nos perguntamos especialmente sobre as influências do fator urbano sobre estas vivências, de modo a compreender melhor a relação entre meio e sensibilidades.
Palavra-chave: Paixões,cidade, jesuítas

ABSTRACT: In this work, we consider to reflect on the passions - of the body and the soul - lived by the colonists of the Silver, in special, of those residents in the biggest cities of the Silver in the first half of century XVIII. Passions these that had been white of the speech Jesuit missionary, strongly marked for the combat to the passions and the rules of the behaviors. Interest-in them to evaluate the reactions of the colonists to this speech, if they had fulfilled to the ecclesiastical determination faithful or if they had continued living deeply its passions of clandestine form; if they had public faced and they confronted the decisions of the Church or had lived its passions of a different form, or of the attributions of new meanings. In we especially ask them on the influences of the urban factor on these experiences, in order to understand the relation better enters half and sensibilities.
Key-Word: Passions, city, Jesuits

Neste trabalho, nos propomos a refletir sobre as paixões – do corpo e da alma – vividas pelos colonos platinos, em especial, daqueles residentes nas maiores cidades do Prata na primeira metade do século XVIII. Paixões estas que foram fortemente combatidas pelo discurso missionário jesuíta que tinha por objetivo o regramento dos comportamentos e a mudança das sensibilidades.

Interessa-nos avaliar as reações dos colonos a esta pregação, isto é, se cumpriram fielmente às determinações eclesiásticas ou se continuaram vivenciando suas paixões de

[1] Graduado e mestrando em História – Unisinos - Bolsa Institucional Padre Milton Valente.

forma clandestina; se enfrentaram e afrontaram publicamente as decisões da Igreja ou viveram suas paixões de uma forma diferente, a partir de sua ressignificação.

Por outro, acredito que ainda é preciso dar conta da influência do espaço de sociabilidade proporcionado pelo urbano. A proximidade das moradias, o maior fluxo de população , os espaços de convivência e portanto de oportunidade de conhecer gente fora da proteção das casas. Isto tudo, deu oportunidade a vivências diferentes daquelas pensadas e propostas pela pregação de controle e mesmo supressão das paixões. O espaço urbano, por outro, possibilitou uma maior "publicidade" das ações não permitidas, fazendo com que muitos dos que ousaram viver suas paixões fossem alvo de comentários e discriminações.

A urbe portanto, é o espaço que deu visibilidade a uma série de paixões , que aproximou espanhóis, crioulos, negros, índios e mestiços sob a marca da dissimulação, da transgressão e do pecado, enfim das paixões.

Cabe, entretanto, uma breve reflexão sobre o conceito de paixão aqui utilizado. Na Obra "Os Sentidos da Paixão"(2002), Gerard Lebrun nos oferece uma historicização, traçando um percurso que vai de Platão e Aristóteles a Stendhal. Ao conceituarem paixão, estes autores a identificam como originalmente irracional, por produzir o efeito de deixar o ser apaixonado "fora de si". É a partir do quadrilátero: passionalidade, intensidade, mudança/efemeridade e descontrole, presente nestes autores, que percebemos a paixão.

Para São Tomás de Aquino, o grande filósofo/teólogo inspirador da companhia de Jesus, a paixão é pecado e geradora de pecado. Opinião esta advinda não só do neo-platonismo, mas também fortemente calcada nos seus estudos sobre o Novo Testamento e os pais da igreja. É o apostolo Paulo que afirma "E os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências" (Gál 5:24). É nos escritos paulinos que tem início à "cruzada" de combate a carne (corpo) , as paixões que lhe são próprias e os pecados delas decorrentes. Na obra provavelmente mais conhecida produzida pelos pais da igreja, o Didaquê, há uma advertência nos moldes paulinos, " Filho foge de todo mal e de tudo que se assemelhe a ele. Não sejas....nem invejoso, nem contencioso, nem apaixonado".(Didaquê I:4)

O tomismo , portanto , assume relevância para os jesuítas enquanto base teórica para o controle das sensações corpóreas, da desvalorização do corpo frente à razão, de um projeto de regulação dos costumes sociais e dos modos de proceder. Nas Constituições da Companhia de Jesus , Inácio de Loyola nos oferece uma síntese clara sobre um projeto de controle das Paixões:

> *"Debe también ser libre de todas pasiones, teniéndolas domadas y mortificadas: porque interiormente no le perturben el juicio de la ración, y exteriormente sean tan compuesto y en el hablar especialmente tan concertado, que ninguno pueda notar en él cosa o palabra que no le edifique, a si de los de la compañía que le han de tener como espejo" (LOYOLA,2004,p.726)*

Por outro, ainda que não concorde com o protagonismo dado a Aristóteles na formação do conceito de paixão jesuíta dado por Marina Massini em seu artigo As paixões e seus "remédios": um *excursus* pela literatura jesuíta dos séculos XVI e XVII[2], é preciso admitir que a influência do pensamento aristotélico matizou a estratégia jesuíta. Se, em Platão e no Apóstolo Paulo, assim como nos pais da igreja, temos um projeto de supressão, combate e redução das paixões do corpo, em Aristóteles os jesuítas vão buscar inspiração para um projeto de "uso" das paixões , de controle e redirecionamento desta pulsão[3]. É pois pela *técné*[4] , pela retórica, e no caso específico dos jesuítas na América hispânica pela missão fortemente teatral e barroca, que se quer atingir os corações dos colonos.

Este trabalho pretende avaliar a atuação da Companhia de Jesus na Província Jesuítica do Paraguai, a partir do projeto civilizador que previa o combate das paixões que encontram e que se tornará condição *sine qua non* para a conquista espiritual pretendida, que certamente vai além da conversão do nativo e busca converter os próprios colonos hispano-americanos. Mas não só isto, nos propomos a pensar o espaço de vivência destas populações, nossa escolha neste caso específico recai sobre a cidade.

Certamente esta opção não é casuística. A cidade nos oitocentos , e mesmo nos séculos anteriores ,vem ganhando importância. Desde a renascença ela possui um caráter simbólico ,no que diz respeito a uma nova era pós-medieval que tinha no campo sua força, mas também possuía caráter prático, na medida em que é nela que os antigos servos buscaram refúgio quando fugiam ou mesmo se viam expulsos das terras em que antes trabalhavam e viviam.

Sobre a cidade e sua importância enquanto espaço de civilização nos diz o autor de o Homem e o Mundo Natural: "Nos tempos da renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerra-los numa cidade era o mesmo que civiliza-los."(Keith,1988:290).

---

[2] MASSINI,Marina . SILVA, Paulo José Carvalho da(ORG). Os olhos vêem pelo coração, Conhecimento psicológico na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII. Holos Editora-Fapesp:Ribeirão Preto/SP.2001

[3] "Ora ,as paixões são as causas que introduzem mudanças em nossos espíritos..."(ARISTÓTELES/RETÓRICA capI,8 ,livro II)

[4] (ARISTÓTELES/RETÓRICA ,capI,8 ,livro II)

É certo que a planificada cidade hispano-americana "...em uma ordem social hierárquica transposta para uma ordem distributiva geométrica." (RAMA,1984:26), tem feições muito distintas da cidade orgânica da renascença, mas o que as diferencia em termos urbanísticos, as aproxima no que diz respeito à função, civilizar.

Considerando, que para a Companhia de Jesus civilizar e evangelizar andavam juntos, conforme Nóbrega que já em 1557 expõe seu plano civilizador para o Brasil[5] ao provincial português, o espaço da cidade americana serviria a ambos objetivos.

Aqui, acredito, temos a primeira interface entre a realidade física e simbólica da cidade e a vivência ou o trato das paixões. Considerando que nossa análise é balizada teoricamente pela proposta de Michel de Certeau, que considera as relações humanas a partir de uma análise de estratégia[6] –das elites - e táticas – dos grupos não detentores de influência e poder formal, proponho pensar a relação entre a cidade, o urbano e as paixões a partir da Companhia de Jesus.

As estratégias de evangelização e conversão na América espanholas foram diversificadas. No que diz respeito à questão das cidades algumas foram agraciadas com o trabalho dos colégios, confrarias, etc...Nenhuma destas entretanto, se utilizou do caráter urbano de forma tão contundente e teatral, quanto a missão popular. Esta se dava na maioria das cidades da província em intervalos de tempo que variavam conforme as condições de pessoal e recursos, mas que procura manter certa regularidade. A missão tinha por objetivo geral uma reciclagem dos bons cristãos, o que envolvia missas especiais, confissões gerais, procissões, etc..., mas ,mais que tudo, a conversão daqueles que viviam em pecado, oculto ou público, sob a égide das paixões.

Fica evidenciado a influência da proposta aristotélica de, pela *técne,*pela retórica e diversas estratégias visuais, musicais, etc...; agir sobre o emocional destas populações de modo a levarem-nas ao arrependimento. A chegada do missionário à cidade escolhida para a missão seguia elaborado ritual. De antemão a cidade era avisada do dia da chegada, dai então um grupo considerável de fiéis esperava o missionário já fora da cidade:

> *"al acercarse del pueblo señalado los misioneros bajaban de sus cabalgaduras...rezaban de rodillas...Proseguían después el camino en silencio...uno*

[5]NOBREGA,P.Manuel da.O Plano Civilador.Carta ao Padre Miguel de Torres. 8 de Maio de 1558.MBII-66

[6] "Chamo de "estratégia" o cálculo das relações de forças que se torna possível a em que um sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente". Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto um lugar capaz de de servir de base a uma gestação de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo este modelo estratégico." (CERTEAU, 2004, p.46).

> *de los misioneros armaba el crucifijo...y entregaba a la persona más adecuada del clero o al señor obispo...Las personas allí reunidas y las que iban agregando, se formaban en procesión y echaban a andar por las calles principales, acompañando algunos con faroles o hachas encendidas al Santo Cristo. Los misioneros, iban en medio de la gente, pronunciando en alta voz y pausada sentencias llamadas "saetillas", que hiriesen los corazones de los pecadores, despertándolos del letargo de sus vicios y convidándolos a la misión. El primer sermón consistía sobre el pecado. Con aquella novedad, y no esperado sermón, se conmovía a el vecindario y se agregaba a la procesión."(ASTRAIN,1925:89)*

A estratégia jesuíta de "usar" as paixões, aqui no sentido de força pulsante e passível de ser ordenada, não se resumia ao ritual de início da missão, ou das procissões. A missão que durava alguns dias , oito no mais das vezes, ainda seria varrida por outras procissões, chamamentos pelos ruas, confissões gerais que levavam horas, os exercícios espirituais e sermões emocionados que incluíam sentenças de condenação tão fortes que faziam com que os ouvintes saíssem "...aturdidos de horror, como si hubieran oído pronunciar estas palabras por Jesús Cristo mismo." (AGUILAR,1735-1743:229).

É certo que algumas destas práticas não eram exclusivas das cidades, mas era nelas que certamente encontraram maior eficiência. É no espaço de publicidade proporcionado pelo urbano que a mulher adúltera é pressionada "anonimamente" durante a missa e cercada por vizinhos que se auto-flagelavam esperando seu ato de arrependimento(AGUILAR,1735-1743:139). É ainda nas bem planejadas ruas da cidade platina que a polícia religiosa cumpre suas funções " y los apartan de las diversiones, y los obligan a aprovecharse de tan útil, y absolutamente necesaria instrucción..." (AGUILAR,1730-1735:3).

Acreditamos que a análise da documentação disponível nos dá suficientes indícios para afirmar que a Companhia de Jesus fez uso da retórica e de uma série de artifícios com vista à "mexer" e reordenar a força da paixão no sentido de direciona-la do pecado para o sagrado. E não só isto, mas o que nos interessa aqui em especial, pensou e utilizou muito bem os espaços da cidade americana seja como palco de seu "teatro da fé", seja pelas possibilidades de usar o conhecimento público da vida das pessoas proporcionado pela vida urbana e utiliza-lo para seu objetivo de conversão.

De outro lado, a documentação indica que os colonosplatinos, sejam crioulos ou reinóis, mestiços, escravos ou indígenas que viviam nas cidades não foram simples "insetos presos na teia da estratégia de evangelização jesuíta". A eles Michel de Certeau reserva uma

categoria de análise muito própria , a tática[7] "A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreende-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância"(CERTEAU,2004:46).

É a procura pela tática, "que só tem por lugar o do outro", no caso, o espaço cartesianamente pensado da cidade , que vai nos possibilitar uma compreensão das vivências das paixões pelas populações em questão. Não pensemos , entretanto que a vivência das paixões só se dava nos espaços marginais da Urbe. É nos espaços privilegiados mesmo das elites que ela toma ocasião, os padres a temiam e por isso ficavam felizes quando os fiéis se mantinham longe das diversões próprias das cidades "Evitan estas personas no sólo ocasiones de pecar, como son bailes, y espectáculos profanos." (AGUILAR,1735-1743:45)

A preocupação dos jesuítas com os espaços de sociabilidades não era sem razão. É neles , em geral, onde as pessoas tem um contato além do formal do dia a dia, é nele com o auxílio da ingestão da bebida alcoólica que as pessoas tem atitudes que normalmente não teriam. Não é no baile, no teatro , no espetáculo que ocorrem os pecados de fato, mas é nestes lugares que se criam às condições para que o pecado da paixão aja.

É nos espaços de sociabilidade proporcionados pela cidade ainda , onde a paixão da luxúria, tem lugar. Um caso exemplar nos dá idéia da extensão desta questão. Uma donzela, que diante do discurso de conversão se arrepende de seus pecados , como forma de externar sua mudança, deixa os caros vestidos de lado, os adornos, corta os cabelos e não dada por satisfeita "...chamusco ella con un pedazo de cobre candente su cutis desde el cuelo hasta el pecho para hacer penitencia por sus anteriores escotes indecentes..." (AGUILAR,1735-1743:172)

Se, por um lado à cidade possibilita encontros e espaços de sociabilidade e contatos que de outra forma seriam mais difíceis, por outro , ela expõe. Como vimos o fator "publicidade" foi largamente utilizado pelas estratégias de conversão jesuíta. Como forma de "trapacear" a esta exposição indesejada, surgem táticas de dissimulação que vão deste a população escrava e branca pobre, até entre membros da elite crioula/espanhola. Há um caso bastante exemplar de um homem de certa importância social, que mesmo após uma confissão

[7] "Denomino, ao contrário "tática" um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreende-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos , preparar suas expansões e assegurar uma independência em face dar circunstâncias." (CERTEAU, 2004:46).

e conversão pública comoventes manteve em escondido um relacionamento proibido ,e portanto, pagou com a própria vida segundo o missionário.

> *"Había roto aquel, a consecuencia de los ejercicios, los lazos que le ligaban con cierta mala mujer...A lo menos, parecía que los había roto, a calcular por lágrimas que derramaba al confesar-se, y por su voluntario destierro de la ciudad...cuando volvió a la ciudad, y encontrando-se con aquella mujer , se inflamó otra vez su pasión hacia ella...y la invitó a venir clandestinamente a su casa..." (AGUILAR,1735-1743p.50)*

Este caso em especial demonstra uma atitude premeditada de manter o pecado confessado, ou seja de dissimular como tática de sobrevivência diante da estratégia Jesuíta de grandes movimentos de missão com vista a estabelecer um clima de contrição ,conseqüente confissão de pecados e conversão.. É preciso levar-se em conta, a importância do período de missão na vida da cidade. Neste tempo as atividades da rotina diária cessavam, todos os olhos estavam voltados para o ritual da missão; as missas, as "rondas religiosas" e as confissões gerias. Além do que a importância da Companhia de Jesus era muito importante, o custo social da manutenção de um pecado de conhecimento público sem confissão era muito alto. Por outro, a missão ocorria uma vez ao ano, a vida diária e cotidiana continuava após a missão, as pessoas portanto buscavam formas de equacionar de um lado o que se esperava delas como bons cristãos, a partir do discurso jesuítico da missão, a vivência de sua realidade cotidiana que por não raro incluía a vivência de paixões proibidas.

Este trabalho procura expor e discutir os primeiros resultados de um projeto de mestrado que pretende ainda avançar muito nestas questões. È certo que há muito mais a ser pensado sobre a relação da cidade hispano-americana e a vivência das paixões, seja numa estratégia de combate e reordenação, seja na tarefa de vive-la intensa e prazerosamente. Aspectos de resignificação "pulam" aos olhos , a Companhia de Jesus neste tempo está imersa num forte processo de mortificação corporal que sai dos mosteiros e invade as igrejas , ruas e casas das cidades platinas. Homens e mulheres que punham toda sua força no pecado , convertidos usam esta mesma força pra se mortificar, tudo isso está por ser estudado e pensado.

Finalmente, cabe ainda dizer , que as fontes indicam que há um cristianismo sofrendo influências e reelaborações na província jesuítica do Paraguay na primeira metade do século XVIII. Se,é correto afirmar que o cristianismo da companhia de Jesus buscou disciplinar os cristãos "frouxos" do mundo ibérico/americano , é certo também, que estas

populações fizeram outros "usos" desta proposta que não aquela pensada originalmente, e indubitavelmente, a cidade foi o palco interativo destas vivências/encenações.

Fontes

AGUILAR,Jaime de.Cartas anuas de la Província del Paraguay,1730-1735. Cópia do Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo

_____.Cartas anuas de la Província del Paraguay,1735-1743. Cópia do Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo

Referencias Bibliograficas

ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Ediouro /Rio de Janeiro

ASTRAIN, Antonio. Historia de la Compañia de Jesús en la Asistencia de España 1705-1758, T VII. Madri, Razón y Fé,1925.

BARRAN, José Pedro. Historia de la sensibilidad em el Uruguay (Tomo I) La cultura "barbara" – 1800-1860.Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental.1990, p.11.

Bíblia,(Versão Revisada da tradução de João Ferreira de Almeida),3ed:Imprena Bíblica Brasileira-RJ,1988

CARDOSO,Ciro Flamarion.VAINFAS.Ronaldo(orgs).Domínios da História:ensaios de teoria e metodologia.Rio de Janeiro:Campus,1997

CARDOSO,Sérgio...[et al.] Os sentidos da paixão**.** São Paulo;Companhia das Letras,2002

CERTEAU,Michel de. A Escrita da História.2ed.Rio de Janeiro:Forense Universitária,2002

_____. A invenção do cotidiano:1 artes de fazer.10ed.Editora Vozes.2004

ELIAS,Norbert.O Processo civilizador- Formação do Estado e civilização.Rio de Janeiro:Zahar,1989

FEBVRE,L."La sensibilité et l'histoire".In:Combats pour l'histoire. 2ºéd Paris: Armand Colin, 1965

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sentir , Adoecer e Morrer – Sensibilidade e Devoção no Discurso Missionário Jesuítico do Século XVII.(Tese Doutorado) Porto Alegre/RS : PUC-RS.1999

KEIL,Ivete.TIBURI , Márcia (Org). O Corpo Torturado.Porto Alegre,Escritos Editora,2004

LOYOLA,Inácio de.Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares.São Paulo:Edições Loyola,2004.

MASSINI,Marina . SILVA, Paulo José Carvalho da(ORG). Os olhos vêem pelo coração, Conhecimento psicológico na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII. Holos Editora-Fapesp:Ribeirão Preto/SP.2001

NOBREGA,P.Manuel da.O Plano Civilador.Carta ao Padre Miguel de Torres. 8 de Maio de 1558.MBII-66 *in* EISENBERG.José. As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno.Encontros culturais,aventuras teóricas.Belo Horizonte:UFMG,2000

RAMA,Angel. A cidade das Letras.São Paulo: Editora Brasiliense,1984

THOMAS ,Keith. O Homem e o mundo natural. São Paulo: Cia das Letras, 1988

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Varando mundos: sociedade e navegação fluvial no Vale do Rio Grajaú (1920-1970).

Alan Kardec Gomes Pacheco Filho[1]

Resumo: O processo de colonização e ocupação do Maranhão foi efetivado por duas frentes de expansão: uma litorânea. A outra partiu do nordeste, ocupou e conquistou o sul maranhense. O rio Grajaú foi cenário de história de duas sociedades: a sertaneja, e a litorânea. As relações sócio-econômicas estabelecidas pela via fluvial promoveu o encurtamento dessas fronteiras históricas.Agentes dessa integração os *vareiros*, cuja atividade consistia em empurrar canoas carregadas de mercadorias ao longo do leito desse rio. Este estudo utiliza-se da história oral e entende a memória como um conjunto de funções psíquicas passadas, baseada na ordenação e releitura de vestígios Le Goff (1992). O objetivo deste estudo é dar visibilidade aos *vareiros* do rio Grajaú, homens que contribuíram para o desenvolvimento da região e continuam no anonimato.
Palavras chave: Maranhão - navegação fluvial – *vareiros*.

Abstract: The process of settling and accupation of Maranhão was accomplished by two fronts of expansion: a coastal. And another that came from the northeastern countryside, occupying, and conquering the south of Maranhão. Grajaú river was the scenery of histories of two societies: sertaneja and coastal. Agent of the integration the "vareiros", whose activity consisted on pushing canoes loaded with merchandises throughout the streambed of this river. This study uses oral history and understands memory as a set of transmitted psychic functions, based on the on the ordinance and rereading of vestiges. (Le Goff, 1992) The objective of this study is to give visibility to Grajaú River "vareiros" , men who contributed for the development of the region, oven though they remain anonymous.
Keywords: Maranhão - fluvial navigation – vareiros.

A pesquisa em andamento, intitulada VARANDO MUNDOS: sociedade e navegação no vale do rio Grajaú (1920-1950), objetiva problematizar e analisar a navegação e as relações sociais ocorridas no rio Grajaú[2], fonte de subsistência de vários grupos sociais, dentre os quais (comerciantes e fazendeiros, freteiros, fabricantes de barcos, trabalhadores da "indústria naval" e os *vareiros*) durante esse período.

---

[1] Doutorando do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Muitas das reflexões aqui expostas são oriundas de entrevistas e conversas com *vareiros* e seus des-
Cendestes. Agradeço especialmente a Deodato Martins, Edvalson Silva, José Camilo e Virgulino Guajajara.
[2] Rio maranhense que nasce no centro sul do estado e corre no sentido sul-norte.

Escolhemos os cinco grupos sociais mais envolvidos com o rio Grajaú e seu entorno. O primeiro é o dos comerciantes e fazendeiros, detentores do poder econômico e político da região, normalmente exerciam ambas as funções e mantinham sob seu domínio os demais grupos sociais acima mencionados. Os comerciantes de Grajaú adquiriam, em São Luís, todas as mercadorias manufaturadas**:** tecidos, ferragens, sal, açúcar, café, remédios dentre outros. Os produtos eram entregues em Vitória do Mearim[3], último entreposto comercial antes da "boca" do rio Grajaú.

A ausência de estradas de rodagem obrigava os comerciantes a usarem o único caminho disponível: o rio. Para as mercadorias chegarem aos seus destinatários, era necessária uma viagem, no verão, de, aproximadamente, noventa dias**,** envolvendo uma série de grupos sociais, como os freteiros. Esses se caracterizavam como indivíduos com alguns recursos econômicos, que viajavam em canoas próprias ou alugadas até Vitória do Mearim, de onde transportavam as mercadorias para serem comercializadas em Grajaú e regiões circunvizinhas.

O terceiro grupo social era formado por trabalhadores de uma rústica "indústria naval", com a função de produzir os mais variados tamanhos de canoas nas quais as mercadorias eram transportadas. Esses trabalhadores eram divididos em subgrupos, tais como ferreiros, carpinas, carpinteiros navais, calafates, entre outros.

O quarto grupo era composto pelos donos das "indústrias navais", quase sempre membros de uma mesma família, que se ajudavam mutuamente na produção das canoas e na contratação da mão-de-obra necessária.

Por fim, um dos mais significativos grupos sociais, os *vareiros*. Esses eram homens pobres de diversas etnias. Dedicavam anos de árduo trabalho na lida do transporte fluvial. Os *vareiros,* literalmente, na linguagem popular, **"varava"** os caminhos do rio Grajaú, exercendo o papel de desbravadores de caminhos e de sonhos e foram o referencial para o título deste trabalho.

Alguns pagaram com a própria vida ao desumano trabalho, enquanto os comerciantes enriqueceram com a venda das mercadorias por eles transportadas.

Refletir sobre a importância desse rio no desenvolvimento da economia maranhense engloba também o estudo das diversas categorias sociais e suas táticas de sobrevivência enquanto trabalhadores. Segundo Certeau (1994:14), os indivíduos partilham contatos com determinados grupos baseados em relações sociais de astúcias multimilenares.

[3] Cidade portuária localizada na Baixada maranhense.

As formas de resistência dos vareiros à dominação dos freteiros podiam ser exemplificadas através das fugas realizadas durante as jornadas de trabalho.

Este trabalho visa contribuir para a compreensão das estruturas da sociedade maranhense no período assinalado, partindo das relações entre o meio físico e seu entorno. Então, é necessário situar a importância do rio Grajaú do ponto de vista geográfico, social e econômico.

1. A ocupação espacial do atual estado do Maranhão.

A importância do rio Grajaú é relevante se pensarmos na ocupação espacial do Maranhão. Os processos de colonização nascem da necessidade de novos territórios. No Maranhão, são duas as frentes de expansão: uma litorânea datada do século XVII, mais antiga, merecedora de vários estudos pela historiografia local,[4] a outra, partiu do interior nordestino e ocupou o centro sul maranhense.

Diz Cândido Mendes de Almeida em sua obra A Carolina (1852: XLI), *"se acaso os sertões dessa Província não recebessem colonos pelo Piauhy, desde 1830, [que] ocuparão sucessivamente todo o território de Caxias até o Tocantins, talvez ainda hoje não fosse conhecidos"*.

A colonização litorânea só conseguiu chegar até Aldeias Altas (atual cidade de Caxias). Entre os dois núcleos de ocupação, Caxias e Pastos Bons, havia uma distância de trezentas "légoas" que eram percorridas em "lombo de burros", dificultando imensamente o contato das duas frentes de colonização.

A beleza e a fertilidade da terra fizeram muitos fazendeiros e criadores de gado *vacum* e cavalar do nordeste brasileiro, com suas respectivas famílias, tangessem seus rebanhos e mudassem para a região. Configurava-se, assim, a gênese de uma sociedade diferenciada da litorânea. Como afirma Berredo Apud Cardoso (1948:2).

> *há uma notável diferença entre a população oriunda da colonisação que entrou pelo litoral, e a outra: a primeira é de costumes mais amenos, a segunda é menos civilisada, e ressente-se em extremo de sua origem. Dahi provém o charmar-se no interior da Província do Maranhão aos sertanejos ou habitantes do campo – Bahianos.*

[4] Cláudio d'Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. Simão Estácio da Silveira, *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*. Jerônimo de Viveiros, *História do Comercio do Maranhão*. V.I,II e III. Bernardo Pereira de Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*. Raimundo José de Sousa Gaioso, *Compendio Histórico-Politico dos Princípios da Lavoura do Maranhão*. Mario Martins Meireles, *História do Maranhão*.

2. Um rio responsável pela integraçao de dois "mundos".

A navegação no rio Grajaú com fins mercantis teve início em 1811, quando Antonio Francisco dos Reis fabricou pequenas e toscas canoas ali mesmo em suas margens e, com alguns índios e colonos, desceu o rio. Essa aventura teve início no porto da Chapada (atual cidade de Grajaú), e terminou em São Luís, capital da Província.

Estava inaugurava a rota mercantil por essa artéria fluvial. A descrição minuciosa da viagem de volta pode ser encontrada em "Relação do Rio Grajahu suas Margens, Vertentes, Ribeiras, Morros, Mattas e Campinas"[5].

Responsável pela integração de dois mundos distintos - o centro-sul e o norte maranhense - o rio Grajaú foi cenário de histórias de duas sociedades diferenciadas: a sertaneja, distanciada do controle da esfera político-administrativa, marcada pela criação do gado, pela presença de vaqueiros, homens de "espírito patrióticos e livres"[6], e a litorânea, identificada pelo predomínio da agricultura, da agro-exportação, da escravidão e da influência dos costumes europeus. As relações socioeconômicas estabelecidas pela via fluvial entre essas regiões promoviam possibilidades de encurtamento dessas fronteiras sociais.

O rio Grajaú, um dos principais afluentes do rio Mearim, tinha como agentes da integração das duas fronteiras os *vareiros*, cuja atividade consistia em empurrar canoas carregadas de mercadorias ao longo do leito desse rio.

As canoas desciam o rio Grajaú, desde a cidade do mesmo nome até Vitória do Mearim, carregadas de peles de animais silvestres (devido seu valor comercial, sempre iam com o dono da embarcação), couro espichado, malva[7] e côco babaçu. O trabalho dos *vareiros* era realizado apenas durante o verão, período das secas (os meses de maio a novembro). A canoa, conduzida em média por oito *vareiros*, era o único meio de transporte de mercadorias e de pessoas nessa época do ano, embora fosse raro o transporte dessas últimas durante essa estação.

A principal mercadoria transportada era o sal, alimento vital para o gado, comprado não só pelos criadores de Grajaú, mas também das regiões circunvizinhas. Antes de 1920, o sal era adquirido na cidade de Belém do Pará; foi substituído, em virtude de sua

[5] REIS, Antonio Francisco dos. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 07,1,004.
[6] CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992, 49.
[7] Planta que era comum na região de cujas fibras se fabricava "estopa"; corda, grosso tecido com o qual se fazia sacos e um tecido chamado caruá.

péssima qualidade, pelo sal que vinha de São Luís do Maranhão. Tropeiros oriundos da cidade de Porto Nacional, em Goiás (hoje Tocantins) e do interior da Bahia, vinham comprar sal em Grajaú.

O alto teor de iodo contido no sal maranhense servia não só como imunizante, mas funcionava também como repelente, era potente na revitalização dos rebanhos e importante aliado na luta contra bernes e carrapatos. Da importância do sal cunhou-se a expressão: "ou o dá aos gados, ou perde o ferro" (VIVEIROS, 1972:200). Gênero essencial à pecuária, o sal tinha um preço ínfimo no litoral e custava muito caro no sertão, onde foi sempre uma mercadoria nobre e servia até como medida de riqueza.

Comerciantes e criadores de outros estados levavam suas tropas de burros carregadas de mercadorias para serem trocadas, principalmente por sal, em Grajaú.

3. Utensílios agrícolas, para utilização... náutica!

O esforço desprendido para impulsionar seis mil quilos de sal nas canoas era tanto que alguns vareiros se "arrebentavam", segundo os depoimentos[8], isto é, danificavam algum órgão de seu corpo, adquirindo uma hérnia e chegando a cuspir sangue. Muitos morreram e foram enterrados nas margens do rio.

Na paisagem de homens em movimento, no vai e vem de canoas, "caminhos eram abertos no leito do rio à enxada e enxadeco*", "tinha dia que não se andava cem metro" [9]. Tratava-se de atividade fatigante e, para os *vareiros*, transformava o rio em um território de vida e morte. Dino (1985:41) [10].

> *(...) a epopéia dos heróicos e anônimos "vareiros" obrigados a empurrar a embarcação em passagens em que não mais existia o canal, até a vara pontuda e inquebrável rasgar brutalmente o seu peito dilacerado para jogá-lo morto no convés ou no próprio leito das águas que, ficavam tingidas de sangue humano.*

A jornada de trabalho desses homens tinha inicio ainda na madrugada e se prolongava até o pôr do sol. A terrível picada de uma mosca chamada "*cabo verde*", durante o dia, as feridas abertas entre os dedos dos pés pelo contato com a água e os pernilongos à noite, só eram suportados com o consumo de maconha. "*Eu comprava 80 kg de diamba para*

---

[8] Entrevista com José Camilo, -*vareiro* - Edvalson Silva, - descendente de freteiro - Deodato Martins, - freteiro - Virgulino Guajajara, índio e *vareiro*.
[9] José Camilo, entrevista concedida ao autor em 30.09.2006.
* instrumento de trabalho cujo tamanho é a metade de uma enxada.
[10] José Camilo, entrevista concedida ao autor em 30.09.2006.
* instrumento de trabalho cujo tamanho é a metade de uma enxada.

uma viagem de ida e volta[11]*"*. Essa era liberada e comprada pelo freteiro durante a viagem, e também representava uma estratégia de dominação desse sobre os trabalhadores, entorpecidos pela droga, esqueciam o cansaço e continuavam a labuta.

4. Canoas movidas à tração humana

O sofrimento dos vareiros não ficava restrito ao árduo trabalho de impulsionar a canoa carregada de sal, tecidos, remédios, sabão, dentre outros produtos, ao longo de semanas de viagem. No final da jornada diária, as feridas abertas nos pés pelo contato com a água, eram "curadas" com azeite de castanha de caju fervido, fornecido também pelo freteiro, com o objetivo de "recuperar" mais rápido a sua mão-de-obra. "*Passava um insope*[12] *nas curuba*[13] *e quando o dia raiava começava tudo de novo*" [14], segundo o depoimento de um antigo *vareiro* José Camilo.

Os vareiros contribuíram incisivamente para o desenvolvimento comercial dessas regiões, centro sul maranhense, sul do Piauí, norte de Goiás, oeste da Bahia e sul do Pará realizando inúmeras viagens, impulsionando com varas as canoas que desciam e subiam o rio. Segundo o depoimento de José Camilo, referindo-se à morte de seus companheiros de "viagem", o entrevistado afirmou serem os mortos enterrados às margens do rio Grajaú, todas às vezes quando passávamos pelo local onde o *vareiro* havia sido enterrado gritavam: V*amo beber cachaça e ir pro retombo*[15] *lá no Grajaú?*". As formas de lazer, como a bebida e a freqüente ida aos bordéis, representavam também uma tática de resistência dos trabalhadores à dominação imposta pelas adversas relações de trabalho.

O sofrimento físico era brutal: alguns freteiros chegavam a castigar o *vareiro* com chicote feito de relho cru[16] caso se recusasse a trabalhar por doença ou cansaço, evidenciando uma clara relação coercitiva e de dominação dos freteiros contra os trabalhadores das canoas.

Os *vareiros* eram atraídos pela única alternativa que lhes sobrava para trabalhar e sustentar suas famílias e também pelo sonho de auferir melhores condições de vida prometidas inicialmente pelos freteiros. Só depois percebiam, o trabalho era temporário. Nos meses de inverno (dezembro a abril) os comerciantes usavam as lanchas a motor para o transporte das mercadorias, o comum era estocarem mercadorias para o ano inteiro.

---

[11] Deodato Martins, 80 anos, entrevista concedida ao autor em 15/07/2005.
[12] Algo parecido com as artes flexíveis (cotonetes) de hoje, usados para espalhar o azeite fervendo nas feridas.
[13] Ferimento.
[14] Cf.p.6.
[15] Nome do cabaré (casa de prostituição) que ficava no Porto das Pedras em Grajaú.
[16] Relho cru, couro de boi seco ao sol após 15 dias de secagem.

Endividados junto ao comércio local, em virtude da ausência de trabalho, os *vareiros* dependiam da vontade dos freteiros de contratá-los novamente como única condição de saldar suas dívidas. Há casos estarrecedores.

O recorte cronológico para análise desse quadro social se justifica pela delimitação da documentação disponível e da memória dos trabalhadores, ainda sobreviventes, na região. O rio Grajaú adquiriu importância desde o início do século XIX, embora a documentação disponível possibilite uma análise da navegação fluvial maranhense somente a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, os relatos dos *vareiros* referem-se, sobretudo, a partir do ano de 1920.

O comércio compreendido por essa navegação fluvial ao longo do rio Grajaú foi, sobretudo, a cartografia das diferenças socioculturais entre dois modelos de colonização: a do norte ou litorânea, caracterizada por uma sociedade elitista e escravocrata; e a do centro-sul, com a criação agro-pastoril e, por isso, denominada pela historiografia regional de "civilização do couro"[17].

A influência da navegação pelo rio Grajaú promoveu um desenvolvimento sócio-econômico-político e cultural singular no município, como assegura Dino (1995:10)

> *O desenvolvimento do núcleo fundado em 1811 deveu-se à navegação estabelecida em seu rio. Através deste pôde Grajaú transformar-se no principal empório comercial da região centro-sul do Estado. Houve época em que Caxias e Grajaú, no Império (precisamente na década de 1870), fora as duas maiores cidades do interior maranhense.*
> *O volume de negócios realizados no mencionado empório sertanejo, tendo como objeto tão somente tecidos, ferragens, miudezas e sal levados de São Luís, como também couros espichados e produtos agrícolas da região remetidos para esta capital; tal volume apoiou-se no tráfego fluvial intensificado no período invernoso, de janeiro em diante.*

A sociedade que se formou em torno dessas atividades econômicas desenvolveu ali um cotidiano distinto da região norte do Maranhão. Essa diferenciação, pouco estudada pela historiografia local, mas ainda muito presente nas relações cotidianas, constitui um dos motivos da escolha deste trabalho.

O estudo do rio Grajaú, destacando o processo de estabelecimento das rotas entre os municípios de Grajaú e Vitória do Mearim, contribuirá, portanto, com a historiografia regional tanto pela sua originalidade quanto por permitir aprofundamentos nos conhecimentos

[17] Socorro Cabral defende a tese de que, devido às grandes diferenças socioculturais implementadas por dois modelos distintos de colonização no Maranhão - a frente litorânea e a agro-pastoril, - formou-se, no sertão, uma cultura baseada na criação do gado, constituindo-se em uma "civilização do couro".

sobre os aspectos da história dessa região praticamente desconhecida, mesmo entre os maranhenses.

Referencias Bibliográficas

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais Históricos do Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro, Fon-Fon e Seleta.

BRAUDEL. Fernand. **O Mediterrâneo o Espaço e a História.** Tradução de Manuela Torres. Lisboa, Teorema, 1987.

_____. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico.** Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1983, v.1.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia:** Escola dos Annales, 1929-1989. Tradução Nilo Odália**.** São Paulo, Editora Universidade de S.Paulo, 1991.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado:** conquista e ocupação do Sul do Maranhão**.** São Luís: Sioge, 1992.

CARDOSO, Clodoaldo. **Pastos Bons.** Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE,1947.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** 1. Artes de Fazer**.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLÁUDIO, d'Abbeville, **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo, Siciliano, 2001.

_____. **História do Sul do Maranhão:** terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato ZENY, Rosendahl (Organizadores). **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

DINO, Sálvio. **Raízes Históricas de Grajaú.** São Luís: Sioge, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. 21 Ed.São Paulo, Graal, 2005.

FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido.** Tradução de António Gonçalves. Coimbra, Livraria Almedina, 1980.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compendio Histórico-Politico dos Princípios da Lavoura do Maranhão.**

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. **Itinerário da Província do Maranhão.** São Paulo: Siciliano, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LOPES, Raimundo. **Uma Região Tropical.** Rio de Janeiro, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MACEDO, Eurico Teles de. **O Maranhão e Suas Riquezas.** São Paulo, Siciliano, 2001.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MACHADO, Fernando da Matta. **Navegação do Rio São Francisco.** Rio de Janeiro, Topbooks, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIRELES, Mário M. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, s/d.

_____. **História do Maranhão**. São Paulo, Siciliano, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica.** São Paulo, Annablume Editora, 2005.

MORENO, Humberto Baquero. **Navegação e Comércio no rio Douro nos séculos XIII a XVI.** In: Viagens e Viajantes, Almocreves, Bandeirantes, Tropeiros e Navegantes. (Org). Vânia Leite Fróes. III Colóquio Luso-Brasileiro. Rio de Janeiro, UFF, 1996.

NEVES, Zanoni. **Os Navegantes da Integração:** Os Remeiros do Rio São Francisco. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

_____. **Os Remeiros do Rio São Francisco**. São Paulo, Saraiva, 2004.

REIS, Antonio Francisco dos. **Relação do Rio Grajahu suas Margens, Vertentes, Ribeiras, Morros, Mattas e Campinas.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1812, 07,1,004.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Descrição do Território dos Pastos Bons**. São Paulo: Siciliano, 2000.

ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piayhy. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 12 Imprensa Nacional, 1900.

SILVA, Marcos A. da. **República em Migalhas. História Regional e Local.** São Paulo, ANPUH, Editora Marco Zero, 1990.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão 1896-1934**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão. 1964.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Oinício da conscientização do magistério pelotense enquanto classe (1926-1933)

Sergio Ricardo Pereira Cardoso*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo investigar o contexto em que se dá, em Pelotas, a conscientização do magistério enquanto classe organizada e defensora de seus direitos. Como fruto do "Entusiasmo da Educação" e do "Otimismo Pedagógico", no contexto nacional emerge a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da ABE (SPABE). Dessa iniciativa, será criada, em 1929, a Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), que, embora apresente, conforme a classificação de Antunes (1985), características corporativistas, tal iniciativa foi, sob certo aspecto, a gênese de uma consciência de classe do magistério pelotense; inclusive, a ASRP fundou filiais em outras cidades.
Palavras-chave: Docência – Consciência de classe – Associação.

Abstract: This work has for objective to investigate the context where if it gives, at Pelotas, the awareness of the teaching while class organized and defending of its rights. As fruit of the "Enthusiasm of the Education" and the "Pedagogical Optimism", in the national context the Associação Brasileira de Educação (ABE) emerges in 1924. The efforts of Levi Carneiro in giving a national character to the movement created in Rio De Janeiro go to discharge in the creation of the Sessão Pelotense da ABE (SPABE). Of this initiative, she will be servant, in 1929, the Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP), who, even so presents, as the classification of Antunes (1985), corporative characteristics, such initiative was, under certain aspect, the beginning of the class conscience of the teachers at Pelotas; also, the ASRP founded branches in other cities.
Keywords: teaching - Class conscience – Association.

O movimento sindical vive hoje sua maior crise, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Independente da abrangência desta crise ela se reflete nos aspectos objetivos e subjetivos das organizações de trabalhadores.

Para Antunes (2000:62), o aumento do abismo social criado no interior da própria classe trabalhadora reduz fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários

* Professor – Doutorando da Universidade Federal de Pelotas.

ou precários. A conseqüência mais direta é o desmoronamento do sindicalismo vertical vinculado à categoria profissional, ou seja, mais corporativo. Por outro lado, a crise vivida pelos sindicatos os impossibilita de atuar de uma maneira horizontal, com abrangência maior a fim de aglutinar o conjunto dos trabalhadores desde os estáveis até os precários.

Para o autor em questão ainda permanecem em aberto algumas questões apontadas por ele próprio a partir dos seus diversos estudos já realizados (1985, 1997, 1999, 2000) sobre a crise dos sindicatos: Serão capazes de reunir trabalhadores estáveis e precários? Resistirão a uma nova modalidade de corporativismo que elege apenas o trabalhador estável como centro dos interesses do sindicato? Serão capazes de elaborar uma nova forma de atuação sindical que supere as deficiências das modalidades anteriores? Romperão a barreira que se estabeleceu entre a luta sindical e a luta parlamentar, entre luta econômica e luta política?

Estas questões propostas, pela sua abrangência, também podem ser direcionadas para o campo de debate do sindicalismo do magistério, principalmente pela proximidade da desestruturação do trabalho que vem ocorrendo com o professorado.

Especificamente no tocante ao movimento sindical do magistério — é o ramo do setor público que apresenta as maiores taxas de sindicalização e, ainda que em menor grau, na década de 90, como o sindicato que promoveu as maiores mobilizações — o seu ingresso na CUT foi muito importante, pois pode tomar contato com um debate mais intenso sobre o sindicalismo de outras categorias.

Contudo, nem sempre o movimento associativo dos professores se fez com essas características. Muito provavelmente, o ingresso dos sindicatos do magistério na CUT está relacionado a uma maior identidade com o sindicalismo reivindicativo e de luta, em função das suas condições econômicas e salariais muito próximas das demais categorias de trabalhadores.

Sob este aspecto, Nóvoa (1991:127-128) salienta que "a prática das associações de docentes se caracteriza, quase sempre, por um comportamento um tanto híbrido, organizado em torno de duas dimensões: a defesa dos interesses corporativos de seus membros e a defesa do ensino enquanto serviço público e função de utilidade social".

Pois bem, o objetivo deste trabalho é analisar o movimento organizacional do professorado pelotense, enquanto classe, a partir de 1926, culminando posteriormente com a criação da Associação Sul Riograndense de Professores em 1929, pairando, atualmente, sob a condição de "quase-extinção".

Anos 20 e o nascimento da Associação Sul Riograndense de Professores

Os últimos anos do Séc. XIX e os primeiros do Séc. XX, mais especialmente os anos 20, proporcionou ao Brasil mutações em vários aspectos da sociedade, contudo as mais significativas foram aquelas ligadas à urbanização e industrialização. Jorge Nagle (2001:26-38) aponta que, no momento em que transformações significativas, nos diversos níveis, ocorriam no mundo, o Brasil em particular presenciava consideráveis alterações na vida social, das quais o processo de industrialização, o imigratório e o de urbanização são alocados como impulsionadores e intensificadores dos dispositivos de escolarização.

Com a República, vieram também novas esperanças e promessas em vários setores. A descentralização política possibilitou mais autonomia e, portanto, poder aos governadores e coronéis locais, além de diminuir a burocracia, pois deixaria as decisões nas mãos dos chefes locais, que teoricamente estariam mais aptos a resolver os problemas de cada localidade, garantindo assim o fortalecimento da democracia. No setor econômico, os cafeicultores, a incipiente indústria, os banqueiros e os emergentes comerciantes, lucravam enormemente com a venda do café ao exterior, possibilitando o desenvolvimento da economia do país como um todo.

Entretanto, a República frustrou mais do que realizou. O ideal federativo fortaleceu os coronéis locais, a maioria dos quais com interesses alheios ao bem comum, e os governadores passaram a ter um papel mais decisivo nas suas regiões, passando a se tornarem importantes figuras nacionais. Um exemplo disso é a política do "café-com-leite", em que paulistas e mineiros se revezavam no controle do poder central a partir do início do século XX. O sonho democrático de inclusão social fracassou em virtude das inúmeras limitações legais, como a proibição ao voto feminino e aos menores de 21 anos, além das fraudes regulares em eleições. Do ponto de vista econômico, o monopólio da oligarquia cafeeira tornou o Brasil muito dependente da economia internacional e, portanto, facilmente sujeita a seus revézes. O Queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 foi o ponto culminante dessa dependência, gerando uma das piores crises econômicas da História do Brasil.

O sistema educacional pouco se modificou, desde a proclamação da República até a Revolução de 1930. As três principais falhas do período imperial – a elitização, a falta de integração entre os cursos primário, secundário e superior e a transferência de responsabilidade do primário e técnico-profissional aos estados – persistiram; na verdade, a Constituição Republicana de 1891 só fez ecoar o Ato Adicional de 1834. Em seu artigo 34, ela estabelecia como competência privativa do Congresso Federal a regulamentação do ensino superior e a incumbência não-exclusiva do mesmo de criar instituições de ensinos secundário

e superior nos estados. Quanto ao ensino primário, a única ação efetiva do governo federal foi substituir, em 1918, as escolas estrangeiras do sul do país por escolas nacionais.

Ao mesmo tempo, alguns estados realizaram reformas no primário, visando unificar as instâncias educacionais. As principais foram a de Sampaio Dória em Sâo Paulo, no ano de 1920; a de Anísio Teixeria na Bahia em 1925; e a do Distrito Federal, promovida por Fernando Azevedo em 1928. Esta última acabou se tornando modelo para as reformas posteriores. Nela, procurou-se ampliar o ensino primário a uma parcela maior da população; implementou-se uma articulação mais explícita das várias instâncias do ensino; e, pela primeira vez na História do Brasil, procurou-se adaptar as práticas educacionais ao meio rural e urbano.

Nem tudo, porém, foi desfavorável à educação nesse período da história nacional: a organização de inúmeros debates envolvendo educadores, profissionais liberais e mesmo políticos ofereceu ocasiões para que as aspirações dos mais diversos setores da sociedade brasileira pudessem ter expressão. Com isso, os ideais educacionais que até hoje existem foram sendo pouco a pouco colocados, ampliados e estruturados de uma forma mais sistemática. O fato que mais contribuiu para tanto foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 por Heitor Lyra da Silva.

Pensada inicialmente como uma instituição voltada para a formação e o aperfeiçoamento profissional do educador, através de cursos e congressos, a ABE passou a organizar eventos nacionais e cedo se tornou referência da educação no país. Segundo Fernando Azevedo (1971:654), um dos grandes méritos da ABE foi reunir educadores de todas as partes do país, permitindo-lhes trocar informações e "abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e reformas". Em conseqüência disso, a Constituição de 1934 contemplou muitos dos princípios debatidos nos anos 20, como o livre acesso à educação para todos os brasileiros (art. 149), a gratuidade do ensino primário e a liberdade de ensino em todas as instâncias educacionais (art. 150).

Ou seja, como fruto do "Entusiasmo da Educação" e do "Otimismo Pedagógico", termos cunhados por Jorge Nagle quando se refere aos anos 20 em seu clássico "Educação e Sociedade na Primeira República" (NAGLE, 2001), no contexto nacional emerge a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação (SPABE). Podemos perceber a relação entre a ABE e SPABE, no discurso seguinte:

> Ficou assentado telegraphar-se ao dr. Levi Carneiro, cujo nome foi muito festejado, de congratulações com este eminente patrício pela fundação da Associação Pelotense de Educação, iniciativa que s. exa. animou, entre nós, quando na presidência da grandiosa instituição nacional com seus bons offícios junto ao dr. Joaquim Luís Osório (Diário Popular, 26 de outubro de 1926, apud PERES; CARDOSO, 2003:22).

A primeira diretoria da SPABE foi composta da seguinte forma:

> - Presidente: Dr. Joaquim Luís Osório;
> - Secretário: **Professor Joaquim Alves da Fonseca**;
> - Tesoureiro: Coronel Guilherme Echenique.
> Os demais componentes da diretoria foram **Helena Pilman**, M. S. Gomes de Freitas, Anna Velloso da Silveira e Orfila do Nascimento (Diário Popular, 02 de novembro de 1926, apud PERES; CARDOSO, 2003:24). [grifo nosso]

Associação Sul Riograndense de Professores (ASRP)

Destacou-se os nomes do Professor Joaquim Alves da Fonseca e Helena Pilman por serem estes, três anos mais tarde, os criadores da Associação Sul Riograndense de Professores, demonstrando claramente que esta foi, em verdade, uma continuação do trabalho daquela. Já que tanto a SPABE quanto a

Um dos objetivos principais da SPABE focalizava a garantia de que "o ensino oferecido na cidade de Pelotas tivesse a qualidade e a abrangência necessária para proporcionar à sua população uma sociedade livre de tantos problemas que a assolavam" (PERES; CARDOSO, 2003:25).

Seguindo esta mesma diretriz, em 14 de outubro de 1929, o Professor Francisco Alves da Fonseca e D. Helena Pilman, com mais 45 sócios, deram início à fundação da ASRP, cujos objetivos estavam no "Estatuto de fundação" da mesma:

> - Art. 1º)...
> a) Pugnar pelo aperfeiçoamento da instrução e da educação no Rio Grande do Sul, introduzindo methodos e processos novos adaptando outros já usados em alguns paizes, creando bibliothecas, gabinetes e laboratórios pedagógicos [...]
> b) Procurar manter a cohesão entre os vários elementos que, no Rio Grande do Sul, se dedicam ao magistério official ou particular, seja primário, secundário, superior, profissional ou artístico;
> c) Manifestar sobre reformas ou modificações feitas nos vários departamentos de instrução e educação relativas ao problema educativo no Rio grande do Sul;

> d) Intervir, sendo solicitada, na defesa dos direitos ou da reputação dos seus associados quando estes injustamente forem prejudicados, desde que esta ação não prejudique outros Associados;
> e) Crear secções em todos os municípios de nosso Estado;
> f) Aproximar os paes dos professores;
> g) Solenizar em todo o Estado o dia 15 de outubro, consagrado ao professor.

A partir da fundação da ASRP, percebe-se um esforço da instituição em criar sedes em vários municípios do Rio Grande do Sul. Como exemplo disso, citamos o caso de a primeira filial que foi a cidade de Rio Grande, que teve como sede o Colégio Juvenal Muller; no decorrer dos anos, a Associação foi cada vez mais firmando sedes em outras cidades. Mas nem sempre, esta associação era bem vista, como demonstra a ata nº 26, de 13 de junho de 1931: "...foi lido um ofício que recebemos do diretor do Colégio Elementar de Vacaria, o qual nos diz que será impossível fundar uma filial nossa lá porque a maior parte não concorda com os estatutos".

No regimento fica claro que a ASRP estava também muito preocupada em dar uma melhor qualificação para seus associados, o que garantia na época um grau maior de status para os professores que eram vinculados à mesma. Como a ASRP não tinha sede própria, os locais de reunião eram salas de escolas públicas, como por exemplo, o Gymnasio Pelotense, o Colégio Félix da Cunha, entre outros.

Consciência de Classe

Para Marx (1977), uma classe só passa a existir na medida em que os sujeitos desta estejam inseridos processo produtivo e nas relações e de produção. Mais explicitamente:

> Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais [...] O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1977:24).

Marx, ao afirmar que "o ser social determina a consciência", ratifica o posicionamento de que a consciência se forma a partir da inserção do ser humano em relações de produção determinadas, entretanto atravessadas por outros níveis sociais. Dessa forma, se um determinado grupo se origina na inserção no processo de produção, essa condição não é

suficiente para que se transforme em classe; é preciso que os sujeitos deste grupo tenham consciência que possuem interesses comuns.

Contudo, é imprescindível deixar claro de que a classe não é apenas uma concepção aberta de determinantes objetivos, ou um resultado de identidades culturais; pois ela se constrói em relação à esfera produtiva da sociedade. É preciso vivenciar o processo de produção para se adquirir a consciência de classe; sob este aspecto, Thompson argumenta o seguinte:

> "As formações de classe [...] surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade [...] Não podemos colocar 'classe' aqui e 'consciência de classe' lá [...] Nem podemos deduzir a classe de uma 'seção' estática (já que é um vir a ser no tempo) nem como uma função de um modo de produção, já que a formação de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolveram num processo inacabado de relação – de lutas com outras classes – no tempo" (THOMPSON, 1981:121).

O autor também adverte sobre a distinção entre consciência de experiência e consciência de classe; enquanto aquela é determinada pelas relações de produção em que os sujeitos estão inseridos, esta não é. "A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe" (THOMPSON, 1997:10).

Adiantando uma possível questão sobre o professor ser ou não um produtor de bens, portanto inserido no processo de produção capitalista, citamos Marx (2004:119-120):

> No caso da produção não material, mesmo quando é efetuada com vista exclusivamente à troca, e mesmo que crie mercadorias, existem duas possibilidades:
> 1)O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor, ou seja, podem circular como mercadoria no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo, livros, quadros [...] 2) O produto não é separável do ato da produção. Também aqui o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada e só pode tê-lo devido à natureza das coisas, em algumas esferas. [...] Nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos, os docentes podem ser meros assalariados. [...] "O trabalhador produtivo é aquele que aumenta a riqueza de seu patrão".

Em suma...

Como fruto do "Entusiasmo da Educação" e do "Otimismo Pedagógico", termos cunhados por Jorge Nagle quando se refere aos anos 20 em seu clássico "Educação e

Sociedade na Primeira República", no contexto nacional emerge a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924. Os esforços de Levi Carneiro em dar um caráter nacional ao movimento criado no Rio de Janeiro vão desembocar na criação da Seção Pelotense da Associação Brasileira de Educação. Dessa iniciativa, será criada, em 1929, a Associação Sul Riograndense de Professores.

Embora o início da associação dos professores de Pelotas apresente, conforme a classificação de Ricardo Antunes, características corporativistas, tal iniciativa foi, sob certo aspecto, a gênese de uma consciência de classe do magistério pelotense, pois estes estavam tanto estão inseridos no processo de produção quanto se identificam conscientemente como um grupo de pessoas que possuem atividades específicas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho***:* Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. Campinas: Cortez, 2000.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 5ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital:** resultados de processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, Antônio. Para o Estudo Sócio-Histórico da Gênese e Desenvolvimento da Profissão Docente. **Teoria e Educação.** Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

PERES, Eliane; CARDOSO, Aliana A. A Criação da Seção Pelotense de Associação Brasileira de Educação (ABE-1926). In: **Anais do IX Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação**. Pelotas: Seiva/ASPHE, 2003.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. RJ: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, v.1.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Pela vontade de Deus e lei dos homens": o *bem morrer* nos documentos das Irmandades de pretos do Pernambuco colonial.

Myziara Miranda da Silva Vasconcelos*

Resumo: Este artigo tem por finalidade analisar os estatutos compromissais e outros documentos das irmandades de homens pretos das vilas açucareiras de Pernambuco, observando os capítulos e disposições nos quais os confrades legislaram sobre a forma de assistência aos irmãos defuntos. Buscamos, portanto, contribuir para melhor compreensão das representações acerca da morte e da prática mortuária na sociedade açucareira do século XVIII.

Palavras-chave: Irmandades – Vilas Açucareiras – Morte

Abstract: This article does have by goal analyse the law appointment and other documents of the black men's brotherhoods of the sugar boroughs of Pernambuco, looking at the chapters and dispositions at the what the brothers legislated about the form of assistance to the defunct brothers. Therefore, we aim at contributing for the better comprehension of the representations about the death and the mortuary practice on sugar society of the 18th century.

Keywords: Brotherhoods – Boroughs Sugar bowl – Death

As primeiras irmandades leigas formadas por homens e mulheres negros surgiram nas vilas açucareiras pernambucanas durante o século XVII. No entanto, foi ao longo da centúria seguinte que se multiplicaram e alcançaram maior espaço no cenário urbano colonial, adentrando o século XIX ainda com prestígio. Estas instituições foram responsáveis tanto pela divulgação do imaginário católico da morte, quanto pela promoção dos ritos de sepultamento.

De origem ibérica, as irmandades eram associações essencialmente urbanas. Elas estiveram ativamente presentes no cotidiano das vilas coloniais que cresceram em meio às zonas de produção da cana-de-açúcar. O espaço dos núcleos urbanos da capitania de Pernambuco e suas anexas era bastante indefinido, visto que seus limites se prolongarem por vezes até as regiões rurais.

Durante o século XVIII estas vilas sofreram grande crescimento provocado pelo aumento populacional, pela intensificação do comércio e pela diversificação das atividades

* Mestranda em História Social da Cultura pela UFMG e Pesquisadora do GEHSCAL - Grupo de Estudos de História Sócio-cultural da América Latina/UPE.

profissionais que envolviam diferentes parcelas da sociedade. No último quartel do século XVIII, as vilas de Recife, Olinda, Tracunhaém, Goiana, Cabo e Ipojuca contavam com uma população de ultrapassava os 10 mil habitantes cada uma. (SILVA, 2003: 66)

Nestas povoações desenvolveram-se importantes irmandades que congregavam os africanos e seus descendentes, fossem cativos, forros ou livres. Este estudo enfoca particularmente as seguintes instituições: Irmandade do Rosário dos Pretos da Freguesia de São Miguel de Ipojuca (1724), Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios da Vila do Recife (1776), Irmandade do Rosário dos Pretos da Vila de Santo Antonio do Recife (1782), a Irmandade do Rosário dos Pretos da Vila de Goiana (1783). [1]

Para funcionar, as irmandades formulavam disposições reguladoras de sua organização, desde a entrada dos irmãos até os cuidados com os defuntos. Esse documento era enviado para o reino a fim de obter aprovação. Depois de passar pelo crivo real, o estatuto compromissal tornava-se, em tese, o instrumento de ordenação do funcionamento da confraria[2], ficando todas as ações de seus membros subordinadas a concordância das normas ali estabelecidas. (REIS, 1991: 49)

Comumente, estas associações eram obrigadas a reformularem seus estatutos, fosse por ordens reais ou, simplesmente, por resultado de suas próprias experiências e necessidades, levando-as a adicionar ou retirar capítulos específicos. Por esta razão, encontramos diversos pedidos de aprovação de compromissos de uma mesma instituição com diferentes datas. [3]

Tendo em vista que o estabelecimento das irmandades dependia da aprovação de seu estatuto tanto pelo poder eclesiástico, quanto pelo rei, pode-se aventar que as constituições ali dispostas obedeciam a certo padrão, um modelo comum entre compromissos de instituições distintas. Isto explica as semelhanças entre os livros de compromisso das irmandades de pretos aqui enfocadas.

Cada uma destas irmandades, por exemplo, tinha regras quanto à definição dos grupos étnicos e da situação jurídica daqueles que poderiam aderir à confraria. A Irmandade de Nossa Senhora dos Rosário dos Homens Pretos da Vila de Santo Antonio do Recife, por exemplo, admitia pretos, pardos e brancos, cativos, libertos ou livres:

---

[1] Os anos mencionados correspondem às datas de aprovação dos Compromissos utilizados neste trabalho.

[2] Neste artigo utilizo o termo Confraria como sinônimo de Irmandade uma vez que suas particularidades não alteram o sentido do texto.

[3] Todas as cópias dos compromissos consultados bem como seus pedidos de confirmação datam do século XVIII e encontram-se no LAPEH - Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.

> *Primeiramente nesta Santa Irmandade se admitirão por Irmâos dela todos os indivíduos da cor preta assim criolos e criolas naturais desta terra, e de outra qualquer como também Angolas, Cabos Verdes, Santo Thomé e Costa da Mina, sem exceção de liberdade, ou cativeiro com tanto porem que os que houverem de ser Irmâos assim homens, como mulheres sejão pessoas de entendimento , e que bem saibão a Doutrina Cristã , (...) poderão nela entrar também todas as pessoas brancas e pardas de um e outro sexo que quiserem advertindo porém que para se evitarem perturbações ou outro qualquer inconveniente nunca os ditos Irmâos brancos e pardos terâo votos na Eleição dos Irmãos pretos que se hão eleger anualmente para governarem esta Irmandade[4]. (AHU-PE. Códice:1303.Cap. I)*

Neste trecho do primeiro capítulo do compromisso desta irmandade, podemos verificar que têm prioridade de adesão os homens e mulheres de cor preta que fossem nascidos no Brasil ou aqueles provenientes de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Costa da Mina, tanto escravos quanto livres tendo que, contudo, serem pessoas com bom entendimento das práticas cristãs. Embora fosse possível a entrada de brancos e pardos, a estes era vetado o direito do voto na eleição da mesa administrativa da confraria.

Já os irmãos devotos do Senhor Bom Jesus dos Martírios, por sua vez, na sexta matéria de seu estatuto esclareciam a necessidade do pretenso membro informar "procedimento, e nacturalidade que não sejão do gentio de Guine, ou do Reyno de Angola": Sendo se achem izentos destas duas nacturalidades o Irmão Provedor mandará pelo Escrivão da Irmandade asentar o seu nome no Livro dos Irmãos (...)[5].(AHU-PE. Códice:1302.Cap.IV) A possibilidade de acesso aos quadros desta irmandade estava aberta para qualquer pessoa da cor preta, homem ou mulher, solteiro ou matrimoniado, pagando estes dez tostões de esmola, assim como para os brancos e os pardos que tivessem dispostos a dar dois mil reis de entrada.

De acordo com o livro de compromisso aprovado em 1776, os únicos que seriam proibidos de entrar nesta instituição seriam os pretos da Guiné e de Angola. É importante registrar que a irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios foi ereta na igreja do Rosário dos Pretos da Vila do Recife e só depois foi transitada para a Igreja de Nossa Senhora do Paraíso. Durante alguns anos, portanto, os irmãos do Senhor Jesus dos Martírios ocuparam o templo dos pretos e pretas da Angola, filiados a Nossa Senhora do Rosário. Não temos notícias de desordens entre as diferentes nações destas irmandades. A rivalidade existente era disputada publicamente através da riqueza das cerimônias e das festas por elas promovidas. Disputa essa comum entre as diversas confrarias erigidas nas vilas açucareiras.

[4]Optei aqui por suprimir as abreviações da escrita dos documentos citados, conservando, porém a grafia, as letras maiúsculas e a pontuação. Para transcrição literal deste compromisso consultar: SAMPAIO, J. e VASCONCELOS, M. *Fontes para a História Colonial da América Açucareira: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife,1782. In*. SILVA, Kalina. (org). **Ensaios Culturais sobre a América Açucareira**. Recife: GEHSCAL, vol I , 2006.

[5] Grifo original do documento.

Podem-se constatar duas razões principais – uma de ordem social e outra de ordem religiosa – que incentivavam os negros a procurarem à admissão nestas entidades de caráter católico. Fazer parte de uma irmandade significava dispor dos diversos benefícios que ela proporcionava, desde a intercessão em caso de prisão até o auxílio na hora de enfermidade. Além disso, estas associações atuaram como espaços de sociabilidade entre os próprios negros. Na medida em que promoviam o assistencialismo mútuo, alimentavam um sentimento de pertença de grupo e contribuíam para a inserção destes negros na sociedade colonial.

Entretanto, a grande motivação que levava os homens e mulheres de cor a aderirem a uma irmandade era a preocupação com a hora morte. Segundo o imaginário colonial e a doutrina cristã, o *bem morrer*, isto é, a realização dos ritos de preparação para morte, era condição primordial para salvação da alma. [6]

Dentro desse contexto, todas as confrarias tinham por obrigação a assistência aos defuntos, e para os pretos, em sua maioria indivíduos de modestas posses, elas se apresentavam como a garantia de um funeral digno. É neste sentido que o compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife afirma que "O maior interesse que tem qualquer pessoa que se admite por Irmão de qualquer Irmandade é gozar dos sufrágios que são prometidos principalmente das missas que sejam ditas com brevidade para gozarem do Santo Sacrifício." (AHU-PE. Códice: 1302.CAP.XII)

Outro indício que revela a responsabilidade das irmandades em prestar auxílio na hora da morte, é o número de capítulos que elas reservavam em seus compromissos referentes aos procedimentos no caso de falecimento de qualquer de seus associados. Na Irmandade do Rosário do Recife, citada anteriormente, dos quarenta e dois capítulos que compunham seu estatuto compromissal, seis títulos tratavam especificamente da assistência e dos sufrágios realizados para os defuntos, porém mais de uma dezena deles fazia menção às responsabilidades com os mortos. Vou citar dois exemplos.

No capítulo 18º do compromisso do Rosário do Recife onde estão listadas as razões que motivam a expulsão dos irmãos da confraria, encontramos: "Primeiramente o Irmão que estiver neste Recife e não for acompanhar o Irmão ou a Irmã que falecer". (AHU-

[6] Entendemos que o imaginário dominante nas vilas açucareiras no setecentos era marcado por valores definidos pela cultura da Igreja Católica Reformada, pela monarquia e pelos ideais da fidalguia. Estes elementos foram adaptados à realidade colonial que os punha em contato com as culturas africanas e a nativa. A esta mistura de imaginários, Kalina Vanderlei Silva denomina barroco mestiço. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. *O Barroco Mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII.* **Mneme-Revista Virtual de Humanidades**. v. 7 - nº 16. jun./jul. 2005. Neste contexto, o bem morrer é caracterizado pela busca da salvação eterna através da exteriorização cerimonial dos enterros.

PE. Códice: 1303.) Já o capítulo 3º, intitulado "Sobre o privilégio dos irmãos e seus menores filhos", afirma:

> *A pessoa que entrar por Irmão sendo casado, ficará sua mulher sendo Irmã, isto se entenda continuando a dita a pagar os anuais gozarão também dos sufrágios das missas e seus filhos se os tiver enquanto menores, e falecendo o tal Irmão, e casando-se a dita sua mulher com homem que não seja Irmão, não ficará sendo Irmã se não tiver em vida do dito seu marido pago anual algum, e o mesmo se entenderá com seus filhos porquanto perde o direito de seu primeiro marido por onde gozava da Irmandade , salvo se se assentar por Irmã novamente ou o marido com quem casar for Irmão; advertindo que os filhos menores dos Irmãos gozarão dos mesmos privilégios de seus pais até a idade de doze anos e o mesmo se entende sendo o Irmão, ou Irmã preto solteiro que tenha filhos. Porem estes não gozarão das missas e da Irmandade, e somente se lhe dará sepultura e acompanhamento(AHU-PE. Códice:1303. Cap.3)*

O primeiro exemplo demonstra a grande importância do acompanhamento dos defuntos até a sepultura pelos confrades, sendo o descumprimento deste preceito o primeiro motivo para desligamento do irmão omisso. Esta exigência se repete no regimento da Irmandade do Rosário de Ipojuca.(AHU-PE. Códice:1667. Cap.15). Entendo que, além do acompanhamento a sepultura, esta disposição refere-se à participação de todos os irmãos nos demais ritos fúnebres que antecediam o enterramento. Portanto, a garantia de receber um funeral digno implicava também na obrigação de participar dos funerais dos outros irmãos que viessem a falecer.

No caso da constituição que previa os privilégios dos associados, o único benefício mencionado, embora houvesse outros, foi o direito à sepultura e aos sufrágios para as almas do irmão, sua esposa e filhos menores. Condicionando, porém, este benefício ao pagamento dos anuais. Com o falecimento de um irmão, sua esposa ou teria de continuar a pagar a quantia anual a fim de garantir para si e para seus filhos esses privilégios, ou deveria casar-se com um indivíduo que também fosse membro da dita irmandade. Aos irmãos e irmãs solteiros que tivessem filhos era reservado o direito ao acompanhamento e a sepultura, não gozando das missas.

Embora variassem na forma e no número de capítulos, os compromissos das irmandades leigas da América açucareira eram bastante semelhantes em suas normas, por isso uma maneira de observar as particularidades de cada instituição é analisar os termos expedidos nas reuniões da mesa diretiva. Esses documentos são essenciais para percebermos a vigência das regras previstas no Compromisso, bem como as decisões tomadas pela administração da instituição. Esta que era formada por um corpo dirigente composto por irmãos e irmãs eleitos anualmente pela confraria para o exercício dos cargos de procuradores,

juizes, tesoureiro, escrivão e irmãos da mesa ou mordomos, como aparece em alguns compromissos. Em certas irmandades de pretos eram eleitos ainda um rei e uma rainha do Congo. [7]

A Mesa, reunida em sessão e na presença do livro de Compromisso, despachava sobre todos os assuntos que envolviam a irmandade, lavrando termos ou tomando nota nos livros de receitas e despesas. Em termo expedido a 3 de dezembro de 1724, na presença do Pe. Capelão Diogo de Oliveira Franco, do juiz Antonio Roiz de Castro, da juíza Suzana Lima e mais irmãos da mesa e membros da confraria, a Irmandade do Rosário dos Pretos da Vila do Recife aumentava o número de missas ditas para os defuntos:

> *(...) propôs o dito Juiz que porquanto Se tiravão de Anais cada ano Cento e vinte e tantos mil reis, e as missas que se dizião pelos Irmãos defuntos erão somente quatro por cada um, número azas diminuto pois não tinha outro interesse quem entrava na dita Irmandade mais que as missas que tinhão em particular cada um e que se devia acrescentar as ditas missas para o bem das almas dos nossos Irmãos, ao que todos votarão uniformemente, que o Reverendo Padre Capelão dissesse para cada um dos Irmãos que falecesse de hoje em diante dez missas, com condição que o Irmão que devesse anais falecendo, Se descontasse nas ditas missas a quantia que devesse(...)*[8] *(DANTAS, 1988: 176-177)*

Por sugestão do juiz Antonio Roiz de Castro, que reiterava o interesse dos irmãos nos sufrágios para os defuntos, e concordância da mesa e demais membros da confraria, o número de missas ditas para as almas aumentava de quatro para dez. Esta resolução certamente modificou as disposições do compromisso vigente no período, resultando na sua futura alteração. No estatuto desta irmandade, novamente aprovado no ano de 1782, a constituição 5ª já previa que "(...) será a Irmandade Obrigada a mandar dizer pelo seu Reverendo Capelão dez Missas por cada Irmão, ou Irmã que falecer assim pretos como Brancos, e pardos (...)".(AHU-PE.Códice:1303. Cap.5)

Tanto quanto as missas realizadas em intenção das almas, a preparação do irmão para a morte e os cuidados com o corpo do defunto eram de fundamental importância para alcançar a salvação eterna. Dessa forma, quando um confrade estava prestes a falecer, o pároco era chamado para ministrar os últimos sacramentos. O moribundo confessava-se e recebia a eucaristia. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação eclesiástica vigente a partir de 1707, orientavam para que nenhum defunto fosse enterrado

[7] Cada um destes cargos tinha funções específicas que estavam expostas nos Compromissos, os quais previam também o modo como proceder nas eleições e na posse. No caso da Irmandade do Rosário da Vila de Recife, a participação das mulheres na composição da mesa administrativa era possível e também estava expressa no seu estatuto. Cf. SAMPAIO, Juliana e VASCONCELOS, Myziara. *Da Legislação que os confrades devem seguir: Apresentação do "Compromisso de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife, 1782"*. In. SILVA, Kalina V. (org). **Ensaios Culturais sobre a América Açucareira**. Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

[8] Grifo nosso.

sem ter seu corpo encomendado. (VIDE, 1853:Livro IV,Título XLV) Todos os sacramentos funcionavam como estratégias para garantir um bom destino depois da morte.

O livro de óbitos da Freguesia do Santíssimo Sacramento – termo da Vila do Recife onde se concentrava maior parcela da população – registra, no ano de 1818, a morte de homens e mulheres de cor que foram enterrados nas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ambas localizadas na Vila do Recife. [9] Depois de receber todos os sacramentos, o preto forro Feliciano da Silva morreu a 25 de março, aos 30 anos de idade, sendo enterrado envolto em hábito branco na Igreja do Rosário.(AISA, LO: Fl.7v) Enterrada na mesma igreja e também com hábito branco, a escrava do Doutor Antonio José, Ana da nação de Angola recebeu apenas a extrema-unção.(AISA, LO: Fl. 15)

O preto João de Angola, escravo do Doutor João Lopes Cardozo Machado, não teve a mesma sorte. A 1º de junho de 1818, foi sepultado na Igreja do Rosário, mas sem sacramento algum.(AISA, LO: Fl.28) Igual destino foi o de Catharina , escrava de João Paulo, enterrada sem sacramentos e trajando hábito branco, na Igreja dos Martírios.(AISA, LO: Fl.7)

Era comum vestir o defunto com mortalhas de cor branca, mas houve aqueles que foram enterrados em vestes pretas, roxas ou hábitos de santos e ordens religiosas. O preto Francisco do Amaral da nação Angola foi enterrado, depois de confessado e ungido, vestindo o hábito dos religiosos franciscanos. (AISA, LO: Fl.25v) Já a viúva Ursula Maria do Carmo, por exemplo, foi enterrada em vestes pretas(AISA, LO: Fl.41), enquanto Luiza Maria da Costa teve seu corpo envolto no hábito do Carmo (AISA, LO: Fl.35). Os três receberam sepultura na Igreja do Rosário no ano de 1818.

O livro de óbitos não traz a informação se estes negros eram membros de alguma irmandade, mas acreditamos que possivelmente aqueles que foram amortalhados, confessados e ungidos eram irmãos e irmãs das confrarias nas quais tiveram seus corpos sepultados, uma vez que os compromissos dessas instituições eram bastante claros quanto à obrigação do auxílio aos defuntos. A exemplo da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios, que definia em seu estatuto: "Ordenamos que quando nosso Senhor for servido levar para si qualquer Irmão desta Santa irmandade será a dita obrigada no enterramento acompanhar com tumba os Irmãos com suas Opas e apelos a Cruz com seis toxas ou brandoes(...)".(AHU-PE. Códice:1302. cap.5)

[9] Todos os casos de enterramento de pretos citados adiante foram registrados no Livro de Óbitos 1818-1826 da Freguesia do Santíssimo Sacramento, que se encontra no Arquivo da Igreja de Matriz de Santo Antônio do Recife. Para facilitar sua referência, optamos por usar as siglas AISA – Arquivo da igreja de Santo Antônio e LO – Livro de Óbitos.

No caso dos negros que não receberam os sacramentos, é provável tenham sido surpreendidos pela morte e que seus proprietários tenham comprado o direito à sepultura nas igrejas das irmandades, o que era possível e previsto em compromisso:

> *(..) e quando algum que nao seja Irmão queira enterrar-se das grades para dentro se nao poderá fazer sem adjunto de toda a Meza daquele ano para Arbitrarem o que foi Licito a sepultura e outro sim querendo-se enterrar das grades para fora dara de esmola dous mil reiz e sendo Anginho deis tustoens isto se entende sendo filho de Irmão. (AHU-PE, Códice:1303. cap.13)*

Segundo este trecho do estatuto da confraria do Rosário do Recife, aqueles que não fossem irmãos, mas desejassem ter sepultura na igreja da irmandade, sendo das grades para dentro, teriam de contar com a aprovação da mesa administrativa, já se optasse por sepultura das grades para fora, pagaria dois mil reis de esmola.

Estas práticas funerárias que envolviam uma preparação para a morte, o ministério dos sacramentos, o uso de mortalhas, a sepultura em local sagrado, o acompanhamento de irmãos e as missas tiveram lugar nas vilas açucareiras graças à instalação das irmandades leigas. As ações características do *bem morrer* continuaram quase que intocadas até meados do século XIX, quando as políticas higienistas expulsaram os mortos das igrejas e os levaram para cemitérios afastados das cidades.

Diante dos documentos e das análises apresentadas neste artigo, percebemos a importância dada ao *bem morrer* e as estratégias para a salvação da alma pela sociedade açucareira setecentista, prática apropriada por africanos, crioulos e mestiços. Foi pela vontade de Deus e lei dos homens, que as irmandades de pretos garantiram um funeral digno aos seus filiados e encaminharam suas almas para eternidade.

Referências Bibliográficas:

REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAMPAIO, Juliana e VASCONCELOS, Myziara. *Da Legislação que os confrades devem seguir: Apresentação do "Compromisso de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife, 1782"*. In: SILVA, Kalina V. (org). **Ensaios Culturais sobre a América Açucareira.** Recife: GEHSCAL, Vol. I, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras**: os pobres do açúcar na Conquista do Sertão nos séculos XVII e XVIII. Recife: Tese(doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

_____. *O Barroco Mestiço: sistema de valores da sociedade açucareira da América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII.* **Mneme- Revista Virtual de Humanidades**. v. 7 - nº16, jun- jul. 2005.

SILVA, Leonardo Dantas. **Alguns documentos para a História da Escravidão.** Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispado,e do Conselho de Sua Majestade: Propostas e aceitas em p segundo synodo Diocesano, que o dito Senhor em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sanguinatio Patriae: O luto e a esperança nas narrativas de viagem sobre a imigração italiana

Luís Fernando Beneduzi*

RESUMO
As diferentes vozes que narram o fenômeno imigratório italiano de finais do século XIX falam da dimensão da morte – de uma experiência de luto e esperança que se entrecruzam no processo de travessia do Atlântico. A figura emblemática do dessangramento perpassa tanto o relato de imigrantes, perpetuado em seus diários, quanto aquele de Edmondo De Amicis, que retrata em sua obra a experiência de expatriação, mostrando o processo de perda que a imigração comporta. Para o imigrante, a partida transforma-se em uma experiência de morte pessoal, na expropriação de uma realidade tangível e de um mundo afetivo e mnemônico. Para o romancista, mesmo narrando as vivências pessoais e o luto individual em suas obras, está-se diante da nação que sangra. No entanto, esse mergulho melancólico é bloqueado pela esperança do encontro com o paraíso e da sublimação que se produz a partir da memória.
PALAVRAS-CHAVE: História e Literatura, Sensibilidade, Imigração Italiana

ABSTRACT
The different voices that narrate the phenomenon of Italian immigration at the ends of the XIX century talk about the dimension of death – the experience of mourning and hope that intertwined in the process of the Atlantic crossing. The emblematic figure of the blood is present in the immigrants report, made eternal in their diaries, and in the written word of Edmondo De Amicis, who photographs the expatriation experience, and shows the process of loss that immigration holds. For the immigrants, the departure becomes an experience of personal death, in the expropriation of a tangible reality and of an affectionate and mnemonic world. For the novelist, in narrating the personal encounters and the individual mourning, we are presented with the bleeding nation. However, this melancholic immersion is blockaded by the hope of meeting paradise and of the sublimation that is produced by the memory.
KEY WORDS: History and Literature, Sensibility, Italian Immigration

A imagem de um dessangramento – ou um *sanguinatio* – está presente em muitas das narrativas sobre a imigração de massa de finais do século XIX, nas suas mais diversas variações. Em diferentes romances, relatos de viagem e diários, a percepção metafórica do sangue a escorrer confere um valor a esse movimento sangüíneo, identificando uma

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor no Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas, Università degli Studi di Bologna.

determinada percepção sobre o fluxo humano. Esse sangramento traz consigo tanto uma idéia de sucção – o sangue que é retirado do organismo por um processo mecânico, participando de um ato purgativo e regenerador – quanto aquela de um derramamento espontâneo, mesmo que abundante, do sangue que verte dos vasos sangüíneos, aludindo, então, a uma partida em massa, fruto de um processo interno de expulsão.

No que se refere à dinâmica específica da imigração italiana na América Latina, pode-se destacar – dentre diferentes vozes – a fala de Edmondo De Amicis[1] em duas de suas obras mais importantes, as quais se dedicam ao processo de expatriação na Península Itálica. O olhar de De Amicis destaca, acima de tudo, o retrato de um sangramento nacional – ou um *sanguinatio patriae*, ressaltando-o enquanto densa corrente que verte das artérias da nação, dessa miséria errante da pátria. Sua narrativa, tanto em *Cuore* (1886) quanto em *Sull'Oceano* (1889) desenha o quadro de uma jovem nação em formação – Itália – que necessita de um árduo trabalho de soerguimento e convive com a miséria e a dor da probreza. Nesse sentido, a emigração representa uma sangria nacional que deve ser estancada, pois mostra esses filhos da mãe-pátria que vivem sem terra e sem pão. Na obra *Cuore*, a qual se constituiu em um lugar de memória da Itália Unificada, é particularmente importante esse sentimento de pertença ao território peninsular, De Amicis busca dar a conhecer, através das aventuras e desventuras de Enrico, o que corre "nas veias da Itália", mas também o que escorre através da emigração (FAETI, 1997).

Enquanto De Amicis fala sobre "a pátria no navio" – expressão utilizada por Giorgio Bertone na última edição de *Sull'Oceano*, a qual ele organizou – os diários produzidos pelos próprios emigrantes narram um outro dessangramento, o qual é marcado pelo progressivo esvaziar-se de uma vida, por um "eu" que, agonizando, permanece em fragmentos mnemônicos (BERTONE, 2005). Não é mais a experiência coletiva o elemento a ser destacado, mas as vivências pessoais e – mais especificamente – as perdas individuais. Mesmo sendo presente uma idéia de *sanguinatio patriae*, esse adquire uma conotação diferente, pois se refere a um microcosmo marcado pelas relações quotidianas do lugar de nascimento. A pátria narrada pelo emigrante não se constitui no mesmo espaço geográfico entendido pelo escritor-jornalista**:** ela não é circunscrita à Península Itálica e à sua miríade dialetal, mas a um determinado conjunto de experiências vividas entre vizinho e amigos no interior do pequeno burgo.

[1] Edmondo De Amicis, conhecido escritor e jornalista italiano da segunda metade do século XIX, nasceu em Oneglia, em 1846 e morreu em Bordinghera, em 1908. È conhecido especialmente por ter escrito *Cuore*, obra clássica da literatura italiana, mesmo se muito criticada, foi utilizada como leitura obrigatória, principalmente no período imediato à Unificação Italiana.

Essa figura emblemática de um "dessangrar" – de uma morte anunciada – perpassa tanto o relato dos imigrantes, perpetuado em seus diários de viagem, quanto aquele de Edmondo De Amicis – jornalista e romancista – que retrata essa experiência de expatriação de seus co-nacionais. Nessas duas narrativas, percebe-se nitidamente o processo de perda que a emigração comporta**:** o luto, o desmoronamento de uma percepção de mundo. Para o imigrante, a partida transforma-se em uma experiência de morte pessoal, a expropriação de uma realidade tangível, mas também, e particularmente, de um mundo afetivo e mnemônico. Para o romancista, mesmo narrando as vivências pessoais e o luto individual em suas duas obras, está-se diante da denúncia de um luto nacional, de um fluir hemorrágico que está produzindo a anemia da nação.

A denúncia que De Amicis traz em suas obras de finais do século XIX produz um retrato do Reino de Itália, no qual a emigração se constitui em solução última e desesperada de sobrevivência. O autor-narrador, em *Sull'Oceano*, fala de uma Itália que se buscava deixar para trás, de uma situação insustentável de exploração e depauperamento, configurando aquela pátria que se odiava e da qual se fugia. O processo de viagem também é para De Amicis um momento de contato com essa miséria e funciona como um espaço/momento de revelação de um ressentimento**:**

> *Eu não tinha pensado sobre o estado de ânimo no qual era natural que se encontrassem muitas daquelas pessoas, enquanto ainda tumultuava nelas as memórias da vida intolerável, pela qual tinham decidido deixar a pátria, e aceso todavia o ressentimento contra aquela variada legião de proprietários, cobradores de impostos, agentes [...] designados todos com o nome genérico de signori, e cridos todos conjurados para seu prejuízo, e autores primeiros da sua miséria (DE AMICIS, 1925: 83).*

A temática da emigração na obra de De Amicis faz parte de um momento de gestação da grande virada na produção intelectual do autor, a qual será marcada pela sua adesão ao Partido Socialista Italiano. A sua produção, dedicada às classes subalternas, vincula-se ao fenômeno imigratório na medida em que narra as condições que obrigaram esses homens e mulheres em solidão a abandonarem suas localidades. Se o De Amicis de *Sull'Oceano* culpa-se – junto a um grupo por ele denomidado "nós", porque não se os amou o suficiente, porque não se trabalhou o suficiente para o seu bem – aquele de *Speranze e Glorie* e *Lotte Civili* procura discutir o processo social, o socialismo e a paz dos povos, tendo um profundo vínculo com a ação social. Essa análise do fenômeno sócio-político, particularmente marcado pela emigração, será uma característica notada por Gramsci, a qual o

diferencia dos escritores italianos do período. Fazendo uma crítica a literatura italiana, o autor fala explicitamente nessa omissão dos escritores diante do sangue versado**:**

> *que os literatos não se ocupem do emigrado no exterior deveria causar menor surpresa que o fato de não se preocuparem com ele antes de emigrar, das condições que o obrigaram a emigrar […], que não se ocupem, isto é, das lágrimas e do sangue que na Itália, antes mesmo que no exterior, significou a emigração de massa (GRAMSCI, 1953:91)*

Essa imagem de uma sangria nacional mostra-se reforçada quando o olhar Deamiciano se coloca sobre os rostos dos emigrantes – destacando que esses, embora trouxessem em si marcas da dor, traziam proveniências diversas não somente quanto à província de origem, mas também por lugares sociais diferentes. Marcando os diversos tipos sociais que percorriam o navio, Edmondo dá a conhecer a corista, que viajava sozinha e, com suas atitudes, despertava a ira e o ciúme das senhoras casadas**;** pessoas com algum padrão que se viram constritas a emigrar devido a uma desventura**;** mulheres destruídas pela vida**;** e outras que mantinham feições angelicais. Enfim, faz perceber que o contexto geral da emigração é formado por um grande mosaico de particularidades, vindo à tona as mais diversas situações vinculadas ao porquê da partida para a América. Para o autor, *Galileo* – o navio que conduz esses emigrantes de *Sull'Oceano* à Argentina – leva a bordo tristeza e miséria de toda a Itália, por isso a embarcação se constitui em um microcosmo da nação que está nascendo.

A viagem pode ser compreendida como parte do trauma[2] da emigração, muito embora apresente também formas que são construídas para com ele lidar. A partida apresenta o ponto objetivo de ruptura, pois se está efetivamente deixando a Itália**;** entretanto, serão o trânsito e a chegada que produzirão a tomada de consciência desse movimento subjetivo. Esse choque emocional acontecerá no pós-partida, tanto podendo acontecer no momento da travessia quanto naquele da chegada física. Porém, essa emoção violenta pode ser percebida, muitas vezes, apenas muito tempo após o desembarque, pois está vinculada a processos psíquicos de leitura do real. Assim, a experiência do trauma pode ser sentida em momentos diferentes da saga da emigração. O próprio De Amicis permite essa percepção em sua narrativa, construindo duas imagens de um chorar vinculado à dor do não-retorno**:** as

[2] O *Dizionario Garzanti della Lingua Italiana* apresenta como uma acepção do vocábulo "trauma"**:** uma emoção violenta não dominada pela personalidade do sujeito. De outra maneira, o Dicionário Eletrônico Houais da Língua Portuguesa conceitua o mesmo vocábulo como "choque emotivo que modifica a personalidade do sujeito". Destaca-o, ainda, como "acontecimento na vida de um indivíduo que, devido a sua intensidade, impede uma reação adequada, produzindo transtornos no psiquismo".

diferentes pessoas que respondem com sinais de dor à voz que informa que se está partindo, e a senhora que rompe em choro quando vislumbra a nova terra.

Uma leitura da experiência da emigração como um espaço/tempo de trauma, luto e esperança pode ser percebida, ainda, nos relatos presentes nos diários dos imigrantes. Nesse universo narrativo, o diário de Luigi Toniazzi fornece quadro muito expressivo do momento da partida, desse momento no qual se deixava para trás todas as coisas da mocidade, todas as recordações, todos os amigos. Muito embora o diário tenha sido corrigido ao longo do tempo, sendo transformado com a entrada de alguns elementos novos e a subtração de outros – como informa De Boni – ele permite uma leitura sensível do momento do "adeus" e das primeiras reações diante da viagem (DE BONI, 1977).

Segundo De Boni, os escritos de Toniazzo em *Mio viaggio in America* expressam essa difícil decisão da partida, mostrando a incerteza e a confusão que a circundam**:**

> *relata bem a situação do imigrante ao deixar a pátria, tomado naquele momento pelos sentimentos mais contraditórios**:** chora os familiares que abandona no velho mundo, mas sonha com uma vida diferente no outro lado do mar**;** ama sua terra, mas sabe que ela não o pode mais sustentar**;** recorda o paese que cada vez fica mais longe, mas sabe que nele não havia mais lugar para sua família (DE BONI, 1977: 09).*

O emigrante que parte experiencia a dor do exílio, pois sua partida, mesmo movida pelo sonho, evoca o sentido da necessidade, projetando-se à busca de um lugar onde consiga satisfazer suas necessidades. Enquanto figura do exilado, algumas vezes por questões políticas, mas na grande maioria por problemas sócioeconômicos, o emigrante aspira a uma possibilidade de ascensão, a qual não enxerga possível no seu velho *paese*. Nesse ato de partir, um misto de sensações o envolve, pois, a um só tempo, domina-o a dor antecipada do não-retorno e a esperança de uma nova vida, construída enquanto representação dessa terra prometida que deve estar para além do oceano. O que fica é a consciência de um eu em mudança, no qual se vai arraigando a tristeza de ter mudado.

Muito embora exista um discurso sobre a emigração que associa uma dimensão de transitoriedade a esse indivíduo que se desloca para um outro lugar, os relatos de que se tem conhecimento demonstram uma percepção muito mais definitiva do processo de abandono do lugar de nascimento. Muitos, como Luigi Toniazzo, associam a saída de seu vilarejo natalício à experiência do homem que se dirige para a morte, fruto de uma condenação injusta**:**

> *Foi precisamente na Sexta-feira Santa do ano de 1893, ao meio-dia em ponto**:** deixava meu vilarejo natal e sentia o coração confranger-se de dor ao abandonar minha pátria. Semelhante deve ser o sentimento de um inocente condenado à morte (TONIAZZO, 1977: 11).*

Certamente a figura do condenado à morte não inspira o transitório, mesmo se pensarmos a dimensão da fé cristã, pois a passagem para a outra vida é sempre definitiva. Nesse sentido, existia uma percepção da partida como algo sem volta**:** não há cura para a perda do que se foi, não só porque o tempo é irreversível mas também porque modifica-se o ser que viveu esse tempo. Chega-se, aqui, a um estado ermo, que se aproxima da própria contingência do ser diante de sua mais irreversível limitação**:** a morte.

A idéia da morte permite uma associação emblemática com o dia em que se partiu. Para além disso, esse fim inevitável conjuga-se a uma analogia com a partida bíblica por excelência**:** Sexta-feira Santa – dia da morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, dia de tristeza no mundo cristão – em tempos passados, um dia de luto nas famílias católicas. Na verdade, uma análise da data enquanto simbologia do processo emigratório deve levar em conta duas perspectivas**:** uma entende a sexta-feira como morte, destruição; outra, vislumbrada *a posteriori*, pode associá-la à ressurreição que se dará no domingo de Páscoa. De qualquer forma, em ambas faz-se a experiência sensível do luto, da perda, sendo que as únicas lembranças – desse mundo a esvair-se – estarão confinadas como restos nas malas de viagem. Conserva-se, então, a memória de um passado que poderá ser evocado pela reminiscência – a partir da liberação mágica do objeto que a preserva.

Imageticamente, a partida narrada por Toniazzo pode ser comparada ao trajeto da *via sacra*, pois o caminho até o porto de Gênova foi composto de muitas paradas dolorosas, marcadas pela despedida dos parentes e amigos. A concepção de fim é recorrente no texto, marcado pela narrativa do "adeus", não do "até logo", nem do "até um dia", mas do definitivo "saudando, pela última vez". Assim, o texto constrói uma sensação de tristeza anunciada, ou seja, o desencanto não se inicia quando da chegada, tendo como referências as dificuldades encontradas, mas tem seu primeiro golpe na dinâmica da despedida. Aquele mundo sólido das tradições, das vozes conhecidas, das palavras e da cadência familiar do dialeto, das imagens que construíam um nexo com particularidades da existência, tudo isso parecia progressivamente esvanecer-se, o novo e o efêmero passavam a nortear o presente, criando uma continuada releitura idealizada do passado.

A fala é preenchida com adjetivos que enfatizam a dor do momento de partida, acentuando essa decepção do abandono da pátria – não da Itália – mas desse lugar de nascimento, ao qual se associam amigos, parentes, tradição, modos de falar, emoções, imagens arquitetônicas, iconografia, enfim, a síntese do mundo construído no interior do

paese:

> *Após inúmeros beijos, apertos de mão, prantos e suspiros, devia seguir a pé, junto com meu amigo de viagem, Lorenzo Sperotto, até Maróstica, saudando, pela última vez, todos os amigos que encontrávamos. Minha cabeça estava cheia de tantas coisas que acabei esquecendo, por duas vezes, o capote tão bom para viagem. [...] Com pouca vontade, como podeis imaginar, passamos as horas seguintes (TONIAZZO, 1977: 11).*

O emigrante, desde que a partida entra em seu horizonte de perspectivas, dá início a sua permanência na hospedaria *Au temps perdu,* citada por Walter Benjamin como uma casa de hospedagem existente em Grenoble, no século XIX. Ao cruzar as portas, o hóspede passava a experimentar um fluxo de tempo fragmentário e entrecruzado:

> *Como Proust, também nós somos hóspedes que, sob a insígnia vacilante, cruzamos uma soleira além da qual a eternidade e a embriaguez estão à nossa espera. [...] A eternidade que Proust nos faz vislumbrar não é a do tempo infinito, e sim a do tempo entrecruzado (BENJAMIN, 1994: 45).*

Assim, Toniazzo e Sperotto seguiram a sua longa viagem, tal como Daniel Abrahão e sua família que partiram de Salzwedel – na obra de Josué Guimarães – empreendendo uma viagem para o desconhecido, para a solidão do constante estranhamento. Mesmo diante do encantamento experimentado diante do *duomo* de Milão, ou ao interno da galeria Vittorio Emmanuele, o imigrante os recorda com o tom da nostalgia – ou a partir da leitura daquele que já tangencia algumas ferramentas da língua portuguesa – recorda-se com "saudade" daquelas belezas. Dessa forma, o encantamento vivenciado na viagem torna-se um referencial de reencontro com o "tempo perdido", um olhar nostálgico que procura enredar-se ao fio da rememoração, intentando construir uma remontagem saudosa do real acontecido.

A nostalgia não é uma escolha do imigrante, não é uma sua decisão o não esquecer: ao contrário, a nostalgia é sua grande inimiga, uma presença que pode criar um efeito imobilizante. Se em muitos momentos esse ato de recordar funciona como um doce refrigério a embalar-lhe a infância, no momento em que se parte, essas lembranças laceram a alma, produzindo a dor daquele que sabe não mais estar próximo às coisas queridas. Para o imigrante, restam a dor e o pranto, a tentativa de esquecer o objeto perdido, principalmente porque esse condiciona-o à dor do exílio – mas, ao fim, rende-se à ternura do sentimento filial e projeta um reencontro para a vida na eternidade, no *al di là* da vida que virá:

> *Ia depois repousar e, pensando em tantas coisas, sentia-me afogado em pranto e chorei por mais de uma noite [...]. Pobre Vallonara, pensando bem como vais, deveria sentir-me pouco triste por haver-te abandonado, mas, batendo no peito desgraçadamente um coração sensível, não posso esquecer-te. Por isso, beijo-te e sei que nos encontraremos no vale de Josafá (TONIAZZO, 1977: 21).*

Esse fragmento do diário de Toniazzo remete a dois movimentos que transcorrem na mente do imigrante, uma espécie de embate entre a razão e o sentimento, ou melhor, entre a necessidade de distanciar-se e aproximar-se do objeto que se está perdendo. Por uma parte, seria lógico alegrar-se, porque se estava rumando para um "mundo sem males", como narra o mito da terra da *cucagna*, após ter sido exilado ao interno da própria comunidade, como a experimentar esse dever de ir inocentemente ao cadafalso. Entretanto, por outro lado, não se pode esquecer – por vínculos afetivos maiores – essa experiência atemporal das relações ao interior do *paese*, pois, como diz o autor, tem-se "um coração sensível". Será nessa dinâmica sensível de releitura da epopéia particular e coletiva do fenômeno imigratório que se construirá na memória sobre a imigração tanto os discursos de uma Itália da miséria, que obrigava seus filhos a partirem, quanto sua percepção como a experiência doce das recordações da quotidianidade. Elabora-se um embate interior entre duas lógicas de leitura acerca da terra de partida.

Nos dois níveis de narrativa – o romance e o diário de viagem – a trajetória da imigração é marcada por uma duplicidade de sentimentos**:** o luto e a esperança. Esse deslocamento humano produziu um doloroso sangradouro, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, levando a um processo de luto pela perda de espaços evocativos de recordações e sensações vinculadas a um conjunto de relações e sensibilidades. Ao mesmo tempo, a expatriação é animada pela esperança de uma melhora de vida, de fugir de uma condição social que produziu a própria necessidade da partida. O continente americano metaforicamente assemelha-se a uma alegoria Benjaminiana, pois, mesmo representando a vitória e a possibilidade de reconstrução, constitui-se em sinal de perda, do passado tangível que não existe mais. A nova situação que se recria no novo mundo acaba trazendo consigo a desditosa experiência da perda, da ausência irremediável do objeto de desejo – do mundo que se deixa para trás. Tal experiência constitui-se, quem sabe, em um sentimento sem saída, apenas mitigado pela contemplação do bem recordado, mas onde nem a esperança nem o desejo anulam totalmente a consciência de perda definitiva.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política**:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTONE, Giorgio (org.). **Sull'Oceano de Edmondo De Amicis**. Reggio Emilia: Diabasis, 2005.

DE AMICIS, Edmondo. **Sull'Oceano**. Milano: Fratelli Treves, 1925.

DE BONI, Luís Alberto. **La Mérica**. Escritos dos primeiros imigrantes italianos. Porto Alegre: EST, 1977.

FAETI, Antonio. *Cuore*. In: ISNENGHI, Mario. **I luoghi della Memoria**. Roma: Laterza, 1997. p. 103-113.

GRAMSCI, Antonio. *Carattere non nazionale-popolare della letteratura italiana*. **Letteratura e Vita Nazionale**. Torino, 1953.

TONIAZZO, Luigi. **Minha viagem à América**. In: DE BONI, Luis Alberto. **La Mérica**. Escritos dos primeiros imigrantes italianos. Porto Alegre: EST, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Recife nas tempestades da Segunda Guerra Mundial: olhares e memórias plurais sobre a convocação entre 1942 e 1945

Karl S. V. S. Leão[1]

RESUMO
Recife, cidade dos mercadores aberta ao oceano, presenciou em posição privilegiada um dos mais ativos fronts da guerra: a Batalha do Atlântico, que durou de 1939 até 1945, com a derrota final do Reich e o avanço dos Aliados na Europa. Em nossas pesquisas, centradas na propaganda da guerra em Recife, procuraremos analisar como foram montadas as estratégias de publicidade e propaganda nos principais jornais da cidade e quais os mecanismos utilizados para atrair o apoio e adesão dos jovens a participar da Segunda Guerra Mundial sob o regime varguista. Em seguida, pretendemos analisar os discursos do governo durante o conflito, objetivando compreender a construção da guerra pelos enunciados do regime. Neste momento, pretendemos levar ao evento alguns dados coletados do Jornal "Folha da Manhã" durante o conflito, procurando situar a propaganda de guerra defendida por Agamenon Magalhães no Estado de Pernambuco. Por outro lado, além dos discursos e propaganda do governo, nos interessa permear esse momento com as narrativas de guerra; com a guerra vista e sentida pelos cidadãos comuns que dela fizeram parte ou que vivenciaram a participação de outros. Assim, pretendemos narrar o lugar da cidade do Recife na II Guerra Mundial e a memória cotidiana desse conflito.
PALAVRAS CHAVE - Estado Novo; Segunda Guerra Mundial; Propaganda Política; Batalha do Atlântico.

RÉSUMÉ
Recife, ville des négociants ouverte à l'océan, a témoigné dans position privilégiée un de la plus active fronts de la guerre : la Bataille de l'Atlantique, qui a duré de 1939 jusqu'en 1945, avec la défaite finale du Reich et l'avance des Alliés en Europe. Dans nos recherches, centrées dans la propagande de la guerre dans Recife, nous chercherons à analyser comme ont été montées les stratégies de publicité et la propagande dans les principaux journaux de la ville et lequel les mécanismes utilisés pour deattirer l'aide et l'adhésion des jeunes à participer de la Seconde Guerre Mondiale sous le régime varguista. Ensuite, nous prétendons analyser les discours du gouvernement pendant le conflit, objectivant comprendre la construction de la guerre par les déclarations du régime. En ce moment, nous prétendons prendre à l'événement quelques données rassemblées du Journal "Feuille du Matin" pendant le conflit, cherchant placer la propagande de guerre défendue par Agamenon Magalhães dans l'État de Pernambuco. D'autre part, outre les discours et la propagande du gouvernement, dans eux intéresse permear ce moment avec les récits de guerre ; avec la guerre vue et sentie par les citoyens communs qui d'elle ont fait partie ou qui ont vécu intensément la participation d'autres. Ainsi, nous prétendons dire à la place de la ville du Recife dans la Deuxième Guerre mondiale et la mémoire quotidienne de ce conflit.
MOTS CLÉ - Étée Nouvelle ; Seconde Guerre Mondiale ; Propagande Politique ; Bataille de l'Atlantique.

[1] Mestrando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista FACEPE.

A bibliografia sobre o lugar do Recife na II Guerra Mundial, ao nosso ver, vem deixando alguns importantes pontos descobertos. As principais fontes bibliográficas para conhecermos essa história são os livros publicados pela Biblioteca do Exército e, principalmente, pelo Instituto Histórico da Aeronáutica (dentre as três forças, a mais diretamente ligada ao Recife foi a Força Aérea, onde ficava o comando aéreo brasileiro). A abordagem destes autores, todavia, resume-se muitas vezes a listas de batalhas, descrição de aviões e algumas memórias, relevantes para conhecermos os dados em suas minúcias.

Em sua dissertação, a profª Lêda Rivas[2] trabalha com o Diário de Pernambuco, e em cima dele constrói seu texto. Contudo, muito do que aparecia nos jornais do período era mais uma forma de propaganda do interventor Agamenon Magalhães. Por exemplo, o Diário de Pernambuco afirmou que "*a confraternização entre militares norte-americanos e brasileiros era costumeira*"[3]. Na realidade, as relações entre as forças armadas das duas nações eram marcadas muito mais pela tensão que propriamente pela comunhão: os "Arquivos da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos"[4] revelam que os choques eram bastante comuns e diversas vezes ocorreram incidentes diplomáticos, sendo o mais sério deles quando um grupo de soldados desrespeitou símbolos nacionais brasileiros (o hino e a bandeira) e ainda não obedeceram ao oficial brasileiro que os repreendeu. Enviada carta ao secretário de estado norte-americano, este enviou suas diplomáticas escusas.

Outro trabalho de bastante relevo na historiografia local é a tese de doutoramento da professora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida[5], que objetivou analisar as relações de poder na Interventoria de Agamenon Magalhães privilegiando setores acionados pelo Estado como preponderantes para sua legitimação e doutrinação – a igreja, a educação e a imprensa[6]. Seu trabalho está dividido em quatro partes: a primeira baseia-se numa discussão sobre a construção de um saber fundamentado nos modelos educacionais nazi-fascistas; a segunda trata das relações de poder entre a igreja e a interventoria; a terceira faz referência à cidade do Recife e as formas de representações que compõem o imaginário social e, por fim, a quarta parte nos trás uma abordagem da imprensa agamenonista como canal de propaganda, doutrinamento e persuasão[7]. A nós, interessa um ponto mais específico que é como a autora

[2] RIOS, Lêda Mª R. O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/ Mestrado em História, 1988.
[3] Idem, p. 261.
[4] Arquivos do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.
[5] ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. A Construção da Verdade Autoritária. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2001.
[6] Idem, p. 23.
[7] Idem, p. 30.

trabalha A Folha da Manhã, que a mesma chama de *reprodução da infâmia*[8]. (...) Agamenon Magalhães colocou em circulação, em Recife, a Folha da Manhã, duas semanas antes de sua posse como interventor do Estado, com o claro objetivo de transformá-la em veículo de doutrinação política, legítima porta voz do regime. Doutrinar e formar a opinião pública, na idéia nacionalista e nos princípios da 'democracia autoritária', tornaram-se meta do novo periódico[9]. Essa abordagem legítima a possibilidade de entender a folha da manha como instrumento basilar no estudo da propaganda de guerra estadonovista de Agamenon Magalhães.

No fulcro de nossa teoria estão dois historiadores, Carl Von Clausewitz e John Keagan, que nos interessam por seus respectivos conceitos de guerra. O primeiro trata a guerra como uma continuação da política por outros meios, enquanto o segundo entende-a como uma trajetória da cultura humana. Somando essas duas perspectivas, construímos nossa visão do conflito que trabalhamos.

Interessa-nos igualmente o psicólogo russo Serge Tchakhotine. Para ele, a ausência de um conflito armado não impede a violência (senão física, certamente psicológica). Foulcault corrobora essa teoria de Tchakhotine, quando diz: "*O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só com uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.*[10], Dando sustentabilidade para se amenizar os esforços de guerra sob a égide de um grande esforço político difundido através da propaganda.

O Recife não permaneceu alheio ao conflito que se erguia, presenciando, de local privilegiado, um dos mais ativos *fronts* da guerra: a Batalha do Atlântico, considerada a mais longa da história. Do seu início, 1939 com o bloqueio das Ilhas Britânicas, ao seu fim, em 1945, com a derrota do Reich alemão, oito anos se passaram. Diante da ofensiva submarina e da expansão em terras africanas, ficou claro para os Estados Unidos que a invasão do hemisfério americano era algo que cada vez mais se aproximava da realidade.

Recife, e o Nordeste brasileiro como um todo, foi posição estrategicamente vital para o esforço de guerra. Ainda que os americanos não estivessem (até 1942) em guerra declarada contra Alemanha e Itália, ajudavam fortemente aos seus inimigos: o "*Lend Lease Act'* (...) *permitiu aos EUA assegurar o fornecimento de armamento e outras ajudas às democracias livres, a prazo e por um terço do valor*"[11]. A corrente de suprimentos seguia

[8] Idem, p.163.
[9] Idem, p.166.
[10] FOULCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Graal. 2001. pp,. 8.
[11] SIQUEIRA, Deoclécio L. de. Fronteiras: A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, s/d, p. 85.

tanto diretamente para a Inglaterra como cortava o coração da África até o Oriente Médio, onde existiam possessões britânicas. Assim, desde 1939 que os americanos procuram ampliar sua presença no nordeste brasileiro. No mesmo ano de 1939 os americanos desenvolvem, secretamente, o chamado Plano de defesa do "Hemisfério Arco Íris", que considerava: "*o saliente nordestino como área estratégica prioritária de defesa dos Estados Unidos*" (...) "*e a sua ocupação por forças americanas numa decorrência natural da necessidade de tornar efetiva aquela defesa*"[12].

Neste aspecto inserimos o estudo do Estado Novo em Pernambuco, responsável pela preparação da população local para o conflito. A propaganda estadonovista torna plausível uma guerra por vir que não se concretiza. O Estado Novo em Pernambuco dava importância à alegria e ao entretenimento para lograr seus objetivos, divulgando sua mensagem de maneira lúdica, para que assim disfarçada, por sua propaganda, ela pudesse ser absorvida mais facilmente pelo seu público-alvo – qual seja, a população do Recife[13].

Contudo, nos parece que o advento da II Guerra Mundial e a posterior entrada do Brasil no conflito desestabilizou esse plano original, forçando modificações tendo em vista a nova situação mundial.

No que se refere ao corpus documental da nossa pesquisa, pode ser dividido em quatro grandes partes: jornais, fotos, filmes e a vasta documentação disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. No jornal, interessa-nos principalmente a *Folha da Manhã*, que pode ser considerada um tipo de informação oficial da interventoria, por pertencer a Agamenon Magalhães. Outra fonte importante é o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea que da sustentabilidade a análise da propaganda de guerra utilizada durante a interventoria.

Para interpretarmos as imagens (fotos e filmes), alguns autores nos são fundamentais, por proverem aparato teórico para nossa análise. Roland Barthes, por exemplo, coloca que "*As fotos são signos que não prosperam bem, que coalham, com leite. Seja o que for o que ela dê a ver e qualquer que seja a maneira, um foto é sempre invisível: não é ela que vemos*"[14]

Partindo disso a fotografia é vista como um discurso de relações de poder, representando um vista momentânea da realidade. Uma construção em constante ebulição que basta ser vista de um outro ângulo ou uma nova iluminação para transforma-se em outro. Tais

---

[12] INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. História Geral da Aeronáutica Brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990, p. 379, grifo nosso.
[13] Cf SOUZA Neto, José Maria Gomes de. Sonhos de Nabucodonosor – aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano. Tese. Recife: UFPE/CFCH, Programa de Pós-Graduação em, História, 2005.
[14] BARTHES, Roland, A câmara clara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 16.

aparatos metodológicos serão o bojo da nossa dissertação que se alimenta de imagens, discursos, e realidades postas como verdades construídas.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2001.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Graal. 2001.

RIOS, Lêda Mª R. **O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial** – O Conflito visto por um Jornal de Província. Dissertação. Recife: UFPE/CFCH/ Mestrado em História, 1988.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. **História Geral da Aeronáutica Brasileira. Belo Horizonte.** Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990, p. 379, grifo nosso.

SIQUEIRA, Deoclécio L. de. **Fronteiras**: A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, s/d.

SOUZA Neto, José Maria Gomes de. **Sonhos de Nabucodonosor** – aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano. Tese. Recife: UFPE/CFCH, Programa de Pós-Graduação em, História, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e memória: a complexidade de uma relação

Aldo Nelson Bona*

Resumo: este texto trata das relações entre história e memória dividindo a abordagem em três momentos. No primeiro deles, apresentam-se algumas considerações de Edgar Morin sobre a necessidade de um pensamento complexo. O segundo momento procura fazer uma descrição sumária do caminho percorrido da fusão à radical oposição entre história e memória e o terceiro momento dedica-se a apresentar reflexões problematizadoras dessa relação, centradas em Paul Ricoeur.
Palavras-chave: história, memória, complexidade.

Résumé: ce texte est sur les relations entre l'histoire e la mémoire, approche segmenté en trois moments. D'abord, ce sont présentès quelques comentaires de Edgar Morin sur l'impératif du pensée complexe. Depuis, on recherche faire une description résumé du parcours entre la fusion e la radical affrontement ter l'histoire e la mémoire. E pour terminer, ce sont présentès problématiques sur cette rapport, centralisés en Paul Ricoeur.
Mots clés: histoire, mémoire, complexitê.

Sobre o pensamento complexo.

Na epígrafe da terceira parte do livro "Ciência com consciência" Edgar Morin escreve: "a simplificação é a barbárie do pensamento; a complexidade é a civilização das idéias". (MORIN, 1982:203) Conhecido como o pensador da complexidade, Morin assume uma postura de questionamento da forma muitas vezes simplificadora com a qual o pensamento ocidental trata a realidade, concebendo as coisas em sua causalidade linear, distinguindo-as e separando-as para facilitar a sua compreensão.

* Mestre em Educação e professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

Para além da simplificação, Morin insiste na necessidade de se conceber as coisas em suas complexas relações. Na contramão do modelo teórico firmado pela ciência moderna que ensina a separar para conhecer o real, ele defende o pensamento complexo, recuperando a dinâmica do todo e das partes, proposta por Pascal: só podemos conhecer as partes se conhecermos o todo em que se situam, e só podemos conhecer o todo se conhecermos as partes que o compõem. Assim, contextualizar, colocar em relação com o todo, é um imperativo do pensamento complexo. O pensamento complexo deve sempre ligar e não separar. Fomos ensinados a pensar com a idéia da causalidade linear e da necessidade; privilegiamos o pensamento que separa. Precisamos pensar com a idéia de circularidade e, assim, poderemos compreender melhor os problemas humanos.

É necessário "complementar o pensamento que separa com outro que une". (MORIN, 2003:25) O pensamento complexo busca distinguir (mas não separar) e ligar. Ele ensina a conviver e a tratar a incerteza, propiciando superar a obsessão pela certeza da causalidade linear. É um pensamento que considera o ir e vir constante da certeza e da incerteza; do separável e do inseparável. Enquanto o pensamento simplificador ensina a separar e a reduzir, o pensamento complexo ensina a unir, a contextualizar, a globalizar, mas reconhecendo o singular, o individual e o concreto. Por outras palavras, o pensamento complexo insiste em conceber a realidade como um todo, compreendendo as relações intrincadas entre as partes e a totalidade, superando a simplificação das idéias claras e distintas, que constituem a obsessão do pensamento científico moderno.

Memória e história: da fusão à radical oposição.

Em que medida as questões apresentadas sobre o pensamento complexo podem servir para pensar as relações entre memória e história? Ao que parece, esses termos foram, durante longo tempo, concebidos de maneira simplificadora, quer entendidos como sinônimos, quer entendidos como radicalmente opostos. O pensamento que não vê senão fusão total entre conceitos e aquele que, por outro lado, não vê senão oposição entre eles, ignorando qualquer perspectiva de complementaridade, é simplificador; não se insere no âmbito da complexidade.

Nosso intuito é mostrar como que, num primeiro momento, memória e história significavam uma única e mesma coisa, para, depois, serem postos em radical oposição.

De acordo com François Dosse, "durante muito tempo, a história foi identificada à memória". (DOSSE, 2003:261) Também Nora aponta para o fato de que durante muito tempo

a história não foi mais do que uma fusão com a memória. "Desde os cronistas da Idade Média até os historiadores contemporâneos da história 'total', toda tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo...". (NORA, 1993:10)

Desde fins da Idade Média as formas de produção da história na França reforçam a vinculação entre história e memória, tanto a partir da constituição da história dos mosteiros, como da história como instrumento de legitimação do Estado. No contexto de construção do Estado Monárquico "A função do historiador oficializa-se, a memória faz-se história, um processo de recuperação em torno do esquema nacional". (DOSSE, 2003:265)

A fusão total entre memória e história passa a ser questionada, na França, na visão de Nora, a partir do início de uma história da história, isto é, a partir do despertar de uma consciência historiográfica. A história da história "traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história crítica..." (NORA, 1993:10) quando a história se descobre como vítima da memória e procura livrar-se dela. A entrada da história em sua idade historiográfica leva à ruptura com a tradição e com a memória.

Entretanto, podemos identificar um conjunto de fatores e de discussões teóricas que vão produzindo, gradativamente, um novo arcabouço teórico a partir do qual a (con) fusão entre esses conceitos passa a ser questionada.

As reflexões de Bergson, ao publicar "Matéria e Memória", em 1896, distinguindo duas memórias, a memória hábito e a memória pura, constituem um ponto de referência para a posterior separação entre memória e história. Ele não concorda com a concepção da estreita ligação entre o cérebro e os fenômenos de consciência.

No rumo das discussões sobre a memória no campo das ciências sociais, Maurice Halbwachs procura delimitar um objeto memorial específico à essas ciências, distinguindo radicalmente história e memória. Sua obra "A memória coletiva" é dedicada a discutir a distinção entre memória individual e memória coletiva. Entretanto, há um capítulo dedicado à distinção entre memória coletiva e memória histórica, cuja abordagem promove uma radical oposição entre ambas. Enquanto a memória situa-se do lado das afeições, do vivido, a história insere-se no domínio da problematização, da crítica conceitual. A história é um saber abstrato, referindo-se à uma temporalidade exterior, indispensável para a constituição de um saber que se situe fora da dimensão do vivido. Nas palavras de Halbwachs, "é porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social". (HALBWACHS, 2004:85)

Cumpre lembrar que Maurice Halbwachs é um sociólogo durkheimniano e, como tal, de orientação positivista. A obsessão pela objetividade do conhecimento é presença

marcante em sua concepção da história. Como o processo de constituição da memória é profundamente marcado pelo sujeito, isto é, não há memória que nos seja totalmente exterior, isenta das marcas do sujeito que a produz, essa subjetividade da memória a desqualifica totalmente como objeto da história.

É dessa oposição radical que parte Pierre Nora, para quem a aceleração da história provoca a destruição da memória. Para ele, o fenômeno da aceleração fez ver a distância existente entre memória e história. A difusão da mídia na sociedade contemporânea promove "a substituição de uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade", (NORA, 1993:8) devido ao fato de que os homens vão entendendo, cada vez mais, como seu, um poder e até mesmo um dever de mudança. Aceleração e mudança fazem ver que entre história e memória tudo as opõe.

"Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra". (NORA, 1993:9) Enquanto a memória vincula-se ao vivido, estando em permanente evolução, ligada à lembrança e ao esquecimento e passível de manipulações, "a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais". (NORA, 1993:10) Enquanto a primeira liga-se ao presente, a segunda é a representação do passado. Enquanto a memória é afetiva e mágica, a história é uma operação intelectual crítica e laicizante. Enquanto a memória pertence a grupos e, por isso, há várias memórias, a história pertence a todos e a ninguém, o que a inclina para o universal, exigência de um conhecimento científico. A postura crítica do historiador deve sempre suspeitar da memória, desejando destruí-la e a repelir.

História e memória: interrelação complexa

Um conjunto relativamente recente de mudanças nas concepções epistemológicas constitui o novo cenário para se repensar as relações entre história e memória. Talvez a mais significativa delas seja a revisão na pretensão de cientificidade do conhecimento histórico, quando "... o caráter abstrato, conceitual da história transformou-se à ponto de renunciar a pretensão de tornar-se uma física social cortada pelo vivido". (DOSSE, 2003:283) Tal revisão encontra-se ligada ao retorno da filosofia do sujeito, que rejeita os ideais de objetivismo e de determinismo, lançando as bases de novos fundamentos intelectuais que concedem primazia à ação intencional e intersubjetiva, dotada de sentido. Nesse contexto multiplicam-se os estudos sobre a memória coletiva, favorecendo a sua abordagem crítica e tornando falso o dilema da

escolha entre uma história fundada no contrato de verdade e uma memória alimentada na veia da fidelidade.

Na visão de Dosse, os recentes estudos sobre a nova história social da memória demonstram que a oposição entre história e memória não é pertinente, pois que há uma interpenetração desses campos. De uma fusão total entre história e memória, praticada pelo Estado Nacional, passando por uma radical oposição entre ambas, passa-se à discussão mais problematizadora da relação entre elas, procurando entendê-la em sua complexidade. Como afirma Dosse, "Entre história e memória, o fosso não está eliminado. Deve-se evitar o impasse ao qual uma grande separação conduz, mas também a fusão dessas duas dimensões". (DOSSE, 2003:286)

Como o historiador deve tratar, então, essa relação? Tanto Dosse como Ricoeur buscam na prática psicanalítica alguns elementos para pensá-la. De acordo com a psicanálise, o paciente permite traçar o seu perfil a partir das descontinuidades e das incoerências reveladas pelo inconsciente. E isso ele o faz por duas mediações: a mediação do psicanalista, um terceiro que faz falar, e a mediação da própria linguagem do paciente, que, de alguma forma, é a de sua comunidade. Tais mediações garantem um suporte social ao relato. O paciente expressa, portanto, a internalização de uma memória coletiva que perpassa sua memória pessoal. Trata-se, assim, de uma memória que se origina em um campo ao mesmo tempo público e privado, isto é, uma memória partilhada.

A psicanálise ensina, também, ao historiador, a importância de se considerar a memória ferida de grupos ou de pessoas que tendem a recalcar os traumatismos e sofrimentos. É na esteira desse ensinamento que se pode ter em conta as reflexões de Michael Pollak (Cf. POLLAK, 1989:3-15) sobre o esquecimento e o silêncio e as do próprio Paul Ricoeur (Cf. RICOEUR, 2003) que elege, para um de seus últimos escritos, o tema do esquecimento, colocando-o no mesmo patamar e no mesmo grau de importância que os temas da memória e da história.

A memória, individual e coletiva, instrumento maior do vínculo social, espera que o historiador lhe devolva o sentido, à maneira da psicanálise. Há um forte vínculo entre história e memória, uma vez que o presente, apesar das descontinuidades, é afetado pelo passado, sobre o qual a memória é ponto de referência.

Mais do que simples objeto da história, a memória parece ser uma de suas matrizes. Para Paul Ricoeur, a memória permanece, em última instância, a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo. Resta saber, no entanto, como se opera a articulação entre história e memória, visto que suas pretensões (a da história sendo a vigilância crítica e a

da memória sendo a fidelidade ao passado) parecem antagônicas. Para Ricoeur, a defesa de uma memória "esclarecida pela historiografia" e a de uma história capaz de reanimar a memória, ou seja, a busca da "política da justa memória", (RICOEUR, 2003:13) é um desafio para a historiografia na atualidade.

Ricoeur é um pensador que tem como marca a postura de mediar posições antagônicas, mostrando a incompletude de cada teoria isolada e evidenciando seu complemento na teoria conflitante. Ele sempre propõe uma reflexão que permita articular os antagonismos, distinguindo, mas não separando. Seu pensamento busca unir e promover as articulações entre realidades e conceitos tidos, quase sempre, como antagônicos. Em "A memória, a história, o esquecimento" Ricoeur propõe uma conciliação de corte fenomenológico entre memória e história. Seu intuito é firmar que entre elas não existe uma relação de subordinação, mas uma relação dialética, ou dialógica. Seu objetivo é estabelecer uma "política da justa memória", a partir de uma historiografia crítica, que é a terapia para a patologia dos abusos da memória.

Partindo do entendimento de que não temos outro recurso melhor do que a memória para nos referirmos ao passado, Ricoeur procura abordá-la não a partir de suas deficiências, de suas disfunções, mas a partir de seus aspectos positivos. A memória vincula-se à uma ambição, à uma pretensão: ser fiel ao passado. Não há nada melhor do que ela para nos referirmos ao passado e "O testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história". (RICOEUR, 2003:41) Há uma exigência de verdade sobre as coisas passadas e essa exigência requer a retomada da memória com sua magnitude cognitiva. "Chamemos fidelidade a essa exigência de verdade". (RICOEUR, 2003:80)

Inspirado na análise psicanalítica, Ricoeur vai entender que compete à história o exercício regulado da memória, contendo seus abusos. Poderíamos dizer que, para ele, como já apontado acima, a história cumpriria, ao nível social, o que a psicologia cumpre ao nível individual: permitir superar as patologias da memória e da dor. A narrativa histórica seria a crítica que permitiria desmascarar os falsos testemunhos e os demais abusos da memória. História e memória são parceiras na representação do passado e é uma tarefa ética do historiador o uso correto e regulado da memória, evitando e denunciando seus abusos.

É quando trata da epistemologia do conhecimento histórico, na segunda parte de "A memória, a história, o esquecimento", que Ricoeur enfrenta mais diretamente a questão da relação entre história e memória, buscando situar em que medida essa relação pode ser concebida de forma complexa, vendo interrelações e complementaridade, onde só se via fusão ou exclusão. O intuito dessa abordagem é conferir à história a sua plena autonomia como

ciência humana, pela confrontação entre o objetivo de verdade da história e o objetivo de veracidade, ou, se se preferir, de fidelidade da memória. Sua pressuposição é a de uma autonomia do conhecimento histórico em relação ao fenômeno menemônico. Tal autonomia se faz, porém, pela valorização e regulação da memória e não por sua anulação.

Ricoeur adota a expressão "operação historiográfica", proposta por Michel de Certeau, abarcando os seus três momentos: a fase documental, que vai desde a declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos, com vistas à elaboração da prova documental; a fase explicativa/compreensiva, que se refere à resposta ao por quê de as coisas terem acontecido de uma e não de outra forma; e a fase representativa, que se refere à configuração literária ou escriturária do discurso, da resposta aos por quês.

É na fase escriturária da operação historiográfica que se coloca, em definitivo, a problemática da relação entre história e memória. E Ricouer pontua essa problemática a partir da retomada do mito platônico do Fedro, onde aparece a questão da invenção da escrita. Em tal mito, o que está em jogo é o destino da memória, pois que a invenção da escrita é posta como uma ameaça à memória verdadeira, à memória autêntica. Ao se entregarem à escrita, ao colocarem sua confiança na escrita, as pessoas estão confiando em algo alheio a si e, deixando de exercitar a memória, vão perdê-la. O não pensamento que vive na escrita faz com que ela expresse tão só e sempre a mesma coisa, resultando numa atrofia da verdadeira memória exercitada.

O interesse maior de Ricoeur por esse mito é a ambigüidade insuperável do *pharmakon* que o deus oferece ao rei: trata-se de um remédio ou de um veneno? "O problema de saber se o *pharmakon* da história-escritura é remédio ou veneno nos acompanhará sempre sigilosamente nesta investigação epistemológica..." (RICOEUR, 2003:182)

Assim oposto à escrita, em que consiste o discurso da verdadeira memória? É um discurso que transmite um conhecimento que se escreve na alma de quem o apreende. Ora, se é assim, a oposição com a escrita não é total, na medida em que os dois modos de discurso são escrita, são inscrições. "Porém, é na alma onde está inscrito o verdadeiro discurso (...) É este parentesco profundo que permite dizer que o discurso escrito é, de alguma forma, imagem de algo que está 'vivo' na memória". (RICOEUR, 2003:188)

Para Ricoeur, a escrita da memória, ao contrário de anulá-la, confere-lhe uma nova inteligibilidade importante, vinculada à delimitação das configurações culturais. A escrita liga-se ao poder de fazer memória e, portanto, amplia as suas capacidades. Trata-se da historicização da memória no plano da hermenêutica das configurações culturais, o que permite ter a memória sob suspeita, por sua vinculação cultural e, ao mesmo tempo,

considerá-la como prova irrefutável de algo que aconteceu no tempo. Por outras palavras, o que está em questão é a problemática da representação do passado, isto é, da presença do ausente em forma de imagem. A esse respeito, a memória continua sendo matriz da história.

O processo de historicização da memória é simétrico do processo pelo qual a história exerce sua função corretiva de verdade em relação à uma memória que exerce continuamente, para com ela, sua função matricial. Relação dialética e dialógica, portanto.

Eis a reciprocidade dessa relação que precisa ser entendida em sua complexidade. No vínculo com o passado é tão necessário o nexo direto da memória, como a ambição de verdade da história. Longe de serem opostos, história e memória são complementares e exercem, uma sobre a outra, uma fecundação recíproca. Por outro lado, longe de se fundirem, a memória é para a história a sua matriz, enquanto a história é para a memória, por seu espírito crítico, a condição de seu exercício regulado. A história deve partir dos testemunhos da memória e seu objetivo deve ser o de instruir e iluminar a memória, desmascarando os falsos testemunhos.

Bibliografia

DOSSE, F. **A história**. São Paulo: EDUSC, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Porto: Publicações Europa-América, 1982.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. *In* MACHADO, Juremir (org.). **Para navegar no século XXI**. 3ª ed. Porto Alegre: Editoria Meridional, 2003. p. 13-40

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Nº 10. São Paulo: PUC,1993. pp. 7-28.

_____. Pour une histoire au second degré. **Le débat**, 2002. p. 24-31.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p. 3-15.

RICOEUR, P. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Franceses na São Paulo oitocentista: emigração, ofícios e relações comerciais

Vanessa dos Santos Bodstein Bivar*

Resumo: Descortinar o cotidiano dos imigrantes franceses na São Paulo oitocentista também significa perceber as relações articuladas entre Brasil e França nesse contexto.
Ao longo da pesquisa tem-se denotado o quão o comércio se revela importante no dia-a-dia dessa população. Com a propagação do ideário cultural francês, em especial na segunda metade do século XIX, é estratégia de sobrevivência do imigrante articular-se a esse universo. Assim, estão presentes, dentre os ofícios urbanos, casas de negócio que vendiam artigos importados da França, os quais eram anunciados com alarde nos jornais.
Formava-se uma teia de expansão comercial francesa em concorrência aos produtos ingleses e alemães. E é sob essa égide que, para este trabalho, recorreu-se à documentação, existente em arquivos parisienses, remontante ao comércio e às relações consulares, além de bibliografia que aponta alguns questionamentos acerca dos porquês da emigração.
Palavras-chave: franceses;emigração; comércio

Summary :To uncover the day to day life of the French in São Paulo during the nineteenth century also means to perceive the articulated relations between Brazil and France in this context. All throughout the research process it is noted the importance of trade in the day to day of this population. With the spreading of the French cultural thinking, more specifically in the second half of the nineteenth century, it is the survival strategy of the immigrant to insert himself to this universe. Therefore, present among the urban tasks, are business houses that sold imported French articles, which were advertised with ostentation in the newspapers.
With this, an expansion web of French trade was formed, competing with the English and German products. It is under this aegis that, for this project, documentation found in Parisian files were used, in reference to trade and consular relations, in addition to bibliography that points out some questionings regarding the reasons to emigrate.
Key words: French people, emigrate; trade.

Do ponto de vista econômico, a França no Segundo Império e em especial a partir dos anos de 1850, passou por um período de desenvolvimento sob diversas facetas: expansão dos transportes, tanto no que se refere à malha ferroviária, quanto à navegação; favorecimento de bancos e sociedades financeiras de modo a fomentar o investimento de capitais; e crescimento industrial, inclusive com a incorporação de descobertas e inovações técnico-científicas reveladas, por exemplo, por ocasião das Exposições Universais.

Não obstante o setor agrícola ter concentrado peso importante no que tange à distribuição da população ativa e à economia como um todo, é patente que a atividade

* Doutoranda em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

industrial ganhou impulso, trazendo consigo um crescente processo de urbanização e de incentivo ao comércio exterior.

E é justamente nesse sentido, o da expansão comercial, que os interesses franceses se voltaram para o Brasil, o qual era então uma das brechas na América Latina para o consumo de produtos industrializados. Estes últimos compunham-se basicamente das chamadas *nouveautés* – artigos de luxo que abrangiam desde vestimentas à mobiliários, além dos vinhos. Logo, é sob esta tela que é pintada toda uma estrutura que, percebida através da documentação produzida pelo governo francês, lançava os olhos oficiais à preocupação com estratégias de inserção e, portanto, de exportação de seus manufaturados frente à concorrência das indústrias alemãs e inglesas.

No Brasil, assim como em diversos outros países, a França lançava a sua representação consular à medida em que as relações comerciais se estreitavam. Inicialmente, as cidades portuárias cujos mercados regionais se sobressaíam alicerçavam os consulados permanentes – Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Nesse meio, São Paulo e outras localidades do Império possuíam tão somente agentes consulares subordinados aos cônsules.

A dinâmica de trabalho desses representantes franceses tinha como um dos principais veios formar uma verdadeira rede de informações que se dava através do envio de relatórios e cartas, esmiuçando as diversas possibilidades e entraves da expansão comercial francesa nos territórios sob sua jurisdição.

Essa teia de dados caminhava por algumas instâncias. Em geral, o cônsul recolhia informações junto aos agentes consulares, elaborava um relatório e o enviava ao Ministério das Relações Exteriores onde, por sua vez, eram feitas outras apreciações que anexadas às ditas análises, seguiam para o Ministério da Agricultura e Comércio. Processados, os dados eram então disponibilizados, assim como - tendo os mesmos por base - estratégias eram articuladas aos negociantes e industriais cujo fulcro remetia-se à expansão de mercados para seus produtos, não só com vistas ao mercado consumidor brasileiro propriamente, mas também às matérias-primas necessárias à produção francesa que poderiam dali ser fornecidas.

No Brasil, a Província de São Paulo possuía agentes consulares em Santos e na capital, subordinados ao Consulado do Rio de Janeiro. Foi somente no decorrer da República que a cidade de São Paulo ganhou o status de abrigar um consulado permanente, segregando sob sua jurisdição as agências consulares do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, a questão é que tanto para Santos, como para São Paulo, denota-se uma estabilidade por anos a fio na ocupação desse cargo. Durante duas décadas, de 1860 a 1880, Charles Marquois foi o agente responsável por São Paulo e por 11 anos, Bousquet esteve

neste posto em Santos, passando de 1880 a 1889 a ser o agente vice-cônsul, imbuído de ambas as cidades, Santos e São Paulo.

Não obstante, o assunto que tratamos aqui ser basicamente o do flanco comercial, vale relembrar que na prática, percebe-se ingerência dos cônsules franceses não só nas questões que envolvem o universo do comércio, mas também nas diversas instâncias da vida dos compatriotas moradores na São Paulo da segunda metade do século XIX. Assim, documentos encontrados nos arquivos brasileiros como inventários, testamentos, processos de casamento, divórcio e crime, mostram as facetas de sua atuação no cotidiano.

Por outro lado, no sentido da inserção comercial de artigos de fabricação francesa tinha lugar uma preocupação em específico: a concorrência que desfalcava em boa parcela o consumo de seus produtos de exportação.

Na última década do século, através do consulado permanente da França e a pedido do Ministério das Relações Exteriores, deu-se uma enquête junto aos negociantes franceses há anos viventes em São Paulo sobre as causas da diminuição da participação do comércio da França na região. E aí uma série de perguntas foram feitas e problemáticas apontadas a esse respeito, com o intuito de detectar pontos e buscar soluções. Como não havia qualquer Câmara de Comércio articulada por franceses em São Paulo, o consulado – dirigido indiretamente pelo Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura – acabava por abarcar uma função unificadora, de criar união entre os negociantes, fazendo-os pensar conjuntamente sobre o mercado para os produtos franceses. Assim, os próprios compatriotas envolvidos no comércio forneciam informações e mesmo dirigiam-se aos agentes consulares, e depois aos cônsules permanentes, para reclamar de qualquer entrave em seus negócios como, por exemplo, as tarifas alfandegárias e a falta de pagamento de alguns credores.

Não se deve achar, porém, que as relações entre o consulado e os franceses que ali moravam eram tão intrínsecas a ponto do primeiro deter controle sob os segundos. Pelo contrário, nas tentativas de levantamento do número de franceses alocados na cidade de São Paulo era corrente a idéia de que a estimativa era falha. Em 1889, o agente consular ao prover em relatório informações sobre a Província de São Paulo constatou que amealhar esse número era quase impossível, na medida em que "nossos compatriotas se retiram, seja ao interior, seja ao estrangeiro, seja a França, sem informar ao vice-consulado"[1]. E esta é questão pertinente àqueles que se matriculavam, ou seja, iam ao consulado e davam parte de sua existência e de seu endereço. Porém, há ainda aqueles que, constituem boa parcela, os quais sequer se apresentavam. Inclusive, nesse mesmo relatório foi elucidado que muitos franceses

[1] AN. Cota F12-7052.

desembarcavam no Brasil sem qualquer documento que indicasse nacionalidade, o que tornava mais difícil a intervenção consular[2]. Então, na segunda metade do século XIX, muitos imigrantes franceses viviam em São Paulo, mesmo que não documentados pelo agente consular.

Não só através das declarações dos próprios comerciantes e relatórios passados aos ministérios da França, mas também a partir das tabelas comparativas da entrada de produtos de importação e navios, detecta-se que depois de 1870 implicava em concorrência para além da Inglaterra, a Alemanha, Itália e Áustria que então desenvolviam suas indústrias e marinha mercante.

Os produtos franceses eram reconhecidos sob as facetas qualitativas de confecção superior, elegância e renome. Porém, o conjunto mais abastado da população consumidora desses artigos – que, inclusive, através de viagens comprava diretamente da Europa – constituía-se em uma pequena parcela do mercado. Em São Paulo, os próprios cônsules apontavam para isso em "considerações sobre as causas de ordem geral que obstam o crescimento de nosso comércio no Brasil"[3]. Sob este ponto de vista, propunha-se atentar para a camada mediana da população, mais numerosa e que constituiria a força, a garantia e a estabilidade dos estabelecimentos comerciais ali alocados.

O consumo cotidiano desse estrato populacional mediante à concorrência é também foi foco de ação dos agentes consulares. Vários relatórios e enquêtes com os negociantes franceses locais discorrem sobre o assunto. Na segunda metade do XIX, ainda antes do advento da chamada imigração de massas, os alemães eram a grande preocupação. Seus produtos atraíam a atenção da clientela, assim como dos próprios negociantes franceses pelos preços baixos e pela boa condição de crédito. Em contrapartida, os artigos provenientes da França eram mais caros, além das casas comerciais e dos industriais com os quais fazia-se a importação não darem facilidades de crédito, exigindo o pagamento quase imediato e isso a despeito dos produtos encomendados demorarem cerca de três meses para chegar ao Brasil. Todo esse conjunto corroborou em entraves à transação comercial.

A concorrência alemã também prejudicava o comércio francês através das contrafações. Produtos, etiquetas e marcas de fábrica francesas eram imitadas por alemães. Sabão, água, vinhos, tecidos, medicamentos e perfumaria, por exemplo, poderiam ser correntemente encontrados no mercado, inclusive em casas de franceses, com a conivência dos próprios compatriotas. Catálogos e casas intermediárias entravam nesse jogo, oferecendo

[2] Idem
[3] AMAE. Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 1 (1895-1896)

reduções nos preços e alguns negociantes franceses, visando seus próprios interesses na saída de produtos e no conseguinte lucro, não deixavam de aceitar as propostas.

Os agentes consulares apontavam a qualidade dos representantes comerciais alemães, versados nos produtos que representavam e pesquisadores das necessidades de consumo da população local. Mediante esse quadro, uma série de sugestões foram mandadas através desses relatórios para os ditos ministérios da França com o intuito de reverter a situação. Falava-se: da necessidade de instituir sindicatos encarregados de estudar as falsificações e indicar possibilidades frente à concorrência estrangeira; em fomentar instituições de crédito, agências de informações e mesmo a implantação de bancos franceses; enviar representantes permanentes, com maior qualidade, experientes, que falassem a língua do país e esmiuçassem os gostos da população para a introdução certa de produtos; aos fabricantes e às grandes casas comerciais que fossem mais flexíveis em relação ao crédito e reduzissem os preços dos artigos; em lançar mais meios de sedução do público através de propagandas; enfim, fazer com que os franceses envolvidos no comércio em geral tanto na França, como também nos próprios mercados consumidores – em São Paulo, o consulado tentava atuar nesse sentido de união – compreendessem que "deve-se fazer um esforço coletivo no estrangeiro"[4] com o fim de lutar contra a concorrência. Nesse prisma, a união que tentava-se imprimir funcionaria como mecanismo fortificador e de coesão dos interesses comerciais franceses.

A despeito de todo esse contexto que envolve estratégias de inserção comercial com a emigração por meio das articulações oficiais do governo francês, há, sem dúvida, todo um outro conjunto que permeia a vivência do indivíduo em si. A decisão de emigrar não é incólume, mas desvenda um complexo de situações sócio-econômicas pertencentes ao cotidiano, ligadas, por exemplo, à agricultura, às atividades urbano-industriais, ao crescimento populacional e a mudanças na sociedade como um todo. O desejo de ascensão econômica, de melhorar de vida através de outras oportunidades e mesmo fugir da miséria fazem parte do universo do emigrante, do qual o francês não estava excluído. Muito pelo contrário, a História da França da segunda metade do século XIX está repleta de segregações sócio-econômicas. Em Paris "se acumulavam elementos pobres, 'inadaptados ou perigosos', cuja miséria material ou moral os coagiam a partir"(DAUVERGNE, 1963: 4). As crises econômicas agrícolas e o crescente desaparecimento do artesanato domiciliar foram elementos que consubstanciaram a emigração de jovens "que saem, sobretudo, para escapar da miséria" (BONNAIN, 2000: 64).

[4] Idem.

Durante longo período a emigração francesa como tema, assim como o seu estudo, foram relegados a segundo plano e mesmo negligenciados. Nos países receptores era ignorada e pelos historiadores franceses vista como fenômeno marginal. A explicação tradicional para a falta de análises é a de que o número de emigrantes franceses é menor se comparado aos contingentes de outras nacionalidades, e que parcelas destes foram destinados às colônias da França. Sabe-se, entretanto, que ao nível da micro-história grupos menores ainda são estudados. Logo, o silêncio dos historiadores não pode ser explicado tão só pelas relativamente pequenas porcentagens de saída. François Weil direciona essa explicação à construção da historiografia francesa, ligada ao republicanismo. Quando se deram os vultos da emigração de massas, a idéia de nação já estava construída. E a afirmação do nacional dava-se também no âmbito historiográfico, no qual, então, não havia espaço para aqueles que rompessem o contrato social que os ligava ao destino da nação, ou seja, que saíssem, deixassem a França (WEIL, 2000). Ademais, não havia interlocução entre os historiadores franceses e os historiadores dos países de acolhida, na medida em que era premente a forte distinção que fazia-se entre a História da França e a História de outras localidades.

Por outro lado, quanto aos números de imigrantes, já em 1884 Gustave Lagneau – membro da Academia de Medicina e presidente da Sociedade de Antropologia – salientava que a emigração francesa para o outro lado do Atlântico existia – para além da emigração às colônias – e que em realidade era em porcentagem bem maior do que aquela que se apresentava. Dentre as principais fontes de época, destacava os passaportes, as enquêtes feitas por cônsules fixados no estrangeiro e os dados obtidos através do serviço de emigração. Discorrendo sobre cada uma, aponta as suas lacunas de abrangência. Em primeiro lugar, comenta que a partir de 1860 o uso do passaporte não era mais obrigatório. Em segundo, que poucos dos compatriotas moradores fora da França se matriculavam nos consulados. E, finalmente, para dispor de como os números levantados eram inferiores aos reais, argumenta que o serviço de emigração, localizava-se somente nos principais portos de saída, quais sejam, Bordeaux, Havre, Bayonne e Marseille e nestes havia controle apenas dos navios que partissem com mais de 40 passageiros. Então, torna-se imperante contar os que estão fora dessa lista, ou seja, aqueles que embarcavam em outros portos, inclusive, fora da França e em naus com menos de 40 tripulantes.

Bonnain, por sua vez, em publicação recente elucida que "malograda a opinião geralmente aceita de que os franceses não se expatriam" (BONNAIN, 2000: 61), entre 1806 e 1914 cerca de 1.600.000 pessoas emigraram da França, fator esse que não deve ser

desprezado, pois revela que trata-se de pequeno ou moderado contingente emigratório e com historicidade, mas não nulo.

Por conta disso, o movimento emigratório deve ser considerado em um contexto regional, de localidades - de cada vila, cidade ou distrito - e não nacional. O que serve tanto para a região receptora, como para a de saída. Nesse sentido, na última década esforços historiográficos têm sido feitos para desnudar o universo da emigração francesa para regiões da Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai e Estados Unidos, de maneira a elencar fatores diversos referentes a vida desses emigrantes. Segundo esses estudos, a maior parte constituía-se de homens solteiros e em idade adulta, vindos de localidades periféricas e montanhosas da França com o intuito de se estabelecerem e prosperar economicamente.

Uma vez emigrados, voltavam-se principalmente para os meios urbanos, desempenhando, dessa forma, atividades citadinas e em geral ligadas ao comércio. São padeiros, relojoeiros, ourives, costureiros, cabeleireiros, além de cuidarem de pensões, hotéis e cafés. E essas são atividades agregadoras, que integram. Logo, para além da tendência nata de procurarem seus compatriotas em um meio estrangeiro, que é a localidade de imigração, também no trabalho esse processo se dava. Franceses contratavam franceses, compravam e vendiam produtos da França, ensinavam sua língua e ministravam lições de piano. Em suma, o cotidiano dos imigrantes franceses era por si só irradiador de influências culturais e por conseguinte comerciais.

A pesquisa acadêmica, não obstante o aumento do número de trabalhos, ainda engatinha no conhecimento sobre a imigração francesa. E a tendência é não permanecer estanque e sim avançar, na medida em que a fundação de associações patrimonialistas, que buscam resgatar o passado, chamam a atenção dos historiadores para o assunto. Descendentes de imigrantes franceses que se fixaram principalmente na região do Prata, reúnem-se sob o auspício institucional, trazendo memórias reconstituídas através da História Oral, documentos e fotos, de maneira a preservar a história de seus antepassados. É assim que funcionam a *Association Savoie-Argentine, Association Haute-Saone* – França/México, *Association Rouergue-Pigue* (Argentina), *Association Franco-Argentine de Béarnais*, dentre outras. Como pode-se perceber a maior concentração desse tipo de instituição é a Argentina, destino mais corrente dos franceses na América Latina (BRUNETON, 2005).

De toda forma, a frase de François Weil é alusiva dos momentos presente e vindouro: "mudamos de uma era em que o problema era o silêncio dos historiadores acerca da emigração francesa, para um novo período no qual o problema se tornou a própria migração francesa" (WEIL, 1996: 456), saindo das sombras de um silêncio enigmático.

Fontes Manuscritas

- Archives du Ministère des Affaires Étrangères (AMAE)
Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond St. Paul. Tomo 1 (1895-1896) ; Tomo 2 (1897).
- Archives Nationales (AN)
Série F12 – Commerce et Industrie

- 2698 e 2699: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias de Bahia, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo (1823-1873).
- 7426: correspondência entre o Ministère du Commerce et d´Industrie e o Ministère des Affaires Étrangères sobre os problemas do comércio exterior, e documentos relativos à figura do representante comercial (1845-1848).
- 7052: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (1879-1906).
- 9218: relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos dirigidos ao o Ministère des Affaires Étrangères relativos às províncias de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Bahia e São Paulo (1868-1891).

Fontes Impressas

- Bibliotèque Historique de la Ville de Paris (BHVP)

- LAGNEAU, Gustave. *L´emigration de France*. Paris, 1884.
- GUIDE de l´émigrant au Brésil. Paris : Libraire Charles Delagrave, 1889.
- MARCHAND. A. ; HÉROS, E. *Le Brésil a l´Exposition de Paris 1889*. Paris : A. Taride, 1889.

- Archives du Ministère des Affaires Étrangères (AMAE)

- ANNUAIRE diplomatique et consulaire de la République Française. Paris: Berger-Levrault et Cie. Anos consultados : 1858 a 1889.

- Institut National d´Études Démographiques (INED)

- CHEYSSON, Emile. *La question de la population en France et a l´étranger*. Rapport fait à la Société d´Économique Sociale. Paris : Imprimiere de l`Etoile, 1883.

Bibliografia

BONNAIN, Rolande. Migrations et inscription urbaine des Pyrénéens en Amerique du Sud au XIXe. siècle : Montevideo et Caracas. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 61-76, 2000.
BOURDELAIS, Marjorie. Les immigrants français à la Nouvelle-Orléans au XIXe. siècle: une longue stabilité des formes d´intégration. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 27-42, 2000.
BRÈGEARD, Olivier. Une communauté fragile : les français de New York au milieu du XIXe. siècle. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 43-60, 2000.

BRUNETON, Ariane (dir.). Histoire et mémoire de l´émigration française vers les Ameriques : initiatives et expériences institutionelles et associatives. *Migrance*, n. 26, 2005.
DAUVERGNE, Robert. Paris, foyer d´emigration au cours des âges. [S.L.] : [s.n.], 1963.
GEBOD, Paul. Parisiens et parisiennes hors de France au milieu du XIXe. siècle (1846-1860). *Revue Historique*, n. 604, p. 287-295, 1997.
GEO, R. H. *Les intérêts franco-brésiliens :* nos millards au Brésil. Paris : Chronique Latine pour la défense des intérêts français en Amérique du Sud, 1919.
GILA, Álvarez. La formation de la coletividad inmigrante vasca en los paises del Rio del la Plata (siglo XIX). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 10, n. 30, p. 299-330, 1995.
HOUDAILLE, Jacques. Les français à la Nouvelle-Orléans (1850-1860). *Population – revue de l´INED*. n. 6, p. 1245-1250, 1996.
MENEZES, Lená de Medeiros. Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia: EDUFU, v. 12, nº 15, p. 61-82, ago/dez 2004.
ROSENTAL, Paul-André. La migration des femmes (et hommes) en France au XIXe. siècle. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 107-135, 2004.
TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal : UFRN. Ed. Universitária, 1995.
WALLE, Paul. *Au Brésil, de l`Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: E. Guilmoto, 1910.
WEIL, François. French migration to the Americas in the 19th and 20th centuries as a historical problem. *Studi Emigrazione*. Roma, XXXIII, n. 123, p. 443-460, 1996.
_____. Les migrants français au Amériques (XIXe. –XXe. siècles), nouvel objet d´histoire. *Annales de Démographie Historique*. Paris : Belin, n. 1, p. 05-10, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Comissão Nacional do Livro Didático (1938- 1945) no Arquivo Gustavo Capanema: um capítulo à parte.

Rita de Cássia Cunha Ferreira*

Resumo: O arquivo pessoal de Gustavo Capanema possui importantes documentos referentes às políticas públicas realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde durante o regime do Estado Novo. No que tange a política educacional, especificamente o controle da produção e uso dos livros didáticos, o arquivo possui projetos de lei, parte dos papéis administrativos da secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático, cartas e rascunhos que permitem o mapeamento da influência de diversos setores, como os católicos, militares e editores no processo de elaboração das leis. A forma como Capanema, autor do projeto, se apropriou destes elementos externos para reformulação da proposta inicial e a disposição do que seria guardado ou não sobre esta atividade do MES, compõem uma linha, ainda que frágil, do percurso das idéias no campo político e as interferências do meio social.
Palavras - chaves: Estado Novo – Políticas educacionais – livros didáticos

Abstract: The personal archive of Gustavo Capanema contains important documents which refer to some of the public policies that the Brazilian Ministry of Health and Education implemented during the regime of the New State (Estado Novo). In respect to the National Educational Policy, more exactly about the control on production and use of didatic books, the archive holds law projects, as part of administrative documents of the Department of National Commission of Didatic Book, some letters and drafts that permit mapping the influence of several segments, such as catholics, militants and publishers in the proccess of making laws. The way in wich the author of this project (Capanema) made use of all these external elements to reformulate the initial proposal and the arrangement of what would be hold or not about the MES (Ministry of Health and Education) activity, compounds a line of the political ideias and the social enviroment interference.
Key- words: New State – Educational policies – didatic books

Os arquivos pessoais tornaram-se importante fonte histórica porque além de fornecerem documentos relevantes para a construção de uma história da escrita de si, por meio da análise de correspondências, diários e memórias, quando o arquivo pertence a uma autoridade política, como no caso de Gustavo Capanema, ele oferece também uma série de documentos referente à sua atividade como homem público, possibilitando o mapeamento do processo de construção de um projeto estatal e preenchendo com documentos inéditos lacunas de trabalhos bibliográficos que partem somente de fontes oficiais encontradas em arquivos

* Unesp- Assis , mestranda, bolsista CNPq.

públicos que, muitas vezes, para determinados períodos e temas, possuem documentação esparsa que não permitem a problematização de uma pesquisa mais aprofundada.

Importantes trabalhos que tratam das políticas públicas de cultura e educação desenvolvidas entre os anos de 1930 e 1940 encontram no arquivo pessoal de Gustavo Capanema um forte aliado. Doado pelo titular, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - RJ) em 1980, o arquivo possui mais de 200 mil documentos composto entre manuscritos, livros, folhetos, periódicos, recortes de jornais, mapas, plantas, fotografias e discos que variam entre os anos de 1914 e 1982[1]. Os trabalhos desenvolvidos por esta instituição apresentam balanços significativos sobre as potencialidades de pesquisas no arquivo[2], porém, o esforço interpretativo se atém, na maioria das vezes, a análises amplas que delimitam as rupturas e continuidades das políticas públicas que se desenvolveram no período e as que se seguiram pós Estado Novo.

Ainda são poucos os trabalhos que empreendem análises verticalizadas do período, a fim de avaliar em detalhes, os pequenos alicerces que constituíram a ação do ministério, especificamente no campo educacional, que nem sempre seguiu uma linha contínua e unidirecional.

A Comissão Nacional do Livro Didático foi a primeira comissão instituída pelo Estado brasileiro com objetivo de centralizar o controle da produção, utilização e autorização dos livros escolares em todo território nacional. A iniciativa avaliava tanto aspectos ideológicos como questões técnicas e pedagógicas e fazia parte de um rol de medidas intervencionistas no campo educacional com objetivo de propagar uma leitura de mundo ampla e homogênea de acordo com interesses estatais.

Posta num alto posto da hierarquia administrativa do Ministério juntamente com a Comissão Nacional do Ensino Primário (1938), a Comissão Nacional do livro Didático estava submetida diretamente às decisões do ministro e equiparada ao poder de influência do Conselho Nacional de Educação. A política estabelecida dentro destes dois grupos era fundamental para organizar de maneira correta, a identidade nacional proposta pelo governo e suas decisões influenciavam diretamente na ação de seções inferiores, era só depois de passar pelo filtro delas que o departamento nacional e as divisões de ensino poderiam tomas medidas referentes às questões discutidas.

A preocupação com o que seria veiculado nos livros didáticos, tanto nos aspectos técnicos como formatação, material, feições gráficas e valor didático, como no conteúdo, com a difusão do idioma e noções básicas de geografia e história da pátria, formação cívica e moral que determinariam a base da formação do cidadão político, exigiram uma série de

estudos preliminares por parte do Ministério de Educação e Saúde na tentativa de organizar da melhor maneira possível o controle desta política.

Embora a organização estatal tenha elaborado o projeto em seus mínimos detalhes a atuação da Comissão Nacional do Livro Didático mostrou-se precária e ineficiente causando polêmica entre autores, editores e opinião pública. A lentidão na avaliação dos processos, o conflito ideológico entre os censores e a estreita relação destes com as editoras impossibilitaram a realização plena do projeto estatal, o que pode ser visto diante da dificuldade de se localizar livros didáticos do período que tenha algum indício de ter passado pelo processo de avaliação. As pressões externas levaram a modificações constantes do projeto e os resultados esperados não foram significativos para tornarem-se objeto de um estudo mais aprofundado no campo da história da educação.

Porém, no que refere ao percurso das idéias no campo político, o arquivo pessoal de Gustavo Capanema apresenta, nas pastas referentes à Comissão nacional do Livro Didático, um rico material que desvenda parte dos bastidores de uma política de Estado e os meandros de sua elaboração que estão relacionados a aspectos não só ideológicos, mas também as redes de sociabilidades, interferência de grupos com interesses políticos e econômicos, como no caso das editoras, que exigiam o remanejamento constante na proposta do projeto e sua prática.

Composto por aproximadamente 200 documentos que vão desde rascunhos de projetos de lei e documentos oficiais, relatórios e atas pertencentes à secretaria da comissão, cartas e manuscritos, o arquivo torna-se peça chave não só porque Gustavo Capanema esteve à frente do ministério durante onze anos consecutivos dando continuidade e estabilidade às políticas desenvolvidas pelo governo, como reuniu em torno de si intelectuais de diferentes matizes políticas, abrindo um leque de possibilidades na seleção dos funcionários que constituiriam o sistema burocrático do ministério.

Ministro da Educação, idealizador e responsável pelo encaminhamento do projeto, Gustavo Capanema reuniu em seu arquivo pessoal uma série de documentos oficiais e confidenciais que possibilitam o mapeamento da influência de diversos setores, como católicos, militares e editores no processo de elaboração das leis.

Dentro do arquivo é possível perceber o cuidado com a construção do projeto e delimitações que seriam impostas pelo decreto-lei, por meio do número de rascunhos e cartas com sugestões de acréscimos e supressões de diferentes órgãos educacionais e como, ao longo de um ano a proposta foi se delineando até tomar a forma oficial no decreto-lei 1006 de dezembro de 1938. A minuciosidade com que foram escolhidos os censores que constituiriam

a comissão de avaliação dos livros, com extensivas listas de possíveis integrantes que deveriam ser escolhidos de maneira adequada para por em prática o projeto estatal e o volume de correspondências tanto de setores internos do governo como de educadores e editores que, de alguma maneira, opinavam e interferiam na construção da lei.

Após a publicação do decreto-lei e da efetivação da Comissão Nacional do Livro Didático, Gustavo Capanema guardou as atas e relatórios elaborados dentro da secretaria da comissão e dispensou atenção especial aos entraves do desenvolvimento da política diante de questões que não haviam sido planejadas anteriormente, como o excesso de livros que chegavam para avaliação e o pequeno número de censores para realização dos trabalhos. De acordo com os relatórios elaborados pela secretaria da comissão há indicações de que até maio de 1941 haviam dado entrada ao processo de avaliação 1986 livros escolares de diversas áreas e deste total apenas 40 haviam sido examinados e 44 em andamento.[3]

Cartas de editores e departamentos de ensino de diferentes estados reclamavam sobre a demora no processo de avaliação, com novas sugestões e críticas ao encaminhamento dos trabalhos e a íntima relação entre os censores, muitos dos quais eram autores de livros didáticos, fizeram com que o decreto-lei fosse revogado inúmeras vezes em questões relativas a fixação de prazos para entrega das avaliações que não chegaram aos resultados esperados pelo Ministro até o final de 1942 com o declínio do regime do Estado Novo.

Porém, a forma como Capanema, autor do projeto, se apropriou destes elementos para reformulação da proposta inicial e a disposição do que seria guardado ou não sobre esta atividade do Ministério de Educação e Saúde, demonstram que, os esforços de intervenção do Estado nesta política de controle estavam sujeitos a fatores e intersecções que iam além das questões ideológicas e compõem uma linha, ainda que frágil, do percurso das idéias dentro do ministério e a maneira como elementos externos influenciaram a dinâmica política.

[1] FRAIZ, Priscila. Arquivos pessoais e projetos autobiográficos: o arquivo Gustavo Capanema. In: GOMES, A. (org). *Capanema: o ministro e seus ministérios*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2000.

[2] Doado em 1980, o arquivo Gustavo Capanema, devido ao seu grande volume documental, demandou anos para o mapeamento e organização do acervo para depois ser aberto ao público. A publicação do livro *Tempos de Capanema* (1984), foi a primeira tentativa de investigação sobre o conteúdo do arquivo. Entre 1997 e 2001 em decorrência das comemorações dos 60 anos do início do regime Vargas, do centenário de nascimento de Gustavo Capanema e do cinqüentenário do suicídio de Getúlio Vargas publicou-se outros novos balanços como: PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; GOMES, Ângela C. (org). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de janeiro: Editora FGV, 2000; a reedição de SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. / Simon Schwartzman; Helena Bomeny e Vanda Costa. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000 e BOMENY, H. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

[3] Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta IV, fotolito 838/1 e 839. Data: 12 de maio de 1941. CPDOC – Rio de Janeiro.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Política de Direitos da Criança e do Adolescente: financiamento e controle social

Eliana Silvestre*

Resumo: A pesquisa objetiva o estudo da política de direitos da criança e do adolescente no Brasil, enfocando dois de seus aspectos: a gestão do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) e o controle social da política. O FIA é um fundo especial, criado pela Lei n. 4.320 de 1964 e assumido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 1990. A delimitação do período de análise a partir de 1990 deve-se a essa regulamentação. O estudo privilegiará a gestão do fundo especial e o seu controle tomando-o na sua relação entre os três conselhos: o Conselho Nacional, o Conselho Estadual do Paraná e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maringá/PR. Os dados coletados serão cruzados com os dados coletados dos Fóruns e Conferências dos Direitos da criança e do adolescente nos âmbitos municipal (Maringá), regionais e estaduais (Paraná) e Nacional.
Palavras-Chave: criança e adolescente, financiamento, controle social,

Abstract: This research aims the study of the politics of child's rights and adolescents in Brazil, focusing two of its aspects: the managing of the Found for childhood and Adolescence (FIA) and social control of politics. FIA is a special found created by the law 4.320 of 1964 and assumed by the Statute of Child and Adolescent, Law 8.069 of 1990. That regulation has delimited the analysis period since 1990. The study will privilege the management of the special found and its control focalized from its relation among the three councils: the National Council, the State Council of Paraná and the City Council of Child and Adolescent's Right of Maringá/PR. The collected data will be crossed with the collected data from the Forum and Conferences of Child's and adolescent's rights in the City (Maringá), regional and State (Paraná) and national field.
Key Words: Child and adolescent, financing, social control.

Introdução

O presente texto é parte da reflexão sobre a política de direitos da criança e do adolescente no Brasil, no enfoque de dois de seus aspectos: a gestão do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) e o controle social dessa política, a partir de 1990, período em que o FIA foi regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF) é considerada um marco de expressão de um direito de cidadania política (participação e controle social) e social

* Advogada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestre em História pela UEM/PR, Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista/UNESP - FCLAr/SP.

(proteção integral) referente à infância no país. A Carta Magna fixa os critérios de acesso universal e integral às políticas públicas e responsabiliza o Estado na sua consecução. Também estabelece ser responsabilidade de todos – da Família, da Sociedade e do Estado – a proteção digna e adequada para todas as crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamenta a política de direitos estabelecida na Constituição. A categoria criança e adolescente, na legislação, na condição de sujeito de direitos, tanto porta ação quanto sofre ação de outrem, quem tem o direito de agir, tem o dever de responder por determinados atos contrários à regra constitucional, já que o direito é universal, ou seja, aplica-se a todos. Da mesma forma, os que agem contra os direitos de crianças e adolescentes também respondem pela violação (família, sociedade e Estado).

Observamos a importância das práticas sociais de mobilização da sociedade brasileira na luta pela conquista dos direitos da criança e do adolescente, que tomada como uma experiência nos permite pensar os direitos humanos e as mudanças paradigmáticas colocadas em movimento.

Os reclamos da sociedade refletidos na mobilização em torno da denúncia dos casos de violação dos direitos humanos da população infanto-juvenil utilizou-se de diferentes formas de pressão: denúncias, protestos, proposições envolvendo diversos sujeitos sociais, representantes das mais variadas organizações, profissionais que atuavam no cotidiano das instituições da sociedade, além das crianças e adolescentes.

Uma das manifestações mais importantes desse período foi a consolidação e articulação nacional que simbolizou a causa da Infância no país e todo o processo de luta em favor do denominado Movimento Nacional, que passou a simbolizar a causa da Infância no país, o Movimento Nacional de Meninos e Meninos de Rua formalmente criado em 1985. Ele foi constituído por educadores sociais e pelos próprios meninos e meninas em situação de/na rua. Sua sede era em Brasília/DF, com comissões estaduais em 23 estados da Federação, além de comissões locais/municipais que exigiam vez e voz na garantia de seus direitos (PEREIRA, 1998: 96-98).

Estes novos movimentos sociais desencadearam mutações no interior do movimento, tornando-se protagonistas da mudança paradigmática da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral. Visavam, dentre suas prioridades, a desconstrução da identidade social menor por uma identidade social de criança e adolescente.

No ramo do Direito, o termo *doutrina* indica, conforme Bobbio (1997) "o estudo e a elaboração das normas jurídicas e a interpretação teórica do Direito", quando se aplicam os procedimentos legais e ainda quando se busca por justiça (BOBBIO, 1997: 382).

Os debates sobre a produção jurídica na temática da Infância resultaram na aprovação do principal documento internacional denominado Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. O governo brasileiro ratificou-a em 21 de novembro de 1990 conforme Saraiva (1990)e, cumpriu tais determinações no plano formal, nos artigos 5º (direitos fundamentais) e 227 da Constituição de 1988, e conseqüentemente, em sua legislação específica, o Estatuto de 1990.

Da década de 1980 até os dias atuais na área da infância, observamos a entrada em cena das Organizações Não Governamentais (ONGs); e a participação da sociedade civil na elaboração da CF (1988) e do ECA de 1990. Após a aprovação dessa legislação, ocorreu a criação e regulamentação dos Conselhos de Direitos e Fundos de Direitos nos três âmbitos da administração pública e dos Conselhos Tutelares no âmbito municipal. E, ainda, os fóruns e conferências de direitos, considerados espaços públicos de debates sobre o tema da infância, continuaram ocorrendo no país. O tema do controle social e financiamento da política de direitos foi destaque na VI Conferência Nacional dos Direitos em 2005.

Outro exemplo foi a articulação universal em torno do Fórum Social Mundial (FSM), realizado no Brasil em Porto Alegre, nos anos 2001 e 2002. Ali reúnem-se representantes de países ocidentais e orientais, de desenvolvimento sócio-econômico-político centrais e periféricos que, com suas especificidades, buscando uma nova ordem comum: um outro mundo possível. Crianças e adolescentes também participaram desse movimento, por meio de atividades protagonizadas por eles através do "Forunzinho Social Mundial" (SILVESTRE, 2002: 151).

E, o debate sobre a idade mínima de responsabilização penal, na última década do século XX, foram apresentadas no Congresso Nacional mais de doze emendas constitucionais exigindo a alteração da idade mínima, variando de dez a dezesseis anos de idade (SARAIVA, 2001).

Ressaltamos, que a concepção e o trato (práticas) no campo da infância é sempre uma tarefa complexa e desafiadora. Assim como é complexa a tarefa de "discussão do significado da noção de "controle social" no pensamento social" conforme Alvarez (2004: 168).

Desenvolvimento da temática

A política de direitos da criança e do adolescente tomada neste texto, é a que se refere ao arcabouço jurídico-institucional (lei e sistema de garantia de direitos) destinado à parcela da população entre doze e dezoito anos de idade e, em condições especiais entre 18 e 21 anos (ECA, art. 2º e parágrafo único). A conseqüente política será realizada "por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios" conforme art. 86 do ECA.

Tal política é realizada por meio de instituições e órgãos que se incorporam a um Sistema de Garantia de Direitos, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública, Poder Executivo, Poder Legislativo e demais instâncias como Conselhos Tutelares (esfera municipal), Conselhos dos Direitos e Fundos Públicos (três âmbitos da administração), conforme dispõe o art. 88 do ECA. A política de direitos é financiada pelo orçamento público e demais recursos, sejam ou não de doações subsidiadas. Na sua forma complementar, a política de direitos recebe, entre outras receitas, as que são repassadas aos FIAs. Os Fundos são vinculados aos Conselhos de Direitos, a quem cabem fixar critérios para utilização dos recursos, implicando na elaboração de planos de aplicação (parágrafo 2º, art. 260 do ECA). Contudo, a responsabilidade gerencial compete ao Poder Executivo, desde que respeitadas a destinação, o acompanhamento e o controle dos Conselhos de Direitos.

Na área da infância, o Fundo (FIA) é previsto em lei no sentido de contribuir no financiamento da política de direitos juntamente com os recursos governamentais. Os conselhos (com caráter deliberativo) têm a responsabilidade de deliberar sobre a política de direitos e de exercer o controle social sobre a implantação, implementação, financiamento e gestão desta política.

Os fundos públicos foram instituídos no Brasil, em 1964, pela Lei Federal n. 4.320. Há vários tipos de fundos, um deles é o FIA, considerado fundo especial, são conceituados como produtos de receitas especificadas por lei e, vinculam-se à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação (Lei 4.320/64, art. 71).

Quanto ao controle, entendemos ser este controle da função administrativa do Estado, observamos que os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e as esferas jurídicas de governo – União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios – exercem a função administrativa e, portanto, seus atos estão sujeitos a *controle,* uma vez que se subordinam à Constituição e às normas infraconstitucionais.

Na questão do direito ao controle social, percebemos que a Constituição brasileira de 1988 estabeleceu juridicamente o controle na perspectiva de hegemonia (com o objetivo de

manter a dominação) e, na de fiscalização pela sociedade sobre a função administrativa do Estado.

Conceituamos preliminarmente *controle* como o ato de vigiar, de examinar, de fiscalizar, de inquirir e colher informações a respeito de algo. O algo a ser controlado é a função administrativa do Estado (em seu sentido estrito e amplo), no que diz respeito à política de direitos e o seu financiamento. No entanto, entendemos que o controle não pode se restringir ao ato de fiscalizar uma vez que é direito de todos tornar o Estado efetivamente coisa pública, na perspectiva de interesses coletivos.

O controle sobre a função administrativa do Estado, juridicamente segundo Siraque (2005), "é o gênero que poderá ser classificado em duas espécies: 1) *controle institucional;* 2) *controle social"* (SIRAQUE, 2007: 94).

Controle institucional é aquele realizado pelos órgãos do Estado sobre seus próprios atos ou atividades. Divide-se em: controle institucional interno e externo. É um *controle interno* do Estado, isento da participação direta da sociedade, efetuado por meio de seus representantes eleitos ou das instituições públicas criadas pela Constituição para fiscalizar as suas atividades (corregedorias, como a do Ministério Público, das Polícias Civil e Militar, do Judiciário e as auditorias e os conselhos fiscais e, ainda, das fundações, autarquias, empresas públicas, institutos entre outros).

É um controle institucional externo quando realizado por órgão estatal diferente daquele ou daqueles que foram responsáveis pelo ato a ser controlado, cuja fiscalização do ato não depende da vontade política das autoridades a serem fiscalizadas nem tampouco da vontade das autoridades fiscalizadoras, pois essas têm o poder e a responsabilidade do controle, sob pena de incorrerem em prevaricação (por exemplo, as ouvidorias do Ministério Público ou dos Poderes Legislativos, auxiliados pelos Tribunais de Contas) conforme a Constituição Federal[1].

Enquanto o controle social aqui entendido como controle exercido por pessoa ou pessoas que não sejam consideradas agentes públicos no exercício da função ou órgão do Estado. O controle social poderá ser exercido individualmente, em grupo ou por meio de entidades juridicamente constituídas, sendo que, nesse caso, não há necessidade de serem estranhas ao Estado, mas pelo menos de uma parte de seus membros ser eleita pela sociedade. Citamos, como exemplo de pessoas jurídicas de caráter público, os Conselhos de Saúde, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Conselhos da Assistência Social, os quais foram

[1] Ver nesse sentido, Vanderlei Siraque, *Controle social da função administrativa do Estado*: possibilidades e limites na Constituição de 1988, 2004.

instituídos por lei. Como exemplo de entidades de caráter privado que podem fazer o *controle social*, destacamos todas as organizações não governamentais constituídas há mais de um ano, desde que tal finalidade conste de seus estatutos sociais.

O tema do financiamento e controle social da política de direitos está intimamente relacionado ao da lei e ao da democracia no Brasil. Os estudos de Jacobi (2000) sobre "a participação citadina como uma forma diferenciada de democracia representativa" apontam duas faces: "a que coloca a sociedade em contato com o Estado, e a que reconcentra a participação em si mesma, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo" (JACOBI, 2000: 14). O contexto atual segundo nos parece, indica a prevalência dessa primeira posição: apenas a que coloca a sociedade em contato com o Estado.

Na gestão da política de direitos, o ECA reafirma o preceito constitucional da participação popular, seja por meio da representação (Conselho de Direitos), seja por meio da escolha direta de cidadãos (Conselho Tutelar). O primeiro caso, refere-se ao trato da gestão compartilhada entre governo e sociedade civil na instituição dos Conselhos de direitos nos três níveis da administração pública, funcionando como órgãos deliberativos e controladores da política de direitos (ECA, art. 88, inciso II). No segundo, pela criação do Conselho Tutelar, de âmbito municipal, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes (art. 131). É o órgão responsável pela aplicação das medidas de proteção às crianças e adolescentes violados em seus direitos e também responsável pelo controle das ações de atendimento desta população.

Conforme percebemos, o ordenamento abre espaços à participação popular em suas várias instâncias de decisão, de controle e de atendimento, funções até então privativas dos homens públicos. Vivemos num cenário composto por novos sujeitos sociais, novas demandas, conflitos e necessidades emergenciais. Termos como descentralização, municipalização, conselhos, participação, controle social entre outros, são colocados como perspectiva de procedimentos estratégicos pluralistas para resolução de conflitos.

Compreendemos nesta primeira leitura, que a implementação da política de direitos, ela implica na articulação de um colegiado, ou seja, de atores e órgãos e/ou instâncias públicas (não necessariamente estatais) que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, resultando-se numa racionalidade formal (compromissada) com o paradigma de direitos na atenção da criança e do adolescente brasileiros. Os colegiados têm a responsabilidade de formular a política e exercer o controle da função administrativa do Estado (em seu sentido estrito e amplo) sobre o desenvolvimento da política de direitos, implicando em sua cobertura e financiamento.

Observamos que aos conselheiros, são autoridades que administram a política de direitos ou influenciam de modo imediato a administração, pois têm a responsabilidade, de elaborar, planejar e controlar as políticas de direitos da criança e do adolescente e de articular com as demais políticas sociais. Agem assim, em nome da população que os escolheu ou elegeu para atuarem em favor das crianças e adolescentes – sentido da ação – na definição e controle da política de direitos.

Como podemos observar o tema é complexo e, desse modo, é necessário recorrer à epistemologia para o desenvolvimento da pesquisa. A opção metodológica e os procedimentos da pesquisa empírica deverão trazer elementos possíveis à captação das relações sociais imbricadas entre instituições públicas e privadas e, extensivamente, ao cidadão que pode exercer o controle social. Entendendo que o estudo jurídico não pode estar apartado dos fenômenos sociais, econômicos e históricos. Para o desenvolvimento da pesquisa, a literatura deverá vincular-se aos mais variados ramos do conhecimento (direito, história, sociologia).

Considerações Preliminares

Ressaltamos que esse modelo de gestão da política de direitos foi forjado na dinâmica das lutas sociais das últimas décadas, na qual foram criados novos espaços de debates públicos, com possibilidades de participação da sociedade civil na deliberação e controle das políticas públicas. Que o controle social está presente nas relações que se estabeleceram em torno da mobilização, dos conselhos, dos fóruns, das ONGs, entidades sociais, como verificamos na questão da infância. Mas como é o controle social? Esta é uma questão em aberto, mas que implica na idéia de tensão.

Observamos, a *priori*, que a existência de colegiados nas três esferas da Administração Pública, com maior ou menor número de responsáveis pela política de direitos, esse fato por si só, não garante que as decisões sejam tomadas de forma democrática.

Essas entre outras questões deverão ser analisadas no decorrer da pesquisa, nas três esferas da administração pública e também nos fóruns de direitos e conferências de direitos da criança e do adolescente, considerando o processo de implantação da política de direitos nas suas particularidades, referentes ao seu financiamento e controle social.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo: *São Paulo em perspectiva*, 18(1), 2004, pp. 168-176.
BRASIL (1964). Lei Federal nº 4320. *Lei dos Fundos Públicos.* Brasília: Imprensa Nacional, 1964.
BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* São Paulo: Saraiva, 2001. (Coleção Saraiva de legislação).
BRASIL (1990). Lei Federal nº 8.069. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 1997.
JACOBI, Pedro Roberto. Educação, ampliação da cidadania e participação. *Educação e pesquisa*. São Paulo: FEUSP, 2000, v. 26, n. 2, p. 11-29.
PEREIRA, Rosemary Ferreira de Souza. *Movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente*: do alternativo ao alterativo. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
SARAIVA, João Batista da Costa. *Adolescente e ato infracional:* garantias processuais e medidas sócio-educativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
SILVESTRE, Eliana. *O adolescente autor de ato infracional*: de objeto de medidas a sujeito de direitos, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.
SIRAQUE, Vanderlei. *Controle social da função administrativa do Estado*: possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005.
WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. De Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Ver. Téc. de Gabriel Cohn, 3ª ed., vol. I – Brasília: Editora UNB, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arthur Ramos: higiene mental e psicanálise para superar os dramas da educação brasileira (Rio de Janeiro 1930-1940).

Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia*

Resumo: Neste artigo procuramos reconstituir criticamente a trajetória de Arthur Ramos, junto ao Serviço de Saúde Mental do Rio de Janeiro, que foi instalado como parte da reforma educacional de Anísio Teixeira. Na realidade foi uma experiência de curta duração, tendo em vista que a ditadura do Estado Novo de Getulio Vargas abandonou o referido projeto em função de um ensino disciplinador e autoritário.
Palavras Chaves: Arthur Ramos; Higiene Mental; Criança Problema.

Abstract: This article asks for reconstitute criticism the Arthur Ramos career in Serviço de Saúde Mental do Rio de Janeiro went install along of the Anísio Teixeira educational reform. This experience went duration short. The Estado Novo dictatorship (Getúlio Vargas government) abandon the refer project in function of the discipline an authoritarian teaching.
Keywords: Arthur Ramos; Mental Hygiene; Problem Children.

Introdução

Nos anos de 1930-1940 importantes movimentos no campo da educação, da economia e da vida política pareciam ganhar fôlego, com o fim do governo clientelista dos coronéis e com a possibilidade da mudança para um novo modelo de Estado e sociedade. A expectativa de muitos intelectuais, entre eles os educadores, era diminuir as diferenças sociais e desenvolver de fato a prática democrática. Dentre estas propostas, estava a de Anísio Teixeira e da Escola Nova. Um ensaio das idéias do pedagogo foi a reforma da educação de 1934 na cidade do Rio de Janeiro. Como parte das mudanças propostas para o ensino estava a criação do Serviço de Higiene Mental, chefiado por Arthur Ramos.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista do Programa Bolsa Mestrado da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A idéia original era a de criar um serviço de apoio às escolas primárias, atendendo aquelas crianças que apresentavam problemas de adaptação ao meio escolar. No entanto, o mencionado serviço, não chegou a fornecer os resultados esperados pelos reformistas. Com a instalação do Estado Novo todo projeto foi deixado de lado, uma vez que o que se desejava era uma educação ideológica de características autoritárias, próprias de uma ditadura.

A fonte do nosso estudo foi o livro "A Criança Problema" (1950) que Arthur Ramos publicou enquanto chefe do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra fruto da experiência do autor no atendimento aos estudantes das escolas primárias.

Neste artigo apresentamos alguns aspectos da vida e da obra de Arthur Ramos, bem como o contexto histórico em que o intelectual estava inserido. Na parte final do texto nos dedicamos mais à análise do conceito de Criança Problema e do funcionamento do Serviço de Higiene Mental do Rio de Janeiro na década de 1930-1940.

Arthur Ramos: aspectos de sua vida e obra e o contexto histórico em que viveu.

Arthur Ramos de Araújo Pereira nasceu na cidade de pilar, no Estado do Alagoas, no dia 07 de julho de 1903. Faleceu em 1949. Podemos perceber que foi uma vida extremamente curta para uma intensa produção intelectual e de múltiplos diálogos. Produziu obras que se encaixam em diversas áreas do conhecimento: medicina, antropologia, psicanálise, psicologia, pedagogia e outras.

Ao longo de sua vida Ramos exerceu vários cargos públicos, entre eles, o de Catedrático de Antropologia e Etnologia da Universidade do Brasil, Chefe do departamento de Ciências Sociais da UNESCO, Professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, Chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro.

É justamente sobre esse último cargo acima citado, que pretendemos estabelecer aqui algumas reflexões críticas. Quando dirigiu o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, Ramos produziu uma série de estudos sobre as crianças em idade escolar e que eram alunos da rede pública de ensino do Rio de Janeiro que era, naquela época, o Distrito Federal. Ao que tudo indica o referido serviço não teve uma vida muito longa, pois com advento do Estado Novo o mesmo foi praticamente desmantelado: "Todo esse trabalho foi interrompido subitamente no meio da avalanche de destruição que desabou sobre a grande obra de Anísio

Teixeira na educação do Distrito Federal. Hoje o problema será posto nos mesmos termos que no inicio do nosso Serviço" (RAMOS, 1950: p.8).

Em "A Criança Problema", Ramos publicou alguns estudos desenvolvidos quando era Chefe do Serviço de Higiene Mental. Esse presente trabalho faz parte de um dos cinco volumes de uma coleção cujo título seria "Higiene Mental na Educação". Tanto Anísio Teixeira como Arthur Ramos e outros importantes intelectuais brasileiros, estavam preocupados em desenvolver a plena aplicação dos conhecimentos científicos na educação, ou seja, desenvolver mecanismos mais eficientes para aumentar o acesso à escola. No caso especifico de "A Criança problema", Ramos pretende utilizar os avanços científicos na área da psicologia social, da psicanálise e da antropologia na definição do seu objeto de estudo, bem como na implantação de métodos de intervenção.

O Contexto Histórico

Até a década de 1920 a elite cafeeira de São Paulo e de Minas Gerais exercia o poder político, dele se utilizando para manter os privilégios da classe e a condição agrária do país. Na área das políticas sociais a atuação do governo oligárquico era praticamente nula.

A educação, como parte das políticas sociais estava abandonada, o acesso a ela ainda era algo muito raro para a maioria das populações pobres do campo e da cidade. A famosa igualdade de todos perante a lei, instituída pela Constituição Republicana de 1891, ainda não passava de um documento formal. Segundo Carvalho (1989), somente na década de 1920, algumas propostas como, a de Caetano Campos, colocava a questão educacional em outros termos. Pensava-se agora em estimular a educação tanto como fator de progresso, como de controle da massa, visto que a escola poderia tornar-se um instrumento perigoso nas mãos dos mais pobres:

> *Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio ao Progresso, a impor sua presença incomoda no cotidiano das cidades. A escola foi, em conseqüência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marca do Progresso [...] Passa, no entanto, a ser considerada 'arma perigosa', exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação (CARVALHO, 1989: p.7).*

No entanto, para os objetivos desse trabalho, o que mais nos interessa é o período que vai de 1930 a 1940. A ascensão de Vargas em 1930 trouxe um novo ânimo aos meios intelectuais, pois o fim do governo dos coronéis representava a possibilidade de empreender

novos projetos para o país em todas as áreas, principalmente a da educação. Foi nestas circunstâncias que o movimento denominado Escola Nova liderado por Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Fernando Azevedo e outros, lançam em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: "[...] é um marco desse movimento: ao mesmo tempo em que questionava os métodos tradicionais de ensino, buscava afirmar, em uma sociedade como a obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a co-educação" (LOPES e GALVÃO, 2001, p.23).

O governo de Vargas sempre foi marcado por períodos alternados de maior liberdade e democracia até a rígida centralização do poder, principalmente a partir de 1937 com o Estado Novo. É interessante observar que mesmo nos períodos de maior abertura, Vargas nunca escondeu sua tendência autoritária. Talvez por esse motivo seja possível explicar a introdução das idéias do escolanovismo no sistema de ensino do Distrito Federal, conduzido diretamente por Anísio Teixeira. Como já demonstramos em outra parte deste texto, a experiência de Teixeira não irá muito longe. A crescente concentração do poder nas mãos de Vargas irá propor um modelo diferente de educação, mais atrelada ao poder do Estado e como meio de manipulação das massas.

Arthur Ramos descreve com lucidez na introdução de "A Criança Problema", quais seriam os objetivos desta educação autoritária:

> *Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições, passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de higiene mental. A Educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregadas neste Livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações. O serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas uma santa inquisição de bravo censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência (RAMOS, 1950: p.8).*

Ramos reconhece que em um clima de ditadura, a plena educação como projeto humanizante torna-se inviável, haja vista que as imposições do regime impedem o livre desenvolvimento da pesquisa científica.

Em seu livro *Educação é um Direito*, Anísio Teixeira (1967) parece perceber que a revolução de 30, ainda não havia representado um avanço significativo na constituição de uma nação livre:

> *A revolução de 30 marca um período critico dessa integração, que se vai consumar, quinze anos mais tarde, com o estabelecimento de uma constituição democrática e a*

> *conquista, ao que se parece definitiva, do sufrágio universal. Até então, a máquina política, embora formalmente democrática pudera ser manipulada pela chamada elite, que se assegurava, deste modo, uma representação política homogênea, isto é, limitada ao grupo dominante (TEIXEIRA, 1967: p.42).*

A criança problema segundo Arthur Ramos.

Arthur Ramos, procura desde o início de seu estudo, diferenciar criança problema das chamadas "anormais", utilizando aqui uma terminologia da época. O próprio autor considerava que o termo "anormal" é impróprio em todos os sentidos, ou seja, desde o inicio do século XX, Ramos já verificava problemas na utilização da terminologia. Isso porque muitas crianças com qualquer problema de aprendizagem já recebiam esse rótulo, sendo que seu maior problema era de origem social ou familiar.

É incrível a contemporaneidade de Ramos nesse aspecto, uma vez que ainda hoje muitas crianças com dificuldades de aprendizagem são encaminhadas para escolas de educação especial, sendo que na realidade, outros fatores, que não são de origem orgânica estão interferindo no seu processo de aprendizagem.

Os testes de Q.I. (quoeficiente de inteligência) que hoje está em desuso, porém até bem pouco tempo atrás eram muito utilizados por escolas, médicos e psicólogos e outros profissionais, já era criticado por Ramos, na década de 1930. Segundo o autor os testes desenvolvidos inicialmente por Binel e Simon em 1907, acabaram por reduzir a área de atuação de profissional da educação na medida em que "a extrema atividade testologizante [...] tem atravancado a pedagogia de nossos dias" (RAMOS,1950, p12). Mais uma vez a percepção crítica do médico alagoano surpreende, tanto pela sagacidade intelectual, quanto pela antecipação de pontos de vista que somente algumas décadas depois foram efetivadas.

Ao longo de todo livro Arthur Ramos procura afastar a possibilidade de problemas mentais nas chamadas crianças problemas. A argumentação do intelectual é construída no sentido de atribuir ao meio social e cultural em que vive o menor a responsabilidade pelo comportamento inadequado que apresenta na escola. Ele chegou mesmo a mencionar a carência afetiva:

> *... muitos casos classificados mesmo como atraso mental, são realmente de falsos atrasos [...] as crianças 'caudas de classe' nas Escolas, insubordinadas, desobedientes, instáveis, mentirosas, fujonas... na sua grande maioria não são portadoras de nenhuma 'anomalia' moral, no sentido constitucional do termo. Elas foram 'anormalizadas' pelo meio. Como o homem primitivo cuja 'selvageria' foi uma criação de civilizados também na criança, o conceito de 'anormal' foi antes de*

> *tudo, o ponto de vista adulto, a conseqüência de um enorme sadismo inconsciente de pais e educadores (RAMOS, 1950: p.18).*

O discurso acima descrito não parece ter sido escrito a mais de 70 anos atrás, ele se parece com qualquer outra argumentação da produção teórica da pedagogia mais recente. Talvez esteja aqui um dos principais valores da história e em especial da história da educação, ou seja, desmascarar falsas idéias, mitos e preconceitos em relação ao passado como algo sepultado e distante da atual realidade. Através do estudo da história podemos perceber o quanto o passado ainda sobrevive no presente e vice-versa, principalmente no caso de Arthur Ramos que conseguiu em muitos aspectos, antecipar-se há seu tempo.

Autores como Aquino (1996), La Tayle (1998) e outros que estudam o problema da indisciplina na escola consideram que existe uma forte influência do contexto social que interfere diretamente no comportamento dos educandos, daí a necessidade do educador compreender essa realidade, para melhor desenvolver estratégias de ação pedagógica. Embora falando do papel do higienista mental, Ramos seguiu a mesma trajetória dos autores anteriormente mencionados, afirmando que: "O moderno higienistas mental nas Escolas deve fugir às classificações rígidas, que visam, dar rótulos às crianças desajustadas [...] o seu interesse deve ser para o estudo do psiquismo normal e das influencias deformantes do meio social e cultural" (RAMOS, 1950: p.19).

A fim de fugir da conotação "normal" e "anormal" que, como demonstrou Ramos, é insuficiente para categorizar uma criança com dificuldades de aprendizagem e de adaptação ao meio escolar, o autor criou o conceito da criança problema. O termo problema está muito mais relacionado com as condições sociais que o menor vive e que dificulta a sua capacidade de atenção e aprendizagem.

Higiene mental e sua estratégia de ação

O primeiro serviço de higiene mental surgiu nos EUA em 1907 e de lá se espalhou para o mundo inteiro. No Brasil o movimento de higiene mental chega em 1923 que funda a Liga Brasileira de Higiene Mental por Gustavo Riedel. O mencionado serviço teria uma dupla função, tanto terapêutica quanto preventiva. Sendo que para Ramos esta era a mais importante. O público alvo era formado por crianças, uma vez que:

> *Desde cedo se verificou que estava na infância o principal campo de ação de higiene mental. Se esta visa a prevenção das doenças mentais e ao ajustamento da personalidade humana, é para a criança que deve voltar suas vistas, pois aí estão*

> *os núcleos de caráter da vida adulta. Ajustar a criança ao seu meio é o objetivo básico, o trabalho inicial, a ser continuado depois, no ajustamento do individuo aos seus sucessivos círculos de vida (RAMOS, 1950: p.20).*

O atendimento em higiene mental estava estruturado no formato de uma clínica, com os seguintes profissionais: professores, assistentes sociais, professores visitadores, psicólogo, médico e psiquiatra. Vários exames e testes eram realizados, como o psicológico e pedagógico (aptidões), orgânico e aqueles para verificar todos os tipos de desajustamento emocional:

> *A higiene mental infantil tem assim os aspectos largos. O seu campo de ação é imenso. O seu trabalho é duplo: preventivo e corretivo. Ela estuda o desenvolvimento e formação nos hábitos da primeira e segunda infância, acompanha o escolar no período da escola primaria, assiste ao desabrochar da adolescência, prepara o jovem para ser a perfeita adaptação à vida adulta (RAMOS, 1950: p.21).*

Todo esse esforço em formar uma juventude mentalmente sadia, pode aparecer estranho em um país que nos anos de 1930 possuía a maior parte de sua população fora da escola, e que, portanto não seria atendida por esse programa. Nesse aspecto o autor não estabelece nenhuma observação, embora na introdução de sua obra Ramos mencione a questão social do Rio de Janeiro da época como o maior obstáculo para êxito do programa de Saúde Mental:

> *As causas geradoras de problemas se ampliaram de maneira trágica, no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar estão as condições criadas pela própria guerra, o que pela segunda vez neste século, veio convulsionar o mundo e complicar o problema dos ajustamentos, pacíficos entre os homens. Em seguida estão as próprias condições deficitárias, no Brasil em especial no Rio de janeiro. Crise alimentar. Crise de Habitações. Índices assustadores de mortalidade e morbidade infantis. Fatores deficitários em todos os sentidos, que vieram complicar tremendamente o problema da assistência aos menores [...] Nunca a higiene mental teve que lidar com tantos primários, que converteram a capital do país, num grande feudo urbano, desprotegido e entregue a sua própria sorte. Com razão se poderia achar uma atividade desnecessária ou inócua. Um serviço mental que tivesse essas causas próprias, tão grosseiras e tão deprimentes (RAMOS, 1950: p. 8).*

Podemos perceber que o médico admite que uma sociedade em péssimas condições materiais, como a brasileira neste período, a atuação de um serviço de higiene mental é praticamente sem efeitos. Tentar amoldar indivíduos miseráveis, em uma forma de sociedade em crise e deficitária é inviabilizar este trabalho. Ramos parece perceber isso com singular lucidez.

Como Arthur Ramos acredita que o meio social e cultural é determinante na conduta do indivíduo, relembrando a idéia de Rousseau (2001) de que a sociedade é que corrompe o indivíduo, a família e a sua estruturação são fundamentais para formar indivíduos ajustados. Mesmo nestes casos o serviço de higiene mental possui uma função:

> *Se a criança veio bem formada do ambiente familiar, com ou sem a ajuda das clínicas de hábito, o ortofrenista não tem mais do que continuar o trabalho iniciado: to Keeps the normal... Se não, se surgem os casos-problemas, então a higiene mental intervém, procurando resolver e ajustar as dificuldades surgidas (RAMOS, 1950: p.22).*

O serviço de higiene mental criado em 1934 no Rio de Janeiro, em virtude da reforma de Anísio Teixeira na rede municipal, tinha como objetivo servir como uma espécie de apoio das escolas primárias. Toda criança identificada como "criança problema" deveria ser encaminhada para o respectivo órgão público. Nelas um estudo variado procura detectar as causas do comportamento desajustado da criança:

> *Nestas clínicas de hábito são" estudadas principalmente as bases fisiológicas da personalidade, as atividades instintivas primordiais, como fome, a sede, as funções de eliminação, o sono o repouso, atividades de sexo, as primeiras manifestações emocionais e afetivas, o desabrochar da inteligência. O higienista mental orienta essas funções na formação de hábitos normais, corrigindo os precoces desajustamentos encontrados (RAMOS, 1950: p 23).*

Ao que tudo indica as chamadas clínicas de hábitos do Serviço de Higiene Mental, objetivava exercer um rigoroso controle sobre as crianças e jovens tidos como desajustados ou na eminência de alguns desvios devido à influência do meio. A condução da situação nestes termos, embora inicialmente bem intencionada, pode servir a ideologias autoritárias no sentido de formar indivíduos plenamente ajustados e também facilmente manipuláveis, na medida em que todo o comportamento das pessoas passava a ser monitorado.

Referências bibliográficas

AQUINO, Júlio Groppa. *Indisciplina na escola*. São Paulo: Summus, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. Petrópolis: Vozes, 1989

LA TAYLE, Yves de. *Limites: três dimensões educacionais*. São Paulo: Ática, 1998.

LOPES, E.M. I; GALVÃO, A.M.O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RAMOS, A. *A criança problema*. 4. ed. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1950.

ROUSSEAU, J.J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TEIXEIRA, A. *Educação é um direito*. São Paulo: Nacional, 1967.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Da utilidade e dos inconvenientes" de uma história da obra de Carmelo Bene

Silvia Balestreri Nunes*

Resumo: Em minha tese de doutorado, por força de tentar uma contaminação da obra do italiano Carmelo Bene no teatro-fórum de Augusto Boal, senti-me impelida a escrever "uma historinha um tanto útil" do desenvolvimento da obra de ambos. O risco era de, num acúmulo de dados e memórias, torná-las monótonas e trair suas forças específicas, especialmente no caso de Carmelo Bene, multiartista que conheci somente através de textos, filmes, de emissões televisivas de suas peças e de relatos de espectadores, jamais presencialmente. Inspirada em Nietzsche, Foucault e Deleuze, pretendo, neste trabalho, discutir as vantagens e os riscos de se fazer história da obra de artistas de teatro como Bene, sob pena de esvaziar sua potência, redefinindo aí o que pode ser elaborado como história de uma obra artística.
Palavras-chave: Carmelo Bene – Nietzsche - História da Arte

Résumé: À force d'essayer, dans ma thèse de doctorat, une contamination de l'œuvre de l'italien Carmelo Bene dans le théâtre-forum d'Augusto Boal, j'ai senti pousser en moi le besoin d'écrire "une petite histoire quelque peu utile" du développement des œuvres de ces deux auteurs. Le risque encouru était celui de les rendre ennuyeuses et de trahir leurs forces spécifiques par accumulation de données et de mémoires, notamment pour ce qui est de l'œuvre de Carmelo Bene, artiste multiple et assez génial. En m'inspirant de Nietzsche, Foucault et Deleuze, j'ai l'intention de bâtir dans ce travail une réflexion sur les avantages et les risques de retracer l' histoire de l'œuvre d'artistes de théâtre tels que Bene, ce qui pourrait les vider de leur puissance, redéfinissant ainsi ce qu'il est possible de construire comme histoire d'une œuvre artistique.
Mots-clés: Carmelo Bene – Nietzsche - Histoire de l'Art

Quase pedi desculpas, em minha tese de doutorado, por ter que "fazer história" de dois artistas que estudei: o brasileiro Augusto Boal e o italiano Carmelo Bene, especialmente no caso deste. O risco seria o de mortificar suas obras, retirar-lhes a vitalidade, transformando-as em letras mortas de análise crítica. Uma historiadora arguta, ao ler meu texto, questionou-me quanto a essa má vontade com a História. Haveria a possibilidade de uma história-mosaico, por exemplo: cacos, coisas catadas aqui e ali, sem encaixe certo. "Que desdém é esse pela 'história'?" – perguntou-me a historiadora. Escrevi este texto para dar continuidade a este diálogo.

* Doutora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade/PCL da PUC-SP. Professora do Departamento de Arte Dramática/Instituto de Artes/UFRGS.

No primeiro texto de Gilles Deleuze inspirado em Carmelo Bene, em um comentário sobre o modo como este finaliza seus espetáculos, podemos ler:

> *O interessante é o meio, aquilo que se passa no meio. As pessoas freqüentemente sonham em começar ou recomeçar do zero; e também têm medo de onde vão chegar, de seu ponto de chegada. Elas pensam em termos de futuro ou de passado, mas o passado - e mesmo o futuro - é a história. O que conta é, ao contrário, o devir: devir-revolucionário e não o futuro ou o passado da revolução (DELEUZE, 1979: 95)*[1]

Mais adiante, numa afirmação do anti-historicismo do italiano, Deleuze destaca:

> *(...) diz CB: 'vocês sabem quais são os homens que devem ser vistos em seu século? Aqueles chamados os maiores, Goethe por exemplo, não podemos vê-lo fora da Alemanha de seu tempo, ou, se ele deixa seu tempo, é imediatamente para juntar-se ao eterno. Mas os verdadeiros grandes autores são os menores, os intempestivos. É o autor menor que faz as verdadeiras obras-primas, o autor menor não interpreta seu tempo, o homem não tem um tempo determinado, o tempo depende do homem' (BENE, citado em DELEUZE, op. cit: 97)*

Ainda considerada de forma negativa, a História, com H maiúsculo, atrapalharia a vida. Deleuze afirma uma operação que encontra no teatro de Bene, a ação de minorar - termo retirado dos matemáticos -, que consiste em amputar de suas peças os elementos de Poder, retirar de textos clássicos os representantes do Poder do Estado (em Shakespeare, retirar os homens de Estado em Ricardo III, ou diminuir a personagem de Romeu em Romeu e Julieta), para fazer aparecerem as virtualidades. "A filosofia é a teoria das multiplicidades. Toda multiplicidade implica elementos atuais e elementos virtuais. Não há objeto puramente atual. Todo atual rodeia-se de uma névoa de imagens virtuais." (DELEUZE, 1996: 49)

Diferente é a operação de tornar maior, que é o que se faz com a sacralização de determinados autores (como com Shakespeare): "eleva-se a 'maior': de um pensamento se faz uma doutrina, de uma maneira de viver se faz uma cultura, de um acontecimento se faz a <u>História</u>. Pretende-se assim reconhecer e admirar, mas, de fato, se normaliza." (DELEUZE, 1979: 97. Grifo meu.)

Que história é essa que Deleuze responsabiliza por uma normalização – domesticação, docilização – do que haveria de vitalidade em certos autores? Podemos encontrar em Nietzsche e Foucault tanto uma pista desta abordagem , quanto uma trilha para um outro modo de se fazer história.

---

[1] As traduções dos textos com as referências em francês e em italiano são de minha autoria.

Nietzsche tem um famoso texto em que explicita sua má vontade com um certo tipo de história. Trata-se da Segunda Consideração Intempestiva que, na tradução portuguesa[2], chamou-se "Da Utilidade e dos Inconvenientes de uma História para a Vida". Ele inicia o texto citando Goethe: "De resto, abomino tudo que me instrui sem aumentar e estimular imediatamente minha atividade." (apud NIETZSCHE, 1980: 101) e faz, a seguir, uma distinção entre uma história como saber que vivifica e uma história que amortece a atividade. Há, em Nietzsche, toda uma crítica do conhecimento na modernidade e, conseqüentemente, da história como "supérfluo e luxo do conhecimento". Neste texto, Nietzsche diferencia, a certa altura, três modos de considerar o passado: uma história antiquária, que compreende a vida para conservá-la, jamais para gerá-la; uma história monumental, que teria um instinto para decifrar "o que devém"; e um modo crítico, que "precisa ter a força e aplicá-la de tempos em tempos para explodir e dissolver um passado" (NIETZSCHE, 2003: 29). Não podemos esquecer que, em sua crítica à modernidade, Nietzsche vê na cultura grega antiga uma maneira criadora de se relacionar com o passado e buscar o futuro. A certa altura, diz que os gregos antigos tinham uma cultura essencialmente a-histórica e, portanto, rica e cheia de vida. Diz também que a história faz a arte fugir, ou mesmo que "a história é o oposto da arte" (Id, ibid: 59), destacando-se aí o que chama de cultura histórica dos críticos, que pretende se aproximar "objetivamente" dos autores de obras artísticas, vislumbrá-los à distância e ... produzir sua crítica. Esta só tem como efeito uma nova crítica, não permitindo mais "que se chegue a um efeito em sentido próprio, a saber, um efeito sobre a vida e a ação" (Id, ibid: 47).

Foucault vai retomar este texto e outras obras de Nietzsche, para afirmar também seu próprio modo de fazer história: a genealogia. Esta se ocupa dos começos vis e não da determinação da origem. O genealogista, ao escutar a história, aprende que o que há atrás das coisas é "não seu segredo essencial e sem data, mas os segredos que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas", pois (...) " o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate" (FOUCAULT, 1985: 18). A busca pela origem é uma busca "adolescente" da verdade, do absoluto, um esforço para recolher uma "forma imóvel e exterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo" (op. cit: 17). Distinguindo, com Nietzsche, uma "história tradicional" - a "história dos historiadores" – de uma "história efetiva" – quando o saber histórico se torna instrumento da genealogia -, Foucault enumera o que, neste último caso, seriam as características do sentido histórico

[2] Serão utilizadas alternadamente as traduções portuguesa (1980) e brasileira (2003), conforme a potência que vislumbramos nas formas encontradas por uma ou outra.

proposto pelo filósofo alemão: "a história 'efetiva' faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo", entendendo-se este como "uma relação de forças que se inverte" (op. cit: 28); esta "lança seus olhares ao que está próximo" (...), "perscruta as decadências" (id: 29) e "não teme ser um saber perspectivo", não esconde sua própria injustiça, o lugar de onde olha (ibid: 30).

A escrita de Nietzsche é semovente, assim, não condena a história de uma vez por todas, mas um modo moderno, "científico" de efetivá-la. Chega mesmo a apontar um mesmo começo – impuro - para esses dois modos da história. Não será o caso aqui de nos estendermos muito mais nessas proposições, mas apenas, ainda, citar, através de Foucault, o que seriam, em Nietzsche, três usos do sentido histórico na genealogia:

> *Um é o uso paródico e destruidor da realidade que se opõe ao tema da história-reminiscência, reconhecimento; outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe à história-continuidade ou tradição; o terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história conhecimento. (FOUCAULT, op. cit: 33)*

Ora, podemos ver efeitos parecidos naquilo que Deleuze e outros apontam na obra teatral de Carmelo Bene. Talvez possamos dizer que o que Bene faz com os clássicos é arrancá-los de uma imersão numa história de tipo tradicional. Vê-los de fato como artista e não na perspectiva do crítico ou na pretensa objetividade do cientista. Como diz Deleuze a partir de Bene:

> *Não se trata de ter saudade dos velhos tempos, mas de se espantar diante da operação a que são submetidos, o enxerto que se fez no seu dorso para os normalizar. Eles se tornaram maiores. Assim, operação por operação, cirurgia contra cirurgia, podemos conceber o inverso: como "minorar" (termo empregado pelos matemáticos), como impor um tratamento menor ou de minoração, para liberar os devires contra a História, as vidas contra a cultura, os pensamentos contra a doutrina, as graças ou desgraças contra o dogma. Quando vemos o que Shakespeare sofre no teatro tradicional, sua magnificação-normalização, nós pedimos um outro tratamento, que reencontraria nele esta força ativa de minoridade. (DELEUZE, op. cit: 97)*

E que tratamento, então, dar a Carmelo Bene quando se fala dele? Como não trair sua força, a potência de sua obra? Em primeiro lugar, é preciso conviver com essa ambigüidade, da referência a um artista que afirmava radicalmente a efemeridade do teatro e que, com sua morte, não mais podemos ver em cena. Uma aproximação possível a essa obra, e refiro-me aqui especialmente às encenações - já que existem também registros de textos, filmes, emissões radiofônicas e televisivas de Bene, que igualmente guardam, cada um , sua força -, é através da narrativa apaixonada daqueles que o assistiram, pela vibração daqueles

que o amam: também os textos *sobre* Carmelo Bene são extremamente vibrantes. Piergiorgio Giaché diz que nosso primeiro contato com um tipo de teatro é através da narrativa, "de ouvir falar", e lembra quando ouviu falar do teatro de Bene, bem antes de conhecê-lo:

> *Na história do espectador, o que se conta é importante. Não é raro que, em teatro, sejamos primeiro escutadores, mesmo antes de sermos espectadores. Não importa se depois a visão direta será distinta e distante do que foi contado; o importante é não decepcionar, e a visão do teatro de Bene não decepcionaria." (GIACHÉ, 1995: 31).* [3]

Cabe, ainda, lembrar a aula de Deleuze sobre eternidade e imortalidade em Espinosa, em que ele diz que, quando morremos, desaparecem nossas partes extensivas, elas migram para outros corpos, estabelecem outras conexões que não as nossas, mas que, se tivemos em nossa existência uma maioria de idéias inadequadas e de afetos passivos, quando morremos, morre também a maior parte de nós mesmos. Ao contrário, se tivemos "(...) proporcionalmente, um número relativamente grande de idéias adequadas e de afetos ativos, neste momento, o que morre de cada um é relativamente uma parte pouco importante, insignificante" (DELEUZE, 1981: s.p.). Este me parece ser o caso de Bene.

Por fim, retornemos à historiadora arguta que me interpelou e, com isso, inspirou a escrita desse texto. Gisele Madeira propõe ela mesma, em sua tese, que transita no universo de uma figura querida do teatro brasileiro – Paschoal Carlos Magno –, uma maneira vívida de se fazer história. Com ela, a palavra:

> *Em meio a essas disjunções, o mosaico que proponho tem seus feixes ficcionais, permitindo os encantos das utopias (...).*
> *O corpus biográfico neste livro é um fato; contudo, plasticamente podendo ser vislumbrado como um mosaico, cortado incessantemente por experimentalismos e cenas clássicas. (MADEIRA, 2000: 21)*

Esta interlocutora atenta foi buscar em Procópio Ferreira inspiração para a tecitura de sua tese, quando este, ao falar do trabalho do biógrafo, "propôs flanar sobre 'retalhos catados aqui e ali, pacientemente, num mosaico de idéias e de episódios'[4]" (MADEIRA, op. cit: 19). No caso da tese da autora, tal mosaico inclui o uso de imagens em sua composição. Quem sabe, um texto-mosaico, ou uma história-mosaico sejam uma maneira de exercitar ,

---

[3] Podemos, aqui, fazer uma aproximação com o que Suely Rolnik chama de "memória do corpo vibrátil" em suas pesquisas, ou, mais recentemente, "memória corporal das sensações" acerca da experiência de diversas pessoas na última fase da obra de Lygia Clark (ROLNIK, 2005: 9).

[4] Citação retirada de BARCELLOS, J. *Procópio Ferreira*: o mágico da expressão. Rio de Janeiro: Funarte, 1999, p. 12. (apud MADEIRA, id. Ibid.)

como diriam Nietzsche e Foucault, uma história efetiva da obra de artistas como Bene. A nós restam o convívio com a ambigüidade e a experimentação.

Referências bibliográficas

BENE, Carmelo; DELEUZE, Gilles. **Superpositions**. Paris, Minuit, 1979.

DELEUZE, Gilles. **Deleuze/Spinoza:** Cours Vincennes - 17/03/1981. Em: www.webdeleuze.com, acesso em 8 mar. 2004.

_____. *O atual e o virtual*. In: ALLIEZ, Eric. **Deleuze, filosofia virtual**. São Paulo: Ed. 34, 1996. Pp. 47-57.

_____. *Un manifeste de moins*. In: BENE, Carmelo; DELEUZE, Gilles. **Superpositions.** Paris: Minuit, 1979. Postface. Pp.85-131.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: ___. **Microfísica do poder**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Pp. 15-37.

GIACHÉ, Piergiorgio. *Lo spetatore per Bene*. In: APRÀ et al. **Per Carmelo Bene** *(1994)*. Milão: Linea d'Ombra, 1995. p. 29-48.

MADEIRA, Gisele**. Paschoal Carlos Magno (1906-1980) - mosaico de um culturalista**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica-SP, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida*. In: ___. **Considerações extemporâneas**. Lisboa: Ed. Presença/Martins Fontes, 1980. p.101-205.

_____. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e da desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NUNES, Silvia Balestreri. **Boal e Bene:** contaminações para um teatro menor. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) . Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica-SP, 2004.

ROLNIK, Suely. *Afinal, o que há por trás da coisa corporal?* In: ___ (org.) **Lygia Clark: da obra ao acontecimento.** Somos o molde. A você cabe o sopro. São Paulo: Pinacoteca, 2005. P. 9.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Estados Unidos nos livros didáticos de história (1990-2004)

Dario Alberto de Andrade Filho*

Resumo: Os Estados Unidos estão presentes, de forma marcante, na História Brasileira ao longo do século XX. Todavia, são constantemente deixados em segundo plano. Nos livros didáticos editados ao longo dos últimos quinze anos a abordagem apresentada tem sido pouco ousada e conservadora na medida em que reproduz estereótipos e valores há muito estabelecidos no imaginário nacional sobre os americanos. Apesar das mudanças trazidas por políticas públicas como o PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – e PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, o que se transmite ao aluno é a repetição de interpretações repetidas há décadas. Esse desconhecimento sobre os Estados Unidos é ainda mais preocupante quando se leva em conta que o livro didático é, em quantidade expressiva de casos, a única fonte de conhecimento histórico que o aluno terá ao longo da vida.
Palavras-chaves: Estados Unidos; livros didáticos; Programa Nacional do Livro Didático

Abstract: The United States are present, in a notable way, in the throughout Twentieth Century Brazilian History. However, they are constantly left in second frame. In the textbooks edited throughout last fifteen years, the approach has been conservative because reproduces stereotypes and values long established in the national imaginary about Americans. Although the changes brought by public policies like PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – e PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, what is teached to the student are interpretations repeteated for decades. This lack of knowledge about United States is even more preoccupant when it is considered that textbooks are, in a expressive number of cases, the only source of historical knowledge available to the studente along his life.
Keywords: United States; school textbooks; Programa Nacional do Livro Didático

Os livros didáticos de história são formados por determinados recortes da realidade. Alguns temas são considerados mais relevantes que outros e, apesar da importância dos Estados Unidos para o Brasil, há pequena quantidade de material disponível nas coleções didáticas sobre a história americana.

A tradição certamente desempenha papel importante nessa definição dos conteúdos. Em essência, ainda hoje, a história é apresentada, fundamentalmente, nos moldes eurocêntricos, o que consiste em dizer que trata de um pequeno conjunto de países da Europa Ocidental, isto é, França, Grã-Bretanha e Alemanha. Mesmo Portugal, metrópole durante mais de trezentos anos, desaparece dos livros didáticos após a independência brasileira. Ademais, essa história ainda aparece, exceto em alguns casos, com os tradicionais recortes de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

* Mestre em História – Universidade de Brasília

Há pouco, nos livros didáticos, sobre a história da América[1]. Os fatos históricos mais privilegiados são a chegada dos europeus no continente e os processos de independência. Fora isso, há um desinteresse da história dos países americanos, seja os do norte ou os do sul[2].

Em relação aos Estados Unidos esse desconhecimento é ainda mais interessante, em razão dos símbolos e dos estereótipos que esse país tem no imaginário do Brasil. Como observa Paulo Ghiraldelli Jr. (2004:44):

> *Quando as tropas dos Estados Unidos deixaram o Vietnã, o cartunista Henfil fez uma tira em quadrinhos na qual, no primeiro quadrinho, expressava preocupação. Estranho! Henfil, um homem de esquerda, preocupado com a saída das tropas em vez de comemorar? Aí vem o segundo quadrinho, no qual a pergunta era: "Para onde irão agora?". Essa é a idéia de uma boa parte dos brasileiros a respeito da filosofia política dos Estados Unidos. Outras pessoas, como Tiradentes, Monteiro Lobato e Anísio Teixeira, olharam a 'América' de outra forma – eles viram lá o que Karl Marx também viu: as grandes possibilidades da democracia tinham suas cartas na mesa no país da bandeira listrada.*

Essa ausência dos Estados Unidos é significativa porque se vê, diariamente, a presença de elementos culturais, econômicos e sociais estadunidenses ao longo da História brasileira. Desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos substituíram a Europa como centro cultural e econômico e, a partir daí, tornou-se dominante a entrada de mercadorias e valores culturais americanos no Brasil, por meio de marcas, como Coca-Cola, Nike, Ford, Chevrolet, McDonald's, filmes, músicas e diversas outras formas de expressão cultural.

Lúcia Lippi Oliveira (2000:19) observa, a respeito disso, que:

> *A presença do american way of life na vida brasileira é marcante, e a cada dia, novas esferas da vida brasileira se incorporam aos códigos da modernidade norte-americana. Entretanto, o espaço acadêmico para a realização de estudos comparativos entre o Brasil e os EUA tem sido bastante reduzido entre nós.*

Identidade e diferença, portanto, se confundem quando o tema são os Estados Unidos. Se existe uma diferença conceitual entre "Estados Unidos" e "América", como sugere Paulo Ghiraldelli Jr., ela não é claramente percebida em nossa sociedade, inclusive naquilo que nos é importante neste trabalho, ou seja, nos livros didáticos de história do ensino fundamental.

A identidade nacional parece ser construída sempre em contraste com terceiros, a partir de comparações, rejeições e aceitações do outro. Nesse sentido, o que vêm a ser os Estados Unidos para nós? A par das diversas semelhanças entre os dois países – enorme

---

[1] Alguns esclarecimentos se fazem necessários. Para os fins deste trabalho, América diz respeito ao conjunto de todos os países do continente americano, inclusive os Estados Unidos. História Americana, no entanto, refere-se, apenas à História dos Estados Unidos.

[2] Sobre a história latino-americana vale a pena consultar ROCHA, Aristeu Castilhos da. *O livro didático e a história ibero-americana:* uma abordagem crítica, Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentado na PUCRS, 2000.

território, grande população, significativa parcela da população de origem escrava ou imigrante – há também diferenças significativas, especialmente naquilo que concerne como um país periférico sempre se questiona o porquê de não ter cumprido o seu "destino histórico" e se tornado o "país do futuro", apesar de todas as vantagens iniciais.

Apesar desse rico campo de abordagem, os Estados Unidos, nos livros didáticos, ainda são abordados de maneira pouco ousada e bastante conservadora na medida em que são reproduzidos estereótipos e valores há muito estabelecidos. Isso pode ser explicado, pelo menos em parte, pela existência de uma historiografia bastante limitada sobre os Estados Unidos, e pouco afeita a riscos e ousadias. Como observa ainda, Lúcia Lippi Oliveira (2000:12-13):

> *A historiografia tradicional que trata dos Estados Unidos se dedica a estudar predominantemente três grandes temas. O primeiro se ocupa da Independência, da Constituição do pacto político que permitiu fazer das treze colônias um país. Os aspectos políticos, doutrinários e a virtú dos founding fathers são os principais aspectos tratados pelos historiadores que se dedicam a esse grande tema. O segundo grande tema vai destacar o espaço geográfico e social da expansão territorial norte-americana como razão explicativa do caráter norte-americano. No primeiro caso, a América levou adiante e mesmo superou a matriz inglesa, mas é valorizada a linha de continuidade cultural do universo inglês e europeu, ou mesmo a América construiu algo novo, inédito na história humana. A existência de 'terras livres' permitiu a constituição de um novo modo de vida, democrático, diferente do europeu, e nesse sentido a fronteira passa a ser o verdadeiro berço da democracia norte-americana. A terceira vertente da historiografia dos Estados Unidos trata de temas relativos à guerra civil, ao conflito Norte/Sul e à escravidão. As questões políticas, sociais, históricas e culturais da escravidão abrem espaço para trabalhos comparativos com outras sociedades nas quais a escravidão teve lugar, entre elas o Brasil.*

Percebe-se, então, um espaço significativo a ser ocupado: o de pesquisar melhor e de maneira mais efetiva o "grande irmão do norte", que, apesar de ocupar um espaço imenso em nosso imaginário social e em nossas relações econômicas e políticas, ainda é um grande desconhecido. Livros didáticos, embora sejam um tipo de publicação subestimada ou relegada ao segundo plano, têm papel fundamental na formação e informação de parcela significativa da camada letrada do Brasil.

Entre 1990 e 2004 há dois momentos significativos. Em primeiro lugar, no início desse período, se consolida a forma que o livro didático deve ter, em termos de quantidade de paginas, ilustrações, questionários ao final dos capítulos e tamanho. Em segundo lugar há, na parte final da década, algumas alterações relevantes em termos de políticas governamentais de aquisição de livros didáticos. Se levarmos em conta que o mercado editorial existe, em grande parte, em decorrência das compras governamentais de livros didáticos, percebemos que as

editoras partiram para a adaptação ou reescrita de suas obras a partir das variáveis estabelecidas pelo Governo Federal.

Logo, existem as obras produzidas antes e depois de 1998, este o ano da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – e da expansão do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – da 5ª à 8ª séries. É inegável que essas políticas públicas acabaram por influenciar a maneira como as obras didáticas são escritas.

Nessa diferenciação é importante observar o impacto dos PCN e do PNLD sobre os livros didáticos de história, o que ensejou o surgimento de obras organizadas de forma inovadora, preocupadas em trocar uma abordagem cronológica por outra temática, ou em introduzir a chamada História Integrada entre conteúdos que contemplassem a História Geral e a História do Brasil.

Da mesma forma, se, no início dos anos 1990, os livros didáticos tinham um aspecto muito mais homogêneo, a partir de meados dessa década, se torna mais perceptível que as editoras lançam obras destinadas a diferentes tipos de públicos escolares: algumas obras são conservadoras no estilo; outras são inovadoras em relação às propostas pedagógicas; outras ainda apresentam linguagens próximas a do jovem; algumas propõem textos mais simples e outras experimentam uma abordagem mais complexa.

É importante, também, observar que o papel do livro didático de História transcende em muito a sala de aula. Considerando-se o preço e a dificuldade de acesso a obras atualizadas, o livro didático de História, será o único instrumento que o aluno terá disponível para contato com a disciplina. Poder-se-ia dizer ainda que provavelmente será o único livro de História que a maior parte dos alunos terá acesso ao longo da vida. É esse conhecimento, bem ou mal adquirido, que ajudará o aluno a formar opiniões ao longo de sua vida pós-escolar. Também o livro didático é um grande auxiliar do professor, sendo, muitas vezes, sua única fonte de pesquisa e preparo de aulas, levando a formação de sua opinião e de seus alunos.

Como os livros didáticos, especialmente aqueles chancelados pelo Estado, retratam os Estados Unidos? Que tipo de visão carregará aquele aluno pelo resto de sua vida? Que espécie de cidadão está sendo criada? Qual a visão que nossos professores passam? São eles também influenciados por estes livros didáticos? Existe a reprodução de preconceitos ou clichês? Os livros didáticos, como obras chanceladas pelo Estado, são capazes de contribuir para fomentar a autonomia intelectual daquele aluno e de seu professor?

As respostas a essas perguntas se dão a partir da percepção que a modernização dos livros didáticos, na década de 1990, não significou, necessariamente, modificações substanciais nos conteúdos.

De forma geral, os recortes temáticos continuaram a ser os mesmo de antes de 1998, ou seja, muito pouca atenção continuou a se dar aos Estados Unidos. Isso não seria necessariamente negativo se não continuassem a serem vistos alguns dos mesmos problemas existentes nos livros mais antigos, inclusive com a permanência de modelos explicativos.

No caso do período colonial da América inglesa, uma tentativa de explicação divergente que fuja do modelo de colônia de exploração versus colônia de povoamento é visto mais claramente apenas em obras bastante recentes e assim, mesmo, de uma forma bastante tímida, havendo pouco espaço para possíveis explicações alternativas.

A Guerra Civil é vista, quase sempre pelo viés econômico em que há o conflito de modos de produção competindo por espaço. O risco essa explicação tornar-se fórmula a ser repetida a exaustão.

Conceitos como "destino manifesto" ou "expansão para o oeste" são pouco explorados e, apesar de importantes, são vistos de maneira estereotipada.

A Grande Depressão de 1929 seria, também, um bom momento para mostrar existência de diferentes possibilidades de explicação para a História. O que causou a crise econômica de 1929? A quebra da Bolsa de Valores é uma conseqüência da crise econômica ou é um evento gerado pelas mesmas causas? Além disso, a crise de 1929 foi resultado da superprodução ou foi causada por causas monetárias? Enfim, quais foram os resultados apresentados por programas de recuperação econômica ao longo dos anos 30?

De forma geral, haveria dois pontos importantes a enfrentar: as causas da Grande Depressão e o *New Deal*.

A confusão entre a quebra da Bolsa com a Grande Depressão e insistência na mesma causa – a superprodução. Não que essa não seja uma possível explicação, mas muitos autores a assumem como a única.

Em suma, os livros didáticos acusam ou a superprodução ou a própria crise da Bolsa de Nova York como as causas da Grande Depressão, deixando de lado que se trata de um tema controverso mesmo entre economistas e historiadores.

Haveria, sobre esse tema, uma série de questões instigantes que poderiam ser trabalhadas pelo professor junto aos seus alunos. Entretanto, na medida em que a maioria do professorado funda suas aulas nos livros didáticos, em que grau é oferecido material para despertar a reflexão dos alunos?

Quem? Como? Quando? Onde? Por quê? Perguntas pouco feitas pelos livros didáticos e que, freqüentemente, não são respondidas. Talvez isso seja culpa do próprio formato do livro didático em que é necessário oferecer uma explicação em número limitado

de páginas, ou da percepção que o aluno é muito limitado para compreender determinados fatos ou talvez, ainda, seja a incapacidade de o autor do livro didático se manter atualizado sobre o que há em termos de pesquisa histórica.

Em relação ao uso de recursos didáticos há pontos importantes. Apesar de os livros mais recentes terem a tendência crescente de incluírem textos de apoio – sejam de historiadores renomados, sejam de fontes – parece não estar muito claro, para a maioria dos autores, o que deve ser feito com esses textos ou imagens porque parece que suas presenças se devem ao fato de preencher espaços vazios ou dar um ar de modernidade pedagógica aos livros.

É visível, pois, que o uso de fontes, fotos, mapas nem sempre é feito de maneira adequada. Muitas fotos, por exemplo, carecem de legenda mais precisa ou de informações mais profundas, mapas encontram equívocos e o uso de fontes não representa por si só uma inovação positiva. Não basta estar lá, é preciso que faça sentido no contexto em que é utilizado.

Outros recursos, como ilustrações são subutilizados, bem como mapas que não são feitos com o devido cuidado. Além disso, não se vê – ou se vê raramente – o uso de recursos como gráficos, tabelas, etc.

Da mesma forma, há uma tendência ao tratamento estanque dos temas. Apesar da tendência à História Integrada, percebe-se uma dificuldade em estabelecer comparações ou relações entre situações simultâneas. Exemplo pode ser claramente percebido novamente no período de colonização, em que nenhum autor compreende que a colonização da América do Norte se deu como se deu em razão das circunstâncias da Inglaterra no século XVII.

Também não se pode deixar de frisar o fato que a bibliografia utilizada pelos autores é, em relação aos Estados Unidos, desatualizada.

Da mesma forma, há uma utilização modesta de exercícios, que, de forma geral, se resumem a questionários do capítulo ou unidade.

Não existe, salvo casos isolados, um viés antiamericano. Na maior parte há um desconhecimento grande sobre os Estados Unidos. Os livros didáticos, mesmo os mais novos, pouco se interessam pelo país do norte e quando o fazem adotam interpretações tradicionais.

Isso parece ser resultado de uma concepção cujas origens remontam à própria origem da História enquanto disciplina escolar, em que o centro das atenções se voltava para os países europeus. Apesar da hegemonia americana em termos de política mundial há pelo menos meio século, os livros didáticos ainda pouco dizem sobre quem são os americanos, como pensam e qual é o motor de suas intenções. Na medida em que o Brasil, país periférico,

não conhece o país hegemônico, acaba por se encontrar, ainda mais, em situação de desvantagem em relação aos Estados Unidos, repetindo estereótipos e comportamentos que não dão conta de um cenário internacional cada vez mais complexo.

Em suma, se os livros didáticos têm a função de formarem um cidadão ou pelo menos um cidadão médio bem-informado, está claro que existe um buraco quando o assunto são os Estados Unidos, que, apesar da importância que tem em nossa história, ainda não recebem a devida atenção que merecem. Parece claro, portanto, que os livros didáticos, apesar de terem se modificado em termos de formato, ainda precisam voltar os olhos com atenção para outros temas, como os Estados Unidos, que adquirem cada vez mais importância na vida daquela criança/adolescente que, quando adulto se transformará em cidadão. Caso contrário, o ensino de História corre o risco de ficar em descompasso em relação às próprias necessidades do cidadão leigo que precisa saber o que acontece no mundo ao seu redor.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto. 2004.

BRINKLEY, Alan. *The unfinished nation*: a concise history of the american people. 4ª ed. New York: McGrawHill, 2004. 2v.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. "Renovação da História da América", IN: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*: conceitos, prática e propostas, São Paulo: Contexto, 2004.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História*: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004.

GHIRALDELLI JR., Paulo. As idéias generosas do norte, *Cult*, ano VII, nº 83, ago. 2004, p. 44.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*: conceitos, práticas e propostas 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Estados Unidos*: a formação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A renovação da História: ensino conseqüente IN: SERPA, Élio Cantalício et al. (org). *Escritas da História*: intelectuais e poder. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

LINDAMAN, Dana; WARD, Kyle. *History Lessons*: how textbooks from around the world portray U.S. history. New York; Norton: 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos:* representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000. p. 19.

TINDALL, George Brown; SHI, David E. *America*: a Narrative History. 6ª ed. New York: Norton, 2003. 2v.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Ilha de ordem": Representações da Vila Operária da Boa Viagem

Marilécia Oliveira Santos*

Resumo: Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, as vilas operárias, comportando experiências distintas, multiplicaram-se em várias partes do Brasil e alimentaram as expectativas de segmentos da elite sobre a ordem social. Esta comunicação visa analisar alguns depoimentos deixados por indivíduos que visitaram a Vila Operária da Boa Viagem, idealizada pelo industrial Luiz Tarquínio e fundada na cidade de Salvador no ano de 1892. Percebe-se nesses registros a crença no meio como ambiente formador e/ou regenerador moral do pobre, justificando intervenções sanitárias e morais que extrapolaram o espaço de produção da Fábrica.
Palavras-chave: Bahia - vila operária - controle.

Abstract: In the last decades of century XIX and first of century XX, the laboring villages, holding distinct experiences, had been multiplied in some parts of Brazil and had fed the expectations of segments of the elite on the social order. This communication analyzes some individuals depositions that had left by the visitors to the Village Laboring of the Good Trip, that was established in the city of Salvador in the year of 1892and idealized for the industrial Tarquínio Luiz. The belief in the way is perceived in these registers as surrounding of poor moral regenerator, justifying sanitary and moral interventions to it that had surpassed the space of production of the Plant.
Key words: Bahia - laboring village - control.

Denomina-se genericamente vilas operárias os conjuntos de casas construídos por empresários para moradia dos trabalhadores e muitas e diversificadas foram essas experiências. Em alguns tipos, as casas eram alugadas, em outros, cedidas; vilas foram montadas por construtoras de ferrovia ou por industriais de naturezas diversas; Algumas

* Doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/ Professora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

construídas em zonas rurais, próximas ou afastadas dos grandes centros, outras em cidades pequenas ou nos subúrbios das grandes cidades.

Estas edificações "tiveram impacto importante em várias cidades brasileiras" pois foram os "primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no Brasil". (BONDUKI, 1998:18) Para além dos interesses lucrativos que promoviam, estes investimentos evidenciam o empenho de parcela das elites na formação do trabalhador para a indústria e uma grande frente foi formada, ainda que nem sempre articulada e coerente nas ações.

As vilas foram freqüentemente enaltecidas pelos poderes públicos uma vez que, aparentemente, correspondiam as expectativas de controle e isolamento da população pobre. Contribuíram neste intento, homens letrados, educadores e religiosos que se empenharam na valorização das virtudes e vantagens do trabalho como instrumento de moralização e meio para o enriquecimento material.

As vilas ajudaram a alimentar a utopia da organização das cidades e do controle da população. Comparadas às demais moradias dos pobres, aquelas construções em lotes regulares, muradas ou cercadas com casas ordenadas, de alvenaria, divisões internas separando cômodos e com plantas "freqüentemente coerente com os princípios de higiene difundidos à época", construídas a baixo custo em função dos incentivos fiscais eram vistas como verdadeiros instrumentos de "saneamento da cidade e da transformação do cotidiano do pobre urbano". Eram laureadas como uma conquista do "território da miséria e da barbárie pela civilização". Assim, as vilas alcançaram um "grande sucesso, multiplicando-se e gerando toda uma mística em torno da ordem urbana e social que incorporaram". (CORREIA, 1989:10)

Cabe lembrar que, nas ultimas décadas do século XIX e primeiras do século XX ocorreram significativas transformações no cenário das principais cidades brasileiras pois para estes centros aglutinaram grande contingente populacional para os padrões da época, decorrente do final da escravidão e da intensificação da chegada de imigrantes.

Atendendo a esta demanda, foram construídas casas frágeis, pequenos cubículos nos quintais das residências e alguns casarões foram subdivididos para locação de quartos para famílias inteiras. Muitas dessas acomodações eram precárias, os cômodos insalubres e a ausência de instalações sanitárias e hidráulicas tornou estes espaços, genericamente chamados de cortiços, o alvo maior dos ataques dos defensores da saúde pública.

Essas acomodações e a subnutrição que esta população estava submetida propiciavam a proliferação de doenças como febre amarela, tifóide e cólera que penetravam

por cidades portuárias e migravam para outras regiões do interior. (BERTUCCI, 1994) E assim, as grandes cidades tornaram-se o *locus* tanto da "questão sanitária" quanto da "questão social" (CORREIA: 1998). Aquele amontoamento de indivíduos, em espaços reduzidos e pouco ventilados, era preocupante uma vez que, para a medicina da época representava o foco das doenças que acometiam aos que naquele meio viviam e ainda poderia atingir aos que viviam distantes através dos contatos. Além das preocupações com a saúde do corpo, havia a preocupação moral. As casas dos pobres eram observadas com desconfiança, vistas como ambientes promíscuos e local de proliferação das relações degeneradas e das inclinações viciosas.

Na tentativa de mudar aquela realidade cidades brasileiras experimentaram as reformas sanitárias e urbanísticas que procuraram modernizá-las, redefinindo espaços, padrões de comportamento e de controle social. Buscou-se embelezar as cidades para promover a circulação de pessoas permitindo uma maior visibilidade das lojas e suas vitrines repletas de mercadorias fetiches que propiciavam a ilusão de pertencimento ao mundo burguês que parcela da população almejava.

Nos debates travados nas câmaras municipais e mesmo nos jornais do período percebe-se distintas idéias referentes às utopias urbanas. Dentre elas algumas se tornaram vitoriosas e se materializaram nos códigos de posturas. Estes códigos revelam as práticas que buscaram ordenar e disciplinar os espaços das cidades e resultaram, muitas vezes, de embates e conflitos e a observação exclusiva dos códigos de posturas, pode escamotear estas polêmicas dando a idéia de um discurso uníssono.

Assim, com base na crença do meio como ambiente reformador do homem, segmentos da elite letrada, impregnados de uma visão pejorativa do pobre, empreenderam diversas ações com o intuito de combater aquele ambiente que tanto se acreditava ameaçador como também representava o obstáculo à tão almejada civilização, aos moldes europeus.

Embora não partilhassem um único projeto, estes homens empenharam-se na construção de uma nova sociedade com vistas a alcançar o progresso material e o que acreditavam ser o bem-estar social. Para tanto buscaram referências nas principais cidades européias que passaram por reformas. Muitas delas, a exemplo das inglesas, ao longo do século XIX, viveram um "processo de imposição de uma ordem urbana básica", no qual se estabeleceu "o controle social em todos os espaços públicos e a vigilância constante do comportamento". Por meio de intervenções legais, buscou-se regulamentar e organizar à vida urbana cotidiana, criando regulamentos e mecanismos coativos que procuravam alterar todo o social considerado inadequado aos preceitos da modernidade. (STORCH, 1985:19)

Algumas dessas cidades européias haviam se transformado em exemplos a serem seguidos pelos reformadores locais e medidas semelhantes foram adotadas em diversas cidades brasileiras com o fim de aproximá-las daquelas idealizadas pelos defensores das medidas. Ações pautadas na perspectiva do progresso, do embelezamento e do saber técnico dos urbanistas, sanitaristas, arquitetos e engenheiros foram implementadas e as polêmicas travadas entre estes revelam, muitas vezes, a demarcação de áreas de competências de cada um desses segmentos.

Destaca-se neste panorama o "papel histórico desempenhado pela burguesia industrial no processo de modernização capitalista do país". A implantação das fábricas e das vilas operárias lançaram "as bases para a construção de uma sociedade moderna de caráter liberal" e a industrialização foi eleita como o "caminho mais eficiente para promover o desenvolvimento econômico do país e assegurar à nação brasileira posição de destaque no mundo civilizado". (GIROLETTI, 2002: 37)

Os regulamentos internos desses estabelecimentos foram importantes na concepção de uma nova ética para as relações de trabalho nas fábricas e de moradia. Através deles, buscou-se intervir na afetividade, na religiosidade e na sexualidade dos trabalhadores e suas famílias. Os prêmios e punições se inserem na perspectiva de criação de novos valores com vistas a constituição de um novo homem. A severidade dos regulamentos e das penas aplicadas aos infratores, evidenciam as dificuldades que estes empresários encontraram para adequar o comportamento dos operários aos idealizados e esperados por eles.

As vilas operárias tinham o propósito de manter o operariado próximo à unidade produtiva e diversos elementos atrativos foram empregados. As tentativas de segregação tinham por propósito a preservação da saúde evitando as interrupções que comprometiam a seqüência do trabalho fabril e a preparação de um novo tipo de trabalhador afinado com os preceitos da moralização dos costumes, da valorização da família e do respeito à propriedade.

Uma das vilas brasileiras que procurou agregar os interesses lucrativos da fábrica e a preparação de um novo tipo de trabalhador foi a da Companhia Empório Industrial do Norte – CEIN, construída no ano de 1892 no subúrbio da cidade de Salvador.

Ao longo do século XIX, a Bahia passou por sucessivas crises econômicas que atingiram as pessoas mais pobres que, fragilizadas pelas péssimas condições de vida e pelas carências alimentares, tornavam-se vulneráveis às epidemias. Somadas a isso, as secas constantes aprofundavam as dificuldades desta população, encarecendo os gêneros de primeiras necessidades, produzidos nas áreas atingidas pelo flagelo. A estiagem prolongada intensificava o deslocamento de populações para a Capital e a seca de 1889, em particular,

levou um número significativo de retirantes para a regiao do Recôncavo. (FRAGA FILHO, 1996: 30-32)

Neste cenário a CEIN foi fundada. Já nasceu sob a razão de Sociedade Anônima e teve por principais sócios fundadores Luiz Tarquínio, Leopoldo José Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Morais, empreendedores enriquecidos na atividade comercial. Dentre os sócios, Luiz Tarquínio foi o que mais se empenhou na tentativa de intervir no comportamento dos operários, ligando definitivamente o seu nome aquela organização. (SANTOS, 2000)

O projeto inicial da Vila previa ao todo 600 residências, construídas por etapas e na primeira foram edificadas 258, distribuídas em oito blocos paralelos. Em cada extremidade destes blocos, onde hoje é a Avenida Luiz Tarquínio, havia um grande portão gradeado, que era fechado às 21 horas.

A Vila Operária da *Boa Viagem*, como a ela se referiam os sócios foi construída em frente à fábrica e na área interna, havia uma praça arborizada com 1530 m^2 e, no centro, dois coretos para apresentações de bandas musicais, comuns nas festas dominicais. Contava também com uma escola em cujo bloco funcionava uma biblioteca e um pequeno museu.

Para os serviços internos, a vila contava com açougue, gabinete médico, creche, farmácia, loja de fazendas, e armazém. Enfim, toda uma estrutura interna para que ali o trabalhador encontrasse os artigos de primeiras necessidades. Evitava-se com estes recursos sitiar os trabalhadores e mesmo destacá-los dos demais da cidade. Nos registros das memórias de antigos empregados, moradores da Vila, percebe-se o encantamento que alguns produtos do armazém e da loja de tecidos despertavam nos mesmos.

Toda essa infra-estrutura interna causou sentimentos conflitantes de estranhamento e deslumbramento na população local e era comum a publicação de matérias explicativas das ações dos diretores aos demais socios. Numa dessas caratas, Luiz Tarquínio procurou justificar as medidas tomadas afirmando que teriam se colocado a frente daquela empresa "não procedendo como agiotas" quiseram sim, "como brasileiros amantes do seu pais mostrar ao mundo que no Brasil tudo se pode[ria] fazer como na Europa", contanto que se procedesse com "patriotismo e desinteresse". (JORNAL, 1895: a2)

A comissão fiscal encarregada de avaliar as contas da fábrica também procurava justificava a legitimidade dos gastos com a vila. No ano anterior registraram que se sentiam gratos em informar que, "atendendo à natureza e solidez das obras e perfeição das máquinas e a qualidade de todo o material empregado", somente uma "administração inteligente, zelosa e severamente econômica" poderia ter erigido uma fábrica como aquela "verdadeiramente modelo, entre suas congêneres, não só no Brasil como em qualquer parte da adeantada

Europa, no próprio juízo insuspeito de importantes industriais estrangeiros" que a teria "visitado, admirado e assim qualificado". (JORNAL, 1894: a1)

Os empreendedores tinham uma clara disposição para a publicização das ações realizadas e alguns dos comentários desses visitantes foram publicados na imprensa local e muitas das festas que aconteceram aos domingos contou com a presença de representantes dos jornais locais. Ainda que os propósitos destas matérias sejam laudatórios, estes registros permitem conhecer aspectos próprios dessas festividades e o clima de entusiasmo com a Vila e a simbologia que a mesma carregava.

O lazer dominical funcionava como um meio de desestimular o trabalhador a querer sair daquele espaço e se misturar a outros da cidade e estas festas passaram a ter grande importância na investida na alteração de condutas dos trabalhadores, pois não se tratava somente de garantir um controle dentro do ambiente produtivo, mas de cercar todo o espaço onde pudesse haver a "corrupção de valores". Era importante a intervenção nos valores morais, espirituais e nos hábitos de consumo visando um padrão idealizado de comportamento.

As festas de encerramento do ano letivo aconteciam em clima de grande solenidade com a presença de autoridades e eramamtambém noticiadas nos jornais. A do ano de 1898 foi ilustrativa, uma vez que contou com a presença de Luiz Vianna, então Governador do Estado da Bahia e os jornais traziam descrições detalhadas do evento. Os salões "regurgitavam de convidados" e contavam com a presença ainda "de representantes de todas as classes sociais desta terra". Os alunos fizeram uma "entrada triunfal" e "agitando bandeiras nacionais e norte-americanas", marcharam "ao som da banda marcial entoando harmonioso hino". (JORNAL, 1898: a3)

O orador oficial da festa, o poeta Múcio Teixeira, iniciou as atividades fazendo uma "apoteose do trabalho na Vila Operária e dos esforços inexcedíveis de Luiz Tarquínio". (JORNAL, 1898: a4) Outros Jornais também noticiaram o acontecimento e para o informante do Correio de Notícias a "parte mais bela, a mais comunicativa" e que teria falado "ao coração de todos" foi a atuação das crianças que teriam preenchido "com vivacidade e com tal desenvolvimento que nada mais precisaria para dar idéia do que é a Vila Operária" que sob a "direção habilíssima de amestrados professores" ora recitavam, ora cantavam, "até algumas poesias em inglês, tudo cadenciado e com tal harmonia que despertava nos espectadores enorme simpatia." (JORNAL, 1898: b)

As apresentações infantis descritas são reveladoras das práticas pedagógicas aplicadas no cotidiano da escola. Temas como trabalho, instrução e infância, foram

abordados nas apresentações. Foram distribuidos prêmios aos alunos do curso de desenho e em algumas salas ficaram expostos os trabalhos realizados pelos mesmos.

O encerramento da festa se deu com a apresentação das bandas de música do Corpo de Polícia, dos operários e a do Colégio dos Órfãos de São Joaquim. O Jornal de Notícias reiterou os parabéns a Luiz Tarquínio, diante do

> *[...] que pelo engrandecimento moral da Bahia já tem feito à Vila Operária da Boa Viagem, modelada e administrada com superior talento, é dos maiores serviços que pode um cidadão prestar a sua terra e à sociedade em que vive.*
> *Por isso, tem Luiz Tarquínio o seu nome envolto em bênçãos e inscrito em justa benemerência, aureolado de aplausos de que não haverá mais sinceros do que os agora renovados pelo Jornal de Notícias, diante da grandiosa festa de anteontem, de instrução e de trabalho, de dignidade e de amor. (JORNAL,1898: a4)*

O mérito de todas aquelas celebrações e demonstrações era constantemente atribuído a Luiz Tarquínio, afinal seria ele o responsável por "converter uma massa composta de elementos heterogêneos, oriunda de diversas raças, de cores várias e hábitos diversos, em um só grupo social, homogêneo" entre o qual reinava a "cordialidade, a urbanidade e o respeito mútuo". (JORNAL,1898: a5)

A Vila pode ser vista como um local de manutenção e aprimoramento da força de trabalho, um espaço para a realização de um projeto idealizado, onde os trabalhadores eram vistos como um material bruto a ser lapidado. Assim as intervenções se fizeram presentes em todos os espaços possíveis: no lazer, na educação dos filhos, na escola, nas ruas internas da vila e na domesticidade dos moradores. Enfim, dentro e fora do ambiente produtivo. Isto representa mais do que a extração da força de trabalho e revela também a tentativa de introjetar no universo do operário um modelo de vida com valores materiais, morais e espirituais.

Para parte das elites do período, o exemplo da fábrica de Luiz Tarquínio inspirava esperança no futuro do Brasil e, particularmente da Bahia. Ali constava um exemplo que vigorava "uma ordem, um decoro e uma convenção, dignos de comunidades mais elevadas sob o ponto de vista social". Aquela "massa heterogênea e informe", sob a intervenção, transformara-se "em um só elemento, sóbrio, disciplinado e em todo o sentido útil a pátria", em um único corpo social. (JORNAL, 1898: a5)

A valorização do trabalho e da urbanidade encontrava eco e a vila era a prova da fertilidade daquele discurso afinal,

> *O valor intrínseco que tem a Vila Operária de Luiz Tarquínio em um país novo como o nosso, em estado de evolução, e em tudo o que possa servir de ensinamento*

> *e concitar o amor ao trabalho, ao culto pela instrução [...] ao fanatismo pelo progresso deve ser estimulada pelos aplausos de todo bom cidadão brasileiro (JORNAL, 1898: a5)*

A idéia de um país jovem "em estado de evolução", acalentava as esperanças de uma elite ávida por encontrar elementos de identificação com o chamado "mundo civilizado" e a concretização daquela experiência permitia a confiança no futuro da nação uma vez que preconizava esse novo país.

Fontes e Referências Bibliográficas

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. In: *Revista Estudos Históricos.* v. 05, nº 02. Franca: Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 1998

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra:* Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/Salvador: Hucitec/ Edufba, 1996.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica*: convento e disciplina 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

Jornal de Notícias. 31/12/1894 a1
Jornal de Notícias. 20/08//1895 a2
Jornal de Notícias. 09/12/19898 a3
Jornal de Notícias. 10/12/1898 a4
Jornal e Notícias. 24/11/1898 a5
Correio de Notícias 09/10/1898 b

SANTOS, Marilécia Oliveira. *Empório da Utopia*: o projeto industrial de Luiz Tarquínio. 2000. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mutualismo e Beneficência em Florianópolis – SC.

Rafaela Leuchtenberger*

Resumo: Trabalho de mestrado em andamento que busca identificar e analisar quais foram as associações mutualistas beneficentes de trabalhadores organizadas na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, em fins do século XIX e início do XX. Pretende-se através deste artigo iniciar uma análise a respeito da organização destas entidades, procurando identificar quais eram seus objetivos, assim como, a que grupos sociais buscavam atender.
Palavras chave: mutualismo, beneficência, trabalhadores Florianópolis.

Abstract: This is a master's research that is looking for to identify and analyze which ones were the mutual associations of Florianopolis, capital of Santa Catarina, in the end of XIX century and beginning of XX. This article intends to study about the organization of these entities, trying to identify which ones were their objectives, as well as to which social groups they used to attend.
Key words: mutualism, beneficence, Florianopolis workers.

Este artigo é resultado inicial da pesquisa de mestrado em andamento intitulada *Associações beneficentes e recreativas de Florianópolis - SC*, a qual visa identificar quais eram as sociedades de socorro-mútuo organizadas pelos trabalhadores na capital catarinense em fins do século XIX e início do XX, assim como, suas formas organizativas, princípios, intenções e o papel social que desempenhavam.

Não encontrei anterior a esta pesquisa nenhum estudo bibliográfico a respeito destas sociedades em Florianópolis, e as fontes apresentam-se bastante esparsas e de variadas tipicidades, o que a principio cria certa dificuldade na realização de análises e constatações. Mas o que se pode perceber é que estas associações possuíam bastante espaço na capital do estado, contemplando um grande número de trabalhadores de diferentes categorias profissionais.

* Mestranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Inicialmente pude verificar a existência de vinte e três associações na cidade, variando suas fundações entre 1886 e 1925. Para analisá-las inicio trabalhando com os estatutos que consegui localizar até o momento, sendo que encontrei algum registro estatutário de 14 destas entidades, dos quais, três são de fundação. De quatro associações consegui encontrar mais de um estatuto, o que permite que possa confrontá-los e analisá-los em suas reformas.

Das 23 associações encontradas, proponho-me a analisar melhor no momento 15, das quais possuo maiores informações e que posso, portanto, traçar afirmações sem maiores riscos.

Entre estas associações a maioria se organizava por aquilo que Adhemar Lourenço (SILVA JR, 2004), denomina como critérios de fechamento, onde a associação definia em suas leis a que público pretendia atender, delimitando condições para que se pudesse fazer parte do seu corpo social. Dentre as 15 associações aqui analisadas, 11 apresentavam algum destes fechamentos, enquanto apenas 4 se propunham a atuar para um amplo público sem restrições de profissão, sexo, ou etnia. Uma maior quantidade de associações organizadas por critérios de fechamento do que abertas, também foi percebido por outros autores em suas pesquisas a respeito de diferentes universos empíricos, sendo um fenômeno geral da constituição do mutualismo o qual se busca compreender analisando quais são os critérios de fechamento adotados e o quanto influenciaram na atuação destas entidades.

Dentre as associações constituídas a partir de algum fechamento em Florianópolis é interessante perceber que apenas uma se utilizava de princípios étnicos, sendo ela a *Societá di mutuo socorso Fratellanza Italiana*, enquanto as demais se constituíam através de fechamentos de classe.

Acredito que existissem mais associações organizadas por princípios étnicos em Florianópolis, embora não tenha encontrado nenhum registro até o momento, devido ao processo de colonização do estado e particularmente da capital, que recebeu imigrantes de diferentes nacionalidades, a principio a vinda de açorianos, e posteriormente italianos e alemães entre outras nacionalidades numa menor quantidade. É também, possível atentar para essa possibilidade devido a existência de outras instituições de formação étnica na cidade, que não possuíam um caráter mutual beneficente, como a *Associação Helenica "São Constantino"*, fundada em 1906, com o objetivo de organizar os gregos residentes em Florianópolis numa "irmandade", mantendo a seu serviço um padre "do rito grego ortodoxo",

assim como, se propondo a construir uma capela para realizar suas missas (EST 1906: fl 69)[1]. Além desta instituição, verifiquei também a existência de clubes alemães, sendo o mais conhecido entre eles o *Clube Germânia*, que agregava "somente alemães"[2], e que tinha como objetivos "preservar e cultivar o caráter alemão, língua e costumes".(KLUG, 1996)

A *Societá di mutuo socorso Fratellanza Italiana* foi fundada na ilha de Santa Catarina em 20 de setembro de 1891 por colonos italianos residentes na cidade. Em sua fundação contou imediatamente com 58 sócios, enfraquecendo-se posteriormente, pois em 1895 possuía um corpo social composto por apenas 7 pessoas. Segundo consta em documento[3] de 1904 nesse período sofreu interferência do cônsul italiano em Florianópolis, Roti, o qual a teria incentivado e participado de um processo para reerguer a sociedade. Em 1898 ela volta a contar com um grupo considerável, somando 72 sócios.

Segundo Nelma Baldin juntamente com a Sociedade as colônias italianas de Santa Catarina teriam fundado uma *Federação de Cooperativas das Colônias Italianas do Sul do Estado de Santa Catarina*, a qual agremiava associações do estado inteiro, denominadas *Fratellanza.* Como a sede da Federação se localizava em Florianópolis, a *Fratellanza* desta cidade atuava dividindo espaço com a mesma, o que teria lhe dado bastante estrutura, assim como, deixado-a completamente integrada a Federação (BALDIN, 1999: 114).

A sede destas instituições, que se localizava em região central da cidade, contava com bastante espaço que era distribuído entre o Consulado italiano, um albergue de hospedagem, onde ficavam os representantes das Colônias quando precisavam vir a capital e escritórios administrativos e financeiros. Contava ainda para ações recreativas com uma Orquestra, a qual ministrava aulas de música, e um salão de bailes, assim como um restaurante - bar. Na parte educativa investia numa biblioteca e na formação de alunos, constituindo uma escola de língua italiana.

Esta Federação teria chamado a atenção de lideranças políticas da época, passando a ser pressionada e vigiada pelo Estado catarinense. Com a partida do Cônsul Roti, que a defendia e protegia, foi se enfraquecendo até ser desfeita, dois anos após sua fundação. A *Società di mutuo socorso Fratellanza italiana*, continuou existindo, mas de forma bastante enfraquecida, mantendo principalmente suas atividades culturais.

No inicio da II Guerra Mundial começou a perder espaço devido as perseguições que passou a sofrer, e parece que para conseguir continuar existindo a associação mudou de

[1] Estatutos da Associação citada, localizados no Cartório Faria, de Registros de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Florianópolis – SC. Doravante EST.
[2] Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro; Almanak Laemmert, 1901: p. 1868.
[3] Annuario Catharinense, 1904. p. 172-174.

nome, passando a ser denominada *Sociedade XX de setembro*, tornando-se uma associação menos vinculada aos italianos e perdendo sua essência, caminhando cada vez mais para o declínio e fim, que se deu após o término da II Guerra (BALDIN, 1999).

A *Fratellanza* possuía como lema "a união faz a força", e seu objetivo era manter viva a ligação entre descendentes italianos e a pátria mãe. Atuava através de socorros mútuos e beneficência, e através da escola de educação italiana, que não se direcionava apenas a italianos, nem somente aos sócios da instituição.

Mas a constituição de associações na capital parece ter se pautado muito mais por fechamentos de classe. Segundo, novamente Adhemar Lourenço

> *A preferência de fundação de mutuais classistas nos século XX é consoante com o processo de industrialização, quando ele acarreta concentração de uma população com capacidade de poupança,(...) E, se tomamos idealmente a preferência como constante, é necessário afirmar que os mutualizados preferiram fundar entidades com fechamento orientado ao mercado de trabalho no século XX. (SILVA JR, 2004: 144 – 145)*

Das quatro associações abertas encontradas em Florianópolis, 2 foram fundadas ainda no século XIX, e 2 no XX, mas por ser este um irrisório número de associações de caráter aberto fica difícil elaborar alguma constatação a partir do caso florianopolitano.

Das 12 associações fechadas de forma classista, a maioria se relaciona com o funcionalismo público, atingindo o número de 7 associações, o que se justifica no fato da cidade ter sido capital da Província inicialmente e ter se tornado com a República, capital do Estado catarinense, por isso, sempre acolhendo os principais órgãos oficias, e consequentemente, grande número de funcionários do Estado.

Segundo Tânia de Luca raramente estas organizações conseguiam congregar os diferentes níveis de poder – municipal, estadual, e federal – numa mesma instituição, e o que geralmente ocorria era a formação de entidades próprias para grupos de funcionários de esferas de poder diferentes.

> *Somente no interior de cada subconjunto – mutuais de funcionários municipais, estaduais, federais – observou-se a existência de entidades de caráter geral, destinadas a congregar todos os funcionários, independente de cargo, função ou lotação; ao lado de outras destinadas a reunir elementos de uma mesma secretaria ou repartição (LUCA, 1990: 99)*

Dentre as 7 associações de funcionários públicos de Florianópolis, 6 se constituíram para atender a servidores federais do Estado catarinense, e apenas uma, a *Sociedade Protetora das famílias dos funcionários públicos civis do Estado de SC*, se

propunha a atingir funcionários das três esferas. Esta também era das entidades com fechamentos em relação ao funcionalismo, a que se propunha a atender um público mais amplo de trabalhadores, pois estatutariamente admitia *todos* os funcionários públicos, independente de órgão ou repartição em que atuassem desde que residissem em Florianópolis. As demais atuavam para todos os funcionários que servissem a determinado órgão ou repartição, como assinalavam suas denominações, sem fazer distinção de atuação ou função interna.

Três associações estavam organizadas com fechamentos voltados a profissões do setor privado, a *Sociedade Beneficente Caixa dos empregados do Comércio*, que deixava bem claro em seus estatutos o que considerava trabalhadores do comércio e que, portanto, poderiam ser admitidos em seu corpo social, sendo eles "os negociantes propriamente ditos; os diretores e gerentes de bancos e companhias; os corretores e seus propostos; os guarda-livros; os caixeiros; (ilegível) e seus auxiliares" (EST. 1917: fl. 92v). Havia também a *União Beneficente dos Chouffeurs de SC*, que permitia a associação apenas de quem fosse "portador de carteira de identidade e documento que lhe habilite ao exercício da profissão de condutor de automóveis passado por autoridade competente" (EST. 1926: fl. 48), restringindo totalmente a participação de qualquer trabalhador de outra profissão. Menos rigidamente constituía seu corpo social a *União Beneficente dos padeiros*, que estatutariamente se propunha a socorrer os "padeiros que exerçam profissão em Florianópolis ou no arraial do estreito" (EST. 1918: fl. 7v), mas que também admitia em seu corpo social trabalhadores de outras profissões quando aprovado pela assembléia geral, limitando os direitos sociais dos mesmos.

As associações consideradas abertas, ou seja, que não apresentavam restrições de admissão para profissões, nacionalidade e sexo, atuavam dessa mesma forma, impondo algumas diferenciações e limitações dentro da entidade na execução dos direitos sociais para alguns grupos. Dentre as 4 associações com este caráter, me proponho a analisar mais profundamente 3, nas quais algumas restrições são bastante comuns e repetidas pelos diferentes estatutos, tanto na *Liga Operária Beneficente de SC*, como na *Associação Beneficente União dos Laboradores*, e na *União Beneficente Operária*, apresentam-se restrições às mulheres, aos menores, e aos analfabetos, que não poderiam exercer cargos de direção nem elegê-los.

A *União Beneficente Operária* apresentava ainda restrição de direitos aos industriais, questão que precisa ser melhor analisada no decorrer desta pesquisa.

Outra questão também bastante presente nos estatutos destas instituições abertas, e que precisam de uma melhor análise, está nas contínuas referências a uma moralidade e respeitabilidade social que as entidades procuravam ter e cobravam como postura necessária de seus associados. Questão que está muito mais destacada nos estatutos de entidades abertas do que nas fechadas, suscitando dúvidas a respeito das diferenças entre elas. Da mesma forma, para perceber diferenças entre os grupos de trabalhadores organizados por estas instituições é necessário avaliar suas necessidades e o que os motivava a filiarem-se em suas organizações, realizando, para alcançar estas respostas, uma análise dos socorros prestados por cada entidade, avaliando o que priorizavam em cada grupo, assim como, em cada tempo. Realizei por alto uma comparação desse gênero, buscando verificar o que cada grupo de associações buscava dar maior ênfase, mas deixo claro que essa análise precisa ser mais bem aprofundada e que serve aqui apenas como exemplo do procedimento que deverá ser melhor desenvolvido no andamento desta pesquisa.

O que pude verificar inicialmente é que as principais necessidades dos trabalhadores, independente do setor em que trabalhavam, eram muito parecidas. A maioria das associações priorizava socorros para casos de funeral – envolvendo pensões para as famílias e auxilio na realização do enterro - e enfermidades em geral – incluindo doenças e acidentes. Questões que aparecem um pouco mais trabalhadas nas associações abertas, tanto na quantidade de entidades que os propunham (diferença de 100% para 90% dos casos entre as fechadas), quanto na forma de regulamentá-las. Isso se percebe na quantidade de artigos e até mesmo capítulos utilizados para organizar e estabelecer pensões diferenciadas para cada caso. A *Liga Operária Beneficente de SC,* por exemplo, se propõe a ter a serviço da associação um médico, demonstrando o quanto a prestação de serviços relacionados a doenças e enfermidades em geral era seu foco. Esta é a única das entidades aqui avaliadas que apresenta este serviço, talvez também por ser uma das sociedades mais antigas e com maior capital. Outra diferença que chama a atenção entre os socorros de associações abertas e fechadas, está no fato de que todas as associações abertas apresentaram preocupação com o que denominavam de invalides, enquanto dentre as fechadas apenas uma associação o faz, a *Caixa B. dos empregados do distrito telegráfico de SC*, e ainda assim de uma forma bastante reticente. Nas associações abertas esta questão recebe tratamento especial, destacando em seus estatutos pensões diferenciadas para estes casos. Novamente a *Liga Operária* serve bem para exemplificar esta questão, pois além de apresentar pensões para caso de invalides ainda os especifica. Assim, associados que não pudessem mais trabalhar devido a idade, ou por

casos de cegueira, ou ainda por acidentes e paralisia teriam direito a pensões elaboradas especificamente para cada caso, com valores próprios.

Em relação a socorros prestados por associações organizadas a partir de algum fechamento, e que não é trabalhado pelas associações abertas, dois casos podem ser apresentados. O primeiro referente a realização de empréstimos da Sociedade para seus membros. Apenas 2 associações com critérios de fechamento analisadas aqui o realizavam, mas a forma como estruturavam estes empréstimos é que chama atenção, e por isso deve ser aqui destacado. A *Caixa Beneficente dos empregados do ministério da Fazenda no Estado de SC* serve muito bem para exemplificar este processo, pois regulamenta tais empréstimos através de um capitulo organizado para este fim, constituído por 7 artigos, nos quais se determinam valores e formas de pagamento e juros estabelecidos para a realização destes empréstimos. Esta questão também precisa ser mais bem aprofundada ao longo da pesquisa, pois os pagamentos das prestações seriam em ambos os casos aqui apontados, descontados nos vencimentos dos trabalhadores associados.

O segundo caso se relaciona ao apoio judicial prestado pelas associações a serviço de seus membros. Cada associação que presta esse socorro o direciona a interesses bastante diferenciados e específicos, sendo o da *União Beneficente Operária* o mais amplo, pois determinava que o associado teria "*todo* o apoio moral possível, em todas as emergências da vida e mesmo se necessário for a intervenção judicial conforme a exigência do caso". Já a *Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de SC* se propunha a "socorrer os seus sócios em casos de processo criminal e no civil" e a *União Beneficente dos Chouffeurs de SC* se propunha a pagar fiança e dar "apoio judicial quando presos por delito de profissão ou quando em defesa de sua vida e propriedade (veiculo em que trabalha) em exercício da profissão de chouffer" (EST. 1926: fl. 48v)

Dos outros benefícios listados os 3 apontados como existentes entre as abertas e não presentes nas fechadas são todos prestados pela *União Beneficente Operária*, que voltava seus interesses para a educação e representação dos trabalhadores perante seus patrões.

Também é importante pensar se as diferenças de prioridades em relações aos socorros prestados não estariam mais relacionados com a época em que as entidades foram fundadas e em que reformam seus estatutos. Mas para isso seria necessário desempenhar inicialmente uma avaliação dos estatutos de fundação destas entidades, comparando-os posteriormente com os de reforma, o que não posso apresentar nesse momento. Mas realizo aqui também uma avaliação por alto, baseando-me nos estatutos que possuo até o momento, onde posso perceber que pecúlios e auxílios relacionados a funeral e doenças continuam

presentes na maioria das entidades, tanto nas do século XIX quanto do XX. Invalides apresenta-se como uma preocupação maior no séc. XIX e os empréstimos no XX, assim como o apoio judicial. Esta análise fica complicada também devido ao fato de que das três associações fundadas no século XIX duas são organizadas de forma aberta, o que leva a números muito próximos entre os apresentados no séc. XIX com estas instituições, e do XX com as de caráter fechado.

Estas observações são as que posso apontar neste momento, sendo elas ainda bastante iniciais. Objetivo que sirvam para levantar o debate, e suscitar questões que serão utilizadas no processo de desenvolvimento da pesquisa, buscando na discussão e apresentação destes dados melhorar as hipóteses aqui elaboradas, assim como, visualizar novas possibilidades e problemáticas.

Referências Bibliográficas

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*. História da imigração italiana no Brasil: os vênetos em Santa Catarina: Insular; Editora da UFSC, 1999.

KLUG, João. *Fragmentos de Vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina*. Cf. **Revista Catarinense de História**. Nº 04. Fpolis: Insular, 1996. P.58.

LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado*. O Mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *As sociedades de socorros mútuos*: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, 2004. 573p. Tese (Doutorado)

Anexo 1

Sociedades Trabalhadas neste artigo

Associação	Fundação	Estatutos
Sociedade Beneficente Caixa dos empregados do Comércio	1886	1917 e 1925
Liga Operária Beneficente de S.C.	1891	1918 e 1929
Societá di mutuo socorso Fratellanza Italiana	1891	XXXXXXXXX
Associação Beneficente União dos Laboradores.	1899	1913
Caixa B. dos empregados do distrito telegráfico de SC	1904	1911 e 1918

União Militar	1905	1913
Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de SC	1909	1913
União Beneficente dos trabalhadores de Florianópolis	1910	1913
Sociedade Protetora das famílias dos funcionários públicos civis do Estado de SC.	1914	1914
União Beneficente dos padeiros	1916	1918
Caixa Beneficente dos empregados do ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.	1921	1923
Associação dos empregados postais de SC	1921	1922
União Beneficente Operária	1922	1923 e 1928
Caixa B. dos empregados da imprensa oficial.	1923	1925
União Beneficente dos Chouffeurs de S.C.	1925	1926

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aticulación entre teoria social e historia en los estudios sobre la democracia

Alfredo Alejandro Gugliano
Mario Ricardo Maurich[1]

Resumo: A proposta deste texto é apresentar alguns elementos sobre a perspectiva de articulação entre história e sociologia. Para tratar este tema geral foi escolhido um aspecto bastante específico que, segundo pensamos, cumpre um papel importante na trajetória de articulação entre estas áreas de conhecimento, que é a teoria da democracia.
Palavras-chave: história; sociologia; teoria democrática

Resumé: Le travail se propose à établir un rapport entre histoire et sociologie. La théorie de la démocratie, sera l'objet qui nous permettra une articulation entre ces deux champs cientifiques.
Mot-clef: histoire; sociologie; théorie de la démocratie

La propuesta de este trabajo es presentar, en versión preliminar, algunos elementos sobre la perspectiva de articulación entre historia y sociología. Para tratar de este tema general fue elegido un aspecto bastante específico que, según pensamos, cumple un papel importante en la trayectoria de articulación entre estas áreas de conocimiento, que es la teoría de la democracia.

El intento de articular historia y sociología no es propiamente una novedad, existiendo previamente una tradición de estudios históricos en el campo sociológico, así como de estudios sociológicos en el campo histórico. En especial, entre los autores considerados como clásicos de la sociología, principalmente Marx e Weber, existe una larga tradición de articulación entre una perspectiva sociológica y otra histórica, siendo muy conocido los impactos de esta contribución para la constitución de las modernas bases epistemológicas de estos campos de saber.

Sin embargo, pensando en la trayectoria de esta temática, es admisible duda sobre hasta que punto, los días de hoy, los estudios históricos y sociológicos andan juntos o separados. Evidentemente no se trata de cuestionar sobre la persistencia de estudios que

[1] Gugliano es doctor en sociólogo, investigador del CNPq y profesor de la Universidade Federal de Pelotas; Maurich es licenciado en ciencia política y profesor de la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Argentina de la Empresa.

pretendan establecer esta relación, pero sí discutir hasta que punto esto representa un avance en el desarrollo de los estudios sociales.

Interessantemente algunos autores que trataron de esta relación habían utilizado la expresión – bastante cuestionable se llevada pie de la letra – de que la relación entre historia y sociología es un diálogo entre sordos. Quizás hoy sería apropiado hablar en una relación de emisión, pero no de recepción.

Peter Burke (1987), por ejemplo, argumenta que tanto la sociología como la historia tiene muchos puntos en común, sin embargo, a pesar de existan algunos que se esfuerzan a ser, como dice el autor, bilingües, las distancias todavía son muy grandes:

> *Tanto los sociólogos como los historiadores ven la paja en el ojo de su vecino. Por desgracia, cada grupo tiende a percibir el otro en términos esteriotipados. En Gran Bretaña, al menos, muchos historiadores todavía consideran a los sociólogos como personas que exponen lo obvio en una jerga bárbara y abstracta, que carecen del sentido del tiempo y del lugar, aprisionan los individuos en categorías rígidas y, para colmo, creen que estas actividades son ´científicas´. Por su parte, los sociólogos ven a los historiadores como miopes aficionados que recogen datos sin método, cuya vaguedad sólo es comparable a su incapacidad para analizarlos.*

Fernand Braudel (1986), a su vez, también llama la atención para los diversos puntos de intersección entre historiadores y científicos sociales, sin embargo, los mismos ni siempre contribuyen para una real articulación entre estas áreas se reproduciendo, muchas veces, lo que él llamó de un falso diálogo.

Burke y Braudel son, evidentemente, sólo dos ejemplos entre una gama bastante amplia de autores que apuntan básicamente en la misma dirección: un énfasis en las identidades entre historia y sociología; de posible complementariedad entre sus metodologías específicas; sin embargo, también una relación de distanciamiento.

El interesante en eso todo, o mejor, uno de los aspectos que más llama la atención es el hecho de que mismo aquellos autores que buscaron una mayor aproximación entre estos campos tendieron, en buena medida, a construir nichos específicos en su propia área de conocimiento. En el caso de la historia, un ejemplo de esto podría ser la historia social y, en el de la sociología, la sociología histórica.

No se trata de decir que estas especialidades nacieron de una diálogo inconcluso entre sociología e histórica, pues, como es conocido varios aspectos influenciaron el renacimiento de estas perspectivas.

Tratándose de la historia social, Peter Burke subraya el cuanto la necesidad de superar una historia política tradicional, centrada en la vida de las elites, fue decisivo para la

constitución de esta "subárea". Más adelante de esto, también es conocido el impacto del surgimiento de las Escuelas de los Anales, en 1929, y su intento de constituir una nueva corriente histórica a partir, entre otras cosas, de la articulación con áreas de conocimiento afínes (Reyes, 2000; Burke, 1994).

En el caso de la sociología historica sus origenes estarían más vinculadas a un renacimiento de la utilización de las referencias en los clásicos, principalmente Marx e Weber, como también por el intento de ampliar las dimensiones de los estudios sociales en términos de la espacialidad y la temporalidad.

Con respecto a los estudios con mayor articulación en el campo de los análisis sobre la democracia uno de los autores que ha tenido mayor influencia ha sido Barrington Moore Jr.

Aquí utilizamos como parámetro el modelo de análisis desarrollado por Barrington Moore Jr. en "*Orígenes sociales de la democracia y de la dictadura*", en este libro el autor se propone a explicar los diferentes papeles que cumplieron las clases terratenientes y el campesinado en la transición desde las sociedades agrarias hacia sociedades industriales. Además, el autor se propone descubrir la variedad de condiciones históricas bajo las cuales determinados grupos rurales se convirtieron en fuerzas importantes para la emergencia de las democracias y las dictaduras de derecha y de izquierda, los regímenes fascistas y comunistas.

En términos explicativos, Moore Jr. habla de tres importantes rutas en el pasaje de un mundo preindustrial a otro industrial:

> *A través de grandes revoluciones y guerras civiles, la primera y más temprana de las tres vías (...) condujo a la combinación de capitalismo y democracia occidental. La segunda vía también fue capitalista, pero culminó durante el siglo XX en el fascismo. (...) La calificaré de forma capitalista y reaccionaria. Representa un tipo de revolución desde arriba. (...) El desarrollo industrial, bajo tales auspicios, fue quizás rápido. Pero el resultado, tras una breve e inestable período de democracia, fue el fascismo. La tercera vía es, por supuesto, el comunismo, ejemplificado en Rusia y en China. Las magnas burocracias agrarias de esos países sirvieron para inhibir los impuestos comerciales y luego industriales en mayor medida aún que en los casos precedentes. (...) Finalmente, podemos ver en la India un cuarto modelo general que se caracteriza por el débil impulso hacia la modernización. En aquél país, hasta el momento, no se ha dado ni una revolución capitalista desde arriba o desde abajo, ni una revolución campesina que haya conducido al comunismo. Asimismo el impulso hacia la modernización ha sido muy débil. Por otro lado, no han dejado de hacer acto de presencia en él algunos, por lo menos, de los requisitos históricos previos de la democracia occidental.(Moore Jr, 1991, p. 9-10)*

El autor subrayó que éstos son los patrones dominantes en cada país, sin embargo no es descartable que donde haya predominado la vía democrática también se desarrollen elementos que están presentes en las experiencias autoritarias.

Las diferentes formas de transición al mundo moderno son explicadas con mayor detalle en la tercera parte del referido libro, titulada "Inferencias y proyecciones teóricas". Moore Jr. creía que las tres rutas de modernización podrían ser estadios históricos sucesivos. Según el autor, sin la modernización democrática en Inglaterra y Francia no sería posible la "modernización desde arriba" alemana y japonesa, las que, a su vez, también favorecieron el surgir del modelo comunista.

No obstante, también reconoció la diversidad que se esconde en el interior de cada una de las rutas y que, según su opinión, se expresan con más claridad en la democracia, definida como una acción política con el fin de: 1º) sustituir gobiernos autoritarios por otros justos y racionales y 2º) lograr que el pueblo participe en la constitución de los nuevos regímenes.

En términos de lo que vengo llamando de puntos de arranque, Moore Jr. presenta tres aspectos que parecen decisivos para el desarrollo de una experiencia democrática en aquellas sociedades que poseyeron un pasado feudal: primero la relación de equilibrio entre la élites rurales y la monarquía; segundo el surgimiento de una agricultura que estimule la creación del mercado y; tercero la relación de los terratenientes con las clases populares.

En el caso de la modernización conservadora generada por una revolución desde arriba -la vía autoritaria de constitución del capitalismo-, es de destacar que ésta ocurre generalmente en sociedades que poseían una tradición de explotación rural autoritaria, lo que Moore Jr. denominó como 'sistema agrícola represivo de mano de obra', que no se caracteriza por una ruptura con la monarquía sino por una fusión con los intereses de ésta.

Para el éxito de la modernización conservadora fueron necesarios por lo menos tres requisitos: primero, dirigentes hábiles para arrastrar tras sí a los sectores más reaccionarios localizados principalmente en el campo; segundo, la constitución de un aparato burocrático fuerte y; tercero, la formación de un aparato represivo eficiente.

Sobre este tipo de modernización Moore Jr. admite que,

> *A la corta un gobierno conservador fuerte tiene innegables ventajas. Puede fomentar y controlar el desarrollo económico. Puede cuidar que las clases bajas -que cargan siempre con los costes de la modernización, sea cual fuere su forma- no importunen demasiado. Pero Alemania, y más aún el Japón, pretendían resolver con él un problema que era de suyo insoluble: modernizarse sin cambiar sus estructuras sociales. La única salida posible a este dilema fue el militarismo, que unificó a las clases altas.(Moore Jr, 1991, p. 358)*

Es de destacar el hecho de que el fascismo surge en Alemania, Italia y Japón, como fruto de la precariedad de las democracias y que estas experiencias autoritarias sólo pudieron existir a partir del momento en que las masas se incorporaron a la escena política. Además es

interesante subrayar que la base social inicial de estos movimientos fue el lumpen proletariado y segmentos importantes del campesinado, llamados a combatir los excesos del mundo industrial, pero que después de la ascensión del autoritarismo fueron dejados a un lado debido a las necesidades fabriles de la industria militar.

Como ya he destacado, el esquema explicativo del libro está basado en la existencia de tres alternativas distintas para impulsar la referida transición: la democrático burguesa, la autoritaria y la comunista. Estas explicarían las diferentes trayectorias de los países en este proceso y su consiguiente clasificación en regímenes autoritarios y democráticos.

En cierto modo Moore Jr., con su esquema explicativo, favorece el intento de relacionar aspectos políticos y económicos así como la búsqueda de explicaciones más consistentes acerca de qué factores influyeron en cada nación. O, más bien, por qué los sectores dirigentes de cada sociedad optaron por determinados proyectos políticos y no por otros.

En la propuesta del autor es de especial importancia la caracterización de las diferencias entre los tipos de modernización que cada régimen político ejecuta. Para él, la principal posibilidad de clasificación estaría entre una modernización que desemboca en cambios en la estructura social, promovida por democracias parlamentarias, y otra modernización conservadora que mantendría la estructura sin cambios y que, por lo tanto, sería fruto de un régimen autoritario.

De modo general, la ventaja de la referida clasificación es que induce a destacar la relación entre el desarrollo económico y la estructura social; pero su defecto es considerar que toda democracia de antemano se propone cambiar tales estructuras sociales. Este parece ser un elemento fundamental que profundizaremos a lo largo del presente trabajo.

No obstante lo subrayado, en su mencionado libro Moore Jr. presenta a la democracia no simplemente como una forma de gobierno, pero como un proceso que se fue construyendo relacionándose con un junto de otros fenómenos sociales. Esta perspectiva histórica fue, en buena medida, perdida en una parte significativa de los análisis sociológicos y politológicos más tradicionales.

Obvio que no se está hablando de una ausencia de análisis históricos en los estudios sobre la democracia, solamente se llama la atención que, en general, la democracia no es definida a partir de sus mediaciones históricas, pero sí desde la óptica del cumplimiento de determinados requisitos.

Esta es una formula bastante conocida y esta presente en importantes autores dedicados a la teoría democrática.

Robert Dahl (1989, pp. 14-15), por ejemplo, presentó una definición de democracia que está centrada em la satisfacción de trés aspectos centrales: la posibilidad del ciudadano formular suas preferencias; la garantía de manifestar libremente estas preferencias y el derecho a recibir, por parte del gobierno, un tratamiento justo independiente de las preferencias que eligió. Seguindo al mencionado autor, estes aspectos se dividirían em variables que representariam una serie de condiciones para que la democracia fuese establecida. Estas serían:

a) liberdade de associação, expressão e de voto;
b) livre competição entre os líderes políticos em busca de apoios e votos;
c) existência de uma diversidade de fontes de informação;
d) eleições livres e imparciais;
e) elegibilidade para a coisa pública;
f) existência de instituições que respeitem e garantam o poder das urnas.

Desde otra tradición teórica, Norberto Bobbio (1986, p. 84) de la misma manera subraya la necesidad de delimitar normas claras que posibiliten la inclusión de los ciudadanos en el proceso democrático, considerando que,

> *"(...) se entiende por democracia un conjunto de reglas –las llamadas reglas del juego- que permiten la más amplia y más segura participación de la mayoría de los ciudadanos, ya en forma directa, ya en forma indirecta, en las decisiones políticas, o sea, a las decisiones que interesan a toda la colectividad."*

Las normas democráticas, para este autor, estarían centradas em cinco cuestiones básicas:

a) el poder legislativo, los organismos de administración local y los jesfes de Estado deben ser electos por mecanismos electorales directos o indirectos;
b) todo ciudadano com mayoridad de edad dee ser considero apto para ser elector, con reales garantia de libertad de opinión y opción política;
c) todo o voto debe tener peso igual, así como el princípio de la mayoría numerica debe ser utilizado tanto para a elección de representantes cuanto para las decisiones de los órganos públicos;
d) garantías sobre los derechos de las minorias;

e) el gobierno debe tener la confianza del Parlamento o del jefe del poder ejecutivo electo por los ciudadanos. (Bobbio, 1995, p. 327)

La caracterización de la democracia a partir de normas de funcionamiento posee ventajas pero también problemas. En términos de las ventajas se podría decir que es un modelo que facilita la clasificación de lo que son o no son gobiernos democráticos. También puede tornar más ágiles la construcción de cuadros comparativos en los cuales se determinen distintos grados de gobernabilidad democrática. No obstante, este tipo de delimitación presenta enormes obstáculos cuando de los que se trata es de analizar no apenas las formas de gobierno pero también los procesos sociales.

Como afirma Charles Tilly (1995), un análisis esencialmente institucionalista dificulta a percibir las relaciones de la democracia con otras esferas sociales, principalmente las que tienen relación con la ciudadanía.

En especial, actualmente cuando nuevas experiencias democráticas están siendo desarrolladas y se amplían los espacios para una mayor participación de los ciudadanos en la gestión pública parece haber la necesidad de una renovación de los análisis históricos en el campo de los estudios sobre la democracia. Esta renovación apunta para una percepción de la democracia no apenas como una forma de gobierno, pero también un modelo de sociedad.

Bibliografía

BOBBIO, Norberto. **¿Que socialismo?** Barcelona, Plaza & Janés, 1986.

_____. "Democracia". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola et PASQUINO, Gianfranco. Orgs. **Dicionário de Política**. Brasília, UnB, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **La Historia y las Ciencias Sociales**. Madri, Alianza, 1986.

BURKE, Peter. **Sociología e Historia**. Madri, Alianza, 1987.

_____. **La revolución historiográfica francesa**. Barcelona, Gedisa, 1994.

DAHL, Robert. **La poliarquía**. Participación y oposición. Madri, Tecnos, 1989.

MOORE Jr., Barrington. (1991): **Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia. El señor y el campesino en la formación del mundo moderno**. Barcelona, Peníinsula.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – A inovação em história**. São Paulo , Paz e Terra, 2000

TILLY, Charles. “Democracy is a Lake.” In ANDREWS, G. R ; CHAPMAN, H. eds. **The Social Construction of Democracy, 1870-1990**. New York, New York University Press, 1995, pp. 365-87.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dissidências regionais e articulações nacionais nos projetos de Independência: *O Conciliador Nacional* em Pernambuco

Marisa Saenz Leme[1]

RESUMO: Na avaliação dos comportamentos políticos apresentados pelas elites regionais no processo de Independência do Brasil, evidencia - se progressivamente a importância de se aprofundar o conhecimento das suas dissidências internas. Problemática essa que, entre outras províncias, torna-se particularmente significativa no que se refere a Pernambuco. No presente trabalho analisa-se o pensamento político manifesto no periódico *O Conciliador Nacional,* publicado no Recife entre julho de 1822 e outubro de 1823, expressando posicionamentos bastante diferenciados dos então hegemônicos na Província.
PALAVRAS-CHAVE : dissidências – regional _ imprensa

ABSTRACT: The importance of a sound knowledge of internal dissent for the appraisal of regional elites´ political behavior __ as it happened in Brazilian independence process __ is gaining progressive evidence. Among other provinces, this matter turns out to be particularly significant as far as the Province of Pernambuco is concerned. This paper examines the political way of thinking expressed in *O Conciliador Nacional* __ periodical published in the city of Recife from July 1822 to October 1823 __ which clarifies the development of opposed points of view to those that were hegemonic in the Province.
KEYWORDS: political dissent _ regional _ press

Como se sabe, em função da liberdade obtida no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com a Revolução do Porto, proliferou a imprensa em algumas partes do Brasil, destacando-se nesse sentido, além do Rio Janeiro, as capitais das Províncias da Bahia e de Pernambuco. De modo natural, num primeiro momento espelharam-se nesses pequenos jornais os posicionamentos daqueles mais ligados quer à defesa do liberalismo __ tal qual se apresentava em Portugal __ quer à defesa, ainda que marcada pela proposta de reformas, do absolutismo e da situação colonial.

Mas após o "Fico", o sentido principal do embate verificado na imprensa "brasileira" adquiriu nova direção, pois vinculou - se às diferenças entre projetos para o Brasil, já num campo que hoje se percebe como majoritariamente liberal.

[1] Depto de História - UNESP – Franca - Profa. Dra.

Foi nesse escopo de acontecimentos que no ano de 1822 se desenvolveram em Pernambuco importantes jornais que com muita vivacidade expressaram oposição à forma como vinha se compondo o centro político do Rio de Janeiro, jornais esses que constituíram a grande maioria da imprensa pernambucana do período. Como se sabe, esses posicionamentos – geralmente vistos como os mais liberais, quiçá "democráticos" da época __ foram com grande visibilidade expostos por Cipriano Barata, Frei Caneca e seus seguidores. Dentre os principais periódicos, destacaram - se nesse sentido *A Gazeta Pernambucana* e *A Sentinela da Liberdade da Guarita de Pernambuco.*

Mas, num campo ao menos retoricamente majoritário de oposição ao Rio de Janeiro e aos jornais na capital elaborados com posicionamentos centralizadores, apresentou-se no próprio Recife a atividade do *Conciliador Nacional,* periódico localmente alvo da crítica dos próceres considerados radicais. Teve como editor o frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, de acordo com Nelson Werneck Sodré, "uma das figuras mais lúcidas da época" (SODRÉ,1966,P.84).

Monge beneditino do Mosteiro de Olinda, Lopes da Gama destacou-se na vida cultural e política pernambucana durante o Io. Império e as Regências, tendo sido várias vezes deputado por Pernambuco e um dos deputados da sua primeira Assembléia Provincial. Depreende-se assim que seus posicionamentos expressaram os desígnios de parcela das elites locais e, embora o sentido do seu desempenho político após a Confederação do Equador seja considerado "reacionário", "conservador", o fato é que na primeira fase da sua exposição pública, assumiu ele posicionamentos efetivamente liberais, em avaliação uníssona de autores como Nelson Werneck Sodré e Luís do Nascimento.

As concepções expostas no *Conciliador* e as dos "liberais radicais" foram disputadas com grande alarde verbal; mas a identificação das reais diferenças entre elas é tarefa bastante difícil, dado o emaranhado retórico da luta política de então. Pelas próprias referências mútuas, tanto Lopes da Gama como os periodistas radicais tiveram um comum tronco liberal. Mas já em meados de 1822 as divergências se apresentaram e o antagonismo implícito nas proposituras originais radicalizou-se no decorrer do ano de 1823.

O jornal foi inaugurado em julho de 1822,[2] num momento de dominação local das forças por assim dizer "autonomistas", durante a junta de governo comandada por Gervásio Pires. Indica-se ter sido a sua fundação uma forma privilegiada de contraposição ao que se

[2] Trata-se da primeira fase da sua existência, encerrada em fins de 1823, de modo praticamente simultâneo à deposição da junta presidida por Afonso de Albuquerque Maranhão. Utilizo-me nesta análise dos nos. 1,4,5,7,8,9,10 e 36 (o último desse período), que consegui localizar entre o Arquivo Público do Estado de Pernambuco e a Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

tornara hegemônico na política local. As concepções do redator do jornal condenaram claramente os comportamentos "gervasistas", sobretudo em relação ao que na historiografia se identifica como as vacilações do mandatário entre os dois centros políticos em disputa: Lisboa e Rio de Janeiro.

No bojo desses debates, definiram-se em termos práticos e teóricos as posturas do novo periódico em relação ao espectro político liberal da Província.

Dentre as temáticas tratadas, avultou inicialmente o julgamento da revolução de 1817. Referiu - se Lopes da Gama com simpatia ao seu espírito liberal: colocou-se em oposição ao absolutismo e mostrou-se indignado com o arbítrio e a repressão do governo joanino.

Cabe considerar que a revolução de 1817 foi um marco encampado pelas diferentes forças que se opunham na política provincial e o reconhecimento da justiça envolvida nas suas reivindicações fora tão geral na Província que mesmo os que dela não participaram pediram pela não repressão aos republicanos. Entre outros, destacou-se nesse sentido Hipólito da Costa.[3]

A divergência fora quanto à oportunidade da ação armada. Lopes da Gama considerou o movimento imaturo e a ele imputou a gênese das discórdias que vicejaram na Província após a Revolução do Porto. De acordo com o intelectual, quando desse acontecimento, os pernambucanos o saudaram como continuidade da revolução de 1817. A generalidade desse sentimento não impediu contudo a irrupção mais profunda das divergências, pois rapidamente dividiram-se

> *"em várias facções, fratricidas...os Pernambucanos, que ja haviam saboreado o fructo, bem que prematuro, de hum governo liberal... viram despontar os dias de suspirada fortuna... , mas, ...sofregos por estabelecerem uma nova ordem, dividirams-e porem em varios partidos, tendências... (que levaram) à guerra civil (n.1, 04/10/1822, p.2)*

De acordo com o redator do periódico, a discórdia pôde ser contida em suas manifestações armadas dada a ação do "Soberano Congresso, de El Rei o Senhor D. Joam VI...", que trouxe a "pacificacao das mazelas". Dessa maneira, ao contrário do que ocorrera em 1817, a ação do governo central, desta vez agindo por intermédio das Cortes de Lisboa __ e, portanto, em espectro amplo, de modo constitucional __ senão produziu a harmonia, pelo menos obrigou as facções à paz. Dessa forma interpretou Lopes da Gama os acontecimentos

[3] Exponho a questão em artigo no prelo: "A Revolução Pernambucana de 1817 em perspectiva intercontinental: a visão de Hipólito da Costa", decorrente de trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional da ANPUH.

envolvendo a luta contra a junta comandada pelo português Luís do Rego Barreto e a formação da junta autonomista presidida por Gervásio Pires.

Na sua avaliação, fato inevitável quando o fim das disputas armadas decorre da ação governamental e, dessa forma, realiza-se de cima para baixo, em vez de decorrer do amadurecimento e concórdia das facções em luta para o acordo de estado, o clima político na Província continuava porém ainda bastante tenso, sendo necessário muito cuidado de quem "escrevesse ao publico ou a ele se dirigisse oralmente". Em setembro de 1822 a junta comandada por Gervásio Pires foi substituída por outra, presidida por Afonso de Albuquerque Maranhão, mais afeita ao governo central, recebendo o apoio do redator do *Conciliador.*

Os posicionamentos de Lopes da Gama em face dos acontecimentos políticos da época foram no sentido de apoiar as medidas que pudessem redundar na concretização liberal de um centro político para o Brasil autônomo. Remetendo-se ao "Fico", foi de parecer "que o Senhor Principe Real nam devesse sahir do Brasil pela necessidade de hum centro commum, nexo politico, representassam de Reino..."(n. 5, 16/09/1822, p. 1).

Dessa maneira, o respeito ao "Soberano Congresso" reunido em Lisboa __para cuja representação constitucional imputara a "pacificação" de Pernambuco _ coadunava-se agora com o não cumprimento das suas determinações. Pela mesma ordem de fatores, a existência de uma Assembléia Geral das Províncias do Brasil __"unico meio de mantermos a Grande familia luso-Brasilica" __ deveria ser solicitada, com todo o "respeito ao Soberano Congresso" ; e por isso deveriam os pernambucanos "identificarmo-nos com as Provincias do Sul do Brasil quando levarem suas justas reclamassoens sobre ' este objecto ao Soberano Congresso...".

O percurso lógico do seu pensamento decorria da defesa dos processos constitucionais em si. Na sua apreciação, "as expressoens insultadoras" que "alguns escritores" utilizavam contra as Cortes de Lisboa eram avessas ao sistema constitucional e agradavam aos corcundas; mas, simultaneamente, ao defender a necessidade de uma assembléia brasileira, protestou contra o que considerava incoerência liberal, no momento em que "nós, liberais", que apoiamos o Congresso (de Lisboa) ficamos contra a (nossa) Assembléia (n. 1,04/07/1822,p.1).

No momento da Independência, a ação política proposta pelo beneditino foi no sentido do que se tornou hegemônico na forma como se deu a separação do Brasil de Portugal, por intermédio do rompimento com as Cortes de Lisboa. Considerava ele que deviam os pernambucanos fazer ou apoiar a feitura de um "manifesto solenne", com "as rasoens, por que nos desligavamos do juramento, que haviamos dado, e reassumiamos nossos

direitos", ...devendo cessar a "procuracam dos nossos deputados em Cortes". Para ele nisto se constituía o caminho da razão, em contraposição ao que considerava a "anarquia" feita nas ruas em nome da Constituição:

> *"Nao he atroando as ruas com vivas maquinaes a Constitucao e a El Rei, fallando mal dos empregados, ralhando com todo mundo, querendo reformar os outros, sem se reformar a si, que se d'a provas de legitimo Constitucional" (n.4, 04/09/1822,p. 2).*

Por sua vez, no transcorrer do ano de 1823, com a centralidade adquirida pelas temáticas relativas à construção do estado independente no Brasil, o redator do periódico alinhou-se com os que, no interior da Constituinte, foram designados pelos seus opositores com o epíteto de "projetistas". A eles se imputava estarem ligados ao combatido Ministério de D. Pedro e articulados às elites do sul.

Foi nesse momento que a oposição entre a visão política de Lopes da Gama e a dos próceres considerados radicais do liberalismo assumiu uma clara dimensão antagônica, expressa na defesa da constituição de um núcleo central de poder que se colocasse acima das partes que o compunham. O que estava implícito nas propostas dos "projetistas" contra as afirmações feitas pelos "autonomistas". Das temáticas envolvidas nesse debate, destacam-se para o presente trabalho a dimensão armada do poder executivo e o conceito de soberania.

A primeira questão ocupou muito da pena do redator do *Conciliador,* tema provavelmente bastante desenvolvido em função das suas inquietações com a violência que facilmente se desencadeava em Pernambuco. Lopes da Gama foi simultaneamente favorável ao exercício do poder civil e à existência de uma força armada organizada para mantê-lo. O que seriam faces complementares de uma mesma moeda: a manutenção da ordem necessária ao exercício do poder. Dessa concepção decorreram propostas diferenciadas, quer se tratasse das Províncias ou do governo central.

No início de outubro de 1823, acompanhando a discussão da Assembléia Geral das Províncias, posicionava-se Lopes da Gama contra a militarização do governo, colocando-se a favor da primazia civil no que tange ao equilíbrio entre poder civil e militar no processo de governar.

Embora com ênfase no poder civil, o beneditino defendia contudo a constituição do monopólio da violência pelo governo central. Dessa forma, no que se refere à organização das forças armadas no estado na época em construção, a divergência fundamental entre Lopes da Gama e seus adversários em Pernambuco não estava necessariamente na questão do nível

de militarização das atividades do estado, mas sim na atribuição de poderes a esse respeito entre Províncias e o governo central. Condenava os "Exercitos nos Estados, com Tropas salariadas" (n. 36, 04/10/1823,p.3). Dado que historiadores e teóricos do estado moderno mostram como, a par do monopólio fiscal, o monopólio da violência é pilar básico para a formação de um estado com centro diretivo efetivamente sobreposto às partes que o compõem, impõem-se a temática seguinte.

De acordo com o expressado nas próprias páginas do jornal, o embate entre as facções existentes no cenário político do Pernambuco da Independência implicava __ acoplado aos interesses locais e de modo mais ou menos consciente __ pensamentos diferenciados sobre as relações sociedade – estado, em que, entre outros aspectos, distinguia-se o conceito de soberania. Pensamentos esses importantes de se identificar para um entendimento mais amplo do processo de Independência em suas conexões regionais.

Lopes da Gama partiu de um terreno comum a todos os liberais __ a defesa da Constituição __ para discutir as diferentes concepções que sobre a questão vicejavam entre os pernambucanos. Afirmando haver consenso entre os diversos grupos em disputa de que as "bases da nossa Constituição" deveriam se construir em função do direito natural, estendeu-se sobre este, procurando explicitar os seus eixos constitutivos. Dessa forma, reafirmou estarem nele pressupostos "axiomas políticos" fundamentais como o de residir a "soberania da nação essencialmente na mesma Nação" e o de ser "todo cidadão livre"(n.1, 04-07-1822).

As divergências decorreriam das interpretações práticas desses conceitos. Estariam nesse sentido os seus adversários extremamente equivocados ao confundirem a "soberania da Nação" com a "desordem":

> *"Se o Povo he Soberano (dizem huns), p'ode, quando. bem lhe aprouver, mudar o sistema atual, dissolver os Governos, apear as Auctoridades, destribuir ao seo sabor empregos, e officios, e fazer, e desfazer-se sem outra rasam, ou lei, que o seu caprixo, pelo simples facto da Soberania. Debaixo destes principios nam p'ode haver seistema permanente , e a maquina politica seria a toda hora desmontada..."(,no.36, 04/10/1823).*

A concepção da relação sociedade-estado exposta no periódico instava para a organização de um governo, de um estado, de um sistema político, num momento crucial em que o estado constitucional se construía sobre as cinzas do absolutismo. A recusa a essa construção, no pensamento do beneditino, levaria ao avesso da medalha absolutista:

> *"...se o antigo Governo flagellava pelo despostismo de certo numero de Aulicos, e seos adherentes; o novo (com esse entendimento de soberania) arrastaria os Povos aos horrores da anarquia, que he o despotismo de todos"(n.5, 16/09/1822).*

Em que pese a sua linguagem elitista __ o polemista apodava as concepções dos seus adversários como "mal entendidos do vulgo" __ os posicionamentos de Lopes da Gama corresponderam claramente às formulações desenvolvidas nos primórdios do pensamento liberal. Cabe frisar: ao se opor ao absolutismo, o liberalismo não negou a noção de ordem. Muito pelo contrário, o que ocorreu foi a elaboração de um novo conceito a respeito, com bases societárias muito diferentes, opostas mesmo, às da ordem aristocrática - absolutista.

Como se sabe, o liberalismo propôs uma ordem política de acordo com uma sociedade-proprietária. Nas suas matrizes fundadoras, enfatizara Locke a necessidade de freios coletivos às aspirações políticas individuais, em especial quando tratou dos "fins da sociedade política e do governo". Ao expor seu clássico raciocínio sobre as vantagens para cada indivíduo em abdicar do estado de natureza para ingressar no social, ponderou: "pois todos sendo reis tanto quanto ele... a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito arriscada" (LOCKE, 1991,p.264)

Foi com base em enunciados gerais dessa natureza que o intelectual se indispôs contra os raciocínios regionalistas e localistas. Definiu claramente que não se podia "admitir Soberania em huma so Provincia, ...Cidade, ou Villa.". Uma vez constituído,era do congresso que deveria emanar a organização social de uma nação. Dele dependeriam não apenas as leis civis e criminais, mas a constituição do "emprego publico", bem como a organização das Províncias (n. 1, 04-07-1822, p.3).

Outorgava-se assim à soberania nacional __"Soberania do Povo"__, representada no Legislativo, o poder de se construir o novo estado, por sobre as diferentes partes que o compunham. No pensamento de Lopes da Gama coadunavam-se perfeitamente soberania do povo e hierarquia de organização social. Enfatizou a necessidade de respeito, da mais baixa autoridade_ "o beleguim" , até a primeira Auctoridade": quando não, "quebrados estarao os lacos sociaes, perdida a segurança publica,tudo perdido". Advogava as "armas da rasam, e do bom senso, unicas, que nos parecem liberaes" (n.36, 04-10-1823,p.1).

O modo como Lopes da Gama avaliou os acontecimentos políticos no Brasil e em Pernambuco, nos anos de 1822 e 1823, e as bases teóricas que se depreendem dos seus raciocínios indicam que a divergência de fundo entre ele e os seus opositores decorria exatamente da possibilidade de construção de uma soberania nacional que se impusesse às Províncias. Ou seja, tratava-se da organização de um núcleo central de poder __ com base na

representação legislativa _- que se sobrepusesse às partes componentes do novo estado. Elemento fundamental para a constituição do estado liberal.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Denis. "Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação", em JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

COSTA, Pereira da. *Anais Pernambucanos*, vol. VIII: 1818-1823. Arquivo Público Estadual: Recife, 1962.

ELIAS, Norbert. ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador,* vol. 2: *Formação do Estado e Civilização.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. _

LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822).* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

LOCKE, John. LOCKE, John. S*egundo tratado sobre o governo.* Coleção Os Pensadores, Locke, São Paulo: Nova Cultural,1991.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco,* vol. IV, *Periódicos do Recife, 1821-1850.* Recife: UFPE, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MARSON, Isabel. MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Visconde de Porto Seguro). *História da Independência do Brasil.* 3ª. ed.: São Paulo, Melhoramentos, 1957.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Irmandade de Santa Cecília e a sua história em Pernambuco

Cinthia Fernanda Barbosa da Silva*

RESUMO: O trabalho a ser apresentado tem como ponto central um estudo sobre a Irmandade de santa Cecília e a sua relação com a sociedade do Recife no século XIX. Essa irmandade possuía uma importante especificidade no quadro cultural da cidade, o de profissionalizar os Irmãos interessados em instruir-se no ofício da música sacra e profana. Sendo a música uma produção cultural tão importante quanto à criação das Igrejas, adota a postura de intermediar os entrecruzamentos entre as Ordens Religiosas e os grupos sociais, na medida em que a vida cultural da cidade depende diretamente das festividades. Logo, lidar com um tema pouco explorado pela historiografia, é resgatar uma história esquecida pelo tempo e imbuída de mistérios que por tantos anos esteve a encantar sociedades.
PALAVRAS CHAVES: História e Música, Brasil Monárquico, Irmandade.

ABSTRACT: The Word to be presented has a central point a study about Saint Cecilia's fraternity and its relations with the society from Recife in the nineteenth century. This fraternity has and important specificity in the cultural picture of the city, such as to prepare the interested brothers in to instruct themselves in the trade of the holy and profane music. Being the music a cultural production as the creation of churches, it adopts the posture of intermediating the crossings between Religious Orders and the Social groups, in the proportion in that the cultural life of the city depends of the festivities directly. So, to ideal with a theme little explored by historiography, is to recover a history unforgotten by the time and imbued of mysteries that for many years was to enchant societies.
KEY-WORKS: History and Music, Monarchic Brazil, Brotherhood.

Ao retratar o processo de desenvolvimento e edificação das chamadas Irmandades leigas, observamos que sua presença esteve vinculada e amparada nas necessidades de organizar espaços que melhor defendessem a relação entre: sociedade e religião. Atribuída sob os aspectos caritativos, obteve bastante sucesso no decorrer da Idade Moderna Européia. Impelida por leigos, apresentou-se bastante eficaz nos serviços religiosos, cujo desenvolvimento trouxe lucros exorbitantes à Coroa,e às Igrejas do Reino, assim, estas associações forjadas nesta fase abriram espaços à construção de ideologias filantrópicas.

Trabalhando nessa perspectiva, Santa Cecília apresentou-se como um espaço sócio/político e religioso importante, posto que as Irmandades representavam papéis

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco

fundamentais no desenvolvimento urbanístico, na província de Pernambuco. Assim, para alcançamos uma melhor compreensão, acerca do significado do surgimento de Santa Cecília, iniciamos com as propostas das Instituições Leigas existentes, através do discurso da caridade e sua organização espacial.[1]

Esta Irmandade esteve ligada à Ordem dos Músicos de Portugal, sua formação estava vinculada à proposta de viabilizar a especialização dos indivíduos nos serviços musicais, formando cantores e instrumentistas, apresentando-se como uma Escola de Música para aqueles que pretendiam aprimorar e desenvolver o conhecimento na arte musical.

Os responsáveis pela organização do fundo musical nas cerimônias religiosas eram os, Mestres de Capelas, cuja função era executar a melhor música em suas respectivas Instituições. Apesar, de exercerem as suas atividades no espaço religioso, nem todos, necessariamente desempenhavam as funções sacerdotais. Realizada esta explicação podemos observar que entre eles, encontram-se músicos leigos, como no caso de:

> *Francisco Januário Tenório, casado com Ana Joaquina de Melo, juíza, por devoção, no ano de 1809 da mesma casa. Músico profissional e reconhecido pela Irmandade dos músicos do Recife nos fins do século XVIII exerceu cargos de responsabilidade da tal Confraria como: mordomo e escrivão(DINIZ, 1969-1971:48-50).*

A estruturação das atividades musicais nas Igrejas seguia a mesma lógica, havendo um responsável encarregado pela organização e manutenção musical, sendo ele designado para os dias festivos ou comemorativos, atos fúnebres e missas não festivas. Sobre a importância da música o Pe. Jaime Diniz ressalta a sua acuidade, afirmando que "tanto na liturgia como nas práticas solenes sem a música não existe e nunca existiu. Portanto, onde houver Igreja ou capela, aí houve música" (DINIZ, 1978:46).

A sociedade, nesta época, esteve marcada por fortes laços de religiosidade, onde o lazer muitas vezes estava restrito às solenidades religiosas. Portanto, ser um Mestre de Capela representava prestígio e esta era a principal meta daqueles que se dedicavam à música. Tendo, como exemplo, a Igreja do Corpo Santo do Recife, no século XVIII, percebemos que:

> *Ocupar um cargo como este constituía para os que pleiteavam este posto um ato de dignidade, invejado por vários profissionais que se dedicavam à música, uma vez que, lá estava sendo executada a melhor música da cidade do Recife (DINIZ, 1969-1971:48-50)[2].*

---

[1] A Irmandade de Santa Cecília foi criada em Lisboa por volta do século XVII e por muitos anos foi responsável pela execução da música nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Tem sua fundação atribuída a Pedro Talésio nomeado professor de música na universidade de Coimbra em 1613 (COSTA, 1984: 544, V.6).

[2] _____. **Músicos pernambucanos do Passado. III Tomo**. Recife: UFPE, 1969-1971,p.48-50.

No caso de Pernambuco, os músicos exerciam suas atividades livremente, isso terminou por provocar insatisfações entre as Irmandades, ou melhor, entre os Mestres de Capela. Pois como observou D. José Fialho, em 1725, mesmo:

> *Que os músicos fossem livres sem dependência de tirar provisões, ou pagar pensões, e que pudessem o que exercitam esta arte cantar para onde os chamarem[...]*
> *Ao bispo diocesano a observância de suas ordens a respeito, para que os músicos não se vissem violentados nos seus direitos de praticar, livremente, a sua profissão em Pernambuco (DINIZ, 1969-1971:27).*

Diante do exposto, percebemos que as posições dentro de Santa Cecília acirravam as disputas pelo poder no interior das Irmandades na medida em que entre as Irmandades ou Confrarias com seus fidedignos representantes disputavam entre si uma suposta superioridade. Posto que, isto trazia status social, seja pela riqueza emergida da caridade dos leigos ou mesmo pela grandeza das suas partituras. Logo, o teor dos conflitos, pode ser apreendido através das singularidades desempenhadas pelas Instituições, tendo em vista, a situação que se encontravam os leigos responsáveis pelo desenvolvimento dos atos litúrgicos de cada Confraria.

A música no Recife havia se tornado uma atividade significativa e rentável dentro da sociedade. Ainda em fins do século XVIII foi construída a Casa de Ópera do Recife[3]. Este foi um estabelecimento de cunho inovador, logo se transformando num novo espaço para os músicos pernambucanos. Sendo esse um local divulgador das idéias iluministas foi também responsável pelo desenvolvimento de um local para a música profana. Muito embora a cultura religiosa estivesse em evidência, a moda das óperas e das operetas provocava novos interesses na sociedade. "O músico passava com a emergência dessa nova cultura musical não se especializando nem na música profana nem na religiosa fazendo-se presente em ambas, acontecendo de um estilo contaminar o outro e vice-versa"(DINIZ, 1969-1971:65).

A Irmandade de Santa Cecília do Recife aparece num Pernambuco cheio de inovações culturais. A transição dos séculos XVIII para o XIX, foi marcado pela presença de alguns grupos voltados ao teatro, como as companhias francesas e os presépios natalinos que tiveram a responsabilidade de entreter a sociedade. Foi em meio a estas novas manifestações culturais que Santa Cecília foi introduzida em Pernambuco. Segundo Pereira da Costa:

---

[3]A finalidade da Casa de Ópera era desempenhar a função de expor à sociedade os artistas populares encontrados na região. "Denominado, posteriormente, de Teatro Público, teatro Nacional, Teatro São Francisco e, por fim, Capoeira, localizado à Rua do Imperador, defronte ao convento dos Franciscanos" (SETTE, 1978:192-197).

> *Teria sido ela ereta e incorporada na Igreja de São Pedro dos Clérigos em 1788, tendo seu primeiro compromisso organizado em 1789, existe por alguns uma discordância a essa afirmação (DINIZ, 1969-1971:41).*

De acordo com as fontes levantadas, a Irmandade de Santa Cecília Mártir do Recife não apresentou uniformidades em seu trajeto. Os músicos religiosos passaram por situações complexas, dentre elas o de não possuir espaço próprio, ficando na maioria das vezes, a mercê de outras Igrejas. Neste sentido os tormentos foram dos mais constrangedores possíveis uma vez que a congregação dos músicos pernambucanos passou por um longo tempo perambulando por algumas Igrejas da redondeza[4].

Tem-se como exemplo, o caso ocorrido na Igreja de São Pedro dos Clérigos, em 1840, onde os responsáveis por esta Irmandade se mostraram irredutíveis aos Músicos de Santa Cecília no enterramento dos seus irmãos. Logo, gerando insatisfações de ambas as partes e levando os músicos a procurarem outro espaço físico às suas instalações. Sendo essa nova aquisição, agora, transferida à Igreja do Livramento.

Santa Cecília pode ser considerada uma das mais pobres Instituições religiosas de Recife. Essa afirmação se deve ao fato da mesma não obter ao menos um espaço próprio à realização das suas atividades. Os obstáculos foram imensos durante o seu trajeto social, porém, o seu desenvolvimento foi bastante eficaz. Para tanto, a Igreja dos Músicos do Recife,

> *Constituiu sua própria sede na antiga capela de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros, localizada à Rua da Conceição, bairro da Boa Vista. Esta teria sido doada nas últimas décadas do século XIX por Henrique da Silva e sua esposa Maria Josefa dos Passos e Silva à Irmandade, porém em ruínas. Sendo reconstituída alguns anos depois pela Diocese e celebrada a primeira missa em abril de 1899 sob a invocação de Santa Cecília Mártir do Recife no altar principal. Nesse sentido, a capela teria sido parte do símbolo histórico brasileiro de iniciação populacional, ou melhor, dizendo, parte integrante da modernização e urbanização da cidade do Recife (GUERRA, 1960:97-100).*

Embora apresentasse situações difíceis, durante toda a sua trajetória, foi lhe dada à função do Compromisso, cuja finalidade estava na execução das atividades tanto religiosa quanto profissional. Entretanto há um embate nas datas referentes à sua constituição posto que no próprio livreto que compõe os seus parágrafos e cláusulas mencionarem sua fundação em 31/07/1865, porém foram encontrados registros mencionando sua composição desde os anos de 1845, ano que se encontra um pedido para que seja validada a cópia do Compromisso que

[4] Termo de Determinação da Mesa Geral dos anos de 1830 e 1840.

havia desaparecido da Irmandade. Depois de julgado, obteve a sua Declaração de Sentença em 22/10 do mesmo ano, consentindo, assim, a legitimidade do Compromisso[5].

O compromisso tinha suas próprias especificidades. Dividido em 10 capítulos e 129 artigos, esteve voltado à organização da Irmandade cuja finalidade estava acordada com a música local. A utilidade do Compromisso reside na condição de informar as normas e condutas dos integrantes da Irmandade. Entre artigos e parágrafos, os acordos, demonstram o ritual que deveria ser respeitado e seguido por seus irmãos. No caso de Santa Cecília, era a música que estabelecia a Ordem e para o seu exercício profissional se fazia necessário à aprovação da mesma para que tal arte fosse exercida pelos membros. Portanto, ser um músico dessa Irmandade significava possuir status social por ser ela a controladora, organizadora e responsável pela introdução de músicos no mercado de trabalho.

Portanto, Santa Cecília foi sinônimo de profissionalismo, apresentando-se como uma Instituição voltada para o desenvolvimento da música local, visto que aqueles que queriam seguir o ramo de músicos profissionais deveriam seguir as normas da casa, obedecendo as suas regras e comungando dos seus objetivos, em troca recebiam a licença de professor de música do qual estariam aptos a desenvolver as suas atividades profissionais e artísticas.

Deste modo, ser um irmão de Santa Cecília envolvia muito mais do que obter a habilitação necessária para exercer a profissão de músico e a conseqüente elevação de status social implicava ainda, assumir compromissos com a Igreja e responsabilidades em relação aos demais irmãos. Um irmão-professor da Irmandade dos músicos tinha certa liberdade para assumir qualquer que fosse o compromisso profissional, contanto que não viesse a deixar de cumprir com as suas obrigações para com a casa (DINIZ, 1969-1971:1). Segundo o Estatuto haviam questões bastantes definidas relacionadas aos irmãos músicos que deveriam ser respeitadas:

> *Art15-Sendo o fim principal desta irmandade é contribuir por todos os meios ao seu alcance para maior honra e glória de Deus mediante intervenção da Gloriosa Virgem e Mártir Santa Cecília, todos os irmãos na parte que lhes for compatível deverão cumprir as disposições seguintes:*
> *§1ºAssistir todos os atos festivos, e aos fúnebres para que forem convocados;*
> *§2ºOrar frequentemente pelo aumento da fé católica, por intenção dos irmãos vivos e pelo eterno repouso dos que houverem falecidos;*
> *§3ºConcorrer com os possíveis esforços para o maior incremento da irmandade;*
> *§4ºContribuir anualmente para a festa solene da Nossa Gloriosa Padroeira, com uma esmola conforme suas posses e devoções;*

[5] Termos em que se pedia, através da Mesa atual, a deliberação pelo Juiz de Capela para reconhecer como válida a cópia do Compromisso, em 28/06/1845. Fls.50v e 51v.

> *§5ºComparecer as mesas Gerais, votar e ser votado para os cargos da Irmandade na forma deste compromisso;*
> *§6ºAceitar as comissões tendentes ao serviço da mesma irmandade, para as quais forem enviadas*[6].

Assim sendo os Irmãos deveriam reverter aos cofres da Irmandade, parte dos lucros obtidos na execução de suas funções musicais, sendo elas, profanas ou religiosas. Isso variava de acordo com o número de músicos a cargo de um diretor. Caso a função fosse realizada dentro da cidade ou até cinco léguas fora dela e o professor viesse receber uma jóia maior que 10$000, o diretor teria de pagar a metade para a Irmandade, caso passasse os limites teria de pagar uma terça parte do valor obtido, dentre outros[7].

O reconhecimento do artista estaria atrelado à quantidade de títulos que o mesmo acumulava no decorrer de sua carreira, isto é, o bom músico era aquele que mantinha prestígio e participava de importantes festividades. Mas também poderia oferecer os seus conhecimentos em troca de dinheiro ou apenas como um amante da música, como podemos observar num requerimento para a admissão de um farmacêutico na Irmandade:

> *O abaixo assinado, licenciado em Farmácia e estabelecido com botica nesta cidade, desejando pertencer a esta ilustrada e distinta corporação, pelo grande amor que consagra a arte musical vem respeitosamente suplicar a Vossas Senhorias que como mandam os quesitos do compromisso da mesma irmandade se dignem mandar examinar o Suplicante o instrumento "flauta", a que se tem dedicado, por si desde tenra idade, o suplicante não deseja fazer profissão dessa sublime arte, e seu fim é apenas pertencer, como acima declara, a esta tão distinta corporação. Nestes termos.*
> *Pede a VV.SS.benigno deferimento*
> *Recife, 13 de novembro de 1878.*
> *José Brás da Silva*[8].

A partir da Corporação dos Músicos, algumas condições foram impostas para poder se chegar a cargos de grande responsabilidade e prestígio, como por exemplo, o de "Mestre de Capela e Regente de Orquestra. Ao Regente de Orquestra, era exigida a patente de Diretor concedida pela Ordem de Santa Cecília"(DINIZ, 1969-1971:115). Já para atingir o mérito de Mestre de Capela, o nível de exigência poderia ser percebido pelo Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, constituído em 1868:

---

[6] Compromisso da Irmandade da Virgem e Mártir Santa Cecília, instituído no Convento do Carmo do Recife.(1864); artigo 15º §1º,§2º,§3º,§4º,§5º e §6º.
[7] Idem.Artigos:17º e 18º.
[8] Papéis avulsos do Arquivo de Santa Cecília; doc 11/02/1871 e 27/09/1880. Transcrição atualizada.

> *Do Mestre de Capela:*
> *Artigo 130 - o professor de música escolhido para o emprego de mestre de capela será muito perito em tal arte.*
> *As suas obrigações são:*
> *Fazer executar em qualquer dos atos religiosos da Irmandade peças musicais a contento da mesa.*
> *Escolher sempre os melhores professores para seu perfeito desempenho*[9].

O Compromisso era o principal veículo de distribuição das atividades, não somente religiosa, mas também profana, a música foi um ponto importante da sua organização, porém não podemos deixar de lembrar que além de formadora profissional de músicos a Irmandade de Santa Cecília, esteve também ligada a prestação de assistência espiritual aos mortos, a exemplo de outras Irmandades recifenses.

O sepultamento dos membros leigos, se relacionado às Igrejas, era utilizado como manutenção da casa, visto que o valor das esmolas oferecidas eram grandes, logo os mortos tinham como garantia uma quantidade de missas a serem rezadas como também uma grande celebração fúnebre, com direito a música, enquanto sua alma estava sendo encomendada.

A Irmandade dos músicos nessa esfera social ficava com a responsabilidade de manter o acompanhamento dos funerais, responsáveis pela apresentação musical. Aos irmãos falecidos também eram feitas referências, porém dependia muito do cargo que o mesmo exercia na sociedade, para que sua alma tivesse uma quantidade de missas a serem rezadas. Assim, as missas se subdividiam dentro da seguinte estrutura:

> *Dez para o cargo de juiz, sete para qualquer outro cargo e quatro para aqueles que não ocupavam cargo. Entretanto se o irmão ou irmã viesse a falecer em débito com a casa e, se esse débito fosse maior que o preço das missas, poderia vir a perder todas, já àqueles que falecessem na indigência continuariam tendo direito às missas, sendo elas encomendadas pelo capelão da Irmandade*[10].

Portanto, a Irmandade dos músicos de Santa Cecília em Pernambuco, assumiu o papel de conservatório, consistindo em centro formador e difusor de uma cultura musical, arte indispensável a uma boa educação, estabelecida pelos moldes culturais do século XIX, nestes termos, a música não era apenas uma distração, mas uma obrigação exigida pela sociedade.

---

[9] Idem,op.cit.p.105

[10] Compromisso da Irmandade da Virgem e Mártir de Santa Cecília, instituído no convento do Carmo do Recife.1864. Artigos 78º §1º, §2º e §3º, 81º, 82º e 86º.

Referências Bibliográficas

Compromisso da Irmandade da Virgem mártir de Santa Cecília instituído no convento do Carmo do Recife.1864.

Papéis avulsos do arquivo de Santa Cecília; doc 11/02/1871 e 27/09/1880.Transcrição atualizada.

COSTA, Francisco Augusto P. **Anais Pernambucanos.** Recife:FUNDARPE,1984.

DINIZ,Jaime. **O Recife e a sua música. In: Um tempo no Recife.**Recife: Arquivo Público Estadual,1978.

_____ **Músicos Pernambucanos do Passado,Tomo II e III.** Recife:UFPE,1969-1971.

_____ **Mestres de Capela da Misericórdia da Bahia 1647-1780.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA,1993.

GUERRA,Flávio.**Velhas Igrejas e subúrbios históricos.** Série Evocações Históricas do Recife(II). Departamento de documentação e cultura. Prefeitura Municipal do Recife. Recife:1960.

SETTE,Mário.**Arruar: História pitoresca do Recife Antigo.** 3ªed. Recife:Coleção Pernambucana,1978.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Delta do Niger no século XIX - encontros, resistências e negociações

Alexsander Lemos de Almeida Gebara [1]

Resumo: O trabalho procura apresentar a dinâmica de crise do poder "tradicional" em Bonny Town ao longo do século XIX, frente às constantes interferências inglesas na política local, . O objetivo é mostrar como estas relações atlânticas foram importantes para configurar a estrutura sócio política em local, enfatizando a situação de contato que domina a cena na costa ocidental africana. O trabalho também realiza uma breve apresentação da formação histórica das sociedades do delta do Níger, e o principal corpo de fontes são os relatos de viagem de Richard Francis Burton, cônsul inglês na Baía de Biafra entre 1861-64, além dos relatórios consulares que se encontram no Public Record Office, em Londres.
Palavras Chave: África Ocidental, África, século XIX, Delta do Níger.

Abstract: This paper intends to present the dynamics of the crisis of “traditional” power in Bonny Town during the XIXth century, in front of the constant British interventions in local politics. The aim is to show how this Atlantic relations were important to configure the local socio political structure emphasising the situation of contact that dominates the scene in the west African coast. The work also makes a brief presentation of the historical formation of the Niger Delta societies and the main body of sources are Richard Francis Burton’s travel writings, who was British consul to the Bight of Biafra within 1861-1864, and also the consular reports found at the Public Record Office in London.
Key Words: West Africa, Africa, XIXth century, Niger Delta.

Bonny Town foi uma das mais importantes cidades do delta do rio Níger ao longo da maior parte do século XIX. Segundo Martin Lynn, esta cidade sozinha exportava 30% de todo o azeite de dendê para a Inglaterra na década de 1850 (LYNN, 1981: 341). Além disto, também teve importante participação na exportação de escravos ao longo da primeira metade daquele século (LAW, 1985). Não é por acaso, portanto, que foi esta uma das localidades nas quais a influência inglesa se fez sentir de forma mais direta no período de combate ao tráfico escravo no período em questão. É sobre o período do final do tráfico escravo e transição para o comércio de azeite de dendê que trata este texto, procurando mostrar as reações de William Pepple, rei que governou Bonny com algumas interrupções entre as décadas de 1830 e 1860. Para isto, faz-se necessário uma introdução sobre o funcionamento das instituições de governo de Bonny, e como elas se adaptaram ao longo do tempo ao comércio atlântico.

[1] Este texto deriva de parte de minha pesquisa de doutorado na FFLCH – USP, concluída em agosto de 2006, financiada pela CAPES.

A história das sociedades do delta do Níger começa com uma série de migrações para a região do litoral por volta do século XII. Parte da população teria migrado não apenas do interior para a costa, mas de organizações essencialmente agrícolas para outras baseadas na pesca. Ainda de acordo com Alagoa, a razão da migração não é clara, mas a mudança nas organizações produtivas parece ocorrer em razão das diferenças geográficas entre as regiões (ALAGOA, 1971:269-278).

Nas "vilas fazendeiras" do interior, a organização de governo principal era a assembléia, da qual participavam todos os homens adultos da localidade. Esta assembléia era presidida pelo membro mais velho da linhagem fundadora, cujo título era *Amanyanabo*. Outra forma de estruturação hierárquica da vila eram as diferentes "linhagens" que compunham a comunidade. O pertencimento a uma linhagem era importante, uma vez que eram sobre elas que residiam os direitos sobre as terras cultiváveis. (ALAGOA, 1971: 270)

Já na região costeira, uma série de transformações ocorreram nesta estrutura. A fonte de sustento não era mais a terra, mas a água, ou seja, a rede de rios e riachos ao redor das aldeias que era explorada de forma comunal. Esta alteração veio acompanhada por uma desvinculação entre linhagem e direitos de exploração dos recursos naturais. Esta desvinculação teve importantes conseqüências: ampliou a solidariedade interna das vilas por um lado, e de outro, tornou as linhagens mais abertas à inclusão de novos membros, inclusive escravos.

Finalmente, uma outra transformação importante foi na organização de estruturas de defesa para limitar o acesso de vilas ou cidades rivais aos recursos naturais locais. Estas estruturas de defesa tinham, assim, como principal foco, a defesa dos rios e riachos navegáveis.

Segundo Alagoa, "podemos vislumbrar os estados como resultante de uma das vilas pescadoras gradualmente construindo uma dominância sobre seus vizinhos. Tal comunidade tornou-se o centro de população, de comércio, riqueza e poder." (ALAGOA, 1971: 272) O argumento do autor é que as instituições que conformavam estes pequenos "estados" já estavam consolidadas antes do advento do comércio atlântico, num momento no qual o comércio interno com o interior era mais importante, e estabelecido por aquelas antigas vilas que conseguiram organizar-se internamente o suficiente para constituir relações com comunidades produtoras do interior e assegurar domínio sobre as rotas de comércio. Desta forma, quando se deu o início da demanda atlântica, eram estas localidades que estavam prontas para envolverem-se neste novo tipo de comércio. (ALAGOA, 1971: 273).

Outras mudanças ainda estavam por vir desta vez sem dúvida oriundas do aumento do comércio atlântico. Uma delas foi a ampliação dos poderes e funções do *Amanyanabo*, que passou a controlar os interesses econômicos do Estado bem como a organização de sua defesa. Outra delas foi a ligação cada vez mais intima entre o sistema de linhagens (*house system)* com o comércio. A escolha de seus "chefes" passaram a seguir critérios econômicos, e a incorporação de escravos tornou-se cada vez mais comum, principalmente para agregar poder. Desta forma, os escravos eram usados para reforçar o sistema de defesa nas canoas de guerra, como carregadores no comércio com o interior e para ampliar a produção local. Este último processo, a saber, a ampliação da incorporação de escravos na sociedade ocorreu de forma acelerada durante o período de repressão inglesa do tráfico escravo atlântico, a partir de 1807.

O resultado deste longo processo foi a configuração de um espaço muito povoado, especializado no comércio, e com um excedente populacional que veio a suprir parte da demanda atlântica de escravos a partir do século XVII bem como agregar poder às linhagens locais. Quanto à população que emergiu, segundo Dike, "não era Efick, Ibo, ou Ibibio. Eles eram um povo à parte, produto de um embate das culturas do interior e da comunidade atlântica a ambas as quais eles pertenciam (DIKE, 1956: 30). O que é importante aqui é o fato de que as comunidades não se identificavam mais apenas pela origem, mas pela coabitação numa mesma região, e adaptaram suas instituições anteriores em estruturas que possibilitavam o desenvolvimento comercial nos moldes do tráfico atlântico ao longo dos 400 anos de sua existência.

A estrutura fundamental da organização social no Delta do Níger era, portanto, o chamado "*house sistem*". Unidades formadas pela família estendida do seu chefe - que representava a "linhagem" na assembléia - e por seus escravos. Com a aceleração do processo comercial atlântico, a grande transformação foi a facilitação da agregação de "braços", mesmo que escravos, a estas "casas" e conseqüentemente uma possibilidade de ascensão social destes escravos.

Estas possibilidades ficam evidenciadas quando se observa o governo de Bonny durante o século XIX. No ano de 1830, com a morte do rei Opubu Pepple, quem assumiu a regência foi seu escravo Madu, em detrimento de seu filho William Pepple, ainda considerado com idade insuficiente para assumir. O controle do Estado desenvolvido por Madu foi tal que, quando de sua própria morte três anos depois, quem assumiu foi seu filho Alali e não o herdeiro "legítimo" William. As opiniões estavam divididas em Bonny, por um lado, uma parcela da população que defendia a permanência de Pepple no poder e, por outro, grupos e

comerciantes que tendiam a identificar-se com Alali.(DIKE, 1956) O desfecho parcial do caso ocorreu com a intervenção do esquadrão britânico de combate ao tráfico, que apreendeu um navio escravista espanhol no porto de Bonny. Alali reagiu aprisionando alguns oficiais britânicos. O resultado foi uma intervenção direta da Inglaterra, que depôs Alali, e restaurou a casa Pepple, mediante a assinatura de um tratado anti tráfico em troca de um pagamento de renda anual ao rei de Bonny.[2]

Entretanto, além destas transformações nas relações de poder internas à Bonny, uma serie de outros elementos, também advindos do comércio exterior, passaram a influir cada vez mais na conjuntura do Delta, a saber, a substituição paulatina da principal artigo de comércio – de escravos para azeite de dendê – a instalação em 1849 do consulado britânico em Fernando Pó e finalmente criação da *African Steamship Company,* a linha de vapores de McGregor Laird que fazia viagens periódicas para a Costa ocidental africana.

O caso da substituição do comércio escravo para o de óleo é bastante complexo. Muitos africanos continuaram vendendo as duas mercadorias. E o comércio atlântico de escravos continuou existindo, ao menos até a década de 1850 (LAW, 1995).

As relações comerciais que antes estavam baseadas nas formas oriundas do tráfico escravo também começaram a sofrer alterações. No início do século XIX uma espécie de oligopólio comprador das companhias comerciais de Liverpool, a mesma que negociava escravos, arrematava a imensa maioria do azeite vendido no delta do Niger. As bases deste comércio estavam assentadas num conhecimento antigo e pessoal dos compradores com os vendedores africanos, e o fornecimento era garantido por um sistema de "trust", no qual os europeus adiantavam o pagamento e esperavam por meses na costa a chegada do carregamento de bens vindos do interior (LYNN, 1985).

Claramente, grande parte do risco ficava com os europeus, a despeito da vantagem exercida pelo controle dos preços relativos, o que tornava o comércio extremamente lucrativo para eles e que justamente agia como um compensador dos riscos deste tipo de empreendimento comercial.[3]

Estes riscos diminuíram sensivelmente com um segundo elemento que alterou as relações comerciais no Delta, a saber, a instalação em 1849 de um consulado britânico para as Baías de Benim e Biafra. O primeiro cônsul foi John Beecroft, um mercador com longa experiência na região. Inicialmente, sua atuação foi bastante agressiva e oficialmente tinha por objetivo por fim definitivamente ao comércio escravo. Uma missão para Daomé, em 1850

[2] De fato, esta foi, segundo Dike, o primeiro tratado deste tipo entre a Inglaterra e um estado da África Ocidental.
[3] Para uma análise da noção de controle de preço relativo, ver INIKORI, 1994.

tinha justamente como função realizar um tratado com o rei Gezo neste sentido. Intervenções em Lagos que substituíram o regente por um outro que assinou um tratado anti tráfico datam de 1851. (SMITH, 1974).

Durante este período, a situação em Bonny estava bastante desorganizada. O *Foreign Office* não cumpria os tratados acordados com Pepple, que por sua vez, também descumpria sua parte, continuando a vender escravos sempre que possível. Mesmo assim, a relação entre Pepple e a Inglaterra começou a deixar insatisfeitos mesmo os partidários do rei de Bonny. Um sentimento anti britânico ganhou força na localidade, e uma série de ataques a comerciantes e cargas britânicas teve lugar ao longo da década de 1840. (DIKE, 1956) Finalmente, Beecroft comandou uma operação em 1854 que mandou para o exílio o rei que a própria Inglaterra tinha levado ao poder alguns anos antes.

Desta forma, a atuação do cônsul britânico na região alterou o equilíbrio das forças antes presentes. Apoiado no esquadrão anti tráfico que pouco tinha a fazer durante a década de 1850, o representante inglês pressionava com ameaças e mesmo com ataques efetivos os chefes africanos, sempre que estes desafiavam as recomendações ou as pretensões comerciais inglesas no delta e nos arredores.

Um terceiro elemento que alterou a conjuntura comercial foi a criação da *African Steamship Company* em 1852. Contraditoriamente, enquanto a ação do esquadrão africano procurava garantir a posição dos comerciantes ingleses na região, a companhia de McGregor Laird ampliou muito as possibilidades de concorrência no mercado de óleo. Antes restrito às grandes companhias pela necessidade de investimento, especialmente nos navios que faziam os carregamentos para a Europa, o mercado agora estava aberto a pequenos comerciantes que usavam os navios da companhia para enviar cargas menores e competiam tanto com os comerciantes europeus quanto com os chefes africanos que dominavam o mercado fornecedor. Grande parte destes pequenos comerciantes eram *retornados* de Serra Leoa, que passaram a "cortar" o *trust system* que vigorava anteriormente. (LYNN, 1989 e 1992) Bonny, entretanto, conseguiu evitar a presença deste tipo de comerciante, mantendo a forma "tradicional" de comércio.

A situação, portanto, apesar do aumento do comércio de óleo em números absolutos, era de relativa instabilidade, especialmente em razão da desorganização de estruturas internas de poder nas sociedades costeiras dadas as transformações nas relações comerciais que haviam sido importantes para moldá-las ao longo dos séculos de comércio atlântico de escravos.

Em Bonny, no começo da década de 1860, os próprios comerciantes ingleses já pediam a restituição de Pepple, exilado na Inglaterra desde 1854. Foi neste contexto que Richard Burton assumiu o posto de cônsul inglês na região. Pouco depois do retorno do rei "legítimo" de Bonny.

Entretanto, viu-se que em Bonny no século XIX, proeminência econômica e poder político eram praticamente sinônimos. O retorno de William Pepple à cidade não significou que ele estivesse em condições de exercer de fato o poder. O próximo tópico trata das possíveis estratégias utilizadas por ele em seu retorno para reassumir a proeminência.

Pepple e o cônsul Burton.[4]

A primeira visita de Burton à cidade de Bonny foi em dezembro de 1861. E suas impressões foram as piores possíveis. A cidade, com sua paliçada ornada de ossos e crânios humanos remetia à um estado de "selvageria" que não parecia condizer com o intenso comércio local. Além disto, Burton notou que o rei tinha gastos elevados para sustentar sua "corte", e esperava cobrir estes com taxas aplicadas sobre os comerciantes europeus. (PRO, FO, 84/1176, 14/01/62.

Imediatamente após esta visita, William Pepple passou a cobrar *comey* (imposto comercial) sobre um navio de reabastecimento da *African Steamship Company* ancorado em Bonny. Parece relativamente claro que esta foi uma estratégia do rei de Bonny, uma vez que tendo estado na Inglaterra por aproximadamente 7 anos, sabia da demora existente no fluxo de correspondências entre a África Ocidental e Europa. De fato, entre a reclamação da companhia para o *Foreign Office* e o retorno de Burton a Bonny para averiguar a situação, passaram-se cerca de 10 meses.[5]

Neste meio tempo, o *Foreign Office* recebeu uma solicitação feita em nome de Pepple por um certo Mr. Thwaites, que reclamava neste documento o reconhecimento oficial de representante consular de Bonny na Inglaterra.[6] Nestas solicitações, Thwaites afirmava o direito de cobrança da tarifa (*comey*) sobre o navio da companhia, pedia ajuda do esquadrão inglês na África para combater os sacrifícios humanos e informava sobre um aumento das

[4] Os relatórios mencionados a seguir encontram-se no *Public Record Office,* série *Foreign Office*, e serão identificadas pela sigla FO, seguida da série/número do livro, e data da correspondência.
[5] As correspondências referentes a este caso encontram-se em FO 84/1176, 14/01/62, 26/02/62, 22/05/62, 23/07/62 e 23/10/62.
[6] Segundo Dike, Thwaites era um Quaker, parte de um grupo que tinha se encarregado de tutelar Pepple durante sua estada na Inglaterra. (DIKE, 1956)

tarifas comerciais em geral. Esta última informação vinha acompanhada da seguinte justificativa:

> *"No que diz respeito às novas tarifas, o rei desistiu de ser comerciante; e os pesados encargos sobre ele para pagar os presentes que envia mais acima no país,* ***as melhorias na cidade e na beira do rio****, o compelem a aumentar a comey****; ele também está ansioso para construir escolas****, as quais não podem ser feitas sem dinheiro, e é claro que quando ele mesmo era comerciante isto era uma grande fonte de lucro para ele." (FO, 84/1176, 23/07/62, anexo 1 – negritos meus)*

Justificativas como as mencionadas em negrito no citação acima certamente não estariam presentes não fosse a permanência de Pepple na Inglaterra, e seu convívio com filantropos ingleses, uma vez que são motivações que se encaixam com perfeição no discurso humanitário e missionário.

É também bastante clara a situação desconfortável de Pepple em Bonny, pois mesmo que fosse nominalmente regente da cidade não possuía grandes fontes de arrecadação o que deixava sua "casa" enfraquecida. Aparentemente, a não participação no comércio não foi uma opção do rei, mas uma situação oriunda das limitações conjunturais. Seu afastamento forçado por um longo tempo provavelmente cortou suas relações com os fornecedores de óleo do interior, bem como as suas relações com compradores ingleses. Sem a renda comercial, restava-lhe apenas a cobrança de impostos.

A vontade manifesta de acabar com sacrifícios humanos também parece se encaixar na estratégia de Pepple para reassumir de fato o poder. Ao trazer o esquadrão inglês para secundar uma de suas propostas, Pepple tentava associar sua imagem ao poderio britânico na região, que se fizera cada vez mais presente ao longo das décadas anteriores.

Infelizmente para ele, o cônsul britânico não parecia permeável a esta argumentação filantrópica.[7] Em seu relatório após sua segunda passagem em Bonny, Burton foi totalmente contrário às reivindicações de Pepple. Não concordava com a legalidade da cobrança da *comey* sobre o navio da companhia, e nem com o aumento das taxas comerciais. Segundo ele, a degeneração da situação em Bonny era culpa de seu regente. Segundo ele.

> *"Durante os últimos sete ou oito meses o comércio tem estado quase parado no rio, principalmente devido às inconstâncias do rei, o qual, totalmente desmoralizado por uma longa residência na Inglaterra, ameaça em todas as ocasiões contratar um advogado, ou abrir um processo, ou com uma escola ou missionário". (FO, 84/1176, 18/12/62.)*

[7] Para uma exposição mais detalhada sobre a aversão de Burton aos filantropos, ver GEBARA, 2006.

Thwaites também demandava seu reconhecimento como representante consular de Bonny na Inglaterra, argumentando que Pepple sempre havia permitido a entrada do cônsul inglês em seus domínios. Sobre esta solicitação, a resposta de Burton foi ainda mais radical:

> *"Isto pode soar bonito em Higbury Terrace; em Bonny entretanto, é tão arrogante quanto absurdo. rei Pepple é um pequeno chefe comerciante, filho de um pequeno chefe comerciante, rei de uma cidade suja que guarda as mesmas proporções para Benim e Biafra que a Ilha de Man para o Reino Unido. As 'melhorias na cidade e na beira do rio, etc...', são meras invenções. Bonny ainda é o lugar mais sujo e bárbaro nesta costa." (FO, 84/1176, 18/12/62.)*

Burton estava exagerando. Como se viu, Bonny era a mais importante exportadora de azeite de dendê da costa ocidental africana. E apesar do capital inglês comprometido com a localidade ser pequeno em números relativos, não deixava de ser significativo em números absolutos. O próprio Burton relata que havia cerca de 500 mil libras em propriedades britânicas no local, e a exportação anual de azeite atingia 600 mil libras.

A utilização de argumentos humanitários e o pedido de auxílio ao esquadrão naval britânico por parte do regente de Bonny podem ser vistos como reflexos de uma conjuntura de profunda transformação na estrutura política da localidade, resultante de mais de duas décadas de constante intervenção inglesa. Pepple manejava no interior de um padrão intervencionista ao qual esteve submetido, para assegurar sua proeminência pessoal sobre o estado de Bonny, mas o *F.O.* parecia disposto a intervir apenas para garantir o fluxo comercial. Ao mesmo tempo, a disposição negativa de Burton com os argumentos utilizados tornaram esta estratégia um tanto ineficaz.

A partir deste período, Pepple foi perdendo cada vez mais a influência sobre a política local. Em 1867, Ja Ja, um escravo comprado por Alali ainda na década de 1830, juntamente com outros mercadores, organizaram uma cisão na Cidade, e fundaram a cidade de Opobo, que passaria a dominar o comércio de azeite nas décadas seguintes, até a invasão colonial inglesa propriamente dita. (FLYNT, 1956)

Não é o caso de avaliar-se positiva ou negativamente esta posição de contato. As conjunturas das sociedades costeiras africanas tornavam possível diversas formas de atuação. No caso de William Pepple, talvez um primeiro momento de negociação com a Inglaterra no qual assinou um tratado sobre o fim do tráfico escravo, ainda no final da década de 1830, tenha sido o estopim para a sua constante perda de autoridade e riqueza em Bonny nas décadas seguintes. Por outro lado, estas conjunturas forjaram também uma série de

experiências economicamente bem sucedidas, tais como o caso do próprio Ja Ja, antes de sua deportação.

O importante é notar que a configuração política, econômica e social de Bonny nas décadas imediatamente anteriores ao período colonial não é derivada unicamente das demandas européias, mas sim de uma complexa correlação entre Europa, África e América (receptora de escravos) com diferentes formas de resistência e adaptação, tanto do lado dos africanos quanto dos europeus. Esta correlação gerou ao longo dos séculos sociedades profundamente conectadas ao mundo atlântico, em especial os estados costeiros da África Ocidental cuja própria posição geográfica colocava-os exatamente no ponto de intersecção mais permeável entre o ocidente e a África.

Bibliografia

Alagoa, E.J., "The Development of Institutions in the States of the Eastern Niger Delta." *The Journal of African History*, vol. 12, no 2, 1971, pp 269-278.

Flint, John. "African Historians and African History". *Past and Present,* n 10, 1956, pp. 96-101.

Gebara, Alexsander. "A África presente no discurso de Richard Francis Burton, uma analise da construção de suas representações", Tese de doutorado, departamento de História, FFLCH – USP, 2006.

Law, R. *From Slave Trade to 'Legitimate' Commerce, the Commercial Transition in Nineteenth Century West Africa*. Cambridge University Press, 1995.

Lynn, Martin. "From Sail to Steam: the Impact of the Steamship Services on the British Palm Oil Trade with West Africa, 1850-1890. *The Journal of African History.* Vol. 30, n 2, 1989, pp. 227-245.

Technology, Trade and a 'Race of Native Capitalists': The Krio Diaspora of West Africa and the Steamship, 1852-95". *The Journal of African History,* vol. 33, n 3, 1992, pp. 421-440.

"Change and Continuity in the British Palm Oil Trade with West Africa, 1830-1855". *The Journal of African History,* vol. 22, n. 3, 1981, pp. 331-348.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imprensa e resenhas no Brasil: divulgação, críticas e polêmicas

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira[1]

Resumo: Os jornais do século XIX publicavam resenhas de obras que muitas vezes despertavam polêmicas. Algumas publicações eram assinadas, com comentários políticos e literários, de um número cada vez mais significativo de homens de letras. Um dos casos que destacarei é a polêmica em torno da obra de Júlio Ribeiro – *A carne*, que sofreu profundas críticas do padre português Sena Freitas.
Palavras-chave: Jornais do século XIX. Resenhas . Debates.

Abstract: The periodicals of century XIX published summaries of workmanships that many times despertavam controversies. Some publications were signed, with commentaries literary politicians and, of a number each more significant time of men of letters. One of the cases that I will detach is the controversy around the workmanship of Júlio Ribeiro - A carne, that it suffered deep critical from the Portuguese priest Sena Freitas.
Key words: Periodicals of century XIX. Summaries. Debates.

As resenhas a livros apareceram nos primeiros jornais brasileiros, e originalmente se caracterizaram como caudatárias de uma tradição existente em jornais ingleses do século XVIII. Um dos precursores, no Rio de Janeiro, foi *O Patriota* (1813-1814). Por decisão do editor era um espaço fixo, na última página do jornal, na qual havia referências às publicações recentes, com uma pequena ementa, a guisa de comentário, sobre o autor e a obra. Posteriormente, em periódicos como o *Jornal do Commercio*, *O País, Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, as resenhas tomaram uma dimensão mais ampla, e passaram a ocupar maior número de colunas, além de incorporarem críticas políticas e literárias, ampliando dessa forma o seu público. Em alguns jornais apareciam como desdobramentos

[1] UERJ/CNPQ/FAPERJ/Pronex.

dos reclames de livrarias que divulgavam as obras mais recentes. Em outros, eram acompanhados de textos que além de divulgar novas publicações, eram assinados, com comentários políticos e literários, de um número cada vez mais significativo de homens de letras. Um dos casos que destacarei é a polêmica em torno da obra de Júlio Ribeiro – *A carne*, que sofreu profundas críticas do padre português Sena Freitas, e atraiu réplicas e tréplicas, em virtude das posições político-religiosas conflitantes.

De qualquer forma, uma nova perspectiva se abriu e a produção literária tornou-se mais ativa, permitindo a constituição de um campo intelectual autônomo, que, no entanto, só se consolidou em fins do século. Os jornais e revistas se habituaram cada vez mais a repercutir querelas e que foram responsáveis por definir reputações políticas, científicas, cívicas e religiosas, e que serviram de tribuna para acalorados debates.

No contexto do movimento romântico (1830-1860), a produção de textos que discutia temas como história, literatura, filosofia e religião se multiplicaram. Um marco de divulgação eram os jornais que passaram a ser o veículo por excelência da produção de escritores, políticos e religiosos. Posteriormente as influências do realismo também produziram uma nova geração de escritores que tinham na imprensa um importante meio de divulgação.

A possibilidade de desenvolver debates, comentar livros, criticar peças de teatro, poemas, além de registros acalorados sobre política, religião, literatura em geral, cresceu, sobretudo depois do fim da censura. Em 2 de março de 1821 aboliu-se os mecanismos mais explícitos de censura prévia aos escritos, consolidando-se esta situação em 20 de setembro de 1830, quando foi regulamentado o dispositivo constitucional que caracterizava os abusos referentes à liberdade de imprensa. Esta reformulação prolongou-se por todo o período imperial, explicitada no Código Criminal, em vigor até 1890. (VAINFAS, 2002:134-136) Mesmo que se considere a tardia chegada da imprensa no Brasil, os modelos existentes na imprensa européia foram logo assimilados. Nos primórdios do jornalismo, o jornal *O Patriota* (Rio de Janeiro, 1813-1814) destacava sempre em suas últimas páginas comentários sobre lançamento de livros, resenhas de obras que consideravam importantes, ou criticáveis, e foi um dos precursores das resenhas críticas que só se consolidaram no Brasil em fins do século XIX. Antônio Cândido considera este jornal como referência e uma das manifestações primeiras da implantação da *república das letras* no Brasil.(Candido, 1981:cap. 1,passim)

A nascente crítica literária começou a se consolidar, apoiando-se no início em um círculo restrito a amadores. Posteriormente evoluiu sobretudo a partir da segunda metade do

século, para adquirir maturidade até incorporar, em jornais e revistas, os chamados críticos profissionais. Para Raul Antelo a crítica literária no Brasil "buscava distinguir como definir, por exemplo, a diferença entre escrita "criativa" e "reflexiva", entre "intelectuais" e "escritores", ou entre "originalidade" e "mimetismo" e atingiu um público leitor que vai paulatinamente se constituir como uma esfera pública laicizada".(ANTELO, http://www.cceufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa/index2.htm)

Uma questão prática se punha: como tornar estes elementos eficazes para as novas gerações encontrarem, com facilidade, as possibilidades que as aproximassem do saber, e por desdobramento da civilização? No Brasil, haveria que se promover um grande esforço coletivo, considerando os índices de analfabetismo[2] e as dificuldades inerentes aos grandes espaços geográficos que permaneciam intocados, poucas bibliotecas, escolas rareadas, em municípios distantes, e livros com baixa circulação. No período imperial este quadro era disseminado e uma noção de urgência ficava patente entre intelectuais e refletia-se nas correspondências, em textos na imprensa, e escritos em geral.

Muitos dos políticos e dirigentes imperiais eram também professores, escritores e se dedicaram a papéis que, mesmo não explicitamente, demonstraram seu impulso de ordenar, civilizar e instruir como uma alternativa a esta consolidação da nação brasileira.(MATTOS, 2000: 5) A dinâmica desta tarefa foi diferenciada, com produção de livros didáticos, regulamentação do ensino público, uso da imprensa com fins educativos e intencionalmente disseminadores de conhecimento. Alguns destes letrados, professores, literatos discordavam quanto ao lugar da religião e do catolicismo, no contexto do Estado, debates estes que se aprofundaram nas últimas décadas do século XIX. A questão das prerrogativas da Igreja no contexto do Estado Imperial sempre levava à polêmica. É bom voltar a frisar que a Constituição Brasileira de 1824, no seu artigo 50 definia que "A Religião Católica, Apostólica Romana" continuaria a ser "religião do Império".

Esta exigência legal não impediu o desenvolvimento de tendências literárias e políticas anticlericais, com profundas críticas ao envolvimento entre Igreja e Estado. A estratégia de diversos políticos e escritores era enfatizar suas posturas contrárias ao clero nos textos e em ações políticas. Os embates e a polarização entre defensores de liberdades religiosas, e os antiliberais que defendiam um respeito mais genuíno às diretrizes de Roma

[2] Os índices de analfabetismo no Brasil da segunda metade do século XIX variavam em torno de 75% a 85% de acordo com os diferentes levantamentos da época.

(VAINFAS, 2002: 126-128) eram muito freqüentes, sobretudo nos centros urbanos mais politizados.

Cidades como o Rio de Janeiro, capital do Império e Município Neutro da Corte, abrigavam um número maior de elementos que facilitavam a circulação de informações, quer porque fosse a mais populosa, quer porque era a capital, o centro nevrálgico político, cultural e econômico do Brasil. Os jornais e revistas circulavam mais abundantemente nesta cidade. As outras cidades brasileiras eram menores, com fraco índice populacional e sem as mesmas condições da vida cultural da capital. Algumas, no entanto, tinham características diferenciadas. Cidades como São Paulo e Recife concentravam cursos jurídicos que foram criados em 1827, além de Salvador que contava com um curso de medicina. Devido à presença de estudantes, professores, diretores e funcionários, enfim um conjunto de pessoas que atendiam às demandas que cursos universitários desta natureza produziam, o acesso às informações era maior. São Paulo, que na origem era uma pequena vila, passou a partir da instalação, em 1827, de um curso jurídico, a ver crescer o número de livrarias, jornais e revistas, muitas vezes produzidas pelos próprios estudantes de Direito. Nestas cidades os limites de suas dimensões geográficas e de população não impediam que debates de natureza semelhante às do Rio de Janeiro, proliferassem.

No Brasil da segunda metade do século XIX muitos se deram conta que o domínio do conhecimento seria de muita valia para a consolidação da cidadania, tornando-se também mais um elemento de fortalecimento da nação brasileira. Aplica-se aqui o conceito de Lucien Febvre sobre *outillage mental* conceito que pode se manifestar como *linguagens políticas*, ou *retórica*, recursos utilizados por aqueles que desta forma lidavam "com o fundo comum da bagagem cultural lusa da qual necessariamente partiam."(FEBVRE, 1968: 307-325)

Foi neste contexto que o Padre lazarista José Joaquim de Sena Freitas, nascido nos Açores, em Ponta Delgada (27 de julho de 1840)[3] instalou-se no Brasil, escolha que se deu entre outras possibilidades pela facilidade representada quanto ao uso da língua portuguesa. Primeiramente deu preferência por sua ação nas províncias e esteve no nordeste do país, passando por Minas Gerais e São Paulo. À medida que se estabeleceu no Brasil foi recebido com honras por intelectuais e homens de letras, desenvolveu amizades, fazendo crescer um círculo de sociabilidades, no qual discutia questões de sua predileção. Publicava na imprensa do Rio e de São Paulo, enfocando temas religiosos, pedagógicos e morais. Atuou primeiro

[3] Os dados biográficos do Padre Sena Freitas (1840-1913) estão detalhados em inúmeros trabalhos deste colóquio e na bibliografia de autores como Antero de Figueiredo, Dinis da Luz, Augusto Ferreira e o Padre Moreira das Neves, entre outros.

como pregador, mas depois, devido a problemas de saúde, teve na palavra escrita a principal ferramenta para divulgar sua fé, tanto em Portugal quanto no Brasil. Foi educador, aplicando seus conhecimentos em estabelecimentos de ensino, sobretudo em escolas para educar meninos e rapazes, e consolidar, através da educação, o catolicismo entre brasileiros.

Mas não seria somente este seu objetivo. Desde o início de sua trajetória como religioso tinha ambições intelectuais mais amplas. Publicou, escreveu artigos em jornais, polemizou. Utilizou com freqüência os recursos da imprensa para disseminar suas idéias quanto à fé católica, e tratou de responder aos detratores de sua fé usando a palavra impressa como principal arma. Seguindo sua longa tradição de polemista pretendia atingir um grande público, mais do que aquele que encontraria na sua pregação, repercutindo assim suas concepções de mundo e da religião. Esta sua tarefa já vinha desenvolvendo na Europa, sobretudo em Portugal, e prosseguiu nela, em suas numerosa viagens, inclusive até o Oriente.

A biografia do Padre Sena Freitas é rica em episódios que demonstram sua preferência pela polêmica como instrumento de divulgação do pensamento católico. As cartas do acervo do RGPL do Rio de Janeiro são testemunhas desta sua prática. Foram todas escritas na década de setenta, a maioria em Felgueiras, Portugal, com papel timbrado do Colégio Santa Quitéria, no qual trabalhou por alguns anos. No conjunto são demonstrativas da sua verve, já definindo temas que viria mais tarde aprofundar em suas inúmeras publicações. Estas cartas não contêm endereço do destinatário, e o tratamento é cerimonioso, mas afável, como devia ser a regra de cartas trocadas entre amigos. Algumas foram trocadas com o amigo Camilo Castelo Branco, outras enviadas para editores ou colegas. Todas tratam sobre livros já escritos, traduções, obras no prelo e as dificuldades inerentes ao ofício de escritor. Freitas mencionava aqui e ali sua produção intelectual, e é enfático em comentários simpáticos para alguns de seus interlocutores. Estão registrados[4] comentários e observações quanto à importância que dedicava aos livros e em todas ficava patente como era um leitor ávido pelas novidades:

> *Já vi anunciado no último número do "Comércio do Minho" o próximo fascículo da tradução de Villefranche...[...] Vou já[..] atirar-me sôfrego ao prefácio. [...] É impossível que V. E^{xma}. não diga muito bem de Pio IX, e o não diga muito bem. Talvez S. V. E^{xma}. ultimamente diga sobre as ordens religiosas foi reproduzido em todos os jornais católicos do Reino, e fez reconhecer os outros desconfiados..(SENNA FREITAS, MNss: G 26-2 RGPL)*

[4] Os critérios de fixação dos textos em português, aqui transcritos, foram os estabelecidos por Vanda Anastácio, coordenadora da secção de edição da Equipe de estudos da Universidade Católica de Lisboa sobre Sena Freitas.

No Brasil, o debate mais célebre que travou foi com o escritor Júlio César Ribeiro Vaughn, conhecido como Júlio Ribeiro. Autodidata, escreveu numerosas obras, inclusive uma gramática, e fundou um jornal no interior de São Paulo. Seus romances mais conhecidos são: *O Padre Belchior Pontes e A Carne,* este objeto da polêmica célebre com o Padre Sena Freitas. Morreu com tuberculose aos 45 anos, em Santos, São Paulo.[5]

Quando *A carne* (1888) foi publicada recebeu críticas, em sua maioria, negativas, mas sem grandes radicalizações. Na verdade, foi uma recepção fria por parte da de literatos e homens de letras. Esta atitude diferiu da reação de Sena Freitas, que publicou em jornal paulista um texto intitulado *A carniça,* que se tornou o fundamento do debate. Com sua verve habitual teceu uma crítica cáustica aos aspectos negativos da obra, destacando sua oposição à admitida influência de Emile Zola, e ao erotismo que considerou excessivo. Portanto, *A carniça*, publicado no Diário Mercantil era radicalmente crítico contra a obra de Ribeiro. Definia com clareza o repúdio que nutria quanto aos romances daqueles autores que chamava de a "*macaquinada do estúpido realismo"*. O tom crítico, o humor ferino foi trabalhado à minúcia, e incluiu farpas que atingiram desde o suporte da obra, até questões mais literárias:

> *A Carne é um romance de 278 páginas, elegantemente impresso em Portugal e editado em S. Paulo pelo livreiro Teixeira, emérito comprador em grosso de charqueada. Meus parabéns calorosos[...]O livro custa 3$000, como já disse. É provável que a 2ª edição, se aparecer, e aparecer expurgada, custe o dobro. Não será caro. Eu não comprei a 1ª edição e dava 6$ por aquele incontestável primor de estilo, com a placenta de menos. (SANTANA, http://www.unicamp.br/iel/memoria/ensaios/maldacarne.html)*

A reação de Ribeiro ao texto foi emocionada, e agressiva, identificando na crítica um ataque pessoal. Como resposta, dedicou duras páginas a responder Sena Freitas, começando por declarar que era o padre que buscou a contenda:

> *Violada esta condição, invadidos meus domínios, atacada minha pessoa, o caso torna-se outro: eu arregaço-me, torno o aziar, atiro-me á besta, sujeito-a, cavalgo-a, faço-a virar á direita, á esquerda, depois, quando a vejo quebrada, mansa, de velhas murchas, desmonto e, com um pontapé amistoso, mando-a em paz ás moscas do brejal. RIBEIRO, 1934:20)*

Não foi somente Freitas que criticou o livro, mas suas palavras parecem ter atingido de maneira veemente a Ribeiro. Intelectuais como José Veríssimo e Sílvio Romero

---

[5] Júlio Ribeiro faleceu em 1 de novembro de 1890. Dados biográficos retirados de http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Ribeiro

também apontaram as fraquezas do romance, destacaram algumas inverossimilhanças, e enfatizaram o caráter erótico do texto, características negadas posteriormente por Júlio Ribeiro, mas sem a mesma contundência. Outros críticos, favoráveis ao romance, refutaram que os pontos mais criticáveis da obra fossem a tensão sexual e o anticlericalismo, destacando aspectos humanistas presentes na narrativa.

Profissionalmente Ribeiro era respeitado, inclusive como gramático. A crítica contundente de Sena Freitas foi recebida com grande amargura, acrescido ao fato de que havia entre ambos, laços de amizade, formados anteriormente. O texto no qual Sena Freitas desconstruiu a obra de Ribeiro colocou em cheque toda a tradição do romance realista, principalmente naquilo que ofendia aos princípios morais do catolicismo, ou aquilo que o Padre Sena Freitas tinha escolhido como alvo principal de suas críticas ao longo de sua vida. O romance a *"A Carne"* era desta vez o alvo:

> *O público desta província e do Brasil ainda não está assaz civilizado e, se me permite o neologismo, assaz parisificado para que não seja por ora uma calúnia e um grave desrespeito dar-lhe a comer a Carne como tigelada de sua predileção, que ele manda comprar à pastelaria do Teixeira pelo preço dos acepipes de alta gastronomia. O público não é uma pequena fração social, não é um punhado maior ou menor de debochados; o público é o público, a saber: o banqueiro e o lojista, o periodiqueiro e o mestre de tipografia, [...] (RIBEIRO, 1934:42-43)*

A opção de Ribeiro na réplica foi por um viés ufanista, no qual desqualificava o padre e justificava sua obra. Em *O urubu Sena Freitas*, Ribeiro diz que "*tenho a reputação feita de escritor agressivo, de escritor virulento. Virulento, sou, agressivo não.* (RIBEIRO, http://www.casadobruxo.com.br/poesia/j/julior02.htm).

Mas também reconhece: *Uma coisa cumpre que fique liquidada: esta triste questão com o padre Sena Freitas não é uma questão de princípios, é uma questão pessoal, é o que há de mais exclusivamente pessoal.*

Após toda essa polêmica, houve uma tentativa final de reconciliação, quando Senna Freitas tomou conhecimento da morte eminente de Ribeiro, em 1890. Duas versões vieram à luz: a do próprio Sena Freitas que divulgou tê-lo procurado em casa, no leito de morte, momento em que teria sido perdoado. Familiares e amigos de Ribeiro rejeitaram esta versão e declararam ser o padre Sena Freitas um intruso, na casa de um moribundo, que se recusou a recebê-lo e a perdoá-lo. (RIBEIRO, 1934, passim)

As paixões despertadas neste debate se evidenciaram em um momento no qual a crítica literária ainda amadurecia no Brasil. As convicções de ambos levaram ao paroxismo

uma questão que poderia ter se restringido a um debate literário, sem o personalismo que desencadeou. O padre Sena Freitas, até a sua morte no Rio de Janeiro, em dezembro de 1913, parece ter encontrado um opositor tão apaixonado quanto ele.

Bibliografia

ANTELO, Raul. *As revistas literárias no Brasil.* Capturado em outubro de 2005, em http://www.cceufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa/index2.htm.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, 6a. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 1, capítulo VII.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi.* Rio de Janeiro, 1: 123-152, setembro de 2000.

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au 16eme siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1968.

MATTOS, Selma Rinaldi. *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo*. Rio de Janeiro. Access Editora, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A História para uso da mocidade brasileira.* Primeiro Seminário CEO/Pronex/Faperj, São João D'El Rei, 2-3 de março de 2005.

RIBEIRO, Júlio. In: *Uma polêmica célebre.* Compilação de Victor Caruso e Prefácio de Orígenes Lessa. São Paulo: Edições Cultura Brasileira. 1934 ou na página http://www.casadobruxo.com.br/poesia/j/julior02.htm

SANTANA, Jeová. *Mal da leitura em A Carne de Júlio Ribeiro*. Capturado em http://www.unicamp.br/iel/memoria/ensaios/maldacarne.html

SENA FREITAS, J. J. Cartas, s/d, Manuscritos G 26-2, Real Gabinete Português de Leitura.

----------. Diário Mercantil. *A carniça* – polêmica entre o padre Sena Freitas e Júlio Ribeiro.São Paulo. Catálogo Biblioteca Nacional. P. 47,06,04.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VAINFAS, Ronaldo.(Org) verbete *Catolicismo,* no *Dicionário do Brasil Imperial*. 1822-1889. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

De índios a vassalos:
colonização e hierarquia social no tempo do diretório dos índios

Yllan de Mattos*

Resumo: A comunicação tem por objetivo repensar a construção hierárquica da sociedade Colonial no Grão-Pará após a fixação do Diretório dos Índios. Dessa forma, pretendemos demonstrar que a transformação dos índios em vassalos, para usar a fórmula já consagrada por Ângela Domingues, serviu a um plano efetivo de colonização colocado em prática por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Suas atribuições baseavam-se na preservação da soberania territorial e na conversão do índio em súdito do rei e de Deus, ou seja, valorizando o ameríndio enquanto elemento estratégico da ocupação do território limítrofe no norte da América portuguesa.
Palavras-chave: América portuguesa – Diretório dos Índios – hierarquia social

Abstract: The communication aims at rethinking the hierarchical construction of the Colonial society in Grand-Pará after the establishing of the Rights of Indians. In this way, we intend to demonstrate that the transformation of indians into vassals, to use the time-honored formula by Ângela Domingues, served the actual colonization plan put into practice by Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Its attributions were based upon the preservation of territorial sovereignty and upon the conversion of the indian into the king's and God's subject, in other words, giving due credit to the Amerindian as a strategic element in the occupation of the borderline territory in northern Portuguese America.
Key words: Portuguese America – rights of indians – social hierarchy

Onde se inicia o mundo do indígena e do africano? Onde termina o do colonizador europeu? É fato, que lado a lado com a exploração e a escravidão, a mistura de índios, negros e europeus conferiu especificidade ao "viver em colônias". Mistura esta, mais que dicotômica, indissociável no nível cultural e étnico. Sem ela não haveria colonização, mas assim realizada produziu um outro resultado, numa palavra, a América, noutra, o Brasil.

* Mestrando em História Moderna na Universidade Federal Fluminense e bolsista da Capes.

O norte da América portuguesa, durante a segunda metade dos setecentos, foi palco privilegiado para a integração do índio à sociedade colonial como vassalo d'el-rei (DOMINGUES, 2000). Índios e luso-brasileiros estiveram em pé de igualdade. Muitas vezes a integração se confundia com miscigenação étnica, porém sempre substantivada com exploração. Dessa forma, na tentativa de garantir o processo, aproximou-se, juridicamente, índios e luso-brasileiros, incentivando-os com uma política de casamentos mistos e privilégios.

Mistura sexual, sobretudo, mas também inseparável do cultural, pois os índios passaram a entender a América enquanto Colônia; a incorporar a cultura européia, mesmo que à sua maneira; a reconhecer sua subordinação ao centro – Lisboa. Dessa forma, os índios ressignificaram sua simbologia, ligando-se a outros valores e crenças que passam a organizar seu mundo. Segundo Edward Shills, esse *conjunto de valores* tem como função criar juízos positivos à autoridade estabelecida – às instituições através das quais esta autoridade funciona – e às "qualidades" que definem as pessoas que são capazes de participar do exercício da autoridade (SHILLS, 1992).

Dessa forma, incorporava-se a lógica do colonizador – chamada, por vezes, de lógica do Antigo Regime (FRAGOSO, 2001) –, buscando a legitimação social em um sistema de recompensas necessárias para a manutenção das áreas periféricas. Legitimação, reconhecimento e recompensa só conferidas pelo centro – o rei, seus conselhos e demais instâncias da administração central. E disso, sabia muito bem o índio principal da aldeia do Camucy, Jorge Tajaibuna, que solicitou, ainda em 1659, mercê do Hábito de Cristo e tença correspondente, alegando obediência e serviços prestados por ele e seu pai à Coroa. Jorge Tajaibuna foi até a Corte de posse de uma certidão dada pelo governador André Vidal de Negreiros comprovando seus préstimos, além de outros documentos, como cartas de Antônio Vieira e comprovação que lutara contra os holandeses na tomada da fortaleza do Ceará. Índio batizado e evangelizado pelos jesuítas no Maranhão, Tajaibuna, prostra-se aos reais pés com certeiro argumento: "deseja ir contente [para sua terra] manifestar aos *seus* as honras e mercês, que espera receber de Vossa Majestade para com isso se animarem cada vez mais a continuarem seu real serviço" (AHU, Maranhão, doc. 418).

O parecerista real ficou sensibilizado, mas não a ponto de dar-lhe o hábito pretendido, em troca ofereceu-lhe Sua Majestade "duas medalhas de ouro, com a sua efígie, que pesem ambas até trinta mil reis; e que também pelos armazéns, se lhe proveja o necessário para sua matalotagem, e de um criado que trouxe em sua companhia, de sua mesma nação" (Idem). Sem dúvida, foi o exemplo dado aos *seus* o melhor argumento. A

medalha pedagógica serviria de exemplo a outros índios, além de diferenciá-lo dos demais. Identidade com portugueses e afastamento dos iguais, os *seus* eram mais luso-brasileiros que autóctones.

De todo modo, esse episódio, ocorrido ainda no século XVII, se tornará muito comum na segunda metade do século XVIII, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado for nomeado Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, imbuído da necessidade de impor o reconhecimento da autoridade régia naquela região, sem qualquer restrição. Já em suas *Instruções régias* sublinhava-se, sobretudo, que o "interesse público e as conveniências do Estado que ides governar, estão indispensavelmente unidos aos negócios pertencentes à conquista e liberdade dos índios, e juntamente às missões, de tal sorte que a decadência e ruína do mesmo Estado, e as infelicidades que se têm sentido nele, são efeitos de se não acertarem ou de se não executarem, por má inteligência, as minhas reais ordens que sobre estes tão importantes negócios se têm passado" (MENDONÇA, 1963: 26-38). Entende-se, dessa forma, que a coroa quer fazer valer as leis de liberdade dos índios, claramente ignoradas, aliás, sendo este o motivo do decréscimo do Grão-Pará, conforme as *Instruções*.

Segundo Ângela Domingues, "uma das hipóteses que se podem considerar para explicar este interesse da coroa pelos índios reside na vontade expressa dos poderes centrais em tornar os indígenas em cidadãos de pleno direito, em tudo semelhantes aos luso-brasileiros". Se esta "promoção" dos índios aparentemente tratava do estatuto jurídico, cuidava com argúcia de medidas civilizacionais, através da imposição do modelo cultural europeu. "O índio, para além de ser um homem livre, devia ser, *fundamentalmente*, um vassalo do soberano português", completa Domingues (DOMINGUES, 2000: 38).

Em 26 de junho de 1761, refletindo sobre as condições que se deveriam observar para a conversão dos índios, Pombal escreve uma acurada carta ao frei João de São José Queirós, bispo do Pará. Nela, destacamos: "1°) que é necessário que os índios sejam homens antes que possam ser cristãos." Ou seja, retirar deles toda a pecha de "ferozes e incapazes de sociedade", assim como restituí-los a sua condição humana. "2°) que enquanto sáfaros e metidos nos bosques, é o mesmo semear neles o grão evangelho que lançá-lo às pedras estéreis por sua natureza;" Dessa forma, é preciso trazê-los às vilas para se acostumarem no bom costume da gente civilizada. E por fim: "3°) que por isso se faz precisamente que os oficiais militares e ministros civis d'El Rei Nosso Senhor com a força do seu Real poder, e com a despesa de seu Real erário, vão amansar, domesticar, civilizar e habitar estes índios, para receberem como homens o catecismo, a doutrina e os sacramentos das mãos dos ministros da Igreja, a quem toca então despender todos esses sagrados tesouros, cujo depósito

Cristo Senhor Nosso não confiou das mãos dos seculares, nem Sua Majestade permitirá jamais que alguns deles meta a sua *fouce* em seara para eles tão alheia, como seria para os sacerdotes a dos descimentos, em que a experiência funestíssima de muito mais de cem anos mostrou que as suas obras só tiveram as tristes conseqüências de embravecerem e afundarem cada vez mais os índios com os enganos que lhes fizeram, com os injustos e desumanos cativeiros, a que os sujeitaram, e com as usurpações de bens, tráfico e lavoura, que se arrogaram os mesmos Eclesiásticos..." (Carta de Pombal, 26/06/1761)

Eduardo Hoornaert é preciso neste ponto:

> *Para os monarcas portugueses, colonizar e evangelizar se colocavam em pé de igualdade, e muitas vezes se confundiam. Com freqüência os colonizadores identificavam a cultura européia, e especificadamente a cultura portuguesa, com o cristianismo. Evangelizar tornava-se sinônimo de aportuguesar. (HOORNAERT, 1977: 211)*

Assim conclui: "Essa mentalidade foi mantida em relação aos índios do Brasil: era preciso ao mesmo tempo colonizá-los e evangelizá-los, ou seja, em síntese, era preciso aportuguesá-los" (Idem).

A aplicação do modelo aculturador/evangelizador instituído pelos jesuítas e abraçado por outras ordens verificou-se durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do XVIII. Seu ponto culminante foi a aprovação do *Regimento das Missões* em 1686, caracterizando o controle temporal e espiritual jesuítico sobre os índios. O Regimento foi substituído, em 1757, pelo *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, em quanto Sua Majestade não mandar o contrário*, conhecido com *Diretório dos índios*. A partir de então, ficava a cristianização dos índios sob jurisdição do bispado e tutelado, através dos diretores das vilas, ao poder secular, embora as outras ordens, como os carmelitas, não perdessem de todo a ação evangelizadora[1].

Seja como for, no final dos 95 parágrafos que compõe o *Diretório dos índios* consta uma listagem com seus objetivos. São oito, a saber: "dilatação da fé; a extinção do gentilismo; a propagação do evangelho; a civilidade dos índios; o bem comum dos vassalos; o aumento da agricultura; a introdução do comércio; e, finalmente, o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado" (*Directorio*, 1758: 38). Para o melhor entendimento

[1] Exemplo é o *Ofício do Bispo do Pará, [D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa], para o [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a entrega da administração paroquial das povoações dos Rios Negro e Solimões aos religiosos da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, pela obediência e rectidão ao alvará de 7 de Junho de 1755 junto das povoações dos índios do Estado do Pará* (AHU – Projeto Resgate) de 15 de julho de 1758.

dos objetivos do *Diretório*, propomos uma inversão na leitura. O objetivo principal, acreditamos, era o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado. Afinal, este era o sentido primeiro do governo de Mendonça Furtado: garantir a soberania territorial portuguesa após o Tratado de Madri (1750); converter o índio em vassalo livre do Rei e de Deus, valorizando-o, dessa forma, enquanto elemento estratégico da ocupação do território limítrofe no norte da América portuguesa.

Este projeto era justificado, primeiro, pela obrigação do monarca em garantir a felicidade e o bem comum e, segundo, porque a coroa considerava-se responsável pela evangelização dos índios, através do padroado. Então, na tentativa de levar a todos os súditos americanos a felicidade e o bem comum, o Estado português na Colônia incorporou a pedra de toque do pensamento ilustrado: a noção de progresso, intimamente relacionada com o pressuposto de superioridade da civilização Ocidental (*Directorio*, 1758: 313).

Pombal, em inúmeras correspondências, deixa claro o sentido desse projeto: eram os índios hoje, o que foram o portugueses e europeus um dia: bárbaros, escreveu o ministro à Mendonça Furtado (MENDONÇA, 1963:385-395). Sebastião José freqüentemente tecia um paralelo entre a expansão do Império romano e as conquistas portuguesas, estabelecendo um passado comum a estes povos, não somente aos 'bárbaros', mas aos 'gloriosos impérios'. Então, os índios estavam em estado de menoridade civilizacional, precisando, como crianças, de alguém para lhes exercer tutela. Portanto, não é de se estranhar que quase um século depois, sob o patrocínio do Império, a *História Geral do Brasil* (1854-1857), de Francisco Adolpho de Varnhagen, afirme que "de tais povos na infância não há história: há só etnografia".

Dessa maneira, o 'projeto civilizador' pombalino, partindo do pressuposto de superioridade civilizacional, almejava transformar os índios em súditos da Coroa portuguesa, através do novo método de governo implementado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. De certa forma, grande parte das medidas estabelecidas pelo *Diretório dos índios* estão preliminarmente presentes nas suas *Instruções régias* para governação do Grão-Pará. O escopo era reafirmar e garantir a exploração colonial portuguesa em um território instável e cobiçado por espanhóis, franceses e ingleses.

Então, a partir do *Diretório*, os índios podiam, como qualquer vassalo, endereçar cartas ao Rei, ao governador ou petições, queixas e requerimentos aos tribunais. Assim o fez, citando a lei de liberdade dos índios, em requerimento de 1779, a índia Josefa Martinha, natural da cidade do Pará e viúva do índio João de Jesus, solicitando que lhe mande passar provisão para que seja desobrigada de trabalhar para o senhor de engenho Hilário de Moraes

Bitancourt e possa servir onde mais lhe convier (AHU, Pará, doc. 6716). Inversamente, Patronilha, índia da vila de Beja, Comarca do Pará, fazendo referência à lei de liberdade dos índios, solicita o direito de permanecer a serviço de Antonio Jozé de Carvalho, independente dos desmandos do Diretor que pretendia retirá-la da casa em que fora criada e dar-lhe outra ocupação (AHU, Pará, docs. 6700 e 6838). Ou mesmo, Silvestre Francisco de Mendonça Furtado, natural da vila de porto de Mós, filho legítimo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (homônimo do governador?), principal da mesma vila. Silvestre ficou pouco mais de quinze meses em Lisboa para receber resposta do pedido de concessão do mesmo posto e soldo de seu pai – o de sargento-mor – além de mercê do Hábito de Cristo, em atenção aos dezesseis anos que seu pai tem servido a Sua Majestade. O pedido termina com a afirmação que outros naquela província já haviam recebido esta graça sem as mesmas circunstâncias dele. Ao que parece, Silvestre foi agraciado com tudo que pediu: Hábito de Cristo, posto de sargento-mor e soldo de quatro mil réis, pagos pela Ouvidoria da Fazenda do Pará. Grato, volta ao Pará em viagem de setenta e nove dias onde contrai uma doença que lhe causa dores no peito (AHU, Pará, docs. 5310 e 5382). Depois, nada mais se sabe.

Certamente, a hierarquia social fora repensada no Grão-Pará à luz do *Diretório dos Índios*. Se para Rita Heloísa de Almeida o projeto colonizador almejado no Grão-Pará foi um fracasso (ALMEIDA, 1997), discordamos, em confluência com a historiadora portuguesa Ângela Domingues. Para ela, o sucesso do projeto "dependia da conjugação de uma série fatores relacionados, na sua maioria com o fortalecimento do aparelho do Estado, tanto mais que em jogo estava a preservação da soberania territorial" (DOMINGUES, 2000: 347). Pensamos, dessa forma, que o projeto colonizador pombalino foi atingido. O território do norte da Colônia foi mantido de acordo com os limites estabelecidos no Tratado de Madri; o poder paralelo dos jesuítas foi dizimado; os índios transformaram-se em vassalos cristãos do Rei, entendendo e utilizando-se da capacidade do monarca em retribuir aos seus súditos os serviços prestados – o *mecanismo régio* de Nobert Elias (ELIAS, 1993). É evidente que somente alguns índios entraram nos meandros do sistema colonial, menos ainda foram os que receberam aquilo que pediram. É igualmente certo que, mesmo integrados, os índios passaram a ressignificar a colonização de acordo com as suas concepções. Os resultados foram desiguais para ambos os lados. Não foi pleno e nem deveria ser.

A inserção das populações *descidas* à sociedade colonial foi efetivada no reconhecimento da autoridade metropolitana. Era notório que o reconhecimento das funções e dos privilégios era conferido pelo centro. Os índios compuseram as câmaras das vilas, como, em 1764, na Vila de Salvaterra, na qual dos seis juízes ordinários, quatro eram índios, além de

seis, dos nove vereadores. Outros exemplos poderiam ser elencados para demonstrar que os índios foram incorporadas à sociedade colonial em cargos dos mais diversos, principalmente como militares (alferes, sargentos-mores, capitães, mestres de campo etc.).

Se nem todos os índios foram incorporados à sociedade colonial como vassalos do Rei, uma porção ainda menor dentre os incorporados teve o privilégio de ascender socialmente. Em 1760, religiosos da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, em carta a Pombal, explicavam porque recusaram o ingresso de índios na Ordem, citando o nome dos que já haviam sido incorporados, num total de treze (AHU, Pará, doc. 4275). Em fins do século XVII, mesmo com a proteção pessoal de Sua Majestade, afirmava-se que "ainda é grande a eficácia da graça divina que homens gentios e bárbaros criados sem nenhuma *lei*, nem ainda a da natureza, queiram ser arrancados de suas pátrias e vir para estranhas receber a *fé* em um Deus e a sujeição a um *Rei* que não conhecem e obrigar-se em tudo a tão diferentes estilos e preceitos de vida". A fórmula inaugurada por Gandavo no século XVI ainda se faz presente. Os índios ainda seriam vistos por muitos como seres incapazes de conhecer três letras: "f", "l" e "r", pois se manteriam sem ***fé***, ***l****ei* ou ***r****ei*.

Seja como for, o objetivo ideológico anunciado, trazer os mais "desfavorecidos" ao progresso, à "felicidade e ao bem comum" (Carta de Pombal, 26/06/1761) foi efetuado através da tríade: política de casamentos mistos, evangelização/educação na língua portuguesa e concessão de privilégios (*Directorio*, 1758). Belo, pelo menos no discurso, pois é manifestação conspícua de um conjunto específico de relações sociais em que todas as instâncias concorriam para aumentar e garantir a exploração, angariando mais rendimentos para o erário régio.

Referências Bibliográficas

Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), *Capitania do Maranhão*.

Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), *Capitania do Pará*.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O diretório dos índios.* Brasília: Edunb, 1997.

Carta de Pombal ao bispo sobre a catequização dos índios (26/06/1761). Documentos sobre a capitania do Pará (1757-1807). Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Lata 285 - Pasta 1. fólios 37-44.

Directorio qve se deve observar nas povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos:* colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador:* formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI a XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1977. t. 1.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O sol e a sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina:* correspondência inédita do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. (1751-1759). Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1963.

SHILLS, Edward. *Centro e periferia.* Lisboa: Difel, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Brasil de 1972 por meio da encenação de *Tambores na Noite*. Interfaces entre o trabalho artístico e a compreensão histórica.

Rodrigo de Freitas Costa*

Resumo: Este trabalho trata relações entre História e Cultura por meio dos escritos teóricos de Bertolt Brecht valorizando os embates políticos e sociais do século XX e, consequentemente, as produções simbólicas propiciadas por eles.
Palavras-chave: História, Cultura, produções simbólicas

Abstract: This work treats of the relationships between History and Culture through Bertolt Brechet's theoretical writings valuing the political and social collisions of the 20th century and, consequently, the symbolic productions propitiated by these collisions.
Keywords: History, Culture, symbolic productions

Quando se tem por objetivo analisar um determinado momento histórico por meio de obras artísticas é preciso considerar a utilização de tais obras pelo historiador. Quais as relações entre o trabalho do pesquisador e os objetos artísticos? Quais as peculiaridades deste tipo de vínculo?

O historiador francês Roger Chartier ressalta a importância de ler as obras literárias como um tipo de documento específico que deve ser tratado de acordo com suas especificidades, recusando, dessa forma, uma leitura reducionista que não valorize as características próprias da literatura. As aproximações do historiador com as obras literárias são assim observadas por Chartier:

> *há um mistério irredutível que remete a obra à subjetividade de cada um, mas há fatos que possibilitaram a construção desta obra, o que quer dizer sua localização em um lugar, em um tempo, em uma sociedade, com técnicas, formas de difusão e de apropriação; e o trabalho do crítico, do historiador ou do filólogo consiste em reconstruir todos esses fatos com a certeza de que será uma aproximação fundamental para a obra literária com a condição de não destruir de maneira reducionista seu mistério. Penso ser uma boa lição para este tipo de trabalho, que tenta construir uma*

* Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia e mebro do Núcleo de Pesquisa em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC).

> *leitura histórica das obras literárias, mas sem destruir sua condição mais real: o mistério.*[1]

Não destruir o mistério de uma obra literária significa valorizar a instabilidade dos textos literários que, segundo o historiador, é instável porque pode possibilitar diversas e múltiplas apropriações e construções de sentido a partir do momento histórico em que são lidos. Um único texto pode ser interpretado de diversas formas de acordo com a condição do público leitor e da maneira como é resignificado, ou seja, não há sentido singular para obras artísticas. Essa é uma das principais peculiaridades do texto literário que deve ser valorizada pelo historiador, além disso, é preciso também perceber que a cultura não é uma instância autônoma do mundo social. Sendo assim, o pesquisador que trabalha com criações artísticas deve direcionar seu trabalho a partir de recortes bem definidos que partam do cultural rumo ao social. Para usar as palavras de Chartier é necessário romper com uma História Social da Cultura e valorizar uma História Cultural do Social[2].

Essa forma de entender e tratar a história quando se tem por princípio o cultural, valoriza, em primeiro lugar, as apropriações, ou seja, a maneira pelas quais diferentes indivíduos se apropriam das práticas culturais de seu tempo interpretando o mundo em sua volta e utilizando tais interpretações como constituição de práticas específicas. Na verdade esse é um processo de valorização das diversas construções de sentido, o que significa dizer que cada grupo interpreta a sociedade e dá sentido ao mundo do qual faz parte por meio de sua vivência. Dessa forma, o recorte social deixa de organizar as diferenciações culturais e possibilita perceber outros princípios de distinção social não dicotômicos como: subordinados - insubordinados, comandados - comandantes. Outros olhares menos deterministas e mais sutis são possíveis pelo viés da História Cultural do Social.

Sem dúvida, essa é uma das linhas inspiradoras desta comunicação que objetiva realizar alguns apontamentos sobre a encenação da peça *Tambores na Noite*, em 1972, em São Paulo. Sob a direção de Fernando Peixoto, o texto do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, escrito em 1919, foi encenado no Stúdio São Pedro, segunda sala do Theatro São Pedro, tendo, como elenco principal, jovens atores que compunham o Núcleo 2, grupo advindo do Teatro de Arena.

---

[1] CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História.* Porto Alegre: Artmed Ed., 2001, p. 98.
[2] Cf. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-79.

Tambores na Noite é um texto que esboça a visão de Bertolt Brecht sobre a Alemanha pós-primeira Guerra Mundial que, além da derrota, enfrentava o peso do Tratado de Versalhes, o desmoronamento político-administrativo do país e uma séria crise econômica.

Composta por cinco atos, a peça nos apresenta um tema recorrente naquele período: o retorno para a Alemanha de soldados derrotados no *front*. Kragler, que passou os quatro anos lutando em território africano, impossibilitado de mandar notícias para sua família foi considerado morto, inclusive pela própria namorada, Anna. Logo após o fim da guerra, os familiares de Anna, além de comemorarem o fim da luta armada também festejavam o seu noivado com Murk, um industrial que ganhou muito dinheiro com a guerra e, agora, planejava, junto com os pais da noiva, fabricar carrinhos para bebês. O noivado era, acima de tudo, uma forma de negócios. Em meio às comemorações reaparece Kragler, que deseja restabelecer sua vida junto com a namorada que havia deixado quando partira para a guerra. Inicialmente o soldado é rejeitado por ela, como conseqüência, ele corre pelas ruas de Berlim e, em um botequim, convence a todos que lá estavam a participar da Revolta Spartakista que, justamente naquela noite, havia se radicalizado e tomado os principais jornais de Berlim. Quando todos caminham para a revolta, Anna reaparece em cena, conta para Kragler que está grávida de Murk e diz que quer restabelecer seu antigo namoro. Sem titubear, o ex-soldado resolve voltar para a casa com Anna e deixar a Revolta Spartakista, mesmo sabendo que sua namorada está grávida de Murk. Prefere a individualidade quando esta é confrontada à coletividade.

No Brasil de 1972 a encenação de *Tambores na Noite* propiciou uma série de apropriações seja por parte do público ou do grupo responsável pela encenação. Se se valorizar um dos principais legados teóricos de Bertolt Brecht no que diz respeito à recepção, as discussões em torno do Teatro Épico, cabe um questionamento: Como a teoria brechtiana foi utilizada na encenação de *Tambores na Noite*?

Iná Camargo Costa, em sua discussão sobre o teatro épico no Brasil, após avaliar uma série de textos da dramaturgia nacional[3] levando em consideração a apropriação das teorias de Bertolt Brecht faz a seguinte avaliação:

> *O espetáculo do Arena [Arena conta Tiradentes, em 1967] mostrou que, no Brasil, com Brecht aconteceu o mesmo que com outros produtos importados: foi reduzido a um material como outro qualquer que se guarda no almoxarifado, podendo a qualquer momento ser posto em circulação (...)*
> *Forjado, assim como o teatro de Piscator, no interior da luta de classes, o teatro de Brecht é uma arma nessa luta. Quando o movimento entra em eclipse – ocorrência normal depois de uma derrota como a de 1964 – não são muitos os capazes de perceber como continuar usando essa arma nas novas condições políticas de produção cultural.*[4]

É interessante perceber que para explicar o emprego da teoria brechtiana no Brasil a autora utiliza-se de um recorte temporal bem definido – de 1958, ano em que foi encenada a peça *Eles não usam black-tie*, a 1968, encenação de *Roda Viva* – tratando-o como um *continuum*, à moda do tempo homogêneo, linear e vazio criticado por Walter Benjamin. Neste espaço temporal, Iná Camargo Costa tem a preocupação de inserir as teorias de Brecht em uma linha de progresso que é interrompida com o Golpe militar de 1964. Ora, se o tempo for encarado dessa maneira perde-se aquilo que é mais caro ao historiador, e que foi ressaltado por Chartier, que é a capacidade de apropriações e construções de sentido que os textos literários possuem de acordo com o momento histórico em que são lidos. Assim, tratar a teoria de Brecht como algo estanque encaixando-a em uma concepção de tempo teleológica é matar a criação artística e a capacidade de recepção das obras literárias. Pela análise da encenação de *Tambores na Noite*, em 1972, pode-se perceber que o julgamento de Iná Camargo Costa não se fundamenta.

Partindo do princípio da teoria dos gêneros definida desde a Antiguidade – Lírico, Épico e Dramático – e da idéia de que não existe gêneros literários puros pode-se considerar melhor a teoria do Teatro Épico sugerida por Brecht. Se no drama "puro", como proposto por Aristóteles, os acontecimentos se exprimem por si mesmos, ou seja, não há interferência de

[3] Costa analisa as seguintes peças: *Eles não usam black-tie* (Gianfrancesco Guarnieri), *Revolução na América do Sul* (Augusto Boal), *A mais-valia vai acabar, seu Edgar* (Oduvaldo Vianna Filho), os escritos de Vianinha no CPC, *Brasil, versão brasileira* e *Quatro quadras de Terra*, que para a autora representa a maturidade de um dramaturgo épico. *Show Opinião* (coletivo de autores assinado por Armando Costa, Paulo Pontes e Vianinha) e *Arena conta Zumbi* (Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri) dizem respeito, para a autora, a uma outra fase do teatro épico brasileiro, a qual ela denomina de inércia, pois lidam com o golpe militar de 1964 como algo a ser removido sem dificuldades. E, por fim, analisa *Arena conta Tiradentes* (Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri), *O Rei da Vela* (Oswald de Andrade) e *Roda Viva* (Chico Buarque).

[4] COSTA, Iná Camargo. *A Hora do Teatro Épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 137-138.

alguém que os apresente e isso se expressa no texto dramático por meio de diálogos sem a interferência do autor ou narrador, que se manifesta através das rubricas e das indicações para o palco, a idéia do Épico pode parecer até paradoxal ante a inexistente pureza do drama. Alguém até poderia se perguntar: como acrescentar o teor narrativo ao drama? Segundo Anatol Rosenfeld, a teoria do Teatro Épico de Brecht é a mais fundamentada teoricamente, pois o dramaturgo, ao atacar a idéia de identificação, apresentada pelo drama, consegue de forma conseqüente utilizar nos palcos elementos épicos e isso por duas razões específicas:

> *Primeiro, o desejo de não apresentar apenas relações inter-humanas individuais – objetivo essencial do drama rigoroso e da 'peça bem feita', - mas também as determinantes sociais dessas relações. Segundo a concepção marxista, o ser humano deve ser concebido como o conjunto de todas as relações sociais e diante disso a forma épica é, segundo Brecht, a única capaz de apreender aqueles processos que constituem para o dramaturgo a matéria para uma ampla concepção do mundo. O homem concreto só pode ser compreendido com base nos processos dentro e através dos quais existe. E esses, particularmente no mundo atual, não se deixam meter nas formas clássicas. (...) A segunda razão liga-se ao intuito didático do teatro brechtiano, à intenção de apresentar um 'palco científico' capaz de esclarecer o público sobre a sociedade e a necessidade de transformá-la; capaz ao mesmo tempo de ativar o público, de nele suscitar a ação transformadora. O fim didático exige que seja eliminada a ilusão, o impacto mágico do teatro burguês.*[5]

Para Brecht é imprescindível, portanto, mostrar no palco as determinantes sociais das relações inter-humanas, pois o homem só pode ser compreendido por meio da sociedade em que vive (daí a idéia de *gestus*) e, para transformar essa sociedade, geralmente opressora, o espectador deve tornar-se um observador daquilo que assiste com o intuito de suscitar a ação transformadora. Para que esses objetivos sejam alcançados é preciso quebrar a ilusão, a magia de um mundo autônomo proposto pelo drama aristotélico, daí a necessidade de elementos épicos que possam quebrar a ação e se dirigirem diretamente ao público. Para o drama, o coro, o prólogo, o epílogo e a própria concepção cênica são elementos épicos que quebram a ilusão e mostram o homem na sociedade em que vive.

Trazendo essas questões para o texto e o espetáculo *Tambores na Noite* pode-se perceber que a proposta épica de Brecht foi utilizada no Brasil pós-1968, à revelia da argumentação de Iná Camargo Costa. A estrutura do texto dramático *Tambores na Noite* parece suprir as unidades básicas do drama propostas por Aristóteles – unidade de ação, de

[5] ROSENFELD, Anatol. *O Teatro Épico.* Perspectiva: São Paulo, 2004, p. 147-148.

lugar e tempo – o texto tem unidade de ação, pois é bem delimitado seu início, meio e fim em um crescendo bem elaborado; de tempo, o enredo ocorre durante toda uma noite; porém não tem unidade de lugar, as cenas são desenvolvidas em vários locais, na casa da família Balicke, no Bar Picadilly e nas ruas de Berlim. A ausência de unidade de lugar não compromete a classificação da peça como "tradicional", portanto, para muitos, sem referências épicas. Porém, se o texto for analisado de forma mais minuciosa encontram-se passagens de elementos épicos. Um exemplo disso pode ser observado quando o garçom do Bar Picadilly, local onde Kragler encontra-se com Anna, dirige-se diretamente ao público, que na peça é representado por uma voz, e quebra a estrutura dramática, comentando a ação que passa à sua volta:

> *Na sala vizinha ouve-se a voz do homem que trouxe as notícias sobre as lutas perguntando "O que é que está acontecendo?", e o garçom, virado para a porta da esquerda, responde, falando para fora.*
> *GARÇOM – É o namorado da pele de crocodilo que veio da África, depois de esperar quatro anos pela noiva, que ainda está com o lírio nas mãos. Mas o outro namorado, um homem de polainas, não quer deixar a moça, e ela, ainda com o lírio nas mãos, não sabe para que lado ir.*
> *VOZ – É só isso?*
> *GARÇOM – E a revolta no bairro dos jornais também tem muita importância. E, além do mais, a noiva tem um segredo, uma coisa que o namorado da África que esperou quatro anos, não sabe. As coisas ainda estão meio indecisas.*
> *VOZ – Ainda não houve decisão nenhuma?*
> *GARÇOM – Não: tudo está muito indeciso, ainda.*[6]

Na primeira parte de sua fala, o garçom evidencia a diferença do soldado que volta da guerra e o industrial. Percebe-se que o soldado é descrito com *pele de crocodilo*, ao passo que o industrial é *um homem de polainas* e a noiva, *com lírios nas mãos*, por acreditar que o ex-namorado estava morto, não sabe o que fazer. O personagem, com essa fala, indica ao público uma das contradições principais da peça: a situação de um soldado que volta derrotado de uma guerra. Qual o sentimento deste soldado? O que ele espera de seu futuro?

Já na segunda parte de sua fala, o Garçom evidencia a importância da revolta proletária, ou seja, qual seria o significado daquela revolta para um soldado que acabara de chegar de uma guerra perdida? No final, o Garçom fala do segredo da noiva para com o ex-

[6] BRECHT, Bertolt. Tambores na Noite. In: *Bertolt Brecht: Teatro Completo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, v.1, p. 106-107.

namorado, que é a gravidez, e evidencia a indecisão, que só será resolvida no final da peça. Dessa forma, o garçom discute diretamente com a Voz (público) toda a estrutura da peça, assume a função de narrador e adquire uma das principais funções da narração no gênero épico: *o eu que narra tem horizonte maior que o eu narrado e ainda envolvido nos eventos, visto já conhecer o desfecho do caso*[7], ou seja, o Garçom/narrador está distante do mundo narrado e, por isso, toma uma posição acima dos personagens da trama, tem noção do todo (o Garçom fala de toda a estrutura da peça) e sempre conserva distância com os demais personagens. Essa passagem do texto evidencia um forte elemento épico na estrutura dramática "tradicional" da peça.

Ao fazer referência direta à encenação de *Tambores na Noite* em 1972, pode-se perceber fortes indícios da proposta de Teatro Épico de Bertolt Brecht por meio das fotografias do espetáculo.

A fotografia acima é do desfecho da peça, retrata o momento em que Kragler deve escolher seu destino entre voltar para a casa ou seguir rumo à Revolta Spartakista. Pode-se perceber que em um palco conhecido como "sanduíche", onde existe público de dois lados, os atores encenam utilizando as paredes laterais que são de tijolos expostos. O cenário, de responsabilidade de Marcos Weinstock, é bastante simples, composto basicamente por caixotes e táboas, acima, encontra-se a lua, que seguindo indicações no próprio texto dramático, deve ser vermelha e acender e apagar conforme a ação dos personagens, é uma referência à Revolta Spartakista. Na grande faixa acima lê-se com clareza: "A cama ou eu sou um porco e o porco volta pra casa". Diante da possibilidade da individualidade, o pequeno-burguês, que é Kragler, não tem dúvidas em afirmar que é um porco que prefere uma cama bem grande e bem limpa do que se estender em um asfalto em nome de uma causa política.

Entre os principais recursos cênicos propostos por Brecht para comentar epicamente a ação e esboçar o pano de fundo social estão os cartazes ou a projeção de textos na cena, os quais sem pertencerem diretamente à ação assumem o papel de narradores comentando a ação dos personagens. O espectador diante da frase "A Cama ou eu sou um porco e o porco volta pra casa" não se deixa levar pelo drama de Kragler, muito pelo contrário, passa a olhá-lo com desconfiança. Ele não volta para casa somente por amor à Anna, mas sim porque tem interesses muitos precisos por trás desse retorno, na verdade, a interrogação que Brecht e a encenação quer colocar ao espectador é que ninguém age a não ser por interesses reais, ou seja, o desfecho da peça não apresenta relações inter-humanas individuais, mas sim as determinantes sociais destas relações. Outra questão que deve ser

[7] ROSENFELD, Anatol. *Op. Cit.*, p. 25.

ressaltada por meio da foto é que o cenário também torna-se um narrador na medida em que ele comenta a ação, ele é simples, antiilusionista. Todos os elementos que estão no palco são rústicos e estão longe de criar a ilusão de uma rua. Existem outros recursos cênicos que também são importantes para o Teatro Épico de Brecht que não serão discutidos aqui: o figurino, a iluminação,a música, o trabalho do ator.

Diante dessas discussões, a avaliação de Iná Camargo Costa de que o Teatro Épico no Brasil, após a encenação de *Roda Viva*, tornou-se um simples objeto de consumo incapaz de ser utilizado como arma política não se fundamenta, pois a encenação de *Tambores na Noite* demonstrou a capacidade cênica do Teatro Épico em plena década de 1970. Na verdade é preciso avaliar o Teatro Épico em todas as suas extensões e não somente em termos de dramaturgia nacional, daí a importância de se perceber a capacidade de integração que os objetos artísticos tem com o meio social em que são utilizados a partir dos mais variados aspectos, pois o Teatro Épico, proposto por Brecht, envolve todos os níveis da atividade teatral. Segundo Walter Benjamin: *O teatro épico parte da tentativa de alterar fundamentalmente essas relações* [entre palco e público, texto e representação, diretor e atores]. *Para seu público, o palco não se apresenta sob a forma de 'tábuas que significam o mundo' (ou seja, como um espaço mágico), e sim como uma sala de exposição, disposta num ângulo favorável. Para seu palco, o público não é mais um agregado de cobaias hipnotizadas, e sim uma assembléia de pessoas interessadas, cujas exigências ele precisa satisfazer. Para seu texto, a representação não significa mais uma interpretação virtuosística, e sim um controle rigoroso. Para sua representação, o texto não é mais fundamento, e sim roteiro de trabalho, no qual se registram as reformulações necessárias. Para seus atores, o diretor não transmite mais instruções visando a obtenção de efeitos, e sim teses em função das quais eles têm que tomar uma posição. Para seu diretor, o ator não é mais um artista mímico, que incorpora um papel, e sim um funcionário, que precisa inventariá-lo."*[8]

[8] BENJAMIN, Walter. Que é teatro épico? Um estudo sobre Brecht. In: ___. *Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas*, v. 1, 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 79.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Princesa e os Touros: Futebol, Símbolos e Memórias.

Homero Gomes de Andrade*

RESUMO: Este trabalho, desenvolvido no âmbito do programa de Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, mobiliza e conjuga elementos de três áreas de conhecimento: Desenho, História e Antropologia Cultural. O tema em foco é a trajetória histórica do futebol e a sua popularização, consolidando-se como uma marca de identidade nacional. O objeto deste estudo é a história da cidade de Feira de Santana e do Fluminense de Feira Futebol Clube, entre os anos de 1941 e 1969. A pesquisa apresentará um panorama das relações sócio-culturais de identidade mediadas pelos símbolos, pela memória e pela cultura da cidade e do clube de futebol.
Palavras-Chaves: Futebol – Feira de Santana – Memória Histórica.

ABSTRACT: This work, developed in the sphere of the Master Program in Design, Culture and Interactivity of Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, brings together elements of three knowledge areas: Design, History and Cultural Anthropology. The subject in focus is the historical trajectory of soccer and its popularization, consolidating the sport as a trace of nacional identity. The object of study is the history of Feira de Santana City and the soccer club Fluminense de Feira Futebol Clube between the years 1941 and 1969. The research will present a panorama of the social and cultural identity relations throughout the symbols, the memory and the culture of both the city and the soccer club.
Key words: Soccer – Feira de Santana – Historical Memory.

Simbolicamente, o futebol é revestido de significados, expressões de identidades e disputas de poder. As representações estão nas cores, nos uniformes e nos distintivos - símbolos que carregam uma história e relações de significação. Como exemplos, podemos citar as cores dos uniformes das seleções da Itália, Holanda e Japão, que são todas diferentes das cores originais de suas bandeiras nacionais. Os italianos adotaram o azul em homenagem à dinastia de "Savóia", os holandeses usam a cor laranja no uniforme em homenagem à "Casa de Orange" e os japoneses usam o azul em homenagem à família imperial.

No Brasil, o uniforme principal da seleção de futebol, até 1950, era branco. Na Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil, após a derrota na final para o Uruguai, o uniforme branco foi considerado azarado. Houve um concurso realizado pela Radio Nacional para escolher a nova camisa da seleção brasileira. A camisa escolhida era amarela, com números dos jogadores e detalhes em verde, calção azul e meia branca. O novo padrão de camisa simbolizava todas as cores da bandeira nacional, e até hoje é o padrão oficial da seleção brasileira.

* Mestrando em Desenho, Cultura e Interatividade, da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Política e futebol também ganharam destaques nas páginas dos jornais antes da copa de 1970, tendo como protagonistas o técnico da seleção, João Saldanha, e o Presidente, General Médice. O presidente do Brasil, apaixonado pela seleção pedia, a convocação de Dario e o treinador publicamente falou:

- "O presidente manda no ministério dele, que na seleção mando eu".

Depois desse episódio, João Saldanha foi demitido e em seu lugar foi colocado Mario Jorge Lobo Zagalo, que convocou Dário. O Brasil conquistou o tricampeonato mundial de futebol, mas o queridinho do presidente não era o titular da equipe.

Há uma relação entre elementos cromáticos e símbolos no futebol. A representação do desenho de distintivos e uniformes é a marca de um signo identitário. A bandeira de uma cidade, estado ou país é um desenho que expressa uma memória histórica idealizada. O distintivo de um time é uma marca que representa a história do time.

Notamos que as semelhanças mais evidentes entre a bandeira de Feira de Santana e o distintivo do Fluminense de Feira Futebol Clube são as cores, o vermelho grená, branco e o verde. O clube de futebol adota em seu nome uma expressão que o caracteriza como o time de uma cidade, o Fluminense de Feira. Para além dos fatores visuais, há outros condicionantes sociais que relacionam a história da cidade ao time de futebol.

Figura.1- Bandeira de Feira de Santana

Figura.2 - Distintivo do Fluminense de Feira

A "Princesa", Feira de Santana e os "Touros", Fluminense de Feira.

A "Princesa do Sertão" e os "Touros do Sertão" marcam a identidade, e têm representatividade na história da cidade. A nossa proposta é analisar especificamente as relações sócio-culturais de identidade mediadas pelos símbolos, pela memória e pela cultura da cidade e do clube de futebol. Atribuímos ao desenho uma realidade histórica que conta o contexto de uma sociedade. Desenho e História possuem singularidades que nos permitem entender a cultura material e mental de um povo.

As teorias com as quais trabalho são alicerçadas basicamente em três autores. As formulações sobre a conotação do desenho, de Luis Vidal N. Gomes, no livro *Desenhismo* (1996); a concepção de interpretações multidisciplinares das representações gráficas descritas por Lucimar Bello Pereira Frange em *Por que se esconde a violeta?* (1995); e nas analises de Lígia Maria S. de Medeiros no livro *Desenhística: a ciência da arte de projetar desenhando* (2004). Nessas obras são expostas as possibilidades de interpretação da cultura material e intelectual de um povo através das suas representações gráficas.

Os símbolos e mitos cívicos exercem uma função de marcar a tradição da sociedade e sua importância histórica, abrigando a população num espírito de coletividade. Oficialmente a bandeira da cidade é regulamentada pela lei Nº. 31, 09/12/1966. Cabe lembrar que o Brasil nessa época era governado pelos militares, que tinha em sua base, a propaganda ufanista baseada nos mitos e símbolos que personificavam o país como uma nação rica, exuberante, progressista e principalmente ordeira.

A associação, símbolo e patriotismo é um código eficaz para um projeto que consolide os valores morais e tradicionais da cidade. A identificação mediada pelo signo foi tema do trabalho de José Murilo de Carvalho (1990), intitulado *Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. Neste livro, o autor narra a criação da bandeira do Brasil na transição entre o Império e a República, salientando as tentativas frustradas de modificar drasticamente a bandeira imperial e a consolidação da bandeira nacional conhecida hoje, que foi adaptada do império substituindo o brasão da família real pelo círculo azul com as estrelas e a frase "ORDEM E PROGRESSO". Sobre a mensagem cívica transmitida através dos símbolos, Carvalho nos diz:

> *É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. As sociedades definem suas identidades, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornam-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.*
>
> *(CARVALHO, 1990: 10)*

O imaginário social, citado por Carvalho, é representado pela forma gráfica da bandeira e de outras imagens que tem um caráter cívico-educativo. Na história da república brasileira, de 1889 até os dias atuais, os símbolos são usados para personificar graficamente uma narrativa gloriosa, "a utilização das imagens como dispositivos discursivos de propaganda atendia a finalidades políticas muito claras [...] sua intenção era espalhar essa carga emotiva e sensorial." (LENHARO, 1986: 16). A bandeira de um estado, ou de um

município tem a mesma função cívico-educativa. O imaginário feirense é constituído de mitos e símbolos, que são representados nos elementos simbólicos presentes em sua bandeira.

Interpretamos os símbolos heráldicos conforme a lei, e complementamos essa análise, com a interpretação baseada no hino de Feira de Santana, composto por Georgina Erismann, e no livro de Rollie Poppino (1968). A letra do hino, consideramos como um registro de memória coletiva. As descrições da obra de Poppino são relatos históricos. Elaboramos uma interpretação complementar à lei, que tem como objetivo, entender as inter-relações as imagens, memória e cultura.

Na bandeira do município temos a história da cidade contada por meio de cores e de outros elementos como o ramo de fumo e milho, a buzina de caça, os cestos de frutos, as bilhas cerâmicas, a Coroa Mural e o topônimo, Feira de Santana. Os símbolos do município são elaborados com função de representar a cidade. A bandeira e do seu brasão formam um signo de caráter histórico educativo, apresentando os mitos do passado colonizador, a religiosidade, as tradições comerciais e agrícolas e a grandeza da cidade.

Conforme o texto da lei, o desenho da bandeira é composto por oito faixas verticais, horizontais e diagonais, nas cores verde e vermelha. O centro da bandeira é composto pelo brasão. De acordo com o texto original, o desenho da bandeira é justificado "de conformidade com a tradição da heráldica portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, as bandeiras municipais são oitavadas, ostentando ao centro o brasão da cidade em suas cores heráldicas". (Lei Nº. 31 – Art. 195)

A cor verde é explicada, como símbolo de "vitória, honra, cortesia, civilidade, alegria, abundância e amizade" (Lei Nº. 31). A cor vermelha representa a argila, abundante na região. O brasão, colocado, no centro da bandeira, simboliza o poder municipal. As faixas verticais, horizontais e diagonais, caracterizam a expansão do poder da cidade sobre toda extensão territorial de Feira de Santana. Os espaços na cor branca, existentes entre as faixas, representam as zonas rurais da cidade.

O brasão de armas de Feira de Santana é composto por um escudo *samnítico* e por outros elementos simbólicos alusivos ao passado colonizador, à religiosidade, a riqueza territorial, os produtos da terra, força e prestigio da cidade. O escudo usado no brasão é descrito como, "o primeiro estilo de escudo introduzido em Portugal, por influencia francesa, evocando a raça latina colonizadora e principal formadora da nacionalidade brasileira". (Lei Nº. 31). O Brasão é composto por uma coroa mural de oito torres, que simboliza a grandeza do município. O desenho não é tridimensional, por isso, são vistas cinco torres. Segundo a

descrição da lei, a coroa mural e a bordadura, são da cor prata. A justificativa é que esta cor, representa a paz, amizade e trabalho.

Os ramos de milho e fumo, presentes no brasão, simbolizam "os produtos da terra dadivosa". (Lei Nº. 31). A tradição e a riqueza do solo são representadas também, nos cestos de frutos e nas bilhas cerâmicas. Os cestos representam os produtos do solo, e a bilha cerâmica, a argila.

No meio do brasão, em posição vertical, há um fuso matriarcal que representa o "coração" do escudo, designado a representar Nossa senhora de Santana, a padroeira da cidade. Abaixo do fuso matriarcal, na posição horizontal, existe uma buzina de caça em ponta. Este objeto, para a cultura local, é semelhante a um berrante, um instrumento usado pelo vaqueiro para conduzir a boiada.

A buzina de caça em ponta representa, segundo a lei, "a evolução da cidade, firmada no comércio, por ter sido ponto de parada forçada dos tropeiros e viajantes". (Lei Nº. 31). Na parte inferior do brasão, há um listel verde, com letras amarelo ouro, onde está escrito o topônimo: FEIRA DE SANTANA. A cor da letra é justificada como um símbolo de riqueza e tradição.

Na descrição dos símbolos e nas suas justificativas percebemos como o passado colonizador, a tradição pecuária e agrícola são montadas na composição da bandeira de forma enaltecedora da história da cidade. Os ramos de milho e de fumo foram descritos por Rollie Poppino (1968) como as culturas mais importantes de Feira de Santana. O milho usado para a alimentação de animais e de seres humanos, e o fumo como moeda de troca por escravos e, com o fim da escravidão, serviu como fonte de receita alternativa dos pecuaristas e fazendeiros.

A coroa mural presente no brasão remetem-nos, a imagem da força e da proteção. Outro detalhe que salta bem aos olhos é o topônimo Feira de Santana escrito em amarelo. Esta cor simboliza a cor do ouro, da riqueza material que este metal representa. Também podemos constatar no hino da cidade como esses símbolos cívicos estão presentes no imaginário da cultura local nos versos que dizem: "És do Norte a princesa altaneira / Ao estranho tu sempre dominas / Com o poder do teu clima sagrado / De Santana és filha querida / Noite e dia por ela velada / E o teu povo tão cheio de vida / Só trabalha por ver-te elevada". Nos versos do hino percebemos também o tradicionalismo do passado marcadamente católico ao culto de Nossa Senhora de Santana, presente no nome da cidade e como padroeira oficial do município.

Outro elemento que também tem sua importância dentro da história da cidade são os símbolos do Fluminense de Feira Futebol Clube. Pelo time de futebol analisaremos o distintivo, suas cores e o touro.

Parte dos símbolos do time feirense homenageia o time carioca. Mas, os "Touros do Sertão", são símbolos particulares do Fluminense de Feira que se referem à cidade de Feira de Santana. O clube feirense é criado por Wilson da C. Falcão em 1º de Janeiro de 1941. Por influencia do Fluminense do Rio de Janeiro, os criadores do time fazem uma adaptação do nome para Fluminense de Feira Futebol Clube e no distintivo é acrescentada mais uma letra F.

A explicação mais simples para a identificação entre a cidade e o time pode ser feita por causa das cores. Feira de Santana e o Fluminense de Feira são representadas pelas mesmas cores. Porém, os elementos cromáticos não são suficientes para explicar por que a "Princesa do Sertão" se afeiçoa os "Touros do Sertão". Houve um processo, que incluiu fatores extra-campo, como a política e a rivalidade com os times da capital.

O Fluminense de Feira foi ganhando espaço e destaque na imprensa estadual, e na imprensa local era exaltado como o grande representante da cidade no futebol. O time feirense conquistou a terceira colocação no campeonato de 1962 e em 1963 sagrou-se campeão estadual, feito inédito para um time do interior, e 1969 conquistou o segundo campeonato baiano, feito inédito, pois até hoje, nenhum time do interior da Bahia tem dois títulos de campeonato estadual conquistados. O campeonato de 1969 consagrou um símbolo do Fluminense de Feira, os "Touros do Sertão". Desde o ingresso no campeonato baiano, em 1954, o time feirense foi apelidado, jocosamente, pela imprensa de Salvador de "Touros". Era comum, por parte da imprensa, atribuir outros nomes para identificar os times. O E.C. Bahia, o "Esquadrão de Aço"; Vitória, os "Leões da Barra"; Galícia, o "Demolidor de Campeões", e o Ypiranga, "O Mais Querido". O nome do Fluminense de Feira era o único que não tinha nenhum adjetivo.

A identificação entre o time de futebol e a cidade cresce com as gradativas conquistas nos gramados. O principal periódico da cidade no período estudado, o Jornal Folha do Norte, muitas vezes trazia uma matéria ou uma nota sobre o Fluminense de Feira, associando o clube à cidade. Para exemplificar, a nota a seguir, foi retirada do periódico feirense do dia 7 de junho de 1969. Vejamos

> *E o Fluminense, líder absoluto do campeonato baiano, cumpre amanhã, mais um difícil compromisso contra o Itabuna. A torcida do mais querido da cidade vai, por certo, comparecer ao estádio, levando seu incentivo e o seu aplauso.*
>
> *(Jornal: Folha do Norte – n. 3138 / 07 de Junho de 1969)*

Em 1969 o Fluminense de Feira liderou todo o campeonato, mas os dirigentes da federação mudaram as regras do campeonato, e criaram uma partida final entre o líder do campeonato, o Fluminense de Feira e o E.C. Bahia, considerado pela federação, o time de melhor índice técnico do campeonato.

Havia uma desconfiança de que essa perseguição contra o time do interior, era uma retaliação por fatores políticos pelo episodio da instalação da fabrica da Pirelli. No artigo intitulado "E Agora?", publicado em 25 de Outubro de 1969 (n. 3158), escrito por Hélder Alencar podemos notar como a disputa do campeonato baiano de futebol foi tensa.

> *O Fluminense pode se orgulhar de possuir a sua enorme e honrada galeria de títulos, um que é inédito, original e quase impossível: venceu o mesmo campeonato duas vezes num espaço de quinze dias. Vai vencer a terceira e definitiva quando os homens que dirigem o futebol da Bahia fizerem justiça e proclamarem como campeão aquele que legitimamente conquistou o certame.*
>
> *(Hélder Alencar)*

O ano de 1969 foi marcado por disputas entre Feira de Santana e Salvador. Nesse ano, a fábrica de pneus Pirreli, estava montando uma filial em Feira e Santana. A imprensa de Salvador representando os políticos locais, diziam que a instalação de uma indústria, em Feira de Santana era ruim para a Bahia. Nos bastidores, políticos feirenses e soteropolitanos defendiam a instalação da fábrica em suas cidades. No final, a direção da Pirreli, optou por instalar sua unidade produtiva em Feira de Santana, motivo de orgulho na cidade, que venceu a primeira disputa do ano de 1969 contra a capital, descritos assim, no editorial do jornal, Folha do Norte, de oito de Fevereiro.

> *Dizem que a Bahia perde se vem uma indústria para o interior, para a Feira de Santana, não nos atinge apenas a nós, mas a toda a região sertaneja que Feira lidera. [...] A Bahia é o sertão que começa aqui, onde os homens ainda arregaçam as mangas para trabalhar. Aqui não esta apenas o futuro do estado, mas do país. Que venham as indústrias para o sertanejo e que as gazetas da Capital aprendam a respeitar o homem do interior.*
>
> *(Jornal: Folha do Norte, n. 3121 / 08 de Fevereiro de 1969).*

As comemorações da torcida tricolor de Feira de Santana também foram destaques na cidade. As celebrações sociais motivadas pelas conquistas do time atestam à importância que o Fluminense de Feira tem na vida social. Segundo os fatos jornalísticos:

> *E a Feira de Santana viveu, domingo, a sua terceira micareta de 1969, quando a torcida do Flu compareceu as ruas para comemorar, mais uma vez, a indiscutível, merecida e irrefutável conquista do Campeonato Baiano.*
> *(Jornal: Folha do Norte, n. 3158 / 25 de Outubro de 1969).*

Referências Bibliográficas:

BORBA, Alex (org). *Enciclopédia do futebol Brasileiro*. Arete Editorial, São Paulo, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da republica no Brasil*. SP, Cia. das Letras: 2001.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos – mitos, sonhos, costumes, gestos, formas figuras, cores e números.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio S.A, 1995.

DURAND, Gilbert. *As estruturas Antropológicas do Imaginário.* Martins Fontes, SP: 1997.

GEERTZ, Clinford. *A interpretação das culturas*. LCT, Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Luis Vidal N. *Desenhísmo*. 2ª Edição, Universidade Federal de Santa Maria- Santa Maria: 1996.

FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro.* FAPERJ/MAUAD, RJ: 2003.

FRANGE, Lucimar Bello Pereira. *Por que se esconde a violeta?* Annablume – São Paulo: 1995.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª Edição, São Paulo – Papirus: 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ªed. UNICAMP, Campinas: 1992.

MEDEIROS, Lígia Maria Sampaio de. *Desenhística: a ciência da arte de projetar desenhando*. Santa Maria: SCHDs Editora: 2004.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania.* Ed. Nova Fronteira, RJ, 2001.

POPPINO, Rollie. *Feira de Santana.* Ed. Itapuan, Salvador: 1968.

SALDANHA, João. *Futebol e outras histórias*. Rio de Janeiro, Record: 1988.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileira*. Ed. Brasiliense – São Paulo: 1981.

- Projeto Lei Nº. 31, de 09 de Dezembro de 1966.

Folha do Norte
N. 3121
N. 3138
N. 3158
A Tarde
N. 32.099

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os mendicantes e o ensino na universidade medieval: Boaventura e Tomás de Aquino

Terezinha Oliveira*

ABSTRACT: When studying the two mendicant and canonical masters of the scholastic thought the aim is to show how the theoretical differences influenced teaching in that period. When preserving Augustinian thoughts as a valid learning or acquirement within medieval University, Saint Boaventura keeps a different status from that of Saint Tomás de Aquinos. Saint Tomás considers the learning found in sacred writings as essential for knowledge, as well as he outspreads and accepts Aristotle knowledge as a fundamental part of knowledge. Both conceptions of learning imply a distinct teaching position. When assuming such a status, they present two different ways for getting knowledge: the first keeps itself inserted in the primary form of medieval teaching, whereas the second one points to an opening to learning.
Key words: Mendicant Orders. Medieval Universities. Scholast

Nosso objetivo é analisar a atuação de dois mestres parisienses do século XIII: Boaventura o e Tomás de Aquino. Para compreender essa atuação é necessário considerar o surgimento das Ordens Mendicantes, particularmente as dos Franciscanos e Dominicanos, e a criação das Universidades, juntamente com o debate travado no século XIII, entre a permanência do pensamento agostiniano e a difusão do pensamento aristotélico.

O surgimento das Ordens religiosas (Franciscanos e Dominicanos) deve-se ao estado em que se encontrava a Igreja Cristã no século XIII. Em oposição à riqueza das grandes catedrais e mosteiros e à suntuosidade dos clérigos dirigentes, elas pregavam a pobreza e a evangelização. Chenu (1967, p. 11), destacando o fato de Santo Tomás entrar para a ordem dos Dominicanos a revelia de seus familiares, ressalta as razões de as Ordens atraírem tantos jovens. Em primeiro lugar, elas eram contestadoras sociais. Ao defenderem o ideal de pobreza, elas criticavam a riqueza da Igreja e convertiam-se em uma nova perspectiva para o cristianismo ao proporem uma retomada do Evangelho "puro". Com isso, os mendicantes atraem para as suas fileiras os jovens e os descontentes com a posição da Igreja e com o que haviam se tornado os valores cristãos. Estabelece-se uma luta entre as forças religiosas novas e vigorosas, representadas pelas ordens mendicantes, e as tradicionais forças da Igreja. Ela ganha o interior das Universidades uma vez que seus principais mestres originam-se dessas duas ordens. Segundo Pieper (1973, p. 210-211), os Dominicanos e os Franciscanos eram, em síntese, pregadores da palavra cristã, mas também uma resposta do pensamento cristão à crise social do século XIII.

* Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

As Ordens Mendicantes estavam vinculadas estreitamente às Universidades e às cidades. Pieper destaca dois aspectos que expressam a essência das Ordens, especialmente a dos dominicanos: a preocupação com o conhecimento, com as ciências, por um lado, e a preocupação com a evangelização, o "estudio de la Biblia y ciencia", por outro (p. 235). Isso fica claro quando salienta a atuação dos dois maiores dominicanos do século XIII: Alberto Magno e Tomás de Aquino. O primeiro, mestre, e o segundo, discípulo, preocupam-se com a evangelização e com a busca do conhecimento. O trabalho de evangelização e a busca pelo saber estão na ordem do dia dos mendicantes.

Contudo, há diferenças entre as duas ordens. Enquanto os dominicanos se voltam para a evangelização e para a busca da verdade por meio da religião e da investigação científica da natureza, os franciscanos se dedicam com afinco à tarefa de evangelização. Segundo Pieper (1973, p. 235), embora os mestres de renome da Universidade medieval tenham sido franciscanos, como São Boaventura, a ciência não é uma vocação dessa Ordem. Os dominicanos, por seu turno, estiveram à frente nas Universidades. Exatamente por esse envolvimento Alberto Magno e, especialmente, Tomás de Aquino, estão presentes e influentes nas Universidades até os nossos dias. Ambos estiveram envolvidos e criaram um novo modo de filosofar, ao fundirem o pensamento aristotélico à fé cristã. Essa é uma das razões pelas quais Santo Tomás é considerado o grande mestre da Escolástica. Também Chenu salienta que os Franciscanos estavam preocupados com a evangelização: "A primeira, e poder-se-ia dizer a única, regra de S. Francisco são uns versículos do Evangelho, e não um programa novo de vida apto para competir religiosamente com a regra de Santo Agostinho ou com a de São Bento" (1967, p. 19).

A proposta inovadora dos franciscanos era o retorno ao antigo ideal de pobreza em oposição à riqueza da Igreja, recuperando e pregando o Evangelho em seu estado puro. Em contrapartida, os dominicanos, devotando-se à pobreza e à evangelização, não se restringiram a isso. Diferentemente dos franciscanos, os dominicanos criaram uma nova forma de interpretar o Evangelho e de ver a sociedade "[...] <<uma nova maneira de pensar, de raciocinar, de fundar a Teologia e de explicar a religião>>. Santo Tomás, o teólogo, é filho de Domingos o pregador. E os pregadores, sem Tomás de Aquino, são impensáveis". (Chenu, 1967, p. 21). Assim, os dominicanos não se limitaram a criticar a ordem estabelecida, adotando a pobreza, mas criaram uma nova doutrina para enfrentar a crise instaurada no seio da cristandade latina. Para Chenu os dominicanos somente criaram uma nova forma de interpretar o mundo, tanto no aspecto religioso como no que tange ao desenvolvimento do intelecto, por terem se envolvido nos problemas gerais da sociedade, inclusive com um dos

mais complexos, a questão da liberdade das comunas. Destaca, assim, o comprometimento social das Ordens mendicantes, especialmente a dos Dominicanos, com o mundo laico.

Assim, Dominicanos e Franciscanos expressaram um novo momento progressivo da religião católica ao se envolverem com o povo para lhe dar a perspectiva de um novo caminho. Ao retomarem os valores do cristianismo primitivo, as Ordens deram ao cristianismo um vigor similar ao que possuía por ocasião do nascimento do mundo medieval.

Desse modo, as diferenças e semelhanças das Ordens, seu significado como resposta às crises do século XIII, seu papel no desenvolvimento de uma nova doutrina explicativa para as coisas divinas e humanas, em suma, a influência que exerceram no desenvolvimento da civilização como um todo, tudo é extremamente significativo para o entendimento da Universidade medieval e do debate travado entre são Boaventura e santo Tomás. Eles marcaram as grandes disputas universitárias do século XIII bem como sofreram e, algumas vezes, participaram das condenações feitas às Universidades ao longo do "grande século medieval".

Para tratarmos do papel da Universidade parisiense do século XIII e da atuação dos dois mestres mendicantes consideramos como elemento essencial as transformações ocorridas no interior do próprio Ocidente, resultantes do renascimento do comércio e das cidades. A nosso ver, são faces de um único processo, já que as cidades ressurgem em função do comércio o qual, por sua vez, somente podem existir no espaço da urbis. Não cabe discutir a primazia de um sobre o outro, mas entender que ambos surgiram e caminharam juntos no interior do mundo feudal. É importante destacar que, ao mesmo tempo em que tiveram inconteste papel no apogeu do feudalismo, também contribuíram para o nascimento da sociedade burguesa. Foram elementos fundamentais na construção da nova sociedade então nascente. De fato, foi nas cidades que assistimos a primeira grande divisão do trabalho e o surgimento das corporações de ofícios. Também foi nas cidades que os diferentes segmentos sociais encontraram-se e travaram relações. Trouxeram mudanças tão grandes que ocorre uma profunda alteração no conceito de temporalidade. Se ao longo da Idade Média, no mundo rural e no mundo urbano herdados do apogeu romano, o tempo foi marcado pelo mundo da religião, definido pela Igreja, o mundo citadino que surge nos séculos XII e XIII estabelece uma nova idéia de tempo, agora definida pelo trabalho do artesão e pelas feiras. Le Goff analisa essa mudança ao mostrar que a vida das pessoas passou a ser gerida pelo relógio e não mais pela natureza. É o borbulhar de homens e de mercadorias que define o tempo da vida, ou seja, a vida passa a ser determinada pelo trabalho e não somente pela idéia da salvação eterna.

O mundo do trabalho que nasce define também as atividades intelectuais. O profissional do saber não considera mais o seu conhecimento como uma graça divina, mas como um trabalho.

De acordo com Le Goff, nesse momento os intelectuais vêem o mundo e a si mesmos como um prolongamento das cidades, desta *vasta fábrica borbulhante de ruídos e de ofícios*. O intelectual, como qualquer artesão, percebe que a vida se realiza neste ambiente agitado de mudanças. Em função destas transformações, torna-se imperioso a criação de um novo ensino, não apenas com novas disciplinas, como a dialética, a física e a ética, mas considerando-se que os homens das cidades precisam de novas técnicas científicas e artesanais. O profissional do saber, o intelectual, precisa vir em socorro dos demais profissionais. Como homem de ofício, tem de saber fazer a ligação entre a ciência e o ensino. O intelectual tem clareza de que o conhecimento não pode ser entesourado. Ao contrário, precisa ser divulgado. O ensino deve também ter uma razão, cumprir um papel na sociedade. "As escolas são oficinas de onde se exportam as idéias, como se fossem mercadorias" (LE GOFF, 1984, p. 66). Também Brocchieri salienta que os intelectuais do século XIII consideravam o estudo como um trabalho. Boaventura não deixa dúvidas sobre esse entendimento.

> *Se tivéssemos de viver do mero trabalho manual, estaríamos tão preocupados com o trabalho a executar que não poderíamos dedicar-nos aos assuntos dos outros nem celebrar condignamente os ofícios divinos ou dedicar-se com igual liberdade à oração [...] (SÃO BOAVENTURA apud BROCCHIERI 1989, p.131).*

A passagem é significativa por revelar que Boaventura considera o estudo um trabalho, mas que também encara como trabalho as demais atividades dos frades, como a oração, os trabalhos domésticos, o recolhimento de esmolas. Em síntese, considera as ações humanas a partir da divisão do trabalho, ou seja, daquela grande divisão da sociedade pautada na religião cristã, na qual existiriam dois grandes setores: os homens da Igreja e o povo; o domínio do sagrado e do profano. Deste modo, é que a partir do renascimento das cidades, do desenvolvimento do comércio, do surgimento dos embates entre os dois poderes, da emergência das diferentes corporações de ofício, dentre elas a própria Universidade, que as relações humanas criam novos valores, imbuídos do novo espírito propiciado pelo ambiente citadino. A partir dessa nova concepção de relação social podemos entender o surgimento das Universidades no século XIII e de seus intelectuais. Com efeito, elas não surgem de um acontecimento único, mas das transformações acima mencionadas. Não se pode afirmar que surgiram das escolas do século XII, bem como não é possível afiançar, com toda segurança, uma data precisa para suas origens. Também não podemos entendê-las somente a partir das

três origens mencionadas por Verger: a espontânea, por secessão e as criadas, nem, tampouco, a partir da *Authentica Habita*, de Frederico Barba Roxa, no século XII. Evidentemente, de um modo ou de outro, esses elementos participaram do surgimento desse novo lócus do saber, mas nenhum deles, isoladamente, pode explicar as origens das Universidades. Elas correspondem ao momento vivido e seus principais mestres, os pregadores mendicantes (franciscanos e dominicanos), surgiram no bojo desses acontecimentos.

Ao nos determos nas primeiras e principais universidades medievais fundadas entre 1215 e 1225 (Bolonha, Paris e Oxford) verificamos que cada uma delas tinha características peculiares devido à região de origem. Assim, a Universidade de Paris e seus mestres constituem notáveis exemplos destas características. Nela vemos despontar o grande debate sobre a introdução maciça de Aristóteles no pensamento medievo. Com efeito, por concentrar o maior número de alunos no século XIII, pelo fato de os principais teóricos serem seus mestres, por ela ser considerada a capital da Universalidade cristã, é que o principal debate em torno das idéias do Filósofo verificou-se em Paris. As duas maiores correntes religiosas e teóricas do século travaram um intenso debate em torno dessa questão. De um lado, Tomás de Aquino, um dos maiores representante dos dominicanos e um dos mais expressivos mestres da Universidade e da Igreja, afiançando que a leitura e o estudo do pensamento aristotélico são importantes para a compreensão das coisas inferiores, ou seja, de todas as coisas humanas e da natureza. Evidentemente, Aquino não propunha o abandono do conhecimento divino, das escrituras sagradas, enfim, da teologia. Ao contrário, entendia as escrituras sagradas como fundamentais para entender o existente no universo, o que levaria até Deus. Poderíamos citar diversas passagens dos escritos de Tomás de Aquino que atestam a proximidade entre o conhecimento divino e o pensamento de Aristóteles. Contudo, basta o artigo primeiro da questão 11 disputada sobre a Verdade que, na tradução em que nos baseamos, intitula-se *De Magistro*. Ao discutir se os homens podem ou não ensinar ou se isso é somente uma possibilidade divina, Aquino argumenta com as duas bases teóricas: os escritos sagrados e Aristóteles.

> *Ora, o conhecimento preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, senão o homem não poderia adquirir por si mesmo. E assim como há duas formas de cura: a que ocorre só pela ação da natureza e a que ocorre pela ação da natureza ajudada pelos remédios, também há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama descoberta; e, de outro, quando recebe ajuda de fora, e este modo se chama ensino.*
>
> *[...]*

> *É por isso que diz o Filósofo em I Posterium [2] que "demonstração é fazer conhecer um silogismo". Agora, se alguém, ao ensinar, propõe coisas que não decorrem dos princípios evidentes, ou deles decorrem, mas isto não fica claramente visível, então não está produzindo nele saber, mas talvez, opinião ou fé, se bem que estas sejam causadas de algum modo pelos princípios inatos: pois é desses mesmos princípios evidentes que se extraem aquelas conclusões que necessariamente se seguem a eles e devem ser afirmadas com certeza, ao mesmo tempo em que se negam suas contrárias; mas há outras proposições às quais se pode assentir ou não.*
> *(TOMAS DE AQUINO, Q. 11, art. 1, Solução).*

Para Aquino é Deus quem possibilita ao homem a posse da luz da razão e é esta luz que lhe permite ter conhecimento e ensinar. Dito de outro modo é a luz divina que possibilita ao homem ensinar, mas, em última instância, a razão que ensina também é a do homem. Portanto, ele também pode ensinar. Ainda nessa passagem, Aquino recorre ao Filósofo para mostrar que o ensino não é apenas uma transmissão de códigos. Deve-se partir de algo evidente, ou seja, com Aristóteles patenteia-se que se ensina quando se parte de algo real. Se Tomás de Aquino alia em seus escritos estudos e pregações dessas duas naturezas de conhecimento, o racional de Aristóteles e o revelado pela fé em Deus, seu contemporâneo, Boaventura, um dos maiores mestres franciscanos, refuta a importância do conhecimento aristotélico. O texto *Cristo, único mestre de todos*, de Boaventura, é extremamente claro quanto à sua concepção de ensino. A seu ver, Cristo é o único provedor do conhecimento, que só se realiza no homem por meio da fé. Percebe-se que Boaventura inspira-se direta e constantemente nas obras de Agostinho e nas Sagradas Escrituras. Menciona Platão e Aristóteles apenas para tratar do equívoco de ambos quanto ao conhecimento.

> *[...] contudo, conforme diz o Filósofo, que o conhecimento produz-se em nós através dos sentidos, da memória e da experiência, pelos quais se forma em nós o universal, que é princípio da arte e da ciência. Portanto, como Platão voltou todo o conhecimento certo para o mundo inteligível, ou das idéias, com razão foi repreendido por Aristóteles; e o erro não estava no fato de afirmar a existência das idéias e das razões eternas, pois nisso Agostinho o louva, mas porque desprezando o mundo sensível, quis reduzir toda a certeza do conhecimento àquelas idéias; e fazendo isso, embora parecesse estabelecer o caminho da sabedoria, que procede segundo razões eternas, contudo destruía o caminho da ciência, que procede segundo as razões criadas. Aristóteles, ao contrário, estabelecia esse caminho, descurando o superior. E por isso parece que, entre os filósofos, Platão haja recebido a linguagem da sabedoria, a Aristóteles a da ciência. Aquele se volta, sobretudo, para as realidades superiores, este, ao contrário, principalmente para as inferiores.*
> *(BOAVENTURA, 2005, p. 381-382).*

Assim, ao considerar o pensamento agostiniano como o caminho da <u>verdade da fé</u>, Boaventura nega os conhecimentos filosóficos de Aristóteles por não possuírem a

revelação cristã. Considera Agostinho o grande mestre pelo fato de que nele e em seus escritos encontramos a sabedoria da fé e, no caso da ciência, seu conhecimento adviria também da dádiva divina. Em suma, os pensadores gregos não poderiam influir no conhecimento e no saber dos homens do século XIII, devendo-se manter todo o ensino a partir de Agostinho, na medida em que possuiria a sabedoria maior, a revelada por Deus. Em função disso, afirma que somente Deus pode e deve ensinar os homens. Contrariamente a Tomás de Aquino, Boaventura nega a possibilidade de o homem ensinar.

> *10. A luz do intelecto criado não é, pois, suficiente para a compreensão com certeza de qualquer realidade, sem a luz do Verbo eterno. Por isso, diz Agostinho, no primeiro livro dos Solilóquios: "Como no Sol é possível observar três coisas: que existe, que refulge e que ilumina, assim, também, na essência mesma de Deus há três propriedades: que existe, que intelige e que torna todas as demais coisas inteligíveis". [...] Isso tudo é dito também no De vera religione, em VIII De Trinitate e no De Magistro, no qual, por toda a obra, procura demonstrar esta conclusão: "Um só é o nosso mestre, Cristo" (BOAVENTURA, 2005, .p. 377).*

Ao entender que somente Deus pode ensinar e que só o conhecimento sagrado permite o conhecimento, Boaventura remete-nos ao conhecimento dominante no Ocidente durante a Idade Média, anterior a entrada maciça do pensamento aristotélico. Assim, Boaventura posiciona-se de forma oposta ao expresso pelos que propunham a junção entre fé e razão. Coloca-se, então, radicalmente contra os pensadores que difundiam o conhecimento aristotélico como a forma de ser do ensino. Justamente por ser participante desse embate, colocando-se claramente ao lado de uma tendência, ele expressa a idéia agostiniana tão fortemente presente nessa afirmação: "É evidente, pois, que um só é o nosso mestre, Cristo, em toda a forma de conhecimento, porque ele é o caminho, a verdade e a vida" (BOAVENTURA, 2005, p. 379). A veemência com que Boaventura se coloca favoravelmente à idéia de que o conhecimento e o ensino provêm da vontade divina, tornando Agostinho seu grande mestre, ele contribui para revelar as diferenças existentes entre suas formulações e as de Tomás de Aquino. As duas posições revelam, a nosso ver, um dos principais elementos que precisam ser considerados ao se estudar as origens das universidades medievais, pois nelas delineia-se o papel dessa instituição para a humanidade: o de inaugurar um novo espaço do saber, cuja essência é a produção teórica e o embate científico. Nesse sentido, não pretendemos nos posicionar nesta disputa entre Boaventura e Tomás de Aquino. Ao contrário, decorridos oito séculos desse debate e da criação das Universidades, a história já indicou qual dos caminhos e qual tendência prevaleceram. Ela nos mostrou o novo que emergiu desse debate, ou seja, o conhecimento passou a ser definido não apenas pela fé, mas,

gradativamente, a razão foi ganhando corpo nas ciências, a ponto de verificarmos, no século XIV, o despontar de novas teorias sobre o poder, sobre a ciência, sobre as navegações, entre outros acontecimentos inovadores.

Referências

BOAVENTURA, Cristo, único mestre de todos. In: *Escritos Filosófico-Teológicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

BROCCHIERI, M. F. B. *O intelectual.* IN: Le Goff, J. (Dir). *O homem Medieval.* Lisboa: Presenta, 1989, p. 125-141.

CHENU, *Santo Tomás de Aquino e a Teologia*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

PIEPER, J. *Filosofia Medieval y Mundo Moderno.* Madrid: Rialp, 1973

TOMÁS DE AQUINO, (*De Magistro*) e Os Sete Pecados Capitais. São Paulo: Martim Fontes, 2006.

VERGER, J. *As Universidades na Idade Média.* São Paulo: UNESP, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O movimento pelas eleições "*Diretas – Já*!" nas representações de Roberto Campos e de Fernando Henrique Cardoso

Wanderson Fabio de Melo*

Resumo: A apresentação tratará de analisar as posições de dois intelectuais e senadores: Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos acerca de um momento significativo do período de luta pela abertura política no Brasil: o movimento pela aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira propondo eleições diretas para presidente da República.
Palavras-Chaves: história política – democracia brasileira – liberalismo

Abstract: The presentation will analyze the positions of two intellectuals and senators: Fernando Henrique Cardoso and Roberto Campos concerning a significant moment of the period of fight for the politic growing in Brazil: the movement for the approval of the Constitutional Emend Dante de Oliveira proposing direct elections for president of the Republic.
Keywords: political history – brazilian democracy – liberalism

Esta comunicação pretende discutir as intervenções de Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso a respeito da institucionalização da democracia no Brasil, o movimento pelas Eleições "*Diretas Já*" em 1983/84 e o papel do Estado na economia.

No início de 1983, o jovem deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou a Emenda Constitucional defendendo a eleição presidencial direta. A partir do mês de maio as forças de oposição à ditadura militar expressam a necessidade de campanha de mobilizações. Em outubro, o movimento ganha a adesão dos governadores eleitos em 1982 pelo PMDB. O objetivo da campanha era a aprovação da emenda no Congresso Nacional. As mobilizações se espalham pelo Brasil, a idéia ganha força e apoio da sociedade civil. Multidões tomaram as ruas das cidades em manifestações gigantescas. No entanto, a ementa constitucional não foi aprovada pelo Congresso. Contudo, a campanha desgastou as forças políticas que apoiavam o governo desde o golpe de estado em 1964.

No momento da campanha pelas *Diretas-já*, Campos exercia mandato de senador pelo Estado do Mato Grosso e Cardoso por São Paulo. Busca-se explicitar o posicionamento dos senadores, uma vez que se portaram decisivamente sobre a campanha. Campos no sentido contrário, isto é, foi adversário da Ementa Dante de Oliveira e às manifestações populares. Cardoso se posicionou favoravelmente às mobilizações pelas "*Diretas Já*".

* Doutorando pela PUC-SP, professor na Faculdade Mauá

Contudo, após a derrota da emenda no Congresso Nacional, Cardoso defendeu a transformação do movimento "Diretas já!" em "mudança já!", ou seja, ele advogou o fortalecimento político do grupo de oposição no Congresso e atuou na articulação de uma candidatura de oposição para a disputa no Colégio Eleitoral.

Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso promoveram debates no Senado e na imprensa de grande circulação, eles propuseram projetos e tentaram executá-los na política. Foram intelectuais[1] portadores da "consciência social prática" relacionada e articulada com o conjunto de valores e intenções, a fim de implementá-los junto à sociedade brasileira. Segundo Gramsci: "todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm a função de intelectuais", sendo assim, historicamente se formam "categorias especializadas para o exercício da função de intelectual" (GRAMSCI, 2000: 18), cuja atuação remete à elaboração de planos para o exercício da hegemonia.

Os intelectuais, destarte, são portadores de certos valores em detrimento a outros, uma vez que defendem certos interesses no campo social. Campos e Cardoso no Senado Federal e na grande imprensa levantaram problemas sobre a política do Brasil, defenderam projetos e, sobretudo, tentaram viabilizá-los na política. Campos expressou um dos grupos políticos que apoiaram o golpe de estado em 1964, mas que nos anos 80 proporá uma verdadeira "reforma intelectual moral" de crítica à intervenção do estado na economia. Cardoso, no sentido de uma das oposições, defendeu a campanha popular e depois o entendimento no Colégio Eleitoral, ao redor do nome de Tancredo Neves, justamente o candidato que Roberto Campos foi o primeiro a defender. Assim, as indagações desta comunicação são: primeiro, como o resultado da campanha das *Diretas Já!* e a disputa no colégio eleitoral influenciaram o tipo de transição política que o país vivenciou? Em segundo lugar, quais as diferentes memórias dos grupos políticos que foram construídas acerca da campanha?

As fontes utilizadas para esta reflexão foram os discursos no Senado, os livros e as entrevistas de Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso, além de seus artigos na grande imprensa: jornais O *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

As posições de Roberto Campos

[1] Compartilhamos aqui da concepção de Gramsci, segundo o qual "não há organização sem intelectuais /.../. Os intelectuais são organizadores da vida social na medida em que são partidos dirigentes de uma massa ativa". GRAMSCI, 2000: 21.

As posições do senador por Mato Grosso, no início dos anos 80, destacavam-se pela rejeição da intervenção do Estado na economia, a prioridade da defesa da liberdade econômica sobre a liberdade política, o combate à inflação como prioridade e a crítica ao movimento pelas "diretas Já" como "debate passional".

No momento em que discute a abertura para a democracia, Roberto Campos quer trazer a discussão da liberdade. Esta deveria vir resignificada em relação ao discurso político do movimento da Anistia, isto é, a questão de evitar intermediações, especialmente as intermediações do poder público. Desse modo, defende que a liberdade política deva ser relacionada com a "liberdade econômica", revelando assim sua proposta de "por fim ao paternalismo ineficaz e ao intervencionismo perturbador" através da "livre negociação". Contudo, a tradução real dessas propostas seria a desregulamentação dos direitos sociais conquistados e a privatização da esfera pública.

Doravante, Campos explicita um questionamento: "o gigantismo estatal dificulta extremamente a luta inflacionária. É um dos paradoxos do 'estado empresário'. Imaginar-se-ia que o setor privado fosse mais difícil de disciplinar que o setor público. Mas o contrário acontece". (CAMPOS, 1987: 62)

Aqui o Senador se dirige a um interlocutor oculto, setores dos militares que defendiam o aumento do capital estatal. O discurso de Campos marca seu rompimento político com o que se chamava-se de "regime de 64". Dedica-se agora a um novo consenso e a uma nova cultura política que propala: a máquina estatal perdeu a capacidade de atuar na resolução dos problemas vivenciados no país, Campos apresentou uma nova utopia conservadora.

No debate acerca da institucionalização da democracia o Senador Roberto Campos se posicionou favoravelmente, mas argumentou que ela deveria vir acompanhada de uma nova noção de administração do espaço público calcada no "respeito à liberdade individual", em que o poder público garanta a liberdade política e a liberdade de mercado, não intervindo na esfera econômica nem implementando regulamentação. O palco da deliberação deveria ficar restrito ao estrado individual, não influenciado pelo público. Assim, revela uma proposta de institucionalização da democracia em consonância à privatização do espaço societário.

Embora afirmando-se distanciado da herança do "regime militar", Roberto Campos considerava a campanha pelas eleições "Diretas já" como um "debate passional" e um exercício de "atletismo democrático", porquanto

> *"quem nelas [eleições diretas] vê uma garantia de redenção não leu, ou tresleu, nossa história. Em pouco mais de cinqüenta anos tivemos cinco eleições presidenciais pelo voto popular direto, e duas assunções presidenciais de vice-presidentes, também popularmente eleitos. Apenas dois dos ungidos completaram mandato – Dutra e Kubitschek. Dos outros cinco – Washington Luiz, Vargas em seu retorno constitucional, Café Filho, Jânio Quadros e João Goulart – três foram depostos, um suicidou-se, outro renunciou."* (CAMPOS, 1987: 39)

Percebe-se que Campos trata o processo político brasileiro no universo da aparência, descontextualizando e não explicitando a especificidade de cada caso mencionado. Fecha a resposta política ao inevitável. Seu discurso menciona as crises políticas no Brasil e que as eleições não garantiram estabilidade política, ao mesmo tempo, esconde as formas como as mesmas eram realizadas, não considera os grupos sociais em disputas nem como era o sistema político.

Assim, para o senador mato-grossense, na história política brasileira as eleições não garantiram estabilidade, não promoveram o consenso e tampouco deflagram compromissos econômicos com a iniciativa privada. Seu referencial é o período que vai de Vargas até João Goulart. Em sua análise percebe-se a recusa da "democracia de massas" e da participação popular nos escrutínios, pois com o objetivo de se contrapor à campanha pelas "Diretas", Campos afirma que o voto popular não garantiu a estabilidade política, daí um dos seus motivos de sua recusa à campanha.

As mobilizações nas ruas pelas diretas poderiam atrapalhar a estabilidade política do sistema, uma vez que Campos enxerga a crise econômica e a necessidade de medidas "impopulares" para sua solução, pois "as eleições diretas complicariam a tarefa de saneamento financeiro e exigiriam tempo para a montagem do novo esquema." (CAMPOS, 1985: 110)

Nota-se que Campos recusa a idéia de que as "eleições diretas" garantiriam a estabilidade política, uma vez que o sistema político não detém os meios para a satisfação das necessidades populares. O líder político que não reconhecesse esta questão estaria atrapalhando a economia, pois estaria deflagrando aspiração mais do que sistema teria condições de absorver, portando corrompendo o sistema político e econômico, levando uma crise política para a economia.

Portanto, a recusa de Campos em relação ao movimento das "diretas já" foi porque quebraria a transição do tipo "lenta, gradual e segura" implementado pela autocracia. Ele expressou que o marco institucional da transição deveria incorporar os representantes eleitos da oposição, mas as regras não deveriam exceder os espaços consagrados para "escolha" dos presidentes desde o golpe de Estado de 1964, isto é, o Colégio Eleitoral.

No ideário de Roberto Campos "as imperfeições" da democracia brasileira não derivaram da ausência do "rito eleitoral", mas da incapacidade das instituições políticas de favorecerem o combater a inflação, visto que essa proposta "depende muito mais das convicções e firmeza do governante do que do rito de sua eleição." E o autor continua "Campos Salles e Castello Branco contiveram a inflação, sendo um eleito pelo voto direto e o outro pelo indireto. Com Kubitschek e Geisel a inflação se agravou, sendo aquele eleito pelo voto popular direto e este sob influência militar. Tivemos hiperinflação com João Goulart, a quem se atribuía legitimidade, e com Figueiredo, a que a Oposição acusa de ilegitimidade." (CAMPOS, 1985: 115)

Percebe-se então que para o senador mato-grossense, o combate ao processo inflacionário não depende de eleição direta ou ditadura. Na citação acima Campos trata de governantes que "combateram a inflação", governantes que a promoveu, governantes que tiveram sua legitimidade questionada e vivenciaram o crescimento da inflação.

Roberto Campos cita os presidentes Campos Salles e Castello Branco como governantes que debelaram a inflação, sendo que o primeiro venceu eleição e o segundo foi o primeiro presidente do golpe militar após o golpe de Estado de 1964. Assim, segundo o autor, as políticas do *funing loan* e do *Paeg* representariam o "compromisso firme de chefe de estado", que não se submetiam aos interesses da esfera do político, mas sim atentavam para as prioridades econômicas de estabilização. Kubitschek e Geisel foram, na opinião de Campos, os provocadores da inflação, uma vez mais configurando o exemplo de que eleição ou ditadura não determina políticas estabilizadoras na economia, assim como Goulart e Figueiredo com processo inflacionário que vivenciaram as crises inflacionárias e políticas concomitantes.

Em síntese, o senador Roberto Campos recusa o movimento das "Diretas-já" por defender que o voto popular não garante estabilidade política, eleições não favorecem necessariamente o compromisso das massas com a economia capitalista, devido às crises da política atrapalharem a economia, significar o descontrole da transição política e expressar a ruptura do formato: "lenta, gradual e segura", dificultar a prioridade do combate a inflação e, por fim, naquele momento histórico as eleições não favorecerem a escolha de um líder comprometido com a estabilidade econômica para o capital.

As posições de Fernando Henrique Cardoso

Após a derrota da Emenda na Câmara, Fernando Henrique Cardoso realizou um concorrido discurso na tribuna do Senado remetendo a um balanço da Campanha pelas "Diretas já":

"Sem negar a evidência de que houve uma frustração nacional, a partir do resultado da votação desta semana, eu acho que é o momento para uma reflexão otimista. Nós não conseguimos os 2/3 necessários para mudar a Constituição, mas, creio que se formou uma poderosa maioria parlamentar que deslocou o eixo político da Câmara." (CARDOSO, 1984: 11)

A proposta de "Diretas já" representou um rompimento com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implementando, apesar da emenda não aprovada, o movimento desgastou politicamente a base governista, pois não tinham nem recursos nem projetos para a crise de sua proposta de abertura. No fragmento acima, Cardoso revela a instauração de uma nova fase, a emergência de um novo bloco político.

Cardoso observa a nova configuração na Câmara, o crescimento da adesão dos deputados às propostas da oposição, a divisão nas forças e no partido governista. Com o intuito de propor um novo encaminhamento político a essa maioria que se formou, o senador afirma:

> *"O movimento pelas 'Diretas-já!' foi uma aprendizado de democracia em todo o país. Mobilizações influenciaram inevitavelmente esta Casa [Senado Federal] e a Câmara, mas não foi possível conquistar as eleições diretas para presidente. A luta pelas 'Diretas-já' continua no Colégio Eleitoral objetivando a conquista democrática. O Brasil está dividido em dois campos. Os mudancistas e os contra as mudanças. Os mudancistas tem de continuar lutando. E a luta agora é no Colégio Eleitoral. 'Mudança-já!' É a continuação das 'Diretas-já!'". (CARDOSO in: COSTA COUTO 1999: 63)*

Direcionado aos políticos, mas também à sociedade civil através das agências privadas de hegemonia, especialmente a imprensa escrita, a propositura de Fernando Henrique teve uma tremenda repercussão nos diferentes setores sociais no período. Naquele momento a oposição discutia a proposta de subemenda defendendo "Eleições Diretas Já", de forma a continuar a luta. O discurso encontrou respaldo nos governadores *peemedebistas*, especialmente Franco Montoro, os quais propalavam que o prosseguimento da mobilização popular constituiria pretexto para a ação de grupos interessados em retrocessos políticos.

Rememorizando o período da campanha das "diretas", Cardoso mencionou:

> *"Em 1982 a falência do regime militar era visível, como presidente do PMDB de São Paulo na época, tinha claro isso. As vitórias eleitorais instauravam a diarquia e a necessidade de negociação da transição, principalmente em São Paulo onde Montoro era o candidato a governador [pelo PMDB]. E ali a gente via claramente que íamos ganhar. Não havia força capaz de impedir a vitória da oposição no Estado. E aquilo foi realmente um marco nesse processo de volta ao regime democrático. Não há dúvida nenhuma! Foi decisivo para o tipo de transição que nós fizemos. Essa coisa da mutação, não é? O Figueiredo é presidente, o regime indireto, base militar. E o governador é democrático, eleito pelo povo". (CARDOSO in: COSTA COUTO 1999: 63)*

Nota-se que para Cardoso a abertura política era um processo de conciliação entre os militares e os políticos de oposição legal que ganharam eleições nos estados, instaurando o que nomeou de "diarquia", ou seja, a negociação dentro das configurações políticas que a ditadura militar criava.

Afirmando o protagonismo dos governadores da oposição no processo, Cardoso continua: "as mobilizações da Diretas-já! foi teimosia do Montoro. Ele como governador apostou no comício [manifestação de 25 de janeiro de 1984]. Seu papel foi fundamental pelo tipo de transição". (CARDOSO in: COSTA COUTO 1999: 63)

Então, o nosso autor traz à baila seu posicionamento em relação aos grupos que compunham o PMDB e o movimento de oposição. Isto é, havia a posição de Ulysses Guimarães e Quércia pelo PMDB, Lula (PT), Brizola (PDT) entre outros que apostavam na vitória do movimento de massas e, por outro lado, as posições dos governadores *peemidebistas* André Franco Montoro (SP) e Tancredo Neves (MG) que utilizavam o movimento de massas para ampliar a margem nos acordos. Fernando Henrique Cardoso, ao propor "Mudança já", no lugar de "Diretas já" fechou politicamente com o segundo grupo, que logo passou a organizar a campanha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

A derrota do movimento pelas "Diretas já" representou a derrota de uma concepção participativa de cidadania e de democracia política. A transferência da decisão para o colégio eleitoral tirou do movimento de massas a possibilidade de participar da elaboração política do Brasil e favoreceu a auto-reforma da autocracia. A Aliança Democrática ao redor de Tancredo Neves representou a vitória de uma estratégia de institucionalização baseada na conciliação com os setores moderados do regime militar.

Com a eleição de Tancredo e a instauração da Nova República, formou-se um novo bloco histórico de poder no Brasil. Apesar de Roberto Campos não ter votado em Tancredo no Colégio Eleitoral, embora tenha sido o primeiro político a defender sua

candidatura, apoiará várias medidas da Nova República já com José Sarney na presidência da República, especialmente as relacionadas à revisão da intervenção do Estado na economia.

Nesse período, Fernando Henrique Cardoso passa a questionar o papel das estatais:

> *"Realmente o estado inchou. É claro que não tem sentido o estado fabricar embalagens /.../ uma coisa é a estatização, outra é tornar pública a empresa. /.../ Na medida em que a estatização vai crescendo e as empresas se multiplicando, a burocracia se expande sem controle, privatizando o estado".* (CARDOSO in: MOTA, 1985: 72-73)

Nota-se que Cardoso faz a distinção entre empresa estatal e pública, sobretudo pontua que o aumento da empresa estatal levaria a privatização do estado pela burocracia. Contudo, não formula proposta para o controle público das estatais, abrindo espaço para as propostas de privatização em vários setores.

Continuando seu raciocínio, Cardoso entende que a empresa pública não tem o mesmo dinamismo do setor privado, visto que:

De onde vem o dinamismo hoje [maio de 1985]? Do mercado e da criatividade tecnológica. Neste sentido, o mercado não representa mais o empresário em si, mas sim um certo dinamismo da criatividade tecnológica" (CARDOSO in: MOTA, 1985: 74-75). Contudo, Fernando Henrique, a partir da consideração à respeito da modernização tecnológica passa a questionar a intervenção do Estado no que toca a produção de tecnologia. Observa-se que Cardoso aceita a argumentação de que o capital privado é o agente privilegiado na produção de tecnologia, numa linha semelhante à do empreendedor schumpeteriano.

Ao observar estas dimensões da atuação de Campos e Cardoso, nota-se que a circulação de suas idéias está objetivando realizar uma "reforma intelectual moral", isto é, buscando formar uma nova cultura política crítica à intervenção estatal.

Bibliografia

CAMPOS, R. de O. *Além do cotidiano*. Ed. Record, 1985.

CAMPOS, R. de O. *Ensaios imprudentes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

CARDOSO, F. H. "Momento político Brasileiro". In: *Folha de São Paulo*. 28/04/1984.

CARDOSO, F. H. in: COSTA COUTO, R. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1965*. RJ: Record, 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol II.* RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. *Maquieval, a política e o Estado Moderno*. 5 ed. RJ: Civilização Brasileira, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A "alimentação racional": uma proposta de mudança nas práticas alimentares durante o Estado Novo (1937-1945)

Jaime Rodrigues[1]

Entre meados dos anos 1930 e a metade da década de 1940, as questões alimentares no Brasil tornaram-se objeto do interesse de pesquisadores da ciência da Nutrição, que produziram uma quantidade alentada de estudos sobre o assunto. O período foi apontado por Eronides Lima como o dos estudos pioneiros nesse campo do conhecimento, bem como da institucionalização acadêmica da Nutrição[2]. Muitos intelectuais, alguns dos quais nomeados ao longo deste artigo, trabalharam em órgãos governamentais e, particularmente durante o Estado Novo, articularam seus interesses de pesquisa com as políticas estatais de integração nacional que marcaram a história política do Brasil nesse período.

Exemplo claro disso pode ser visto na intervenção de Geraldo Horácio de Paula Souza, diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública (São Paulo), durante a XI Conferência Sanitária Panamericana, ocorrida no Rio de Janeiro entre 7 e 19 de setembro de 1942. Na ocasião, Souza destacou as políticas governamentais voltadas à alimentação, concentradas em órgãos como a Seção de Nutrição da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto Oswaldo Cruz, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Trabalho – no caso deste último, ressaltando a experiência dos restaurantes populares[3]. Mais explícitas e engajadas eram as afirmações de Cleto Veloso, em obra publicada no início da década de 1940:

> *"(...) o governo Getúlio Vargas acaba de sancionar a lei do salário mínimo para as classes laboriosas de todo o país, já em vigor, e cria igualmente o Serviço Central de Alimentação, com um vasto programa educativo e prático de assistência alimentar – fatos estes sem precedentes nos anais da nossa história político-administrativa. Tudo nos leva a crer que, daqui por diante, o problema da alimentação racional do brasileiro, amparado não só pelo governo mas também pelo particular (...) se transforme em esplêndida realidade, a exemplo do que já fizeram nesse sentido a América do Norte, a Inglaterra, a Alemanha, Rússia, França, Japão, Itália e ultimamente a argentina – países onde há hoje uma verdadeira assistência alimentar"*[4].

A gestação e o desenvolvimento da idéia de "alimentação racional" é um exemplo importante desse tipo de interesse acadêmico articulado às políticas estatais. A expressão ganhou força a partir de 1938, tomando como marcos duas iniciativas editoriais. A primeira

foi *Viver!: mensário de força, saúde e beleza*, revista de divulgação de conhecimentos higiênicos, educacionais e eugênicos vendida em bancas entre 1938 e 1946, na qual era publicada, desde os primeiros números, uma coluna intitulada "alimentação racional", com dicas para o melhor aproveitamento dos ingredientes e utensílios de cozinha e para a otimização do tempo no preparo da comida. A segunda iniciativa em que termo apareceu de forma pioneira foi na obra *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*, de Thalino Botelho, na qual a adoção da "alimentação racional" integrava uma lista de sugestões para resolver os problemas alimentares no Brasil[5].

A propaganda pelo rádio parecia animar os defensores da alimentação racional que lidavam na dimensão educativa. Paula Souza, por exemplo, em pelo menos uma oportunidade, foi aos microfones de uma emissora palestrar sobre a necessidade dos brasileiros consumirem mais laranjas. Na ocasião, ele concordou com a opinião de muitos sobre ser a laranja uma "fruta saborosa", mas "dentre o povo, poucos são (...) os que sabem das suas grandes qualidades alimentares". A palestra lhe valeu, entre outros reconhecimentos, um telegrama de felicitações do chefe de gabinete do Ministério da Agricultura e a publicação de um livreto no qual se transcreveu o texto lido na rádio. A primeira edição dos livretos esgotou-se rapidamente e outros 10 mil exemplares foram impressos e distribuídos em todo o país. Notícia dando conta disso foi publicada, entre outros, no *Jornal do Comércio*, no *Correio Paulistano*, no *Jornal da Manhã*, no *Diário de São Paulo*, (editados em São Paulo) no *Correio Português* (na cidade do Rio de Janeiro) e n'*O Estado* (em Niterói, estado do Rio de Janeiro) de 14 jul.1940[6].

Na relação dos motivos não-excludentes da militância de Paula Souza em prol da melhoria da alimentação popular contava-se a iniciativa própria, a inserção do tema entre suas atribuições como diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública e o vínculo com o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)[7].

No que se refere à alimentação racional, os textos de divulgação, os artigos em jornais e revista e as matérias em emissoras de rádio cumpriam um papel basal, sendo Paula Souza um intelectual que transitava bem por todos esses canais. Sua visão acerca das iniciativas do IDORT corroboravam os princípios que norteavam a atuação daquela instituição, principalmente no que se refere à criação de "uma atmosfera feliz de ampla

cooperação" com vistas à solução "dos problemas vitais para a nacionalidade", como ele afirmou em um texto escrito para o *Diário da Noite* de 24 de setembro de 1940[8].

Em 1940, Souza referia-se às "conferências constituintes do programa estabelecido pelo IDORT", mais conhecidas como Jornada sobre Alimentação Racional. No âmbito daquela instituição, a Jornada sobre Alimentação (1940) fora precedida pela Jornada contra o Desperdício nos Transportes (1939) e, em seguida, foram realizadas jornadas sobre Habitação Econômica (1941), sobre Economia Rural (1942), sobre o Brasil no Pós-Guerra (1943-1944) e sobre Educação (1945-1946)[9]. A partir dessas conferências surgiu a idéia – nunca implementada em larga escala – de criação das *feijoarias*. Com base na experiência de um inquérito sobre a alimentação popular aplicado entre 1932/33 nos bairros paulistanos de Pinheiros e Cerqueira César, Souza explicava que o preparo do feijão requeria um tempo longo, maior do que todos os demais alimentos de uma refeição juntos. Essa "soma de esforços e o dispêndio decorrente do preparo do feijão em cada família" poderia representar uma dificuldade para a ampliação no consumo desse valioso alimento. Por isso, o objetivo do IDORT era criar "cozinhas de bairro" destinadas exclusivamente ao preparo do feijão, que seria vendido pronto às famílias (experiência que, segundo o autor, já ocorria nos Estados Unidos)[10].

Dois anos depois, Souza reforçava seu argumento em uma entrevista à Agência Nacional. Em sua opinião, as feijoarias trariam uma economia no consumo de combustíveis como gás, carvão e lenha, no contexto da Segunda Guerra Mundial e das dificuldades de abastecimento sentidas no Brasil daquele período. Além disso, o autor fazia uma analogia com o circuito de produção e venda do pão: se, no passado, esse era um alimento feito em casa, as transformações nos hábitos e na produção permitiram que o pão fosse vendido nas padarias e, com isso, as mulheres ficaram liberadas desse trabalho que requeria longo tempo e dedicação no preparo. O preparo e a compra fora do lar possibilitaram a realização de experiências com novos ingredientes na misturas – sendo o caso clássico, mas não único, o do Pão de Guerra. Em 1943, Paula Souza, Moura Campos, Fonseca Ribeiro, Orsini e Ulhôa Cintra constituiriam a *Comissão do Pão de Guerra dos Fundos Universitários*, sugerindo e vendo aprovada uma mistura contendo farinha de trigo, leite em pó e fosfato tricálcico, entre outros ingredientes, que "panificou bem e houve aumento do valor nutritivo"[11]. Diferentes misturas experimentais foram testadas no preparo do pão no contexto da Segunda Guerra

Mundial ou às suas vésperas, com ingredientes como a soja e outros[12]. Com as feijoarias, esperava-se a ocorrência de algo semelhante:

> *"(...) o feijão, que em lugar de ser comprado como hoje, em pequenas parcelas, nem sempre com escolha e critérios devidos, preparado em pequenas porções, nem sempre pela melhor técnica, de consumir um tempo precioso das donas de casa ou cozinheiras e obrigar a um dispêndio de combustível geralmente muito superior ao que se tornaria indispensável para o preparo da mesma porção feita em maior escala, pudesse ser encontrado já pronto para ser servido, em nossa porta, ou ao nosso fácil alcance, em estabelecimentos localizados em vários pontos da cidade"*[13].

O objetivo era fazer das feijoarias os núcleos das almejadas cozinhas distritais e, além dos membros do IDORT, a iniciativa contava com o apoio dos empresários reunidos na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Em que pesem os esforços de Souza e o poder das instituições associadas à idéia, a experiência não teve o êxito esperado: a primeira feijoaria só seria implantada em São Paulo no final do ano de 1950, no então populoso bairro operário do Brás. A iniciativa fora implementada pelo Serviço Social da Indústria (SESI), na época em Souza ocupava a diretoria da Divisão de Assistência Social da entidade[14]. Quanto às cozinhas distritais, algumas foram instaladas pelo SESI na segunda metade da década de 1940, tendo uma delas, situada no Tatuapé, recebido o nome de Paula Souza[15].

Thalino Botelho, um dos precursores no uso do termo "alimentação racional", daria ênfase ao conceito em outras obras, publicadas nos anos 1950. Dividindo sua atenção entre temas fisiológicos da nutrição (como a ingestão de vitaminas, minerais e fontes de energia) e da educação alimentar, Botelho previa formas de instituir dietas racionais para as diferentes fases da vida e para grupos diversos: grávidas, nutrizes, recém-nascidos, lactentes, pré-escolares, escolares, adolescentes, adultos, velhos e coletividades[16].

No caso de São Paulo, as experiências educacionais na área de higiene e, particularmente, de alimentação, iniciadas nos anos 1920, persistiam nas décadas seguintes. Essas experiências tiveram um aporte significativo com a criação e expansão da rede de parques infantis na capital – projeto idealizado por Mário de Andrade enquanto esteve à testa do Departamento de Cultura do município.

De 1935 até a década de 1950, a Prefeitura de São Paulo investiu recursos públicos na implantação dos parques infantis. A princípio, a alimentação era um item que surgia timidamente no programa de ação dos parques: na propaganda oficial, o prefeito Fábio da Silva Prado podia orgulhar-se de distribuir frutas e 140 litros diários de leite, que "têm

trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos" freqüentadores dos seis parques existentes em sua gestão, entre 1934 e 38[17].

Se a oferta de alimentos no ambiente escolar não ganhara ainda a dimensão que tomaria décadas depois, a educação alimentar cumpria parte do programa de instituição da "alimentação racional". A educadora sanitária Clorinda Guttilla relatou a experiência do trabalho de "educação higiênica-alimentar" realizada ao longo de uma semana com crianças que ingressavam no Parque Infantil do Ipiranga, em abril de 1945. Logo no primeiro dia, ela contou às crianças uma "historieta sobre deficiências vitamínicas", que reproduzimos a seguir:

> *"Era uma vez três irmãozinhos chamados Maria, Amélia e José. Todos três eram muito doentes e por mais que sua mãe insistisse não tinham vontade de comer, nem de brincar.*
> *Maria, a mais velha, era muito pequena para a sua idade e era feinha porque tinha uma doença nos olhos – úlcera da córnea (...). Amélia, a do meio, também era feia, porque era muito pálida, e além disso tinha sempre dor de dentes e suas gengivas estavam sempre inflamadas e sangrando. José era o menor, muito fraco, tinha uns braços muito finos, barriga grande e as perninhas eram tortas, razão porque caía a todo o instante (...).*
> *Um dia, quando menos esperavam, aconteceu uma coisa formidável, fantástica. Sabem o que foi? As crianças viram lá no horizonte uma coisa luminosa, como uma estrela, que se aproximava, e quanto mais perto das crianças, maior ela ficava. Os meninos ficaram pasmos, boquiabertos, com os olhos deste tamanho, olhando para aquela maravilha. E a 'visão', quando estava bem perto, disse:*
> *- Maria, Amélia, José, ouçam bem o que eu vou falar e prestem bastante atenção: eu sou a Saúde. Maria, se quiser crescer, curar essa doença que tem nos olhos; se você, Amélia, quiser ficar corada, nunca mais ter dor de dentes, nem gengivas inflamadas e sangrentas; se você, José, quiser ficar forte, endireitar as pernas e poder correr bastante, precisam fazer o que eu disser: todos os dias vocês devem comer muitas frutas, muita verdura, bastante leite. Ovos, laranja, limão, abacate, tomate, milho, aveia, agrião, abacaxi, cenoura, manteiga, fígado, carne, alface, abóbora, pimentão, devem comer sempre. Se fizerem o que lhes disse, vocês ficarão fortes, grandes, vivos, inteligentes, bonitos, assim como eu.*
> *E a 'visão' desapareceu...*
> *Os três irmãozinhos, quando voltaram a si do espanto, foram depressa contar à sua mãe o que lhes tinha acontecido:*
> *A mãe, como era mulher inteligente, resolveu seguir os conselhos daquele aviso do céu, e durante uma porção de dias as crianças comeram bastante laranjas, bananas, mamão, abacaxi, alface, cenoura; muito leite, queijo, carne, manteiga e fígado.*
> *Logo, eles começaram a melhorar e a mãe resolveu perguntar a um médico o que havia de milagroso em tais alimentos. Ele explicou que era uma substância (...) que não vemos mas sem a qual não podemos viver. É como um "remédio' e muito fácil de tomar, pois nem sentimos o seu gosto. Essa substância (...) é chamada VITAMINA e pode apresentar várias espécies (...).*
> *- Alguém é capaz de viver sem ar?*
> *- Não.*
> *- E você vê o ar?*
> *- Mas o ar existe. (...). Assim, também as VITAMINAS: nós não as vemos, mas se não as comermos podemos ficar doentes. Ninguém gosta de ficar doente. Todos devemos ser fortes, devemos ter disposição para comer, brincar, estudar e trabalhar. Todos nós queremos e devemos ser como aquela visão que apareceu para os três irmãozinhos: o retrato da Saúde"*[18].

Guttila prosseguiu seu trabalho ao longo daquela semana ensinando as crianças a fazer sucos de frutas misturadas, conduzindo jogos e outras atividades lúdicas como recortes e colagens. Certamente, suas intenções eram as melhores, ao mesmo tempo em que revelam o papel da formação na atuação das educadoras sanitárias – objeto de estudos de Santos e Rocha[19].

Destaco a semelhança formal entre essa narrativa e os contos de fadas que, muito provavelmente, faziam parte do universo daquelas crianças, se em casa os pais tivessem o hábito de ler histórias para elas – já que se tratavam de crianças ainda não alfabetizadas. Iniciando com o clássico "era uma vez", a historieta apresentava a Saúde como uma visão altamente espiritualista (um "aviso do céu"), mas, ainda assim, portadora de um discurso científico enunciado numa linguagem compreensível aos meninos e às meninas.

Todas as recomendações eram corretas do ponto de vista nutricional e podem nos parecer, hoje, lugares-comuns. Mas não deveriam ser conselhos que traduzissem conhecimentos disseminados na década de 1940. Afinal, a mãe das crianças, qualificada de "mulher inteligente", só resolveu seguir tais conselhos após o relato da aparição. A "inteligência" da personagem representante do modelo materno, neste caso, não derivava de conhecimentos adquiridos, mas sim da aceitação em mudar hábitos arraigados e nocivos. Essa mudança de postura pode ser entendida como um sinal de que, com a educação sanitária escolar, as crianças recebiam orientações para criar bons hábitos ao longo da vida, mas a pretensão de atingir o público adulto mantinha-se como prioridade. A Saúde fantasmagórica trazia uma mensagem sobre a importância das vitaminas, mas esse conhecimento tinha que ser confirmado pela voz gabaritada do médico, que deu ares terrenos à visão de crianças pobres, famintas e doentes.

A historieta tinha vários pontos obscuros que podiam escapar à compreensão infantil, mas lidava com a intuição e tinha um sentido educativo explícito. Leitores adultos podem perguntar: por que, sendo filhos de uma mãe inteligente, as crianças só passaram a comer corretamente depois da aparição? Fico tentado a sugerir que a resposta estava em outras esferas, não solucionáveis pela educação sanitária: o preço dos alimentos e a renda das famílias, principalmente daquelas cujos filhos estudavam nos parque infantis mantidos pela prefeitura paulistana.

A desequilibrada distribuição de renda certamente não era um traço exclusivo de São Paulo, sendo esse um assunto discutido em diferentes instâncias e por autores de posicionamentos diversos. Na época em que a experiência do Parque Infantil do Ipiranga foi

relatada, os paulistanos (e muitos brasileiros que viviam nas cidades) ainda sentiam os efeitos da carestia, fruto das dificuldades de abastecimento ocorridas na Segunda Guerra Mundial.

Notas

[1] Professor adjunto de História do Brasil na Universidade Federal de São Paulo. O trabalho, fruto de atividades de pós-doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP, contou com apoio financeiro da FAPESP, por meio de bolsa concedida entre junho de 2005 e setembro de 2006.

[2] Lima, Eronides da S. *Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar – Brasil, 1934-1946* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000).

[3] Arquivo Geraldo Horácio de Paula Souza, Centro de Memória da Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (doravante AGHPS), documento PI 1942.7, 17 set.1942.

[4] Veloso, Cleto. *Alimentação: o problema da alimentação encarado do ponto de vista fisiológico, higiênico, dietético e social*. (Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1940, 24-25).

[5] Botelho, Thalino. *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*. (Rio de Janeiro: Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, 1938, 8-9).

[6] AGHPS, documentos PI 140.1 (texto de palestra na *Rádio Educadora Paulista*, 16 abr.1940), CO 1940.4 (telegrama de Sampaio Arruda a Paula Souza, 19 abr.1940), CO 1940.7.1A e CO 1940.7.1B (ofício de Mario Vilhena, secretário do Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura ao Paula Souza, 17 jul.1940, e resposta de Paula Souza, 24 jul.1940).

[7] Antonacci, Maria Antonieta M. *A vitória da razão(?): o IDORT e a sociedade paulista*. (São Paulo, CNPq/Marco Zero, 1993).

[8] AGHPS, documento PI 1940.3, fl. 1.

[9] Ibanhez, Lauro César. *O discurso político-ideológico e o projeto racionalizador do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) na década de 1930*. (São Carlos: UFSCAR, 1992).

[10] AGHPS, documento PI 1940.3, fl. 2.

[11] Campos, Franklin A. de Moura. *Problemas brasileiros de alimentação*. (Rio de Janeiro, SAPS, 1949, 160-166).

[12] Silva, Benedito B. da. *A soja: sua importância na alimentação, seu emprego no pão*. (São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1941); Zalecki, Gustavo. "O problema da carestia do pão em São Paulo" *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 44 (fev.1938): 5-113.

[13] "Feijoarias", entrevista concedida à Agência Nacional em 24 de maio de 1942. AGHPS, documento PI 1942.4A, fl. 1.

[14] Ibidem, fl. 3; "A primeira feijoaria a ser instalada pelo SESI no Brasil" (*Diário de São Paulo*, 25 nov.1950)".

[15] Vicentini, Paula Perin. "Celebração e visibilidade: o *Dia do Professor* e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63)", http://www.anped.org.br/26/trabalhos/paulaperinvicentni.rtf, acessado em 2 mar.2006; AGHPS, documentos HO 1951.43 e HO 1953.2.

[16] Botelho, Thalino. *Acesso à alimentação racional*. (2ª ed., Rio de Janeiro: s/e, 1955).

[17] *Parques infantis*. (São Paulo: Gráfica da Prefeitura, s/d).

[18] Gutilla, Clorinda. "Sobre um '*test*' de alimentação aplicado às crianças do Parque Infantil do Ipiranga" *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 56 (mar./abr.1946): 102-103.

[19] Santos, Maria Walburga dos. *Educadoras de parques infantis em São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955*. (São Paulo, FEUSP, 2005) e Rocha, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo - 1918/1925*. (Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003).

Estudo Genealógico e Messianismo Português: O Rei para Bandarra

Leandro Henrique Magalhães*

Resumo: Bandarra foi um sapateiro que viveu na Vila de Trancoso, no século XVI, comunidade cristã nova localizada na região da Beira. Foi detido pela inquisição devido a autoria de trovas de caráter messiânico que, apesar de proibida, adquire importância junto a tradição profética lusitana. Nesta obra são apontados diversos problemas sociais que, segundo Bandarra, só seriam resolvidos após a vinda de um líder, um rei que retomasse a ordem e, ao mesmo tempo, mantivesse em curso o processo de expansão ultramarina e de guerra contra os mouros. É neste sentido que o autor identifica, em suas trovas, este rei, apresentando suas características e nos dando pistas genealógicas. Pretendemos, aqui, como fizeram os sebastianistas e restauracionistas, identificar quem era o rei referido.
Palavras Chaves: Trovas de Bandarra, Messianismo Português, Genealogia.

Abstract: Bandarra was a shoemaker who lived in Vila de Trancoso, a Christian community located in the Beira area, in the sixteenth century. He was arrested by the Inquisition due to his ballads of messianic character which, although they were banned, are important in the context of the Portuguese prophetical tradition**.** In this work, several social problems are mentioned which, in Bandarra´s opinion, could only be solved by the coming of a leader, a king who restored order and, at the same time, kept up the process of ultramarine expansion and the war against the Moors**.** It is in this sense that Bandarra identifies this king in his ballads, pointing out his characteristics and giving genealogical clues. In this work, we intend, like the Sebastian followers and the restorers did, to identify who that king was
Keywords: Bandarra´s ballads, Portuguese messianic, genealogy.

As Trovas de Bandarra, escritas no século XVI por um sapateiro natural de Trancoso, é uma obra fundamental para o entendimento da constituição do messianismo português, em especial o inaugurado com o desaparecimento do rei D. Sebastião, na batalha de Alcácer Quibir. São muitos os trabalhos dedicados as Trovas, consideradas por alguns como a obra inaugural do sebastianismo, e por outros como profecias da Restauração Portuguesa.

Bandarra nos aponta, em sua obra, diversos problemas sociais por ele vivenciados, como a ineficácia da justiça, a banalização da nobreza e a problemática cristã-nova. Para a solução era necessário um líder, um rei que retomasse a ordem e, ao mesmo tempo, mantivesse em curso o processo de expansão ultramarina e de guerra contra os mouros, considerado como os verdadeiros inimigos da cristandade.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Centro Universitário Filadélfia – UniFil, de Londrina-PR.

É neste sentido que o autor identifica, em suas Trovas, quem seria este rei, indicando suas características e dando-nos pistas genealógicas. Estes elementos foram utilizados por seus leitores sebastianistas, a partir da obra de D. João de Castro (1603) intitulada "*Paraphrase et Concordancia de Alguas Propheçias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso"*, e defensores da Restauração Portuguesa, que levaram a público a edição de Nantes. Sabemos que as Trovas provavelmente foram alteradas para atender aos interesses de ambos os grupos, em especial do segundo, tendo em vista que as principais divergências entre as edições citadas se encontram justamente nas Trovas em que o caráter messiânico aparece com maior clareza: da Trova LXXXII à XCIII, e do Sonho Primeiro, que tem como título: *Introduz o autor poeticamente dois judeus, que vêm buscar* o *Pastor Mor, um chamado Fraim e outro Dão, e acham Fernando ovelheiro à porta.*

Pretendemos, aqui, como fizeram os sebastianistas e restauracionistas, identificar quem era o rei referido. De certa forma, trilharemos os mesmos caminhos de seus leitores, ao buscar pistas e formular argumentos para legitimar a interpretação proposta. Partiremos das Trovas, que nos indicam os caminhos a serem seguidos em um estudo genealógico da Casa Real Portuguesa, tendo em vista a probabilidade de Bandarra ter conhecimento da dinâmica política portuguesa, por seus contatos na corte de Lisboa. Sabemos que pertencia a um grupo de judaizantes, descobertos pelo Tribunal do Santo ofício, tendo como centro Lisboa[1]. Neste meio, tinha acesso a personagens vinculadas à Corte, como Diogo de Montenegro, ex-astrólogo da corte, e os médicos da família real, Dionísio e Francisco Mendes (LIPINER, 1993, p. 103; BESSELAR, 1987, p. 49-50). Além destes, relacionava-se com Pero Alvares, que tinha acesso à residência do Quinto Duque de Bragança, D. Teodósio I, com Luís Dias, que se encontrava com o Conde de Portoalegre, e com D. Antônio de Ataíde, criado do paço de D. Manuel junto ao futuro D. João III (LIPINER, 1993, p. 130), e o Licenciado Gil Vaz Bugalho, desembargador do rei e Juiz de Fora em Évora.

A indicação do monarca que restabeleceria a ordem em Portugal adquiriu características messiânicas, aproximando-o do messias esperado por muitos dos judeus conversos. A influência hebraica perpassa toda sua obra, chegando a identificar vínculos entre o rei até então encoberto com elementos judaicos.

Nas trovas *LXXV, XVII e XVIII, h*á referência à aliança entre judeus conversos e cristãos, tendo em vista que a figura do leão é o símbolo da tribo de Judá e dos reis davídicos. Havia o ensejo de se esperar o messias em um descendente de David, identificando Portugal como descendente da tribo de Judá, e seu povo como herdeiro dos judeus. Essa também foi a

[1] PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA.

interpretação de Antônio Vieira, tanto na sua postura em relação à conversão (MAGALHÃES, 1999) quanto ao identificar D. João IV como descendente de David (VIEIRA, 1951). Não devemos ignorar, também, o fato de que a figura do Leão estava presente nos brasões dos cavaleiros dos Templários, o que pode indicar uma retomada da idéia de Cruzada contra os mouros. Bandarra antevia, assim, o fato de que o reino de Deus seria governado pelo herdeiro de David, que levaria Seu povo a constituição do Quinto Império Mundial. Bandarra falava de um rei que atendesse as expectativas tanto dos cristãos velhos como novos, sendo necessário utilizar elementos legítimos para ambos.

Partindo destes princípios, apresentou elementos genealógicos que garantissem a legitimidade do monarca por ele indicado. Lembremos que Bandarra viveu durante os reinados de D. Manuel e D. João III; desta forma, podemos partir do princípio de que o sapateiro tratava destes monarcas ou até mesmo do imediatamente anterior, D. João II, tendo em vista as referências, em suas Trovas, da expansão ultramarina, da chegada dos portugueses ao oriente, ao reino do Prestes João, e da guerra aos mouros, elementos que preocuparam tais governantes. Partindo da análise das Trovas e da genealogia dos reis portugueses, entendemos que Bandarra tratava de um personagem presente ou passado, e não futuro, que concluímos ser D. Manuel, o Venturoso.

Um dos elementos que favorecem nossa interpretação é o fato de que um dos filhos do monarca, D. Fernando, era Duque da Guarda e de Trancoso e, desta forma, poderia ter contato com Bandarra. Podemos encontrar uma possível referência, nas trovas XLIII e XLIV a D. Fernando e também a seu irmão e futuro rei de Portugal, D. João, no baile promovido pelo pastor após vencer o lobo e juntar seu rebanho: D. Fernando inicia o baile, indicado por Bandarra pela palavra "sus", que significa voz para iniciar ou animar, sendo, assim, o mestre da dança. Além disso, neste mesmo baile, encontramos João dançando com Leonor, numa possível referência à madrasta e tia de D. João III, sua prometida e irmã de Carlos V, que acabara por se casar com seu pai, D. Manuel:

Apesar de D. Manuel ter sido o monarca responsável pela conversão forçada dos judeus, teve uma série de atitudes que os favoreceram, sendo denominado pelos conversos de "O Pio". O próprio nome do monarca adquire importância neste contexto, tendo em vista que Emannuel, em hebraico, significa "o messias", como indicado pelo profeta Isaías: "*Por isso, o próprio Senhor vos dará um sinal: uma virgem conceberá e dará à luz um filho, e o chamará 'Deus Conosco' (Emanuel)*[2]*"*. Essa passagem foi, segundo São Mateus, indício da vinda de Cristo: "*Eis que a Virgem conceberá e dará a luz um filho, que se chamará Emanuel, que*

[2] Isaías 7:14

significa Deus Conosco"[3]. Apesar de não nomear o messias nas Trovas, talvez por terem sido alteradas pelos leitores e editores, para evitar problemas com os inquisidores ou para manter o estigma do encoberto, Bandarra faz referência à passagem de Isaías citada, na trova XCII, ao afirmar que o rei salvador tinha um sinal divino, que para o profeta seria o seu nome, Emanuel:

Além disso, devemos considerar o fato de que, no círculo ao qual Bandarra pertencia, há referências ao nome. Em carta de Gil Vaz, encaminhada para Luis Dias, o alfaiate de Setúbal, encontramos o seguinte:

> *Do encantado poder será solto o Leviatã na província de Cam, e daí sairão os arrefens de Israel. Ajuntar-se-ão todos com ele, farão festas e alegrias e dirão: Este é o nosso messias que Isaías chamou de Manoel (LIPINER, 1993, p. 207).*

Esta referência aparece também em espanhol no processo de Gil Vaz, que afirma que as mesmas foram escritas por Jorge Fernandes Labaredas, desta forma: "Del encantado poder será soelto el leviatã dela provincia de Cam saldran las arrefens de Isarel juntar s'am todos com el, e diran - esto es el Mexias que em nossos dias se chamava Emanuel (LIPINER, 1993, p. 207)".

Há, ainda, outros elementos que justificam nossa posição em relação ao rei indicado por Bandarra, como a referência, nas trovas LXVI e LXXV, constantemente retomada, aos muçulmanos, inimigos tanto dos judeus quanto dos cristãos, e identificados, em um primeiro momento, com o lobo, ou o herege, depois com a grifa parideira e com o grão-porco, vencido pelo Leão:

O porco era um animal relacionado a impureza, doença e contágio, identificado, também com os judeus (HERMANN, 1998), mas neste caso entendemos que a referência é feita aos muçulmanos, tendo em vista a posição de Bandarra como membro de uma comunidade cristã-nova e o fato deste animal ser proibido de ser consumido pelos judeus. Devemos considerar como fundamental a questão dos muçulmanos, diante do processo de expansão ultramarina e, em especial, de conquista do mercado das Índias, quando fora necessário vencer os mouros, que tinham monopólio comercial na região, sendo necessário o uso da força para que os portugueses ali se estabelecessem (DAMIÃO, 1966, p. 175;

[3] Mateus 1:23. O nome do monarca é, segundo Cardeal Saraiva, referência ao fato de que no seu nascimento, 31 de maio, era dia da festa do corpo de Deus, quando passava a procissão com o santíssimo sacramento. No entanto, o próprio cardeal afirma que o dia de nascimento do monarca não fora 30 de maio, mas 01 de junho (SARAIVA, 1875, p. 65).

AMEAL, 1949, p.225-226). Na trova LXXVIII, Bandarra refere-se a estes elementos, tratando de temas como a conquista, a conversão universal e a sujeição dos mouros, que habitavam também os reinos africanos:

Esse fato nos remete a outra possível referência a D. Manuel: a expansão ultramarina, pois apesar do processo ter adquirido importância com D. João II, será consolidado com D. Manuel, em especial com a chegada de Vasco da Gama às Índias, o que tornou D. Manuel rei dos povos distantes, realizando as promessas do profeta Isaías, que afirmara que as riquezas do mar e os tesouros das nações viriam para o povo de Deus: "Essa visão tornar-te-á radiante; teu coração palpitará e se dilatará, porque para ti afluirão as riquezas do mar, e a ti virão os tesouros das nações"[4]. Podemos encontrar referência a esta passagem na trova LXXI.

Há outro elemento importante: a questão das leis e da justiça. Recordemos que D. Manuel, visando a limitar o poder dos nobres e das câmaras municipais, atuou como legislador, promulgando, dentre outras, as Ordenações Manuelinas e a Reforma dos Forais, que objetivavam atualizar os registros de jurisdições e os tributos e prestações devidos aos senhores (MONTEIRO, 1996, p. 315). Esta postura atendia às perspectivas não só de Bandarra, como de parte da população lusitana, em torno da necessidade da manutenção da ordem e valorização das leis e da justiça.

Estes elementos nos dão pistas sobre o rei, tendo em vista que este deveria identificar-se com as características apontadas. Porém, há a utilização de outros elementos mais diretos para tratar do monarca messiânico indicado, como a própria noção de encoberto e o fato de que D. Manuel fazia parte de uma linhagem paralela, pois em um primeiro momento não foi considerado herdeiro do trono. Outro fator que confirma sua posição como encoberto é o fato de possuir oito irmãos, o que dificultava que o identificassem como herdeiro do trono.

Era o Venturoso que possibilitara a união das três linhas de descendência, que partia de D. João I, servindo tanto como aglutinador da Casa de Avis quanto de transmissor para a futura dinastia de Bragança, representando neste momento a aliança entre as três linhagens que se iniciaram em D. João I, configurando-se como um elemento de unidade, o que se enquadrava no projeto de centralização dos poderes do reino nas mãos do monarca.

Bandarra dá pistas sobre aquele que ocuparia o lugar do Grão Pastor, afirmando na trova LXXII que o monarca não era descendente direto de reis, mas apenas primo e parente, além de não ser de casta goleima.

Este argumento, bastante utilizado tanto por D. João de Castro, quanto por

[4] Isaías, 60:5

Antônio Vieira, também pode o ser no caso de D. Manuel, que não era descendente direto de reis, mas fazia parte de uma linhagem colateral, sendo, como indicado nas Trovas, primo e parente de reis: era primo e cunhado de D. João II e do Duque de Bragança, D. Fernando, além de ter como sobrinhos os herdeiros diretos do trono, D. Afonso e D. Diogo, e o futuro Duque de Bragança, D. Jaime. Com a morte de D. Afonso e D. Diogo, a disputa pela coroa recaíra sobre os filhos bastardos do monarca, D. Jorge e D. Manuel, tido por D. João II como seu filho adotivo, que contava com o apoio de sua irmã, D. Leonor. Na crônica de D. João II, são várias as referências ao fato de D. Manuel ser primo e herdeiro do trono, fato confirmado em seu testamento, conforme citação já apresentada anteriormente e que retomamos aqui, pela sua importância:

> *Ittem encomendo e mando a todolos tres estados destes meus regnos e senhorios que obedeçaõ ao dito Duque meu primo e o recebaõ por Rey e Senhor e o sirvaõ com muy grande lealdade e amor como aquelles em que a sempre ouve e folguem de acrecentar sempre esta tam gande virtude de que no mundo saõ postos por exemplo de todalas naçoes e asym encomendo ao dito Duque meu Primo que tracte bem todoslos tres estados em muita justiça pz e soseguo delles e asym os ditos regnos e senhorios*[5].

Afirmava ainda Bandarra que o monarca escolhido viria de alta semente dos quatro costados, ou seja, de seus avós. Assim, por parte de pai, D. Manuel tinha vínculos diretos com D. João I e com o rei de Aragão, tendo em vista que seu avô, D. Duarte, casara-se com D. Leonor, filha deste rei. Já por parte de mãe, reforçava-se o vínculo com o Mestre de Avis, pois D. Beatriz era filha de D. João, e assim, neta de D. João I, e de D. Isabel, filha do Duque de Bragança e também neta do rei que inaugurara a dinastia. D. Manuel, portanto, tinha fortes vínculos com a monarquia lusitana pelos quatro costados, além de indicar uma aproximação com o reino de Aragão e a possibilidade de união das coroas ibéricas. Havia, ainda, a questão da casta goleima: se partirmos tanto da interpretação de Vieira, quanto da de D. João de Castro, chegaremos à mesma conclusão, pois D. Manuel não era de casta baixa, negro ou mouro, nem descendente de franceses ou alemães.

Outro indício de que Bandarra tratava de D. Manuel é o fato de, na trova XCIII,

[5] Sobre o Testamento de D. João II, ver: Capitulo LXXVI - "Fez Elrey seu Testamento e Capitulo LXXVIII - Approvaçam do Testamento (PINA, 1950). A leitura de seu testamento, aliada à da crônica, deixa antever o fato de que, desde a morte do príncipe herdeiro, a relação entre o casal real ficara abalado, principalmente pelo fato de D. João II buscar legitimar D. Jorge para o trono. A garantia do trono para D. Manuel, em testamento, pode ser entendido como uma forma de reaproximação do rei com a rainha.

indicar que o monarca era um Santo Rei Barão que descendia de D. João, o Venturoso, além de possuir o título, sucedera D. João II, além de ter vínculos diretos com D. João I, o que pode ser indicativo de uma dupla referência.

Uma das passagens mais discutidas das Trovas é a que se refere ao nome do encoberto. São duas as versões, a primeira utilizada por D. João de Castro para identificar D. Sebastião, e a segunda pelos restauradores:

Saya? Saya esse infante
Bem andante?
O seu nome he Dom Foam:
Correrleam o pendam,
E o Guiam,
Podereosos & triunphante.

Virlheam novas num instante
Daquellas terras presadas,
As quaes estam derramadas,
E declaradas
Por seu rey dally a diante (p.113).

LXXXVIII

Saia, saia esse infante
Bem andante,
O seu nome é D. João,
Tire, e leve o pendão,
E o guião
Poderoso, e triunfante.
Vir-lhe-ão novas num instante
Daquelas terras prezadas,
As quais estão declaradas,
E afirmadas
Pelo Rei dali em diante.

Neste caso, podemos ter duas interpretações possíveis: a primeira, e mais provável, é que as Trovas foram alteradas para atender às necessidades dos restauradores. São vários os indícios de alterações, como nas estrofes que indicam a data da Restauração ou até mesmo o número de concorrentes à coroa, pois este era um dos principais argumentos para legitimar o novo monarca, sendo utilizado inclusive em embaixada junto ao Papa. Devemos considerar também que foram vários os documentos alterados pelos restauradores, como as Cortes de Lamego[6] e a carta que S. Bernardo teria escrito à D. Afonso Henrique.

[6] As Cortes de Lamego, que muitos acreditavam ser de 1143, afirmavam que as mulheres só poderiam transmitir direitos sucessórios para nobres portugueses, o que excluiria o rei da Espanha, Filipe II.

A outra possibilidade é que a versão de D. João de Castro esteja mais próxima da original, já que a palavra "foão" significa fulano, de origem hebraica feloni, falah ou ocultar, o que estaria de acordo com a tradição hebraica de ocultar o nome do messias.

Um outro elemento que acreditamos ter influenciado Bandarra na identificação de D. Manuel como o encoberto era a possibilidade latente de que fosse realizada a união das coroas ibéricas a partir de Portugal, o que favoreceria o projeto messiânico de conversão universal, tendo em vista que, além da península, o reino passaria a ter acesso a todo o Império Espanhol no Ultramar. Foram várias as possibilidades, a partir de D. Manuel, para a concretização deste fato: a união entre as coroas de Castela e Aragão, possibilitada a partir do casamento de Fernando V com Isabel, trazia, em seu bojo, um problema dinástico, pois o único filho varão do casal faleceu em 1497, restando D. Isabel, que se casou com D. Manuel; D. Joana, casada com o futuro rei, Filipe I; e D. Maria, segundo casamento de D. Manuel. Neste momento, o Venturoso foi jurado herdeiro das coroas de Castela e Aragão, como indicado por Damião de Góis:

> *Efta virtuofa, & catholica Rainha [Dona Leonor, irmã de D. Manuel] inftituio há cõfraria da Mifericordia neftes regnos, fendo regente delles, no tempo que elRei dom Emanuel, feu irmão, era ido a Caftella, com há Rainha prinçefa donna Ifabel, fua molher, a fazerenfe jurar por Prinçipes daquelles Regnos (...)*[7].

Entendemos, assim, que existem probabilidades de que o rei indicado por Bandarra seja D. Manuel, considerando os aspectos políticos e sociais, como a expansão ultramarina, a guerra aos mouros e o fato de promover reformas na justiça; a necessidade de atender às expectativas em relação ao rei encoberto; ou ainda a partir da análise genealógica proposta pelo sapateiro, o que nos fez chegar a este monarca. Além disso, acreditamos que as Trovas foram alteradas pelos restauradores para atender a seus interesses, assim como

---

A partir de tal discurso foi possível afirmar que o trono português jamais ficou vago, sendo de direito ocupado pelo Duque de Bragança, evitando a necessidade de eleições em cortes, sendo que as cortes de Lisboa de 1641 serviram apenas para legitimar um fato já estabelecido, ou seja, a subida ao trono de D. João IV, e não com a pretensão de eleger um novo rei para Portugal. Este foi um princípio de jurisprudência defendida por vários jurisconsultos portugueses, entre os quais podemos destacar, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, os nomes de Antonio Pais Viegas, Francisco Velasco de Gouveia, João Pinto Ribeiro e Antonio de Souza Macedo, cujas obras partem do princípio de restituição a quem de início, pela força do direito, devia caber. D. João IV estaria, assim, ao restituir a coroa portuguesa, retomando o direito de sua avó (MARQUES, 1996; GOMES DA SILVA, 1985; HESPANHA, 1993; SERRÃO, 1982).

[7] Livro IV - "*Em que fe trata das obras pias que há Rainha donna Leanor, irmão delRei dom Emanuel fez nelles, & quomo per fua interçeffam foram trazidas a elles has Reliquias do corpo da virgem fancta Aura, & de quomo el Rei tinha detreminado de refidir no Regno de Algarue, pera dalli prouer na guerra Dafrica, & há caufa porque ho nam fez*". (GÓIS, 1926, p. 60).

ocorrera com outros documentos, o que direcionou as análises até hoje feitas aos reis com nome D. João.

Referências

AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto: Tavares Martins, 1949.

BESSELAR, José Van. *O Sebastianismo*: História Sumária. Lisboa: Biblioteca Breve/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação e Cultura, 1987.

CASTRO, D. Iom. *Paraphrase et Concordancia de Alguas Propheçias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso.* 1603.

DAMIÃO, Peres. *História de Portugal*. Palestras na Emissora Nacional: O Século dos Descobrimentos. Porto: Portucalense, 1966.

GÓIS, Damião. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa. *História do Direito Português*: Fontes de Direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado*: a Construção do Sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhias das Letras, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel. A Restauração Portuguesas nos capítulos das cortes de Lisboa de 1641. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Dir.). *A Restauração e sua Época*. Lisboa: Cosmos, 1993.

LIPINER, Elias. *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imâgo, 1993.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. *A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antonio Vieira*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Olhares sobre a Colônia*: Vieira e os Índios. Londrina: EDUEL, 1999.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1996.

MONTEIRO, John. *História & Utopias*. São Paulo: ANPUH/CNPq, 1996.

NEVES, Antônio da Silva. *Bandarra*: O Profeta de Trancoso. Lisboa: Europa América, 1990.

PINA, Ruy de. *Crônica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950

PROCESSO DE GONÇALO ANNES BANDARRA. No. 7197 – Pasta 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Decifração Paleográfica de Arnaldo da Soledade. Câmara Municipal de Trancoso, 1996.

ROCHA, Andrée Grabbé (sel.). *O Cancioneiro Geral*. Lisboa: Verbo, 1962.

SARAIVA, Cardeal. *Obras Completas*. Tomo IV. Estudos Históricos e Cronológicos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640 - 1750). Lisboa: Verbo, 1982.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Histórias de Trancoso*. Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/Instituto Nacional do livro, 1983.

VIEIRA, Padre Antonio. Sermão de São José. *Sermões*. 15 vol. Porto: Lello e Irmãos, 1951.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História nas lentes: imagens fotográficas de Feira de Santana (1968-1988)

Aldo José Morais Silva*

RESUMO: O presente texto discute a produção de uma narrativa histórica sobre a cidade de Feira de Santana (BA) a partir das imagens feitas pelo fotógrafo Antônio Magalhães (1935-) entre 1968 e 1985. A proposta baseia-se na visão de que o profissional é um leitor privilegiado da experiência urbana e, com suas leituras, produz uma interpretação da história local, narrada em suas fotografias do espaço citadino. Em sua leitura da cidade, a imagem resultante difere da versão dominante, em que esta tem sido historicamente apresentada como o maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste, para caracterizá-la como o resultado de diferentes percepções e experiências, produzidas por atores variados, atuantes no fazer da cidade.
Palavras-chave: fotografia; narrativa; Feira de Santana (século XX)

ABSTRACT: The following paper discusses the production of the historical narrative about Feira de Santana town (in state of Bahia, in Brazil) through photos made by a photographer called Antônio Magalhães (1935-) between 1968 end 1985. The intent is based in vision of the professional like a privileged reader of urban experience and, with his readings, to produce a interpretation of the local history, reported in his photographs from the urban space. In his readings of the city, the image produced is different from the principal image; that display the town like the major highway crossing point of the north end northeast of Brazil, preferring to show the town like a product of different perceptions and experiences, produced by several actors, in performance with town.
Keywords: photography; narrative; Feira de Santana (XXth century).

Viver em uma cidade, ou num sentido mais amplo, viver *a* cidade, é sempre uma experiência singular. Trata-se de uma singularidade determinada pelas características espaciais do lugar que, como resultado do esforço humano para subjugar a natureza, assume sempre feições únicas, por mais que este esforço disciplinar obedeça a modelos e convenções pré-estabelecidas. Assim, o traçado das ruas, a disposição das casas, a existência e distribuição dos prédios e espaços públicos conferem a cada cidade o seu primeiro e mais imediato elemento de urbanidade convencional e, ao mesmo tempo, suas feições próprias e particulares, inconfundíveis com outros contextos e, por isso mesmo, definidoras em boa medida da identidade do lugar (BRESCIANNI, 1998: 237).

Ocorre que frequentemente tais elementos passam desapercebidos aos que vivem na cidade. Alguns indivíduos, contudo, conseguem superar essa miopia auto-identitária, e tal como o *flâneur*, de Vitor Hugo, percorrem "a cidade, em seus detalhes e minúcias, dela conhecendo todos os meandros" (PESAVENTO, 1999: 82). Alguns deles são os boêmios-

* Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutor em História.

literatos que vivem a cidade em sua plenitude, contatando espaços e tipos dos mais prestigiados aos mais execrados. Outros são viajantes, para os quais a cidade (e suas práticas) pode se revelar, não de forma automática, mas como uma experiência de contraposição e constatação frente à história e à origem de quem a vê (SOUZA, 1996: 189-198).

A experiência do fotógrafo Antônio Magalhães (1935-) na cidade baiana de Feira de Santana, entre 1968 e 1985, situa-se na intersecção dessas duas perspectivas. Mineiro da pequena cidade de Entre Rios, estabeleceu-se em Feira de Santana em 1964, após residir por cerca de dez anos no Rio de Janeiro, dando início a sua atividade de fotógrafo profissional em 1968. Como tal não tardou em converter-se num dos principais fotógrafos dos eventos da alta sociedade feirense, bem como no primeiro foto-jornalista de rua da cidade, atuando no periódico 'Feira Hoje'[1].

Nesse mesmo período a cidade baiana de Feira de Santana passava por uma fase de significativas transformações, motivadas pelo revigoramento de um imaginário modernizador que objetivava promover a atualização do projeto urbano. Tal afã modernizador não constituía exatamente uma novidade para a elite dirigente feirense que, desde o início do século XX, elegera a modernização e civilização da sociedade como uma meta (SILVA, 2000: 143-163), seguindo a trilha de muitas das capitais brasileiras, num processo fenômeno já bem conhecido (REIS FILHO, 2000: 103-105). Naquele momento, contudo, as mudanças em curso, mais do que o reordenamento urbano, visavam a construção e fortalecimento de uma rede de serviços (escolas, hotéis, hospitais, observatório e a universidade), bem como o forte estímulo (através dos recursos federais da SUDENE) à industrialização do município, através da constituição do Centro Industrial do Subaé (CIS). Essa última medida, em particular, deveria possibilitar a ampliação das bases da atividade econômica do município, que deixaria de ser 'apenas' a Cidade Comercial de Feira de Santana[2], para se converter também num pólo industrial com projeção pelo menos equivalente àquela que o comércio lhe concedera.

Com um olhar perspicaz e a experiência de quem conhecera a pacata vida interiorana de sua infância e juventude bem como a dinâmica agitação da cosmopolita cidade

[1] A expressão 'fotógrafo de rua', usada pelo próprio Antônio Magalhães, visa distinguir sua produção imagética jornalística daquela até então realizada na cidade, caracterizada por ser, ainda na década de 1960, produzida em estúdios ou com máquinas fotográficas fixas, mesmo nos ambientes externos, sendo o primeiro a fazer uso de máquinas portáteis e a produzir imagens jornalísticas mais próximas das situações e momentos em que ocorreram.

[2] Embora tenha ostentado o título de Cidade Comercial, outorgado em 1873, Feira de Santana, de fato, contou desde fins do século XIX, com um setor industrial vinculado às atividades agropecuárias da região, como curtumes, fábricas de vinhos de jurubeba, charqueadeiras, movelarias, usinas de beneficiamento de algodão e de fumo, entre outras. Essa industrialização, além da forte ligação com as características econômicas regionais, pode ser definida por um padrão de investimentos familiares e locais, além de contar também com uma mão-de-obra predominantemente familiar.

do Rio de Janeiro, o fotógrafo Antônio Magalhães reconheceu naquela Feira de Santana do final da década de 1960 um universo em transição entre aquelas experiências anteriores. Tal leitura da cidade, que adotou como sua, foi por ele relatada em sua vastíssima produção imagética (estimada em cerca de 20 mil imagens), reunida em décadas de atividade profissional, apresentando personagens, espaços, monumentos e eventos singulares da história local segundo uma perspectiva muito particular e distinta dos cânones socialmente instituídos para a representação da cidade, cuja imagem buscava-se associar às noções de modernidade e progresso. Tratava-se de um esforço de construção identitária cultivada em prosa e verso desde os anos 30 (OLIVIERI-GODET, 1999: 25-29). Na década de 70 os jornais locais deram continuidade ao esforço, tendo um deles, num único número, anunciado: "Feira lidera a economia baiana", "Crescimento de Feira é evidente", "Diretor [da revista] Manchete visita Feira" (FEIRA HOJE, 18/07/1976: 3), num ideário que não tardou em converter-se em epítetos como "maior entroncamento do norte-nordeste do país" ou "principal cidade do interior do estado", em grande medida ainda cultivados na atualidade (FEIRA DE SANTANA, 2007).

A cidade narrada pelo fotógrafo em sua produção imagética não é, portanto, a do entroncamento rodoviário (ou não apenas esta), mas um cenário de 'realidades' superpostas, resultado de diferentes percepções e experiências, produzidas por atores variados que a fazem simultaneamente moderna e arcaica, urbana e ruralizada, dinâmica e morosa. Como conseqüência, sua produção imagética é concebida como uma produção textual, conforme abordagem já bem difundida (CARDOSO; MAUAD, 1997: 404), cuja mensagem deve ser interpretada não apenas mediante o acréscimo de uma referência histórica externa, mas como documentos a partir dos quais tal história pode efetivamente ser produzida (MENESES, 2003: 11-36).

Desse modo, a primeira inferência que nos é possibilitada por sua produção é a de que, no final da década de 1960, Feira de Santana apresentava-se ao fotógrafo como uma cidade perdida entre elementos urbanos e as reminiscências de um mundo rural, das quais a sociedade procurara desvencilhar-se há muito tempo. Duas das imagens por ele construídas (Ilustração 01 e 02) evidenciam tal persistência. Tratam-se de imagens produzidas com apenas 5 anos de intervalo em si, mas que parecem, à primeira vista, oriundas de temporalidades muito mais distantes.

A primeira dessas imagens é uma das mais artísticas criadas pelo fotógrafo: a figura do velho vendedor ambulante e seu animal de carga. Foto meticulosamente construída, na pose consciente do homem e na imponência que o fotógrafo lhe confere, dando-lhe uma

dominância absoluta sobre o aparentemente circunstancial cenário de fundo, a imagem revela, não obstante, aquela figura como uma reminiscência de antigas práticas de comércio e trabalho já em extinção na cidade, em fins da década de 1960.

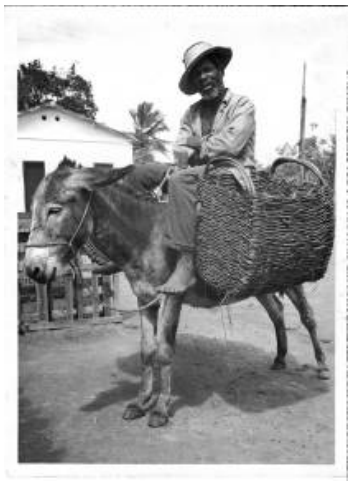

Ilustração 1 - Vendedor ambulante (1969)
Foto: Antônio Magalhães

O homem, sua atividade e o próprio cenário de fundo, bem poderiam figurar em qualquer momento do século XIX, mas a casa em questão, tipicamente rural (e uma das mais antigas construções daquela área), era a sede de uma chácara encravada num dos principais bairros residenciais naquele momento. Já no que diz respeito ao homem e seu animal, embora aquele tenha montado o jumento para o registro, os pés descalços e grossos daquele senhor negro, assim como a postura tensa do animal sobrecarregado, não deixam dúvidas, em sua faina diária condutor e animal percorriam lado a lado as ruas da cidade ofertando produtos agrícolas pelas ruas das áreas residenciais da cidade, vindos provavelmente de um sítio ou de qualquer pequena propriedade rural dos arribardes da urbe.

O animal de carga, os cestos de cipó trançado e a venda de porta em porta, já começavam a se converter (ou ser convertidos) em elementos dos museus ou das lembranças na cidade que ansiava por tornar-se moderna e urbanizada. Os supermercados, os carros, outra velocidade, outra relação com o comercio se estabelecia no quotidiano. O comércio, em particular, torna-se atividade específica de uma área da cidade, donde as habitações são praticamente extirpadas – passa-se, com maior distinção, a ir ao comércio pois este já não mais perambula pela cidade em lombo de animal. Aquele personagem, que podia dedicar-se também à venda de água pela cidade[3], chamou a atenção do fotógrafo, portanto,

[3] Até meados da década de 1970, o serviço de abastecimento de água em Feira de Santana era bastante irregular e limitado aos bairros centrais. Persistiam assim os 'aguadeiros', vendedores de água potável em barris, oriundas das diversas cisternas ou olhos d'água da cidade. A chácara na qual o velho vendedor foi fotografado era

simultaneamente por sua organicidade e excepcionalidade na experiência da cidade, em seus diferentes momentos.

Trata-se de um reconhecimento das diferentes temporalidades experimentadas na cidade, uma 'procura pelo passado', ou o 'mero' reconhecimento deste em meio ao quotidiano e, por extensão, trata-se da evidência de que para o fotógrafo a experiência histórica do lugar nunca esteve condicionada ou limitada aos elementos de uma história oficial, desprovida dos rostos e vozes que compõem o mosaico da vida quotidiana, preferindo a esta o reconhecimento dos personagens anônimos e dos espaços plurais da urbe.

Ilustração 2 – Rotatória (hoje inexistente) do cruzamento das Avenidas Getúlio Vargas e Maria Quitéria (1974)
Foto: Antônio Magalhães

Esta coexistência de universos distintos reaparece na panorâmica (Ilustração 2), feita de cima do Feira Palace Hotel, em que foi enquadrada a rotatória (hoje inexistente) do cruzamento das avenidas Getúlio Vargas e Maria Quitéria, captada em boa parte de sua extensão. No enquadramento adotado o fotógrafo 'condensou' na cena uma vasta área permeada por elementos antagônicos, cuja primeira expressão é a feição ruralizada da zona residencial mais ao fundo, ou seja, é a sua configuração ainda entrecortada por vastas áreas de terrenos que não são, em sua maioria, baldios. Tratam-se de amplos quintais e chácaras, fartamente aquinhoados com árvores frutíferas. Reminiscências de um outro tipo (não especulativo) de relação com terra, ao que se contrapõem as demolições flagradas e que já apontam para a estruturação de uma cidade que 'devora' o rural.

Um segundo aspecto da mesma imagem reside no pequeno número de automóveis captados pelo fotógrafo num horário – meio dia – normalmente caracterizado pelo

conhecida pela boa qualidade da água de sua cisterna, sendo por isso um dos principais pontos de fornecimento do precioso líquido para inúmeras residências e até mesmo aos batalhões da polícia e do exército.

adensamento do volume de tráfego em cidades de grande porte (que Feira de Santana pretendia ser). Aquela zona, mesmo abrigando o maior hotel da cidade, até aquele momento, ainda era de fato uma área periférica em relação às atividades comerciais. De modo emblemático, a área essencialmente residencial não conhecia o ritmo acelerado do trânsito, seu tempo ainda é – diferente do centro comercial – mais lento, e os poucos e espaçados veículos circulantes permitiam a circulação tranqüila dos pedestres.

Ilustração 3 - Vista da feira-livre na Avenida Getúlio Vargas - centro da cidade (1972)
Foto: Antônio Magalhães

A permanência de elementos rurais no ambiente urbano, contudo, há muito era combatido por boa parte da municipalidade, e não havia símbolo maior de tais inquietações do que a grande feira-livre semanal (Ilustração 3), cuja existência remontava ao século XVIII e era reconhecida como o elemento originador da cidade, a ponto desta tê-la incorporado ao próprio nome da urbe, a *Feira* de Santana (ANDRADE, 1980: 69-88).

Esta mesma feira-livre, razão de ser da cidade por tantos anos, converteu-se no último e o mais perceptível alvo do projeto de modernização de Feira de Santana, levado a cabo na década de 1970. Para por fim à feira, entretanto, uma ambiciosa alternativa teve de pensada e viabilizada, tomando forma com a construção do complexo do Centro de Abastecimento, inaugurado em 7 de novembro de 1976, pelo então Prefeito José Falcão da Silva. Tal transferência, contudo, não se deu sem tensões. Diversos foram os adiamentos da retirada da feira-livre do centro, e muitas foram as queixas e incertezas dos feirantes quanto à viabilidade do novo (e afastado) local que lhes era destinado.

Ilustração 4 - Instalações do complexo do Centro de Abastecimento de Feira de Santana (1977)
Foto: Antônio Magalhães

Esse momento também não escapou ao fotógrafo. O desafio de retirar o fervilhar de gentes e mercadorias que historicamente serpenteava pelas principais artérias da cidade foi lido em três momentos: no primeiro (Ilustração 4), uma vista aérea apresenta o complexo que buscava mostrar-se capaz de absorver a multidão de feirantes, habituada a transitar pela Feira. Elaborada pela contraposição entre uma cidade ainda rarefeita e uma obra imponente, a imagem traduz a admiração do fotógrafo diante das proporções do conjunto de 13 mil m^2, 8 mil dos quais de área coberta.

Ilustração 5 - Abertura dos portões durante a inauguração do Centro de Abastecimento (1976)
Foto: Antônio Magalhães

No segundo momento, duas imagens. A primeira mostrando a abertura dos portões do Centro de Abastecimento (Ilustração 5), após a solenidade de inauguração, em que o Prefeito José Falcão e sua comitiva descem as escadas envoltos pela massa de feirantes, que

vislumbravam pela primeira vez o espaço que lhes seria destinado. Cronista atento com pequenos detalhes do cotidiano, o fotógrafo evidencia uma contradição: enquanto o séqüito oficial demonstra empolgação com o empreendimento, os futuros usuários parecem deslocados no novo espaço.

A foto em questão pode sugerir à primeira vista (e considerando a impossibilidade aqui de uma exposição mais panorâmica – e elucidativa – de sua produção), ser um simples registro oficial. Mas é na sua contraposição com outros momentos e personagens, bem como no ângulo adotado (em que invariavelmente cabe o cidadão comum) que está a peculiaridade do olhar desse fotógrafo, preocupado sim em registrar o momento histórico, mas com todos os seus atores – sejam as autoridades (tema, de fato, minoritário mesmo nos seus registros de eventos públicos), sejam os anônimos, principalmente eles e suas reações e relações com o contexto do registro.

Tal olhar fica evidenciado na segunda imagem (Ilustração 6) em que, no mesmo dia, Magalhães capta o reconhecimento dos boxes pelos feirantes, observando, novamente, o ar de estranhamento destes com o novo ambiente, bem como as incertezas dos comerciantes quanto ao futuro e a viabilidade daquele distante local para os seus negócios.

Ilustração 6 - Feirantes fazendo o reconhecimento dos boxes do Centro de Abastecimento (1976)
Foto: Antônio Magalhães

O terceiro momento apresentado pelo fotógrafo pretende apresentar o derradeiro ato contra a velha feira-livre, concretizado no primeiro dia da feira no novo Centro de Abastecimento, em 10 de janeiro de 1977, após meses de incerteza quanto à mudança. Seu olhar sobre esse momento revela-nos a satisfação das autoridades com o êxito da transferência

(Ilustração 7). Situados em um dos pontos mais altos do Centro, o Prefeito e sua comitiva observavam o burburinho de feirantes, a se acomodar nas novas instalações, e da população em seu reconhecimento da nova ordenação dos espaços da feira.

Ilustração 7 - O prefeito José Falcão da Silva (em segundo plano) e sua comitiva na primeira feira nas instalações do Centro de Abastecimento (1977)
Foto: Antônio Magalhães

O projeto de modernização da cidade não se restringiu, contudo, a tais mudanças estruturais. Como já o dissemos, a ampliação de uma rede de serviços locais também foi amplamente cultivada no período em curso. Dentre esses os serviços de comunicação foram especialmente estimulados por seu potencial de divulgação das mudanças, além de serem tidos em si mesmos como uma expressão dessa modernização (caso da fundação e reestruturação dos jornais Feira Hoje e Folha do Norte, respectivamente, na década de 1970). Não por acaso ainda na década de 1960 a cidade viu nascer as rádios AM Sociedade de Feira, Carioca e Cultura, e nas duas décadas seguintes pelo menos outras três rádios FM (as rádios Princesa, Nordeste e Antares). Juntas as rádios eram uma demonstração do vigor comercial da cidade, capaz de sustentá-las com seus anúncios e propagandas, ao mesmo tempo em que atestavam a ampliação e diversificação do público ouvinte, reflexo direto do aumento populacional em curso.

Ilustração 8 - Cerimônia de inauguração da 'TV Subaé' de Feira de Santana (1985)
Foto: Antônio Magalhães

Foi também no âmbito das comunicações que se deu o que certamente foi identificado pela sociedade feirense como o marco capaz de coroar o processo de modernização que se processava na cidade há mais de uma década. Em 1985, era inaugurada em Feira de Santana a TV Subaé (Ilustração 8), propondo-se a, mais que meramente repetir o sinal da TV Globo, produzir uma programação local, sobre a cidade, para ela e para Bahia. A imagem daquele momento, apresentada pelo fotógrafo, reúne o Cura da Catedral e também um dos mais reconhecidos estudiosos da história local, o Monsenhor Renato de Andrade Galvão, e três dos prefeitos da cidade: José Falcão da Silva, em seu segundo mandato (de óculos, ao centro), João Durval Carneiro (o senhor mais alto) que lhe sucederia (também para um segundo mandato) e José Ronaldo da Silva (atual prefeito, em seu segundo mandato, na extremidade esquerda). Empresários e outras personalidades políticas integram também a cena na qual o guardião da memória local conduz a cerimônia de nascimento da empresa que, esperava-se, levaria o nome de Feira de Santana, sua imagem e seu progresso ao Brasil.

A cidade que pouco mais de dez anos antes torcia para que uma simples chuva não viesse a comprometer o sinal de TV, a fim de poder assistir as finais do campeonato nacional de futebol (FEIRA HOJE, 12/12/1976: 2), ostentava agora orgulhosa a sua primeira estação de TV. A urbe agora podia dizer-se inegavelmente grande, apresentando-se dali em diante como uma referência também na construção das imagens e seus discursos sobre toda a sua região de cobertura. Mais do que a palavra, a cidade detinha doravante o poder de convencimento das imagens e da televisão.

A percepção desses eventos pelo fotógrafo, sua narrativa atenta e ao mesmo tempo diversificada, evidencia a multiplicidade de leituras possíveis da experiência urbana, pelos atores que constituem. Com efeito, seu vastíssimo acervo imagético, embora produzido

no âmbito de lide profissional diária, jamais esteve 'limitado' à perspectiva meramente econômica, sendo-lhe intrínseca a intencionalidade documental, seja no registro do evento público oficial, de um casamento ou de um batismo. Tal intencionalidade deve fazer-nos refletir então sobre as outras diversas narrativas, nem sempre conscientes de sua historicidade, presentes no quotidiano e acessíveis ao historiador profissional, chamando-nos a atenção para constante necessidade de 'procura' por tais registros, bem como para o fato de que há efetivamente outros olhares, outras leituras (não profissionais, se preferirmos) em constante gestação sobre a história no seio da sociedade, não necessariamente menos profícuas, tampouco negligenciáveis enquanto expressões mesmas de uma dada historicidade.

Referências:

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. *Origem e povoamento de Feira de Santana*: um estudo de história colonial. Salvador, 1980. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal. *Histórico*. Disponível em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/histórico.htm>. Acesso em: 02 maio 2007.

FEIRA HOJE. *Feira lidera a economia baiana*; *Crescimento de Feira é evidente*; *Diretor da Manchete visita Feira.* Feira de Santana: 18 set. 1976. p. 3.

FEIRA HOJE. *Será?* Feira de Santana: 12 dez. 1976. p. 2.

OLIVIERI-GODET, Rita. *A poesia de Eurico Alves*: imagens da cidade e do sertão. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernização: entre o passado e o futuro (1808-1913). In. MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

SILVA, Aldo José Morais. *Natureza, civilidade e comércio em Feira de Santana*: a construção de identidade social no interior da Bahia (1832-1937). Salvador, 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

SOUZA, Anlene Gomes de. O estrangeiro e a cidade: o Rio de Janeiro e o imaginário da viagem. *Projeto História*. n. 13, p. 189-198, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Documentos, Cacos Cerâmicos e Fragmentos de Memória: Os Tremembés Descalços sobre Mosaicos de suas Histórias.

Jóina Freitas Borges*

Resumo: A partir da experiência de uma semana de aula entre professores das escolas diferenciadas indígenas tremembés, quando foi apresentada a dissertação *Sob os areais: arqueologia, história e memória*, este trabalho procura explorar as relações entre a pesquisa em história, seu ensino, a interdisciplinaridade, a sua aplicação no cotidiano e na luta pela demarcação da terra. Uma das questões pertinentes é como o trabalho da academia é recebido pelos descendentes dos sujeitos do processo histórico em estudo, e como eles redimensionam o papel da história nas suas vidas.
Palavras-chave: Tremembés – História – Memória.

Resumé: En prennant comme répère l`expérience d`une semaine de classes parmi des professeurs d'écoles différenciées indigènes tremembés, lorsque la mémoire *Sob os areais: arqueologia, história e memória* a été présentée, ce travaill cherche exploiter les relations entre la recherche en histoire, son enseignement, l`interdisciplinarité, leur application dans le quotidien et dans la lutte pour la démarcation de la terre. Une des questions pertinentes est celle de l`accueil du travaill de l`academie par les descendents des sujets du procès historique en étude, et la manière comment ils redimensionent le rôle de l`histoire dans leur vies.
Mots-clefs: Tremembés – Histoire – Mémoire.

Curso Pé no Chão

> *"[...] Aquelas fotos [...], sobre o sítio arqueológico lá, quando a gente viu, pelo menos eu, eu senti tipo uma saudade de um povo que a gente nunca viu, e que dá vontade da gente buscar mais conhecimento ainda... [...]".*
>
> Maria Andreína dos Santos

A frase em epígrafe foi expressa após uma semana de aulas entre os índios tremembés[1], quando se apresentou a eles a dissertação de mestrado *Sob os areais:*

---

* Aluna do Curso de Doutorado em História Social da Universidade Federal Fluminense com o projeto: *Os senhores das dunas: táticas, estratégias e autonomia tremembé nos séculos XVI e XVII.*

[1] Segundo dados arqueológicos e documentos escritos (BORGES, 2006), os tremembés ocupavam quase todo o litoral setentrional brasileiro desde aproximadamente o século XIII até o final do século XVII. Eles viviam basicamente da pesca, da caça e da coleta e não conheciam a agricultura. Comercializaram especialmente madeira e âmbar-gris com europeus até o início do século XVIII, quando foram aldeados em Almofala (CE) e

arqueologia, história e memória (BORGES, 2006), cuja problemática de estudo analisa as interpretações de um espaço arqueológico a partir de fontes orais, escritas e arqueológicas. Após defendida a dissertação, surgiu a idéia de apresentá-la aos tremembés, descendentes dos sujeitos do processo histórico em estudo, como disciplina introdutória ao curso de Magistério Indígena Tremembé Superior[2] a ser ministrado na própria aldeia, localizada no município de Itarema, no Ceará: um "curso pé no chão", como o chamou o cacique João Venança.

O público alvo foi o de trinta e nove professores tremembés que acabavam de receber o diploma do curso de ensino médio, ministrado na Escola Indígena Diferenciada Maria Venância da aldeia da praia de Almofala, expedido pela Secretaria de Educação do Ceará.

A metodologia da disciplina empregou aulas expositivas, exibições de filmes e fotos, além da análise de documentos e mapas do século XVII, após o que eram feitas discussões e produções escritas em grupos, apresentadas em seguida para debate em plenária. A participação de alunos e convidados (lideranças indígenas tremembés de várias localidades) foi devidamente documentada em vídeo.

A primeira atividade desenvolvida foi a produção de um texto que dissertasse sobre o conceito de história e como eles narrariam a história tremembé. O conceito, fortemente vinculado ao de narrativa e de verdade, foi trabalhado com certa dificuldade, ao contrário da construção da própria história, onde foram enfatizados o espaço, a tradição, a identidade e a escola indígena diferenciada.

A referência ao território foi o ponto comum citado por todos os grupos. Ao se auto-definirem, o território entrou como elemento que compõe a identidade: "Nós tremembé de Almofala, estamos situados no município de Itarema. Nossos antepassados contam que antes dos posseiros chegarem eles habitavam da Serra da Ibiapaba ao Maranhão, vivendo basicamente da caça, da pesca e de frutos". Eles definem a história tremembé não só pela presença no território, mas também pela luta constante pela terra, "[...] viviam tranqüilos até o português chegar [...]" em um território que era "[...] quase todo o litoral brasileiro [...]".

O espaço territorial foi a categoria mais evocada pelos professores, não somente porque eles estão em processo de luta pela terra, mas também porque a história, sendo uma construção que "instaura" uma realidade, é capaz, também, de definir um espaço social. Se para eles história "[...] é tudo aquilo que aconteceu [...]", é um "[...] acontecimento real e

---

Tutóia (MA).

[2] Ainda não regularizado.

verdadeiro [...]", há, portanto, na história que relata a sua posse sobre aquele espaço, a legitimação não só do território, mas também do grupo.

As construções da arqueologia: o que dizem os cacos

O cronograma das aulas procurou seguir a mesma ordem do projeto de pesquisa da dissertação: a motivação inicial através do sítio arqueológico, a pesquisa bibliográfica, a ampliação das fontes através da história oral e a investigação das fontes escritas sobre os tremembés, utilizando mapas, documentos e relatos de cronistas.

Seguindo a metodologia da disciplina, os tremembés conheceram, através de várias fotos, o sítio arqueológico Seu Bode, localizado no litoral do Piauí, local de uma aldeia tremembé nos séculos XIII ao XVII (BORGES, 2006). Foi analisado não só o sítio, mas também a utilização das fontes arqueológicas na construção da história de povos que não deixaram relatos escritos.

Muitos professores conheciam locais semelhantes ao sítio, ou pelo menos tinham ouvido falar dos mais velhos, mas não sabiam como eram importantes as informações que as "taperas" antigas podiam fornecer através dos estudos arqueológicos: "[...] Aprendi até o significado e a importância que tem o sítio arqueológico, por conta que eu tinha mais ou menos uma idéia, mas eu não sabia que a riqueza era tão grande [...]" (Raimunda Marques do Nascimento).

O pajé Luís Caboclo contribuiu com a sua interpretação sobre as pinturas rupestres, salientando a importância dos vestígios arqueológicos como marcas para a posteridade de culturas que já não existem mais:

> *[...] Essa nossa tradição, vai chegar um dia em que ela vai se acabar! Vocês vão mudar, vão virar outro povo. [...] É porque vai chegar outro povo aqui no nosso meio, e vai mudar essa cultura, as nossas danças, a nossa tradição. Mas nós vamos deixar escrita [enfático] pro resto da vida, pra vocês verem a cultura da nossa tradição. É por isso que foi escrito, eles escreveram [os povos que deixaram as pinturas rupestres], e aí tá pro resto do tempo... e quem sabe pra que é? [...] senão quando chegar um certo tempo ninguém sabe mais, as pessoas não sabe mais, não conhece... isso é coisa milenar.*

Entre os professores indígenas, a análise do sítio arqueológico centrou-se na descrição dos vestígios, na localização espacial e no nomadismo dos seus ancestrais. Salientaram uma movimentação nas zonas litorâneas, ocorrendo, contudo, trocas com os "parentes" do interior que praticavam a agricultura. É predominante a noção de que seus

antepassados viviam basicamente da caça, pesca e coleta de frutas, comungando com as informações arqueológicas.

Recorrente foi a hipótese de abandono do lugar devido à escassez de alimentos. Um dos grupos citou a possibilidade das dunas carregadas pelos ventos terem invadido a antiga aldeia onde hoje se localiza o sítio arqueológico Seu Bode. Há certo consenso de que seus antepassados só sairiam dos seus territórios se de alguma forma eles fossem expulsos: "[...] viviam aqui sem perseguição de ninguém [...]", "[...] viviam tranqüilos até o português chegar [...]". Essas interpretações pautam-se em uma experiência muito próxima que tem fortes conseqüências na história atual dos tremembés. A memória social é marcada por um evento vivido por pais e avós: o encobrimento da igreja e do povoado de Almofala por dunas carregadas pelos ventos.

Memórias Sob os Areais

A construção da primeira igreja de Almofala deu-se em 1702, era feita de taipa e coberta de palha. Em 1712, iniciou-se a construção de uma igreja em alvenaria em estilo barroco, a qual foi totalmente concluída em 1758. Segundo Souza (1983: 38), a relação entre os tremembés e a igreja se aprofundou a ponto de existir "[...] verdadeira veneração pelas imagens dos santos [...]". No ano de 1897 uma duna de areia passou a avançar sobre a igreja e parte do povoado. As areias cobriram-na completamente (a igreja) e grande parte do povoado de Almofala. Os tremembés, então, tiveram que migrar para outras regiões.

Quarenta e cinco anos depois, quando o vento passou a deslocar a duna outra vez, a igreja voltou a aparecer. O local do povoado passou a representar um espaço de resistência e de afirmação étnica, pois à medida que o povoado ia sendo descoberto pelas dunas, posseiros "brancos" também ocupavam o lugar, disputando, assim, o espaço com os índios.

Desde 1978, além dos posseiros, eles têm por adversária uma empresa de produtos alimentícios derivados do coco. Esta empresa adquiriu propriedades na região e estendeu seus coqueirais pelas lavouras e quintais dos indígenas. Segundo os tremembés, suas terras foram invadidas por tratores, cercas foram erguidas espremendo-os em locais diminutos, deixando-os sem condições de realizarem atividades agrícolas. O litígio se intensificou e eles lutam até hoje por suas terras. As cenas da invasão estão presentes na memória dos jovens de hoje, como relata João Evandro Marciano:

> *[...] Quando eles instalaram, começaram a passar o trator por cima das casa, inclusive a casa que eu morava lá. Eu ainda lembro quando eu era pequenininho ainda, inclusive eu vi quando o cercado do papai tava cheio de roça, o trator foi entrando, por dentro né? Então virava a roça, virava mandioca, depois eles passaram por cima da casa... Tudo aquilo era uma cena [...].*

A citação acima fez parte de um dos desabafos catalisados pelo filme *Os Narradores de Javé*, exibido durante o curso. A história dos moradores do fictício povoado Javé, foi associada à deles. Como muitos observaram, a história se repetia, e de alguma forma, o conhecimento tinha que ser aproveitado, para que ela não continuasse se repetindo. João Evandro Marciano observou que a ignorância dos personagens do filme foi um dos fatores responsáveis pela sua derrota e foi logo levantando a seguinte bandeira: "[...] Eu acho mais é que a gente tem que se deter na pesquisa a partir de agora [...]".

Os jovens professores tremembés fizeram relatos emocionados, como o de Maria Vicença C. Neta:

> *Eu lembrei que nós também passamos por aquele dito sofrimento. Na época eu podia ter assim uns onze anos, mas eu lembro muito bem do que a gente passou. Tanto que quando eu vejo esses filmes, essas coisas assim, eu fico muito emocionada... Sabe que eu lembro tudo né? Que eu lembro muito bem que veio um recado [...], para os moradores de lá, dizendo que só dava quatro dias pra todos os moradores se retirar. Se não se retirasse durante aquele período, o trator vinha, passava por cima das casas dos moradores [...] Então eu achei parecido a nossa história com a do filme. A diferença é que a do filme teve um final muito triste, o final deles não era pra ter sido aquele, era pra eles ter tido vitória. E nós ainda não passamos por esse problema. Não estamos livres, por quê? Porque nossa terra ainda não está demarcada. Mas nós tem fé, né? Nós acreditamos que o nosso final não há de ser igual ao do filme, há de ser um final melhor.*

Em um dos momentos do filme é retratada a "divisa falada", quando um dos personagens "grita" quais são os limites de Javé, após árdua caminhada em busca da terra almejada. João Evandro Marciano imediatamente fez a analogia com o que acontecia em Almofala, observando:

> *[...] Da mesma forma, no meu entendimento, aconteceu, por exemplo, aqui com os tremembé. [...] Ou seja, o pessoal dos Patos [uma localidade próxima], os brancos, né? Aqueles outros lá que se diziam ser os donos da terra... Eles também... Quando ele olhava e via a fraqueza de conhecimento dos nativos, então ele dizia assim: [...] aquela área todinha ali pertence agora a mim. E foi isso o que ele fez. Pegou, vendeu toda a área que não era dele, não era dele, era, é da gente, é dos nativos, é tremembé, e aí se apoderou e construiu o que foi construído [...].*

O objetivo de apresentar o filme foi o de explorar o valor da oralidade como fonte histórica. Após a exibição e discussão, pediu-se aos tremembés que entrevistassem suas

lideranças, de modo a obter mais informações sobre sua história. Nos trabalhos apresentados pelos grupos, foi muito forte a menção à importância de obter esses conhecimentos para fortalecerem a sua luta.

Outro ponto que merece ser ressaltado diz respeito à maneira como eles passaram a valorizar o conhecimento dos mais velhos, das lideranças indígenas, no sentido de ser um conhecimento genuíno para compor a sua história escrita: "Eles nos contam coisas que os livros que já estudamos jamais falam [...]"; "Essas histórias que ouvimos dos mais velhos nos ajudam a fortalecer nossa cultura e também para construir uma história escrita [...]". Perceberam que muito do que sabiam da própria história vinha dos conhecimentos dos mais velhos: "[...] se não fosse a oralidade dos mais velhos, uma grande parte de nossa história teria sido esquecida [...]".

Dando seguimento à proposta da disciplina, após o trabalho com as fontes orais foram apresentadas as fontes escritas.

Indignando-se com os Documentos Escritos

Um dos documentos que gerou maior discussão foi a carta-régia de 1697 que "doava" aos indígenas, em sesmaria, terras situadas na costa entre o Ceará e Maranhão (BIBLIOTECA NACIONAL, 1948).

Após a leitura da carta-régia, Raimundo Henrique dos Santos levantou de sua cadeira e questionou:

> *[...] Eu imagino é que estas terras eram dos povos indígenas, e por que que o rei tava doando estas terras pra eles? [...] Por que que ele fazia isso? Já que as terras eram nossas, por que o rei tava doando essas terras pra nós próprios? Por que isso?*

João Evandro Marciano respondeu ao colega comparando com a sua realidade atual:

> *[...] A empresa [...], na verdade, ela não chegou assim, espancando de uma vez. Ela chegou do mesmo modo que chegou os colonizadores com relação aos índios tremembés naquela época, né? Então eles chegaram devagar, com calma, botou briga de índios com índios. E se você tiver uma idéia, isso ainda hoje permanece, de forma mais pacífica, mas permanece [...] Eu acho que a gente tá vivendo um desafio, no entanto, parecido com esse desafio que [...] a professora acabou de citar pra gente, né? Isso acontecia nessa época. Eles começaram a convencer as comunidades: "Olha a gente vai... vocês vão ganhar colégio pra estudar, vocês vão ganhar casas pra morar, e vocês vão ser a peça chave [enfático], ou seja, vocês vão ser agora trabalhadores, vocês vão pegar em dinheiro" [fez o gesto com os dedos indicador e polegar] [...].*

Segundo Evandro, tanto os colonizadores dos séculos passados, como os empresários de hoje, com suas "doações", com seus discursos de inserção na "cultura civilizada", procuraram convencê-los com artimanhas, antes de aplicarem a força física. A sua análise remete às circunstâncias parecidas quando seus antepassados trocavam pau-brasil por facas, foices, e quinquilharias. Na história recente, contudo, os objetos de interesse eram as suas terras e força de trabalho, sendo a moeda de troca os encantos e as facilidades da vida moderna.

Raimunda Marques do Nascimento fechou a discussão aliando passado, presente e futuro:

> *Eu tô vendo assim: A gente lê documentos de não sei quantos tempos atrás. De muito tempo atrás, um século, dois séculos, três séculos... Aí a gente fica vendo tudo como era. E fica perguntando assim: Esse povo, quem era? Aí foi constatado em tal canto que era tremembé, a pesquisa mostrou isso, era tremembé, era! Os tremembé foram pra onde? Se mudaram. E voltaram de novo! Que somos quem? Somos nós, essa geração nova que tá aqui, que tamo vivendo no cotidiano a mesma situação que os nossos parentes, os nossos antepassados passaram há séculos atrás! Nós tamo aqui! Lutando, apenas passando um filme, né? Voltando [fez sinal de retrocedendo com as mãos]. Pra gente realmente poder rever o que aconteceu, pra poder daqui pra frente a gente ver se nós vamos ter, realmente, força, de darmos continuidade, pra que no futuro essa mesma história seja revista, de novo, como tá vendo agora. E que possa, realmente, ter um futuro assim... Uma vantagem: A gente viu isso, aconteceu isso, e nós mostramos mesmo assim: Quinhentos anos se passaram, passou, e nós tamos aqui! E vai chegando, e mais quinhentos anos, tudo de ruim aconteceu! Mas no meio dessa ruindade toda que aconteceu, a gente continua sobrevivendo.*

Considerações Finais

Os instrumentos lhes foram dados, e em vez de realizarem uma interpretação nostálgica, ou pessimista, no sentido de sempre estarem do "[...] lado errado da história [...]" como colocam Herberich-Marx e Raphael (1985 apud POLLAK, 1989: 9), eles procuraram construir uma história que lhes servisse à luta.

Incitados a analisar sítios arqueológicos, documentos e a questionar as memórias de suas lideranças indígenas, os tremembés observaram as rupturas e as continuidades do processo histórico. Despertaram para uma história que eles próprios poderiam escrever, se livrando das amarras de uma história oficial que não dá espaço para os personagens comuns. Sentindo a tal da "saudade de um povo que a gente nunca viu", firmaram o compromisso de escrever a própria história, de ensiná-la, eles próprios, a suas crianças.

Se durante alguns anos eles sequer se diziam tremembés, num silêncio que não era esquecimento, mas resistência, gestão de memórias e histórias subterrâneas, agora eles procuram revalorizar a sua história, enriquecendo-a, a partir do presente, com elementos que remetam à luta atual.

O consenso final foi o de que a história deve funcionar de maneira pragmática, como essa "vantagem" de que falou Raimunda. Vantagem de conhecer o passado, de entendê-lo, de procurar seus pontos de flexão, para que a história seja revista, para que o final não continue o mesmo, como almejou Maria Vicença.

Professores Tremembés

Ana Cristina Cabral
Ana Lúcia Jacinto
Claudevanda dos Santos
Elardo Alves Lisboa
Francisco Cabral M. Júnior
Francisco Elisnaldo de Sousa
Jacinta Santos Silva
Janete Sousa Miranda
João Evandro Marciano
José Getúlio dos Santos
José Robério Guilherme
Luiz Henrique dos Santos
Manoel Apolinário Félix
Manoel Xavier do Nascimento
Márcia Maria Matias
Maria Andreína dos Santos
Maria Aurilene Holanda
Maria Aurineide Pequeno
Maria da Conceição Moura
Maria das Graças Moura dos Santos
Maria Gilsa do Nascimento
Maria Joelma Félix
Maria Liduína dos Santos
Maria Lucélia Jacinto
Maria Lucilene Martins Santos
Maria Neide Teles
Maria Piedade dos Santos
Maria Vicença da C. Neta
Maria Vilca dos Santos
Raimunda Marques do Nascimento

Raimundo Eudes dos Santos
Raimundo Felix
Raimundo Henrique dos Santos
Rita de Cássia Siqueira
Rita Félix Jacinto
Rocilene Barbosa dos Santos
Rosa Helena
Rosângela Reinaldo Siqueira
Sebastião Ovildo dos Santos

Referências Bibliográficas

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional.* Livro Grosso do Maranhão, 1647-1745. v. LXVI. Rio de Janeiro, 1948. (Documentos diversos).

BORGES, Jóina Freitas. *Sob os areais: arqueologia, história e memória*. Teresina: UFPI, 2006. (Dissertação de mestrado digitada).

OS NARRADORES de Javé. Direção: Elaine Caffé. Produção: Vânia Catani e Bananeira Filmes. Brasil: Lumière e Riofilme, 2003. 1 dvd 100 min.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SOUZA, Maria Bruhilda Telles de. *Mitos e símbolos na migração praiana:* o caso de Almofala. Fortaleza: UFC, 1983. (Dissertação de mestrado digitada).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Gregório Magno e o estatuto da imagem no ocidente cristão
uma introdução historiográfica

Lucy Cavallini Bajjani*

Resumo: A epístola de Gregório o Grande a Serenus, bispo iconoclasta de Marselha, datada do ano 600, deu à cristandade ocidental a justificativa para a existência das imagens. Escrita em um momento no qual se lutava contra a idolatria pagã, a carta continha a idéia de que uma das funções das imagens é a de ensinar aos iletrados o que está escrito na Bíblia, idéia que foi retomada durante os séculos seguintes, e que perdurou, pelo menos, até o século XII. O objetivo desta comunicação é fazer uma breve introdução historiográfica desta epístola, e iniciar uma reflexão sobre sua recepção no mundo carolíngio, através dos *libri carolini*.
Palavra-chave: Gregório o Grande – imagens – *libri carolini.*

Resumo: L' epître que Gregoire le Grand à écrite à Sérénus, évêque iconoclaste de Marseille, datée de l'an 600, a donné à la chrétienté occidentale la justificative pour l'existence des images. Écrite à un moment où l'on se battait contre l'idolâtrie païenne, la lettre contient l'idée que l' une des fonctions des images est celle d'enseigner aux illettrées ce qui est écrit dans la Bible, idée reprise aux siècles suivants, et qui a duré, au moins, jusqu'au XIIe siècle. Cette communication propose une breve introduction historiografique de cette epître et amorce une réflexion sur la façon dont elle a été réçue dans le monde carolingien à travers les *libri carolini*.
Palavra-chave: Grégoire le Grand – images – *libri carolini.*

O tema desta comunicação é parte de nossa pesquisa que se inicia, cujo objeto é uma das epístolas escritas entre os anos 599 e 600 por Gregório o Grande (590-604) ao bispo Serenus de Marselha. Aqui, apresentamos uma breve introdução historiográfica sobre o assunto.

Começo este texto justificando o uso da palavra "imagem" em lugar de "arte" no título. De acordo com Jerôme Baschet (2006:481), por exemplo, "imagem", se adapta melhor à produção artística medieval do que "arte", já que essa última nos remete a um conceito forjado entre o Renascimento e o século XVIII, muito mais próximo à nossa realidade do que daquela vivida pelos homens da Idade Média. Para Baschet, portanto, falar em "arte" para se referir à Idade Média - período no qual a noção operatória da imagem não é a mesma que a atual - seria um anacronismo. Ainda para o autor, que, ao se referir à Idade Média, usa o

*Universidade de São Paulo, mestranda.

conceito de imagem-objeto, o próprio uso da palavra "imagem" exige cuidados, já que empregada sozinha pode ser confundida com o conceito de arte.

Por imagem, neste trabalho, entendemos aquela produzida pelos homens, ou o que Gregório chama por *omne manufactum*[1], uma vez que alguns autores como Jean Claude-Schmitt (2006: 593) afirmam que a sociedade medieval é imagética por excelência. Para ele, mesmo que nem todos os sentidos do termo *imago* sejam compreendidos por nós, esta é uma noção central para o período, que remete, não apenas aos objetos, mas às imagens mentais e de linguagem. Para François Boespflug (2002:703), imagem, ou *imago* pode ser definida como toda figuração de suporte material, e é uma marca do cristianismo, pois os cristãos, diferente de judeus e muçulmanos, "têm", possuem, imagens.

Durante toda a Idade Média, a discussão sobre a legitimidade da existência de imagens no mundo cristão dividiu opiniões. Ainda no século XII, encontramos em Suger e Bernardo de Clairvaux, opiniões bastante diferentes sobre o tema. Jerôme Baschet (2006:482) afirma que a sociedade medieval enfrentou questões sobre, quando lícito, de que tipos e para quais usos se poderia produzir imagens. Nos primeiros séculos do cristianismo, isso acontece, principalmente pela associação do culto de imagens aos cultos pagãos. De acordo com R. A. Markus (2003:57), à época de Gregório, apesar de Roma já ser radicalmente cristianizada, a situação fora dos limites da cidade nem sempre era a mesma.

A epístola que é objeto deste estudo foi escrita pelo papa Gregório. Nela, ele se posiciona contra a destruição de imagens, praticada por Serenus, que havia, de acordo com Herbert Kessler (1985:75), "destruído as imagens dos santos, com a desculpa de que não deveriam ser adoradas"[2]. A atitude do bispo, que Gregório define como intemperada, teria, escandalizado seus filhos, ao ponto que a maior parte deles se afastou da comunhão com Serenus.[3]

Apesar de ser originalmente um documento pessoal, e uma resposta especifica ao ato iconoclasta do bispo (Kessler, 1996:179), a carta adquire grande importância para as

1 Feita pelas mãos dos homens.

2 "…Bishop Serenus of Marseilles, who had 'broken the images of saints with the excuse that they should not be adored'".

3 "Haec autem dum in hoc animi tui incaute nimis motu exsequeris, ita tuos scandalizasse filios perhiberis, ut maxima eorum pars a tua communione suspenderet" Epistola XI, 10, *Registrum Epistolarum*, ed. Città Nuova Editrice, 1999.

discussões sobre imagem ao longo dos séculos seguintes. De um modo geral, os autores lidos até o momento, se preocupam mais com a recepção desta epístola ao longo da Idade Média do que com o contexto em que foi escrita.

Para Herbert Kessler (1985:76), algumas razões das releituras de seu conteúdo são sua influência agostiniana e autoridade papal. Ele afirma que o reconhecimento da imagem como instrumento de ensino da história sagrada para os iletrados não é de Gregório; dois séculos antes, Paulinus de Nola já havia pensado os ciclos narrativos como meio através do qual se podia ensinar os que não sabiam ler. Depois dele, outros também aceitaram o uso de imagens para tal fim, entre eles um contemporâneo do papa, Hypatius de Ephesus. Kessler afirma que a idéia era parte do senso comum da época. O que o papa fez foi transformar o senso comum em diretriz para a arte missionária.[4]

Em sua epístola, Gregório atribui às imagens algumas funções, entre elas, e a que ficou mais conhecida - e que segundo Kessler (1996:179), se tornou a pincipal função das imagens para o Ocidente Latino - estava a de educar ou instruir aqueles que não sabiam ler:

> *"Uma coisa é adorar uma pintura, outra coisa é aprender pela história (que conta a) da pintura o que deve ser adorado. Pois o que a escrita fornece aos que lêem, é o que dá a pintura aos ignorantes (idiotis), porque nela os ignorantes devem ver o que devem seguir, nela lêem os que não conhecem as letras; daí, sobretudo, para os gentios, ser a pintura como uma leitura"*[5].

O contexto em que foi escrita, é

> "…marcado pela preocupação de conversão dos pagãos e pela necessidade de defender a imagem nas circunstâncias criadas pela iconoclastia de Serenus. É por isso que o papa deve legitimar a imagem, aproximando-a da única fonte de verdade reconhecida por todos: as Escrituras. " (Bachet, 2006:484)

Além de instrumento no ensino das histórias sagradas aos iletrados, Gregório atribui às imagens[6], segundo Didier Méhu (2006:191), as funções de tornar visível o invisível – pensamento que será retomado por Hugo de São Vitor séculos mais tarde – apelar à emoção, e, por isso deveria ser executada com cuidado, e, assim como a escrita e a palavra, ensinar as verdades fundamentais.

---

4 "Pope Gregory, however, tranformed the ancient commonplace into a directive for missionary art".
5 "Aliud est enim picturam adorare, aliud per picturae historiam quid sit adorandum addiscere. Nam quod legentibus scriptura, hoc idiotis praestat pictura cernentibus, quia in ipsa ignorantes uident quod sequi debeant, in ipsa legunt qui litteras nesciunt; unde praecipue gentibus pro lectione pictura est."
6 Não no mesmo documento.

O fato de pensar a imagem como possibilidade de via de conhecimento da história sagrada pelos iletrados, não significa que Gregório atribui a esta o mesmo estatuto que à letra ou à palavra. A escrita, de acordo com Michael Camille (1996:91), é um sistema de comunicação superior, e ambos são caminhos para o objeto de veneração: Deus. Dois séculos mais tarde, Teodulfo de Orléans, um dos autores dos *libri carolini*, afirma que o uso de imagens, desenvolvido entre os pagãos, não pode ser equivalente aos livros das leis sagradas, já que é a partir destes que os cristãos são instruídos da doutrina espiritual (Kessler, 1996:180).

A atribuição às imagens da função de instruir os iletrados, será retomada, mais de uma vez, para justificar a sua produção até o fim da Idade Média. Mesmo para aqueles que se opunham a elas, como Bernardo de Clairvaux, a idéia de que podiam representar a história sagrada serviu de argumento para que se permitisse o seu uso pelos cristãos (Kessler, *idem*).

O conteúdo da carta foi muitas vezes relido e reelaborado de acordo com o momento histórico em que isso ocorria. Aqui, citamos alguns trabalhos sobre essas reapropriações.

Michael Camille, no artigo *The Gregorian definition revisited: writing and the medieval image*, dedicado a essas retomadas, pensa a recepção da carta, desfazendo a confusão que atribui ao papa, erroneamente, a expressão de "Biblia dos iletrados", que, segundo ele, só surge no século XIII, escrita por Alberto, o Grande. A confusão se dá na troca do que Gregório teria chamado de *litteras*, que, ao contrário do que se crê, não se refere à palavra escrita, mas ao que Isidoro de Sevilha teria chamado "formas indicando vozes", e, portanto, a palavra dita. Camille (1996:93) afirma que o que Gregório deu a entender em sua carta a Serenus, é que as imagens não devem ser tão associadas com o texto escrito, mas com a leitura, *lectio*, como arte vocal[7].

Camille se propõe pensar, na contramão de outros estudos, como as imagens iniciam novos textos. A perspectiva do autor se diferencia pois, em sua maioria, os estudos de imagem durante a Idade Média focam como o texto dá suporte à imagem.

7 "What Gregory meant in his letter to Serenus, is that images are not to be associated so much with writing as text, but reading, *lectio* – as vocal art."

Na continuação do artigo, o autor escreve sobre as releituras da epístola em outros dois períodos, que chama por *High* e *Late Middle Ages*. Neles, acontecem as mudanças mais interessantes quanto ao estatuto da imagem, apontadas pelo autor. De acordo com ele, na "Alta Idade Média", entre os séculos XII e XIV, a carta é retomada não para elevar a função das imagens, mas porque o estatuto do texto muda, e este se torna um importante modo de comunicação. Na "Idade Média Tardia", o próprio Gregório Magno se torna foco de uma pintura sobre o estatuto da imagem, em um quadro que apresenta uma visão durante a missa rezada pelo papa. Entre os séculos XIV e XV - momento em que a imagem se torna fonte de autenticidade em lugar do texto -, a figura de Gregório, ou sua representação, passa a ser associada a imagens miraculosas,.

Se a existência de imagens no cristianismo teve que ser, ao longo dos anos, incorporada e aceita, para Kessler (1996:188), o fato de cristãos poderem representar Deus, os difere dos judeus, uma vez que os primeiros viram Deus através de Seu Filho, e, portanto, podiam representá-lo em sua forma carnal. Em um outro texto, o mesmo autor escreve que o movimento do texto para a imagem (Kessler, 2004:92) recapitulava aquele da aliança. escrita dos judeus para a Encarnação visível dos cristãos,[8] sendo, dessa forma, uma atividade espiritual.

Kessler (1996: 194) afirma que, por volta do século XII, a função da imagem já não está restrita àquela proposta por Gregório. Isso não significa dizer que não se recorressse mais a seu texto, ao contrário, entre os escolásticos ainda se pensava nas imagens como instrumento na recordação de eventos passados, mas não como meio de elevar a mente em direção a Deus. Isto quer dizer, sim, que, apesar de uma desconfiança que persistiu através dos séculos, a imagem, e a própria representação do Deus enquanto Homem, adquirem um significado diferente no século XII. No período, também, outras questões, muitas vezes de cunho mais teológico, se colocam ao uso de imagens.

No século IX, o texto de Gregório foi apropriado na elaboração dos *libri carolini*, escritos em 794 em resposta ao segundo concílio de Niceia, do ano de 787. Este último "reabilita por uma primeira vez no Oriente o o culto às imagens". (Baschet, 2006:483). J.-C-

8 "…recapitulated the abrogation of the written covenant of Jews to the visible Incarnation of the Christians".

Schmitt (2006:400) escreve sobre a repercussão do concílio em Aix-la-Chapelle, onde o imperador se posiciona contra a iconoclastia. O resultado dessa oposição são os *libri carolini*:

> *"O segundo concílio de Nicéia, de 787, que deu aos adoradores de imagens uma vitória momentânea, repercutiu em Aix-la-Chapelle, levando o imperador a posicionar-se contrariamente aos adoradores de imagens e à iconoclastia. Em 794, reuniu em Frankfurt um concílio que discutiu o status das imagens. As discussões resultaram em um texto célebre, a Capitulare de imaginabus, mais conhecido com Libri Carolini, cujo conteúdo reúne uma série de princípios e critérios que passaram a regulamentar a elaboração das imagens".*

De acordo com Ann Freeman (1957:663), que se dedicou ao estudo da autoria dos *libri carolini*, o posicionamento de Carlos Magno e seus teólogos contra as decisões do Concílio, teria sido fruto de uma tradução mal feita dos documentos do mesmo, que fez com que houvesse uma falta de entendimento dos problemas da iconoclastia pela corte o imperador.

No artigo *Evangelhos Carolíngios Iliminados*, Maria Eurydice Ribeiro (2005:400), em uma referência a Jean Wirth, afirma que há nos *libri carolini* o reconhecimento do valor pedagógico da imagem, e que a representação de retratos sagrados, só é aceita quando em ciclos narrativos. Por outro lado, o texto nega à imagem valor espiritual. A afirmação é confirmada por Joachim Gaehde (2002:158), que escreve que os *libri carolini* reconheciam a função didática e estética das imagens, mas rejeitavam sua veneração, que havia sido confirmada no concílio de Nicéia.

Como foi escrito a primeira página deste texto, a pesquisa está no início. Ao longo de seu desenvolvimento temos por objetivo focar o estudo na epístola de Gregório o Grande, e pensar sua recepção no reino franco, inclusive na sua retomada pelos teólogos de Carlos Magno nos *libri carolini*.

Referências Bibliográficas

BASCHET, Jérôme, *A civilização feudal – Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BOESPFLUG, François, verbete "Images" in *Dictionaire du Moyen Âge*, org. C. Gauvard, A. de Libera e M. Zink. Paris: Presses Universitaires de France: 2002.

CAMILLE, Michael, "The Gregorian definition revisited: Writing and the medieval image",

in *L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval*, org. J.-C. SCHMITT et J. BASCHET. Paris: Le Léopard d'or, 1996 (Cahiers du Léopard d'or, 5).

FREEMAN, Ann, "Theodulf of Orleans and the libri carilolini" in *Speculum – a journal of mediaeval studies,* 1957 (número 32).

FREEMAN, Ann, "Further Studies in the *libri carolini* III. The marginal notes in Vaticanus Latinus 7207" in *Speculum – a journal of mediaeval studies*, 1971 (número 46).

GAEHDE, JOACHIM E., "A Iluminura Carolíngia" in *História Artística da Europa*, org. G. Duby e M. Laclotte. São Paulo: Paz e Terra, 2002

KESSLER, Herbert L., "Pictorial Narrative and Church Mission in Sixth-Century Gaul", *Pictorial Narrative in Antiquity and the Midle Ages. Studies in the History of Art.* National Gallery of Art, 1985.

KESSLER, Herbert L., "The function of *vitrum vestitum* and the use of *material saphirorum* in Suger's St. Denis", in *L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval*, org. J.-C. SCHMITT et J. BASCHET. Paris : Le Léopard d'or, 1996.

KESSLER, Herbert L., Seeing Medieval Art. Canada: Broadwiew Press, 2004.

MARKUS, R.A., *Gregory the Great and his world*. Cambridge University Press, 2003.

MÉHU, Didier, *Gratia Dei: A Journey Through the Middle Ages*. Quebec: Éditions Fides, 2004.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros, "Evangelhos Carolíngios Iluminados: entre a História e a História da Arte" in *Relações de Poder, Educação e Cultura na Antigüidade e Idade Média. Estudos em Homenagem ao Professor Daniel Valle Ribeiro I CIEAM – VII CEAM*, org. Ruy de Oliveira Andrade Filho. Santana de Parnaíba, SP: Editora Solis, 2005.

SCHMITT, Jean-Claude verbete "Imagens" in *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, org. J.C. Schmitt e J. Le Goff. Bauru, SP: 2006

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Indaiatuba, 1910: a cidade vista através das memórias do músico Nabor Pires de Camargo

Adriana Carvalho Koyama*

Resumo: O texto relata uma experiência de educação patrimonial para crianças do Arquivo Público de Indaiatuba (SP). Tomando como referência as memórias do músico Nabor Pires Camargo (1902-1996) e documentos do arquivo, a experiência compõe-se, inicialmente, de uma exploração do acervo do arquivo, inclusive do Fundo Nabor Pires Camargo, com seus documentos escritos, manuscritos e impressos, discos em vinil, partituras ilustradas, contratos de trabalho, cartas e objetos pessoais. Em seguida os estudantes são convidados a participar de um jogo no qual, em equipes, terão propostas de investigação a desenvolver, debruçando-se sobre reproduções destes documentos. O jogo estimula diferentes aproximações destas fontes, que dialogam e remetem à cidade de Indaiatuba do início do século XX, vislumbrada a partir da escola, do trabalho e das brincadeiras infantis.
Palavras-chave: Arquivo Municipal; Educação Patrimonial; Memória.

Abstract: The article describes an experience of heritage education carried out on the Indaiatuba local Archives (SP). First, the students are guided to a tour inside the archive, observing its founds, exploring maps, written records, newspapers, photos, letters and the personal records of Nabor Pires Camargo, a musician that was born in Indaiatuba at the beginning of the twentieth century. After this exploring activity, they are invited to a historical investigation game analyzing extracts of the musician childhood memories combined and copies of documents. The objectives of these educational activities are to propose a fresh approach to the archival resources as educational materials and to contribute to the local heritage preservation.
Keywords: Local Archives; Heritage Education; Memory.

Esse trabalho foi desenvolvido no Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, São Paulo. Seu contexto de criação é o programa de Integração Arquivo-Escola, concebido para sensibilizar o público das escolas locais em relação à importância da existência e divulgação das finalidades do arquivo público municipal.

O Arquivo pertence à Fundação Pró-Memória de Indaiatuba (FPMI), autarquia municipal criada em 1994 com o compromisso de organizar o Arquivo e o Museu municipal, bem como de zelar pelo patrimônio histórico-cultural da cidade, abrigando também o Conselho de Preservação do Patrimônio municipal. No momento de sua criação as questões

* Historiadora e Arquivista da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.

sobre a memória estavam no topo da agenda, no rastro da redemocratização e da rearticulação da sociedade civil (Rodrigues, 2000:121-144). Ulpiano Bezerra de Meneses (1992:17), refletindo sobre a memória, aponta a importância dos suportes materiais para a lembrança. Segundo ele,

> *são necessários aos trabalhos da memória os seus mecanismos --suportes, vetores e referenciais, seus conteúdos ou representações e os agentes e suas práticas. As principais categorias de suporte são a linguagem, o corpo, as cerimônias e os objetos materiais.*

Ulpiano aponta o conceito de lugares da memória, de Pierre Nora, como articulador de práticas, agentes, referenciais e conteúdos da memória, constituindo um ponto de condensação de sentido material, simbólico e funcional. A concepção da FPMI é, claramente, a de constituir-se como lugar da memória, em seu sentido amplo de articulador entre espaços concretos e simbólicos. Além dos fundos e coleções particulares recebidos regularmente, a FPMI faz um trabalho sistemático de coleta de depoimentos de história oral, simultâneo à publicação periódica de livros de memórias sobre a cidade. Entre suas ações de educação patrimonial, está a criação de um percurso histórico pela cidade, oferecido para as escolas locais, e o programa de Integração Arquivo-Escola, em que os alunos vão ao arquivo para conhecer suas atividades. É esse o quadro institucional em que foi criado o jogo que descreverei a seguir.

Sua proposta compartilha a visão de que a aprendizagem da noção de tempo necessita de experiências de ensino que trabalhem relações causais, de sucessão, duração e transformação. Nessa perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem de primeira a quarta séries deve procurar construir com a criança as noções de causalidade e tempo histórico. Estas noções, por sua vez, dependem do exercício das noções de duração e seriação (sucessão). Vejamos como o ensino de história é visto por Dutra (2001:3):

> *Assim, se é a partir da relação presente/passado que se desvelará a historicidade dos acontecimentos evidenciando as mudanças, as permanências, as transformações e rupturas, tal relação não poderá, no entanto, prescindir do desenvolvimento das noções de ordenação/sucessão, duração e simultaneidade que possibilite estabelecer relações temporais como: antes, depois, mais velho, mais novo, durante, ao mesmo tempo, bem como, a localização cronológica no tempo. Essas noções, por sua vez, constroem-se paralelamente ao processo de descentração.*
>
> *[...] as propostas para o ensino da história têm se fundamentado nos avanços no campo da investigação histórica que apontam para a importância do emprego do método de investigação histórica, aliado a uma perspectiva cognitiva, sociocultural no processo de ensino-aprendizagem. Ensinar e aprender História através do método de investigação possibilita a compreensão da História como construção, e não como algo dado, a ser lido e memorizado pelo aluno. Nesse contexto, torna-se premente o contato dos alunos com múltiplas fontes de pesquisa histórica (escritas, orais, iconográficas e objetos da cultura material) num permanente diálogo e*

> *questionamento que possibilitem compreender o processo de construção do saber histórico.*

Nessa mesma direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) afirmam que a conexão entre o vivido individualmente e o vivido pelo grupo de referência, que possibilita a apreensão do tempo da memória, deve ser o foco do processo de ensino-aprendizagem das duas primeiras séries do EF1, bem como um primeiro contato com os instrumentos de pesquisa do historiador: observação, descrição, entrevistas e análise de registros do passado vivido. A passagem da noção do tempo da memória coletivizada para a noção do conhecimento histórico problematizado seria o próximo passo, através do descentramento e da experiência de uso do método do historiador: pesquisas de campo, leitura de documentos, reconstrução fragmentária e refletida do passado.

Nesses parâmetros estão dois dos principais eixos das atividades do projeto: a experiência de investigação a partir de documentos do arquivo e o contato com fragmentos de memórias da cidade, que podem criar identificações e tensões em relação às experiências vividas pelas crianças, colaborando para a construção da noção de tempo por elas. O Arquivo pode ser um espaço de grande valor para esse processo de aprendizagem, uma vez que abriga documentos de vários momentos da história da cidade, em muitos suportes, sobre várias atividades da vida humana, e que suscitam perguntas sempre diversas.

Como o contato entre as crianças e o arquivo é pontual, o trabalho não pode ser desenvolvido diretamente a partir das memórias das crianças e de seu grupo de referência. Optei então por usar como guia as memórias de infância de Nabor Pires Camargo, que viveu sua infância e adolescência em Indaiatuba há cerca de um século, como forma de suscitar identificações e estranhamentos próprios do universo infantil, e provocar novos olhares sobre a cidade e sobre os registros do passado.

Ao elaborar o projeto, inicialmente percorri as histórias que Nabor conta em seu livro de memórias, Recordações de um Clarinetista, todas muito interessantes. Trazem um olhar agudo sobre a cidade, seus moradores, sua vida social, o trabalho, as brincadeiras das crianças, a banda da cidade _da qual ele fez parte por muitos anos, enfim, suas memórias iluminam o cotidiano da vilazinha no começo do século XX. A partir dessa narrativa fui buscando, nas coleções de fotografias do arquivo, imagens que remetessem aos espaços que ele descrevia e fragmentos de situações descritas. A pesquisadora e professora Maria Carolina

Bovério Galzerani, ao escrever sobre a rememoração, tece relações entre esta e a narrativa, remetendo-se ao filósofo Walter Benjamin:

> *[a rememoração] pode nos proporcionar a percepção do entrelaçamento não só de tempos distintos (i.é, do presente, do passado), e de espaços diferentes, mas, sobretudo, de visões de mundo também plurais. Visões do próprio sujeito, tecelão das memórias (enquanto adulto e criança, por exemplo), amalgamadas às vozes de outros personagens, por ele incorporadas ao longo de sua elaboração - e, inclusive, capazes de serem lidas numa leitura a contrapelo.*
> *É preciso, ainda, aquilatar que o autor berlinense ora focalizado, articula a noção de memória à de narrativa. Narrativa concebida como transmissão de experiências entre gerações, fundada na circulação coletiva de tradições, de sensibilidades, na acepção plural de verdade, na relação do narrado com o vivido, na dimensão mais ampla de sujeito, de ser humano (portador de consciência e inconsciência), e sobretudo, na recuperação da temporalidade. Neste sentido, para Benjamin a narrativa não existe sem a memória, não existe sem sua vinculação com os hiatos do tempo. Por sua vez, a recuperação da memória benjaminiana, pressupõe a narrativa das experiências vividas entre diferentes gerações. (Galzerani,:2004:295-296)*

No programa proposto, inicialmente guio as crianças em uma atividade de exploração do arquivo, abrindo caixas-arquivo de algumas séries documentais (aprovação de plantas e pagamento de impostos do Fundo Prefeitura Municipal de Indaiatuba, por exemplo), tomando contato com antigos livros escolares (matrículas, diários de classe), registros de sepultamento, jornais, fotografias, discos em vinil. No próximo momento as crianças observam mais detidamente alguns documentos do Fundo Nabor Pires Camargo: podem ouvir sua música, ver suas cartas manuscritas, seu baú de lembranças, sua bengala... São documentos que envolvem os sentidos, a percepção e a atenção dos alunos. Em seguida proponho-lhes um jogo de investigação que trabalha com as ferramentas básicas da operação histórica, usando reproduções de documentos do acervo do Arquivo e trechos das memórias de Nabor.

O jogo é feito para crianças de 07 a 12 anos, divididas em equipes. São 15 cartas com os objetivos de pesquisa, cada qual correspondendo a um grupo de cartas com reproduções de documentos, que trazem os dados do problema. Cada equipe recebe uma carta-objetivo. Essas cartas são feitas para criar situações em que as crianças sejam estimuladas a usar os instrumentos da pesquisa histórica: a observação, descrição, a comparação em busca de semelhanças e diferenças, a descoberta de seriações. Algumas imagens que não fazem parte do acervo do arquivo também foram utilizadas para compor as peças de investigação. Imagens de outros momentos da vida da cidade, mas que expõem espaços e situações próximas às narradas nas memórias de Nabor, também fazem parte do jogo.

Vejamos então os textos e imagens de algumas das cartas. No núcleo 7, a carta-objetivo tem o seguinte conteúdo:

> No livro *Recordações de um Clarinetista* Nabor *conta* que brincava perto da Estação de trem.
> * Encontrem e leiam a carta que conta como era essa brincadeira.
>
> * Descubram a carta que mostra *onde* era essa brincadeira.
>
> * *Contem* para a turma o episódio do chumbinho e mostrem onde aconteceu.
>
> **Para ir mais longe:**
>
> Encontrem a imagem *com* a palavra BUCALO. Com a ajuda de um dicionário de nossa biblioteca, descubram o que é uma *charge*.
> Contem para nós que relação tem essa carta com a história contada por Nabor.

O trecho das memórias escolhido é este:

> *Naquele tempo, eu, um menino igual aos outros, percorria descalço os campos da minha querida Indaiatuba. Nunca ia só. O nosso grupo de moleques era bem grande, como grandes também eram as nossas travessuras. Nas nossas aventuras levávamos sempre conosco os nossos estilingues, armas indispensáveis a todo bom moleque daquele tempo.*
> *Perto do pontilhão da estrada de ferro, o grupo se dividia, e como a Itália e a Turquia estavam em guerra, nós também fazíamos a nossa "guerra ítalo-turca", em Indaiatuba. As laterais da via férrea nos serviam de trincheiras, a munição eram pelotes de barro.*
> *Entretanto, numa das batalhas, o inimigo foi traiçoeiro, pois usou munição proibida: chumbo. Um desses chumbos atingiu um olho de meu mano Arlindo. [...]. Às pressas, o levamos para a farmácia do Chico Boticário, o qual, com relativa facilidade, extraiu o chumbo, que por sorte havia se alojado no canto de um dos olhos, sem ofender o olho. Bem... é inútil dizer que nesse dia a "guerra ítalo-turca" acabou...(Camargo, 2000:27-28)*

e essas são as cartas:

Estrada de ferro vista da área vizinha ao pontilhão, perto da Estação Indaiatuba

Charge de revista italiana sobre a Guerra Ítalo-Turca

Procurei, em cada núcleo, fazer perguntas que estimulem uma operação historiográfica: um olhar atento, um cruzamento de referências, uma aproximação de

semelhantes ou uma contraposição de diferenças, na tensão entre os tempos presentes das crianças e das memórias de Nabor. Mesmos lugares e situações, tempos distintos, mesmos lugares, situações modificadas, mesmas pessoas, diferentes tempos.

Vejamos agora outro núcleo.

> Em uma *das* cartas Nabor conta uma história que aconteceu com o clube de futebol Primavera.
> * *Encontrem* essa carta e leiam o texto em grupo.
> *Encontrem a carta com a *imagem* do Primavera e observem os jogadores: o uniforme, sapatos, cabelos, a data e o que mais lhes chamar a atenção.
> *Contem para a turma o que aconteceu no jogo lembrado por Nabor, mostrem a foto e os detalhes que vocês encontraram.
> **Para ir mais longe:**
> Descubram a carta com a partitura de uma música que Nabor fez para o Primavera e contem *para* nós que música é essa.

O *Primavera* é o time de futebol local até hoje. Aqui vai o trecho recortado das memórias do menino Nabor:

> *Em Indaiatuba, como em qualquer outro lugar, o futebol sempre esquentava o sangue do pessoal. Certa vez, o clube da fazenda do Barnabé foi jogar em Indaiatuba, para dar uma surra no Primavera, conforme eles diziam... Antes do início da partida, os barnabenses estavam muito seguros da sua vitória, arreliando os primaverenses, e prometendo que a surra seria grande. Eles já antegozavam a vitória e falavam até em tirar uma fotografia para documentá-la. A partida começou às quinze horas. O Sr. Barnabé, presidente do clube, ficou incentivando os seus jogadores durante alguns minutos; contudo, percebeu que as coisas não iam muito bem.*
> *Logo de início, os primaverenses fizeram três gols. Então, o Sr. Barnabé resolveu ir esperar o resultado da partida no bar, comendo sanduíches e bebendo cerveja. Naquele tempo não existia rádio e as notícias eram levadas ao Sr. Barnabé pelo Berge, que de instante a instante ia até o bar do Miguel João, para dizer que os primaverenses tinham feito mais um gol. Até o fim do primeiro tempo, os primaverenses tinham feito dez gols! E os barnabenses nada! Quando o Berge chegou no bar com a notícia do décimo gol, o Sr. Barnabé, dando um forte soco na mesa, gritou: "Berge, tire o clube de campo!" Assim terminou a partida: sem fotografias, sem festa e sem briga. Dizem que os barnabenses desistiram de jogar futebol!!! (Camargo, 2000:59-60)*

e as imagens de documentos do arquivo...

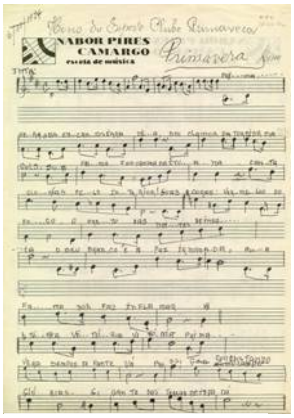

Hino do Clube de Futebol Primavera

Clube Primavera em 1909

Para criar pontos de contato entre a experiência do arquivo e o cotidiano da escola, tentei me manter próxima de temas enraizados no currículo escolar, com o intuito de atender algumas das expectativas dos professores, e diminuir o estranhamento que essa maneira de pensar o ensino de história possa provocar. Um exemplo dessa tentativa é o núcleo a seguir, que se aproxima dos tradicionais temas "comércio" e "meios de transporte".

> *Num domingo, após a missa, dois sitiantes encontravam-se em frente à nossa casa,[...] onde havia o armazém do Césare Lisoni. Conversavam e ouvi, no meio da conversa, o nome de papai. Fiquei atento para saber de que se tratava. Pelo diálogo, deduzi logo que os dois eram violeiros, porém não possuíam violas. Um propôs ao outro irem ao nosso armazém com o pretexto de comprar uma. Assim, eles tocariam durante algum tempo, para satisfazer a vontade; depois, dariam uma desculpa qualquer e nada comprariam. Corri para casa a fim de prevenir papai [...] Apenas acabei de contar, os dois caboclos já estavam entrando no nosso armazém. Um deles disse: "Nhô Juca, mecê tem uma viola pra vendê?" Papai mostrou a vitrine [...] dizendo: "Eu sei que vocês não querem comprar viola, mas também sei que vocês são bons violeiros! Podem, portanto, tocar à vontade, porque eu gosto muito de música!" Papai não os conhecia, não sabia se eles tocavam bem ou mal; todavia, como bom negociante, conhecia o efeito de um elogio. Os caboclos tocaram apenas duas músicas, e conversaram baixinho durante alguns minutos. Depois voltaram ao armazém e disseram: "Nhô Juca, as viola é boa!... Nóis vai cumprá as duas!". Durante o almoço desse dia, ouvi papai comentar com mamãe sobre o negócio que fizera, e terminou dizendo: "Nabor é muito esperto! Se não fosse ele, eu não teria vendido as duas violas". (Camargo, 2000:39-40)*
>
> Encontrem três *cartas* com imagens de animais transportando mercadorias para serem vendidas.
> Descubram e leiam a carta com o texto que conta a história dos dois violeiros.
> Descubram a carta com a imagem do Armazém da família de Nabor
> Descubram o que têm em comum as cartas com mercadorias e a história dos violeiros.
>
> **Para ir mais longe:**
>
> Encontrem a carta que tem uma planta de Indaiatuba em 1913. O armazém do pai de Nabor ficava na esquina da Rua XV de novembro com a Rua Bernardino de Campos. Localizem essa esquina na planta e mostrem para a turma.

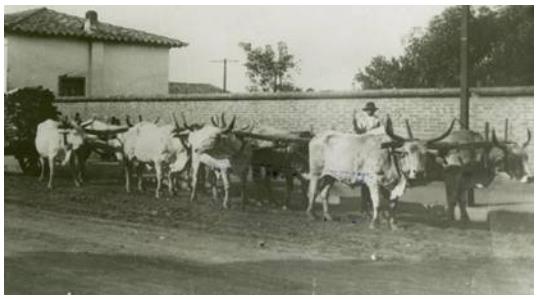

Vistas em seu conjunto, as cartas propõem situações de pesquisa histórica, com fontes primárias, feitas pelos alunos.

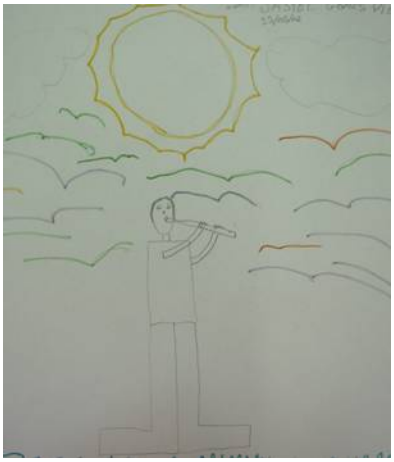

O projeto está em experimentação, tendo

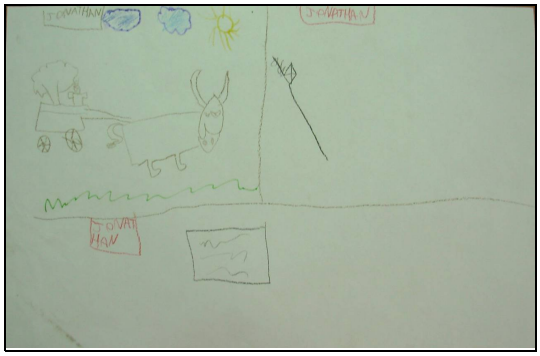

sido realizado com quatro grupos de crianças da rede municipal de ensino, em 2006. Nesses

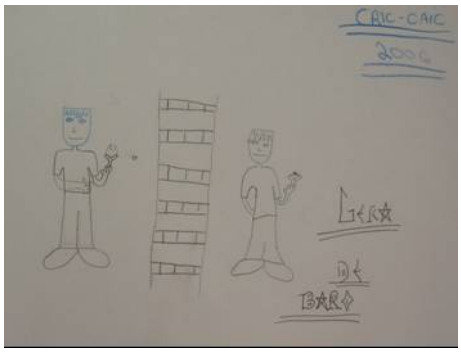

encontros as crianças fizeram desenhos sobre a experiência, que serão usados para a avaliação

do programa e de suas dinâmicas, em um trabalho que quer sensibilizá-los e aos seus professores para as possibilidades de ensino com documentos e propor outros olhares em relação ao conhecimento histórico sobre nossa cidade.

Bibliografia

CAMARGO, Nabor Pìres. Recordações de um Clarinetista. Indaiatuba, FPMI, 2000.

DUTRA, Soraia Freitas. *Objetos da cultura material como mediadores no desenvolvimento do raciocínio histórico em crianças*. Anais do IV Seminário "Perspectivas Do Ensino De História" Universidade Federal de Ouro Preto, 2001.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *Memória, História E (Re)Invenção Educacional: Uma Tessitura Coletiva Na Escola Pública*. In: Educação, Memória e História. Campinas, Mercado de Letras, 2004: 287-330.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. São Paulo, 1992, p.9-23. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, v.34, p.9-23, 1992.

RODRIGUES, Marly. Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo. São Paulo: IMESP/UNESP, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL.- Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia. Brasilia: MEC/SEF, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Negócios e negociantes paulistas na Comarca de Curitiba

Caroline Silva Severino*

Resumo: Esta comunicação de pesquisa propõe a investigação da dinâmica do mercado interno e da autoridade a partir dos negócios realizados na Comarca de Curitiba no período de 1765 a 1822. A documentação utilizada se refere à correspondência administrativa publicada nos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Essa documentação chama a atenção para a problemática do poder local e do mercado interno ao apontar negociações e conflitos existentes entre autoridades régias e locais, ao mostrar negociantes pressionando à câmara ou negociando diretamente com autoridades régias, além de esclarecer disputas existentes entre negociantes com atuação no mercado local ou inter-regional da região centro-sul da América Portuguesa. Estas reflexões se inserem nas preocupações historiográficas atuais que visam melhor compreender o complexo e dinâmico funcionamento do Império Português.

Palavras-chave: comércio - poder local - Comarca de Curitiba.

Abstract: This research communication suggests the investigation of the intrinsic trade and of the authority beginning from of trade existing in region of Curitiba from 1765 to 1822. The documentation used to refer to the administrative correspondence published in Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. This documentation to call attention for problematic of local power and of the intrinsic commerce pointing to trades and conflicts between kingly authorities and local authorities, to show traders pressuring to the city hall or trading directly with kingly authorities, beyond to explain disputes between traders with acting in local market or inter-regional of the center-south region of Portuguese America. These considerations insert in ambit of the historiographies concerns presents that seek to understand better the complex and dynamical way of working of the Portuguese Empire.

Keywords: trade - local power - region of Curitiba.

A escolha pelo local de pesquisa, a Comarca de Curitiba[1], se justifica por se desenvolverem nesta região circuitos mercantis existentes no comércio de gado[2], principalmente através do Registro de Curitiba, e de gêneros alimentícios[3] no que diz respeito ao mercado de abastecimento interno.

Na segunda metade do século XVIII, a principal fonte de renda da Coroa Portuguesa, os quintos cobrados sobre o ouro, começou a sofrer forte queda com o

[1]*Graduada em História, Universidade Estadual Paulista.

A Comarca de Curitiba corresponde ao território do atual Estado do Paraná e fez parte da capitania de São Paulo até o ano de1853. As vilas que no século XVIII fizeram parte dessa Comarca são: Curitiba, Paranaguá, Antonina, Cananéia, Iguape, Lajes, Castro e Vila Nova do Príncipe ou Lapa.

[2] A importância dos circuitos comerciais desenvolvidos a partir da Comarca de Curitiba foram ressaltados por vozes importantes de nossa historiografia como Caio Prado Júnior, Heloísa Liberalli Bellotto, Maria Thereza Schorer Petrone e Helen Osório.

[3] Vários desses circuitos comerciais de gêneros alimentícios a partir da Comarca de Curitiba já foram levantados por mim em pesquisa de iniciação cientifica como Paranaguá-Santos, Curitiba-Rio de Janeiro, Curitiba-Paranaguá, Paranaguá-Bahia, Curitiba-São Paulo, Iguape-Santos, Curitiba-Lapa entre outros.

esgotamento da produção mineradora. Isso levou a um declínio vertiginoso na renda, tanto pública quanto privada do Império Português.

Para contornar essa situação, a Coroa tomou várias medidas com o intuito de incentivar o comércio, como a extinção do monopólio do sal e a reconstrução de estradas facilitando o transporte e a comercialização de mercadorias.

Porém, essa busca por novas fontes de riqueza atendeu não só aos interesses do centro da monarquia, mas também aos interesses próprios das conquistas ultramarinas, pois implicou no aumento da produtividade colonial estimulando o desenvolvimento do comércio interno na América Portuguesa. Este período foi descrito como "[...] uma fase de maior diversificação comercial a partir da crise na produção aurífera e a uma consolidação de atividades produtivas destinadas ao comércio de abastecimento" (CHAVES, 1999: 19).

Com esse estímulo, algumas das estratégias de expansão dos interesses metropolitanos se deram por meio da atividade mercantil e foram, entre outras, o controle do mercado de abastecimento e a cobrança de impostos (FURTADO, 1999:18). Essa cobrança era feita muitas vezes, através da arrematação de contratos.

As arrematações eram feitas na Junta da Real Fazenda aos negociantes que oferecessem o maior lance pelo contrato que segundo Antônio Carlos Jucá Sampaio "[...] era um dos mecanismos fundamentais de formação da elite mercantil [...]" (SAMPAIO, 2001:99). Heloísa Liberalli Bellotto explica que "Pelo sistema de contratos fica assegurado aos mercadores seu domínio no comércio colonial, e à Coroa a garantia do rendimento" (BELLOTTO, 1979:203).

Entre esses contratos existia o do Registro de Curitiba: um entreposto fiscal que cobrava tributos sobre os direitos de entrada das cavalgaduras que saíam do Rio Grande do Sul em direção à capitania de São Paulo.

A contratação de impostos trazia vantagens tanto aos negociantes quanto à Coroa. Esta delegava, a terceiros o direito, por meio da arrematação, de administrar e cobrar impostos, facilitando a fiscalização nos postos de cobrança. Além disso, o rendimento do contrato era um adiantamento muito útil às rendas da Real Fazenda. Helen Osório sintetiza:

> *A delegação da competência fiscal a particulares (um negociante ou uma sociedade deles) oferecia vantagens à Coroa, como a execução, e fiscalização da cobrança de impostos por territórios geograficamente vastos e dispersos. A Coroa desonerava-se, assim, dos custos da montagem de um aparelho burocrático mais amplo. Outra vantagem era poder contar, por antecipação, com uma renda certa. Isto possibilitava um mínimo de projeção e planificação do "orçamento" do reino (OSÓRIO, 2001:110).*

A arrematação de contratos propiciava inúmeras possibilidades de ganho, investimento e diversificação dos negócios também aos seus contratantes. De acordo com Helen Osório:

> *Os contratadores não lucravam apenas com a diferença entre o preço do contrato e seus gastos de arrecadação e o produto arrecadado. As cláusulas dos contratos lhes garantiam uma série de privilégios mercantis que permitiam sua atuação no mercado de forma diferenciada e monopolística. (OSÓRIO, 2001:122).*

Os contratadores do Registro de Curitiba não lucravam apenas com a arrecadação dos direitos de passagens dos animais. Esses tinham direito a uma loja de fazenda seca nos arredores do Registro para que pudessem oferecer aos tropeiros descanso, dinheiro e alimentos para os animais.

Porém, esse direito de comercialização foi ameaçado no ano de 1767 com o surgimento de uma disputa envolvendo a Câmara de Curitiba e os arrematadores do contrato do Registro de Curitiba, localizado fora do perímetro urbano da vila, em relação à concessão de autorização para a comercialização de fazendas nesse registro.

A renda auferida com a arrematação ia para os cofres do reino e o negociante-arrematador tomava a si a renda alcançada com a tributação e venda de fazendas no registro nada tendo a ver com o abastecimento da vila e com a tributação camarária responsável por fiscalizar todas as atividades comerciais existentes na vila.

Entretanto, um negociante da vila de Curitiba reivindica junto à câmara o direito de vender fazendas no Registro. O negociante local acaba obtendo a autorização em detrimento dos negociantes-arrematadores e estabelecendo um conflito entre a Câmara e os negociantes vinculados ao mercado interno, já que o negociante local beneficiado pela ação camarária concorreria com os arrematadores pela venda de fazendas no registro, comércio monopolizado até então pelos negociantes-arrematadores conforme indica a correspondência do governador da capitania de São Paulo Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça ao secretário de Estado D. Rodrigo de Souza no ano de 1802:

> *Sendo huma das rendas de V. A. nesta sua capitania o contracto das passagens dos annimaes vindo de São Pedro do Sul, e que passão pelo Registro de Coritiba, cujo contracto se costuma arematar sempre com a condição de terem os arrematantes o privilégio de huma Loja de fazenda seca naquelle Registro para a assistência dos Tropeiros com prohibição de outra qualquer pessoa a poder ter na circumferencia de cinco legoas, condição esta approvada por V. A. e mandada praticar nos alvarás de condiçoens que se passão aos contractadores (DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO..., 1899: 166-173).*

Houve também uma disputa entre negociantes do Rio de Janeiro e São Paulo pelo controle da arrematação do Registro de Curitiba.

Em 1748, a Capitania de São Paulo, da qual a Comarca de Curitiba fazia parte, perdeu sua autonomia administrativa ficando sob a jurisdição do governo do Rio de Janeiro. A administração dos contratos que dizem respeito à São Paulo passam a ser controlados pelo Rio de Janeiro, entre eles os direitos de arrematação do Registro.

Entretanto, com a restituição da autonomia em 1765, a administração dos contratos passou a ser efetuada pela Junta de São Paulo. Aliás, tal Junta existia com essa finalidade, de arrematar todos os contratos pertencentes à repartição dessa Capitania.

Isso gerou uma disputa entre as duas juntas pelo controle da arrematação do contrato do Registro de Curitiba. Foram feitas duas arrematações para o mesmo triênio, uma por cada junta. Esse conflito sugere o quanto esse Registro concedia bons lucros a quem o administrasse e leva a pensar na existência de um corpo mercantil estruturado em São Paulo, com negociantes capazes de fazer frente à praça mercantil do Rio de Janeiro.

Isso se torna perceptível quando Leonardo de Araújo Aguiar, negociante de São Paulo, arremata por um lance maior que o oferecido pelos negociantes da Junta do Rio de Janeiro, Bernardo Gomes Costa e seus sócios André Pereira de Meyrelles e Antonio Fernandes do Valle, o contrato referente ao triênio que principia no ano de 1769. (DOCUMENTOS INTERESSANTES..., 1896:211-216).

É possível perceber até que ponto a atuação do grupo mercantil de São Paulo tinha respaldo, na segunda metade do século XVIII, quando a disputa pelo controle da arrematação se resolveu através de uma ordem régia endereçada à Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo, a favor dos negociantes e da Junta desta capitania em 1769 conforme a seguir:

> *Determinei na presente ocasião á Junta da Fazenda do Rio de Janeiro que nela não se torne a arrematar daqui em diante os contractos respectivos aos direitos dessa capitania de São Paulo [...] se faz necessario que por essa Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo se arrematem os contratos pertencentes ao distrito dessa capitania[...] (DOCUMENTOS INTERESSANTES...,1928:362-364).*

O comércio da carne na Comarca de Curitiba, também era avultado e exercia importante papel na alimentação da época colonial. Segundo Caio Prado Júnior "a amplitude do comércio de carne pode ser avaliada por este desfilar ininterrupto de boiadas que perambulam pela colônia".(PRADO JÚNIOR, 1992:186).

Por ser um gênero imprescindível na alimentação da população "os problemas que o seu abastecimento suscita tomam por isso grande relevo na vida do país, e voltam constantemente à baila nos documentos públicos e escritos particulares da época" (PRADO JÚNIOR, 1992:186), conforme aponta a correspondência enviada pelo Conselho Ultramarino ao governador da capitania de São Paulo em 1790, discutindo a melhor forma de se regulamentar o comércio de carne na vila de Paranaguá a fim de que este gênero não venha a faltar:

> *Fui servido dizer a d.a Câmera, q´ era mais útil ao bem público, e ainda aos Rendimentos do Cons.º q´ a venda das carnes esteja para contracto do q´ franca a quem as quizer vender, pelas faltas q´ era constante muitas vezes terem acontecido por não haver que estivesse obrigado a ellas.* [4] *(DOCUMENTOS INTERESSANTES..., 1898: 107-108).*

O tabelamento dos preços pela câmara se dava no sentido "de garantir que o abastecimento tão precário das vilas fosse controlado, de forma a assegurar que pesos e medidas fossem respeitados, e aumentos exagerados de preços não ocorressem". (BARBOSA, 2003:15).

A preocupação em fixar o preço da carne evitando a prática de preços abusivos por parte de seus negociantes pode estar ligada a uma crescente mercantilização desse produto na capitania de São Paulo. Pode ser que esses negociantes utilizassem a estratégia de oferecer seu produto em outros mercados a fim de obterem maiores rendimentos em suas vendas, além de evitarem um possível confronto com a Câmara. Ilana Blaj aponta que "a venda crescente do gado paulista para outros núcleos causava, assim, problemas para o abastecimento interno de carne, requerendo a intervenção constante da Câmara" (BLAJ, 2002:164).

É possível também identificar os interesses mercantis radicados na Comarca de Curitiba quando o conserto de caminhos, por onde escoa boa parte dos gêneros produzidos na região, como o da estrada da graciosa, conta com a contribuição voluntária de tropeiros[5] de

---

[4]

[5] Os tropeiros constituíam um grupo de agentes comerciais do mercado colonial, eram eles que circulavam pelos caminhos com tropas de muares. Transportavam, compravam e vendiam mercadorias principalmente na região

acordo com a correspondência do governador da capitania de São Paulo Antonio José da Franca e Horta (10/12/1802-31/10/1811) enviada à Câmara da Vila de Curitiba no ano de 1807:

> *Tendo consideração aos requerimentos feitos pelos Tropeiros dessa Villa, e seu Destricto, e se haver verificado q´ o caminho novame. Aberto chamado da Gracioza, he sem a menor dúvida o mais vantajoso, e conveniente para por elle tranzitarem os effeitos de serra acima pa. beira mar, e vice-versa [...] e devendo pr. todos os princípios de beneficio publico promover a facilidade dos transportes, de q ´ tanta utilidade provem a Agricultura, e Commercio [..]Ordeno a V. Ms, que em recebendo esta facão emmediatamente aplicar todo o dinheiro da contribuição voluntária offerecida pelos mencionados Tropeiros p.ª a factura e descortinamento do novo caminho[...] (DOCUMENTOS INTERESSANTES..., 1937:196).*

Em Ofício do mesmo governador para o Comandante da Vila de Curitiba em 1807, ordena que os camaristas agilizem o conserto da estrada da graciosa e que o comandante lhes preste todo o auxílio necessário para o intento. Fica claro nessa passagem a interferência do governo da capitania na ação da câmara e a possível ação conjunta dessas duas instâncias de poder em prol da melhoria da estrada viabilizando o comércio de abastecimento.

> *Da carta que escrevo à Câmara dessa Villa, e inclusa lhe remeto aberta verá V.mce. o que determino se execute respeito à abertura do caminho chamado da Gracioza. He precizo que V.Mce pelo seu conhecido zello, e actividade para a cauza publica não só afervorize os camaristas a cuidarem seriamente do dito caminho, mas que lhes preste todo o auxílio que puder, afim de que sem perda de tempo se conclua o beneficialo de maneira, q´ pr. elle possão tranzitar as Tropas commodamente. (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1937:196).*

Em outro Ofício expedido pelo mesmo governador ao Capitão Mor da Vila de Antonina em 1808, é possível notar também a pressa que havia na conclusão do conserto do caminho. A fim de agilizar a obra o governador da capitania nomeia um inspetor exclusivamente para dirigi-la interferindo novamente na ação da câmara.

A nomeação de funcionários régios junto às municipalidades pode causar conflitos entre as autoridades locais e centrais nos seus diversos níveis de atuação. As atribuições e jurisdições de cada cargo nem sempre eram bem definidas e os interesses de cada setor nem sempre coincidiam. Porém, é possível que mesmo os oficiais nomeados como representantes dos interesses reais, o que pode ser o caso do inspetor da obra, junto à administração municipal, logo se integrassem na rede local, afrouxando na avaliação das decisões e ações camarárias. (SOUZA, 2005:contexto).

---

centro-sul da América Portuguesa.

A importância do conserto desse caminho terrestre era grande porque a maioria do comércio da capitania era feito por tropas de animais segundo informa o ofício:

> *[...] venho no conhecimento de q. há percizão de preparar-se o caminho q´ vai dessa Villa a encontrar no da Gracioza pertencente a Villa de Curetiba, e q´ apezar das dispozições em q´ louvavelmente esta a Câmara dessa Villa pa. preparar o do. Caminho não tem um pessoa abil q´ seja a Inspectora, e Directora do mmo. Caminho, ao q´ ocorendo Eu pr. me interessa q´ as Estradas publicadas desta capitania sejão o mais bem tranzitáveis pussiveis em beneficio do comercio della quaze todo feito em bestas, nomêo a Vm.ce pa. Inspector e Director do mmo, caminho, já pr. q´ conheço q´ na sua Pessoa concorrem os requizitos necessários pa. bem desempenhar a dita commissão de modo q´ eu tenha motivos de o louvar a Câmara dessa Villa, e ao sobre do Sarg. Mor Diogo Pto. escreveo agora participando-lhes esta minha deliberação, e q´ lhe prestem todo os socorros necessários pa. o melhor complemto. deste negocio (DOCUMENTOS INTERESSANTES..., 1937:241-242).*

Nesse circuito, podemos identificar dois tipos de interesses, o do Estado para a arrecadação de maiores fontes de renda e dos negociantes locais para a obtenção de maiores lucros com a facilidade no transporte de suas mercadorias.

Através do estudo do Registro de Curitiba, do comércio de carne e do conserto de caminhos na Comarca de Curitiba foi possível perceber a importância dessa região para o processo de mercantilização das redes de abastecimento da América Portuguesa. Além de tornar perceptíveis os canais de comunicação e os conflitos existentes entre negociantes e autoridades nos seus diferentes níveis de poder, com interesses mercantis radicados na região, importantes para a compreensão do complexo e dinâmico funcionamento do Império Português.

Bibliografia

BARBOSA, Mara Fabiana. **Terra de negócio:** o comércio e o artesanato em Curitiba na segunda metade do século XVIII. 2003. 129 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo: Conselho de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões:** o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721). São Paulo: Humanistas/USP: Fapesp, 2002.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes:** mercadores da minas setecentistas. São Paulo; Minas Gerais: Unicentro Newton Paiva : Annablume, 1999.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1894-1954, v. 1-78.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócios**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **O Antigo regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. (Org.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 99.

SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e autonomia camarária no antigo regime: o senado da câmara da bahia (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O projeto de nutrição intelectual da Biblioteca do Espírito Moderno da Companhia Editora Nacional (1936-1946)

Sílvia Asam da Fonseca*

Resumo:
A biblioteca do "Espírito Moderno" da Companhia Editora Nacional surgiu de um projeto de Monteiro Lobato, tendo como primeiro editor Anísio Teixeira. Seu objetivo era, segundo Lobato, a nutrição intelectual do cidadão brasileiro para prevenir o avanço de idéias como as que circulavam na Itália, Alemanha e Rússia. Destinava-se a formar o leitor fora dos bancos escolares nos temas da democracia, história e cultura. Subdividida em 4 séries (Filosofia, Ciências, História e biografias e Literatura), a coleção publicaria as obras "que mais diretamente buscam condensar, esclarecer e popularizar a herança cultura da espécie". Este trabalho objetiva analisar a materialidade dos primeiros livros das 4 séries e compreender os temas e autores escolhidos para combater essa desnutrição do leitor brasileiro.
Palavras-chave: história do livro – edição – historia da cultura

Abstract:
The "Espírito Moderno" library edited by the Companhia Editora Nacional was born from a Monteiro Lobato project and had as first editor Anisio Teixeira. Its goal was, according to Lobato, the intellectual nutrition of the brazilian citizen in order to prevent the strengthening of the ideas which were popular in Italy, Germany and Russia. Its main destination was the reader outside the school and main themes were associated to democracy, history and culture. Divided in 4 series (Philosophy, Sciences, History and biographies and Literature), the library intended to publish the works that most directly search to resume, explain and popularize the cultural heritage of the human species. This work aims to study the first books of each series in its materiality and to understand both themes and authors chosen to fight against the malnutrition of the brazilian reader.
Keywords: History of books – edition – culture history

E então sonhei com aquele velho sonho da coleção de livros fundamentais. Com uma modificação. A toleima brasileira, que só 'reflete "telegramas e brochuras, está a pensar que só há, no mundo, os hospitais alemães e italianos e o sanatório russo para cura da humanidade". Ora, é necessário mostrar-lhes que há gente sã em 4/5 da terra e gente saníssima em uns países anglo-saxônicos e nórdicos. E que essa gente sã é sã porque se nutre bem. E quando não há nutrição intelectual é indispensável logo depois dietas especiais – e temos Itália e Alemanha e Rússia... Ora, a nutrição de hoje é o pensamento elaborado à vista do avanço das ciências e da democracia... A coleção seria pois de alimentos dessa espécie. Coleção de

* Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Programa Educação: História, Política, Sociedade.

civilização contemporânea. Para dizer os corolários da ciência e da democracia. Começar por Wells e pelos geniais "exorcistas" contemporâneos e, de vez em quando, para mostrar a continuidade com a floresta do pensamento humano, um jequitibá secular – Montaigne, Platão, etc Que acha você? Uma coleção para um regime de supernutrição do Brasil. Não será de nutrição que realmente o país precisa? E não está isso 200% de acordo com a política da Companhia? Nutrição dirigida, em vez de economia dirigida. Porque para essa parece que ainda não chegou a hora... (...) Falei com Afrânio que está de acordo. E tenho alguns outros trabalhadores intelectuais para a tarefa. Resta saber se não aceitaria dirigi-la conosco. Sem você não me atrevo. Sábado estarei em São Paulo para discutirmos a matéria com o Otales[1] a quem ainda não falei (VIANNA e FRAIZ, 1986:72)

A expansão do número de matrículas e a conseqüente expansão do público leitor criaram, ainda na década de 1930, a possibilidade de um mercado editorial que absorvesse livros de "cultura geral" e a necessidade de livros que atendessem à crescente população universitária.

Pode-se imaginar que, embora ainda pequeno, um mercado potencialmente grande para os livros destinados ao leitor do ensino pós-médio e aos universitários estivesse se desenvolvendo. Dessa maneira, ganhou maior interesse a investigação sobre uma coleção de livros cujo público alvo fosse esse "novo" leitor: egressos do ensino médio e público universitário.

Não por coincidência, no Brasil, é da década de 1930 que se organizam várias coleções para os mais diversos públicos e com os mais diversos formatos. Na verdade, como já demonstrado por OLIVERO (1999) e TOLEDO (2001), a coleção se configura como uma estratégia editorial que configura o livro a características específicas. Além disso, uma coleção é uma opção econômica.

"... vemos que, ao adaptar o texto a uma determinada coleção com o seu projeto gráfico específico, ou melhor, fixo, o processo de edição caminha mais rápido, uma vez que, regra geral, não é necessário contar com o serviço de um diagramador, de um capista, etc. [...] Em resumo, com um projeto gráfico já planejado, o tempo gasto no processo de edição é reduzido quase para a metade, o que, de certo modo, barateia também o custo da produção." (GUINSBURG, 1997, p.53-54).

[1]Sócio de Monteiro Lobato na Companhia Editora Nacional.

O trabalho de TOLEDO (2001) sobre a coleção *Atualidades Pedagógicas* da Companhia Editora Nacional, indicou a necessidade de pesquisas sobre as demais coleções do mesmo projeto editorial. Dentre essas coleções: duas voltadas para o público universitário e, conseqüentemente, para os futuros docentes da escola secundária: Biblioteca do "Espírito Moderno" [2], dividida em séries, e a Coleção "Iniciação Científica", analisada por parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira[3].

Segundo TOLEDO (2001):

> A especialização do livro, do perfil do leitor, permite à editora uma organização interna também especializada, coordenada pelo editor geral. Cada coleção, que corresponde a um tipo de leitor, ganha um diretor que, especializado no assunto, pode acompanhar atentamente os movimentos do mercado, selecionar os manuscritos adequados e perceber, pelo conhecimento das práticas culturais em torno dos leitores visados, as novas possibilidades de expansão do livro naquela determinada fatia do mercado.
>
> O editor geral, ao delegar a administração das coleções aos diretores especializados, garante a pesquisa de manuscritos adequados ao público visado, repondo permanentemente a imagem da coleção junto a este; permite a homogeneização dos textos pelo editor responsável, repondo a identidade da coleção a cada novo título, garante que as formas materiais da coleção sejam condizentes com os usos aos quais a coleção está destinada e controla os lugares de difusão do livro e seus impactos. (p.51)

Prosseguindo em sua análise sobre as coleções, TOLEDO (2001) explica a íntima relação existente entre os organizadores de cada uma das coleções e o credenciamento da mesma junto ao público leitor. Ao mesmo tempo em que seus projetos serviam de plataforma para divulgar as idéias de seus grupos específicos, inclusive com o lançamento de livros de autores consagrados ao lado de autores ainda iniciantes.

Por ser um tipo muito particular de edição, uma coleção implica em algumas considerações diferenciadas. O tipo de texto selecionado, a diagramação, a escolha do tipo, a linguagem. Nesse sentido, "a representação que os editores fazem do leitor conforma, então, as mudanças e adequações inseridas nos livros" (TOLEDO, 2001:2). Essa conformação abrange, além de textos e autores, sua articulação dentro do projeto editoral.

---

[2] "visa coordenar para o público leitor brasileiro, dentre as obras consagradas pela aceitação pública, aquelas que mais diretamente buscam condensar, esclarecer e popularizar a herança cultural da espécie" - APUD: TOLEDO, (2001:51).

[3] Segundo TOLEDO (2001) fazem parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira as coleções: Literatura Infantil, Livros Didáticos, Atualidades Pedagógicas, Iniciação Científica e Brasiliana.

O texto que inaugura essa comunicação foi escrito por Anísio Teixeira em 1936 para Monteiro Lobato. Nele encontramos alguns dos pressupostos que, pouco tempo depois, nortearam as escolhas iniciais da coleção "Espírito Moderno". Uma coleção que nutrisse o público brasileiro e evitasse sua aproximação tanto com o nazi-fascismo (Itália e Alemanha) quanto com o comunismo (sanatório russo), encarados como "dietas especiais".

Ao mesmo tempo, a idéia de um projeto de nutrição intelectual que desenvolvesse no leitor brasileiro o "Espírito Moderno" e a capacidade de ajudar o Brasil a sair do 'atraso' em que se encontrava, possuía ecos da discussão a respeito do papel das elites e dos grupos letrados no desenvolvimento do país. Seguindo essa lógica, a coleção deveria dar conta de vários pontos necessários para essa "nutrição". Dessa maneira, a mesma se dividiu em 4 séries:

Quadro 1 – As séries da coleção[4]

Série / número de títulos	1ª. publicação	Última publicação	Última reimpressão (na coleção)
Filosofia/ 35	1935 – Will Durant – História da Filosofia	1963 – Mario Vieira de Melo Desenvolvimento e cultura	1982 – Bertrand Russel – História da Filosofia Ocidental
Ciências/ 30	1939 – Albert Einstein e Leopold Infeld - *A Evolução da Física*	1977 – Charles B. Heiser – *Sementes de civilização*	1977– Charles B. Heiser – *Sementes de civilização*
História e Biografias/ 73	1936 – Eva Curie – *Marie Curie*	1976 - Arnold Toynbee - *Estudos de História Contemporânea*	1983 – José Maria Bello - *História da República*
Literatura/26	1940 – Rudyard Kipling – *O livro da Jângal*	1977 – D. H. Lawrence – *O Amante de Lady Chatterley*	2002 – George Orwell - *1984*

Com exceção de um livro na 1ª. série, dois na 3ª. série e quatro livros da 4ª. série, a coleção se formou a partir de traduções de textos preferencialmente anglo-saxônicos[5].

[4] Elaborada a partir das fichas de edição encontradas no arquivo histórico da Companhia Editora Nacional.
[5] Não é demais lembrar a importância da estadia nos Estados Unidos de Monteiro Lobato e de Anísio Teixeira , idealizadores e, no caso de Lobato, principal articulador da tradução.

Portanto, as traduções são um ponto importante para a pesquisa. Fazem parte do rol de tradutores: Monteiro Lobato, Godofredo Rangel, Manuel Bandeira, Graciliano Ramos, Afrânio Peixoto, Edgard Süssekind de Mendonça, Anísio Teixeira, Paulo Rónai, dentre outros.

Conforme TOLEDO (2001), a Companhia Editora Nacional havia se tornado, pouco a pouco, um dos lugares de encontro e desenvolvimento de projetos de um grupo de intelectuais. Dentre eles, o primeiro organizador da coleção "Espírito Moderno": Anísio Teixeira. Comentando carta de Afrânio Peixoto a Anísio Teixeira, a autora identifica a importância e o destaque do diretor da coleção no cenário nacional.

> *A coleção, na representação de Peixoto, torna-se lugar fundamental de poder na produção e circulação da cultura, canalizando, selecionando e difundindo conteúdos, autores, temas. O lugar de diretor de coleção permite fazer estrondar bacamartes no campo cultural: ela é tão forte e tão importante como outros lugares políticos do Estado. (TOLEDO, 2011:57)*

Tornando-se dispositivo de poder e de legitimação do conhecimento, a Companhia Editora Nacional possibilita o credenciamento do próprio público leitor. A Biblioteca do "Espírito Moderno" teve títulos novos de 1935 a 1977, data da publicação dos dois últimos livros (ver quadro), a coleção sobreviveu com novos títulos, apresentando momentos de vários lançamentos e outros menos intensos. A partir dessa data, a coleção começa a ser desmontada. *Sementes de civilização*, por exemplo, é logo transferida para a Biblioteca Universitária.

Às tiragens em média de 4 a 5 mil exemplares por edição, sobressaem alguns títulos com tiragens iniciais muito maiores e outros com imenso sucesso. Verificamos, por exemplo, que *1984* de George Orwell publicado na 4ª. série continua no catálogo até os dias de hoje. Ao mesmo tempo, H.G. Wells tem seus títulos publicados com tiragens bastante altas para a média da época. Sua *História do Mundo* obra, em três volumes, teve tiragem inicial de 10.000 exemplares por tomo, isso em 1939. Na realidade, ao longo dos anos subseqüentes, essa obra foi alvo de grande investimento publicitário com resenha na revista do Brasil, propaganda na 4ª. capa de vários volumes da coleção e, também, chamada nos catálogos da editora. Exemplificando o movimento de credenciamento da coleção por meio de autores renomados e, ao mesmo tempo, impulsionando as vendas dos demais livros da coleção via sucessos editoriais. Nos dizeres do catálogo da "Espírito Moderno":

> *O NOSSO TEMPO, marcado pelo singular tumulto mental que lhe acentua o caráter de transição e mudança, é por isso mesmo um dos mais assinalados períodos de reconstrução intelectual e moral da historia. Apesar da falta de perspectiva em que nos achamos para julgar das suas grandes realizações científicas, literárias e artísticas, algumas das obras modernas vêm obtendo do publico consagrações que importam na imortalidade. A inaudita difusão cultural do mundo de hoje permite desses milagres que os antigos não conheciam.*[6]

A série de **Filosofia** inclui fundamentalmente dois autores Will Durant e Bertrand Russell. Secundariamente, encontram-se publicados William James, Stuart Mill e Jacques Maritain. É Durant nos primeiros títulos e Russell, a partir de 1954, que garantem uma grande longevidade das obras publicadas e reedições relativamente freqüentes.

Quadro 2 – Biblioteca do Espírito Moderno - primeiros títulos da série Filosofia[7]

No.	Título	Autor	tradutor	Ano/tiragem
1	História da Filosofia	Will Durant	Monteiro Lobato e Godofredo Rangel	12 edições – 1ª. ed. 1935 (5000 livros) Última ed. 1966 (5016 livros) Total de 69.836 livros
2	Filosofia de vida	Will Durant	Monteiro Lobato	14 edições – 1ª. ed. 1937 (4071 livros) Ultima edição 1970 (9533 livros)Total de exemplares: 87538
3	Os grandes pensadores	Will Durant	Monteiro Lobato	7 edições – 1ª. ed. 1939 (7005 livros). Última edição: 1968 (2000 livros) Total de livros: 35204

O

bservando-se o quadro 2, evidencia-se a admiração de Lobato por Durant que também transparece em várias passagens de sua correspondência. Em 1930, por exemplo, ainda antes da idéia da coleção, assim ele se manifesta em carta para Anísio Teixeira:

[6] Texto extraído do catálogo da coleção e repetido em várias 4ª.s capas
[7] Elaborado a partir das fichas de edição do arquivo histórico da Companhia Editora Nacional.

> *Passei meses tão absorvido com a Wall Street que quase analfabetizei-me. Quem me salvou foi o Will Durant. Fui há dias ao drugstore vizinho comprar uma seringa para Miss Joyce e dei com uma nova edição da História da filosofia por um dólar. Lembrei-me do que disseste do livro e comprei-o. E fiz mais: li-o, e com regalo, e com assombro por não achar ressaibo de sectarismo no expositor. Poucas vezes se terá escrito sobre filósofos e filosofias com encanto de romancista bom, como o fez Durant. E lido Durant pus-me a ler outras coisas e parece que estou curado da obsessão wall-streeteana. (Carta de Monteiro Lobato a Anísio Teixeira IN: VIANNA e FRAIZ, 1986:51-52)*

Verifica-se que todos os livros de Will Durant foram traduzidos total ou parcialmente por Monteiro Lobato. Sobre essa tradução há um registro na carta datada de1934 de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel:

> *"Rangel:*
> *Dividimos ao meio a Story of Philosophy do Will Durant e assinemos com iniciais os capítulos que traduzirmos. Junto sempre, até na historia da filosofia... Minha idéia é fazer trabalho perfeito. O Otales não tem muita pressa. Durant merece todo o carinho, e nós temos responsabilidades." (LOBATO, 1948: vol.2, 325-326)*

A. série de **Ciências** tem nos seus títulos iniciais dois textos introdutórios a um saber (*Evolução da Física* e *A Ciência da Natureza Humana*) e dois textos "coletâneas". Um sobre os *grandes homens da ciência* e outro sobre as *grandes expedições científicas*. As tiragens mais modestas, entretanto, não impedem a consideração de sua importância. Os tradutores, novamente, são escolhidos a dedo: Monteiro Lobato, Godofredo Rangel, Anísio Teixeira, Edgard Süssekind de Mendonça e Gastão Cruls.

Quanto à temática, é marcada pela superação. Inicialmente, as aventuras de descobertas (grandes cientistas, grandes expedições, novos remédios e novos tratamentos médicos) vão cedendo espaço para preocupações com as questões da evolução humana, os primeiros livros da "mãe" do movimento ecológico com *O Mar que nos cerca*. Coletânea de artigos sobre ecologia publicados no jornal New York Times. E, já na sua fase final, temas como demografia, economia, desenvolvimento e agricultura.

Para a 3ª. série, **História e Filosofia**, a variedade de títulos, autores e temas é inicialmente muito grande mas, ao analisarmos as temáticas se aproximam. A série mais longa com mais do que o dobro dos títulos das demais, publicou as obras de André Maurois, H.G. Wells, Winston Churchill e Arnold Toynbee entre outros. É nela que o tema da liberdade, a luta contra o racismo e contra o totalitarismo aparecem com maior impacto. Além dos livros

de histórias, as biografias selecionadas são basicamente de estadistas embora dentre todas elas, o grande sucesso de vendas tenha sido o volume sobre a vida de *Madame Curie* (1938) com 11 edições e mais de 60000 livros vendidos. O caráter pedagógico dos títulos, transparece em outro trecho da carta que abre essa exposição:

> *A coleção do F. A. é muito interessante, mas meio doméstica, sem horizonte internacional. Seria necessário uma coleção em que pedagogia fosse um capítulo e não um título. Pedagogia é bobagem se não for toda a cultura humana. Há mais pedagogia em Wells do que em todos os professores do mundo.. (VIANNA e FRAIZ, 1986:72)*

A 4ª. série: Literatura

> *Andava sonhando em ver traduzido The jungle book. (...) Mando-lhe a título de amostra – o capítulo traduzido pelo Várzea. Julgue-o. E se não está em suas cogitações traduzir essa obra, veja se a Editora Nacional e o bravo Otales desejam editar a tradução Várzea. (VIANNA e FRAIZ, 1986:59)*

Carta de Anísio a Lobato – Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1932

> *Já tenho tratado com a Editora Nacional uma tradução do livro de Kipling, de que você manda um capítulo do seu amigo. Também já escrevemos aos agentes de Kipling em Londres para regularizara questão dos direitos autorais. De modo que me parece que o seu amigo perdeu o trabalho – a não ser que haja despertado antes do Otales e já esteja em suas mãos a licença para traduzir e publicar o livro (VIANNA e FRAIZ, 1986:56-57)*

Com *O livro da Jângal,* é inaugurada a quarta série, livro inspirador do escotismo mundial, a história do menino-lobo foi republicada, na coleção, até 1964. Seguido de *Rebecca* de Daphne Du Maurier e, mais tarde, *Filho Nativo* escrito por Howard Spring. Essa série intercalou em seus primeiros momentos, literatura e História da Literatura. Uma escrita por Manuel Bandeira (*Noções de História da Literatura)* e outra por John Macy (*História da Literatura Mundial*). Nessa série, foram publicadas as obras de vários prêmios Nobel (Lyn Yutang de *Momento em Pequim* e *Uma folha na tempestade;* Ernest Hemingway) antes de seu reconhecimento pela academia. Ela tem uma característica diferente das demais pois alguns de seus títulos e capas foram influenciados pela indústria do cinema (*Rebecca, Por quem os sinos dobram* e *Adeus às Armas*). É a série com maior longevidade e, também, a que tem os

sucessos mais duradouros. O livro *Por quem os sinos dobram?* Publicado em 1941, em 1977 ainda conseguia manter vendas anuais em torno dos 10.000 exemplares e em 1984 já estava em sua 20ª. edição.

> *A BIBLIOTECA DO ESPIRITO MODERNO visa coordenar para o leitor brasileiro, dentre as obras consagradas pela aceitação publica, aquelas que mais diretamente buscam condensar, esclarecer e popularizar a herança cultural da espécie, tornando-a realmente e sem perda de nenhum dos finos e raros valores que sempre a caracterizaram quando não passava de legado atribuído a privilegiados eruditos, a herança comum e por todos partilhada. Além disso, incluirá a biblioteca documentos biográficos que nos familiarizem com os grandes homens e as grandes mulheres que souberam fazer de suas vidas um espetáculo de beleza ou de altura e, por esse modo, contribuíram para tornar a vida mais significativa e a civilização humana mais digna.*
> *Biblioteca de civilização e cultura, os leitores terão em seus volumes o mais rico documentário com que se poderá tentar compreender e acompanhar o longo esforço do pensamento humano para embelezar, enriquecer e dirigir a vida.*[8]

A Biblioteca como formadora do cidadão brasileiro encontrou temas que pudessem conjugar sucesso editorial e ideais democrático/liberais. Dieta que inclui o liberalismo de William James, as grandes sínteses de Durant e Churchill, as temáticas de Bertrand Russell, os libelos anti-guerra de Hemingway e a luta contra o racismo de Howard Spring.

Bibliografia:

CATÁLOGO GERAL DA COMPANHIA EDITORA NACIONAL. 1939-1940. São Paulo:Companhia Editora Nacional

CATÁLOGO "NOVIDADES" DA COMPANHIA EDITORA NACIONA*L.* nº 11, Abril/junho 1946. São Paulo: CEN.

GUINSBURG, Jacó (1997) – "O editor e o projeto – Uma proposta editorial" IN:FERREIRA, Jerusa et alli. – *Livros, editoras & projetos.* São Paulo: Ateliê Editorial: Com-Arte; São Bernardo do Campo: Bartira.

LOBATO, Monteiro (1948) – *A Barca de Gleyre. Quarenta anos de correspondência entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel* São Paulo:Brasiliense.

OLIVERO, Isabelle. 1999. *L'invention de la colection.* Paris :IMEC/Maison des Sciences de L'Homme

[8] Texto extraído de catálogo encontrado no arquivo histórico da CEN.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. 2001. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1982).* São Paulo: EHPS-PUC-SP (tese de doutorado).

VIANNA, Aurélio e FRAIZ, Priscila – (org) (1986) – *Conversa entre amigos – Correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro, FGB/Cpdoc.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Textos, contextos e personagens no horizonte de 1963: política e cinema na capital de Minas Gerais

Daniela Giovana Siqueira *

Resumo: Este artigo procura pontuar alguns aspectos do ambiente político presente na prefeitura municipal de Belo Horizonte no ano de 1963, destacando também traços do contexto social e cultural da cidade. Composição de uma teia de significados que apontam elementos capazes de destrinçar uma produção de filmes cinejornais feitos naquele ano pelo poder público municipal.
Palavras-chave: cinejornais – Belo Horizonte – história.

Abstract: This article aims to emphasize aspects present in the political environment of the city hall of Belo Horizonte in the year of 1963. Also, highlighting some traces of the social and cultural context of the city, elements of meanings that could explain the production of newsreels films made in that year for the local government.
Keywords: newsreels – Belo Horizonte – history.

Belo Horizonte no início da década de 1960 ocupava o lugar de quarta maior cidade brasileira, com aproximadamente 700.000 habitantes, a espera de atingir o seu primeiro milhão. Era o auge do processo de metropolização da cidade que, segundo o PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte -, ocorreu entre os anos de 1950 e 1977.

Em 1950, a cidade tinha pouco mais de 350 mil habitantes e viu esse número dobrar durante os dez anos seguintes devido, principalmente, ao êxodo rural, que teve na época um movimento bastante significativo. Neste período, o processo modernizador se instala definitivamente na capital mineira, ficando conhecido como "década da indústria", impulsionado pela criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), em 1952, que consolidou a instalação da indústria siderúrgica. "Assim, só, de fato, na década de 1950 é que o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte pode se dar sem os constrangimentos da carência de energia elétrica" (PAULA, MONTE-MÓR, 2001: 39).

A capital de Minas Gerais havia então passado por uma década de intensas modificações, num processo de transformação que pretendia diminuir os aspectos interioranos

* Mestranda. Universidade Federal de Minas Gerais. CNPQ

da cidade e dar início a uma modernização que projetaria o município em escala internacional. Sob o ponto de vista histórico, a perspectiva de um impulso modernizador ditou a face belo-horizontina no período, que já sinalizava por sua vez, os contornos político-administrativos da década seguinte.

A cidade no início dos anos de 1960 é o reflexo de obras construídas sob a vertente modernista cavada nas duas décadas anteriores. O prédio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MG), localizado na Avenida João Pinheiro, representa um exemplar típico das construções que ocorreram na capital mineira nesta época. Inaugurado em janeiro de 1960, causou forte impressão aos belo-horizontinos, não só pela qualidade de sua construção, mas, sobretudo, pela sua concepção estética. O edifício Mesbla, na Avenida Afonso Pena, também foi um marco do período. Mas, em nome do progresso, algumas construções do início da cidade já cediam espaço aos modernos "arranha-céus", de dez andares. O Grande Hotel de Belo Horizonte foi demolido para construção do moderníssimo Conjunto Arcanjo Maletta. Localizado bem no centro da cidade, na Rua da Bahia, o edifício Maletta assume então o posto de referência cultural de Belo Horizonte. O prédio reunia na época, a nata intelectual envolvida com o universo da política e estudantes que fomentavam a ação cultural para ser empregada de forma crítica no cotidiano da cidade. A década de 1960 inaugura novas tendências. O clima calmo se rende agora em definitivo aos imperativos da metropolização, rompendo com os comportamentos que referendavam o início do século. O asfalto nas ruas passa a dominar o cenário urbano, anunciando o fim dos bondes e a chegada dos ônibus, além do significativo aumento no número de carros particulares.

Com um crescimento médio de 7% ao ano devido ao intenso processo de urbanização migratória, a cidade chega aos anos de 1962 e 1963 com uma grave situação populacional, vendo o surgir novas favelas como a Padre Lage, Frei Carlos Josefa e João XXIII. O problema era tão grave que em 1964 é aprovada a lei nº 1072 que cria a Superintendência das Terras Urbanas e Rurais para fins de aproveitamento social. Mesmo assim, Belo Horizonte continuou a viver à mercê das leis do mercado imobiliário, que faziam nascer novos bairros numa velocidade impressionante. O cinema não ficou de fora deste processo de extensão na ocupação do solo, e marcou sua presença mesmo em áreas mais afastadas do centro, onde foram construídas salas de exibição nos bairros. Este movimento se configurou como um dos principais destaques na relação da cidade com a grande tela durante a década de 1960.

As altas taxas de crescimento demográfico, associadas à concentração do capital e da renda contribuem para a formação de um espaço de segregação, tanto no que diz respeito à especialização das atividades econômicas, quanto das desigualdades sociais. Intensifica-se a pobreza da metrópole, proliferam as favelas.

Inserida em um projeto desenvolvimentista racional, traçado inicialmente em sua fundação, o crescimento físico-espacial da cidade torna-se intenso; a concentração cumulativa de serviços e capital delineia rapidamente as marcas de macrocefalia. Belo Horizonte, já muito grande, reúne nos seus espaços, as contradições do processo intenso de urbanização. (ARAÚJO, 1995: 45) "o planejamento na cidade, mesmo em suas épocas de maior prestígio e atuação (...) – foi, sobretudo, instrumento auxiliar dos interesses do mercado, (...) que jamais foram afrontados, mesmo quando assim o exigia o interesse coletivo"(PAULA e MONTE-MÓR, 2001: 40).

Com uma campanha eleitoral que trazia por slogan a frase: Carone realiza mesmo! E com uma proposta de renovação política pautada na idéia de que Belo Horizonte precisava de um "homem dinâmico e realizador", "capaz de enfrentar e solucionar os problemas de Belo Horizonte"[1] ex-prefeito no interior, e "sem compromissos" com a elite burguesa da capital, mas com uma sólida carreira política, as eleições de 7 de outubro de 1962 sagrou vencedor em primeiro turno o então Deputado Estadual Jorge Carone Filho, candidato do PR- Partido Republicano tendo como vice-prefeito Jair Negrão de Lima do PSD- Partido Social Democrata.

Nomeado tabelião em Visconde do Rio Branco, em 1945 foi chefe do denominado "movimento queremista" (Constituinte a favor de Getúlio Vargas) na Zona da Mata, participando no mesmo ano da fundação do PTB- Partido Trabalhista Brasileiro em Minas Gerais.

> *A história do PTB ficaria, portanto, definitivamente marcada em suas origens pela relação do partido com os queremistas (...). Logo após a queda de Vargas, os trabalhistas receberam, de imediato, a orientação para transformar os comitês queremistas, que se multiplicavam em grande número de cidades, em diretórios do PTB, e em comitês eleitorais para apoio dos candidatos petebistas nas eleições que ocorreriam no final de 1945. (DELGADO, 1989: 48)*

A cidade que inicia o ano de 1963 reclama intervenções sérias. Se o impasse de energia havia sido solucionado com a criação da Cemig para suprir a carência dos serviços antes de responsabilidade de empresas privadas, outros problemas ainda precisavam de intervenções mais ousadas.

---

[1] Frases retiradas de material de campanha à prefeitura em 1962. Documentos do Arquivo Pessoal de Jorge Carone Filho.

A manchete do jornal Binômio, de vertente esquerdista, trazia "Ultimatum dos concessionários ao prefeito e à Câmara: ônibus vão parar se não sair aumento já".[2] Em outra manchete: "Relatório oficial diz: telefônica é incapaz", neste "artigo contra a compra das concessionárias de telefones e eletricidade, eu dava esta informação impressionante sobre a atuação da Cia. Telefônica de Minas Gerais, filial da Light: em 34 anos de presença na cidade, só instalou 19 mil aparelhos". (RABÊLO, 1997: 51)

O Relatório de Gestão de 1963 traça importantes aspectos institucionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte percebendo a atuação que ela mesma relata de si. Observando o cenário institucional, que é por essência político e trazendo para o presente sua eminência histórica. Segundo a Lei da Organização Municipal (hoje Lei Orgânica do Município) no Capítulo V, que determina os deveres do prefeito, art. 77, inciso VI compete ao prefeito, apresentar, no último mês de seu mandato, relatório geral de sua administração, prestando as contas relativas ao período final desta.

O documento referente àquele ano foi apresentado à câmara no dia 12 de fevereiro de 1964. Já em sua introdução apresentava o destaque que o serviço de obras tinha ganhado no município no primeiro ano de governo do Sr. Jorge Carone Filho.

> Ao observarmos os múltiplos aspectos da Capital em suas exigências chagamos à conclusão de que não era fácil determinar por onde começar. Grandes obras de base estavam sendo um desafio a quem possuísse disposição. Por elas começamos um vasto programa de realizações. Em Belo *Horizonte* entretanto, quase nada aparece. Grande em tudo, a Capital cresce sem proporções, superando todas as estimativas[3]

Dois focos se mostraram bem claros na atuação da prefeitura naquele ano: resolver o grave problema de água enfrentado pelo município e a realização de obras de infra-estrutura como habitação e vias públicas.

Este o sentido explícito do Relatório de Gestão do ano de 1963, que é, em última instância, a defesa de uma administração que privilegiou ações que atendessem a uma necessidade proeminente de busca por infra-estrutura básica no município, ao mesmo tempo em que esta mesma administração precisava ser ágil e eficiente o suficiente para conseguir junto à população o respaldo eleitoral para as eleições estaduais de 1965. Sim. A carreira política de Jorge Carone Filho já se formatava em busca do próximo desafio eleitoral: fazer do prefeito da capital o próximo governador do Estado de Minas Gerais.

Ao completar 66 anos de idade no dia 12 de dezembro de 1963, a prefeitura providenciou para a população a revista BH-63. O trabalho de pesquisa e redação ficou a cargo da Seção de Pesquisas e Estatísticas da Divisão de Documentação e Estatística do

[2] Edição de 22/04/1963
[3] Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Relatório de Gestão 1963.

Departamento de Administração. A ordem partiu do executivo. O texto que funciona como uma espécie de introdução ao conteúdo da publicação, traz em si um importante recado providenciado pela prefeitura que se apropria e expõe a um só tempo, anseios e imagens sínteses do imaginário social da cidade como as idéias de modernidade e progresso associando este imaginário ao trabalho do executivo municipal.

> Neste aniversário de Belo Horizonte, o Brasil inteiro assiste, olhando para a Capital de Minas Gerais, ao espetáculo a um tempo curioso e formidável das perspectivas contrariadas, da nutilização das previsões, do escândalo de um crescimento que ridiculariza comportas e salta as *tabelas* estatísticas. Belo Horizonte não é somente a 4ª cidade do Brasil, agasalhando a qualquer hora de observação um milhão de habitantes.**É a cidade que mais cresce em todo o mundo, cidade que precisa duplicar as casas para abrigar seu povo, triplicar as ruas para abrigar os carros, multiplicar a água para não morrer de sede.**Um crescimento assim, torna inúteis pequenos esforços e pequenos os grandes trabalhos.A atual administração vive sob o signo de uma realidade de soluções. Empenha-se em obras de grande significado, algumas das quais sem a correspondente aparência para converter os incrédulos.A realidade, a face autêntica de Belo Horizonte, com o que tem, o que está sendo feito, está em síntese neste trabalho, sem pretensão, mas verdadeiro. [4]

A revista teve por objetivo divulgar as atividades do 1º ano da administração Jorge Carone Filho. Mas revela muito mais, a notar, pelo texto que a introduz. Esta tessitura institucional propiciada por dados apresentados pelo Relatório de Gestão municipal e por este material de divulgação do período servem como subsídios para a leitura dos aspectos institucionais do poder público municipal.

O tripé: político, histórico e institucional de Belo Horizonte no ano de 1963 confere um contorno especial a cidade neste período. Um espaço urbano expressando contradições visíveis entre um anseio modernizador e a existência de grandes dificuldades na infra-estrutura de serviços básicos como telefonia, habitação e abastecimento de água. Uma prefeitura que possuía uma estrutura administrativa herdada de meados da década de 1950 e que na década de 60 precisaria dar conta de novos problemas administrativos obrigando a criação de superintendências[5] e serviços[6] para atender as crescentes demandas do município. E uma conjuntura política em que atuavam forças contrárias entre si (governo federal e governo estadual) influenciando a cidade na sua própria condução político-administrativa. Pela multiplicidade destes aspectos, se justifica a escolha do ano de 1963, para análise da produção específica de filmes políticos realizados pelo executivo municipal na cidade de Belo Horizonte no primeiro ano de administração do prefeito Jorge Carone Filho.

---

[4] Revista BH-63. Seção de Pesquisas e Estatísticas da Divisão de Documentação e Estatística do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Encontrada no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

[5] Lei nº 1072 de 02/01/1964 cria a Superintendência das Terras Urbanas e Rurais

[6] Decreto nº 10634 de 29/03/1963 cria o Serviço de Relações Intermunicipais

Enquanto a comissão de construtores comandada por Aarão Reis planejava com uma racionalidade matemática os contornos geométricos da futura capital de Minas Gerais, a Europa conhecia em 1895 a invenção do cinema feita pelos irmãos Lumière. "Assim, Belo Horizonte nasceria em 1897 já sob o signo audiovisual exibindo sua primeira sessão de cinema seis meses depois, em 10 de julho de 1898, quando a cidade ainda buscava se entender enquanto nova capital" (BRAGA *et alli*, 1995:7). Neste trabalho não temos espaço para elucidar a relação da cidade com o cinema pelo fio da permanência no tempo, desde a sua fundação até à década de 1960 como gostaríamos de fazer. Mas para se ter uma idéia, nos "primeiros oitenta anos da capital quase uma centena e meia de salas de exibição se movimentaram no tempo e no espaço" (BRAGA *et alli*, 1995: 11).

Mas o nosso foco é mesmo o início da década de 1960, porém, não podemos entendê-la sem antes conhecer um pouco do que se passou na cidade na década anterior.

Nos anos de 1950, a cidade já apresentava um público cativo, bastante aplicado. Ir ao cinema configurava-se em um hábito quase religioso, que revelava por sua vez, a importância social que possuía. Em um depoimento do cineclubista Raimundo Fernandes é possível sentir o tom deste clima:

> "Belo Horizonte ainda era uma cidade pequena, que propiciava e facilitava o agrupamento das pessoas. (...) Desistia-se de um almoço para ficar conversando sobre cinema. Na estréia de Cantando na Chuva, *em* uma noite de sábado, no Cine Metrópole, ficaram, todos, o resto da noite sem dormir, encantados pelo filme." (RIBEIRO, 1997: 45)

A experiência cinematográfica da cidade de então, tornava possível existirem outras formas de se transmitir emoções por meio das imagens em movimento. O modelo, inaugurado no final de 1949, chamava-se Cine-Grátis. O projeto percorria vários bairros da cidade apresentando filmes de longa ou curta-metragem, além de *shows* e concursos voltados para a população. As sessões começavam às 19 horas e chegava a reunir cerca de duas mil pessoas, que formavam um público fiel à iniciativa. O custo era arcado por patrocinadores que tinham suas peças publicitárias anunciadas em *slides* coloridos nos intervalos das películas.

"As imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela. Assim, se faz necessário, além de ver a imagem urbana, discriminar características que revelem como outra face, a cidade como objeto de conhecimento". (FERRARA, 2002: 118). A imagem urbana é um dado perceptivo, permite desenvolver a informação que a vivência urbana estimula. Uma cena em que se vêem duas mil pessoas em

pé, reunidas nas ruas e em praças públicas à frente de uma tela que recebia a projeção de uma luz e com isso imagens em movimento de seres humanos falantes podiam ser vistas é no mínimo muito curiosa. Mas para, além disso, o número de expectadores, a itinerância e as características do projeto Cine-Grátis demonstram intrínsecas relações de interesse da população belo-horizontina com o cinema.

O poder público municipal não se punha à parte deste fluxo popular do cinema e da cidade e também propunha sua atuação na área. Por meio da Lei Municipal nº 0522 de 30 de novembro de 1955 foi criada a Seção de Cinema Educativo da Prefeitura que se destina a promover exibições cinematográficas de caráter educativo e cultural nos estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade, bem como a colaborar na campanha de educação popular nos bairros e vilas da Capital. A nova seção era subordinada ao Serviço de Turismo e Recreação do Departamento de Educação e Cultura. O artigo 5º desta lei é enfático atribuindo ao próprio prefeito à tarefa de baixar as instruções reguladoras das atribuições do Cinema Educativo. Nenhuma documentação sobre as atividades desta seção foi encontrada junto ao Arquivo Público, Câmara Municipal ou departamentos da atual prefeitura para que um quadro mais amplo desta ação governamental pudesse ser melhor estudado. Mas o indício da atuação da prefeitura na área do cinema fica registrada e o foco da ação bem delimitado, como mostra o texto do Art. 4º do Decreto nº 0478 de 25 de maio de 1956: "as exibições cinematográficas, preferencialmente de películas educativas serão feitas nos estabelecimentos de ensino mantidos pela Municipalidade, em logradouros públicos e em outros recintos, a critério do Prefeito". A administração municipal já estava atenta às possibilidades do cinema e de sua eficaz absorção pela população da cidade. Ter às mãos um arcabouço montado que pudesse colocar a municipalidade próxima das pessoas, e, ao mesmo tempo, poder se fazer presente neste fluxo cinematográfico de grande repercussão na cidade, seria em verdade uma atuação bastante positiva. Um outro indicativo para esta afirmação apóia-se no fato de em 1961 a Seção de Cinema ter subido na hierarquia da administração municipal passando a integrar a estrutura do Serviço de Relações Públicas, subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito.[7] A portaria nº 0997 de 5 de dezembro de 1958 expressa em seu texto a consciência do poder público municipal com a relação que a cidade travava com o cinema. "Considerando que o cinema é uma das diversões mais difundidas na Capital mineira (...) fica criada a Comissão Especial de Fiscalização de Cinemas, diretamente ligada ao Departamento de Fiscalização (...) Esta Comissão promoverá diligências, vistorias e, se necessário, perícias para o rigoroso

[7] Lei 0860 de 10 de fevereiro de 1961.

exame técnico das instalações de cada cinema, especialmente para o fim de lhe ser concedida licença especial, para que funcionem como exibidores de filmes da categoria cinemascope". A comissão era mista e contou inclusive com a participação do cineclubista e jornalista Ciro Siqueira, à época, um dos nomes mais influentes na crítica e do fomento à discussão cinematográfica na cidade de Belo Horizonte.

Belo Horizonte ficaria conhecida e se tornaria respeitada por sua vocação crítica e pensadora do cinema, produtora sim de conhecimentos sempre bem trabalhados em torno do cinema como arte e cultura. O ícone deste movimento foi a Revista de Cinema, publicação fundada em abril de 1954 que transformou a cidade em um pólo difusor do pensamento filmográfico nacional.

Exemplo do alcance da revista pode ser percebido no depoimento de Geraldo Veloso sobre um encontro que ele teve com Glauber Rocha, quando este esteve na cidade.

> *Eu falava com ele: 'Vocês estavam muito mais avançados do que nós. Estávamos falando sobre os filmes, buscando teorias do específico fílmico e vocês estavam metendo a mão na massa. Para a minha geração, isso era muito importante'. Ele então respondeu: 'Nós estávamos fazendo filme na Bahia, porque a gente estava lendo a Revista de Cinema (RIBEIRO, 1997:41).*

A década de 60 continua a registrar um crescimento no número de salas de cinema do circuito comercial, principalmente nos bairros. O movimento cineclubista por sua vez lança mão de câmeras de 16mm para registrar anseios e trazer para a prática cinematográfica as reflexões feitas no interior dos encontros. Um impulso de produção contínuo ao longo da década de 1960 e bastante representativo do período. Contracenando com este cenário, outras produções.

Entre o registro das obras públicas realizadas pela prefeitura e o relato cinematográfico dos fatos socioculturais dos belo-horizontinos, vinte e sete cinejornais foram produzidos naquele ano de 1963. Ao redor do gestor público municipal, a construção de um discurso sobre a cidade, revelando uma correlação de forças políticas, parte de um jogo, de um conflito social presente no interior da municipalidade da capital de Minas Gerais. Elementos que tecem os fios de uma produção cinematográfica feita para atender ao poder público municipal.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Luiza Grossi. *Percepção e planejamento em ambiente urbano: o projeto de renovação do centro de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG. (Dissertação, Mestrado em Geografia), 1995.

BRAGA, Ataídes et. al. *O fim das coisas: as salas de cinema de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Cultura/Centro de Referência Audiovisual, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB do Getulismo ao reformismo (1945-1964).* São Paulo: editora Marco Zero, 1989.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Os significados urbanos.* São Paulo: Ática, 2002.

PAULA, João Antonio de, MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. As três invenções de Belo Horizonte. In: *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE BELO HORIZONTE.* Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Planejamento/ Departamento de Informações Técnicas, 2001.

RABÊLO, José Maria (direção). *Binômio. Edição histórica.* Belo Horizonte: Armazém de Idéias/Barlavento Grupo Editorial, 1997.

RIBEIRO, José Américo. *O cinema em Belo Horizonte: do cineclubismo à produção cinematográfica na década de 60.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rebeldia Juvenil e Cinema: uma tradição inventada no século do espetáculo

Hamilcar Silveira Dantas Junior*

Resumo: O século XX foi o século da juventude, de uma cultura que lhe identificava como tal, e do cinema, que maximizou a imagem juvenil. Considerando que a juventude é uma construção sócio-cultural, parte-se do princípio que a face da juventude como naturalmente rebelde foi uma tradição inventada e espetacularizada. Os movimentos estudantis materializaram a crença numa identidade que subvertia a lógica revolucionária clássica, criando experiências de revolta. Tais experiências foram assimiladas pela razão instrumental e os protestos sociais tornaram-se apêndices da lógica espetacular. A partir do cinema, concluiu-se que a indústria hollywoodiana construiu uma idealização da rebeldia juvenil, baseada em ícones como James Dean, assim como o cinema brasileiro tornou-se uma fonte de estereotipagem do jovem como "revolucionário", frente às experiências de confronto à ditadura e à ordem social-moral.
Palavras-chave: Juventude rebelde; cinema; tradição.

Abstract: The 20th Century was the century of youth, of a culture that identified it as such, and of cinema, which maximized its juvenile image. Considering that youth is a social and cultural construction, we start from the principle that the feature of youth as naturally rebellious was an invented tradition and made into spectacle. The student movement materialized the belief of an identity which subverted the classic revolutionary logic, creating rebellious experiments. Such experiments were assimilated by instrumental reason and the social protests became appendixes of the spectacular logic. Beginning from cinema, we conclude that the Hollywood industry built an ideal of juvenile rebelliousness, based on icons such as James Dean, just as the Brazilian cinema became a source to stereotype youngsters as "revolutionary", face the experiences of confrontation to dictatorship and to moral and social order.
Key-words: rebellious youth; cinema; tradition.

O século XX teve como fundamento histórico, a imagem. A face imagética do século consolidou o ímpeto da juventude que imprimiu marcas ainda sentidas no cotidiano atual, principalmente no discurso educacional que "prepara as novas gerações para o futuro", e no discurso esportivo e da indústria da estética/cosmética que prega o "ser eternamente jovem".

As imagens da juventude na história, principalmente no cinema, têm orientado ou sobrecarregado as novas gerações dado que as experiências do presente são guiadas pelo conhecimento do passado. Em larga medida, quanto à memória social, as imagens do passado

* Doutorando em Educação LEPEL/FACED/UFBA; Professor Assistente/UFS; Pesquisador do Grupo de Pesquisa "História Popular do Nordeste"/UFS; Bolsista PQI/CAPES.

legitimam geralmente uma ordem social presente (CONNERTON, 1999). É possível, então, refletir que a capitalização das imagens e sua fluidificação em bases culturais industriais legitimam e aprisionam os sujeitos em torno de uma dada ordem social. Tal movimento foi vital, na segunda metade do século passado, pois a juventude buscava suas identidades, foi alçada ao centro da história como protagonista, ligou-se diretamente à sociedade de consumo e se sedimentou na memória como rebelde e contestadora.

Como a juventude esteve em cena, suas marcas estiveram presentes na história mas sua memória e suas identidades foram tatuadas no corpo, posto que as práticas sociais são externadas corporalmente e aí têm suas marcas perpetuadas. Connerton (1999) destaca duas práticas sociais que torna possível enquadrar a memória: as práticas de incorporação e as práticas de inscrição. A incorporação se refere à comunicação entre corpos presentes – aperto de mãos, abraços, sorrisos, palavras dirigidas - que se processam enquanto os corpos estão se comunicando. Já a prática de inscrição alude às ações intencionais de capacitação e conservação de informação, muito depois do organismo humano ter deixado de informar – fotografias, fitas de áudio, imprensa. Na esfera cultural, o cinema, a literatura, a música e a televisão seriam práticas de inscrição, enquanto o teatro seria uma prática de incorporação pois de comunicação direta entre os artistas e espectadores. Na dinâmica social espetacular, os limites entre espaço e tempo estão diluídos, portanto é um desafio apreender a ação juvenil na história e os mecanismos efetuados de enquadramento da memória de suas práticas através das artes, notadamente do cinema, suas representações e sua transversalidade no curso histórico.

O objetivo deste trabalho, portanto, é apreender a compreensão da juventude como rebelde e contestadora, através do cinema, considerando-a uma tradição inventada[1]. Por conseguinte, opera com a análise do cinema como um espaço fundamental de fabricação de tradições na modernidade. Tomo por princípio a hipótese de Ferro (1992), de que o filme é História e todas as crenças, intenções, imagens, imaginário e memória veiculadas cinematograficamente são História, inclusive as imagens e memória da juventude.

---

[1] Hobsbawm (2002: 9) define "tradições inventadas" como "*...um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado*". Tais tradições têm por função garantir coesão social, legitimar instituições, status e relações de autoridade, sobretudo socializar imagens unificadoras, especialmente em cerimônias, espaços e símbolos públicos, além das práticas corporais socialmente aceitas e reconhecidas. A escola e o esporte, com suas características e rituais que remetem às tradições, têm essas funções, principalmente por se comunicarem e abarcarem a juventude em seus seios.

O século do movimento espetacular foi o século da juventude que teve expandida, sem limites, uma cultura que lhe identificava como tal. A partir dos anos de 1950, os jovens rejeitavam o rótulo de crianças e adolescentes, negando por completo qualquer humanidade acima dos 30 anos de idade. A lógica era que a juventude era a vida e esta se encerrava jovem como James Dean no cinema e os músicos Janis Joplin, Jimi Hendrix e Jim Morrison, mortos ao sabor dos seus 27 anos. "Viva rápido e morra cedo" era a tônica. A juventude era, finalmente, internacionalista e, não obstante, certa hegemonia cultural dos EUA, a juventude abria-se à música caribenha, latina e africana, bem como ao cinema francês da *nouvelle vague* e do neo-realismo italiano.

Certo é que não há unidade nesta cultura juvenil, não foi para todos – notadamente os miseráveis do Terceiro Mundo – e nem buscavam transformar a política, mas somente abalar as estruturas. Tal cultura era informal e antinômica: liberação pessoal e liberação social eram a mesma coisa, onde sexo, drogas e *rock and roll* eram nódulos de enfrentamento do Estado, dos pais, dos vizinhos, da lei:

> *... o grande significado dessas mudanças foi que, implícita ou explicitamente, rejeitavam a ordenação histórica e há muito estabelecida das relações humanas em sociedade, que as convenções e proibições sociais expressavam, sancionavam e simbolizavam (HOBSBAWM, 1997: 327).*

Posta essa consideração, este trabalho contrapõe-se a algo incrustado na memória ocidental: o jovem é por natureza rebelde e revolucionário! Os estudos de Luzzatto (1996) atestam que os jovens estiveram mais presentes e aliados a organizações burguesas de manutenção do *status quo* na Europa do século XIX do que vinculados a ideais revolucionários. Em regimes totalitários, a juventude tornou-se a representação do construtor, do trabalhador, do atleta, do estilo de vida que marca, purifica e glorifica uma raça, especificamente nos moldes do fascismo italiano e nazismo alemão.

A idéia de juventude como turbulenta, rebelde que precisava se enquadrar à ordem, é uma "tradição inventada" no pós 2ª Guerra Mundial, com um auxílio fantástico da indústria cinematográfica hollywoodiana (PASSERINI, 1996). A linguagem, o vestuário, a postura e a atitude a partir dos anos 50, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, coincidiram com movimentos históricos que marcaram indelevelmente a humanidade.

A revolução socialista na China, a guerra da Coréia, a descoberta do totalitarismo e dos massacres promovidos pelo socialismo soviético, as lutas contra o colonialismo no norte da África e na América Latina, principalmente a guerra da Argélia e a revolução cubana na década de 1950, espraiaram-se ao longo dos anos 60 com as manifestações de massa contra a guerra no Vietnã, as lutas pelos direitos humanos e igualdade racial nos Estados Unidos, os

movimentos estudantis no "maio de 68" na França e na Primavera de Praga. Acenava-se, então, para uma possível "rebelião mundial" com a cara da juventude.

Os movimentos estudantis, principalmente o "maio de 68", materializaram a crença numa identidade fundada no fato de pertencerem à mesma classe de idade, não classe social. Subvertia-se a lógica revolucionária clássica consistindo em movimentos de questionamento da concepção e das experiências históricas da tradição revolucionária moderna. Buscava-se o socialismo, mas ao rejeitar a experiência soviética a orientação se subdividia em várias vertentes: maoistas, trotskistas, guevaristas que, entretanto, ninguém sabia onde iam dar. Alguns estudantes radicais continuaram atuando em práticas terroristas de pequenos grupos que, não obstante alguma publicidade, jamais tiveram qualquer impacto político. Em contrapartida, Jappe (1999), estudioso da Internacional Situacionista e sua participação nas revoltas do "maio de 68", atesta que essa foi uma das cesuras profundas do século XX, com um sentimento profundo de que "tudo era possível", de renúncia de toda e qualquer autoridade.

Independente das discordâncias é fato que os jovens atuaram na cena pública, foram reflexos de uma tradição inventada – a rebeldia juvenil – mas subverteram outras tradições. A progressiva espetacularização da sociedade capitalista e a indústria moderna do cinema reverteu esses movimentos a seu favor.

Nesse contexto é notória a contribuição de Bernardo Bertolucci no seu filme "*Os Sonhadores*" (2003). Num amálgama entre história e ficção, o cineasta italiano mostra que as motivações dos jovens no "maio de 68" não se prendem a fórmulas prontas como "tomar o poder" ou "instituir o socialismo". A paixão pelo cinema, pelas artes, pela contestação, pela contra-cultura revela que, grosso modo, a perspectiva era afrontar toda e qualquer convenção social, da família ao Estado.

Por seu turno, afastado das reivindicações da Europa e EUA, o Terceiro Mundo foi o palco revolucionário do século XX, pois a partir da década de 1950, todos os Estados desse bloco atravessaram revoluções, golpes militares ou conflitos bélicos. Na tênue linha que separavam EUA e URSS poucos foram os esforços desta última em ampliar a revolução socialista, mesmo nos países da América Latina propensos a isto. O Terceiro mundo era então o grande potencial de revolução social mundial e alguns países, como Cuba em 1959 e Argélia em 1962, conseguiram com esforços próprios se auto-proclamarem socialistas. Segundo Hobsbawm (1997), o caso emblemático era Cuba. Embora radicais, Fidel Castro e os jovens que liderava jamais foram comunistas ou nutriram quaisquer simpatias marxistas, mas sabiam que o governo revolucionário só seria viável com o auxílio da organização do Partido

Comunista Cubano e o apoio da URSS. Com esse coquetel explosivo, a experiência cubana enraizou-se no imaginário como o cerne ideal de revolução: heroísmo, romance, ex-líderes estudantis, projetos sociais de acesso aos direitos: educação e saúde.

A razão instrumental que sustenta o mundo do capital não titubeou em canalizar aos seus interesses este movimento. Para o trabalhador e consumidor da vida moderna, os bombardeios publicitários instituíram um "capital-juventude", que produzia uma inovação estética na qual a tônica era: "é proibido envelhecer" (DEBORD, 1997). A estética designa o conhecimento sensível ou a mediação entre a sensualidade subjetiva e o objeto sensual. Posta então no círculo do capital, a estética realiza o valor de troca agregado à mercadoria, impulsionando o desejo de possuí-la. Como chegamos ao estágio de indiferenciação entre homens e coisas, se não compro a mercadoria, almejo sê-la. Produz-se o que Haug (1997) denomina de "fetichização da juventude" ou a obrigação mercadológica de ser jovem.

Tal lógica de industrialização da juventude termina por subverter a dinâmica dos protestos e reivindicações sociais. A revolta torna-se, tão somente, um apêndice do espetáculo. Passerini (1996) demonstra como o cinema hollywoodiano construiu a forma da rebeldia juvenil, pasteurizando-a. Filmes como "*O selvagem*" (1953), de Laszlo Benedek, "*Sindicato de ladrões*" (1954), de Elia Kazan, "*Vidas amargas*" (1955), de Elia Kazan, e "*Juventude transviada*" (1955), de Nicholas Ray, alçam a imagem de Marlon Brando e James Dean ao panteão do jovem rebelde idealizado que faz o que quer e afronta as estruturas. Mais à frente, ao final da década de 60, "*Sem destino*" (1969), de Dennis Hopper, atualiza a rebeldia juvenil que deve pôr o "pé na estrada", não aceitando a enquadramento do tempo industrializado utilitário da sociedade moderna.

No âmbito da política, o fato de Fidel Castro tomar o poder aos 32 anos de idade, do Presidente John Fitzgerald Kennedy representar, imageticamente, a democratização dos anseios juvenis de liderança ceifados com seu assassinato em 1963, a aceitação de líderes jovens tornara-se uma imposição. A imagem do jovem revolucionário Che Guevara corria o mundo em posters, broches, camisetas, transformando-o num ídolo pop. Na arte, na política, no esporte, o espetáculo produziu suas "vedetes" que, segundo Debord (1997), seriam a representação do homem vivo impresso num papel a desempenhar, numa imagem que simbolizava variados estilos de vida, variadas formas de compreensão da sociedade.

Nesta questão opõem-se duas obras fundantes para a compreensão do movimento revolucionário juvenil: o realismo cortante, cru e quase documental de "*A batalha de Argel*" (1965), de Gilo Pontecorvo e a romantização da tomada de consciência revolucionária do jovem médico Ernesto Guevara em "*Diários de motocicleta*" (2004), de Walter Salles.

Corroborando nossas considerações, este filme, com total apoio da indústria cinematográfica norte-americana, tornou-se grande sucesso de público, dando contornos ainda mais belos ao jovem "Che".

No caso do Brasil, considero que a invenção do "jovem rebelde e contestador" remete aos anos 60, das reivindicações por reformas de base à luta contra a ditadura. Com distintos níveis de participação, o extrato mais representativo foi a classe média intelectualizada: estudantes politicamente ativos desde os grêmios escolares, professores universitários, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Isto posto, o cinema nacional vicejou o enquadramento da memória da juventude rebelde acenando, na última década, para uma problematização dessa questão.

Naqueles anos, uma das grandes formas de oposição ao regime adotada pelos jovens era a arte engajada. De início a partir dos Centros Populares de Cultura da UNE pregando a construção de uma cultura autenticamente nacional, mas que são fechados e postos na clandestinidade pelo golpe. Seguiu-se com o teatro de vanguarda, o cinema novo e a música de protesto. Era a época de um "romantismo revolucionário" que buscava a formação de um homem novo nos moldes humanistas divulgados por Che Guevara. Contudo, um homem enraizado no passado, idealizado no interior do país, não contaminado pela urbanidade capitalista (RIDENTE, 2000). Tal construção estereotipou um jovem que lutou contra a ditadura, esquecendo-se de boa parte que não foi às ruas ou optou por estratégias outras que não a luta armada.

No cinema, filmes de sucesso como "*O que é isso, companheiro?*" (1997) de Bruno Barreto, "*Lamarca*" (1994) e "*Zuzu Angel*" (2006) de Sérgio Rezende, reforçaram a construção desses arquétipos. No caso luminar do primeiro, enfatizando um movimento contraditório diante da memória legada: o torturador com crises de consciência e o revolucionário cruel, capaz de assassinar os companheiros em benefício da causa. Reforçando os estereótipos, "*Pra frente Brasil*" (1982) de Roberto Farias, revela a exposição do homem comum aos sabores sádicos da ditadura, vinculando-a à euforia pelo tricampeonato mundial de futebol no México e o entorpecimento coletivo.

Em direção contrária, outros filmes têm problematizado questões importantes e que eram minimizadas ou omitidas pelo clima de efervescência política. Em "*Dedé Mamata*" (1986) de Rodolfo Brandão, a imersão de um jovem, cujos pais "desapareceram", no mundo do consumo e do tráfico de drogas que o obriga a fugir do país no mesmo momento em que os exilados estão retornando. Os jovens que lutaram estão de volta, os que não tiveram a mesma atuação e foram entregues à própria sorte são dispensados do país enquanto iria construir sua

democracia. Em "*Caminho dos sonhos*" (1998), de Lucas Amberg, um jovem judeu e um jovem negro enfrentam os preconceitos mútuos de suas famílias, além das discriminações próprias dos colegas do colégio católico onde estudavam, no qual parte dos alunos é composta de parentes de militares do alto escalão da ditadura. Nesse momento, os conflitos políticos não obscurecem os ranços históricos que sustentaram a ocupação do território brasileiro, principalmente nas cidades. No filme "*1972*" (2006), de José Emílio Rondeau, o cineasta busca revelar a ótica do jovem que não estava engajado na luta pela democracia, objetivava apenas viver a juventude dentro de suas infinitas possibilidades de ser feliz, ressaltando o choque cultural e político entre o jovem da periferia e a menina da classe burguesa. Finalmente, o filme "*O ano em que meus pais saíram de férias*" (2006), de Cao Hamburger, aponta outras luzes para os vínculos entre a ditadura e o esporte na Copa de 70 quando, sob o olhar de um garoto, que teve os pais arrancados de seu convívio, o futebol torna-se o elemento vital de ligação com a existência, de mediação com as comunidades italiana e judaica nas quais ele é lançado, com o sentido de pertencimento a um grupo, a um país, sem que deva ser rotulado de alienado, mas um sujeito vivente de seu tempo.

Ao desmistificar os estereótipos e arquétipos legados pela memória, objetivo demonstrar que a juventude não é taxada de revolucionária ou rebelde por natureza, principalmente no seio dos problemas complexos que atravessam o Brasil. A rebeldia juvenil é uma tradição inventada que se tornou paulatinamente espetacularizada. Imersos na ditadura e na reconstrução democrática da nova república, os jovens foram rebeldes e revolucionários, mas também preferiram "ficar na sua"; alguns lutaram pela democracia, outros sequer souberam o que era isso; alguns protestaram, outros apenas buscaram seu emprego; uns tiveram acesso à educação de qualidade, outros nunca sentaram num banco escolar. Entendo que os jovens procuram sempre, inserirem-se no contexto social e serem aceitos: em momentos de contestação são contestadores, em momentos democráticos buscam seu espaço. Não estou deduzindo que a juventude está a reboque dos rumos históricos, mas que na construção da sociabilidade moderna, entre o conflito dos valores humanistas e os valores pragmáticos e utilitários, os jovens tencionam com a história, eternamente caminhando na "corda bamba", oscilando, mas seguindo em frente.

Referências Bibliográficas:

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERRO, M. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HAUG, W. F. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: UNESP, 1997.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Introdução: a invenção das tradições. In: _____ e RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JAPPE, A. **Guy Debord**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUZZATTO, S. Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917. In: LEVI, G. e SCHMITT, J.-C. (Orgs.). **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2: a época contemporânea. p. 195-258.

PASSERINI, L. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, G. e SCHMITT, J.-C. (Orgs.). **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2: a época contemporânea. p. 319-382.

RIDENTE, M. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Multiculturalismo (s) e ensino de história na fronteira Brasil-Uruguai: revelando resistências e encontros

Regina Célia do Couto*

Resumo: Neste texto apresentamos conclusões parciais do projeto que vem se delineando na Fronteira do Brasil com o Uruguai (Unipampa/UFPel/RS, Campus - Jaguarão/RS). Nosso objetivo é analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para tanto, revisamos um pouco da História do Brasil e do ensino de história, no que se refere, principalmente às questões étnico-raciais e optamos por desvelar os multiculturalismos explícitos e implícitos no documento, tratando-o com um currículo oficial veiculador de culturas.
Palavras-chave: Multiculturalismo, ensino de história e currículo.

Abstract - In this text we show the partial conclusions of the project that is being formed in the border Brazil - Uruguai ((Unipampa/UFPel/RS, Campus - Jaguarão/RS). Our goal is to analyze the National Guidelines of the Curriculum for the Education of the Ethno-Racial Relationship and for the teaching of History and Culture Afro-Brazilian and African. For that, we revised a little of the History of Brazil and also the teaching method of History, referring, specially, to the questions ethno-racial and choose to unveil the explicit and implicit multi culturalisms of the document, treating it with an official culture transmiting curriculum.
Keywords: multi culturalisms, teaching of History and curriculun.

I- Situando a questão étnico racial: entrecortando essa história

A idéia de uma democracia racial –mito da democracia – foi construída ao longo da história brasileira. De Nina Rodrigues, que degenerava a mestiçagem – visão negativa da mistura- a Gilberto Freyre - que se opunha às idéias de Nina – apresentando uma perspectiva cultural e social da questão racial no Brasil em "Casa-grande e Senzala"; a formação da sociedade brasileira vem se atropelando entre antagonismos e generalizações em relação às questões étnico-raciais.

Nas últimas décadas do século XIX, a esta preocupação se agregaram outras mais, sobretudo, a partir dos anos de 1870. Como revela Gontijo (2003: 57): "Discursos fatalistas e pessimistas surgiram em meio ao que foi interpretado por diversos autores, como: medo da

* Universidade Federal de Pelotas (UFPel/RS), Unipampa, Campus Jaguarão. Mestre em Educação (UFU/MG).
Financiadora: UFPel/RS, Unipampa, Campus Jaguarão.

miscigenação, que muitos acreditavam ser responsável pela degeneração da população, o que, conseqüentemente, comprometia a própria existência da nacionalidade." Alegava-se - entre a intelectualidade cientificista da época – a supremacia branca, as desigualdades entre as raças e o mal da miscigenação. A solução seria, portanto o embranquecimento da raça.

Contudo, a idéia que prevaleceu no país foi a de uma convivência harmoniosa entre as raças. A partir do início do século XX "ganhou espaço uma leitura da diversidade, como singularidade brasileira, algo que passou a ser visto como estratégico na construção da identidade nacional" (IGONTIJO, 2003: 59).

A diversidade brasileira passou por construções discursivas positivas e negativas, com relação a essa peculiaridade. Na concepção de nação empreendida pelo estado-novista, o problema da nacionalidade ganha maquiagem de democracia racial brasileira. Segundo Gontijo (Ibid.,: 61), a sociedade brasileira era interpretada como fruto do caldeamento de três 'raças' e cultura', cujo resultado seria o mestiço.

O Brasil é visto como um caldeirão de raças persistindo o mito da democracia racial. De acordo com Viana (2003: 106) no pós-guerra, uma nova geração de cientistas ligados à USP, obteve em suas pesquisas resultados que iam na contramão da idéia de "democracia racial". E ao longo da década de 90 estudos revelam "novos dados relacionando as desigualdades raciais brasileiras às diferenças de oportunidade e de tratamento no presente, superando a idéia de que o preconceito entre nós se devia apenas, a uma herança do passado escravista, que diminuía com o decorrer das gerações." (Ibidem.: 106) A falácia foi denunciada.

Percebemos que nos últimos anos do século XX, as questões étnico-raciais são reinterpretadas á luz de diferentes posicionamentos epistemológicos, visto que, em diferentes regiões do mundo aceleram-se os embates étnico-raciais e cresce o número de movimentos populares organizados.

No âmbito educacional as discussões em torno da diversidade cultural brasileira se revigoraram principalmente a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais[1] (BRASIL, 1996-1997) para todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento e os Temas Transversais (BRASIL, 1996-1997). Estes PCNs, são oriundos de um projeto educativo mais

[1] Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) foram organizados em áreas de conhecimento e temáticas transversais. As áreas são: Arte, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. Os temas são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural.

amplo definido a partir da LDBEN 9.394-96 e foram discutidos em Encontros, Congressos, Simpósios, etc.

Percebe-se que a produção, publicação e distribuição de currículos nacionais, produto de políticas públicas, também constituem uma prática adotada pelo atual grupo político de esquerda que assumiu o governo federal desde 2003. Recentemente foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana[2] - DCNs - (BRASIL, 2004). Neste sentido questionamos: Qual proposta (multi) cultural está explícita e implícitas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

Por que optamos por analisar a documentação proposta? Primeiro porque a documentação oficial expressa a Política Educacional e revela de certo modo, o que o poder político preconiza para a educação brasileira. Em segundo lugar, os currículos oficiais representam um redirecionamento de políticas e ações para educação das "relações étnico-raciais" e vêm carregados de significados. Não são isentos de ideologias. Revelam concepções de cultura. Inibem outras.

Assim, cremos que os documentos oficiais são representações de uma época, ou seja, imagens, opiniões, informações, crenças que envolvem questões de poder, identidades e saberes.

II- Multiculturalismo (s) nas DCNs: algumas nuances

A História ensinada na escola fundamental brasileira desde o século XIX esteve atrelada aos valores culturais e sociais da sociedade européia.

Nos anos 30 do século XX, a tese da "democracia racial" era, explicitamente, expressa e difundida em programas e livros didáticos de ensino de História. A preocupação do Governo Federal era viabilizar uma educação culturalmente nacionalista e homogeneizadora. Nessa perspectiva de ensino, o povo brasileiro aparecia como descendentes de europeus, índios e negros gerando o mestiço.

Com a Reforma Educacional –Lei 5692/71, Fonseca (2003: 90) afirma que na história ensinada, nessa época, a principal conseqüência "é a exclusão: sujeitos, ações e lutas sociais são excluídos."

[2] A partir deste momento adotamos, para simplificar a leitura e escrita, a seguinte nomenclatura para o documento: DCNs.

Os anos 80 e 90 foram importantes para o setor educacional principalmente a partir da implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN 9.394/96).

No final dos anos noventa as questões sobre a diversidade cultural brasileira foram problematizadas através de estudos sobre os documentos oficiais – PCNs de História e o Tema Transversal Pluralidade Cultural, dentre outros.

No Brasil há questões particulares, e diríamos enraizadas na sociedade, como o mito da democracia racial, que se relaciona às questões étnico-raciais e da diversidade cultural e por sua vez ao multiculturalismo.

Neste sentido argumentamos a favor do multiculturalismo crítico que compreende

> *a representação de raça, classe, e gênero como o resultado de lutas sociais mais amplas sobre os signos e significações e, neste sentido, enfatiza não apenas o jogo textual e o deslocamento metafórico como forma de resistência, (...) mas enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados. (MCLAREN, 2000: 123)*

Na documentação em análise começaremos pelo objetivo das DCNs (2005: 5):

> *O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.*

A partir deste objetivo geral o documento traça linhas que permitem discutir a importância dessas ações políticas para o Brasil, a educação e para a reparação das injustiças que os descendentes de escravos sofreram - e sofrem – no percurso da história. Não é prematuro afirmar que tal objetivo é revelador do quão se faz necessário articular educação com as questões étnico-raciais revertendo lógicas excludentes e parasitárias das diferenças e isto requer também problematizar as DCNs nos contextos de sua efetivação.

No documento também há proposições de reverter os males de séculos de reclusão e negação das populações injustiçadas pelos modelos políticos anteriores. Contudo como afirma Mclaren (2000: 126-127), compartilhando das idéias de Darder (1992),

> *as posições liberais e conservadoras de cultura também assumem que a justiça já existe e precisa apenas ser igualmente distribuída. Entretanto, tanto educadoras quanto estudantes precisam perceber que a justiça não existe simplesmente porque a lei existe. A justiça precisa ser continuamente criada e sua luta constantemente definida.*

A tônica do discurso das DCNs. é compactada por três proposições gerais que perpassam todo o corpo do texto: *reparação,*[3] *reconhecimento* e *valorização* da cultura, da história, principalmente do afro-brasileiro.

[3] Grifo nosso.

Assim nos diz o documento (DCNs.: 11-12)

> *Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-descendentes, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.*

Lemos todo esse discurso como políticas culturais ou como afirma Mclaren (2000: 126):

> *As políticas conservadoras e liberais sobre a diversidade constituem, muito freqüentemente, uma tentativa de compreender a cultura como um bálsamo calmante – o resultado da discórdia histórica -, uma espécie de presente mítico onde as irracionalidades do conflito histórico foram gentilmente solucionadas.*

Consideramos, que esta política representa um desejo de devolver às populações afro-descendentes suas histórias e melhores condições sociais que lhe foram negadas. É uma tentativa de resgatar as contribuições dos mesmos e concomitantemente rever as relações de subordinação e dominação que naturalizaram determinadas culturas em detrimento de outras.

Destacamos quatro evidências na proposta que vão de encontro à nossa discussão. Há tônicas fortes no discurso das DCNs: 1) Valorização da diversidade étnico-racial. 2) Combate ao racismo, mito da democracia racial, discriminações, preconceitos. 3) Resgate histórico da contribuição dos afro-brasileiros. 4) Ações educativas de combate ao racismo e a discriminação. Todas essas questões estão entrelaçadas por determinações de cunho reparatório, de reconhecimento e de valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e querem representar as vozes negadas historicamente na sociedade, nos currículos ensinados nas escolas e estão intimamente ligadas ao multiculturalismo.

Na primeira tônica, trata-se da questão da valorização da diversidade étnico-racial, vejamos o documento: "Na reestruturação do MEC, o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã tornaram-se prioridades, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural". (DCNs., 2005: 5)

Percebemos no documento que a questão da diversidade é uma meta, mas por outro lado, propõe-se atingir tal meta através de ações afirmativas e compromissos com as injustiças sociais. Neste sentido afirma Mclaren (Ibid.: 123): "o multiculturalismo de resistência não compreende a diversidade como uma meta, mas argumenta que a diversidade deve ser afirmada dentro de uma política de crítica e compromisso com a justiça social."

Na segunda tônica, "combate ao racismo, mito da democracia racial, discriminações, preconceitos, especialmente aos afro-descendentes", assim se posiciona o documento (DCNs., 2005: 11-12)

> *Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicitadas, buscando-se especialmente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.*

De acordo com Mclaren, (2000: 113) as versões mais conservadoras, "disfarçam falseadamente a igualdade cognitiva de todas as raças e acusam as minorias malsucedidas de terem 'bagagens' culturais inferiores". Essa perspectiva – conservadora ou empresarial - está presente nas "visões coloniais em que as pessoas afro-americanas são representadas como escravos e escravas, como serviçais e como aqueles que divertem os outros" (Ibidem.: 111). Para o autor, ainda há resquícios de políticas coloniais que ressaltam a supremacia branca ainda fortemente arraigada na sociedade.

Questionamos neste discurso a própria construção da *cultura da branquidade*. Como afirma Mclaren (Ibidem.: 135-136) citando Wallace (1991: 7) "ignorar a etnicidade branca é redobrar sua hegemonia por naturalizá-la." E continua: "Os grupos brancos precisam examinar suas próprias histórias étnicas de maneira que fiquem menos inclinados a julgar suas próprias normas culturais como neutras e universais. A suposta neutralidade da cultura branca possibilita-lhe mercantilizar a negritude para suas vantagens e finalidades próprias" (WEST, 1990: 29).

É possível ler um anseio expresso veementemente no documento: a construção de uma nação que conviva democraticamente com as diferenças, mas que concomitantemente veja a diferença nas suas singularidades. Proclama ainda a necessidade de ampliarmos as experiências entre os grupos etnicamente diversos numa pedagogia da convivência, da compreensão, de interetnicidade. Caminhando neste sentido, para a compreensão e reelaboração das origens culturais brasileiras e reforçando a importância de revermos as relações étnico-raciais. Pois como ensina Mclaren (2000: 134) "precisamos de uma reescrita da diferença como diferença-em-relação, seguida por tentativas de mudança dramática das condições materiais que permitem que as relações de dominação prevaleçam sobre as relações de igualdade e justiça social."

Na terceira tônica, "resgate histórico da contribuição dos negros na construção da sociedade brasileira, a Lei 10.639 "institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata

historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira." (DCNs., 2005: 08).

Neste sentido, salientamos que o documento remexe com questões desafiantes, particularmente para o campo do ensino de história. É intensa a proposta e diríamos que alcançá-la na educação constitui rever posições políticas e éticas; e interrogarmos constantemente sobre as construções das culturas em sala de aula.

O documento afirma que este trabalho de reeducação das relações entre negros e brancos, deve ser em conjunto entre escolas, comunidade, etc. No entanto é para os educadores a grande responsabilidade de promover a *"transformação"* das relações étnico-raciais. "A escola tem papel preponderante para a *eliminação* das discriminações e para *emancipação* dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários." (DCNs.: 15).

No texto-documento, o Estado se incube e ao mesmo tempo incube a sociedade e principalmente os educadores de viabilizar a transformação. Como? Em todo o documento é possível perceber respostas a este questionamento. No entanto da página 20 a 26 há um conjunto de *determinações* que pretendem solucionar *todos* os problemas inerentes á educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O debate é amplo e a sociedade precisa se engajar e mais, é necessário querer conhecer, desfazer equívocos, reescrever as relações de convivência. Uma Lei só tem força de Lei se assim as pessoas quiserem. Mais que uma política de reparação este documento representa uma política que quer ter voz de emancipação.

Como nos diz Mclaren (2000: 95),

> *as educadoras e trabalhadoras culturais precisam criar uma política de construção de alianças, de sonharem juntos, de solidariedade que avance para além de posturas condescendentes (como por exemplo, 'a semana das raças'), que na verdade servem para manter formas de racismo institucionalizado intactas. Precisamos lutar não por uma solidariedade centrada em torno dos imperativos de mercado, mas sim por uma solidariedade que se desenvolva a partir dos imperativos da libertação, democracia e cidadania crítica.*

As concepções multiculturais estão subjacentes e ao mesmo tempo evidentes nas DCNs. Sejam liberais, conservadoras, criticas ou de resistência, o interessante é ressaltar que as Diretrizes colocam no centro das discussões as relações étnico-racias, mesmo que em alguns momentos os conflitos, discriminações e sujeições pelos quais passaram os grupos

étnico-raciais sejam *gentilmente solucionados* através de uma política de reparação das culturas de origem.

Compartilhamos com Mclaren (2000, loc. cit.) ao afirmar que um multiculturalismo crítico pressupõe um projeto de transformação social, ou seja, para desmantelar o projeto social hegemônico vigente – que concebe a diversidade apenas como uma mistura de culturas com significados particulares - é necessário transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados. Parece ser este o "grande" propósito das DCNs.

Também argumentamos que um currículo é um território de disputas. Os conteúdos propostos são reinterpretados, negociados e muitas vezes sofrem encontros, resistências, restrições e junções conforme seu contexto de efetivação.

IV- Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília: MEC/SECAD, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In.: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação***.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 143-156.

FONSECA, Selva Guimarães.*Caminhos da História Ensinada*. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como "patrimônio sociocultural." In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.) *Ensino de História*: *conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p. 55- 79.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. Cortez, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIANA, Larissa. Democracia racial e cultura popular: debates em torno da pluralidade cultural. In.: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p.103-115.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Historiografia Brasileira e Manoel Bomfim: do "Brasil Heróico" à "Revolução Brasileira"

Alex Alvarez Silva*

Resumo: O presente texto tem por objetivo levantar algumas questões a respeito da produção historiográfica de Manoel Bomfim (1868-1932), procurando destacar a ressignificação do passado brasileiro em sua narrativa histórica e suas proximidades e contrastes com o pensamento social brasileiro produzido no início do século XX. Para analisar sua obra, partimos das perspectivas abertas pelos conceitos de "tessitura de intriga" e "tempo histórico", presentes nas reflexões de Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck.
Palavras-chave: Bomfim, Manoel – Historiografia Brasileira – Narrativa Historiográfica.

Abstract: The objective of the text is to point some questions about the historiographic production of Manoel Bomfim (1868-1932), trying to observe the re-signification of Brazilian past in his historical narrative and it's similarities and contrasts with Brazilian social thought produced in the earlier XX century. Our perspective was opened by the concepts of "intrigue tessiture" and "historical time", from the considerations of Paul Ricoeur and Reinhart Koselleck.
Keywords: Bomfim, Manoel – Brazilian Historiography – Historiographic Narrative.

Manoel José Bomfim nasceu em Aracaju, Sergipe, e se formou em medicina na Bahia. Dedicou-se à atividade docente, foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e deputado federal por Sergipe. Viajou para a Europa a fim de estudar psicologia e pedagogia e em Paris redigiu seu primeiro livro, *A América Latina: males de origem*, publicado em 1905. Nos anos seguintes, Bomfim direcionou sua produção intelectual para as áreas de psicologia e pedagogia. No final de sua vida retomou sua análise da formação histórica da sociedade brasileira, redigindo sua "trilogia" sobre o Brasil: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Quando morreu em 1932 havia produzido, além dessas e outras obras, artigos para jornais e revistas, e também livros didáticos para escolas primárias.

* Licenciado e Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), atualmente mestrando em História pela mesma instituição, com financiamento da CAPES.

Diferentes autores procuraram caracterizar a produção histórico-sociológica brasileira no período que se estende do final do século XIX até aproximadamente a década de 1930, destacando os traços que permitiriam a identificação de um paradigma do pensamento social brasileiro dessa época. Vários intelectuais, nesse período, procuraram analisar, a partir de uma perspectiva "científica" a sociedade brasileira e sua formação histórica. A partir de teses evolucionistas sobre o desenvolvimento das diferentes sociedades humanas, e das categorias "raça" e "meio", os intelectuais brasileiros do início do século XX reinterpretaram a história brasileira, procurando identificar as características essenciais de nossa sociedade. O espaço temporal dessa produção intelectual é normalmente delimitado pela publicação e influência das obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha até as publicações das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.. Além disso, as décadas de 1930/1940 marcam, no Brasil, a institucionalização dos cursos de história, sociologia e filosofia, dando início a uma formação diferenciada dos intelectuais brasileiros (SKIDMORE, 1976; ORTIZ, 1986; IANNI, 1994 e 2004; COSTA E SILVA, 2000).

Nosso objeto de análise é a narrativa historiográfica de Manoel Bomfim presente em sua trilogia sobre o Brasil. A escolha dessa trilogia como objeto de pesquisa partiu da nossa hipótese de que ela representaria o momento em que Bomfim procurou sintetizar a história brasileira, discutindo seus significados para o presente e assumindo um posicionamento historiográfico. Ao realizar essa síntese, Bomfim selecionou e reuniu diferentes elementos da história brasileira em uma única narrativa, atribuindo-lhes novos sentidos e significados.

Para Paul Ricoeur (1994), toda narrativa histórica representa um processo de reconfiguração da experiência temporal humana, atribuindo a esta novos significados. Cada narrativa é elaborada a partir de uma experiência temporal prévia, articulada no discurso narrativo. Nesse discurso, a vivência temporal é configurada em um sentido que atribui novos significados à experiência vivida. Toda narrativa histórica vem de uma vivência temporal específica, localizada em um autor, em um tempo e um espaço. Ao mesmo tempo, sua capacidade de dialogar com outras vivências temporais é indicativa sobre o tempo vivido que lhe deu origem, bem como sobre os significados que podiam então ser atribuídos ao passado.

Reinhart Koselleck (1993) também ressalta a importância da narrativa histórica para a compreensão da vivência temporal de uma época, de seu "tempo histórico". De acordo com o autor, cada época, em seu presente, se vê na necessidade de articular seu "campo de experiência" e seu "horizonte de espera". A narrativa histórica seria a esfera dedicada a essa

articulação, avaliando os significados do passado tendo em vista a projeção do futuro. Mais do que nos informar sobre sua visão do passado, a narrativa histórica de uma época nos informa também sobre esta sua auto-localização – em que medida uma época se considera herdeira ou inovadora com relação ao passado, que esperanças e temores são sentidos em uma época quanto a seu futuro. Os significados são atribuídos ao passado por um presente e um autor específicos, de acordo com suas vivências atuais e suas expectativas quanto ao futuro.

Considerando essas perspectivas, estabelecemos como objetivo de nosso trabalho uma reflexão a respeito dos significados atribuídos por Bomfim ao passado brasileiro, relacionando-os ao contexto intelectual de sua época. Não será possível sintetizar a narrativa historiográfica presente na trilogia de Manoel Bomfim sobre o Brasil. Ao invés disso, abordaremos sua obra apenas pontualmente, analisando sua ressignificação do passado brasileiro.

A narrativa histórica de Manoel Bomfim sobre o Brasil, em seu conjunto, tem um propósito claro: inspirar a ação patriótica no presente em que vivia. Bomfim denuncia, em sua obra, a responsabilidade das elites políticas para os "males" do país: atraso econômico e industrial, as péssimas condições de vida da população, a falta de instrução popular, o papel subalterno do Brasil diante das grandes potências. Enquanto vários outros intelectuais de sua época identificavam a origem desses problemas no "caráter" da população brasileira, em sua miscigenação e até mesmo nas condições geográficas do país,[1] Bomfim analisa criticamente o papel das elites brasileiras no presente e na construção histórica do país no passado.

Bomfim caracteriza a formação da sociedade brasileira em uma "Idade de Ouro" do Brasil, heróica, que deveria servir de inspiração para o presente. Não é de se estranhar, por esse ponto de vista, os elogios que faz do "português heróico" que deu início à sociedade colonial brasileira – contanto que ele seja caracterizado de maneira diferente do "português degradado", que será o posterior opressor do Brasil (BOMFIM, 1997). A questão do "caráter" dos povos responsáveis pela formação do povo brasileiro se encontra presente em todas as análises histórico-sociólogicas do Brasil no período, continuando ainda em autores posteriores (LEITE, 1976/1983). Manoel Bomfim nos parece original ao ter estabelecido dois momentos distintos na caracterização dos portugueses no Brasil: em um primeiro avaliando positivamente sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, mas sem defender a atuação dos portugueses por todo o período colonial; e em um segundo criticando o modelo

[1] Cf. VIANNA, 1933; ARINOS, 1936; RODRIGUES, 1939; CUNHA, 1973; ORTIZ, 1985; COSTA E SILVA, 2000.

de exploração colonial praticado pelos portugueses, mas sem ver na colonização portuguesa um "mal de origem" insuperável.

É o resultado da mistura entre os "portugueses heróicos" e os índios, que forma, para Bomfim, a primeira sociedade brasileira, dando início à "Idade Heróica" do Brasil em que nossa nacionalidade teria se constituído. Esse talvez seja o ponto da obra de Bomfim em que ele é mais condescendente com a ação dos portugueses no Brasil, "perdoando" a escravização dos índios como um mau costume da época e relativizando seu extermínio (BOMFIM, 1997). É de se perguntar se Bomfim talvez não estivesse evitando denegrir esse "primeiro Brasil" formado no início da colonização, livrando-o de uma violência que poderia ser interpretada como essencial nessa nacionalidade que pretendia resgatar.

Bomfim critica duramente as teorias raciais da época, utilizando-se de sua formação médica para desmontar a teoria então difundida de que a miscigenação produziria "tipos instáveis".[2] Além disso, denuncia a inexistência histórica de povos racialmente "puros". Mas sua posição final com relação à questão migra para outro eixo argumentativo: "temos de aceitar o Brasil qual ele é" (BOMFIM, 1997:183). Apesar de Bomfim considerar importante denunciar a impropriedade científica das teorias raciais, ele também considera importante avaliar a sociedade brasileira positivamente, sem denegrir sua população. Talvez Bomfim tenha diminuído a importância dos negros na história brasileira pelo mal da escravidão, que não poderia fazer parte da nacionalidade essencial brasileira. Nossa opinião é a de que esse aspecto da obra de Bomfim ressalta a característica ambígua de seu pensamento apontada por Flora Sussekind e Roberto Ventura (1984): por um lado ele era inovador, denunciando o racismo da sociologia brasileira da época e desejando caracterizar positivamente a população brasileira; mas por outro não teria conseguido romper de maneira mais radical com as categorias conceituais de sua época, dando ainda importância, talvez mais do que reconhecesse, à caracterização racial da nacionalidade brasileira.

A própria concepção de "nacionalidade" em sua obra reforça um pouco essa ambigüidade de seu pensamento. Em diferentes momentos da trilogia, a "nacionalidade" – ainda que uma característica essencial – é algo que se define como uma diferenciação de "tradições" sociais. Esses brasileiros teriam definido sua nacionalidade primeiramente na luta contra os "estrangeiros" e depois no antagonismo com os portugueses. A impressão que a trilogia de Bomfim nos deixa é a de que o contato com o estrangeiro é o "fermento" necessário para o desenvolvimento de uma nacionalidade já realizada. Daí o caráter duplo da "Idade Heróica" do Brasil: os elementos essenciais da nacionalidade já se encontravam

[2] Cf. RODRIGUES, 1939; CUNHA, 1973; ORTIZ, 1985

reunidos, mas só teriam se expressado em uma tradição que lhe é própria nas lutas contra os estrangeiros. Por isso, na obra de Bomfim, a "nacionalidade" e a "tradição" são apresentadas em um duplo caráter, sendo ora essências características indeléveis, e ora diferenciações culturais em transformação. Essa duplicidade permite a Bomfim estender no tempo histórico as características essenciais da nacionalidade brasileira. Elas já existiam mesmo antes de suas primeiras manifestações, nas quais ela se realizou, e não podem ser apagadas. A "diferenciação", posteriormente, pode ter sido "turbada", mas a essência da tradição brasileira teria permanecido preservada, podendo ser resgatada várias vezes ao longo da história, mesmo no presente ou no futuro.

Bomfim desenvolveu também uma crítica historiográfica ao que considerava uma "história oficial" elaborada por Varnhagen e repetida por outros historiadores, sendo particularmente crítico ao que considera o excesso de "objetivismo" por parte dos historiadores brasileiros. Para ele, a história não poderia ser um conhecimento alheio às paixões do historiador. A história, ao invés disso, deveria ser interpretativa e inspiradora. Bomfim chega a ser radical em alguns momentos, considerando "deturpado" todo o conhecimento histórico (BOMFIM, 1930). Perguntamo-nos, então, qual a validade que Bomfim atribuía a sua interpretação histórica do Brasil: sua narrativa sobre a nacionalidade brasileira deveria ser lida como uma interpretação objetiva da história do Brasil, ou sua proposta era a de elaborar um "mito inspirador" sobre a nação brasileira? Concordamos com Bomfim a respeito da parcialidade, sempre presente, no conhecimento histórico, mas deve o historiador conscientemente "deturpar" a história a favor da ação política, ou essa concessão não seria temerária?

Bomfim opõe à "história oficial" do Brasil, escrita de acordo com os interesses conservadores das elites, a "verdadeira história do Brasil", que ainda precisaria ser escrita, valorizando a tradição nacional e a importância do Brasil na história mundial (BOMFIM, 1930). São méritos de Bomfim que não lhe podem ser negados, o de questionar as interpretações conservadoras da história brasileira e o de refletir sobre a inserção da história do Brasil na história mundial – ponto no qual nos parece ser surpreendentemente inovador. Mas, será que ele não era capaz de perceber a contradição entre sua concepção de história, acima mencionada, e as duas categorias em que divide o conhecimento histórico brasileiro? O que tornaria sua narrativa histórica mais verdadeira do que as demais? Ao mesmo tempo em que reconhecia a necessária parcialidade do conhecimento histórico, não poderia apresentar sua narrativa histórica como "uma" interpretação possível do passado brasileiro, mas a mais

verdadeira. Ela tinha de ser a mais verdadeira para ser reconhecida e aceita, para que pudesse ser debatida como conhecimento objetivo, e não como mito.

Com as idéias de "infecção" e "deturpação" da nacionalidade brasileira, Bomfim complementa a articulação narrativa que estabelece a essência de nossa nacionalidade. Todos os males da vida política brasileira permanecem, em sua narrativa, exteriores à tradição nacional. Esta é eternizada por Bomfim ao longo da história, reagindo sempre que possível aos diferentes ataques que sofreu, mas sempre inspirada pelos mesmos ideais patrióticos. Olhando para história brasileira, tal como apresentada por Bomfim, têm-se a impressão de que, sem o artifício narrativo de uma essencialidade que se mantêm inabalável, a vida política brasileira seria desalentadora: as revoltas populares progressivamente diminuem e seus líderes são executados, as elites políticas aperfeiçoam sua habilidade de se manter no poder, os ideais libertadores vão esmorecendo e a estrutura política torna-se cada vez mais conservadora. Diante desse quadro, sua obra parece inspirar o ceticismo. Todas as revoluções ficaram inconclusas, todas as rebeliões foram massacradas e todos os heróis foram mártires. Qual o destino de uma nacionalidade que assim se manifesta? A narrativa histórica de Bomfim apresenta a interpretação da história brasileira pelo lado dos revolucionários derrotados – o que talvez seja o maior mérito do autor, mas que não inspira, necessariamente, à mobilização política pela mudança.

Após analisar o que considera terem sido as quatro revoluções nacionais brasileiras – Independência em 1822, Abdicação em 1831, Abolição em 1888 e a República em 1889 – Bomfim conclui que todas foram incompletas, poupando as estruturas e as elites políticas (BOMFIM, 1996). Wilson Martins (1996), em seu prefácio a *O Brasil Nação*, chama Manoel Bomfim de "profeta da quinta revolução". De fato, as possibilidades que Bomfim aponta para a realização da definitiva revolução brasileira se assemelham a uma profecia. Bomfim era cético com relação aos movimentos políticos de sua época e acreditava que o Brasil não dispunha ainda de um espírito revolucionário, sendo necessária a conscientização do povo dos direitos que historicamente lhe vinham sendo negados. A "quinta revolução", portanto, é projetada pelo próprio Bomfim para um futuro incerto: ele se refere a uma elite intelectual disposta a instruir a população para a vida política – mas não esclarece quem seriam esses intelectuais.

Feitas essas considerações, nossa opinião é a de que a maior originalidade da narrativa histórica de Manoel Bomfim talvez esteja na própria ambigüidade que muitas vezes ela apresenta. Bomfim não foi, de fato, o primeiro historiador a rever a "historiografia oficial" produzida pelo Império, mas participa da mesma corrente crítica da qual Capistrano de Abreu

também é representante.[3] Isso não significa nenhum demérito para o autor, mas também não o coloca como um "revolucionário" cujas teses polêmicas teriam sido deliberadamente silenciadas. O maior mérito de Bomfim talvez esteja no diálogo que procurou estabelecer entre as duas correntes historiográficas, por uma perspectiva colocando-se ao lado da população brasileira e contra as elites políticas, e, por outra, preocupado em contra-argumentar com as teorias sociais conservadoras de sua época, o que talvez o tenha levado a utilizar, mais do que o reconhecia, das categorias conceituais que procurava combater. Acreditamos, por fim, que uma análise mais extensa de sua obra, confrontada com o pensamento nacionalista autoritário[4] de sua época, possa ser um caminho para revelar novas nuances em seu pensamento, tornando mais clara sua posição intelectual, e contribuindo para uma melhor compreensão do pensamento social brasileiro do início do século XX.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde Esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ARINOS, Affonso. **Conceito de Civilização Brasileira**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936. (Brasiliana, Série 5, vol. 70)

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem* [1ª. Ed. 1905]. In: SANTIAGO, Silviano (org.). **Intérpretes do Brasil**. 2ª. Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. (1ª. Ed. 1929)

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História**: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação**: realidade da soberania brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: 1986, Topbooks, 1996. (1ª. Ed. 1931)

COSTA E SILVA, Alberto da. *Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil*. In MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Três, 1973.

[3] Cf. REIS, 1999 e 2006; IGLÉSIAS, 2000.
[4] Cf. FAUSTO, 2001.

FAUSTO, Boris. *O* **Pensamento Nacionalista Autoritário**: (1920-1940). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

IANNI, Octavio. **A Idéia de Brasil Moderno**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IANNI, Octavio. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA,2000.

KOSELLECK, Reinhart. ***Futuro Pasado****: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**: história de uma ideologia. Ed. São Paulo: Pioneira, 1976 (3ª ed.) e 1983 (4ª ed.).

MARTINS, Wilson. *Profeta da quinta Revolução*. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil Nação***:* realidade da soberania brasileira. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: 1986, Topbooks, 1996.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1985.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2***:* de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil***:* de Varnhagen a FHC. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

RODRIGUES, Nina. **As Coletividades Anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e Dependência***:* cultura e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. 2ª. Ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933. (Brasiliana, série V, vol. X.)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Escola dos Incorrigíveis": Recrutamento militar e enquadramento social na Corte 1870-1889

Fabiana Martins Bandeira [1]

O presente trabalho se propõe a analisar o recrutamento militar da Armada Imperial, a fim de levantar o perfil dos indivíduos que eram recrutados à força no Rio de Janeiro entre as décadas de 1870 e 1889 bem como a maneira como se procedia ao recrutamento, isto é, de que forma o indivíduo era encaminhado até a instituição. Através deste estudo, pretendemos notar algumas das transformações que se desenhavam nas populações marginalizadas da Corte.

Desta forma, visamos estabelecer uma possível relação entre o recrutamento militar na Armada e as políticas de contenção social desenvolvidas na Corte durante o período em questão, a partir da perspectiva de que as ações de recrutamento cumpriam um duplo papel de controle social da população do Rio de Janeiro das décadas de 1870 e 1880. Segundo o projeto político do Segundo Reinado, as camadas populares deveriam ser enquadradas nas instituições, de maneira a não oferecer riscos à ordem estabelecida.

Em 2004, realizamos uma pesquisa sobre memórias de marinheiros da década de 1960 para a disciplina Seminário de História Oral (BANDEIRA, 2005) sob a coordenação da Profª Icléia Thiesen. Durante as entrevistas que compunham o projeto, no desencravamento da memória, marinheiros da década de 1960 se remetem à Revolta da Chibata de 1910 e ao cotidiano de seus colegas que sofriam com os castigos físicos. A identificação dos marinheiros da década de 1960 com aqueles do início do século fez com que o objeto da pesquisa fosse transformado, voltando-se para o estudo do cotidiano da marujada do século XIX, também pouco notada na historiografia brasileira.

Essa lacuna historiográfica se torna uma justificativa para o estudo deste tema. No entanto, a relevância do estudo do recrutamento militar na Armada Imperial reside no fato de que, através do cotidiano do recrutamento forçado e dos marujos, podemos depreender análises acerca do cotidiano das camadas populares na Corte. Além disso, pode servir para

[11]Bacharel e Licenciada em História pela UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

compreender como se dava o uso sistêmico da violência pelo Estado, o que, embora hoje não seja explícito e assegurado pelas leis, ainda é praticado nas instituições e defendido por alguns setores sociais brasileiros.

A renovação na historiografia militar (CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY, 2004) se concentra, de maneira geral, em escrever a história social militar, não se limitando às narrativas factuais ou a "história dos grandes homens". Concentra-se em paradigmas historiográficos, em questionamentos e também em indivíduos ou grupos sociais esquecidos pela historiografia tradicional. Acreditamos que a nova historiografia militar congrega modos de pesquisa e análise que podem ser interessantes para o estudo do objeto determinado.

Como arcabouço teórico para esta pesquisa, baseamo-nos em alguns estudos de diferentes inspirações. De maneira geral, podemos citar como importantes influências Michel Foucault - em relação ao estudo da repressão ao crime -, Ricardo Salles - quanto à construção da identidade e do projeto político do Império, especificamente do Segundo Reinado-, Robert Moses Pechman - no que tange às relações entre o Rio de Janeiro e a vigilância das camadas populares no período estudado-, além dos trabalhos específicos sobre Armada Imperial, destacando Álvaro Pereira do Nascimento e José Miguel Arias Neto.

Para o fim de caracterizar o recrutamento na Marinha, são utilizados dois tipos de fontes: as obras gerais referentes ao período, tratando-se, portanto de fontes secundárias, e a documentação relativa tanto aos indivíduos recrutados quanto às disposições sobre a rotina dos imperiais marinheiros, sendo estas fontes primárias, depositadas no Arquivo Nacional e no Arquivo da Marinha.

No decorrer da pesquisa, as correspondências dos inspetores do Arsenal de Marinha e do Corpo de Imperiais Marinheiros surgiram como importantes fontes para a compreensão do funcionamento das atividades da instituição. Os relatórios do Ministro da Justiça e Negócios Interiores relacionam as prisões, especificando o tipo de preso que ocupa cada instituição, bem como a movimentação nesses locais. Já os relatórios do Ministro da Marinha versam sobre o recrutamento militar na Armada e as Companhias de Aprendizes Marinheiros.

Analisando o recrutamento militar da Armada Imperial nas últimas décadas do século XIX, percebemos que há uma forte relação entre a manutenção da ordem urbana e nacional e a militarização das camadas populares. A idéia de disciplinamento social, cara aos ideais do Império, tem bastante êxito dentro da instituição militar.

Já desde o início do século XIX encontramos referências à idéia de conter a criminalidade e a desordem enviando os "vagabundos" para a Marinha. Por conta disso, não

entendemos o recrutamento forçado, nosso objeto de análise mais específico, como mero recurso utilizado pelo Estado para preencher os quadros da Marinha. Por outro lado, entendemos a manutenção da prática do alistamento compulsório - baseado na autoridade e violência policial - como uma forma de incutir ao mundo da desordem os valores disciplinadores do mundo da ordem.

Não podemos nos privar de citar as insubordinações como uma resistência dos valores populares, submetidos à "máquina disciplinadora". Desta forma, discutiremos também as indisciplinas, buscando retratar, no alcance da documentação obtida, o cotidiano da marujada. Levantaremos ainda a relação entre a "correção moral" e o trabalho. Esse argumento é amplamente utilizado dentro da Marinha e em outras instituições.

O recrutamento militar no Brasil, segundo Fabio Faria Mendes (2004), está associado à combinação de "administração honorária" e "ordens de privilégio". Tanto a Coroa portuguesa quanto o Estado Imperial se caracterizaram por um baixo grau de burocracia, fazendo com que o Estado tivesse que exercer sua autoridade através da rede de homens notáveis locais (MENDES, 2004: 112). Isso funciona até o desenvolvimento das forças armadas, de maneira geral, até a Guerra do Paraguai.

É interessante perceber as transformações na questão do alistamento militar da Colônia para o Império. Durante os séculos XVII e XVIII,

> *O poder de fazer soldados, e o não menor poder de não fazê-los, torna-se instrumento decisivo para os notáveis locais. A latitude dos poderes discricionários, assim como as possibilidades de manipulação dos critérios de isenção fazem do recrutamento um poderoso instrumento de poder econômico e social.* (MENDES, 2004: 114)

Somente a partir de 1796 é que o recrutamento passa a ser coordenado pela Polícia. Há uma intensa rede de isenções, já que o recrutamento, desestabilizador das práticas cotidianas, era visto como um "inimigo da agricultura", do comércio e da economia em geral. Apesar disso, os "vadios" eram capturados, uma vez que não estavam protegidos por nenhuma isenção.

Assim, pratica-se a isenção do serviço militar aos homens de "importância social" e àqueles cujas atividades econômicas são fundamentais ao Império que estava nascendo. Se quem não podia ser recrutado estava explícito nas instruções de 1822, ficava na mão dos recrutadores o arbítrio quanto a quem podia ser alistado.

Cabe lembrar que a visão da população livre sobre o recrutamento não era positiva. As armas eram vistas como um serviço degradante, associadas à desmoralização. É por isso que o recrutamento forçado, a "caçada humana" se transforma - pelo menos até as

últimas décadas do século XIX, na principal estratégia para angariar braços para o serviço militar.

Assim, finda a Guerra do Paraguai, em 1870, um novo quadro se abre. O país havia começado uma transformação social quando teve que "buscar recursos humanos fora da estrutura social rígida e excludente do escravismo" (SALLES, 1990:63). Além disso, a guerra contribuiu para o desenvolvimento de estruturas de autoridade, através da criação do aparato burocrático especializado (IZECKSOHN, 2004:204). A Marinha, como uma instituição militar, sai vitoriosa e fortalecida do conflito. As bases de sua estrutura burocrática vão se desenvolvendo, enquanto a instituição busca desassociar a imagem do serviço militar da idéia de castigo degradante.

Havia, basicamente, três formas de alistamento na Armada: o voluntariado, o recrutamento forçado e o alistamento de menores pelas Companhias de Aprendizes Marinheiros.[2] O voluntariado era bastante escasso durante a maior parte do período estudado. Fabio Faria Mendes explicita a hostilidade ao recrutamento no século XIX:

> *A "caçada humana" do recrutamento tinha o efeito de uma praga: vilas e cidades são abandonadas, os moços fogem, agricultura e indústria são prejudicadas. (...) Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora, tudo servirá na profusão de estratégias de evasão dos recrutáveis.* (MENDES, 2004:125)

Diante da extensa rede de privilégios que isentava as elites e camadas médias, é a população marginalizada o alvo do recrutamento. Izecksohn confirma a caracterização dos tipos que formavam os quadros das Forças Armadas na época:

> *Desocupados, potenciais criminosos e desempregados eram os principais alvos dos recrutadores. Durante a maior parte do século XIX o serviço militar era considerado uma atividade brutal e perigosa, adequada apenas aos indivíduos considerados socialmente indesejáveis.* (IZECKSOHN, 2004:183)

O recrutamento, cabe frisar, estava organizado como uma rede, uma "malha", desenvolvida para reter o maior número possível de indivíduos. Assim, a cada ano, após a publicação do relatório do Ministério da Marinha, sabia-se quantos homens faltavam para completar o contingente em cada divisão da Marinha. Essa complexa "malha de recrutamento" envolvia ainda outros setores. Além dos oficiais da Marinha, submetidos ao comando das estações navais, capitania dos portos e aos comandantes dos navios, havia também os agentes da polícia ou guarda urbana, e outros indivíduos que se dispusessem à caça de recrutas. Nascimento frisa a movimentação financeira envolvida no processo: havia

2

gratificação em dinheiro para os agentes de alistamento, o que leva a suspeitar que "poderia ser um bom negócio" (1999:70)

O amplo sistema das "malhas de recrutamento" servia em dois sentidos. De um lado, conseguia manter a captura de recrutas durante o ano inteiro. Por outro lado, governos e autoridades policiais tinham nesse processo uma solução para se livrar dos "indesejáveis", isto é, mendigos, menores órfãos, capoeiras, homens livres desocupados, etc. O Estado se coloca numa posição de corrigir esses homens, principalmente através da lógica do trabalho.

Especialmente no caso da Armada, a dificuldade procurou ser contornada através de premiações aos voluntários e pela formação das Companhias de Aprendizes, instituições de menores dedicadas a formar quadros para o trabalho na Marinha. No Relatório do Ministro da Marinha de 1870 há um trecho em que se afirma que a abolição do recrutamento forçado será possível com o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Marinheiros. Este foi outro recurso utilizado pela Marinha que, se ocupando de crianças e adolescentes abandonados ou órfãos, garantia a possibilidade de futuros marujos.

As dificuldades das companhias, no entanto, parecem omitidas, ou pelo menos amenizadas nos Relatórios do Ministério da Marinha. Podemos deduzir que esse fato se deva ao interesse da Armada em estimular as companhias, já que eram vistas como substitutas muito superiores ao recrutamento forçado, mal visto tanto pela população como pela própria instituição, visto que era um sistema dispendioso.

Percebemos que a quantidade de voluntários é muito pouco relevante, tanto pelo extenso tempo de serviço, que chegou a vinte anos, quanto pelo fato de que os trabalhos realizados na instituição eram considerados bastante árduos, tendo em vista também as condições precárias de habitação nas embarcações.

Os conflitos disciplinares entre marujos e oficiais surgiam pela própria diferença de valores e costumes dos dois grupos. De um lado, os oficiais, provenientes de instituições disciplinadoras. De outro, os marujos, homens comuns oriundos das camadas populares, majoritariamente negros e mestiços, que procuravam manter seus valores culturais.

Além dos Artigos de Guerra, os oficiais utilizavam sua autoridade para punir, dentro dos próprios navios, as faltas disciplinares menores, como previa o regulamento disciplinar em vigor, que dizia que as faltas disciplinares leves deveriam ser punidas através do castigo físico, aplicado pelo comandante da embarcação nos conveses. Essa correção a

bordo é o que Nascimento chamou de "tribunal do convés", onde a teatralização da aplicação das penas demonstra a intenção exemplar dos oficiais.

Através do estudo dos mapas de crimes cometidos por indivíduos alistados na Armada, presentes nos Relatórios Ministeriais, percebemos que há um contraste entre o número de indisciplinados e a idéia que vinha se passando de que a indisciplina diminuíra. Entretanto, fora dos relatórios, na realidade cotidiana, a indisciplina ainda era uma constante.

Conforme a indisciplina continuava, os comandantes dos navios e os oficiais de terra endureciam os castigos aplicados aos marujos. A golilha, prisão a pão e água por alguns dias, a detenção no navio e outras punições foram progressivamente substituídas pela chibata. Entendemos que, para os oficiais, havia a necessidade de aplicar penas mais pesadas para disciplinar os homens.

Segundo Nascimento (1999), o que acabava acontecendo era o aumento dos poderes do "tribunal do convés". Ao invés de enviar o marinheiro para o Conselho de Guerra, quando necessário, procedia-se à elevação do número de pancadas aplicadas ao condenado, em claro desrespeito às disposições dos Artigos de Guerra. A chibatada como castigo está muito ligada à visão "pedagógica" dos oficiais de então. Essa idéia está relacionada com a tarefa moralizadora e civilizatória que cabia à Marinha.

Depois do aprisionamento, esses homens pobres, entendidos como ameaças à ordem, devem ser "ensinados" para serem inseridos no mundo da ordem. Nesse sentido, o trabalho tem um papel fundamental nesse processo civilizatório. Se por um lado, o trabalho tem um efeito moralizador - uma vez que o ex-vadio passa a fixar-se como imperial marinheiro, adquirindo solidez e status - por outro lado, o trabalho braçal é associado ao castigo, ao pagamento de uma dívida social.

Dessa forma, acreditamos que é através da disciplina dos corpos, através do trabalho, amparado pelo suplício, que a Marinha realiza seu trabalho de contenção das "camadas perigosas". É pelo fabrico de soldados disciplinados que essa instituição se propunha a vencer a guerra das ruas. A Marinha age como parte do projeto social desenvolvido no Império, porque é em suas fortalezas, prisões e no próprio recrutamento forçado que os indivíduos que pudessem oferecer algum risco à ordem estabelecida são enquadrados.

Analisamos a indisciplina como uma resistência da marujada, um reflexo da incompatibilidade entre o projeto imperial - que por princípio excluía as camadas populares -e as populações marginalizadas. Embora não gozassem das garantias constitucionais e fossem constantemente reprimidos em suas manifestações culturais e religiosas pelo Estado, eram os

indivíduos dos segmentos populares levados, majoritariamente à força, para servir na Marinha, parte do aparato repressivo desse mesmo Estado.

O desleixo das fainas, as confusões nas ruas, a embriaguez, e as outras indisciplinas marujas, apesar de não cessarem com o advento da República, vão sendo incorporadas numa conjuntura diferente. O golpe de 1889 precisa contar com o apoio da marujada. É por isso que o governo provisório altera o código que previa as punições, extinguindo os castigos corporais, através do decreto nº3.

Entretanto, também para os marujos a República parecia um banho de água fria. Os oficiais que aplicavam as chibatadas nos navios ainda eram os mesmos após o 15 de novembro. Insatisfeitos porque a indisciplina não cessava, o alto escalão da Marinha conseguiu que os castigos corporais fossem retomados pouco tempo depois. Percebemos, assim, que tanto a desqualificação do marujo quanto a violência física nas punições na Marinha foram uma continuidade, pelo menos até 1910, quando da Revolta da Chibata. Apesar de sua importância histórica, tanto como cisão na rigidez militar quanto por sua marca social forte, a Revolta da Chibata foi, durante muito tempo vista como um tabu na historiografia brasileira.

A desqualificação dos marinheiros e do episódio mostra que as interpretações do começo do século passado ainda parecem muito arraigadas hoje. Essa mesma instituição ainda tem dificuldades de lidar com o passado do recrutamento militar forçado, da violência das chibatadas e do presídio da Ilha das Cobras, optando assim por um silenciamento da memória.

Assim, acredita-se que haja a necessidade de aprofundar a coleta de fontes e os estudos acerca desse tema, partindo-se da desconstrução da idéia de alistamento militar apenas como castigo, considerando também as manifestações de resistência da cultura popular dos marujos dentro da instituição disciplinadora. Apontamos nesse sentido nossas pesquisas e análises, tendo em vista não o esgotamento do tema, mas sim o aprofundamento de algumas questões que ainda não foram consideradas em estudos sobre o período.

Referências Bibliográficas

ARIAS NETO, José Miguel. Violência sistêmica na organização militar do Império e a luta de imperiais marinheiros pela conquista de direitos. In: **História, questões e debates.** n.35, p. 81-115, Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GREENHALGH, Juvenal. **Presigangas e calabouços: prisões da Marinha no século XIX**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MENDES, Fabio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil dos séculos XVIII e XIX In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do**. A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Entre o convés e as ruas. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Diálogos historiográficos e presença missionária no Maranhão e Grão-Pará: discursos e documentos

Helidacy Maria Muniz Corrêa[1]

Resumo: A presença missionária no Maranhão Colonial foi marcada por constante tensão entre nativos, religiosos e representantes do poder local em virtude do violento processo de conversão, disputa pela terra e mão-de-obra. Essas lutas travadas desde o primeiro momento em que os capuchinhos franceses estiveram no Maranhão, em 1612, foram omitidas pelos cronistas em seus relatos e em seu lugar foram produzidas representações dos missionários como amigo dos índios, pacifistas, defensores das liberdades indígenas e civilizadores. Desmistificar parte desse discurso e trazer para o debate as contradições e tensões provocadas pela presença missionária no Maranhão Colonial é o objetivo deste estudo em andamento.
Palavras-chave: Missionários. Discursos. Maranhão.

Abstract: The missionary presence in Colonial Maranhão was characterized by constant tension amongst native peoples, religious men, and bureaucrats due to the violent process of religious conversion and struggles for land and labour-force. These struggles, carried out since the French 'capuchinhos' arrived at Maranhão in 1612, were omitted on the first documents over the missionary presence in Maranhão. Instead of that, it was produced an image of a pacifist missionary, friend of the natives, defender of native freedom and in favor of civilization. Breaking part of this discourse, still present in local historiography, and discuss the contradictions of the missionary presence in Colonial Maranhão is the aim of this still in process study.
Keywords: Missionary men, discourses, Maranhão

A presença missionária no projeto de expansão do império marítimo português foi decisiva para implementação e efetivação das políticas de dominação das possessões no Ultramar. Concomitante com a política expansionista imperial lusa, as missões no além-mar estabeleceram suas diretrizes na Ásia portuguesa (ao longo do litoral situado entre Moçambique e Macau), no litoral Ocidental da África e na América portuguesa, combinando métodos de persuasão e força, medidas discriminatórias e coercitivas (BOXER, 2002: 81- 83) na sua prática religioso-comercial.

---

[1] Aluna doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

"O papel de ponta-de-lança da igreja militante que tornou a luta pelas almas tão intensa e ampliada quanto a competição de especiarias (op.cit.: 81)" foi desempenhado, sobretudo, pelos missionários da Companhia de Jesus. O desejo de expansão da fé católica, estimulado pelo ambiente contra-reformista, e a promessa de um mundo celestial baseado no amor fraterno não se incompatibilizaram com a lógica mercantil expansionista portuguesa. O estabelecimento das políticas religioso-comerciais no Ultramar português promoveu um longo processo de integração entre mundos apartados ao mesmo tempo em que gerou um ambiente de permanentes tensões e intolerâncias nas possessões portuguesas.

Na América portuguesa, na porção norte do império, conhecida como Maranhão e Grão-Pará, o aparato religioso-político institucional também se configurou de maneira complexa pela própria natureza da região (isolada dos centros administrativos), pela presença de ordens religiosas divergentes (capuchinhos, inacianos, carmelitas, franciscanos, mercedários) e, ainda, pelos mecanismos burocratas instituídos nessa parte do império luso. Nesse complexo quadro duas condições igualavam os sujeitos dos Seiscentos no Maranhão e Grão-Pará: o isolamento dos centros e o permanente estado de tensão gerado pelas disputas em torno de interesses, em geral, relacionados ao comércio e à mão-de-obra.

Vencer as distâncias sempre foi meta para o homem moderno o que lhe demandou aprimoramento de sua capacidade inventiva na relação e interação com o Novo Mundo sem, contudo, abrir mão de sua dimensão valorativa. Manter-se próximo do Centro Administrativo nessas novas dimensões foi, portanto, o maior de todos os desafios àqueles que enfrentaram o deslocamento. No caso do Maranhão, as dificuldades naturais de acesso à Metrópole faziam da região o maior dos entraves aos benefícios que a proximidade entre centro e periferia poderia proporcionar aos homens que se destinavam a essas terras.

A geografia do Maranhão impunha ao colonizador português uma situação ambígua: o sentimento de proximidade e isolamento em relação ao Centro Administrativo. Em tese, as "comunicações com o Reino eram mais fáceis do que com a Bahia, sede do Governo Geral (CAVALCANTI, 1990:16)", porém a navegação pelo litoral norte implicou conhecimento preciso da geografia, causando sucessivos naufrágios para aqueles que se aventuraram a ultrapassar o canal do Boqueirão[2] sem conhecê-lo.

O isolamento a que estava destinado o Maranhão e Grão-Pará, no século XVII, sugere a existência de uma "pluralidade de tipos de laços políticos (HEPANHA, 2001: 172)"

[2] A ilha de São Luís é banhada pelas baías de São José e São Marcos. Quatro grandes rios, Munim, itapecuru, Mearim e Pindaré desembocam no oceano, convergindo para a ilha. O Boqueirão forma-se de uma ponta de terra, a que chamam Bonfim, e da lha do Medo, a oeste da cidade de São Luís. Ver MARQUES,César A. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. Rio: Fon-Fon e Seleta, 1970.

de modo a permitir um esvaziamento do poder central e um alargamento do poder local, promovendo, nos colonos, uma atitude de deslocamento em relação à zona central. O centro deixa de ser geográfico e passa à "ordem de símbolos, de valores e crenças que governam a sociedade (SHILS, 1970:53)". O centro, nessas circunstâncias, deixou de se configurar exclusivamente como geográfico e a centralidade passou aos domínios das ações dos indivíduos. Com isso, os laços entre esses "mundos apartados" exigiram de ambos estratégias conduzidas de maneira a potencializar as relações entre centro e periferia.

As relações no Maranhão entre missionários e representantes do poder luso passavam pelo reconhecimento do eixo centro-periferia, mas, sobretudo, pela capacidade de manter-se próximo do corpo legal que lhes permitissem maior liberdade de ação. No Maranhão Seiscentista, missionários, membros do Senado da Câmara de São Luís, colonos proprietários de terras e comerciantes, na disputa pela primazia e privilégios dessa centralidade, estabeleceram com a coroa portuguesa uma rede de negociação em função da manutenção das benesses régias. Do ponto de vista da periferia significou a forma de minimizar a distância em relação ao poder central. Para o poder régio, a própria sobrevivência do poder nos domínios.

As presenças missionárias, no Maranhão, oficialmente inseridas no projeto expansionista, iniciaram com a tentativa de fundação de uma França Equinocial sob direção dos fidalgos franceses Daniel de la Touche e Francisco de Rasilly, além dos Freis Claude d'Abbeville, Ivo d'Evreux, Arsênio de Pariz e Ambrósio de Amiens. A participação dos capuchinhos no projeto da França Equinocial esteve relacionada ao papel exercido pela religião no Ultramar: "a Religião como o meio mais efficaz para melhor influenciar os ânimos dos índios" (SILVA, 1922: 12), sendo "elles o melhor e mais poderoso elemento para conseguir a submissão dos índios (op.cit.: 14)".

Como intermediários da Coroa francesa, a Ordem dos Capuchinhos no Maranhão aceitou a missão a qual foram destinados. Uma das primeiras preocupações dos conquistadores foi evitar conflitos que pudessem por em xeque a viabilidade do projeto. Para tanto, firmaram um compromisso, antes da partida, "reconhecendo que só pela disciplina, união e boa conduta entre os índios, poderemos alcançar tão louvável e generoso intento" (ABBEVILLE, 1974:27). Antes mesmo da partida os franceses assinaram um compromisso em Cancale estabelecendo que a posse da terra passaria pela "boa conduta entre os índios", pelo "bom entendimento", pela necessidade de "manter a paz e união". Como agentes do projeto francês os capuchinhos não estiveram distantes desses preceitos: ao chegarem a terra também acharam "de bom alvitre mandar emissários à Ilha Grande do Maranhão a fim de

prevenir os índios da nossa chegada e perguntar-lhes se ainda tinham a mesma vontade de outrora de receber os franceses. Visava esse nosso gesto evitar ofendê-los e surpreendê-los (ABBEVILLE, 1975: 51)".

Os "cuidados" de fidalgos, marinheiros, soldados e dos capuchinhos eram muito significativos para o tipo de política de dominação que pretendiam adotar no Maranhão: a cordialidade como instrumento de negociação e dominação. Essa atitude de negociação visava, sobretudo, a potencialização das relações entre franceses e nativos de modo a evitar conflitos que pudessem ameaçar o projeto francês, ao mesmo tempo em que ganhavam aliados importantes para a causa francesa. Inserir os capuchinhos no projeto francês nos trópicos foi uma estratégia para adquirir novos aliados, efetivar a política de dominação, utilizando a religião como meio de minimizar os conflitos e tensões.

O documento escrito por Claude d'Abbeville[3] como a maioria das crônicas de época "eram formas de manter redes em funcionamento, de incrementar laços" (RAMINELLI, 2007: 02)**,** uma espécie de prestação de contas pelos serviços feitos à coroa e à Igreja francesa, uma proposta de integração de mundos diversos e, como tal, o padre cuidou de "não descrever as contrariedades sofridas" (ABBEVILLE, 1974:20) e de inventariar as potencialidades da terra e das gentes, omitindo tensões e irrupções causadas pela presença estrangeira. Obra bastante citada entre pesquisadores clássicos e contemporâneos da historiografia brasileira e maranhense, Abbeville produziu uma representação do francês colonizador amigo dos índios, fraterno. Esse discurso, ainda muito presente nos ensinos básicos maranhenses, contribuiu para dissipar uma visão mais problematizadora da participação francesa e do papel exercido pela religião no Ultramar português.

Outro importante documento de época sobre a presença missionária no Maranhão Seiscentista e que deixa ver as tensões desse período é a "Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão", redigida por João Felipe Bettendorf.

Dentre os discursos dos missionários jesuítas sobre Maranhão Colonial, o de João Felipe Bettendorf tem sido um dos mais citados e menos estudado pela historiografia. Entretanto, estudar sobre os sentidos e significados contidos nessa narrativa, olhar o Maranhão dos Seiscentos por intermédio desses relatos, exige uma reflexão acerca das relações que mantêm o discurso com as práticas sociais. Isto implica uma articulação entre as "descrições das percepções, das representações e das racionalidades dos atores e as interdependências com o mundo social" (CHARTIER, 2002:7-10) do qual são produtos.

[3] Refiro-me à obra História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.

Bettendorf fez duas advertências ao leitor no início de sua obra, denotando a consciência que tinha acerca da relação do discurso com o lugar e a prática social dos indivíduos. Inicialmente afirmou: "eu não me ingeri a escrevê-la por minha própria eleição, mas sujeitei-me a este trabalho, visto o Padre José Ferreira mostrar gosto nisto, por não haver já Missionários antigos que tenham as noticias necessárias..." (BETTENDORF, 1910:.3). A obra foi resultado de uma missão designada por seus superiores — escrever a história da Companhia de Jesus no Maranhão. Mas que história escrever? Aquela que se praticava no plano social ou a que se idealizava no plano espiritual? O missionário percebeu as interdependências entre esses dois mundos:

> (...) não haveis de estranhar que vou sempre ajuntando o governo espiritual com o temporal, porque sendo que os tivessem os Missionários ambos juntos acerca dos índios, ou os não tivessem juntos, mas um só que é o espirittual, comtudo andaram sempre e andarão tão annexos, que forçosamente os Missionarios se devem valer dos Governadores e Capitães Mores para effectuar na salvação das almas o que pretendem, alem do que por esta via melhor se conhecerá o que se obrou em qualquer tempo na missão (BETTENDORF, 1910:.3).

Diante do olhar de Bettendorf, "ao mesmo tempo apaixonado e distante" (GINZBURG,2001:22–35), a perspectiva é pensar a influência do lugar social do padre na produção discursiva sem perder de vista a "forma de expressar a estranheza em relação a costumes contrários ao cristianismo" (RAMINELLI, 2001:237). Tal atitude de estranhamento dos europeus em relação aos hábitos, valores e costumes indígenas é representada sempre de modo a deslegitimar o nativo. Somente em raras circunstâncias o branco representa a si mesmo como o "desorientado" na relação com o nativo.

A conjuntura vivida pelo padre, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, foi de conflitos entre religiosos, colonos e nativos, envolvendo questões de natureza político-econômico-religiosas e culturais. Conflitos que se expressaram em: disputas pela posse da mão-de-obra indígena, correlações de forças estabelecidas na Câmara de São Luís, tensões entre carmelitas, franciscanos mercedários e jesuítas, além das profundas alterações culturais provocadas pelas práticas evangelizadoras aos modos de vida dos nativos. Um exemplo dessas tensões foi a Revolta de Beckman, em 1684, em que Manoel Beckman se dirigiu ao padre Bettendorf nos seguintes termos:

> Revendo padre Reitor, eu, Manoel Beckman, como procurador eleito por aquelle podo aqui presente, venho intimar a Vossa Reverencia e mais religiosos assistentes em o Maranhão, como justamente alterado pelas vexações que padece, por terem Vossas Paternidades o governo temporal dos índios das aldeias, que se tem resolvido a lançal-os fora, assim do espiritual como do temporal, e não por alguma falta ou mão exemplo de sua vida, que por esta parte não tem de que se queixar de Vossas Paternidades; portanto notifico a Vossa Paternidade e mais religiosos, por parte deste alterado povo, que se deixem estar recolhidos ao Collegio e não saiam para fora delle, para evitar alterações e mortes, que por aquella via se poderiam

> occasionar; e entretanto ponham Vossas Paternidades cobro em seus bens e fazendas, par deixal-as em mãos de seus procuradores que lhes forem dados, e estejam apparelhados para a todo tempo e hora se embarcarem para Pernambuco, em embarcações que para esse effeito lhes forem concedidas (BETTENDORF: 367)

A Revolta de Beckman, fruto do ápice da insatisfação generalizada da população maranhense no século XVII com a atuação econômica, a questão da mão-de-obra e a política da corte portuguesa, resultou no confisco dos bens jesuítas, na expulsão dos missionários e na revisão de alguns aspectos da política econômica na região. Até aquele momento, era a Companhia de Jesus quem colocava em evidência seu projeto econômico. Serafim Leite (1943: 318) assim se referiu à obra de Bettendorf: "a crônica de Bettendorff tem clara intenção econômica e social: produção, matas, rios, minas, pedras, preciosas, qualidade da terra, ares, habitalidade, medidas de higiene, salubridade(...)".

Dado que a "Chronica" foi produzida com base num vivido, outra noção a considerar no estudo discursivo é a de prática. O termo "leva em consideração o 'fazer história' enquanto produção e a ação que 'faz história'. Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa" (CERTEAU, 2002:.41).

A intenção de Bettendorf, em sua "Chronica", foi fazer um relato da ação missionária jesuítica no Estado do Maranhão e Grão-Pará: "(...) sujeitei-me a este trabalho visto o Padre Bento de Oliveira, Subprior da missão daquelle tempo, e seu sucessor, o Padre José Ferreira mostrarem gosto nisso(...)"(1910: 3). É a última missão de sua vida. Entretanto, esse documento difere-se na forma como o autor estruturou a obra, dando um sentido histórico à Companhia de Jesus no Maranhão e esboçando a conjuntura da época ao mesmo tempo em que organizou os acontecimentos (origem do nome Maranhão, presença francesa, holandesa, a Companhia relacionada aos governos locais, as expulsões dos jesuítas do território, a negociação de Vieira na Corte Portuguesa, entre outros) num didatismo até então não encontrado nos escritos sobre história do Maranhão do século XVII. Mostrou ao leitor o quanto os jesuítas estiveram ligados às questões do mundo material, embora justificando o projeto espiritual. O próprio autor explicou o porquê de sua história não estar descolada de um sentido histórico, isto é, de sua dimensão temporal e espacial:

> (...)não haveis de estranhar que vou sempre ajuntando o governo espiritual com o temporal, porque sendo que os tivessem os Missionários ambos juntos acerca dos índios, ou não tivessem juntos, mas um só que é o espiritual, comtudo andaram sempre e andarão tão annexos, que forçosamente os Missionários se devem valer dos Governadores e Capitães Mores, além do que por esta via melhor se conhecerá o que se obrou em qualquer tempo na missão (BETTENDORF:3).

A prática escriturária de Bettendorf interpõe ação missionária e política, remetendo-nos à noção de representação onde se "manifesta uma ausência, que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado, e a exibição de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa" (CHARTIER, 2002: 74). Dito de outra forma, o relato é sempre uma representação discursiva resultante de um lugar social, carregado de intenções e ligado a uma ação institucional.

Nesse processo de organização da representação discursiva que transforma, deforma e forma sentidos, ao mesmo tempo em que os naturaliza dentro de uma lógica "inscrita em seus lugares de produção e em suas condições de possibilidade" (CHARTIER:.77), Bettendorf elaborou representações segundo suas escolhas, como evidenciou sua fala na citação inicial "(...) sigo o que acho mais provável, quando não posso descobrir a verdade manifesta, o que acontece muitas vezes pelas fraquezas das memórias humanas(...)"(BETTENDORF:74).

Desse modo, os jesuítas constituíram-se em peças essenciais na montagem do processo colonizador maranhense pelo tipo de relação que estabeleceram com o Estado Português, pelo menos até enquanto os interesses entre ambos convergiram e pelas tensões que desencadearam na sua prática evangelizadora. Para viabilizar o projeto colonizador e missionário foi necessário atingir a essência das relações entre religiosos e nativos, ou seja, a dimensão cultural. Daí a importância do trabalho dos jesuítas nos aldeamentos, desestruturando hábitos e costumes milenares, de modo a "alterar a segurança do universo tradicional e desorientar os indígenas, no sentido literal da palavra" (SCHWARTZ, 1988: 49). Esse processo, profundamente traumático, ainda necessita de muitos estudos por parte dos especialistas.

Referências Bibliográficas

ABBEVILLE, Claude d'. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

BETTENDORF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres missionários da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão (1699)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1910.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415 – 1825).** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. **A Questão Jesuítica no Maranhão Colonial (1622 – 1759).** São Luís, SIOGE, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia:** a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRSG, 2002.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan:** instituições e poder político Portugal (séc. XVII). Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa: Livraria Portugalia, 1950.

RAMINELLI, Ronald. Império da fé: Ensaios sobre os portugueses no Congo, Brasil e Japão. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RAMINELLI, Ronald. **A escrita e a espada em busca da mercê.** (no prelo).

SHILS, Eduard. **Centro e Periferia.** Lisboa: Difel, 1970.

SILVA, Francisco de Paula. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão.** Bahia: typographia de S. Francisco, 1922.

MARQUES,César A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão.** Rio: Fon-Fon e Seleta, 1970.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Varejistas e atacadistas portugueses no Rio de Janeiro, 1851 – 1868

Paula Leitão Cypriano*

Resumo: Este trabalho é resultado das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo projeto 'Portugueses no Rio de Janeiro: Um Portal de (E)Imigração'. A partir do exame dos livros de registro de matrícula dos comerciantes na Junta Comercial entre 1851 e 1868, pretende-se mapear a distribuição dos portugueses nos diferentes ramos do comércio e analisar a relação entre a expansão da atividade comercial e o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro.
Palavras-chave: Portugueses – Comércio – Imigração.

Résumé: Ce travail est le résultat des recherches ménées dans le projet 'Les Portugais à Rio de Janeiro: un Portail d'(E)Imigration'. A partir de l'examen des registres d'inscription des commerçants à la Joint Commercial entre 1851 et 1868, on a l'intention de faire une carte de la distribution des Portugais dans différentes branches du commerce et d'analyser la relation entre l'expansion de l'activité commerciale et le développement urbain de la ville de Rio de Janeiro.
Mots clés: Portugais – Commerce – Imigration.

Desde o final do século XVII, com o início da atividade mineradora no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro estabeleceu-se como um importante pólo comercial. Atuando na intermediação entre os produtos importados e a região mineira, o comércio do Rio de Janeiro, além de atender às necessidades locais, era responsável pelo abastecimento de víveres e demais artigos para o consumo dos habitantes das regiões de mineração.

A vocação mercantil da cidade confirmou-se com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, por ocasião da chegada da família real à Colônia. Em conseqüência da ampliação das transações mercantis houve um aumento significativo do volume do comércio, que se intensificara. Neste contexto, dava-se início a um movimento crescente de urbanização que, a partir de meados do oitocentos, entraria em uma nova etapa de desenvolvimento.

A extinção do tráfico de escravos, em 1850, representou um marco para o progresso econômico do país. O rompimento com o sistema de produção colonial possibilitou

* Aluna do curso de Especialização em História das Relações Internacionais da UERJ. Bolsista CNPq de Aperfeiçoamento Técnico pelo Projeto Imigração Portuguesa: um Portal de Pesquisa.

liberação de capital, empregado em serviços e atividades manufatureiras. O dinheiro circulante criou um ambiente propício ao desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, com destaque para o expressivo incremento registrado pela atividade comercial. Nesse processo, os portugueses ocuparam papel proeminente, tanto no comércio varejista quanto no atacadista. Concentrados majoritariamente no Rio de Janeiro, atuavam, notadamente, no comércio alimentício e naquele voltado para os têxteis e vestuário.

As mudanças suscitadas pelo fim do tráfico repercutiram não somente na estrutura econômico-produtiva do país, como também em seu arcabouço político-jurídico, que passou por reformas. Cabe destacar que ainda em 1850 foram aprovados a Lei de Terras e o Código Comercial. Este último nos desperta particular interesse na medida em que instituía a regulamentação das atividades mercantis doravante desempenhadas, mesmo no que dizia respeito aos atos de comércio praticados por estrangeiros residentes no Brasil. (CÓDIGO COMERCIAL de 1850: art. 30)

De acordo com o estabelecido no Código Comercial, ninguém era considerado comerciante, para efeito de gozar da proteção assegurada em lei, sem que estivesse matriculado em um dos Tribunais do Comércio do Império. Estipulava-se ainda que aqueles que se encontrassem matriculados na extinta Junta do Comércio ficariam obrigados a registrar o competente título no Tribunal dentro de um prazo pré-estabelecido. (CÓDIGO COMERCIAL de 1850: art. 4º e 7º)

Entre 1851 e 1868 foram registradas, ao todo, 3.201 matrículas, incluindo comerciantes individuais e firmas sociais, estas em menor número. Dados apresentados por Sebastião Ferreira Soares, responsável pela Estatística do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o ano de 1866, apontaram a existência de 5.232 casas comerciais no Município da Corte (excetuando-se a freguesia de Sant'Anna), das quais o comércio a varejo representava mais de 90%. (PARGA, 1995: 29-30)

Embora a comparação entre os quantitativos referidos sinalize a falta de interesse dos comerciantes, sobretudo varejistas, em se registrar no Tribunal do Comércio, muitos optavam por fazê-lo para poder desfrutar das vantagens que lhes eram oferecidas.

Durante o período analisado, das 3.201 matrículas computadas nos livros de registro dos comerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazéns de depósito na Junta Comercial[1], 1.450 foram concedidas a comerciantes

[1] Com o advento do Código Comercial de 1850, ficava extinta a *Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação*. O Código estabelecia que os comerciantes deveriam matricular-se em um dos Tribunais do Comércio do Império. Estes ganharam um Regulamento apenas com o Decreto nº 1597, de 1 de maio de 1855. Os Tribunais do Comércio foram extintos em 1875 pelo Decreto nº 2662, de 9 de dezembro. Na descrição do conteúdo do fundo em que se encontram estes livros, na seção de documentação escrita do Arquivo Nacional, lê-

portugueses[2]. Dentre estes, 956 tinham seus estabelecimentos situados na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, uma média de 66% em relação ao total de portugueses matriculados.

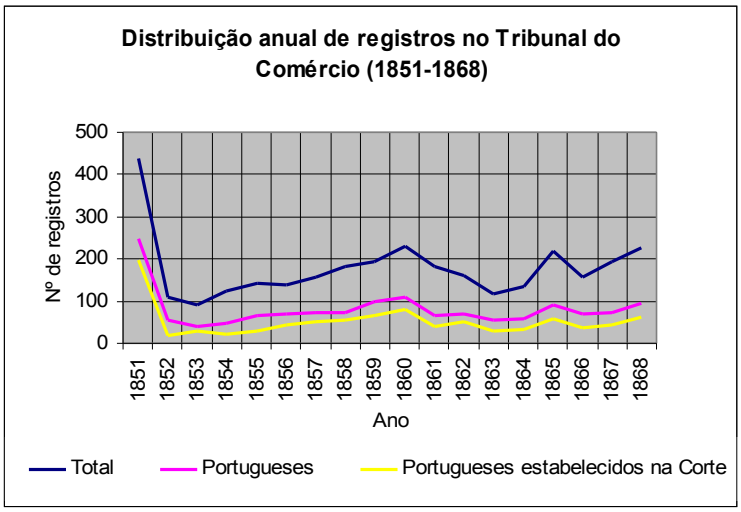

O alto índice verificado no ano do 1851 deve-se ao registro de comerciantes matriculados na extinta Junta do Comércio. Entre os lusitanos estabelecidos na cidade do Rio, estes comerciantes representam cerca de 33% do total de registros para este ano. Percebe-se que o número de portugueses, fixados ou não no Rio de Janeiro, segue a tendência do total de inscritos ao longo dos anos.

Em conformidade com as exigências do Código Comercial, os registros examinados trazem as seguintes informações: o nome, idade, naturalidade e domicílio do suplicante; o lugar ou domicílio do estabelecimento. (CÓDIGO COMERCIAL de 1850: art. 5º) A homogeneidade dos dados contidos nos registros favoreceu o tratamento quantitativo das fontes. A diversidade de atividades declaradas pelos comerciantes interpôs, no entanto, obstáculos à criação de uma tipologia dos diferentes ramos nos quais estavam distribuídos.

A dificuldade em estabelecer critérios de classificação também se fazia sentir à época. Isto se reflete nos dados do Censo de 1872, pouco claros no caso do registro das profissões. Apenas no censo de 1920, elaborado a partir de uma metodologia mais cuidadosa, percebemos uma definição mais precisa desta categoria. (cf. MENEZES, 2006) Tais informações nos orientaram na criação de alguns grupos, não tendo sido, entretanto, suficientes para compor um quadro completo.

---

se "comerciantes matriculados na Junta Comercial", motivo pelo qual mantivemos o termo embora posteriormente prefiramos nos referir a "Tribunal do Comércio".

[2] Importante ressaltar que não foi possível identificar a participação de portugueses nas matrículas concedidas a firmas sociais, por não constar a naturalidade dos sócios. Portanto, referimo-nos apenas aos portugueses que se declaram individualmente.

Para dar conta de todas as modalidades encontradas, optamos por reunir os tipos de comércio em grupos mais ou menos homogêneos, nomeando-os de acordo com seus principais artigos. Em muitos casos, contudo, um mesmo comerciante atuava em ramos distintos. Visto ser comum que a atividade principal iniciasse a lista, adotamos como critério de classificação a ordem de importância com que as atividades foram declaradas. Deste modo, foram organizadas vinte categorias.

Distribuição do comércio em diferentes categorias
(1851-1868)

Categorias	Total	Percentual
Secos e molhados	187	19,6 %
Fazendas e roupas feitas	203	21,2 %
Chapéus e calçados	18	1,9 %
Ourivesaria e jóias	11	1,2 %
Agropecuária	64	6,7 %
Vidros e cerâmicas	19	2 %
Padarias e confeitarias	12	1,3 %
Armarinho e perfumaria	16	1,7 %
Ferragens e metais	59	6,2 %
Fumo e charutos	14	1,5 %
Papelaria e tipografia	9	0,9 %
Couros	9	0,9 %
Madeiras	18	1,9 %
Edificações	7	0,7 %
Produtos químicos e farmacêuticos	7	0,7 %
Instrumentos musicais	4	0,4 %
Importação e exportação	26	2,7 %
Comissões e descontos	198	20,7 %
Agentes auxiliares do comércio	54	5,6 %
Outros	21	2,2 %

Os três grupos mais representativos dentro do conjunto analisado são, respectivamente, ‘fazendas e roupas feitas’, ‘comissões e descontos’ e ‘secos e molhados’. O primeiro compreende fazendas, roupas feitas e o comércio de sirgueiro, voltado para a produção de fios seda ou lã. Os objetos de armarinho aparecem muitas das vezes relacionados ao comércio de fazendas, razão pela qual se inserem em parte nesta categoria.

O comércio atacadista corresponde a 48% dos registros identificados a este ramo. Em seguida, destaca-se o comércio ‘por atacado e a retalho’ com 40% de participação. O comércio varejista limita-se a 4% do total, ficando atrás do ‘indeterminado’.

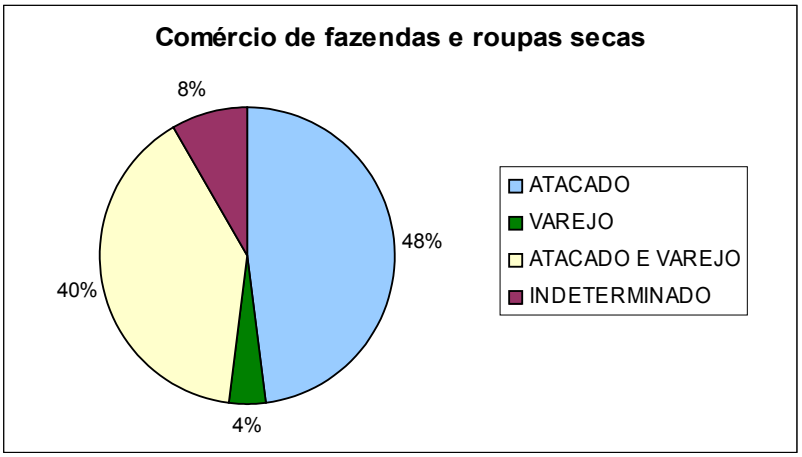

Ainda no setor do vestuário, o grupo 'chapéus e calçados' ocupa 1,9% das atividades comerciais alegadas pelos portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro. Os objetos de armarinho e perfumaria também atingem cifras pouco expressivas, somando 1,7%. Cabe destacar, contudo, que os artigos de armarinho ora estão associados ao comércio de fazendas, ora ao comércio de ferragens, o que prejudica uma avaliação mais precisa de sua abrangência.

O segundo grupo mais numeroso é formado pelo comércio de comissões, descontos, atividades bancárias, câmbio e seguros. As atividades desempenhadas pelos comerciantes desta categoria compreendem transações financeiras, negociações de compra e venda, empréstimos e pagamentos de dívidas, atingindo 20,7% das atividades exercidas pelo total de lusitanos pesquisado.

As comissões representam cerca de 70% do conjunto. Trata-se de um contrato no qual o comissário, necessariamente comerciante, realiza compra ou venda de mercadorias pertencentes a terceiros mediante um percentual fixado sobre o preço. Na maioria dos casos, não há especificação quanto à natureza dos artigos negociados nesta modalidade de comércio; entretanto, entre os itens mencionados, prevalece o comércio em comissão de café e gêneros nacionais e estrangeiros, e em menor número secos e molhados.

Apesar de não constar nenhuma referência nos registros, sabe-se que o comércio em comissão e consignação estava relacionado à compra e venda de escravos, o que possivelmente explica o pequeno número de matrículas registradas na década de 1850 em decorrência da proibição do tráfico. Nos anos subseqüentes a demanda de matrículas volta a crescer, ao que tudo indica motivada pela expansão da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba.

O terceiro grupo de maior expressão contempla artigos secos e molhados, gêneros nacionais e estrangeiros, carne seca, mantimentos, açúcar e sal, toucinhos, fumos[3], queijos, algodões e outros gêneros.

Assim como acontece com 'fazendas e roupas feitas', este grupo registra uma maioria de atacadistas, somando 52%, seguidos por comerciantes de 'atacado e varejo', com 28%. O comércio a retalho representa uma parcela ínfima dos registros, restringindo-se a 1% do total de comerciantes portugueses matriculados.

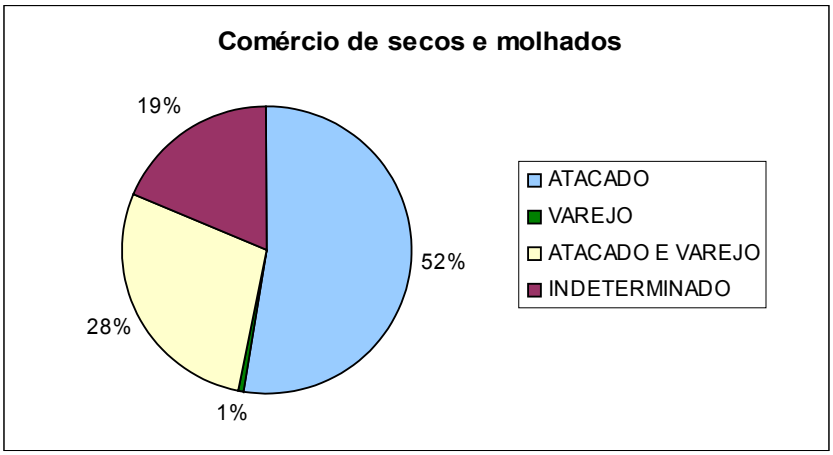

É possível encontrar esparsamente, ao longo do período estudado, comércio de padarias e confeitarias, representando 1,3% das atividades declaradas. Os comerciantes que atuavam nesse setor costumavam vender também farinha de trigo e açúcar, em alguns casos ocupando-se ainda de seu refinamento.

No grupo 'agropecuária', registra-se principalmente o comércio de café. Também constam artigos como chá, cera, rapé, sementes e gado. O comércio de fumo e charutos corresponde a 1,5% do universo analisado, predominando as vendas 'em grosso trato e a retalho' e exclusivamente 'por atacado', sem que tenhamos computado um único varejista.

O comércio de 'ferragens e metais' compreendia também tintas e objetos de armarinho. Representando 6,2% da presença de portugueses matriculados com estabelecimento na cidade, os registros nesse setor ocorrem quase ininterruptamente ao logo do período estudado. Nesse caso, é mais significativa a venda 'por atacado e varejo'. Na categoria 'madeiras', notamos que a tanoaria costuma vir associada ao comércio de aguardente.

Os trapicheiros, agentes de leilões e corretores integravam o Código Comercial como 'agentes auxiliares do comércio'. Representam, respectivamente, 56%, 20% e 24% em

[3] Embora haja um grupo denominado 'fumo e charutos', o 'fumo' foi registrado, por vezes, juntamente com outros produtos caracteristicamente relacionados aos armazéns de secos e molhados. Nesses casos, foi incluído no grupo 'secos e molhados'.

um total de 54 matrículas registradas sob esta denominação. É importante destacar que os corretores e agentes de leilões pesquisados eram comumente naturalizados cidadãos brasileiros, o que se explica por uma exigência contida no Código Comercial de nenhum estrangeiro não naturalizado, dentro de um prazo de cinco anos a contar da data de sua publicação, pudesse exercer tais funções. (CÓDIGO COMERCIAL de 1850: art. 39)

O comércio de importação e exportação corresponde a apenas 2,7% do total de comerciantes portugueses analisado. Concentra primordialmente as transações de gêneros alimentícios, têxteis e vestuário. Também são importados em menor escala minerais, ferro, maquinário, móveis, louça e vidro.

Em 'ourivesaria e jóias', que significa 1,2% de nosso universo, estão inseridos o comércio de ouro, prata e pedras preciosas, bem como jóias e relógios, não havendo especificações sobre o tipo de venda. As categorias 'papelaria e tipografia', 'couro', 'edificações', 'produtos químicos e farmacêuticos' e 'instrumentos musicais' representam, cada qual, menos de 1% das matrículas analisadas.

Entre os anos de 1851 e 1868 foram registrados apenas 7 portugueses incumbidos do comércios de papéis, livros e objetos de escritório; enquanto 2 tinham comércio de litografia, estamparia e tipografia. O comércio de couro, por sua vez, é muitas vezes acompanhado de "outros gêneros nacionais e estrangeiros", e desenvolvido preferencialmente 'por atacado e a retalho'.

No que se refere às 'edificações', são negociados cal, maçame e materiais para edificação de prédios. Embora apareça com pouco destaque entre os portugueses matriculados no Tribunal do Comércio, presume-se que fosse um comércio em vias de crescimento em virtude do processo de urbanização da cidade. Já o comércio de produtos químicos e farmacêuticos é registrado pela primeira vez em 1857, aparecendo ainda em 1859, 1864, 1866 e 1868. Associada à venda de drogas detectamos a venda de ferragens 'por atacado e a retalho'.

Vidros, cerâmicas, louças, porcelanas e cristais representam 2% das atividades declaradas pelos portugueses matriculados. A estes artigos aparecem vinculados os espelhos e objetos e óptica. A partir de 1858 há um registro quase contínuo de comerciantes matriculados neste setor. É neste mesmo ano que computamos a primeira atuação no ramo de 'instrumentos musicais', a cujo grupo pertencem pianos e demais instrumentos musicais, comércio de música, trastes, instrumentos de óptica e cirurgia. Apenas mais três registros referentes a esta categoria aparecem no ano de 1863.

Acreditamos que estes dois últimos grupos sejam fortes indicadores dos processos de urbanização e modernização pelos quais passava a cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, por estarem associados ao refinamento dos costumes que permeava a idéia de modernidade no imaginário da época.

Em 'outros', foram agrupadas mercadorias de pequena incidência ou modalidades de comércio que não se encaixavam em nenhum dos outros grupos. Compõem-no os produtos de origem mineral (como carvão), aguardentes e licores, móveis, o comércio de navios e de empresas públicas e fábricas de sabão e velas e de selins.

De acordo com os dados analisados, verificamos que o número de comerciantes portugueses matriculados no Tribunal do Comércio, com estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro, entre 1851 e 1868, é pequeno em relação ao total de portugueses que exerciam a mercancia no mesmo período. Constatamos que este déficit resulta da escassez de varejistas inscritos. Estes, embora mais numerosos, não se encontram significativamente representados na referida documentação.

Considerando as limitações das fontes analisadas, é importante ressaltar que os portugueses representam perto de 50% do total de matriculados no período analisado. Mais da metade deste contingente tem estabelecimento comercial próprio na cidade do Rio de Janeiro. Distribuídos majoritariamente nos setores de 'fazendas e roupas feitas' e 'secos e molhados', estes atuam principalmente no comércio atacadista, muitas vezes desenvolvido paralelamente às vendas a retalho.

É expressiva também a ação lusitana nas transações financeiras, empréstimos, especulação e descontos, bem como no comércio de produtos em consignação e em comissão. A configuração que se nos apresenta demonstra que os portugueses registrados no Tribunal do Comércio faziam parte de uma elite atacadista que, ao matricular-se, buscava assegurar suas prerrogativas com base nas disposições do Código Comercial de 1850. Este aspecto é significativo na medida em que as mudanças estruturais causadas pela proibição do tráfico de escravos impunham a realização de reformas que permitissem garantir à aristocracia rural e aos setores ligados ao comércio o *status* que haviam alcançado.

Ao mesmo tempo, notamos que, paulatinamente, novos ramos comerciais ganham espaço junto às mercadorias tradicionais. Estes artigos, cuja oferta cresce acompanhando a demanda, estão imbuídos de um sentido de modernidade que a lógica da urbanização e da modernização trazem à luz. Os comerciantes portugueses não estão de fora deste processo e isso se reflete em sua atuação como comerciantes de vidros, cristais e instrumentos musicais, por exemplo. O ano de 1868, que encerra o intervalo por nós estudado,

é emblemático desta tendência, pois registra a mais diversificada incidência de comerciantes inscritos em categorias comerciais distintas.

Fontes:

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO. Lei n. 556 – de 25 de junho de 1850. **Codigo Commercial do Imperio do Brazil**.

SÉRIE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - COMÉRCIO - JUNTA E TRIBUNAL, ETC. (IC3). **Registro de matrícula dos comerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros e administradores de armazéns.** Ano: 1851 a 1868, livro 1º tomo 1º, $IC^3$57; livro 1º tomo 2º, $IC^3$40; livro 1º tomo 3º, $IC^3$101; livro 1º tomo 4º, $IC^3$9.

Referências bibliográficas:

MENEZES, Lená Medeiros de. **A Presença Portuguesa segundo os Censos 1872, 1890, 1906 e 1920**. II Seminário Internacional A Emigração portuguesa para o Brasil. 2006.

MENEZES, Wagner Chagas de. **Costurando os Retalhos:** configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro, 1889-1903. Niterói/RJ, 1998. Dissertação (Mestrado em História). ICHF/Universidade Federal Fluminense.

PARGA, Eduardo Lucas. **Entre Fazendas, Secos e Molhados:** o pequeno comércio na Cidade do Rio de Janeiro (1850-1875). Niterói/RJ, 1996. Dissertação (Mestrado em História). ICHF/Universidade Federal Fluminense.

VIEIRA, Rubenita. **O Tribunal do Comércio:** Modernidade e Imobilismos (1851-1889). Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História). IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre Práticas e Saberes Históricos: Um diálogo entre o ensino de História Contemporânea e as teorias curriculares pós-críticas

Ana Luiza Araújo Porto[1]

Resumo: O trabalho está inserido nas discussões do projeto de dissertação "A formação do profissional de História da Universidade Federal de Alagoas". Nosso objetivo será discutir através das teorias pós-críticas do currículo a composição curricular da disciplina História Contemporânea do curso de História da Universidade Federal de Alagoas.
Palavras-chave: Teoria Curricular- Ensino de História- História Contemporânea

Abstract: The work is inserted in the discussions of the master degree project "The formation of the History professional of the Federal University of Alagoas". Our objective will be argue through the after-critical curricular theories the curricular composition of History Contemporary subject of the History course of the Federal University of Alagoas.
Keywords: Curricular Theory- History Teaching- Contemporary History

O presente artigo está inserido nas discussões do projeto de dissertação "Uma história fora dos trilhos: a formação do profissional de História da Universidade Federal de Alagoas" que aborda a Formação do Profissional de História em Alagoas também a partir da análise do currículo do curso de História da Universidade Federal de Alagoas. Nosso objetivo neste artigo será discutir através das teorias pós-críticas do currículo, que pensam o currículo enquanto território de produção de saber e de poder e também como espaço de produção de identidades a composição curricular da disciplina História Contemporânea, a ausência de articulação entre os conceitos de saberes históricos e prática educativa, na disciplina. Há um distanciamento entre a produção historiográfica atual sobre a História Contemporânea e as discussões estabelecidas em sala de aula, a partir do conteúdo programático da disciplina. Para isso, a pesquisa utilizará como material de análise a produção dos alunos em sala de aula (anotações das aulas, questionários e provas), bem como a ementa da disciplina.

[1] * É licenciada em História pela Universidade Federal de Alagoas. É aluna do mestrado em Educação Brasileira do Centro de Educação na Universidade Federal de Alagoas. É bolsista da FAPEAL.

A escolha desta disciplina se deu em função de na minha experiência enquanto aluna do curso de História ter percebido que das disciplinas que compõem a matriz curricular docurso ser a referida disciplina a que mais está distante das possibilidades de diálogos com a historiografia produzida ao longo do século XX e também aos debates travados no campo do currículo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Os diálogos no campo curricular serão situados dentro das perspectivas pós-críticas de currículo que entendem o currículo não mais como instrumento técnico a organizar o saber escolar, mas que percebem o currículo sobretudo como espaço de produção de conhecimento e de relações de poder que estão atravessadas por categorias como gênero, raça, etnia, sexualidade e também classe social. Para as teorias pós-críticas o saber presente no currículo não é algo dado, transcendental, inquestionável, mas algo que tem historicidade e portanto, que precisa ser problematizado para explicitar as relações de poder envolvidas em sua construção.

> *As teorias pós-críticas ampliam e, ao mesmo tempo, modificam aquilo que as teorias críticas nos ensinaram. As teorias pós-críticas continuam a enfatizar que o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder nas quais ele está envolvido. Nas teorias pós-críticas, entretanto, o poder torna-se descentrado. (...) Em contraste com as teorias críticas, as teorias pós-críticas não limitam a análise do poder ao campo das relações econômicas do capitalismo. Com as teorias pós-críticas, o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, na etnia, no gênero e na sexualidade. (SILVA, 2005: 148)*

A História como disciplina escolar no Brasil

A História constituiu-se enquanto disciplina escolar ainda no século XIX num momento em que a composição curricular do ensino necessitava desta disciplina para justificar o imperialismo das nações européias. O conhecimento histórico era uma espécie de norteador da moralidade a guiar a humanidade rumo ao progresso e ao desenvolvimento, leia-se progresso e desenvolvimento do mundo ocidental europeu. A História surgia para conformar as identidades nacionais, era o momento da emergência deste saber no mundo acadêmico. No Brasil a situação não foi diferente; na tentativa de se igualar as nações européias o Brasil imitou o currículo escolar francês.

> *No Brasil, a história passou a ser uma disciplina escolar obrigatória na primeira metade do século XIX — momento de afirmação do Estado Nacional — com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837. Havia, então, uma história sagrada, com sua cronologia própria, organizada de acordo com as 'Escrituras', e uma história profana, laica ou civil, cujos marcos temporais eram*

> *definidos pelo Estado. A história da civilização era norteada pela história da Europa Ocidental, sobretudo da França. (MAGALHÃES, 2003: 168)*

Quando da herança do currículo escolar francês adotamos o modelo quadripartite da divisão da História que divide a História da humanidade em História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Essa forma de dividir a História é própria do mundo europeu. Os marcos temporais utilizados para realizar tal divisão são todos referentes ao ocidente europeu.

Este modelo foi adotado no Brasil ainda no século XIX e continuou a ser utilizado durante todo o século XX tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior.

A disciplina História Contemporânea no currículo escolar

Em se tratando da disciplina História Contemporânea ela produz sentido sobretudo para a França, na verdade ela foi uma convenção dos franceses para definir a História da humanidade antes e depois da Revolução Francesa. Foi a França enquanto modelo de cultura que instituiu este modelo quadripartite.

> *(...) o conceito de História Contemporânea foi confirmado na reforma do ensino secundário francês, ocorrido no último quarto do século XIX e, desde então, foi definida como o período posterior à Revolução Francesa de 1789. Consagrava-se, assim, a famosa periodização quadripartite da História (Antiga-Medieval-Moderna-Contemporânea), construída com base na História européia. (NAPOLITANO, 2003: 163)*

Foram os historiadores metódicos no século XIX que se encarregaram de alçar a História ao status de Ciência, mas, no entanto são estes mesmos historiadores que tinham certo olhar de estranhamento em relação a esta subdisciplina - a História Contemporânea- porque pensavam que só podia ser História aquilo que estava distante no tempo, aquilo que de fato era passado, o que não podia ser observado nesta disciplina que tratava quase sempre de fatos ocorridos muito recentemente. A historiografia do século XIX privilegiava o acontecimento político como protagonista da História.[2]

No decorrer do século XX muito se alterou nesta paisagem, a nova historiografia francesa fez perceber que toda História escrita é na verdade o resultado de

[2] Ver REIS, José Carlos. Escola dos Annales: A inovação em História. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 e BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

questionamentos dos homens no tempo, portanto, são sempre questões contemporâneas que levam os homens a reescrever a História seja de qual época for. Foram ressignificados os conceitos de História, os objetos do conhecimento histórico, as temporalidades, os atores da História e a relação entre o saber histórico e o ensino.

A História Contemporânea foi se colocando como área legítima de saber e foi tendo espaço garantido nas pesquisas dos historiadores na academia.

À medida que foi se desenrolando o século XX a História Contemporânea foi assistindo mudanças significativas no modo de pensar, problematizar e escrever a História. As duas guerras mundiais destruíram acervos documentais escritos consideráveis o que somado a invenção do gravador e da fita cassete alavancou uma nova metodologia que viria a trabalhar com um novo tipo de fonte histórica e que veio a ser conhecido como História Oral. A princípio olhada com desconfiança pela academia ainda apegada aos documentos escritos oficiais a História Oral foi se colocando como metodologia consistente para a escrita da História.

História Contemporânea no curso de História da Universidade Federal de Alagoas[3]

A disciplina História Contemporânea está presente no currículo do curso de História da Universidade Federal de Alagoas desde a fundação do mesmo no ano de 1954. Temos percebido atualmente várias distorções na elaboração da disciplina tanto do ponto de vista da produção historiográfica do século XX quanto dos debates travados na área do ensino e mais especificamente na área do currículo.

Situando-se num curso de formação de professores a disciplina não tem conseguido dialogar minimamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais que estão colocados para a Educação Básica nem tampouco com as teorias curriculares pós-críticas. Afinal a produção de conhecimento no ensino superior não pode carecer de diálogo com outras modalidades da Educação.

Pensando a partir da historiografia não há qualquer referência às teorias da história como mediadoras explicativas do processo histórico. O conteúdo de tipo enciclopédico situa-se nesta disciplina como um dado a não ser questionado. Os atores deste tipo de conhecimento ministrado pela referida disciplina ainda são aqueles exaltados pela

[3] A ementa da disciplina História Contemporânea do ano de 2003 encontra-se em anexo como também um dos questionários trabalhados na sala como avaliação da aprendizagem dos alunos.

historiografia do século XIX e que entraram em decadência a partir da emergência daquilo que ficou conhecido como Nova Historiografia.

Pensando a partir da Educação e das questões candentes na área do ensino não há qualquer articulação com os Parâmetros Curriculares Nacionais no que tange, por exemplo, às questões ligadas ao multiculturalismo[4].

> *O chamado "multicuturalismo" é um fenômeno que, claramente, tem sua origem nos países dominantes do Norte. O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os "problemas" que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigaram essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço. Afinal, a atração que movimenta os enormes fluxos migratórios em direção aos países ricos não pode ser separada das relações de exploração que são responsáveis pelos profundos desníveis entre as nações do mundo. (SILVA, 2005: 85)*

É no cenário conhecido como História Contemporânea, mais precisamente na segunda metade do século XX que se desenrolaram lutas em torno de empoderamento que partem de grupos minoritários como mulheres, gays, negros, lésbicas, travestis, deficientes físicos, ecologistas, entre vários outros. Não é por acaso que é neste século que se começa a escrever a História destes grupos marginalizados socialmente.

Por mais críticas que possamos fazer a maneira como os PCNs tratam a diversidade cultural, ainda percebendo a identidade e a diferença como dados essencializados, fixos e imutáveis ainda assim devemos aproveitar o espaço de debate produzido e as possibilidades de diálogos trazidos a partir também da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

> *(...) a concepção de cultura predominante nas propostas de educação multicultural aproxima-se de uma perspectiva estática e essencialista, em que a cultura é vista como um conjunto mais ou menos definido de características estáveis atribuídas a diferentes grupos e às pessoas que se consideram pertencentes a ela. Essa é uma realidade muito presente no imaginário dos educadores e da sociedade em geral, que tendem a classificar as pessoas segundo atributos considerados específicos de determinados grupos sociais. Questionar essa perspectiva é um grande desafio. (CANDAU, 2005: 28)*

[4] O conceito de multiculturalismo trabalhado no texto situa-se numa perspectiva pós-estruturalista.

Os problemas ainda residem um tanto na maneira como se coloca a diversidade cultural, proclamando com ênfase a idéia de tolerância e a celebração da diversidade sem a devida problematização. Confunde-se diversidade biológica com diversidade cultural.

> *Antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é preciso explicar como ela é ativamente produzida. A diversidade biológica pode ser um produto da natureza; o mesmo não se pode dizer da diversidade cultural. A diversidade cultural não é, nunca, um ponto de origem: ela é, em vez disso, o ponto final de um processo conduzido por operações de diferenciação. Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las. (SILVA, 2000: 100)*

Não temos como propósito fazer uma análise conteudista, mas é importante também tratar da forma como os conteúdos são selecionados nesta disciplina. A Europa ainda aparece como protagonista da História da humanidade. Bastam ver quantos dos conteúdos trabalhados se referem diretamente ao continente europeu como também a referência aos processos políticos, econômicos e sociais que tratam apenas de acontecimentos que têm como palco o continente europeu, os países de outros continentes são apenas lugares geográficos. Não há qualquer referência a processos sociais, políticos ou econômicos destes países, com exceção da descolonização da África que aparece apenas para ressaltar a cultura lusíada[5]. Ao se referir a África e a Ásia de forma passageira e superficial parece que a Europa tem mais história do que todo o resto da humanidade.

Toda e qualquer referência a um outro lugar aparece sempre em relação e tendo como centro a Europa. Observando os conteúdos arrolados na ementa em anexo vemos que há quase um total silenciamento em relação à importância dos movimentos sociais existentes e emergentes ao longo do século XX.

Não há qualquer referência aos movimentos sociais que emergem no século XX como, por exemplo, o movimento negro, o movimento gay, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pela terra no Brasil, entre vários outros.

A disciplina ainda trabalha com o velho conceito de História Política do século XIX, onde o que importa são as biografias dos líderes das nações. O conhecimento histórico neste caso é do tipo enciclopédico o que aproxima a disciplina do conceito de História do Instituto Histórico e Geográfico. Entende-se o saber enquanto acúmulo de informações. Não é

[5] A ementa não mostra este fato claramente, mas isto ficou comprovado através das anotações de aula de um caderno consultado.

por acaso que embora não conste na ementa mas vimos nas anotações de aulas de um caderno consultado a indicação de leitura do Almanaque Abril do ano que transcorria a disciplina.

Observando a ementa podemos perceber o que foi trabalhado anteriormente, a ementa divide o conteúdo programático em doze tópicos. Destes, metade se referem diretamente a Europa; outros três apesar de não se referir diretamente fazem alusão a este continente. Podemos também levar em consideração o fato dos conteúdos que não fazem alusão a Europa serem os últimos da ementa o que nos leva a concluir que eles são aqueles nos quais de forma prática as aulas menos se detêm.

Conclusão

Concluindo o que acreditamos ter sido um diálogo entre o ensino de História Contemporânea, a historiografia do século XX e as teorias curriculares pós-críticas podemos constatar que a disciplina da forma como se encontra no curso de História contemporaneamente acaba por reproduzir e reafirmar identidades que têm como centro e norma o homem que é branco, europeu, heterossexual e cristão. A disciplina não permite o exercício de uma pedagogia que contemple a identidade e a diferença como conceitos que são históricos, portanto não são fixos nem tampouco imutáveis e devem ser problematizados cotidianamente no exercício de sala de aula.

Pensando na rica historiografia produzida e nas novas metodologias da pesquisa histórica vemos que a disciplina não incorporou nenhum dos debates que revolucionaram o saber histórico no século XX, o que é lastimável porque em última instância o resultado de tudo o que foi analisado nos leva a concluir que a disciplina leva os alunos a decorar informações a cerca dos fatos políticos dos séculos XVIII, XIX e XX e não contempla análises que levem a busca de soluções para os graves problemas que afligem a humanidade contemporaneamente e também ao exercício sério de seu papel que é a formação docente. Afinal estando lotada num curso de licenciatura a disciplina tem como objetivo fundamental instrumentalizar os estudantes ao futuro exercício da docência.

Não se trata aqui de propor receitas, mas de tentar estabelecer diálogos que promovam um conviver mais democrático.

Referências Bibliográficas:

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

CANDAU, Vera Maria. *Sociedade Multicultural e educação: tensões e desafios.* In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CORAZZA, Sandra. *O que quer um currículo?* In: **O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação.** Petrópolis: Vozes, 2002.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira L. *Segredos e mentiras do currículo: sexualidade e género nas práticas escolares.* In: LOURO, G. **Currículo, género e sexualidade.** Porto: Editora Porto, 2000.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *"História e Cidadania: por que ensinar história hoje?"* IN: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MEYER, Dagmar E. *Etnia, raça e nação: o currículo e a construção de fronteiras e posições sociais.* In: COSTA, Marisa V. (Org.) **O currículo no limiar do contemporâneo.** RJ: DP&A, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. *História Contemporânea: pensando a estranha História sem fim.* In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em História.** 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____*O adeus às metanarrativas educacionais.* In: **Identidades terminais.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____*A reprodução social da identidade e da diferença.* In: **Identidade e diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Trilhos de modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos

Maria Sílvia Duarte Hadler*

O contato com diversas formas de memória a respeito do tempo em que os bondes foram presença significativa no espaço urbano de diversas cidades brasileiras, permitiu a observação de que, em grande parte, elas são marcadas por uma certa nostalgia, idealização, romantização acerca desse tempo. Uma primeira indagação, portanto, se desenhava: por que seriam frequentes, nas recordações que as pessoas têm do tempo em que os bondes circularam pelas cidades, representações mais agradáveis desse tempo?

Lembranças e imagens agradáveis sobre o "andar de bonde" pareciam sugerir a existência de perdas e carências em nossa época; se era bom viver, por exemplo, em Campinas, ou em São Paulo, ou no Rio de Janeiro ou em Porto Alegre, ou em Recife... naquela época, o que não seria bom hoje? A existência destas memórias apontava, portanto, para a possibilidade de uma problematização instigante das relações entre passado e presente em torno de um eixo cultural significativo que se constitui em torno da figura do bonde, considerado, em sua movimentação pelo espaço urbano, e nas relações diversas com seus habitantes ao longo do tempo, como expressão de traços significativos do avanço da modernidade.

Desta forma, através desta pesquisa, estou sugerindo que os bondes poderiam ser um meio de nos conduzir à aproximação de práticas culturais significativas de uma dada cidade, Campinas, do interior do estado de São Paulo, na relação com a modernidade capitalista. Práticas culturais essas que não são apreendidas apenas na cidade de Campinas, mas que se encontram articuladas de diversas formas com práticas culturais semelhantes de outras cidades brasileiras. Traços de uma cultura urbana que se foram formando, modulados por determinadas sensibilidades, por certa linguagem estética, por determinadas maneiras de viver, sentir, agir e que também foram tecidos historicamente no decorrer dos anos no imaginário das pessoas. E, além disto, enquanto lembranças evocadas, enquanto imaginários que prolongam no tempo a permanência idealizada de certas formas de viver e sentir, poderiam nos levar, em outra direção, a uma problematização de determinadas formas de sensibilidade do nosso mundo urbano contemporâneo.

---

* Doutorado recém-defendido na Faculdade de Educação da Unicamp, grupo Memória, sob a orientação da prof.dra. Maria Carolina Bovério Galzerani. Professora também na Escola Comunitária de Campinas.

Trabalho, portanto, com a perspectiva dos bondes serem emblemáticos de uma época marcada pelos processos de transformação urbana, permeados pela presença de inúmeras inovações tecnológicas, que se realizaram em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, e tantas outras, na virada do século e nas décadas iniciais do século XX. Associados ao avanço da modernidade capitalista em vários centros urbanos do país, procurei tratá-los como símbolos de modernidade e progresso, símbolos produzidos por essa época, mas também participantes de sua construção sócio-cultural. Como artefatos culturais, historicamente datados, expressariam e, ao mesmo tempo, instituiriam relações sócio-culturais.

No longo trajeto histórico-cultural percorrido pelos bondes, na cidade de Campinas, procurei abordar momentos significativos deste trajeto: seu surgimento, implantação e consolidação no cenário urbano, como um dos ícones da modernidade capitalista por um lado, e por outro, a extinção de sua circulação pela cidade, agora como símbolo da obsolescência, no contexto de um avanço mais intenso da modernidade. Sem pretender fazer um acompanhamento linear e exaustivo deste processo, foram momentos considerados como portadores de uma condensação de significados, que permitissem captar traços de práticas sócio-culturais, no âmbito da cidade, que possibilitassem descortinar aspectos relevantes da vida social na modernidade. As relações entre memória e modernidade, modernidade e educação urbana dos sentidos permearam toda a trajetória desta pesquisa.

Na cidade de Campinas, portanto, os momentos de pesquisa mais detalhada referem-se ao aparecimento do bonde movido a tração animal, em 1879, à implantação dos bondes elétricos em 1912, e à sua retirada definitiva de circulação em maio de 1968.

A inserção dos bondes no espaço urbano se deu, de forma geral, no momento da intensificação dos processos de urbanização, a partir da segunda metade do século XIX. A área urbana, em especial a do sudeste do país, dava seus primeiros passos de modernização: novas construções de casas e de sobrados, chafarizes, praças, hospitais, escolas, bancos, casas de comércio, etc. As linhas de bonde surgem, então, articuladas à idéia de progresso, à expansão urbana, às novas formas de convívio social e de uso do espaço público. Com a instalação da energia elétrica e a dinamização maior da vida urbana que se segue, os bondes a burro vão sendo substituídos gradualmente pelos chamados "modernos bondes elétricos". Essa passagem em Campinas se dá em 1912, no Rio de Janeiro em 1892, em São Paulo em 1900. O período entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX configura-se como um momento importante de gestação do Brasil moderno: novas tecnologias introduzidas, modernizações em curso, amalgamando-se com elementos culturais

tradicionais, espaços urbanos em expansão articulados a elementos sócio-culturais vinculados à predominância da agro-exportação (sobretudo a cafeeira), gerando tensões entre as visões de mundo liberais, positivistas e românticas que se entrecruzam neste espaço. Tensões que demarcam o clima de modernidade que se pretende vivenciar. Nos anos de 1960 somos colocados diante de um momento em que o país já se definiu mais inequivocamente, há algum tempo, por um projeto de desenvolvimento urbano-industrial; principalmente, a partir da segunda metade da década de 1950, assiste-se a uma aceleração das transformações estruturais da sociedade, com a intensificação dos processos de urbanização, de enorme crescimento da população urbana, de reorientações no processo de industrialização no país. Sob a tônica desenvolvimentista difundem-se re-significações das concepções de progresso e de moderno. No caso de Campinas, em especial a partir de 1956, há a promoção de uma política acelerada de renovação do centro da cidade, marcada por um processo intenso de demolições e construções, fruto das tentativas de implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos, concebido desde a década de 1930 sob a orientação de Prestes Maia. Acelera-se a verticalização das áreas centrais da cidade e o alargamento de ruas. Neste contexto, e em especial nos anos 1960, os bondes vão ser substituídos pelos ônibus, estes vistos, então, como mais rápidos, mais eficientes e adequados ao panorama urbano que então se desenhava.

Se os bondes parecem ter surgido como símbolos de modernidade, de avanço tecnológico, como portadores de novos tempos, desaparecem como objetos obsoletos, ultrapassados, que parecem atravancar uma outra modernidade. Tanto seu começo como seu fim se deram em nome do progresso e do moderno. Durante todo esse período, conviveram com automóveis e ônibus nas ruas da cidade, num processo de entrecruzamento de temporalidades e ritmos urbanos distintos, de interesses sócio-econômicos diversos, de maneiras diferenciadas de se perceber, de se estar e de se viver no espaço urbano.

A extinção dos bondes no cenário urbano não foi apenas a extinção de um meio de transporte coletivo. Expressou o declínio de uma certa temporalidade, de certas formas de percepção e de representação quanto ao espaço da cidade, de certas formas de viver e estar neste espaço por parte de parcelas expressivas da população. Houve indícios sugestivos de que os anos relativos à segunda metade da década de 50 e a década de 60 do século XX tenham sido momentos especiais de desestruturação na educação urbana dos sentidos, em que formas de sensibilidade urbana estavam se contrapondo de modo mais tenso e conflitivo.

Formas de expressão permeadas pelo romantismo, e mais visíveis nos momentos finais e posteriores à existência dos bondes, podem ser vistas como o equivalente da constatação de que, nesse processo, houve algum tipo de perda.

Há vestígios de contrariedades, de reações dispersas e pouco articuladas a respeito da extinção dos bondes. No entanto, pareceu predominar um sentimento fatalista quanto à inevitabilidade do progresso. Parcelas significativas da população, dos diferentes segmentos sociais, vinham sendo educadas no sentido do bonde equivaler a atraso, a objeto ultrapassado, arcaico. Um objeto, portanto, que atrapalhava o progresso. Assim, só restava o lamento, a nostalgia, a saudade melancólica diante da inevitabilidade de um progresso assim entendido.

O fim do bonde, no entrechoque de imagens que se constituíam sobre a cidade, explicita e sinaliza um movimento de perecimento de um conjunto de relações sócio-culturais, de uma certa forma de se estar no espaço urbano, de olhar a cidade, de se ver na cidade. Uma cidade que, para muitos, ainda tinha rosto, endereço, nome, sentido e que agora estaria mais indiferenciada, mais fluida, mais estranha aos seus habitantes que, talvez, tenham tido, a partir desse momento, mais dificuldade de se reconhecer nela. As descaracterizações ocorridas na paisagem urbana, o trânsito mais intenso nas ruas, o desaparecimento de sinais anteriores de localização e de identificação, a rapidez maior da sucessão de imagens contrastantes, o aparecimento contínuo da novidade, promovem, certamente, a aceleração da estimulação nervosa dos indivíduos, que se protegem com o desenvolvimento de atitudes de indiferença, de reserva, de maior racionalidade técnica (SIMMEL, 1976). Atitudes que reforçam a tendência de isolamento do sujeito moderno, menos disponível para trocas e intercâmbio de experiências (BENJAMIN, 1985).

O que se pode entrever de práticas culturais significativas, associadas ao andar de bonde? Através das memórias encontradas, podemos compor um mosaico, historicamente situado, de significados contidos em diversas cenas urbanas. Ao longo de seu transcurso, podemos flagrar algumas persistências imagéticas relativas aos bondes – é claro que sempre compreensíveis a partir das especificidades das experiências vividas. Foram um meio de transporte para o trabalho e outras atividades necessárias, mas também foram oportunidades de passeios. Locais de encontros ligeiros, de conversas, de muitos namoros que acabaram em casamentos. Representaram a possibilidade de observação, mesmo que distraída, de lugares, de cenas, de paisagens urbanas. Pelo ritmo de circulação mais lento, talvez propiciassem melhor a descoberta ou observação do detalhe, do particular, do singular. Possibilitaram, também, um tempo de devaneio, de divagação durante o percurso, um tempo de "cismar", constituindo-se, em certa medida, na existência possível de intervalos entre as diversas atividades mais automatizadas e controladas do cotidiano.

Mais contemporaneamente, estão associados à saudade das tranqüilas caminhadas pelas ruas, sem o temor da violência urbana, hoje tão presente. Evocam a imagem de motorneiros e cobradores simpáticos, ajudando "velhinhas" e escolares a subir e descer do bonde, a lembrança do tratamento de respeito e consideração dispensado ao público. Evocam, também, de forma recorrente, a imagem da figura do cobrador com o dinheiro arrumadinho entre os dedos, abrindo passagem nos estribos para fazer a cobrança, ao som do conhecido "faz favor, faz favor". Associam-se à lembrança de diversas brincadeiras e travessuras: demonstrar habilidade em pular do bonde andando, também pular do bonde para não pagar, colocar tampinhas de garrafa nos trilhos para que ficassem bem lisas e chapadas após sua passagem, jogar óleo nos trilhos, em trechos de declive, e ficar observando se o bonde iria deslizar, como também a contrariedade do motorneiro. A algazarra e brincadeira dos estudantes no bonde da linha do colégio Culto à Ciência, o "bonde alegre". Brincar de bonde e querer ser motorneiro quando crescer. Aproveitar o tempo livre para ficar nos pontos de parada para "flertar" e, no caso de rapazes, para também poder olhar as pernas das moças quando subiam nos estribos. Imagens associadas à diversão, à alegria, e também ao lirismo: já foram considerados a "alma da cidade", as linhas já foram comparadas a "versos de um soneto" que encantavam as ruas da cidade. Andar de bonde também possibilitava sentir melhor o vento nos cabelos e no rosto, dar uma volta pela cidade com horizontes mais amplos, ainda não desfigurados pelos prédios altos. Também foram associados à segurança, ao conhecimento do percurso, a um movimento numa direção determinada, como metáfora da possibilidade de acesso a algo. Associações também com uma trajetória em comum, com algo mais coletivo.

Andar de bonde – no decorrer dessa longa duração - também era participar das vivências de um espaço público. Neste sentido, as vivências e/ou experiências vividas através dos bondes e de seus ritmos não foram construídas isoladamente. Elas foram engendradas *na relação com* outros ritmos urbanos, com outras formas de temporalidade, que se cruzavam, constantemente, no espaço urbano. Foram construídas, sobretudo, na duração. Assim, as percepções e construções dos significados do bonde no espaço das cidades, neste momento histórico, fundamentalmente a partir da década de 1920, necessariamente, vão se dando na relação com os ritmos mais velozes proporcionados pela presença cada vez mais intensa de automóveis e outros veículos.

Andar de bonde era, também, circular, na maior parte dos percursos, no que se refere a Campinas, por áreas em que as condições de infraestrutura urbana estavam mais

desejáveis e aceitáveis. Escapava-se ou distanciava-se do circuito mais dolorido da miséria, de ruas mal calçadas e esburacadas, de moradias precárias.

E, nos momentos da história urbana em que se vivenciavam acelerações mais intensas do ritmo de vida e na relação com esses ritmos, foi visualizado como um espaço de relações sociais mais coletivas, embora fugazes.

Expressando uma dada forma de circulação no espaço urbano, e também por isto, de comunicação com esse espaço, para as memórias situadas no presente e que se dispõem a recordar-se do andar de bonde, ele se diferencia de outras formas de circulação/comunicação como ônibus, metrôs, automóveis. Aparece como um espaço possível de uma certa "flânerie" pela cidade. Circulando, era possível observá-la mais, flagrar cenas urbanas em meio aos trajetos. Passear o olhar distraído pelas fachadas das casas, dos prédios, pelos transeuntes nas ruas. Um posto móvel de observação.

Neste sentido, surge como uma imagem que suscita narrativas, que evoca narrativas. Um artefato cultural, portador de histórias, que se remetem às formas de sociabilidade urbana mais aproximadas da noção de convivência.

Como artefato culturalmente significativo, no quadro das memórias contemporâneas que a ele se referem, aparece, talvez, como portador de uma aura. Um objeto é dotado de aura quando, ao olharmos para ele, ele nos revida, nos devolve o olhar, produzindo em nós um efeito de um certo maravilhamento a que se referia Benjamin, e que também nos mostra que esse maravilhamento pode nos conduzir a um certo distanciamento das relações sociais. No entanto, de alguma forma, somos correspondidos nesse olhar. A devolução desse olhar se dá, então, sob a forma de fragmentos de lembranças que, involuntariamente, vêm à tona, trazidas por detalhes diversos: seja a visão da frente do bonde, ou a imagem fugidia de motorneiros e cobradores, a visão do estribo, dos bancos ou, ainda, a lembrança do tilintar da campainha, do movimento paquidérmico e barulhento sobre os trilhos.

Referir-se ao "tempo dos bondes", portanto, é referir-se a um certo ritmo, a certas vivências do tempo urbano, a certas possibilidades de se estar e se viver a cidade. Memórias nostálgicas encontradas sobre esse tempo parecem ser também a nostalgia de certas possibilidades de viver o tempo. As referências encontradas a favor ou contra a permanência dos bondes no espaço urbano expressam os tempos desiguais presentes neste espaço, formas diferentes de vivência dos tempos e dos espaços urbanos. Expressam diferentes formas de sensibilidade, provenientes de diferentes formas de educação urbana dos sentidos, no longo trajeto histórico-cultural da modernidade capitalista.

Muitas memórias transformaram o bonde em casas de sonho, em fantasmagorias, num objeto deshistoricizado, retirado do contexto sócio-cultural que lhe deu existência (BENJAMIN, 1989). "Era uma alegria andar de bonde, uma diversão". Talvez possamos ver algumas expectativas, desejos embutidos na figura do bonde rememorado; sonhos e desejos não efetivados no transcorrer da história urbana da cidade. Poderíamos tentar ver, nestes traços míticos e romantizados, relativos ao bonde, traços de possibilidades de continuação do presente.

Gostaria de sugerir que, nas memórias relativas aos bondes, vêm à tona cenas do viver em cidade que estariam marcadas, carregadas, implicitamente, pela denúncia da impossibilidade de se ter, no cenário urbano contemporâneo, situações de maior convivência, de melhor qualidade nas relações interpessoais, de maior leveza, de ludicidade, de devaneio, de divagação, de contemplação. O ar nostálgico dessas lembranças parece abrigar, conter um desejo de futuro. Porém, o ritmo sufocante, asfixiante, da modernidade contemporânea parece travar/impedir a realização desse impulso prático, inscrito nos atos de memória. A projeção de futuro, abrigando possibilidades de atuação no presente, parece estar represada, contida. A modernidade contemporânea atua no sentido de sufocar as possibilidades de futuro inscritas nos atos de memória. Parece haver uma dimensão totalitária presente em associações entre passado e antigo, entre passado e atraso, entre presente e novo, concebendo o presente como intrinsecamente portador daquilo que é melhor. Essas associações, naturalizadas, contribuem para o sufocamento das possibilidades de renovação do presente e, por conseguinte, do futuro, contidas nos processos de rememoração. Daí, uma certa timidez, uma falta de ousadia para se assumir, através dessas lembranças, que o presente e o futuro precisam ser reformulados, encaminhados de outras formas. A nostalgia parece ser a forma de expressão do sentimento dessa impossibilidade.

A cidade e seus diferentes equipamentos, os ritmos urbanos, a dinâmica das relações sociais, educam os sentidos (GAY, 1988). Moldam-nos a sensibilidade, as formas de sociabilidade que se desenrolam no espaço urbano. Uma educação histórico-política dos sentidos que não se dá de maneira uniforme, homogênea, unidimensional. Uma forma de educação descontínua e, ao mesmo tempo, ininterrupta, que atinge, de forma diferenciada, os diferentes grupos sociais que habitam o espaço urbano. Uma forma de educação informal, proveniente de diversas instâncias sócio-culturais, que se realiza independentemente da consciência dos sujeitos a seu respeito. O modo como a imprensa se refere à cidade, valoriza certos espaços e personagens, promove uma educação dos sentidos. O bonde participou, durante os anos de sua implantação e consolidação no cenário urbano, de uma educação

política dos sentidos do cidadão moderno, civilizado, higienizado, submetido à racionalidade tecno-científica e às diversas formas de controle social que se abatiam sobre o espaço urbano e seus habitantes. Na relação com outras formas de educação dos sentidos, como a representada pelos automóveis, constituiu-se como participante da construção de uma forma de sensibilidade mais colada às vivências coletivas, ao tempo mais largo. Da mesma forma, avenidas largas, de trânsito mais veloz, podem educar os cidadãos a valorizarem a circulação, o estar em livre trânsito, sempre de passagem por ruas com as quais mantêm pouco ou nenhum vínculo. Condomínios residenciais fechados e murados podem educar na direção de uma sensibilidade mais arredia à convivência com as diferenças no espaço urbano, que vê o outro como ameaça e perigo, refugiando-se tanto no isolamento como na intolerância.

A noção de educação dos sentidos chama a atenção, portanto, para instâncias difusas de educação, mas não menos eficientes, que precedem e atravessam os processos mais institucionalizados e formais de educação. Aponta para a importância de uma história da educação também se encaminhar na direção de um olhar que englobe a preocupação com as visões de mundo que se constituem, historicamente, fora dos muros da escola, e que abrigam certas maneiras de ver, sentir, perceber.

Precisamos, portanto, fortalecer outros caminhos de educação das sensibilidades, seja nos espaços públicos, nas políticas públicas de preservação de patrimônio cultural, seja no espaço de instituições como a Escola.

A abordagem realizada nesta pesquisa, ao trazer a questão da memória e da construção histórica das sensibilidades, possibilita também novos olhares para o ensino da História. Um ensino que *também* inclua a abordagem de memórias e de sensibilidades pode contribuir para que os alunos construam experiências significativas de interrupção, de ruptura com um cotidiano maquínico e também tenham condições de transformar suas vivências de sala de aula em experiências mais significativas.

Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica. Arte e política.** SP: Brasiliense, 1985.

_____. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. SP: Brasiliense, 1989.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos.** SP: Companhia das letras, 1988.

SIMMEL, Georg. "Metrópole e vida mental".In: Velho, O.G.(org.). **O Fenômeno Urbano.** RJ: Zahar, 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O humor gráfico da década de 20: entre o art nouveau e o art deco

Marilda Lopes Pinheiro Queluz*

Resumo: O objetivo deste trabalho é estudar as representações de modernização presentes no humor gráfico da década de 20. As charges possuíam um caráter ambivalente e polissêmico, revelando a complexidade e a dinâmica dos processos de leitura do cotidiano. As caricaturas e charges são signos que refletem e refratam a sociedade, deixando entrever outras faces da modernização e do modernismo brasileiro, rearticulando as novas experiências urbanas e as novas percepções da cidade. Os desenhos de J. Carlos e Belmonte, por exemplo, consagraram a rapidez dos traços, reciclando e contaminando-se dos discursos da ciência, da arte, da publicidade, da moda, do design gráfico, do teatro, da imprensa. As caricaturas pluralizaram os olhares sobre as mudanças sócio-culturais, as novas construções da imagem do feminino e masculino, reinventando as páginas das revistas nas fronteiras entre o art nouveau e o art deco.
Palavras-chave: caricatura, artes gráficas, história

Abstract: The aim of this work is to study the graphic humor and the representations of the modernization in the 1920s. Caricatures have an ironic nature and a dialogic point of view. They reveal the complexity and the dynamic process of reading the daily life. Caricatures and charges are signs which reflect and interact, simultaneously, with the society, showing the other faces of brazilian modernism, redesigning the new urban experiences and the new perceptions of the city. The works of J. Carlos and Belmonte, for example, retake and are influenced by the discourses of science, the language of art, publicity, fashion, graphic design, theater and press. These caricatures made a plural perspective about cultural changes, helping to build new images of the feminine and the masculine, reinventing the magazines pages between the art nouveau line and the art deco style.
Keywords: caricature, graphic art, history

Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre humor gráfico, tecnologia e linguagens. O objetivo deste texto é estudar as representações de modernização da década de 20, considerando as interações entre a linguagem da caricatura e o contexto da época.

Desprezar o caráter de ambivalência e heteroglossia[1] das charges é deixar de lado elementos fundamentais que revelam a complexidade e a dinâmica dos processos de leitura do cotidiano. Parte-se do pressuposto que as caricaturas e charges são signos que refletem e

* Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP

[1] Ou plurilinguismo, no sentido em que Bakhtin o usa, como as várias vozes que se entrecruzam nos enunciados, num processo contínuo e multiforme. Ver FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo:* as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin, p. 56-57

refratam a sociedade. Com os signos "não somente descrevemos o mundo, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) deste mundo" (FARACO, 2003: 50).

A caricatura do início do século, de um modo geral, voltou-se para a cidade, para os que nela viviam e transitavam, para as novas experiências urbanas, ajudando a re-elaborar os significados dessa modernização.

A década de 20, brasileira, teve uma modernização financiada, sobretudo, pela economia cafeeira que também vai apoiar o movimento modernista literário, artístico e arquitetônico. Havia um forte crescimento econômico e demográfico, e a paisagem urbana ganhava novos contornos entre o ecletismo dos casarões dos barões do café, as fábricas e a geometrização do art deco. Na multidão que se apropria do espaço urbano, destaca-se a presença de imigrantes, operários, homens e mulheres trabalhadores no contraponto à oligarquia do café. Numa conjuntura de pós-guerra, São Paulo tornava-se o exemplo de metrópole em desenvolvimento veloz, constituindo-se no centro dos negócios e da agitação política. Ainda sob os efeitos da greve geral de 1917, deu-se o início do tenentismo, a fundação do partido comunista, a revolta do Forte Copacabana, Mário de Andrade escreveu *A Paulicéia Desvairada*, Oswald de Andrade, Os condenados, foi fundada a revista Klaxon, num diálogo gráfico com o construtivismo russo, o futurismo e a bauhaus.

ALAMBERT & CANHÊTE (2004) mostram como as contradições e ambigüidades do modernismo nos anos 20, especialmente em São Paulo, já estão sugeridas nos comentários de Mário Pedrosa:

> *De um lado da cidade, nas "higiênicas" e europeizadas ruas dos bairros onde viviam os "barões do café" e seus protegidos (quase todos os artistas e intelectuais da época, desde ricos tradicionais, como Oswald, até pequenos burgueses remediados, como Mário de Andrade), ou no centro vivo e agitado (em que "se cheirava o café", e seu dinheiro, pelas ruas, como escreveram em poemas distintos Oswald de Andrade e Sérgio Milliet), a semana foi pensada, com toda a sua ambigüidade entre o escândalo dândi e o corte profundo na cultura para a abertura do novo. Mas o negócio era "entre os mesmos"(...) Menotti del Picchia foi o único imigrante que "aristocratizou-se" o suficiente para participar da Semana de 22 e poder circular pelo cosmopolitismo aristocrático de Higienópolis.(p. 23)*

Procurava-se construir uma imagem de modernidade, de progresso, de otimismo, e de cosmopolitismo. As inovações técnicas tornaram-se um forte recurso no desenho desta nova imagem da sociedade.

> *A energia elétrica e a intervenção crescente de todos os tipos de máquinas na vida cotidiana – bondes, automóveis, máquinas de costura e de escrever, telefones, telégrafos, cinematógrafos, fonógrafos, rádios, máquinas fotográficas, etc. – desestabilizam as antigas temporalidades, impõem a velocidade, o controle mais preciso do tempo, e, além disso, sugerem outra economia das linguagens e dos códigos, chamando os indivíduos a responder às exigências dos "novos tempos" (SCHPUN, 1999: 25)*

As mudanças estavam presentes também na sonoridade, com o sucesso e a popularização de ritmos como ragtime, foxtrote, charleston, jazz, tango, maxixe e samba, que seduziam e ao mesmo tempo causavam espanto, parecendo às elites puritanas uma forma de expressão obscena. Numa mistura de exotismo e busca das raízes, esses ritmos propunham gestos e movimentos corporais que invadem os salões e contagiaram a moda.

As revistas de humor tiveram um papel fundamental nesses processos de modernização. Elas foram um espaço midiático de experimentação de linguagens, resgatando tradições orais e populares, reunindo fragmentos diversos da cultura. Evidenciaram as mudanças técnicas e as novas percepções, rearticulando a tradição dos pasquins, o desenho acadêmico marcado de sinuosidades do barroco, o ecletismo e o art *nouveau,* a colagem, a montagem, as sobreposições e justaposições do futurismo e do cubismo. Essas revistas interagiam com a construção do imaginário da época, no contexto das reformas e transformações urbanas, na fronteira entre o artesanal e a comunicação de massa.

O trabalho dos caricaturistas contribuiu para a formação de uma nova estética na publicidade, criando narrativas gráficas*,* às vezes através de painéis seqüenciais, demonstrando visualmente as vantagens e benefícios no uso dos produtos, inovando as possibilidades dos cartazes, anúncios, rótulos.

Os caricaturistas eram chamados inclusive para fazer as capas, as ilustrações, os anúncios, estando entre alguns dos nomes mais famosos Julião Machado, J. Carlos, Raul Pederneiras, K. Lixto, Belmonte. "O prestígio dos artistas era tanto que o sucesso das revistas ficou associado a eles e não aos redatores". (ABRIL, 2000: 213-215).

A transformação estética influenciou e foi influenciada pelas mudanças industriais, pela invenção de novos recursos de impressão. O Art Nouveau estava ligado não só ao ecletismo arquitetônico, mas também à expansão da produção gráfica e do design de livros, revistas, cartazes, rótulos, embalagens, panfletos, cartões postais, etc

As mudanças de comportamento e de pensamento que dialogavam com as transformações da cidade foram traduzidas graficamente, com muito humor e ironia, evidenciando a diversidade, a discussão da identidade, o desejo de progresso, as novas relações entre homens e mulheres, na redefinição de seus papéis sociais.

Um exemplo, entre tantos, é a revista *A Maçã*, lançada em fevereiro de 1922, no Rio, dirigindo-se ao público masculino, procurando transgredir não apenas no texto, mas na diagramação, no uso das vinhetas, das fontes, da composição de desenhos e fotos. Com a presença de Andrés Guevara[2], o projeto gráfico se torna mais geometrizado, mais próximo da arte deco. Nestas novas proposições de leitura e de apropriação dos espaços visuais, é possível perceber, como afirma Haluch (2005: 120), que "uma questão determinante na configuração gráfica na década de 1920 é a experiência urbana."

As charges e caricaturas de mulheres se multiplicam, assim como as seções femininas, denotando a efetiva participação das mulheres nas mais diversas esferas sociais, nos lares, nas ruas, nos bailes, no trabalho, etc. e ao mesmo tempo evidenciando o potencial de consumidoras.

As revistas femininas, fartamente ilustradas, tornavam-se vitrines dos padrões de beleza e de moda. Entre receitas e conselhos, mostravam-se os últimos lançamentos da moda especialmente francesa e as influências do cinema americano, construindo o ideal de beleza da mulher branca, loira, magra e jovem.

A moda, veiculada como um tema típico do universo feminino, procurava redefinir os signos de distinção, pois o maior poder aquisitivo das classes médias e a maior circulação de mulheres no espaço urbano, acabavam por criar outros parâmetros de reconhecimento e identidade. Os anos 20 consagraram os concursos de beleza e os desfiles de moda. O primeiro desfile de modas de São Paulo foi em 1927, no Mappin. (SCHPUN, 1999: 122-129)

Os novos comportamentos femininos, as novas posturas frente ao casamento ou à maternidade são ironizadas, mostrando simultaneamente o medo e a insegurança masculina quanto aos novos hábitos e tendências, destacando a atuação da mulher, sua participação nas decisões, dando a elas a responsabilidade pelas mudanças. Elas seguem, mas também inventam a moda.

---

[2] Este desenhista paraguaio trabalhou em A Maçã de 1923 a 1925, em sua primeira "temporada" no Brasil. Em 1926 passou a trabalhar no jornal A Manhã, até 1928. Colaborou com O Malho, Para Todos, Jazz e o Cruzeiro. No jornal A Crítica, foi também o responsável pelo design gráfico. Na Argentina desenhou para El Clarin. Participou do projeto dos jornais A Folha Carioca e Última Hora. Morreu em 1965, em Buenos Aires. (FONSECA, 1999: 242-243)

Se, de um lado, as charges de costumes funcionavam como estratégias discursivas nos processos de dominação e exclusão da mulher em diversos setores, por outro, a riqueza do próprio mecanismo da caricatura e da linguagem paródica, a ambigüidade e a ironia das imagens revelam também os questionamentos, as mudanças, as conquistas.

A própria figura da melindrosa carrega muitas contradições em seus traços e caracterização.

Símbolo da mulher sofisticada e adiante de sua época, ganhou vida no lápis de J. Carlos[3], remetendo ao que seria a típica carioca da alta sociedade. Frívola e superficial, preocupada com a última moda, as aparências e o flerte, elegante e sensual, ingênua e esperta, sedutora e perigosa. Traz a imagem da mulher independente e liberada, civilizada, grã-fina, audaciosa e perspicaz, sem preocupações com o casamento, a maternidade ou o futuro, no domínio do espaço público, aproximando-se da prostituta na aparência e nos gestos, questionando a moral burguesa.

A melindrosa se tornou um ícone dos anos 20, com cabelos curtíssimos *à la garçonne* e o chapéu *cloche* (sino) bem enterrado, transitando entre as curvas sinuosas do art nouveau e o geometrismo do art deco, ao ritmo do jazz e do charleston.

Na revista *Para Todos,* criada em 1918, J. Carlos contribuiu com interferências gráficas, outras propostas visuais, outros modos de ler, inovando na composição, na diagramação, nas relações espaciais e temporais, apostando na rapidez da contemporaneidade, na limpeza e geometrização, dialogando com o cinema, os cartazes, a publicidade. Sintetizou a linha sinuosa e sensual com racionalidade, apelo visual e arte, dando visibilidade e materialidade à modernização.

As charges de Belmonte[4] também tentaram captar esse outro perfil feminino que se delineava no cotidiano das grandes cidades. Em seus desenhos figuram as novas relações entre homens e mulheres, constituindo-se entre tensões e imposições culturais, preceitos e preconceitos morais, e abrindo espaço para questionamentos sobre a realidade presente. As

---

[3] José Carlos de Brito e Cunha, mais conhecido como J. Carlos nasceu no Rio de janeiro, em 1884. Em sua longa e produtiva carreira, colaborou em O Tagarela de1902a1903, A Avenida, de 1903 a 1904, O Malho, O Século XX, Leitura Para Todos, O tico-Tico, Fon-Fon!, Careta, de 1908 a 1921 e de 1935 a 1950, A Cigarra, A Vida Moderna, Eu Sei Tudo, Revista da Semana, entre muitas. Foi diretor artístico das publicações da empresa O Malho, ilustrando Para Todos, ilustração Brasileira, Cinearte, por exemplo. Fez capas de várias revistas (Cruzeiro, Fon-Fon!, A Nação, A Lanterna, A Noite), publicidade, cartazes de propaganda e ilustração de livros.Morreu em 1950, em sua prancheta de desenho, em plena atividade. (FONSECA, 1999: 230-231)

[4] Benedito Bastos Barreto, cujo pseudônimo era Belmonte, nasceu em São Paulo, em 1897 e tornou-se caricaturista, desenhista, pintor, escritor, jornalista e historiador. Fez trabalhos para as revistas Careta, Revista da semana, O Cruzeiro, Fon-Fon!, mas sua carreira se firmou na Folha da Noite, de São Paulo, onde trabalhou de 1921 até o ano de sua morte, em 1947.(FONSECA, 1999: 238)

mudanças sócio-culturais, assim como a arquitetura, os ambientes e a decoração, os artefatos tecnológicos ficaram registrados graficamente nas ironias do cotidiano, brincando com as fronteiras entre o público e o privado. (Fig.1 e 2)

Fig. 1 – Belmonte – Frou Frou (1926)
"Por que fica triste?! Não crê no meu amor?
Creio. E é por isso mesmo que me entristeço..."
Fonte: Extraída de LAGO, 1999, p. 104

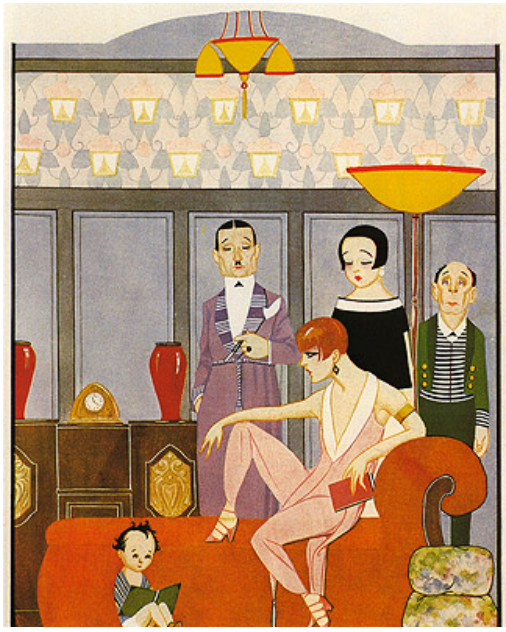

Fig.2 – Belmonte – Frou Frou (1925)
"Madame esqueceu-se que era casada"
Fonte: Extraída de LAGO, 1999, p. 103

Belmonte satirizou a própria arte, questionando a Semana de Arte Moderna (fig.3) e as novas propostas artísticas. Em uma charge de 1926, mostra um grupo de pessoas admiradas a originalidade artística de um chapéu e uma bengala que haviam sido deixados casualmente sobre uma escultura em um pedestal de uma galeria de arte. (LAGO, 1999: 105)

Fig. 3: Belmonte – Semana de Arte Moderna (1922)
Fonte: Extraído de LEMOS, 2001, p.57

A cidade, simultaneamente palco e personagem dessas transformações, é flagrada e reinventada nas revistas, revirada pelo avesso no traço dos caricaturistas. Ana Luiza Martins, referindo-se a São Paulo, destaca o papel que as revistas tiveram na construção da imagem de "cidade mercadoria", mas, que se pode pensar também em relação ao Rio de Janeiro e a Curitiba, entre outros exemplos.

> *Uma imprensa vivaz, inovadora em seus segmentos, refletia a nova ordem política e a nova sociedade, trazendo um pouco de tudo. Publicações luxuosas, a serviço do sistema, eram subsidiadas pelo Poder, enquanto impressos mais modestos abriam caminho para grupos que buscavam sua representação: operários, tipógrafos, minorias étnicas, evangélicos e espíritas, a "classe caixeiral", os grupos carnavalescos. Reciprocamente a cidade fez daquela imprensa, dotada de tantos recursos, porta-voz na divulgação de seus feitos, sua riqueza, seu progresso. Vendeu sua imagem, em cores, clichês, charges, rotogravuras, e deu sentido às temáticas das revistas; prestou-se idealmente aos revolucionários experimentos da arte gráfica e do impresso, enquanto se tornava o instrumento preferido dos donos do poder, magnificando-lhe as realizações .(MARTINS, 2001: 474)*

A caricatura traz a possibilidade da ressemantização das práticas corriqueiras, da reconstrução dos sentidos nas relações com o outro, e com o mundo. O humor gráfico dos

anos 20 deu visibilidade a outras faces do modernismo brasileiro, deixando entrever a cidade e o cotidiano nos embates entre conservadorismo e vanguarda. Nos desenhos de J. Carlos e Belmonte, por exemplo, o humor se consagra na rapidez dos traços, reciclando e contaminando-se dos discursos da ciência, da arte, da publicidade, da moda, do design gráfico, do teatro, da imprensa. As caricaturas e charges pluralizaram os olhares sobre as mudanças sociais e culturais, a moda e a arte, as novas construções da imagem do feminino e masculino, reinventando as páginas das revistas nas fronteiras entre o art nouveau e o art deco.

Referências bibliográficas:

ABRIL, Editora**. A REVISTA NO BRASIL**. São Paulo: Editora Abril, 2000**.**

ALAMBERT, F. & CANHÊTE, P. **As bienais de São Paulo***:* da era do museu à era dos curadores. São Pulo: Boitempo, 2004

AMARAL, Aracy. **Artes Plásticas na Semana de 22.** São Paulo: Perspectiva, 1979

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

DENIS, Rafael C. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Edgard Blücher, 2000

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo***:* as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura.** A imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

HALUCH, Aline. A Maçã e a renovação do design editorial na década de 1920. In CARDOSO, Rafael (org.) **O design brasileiro antes do design.** São Paulo: Cosac Naify, 2005

LAGO, Pedro Corrêa do. **Caricaturistas brasileiros***:* 1836-1999. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

LEMOS, Renato (org.) **Uma história do Brasil através da caricatura.** Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.

LOREDANO, Cássio (org.) **J. Carlos contra a guerra***:* as grandes tragédias do século XX na visão de um caricaturista brasileiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**. Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001

QUELUZ, Marilda L.P. **Traços Urbanos:** a caricatura em Curitiba no início do século XX. São Paulo: PUC-SP, tese de doutorado.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. Memória e humor gráfico: caricaturas e releituras de Belmonte. In: QUELUZ, M. L.P. (org.) **Design & Cultura.** Curitiba: Editora Sol, 2005

SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em Jogo**. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo Editorial/Editora SENAC São Paulo, 1999

SOBRAL, J. C. J. Carlos, Designer. In CARDOSO, Rafael (org.) **O design brasileiro antes do design.** São Paulo: Cosac Naify, 2005

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sobre o ponto de vista técnico e metodológico de um sistema de comunicação museal

Roseli de Fátima Brito Netto Barreto*

Resumo: Esse espaço, o museu, nos permitiu contribuir para a construção de outras visões de mundo, que possibilitam incluir representações, por exemplo, dos milhares de mulheres, homens e crianças que não estão e não foram as escolas, mas que povoam e palpitam nas ruas de nossas cidades.
Palavras-chave: Memória – Identidade – Museu

Abstract: This space, the museum, contribute for the construction of other world visions, that could include representations, for example, of the thousands of women, men and children that are not and had not been in schools, but fill and live in the streets of our cities.
Keywords: Memory – Identity – Museum

Os museus devem assumir, em primeiro lugar, o compromisso com a preservação da identidade local e sua difusão cultural, pois foram criados com essa intenção, ou seja, de preservar o patrimônio cultural. Devem trabalhar para atender, também, um segmento da comunidade que pode encontrar nas atividades desenvolvidas nos mesmos seus caminhos para sua valorização social e oportunidade de reciclagem e desenvolvimento cultural.

A exposição de longa duração do Museu Antropológico da UFG traz em sua concepção e processo uma nova forma de se trabalhar o patrimônio cultural da região Centro-Oeste. Não que o Museu tenha concebido sua exposição anterior (1992) de forma centralizada. Ao contrário, sempre primou pela elaboração de exposições que não fossem, apenas, contemplativas, integrando-as nas atividades de pesquisa e ensino.

O novo *sistema de comunicação museal,* implantado entre os anos de 2002 a 2006, aborda o tema *Lavras* e *Louvores*, inova as atividades do museu, destacando a necessidade de provocar, acerca da decodificação da identidade regional, atitudes ativas por parte dos visitantes.

[1] Museóloga – ME – Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás.

Imagem 1 – Exposição Museu Expressão de Vida. Foto: Acervo MA/UFG

Imagem 2 – Exposição de Longa Dura- «o: *Lavras e Louvores*. Foto: Marcelo Perilo

A partir das indagações relacionadas às estratégias de construção da identidade e da memória regional, antropólogos buscaram, na expografia, meios que integrassem a mensagem teórica, construída nos meios acadêmicos, articulados à experiência dos especialistas do museu e na apropriação do conhecimento por parte do visitante.

A construção do projeto expográfico colocou em ação a concepção museográfica, realizada sob dois pontos de vista: *formal*, modificando-se espaços, selecionando-se e documentando-se acervos, design, programação visual, suportes expográficos, tratamento de peças etc, *conceitual.* Enfim, procurando-se alinhar a exposição com conceitos e estudos mais modernos da área da qual o acervo é testemunho.

Assim sendo, a exposição oferece meios para que o público se aproprie da mensagem e a compartilhe, mesmo que de forma subjetiva. Esses receptores, mulheres e homens, os quais, aliás, que nunca tomaram parte na decisão, concepção e execução dos processos expositivos, nem tampouco foram treinados em especialidades, trazem, questões e outras implicações teóricas e metodológicas, até então periféricas no nosso fazer museal.

Um fazer museal enraizado em noções idealizadas e culturalmente dominantes, tanto de um conhecimento científico, de verdades estabelecidas e inquestionáveis – principalmente em museus universitários e museus de ciências – quanto à noção e divulgação desse conhecimento, que compartilha este ponto de vista idealizado de ciência pura, objetiva, de conhecimentos cientificamente provados. E nos museus, conforme Lopes (1997: 5 - 12) que para uma compreensão, na realidade, afirma a autora, "distorcemos um pouco" "simplificamos" "verdades originais", que de outra forma "não seriam compreendidas". Este ponto de vista culturalmente aceito incorpora, também, uma hierarquia epistemológica de poder, em cujo topo estão os "verdadeiros cientistas", no meio os divulgadores de toda ordem,

os educadores e mesmo os historiadores, os sociólogos, antropólogos e, na base, o público, desprovido de qualquer saber ou poder.

Como os especialistas de áreas de conhecimento detêm o poder de desenhar e redesenhar as fronteiras entre o que são simplificações apropriadas e o que são distorções, todos os outros, os não especialistas, estão condenados a que seus entendimentos e suas representações da ciência sejam sempre considerados distorcidos, simplificadores, mesmo que eles repitam exatamente as afirmações que os cientistas lhes fizeram (LOPES, 1997: 13 - 16).

A exposição, então, pretende divulgar as formas de cultura e da sociabilidade e das narrativas soterradas, por meio de seu acervo coletado, quase sempre, através de pesquisas realizadas no âmbito do MA da UFG. Além de contar com objetos do acervo significativo da região, conta com recursos de linguagem de apoio, recursos sensoriais, design, etc. a partir de uma rede de trocas e de produção de conhecimentos, interdisciplinarmente construídos. Para além da divulgação de uma teoria, a proposta assegura a extroversão, conservação, informação e segurança dos objetos museológicos.

A importância desta exposição está na confluência entre instituição de pesquisa e ensino e público. Trata-se de uma experiência articulada às anteriores, onde esperamos que sua influência contamine as experiências profissionais presentes e futuras.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

CURY, Marília Xavier. *Exposição*, *concepção, montagem e avaliação*. São Paulo. ANNABLUME editora, comunicação. 2006.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade* e outros escritos. 4.ª Edição. Rio de Janeiro.Editora Paz e Terra, 1979.

LOPES, Margareth. *Ceca Annual Conference Evaluation of Education and Cultural Action Theory and Practice*. Rio de Janeiro, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Construção de Uma Identidade e Uma Cultura de Classe Entre os Trabalhadores Metalúrgicos de Porto Alegre: algumas experiências sindicais no ano de 1960

Marcos André Jakoby[1]

Resumo: Neste trabalho, pretende-se analisar algumas experiências sindicais promovidas pelos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre, no ano de 1960, que contribuíram para a formação de uma cultura e uma identidade operária. Desta maneira, examina-se iniciativas como a formação do Teatro e o Coral Metalúrgico que almejavam garantir aos trabalhadores a produção e o acesso a bens culturais que eram, muitas vezes, disponíveis somente a outras classes sociais. Outra iniciativa analisada, trata-se da passagem do Primeiro de Maio de 1960 que foi programada sem o "calor oficial" do Estado e definida pelos trabalhadores como um "dia de luta contra o paternalismo governamental e patronal". Deste modo, estas experiências representavam um momento de avanços políticos, econômicos e culturais conquistados pelos trabalhadores.
Palavras-chave: sindicalismo- metalúrgicos- Porto Alegre

Abstract: the purpose of this assignment is to analyze some trade union experiences made by metallurgists from Porto Alegre in 1960, which contributed towards the formation of an operative culture and identity. Thus, some initiatives are examined, such as the Theater and the Metallurgical Choir formation that aimed at guaranteeing to workers the production and the access to cultural property which were, many times, available to other social classes only. Another initiative analyzed concerns the passage of the first of May in 1960, which was set without the "official heat" from the State and defined by workers as a "day of fight against the governmental and patronizing paternalism. It's highlighted that these experiences represented a moment of political, economic and cultural advances achieved by workers.
Keywords: trade- unionism / metallurgists / Porto Alegre

Em um contexto histórico onde o patronato e o Estado se defrontavam com trabalhadores que avançavam na organização e no processo de consciência, através de ações coletivas que buscavam a efetividade e a ampliação dos seus direitos, o ano de 1960 foi especial, ou melhor, foi considerado um "ano de ouro" por lideranças sindicais dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre. A avaliação entusiasmada dos trabalhadores partia de experiências que apontavam os esforços na construção de um sindicalismo com maior autonomia e unidade.

[1] Mestrando em História na Universidade Federal Fluminense. Bolsista do CNPQ

Com este trabalho, pretende-se abordar algumas dessas experiências com o intuito de evidenciar iniciativas do sindicalismo metalúrgico que contribuíram para a formação de uma identidade e uma cultura própria, a despeito de recorrentes análises que identificam, no período em questão, uma classe trabalhadora e um sindicalismo subordinado e passivo frente ao Estado e ao patronato.

Cabe aqui registrar, que será tratado apenas alguns aspectos da formação da identidade e da cultura operária, sobretudo aquelas oriundas de iniciativa sindical, embora se procure não perder de vista que a construção destas dimensões também está associada, e permeada, por outros aspectos da vida operária, como a experiência fabril, questões de gênero e étnicas, militância partidária, festividades, etc.

Trabalhadores em busca da reconquista de símbolos: o Primeiro de Maio

O movimento sindical gaúcho, no final da década de 1950 e início da década de 1960, encontrava-se em um processo de avanços em sua organização e integração, almejando construir a unidade da classe trabalhadora com o intuito de conquistar melhores condições de trabalho e de vida. Deste modo, representantes sindicais de todo o estado vinham reunindo-se, naqueles anos, através de encontros regionais, denominados de Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. Em cada encontro elegia-se a Comissão Executiva, a qual era responsável pela coordenação da implementação das deliberações que fora definida em cada encontro.

No dia 10 de abril de 1960, a Comissão Executiva de IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos reunira-se, na capital, para discutir questões que agitavam o cenário político e social. À época, a Executiva era presidida por José César Mesquita, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Matéria Elétrico de Porto Alegre, vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e uma das principais lideranças do sindicalismo gaúcho. Entre as resoluções definidas, naquele encontro, estava a definição do próximo Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, paralisações contra o alto custo de vida, uma "Mesa Redonda" com o governador, e a passagem do Primeiro de Maio. Sobre este último ponto, o encontro definira "Realizar as comemorações de 1° de Maio, sem a interferência de forças estranhas aos sindicatos, completa independência sindical, por ocasião da sua comemoração" (FM, n° 8: 04).

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos saudava esta decisão, indicando que a decisão fazia parte dos avanços que o movimento sindical vinha conquistando, bem como,

apontava evidencias de que o caráter da data, nos anos anteriores, era diferente, pois "pela primeira vez, em dois decênios, as Entidades de classe, procuram comemorar o 1° de Maio sem o calor oficial, prenúncio da grande evolução do movimento e do espírito de independência e coragem que anima os atuais dirigentes sindicais" (FM, n°8,:01). A passagem do Primeiro de Maio sem o "calor oficial" representava realizar as atividades, relativa a esta, desvinculado do "paternalismo, tanto governamental como patronal".

Talvez houvesse um exagero em afirmar que nos vinte anos anteriores as ações concernentes ao Primeiro de Maio fossem tuteladas pelo paternalismo estatal e patronal, portanto, é necessário tomar cautela nessa generalização. Todavia, nos últimos anos de 1950 é possível afirmar que houve um "assalto aos símbolos" por parte do Estado e da Igreja. O historiador João Marcelo Pereira dos Santos analisa o Primeiro de Maio de 1958 em Porto Alegre e aponta os movimentos realizados pelos governos e pela Igreja para esvaziar a data do conteúdo de classe.

Uma primeira operação se deu na troca da designação da data que se passou a chamar de "Festa do trabalho" com o objetivo de "(...) ressignificá-lo com símbolos que representassem a possibilidade de união entre poder político e religioso, a convivência pacífica entre as classes e a promoção da identidade e das tradições regionais" (SANTOS, 2002:58). Segundo Santos, a programação fora organizada "cuidadosamente" pela Delegacia Regional do Trabalho iniciando com a chegada na Praça da Matriz, onde uma multidão de trabalhadores, católicos, políticos e religiosos aguardava, a chegada da imagem de São José que era conduzida por jovens vinculados aos Círculos Operários. Logo após a chegada da imagem foi realizada uma Missa de Ação de Graças à Festa do Trabalho onde o arcebispo da capital profere um sermão condenado o comunismo e a necessidade de combatê-lo e, por fim, prega por um capitalismo cristianizado.

Após a missa campal, a Festa do Trabalho seguiu em desfile até um auditório público que fica localizado em um parque da cidade. Nesta marcha, à frente estava a:

> *Juventude Operária Católica, que estreava sua participação em eventos desta natureza, conduzia as imagens de São José e de Getúlio Vargas. Atrás formaram-se alas compostas por alunos e associados do SESI, SENAI e SESC, entidades esportivas, sindicatos de trabalhadores, Círculos Operários, associações de bairros,etc. No fim do desfile, uma novidade, a exibição, patrocinada pela Varig, de dois modelos de avião (SANTOS, 2002: 57).*

No auditório vários oradores, entre eles, o vice-presidente, João Goulart que fez um discurso "marcadamente nacionalista". A programação da Festa do Trabalho

prosseguiu com um show folclórico no estádio dos Eucaliptos e uma partida de futebol entre duas equipes gaúchas. Ao encerrar-se a partida, a programação foi concluída com o hasteamento da bandeira nacional.

Portanto, quando o editorial da Folha Metalúrgica recebe o titulo de "1° de Maio: Dia de Luta contra o Paternalismo Governamental e Patronal" demonstra a disposição dos trabalhadores em recuperar o terreno simbólico vinculado ao Primeiro de Maio. Isto significava atribui-lhe novamente a idéia de uma data que representa as lutas, os conflitos e as reivindicações dos trabalhadores e, igualmente, uma homenagem a memória de todos aqueles que contribuíram para a afirmação da classe. Portanto, para os sindicalistas metalúrgicos:

> *"(...) não se justifica mais, que nossa festa, que tanto sangue custou a classe operária, seja programada por governos ou patrões, ela é nossa, a nós pertencem reverenciar nossos heróis e mártires, e não os que ontem e hoje, ainda são os maiores responsáveis pelas desgraças que afligem a classe operária" (FM, n.08: 01)*

Um dos aspectos que expressa a retomada de um caráter mais classista ao Primeiro de Maio porto-alegrense, reside no fato de que a programação fora organizada pelos trabalhadores, através dos sindicatos, sem a interferência das instituições estatais, patronais ou religiosas. Isto é, os trabalhadores organizados definiram, de maneira autônoma, qual seria o conteúdo da programação daquela data.

> *Em Porto Alegre este 1.° de Maio, foi festejado, mas em comemorações programadas pelos sindicatos, as autoridades foram convidadas, mas quem organizou e programou foram as varias Entidades de trabalhadores, tendo a frente a Comissão Executiva do 4° Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (FM,, n.°09:06)*

Desta maneira, as "festividades" realizaram-se na sede social do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos; e aconteceram em "homenagem aos mártires da classe operária e de protesto ao Alto Custo de Vida, de protesto contra o Senado Federal, pela mutilação que sofreu a Reforma da Previdência" (FM, n° 8: 01). O espaço da realização é outro: é o sindicato. Imprime-se, igualmente, um caráter reivindicatório com questões estreitamente vinculadas ao mundo do trabalho. A homenagem também é outra, como indica uma faixa à frente do salão durante o ato: "Salve os Mártires da Classe Operária".

A programação realizada pela Igreja e pela Delegacia Regional do Trabalho continuava a existir. No entanto, os trabalhadores reconquistavam espaço e símbolos relacionados ao cenário do Primeiro de Maio contribuindo, assim, na afirmação e na

identidade da classe operária. Este fato estava associado a um processo maior, com o qual, interagia de maneira dialética: relacionava-se com os avanços que os trabalhadores vinham conquistando em termos de organização, na construção da unidade da classe e nas diversas mobilizações que vinham sendo realizadas contra o patronato e frente ao Estado.

> *Sem dúvida, nunca estiveram os trabalhadores rio-grandenses, tão bem preparados, para discutirem seus problemas, de há muito, vêm os mesmos através de movimentos municipais, paralisando atividades, realizando grandes assembléias, levando a efeito grandes passeatas de protesto e debatendo suas mais sentidas reivindicações (FM, n.°08: 01).*

As experiências do Coral e Teatro metalúrgicos

No mesmo número do jornal Folha Metalúrgica que anunciava um Primeiro de Maio como um "Dia de Luta Contra o Paternalismo Governamental e Patronal' a direção do sindicato informava que a entidade pretendia criar um "grupo teatral de metalúrgicos para metalúrgicos" e também "um coral composto por metalúrgicos". Em seguida convida os interessados a comparecerem a sede da entidade em determinada data.

À frente do grupo teatral estava Edison Nequete "um moço idealista, quando aceitou a tarefa de criar um Teatro Metalúrgico, sabia que não teria artistas experientes" (FM, n.°11:05). A estréia do grupo aconteceria com a encenação da peça "Eles Não Usam Black Tie" de Gianfrencesco Guarnieri, que retrata a vida de um grupo de operários cariocas que na luta por melhores condições de vida, se vêem obrigados a irem à greve por aumento de salários.

Após três meses de ensaio o grupo se encontrava preparado para a estréia. O Folha Metalúrgica elogiava o empenho dos trabalhadores diante das dificuldades encontradas: "Pois bem, os nossos artistas, são companheiros nossos de fábrica, ou esposas e filhos de companheiros nossos, que [...] após a dura jornada de trabalho, com frio ou com chuva, disciplinadamente se encontram no sindicato para ensaios" (FM, n.°11:05).

A data escolhida para a estréia, 12 de outubro de 1960, na sede do Sindicato, parece ser muito significativa, na medida em que marcaria a abertura da programação organizada em virtude do 30° Aniversário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. A peça seria reapresentada outras vezes em varias casas de cultura da cidade e teria grande repercussão no cenário cultural da cidade. Segundo o Diário de Notícias "Este espetáculo constitui um dos maiores êxitos artísticos da cena metropolitana, tendo obtido críticas elogiosíssimos, quando de sua exibição na sede social dos metalúrgicos" (DN, 29/11/60: 05).

No dia 03 de dezembro, com várias apresentações ainda por acontecerem, mais de cinco mil pessoas, sobretudo jovens e trabalhadores, já haviam assistido a peça. A "coroação" do excelente trabalho dos metalúrgicos, à frente da peça teatral, se daria com a entrega de uma premiação, no início do mês de janeiro de 1961, pelo primeiro lugar obtido no II Festival do FRAT (Federação Rio-Grandense de Amadores Teatrais).

Outra iniciativa cultural dos trabalhadores foi o Coral Metalúrgico. A formação e regência do grupo foram coordenadas pela poetisa, e militante comunista, Lila Ripoll. O coral estreou em 12 de novembro de 1960, exatamente um mês após a estréia do Teatro. Ensaiaram mais ou menos por cinco meses, as terças e quintas-feiras, depois de uma jornada de 8, 10 horas trabalho.

O coral era composto por vinte vozes. Todos os que fizeram o teste acabaram fazendo parte do grupo, e não poderia ser diferente segundo a regente, pois "eles têm uma grande boa vontade. Saem das fábricas cansados, sem janta, com problemas em casa, mas vem ensaiar. Como mandar alguém embora?" (CP,06/11/0960: 26) Nenhum dos trabalhadores havia cantado alguma vez e afirmavam que "não estamos aqui por obrigação, mas porque gostamos de cantar" e lamentavam a falta de mais gente para o coral "nós temos lutado para conseguir alguns, mas é difícil" (CP,06/11/0960: 26) . Muitos moravam muito longe, tomavam duas até três conduções, ensaiavam até quase a meia-noite e precisavam levantar de madrugada no dia seguinte. Portanto, o esforço exigido não era pouco.

O programa de apresentação do coral continha, segundo a regente, algumas canções de folclore português, outras cantigas, Acalanto de Schubert, outras cantigas e, por fim, o Hino do Trabalhador, ritmado e forte. A estréia do Coral foi muito bem recebida pelo conjunto dos trabalhadores e pela "crônica especializada", tanto que o grupo "tem se envolvido por convites, cada vez em maior número para levar sua arte a vários centros de cultura e populares, sendo sempre aplaudido com entusiasmo e merecendo os mais rasgados elogios" (FM,n.°14:s/n).

Iniciativas como a do Coral e do Teatro eram apenas parte de uma rede de atividades "assistenciais" desenvolvidas pelo sindicato. Existiam outras ações de natureza esportiva, jurídica, médico, odontológica, educacional, de lazer, etc. Um dos objetivos dessa rede de atividades era estimular o trabalhador a entrar em contato, freqüentar e participar do sindicato criando dessa maneira vínculos com a entidade, de modo que esses trabalhadores viessem envolver-se em ações que ampliassem a organização da classe. Evidentemente, que tão somente o acesso a essas atividades não asseguraria a participação dos trabalhadores na luta reivindicatória. Mas, o fato de um contingente enorme de trabalhadores freqüentarem as

atividades culturais, de lazer e "sociais" contribuía para o sentimento de pertencimento a uma classe e para a construção de uma identidade da mesma, além de estimular a noção de capacidade de organização, de realizações e de conquistas dos trabalhadores.

Algumas das iniciativas tinham esse propósito de forma mais explícita. É o caso da organização do Teatro dos Trabalhadores Metalúrgicos e do Coral Metalúrgico. Assim, para o sindicalismo metalúrgico "a vitória do nosso Teatro é de todos nós, representa a capacidade realizadora de nossa Entidade". Outro aspecto visado por essas iniciativas – do Coral e a do Teatro – era garantir aos trabalhadores o acesso a bens culturais que muitas vezes eram somente disponíveis a outras classes sociais.

> *A nossa iniciativa de criação do Teatro e do Coral dos metalúrgicos, devem ser encarados pelos trabalhadores em sua justa razão, quem é que pode assistir bons espetáculos artísticos em nossa terra? Só os poderosos, só os ricos, porque uma entrada para o Teatro ou outro espetáculo qualquer, custa quase um dia de trabalho, quem pode pagar isso, nós? Não, não podemos [...] (FM, n.°12: s/n)*

Outro aspecto importante era o fato de garantir aos trabalhadores a produção destes bens culturais na medida em que:

> *[...] nós fazemos teatro e escolhemos aquilo que mais interessa aos trabalhadores, como é o caso de Eles Não Usam Black Tie, peça de cunho social e humano, peça que diz respeito a vida dos trabalhadores brasileiros, que vivem, sofrem, amam e lutam [...](FM, n.°12: s/n)*

A peça contribuía, efetivamente, para a construção da identidade operária ao passo que tratava de questões comum aos trabalhadores como a exploração na qual estão submetidos, as precárias condições de vida, as formas de organização e resistência. Portanto, significativa para a reflexão da realidade da classe trabalhadora. Ademais, estas atividades possibilitavam um contato maior com o cotidiano do trabalhador e aproximava suas famílias da possibilidade do universo da organização sindical, criando espaços de sociabilidade, muitas vezes, articulado com as lutas específicas.

Desse modo, estas experiências representavam os avanços políticos, econômicos e culturais conquistados pelos trabalhadores, bem como, evidencia que estas iniciativas eram elementos de uma estratégia que objetivava envolver mais trabalhadores no terreno organização sindical e em suas lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Referências Bibliográficas

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os herdeiros de sísifo*: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp/IFCH, 2002.

Documentação Sindical

FM - Folha Metalúrgica: jornal mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre. Edições n.° 08 (abril 1960), n.°09 (maio de 1960),n.°11 (setembro de 1960), n.° 12 (novembro de 1960), n.° 14 (fevereiro de 1961)

Jornais

CP- Correio do Povo - abril de 1960 à janeiro de 1961

DN – Diário de Notícias – maio a dezembro de 1960

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Formação Identitária e Segregação Social: encontros e desencontros no bairro operário Belenzinho, São Paulo.

Regina Soares de Oliveira[1]

Resumo: O texto apresenta alguns antecedentes da formação do bairro operário Belenzinho, em São Paulo, debatendo como a fragmentação do espaço geográfico provocada por uma série de intervenções urbanas a partir de 1960, deixou marcas na paisagem e contribuiu (ou não) à preservação de identidade e memórias que ali se fazem presentes. Apresenta-se o histórico do bairro operário e busca-se compreender o impacto dessas intervenções urbanísticas, que o dividiram em Belém e Belenzinho. Os conflitos sociais decorrentes dessa espacialização e da tentativa de reafirmação identitária, estão expostos através de zonas de segregação de grupos dentro do território, embora muitas vezes sejam compostos por indivíduos que pertencem a uma mesma classe social.

Palavras-Chave: segregação social, conflitos sociais, memória.

Abstract: The text shows some antecedent of formation of the laboring quarter Belenzinho, in São Paulo, considering as fragment of geographic space provoked by a series of urban interference since 1960; from then on left evidence on the landscape and contributed (or not) to preservation of identity or historical memory to be a part of whom. It shows of the laboring quarter is presented and searching to comprise the impact theses urbanity interventions that had divided it in Belém and Belenzinho. The decurrent social conflicts deriving of those spaced and the experiment of identify oneself with reaffirming, are displayed through zones of segregation of groups inside of the territory, even so many times are composites for individuals that belong to one same social classroom.
Keywords: social segregation, social conflict, historical memory

Introdução

O bairro Belenzinho foi criado em 1899, por meio de uma lei municipal que o desmembrou do distrito do Brás. A região anteriormente era constituída por chácaras e reservada ao lazer da elite paulistana.

Com o surto da industrialização vivido pela cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e primeira década do XX, essa paisagem alterou-se completamente, as chácaras deram lugar a uma nova arquitetura industrial.

O bairro se inseriu em um processo maior vivido pelo Estado de São Paulo, tendo que se adequar as exigências do modelo econômico adotado a partir da metade do século XIX, marcado tanto pelo eixo agrário-exportador das lavouras de café como pela produção industrial.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas/UNICAMP

Inicialmente as principais transformações ocorreram no bairro lindeiro ao Belenzinho, o Brás. Bairro que teve suas características alteradas a partir da chegada da ferrovia, primeiro a São Paulo Railway, em 1867, e posteriormente a Estrada de Ferro do Norte, em 1877. Dez anos depois, outra grande transformação dar-se-ia na região com a instalação da Hospedaria do Imigrante.

A Hospedaria trouxe um afluxo contínuo de imigrantes à região, especialmente italianos, fazendo com que bairros próximos como Belenzinho e Mooca, também sentissem as transformações que ali ocorriam.

Em 1900, a população da cidade de São Paulo chegou a 240 mil habitantes, tornou-se necessário implementar serviços urbanos até então inexistentes como: iluminação, calçamento de ruas e transporte público. Era iminente nesse processo de acumulação do capital, prover moradias aos trabalhadores da incipiente indústria paulista, desde que essas não fossem muito distantes dos locais de trabalho.

Delineou-se na expansão da cidade um padrão urbano bem demarcado, separando classes sociais distintas. Os bairros considerados nobres – geralmente no eixo sudoeste do município – dotados de adequada infra-estrutura – destinaram-se à população de renda mais alta. As várzeas de vale e regiões alagadiças – onde os terrenos eram mais baratos – ficaram restritas à população de baixa renda, através da construção de habitação de baixo custo ou mesmo, contemplando a aquisição de terrenos que pudessem servir a implantação do parque industrial.

> *A estruturação espacial associa-se à conformação social que a cidade adquire: formam-se bairros operários, assim como se formam bairros de alta burguesia. Os chamados bairros operários ocupam principalmente as zonas de várzea, inundáveis e insalubres. Eventualmente, nestes bairros operários são construídas casas para a pequena ou mesmo a alta burguesia, mas o que predomina no bairro são as casas operárias lado a lado com a fábrica. Por outro lado, as zonas altas, tidas como saudáveis e mais caras, vão sendo ocupadas pelos vários segmentos da burguesia. Entre as casas burguesas erguem-se, eventualmente, casas de operários ou formam-se cortiços e vilas, mas não são estes os predominantes.. (BLAY, 1985:51)*

Este texto contextualiza o surgimento de bairros operários como o Belenzinho, apresenta os pressupostos de ocupação dessa região e pretende demonstrar como, na ocupação do bairro, já aparecem indícios do processo de segregação entre classes. “Implantou-se, pois um padrão urbano de características desiguais, trazendo seus componentes de exclusão e segregação” (VERAS, 1992:86).

Transformação Social e Intervenção Urbana

A principal característica dos bairros operários no começo do século XX deu-se pela concentração de fábricas e moradias – cortiços, vilas, etc. – muito próximos um do outro. O Belenzinho e seus vizinhos, bairros como Mooca e Brás destacaram-se pela "maior concentração de fábricas e operários da cidade de São Paulo (...) a indústria passando a ser o elemento fundamental de integração desses bairros" (ANDRADE, 2000: 7)

A essa característica física dos bairros operários, somou-se a herança cultural de seus moradores, em sua maioria imigrantes italianos, que ao deslocaram-se de seu país de origem, buscaram preservar suas características culturais. Constituiu-se assim, uma integração segregada que segundo ANDRADE (1991) determinaria uma identidade nítida nesses locais.

> *A concentração aí da população, da indústria, do comércio, de serviços, de escolas, de atividades culturais diversas, de formas diversas de associação entre trabalhadores e de formas embrionárias do movimento sindical, indica a formação de um núcleo complexo de vida social que se manteve até meados do século XX. (ANDRADE, 2000:8)*

Na da década de 1930 ocorreram dois movimentos consecutivos no Belenzinho: a saída do bairro, de imigrantes que conseguiram enriquecer e se mudaram para locais dotados de melhor infra-estrutura e a chegada de uma nova leva de trabalhadores, com origem na migração inter-regional – que se dirigiram ao bairro em busca das ofertas de emprego.

Paralelamente as essas transformações ocorreram outras no campo cultural, a partir da chegada dos migrantes ao Belenzinho e Brás: novos sotaques, comidas, hábitos e cheiros foram percebidos. Gradativamente o sotaque italiano foi substituído pelo nordestino.

A partir de 1950, intervenções urbanas e modificações econômicas começaram a transformar a paisagem dos bairros operários. Sugiram novas delimitações físicas, apagaram-se marcas da memória operária do espaço urbano e os recursos financeiros, através de planos econômicos, redirecionaram-se para outras regiões. Iniciou-se na região, o processo de esvaziamento das atividades comerciais e perda populacional.

Entre 1960 e 1980, duas grandes obras consolidaram a descaracterização do bairro. A construção de uma via de circulação rápida, a Avenida Radial Leste, a partir de 1960 e as obras do metrô da Linha 3 – Vermelha, que construíram no Belenzinho duas estações, respectivamente Bresser (1979) e Belém (1980).

Com o refluxo da indústria têxtil na região apareceu uma nova atividade comercial ligado à comercialização de retalhos e confecções. Nos anos 80, de maneira geral, muitos trabalhadores perderam seus empregos em função de nova crise econômica.

Como resultado desse processo, bairros operários como Belenzinho e Brás, que mantinham uma vocação industrial forte, tornaram-se atrativos ao desenvolvimento de alternativa de renda às pessoas desempregadas – o comércio ambulante. Os camelôs viram no uso do espaço público (praças, calçadas e ruas), o local para exposição de seus produtos, imprimindo uma nova marca na paisagem do bairro operário, a disputa pelo espaço público.

Novas territorialidades surgiram no Belenzinho a partir das intervenções urbanas, descaracterizando-o, em determinados pedaço, enquanto bairro operário. Vieram abaixo diversos quarteirões, fábricas e habitações foram demolidas, o bairro foi dividido ao meio e houve a conseqüente expulsão de parcela das famílias, através das desapropriações de imóveis. Esse processo gerou novas segregações, a partir da criação de territórios destinados a uma classe que se mostrou desejosa por residir próximo às estações de metrô e ao centro da cidade.

O Belenzinho atualmente ainda mantém algumas características do bairro de outrora, embora fique evidente a renovação urbana, marcada pela especulação imobiliária, verticalização da região e novos usos dos espaços.

Atualmente existem dois padrões de ocupação no bairro: o núcleo principal com seu centro comercial, a Igreja Matriz , a parte mais baixa do bairro (antiga zona de várzea) – onde concentram-se as antigas vilas operárias, os cortiços, galpões e edifícios abandonados, uma favela e pequenos comércios e um novo núcleo, próximo as estações de metrô.

Na parte mais antiga – Belenzinho – a renovação urbana deu-se por meio do surgimento de novos empreendimentos imobiliários construídos em antigos galpões de fábricas, que demolidos cederam espaço a conjuntos habitacionais para a classe média. Deu-se também a construção de moradias populares, financiadas pelo poder público, em um prédio que abrigava um grande cortiço e na antiga sede de um banco.

Recentemente ocorreu a desativação de uma unidade da FEBEM – no bairro desde 1905 e conhecida como Reformatório Modelo – que em obras, abrigará o Parque Estadual Belém. A parte mais "nova" do bairro, Belém, tem se caracterizado pela verticalização, através da concentração de prédios, pelo uso comercial de antigos casarões e pela instalação de colégios particulares.

Percepções sobre o outro e novos rumos ao velho bairro

Segundo ELIAS (1990) a relação do estrangeiro dentro das cidades foi construída de maneira ambígua, pois embora necessitasse desse indivíduo, a cidade negou-lhe condições para que se apropriasse do espaço, diferenciando os "de dentro" e os "de fora".

O imigrante tanto foi visto como um ser exterior aos elementos nacionais, como procurou ser incorporado à cidade, reafirmando seus valores e percepções, criando um território particular. Aqui nos parece que o elemento de segregação deu-se como reação a uma determinada ação iniciada pelos nacionais.

No caso dos bairros operários está claro, que eles propiciavam a manutenção da indústria oferecendo-lhe núcleos onde a mão-de-obra era abundante. No entanto, seus moradores considerados como os "de fora", constituíram dinâmicas próprias para assegurar sua sobrevivência dentro da cidade.

A tentativa de romper os estigmas imputados aos imigrantes foi responsável pela menção à existência de uma "outra cidade" nos bairros operários. Locais segregados dentro da cidade, onde existiam dinâmicas e mecanismos próprios que garantiram pouco contato com o centro da cidade, rompendo com a lógica da dependência periferia – centro, gerando locais com identidades próprias.

O processo de guetização de um determinado segmento populacional também foi estudado por PARK (1973), e permitiu-nos inferir duas facetas balizadas tanto pelo processo de modernização vivido pelas cidades, como pela aproximação e estreitamento de laços, enquanto forma de resistir e preservar algumas características originais de grupos específicos.

O primeiro eixo dessa preocupação nos permite questionar, se ao deixar o bairro operário por outro, não estigmatizado, o imigrante não estaria em busca de ser incorporado e aceito como membro do grupo "de dentro", visto que economicamente essa barreira já fora quebrada?

O segundo eixo dar-se-ia sobre a natureza da relação imigrante-migrante: imputou-se muitas vezes ao migrante a responsabilidade pela descaracterização do bairro, desconsiderando fatores econômicos e urbanísticos. Podemos questionar que essa postura, por parte de antigos moradores do bairro – italianos - reproduziria um discurso que se assemelhava as críticas que os próprios receberam, quando da ocupação da região?

O bairro está divido por grupos socialmente distintos, que ocupam espaços diferentes dentro do mesmo. A população mais pobre ainda habita a antiga zona de várzea,

espaço que mantém algumas das características que marcaram o bairro operário: o convívio de trabalhadores, moradias e oferta de trabalho.

Essa pesquisa, em andamento no programa de pós-graduação, busca pressupostos para compreender os motivos da manutenção no Belenzinho, de um padrão de ocupação que concentrou determinado grupo social: a região mais baixa teve o seu histórico associado à moradia operária. Ao mesmo tempo, visa levantar indícios dos mecanismos que asseguraram a manutenção das características do bairro operário, considerando que em várias partes da cidade de São Paulo, essa memória foi substituída a partir de uma renovação urbana.

O Belenzinho considerado anteriormente um bairro italiano, atualmente é um bairro em busca de uma identidade própria. Já não é italiano, mas o sotaque nordestino está confinado a espaços delimitados. A arquitetura presente no bairro revela-nos aspectos importantes de sua história, no entanto, em bairros vizinhos, essa arquitetura deu lugar a modernos prédios, alterando completamente a paisagem.

Existe no bairro uma disputa pelo espaço: são grupos distintos querendo reafirmar seus lugares, seus padrões e definir a nova vocação do bairro, incluindo-se nesse sentido, a disputa por reafirmar o nome do bairro. Dessa forma, Belenzinho marcaria o velho bairro, enquanto o novo tornou-se Belém.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Margarida Maria de. *Brás, Mooca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros "italianos" além-Tamanduateí*. In: **Travessia Revista do Migrante**. Ano XIII, nº 38, São Paulo: CEM, set-dez/2000, pp.5-10.

ANDRADE, Margarida Maria de. **Bairros além Tamanduateí:** o imigrante e a fábrica no Brás, Mooca e Belenzinho São Paulo. Tese de Doutoramento, FFLCH, 1991.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, Nobel, 1985.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

GOMES, Sueli de Castro. **Do Comércio de Retalhos à feira da Sulanca:** uma inserção de migrantes em São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH, 2002.

PARK, Robert Ezra. *A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano* In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª ed. 1973. pp. 26 – 67.

PENTEADO, Jacob. **Belenzinho, 1910**: retratos de uma época. 2ª ed., São Paulo, Carrenho Editorial, 2003.

REALE, EBE. **Brás, Pinheiros, Jardins:** três bairros, três mundos. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1982.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social*. In: BÓGUS, Lúcia Maria M.; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A **Luta pela Cidade de São Paulo**. São Paulo, Cortez, 1992, pp. 81-126.

_____. *Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo*. In: BÓGUS, Lúcia Maria; RIBEIRO, Luiz Cesar Q. **Cadernos Metrópole**, nº 2, São Paulo, EDUC, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A revista O Cruzeiro e a propaganda do desenvolvimentismo: constru-«o de estradas e imagens do progresso no governo JK

Jorge Luiz Romanello*

Resumo O Objetivo deste trabalho é analisar a propaganda do "desenvolvimentismo" – conforme o modelo praticado por Juscelino Kubitschek - através das fotografias da construção de estradas de rodagem veiculadas na revista *O Cruzeiro* do período de 1954 a 1961.
Palavras chave Desenvolvimentismo, Estradas de rodagem, Revista *O Cruzeiro,*

Abstract – This paper analyses the propaganda of the 'developmentism', according to the model implemented by Juscelino Kubtischek, expressed by the pictures of the roads building published in the magazine *O Cruzeiro* during the period 1954-1961.
Palavras chave Developmentism, Roads building**,** Magazine *O Cruzeiro*

O tema das estradas está presente no imaginário brasileiro desde os primórdios da colonização. Assumindo feições próprias nos diversos períodos da história do país, incorporou-se ora à imagem dos bandeirantes, ora à imagem do moderno capital agro-exportador.

Representado entre meados do século XIX e meados do século XX principalmente pelas estradas de ferro – que facilitavam o acesso a regiões até então inacessíveis à produção capitalista, ao mesmo tempo em que permitiam o fluxo do café, aos portos – estas vão incorporar-se à paisagem a partir do momento em que começam a ser instaladas.

De acordo com Norman Gall e José Carlos Mello, "por volta de 1913 o Brasil já havia construído o décimo maior sistema ferroviário do mundo" (GALL e MELLO, 2004 ; 2)

Questão polêmica e complexa, a construção e manutenção de estradas de rodagem tornou-se, no decorrer do século XX, a principal infra-estrutura dos transportes do Brasil, definindo parcialmente o próprio modelo de desenvolvimento do país. Imbricavam-se nela o desenvolvimento da indústria do petróleo e da indústria automobilística, entre outras.

A partir da década de 1940 o desenvolvimento de malhas de estradas de rodagem passou a ser considerado fundamental para o desenvolvimento, uma vez que a implantação de trilhos era lenta e cara, o crescimento da indústria automobilística e as mudanças no capitalismo após a crise de 1929 contribuíram para o redirecionamento do modelo de transporte para as rodas dos caminhões, o que facilitou a substituição dos trilhos. "O

abandono do transporte ferroviário e os investimentos públicos na construção de estradas de rodagem eram justificados pelos governantes como forma mais rápida e de menor custo para a integração física do território brasileiro." (BORGES, 2002; 02)

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, a construção de estradas enquadrava-se nos projetos de integração e desenvolvimento do país.

> *O Plano Rodoviário Nacional, elaborado em 1938 pelo ditador Vargas, projetava a implantação de uma rede de transportes que integraria o território brasileiro por meio de estradas de rodagem. Para o Centro-Oeste, o tronco rodoviário federal mais importante seria a construção da rodovia transbrasiliana, considerada a "coluna dorsal" do país e que cortaria o Estado de Goiás de Norte a Sul.* (BORGES, 2002; 03)

No decorrer daquela década essa tendência vai se ampliando enquanto as ferrovias vão sendo abandonadas. Os transportes passam a utilizar cada vez mais as estradas.

> *Dessa forma, a conquista do Oeste se fez basicamente sob as rodas de automóveis e caminhões. A Fundação Brasil Central - órgão criado pelo governo Vargas para coordenar a chamada "Marcha para Oeste" - deu início à construção de uma infra-estrutura viária nos estados de Goiás e Mato Grosso baseadas em estradas de rodagem*. (Idem 04)

No período estudado as estradas eram concebidas rápida de forma, e realizadas em rítimo vertiginoso, o que concorreu para que provocassem grande impacto nas regiões por onde passaram – seja facilitando a colonização de grandes áreas outrora inacessíveis a agricultura e a pecuária, seja pela própria magnitude das obras que somaram dezenas de milhares de quilômetros de matas derrubadas.

A análise da fonte permite perceber a forma como se articularam e manipularam os elementos do imaginário da natureza, com a finalidade de transformar a execução de projetos viários em uma verdadeira guerra. Com isso, privilegiavam-se maneiras específicas de abordar os fatos de forma a poder dignificar o trabalho dos dirigentes políticos, engenheiros e dos operários, todos envolvidos, dessa forma, numa luta pelo progresso nacional ou pelo bem estar das populações servidas por essas estradas.

Envolvidos no que se pode configurar como uma batalha épica contra a natureza – entendida como força hostil –, os construtores tornavam-se um tipo de "agentes do progresso". Assim, homens aparelhados por machados, espingardas e pelos "monstros de aço", os tratores, motoniveladoras e outras máquinas, devastavam matas e rasgavam traçados de terra – o que naquele momento era considerado de forma positiva como sinônimo desbravamento de selvas e sua integração à civilização –, atos que eram apresentados pela

revista *O Cruzeiro*. como uma vitória sobre as dificuldades técnicas que vales e montanhas colocavam à sua realização.

O tipo de cobertura realizada pela equipe da revista sobre este tema, principalmente na forma como foram elaboradas após 1957, revela também uma incrível simetria com o gigantismo associado ao projeto desenvolvimentista propagado por Juscelino Kubitschek. Além disso, o que se verá, será a criação e a valorização de uma variedade de heróis, mais apropriados às páginas da história da construção do Brasil. O cenário, quase invariavelmente a floresta ou a geografia, acidentada.

Nessa perspectiva, formava-se um exército quase mítico, cujo comandante maior era o próprio presidente, que, assessorado por oficiais do exército, engenheiros e trabalhadores braçais, fazia o que parecia impossível, construía as estradas.

Pesava nesse modelo de cobertura dedicado ao governo de JK uma série de relações de interesses que vinculavam Assis Chateaubriand – proprietário e diretor dos Diários Associados – ao presidente.[1]

O assunto não aparecendo de forma freqüente durante os anos de 1954 e 1956, porém com o decorrer dos anos será integrado ao rol dos temas que merecem tratamento especial por parte de *O Cruzeiro*, até passar por fim a fazer parte do coro evangelizador da modernidade, juntando-se à cobertura sistemática de outros assuntos como a industrialização ou a construção de Brasília.

O próprio aumento do volume das obras, no final da década de 1950, passa a fornecer muita matéria-prima para sua inserção de forma mais cotidiana na revista. O farto material visual produzido para as reportagens permitiu que a revista explorasse o tema de todos os ângulos, desde os mais simples até os mais singulares e inusitados.

Olhado de maneira retrospectiva o conjunto das reportagens permite perceber que ele se articula em fases. Na primeira – anterior a 1957– o assunto apresentou-se mais na ordem das denúncias sobre o estado em que se encontravam as estradas. Outra fase compreende os anos de 1957 e 1958, quando são realizadas apenas algumas reportagens, mas

---

[1]Fernando Morais comenta que as relações entre Chateubriand e JK remontam ao seu período como governador do estado de Minas Gerais, aprofundando-se por ocasião de sua candidatura à presidência da república, quando o empresário vislumbrou grandes ganhos com a venda de propagandas dos órgãos pertencentes aos diários associados. Essas relações levaram, por exemplo, a que Juscelino, eleito presidente, nomeasse Assis Chateubriand - que não possuía qualquer qualificação diplomática - para o cargo de Embaixador do Brasil em Londres. (MORAIS, 1994: 599-600). Além disso, podem ser encontradas diversas referências a respeito das complexas relações entre JK e Chateubriand, em CARVALHO, e outros autores arrolados por SILVA, 2003.

que já começam a aparecer os discursos sobre a imponência das construções. E finalmente, os anos de 1959 e 1960, quando há um aumento significativo de seu número – além das mudanças em sua própria qualidade – nas matérias publicadas. Também nesse período as diversas inaugurações criavam situações para a propagandas sobre o poder realizador da figura do presidente que executava esses verdadeiros "feitos nacionais".

Em *Rio Belo Horizonte em sete horas. Respira Minas Gerais*. Três fotos em 2 páginas dividem com o texto o espaço da reportagem, cujo foco principal é um viaduto e uma ponte, partes do conjunto de construções congêneres de alcance nacional composto por "nada menos que 757 metros de obras de arte foram construídas pelo atual governo no ano passado. Entre essas obras, a mais importante é o Viaduto do Córrego das Almas". [2]

> *As fotos foram tiradas de uma perspectiva lateral, à distância, de forma a aproveitar ângulos que valorizassem o engenhoso viaduto, construído em curva. Emoldurado pela paisagem, que fornece a escala para o seu tamanho, esse contexto estabelece ainda uma dimensão para as dificuldades envolvidas em sua execução*.[3]

Qualificações como "obras de arte" conferiram a essas pontes e viadutos o status de objetos especiais, colocando-os na condição de melhores produtos da engenharia nacional que complementavam as estradas nos lugares chave, agindo como elos principais de cadeias complexas; eram a única maneira de as estradas dominarem a geografia acidentada, permitindo o fluxo de automóveis e caminhões por lugares antes impossíveis.

Estradas da selva: rodovias nacionais a serviço do imaginário da nação

A construção da rodovia Belém-Brasília resgatava parte do projeto do programa de Getúlio Vargas de construir a rodovia "Transbrasiliana".

> *Quando o Governo Kubitschek criou a Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília (Rodobrás), em maio de 1957, mais de 400 quilômetros da transbrasiliana já se encontravam abertos ao tráfego em Goiás. [...] projeto rodoviário [que] seguiu a experiência da construção de Brasília e tornou-se mais uma bandeira ideológica do desenvolvimentismo de JK. A estrada foi implantada por administração direta. [...] Depois de concluída, com uma extensão de 2.123 quilômetros, a Belém-Brasília traçou uma linha perpendicular no mapa do Brasil. Conjugada à outras rodovias federais, a estrada cruzou o país de Norte a Sul tornando-se a principal via de penetração na Amazônia Legal.* (BORGES, 2002; 06)

---

[2] *O Cruzeiro* 02/02/1957. Reportagem de Augusto Villas Boas. P.42 e 43..

[3]Sendo ângulo recorrente em várias reportagens, o enfoque dos viadutos recém construídos no final da década de 1950 evidencia a relação com um padrão de imagens produzidas no final do século XIX. Fotos da construção de viadutos ferroviários em São Paulo, particularmente uma vista da construção do viaduto Grota Funda, em 1890, tirada por Marc Ferrez, que também privilegiam a obra humana em meio a uma geografia peculiar. São detalhes da construção, trechos que vencem lances de precipícios, muito semelhantes aos viadutos que se viam fotografados em reportagens de *O Cruzeiro* do período estudado.

No final de 1958, a construção dessa estrada produzia uma reportagem intitulada *Monstros de Aço Abrem a Rota Belém-Brasília*[4], e com ela se inaugurava uma longa série de reportagens sobre a construção de estradas em meio a selvas, criando uma espécie de hino de louvor público.

O texto reforça a concepção, relacionando o desmatamento produzido pela abertura da estrada a um ato de progresso.

> *A selva amazônica que desafiava o progresso desde os tempos do Grão-Pará, está sendo afinal dominada pela máquina e pelo homem. Centenas de quilômetros de modernas rodovias cortam a selva bruta, transmitindo o fluxo de civilização ao "hinterland" caboclo, escravizado pelo mono-extrativismo da borracha. Um punhado de homens está mudando a fisionomia da Amazônia para integrá-la na unidade geográfica e econômica do país*.[5]

Tais concepções integravam-se em um contexto onde todos os atos em favor do desenvolvimento econômico – entre eles a devastação da natureza – eram justificáveis. A idéia de um objetivo maior, cujos resultados produziriam benefícios a toda a sociedade, tornava-se um álibi, que se estendia da política à cultura, ocupando intersticialmente os discursos.

> *O desenvolvimento, mais que uma política governamental, significava um programa social de enorme abrangência, energia e originalidade. A idéia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência de cidadania, justificando cada ato de governo, e até de ditadura, e de extinção da natureza. Acima de tudo, nas representações do Estado, nos meios de comunicação e no imaginário popular, o desenvolvimentismo econômico se vinculava à erradicação da pobreza*. (DEAN, 1996; 281.)

A partir de 1959, institui-se um período pródigo na veiculação de reportagens sobre o tema. Mas talvez, mais importante que a quantidade de artigos veiculados, seja a introdução de outras modalidades de discursos. É certo que elementos que já integram o imaginário da construção das estradas continuarão presentes, mas outros se incorporam e, devido a sua repetição, permitem entrever novos conteúdos.

Os discursos elaborados a partir daí ora articulam o momento a uma versão heróica da história da colonização do Brasil, ora reafirmam a batalha contra a selva.

Na reportagem *Nossa Senhora da Selva Abençoa a Belém Brasília*[6] por exemplo, os operários formam *Uma Legião de Bravos Faz História do Brasil no Inferno Verde*, enquanto um intelectual presente discursa *numa clareira aberta na mata, que está sendo*

---

[4] *O Cruzeiro* 11/10/1958. Texto de Arlindo Silva e fotos de Ubiratan de Lemos.P.60-64 r.
[5] *O Cruzeiro* 11/10/1958. Texto de Arlindo Silva e fotos de Ubiratan de Lemos. P.60.
[6] *O Cruzeiro* 07/03/1959. Texto de Arlindo Silva e fotos de Ubiratan de Lemos. P. 38-41.

usada como de campo de pouso, o Reitor Pedro Calmon rememorou feitos heróicos da colonização do Brasil. Em outro momento.

Já o presidente comemora o feito de integração de áreas antes inóspitas ao Brasil moderno: *VIVA O BRASIL, disse JK ao hastear a bandeira na selva*. Ato civilizador por excelência, ao realizá-lo, JK simbolicamente anexava ao Estado brasileiro uma nova região.

Embora essa região já integrasse formalmente a nação, no nível do imaginário pertencia a um lugar obscuro e pouco definido – porque pouco habitado ou totalmente desabitado. A selva, considerada do domínio dos animais selvagens e dos índios, estava portanto fora da unidade nacional de fato.

Assim, ao fundar-se a estrada que cortava a selva, colocava-se fim às sombras que envolviam "terras onde nunca tocara a luz do sol", e na medida em que se desenvolviam projetos de colonização das margens da rodovia – implementados muitas vezes a partir da fixação dos próprios operários que a construíam –, povoava-se o deserto, impedindo-se com isto que elas se tornassem dutos isolados de civilização em meio à imensidão de matas selvagens.

Em *BR2: estrada da integração nacional*[7], o destaque das imagens recai nas proporções do corte do traçado da estrada. A ênfase principal das fotos é para as mais de 800 máquinas gigantes *[...] que custaram mais de 2 bilhões de cruzeiros*, unidas para formar *A maior concentração de máquinas da América do Sul*, que juntas movimentam um *Volume de terra sete vezes maior do que o desmonte do morro de Santo Antônio*.

De outro lado, as legendas reforçam os discursos inaugurados meses antes. A perspectiva de luta, batalha heróica contra as forças da natureza, realiza-se também na execução deste trecho de obra, pois trata-se de uma

> *[...] verdadeira epopéia a construção do trecho São Paulo-Curitiba. [...] Penetração da mata virgem derrubando árvores gigantescas [...]. Os esforços quase sôbre - humanos desenvolvidos pelos engenheiros do DNER e das cinco firmas empreiteiras.*

Ainda em setembro do mesmo ano, vazado em branco, em grandes letras brancas sobre uma foto aérea, muito escura, que sangra duas páginas, o título *Belém-Brasília: a selva vencida*[8] retoma o assunto. Em meio a uma densa vegetação, uma fenda larga e clara totalmente desmatada e uma clareira onde se vêem alguns casebres representam a estrada. Abaixo, outra foto menor mostra[9] quando *Whaldir Bohund.* Logo abaixo, o texto-legenda

[7] *O Cruzeiro* de 09/05/1959. Texto de Eduardo Santamaría e fotos de Raymundo Felix. P.63-69.
[8] *O Cruzeiro* 12/09/1959. Reportagem de Benjamin Soares Cabello e Fotos de Jean Solari. P. 64-72.
[9] Trata-se de um corte de foto de arquivo, publicada originalmente em 07 de março de 1959, por ocasião da solenidade de derrubada da última árvore no trecho. *Nossa Senhora da Selva abençoa a Belém-Brasília*,

confirma a vitória do homem, sua conquista em uma luta de titãs e o benefício que sua construção trará à região. *A Belém-Brasília é uma realidade – Epopéia daqueles que venceram a Floresta amazônica. Em 60, a Amazônia ligada ao resto do País por via rodoviária e integrada na economia nacional*.

Nas páginas seguintes, uma série de fotos mostram, em detalhes, homens e máquinas em seus esforços para vencer a lama e a mata, enquanto as legendas complementam as informações afirmando que, *Apesar do lamaçal, máquinas funcionam em novos lanços* e *Moderna máquinas funcionam 24h por dia na terraplenagem,* ou ainda *Mesmo onde há máquinas, o esforço do caboclo é indispensável*. Além delas, a fotos aéreas destacam localidades que a construção de pontes envolve no "processo civilizador". E os títulos reafirmam o porte da batalha empreendida contra a natureza, onde *Árvores de até dois metros de espessura eram comuns como barragem na abertura da estrada*.

Tratando da construção da rodovia Acre–Brasília, BR 29 em 1960, *Ritmo JK na Trilha de Rondon* foi uma das mais significativas reportagens daquele ano, retomando a estética utilizada anteriormente em Monstros de Aço, em mais uma cena de mata sendo arrancada. Desta vez, na foto manchete, um trator focado lateralmente em um plano fechado mostra uma mata de pequeno porte sendo arrancada.

> *DEVORANDO A FLORESTA AMAZÔNICA - Um trator avança plena floresta, levando de vencida as árvores. Abrindo clareiras na mata amazônica, em regiões até então consideradas impenetráveis, nada menos que 950 Km de selva serão rasgados numa largura de 60m. O trabalho de desmatamento obedece a um regime de "rush" progredindo numa base de 14 Km por dia, e, segundo os planos, deverá estar concluída a 29 de junho.*

Surge novamente a oportunidade de valorizar o esforço do "trabalhador sem nome", pois o operário da construção representa a região de onde vem: *O Nordestino é também herói dessa outra história épica.*

Alguns dos exemplares desses "destemidos", formando a *Cena de um emocionante desfile de quase mil operários que acabaram o desmatamento de um trecho, em um ombro eles conduzem a garrucha e, no outro, o machado.* Aparecem duplamente armados para enfrentar a batalha contra a selva, representada por árvores e animais selvagens. Segundo a reportagem, o "caboclo soldado" estaria contribuindo para a conclusão da epopéia das epopéias, uma vez que a *BR29 é o Lance Mais Dramático da Marcha Brasileira Para o Oeste.*

---

analisada neste capítulo.

O ato solene de derrubada da "última árvore" instituído no cerimonial presidencial desde a realização de ato semelhante no ano anterior, na estrada Belém-Brasília – repete-se ritualmente na reportagem *Acre-Brasília: última árvore.*

Veiculada no breve espaço de uma página, com cinco fotos, na seção *Um Fato em Foco,* a reportagem retrata o "grande momento da epopéia". Mais uma vez o presidente JK aparece, retratado em vários ângulos, pilotando um possante trator de esteiras dotado de plaina frontal. Sob seu comando, a máquina, maior que a usada na outra ocasião, arremete contra um Jatobá, árvore frutífera da flora brasileira, escolhida como marco derradeiro da realização humana de conquista da selva.

Na maior imagem do conjunto, apresentada em dimensões acentuadamente verticais – indício de corte em laboratório –, constitui-se uma cena de grande força simbólica, determinando a submissão da natureza pelo homem. Nela, JK caminha da área da raiz da árvore – do ponto onde foi arrancada, envolta ainda em mato – em direção à câmera. A "caminhada vitoriosa" do presidente cria um ângulo de abordagem aparentemente inédito até então. Descentrando o foco principal da ação do ato de derrubada da árvore pelo trator pilotado por JK – já utilizado em outro momento –, condensa diversas nuances do imaginário da natureza, tocando ainda em diversos outros.

Asfalto em Trilha de Bandeirantes[10], publicada no mês seguinte, é uma extensa e detalhada reportagem sobre as qualidades da então recém inaugurada rodovia Fernão Dias. Ligando os estados de São Paulo, Minas e Guanabara a Brasília, esta rodovia serviu, segundo a edição, para enfeitar o panorama da região onde fora construída, pois com ela a *Paisagem mineira ficou mais bonita*.

Por outro lado, valoriza-se o aspecto inovador da questão, a beleza da própria rodovia. Isso é anunciado em subtítulo de sentido ambíguo que afirma que a *Paisagem mineira ficou mais bonita com a abertura da BR55*, e tornou-se conceito explícito mais adiante, em legenda que atesta essa qualidade da estrada, que teria servido para valorizar o panorama no qual ela se insere em sua complexidade, integrando ela mesma a natureza em função de sua engenharia harmônica e das preocupações paisagísticas tomadas na elaboração de seu projeto.

> *Ora vencendo as montanhas do centro de Minas, ora cortando as baixadas sul mineiras e paulistas. A Fernão Dias oferece (sempre) um panorama de rara beleza*

[10] *O Cruzeiro* de 08/10/1960. Texto de Ênio do Amaral e fotos de José Nicolau P.102-109.

> *perto de Belo Horizonte, abre-se em duas pistas com jardins internos que mostram não terem seus construtores esquecido seus aspectos estéticos A estrada é bonita.*[11]

Estruturavam-se, assim, partes importantes da teia econômica e cultural que se formava. Nelas entrelaçavam-se a indústria consumidora de petróleo, energia elétrica e minérios, e produtora de uma variedade de bens, entre elas automóveis e caminhões, que necessitavam de estradas que interligassem regiões. Nas pontas dessas estradas, as cidades grandes e médias e, entre elas, as pequenas localidades que formavam a paisagem do Brasil Rural.

Referências

BORGES, Barsanufo Gomides. Os Meios de Transportes na Ocupação do Oeste Brasileiro.http://www.sbpcnet.org.br/eventos/54RA/TEXTOS/UFG/UFG%20Basanulfo%20Borges.htm capturada em 23 dez. 2005, 13:20:45 GMT.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1996

GALL, Norman; MELLO, José Carlos. *O Brasil poderá vencer os altos custos da negligência e do corporativismo?* Encruzilhada nos transportes. Publicações - braudel papers - edição nº19. http://www.braudel.org.br/paper19.htm Capturado em 29/01/2006, 18:39.

MORAIS, Fernando. *Chatô o Rei do Brasil:* A vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

SILVA, Adriana Hassin. *A modernidade em alvorada:* Brasília e a imagem do Brasil moderno no fotojornalismo d'O Cruzeiro e da Manchete (1956- 1960). 2003. Dissertação (mestrado). UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, Rio de Janeiro

[11] Idem

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da tutela do Patrimônio Histórico e Cultural: Um retrospecto histórico da legislação no Brasil

Ana Maria Alves Machado[1]

Resumo: O ensaio intitulado "Da Tutela do Patrimônio Histórico e Cultural: um retrospecto histórico da legislação no Brasil" pretende dar uma contribuição ao avanço das discussões sobre o patrimônio histórico e cultural brasileiro, através da revisão da legislação específica sobre o assunto. Pretende ainda fazer uma incursão histórica sobre a Constituição Brasileira, revisando artigos de lei que versam sobre o assunto, descrevendo os instrumentos de proteção ao mesmo, reforçando a necessidade de se estudar a legislação especifica sobre o patrimônio brasileiro.
Palavras-chave: patrimônio, legislação, história

Abstract: The intitled assay "Of the Guardianship of the Historic site and Cultural: one retrospect historical of the legislation in Brazil" intends to give to a contribution to the advance of the quarrels on the historic site and cultural Brazilian, through the revision of the specific legislation on the subject. It still intends to make a historical incursion on the Brazilian Constitution, revising law articles that turn on the subject, describing the protection instruments the same, strengthening the necessity of if studying the legislation it specifies on the Brazilian patrimony.
Keywords: patrimony, legislation, history

Ao patrimônio histórico e cultural designamos um conjunto de bens, práticas sociais, criações, materiais ou imateriais de determinada nação e que, por sua peculiar condição de estabelecer diálogos temporais e espaciais relacionados àquela cultura, servindo de testemunho e de referência às gerações presentes e futuras, constitui valor de atribuição pública, merecedor de proteção jurídica por parte do Estado.

O direito ao patrimônio histórico e cultural é consagrado como fundamental à preservação cultura humana. Este preceito reforça a idéia de que o patrimônio histórico e cultural de uma comunidade representa um valor supremo a ser protegido, pois significa os caminhos seguidos e conquistados pelo homem durante diversos estágios históricos. São valores que devem ser resguardados sob força de lei para que, assim, tenha-se preservado a historia da formação da sociedade.

[1] Mestre em História pela UFMG, Coordenadora e professora do curso de História da FUNCESI- Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira/MG. Graduanda do Curso Direito da PUC/Minas.

Com efeito, a tutela de um bem histórico e cultural é assumido historicamente pelo Estado. Ao receber a tutela do poder público, na esfera da proteção constitucional de bens materiais e imaterais, o patrimônio histórico e cultural tem seu valor reconhecido pelo Estado, como um bem diferenciado dos demais, o que evidencia a importante valoração desse patrimônio, da sua preservação e de sua relevância para a preservação de sua história.

A proteção do patrimônio histórico e cultural no Brasil e no mundo, tem por preceito a tutela de um direito que satisfaz à humanidade como um todo, na medida em que preserva sua memória e seus valores, constitui a materialidade de seu passado e resguarda sua transmissão para gerações futuras.

A noção de patrimônio histórico e cultural é ampla e requer um retrospecto histórico e conceitual dos termos patrimônio, patrimônio histórico e patrimônio cultural para que entendamos o surgimento da preocupação estatal com relação à da tutela do patrimônio histórico e cultural no Brasil e no mundo.

A idéia de propriedade está intrinsecamente ligada à de patrimônio, uma vez que traduz a concepção de herança paterna e, em sentido jurídico refere-se a um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa e seja suscetível de apresentação econômica.

Posteriormente, patrimônio passou a designar um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum, tais como, obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001:11)

A idéia de um patrimônio comum a um grupo social, está diretamente ligada ao conceito de memória e a identidade de um grupo. A memória é, pois, o olhar do presente lançando-se sobre o passado, reconhecendo nele algo que faça parte de um tempo relativo a nossa própria anterioridade ou a alguma outra da qual passamos a ter idéia. (BOSSI, 1994:23)

O patrimônio comum selecionado pela sociedade, definidor de sua memória e identidade e, enquanto tal, merecedor de proteção, nasce, mais efetivamente, com a criação dos museus nacionais, que tiveram sua origem no contexto de formação do Estado Moderno. (SANTOS.1996:22)

O sentido coletivo agregado à noção de patrimônio histórico surge, então, aliado a essa idéia de nação. É nesse momento que o termo patrimônio histórico aparece no sentido de corroborar com o projeto de construção de uma identidade nacional e passou a servir, também, ao processo de consolidação dos estados nação. (FONSECA, 1997:75)

Em fins do século XIX e princípios do XX, a prática de preservação do patrimônio histórico e cultural, na Europa, busca uma maior especialização proporcionada pelo desenvolvimento da ciência histórica. Nesse período, especialistas de vários países preocupados com a restauração e preservação de artefatos de valor histórico e artístico, passaram a discutir e refletir sobre o valor do bem patrimonial e iniciaram uma série de conferências para debater a questão da conservação, restauração, proteção, intervenção, reconstrução e revitalização de imóveis históricos, com base nos acervos arquitetônicos existentes.

No entanto, é sabido que um dos primeiros atos jurídicos que institucionalizaram a concepção de patrimônio histórico foi expresso na Constituinte Francesa, de 02 de outubro de 1789, na qual, disponibilizava os bens do clero, da coroa e dos emigrados à disposição da nação. Na perspectiva da Revolução Francesa, o conceito de patrimônio nacional irrompeu para responder à urgência de salvar da rapinagem e da destruição os imóveis e as obras de arte, antes pertencentes ao clero e à nobreza e que passaram a pertencer ao Estado. (CHOAY,2001:48)

Muitas decisões conjuntas foram tomadas no sentido de definir estratégias e medidas para a manipulação daquilo que se convencionou chamar de patrimônio histórico e cultural de um povo. Desta articulação resultaram vários documentos que versaram institucional e juridicamente sobre os vários aspectos do ato de se preservar um patrimônio histórico e cultural, dentre os quais destacam-se: Carta de Atenas(1933) que recomenda não demolir edifícios ou conjuntos arquitetônicos remanescentes de culturas passadas; Reunião da UNESCO (1964) em Paris, que aconselha evitar a transferência de propriedades de bens culturais; A Carta de Veneza (1964), a qual sugere a preservação de construções isoladas ou em conjunto, observando a necessidade de dar-lhes uma função; as Normas de Quito, Reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos) (1967): na qual se institui uma conceituação e proteção de bens móveis antes e depois do descobrimento da América; as Recomendações de Avignon, França(968): que indica medidas de preservação. Em Zurique (1969), no Colóquio de especialistas europeus sobre a convenção de Haia (14 de maio de 1954) criam-se subsídios para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado e a Conferência Geral da UNESCO, Paris(1972) que define e especifica Patrimônio Cultural em nível internacional, classificando-os em Monumentos, Conjuntos e Lugares.

Com relação à proteção do patrimônio histórico e cultural no Brasil, observamos que está se dá a partir de 1721, com decreto de D. João V, de Portugal, mostrando a preocupação governamental com a preservação do patrimônio histórico. O referido decreto, anunciou:

> "daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condições que seja, desfaça, destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado e, da mesma sorte, a estátuas, Mármores, Cipós em que estiverem esculpidos algumas figuras, ou letreiros ou caracteres; como outrossim medalhas de ouro que mostrem ser daqueles tempos até o reinado do Senhor Sebastião, nem encubram ou ocultem algumas das sobreditas cousas." (GASPARINI,2005:25)

No mesmo período, em 1742, o vice-rei do Brasil, Conde de Galveias, assinou um ordenamento paralisando as obras de transformação do Palácio das Duas Torres, construído por Maurício de Nassau, em um quartel paras as tropas locais. Nesse mesmo documento foi determinada a restauração do palácio.

Na esfera penal, o primeiro ordenamento jurídico brasileiro objetivando a tutela do patrimônio histórico e cultural adveio com a art. 178 do Código Criminal do Império, de 1830. Este consistia em considerar conduta criminosa o ato de destruir, abater, mutilar ou danificar monumentos, edifícios, bens públicos ou quaisquer ou objetos destinados à utilidade, decoração ou recreio público e, também, previa pena de prisão com trabalho de dois meses a quatro anos e multa de vinte por cento do valor do dano. No Código Penal Republicano esta lei foi repetida em seu artigo 328. Outras iniciativas, muitas vezes individuais, reforçam as considerações especificas sobre a matéria. (MIRANDA. 2006:2)

Outras tentativas isoladas de se criarem leis especificas sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural foram lançadas. Em 1920, com a Sociedade Brasileira de Belas Artes elaborou um anteprojeto em defesa do patrimônio artístico nacional. Um outro projeto de 1923, apresentado na Câmara pelo deputado Luiz Cedro, que propôs a tutela jurídica dos monumentos artísticos. O deputado mineiro Augusto de Lima, apresentou à câmara federal um projeto que visava proibir a saída de obras de arte antiga para o estrangeiro. Em 1925, por proposta do governo de Estado de Minas Gerais, foi encaminhado ao Congresso Nacional um projeto que impedia a dispersão do patrimônio histórico e artístico das cidades mineiras. A nível estadual, Pernambuco e Bahia, por meio de leis estaduais, regulamentadas por decretos, criaram Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais. A grande maioria dessas iniciativas não conseguiu assegurar a proteção ao patrimônio nacional, uma vez que o Código Civil não previa sanções para os que atentassem contra o patrimônio. (CERRI;GONÇALVES: 6)

Ainda nos anos vinte, temos a iniciativa de um grupo denominado modernista que buscavam referendar as artes e o patrimônio nacional. Os modernistas eram membros de um grupo de intelectuais brasileiros que participaram a Semana de Arte Moderna, em 1922, e foi deles a idéia de valorizar as cidades históricas mineiras identificando naquela arte barroca dos séculos anteriores, a autenticidade do passado brasileiro.

Em termos patrimoniais, o fato mais marcante até então sobre a tutela do Estado no ato da preservação do patrimônio nacional foi o Decreto no. 22.928 de 12 de julho de 1933, no qual o então presidente, Getúlio Vargas promulgou o primeiro diploma federal sobre o patrimônio, no qual erigiu a cidade de Ouro Preto a "Monumento Nacional". Este decreto era inovador sob dois aspectos, primeiro, incluía o termo patrimônio histórico e artístico em um texto de lei, segundo, significou um grande avanço jurídico no ponto em que relata em seu texto que o proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dever do Estado.

Em 1934, Getúlio criou também, por decreto, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, tendo a frente de seu comando Gustavo barroso. Esta inspetoria teve por finalidade produzir catálogos das construções de valor histórico e artístico, fiscalizar o patrimônio e o comércio de obras de arte que deveriam, por decreto do governo, ser declaradas Monumentos Nacionais.

Outro representante do governo que adotou medidas para a preservação do patrimônio no Brasil foi Gustavo Capanema que identificava-se intelectualmente como seguidor do movimento modernista. Ele era o representante maior da estratégia de narração da identidade nacional brasileira a partir do patrimônio histórico nacional e propunha uma única instituição para proteger todo o universo de bens culturais, buscando uma reformulação da idéia do lugar de memória nacional.

Nesse sentido, Capanema criou o Serviço de Patrimônio Artístico Nacional – SPAN, posteriormente, SPHAN, criado em 1937, que veio reforçar a atitude de organização de nossa memória num sistema conceitual que refletiria a ideologia vigente, ou seja, implementaria oficialmente a criação de instituições voltadas à preservação de bens culturais evocativos da história nacional.

A partir daí, com a real entrada do Estado na tutela da preservação do patrimônio histórico e cultural, é que se pode, de fato, efetivar uma legislação própria brasileira e o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto da construção da nação pelo Estado.

Esse ato se deu com mais eficácia com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o instrumento do tombamento. O caput do art. 1º do Decreto -Lei nº 25/37 limita a

incidência normativa do conceito de patrimônio cultural, considerando que *"constitui patrimônio cultural e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico"*.

Com a edição desse texto o sistema jurídico brasileiro obteve um instrumento legal para a proteção do patrimônio cultural, batizado popularmente como "Lei do Tombamento".

Os desdobramentos do decreto–lei 25/37, se efetivaram através de novas leis e decretos no sentido de dar mais proteção aos bens tombados, no que concerne a sua destruição, deteriorização ou alteração dolosa. É o que vemos no Código Penal de 1940, artigo 165, que rege ser crime *"Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa."*

A Constituição promulgada em 1946 estabelecia, no artigo 175, reafirma que "*as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público*." De acordo com Souza Miranda, com essa disposição de natureza programática houve um relativo retrocesso em relação à posição adotada pela constituinte de 1937, que deu vigor à proteção dos bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro, equiparado ao crime contra o patrimônio nacional qualquer atentado em relação a tais valores. (MIRANDA, 2006:7)

Em 1961, a lei de no. 3.924, sancionada pelo então presidente da república, Jânio Quadros, dispõe sobre o patrimônio arqueológico e efetiva grande avanço em se considerando este assunto. Lê-se em seu texto: Art. 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal. [...] Art. 5º Qualquer ato que importe na destruição ou mutilação dos monumentos a que se refere o art. 2º desta lei, será considerado crime contra o Patrimônio Nacional e, como tal, punível de acôrdo com o disposto nas leis penais.[2]

Depois disso, entre 1965 e 1987, publicaram-se várias leis que referendaram a preocupação do Estado acerca da tutela do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Essa preocupação se mostrou através do controle da evasão de bens móveis integrando o

[2] Retirado na integra da publicação da lei 3.924 de 26 de julho de 1961 – DOU de 27/07/1961

patrimônio cultural brasileiro e proibindo sob qualquer forma a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros editados entre os séculos XVI e XIX.

Com a Constituição de 1988 tivemos o alcance máximo da evolução normativa de tutela do patrimônio histórico e cultural brasileiro. A alteração do conceito dos bens integrantes do patrimônio passou a considerar a diversidade cultural brasileira, estendendo sua relevância jurídica aos valores populares, indígenas e afro-brasileiro.

É na anotação do texto da referida lei que notamos a grande mudança conceitual que abre a perspectiva de tutela ao patrimônio historio e cultural a uma gama maior de compreensão de valores, memória, identidade e história da sociedade brasileira. Vejamos o artigo 216:

> *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas,*arqueológicas *e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológicos, ecológicos e científicos.*(CF.1988)

Nos últimos anos, uma outra conquista legislativa no âmbito do patrimônio cultural se deu através do artigo 3.551, de 4 de agosto de 2000 que instituiu no Brasil o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, atendendo a um esforço da UNESCO para criar mecanismos de proteção para as populações que detêm o chamado conhecimento tradicional associado ao processamento de ervas e plantas medicinais.

Realizado este breve relato da evolução das normas de proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro e do mundo, importa realçar o avanço legislativo alcançado em tal área, principalmente nas últimas décadas. Contudo, há a necessidade nos inteiremos mais apuradamente acerca do conteúdo normativo existente para que possamos exigir o máximo de efetividade na aplicação das leis da tutela dos bens que integram o valioso patrimônio cultural brasileiro.

Referências bibliográficas:

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras,1994.

LE GOFF, Jacques: *"Memória"*.In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. Vol 1. Memória-História. .

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Anais do I Seminário sobre Tempo e História*. Fundação Casa de Rui Barbosa. 1997.

GIRAUDY, Daniele, BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Belo Horizonte: UFMG,1990

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *O papel dos museus na construção de uma identidade nacional.* In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, no. 28. 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais*. In:**Estudos históricos** , RJ: FGV,vol. I, nº2,1988.

ABREU, Regina. *A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio*. In: ABREU,Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memóriae patrimonio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS. Cecília Rodríguez. *Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural*. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001. v.15.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do Patrimônio cultural brasileiro: doutrina e jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GASPARINI, Andrey. *Tombamento e direito de construir*. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Bens culturais e proteção jurídica. Porto Alegre, UE/Porto Alegre.1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A coisa já chegou preta!: negros no jornal O Popular – 1985-1995

Allysson Fernandes Garcia*

Resumo: O poder de nominar e normat(l)izar cabe a quem pode fazer circular idéias, conceitos, símbolos. Pensamos a produção mídiatica como espaço de domínio, poder, percebemos a situação de privilégio do jornal em relação aos leitores, levando em conta que a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Assim, na analise da escrita e imagem do jornal goiano O popular - afiliado as Organizações Globo, procuraremos perceber os lugares dos negros e das relações raciais no âmbito do embate político existente durante o processo de redemocratização do país nos anos 1980 às comemorações em torno dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares em 1995.
Palavras Chave: História – Mídia - Racismo

Abstract: The power to nominate fits to who can make to circulate ideas, concepts, symbols. We think the mídiatica production as space of domain, power, we perceive the situation of privilege of the periodical in relation to the readers, leading in account that the reading always is determined by the busy place for a reader in the society, in data historical moment. Thus, in it analyzes of the writing and image of the goiano periodical O Popular one - affiliated to the Organizações Globo, we will look for to perceive the places of the blacks and of the racial relations in the scope of the shock existing politician during the process of redemocratization of the country in years 1980 to the commemorations around the 300 years of the death of Zumbi of the Palmares in 1995.
Keywords: History - Media - Racism

A imprensa, especificamente, e a mídia, em geral, desempenham um papel importante na comunicação entre os homens, como meio de informação e mesmo de entretenimento. Sua importância e as conseqüências sócio-culturais para o mundo moderno ocidental, já há algum tempo, têm se tornado freqüente nos trabalhos científicos.

Segundo Maria Helena Capelato – ao discutir a imprensa como objeto da história – a historiografia mais recente redefiniu o significado do documento para a história, tendo amenizado e até mesmo excluído as "suspeitas" contra a imprensa enquanto objeto de estudo da história (1988, p. 20).

Essa mudança de postura seria fruto de um esforço dos historiadores contemporâneos que, ao repensarem "problemas, abordagens e objetos da história" (Idem, p. 20), questionaram as concepções tradicionais. Estabeleceu-se assim uma nova concepção da

* Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista Capes.

história que redimensiona até mesmo a idéia de passado. Sendo ele agora admitido como construção e reconstrução a partir das necessidades e perspectivas do presente. A imprensa passaria, no entanto, a estar habilitada a ser documento, inserida tanto como abordagem, quanto como objeto da história. A esse respeito nos diz, portanto, Capelato:

> *É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, aos historiadores fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os "ilustres" mas também os sujeitos anônimos.* (Idem, p. 20)

Aqui será necessário pensar na escrita como domínio, poder. Devemos relativizar a situação de privilégio do jornal em relação aos leitores, levando em conta que a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Assim, na análise da escrita e iconografia do jornal, procuraremos perceber os lugares dos sujeitos dentro do embate político existente no período em que ele foi publicado.

Duas charges publicada n'*O popular*[1], nos jornais de sábado e domingo, entre os anos de 1983 e 1984 – edição única na época – e no jornal de terça feira nos chamam a atenção. Tais imagens traziam um sistema de conotação que confirmariam o seu caráter simbólico – segundo Barthes este sistema seria aquele que adota os signos de outro sistema, para deles fazer seus significantes. No entanto, os conotadores na imagem são "*traços descontínuos"*, ou melhor, "*erráticos"*, assim, "nem todos elementos da lexia podem ser transformados em conotadores, resta sempre no discurso uma certa denotação, sem a qual o discurso simplesmente não seria possível" (1990, pp. 27-43).

No caso dessas duas charges, o determinante sintagmático seriam as projeções para o novo ano que chegava, no caso o ano de 1984. Em geral, espera-se um ano novo melhor do que o que passou. Como já dizia a canção performática "popular": *Feliz ano novo, adeus ano velho; Que tudo se realize no ano que vai nascer; Muito dinheiro no bolso; Saúde pra dar e vender.*

Porém, as estatísticas e ações do governo militar do General João Batista Figueiredo, sobretudo relacionadas à economia, demonstravam que o dinheiro seria escasso. Baseados ainda na doutrina do milagre econômico em que o crescimento econômico era uma meta a ser atingida a qualquer custo, a política econômica de Delfim Neto baseava-se em alternativas de endividamento externo. Em 1981, a dívida externa chegava a "US$ 61,4

[1] Jornal das Organizações Jaime Câmara, afiliada do Sistema Globo de Comunicações em Goiás.

bilhões" com um serviço de mais da metade do valor das exportações, em torno de "US$ 7 bilhões" e atingindo uma inflação de "110%" ao ano. Para combater essas taxas, a indexação e desvalorização da moeda eram utilizadas (SKIDMORE, 1988, p. 48).

Com a finalidade de manter o crescimento, novo empréstimo com o Fundo Monetário Internacional é acertado, e em janeiro de 1983 é assinada uma "carta de intenções" na qual o governo brasileiro "se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária, assim como de política cambial e tarifária". Que se tornavam a prática a velha "fórmula ortodoxa" de "reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações mais freqüentes, eliminar subsídios e restringir aumentos salariais" A crise aprofundava gerando falências de empresas, o aumento do desemprego e o crescimento da dívida externa. Em 1983, a inflação ultrapassou os 200% ao ano, criando uma conjuntura econômica bastante grave (Idem, ibidem, pp. 459-460; SEVCENKO, op. cit., pp. 52-55).

Dentro desse processo de crise econômica, o chargista do jornal buscou expressar a mudança do ano, através da simbologia da doença, no caso da charge de 31 de dezembro e 01 de janeiro:

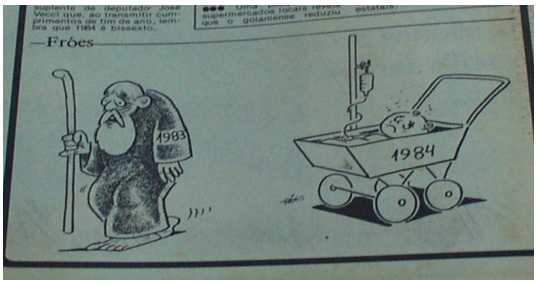

Imagem 1 - Charge Fróes

Jornal *O popular*, Goiânia, 31 de dezembro de 1983 e 01 de janeiro de 1984, p. 2.

Na primeira imagem, o ano de 1984 é conotado como uma criança branca doente, enquanto 1983, o ano "velho", na forma de um ancião sai de cena. Enquanto doente, aquele ano poderia se curar. A doença, um fardo, mas que pode ser extirpado, principalmente porque crianças brancas são mais atendidas pela rede de saúde pública e privada.

> *Os sensos demográficos de 1960/1980 do Brasil revelam que, em 1960, para cada mil crianças brancas nascidas, 105 morriam antes de completar um ano de idade, enquanto de cada mil crianças negras nascidas, 148 morriam antes de completar um ano. Isso significava que, em 1960, para mil crianças, as mães negras perderam 43 crianças a mais que as mães brancas* (*Cadernos Geledés*, s.d. Apud ALBERTO, 1998, p. 66)

Esta realidade pouco mudou:

> *Segundo a PNAD/IBGE de 1996, a taxa de mortalidade infantil das crianças negras era, em meados dos anos 1990, 71% maior que entre as crianças brancas, e a taxa*

> *de mortalidade de crianças menores de 5 anos de crianças negras era 67% maior que a mesma taxa entre crianças brancas.* (PAIXÃO, 2003, pp. 78-79)

Já na charge do dia 03 de janeiro, o ano novo ruim é conotado por uma criança negra. O indivíduo que se depara com a imagem da criança negra, espantado, expressa uma mensagem lingüística: *A coisa já chegou preta!*

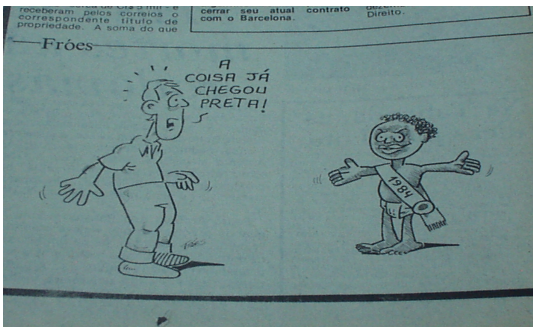

Imagem 2 - Charge Fróes

Jornal *O popular,* Goiânia, Terça, 3 de janeiro de 1984, p.2.

Retomando mais uma vez Barthes, poderíamos dizer que "toda imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma 'cadeia flutuante' de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros", daí a mensagem lingüística se tornar uma técnica destinada a *fixar* um sentido escolhido *a priori*, sendo ela uma fixação moral e ideológica, expressão de uma sociedade. A mensagem poderia ainda ter uma função de *relais*, onde "a palavra e a imagem têm uma relação de complementaridade; as palavras são, então, fragmentos de um sintagma mais geral, assim como as imagens, e a unidade da mensagem é feita em um nível superior: o da história, o da anedota, o da diegese." Esta função traria uma mensagem menos "trabalhosa" (1990, p. 32-33).

A outra criança, da charge do dia 03 de janeiro, traria consigo o "fardo" da *cor*. No Brasil, quanto mais escura for a pele, ou mais crespo o cabelo, certamente mais fora da participação social, menos em pé de igualdade com aqueles de pele mais clara. Apesar dos dados quantitativos, vários intelectuais ou correntes acadêmicas teimam em estabelecer simplesmente uma discriminação social.

Abrindo a possibilidade de interpretar estas imagens no âmbito da modernidade/colonialidade, a fixação do significado conotado na charge do dia 03 de janeiro apresenta-nos, pois, a "sobredeterminação do exterior", a partir da "aparência", o outro, o branco, sujeito, representante legítimo e natural da civilização moderna ocidental, aprisionou os negros em um "círculo infernal" de rejeição baseado no "preconceito de cor".

A noção de "colonialidade do poder" é acionada para pensar essa fixação de estereótipos negativos para com as populações de cor no mundo moderno. Identificada com o

capitalismo e sua consolidação na Europa nos séculos 15 a 18, para Aníbal Quijano, esta noção implica e se constitui por meio da "classificação e reclassificação da população do planeta", da construção de uma "estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações" (escolas, igrejas, etc.). Contudo, para tal, foi necessária a "definição de espaços adequados a esses objetivos", e principalmente uma perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz do poder e a partir da qual canalizar a nova produção do conhecimento" (Apud, MIGNOLO, 2003, pp. 40-42).

O mais importante é perceber como a construção da alteridade, dentro do discurso do colonialismo, dependeu do conceito de "fixidez", enquanto signo da "diferença cultural/histórica/racial", que estabelece uma "representação paradoxal", uma vez que "conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca". O estereótipo emerge no discurso colonial como sua "principal estratégia discursiva", sendo inclusive e, portanto, uma forma de "conhecimento e identificação" (BHABHA, 1998 p. 105)

Senso assim,

> *(o) discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. (...) em que o espaço "ideológico" funciona de maneiras mais abertamente coniventes com exigências políticas e econômicas* (Idem, ibidem, pp. 127-128).

Pois,

> *(...) O colonialismo de fato nunca foi extinto, só passou de mãos estrangeiras para o domínio local, continuando a servir aos mesmos propósitos de exploração econômica e expropriação predatória de recursos naturais.* (SEVCENKO, Op. cit., p. 51)

A exploração econômica se deu basicamente a partir da inferiorização do outro, o processo de racialização da diferença concretizado durante o século XIX perdurou, mesmo com a negação de raça como categoria sociológica para se estudar a história do Brasil, no processo de relações entre europeus, índios e africanos. Os atributos negativos incorporados às pessoas de pele escura, e aí a toda suas manifestações, demonstram, como na charge, como o corpo negro "veicula um tipo de código moral e estético determinado, sobretudo, por seus traços externos" (FONSECA, 2000, p. 90), nascido dentro dos processos de colonização e expansão do capital e prevalecem nas sociedades pós-coloniais.

> *(...) Mesmo no Brasil atual, as desigualdades sociais que poderiam ser explicadas por um ponto de vista econômico são justificadas como características de uma inferioridade racial. A visão de que os negros têm condições de vida piores porque carregam o peso da escravidão é voz corrente, e esse dado histórico transforma-se em estigma, em marca indelével que transforma cor em maldição. Negro e negrura*

> *delineiam-se por traços diferenciadores construídos por um discurso legitimado como verdadeiro* (Idem, ibidem, p. 102).

A legitimação da diferença produzida pelo grupo hegemônico se dá por meio não só da mídia escrita, mas nas novelas[2], nos romances e pela produção de conhecimento, que nega a existência de racismo no Brasil, ou, mesmo quando afirma sua existência, procura explicar as desigualdades raciais pela diferença de classe, como um problema social e econômico. A perspectiva de uma sociedade mestiça e essencialmente brasileira, onde não caberiam polarizações entre brancos e negros, é acionada para amenizar possíveis contestações da democracia racial.

Uma publicidade do Departamento Estadual de Trânsito, no jornal O Popular de 01 de janeiro de 1986, trazia em destaque a seguinte frase: "O negro mais amado de Goiás". A propaganda publicisava sobre a pavimentação asfáltica que o governo do estado havia realizado em 1985. Por outro lado, publicisava o "negro" que era amado aqui. Não o ser humano de pele mais escura, mas sim o asfalto, símbolo de modernidade urbanística, de bem estar e progresso. Porém, os atributos de progresso não se identificam com o negro dentro do discurso racista. O lugar do negro é baseado na construção do mundo social e da nação, que lhe impõe um lugar desprestigiado, e os clichês visuais servem para julgar, qualificar e posteriormente nomear, tornando-se clichês verbais de negativização.

13.

RETROSPECTIVA

Goiânia, 01.01.86

O NEGRO MAIS AMADO DE GOIÁS.

Todos se lembram das rodovias goianas há poucos anos atrás. No período das chuvas eram os atoleiros, pontes caídas, desvios, enfim, era o caos.

No período das secas era a poeira, as pedras, as costelas de vaca, acidentes, causadores de danos materiais e o que é mais grave, perdas humanas. Tudo isso faz parte do passado.

Hoje todas as principais rodovias de escoamento do Estado estão pavimentadas ou com suas obras em fase de conclusão. Uma prova do valor do povo que soube escolher seus governantes, contribuindo decisivamente para transformar Goiás num dos Estados mais pavimentados da Federação. É a união do povo e do Governo transformando Goiás num exemplo para todo o Brasil.

Isso não teria sido possível sem a presença de homens no Governo voltados para o seu povo.

É o DER/GO na administração Mauro Miranda, participando ativamente do desenvolvimento de Goiás e contribuindo decisivamente para o bem-estar dos goianos.

DER-GO

Departamento de Estradas e Rodagens — Goiás

Imagem 3 - O negro mais amado de Goiás
Jornal *O popular*, Goiânia, 01 de janeiro de 1986, p.8.

Outra propaganda é altamente significante neste sentido, relacionando três questões, uma baseada ao dia das mães, outra ao dia da abolição, e outra vinculada à questão dos meninos de rua. O grupo empresarial reforça o estigma do negro, bem como alimenta a

[2] Cf. ARAÚJO, 2000. Um estudo ímpar que demonstra a insistência no ideal de branquamento, e no desejo de "euro-norte-americanização" da indústria cultural brasileira, reforçando uma identidade racial negativa, através imagem depreciativa do negro.

imagem negativa do negro, uma criança que nem mãe possui, tranqüilos podem ficar os leitores do jornal, maioria branca, de classe média e alta, uma vez que suas famílias não sofreriam do mal que ronda as famílias negras:

Imagem 4 - Tem filho que ainda nem achou mãe.
Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, p. 11.

> *O efeito produzido por essa via de mão única no seio da população negra é traumático. Primeiro porque a violência racial exerce duas maneiras distintas de coerção. Uma física e irrefutável, outra simbólica e questionável. No plano da estética esta coerção simbólica produz uma crise esquizofrênica na mente negra, que anula qualquer resquício de auto-imagem positiva que nela possa haver* (OLIVEIRA, 1999, p. 30).

Segundo Ana Valente e Neusa Gusmão, o problema de todo grupo discriminado seria a modificação de sua auto-imagem (1988, p. 139). Daí a importância de uma reconstrução histórica que valorize o grupo negro no Brasil, a reescrita da história do Brasil a partir da valorização das culturas negras. Desde as lutas da Frente Negra Brasileira, passando pelo Teatro Experimental do Negro, e pela produção quase anônima de autores negros como Guerreiro Ramos e Maria Beatriz do Nascimento, à construção do Movimento Negro Unificado Contra o Racismo, em 1978. Esta foi uma proposta seminal, como forma de desestruturar a discriminação racial.

Tardiamente mas ainda a contento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi modificada, com a Lei Nº. 10.639, de janeiro de 2003. Esta lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e incorporou ao Estado brasileiro uma reivindicação dos movimentos negros, conquistada por suas ações constantes e irredutíveis desde sua fundação.

Por exemplo, no Programa de Ação do MNU, aprovado no seu IX Congresso Nacional em março de 1990, salientava-se uma educação voltada aos “interesses do povo negro e de todos os oprimidos”. A finalidade dessa educação estava em demonstrar que o

negro era e é "Gente na História", a fim de que se pudesse percebê-lo como "Agente da História". Estabelecia assim a necessidade de

> - Desenvolver projetos autônomos de alfabetização, tendo como base a questão racial. – Mobilizar o povo negro para, junto com o MNU, criar escolas alternativas *onde* o ensino formal esteja associado à história e à cultura do negro brasileiro. – Elaborar um currículo afro-brasileiro para as escolas alternativas e como subsídio para as escolas formais. Estimular a produção de material didático anti-racista, em especial para os cursos de Magistério e Pedagogia. – Desenvolver projetos para crianças e adolescentes onde a educação e a cultura sejam enfocadas como forma de resistência, organização e resgate da negritude. – Desenvolver, orientar e ministrar cursos, palestras, seminários dirigidos à comunidade escolar[3].

Além do mais uma agenda de luta foi estabelecida: "contra a discriminação racial nas escolas e por melhores condições de ensino", pela "inclusão da disciplina História da África e do Povo Negro no Brasil nos Currículos Escolares", "por um ensino voltado para os valores e interesses do povo negro e de todos os oprimidos" e "por um Ensino Público e Gratuito em todos os níveis".[4]

Em Goiás, até o início dos anos 1990, os meios de comunicação pouco ou quase nada noticiaram a organização e a luta do povo negro. Os artigos e ensaios de Martiniano Silva, um advogado e historiador autoditada goiano, e ativista do movimento negro, são quase as únicas aparições desse contra-discurso negro. Em geral, os artigos e imagens se restringiram a momentos como o 13 de maio e o 20 de novembro.

Imagem 5 - Kàteca
Jornal *O Popular,* Goiânia, 14 de maio de 1988, p. 2B.

As tiras de *Kàteca*, o personagem "índio", do quadrinista Britvs, muitas vezes mesmo querendo denunciar acaba reproduzido imagens depreciativas do negro. Fato que levou a uma ação contra o quadrinista e jornal movidos pelo Movimento Negro de Goiás.

[3] Retirado do Programa de Ação do MNU, Aprovado no IX Congresso Nacional em Belo Horizonte, 13 a 15/04/1990. In: Documentos Básicos do MNU, Salvador – Bahia – 1992, pp. 04-24.
[4] Idem.

Percebemos que a partir de 1993 nas datas de 13 de maio, ou 20 de novembro, as tiras de *Kàteca* não apareciam no jornal[5].

Imagem 6 - Kàteca
Jornal *O popular*, 15 de maio de 1993, p. 4B.

O Popular de 13 de maio de 1988 traz à capa em destaque um quadro expondo através de uma imagem o protesto do MNU no Rio:

Imagem 7 - Protesto do MNU.
Jornal *O Popular*, Goiânia, 13 de maio de 1988, capa.

A legenda da foto do protesto põe em dúvida a existência de racismo no Brasil: "O protesto público do MNU contra o racismo que diz ainda existir no País". O discurso do jornal coloca o MNU numa posição de inventora de uma prática não existente no país. Para a linha editorial do jornal e seus leitores, composta pelas classes média e alta, o racismo seria algo inconcebível.

Para concluir nos serve a mesma conclusão de Florestan Fernandes para o racismo no Brasil, havendo aqui um "preconceito de ter preconceito". Assim a realidade retratada através das notícias vinculadas pelo jornal de maior circulação no Estado de Goiás servem para demonstrar o escamoteamento e a sutileza do racismo que perpassa os meios de comunicação.

[5] Infelizmente não buscamos maiores comprovações a respeito da ação e de seus desdobramentos. O que sabemos é que o quadrinista continua desenhando suas tiras para o jornal.

Referências bibliográficas:

ALBERTO, L. O humano direito à identidade. In: OLIVEIRA, D. D. de; et al.(orgs.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, pp. 61-70.

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil: O negro na Telenovela Brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CAPELATO, Maria Helena R. A imprensa na história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1990.

FONSECA, Maria Nazareth S. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira. In: (org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 76-104.

NASCIMENTO, Abdias do. Prefácio. In.: OLIVEIRA, Dijaci D. de; et Ali.(orgs.). *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, pp. 11-13.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais* : colonialidade , saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Dijaci D. de; et al.(orgs.). A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora da UNB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

PAIXÃO, Marcelo J. P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. A corrida para o século XXI: no loop da montranha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. (Coleção Virando séculos: 7)

SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VALENTE, Ana Lúcia E. Farah; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Movimentos Sociais: os negros, cultura e resistência. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia Regina da (orgs.). *Religião, política, identidade.* São Paulo: EDUC, 1988, pp. 133-141.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Rio de Janeiro em três atos: Martins Pena, Alencar e Vasques

Antonio Herculano Lopes*

Resumo
A comédia fluminense oitocentista se dedicou recorrentemente à cidade e seus costumes. Os três comediógrafos que analisei, e dos quais apresentarei aqui o caso de Martins Pena, constroem, com suas obras, panoramas sociais e históricos distintos, porém altamente complementares, tendo como denominador comum a difuculdade de enfrentar a questão crucial da escravidão. As noções de popular, nacional e moderno perpassam as peças analisadas, dando equações distintas para a tarefa de fundação da novel Pátria, a serviço da qual a intelectualidade dedicava mais ou menos assumidamente seus esforços criativos. O resultado é uma releitura do período histórico que passa tanto pela consciência de seus atores como, sobretudo, pelo indizível, que tem na criação dramática campo fértil para se insinuar. Os três autores também representam três momentos: a estabilização do Império, com Martins Pena, seu apogeu, com Alencar, e sua crise, com Vasques. Ao longo do século, o teatro contribuiu fortemente para moldar consciências, criar imagens coletivas, formar identidades e... divertir. É justamente o que extrapola o projeto e se anuncia como gratuito que torna estas fontes particularmente iluminadoras do processo histórico.

Abstract
Comedies in 19th-century Rio de Janeiro very often depicted the city and its customs. The three playwrights whom I analyzed (and of which I'll present here the case of Pena) offer very different, but complimentary historical views of *fluminense* society, and are linked by their difficulty dealing with the crucial issue of slavery. Notions of what was "popular," "national," and "modern" emerge from their plays as solutions to the project of establishing the Fatherland on the symbolic level – a task which the *intelligentsia* of the time was dedicated to. As a result of this analysis, this historical period appears under a new lense, based not only on what these writers were consciously trying to say, but especially on what they could not say. Drama is a fertile ground for examining the unsayable. The three playwrights also represent three different historical moments: the stabilization of the Empire (Martins Pena), its apex (Alencar), and its crisis (Vasques). Throughout the century, theater strongly contributed to molding consciences, creating collective images, forming identities, and… entertaining. It is exactly because plays, especially comedies, go beyond a conscious ideological project and present themselves as frivolous that they have the potential to throw new light on our knowledge of a historical period.

Ao longo do século XIX, o teatro exerceu função central na vida da cidade do Rio de Janeiro, a exemplo do que ocorria em outras grandes cidades do mundo ocidental. Principal

* Pesquisador e Chefe da Pesquisa em História da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Doutor em Estudos de Performance pela New York University. Participação financiada pela Anpuh.

e, com freqüência, única diversão pública disponível, tendo ganho o prestígio do aval real com d. João, o teatro era um lugar de forte apelo não apenas para se assistir ao espetáculo que eventualmente estivesse sendo apresentado, mas também para ver e ser visto. Nesse sentido, absorveu algumas das funções que antes eram reservadas à igreja e à praça. Quando se pensa que um teatro como o São Pedro podia abrigar (dependendo do momento histórico) cerca de 1% da população da cidade, percebe-se porque o prédio era próprio para tornar-se palco também do espetáculo da política. Com tudo isso, não é de se surpreender que a ficção encenada adquirisse enorme poder de fixar as imagens e representações que povoariam as imaginações e sensibilidades dos citadinos – e pela irradiação inerente à condição de capital e corte imperial – da população brasileira em geral.

Além de sua função de entretenimento, o teatro era fortemente percebido por sua atuação sobre as consciências e, no dizer de então, considerado "escola de costumes". Cientes de seu poder ideológico, autoridades e intelectuais empenharam-se por diferentes modos em estimular a ação formadora do teatro e controlar seus eventuais efeitos deletérios. A censura policial e o Conservatório Dramático eram duas faces de um mesmo desejo de controle, uma pelo lado negativo e o outro pelo positivo, ao menos em seu projeto inicial. A busca de uma dramaturgia nacional, como parte de um projeto mais amplo de constituição da nacionalidade no plano das consciências, era tida como tão estratégica que mereceu um manifesto de Gonçalves de Magalhães. Aliado ao grande ator nacional, João Caetano, o poeta romântico declaradamente fundou o teatro nacional, com a estréia, em 1838, de sua tragédia sobre Antônio José da Silva, o Judeu. O gesto teve tal poder que até hoje a historiografia lhe reconhece o caráter inaugural.

A historiografia, aliás, também aponta como, curiosamente, sem tal estardalhaço e grandiosa intenção, o mesmo ano viu surgir a comédia nacional, quando a própria companhia de João Caetano encenou a primeira farsa de Martins Pena, *O juiz de paz na roça*. Com ou sem intenção, essa pequena peça cômica, quase um entremez, exerceu influência muito mais poderosa e duradoura sobre o imaginário da cidade e do país, sobre sua auto-imagem, do que os arroubos românticos de Magalhães e seguidores.

A comédia, ao longo do século, demonstrou ser veículo particularmente apto para captar e representar as imagens em que aquela população se reconhecia. A auto-ironia, mais

do que a celebração épica, parecia ser o meio mais adequado de expressar sonhos, frustrações e limites éticos de uma sociedade incapaz de resolver seus dilemas, no centro dos quais estava a instituição do trabalho escravo. Incapaz de ser abertamente representada, a escravidão e, com ela, as complexas relações interétnicas aparecem nos interstícios, nos subentendidos e nas margens da produção para os palcos, dando elementos para a construção dos sonhos e, simultaneamente, ameaçando transformar-se em pesadelos daquela sociedade.

A presente comunicação é parte de uma pesquisa mais ampla que abrange três comediógrafos da cena fluminense oitocentista: Luiz Carlos Martins Pena (1815-1848), José Martiniano de Alencar (1829-1877) e Francisco Correia Vasques (1839-1893). Na pesquisa, me debruço sobre como esses autores trataram de lidar com as questões da representação e da formação do sentido de nacionalidade; de como resolveram as dificuldades advindas da escravidão e da posição dos negros; e de como projetaram os sonhos e se assombraram com os fantasmas que de certa maneira até hoje povoam o imaginário da nação que ajudaram a inventar. Este *vol d'oiseau* sobre a obra dos três comediógrafos funciona como um panorama da história cultural da cidade do Rio de Janeiro, pólo avançado da possível modernidade brasileira ao longo do século XIX. A produção dramatúrgica acompanha os passos da evolução histórica, permitindo-nos perceber caminhos e descaminhos que a documentação mais fria não revela. Como numa estrutura musical, trato de acompanhar três momentos/movimentos de uma certa história brasileira: o *allegro vivace* de Martins Pena, quando o Império se estabiliza; o *andante con brio* de José de Alencar, quando atinge seu apogeu; e o *allegro buffo* de Vasques, quando se anuncia a crise. Nesta comunicação, concentro-me no primeiro movimento.

A obra de Martins Pena foi produzida entre o final dos anos 30 e a década de 40, momento em que, saído do trauma da abdicação de Pedro I e tratando de superar a instabilidade do período regencial, o Império começava a ganhar solidez sob Pedro II. As comédias de Pena se centram na representação da cidade do Rio de Janeiro, seus tipos e costumes, e na discussão de valores num momento de rápida transição. Apesar de décadas já de uma presença mais forte do Estado e de imposição da ordem do soberano (seja el-rei ou o imperador), sobrevivia ainda, sobretudo em relaçãoà "raia miúda", o mito de uma sociedade sem lei nem pecado, que Martins Pena procurou retratar. Por um lado, a década de 40 abriu um longo período de estabilidade política, que favoreceu a expansão dos negócios e a

consolidação de uma burguesia comercial e financeira urbana; por outro, o grosso da população continuava vivendo às margens dos frutos do progresso.

A ordem escravocrata era sem dúvida um das fontes de maior instabilidade social. Em 1831, havia sido aprovada uma lei "para inglês ver", que declarava livres todos os novos escravos que chegassem às nossas costas. No entanto, o tráfico não só continuava, mas se intensificava, tornando-se uma das atividades mais rentáveis do Império. No início da década de 40, entravam de 30 a 40 mil africanos por ano no país. Depois da *Bill Aberdeen,* de 1845, pela qual a Inglaterra se adjudicava o direito de abordar e apreender a carga de qualquer negreiro com pavilhão brasileiro, inclusive dentro de nossas águas territoriais, a cifra passou para 50 mil por ano (COSTA, 1976: 144).

Sabemos o fim dessa história, mas naquele momento, à medida que aumentava a intervenção inglesa, os grupos ligados ao tráfico melhor conseguiam arrebanhar o apoio popular e provocar a xenofobia anti-inglesa. Criou-se uma nova figura no panorama social brasileiro, a dos meias-caras: africanos ilegalmente importados que, mesmo apreendidos pelas autoridades, acabavam voltando ao circuito do mercado escravista. As dificuldades maiores, como sempre, eram enfrentadas por aqueles com menos recursos. Em *O juiz de paz na roça,* Pena põe em cena um lavrador pobre, Manuel João, condenado ao trabalho árduo por possuir apenas um escravo.

> MARIA ROSA – Pobre homem! Mata-se de tanto trabalho! É quase meio-dia e ainda não voltou. Desde as quatro horas da manhã que saiu; está só com uma xícara de café.
> ANINHA – Meu pai quando principia um trabalho não gosta de o largar, e minha mãe bem sabe que ele tem só a Agostinho.
> MARIA ROSA – É verdade. Os meias-caras agora estão tão caros! Quando havia valongo eram mais baratos.
> ANINHA – Meu pai disse que quando desmanchar o mandiocal grande há-de comprar uma negrinha para mim. (PENA, s.d.:39)

A centralidade da mão-de-obra escrava na economia torna-se patente nessa cena. Mesmo uma família de agricultores pobres não dispensava a sua ajuda, e ainda se dava o direito de sonhar com o escravo doméstico. Mas, não fugindo à sina de seus contemporâneos, o que chama a atenção no conjunto da obra de Martins Pena é o pouco espaço ocupado pelo negro em geral e pelo escravo em particular e a sua quase total carência de voz própria. O

foco principal do autor estava na sociedade livre, branca e mestiça, que até legalmente eram os que constituíam a nação.

O tratamento dado por Martins Pena a esses pobres livres antecipa a dialética da ordem e da desordem que Antonio Candido(1970) diagnosticou como estruturante das *Memórias de um sargento de milícias,* de Manuel Antônio de Almeida. Os pequenos agentes da ordem, personagens recorrentes das comédias de Pena, são promotores, eles próprios, da desordem que deveriam combater. Em *Os meirinhos,* escrita em 1845 e representada no ano seguinte, esses agentes da justiça se concentram em botequins, onde jogam bilhar e cartas, bebem cachaça até se embebedarem e arrumam trabalhos sob a égide da "regra geral: toda vez a que uma maroteira render mais do que o cumprimento de um dever, haverá no mundo maior número de velhacos do que de homens de bem" (PENA, s.d.: 458).

Um dos meirinhos dessa comédia se chama João Pataquinha, que logo remete ao decano dos meirinhos das *Memórias,* Leonardo-Pataca, pai do herói do livro. Mas mais importante do que as semelhanças de fato ou até de estilo está esse constante trânsito entre a ordem e a desordem, baseda numa enorme frouxidão dos princípios morais, que devem estar sempre a serviço de se ganhar o dinheiro ou o amor, ou ambos. Ou se esses já foram obtidos, a mantê-los sob vigilância estrita, diante de uma sociedade sempre pronta para se aproveitar de um cochilo. Em *Os ciúmes de um pedestre ou O terrível capitão do mato,* o pedestre André João mantém sua mulher Anacleta e sua filha Balbina trancafiadas a sete chaves, enquanto faz a ronda. Aterrorizado pela idéia de que algum homem as venha a tocar, torna-se fera acuada, com instintos assassinos. Mas todos os cuidados são debalde, pois espertos amantes encontram estratagemas de entrar na casa e as mulheres oprimidas se empenham em consumar a "traição". O estado de demência provocado por ciúmes é apenas o outro lado da constante ameaça de se viver numa sociedade movediça, onde toda ordem é volátil e pode desandar no dia seguinte.

Não só de guardiães da ordem se constitui a galeria de malandros de Martins Pena. Ele foi colher tipos em outras searas, como a religiosa, em que atacou os irmãos das almas. Na peça desse título, Jorge pede esmolas para as almas e retém a "colheita", como ele diz, para si. Afinal, pergunta para a irmã, Luísa, "nós também não temos alma"? A ética que preside o comportamento de Jorge é

> …antes que me logrem, logro eu. E demais, tirar esmolas para almas e para os santos é um dos melhores e mais cômodos ofícios que eu conheço. Os santos sempre são credores que não falam… (PENA, s.d.: 181)

Apesar do comportamento velhaco, Jorge não aparece na peça como um personagem mau, ao contrário, é um tipo com quem a platéia simpatiza, apiedando-se da sua tibieza e da tirania que sobre ele exercem sua mulher, Eufrásia, e sua sogra, Mariana: "Encontrei com uma mulher linguaruda, preguiçosa, desavergonhada e atrevida… E para maior infelicidade, vim viver com a minha sogra, que é um demônio" (PENA, s.d.: 182).

Outra área profissional que passa pela metralhadora giratória de Martins Pena é o comércio. Em *O caixeiro da taverna,* Manuel, imigrante português, é primeiro caixeiro da taverna da viúva Angélica e sua grande aspiração é tornar-se seu sócio. Para ganhar os favores da viúva, e sabendo que esta nutre interesses matrimoniais por ele, Manuel esconde-lhe que secretamente se havia casado com Deolinda, costureira que serve a casa. O português é trabalhador dedicado e sensível aos infortúnios dos devedores de sua ama, porém mais fiel à defesa dos interesses dos negócios: "Quem come, pague! E quem não pode pagar, não coma..." (PENA, s.d.: 378). É tal fidelidade que o leva à desonestidade, ao adulterar alimentos, dentro da mesma lógica geral de que tira proveito quem pode. De novo, aqui, a impostura é cometida por um personagem simpático ao público, o herói, por assim dizer, das peripécias, e que ao final será premiado com a ambicionada condição: tornar-se-á sócio da viúva a quem tanto protege.

A molecagem, o descompromisso e a desonestidade é o ambiente que é respirado por toda essa sociedade. E o princípio fundamental, o móvel último de todo brasileiro é o prazer. Em mais de uma ocasião, Martins Pena contrasta o princípio do prazer do brasileiro com outras nacionalidades. No caso de Manuel, nosso caixeiro português aspirante a taverneiro, o que transpira é uma ética do trabalho. Inquirido por sua ama e futura sócia, mostra seu desinteresse pela farra.

> ANGÉLICA – Espero que não freqüente certas ruas desta cidade e que, sobretudo, não arranches para essas patuscadas dos domingos, que fazem os caixeiros no Jardim Botânico, nos canos da Carioca e nas Paineiras. Tens visto o resultado.
> MANUEL – Nunca gostei desses pagodes.
> ANGÉLICA – Nem deves do mesmo modo freqüentar os bailes mascarados.
> MANUEL – Bailes? Não sei dançar.
> ANGÉLICA – Manuel, nos bailes mascarados não se dança, joga-se! (PENA, s.d.: 382)

Manuel nem ao menos sabe como são os bailes mascarados, o que tranqüiliza a viúva. O contraste é com Carlos, o herói malandro de uma comédia sem título (perdeu-se a folha de rosto do manuscrito), uma das últimas produções de Martins Pena. Dele, somos informados que depois de três meses de casamento, disse à mulher que estavam sem dinheiro e saiu em busca do dito para não mais voltar. As notícias que chegam em casa são de que "anda por bailes mascarados, pagodes, teatros com as tais filhas de Jericó" (PENA, s.d.: 621). Quando por primeira vez reaparece, tem um taco de bilhar na mão, colete e casaca desabotoada. A polícia procura por ele e a descrição das roupas com que por última vez fora visto revelam o malandro: "Levava calça de casimira cor de flor de alecrim, paletó verde claro com botões de chifre e chapéu de pelo de lebre" (PENA, s.d.: 625). Carlos gosta sinceramente de sua mulher, mas preza sobretudo sua liberdade. Quer fazer dinheiro para sustentar sua família, mas prefere fazê-lo no jogo do que através do trabalho árduo. Ao final, ameaçado de prisão e de ter que duelar com um desafeto que ambiciona a sua mulher, safa-se de tudo com esperteza, regenera-se, volta "ao grêmio da sociedade", perdoado pela mulher e pelo tio meirinho, de quem detém uma carta revelando uma infidelidade conjugal (PENA, s.d.: 639).

Encerremos com a questão dos negros e da escravidão. Esses assuntos surgem na obra de Pena, a exemplo do que ocorre com seus contemporâneos, como pano de fundo sobre o qual se desenrola o drama ou, mais propriamente, a farsa social. Mas aqui e ali aparece a escravidão em toda a sua violência. O caso mais patente é o da comédia *Os dous ou o inglês maquinista.* Já ao colocar em cena um personagem do comerciante negreiro, que se beneficia da importação ilegal de meias-caras, e um inglês trapaceiro, ambos rivalizando pela mão da filha de uma rica viúva, Pena se permite apresentar um painel desse comércio iníquo.

> FELÍCIO – Sr. Negreiro, a quem pertence o brigue *Veloz Espadarte*, aprisionado ontem junto quase à fortaleza de Santa Cruz pelo cruzeiro inglês, por ter a seu bordo trezentos africanos?
> NEGREIRO – A um pobre diabo que está quase maluco... Mas é bem feito, para não ser tolo. Quem é que neste tempo manda entrar pela barra um navio com semelhante carregação? Só um pedaço de asno. Há por aí além uma costa tão longa e algumas autoridades tão condescendentes!... (PENA, s.d.: 108)

O comércio ilegal, a cumplicidade de juízes, autoridades e população, o interesse dos fazendeiros, tudo é explicitado ao longo da comédia. E a violência doméstica contra os

escravos também aparece, ainda que em bastidores, numa cena talvez muito mais chocante para as sensibilidades atuais do que as de então.

> CLEMÊNCIA – Não vale a pena mandar fazer vestidos de chita pelas francesas; pedem sempre tanto dinheiro! *(esta cena deve ser toda muito viva. Ouve-se dentro bulha como de louça que se quebra:)* O que é isto lá dentro? *(Voz, dentro:* Não é nada, não senhora.) Nada? O que é que se quebrou lá dentro? Negras! *(A voz, dentro:* Foi o cachorro.) Estas minhas negras!... Com licença. *(Clemência sai.)*
> EUFRASIA – É tão descuidada esta nossa gente!
> JOÃO DO AMARAL – É preciso ter paciência. *(Ouve-se dentro bulha como de bofetadas e chicotadas.)* Aquela pagou caro...
> EUFRASIA, *gritando* – Comadre, não se aflija.
> JOÃO – Se assim não fizer, nada tem.
> EUFRASIA – Basta, comadre, perdoe por esta. *(Cessam as chicotadas.)* Estes nossos escravos fazem-nos criar cabelos brancos. *(Entra Clemência arranjando o lenço do pescoçoe muito esfogueada.)*
> CLEMÊNCIA – Os senhores desculpem, mas não se pode... *(Assenta-se e toma respiração.)* Ora veja só! Foram aquelas desavergonhadas deixar mesmo na beira da mesa a salva com os copos pra o cachorro dar com tudo no chão! Mas pagou-me! (PENA, s.d.: 114)

O que talvez mais choque na cena é a continuada conversação dos convivas, enquanto Clemência demonstra toda a sua inclemência com as criadas. Não há uma palavra de preocupação com estas. A questão é a comadre não se afligir ou os cabelos brancos que os escravos impingem aos pobres amos. Ou então a justificativa da necessidade da correção: "Se assim não fizer, nada tem". Por outro lado, até nessa cena simpática ao sofrimento dos negros, estes não têm voz ou a que têm é desencarnada, uma voz de bastidor. Tal era o limite claro daquela sociedade. Limite que aponta para as dificuldades que ainda hoje temos ao lidar com a espinhosa questão das relações interétnicas na sociedade brasileira.

Martins Pena traçou com suas comédias um amplo quadro da sociedade livre, branca e mestiça, das suas hipocrisias, de sua moral frouxa e dos seus sonhos. Nas frestas passou um pouco também do conflito básico que opunha brancos e negros. Nesse quadro aparecem em gestação elementos de uma cultura urbana carioca que marcarão o ideário da nação nos anos por vir: as festas, os ritmos, os tipos. Às vezes, Pena opõe cultura rural e citadina, mas sempre tendo a última como a referência maior que acabaria por se impor. Ao final de *A família e a festa da roça,* quando numa festa do Divino alguns rapazes da cidade fazem troça dos caipiras, um lavrador dá o grito de guerra: "Ensinemos a estes capadócios!" O capadócio, o malandro urbano, capoeira, evidentemente calcado em valores herdados da cultura africana no Brasil, estava fazendo sua entrada nos palcos. Era preciso esperar as cenas cômicas do ator Vasques para que ele ganhasse mais destaque.

Referências

CANDIDO, Antonio, 1970. "Dialética da malandragem", in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 8.

COSTA, Emília Viotti da, 1976. "O escravo na grande lavoura", in *História geral da civilização brasileira*, Sérgio Buarque de Hollanda (org.). 3ªed., São Paulo: Difel.

PENA, Martins, s.d. *Comédias*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Protesto: espaço da liberdade

Jorge Miklos*

Resumo
Esta comunicação pretende promover uma reflexão sobre o significado do ato de protestar engendrando uma interface entre História e Comunicação. Procuramos compreender o protesto como estabelecimento de vínculos comunicacionais. Embora a comunicação possa ser vista como um aparato e uma invenção da modernidade comunicar-se é uma das experiências mais arcaicas da humanidade. O estudo do protesto, enquanto ato comunicacional, prescinde da análise do ambiente cultural, pois é nele que a comunicação acontece. Isso significa dizer que a comunicação possui uma natureza histórica e cultural. Partindo da 'Reforma Protestante' e do comício das 'Diretas Já', pretendemos mostrar como o protesto participa nas produções do imaginário da sociedade repercutindo em seus produtores, alterando as formas de convivência e sociabilidade no cotidiano.

Protesto Cultura e Comunicação

Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida,
Estes são os imprescindíveis.

Bertolt Brecht

Qual o significado do ato de protestar?

Harry Pross discute o significado da palavra protesto: de origem latina *protestari* é formada pelo prefixo *pro* (na frente, antes de) e o substantivo *testa* (o que não pode ser negado, o testemunhado). Quem protesta testemunha e comunica desde o começo que não quer ter nada a ver com determinada coisa. "Ele é claramente contra alguma coisa, o que significa, contudo, que é a favor de outra" (PROSS, 1997, p. 20). O protesto expressa a reação relativamente contra aos eventos ou às situações, às vezes a favor. Protestar é dizer 'sim' e 'não' simultaneamente.

Denise Paieiro, na trilha de Pross, afirma que protestar é comunicar. A essência do protesto reside no caráter de 'publicização' de uma idéia. "Protestar é comunicar, é 'publicizar'". (PAIEIRO, 2005, p. 204).

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Harry Pross insiste no caráter comunicacional do ato de protestar. Protestar é um gesto comunicacional. : "O protesto responde, portanto a uma comunicação entre homens ou entre homens e coisas. Ele pressupõe no mínimo um ser sensível que se relaciona com outro ser sensível. Isso quer dizer que o protesto é precedido de uma relação" (PROSS, 1997, p. 20).

Compreendemos que o protesto tem uma natureza comunicacional. Embora a comunicação possa ser vista como um aparato e uma invenção da modernidade comunicar-se é uma das experiências mais arcaicas da humanidade [1].

Assim, entendemos que um estudo do protesto, enquanto ato comunicacional, prescinde da análise do ambiente cultural, pois é nele que a comunicação (e o protesto) acontece: "Nenhum protesto pode ser compreendido fora de sua motivação e sem conhecimento do tema contra o qual ele se dirige" (PROSS, 1997, p. 18). Isso significa dizer que a comunicação possui uma natureza histórica e cultural.

Cena 1: Alemanha - início do século XVI

"A boca do justo (de quem protesta) é fonte de vida, mas a boca dos ímpios (dos que silenciam) encobre na violência."

Provérbios 10:11

Há uma tendência em considerar a religião como algo etéreo, transcendente e desestoricizada. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que as motivações das religiões são metafísicas de caráter transcendental. Essa concepção insiste na desvinculação entre Religião e Mundo, sublinha, por vezes, o caráter apolítico da primeira e propaga essa idéia como um valor supremo. Enfim, considera a Religião como uma entidade acima do e das coisas do mundo. É difícil compartilhar sem restrições dessas hipóteses.

Na Alemanha, durante a Idade Média, a Igreja Católica era forte e poderosa: cobrava dízimos, era proprietária de muitas terras e o clero estava em atos de corrupção.

Martinho Lutero, monge agostiniano e professor de Teologia da Universidade de Wittenberg, baseando-se no estudo sistemático da Bíblia e inspirado, sobretudo na Epístola de

[1] Em aula proferida por Norval Baitello Jr., em 2 de agosto de 2006, na Universidade Católica de São Paulo.

Paulo aos Romanos desenvolveu a tese de que a Fé é o único caminho da salvação. (O justo viverá pela fé). Essa tese entrava em rota de colisão com o pensamento da Igreja Católica que defendia ser ela a única e necessária fonte de Salvação. Essa idéia está contida na expressão *Extra ecclesiam nulla salus* (Fora da Igreja não há salvação) que teve sua origem no século III com Orígenes e Cipriano, indicava no início a impossibilidade de 'maternidade de graça' fora da Igreja de Eva. A expressão foi adquirindo, porém, nos séculos seguintes, um sentido cada vez mais absoluto, como o apontado no Concílio de Florença (1442), que retoma a formulação do discípulo de Agostinho, Fulgêncio de Ruspe (468-533): "Nenhum daqueles que vivem fora da Igreja Católica, não só os pagãos, mas também os judeus, os hereges e os cismáticos, pode tornar-se partícipe da vida eterna. Todos eles acabarão no fogo eterno, 'preparado' para o diabo e seus anjos" (Mt 25, 41), se não se incorporarem nesta mesma Igreja, antes do fim da sua vida.

Evidentemente essa postura impedia o diálogo com outras culturas representadas como infiéis; e provocava também a perseguição a qualquer forma diferenciada de doutrina, por vezes, com o instituto da Inquisição. Lutero ao defender que era a Fé que a fonte da salvação e não a Igreja, rompia com a visão exclusivista propugnada pela Igreja ao longo da Idade Média.

Lutero levantou-se contra isso no dia 31 de outubro de 1517 elaborou as 95 teses e afixou-as na porta da Catedral de Wittenberg. O teor do documento é simples. Defende a tese da salvação pela fé, o livre exame das escrituras, e rejeição das indulgências.

Muitos príncipes alemães o apoiaram, pois, desejavam libertar-se da influência do papa e do imperador Carlos V, que era católico. Em 1529 reuniu-se a segunda Dieta de Spira (a primeira realizara-se em 1526), na qual se tentou impor o catolicismo aos príncipes luteranos. Os príncipes de rebelam e passam a ser chamados de protestantes. A palavra protestante, embora de tom pejorativo, acabou denominando um dos fatos históricos mais relevantes da abertura da modernidade: A Reforma Religiosa ou Protestante.

Durante séculos católicos de 'protestantes', derramaram sangue em guerras religiosas, e se excluíram mutuamente.

Somente no início da segunda metade do século XX, a postura da Igreja Católica frente às demais tradições religiosa se transformou. O Papa João XXIII anunciou o Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciado em 1962,

O Concílio Vaticano II, o primeiro de caráter ecumênico da era moderna, ocorreu na primeira metade da década de 1960. Nessa ocasião o papa criou o secretariado para a

unidade dos cristãos, que tinha por objetivo convidar as Igrejas protestantes para que enviassem observadores oficiais para participarem do evento.

No documento oficial do Concílio – *Unitatis Redintegratio* – o termo *protestante* é substituído por *irmãos separados*. Esse neologismo que substitui a anterior classificação de hereges, afirma que a realização da reconciliação transcende as energias e capacidades humanas. A despeito disso o termo protestante continua sendo usado amplamente. Atualmente não há indícios concretos de amizade entre católicos e 'protestantes' uma vez que no Brasil ambas disputam o mercado de fiéis.

Para Harry Pross, "os que protestam, os destinatários do protesto e o público devem estar ligados por um tema, que dia respeito a todos. Encontrar e mobilizar esse interesse significa estender mais a oposição, propaga-la." (PROSS, 1997, p. 20). Como relacionar esse princípio com a Reforma?

O movimento da Reforma abriu o caminho, no ocidente, para a invenção da modernidade. O movimento da Reforma é considerado, ao lado do Humanismo, o prelúdio da Modernidade na Europa. Tal consideração ocorre porque tal movimento está totalmente vinculado - isso se não for sua semente originária – à liberdade política e ao capitalismo. A marca que identifica ambos os movimentos é a instauração da liberdade humana: tanto a Reforma como o Renascimento foram produtos do Humanismo.

Enquanto o Renascimento atingiu apenas as elites (tanto econômicas quanto políticas e culturais), a Reforma alcançou a massa populacional européia: tanto os governantes e os camponeses foram atingidos por ela. Segundo Huizinga, "o Renascimento foi a roupa de domingo". Somente a Reforma Protestante, liderada por Lutero, é que conseguiu saciar a sede espiritual do momento – sede essa que não era sentida apenas pelos intelectuais ou príncipes, mas por todos. Nesse ponto se justifica sua enorme difusão. Apenas a Reforma é que conseguiu abalar a mais rígida instituição feudal: a Igreja Católica. Claro que tal movimento não foi o primeiro a questionar a legitimidade da Igreja - muitos humanistas o fizeram, inclusive Erasmo de Rotterdam – mas somente a denúncia de Lutero e a proposta que ele dá para esses problemas é que abalaram as pilastras do mundo medieval. Isso pode ser facilmente observado se olharmos com atenção uma das principais conclusões dos estudos de Lutero: a Instituição da Igreja Católica tal qual vigorava naquela época era totalmente desnecessária, pois para o homem se comunicar com Deus era preciso apenas que ele tivesse fé. Não era preciso nenhum intermédio, conseqüentemente, a classe eclesiástica deixaria de

ter razão de ser, e com ela a Igreja também. A Reforma Luterana colocaria o mundo Feudal de "cabeça pra baixo."

Cena 2: Brasil - década de 1980.

Não pense que esteja triste.
As reflexões são tão objetivas
quanto as anotações de um curso ou livro.
A vida é assim mesmo e
só as pessoas muito medíocres vêem suas perspectivas realizadas.
É que eu gostaria de ser útil e vejo que o esforço está longe do alvo.

Florestan Fernandes

Após vinte anos de regime militar o país conheceu o paroxismo da crise econômica e social. A sociedade brasileira, liderada por um comitê suprapartidário decidiu manifestar apoio pelo fim da ditadura. A redemocratização seria formalizada pela aprovação de uma emenda conhecida como Dante de Oliveira, que permitira eleições diretas para presidente naquele ano.

Marcado para o dia do aniversário da cidade de São Paulo, o primeiro comício da campanha por eleições diretas para presidente foi organizado em meio a um clima de nervosismo. A organização do evento foi comandada pelo governador paulista, Franco Montoro. Em torno dessa iniciativa juntaram-se os diversos partidos políticos de oposição, além de lideranças civis e estudantis.

Enquanto o comício era preparado, o governo militar fazia o possível para reduzir seu impacto. Disseminou boatos sobre a insegurança do evento, pressionou meios de comunicação para que censurassem notícias, tentou cooptar políticos que se comprometeram com o projeto.

Por causa dessas pressões, até os organizadores estavam apreensivos. Com um governo estadual nas mãos, dispunham também de recursos para favorecer presenças: o metrô foi liberado, prefeitos e vereadores do interior chamados para aderir **e** ônibus alugados. No dia 25 de janeiro, chegou a hora de testar a viabilidade da iniciativa. Embora o dia estivesse chuvoso, cerca de 300 mil pessoas acotovelaram-se no centro da cidade, ocupando a praça da Sé. Não se via tal multidão nas ruas desde os comícios e marchas de 1964. Era o elemento que faltava para encerrar o ciclo militar no governo.

O êxito do comício pelas diretas em São Paulo incentivou todos os governadores de oposição a tentar repetir o feito. A base para isto estava mais que clara: entusiasmo popular. As condições também eram melhores. Com o evento paulista, cessaram as tentativas de diminuir o movimento; nenhum jornal podia ignorar a multidão que compareceu. A partir de fevereiro, os comícios pelas eleições diretas foram se sucedendo nas principais capitais do país. No Rio de Janeiro, o evento organizado pelo governador Leonel Brizola reuniu uma multidão calculada em um milhão de pessoas. Na maioria das cidades, multidões com até 10% da população total se juntaram para pressionar o Congresso.

Em cada comício promessas de voto a favor da emenda constitucional que permitiria as eleições, mesmo de deputados governistas. No final do primeiro semestre, o que antes parecia impossível tornou-se sonho exeqüível. Todos os dias, os jornais traziam a adesão de novos parlamentares para o movimento. Pouco antes da votação, realizou-se um último comício, também em São Paulo. Desta vez, a praça da Sé seria pequena.

A campanha das Diretas Já, concentrou-se na votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para o final de abril. Sendo emenda constitucional, precisava de dois terços dos votos da Câmara e do Senado para sua aprovação. O que parecia impossível, pois o partido governista PDS controlava o Congresso Nacional.

O último comício foi marcado para o dia 16 de abril em São Paulo. O vale do Anhangabaú recebeu uma multidão estimada em 1,7 milhão de pessoas, na maior manifestação política realizada no país. Acontecimento absolutamente singular, indivíduos se converteram por algumas horas em 'cidadãos protestantes'. Diziam 'não ao regime militar e 'sim' a democracia.

Esse sentimento coletivo foi expresso por um gesto simbólico. Por volta da meia noite, o 'senhor diretas', Ulisses Guimarães, encerrou o ato pedindo a todos que dessem as mãos e catassem o hino nacional brasileiro. Durante alguns minutos uma profunda emoção arrebatou aquela multidão.

Durante os anos de chumbo o hino nacional foi utilizado como símbolo para legitimar o regime militar, revelando a existência de um esquema compensatório praticado pela elite dirigente.

Para José Murilo de Carvalho, a elaboração do imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nesse campo que as sociedades definem suas identidades e objetivos, seus inimigos e organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se

expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudanças política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas (CARVALHO, 1990, p. 166).

A exclusão do povo do processo político e econômico, durante o regime militar, foi compensada pelo uso de sinais universais, imagens, alegorias, símbolos e mitos, utilizados para legitimar o regime. O processo de legitimação popular do regime republicano foi conduzido pela elite, nos anos da ditadura militar, através da criação de símbolos que tentassem atingir e controlar o imaginário popular. O hino nacional foi um desses símbolos.

No final do comício das Diretas Já, ocorreu uma inversão semântica: o hino nacional, que até aquele momento foi instrumento de afirmação popular do regime militar, converteu-se num símbolo de negação do mesmo.

Apesar de toda a pressão popular e das adesões recebidas durante o primeiro semestre de 1984, a emenda que previa a realização de eleições diretas acabou sendo vetada no plenário da Câmara dos Deputados. Eram necessários os votos de dois terços dos parlamentares para que a Constituição fosse mudada. Num Congresso em que a oposição era minoria, faltaram 22 votos para sua aprovação.

A votação, que entrou noite adentro, foi acompanhada em praça pública por todo o país. Montaram-se telões, que retransmitiam as imagens de televisão da sessão do Congresso. No início da madrugada, por todos os lados repetiam-se as cenas de choro pelas esperanças frustradas.

O fracasso das Diretas Já, seguido da continuação da abertura lenta, gradual e segura, garantiu a manutenção da rota e, ao mesmo tempo, criou a ilusão de que os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar. A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de "mudar o regime para conservar o poder", acabaria desembocando no neoliberalismo (MARTINS, 1976, p. 323).

Duas décadas depois, percebemos que a redemocratização seguiu um caminho diferente daquele sonhado. A democracia formal não resolveu os graves problemas civis, políticos e sociais do país. A concentração da riqueza aumentou, as desigualdades sociais aprofundaram-se, ampliando a clivagem entre pobres e ricos. A maioria da população não tem acesso ao trabalho formal. A qualidade da educação é um desastre. O sistema público de

saúde é indecente. A justiça é morosa e elitista. O Estado foi privatizado e o que deveria ser 'coisa pública' transformou-se em 'coisa nossa'. A pele do poder legislativo manifestou marcas da cultura oriunda da tradição patriarcal e da criação restritamente doméstica: a presença do nepotismo e da corrupção, isto é, da dificuldade de delimitar a fronteira entre o público e o privado.

A análise percuciente de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais aponta para o fracasso do processo de modernização (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 237) . A aventura da modernidade no Brasil teria fracassado e aqueles que nela apostavam sentem-se 'desterrados na própria terra', na expressão de Sérgio Buarque de Holanda. A redemocratização promoveu a modernização material, entretanto, ficamos 'modernos por fora e arcaicos por dentro':

> O processo de secularização da cultura, que tinha dado, até 1964, apenas alguns passos, ganhou grande velocidade nos 21 anos seguintes. O autoritarismo plutocrático fechou o espaço público, abastardou a educação e fincou o predomínio esmagador da cultura de massas. Sua obra destrutiva não se resumiu, pois, à deformação da sociedade brasileira pela extrema desigualdade. Legou-nos, também, uma herança de miséria moral, de pobreza espiritual e de despolitização da vida social. Eis a base de uma verdadeira tragédia histórica que se enraizou nas profundezas da alma de várias gerações. (GALVÃO, 1998, p. 147).

Por tudo isso é que continuamos protestando.

Protesto e Utopia

"Um mapa do mundo em
que não aparece o país Utopia não
merece ser guardado."

Oscar Wilde

O que diferencia o homem dos demais seres vivos não é o produzir, o construir, o guerrear, o jogar ou o viver em sociedade, mas ter a capacidade de pensar e sonhar. Ligar-se ao passado e ao futuro, ou seja, recordar e imaginar dá um sentido ao presente, torna o homem – e nisso reside sua especificidade essencial – um ser histórico, cultural e comunicacional.

Já se disse que a História faz as utopias e as utopias fazem a História. Num certo sentido, cada sociedade humana é produto de suas angústias, suas fantasias e seus sonhos, projetados nas utopias que elabora. Para o sentimento de identidade coletiva, tão importante quanto viver uma mesma realidade concreta é sonhar os mesmos sonhos. Por isso talvez nenhum fenômeno humano expresse tão bem a dinâmica histórica quanto o incessante construir de utopias. Por isso uma sociedade sem utopias é triste, vazia e sem sentido. Algumas sociedades preenchem os desertos utópicos com oásis de mercadorias e desejos de consumo. Teríamos perdido a característica capacidade humana de sonhar?

> Depois do sexo, a atividade que mais intensamente combina experiência corporal com forte emoção é a participação em uma demonstração de massa em época de grande exaltação pública. Ao contrário do sexo, que é essencialmente individual, essa é por natureza coletiva, e, ao contrário do clímax sexual – pelo menos no que se refere aos homens -, pode ser prolongada durante várias horas. Por outro lado, assim como o sexo, tal participação implica em ações físicas – marchar, gritar palavras de ordem ou cantar – nas quais a imersão do indivíduo na massa, que é a essência da experiência coletiva, encontra sua expressão. (HOBSBAWM, 2002, p. 91)

O destino humano é ser utópico, ou seja, protestar. Nós, seres humanos somos seres de *protest-ação*, de ação de protesto (BOFF, 2000). Protestamos continuamente. Recusamo-nos a aceitar a realidade na qual estamos mergulhados. Não há sistema social, por mais fechado que seja que não tenha brechas por onde o ser humano possa entrar, fazendo explodir essa realidade. Os seres humanos têm uma existência condenada (como Sísifo e Prometeu) – condenada a abrir caminhos, sempre novos se sempre surpreendentes.

Negar a realidade em que se vive e projetar outra diferente e realizável. Contra aqueles que, de forma impertinente, anunciam o Fim da História respondemos com a afirmação de Ernst Bloch: "ser homem significa ter uma utopia" (BLOCH, 2005, p. 27). Assim, enquanto houver humanidade, haverá utopia. E a onde está a utopia, estará o protesto. No ventre o protesto reinventa-se o mundo. "Há muita vida onde se protesta muito. O protesto assegura o espaço da liberdade" (PROSS, 1997, p. 21).

Bibliografia

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. São Paulo: Contraponto, 2005.

BOFF, Leonardo. *Tempo de transcendência*: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Desconversa*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *Tempos interessantes*: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-628.

PAIEIRO, D. C. *O protesto como mídia, na mídia e para a mídia: a visibilidade da reivindicação*. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado – Pontificia Universidade Católica.

PROSS, H. *Sociedade do protesto*. São Paulo: Annablume, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Presença Nipônica em Paracatu: a nova geração.
Narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade.

Helen Ulhôa Pimentel

Rosana Ulhôa Botelho*

Resumo:

O artigo discute questões surgidas na definição de uma pesquisa relacionada às comemorações dos cem anos da imigração japonesa para o Brasil. No diálogo com integrantes de uma colônia nipo-brasileira situada no município de Paracatu, emergiram indagações sobre as referências histórico-culturais desses brasileiros que trazem em si as marcas de "um certo oriente". As discussões aqui desenvolvidas procuraram ajustar o foco da pesquisa, levando em consideração as articulações entre narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade.

Palavras- chave: narrativas de celebração – conhecimento histórico - alteridade

Abstract:

This article deals with questions that emerged in the planning of a research related to the celebration of the 100th anniversary of Japanese immigration for Brazil. When the authors interviewed Japanese descendants people who live in Paracatu Municipality (Minas Gerais State), several questions emerged on the historical and cultural background of these Brazilians who carry physical marks of their oriental ancestors. The study tries to calibrate the research focus considering the relations among narratives on celebration, historical knowledge production and sense of to belong to a "different" group.

Words key: celebration narratives - historical knowledge - difference

As condições iniciais da pesquisa: uma encomenda

O Centenário da imigração japonesa para o Brasil, a ser comemorado em 2008, tem mobilizado associações nipo-brasileiras na produção de eventos e na publicação de "livros comemorativos" em que os personagens são descendentes de imigrantes japoneses. Alguns entendem que este trabalho não deve ser feito de forma amadorística e recorrem ao assessoramento de profissionais da área de história, como o fez um grupo de agricultores radicados no noroeste do estado de Minas Gerais, município de Paracatu, ao procurar uma de nós para auxiliá-los na produção e publicação de um livro sobre a sua história. Ao acolher o convite, contávamos com a possibilidade de realizarmos um trabalho de pesquisa ancorado na

* Helen Ulhôa Pimentel é professora da Unimontes e do UniCEUB. Rosana Ulhôa Botelho é professora do UniCEUB. Ambas são doutoras em história pela Universidade de Brasília.

história oral e na análise de documentos relativos ao empreendimento agrícola em que estes agricultores estiveram inseridos, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Começamos, então, o processo de seleção das fontes disponíveis, passos imprescindíveis à proposição de um projeto de pesquisa e à negociação de recursos para sua execução. Neste processo, conversas e encontros com alguns dos que serão os protagonistas da história resultante do trabalho de pesquisa foram abrindo um campo de diálogo entre nós, tanto no que dizia respeito à captação de recursos, quanto ao tipo de resultado que se pretendia obter. No que diz respeito à captação de recursos, ainda estamos na estaca zero, mas, relativamente aos resultados, as conversas nos levaram à discussão de uma série de questões relativas à imbricação entre narrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade. Portanto, são estas as questões que dão o tom da presente comunicação.

Alteridades

Conversas preliminares com alguns dos interessados na pesquisa nos deram a medida do primeiro desafio e enfrentar e que dizia respeito às diferenças de percepção sobre o que se iria fazer. A demanda era por "um livro que contasse a história" dos agricultores nipo-brasileiros que se instalaram na região a partir de 1981. Alguns dos interessados já sabiam da existência de iniciativas semelhantes em outros locais e queriam participar das comemorações do centenário registrando a sua história. Nossa interlocutora, E. M, nipo-brasileira, criadora da primeira empresa provedora de internet do município, promoveu um encontro entre nós e alguns dos integrantes do grupo. As primeiras conversas e entrevistas ocorreram num fim de semana em que crianças e adolescentes participavam de um curso de tênis de mesa e seus pais e avós se confraternizavam no clube Kaikan.

Percebemos que não havia um consenso sobre o sentido a ser dado à comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil. A propósito da questão dos prováveis patrocinadores, houve um questionamento a respeito de quem teria interesse em financiar a história de um empreendimento "que não tinha dado certo". A discussão, a partir desse ponto foi colocada nos seguintes termos: afinal, que tipo de história eles queriam contar? A história de um empreendimento ou a história deles, de sua trajetória de vida, daqueles homens e mulheres que saíram de outras regiões para desenvolver um projeto de agricultura no cerrado mineiro? A relação íntima entre as duas coisas foi discutida, mesmo porque a reunião deles naquela cidade e o associativismo resultante decorreram de sua participação no projeto.

De nossa parte, queríamos participar de um trabalho capaz de construir narrativas partilhadas de mudança, um contraponto, em nosso entender, à excessiva tematização da dimensão étnica associada à política de identidade que informa muitos estudos de história cultural na atualidade. Aliada a isso, nossa afinidade com a história oral nos fazia querer mostrar aos demandantes da pesquisa que a narrativa histórica seria feita da forma como eles a pontuassem, cabendo-lhes escolher os fatos que gostariam de lembrar e conduzir o fio da narrativa. Nós estaríamos escutando, registrando e colocando perguntas, mas de forma que as perguntas não atrapalhassem o fio de suas histórias. O primeiro grupo de interlocutores, formado por um homem e quatro mulheres, transferiu a responsabilidade de decidir sobre isso aos mais velhos. Fomos, então, convidadas a conversar com dois senhores da primeira geração a chegar à cidade.

Qual a expectativa dos pioneiros sobre a pesquisa? O Sr. G.A, um agricultor de 72 anos, aposentado, quer deixar registros da história dos agricultores que vieram do Paraná para as novas gerações. Ele usa o termo *mediador*, define-se como um, entende que esse é o papel que deve e pode exercer. Como mediador, sua narrativa não começa dele próprio, mas do pai, que chegou ao Brasil aos 13 anos, em 1918, acompanhando um tio, para compor as três enxadas exigidas dos imigrantes.[1] Segundo ele, o sonho de seu pai era "comer arroz branco puro, pois tinha sempre que interar com batata ou com inhame". O tio, chefe da família, logo que chegou ao Brasil pegou maleita e morreu. Ele, então, se juntou a um primo e começaram a "queimar lata. Ele explica que "queimar latas" é expressão que indica a precariedade das condições. A comida era cozinhada em latas, pois não havia vasilhame.

A memória do Sr. G. A. ancora-se na memória dos relatos do pai, que viveu tempos de imensa dificuldade, trabalhando na lavoura paulista, sem saber português e vestindo-se apenas com sacos de estopa. Sua narrativa prossegue referindo-se à mãe, que chegou quase vinte anos depois do pai, em 1939. Ele nos conta que os pais se mudaram do estado de São Paulo para o Paraná quando ele tinha 4 anos de idade. " o Paraná era ainda uma selva ... meu pai levou vinte e poucos anos para poder comprar a primeira terra". Perguntado sobre as razões da vinda para Paracatu, responde:

> *lá a área era pequena e não dava para comprar mais. Só encontrava uns 10 a 15 hectares. Então surgiu este projeto e viemos para cá. Meus filhos já trabalhavam,*

[1] A expressão dizia respeito ao número mínimo de trabalhadores que era exigido por família.

> *não com enxada, mas com trator. Eu tinha 48 anos e cinco filhos. O mais velho tinha se formado em psicologia e ficou em São Paulo. O que veio tinha quase vinte anos ... Esse projeto era para pagar em doze anos. Dois de carência e dez para pagar. O preço dos cereais era bom. Dava para pagar. Chegamos aqui e era diferente do Paraná. Ninguém sabia do tal do veranico que tinha aqui. No primeiro ano deu 72 dias de veranico.*

O Sr. G. A. conta os percalços que enfrentou, mas a narração não se dá na chave da queixa e sim da afirmação do trabalho. Descreve, com detalhes o que realizou. À frente da associação dos agricultores, conseguiu inaugurar a primeira etapa do projeto de irrigação em 1988. De 1988 a 1991 empreende a luta para instalar a segunda etapa, mas sem conseguir amortizar a dívida. Hoje, diz ele,

> *são 13 mil e 200 hectares de irrigação ...a í surgiu outro projeto e nós pegamos um lote lá em Buriti, mas não agüentamos não. O filho sempre reclamando: o pai é mau administrador... Aí falei: toca como você entende... mas com três quatro anos ele entregou para o banco. Eu, até agora, negociei ...* ***Lutei, quem não sabe vai falar que não trabalhei direito****.*

Depois disso, arrendou as terras e equipamentos que tinha e vive deste provento e da aposentadoria. Não agüentou bancar o empreendimento, mas lutou, e essa história de lutas dá o fio de sua narrativa, que prossegue abordando a criação do clube Kaikan. Recorda-se dos amigos que quiseram criar uma escola de língua japonesa, mas que morreram num acidente em 1986, antes de levarem adiante a idéia. Ele, então, empenha-se nesse projeto, embora só tenha estudado até o terceiro ano primário. Conta porque parou de estudar tão cedo: ao término da guerra, seus pais acharam que deveriam ir para o Japão, porque pensavam que o país tinha ganhado a guerra, e o retiraram da escola, achavam que ele não precisava aprender mais o português. Em 1953 seu pai conseguiu viajar para o Japão. Mas como tinha pouco tempo que tinha acabado a guerra, "ele viu com os próprios olhos que tinha perdido, que não tinham sido recuperadas as cidades, e que não tinha serviço lá. Então desistiu de voltar."

Mediador entre gerações, o Sr. G. A. fala com entusiasmo, rememora um passado de trabalho, mas coloca-se no presente em que exerce um papel significativo e quer falar e deixar registrado tudo isso. As novas gerações precisam dessa transmissão, diz ele, "transmitir a língua japonesa, a cultura japonesa, até hoje estou me dedicando pelo menos a transmitir o que nós aprendemos com nossos pais, transmitir para netos e netas."

Na conversa, um novo pioneiro é introduzido, o Sr. G. T., atual presidente do clube Kaikan, que, em face das opiniões do Sr. G. A, acrescenta a necessidade de pensar não só "em

dar continuidade às gerações, porque é necessário pensar na sociedade toda". A narrativa, neste caso, prossegue numa chave de ressentimento manifesto em relação à demanda por direitos relativos aos quilombolas. A história dos imigrantes japoneses é, para ele, uma história de sofrimento, lutas e perseguições. Fala de perseguições durante e após a guerra, fala de discriminação que sofreu como agricultor "japonês" e de sua reação afirmativa em face do que considerou arbitrariedade de fiscais da polícia rodoviária federal. Eminentemente política, a sua intervenção na conversa introduz uma questão atual, colocando em cena outros protagonistas da história recente brasileira que reivindicam o "direito à reparação" em face da discriminação e maus tratos vividos tanto no passado como no presente. Em sua argumentação, contrária a tal demanda, ele se vale do fato de pertencer, também, a um grupo discriminado, o qual, no seu entendimento, não reivindica reparações. Essa questão, contudo, não permanece no centro da conversa, pois os dois pioneiros retornam ao tema das gerações e do papel de certos elementos da cultura japonesa na educação dos mais jovens, como as ocasiões de celebração, em que se dá o preparo da comida e as refeições coletivas. Estávamos numa dessas ocasiões, e fomos convidadas a conhecer a cozinha e as mulheres envolvidas no preparo da comida, tendo à frente o Sr. G. T., empenhado em nos mostrar o seu interesse pela preparação dos alimentos e o papel dessa atividade na "união da família e preservação de valores".

Nessas entrevistas, a nova geração emerge como objeto de atenção e cuidado. Apesar de não termos tido a chance de entrevistar os jovens, na ocasião participando de treinamento em tênis de mesa, tivemos oportunidade de presenciar uma dessas atividades realizadas com o intuito de promover a integração dos membros da colônia nipo-brasileira e de despertar o interesse pelo esporte, considerado imprescindível à formação disciplinada e saudável da joventude.

Ouvindo os mais velhos, em alguns momentos a frase "eu sou brasileiro" ressoava como afirmação de uma identidade nacional e de uma cidadania que costuma ser colocada em questão por outros, na vivência cotidiana. O Sr. G. T., por exemplo, relata discussão com um fiscal rodoviário que teria interceptado o trator de sua fazenda de forma desrespeitosa, chamando-o de japonês, num sentido pejorativo, levando-o a reagir de forma contundente, reafirmando sua nacionalidade brasileira e a disposição para afirmar seus direitos como cidadão. Esses relatos nos levaram a indagar sobre as questões vividas pela nova geração, cuja experiência urbana pode colocar outros desafios e novas modalidades de inserção na "comunidade nacional".

Na conversa preliminar, ainda no Kaikan, tivemos oportunidade de ouvir duas jovens mulheres, uma delas professora de japonês, ambas egressas de uma temporada no Japão e, portanto, da experiência de serem consideradas brasileiras no país de seus avós e japonesas no Brasil. Esse tipo de situação, já analisada em pesquisa sobre os dekassekis (WOORTMANN, 1995), tem se generalizado na medida em que as facilidades de comunicação permitem as viagens freqüentes, seja para períodos intermitentes de trabalho seja para o chamado "turismo de identidade". Integrados numa rede de contatos possibilitada pela condição de serem nipo-brasileiros e bilingües, muitos jovens dispõem de alternativas que seus pais não dispunham e certamente as experimentam, aprendendo, também, sobre as dificuldades de serem brasileiros no Japão quando para lá viajam. Em meio às transformações do tempo presente, quais as referências histórico-culturais dessa geração de brasileiros que, querendo ou não, trazem em si as marcas de um "certo oriente"? Com tal questão, orientamos as entrevistas realizadas, semanas depois, com dois rapazes de 19 e 25 anos respectivamente.

M. T. mora e estuda em Paracatu, ao contrário de muitos de seus amigos de geração que saíram para estudar fora. Embora entenda alguma coisa, não sabe mais falar japonês, língua de comunicação com os avós na infância. Considera que a criação dos filhos em famílias nipo-descendentes é mais conservadora, o ambiente é mais fechado e "não se demonstra muito afeto". Porém, essa criação, prossegue ele,"transmite muitos valores importantes" que orientam suas vidas e fazem com que não se envolvam "em coisas erradas nem em casa nem na sociedade". Menciona o afastamento de sua família da convivência com os "demais japoneses porque existe muita fofoca, eles condenam os namoros, começam a intrigar". Na verdade, ele se refere às tentativas de ingerência naquelas escolhas afetivas que não recaem sobre pessoas da mesma "etnia". Instado a falar da diferença física, menciona a sua experiência escolar, quando "ficava olhando a diferença", mas sem perceber discriminação alguma. Recorda que, na infância, a convivência mais acentuada com os japoneses (sic) se dava no clube Kaikan, mas, hoje, sente que as pessoas estão "se misturando com os brasileiros".

A. M. é estudante universitário e funcionário público em Brasília. Tem 25 anos e chegou a Paracatu em 1982, com um ano de idade, pois os pais vieram na primeira leva de migrantes que se fixou na região. As histórias contadas pelo avô materno sobre a viagem de navio, as dificuldades dos primeiros tempos são inúmeras e ele gosta de ouvi-las. Tem admiração pelo respeito devotado aos mais velhos entre os nipo-brasileiros, pela tradição culinária, pela exigência de postura à mesa e pela disciplina. A diversidade e a abertura são

características atribuídas aos brasileiros, com as quais se identifica. Refere-se ao sentimento de vergonha que os japoneses teriam a respeito da exposição de suas vidas pessoais, que também compõe sua maneira de ser. Relativamente aos sentidos da comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil, ele considera que vale comemorar, sim, argumentando que o encontro de culturas foi bom para os dois lados interessados nas comemorações. Segundo ele, tanto brasileiros quanto japoneses aprenderam uns com os outros.

De um lado, fechamento, disciplina, consideração pelos mais velhos e pelos rituais, sentimento de vergonha da exposição de questões pessoais mesmo aos amigos; de outro lado, abertura, diversidade, naturalidade para falar de si, dizem os entrevistados da nova geração. Portanto, esses jovens agenciam um repertório que está disponível no domínio público, reiterando percepções rotineiras acerca da brasilidade ou dos traços nipônicos. Constatação que diz mais sobre a sedimentação de certas visões de mundo em muitos segmentos da população do que sobre alguma particularidade de uma experiência. Relativamente a isso, não desconhecemos que, pelas próprias características citadas pelos entrevistados como distintivas dos "japoneses"(a vergonha da exposição de sentimentos, por exemplo), entrevistas exploratórias como as que fizemos não ultrapassam o horizonte das oposições corriqueiramente empregadas para definir "brasileiros" e "japoneses". A história oral, do ponto de vista metodológico, não se resume à realização de entrevistas e na demarcação dos marcos temporais e significativos dos narradores escolhidos como protagonistas. Requer um estreitamento do convívio entre pesquisadores e entrevistados, um "trabalho de campo" cuidadoso, uma etnografia orientada pelo diálogo entre pesquisadores e protagonistas da narrativa que se quer construir, orientado pela busca de clareza de interesses das partes envolvidas. A trama da narrativa, neste caso, deve permitir que a alteridade possa emergir e ser levada em conta, sob pena de permanecer apenas no nível de uma "história da carochinha" que se conta para embalar o sono das crianças. Retomando uma expressão contida na ementa do simpósio *História e Alteridade,* não se pode perder de vista "as dimensões significativas que definem o outro, designado no singular ou no plural, situado 'fora' ou ' dentro', distante ou próximo, em relação a um sujeito que o pensa e o imagina".

Narrrativas de celebração, produção de conhecimento histórico e alteridade

Depois dessas incursões, nos perguntamos sobre a melhor maneira de levar adiante o trabalho que nos foi encomendado. Ou melhor, sobre como celebrar esse nosso encontro com pessoas que querem deixar marcas de sua vida e labuta em textos escritos. Às dificuldades materiais de realização do projeto, somam-se aquelas decorrentes das expectativas dos envolvidos.

Na atualidade, as celebrações de centenários funcionam não apenas para reiterar laços e tradições, como para reinventá-las ou descontruí-las à luz de interesses atuais. No mundo acadêmico, essas ocasiões funcionam também nesses três registros, embora o último esteja predominando. É de se lembrar os debates historiográficos ocorridos na ocasião das celebrações dos "500 anos de Brasil", uma das muitas denominações alternativas ao "descobrimento". O fato é que a comunidade acadêmica aproveita essas datas para pensar a sua própria produção e, nesse sentido, as celebrações produzem conhecimento.

Em 1978, o simpósio *Presença Japonesa no Brasil*, organizado pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, se deu como parte das comemorações dos setenta anos da imigração japonesa no Brasil. Na apresentação do livro que resultou deste simpósio, publicado em 1980, os organizadores esclarecem o propósito dos estudos ali reunidos: "avaliar o desempenho do contingente de origem japonesa no processo de adaptação cultural e examinar o comportamento dessa população em suas formas de participação na sociedade que a acolheu" (SAITO,1980). Integração sociocultural, participação no mercado de trabalho, na política e em outros setores, mobilidade, tendências de casamentos mistos: estes foram os temas formulados pelos pesquisadores, grande parte deles nipo-brasileiros. A questão da identidade, quando abordada, esteve associada à preocupação com a integração do imigrante e com sua capacidade e disposição de assimilar os códigos da cultura hegemônica, problemática que vinha norteando os estudos sobre imigração desde os anos 1940. Uma década depois, traçando um panorama dos estudos sobre imigração no país, Boris Fausto mostra o deslocamento do enfoque em direção à questão da etnicidade (FAUSTO,1991).

A ênfase na dimensão "étnica" da experiência está associada ao multiculturalismo, uma modalidade de cultura política que se espraia na atualidade, mesclando-se a outras tradições políticas e inspirando a produção de *novos sujeitos históricos* que demandam pelo respeito às diferenças (TAYLOR, 1994). As chamadas "políticas de identidade' ou "políticas de reconhecimento", edificadas numa chave étnica, ocupam a cena do debate atual com vigor

renovado, agenciando novos sujeitos políticos *etnicamente diferenciados*, com o concurso de inúmeros atores, entre eles historiadores, antropólogos e demais técnicos de áreas específicas de políticas púbicas que atuam nos diagnósticos sócio-históricos, bem como na demarcação de espaços "quilombolas" ou "indígenas" (ARRUTI, 2006: 66). A legitimação dessas demandas pelo recurso à da História e ao Direito é reiterada à medida que a reivindicação dos direitos passa pela constituição dos *sujeitos de direito* e, enquanto tal, a *história* de sua constituição é imprescindível a tais operações de agenciamento. Narrativas históricas concorrentes participam dessa "guerra de imagens" identitárias, trazendo novos elementos ao debate, especialmente ao debate que articula história e alteridade.

O problema, em nosso entender, é que imagens identitárias fixas classificam ao invés de produzirem narrativas de mudança. Richard Sennet, em um livro dedicado ao exame da questão do respeito na atualidade, argumenta de forma instigante sobre a diferença entre imagens que classificam e narrativas que podem estabelecer o respeito mútuo, formulação que nos ajuda a ajustar o foco na questão que vimos discutindo até aqui.

> *Em geral, as mudanças no comportamento ou na atitude acontecem muitos anos antes de as pessoas se conscientizarem de que mudaram. Foi necessária uma terceira geração de judeus venezianos para que a religião noturna se tornasse uma prática aceita por todos e naturalizada; (...) Foi preciso ainda mais tempo para aqueles que não fizeram a viagem [de regresso ao mundo que se tinha deixado para trás] compreenderem os que a fizeram.*
>
> *Esta dificuldade parece óbvia, mas relaciona-se com um grande e complicado tema: a identidade de grupo. O conhecimento social tácito não testado é como o retrato de um grupo, uma imagem compartilhada de como as coisas devem ser. O conhecimento social testado assume a forma de uma narrativa, uma história compartilhada de mudança. Os bororós, antes da chegada dos padres salesianos, compartilhavam uma imagem de seu lugar no mundo; a terceira geração de judeus venezianos compartilhou sua história. O compartilhamento de uma imagem comum é tanto igual como imediato; o compartilhamento de uma história é mais árduo. As histórias de vida individuais entrelaçam-se em formas complicadas ao longo do tempo, e os* insights *que a história outorgou a uma pessoa podem ter sido talhadas a partir de outra.*
>
> *As imagens classificam (...) Uma história compartilhada pode também classificar rigidamente, como no compartilhamento de narrativas nacionais que separam o 'verdadeiro sérvio' daquele cuja família por acaso morou na sérvia por várias centenas de anos. Todavia o ato pessoal de narrar a história de alguém a terceiros também pode romper com essa rigidez. O narrador vagueia a partir de seu objetivo, o ouvinte pergunta alguma coisa obscuramente relevante; o vaguear com freqüência incita uma compreensão súbita e consciente de ambos. Nesta incerteza da narração está um princípio essencial de respeito mútuo(SENNET, 2004:275-277).*

Bibliografia

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo – Antropologia e História no processo de formação quilombola.* Bauru, SP:Edusc, 2006.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

WOORTMANN, Ellen. *Japoneses no Brasil/Brasileiros no Japão: tradição e modernidade*. Série Antropológica, Unb, 1996.

SAITO, Hiroshi. *Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A . Queiroz: Edusp, 1980.

SENNET, Richard. *Respeito – a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TAYLOR, Charles e outros. *Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Abaixo as paixões; a civilização é a meta: uma reflexão sobre a Nova Escola Penal

Carlos Martins Junior*

Resumo: A virada do século XIX para o século XX constituiu-se, no Brasil, num período de transformações estruturais. A implantação do trabalho assalariado, o advento da República e a expansão das atividades econômicas, as quais se refletiam no crescimento físico e populacional dos centros urbanos, aumentaram a preocupação das autoridades públicas e reformadores sociais quanto ao refinamento dos mecanismos de controle social. Nesse contexto, e no bojo do debate mais amplo suscitado pela formulação do criminoso nato por Cesare Lombroso, o Direito Penal brasileiro passaria por profunda revisão, implementada pelo grupo de juristas vinculados à corrente criminalística que, a partir de 1870, seria conhecida como a Nova Escola Penal. Esta comunicação objetiva discutir a influência da antropologia criminal sobre o pensamento daquele grupo de juristas, destacando o fato de que, ao propor a implantação de um Direito Criminal autônomo e científico, os mesmos procuraram garantir o estatuto científico que transformou a criminalística na porta de entrada do debate em torno do ordenamento da nação.
Palavras-Chave: Direito Penal, antropologia criminal, criminalística

Summary : The turn of century XIX for century XX consisted, in Brazil, a period of structural transformations. The implantation of the wage-earning work, the advent of the Republic and the expansion of the economic activities, which if they reflected in the physical and population growth of the urban centers, had increased the social concern of the public authorities and reformadores how much to the refinement of the mechanisms of social control. In this context, and the bulge of the debate amplest excited by the formularization of the born criminal for Cesare Lombroso, the Brazilian Criminal law would pass for deep revision, implemented for the group of entailed jurists to the current criminology that, from 1870, would be known as the New Criminal School. This objective communication to argue the influence of the criminal anthropology on the thought of that group of jurists, being detached the fact of that, when considering the implantation of an independent Criminal law and scientific, the same ones had looked for to guarantee the scientific statute that transformed the criminology into the door of entrance of the debate around the order of the nation.
Word-Key: Criminal law, criminal anthropology, criminology

O século XIX representou o momento em que se tentou recriar, no Brasil, todo um aparato institucional com a finalidade de resolver o dilema mais agudo do período: a construção de uma sociedade que passava do regime tutelar colonial para o regime da lei como garantia de igualdade entre os indivíduos. Nesse contexto histórico surgiram, entre várias outras instituições, nossas duas faculdades de Direito, que a partir de 1828 começaram

* Docente do DHI/ CPAQ/ UFMS

a funcionar em São Paulo e Pernambuco. A elas foi destinada a tarefa de formar uma elite intelectual capaz de desenvolver um pensamento original, que desatrelasse nossa cultura das amarras estrangeiras.

Instalada inicialmente em Olinda, transferida para o Recife em 1854, desde o início a Faculdade de Direito do Recife voltou-se para uma atividade doutrinária, diferenciando-se da Faculdade de Direito de São Paulo, notabilizada por um perfil político liberal.

O ano de 1879 foi decisivo para a Faculdade de Direito do Recife. As reformas curriculares implantadas refletiam um momento no qual a instituição passava por uma guinada teórica, assumindo, o objetivo de dar ao Direito um estatuto científico assentado nos mais recentes modelos teóricos do evolucionismo, que no Recife tiveram larga aceitação após o impulso difusor de Tobias Barreto.

Não obstante alguns autores considerarem exagerado o nome de "escola" para designar o movimento de idéias ocorrido no Recife no final da década de 1860, quase todos são unânimes em reconhecer a importância de Tobias Barreto para o desenvolvimento da ebulição intelectual que praticamente provocou uma "revolução do Direito brasileiro", devido à influência que o pensamento alemão teve em suas teses científicas e jurídicas. Conforme Lemos Brito, o papel mais importante desempenhado por Tobias Barreto foi o de levar ao conhecimento dos jovens estudantes de sua época as doutrinas de Jhering e Hermann Post, que aplicavam o darwinismo social ao Direito; o realismo científico de Buchner e o monismo filosófico de Haeckel, além de difundir o pensamento de autores como Spencer, Darwin, Buckle, Littré, La Play, ,Le Bom e Gobinal, entre outros (BRITO, 1939, p. 126).

Motivados pelo o espírito reformista de Tobias Barreto, os bacharéis do Recife da chamada "geração de 1870" se auto-definiam como a "elite escolhida" para introduzir a modernidade cultural no Brasil e imprimir ao Direito uma concepção estritamente científica. O alvo desses bacharéis era limpar o saber jurídico de qualquer subjetivismo, substituindo os antigos padrões religiosos e metafísicos por modelos ancorados nas teses científicas em voga, interpretadas de acordo com as pretensões de cada analista. Com esse movimento, emergiu uma noção de ciência que fez com que a criminologia se aliasse à psiquiatria, à biologia evolutiva, à geologia e à antropologia física e determinista, entre outras disciplinas.

Ao propor o rompimento com o jus-naturalismo religioso em prol de uma visão laica do mundo, o discurso cientificista transformou-se numa arma apontada tanto para o limbo da instituição acadêmica, quanto para uma série de instituições políticas e sociais estabelecidas. Nessa operação de adaptação da ciência jurídica aos novos modelos científicos,

residia uma tentativa de aplicar o positivismo, o determinismo, o naturalismo evolucionista e o darwinismo social às concepções da realidade nacional, em especial no que dizia respeito à compreensão de nossa formação como povo e país. Tratava-se de buscar saídas para a construção de uma possível homogeneidade nacional, o que implicava, segundo o tino teórico dos intelectuais do Recife, principalmente a partir dos estudos de Silvio Romero, enxergar no critério étnico a chave para desvendar o problema brasileiro.

O fato é que, a partir de Tobias Barreto e, principalmente, com Silvio Romero, o Direito, combinado à antropologia, emergiu como uma ciência que se auto-delegava a prerrogativa de determinar os instintos e os problemas nacionais. Tendo por pressuposto que a etnologia e a psiquiatria seriam as disciplinas que ajudariam o Direito a espantar o fantasma do subjetivismo, acreditavam os bacharéis do Recife do pós-70 que garantir a modernidade significava assumir o apego a certos modelos teóricos e autores que tinham o fator raça como elemento central de análise, em especial no que concernia aos fatores criminógenos.

Nesse contexto ganharam força, entre os juristas da escola do Recife, as teses da escola italiana de antropologia criminal, que a partir dos trabalhos de Cesare Lombroso, Luigi Garofalo e Enrico Ferri passou a estudar a criminalidade privilegiando a análise dos caracteres biológicos do homem delinqüente. Em suma, a preocupação dos juristas de Pernambuco para com o fenômeno da criminalidade, a qual fez com que o Direito Penal viesse a ocupar lugar central nas discussões em torno dos principais problemas nacionais, destacando-se entre eles a ênfase dada às determinações raciais como fator essencial na composição do povo, não foi acidental, mas fez parte de um debate específico que, tendo como eixo a apreensão do comportamento do homem delinqüente, apontava para o problema mais abrangente de referir os fatores criminógenos à "anarquia das raças" reinante no país e a conseqüente necessidade de legislar sobre ela a partir de um Código Penal científico e genuinamente nacional. Nesse processo, caberia aos penalistas fixar os limites da liberdade coletiva e individual, bem como a determinação da realidade das punições e do grau de periculosidade da delinqüência. Noutros termos, tudo funcionava como se para o campo da criminalística devessem convergir as questões mais prementes sobre os rumos da nação.

Ao final do século XIX, João Vieira de Araújo, João Marcolino Fragoso e Francisco José Viveiros de Castro, três juristas oriundos do Recife, aceitaram quase incondicionalmente às teses da antropologia criminal. A partir dos seus trabalhos, as idéias de Lombroso receberam forte impulso divulgador no Brasil.

Desses três autores, Viveiros de Castro revelou-se o mais preocupado com a demonstração e com a didática. Combativo e ousado, no prefácio de *A Nova Escola Penal*

(1894, p. IX.) atribuía à ignorância dos magistrados, professores e advogados a incompreensão das teses de Lombroso, Ferri e Lacassagne. De outra parte, em suas respostas aos oponentes do direito positivista, o sempre esquecido professor João Marcolino Fragoso detinha-se na discussão da reputação dos críticos e no esclarecimento do que entendia ser o real significado das objeções feitas a Lombroso por teóricos como Tarde, Topinard, Codajiani, Carnevale, Manouvier e Joly. Segundo Evaristo de Moraes, "nesse mister demonstrava o doutor Fragoso invulgar erudição e probidade científica", e o "injusto menosprezo" recebido por ele da parte daqueles que pretenderam historiar a trajetória da Nova Escola Penal no Brasil deveu-se, acima de tudo, ao fato do título dado por ele à sua tese, *Do Genóide Alítrico*, ter sido incompreendido à época, "mas que nada mais significava que a expressão utilizada pelo autor para designar o criminoso típico lombrosiano, estando o livro voltado para a demonstração da veracidade das constatações do médico italiano a respeito do criminoso nato". (MORAES, 1939, p. 148)

Mas foi no professor João Vieira de Araújo que a antropologia criminal brasileira encontrou seu maior teórico. Foi ele o primeiro brasileiro a mostrar-se mais bem informado a respeito das idéias criminológicas de Lombroso, Ferri e Garofalo. Reconhecido internacionalmente como um dos mais autênticos adeptos e propagandistas das idéias de Lombroso, é considerado o introdutor da Nova Escola Penal no país.

Contra os argumentos de que Lombroso exagerava ao tipificar os criminosos e os loucos com base na exclusiva verificação de uma constituição anatômica mal formada, Araújo afirmava que a anatomia para a "nova ciência" era apenas o "fundo de quadro", um "apêndice" da psicologia criminal que, por sua vez, dependia de uma base anatômica sob risco de se transformar em pura quimera (ARAUJO, 1889, p. 180). Para ele, o mérito de Lombroso foi o de aplicar os estudos desenvolvidos pela frenologia exclusivamente no *"genus homo"* criando, no campo da criminologia, uma "síntese de conhecimentos obtidos pelos processos científicos da observação e da experiência no estudo do homem criminoso considerado por todos os seus caracteres somáticos e psíquicos" (Idem, p. 181). Segundo Araújo, a genialidade e a atualidade de Lombroso relacionava-se ao fato dele ter baseado suas teses na idéia que regia a ciência moderna de seu tempo, isto é, de que o homem devesse ser estudado "nos próprios elementos indissolúveis que o compõem com todas as suas qualidades físicas e psíquicas, como agente e agido no ambiente que o circunda e que é o meio em que se pode conceber vivo" (Idem, p. 181). Em última análise, considerava o jurista brasileiro que a síntese criada por Lombroso, permitindo a associação entre a antropologia criminal, a psiquiatria e as ciências penais, desembocou não só no estudo do crime como uma ação

humana, mas também na visão da pena como reação social e dos sistemas de uma aplicação e execução por meios eficazes, que correspondiam ao designo final da "suprema função de punir que exerce o estado" (Idem, p. 182).

Sempre em comum acordo com Lombroso, afirmava Araújo que a genialidade e a loucura eram duas qualidades que ora podiam andar associadas, ora dissociadas, sendo, por outro lado, uma "verdade inegável" que a inteligência e o senso moral poderiam aparecer desencontrados no mesmo indivíduo. Desta forma, como ato exclusivamente humano, o crime, o suicídio e a loucura confundiam-se e se substituíam, revelando o estado de anormalidade psíquica do seu agente. Daí ser indispensável o estudo do homem criminoso de uma perspectiva estritamente médico-antropológica, sem que isso viesse a constituir uma ameaça de invasão ou substituição da ciência jurídica pela medicina como postulavam os "metafísicos". Tomando por principio ser o crime um fenômeno complexo de ação puramente humana e cuja origem podia ser reduzida a fatores de ordem física, social e individual, justamente as "três ordens de influência predominante no cosmos", o doutor João Vieira de Araújo atacava a base de sustentação teórica da Escola Clássica do Direito, afirmando que a tese do livre arbítrio, ou responsabilidade moral, não passava de um "hábito mental", uma "fantasmagoria" sobrevivendo em "espíritos superficiais" que não conseguiam distinguir entre o homem são e o louco. Do seu ponto de vista, no mundo moderno ninguém em sã consciência poderia mais admitir que o indivíduo enlouquece ou cometesse crimes por vontade própria. Assim procedendo, somente se reforçava a responsabilidade individual sobre o social, retirando-se do Estado um dever que deveria ser o seu: o de reconhecer o direito de garantia dos honestos e pacíficos contra malfeitores e desonestos, fossem loucos ou sãos; exatamente o estado de coisas que a nova escola penal pretendia inverter (Idem, p. 183- 184).

Se Viveiros de Castro, Marcolino Fragoso e João Vieira de Araújo são arrolados como os maiores adeptos e propagadores da Nova Escola Penal no Brasil, vários nomes merecem destaque pela postura simpática em relação ao direito positivista. Se no Recife Clovis Bevilaqua mantivera-se mais reservado quanto à antropologia criminal, Adelino Filho e Martins Junior, dois de seus colegas de professorado, foram imediatamente atraídos para as teses de Lombroso, influenciados por João Vieira de Araújo. Na Bahia, devido ao impulso dado pelo doutor Nina Rodrigues aos estudos de Medicina Legal, alguns jovens estudantes da época passaram a se interessar pela antropologia criminal, destacando-se entre eles Manuel Calmon e Afrânio Peixoto que, como médico legista no Distrito Federal, inspirou a criação do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Em São Paulo, através da tese *Classificação dos Criminosos*, o delegado Candido Motta também mostrava uma atitude simpática em relação

às idéias de Lombroso, Ferri e Garofalo. Finalmente, resta destacar o advogado sergipano Ciro Azevedo, futuro diplomata e governador de seu estado, como o primeiro a apresentar, na pratica, perante o júri, as teses abraçadas pela Nova Escola Penal. Isto se deu por ocasião em que Azevedo se propôs a defender Adelino de Sousa Leite, empregado de uma carvoaria acusado de ter matado seu patrão a marteladas em 1885, imitando, segundo Evaristo de Moraes, outro crime cometido em Campinas por Almeida Junior, do qual fez vitima um mercador de escravos de nome Menezes (MORAES, 1939, p. 149).

Frente ao exposto, pode-se concluir afirmando que durante as três últimas décadas do século XIX, a tese lombrosiana, orientadora da escola positivista de criminologia, de que o homem só agiria por impulso universal de suas tendências hereditárias – fato que praticamente eliminava sua responsabilização criminal apriorística – ameaçou promover uma verdadeira revolução no campo do saber criminológico e jurídico, haja vista que. a "descoberta" do criminoso nato implicou o ponto de partida de uma efervescência de idéias a respeito da natureza do homem delinqüente e a abertura de um amplo debate em torno da medicalização do crime.

Embora possuíssem pontos de vista discordantes sobre a definição do real fator da criminalidade, antropólogos italianos e sociólogos franceses concordavam que, do mesmo modo que existia uma etiologia e uma profilaxia para as doenças infecciosas como a sífilis e a tuberculose (o maior flagelo da saúde na época), também haveria uma etiologia e profilaxia do crime, percebido como o maior flagelo social do final do século. Por analogia, a tuberculose e a criminalidade permearam o imaginário dos criminólogos positivistas como males que apresentavam vários pontos em comum. Tanto uma quanto a outra proliferariam em meios urbanos insalubres, sem ventilação satisfatória, onde campeavam a promiscuidade e a libertinagem, podendo ser contraídas em múltiplos locais como os balcões de bares, bordéis, internatos e quartéis devido a diversos fatores, tais como, a falta de estrutura familiar, a educação viciosa, a má literatura e a imprensa, além, é claro, de más-formações de origem congênita transmitidas hereditariamente.

Assim, médicos e juristas abraçaram a tese de que, de maneira idêntica á proliferação da tuberculose, o aumento da criminalidade gerava a necessidade de "tomadas de consciência" fundadas em objetivos sanitários e políticos de primeira ordem. Isto implicava dizer que o combate ao crime estava intimamente relacionado à implantação de programas concretos de reformas sociais visando, principalmente, à eliminação dos bolsões de miséria (apontados como substratos produtores da delinqüência de crianças e jovens e como locais de onde rescendia a ameaça política permanente de um estado de guerra revolucionária), bem

como à promoção de progressos na instrução, apontada como um dos mais eficazes antídotos contra o crime.

Exatamente por isso, ao refutarem as acusações dos juristas clássicos de que a antropologia criminal colocava em risco toda a ciência do Direito, na medida que tendia a subordiná-la à medicina, magistrados e professores brasileiros partidários do Direito cientifico afirmavam que as idéias em desenvolvimento na Europa abriram novos horizontes ao Direito Penal, elevando-o definitivamente, como a economia política, ao nível de uma ciência social.

A correlação entre a economia política e o direito cientifico não era, neste contexto, gratuita ou destituída de significado. Na realidade ela revelava toda a apreensão dos juristas para com a existência e o comportamento de uma multidão inconformada, gerada pelo inchamento das cidades brasileiras no final do século XIX. Universo urbano este composto por largas fatias das camadas medias, anteriormente "mal agasalhadas pelos figurinos políticos do Império", somadas a uma arraia miúda turbulenta, em que figuravam tanto trabalhadores pobres quanto vagabundos e mendigos (imigrantes e ex-escravos), homens errantes, sem pátria nem família; grupos de feição combativa, como haviam demonstrado por ocasião dos levantes urbanos como a Revolta do Vintém em 1880 (e, posteriormente, durante a Revolta da Vacina), e cooptável, como ficara patente no final dos anos oitenta, quando o movimento abolicionista recrutou seus pares não apenas nos setores mais avançados das camadas médias, mas também entre a "plebe urbana desordeira", transformada em linha de frente nos *meetings* abolicionistas e nos confrontos de rua, jamais titubeando em enfrentar as forças identificadas com a ordem escravocrata (CASTRO, 1894, p. 187).

Numa sociedade sacudida por forte turbulência decorrente de transformações de ordem econômica, social e política, trazidas pelo avanço da ordem capitalista, da emancipação da mão-de-obra escravista e da consolidação do regime republicano, tornava-se mais do que nunca necessário conhecer a nação que se transformava a fim de se evitar, pela "confusão de corpos" e "anarquia de raças", a degenerescência física e moral do povo. Exatamente por isso, no Brasil, a antropologia criminal parecia adequar-se perfeitamente às necessidades de ordenamento da nação. Através dela, os teóricos do Direito Penal acreditavam ter encontrado o estatuto cientifico que os capacitaria a conhecer o povo mais de perto e a definir os novos rumos do país. Partindo da premissa de que o criminoso era o resultado da somatória dos caracteres físicos de sua raça e de sua correlação com o meio, juristas e criminólogos brasileiros passaram a definir seu fenótipo como o "espelho da alma", no qual se refletiam as virtudes e os vícios. Por essa interpretação, nas características físicas

do povo estariam estampadas e poderiam ser reconhecidas as marcas da criminalidade e dos fracassos de um país. A esse respeito, traduzindo toda a inquietação que tomou conta dos bacharéis do Recife à época, em artigo para a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* onde relacionava a teorias da antropologia criminal e a realidade nacional, escrevia o professor Laurindo Leão que uma nação de mestiços "é uma nação de criminosos" (Apud SCHWARCZ, 1993, p. 89).

Enfim, passando por um lento processo de evolução, carente de um tipo único, de uma raça delimitada, a nação ficava, na concepção dos nossos juristas, sujeita às tentações da criminalidade e à ameaça de ser lançada no abismo da loucura. A questão fundamental a ser respondida era a de saber como conciliar esse discurso determinista com o material humano concreto aqui disponível. Dilema cuja solução parecia estar no desencadeamento, municiado por um aparelho jurídico informado nas concepções do Direito cientifico, de um processo de higienização dos hábitos e das práticas cotidianas dos populares, principalmente aqueles que diziam respeito às formas de organização familiar e ás relações afetivo-sexuais, capaz de corrigir os desvios de comportamento provocados pelo ritmo acelerado do processo civilizatório em curso.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, João Vieira de – "Antropologia criminal". *Revista O Direito*. RJ: Typografia Montenegro, vol. 49, 1889.

_____ - "Sociologia, filosofia, ciência e direito". *Revista O Direito*. RJ: Typografia Alverne, Vol.65, 1894.

BRITO, Lemos – "Tobias Barreto e os problemas do sexo, da menoridade e da loucura do Direito Penal de seu tempo". *Revista de Direito Penal*. Vol. 25, abril de 1939, pp.

CASTRO, Francisco José Viveiros de – A Nova Escola Penal. RJ: Livraria Moderna, 1894.

MORAES, Antonio Evaristo de - "Francisco José Viveiros de Castro". *Revista de Direito Penal*, vol. 18, julho-agosto de 1937.

_____ – "Os primeiros adeptos e simpatizantes, no Brasil, da chamada Escola Penal Positivista". *Revista Forense*, vol. 79, julho de 1939.

SCWARCZ, Lilia Moritz –O Espetáculo das Raças. Cientistas Sociais e Questão Racial no

Brasil (1870-1930). SP: Cia. Das Letras, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O paradigma epistemológico do normativismo positivista no ensino jurídico

Lilian Silvana Perilli de Pádua[1]
Alessandra David Moreira da Costa[**]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo historicizar o processo de criação dos cursos jurídicos no Brasil e a predominância da visão positivista na cultura jurídica. O princípio norteador é o paradigma epistemológico representado pela dogmática jurídica e pelo normativismo positivista, adotados como paradigmas científicos da ciência jurídica. Enfocaremos a distinção entre o positivismo jurídico e o positivismo filosófico, e como as idéias positivistas de Augusto Comte e Hans Kelsen foram incorporadas ao cenário político brasileiro, desde a criação das primeiras faculdades de Direito do país, especialmente na Academia de São Paulo. Os resultados da pesquisa indicam que a opção epistemológica pela dogmática jurídica, que desde o século XIX orienta a teoria e a prática da ciência jurídica no Brasil, representa também uma opção ideológica pelos valores do capitalismo.
Palavras-chave: Positivismo – Ensino Jurídico – Dogmática Jurídica.

Abstract: The aim of the present work is to historicize the process of creation of the juridical courses in Brazil and the predominance of a positivist view in the juridical culture. The guiding principle is the epistemological paradigm represented by the juridical dogmatic and by the positivist normativism, adopted as scientific paradigms of the juridical science. We will focus on the distinction between the juridical positivism and the philosophical positivism, and as Augusto Comte's and Hans Kelsen's positivist ideas were incorporated into the Brazilian political scenario, since the creation of the first colleges of Law in the country, especially in the Academy of Sao Paulo. The results of the research indicate that the epistemological option by the juridical dogmatic, which since the beginning of the 19th century orients the theory and the practice of the juridical science in Brazil, also represents an ideological option by the capitalism values.
Keywords: Positivism – Juridical Teaching – Juridical Dogmatic.

Introdução

O Brasil organizou-se, social, política e economicamente por meio de uma elite, representada pelos grandes proprietários rurais, e mão-de-obra na sua maioria escrava (índios, mestiços e negros), consolidando-se o poder nas mãos dos donatários proprietários da terra, em consonância com a administração legalista imposta pela Coroa, a qual se alia à elite agrária na defesa desta e dos meios de produção.

---

[1] Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP.
[**] Doutora em Educação Escolar. Docente de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) do Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP.

As influências culturais predominantes em Portugal, calcadas na idéia do mercantilismo e administração centralizadora e burocrática, se impuseram, e resultaram na adoção de um modelo conservador, onde a cultura portuguesa era aquela que servia a Deus e ao Rei. Essa postura cultural, escolástica, esteve presente em Portugal até a implementação das reformas do Marquês de Pombal, com as limitações impostas aos jesuítas e sua expulsão em 1759, geradoras do iluminismo pombalino que permitiu impulsionar as questões científico-culturais e administrativas em Portugal em direção ao liberalismo português.

Tais fatores contribuíram para que a cultura brasileira tivesse sua origem numa imposição da Coroa, que relegava a um plano secundário a tradição cultural indígena e negra. A postura de superioridade cultural dos colonizadores se refletiu no sistema legal, visto que o Direito português, constituído nas bases tradicionais romanas e de grande expressão na Península Ibérica, passa a ser a base do Direito brasileiro.

O sistema legal colonial legitimou-se por meio de uma elite dirigente e por operadores jurisdicionais a serviço da Metrópole, os quais excluíram radicalmente o pluralismo jurídico nativo. Dessa maneira, o Direito no Brasil, na condição de Colônia, constituiu-se como essencialmente particular e desvinculado da população, voltado aos interesses privativos dos coronéis e da Coroa, a qual não buscava fazer justiça na Colônia, mas sim precaver-se de ameaças ao poder estatal e garantir o pagamento de impostos, refletindo um quadro sócio-político de dominação, exploração e injustiça, permeado por uma cultura elitista.

Estes aspectos sóciopolíticos e culturais foram mantidos com a instituição do Império em 1822, quando surge a proposta do liberalismo que se manifestava contra o absolutismo monárquico vigente. O período foi marcado por uma cultura jurídica formalista, retórica e individualista, sendo que um dos primeiros atos do governo imperial foi aprovar a fundação em 1827 de duas faculdades ou cursos de Direito, um em São Paulo (SP) e outro em Olinda (PE).

Surgem, portanto, os cursos jurídicos paralelamente com nossa independência e a formação do Estado nacional, segundo Cury (2001):

> *reunindo ao mesmo tempo a defesa dos princípios liberais e das elites burocrática criando uma contradição que se justifica pelas idéias liberais expressadas no Brasil não no sentido de uma emancipação, mas de mantença do status que permeou todo o período colonial. (CURY, 2001: 121).*

Criação dos cursos jurídicos no Brasil

Em 11 de agosto de 1827 foi promulgada a Lei que previu a instalação de um curso jurídico em São Paulo e outro em Olinda, que retratava uma conciliação entre as elites

imperiais e facções da elite civil. As Academias de Direito de São Paulo e de Pernambuco possuíam linhas filosóficas distintas, a escola de Olinda era voltada à superação do positivismo e buscou restaurar a Filosofia como crítica do conhecimento, ao contrário da escola de São Paulo em que "diante da necessidade de se criarem cargos públicos, com bacharéis formados e talhados para tal, o positivismo jurídico seria uma forma concreta de estabilização das idéias" (ALMEIDA FILHO, 2005:83). O perfil dos acadêmicos de São Paulo destinava-se à composição da elite política brasileira, enquanto o dos bacharéis formados em Recife era dirigido ao exercício da Magistratura, do Ministério Público e ao ensino do Direito.

Segundo Bastos (2000), três concepções podiam ser extraídas da Lei de criação dos Cursos Jurídicos, a primeira decorrente da composição política entre as elites imperiais, que controlavam o Estado desde 1824, da Igreja, que influenciava na estrutura burocrática, e incluiu no currículo as disciplinas voltadas para o Direito Eclesiástico; e da parcela conservadora da elite civil parlamentar, de formação jurídica romanística; em segundo lugar, o desprezo pelo Direito Processual, restrito às aulas de natureza teórica, que o discutiam mais como técnica de atuação processual do que como um pressuposto metodológico de organização do próprio Estado; e em terceiro lugar, o problema do ensino sem método, ou seja, a proposição substantiva sem a conseqüente proposta formal para sua transmissão.

O século XIX foi marcado pelo desenvolvimento das ciências naturais e pelo triunfo do pensamento positivista no campo da filosofia da ciência. No campo das ciências sociais ou humanas, Augusto Comte (1798-1857) com a sua *lei dos três estados* (estado teológico, metafísico e positivo) é considerado o fundador do positivismo. A doutrina criada por Comte é aquela segunda a qual toda a atividade filosófica e científica deve efetuar-se somente no quadro da análise dos fatos verificados pela experiência. O domínio das coisas em si é inacessível ao espírito humano, limitando-se a formular leis e relações entre os fenômenos observados. O positivismo foi considerado por Comte como a base e o fundamento metodológico de uma nova ciência social.

Segundo Norberto Bobbio (1999):

> *O fato histórico que constitui a causa imediata do positivismo jurídico deve ser investigado nas grandes codificações ocorridas entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, que representaram a realização política do princípio da onipotência do legislador. As codificações representam o resultado de uma longa batalha conduzida, na segunda metade do século XVIII, por um movimento político-cultural francamente iluminista, que realizou aquilo que podemos chamar de a "positivação do direito natural". Segundo este movimento, o direito é expressão ao mesmo tempo da autoridade da razão (BOBBIO, 1999: 54).*

A partir do século XIX, as idéias positivistas influenciaram todo um movimento político e intelectual, difundido internacionalmente.

Positivismo filosófico e positivismo jurídico

No século XX, "o positivismo lógico" do chamado Círculo de Viena, tornou-se uma das maiores correntes de pensamento a influenciar a filosofia da ciência, levando avante o projeto de aplicar às ciências sociais os métodos da ciência da natureza, com conhecimento científico baseado na verificabilidade dos fenômenos observados. Este movimento filosófico iniciado nas duas primeiras décadas do século XX surgiu na Áustria, como reação à filosofia idealista e especulativa que prevalecia nas universidades alemãs. A partir da primeira década do século, um grupo de filósofos austríacos iniciou um movimento de investigação que tentava buscar nas ciências a base de fundamentação de conhecimentos verdadeiros. Neste sentido, tal grupo constatou que o conhecimento possui valor de verdade devido à sua vinculação empírica, isto é, o conhecimento científico é verdadeiro na medida em que se relaciona, em alguma dimensão, à experiência. Assim, a este pensamento, que procura na experiência o valor de verdade, auxiliado pelas regras da lógica e dos procedimentos matemáticos, denominou-se "positivismo lógico", ou "empirismo lógico".

A Escola de Frankfurt[2] que reuniu nomes como Marcuse, Adorno, Horkheimer, Benjamin e Habermas fez intensa oposição as idéias neopositivistas do Círculo de Viena. Herbert Marcuse agrupa em torno dos termos "positivo" e "positivismo", desde a sua origem na escola de Saint-Simon, as seguintes características:

> *a) validação do pensamento cognitivo pela experiência dos fatos; b) orientação do pensamento positivo para as Ciências Físicas como um modelo de certeza e exatidão; c) a crença de que o progresso do conhecimento depende dessa orientação, pelo que "o positivismo é uma luta contra todas as idéias metafísicas, contra todos os transcendentalismos e contra todos os idealismos como formas de pensamento obscurantistas e regressivas". Marcuse parte da crítica ao positivismo para construir a noção do homem unidimensional. (MACHADO, 2005:131-132)*

Hans Kelsen (1881-1973), filósofo e sociólogo, jurista austríaco, naturalizado norte-americano, integrou o Circulo de Viena e fez da doutrina positivista, mais propriamente do "positivismo lógico" as bases filosóficas de sua obra, assim como de um positivismo jurídico centrado no rigoroso conhecimento de normas, apartado dos elementos axiológicos e filosóficos que poderiam subsidiar a interpretação do conjunto normativo. Este pensamento

---

[2] O termo Escola de Frankfurt é usado para referir os pensadores filiados ao Instituto de Investigação Social, em especial Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamim, Herbert Marcuse, Leo Lowenthal. O pensamento destes intelectuais não constitui um conjunto doutrinário, mas caracteriza-se, sobretudo, por um conjunto de investigações interdisciplinares que pensou radicalmente o significado da emancipação humana (Prestes, 2003, p.85).

contribui para a compreensão do caráter unidirecional do ensino jurídico, que resultou na formação unidimensional do jurista essencialmente despolitizada e tecnicista, puramente técnica e vinculada ao positivismo e à realidade tecnológica atual.

Para Maria Helena Diniz (1995), a teoria kelseniana é a expressão máxima do estrito positivismo jurídico. A professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo conclui que o racionalismo dogmático de Kelsen "é a repercussão ideológica da época em que o mundo capitalista-liberal experimentou a sua grande decadência no pós-guerra dos anos 1920 e, portanto, surge como a ideologia jurídica que refletia toda a estratégia de reconstrução do capitalismo" (apud MACHADO, 2005:133).

A questão curricular

Os cursos jurídicos, criados pela Lei de 1827, estavam comprometidos com a formação de quadros administrativos para os cargos superiores do estado Imperial, fato este que perdurou inclusive durante a Primeira República. O ensino jurídico na República excluiu a disciplina de Direito Eclesiástico, que simbolizou a ruptura do Estado com a Igreja, entretanto manteve os padrões imperiais, em que as disciplinas oferecidas continuavam apoiadas no ensino do Direito Civil e a hermenêutica jurídica baseada no Direito Romano. Os estudos sobre o tema indicam que na Primeira República não ocorreram discussões significativas sobre a importância de determinadas disciplinas no currículo, nem tampouco sobre métodos e programas. A Revolução de 1930, segundo Bastos (2000) "foi o marco decisivo do ensino jurídico no Brasil". A Reforma Educacional de 1931 provocou a discussão sobre a natureza do Estado brasileiro, conservador e oligárquico, na busca de viabilizar "a participação das novas elites urbanas no poder, assim como a incipiente classe média" (BASTOS, 2000, p.399). O currículo jurídico de 1931 substituiu os princípios romanísticos do ensino jurídico por novos padrões do conhecimento científico do Direito, baseado em seus fundamentos econômicos e em sua autonomia reflexiva e metodológica. A Reforma Francisco Campos de 1931, na área jurídica, possuía um cunho dogmático, que se consolidou com a reinclusão do ensino do Direito Romano em 1935 no currículo do bacharelado em Direito. Este currículo sobreviveu até 1961, com a promulgação da Lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

A Resolução MEC nº 3/72, do extinto Conselho Federal de Educação estabeleceu uma matriz curricular caracterizada pelo predomínio das disciplinas dogmáticas. Esta legislação admitia um currículo mínimo e um currículo pleno, a critério de cada Instituição de ensino superior. Porém, o crescimento massificado do ensino superior privado durante o

regime militar, viabilizou apenas a proposta do currículo mínimo que incorporava as disciplinas dogmáticas na área de Direito Civil, Penal, Processo Penal e outras de caráter essencialmente profissionalizante, baseadas no direito positivo.

Após a promulgação da Constituição Brasileira de 05 de outubro de 1988, intensificaram-se os debates com a participação da OAB e de especialistas do MEC para o estabelecimento de novas diretrizes curriculares para os cursos jurídicos, que resultaram na Portaria nº 1.886/94. Esta legislação estabeleceu um perfil de grade curricular com conteúdo programático reflexivo e com viés crítico, com a inclusão de disciplinas como Introdução ao Direito, Filosofia (geral e jurídica, ética geral e profissional), Sociologia (geral e jurídica), Economia e Ciência Política (com Teoria do Estado).

Atualmente, incorporando a tendência da legislação anterior, as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Direito estão definidas pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CES nº 9 de 29/09/2004, que propõe a busca de um perfil de bacharel com "sólida formação geral, humanística e axiológica" e com currículo integrado por três eixos: Eixo de Formação Fundamental, integrado pelas disciplinas crítico-reflexivas; Eixo de Formação Profissional, integrado pelas disciplinas dogmáticas e Eixo de Formação Prática, compreendendo o Estágio Curricular Supervisionado (Núcleo de Prática Jurídica), Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Entretanto, a mera reforma curricular dos cursos jurídicos, embora represente um avanço, não basta para garantir um novo perfil profissional para os advogados, pois deverá estar atrelada a uma redefinição de conteúdos programáticos, da bibliografia e do perfil do corpo docente que deverá executá-la. Esta mudança requer um tempo de maturação para superação de metodologias já arraigadas no mundo jurídico decorrentes da influência do positivismo na origem da instalação das Faculdades de Direito no País.

Conclusão

Os currículos jurídicos no Brasil, assim como a organização e estruturação dos cursos jurídicos, como se verifica ao longo de sua história, refletem duas grandes tendências: a primeira retrata um ensino excessivamente dogmático, desvinculado das outras dimensões do conhecimento que fazem referência ao homem e à sociedade; a outra revela um ensino teórico do Direito que está cada vez mais desvinculado da realidade social. Estas premissas denotam a necessidade de incorporar à ciência jurídica novos paradigmas do conhecimento científico e incentivar a pesquisa jurídica como instrumento que propicie a percepção da realidade social e da experiência jurisprudencial dos tribunais.

Tais considerações nos permitem refletir que as perspectivas de mudança social e transformação democrática da sociedade, decorrentes de uma nova cultura jurídica, estão vinculadas à revisão do modelo de ensino jurídico liberal/positivista que se perpetua desde a criação dos cursos jurídicos até a atualidade.

O ensino dogmático do conhecimento codificado tem contribuído para alienar o ensino do Direito da própria realidade social, visto que os professores ensinam as leis de forma abstrata, sem provocar nos alunos o seu vínculo de conexão social. A requalificação do ensino jurídico torna imprescindível a sua rearticulação estrutural no âmbito das universidades, propiciando que o objetivo prioritário na formação do advogado seja "ensinar a pensar os códigos" e compreender juridicamente os fatos sociais em vez de ensinar a pensar com os códigos ou com os fatos sociais (BASTOS, 2000: 407).

A adoção desta nova concepção metodológica, que prioriza o exercício reflexivo, implicará na utilização de recursos interdisciplinares e uma nova organização das salas de aula e da própria estrutura curricular, com o rompimento do paradigma das aulas meramente expositivas. A excessiva valorização da técnica no ensino do direito consolidou-se sob a lógica do capitalismo, transformando o curso de Direito em mais um elemento científico e tecnológico voltado ao desenvolvimento econômico, distanciando-se dos ideais de justiça, democracia e igualdade social.

A evidente opção que os juristas vêm fazendo pelo paradigma epistemológico do normativismo positivista pode representar, também, uma evidente opção ideológica pelos valores do capitalismo, que é minimizada pelo positivismo quando utiliza o argumento de que o estudo da norma deve ser neutro. No contexto de uma sociedade capitalista, o mero conhecimento descritivo da norma conduz à reprodução dos valores burgueses nela contidos, reforçando a estrutura de dominação capitalista.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O ensino jurídico, a elite dos bacharéis e a maçonaria do século XIX.** Rio de Janeiro, RJ: 2005. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Cidadania) – Universidade Gama Filho.

BASTOS, Aurélio Wander. **O ensino jurídico no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Lúmen Júris, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do Direito. São Paulo**,** SP: Ícone, 2006.

CURY, Vera de Arruda Rozo. **O ensino do direito: raízes histórico-ideológicas e novas diretrizes.** Campinas, SP: 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social.** Franca, SP: UNESP-FHDSS, 2005.

PRESTES, Nadja Hermann. A razão, a teoria crítica e a educação. In: PUCCI, Bruno (Org.). **Teoria crítica e educação:** a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Apropriação de Espaços Culturais pelos alunos de Educação de Jovens e Adultos-EJA: um relato de experiência

Érica Melanie Ribeiro Nunes*
Lígia Vilela Félix**

Resumo: O artigo propõe-se, através de um relato de experiência, problematizar questões acerca da utilização do espaço de uma casa de cultura na EJA O relato refere-se à experiência de visita à exposição "Arte Italiana do MASP" na Casa FIAT de Cultura - Nova Lima-MG, da qual participaram turmas de EJA da Fundação de Ensino de Contagem, em abril de 2006.
Palavras-chave: Educação em espaços não-formais, Educação de Jovens e Adultos e Ensino de História.

Abstract: The objective of this article is to bring up questions on the use of a Culture House in the classes of EJA (Education of Young and Adults Students) though a report of an experience. The report refers to the visitation of the exposition "Arte Italiana do MASP" at Casa FIAT de Cultura - Nova Lima City-MG, that was visited by some classes of EJA from Fundação de Ensino de Contagem, in April, 2006.
Keywords: Education in informal places, Education for Young and Adults Students, History teaching.

A atualidade das discussões sobre a educação em espaços não-formais nos coloca a questão das possibilidades e desafios da educação histórica em espaços culturais, principalmente, em casas de cultura e museus. Segundo Robert Yves (YVES, 1984), o objetivo da história é restituir a dinâmica do momento de forma a proporcionar a compreensão dos fatos. Os museus e as casas de cultura, por sua vez, buscam criar relações entre os objetos, as idéias e os conceitos envolvidos, num processo dinâmico que proporciona "fala" ao patrimônio. Esses espaços estão se consolidando cada vez mais como locais de educação, de troca de opiniões, de emoções e de convivência.

A experiência museal pode ser utilizada no ensino de história na medida em que cria condições para a aprendizagem baseada na metodologia de investigação (IGLESIAS et alli, 1994:182), que permite ao educando suscitar questões, buscar respostas, refletir sobre conteúdos já estudados em sala de aula, podendo desconstruir e reconstruir discursos.

* Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora da Fundação de Ensino de Contagem-FUNEC.
** Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestranda da Faculdade de Educação pela mesma instituição.

Os espaços culturais, ao aguçarem a curiosidade dos visitantes, proporcionam a busca do conhecimento (FREIRE, 2004). Tornam-se, portanto, espaços privilegiados para ensinar/aprender. Neles são estimulados os sentidos, ampliando significativamente as possibilidades da educação. E, desde que haja uma proposta educativa eficiente, é possível ressignificar a relação que o educando estabelece com este tipo de instituição. O aluno pode estabelecer vínculos entre os seus saberes e o acervo, percebendo que aquilo que antes era visto como inacessível pode ser entendido, reinterpretado e apropriado.

O conhecimento prévio deve ser o instrumento que permita ao aluno estabelecer ligações entre o particular e o geral. Conhecer e valorizar a experiência do aluno é importante para inseri-la de maneira dialógica junto aos outros conhecimentos. Se esta é uma premissa para o ensino-aprendizagem de qualquer grupo de educandos, torna-se ainda mais relevante quando se trata da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Afinal, esses educandos têm uma grande experiência de vida, contatos com o mundo do trabalho e já constituíram um núcleo familiar próprio; têm a vivência de um ser humano adulto. Ao longo dos anos, esses sujeitos, independentemente da sua trajetória escolar, construíram significados, valores e saberes que não podem ser ignorados no espaço escolar.

Tendo em vista as possibilidades da educação não-formal e as especificidades dos educandos da EJA, o presente trabalho propõe-se, através de um relato de experiência, problematizar as questões acerca da utilização do espaço de uma casa de cultura na EJA. O relato refere-se à experiência de visita orientada à exposição "Arte Italiana do MASP" na Casa FIAT de Cultura - Nova Lima-MG, da qual participaram duas turmas de EJA de Ensino Médio, da Unidade CAIC-Jardim Laguna da Fundação de Ensino de Contagem-FUNEC, em abril de 2006. O trabalho foi coordenado pelas professoras de história, entretanto, foi um projeto elaborado por uma equipe interdisciplinar. O que, em princípio, seria uma visita técnica suscitou, para alunos e professores, uma reflexão profunda, trazendo desdobramentos não previstos anteriormente, que contribuíram para repensar as formas de apropriação de bens culturais e a construção de conhecimentos na EJA. O encantamento/estranhamento dos alunos, presenciado durante a experiência, foi riquíssimo para a reflexão teórico-metodológica da interação museu-escola.

A alfabetização é um dos objetivos principais dos programas de EJA, mas não é o único. Quando retornam ao ensino formal, superadas as dificuldades iniciais, estes educandos vão ampliando suas expectativas em relação à educação: não basta saber ler e escrever e dominar as operações básicas, existe o desejo de conquistar um saber mais significativo e amplo. E, nesta perspectiva, foi implantada a EJA na modalidade de Ensino

Médio na FUNEC. A especificidade da organização curricular nesta instituição, que se dá em 3 módulos de 6 meses com 3 disciplinas em cada um deles, tornou necessária a criação de um projeto que interligasse as três disciplinas do 1º módulo (história, artes e português), promovendo a construção do conhecimento de uma forma orgânica, interligada e não-fragmentada.

No que se refere à disciplina de história, logo no início do semestre letivo, percebeu-se a necessidade da criação de um eixo temático que pudesse guiar as discussões, uma vez que adotar o simples esquema linear (da pré-história aos dias de hoje) tornava-se inviável, correndo riscos de promover um saber descontextualizado. Assim, optou-se em trabalhar a questão-problema – "Por que nos dizemos ocidentais?" – que nos possibilita questionar os currículos oficiais que privilegiam a história européia e omitem outras tantas histórias possíveis. A visita à exposição na Casa FIAT surge, então, como uma oportunidade para desenvolver aspectos relativos à nossa questão-problema, além de ser o mote para a discussão interdisciplinar.

Primeiramente, os professores envolvidos no projeto participaram da visita orientada, promovida pelo serviço educativo da Casa FIAT, pré-requisito para a realização atividade com os alunos. A iniciativa demonstrou que os setores educativos destas instituições têm pensado estratégias que favoreçam a apropriação cultural pelo público em geral e das escolas. No caso do público escolar, observou-se uma tendência de se trabalhar previamente com o professor de forma que a visita ao espaço cultural não seja um aparte no processo educativo, mas sim um elemento constitutivo deste processo.

A partir desta visita orientada percebeu-se que o acervo da exposição, devido à diversidade de sua composição – pinturas, esculturas, cerâmicas e livros raros de diferentes períodos da história italiana – possibilitava uma série de abordagens e problematizações. Entretanto, foi preciso fazer recortes e escolhas, a partir dos quais montou-se um planejamento para a visita, de forma a destacar aspectos significativos, relacionando-os ao eixo-temático. Nesse planejamento privilegiaram-se as seguintes questões: Por que nos dizemos ocidentais?, O que é clássico?, a religiosidade no Renascimento, o surgimento da sociedade burguesa. Através desse instrumento, elaborou-se um roteiro que foi repassado ao serviço educativo, apontando previamente as obras que ajudariam a desenvolver a problematização.

Feito este plano, identificando os objetivos a serem alcançados, houve a preocupação em não ignorar a dimensão mutável de qualquer planejamento, pois outras questões poderiam surgir à medida que os educandos estabelecessem vínculos com o acervo.

Através da observação e da percepção, certamente surgiriam novos questionamentos, o que não invalida o planejamento. O surgimento de leituras múltiplas demonstra a interação entre sujeito e objeto, portanto, as leituras de professor e alunos não têm que ser, necessariamente, convergentes. "Educar e comunicar em museu é ressignificar. (...) Como não há um significado único verdadeiro, o(s) significado(s) é(são) compartilhado(s) e/ou negociado(s)." (CABRAL, 2004:55-56).

Como parte do planejamento, promoveu-se uma discussão com os alunos, buscando diferenciar conceitualmente museu e casa de cultura. Foi feita também uma sondagem sobre o imaginário dos educandos em relação aos espaços culturais. Era necessário deixar explícitos os objetivos educacionais da atividade e apreender as expectativas dos alunos. A partir dessa sondagem, percebeu-se que havia uma estreita associação entre museu e "coisa velha". Uma hipótese para esta vinculação seria a concepção arraigada da história como o estudo do passado, do velho. Não se pode ignorar que a maioria destes alunos teve a sua escolarização nos moldes da educação tradicional, em que aprender história era decorar nomes, datas e grandes acontecimentos do passado.

Essa preparação inicial foi importante para que os alunos percebessem os objetivos educativos da visita. Por outro lado, o planejamento não pode se sobrepor à experiência: o saber realmente significativo se dá na relação entre o educando e as obras, a partir da sua crítica e de seus questionamentos. Caberá ao educador mediar essa relação, mas não direcioná-la, podendo criar artifícios que instiguem a capacidade investigativa dos alunos. No caso desta visita, antes de adentrar a exposição, foram utilizadas duas estratégias para aguçar a curiosidade dos alunos, uma suscitada pela Casa FIAT, e outra pelos professores: a distribuição de cartões-postais que traziam estampados fragmentos das peças que os alunos deveriam procurar reconhecer, sendo pedido também a observação quanto à existência de assinaturas nas obras.

Cartão-postal com detalhe da peça "Vaso de Farmácia".

Vaso de Farmácia (Albarello) Toscana (Siena), século XVI, datado 1515. Dimensões: altura 27,6 cm, largura 13 cm.

Os artifícios atenderam às expectativas uma vez que os educandos ficaram instigados com as propostas e demonstraram acuidade ao observar as obras. No caso dos postais, os alunos, após uma rápida observação do ambiente, criaram uma hipótese para a localização de uma das peças, iniciando por este local a visitação. Com relação às assinaturas, criou-se um elo para a discussão sobre a idéia de individualidade e de autoria. Já atentos para a existência ou não dessas, os alunos da EJA direcionaram seus olhares para um detalhe que havia passado despercebido para os professores – uma informação recorrente nas plaquetas de identificação onde o nome do autor, muitas vezes, vinha acompanhado da inscrição "e ateliê". Essa observação contribuiu significativamente para a discussão de autoria e para a reflexão de que alguns nomes são privilegiados na história, em detrimento de outros.

A visita iniciou-se no setor das maiólicas[1], área que os alunos acreditaram que estava a peça indicada em um dos cartões postais. A primeira reação dos educandos foi de encantamento com a beleza das peças. Neste momento, a educadora da Casa FIAT, atendendo a uma demanda do roteiro, problematizou a respeito da funcionalidade dos pratos de cerâmica. Quando perguntados, os alunos os identificaram pelo seu valor artístico e não perceberam o objeto como um utilitário no seu contexto de produção. Isso possibilitou a introdução do conceito de arte e como as coisas, quando estão em outro contexto, adquirem novos significados.

No mesmo setor, os alunos foram levados a observar as ilustrações dos pratos. A intenção era que eles percebessem que as imagens não correspondiam ao padrão da tradição greco-romana. Embora as peças datassem do período renascentista, elas traziam características diferentes daquelas atribuídas a este período, com figuras inspiradas nas grotescas[2].

À esquerda Prato do fim do século XVI. Dimensões: altura 6,5 cm, diâmetro 41,4 cm.
Acima, detalhe ampliado do mesmo.

[1] O termo maiólica era usado para indicar a cerâmica fundida em uma resina oleosa original da ilha espanhola de Maiorca. (CARVALHO, 2006:42)

[2] "Termo cunhado em pleno Renascimento, do italiano grotta (gruta), seguido do sufixo formador de adjectivo – esco, o grottesco. (...) A palavra inaugural do estilo grotesco surge a partir das escavações feitas em 1480, em Roma, no local onde hoje é o parque de *Oppius*. Ali, sob restos das termas de Trajano e das de Titus, descobriu-se, nas ruínas da *Domus Áurea* , (o palácio do imperador romano Nero, 58-64 a.C.), uma espécie de pintura ornamental totalmente insólita em relação à imagem que se tinha do classicismo romano." (RODRIGUES, 2007)

Em sala de aula já havia sido feito um trabalho discutindo as características artísticas do mundo greco-romano e do renascimento e esperava-se que os alunos estabelecessem ligações entre os conteúdos e a sua observação. A idéia era que eles percebessem que mesmo nestas "culturas clássicas" também havia influências das mais diversas origens, não se configurando como "culturas puras". Ao ressaltar esses aspectos buscava-se problematizar o porquê da reprodução, em livros didáticos, da cultura greco-romana como harmoniosa e original. Para os alunos não foi fácil perceber estas associações sendo necessária uma intervenção dos educadores e professores.

Na observação do quadro "São Sebastião na Coluna", de Pietro Perugino & ateliê (imagem à direita), os alunos identificaram alguns elementos do Renascimento como a presença da temática religiosa, a androgenia da figura e a simetria da pintura. Eles ressaltaram que São Sebastião apresentava um semblante sereno, contemplando o céu, apesar das flechas cravadas em seu corpo.

Nos quadros de temática religiosa, os alunos tiveram maior facilidade de reconhecer as passagens bíblicas nos quais eles eram inspirados. A familiaridade com a temática – em razão de uma vivência religiosa cristã – possibilitou um maior número de inferências e comparações. Nesse contexto, ficou latente os saberes extra-escolares que os educandos trazem consigo e as formas como eles conseguem relacioná-los com parte do acervo. Uma vez que os quadros religiosos chamaram mais a atenção dos alunos da EJA, suscitaram mais perguntas e permitiram maior interação destes com as obras, houve uma reavaliação do planejamento, no qual se dava mais ênfase aos quadros de temática mitológica.

Um outro quadro pré-selecionado para discussão foi o "Retrato do Cardeal Cristoforo Madruzzo", de Tiziano Vecellio (imagem à direita). Através dessa obra, buscava-se discutir aspectos da Reforma Protestante e da Contra-Reforma, e, principalmente, a relação que cada um destes grupos estabelecia com a noção de tempo. Nesse quadro, a iluminação e todas as linhas convergiam para o relógio descortinado pelo cardeal (detalhe ampliado à direita, embaixo), servindo como alegoria sobre a efemeridade do tempo terreno, aspecto ressaltado durante a Contra-Reforma. Mesmo sendo difícil para os alunos entenderem algumas das relações suscitadas, o quadro possibilitou retomar conceitos já

discutidos. Enfim, trabalhar as múltiplas noções de tempo em sala de aula é sempre muito difícil e no espaço da Casa FIAT houve a possibilidade de dar continuidade a essa discussão.

Ao ser planejada a visitação, esperava-se ressaltar determinados aspectos do acervo, conforme objetivos pré-definidos. Havia a percepção de que apareceriam outras inquietações e curiosidades, mas, por ser uma visita em grupo na qual a troca de opiniões e o compartilhamento de experiências eram importantes, não se imaginava que um aluno fosse se apartar do grupo, realizando uma visita individual, no seu próprio tempo. Então, uma nova problemática se apresentou: respeitar os interesses do aluno ou reintegrá-lo para que ele partilhasse das experiências do grupo?

Aquele aluno que se separou do grupo acabou criando seu próprio modo de se relacionar com a exposição. Entretanto, deixou de compartilhar significados e experiências com os seus colegas, perdendo parte da atividade. Segundo Adriana Machado: "o silêncio e o tempo das visitações coletivas são diferentes dos das visitas individuais, geram outro conhecimento e talvez outra percepção da imagem vista, pois são acrescidos de múltiplos olhares e opiniões." (MACHADO, 2005:106).

Na discussão posterior à visita, percebeu-se que mesmo tendo visto as mesmas obras e escutado as mesmas orientações, cada aluno estabeleceu uma relação particular com o que foi apresentado. Alguns ficaram encantados com os pergaminhos e livros raros, principalmente os manuscritos; outros se impressionaram com a conservação das peças arqueológicas de vidro e cerâmica da Magna Grécia.

Num primeiro momento, a discussão adquiriu um caráter mais descritivo. Os alunos comentaram sobre as peças que haviam gostado mais, falaram, também, de como aquela experiência havia sido significativa. Para alguns, tinha sido a primeira oportunidade de visita a uma casa de cultura; outros, disseram que o espaço da Casa FIAT era diferente daquilo que conheciam; um dos alunos disse que não imaginava que poderia entrar em um espaço como aquele e que a escola havia proporcionado-lhe acesso a algo que não fazia parte de seu cotidiano. Para muitos, a atividade proporcionou a descoberta e apropriação de novos espaços culturais.

A partir da indagação de uma aluna sobre os processos de restauração, foi possível problematizar a intencionalidade da conservação de algumas peças. Por que algumas peças são guardadas e outras não? O que faz com que um objeto tenha "valor" para história ou valor para o mercado? Outra reflexão que surgiu a partir dessa proposição, foi sobre a retirada de determinadas peças de seu contexto para guardá-las e colocá-las em exposição. Com isso, os alunos associaram à discussão polêmica da retirada dos profetas de Aleijadinho do largo da

Igreja Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo(MG), que estão se deteriorando com a ação do tempo.

Outro ponto a se destacar refere-se à angústia de alguns alunos em relação ao que eles chamaram de "limitação de seus conhecimentos". Eles disseram achar tudo muito bonito, ter gostado da experiência, mas tiveram, diante da exposição, uma sensação de ignorância. Em razão desses depoimentos, refletiu-se sobre a especificidade da arte como objeto a ser conhecido, pontuando que para admirá-la não é condição *sine qua non* conhecer a técnica e o contexto de produção. Frente a essa inquietação, o professor de português explicitou suas próprias limitações, afirmando que para ele a visita também foi um momento de aprendizado. Esse comentário suscitou a afirmação de uma aluna: *"Eu não sabia que professor não sabia*". Nesse estranhamento estava implícito o conceito de professor como ser dotado do conhecimento. Essa discussão possibilitou a desmitificação do professor onisciente.

Após a avaliação de todo o processo, a equipe de professores concluiu que a experiência foi proveitosa e que os alunos gostaram. Percebeu-se que os educandos reconheceram a atividade como parte do processo educativo, atribuindo sentido às diversas etapas desenvolvidas.

As conclusões dessa atividade serviram para repensar alguns de nossos posicionamentos como educadores: a ligação entre os conteúdos estudados em sala de aula e a realidade observada, embora possível, não é, na maioria das vezes, feita de imediato pelos alunos; é preciso respeitar o tempo de cada um. Embora o planejamento da atividade em espaços de educação não-formal seja necessário, as questões e os aspectos que fazem parte do recorte do professor, nem sempre coincidem com os pontos importantes para os educandos. Essas são conclusões parciais, advindas de uma prática pontual, mas que apontam para a necessidade de mais estudos sobre educação em espaços não-formais para essa modalidade com características tão específicas como a EJA.

Referências bibliográficas:

CABRAL, M. "Dossiê CECA-Brasil" *Musas* – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, v.1, n.1.

CARVALHO, C.L.C.M. "Coleção Imbert de Maiólicas no MASP" *Arte Italiana no MASP: na Casa Fiat de Cultura*. 2006

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed., 1996.

IGLESIAS, F.J.M.; PÉREZ, F.F.G. "Uma metodologia basada em la idea de investigacion para la enseñaza de la historia". In: AISENBERG, B.; ALDEROQUI, S. (orgs.). *Didáctica de Las Ciencias Sociales*: aportes e reflexiones. Buenos Aires: Paidós Educador, 1994.

MACHADO, A.A. "O seu olhar melhora o meu: o processo de monitoria em exposições itinerantes" OSTETTO, L.E.; LEITE, M.I. (orgs.) *Museu, Educação e Cultura*: encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papirus, 2005.

RODRIGUES, S. C. "Grotesco". www.fcsh.unl.pt/edti/verbetes/G/grotesco.htm. Acessado em 27/04/07.

YVES, R. "Struturer le temps historique". HUBER, M (org.) L'Histoire, indiscipline nouvelle. Paris: Syros, 1984, p.205-214.

As imagens utilizadas foram reproduzidas do catálogo *Arte Italiana no MASP: na Casa Fiat de Cultura* com fotos de Luiz Hossaka. Obras do acervo do MASP.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Produção Jornalística e literária de Bernardo Guimarães: Educação e Formação da Nação no século XIX

Matheus da Cruz e Zica*

Resumo: Dentre as várias práticas culturais, uma, em especial, será tomada como base para entendermos o diálogo entre elas no século XIX: a literatura. Mais especificamente, trabalharei com a Obra de Bernardo Guimarães. A idéia é aproximar a crítica literária do autor, escrita em jornal e prefácios, de sua própria literatura com o fim de abordar uma questão central: como, em sua opinião, a formação de uma Literatura Nacional está entrelaçada à formação da própria Nação. Num segundo momento, procuro entender como este 'projeto' entrelaçado de construção implica em uma idéia de 'direção' ou de 'formação' dos leitores. A proposta do autor parece ser a de uma educação não-escolar, mas via literatura e crítica literária.
Palavras-chave: Literatura – Nação – Formação.

Abstract: Amongst the several practical cultural, one, in special, will be taken as base to understand the dialogue between them in XIX century: literature. Specifically, I will work with Bernardo Guimarães' write production. The intention is to become close the author's literary critical, written in periodical and prefaces, and his proper literature to approach an important question: how the national literature's formation is connected to the proper nation's formation in the author's opinion. In another way, I also try to understand how this` interlaced 'project' of construction implies in a 'readers' direction' intention. The author's proposal seems to be a not-pertaining to school education, an education through the literature and through the literary critical.
Keywords: Literature – Nation – Formation.

Crítica literária: 'projeto' nacional de Bernardo Guimarães?

Como já foi dito no resumo, pretendo abordar o caráter informativo e formativo dos escritos deste autor. Portanto, é necessário que busquemos precisar tanto alguns dados biográficos de Bernardo Guimarães, quanto acerca do que ele entendia ser Literatura e Nação no século XIX. Primeiramente, falemos de nosso escritor.

Bernardo Joaquim da Silva Guimarães nasceu em 1825 em Ouro Preto e, também nesta cidade, morreu em 1884. Bacharelou-se em Direito em São Paulo em 1852 quando publicou seu primeiro livro de poesias. Foi professor de Filologia e Língua Nacional em Ouro Preto de 1854 a 1858, foi jornalista na Corte de 1859 a 1861, foi juiz em Goiás de 1861 a

* Mestrado, Faculdade de Educação da UFMG.

1863, e, a partir daí, professor de Retórica e Poética em Ouro Preto, Congonhas do Campo e Queluz. Nesta fase ele publicaria seus romances e só pararia em 1883, um ano antes de sua morte. O recorte temporal das fontes principais, nas quais se baseara este texto, vai de 1852 (primeiro livro publicado) a 1883 (último ano de suas publicações). Quanto ao recorte espacial, ele aqui é definido pela trajetória de vida do autor: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás.

Como já foi citado, além de juiz, professor e escritor, Bernardo Guimarães foi também jornalista no Rio de Janeiro de 1859 a 1860. Ele, Flávio Farnese e Lafayette Rodrigues, todos três mineiros, eram os redatores do jornal A Actualidade. Este impresso semanal se apresentava como de oposição, e discutia sobre política, decisões do Império, literatura e legislação. Além de veicular noticias da Corte, publicava também de outras províncias, e, na maioria das vezes, de Minas Gerais. Todos os seus números estão micro-filmados e disponíveis na Biblioteca Nacional, onde tive oportunidade de ler e transcrever vários artigos.

Sua produção literária (e por mim utilizada):

Maurício ou Os Paulistas em São João D'El Rey. (Primeira ed. 1877); *Histórias e Tradições da província de Minas Geraes.* (Primeira ed. 1872); *Índio Affonso.* (Primeira ed. 1873); *O Ermitão de Muquém.* (Primeira ed. 1869); *O Seminarista*. (Primeira ed. 1872); *O Garimpeiro*. (Primeira ed. 1872); *A escrava Isaura*. (Primeira ed. 1875); *Lendas e romances*. (Primeira ed. 1871); *A ilha maldita*. (Primeira ed. 1879); *Rosaura, a enjeitada*. (Primeira ed. 1883); *A Voz do Pagé*. (peça teatral apresentada em 1860);

Poesias Completas (1852-1883). Rio de Janeiro: INL, 1959 (Org. Alphonsus de Guimarães Filho); *Poesia erótica e satírica* (1852-1853). Rio de Janeiro: Imago, 1992 (Org. Duda Machado).

Cumpre falar que a utilização da literatura como uma fonte nem sempre foi bem vinda. Se por um lado a tradição positivista não considerava a literatura como documento, por outro uma tradição marxista vulgar também a maculou relegando-a ao estatuto de produção de elite, e , por isto, não merecedora da atenção dos historiadores. Assim sendo, a literatura só passou a ser vista (ou novamente) como um 'documento' por meio da renovação pela qual passou o campo historiográfico nos últimos vinte anos. Na esteira desta renovação, seguimos o caminho de alguns historiadores que já abriram seus olhos para este tipo peculiar de fonte.

Mas voltando ao tema central deste artigo, um tema bastante recorrente na crítica literária de Bernardo Guimarães é a situação de juventude da Literatura Nacional e da própria

Nação. Assim escreveu em 1859, quando ainda jornalista do *Actualidade*, bem antes de escrever seus romances:

> *O maior ou menor grau de perfeição, a que tem atingido, dão a medida do grau do vigor e desenvolvimento a que tem chegado uma nacionalidade qualquer.(...)*
> *Entre nós, nação de ontem, as letras também se acham na infância. O espírito nacional, ainda não bem pronunciado, ainda não robustecido por tradições gloriosas de um longo passado, ainda não transparece em nossa literatura de um modo enérgico e original.*[1] GRIFOS MEUS

Depois de vinte anos, Bernardo Guimarães voltaria a conversar com o leitor na forma de crítico literário no prefácio ao seu livro de poesias, "Folhas de Outono", de 1883. Vejamos como ele via o tema nesta fase de sua maturidade, um ano antes de sua morte:

> *Parece-me, contudo, que esse sistema crítico-filosófico-positivista, o mais que pode conseguir é abafar, ou amesquinhar a inspiração, suprimir mesmo a poesia, mas nunca criar, nem mesmo dirigir a nascente literatura de uma nacionalidade nova. (...) Creio que os poetas brasileiros, nascidos no seio de uma pátria nova, e cheia de seiva juvenil, não devem ter os olhos incessantemente fixos nas freqüentes evoluções das literaturas cansadas das nações do velho mundo.* GRIFOS MEUS

É de se destacar como nosso autor atrela, de maneira interessante, o fazer literário da construção da idéia de Nação, ou ainda, a construção de uma Literatura Nacional conformando a construção da própria Nação. Ele demarca bem o duplo caráter da "cultura das letras" em seu artigo do jornal *Actualidade*: Ela seria tanto "um agente poderoso de civilização", como também "um sintoma, que revela de um modo brilhante a existência dela". As letras, segundo ele, tanto "formam e fortificam o espírito nacional", como também "tornam-se ao mesmo tempo o seu mais belo transumpto".

Literatura Nacional para ele seria, então, uma ação e, ao mesmo tempo, um painel. Ou seja, seria uma ação, no sentido de construir a Nação Civilizada, e um painel, no sentido de que ali a Nação pode ser vista, acessada, visitada. Além do mais, neste painel, a Nação estaria, não só mais próxima de seus integrantes, como também, representada de uma forma bela e brilhante.

Na verdade, como pudemos ver no trecho de seu prefácio, o Bernardo Guimarães mais velho continua a amarrar a Nação à Literatura, além de ir mais fundo, uma vez que aponta para o potencial de originalidade contido nesta juventude que perpassa as duas. Seria este potencial o grande ponto de partida para a descoberta (ou melhor, construção) da singularidade da Nação brasileira, da sua independência definitiva. E, é importante que se

[1] (Artigo publicado em 01/10/1859, intitulado "Revista Litteraria", no Jornal *A Actualidade.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 10 – 25 MAIO 1858 / PR - SOR 3755 - ROLO UM.)

frise, seria papel dos mais novos, das "gerações futuras", como ele mesmo disse, dar asas a esta nova inspiração, distante das "freqüentes evoluções das literaturas cansadas das nações do velho mundo". Isto dito, passemos ao próximo item.

Educação no século XIX: Direcionar os mais novos para uma preocupação nacional

Podemos constatar que no século XIX havia a ausência de uma sociedade já escolarizada. Concomitantemente com as poucas escolas, outras instituições tinham papel fundamental na divulgação da ilustração e na educação da população. Entre outras instâncias estava o jornal que assumia uma importante missão: mais do que a de informar, a de formar os sujeitos.

Como já foi ressaltado em alguns trabalhos, o jornal no Brasil do séc. XIX foi tomado como um veículo de educação, civilização e instrução do povo[2]. Para PALLARES-BURKE (1998:147), sobretudo após a independência nacional, "a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública".

Bernardo Guimarães, assim como vários editores de sua época, explicitava a intenção de formar o povo e a nação em seu jornal. Demonstrava com muita clareza esta intenção em vários textos publicados, inclusive nos que tratavam de crítica literária. Ele foi perspicaz ao utilizar a critica literária como um projeto explícito de pensar e propor a construção de uma Literatura Nacional e da própria Nação. Ele, a esse respeito, nos diz:

> *Alentar e promover pelos meios a nosso alcance a cultura das letras em nosso país, procurar vulgarizar o gosto literário por meio de uma crítica franca, imparcial, e sincera, constitui também uma das partes da tarefa que tomamos sobre nossos ombros, quando encetamos a carreira do jornalismo. (...) Julgamos que a ela* (crítica literária) *compete uma tarefa muito ativa, uma missão importante no desenvolvimento literário de um povo. (...) Cumpre quebrar este silêncio, despertar o publico dessa profunda indiferença, com que soe acolher os produtos de nossa literatura. – Bons ou maus eles devem ser estudados, e submetidos aos juízos da crítica, para que os talentos inexperientes conheçam os escolhos, que devem evitar, e os modelos, que podem adotar.*[3] GRIFOS MEUS

[2] Ver a este respeito o trabalho de PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. "A imprensa periodica como uma empresa educativa no século XIX". In: *Caderno de Pesquisa*. N.104 p. 144-161.jul. 1998. Ver ainda: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "Bernardo Guimarães educador". In: *Bernardo Guimarães: Literatura e critica social no século XIX*. UFMG/PUC Rio, 2004. Há duas pesquisas de doutorado em andamento no âmbito do GEPHE que também tocam diretamente este tema: INACIO, Marcilaine Soares. *As sociedades políticas e constituição da cultura escolar em Minas Gerais-1830/1840*. UFMG, 2005 e JINZENJI, Mônica Yumi. *O jornal O Mentor das Brasileiras no projeto de ilustração das senhoras brasileiras nas décadas de 20 e 30 do século XIX*. UFMG, 2006.

Somada à preocupação com o direcionamento a ser dado aos futuros escritores, está também presente uma atenção totalmente voltada à formação de uma intelectualidade marcada pela singularidade nacional. Este excerto da mesma crítica é bastante elucidativo:

> *Nossa excessiva admiração pelos monumentos da moderna literatura da Europa, dessa sociedade colocada em condições diametralmente opostas ás nossas, nos tem feito abandonar as próprias inspirações, para entregar-nos ao estudo e imitação de uma literatura, a qual, se bem que rica e brilhante não tem deixado de contribuir para dar uma direção falsa e forçada ao espírito de nossa nascente literatura nacional.* GRIFOS MEUS

Este duplo foco – 1)a idéia de formar, de oferecer um modelo; e 2)a de estimular uma nova forma, a brasileira – persistiu na opinião crítica de Bernardo Guimarães. É o que nos mostra seu prefácio, já citado anteriormente, ao livro *Folhas de Outono*, escrito em 1883:

> *Hoje os grandes modelos, os faróis, que os jovens poetas braseleiros têm diante dos olhos, são Zola e Guerra Junqueiro.*
> *Dois ilustres poetas sem dúvida, no gênero que cultivam na sociedade em que vivem, na evolução, que seguem.*
> *Mas nós devemos, ou podemos seguir a mesma trilha?...*
> *Nosso país é tão diverso, nosso clima tão diferente nossa índole tão divergente, nossos costumes tão outros, nosso estado de nascente civilização ainda tão distanciado desse requinte de poesia real, ou realismo poético, que a escola dos dous ilustres poetas não pode vingar, nem dar bons frutos na terra de Santa Cruz.*
> *Podemos e devemos admirá-los, mas não tomá-los por modelo.*
>
> GRIFOS MEUS

Novamente, é perceptível o acento ao tocar em assuntos já por ele tratados em 1859 (no jornal *Atualidade*). Por exemplo, ao falar nos "jovens poetas brasileiros" (portadores do futuro), no seu desconsolo de os verem copiar os europeus e na preocupação com a singularidade brasileira. Mas um trecho merece mais atenção. É muito elucidativa a pergunta que ele lança utilizando o NÓS ao invés de EU: "Mas nós devemos, ou podemos seguir a mesma trilha?". Ele não se uniu a todos os leitores da crônica nesse instante. O NÓS inclui ali os jovens poetas e o, também poeta, que escreve a crítica. Ao concluir que "podemos e devemos admirá-los, mas não tomá-los por modelo", o Bernardo Guimarães senil quer ensinar, quer narrar aos iguais uma sabedoria adquirida ao longo de sua viagem feita através do tempo.

---

[3] artigo publicado em 01/10/1859, intitulado "Revista Litteraria", no Jornal *A Actualidade.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 10 – 25 MAIO 1858 / PR - SOR 3755 - ROLO UM.

Maria Lúcia Pallares-Burke (1998) fala da necessidade de ampliação da noção de educação no século XIX. Para a autora, juntamente com as poucas escolas existentes no período, a produção e circulação de jornais, teatro, revistas e romances teve papel fundamental no processo de transmissão de valores culturais.

Jean M. Carvalho França (1998:91) nos aponta ainda que:

> *as belas-letras, num país desprovido de instituições que pudessem dar origem a uma sólida e diversificada produção de conhecimento, funcionaram como um importante pólo de agregação da inteligência nacional e, conseqüentemente, como um veículo privilegiado para a expressão daquilo que, a partir do século XIX, passou a ser definido como cultura brasileira.*

No caso específico de Bernardo Guimarães, a atividade jornalística e a de romancista teriam se aproximado de forma intensa já que ambas as formas parecem ter sido encaradas, por ele, como meio de circulação e discussão sobre os problemas mais candentes do período o que revelaria uma intenção, tanto de informar, quanto de formar os leitores brasileiros do século XIX.

O que discutir nos romances? A Nação nos 'painéis' de Bernardo Guimarães

Bernardo Guimarães tocou em vários assuntos em seus numerosos romances. Em seu livro mais famoso, A Escrava Isaura, pontos de vista diferentes em relação à escravidão são mostrados. Um Brasil fracionado é dado a ver ali, com ambigüidades e problemas a serem resolvidos. O drama apresentado neste romance, bem como na maioria dos outros, brota de dentro de aspectos sociais tipicamente brasileiros da época. Em outras palavras, Bernardo Guimarães apresentou dramas que surgiram no bojo de aspectos singulares da cultura social brasileira do período. É interessante ressaltar que nem por isto seus personagens deixaram de experimentar dilemas considerados mais universais. Muitas vezes dizem respeito a passar por cima de preconceitos para viver um grande amor. Mas estes preconceitos são peculiares da cultura brasileira: Casar com uma escrava? Casar com uma índia? Casar com um índio? Casar com um pobre (criador de mulas ou um garimpeiro)? Acatar os desejos dos pais (seguir os estudos no seminário) ou ir atrás de suas próprias vontades (se casar com a filha de uma agregada da fazenda de seus pais)? Enfim, o autor tem uma maneira interessante de abordar dilemas considerados mais universais por via de experiências vividas sob aspectos muito peculiares da cultura brasileira.

Há ainda um ponto que aproximaria as atividades de jornalista e de literato, no caso de Bernardo Guimarães: a linguagem clara de seus romances. Isto nos induz a pensar na existência de uma estratégia para torná-los mais acessíveis (ao contrário da crítica que interpretou este fato como falta de talento). Existiria, portanto, um paradoxo nos romances de Bernardo Guimarães: Por detrás de uma linguagem quase jornalística, estariam sendo apresentados dramas, tramas e temas muito complexos e de grande relevância para o contexto político-cultural em que eles foram escritos.

Desta forma, à sua maneira, B. G. expôs sua opinião e compartilhou de algumas angústias com seus leitores. Vários intelectuais de seu tempo, assim como ele, foram capazes de criar espaços para suas falas, para fazerem circular seus discursos. Desempenhando papéis de analistas, críticos e propositores se apropriaram e colocaram em circulação um conjunto de saberes que contribuíram para a configuração e conformação de uma cultura política baseada no debate, onde o palco principal eram os jornais.

Referências Bibliográficas

BELO, André. **História & Livro e Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BOECHAT, Maria Cecilia. *Uma noticia sobre a critica de Bernardo Guimarães*. In: CAMBRAIA, César Nardelli & MIRANDA, Jose Américo. ORG. ***Critica Textual: reflexões & praticas***. Belo Horizonte: FALE, 2004.

BURKE, Peter. *A História Social da Linguagem.* In: ***A Arte da Conversação***. São Paulo: UNESP, 1995.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: Historiador. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger.(Org.) **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COMPAGNON, Antoine. **Demônios da Teoria**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Dossiê Bernardo Guimarães. In: **Revista do Centro de Estudos Portugueses**. Belo Horizonte. V.23, n.32, 2003

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.

ECO, Umberto. **Sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Bernardo Guimarães: Literatura e critica social no século XIX**. UFMG/PUC Rio, 2004. (relatório da tese de pos-doutorado)

_____(Org.). **A infância e sua educação**: materiais, praticas e representações – Portugal e Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira (1854-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Problematizando fontes em historia da educação*. In:**Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.21, n.2, 99-120, Jul./Dez, 1996.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **O Mundo da Criança**: A Construção do Infantil na Literatura Brasileira. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

GUIMARÃES, Bernardo. **Maurício ou Os Paulistas em São João D'El Rey**. Rio de Janeiro: F Briguiet & CIA, 1941. (Primeira ed. 1877)

_____. **Histórias e Tradições da província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Primeira ed. 1872)

_____. **Índio Affonso**. Rio de Janeiro: Garnier, sd.

_____. **O Ermitão de Muquém**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Primeira ed. 1869)

_____. **O Seminarista**. São Paulo: Atica, 1980. (Primeira ed. 1872)

_____. **O Garimpeiro**. São Paulo: Atica, 1980. (Primeira ed. 1872)

_____. **A escrava Isaura**. São Paulo: Atica, 1980. (Primeira ed. 1875)

_____. *A Voz do Pagé*. In: Cruz, Dilermano. ***Bernardo Guimarães (Perfil bio-bibliografico)***. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1914

_____. **Poesias Completas (1852-1883)**. Rio de Janeiro: INL, 1959 (Org. Alphonsus de Guimarães Filho).

_____. **Poesia erótica e satírica (1852-1853)**. Rio de Janeiro: Imago, 1992 (Org. Duda Machado).

HYMES, Dell. *Posfácio* In: Org. BURKE, Peter & PORTER, Roy. ***Linguagem, Indivíduo e Sociedade***. São Paulo: UNESP, 1995. P.431-452

IGLÉSIAS, Francisco. *Monarquia: 1822-1889*. In: ***Trajetória Política do Brasil***. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 111 a 190.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **As sociedades políticas e constituição da cultura escolar em Minas Gerais-1830/1840**. UFMG, 2005 (projeto de pesquisa de doutorado – em andamento no GEPHE)

JINZENJI, Mônica Yumi. **O jornal O Mentor das Brasileiras no projeto de ilustração das senhoras brasileiras nas décadas de 20 e 30 do século XIX**. UFMG, 2006 (resultado parcial de pesquisa de doutorado – em andamento no GEPHE)

PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. *A imprensa periodica como uma empresa educativa no século XIX*. In: **Caderno de Pesquisa**. N.104 p. 144-161.jul. 1998.

PESAVENTO, Sandra. **Historia e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**. Rio de Janeiro. Cia. das Letras, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na historia e na literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso;** ensaios sobre a critica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Escola e a Cidade

Sonia Regina Martim*

Resumo: Este trabalho aborda as relações entre a Escola Secundária e a luta pela autonomia polico-administrativa da cidade de Osasco.

Palavras-chave: Osasco, escola, movimentos sociais.

Abstract: Ce travail aborde las relations entre la École Secundaire et la lutte pour la autonomie politique-administratif de la ville de Osasco.

Keyword: Osasco, école, mouvements sociales.

Este trabalho visa resgatar alguns aspectos da história da educação secundária em Osasco, principalmente aqueles em que a escola e seus sujeitos envolveram-se nas ações dos Movimentos Sociais ocorridos, procurando avaliar as implicações advindas dessa combinação.

O jornalista osasquense Antonio Roberto Espinosa, que foi militante das organizações Vanguarda Popular Revolucionária - VPR -, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-Palmares - e preso político durante quatro anos (1969-1973), em seu livro *"Abraços que sufocam" (2000:38)* usa a seguinte frase para citar um companheiro: *"... meu colega de Ceneart, de Cobrasma, de Gcan 90 e de entusiasmos José Campos Barreto".*

Zéquinha Barreto (como era conhecido), militante da VPR, foi morto ao lado do Capitão Lamarca em 1971 e foi colega de Espinosa nos três importantes espaços de convivência dos jovens de Osasco nos anos 60:

- A primeira escola secundária pública instalada na localidade, normalmente citada como CENEART, mas que anteriormente se chamou GEO (Ginásio Estadual de Osasco), GEART (Ginásio Estadual Antonio Raposo Tavares), CEART (Colégio Estadual Antonio Raposo Tavares) e só recebeu oficialmente esse nome em 1965, quando ali começou a funcionar o Curso Normal;

* Doutora em História da Educação pelo Programa de Estudos Pós Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora do UNIFAI – Centro Universitário Assunção, em São Paulo e da FIZO – Faculdade Integração Zona Oeste, em Osasco.

- A Cobrasma, importante indústria metalúrgica da região onde um grande número de jovens operários/estudantes trabalhavam e que foi palco de uma greve de repercussão nacional em 1968, onde Zequinha foi um dos líderes, e
- O Gcan 90 (Grupo de Canhões Antiaéreos de 90 milímetros), no bairro de Quitaúna, que também abrigava a 2º. CLM (Companhia Leve de Manutenção), 4º. RI (Regimento de Infantaria), 17º. Batalhão de Caçadores da Força Pública, o Arsenal de Guerra e o GCAN 40, quarteis onde muitos jovens da região prestaram o serviço militar obrigatório.

Esse relato aponta e justifica a idéia de que o Colégio representava um lugar onde também ocorriam os colóquios políticos oriundos à época, entre os amigos/estudantes/militantes, ou aquilo que José Álvaro Moisés (1978: 382), ao analisar o envolvimento da classe média osasquense nas ações sociais "*com o operariado local e demais grupos"*, argumenta que esta se dava *"pelo cotidiano de sua existência".* Acreditamos que esse *"cotidiano*" apontado por Moisés acontecia, em grande parte, nas relações escolares, principalmente, secundaristas.

Para tanto, destaco o Movimento Autonomista que lutou pela independência política do, então, bairro de Osasco, ocorrido na década de 1950 resultando para Osasco a condição de município, em 1962. Em alguns momentos, esse movimento aparece engajado com o Movimento Operário fortemente articulado nos anos 60; e com o Movimento Estudantil que apresentava destacada participação secundarista.

Essa premissa foi reforçada pelo depoimento de Gabriel Roberto Figueiredo, líder estudantil em Osasco nos anos 60, ao afirmar que o movimento estudantil em Osasco, no início dos anos 60, era essencialmente secundarista e relatou que:

> *´O movimento estudantil secundarista, no meu tempo (1963/4), em Osasco, foi decisivo. Estudantes universitários praticamente não compunham o quadro de correlação de forças políticas. Foi, sob minha direção, que a UEO historicamente adquiriu identidade secundarista. Sua direção não foi escolhida nos bastidores elitistas, mas legitimada numa eleição extraordinária que envolveu todas as escolas existentes no recém criado município. E como não tínhamos escolas superiores na cidade, os poucos universitários foram convocados ao voto democrático, numa urna exclusivamente dedicada a eles. E os melhores, dentre os universitários, despojaram-se da arrogância e acabaram aderindo à nossa liderança. Entre eles destaco Clovis Gloeden, Antonio Carlos Masotti e, principalmente, Sérgio Zanardi. Os dois primeiros estudantes de economia e o último de Direito.´*

Meu primeiro contato com essa escola e seus sujeitos, ocorreu através da leitura e análise do Processo nº. 62941, de 11 de julho de 1951, data início da verificação para instalação do "Ginásio Estadual de Osasco" e, foi nas páginas desse documento que comecei a conhecer os avanços e recuos caracterizados claramente nos procedimentos de instalação, não só do Ginásio, mas também do Colégio em Osasco, culminante com a construção de um prédio próprio para, o então, CENEART – Colégio Escola Normal Estadual Antonio Raposo Tavares, em 1963.

Esse processo me possibilitou (re)construir grande parte do período de formação e consolidação do ensino secundário em Osasco e sob a ótica de que, suspeita-se, que os documentos escolares não reproduzam literalmente e fielmente a realidade da escola, tive a presunção de, a partir desses mesmos textos, fazer uma releitura, investigando aquilo que se oculta por detrás das aparências da realidade dada.

Segundo Sposito (1992:45), é somente a partir de 1945 que inicia o processo de expansão dos Ginásios Estaduais na cidade de São Paulo. Contavam até 1933, apenas três Ginásios Públicos no Estado de São Paulo: na Capital, em Campinas e em Ribeirão Preto. A partir de 1945, sete novos Ginásios foram criados e, em 1950, perfazia o total de doze Ginásios Estaduais em todo o Estado.

O Ginásio Estadual de Osasco instituiu-se pela Lei Estadual nº. 607, de 1950, com o efetivo funcionamento somente em 1952, quando oficialmente existiam 23 Ginásios criados no Estado de São Paulo. Dessa informação, inferimos que a instalação de um Ginásio em Osasco, fazia parte de um processo de expansão do ensino secundário por parte dos governantes.

Em 1958, ano em que começou a funcionar um segundo Ginásio na região do, então, bairro de Osasco, o Ginásio Estadual de Presidente Altino – GEPA, o Estado de São Paulo já registrava 91 Ginásios criados pelo governo estadual, conforme dados obtidos em Sposito (1992:47).

Essa política de difusão dos Ginásios no Estado de São Paulo, se atrela à prática populista instalada pelos governantes do período.

Nesse estudo procuro perceber os Movimentos Sociais como toda ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade, e que segundo Melucci (2001:29) deve ser visto com cuidado, pois:

> *"Quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contem significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, freqüentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças.".*

A sete de dezembro de 1957, transcorridos quase quatro anos da vitória do "Não" no plebiscito de 1953, reiniciaram-se os trabalhos da "Comissão Promovedora da Autonomia de Osasco", pois conforme a lei 2081, de 27/12/1952, essa forma de consulta pública somente poderia ocorrer a cada cinco anos, para que o mandato dos novos prefeitos das cidades emancipadas coincidisse com o mandato dos demais prefeitos eleitos.

Nesta reunião lembraram-se as "*diferentes falhas involuntárias que a experiência"* do plebiscito anterior mostrou e determinou-se que, como ocorrera quatro anos antes, a Sociedade Amigos do Distrito de Osasco – SADO – se encarregaria de organizar e encaminhar à Assembléia Legislativa a documentação necessária para que um novo plebiscito ocorresse em 1958.

Essa primeira ata foi assinada por 85 signatários, demonstrando que, diferentemente do sucedido em 1953, havia um grupo mais organizado à frente dos trabalhos preparando a luta pela autonomia osasquense, cabendo ressaltar que havia componentes específicos da década de 1950 fortalecendo a idéia de manter na localidade os impostos recolhidos pelas empresas e pelos moradores locais, já que nessa década novas e importantes empresas chegara ao bairro, além da instalação da Cidade de Deus, sede do Banco Brasileiro de Desconto – Bradesco, em 1953. Afora essas mudanças estruturais, nesse período presenciamos novas formas de inserção urbana da classe operária e novas práticas políticas específicas do período populista, mas é inegável afirmar que, sobretudo, foram os setores médios locais que se interessaram pela autonomia municipal e a "*sua capacidade de envolver os setores assalariados e operários foi muito variável ao longo do tempo" (Rizek. 1988:22)*.

A SADO, liderada pelo dentista Reinaldo de Oliveira, *"vinculado à antiga UDN" (Moisés. 1978:303)*, fomentava a idéia de que os moradores do bairro deveriam se organizar para defender seus interesses como cidadãos, já que, seus impostos, ajudavam a construir *"a fortaleza"*, isto é, a Prefeitura de São Paulo e que, segundo Rizek (ibidem p. 23) configurava a idéia marcante de "*oposição: centro versus periferia"*.

Nesta nova campanha, de 1958, verificamos que muitas das lideranças autonomistas se mantêm, como: Reinaldo de Oliveira – dentista, Antonio Menck – negociante, Nelson Soares

de Freitas – jornalista, Walter Negrelli – engenheiro, mas "*novos elementos se integram ao movimento, entre eles, Albertino de Souza Oliva"* – advogado trabalhista e um dos fundadores da Frente Nacional do Trabalho, vários comerciantes, alguns altos postos de direção de empresas e alguns trabalhadores.

Vale destacar que segundo a visão de Gabriel Figueiredo, seria um "*reducionismo vulgar colocá-los* [os trabalhadores], *todos, num mesmo saco e considerá-los massa de manobra da burguesia.* Esse aluno do CEART, militante do PCB, do movimento estudantil e operário, argumenta que, apesar do PCB não ter "*empunhado com ardor a bandeira dos emancipacionistas"*, o partido, em momento algum, impediu que seus militantes participassem desse "*movimento da sociedade civil, liderado por conhecidas figuras da burguesia*", mas que contava com a participação de sindicalistas, metalúrgicos, ferroviários, comerciários e bancários.

Ao mesmo tempo em que o "SIM" retoma sua luta, o grupo defensor do "NÃO" também se organiza. À frente deste grupo encontramos o sr. Lacides Prado, ligado ao grupo de Adhemar de Barros, dono do único Cartório existente na localidade e que, segundo Werner e Port, o fazia muito mais por temer a concorrência nos negócios, que poderia acontecer com a instalação do município, do que por convicções políticas.

Um dos fortes argumentos utilizados pelo grupo do "NÃO" era o fato de que o "Matadouro de Carapicuíba" pertencente à Prefeitura de São Paulo e que ficava na divisa de Osasco com Carapicuíba, demitiria todos seus funcionários, já que, por lei, estes não poderiam residir fora do município de São Paulo, além do fim dos serviços da CMTC e a desvalorização imobiliária.

Segundo Moisés (1978:322):

> *"Os opositores da autonomia trabalha*[va]*m o velho argumento segundo o qual com o desmembramento, Osasco deixaria de fazer parte da região administrativa da Capital de São Paulo para fins da determinação dos níveis de aumento do salário mínimo. Naturalmente, este era um argumento de peso para uma comunidade formada de população majoritariamente trabalhadora, especialmente se se tiver em conta o fato de que parte substancial da classe operária de Osasco era composta de trabalhadores não-qualificados que estavam situados nas faixas inferiores de renda.".*

Além dos argumentos levantados, não podemos nos esquecer que o movimento pelo "NÃO" ainda contava a vantagem de ter ao seu lado o aparato administrativo da Prefeitura de São Paulo e

"Na véspera do plebiscito, tentando influir diretamente nos resultados da votação a ser realizada dois dias mais tarde, a prefeitura de São Paulo divulga uma nota ameaçadora do prefeito Adhemar de Barros, enumerando os problemas que surgiriam caso a população de Osasco e dos outros distritos decidissem pelo SIM:

1. *Os servidores da Prefeitura de São Paulo por lei não podem ter domicílio fora da área administrativa da Capital, sob pena de perda de cargo. Desta forma, 5 mil pessoas que servem na área do matadouro de Carapicuíba estão ameaçadas de ficarem desempregadas, e entre elas há grande número que são moradores de Osasco;*
2. *Com a separação, cessará o serviço de ônibus da CMTC na linha capital-Osasco, já que por força de lei municipal, essa companhia não pode atingir áreas situadas fora do município de São Paulo;*
3. *Os impostos sofrerão majoração, pois com a nomeação em massa de novos servidores públicos para o futuro município, os encargos de instalação de novos prédios e instalações onde funcionaria a prefeitura exigirá arrecadar mais recursos, suficientes para todas essas medidas;*
4. *Ocorreria uma desvalorização geral dos imóveis no futuro município, que passaria a ser considerado interior;*
5. *Cairiam os níveis do salário mínimo, pois Osasco seria incluída entre as cidades do interior do estado ". (ibidem p.325/326)*

A campanha pelo "SIM" teve grande penetração nos meios estudantis e efetivamente esteve presente nas discussões que ocorriam no interior da escola, conforme João Gilberto Port que, como presidente do Grêmio Estudantil, afirma: *"Eu me lembro perfeitamente quando me convidaram e eu, de pronto, me propus a movimentar a classe estudantil em torno do Movimento Autonomista e passamos, então, a participar das reuniões e o grupo foi crescendo...",* acrescentando que "*a participação da juventude estudantil na vitória da emancipação foi muito significativa. E nós tivemos o condão de termos atrás de nós como conselheiros [os professores] Emir Macedo, Helena Pignatari, que realmente deram aquele embalo pra juventude...".*

Esse relato nos confirma que, além dos estudantes, a campanha do "SIM" contava com a militância dos professores da escola, como o Professor Emir Macedo (de Português), Helena

Pignatari (de História), além de Fortunato Antiório (de Matemática), pois a professora Pignatari disse fazer campanha "*na escola, na rua, em casa, com a empregada, com o jardineiro, com todo mundo, pra explicar o que seria* [a autonomia]" e dizia aos alunos:

> *"Olha, minha gente, a luta pela emancipação significa isso, aquilo e aquele outro e um dos argumentos que eu defendi o tempo todo era o fato de que muita gente de Osasco saia pra trabalhar em São Paulo. Então essa viagem diária, ida e volta, tal e coisa. Eu dizia: 'se nós formos independentes, os empregos vão aparecer aqui no município. Aqui surgirão os empregos, realmente, certo? ... vai ter Câmara – essa Câmara não vai precisar de gente pra datilografar, tal ... A parte administrativa. Você não vai ter o Secretário de Saúde? Os médicos, os enfermeiros da cidade, vão pra onde? Vão pra cá. Então explicando que cada uma dessas secretarias iria absorver mão-de-obra de Osasco e nós teríamos então empregos dentro da cidade. Esse era um argumento fortíssimo.".*

A escola secundária era muito dinâmica, o CEART costuma abrir "*suas portas para atividades culturais e recreativas. Era comum também a formação de grupos de estudos de fins de semana, sobretudo para os alunos do noturno que precisavam colocar as matérias em dia, pois não tinham tempo durante a semana" (Gabriel Figueiredo).*

Segundo Eduardo Rodrigues, os professores do CEART influenciaram a sua geração e assim foram descritos por Figueiredo quando perguntado sobre o papel destes na sua formação: *"Dentre vários, vou citar três pela influência maior: Josué Augusto da Silva Leite (História); Helena Pignatari Werner (História) e Emir Macedo Nogueira (Português)*, cujo relacionamento com os alunos foi descrito como *"cordial, solidário, de camaradagem*".

Reforçando essa conscientização empreendida na escola, transcrevemos depoimento da professora Helena Pignatari:

> *"Porque o aluno que vai votar... Uma das coisas, sérias, que eles aprenderam dentro do Ceart era o voto. Isso não era na cadeira de História, todas as cadeiras explicavam que, especialmente quando chegava perto de eleição, conscientizar que o voto era uma coisa muito séria. Não se falava em arma ainda, né? Que o voto era uma arma. Mas que era muito sério, que tinha que pensar, que tinha que conhecer o candidato que tal e coisa. Então eu acredito que muito aluno votou com muita consciência no "sim"".*

Às vésperas do plebiscito, os dirigentes do movimento emancipacionista se desdobram na ofensiva de obter a maioria dos votos na consulta popular, valendo frisar que como o voto não era obrigatório, cada adesão ganha maiores proporções, fazendo veicular pela imprensa, rádio e pelo serviço de autofalante que ficava no Largo da Estação, as razões pelas quais todos

os cidadãos do subdistrito deveriam comparecer e votar "SIM" na consulta popular, além dos cartazes e faixas que foram espalhados pelas principais ruas de Osasco.

Finalmente, a vinte e um de dezembro de 1958 ocorre o segundo plebiscito, quando o "SIM" sagrou-se vitorioso.

Esse plebiscito reconhecidamente fraudado inclusive pelos adeptos do "SIM", conforme demonstrado por Pignatari, que ao relatar sobre o dia da votação nas dependências do colégio, diz:

> *"Então, havia a sala e essa sala era cheia de janelas. Todas salas eram bem iluminadas e nós pusemos a urna ali. E os votos? Do 'sim' o papel era branco escrito sim em preto e o papel do 'não' era preto escrito em branco. Os envelopes eram os mais vagabundos que você possa imaginar, baratinhos, baratinhos. Então quando a pessoa punha o voto, quem estava como fiscal da porta, contra a luz, via-se se o voto era branco ou preto e aí íamos contando. As urnas que receberam muitos votos do 'não' foram socorridas.*
>
> *Por exemplo, na última hora, hora e meia antes de terminar, deu um temporal naquela cidade que foi uma coisa bárbara, foi um horror, sumiu todo mundo. Não apareceu mais ninguém para votar e aquele temporal danado lá fora. Nesse momento, nós pegamos a lista dos ausentes, assinamos e colocamos tudo "sim". Alguns com a conivência do presidente da banca. A minha sala, por exemplo, foi sem a conivência do presidente da banca, que não quis. Que era a Nair Bellacosa – não deixou...* [mas] *uma hora ela teve que ir ao banheiro e nesse momento, então, nós fizemos uma festa na urna. Muito voto "sim", tudo com a assinatura, entende? Nenhum defunto não, só os que estavam na lista".*

Jornais de São Paulo chegaram a dizer que "*até os mortos votaram em Osasco"*, pois eleitores falecidos, cujos nomes ainda constavam das listas, receberam assinaturas e tiveram seus votos válidos. (Oliveira. 1992: 96)

Apesar de fraudado, esse plebiscito contou com 6.677 eleitores, conforme Moisés (1978:289), sendo:

Mas que, segundo Ricardo Dias (1995:54), merece ser questionado, uma vez que representou "*menos de 30% dos 21 mil eleitores do bairro naquele momento"* .

Esse trabalho não se esgota somente com dados obtidos no momento do Plebiscito realizado em 1958, mas apresenta os dados que serviram de base para a luta Autonomista que transcorreu entre 1958 e 1962, ano em que finalmente Osasco foi declarado município autônomo.

BIBLIOGRAFIA:

DIAS, Ricardo A . 1995. *Museologia em Osasco.*. Monografia do Curso de Especialização e aperfeiçoamento em museologia da FESP/SP – IMSP.

ESPINOSA, Antonio Roberto.2000 *Abraços que sufocam.* São Paulo: Viramundo

FIGUEIREDO, Gabriel R. 7/9/2005. *Estudantes de Osasco*. Comunicação por escrito

MELUCCI. Alberto. 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.* Petrópolis: Vozes.

MOISÉS, José Álvaro. 1978. *Classes populares e protesto urbano.* Tese de doutorado apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo (USP).

OLIVEIRA, Neide C. & NEGRELLI, Ana L. M. R. 1992. *Osasco e sua História.* São Paulo: CG Editora.

RIZEK, Cibele Saliba. 1988. *Osasco: 1968. A experiência de um movimento.* Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP.

SPOSITO, Marília Pontes. 1992. *O povo vai à escola – a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo.* São Paulo. Edições Loyola.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky: um breve histórico do conceito

Felipe Demier*

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo realizar uma sucinta abordagem acerca do conceito de "desenvolvimento desigual e combinado" formulado por León Trotsky a partir de suas observações acerca dos países que realizaram sua modernização capitalista industrial de modo retardatário.
Palavras-chave: 1- Trotsky; 2- desenvolvimento desigual e combinado; 3- Revolução permanente.

Abstract:
The present paper aims to analyze the concept of the *uneven and combined development* through a briefing summary boarding the concern formulated by León Trotsky, from his comments concerning about the countries that had carried through its industrial capitalist modernization in a delaying way.
Keywords: 1- Trotsky; 2- *uneven and combined development*; 3- *Permanent revolucion*

Nosso objetivo na presente comunicação é, de forma bastante resumida, apresentar a evolução das reflexões do revolucionário russo León Trotsky acerca das particularidades históricas do desenvolvimento do capitalismo nas chamadas nações *atrasadas*. Desse modo, percorreremos algumas de suas principais obras nas quais essa temática foi abordada, com o intuito central de mostrar como a produção intelectual de Trotsky foi marcada por um reconhecimento de uma historicidade própria aos países que tardiamente realizaram seu processo de modernização capitalista e, consequentemente, por um combate a qualquer tipo de *evolucionismo* esquemático e anti-dialético.

Desse modo, avisamos ao leitor que, dada a natureza desse trabalho, ele não encontrará nas páginas seguintes mais do que um **breve histórico da chamada *lei do desenvolvimento desigual e combinado*,** conceito-chave do pensamento de Trotsky e umbilicalmente vinculado à sua "teoria da revolução permanente" (divisora de águas do movimento comunista internacional a partir de fins da década de 1920), ambas categorias que

* Mestrando em História pelo PPGH – Universidade Federal Fluminense/ Bolsista Faperj.

constituem-se em aportes fundamentais para o entendimento da natureza holística do imperialismo.

As origens do conceito de *desenvolvimento desigual e combinado*

Desde 1906, quando, preso nos cárceres czaristas por seu papel na Revolução de 1905,[1] escreveu sua brochura intitulada *Balanços e perspectivas* (TROTSKY, 1975), Trotsky já apontara a impossibilidade de realização de qualquer etapa revolucionária "democrática" na história futura da Rússia nos mesmos moldes como ocorrera na Europa revolucionária de fins do século XVIII e parte do XIX. Contrariando o *evolucionismo* do raciocínio histórico menchevique, Trotsky, levando em conta a gênese, a composição e a relação entre as classes sociais do país, afirmou o caráter "socialista" da revolução a ser realizada na Rússia. Somente a "ditadura do proletariado", "arrastando atrás de si os camponeses", poderia realizar as tarefas "democráticas" deixadas de lado pela impotente, débil e contra-revolucionária burguesia russa. Em outras palavras: na Rússia, medidas "democráticas", de natureza capitalista, (em especial a reforma agrária), que nos países a*vançados* foram realizadas sob a direção burguesia (e que foram vitais para o florescimento do capitalismo), só conseguiriam ser efetivadas na prática se os trabalhadores se apossassem do leme do Estado. Dada a natureza *atrasada* do país que o deixava com uma série de tarefas históricas pendentes, impossíveis de serem superadas ainda no plano do capitalismo, a classe trabalhadora no poder teria que combinar tarefas "democráticas" e "socialistas" no caminho da construção de uma nova sociedade, o que, por sua vez, só poderia ser alcançada com a vitória do proletariado no espectro internacional. O capitalismo russo, portanto, não poderia conhecer nenhuma etapa "democrática" em seu desenvolvimento. A bandeira da "ditadura do proletariado" colocava-se, na perspectiva trotskista, na ordem do dia para os trabalhadores russos.[2]

Não obstante toda a campanha estalinista a partir da segunda metade dos anos 20 para opor Trotsky a Lênin, é fato que nos anos seguintes à Revolução de 1905 houve algumas divergências entre ambos quanto à caracterização do papel a ser desempenhado pelas distintas

[1] Em 1905, Trotsky foi o principal dirigente do *soviet* de Petrogrado, o mais importante organismo criado pelas massas naquele processo revolucionário que abalou a monarquia czarista.

[2] Mais de duas décadas depois, referindo-se ao surgimento de sua "teoria da revolução permanente" em 1905, Trotsky afirmou: "Ela [a 'teoria da revolução permanente'] demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a idéia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade." (TROTSKY, 1985; p.24.)

forças sociais num eventual processo revolucionário no país. Se Trotsky, sem receios, apontava a direção do proletariado sobre os camponeses como condição necessária para qualquer revolução na Rússia, o que o fazia lançar a fórmula da "ditadura do proletariado", Lênin, por seu turno, tinha dúvidas quanto à inevitabilidade de uma maioria operária num futuro governo revolucionário, dado o enorme peso do campesinato no país. Por conta disso, Lênin trabalhava com a fórmula da "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses" para a Rússia, na qual não deixava muito claro a preponderância de uma classe sobre a outra (proletariado e campesinato) nos rumos da revolução. A partir dessa fórmula ambígua e imprecisa, Lênin, de algum modo, ainda ficava preso à idéia de que poderia haver alguma revolução "burguesa" no país, no sentido em que compreendia que um possível governo de maioria camponesa, com apoio do proletariado, e sem a burguesia, poderia vir a realizar tarefas revolucionárias de cunho "democrático" na Rússia, o que, entretanto, ainda a manteria nos limites de uma nação capitalista. Trotsky, por sua vez, baseando-se nos escritos de Marx e Engels sobre França e Alemanha e em sua observação da realidade russa, considerava o campesinato incapaz de dirigir qualquer processo revolucionário, restando-lhe apenas a opção de seguir a burguesia ou o proletariado. Contudo, o que é essencial é que Lênin, tal como Trotsky, jamais vislumbrou a possibilidade da burguesia russa vir a exercer qualquer papel revolucionário, "democrático", nos destinos do país. Guiados por um raciocínio "etapista", a maioria da direção dos bolcheviques, tal como os mencheviques, era, até a chegada de Lênin em abril de 1917 na Rússia, adepta da idéia de que o governo Kerensky poderia realizar a etapa "democrática" da revolução, o que adiava a questão da tomada do poder pelos trabalhadores para bem distante. Como é sabido, ao lançar o lema de "todo poder aos *soviets*", Lênin alterou a conduta do partido e colocou a questão da "ditadura do proletariado" na ordem do dia, aproximando-se definitivamente da leitura de Trotsky sobre o caráter da revolução russa. Como o próprio Lênin analisou mais tarde, as tarefas "democráticas" da revolução não foram realizadas nos meses entre fevereiro-outubro de 1917, e sim no período iniciado após a tomada do poder pelos trabalhadores em outubro do mesmo ano. Lênin, tomando a experiência histórica da Revolução de Outubro, reconheceu que sua fórmula provisória da "ditadura democrática" não se realizou na prática, e sim a da "ditadura do proletariado". Quase dez anos depois de outubro de 1917, diante do processo revolucionário chinês, Stálin, Bukharin e cia, adotaram a velha fórmula frustrada da "ditadura democrática" para a China. Contudo, esdruxulamente, esta estratégia foi utilizada pela direção da IC para conduzir o processo revolucionário à sua sonhada etapa "democrática" sob direção da

burguesia (representada, no caso, pelo Kuomitang), algo que jamais esteve sequer cogitado quando Lênin lançou mão de sua fórmula da "ditadura democrática" contra o czarismo.[3]

Logo após a experiência revolucionária de 1905, Trotsky já se encontrava na contramão do *evolucionismo vulgar* ("etapismo"), de fundo *economicista*, que permeava grande parte do marxismo à época. Em seu *Balanços e perspectivas*, já se podia ler o seguinte:

> O proletariado cresce e se fortalece com o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo equivale ao desenvolvimento do proletariado para a ditadura. O dia e a hora, porém, em que o poder deve passar para as mãos da classe operária não dependem *diretamente* do nível das forças produtivas, e sim das condições da luta de classes, da situação internacional e, afinal, de uma série de elementos subjetivos: tradição, iniciativa, disposição para o combate...
> **É possível que o proletariado de um país economicamente atrasado chegue ao poder antes do proletariado de um país avançado do ponto de vista capitalista** [...] Considerar que a ditadura do proletariado dependa automaticamente das forças técnicas e dos recursos de um país significa repetir um preconceito oriundo de um materialismo "econômico" simplificado ao extremo. Tal opinião nada tem de comum com o marxismo. A nosso ver, a revolução russa criará condições sob as quais o poder poderá (e, em caso de vitória da revolução, *deverá*) passar às mãos do proletariado antes de terem os políticos do liberalismo burguês a oportunidade de revelar toda a beleza do seu gênio político. (TROTSKY, 1975: p. 38-39. Tradução nossa. Grifos em itálico do autor. Grifos em negrito nossos.)[4]

De sua prisão após a Revolução de 1905 até a vitória dos bolcheviques em outubro de 1917, Trotsky, no exílio, publicou vários artigos e panfletos em periódicos da esquerda européia, em especial os dirigidos por emigrados russos, nos quais defendeu suas

---

[3]O primeiro grande momento no qual a linha política "etapista" da IC para os países "coloniais" e "semi-coloniais" deu sinais de sua natureza equivocada e ativou o debate entre seus adeptos e opositores no seio do movimento comunista internacional foi a revolução chinesa de 1925-27. A vaga revolucionária aberta na China neste período teve como resultante um enorme desastre para o proletariado, o campesinato e o conjunto da militância do país. Seguindo orientação da III Internacional, o Partido Comunista Chinês (PCCh), procurando aproximar-se da burguesia "nacionalista" do país em busca de uma luta contra o imperialismo e os senhores feudais objetivando a vitória de uma "revolução democrática", aliou-se ao Kuomitang, partido "nacionalista-burguês" liderado pelo general Chiang Kai-shek, chegando mesmo a se dissolver no interior deste e a se submeter à sua disciplina militar. Após ter, por ordens de Stálin, entregue suas armas ao Kuomitang em meio a um ascenso grevista operário em Xangai, os militantes comunistas e milhares de trabalhadores foram literalmente massacrados pelo exército de Chiang Kai-shek. Não satisfeitos com a derrota sofrida em função da política "oportunista" de aliança com Chiang Kai-shek, os dirigentes da IC orientaram o PCCh a aliar-se com a "ala esquerda" do partido burguês chinês, liderado por Wang-Ching-wei, que havia provisoriamente rompido com Chiang Kai-shek. Todavia, não tardou para que o Kuomitang de "esquerda" começasse a expulsar de suas fileiras os comunistas e reprimisse as manifestações operárias. Por fim, com o PCCh praticamente dilacerado, a IC, numa guinada "ultra-esquerdista", orientou os comunistas chineses a criarem, praticamente do dia para a noite, "conselhos" operários, o que resultou num levante frustrado e em novo massacre, dessa vez em Cantão.

[4] Trotsky, tanto em *Balanços e perspectivas* quanto em outros escritos do mesmo período (muitos publicados à época numa obra do revolucionário intitulada *Nossa revolução*), recebeu a influência de Alexander Helphand, mais conhecido como Parvus, destacado pensador marxista que, em suas análises sobre a sociedade russa, já apontava o proletariado como o único sujeito revolucionário. Nesse sentido, muitos afirmaram que, de certo modo, Parvus é co-autor, ao lado de Trotsky, da "teoria da revolução permanente". Não obstante sua argúcia teórica, Parvus acabou por apoiar o imperialismo alemão quando da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

concepções acerca da revolução russa.[5] A incapacidade do governo provisório russo instaurado a partir da Revolução de Fevereiro de realizar medidas democráticas significativas fez com se confirmasse os prognósticos de Trotsky acerca da fragilidade e impotência da burguesia russa no poder. A congruência entre as visões de Trotsky e de Lênin referentes à estratégia a ser adotada pelo proletariado diante do governo Kerensky (tomada do poder, "todo poder aos *soviets*") teve como corolário a adesão do primeiro ao partido bolchevique. Uma vez conquistado o poder por este último, Trotsky assumiu funções-chave na condução do Estado soviético (relações exteriores, Exército Vermelho, política econômica etc.) e relegou a segundo plano o debate sobre o caráter da revolução nos países de desenvolvimento capitalista retardatário.[6]

A revolução na China e o amadurecimento do conceito

Seria somente cerca de dez anos depois da Revolução de Outubro, por ocasião da revolução chinesa de 1925-1927, que Trotsky retomaria sua produção sobre essa temática. Imerso diretamente em polêmicas com a direção da IC referentes à política revolucionária para a China, Trotsky buscou sistematizar sua "teoria" da revolução para os países *atrasados*. Em novembro de 1929, exilado em Alma-Ata após sua expulsão do PCUS, Trotsky concluiu sua obra *A revolução permanente*, publicada em 1930 (TROTSKY, 1985). Quase que inteiramente baseada no caso chinês, a obra respondia aos pesados ataques que o autor recebera dos estalinistas do Komintern por conta das críticas que fez à política desastrosa desse para o Oriente revolucionário. Defendendo-se dos "epígonos" que comandavam a IC[7] e de seu ex-companheiro da "Oposição de Esquerda" Rádek,[8] Trotsky tomou a experiência da Revolução de Outubro para demonstrar tanto como havia acertado em seus prognósticos feitos desde *Balanços e perspectivas* (que, como frisa Trotsky em *A revolução permanente*, não eram opostos aos realizados por Lênin como diziam os estalinistas e Rádek, e sim muito próximos) como para defender a impossibilidade de uma revolução "democrático-burguesa" na China *atrasada* "semi-colonial". Dado o modo *desigual e combinado* como o capitalismo

[5] Entre os jornais que Trotsky colaborou em seu longo exílio na Europa podemos destacar o *Nache Slovo* (Nossa Palavra), *Novji Mir* (O Novo Mundo) e *Kievskaia Misl* (Pensamento Kieviano).

[6] Uma brilhante descrição e análise histórica acerca da trajetória política e intelectual de Trotsky desde os primeiros anos do século XX até sua expulsão do PCUS e da União Soviética em finais da década de 1920 pode ser encontrada em (DEUTSCHER, 1968); (DEUTSCHER, 1984) e (TROTSKY, 1969).

[7] O termo "epígonos" foi utilizado por Trotsky para denominar os burocratas estalinistas que se apoderaram do PCUS e da IC após a morte de Lênin.

[8] Expulso do PCUS em conjunto com a "Oposição de Esquerda" liderada por Trotsky em fins de 1927, o bolchevique de origem polonesa Karl Rádek escreveu um manuscrito no qual atacou violentamente a "teoria da revolução permanente" como forma de preparar sua capitulação ao partido, o que acabou ocorrendo. Todavia, em 1937 foi condenado a dez anos de trabalhos forçados e em 1942 foi assassinado por ordens de Stálin no local onde cumpria sua pena.

se desenvolvera nessa, somente a ditadura do proletariado, passando, de modo ininterrupto, *permanente*, das medidas "democráticas" às medidas "socialistas", poderia livrá-la de suas estruturas arcaicas e de sua submissão ao imperialismo.

Segundo Alvaro Bianchi, foi em *A revolução permanente* que Trotsky produziu a terceira e última versão de sua "teoria da revolução permanente". Segundo Bianchi, a primeira teria sido formulada nos escritos de Trotsky realizados no imediato pós-revolução de 1905 (em especial, em *Balanços e perspectivas*), nos quais o jovem militante definiu o caráter e os sujeitos sociais da revolução a ser empreendida na Rússia czarista. Uma segunda versão da teoria poderia ser percebida quando Trotsky, aderindo à perspectiva leninista de organização, compreendeu a necessidade de um sujeito político, o partido bolchevique, dirigir o proletariado rumo à revolução (essa compreensão por parte de Trotsky teve como conseqüência prática a sua adesão e de seu grupo *Mezharaionka* [Organização Interdistrital] ao partido de Lênin.). A terceira versão, expressa em *A revolução permanente*, seria marcada por um forte viés internacionalista, que afirmaria que a compreensão do caráter da revolução nos países "coloniais" e "semi-coloniais" só poderia se dar a partir do entendimento destes enquanto elementos constituintes de um sistema internacional, o capitalismo mundial em sua fase imperialista (BIANCHI, 2001).[9]

Toda essa argumentação de Trotsky fundava-se na idéia de que o desenvolvimento do capitalismo nas regiões *atrasadas* continha uma historicidade própria, o que contrariava a lógica da repetição das "etapas" do capitalismo europeu "clássico" nas localidades "coloniais" e "semi-coloniais", tal como apregoava a III Internacional. A forma específica como o capitalismo se apresentava nos países *atrasados* (combinando dialeticamente elementos modernos com estruturas arcaicas) não seria decorrência, segundo Trotsky, de uma mera questão de "estágios" diferenciados ente estes e os países de capitalismo *avançado*. Essa assertiva, por sua vez, alicerçava-se numa perspectiva que compreendia o capitalismo como uma *totalidade* contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas. Justamente por serem fragmentos integrados dialeticamente em um todo (o capitalismo mundial), as regiões "coloniais" e "semi-coloniais" não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não seria possível superar o *atraso* passando-se a um "estágio" superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos "autônomos", impossibilitando que a história das regiões retardatárias

[9] Denominando a "teoria da revolução permanente" como "revolução do atraso", Baruch Knei-Paz realiza também uma boa síntese das idéias de Trotsky acerca da revolução nos países *atrasados*, contudo, coloca em xeque a "utilidade' destas para uma "ação instrumental" (KNEI-PAZ, 1985).

repetisse a história das regiões pioneiras. Do mesmo modo, o desenvolvimento histórico das nações centrais dependeu e dependia inteiramente das relações estabelecidas entre essas e as localidades periféricas. Essa perspectiva holística de Trotsky era a base de seu internacionalismo que se opunha frontalmente à teoria do "socialismo num só país" sustentada pelos estalinistas, o que o levava à defesa de posições políticas completamente distintas desses últimos. Nos trechos a seguir extraídos de *A revolução permanente*, pode-se perceber a imbricação existente entre a concepção de Trotsky acerca do desenvolvimento histórico dos países *atrasados* e suas propostas políticas para o proletariado destes:

> Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda [...] È preciso não tomar, nunca, como ponto de partida a harmonia preestabelecida da evolução social. Apesar do afetuoso abraço teórico de Stálin, a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países como na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa, em particular, que o problema da ditadura do proletariado na China não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e política chinesas. **E estamos, aqui, diante de dois pontos de vista que se excluem reciprocamente: o da teoria internacionalista e revolucionária da revolução permanente e o da teoria nacional-reformista do socialismo num só país.** Não só a China atrasada, mas nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais: a isso se opõem não só as forças produtivas que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização [...].
> Significará isso que todo país, mesmo um país colonial atrasado, esteja maduro senão para o socialismo, ao menos para a ditadura do proletariado? Não, não significa. Mas, então, como fazer a revolução democrática em geral e nas colônias em particular? Respondo com outra pergunta: E quem disse que todo país colonial está maduro para a realização integral e imediata de suas tarefas nacional-democráticas? É preciso inverter o problema. **Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares** [...] Na China, onde o proletariado, apesar da situação excepcionalmente favorável, foi impedido, pela direção da Internacional Comunista, de lutar pelo poder, as tarefas nacionais se realizaram de maneira miserável, instável e má, sob o regime do Kuomitang (TROTSKY, 1985. Grifos nossos).

Partindo desta leitura acerca das possibilidades de desenvolvimento dos países *atrasados* na época do imperialismo, Trotsky polemizou com a proposta de uma "ditadura democrática" (sob direção da "burguesia nacional") lançada para China e demais localidades "coloniais" e "semi-coloniais" pela III Internacional:

> Não se pode prever quando e em que condições um país estará maduro para a solução verdadeiramente revolucionária das questões agrária e nacional. **Em todo o caso, podemos afirmar, desde já, com toda a certeza, que tanto a China como a Índia só poderão chegar a uma verdadeira democracia popular, isto é, operária**

> **e camponesa, por meio da ditadura do proletariado.** Numerosas etapas diferentes podem esperá-los nesse caminho. Sob pressão das massas populares, a burguesia ainda dará passos à esquerda, para depois ferir o povo de maneira impiedosa. Períodos de "dualidade de poderes" são possíveis e prováveis. **Uma hipótese, porém, está completamente excluída: a de que possa haver verdadeira ditadura democrática que não seja a ditadura do proletariado.** Uma ditadura democrática independente só pode ter o caráter do Kuomitang, o que significa que será inteiramente dirigida contra os operários e os camponeses. É preciso compreender e ensinar isso às massas, sem ocultar a realidade das classes com uma fórmula abstrata (TROTSKY, 1985. Grifos nossos).

Palavras finais

Muitas outras obras e escritos de León Trotsky nos quais o revolucionário abordou, a partir de sua *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, a dinâmica histórico-social dos países que tardiamente realizaram seu processo de modernização capitalista industrial poderiam ter sido aqui mencionados. Entretanto, pelo limitado espaço que dispusemos aqui, esperamos abordá-los alhures.[10] Entretanto, esperamos ter cumprido nosso objetivo nesta brevíssima comunicação, que foi o de expor como a perspectiva de Trotsky acerca da historicidade dos chamados países *atrasados* difere-se, ou melhor, opõe-se frontalmente à perspectiva *evolucionista* que estruturou as análises da II Internacional e da IC estalinizada.

Referências bibliográficas:

BIANCHI, Alvaro. "O primado da política: revolução permanente e transição" *in Outubro* nº.5. São Paulo, 2001, pp. 101-115.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotski. O profeta armado(1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Trotski. O profeta desarmado (1921-1928).* 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

LÖWY, Michael. "A teoria do desenvolvimento desigual e combinado" *in Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80.

[10] Os principais escritos nos quais Trotsky expôs sua perspectiva histórica e política acerca dos países *atrasados* estão reunidos em (TROTSKY, 2000). Análises significativas acerca da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky podem ser encontradas em (LÖWY, 1998); (KNEI-PAZ, 1985) e (BIANCHI, 2001).

KNEI-PAZ, Baruch. "Trótski: revolução permanente e revolução do atraso" *in* HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo V* (o marxismo na época da Terceira Internacional: A Revolução de Outubro: O autromarxismo). 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 159-196.

TROTSKY, L. *Minha vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

____. *A revolução* permanente. 2ª edição. São Paulo: Kairós, 1985.

____. *Resultados Y perspectivas. Tres concepciones de la revolucion* russa. Buenos Aires: el Yunque editora, 1975.

____. *La teoria de la revolución permanente (compilación).* Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a Ordem e o Progresso: Uma Cidade de Portas Fechadas

Isabel Cristina M. M. Borges*

Resumo: Essa pesquisa é baseada em informações retiradas de jornais de Juiz de Fora e trata sobre os conflitos sociais encontrados pela população no desenvolvimento desta cidade, no período de 1896 a 1914.
Palavras-Chave: cidades – jornais – conflitos sociais

Abstract: This research is based on informations which were found in newspapers from Juiz de Fora and talk about the social conflicts the people had in the period between 1896 and 1914 when that city was developing.
Keywords: cities – newspapers – social conflicts

Esse trabalho pauta-se em informações encontradas nos jornais da cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, no período que 1896 a 1914. O ano inicial marca o surgimento, na cidade, do Jornal do Comércio, uma dos mais importantes periódicos locais desse período, o qual, já nos primeiros anos de fundação, já se colocava como "a folha de maior circulação do Estado de Minas Gerais"[1]. Além do Jornal do Comércio, utilizaremos aqui também resultados de pesquisas no Jornal Diário Mercantil, que começa a circular na cidade em 1912.

O recorte final tem como principal justificativa o impacto ocasionado pela deflagração da I Guerra Mundial. Percebemos aqui como esta influenciou e transformou, paulatinamente, os discursos jornalísticos pautados na certeza do *progresso* e na supremacia do *moderno* que caracterizaram as últimas décadas do século XIX até o advento da Guerra.

Nosso foco será perceber alguns aspectos sobre as dificuldades encontradas com a oportunidade da convivência, geralmente marcada por conflitos, preocupações e esperanças, que permeavam as vidas das pessoas em um centro urbano, que como muitos outros no Brasil naquele momento, crescia envolto por muitas potencialidades, e, principalmente, contradições entre o rural e o urbano, entre o velho e o novo. Esses aspectos são muito interessantes, se buscarmos perceber nos mesmos, situações embrionárias de muitos problemas com os quais convivemos nas cidades contemporâneas, agora em proporções bem

[1]* Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Jornal do Commércio, todos os exemplares de 1898.

mais acentuadas, porque, para sua maioria, não se encontraram soluções realmente eficazes no momento em que se gestavam.

Juiz de Fora surgiu, como muitas outras, uma vila à beira do Caminho Novo, estrada aberta no século XVIII para transportar ouro das Minas para o Rio de Janeiro. Chamava-se inicialmente Santo Antônio do Paraibuna (passando a Juiz de Fora em 1865), vindo a destacar-se na região da Zona da Mata de Minas Gerais, principalmente após a instalação de famílias nobres na região, que, beneficiando-se da política imperial de distribuição de sesmarias, fundaram aqui suas fazendas, especializando-se na produção de café, a partir da 2ª metade do século XIX. Nacionalmente, tratava-se de um período complexo, marcado por inúmeras transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, não só nos anos derradeiros do Império, como também com o advento da Abolição da Escravidão, assim como da República.

Ao constitui-se como município na complexidade do século XIX, Juiz de Fora cresce influenciada naturalmente por uma maior proximidade geográfica e um conseqüente intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, diferenciando-se da tradicional cultura colonial mineira que caracteriza as cidades surgidas no século XVIII, filhas do ouro e do barroco. (CHRISTO, 1994: 11)

A cidade destaca-se no contexto de transição para o capitalismo até a década de 1920, quando a capacidade da produção cafeeira regional voltada para a exportação fez da cidade portadora de grande potencialidade em desenvolver e diversificar sua economia no âmbito urbano-industrial. Assim, em torno do complexo cafeeiro instalado na região, do investimento dos fazendeiros através dos excedentes econômicos dessa produção, tornou-se possível, não só a industrialização, mas o desenvolvimento de diversos outros setores que se vinculavam a demandas resultantes desse processo, como bancos, comércio, ferrovia, etc., gerando e reproduzindo um capital endógeno. (PIRES, 1997: 145).

A *elite* da região sul Zona da Mata Mineira no Brasil Imperial na segunda metade do século XIX era formada principalmente de famílias vinculadas ao café ou à cultura de alimentos voltada para o comércio, além da atuação empreendedora de alguns industriais de origem nacional, sem vínculo direto com a cafeicultura. Esses grupos, porém, possuíam um aspecto comum: uma identidade caracteristicamente ambígua (moderna e conservadora), que vê na Corte sua principal referência, inspiração e comprometimento político, além de uma ponte direta com o ideário europeu. (GOODWIN JR., 1996: 86)

É justamente a percepção dessas contradições que vamos buscar na imprensa da cidade, que se desenvolveu efetivamente a partir da década de 1870. Os principais jornais da

cidade seguiam bem a estrutura dos diários europeus, principalmente dos que circulavam em Paris. Um dos mais importantes editores da França nesse período foi o Sr. Emile de Girardin, considerado por Walter Benjamin como um divisor de águas na história do jornalismo e da literatura, sendo responsável por três inovações importantes: a preocupação em reduzir o preço das assinaturas, para ampliar o número de leitores dos jornais, inaugurando assim a fase da grande tiragem de exemplares; o anúncio, ou *"réclame"*, como forma de patrocínio, fornecendo à informação um tom de "utilidade mercantil"; e ainda a introdução do romance folhetim publicado diariamente, proposta que visava inicialmente funcionar como "isca" para atrair e manter os leitores, mas que acabou por revolucionar os bastidores do universo literário. (BENJAMIN, 1989: 23-24).

Girardin tornou-se referência por aqui. Notamos sua influência através da reprodução nos jornais de artigos do próprio editor e principalmente observando que estes seguiam o modelo das publicações de Girardin, visíveis por meio do formato (anúncios, folhetins, notas breves) e do estilo discursivo (valorização de tudo que fosse "moderno") predominantes nos jornais de maior circulação em Juiz de Fora nas últimas décadas do séc. XIX e ainda nas iniciais do século XX.

Um olhar atento sobre as matérias desses jornais demonstra que eles representavam eficazes instrumentos observadores e controladores de tudo o que acontecia na cidade, tornando público, diariamente, todos os fatos ocorridos que viessem a violar quaisquer determinações previstas nas leis municipais e que, porventura, ameaçassem a "tranqüilidade urbana". Expressavam uma constante tensão entre o ideal e a realidade, entre as expectativas civilizatórias e as contradições entre as classes urbanas já presentes. As notícias publicadas, involuntariamente, acabavam por registrar historicamente os conflitos e incoerências da sociedade que se transformava sob a pressão dos valores capitalistas, e que, mesmo em choque com a tradição rural e escravista, na prática, predominantes, queria se tornar "moderna", "culta" e "saudável", o mais rápido possível e a qualquer custo.

Os principais jornais da cidade assumem os propósitos tanto de atuarem como formadores de opinião, como o de servirem aos ideais das classes que se beneficiavam do crescimento da cidade, promovendo, ao longo dos anos, um exercício diário de seleção do

que era "certo" ou "errado", e dos que eram "civilizados" ou "atrasados", ajudando a construir a imagem de Juiz de Fora como "modelo" de prosperidade e bem viver:

> *"A imprensa é a mais poderosa arma de combate nas lides do pensamento; sem ella jamais se formariam as fortes correntes da opinião em prol dos grandes ideaes. [...] Diz-se que o jornal é o livro do povo, e em verdade assim é porque é a página que diariamente se lhe offerece para seu ensinamento. Ahi tudo elle encontra. Ao lado das notícias que a sua curiosidade busca, se lhe deparam preceitos de doutrina política e social, de moral e de religião, em que sem se aperceber, vae colhendo proveitosas lições..."*[2]

Destacaremos a seguir exemplos de notícias, crônicas e anúncios, que nos permitem perceber o teor das principais inquietações da sociedade nos anos que delimitavam a passagem do século XIX para o XX. Selecionamos essas informações com base em três aspectos que identificamos como panos de fundo predominantes, os quais, na verdade, estão completamente interligados.

Primeiramente, destacamos o incômodo proporcionado por todos aqueles que eram considerados marginais. A supervalorização do trabalho e a adoção de normas disciplinadoras, que se originam da necessidade de racionalizar a produção com o advento do capitalismo na Europa, levam a uma nova concepção de tempo, que se desvincula da natureza. Inicia-se o "tempo de trabalho", o tempo cronológico, contado artificialmente e os relógios passam a ser colocados em lugares centrais e altos (Igrejas e Prédios Públicos – como nas Estações Ferroviárias) como símbolo de poder (THOMPSON, 1998: 267-304). Sobre esse aspecto, Thompson destaca que as transformações econômicas ocorrem num processo de transição e estão sempre acompanhadas de mudanças de concepção de mundo, e, segundo ele, o conceito de trabalho muda mais rápido que o de tempo, que varia de acordo com a sociedade em que ele é visto, com ritmos diferentes, gerando conflitos e estratégias de resistências nesta mesma sociedade. O discurso de valorização do trabalho está diuturnamente nos jornais, como, por exemplo:

> *"Crescendo e desenvolvendo-se nas alegrias santas do **trabalho**, Juiz de Fora é a terra encantada de Minas Geraes, onde todas as iniciativas se incrementam, onde todas as energias se concentram para o bem, onde tudo progride e se expande, onde há um povo que se compenetra de que o homem deve começar pelo **trabalho** e acabar pela prosperidade."*[3]

Do mundo que não era o do trabalho, da disciplina e, conseqüentemente, do progresso, eram excluídos todos aqueles que não se adaptavam, não encontravam espaço ou

---

[2] Jornal **"Diário Mercantil"**, P.1, colunas 3 e 4, Juiz de Fora, 04 de abril de 1913.
[3] Jornal **"Diário Mercantil"**, Ano II, nº 371 – P. 1, colunas 1 e 2, Juiz de Fora, 06 de abril de 1913.

resistiam a se integrar na nova ordem, compondo um vasto universo de "sobras da modernidade" ou "indesejáveis", num contexto onde surgiu e se afirmou o discurso anti-estrangeiros, então responsabilizados por grande parte da desordem urbana, que, juntamente com a noção de repulsa e expulsão como instrumentos de controle social, se transformam em marcos da Primeira República. (MENEZES, 1996). Foram alvos de intensa repressão por parte das autoridades, sob a vigilância constante da imprensa, os imigrantes, as prostitutas, os ciganos, os mendigos, os "ociosos válidos", enfim, todos aqueles que teimavam em desestabilizar a pretensa e ilusória harmonia sonhada por tantos. Era o universo da "*vagabundagem*", tema praticamente diário dos jornais.

Um segundo aspecto a ser destacado, é o da "*Salubridade Urbana*", da Higienização, objeto predominante na legislação do período, sendo que as ações visando equilibrar o crescimento com a possibilidade de se viver e conviver com saúde, eram também assunto diário nos jornais. Pautadas nos avanços científicos e na valorização da medicina, atormentadas pelas doenças infecto-contagiosas que se proliferavam mais rapidamente com as aglomerações urbanas, as autoridades visavam também isolar e destruir todos os possíveis focos de transmissão de enfermidades. São inúmeros os exemplos que poderíamos citar, mas escolhemos uma matéria intitulada "*Esterilização Humana",* defendendo este procedimento, publicada no Diário Mercantil, no ano de 1912, considerando que a mesma resume todas as adversidades temidas num só artigo:

> "De vez em quando os médicos e sociólogos reclamam uma reforma das leis do matrimônio para o fim de tomar providências mais acertadas com relação à saúde dos que estão para nascer. É sabido que muitas doenças constituccionaes graves se transmittem por *descendência*: trata-se pois de prohibir os casamentos dos turberculosos incuráveis e dos syfhilíticos imperfeitamente curados, pelas mesmas razões por que se prohibe os matrimônios dos loucos.
> *A simples prohibição de casamento, observa o Dr. Krut Von Sury, [...] não basta para conseguir esse fim. É necessário collocar os indivíduos doentes e perigosos para a sociedade na absoluta impossibilidade de procrear. É portanto necessário recorrer à assim chamada esterilização humana, que consiste numa operação cirúrgica que priva definitivamente e homem ou a mulher de procrear, deixando porém intacta a potencialidade sexual mecânica e sensitiva.*
> *O Dr. Sury aprova o caso da esterilização especialmente em dous casos: para os tuberculosos e para os doentes mentaes, e propõe o seguinte tratamento: Deve prohibir-se por meio de uma lei o matrimônio de tuberculosos que espectoram bacillos. Quando uma pessoa casada por atacada de tuberculose, e um tratamento de um pouco de mezes não fazer desaparecer os bacillos, o médico, não tendo a certeza de que os cônjuges, por meios preventivos evitem a proliferação, têm o dever de aconselhar ao doente a esterilização.*
> *No que diz respeito aos doentes mentaes, o seu número cresce de anno para anno, de um modo tão assustador que as casas de saúde se acham absolutamente atulhadas e vêem-se na obrigação de recusar a entrada de muitos doentes e até de despedir alguns que deveriam lá permanecer.*

> *Para impedir a reprodução desses indivíduos anormaes, - e especialmente a dos epilépticos, dos imbecis, dos paralyticos e dos alcoólicos crônicos – não existe meio eficaz senão o da esterilização. Quando se tiverem submetido a essa operação, e não sejam por qualquer outro motivo perigosos para a sociedade, podem ser postos em liberdade e ganhar a vida por meio do trabalho.*
> *Além da esterilização dos doentes, deve também praticar-se a esterilização dos delinqüentes, único meio de se prevenir esse formidável exército do crime e dos entes degenerados que o alimentam.*
> *A esterilização dos delinqüente já se pratica na América do Norte, nos estados da Califórnia, Connecticut, Oregon, Utah, Indiana; neste último estado foram esterilizadas cerca de 800 pessoas no ano de 1899.*
> *O articulista aprova também esta esterilização, limitando-a porém, unicamente aos reincidentes que praticarem crimes contra os bons costumes, aos delinqüentes habituaes e às mulheres de má nota. Com relação aos segundos, o Dr. Sury aconselha até a ablação dos órgãos.”*[4]

Além da vigilância aos “indesejáveis”, da constante preocupação com a implantação e controle das políticas de saúde pública, também encontramos o choque entre os hábitos e costumes de uma população que, predominantemente, nascida e crescida no campo, junto às fazendas de café, lutava para se adaptar aos novos espaços e formas de convivência na cidade. em constante transformação:

> *“Juiz de Fora progride. [....]*
> *Agora, é preciso que acompanhemos também, pari passu as iniciativas de real interesse para o povo, taes como as que lhe facilitem commodidade nas ruas e o livrem de certos inconvenientes perturbadores do livre trânsito.*
> *Há um mau vezo, infelizmente muito arraigado entre nós, de se postarem grupos de cinco, dez, às vezes, mais pessoas nos passeios, embaraçando a passagem das famílias, que, quase sempre, devido a esses estafermos, são forçados a andarem pelo meio da rua.[ ]*
> *São Paulo, que se preza de ser uma cidade culta e adeantada, não consente que se agglomerem pelos passeios grupos de populares e, nesse sentido, votou uma lei que foi recebida com aplausos unânimes pela população.*
> *Porque não se faz o mesmo aqui, onde os estafermos das ruas são legião e constituem um verdadeiro entrave à sociedade?”*[5]

Uma análise global das notícias desse período nos permite identificar que todos os assuntos em pauta no contexto local tornam-se secundários em virtude do advento da Primeira Grande Guerra, que passa então a ser destaque absoluto em todos os jornais, com seus boletins diários marcados por espanto e incertezas, que deixam transparecer o endurecimento, ano a ano, do clima de entusiasmo e confiança no universo do progresso e modernização que haviam predominado nas décadas anteriores. Era, no Brasil e em todo o mundo, o fim do sonho da *Belle Époque,* trazendo à tona a fragilidade e as contradições que se forjaram sob o pano de fundo da utopia do mundo civilizado e do avanço tecnológico,

[4] Jornal **“Diário Mercantil”** – Ano I – nº 40 – P. 2 – Colunas 1 e 2. Juiz de Fora, 10 de março de 1912.
[5] Jornal **“Diário Mercantil”** – Ano I– nº. 103 – p. 1 – coluna 2. Juiz de Fora, 23 de maio de 1912.

abalando a confiança da sociedade de que tudo caminhava para o predomínio da ordem, da supremacia científica e do desenvolvimento econômico ilimitado.

Na nossa aspirante à cidade modelo, o clima de desencanto e inquietação não era diferente e as contradições sociais, antes atribuídas predominantemente à opção dos "vadios" e não raras vezes ao despreparo e displicência das forças policiais, começam a ser tratadas de maneira diferente. Verifiquemos primeiro o tom das matérias, as preocupações e os discursos que permeavam alguns anos antes, em 1912, na maioria das matérias em um dos jornais mais importantes da cidade:

> *"Um homem sem dinheiro é um corpo sem alma, um morto ambulante, um espectro que mete medo.*
> *O seu andar é triste e sua conversação fria e narcótica. Se quer visitar alguém, nunca o acha em casa, e quando abre a boca para falar, é interrompido a cada instante, a fim de que não possa terminar um discurso, que se teme acabe por pedir algum dinheiro. Foge-se dele como de um empestado, e é sempre considerado como um peso inútil sobre a terra. Se tem talento, não o pode desenvolver. E se não o tem é sempre olhado como um terrível monstro bípede, que a natureza produziu quando estava de mau humor."*[6]

Bem diferente torna-se o discurso posterior, que trata mais especificamente da questão do trabalho:

> *"Os "sem trabalho" em Juiz de Fora constituem já um número elevadíssimo.*
> *Rostos macillentos, a physionomia triste dos vencidos, andar trôpego, nós os encontramos por ahi, às dezenas, em todas as ruas, em todos os beccos, não mais a procura de collocação, que de tal já estão desilludidos, mas, implorando alguma cousa que comer, uma côdea de pão dada de má vontade, ou estirados pelos bancos das praças, sobre a calçada, na relva dos gramados, os membros lassos, a razão enferma.*
> *E a cohorte imensa dos sem tecto, sem família, sem dinheiro, sem felicidade... são a figura esquelética da desgraça, da tortura, do martírio, a perambular pelas ruas.*
> *Tornados inúteis pelas forças das circunstâncias, o braço possante caído, esses homens constituem já em nossa cidade, uma visão triste do destino amargo, um quadro cruel das vicissitudes da vida.*
> *E quando, a noite, pela "urbs" cae a luz doce das estrellas, e o somno tranquillo dos felizes paira pelos lares ditosos, na praça pública, immersos em sua desgraça, abatidos, esmagados pelo infortúnio, os "sem trabalho" gemem sua miséria e sua dor. São os contrastes amargos da existência..."*[7]

O tom de desencanto, porém, não significa um afrouxamento na vigilância e na repressão, nem por parte das autoridades policiais, legislação ou da imprensa. Em 1914, as notícias sobre a Guerra tomaram conta dos editoriais, mas os conflitos urbanos também parecem ter se acirrado. Nesse mesmo ano foi criada a tão Guarda Municipal na cidade, que veio engrossar uma série de campanhas acompanhadas diariamente pelos jornais, e, as

---

[6] Jornal **"Diário Mercantil"** – Ano I – nº. 103 – p. 1 – coluna 2. Juiz de Fora, 23 de maio de 1912.
[7] Jornal **"Diário Mercantil"** – Ano IV – nº. 938 – p. 1 – coluna 5. Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1915.

medidas parecem tornar-se mais efetivas, marcadas por profunda intolerância às formas de convivência na cidade.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. IN: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo** (Obras Escolhidas 3). São Paulo, Brasiliense, 1989.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres – A *belle-époque* mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

GOODWIN JR. James Willian. **A "Princeza de Minas":** a construção de uma identidade pelas elites juizforanas. 1850-1888. Dissertação de Mestrado: Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.

PIRES, Anderson. Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1930. IN: **LOCUS:** Revista de História. Juiz de Fora: 1997, vol. 3, nº 2, p.145.

THOMPSON, E.P. Tempo, Disciplina do Trabalho e Capitalismo Industrial. IN: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade e a produção de conhecimentos histórico-educacionais: aproximações entre a Campinas moderna de José de Castro Mendes e a Barcelona "modelo"

Fátima Faleiros Lopes [*]

Resumo: A investigação diz respeito à temática da cidade na relação com o processo de expansão da modernidade capitalista, assim como com os conceitos de história, memória e educação. O eixo teórico-metodológico é a questão da produção de conhecimentos histórico-educacionais. Analiso a inserção social do intelectual José de Castro Mendes (1901-1970) em Campinas-SP, bem como as visões desta cidade por ele elaboradas e divulgadas na imprensa local, no início da década de 1960. Estabeleço aproximações entre Campinas e Barcelona (Espanha) pertinentes à construção, nestas duas cidades, da concepção de cidade moderna e, no caso de Barcelona, também de cidade "modelo". Interessa-me investigar as potencialidades histórico-educacionais contidas no espaço urbano, sendo este enfocado como patrimônio cultural.
Palavras-chave: Cidade - Modernidade - Produção de conhecimento

Abstract: This investigation is focused on a city and its relation with a modern capitalistic expansion process, as well as the concepts of history, memory and education. The theoretical-methodological focus is on the issue of the production of historic-educational knowledge. I analyze the social inclusion of an intellectual, José de Castro Mendes (1901-1970), in Campinas, S.P., as well as the visions he described of this city, which were published by the local press in the early 60's. I establish a relation between Campinas and Barcelona (Spain) regarding the development, in these two cities, of the modern city concept, and for Barcelona, also the concept of a "role model" city. I am interested in investigating historic and educational potentials included in the urban space, which is focused as a cultural patrimony.
Keywords: City - Modernity - Knowledge production

A temática das cidades constitui-se ao longo dos últimos anos em um campo de estudos e em eixo estruturador de propostas educacionais que procuro incorporar no meu trabalho. [1]

[*] Doutora em Educação, Faculdade de Educação da Unicamp, CAPES (PDEE).

[1] Há dezenove anos sou professora do ensino fundamental, tendo atuado tanto na rede pública (1988-1992) como na particular (1992 e desde 1996 na Escola Comunitária de Campinas) enquanto professora de História e Geografia. Nos últimos anos tenho participado de propostas de trabalho relativas à educação patrimonial, no diálogo com as contribuições, sobretudo, de Walter Benjamin, e desenvolvidas junto ao Grupo "Memória, História, Educação" (Faculdade de Educação da Unicamp, sob a coordenação da Profª Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani) no âmbito da educação não-formal. No âmbito acadêmico, a pesquisa, em nível de mestrado (defendido em 2002 na F.E.- Unicamp, sob a orientação da Profª Dra. Eloisa de Mattos Höfling), aborda questões relacionadas à produção e à circulação do *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista,* S.P., obra analisada enquanto documento histórico. Investiguei o papel do poder público e da população local na escritura da história local (1986), bem como as visões de história e cidade que perpassam seus textos.. Em relação à circulação do *Almanaque* analisei sua inserção no universo escolar do município (5 escolas), problematizando as noções de história local e regional no contexto educacional, bem como apontando para algumas possibilidades que a relação história-memória oferece ao ensino de História. No início de 2007 e sob a orientação da Profª Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani, defendi o

No que se refere à investigação ora focalizada, mantive o meu interesse em abordar a temática da cidade, na relação com os conceitos de História, Memória e Educação. Parti da inserção social do campineiro José de Castro Mendes (1901-1970) no universo local bem como das visões da cidade de Campinas, S.P., por ele elaboradas e divulgadas na imprensa local (série "Campinas de Ontem e de Hoje: visão em dois tempos", período: 1960-1965, publicada no jornal **Correio Popular**). A figura de José de Castro Mendes, como intelectual que produziu vários registros sobre a história campineira, se relaciona, também, a uma "batalha" entre visões constitutivas da história local produzidas, de um lado, por historiadores leigos, memorialistas e, de outro, por historiadores acadêmicos – sem desconsiderar, aqui, o papel das instituições às quais se vinculam tais produtores de cultura, como a imprensa e as universidades. Em que sentido ele reatualizou, ou não, determinadas imagens sobre a história local, produzidas desde o século XIX? Considerei, na análise de tais fontes literárias, as transformações no cenário urbano campineiro decorrentes da expansão do ideário da modernidade capitalista – ideário em curso, na localidade, desde fins do século XIX.(GALZERANI:1998). A primeira metade da década de 1960 corresponde a um período de aceleração desta modernidade capitalista, no contexto nacional, marcada pelo denominado "desenvolvimentismo". Campinas, então, passa por uma busca, também acelerada, da imagem de cidade-metrópole. Em que medida isto se relacionou à transmutação de imagens sobre a cidade e à necessidade de intérpretes da história local ?

Acredito que as visões constitutivas sobre a *cidade* podem ser tratadas do ponto de vista historiográfico e, também, do educacional. Assim, interessa-me investigar as potencialidades histórico-educacionais contidas na cidade, enfocada como patrimônio cultural.

A investigação em Barcelona (Espanha) [2] teve como objetivo a coleta de dados que propiciasse o estabelecimento de aproximações pertinentes à construção, nestas duas cidades (Campinas e Barcelona), da concepção de *cidade moderna* e, no caso de Barcelona, também de cidade *"modelo"*; aproximações que colocassem em foco a própria cidade em termos de patrimônio cultural urbano na relação com a Educação, e que me possibilitassem um olhar mais ampliado ao contrastar experiências educacionais, tais como as de que participo, em Campinas, bem como algumas das colocadas em ação no território barcelonês.

---

doutorado na F.E. da Unicamp, investigação abordada neste artigo.

[2] Foi-me concedida uma bolsa de estudos, pela C.A.P.E.S., no período de agosto/2005 a janeiro/2006, para a realização do estágio de doutorado junto ao Departamento de Didática das Ciências Sociais, da Universidade de Barcelona, sob a orientação da Profª Dra. Mercè Tatjer i Mir.

Relativas à trajetória de desenvolvimento desta pesquisa, a questão-base pode ser assim colocada: em que medida a temática da cidade pode se constituir em possibilidades de produção de conhecimentos histórico-educacionais?[3] A partir dela outras interrogações fizeram parte da construção do objeto a ser pesquisado.

A ampliação do debate historiográfico, nas últimas décadas do século XX, levou ao rompimento com a perspectiva tradicional do objeto de pesquisa histórica e, consequentemente, dos problemas e métodos a serem colocados. Tal debate historiográfico, por sua vez, faz parte do movimento mais amplo de profundos questionamentos dos paradigmas do conhecimento até então dominantes e a emergência de outros referenciais de análise da realidade. Ou seja, uma crise traduzida por polêmicas instauradas em vários campos do saber, em torno da pertinência de "velhos" e "novos" eixos estruturais do pensamento científico e na qual ganhou destaque a discussão modernidade – pós-modernidade.

Neste contexto, os domínios da História alargaram-se. A *História Cultural* proporcionou uma outra perspectiva de trabalho em torno do conceito de *cultura*, sendo esta enfocada de modo a abranger os inúmeros componentes do viver humano, tais como práticas, saberes, valores, sensibilidades, representações – ou seja, tudo o que se refere à criação humana socialmente constituída, à criação de sentidos que compõem o denominado *imaginário.* (PESAVENTO: 2004). Cabe ainda reforçar a pertinência dos pressupostos da denominada História Cultural, em termos das possibilidades abertas no que tange à problematização da cidade enquanto objeto de reflexão: para além do seu entendimento exclusivo com base em processos econômicos e sociais, a ampliação das fontes e dos problemas a serem colocados tornou possível o trabalho com discursos e representações da cidade, ou seja, com o imaginário urbano.

No final do século XX, passamos a ouvir com mais persistência a expressão *crise dos paradigmas,* expondo, por sua vez, as fissuras da *racionalidade* ordenadora de visões de mundo e produtora de saberes e constitutiva da denominada *modernidade capitalista* (CASULLO:2004). Então, se é uma "cultura histórica" que se coloca em jogo, faz-se necessário compreender a gestação e os fundamentos essenciais da consciência moderna; localizar os principais pontos criticados em relação a este corpo-referência cultural em seu

[3] A referência teórica utilizada, relativa à *produção de conhecimento,* é o historiador E. P. Thompson. Cabe destacar que nos últimos tempos – e oriunda do campo educacional – há a tentativa de questionamento da racionalidade técnica e instrumental ligada ao conhecimento. Assim, a questão da *produção de saberes* visa oferecer uma dimensão mais ampla do saber, além daquele produzido no espaço acadêmico e autores, tais como Chervel, Goodson e, no Brasil, Ana Maria Monteiro, trabalham nesta direção.

desdobrar ao longo da história – incluindo o que os discursos denominados pós-modernos apontam como expressão da crise do projeto moderno na contemporaneidade. Ao traçar este percurso analítico em meu trabalho investigativo, pude reforçar minha postura teórica de considerar as crises da modernidade capitalista não como espaços notadamente de rupturas, mas, sim, de contradições; espaços permeados de continuidades e descontinuidades. Ou seja, considero que os fundamentos principais da sociedade e da modernidade capitalista estão em curso e têm se aprofundado no presente (ênfase na acumulação de capital e a decorrente desigualdade social; a sociedade de consumo; alterações bruscas nas noções espaço-temporais, com pertinente dissolução de identidades e experiências coletivas; o encolhimento do espaço público). Em termos de análise processual, devemos considerar as diferenças e semelhanças entre lugares; as continuidades e descontinuidades que permeiam a modernidade capitalista e suas crises, assim como as contradições constituintes da história.

Nesse sentido, o filósofo da história, Walter Benjamin (1892-1940), como um materialista dialético, não abriu mão da elaboração de uma crítica da modernidade capitalista que evidenciasse o contraditório a ela pertinente, mas, também, a parcela de utopia e da possibilidade redentora nela encerrada. Assim, é muito significativa a contribuição deste teórico no estudo das cidades: cidades modernas. Benjamin questiona a racionalidade técnico-instrumental negadora das contradições da história e da autonomia dos sujeitos e propõe-nos elaborações históricas nas quais a razão não se ausenta, mas está presente através de uma linguagem muito singular e ousada, já que dissonante dos padrões dominantes, expressa na força das alegorias, nas imagens de pensamento, nas imagens dialéticas por meio das quais se pode decifrar a *fisiognomia* da cidade moderna e produzir conhecimento histórico (BOLLE: 2000, 43). Propõe-nos o 'olhar distraído' que capta o não facilmente visível; o perder-se na cidade para reencontrar a si mesmo; o mergulho até as "impressões matinais" perdidas na dobras do tempo; convida-nos a uma viagem cujos trilhos da "racionalidade estética" nos oferecem a aventura, também, rumo às sensibilidades.

Um dos objetivos da investigação foi compreender como se apresenta a construção da Campinas moderna aos olhos de José de Castro Mendes (1901-1970), referenciando-me em parte de sua produção intelectual, notadamente na já citada série "Campinas de Ontem e de Hoje: visão em dois tempos", publicada no jornal campineiro **Correio Popular**: série que se constitui em um material inédito, marcado pela fragmentação em termos de periodicidade de publicação [4] e elaborado em um momento histórico de

[4] O início da série deu-se em janeiro de 1960, sendo publicada durante o ano todo, semanalmente e aos domingos. Foi publicada em 1961 e, após um período de interrupção, retornou, esporadicamente, em 1965.

transformações no cenário urbano local. O contraste de imagens fotográficas de um mesmo lugar campineiro ("lugar de memória", conforme Nora) em momentos históricos diferentes (início do século XX e início da década de 1960), aliado aos comentários tecidos por José de Castro Mendes, pareceram-me instigantes.

Procurei compreender esse personagem múltiplo, José de Castro Mendes (historiador local, escritor, crítico de arte, desenhista, etc) a partir, também, de sua inserção no universo social campineiro, sobretudo na relação com as instituições às quais ele se vinculou mais fortemente: o Centro de Ciências Letras e Artes (instituição fundada em 1901) e o jornal **Correio Popular** (fundado em 1927). Além de autodidata, foi um intelectual que teve a imprensa como veículo fundamental de divulgação de visões da história de Campinas. A análise da série "Campinas de Ontem e de Hoje...", possibilitou-me acercar de tais visões, de forma a contextualizá-las, ou seja, na relação com a imagem de Campinas, "cidade moderna e metrópole", fortemente divulgada na década de 1960. Neste caso, podemos dizer que a cidade se torna objeto de *educação política dos sentido*s (GAY:1988) por meio da idéia, não tão "nova", do contraste entre o "ontem" e o "hoje".

José de Castro Mendes se utilizou das imagens fotográficas de Campinas "Ontem" como memória congelada, a partir da qual constrói uma narrativa da história local: é a memória a serviço da história. Para além das descontinuidades percebidas no processo histórico local, ou de um ou outro tom nostálgico em relação ao passado, o que considerei prevalecente na narrativa composta pelo autor é a linearidade estabelecida entre passado e presente; uma história que se apresenta por meio de uma continuidade importante: a que diz respeito às conquistas dos campineiros em relação à modernização, ao progresso constante e cujas imagens fotográficas do "Hoje" servem de testemunho. Ou seja, às conquistas situadas no passado "glorioso", os campineiros souberam corresponder e agir, garantindo, assim, a manutenção desse ritmo progressista que legava à cidade características de cidade moderna (almejando por ser metrópole) a ostentar os arranha-céus como símbolo do desenvolvimento.[5]

Fez parte desta trajetória de pesquisa a busca de aproximações entre cidades, Campinas e Barcelona, considerando, nesse movimento, a *cidade* na relação com a *educação*. Procurei me acercar das imagens pré-configuradas sobre esta cidade moderna e "modelo", Barcelona, que povoam nosso imaginário, já que divulgadas por discursos oriundos de vários campos – inclusive o educacional. Procurei ampliar o foco e perceber como se deu a

[5] Considerando o universo vasto dos leitores, outras leituras podem ter sido feitas, além desta que considerei prevalecente. Concebo os leitores como "operadores de caça" (Certeau) que se posicionam ativamente no ato da leitura a partir de seus referenciais culturais.

construção histórica destas imagens, assim como algumas das suas reatualizações e de alguns embates gerados no seio da sociedade local. Baseei-me, fundamentalmente, na pesquisa bibliográfica e incorporei, em minha análise, discursos veiculados pela imprensa alternativa local.

A seguir, busquei compreender como se apresenta a gestão pública da educação – formal, não formal e informal – em sua correlação com a gestão da cidade. Para isso, adentrei-me nos marcos teóricos que embasam o projeto de *Cidade Educadora*, em curso, em Barcelona, desde 1990, a partir da realização, no mesmo ano, do I Congresso de Cidades Educadoras, da respectiva aprovação da Carta das Cidades Educadoras, bem como o início da

materialização de Projetos Educativos de Cidade (PEC). Estes, expandiram-se ao longo dos anos, em nível internacional, com a adesão de várias cidades aos pressupostos da referida Carta.[6]

TRILLA BERNET (1999, 24-37) há algumas décadas teoriza a respeito da relação *educação* e *meio urbano* e no que diz respeito aos conteúdos da idéia de *cidade educadora* distingue três dimensões possíveis da relação entre cidade e educação. Vejamos:

1- *A cidade que contém educação* ("aprender na cidade"), o que pressupõe um meio urbano como contexto de acontecimentos educativos múltiplos, formado por: instituições educativas nos âmbitos da educação formal e não formal; equipamentos e instituições cidadãs estáveis e não especificamente educativos (museus, zoológicos, etc.); eventos educativos ocasionais (feiras, congressos, etc.); um conjunto difuso e permanente de espaços e vivências educativas, não planejadas pedagogicamente, mas que compõem a educação não formal da vida cotidiana.

2- *A cidade como agente de educação* ("aprender da cidade"), ou seja, o meio como agente informal de educação, pois é na cidade que ocorre a reunião de pessoas, idéias, objetos, técnicas – em suma, elementos culturais que têm a rua como espaço emblemático desse fluxo de relações. A educação informal não é seletiva e do ponto de vista educativo a cidade pode conter o melhor e o pior. Enquanto agente da educação cada cidade tem seu currículo oculto (conjunto contraditório formado, dentre outros, por formas de vida, valores, tradições, expectativas).

3- *A cidade como conteúdo educativo* ("aprender a cidade"), a cidade que ensina a si mesma, pois o conhecimento informal que gera o meio urbano é, por sua vez, conhecimento

[6] Atualmente dez cidades brasileiras fazem parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras.

sobre este próprio meio. Informalmente aprende-se a fazer uso cotidiano da cidade, a descobrir sua fisionomia e conhecer sua atualidade.

Além desta análise de nível *descritivo*, o autor elabora uma outra de nível *projetivo*, que pressupõe que as cidades devem educar, cada vez mais e melhor, ou seja, trata-se de considerar os critérios e tipos de atuação para dinamizar esta função educadora de cada cidade. Considerando que as ações políticas dos gestores de uma cidade são, também, ações educativas, quando se trata de uma *cidade educadora*, a gestão pública da educação deve ser compreendida na contemplação do arco mais abrangente formado pela gestão da cidade. Assim, em termos de planejamento educacional, trata-se de uma ampliação: do mapa escolar ao mapa educativo da cidade e, deste, ao projeto educativo da cidade (PEC). Este se constitui em uma ferramenta de transformação com vistas à construção de uma cidade desejável na qual o poder público, em articulação com a sociedade civil, almeja a promoção da cidadania por meio da educação.

Para além das concepções estritamente arquitetônicas ou de transformação urbanística que fazem parte da construção da Barcelona moderna, desde fins do século XVIII, podemos perceber nesta *cidade* a implementação de políticas públicas, a partir das gestões democráticas das últimas décadas, ancoradas no tripé *território, educação, cidadania.* Ao lado de um conjunto inegável de equipamento urbanos, do caráter participativo (e historicamente constituído) da população, do pioneirismo da proposta de *Cidade Educadora* percebe-se, por outro lado, que a constituição desse caráter moderno e "modelo" não se faz sem embates, sem tensões. Contradições entre o preservar, o transformar e o transformar preservando; a questão da especulação imobiliária e o problema habitacional local; a participação cidadã e o problema atual do "incivismo", dentre outras questões, são indagações importantes quando refletimos sobre seus desdobramentos em termos de políticas públicas locais, inclusive no âmbito educacional.

TRILLA BERNET (1999, 35-37) nos diz sobre a "cidade como conteúdo educativo", o que, por sua vez, se refere à aprendizagem informal da cidade e suas limitações em termos de "superficialidade" e de "parcialidade", bem como ao papel da educação formal e não-formal para a superação das mesmas. Considerei ser este um ponto que diz respeito diretamente às práticas educacionais, em Campinas, mencionadas na minha pesquisa. Tais práticas podem contribuir no sentido de proporcionarem, aos sujeitos nelas envolvidos, possibilidades maiores de ampliação da leitura da cidade campineira de modo a percebê-la em sua composição de "muitas cidades objetivamente e subjetivamente diferentes" aparentemente

unificadas em um todo coeso; a aumentar o sentido de pertencimento, diretamente relacionado à construção de identidades e da cidadania participativa.

Ao lado das possibilidades acima mencionadas há, contudo, alguns desafios que permeiam nossas práticas, em Campinas. Em termos teórico-metodológicos, situei a necessidade de não perdermos de vista as necessárias articulações entre contextos locais e globais, bem como a leitura "à contrapelo" que traz à tona o caráter contraditório e dialético da história, fugindo,assim, de interpretações lineares e bairristas; igualmente, a busca da ampliação da percepção da cidade em suas dimensões múltiplas de espaços-tempos, para além do tempo linear, etapista e progressista e na incorporação dos tempos da memória: fragmentado, sensível, marcado pela lembrança e pelo esquecimento, tempo ativo posto que a rememoração nos coloca em posição de sujeitos da história rumo a outras relações com o presente vivido coletivamente na cidade.

Em termos político-institucionais, remeti à necessidade de superarmos a precariedade das relações entre as diversas instituições patrimoniais, instituições e organizações educacionais formais e não-formais e o poder público, com vistas à ampliação de propostas educacionais que tenham a cidade de Campinas como foco. E, ainda, a superação da fragmentação dos projetos na área da educação não-formal devido à dependência de recursos econômicos e da vontade política para levá-los a termo.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter**. A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**: representações da História em Walter Benjamin. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

CASULLO, Nicolás (compilación y prólogo). **El debate Modernidad - Posmodernidad**. 2ed. ampliada y actualizada. Buenos Aires: Retórica, 2004.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O Almanaque, a Locomotiva da Cidade Moderna. Campinas, décadas de 1870 e 1880.** Campinas,1998(Tese de Doutoramento),IFCH,Unicamp

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud:** educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRILLA BERNET, Jaume. *Un marc teòric: la idea de ciutat educadora*. In :**Les ciutats que s'eduquen.** Temes d'educació. n.13, Diputació de Barcelona, julio de 1999, Pp.13-51.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As relações entre os países africanos a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso?

Marcos Cordeiro Pires*

Resumo
O presente artigo tem por objetivo apontar o papel que a República Popular da China está exercendo no continente africano ao estabelecer relações diplomáticas e comerciais com os países do continente. Após décadas de estagnação, a África está apresentando um momento de forte crescimento econômico, decorrente do intercâmbio comercial com a China. Diante disso, cabe indagar: O interesse chinês na África pode ser considerado um novo imperialismo?

Abstract
The aim of this paper is to point policy of the People Republic of China at the established trade and diplomatic relations with Africans countries. After decades of stagnation, the Continent is living a time of stronger economic growth, due its relationship with China. In the face of this situation, one question had be done? Is the Chinese interest in Africa a new imperialism?

Introdução

O continente africano é aquele em que os níveis de desenvolvimento estão em patamares mais baixos no mundo. O colonialismo, a escravidão, as guerras civis e, mais recentemente a AIDS, são flagelos que fincaram profundas raízes no Continente. A adoção de políticas impostas pelo FMI e BIRD só fizeram piorar o que já era ruim. No entanto, o desenvolvimento econômico da Rep. Popular da China tem dado um novo alento às economias africanas. A grande demanda por matérias-primas e os grandes investimentos chineses tem estimulado economias como as de Angola, Sudão, Nigéria, Namíbia, África do Sul, entre outras. Em 2006, o fluxo de comércio entre a China e o continente africano ficou em torno de 56 bilhões de dólares, com pequeno superávit em favor dos africanos. O papel central da África na política internacional chinesa pode ser comprovado pelas recentes viagens do presidente Hu Jintao (abril de 2006 e fevereiro de 2007) ou pelo Fórum de Cooperação China-África, que reuniu representantes de 48 países africanos em Pequim. Diante disso surge a seguinte questão: até que ponto o interesse chinês pode ser visto como uma janela de oportunidade aos africanos ou pode ser encarado como mais um colonialismo. Levantar elementos para responder a tal pergunta será o cerne deste artigo.

* Doutor em História Econômica – FFLCH-USP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – FFC – UNESP- Marília.

1 – O processo de descolonização e a longa crise Africana

A crise do modelo colonial europeu na África teve suas origens na crise de 1929, que levou à contração do comércio internacional, afetando de forma mais aguda os países dependentes da exportação de matérias-primas, tal qual ocorreu na América Latina. Diferentemente do que ocorreu nesta última, os países africanos não puderam iniciar um processo substitutivo de importações por conta das restrições das metrópoles, que procuravam proteger seu próprio parque industrial. Outro fator preponderante para crise colonial foi a II Guerra Mundial. Potências colonialistas como Inglaterra, França e Bélgica foram diretamente afetadas pelo conflito. A primeira viu suas energias serem consumidas em três frentes: na Europa, no Norte da África e na Ásia. França e Bélgica ocupadas pelos alemães, também perderam sua capacidade de manter impérios em ultramar. Além disso, como substrato da II Guerra, o discurso racista e colonialista se via enfraquecido por conta da derrota do nazismo e de suas teses discriminatórias no campo de batalha.

A descolonização África se beneficiou dos avanços obtidos por países asiáticos em se desvencilhar da dominação européia. A independência do Hindustão (Índia, Paquistão e Ceilão), a Revolução Chinesa e a Guerra na Indochina influenciaram os diversos movimentos de Libertação Nacional no continente africano, com destaque para a luta dos povos árabes contra o domínio europeu (Argélia, Marrocos, Egito, Tunísia e Líbia). A partir daí, os movimentos de *Libertação Nacional* procuraram agir dentro de cada colônia, ou seja, sem enfrentar os problemas decorrentes da arbitrária divisão territorial definida pelas potências imperialistas, particularmente as divisões étnicas dela decorrente. O objetivo desses movimentos era o de construir estados nacionais nos moldes dos demais países do mundo, com a definição de seu próprio território, sua própria moeda e suas forças armadas. Era uma tarefa significativa, considerando-se que a população nativa escolarizada necessária para a construção de um estado moderno se restringia a uma ínfima parcela da população, já que os governos coloniais vetavam o acesso da massa ao ensino técnico e universitário.

Soma-se a isso outra dificuldade advinha da desestruturação econômica decorrente das guerras de independência. A vitória desses movimentos, em muitos casos, ocorreu após extenuantes guerras de libertação e menos de acordos pacíficos. Ao fustigar o colonialista, acabou-se por debilitar a produção e a distribuição de mercadorias que seriam úteis após a independência. Um terceiro fator que deve ser levado em conta foram as guerras civis que se seguiram à independência. Tendo como base as rivalidades étnicas amortecidas pelo colonialismo, as guerras civis que assolaram o continente africano, particularmente a região

sub-saariana também se travestiam de guerra ideológica, ao contrapor grupos aliados da União Soviética a grupos apoiados pelos Estados Unidos e pelo governo racista da África do Sul, como ocorreu em Angola e Moçambique.

O movimento de libertação nacional da África somente seria concluído em 1990, quando foi derrubado o regime racista da África do Sul. O final da Guerra Fria trouxe um momento de esperança para as nações africanas, principalmente por conta do fim do regime de *apharteid*. Sua queda poderia significar não só a ascensão de um governo democrático naquele país, como também do final do apoio a grupos armados que fustigavam os estados vizinhos. A libertação de Nelson Mandela e a eleição de um governo do principal opositor do regime, o Congresso Nacional Africano, em 1994, seriam festejadas como um momento alvissareiro para todo o continente africano.

No entanto, a euforia durou pouco. A desilusão veio com a adoção por parte dos países africanos das políticas impostas pelo FMI e Banco Mundial, que pregavam reformas estruturais com vistas a preparar esses países para o ingresso na globalização produtiva e financeira que ganhara força com a queda da URSS. A abertura econômica levou à desestruturação de economias que já vinham cambaleando desde a independência. O país mais rico da região, a África do Sul, por conta de políticas neoliberais viu sua renda se estagnar, ao manter o câmbio valorizado e elevadas taxas de juros, tornando o país um "cassino" para o capital financeiro. Ademais, os prometidos investimentos jamais chegaram, ficando o continente à margem da globalização durante toda a década de 1990 e começo do terceiro milênio. Em 2003, o continente recebeu apenas 2% do fluxo de investimento externo direto, sendo que a maior parte foi destinada aos países produtores de petróleo (UNCTAD, 2005).

Junto à crise econômica, outras duas "epidemias" assolaram o continente: a AIDS e os conflitos étnico-religiosos. Com relação à AIDS, "o *mais recente relatório da Unaids, a entidade das Nações Unidas para luta contra Aids, afirma que existem entre 24 e 29 milhões de pessoas com HIV/Aids na região subsaariana. No mundo, a Aids representa a quarta causa de morte. Na África, é a primeira.* (CASTELFRANCHI, 2006)

A outra "epidemia" foi (e é) a de conflitos étnico-religiosos, que surgiram em decorrência da desestruturação do poder dos estados nacionais. Em meio à miséria e sem as demandas sociais básicas atendidas, a população tende a ver num grupo específico o culpado pela situação. Frente a isso, e muitas vezes insuflados por interesses externos, grupos armados disputam o poder de forma encarniçada, como revelaram os eventos de Ruanda e Burundi, em que se defrontaram tutsis e hutus, conflito este que se alastrou para outros países em que essas

etnias são encontradas, como Uganda e República Democrática do Congo. Conflitos similares ocorrem na Nigéria, no Sudão, na Argélia, em Serra Leoa, Somália etc.

O balanço do período que vai de 1950 a 2000 é bastante dramático. A esperança depositada na independência nacional deu lugar à frustração. Os escombros de 500 anos de exploração européia são difíceis de reerguer. Para além disso, a guerra civil, a fome, as políticas econômicas impostas desde fora e por fim a AIDS contribuíram para a desilusão que se abate sobre os povos africanos. É nesse contexto que surge a nova influência da República Popular da China sobre o continente.

2- A presença da República Popular da China no Continente Africano: oportunidade ou novo imperialismo?

Na última década, a comunidade internacional vem se deparando com uma série de notícias sobre o crescimento da participação da República Popular da China - RPC na economia mundial. De fato, o crescimento médio anual do Produto, da ordem de 10% nos últimos 25 anos, impressiona por si só. A RPC tornou-se o terceiro maior "trader" do mundo, atrás de Estados Unidos e Alemanha e, ao suplantar a França e a Inglaterra, ascendeu à condição de quarta economia do planeta. Por conta disso, a RPC já é hoje o maior importador das principais *commodities* agrícolas e industriais, excetuando o petróleo, quando perde para os Estados Unidos (BBC, 2005).

A diplomacia chinesa tem se esforçado para equiparar a influência política mundial da RPC ao seu peso econômico. Pequim entrou definitivamente no circuito das visitas internacionais de inúmeros chefes de Estado. Os grandes temas que perturbam a ordem mundial têm na RPC um importante interlocutor. Por outro lado, Hu Jintao, assim como seu antecessor Jiang Zemin, tem feito diversos giros pelo mundo. Além de questão vital para a política interna chinesa - a afirmação do princípio de uma única China e a tentativa de isolar Taiwan e arrefecer seus ímpetos autonomistas - as delegações chinesas buscam ampliar as relações comerciais em áreas distantes de sua natural influência, como é o caso da América do Sul, com vistas a assegurar as bases de seu desenvolvimento econômico (PEOPLE DAILY, 2005).

Em novembro de 2006, foi realizada em Pequim a cúpula do Fórum de Cooperação África-China, que contou com a presença de 48 chefes de estado africanos, além do presidente Hu Jintao. Este foi o quinto encontro, que ocorre desde 2000, cujo objetivo é estreitar a cooperação econômica entre a República Popular da China e o continente africano.

A ampliação da presença chinesa tem se refletido de maneira expressiva na África. O intercâmbio da África com a RPC saltou de US$ 11 bilhões, em 2000, para US$ 56 bilhões em 2006. Merece destaque o intercâmbio com Angola, segundo maior fornecedor de petróleo à China, cujo volume do intercâmbio atingiu mais US$ 11 bilhões em 2006. O país africano só perde para a Arábia Saudita no fornecimento de petróleo. (ver. Gráfico 1).

É importante ressaltar que do ponto de vista econômico, a África tem uma importância marginal no fluxo de comércio chinês, que concentra seus negócios com a Ásia, União Européia e Estados Unidos. Entretanto, para os países da região, a demanda chinesa tem um peso muito significativo. Do ponto de vista político, particularmente no que tange às negociações no âmbito da OMC, a RPC tem cerrado fileiras com países em desenvolvimento para pressionar os países industrializados a flexibilizar políticas protecionistas no setor agropecuário.

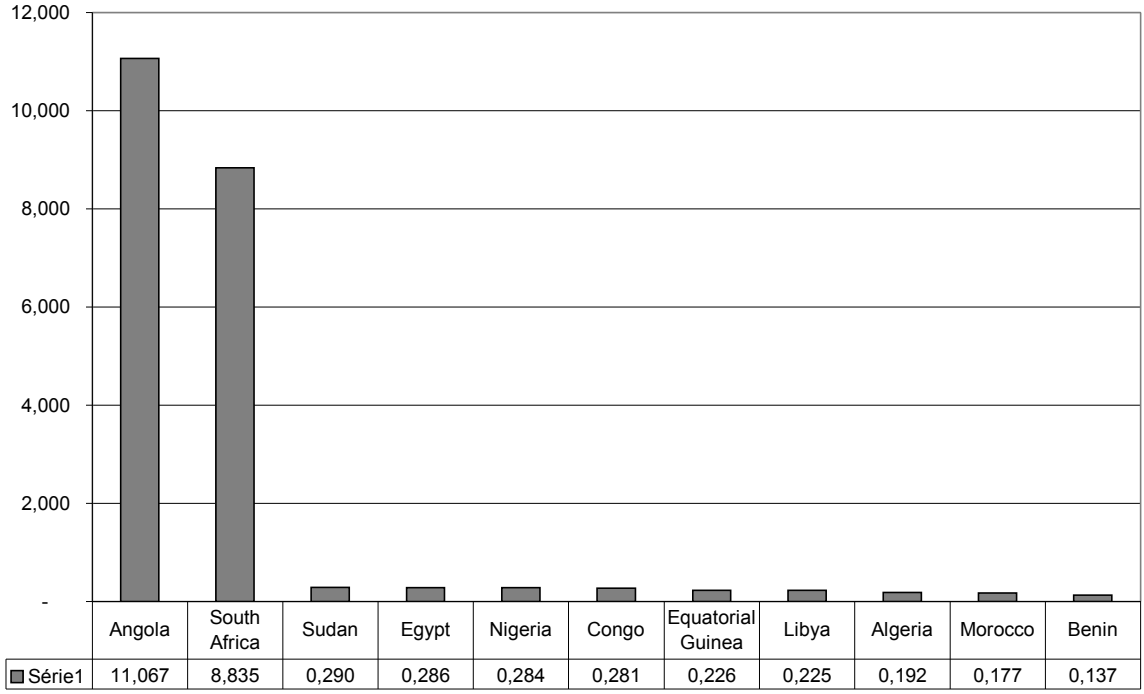

Gráfico 1 – Intercâmbio entre a China e África-Países Selecionados – jan-nov 2006. em bilhões de US$.
Fonte: China: Ministry of Commerce. Disponível em: english.mofcom.gov.cn.

Outro aspecto que chama atenção diz respeito à participação de investimentos diretos chineses na região. O fluxo comercial com a África representar apenas 2,3 % do total da RPC. No entanto, a região se tornou um local privilegiado para o investimento direto chinês.

> "O investimento estrangeiro direto da China na África cresceu 300% entre 2003 e 2004 (dados mais recentes disponíveis para comparação) quando ficou em cerca US$ 900 milhões (quase R$ 2 bilhões), segundo um estudo do Banco Mundial. O volume, apesar de pequeno quando comparado ao total de investimentos chineses no resto do mundo – de 45 bilhões em 2004 – continua crescendo e chegou a US$ 1,18 bilhão (R$ 2,53 bilhões) no primeiro semestre de 2006. 'A China sozinha investe mais em infra-estrutura na África do que todos os países ricos juntos', disse à BBC Brasil David Dollar, diretor nacional da representação do Banco Mundial para China e Mongólia" (WENTZEL, 2006).

A influência da RPC na África tem causado certa inquietação nos círculos de poder dos Estados Unidos e da Europa, tradicionais parceiros comerciais da região. Os empréstimos do governo chinês a países como o Sudão, submerso no conflito de Darfur, são vistos com preocupação porque tais recursos foram concedidos sem nenhuma condicionalidade, qual seja, forçar o governo de Cartoon a negociar com a guerrilha cristã que atua na região. Além do mais, acusam europeus e norte-americanos, a liberalidade dos empréstimos chineses ajuda a manter governos "corruptos" e "ditatoriais" no continente, contrariando a política de organismos como o Banco Mundial e o FMI que buscam a "transparência" no trato do dinheiro público, a chamada "boa governança".

Já do ponto de vista de chineses e africanos, as exigências das potências ocidentais são vistas como resquícios do imperialismo. Faz parte da política chinesa a não intromissão nos assuntos domésticos e busca do ganho mútuo entre as partes. Além disso, o intercâmbio comercial tem sido acompanhado de assistência técnica em vastos campos, como saúde e infra-estrutura. É preciso recordar que a presença chinesa na África remonta à era maoísta, quando a China apoiou tanto os movimentos de libertação nacional quanto os governos surgidos após a independência. Moçambique, Tanzânia, Zimbabwe, entre outros, receberam o auxílio técnico e militar daquele país. Na última década, a China construiu 19 escolas, 38 hospitais e inúmeros estádios, com 760.000 assentos no continente (XINHUA, 2007).

As diretrizes que regem a relação entre China e África foram resumidas a seguir (HU JINTAO, 2006)

a) Constituem princípios nas relações e cooperações sino-africanas amizade e sinceridade, igualdade e benefício recíproco, unidade e cooperação e progresso comum, ao mesmo tempo, força motriz para promover o progresso de tais relações;

b) Amizade e sinceridade, tratamento com plena igualdade: Persistir nos cinco princípios de coexistência pacífica, respeitar o caminho de desenvolvimento escolhido segundo a vontade dos países africanos e os apoiar num fortalecimento conjunto do poderio;
c) Benefício recíproco e prosperidade comum: Apoiar os países africanos no desenvolvimento econômico e na construção do país e manter cooperações diversificadas das áreas econômicas, comerciais e sociais e promover o desenvolvimento comum.
d) Apoio mútuo e cooperação estreita: Reforçar com a África cooperações multilaterais no quadro da ONU, apoiar um a outro as solicitações e propostas justas e trabalhar como sempre para que a sociedade internacional preste mais atenção à paz e ao desenvolvimento da África.
e) Aprender-se um do outro e procurar o desenvolvimento comum: Apreender-se um a outro e emprestar um do outro suas experiências tanto na administração como no desenvolvimento e reforçar a cooperação nas áreas científica, cultural e educacional a fim de apóia-los na elevação da capacidade e encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.
f) O princípio de uma só China constitui a base política para a China estabelecer e desenvolver suas relações com os países africanos e as organizações da região. O governo chinês aprecia o fato de muitos países africanos observarem o princípio de uma China só no mundo, não manter contatos oficiais com Taiwan e apoiar a grande causa de reunificação da pátria. A China está disposta a estabelecer e desenvolver suas relações diplomáticas com todos os países que não mantêm relações diplomáticas com a China na base do princípio de uma China.

Dentro desses princípios, a relação entre China e África tem tido impactos positivos no continente. Após ficar fora do mapa da globalização, as economias africanas voltam a apresentar dinamismo, alcançando taxas de crescimento bem acima da média mundial. A média do continente em 2005 foi de 5,2%.

Não obstante tais diretrizes, analistas norte-americanos questionam a suposta "boa vontade" chinesa ao ressaltar que o interesse chinês se restringe a obter fontes seguras de matérias-primas, particularmente petróleo, e encontrar mercados para seus produtos (bens de consumo e armamentos). Além do mais, os chineses são acusados de negligenciar o esforço internacional de conter governos despóticos e de promover a instauração de governos democráticos e estáveis (BRAUTIGAM & GAYE, 2007; PAN, 2007). De certa forma, os ocidentais procuram enxergar nos chineses o que se vê neles próprios.

Considerações Finais

Não se pode tirar conclusões de um processo em curso, ainda mais porque o período em análise é bastante curto. No entanto, após décadas de instabilidade, a economia africana vem apresentando um novo fôlego. Não se trata de intuir sobre um período de desenvolvimento econômico ou de mudança nas estruturas do país. A demanda chinesa fez reacender uma estrutura muito similar à do período colonial que estava em crise, particularmente no período pós-Guerra Fria. No entanto, há algo de diferente nessa aproximação com a China, uma vez que a cooperação tem por base a compra de matérias-primas e também a cooperação técnica em muitos campos, particularmente na formação de quadros técnicos africanos em universidades chinesas. Além do mais, os chineses não são vistos como os responsáveis por 500 anos de exploração colonial, o que por si só pode indicar um novo tipo de relacionamento, talvez bastante distinto do imperialismo ocidental.

Referências Bibliográficas

BBC (2005). "China ultrapassa EUA como maior consumidor mundial". Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/02/050217_chinaeuacg.shtml. visitado em 17/02/2005

BRAUTIGAM, Deborah; GAYE Adama (2007). Is Chinese Investment Good for Africa? Debate. Council on Foreign Relations. 20/02/2007. Disponível em: http://www.cfr.org/publication/12622/is_chinese_investment_good_for_africa.html

CASTELFRANCHI, Yurij (2006). A luta ímpar contra os big killers na África. Com Ciência-Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. SBPC. Nº 76 – 10/05/2006 – Disp.em : http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=13&id=114

UNCTAD-Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (2004). Foreign Direct Investment . Disponível em: www.unctad.org

HU JINTAO (2006). Full text: Address by Hu Jintao at the Opening Ceremony of the Beijing Summit of The Forum on China-Africa Cooperation. Disponível em: http://en.ce.cn/subject/CAF/cafsd/200611/04/t20061104_9278126.shtml

PAN, Esther(2007). China, Africa, and Oil. Council on Foreign Relations. 26/01/2007. Disponível em: http://www.cfr.org/publication/9557/

PEOPLE DAILY (2005). "Diplomacia china en 2004 se desarrolla girando en torno a construcción econômica". Disponível em: http://spanish.peopledaily.com.cn//31621/3089868.html. Visitado em 25/08/2005.

UNAIDS (2006). Report on the global AIDS epidemic 2006. disponível em: http://www.unaids.org/en/HIV_data/2006GlobalReport/default.asp

.

WENTZEL, Marina (2006). Investimento chinês na África triplicou em um ano. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061102_chinaafricamarinafn.shtml

XINHUA (2007). Minister: African people don't welcome colonists. http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/12/content_5834982.htm

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Desenho Anônimo
Um Olhar sobre a Cultura Material dos Imigrantes Alemães e Italianos no Rio Grande do Sul

Paulo César Ribeiro Gomes[1]*
Paula Ramos*

Resumo
O artigo traz apontamentos acerca de dois momentos de uma mesma pesquisa, focada na cultura material da imigração italiana e alemã no Rio Grande do Sul. A investigação vem sendo realizada por professores e alunos do Curso de Design Uniritter, em Porto Alegre, desde 2005 até o presente. Partindo da catalogação e análise da coleção de objetos do arquiteto Calito Moura, busca-se tanto levantar os cruzamentos entre formas de longa duração na cultura européia e a nova realidade brasileira, bem como o trabalho de designers contemporâneos que têm nessa tradição seu veio de criação. O artigo apresenta as motivações da pesquisa, sua fundamentação teórica e seus objetivos, além da metodologia empregada. Não são comentados resultados finais, uma vez que a pesquisa está em andamento.
Palavras Chave: desenho, cultura material, artefatos da imigração.

Abstract
This paper presents a research, in development at Centro Universitário Ritter dos Reis, in Porto Alegre, since 2005 to the present, that aims at producing a documental and analytical study about objects and material remains from Italian and German immigrants in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, as well as organizing an electronic data base to support future research. A summary of this study, its theoretical foundation, its objectives and the methodology can be found in this text. Final results, although, cannot be mentioned, since the research has not been completed.
Keywords: design, material culture, immigration remains.

Inovação, criatividade e solução de problemas constituem palavras e expressões de ordem para os designers. No desenvolvimento de projetos, uma está articulada à outra. Naturalmente que há vários fatores que devem ser levados em conta na criação e desenvolvimento de projetos em design. Entretanto, a tríade supracitada parece guiar o trabalho de muitos profissionais da área, que se esforçam por criar formas cada vez mais inovadoras e surpreendentes, que atendam às demandas e funções que se espera dos produtos. Nesse sentido, é interessante observar algo que vai justamente na contramão: projetos que têm na sua essência uma matriz mais tradicional, não necessariamente *rétro,* mas que referencia aspectos históricos e antropológicos de modo mais contundente. Foi analisando essa

[1] * Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre (RS).

recorrência e conhecendo a admirável coleção de objetos do arquiteto Calito Moura, sediada em Porto Alegre, que surgiu a idéia da pesquisa em andamento, ligada ao Curso de Design do UniRitter. A investigação teria seu foco, num primeiro momento (2005-2006), na catalogação desse universo de formas pretéritas para, na seqüência (2007), centrar-se na permanência dessas mesmas formas no design contemporâneo. A presente comunicação traz alguns comentários decorrentes destas investigações.

O Contexto

Como sabemos, ao longo do século XIX, centenas de famílias de imigrantes majoritariamente pobres aportaram no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, buscando novas oportunidades de trabalho e de vida. Os alemães chegaram primeiro, ocupando a região ao longo dos rios Taquari, Sinos, Caí e seus afluentes. Era 1824. Na década de 60, foi a vez dos italianos, obrigados a assumir uma faixa de terra de difícil acesso, no nordeste do Estado, sem estradas e precariamente povoada.

Na bagagem, trouxeram consigo algum vestuário, poucas ferramentas, artefatos de caráter religioso e objetos para uso cotidiano. A férrea energia para trabalhar, crescer e sobreviver era o que movia essas famílias. Tal motivação parece ter ganhado maior vulto a partir justamente da confrontação com a realidade, por demais distinta da imagem do Brasil que havia sido divulgada. No imaginário dos italianos, tratava-se da terra da *Cocanha,* espécie de *paraíso prometido* em que a comida, o trabalho e a felicidade eram abundantes. Não tardou para que eles percebessem o equívoco, conforme podemos observar, inclusive, na pintura *Tempora Mutantur* (1898), de Pedro Weingärtner, que representa um casal de imigrantes exauridos diante da terra inóspita.

Rapidamente esses grupos estabeleceram formas de convivência, sobretudo com os *donos da terra,* luso-brasileiros detentores do poder político, proprietários de latifúndios e com uma cultura bastante diversa da deles. O "sul" dos estrangeiros era organizado em colônias, pequenas ou médias propriedades rurais, geralmente articuladas em torno do eixo da igreja.

As famílias eram, por sua vez, de natureza patriarcal, embora seja impossível ignorar a efetiva participação das mulheres nesse contexto. É interessante notar que, devido ao fato de que mães e filhas passavam muito tempo sozinhas com as crianças, enquanto os

homens se dedicavam à agricultura e à pequena pecuária, elas acabaram desenvolvendo um senso de autonomia bem maior, quando comparado, por exemplo, com a experiência das luso-brasileiras (FAVARO, 2002). Era atributo das mulheres, entre outros, a educação dos filhos, que passava pelo viés dos preceitos religiosos e pela preservação de traços culturais identificados com a origem étnica. Muitos desses ensinamentos e modos de compreensão do mundo eram transmitidos pelos raros livros, notadamente pela Bíblia, como por objetos, a exemplo dos chamados "panos de parede", ou "panos de cozinha", confeccionados nos anos de adolescência da mulher e que integravam o seu enxoval. Adornados com figuras e inscrições bordadas, eram pendurados nas paredes das cozinhas coloniais, na sala de visitas ou na intimidade dos quartos de dormir. Acabavam mostrando toda uma visão de mundo, os valores e preceitos morais daquela família, além de transmitirem regras de sociabilidade. (FAVARO, 2002). O conceito de frases como *Trabalha em harmonia e viverás em harmonia,* ou *O trabalho produz a paz* é comum nesses artefatos.

Outros tantos objetos igualmente refletem o espírito desses imigrantes. Muitos foram trazidos pelos precursores, outros tantos, porém, desenvolvidos em solo brasileiro, criados a partir das necessidades dos colonos, do material disponível para tanto e, evidentemente, da capacidade de seu criador de articular esses eixos. Tais artefatos são não somente testemunhos de uma época, como apresentam em si mesmos, nos materiais utilizados, nos adereços e na sua vocação enquanto objetos, um registro da inventividade, da imaginação e das mestiçagens desenvolvidas neste novo espaço e diante das novas condições.

A Motivação

Muito já se escreveu sobre a herança dos imigrantes para a cultura brasileira e, em especial, em se tratando dos teutos e italianos, para a rio-grandense. Tais estudos, notadamente surgidos no campo das Ciências Humanas, trafegam por temas como multiculturalidade e fronteiras culturais, ancorados em descrições e documentos de época, bem como em testemunhos orais de descendentes. Os objetos e vestígios materiais dessas comunidades, quando comentados pelos pesquisadores, na maioria das vezes funcionam como meras ilustrações – no sentido mais restrito e limitado do termo –, indicando de maneira sumária o *modus vivendi* desses povos, mas com pouca reflexão acerca do objeto em si, de sua inserção na sociedade e de como ele pode refletir o próprio sentido e a orientação das transformações culturais.

A História Cultural, particularmente, tem se notabilizado nas reflexões acerca da cultura material e de como os objetos carregam em si não apenas meras e por vezes simples representações, mas, sobretudo, construções de identidades e de imaginários, sejam eles coletivos ou individuais. Nos últimos anos, como sabemos, sobretudo por sua metodologia de trabalho calcada num sistema muito semelhante ao de uma colcha de retalhos, plural e interdisciplinar, a História Cultural tem conquistado pesquisadores e também público, que passam a ser estimulados a perceber nas mais singelas imagens do cotidiano, construções bem mais complexas.

Acreditamos que é possível pensar a História do Design de forma semelhante. Aspectos de ordem econômica, social, filosófica, antropológica, tecnológica, artística, entre várias outras, influenciam não somente no momento da produção, como no de consumo e uso dos objetos. E assim, tal como o historiador da cultura, um pesquisador dedicado ao estudo da História do Design deve estar atento e predisposto à diversidade de elementos, à multiplicidade de informações, ao cruzamento dos campos do saber.

Desenhando um saber-fazer

Ao escolhermos o acervo a ser trabalhado, a já citada Coleção Calito Moura[2] - dentro do universo amplo de coleções assemelhadas disponíveis[3] -, buscamos identificar primeiramente seu perfil e/ou de seu constituinte. Para tanto, decidiu-se fazer uma entrevista com o colecionador, buscando com isso compreender os processos de colecionismo e as especificidades de sua coleção.

A partir desse contato, iniciou-se o processo de catalogação[4], embasado em procedimentos metodológicos do campo da museologia e do estudo de bens patrimoniais e

[2] Vários objetos da coleção já foram expostos publicamente, com destaque para a mostra *SOMOS a Criação Popular Brasileira,* exibida no Santander Cultural, em Porto Alegre, no final de 2006; destaque também para a mostra *Desenho Anônimo*, com cerca de 700 peças da coleção de Calito, entre maio e julho de 2007, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo.

[3] As demais coleções disponíveis são: Coleção Museu Histórico de Antônio Prado (Antônio Prado, RS); Coleção Museu Histórico de Caxias do Sul (Caxias do Sul, RS); Coleção Museu Histórico de Novo Hamburgo (Novo Hamburgo, RS); Coleção Museu Histórico de São Leopoldo (São Leopoldo, RS).

[4] Ao longo do processo de catalogação foram utilizadas como ferramentas bibliográficas obrigatórias a *Metodologia Aplicada em Museus*, de Fausto Henrique dos Santos, que juntamente com os *Parâmetros para Conservação de Acervos* (The Council of Museums) fornecem os referentes básicos para o trabalho de catalogação dos itens. Citamos ainda, dentro da mesma linha, o *Manuel de Muséographie*, organizado por Marie-Odile de Bary e Jean-Michel Tobelem e, considerando a presença inicial majoritária de coleções (particulares e públicas), o *Être Collectionneur*, organizado por Olga de Narp, que subsidia a organização e o entendimento dos processos de colecionismo.

culturais. Para tanto, foi necessário estabelecer um recorte dentro da coleção. Dos mais de três mil exemplares disponíveis, escolhemos 300, levando em consideração a tipologia, a utilização, enfatizando aspectos tais como exemplaridade, qualidade de execução, aspectos formais e raridade.

Um levantamento prévio nos permite visualizar a grandiosidade da produção dos imigrantes, que se desdobra em variadas famílias[5] disponíveis na coleção e, a partir dessa primeira divisão, foi organizada uma ficha-mãe para a catalogação, comportando a identidade completa da obra e incluindo aí sua localização, especificidades (medidas, peso, materiais), possível data de fabricação, origem, usos[6], etc. À organização básica seguem fichas específicas, a partir de temas ou assuntos: grandes grupos (ferramentas, mobiliário, objetos pessoais etc.); grupos secundários (materiais, usos); terciários (aspectos decorativos, padrões, detalhes de construção e ou fabricação). A proposta é de que essa organização permita outros estudos e quantificações.

O processo de catalogação envolveu, naturalmente, a documentação fotográfica desses materiais, que foi feita pensando cada peça em sua completude e em suas especificidades. Os detalhes registram aspectos dos materiais, sistemas de acionamento e encaixe, pequenos requintes decorativos, preciosas e muitas vezes surpreendentes soluções em projeto, embora esse seja totalmente anônimo... Daí talvez o encanto maior dessas peças e artefatos.

Seguindo o cronograma da pesquisa, que previa para o final de 2006 o término da catalogação, estabelecemos, a partir de então, o processo de análise conceitual e teórica do material, que está sendo feito com a participação de vários pesquisadores. Na fase atual, de sistematização do banco de dados, além de consolidar os campos já existentes nos estudos de Design relativos ao assunto, avançamos para uma pesquisa em novos campos.

---

[5] Objetos em madeira: marchetaria, utilitários, instrumentos e ferramentas, mobiliário;
- objetos cerâmicos: terracotas (louças), faianças (louças não vitrificadas, opacas e porosas), porcelanas (louça dura, vitrificadas, translúcidas e impermeáveis), grês (duras e impermeáveis, mas opacas), gesso (imagens religiosas); - objetos em metal (ferro, cobre, latão, etc.): utilitários, instrumentos, ferramentas, objetos de adorno e /ou de culto religioso; - objetos em osso e/ou chifre: utilitários, instrumentos, ferramentas e objetos de adorno (jóias) e/ou de culto religioso; - tecelagem: vestuário, tapetes, tecelagem em palha ou similares, bordados, rendas; - manufaturas de louça e de vidro: utilitários, instrumentos, ferramentas.

[6] Número de ordem; Número do objeto; Nome (classe ou grupo do objeto); Origem
Título e ou descrição sumária; Dimensões (altura, largura, comprimento, diâmetro e peso); Modo de aquisição; Identificação do primeiro proprietário; Dados da coleta (quem, local, data, condições); Identificação.

Ao operar um levantamento desta vasta cultura material, quer-se analisar como tais objetos foram projetados, seja inspirados em exemplares anteriores, seja a partir de uma criação mais livre, talvez ingênua, muitas vezes impressionante pelo alto grau de sofisticação encontrada. E, neste sentido, é interessantíssimo observar os modelos de lamparina feitos manualmente: na sua quase totalidade, eles são pautados em referenciais europeus; entretanto, os desenhos originais e os próprios elementos constitutivos foram sendo adaptados aos materiais e às ferramentas disponíveis. Assim, é muito comum encontrarmos lamparinas confeccionadas a partir do reaproveitamento de latas para doce ou condimentos; ou mesmo objetos como jarros e chaleiras.

Atualização da Pesquisa

Resquícios e estilemas desta impressionante cultura material podem ser percebidos na produção contemporânea em design, referenciando o trabalho de vários profissionais. Também por isso tal pesquisa e sistematização se fazem importantes. Está-se operando não somente um levantamento de formas, de ferramentas utilizadas e de tecnologia empregada, como também de como essa tradição foi sendo passada às gerações ou mesmo negligenciada.

Em design, é notória a relação entre formas tradicionais e outras inovadoras. No caso do Rio Grande do Sul, observando rapidamente a produção de algumas indústrias surgidas no Estado – especialmente as indústrias moveleiras, de ferramentas, de porcelanas, baixelas e talheres –, percebemos essa recorrência. E embora ela exista e seja bastante expressiva, não há estudos sobre o tema. É o que estamos fazendo na segunda etapa da pesquisa.

Antecedentes

Temos um exemplo bem sucedido de absorção de informações culturais consolidadas na produção de objetos contemporâneos no projeto *Cara Brasileira*, desenvolvido pelo Sebrae. No Rio Grande do Sul, foi feita uma releitura da utilização dos favos – técnica tradicionalmente adotada nas bombachas –, ganhando visibilidade nacional com a assinatura do estilista Lino Ventura, que aplicou o modelo às suas botas de grife.[7]

[7] *Sebrae/RS investe R$ 3,4 milhões em Design*, in design.rs – Revista Rede Gaúcha de Design, Ano 1, nº 1, p. 8.

Outro exemplo notável é o projeto *Mão Gaúcha*, também encabeçado pelo Sebrae, que incorpora motivos do artesanato local, valorizando-o e produzindo objetos que hoje são exportados para a Europa, impulsionando, com isso, a indústria local, ao mesmo tempo em que valoriza as raízes culturais do Estado.[8] Essas peças ganharam enorme visibilidade ao serem adquiridas pela Varig para integrarem os objetos utilizados nas primeiras classes dos seus vôos internacionais. Foram mais de mil peças, entre bandejas, cestas de pão e vinho, que colaboraram para a difusão dos fazeres locais e das técnicas artesanais.

Mesmo em se tratando, no caso específico do projeto *Mão Gaúcha*, da apropriação de técnicas de artesanato, o princípio que estamos valorizando é o mesmo, isto é, partindo de modelos pré-existentes, o artesanato e a indústria alimentam-se dessas formas para a produção de novos objetos.

O cruzamento entre artesanato e design, polêmico por natureza, está sendo cuidadosamente considerado na nossa pesquisa. Considerando que nossa amostragem catalogada de objetos, artefatos e ferramentas foram produzidos por mãos de imigrantes, povos reconhecidamente pobres, que dispunham de recursos materiais limitados, devemos considerar que o artesanato teve um papel considerável na consolidação desses objetos. O artesanato está vinculado de maneira inalienável com a economia dos países pobres. Afirmamos acima a importância da experiência de absorção e qualificação do artesanato rio-grandense pelo *Mão Gaúcha*.

Outro exemplo é o projeto *Ouro Preto*, desenvolvido por Heloísa Crocco e José Alberto Nemer na oficina *Artesanato e design na produção do objeto*, criada em 1993, que tem por objetivo unir o artesão e o design, "cada um entrando com o seu capital criativo, interagindo e modificando-se mutuamente. Do artesão deveria vir o domínio do material, seu vocabulário e sua manipulação. Do design, a racionalização da forma, a invenção plástica e sua capacidade de plasmar novas formas".[9]

Cruzamentos

Nosso objetivo é fazer um cruzamento entre formas pretéritas e contemporâneas em design, a partir de exemplares produzidos pela indústria gaúcha e, a partir dessa

[8] Idem nota anterior, pp. 8, 10-11.
[9] *Artesanato e Design, história de uma convergência*, in ARC Design, nº 13, 2000, p. 26-30.

confrontação, elaborar um estudo e uma reflexão acerca da permanência e da transformação de modelos de longa duração, notadamente surgidos em berços italiano e germânico.

Atualmente, estamos realizando um levantamento dos desenhos adotados por indústrias gaúchas que remetem objetiva ou intuitivamente a modelos recorrentes da tradição artesanal dos já citados imigrantes estabelecidos no Estado. Depois de concluído o levantamento, será feito o cruzamento dessas formas, sendo que os desenhos pretéritos já foram catalogados ao longo da primeira etapa da pesquisa.

Tal estudo será feito concomitantemente às entrevistas com os criadores, questionando, entre outros, os aspectos que foram levados em conta no desenvolvimento do projeto. Trata-se de uma pesquisa de campo, teórico-documental, com levantamento de dados e análise dos mesmos, tendo como referenciais teóricos autores como Carlo Ginzburg, por suas percepções ampliadas sobre a relação dos homens com seus objetos; Günter Weimer, por já ter realizado pesquisas acerca de temas semelhantes e que estabelecem diálogo com nossos interesses e, finalmente, Bruno Munari, por seus estudos acerca da relação e permanência das formas.

Conclusões

Algumas das principais indústrias rio-grandenses advêm de famílias de imigrantes alemães e italianos. Foram esses imigrantes que deram o impulso ao desenvolvimento fabril no Estado. Nos objetos e artefatos produzidos por essas empresas, muito dos designers adotaram modelos e formas recorrentes, oriundos de uma tradição artesanal, isto é, foram utilizados desenhos que já haviam mostrado sua eficácia em outros exemplares, feitos manualmente. Nossa investigação em andamento buscará esses "protótipos" a partir do catálogo já sistematizado. Nossa busca de elementos de permanência e transformação de desenhos e formas pretéritas, advindos de objetos artesanais dos imigrantes alemães e italianos é também uma busca das relações entre a artesanato e design e entre tradição e contemporaneidade. Esta reflexão não se esgota nesses tópicos; ao contrário, não perdemos de vista a evidente necessidade e a importância de uma reflexão sobre a contribuição desse desenho anônimo para o design, assim como do design para a estética contemporânea. Sobre esta última questão, é importante considerar o que afirma Basilio Uribe: que a condição necessária para a percepção estética e sua emoção são as obras dos homens, independentes se suas origens estão no artesanato, na arte ou no design (URIBE, 1999). Finalmente, nos

importa conhecer e entender como foi construída a idéia de conforto material, de progresso social e de riqueza espiritual, resultados da trajetória entre o artesanato e a indústria, culminando no design, resultado do "matrimônio entre técnica e filosofia" (MAÑÁ, 1979: 27).

Referências Bibliográficas

BARY, M. de. & TOBELEM, J. **Manuel de Muséographie – Petit guide à usage des responsables de musée**. Paris: Éditions Séguier, 1998.

CROCCO, Heloísa. **Artesanato e Design, história de uma convergência.** In ARC Design, nº 13, 2000, p. 26-30.

FAVARO, C. Na Fronteira da Exclusão: Estratégias para a Cidadania. **Diálogos Latinoamericanos**, nº 5. Aarthus, Latinoamericanistas. Aarthus: Universidad de Aarthus, 2002.

MAÑÁ, Jordi. **O Design Industrial**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979.

NARP, O. **Être Collectiomnneur – Petit Guide Pratique**. Paris: Éditions Séguier, 2000.

Parâmetros para a Conservação de Acervos/Resource: the Council of Museums, Archieves and Libraries. Tradução Maurício O Santos de e Patrícia Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação Vitae, 2004.

PORTO, A. **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

RAVERA, Rosa María & BLANCO, Ricardo (Curadores). **Diseño: estética des Siglo XX?.** Buenos Aires, Academia Nacional de Bellas Artes, 1999.

REDE, M. Estudos de Cultura Material: Uma Vertente Francesa. **Anais do Museu Paulista**, n. 9, vol. 8/9. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, F. dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

URIBE, Basílio. La contribuición des diseño industrial a la estética del siglo XX. In RAVERA, Rosa María & BLANCO, Ricardo (Curadores). *Diseño: estética des Siglo XX?*. Buenos Aires, Academia Nacional de Bellas Artes, 1999.

WEIMER, G. **Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul (1892-1945)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Quanto Custa a Escravidão?
Preço de Escravos em Piracicaba 1832 a 1887

Tatiane Cristina Bocchio de Oliveira[•]

Resumo: Através da análise de inventários post-mortem, o trabalho consiste em investigar preços de escravos em Piracicaba no século XIX, mais especificamente entre os anos de 1832 a 1887. Trata-se de uma averiguação da variação dos preços ao longo dos anos, tendo em vista as transformações na constituição do mercado de trabalho escravo, provocadas pela lei de repressão ao tráfico (1850) e pela chamada "legislação emancipacionista" especialmente a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Além desses aspectos, são considerados fatores intrínsecos ao trabalhador e aquele relativo à demanda de mão-de-obra, definida pelo ritmo produtivo.
Palavras chaves: História – escravidão – Piracicaba – preço de escravo.

Abstract: Through the analysis of "post-mortem" inventories, this work consists in investigating prices of slaves in Piracicaba in the 19th century, mainly from 1832 until 1887. It's about a variation of prices through the years, acordingto the changes in the constitution of the slave labor market, due to this law against slave dealing (1850) and for the law called "Emancipation Legislation" mainly the Law of the Free Womb (1871) and the Saraiva-Cotagipe Law (1885). Besides, intrinsic factors to the worker and to the workmanship relative to the demand of man power, defined for the productive rhythm.
Key words: History – slavery – Piracicaba – salve market.

Para realização de meu trabalho de conclusão de curso, analisei inventários *post-mortem* que se localizam no Arquivo Histórico do Centro Cultural Martha Watts em Piracicaba. No total, foram analisados 77 inventários, que arrolam 1230 escravos. Essas são fontes interessantes, pois cobrem um amplo período, são mais próximos ao preço de mercado, pois implicam transmissão de propriedade, e permitem comparação com valores pecuniários atribuídos a outros bens. Além disso, os inventários arrolam vários tipos de características dos escravos, como origem, habilidade, sexo e idade, o que permite verificar a variação dos preços de acordo com essas variáveis.

Muito já foi produzido na historiografia sobre os preços de escravos, que foram objeto de preocupação de diversos estudiosos do passado brasileiro. Um dos autores, Jacob Gorender, salienta que, ao comprar um escravo, o seu proprietário adquiria o direito de dispor

[•] Graduada em História pela Universidade Metodista de Piracicaba.

de sua força de trabalho a vida inteira. Então, a compra do escravo teria uma função econômica precisa, a de assegurar ao senhor uma força de trabalho *permanentemente* disponível. Assim, só a propriedade de escravos garantiria a *continuidade* do processo de produção. Nesse sentido, Gorender constata que a compra do escravo era "inteiramente funcional no escravismo e resume sua racionalidade específica" (GORENDER, 1992: 167).

A compra de escravos era, então, um ato essencial na relação de escravidão. Por isso, o preço é um elemento importante de análise. Mattoso nos diz que o preço do escravo era um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, inteiramente ligadas à sua pessoa. Segundo a autora, "o preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional" (MATTOSO, 1981: 78).

Segundo Vergolino e Versiani, é comum encontrar na literatura referência ao preço de escravo na vigência do tráfico transatlântico como sendo relativamente baixo, de tal forma que a mão-de-obra seria abundante, podendo o investimento ser recuperado facilmente, e num curto espaço de tempo.

Piracicaba, no século XIX, mesmo tendo uma economia mista, sua principal atividade econômica era a lavoura de cana, que estendia-se particularmente pelas grandes propriedades. O município era rodeado de engenhos e canaviais, e, segundo Torres, "era particularmente nas fazendas de cana com fábricas de açúcar que se encontravam o maior contingente de escravos" (TORRES, 1985: 58).

No que diz respeito ao preço desses cativos, em 1822 (período que ainda havia grande fluxo de escravos para o Brasil), Torres evidencia que: "em um sítio, entre seus escravos, havia um de 50 anos avaliado em 12$800, e o que tem mais alto preço é um negro de 18 anos avaliado em 300$000" (TORRES, 1985: 92).

Em 1826 a Inglaterra arrancou do Brasil um tratado pelo qual, três anos após sua ratificação, seria declarado ilegal o tráfico de escravos para o Brasil, de qualquer proveniência. A lei passou a ter validade a partir de março de 1830. Sendo assim, a Inglaterra se reservou o direito de inspecionar, em alto-mar, navios suspeitos do comércio ilegal. Além disso, a lei declarava livre todos os escravos vindos de fora do Império e impunha severas penas aos importadores.

Conforme salienta Bethel, durante mais de dois anos, de meados de 1830 até fins de 1832, poucos escravos foram importados para o Brasil. Bóris Fausto também indica que a lei foi aprovada em um momento de temporária queda no fluxo de escravos. Mas logo depois,

segundo o autor, o fluxo voltou a crescer e os dispositivos da lei praticamente não foram aplicados.

Legal ou ilegal, aponta Bethel, parecia não haver alternativa para o tráfico transatlântico de escravos, pois, a mão-de-obra brasileira livre – branca, mulata ou negra – não era fácil de encontrar em quantidades suficientes. Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, a lei revelou-se ineficaz em face da realidade, que a desmentia:

> *Nem a lei de 1831, com toda a sua severidade aparente, nem as represálias inglesas haviam conseguido pôr fim àquela situação. Os africanos continuavam a entrar no Brasil e, apesar de juridicamente livres, continuavam a ser escravizados. (COSTA, 1989: 78)*

Assim sendo, o tráfico de escravos brasileiro foi reorganizado, e altamente lucrativo. A lei de 1831 foi considerada uma lei "para inglês ver", pois sucessivos governos mostraram-se incapazes de fazer vigorar e evitar assim o recrudescimento e a expansão do tráfico de escravos, tornado ilegal.

Tendo isso em vista, podemos contextualizar o município de Piracicaba neste período de incerteza quanto ao futuro do tráfico transatlântico. Nos inventários analisados, não temos como comparar se o preço do escravo subiu ou não após a Lei que entrou em vigor a partir de 1830, devido a falta de dados sobre os anos anteriores a essa lei. Mas através da obra de Torres, que estuda a região de Piracicaba, podemos perceber que o braço para a lavoura, segundo a autora, era sempre muito caro.

Em 1845 o Parlamento inglês aprovou um ato que ficou conhecido no Brasil como *Bill Aberdeen*. O ato, conforme informa Fausto, autorizou a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como navios piratas, com direito à sua apreensão e julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses. Dessa vez, a intervenção inglesa obteve sucesso, pois, a "classe dominante escravista percebeu que a continuação do tráfico ilegal traria insuportáveis complicações políticas e tornou efetiva sua repressão a partir da lei de 4 de setembro de 1850" (FAUSTO, 2004: 195).[1]

Em Piracicaba, tendo em vista os dados dos inventários, não houve uma considerável redução na quantidade de escravos após a década de 1850. A cidade sempre teve grande

[1] Fausto nos diz que dessa vez a lei "pegou", pois, entrada de escravos no país caiu de cerca de 54 mil cativos, em 1849, para menos de 23 mil, em 1850, e em torno de 3300, em 1851, desaparecendo praticamente a partir daí. A pressão externa foi, assim, um dado essencial na extinção do tráfico, de acordo com o autor.

cultivo da lavoura, seja ela da cana-de-açúcar, café, algodão ou gêneros alimentícios, por isso possuía uma elevada demanda de mão-de-obra.[2]

Há um certo consenso entre os autores que escreveram sobre o tema no que diz respeito ao fato de o preço do escravo ter tido um aumento significativo após a lei de 1850. Podemos perceber essa linha de interpretação com Costa, que nos diz que, após 1850, a lei contra o tráfico africano passou a vigorar de forma eficiente, e, por isso, a importação de cativos acabou cessando definitivamente. A lei, segundo a autora, determinou a importação de escravos ato de pirataria e definiu que como tal seria punida. Neste sentido, a autora afirma que os preços dos escravos se tornaram então cada vez mais altos:

> *Foi depois da cessação do tráfico que se acentuou a alta de preços pela dificuldade maior na obtenção de escravos, principalmente a partir do momento em que cessou definitivamente o contrabando e em que os fazendeiros se viram obrigados a apelar para o mercado nordestino, que passou a exportar mão-de-obra para as zonas cafeeiras, por altos preços. Em vinte anos, de 1855 a 1875, o preço de escravo quase triplicou, passando de um conto a dois e quinhentos e, às vezes, mais, o que tornou cada vez mais onerosa a aquisição desses braços para a lavoura e cada vez menos rendoso o seu emprego. (COSTA, 1989: 101)*

Em Piracicaba, através dos dados dos inventários, podemos perceber também uma alta no preço dos cativos após a década de 1850, em ambos os sexos e em todas as faixas etárias comparáveis; o que corrobora com a historiografia sobre o tema.

Em fins da década de 1850, o tráfico brasileiro de escravos estava verdadeiramente extinto. Mas os problemas de mão-de-obra no Brasil permaneciam: "o corte no fornecimento farto de escravos baratos, oriundos da África, iria produzir uma séria falta de braços no Brasil e desferir grande golpe no próprio sistema escravista" (BETHEL, 1976: 354). O comércio de escravos entre as províncias foi então, resultado inevitável da proibição do tráfico. Segundo Warren Dean, "esse tráfico interno de escravos atenuava a urgência de encontrar alternativas, provocava nos fazendeiros o temor de perder seus pesados e recentes investimentos, e gradualmente extinguiu a posse de escravos no resto do país" (DEAN, 1977: 69).

Obrigados a contar unicamente com os escravos existentes no território nacional, os escravistas das várias regiões teriam de disputar a mão-de-obra disponível. Gorender afirma que a "conseqüência inevitável não foi senão o fluxo de escravos das regiões menos prósperas

[2] Nos inventários analisados, estão arrolados 158 escravos na década de 30; 50 escravos na década de 40; 228 escravos na década de 50; 186 escravos na década de 60; 417 escravos na década de 70 e 191 escravos na década de 80.

ou decadentes em direção a região mais próspera, ou seja, a região cafeeira" (GORENDER, 1992: 325). Sendo assim, como os plantadores de café precisavam de escravos e os perigos do tráfico interno de escravos eram remotos, uma vez iniciado, o tráfico continuou quase sem restrições.

Nos inventários, a partir da década de 1870, podemos perceber a presença de escravos que integraram o tráfico interprovincial.[3]

Com relação aos fatores intrínsecos aos trabalhadores cativos, a *idade* constituía fator determinante no preço dos mesmos. Segundo Gorender, o "escravo jovem e vigoroso devia ser preservado, os escravos velhos e inválidos constituíam peso morto no orçamento do plantador. Consumiam alimentos e já não produziam" (GORENDER, 1992: 190).

Em Piracicaba, os dados dos inventários reforçam a validade da proposição de que a idade dos cativos constituía fator determinante na preferência e no preço dos mesmos. Pude verificar que predominavam escravos considerados de maior vigor físico (13 a 40 anos) nas fazendas de Piracicaba, sendo estes também mais caros.

Outra indicação recorrente na historiografia no que respeita aos preços dos cativos é a que aponta valores mais elevados para indivíduos do *sexo* masculino. Gorender, em seu estudo, verifica que os plantadores tinham uma preferência pela mão de obra de escravos do sexo masculino, pois, segundo o autor, os rudes trabalhos da plantagem adequavam-se melhor ao vigor dos homens. Por isso, segundo o autor, predominavam os homens na importação de africanos e na composição dos plantéis. E estes tinham preços mais altos que o das mulheres, em faixas etárias comparáveis.[4]

Em Piracicaba, predominava os homens nos inventários, em todas as décadas analisadas, sendo a média de 63,3% o número de cativos do sexo masculino que compunha as fazendas. Além de serem mais numerosos nos plantéis, os escravos homens eram também mais caros, em quase todas as faixas etárias comparáveis.

As *atividades produtivas* realizadas pelos escravos também eram um fator de forte influência no preço dos mesmos. Marcondes e Motta afirmam que em Guaratinguetá e Silveira, na década de 1870: "os preços médios dos indivíduos utilizados no serviço da

[3] Nos inventários anteriores a 1870, a origem dos escravos é dada como crioulo, nação, africano ou consta seu país de origem (ex: Moçambique). Sendo assim, não há como perceber o tráfico interprovincial que ocorria em Piracicaba antes de 1870, pois não existem dados que dão conta disso. Deve-se levar em consideração também que nem todos os escravos arrolados apresentam informação sobre a origem, pois, somando as décadas de 1870 e 1880, tem-se um total de 608 escravos e, desse total, para 401 não é informado de onde vieram. Desses 401 escravos, 249 são, certamente, oriundos de outras regiões do país, ou de outras cidades da região.

[4] Nesse sentido, Conrad também evidencia que havia uma escassez de mulheres em algumas regiões do Brasil, que perdurou até o final da escravidão. Segundo o autor, essa escassez era claramente o resultado da preponderância masculina nas cargas dos navios negreiros, e foi causada sucessivamente por uma maior demanda por homens nas plantagens.

lavoura foram, na maior parte dos casos, inferiores aos preços médios calculados nas atividades produtivas demandantes de maior qualificação" (MARCONDES e MOTTA, 2001: 499).

Infelizmente, nos inventários a que tive acesso, não há muitos registros das profissões dos cativos. Sendo assim, fica difícil fazer comparações se os escravos mais qualificados eram realmente mais caros. No entanto, existe um inventário de 1875 do Coronel Alexandre Luis d'Almeida Barros[5], no qual estão arrolados 84 escravos, dos quais apenas 24 não constam profissão.

Analisando os dados desse inventário, percebemos que não é fácil comparar os preços dos cativos, pois, na maioria das vezes, as faixas etárias não são comparáveis. Sendo assim, citarei exemplo de apenas quatro escravos. Um escravo do sexo masculino, de 19 anos, cuja profissão é banqueiro, custava 2:500$000; outro escravo, da mesma idade, que trabalhava na lavoura, custava 2:400$000. Nota-se então que não há uma diferença significativa nos preços entre os dois, apesar de a profissão de um ser mais especializado que o outro. O mesmo não ocorre com outros dois escravos, ambos de 29 anos, sendo um trabalhador da lavoura, que custava 1:500$000 e o outro, cuja profissão está definida como carreiro, que custava 2:400$000. Nesse caso, há uma diferença significativa no preço dos mesmos, sendo o escravo carreiro 900$000 mais caro que o trabalhador da lavoura.

No que diz respeito às legislações que podem ter provocado alterações nos preços dos escravos, Joseli Maria Nunes Mendonça salienta que a primeira iniciativa concreta do poder público para estabelecer medidas emancipacionistas ocorreu em 1871, quando da apresentação do chamado Projeto Rio Branco, do qual resultou a Lei do Ventre Livre, que concedia liberdade às crianças nascidas de mães escravas.

Com a Lei do Ventre Livre, se legalizava também, entre os escravos, o costume de reunir uma soma em dinheiro para comprar a liberdade. A lei consagrava o direito de o escravo de possuir pecúlio próprio e de, assistido por representante legal, reivindicar sua alforria por meio do depósito de um valor monetário em juízo, com posterior avaliação de preço por seus avaliadores.

Conforme evidencia Mendonça, a Lei de 1871 preconizara que os escravos poderiam alforriar-se com a apresentação do pecúlio correspondente ao seu preço. A autora evidencia também que a lei determinava que, nas avaliações, o preço da indenização deveria ser fixado considerando-se as condições de saúde e profissão do escravo. Houve muita contradição nos

[5] Centro Cultural Martha Watts – Arquivo Histórico. Inventário: Coronel Alexandre Luis d'Almeida Barros (inventariado); 1º ofício, caixa, 42A, 1875.

debates jurídicos a respeito do valor que cabia ao escravo indenizar o senhor em troca de sua liberdade.

Segundo Robert Slenes, a Lei de 1871 colocou um fim ao período de incerteza com relação ao futuro do trabalho escravo. Pois, no mercado escravo já se expressava uma queda no preço da mulher jovem com relação ao homem, já que os investidores reduziram suas estimativas de valor a descendentes da mulher escrava.[6]

Em Piracicaba, 1871 foi o ano em que as mulheres de 8 a 40 anos tiveram os preços mais elevados. Nos anos seguintes, o preço das escravas tendeu a ser mais baixo que os anos de 1870 e 1871, tendo um aumento em 1876, mas caindo novamente o preço nos anos seguintes. É importante salientar que não há nenhum registro de inventário de 1877 e também que nos dois inventários de 1876 encontramos apenas uma mulher dessa faixa etária, o que dificulta a análise.

A 12 de maio de 1885 foi aprovada a lei que alforriava os escravos sexagenários. A lei definia que os escravos de 60 anos eram obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços aos seus ex-senhores por espaço de três anos.[7] Além de "alforriar" os escravos sexagenários, Slenes nos diz que, essa lei incluía um plano que fixava os valores dos escravos por idade e sexo.

A proposta de estabelecer preços fixos para as alforrias dos escravos encontrou algumas divergências entre os parlamentares. Mendonça cita Joaquim Nabuco, que sustentava a idéia de que a fixação dos preços significava a revogação de "um direito adquirido" pelos escravos desde a lei de 1871, qual seja, o da avaliação.

Contudo, Mendonça nos alerta que, se, pelo menos a princípio, a tabela de preços teve a intenção de favorecer os senhores nas ações de "alforria forçada", na prática as coisas não foram nada fáceis, pois, sob vários aspectos, a tabela não comportou elementos tão favoráveis aos senhores: "a não-inclusão da profissão do escravo para determinação de seu valor não deixava de ser altamente interessante para alguns escravos" (MENDONÇA, 2001: 92).

Quando os escravos eram avaliados (por conseqüência da lei de 1871), consideravam para critério de avaliação, a robustez, a juventude, as profissões e aptidões. Essas características eram valorizadas pelos senhores para elevarem o preço da alforria, buscando até mesmo inviabilizá-la. Mas, ao incluir somente a idade do escravo como critério para

[6] Vergolino e Versiani notam também uma redução sustentada no preço relativo das escravas de Pernambuco após 1870, o que, segundo eles, sugere que a Lei do Ventre Livre teve um efeito assinalável na demanda por cativos do sexo feminino. Segundo eles, se a abolição do tráfico não estimulou de forma continuada a demanda por escravas, aparentemente a concessão de liberdade aos nascituros produziu uma redução nessa demanda.

[7] A obrigação de prestação de serviços cessaria para os escravos que atingissem 65 anos, não importando que tivessem cumprido um tempo de serviço menor que os três anos

fixação do preço, a lei de 1885 de certa forma "queimou" uma das possibilidades de manobra por parte dos senhores.

Para Piracicaba, usarei como exemplo um inventário de 1887, pois nele estão arrolados 79 escravos, sendo 51 homens, e 28 mulheres. Neste inventário, o preço de todos os homens e mulheres corresponde ao preço fixado na tabela criada em 1885.[8]

Considerações Finais

Não posso de maneira alguma deixar de salientar minhas limitações ao estudar esse tema. Embora eu tenha pesquisado um período longo (1832 – 1887), trabalhei com dados de uma amostragem bastante limitada (1230 escravos)[9]. Contudo, apesar das limitações, as fontes que analisei possibilitaram que eu verificasse as proposições da historiografia sobre preços de escravos.

Referências Bibliográficas

BETHEL, Leslie. *A Abolição do tráfico de escravos no Brasil:* a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1976.

CASTRO, Antonio de Barros. *As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial.* In: Pinheiro, Paulo Sergio (org). **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1884.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

DEAN, Warren. *Rio Claro - um sistema de grande lavoura, 1820- 1920***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Editora Ática, 1992.

[8] Mendonça nos informa que no projeto Saraiva, aprovado em 1885, ficou determinado que o valor do escravo não poderia ultrapassar o máximo correspondente à sua idade da matrícula, conforme as categorias da tabela de preços. Além disso, em relação aos indivíduos do sexo feminino, o valor se regulará do mesmo modo, fazendo-se, porém, o abatimento de 25% sobre os preços estabelecidos na tabela.

[9] A quantidade de escravos existentes em Piracicaba era muito maior. Torres cita o *Almanaque da Província de São Paulo para 1873,* que afirma haver no município de Piracicaba, 3.417 escravo e 217 ingênuos registrados. A autora evidencia que esse número de escravos diminui gradativamente e, em 30 de março de 1887 há. No município de Piracicaba, 3.417 escravos, matriculados de acordo com a lei, sendo 3.236 na zona rural.

MARCONDES, Renato Leite e MOTTA, José Flávio. *Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista.* **Revista Brasileira de História**. São Paulo: 2001, vol.21, nº.42, p.495-514.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis. A lei do sexagenário e os caminhos da abolição.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da Abolição - Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça.* SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SLENES, Robert W. *The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market.* In: **The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas.** Edited by Walter Johnson. New Haven: Yale University Press, 2004.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba - no tempo do império.* Piracicaba: Edição da Academia Piracicabana de Letras, 1975.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX.* Universidade de Brasília: Departamento de Economia. **Texto para Discussão**, n°.252, 2002. Disponível em: http://www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf. Acesso em 06 de Abril de 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Narrativas visuais da etnicidade amazônica: proposições históricas a partir da tela "Vendedora de cheiro"

Caroline Fernandes *

Resumo: Artista que compôs o cenário da arte moderna na Amazônia no século XX, Antonieta Santos Feio estudou desenho e pintura na Escola de Belas Artes de Florença. "Vendedora de cheiro" é um retrato de meio corpo pintado em 1947; considerada como referência para debater a visualidade amazônica, a tela compõe a obra da artista paraense, que manteve constante diálogo com as transformações sociais vivenciadas no país. Por isso é capaz de fornecer importantes contribuições para os estudos sobre cultura e representação na sociedade brasileira contemporânea, possibilitando-nos articular complexas tramas de relações que envolveram a construção de uma identidade nacional, representativa das diversas particularidades regionais perante o cenário político então constituído, e os diversos movimentos de vanguarda que agitaram o século XX em todo país.
Palavras-chave: arte – identidade– cultura

Abstract: Artist who composed the scene of the modern art in the Amazon in century XX, Antonieta Santos Feio studied drawing and painting in the School of Beautiful Arts of Florence. "Vendedora de cheiro" is a picture of half body painted in 1947; considered as reference to debate the Amazonian vision, the picture composes the workmanship of the Para's artist, who kept constant dialogue with the lived deeply social transformations in the country. Therefore it is capable to supply important contributions for the studies about culture and representation in the Brazilian society contemporary, making possible we articulate complex trams of relation that had involved the construction of a national identity, representative of the diverse regional particularities before the political consisting, and the diverse movements of vanguard that had agitated century XX in all country.
Keywords: art – identity– culture

A vira do século XIX para o XX no Brasil, imersa nas novas propostas republicanas e nos ideais de progresso e modernidade, que já vinham assolando o velho mundo há alguns anos, trazia outros problemas para a história e os intelectuais em todo território brasileiro. O desenvolvimento urbano de algumas capitais, além das preocupações com saúde e higiene, cada vez mais perto do cotidiano dos moradores das grandes cidades, era cenário onde floresciam grupos de debate entre intelectuais com preocupações diversas. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Belém acompanhava a decadência da principal opção da economia da região, com a queda das exportações da borracha, que movimentara o século XIX (SARGES , 2000). Ao contrário da estagnação econômica, a dinâmica do campo

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, com o apoio do CNPq.

intelectual mostrava um momento fértil para produção intelectual, artística e cultural (FIGUEIREDO, 2001).

Na capital paraense, desde o final do oitocentos, alguns artistas vinham colocando em xeque as antigas tradições e tecendo outras formas de contar a história da região amazônica, que merecia destaque frente a história nacional, através de grandes telas de pintura histórica. Abria-se caminho para um movimento de aproximação entre os mestres europeus da "arte moderna" e as tonalidades e costumes da região, aumentando gradativamente o espaço das artes no gosto do público paraense que cada vez ficava mais exigente, distinguindo-se do juízo da crítica. Nesse momento foi ganhando lugar entre os paraenses uma visão etnográfica que procurava imprimir nas obras o registro de cenas do cotidiano urbano, buscando-se, desde já, delinear as feições desses vários tipos "raciais" que faziam parte do dia-a-dia da cidade. De um lado, a preferência pelos temas tradicionais permanecia com a pintura histórica, de outros; os retratos representavam o grande gosto do público (FIGUEIREDO, 2001: 29).

Nessa perspectiva, os meados da década de 1910 foram fundamentais para a Amazônia rever e reaver seu passado, mediante as discussões que envolveram as mudanças da comemoração das datas cívicas como as comemorações relativas à independência do Brasil[1]. Em 1917, um ano depois das comemorações do tricentenário de Belém, uma exposição sobre os três séculos da moda paraense, organizada pelo comendador e crítico de arte João Affonso do Nascimento, era aberta ao público no salão nobre da Associação de Imprensa do Pará (FIGUEIREDO, 2001: 64); entre as obras expostas, havia menção aos tipos populares da região, como a mulata paraense. Descendente das pretas de Mina, a mulata correspondia àquelas mulheres trabalhadoras, como as cozinheiras e costureiras, amassadeiras de açaí ou vendedoras de tacacá, descritas por João Affonso como originais no jeito de vestir, de feição bonita, mestiça, robusta e elegante, amante do asseio e dos perfumes fortes.

O esforço empreendido no sentido de olhar e representar momentos cotidianos da sociedade brasileira não era tão recente assim. Desde o século XVIII muitos viajantes percorreram as terras do que hoje corresponde ao território brasileiro descrevendo, entre outras coisas, cenas de trabalho e de convivência doméstica. No século XIX, contudo, uma grande obra foi legada por diversos artistas e artistas-viajantes debruçados sobre a vida dos homens que habitavam que habitavam o Brasil, tendo centrado foco, por exemplo, na escravidão e na imagem do negro (KOSSOY, Boris & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci: 1994). Pintar uma mulata, como fez a artista paraense Antonieta Feio na tela tombada pelo

[1] O tricentenário de Belém foi comemorado de 1916 e contou a mobilização de diversos grupos sociais, principalmente intelectuais preocupados em estabelecer os novos marcos temporais da história local. A respeito das comemorações do tricentenário de Belém.

Museu de Arte de Belém com o nome "A vendedora de cheiro", dessa forma, pode não parecer novidade perante a história da produção artística no Brasil, alguns viajantes como Debret e Rugendas[2] já haviam representado o trabalho de mulheres nas ruas de cidades brasileiras como Salvador e Rio de Janeiro no século XIX, com destaque às escravas que, entre outras funções, eram vendedoras ambulantes. Quando a tela de Antonieta foi pintada, todavia, no contexto dos anos 40 d século XX, uma nova preocupação se apresentava no campo das artes em diversas partes do país. Naquele momento, o tema do "homem comum" brasileiro, que havia sido retomado nas primeiras décadas do século pelo que ficou conhecido como movimento modernista - principalmente no sudeste -, foi extremamente valorizado numa nova elevação do status dos temas do cotidiano (LEHMKUHL, Luciene: 2006).

Imagem 1 - A Vendedora de cheiro. Antonieta Santos Feio, óleo/tela, 1947.
Fonte: Museu de Arte de Belém.

A tela em questão trata-se de uma composição harmônica, dotada da mais severa busca pela coloração realista, marcada, no entanto, pela ênfase na relação entre pólos contrapostos. Observemos inicialmente o olhar da mulher, esse fitar à frente que nos provoca. Seria importante perguntar o que ela vê? Para onde olha tão profundamente deixando aparecer

[2] O primeiro, Jean-Baptist Debret (1768-1848), nascido em Paris veio ao Brasil como integrante da missão francesa no século XIX. O segundo, Johann Moritz Rugentas (1802-1858), natural de Augsburg chegou ao Brasil em 1821 como desenhista de uma missão patrocinada pelo governo russo.

ou retendo no rosto uma possível, porém discreta dor? Sutilmente inclinada para o lado direito, deixando ver mais do perfil oposto, a mulher posa com mão esquerda na cintura, mirando com firmeza o olhar em algum ponto que não pode ser apreendido pelo espectador. Esse olhar lançado à frente não rompe os limites da tela, ele é em certa medida um olhar interno, quase introspectivo. A cena olhada pela mulata do cheiro[3] está dentro, momentaneamente pertence ao ambiente retratado, mas somente a ela própria é permitido conhecer. Mais que a figura da mulher em si como personagem, o ambiente também é retratado pela pintora, a cena olhada está ao mesmo tempo presente e ausente, por isso também o plano ao fundo, que corresponde aos feixes de madeira, possivelmente de uma parede ou porta, não são tratados com inferioridade na tela, competem para contextualização e ganham relevância para composição total do retrato. Nessa relação, o espectador é instigado e alienado da cena simultaneamente, num processo dinâmico e dialético.

Tomei o olhar como ponto de partida para descrição da tela por sua intensidade, provocando e explicando as bem demarcadas expressões faciais da mulher retratada, ele exige a tensão da musculatura da face e é a partir do olhar que surgem os contrastes. Primeiramente entre a tensão do corpo, rígido, e a suavidade do tecido branco da roupa limpa, caindo harmoniosamente sob a pele escura da mulher. O arranjo de flores brancas e vermelhas preso aos cabelos evidencia novamente o embate cromático, exclamando atenção outra vez para o rosto como um ciclo que começa e torna a voltar ao mesmo ponto diversas vezes. O jogo de luz e sombra é utilizado no sentido de aproximação realista da representação, evidenciando as formas e aumentando a noção de perspectiva, deixando ver minuciosamente os detalhes do corpo e a expressividade do rosto da retratada. O colorido do arranjo de flores mantém uma ambígua relação com a face sem alegria. Será triste essa mulher? Perguntamos-nos ao observá-la. Seu rosto nos fala sobre o tempo, um tempo mágico compreendido e experimentado com a diversidade naturalizada de crenças e valores, presentes na corrente de ouro pendurada no pescoço, a qual carrega pingentes que simbolizam uma religiosidade sincrética. A cruz representando fé cristã católica de um lado, e de outro a figa como elemento de práticas e crenças de origem afro-brasileira, convivendo de forma naturalizada, sem inquirições ou conflito. Digo naturalizada porque não apresenta o questionamento sobre a possibilidade de correspondência ou aproximação ética, simplesmente apresenta o convívio entre as formas distintas de instituição religiosa como parte componente da cultura, aceitando a "banal" simultaneidade simbólica.

---

[3] As notícias nos jornais da época sugerem que o nome original da tela era "A mulata do cheiro", entretanto, a obra foi registrada no Museu de Arte de Belém com o nome "A vendedora de cheiro".

Ao fundo do retrato, Antonieta deixa ver as tábuas de madeira, comumente empregadas em construções arquitetônicas populares de algumas regiões da Amazônia, amplamente recorridas ainda hoje nas periferias de cidades como Belém. Temos aqui, então, mais um elemento a ser acrescentado nessa ampla rede de debates fornecida pela pintura da artista paraense: os espaços sociais, que caracterizam a cidade e fazem parte de experiências distintas dos grupos e indivíduos da sociedade. Assim como esta tela, Antonieta Feio pintou retratos de outros tantos homens pobres, ex-escravos, mulheres mestiças, jovens e velhas que, como tantas outras, viveram e ainda vivem nas cidades amazônicas. Mas sua obra contém também inúmeros retratos de homens públicos, médicos, prefeitos, intendentes, religiosos, etc., compondo uma vasta obra do gênero, ao lado de algumas paisagens e naturezas-mortas. A relação dos artistas com o mecenato não pode ser negligenciada, pois que ajuda a compreender um pouco mais do ambiente social e político da época. Por exemplo, a tela de 1947 foi adquirida pela prefeitura municipal de Belém como era de praxe, incorporando as obras premiadas nos salões oficiais ao acervo da pinacoteca do município ou mesmo estadual. De outro lado, artista como Cândido Portinari ao mesmo tempo em que ficaram conhecidos por pinturas que tinham como tema o homem comum brasileiro, não deixaram de receber encomendas de personalidades da elite nacional, como é o caso da série de retratos pintados pela artista paraense Antonieta Feio dos catedráticos da Faculdade de Medicina do Pará, provavelmente muitos deles homens de prestígio e influência política bastante significativos.

O contexto de construção dessa obra de Antonieta Feio, mais especificamente 1947, coincide com um movimento sentido a partir da instituição do Estado Novo no Brasil, na perspectiva de solidificação dos ideais de nacionalidade, forjando-se uma nova versão da identidade brasileira capaz de lidar com as diversidades das mais longínquas partes do país através do investimento na construção dos tipos regionais, incorporando elementos representativos das camadas populares urbanas. Naquele momento, período de desenvolvimento da II Guerra Mundial e do pós-guerra, as relações políticas do Brasil eram processadas num clima de "harmonia" americana, forjado pela política de boa vizinhança estabelecida entre as nações latino-americanas; a noção de tipo regional, nesse sentido, extrapolava os limites do país de Getúlio, sento uma tópica constante nos projetos pensados de forma mais ampla para toda América Latina, nos quais se procurava valorizar e dar projeção aos tipos sociais.

Neste ambiente, a figura de Carmem Miranda, como representação da nacionalidade por meio da figura estereotipada da baiana, foi muito bem aceita por diversos grupos sociais em todo país e no exterior. A imagem da baiana, além de se harmonizar com a

idéia de miscigenação destacadamente entre brancos e negros, segundo a proposição de Gilberto Freyre, representava frequentemente a mulher trabalhadora, vendendo comidas em seu tabuleiro (KERBER, 2005: 121-132), iconograficamente análoga à mestiça pintada pela artista paraense. Todavia, Antonieta Santos Feio revelava condições distintas e complexas da mestiçagem na Amazônia, acentuando as características da mistura do elemento negro com o indígena; dando ênfase, ainda, ao sincretismo religioso na presença do crucifixo mais a figa, que a mulher trazia ao pescoço, diferentemente das tendências pretensiosamente homogêneas sobre o homem comum brasileiro.

Nascida em Belém em 1897, Antonieta teve sua formação na Europa, onde passou alguns anos estudando desenho e pintura com os professores Giuseppe Rossi e Iacopo Olivotto na Escola de Belas Artes de Florença-Itália, então ainda uma das grandes instituições de referência para a pintura ocidental, especializando-se em retratos. Considerada como "referência para debater a visualidade amazônica", a sua tela "Vendedora de cheiro" inspirou a montagem de uma das salas do evento Arte Pará[4] em 2005, abrindo caminho para questionamentos em torno do "Brasil profundo arraigado na tradição, no gosto atávico ou disseminado entre camadas sociais, na distância geográfica ou nas bordas das metrópoles como Belém" (HERKENHOFF, 2005: 88).

No ano da exposição de João Affonso, 1917, Antonieta Feio regressava a Belém, vinda da Europa, de imediato participando na condição de *hours concours* do II Salão de Belas Artes do Pará. Sua trajetória continuou como professora de desenho e pintura do Instituto de Educação do Pará, além de seguir com diversas exposições por todo país[5]. Na seqüência do Governo varguista, sob a égide dos interventores federais, a capital paraense conheceu investimentos diversos em exposições de arte reunidas nos Salões de Belas Artes. A crítica presente na imprensa, quando de suas exposições pelas cidades Brasil à fora, parece ter recebido com muito gosto os trabalhos de Antonieta, reconhecendo em suas obras, principalmente nos retratos, a representação do homem e da mulher amazônica. Suas telas serviam, então, para "ficar conhecendo um valor real da cultura brasileira", visualizada "no sentido realista das cores, cujas tonalidades naturais a pintora sabe dar com maestria e segurança"[6]. A preferência por manter-se adepta ao estilo acadêmico, que conheceu com os

---

[4] Arte Pará é um evento que reúne anualmente trabalhos de diversos artistas contemporâneos na capital paraense, em 2005 teve curadoria de Paulo Herkenhoff.

[5] Em 1935 ela já havia concorrido à Exposição do Centenário da Farroupilha. Em 1939 o jornal "A Tarde" da capital amazonense anuncia uma exposição com cerca de trinta obras da professora em Manaus. No ano seguinte, a artista paraense reúne uma "coleção de seus trabalhos todos inspirados em motivos amazônicos" no stand do Pará na 2ª Feira de Amostras do Ceará em Fortaleza.

[6] "A pintura paraense em Manaus". Belém: Folha do norte, 05/12/1940.

mestres europeus, garantia a Antonieta a apreciação de certo público, pouco afeito às "modernidades" das novas vanguardas brasileiras. Da mesma forma, o elemento nacional, representado em sua pintura, parecia mais próximo do ideal do que aqueles presentes nas extravagâncias de cores e formas que começavam a ganhar espaço nas telas de pintores e pintoras como Anita Malfatti e Tarsila do Amaral.

Essa positividade encontrada por alguns críticos com relação ao aspecto mais conservador de sua opção estética "clássica", como se referiam, pode ser um pequeno indício daquilo muitos trabalhos recentes vêm apontando, que muitas vezes tomamos como lente para olhar o passado, aquilo que os grupos mais bem sucedidos não só defendiam como divulgavam. Ou seja, em grande medida deixamos de lado a multiplicidade de pontos de vista e mesmo concepções sobre a arte, apagando sua atuação e resistência, deixando prevalecer a fala dos "vencedores" - no caso da arte acadêmica, os grupos que encabeçaram o chamado movimento modernista. Não pretendo desqualificar aqui as lutas e os argumentos das vanguardas modernistas, mas trazer ao debate novamente a possibilidade de pensarmos como esses grupos também estiveram envolvidos e participaram das negociações políticas pelo poder.

No salão de arte em que a obra em foco foi premiada, as categorias a partir das quais se processou o julgamento já demonstravam uma clara oposição entre a pintura então convencional, analisada dentro da categoria "geral", e aquela que vinha propondo novos parâmetros para a crítica artística, julgada dentro da categoria "moderna", o que de fato não parecia implicar a superação de uma sobre a outra no que se refere ao status dentro do evento. Isso pode significar que os critérios para análise e crítica tinham ou deveriam ter como pressuposto fundamental a noção do caráter estético/ideológico da própria obra. A oposição entre arte acadêmica e arte moderna, assim, só poderia ser processada a partir de reivindicações de uma em relação a sua diferenciação conceitual da outra, inegavelmente provocando a desestabilização de parâmetros consensuais dentro do campo artístico.

O projeto modernista, então, como proposta de oposição às exigências acadêmicas da pintura, por exemplo, em busca de aproximação da representação ao que se desejava real, contribui para construção de uma aura pejorativa e estigmatizada para o termo "acadêmico", mas aquilo que foi impulsionado na origem por uma dinâmica de crítica e questionamento acabou sendo o projeto político vitorioso. Por outro lado, é possível pensar numa linha de proposição temática dentro da qual a tela "A vendedora de cheiro" da pintora paraense Antonieta Feio pode ser vista como parte de uma série de iniciativas de artistas no sentido de

enfrentar o tema da identidade através da construção de imagens sobre o cotidiano e os personagens desse dia-a-dia brasileiro.

No século XX, uma nova iconografia do homem comum foi proposta na arte brasileira, agora partindo de um olhar de dentro, diferentemente daquele projeto empreendido por viajantes europeus no século XIX, sendo pensados juntamente com as contribuições das ciências sociais, como os estudos de Gilberto Freyre, por exemplo, que valorizou o elemento negro/africano no processo de miscigenação da sociedade brasileira. Nesse sentido, essa revisitação dos temas do cotidiano e a valorização do homem comum tiveram uma preocupação latente com a construção e o fortalecimento de uma suposta identidade nacional. Esse projeto existia e dependia, contudo, de conhecer esse imenso território chamado Brasil. Nesse sentido, as narrativas visuais da etnicidade amazônica como parte dos esforços empreendidos deste o fim do século XIX para construção de uma gênese da sociedade amazônica, teve na relação entre história e arte um movimento de aproximação e complementaridade perante o exercício intelectual proposto na região, contribuindo para a construção e/ou o reconhecimento de uma imagem do caboclo amazônico brasileiro.

Referências bibliográficas:

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos**: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929. (Tese de Doutorado), São Paulo: Unicamp, 2001.

HERKENHOFF, Paulo. **Catálogo Arte Pará 2005 Contemporâneo**. Belém: Fundação Rômulo Maiorana, 2005.

KERBER, Alessander. *Carmem Miranda: entre representações da identidade nacional e de identidades regionais*. In: **Revista ArtCultura**. Vol. 7, nº. 10. Uberlância, jan-jun 2005. Pp. 121-132.

KOSSOY, Boris & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Edusp, 1994.

LEHMKUHL, Luciene. *Os modernistas da ilha*: obras e exposições do grupo de artistas plásticos de Florianópolis. In: **A casa do baile**: estética e modernidade em Santa Catarina.Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. Pp. 59-88.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas Produzindo a belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino da ditadura militar - O caso uruguaio 1985-2006

Federico Alvez Cavanna *

Resumo: Durante vinte anos o ensino da ditadura militar (1973-1985) esteve praticamente ausente das aulas de história. Desde o poder político, remarcava-se a necessidade do silêncio para evitar os conflitos das memórias que quebrassem a "unidade nacional". Com o triunfo da esquerda (2005) e a aparição dos restos de desaparecidos, o tema tornou-se inocultável. O texto trata da relação da história ensinada e seus vínculos (usos sociais) e os desafios que a história recente traz para o ensino da história.
Palavras-chave: ensino da história / história recente / ditadura no Uruguai

Abstract: During twenty years the theme of the military dictatorship (1973-85) was practically absent of the history lessons. The political power remarked the necessity of silence to avoid conflicts of the memories. that could brake the "national unit" . With the triumph of the leftists (2005) and the appearance of remaining portions of disappeared people, the subject was impossible to hide. The text deals with the relation history and its bonds (social usages) and the challenges that recent history generates for the history teaching.
Key - words: history teaching / recent history / Uruguay dictatorship

O fim da ditadura militar uruguaia (1973-85), deixou o país com um de cada oito uruguaios torturados e com o triste "record" de ser o regime que teve mais presos políticos por habitante das ditaduras do Cone Sul. Ao retorno à democracia o país desenvolveu uma forte discussão sobre o que fazer como seu passado recente. Dois projetos concorreram na opinião pública: os que indicavam que "não se pode ter os olho na nuca e deve se mirar para adiante" e os que propunham que a "forma de viver em uma sociedade em paz é sabendo a verdade e deixando que a justiça atue". No dia 16/4/1989 fechou se uma etapa da discussão, com o triunfo da visão da impunidade, num plebiscito com muito apertado (57% a 43%). Esta opção implicava a proibição de julgar aos que cometeram violações dos direitos humanos, mas teve um significado político-emocional mais amplo no imaginário coletivo fazendo que o tema ficasse proibido, como algo anacrônico, sem sentido, sobre o que havia voltado à página. A anistia como amnésia, como esquecimento induzido, como proibição de falar sobre o tema, como apagamento sem rastro, para continuar como se nada houvesse acontecido. Como

* Aluno do Mestrado em Educação da UEPG. Orientando do Prof. Luis F. Cerri.

afirma BURKE (2006) *"amnésia esta relacionada com a palavra 'anistia', com o que costumavam denominar se os atos de esquecimento, a supressão oficial de lembrar os conflitos em beneficio da coesão social"*.

Uma semana antes do plebiscito sobre a "pretensão punitiva do estado" o presidente em exercício Julio Maria Sanguinetti (Partido Colorado, dois vezes presidente 1985-1989 / 2000-2005) sintetizava a idéia que resultou triunfante: *"Não podemos chegar ao 2000 discutindo o ano 1976. Temos que dizer clara e inequivocamente ao passado, que deve ficar para os historiadores, como lembrança, como experiência, porque o futuro não pode seguir envenenado com as discussões do passado"* (SANGUINETTI 1989). Mas, é possível decretar lembranças ou esquecimentos grupais?

Apesar dos intentos por deixar atrás a história recente, de virar a página, uma e outra vez a mesma reaparecia no espaço público uruguaio. O "decreto" de esquecer as desgraças não dava certo e duas sentenças pareciam se impor: só se pode esquecer depois de lembrar, e somente se esquece ao final do processo de lembrança, não ao seu início.

Justamente quando a esquerda assumiu o governo pela primeira vez na história do país, em março de 2005, ordenou averiguar o destino dos mais de 200 desaparecido,s colocando a história recente no centro da opinião pública. Depois de um ano de trabalho por parte de investigadores da Universidade da República foram encontrados os restos Ubagesner Chavez Sosa (29/XI/05) e os de Fernando Miranda[1] (1/III/06). O ocultamento público foi impossível diante das imagens televisivas da aparição dos restos; a repetida frase 'no Uruguai não há desaparecidos' caiu depois de 20 anos sendo repetida. Nesse momento as autoridades da educação tomaram como uma de suas primeiras medidas a idéia de *"que os meninos e os adolescentes não podem viver na ocultação de sua realidade imediata"* exortando a todos os *"docentes à análise da história da segunda metade do s. XX"* (CODICEN 2005).

Como se ensina esta realidade da história recente no marco de um discurso que fala de um país "excepcional" e "tolerante"? Que memória transmitir? Que história ensinar? Como afeta isto toda a criação discursiva da história do Uruguai? Para o Professor Carlos DEMASI (16/XII/05) *"A aparição de restos de desaparecidos muda toda a história do país,*

[1] Ambos militantes do Partido Comunista do Uruguai desaparecidos em 1976. O primeiro operário da construção e militante sindical o segundo reconhecido escrivão e professor universitário.

faz cair tudo: o país pacífico, o Estado de Bem-estar. Não é o tema da história recente, é que a história recente não pode representar uma fratura com respeito ao passado...".

A história à "servidão da política": a política do silêncio (1985-2005)

Segundo é definida por MUDROVCIC (2000), a história do tempo presente *"tem por objeto o estudo de acontecimentos ou fenômenos sociais que constituem lembranças ao menos de uma das três gerações que compartilham um mesmo presente histórico"*. No caso do Uruguai, as memórias estão sendo um campo de disputa ante a evidencia que os mitos da nação construídos durante o século XX já não estão sensatos depois da ditadura. O professor Carlos DEMASI (1995) perguntava se onze anos atrás:

> *"O que é hoje ser um uruguaio?". E respondia "Há trinta anos não teria dúvidas para responder essa pergunta. Os uruguaios tinham construído uma imagem deles mesmos que os satisfazia amplamente... concretizada numa visão arrogante de nosso papel na América Latina".*

Frases como a *"Suíça da América"* ou *"como o Uruguai não há!!"* sintetizam a complacente percepção que os uruguaios tinham do seu país até a primeira metade do século XX. Estava claro o que era ser um uruguaio: pertencer a um país democrático, culto, tolerante, "europeizado" e sem pobreza extrema. Porém, ao começo da década de 1960, com a queda de todos os índices econômicos e o aprofundamento da crise social surgia uma situação que levou ao poeta Mario Benedetti a definir o Uruguai como um país "em vias de subdesenvolvimento". A crise econômica redundou em crise social e por último numa crise política que liquidou as instituições democráticas e a instauração duma ditadura cívico-militar inspirada na "Doutrina da Seguridade Nacional"

Ao retorno democrático a ditadura começou a ser apresentada desde as alturas oficiais como um parêntese num país que sempre foi democrático e que voltou novamente à sua vida normal, um período para o esquecimento em tanto devia se retornar à memória do "Uruguai feliz". RICO (2004) analisa que

> *"Ao retornar à democracia reinstala-se com toda sua força legitimadora o relato da "excepcionalidade" do Uruguai com um sistema político racional, democrático, consensual e tolerante. Em sínteses, depois de um golpe de estado e mais de uma década de ditadura como o Uruguai não há!".*

A visão que procurava "definir uma memória oficial" alternou se entre uma explicação e um mandato para a população. A "teoria dos dois demônios" procurou explicar com muita fragilidade que a ditadura aconteceu devido ao enfrentamento entre dois extremos:

a guerrilha e os golpistas, ambos culpáveis da perda das tradições míticas do país, deixando de fora toda a responsabilidade em particular aos políticos, que foram participantes do caminho que finalizou como o golpe de 1973. O mandato foi a "política do silêncio" a criação de um todo poderoso "dedo do poder" que pretendia virar a página como se nada tivesse acontecido…. temos que olhar para a frente. Em uma analise realizada por YERUSHALMI (1989) refere se no geral como "aposta política" ao fato de definir a necessidade do esquecimento, trás um forte conflito dentro do grupo governado. Cita dois acontecimentos dramáticos da antigüidade grega dos quais a "saída política" impõe a frase "fica proibido lembrar as desgraças". Isócrates explica que "Já que nos trocamos posições (…) nos governamos de maneira tão bela e tão coletiva que parece que não nos houvesse ocorrido nenhuma desgraça" para logo concluir a própria YERUSHALMI (1989) que *"esta todo falado: a política é fazer como se nada houvesse passado. Como se nada houvesse produzido. Nem o conflito, nem o assassinato nem o ressentimento (o rancor)"*. Justamente, quando a discussão sobre a história recente se instale com força no âmbito público o debate vai ser entre os historiadores e em particular os professores de história como muitos integrantes dos grupos políticos (o tema se trata mais para frente). Em realidade, a velha memória e o silêncio sustentavam se em uma tradição "nacional". Ao dizer de DEMASI (2004), é uma tendência da sociedade uruguaia

> *"instituir o esquecimento como maneira de defender seu modelo de 'democracia perfeita', uma forma de convivência considerada como ideal, construída a partir de destacar a "solução pacífica dos conflitos". Isto teve suposto a tarefa de amortecer discursivamente os enfrentamentos do passado e elaborar um relato onde a sociedade surja reconstituída sem vencidos nem vencedores".*

De esta maneira, varias gerações estudavam história até a década de 1950, vivendo em um país em crise com 50% dos meninos nascendo abaixo da linha de pobreza, estudavam a história da "Suíça da América". Na educação primária oficialmente se podia ensinar a história até 1963 e no ensino médio, ainda figurava nos programas oficiais, a maioria dos professores não davam o tema "auto censurando-se". O discurso contra o ensino da história recente indicou e indica que *"Não é necessário apurar se em ensinar a história recente. Vai-nos dividir. E hoje é bom que fiquemos o mais perto possível",* declarou Yamandú Fau -Ministro de Educação do último governo de Sanguinetti- (BÚSQUEDA, 31/VIII/2006). Se, como afirma Gimeno Sacristan, é importante a forma como os professores são 'convidados' a tomar parte no processo educativo. Fica claro que ainda o tema figurava timidamente no ensino médio, a sinais desde o poder político que eram evidentes: ensinar a ditadura uruguaia era para os professores meter-se num problema. Para Armando Miraldi,

Inspetor Nacional de História de 1993 até 2002 "Se acredita que dar aula sobre a ditadura é violar a laicidade, quando em realidade o problema é a abordagem. Além disso, eu posso violar a laicidade numa aula sobre a Grécia clássica" (MIRALDI 2006).

O ano 2005: uma mudança na história e um novo convite para a história ensinada

Com o triunfo da esquerda, a memória, que tem relação com a distribuição dos espaços de poder motivando seus descobrimentos e ocultamentos na esfera pública mudou completamente. Além da aparição dos "desaparecidos", houve outros acontecimentos públicos relevantes que geram um clima onde a história recente irrompe com força na sociedade. O 29/8/06 produz se o primeiro processamento de 8 repressores (um suicida-se quando vai ser detido) da ditadura. No dia 16 de novembro de 2006 vão presos o ditador Juan Maria Bordaberry e o chanceler da ditadura Juan Carlos Blanco, o que produz forte impacto político-emocional.

Ao mesmo tempo em que a justiça atuava pela primeira vez contra os culpáveis das violações dos direitos humanos, também pela primeira vez, depois de mais de 20 anos, as autoridades educativas convidavam a todos os docentes ao tratamento do tema. Em novembro de 2005 realizou se um concurso público entre professores de história, em que foram selecionados nove, com dois objetivos: filmar 36 programas de TV, transmitidos pelo canal estatal para atualizar aos docentes, e a realização de um Guia para os docentes. Isto tem desatado fortes conflitos de interesses políticos sobre os usos da história e suas visões nas aulas. O Professor Carlos Demasi foi quem ganhou o concurso e imediatamente chegaram os questionamentos, não do âmbito educativo nem acadêmico mas dos destacados políticos dos partidos tradicionais da direita. O senador do Partido Nacional, Alberto Gallinal exigiu que Demasi fosse separado de seu cargo por sua "concepção ideológica enviesada, por difundir uma visão falsa e conteúdos políticos inaceitáveis" (Brecha, 1/IX/2006). Isto explica em boa medida a auto censura que tinham se imposto os docentes durante a post-dictadura porque é evidente que se pediam a expulsão de um professor tão destacado[2] (e com um concurso ganhado) o que aconteceria com um "docente comum" que tentasse abordar o tema. Nota se com claridade a vigilância permanente do poder político sobre o ensino da história mesmo sendo esta a primeira vez que as autoridades educativas não cederam à pressão política. Previamente, bastava que um político realizasse uma denúncia para que iniciasse de imediato um sumario ao docente "submetido cada tanto à lupa do poder político. Uma sorte de 'varita

[2] Seu currículo se pode ver em www.anep.edu.uy/historia/docentes/demassi/htm

disciplinante' que promove mediante a afetação do capital simbólico dos docentes sua auto censura nas aulas" (Brecha, 1/IX/06). No caso de Demasi a auto censura virou autodefesa e implicou também a defesa da profissão, atacada desde a esfera político-partidária.

Os partidos tradicionais, que impuserem o silêncio afirmam que dar aula sobre a história recente é uma manobra da esquerda para formatar aos estudantes. Alguns exemplos são os depoimentos do ex deputado colorado Nahum Bergstein afirmando que a esquerda tem "como objetivo a lavagem cerebral" e o ex vice-presidente da República Luis Hierro López declarou que "há um processo político para... tratar de seguir doutrinando vontades nas escolas" (Búsqueda, 21/IX/2006). Estas afirmações que procuram gerar alarme público contradizem todos os estudos sobre educação como afirma LAVILLE (1999)

> *é possível que todos esses esforços para controlar os conteúdos do ensino da história, bem como os debates que isso provoca, estejam alicerçados numa ilusão. Neste fim de século, é possível que a narrativa histórica não tenha mais tanto poder, que a família, o meio ao qual se pertence, circunstâncias marcantes no ambiente em que se vive, mas sobretudo os meios de comunicação, tenham muito mais influência.*

Os desafios que a história recente apresenta para o ensino da história

<u>1 Desafio historiográfico:</u> A história recente, marcada pela crise econômica a ditadura militar e o triunfo da esquerda geram a necessidade de reescrever a história nacional em seus conceitos tradicionais. O estudante não pode chegar até 1973 com um discurso que faz referencia a um país tolerante, democrático e culto e passar, num instante, a um país de desaparições e torturas. Isto é outro adereço que faz da história recente um campo de "combate pela história". Segundo LAVILLE (1999) "*A maioria das vezes, o que está em jogo nos debates a respeito dos conteúdos do ensino da história é a manutenção de uma determinada tradição".* A construção da historiografia nacional pareceu ter resolvido o difícil problema da união discursiva das tradições "blanca" e "colorado" depois de quase todo o século XIX de guerras civis. O "blanco" é o rebelde e o "colorado" é a ordem e juntos tinham formado o país perfeito. Então, agora, como unir as análises recentes que contradiz tudo o anterior formado por um frágil discurso de união nacional?

<u>2 Desafio epistemológico sobre a concepção da história ensinada e aprendida:</u> Os vínculos entre memória e história e o estudo de acontecimentos que ainda estão acontecendo, que são parte de uma história do presente, quebram a visão da história como uma atividade essencialmente cognitiva que busca a través das provas uma representação objetiva e

desinteressada do passado. Para uma visão tradicional da história a separação entre passado e presente transforma se em condição necessária para a objetividade, mas no estudo da história recente, "o julgamento de valor" vai aparecer porque os vínculos passados – presente – futuro são indissolúveis. Este olhar permite o que propõe FONTANA (1992) de *"aprender a pensar o passado em termos de encruzilhadas a partir das quais forem possíveis diversas opções, evitando admitir sem discussão que a forma que se impôs foi a única possível (o a melhor)"*. E para isto é indispensável colocar ao presente numa posição critica coisa que não sempre gosta ao poder.

3 Desafio didático ante a visão que os alunos tem sobre a história ensinada: A história recente tem uma vantagem que transforma se em um desafio didático: não tem criada uma rotina de ensino que gera essa típica característica de ensinar como se aprendeu. Numa pesquisa realizada por Peter LEE (2006) indica se que a concepção sobre a história que tem os alunos tem três características. Por um lado o passado é visto de forma estática porque e há somente uma história "porque é dito assim no livro". Ao mesmo tempo conhecemos coisas certas somente se as vemos ou fazemos direitamente e o que os historiadores dizem é testável pelas afirmações testemunhadas. É evidente que qualquer destas três afirmações pode ser quebrada ante um bom desafio epistemológico e didático de ensino de história recente.

4 Desafios profissionais dos docentes de história: *"É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis... mostra quão importante é ela para o poder"* afirma Laville (1999). No caso uruguaio, a maneira mais fácil de atacar a um professor é dizer que "violou a laicidade". Isto significa que fez "política" na sala de aula. No caso concreto da história, a situação é muito delicada porque implica, além de uma concepção (política) educativa, uma concepção historiografia que pode ser facilmente atacada pela armadilha de uma laicidade vulgar (e politizada vulgarmente). Com quanto interesse e vigilância os professores cuidam sua autonomia profissional? Mais ainda quando o desafio profissional e cidadão é entre o "silêncio político" e o estudo da história onde pensar, questionar e perguntar sobre o passado seja útil na compreensão do presente e na elaboração de um futuro melhor.

Bibliografia

BURKE, Peter (2006) "?Qué es la historia cultural?". Paidos, Madrid.

CAETANO Gerardo. RILLA (1999). "Historia contemporánea del Uruguay. De la Colonia al Mercosur". Colección Claeh, Editorial Fin de Siglo, Montevideo.

CODICEN (2005) Consejo Directivo Central – Administración Nacional de Educación Pública. Resolución del 26/10/2005.

DEMASI, Carlos. (1995) "La dictadura militar. Un tema pendiente". En RICO, Alvaro (coomp.) "Uruguay: cuentas pendientes. Dictaduras, memorias y desmemorias". Trilce, Montevideo.

DEMASI, Carlos (2004) "Entre la rutina e la urgencia. La enseñanza de la dictadura en Uruguay". En JELIN, Elizabeth y LORENZ, Federico. "Educación y memoria. La escuela elabora el pasado". S XXI, Buenos Aires.

DEMASI, Carlos (16/XII/2005). Citado en Alvez, Federico. "Los artilugios de un debate". Semanario Brecha.

DEMASI, Carlos (22/9/2006) Entrevista realizada en Radio El Espectador. www.espectador.com.uy

FONTANA, Josep (1992). "La historia después del fin de la historia". Critica, Barcelona.

LAVILLE, Christian (1999). "A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História". Revista Brasileira de História. São Paulo, v19, nº 38, p. 125-138.

MIRALDI, Armando (2006). Citado en Porley, Carolina. "El difícil aterrizaje del 'pasado reciente". Semanario Brecha. 13/01/2006.

MUDROVCIC, María Inés (2000). "Algunas consideraciones epistemológicas para una Historia del Presente". Revista Hispania Nova, Número 1.

POLLAK, Michael (1989). "Memória, esquecimento e silêncio". Estudos históricos. No 3. São Paulo.

QUIRICI, Gabriel "La enseñanza de la dictadura en Uruguay". Ponencia del Encuentro Mundial de Educadores, La Habana, Cuba, enero 2007.

LEE, Peter (2006). "Em direção a um conceito de literacia histórica". Educar em revista. Curtiba, Especial. Editora UFPR.

RICO, Alvaro (2004). "La dictadura, hoy". En "El presente de la dictadura. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay". Ediciones Trilce. Montevideo.

RICO, Alvaro (2005). "Como nos domina la clase gobernante. Orden político y obediencia social en la democracia post-dictadura. Uruguay 1985-2005". Editorial Trilce, Montevideo.

SANGUINETTI (1989) Diario "El Día", Montevideo. 9/04/1989.

SEMPOL, Diego. “El futuro del pasado. Educación y dictadura, más allá del ‘caso Demasi”. Semanário Brecha, 1/IX/2006

YERUSHALMI, Yosef (1989) e outros. “Usos del olvido. Comunicaciones al coloquio de Rayaumunt”. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Adesistas de Plantão": O Centro Republicano Cearense e a Eloqüente Imprensa "de Última Hora" durante os primeiros anos do novo regime no Ceará (1889- 1892)[*].

Gleudson Passos Cardoso[**]

RESUMO: O Centro Republicano Cearense (CRC) foi a primeira entidade que surgiu em Fortaleza em torno da implantação do novo regime político sobre a Monarquia. O respectivo núcleo construiu para si uma memória histórica que, após o golpe de 15 de novembro, se projetou como "ponta de lança", referência maior do programa e da agenda republicana, a combater as demais adesões "de plantão", provenientes dos antigos partidos monárquicos. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as estratégias deste núcleo em favor da implantação e da adesão dos cearenses à República, no combate ao oportunismo dos antigos chefes liberais e conservadores, a destacar seus discursos de matriz evolucionista e positivista na imprensa local através dos jornais "A Pátria" e o "Libertador".
Palavras-chave: República Velha – História Política – Centro Republicano Cearense

ABSTRACT: The Republican Center Cearensian (CRC) was the first group but in Fortaleza arise entourage of the implantation's new political regime on the Monarchy. The respective agremiation built for himself an historical memory but, after the stroke of 1889 of november, 15, to protruded what "firt", the must reference of the program and the republican pauta, to struggle the anothers last adhesions, of the ancients monarchists partys deriving from. Thus, the finality this study is to analyse the strategics forms from this group for implantation and adhesion of the cearensians with the republican system, to fight the olds leaders of the liberal and conservation party's opportune, in to detach for yours discourses of evolutionism and positivism source in the journalism site with the newspapers "A Pátria" and the "Libertador".

A origem do Centro Republicano Cearense (CRC) está ligada diretamente aos últimos episódios ocorridos durante a queda do regime monárquico, quando este se mostrou esgotado entre os anos de 1888 e 1889. Sabe-se que na antiga província do Ceará, a primeira investida a discorrer sobre a idéia republicana, após os episódios de 1817 e 1824, foi a implantação de um clube efêmero na cidade do Aracati, pela iniciativa do bacharel Júlio César da Fonseca Filho, nos anos de 1870, após a repercussão do "Manifesto Republicano" no início daquela década (FONSECA FILHO, 1924 s/d). Este núcleo, por sua

[*] Este texto será parte integrante do Capítulo 1 da tese de Doutorado intitulada "Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos". Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na República Velha (1889 - 1922), a ser defendida no PPGH/UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Faria.

[**] Professor Assistente do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará/UECE, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/ PPGH-UFF, Bolsista da emérita Fundação Cearense de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FUNCAP e membro da Sociedade de Belas Letras e Artes Academia da Incerteza.

vez, teve pouca ou quase nenhuma expressão; não que na província o Imperador do Brasil contasse com total apoio hegemônico, mas, tanto as facções liberais quanto as conservadoras, bem como os intelectuais positivistas (que participaram do debate contra o jesuitismo) e os abolicionistas, ainda não haviam tomado partido algum na proposta pela substituição do regime político.

Contudo, em 01 de julho de 1889, foi fundado o Centro Republicano Cearense, no calor das questões que envolveram a posse do trono, tanto em virtude da avançada senilidade do Imperador, quanto o desgaste da base política com a abolição dos cativeiros e o mal-estar político-institucional gerado desde a posse do ministério de Ouro Preto (CARVALHO, 1988 e JANOTTI, 1986: 16 - 20). Este núcleo passou a congregar intelectuais e militares, dentre eles, antigos abolicionistas, jornalistas engajados, oficiais do Exército e do batalhão de Polícia atuantes em torno das polêmicas que pairavam naquele momento. Os membros fundadores e os mais representativos do CRC já eram bastante conhecidos de outras campanhas de cunho social e político na capital cearense e também no interior da província. Dos intelectuais provenientes das campanhas filosófico-religiosa ou abolicionista, João Cordeiro, Abel Garcia, Oliveira Paiva, Martinho Rodrigues, João Lopes, Justiniano de Serpa, foram destaques. Dos fundadores do Instituto do Ceará, em 1887, teve o intelectual e militar Joaquim Catunda. Outros que, no início da década de 1890 passaram a se destacar no cenário letrado cearense, como Antônio Sales, Waldomiro Cavalcante, Jovino Guedes, Lopes Filho que integraram a Padaria Espiritual ou chegaram à Academia Cearense, iniciaram sua vida pública no CRC (CARDOSO, 2002). Muitos militares também o integraram, desde o destacado alferes Floriano Florambel (exemplo a "inspirar a mocidade à causa patriótica") como, após o 16 de novembro, outros de alta patente, o Cel. Ferraz, primeiro governador do Estado Confederado do Ceará durante o governo provisório (cujo CRC declarou apoio incondicional ao seu mandato) e o Gal. Bezerril Fontenele.

As reuniões do CRC ocorreram no Clube Cearense, à Praça do Ferreira, centro comercial e das agitações políticas e sociais da cidade de Fortaleza. De início, a agremiação se preocupou em discutir, através de palestras e conferências (pois sequer possuía periódico) a viabilidade do regime republicano, visto à queda eminente da monarquia. Com a implantação oficial da República na antiga província, em 16 de novembro de 1889, o CRC tomou pra si a incumbência da "regeneração patriótica" e incorporou o compromisso moral para encabeçar a legitimidade do regime recém implantado. Neste sentido, vale salientar as principais estratégias em busca de um pensamento hegemônico (GRAMISCI, 1989. 1 e 2), em que se destacaram táticas discursivas via seus órgãos de imprensa ("Libertador" e "A Pátria"),

as campanhas de adesão dos clubes republicanos fundados nos municípios e vilas cearenses à causa recém anunciada (comissões que presenciavam o juramento ao estatuto orgânico do CRC) e, por fim, o apoio incondicional aos governadores cearenses e à Presidência da República, sobretudo, durante o período deodorista, por excelência e por estratégia de manutenção ao jogo político favorável aos membros do CRC. Assim, é no período compreendido entre o 16 de novembro de 1889, quando é oficializado o novo regime no Ceará, até a exoneração de João Cordeiro da vice-presidência do Estado (fato que o aproximará dos antigos chefes monárquicos), se fizeram presentes as principais ações do CRC na configuração de uma referência republicana, marcada contraditoriamente pelo amplo discurso federalista, contudo, fincado em bases autoritárias e centralizadoras de orientação positivista.

Como órgão oficial, o CRC teve o antigo jornal abolicionista "Libertador", de propriedade do já mencionado João Cordeiro e tendo como redator chefe João Lopes. Pode-se dizer que no último semestre em que existiu o regime monárquico, o respectivo jornal foi o único que sugeriu a eminente queda do Imperador, dando notícia apenas do "alvoroçado movimento triunfante da bandeira da federação" que agitava a antiga Corte ("O Libertador". Fortaleza, 12/jul/ 1889, p. 02). Contudo, como os demais jornais que circularam no período, não houve sequer menção alguma da República enquanto novo regime. Ele custava 40 réis, se dizia "Diário da Tarde" até 16/ nov/ 1889, quando passou a ser "Órgão do Centro Republicano" e folha oficial do Governo Provisório do Estado Confederado do Ceará. Vale destacar que até esta data, nenhuma menção sequer havia sido feita em relação ao CRC.

"A Pátria" foi outro órgão que se proclamou adepto carbonário da República. Este se disse "Folha da Manhã", publicava todas as atividades do CRC e circulou aproximadamente um ano, entre 28 de novembro de 1889 até meados do mesmo mês em 1890. Tinha como legenda o estandarte positivista: "O amor como princípio, a ordem como meio e o progresso por fim". Sua circulação foi interrompida quando, após o pleito de 15 de setembro de 1890, seus redatores Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues, foram compor a Constituinte, juntamente com outros membros do CRC, dentre eles os deputados Gonçalo de Lagos e Manoel Coelho e o senador Joaquim Catunda. A tiragem deste jornal era de 1200 números diários, custo de 80 réis, e um número que variava em torno de 50 correspondentes espalhados pelos municípios e vilas cearenses. Desde o início da circulação, o órgão se dizia "partidário sincero da República federativa, [em que] o maior apelo é manter, ao lado da autonomia dos Estados, a unidade da Pátria Brasileira" ("A Pátria". 28/ nov/ 1889. nº 01, p. 01). No mesmo nº

do jornal, a coluna "Notas da Manhã" (p. 03), discorreu sobre a necessidade de "lutar pela conquista das liberdades (...) exercendo corajosamente o seu dever (...) os dois grandes princípios da nova religião social". Percebe-se nestas palavras os anseios inerentes em torno da existência de um pacto federativo sólido. Porém, quanto à aclamação geral pela futura convocação de uma Constituinte, não distou à preocupação destes republicanos com a possibilidade do novo regime ser tomado pelas antigas forças políticas, chefes e correligionários dos partidos monárquicos extintos, identificados com o atraso: "Estarão preparados para essa dupla função os antigos partidos políticos? Serão capazes de concorrer para o funcionamento regular do governo, (...) da Pátria?" (Idem. ibdem).

Válido destacar que tanto "A Pátria" quanto o "Libertador", foram incisivos em atacar os antigos chefes políticos, ligados às famílias que assumiram a direção das facções liberais e conservadoras na antiga província (Pompeu Accioly, Cunha Freire, Paula Rodrigues e Fernandes Vieira). Contudo, enquanto o segundo teve um caráter mais oficial (publicando editais, portarias, decretos etc) o primeiro teve um traço mais carbonário e ideológico diante das tensões junto ao processo político-eleitoral que resultaria nas eleições de 15/ set/ 1890. Tendo em vista a ameaça da inserção política das "forças do passado", não tardou aos membros do CRC tomarem postura autoritária, em defesa de um regime ditatorial segundo a matriz positivista, uma vez que sua maioria era composta por intelectuais e militares, adeptos da corrente de Augusto Comte. No artigo "Doutrinemos", publicado em 08 de dezembro de 1889, nº 05, p. 01, sobre o decreto em que o Governo Provisório proibiu a circulação de qualquer jornal com tendência monárquica (em alusão direta ao "Tribuna Liberal", do Visconde de Ouro Preto, tendo em mente o pleito de 15/ set/ 1890), a "A Pátria" publicou:

> *(...) são nossos ardentes votos que o Gal. Deodoro prolongue o mais que for possível a ditadura republicana, para que assim a Pátria não corra o perigo de ver conspurcada a representação nacional pela presença em seu seio de deputados desmoralizados pela corrupção bragantina.*

Essa postura contraditória custou caro ao CRC, entre o pleito de 1890 e o golpe e contra-golpe em novembro de 1891. Por conta dela e da adesão incondicional ao Governo Provisório, sobretudo, ao Mal. Deodoro, o CRC colecionou desafetos, a princípio, dos próprios líderes das facções políticas, correligionários e redatores dos órgãos de imprensa identificados com os antigos partidos monárquicos e, posteriormente, o racha entre os membros do CRC pró e contra as manobras do Mal. Deodoro, bem como a nomeação do Barão de Lucena como ministro e, posteriormente, o golpe de 03/nov/ 1891. É ainda no nº 05, já mencionado, que no artigo "Exclusivismo", o jornal "A Pátria" rebate às críticas do jornal

"O Cearense", outrora jornal do Partido Liberal, mas naquele momento, denominado "Órgão do Clube Democrático". Pertencente à facção dos Paula Rodrigues, este jornal acusou os membros do CRC de "exclusivistas" ("Cearense", 03/ jul/ 1890, p. 01), por estes tomarem a frente da reorganização política e da proximidade destes com o governo provisório do Estado Confederado do Ceará, sob o comando do Cel. Ferraz. "A Pátria" retrucou assim:

> *O Centro Republicano, a grande associação que já se achava constituída desde muito antes da revolução [quatro meses, apenas], (...) pede mesmo o concurso de cada cidadão para a grande obra de reconstrução deste país por tanto tempo sacrificado às ambições dos partidos monárquicos (...) O artigo do 'Cearense' é o brado do vencido que vê com amargura a partida dos soldados que, desesperados do triunfo que não conseguiram (...) prestígio e patriotismo daqueles que o dirigiram*
>
> .

Outro não poupado foi o jornal "Brasil. Ordem e Progresso", que até o dia 16 de novembro de 1889 denominava-se "Pedro II", pertencente à facção do antigo partido conservador cearense liderado pelo Barão de Aquiráz, Fernandes Vieira. No primeiro nº deste jornal, aos 28/ nov/ 1889, dizia timidamente "lutemos nós, neófitos da República, não só pelo princípio democrático, como pelo bem-estar da Pátria comum, que tanto precisa, atualmente, do concurso de todos os brasileiros" (p. 01). Contudo, os membros do CRC não hesitaram em comemorar o desaparecimento definitivo deste órgão na arena local, quando na edição de nº 17 d' "A Pátria", de 10/ jan/ 1890, lançou elogios envernizados de ironia ao "Barão de Aquiráz, herói derrotado, por ser diferente dos demais oportunistas".

Entre 22 de junho de 1890 (quando ocorreu a convocação para a Constituinte) e o golpe de Estado de 03 de janeiro de 1891, com senador e deputados eleitos em setembro de 1890 e o apoio incondicional aos ditames do Mal. Deodoro, o CRC passou a digladiar na arena da imprensa local também com o "Estado do Ceará", órgão da União Republicana, entidade recém fundada pela liderança do já mencionado Barão do Aquiráz, agora aliado do antigo rival Anto. Nogueira Accioly, chefe da outra facção dissidente do extinto partido liberal, cujo órgão de imprensa era a "Gazeta do Norte".

À medida que se aproximava o pleito de 15 /set/ 1890, acirravam-se os ataques e as ofensas a uma ou a outra entidade. Este ódio se intensificou com as atitudes arbitrárias do governador provisório, Cel. Ferraz (amplamente ovacionado nas edições d'"A Pátria", sobretudo, no nº 31), em favor dos membros do CRC candidatos à Constituinte. No "Estado do Ceará", nº 36, em 02/ set/ 1890, na matéria "Um Governo em Delírio" (p. 02), foi publicado um telegrama em que o então governador autoriza o juiz municipal de uma localidade a intimar "padres ou quaisquer indivíduos para não continuarem a insuflar a

população contra o governo", sob a ameaça de serem recolhidos à prisão. Na edição seguinte, nº 37, 03/ set/ 1890, na matéria "Movimentos Sediciosos" (p. 02), o mesmo jornal explica que:

> *(...) o padre que pedir aos seus paroquianos para não votarem em candidatos ateus; o político que se mantiver fiel aos seus antigos amigos; o eleitor que não quer receber a cédula do Centro Republicano; eis os sediciosos, que o Sr. Cel. Ferraz manda intimar e prender.*

O receio dos membros do CRC e as medidas autoritárias tomadas pelo seu aliado no governo, são por eles justificáveis diante dos interesses evidentes da União Republicana, que congregava antigos chefes políticos e a manutenção de antigos prestígios públicos ameaçados pelo discurso inovador do CRC, como bem pode ser lido no nº 06 do "Estado do Ceará", de 26/ jul/ 1890, p. 02, em que diz o seu redator:

> *São puros sonhadores os que pretendem de momento consolidar, a todo o transe, a nova ordem de coisas, inaugurada a 15 de novembro, por movimentos bruscos (...) Aceito, como foi, por todos de boa ou contrária vontade, o golpe de Estado, dado pelo Exército (...) sem desprezar-se o que fosse aproveitável do regime decaído (...) Podem conservar-se as partes úteis da velha instituição, e estabelecer a harmonia entre o que se reformar, e o que se mantiver (...).*

As razões do ódio entre o CRC e a União Republicana eram, em grande escala, motivadas pela direção do Partido Republicano no que Ceará foi amplamente representado pelo CRC. Inconformados tanto com a direção dos rumos políticos e administrativos do Estado do Ceará que fugiu às mãos das antigas facções oligárquicas, os membros da União Republicana procuraram a todo o custo denunciar as arbitrariedades do governador cearense. Também não era pra menos, pois, este ordenou ações violentas contra seus adversários e aos opositores do CRC. O episódio da represália em que o Batalhão da Polícia Estadual e a Cavalaria se voltaram contra militantes do Partido Operário cearense e dos membros da União Republicana (oportunamente buscando aliança com os operários), na ocasião de uma marcha às vésperas das eleições do dia 15, com destino à residência do governador, em 14 de setembro de 1890, foi amplamente noticiado pelos jornais "Estado do Ceará" (nº 44, 16/ set/ 1890. p. 02, 03) e "O Combate" (07/ abr/ 1891), o órgão do Partido Operário.

No entanto, esta sensação de unidade política em torno dos princípios "puros" do republicanismo de leitura comteana entre os membros do CRC, tendo em vista a implementação do seu programa político junto à representação cearense no Congresso Nacional e na direção local do Partido Republicano, sucumbiu no desenrolar dos acontecimentos entre a posse ministerial do Barão de Lucena e a deposição definitiva dos deodoristas cearenses da administração do Estado, em 16 de abril de 1892. Em primeiro, a

demissão de João Cordeiro da Vice-Governadoria do Estado e da Secretaria Geral dos Socorros Públicos, em virtude da retaliação de Lucena aos seus adversários e opositores (Cordeiro o chamou de "monarquista encapuzado"), provocou uma dissidência entre os que ainda apoiariam Deodoro e os anti-deodoristas. Assim, surgiu o jornal "O Norte", de propriedade de Martinho Rodrigues e que teve como redator-chefe o deputado Justiniano de Serpa. Na edição de nº 03, p. 02, aos 16/ abr/ 1891, os ex-membros do CRC, eleitos ao Congresso comentaram o delicado momento em que a saída de João Cordeiro afetava diretamente a representação dos constituintes cearenses, bem como a direção do Partido Republicano no Ceará e o racha no CRC.

> *(...) assumindo a direção do partido republicano em tão grave momento social, não obedecemos de modo algum às sugestões do interesse pessoal. Este aconselharia, por ventura, posição cômoda, atitude mais diversa (...) Os nossos amigos políticos, a comissão executiva do Centro Republicano conhecem perfeitamente os motivos que nos levaram a tomar sob nossa guarda as tendas do partido (...) nossa política é de paz e seriamente empenhada em bem servir ao Estado e ao partido.*

Outrora, Cordeiro fora ovacionado em diversos números d'"A Pátria", como no nº 32, p. 02, em comemoração ao seu aniversário ("queremos ver João Cordeiro à frente dos negócios do Estado"), ou na edição de nº 24, p. 03, quando foi inaugurada a Av. João Cordeiro, no município de Baturité, pelo seu respectivo Clube Republicano Municipal ligado ao CRC. Suas prerrogativas de mentor-político daquela geração de intelectuais carbonários (ex-abolicionistas e republicanos ortodoxos) sempre foram ressonantes, desde o início da década de 1880. Mas, com a sua saída do governo provisório e a nova postura do CRC frente às políticas deodoristas, ele apelou para o inesperado. No início de 1892, Cordeiro fundiu o seu jornal "Libertador" com o "Estado do Ceará", ou seja, aliando-se aos chefes políticos tradicionais, seus antigos rivais, que compunham a União Republicana, como Fernandes Vieira (O Barão de Ibiapaba) e Nogueira Accioly, eleito senador da República. Graças a esta aliança, este último aproveitou a articulação entre o CRC e os antigos clubes republicanos municipais (ligados organicamente pelo estatuto) para sedimentar as bases eleitoreiras do futuro Partido Republicano Conservador, que culminará, no desenrolar dos anos de 1894 a 1912, ao momento compreendido na História Política local como o período acciolino.

Após o contra-golpe de Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891 sobre os governos locais que apoiaram o golpe de Deodoro em 03 de novembro (CARONE, 1977: 56 - 84), o Cel. Benjamin Liberato Barroso (vice-governador deposto por Deodoro e ligado a Nogueira Accioly) conseguiu, após o 23/nov/ 1891, recuperar o cargo e depor definitivamente então governador, Gal. Clarindo de Queiroz, somente em 16 de fevereiro de 1892, com o

apoio da Escola Militar de Fortaleza. Diante da aclamação popular ao Cel. Liberato Barroso (conf. "A Legalidade. Homenagem dos Operários do 'Libertador' aos Salvadores da República", 02/ dez/ 1891), bem como o número expressivo de demissões e ocupação de cargos estratégicos no Governo Estadual pelos membros das facções oligárquicas locais (conf. "Correio Oficial do Ceará", nº 146, 06/ abr/ 1892), percebe-se o desgaste sofrido pelos ex-membros do CRC, Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa, por conta do apoio que estes deram às iniciativas ditatoriais do Mal. Deodoro, atordoado pela política desastrosa do Barão de Lucena. Assim, o trabalho desenvolvido pelo CRC junto aos clubes republicanos municipais no interior cearense (juramento destes ao seu estatuto, diligências e comissões em prol da adesão ao regime etc), passou a favorecer a nova articulação política que dará origem ao Partido Republicano Conservador, agora sob a orientação da família Pompeu Accioly.

Numa das últimas aparições do jornal "O Norte" na imprensa local, o periódico homenageou os deportados pelo decreto de 10/ abr/ 1892, em que foram exilados os que reagiram ao contra-golpe de 23 de novembro. Na matéria "A Recepção dos Deportados – O Banquete", a edição de nº 257, de 06/ set/ 1892, p. 02, mencionou que tal homenagem foi realizada pelo "Partido Autonomista do Estado [do Ceará]". Com ar melancólico o nº 259, de 09/ set/ 1892, dedicou toda edição e rendeu homenagens aos "Beneméritos Brasileiros Desterrados", e afirmou:

> *Os cidadãos deportados pela tirania do Sr. Floriano Peixoto, o vice-rei da República, e administrados pelo Congresso Federal, regressam ao seio da Pátria, calmos, tranqüilos e, se é possível, maiores e mais queridos pelos sofrimentos do exílio, onde os acompanharam as saudades e admirações do povo tanto mais merecidos quanto avultavam suas virtudes na razão da distância e dos ódios do tirano (p. 03).*

Como pode ser percebida, a realidade em que existiu o CRC foi aquela que acompanhou o desenrolar do cenário político nacional. Resultante da mobilização de ideais políticos e elucubrações intelectuais, os sujeitos históricos que pertenceram a esta entidade tomaram para si o papel de transformar e regenerar a vida política e institucional do seu espaço social, durante os primeiros anos do regime republicano. A partir das leituras e vivências que possuíram frente ao jogo político da realidade cearense, imbuídos das referências autoritárias do positivismo, eles tentaram administrar tais posturas com as demandas sócio-políticas em torno de um ideário federalista, vislumbrado pelos diferentes grupos políticos dos estados brasileiros. Contudo, em busca de manter fidelidade ao programa do seu estatuto e negar alianças possíveis com os chefes políticos das antigas facções que lideraram os extintos partidos monárquicos no Ceará, a idéia da manutenção de um

republicanismo puro, aliado a uma leitura evolucionista do processo social, acabaram por comprometer a sobrevivência destas primeiras referências do CRC diante do pacto oligárquico em desenvolvimento, a ser amadurecido efetivamente entre 1894 e 1898 quando, de fato, a antiga estrutura de poder proveniente das oligarquias locais consegue plena autonomia para sua completa afirmação.

Referências

CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual. Biscoito Fino e Travoso** – Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT; 2002.

CARONE, Edgard. **A República Velha, 1889 - 1930 II (Evolução Política)**. Rio de Janeiro: Difel; 1977. p. 56 – 84.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras: a Política Imperial**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ; 1988

FONSECA FILHO, Júlio César da. "O Ceará e a Proclamação da República" IN: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará; 1924. T. 38.

GRAMSCI, Antônio. 1. **Os Intelectuais e a Formação da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1989.

_____. 2. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1989.

JANOTTI, Ma. de Lourdes M. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense; 1986.

p. 16 – 20. JANOTTI. Op. Cit. p. 20 – 42.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por entre as páginas do imperialismo germânico na América Latina: a Revista Médica de Hamburgo e a Revista Médica Germano-Ibero-Americana (1920-1933)

Magali Romero Sá e André Felipe Cândido da Silva[1]

RESUMO: O presente trabalho trata da trajetória da Revista Médica de Hamburgo e Revista Médica Germano-Ibero-Americana, órgãos criados para promover e difundir a ciência alemã entre a comunidade médica da América Latina no contexto do entre-guerras, marcado pela perda das colônias na África, pelas dificuldades enfrentadas pela economia germânica e a tentativa de recuperar o prestígio cultural e científico alemães, abalado pelas condições impostas pelo armistício.
Palavras-chave: ciência alemã, imperialismo germânico, América Latina.

ABSTRACT: The present work concerns the trajectory of the *Revista Médica de Hamburgo* and *Revista Médica Germano-Ibero-Americana*, magazines created to foster and to diffuse German science among the medic community of Latin America in between World Wars, context characterized by the loss of Germany's African colonies, difficulties faced by the Germany's post-war economy and the attempt to restore the cultural and scientific German prestige because of the conditions imposed by the armistice.
Keywords: German science, German imperialism, Latin America.

Em 1920, foi criada por Ludolph Brauer e Bernhard Nocht – respectivamente diretor do Hospital Eppendorf e do Instituto de Medicina Tropical, ambos em Hamburgo - a Revista Médica de Hamburgo. O objetivo da publicação era divulgar as comunidades médicas da Espanha e América Latina as pesquisas científicas realizadas na Alemanha, especialmente os avanços na indústria farmacêutica e técnicas terapêuticas. De periodicidade mensal, a *Revista Médica de Hamburgo* circulou regularmente até outubro de 1928, após o qual, fundiu-se com a revista *La Medicina Germano-Hispano-Americana*, dando origem à *Revista Médica Germano-Ibero-Americana*, que perdurou até 1938.

Diretor do Hospital Geral de Hamburgo Eppendorf, Ludolph Brauer (1865-1951) teve papel importante na implantação da medicina da aviação alemã e no seu desenvolvimento após a Primeira Guerra, além de ter se notabilizado por suas pesquisas sobre a tuberculose. O lançamento da *Revista Médica de Hamburgo* (RMH) foi a concretização do projeto iniciado por ele, em 1914, de integração da ciência médica da Espanha e países de

[1] Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.

língua hispânica àquela desenvolvida na Alemanha. Após publicar um único número, em julho de 1914, Brauer teve de interromper o projeto devido à irrupção da Primeira Guerra. Retomado em 1920, sua empreitada ganhou novo alento devido ao apoio manifestado pela Espanha no Tratado de Versalhes através do manifesto de 28 de maio de 1919. Nele, cinqüenta personalidades espanholas, entre médicos e farmacêuticos, expressaram o desejo de se restabelecer as relações científicas internacionais sem exceção de qualquer país. Isto porque, o Conselho Internacional de Pesquisas estabelecido em Bruxelas em 1919 havia alijado a Alemanha do cenário científico mundial, tornando proibidos o alemão como idioma científico e a participação alemã nos congressos internacionais (RMH, ano 1, n. 2, p. 28).

O manifesto dos espanhóis foi recebido com entusiasmo no meio médico alemão, descontente, assim como praticamente toda a sociedade germânica, com as condições ultrajantes que lhes foram impostas pelo armistício. Isso impulsionou o abortado projeto de Brauer, sendo a Revista inaugurada em 1920 com formato ampliado e número aumentado de colaboradores (RMH, ano 1, n. 1, p. 1).

Assim como Brauer, Nocht viu na *RMH* uma possibilidade concreta de estreitar relações com os médicos da Espanha e América Latina, de modo a promover a ciência alemã e recuperar seu prestígio abalado com a Primeira Guerra. Através da *Revista*, Nocht esperava contornar as diversas dificuldades pelas quais passava a instituição que praticamente fundara: o Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo (*Institut für Schiffs-und Tropenkrankheiten*).

As origens do Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo (IMTH) remontam à aterradora epidemia de cólera que grassou em Hamburgo no verão de 1882, na qual as deficiências do aparato sanitário da cidade foram postas a nu (Fleischer, 2000). Devido aos conhecimentos em doenças tropicais adquiridos quando esteve na Ásia, Nocht foi nomeado, em 1893, chefe do Serviço Médico do Porto de Hamburgo, de onde se apercebeu da necessidade de um centro de ensino, pesquisa e tratamento de doenças tropicais, que adentravam com freqüência o porto hanseático. O Departamento Colonial alemão (que administrava as colônias alemãs adquiridas desde 1884) manifestou interesse pelo estabelecimento de tal instituição e em 1900, foi fundado o Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo (IMTH), terceiro centro de estudos em doenças tropicais, precedido da *London* e *Liverpool Schools of Tropical Medicine* (Wulf, 1994). Nocht foi nomeado diretor da instituição recém-fundada, cargo que ocupou até 1930, sendo o criador da Sociedade Alemã de Medicina Tropical, fundada em 1907.

Após ter se consolidado como importante centro de pesquisas em medicina tropical, o IMTH passou por uma grande crise advinda com a Guerra e as dificuldades financeiras decorrentes não só da destruição material, como das condições impostas pelo Tratado de Versalhes; tudo isso aliado ao já mencionado boicote internacional à ciência alemã (Eckart, 1997; Wulf, 1994). Junto aos problemas financeiros, o IMTH passou por uma crise de legitimidade, pois a perda das colônias pela Alemanha fez com que sua necessidade fosse questionada.

Nocht acreditava ser a medicina um dos meios mais efetivos de promover a ciência e cultura alemãs. Vários quadros do IMTH foram enviados a países da América Central e do Sul para estabelecer contatos e orientar campanhas contra doenças infecciosas, especialmente aquelas mais freqüentes nas regiões tropicais. A América Latina oferecia condições propícias para os estudos em medicina tropical por comportar doenças endêmicas similares àquelas encontradas na África, devido tanto à introdução de moléstias através do tráfico de escravos quanto pelo fato de estar situada nas mesmas latitudes dos países africanos, o que conferia às nações latino-americanas similaridade em termos de condições ecológicas e climatológicas (Eckart, 1997). Com seus interiores inexplorados em termos de incidência de doenças, os países da América Latina representavam um prolífico campo de estudos em potencial, aliado ao fato de que seus meios acadêmico e intelectual nutriam grande admiração pela organização do ensino e ciência germânicos nas diversas áreas do conhecimento.

Logo, a criação da RMH foi parte desse movimento mais amplo de aproximação dos alemães com a Espanha e América Latina, em que a medicina atrelou-se estreitamente às esferas da política e economia, afirmando-se como ferramenta de propaganda cultural. Nesse aspecto, a análise da *Revista* como órgão de promoção das relações internacionais complexifica este campo de estudos na medida em que aponta para uma teia de intercâmbio que passa ao largo dos mecanismos estritamente políticos, isto é, agenciados pelo Estado, mas envolve uma trama complexa de atores e instituições, cujas articulações foram responsáveis pela configuração dessa rede da qual a *Revista* foi a expressão mais manifesta.

A captação de recursos materiais e simbólicos para publicação da RMH envolveu a movimentação de Brauer e Nocht para ganhar a adesão não só das autoridades alemãs, como também de personalidades do *establishment* científico. O movimento obteve certo sucesso, já que no primeiro número os diretores elencaram as instituições e personalidades que apoiavam a empreitada: o Instituto de Terapêutica Experimental (*Georg Speyer-Haus*), fundado por Paul Ehrlich, de Frankfurt; o Instituto Robert Koch, de Berlim; o

Instituto de Terapêutica Experimental de Dahlem, além dos diretores dos principais periódicos médicos alemães.[2]

Em relação aos recursos materiais, Brauer e Nocht contaram com o apoio da Câmara de Comércio de Hamburgo. As Casas Comissárias do ativo porto de Hamburgo foi quem forneceu na maioria das vezes os recursos necessários para as despesas provindas desse movimento de propaganda cultural junto à Espanha e América Latina, que envolvia, além da Revista Médica de Hamburgo, as diversas missões científicas alemãs no ultramar.[3]

Um ano após a criação da Revista, o IMTH criou a Sociedade dos Amigos do IMTH, como meio de compensar as dificuldades financeiras advindas com as cláusulas impostas em Versalhes. Esperava-se, assim, levantar fundos para a realização de pesquisas, bem como o financiamento de publicações em línguas estrangeiras e o custeio de despesas de viagens e conferências realizadas como de promoção da ciência alemã na Espanha e América Latina. Subjacente a isso, havia a crença de que o estudo e combate das doenças representavam o melhor meio de realizar a propaganda alemã, além de ser importante veículo de penetração da indústria e comércio germânicos.

Além do Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo e do Hospital Eppendorf, a Universidade de Hamburgo foi outra instituição que deu apoio à empreitada de Brauer e Nocht, reunindo diversos colaboradores da *Revista*. Fundada em 1919[4] pelo Parlamento de Hamburgo, constituído logo após a Primeira Guerra, a Universidade de Hamburgo gozou de bastante prestígio durante a República de Weimar, já que reuniu autoridades em diversos campos do conhecimento.[5] Criada na mesma época que as universidades de Frankfurt e Colônia e ao contrário das universidades alemãs mais tradicionais, a Universidade de Hamburgo caracterizou-se pela preocupação com questões científicas mais práticas, especialmente aquelas ligadas ao comércio internacional, exploração

---

[2] *Deutsche Medizinische Wochenschrift*, *Munchener Medizinische Wochenschrift*, *Berliner Klinische Wochenschrift*, *Medizinische Klinik* e *Zeischrift für Ärztliche Fortbildung.*

[3] Na edição de abril de 1923, a seção de Notícias assinala que Roderich Schlubach, um dos chefes da casa Schlubach, Thiemer & Co. recebera o título de "Doctor Honoris Causa" da Universidade de Hamburgo, devido a "seus eminentes méritos em prol da ciência e mui especialmente, da medicina alemã." Schlubach, cuja casa comissária era "muito conhecida nas Américas Central e do Sul", havia promovido as viagens de Fülleborn, do Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, à América Central, Colômbia e Venezuela.

[4] As origens da Universidade de Hamburgo remontam ao século XVII, quando a cidade abrigou uma instituição de ensino superior de nível intermediário (entre faculdade e universidade, a chamada *Akademisches Gymnasium*), junto com diversas instituições científicas isoladas (Jardim Botânico, Observatório, Laboratórios Estatais de Física e Química, Instituto Zoológico do Estado, etc.). O Instituto Colonial criado em 1907 também contou com cátedras professorais, sendo que a demanda por um centro de ensino superior levou a que se fundasse a universidade, com a fusão das diversas instituições científicas existentes.

[5] A título de exemplo, vale citar Ernst Cassirer, na filosofia; Erwin Panofsky, na História da Arte; Otto Stern, na Físico-Química e William Stern na psicologia.

tropical e empreendimentos coloniais (Ringer, 2000). A Faculdade de Medicina da Universidade foi composta em grande parte pelos quadros provindos das duas principais instituições de pesquisa médica de Hamburgo: o IMTH e o Hospital Eppendorf. Nocht e Brauer compuseram seu corpo docente, sendo que ambos foram decanos da faculdade; Nocht chegou a ser reitor em 1926 (Fleischer, 2000).[6]

Procurou-se reforçar o caráter cooperativista da RMH através da presença de médicos da América Latina no seu corpo de colaboradores e na equipe editorial, embora a maioria alemã seja flagrante em toda sua trajetória. Os latino-americanos pertencentes ao corpo editorial foram, em sua maioria, indivíduos que, além de contar com legitimidade frente à classe médica local, haviam se formado ou se especializado em instituições alemãs, o que os tornara importantes porta-vozes locais das concepções e interesses germânicos. Havia também alemães que estavam à frente de instituições na América Latina e que atuaram diretamente em prol dos interesses de seu país de origem.

A filiação à ciência germânica extrapolou o campo médico e científico: o respeito e admiração de intelectuais latino-americanos pela cultura alemã estão relacionados ao fato de que a Alemanha alcançou sucesso estabelecer um sistema institucionalizado de atividade científica, em que aliou a tradição da pesquisa ao ensino. No século XIX, o sistema de organização das universidades e centros de pesquisas alemães atuou como modelo que balizou a institucionalização das ciências em vários países. (Ben David, 1979). No âmbito da medicina, a Alemanha não só teve resultados positivos na luta contra doenças infecciosas aterradoras, como concebeu o modelo de estudo clínico-universitário integrado, no qual se associaram a investigação experimental, o tratamento clínico e docência universitária, lançando as bases da formação médica contemporânea (Reggiani, 2003).

A partir do segundo ano da revista (1921), o grupo de redatores passou a incluir J.M. Rosell – de Barcelona, especialista em patologia digestiva e da nutrição – e Susviela Guarch, de Montevidéu. Em 1926 foi a vez do médico argentino Mariano Barilari compor a equipe de redação.Graduado em Heidelberg em 1915, Barilari foi cirurgião do Hospital Rawson e diretor da revista de divulgação médica "Viva Cem anos". Susviela Guarch (1851-1928) foi um importante personagem no estabelecimento das relações entre Uruguai e a Alemanha. Além de patologista (foi um dos discípulos de Rudolph Virchow), atuou como ministro das relações exteriores em Berlim, onde transitou com fluência entre os

[6] Além de Nocht como diretor da Revista, o IMTH esteve representado no corpo editorial por Peter Mühlens, nomeado redator-chefe. Juntamente com Mühlens, compuseram o corpo de redatores o dr. F. Rabe, médico-assistente da Seção de Investigação Científica do Hospital Eppendorf e Máximo Asenjo, ex-professor de Anatomia Patológica da Universidade de San Salvador

meios político e científico germânicos. Graças às boas relações mantidas com médicos na América Latina, Guarch fundou, em 1923, o Centro Médico Hispano-Americano.

O conteúdo da RMH foi veiculado principalmente em espanhol, com alguns pouquíssimos artigos em português. Além de artigos originais, a *Revista* incluiu resenhas feitas pelos editores e colaboradores de artigos publicados nos principais periódicos alemães e, a partir do ano 4 (1923), resumos dos manuais científicos publicados, especialmente os alemães.

Os editoriais deram ênfase ao caráter amistoso e simétrico de cooperação intelectual assumido pela *Revista* e escamoteava-se o desequilíbrio de poder imanente a esta relação, reafirmando a excelência da ciência e cultura germânicas. A ideologia da neutralidade e universalidade da ciência, pairando acima dos interesses políticos foi o "verniz" desse discurso que buscou enfatizar o caráter humanitário da prática médica.

A análise do corpo de colaboradores da *Revista* no decorrer de sua trajetória permite entrever a gradativa ampliação de seu escopo. Países como Argentina, Peru, Colômbia, Bolívia, Chile, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Brasil, México, Costa Rica e Cuba estão ali representados. A maior penetração da *Revista* nos países latino-americanos convergiu com o aumento da participação alemã no cenário científico internacional. Preterida no imediato pós-guerra, logo a Alemanha recuperou terreno junto aos fóruns científicos: a partir da metade dos anos 1920, os médicos alemães voltaram a participar dos congressos internacionais; em 1927, Nocht foi nomeado vice-presidente do Comitê de Higiene da Liga das Nações.

A participação brasileira na Revista foi intermediada pela presença do médico Henrique da Rocha Lima (1879-1956) no corpo editorial, a partir de 1922. Embora fosse brasileiro, o nome de Rocha Lima vinha associado ao Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo, da qual fazia parte desde 1911 (Falcão, 1967).[7] O nome de Rocha Lima entre os redatores impulsionou a participação de cientistas brasileiros no corpo editorial da *Revista*,

[7] Henrique da Rocha Lima foi um dos primeiros integrantes do Instituto de Manguinhos. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901, fez sua especialização na Alemanha em microbiologia e anatomia patológica. Passou a fazer parte do Instituto de Medicina Tropical de Hamburgo em 1910, após ter sido diretor do Instituto de Anatomia Patológica da Universidade de Jena. Permaneceu em Hamburgo até 1928, após o qual voltou ao Brasil, passando a fazer parte do Instituto Biológico de São Paulo, criado um ano antes. Em 1933 foi nomeado diretor geral daquela instituição, cargo que ocupou até 1949, quando se aposentou. Suas contribuições científicas incluem a determinação das lesões histopatológicas da febre amarela, a elucidação da etiologia do tifo exantemático, a demonstração da origem fúngica da histoplasmose e a definição de questões relativas à verruga peruana (Falcão, 1967).

como Henrique Aragão (1879-1956), Arthur Moses (1967), e Adolpho Lindenberg (1872-1944).[8]

O conteúdo da *Revista* dividia-se em: trabalhos originais, revista de revistas e progressos médicos, onde eram resenhados os artigos saídos nos grandes periódicos médicos alemães; noticias terapêuticas e técnicas; livros, com comentários sobre os manuais lançados por médicos alemães e latino-americanos e notícias. Os artigos relacionavam-se às várias especialidades médicas, sendo agrupados em seções temáticas que na primeira edição totalizavam sete: Patologia, Fisiologia e Farmacologia; Medicina Interna, Enfermidades Infecciosas, Enfermidades Infantis e Terapêutica Geral; Cirurgia; Ginecologia e Obstetrícia; Neurologia e Psiquiatria; Doenças tropicais e sub-tropicais; Dermatologia e Venereologia; Oftalmologia; Bacteriologia, Higiene e Medicina social e Röntgenologia e Radioterapia. Durante a trajetória da Revista essas seções foram ampliadas, com o acréscimo de algumas e supressão de outras, mas no geral obedeceu a esse perfil.

A seção de Farmacologia foi uma das que ganhou destaque no decorrer das edições, passando a compor seção própria (antes compunha a seção Farmacologia, Patologia e Fisiologia). Grande importância foi dada à divulgação de novos terapêuticos desenvolvidos pela indústria farmacêutica alemã, feita por meio da publicação de experimentos com os novos produtos, que atestavam o potencial de ação dos fármacos. O Bayer 205, por exemplo, recebeu atenção cuidadosa de vários pesquisadores que testaram sua eficácia contra tripanossomíases animal e humana, principalmente doença do sono e doença de Chagas. Outros estudos apontaram para a importância do Yatren, desenvolvido pela Behring-Werke, no tratamento da disenteria amebiana; dos derivados do Salvarsan, utilizados na terapia da sífilis e dos antimaláricos sintéticos. Percebe-se que as grandes corporações farmacêuticas não só apoiaram como também impulsionaram esse esforço de aproximação com a América Latina, visto como um meio de criar novas demandas e, assim, ampliar seus mercados.

Do ponto de vista ideológico, a RMH comprometeu-se em difundir o germanismo, presente, por exemplo, nas edições especiais dedicadas a figuras consideradas exponenciais da ciência germânica e dos seus centros de pesquisa[9]. A *Revista* mantinha informes dos cursos oferecidos, congressos, criação de novas sociedades e instituições científicas, bem como as missões científicas alemãs direcionadas à América Latina. Grandes

[8] Henrique Aragão e Arthur Moses foram colegas de Rocha Lima no Instituto de Manguinhos e sócios no Instituto Brasileiro de Microbiologia. Adolpho Lindenberg foi professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e um dos principais nomes da dermatologia no Brasil.

[9] Em maio de 1921 foi homenageado Paul Ehrlich, erigido a fundador da moderna quimioterapia e em novembro de 1921 foi a vez do patologista Rudolph Virchow. Instituições latino-americanas também receberam homenagens nas páginas da Revista, que se preocupou em reforçar seu caráter cooperativo.

esforços foram envidados na tentativa de cooptar estudantes latino-americanos que se interessassem em fazer suas especializações em instituições germânicas, principalmente no IMTH.

A fusão da RMH com *La Medicina Germano-Hispano-Americana* dando origem à *Revista Médica Germano-Ibero-Americana* (RMGIA) trouxe modificações ao perfil até então assumido pela primeira. Ampliou-se o número de diretores[10], ao passo que o número de colaboradores reduziu-se bastante. A RMGIA foi mais ostensiva na difusão da ciência germânica em relação à RMH. Gradativamente, o número de artigos escritos por latino-americanos caiu, cedendo lugar à esmagadora maioria de autores germânicos.

Com a ascensão do Terceiro Reich, em 1933, a política externa alemã passou por modificações em suas estratégias e objetivos. Como órgão de propaganda cultural e política, a RMGIA enquadrou-se nesse novo quadro da política externa alemã, procurando corresponder aos anseios do governo nacional-socialista. A RMGIA atendeu aos objetivos de divulgar os avanços na clínica e terapêutica, bem como notificou com ênfase o movimento dos médicos latino-americanos rumo à Alemanha. A estratégia de cooptação encetada pelo governo de Hitler e intermediada pelo general Faupel (que criou em 1935 a Associação Médica Germano-Ibero-Americana) foi muito mais agressiva e programática do que anteriormente. Bosemberg (s/d) assinala, porém, que em termos gerais a política exterior do Terceiro Reich foi herdeira da República Weimar, na persecução dos interesses tradicionais do Estado: busca de aliados, patrocínio do intercâmbio de mercados, apoio de empresas, difusão cultural, etc. Resta dizer que a RMGIA circulou até 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, após a qual houve investimento massivo dos EUA em garantir sua influência na América Latina, o que limitou drasticamente o espaço de ação da Alemanha, mais uma vez destruída.

Bibliografia:

BEM-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1979.

BOSENBERG, L. E. *Alemania y Colômbia, 1933-1939*. In Revista Iberoamericana. Disponível em: http://www.iberoamericana.de/articulos-pdf/21-bosemberg.pdf.

[10] Além de Brauer e Nocht, que permanecem até seu fim, incluiu-se Peter Mühlens, J. Schwalbe (de Berlim) e os médicos F. C. Arrillaga e C. P. Waldorp, ambos de Buenos Aires

ECKART, W. U. *Medizin und Kolonialimperialimus:* Deutschland 1884-1945. Paderborn, 1997.

FALCÃO, E. C. A vida científica de Henrique da Rocha Lima. *In Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, São Paulo, 19 (2), p. 353-358, 1967.

FLEISCHER, B. The Bernhard Nocht Institute: 100 Years of Tropical Medicine in Hamburg. *In Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 95, Suppl. 1, pp. 17-23, 2000.

MANNWEILER, E. *Geschichte des Instituts für Schiffs-und Tropenkrankheiten in Hamburg, 1900-1945*. Keltern- Weiler: Goecke und Evers, 1998.

KINGER, F. K. *O declínio dos mandarins alemães*: a comunidade acadêmica alemã (1890-1933). São Paulo: EdUSP, 2000.

REGGIANI, A. H. Medicina y kulturpolitik en la era del nacionalismo: la Academia Medica Germano-Ibero-Americana (1936-1939). *In* Carreras. S. (Org.). Der Nationalsozialismus und Lateinamerika. *Revista Ibero On-line*, v. 3, n. 1, 2003, pp. 57-74.

WULF, S. *Das Hamburger Tropeninstitut 1919 bis 1945*: auswärtlige Kulturpolitik und Kolonialrevisionismus nach Versailles. Berlin; Hamburg: Reimer, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O IBGE e a formação da nacionalidade: território, memória e identidade em construção

Vera Lucia Cortes Abrantes*

Resumo: Esse trabalho tem como proposta analisar as transformações na organização do espaço nacional desde a Revolução de 30, enfatizando o período que abarca as décadas de 40, 50 e 60. O ponto de partida para desenvolvimento da pesquisa são as fotografias de Tibor Jablonszky, recorte do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo realizados por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com o objetivo de fornecer subsídios ao governo federal para seus projetos de reconhecimento e ocupação do território nacional. A análise das transformações ocorridas na organização do espaço brasileiro cabe, aqui, por ser essa documentação imagética produzida no período em que vigorava a Divisão Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio Macedo Soares Guimarães oficializada em 1942, e aceita até 1969.
Palavras-chave: memória; divisão territorial; identidade

Abstract: This paper proposes to analyze the transformations in the organization of national space, since "Revolução de 30" emphasizing decade of 40, 50, 60. Tibor Jablonszky's photographs are the principals objects to developing of that research part of the "Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo done by researchers of the "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE" with objectives to give subsidy to Federal Government in his projects to recognized and occupation of national territory. The analyze of transformations occur on organization of the Brazilian space by photography produced on period which the "Divisão Regional do Brasil" made by "Divisão de Geografia do IBGE" on Fábio de Macedo Soares Guimarães' direction officially established in 1942 and accepted until 1969.
Keywords:memory; territorial division; identity

Introdução

Esse trabalho tem como proposta analisar as transformações na organização do espaço nacional desde a Revolução de 30, enfatizando o período que abarca as décadas de 40, 50 e 60. O ponto de partida para desenvolvimento da pesquisa são as fotografias de Tibor Jablonszky, recorte do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo realizados por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com o objetivo de fornecer subsídios ao governo federal para seus projetos de reconhecimento e ocupação do território nacional. A análise das transformações ocorridas na organização do espaço

* Doutoranda em Memória Social da UNIRIO. Pesquisadora do IBGE.

brasileiro cabe, aqui, por ser essa documentação imagética produzida no período em que vigorava a Divisão

Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio de Macedo Soares Guimarães oficializada em 1942, e aceita até 1969.

A decisão de empreender investigação sobre imagens produzidas por ele se faz oportuna considerando a importância desse material jamais estudado sob o ponto de vista da memória e do espaço, segundo um imigrante ou, sob qualquer outro aspecto. Além disso, o Arquivo merece investimento por parte de pesquisadores interessados em estudar a fotografia como fonte visual pela relevância desta documentação acumulada pelo Instituto ao longo de sua trajetória.

No sentido de trazer à luz informações essenciais para a memória institucional do IBGE faz-se necessário enfocar as condições de produção do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo.

O IBGE e a institucionalização da Geografia no Brasil

No primeiro governo Vargas (1930-1945) ocorreram intensas mudanças nas áreas política, econômica, institucional e social. O processo que se inaugura em 1930, com a instalação do governo provisório, e que se completaria em 1937, ano em que é outorgada a nova Constituição, inaugurando o Estado Novo, traz como conseqüência o reforço do Poder Executivo e poderes ilimitados ao presidente Getúlio Vargas. O novo Estado Nacional precisava ser forte para agir com liberdade e combater as particularidades de ordem local e desta forma manter a unidade nacional.

O projeto político-ideológico do Estado Novo transforma o conceito de democracia do liberalismo em uma forma de organização estatal cujo objetivo era promover o bem do povo, até então, excluído do processo. O cidadão deste novo estado, identificado por um trabalho produtivo, encontraria sua posição na sociedade estabelecendo sua relação com o Estado. Nesse sentido, percebe-se que "a fórmula do novo formato do Estado também define as relações entre governantes e governados. Esta fórmula, a democracia social, autoritária, encontra-se no centro do projeto político-ideológico do Estado Novo" (OLIVEIRA, VELLOSO, GOMES, 1982: 91).

O contexto político é marcado por uma fase de revitalização da estrutura governamental federal. "Velhos órgãos ganharam nova envergadura, estruturaram-se carreiras, assim como os procedimentos sujeitaram-se crescentemente à lógica racional-legal" (DRAIBE, 1985: 62). Com base nas relações de poder o governo toma medidas nas mais

diferentes áreas. Criou comissões, conselhos, departamentos, institutos e ministérios que tinham como objetivo articular uma política ideológica que assinalasse toda a grandeza de sua inovação e legitimasse seu formato político-institucional, pois as instituições, de certa forma, exercem um poder disciplinar.

O processo de concentração de poder no Estado se expressou, também, na modernização e centralização dos instrumentos de informação estatística sobre as riquezas nacionais, a população e a estrutura das atividades econômicas. Segundo Jayci Gonçalves (1995), a organização federal contava, até 1930, com a Diretoria Geral de Estatística, criada nos tempos do Império e responsável pelos Recenseamentos de 1890, 1900 e 1920. Paralelamente, alguns ministérios mantinham seus serviços próprios de levantamento de informação, e os Estados, principalmente os mais desenvolvidos, dispunham de órgãos mais modernos de informação estatística. Dentro desse espírito foram criados o Conselho Nacional de Estatística – CNE[1] e o Conselho Nacional de Geografia – CNG[2], ligados efetivamente, em 1938, para a formação do IBGE.

A função básica do Conselho Nacional de Geografia, nesse período, era produzir mapas para os levantamentos censitários realizados pelo Conselho Nacional de Estatística, pois a Estatística necessita de elementos geográficos para que possa interpretar seus valores numéricos. Havia pela primeira vez uma preocupação com a correta localização das áreas a serem cobertas pelo Censo. "A Geografia e a Cartografia tiveram um papel essencial na melhoria da qualidade da informação. Os dados dos Censos, de 1940 para cá, evidentemente, têm um grau de fidedignidade muito maior."[3]

O IBGE desde a sua criação mostrou-se sensível à implantação dos métodos de pesquisa utilizados por geógrafos estrangeiros, tais como as excursões de estudo que constituíam uma prática consagrada entre as mais conhecidas instituições e sociedades geográficas internacionais pela possibilidade de observações *in loco*. A "matriz do pensamento geográfico na época do Estado Novo era a pesquisa geográfica de campo (...)[4]" que permitia explorar detalhadamente o processo de ocupação do território e estudar, pioneiramente, o ainda incipiente sistema urbano do país.

Foram muitas as excursões para pesquisas geográficas realizadas no período de 1942 a 1969 que proporcionaram aos técnicos da Instituição aperfeiçoamento adequado e

---

[1] Criado em 1934, instalado em 1936, como órgão do Instituto Nacional de Estatística, o CNE encarregava-se de realizar os levantamentos estatísticos.

[2] Criado em 1937, o CNG desenvolvia estudos na área de geociências.

[3] Entrevista com o geógrafo Speridião Faissol concedida ao geógrafo Roberto Schmidt de Almeida, publicada no periódico Cadernos de Geociências, n.15, 1995.

[4] Entrevista com o geógrafo Carlos de Castro Botelho concedida à autora em 22 de junho de 1999.

forneceram, ao governo federal, subsídios aos seus projetos de reconhecimento do território brasileiro, mudança da capital federal, colonização agrícola, regionalização em várias escalas, acompanhamento da urbanização e diagnósticos ambientais.

Assim, como forma de documentar características das regiões estudadas os pesquisadores usavam imagens fotográficas. Havia também a preocupação em se criar um arquivo fotográfico, porque de cada excursão produziam-se vários trabalhos que poderiam ser ilustrados com essa documentação imagética.

> *O objetivo de se fotografar as excursões era registrar, deixar registro. Quando uma seção saía em excursão, ia o fotógrafo, porque aquela excursão resultava em vários artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia, ou então, em obras como a Enciclopédia*[5]*. Você pega as revistas, têm fotos do Tibor Jablonszky, fotos de Tomas Somlo, era ilustrado.*[6]

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, grupos de húngaros migraram para o Brasil. Formados por profissionais liberais e técnicos especializados, essa leva deixou a Hungria por motivos políticos, muitos deles devido à estatização. Entre o final da década de 40 e início da década de 50, do século passado, o IBGE contratou os primeiros fotógrafos profissionais – três húngaros recém chegados ao Brasil, Tibor Jablonszky, Tomas Somlo e Stivan Faludi – que passaram a integrar os grupos de pesquisa. A migração internacional no cenário Pós-Segunda Guerra readquirira importância para a Europa "Essa migração, porém, era de um tipo novo, agora de trabalhadores qualificados e profissionais" (KLEIN, 2000: 26).

Natural de Sarospatak, Hungria, nascido a 07 de junho de 1924, Jablonszky chegou ao Brasil procedente de Copenhague na embarcação Carina, desembarcando no Porto do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1948. Técnico de cinema, instrução secundária, ocupava-se em seu país de origem como Diretor de Filmes da Cia. Cinema da Hungria. Contratado pelo Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, como técnico de cinema em 01 de março de 1949 passou a fazer parte das expedições de reconhecimento do território nacional.

---

[5] Obra elaborada pelo IBGE, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros representa um retrato do Brasil no período entre 1957 e 1960 sob o ponto de vista histórico-geográfico e socioeconômico. Composta de duas partes principais, na primeira apresenta as regiões geográficas do país no seu aspecto geral e, na outra, informações específicas de cada município num total de trinta e seis volumes amplamente ilustrados por fotografias. Em 2000 o IBGE promoveu uma edição em CD-ROM fac-similar da obra original. Essa edição, em 18 volumes, recupera a publicação impressa, que se encontrava esgotada por mais de 30 anos, para atender à crescente demanda dos usuários por informações municipais.

[6] Entrevista com Maria Francisca T. C. Cardoso concedida à autora em 15 de junho de 1999.

Tibor Jablonszky exerceu importante papel, não apenas na construção da memória institucional, mas principalmente, por ter oferecido subsídios para aprofundar os estudos sobre a fotografia como fonte visual. Destacou-se por sua considerável produção fotográfica. São dele cerca de 7 000 fotos, contadas até o momento 1606, num total de 20 000 que compõem o Arquivo.

A organização do espaço nacional

A análise das transformações ocorridas na organização do espaço nacional faz-se necessária por ser a documentação imagética de Jablonszky produzida no período em que vigorava a Divisão Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio de Macedo Soares Guimarães com fins práticos, sobretudo estatísticos, oficializada em 1942, e aceita até 1969 quando a própria Instituição propôs uma mudança realizada em 1970.

As primeiras tentativas de divisão regional brasileira datam do início do Século XX, mais precisamente 1823. A partir daí, realizaram-se muitos estudos, tendo sido elaboradas várias propostas de identificação de regiões. O conceito de região natural apresentado por Delgado de Carvalho em 1913 inaugura a discussão teórica sobre a questão regional.

A divisão proposta por Delgado de Carvalho baseava-se em elementos do meio físico, principalmente relevo, clima e vegetação, pois partia da premissa de que uma divisão regional deveria ter caráter duradouro, o que não poderia ser obtido pela análise de fatores humanos, fatores esses dinâmicos e mutáveis. Trata-se de uma divisão prática, para fins didáticos e as unidades foram consideradas por inteiro, definiu cinco grandes regiões naturais: (1) Brasil Setentrional ou Amazônico – Acre, Amazonas e Pará; (2) Brasil Norte-oriental – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; (3) Brasil Oriental – Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais; (4) Brasil Meridional – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; (5) Brasil Central – Mato Grosso e Goiás (GUIMARÃES, 1941: 346).

A Revolução de 30 e a instituição do Estado Novo deram ensejo a uma ampla discussão sobre a questão da territorialidade. Em 1933, o major João Segadas Viana advertia o poder público para a necessidade de rever a organização territorial do país, demonstrando preocupação com a formação de blocos políticos de resistência em algumas unidades da federação, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O resultado final de

sua proposta seria a divisão do Brasil em dezenove Estados, dez Territórios e o atual Distrito Federal, identificados a partir da população residente (TEIXEIRA DE FREITAS, 1948).

Mário Augusto Teixeira de Freitas também se destacou nesse período, apresentando uma nova carta política do Brasil onde introduzia modificações ao plano de Segadas Viana. Sua proposta incorporava o atual Distrito Federal ao Estado da Mantiqueira – parte de Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, tendo como capital Belo Horizonte, "vindo este a ter a sua capital na cidade do Rio de Janeiro, mas, e muito razoavelmente, para evitar-se a confusão toponímica com a circunscrição fluminense, ficando-lhe a denominação alterada para Guanabara (...)" (TEIXEIRA DE FREITAS, 1948).

O esforço do governo em modernizar e integrar o País mostrou a necessidade de um maior e mais aprofundado conhecimento do território nacional. Ao criar o IBGE com o propósito de produzir e sistematizar informações sobre o povo e o território brasileiro, o governo estava buscando respostas seguras e uniformes a uma série de questões recorrentes na história do país. Como era o Brasil? Quantos e quem eram os brasileiros? Onde estavam localizados e como viviam? Diferentemente dos levantamentos realizados pelos departamentos de estatística das unidades da federação em décadas anteriores, a atuação do órgão destacou-se por acompanhar a diretriz fundada na centralização do poder do Estado.

Como resultado da ação do IBGE foi implementada a Lei Geográfica do Estado Novo, como ficou conhecida, ou Decreto-lei n.º 311 de 02 de março de 1938 que dispunha sobre a delimitação das malhas municipais e distritais, e definia regras específicas sobre o mapeamento e a racionalização da toponímia, pois não poderia haver municípios homônimos. Com a Lei Geográfica, o Instituto passou a controlar a conformação espacial das malhas municipais e distritais através de critérios técnicos, criando bases cartográficas confiáveis para a Campanha Censitária de 1940.

No final dos anos 30, concomitantemente ao debate sobre a divisão territorial, desenvolveram-se estudos que procuravam identificar zonas específicas ou regiões geográficas no espaço brasileiro. Esses zoneamentos não avançaram em questões capazes de levar ao conhecimento mais aprofundado sobre a organização do espaço nacional.

Nesse contexto de controvertidas "divisões" e pressionado pela necessidade de elaboração do Anuário Estatístico do Brasil 1938, o Conselho Nacional de Estatística, órgão do IBGE, adota a divisão regional em uso no Ministério da Agricultura: (1) Norte – Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí; (2) Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; (3) Este – Sergipe, Bahia e Espírito Santo; (4) Sul – Rio de Janeiro,

Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; (5) Centro – Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (GUIMARÃES, 1941: 361).

Apenas no início da década de 40 que o problema da divisão regional ganha novas contribuições teóricas e metodológicas. Ainda com a preocupação de fornecer elementos geográficos para os levantamentos estatísticos, Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, órgão do IBGE, desenvolveu um projeto que dividia o Brasil em grandes regiões. Para Guimarães (1941: 320), "a multiplicidade de divisões torna impossível a comparação de dados estatísticos agrupados de modo diverso por uns e outros". Oficializada pelo Governo Federal em 1942, a Divisão Regional do Brasil não só serviu de base para a divulgação dos dados estatísticos, como também determinou a questão do planejamento espacial para o governo federal.

Como forma de garantir a segurança nacional e combater o federalismo das unidades estaduais, o governo Getúlio Vargas estabelecia a primeira divisão regional do Brasil. A identidade nacional vista pelo viés regional valorizava diferenças de clima, vegetação, alimentação, religiosidade ou trabalho, conhecendo suas diferenças as pessoas poderiam entendê-las como riqueza comum.

> *O regionalismo, materializado no próprio mapa que traçava as regiões geográficas do país, era a base de um novo nacionalismo que compreendia o Brasil como formado por uma multiplicidade de elementos naturais, étnico, econômicos e culturais que constituíam sua grandeza (GOMES, 2002: 180).*

Cabe, aqui, uma retrospectiva a respeito da primeira divisão oficial do país. Após minuciosos estudos e análises das diferentes propostas de divisão regional apresentadas por órgãos públicos ou privados e por cientistas isolados, respaldado nos reconhecimentos realizados por geógrafos do IBGE em todo o território nacional, Fábio de Macedo Soares Guimarães optou pela divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho, introduzindo modificações na nomenclatura e algumas subdivisões. Servia-se da posição geográfica para nomear as Grandes Regiões e encontrava embasamento para defini-las nas condições naturais do território, principalmente, clima, vegetação e relevo.

A Divisão Regional do Brasil elaborada pela Divisão de Geografia do IBGE sob a direção de Fábio Guimarães oficializada em 1942, e aceita até 1969 quando a própria Instituição propôs uma mudança realizada em 1970. O Presidente da República de posse do projeto apresentado pelo IBGE, solicitou um parecer ao Conselho Técnico de Economia e

Finanças que concluiu pela adoção da proposta, pois esta havia sido moldada em princípios cientifico-geográficos.

A primeira divisão regional sofreria duas modificações devido às alterações na divisão territorial do país por determinação constitucional, em 1943 e 1946. Após essas alterações a divisão regional assim se configurava: (1) Região Norte – Estados do Amazonas e Pará, Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé; (2) Região Nordeste – **Ocidental** – Estados do Maranhão e Piauí; **Oriental** – Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; (3) Região Leste – **Setentrional** – Estados de Sergipe e Bahia; **Meridional** – Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (em 1960 transformado em Estado da Guanabara); (4) Região Sul – Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); (5) Centro-Oeste – Estados de Mato Grosso e Goiás.

No período compreendido entre a divisão regional oficial e sua alteração, com a proposição de um novo modelo em 1969, desenvolveram-se estudos regionais mostravam uma tendência à revisão teórico-metodológica, passando os autores a trabalhar com o conceito de região geográfica. As novas tendências no pensamento regional, muito voltadas para a questão do planejamento estavam inseridas nas transformações socioeconômicas desencadeadas no Pós-Segunda Guerra Mundial. A maneira como vinha se dando a expansão capitalista, com suas conseqüências na produção de novas formas de organização do espaço brasileiro, acentuava a necessidade de reformulação do modelo de divisão regional do país.

Em 1970, o Decreto nº 67.647 estabelece para fins estatísticos a seguinte divisão regional, também proposta pelo IBGE: (1) Região Norte – Estados do Acre, Amazonas, Pará e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá; (2) Nordeste – Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Território de Fernando de Noronha; (3) Sudeste – Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo; (4) Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; (5) Centro-Oeste – Mato Grosso e Goiás. Essas grandes regiões foram definidas para fins didáticos e as 361 microrregiões homogêneas serviram de base para tabulação de dados do sistema estatístico nacional. Outras divisões foram oficializadas em 1972, 1976 e 1990, mas não cabe discuti-las no contexto deste estudo. (MAGNAGO, 1995)

As últimas alterações na divisão regional institucionalizada datam de 1990. Seria esse o modelo capaz de expressar a realidade brasileira no início do século XXI? Diante do processo de globalização ainda é possível pensar o regional? È uma instigante tarefa para aqueles que procuram entender geograficamente o espaço brasileiro.

Referências bibliográficas:

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. **Fragmentos de memória das pesquisas geográficas de campo no IBGE (1939-1968)**: imagens e representações numa abordagem da história oral. Rio de Janeiro, 2000. 157 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – UNIRIO, 2000.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção estudos brasileiros, v.84).

GOMES, Ângela de Castro. *Através do Brasil: o território e seu povo*. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Coords.). **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Pp.157-209.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. **IBGE um retrato histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 5).

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *A divisão regional do Brasil*. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. 3, nº. 2. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 1941. Pp. 318-373.

KLEIN, Herbert S. *Migração internacional na história das Américas*. In: FAUSTO, Boris (org.). ***Fazer a América***. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Pp. 13-31.

MAGNAGO, Angélica Alves. *A divisão regional brasileira* – uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol.57, nº. 4. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 1995. Pp. 65-92.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE. 1993. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 4).

TEIXEIRA DE FREITAS, Mário Augusto. **O reajustamento territorial do quadro político do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. (Separata da Revista Brasileira de Estatística, v.8, n. 29, 1947).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por que lembrar? Para que lembrar? Dilemas sobre a Ditadura Militar Brasileira

Joana D`Arc Fernandes Ferraz*

Résumé
L'expérience de la Dictature Militaire au Brésil (1964-1985) encore est gardée dans le souvenir de beaucoup adversaires du régime, de leurs parents et de la société brésilienne. L'ange de l'histoire, allusion à l'laquelle Benjamin se fait à marque un regard entrecroisé entre cadeau, passé et futur. La mémoire détestée dans Nietzsche perpétuel les oppressions et les horreurs. Comment comprendre une vision sur le passé où le temps et les sujets soient des ressignificados? Comment la mémoire, qui sort de l'oralité et s'éternise dans l'écriture peut nous aider à comprendre mieux un passé encore aussi mal décidé dans notre société ? Ou ce sera qu'elle (la mémoire écriture) ne restera pas incapable de transcrire les horreurs, les traumatismes, par l'incapacité elle-même de la linguistique d'exprimer le sens benjaminiano de l'expérience ?
Mots-clé : Mémoire - Dictature Militaire Brésilienne - Expérience Benjaminiana

> *Eles povoam a minha memória com a sua presença sem rosto e se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria essa imagem que é familiar: um homem macilento, cabisbaixo, de ombros curvados, em cujo rosto, em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento. (Primo Levi, em É Isto um Homem?)*

As nossas primeiras indagações residem no ato de lembrar. Por que lembrar a ditadura brasileira? E para que lembrar dela? Sabemos que lembrar não é um ato isolado de significados. Implica em uma postura ética e política do pesquisador e em um olhar atento em relação a quem lembra, como lembra e por que lembra. Mas, também fazem parte do ato de lembrar o ato de esquecer e escrever[1]. São nessas três dimensões que procuraremos concentrar neste trabalho o estudo da memória da ditadura brasileira.

---

[1]* **Joana D`Arc Fernandes Ferraz** é professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO), inserida pelo Programa de Absorção de Recém-Doutores (PRODOC/CAPES). Doutora em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) e Pesquisadora Associada do Laboratório dos Estudos sobre as Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ.

Jeanne-Marie Gagnebin (2006), em recente livro *Lembrar, Esquecer e Escrever* escreve sobre as possibilidades destes atos. A poesia contida neste livro, despertou-me a possibilidade de pensar a memória da ditadura brasileira a partir destes atos.

O estudo da memória de pessoas que passaram por situações traumáticas[2] requer muito cuidado. Nem todo lembrar é resultado de um desejo racional e consciente do sujeito. Do mesmo modo, nem todo esquecimento é fruto de uma ação perfeitamente ajustada pelo indivíduo. Há um meio do caminho entre o racional e o irracional, entre a ação deliberada de lembrar e a ação involuntária de lembrar, que seja em que época for, nem o sujeito e nem a sociedade estarão preparados para pensar. Nas entrevistas com as pessoas atingidas pela ditadura brasileira, em muitos relatos, estão presentes estas dimensões da memória. Na medida e que os entrevistados vão se tornando mais calmos, e expondo as suas memórias, algo escapole ao que ele havia previamente preparado para falar. E isso fica claro, porque o próprio sujeito fala: - *não sei por que resolvi falar isso agora.*

Há casos em que lembrar é resistir, é impedir que o tormento ganhe força, é enfrentar um vazio. Em outros casos, lembrar é entrar no túmulo, é sucumbir, é permitir que fatos, gestos, horrores penetrem nos mais misteriosos recônditos de nossa mente. Em outros casos, por mais que seja difícil e doloroso, o ato de lembrar nos remete às dores, mas igualmente às superações dessas dores, transpõe o sofrimento e funciona como um ato político.

Este é particularmente o ato que queremos trazer para discussão neste trabalho. Este lembrar, sofrido e agonizante, é muito diferente do lembrar descomprometido, desvinculado de uma luta contra o esquecimento, ou de um lembrar que somente enxerga a si e o seu passado. Trata-se de um lembrar que é carregado de dores, mas que não quer fixar-se em si mesmo, não quer ser circular e auto-centrado, não quer viver dos rancores e das acusações do passado.

No lembrar a que nos referimos há superação, perlaboração, como assinala Jeanne-Marie Gagnebin[3]. Gagnebin (2006: 104), inferindo-se ao trabalho de Paul Ricoeur, assinala que para que o paciente consiga alcançar o processo de 'perlaboração', para que consiga sair da repetição compulsiva, isto é, reencenada, deve (…) sair do registro da queixa e da acusação.

---

[2] A situação traumática classifica-se como uma situação em relação à qual o indivíduo não foi preparado bio-psico e socialmente para enfrentar, ficando, pois, impossibilitado de compreender, através dos mecanismos simbolicamente construídos na sociedade, um entendimento coerente sobre o que viveu.

[3] Artigo escrito para o jornal do Grupo Tortura Nunca Mais.

Olhar o passado para transformar o presente. Não se trata de uma eterna "presentificação" do presente, mas da possibilidade de saída da dor. Uma das saídas é o registro mental e o registro é a lembrança, entendida como uma proposição afirmativa do sujeito, não vitimizada, não auto-centrada. A outra saída somente poderá existir se o indivíduo ou os grupos, diante da dor, puder (rem) responder: sim, estou sofrendo, mas o que eu faço com esta dor? Este é o momento da perlaboração a que Gagnebin se refere, quando o indivíduo transforma a dor, o luto em luta.

O que irá definir as diferentes modalidades do lembrar é o uso político que fazemos dele para enfrentar os desafios do presente. "Toda memória revela o que não pode ser esquecido e esquece ou sufoca o que não pode ser revelado, daí não há dúvida de que toda memória é seletiva e de que esta seleção está relacionada ao uso político que fazemos dela." (FERRAZ, 2006:5)

Neste sentido, a forma como o presente recria o passado, a forma como o passado interfere nas lutas do presente são significativas. Este lembrar, definido por Gagnebin como o lembrar ativo, está presente em Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur. Um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e também do presente. (GAGNEBIN, 2006: 105).

No entanto, em muitos casos, é preciso esquecer. Há os que lembram para morrer, como em Primo Levi e há os que esquecem para viver. Uma entrevistada falou para mim:

> *Eu preciso esquecer isso, [ela não me disse o que ela precisava esquece] não posso dormir todos os dias com isso na minha cabeça. - Minha filha, desculpe.*

O indivíduo, sozinho, não tem suporte para esquecer este trauma. Primo Levi, referindo a essas lembranças assinala: "Nessas lembranças a gente pode pensar, falar não."

A saída de uma situação traumática é muito difícil, e a maioria das pessoas prefere o cômodo caminho do esquecimento. Só que sempre há uma volta. Aquilo que não foi digerido retorna ruminando a nossa alma, o ódio é interiorizado pelo indivíduo. É o eterno retorno do recalcado a quem Nieztsche se refere.

A saída desta situação depende de uma tomada de posição do sujeito e dos grupos de atualizarem a sua luta em outras lutas. No entanto, será que tudo deve ser lembrado? Referimos-nos à possibilidade dos grupos, que foram seqüestrados por um Estado opressor, conscientemente entenderem que devem esquecer determinados fatos vividos. Não acho que o Estado, ou que os indivíduos, isoladamente, possam agir desta forma, embora esta seja uma tendência. Mas, há uma diferença fundamental entre o desejo de esquecimento do Estado e o mesmo desejo das pessoas atingidas.

Sabemos o quanto o Estado brasileiro tentou soterrar as opressões que promoveu. As formas mais cruéis de soterramento foi o desaparecimento de muitos corpos, o rapto dos arquivos, a negação da tortura e a desqualificação moral dos opositores. O Estado jamais poderá esquecer, porque esquecer, neste caso, significa estar potencialmente pronto a novas tiranias. Poder e tirania estão muito próximos, o limite entre ambos é a história e a memória, que recobra as opressões do passado. É preciso lembrar para que não se esqueça jamais. Daí a importância dos monumentos, eles eternizam a memória.

Nas lembranças individuais também permanecem os esquecimentos, aquilo que jamais poderá ser falado e que não cabe a ninguém cobrar. Esta questão é extremamente delicada. Na memória das torturas promovidas pela ditadura os torturados, em muitos casos, recusam-se a lembrar, de diferentes incômodos, por exemplo das torturas que sofreram, ou mesmo das torturas que fizeram os outros sofrerem, ao revelarem um "aparelho". Em muitas entrevistas essa questão foi explicitada. Os entrevistados falaram: "tem coisas que eu não falo, que eu acho que não devo falar. Ninguém precisa saber".

Não se deve avaliar o conteúdo moral da delação sob tortura. Não existe conteúdo moral para uma situação negadora do sujeito. Neste ponto, Primo Levi, referindo àqueles que colaboraram com o fascismo nos campos de concentração, pode nos ajudar. Em sua análise, quando vivemos numa situação que está aquém da nossa condição humana, várias outras manifestações podem advir daí, e ninguém deve cobrar do indivíduo suas ações naquela situação.

> *Muitíssimos foram os meios que imaginamos para não morrer: tantos quantos são os temperamentos humanos. Cada um implicava uma luta extenuante de cada um contra todos, e muitos deles uma longa série de aberrações e compromissos. A não*

> *ser por grandes golpes de sorte, era praticamente impossível sobreviver sem renunciar a nada de seu próprio mundo moral.* (LEVI, 2000: 93)

É interessante observamos que Levi inclui-se nesta fala. Ele mesmo revela que em muitas situações precisou abdicar do seu mundo moral para sobreviver. Esta situação provoca uma culpa imensa e isso é tão cruel e negativo para o sujeito que ele é incapaz de conseguir revelar. No Brasil, após a anistia, na década de 80, vivemos um período de "justiçamento", quando os opositores do regime cobravam dos seus companheiros a delação aos outros que estavam fora. Neste período houve uma verdadeira "caça às bruxas". Muitos foram mortos, para vingar a morte dos que se foram. Hoje, embora ainda haja em alguns grupos esta reivindicação, já se pode ver um discurso bastante amadurecido entre os que reivindicam o esquecimento. Segundo uma das entrevistadas,

> Se cobramos do indivíduo que, sob tortura, revelou algum aparelho, estaremos agindo exatamente como o Estado agiu sobre nós: nos culpabilizando, caçando bruxas, buscando o bode expiatório.

Neste caso, esquecer é um ato político de coesão do grupo, é uma aposta no apaziguamento de si, sem, no entanto, ficarmos cegos diante das dores e dos sofrimentos que provocamos.

Uma outra possibilidade política do esquecimento refere-se às formas de tortura que ultrapassam em muito a dignidade da pessoa, que mexem com as questões mais singelas da subjetividade. Serão os pessoas obrigadas a revelar para a sociedade tudo o que viveram sob tortura? Será que não existem algumas lembranças, tão insuportáveis, que o melhor seria procurar esquecer, ou mesmo deixar que elas morram com aquele grupo? Será que o, reforço de certas lembranças não ajudam mais o torturador que o próprio torturado? O torturador é um vampiro, ao tentar desvitalizar o torturado o torturador ganha vida, então, as lembranças que desvitalizam devem ser politicamente pensadas pelos grupos envolvidos.

O esforço de lembrar esses acontecimentos, tão implicados na subjetividade, pode trazer para o sujeito uma sensação de incapacidade de continuar vivo. Há os que falam para morrer. Cabe assinalar que as memórias também devem ser construídas de esquecimentos. Mas estes esquecimentos devem ser conscientemente construídos pelos grupos que sentiram

os horrores do regime. Cabe aos grupos a escolha do que lembrar e do que esquecer, a partir de um posicionamento político.

Nem tudo deve ficar registrado. O registro escrito dos acontecimentos possui um duplo caráter. Por um lado, há a possibilidade de se eternizar; por outro, pode perder muitos dos seus significados. Gagnebin (2005:52), inferindo sobre a decadência da escrita em Platão, no *Fedro*, argumenta

> *Tamuz, rei solar que não precisa escrever para garantir a durabilidade de sua palavra (...): a escrita só fará aumentar o esquecimento dos homens pois eles colocarão sua confiança 'em signos exteriores e estrangeiros' ao invés de treinarem a única memória verdadeira, a memória interior à alma*.

Se a escrita tem o dom de eternizar a memória, de monumentalizá-la, ela também pode colocá-la em um canto qualquer, assentada e sem vida. Benjamin, referindo-se aos males que a modernidade nos trouxe, nos fala sobre a perda da oralidade e da capacidade de expressarmos a experiência. Esta capacidade é a própria capacidade da memória, que não se reduz ao mundo racional, mas implica também aspectos incontroláveis, involuntários.

Lembrar, esquecer e escrever sobre a ditadura brasileira são atos que nos remetem não somente aos indivíduos que se opuseram ao regime. Se o passado domina o presente, vivemos permanentemente divididos e aterrorizados. Se o presente domina o passado esquecemos de lembrar fatos e sentimentos que poderiam nos auxiliar numa melhor compreensão do presente.

Lembramos, de maneira geral, por que somos filhos do tempo e, em certa medida, responsáveis pelas ações dos que nos precederam. Não podemos negligenciar o fato de que trazemos em nossos *habitus*[4] os *habitus* dos grupos com os quais temos atrelados a nossa história. Norbert Elias assinalou que "todos os homens transportam consigo, no seu *habitus* pessoal, particularidades do *habitus* do seu grupo, e que o destino de cada homem singular é determinado também pelo destino e pela reputação dos grupos a que ele ou ela pertencem." (ELIAS, 1985: 51)

[4] Há muita diferença entre o conceito de habitus em Pierre Bourdieu e em Norbert Elias. Embora Elias não o defina tão claramente quanto Bourdieu, entendemos que *habitus* para Elias são disposições sociais que ligam os indivíduos em suas relações de interdependência

A ditadura e as suas conseqüências destruidoras não atingiu somente os opositores do regime, atingiu todos nós. A sociedade brasileira é marcada até hoje pelas formas nefastas de autoritarismos. Por isso, não podemos deixar de olhar diferentes tiranias da memória. A memória, que somente objetiva circunscrever-se no tempo, não guarda em si os germes de sua superação. As tiranias, que devem definitivamente ser extintas, não podem ser olhadas somente no tempo em que nos afetou. Pensar as novas formas de tirania, a atualização e reprodução da repressão em diferentes modalidades da vida social, é buscar uma saída não somente para si, mas para o sofrimento coletivo.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. 1985. *A Condição Humana.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes. 2006. "Os Desafios da Preservação da Memória da Ditadura no Brasil". Trabalho apresentado no XXX Congresso Nacional da Anpocs.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. 2006. *Lembrar, Esquecer e Escrever.* São Paulo: Ed. 34.

_____. 2005. Sete *Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro: Imago.

LEVI, Primo. 2000. *É isto um Homem*. Rio de Janeiro: Rocco.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Migrantes no Interior de São Paulo: redes sociais, trajetórias e pertencimentos

Virgínia Ferreira da Silva*

Resumo: A partir de pesquisa que teve como objeto redes de relações sociais de migrantes num bairro periférico de São Carlos, interior de São Paulo, o presente *paper* procura analisar alguns processos sociais que influenciam ativamente na composição das redes: a história e estrutura do bairro e a *trajetória social* dos migrantes. Pensar em grupos estruturados a partir de uma origem comum não foi suficiente para analisar as redes de relacionamento num contexto de migração intensa. Foi necessário incluir a análise de outros processos sociais para explicar o que aproximava migrantes no espaço social e os fazia integrar a mesma rede de relacionamentos.
Palavras-chave: migrantes, redes de relações sociais, bairro.

Abstract: From research that had as object nets of social relations of migrants in an outlying area of São Carlos, interior of São Paulo's State, this paper aims to analyze some social processes that had active influence in the composition of these nets: the neighborhood's history and structure of the neighborhood and the social trajectory of the migrants. Think about groups structuralized from a common origin was not enough to analyze the nets of relationship in a context of intense migration. It has been necessary to include the analysis of other social processes in order to explain the approach of migrants in social space and what made them be part of the same relationship net.
Keywords: migrants, nets of social relations, neighborhood

Introdução

> *"... a imigração é um 'fato social completo', única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas (...) falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão dicrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (...), e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento." (SAYAD, 1998: 13-14).*

O autor (SAYAD, 1998) refere-se a migrações internacionais (especificamente trata de argelinos na França), porém, acredito que a assertiva acima é da mesma forma válida para pensarmos migrações internas do Brasil contemporâneo. Trata-se, igualmente, de deslocamentos de grupos sociais no espaço físico e social, o que suscita análises das mais diversas ciências. Nos estudos que abarcam o fenômeno migratório, é importante considerar a

estrutura das relações sociais fundamentais dos grupos migrantes, porém, sem incluir processos históricos diacrônicos e dinâmicos – que permeiam o caminhar dos migrantes, a construções dos espaços físicos e sociais ao longo de sua trajetória – a análise não pode se desenvolver.

O paper aqui apresentado pretende analisar aspectos do fenômeno migratório, especialmente aspectos envolvidos na constituição das redes de relacionamentos sociais dos migrantes. Pela natureza dinâmica da migração, incluir processos históricos na análise foi fundamental para compreensão. Não estava apenas diante de grupos sociais estruturados, cujas relações fundamentais tendem a permanecer na migração; mas também estava diante de uma série de processos sociais que influenciavam ativamente na composição das redes. Aqui pretendo traçar um pouco desse conjunto.

Escrevo a partir de pesquisa que teve como objeto as redes de relações sociais em que migrantes estão envolvidos (realizada no bairro Cidade Aracy, São Carlos, interior de São Paulo)[1]. Uma vez no bairro, não demorei a perceber que eu estava diante de diversas trajetórias que se estendiam no tempo e no espaço, eu estava diante de *grupos sociais migrantes*, pessoas que já empreenderam mais de uma mudança em sua vida e que provavelmente empreenderiam outras ainda.

Ilustrativos da realidade social com a qual me deparei no bairro Cidade Aracy foram os "paranaenses de Minas", "paranaenses da Bahia", "paulistas de Cuiabá", categorias utilizadas pelos os próprios informantes quando eu perguntava mais detidamente sobre a origem deles ou de outros migrantes moradores do bairro. Com o andamento da investigação, percebi que procurar pensá-los a partir de uma "origem" seria impor um recorte que não era fundamental ali. Um dos migrantes com o qual eu conversava disse: "eu nem sei de onde eu vim!". Ele passava meses na Bahia, meses no Paraná, meses em São Carlos. Não ficavam questionando a identificação baseada na "origem" da mesma forma que eu fazia. De fato eram paranaenses que tinham tudo de mineiro e que não eram mais mineiros.

Com tranqüilidade André, um são-carlense morador do Aracy, me disse enquanto um homem conhecido como Paraná passava com seu trator na rua: "ele tem o jeito assim,

---

[1]* Doutora em Antropologia. Título obtido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

O presente paper apresenta análises presentes em minha Tese de doutoramento: *Migrações e Redes Sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo*, sob orientação de Beatriz Heredia, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

meio paranaense, meio baiano...". E um outro colega seu, migrante e morador do bairro, completa:

> ***Oliveira*** *– Eu acho que o Brasil é um país que dá liberdade para você ir e vir, então eu conheço gente que já morou até em Rondônia e voltou para cá, voltou para o Paraná, então isso é relativo, que tem gente que é nascido em Minas e criado no Paraná. Tem gente que é nascido no Paraná e criado em Minas, às vezes é nascido em São Paulo e criado em Minas. Então isso aí...*

Pude compreender que a dinâmica da migração – no vai e vem de famílias – permite que a identificação quanto a uma origem possa ser negociada: a origem que enunciam inclui a possibilidade de trajetórias. A análise da identificação paranaense demonstrou que ela, no caso desses migrantes, fora construída ao longo do processo migratório em que estavam incluídas as famílias. Dessa forma, deve sempre ser pensada como algo em processo, e não como algo estático, dado por local de nascimento, ou local em que possuam grande parte de sua história familiar.

Mais importante que tentar pensá-los a partir de origens comuns, foi pensá-los justamente a partir de suas redes de relacionamentos, pois, como esboçado acima, não apenas a questão da origem era questionável, como também eu encontrava migrantes com as mais diversas trajetórias fazendo parte da mesma rede de relacionamentos. O conceito de "rede" torna-se essencial para pensar o processo migratório. Este conceito, segundo coloca Elizabeth Bott (1976) descreve um conjunto de relacionamentos sociais para os quais não há uma fronteira, ou um limite comum a todos que se relacionam:

> *"cada pessoa está, por assim dizer, em contato com um número de pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato com cada uma das outras e algumas das quais não estão... Acho conveniente falar de um campo social deste tipo como uma 'rede' (network). A imagem que possuo é a de um conjunto de pontos, alguns dos quais ligados por linhas. Os pontos da imagem são as pessoas, ou às vezes os grupos, e as linhas indicam que as pessoas interagem com as outras"* (BARNES, 1954: 43 *apud* BOTT, 1976: 107).

Este conceito me ajudou a definir melhor o bairro, constituído por pessoas de origens distintas, histórias e trajetórias também distintas, residindo no local há tempo variado, mas que estavam inseridas, cada uma delas, num jogo de relações específico.

Mesmo que meu objeto de análise sejam as redes sociais, mesmo que eu considere "o meio social imediato das famílias urbanas não como o espaço local em que elas vivem, mas como as redes de relações sociais efetivas que mantêm, independentemente de estas se restringirem à área local ou ultrapassarem suas fronteiras" (BOTT, 1957: 97-9 *apud* ELIAS,

2000: 196), não devo desconsiderar o bairro ou a área residencial das famílias, que é provido de uma estrutura (ELIAS, 2000: 197).

Por isso, não é possível pensar os migrantes fora da estrutura do bairro em que vivem. O que é importante para as famílias e indivíduos contidos em redes, e o que é importante para a estruturação daquele local que ocupam, são fatores que só puderam ser pensados ao mesmo tempo (ELIAS, 2000). O fato de me manter atrelada à estrutura do bairro, tornou possível entender alguns pontos fundamentais que compõem a trajetória social dos migrantes que ali estão.

Situando as redes no bairro

Estava em contato com duas redes de relacionamentos sociais distintas que eu queria analisar. Teria de entender seus limites e o que influenciava a configuração delas, traçando o conteúdo exato de cada uma. Não foi fácil encontrar conceitos apropriados para expressar o que de fato as fazia ser duas redes sociais distintas. Uma das redes eu conheci por meio de migrantes paranaenses e chamarei de *primeira rede*, outra conheci por meio de paraibanas e chamarei de *segunda rede*.

Ao me aproximar de seus relacionamentos notei que a própria organização familiar era diferente em cada um dos casos. Por meio do contato com a *primeira rede* cheguei a diferentes famílias, famílias que tinham ou não algum grau de parentesco entre si. As famílias eram menores, com poucos filhos e tendiam a ficar mais reservados em suas casas.

Uma vez em contato com a *segunda rede*, mantive-me a maior parte do tempo em apenas uma família. Não era conduzida a outras. Os relacionamentos sociais mais importantes aconteciam dentro da família: as visitas, os encontros, as conversas, os eventos como aniversários e casamentos, o culto religioso. As famílias nucleares eram constituídas por muitos membros; gostavam muito de ir uns na casa dos outros.

Tais redes separavam-se por espaços diferenciados do bairro, e entender o que fazia esses espaços serem diferenciados foi fundamental para compreender o que era importante ali, inclusive para a configuração das redes. As divisões por status entre seus espaços, feitas pelos próprios moradores, associavam-se às redes sociais ali existentes.

O Cidade Aracy a que me refiro é na verdade constituído oficialmente por três bairros, o Cidade Aracy, o Presidente Collor e o Antenor Garcia, tratando-se esse conjunto do "Grande Cidade Aracy", conforme ouvi algumas vezes. O Cidade Aracy divide-se ainda em Aracy I e Aracy II, divisão essa que não é oficial, mas que todos conhecem.

O espaço que o Cidade Aracy ocupa hoje era uma fazenda que foi loteada no início da década de 80. Desses lotes, foram vendidos primeiramente aqueles que correspondem ao Aracy I, e depois os do Aracy II. Os primeiros moradores foram então para o *loteamento vendido*, quando o bairro existia em estado precário, conforme relatos. Eram poucas casas "no meio do mato" sem qualquer estrutura como luz, água, esgoto ou mesmo ruas.

Até que foi feito o primeiro *loteamento doado* pela imobiliária Faixa Azul, e o bairro passou a receber muita gente. A Primeira doação foi a do Presidente Collor, *continuidade* do Aracy I, e a segunda, feita no início da década de 90, foi a do Antenor Garcia, bairro *anexado* ao Aracy II[2]. Os lotes foram divididos em meios-lotes, doava-se um no intuito que a pessoa pudesse, futuramente, comprar o outro. A condição para que recebessem doado era, no prazo de um mês, construir ao menos o alicerce de um cômodo.

Especialmente na área em que me concentrei (Aracy I e Presidente Collor) reconhecia-se um "miolo" com casas melhores, com ruas mais estruturadas, asfaltadas, etc., onde eu encontrava a *primeira rede*. A *segunda rede* me guiava para uma parte visivelmente mais carente (sem asfalto, com casas menores, mais inacabadas, etc.). Dentro do bairro ouvi várias vezes "lá para baixo", quando as pessoas se referiam à "pior" parte do bairro[3], sendo que é importante notar: não se tratava de uma divisão mecânica entre Aracy I e Presidente Collor.

Sobre isso eu conversava com André, são-carlense morador do Presidente Collor, e ele me explica:

> ***André –*** *Que se você for prestar atenção, desse lado aqui tem mais casa, é muito mais povoado que lá, então consequentemente mais gente que comprou (...) Porque assim, foi doado um e vendido um [doações do Presidente Collor], então como todos os terrenos estão ocupados, então alguém comprou. E lá já não estão todos vendidos, lá do lado de baixo (...) Quer dizer que poucas pessoas compraram. Os que estão lá são os que só receberam a doação praticamente.*
>
> • *E isso faz ser diferente então... Faz lá ter gente mais pobre?*
>
> ***André –*** *É, e aqui ser um pouquinho mais avançado.*

[2] Entre os bairros que compõem o "Grande Aracy", o Antenor é o que mais se diferencia, geográfica e fisicamente, e também por concentrar pobreza, por ser um bairro realmente anexado. Optei por não concentrar minhas investigações nele, pois isso exigiria um aprofundamento particular. De todo modo, não o omiti de minha investigação, fui para lá, conheci moradores, fiz entrevistas, sempre que necessário. Concentrei-me especialmente no Aracy I e Presidente Collor, sem, porém, omitir demais espaços da análise.

[3] Elias (2000) já havia chamado atenção para a existência de diferenças na posição social entre os espaços do povoado que estuda, evidenciando que sempre é possível encontrar diferenças por status entre espaços que se situam dentro de um mesmo povoado, aldeia, vila, bairro, etc.

A diferenciação se dá entre a parte do bairro em que terrenos foram comprados e parte em as pessoas não compraram tanto, e as doações foram mantidas. A parte do Presidente Collor valorizada é a parte mais "cheia", com mais casas construídas, pois significa que as pessoas puderam comprar o terreno ao lado do que foi doado, constituindo um lote inteiro. Os que compraram nem sempre são aqueles que receberam meio lote doado, pois estes muitas vezes venderam ou trocaram seu terreno.

Assim, o que faz com que nem todas as áreas do Presidente Collor sejam consideradas ruins foi a capacidade que os atuais moradores tiveram um dia para comprar seus terrenos. A *primeira rede* estava então nessa parte "mais cheia de casas", seja Presidente Collor ou Aracy, e a *segunda rede* na parte mais "vazia", nas ruas "lá para baixo", estigmatizadas especialmente pelos que moram na "parte central" do bairro. O estigma, considerado algo que faz referência a um atributo profundamente depreciativo (GOFFMAN, 1988), recai atualmente apenas sobre a parte do bairro em que os terrenos foram doados e que não puderam ser comprados, espaço onde há mais lotes vazios e mais casas de meio lote.

Essa percepção conduziu a critérios de divisão importantes e válidos entre os moradores do bairro. Trata-se de um recorte importante apresentado pelos próprios moradores e que separava os migrantes do bairro entre os que "tinham no máximo uma casa para morar" e os que "tinham muito mais que uma casa". O que estimulou os migrantes a morarem lá foi a possibilidade de adquirir um terreno e construir uma casa. De modo que não apenas comprar o terreno, mas também *ter a casa* era algo muito importante. Sempre descreviam sua trajetória em função disso, das casas que tiveram que alugar, do que puderam construir, sempre querendo mostrar a casa, o prédio que têm construído.

Assim, a trajetória dos migrantes deixa de ser pensada em termos das cidades e estados pelos quais passaram, e passa a ser pensada em termos de uma *trajetória social* definida em termos do *ter*. Trata-se de uma única trajetória social a ser percorrida, válida para todos os migrantes moradores do Aracy. Todos estavam nela situados. Diferencio, contudo, em função disso, aqueles que apresentam *trajetória reduzida* e aqueles que, nessa mesma trajetória, apresentam *trajetória extensa*.

Para os que apresentam trajetória reduzida o *construir*, categoria social importante, é sempre um *por vir*, um desejo, um sonho. Uma visão muito presente no bairro são as casas com seus tijolos à mostra, ilustrando o que venho dizendo. Trata-se de uma construção permanente. Porém não se trata apenas disso, apresentavam trajetória social associada à tentativa de saída de uma posição de miséria, descrita pelo sentimento de iminência da fome, valorizavam o *ter comida*. Ocorre que o *ter*, definidor da trajetória social

dos migrantes do Aracy, era uma categoria um tanto genérica que poderia abranger desde o *ter comida*, até o *ter muito mais que uma casa*.

Se havia esses migrantes com *trajetória reduzida*, valorizando o *ter comida*, o *ter a casa*, sendo que o *construir* era sempre um *por vir*, havia, por outro lado, aqueles migrantes que pareciam ocupar um outro extremo dessa mesma trajetória: os de *trajetória extensa*. Esses *tinham muito mais que uma casa* para morar e, se um dia conviveram com a iminência da fome, esse medo não é mais sentido. Como os demais migrantes, valorizavam o *ter*, valorizavam aquilo que tinham, gostavam de enumerar seus bens e imóveis, bem como sabiam enumerar os dos outros.

Assim, percebi que os migrantes da *primeira* e *segunda* rede correspondiam, respectivamente, aos migrantes de *trajetória extensa* e *trajetória reduzida*. Mas ainda não é em função disso que ambas as redes podem ser descritas. Por meio da análise de seus vínculos sociais concretos puderam ser definidas. Na rede cujos componentes apresentavam trajetória reduzida, percebi que em todas as mudanças pelas quais passaram, as relações familiares sempre estiveram imbricadas. Havia uma forte rede de solidariedade intra-familiar permeando todas as organizações e acontecimentos da vida individual. As relações sociais que permeavam e permitiam as mudanças geralmente estavam restritas à família.

Mesmo no bairro, era notável que seus relacionamentos concretos desenrolavam-se apenas em torno da família, com todos os que pudessem ser considerados parentes. Somente entre parentes aconteciam as visitas e estavam sempre na casa um do outro. Percebi que não apenas os membros dessa rede que matinham relacionamentos sociais concretos conheciam-se entre si, como esses conhecidos eram geralmente parentes. Por meio dessa percepção, chamei essa rede de *rede de malha estreita*, termo cunhado por Bott (1976). Os relacionamentos gerados em seu interior, na maioria, eram densamente amarrados por vínculos de parentesco. E os parentes tendiam a se conhecer entre si.

Se os migrantes de *trajetória reduzida* tendiam a compor a *rede de malha estreita*, migrantes que apresentam *trajetória extensa* tendiam a compor a *rede de malha frouxa*. Na rede assim definida, as relações sociais concretas não se restringiam a parentes, e os conhecidos de um, muitas vezes, não eram conhecidos de outro. Havia muitos limites para os relacionamentos gerados no interior dessa rede, que muitas vezes não tinham suas tramas fortemente amarradas. Isso não significa que nela não houvesse vínculos fortemente amarrados pelo parentesco, vínculos que perduram e se fortalecem ao longo do processo migratório. Ao descrever as redes pelos tipos de vínculos gerados em seu interior, não quero dizer que eles sejam hegemônicos, mas preponderantes.

Ocorre que um caminhar na trajetória abria a possibilidade de serem geradas novas aproximações e também afastamentos de alguns vínculos. Eram geradas possibilidades de aproximação com migrantes que apresentassem trajetória social parecida, e que compactuassem com o mesmo modo de ver a si e ao outro. Os de *trajetória reduzida*, que menos mudavam sua posição na trajetória, conseqüentemente menos mudavam a natureza e a possibilidade de seus relacionamentos sociais concretos, um menor número de vínculos eram rompidos e gerados. Nos que apresentam *trajetória extensa*, muitos relacionamentos são mantidos, mas muitos se dissolvem e outros são criados.

Conclusão

O intuito foi analisar aspectos dinâmicos do fenômeno migratório e que são fundamentais para a composição das redes. O caminho não foi apenas identificar os grupos sociais a que migrantes pertencem e a partir disso analisar suas redes de relacionamento. Até mesmo identificar uma origem regional para esses migrantes não foi simples, ao longo do processo migratório migrantes deixavam de ser baianos ou mineiros e passavam a ser paranaenses em São Carlos. Ademais, a própria história de construção do bairro contribui para elaboração e percepção do que era importante ali, para seus moradores. A trajetória dos migrantes é muito mais traçada em função de um *ter*, sempre referido por eles. Dividiam-se entre os espaços diferenciados do bairro e entre os que *não tinham nada* e os que *tinham muito mais que uma casa*. Em função disso migrantes que compunham as redes se diferenciavam, e segundo o ponto ocupado nessa trajetória compunham uma ou outra rede de ralacionamentos, definidas aqui brevemente em função de seus vínculos.

Bibliografia.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração.* São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Luta para encontrar o rumo certo: lideranças indígenas em Roraima – 1978/1990.

Raimundo Nonato Gomes dos Santos*

RESUMO: Este texto analisa a organização e ação política dos indígenas em Roraima no período de 1978 a 1990, procurando compreender suas principais características enquanto movimento e o perfil de suas lideranças.
PALAVRAS-CHAVE: Indígena; Movimento; Liderança.

ABSTRACT: This work analyses the natives organization and politic actions in period from 1978 to 1990, trying to understand their main characteristics while movement and the profile of their leadership.
KEY WORDS: Native; Movement; Leadership

Tendo como fonte documental as atas produzidas nas reuniões anuais dos tuxauas no período de 1978 a 1990, material que, de alguma forma, veio se integrar ao Conselho Indígena de Roraima- CIR, este texto reflete sobre a organização e ação política dos indígenas de Roraima, procurando compreender, em especial, as principais características do movimento e o perfil de suas lideranças. É fruto de uma inquietação que nos acompanha há algum tempo, sobre a qual produzimos nossa dissertação de mestrado, da qual este texto é fruto. Nossa interrogação, colocada de forma rápida, está em compreender as alterações que levaram os indígenas em Roraima, recentemente, a ganharem força para fazer frente, com certo sucesso, as suas adversidades, ou seja, o que este movimento tem de novidade que permitiu essas alterações. Seu referencial teórico compreende as ações sociais enquanto compostas de práticas e representações (CHARTIER, 1988).

A Reunião Anual dos Tuxauas, encontro que teve início nos últimos anos da década de 1970, reúne, além dos líderes indígenas, setores da Igreja Católica: Bispo, padres, missionários; funcionários da FUNAI, pesquisadores, representantes de outros movimentos sociais, assim como outros movimentos indígenas. Entretanto, convém lembrar que estaremos, no decorrer deste texto, analisando apenas os discursos dos líderes indígenas de Roraima, mesmo sabendo que as propostas levadas a efeito são construídas com apoio de outros atores da sociedade.

Iniciaremos nossa análise procurando contornar, com nitidez, o sujeito das ações que nos interessa aqui. Neste sentido, concluía a assembléia dos tuxauas da região do

* Mestre em História Social pela UFRJ e professor do Departamento de História da UFRR.

Surumu de abril de 1978: “Nós queremos ficar índios”. Em uma outra reunião encontramos a razão para esta afirmação: “Nós somos uma raça diferente, não podemos viver misturados com os brancos porque não dá mesmo”, palavras do Tuxaua Terêncio, da maloca de Cumanã, na assembléia geral de 1979.

Portanto, ser "índio", enquanto um ser diferente, era a premissa básica tomada pelas lideranças indígenas. Era esse o momento em que os indígenas absorviam e ressignificavam o termo "índio", agora forjado pelos próprios indígenas, conforme Roberto Cardoso (OLIVEIRA, 1988:19-20). Esboçava-se assim, a base dos discursos fundadores da nova identidade indígena em Roraima.

Identificado assim o agente social que nos interessa, procuraremos agora destacar o seu ritmo; as suas potencialidades; os desafios enfrentados ou a enfrentar, bem como as funções atribuídas as suas lideranças.

Em suas falas podemos perceber que luta e trabalho se confundem num único objetivo: a busca de valorização da comunidade enquanto um espaço a ser melhorado. Quanto ao ritmo, diz o Tuxaua Terêncio na reunião de novembro de 1978: “(...) índio vai pra a frente devagar não é como o branco[1] que tem mais condições. A nossa vida é a mesma e vivemos do nosso jeito que é o nosso e não podemos viver se não assim”.[2] Portanto, na construção de uma nova identidade, era necessário observar as condições que se dispunha para não atropelar o sucesso nos projetos que se desejava viabilizar.

Pensando em termo dos potenciais a serem desenvolvidos, a elaboração de uma nova identidade indígena exigia mudanças que não aconteceriam de forma natural, elas requeriam alguma aprendizagem, mas, como todos ser humano, os indígenas também tinham o dom de aprender. Conforme o Tuxaua Felismino da Maloca do Limão: “Ninguém nasce sabido, precisa aprender sempre. Governador, madre, padre, professor, não nasceram assim, mas estudaram, e nós também podemos estudar as coisas nossas para melhorar”.[3]

Se ninguém nasce sabido, mas se aprende sempre, entendemos que eram as experiências do dia-a-dia que proporcionavam a construção de um saber que permitia montar estratégias para vencer os desafios que o cotidiano impunha. A troca de experiências com os parentes, pelo que percebemos, era a melhor forma de aprendizagem para a vida em comunidade, para a qualificação das lideranças, para um melhor relacionamento entre os grupos e condição necessária à construção de uma unidade capaz de produzir uma história de sucesso.

---

[1] Branco, termo usado pelos indígenas para se referirem aos não-indígenas.
[2] Ata da reunião dos tuxauas e professores da Região do Surumu, realizada no período de 25 e 26/11/1978, p. 3.
[3] Ata da assembléia dos tuxauas da Região do Surumu, realizada no período de 31/03 a 02/04/1978, p. 3.

Tudo isto era fruto de um trabalho que se produzia relatando as próprias experiências e ouvindo os relatos dos parentes. Os aprendizados eram muitos, iniciando pela identificação. Como disse o Tuxaua Bento de Caraparu: "É muito importante fazer reunião, para falar da nossa vida. Os meus problemas são os mesmos, cachaça, desunião, terras invadidas".[4] Como podemos perceber na fala do tuxaua, tudo começava com a identificação entre os problemas vividos, pois, eram semelhantes.

Podemos observar que a fala ganhou importância vital para a construção da unidade, passando a ser percebida enquanto mecanismo que conduzia à libertação. Cirino, Tuxaua da Maloca do Napoleão, se queixava do tempo que lhe foi dado pela coordenação do encontro:

> *Nos deram só 15 minutos para todos falar, mas para mim é pouco, eu queria falar só um dia. Estou aqui para saber de vocês, o que está se passando e eu também vou contar o que sei. Primeiramente acho muito bonito estar aqui todos reunidos falando todos de nossa vida, dos nossos problemas*.[5]

Conforme o Tuxaua Terêncio de Cumanã, as reuniões eram "para contar a nossa vida, o que o tuxaua acha difícil, as dúvidas, os problemas". Parecia haver descoberto ali, o lado político da fala, o que levou alguns ao desejo enorme de fazer uso deste mecanismo. Continuava este tuxaua: "Temos vontade de nos encontrar, de falar dos nossos problemas, mas vivemos muito longe um dos outros".[6]

Dois anos depois, continuava o Tuxaua Terêncio valorizando a fala, produzindo discursos e contribuindo com a construção de uma nova identidade para os povos indígenas de Roraima:

> *Nunca deixo de fazer reunião com o pessoal, sempre falo para eles, sempre aconselho eles sobre o que acho certo.*
>
> *Eu falo alto e às vezes para quem não me conhece parece que estou falando brabo, mas não é, é meu jeito de falar para todos ouvirem bem. Pois é a minha luta é está.*
>
> *Depois posso falar mais, lá fora, aproveitando para falar, juntos e encontrar uma solução aos nossos problemas, se temos muitos destes problemas às vezes o culpado é o tuxaua que deveria orientar melhor o pessoal na luta para encontrar o rumo certo. Todos então falem, para nos conhecer e ir sempre pra frente*.[7]

Podemos perceber que a voz era o principal instrumento de ação do tuxaua, pois, falar com energia, orientar, era sua vida, sua luta que podia acontecer a qualquer hora,

[4] Idem, p. 6.
[5] Idem, p. 4.
[6] Ata da reunião de tuxauas da Região do Surumu, realizada no período de 31/03 a 02/04/1978, p.1.
[7] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 14 a 17/01/1980, p. 3.

em qualquer lugar, sempre tendo por objetivo a busca do "rumo certo". Isto sinaliza que não existia um objetivo já traçado; não havia um mito a lhes guiar o caminho, a exemplo de seus antepassados, ou um conjunto de idéias políticas de antemão arquitetadas para tal fim. Era uma luta que se conhecia nas suas próprias batalhas, era algo que se construía no dia-a-dia.

Dessa forma, a comunicação se tornava imprescindível para o entendimento, não só com os pares, mas no diálogo que tinha por função resolver diferenças com o não-indígena. É neste sentido que o Tuxaua Belísio de Oliveira, da Maloca da Boca da Mata, sugere para resolver o problema com gado de um fazendeiro que estava estragando as roças da comunidade: "O que nós devemos fazer é falar com ele, ir 30 ou 40 pessoas com calma e dizer de ir embora".[8] Ou a experiência narrada por Alcides Teixeira, da Maloca da Barata:

> *Tempo atrás que um fazendeiro, Epitácio Lucena, queria expulsar um nosso parente. Foi no Juiz e ele também estava de acordo com o fazendeiro. Nós, porém unidos, mandemos o velho voltar à sua casa e está lá. Porque se ficarmos unidos resolvemos tudo*.[9]

Desta forma, a fala necessitava de uma base que estava na unidade do movimento, esta, quanto mais forte, mais poder e credibilidade ganhavam os discursos.

O movimento indígena em boa parte desse período teve como tema central a demarcação de seus territórios. Compreendemos que este foi o principal catalisador no processo de formação de um movimento coeso, assunto que interessou a todas as comunidades e deu unidade ao movimento em Roraima. Nesta perspectiva, projetos como o de criação de gado bovino foi desenvolvido não só com a finalidade de garantir alimento para as comunidades, mas de servir também como uma estratégia na defesa do território indígena. Além disso, enquanto projeto coletivo, tinha ainda a função de unir a comunidade em torno de um objetivo comum. Nesta mesma assembléia, dizia Terêncio: "A criação do gado é para unir mais o povo. Tem gado uma comunidade que trabalha unida".[10]

Podemos perceber que os projetos coletivos foram os mais valorizados: roças coletivas, a criação de animais de propriedade das comunidades, o comércio em forma de cooperativa, a educação escolar voltada para os interesses das comunidades eram os principais desafios a serem enfrentados.

Voltando à questão da terra, para garantir a posse de seus territórios, as comunidades criaram várias estratégias. Encontramos algumas evidências dessas na

---

[8] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 14 a 17/01/1980, p. 5.
[9] Idem, p. 9.
[10] Idem, p. 11.

assembléia de 1984, onde são destacadas algumas regiões pelas suas experiências. A Região de Normandia, onde "Foram levantados retiros e está-se fazendo criação de animais"; a região da Serra da Lua, pois, lá: "Fizeram a renovação dos varadouros de reconhecimento e alguns parentes fizeram as suas casas nos limites"; a região das Serras, a idéia nessa é "Fazer plantação de cajual nas áreas que estamos pedindo" e "mandar umas pessoas de cada maloca para garimpar e com o dinheiro comprar as fazendas e o gado dos fazendeiros, sobretudo daqueles que já querem sair".[11]

Podemos observar que, no movimento de defesa de seus territórios e de retirada dos invasores dos espaços reivindicados, não existe uma estratégia específica para a reconquista e garantia de posse, mas várias alternativas. Na citação acima podemos destacar cinco formas diferentes que se somam na busca de uma solução: pôr alguém para morar lá, usá-lo para criação de animais, fazer uma plantação de cajual, destacar suas fronteiras e, por fim, buscar meios de adquirir dinheiro para comprar a propriedade dos invasores. A pluralidade de alternativas para solucionar o problema mostra criatividade na condução do movimento e negociação em sua resolução.

Como está explícito, nas reuniões cada comunidade colocava seus problemas e suas soluções como forma de partilhar experiências com os parentes de outras localidades. Na assembléia de 1980, o Tuxaua Constantino, da Maloca de Caraparu II, falava como vinha enfrentando o problema com os criadores de gado: "fazendeiro não deixa pescar, caçar, então pego e como o boi dele". Neste mesmo sentido, falou o Tuxaua Afonso Ambrósio, da Maloca do Morro: "O branco falou que ia botar 3.000 cabeças de gado e nós respondemos que íamos comer muita carne de gado se ele botasse o gado dentro, e é o que vamos fazer".[12]

Nos discursos em defesa da terra diziam também: "Trabalhar mais para comprar ferramentas, fornos e outras coisas que servem para nós". Como podemos imaginar, ao exigirem a demarcação da terra, os indígenas chamavam para si o dever de produzir. Isto implicava na revisão de conceitos, na montagem de novas estratégias, na elaboração de projetos e na definição de parcerias.

Tudo isto era pensado e trabalhado pelas suas lideranças. Planos para o futuro eram muitos, vejamos o que dizia o Tuxaua Antonio Trajano, da Maloca de Santa Maria: "Queremos organizar melhor a nossa comunidade, produzir para ter e também para vender. Agora vamos plantar, fazer hortas, aprender a comer verduras. É bom criar, não podemos comprar gados, mas carneiros, porcos, galinhas, patos podemos sim".[13] Observamos assim

[11] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 04 a 06/01/1984, pp. 10-11.
[12] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 14 a 17/01/1980, pp. 18-19.
[13] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 09 a 11/01/1979, p. 9.

que seus projetos se refletem nos mais diferentes campos, podendo alterar até mesmo hábitos alimentares: fazer horta, aprender a comer verdura.

O trabalho visando o progresso da comunidade se tornara uma saída para as dificuldades. Entretanto, um parente trabalhar para a sociedade não-indígena se tornou motivo de crítica por parte dos tuxauas. Vejamos o que disse Alcides, da Maloca da Barata: "Muitos querem ainda trabalhar com brancos. Sempre eu fui contra, porque no lugar de defender o que é nosso vamos trabalhar para aumentar o dinheiro no bolso dos brancos".[14]

Como podemos perceber, trabalhar para o não-indígena era fortalecer o inimigo e dificultar o processo de avanço das pretensões das lideranças indígenas. Portanto, evitar que seus membros trabalhassem para os vizinhos não-indígenas era outro desafio para as lideranças. Isso levou o Tuxaua do Limão à situação limite, quando o filho falou em trabalhar para fazendeiros: "Aqui perto não, vai longe, em fazenda longe, que eu não possa ver-te, porque se não vou te matar, se você se empregar com civilizado aqui (...)".[15]

Uma queixa dos indígenas é serem taxados de preguiçosos pelos não-indígenas, nesse período entendemos que procuravam valorizar o trabalho, mas o trabalho que se desejava tinha por único objetivo melhorar as condições das comunidades em todos os seus aspectos. Exercer atividade para os não-indígenas representava fortalecê-los na ocupação do próprio território reivindicado e, dessa forma, dificultar sua saída.

Pensando na função da liderança, a fala dos tuxauas nos leva a imaginar um coordenador que enfrentava com coragem os desafios e mostrava paciência no ato de administrar. Entretanto, ser tuxaua não parecia ser tarefa fácil. Temos evidência disto na fala do Tuxaua Vitalino de Santa Rosa: "Os problemas são muitos, o trabalho é desorganizado e não somos muito satisfeitos da nossa vida. Eu não sei como fazer mesmo, eu pensava de estar trabalhando direito, mas os resultados são poucos".[16]

Parece haver no período uma grande demanda por lideranças, o que achamos óbvio pelo fato de se esboçar neste momento um novo modelo de organização indígena local. Muitos estavam se pronunciando nas reuniões pela primeira ou segunda vez.

Dizia Francisco, de Três Corações, na assembléia de 1979: "aceitei o cargo de tuxaua porque não tinha outro que queria assumir". É o caso também de Floriano Gino, da maloca do Limão em 1980: "eu nunca procurei este cargo, se pode dizer que caiu em cima de mim, e estou fazendo o possível (...)", ou ainda, o caso de Tomás de Almeida, da maloca da Santa Cruz: "aceitei o cargo de tuxaua enganado, pensava que era coisa boa, mas não é".

[14] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 14 a 17/01/0980, p. 9.
[15] Ata da reunião dos tuxauas da Região do Surumu, realizada no período de 31/03 a 02/04/1978, p. 4.
[16] Idem, p. 6.

Entretanto, apesar das dificuldades assustarem, parece que todos contribuíam dentro de suas condições, da melhor maneira possível e tendiam a acreditar no resultado positivo de seus esforços, não só as lideranças, mas as próprias comunidades, como disse Constantino: "Estão acordando e unindo-se".

Pensando na relação entre liderança e comunidade, vejamos a fala do Tuxaua Anacleto da Maloca do Truaru: "Eu digo que a comunidade deve corrigir os erros do tuxaua. Quem manda não é o tuxaua, mas a comunidade. O tuxaua deve agir junto com o seu povo. O tuxaua que pensa só para si, que recebe coisas e pega tudo para si não está fazendo o bem do povo".[17]

É a vida em comunidade que devia ser o centro das atenções. Dizia o Tuxaua Trêncio: "Fui escolhido tuxaua de meu povo", isto significa que ele era líder, mas por escolha de um grupo o qual devia representá-lo e obedecer às determinações tomadas em conjunto. E, quanto à forma de se relacionar com os membros da comunidade, ele comenta: "sei pedir ajuda de todos e pedir também perdão quando erro" e dizia mais, "Tuxaua vive igual aos outros".

Dentro do processo de unidade que se desejava produzir, o tuxaua não podia cometer certos erros sem comprometer o trabalho de todo o conjunto. Os riscos eram muitos, pois, o cargo exigia atenção para muitos detalhes. Dizia o Tuxaua Anacleto Matias, da Maloca de Truaru, na sua segunda participação em assembléia:

> *Muito depende do tuxaua para as coisas melhorar. Precisa crescer junto, trabalhando, controlando o andamento da comunidade e botando um freio à desordem, às bebedeiras, à bagunça. Os jovens precisam de festas, mas precisa controle. Este ano fizemos um programa para botar uma roça comunitária e ir mais pra frente animados.*[18]

Como demonstra a citação, do tuxaua dependia o desenvolvimento da comunidade, sua unidade e organização. Competia a ele o controle da produção de alimentos, bem como o controle da vida social. Entender que a comunidade precisava de diversão, mas esta devia ocorrer respeitando a ordem da comunidade.

No que se refere ao grau de satisfação da comunidade com seu líder, apenas um fora trocado, tendo como principal motivo ter deixado fazendeiros se estabelecerem em área da comunidade. A causa maior da perda do cargo de tuxaua se dava por conta do uso de

[17] Ata da reunião geral dos tuxauas, realizada no período de 04 a 08/01/1983, p. 13.
[18] Ata da reunião geral dos tuxauas de Roraima, realizada no período de 14 a 17/01/1980, p. 10.

bebida alcoólica, como eles diziam, saiu porque "Era o primeiro a organizar estas bebedeiras" ou "Tomava muito".

Em linhas gerais, podemos dizer que a comunidade que se deseja ver em ação era uma sociedade de pequenos produtores, desenvolvendo projetos coletivos de plantação e criação de animais, além de exercerem outras atividades, passando até mesmo pelo garimpo. Tratava-se de uma comunidade que valorizava suas tradições, mas estava aberta à utilização dos meios necessários a sua sobrevivência enquanto grupo. Isto abria demanda para o uso de equipamentos modernos, profissionais qualificados, a exemplo de professores, técnicos agro-pecuários, enfermeiros, além de exigir a montagem de postos de saúde e melhoria na educação escolar. Tudo isso vem forçando as comunidades a recorrerem a projetos e parcerias que lhes permitam estas realizações.

Conforme os relatos dos tuxauas, podemos dizer que todas as transformações registradas no seio dos povos indígenas foram trabalhadas pacientemente, tecidas discurso a discurso, ação a ação pelas suas lideranças. Isto nos leva a crer que neste processo não houve um quadro teórico específico a ser estudado por estes líderes, além de informações e conhecimento sobre os direitos de seus grupos, suas condições de ação e o estudo de táticas para fazer seus direitos serem não só respeitados, mas ampliados.

Parece-nos que a sociedade que almejavam já se encontrava instalada, o que faltava era "encontrar o rumo certo". Dessa maneira, podemos dizer que a realidade que buscavam não negava a já instalada. Não se tratava de desencadear um processo revolucionário para destruir a ordem vigente e, em seu lugar, instalar uma nova ordem. Portanto, o objetivo principal não era fundar uma nova realidade, mas adequar a existente às novas necessidades.

Talvez o ponto mais importante a ser destacado nesse movimento seja o próprio ator político, o cidadão que esta experiência parece produzir. Conforme Paula Araújo, uma das novidades dos movimentos de minorias surgidos nas últimas décadas do século XX, foi colocar em cena atores políticos diferentes dos tradicionais (ARAUJO, 2001:22).

Voltando aos indígenas, o tuxaua é um líder político que tem como característica a capacidade, se não de construir, mas pelo menos de acompanhar projetos específicos e autênticos, com objetivos claros e definidos; capaz não só de protestar, de reagir, mas, principalmente, de agir, de propor com criatividade meios para a construção de novos horizontes, mais favoráveis, especialmente ao seu mundo imediato.

Esse novo líder deve ser capaz de planejar não só as táticas de resistência aos seus exploradores e opressores, mas também capaz de traçar o próprio caminho a ser seguido.

É importante observar que as próprias condições morais do líder são imprescindíveis para o movimento.

Dessa forma, o líder que estas experiências parecem produzir é formado dentro do próprio fazer-se do movimento, onde as principais lições necessárias à sua formação saem das experiências do cotidiano, o que requer um indivíduo atento ao desenrolar constante dos acontecimentos, visto que existem objetivos a serem alcançados, mas não existe uma batalha final, a vitória ou os fracassos são vividos a cada dia, tudo é parte de um processo histórico e, enquanto tal, não está predestinado. Cada comunidade vai se organizando de acordo com suas necessidades, seus recursos naturais e humanos disponíveis, o que permite, pelo menos em teoria, seguir caminho diverso.

Nesta perspectiva, não existe uma felicidade legada pelos antepassados, pois, ela encontra-se na energia empregada nas práticas vividas no próprio dia-a-dia, que colocam o indivíduo como construtor de seu devir, responsável por todas suas ações e como artífice de sua liberdade.

Dessa forma, a felicidade que se deseja já se encontra, em parte, ao alcance de todos, pois, viver é partilhar do mundo possível que se constrói na própria existência.

Referências bibliográficas:

ARAUJO, Maria P. Nascimento. **O(s) Sentidos(s) da Política**, in: Revista Proposta, Nº 91 Dezembro/Fevereiro de 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do indigenismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A transição do Partidão: notas preliminares.

Eurelino Coelho[1]

RESUMO
Apresentamos resultados iniciais de um estudo sobre o modo como o processo de transição política no Brasil (1979-1988) foi concebido por um segmento de intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), com ênfase para textos de Luís Werneck Vianna. O enfoque recai com prioridade sobre as discussões travadas acerca do primado da "questão democrática" sobre a "questão nacional", do papel e das formas de atuação da classe operária e da proposição de novas orientações teóricas e políticas para os comunistas. Vistos contra o pano de fundo da emergência das lutas sociais dos anos 80, os posicionamentos defendidos por Vianna sobre aquelas questões revelam elementos significativos para a análise das formas de relação de diferentes grupos de comunistas com aquele período da luta de classes no Brasil.
Palavras chave: PCB; transição política; intelectuais

ABSTRACT
We present here some innitial results of a study on the way the political transition in Brazil (1979-1998) were conceived by a group of intellectuals linked to the Brazilien Comunist Party (PCB), enphasizing texts made by Luiz Werneck Vianna. We focuse questions about the precedence of "democratic question" against "national question", about the rule and ways of action of working class and about the new trends proposed then to the comunists. Seen under tha angle of emergency of social strugles at the 80´s the positions supported by Vianna reveal important elements to the study of relationships between different comunists groups and that period of class struggle in Brazil.
Key words: PCB; politcal transition; intellectuals.

A crise econômica (crise do "milagre") e o relativo sucesso eleitoral da oposição nas eleições parlamentares de 1974 são tomadas, costumeiramente, como marcos do início da prolongada crise do regime político autoritário instalado no Brasil a partir do golpe civil-militar de abril de 1964. A crise da ditadura significava, na prática, uma encruzilhada histórica para os grupos sociais dominantes, que percebiam o risco contido na ameaça de perda de eficácia dos mecanismos de dominação política garantidos pelo regime militar. A ditadura foi a forma de dominação política preferencial das frações hegemônicas da classe dominante brasileira enquanto duas condições principais eram satisfeitas. Primeiro, o protesto, as formas de organização e luta dos subalternos, sobretudo dos trabalhadores assalariados, eram

[1] Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutor em História Social.

sufocados *manu militari*, o que permitiu intensificar a exploração do trabalho e assim expandir a taxa de mais-valia. O resultado desta contenção da luta operária foi a extração de quantidades extraordinárias de mais-valia que, num contexto em que o gasto público criava favorecimentos adicionais para o grande capital, produziram os enormes lucros do período conhecido como o "*milagre econômico*" (SINGER, 1989).

A segunda condição dependia da primeira. A coesão política dos grupos dominantes e de setores hegemonizados por eles em torno da ditadura baseava-se na partilha, mesmo desigual, dos frutos materiais do "milagre econômico". Setores empresariais beneficiados pelo enquadramento do movimento sindical, pelos investimentos do governo em infra-estrutura e pela expansão do crédito, latifundiários beneficiados pelo sufocamento das lutas no campo e por diversos mecanismos de proteção econômica, grupos financeiros e setores médios urbanos favorecidos pelo relativo aumento de rendimentos e pela expansão das possibilidades de consumo (sobretudo de bens duráveis) compuseram o arco de sustentação política da ditadura.

Por isso, quando o "milagre" parou de funcionar e quando personagens que deveriam ser mantidos à margem (os subalternos) começaram a "entrar em cena", os laços que uniam os grupos sociais dominantes em torno do regime militar começaram a afrouxar rapidamente. E foi isso o que começou a acontecer na segunda metade dos anos 70.

A imprensa das capitais do sudeste começou a dar expressão ao persistente descontentamento de certos setores empresariais com os rumos da política econômica, manifestos através de propostas como "desestatização" ou mesmo a reivindicação de "retorno aos quartéis" dos gestores militares. Havia, em todos aqueles grupos, setores para os quais a ditadura era um fim em si mesmo. Estes eram, porém, minoritários. Para todos os demais, a crise representava a emergência de um problema histórico que se tornava, com o correr do tempo, cada vez mais evidente e urgente: a necessidade de encaminhar a recomposição da dominação política burguesa em bases novas, ou seja, como construir a transição e assegurar que ela transcorresse "pelo alto", excluindo qualquer iniciativa autônoma dos subalternos.

Se os grupos dominantes encontravam-se numa encruzilhada histórica, os subalternos viam abrirem-se espaços intersticiais cada vez mais amplos para as suas lutas. Recrudesceram as experiências de luta e apareceram formas organizativas novas, ao lado de antigas que foram retomadas. A contestação da ditadura era um ponto de articulação entre todos os movimentos realizados pelos grupos subalternos, mas havia muitas maneiras diferentes de ser contra a ditadura. Ao contrário dos grupos dominantes, que atuavam a partir da plataforma comum de uma "transição pelo alto", a direção das lutas dos grupos subalternos

era um problema em aberto. As forças que tinham dirigido os movimentos sociais no período anterior ao golpe exibiam as seqüelas dos ataques perpetrados pela ditadura: estavam desorganizadas ou, aquelas que ainda podiam contar com uma estrutura de alcance nacional, encontravam-se debilitadas pelo esgarçamento dos seus vínculos orgânicos com as bases. Este era o caso por excelência do Partido Comunista Brasileiro. As novas experiências de protesto e organização, por seu turno, operavam quase sempre de maneira fragmentada, nas esferas locais, já que a articulação nacional das lutas era impedida. Do ponto de vista dos subalternos, a crise da ditadura significou tanto a possibilidade de atuar organizadamente em defesa de interesses concretos como a descoberta da inexistência, no primeiro momento, de um projeto em condições de hegemonizar a luta contra-hegemônica. Para o PCB, esta era a principal questão a enfrentar.

Quando a crise da ditadura abriu uma nova dinâmica política no país, o PCB encontrava-se com a direção no exílio. A linha geral de "frente ampla" de oposições havia sido formulada ainda nos anos 60 e não fora retirada, mas ela não poderia dar conta das conjunturas sem mediações. Lideranças e intelectuais do partido, com destaque para o grupo do Rio de Janeiro, encontraram aí o espaço para consolidarem uma prática política que, organizada em torno do Coletivo Nacional dos Comunistas, explicitaria em 1977 seu projeto de uma "estratégia democrática de luta contra o regime e pelo socialismo" (Vianna, 1982). Luiz Werneck Vianna é então um jovem intelectual que põe a sua prosa elegante e precisa em entusiasmada defesa da nova orientação.

De acordo com outro intelectual comunista "renovador", a afirmação da democracia como um valor histórico universal, feita pelo dirigente comunista italiano Enrico Berliguer em 1977, teria provocado em muitos intelectuais de esquerda a percepção da necessidade de abandonar os princípios políticos da III Internacional (Coutinho, 1998). A tese não faz justiça aos experimentos teóricos e programáticos já então em curso no interior do PCB. Raimundo Santos (1994), outro dos intelectuais pecebistas, formulou a noção de "pecebismo inconcluso" para designar exatamente a elaboração brasileira de uma via democrática para o socialismo, experiência que se iniciou no PCB e que foi abortada pela crise do partido. Análises de conjuntura produzidas em 1976 e 1977 por Vianna já operavam com o conceito de hegemonia numa acepção que deixava pouco espaço para a estratégia insurrecional de luta. Orientar resolutamente a ação dos comunistas para "fazer política", nos termos posteriormente empregados por Vianna, significava na prática a eleição do objetivo de democratizar o Estado em substituição às culturas golpistas sempre presentes no partido (especialmente nos setores mais ligados à influência de Luís Carlos Prestes).

Escrevendo em 1982, Vianna discute as perspectivas para a intervenção dos comunistas na conjuntura. Seu argumento é o de que a chance de levar até o fim o programa da frente ampla de oposições, isto é, o fim do regime militar, é a exploração da fissura aberta, desde a metade da década anterior, entre os blocos "nacional-estatista" e "liberal-imperialista" da burguesia. Aqui ganha destaque a sua tese de que, na política dos comunistas, a questão nacional deve ceder a primazia à questão democrática.

Os meios para alcançar o objetivo de consolidar um pólo de oposição ao regime constituído, na medida do possível, por todas as classes sociais são concebidos em dois momentos distintos. Num primeiro momento (textos da década de 70), a aliança com o setor liberal-imperialista é a única que possibilitaria o programa de democracia política, visto que o setor nacional-estatista está comprometido com o regime militar e sua ideologia de Brasil-potência. Isto não só pelas proclamações liberalizantes (mais no campo da economia que no da política) da burguesia liberal, mas porque, em defesa dos seus interesses de classe, estes grupos encontram-se em rota de colisão com a orientação geral da política econômica e da política internacional do governo Geisel.

Num segundo momento (após 1978), a entrada em cena da mobilização das classes subalternas complexifica o quadro. A elevação das reivindicações das massas trabalhadoras exigiria, como resposta, um reequacionamento da questão nacional, único meio de disponibilizar a renda necessária ao atendimento das reivindicações. Qualquer exigência de realinhamento da questão nacional, no entanto, significaria romper a aliança com a burguesia liberal e fazer naufragar a unidade pluriclassista das oposições.

Para Vianna, o objetivo de derrotar o regime exigia o sacrifício da questão nacional e da política de confronto que ela implicava. O que os comunistas ganhariam era a democracia política e, com ela, a chance de resolver o seu mais importante desafio: levar seu programa e sua influência para o interior das fábricas. O protagonismo das massas trabalhadoras em movimento ascendente de organização era claramente percebido por ele, mas isso não alterava o horizonte geral da tática.

A definição da estratégia democrática para a luta pelo socialismo no Brasil, projeto que o próprio Vianna denominou a "ocidentalização do PCB", combinava-se com a centralidade da luta pela democracia política e determinava os próprios métodos dessa luta. Outros intelectuais pecebistas entenderiam tratar-se de uma política de "guerra de posições" assumida pelo partido mesmo antes de a direção ser conquistada para a nova orientação (NOGUEIRA, 1993).

Referências bibliográficas:

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Edunicamp, 1998, vol 3.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a Questão Democrática e a Esquerda no Brasil. In: Coutinho, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. 2ª. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Raimundo. *O Pecebismo Inconcluso*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Universidade Rural-Sociedade do Livro, 1994.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989

VIANNA, Luiz Werneck. *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Transição. Da constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro, Revan, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O *ETPAR* e a política agrária em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira(1961-1964).

Carlos Leandro Esteves*

RESUMO:
A presente comunicação traz uma reflexão sobre a presença de interesses e agentes ligados aos grupos *multinacionais* e *associados* na elaboração de políticas públicas voltadas para o campo no Brasil entre fins da década de 1950 e primeira metade da década de 1960 na esfera dos executivos estaduais brasileiros. Interessanos discutir, através do estudo realizado sobre a implantação de uma política agrária em Goiás no início dos anos sessenta – período que compreende ao governo pessedista de Mauro Borges Teixeira(1961-1964) – , como se deu a inserção nos quadros do Estado goiano de agentes ligados ao Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR) que compunham uma ampla rede tecnoburocrática cuja atuação e formulação de diretrizes e tomadas de decisão políticas buscavam sua legitimidade na construção de um discurso que primava pela defesa da *racionalidade* técnica e de sua subjacente *neutralidade* administrativa.
Palavras-chave: Estado; política agrária; intelectuais.

RÉSUMÉ:
Le présent texte tras une réfléchissement sur la présence de interets et agents confédérés aus groupes internationals et associés au elaboration de politiques publics pour le champ des Brésil dans les anus cinquente et soixante des contour du executif des Goiás durant le gouvernement de Mauro Borges Teixeira(1961-1964).
Paroles-clef: Etat; politique agraire; intellectuel.

A elaboração de uma política agrária em Goiás no início da década de 1960 expressava-se no discurso do Estado como uma necessidade inadiável destinada a remover os principais *obstáculos* ao desenvolvimento da região, promovendo assim a *modernização* capitalista da agricultura goiana e sua definitiva integração ao processo de industrialização em curso no país desde meados da década de 1950. Noutras palavras, tais medidas faziam parte de um plano maior que pressupunha a sistematização de um conjunto de transformações necessárias à inclusão de Goiás ao projeto *desenvolvimentista* – via planejamento estatal – preconizado a nível federal pelo Plano de Metas desenvolvido pelo Governo Jucelino Kubitschek(1956-1961). Das propostas de planejamento em nível local nasceria o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás(1963), ou *Plano MB*, como ficaria conhecido. Surgiria, portanto, como um *Plano de Metas estadual*, sinalizando para a necessidade de uma

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense e bolsista do Cnpq.

mudança significativa na configuração econômica da região, o que consistia basicamente numa *redefinição* do modelo de *integração* regional iniciado na década de 1930, de modo a adequar o estado ao padrão de acumulação capitalista inaugurado no Governo Jucelino Kubitschek.[1] Todo o plano, bem como seu desdobramento para o setor agrícola estava orientado pela racionalidade técnico que seu caráter de *planejamento* lhe conferia.

Até meados da década de 1950, a agricultura goiana pouco apresentou em termos de inovação das formas de exploração do solo, técnicas de cultivo e relações de trabalho. Persistia predominantemente na região o cultivo extensivo da terra. Durante um longo período a expansão da agricultura em Goiás se deu pela incorporação de novas terras ao latifúndio, o que na maioria das vezes ocorria a partir da expulsão violenta de pequenos posseiros das áreas ocupadas através da prática disseminada da *grilagem* de terras. Mas, ainda que esse processo tenha predominado, concomitante à concentração fundiária e ao domínio do latifúndio tradicional, passa a ganhar impulso na região, já em fins da década de 1950, principalmente no sul e centro-sul do estado, uma agropecuária em moldes empresariais modernos, caracterizada pelo uso de técnicas de produção intensivas e relativa capacidade de inversão de capitais. Esse processo iria se intensificar durante o Governo Mauro Borges, quando seriam dados efetivamente os passos iniciais para um novo modelo de agricultura que seria a base do posterior desenvolvimento de um poderoso setor agroindustrial em Goiás.

Em linhas gerais, a política para o campo formulada durante o Governo Mauro Borges consistia na implantação de um modelo de *revisão agrária* orientado para a *modernização* capitalista da agricultura. Isso significava, principalmente, que o Estado deveria criar todas as condições necessárias para a formação de uma agricultura nos moldes de uma moderna empresa agrícola. Os objetivos eram definidos de modo que fossem alcançados altos índices de produtividade, calcados na tecnização do processo produtivo, na racionalização do uso da terra e no estímulo ao surgimento de uma classe média rural, sem que para isso fosse preciso transformar as estruturas sobre as quais estavam construídas a agricultura goiana, o que em muitos aspectos resultava do poder de pressão exercido pelos setores latifundiários tradicionais. Pretendia-se no máximo promover algumas *modificações* no agro. O modelo proposto foi o do cooperativismo agrícola e da colonização em terras devolutas, apontado pelo governo como único caminho possível para resolver os problemas do "atraso" da agricultura em Goiás e "levar a prosperidade ao homem rural"(GOIÁS, 1963:4). Para implementar a

[1] O modelo de acumulação capitalista impulsionado durante o Governo de Jucelino Kubitschek consistia na substituição do modelo agrário-exportador como principal financiador de acumulação para a indústria, pela abertura do país à entrada de capital estrangeiro, conjugada à reorientação do Estado para o estímulo econômico do setor produtivo de bens de consumo duráveis.

política agrária em Goiás foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás(IDAGO), autarquia revestida de plenos poderes a qual seriam subordinadas inúmeras agências e órgãos estatais.

Desde já precisamos problematizar as interpretações preponderantes acerca do caráter de *neutralidade* conferido à administração do Governo Mauro Borges em função da presença de *técnicos* na elaboração do plano de governo e na sua atuação em várias secretarias estaduais. Coube, não por acaso, a equipes da Fundação Getúlio Vargas(FGV), e do Instituto Brasileiro de Economia(IBRE), toda a elaboração do Plano MB, que objetivou dotar o Estado goiano de um perfil empresarial moderno e eficiente. O *planejamento* permitiria a aplicação da racionalidade capitalista nos moldes da empresa privada, dotando a administração estatal de um *ethos* empresarial cuja eficácia de sua operacionalidade residiria na ação perpetrada no interior do Estado por agentes organicamente ligados aos interesses capitalistas. A presença de tecnoempresários na elaboração do Plano – o que procurava dar a impressão de uma equipe de especialistas *neutros* – parece ter ocultado dos estudos sobre o período as implicações que tal fato traz para a análise do alinhamento ideológico das políticas perpetradas pelo Estado. É também revelador, que muitos dos *técnicos* que elaboraram o Plano passariam a atuar em diferentes funções no aparelho de Estado em Goiás durante o Governo Mauro Borges.

Sobre a FGV e o IBRE, René Dreifuss(DREIFUSS,1981:77) dirá que constituíam-se naquele momento em dois "centros ideológicos-chave" dos interesses *multinacionais e associados*, apontados pelo autor como os interesses do grande capital multinacional, as várias agências que atuavam em sua defesa, e as empresas brasileiras a ele identificados. Tanto a FGV quanto o IBRE eram responsáveis pela elaboração técnica de diretrizes políticas a serem tomadas pelos governos orientados para o desenvolvimento capitalista sob a égide da racionalização e do planejamento. Da mesma forma, os *técnicos* que atuavam nessas instituições faziam parte, segundo Dreifuss, da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses *multinacionais e associados*, em intensa articulação contra o Executivo *populista* de João Goulart e sua base de sustentação.

A figura do *técnico* assumiria uma importância determinante para a execução dos projetos defendidos pelas classes dominantes não somente pela suposta eficiência que sua função pressupunha, mas sobretudo pelo fato de que era visto como alguém que agia para além das disputas políticas, construção que era operada no sentido de ocultar seu papel de "vanguarda da classe capitalista"(DREIFUSS,1981:72), capacitando-se portanto para a tarefa da formulação e da execução da *modernização* pretendida. Como bem sintetizou Sonia Mendonça,

> *"A valorização do 'técnico' tornou-se não apenas um requisito racional e científico do desenvolvimento econômico, como também uma modalidade de legitimação do intervencionismo e do planejamento estatais. A estes, o técnico emprestava sua capacitação, neutralidade e, especialmente, o seu suposto apoliticismo."* (MENDONÇA,1985:17)

Exercendo o papel de verdadeiros intelectuais orgânicos dos interesses capitalistas do novo bloco que se formava, isto é, atuando como "prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social"(GRAMSCI, 2000:21), os técnicos puderam inscrever as demandas das frações das classes dominantes identificadas por um projeto modernizante-conservador da economia brasileira através de sua atuação direta em agências estatais por eles formuladas e naquelas já existentes. Do conjunto de intelectuais orgânicos que fizeram parte da rede tecnoempresarial que atuava direta ou indiretamente no interior do *complexo de agências e órgãos estatais associados* durante o Governo Mauro Borges, nenhum adquiriu tamanha importância quanto o técnico Paulo de Assis Ribeiro.

Paulo de Assis Ribeiro foi um dos nomes mais respeitados nos círculos empresariais brasileiros entre as décadas de 1940 e 1960, destacando-se como especialista sobre questões agrárias. Engenheiro e economista de formação, acumulou cargos de diretoria, coordenadoria e assessoria em diferentes empresas públicas e entidades associativas de classe ao longo desse período. No fim dos anos 50 e início da década seguinte trabalhou membro do Conselho de Produtividade da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro(FIRJ); foi assessor técnico do Centro Nacional de Produtividade Industrial da Confederação Nacional das Indústrias(CNI); membro fundador e diretor do Instituto De Organização Racional do Trabalho(IDORT); assessor técnico e coordenador do Grupo de Estudos Sociais e Econômicos do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais(IPES). Paulo de Assis Ribeiro seria ainda um dos principais membros do Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra(GRET), grupo encarregado ainda em 1964, no momento do imediato pós-Golpe de elaborar a legislação agrária conhecida como Estatuto da Terra, além de exercer em 1965 a presidência do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária(IBRA), criado no ano anterior.

Concomitante aos vários cargos que exercia nas inúmeras empresas e entidades de classe, Assis Ribeiro prestava ainda serviços de consultoria e planejamento através de seu escritório de consultoria técnico-empresarial, o Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro(ETPAR), que atuava em plena sintonia com o IPES no Rio de Janeiro.[2] O ETPAR

[2] O IPES era formado por uma "elite de intelectuais orgânicos" comprometidos com os interesses e projetos *multinacionais* e *associados* que agiam no sentido de desenvolver uma ação política contra o Governo João Goulart, contribuindo intensamente no processo de articulação política que culminou no Golpe civil-militar de abril de 1964. Além de estar organicamente ligado ao IPES, Paulo de Assis Ribeiro era membro da CONSULTEC, escritório técnico

elaborou ao longo dos anos de 1950 e 60 diversos estudos detalhados sobre os Estados brasileiros, acumulando em seu arquivo valioso material de análise das realidades sócio-enonômicas estaduais e regionais. Nas palavras do próprio Assis Ribeiro, "(...)tenho mais elementos sobre os Estados do Brasil do que os Estados. Quando algum governador me pede informações do Estado dele, forneço mais do que ele tem do Estado(...)".[3] Goiás figura entre os Estados para os quais o ETPAR elaboraria um profundo estudo de diagnóstico e de exame das principais questões a serem resolvidas pelo governo Mauro Borges, inscrevendo seu projeto de *modernização* e racionalização capitalista da agricultura nos moldes de empresa agrícola. Concentrando-se no estudo da situação agrária goiana, o ETPAR seria o responsável pela execução de trabalhos de supervisão, coordenação, orientação e direção técnica voltados para a implementação no agro goiano de um projeto de *revisão agrária* que pretendia através da mecanização e do uso *racional* do solo, estimular o surgimento de uma pujante classe média rural, difundindo e assistindo técnica e financeiramente a pequena propriedade privada da terra, sem que para isso fosse necessário se posicionar contra o latifúndio.

A pedido do governador, após contrato assinado entre o escritório de Paulo de Assis Ribeiro e o IDAGO[4], o ETPAR elaboraria o "Plano de Emergência do IDAGO", um estudo de três volumes que tinha como objetivo "estabelecer e fundamentar as normas de ação do conjunto de órgãos e entidades subordinadas ou vinculadas ao IDAGO, as quais deverão constituir um Plano de Emergência para o desenvolvimento Agropecuário-insdustrial do Estado de Goiás."[5] Este Plano deveria estar em plena consonância com o Plano MB, complementando-o no que dizia respeito à questão agrária no Estado dentro da lógica do planejamento e do perfil técnico amplamente propalado pelo Executivo estadual. Além do Plano de Emergência, o ETPAR ficou encarregado da elaboração do próprio projeto de Planejamento e Implantação do IDAGO, bem como da formulação do Regimento Interno de *agências e órgãos estatais associados*, como a Companhia de Armazéns e Silos do Estado e Goiás(CASEGO), da Companhia Agrícola do Estado de Goiás(CAESGO), e da Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás(CIAGO). Essas agências deveriam atuar subordinadas

---

cuja atuação era caracterizada pelo estabelecimento de canais diretos com agências estatais, escapando assim de pressões exercidas noutros espaços políticos como o parlamento, serviu de modelo e *modus operandi* para o ETPAR.

[3] Depoimento de Paulo de Assis Ribeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre "agitações nos meios rurais" em 15 de setembro de 1964. Fundo Paulo de Assis Ribeiro(PAR), Arquivo Nacional, Caixa 138.

[4] O Contrato, datado de 4 de abril de 1963, definia o ETPAR como contratado, no qual o escritório de Paulo de Assis Ribeiro deveria "Prestar serviços técnicos especializados nos setores agrários e fazendários do Estado de Goiás". Apesar de o Contrato oficialmente ter sido realizado em 1963, já no ano anterior o ETPAR era freqüentemente solicitado pelo Governo de Goiás através de sua Secretaria da Agricultura. Fundo PAR, AN, Caixa 22.

[5] *Plano de Emergência do IDAGO*, ETPAR, 1962/63. Fundo PAR, AN, Caixa 20.

ao IDAGO, e coube ao ETPAR a formulação de um Plano de Ação de Desenvolvimento Rural que desse homogeneidade às suas atividades.

Pelo projeto, o IDAGO juntamente com o conjunto das *agências e órgãos associados* deveria se encarregar da execução de uma *nova* política agrária para o estado, amplamente identificada pelos projetos de colonização, que pretendia se utilizar do amplo estoque de terras devolutas do estado, e pelo cooperativismo agrícola, materializado na concepção de organização produtiva dos Combinados Agro-Urbanos. A ênfase de todo esforço de investimento pelo qual se norteava o projeto agrário do IDAGO deveria estar voltada para a mecanização do processo produtivo. Foram combatidas amplamente quaisquer projetos de reforma agrária que propusesse a distribuição de terras a pequenos lavradores, como aqueles defendidos por setores de esquerda e pelo movimento camponês organizado em Goiás. Tais medidas eram vistas como ineficazes e mesmo demagógicas já que condenariam o pequeno lavrador ao isolamento. A solução proposta pelo IDAGO era o da organização de pequenas propriedades cooperativas reunidas num mesmo espaço produtivo, os Combinados Agro-Urbanos. Dessa forma, ao mesmo tempo que disciplinava a pequena produção conforme o projeto desenvolvido pelo IDAGO, ainda atacava frontalmente o movimento camponês e seus projetos de produção autônoma.

Os estudos formulados pelo ETPAR foram de suma importância, já que traçavam um vasto panorama da realidade agrária goiana, contribuindo não apenas com a elaboração do projeto de implantação dos Combinados Agro-Urbanos, mas sobretudo com a formulação de pareceres técnicos e jurídicos sobre os mais variados aspectos que compunham o projeto de *revisão agrária* implementado em Goiás durante o Governo Mauro Borges. Fato relevante nesse processo foi a solicitação do IDAGO, através de seu presidente, Cel. Petrônio Maia, para que o ETPAR elaborasse juridicamente regulamentação acerca da emissão pelo Estado de Goiás dos "Bônus Rurais". Prevista na Lei n.º 4.195 de outubro de 1962, que fundamentava a criação do IDAGO, a emissão de crédito agrícola seria possível graças à criação do Fundo Agrário Estadual, que ficaria com o produto da venda dos "Bônus Rurais" para a "(...)elaboração dos planos e programas de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial do Estado(...)".[6]

Toda lógica de legitimação técno-jurídica-empresarial que mediava as relações entre o ETPAR e o IDAGO, e deste último com os setores sociais goianos que dependiam diretamente da execução de uma política agrária, ou seriam por ela afetados, inscrevia-se

---

[6] "Exposição de motivos sobre crédito público". Fundo PAR, AN, Caixa 23.

numa ordem mais ampla de inserção do aparelho de Estado goiano – via políticas públicas – no processo de penetração dos interesses empresariais em curso e que contribuíam eficazmente para a reprodução ampliada do capital sob a égide do capitalismo monopolista. Esse aspecto é fundamental se quisermos superar as análises que tomam as intervenções do Estado de Goiás, especificamente os estudos sobre o período Mauro Borges e sua política agrária, como resultado de um empreendendorismo de seu governador, ficando as políticas públicas a cargo de seu personalismo, ao contrário de ser compreendida enquanto fruto das lutas travadas entre interesses de frações de classe distintos no interior do próprio Estado através da atuação de diferentes agentes no *complexo de agências e órgãos associados*.

A presença e inserção dos projetos formulados pelo ETPAR em Goiás devem ser analisados tendo como ponto de partida a construção ideológica que pressupunha o planejamento como condição *sine qua non* para a legitimidade de uma administração estatal eficiente, atribuição garantida pela perícia técnica na elaboração das políticas públicas. Ora, sabemos que a tão propalada neutralidade política do técnico consistiu verdadeiramente numa forma de ocultar da opinião pública que tais agentes atuavam como aguerridos intelectuais orgânicos das classes dominantes que compunham o novo bloco econômico em formação. Portanto, tratava-se de converter em políticas públicas interesses privados de classe(no qual os escritórios de consultoria técnico-empresarial, como o ETPAR, tiveram papel determinante) através da formulação e da execução de projetos particulares via agências estatais. Esse processo deveria passar ao largo das disputas políticas parlamentares, o que significava tornar cada vez mais dispensáveis canais tradicionais de tomada de decisão política. A própria concepção do IDAGO, aspecto que posteriormente seria fortalecido pela presença do ETPAR, já consolidava essa tendência ao constituir-se como uma autarquia, apresentando-se como "Um pequeno Estado dentro de um Estado", o que noutras palavras implicava que a busca pela autonomia administrativa da agência visava exatamente *escapar* das teias do Legislativo, estabelecendo assim um canal direto entre os interesses privados elaborados pelos escritórios técnicos e sua execução através do funcionamento da burocracia estatal.

Por tudo que foi dito acima é possível ainda afirmar, embora não haja espaço aqui para um devido aprofundamento do tema, que a tentativa de implementação em Goiás no início dos anos sessenta de uma política agrária voltada para o desenvolvimento de uma agricultura nos moldes da empresa capitalista, antecipou em muitos aspectos o resultado das disputas em torno da elaboração do Estatuto da Terra do governo militar. A aproximação e em grande medida a repetição das propostas contidas na legislação agrária do regime militar, o

que deve ser buscado, não se limitando entretanto apenas a esse fator, à atuação de Paulo de Assis Ribeiro no Gret, em relação àquela implementada em Goiás pelo IDAGO, permite-nos aventar a hipótese de que antes mesmo da consolidação da solução federal consubstanciada no Estatuto da Terra, Goiás já se encaminhava na direção de uma agricultura capitalista, senão amplamente disseminada mas ao menos como projeto em vias de implementação.

Bibliografia:

BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás*. *História de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CANESIN, Maria Tereza. *Formas de Organização Camponesa em Goiás, 1954-1964*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUC, 1982.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 1981.

GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás(1961-1965). Análise da Estrutura Econômica do Estado*. Goiânia: Governo Mauro Borges Teixeira, 1961.

_____. *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges.* Goiânia: Plano MB, 1963.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vol.2: Os Intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUZ, Gil Mendes. *Planejamento e Intervencionismo Estatal em Goiás.* Goiânia: UCG, 2001.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Graal, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista, o Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Metáforas da Cidade: as representações de Oeiras-PI na literatura de O. G. Rego de Carvalho

José Maria Vieira de Andrade - UFPI*

RESUMO
Este trabalho aponta para as possibilidades de utilização da literatura de O. G. Rego de Carvalho numa pesquisa histórica, que têm como objetivo central analisar as representações de Oeiras, a primeira capital do Piauí, presentes nos livros do escritor. Tratando a literatura como objeto de estudo e não somente como uma fonte secundária à disposição do historiador, bem como levando em conta algumas das principais discussões historiográficas sobre a temática da cidade, nosso texto se propõe a discutir como, sob uma atmosfera de mistério, solidão e abandono, o escritor reconstrói em seu texto uma imagem metafórica para a cidade de Oeiras e para seus citadinos. Imagem esta que vai de encontro com a condição histórica que a cidade ocupava, e ainda ocupa, no contexto histórico local, seja pelas suas tradições sócio-culturais, seja pelas suas características de cidade provinciana.
Palavras-chave: história, literatura e cidade.

RESUMÉ
Ce travail se dirige en ce qui concerne les possibilités d'utilisation de la littérature des O. G. Rego de Carvalho dans une recherche historique, celui ont en tant que central objectif pour analyser les représentations d'Oeiras, le premier capital du Piauí, présent en livres de l'auteur. Traitant la littérature comme objet d'étude et non seulement comme source secondaire à la disposition à l'historien, comme le compte rentrant qu'une partie des discussions historiographiques sur les thématiques de la ville, notre texte si considère discuter comme, sous une atmosphère de mystère, de solitude et d'abandon, l'auteur reconstruit en son texte une image metaforique pour la ville d'Oeiras et de ses habitants. Image ceci qui va de rencontrer l'état historique que la ville occupée, et occupe toujours, dans le contexte historique local, l'un ou l'autre pour ses traditions associé-culturelles, l'un ou l'autre pour ses caractéristiques de ville de villageois.
Mot-clef : histoire, littérature et ville.

*

A discussão sobre cidade corresponde a uma temática que ocupa uma posição de grande destaque entre as produções historiográficas recentes, especialmente para os historiadores que trabalham na perspectiva da Nova História Cultural que, imbuídos do interesse pela utilização de fontes alternativas de pesquisa, que possibilitem uma maior amplitude para análise da problemática da modernidade e do fenômeno urbano, procuraram estudar a cidade por meio de suas representações[1].

* Mestrando em História do Brasil, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Bolsista CAPES.

[1] Segundo Chartier, a utilização do termo representação pressupõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado. Ou seja, a representação "é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um

Em meio a esse processo a literatura assume uma posição privilegiada, à medida que o trabalho com este tipo de linguagem possibilita ao historiador o contato com aspectos sócio-culturais difíceis de conseguir somente com o manuseio de fontes documentais tradicionais. Conforme ressalta Pesavento:

> *A literatura tem, ao longo do tempo produzido representações sobre o urbano, que traduzem não só as transformações ao longo do espaço como as sensibilidades e sociabilidades de seus agentes. Nesse sentido, a utilização de obras literárias, em prosa ou em verso, por parte do historiador lhe possibilita um contato com o que se poderia chamar de "sintonia fina" de uma época, com as características essenciais que estariam na raiz dos modos de pensar, sentir, agir e, sobretudo, de representar o mundo (1995, p.13)*

Entre as produções literárias dos escritores piauienses, a temática da cidade aparece em muitos trabalhos, e das mais variadas formas, seja em se tratando de poesia, crônicas, contos ou romances, como é o caso dos escritores H. Dobal, Assis Brasil, Fontes Ibiapina, dentre outros.

Um nome *sui generis,* presente no cenário literário piauiense, que possui uma produção literária pertinente a este tipo de abordagem é o romancista O. G. Rego de Carvalho, escritor que dedica uma atenção especial a sua cidade natal, Oeiras, em todas as suas obras.

Filho de uma tradicional família de origem lusitana, O. G. Rego passou grande parte de sua infância na cidade onde nasceu. Morou muitos anos também na Capital Teresina e depois no Rio de Janeiro, onde conviveu com a geração dos escritores intimistas de Clarisse Lispector. Ao longo de sua trajetória no meio literário, colaborou em várias revistas e suplementos literários do país. No Piauí, ao lado do poeta H. Dobal e de Manuel Paulo Nunes fundou o caderno de letras meridiano[2], um espaço literário importante para as primeiras atuações de seus fundadores no meio artístico local.

Apesar de ter produzido e publicado vários contos em periódicos literários de circulação nacional, O. G. Rego se notabilizou pela publicação de três importantes obras: *Ulisses entre o Amor e a Morte (1953), Somos Todos Inocentes e Rio Subterrâneo (1967)*. Este último é considerado por muitos leitores ou críticos e pelo próprio autor como o seu livro de maior densidade.

O. G. Rego de Carvalho é um dos literatos piauienses mais comentados pelos críticos. Entre os principais estudos desenvolvidos sobre o autor encontramos o livro

---

objeto ausente substituindo-lhe uma 'imagem' capaz de repô-lo em memória e de 'pintá-lo' tal como é" (CHARTIER, p.184)

[2] O Caderno de Letras Meridiano foi uma das principais bandeiras de um movimento cultural que eclodiu em Teresina, no final dos anos 40 do século XX, em prol de um processo de renovação da literatura local. Circularam somente três números da revista, que foram suficientes para a revelação dos seus três autores protagonistas.

Linguagem e Comunicação de autoria de Francisco Miguel de Moura (1972), que analisa algumas questões formais e contextuais referentes às três obras do escritor, ressaltando a forma minuciosa como sua ficção mergulha fundo na alma dos personagens para colher os sentimentos mais profundos que atormentam o ser humano.

Podemos ressaltar também a pesquisa de mestrado do professor Fabiano de Cristo Rios Nogueira (1981), intitulada "O mundo degradado de Lucínio: a incomunicabilidade em Rio Subterrâneo", onde Nogueira analisa o drama da incomunicabilidade em que se move o personagem Lucínio em *Rio Subterrâneo*.

Ao analisarmos essas abordagens, observamos que, de modo geral, ao apontarem o valor das contribuições trazidas pelo autor para a literatura piauiense, e brasileira, destacam, principalmente, as inovações que conseguiu operar em termos de linguagem e as peculiaridades de sua ficção por não seguir o estilo regionalista muito em voga no período em que publicou seus livros.

Porém, no que diz respeito a pesquisas históricas, ainda não existem estudos aprofundados sobre a produção literária de O G Rego, nem mesmo houve dentre a crítica literária existente a preocupação em analisar a imagem de Oeiras construída por ele em seus romances, apesar das constantes referências feitas à cidade em sua narrativa.

Ao comentar, numa breve autobiografia, sobre as razões e os motivos que o levaram a se tornar um escritor, o próprio O G Rego, afirma que "É preciso conhecer um pouco Oeiras para chegar à obra que eu realizei" (p.18). Em outras palavras, toda a sua ficção está, de certa forma, voltada para a cidade, onde ele nasceu e viveu muitos anos de sua vida. Para a cidade que, conforme ressalta Terezinha Queiroz, é "profundamente permeada de historicidade, a mais densa de memória social, a cidade que melhor sintetiza as conquistas, as glórias, os percalços e as dificuldades do percurso do Piauí enquanto unidade social" (1995, p.29).

Portanto é diante das lacunas existentes em relação às produções acadêmicas sobre O. G. Rego de Carvalho e tendo em vista a forte presença de Oeiras nos livros do escritor que, pretendemos desenvolver uma pesquisa histórica tento como principal fundamento analisar a representação dessa cidade construída por ele em suas obras.

*

Analisar as representações de cidade na literatura de O. G. Rego prescinde que não percamos de vista também a posição que sua terra natal ocupa no cenário sócio-histórico local. Na condição de uma das cidades mais antigas do país e, considerando o fato de que foi a primeira capital, Oeiras vivenciou ao longo dos seus mais de quatrocentos anos de existência, uma história bastante singular em relação aos demais municípios piauienses. Uma dessas peculiaridades está relacionada com o trauma vivido pelos seus citadinos, quando transferiram a sede do Governo Estadual para Teresina, em 1852.

Dos anos que decorreram à transferência da sede de governo até meados da década de 1930, a história da cidade foi marcada por uma fase de decadência político-econômica, com fortes reflexos nos mais diversos setores sociais, especialmente no imaginário daqueles que não quiseram deixar sua terra, em prol de uma possível vida melhor na nova capital. Conforme afirma a pesquisadora Elaine Moura[3] (2004, p.71), "no período de decadência, a cidade viveu das lembranças da fase aristocrática, mergulhando em nostalgia e desânimos", experimentando o que se convencionou chamar "insulamento cultural"[4].

Essa situação só veio a se modificar após 1930, quando a partir de então, a cidade passou por algumas mudanças, especialmente no aspecto físico-estrutural, com a construção de novas praças, mercado, cine teatro e outros espaços sociais que tinham por base trazer um certo ar de prosperidade à antiga Capital.

Dessa forma, a partir da década de 50, período em que O. G. Rego escreve seus livros, enquanto Teresina, ao aproximar-se das comemorações do seu centenário, estava procurando dar andamento ao seu processo de urbanização e modernização, acompanhando os ideais desenvolvimentistas importados de outros centros urbanos do país, Oeiras buscava se firmar como a verdadeira "terra mãe", o berço cultural dos piauienses, que, para os seus citadinos apesar de algumas mudanças, nunca havia perdido seu aspecto de cidade tradicional e provinciana, que continua a caracterizá-la até os dias de hoje.

Contudo, toda essa trajetória de mudanças e de perdas teve uma forte influência na forma como os oeirenses pensam e se relacionam com sua cidade. Essa sensibilidade se manifesta, especialmente através da produção literária de personagens importantes do cenário

---

[3] Elaine Moura recentemente defendeu a dissertação de mestrado sob o título "Oeiras – Educação, Arte e Loucura: do significado ao sentido". Este estudo, apesar de se tratar de uma pesquisa voltada prioritariamente para o viés educativo, aponta aspectos importantes do processo de formação histórico cultural da cidade de Oeiras, especialmente no que se refere à questão da loucura, presentes na produção artística dos expoentes da cultura oeirense, abrindo caminho para questionamentos que merecem ser aprofundados numa pesquisa histórica.

[4] Termo utilizado pelo historiador oeirense Dagoberto de Carvalho Júnior para caracterizar o período de decadência em que Oeiras viveu após a transferência da capital para Teresina. (MOURA, 2004, p.73).

artístico local, a exemplo do ocorreu com os livros de O. G. Rego de Carvalho, conforme afirma o próprio escritor em sua autobiografia.

> *A atmosfera de Oeiras, não só histórica mas também sentimental, a ambiência de mistério e a poesia que envolve a cidade, suas tradições centenárias, suas igrejas barrocas, os morros que a cercam, tudo isso criou em mim uma condição favorável à criação literária. (CARVALHO, 1994, p.4).*

Em termos gerais, as narrativas presentes em seus livros estão recheados de aspectos de caráter biográficos, especialmente no que se refere às recordações da juventude do autor. De forma semelhante, O. G. utiliza as cidades piauienses onde viveu, Oeiras e Teresina, como os principais cenários de seus romances, sobretudo a primeira capital do estado que, de acordo com Lima (2003), aparece em sua narrativa sob o aspecto de cidade provinciana, atrasada, cheia de tradições seculares, religiosas, no linguajar, na aparência da cidade; nos seus casarões antigos, suas ruas, pontes e suas praças longas.

Percorrendo sua produção literária chegamos primeiramente em *Ulisses entre o Amor e a Morte,* primeiro livro publicado por O. G. Rego. Neste trabalho, já é possível encontrar alguns elementos importantes que permeiam toda sua ficção. O livro narra, em primeira pessoa, o drama vivenciado pelo personagem *Ulisses*, na passagem da infância para a juventude, apontando os desejos e aflições que o atormentam nesse momento de descobertas importantes: a morte e doença do pai, a solidão do irmão, os mistérios da juventude e a descoberta do primeiro amor.

Em meio a este universo de transformação, a imagem de Oeiras, com suas ruínas, casarões antigos, seus ares de cidade morta, sobressai-se, primeiramente, como cenário das vivências de um *Ulisses* ainda preso aos lanços da infância e à figura do pai, para depois, da ida do nosso personagem para Teresina, transformar-se em uma melancólica referência dos tempos idos e que não voltam mais.

> *Por ter adoecido somente depois fui para Teresina. Durante a viagem, porém, Oeiras não me saía do pensamento, com seus morros, o riacho, a quinta – tudo que me entretivera o coração e sentia perder agora para sempre.*
> *Num misto de prazer e ternura, vinham-me à lembrança dos momentos felizes que esquecera e cuja evocação era uma alegria para mim (CARVALHO, 2001, p.45).*

Com esse mesmo ímpeto em vasculhar o íntimo de seus personagens, O. G. Rego de Carvalho chega em *Somos todos inocentes,* um romance voltado mais para os problemas do quotidiano; a vida e seus conflitos na "velha Oeiras de 1929, isolada e decadente" (MOURA, 1997). Este texto narra, por sua vez, a estória de um amor impossível vivido entre

dois jovens pertencentes a famílias tradicionais e rivais da antiga capital: a meiga e complexa *Dulce*, pertencente à família Barbosa e personagem central do romance, e *Raul*, médico recém formado, que retornou à Oeiras após concluir os estudos e herdeiro dos Ribeiros, família do Sobrado que há anos assumira o poder entre os oeirenses.

Neste ambiente de intrigas amorosas e conflitos familiares os mistérios e as ruínas de Oeiras mais uma vez vaza por entre as inquietações que atormentam as personagens: "A cidade dormia entre morros, as igrejas e os sobrados brancos sobressaindo-se na penumbra"; e com o desenrolar da trama, de simples cenário, ela passa a confundi-se com o drama vivido por seus citadinos:

> *Ergueu a vista de repente e defrontou o Sobrado. Como vimos parar aqui? Que me arrastou a esta casa de que só tenho más recordações? Lembrou-se [Dulce] de Celina. "Aquela pobre não foi a única vítima do Sobrado. Outras virão, até que ele se durma no tempo".*
>
> *[...]*
>
> *O Dr. João Mendes aproximou-se sem nada entender. Vendo-o ao lado de D. Nini [mãe de Raul], Dulce perdeu as forças sufocada pelos soluços. "Como odeio essa gente!" E baixando a vista em lágrimas, ela abriu a mão que segurava o seixo.*
> *O Sobrado vencia de novo. (CARVALHO, 2001, p.154)*

De olho na imagem de Oeiras construídas por O. G. Rego neste livro, Teresinha Queiroz ressalta a literatura como *locus* privilegiado para focalizar essa vida do interior, tão matizada, tão cheia de sutilezas e de ambigüidades, tão plena de casualidades e de desafios. Para a historiadora, Oeiras "transborda do ramance de O. G. Rego de Carvalho, com suas cadeias sociais vigorosas, suas fortes mulheres varonis, a impetuosidade guerreira e amorosa de seus filhos homens" (1997, p.32).

Não obstante, encontramos algo parecido em *Rio Subterrâneo,* último livro escrito por O. G. Rego de Carvalho. Da mesma forma que os anteriores, trata-se de um romance de difícil enredo, voltado para os fluxos de consciência dos seus personagens. Entre esses, sobressai-se a figura de Lucínio, jovem misterioso e solitário, sua prima Helena, que mora em Oeiras, seu amigo Hermes, de Teresina, e Afonsinha, um amor mal resolvido. Conforme ressalva Moura (1972), a estória são os próprios personagens.

Na qualidade de protagonista, Lucínio, apesar de fisicamente em Teresina (ou na Quinta de Timon), de vez em quando recorre às lembranças dos tempos de outrora, da família e de sua infância em Oeiras, trazendo à cena a avó de Helena, Joana, a louca do sobrado. Por sua vez a cidade também perpassa as angústias de Helena, obrigada a abandonar a terra para estudar em Teresina.

> *Da janela do sobrado, Helena olhou a ponte, o filete d'água que dormia ao sol, por entre tufos de muçambê, e mais além, a confundir-se com o horizonte, as verdes quintas do [rio] Mocha de leve tocadas pela brisa. [...]*
> *Revendo-as ela se comoveu. Sentia-se como se fosse abandonar a infância, que transcorrera ali, envolta em névoa, tendo nos olhos essa mesma paisagem e no coração uma ternura sem fim. Dentro em breve Oeiras, viverá só na lembrança; adeus, velhas ruas, pontes e riachos, morros e sítios; adeus fazendas: bois, as ovelhinhas, o tanque. Oh saudades, aboios dolentes, florescer de mandaracus (CARVALHO, 2001, p.280-281).*

Oeiras, portanto, corresponde a uma temática bastante recorrente em toda a literatura do escritor, quase sempre associada às demais temáticas que preenchem os seus livros: medo, angústia, solidão e loucura.

Sob uma atmosfera de mistério, solidão e abandono o escritor reconstrói em seu texto uma imagem metafórica para a Oeiras e para seus citadinos. Uma imagem que vai de encontro com a condição histórica que a cidade ocupou e ocupava, naquele momento, no cenário piauiense, seja pelas suas tradições sócio-culturais, seja pelas suas características de cidade provinciana.

É por essa porta de entrada para a cidade de Oeiras que pretendemos ir de encontro à literatura de O. G. Rego de Carvalho. Aquela porta de leitura, conforme ressalta Stella Bresciani (1991)[5], por onde as representações racionais se esgarçam e levantam o véu que encobre as fugidias subjetividades; por onde a cidade, enquanto construção textual, configura uma "realidade" que ultrapassa às construções de tijolos.

Dessa forma, não seria menos oportuno lembrarmos também contribuições de Ítalo Calvino e de suas "Cidades Invisíveis", com o qual "podemos estabelecer traços que desenham uma articulação entre literatura e história, enquanto conteúdo e forma de construção de texto" (REZENDE, 1995, p.156).

> *As cidades como os sonhos, são construídas pelos desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (CALVINO, 1990, p.44)*

Seja pelas suas memórias, seja como objeto de desejo, ou pelos seus símbolos, para Calvino, as cidades possuem uma dimensão que vai muito além dos limites de local de

[5] Bresciani afirma que todas as cidades teriam sete portas de entrada. Da mesma forma que as portas "reais", todas eram construções: umas de pedra, outras, as das pesquisas, construções intelectuais que buscam dar conta das várias facetas da vida urbana. As seis primeiras portas de estudo da cidade são construídas nas primeiras décadas do século XIX, num momento de intensa preocupação com o presente e futuro das cidades que se industrializavam. A última porta foi construída teoricamente em tempos mais recentes na tentativa de dar conta da relação subjetiva que as pessoas têm com a cidade e com tudo o que ela contém – coisas, pessoas, memórias, etc. (BRESCIANI, 1991, p.10).

produção de mercadorias ou prestação de serviços. Para o autor, elas constituem um universo repleto de símbolos que dão sentido à sua existência e à de seus citadinos.

Referências:

BRESCIANI, Stella. "As sete portas da cidade". In *Espaço e Debates* n.34, Cidade e História, NERU, 1991.

CALVINO, Italo. *As Cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, Orlando Geraldo Rego de. *Como e por que me fiz escritor*. Teresina: Halley, 1994.

_____, Orlando Geraldo Rego de. Ficção reunida. Teresina: Meridiano, 1981.

_____, Orlando Geraldo Rego de. *Rio subterrâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____, Orlando Geraldo Rego de. Somos todos inocentes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre as práticas e as representações. Bertrand, Rio de Janeiro, 1992.

_____, Roger. *O Mundo como Representação*. In: Estudos Avançados 5/11. São Paulo: USP. 1991, p.173-191.

LIMA, Luiz Romero. *Presença da literatura piauiense*. 3ed. Teresina: Halley, 2003

MOURA, Elaine Cristina Carvalho. *Oeiras, Educação, Arte e Loucura*: do significado ao sentido. Teresina: EDUFPI, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MOURA, Francisco Miguel de. *Linguagem e comunicação em O. G. Rego de Carvalho*. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

NOGUEIRA, Fabiano de Cristo Rios. *O Mundo degradado de Lucinio*: a incomunicabilidade em Rio Subterrâneo. João Pessoa, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.08, n.16, p.251-268, 1995.

_____, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do Urbano. Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Ed. UFRGS, 1999.

QUEIROZ, Teresina. Cidade e História: imagens de Oeiras. In: *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*. N14, 1995/97, p.27-34.

REZENDE, Antonio Paulo. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as estações da memória e as inscrições do desejo. *Projeto História*. São Paulo, (18), mai 1999, p.155-166.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A economia moral de guerra - uma abordagem preliminar sobre os trabalhadores de Porto Alegre e a experiência de escassez na Segunda Guerra Mundial

Fernando Cauduro Pureza – mestrando em História na UFRGS

RESUMO:

No que se referem às táticas comuns dos trabalhadores desse período, o termo "economia moral de guerra" deve ser pensado como uma reação popular diante de um quadro de implementação de uma "economia de guerra", uma reação que surge diante de um quadro de economia inflacionada e da conseqüente desvalorização do recém implementado salário mínimo.

Esse trabalho se resume a uma abordagem inicial acerca das relações que os trabalhadores urbanos de Porto Alegre construíram a fim de enfrentar a economia de guerra proposta pelo Estado Novo. Mais especificamente ele remete às tentativas de superação da escassez de alimentos e da especulação sobre diversos produtos que os trabalhadores tiveram de criar a fim de enfrentar a situação econômica de Porto Alegre nos anos de 1942 à 1945.

Trabalhando com processos criminais e jornais da grande imprensa da época foi possível encontrar casos em que os trabalhadores tiveram de recorrer à diferentes táticas a fim de lidar com problemas tais como a escassez de pão, carne e leite, assim como a especulação acerca de produtos como a banha, o açúcar e a farinha. A denúncia policial, as cooperativas de consumo patronais, os programas de subsistência do Estado são apenas algumas das relações em que se pode perceber as diferentes possibilidades de ação do proletariado diante de uma situação onde não apenas a escassez, mas também as leis de exceção do trabalho se colocavam como uma nova realidade a se deparar.

INTRODUÇÃO

Essa comunicação é apenas uma pequena "problematização" dentro do projeto de mestrado "**A "batalha da produção" e os "soldados-operários": o esforço de guerra e o impacto na classe trabalhadora porto-alegrense (1942-1945)**".

Inicialmente, é importante salientar que o uso do conceito "economia moral" remete diretamente à obra de Edward Thompson, "A economia moral da multidão".[1] Porém, resgatar um trabalho sobre a formação política e cultural dos motins

[1] O artigo de Thompson foi publicado na revista "*Past and Present*" em 1971 e, após severas críticas, se tornou célebre também pela formação de outro artigo posterior chamado "Economia moral revisitada". Para mais, ver THOMPSON, Edward; "*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*"; São Paulo; Ed. Companhia das Letras, 2005, cap. 4: "*A economia moral da multidão*" e *cap*.

de fome da Inglaterra do século XVIII é algo notadamente delicado, e corre-se o risco de não levar em conta as particularidades da realidade analisada. Thompson, posteriormente, faz uma análise sobre os diferentes usos que o termo "economia moral" ganhou após seu artigo e, antes de criticar esses novos usos, reconheceu que a terminologia possui uma autonomia em relação ao seu criador.[2] Contudo, deve-se ressaltar que, mais do que uma "licença poética" conferida pelo autor, o conceito utilizado pelo historiador britânico debate diretamente com as análises economicistas que abordam momentos de tensão social de forma absolutamente esquemática, resumindo-os em gráficos sobre a fome. Mas o que é essa "economia moral" que está sendo inferida aos trabalhadores?[3]

A idéia de uma "economia moral de guerra" é entendida como uma série de relações sociais que se contrapõe à "economia de guerra". A economia de guerra seria um fenômeno típico das condições particulares do Brasil durante o período da Segunda Guerra Mundial, com um rígido controle estatal sobre as relações de produção em áreas que desempenhavam um importante papel no esforço dos aliados para derrotar o Eixo. Esse controle do Estado sobre a esfera econômica se realizava em três âmbitos: a produção, a circulação de produtos no mercado e o consumo.[4] Essa "economia moral de guerra" surge então como reação popular sobre as mudanças econômicas do período, mudanças que vão além de reações espasmódicas provocadas pela fome contra índices de preços, ou mesmo que se chocam com a política de esforço de guerra, que aparece diretamente nos pronunciamentos de Vargas aos trabalhadores.[5]

O Estado Novo tinha políticas para "amenizar" tais questões que não podem ser desprezadas, afinal trata-se do primeiro governo que coloca diretamente a questão de atentado contra a "economia popular" como contravenção.[6] No entanto, as relações

5: "*Economia moral revisitada*".

[2] Idem, pp. 265-266.

[3] É importante não perder de vista a crítica de Giovanni Levi à forma como Thompson trabalha a "economia moral da multidão", advertindo que o entendimento de modelos de comportamento dos grupos sociais amplamente homogêneos pode levar a um "teleologismo corrente, que só vê no mundo totalmente mercantilizado do capitalismo a realização plena da racionalidade econômica, que antes se apresentava de forma parcial e latente". Ainda que acredite que esse não é o caso do artigo de Thompson, certamente o alerta de Levi é válido para entender as relações sociais dentro do mercado capitalista de forma mais complexa além de uma relação economicista e teleológica. Ver LEVI, Giovanni; "*A herança imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*"; Rio de Janeiro; Ed. Civilização Brasileira, 2000.

[4] Essa definição sobre a política estatal de abastecimento pode ser encontrada em LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; "*História política do abastecimento (1918-1974)*"; Brasília; BINAGRI, 1979, p. 18-19.

[5] Ver GOMES, Ângela de Castro; "*A invenção do trabalhismo*"; São Paulo; Ed. Vértice, 1988, p. 237-238.

[6] O Decreto Lei 869, de 18 de novembro de 1938 mereceria um estudo à parte. Entre algumas das medidas presentes nesse artigo está a criminalização do aumento de preços acima das tabelas, a fraude de

sociais dos trabalhadores diante da carestia mostram, por exemplo, que a economia doméstica não era orientada por um cálculo estritamente econômico de submissão à inflação ou ao assistencialismo do governo e que da mesma forma, os comerciantes varejistas tampouco se pautavam exclusivamente pelo receio de contravenção. Muito mais do que a aceitação pelo discurso patriótico do "esforço de guerra" que era colocado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, havia um campo de atuação dos trabalhadores que é necessário ser resgatada, inclusive como forma de entender o período de intensa mobilização política que vai até 1947, com a repressão e a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro.

Nessa comunicação tentarei realizar um pequeno quadro das relações entre poder político institucional e os trabalhadores, sem ignorar o presente estado da pesquisa que se encontra ainda em caráter inicial.

AS AÇÕES DO ESTADO DIANTE DA ESCASSEZ

Seria desnecessário listar as diversas medidas do Estado Novo diante da escassez, pois isso implicaria entender o seu papel tanto em questões como o tabelamento de preços de diversos gêneros a partir de 1942, até a portaria de 3 de dezembro de 1943, que discriminou os gêneros de primeira necessidade (chamados de artigos "populares") em 10%.[7] No entanto, seu papel central pode ser reservado a dois pontos: à assistência social e à tentativa de tabelamento de preços.

Para compreender melhor estes dois pontos, saliento a criação de três serviços do governo com esse fim: o Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), criado em agosto de 1940. A Coordenação de Mobilização Econômica, criada em setembro de 1942. A Comissão Nacional de Alimentação, criada em fevereiro de 1945. Tanto o SAPS quanto a Comissão Nacional de Alimentação tinham, como objetivo principal, a alimentação dos trabalhadores. A SAPS era uma seção de subsistência que não apenas buscava baratear preços de alimentos, mas que também visava pressionar as empresas com mais de 500 funcionários para a implementação de refeitórios aos seus trabalhadores, segundo o decreto-lei 1238 de maio de 1939.[8] Já a

---

pesos e medidas, entre outras formas de contravenção que seriam punidas com prisão celular de 2 a 10 anos e uma multa que podia ir até 50.000 réis.

[7] LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; *op. cit.*, p. 113.

[8] Em janeiro de 1945 surgiu um novo decreto-lei afirmando a necessidade de fábricas com mais de 300 operários criarem postos de subsistência aos seus trabalhadores para vender produtos de primeiras necessidades, como feijão, arroz, macarrão e carne seca. Para mais, ver WEINSTEIN, Barbara;

Comissão Nacional de Alimentação tinha como centro de sua ação "estudar e propor normas da política nacional de alimentação", bem como "estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida."[9]

Mas dos três órgãos, sem dúvida quem possuía maior poder era a Coordenação da Mobilização Econômica. Ao ser criada em setembro de 1942, ela visava "estabelecer a mobilização completa dos recursos econômicos existentes no território nacional". A Coordenação era responsável por: orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria, coordenar os transportes, planejar e fiscalizar o racionamento de combustíveis, intervir no mercado de trabalho e fixar ou limitar a quantidade de mercadorias a serem vendidas, fornecidas, ou distribuídas.[10] Basicamente, todo o processo de controle de preços desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial passou por essa entidade, cujo principal nome era o ministro João Alberto.

No caso do Rio Grande do Sul, do interventor Cordeiro de Farias, as políticas de assistência social também ganharam destaque. Entre uma das principais estava uma série de incentivos que possibilitou à companhia da Sociedade Beneficiadora do Leite S.A., distribuidora de leite de Porto Alegre, a vender o produto em caminhões-tanques para bairros operários como Navegantes e São João por um preço mais barato.[11] Aliás, é válido ressaltar que por decorrência da enchente de 1941 – que afetou diversos bairros de Porto Alegre (incluindo os citados anteriormente), alagando casas, armazéns, fábricas e até o Mercado Público – o governo de Cordeiro de Farias, junto com a prefeitura de Porto Alegre, se viu na obrigação de realizar obras de assistência social para garantir subsistência às famílias atingidas pela catástrofe e a normalização das fábricas e armazéns da capital.[12]

Porém, através do aumento exponencial nos preços de diversos produtos, pode-se questionar o quão efetiva foi a política de preços encadeada pelos poderes institucionais, tanto do Estado Novo como do interventor federal gaúcho, e seus respectivos serviços de assistência social. Um relatório do Departamento de Estatística do Rio Grande do Sul de 1943 afirmava que a alimentação dos trabalhadores era

---

"*(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*"; São Paulo; Cortez Editora, 2000, p. 126.

[9] LINHARES; op. cit., p. 117.

[10] Idem, p. 115.

[11] "*O fornecimento do leite em Porto Alegre*"; Correio do Povo, 19/05/1942, p. 5.

[12] Para um quadro geral das memórias dos trabalhadores sobre a enchente de 1941 no bairro Navegantes de Porto Alegre, ver: FORTES, Alexandre; "*Nós do quarto distrito*..."; cap.3, "A enchente de 1941 e a memória coletiva".

"insuficiente" para as necessidades que eles possuíam, sugerindo a urgência de um aumento no consumo de legumes e verduras e indicando um consumo prioritário de leite, pão, carne e manteiga.[13] Estudando o caso de Porto Alegre de 1939 a 1945, a variação de preços era mais do que emblemática dos problemas de alimentação dos trabalhadores. Entre esses produtos, a carne de segunda aumentou seu preço em 56% (e inclusive estaria desaparecendo do mercado), enquanto o preço da manteiga atingira 75% e o do leite pasteurizado atingira 30%. Esses índices reforçavam as informações do consulado norte-americano da cidade, que apontavam para um aumento médio de 64% nos preços de alimentos básicos do período. Como contrapartida, o mesmo relatório afirmava que o aumento salarial médio na capital gaúcha havia sido de 32%.[14]

A necessidade da criação de cooperativas de consumo e serviços de assistência social era dada pelas próprias condições dos trabalhadores. Pode se questionar quantos trabalhadores usufruíram desses órgãos, ou mesmo quantas famílias de trabalhadores sabiam de sua existência. Da mesma forma, pode se questionar também o quão eficiente eles foram diante da conjuntura da escassez de alimentos. Mas dentro dessa conjuntura, surgiu um outro espaço onde eles se viram diante da escassez, mas que se colocavam de forma mais ativa: os botequins e pequenas vendas de bairro.

AS AÇÕES DOS TRABALHADORES DIANTE DA ESCASSEZ

A desvalorização do salário real e o aumento de preços eram problemas concretos do cotidiano das famílias operárias. Muito antes da própria guerra, os botequins eram espaços de sociabilidade onde reunia não apenas os operários após um cansativo dia de trabalho, mas muitas vezes também as operárias que precisavam de determinado produto para poder cozinhar para a família.

Não se trata aqui, evidentemente, de apresentar os botequins como espaços de "resistência operária", mas, sim, como espaços de sociabilidade onde coexistiam tanto conversas tranqüilas como debates mais acalorados. E algumas vezes, é claro, os debates acabavam levando às "vias de fato", e clientes do mesmo botequim acabavam por resolver suas cizânias através da força.[15] Um dos casos mais exemplares desse ambiente conflituoso dos botequins de Porto Alegre nos anos da guerra é o do soldado

[13] Revista Orientação Econômica e Financeira, nº 22, p. 1-2. Março de 1944.
[14] Ver GERTZ, René; "*Estado Novo no Rio Grande do Sul*"; Passo Fundo; Editora UPF, 2005, p. 60-61. Ver também FORTES, Alexandre; "*Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*"; Caxias do Sul; EDUCS, 2004, p. 74.
[15] Em um levantamento preliminar dos processos-crime de Porto Alegre na década de 40 indicou-se cerca de 12 casos de brigas em botequins que foram levadas a justiça. É de se questionar quantos outros conflitos existentes que não foram trazidos para tribunais...

da Brigada Militar, Euclides Rangel Dangelo, que, nas proximidades do mercado público, feriu o rosto do operário Felisberto Machado de Oliveira com uma navalha.[16] Euclides, "visivelmente embriagado", teria entrado em confronto com Felisberto por conta de uma desavença dentro do botequim. Ambos estariam embriagados, e uma discussão verbal logo se transformou em agressão. O "corre-corre" se generalizou na praça Parobé, onde todos queriam assistir a briga entre os dois. Porém, um dos transeuntes era sargento do exército, Manoel Abdala Jorruge, e teria tentado apartar a briga. Porém, o processo é impreciso sobre o que teria acontecido em seguida. Algumas testemunhas afirmam que Felisberto teria agredido Euclides por trás e o segundo, revidado com sua navalha. Outros dizem que Felisberto já estava afastado e Euclides, por conta de sua embriaguez, voltara a investir contra o operário, mesmo diante do sargento que tentava apaziguar o conflito.

As diferentes versões são estabelecidas por testemunhas que tomam partido de um, ou de outro lado, mas é na versão do próprio Felisberto que surge um novo elemento na questão: Felisberto e Euclides eram amigos de infância! Aliás, Felisberto chegara a dizer que o réu "nunca teve a intenção de agredi-lo". No entanto, o advogado de defesa de Euclides, aparentemente ignorando o depoimento de Felisberto, alegara que seu cliente teria agido em "legítima defesa" após ser agredido. Todavia, a justiça acabou decidindo em favor de Felisberto – que, ao que indica o depoimento, não havia processado Euclides! O que o processo não diz, e que permite que se questione, é: qual o papel do sargento Manoel nessa sentença? Afinal de contas, fora ele quem dera o primeiro depoimento e quem, supostamente, teria dado voz de prisão. E mais: entre os principais envolvidos, ele era o único que não se encontrava "embriagado".

Porém, diante dessa e de outras dúvidas, o processo aponta a complexa relação entre trabalhadores dentro dos espaços de botequim, em um horário posterior ao de expediente, onde se encontrariam para relaxar e que, por conta de provocações pessoais e "embriaguez", às vezes as disputas saíam de controle e o que era uma simples rixa tornava-se uma briga violenta. Os vendeiros, nesse caso, procuravam se manifestar o mínimo possível, como contam todas as testemunhas que estavam presentes no bar onde o "brigadiano" e o operário começaram a discutir. Essa relação entre clientes e donos de botequim era estabelecida muitas vezes pelas boas relações entre eles, que permitia, entre outras coisas, uma margem de manobra para inclusive poderem "pendurar" a conta.[17]

---

[16] As informações a seguir são retiradas do processo-crime de EUCLIDES RANGEL DANGELO, nº 5448, maço 314, estante 29, agosto de 1943.
[17] FORTES, Alexandre; op. cit., p. 74-75.

Entretanto, diante da especulação sobre os preços em função da entrada do país na guerra, as relações entre os trabalhadores e os donos dos botequins parecem ter piorado. Um artigo da revista Orientação Econômica e Financeira, destinadas aos "economistas e homens de negócio" do Rio Grande do Sul, do ano de 1944 alertava para os problemas que a escassez trazia entre os trabalhadores e sugeria "quotas altas e uniformes dos impostos de licença e de profissões que tornem economicamente inviável nas grandes aglomerações urbanas, o pequeno armazém, a venda, o botequim, gerador de indisfarçáveis males sociais, que não vem aqui ao caso discutir."[18]

Apesar de não falarem sobre os "indisfarçáveis males sociais", é inegável o caráter negativo que os botequins, vendas e pequenos armazéns possuíam para certos setores da sociedade, especialmente aqueles preocupados com a racionalidade do espaço urbano e o controle do trabalhador.[19] Responsáveis não apenas por males sociais que corrompiam os operários, os botequins agora eram alvo da crítica à especulação. Ao contrário dos vendeiros, os atacadistas eram vistos de forma mais íntegra, de forma que a "ávida busca pelo lucro" atingia apenas os donos desses pequenos armazéns.

É questionável se a descrição do atacadista íntegro, que não aumenta os preços de suas mercadorias, é factível. No entanto, a descrição do dono do botequim é uma generalização que de certa forma encontrou eco na sociedade porto-alegrense. Alguns processos categorizados como "crime contra a economia popular" atingiam comerciantes que forjavam quotas de abastecimento, ou compravam de outros comerciantes, ou mesmo falsificavam medidas e alteravam produtos. Um informe da Comissão de Mobilização Econômica do Estado do Rio Grande do Sul pedia que agentes fiscais e policiais atuassem contra "transgressões da tabela oficial; fraude nas pesagens, quantidade e qualidade do gênero vendido; sonegação, ou ocultação de estoque; adulterações na tabela oficial de preço; inobservância no racionamento; inobservância das instruções da Comissão; venda por preço extorsivo de produto não tabelado."[20]

O principal caso policial que pode ser citado para exemplificar essa questão envolveu dois personagens comuns: Eurico Machado, gráfico de 42 anos, branco, casado, e Eduardo Correa de Melo, português, 31 anos, comerciário, que

[18] Revista Orientação Econômica e Financeira, nº 24, p. 6-9. Maio de 1944.
[19] O principal trabalho sobre a questão dos botequins diante de uma ideologia de racionalidade urbana ainda é a terceira parte do clássico de CHALHOUB, Sidney; "*Trabalho, lar e botequim*"; Campinas; Ed. Unicamp, 2001.
[20] Resolução nº 57 da Comissão de Mobilização Econômica do Estado do Rio Grande do Sul, 1944. Esse documento pode ser encontrado no processo-crime de OVÍDIO GONZAGA NEVES, nº 7531, maço 359, estante 29, maio de 1946.

trabalhava no bar Orfeu de seu irmão, Manuel.[21] No dia 13 de setembro de 1942, por volta das oito e meia da noite, Eurico tomava um cafezinho no bar Orfeu quando viu Eduardo abrir as garrafas de leite, colocar água nas mesmas e voltar a fechá-las. Movido por um sentimento de indignação diante da fraude, Eurico falou para o vendeiro que havia "visto tudo" e imediatamente telefonou para a repartição central da polícia, dando voz de prisão ao irmão do dono do botequim. Nesse meio tempo, segundo Eurico, o vendeiro havia ficado na calçada, enquanto ele e outros fregueses presentes esperavam pela polícia chegar, o que acontecera depois de uma meia-hora após a ligação.

A exemplar cooperação de Eurico Machado com as autoridades não seria possível se ele acreditasse na honestidade de Eduardo. Como não eram amigos e era apenas a terceira vez que freqüentava o bar, se pressupõe que não havia qualquer motivo para Eurico ignorar a questão. O leite era um artigo bastante valorizado e sua alteração, de alguma forma, revoltara profundamente o cliente do bar que sequer iria consumir o leite alterado. Sem nos aprofundarmos diretamente no caso que envolveu Eduardo e Eurico (o que permitiria uma série de implicações conforme o andamento do processo), há um elemento que se soma à questão inicial: como se constrói uma "economia moral" dos trabalhadores? Quais os limites que eles encontram diante de certas práticas que alteram a sua cotidianidade? Quais as reações que eles têm ao sentirem esses limites sendo ultrapassados?

Essas questões não são simples e apesar do processo de Eduardo Correa de Melo ser emblemático para alguns apontamentos, ele parece se aproximar da observação de Thompson sobre o costume de venda de esposas na Inglaterra do século XVIII e XIX de que "o atípico pode servir para sondar as normas".[22]

APONTAMENTOS PARA UMA ECONOMIA MORAL DOS TRABALHADORES

Esse pequeno texto visa traçar um pequeno panorama da problemática central da definição de uma "economia moral dos trabalhadores" no período: como os trabalhadores se relacionavam entre si e com outros poderes para conseguirem lidar com a escassez de alimentos que se abatia sobre eles próprios? A idéia de Michel de Certeau,

[21] As informações a seguir são retiradas do processo-crime de EDUARDO CORREA DE MELO, nº 5548, maço 319, estante 29, janeiro de 1943.

[22] THOMPSON, Edward; "*Folclore, antropologia e história social*"; IN: Edward Thompson; "*As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*"; Campinas; Ed. Unicamp, 2001, p.238.

de que existe um processo de "tática", que consegue fugir pelos interstícios de uma prática disciplinar (a "estratégia") sem se opor a ela é interessante para esse questionamento, pois pode permitir que consideremos as pequenas fugas possíveis para enfrentar uma situação de escassez que dependia da criatividade e da solidariedade entre os trabalhadores.[23]

A idéia de que os trabalhadores possuem "táticas" para conseguirem fugir de uma disciplina militar que organizava a economia doméstica – mais especificamente o racionamento e a sobriedade – precisa ser melhor discutida. Muitos trabalhadores teriam realmente acatado esse processo disciplinar de controle sobre seu cotidiano que se abateu durante o período de guerra. O depoimento do operário Abrelino Freitas é exemplar sobre essa questão:

> "*A condição de vida da família [...] assalariada depende muito da organização da própria família. [...] Se tirava da cooperativa o necessário pra alimentação da família. Não tinha, como tem hoje, muita diversificação no sistema alimentar, o acondicionamento do leite e outras coisas. Então ele levava o leite em pó, feijão, o arroz. Ficava então a carne pra comprar, umas coisinhas assim, a verdura, que aquilo também na época era insignificante. Aquele salário que era pequeno, na época, se tornava grande pelas facilidades que tinha. De sorte que ficava tudo dependendo da organização da família. Como criava os filhos, a maneira de vestir. Não tinha também assim muito onde gastar, as diversões eram poucas. [...] O trabalhador, o assalariado [que era de] sair do serviço, receber o salário dele, [...] formar o grupinho e ir pro bar do Chico [...] chegava em casa [e] o dinheiro já não dava pra pagar o caderno [no armazém]. [Essas famílias] hoje estão sofrendo nas agruras numa vila popular.*"[24]

No entanto, os processos-crime apresentam quadros diversos, onde operários e vendeiros se inter-relacionam com a economia de guerra dentro dos limites do possível e de sua sobrevivência. Mais do que um ato de individualismo, muitas vezes ele partia de uma questão coletiva, como o caso de Eurico Machado, que denunciara um dono de botequim que alterava o leite que iria revender. Talvez Eurico fosse motivado por um sentimento patriótico, já que o DOPS publicava constantemente nos jornais de grande imprensa notas pedindo para a população colaborar contra "inimigos da pátria" –

[23] Para se referir à conceitualização de Certaeu, a tática se apresenta levando em consideração a idéia expressa de que as táticas apresentam "continuidade e permanências", práticas cotidianas que consistem em enfrentar a processos que servem de base "a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta." Ver CERTEAU, Michel de; "*A invenção do cotidiano*"; Petrópolis; Ed. Vozes, 1994, p. 45-48."

[24] Entrevista com Abrelino Freitas em 12/01/1996. Citado em FORTES, Alexandre; op. cit., p. 74-75.

ainda que o vendeiro corrupto não possa ser colocado como um "quinta-coluna" tal como se estabelecia pela grande imprensa do período. Mas, de qualquer forma, os mais prejudicados por essa alteração do leite seriam os próprios operários, como Eurico.

Dentro das famílias operárias o leite fazia uma grande diferença na dieta e é provável que isso tivesse motivado sua atuação. A repercussão da economia de guerra entre os trabalhadores precisa ser compreendida diante de sua aceitação e de suas fugas, de um intenso processo de negociação com certos poderes a fim de garantir a sua sobrevivência. Uma negociação que muitas vezes parte de um processo desigual – já que os poderes políticos institucionais possuem uma relação de dominação sobre esses atores – mas que não deixa de ser uma negociação. E é dentro de um vasto campo de relações que se permite a compreensão do que Thompson fala de que "a 'economia' só pode ser entendida no contexto de uma sociedade urdida assim. [Onde a] vida 'pública emerge de dentro das densas determinações da vida 'doméstica'."[25]

É dentro desse âmbito da vida cotidiana que pode se compreender as relações políticas e econômicas estabelecidas por esses "atores secundários", na definição de Thompson. No momento em que são colocados em evidência, como protagonistas de sua própria história, e não como meros objetos de um processo que se desenvolve de forma independente das suas ações, o cotidiano popular se desdobra em uma série de novas questões que permitem entender a própria luta estabelecida entre as diferentes classes sociais. Nas palavras de Maria Célia Paoli:

> "*Quando se pensa em cotidiano popular, condições de vida e trabalho, entendimento de mundo, práticas políticas não estruturadas, parece-me que se reintroduz o simbólico no centro do trabalho das ciências sociais – o simbólico como representação e significado, em um sentido muito próximo à designação antropológica do termo. Ao redescobrir a história concreta dos dominados, o marxismo, hoje, revalida a noção de experiência vivida das condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de classes...*" [26]

Nesse sentido, a busca por práticas que constituem uma "economia moral" dos trabalhadores diante da escassez de alimentos é fundamental, mas também ela precisa ser confrontada com as condições de trabalho, para um espectro mais amplo

[25] THOMPSON, Edward; op. cit., p. 234-235.
[26] PAOLI, Maria Célia; "*Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Templo, espaço e classe na história operária brasileira*" IN: LOPES, José Sérgio Leite (coord.); "*Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*"; Rio de Janeiro; Ed. Marco Zero – UFRJ, 1987, p. 57.

sobre as relações que constituíram a luta de classes em um período diferenciado da vida dos trabalhadores.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Sultão Transfigurado - A saga de um herói na *Rara e Excelente História de Saladino*, de Ibn Shaddad

Leonardo O´Reilly Brandão*

Resumo: Este trabalho busca a origem de um mito político do mundo árabe - o sultão Saladino ibn Ayyub (1138 - 1193), adversário dos cristãos na Palestina durante as Cruzadas. Devido a reutilização e ressignificação da figura de Saladino ao longo dos séculos XX e XXI, no mundo árabe-muçulmano, para fins políticos diversos (de nacionalistas, como Nasser e Saddam Hussein, a fundamentalistas, como a rede al-Qaeda), fica a indagação acerca das origens desta mitologia política e do significado original do Saladino histórico. Para tanto, analisamos o documento "Al-Nawadir al-Sultaniyya", relato biográfico do sultão escrito por seu "secretário" Bahaheddin ibn Shaddad.

Palavras-chave: Saladino; Cruzadas; Islã.

Abstract: *This paper refers to the origins of a political myth in the arab world – sultan Salahedin ibn Ayyub (1138-1193), enemy of the Christians in Palestine in the time of the Cruzades. Due to the spread use of this historical character for political purposes during the last and the current century, we are giving a deeper look to the historical origins of this famous sultan. To achieve these goals, we analyse the document entitled "Al-Nawadir al-Sultaniyya", a biography of the sultan written by a member of his entourage, Bahaheddin ibn Shaddad.*

Keywords: *Salahedin; Cruzades; Islam*

Yussef ibn Ayyub foi o mais famoso e renomado dentre os líderes muçulmanos do período das Cruzadas (1096-1291). Conhecido no Ocidente pela alcunha de Saladino, é lembrado principalmente por ter sido o responsável pela reconquista de Jerusalém para as mãos do Islã. Foi o adversário mais tenaz do rei Ricardo I da Inglaterra, o Coração de Leão, que foi obrigado a voltar para a Europa de mãos vazias.[1]

---

* Candidato a Mestre em História pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, bolsista CAPES.

[1] Segundo o escritor e historiador árabe Amin Maalouf, Ricardo possuía dois grandes objetivos em sua peregrinação: retomar Jerusalém e conhecer o sultão Saladino. Não alcançou nenhum dos dois, e ainda foi seqüestrado em seu regresso à Inglaterra, exigindo do Reino uma grande soma em dinheiro para o seu resgate. Cf. MAALOUF. **As Cruzadas Vistas pelos Árabes**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

O poeta florentino Dante Allighieri, na *Divina Comédia*, homenageia a honra do sultão: em sua descrição do Limbo, o coloca neste lugar neutro, cujas almas habitantes não sofrem os castigos do Inferno, apesar de tampouco poderem enxergar a glória de Deus. No Limbo se encontram as almas dos virtuosos que não sofrem pena, mas não podem ser beatificados por não terem recebido o batismo. Portanto, Saladino encontra-se na excelente companhia dos filósofos pagãos e grandes homens da Antigüidade Clássica: *"Vidi quel Bruto Che cacciò Tarquino, / Lucrezia, Iula, Marzia e Corniglia; e solo, in part, vidi´l Saladino / (...) / Tutti lo miran, tutti li fanno: / quivi vid´io Socrate e Platone, che´nnanzo a li altri piú presso li stanno;"*[2]

Se para a Cristandade Ocidental ficou marcada a imagem do inimigo infiel, porém virtuoso e respeitador das regras cavalheirescas, no *D´ar al-Islam*[3] o sultão se tornou um herói lendário ainda em sua vida, e principalmente após a sua morte. A memória de Saladino é invocada no mundo árabe-muçulmano sempre em que se sente a necessidade de um líder que unifique o Islã contra os infiéis do mundo exterior. A figura de Saladino foi sendo relembrada e re-significada ao longo dos séculos, até chegar nos dias atuais.

O cenário geopolítico atual encontra-se marcado por um estado de tensão e conflitos entre o Ocidente (representado pelos E.U.A. e União Européia) e o Oriente Médio muçulmano. Desde a crise desencadeada pelos atentados do 11 de Setembro de 2001, e as subseqüentes invasões do Iraque e do Afeganistão, as tensões aumentam e os incidentes ganham proporções maiores. Outros acontecimentos marcantes desde então foram os atentados à bomba nos metrôs de Madri e Londres, o acirramento do conflito Israel-Palestina, incluindo mais um conflito aberto no sul do Líbano (julho de 2006), os protestos desencadeados por um conjunto de charges publicadas em um jornal dinamarquês (2004-2005), a crise nuclear envolvendo o Irã e a guerra civil incontrolável no Iraque.

Neste ambiente de diversos conflitos, que são complexos e estão inter-relacionados, o *topos* da libertação empreendida por Saladino retorna forte a um mundo muçulmano que se sente agredido e invadido. Não por acaso, foram feitas atualmente várias

[2] ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia. Inferno.** São Paulo: Editora 34, 1998. (p. 47).

[3] Geopoliticamente o Islã se divide em D´ar al-Islam ("a Casa do Islã"), isto é, as terras governadas pelos muçulmanos e Dar al-Harb ("a Casa da Guerra"), onde predominam os infiéis, com leis e costumes estranhos e bárbaros.

alusões comparando o momento em que vivemos com a época das Cruzadas. Para o fundamentalismo islâmico, mas também para muitos radicais cristãos cristãos, a época das Cruzadas nunca terminou: a situação em que vivemos hoje é mera continuação de uma antiga inimizade. Vejamos dois exemplos corriqueiros em que observamos o uso de um universo semântico cruzadístico:

> *"Essa Cruzada, essa guerra contra o terror, vai durar muito tempo".* (George W. Bush, presidente dos EUA, 16 setembro de 2001, 5 dias após os espetaculares atentados do "11 de setembro.") (Jornal do Brasil, 22 de setembro de 2001.)

> *"Decidi matar João Paulo II, comandante supremo dos cruzados".* (Ali Agca, o turco que atirou no Papa em 1981). (MAALOUF, p.245.)

Mesmo para os não-fundamentalistas, a instrumentalização da figura de Saladino foi um artifício útil e popular para partidos políticos, líderes nacionalistas e movimentos religiosos ao longo do século XX. Segundo Maalouf: (MAALOUF, p.p. 244-245).

> *"(...) às vésperas do terceiro milênio, os responsáveis políticos e religiosos do mundo árabe se referem constantemente a Saladino, à queda de Jerusalém e à sua retomada. Israel é assimilado, na acepção popular como em certos discursos oficiais, a um novo Estado cruzado. Das três divisões do Exército para a libertação da Palestina, uma traz ainda o nome de Hittin e uma outra o de Ain Jalut[4]. O presidente Nasser, no tempo de sua glória, era regularmente comparado a Saladino, que como ele havia unido a Síria e o Egito. No que se refere a expedição de Suez de 1956, ela foi vista, do mesmo modo que a 1191, como uma cruzada conduzida pelos franceses e ingleses".*

Entretanto, com a decadência dos movimentos nacionalistas laicos no Oriente Médio, e o aumento de prestígio dos fundamentalistas e radicais, a figura mítico-histórica do sultão Saladino é mais uma vez re-significada, re-valorada e transfigurada. No século XXI, o acúmulo de tantas releituras, tanto no Ocidente quanto no Islã, fazem de Saladino um "coringa" nas mãos de movimentos políticos, religiosos e grupos terroristas. Não por acaso, a rede Al-Qaeda divulgou, em uma rara manifestação pública escrita, um documento "assinado" por ninguém mais que o próprio Salah al-Dunya: (IN FOUDA e FIELDING: **Masterminds of Terror – The truth behind the most devastating terrorist attack the world hás ever seen.** New York: Arcade Publishing, 2003.) (p. 198).

---

[4] Hittin (1187) – a grande batalha da vitória de Saladino. Ain Jalut (1260) – batalha em que o Islã é salvo da destruição pelas mãos dos mongóis.

> *"(By): Defeater of the Crusaders: Saladin Al-Ayyubi. Allah has disclosed the beliefs of the crusaders and brought out into the light what their hearts hel towards the Muslims. The American President, Bush, ran out of patience and could not keep his belief secret. He stated in a press conference on Sunday, 16 September 2001 that ´this Crusade, this war on terrorism, is going to take a long time´. He tried later to cover up the real meaning of that statement by visiting the Islamic Center in America".* ("A Verdade por trás da nova Cruzada", documento da rede Al-Qaeda, setembro de 2001).

A instrumentalização do *topos* saladinesco por parte de grupos terroristas constitui na total transfiguração de Saladino, chegando à inversão de alguns de seus valores máximos – como veremos adiante. O objetivo destas organizações é causar o medo, a insegurança, a sensação de que qualquer um pode ser atacado em qualquer lugar, a qualquer momento. Desejam abalar a sensação de segurança e bem-estar usufruída pelas populações do mundo desenvolvido, e não hesitam em utilizar as formas midiáticas mais modernas (televisão e Internet) para divulgar a sua mensagem de medo e terror. Da mesma maneira que alguns líderes do ocidente, os terroristas não reconhecem a humanidade do Outro. Sua retórica é maniqueísta; aos seus argumentos não cabe refutação. Não possuem espírito de negociação, pois querem suprimir seus inimigos incondicionalmente.

Ora, diante da re-figuração completa do legado de Saladino, cabe-nos indagar a respeito das origens históricas e historiográficas de uma lenda. Quem foi o Saladino histórico e quais de suas ações contribuíram para a imortalização de seu nome? Qual o significado dos feitos de Saladino dentro de seu próprio universo cultural, social e semântico? Que valores a figura do Sultão encarnava originalmente? Tais questionamentos podem ser úteis, à luz dos problemas contemporâneos, para nos precisar a origem da tradição saladinesca.

Para tanto, um bom ponto de partida é a análise histórica e literária do documento medieval árabe *al-Nawadir al-Sultaniyya wa´l Mahasim al-Yusifiyya*[5], título que se traduz por "A Rara e Excelente História de Saladino". Esta obra é em uma das fontes primárias escritas em árabe mais utilizadas no estudo da Terceira Cruzada e da vida de Saladino. Sua relevância e

---

[5] IBN SHADDAD, Baha al-Din. **Al-Nawadir al-Sultaniyya wa´l Mahasin al Yusufiyya (The Rare and Excellent History of Saladin).** Aldershot (Inglaterra): Ashgate, 2002.
Edição traduzida diretamente do árabe medieval para o inglês por D.S. Richard (Universidade de Oxford) a partir da recente edição do "manuscrito de Jerusalém", guardado na Biblioteca da Mesquita de Aqsa (Jerusalém), por Gamal al-Din al-Shayyal (Cairo, 1964). Tomei a liberdade de traduzir da edição inglesa diretamente para o português, neste presente artigo.

autenticidade consistem no fato de que o autor foi contemporâneo e partícipe dos fatos ali narrados.

Ao mesmo tempo história, o relato biográfico citado, que possui Saladino como objeto, é também uma obra literária, portanto *mímesis*, representação de uma realidade, recriação que possui como base os acontecimentos experimentados pelo autor. A reelaboração dos significantes históricos num todo coerente e devidamente *significado* é a premissa inicial do trabalho de Ibn Shaddad. O trabalho do autor pretende capturar em palavras uma tradição que será re-significada a cada leitura, em cada nova geração que evoca o nome de Saladino em suas angústias e esperanças. Segundo Luiz Costa Lima, "*a mímesis, supondo uma semelhança com o real considerado como possível, é um meio de reconhecimento da comunidade consigo mesma, ou seja, um instrumento de identidade social"*[6]. (LIMA, Luiz Costa. **Mímesis e Modernidade. Formas das Sombras**. Rio de Janeiro: Graal, 1980)

No trecho a seguir, Costa Lima explicita a relação entre *mímesis* e identidade social:

> *"O produto mimético é um microcosmo interpretativo de uma situação humana. Nela, o que mais importa não é a declaração de quais os vencidos e quais os vencedores, mas o entendimento interno do que leva à porfia e à tensão. (...) Microcosmo de uma situação, ele sem dúvida se alimenta de matéria histórica, mas a configura de tal maneira que não identifica o produto com sua matéria. (...) A mímesis, se ainda cabe insistir, não é imitação exatamente porque não se encerra com o que a alimenta. A matéria que provoca a sua forma discursiva aí se deposita como um significante, apreensível pela semelhança que mostra com uma situação externa conhecida pelo ouvinte ou receptor, o qual será substituído por outro desde que a mímesis continue a ser significante perante um novo quadro histórico, que então lhe emprestará outro significado. Ou seja, se como dissemos, o produto mimético é um dos modos de estabelecimento da identidade social, ele assim funciona à medida em que permite a alocação de um significado, função da semelhança que o produto mostra com uma situação vivida ou conhecida pelo receptor, o qual é sempre variável".*

Trata-se, portanto, de uma palavra capaz de persuadir, de fazer o leitor acreditar no seu argumento, que encerra uma autoridade.

---

[6]. Estamos neste trabalho extrapolando os limites da teoria da Mímesis. O teórico da literatura refere-se, na verdade, ao contexto da antiga Grécia. Entretanto, creio ser possível a transposição de seus conceitos ao trabalharmos este gênero tipicamente medieval que tem muito em comum com o gênero dos *manaqib*, hagiografias que celebram as virtudes e excelências morais dos primeiros califas e fundadores do islã. (Cf. RICHARDS in IBN SHADDAD, op. cit., p. 4).

Vejamos agora, portanto, as fontes da autoridade do relato. Seu autor, Baha´al Din Ibn Shaddad, foi secretário particular de Saladino entre 1188 até o falecimento do sultão, em 1193. Além de funcionário privilegiado da Corte, uma amizade verdadeira desenvolveu-se entre os dois, e Ibn Shaddad usufruía a intimidade do Sultão, participando com ele de suas rezas ou ouvindo as histórias sobre a sua vida. A composição da obra ocorre em algum momento entre 1198 e 1228, é póstuma em relação ao seu personagem principal. Primeiramente, portanto, analisemos brevemente o *locus* de onde é proferido este discurso. Tal fala possui atributos próprios, determinados historicamente, indispensáveis para uma compreensão interna do fenômeno discursivo.

Quem foi o autor e qual a sua genealogia intelectual? Nascido em Mosul em 1145, sua formação é similar a de tantos sábios e intelectuais islâmicos deste período: na escola primária, estudou o Alcorão, a Tradição Profética (*Hadith*[7]) e Lei Islâmica. Posteriormente, se formou na Madrasa Nizamyya, em Bagdá, um dos principais centros de estudos superiores na época, onde se aprendia teologia, gramática, astronomia, filosofia e direito. Acabou por ser nomeado professor desta instituição, e posteriormente assumiu o cargo de professor na Madrasa de Mosul.

Ibn Shaddad já havia encontrado Saladino por duas vezes, ambas enquanto representante diplomático dos governantes Zângidas de Mosul, em embaixada para negociação de paz com o Sultão. Impressionado com suas capacidades, Saladino o convidara para assumir um grande cargo de direção na Madrasa de Manazil no Cairo, convite, no entanto, recusado pelo estudioso.

No ano de 1188, um ano após o "ano da vitória" da batalha de Hittin, na qual o exército islâmico massacrara as forças principais dos príncipes cristãos e das ordens religiosas (templários e hospitalários), Ibn Shaddad realiza o *Hajj* (sua peregrinação obrigatória a Meca) e na volta presenteia Saladino com a sua nova obra, denominada *As Virtudes da Jihad,* e então passa a estar daí em diante permanentemente a serviço do Sultão. Assumiu o cargo de *Qadi al-Askar* ("juiz do exército") o que lhe conferia responsabilidades judiciais e administrativas, e tornou-se confidente pessoal do Sultão. Após a morte deste, Ibn Shaddad teve papel ativo e

[7] *Hadiths* são os "ditos" do Profeta Mohammed e dos Primeiros Califas que se converteram numa fonte complementar ao Corão em matéria de teologia e legislação.

influente em assegurar a transferência pacífica de poderes para membros da família do sultão, pois sua autoridade e eqüidade eram respeitadas por todos. As rendas que o Estado lhe pagavam não eram modestas: cem mil *dirhams* anuais; mas o estilo de vida austero do homem de letras lhe garantiu uma grande poupança (mesmo tendo se casado com duas irmãs), quase toda utilizada na construção e financiamento de escolas. Morreu em 124, com a idade de 89 anos. Muitos dos dados biográficos aqui coletados provêm do Dicionário Biográfico redigido pelo seu discípulo, Ibn Khallikan[8].

Além da obra aqui considerada, o *al-Nawadir*, sua produção literária é variada: livros sobre julgamentos legais, derivados de sua prática judiciária; o *Dala´il al-akham*, que estuda a tradição dos *Hadiths*; *al-Mujiz al-bahir*, obra sobre jurisprudência; o tratado *As Virtudes da Jihad* (cujo texto foi perdido) e o *Livro do Bastão*, em que é discutida a relação entre Moisés e o Faraó. Outros textos são ainda atribuídos a Ibn Shaddad, mas não comprovadamente. A breve lista contém um interesse, pois podemos vislumbrar o horizonte de preocupações de um intelectual islâmico medieval, um sunita ortodoxo preocupado com o bom governo do Islã.

Portanto, ao analisarmos o texto de Ibn Shaddad, cabe atentarmos sobre o *locus* social deste autor: um agente do Estado, amigo pessoal do Sultão, que sincera e austeramente contribui para o esforço da *Jihad*; professor da autoridade ortodoxa sunita em uma Síria repleta de seitas, dissidências e infiéis. O ano de sua entrada para o serviço do Sultão também foi auspicioso: após a vitória de Hittin, Saladino tinha plena consciência de que a retomada de Jerusalém estava próxima, e este seria um momento histórico inesquecível para os muçulmanos. Não estou insinuando que a *História de Saladino* é uma encomenda direta do sultão; entretanto, ambos os homens tinham plena consciência da importância dos acontecimentos de que foram protagonistas para a posteridade. Não deixar a memória de Saladino e da reconquista de Jerusalém morrer: este é um dos objetivos principais do autor, plenamente alcançado.

Em que gênero poderíamos classificar o *al-Nawadir*? Híbrido de biografia, história e literatura, a obra opera o tempo todo com o conceito de uma *conduta exemplar*. Deus se faz presente na história humana apenas de forma indireta: enviando para seus fiéis do Islã, em

[8] Cf. RICHARDS "Introduction" IN IBN SHADDAD. **The Rare and Excelent History os Saladin.** Aldershot (Inglaterra): Ashgate, 2002.

tempos críticos, figuras exemplares, modelos que possuem um alcance universal e virtudes para se educar as gerações vindouras.

Assim, o autor demonstra a necessidade que sentiu em escrever esta biografia, pois Saladino, modelo heróico, deveria ser recordado como líder de um tempo feliz de união política no Islã. O autor considera o período histórico que presenciou como importante, extraordinário e maravilhoso (no sentido em que nele maravilhas humanas aconteceram). Faz um paralelo entre a época de Saladino e aquela das primeiras gerações do Islã, repleta de modelos de comportamento virtuosos, justificando assim sua empreitada. O conceito de tempo presente em seu texto é a de um tempo histórico que por vezes se condensa, poucos anos críticos em que alguns fatos possuem enormes conseqüências. Conforme nos conta em seu *Prólogo*: (IBN SHADDAD, p.p. 13-14.)

> *"Quando eu observava os dias de nosso Senhor o Sultão Saladino (...), eu vim a acreditar nos contos de gerações anteriores que a improbabilidade chamava de falsos. (...) As maravilhas desses dias foram tão grandes para serem captadas por qualquer mente ou compreendidas por qualquer coração, os fatos extraordinários tão gloriosos para serem completamente expressos por qualquer língua ou registrados em uma página por qualquer mão. Entretanto, eles foram de tal tipo que, uma vez consciente deles, alguém não consegue mantê-los escondidos e qualquer um com conhecimento deles não pode senão relatar seus contos e estórias. Eu estava tão escravizado pelo seu favor a mim, tocado pelo sincero serviço e amizade que eu o devia, que me encarreguei de listar todas as suas virtudes de que tive acesso direto e relatar todas as suas excelentes qualidades que eu conheci. Decidi, por esta relação, contar brevemente o que a experiência pessoal me ditou, ou o que me disseram outros, fontes próximas à confiança total. (...) O compêndio da história de seu governo eu intitulei A Rara e Excelente História de Saladino."*

Algumas observações sobre este trecho: primeiramente, a decisão de escrever esta obra seria uma necessidade natural, devido à grande importância histórica dos eventos vividos[9]. Em segundo lugar, Ibn Shaddad só irá escrever sobre aquilo que ele diretamente observou e participou, ainda que por vezes ou outras colete dados de terceiros, mesmo assim somente aquelas fontes confiáveis. A *História* de Ibn Shaddad diz respeito a coisas maravilhosas, mas são maravilhas humanas, do mundo terreno. Milagres e o próprio Deus não interferem em sua narrativa; as causalidades históricas são secularizadas. As batalhas são vencidas por cristãos e

[9] Acontecimentos marcantes, como a reconquista de Jerusalém e o seu embate contra dois reis na Terceira Cruzada: Ricardo I Coração de Leão, da Inglaterra, e Felipe Augusto, da França.

muçulmanos não por conta do favor de Deus na ocasião, e sim por causas naturais como o tamanho dos exércitos, a tática de seus comandantes e suas desavenças políticas. Os feitos e as virtudes de Saladino, embora heróicas e às vezes improváveis, são possíveis para qualquer homem. O toque divino nesta história ocorre por conta dos protagonistas humanos, que podem ou não andar em direção à Virtude e ao aprimoramento moral e religioso. Agora, junto com Ibn Shaddad, tentaremos montar um quadro da personalidade e das virtudes do sultão

Analisemos inicialmente os nomes e títulos de nosso personagem: "*O Sultão al-Malik al-Nasir* ("o grande governante") *o unificador do Islã* (que encontrava-se fragmentado politicamente anteriormente), *o supressor dos adoradores da cruz* (seu caráter de resistência contra o invasor cruzado), *porta-estandarte da justiça e benevolência* (sua lei sempre justa, principalmente para com os oprimidos), *Salah al-Dunya wa´l-Din* (título pelo qual ficaria mais conhecido, ocidentalizado para Salahedin ou Saladino; significa *a bondade deste mundo e da religião*, veremos adiante a justificativa para tal denominação), *Sultão do Islã e dos Muçulmanos, que retomou Jerusalém das mãos dos politeístas* (isto é, os cristãos, que adoram três deuses: o pai, o filho e o espírito santo)*, o Servo dos Dois Nobres Santuários* (Meca e Jerusalém)*, Abu´l Muzaffar* ("pai de Muzzafar, indicação genealógica de antecedência) *Yusuf* (equivalente árabe para José, seu nome próprio, ou comum) *ibn Ayyub ibn Shadi* (filho de Ayyub filho de Shadi, indicação genealógica de descendência)*"*.[10]

O relato de Ibn Shaddad começa considerando as origens da ascensão dos ayyúbidas[11]. Seu pai e seu tio eram *emires* (comandantes militares) a serviço dos Zângidas[12], representantes das tribos curdas no fragmentado Império Seljúcida. Nascido no Castelo de Tikrit (atual Iraque), no ano de 1137, acompanhou em sua infância e juventude as expedições do pai e do tio, acabando por ser um dos preferidos do rei Nur-al-Din, que na época empreendia um esforço político e de propaganda a fim de mobilizar os muçulmanos para a causa da Jihad.

Segundo Amin Maalouf, a ascensão de Saladino inicia-se quando Nur-al-Din envia o tio de Saladino, Xirkuh, em uma expedição para conquistar o Egito, governado à época pela

[10] IBN SHADDAD, op. cit., p. 13.
[11] Dinastia inaugurada por Saladino, denominada após o seu pai, Ayyub.
[12] Dinastia de origem turca de *atabegs*, "tutores de príncipes", que dominaram partes da Síria e da Mesopotâmia durante um curto período no século XII. Os dois principais soberanos, Zinki e Nur-al-Din, foram os precursores de Saladino no domínio da Síria.

dinastia Fatímida (de orientação religiosa xiita, contrária, portanto, à ortodoxia sunita dos dirigentes turcos), na posição de subcomandante em sua primeira missão militar. Para um jovem aparentemente despretensioso e sem ambição, era um início de uma carreira gloriosa[13].

O Egito Fatímida foi totalmente conquistado pelo general Xirkuh, e seu sobrinho, Saladino, o que resultou no término do domínio xiita na região. Com a morte súbita de Xirkuh em um banquete comemorativo, Saladino herda o controle político do Egito e o título de Mestre do Cairo, ainda que sob subordinação ao sultão Nur-al-din (ou Nureddin).

A tensão entre os dois líderes, que poderia ter sido o início de uma disputa bélica, foi habilmente contornada por Saladino, que reiterou a sua lealdade ao já idoso sultão, que não demorou muito tempo para falecer. Após o falecimento de Nur-al-din, Saladino torna-se, de fato, o principal líder muçulmano das terras da Síria e do Egito, após submeter algumas lideranças locais hostis ao seu governo.

A primeira parte do *al-Nawadir* trata de suas características e qualidades pessoais. O autor constrói a imagem de Saladino a partir de suas Virtudes, concretizadas em inúmeros exemplos cotidianos vividos pelo cronista, o que faz com que o texto ganhe vida e credibilidade.

A primeira virtude a ser exaltada é a de seu credo religioso. Sunita ortodoxo, o sultão é estudioso das coisas da religião, sem jamais duvidar de suas verdades: (IBN SHADDAD, p. 18.)

> *"Ele entendia o que alguém precisa entender, tanto que, quando disputas ocorriam na sua presença, ele poderia contribuir com excelentes comentários, mesmo que não fossem na linguagem dos especialistas estudiosos. Conseqüentemente, ele possuía um credo livre da descaracterização do antropomorfismo, mas seus estudos não foram tão fundo até chegar a negar os atributos divinos ou representá-los erroneamente. Seu credo seguia o caminho correto* (a Suna)*, concordava com o cânone do verdadeiro discernimento e foi aprovado pelo maior dos Ulemás".*

O Sultão foi uma pessoa bastante emotiva, se comovia com facilidade ao admirar a beleza estética, como na ocasião em que se encantou com uma recitação religiosa: (IBN SHADDAD, p. 20).

[13] Cf. MAALOUF, p. 167.

"Uma vez ele passava por um jovem que estava recitando o Corão para seu pai. Ele admirou sua recitação e mostrou-lhe seu favor, convidando-o a compartilhar sua refeição e beneficiando ele e seu pai com uma porção de terra arável. Ele era emotivamente sensível e facilmente levado às lágrimas".

Sua saúde era frágil, pois em sua busca imoderada pela causa do Islã descuidava-se em longas horas de vigília, marchas pelos desertos e batalhas, sempre incansável. Mesmo assim, sua Virtude ultrapassava sua dor e sua fragilidade física. (IBN SHADDAD, p. 30.).

"Fiquei muito preocupado no que diz respeito a ele e medo por sua saúde, pois a ´secura´ dominava seus humores. Eu insisti para que ele se deitasse na esperança de que ele pudesse dormir um pouco. Ele disse: ´Talvez você esteja com sono.´" (...) *"Uma vez na planície de Acre eu vi Saladino sucumbido por um estado de saúde extremamente frágil por conta de numerosas feridas que apareceram no seu corpo da sua cintura até os joelhos, de modo que o impedia de se sentar. Ele simplesmente deitava de lado, e recusava a comida servida a ele por conta de sua incapacidade de se sentar. Ele ordenava que ela fosse distribuída às tropas. Apesar de tudo, ele cavalgou do início da manhã (...) até a prece do pôr-do-sol. Ele diria: ´Quando eu cavalgo, a dor vai embora, até que eu desmonte.´"*

Seu humor e sua sociabilidade eram memoráveis: (IBN SHADDAD, p. 34).

"Sua montada era por vezes impedida quando o povo se aglomerava ao redor com petições, mas ele não era afetado por nada disto. Um dia minha mula se esquivou dos camelos, enquanto eu estava cavalgando em assistência e ele, e o pressionou fortemente à coxa, mas ele estava sorrindo. Num dia de vento e chuva eu seguia com ele em Jerusalém, que estava cheia de lama. Minha mula o sujou de lama, o que arruinou tudo o que ele estava vestindo, mas uma vez mais ele estava rindo. Eu queria me prostrar perante ele por causa disso, mas ele não me deixou."[14]

Saladino perdoava facilmente as ofensas. Uma vez, durante o cerco a Cesaréia, contra Ricardo da Inglaterra, um grupo de *emires* recusou-se a obedecer suas ordens, alegando insuficiência de "benefícios" (isto é, queriam uma parte maior no butim). O sultão, furioso, lançou-se à batalha sem os emires e os seus soldados. Após a batalha, as pessoas pensaram que alguns emires seriam executados: (IBN SHADDAD, p. 35.).

"O filho de Saladino, al-Zahir, relatou-me que naquele dia ele estava com tanto medo dele que não ousava cair em seu olhar, mesmo ele tendo lançado-se profundamente no inimigo aquele dia. (...) Não havia um único emir que não tremesse de medo e acreditasse que estaria próximo de ser preso e recriminado. (...) Eu fui a sua presença logo após a chegada de um lote de frutas de Damasco. Ele disse: ´Adentre os emires para que eles possam comer

14

> *algumas´. Minhas preocupações dissiparam-se e eu procurei os emires, que estavam bastante amedrontados, mas eles o acharam num humor feliz e relaxado que restaurou as suas confianças e contentamento Eles o deixaram planejando atacar o inimigo, como se nada houvesse acontecido. Considere tal tolerância, que não é encontrada em tempos como este nem relacionada com homens de sua posição em gerações anteriores".*

Na primeira parte de seu relato, Ibn Shaddad narra uma série de acontecimentos pitorescos para demonstrar as virtudes do sultão. Muitas delas operam em um horizonte conceitual próximo ao cristão, virtudes como a caridade, generosidade, desapego às coisas materiais. Sua hospitalidade era tamanha que nenhum convidado seu jamais saía de sua presença sem um dom, uma prova de sua magnanimidade. Possuía virtudes também intelectuais, pois o soberano é conhecedor do bom falar, das tradições históricas e genealógicas do Islã, mestre em falcoaria e hipismo. Sempre honrou e patrocinou sábios, escolas e artistas.

Sua generosidade era tanta que, segundo Ibn Shaddad, seus tesoureiros escondiam sempre uma reserva dos cofres do Estado para qualquer emergência, pois sabia que se o sultão soubesse de uma soma guardada, fatalmente a doaria ao povo. (IBN SHADDAD, p. 78.).

> *"Ele governou tudo o que governou, e quando ele morreu, em sua urna do tesouro foram encontradas apenas quarenta e sete dirhams de prata e uma única moeda de ouro de Tiro."* (...) *"Eu ouvi dizer que o sultão deixou Jerusalém sem guardar nenhum daquele dinheiro* (o resgate dos cidadãos para a segurança em Tiro), *que avolumava 220.000 dirhams."*

Velhos, viúvas, órfãos e ex-prisioneiros: a muitos destes o Estado garantia um mínimo de subsistência, em ações assistencialistas diretamente mantidas por Saladino, que se preocupava com o bem estar de seu povo. *"Quando ele tomou Acre, ele libertou todos os prisioneiros de seu estreito confinamento. Eram por volta de 4.000 deles. Para cada um ele pagou as custas para permitir que eles alcançassem suas cidades e suas famílias."*[15]

Talvez a virtude mais impressionante na personalidade do sultão era a sua tolerância. Saladino era perfeitamente capaz de se imaginar no lugar do Outro, de partilhar com esse Outro seus sofrimentos; sabia que mesmo um inimigo possui humanidade. Nesse sentido, esse reconhecimento de Si mesmo no espelho da alteridade é a antítese da reconstrução terrorista / fundamentalista da lenda em torno de Saladino. Sua capacidade de negociar com os príncipes

15

cristão propiciava um clima de coexistência e comércio entre os estados cruzados e o sultanato de Saladino que os cercava. Caravanas iam e viam, comerciantes árabes, judeus e cristãos estavam presentes nas principais cidades, antigos nós de redes comerciais, seja lá quem fosse que as governasse.

Saladino recebe possíveis aliados cristãos como iguais e amigos: (IBN SHADDAD, p. 35.).

> *"Quando o senhor de Sídon o visitou em Nazaré, eu vi como o sultão o honrou e o recebeu graciosamente, comeu uma refeição com ele e, além disso, propôs que ele devesse se converter ao Islã, discorrendo sobre suas qualidades especiais e o urgindo a dar esse passo".*

Um dia, quando Ibn Shaddad estava próximo a Saladino, quase na linha de frente da batalha, um dos guardas surgiu com uma mulher saída da frente cristã. Ela parecia muito nervosa, se lamentava e batia no peito, pedindo para ser atendida pelo sultão. Ela disse: (IBN SHADDAD, p. 37.).

> *"Ladrões muçulmanos entraram na minha tenda ontem e roubaram minha filha. Gastei toda a noite até essa manhã implorando por ajuda. Foi dito a mim: ´O príncipe deles é um homem misericordioso. Nós a enviaremos a ele para perguntar sobre a sua filha´ Então eles me enviaram a você, e somente de você eu vou saber da minha filha".*[16]

É claro que Saladino, após derramar algumas gotas de lágrima, manda seus homens vasculharem o mercado de escravos em busca da menina, que é encontrada pouco mais de uma hora depois, e devolvida à mãe. (IBN SHADDAD, p. 37.)

Certa vez um prisioneiro *franj* disse para o soberano: *"´Eu estava com medo antes de ver este rosto abençoado. Depois de o ver e vir à sua presença, eu estou convencido de que eu vejo nada além de bem´. O sultão foi até ele e graciosamente o libertou"*

O sultão percebia que essa imagem de extrema generosidade lhe era útil politicamente, ajudando a manter coeso todo o exército, já que naqueles tempos instáveis politicamente, a personalidade do soberano era um fator fundamental na consolidação de uma dinastia, principalmente a de Saladino, sem grandes tradições genealógicas, de origem curda (isto é, nem árabe, nem persa, nem turco, as etnias dominantes no Oriente Médio), que necessitava

16

sempre reforçar sua legitimidade através da propaganda das virtudes e do esforço de *Jihad*. Saladino não representava – ele efetivamente encarnou o personagem que a Fortuna determinou para si: um governante piedoso e heróico. Tais atos de clemência lhe eram ditados tanto por uma inclinação interior natural para a compaixão como pelo reforço de sua imagem como um líder único e original. Afinal, o fortalecimento de seu poder favorecia a união dos muçulmanos contra os cruzados, o projeto da *Jihad* que consumiu toda a sua vida.

Francis Wolff, no ensaio "Quem é Bárbaro", chega à conclusão de que toda cultura pode conter em si a civilização ou a barbárie. Nos dias de hoje, a barbárie seria expressa pela incapacidade de tolerar o Outro. Em sua definição, (WOLFF IN NOVAES, p.42.).

> *"O bárbaro é aquele que é (...) incapaz de pensar tanto a universalidade humana como a diversidade indefinida das culturas. Ele só consegue pensar em termos dicotômicos, o Bem e o Mal, o próprio e o estrangeiro, nós e eles, mesmo que chamem de "civilização" (aqui, eu, meus deuses) e "barbárie" (lá, o outro, o inimigo de Deus, o Grande Satã). Sim, existe barbárie, e não porque existem povos ou culturas que sejam bárbaros pó r natureza, mas porque existe um modo de pensar que é incapaz do uno e do múltiplo. E existem, por conseguinte, práticas bárbaras, às vezes povos, ou sociedades, religiões, movimentos políticos que caem na barbárie. Sim, definitivamente, o verdadeiro bárbaro é aquele que acredita na barbárie do Outro. E aqueles que reconhecem que o homem se diz em vários sentidos podem se dizer civilizados."*[17]

Saladino passou à ofensiva contra o Reino de Jerusalém somente quando a trégua foi rompida pelos cristãos. Sob o comando do infame *Brins Arnat*, o príncipe Reinaldo de Châtillon, cavaleiros cruzados saquearam caravanas e aldeias árabes, e o débil rei Guy de Lusignan mal tinha forças para deter esse partido, quando não os apoiava em segredo. Esse príncipe cristão era um dos raros casos em que Saladino quebrou sua regra, jurando matá-lo pessoalmente. Segundo Ibn Shaddad: (IBN SHADDAD, p. 37.).

> *"Esse amaldiçoado Reinaldo era um monstro infiel e terrível opressor, cujo território uma caravana atravessou quando havia uma trégua entre os muçulmanos e os franj*[18]*. Ele a atacou ardilosamente, mal-tratou e torturou seus membros e os manteve em masmorras, em confinamento fechado. Eles o lembraram da trégua, mas ele respondeu, 'Diga para vosso Maomé vos libertar'."*

17

18 *Franj* um termo árabe traduzido por "francos", mas que denomina genericamente todos os cristãos ocidentais: franceses, ingleses, alemães, italianos, espanhóis etc: aos olhos árabes, são todos *franj*.

Reinaldo de Châtillon representa na lenda de Saladino o seu contrário. Guerreiro bárbaro e cruel, defendia que se atacasse incondicionalmente os muçulmanos, o tempo todo. Sua tese era a de que um pacto, um acordo ou uma trégua com um infiel não tinha validade jurídica nem religiosa. Enquanto os sacerdotes discutiam as minúcias teológicas do caso, o Senhor da Transjordânia saqueava e pilhava, tendo em certa ocasião liderado uma excursão até Meca, distante oitocentos quilômetros dali.

Após a batalha de Hittin (1188), quando a maior parte do exército cruzado foi esmagado por Saladino, o sultão finalmente teve a chance de fazer justiça. Segundo o cronista: (IBN SHADDAD, p. 38.).

> *"Príncipe Reinaldo, o senhor de Kerak, veio diante dele com o rei dos franj da costa* <Rei Guy de Jerusalém>, *após ambos terem sido feitos prisioneiros na batalha de Hittin durante o ano 583* <1188>. *A batalha é famosa e será descrita em seu lugar apropriado, Deus queira. Ele deu ordens para que ambos fossem trazidos até ele. (...)Ele o convocou junto com o rei. O rei reclamava de sede, então o sultão lhe deu uma taça de gelo, da qual ele bebeu. Então Reinaldo a pegou, o que o sultão disse para o tradutor, ´Diga ao rei – Você é que deu a ele a bebida. Eu não lhe dei nenhuma bebida nem nenhuma de minha comida´ O que ele queria dizer era ´Se alguém come a minha comida, o cavalheirismo demanda que eu não o possa ferir´. Depois ele decepou sua cabeça com suas próprias mãos para cumprir seu voto."*

Esse episódio é bastante revelador da lógica que rege a moral de Saladino. Em seu entendimento, o rei Guy, apesar de toda a sua perfídia e fraqueza, continua sendo o soberano legítimo e líder dos *franj*. Os *franj* são um povo atrasado e equivocado, mas que possuem necessidades e sofrimentos equivalentes aos dos muçulmanos. Sua não-condenação e posterior libertação do rei simbolizam o respeito de Saladino diante de seus inimigos. Ele sabe que muitos dos ocidentais apenas seguem a fé de seus pais e de seus países, muitos com uma confiança inabalável que chega a provocar a admiração do sultão. O inimigo não é um monstro, inumano, bestial ou selvagem; os *franj*, nesta perspectiva, são, sobretudo, enganados religiosamente. Saladino, dentro dos limites de sua própria época, intui que há um princípio humanitário comum entre as duas partes em beligerância. Nem sempre a religião correta determina uma opção moral correta, e nesse sentido, na perspectiva de Saladino, é perfeitamente possível que um bom cristão se mostre mais virtuoso que um muçulmano pérfido, apesar de seu erro religioso original.

A execução de Reinaldo, por sua vez, revela a compreensão do caráter bárbaro deste príncipe por parte do sultão. Incapaz de qualquer conciliação ou negociação, via os muçulmanos como menos de que humanos, e a Terra Santa era o seu território de conquista e rapinagem. Sua selvageria e deslealdade eram proporcionais a sua alta estirpe, sua figura era o estereótipo de um povo que os sábios muçulmanos chamavam de bárbaros, atrasados e desconhecedores das regras elementares de ética social. Por isso, naquele estágio de beligerância, era o dever de Saladino eliminá-lo.

Com todas essas qualidades morais, Saladino ainda tinha a seu favor uma imensa sorte. Na juventude, fora quase que por acaso junto com seu tio Xirkuh na excursão militar ao Egito enviada por Nur-al-din. Era um dos menores emires, e por isso mesmo foi escolhido pelos outros para suceder seu tio quando este morre logo após a conquista do país, mas Yussef logo se mostrou independente. No Cairo, hesitou em decretar o fim da dinastia fatímida conforme fora determinado por Nur-al-din, pois temia pelo fim da base de sustentação política de seu governo; além disso o jovem califa tornara-se seu amigo. Mas, quando o doente califa sucumbe, é declarado senhor do Egito, provocando ciúmes em Nur-al-din. Saladino postergou até onde pode o confronto com seu antigo mestre, pois o reverenciava e o amava como um pai. No entanto, quando ocorreu a passagem do soberano, Saladino não hesitou em fortalecer suas posições na Síria, no intuito de "proteger" o filho de Nur-al-Din, as-Saleh, de "intrigas de seus inimigos". Com efeito, o adolescente é mantido em seu castelo até a sua morte poucos anos depois, em mais um golpe da Providência para carreira de Saladino. A partir de então, tornou-se o líder incontestável da Síria e do Egito, conquistando ainda o Iêmen e partes da Jazira (na Península Arábica). Contra todas as adversidades – o crescente fluxo de cruzados vindos da Europa, as disputas internas entre os muçulmanos, sua saúde progressivamente fragilizada em anos de guerras, parecia que a Fortuna sorri perante seu comportamento exemplar. A história de Saladino é também a história da luta contra a adversidade, e possui seus momentos difíceis e dramáticos, principalmente quando os muçulmanos perdem a fortaleza de Acre para Ricardo Coração-de-Leão.

Na narrativa de Ibn Shaddad, apesar de todas as dificuldades, Deus parece estar do lado muçulmano. Um episódio anedótico simboliza os bons augúrios do sultão: (IBN SHADDAD, p. 146.).

> *"Um falcão que o rei da França gostava o acompanhou de seu próprio país. Era de tamanho impressionante, de cor branca e de um tipo raro. Ele o paparicava e o amava muito. O falcão escapou de seu braço e voou. Ele o chamou de volta, mas ele não respondeu. Ao fim, ele pousou nas muralhas de Acre. Nossos homens o capturaram e o levaram para o sultão. Sua chegada causou surpresa e foi um augúrio feliz de vitória. Para meus olhos sua cor era de um branco brilhante. Eu nunca vira um falcão tão bonito. Os muçulmanos consideraram isto um evento auspicioso. Os francos ofereceram 1.000 dinares por ele, mas não foi aceito."*

Essa breve análise crítica do *al-Nawadir* ainda deixou de lado vários outros exemplos e estórias anedóticas sobre a vida de Saladino. O que pretendi aqui foi evidenciar o caráter humanitário e tolerante do governante, um modelo de conduta humana universal, cujos valores básicos devem inspirar-nos para que, em nosso globalizado século, os conflitos internacionais sejam solucionados a partir da aceitação da humanidade do outro.

No entanto, no presente momento, mais uma vez impera o maniqueísmo e o cinismo no atual estado de tensões entre Islã e Ocidente. Expressões como *"Eixo do Mal"* e *"batalha do bem contra o mal"* são corriqueiramente utilizadas na mídia (principalmente a estadunidense). O fundamentalismo islâmico, por sua vez, nega qualquer valor secular ou universal, estejam estes valores no ocidente ou no próprio mundo islâmico. Nas cenas de terror que se sucedem no Iraque – guerras entre facções, torturas nas prisões estadunidenses, miséria e desalento – enxergamos a sombra do barbarismo simbolizado por Reinaldo de Châtillon. No entanto, não há ainda no cenário mundial nenhum líder que possa ser comparado a Saladino. Será que o Ocidente, que se diz o principal autor dos valores de civilização, tal como os árabes o foram durante a Idade Média, não é capaz de produzir em seus líderes a virtude da tolerância?

Referências Bibliográficas:

ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos – Cruzadas, Jihads e Modernidade**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia. Inferno.** São Paulo: Editora 34, 1998.

ARMSTRONG, Karen. **O Islã.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.

DURANT, Will. **A Idade da Fé.** Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2002.

EDBURY, Peter W (org.). **The Conquest of Jerusalém and the Third Crusade – Sources in Translations**. Aldershot (Hampshire – Inglaterra): Ashgate Publishing Limited, 1998.

FOUDA e FIELDING: **Masterminds of Terror – The truth behind the most devastating terrorist attack the world hás ever seen.** New York: Arcade Publishing, 2003.

FLETCHER, Richard. **A Cruz e o Crescente. Cristianismo e Islã, de Maomé à Reforma.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2003.

GABRIELI, Francesco (org.). **Arab Historians of the Crusades**. Berkeley: Univesity of California Press, 1984.

GIBB, H.A.R. (org.). **The Damascus Chronicle of the Crusades extracted and translated from the chronicle of Ibn al-Qalanisi**. Mineola (N.Y.-E.U.A.): Dover Publications Inc, 2002.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

IBN SHADDAD, Baha al-Din. ***Al-Nawadir al-Sultaniyya wa´l Mahasin al Yusufiyya* (The Rare and Excellent History of Saladin).** Aldershot (Hampshire - Inglaterra): Ashgate Publishing Limited, 2002.

IBN MUNQIDH, Usamah (1095 - 1188). **Na Arab-Syrian Gentleman & Warrior in the Period of the Crusades – Memoirs of Usamah Ibn-Munqidh (*Kitab al I´Tibar)***. New York: Columbia University Press, 2000 (tradução do manuscrito original por Philip K. Hitti, Princeton University).

JUERGENSMEYER, Mark. **Terror in the Mind of God. The Global Rise of Religious Violence.** Berkeley: University of California Press, 2003.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LEWIS, Bernard. **O que deu Errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

LEWIS, Bernard. **A Crise no Islã. Guerra Santa e Terror Profano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LEWIS, Bernard. **Os Assassinos. Os Primórdios do Terrorismo no Islã**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LIMA, Luiz Costa. **Mímesis e Modernidade. Formas das Sombras**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LIMA, Luiz Costa (org.). **A Literatura e o Leitor. Textos de Estética da Recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MAALOUF. **As Cruzadas Vistas pelos Árabes**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REICH, Walter. **Origins of Terrorism. Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind**. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998.

ROSENFIELD, Denis L. **Retratos do Mal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

RUNCIMAN, Steven. **A História das Cruzadas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003 (em 3 volumes: **vol I – A Primeira Cruzada e a Fundação do Reino de Jerusalém**, **vol II – O Reino de Jerusalém**, **vol III – O Reino de Acre e as Últimas Cruzadas**).

SAID, Edwar. **Cultura e Resistência. Entrevistas do Intelectual Palestino a David Barsamian**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

LUCCHESI, Marco (org). **Caminhos do Islã**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Zona Sul cheia de blues": a (re)construção da memória da bossa nova através da ótica do espaço.

Priscila Cabral Almeida *

Resumo: Despontando no cenário musical em fins da década de 1950, o gênero musical conhecido como bossa nova conquistou seu espaço no imaginário social. Apesar das suas quatro décadas de existência, o constante trabalho de memória realizada pelos seus integrantes permite que o gênero se reinvente e ocupe lugar de prestígio na mídia e na indústria fonográfica. Através da realização de entrevistas com músicos, intérpretes e compositores que tiveram em suas trajetórias incursões pela bossa nova, percebemos que para além do instinto criador de seus músicos, uma série de fatores sociais e culturais permeiam a construção de suas identidades. Destacamos neste trabalho, em particular, a importância da relação dos bossa-novistas com o espaço físico e simbólico da Zona Sul do Rio de Janeiro para construção de suas identidades.
Palavras-chave: bossa nova – espaço - história oral.

Abstract: Emerging in the musical cenário ate the end of the 1950 decade, the musical style known as bossa nova conquered it space in the social imaginary. Despite its four decades of existence, the constant memory work realized by it members allow the style to reinvent and occupies a prestigious place in the media and phonographic industry. Realizing interviews with musicians, singers and composers who had in their trajectories incursions through bossa nova, we realized that despite their creative instinct a several social and cultural factors permeates the construction of their identities. In this paper, in particular, the focus is in the importance of the relation between bossa nova members and the physical and symbolical space ofe the south region of Rio de Janeiro for the construction of their identities.
Keywords: bossa nova – space – oral history

O dia-a-dia da primeira geração[1] da bossa nova esteve relacionado com a praia, principalmente a praia de Copacabana, onde grande parte de seus integrantes morava. Esta relação com a praia poderia ser explicada pela ascensão do estilo de vida de Copacabana, que passava a ser uma referência na vida social dos cariocas. Se antes o centro do Rio exalava um charme e estilo europeu, inclusive na arquitetura e no projeto de urbanização implantados

* Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

[1] Aqui utilizamos o conceito de *geração* utilizado pelos próprios entrevistados. Para eles, a primeira geração seria dos fundadores da Bossa Nova, que abarcaria o período do final da década de 50 até meados de 1962. Após 1962, ano em que se realiza o Concerto no *Carnegie Hall* em Nova York, novos integrantes se agregariam ao estilo, formando a segunda geração. A terceira geração é mencionada como os músicos atuais que compõem ou regravam antigos clássicos da Bossa Nova. Alguns dos nomes que participaram da primeira geração da bossa nova: Roberto Menescal, Nara Leão, Chico Feitosa, Ronaldo Bôscoli, Sylvia Telles, os irmãos Castro Neves, Carlos Lyra, João Gilberto, Sérgio Ricardo, Luiz Eça, entre outros.

bem ao estilo parisiense por Pereira Passos, agora era a vez do carioca assumir a sua nova faceta moderna, de mercado consumidor – estilo de vida baseado nos valores norte-americanos, tendo como exemplo as telas dos cinemas e as músicas tocadas nas rádios. Como menciona Andrade em seu trabalho sobre o imaginário urbano de Copacabana nos anos 50, o bairro foi tomado,

> *Dentro desse contexto, como vitrine da modernização à americana, inaugurando uma versão desta ideologia em termos tropicais. O resultado, na melhor tradição antropofágica, não é de uma cópia, mas de um espaço bastante peculiar – que evoca glamour e "puro chic" mas também aponta para uma nova conviviabilidade tendo como cenário a orla marítima e suas adjacências. (Andrade, 1991: 6)*

Neste cenário, onde a orla ganha importância como espaço público para o lazer do carioca, é que a turma da bossa nova faria um uso especial da praia, tornando-a um importante espaço de socialização e de referência para o grupo. Tendo a praia tão marcada em sua identidade, não seria difícil encontrar nas letras de músicas - como o *Barquinho* e *Garota de Ipanema* - esta temática, que não passava somente pela questão da praia, mas que exaltavam muitas vezes a natureza "cartão-postal" da Zona Sul do Rio.

Perguntando para Roberto Menescal o que fazia uma pessoa pertencer ao grupo, percebemos que a marca da praia, apesar de ser característica e presente nas obras da Bossa nova, não definiam efetivamente este pertencimento. Estas questões decerto se refletiram na parte da estética musical, principalmente nas letras, mas para obter o "passaporte" para o grupo era preciso algo mais. Existia todo um convívio, uma amizade e hábitos comuns que eram levados em conta. Apesar do entrevistado afirmar que a Bossa nova "era o modo de vestir, era o papo, (...) era uma coisa indefinível materialmente" mas que "era possível sentir quem era e quem não era" (Roberto Menescal); o *locus* de testagem para o grupo era o acesso ao espaço das reuniões, que aconteciam nas casas e apartamentos dos integrantes da "turma". Isto porque, como menciona Halbwachs,

> *Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade. (Halbwachs, 1990: 133)*

Nestes locais – em geral os apartamentos e casas de músicos, como por exemplo, o apartamento dos pais de Nara Leão, a casa de Tom Jobim e de Vinícius de Moraes que ficariam tão marcados na memória coletiva deste grupo –os jovens mostravam suas primeiras composições e seus atributos como músicos. Neste teste era importante "agradar" os membros mais antigos do grupo para ser aceito nas reuniões. Entrar para o grupo significava pertencer à

bossa nova, fazer canções em parceria e ter ajuda dos novos amigos nas questões relativas a lançamento de músicas, arranjos e participações em shows. Segundo Marcos Valle,

> *Quando eu ia às reuniões com uma música nova, eu sabia que ali estava o Tom, o Menescal, o Baden; então eu queria chegar com um "musicasso", mas um "musicasso" pra eles. Eu não estava fazendo música para estourar em rádio. Eu não tinha nem pensado nisso. Eu queria impressionar o Tom e os outros. O Edu também chegava lá e queria impressionar. (Marcos Valle)*

Na fala em que vimos anteriormente, percebemos o respeito que os jovens da Bossa nova tinham por figuras como Tom Jobim e Vinícius de Moraes. Considerados padrinhos da bossa nova, existia uma espécie de rito de passagem, onde os músicos novos apresentavam suas composições para os membros mais experientes do grupo. Agradar a um deles, era o mesmo que ser aceito e apadrinhado, iniciando uma trajetória de muito incentivo dos "mestres" e de boas parcerias. Wanda Sá afirma que os espaços das reuniões eram democráticos àqueles que quisessem se unir ao grupo.

> *A Bossa nova foi muito generosa, porque as casas eram abertas. A casa do Vinícius era uma casa que todo mundo ia. Não só a geração dele, mas a gente conheceu todos os intelectuais, como Paulinho Mendes Campos e Hélio Pellegrino, assim como a nossa geração freqüentava, uma garotada de curiosos querendo aprender a tocar. (Wanda Sá)*

Entretanto, esta abertura mencionada pela entrevistada entra em conflito com a fala de Sônia Delfino, que acreditava existir uma certa restrição no grupo, isto porque

> *Esse fenômeno musical chamado Bossa nova nasceu lá na Zona Sul, e por este motivo que eu estou te relatando, havia muito interesse da gente se reunir pra ouvir composições novas. E quem patrocinava isso era o pessoal da orla que tinha uma situação melhorzinha. (Sônia Delfino)*

Reginaldo Bessa, em seu depoimento, também confirma a versão de que a bossa nova teria sido beneficiada pela classe social de seus integrantes:

> *A bossa nova (...) foi considerada, de uma maneira subliminar, e de uma maneira clara também, como uma manifestação da Zona Sul de classe rica, de gente de bem, de gente de posses. Isso, de certa maneira, na prática era verdade, porque as pessoas da Bossa nova naquela época eram de raça branca e moradores de Ipanema e Copacabana. Em função do trabalho de divulgação feito pelo Ronaldo Bôscoli, que foi um dos grandes compositores da bossa nova e um jornalista muito atuante, ele colocou a Bossa nova em evidência na imprensa. Porque a bossa nova naquela época não era um grande fenômeno de vendas, era mais um fenômeno de divulgação. (Reginaldo Bessa)*

Não queremos ao citar as narrativas de Sônia Delfino e Reginaldo Bessa, valorizar separação social entre Zona Norte e Zona Sul. Nossa intenção é mostrar como tais diferenças, no seio da bossa nova, são percebidas nos relatos de nossos entrevistados. Ainda citando a cantora Sônia Delfino, seu ressentimento em relação ao grupo não parece ter diminuído.

> *Veja bem, eu era uma menina da Zona Norte, e de certa forma fui um pouco discriminada por causa disso. Eu nasci em São Cristóvão e me criei em São*

> *Cristóvão. A bossa nova nasceu na Zona Sul, os compositores que a fizeram moravam na Zona Sul. E, além disso, havia um local chamado Beco das Garrafas, onde nós músicos nos concentrávamos pra fazer jam sessions, era a moda os músicos se reunirem pra dar canja e, enfim, botar os seus compositores preferidos em dia ali. Esse movimento foi feito assim na Zona Sul, e muito nos apartamentos do pessoal que tinha mais grana, que abria a casa pro pessoal, pros músicos, como era o caso do Samuel Wainer, que era o dono da Última Hora, um jornalista famozérrimo na época, casado com a Danuza Leão e cunhado da Nara Leão. Talvez eu esteja aqui dando uma explicação porque a Nara Leão mais tarde se tornou a musa da bossa nova. (Sônia Delfino)*

Iniciando de forma amadora, a bossa nova buscou algo além das reuniões e dos encontros nas academias de violão de Carlinhos Lyra e Roberto Menescal. Os primeiros shows seriam realizados em colégios da Zona Sul e nas universidades, como a Faculdade de Arquitetura, na Urca, e a PUC, na Gávea. O circuito dos shows permitia aos admiradores da bossa nova – desde sua explosão com o lançamento da "batida diferente" de João Gilberto em 1959 – encontrarem seus artistas favoritos. Apesar do lançamento de discos por gravadoras de destaque, como a extinta Odeon e a Phillips, a conquista de espaço da bossa nova no Rio de Janeiro se deu, principalmente, a partir da troca entre público e artista nas apresentações e shows do grupo.

Podemos dizer que a partir de quatro elementos espaciais se constrói, num primeiro momento, a identidade da bossa nova: a praia, os espaços das reuniões, os circuitos universitários e de bares por onde seus integrantes passaram. Tais espaços, além de sua importância física, são uma referência simbólica para o grupo, até porque muitos desses lugares não possuem as mesmas funções que tinham, o que reforça a sua inteligibilidade àqueles que o ocuparam e lhe deram sentido. Por este motivo que podemos conceituar estes espaços como lugares de memória da bossa nova. Segundo Nora,

> *Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade. (Nora, 1993: 8-9)*

Interessante notar que, apesar da bossa nova ter definido seu espaço social nos lugares onde se passavam as atividades da vida cotidiana e, inclusive, suas atividades de exceção (Bachelet, 1998: 5), sua efetiva legitimação no cenário cultural se daria num local, onde espaço físico e língua falada, nada pareciam remeter à Zona Sul da época. O concerto num dos principais anfiteatros de Nova York, o *Carnegie Hall*, no ano de 1962, levava

definitivamente a bossa nova ao estrelato. O evento que reunia alguns representantes da bossa nova e expoentes do jazz norte-americano representava o reconhecimento da música popular brasileira pelos representantes da tão aclamada "modernidade". Num país como o Brasil do início dos anos 60, que vivia um momento de euforia interna pelo início de regimes progressistas que buscavam recuperar o nosso "atraso histórico", ter sua música apreciada pelo público norte-americano era um dos supostos indicativos de nossa aproximação com as nações desenvolvidas. Tanto é que o próprio Itamaraty, assim como a empresa aérea VARIG, patrocinou parte das passagens dos músicos.

Nossos entrevistados Roberto Menescal e Sérgio Ricardo participaram do evento e mostram em seus relatos algo que parece ser consenso para a memória coletiva da bossa nova. Mesmo com a projeção que o evento proporcionou ao estilo no Brasil, a falta de experiência dos jovens músicos – exceto Tom Jobim e João Gilberto – fez com que as apresentações ficassem revestidas de uma aura amadora e ingênua.

> *A bossa nova já estava lá (nos Estados Unidos), e a gente, os bobões aqui, não sabiam de nada. Então, essas coisas foram muito marcantes na vida. Mas você vê, tudo com uma inocência muito grande da gente. Eu fui pro Carnegie Hall, mas só fui saber o que era Carnegie Hall no dia que eu fui tocar. Estava lá há dez dias, sabia que deveria ser uma boite... E quando eu entrei naquele teatro... [risos] Quer dizer, inocência total o que estava acontecendo com a gente. (Roberto Menescal)*

Na volta ao Brasil muito se especulou sobre o evento na imprensa. Os mais otimistas de um lado comemorando o evento como um marco na história da música popular, e os desenganados, como Antônio Maria, criticando ferrenhamente o suposto "papelão" dos brasileiros perante o público, mídia e os expoentes do jazz norte-americano. Segundo Maria,

> *(...) pior ainda seria se os americanos entendessem as letras da bossa-nova. A letra do Pato. A letra do Barquinho. A letra do Obalalá. Se entendessem, assim que o cantor acabasse de cantar encostariam uma ambulância da Justiça Sanitária e levariam o intérprete. Motivo: falta total de expressão humana. Mas isso não justifica que Tom Jobim, resolvendo bancar Catherina Valente, cantasse em inglês. Estava louco. Para resumir deve dizer-se que a bossa-nova não faz o menor sucesso no Brasil e não fará em lugar nenhum do mundo. A não ser que se transforme em dança e substitua imediatamente o twist. A bossa-nova em seu intimismo, isto é, em sua chatice, não consegue sequer abalar o prestígio de Nelson Gonçalves e Orlando Dias. (Santos, 1996: 81)*

As previsões de Maria não se concretizariam, pois a bossa nova ganharia uma enorme projeção interna e externa. A circunscrição do estilo, que antes era restrita apenas para aqueles que tinham acesso ao seu espaço de convívio, abria-se forçada e definitivamente. Em São Paulo passou a existir um circuito para os apreciadores de jazz e bossa nova, sendo que muitos dos integrantes da primeira e segunda geração foram diversas vezes requisitados para apresentações. No Rio de Janeiro, *pocket shows* produzidos por Ronaldo Bôscoli também criavam um novo reduto para novos músicos e intérpretes do estilo. Contudo, a intensificação

dos debates relacionados à arte engajada politicamente e à realidade brasileira despertavam novas ansiedades nos artistas brasileiros. Num momento em que era preciso repensar o sentido de nacionalismo e o futuro que se queria construir para o país, não parecia haver mais espaço e relevância para temáticas como "é sal, é sol, é sul" ou "o amor, o sorriso e a flor". Neste período, no ano de 1962, aconteceria o famoso "racha" da bossa nova, onde alguns de seus integrantes, acreditando que podiam falar mais do que a realidade da Zona Sul carioca, aderiram à música de protesto.

Com o golpe militar de 1964 a Bossa nova aos poucos perderia prestígio, dando lugar para a ascensão da música social. Num ambiente extremo, como se vivia na época, era preciso questionar o regime. Porém, aqueles que ainda acreditavam na sobrevivência do estilo partiriam em busca de novos espaços, novo público e uma nova realidade.

Ficando um pouco adormecida no país, a bossa nova partiria para conquistar o público internacional, tarefa que foi extremamente bem executada. Os que ficaram buscaram novos rumos para suas carreiras e outros até desistiram do circuito musical. Assim se desfazia a turma da bossa nova em prol das trajetórias individuais de seus integrantes. Tal evasão do país não seria vista com bons olhos por alguns, por acreditarem que seria uma fuga ou alienação perante a realidade política do Brasil. Controvérsias à parte, a bossa nova reside no imaginário social brasileiro e internacional até os dias atuais. Segundo Sérgio Ricardo a Bossa nova teria sempre seu lugar garantido em qualquer época, pois sendo uma música legitimada e de qualidade, o conteúdo de suas letras não representam em tempo algum uma ameaça ou crítica à ordem estabelecida.

> *Toda hora ela ressurge um pouco. Toda vez que pinta uma crise a Bossa nova ressurge, porque ela tem umas coisas neutras, cinzas, que se integram em qualquer cor. Quando você não sabe que cor colocar num quadro, você bota cinza que dá certo, você põe cinza, que ele resolve o assunto. Ele nem atrapalha o lado de lá, nem atrapalha o de cá, não atrapalha em cima, não atrapalha embaixo. Não atrapalha nada, o cinza é o cinza. Então, a Bossa nova é o cinza. Agora, o João Gilberto não é cinza, o Tom Jobim não é cinza, entendeu? Caymmi não é cinza, é colorido, é outra conversa. Então, a Bossa nova é cinza, aquela coisa de Ipanema, Leblon, o sentimento do pequeno burguês, do garotinho que perdeu a namoradinha, do lobo-mau. É meio infantilóide, em certos sentidos ela é meio infantil. Mas tudo bonito, não é feio não! (Sérgio Ricardo)*

Uma das garantias de permanência da bossa nova ao longo de quase cinco décadas no imaginário social – sempre tendo seu espaço garantido na mídia, na indústria musical e cinematográfica – foi o seu constante trabalho de ressignificação da memória. Segundo Lovisolo,

> *A memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora, possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma, permite que nos lancemos para*

> *o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Esta, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação. (Lovisolo, 1989: 18)*

Enquanto âncora, a bossa nova ocupou e deu sentido ao seu espaço no cenário cultural brasileiro. Como plataforma conquistou novos ouvintes mundo afora. Em seu salto para o futuro, levou como bagagem sua identidade e memória consistentes, que sempre reinventando-se, permaneceu e permanece até hoje como tradição no tecido social.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Simone Pereira de. **Os Anos Dourados – Copacabana e o Imaginário Urbano dos anos 50**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LOVISOLO, Hugo. *A memória e a formação dos homens*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 16-28.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: **Projeto História**. São Paulo, n.10, dezembro de 1993.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Antonio Maria: Noites de Copacabana**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O que é bom não se mistura: os carnavais das elites em Porto Alegre (década de 1930)

Marcus Vinicius de Freitas Rosa*

Resumo: o artigo busca evidenciar os modos práticos e simbólicos através dos quais as elites porto-alegrenses, por ocasião do carnaval, em suas festas privadas ou em aparições públicas, pretendiam se diferenciar dos outros grupos sociais. Com isso, constata-se o estabelecimento de uma fronteira entre os festejos das elites e os das classes subalternas. Embora o carnaval seja um bem cultural comum a diferentes grupos sociais, os modos como ele é apropriado por esses grupos podem ser geradores de distinções, fronteiras e hierarquias. Essa abordagem pode, portanto, ser enquadrada como uma história social da cultura, onde a cultura é tomada como um campo de conflitos.
Palavras-chave: Carnaval – Elites – História Social

Abstract: The article aims to highlight the symbolical and practical means through which Porto Alegre elites intended to differ from the other social groups during the Carnival, in their private parties or in their public appearances. Thereby, one can verify the establishment of a border between the celebrations promoted by the elites and by the subaltern classes. Though the Carnival is a cultural good common to different social groups, the means by which it is appropriated by such groups can generate distinctions, borders and hierarchies. The present approach can therefore be classified as Culture Social History, in which culture is understood as a conflict field.
Key-words: Carnival – Elites – Social History

Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre as relações sociais estabelecidas por ocasião das festas carnavalescas em Porto Alegre, entre 1930 e 1961. Aqui, especificamente, o objetivo é enfocar os modos como as elites se apropriaram do carnaval, além de evidenciar os modos materiais e simbólicos através dos quais elas pretendiam se diferenciar dos outros grupos sociais. Embora o carnaval seja um bem cultural comum a diferentes grupos sociais, os modos como ele é apropriado podem ser geradores de distinções, fronteiras e hierarquias. Essa abordagem pode, portanto, ser enquadrada como uma história social da cultura, onde a cultura é tomada como um "campo de conflitos". (THOMPSON, 1998: p. 17)

Os anos 30 do século XX constituem um período interessante para estudar os carnavais das elites. As décadas de 1930 e 1940 têm sido tratadas pela historiografia como o

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista do CNPq, com orientação do professor Dr. Benito Schimidt.

momento em que emergiram novas representações acerca de alguns elementos da *cultura popular*, transformando o carnaval, o futebol e o samba em símbolos integrantes da "identidade brasileira". Como as elites locais reagiram à valorização de bens culturais que não eram associados à cultura das classes dominantes, mas às classes subalternas?

Em Porto Alegre, durante a segunda metade do século XIX, surgiram duas grandes sociedades carnavalescas: Esmeralda e Venezianos. Elas foram fundadas por oposição às festas populares: "*Contra aquela diversidade incômoda das ruas foi que se levantaram os defensores de um 'Carnaval' culto e sofisticado, portador de um significado único e superior, privilégio de uma elite selecionada.*" (LAZZARI, 2001: p. 29) Na década de 1930, a Sociedade Venezianos já não existia.

A Sociedade Esmeralda, entretanto, permaneceu como uma agremiação das elites locais, e gabava-se de ser "antiga", "tradicional" e "distinta." (*Correio do Povo*, 03.02.1932, p. 05). Suas festas carnavalescas eram luxuosas e seus corsos tinham por objetivo evidenciar esta distinção. Esmeralda e Venezianos, no século XIX, pretendiam se diferenciar das massas. Esse diferencial seria definido especialmente pela segregação entre aqueles que *deveriam desfilar* e aqueles que *deveriam assistir*. (LAZZARI, 2001: p. 103) Porém, foi possível encontrar alguns indícios dessa diferenciação durante a década de 1930:

> *"Precedendo o grandioso baile de sábado, será organizado um extenso corso de gala que desfilará pelas principais artérias da capital, dirigindo-se em seguida para o Clube Caixeiral, iniciando-se então, após a entrada triunfal da rainha, a grande noitada carnavalesca esmeraldina."* (*Correio do Povo*, 03.02.1932, p. 05)

O trecho indica uma continuidade em relação ao século XIX. Entretanto, os desfiles em carro aberto não eram monopólio da Sociedade Esmeralda. Esse costume foi apropriado por outras agremiações porto-alegrenses. Durante a primeira metade da década de 1930, algumas parcelas das elites locais *ainda* pretendiam desfilar para o povo assistir: as massas não eram vistas por elas como sujeitos da festa.

Um exemplo de que essa distinção no desempenho dos papéis festivos estava presente nos carnavais do período pesquisado pode ser encontrado em uma nota intitulada "Corsos realizados ontem por várias sociedades locais", publicada em 1934 pelo jornal *A Federação*:

> *"Ontem, as distintas sociedades locais, Filosofia, Esmeralda, Leopoldina, Gravatinhas, Casemiro de Abreu e Gaúchos Carnavalescos, antes de iniciarem os seus grandiosos bailes, fizeram lindos corsos pelo centro da cidade, percorrendo as principais ruas da capital.*

> *Enorme massa de povo aplaudiu com calor o desfile de todos os carros que compunha as referidas passeatas."* (*A Federação*, 12.02.1934, p. 02)

Na concepção das elites locais, a "massa de povo" deveria participar "aplaudindo com calor" o desfile de carros; deveria *assistir*, não *desfilar*.

A Sociedade Esmeralda deu continuidade a alguns costumes carnavalescos do final do século XIX. Durante as primeiras décadas do século XX, ela forneceu práticas que foram apropriados por outras sociedades, principalmente os corsos:

> *"Formarão um desfile maravilhoso de todo, os garridos conjuntos do Clube Recreio Juvenil, Clube do Comércio, Sociedade Filosofia, Recreio Juvenil, de São Leopoldo, Iate Clube, Grêmio Náutico Gaúcho, Clube Excursionista e Esportivo, Sociedade Turner Bund, os quais darão à primeira festa de Carnaval do ano uma nota de grandiosa animação."*(*Jornal do Estado*, 20.01.1940, p. 06)

É preciso ressaltar que o trecho acima reproduzido não menciona a Sociedade Esmeralda, pois foi escrito em 1940, no *Jornal do Estado*, momento em que já não são encontradas informações sobre ela na imprensa. Além disso, a descrição do "desfile maravilhoso" das agremiações citadas não tinha o mesmo tom pomposo (e nem mesmo a grande dose de idealização) do que aqueles artigos que, ao longo da primeira metade da década de 1930, descreviam os corsos da Sociedade Esmeralda. Eis um exemplo:

> *"Tudo concorreu para o feliz êxito da esplêndida noite de carnaval esmeraldino, a começar pelo seu deslumbrante corso de gala que, formando-se na frente da Prefeitura Municipal, em cujo saguão se haviam reunido os fantasiados, desfilou pela rua 7 de Setembro, até a Praça D. Thomé, e, após contorna-la, entrou triunfalmente na rua dos Andradas. À frente, vinham montados em corséis ricamente ajaezados, os componentes de uma banda de clarins, cujo clangor [sic] enchia os ares, fazendo com que a formidável massa de povo que, cheia de ansiedade, se acotovelava ao longo de nossa principal rua, abrisse alas para ovacionar a Esmeralda e a sua rainha. Uma disciplinada turma de inspetores da Guarda Civil, montados em motocicletas, abria o préstito como batedores."* (*Correio do Povo*, 09.02.1932, p. 06)

A pretensão à distinção social manifestada pela Sociedade Esmeralda foi intensificada pelo modo com que o desfile foi narrado. O fato de os integrantes do "deslumbrante corso de gala" estarem reunidos no saguão da Prefeitura Municipal, de onde partiu o corso, cujo caminho foi aberto por batedores da Guarda Civil, denuncia a possibilidade de uma entidade *privada* contar com bens *públicos* em seu desfile. Não encontrei blocos populares que pudessem fazer o mesmo. Isso denota uma hierarquia no acesso a esses bens e, conseqüentemente, distinções na forma como a Esmeralda desempenhava seu papel social como elite durante o carnaval.

Foi somente no final da década de 1940 que encontrei um indício de que aquela antiga e tradicional forma de manifestação carnavalesca estava sendo vista como decadente: "O CORSO, senhores, constituiu um fiasco tremendo. Este gênero de carnaval está definitivamente morto. Os raros caminhões e a triste enfiada das limousines desfilaram como num enterro...". (*Revista do Globo*, 13.03.1948, p. 43) Entretanto, é importante ressaltar que, embora a nota decrete a falência dos corsos, fez referência a "caminhões" e "limousines", ou seja, mencionou dois tipos de veículos que denotam diferentes acessos a bens materiais e seus respectivos significados.

O carnaval servia como um modo de lazer através do qual as elites podiam despender suas economias ou ostentar luxo em desfiles de carros, bailes, festas restritas, trajes e fantasias. Tais práticas estabeleciam distinções entre o autoproclamado "grand-monde" porto-alegrense e os outros grupos sociais, podendo, portanto, ser vistas como marcas de identificação dessas elites. Essa diferenciação acontecia tanto em termos materiais quanto em termos simbólicos, pois às classes mais abastadas eram reservados os significados de distinção atribuídos a algumas manifestações que só poderiam ser executadas por quem tivesse os recursos econômicos necessários.

No carnaval de 1932, o *Correio do Povo* publicou uma nota intitulada "Caminhões da limpeza pública para o Carnaval", indicando que diversos blocos populares poderiam ter o seu momento de fama através de aparições públicas em *caminhões de lixo*. (*Correio do Povo*, 06.02.1932, p. 09) Nesse sentido, desfilar em "caminhões" não teria o mesmo significado que desfilar em "limousines", um veículo tradicionalmente mais associado aos "de cima" do que aos "de baixo".

Em relação à Sociedade Esmeralda, já não são encontradas informações referentes ao final da década de 1930. Entretanto, os nomes de suas antigas co-irmãs continuaram aparecendo repetidamente ao longo de todo o período pesquisado (principalmente na *Revista do Globo*): Sociedade Filosofia, Club do Comércio, Country Club, Club Excursionista, Sociedade Gravatinhas, Sociedade Casemiro de Abreu (Grupo Marajó), Sociedade Leopoldina, Iate Club, Grêmio Náutico Gaúcho, Club Jocotó, Club Recreio Juvenil, Sociedade Oxford. Todas eram agremiações das classes médias e das elites locais, e sua análise auxilia na definição de um limite metodológico entre os "de cima" e os "de baixo" ao

longo dos festejos carnavalescos. Suas festas privadas evidenciam que os desfiles de carro não eram a única forma de distinção.

De acordo com Lazzari, os desfiles das grandes sociedades do XIX tinham um aspecto interessante: Esmeralda e Venezianos, antes de seus bailes, desfilavam pelas ruas, mas, quando chegavam às portas dos seus salões, o povo ficava do lado de fora. As elites ocupavam os espaços públicos, mas os populares não poderiam, de forma alguma, ocupar os espaços privados. (LAZZARI, 2001: p. 114) Íris Germano, refletindo sobre os carnavais de um outro período, defende que nos anos 30 e 40 do século XX, a elite se afastou das ruas, mas organizou ativamente as festas nos clubes, salões e agremiações privadas. (GERMANO, 1999: p. 86) Ao longo da década de 1930, uma preocupação constante das elites foi a de estabelecer um distanciamento entre o "carnaval de salão" e o "carnaval de rua".

Para as festas nas associações privadas citadas mais acima, os ingressos não eram vendidos, mas distribuídos em locais determinados e entregues pelos próprios membros das classes médias e das elites locais, cujos nomes eram especificados. Ao contrário de uma festa onde o contato entre diferentes grupos propiciaria uma "congregação", as elites locais se apropriavam do carnaval de modo a estabelecer uma segregação.

Isto pode ser encontrado na preocupação quanto à distribuição dos ingressos para os eventos, ou seja, com o caráter restrito da festa. Isso é sugerido pela nota relativa à realização de um "grandioso baile" a que deveria comparecer "semente a elite" da capital gaúcha. (*A Federação*, 27.01.1934, p. 02) Essa nota enfatizava o local e o nome das pessoas aptas a fornecer os convites:

> *"Coutry Club, dr. Álvaro Soares, na Companhia Energia Elétrica Rio Grandense; Sociedade Esmeralda, sr. Osvaldo Castro, na Flora Medicinal; Club do Comércio, pelo respectivo tesoureiro, na sede, à rua dos Andradas; Iate Clube, sr. Homero Soares, na Casa Carneiro, rua 15 de Novembro; Sociedade Germânia, sr. Roberto Bromgerg, na firma Bromberg S.A., na rua 7 de Setembro; Club Juvenil, sr. José Carlos Daudt, na rua Dr. Flores n. 188; Club Jocotó, sr. Carlos Dutra, na Secretaria das Obras Públicas; Club Excursionista, pelo respectivo tesoureiro, na sede; Filosofia, sr. Argemiro Remborski, no Tesouro do Estado."* (*A Federação*, 27.01.1934, p. 02)

Os nomes das agremiações se repetiam, fazendo pressupor que os participantes daquelas festas não variavam: eram clubes que constituíam um grupo fechado. Além disso, esse trecho denuncia não só a preocupação com a exclusividade na entrega dos convites, mas

também as atividades profissionais de alguns membros daqueles clubes, em sua maioria, funcionários públicos e comerciantes.

Nos periódicos pesquisados, como, por exemplo, *Revista do Globo*, *Correio do Povo*, *A Federação*, o termo "sociedade" apareceu mais associado ao carnaval das elites e das classes médias urbanas, geralmente fazendo referência aos festejos nos clubes e salões privados, como é o caso do Clube do Comércio:

> *"No Clube do Comércio foi assim. Seus bailes burlescos transbordaram de gente e de animação. Todo o grand-monde porto-alegrense lá se reuniu. Banqueiros, políticos, grandes industriais, professores da universidade, senhoras ilustres, toda a gente caiu no barulho."* (*Revista do Globo*, 08.03.1941, p. 26)

O redator da *Revista do Globo* fez questão de mencionar as diferentes atividades profissionais daqueles que estavam presentes, descritos como integrantes do "grand-monde porto-alegrense": banqueiros, políticos, industriais e professores da universidade. Como se pode ver, cada uma das diferentes dimensões da elite contavam com representantes no evento citado: as elites políticas, as econômicas e as intelectuais.

O jornal *A Federação* anunciou que o programa do carnaval oficial de 1934, elaborado por uma Comissão Diretora designada pela prefeitura, foi aprovado pelo prefeito, Major Alberto Bins, prevendo um "baile masqué" no Salão Azul do Cassino da Pedra Redonda. A nota salientava: *"Dessa festa só participarão pessoas munidas de ingressos especiais que serão fornecidos oportunamente e as que apresentarem à Comissão Diretora do Carnaval de 1934 recibo das sociedades"*. (*A Federação*, 10.01.1934, p. 02). Nenhum ingresso foi vendido. De acordo com Norberto Guarinello, as festas apresentam diferentes níveis de restrição, mas sempre traçam fronteiras entre os incluídos e os excluídos, entre os aptos a delas participar e os estranhos. (GUARINELLO, 2001: p. 973)

Fica nítido que as elites locais queriam privar as massas de suas festas carnavalescas, ou seja, mantê-las longe de seus clubes. O Cassino da Pedra Redonda foi fechado exclusivamente para aquele evento: o objetivo era evitar misturas indesejáveis. Tal preocupação era generalizada, pois ficava também evidente nas páginas de outros jornais, como o *Correio do Povo*, quando a Sociedade Casemiro de Abreu oferecia bailes para as "principais sociedades" da capital gaúcha, salientando:

> *"Não serão permitidas as fantasias de jeca, malandro, apache, mecânico e outras que se julgarem inconvenientes.*

> *De conformidade com o que ficou resolvido pela diretoria, somente serão aceitos "assaltos" dos grupos e cordões convidados, cuja recepção far-se-á depois das 23 horas."* (*Correio do Povo*, 19.02.1936, p. 07)

A Sociedade Casemiro de Abreu tinha o cuidado de garantir a presença somente de pessoas convidadas: os "cordões de nossas principais sociedades". Havia também uma preocupação com os chamados "assaltos", prática que consistia em visitas de blocos carnavalescos, sendo um hábito comum tanto entre as classes subalternas quanto entre as elites, e, justamente por isso, motivo de preocupação.

Além disso, a matéria comenta que os integrantes do Grupo Marajó, cordão carnavalesco daquela sociedade, deveriam vestir "finíssimas fantasias", "artisticamente criadas", para desfilar em um "ambiente seleto". (*Correio do Povo*, 19.02.1936, p. 07) Isso justificava a proibição de fantasias "inconvenientes", como as de "jeca", "malandro", "apache" e "mecânico". Ou seja, trajes que poderiam ser usados por blocos populares. Assim, a vestimenta manifestava uma "simbolização da posição social", atuando, assim, como forma de distinção. (BOURDIEU, 1983: p. 105)

A fantasia utilizada na festa era também um instrumento de seleção. Fantasias ou roupas de baixo custo poderiam denunciar a presença de pessoas indesejadas. Era essa a preocupação do Clube do Comércio. O *Correio do Povo* noticiou que o "aristocrático" Clube do Comércio destinou uma festa "da mais alta distinção" às "excelentíssimas famílias", obviamente associadas ao Clube, dado que o evento seria freqüentado "exclusivamente pelos senhores sócios" (ou pelos "forasteiros" por eles indicados) que estivessem munidos de um "ingresso especial". Além disso, deveriam vestir traje de "gala", "fantasia" ou "linho branco". (*Correio do Povo*, 20.02.1936, p. 10)

Tais preocupações aparecem novamente na organização de um evento no Cassino Farroupilha, qualificado como "distinto ponto de reunião da alta sociedade porto-alegrense", e destinado exclusivamente ao "meio social". Estabelecendo que o traje das senhoras e senhoritas seria o de "*soirée*", enquanto os cavalheiros deveriam vestir "linho branco", a nota advertiu: *"haverá rigorosa seleção na freqüência, sendo determinada a proibição do uso de fantasias, tais como: apaches, pijamas, malandro, etc."* (*Correio do Povo*, 13.02.1936, p. 10)

A preocupação com o tipo de traje manifesta a necessidade de manter um "ambiente de verdadeira elegância", justificando a "rigorosa seleção na freqüência". Embora fosse uma festa à fantasia, determinados trajes estavam proibidos. As notas de jornal sobre as festas das

elites evidenciam, explicitamente, a rígida preocupação com a exclusividade e a distinção, estabelecendo uma segregação: não poderia haver misturas entre os "de cima" e os "de baixo".

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. "Patriotas, festeiros, devotos... As comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)". In: CUNHA, Maria C. P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2002.

BOBBIO, Norberto. "Elites, teoria das" (verbete). In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política.*Brasília: UNB, 1993.

BOURDIEU, Pierre. "Gostos de classe e estilos de vida". In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. "'Cultura Popular': revisitando um conceito historiográfico". In: Estudos Históricos, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995.

CUNHA, Maria C. P. "Apresentação". In: CUNHA, Maria C. P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 2002.

GERMANO, Iris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

GUARINELLO, Norberto Luiz. "Festa, trabalho e cotidiano". In: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris. (Orgs.). *Festa: cultura e sociedade na América Portuguesa*. São Paulo: Fapesp/Imprensa Oficial, 2001. pp. 969-975.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 07.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Forças armadas, pensamento militar e educação no Brasil na primeira metade do século XX

Adalson de Oliveira Nascimento[1]

Resumo: O artigo aborda a militarização da educação civil no Brasil na primeira metade do século XX. Nesse período foram implementadas diversas ações militarizantes nas escolas brasileiras que embasavam-se em discursos e propostas oriundas de indivíduos e grupos organizados, civis e militares e visavam conformar o sistema educacional público e privado, inserindo, no ambiente escolar, práticas e visão de mundo da caserna. Tanto a escola básica quanto as forças armadas brasileiras passaram por importantes transformações na transição do século XIX para o XX e algumas das idéias que perpassavam a escola, as teorias educacionais e o pensamento militar eram comuns. Os ideais de racionalização, profissionalização, ordenamento, homogeneidade e disciplina social, civismo e fortalecimento da nacionalidade, dentre outros, estavam vigorosamente presentes na escola e no exército.
Palavras-chave: Forças armadas – Educação – Brasil República.

Ao pensar as relações entre caserna e escola e nos diversos de diversos vetores difusores da visão de mundo da caserna, acredito na pluralidade do pensamento militar. Na clássica obra sobre as forças armadas na Primeira República, Carvalho (2005)[2] alerta para a necessidade de se pensar as forças armadas como organizações que têm *vida própria*. Assim, organizações militares enquadram-se no que Erving Goffman chama de "instituições totais". Pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida dos seus membros, estas instituições constróem identidades mais fortes e exigem uma radical transformação de suas personalidades. A antinomia entre militar e paisano seria, portanto, resultado dessa forte identidade entre os profissionais da guerra. Tanto Castro (1990) quanto Leirner (1997), em seus estudos antropológicos sobre os militares, confirmam a existência do *espírito militar,* que constrói fronteiras simbólicas entre os de dentro e os de fora da caserna.

Essa forte identidade aumenta, segundo Carvalho (2005, p. 13), a autonomia das organizações militares em relação ao meio ambiente, e nessa medida o autor se preocupa com os aspectos organizacionais ao estudar a atuação política dos militares ao longo da Primeira República Brasileira. Pensar os aspectos organizacionais é necessário, ainda segundo o autor,

---

[1] Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em História pela mesma Universidade, Doutorando na linha de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFMG. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais / Fundação Educacional de Divinópolis.

[2] CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República. In: _____. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

para não se incorrer em análises que atribuam aprioristicamente papéis políticos às forças armadas e explicações *ex post facto*.

Nessa direção, o autor estuda as seguintes características organizacionais das forças armadas na Primeira República: processo de recrutamento, treinamento do corpo de oficiais, estrutura interna, tamanho e localização geográfica dos efetivos militares e ideologia organizacional.

O que mais interessa aqui e agora é pensar a existência de diversas ideologias organizacionais no âmbito das forças armadas e, mais amplamente, do pensamento militar no Brasil ao longo da primeira metade do século XX, período no qual meu objeto está circunscrito. Essa diversidade me leva a propor a seguinte hipótese: Se para captar o pensamento e a ação política dos militares ao longo da Primeira República é preciso pensar os aspectos organizacionais das forças armadas no Brasil, até mesmo as diversas ideologias, para investigar as ações e proposições militares voltadas para a educação é igualmente importante considerar a potencial existência de posturas diversas no âmbito do pensamento militar acerca da educação civil. Essas posturas relacionam-se de forma sincrônica e diacrônica. Nessa medida, o pensamento militar em relação à educação não é único, invariável e dado *a priori.* É complexo e multifacetado, e somente uma análise da ideologia organizacional, como propõe Carvalho (2005), pode revelá-lo.

Ferraz (2000) conceitua o militarismo como o poder da instituição militar sobre a sociedade civil. Nesse sentido, o estudo do militarismo vai além dos golpes e governos militares e engloba o "conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político" (2000, p. 152). Pasquino (1994) entende que o militarismo expressa-se em uma série de hábitos, interesses, ações e pensamentos relacionados com o uso das armas e com a guerra, mas que vai além dos objetivos estritamente militares. Assim, os objetivos do militarismo são, para o autor, "ilimitados" e buscam penetrar na sociedade.

Para Carvalho (2005), ao longo da Primeira República, no seio das forças armadas existiram três justificativas de intervenção e de não intervenção social. Ainda que o objetivo aqui não seja realizar um estudo exaustivo sobre cada uma dessas *ideologias de intervenção,* e sim pensar que em cada uma delas pode ter existido diferentes concepções acerca do papel educativo das forças armadas e, consequentemente, da missão militar na educação civil brasileira, convém apresentá-las.

A primeira ideologia intervencionista surgiu nas forças armadas ainda no período imperial, durante a chamada "Questão militar". Sentindo-se marginalizados em relação à vida

política, os militares defenderam a idéia de que cabia ao *soldado-cidadão* intervir na vida política e na vida social. O movimento tenentista da década de 1920 é fruto dessa concepção.

A segunda posição surgida nas forças armadas é a do *soldado profissional*. Nesse perspectiva renovadora, defendem-se a profissionalização do exército e o afastamento dos militares da política e dos cargos públicos. A maioria dos jovens turcos, oficiais treinados no exército alemão entre 1906 e 1910, e dos militares alunos da Missão francesa chegada ao Brasil em 1920, segundo Carvalho (2005), enquadrava-se nessa tendência.

A postura do *soldado-corporação* é a última a ser destacada. Nessa visão, admite-se a intervenção militar na política, ao mesmo tempo em que valoriza a preparação profissional do exército. No entanto, a natureza da intervenção não é reformista, como na concepção de *soldado-cidadão*, e sim controladora, orientada pelo Estado-Maior, órgão de cúpula consolidado a partir da Missão francesa.

Essas diferentes posturas das forças armadas em relação à política permitem pressupor diferentes posturas também em relação ao seu papel educativo.

Outra questão que chama atenção é o fato de que tanto a escola quanto as forças armadas viveram concomitantemente momentos de grandes transformações na passagem do século XIX para o XX. Isso talvez seja uma pista para pensar a relação entre a educação e os militares.

Até o fim do século XIX, a educação ocorria nas chamadas "escolas isoladas" ou "escolas domésticas" de turma única[3]. A partir daí, surgem as escolas graduadas, sediadas nos grupos escolares. Essa mudança de modelo escolar representa a preocupação com o processo de educação das massas, num contexto de importantes e intensas transformações sociais. As principais metas buscadas a partir do novo modelo de organização escolar são: homogeneização social, integração do *povo* à nação a ao mercado de trabalho e racionalização do processo educativo (Faria Filho, 2000).

No âmbito das forças armadas brasileiras, a passagem de século foi marcada por transformações organizacionais que demarcaram o avanço gradual da postura do soldado-cidadão para a postura não intervencionista, graças à profissionalização do militar (Horta, 1994). Ao mesmo tempo, inicia-se a luta do exército para se tornar uma organização nacional e surge a concepção de que deveria ser uma escola de nacionalidade e o guardião do espírito nacional. Essas mudanças levam à implementação do sorteio militar e à introdução da instrução militar em estabelecimentos de instrução secundária, ambas as ações normatizadas

[3] Oliveira (2006) usa os termos *escola doméstica* e *escola graduada* enquanto Faria Filho (2000) prefere *escola isolada* e *grupo escolar*.

pela Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. O sorteio militar só iniciou-se de fato em 1916 e a instrução militar, segundo vários autores, em especial Horta (1994) e Santos (1995), foi implementada efetivamente nas escolas civis.

Algumas das idéias que perpassam a escola, as teorias educacionais e o pensamento militar são comuns. Os ideais de racionalização, profissionalização, ordenamento, homogeneidade e disciplina social, civismo e fortalecimento da nacionalidade, dentre outros, estão vigorosamente presentes na escola graduada e no exército. Nessa medida, a proposta de estudar as relações entre escola e pensamento militar permite pensar na existência de um imaginário comum nessas organizações sociais, ainda que nem todos os seus elementos tenham a mesma origem ou o mesmo significado para ambos.

A partir da leitura de diversos autores[4], Pesavento (2004, p. 43) propõe que o "imaginário é um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo". Assim sendo, reafirma-se a hipótese de que ao longo da primeira metade do século XX existiu um imaginário comum entre o pensamento militar e o pensamento pedagógico. Para a comprovação dessa hipótese, pretende-se demonstrar a proximidade e interação dos discursos produzidos no âmbito da escola e do exército.

Para além dos discursos, um imaginário social e histórico coerente e articulado entre forças armadas e escola deve se expressar em representações coletivas e em práticas sociais. Para confirmar essa hipótese, tem-se, portanto, que encontrar similaridades entre a forma de organizar o mundo e a própria visão de mundo da caserna e da escola.

O conceito de cultura política[5], reelaborado na França, a partir dos novos estudos da história política nas últimas décadas, é essencial para o entendimento das questões propostas. Sirinelli sustenta que cultura política é uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.[6]

---

[4] Pesavento (2004) se embasa na produção de vários teóricos: Bronislaw Baczko, Cornelius Castoriadis, Jacques Le Goff, Evelyne Patlagean, Gilbert Durand e Lucian Bóia.

[5] G. Almond, Sidney Verba e Lucian W. Pye criaram, na década de 1960, uma definição conceitual de *cultura política.* Os autores consideram o sistema político democrático como a forma mais apurada de *cultura política* e fim último da organização das sociedades contemporâneas. Esta definição de *cultura política* não nos interessa aqui. Sobre este assunto, ver: KUSCHNIR & CARNEIRO, 1999.

[6] SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des droites*. Paris: Gallimard, 1992, pp. III-IV *apud* BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.

Esse conceito[7] permite compreender melhor a força de atração dos valores nacionalistas, aos quais a militarização da educação esteve vinculada. Ao estudar o referido conceito e as possibilidades de sua aplicação ao estudo do nacionalismo, Bestein afirma "A cultura política nacionalista preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais".[8]

Toda cultura política (nacionalista, socialista, republicana ou qualquer outra) é elaborada e difundida a partir das instituições de formação e informação social. A família, a escola, o local de trabalho, a universidade, os partidos políticos e o exército são espaços de formação cultural e política dos indivíduos. A mídia, sobretudo a partir do século XX, também se tornou um meio importante de difusão das culturas políticas (Berstein, 1998).

A escola foi, na primeira metade do século XX, um dos vetores da cultura política nacionalista conservadora. Ou seja, tornou-se um dos espaços de reprodução do nacionalismo.

Por lidar no âmbito das representações culturais, o conceito definido pelos historiadores franceses permite entender a existência de variadas culturas políticas em uma mesma nação. Permite também explicar as transformações e a mobilidade do ideário constituinte das culturas políticas que se adaptam constantemente à realidade objetiva.

Nessa medida, uma das hipóteses aqui sustentadas é de que a escola - mais especificamente, a militarização da educação no Brasil - foi um canal de difusão de valores e práticas militares estritamente associados à cultura política nacionalista.

O conceito de cultura escolar também será um importante subsídio teórico para o desenvolvimento da pesquisa. Juliá (2001) define *cultura escolar* como:

> *[...] um conjunto de "normas" que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de "práticas" que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (2001, p. 10).*

Para o autor, normas devem ser analisadas à luz da atuação dos professores (prática), buscando-se, assim, o funcionamento interno da escola, a cultura escolar. Dessa forma, o historiador da educação evita interpretações errôneas que podem ocorrer se apenas os textos normativos forem utilizados.

O cruzamento das normas com as práticas cotidianas dos professores, agentes sociais encarregados de aplicar - nesse caso específico, as ações de militarização nas escolas -

---

[7] Um balanço sobre os usos, definições e história do conceito pode ser encontrado em: DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas, definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, nº 28, dez., 2002.
[8] BERSTEIN. A Cultura Política, p. 354.

poderá, ou não comprovar se o discurso militarizante, expresso nas normas educacionais, foi implementado por meio de práticas cotidianas dos professores.

Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.

CASTRO, Celso. In corpore sano, os militares e a introdução da educação física no Brasil *Antropolítica*, Niterói, nº 2, p. 61-78, 1º sem., 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas, definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, nº 28, dez., 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A escola, a fábrica e a cidade, forma escolar e práticas urbanas. In: *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2000.

FAUSTO, Boris. *O Pensamento Nacionalista Autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERRAZ, Francisco César Alves. Militarismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Tempo; Mauad; FAPERJ, 2000.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cyntia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945).* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Sociedade Brasileira de História da Educação; Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999. p. 227-250.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação do corpo na escola brasileira, teoria e história. In: _____ (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. ***Dicionário de Política.*** Brasília: Editora Universidade de Brasília,1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Riberio. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov. de 2000.

VEIGA, Cyntia Greive. História política e história da educação. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e; VEIGA, Cyntia Greive. (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O enovelamento conflituoso nas relações de gênero em assentamentos de reforma agrária: olhares de uma trajetória de pesquisa

Marisa de Fátima Lomba de Farias*

Resumo: Os aspectos intrafamiliares observados na trajetória de pesquisa em assentamentos de reforma agrária sul-mato-grossenses levaram-nos a desenvolver uma análise em que se destacam as relações compondo um enovelamento conflituoso por caracterizarem o vivido social pela ambigüidade e pela incerteza, em um movimento permanente entre a dominação e a libertação. A convivência com as famílias assentadas tem revelado que as mulheres desejam participar da vida rural em suas variadas dimensões e que almejam decidir, inclusive, nos rumos do projeto familiar, que contempla o circuito da produção e da vida social mais ampla. Esse desejo é alimentado dia após dia e aflora como forma de resistência nas mais variadas situações, contra o poder patriarcal em prol do empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: família, empoderamento, representações.

Abstract: The intra-familial aspects observed in the research trajectory in sul-mato-grossenses agrarian reform settlements have led us to carry out an analysis in which the relationships are highlighted. Thus, these relationships are meant to be a conflicting engagement as they characterize the social living as both ambiguous and uncertain in a permanent moviment from domination to freedom. The coexistence of settled families has shown that women long to participate in rural life in its various dimensions and they also long to make decisions as for the family project trajectory which contemplate the production circuit and wider social life. Women wish this more and more day after day and this wish comes as a way to resist patriarchal power in several situations in order to promote women's empowerment.

Key Words: family, empowerment, representations.

1. Introdução

Os aspectos intrafamiliares observados na trajetória de pesquisas em assentamentos de reforma agrária sul-mato-grossenses levaram-me a desenvolver uma análise em que se destacam as relações sociais compondo um enovelamento conflituoso, uma vez que caracterizam o vivido social pela ambigüidade e pela incerteza, em um movimento permanente entre a dominação e a libertação.

Sabe-se que, historicamente, nesses espaços, a união entre homem e mulher compôs um cenário de relações familiares que se combinou e/ou se fortaleceu com o trabalho na terra, constituindo espaços diferenciados para um e para outro. Trata-se de um espaço social estruturado por diferenciações de gênero, ou seja, pela divisão social e sexual do trabalho, em que a mulher, apesar de atuar duramente na roça e de ser responsável por uma ampla carga de trabalho e de responsabilidades, – a gestação e o cuidado para com os filhos, o preparo da comida, a dimensão da casa, além da manutenção dos seus arredores e a responsabilidade com os animais domésticos –, teve sempre sua importância relegada a um segundo plano principalmente no âmbito político/decisório.

Além disso, embora, o espaço de atuação da mulher se estendesse até a roça, verifica-se que ela continuava em uma posição inferior ao espaço do marido, detentor da autoridade de decisão sobre o âmbito da produção, permitindo a inferência de que as atividades por ela desempenhadas estiveram interligadas à dimensão da reprodução familiar e, mais, à dimensão simbólica de um saber-fazer que lhe era próprio, envolvendo capacidade física e criativa, sobretudo de lidar com a casa e, ainda, de participar da produção.

As pesquisas atuais indicam que essas características ainda persistem, porém elas se apresentam revestidas com outras roupagens, o que me leva a investigar esse contexto como sendo uma confluência/conflito entre terra-trabalho-mulheres-homens, em que a família é o núcleo central e nela as relações de gênero são fundamentais.

A convivência com as famílias assentadas tem revelado que as mulheres desejam participar da vida rural em suas variadas dimensões e que almejam decidir, inclusive, os rumos do projeto familiar que contemplam o circuito da produção e da vida social mais ampla. Esse desejo é alimentado dia após dia e aflora como forma de resistência simbólica nas mais variadas situações. Por isso, constata-se que, atualmente, elas vivem um movimento de resistência e de questionamento de diversas expressões de dominação, que se direcionam aos sentimentos, às proibições, ao controle dos desejos e dos movimentos femininos.

Portanto, evidencia-se que no patriarcado as famílias estabelecem ações em dois âmbitos: da mesma forma que há o poder e a dominação masculina, alicerçada no controle sobre as mulheres, também está aflorando um outro poder que vai sendo gestado mediante as formas de resistências femininas ao campo de força masculino. Nos momentos de informalidade, tais conflitos foram apresentados mais facilmente, pois as mulheres não demonstraram receio e trouxeram à tona, além dos elementos de sua intimidade, os seus medos e inseguranças, revelando as suas estratégias contra a dominação patriarcal.

Quanto aos mediadores, observa-se que a dominação masculina também se apresenta, mesmo que em sua organização interna. Porém, os mediadores tentam construir práticas mais igualitárias, o que mantém um equilíbrio mais teórico do que prático entre as participações masculina e feminina nas instâncias de decisões, dentre outras medidas.

Isso se evidencia nas situações de algumas mulheres que conquistaram uma posição de liderança no processo de luta pela terra. Essas mulheres participaram de todas as esferas de organização do acampamento, mas posteriormente tiveram essa conquista sufocada e interrompida pelo processo de dominação patriarcal nos meandros das relações com os mediadores. Estes apresentaram uma hierarquia de poder masculino, arraigado em seus princípios de organização que corroboraram uma prática de desvalorização do papel das mulheres como trabalhadoras rurais e lideranças políticas, mantendo representações preconceituosas.

Contudo, com este trabalho, quero revelar a importância das estratégias de empoderamento, construídas pelas mulheres assentadas, que vêm contribuindo para o questionamento do poder patriarcal e para a construção de relações de maior igualdade.

Diante disso, meu objetivo central é compreender o enovelamento conflituoso nas relações de gênero, observando, mais especificamente, as estratégias de resistências femininas nos diferentes espaços dos assentamentos, o que constitui alternativas de empoderamento e de questionamentos sobre as desigualdades de gênero e a dominação patriarcal que impõem a elas, muitas vezes, uma condição de "passividade ou de ajudante".

Essa preocupação é desvelada por meio de estudos de documentos, de observações e de entrevistas que apontam os meandros das relações sociais constituídas entre os entes familiares, tomando como ponto de partida, e em sua centralidade, as relações de gênero.

Para isso, reflito acerca do controle exercido pelo poder patriarcal – sabe-se que intrínseco às esferas sociais, desde a família até as instituições mais amplas –, com destaque ao controle masculino sobre o tempo-espaço nas relações de gênero, dialeticamente enoveladas.

2. A trajetória de pesquisa: caminhos e descaminhos delineados em um *continnun* nos assentamentos de reforma agrária

Neste momento, considero importante demonstrar a concepção de pesquisa que orienta minhas ações nos assentamentos de reforma agrária, o que resulta em uma postura de respeito diante das famílias.

Os processos investigativos em andamento[1] se apresentam como uma oportunidade para o aprofundamento das pesquisas iniciadas por mim, no Mestrado e no Doutorado, com o principal objetivo de me inserir nesse contexto, com um grau maior de experiência e um conjunto mais qualitativo de conhecimentos construídos também por meio de estudos, de leituras, de debates, nos caminhos e descaminhos da pesquisa. Dessa forma, comprova-se um *continnun* no processo de tornar-me pesquisadora, um processo ininterrupto, haja vista a complexidade do real e suas múltiplas facetas.

Penso se tratar de uma alternativa profícua para as minhas reflexões sobre a temática de relações de gênero, aprofundadas nos assentamentos de reforma agrária, ampliando para outros espaços sociais.

Procuro compor um processo articulado teórica e metodologicamente para o entendimento dos assentamentos de reforma agrária como espaços conflituosos, de continuidades e descontinuidades, com a presença marcante de relações de gênero acontecendo a partir de um enovelamento de conflitos. Para estudar esses espaços, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas qualitativas que criem alternativas e propostas de emancipação humana, de participação com respeito entre mulheres e homens, em todos os espaços sociais e políticos, seja no interior dos assentamentos, seja além desses espaços-tempos. (FARIAS, 2002).

Defendo que estudar a vida nos assentamentos trará contribuições de fortalecimento das identidades dos/as trabalhadores/as rurais que necessitam criar mecanismos que os/as coloquem com possibilidades de produção, sem que as concepções economicistas estruturadoras do mercado, os enfraqueçam e os impeçam de permanecerem na terra, pela qual, a maioria das famílias enfrentaram o poder do latifúndio para conquistarem.

As pesquisas devem ser efetivadas com o intuito de entender as nuances da vida acontecendo em meio a variados projetos: do Estado, dos movimentos sociais e das próprias famílias, que procuram fazer deste novo lugar, o espaço de vivências de sociabilidade e de

[1]*Doutora em Sociologia, professora de Ciência Política da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente, conta com projetos aprovados e financiados pela FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul) e pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que possibilitam a ampliação de pesquisas cujos resultados parciais compõem este artigo. Endereço eletrônico: marisa.lomba@ufgd. edu.br.

As pesquisas, relatadas durante este trabalho, são desenvolvidas em Mato Grosso do Sul e delas participo como coordenadora ou como pesquisadora colaboradora, sendo elas: Vida de Mulheres em Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Itaquiraí-MS (UFGD/FUNDECT – Pesquisadora Coordenadora, Marisa de Fátima Lomba de Farias), Assentamentos Rurais no Sul de Mato Grosso do Sul: estudos econômicos e sociais das mudanças no meio rural. (UFGD/CNPq/ FUNDECT – Pesquisadora Coordenadora) Retratos da Vida nos Assentamentos Taquaral e Sul Bonito: as fotografias como instrumentos reveladores da (re) construção de novos lugares. (UFGD/FUNDECT – Pesquisadora Coordenadora, Alzira Salete Menegat) Religiões, Religiosidades e Cultura Política nos Movimentos e Assentamentos Rurais na Porção Meridional de Mato Grosso do Sul. (UFGD/FUNDECT – Pesquisador Coordenador, Damião Duque de Farias).

articulação das experiências anteriores com as atuais[2]. Penso que as famílias não negam o modo de vida que trazem em suas trajetórias, mas procuram elementos antigos e atuais para a recomposição do projeto de vida. Trata-se de um processo favorável para a permanência na terra e para o questionamento de modelos impostos com características economicistas.

Entendo que essa escolha teórico-metodológica é muito significativa, tendo em vista a riqueza que pressupõe, ao apresentar a realidade sob a ótica de variados atores sociais – as mulheres e homens assentados, os/as pesquisadores/as –, envolvendo passado e presente, e levando para o futuro a perspectiva de permanência na terra. Acredito no fortalecimento/reconstrução das identidades daquelas pessoas que viveram na terra e a ela desejam voltar, ou outras que vislumbram na terra a possibilidade de uma vida mais digna, mesmo com uma vida urbana anterior.

3. Vida de mulheres: um enovelamento conflituoso

A partir dessa trajetória de pesquisa relatada anteriormente, afirmo que as histórias são escritas e reescritas pelas famílias, pelo MST e pelos agentes do Estado, na composição de um *nó*[3]. Porém, neste momento, volto-me especificamente para a vida das mulheres, sem perder a visão de totalidade e sem desconsiderar a participação dos outros atores, mas faço um recorte necessário principalmente diante da limitação de espaço.

Para analisar esse conjunto de relações conflituosas, empreguei a noção metafórica do *nó* retirada de outro contexto temático nos trabalhos de Saffioti[4] que discute a justaposição entre as relações de classe, de raça/etnia e de gênero. Meu objetivo é apresentar esta justaposição, um enovelamento conflituoso dos sujeitos sociais nos assentamentos pesquisados, caracterizando o vivido social pela ambigüidade e pela incerteza, em um movimento permanente entre a dominação e a libertação.

Procuro devolver o conceito do *nó* para um lugar mais próximo do tema de sua origem em Saffioti na medida em que analiso as relações de gênero, ou seja, as relações sociais constituídas entre as mulheres e os homens, e entre eles e os demais entes familiares, tomando como ponto de partida e em sua centralidade, as relações de gênero.

---

[2] Cf Obras de THOMPSON, E. P., nas Referências Bibliográficas.

[3] Tomei de empréstimo, de Heleieth I. B. Saffioti, a idéia de *nó*, enquanto um recurso metodológico, tendo em vista a compreensão dos conflitos nos assentamentos de reforma agrária, não vistos de modo hierarquizado, mas visualizados e entendidos de maneira relacional.

[4] Cf. Referências Bibliográficas.

Entendo que o *nó* caracteriza-se pela positividade e negatividade dos conflitos, estruturando uma realidade ambígua e dialética. Considero estes elementos como possibilidades de transformação e de reconstrução da realidade social.

O *nó* apresenta uma dinâmica própria com possibilidades de mobilidade interna de cada componente seu, ele é frouxo; é, sobretudo, movimento, percebido na leitura das entrelinhas dos discursos e das práticas sociais, das quais emergem os conflitos, a ambigüidade da vida feita de mudança e de conservação e a incompletude da travessia.

Observei, desse modo, que a história da vida destas mulheres se escreve e se reescreve nesta travessia, nas relações sociais abertas e tecidas no cotidiano, onde parece que nada se completa, tudo se refaz, em um movimento de descontinuidade ou, talvez, com uma continuidade maior.

Entre as mulheres, a ambigüidade se faz presente nos sonhos e nas estratégias de resistências, em que o novo nem sempre é engendrado e o antigo imerge e emerge ao longo da experiência efetivada dia após dia, como se tentassem a todo instante, ultrapassar de uma margem a outra de um rio, uma travessia que implica esforços e tentativas variadas.

Portanto, não há precisão do ponto de partida e nem do ponto de chegada, o caminho se faz na travessia, cujo prelúdio foi o acampamento, um começo do longo percurso a ser vivido, sem rumo definido ou seguro. No assentamento, as mulheres continuam as tentativas constantes de permanência na terra, às vezes, com sucesso, mas também com fracassos, desistências e desilusões, ao lado da família. Um percurso que confirma: "a vida é difícil de ser vivida" (ROSA, 1963).

E quando lanço o olhar para as relações de gênero, digo que a travessia é uma constante na vida das mulheres, na busca de convivências de maior igualdade, de participação política, de reconhecimento de suas atividades no lote, um esforço de superação dos obstáculos da travessia para alcançar a outra margem do rio, que poderá resultar em descanso, em repouso, em prazer, ou seja, em plenitude na convivência com os entes familiares.

Acredito que tal superação ocorre na relação dialética do "existente com seus possíveis"[5]. Ou seja, o real e as condições materiais de existência das mulheres e dos homens possibilitam ou impedem tais possibilidades de superação da realidade atual, vislumbrando o futuro diferente. E a transformação da realidade objetiva é social e histórica, mas não é livre de conflitos, é um enovelamento.

Nesse ínterim, o projeto familiar é um componente importante no conjunto de elementos que promovem alterações no tecido social. Ele comporta as manifestações

[5] Cf. Obras de LEFEBVRE, H., nas Referências Bibliográficas.

culturais, o conjunto de valores, a visão de mundo, os gestos, os papéis sociais, enfim, todo o saber-fazer; expressões arraigadas no conjunto das pessoas, isto é, a experiência acumulada na trajetória de vida, em que os sujeitos – mulheres e homens – buscam a realização de suas paixões, de suas metas, de seus sonhos: a conquista de um futuro melhor e mais feliz.

Nessa travessia, que envolve também o projeto familiar, as mulheres e os homens fazem escolhas, não aleatórias, mas com significações e singularidades próprias. São como deveriam ser: planejadas, pensadas e articuladas com um mundo já construído nas experiências anteriores, que não se desfazem, mas se reconstroem. Por isso, os ajustamentos/modificações no projeto familiar são importantes e necessários, em um enovelamento entre passado, presente e futuro.

A vida das mulheres nos assentamentos de reforma agrária se faz/refaz cotidianamente nessa travessia, que penso, que se constitui em um ir e vir conflituoso em uma sociedade que negligencia outros sentidos possíveis, presentes na construção do conhecimento e nas alternativas de explicação da condição humana, da condição de mulher: os mitos, a imaginação, a estética, a subjetividade, a ética, a poesia.

Enfim, as mulheres estruturam mecanismos de resistência mediante a experiência individual e coletiva no processo de luta pela terra, mais especificamente, nos assentamentos – o lugar de moradia – palcos que reúnem as emoções, as angústias, os sonhos, as expressões culturais, enfim, a vida em todas as dimensões humanas.

A vida das mulheres é intercalada por vivências na busca de novas relações sociais com o intuito de afastar as imposições patriarcais. Para isso, a partir de um esforço pessoal, elas utilizam estratégias, como estarem presentes em grupos e em espaços de poder no interior dos assentamentos. Essa presença gera processos de empoderamento, pautados na aceitação e na composição livre de cada mulher que nutre o desejo de controlar seu próprio destino e que não nega o passado/o vivido, mas que cria relações mais amplas com consciência, com vitalidade e com lucidez.

Por tudo isso, penso em uma pluralidade de mulheres e de homens de diferentes grupos sociais e étnicos, uma vez que não há uma mulher e um homem enquanto gênero universal. Procuro entender as complementaridades com uma junção necessária, entre raça/etnia-gênero-classe social, o que demonstra a imagem metafórica do *nó*, utilizada por Saffioti (2004), compondo a análise da realidade como uma articulação, de modo qualitativo e não de modo quantitativo, com o intuito de analisar o enovelamento patriarcado-racismo-capitalismo e criar mecanismos de ruptura.

Para essa ruptura, acredito na perspectiva positiva do poder que deve se constituir a partir de um processo dialógico, pois as pessoas precisam participar com responsabilidade e compromisso político. Esse poder pressupõe e busca alcançar a igualdade entre mulheres e homens, implica também acesso a bens e ao poder de ambos. Portanto, o processo de empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é precondição para a obtenção da igualdade de direitos entre homens e mulheres. O "[...] empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares." (DEERE; LEON, 2002: 55).

Referências Bibliográficas

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. *O Empoderamento da Mulher:* direito à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencie.* México: Fondo de Cultura Econômica, 1983.

MARTINS, J. S. (Org). *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MURARO, R.M.; BOFF, L. *Feminino e Masculino*: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

ROSA, Guimarães Rosa. *Grande Sertão:* Veredas. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria José Olympio Editora, 1963.

SAFFIOTI, H. I. B. *A Mulher na sociedade de Classes*: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. *O poder do macho.* São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

_____. Rearticulando gênero e classe. In.: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Violência de Gênero*: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. *A formação da classe operária inglesa:* a árvore da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul

Cleusa Maria Gomes Graebin[1]

Resumo
O objetivo do trabalho é analisar as festas de origem açoriana que se realizam no Rio Grande do Sul (Espírito Santo e Terno de Reis), tendo como recorte espacial a chamada Região Açoriana (municípios que receberam colonos açorianos entre os séculos XVIII e XIX). Metodologicamente, trabalha-se com abordagem interpretativa, registrando as festas, descrevendo-as e analisando-as, levando em conta o seu entendimento como processo comunicacional e como patrimônio imaterial. O roteiro de pesquisa é composto de quatro elementos: a) memória coletiva sobre as festas; b) perfil: como se desenvolve a festa em uma determinada conjuntura; c) mensagem: conteúdo da festa, sentido que ela possui no entorno social; d) mediações: relações da festa com instituições externas. São apresentadas aqui, conclusões parciais sobre a pesquisa.
Palavras-chave: açorianos; festas; Rio Grande do Sul.

Abstract
The objective of the work is to analyze the festivity of Azorean origin that takes place in the state of Rio Grande do Sul (Espírito Santo e Terno de Reis), having as space delimitation the so called Região Açoriana (towns that received Azorean colonists between the centuries of XVIII and XIX). Methodologically, the interpretative approach is used, registering the festivities, describing and analyzing them, considering it's understanding as a communicational process and as an immaterial patrimony. The research script is composed of four elements: a) collective memory about the festivities; b) profile: how the festivity develops in a certain conjuncture; c) message: content of the festivity, the meaning that it has on the social environments; d) mediations: relations of the festivity with external institutions. Here are presented partial conclusions about the research.
Key words: Azoreans, Festivities, Rio Grande do Sul.

Introdução

Pode-se observar, a partir de estudos sobre o povoamento e a colonização açoriana no Rio Grande do Sul, a riqueza das manifestações festivas sul-rio-grandenses que tiveram na sua origem, festas e celebrações trazidas pelos ilhéus. Outra constatação é a de como municípios do Rio Grande do Sul buscam desenvolver o turismo cultural, evocando, a sua

[1] Doutora em História. Professora do Curso de História do Unilasalle (Canoas, RS). Apoio: CNPq/ Fapergs/Unilasalle.

açorianidade[2]. Em março de 1991, prefeitos de Osório, Santo Antonio da Patrulha e Tramandaí declaravam que

> *os municípios do Litoral Norte, espacialmente os nossos municípios, buscam garimpar suas origens, mormente as étnicas, para tentar iniciar um processo de desenvolvimento turístico igual ao que embasou a `indústria sem chaminé´ no mundo desenvolvido, que é o turismo histórico cultural. Aqui, no Litoral Norte, nasce o embrião deste qualificado projeto turístico sob o traço comum de "Região Açoriana"... (GHISLANE, 1991, p. 7).*

Não só os municípios do Litoral Norte, mas também, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo, Rio Pardo, Porto Alegre, Gravataí, General Câmara, Mostardas têm revalorizado a cultura local, apoiando a criação de espaços de memória (salas açorianas), a produção de artesanato, manufatura, produtos gastronômicos, a realização de celebrações e festividades, construindo a expressão de uma identidade étnica açoriana.

Na década de 1980, segundo Melo e Nascimento (1996, p. 50), os habitantes de Santo Antônio da Patrulha começaram a descobrir que o seu cotidiano era impregnado por crenças e costumes trazidos pelos açorianos que ali haviam se fixado e começaram a investir na pesquisa e na divulgação das Cavalhadas, festas do Espírito Santo, culinária e artesanato. Em Mostardas, nas últimas décadas do século XX, uma antiga atividade produtiva desenvolvida por mulheres das Ilhas e suas descendentes durante os séculos XVIII e XIX — a tecelagem de ponchos e cobertores —, foi reativada, criando-se cooperativas de artesãs. Em Gravataí, depois de 40 anos, a comunidade retomou a realização de Festas do Espírito Santo, integrando-as ao calendário municipal. As apropriações feitas pelos diferentes grupos s deste repertório cultural têm influenciado a criação de atividades em diversos setores produtivos e também estão associados à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social e cultural que buscam o desenvolvimento dos municípios.

Partindo destas constatações, empreendeu-se pesquisa sobre as festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul. Tratam-se dos festejos relacionados à celebração do Espírito Santo (Folias, Procissões e Bandeiras) e Natal (Terno de Reis), trazidas pelos ilhéus, transplantados do Arquipélago dos Açores para o Sul da América, no século XVIII, como elementos estratégicos de um projeto de ocupação e colonização das Coroa portuguesa.

Os objetivos do trabalho são: inventariar as festas; analisar as mesmas, buscando os significados, os sentidos e as mudanças dos festejos em sua própria historicidade; contribuir, através de discussão teórico-metodológica, para o reconhecimento das festas como patrimônio imaterial; identificar os processos que configuram a identidade comunicacional das festas.

[2] O termo é usado para designar identidade cultural açoriana.

Abordam-se as festas de forma interpretativa, registrando-as, analisando-as e descrevendo-as, levando em conta o seu entendimento como processos comunicacionais e patrimônio imaterial. Para tanto, trabalha-se com o seguinte instrumento:

Categorias	Informações
Localização	Espaços onde a festa é realizada
Marcos temporais	Calendário da festa. Lugar que a festa ocupa no calendário festivo da localidade.
Origem	Documentação e datação histórica da festa realizada.
Historicidade	Significados específicos e o seu universo de sentidos ao longo do tempo.
Organização	Quem organiza a festa.
Dimensão estética	Preparação e ornamentação do espaço festivo.
Ritual	Descrição da festa e das atividades dos participantes
Relações da festa com a mídia	Vínculos estabelece com a mídia
Reconversão produtiva	Geração de atividades produtivas.

Quadro 1: Instrumento de pesquisa sobre as festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul

Fontes: BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados**, São Paulo: Cortez, 1980. DECRETO 3.551, de 4 de agosto de 2000, disponível em http://www.iphan.gov.br, acessado em 15/09/2005. DUARTE, Ana. **Educação patrimonial**. 2. ed. Lisboa: Texto Editora, 1994. MANIQUE, António Pedro; MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social**: Teoria e Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970. PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História**: Patrimônio e história local. Lisboa: Texto Editora, 1994. PROGRAMA Nacional do Patrimônio Imaterial, disponível em http://www.iphan.gov.br, acessado em 15/09/2005.

A metodologia usada para a produção de testemunhos orais será a da história oral[3], através de entrevistas temáticas. Buscar-se-á entrevistar em cada cidade: festeiros; membros de Irmandades; memorialistas locais; membros de casas de culturas, arquivos históricos e museus; autoridades locais, entre outros. A documentação escrita e imagética compõe-se de: relatos de viajantes; documentação de Irmandades religiosas; documentação eclesiástica; matérias de jornais; fotografias; gravuras, entre outros. A utilização dos documentos (escritos e imagéticos)[4] requer a percepção de que são registros históricos, produtos de uma sociedade,

[3] Ver: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos, São Paulo: Ed. T A Queiroz, 1979. CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. 1v, 2v. Petrópolis: Vozes, 1990. ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza (orgs.). Cultura oral e narrativas. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 12, 1999. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. PENNA, Rejane. **Fontes Orais: avanços e perspectivas.** Porto Alegre, Edipucrs, 2005. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**, nº 15, Abril/97, p. 13-50. SAMUEL Raphael. História local e história oral. Revista Brasileira de História, vol. 9, nº 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, st., p. 219-243, 1989. THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

[4] Ver: LE GOFF (op. cit); DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. São Paulo: Papirus, 1996. ECKERT, Cornélia (org.). **Imagem em foco**: novas perspectivas em antropologia. Porto Alegre, UFRGS, 1999. LEITE, Míriam Moreira. **Retratos de Família. Leituras de**

de suas tensões e conflitos, das relações de poder e, portanto, escritos com certa intencionalidade. Evidenciam olhares, valores e referenciais sociais e culturais. O historiador escolhe os documentos e estes, por sua vez lhe permitem efetuar uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época da sociedade que os produziram. Assim, o historiador anuncia uma versão, dentre tantas possíveis, sobre o passado, a partir das escolhas efetuadas (LE GOFF, [s.d.], p. 94-104).

1. O conceito de festa[5]

A festa é um fenômeno de natureza sócio-cultural e permeia toda a sociedade. Resgata, pondo em evidência, de tempos em tempos, o conteúdo humano que deve ser comemorado e celebrado. As festas são atos coletivos que rompem com o tempo regular (facilmente previsto), dando lugar, embora pontualmente, a um tempo novo (em parte ideal ou utópico). Em outras palavras, desorganizam o cotidiano (a racionalidade), permitindo que os indivíduos, agrupados e solidários interpretem um jogo no qual procuram quebrar as normas em uso, numa alegoria de regeneração da comunidade ou, ainda, que sejam seduzidos pelos poderes vigentes para sancionar a ordem estabelecida. Por outro lado pode ser a força aglutinadora dos cotidianos dispersos. Através da gênese das festas e das suas diversas recriações podem ser vistos os costumes, os símbolos, as crenças, os ritos, isto é, o humano em sua criação.

Além de serem parte da tradição, as festas devem ser vistas como estratégias de resistência às formas de controle impostas, como resultado de confrontos e negociações e como um refazer constante e coletivo da memória, na medida em que comunidades e grupos recolocam no presente, alguns acontecimentos que a compõem. O espaço da festa é, também, um espaço plural, permitindo a emergência de múltiplos mecanismos promotores de sociabilidade, bem como evidencia uma prática agregadora de valores que são exaltados sob o signo identitário dos participantes, que comungam os mesmos interesses e expectativas. As

---

Fotografias Históricas. São Paulo: Edusp, 1993. VIEIRA, M. P. A. et alli - **A pesquisa em história** São Paulo: Ática, 1991. WHELLING, Arno e WHELLING Maria José C.M. **Memória social e documento**: uma abordagem interdisiciplinar. Rio de Janeiro: Uni-Rio,1997.

[5]Ver: DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis.** Rio de Janeiro: Graal, 1980. DEL PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994. DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DUVIGNAND, J. **Fêtes et civilizations**. Paris: Weber, 1973. ITANI, Alice. **Festas e calendários.** São Paulo: UNESP, 2003. ISAMBERT, F. **Le sens du sacré**. Paris: Minuit, 1982. MORAES FILHO, M. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

festas têm valor político, pois conservam os traços do simbolismo presente na memória, assinalando a transmissão de costumes, as rupturas destes, como forma de resistência e a criação constante de outras formas de dominação, produzindo outros significados e expressões. Mesmo que controladas pelo Estado (calendários turísticos) e a Igreja (calendário litúrgico), são captadas pelo povo, que faz uso do seu sentido de construção, elaboração da identidade e solidariedade entre os diferentes, a ponto de fazer delas um modo de ação e participação particularmente marcante na história.

1.1 As festas como patrimônio imaterial[6]

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco (17/10/2003), entende-se por Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Considerar as festas como patrimônio imaterial, é reconhecer os seus significados específicos e o seu universo de sentidos em espaços historicamente datados. O inventário, a pesquisa e a sua divulgação, valorizam e colocam este patrimônio a serviço do presente, num trabalho de ativação da memória social, recuperando conexões e tramas perdidas, promovendo a sua apropriação pelas comunidades, reconstruindo e/ou reforçando identidades, auto-estima e capacitando pessoas para que não permitam a extinção de valores culturais.

1.2 As festas como processos comunicacionais

As formas de sociabilidade brasileira, desde o período de colonização são marcadas pelas trocas culturais, estando ambas estreitamente relacionadas à realização de festas. Estas, por sua vez são linguagens capazes de expressar simultaneamente múltiplos planos simbólicos. Indivíduos e grupos se comunicam através das festas. A identidade comunicacional das festas, neste trabalho, será caracterizada por um processo determinado por três fluxos convergentes (conforme Marques de Melo, 1970, p. 31-32).

---

[6] Ver: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. GONÇALVES, José Reginaldo Santos**. A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro:UFRJ, 1996. GUARNIERI, W. R. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, IBPC, Rio de Janeiro, n. 3, 1990. Legislação sobre patrimônio imaterial (ver Anexos A, B e C).

a) Fluxo de comunicação interpessoal: produz comunhão grupal ou comunitária em torno de motivações socialmente relevantes.

b) Fluxo de comunicação massiva: mobilização das relações entre os grupos e a coletividade, através das mediações propiciadas pelas indústrias midiáticas, em espaços geograficamente delimitados - locais, regionais, nacionais.

c) Fluxo de intermediação comunicativa: articula relações institucionais. Instituições comunitárias decidem o que e como celebrar, e com que parceiros. Produz a interação entre as comunicações interpessoais e massivas.

2. Resultados iniciais da pesquisa sobre as festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul

2.1 Inventário das festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul

A partir dos primeiros dados levantados foi possível verificar algumas cidades do Rio Grande do Sul onde são realizadas as festas, objeto desta pesquisa.

Cidade	Período
São Lourenço do Sul	Maio
Gravataí	Maio
Mostardas	Maio
Criúva (Distrito de Caxias do Sul)	Maio
Vila Seca (Distrito de Caxias do Sul)	Maio
Porto Alegre	Maio
Jaguarão	Maio/Junho
Rio Grande	Maio
Santo Antônio da Patrulha	Maio/Junho
São Sepé	Junho

Quadro 2: Mapeamento das Festas do Espírito Santo no Rio Grande do Sul

Cidade	Período
Taquari	Final de Dez. a 06/Jan.
Canoas	Final de Dez. a 06/Jan.
Osório	Final de Dez. a 06/Jan.
Barão de Cotegipe (Sérvia)	Final de Dez. a 06/Jan.
Bento Gonçalves	Final de Dez. a 06/Jan.
Gravataí	Final de Dez. a 06/Jan.
Vera Cruz (Vale do Rio Pardo)	Final de Dez. a 06/Jan.
Rio Pardo	Final de Dez. a 06/Jan.
São Marcos	Final de Dez. a 06/Jan.
Criúva (Distrito de Caxias do Sul)	Final de Dez. a 06/Jan.

Quadro 3: Mapeamento dos Ternos de Reis no Rio Grande do Sul

2.2 As Festas do Espírito Santo: o exemplo de Jaguarão

Maria Cristina M. da Silva, coordenadora da Comunidade e da Paróquia do Divino Espírito Santo relata que a igreja foi construída em 1847 e que existem registros da festa há oitenta anos. Informa que é feito

> ...um grande evento aqui na praça, de bandas de musica e depois então é iniciada a novena do Espírito Santo e aí, por cada dia é uma comunidade, são movimentos da igreja, da cidade que participam, sempre cada dia é direcionada a um público, tem dias para os jovens, para a terceira idade, os comerciantes, para as pessoas que trabalham no campo, arrozeiros, então cada dia a gente faz um dia da novena específico para aquele público [...] É da nossa cidade, não é uma festa da comunidade ou da paróquia, mas sim UMA FESTA DA CIDADE e geralmente o prefeito e as autoridades da cidade fazem parte dessa festa [...] é no salão paroquial a gente reúne todos e faz uma confraternização. Depois aqui nessa praça no lado das bandeiras onde nós nos encontramos agora, o município coloca banquinhas e cada comunidade faz, acontece uma grande quermesse, então cada um vai trazendo aquilo que fez durante o ano, a Pastoral da Saúde, os que ajudam os pobres, [...] as catequistas, então, trazem e vendem [...] é uma festa muito bonita... (Entrevista de Jan./2007)

Santos (1992), ao se manifestar sobre as festas do Espírito Santo, nos Açores, coloca que estas foram, na sua origem que remonta a Portugal continental e são, profundamente populares, com uma finalidade anarquista regeneradora. A sua teatralização pretende mostrar o caráter mágico do qual se reveste a abundância dos bens, o reconhecimento de funções e de papéis sociais, o reforço de solidariedades; e a intervenção em hierarquias, bem como no exercício de poderes estabelecidos.

No caso de Jaguarão, em tempo e espaço apropriados pela comunidade, é reforçada a prática de corrigir injustiças sociais, com a presença das entidades assistenciais, angariando fundos para seus trabalhos através do comércio de diversos produtos. A Igreja apropriou-se da festa popular, colocando regras e dispositivos, normatizando a sua realização, reafirmando, inclusive, a hierarquia social, ao estipular que as novenas fossem realizadas, separadamente, para públicos diferenciados. O próprio cortejo, parte integrante do ritual da festa, reflete a organização da sociedade jaguarense, dando-lhe sentido, codificando-a, difundindo-a e retroalimentando-a.

2.3 Terno de Reis em Canoas: a invenção de uma tradição

Conforme o Sr. Adão, mestre da Associação Terno de Reis em Canoas,

> Olha nós [membros da família fundadora] somos uma mistura [étnica]... lá pelo interior de Barros Cassal, que a gente é oriundo da roça, cantavam Reis pra lá. Quando a gente veio pra cá, pra Canoas [ocupação do antigo *Jockey Club*], depois passou anos a gente resolveu a resgatar que a gente trabalhava nas comunidades eclesiais de bases e teve um ano agora, não me lembro qual o ano que [o tema] era

> culturas oprimidas, resgatando as culturas oprimidas e aí nós começamos a pensar [...] aí resolvemos fazer um grupo (Entrevista em novembro/2006)

A vinda do interior para a Região Metropolitana transformou o cotidiano da família Flores. Foi um tempo de luta pela moradia na ocupação da área do antigo Jockey na cidade de Canoas, enfrentando poderes constituídos e sofrendo diversos tipos de opressões. As raízes fundantes da identidade foram solapadas. No entanto, tempos idos foram iluminados pela memória e tradições foram reinventadas para ressignificar e dar sentido à vida na cidade. O Terno de Reis coloca-se como um ato de resistência de sujeitos sociais atingidos por práticas desintegradoras de experiências de vida.

Primeiras conclusões

O estudo das festas não pode ser feito de modo estanque. Deve estar correlacionado com a vida cotidiana, suas rotinas, invenções, acomodações, adaptações e resistências, bem como aos contextos históricos de ocorrência.

Ao inventariar as festas percebe-se que em alguns dos municípios da *Região Açoriana,* as festas têm sido realizadas ao longo de 250 anos (de forma intermitente ou não), e em outros, agentes diferenciados buscam a sua retomada, após décadas sem ocorrência. Verifica-se, também, a tentativa de grupos de, por meio das festividades, conquistar a hegemonia cultural. De acordo com os enfrentamentos, mediações e negociações entre agentes socialmente desnivelados, são operados sentidos cujo conteúdo vai sendo alterado conjunturalmente, sempre de acordo com a relação das forças em movimento.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados**, São Paulo: Cortez, 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos, São Paulo: Ed. T A Queiroz, 1979.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. 1v, 2v. Petrópolis: Vozes, 1990.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DECRETO 3.551, de 4 de agosto de 2000, disponível em http://www.iphan.gov.br, acessado em 15/09/2005.

DEL PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUARTE, Ana. **Educação patrimonial**. 2. ed. Lisboa: Texto Editora, 1994.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. São Paulo: Papirus, 1996.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. DUVIGNAND, J. **Fêtes et civilizations**. Paris: Weber, 1973.

ECKERT, Cornélia (org.). **Imagem em foco**: novas perspectivas em antropologia. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza (orgs.). Cultura oral e narrativas. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 12, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GHISLENE, Maria Helena Peña. **Açorianos no Rio Grande do Sul: documentos interessantes.** Porto Alegre: Caravela, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos**. A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro:UFRJ, 1996.

GUARNIERI, W. R. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, IBPC, Rio de Janeiro, n. 3, 1990.

ISAMBERT, F. **Le sens du sacré**. Paris: Minuit, 1982.

ITANI, Alice. **Festas e calendários.** São Paulo: UNESP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. **Enciclopédia Einaudi**, v.1: Memória – História, p.94-104.

LEITE, Míriam Moreira. **Retratos de Família. Leituras de Fotografias Históricas.** São Paulo: Edusp, 1993.

MANIQUE, António Pedro; MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social**: Teoria e Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação Social**: Teoria e Pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

MARQUES, Lilian Argentina B. e outros. **Rio Grande do Sul**: aspectos do folclore. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992, p. 118-121.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MEYER, Augusto. **Guia do folclore gaúcho**. 2. ed. Rio de Janeiro: INL-MEC-IEL, 1975, p. 66-74.

MORAES FILHO, M. **Festas e tradições populares no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

PENNA, Rejane. **Fontes Orais: avanços e perspectivas.** Porto Alegre, Edipucrs, 2005.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**, nº 15, Abril/97, p. 13-50.

PROENÇA, Maria Cândida. **Didáctica da História**: Patrimônio e história local. Lisboa: Texto Editora, 1994.

PROGRAMA Nacional do Patrimônio Imaterial, disponível em http://www.iphan.gov.br, acessado em 15/09/2005.

SAMUEL Raphael. História local e história oral. Revista Brasileira de História, vol. 9, nº 19. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, st., p. 219-243, 1989.

SANTOS, João Marinho dos. As funções da festa. In: MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **A Festa nos Açores**. Ilha Terceira (Açores): Serafim Silva, 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VIEIRA, M. P. A. et alli - **A pesquisa em história** São Paulo: Ática, 1991.

WHELLING, Arno e WHELLING Maria José C.M. **Memória social e documento**: uma abordagem interdisiciplinar. Rio de Janeiro: Uni-Rio,1997.

Fontes

Entrevista com Maria Cristina M. da Silva, Coordenadora da Paróquia do Divino Espírito Santo Jaguarão, janeiro/2007.

Entrevista com Adão Flores.Mestre do Terno de Reis da Vila Santo Operário, Canoas. Novembro/2007.

MELO, Itamar; NASCIMENTO, Solano. Tudo em Santo Antônio lembra os Açores. In: **Zero Hora**, 3 de setembro de 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Civilizar" e "Aperfeiçoar": Debates e projetos para a modernização da Nação

Teresa Cribelli*

Resumo:
O presente trabalho é uma análise preliminar de uma seleção de termos de "modernização" utilizados por brasileiros do século XIX. As palavras *aperfeiçoar* e *civilizar* revelam o conservadorismo das elites brasileiras no tocante à adoção de tecnologias "modernizadoras". Políticos, cientistas e fazendeiros brasileiros estavam bem informados acerca das novas tecnologias produzidas nos Estados Unidos e na Europa. No entanto, na sociedade, muitos temiam os efeitos que tais inovações poderiam ter sobre a ordem social. Queriam "modernizar" sem pôr em risco suas posições privilegiadas. De onde emergiu este conservadorismo? Como estas atitudes, conforme revelado por este vocabulário, moldaram o processo de modernização no Brasil do século XIX?
Palavras-chave: Modernização, Tecnologia, Sociedade.

Abstract: This paper is a preliminary analysis of a selection of the terms of "modernization" utilized by nineteenth-century Brazilians. The words aperfeiçoar and civilizar reveal the conservatism of Brazilian elites in regards to the adoption of "modernizing" technologies. Brazilian politicians, scientists, and fazendeiros were all well informed about new technologies being produced in the United States and Europe, but many in society were fearful of the effects such innovations might have on the social order. They wanted to "modernize" without endangering their privileged positions. From whence does this conservatism emerge? How did these attitudes, as revealed in this vocabulary, shape the process of modernization in nineteenth-century Brazil?
Key Words: Modernization, Technology, Society.

"With latest connections, works, the inter-transportation of the world,
Steam-power, the great express line, gas,
petroleum
These triumphs of our time, the Atlantic's
delicate cable,
The Pacific railroad, the Suez Canal, the
Mont Cenis and Gothard & Hoosac Tunnels, the Brooklyn Bridge
The earth all spann'd with iron rails,
with lines of steamships threading every sea…"
Walt Whitman, "Song of the Exposition"[1]

---

[1]* Doutoranda pela Universidade de Johns Hopkins, Maryland, E.U.A., bolsista Fulbright.

"Com as últimas conexões, obras, o inter-transporte no mundo, O motor a vapor, a grande linha expressa, gás, petróleo Estes triunfos de nosso tempo, o delicado cabo do Atlântico, A estrada de ferro do Pacífico, o Canal de Suez, os túneis dos Montes Cenis, Gothard e Hoosac, a Ponte do Brooklyn, A Terra toda traçada com trilhos de ferro,
com linhas de navios a vapor cruzando todos os mares..."

"Meu olhar, enfarado e distraído, viu enfim chegar o século presente... Aquêle vinha ágil, destro, vibrante, cheio de si, um pouco difuso, audaz, sabedor, mas ao cabo tão miserável como os primeiros, e assim passou..."
Machado de Assis, Memórias Pósthumas de Brás Cubas

Este trabalho apresenta reflexões provisórias e iniciais para o desenvolvimento de um projeto de dissertação sobre o processo de modernização no Brasil entre os anos de 1850 e 1889. Uso o termo "modernização" (uma palavra reconhecidamente do século XX) para me referir às mudanças sociais e econômicas, em um conceito mais amplo, ocorridas nas sociedades humanas no século XIX. Quanto a isto, a modernização tem várias facetas, seja o acúmulo de capital e o aumento da industrialização, ou o surgimento de um conceito de uma sociedade de massa ou civil uniforme e das inovações institucionais e sociais que serviriam a suas necessidades coletivas (ou seja, a educação pública). É no âmbito desta abrangente matriz que me proponho a identificar e situar um discurso brasileiro de modernização. Busco saber qual era a linguagem da "modernização" na sociedade brasileira. O quê este vocabulário nos revela acerca das atitudes subjacentes quanto à modernização? Como um país situado na periferia das revoluções econômicas e sociais do século XIX reage às tecnologias que surgem no "epicentro" da Europa e dos Estados Unidos?

Neste sentido, buscar compreender o real significado da linguagem utilizada torna-se elucidativo para dar inicio aos questionamentos da pesquisa. Compreende-se assim a forma como a própria sociedade pensava seus projetos, a luz de seu próprio tempo.

É claro que brasileiros do século XIX não falavam necessariamente em termos de "modernização"; seu vocabulário era, com freqüência, bem diferente. Palavras como "civilizar" e "aperfeiçoar" aparentam ser importantes; são utilizadas repetidamente em publicações diversas do século XIX, desde *O Auxiliador da Indústria Nacional,* e a *Revista Agrícola do Imperial Instituo Fluminense de Agricultura,* ao *O Jornal do Commercio,* e inúmeras outras publicações do governo e particulares. O presente trabalho pretende explorar o significado que se pode depreender destas escolhas de palavras. O quê elas podem nos dizer acerca da sociedade que as utilizava?

O primeiro termo, *aperfeiçoar,* foi utilizado especialmente em relação a equipamentos agrícolas. O verdejante cenário tropical do Brasil foi uma das razões pelas quais as elites recorreram à agricultura "científica" como uma base de riqueza e a melhor maneira de se construir uma economia moderna; viam a introdução ou invenção de "*máquinas*

aperfeiçoadas" como a solução para a escassez de mão-de-obra do Brasil e a maneira mais eficaz de se utilizar seus recursos naturais. O uso de *aperfeiçoar* pode refletir, em parte, o fato de que as primeiras máquinas normalmente vinham do exterior; tinham que ser adaptadas às condições e restrições locais.[2] A *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* fornece um exemplo deste termo:

> *"...esta bella e mais importante parte da antiga monarchia portugueza em pouco tempo deveria tomar grande desenvolvimento, entrando em relações directas com as nações cultas, e, demais, convencido do muito que ganhariamos, já estudando e conhecendo as immensas riquezas com que nos brindou o Creador, já bem aproveitando a espantosa fertilidade do solo brazileiro, para o que não podiamos dispensar a introducção de máquinas aperfeiçoadas e de novos processos* [de cultivação]*, lembrou-se, em 1816, de crear um sociedade que tivesse por fim especial tratar de objectos que tão de perto nos interessa." (O Auxiliador da Indústria Nacional,* Janeiro de 1878, n. 1: 18*)*[3]

Aperfeiçoar, segundo a definição do oitocentos, citada no *Diccionário da Língua Portugesa,* significa "acabar de tudo, com perfeição, polir, consummar".[4] (SILVA: 1831) A definição não sugere a criação de algo novo, inovação pela inovação em si. Ao contrário, aponta para a idéia de tomar o que já existe e aprimorá-lo, torná-lo completo; sugere uma idéia formada anteriormente que é perfeita em si mesma - e uma realidade material que necessita apenas de um alinhamento a ela por meio de cuidadosos ajustes e experimentações.[5] As "*máquinas aperfeiçoadas*" descritas nas páginas de *O Auxiliador da Indústria Nacional,* não eram revolucionárias no sentido de mudar as fundações subjacentes da sociedade, mas eram feitas para "melhorá-las", para fazer com que as estruturas existentes funcionassem com mais eficácia. Esta abordagem cautelosa em relação às novas máquinas da época sugere, na sociedade brasileira do século XIX, um temor subjacente quanto à rápida inovação. Esta dinâmica é ilustrada na seguinte carta de um "*fazendeiro de espírito inculto*" que desejava ver a introdução das ferrovias no estado do Rio de Janeiro:

> "*Lembra-me, Sr. Redator, quantas dificuldades não suscitou entre nós a empreza da navegação por vapor: era nova, era nascente; parecia tambem um bicho de sete cabeças: para nós era muito cedo ainda; entre nós não podia essa empreza produzir por então resultado algum...E todavia consultem-se os factos: o vapor está admittido entre nós como meio de navegação; e taes são os beneficios que delle nós hão resultado ao commercio, á facilidade de das comunicações, que ninguém há, sensato, que não abençôe os primeiros emprezarios que para entre nós transplantarão o uso*

---

[2] Por exemplo, um anúncio de "*Debulhadores de Milho Aperfeiçoados"* alegava que estas máquinas eram leves e facilmente transportadas por mulas e, portanto, interessante para os *fazendeiros* que viviam no interior. Como se sabe, a dificuldade de transporte era um grande obstáculo para o deslocamento de equipamentos de grande porte neste período. *Jornal do Commercio*, 7 de Janeiro de 1853, p. 4.

[3] Artigo originalmente impresso em *O Auxiliador da Indústria Nacional*, na década de 1830.

[4] SILVA, ANTONIO DE MORAES DE. *Diccionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Impressão Regia, 1831.

[5] Compare esta retórica com a do poeta norte-americano Walt Whitman. Para Whitman, as máquinas abriam horizontes sem limites; os futuros expandidos que as novas tecnologias trariam podiam ser imprevisíveis, mas sempre se esperava que fossem positivos. *Vide* "Song of the Exposition", de Walt Whitman.

> *desse poderoso elemento de tão rapida navegação...”* (*Jornal do Commercio,* 11 de Maio de 1849: 1)

Nosso *fazendeiro inculto* apresenta uma mentalidade progressivista não freqüentemente associada a membros de sua “classe” por historiadores que estudam o Brasil. No entanto, o que é importante para a presente análise não é seu “progressivismo”, mas o medo da inovação e o conservadorismo que atribui à maioria de seus pares. A relutância de seus compatriotas em construir ferrovias foi semelhante à sua resistência inicial quanto à introdução dos navios a vapor. Não obstante, os últimos tiveram uma influência positiva sobre a sociedade e, segundo prevê, as primeiras também o terão. Seria fácil compartilhar a atitude de desaprovação de nosso *fazendeiro* em relação a seus pares, desconsiderá-los por serem retrógrados e obtusos, mas este conservadorismo deve ser contextualizado. O Brasil do século XIX era uma sociedade escravocrata na qual os brancos estavam cercados de escravos e populações miscigenadas livres. Os proprietários de escravos viviam sob a sombra da Revolução do Haiti; eles viram o perigo que, segundo sua perspectiva, a introdução de novas idéias podia apresentar para a ordem social. Além disso, nossa carta data de 1849; convém lembrar a rodada de revoluções que balançaram a Europa em 1848 e a reação política dos que estavam no poder. A questão que deve ter tirado o sono da elite brasileira (uma questão cujo resultado era incerto) era a seguinte: a inovação poderia ser explorada sem fundamentalmente minar a ordem social? Estes *fazendeiros* não eram necessariamente seguidores comprometidos da “religião” do liberalismo ou do progressivismo; seu objetivo principal era lucrar. Como obter lucros do sistema que herdaram? Como perpetuar este sistema que funcionava bem para eles? Como controlar os resultados da inovação?

O fato de proprietários de escravos brasileiros viverem com o medo constante de uma rebelião de escravos, sobretudo após os recentes acontecimentos no Haiti (vem à mente a imagem de um barco a remo em um mar revolto) fica bem aparente no seguinte texto:

> *“Não nos iludamos. Há em todo escravo um só sentimento, uma só idéia firme, o rancor e a sede de vingança contra a gente livre...logo que o ensejo lhe fôr propicio esse sentimento fará erupção: e qual outro mais próprio do que a emancipação rápida de cinco milhões [obs.: correção manuscrita no texto lista 1.500.000 indivíduos], que só almejam o momento de ajustar contas a respeito dos barbaros castigos inventados pelos colonos portugueses.” (*DUROCHER, 1871: 8)

A autora, uma enfermeira francesa, que trabalhara como parteira da Princesa Leopoldina, aconselha que “civilizar” escravos através da educação era uma forma de transição dos abusos da escravidão colonial portuguesa “retrógrada” sem, em última instância,

alterar a hierarquia social estabelecida por este mesmo sistema.[6] Sua proposta almejava educar escravos e ex-escravos para que aceitassem um papel mais leve na sociedade, apesar de ainda subordinado. Ela sugere o uso de uma nova terminologia:

> "*...insistimos na mudança do título de escravo para subordinado e de senhor para o de superior....O filho do subordinado é livre pelo simples facto de ser brasileiro; o senhor ou superior será o tutor natural dos filhos de suas subordinadas e sujeito aos deveres e encargos da tutoria...*" (DUROCHER, 1871:13)

"Civilizar", para Durocher, significava uma ordem social mais gentil, mais suave, porém, uma ordem que ainda delineava claramente uma hierarquia, com as famílias brancas instaladas no topo – a única mudança importante era que em vez de manutenção pelo chicote, esta ordem seria mantida por um tipo de paternalismo benigno.[7] É claro que esta idéia de orientação protetora já fora prometida antes. As justificativas originais para se escravizar os africanos tinham natureza ostensivamente tutelar; esta relação era justificada por fontes tão diversas quanto Aristóteles e Antonio Vieira. "Civilizar", para Durocher, significava pôr em movimento um processo, no qual, escravos emancipados aceitavam, com amor e graça, sua subordinação. A autora de maneira alguma sugere uma reversão ou transformação desta hierarquia subjacente ou dos mecanismos sociais e econômicos que a motivam. Seria mais um retiro em um paternalismo esperançoso do que um programa concreto para reforma.

Outro plano fantástico para "civilizar" o Brasil pode ser visto no seguinte exemplo extraído da *Revista Agrícola do Instituto Imperial Fluminense de Agricultura*. O artigo propõe civilizar a terra *e* sua população pobre através da introdução de bosques de eucalipto. O eucalipto, como se sabe bem, exige muito do lençol freático, e até hoje é usado para limpar pântanos e zonas úmidas. O texto propõe que o plantio de eucalipto não iria apenas drenar os miasmas infecciosos das áreas pantanosas, mas este processo também levaria à purificação mágica da população local (talvez devido ao aroma do óleo de eucalipto) e a tornaria mais receptiva às energias civilizatórias de seus superiores:

> *"Sua constituição física depauperada, seus ventres bojudos, pernas de côr pardacenta, membros infiltrados, tudo desapparecerá em pouco tempo a vida e a saúde se manifestarão por seus caracteres próprios, [torna-se] hão aptos para adquirir uma civilização vantajosa, desaparecendo essas raças meio selvagens que são o opprobrio da humanidade." Revista Agrícola do Instituto Imperial Fluminense de Agricultura,* Junho de 1874: 28

---

[6] Durocher não é brasileira, no entanto, sua intimidade com a corte e com políticos importantes da época torna seu texto útil por refletir as atitudes dos que a cercavam. É interessante notar que esta publicação foi dedicada ao conservador Barão de Cotegipe.

[7] Para uma discussão mais detalhada sobre a idéia de se "civilizar" escravos e escravos emancipados pela educação, vide "FONSECA, M.V. *A Educação dos Negros: Uma Nova Face do Processo de Abolição da Escravidão no Brasil*. Brangaça Paulista: Edusf, 2002.

Isto parece claramente absurdo para observadores dos dias de hoje – mas, de maneira importante, remete ao argumento de Durocher – cada autor busca retratar-se como o reformador dos males da sociedade sem examinar detalhadamente quais são estes males. Um de nossos autores espera que uma mudança de vocabulário cause uma reversão de atitude ou posição; o outro recorre a árvores importadas para purificar, de maneira mágica, sua população miscigenada e transformá-la em trabalhadores árduos, saudáveis e "civilizados".

Nosso exemplo final demonstra como o próprio terreno era um "personagem" a ser civilizado. Percebe-se, nos escritos deste período, tanto uma reverência à abundância natural do Brasil quanto um medo de seu "aspecto selvagem". O seguinte poema ilustra a alegre submissão das florestas tropicais brasileiras às forças civilizatórias da tecnologia, neste caso, a ferrovia:

> *"**A locomotiva no Brazil***
>
> *As montanhas, quando eu passo,*
>
> *Me saúdam na passagem,*
> *O riso cala na margem*
> *Hinos de queixa e do amor*
> *Tudo se expande me vendo*
> *No seio da natureza:*
> *A ave, a fera surpresa,*
> *O ninho, a cratera, a flor*
>
> *Na Vertigem da carreira*
> *Dansão-me os gênios das matas;*
> *Os cedros, as cataratas,*
> *A cobra, a onça, o jaguar.*
> *Na minha historia brillhante*
> *Luz e trabalho resumo;*
> *N'este penacho de fumo*
> *Que arremesso para o ar.*
> (*Gazeta Acadêmico,* Ano I, 22 de Janeiro de 1873: 13)

Apesar de a palavra "civilizar" não ser empregada diretamente aqui, seu significado fica implícito neste texto. As cobras, onças, jaguares e os "índios dançantes" brasileiros, todos reconheceriam o "brilho" da locomotiva quando esta passa pela floresta. O próprio terreno se ofereceria de bom grado, à semelhança dos escravos de Durocher, a uma transformação mágica realizada pela fumaça do motor a vapor da locomotiva. Neste contexto, observam-se similitudes com o conceito norte-americano de *Destino Manifesto*.[8]

Que fazemos com estes poucos e pequenos exemplos de um discurso mais amplo que se desenvolveu por um período de cinqüenta anos ao longo do oitocentos? Minhas primeiras

[8] As imagens retratadas neste poema tiveram eco em uma pintura de John Gast chamada Progresso Americano (*American Progress).* Nesta obra os nativos e os animais selvagens fugiam da chegada dos colonos e das linhas de telégrafo. Vide http://www.csub.edu/~gsantos/img0061.html.

observações mostram que as elites brasileiras, durante o período Imperial, estavam bem conscientes das inovações da Europa e dos Estados Unidos, mas eram mais cuidadosas quanto à adoção de tais tecnologias. Seu cuidado, vale ressaltar, era, em parte, baseado em uma escassez de capital. Mais importante, no entanto, é o fato de os brasileiros estarem preocupados com os efeitos não-controlados que tais transformações poderiam desencadear. Podemos, naturalmente, entender suas decisões como uma tentativa de ampliar a duração da escravidão ou de aumentar os lucros que com ela obtinham, e não estamos totalmente equivocados ao fazê-lo. Mas o julgamento ético que emana desta observação não pode preceder uma tentativa consciente de entender as escolhas que acreditavam estar fazendo; a prosperidade dos dias de hoje também contém suas próprias formas de exploração, opressão, e expropriação. As gerações futuras, sem dúvida, verão nossas falhas com mais clareza do que as vemos. Os termos "*aperfeiçoar" e* "*civilizar"* revelam, nas entrelinhas, as restrições atuantes sobre as elites brasileiras ao lidar com a modernidade.

Bibliografia:

DUROCHER, M.J.M, *Idéias por Coordenar A Respeito da Emancipação*. Rio de Janeiro: Tip. Diário do Rio de Janeiro, 1871, p. 8.

SILVA, Antonio de Moraes de *Diccionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Patrimônio e Coleções Científicas

Roberta Nobre da Câmara[1]

Resumo: O principal objetivo do seguinte artigo, *Patrimônio e Coleções Cientificas*, é refletir sobre os documentos que asseguram a salvaguarda do patrimônio cientifico nacional. Ao longo do artigo, discutiremos documentos referentes ao patrimônio científico, enfatizando sua importância, formas de preservação e guarda e a necessidade de sua valorização. Veremos a importância da divulgação desse patrimônio, muitas vezes restrito a laboratórios, para que seja apreendido e valorizado.
Palavras -chave: Patrimônio.Coleções Científicas.Divulgação Cientifica.

Abstract: The main goal of the following article, *Heritage and Scientific Collections*, is to reflect on the documents that assure the safeguard of the national scientific heritage. Along the article, we will discuss documents reffering to scientific heritage, emphasizing its importance, forms of preservation and keeping and the necessity of its valorization. We will see the importance of the spreading of this heritage, many times restricted the laboratories, to be apprehended and valued.
Key-Words: Heritage.Scientif Collections. Science Communication.

Introdução

Nosso trabalho será apresentado em três partes. Na primeira parte faremos uma breve exposição como o patrimônio se situa diante da legislação brasileira.

Na segunda parte do trabalho, apresentaremos variados documentos referentes ao patrimônio científico, que enfatizam sua importância, formas de preservação e guarda e a necessidade de sua valorização.

Na terceira parte, apresentaremos como uma instituição de porte da Fiocruz tem agido para a divulgação e apreensão de seu patrimônio. Nosso foco será a exposição *FIOCRUZ: Patrimônio Científico e Cultural da Saúde.* Veremos a importância da divulgação desse patrimônio, muitas vezes restrito a laboratórios para que seja apreendido e valorizado, uma vez que coleções científicas são referência de patrimônio natural, de produção de saber e de pesquisas cientificas.

Mais que isso, coleções cientificas muitas vezes são fruto de expedições, de pesquisas de campo, de noites em acampamentos, de troca entre coletores, da busca por exemplares

[1] Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

raros em terras desconhecidas. É isso que nos interessa, perceber esse patrimônio de forma emotiva, perceber que esse patrimônio para ser conservado pode ter funções mais amplas do que estar restrito a cepas laboratoriais.

Patrimônio e Leis Brasileiras

No Brasil, preocupações com a formação de uma nação brasileira eram anteriores à república, no entanto, é na Era Vargas que verificamos ênfase nas políticas de valorização da Nação e a adoção de legislação específica referente a patrimônio histórico. Segundo o decreto-lei 25 promulgado no Estado-Novo, "*Patrimônio é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja preservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico*" (BRASIL, 1937). Segundo esta definição, os fatos "memoráveis" deveriam ser valorizados que abria precedente para a valorização mais relevante de feitos do passado.Apenas algumas décadas depois que essa posição foi revista. Como parte de um movimento mundial, de novos significados a palavra patrimônio, é elaborada a *Declaração do México de 1985* (ICOMUS, 1985), resultado da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, que define como patrimônio cultural o conjunto de manifestações técnicas, bibliográficas e artísticas, do **passado e do presente**. Apenas três anos depois da *Declaração do México*, é promulgada a Constituição Brasileira, com severas diferenciações da definição do Estado Novo.

Consoante a Constituição Brasileira de 1988, segundo o capítulo III, seção II, art. 216, o Patrimônio Cultural Brasileiro é constituído por:

> *Bens materiais e imateriais, que incluem:*
> *I-as formas de expressão;*
> *II- os modos de criar, fazer e viver;*
> *III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
> *IV- obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico- culturais;*
> *V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico*. (BRASIL, 1988)

Como vimos, o patrimônio científico está explicito no artigo 216, Incisos III e V da Constituição Federal de 1988.

Conforme o Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, patrimônio "é o complexo das relações jurídicas de uma pessoa que tiverem valor econômico" (NAUFEL, 2002, p.680).

Para o Código Civil, artigo 57, o patrimônio e a herança constituem coisas universais, ou universalidades, e como tais subsistem, embora não constem de objetos materiais.

Cabe, portanto, ao poder público **com a participação da sociedade** promover e proteger esse patrimônio, por meio de tombamentos, inventários e preservação.

Patrimônio Científico e alguns de seus instrumentos de preservação

Apresentaremos a seguir documentos nacionais e internacionais que nos garantem a salvaguarda do patrimônio cientifico nacional.

Como ponto de partida, selecionamos a Medida Provisória, MP, (BRASIL, 2001) n 2.186-16/01, e o decreto n 3945/01, que a regulamenta. A MP cria no âmbito do Ministério do Meio Ambiente o Conselho do Patrimônio Genético. Como isso novas obrigações e procedimentos precisam ser adotados no que se refere ao acesso e controle do patrimônio genético nacional. Um dos desdobramentos será o credenciamento de instituições fiéis depositárias. Vale ressaltar que a MP é um desdobramento da Convenção sobre Diversidade Biológica, CDB (BRASIL, 1992) assinada pelo governo brasileiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Citaremos aqui parte da MP:

> *Art. 11. Para o credenciamento de instituição pública nacional de pesquisa e desenvolvimento como fiel depositária de amostra de componente do Patrimônio Genético de que trata a alínea "f" do inciso IV do art. 11, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, o Conselho de Gestão deverá receber solicitação que atenda, pelo menos, os seguintes requisitos:*
>
> *I - comprovação da sua atuação em pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins;*
>
> *II - indicação da infra-estrutura disponível e capacidade para conservação, em condições **ex situ**, de amostras de componentes do Patrimônio Genético;*
>
> *III - comprovação da capacidade da equipe técnica responsável pelas atividades de conservação;*
>
> *IV - descrição da metodologia e material empregado para a conservação de espécies sobre as quais a instituição assumirá responsabilidade na qualidade de fiel depositária;*
>
> *V - indicação da disponibilidade orçamentária para manutenção das coleções.*

Vale aqui citar a Recomendação de Paris de 1964 (UNESCO, 1964), que define como bens culturais móveis e imóveis obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico e arqueológico, os documentos etnológicos, espécimes de flora e fauna, coleções científicas e as coleções de livros e arquivos musicais.

Dentro das medidas recomendadas, damos destaque aos itens, a saber; item de Restituição de Bens Culturais Exportados Ilicitamente e ao item Ação Educativa.

> *Item 16 - Os Estados-membros, os serviços nacionais de proteção dos bens culturais, os museus e todas as instituições competentes em geral deveriam colaborar uns coms os outros no sentido de garantir ou facilitar a restituição ou repatriação de bens culturais ilicitamente exportados. Essa restituição ou repatriação deveria ser efetuada em conformidade com a legislação vigente no Estado em cujo território se encontram os bens.*
>
> *Item 19 - No sentido de uma colaboração internacional que levasse em consideração tanto a natureza universal da cultura quanto a necessidade de intercâmbios para possibilitar a todos beneficiar- se do patrimônio cultural da humanidade, cada Estado-membro deveria agir de modo a estimular e desenvolver entre seus cidadãos o interesse e o respeito pelo patrimônio cultural de todas as nações. Tal ação deveria ser empreendida pelos serviços competentes, em cooperação com os serviços educativos, com a imprensa e com outros meios de informação e difusão, com organizações de juventude e de educação popular e com grupos e indivíduos ligados a atividades culturais. (UNESCO, 1964)*

No mesmo escopo podemos também citar o documento o documento da Convenção de Diversidade Biológica, a CDB (BRASIL, 1992):

> *Artigo 17 Intercâmbio de Informações*
>
> *1. As Partes Contratantes devem proporcionar o intercâmbio de Informações, de todas*
> *as fontes disponíveis do público, pertinentes à conservação e à utilização sustentável*
> *da diversidade biológica, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.*
> *2. Esse intercâmbio de Informações deve incluir o intercâmbio dos resultados de*
> *pesquisas técnicas, científicas, e sócio-econômicas, como também Informações sobre*
> *programas de treinamento e de pesquisa, conhecimento especializado, conhecimento*
> *indígena e tradicional como tais e associados às tecnologias a que se refere o § 1 do*
> art. 16. Deve também, quando possível, incluir a repatriação das Informações.

Como sabemos, as coleções cientificas das instituições de pesquisa mundiais constituem um patrimônio de informação sobre fauna, flora e genética, com importância para estudos e divulgação das espécies. Temos conhecimento que as coleções científicas são parte do patrimônio natural *ex situ*, com grande importância para a implementação de políticas de conservação do patrimônio e para políticas do uso sustentável de recursos naturais.

Se outrora uma instituição científica de grande porte, como o Museu de História Natural de Paris, depositária de um dos mais significativos acervos científicos do mundo, tinha como missão o acúmulo de objetos, atualmente, uma das suas missões é a difusão de informações.

No âmbito das coleções científicas nacionais, vale aqui destaque para o termo de referência "História e Patrimônio Cultural da Saúde", elaborado pelo Ministério da Saúde do Brasil / Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e Ministério da Saúde do Chile / Unidade do Patrimônio Cultural da Saúde.

O Termo de referência destaca a importância do que se constitui como patrimônio da saúde no Brasil, principalmente no que se refere à importância informacional desses acervos, portadores de informação e de conhecimento sobre mais de 100 anos de pesquisa sobre biotas brasileiras.

A saúde, como esfera de política pública, desempenhou papel crucial na construção e consolidação da nação, do Estado e das suas relações com a sociedade. No Brasil, por exemplo, as campanhas sanitárias do início do século XX; a constituição das agências estatais federais de saúde pública entre as décadas de 1930 e 1940; a criação do Ministério da Saúde na década de 1950; o movimento da Reforma Sanitária Brasileira; a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, as Conferências Nacionais de Saúde são, entre outros, marcos de uma trajetória diretamente associada à formação de um valioso patrimônio, expresso nos mais diversos registros, bens, testemunhos e acervos de informações e conhecimento.

> ***Uma cartografia deste patrimônio pode ainda contemplar e construir sensibilidade quanto ao valor e importância das coleções científicas como parte do patrimônio natural de um país e do planeta e, sobretudo, como elemento da cultura científica, na trilha da tradição inaugurada pelos museus da história natural no século XIX****. Elas adquirem sentidos de atualidade e valor estratégico, na medida que constituem estoques de informações indispensáveis à produção de conhecimento científico original. Sua acessibilidade e usos são indispensáveis à sua preservação, na medida em que possibilitam aumentar o reconhecimento acerca da sua importância. Uma sociedade preserva aquilo que reveste de valor e este depende de seus usos sociais* (BVS, 2005, p.4-5).

Abrindo laboratórios, divulgando coleções

A Fundação Oswaldo Cruz tem como missão institucional o ensino, a pesquisa e manutenção das coleções[2]. Com ampla tradição no campo das pesquisas científicas, seu acervo de coleções é numeroso e bem específico e bastante relevante para a história da ciência nacional.

O que nos interessa, no entanto, é sua atual proposta de divulgação desse acervo, com suas práticas de divulgação e cidadania. A partir da criação do Museu da Vida [3] a divulgação científica adquire destaque perante outras missões institucionais, assim como a conservação das coleções.

Vale destacar que a mobilização da comunidade científica foi fundamental para a realização de seminário sobre coleções cientificas[4] e de eventos como a Semana do Patrimônio[5], que contou com palestras, oficinas, exposições, homenagens e até mesmo uma feira cultural do patrimônio científico. O objetivo da efeméride era despertar na comunidade FIOCRUZ e no público visitante um panorama da extensão do patrimônio institucional, que é constituído por: depoimentos, acervos, prédios históricos, patentes e trabalhadores. Na verdade, mais que uma demonstração acerca da extensão do patrimônio, pretendia-se mostrar o que Scheiner (SCHEINER, 2004) chama de *magia do patrimônio*, sua capacidade de evocar emoção. Como parte das comemorações inaugurou-se a exposição *FIOCRUZ: Patrimônio Científico e Cultural da Saúde* em uma das dependências do Castelo de Manguinhos, com encerramento previsto para Maio de 2007.

Fruto da parceria de três unidades de pesquisa da FIOCRUZ – a Casa de Oswaldo Cruz (COC), o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e o Centro de Informação Científica e Tecnológica (CICT) – e instalada no Castelo Mourisco, a exposição tem como um dos

[2] A missão institucional pode ser conferida no Estatuto da FIOCRUZ disponibilizado em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4725.htm> Acesso em : dez.2006.

[3] O Museu da Vida, inaugurado em 25 de maio de 1999, tem como objetivo Informar e educar em ciência, saúde e tecnologia, de forma criativa através de exposições permanentes e temporárias, participação em eventos na área de ciência e tecnologia, atividades interativas, jogos, multimídias, teatro e vídeo.

[4] Em maio de 2005, o Instituto Oswaldo Cruz baliza suas comemorações de 105 anos de existência com o I Simpósio Nacional de Coleções Científicas, ressaltando a dedicação do instituto em construir e preservar coleções cientificas.

[5] Evento realizado em Maio de 2006, realizado na ocasião da comemoração dos 106 anos do Instituto Oswaldo Cruz.

principais desafios trazer para o público da comunidade científica e para o público do Museu da Vida, a tradução em objetos expositivos da trajetória do saber científico secular da instituição.

Dividida em cinco módulos, a exposição apresenta obras raras da Biblioteca de Manguinhos; documentos textuais, audiovisuais e fonográficos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz; exemplos da conservação do patrimônio tangível institucional realizada pelo Departamento de Patrimônio Histórico; acervo da reserva técnica do Museu da Vida e um módulo especifico no qual nos deteremos, que é o módulo das Coleções Cientificas do Instituto Oswaldo Cruz.

Testemunhamos durante a Semana do Patrimônio, uma maior preocupação da comunidade cientifica com populações, e mais que isso, uma vontade de "abrir" acervos restritos aos laboratórios para um público heterogêneo, curioso sobre as pesquisas e acervos institucionais. Qual é o impacto da descoberta de que bactérias liofilizadas e invisíveis a olhos humanos são patrimônio científico? Como expor o patrimônio e manter o espírito do lugar? Como ser fiel à organização dos sistematas e ao mesmo tempo cativar um público leigo no que se refere a coleções e patrimônio cientifico? As espécies selecionadas para a exposição foram cuidadosamente selecionadas, objetivando a transmissão de uma mensagem complexa, que envolve sobre tudo a emoção. É preciso não separar corações e mentes. Não nos interessa expor apenas mosquitos quase imperceptíveis e transmissores de doenças. Ali nos interessa expor grandes borboletas, insetos coloridos, insetos miméticos, besouros pesquisados por Carlos Chagas, o primeiro inseto depositado em uma coleção por Oswaldo Cruz, porque o importante é emocionar, impactar e maravilhar. É assim que se apreende o patrimônio.

Concluindo, Sabemos que os museus atualmente não precisam demonstrar a infinita diversidade de espécies, como nos antigos *gabinetes de curiosidades* do século XVII (TEIXEIRA COELHO, 2004), ou apresentar coleções obedecendo a ordem taxonômica. Temos conhecimento que é preciso garantir o acesso ao conhecimento cientifico, acesso que está garantido constitucionalmente, no Art. 23. *"É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência"* (BRASIL, 1988).

Nos interessa aqui citar também a Declaração do México, de 1985 (ICOMUS, 1985), da qual destacamos os seguintes princípios a serem seguidos nas políticas culturais:

> *30- O desenvolvimento global da sociedade exige políticas complementares nos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação, a fim de estabelecer um equilíbrio harmonioso entre o progresso técnico e a elevação intelectual e moral da humanidade.*
> *31- A educação é o meio por excelência para transmitir os valores culturais nacionais e universais, e deve procurar assimilação dos conhecimentos científicos e técnicos sem detrimento das capacidades e valores dos povos.*

Sendo a Fiocruz uma instituição com responsabilidade patrimonial, é preciso defender, divulgar e conservar esse patrimônio. É preciso transformar as relações de instituições de pesquisa com a sociedade, por meio de práticas de difusão do conhecimento e saber.

Referências

BIBLIOTECA VIRTUAL DA SAÚDE**. História e Patrimônio Cultural da Saúde**. Termo de referência. Disponível em <http://bvs4.icml9.org/gt/histsalud/?lang=pt> Acesso em: 8 de jun. de 2006.

BRASIL. **Decreto-lei n° 25 de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: < <http://www.antt.gov.br/legislacao/Regulacao/suerg/Dec-lei25-37.pdf > Acesso em : 28 de dez. de 2006.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Convenção sobre Diversidade Biológica**.1992. Disponível em: <www.cdb.org.br> Acesso em: 18 de dezembro de 2006.

_____. **DECRETO Nº 3.945, DE 28 DE SETEMBRO DE 2001.** Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação dos arts. 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3945.htm > Acesso em 15 de set. de 2006.

COELHO, Teixeira.**Dicionário Crítico de Política Cultural** – Cultura e Imaginário. São Paulo: Editora Papirus/FAPESP, 2004, p.269-274.

NÁUFEL, José. **Novo Dicionário Jurídico Brasileiro**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

UNESCO/ ICOMOS. **Declaração do México**.1985. Disponível em: < www. unesco.org > ou < http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=6E01FE4788A712ECF599B4AB2062B18F?id=12372&retorno=paginaLegislacao> Acesso em 17 de set. de 2006.

UNESCO. **Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais**. 1964. Disponível em : http://portal.iphan.gov.br > Acesso em 17 de set. de 2006.

SCHEINER, T. C. M. **Insustentável Leveza: A Face Intangível do Patrimônio In: Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cortando Fios, Unindo Laços:
a Liga Operária de Piracicaba e a Greve Geral de 1919

Luiz Rafael Gomes*

Resumo: Através da observação de fontes da justiça, da imprensa local e da produção cultural do interior paulista, a pesquisa por hora apresentada visou compreender o complexo cotidiano dos trabalhadores da cidade de Piracicaba no início do século XX. O estudo dos depoimentos e declarações, relatórios oficiais, artigos jornalísticos e poemas caipiras proporcionaram-me o contato com um espaço de convívio onde trabalhadores urbanos dividiam suas experiências, expectativas e valores socioculturais com trabalhadores rurais, possibilitando a pesquisa, entre outras questões, abordar aspectos do processo de organização da greve geral de 1919, as diferentes lideranças políticas da Liga Operária de Piracicaba e o papel dos periódicos que observaram, noticiaram e condenaram os trabalhadores envolvidos com a organização grevista daquele ano.
Palavras-chave: Organização da Classe Trabalhadora – Cultura e Cotidiano – Imprensa

Abstract: The aim of this research is to understand the quotidian of the Piracicaba's workers at the beginning of century XX through the observation of justice's sources, the local press and the *paulista* cultural production. The study of declarations, reports, journalist articles and *caipiras* poems had provided me the contact with the local where urban workers shared their experiences, expectations and social and cultural values with rural workers. This article studied, among other questions, the process of the organization strike of 1919, the leadership of *Liga Operária de Piracicaba* and the press participation that noticed and condemned the workers involved with the strike of that year.
Keywords: Working Class Organization - Culture and Quotidian - Press

Havia anoitecido no dia 7 de Julho de 1919, e às 19 horas, os sócios da Liga Operária dividiam espaço com aqueles trabalhadores que embora não fossem associados, freqüentavam as reuniões da Liga e participavam de suas ações[1]. A reunião na sede da Liga Operária durou aproximadamente duas horas e ficara combinado entre os presentes que, no amanhecer do dia seguinte, todos encontrar-se-iam ali novamente, para saírem pela cidade em manifestação, comunicando aos populares seus descontentamentos e o início da greve geral.

* Graduado em História pela Universidade Metodista de Piracicaba.
[1] Citações retiradas de: Centro Cultural Martha Watts – Arquivo Histórico, Processo Crime de Mario Passini e outros (réus), 1º Ofício, Caixa 56/C, 1919.

Após o término da primeira reunião, um grupo de operários se reuniu "a portas fechadas" para combinar os detalhes finais do plano que deveria ser iniciado em breve. Dois grupos foram criados e estes separaram-se para agirem simultaneamente.

O primeiro grupo, liderado por Mario Passini, dirigiu-se para o Bairro Alto, onde foram cortadas as linhas telefônicas da Companhia Bragantina que passavam pelos postes da Rua Moraes Barros, localizados em frente ao Cemitério Municipal. No mesmo momento, o segundo grupo, liderado por Ângelo Bragaia, dirigiu-se para a Rua da Palma, na Vila Rezende, onde foram cortados os fios da caixa terminal que ali existia e os fios que passavam pela Estrada do Matadouro.

Como destacou em seu depoimento, o funcionário da Companhia Bragantina, Estácio Damásio dos Santos, por volta das 22 horas, dirigiu-se à residência do gerente da Companhia, Manoel Galvão de França Pacheco, para avisá-lo da interrupção de parte das comunicações telefônicas da cidade de Piracicaba. Ao constatar, através de um funcionário, o corte dos fios do Bairro Alto, Pacheco mandou chamar imediatamente o delegado de polícia, Djalma Goulart.

Aproximadamente às 21 horas daquele mesmo dia, o "foguista" e "maquinista" da Fábrica de Tecidos Arethusina, Pedro Coelho Barboza, recebeu das mãos de um menino, o seguinte pedido, escrito a lápis em um pedaço de papel:

> *Sr. Pedro Coelho.*
> *Os operários da Fabrica pedem ao Sr. o especial favor de não apitar amanhã para evitar qualquer descontentamento. Esperando serem atendidos somos muitos gratos.*
> *Os operários da Fabrica*

De imediato, o vigia dirigiu-se à residência do gerente da Fábrica de Tecidos, o inglês Thomas Eastwood, para contar-lhe o ocorrido, entregar-lhe o bilhete que tinha em mãos e para receber instruções do que fazer no dia seguinte.

Após tomar conhecimento do conteúdo escrito naquele pequeno pedaço de papel amarrotado, Thomas Eastwood orientou Coelho Barboza a ir trabalhar normalmente no dia seguinte. Depois saiu à procura do delegado de polícia da cidade, como deixou claro em seu depoimento realizado na delegacia. Eastwood fazia o que, como indicaram vários estudos sobre o período, era prática comum do patronato: recorrer à polícia quando da eminência de realizações de greves[2].

[2] Ver BATALHA, 2000: 13.

Na manhã do dia 8 de julho, os carroceiros e picareteiros da Câmara Municipal paralisaram seus serviços, declarando apoio à greve geral organizada pelos trabalhadores da Liga Operária. Também houve registro de trabalhadores paralisados no Engenho Central, no Engenho Central Monte Alegre, na Escola Agrícola e na Fábrica de Tecidos Arethusina, como fora noticiado pelos jornais que acompanharam o desenrolar dos fatos.[3]

Naquela manhã ainda ocorreu o enfrentamento entre cerca de 200 operários grevistas e a força policial do destacamento local, justificado no depoimento de alguns policiais como necessário, para se fazer dispersar a "massa de baderneiros".

Assim, o que seria mais uma manhã comum de trabalho no gélido inverno de 1919 na cidade de Piracicaba foi o avesso da ordem: telefones incomunicáveis, palavras de ordem gritadas em meio às casas comerciais fechadas, fábricas com máquinas paralisadas, uma multidão de operários caminhando pela Rua São José, no centro da cidade, em direção à cadeia local e a polícia fazendo uso da força para dispersar os grevistas que exigiam do tenente comandante do destacamento local a soltura de alguns operários presos de madrugada.

Lideranças Identificadas:
revolucionários e reformistas dividindo o palanque.

O principal acusado de exercer a liderança na organização grevista chamava-se Mario Passini e ocupava o cargo de Primeiro Secretário da Liga Operária. Trabalhador da construção civil, Passini tinha 25 anos de idade, nascera na cidade de Indaiatuba (SP) e possuía pouca instrução.

Embora nascido no Brasil, Mario Passini era filho de pais imigrantes, vindos da Itália para o Brasil no fim do século XIX. Algumas questões imprescindíveis ficam sem respostas. Primeiramente questiono-me sobre qual a identidade étnica com que se definiam indivíduos que eram nascidos no Brasil, porém, pertencentes a grupos familiares imigrantes? Em que medida a influência cultural e política e os valores étnicos presentes na relação de núcleos familiares como os de Mario Passini se faziam presentes na formação dos indivíduos descendentes desses grupos?

Ficou muito claro no inquérito policial que à figura de Mario Passini tentou-se, de todos os modos, relacionar a imagem de um indivíduo agitador, anarquista, desordeiro e perigoso, um trabalhador "cabeça de greve".

[3] Ver: *Jornal de Piracicaba* e *Gazeta de Piracicaba* de jun-ago/1919.

Ao estudar Giulio Sorelli, TOLEDO (2004: 276) afirma que frequentemente a polícia

> *tinha dificuldade para compreender as posições que seus vigiados ocupavam no mundo heterogêneo da militância e tendiam a classificá-los como anarquistas, assim como mais tarde chamariam a todos de comunistas. Era um modo de reduzir a experiência ao mais conhecido, ou de justificar o próprio trabalho acentuando a periculosidade da pessoa em questão.*

Seria errado então identificar Mario Passini como anarquista? Estariam os populares e os jornalistas da época reduzindo a complexa experiência sindical da Primeira República simplesmente ao anarquismo? Em que medida as publicações dos periódicos de Piracicaba podem ser responsabilizadas pela compreensão que a população demonstrava ter do movimento operário da cidade de Piracicaba?

Edilene Toledo contrapõe a consolidada historiografia que generaliza a ação operária da Primeira República como sendo predominantemente de ideologia anarquista e apresenta o que, a meu ver, pode ser compreendido como o possível alinhamento ideológico de Mario Passini: o *sindicalismo revolucionário*.

O *sindicalismo revolucionário* foi "uma corrente política autônoma em relação ao anarquismo e ao socialismo e se constituiu num movimento internacional que tinha como base a defesa da luta de classes, da ação direta dos trabalhadores, da autonomia operária e da neutralidade política do sindicato" (TOLEDO, 2004: 19).

Além de Mario Passini, a Liga Operária de Piracicaba também tinha no advogado João Silveira Mello uma reconhecida liderança. Silveira Mello era um respeitado advogado da cidade de Piracicaba do início do século XX. Sua residência era próxima de seu escritório, localizado à Rua Prudente de Moraes, 96. Neste mesmo endereço também funcionava a redação do jornal de circulação diária *A Tarde*, do qual Silveira Mello era redator chefe.

Assim como Evaristo de Morais – que advogou pelos trabalhadores cariocas no início do século XX[4] – João Silveira Mello mantinha nitidamente um discurso "legalista" e "pacifista" em relação às ações dos trabalhadores da Liga Operária.

Em 02 de Março de 1918, Silveira Mello assinou um editorial no jornal *A Tarde*, tratando sobre o direito do trabalhador de realizar a greve pacífica. O advogado iniciou seu texto afirmando que "a greve é[ra] um direito", mas que "só pode[ria] ser praticado pacificamente"[5].

---

[4] Ver: MENDONÇA, 2004.

[5] *A Tarde*, 02/03/1918, fl. 1.

A conclusão do texto de Silveira Mello traz importantes elementos para confirmarem o reformismo presente em suas palavras:

> *Conseguir do patrão, pacificamente, um aumento do salário – é um direito. Obrigá-lo, violentamente, por meio de ameaças, constrangimentos ou manobras fraudulentas – é um crime [...] Em uma palavra: há greve – escudo de defesa e há greve – arma de agressão. Greve licita e greve ilícita. A primeira é tolerada. A última é odiosa. Deve ser combatida. Deve ser combatida energicamente*[6].

Cultura e Cotidiano

O presidente da Liga Operária chamava-se Antônio Campos Negreiros, indivíduo que curiosamente não participou em momento algum dos acontecimentos narrados no início deste artigo.

Campos Negreiros foi presidente da Corporação Musical União Operária durante pouco mais de dois anos. Segundo o livro ata da corporação musical, Antônio Campos Negreiros e sua diretoria tomaram posse em 20 de janeiro de 1917 e permaneceram com suas respectivas responsabilidades administrativas até 17 de agosto de 1919[7].

Lívia C. PAULILLO (2006) estudou recentemente a trajetória da Banda União Operária, desde sua fundação, em 1906 até o ano de 2006, quando completou 100 anos de existência. Embora a historiadora acredite que exista pouca relação entre a trajetória histórica da Banda União Operária e o movimento organizado dos trabalhadores de Piracicaba acredito que a ligação com o operariado piracicabano não está apenas no nome da corporação musical.

De acordo com Francisco F. HARDMAN (2002: 368),

> *a música, como não poderia deixar de ser, esteve sempre presente na trajetória do movimento operário. Não como fator decorativo, externo, mas como elemento constitutivo do ritmo das manifestações, desenhando formalmente os contorno do ritual político e fazendo o contraponto exato ao discurso verbal [...].*

Para não basear-me apenas na historiografia existente, lançarei mão de uma notícia estampada nas páginas do jornal *A Tarde* de 30 de abril de 1918:

> *1º de Maio*
> *Festejando o dia do trabalho, a Liga Operária realizará amanhã, às 17 horas, uma passeata pelas ruas da cidade. De manhã, haverá alvorada pela banda 'União Operária', que, à tarde, tocará no jardim público. A banda do maestro Suriam, que*

[6] Idem. *[Grifo meu]*
[7] Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), Livro Ata da Corporação Musical União Operária, 2º livro (mai/1915-jan/1923), fl. 6/v.

> *amanhã completa o seu 13º aniversário, entre outras peças, [executará] o Hino Operário e a marcha Tiro de Guerra 542, do prof. Mazagão*[8].

Tal notícia evidencia a importante participação da Banda União Operária na organização dos festejos dos trabalhadores de Piracicaba durante o período por este artigo.

Em busca da compreensão do papel exercido por Campos Negreiros na sociedade piracicabana nas primeiras décadas do século XX, a pesquisa chegou a outra importante informação: Antonio Campos Negreiros era compositor de música caipira e participou no final da década de 1920, como compositor, da *Turma Caipira Cornélio Pires*, com a *moda-de-viola* "As três lágrimas"[9].

Parte da obra de Campos Negreiros pode ser pesquisada no *Instituto Moreira Sales* e nos dicionários e enciclopédias que tratam sobre a música popular brasileira. Diversas autorias de músicas caipiras são atribuídas a Antônio Campos Negreiros, entre elas, posso citar, além de "As três lágrimas": "Cabocla Malvada", "Adoração", "Italianinha", "A Seca", "Os três beijos do calvário", "Brasil, terra de todos" e "Maria Rosa do sertão", "Promessa", "Saudação a São Paulo", "Viva São Paulo", "O Bandeirante Fernão" e "Caçador de esmeraldas"[10].

A dicotomia entre os modos de vida urbana e rural se desfazez perante a pesquisa. Antonio Campos Negreiros, presidente da Liga Operária de Piracicaba e presidente da Banda União Operária, deixou registrado, através de suas composições, aspectos inerentes da vida dos *caipiras*, homens que viviam nos sítios e fazendas que ladeavam as cidades do interior paulista. Através de suas composições podemos notar a clara presença de valores sócio-culturais do mundo rural presentes nas palavras de homens que viviam no campo e eram trabalhadores das fábricas e oficinas da cidade ou – inversamente – moravam em pequenas vilas e cortiços urbanos e passavam o dia trabalhando na roça.

Silvia LARA (1998: 25-38) convocou os historiadores do trabalho a pensarem juntos a dicotomia do mundo urbano e rural no que tange a problemática do trabalho livre no início do século XX no Brasil. Como a autora demonstrou, existe um distanciamento entre os trabalhos historiográficos produzidos acerca do período de trabalho escravo – onde o espaço rural era predominante nas produções – e os trabalhos historiográficos acerca do trabalho livre, "para não dizer operário" – onde o meio urbano, com sua indústria nascente tornou-se o

[8] *A Tarde*, 30/04/1918, fl. 2.
[9] Ver: "http://www.dicionariompb.com.br" – consultado em 04/10/2006.
[10] Ver: "http://www.ims.com.br" – consultado em 23/09/2006.

principal espaço estudado pelos historiadores do trabalho. Esse distanciamento, segundo a autora, conduziu a produção acadêmica brasileira acerca do trabalho – escravo ou livre – a deixar de lado a fronteira, muitas vezes tênue, que possibilitou o diálogo e a relação entre homens do campo e da cidade.

"Ataque Bolchevique"

A partir dos dados coletados nas inúmeras matérias, artigos e editoriais recolhidos dos jornais utilizados pela pesquisa, pretendo demonstrar como a imagem pejorativa do movimento operário piracicabano foi sendo construída pelos periódicos através das opiniões expressas pelos redatores dos jornais estudados.

O jornal anarquista *A Plebe*, em um artigo publicado no dia 26 de julho de 1919, criticou a postura da polícia perante a manifestação dos operários, a postura de parte dos trabalhadores piracicabanos, por terem se mantido indiferentes aos planos da Liga Operária e a imprensa de Piracicaba – "com exceção d'A Tarde" – pois,

> *aplaudiu, sem reservas, os crimes e banditismo policiais, assacando ao operariado as mais deprimentes acusações. Naturalmente não fez mais que o seu dever: paga para defender a canalhocracia de todos os matizes, ela provou dessa maneira que não é [era] ingrata para quem lhe sustenta os vícios e as imoralidades*[11].

Tomando cuidado para não fazer uma leitura literal da fonte produzida por jornalistas e escritores politicamente direcionados, o que comprometeria minha compreensão acerca dos objetos de pesquisa, iniciarei as discussões deste capítulo com uma questão: por que a imprensa piracicabana foi alvo das críticas ácidas dos editores do jornal *A Plebe*?

O título que estaria estampado durante vários dias na primeira página do *Jornal de Piracicaba* foi publicado pela primeira vez no dia 13 de julho de 1919: "Plano Bolchevista. Saque da Cidade". Segundo o periódico, o trabalho da brava polícia municipal impediu que "a população ordeira de nossa terra fosse vítima do audacioso atentado [fazendo fracassar, dessa maneira] todo o trabalho dos anarquistas"[12]. Além de continuar julgando os operários e de felicitar a ação enérgica e "salvadora" da polícia local, o jornal afirmava que estaria buscando novas informações para manter seus leitores informados do "plano bolchevista ideado por um

[11] *A Plebe*, 26/07/1919, fl. 3.
[12] *Jornal de Piracicaba*, 13/07/1919, fl. 1.

grupo de agitadores da classe operária desta cidade, indivíduos que pretendiam aqui implantar a anarquia e o saque na manhã do dia 8 do corrente [mês de julho]"[13].

De maneira ainda mais pejorativa e valorativa, a matéria publicada pelo jornal no dia 15 de julho identificava os trabalhadores que organizaram o corte dos fios telefônicos da Cia. Bragantina afirmando se tratar de "um grupo de indivíduos que, possuindo idéias bolchevistas planejavam implantar aqui o regime do terror dando começo de execução a esse plano na noite de 7"[14] de julho de 1919. Observou-se os julgamentos e as acusações endereçadas aos trabalhadores que organizaram os cortes dos fios telefônicos da Cia. Bragantina, tais como: "agitadores da classe operária", "bolchevistas", "anarquistas sem ideal" e "desordeiros".

Referências Bibliográficas

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. "A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências". IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 145–158.

GOMES, Luiz R. *Controle Social e Construção da Ordem: o aparelho policial e a disciplinarização da população imigrante – um estudo de caso (Piracicaba)*. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica. Piracicaba: UNIMEP, 2006.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo S. "Alargando a História da Classe Operária: organização, lutas e controle". IN: *Coleção Remate de Males, n.º 5*. Campinas: Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, fev. 1985, p. 96 – 120.

HARDMAN, Francisco F. *Nem Pátria, Nem Patrão!*: memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

[13] Idem. *[grifo meu]*.
[14] *Jornal de Piracicaba,* 15/07/1919, fl. 1.

LARA, Silvia H. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil". IN: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, nº 16. São Paulo: EDUC, 1998, p. 25–38.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes*: justiça e política nas arenas republicanas (1887-1939). Campinas: Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2004.

PAULILLO, Lívia C. "O passar da Banda: a história dos 100 anos da Banda União Operária de Piracicaba (1906-2006)". IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba*. Piracicaba, 2006.

RODIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários Sem Patrões*: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2003.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado:* suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1966.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias:* idéias e sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas/SP: Ed. Da Unicamp, 2004.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908". IN: *Revista USP*, n.68, dez/fev-2005/2006, p. 188 – 209.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Associação Cultural do Negro (1954-1976): um esboço histórico

Petrônio Domingues[1]

Resumo
A proposta desta pesquisa é recuperar a experiência da Associação Cultural do Negro (ACN), entidade fundada em São Paulo, em 28 de dezembro de 1954. A ACN desenvolveu muitas ações de caráter recreativo e, principalmente, cultural (como bailes, festivais, apresentações teatrais, musicais, declamações poéticas, palestras).
Palavras-chave: negros; relações raciais; movimento de consciência negra.

Abstract
This research's objective is recovering the *Associação Cultural do Negro* (ACN)'s experience, entity founded in São Paulo, December 28, 1954. The ACN developed a lot of entertaining actions and, mainly, cultural ones (such as balls, festivals, theater and musical presentations, poetical declamations, lectures).
Keywords: black people, racial relationships; black consciousness movement.

Esta pesquisa ainda está em curso e o que vai ser apresentado aqui não é nada conclusivo; pelo contrário, são questões preliminares. Elas foram formuladas a partir da consulta da Coleção Associação Cultural do Negro – SP (ACN), mantida pela Unidade Especial de Informação e Memória – UEIM e vinculada ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UFSCAR). A Coleção ACN reúne 4 280 documentos de diversos tipos (textuais, como estatutos, atas, ofícios, relatórios, correspondências, jornais alternativos, fichas, recortes; visuais, como fotos, folders; materiais especiais, como objetos tridimensionais), produzidos durante o período em que a organização esteve em atividade.

O início

Na noite de 28 de dezembro de 1954, reuniu-se num salão da Rua Augusta, na capital paulista, vinte três homens (Geraldo Campos de Oliveira, José Correia Leite, José Assis Barbosa, Américo dos Santos, entres outros) e duas mulheres (Maria Helena Lucas Barbosa e Mary de Oliveira). Todos eram "de cor", como se dizia na época. A reunião foi presidida por

[1] Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutor em História/USP.

Manassés de Oliveira e secretariada por Maria Helena Lucas Barbosa. Depois de uma ampla discussão, foi deliberada a fundação de uma "entidade destinada a congregar as pessoas interessadas no movimento de coordenação, esclarecimento, dentro do campo econômico, cultural, político e social, a base de arregimentação de famílias, que tivesse por finalidade fundamental a desmarginalização e recuperação social de todos os elementos que vivem em situação marginal, principalmente o negro".

Cabe aqui uma breve advertência. Embora tivesse sido lavrada na ata de fundação que a ACN tinha a perspectiva de atuar pela "recuperação social de todos os elementos que vivem em situação marginal", não foi isso o que aconteceu na prática social. Ao longo de sua trajetória, ela caracterizou-se por ser uma organização em defesa dos direitos dos negros e não "de todos os elementos que vivem em situação marginal".

Um dos fundadores da ACN chama à atenção, José Correia Leite, por sua longa trajetória de militância em prol da causa negra em São Paulo. Em 1924, ele e Jayme de Aguiar criaram *O Clarim da Alvorada*, um dos mais importantes jornais da chamada imprensa negra. No início da década de 1930, participou da articulação que resultou na fundação da Frente Negra Brasileira, considerada a mais importante entidade negra da primeira metade do século XX. Porém, por divergências político-ideológicas, afastou-se dela logo na fase inicial. A partir de então, contribuiu no soerguimento do Clube Negro de Cultural Social e, na década de 1940, na formação da Associação dos Negros Brasileiros. Portanto, Correia Leite era um militante experiente na década de 1950.

Na reunião de fundação, o nome Associação Cultural do Negro foi aceito por unanimidade, pois se acreditava estar na educação, na cultura e na preservação da memória do negro o caminho para valorização e conquista da cidadania desse segmento populacional. Em 1956, João Vicente Ferreira propôs que o nome da entidade mudasse para Associação Cultural Theodoro Sampaio. Depois de uma ampla discussão, a proposta foi rejeitada, sob a alegação de que Theodoro Sampaio era um nome desconhecido entre os 'afro-brasileiros'.[2]

O desenvolvimento e apogeu

A Associação Cultural do Negro iniciou suas atividades em 1955, depois da aprovação do Estatuto Social. No primeiro artigo deste documento, ficava estabelecido que a ACN era

[2] Pedido de demissão do cargo de membro do Conselho Superior de João Vicente Ferreira. São Paulo, 11.06.1956. Pasta 04. Conselho Superior – Correspondência. Coleção ACN. Acervo da UEIM-UFSCar.

uma sociedade civil, com a "finalidade de propugnar pela recuperação social do elemento afro-brasileiro". No terceiro artigo, ficava estipulado que a entidade visava:

> *a) coordenar, esclarecer e orientar em todas as atividades de caráter econômico, educacional, cultural, político e social, o elemento negro preferencialmente; b) estimular e desenvolver o pensamento cooperativista, procurando instituir cooperativas econômicas e culturais, principalmente cooperativas de ensino; c) promover, na medida de suas possibilidades financeiras, a prestação de serviços de assistência social e jurídica; d) estimular a arregimentação à base de famílias, para um maior congregamento, no sentido do permanente espírito de solidariedade e fraternidade; e) dedicar especial atenção e amparo à mulher e à infância de maneira a consolidar as bases da educação como fator fundamental da recuperação social do elemento afro-brasileiro.*

A ACN tinha uma organização político-administrativa centralizada, formada por dois órgãos diretivos. Um Conselho Superior, incumbido da "direção coordenadora, consultiva e deliberativa", com vinte e cinco membros; e uma Diretoria Executiva, responsável pela efetiva administração da entidade e por sua representação legal, com sete membros escolhidos entre os componentes do Conselho. A Diretoria Executiva era constituída pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário geral, 1º. e 2º. secretários, 1º. e 2º. tesoureiros.

Os conselheiros poderiam ser homens e mulheres, tendo em vista que a ACN não impunha barreira de gênero à participação nos cargos de direção. Ao longo de sua trajetória, algumas mulheres atuaram como secretárias, tesoureiras e até mesmo conselheiras. Para facilitar a administração burocrática e execução dos projetos, a ACN dividia-se em departamentos. Havia o Departamento de Educação e Cultura, o de Esportes, o de Finanças, o de Recreação, o Social, o Estudantil, o Feminino e o da Sede Própria.

Em seus vinte e dois anos de existência, a ACN oscilou períodos de agito e intensa atividade (sobretudo na segunda metade da década de 1950) e outros marcados pelo refluxo e esvaziamento (quase toda década de 60 e 70).

A ACN organizou, fomentou ou participou de diversos eventos, sempre almejando alcançar seu objetivo precípuo de "recuperação social do elemento afro-brasileiro", a partir da cultura, das artes e da educação. Criou um coral, promovia semanalmente palestras, denominadas "Os encontros de Cultura Negra", desenvolveu um projeto para a implantação de um centro cultural em sua sede, formou uma biblioteca para uso de seus associados, publicou os "Cadernos de Cultura" e um jornal intitulado *O Mutirão*. Em seu primeiro

número, José Correia Leite – em nome do Conselho Superior da ACN – saudou a iniciativa do grupo de jovens que publicava o jornal:

> Sejam as palavras do Conselho Superior da A.C.N. uma saudação do regozijo a essa "Juventude Estudantil" que, hoje, nos brinda com o primeiro fruto de seus esforços.
> *Esses esforços também são frutos de um idealismo, por isso, não temos dúvidas que o aparecimento de "O MUTIRÃO" é um acontecimento novo no meio associativo da A.C.N., e que por certo, marcará uma época.*
> *[...] Oportunidades não faltam à nossa juventude para prestar bons serviços à nossa coletividade.*
> *E servindo o bem coletivo, a mocidade serve-se a si mesma. Que seja pois "O MUTIRÃO", o reflexo da inteligência e da capacidade desses moços e moças que integram a direção deste pequeno jornal (O Mutirão. São Paulo, 05.1958, p. 1).*

De todos os eventos promovidos pela ACN, a comemoração dos setenta anos da abolição foi um dos maiores, senão o de maior envergadura. Com uma programação extensa, a comemoração previa a realização de bailes, recitais de poesia, apresentações teatrais, de jogos, de uma competição atlética – a III Volta Pedestre 13 de Maio –, de um ciclo de conferências – sobre André Rebouças, Castro Alves, o abolicionismo em São Paulo, o movimento teatral do negro brasileiro – e festejos relacionados ao centenário de nascimento do poeta Cruz e Souza.

A entidade empenhava-se por manter viva a memória de grandes personalidades negras, sendo Luís Gama – o patrono da entidade – Cruz e Souza, Teodoro Sampaio, André Rebouças os mais celebrados.

No seu apogeu, chegou a ter mais de 700 sócios. Tinha entre seus afiliados membros hoje conhecidos, como o bibliófilo José Mindlin, os sociólogos Florestan Fernandes e Otávio Ianni. O penúltimo, inclusive, tornou-se o representante da entidade para fins culturais.

Embora sediada em São Paulo, a ACN estabeleceu intercâmbio com muitas entidades negras do interior paulista, nas cidades de Campinas, Piracicaba, Araraquara, São Vicente, entre outras.

A entidade buscou ficar em sintonia com tudo o que acontecia ao negro no Brasil e no mundo e, quando necessário, posicionava-se em defesa dele. Ela se manifestou contra vários casos de discriminação racial no Brasil. Pode-se dizer, inclusive, que sua atuação tinha uma perspectiva diaspórica, daí ela ter se posicionado em defesa dos negros dos Estados Unidos e do outro lado do Atlântico.

Em 1957, alguns conflitos explodiram nos Estados Unidos, originados pela aplicação de uma lei que determinava o fim do segregacionismo racial nas escolas. A ACN organizou um ato de solidariedade aos negros estadunidenses e, ao mesmo tempo, enviou uma carta ao

então presidente Dwight Eisenhower, congratulando-o por sua posição favorável à integração racial. Em 1960, a entidade promoveu um ato público em apoio aos negros que estavam sendo vítimas de violência na África do Sul e, em 1961, liderou os protestos a favor dos refugiados e mortos na luta pela liberação nacional de Angola.

O declínio e o fim

No início da década de 1960, as atividades da ACN começaram a diminuir, perdendo um pouco de seu potencial mobilizador. Com a instauração da ditadura militar em 1964, o processo de desmobilização se acentuou e a crise financeira tornou-se insolúvel. Sem recursos para saudar as várias dívidas, a entidade foi obrigada a fechar suas portas em 1967. Quase dois anos depois, foi reaberta, mas sem o mesmo perfil e poder de articulação. Nessa nova fase, a ACN foi presidida por Gilcéria Oliveira e passou a desenvolver ações de cunho assistencialista, com cursos de alfabetização e madureza. Continuaram as atividades desportivas e as comemorações do 13 de Maio, mas sem o mesmo vigor e espírito reivindicativo.

Do período de reabertura até a sua extinção, a ACN não mais emplacou. Seu quadro de associados ficou bastante reduzido. Mantendo-se precariamente, ela não conseguiu promover os eventos que tradicionalmente caracterizaram a entidade, tampouco as manifestações públicas em prol da valorização e integração do negro na sociedade brasileira.

A partir dos livros-caixa e das correspondências, pode-se atestar os problemas financeiros enfrentados pela ACN desde sua reabertura. Em 1975, Gilcéria Oliveira notificou aos associados à mudança de sede da entidade e os motivos que a levaram a adotar tal medida: "lamentavelmente tivemos que entregar nossa sede [...] pela dificuldade financeira que estamos enfrentando e também pela falta de colaboração humana". Em julho de 1976, por falta de "elemento humano e recursos financeiro", a Associação Cultural do Negro encerrou suas atividades. Uma carta de sua presidente aos associados selava, definitivamente, o final de uma trajetória de luta:

> *Vimos pela presente, comunicar-lhe que não havendo mais condições para continuarmos os trabalhos na Associação Cultural do Negro – SP, decidimos encerrar suas atividades, em caráter definitivo e irrevogável [...]. Lamentavelmente não vamos continuar porque não contamos com elemento humano e nem temos recurso financeiros.*

O fechamento em definitivo causou repercussão entre os membros da ACN. Um deles, José Mindlin, respondeu a carta de Gilcéria Oliveira para se pronunciar a respeito: "Prezada senhora [...] só posso dizer que lamento profundamente que os amigos tenham sido levados a uma tal decisão, pois a Associação vinha fazendo um trabalho extremamente útil e meritório".

Inconclusões

Durante seu período de existência, a ACN realizou um trabalho de mobilização e valorização do negro, procurando conscientizá-lo de sua história, de sua identidade e de seus direitos de cidadão. Do ponto de vista estratégico, sua prioridade foi atuar no terreno cultural e lúdico, promovendo palestras, cursos, apresentações teatrais, recitais de poesia, festivais, bailes, competições desportivas; publicando livros e um jornal. Acreditava-se que o negro venceria na vida à medida que conseguisse elevar seu nível cultural.

A Coleção Associação Cultural do Negro – SP é formada por 4 280 documentos de diversos tipos e que só agora está sendo explorada por meio de uma pesquisa. Dada à riqueza dessa documentação, espera-se que num futuro próximo novas questões venham a lume para compor um quadro mais completo acerca da trajetória de uma importante entidade negra. Na conjuntura atual, em que se discute tanto os direitos dos afro-brasileiros no concerto da nação, por meio de ações afirmativas, cotas, etc, faz-se necessário lembrar que essa luta é antiga e a Associação Cultural do Negro nela merece um papel de destaque.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Concepções de Currículo e de Pesquisa na Formação de Professores do Ensino Fundamental

Ana Lúzia Magalhães Carneiro *

Resumo: Este trabalho problematiza a importância das concepções de currículo na formação do professor do Ensino Fundamental frente à importância da tomada de consciência sobre as necessidades e novas demandas da sociedade contemporânea no que diz respeito à temática do conhecimento escolar. Coloca em pauta a pesquisa como fomento e caminho para a realização de um trabalho de formação do pedagogo como um professor-pesquisador, por meio do relato de experiências vivenciadas como professora orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso. Propõe, ainda, reflexões sobre alternativas e caminhos para os problemas e dificuldades enfrentados pelos alunos em sua trajetória de formação, de forma que suas práticas educativas não sejam entendidas como reproduções de conteúdos fragmentados dos livros didáticos
Palavras-Chave: concepções curriculares, formação de professores, trabalho de conclusão de curso

Abstract: This work problematizes the importance of the curriculum conceptions in the formation of the Elementary Education Teacher due to the importance of knowing the necessities and new demands of the contemporaneous society about the thematic of the scholar knowledge. This study also brings about the research as foment and a way for the realization of a formation work of the pedagogue as a teacher-researcher, through the narration of lived experiences as tutor teacher of end of term papers. It also proposes reflections on alternatives and ways for the problems and difficulties faced by the students in their academic trajectory in a way that their educational practices are not understood only as reproductions of fragmented contents of the didactic books
Key words: curriculum conceptions, teacher's formation, end of term papers

1- Concepções curriculares:

Em minha trajetória como educadora em cursos de Pedagogia, venho me deparando com muitas situações vivenciadas pelos alunos em seus estágios que são apresentadas em discussões em sala de aula, dentre as quais a afirmação de uma professora "*de que ensinar História, Ciências, Português no Ensino Fundamental I é simples e não entende porque agora estão exigindo que se faça até faculdade, já que basta simplesmente entender o que está escrito nos livros, explicar aos alunos e exigir que façam as atividades propostas. O*

* Doutoranda em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora Adjunta do centro Universitário São Camilo

problema é a indisciplina das crianças que não permite que as aulas saiam com planejadas."[1] Esta fala me fez refletir e discutir com meus alunos sobre os possíveis motivos para que muitos professores tenham esse tipo de posicionamento a respeito das disciplinas trabalhadas no ensino fundamental I. Uma hipótese levantada nessa discussão indicou que, talvez o trabalho realizado nas salas de aula, traduza-se, em muitos casos, em mera transposição didática vazia de concepções curriculares e ideológicas durante a formação para o magistério e até durante a educação básica do professor.

Partindo da discussão acima, pretende-se nesse breve ensaio, antes de discutir sobre a importância do Trabalho de Conclusão de Curso na formação do professor pesquisador, indicar o quanto é relevante que, esses cursos tenham em sua fundamentação, clareza a respeito dos debates que envolvem concepções curriculares, principalmente sobre o currículo como um importante e amplo objeto de pesquisa para as áreas de História e Sociologia da Educação.

As questões que envolvem o tema do currículo em suas determinantes sociais, econômicas, políticas e culturais e a formação do professor, são importantes no entrecruzamento e na reflexão sobre algumas das práticas possíveis e serem adotadas pelo professor universitário que tem como atuação a formação de professores. Para esta reflexão, alguns pressupostos das vertentes nomeadas como críticas e pós-criticas em relação ao estudo do currículo foram utilizadas, sendo possível perceber como os temas do currículo e também da cultura escolar são tratados em pesquisas recentes, com uma abordagem que privilegia a construção de práticas e saberes, passíveis de acomodações e resistências, dentro e fora dos muros escolares.

Quando fala-se em acomodações e resistências, alguns pensadores importantes da área de currículo, como Apple (1982) nos faz perceber que apesar do processo ideológico e hegemônico que domina o ambiente educacional, é possível fazer com que as instituições possam ser mais humanas e educativas. Na verdade este paradoxo é também uma demonstração de que é na escola que temos a possibilidade de não só evidenciar as contradições sociais, mas também seu papel contraditório. É na conquista de uma consciência da não neutralidade daquilo que ensinamos e do que a ciência produz, que podem estar pequenas brechas para interferir na hegemonia produzida pelas ideologias dominantes.

---

[1] Devido ao trabalho que realizo com orientações de Estágios Supervisionados, Trabalhos de Conclusão de Curso e com algumas outras disciplinas que ministro em cursos de Licenciatura e de Pedagogia, passei a registrar alguns fatos do cotidiano educacional relatados pelos alunos. Esse registro é pessoal, servindo para construção de estudos de casos, para gerar discussões e análises em sala de aula. Portanto não há identificação de escola nem de nomes, resguardando as atividades de estágio dos alunos e a privacidade dos envolvidos. A fala citada no texto foi registrada durante a orientação de Trabalho de Conclusão de Curso realizada em setembro de 2006.

Para este autor a ciência do currículo deve sair do campo das reformas graduais, orientadas pelo modelo único do liberalismo, para uma atitude crítica e orientada no sentido de entender as razões e intenções que lhe dão sustentação. Deve estar aberta às formas de análise que fujam dos princípios positivistas – mecanicistas que norteiam o desenvolvimento e formulação de currículos que têm como marcas a criação de pensamentos incorporados aos interesses de controle e mautenção do *status quo*.

Pensadores como Luís Althusser, Pierre Bourdieu, Michael Young, Michael Apple, Paulo Freire, desenvolveram análises sobre as relações entre currículo e estrutura social; currículo e cultura; currículo e poder; currículo e ideologia; currículo e controle social. Todas estas relações procuravam entender a favor de quem o currículo trabalha e como fazê-lo trabalhar a favor dos oprimidos. Nessa discussão sobre as concepções curriculares, a escolha do que se deve e como se deve ensinar/aprender, passou a ser vista como terreno central para a transformação social. O ensino/aprendizagem passou a ser considerado como um instrumento revolucionário libertador e as massas oprimidas, através da educação/escola, encontrariam o conhecimento, a possibilidade da superação do opressor, devendo superar as relações de poder vigentes.

A partir da década de 1980, muitas mudanças se concretizaram em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, especificamente, no Brasil. A partir da chamada globalização e de seus desdobramentos, as teorias tradicionais do currículo, que privilegiavam a eficiência e a produtividade, ou as teorias críticas, que privilegiavam as relações de poder e o aspecto transformador revolucionário da escola, passaram a não contemplar, para muitos educadores, este novo contexto social, chamado também de pós-modernidade. Pode-se dizer, resumidamente, que surgiam novas propostas curriculares denominadas teorias pós-críticas.

Enquanto as teorias tradicionais se pretendiam neutras, "científicas", desinteressadas, não questionando a cultura dominante imposta pelos currículos vigentes, as demais, críticas e pós-críticas, passaram a verificar que a escola é um espaço de relações de poder e que os educadores teriam responsabilidades políticas em relação às opções do que e como se ensinar e conhecer. Surgem então novas propostas de abordagem sobre o processo ensino/aprendizagem no sentido das condições impostas pelo contexto político, econômico, social e cultural. Considerações sobre o anacronismo dos currículos escolares observam a necessidade de se considerar novas possibilidades de métodos e linguagens dentro das escolas, valorizando-se inclusive as manifestações cotidianas e culturais dentro da complexidade da sociedade contemporânea.

Dessa forma, entendo que propor nesse trabalho, uma discussão sobre concepções de currículo prioriza a importância dessa temática para a formação de professores, ressalta a necessidade de se demonstrar mais clareza quanto ao local de fala do professor formador, ao seu posicionamento político-ideológico e ao rigor científico que sua prática deve transparecer.

Apropriando-se destas concepções curriculares entre tantas outras fundamentações e saberes, um aluno que venha a assumir aulas em turmas de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, não enxergará sua prática educativa distante e distoante das produções científicas da área, nem tão pouco como mera transposição didática vazia de concepções curriculares e ideológicas. Este aluno-professor conseguirá efetivar ações condizentes com a realidade em que estiver atuando e terá maiores mecanismos para transpor os inúmeros obstáculos que se colocam em sua atuação na sala de aula, aplicando e entendendo o real sentido das concepções curriculares como fundamento de uma práxis consciente e atuante, necessária ao contexto educacional.

Em se tratando de práxis, não se pode deixar de colocar em pauta o debate manifestado nos anos 1970 e 1980, envolvendo na temática do currículo a dicotomia entre teoria e prática. Se não for entendido de fato o que venha a ser a práxis, se não houver um trabalho para que os alunos tenham clareza das concepções curriculares que embasam sua formação, pode-se questionar como os futuros professores de História, Português, Ciências, Geografia, Matemática e Artes poderão abarcar a necessidade de inserir em suas práticas educativas e curriculares

> (...) questões centrais para o trabalho em currículo: Que vozes e culturas têm sido silenciadas na escola? Como revalorizá-las? Como promover o confronto e o diálogo de subjetividades? Como tornar a escola um espaço público de discussão democrática? Como tornar a escola um espaço de reinvenção do futuro? O empenho em respondê-las, na teoria e na prática, certamente contribuirá para revitalizar a pedagogia crítica. (MOREIRA, 2003: p.26)

Essas questões devem ser levadas em consideração na reflexão sobre propostas ou análises dos condicionamentos que envolvem o currículo e o trabalho de formação de professores mais comprometidos com a pesquisa e com a efetiva construção de saberes escolares necessários para mudanças concretas na práxis educacional.

2- A pesquisa na formação de professores: a importância dos trabalhos de conclusão de curso

Partindo dos problemas apontados em relação à ausência de concepções curriculares claras na formação de professores, complementamos essa discussão propondo alguns questionamentos com o objetivo de refletir sobre nossa prática como professores formadores de professores. Tentemos relembrar se tivemos formação durante nossa educação básica para desenvolver o gosto pela pesquisa, se fomos estimulados para criar um espírito curioso ou nossa curiosidade acabou cerceada a cada passo de nossa vida educacional. Relembrar esses passos nos remete à sensação de que as escolas, de uma forma geral, nos levam a reproduzir informações, respostas e padrões de comportamento. Não proporcionam espaços para as individualidades, para o florescimento dos interesses pessoais nem tão pouco para os interesses coletivos.

Entretanto, quando lemos e observamos alguns projetos pedagógicos explicitados nos planos de aula, não é bem isso que encontramos. Nos aspectos teóricos, na discussão, no planejamento das aulas, o discurso é bem diferente da sensação e das constatações obtidas nas cadeiras escolares. Novamente aqui encontramos a dicotomia entre teoria e prática, como afirmado anteriormente.

O discurso encontrado nos planejamentos de aula, na maioria dos casos, sugere propostas de desenvolvimento de competências nos alunos, de proporcionar condições para que o aluno aprenda a aprender, que levemos o aluno a construir seu conhecimento sem, no entanto, existir quaisquer discussões sobre os fundamentos epistemológicos e ideológicos existentes nas concepções curriculares que permeiam tais proposições. Nos planos e projetos pedagógicos é explicitado que os alunos serão estimulados para a pesquisa, para a interpretação, análise crítica de contextos, possibilitando assim uma postura autônoma perante a sua formação e principalmente em relação à construção do seu conhecimento. No entanto o que vemos?

> *Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem...(Bencini, 2006: p. 40)*

Quando lemos textos que discutem quanto a escola interfere negativamente no desenvolvimento cognitivo, psicológico e social de crianças e adolescentes, ficamos estarrecidos e não conseguimos entender o porquê a escola faz um trabalho totalmente

contrário ao que é previsto, e, é nesse contexto que nós educadores, responsáveis pela formação de novos professores devemos parar, refletir e agir no intuito de contribuir para mudanças nesse quadro.

No bojo das tendências educacionais expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, a maioria dos cursos de Pedagogia da cidade de São Paulo têm em sua estrutura curricular a exigência da elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso- TCC, justamente com o objetivo de inserir o futuro professor em um ambiente de pesquisa, contribuindo dessa forma para uma melhoria significativa na formação desses futuros profissionais da educação. É importante ressaltar que não basta apenas ter no currículo a disciplina de TCC. É preciso que sejam oferecidas condições de preparação, de sensibilização para pesquisa, de orientação e acompanhamento ao aluno pesquisador, bem como condições de trabalho ao professor-orientador para o bom desempenho dessa atividade.

Trabalhar com pesquisa em um curso de Pedagogia implica em suscitar a curiosidade e o desejo em conhecer, ao mesmo tempo em que é necessário alertar para o rigor metodológico que pode ser confundido com padronização, com cerceamento à curiosidade. Como pretendo abordar a importância do TCC para a formação do professor pesquisador por meio da uma experiência pessoal, vale explicitar aqui uma situação que vivenciei com uma aluna que desejava pesquisar a importância das cantigas folclóricas na constituição educacional e cultural das crianças da região onde tinha nascido.

Durante os momentos de orientação individual, tentei estabelecer uma relação de parceria, sem deixar de ser questionadora, já que a proposta de pesquisa era extremamente interessante e diferenciada. Contudo, quando tentei questionar a delimitação da temática, as condições materiais que teria para realização do trabalho, já que implicava em um estudo de caso a ser realizado em um outro Estado; quando procurei conhecer os conceitos que aluna trazia sobre cultura, cultura popular entre vários outros aspectos, houve uma ruptura na parceria que pensava ter estabelecido. A aluna interpretou essas atitudes como desestímulo em relação ao que desejava fazer.

Trabalhei no sentido de demonstrar que, delimitar o problema de pesquisa, não deve ser entendido como cerceamento de curiosidade e da liberdade de escolha, mas como um grande passo no processo de compreensão de como se faz pesquisa científica e de que é possível construir autonomia e tomar o controle sobre sua própria formação, por meio da construção do saber científico. É importante ressaltar que estou me reportando à forma que encontrei para realizar a orientação de meus alunos, porque tenho clareza de que há vários caminhos a serem escolhidos para efetivação desta atividade.

Ao longo dessa prática, pude perceber que quando nos aprofundamos na necessidade de definir o tipo de pesquisa que o problema aponta, iniciam-se novas crises na construção individual e coletiva do trabalho em sala de aula. Essa construção individual acaba sendo redirecionada para um levantamento bibliográfico mais rigoroso e amplo dentro da temática desejada, ao mesmo tempo, em que coletivamente passamos a estudar textos específicos que trabalham com a discussão de pressupostos previamente estabelecidos sobre pesquisa e a construção de outros referenciais e caminhos para serem trilhados em direção à pesquisa científica no campo da educação.

Nesse momento, o problema se encontra na realização da desconstrução de conceitos introjetados durante o caminho trilhado na educação básica, como as concepções de uma metodologia positivista de cunho estritamente quantitativo e experimental, de generalidade e de neutralidade do pesquisador como fundamentos únicos para realização de quaisquer pesquisas.

Entendo que parte da importância do Trabalho de Conclusão de Curso na formação de professores pesquisadores, encontra-se no aprofundamento do debate sobre a metodologia qualitativa e quantitativa, debate este até o momento travado ainda por inúmeros intelectuais e em inúmeras obras.[2] Quando os alunos se deparam com esse debate, a possibilidade de realizar pesquisas qualitativas em educação coloca-se como uma novidade que vem suplantar o que existia, ou seja, a metodologia qualitativa passa a ser entendida como única possibilidade de pesquisa e tudo o que se refere à metodologia quantitativa passa a ser desqualificado. Mediante minha vivência, é nessa fase, que alunos e professor precisam ter calma para seguir uma trajetória de identificação, de análise, de compreensão do referencial teórico e dos contextos históricos que fundamentam os diferentes paradigmas da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa.

Nesse debate apresentado aos alunos, é preciso considerar que para as Ciências Humanas, a transição da pesquisa experimental ou positivista para o que chamamos de pesquisa qualitativa, resguarda sérios problemas, como o risco da superficialidade e de uma não apropriação das diversas correntes e linhas que compõem a complexidade das metodologias qualitativas e seus fundamentos filosóficos.

---

[2] Para maior aprofundamento do assunto indicamos dentre a vasta literatura algumas obras com as quais trabalho em sala de aula: BOGDAN, Robert C., BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*, Portugal: Porto Ed., 1994; CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Cortez, 1998.; DEMO, Pedro. *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas, Papirus, 2001.;GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília, Plano, 2002.; LINHARES, Célia, FAZENDA, Ivani, TRINDADE, Vitor. (orgs.) *Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional*. Campo Grande, UFMS, 1999.

É preciso construir com os alunos o entendimento de que não se pode propor uma pesquisa qualitativa seguindo padrões previamente estabelecidos e dogmáticos, ao mesmo tempo em que não se pode achar que não deve haver rigor e cientificidade nos métodos propostos e principalmente nos fundamentos epistemológicos da metodologia escolhida. Por isso, nesse trabalho de formação de pesquisadores, que tento empreender por meio do trabalho de Conclusão de Curso, identificar os procedimentos que serão utilizados, antecipar problemas e ações, pensar nos possíveis resultados e como estes poderão ser analisados e interpretados são passos importantes para a construção da autonomia na produção de novos conhecimentos.

Se, no processo de aprendizagem ou de formação dos alunos, futuros professores, conseguirem entender que qualquer ação pensada para obtenção de dados, para busca de informações precisam ser fundamentadas teoricamente, precisam de atitudes éticas e transparentes, precisam de um posicionamento político e intelectual de pesquisador, poderemos ter a indicação de que estamos trabalhando na direção da formação integral de um professor – pesquisador, sujeito crítico e ativo que vai atuar em um campo fértil, em que crianças curiosas e cheias de energia, estarão de braços abertos e lápis na mão para iniciarem seu caminho de pesquisa e sua trajetória no prazeroso, ao mesmo tempo, árido campo da produção do conhecimento.

Bibliografia:

APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Educação e Poder.* Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BENCINI, Roberta. O desafio da qualidade. In *Revista Nova Escola*. São Paulo: Fundação Victor Civita, outubro de 2006.

BOGDAN, Robert C., BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Ed., 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1998.

GATTI, Bernadete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil.* Brasília: Plano, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio B., SILVA, Tomaz Tadeu. Sociologia e teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In MOREIRA, Antônio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, Antonio Flávio B. (org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papirus, 2003.

PÁDUA, Elisabete M. Marchesini de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática*. Campinas: Papirus, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Comercio, pueblos y patrimonio histórico. Posibilidades y límites de la historia económico-social en la reconstrucción del patrimonio histórico. El caso de la Casa de Comercio "El Progreso", 1920-2003.

Valeria Azucena Palavecino*

Resumen
En esta ponencia analizamos el significado y las posibles formas en que el patrimonio histórico de un pequeño pueblo de la provincia de Buenos Aires se construyó y se re-significó durante el siglo XX. Entendemos que este proceso involucró lo estrictamente material (ya que partimos de documentación contable), pero también un conjunto de relaciones de sociabilidad que definieron aquellos espacios como significativos para la memoria local.
Palabras-Claves: patrimonio- comercio rural- historia familiar

Abstract
In this communication we analyzed the meaning and the possible forms in that the historical patrimony of a small town of the province of Buenos Aires was constructed and re-were meant during century XX. We understand that this process involved the strictly material thing (since we left from countable documentation), but also a set of sociability relations that defined those spaces like significant for the local memory.
Key words: **heritage - rural commerce- familiar history**

Introducción

Cuando comenzamos la investigación sobre el almacén "El Progreso" de José y Francisco Vulcano ubicado en la localidad de Gardey (Partido de Tandil, provincia de Buenos Aires), que tiene como unos de sus objetivos fundamentales dilucidar el papel que estos comercios rurales jugaron en el ámbito y en la economía rural pampeana, descubrimos con no poco asombro que el mismo ocupaba un lugar importante en la memoria de los vecinos de la localidad. Era uno de los primeros comercios rurales que se instaló en el lugar y su historia ocupó buena parte del siglo XX (desde los años ´20 hasta 1996), permitiendo que sucesivas generaciones de habitantes de la zona lo conocieran y recordara su historia y la de sus dueños. Hoy funciona en su edificio un Centro Cultural, en el cual los vecinos realizan diversas actividades.

* UNCPBA/CONICET. Este trabajo forma parte de mi tesis doctoral en elaboración.

Por azar o por accidente la familia Vulcano fue conservando desde 1920 hasta 1996 un sinnúmero de documentos que su comercio y los miembros de su familia iban generando con el paso de los años. Correspondencia, Libros Contables, Libretas de Almacenero, Facturas de Compra-Venta de artículos variados, fueron tan solo algunos de los documentos que quedaron arrumbados en los rincones de los depósitos del almacén "El Progreso", tapados de polvo y sometidos a múltiples formas de destrucción (debido a la acción de insectos, roedores, de la humedad del ambiente, etc.), circunstancias que imposibilitaron que todo aquello que había sido atesorado lograra llegar intacto hasta la actualidad.

Ese conjunto de documentación que para nosotros constituye un "archivo", para la mayoría de la gente es tan solo un montón de papeles viejos que están lejos de ser percibidos como un "repositorio de la memoria" y, menos aún, como parte de su patrimonio. El rescate de este archivo privado, la realización de un inventario y el comienzo de la sistematización de la información que nos presenta, ha sido el primer paso en la búsqueda de aquellos elementos que nos permitan acercarnos a los significados que encierra el almacén "El Progreso" para la historia local y para la comunidad, tanto en su función comercial, como en su dimensión de referente material y social. El archivo contable nos permite acercarnos, por un lado, al funcionamiento interno de la casa comercial (cuentas corrientes, cartera de clientes, etc.), pero además es una fuente central para comprender su inserción en un contexto más general, el pueblo en la que esta funcionaba.

Ahora bien, ¿cómo podemos explicar el lugar que este espacio ha adquirido para la comunidad local? ¿Por qué resulta significativa esta casa de comercio para la población de Gardey? ¿Porque hoy, este comercio se ha convertido en un espacio de referencia cultural y comunitaria? Por último, ¿cómo podemos desde la disciplina histórica, aportar elementos significativos que nos permitan entender estas cuestiones?

Como sostiene Joseph Ballart (2002), el legado material que los hombres reciben del pasado, al que denominan patrimonio, nos permite establecer vínculos con ese pasado, proporcionándonos un conjunto de elementos que nos brindan un anclaje continuo en el tiempo, además de darnos la posibilidad de identificarnos con una determinada tradición. Pero para que esto sea posible, el hombre debe conocer ese patrimonio, debe identificarlo, además de construir y reconstruir los diferentes lazos que lo unen a él, creando así un sentido de

pertenencia e identidad que lo liga a un espacio, a un objeto, a un lugar, etc. Debe asimismo conjugar lo que tiene de tangible y de intangible ese patrimonio.

Por otro lado, debemos tener en cuenta que todo aquello que llamamos patrimonio se va re-significando y re-actualizando a la luz de los distintos aportes que hacen disciplinas como la historia o la arqueología. No olvidemos tampoco, que esos cambios también tienen que ver con lo que las personas eligen o eligieron como propio, o que inclusive se les presenta como significativo de su pasado. De ahí la importancia de la transmisión, tanto material como inmaterial, de la experiencia social, esta resulta substancial, para establecer o restablecer los lazos con el pasado para hacerlo inteligible (Revel, 2004: 38).

A partir de estas nociones y del archivo de la familia Vulcano, buscamos entender el significado y las posibles formas en que el patrimonio de un pequeño pueblo se construyó y se re-significó durante el siglo XX, entendiendo como ese proceso no solo involucró lo estrictamente material, sino también un conjunto de relaciones de sociabilidad que definieron aquellos espacios como significativos para la memoria local, sobre las que nos ocuparemos espacialmente.

Para tal fin, en el primero apartado intentamos realizar un recorrido histórico que tiene que ver con la actuación social y política de los hermanos Vulcano en la década de 1920, que nos permitirá dilucidar porque el almacén y sus propietarios resultan significativos y forman parte del patrimonio tangible e intangible de la comunidad de Gardey. En el segundo apartado, nos referiremos a la constitución del "Centro Cultural Las Horquetas". En el tercer apartado, acercaremos algunas conclusiones respecto a los puntos trabajados.

Sociedad y política: la familia Vulcano más allá del mostrador

Lo social

El almacén no fue la única actividad que atravesaba la vida diaria de la familia Vulcano. Por el contrario, ellos formaron parte activa de una comunidad que había comenzado a desarrollarse unas décadas antes de que ellos se proyectaran como comerciantes. Lentamente comenzaron a participar en distintos ámbitos de sociabilidad de la comunidad. Una de sus primeras preocupaciones estuvo orientada por el estado intransitable de los caminos aledaños a la estación Gardey, que los llevó a arreglar, por su cuenta, un pantano que estaba ubicado en el camino que unía la ciudad de Tandil con

la de Azul (*Nueva Era*, 24 de agosto de 1922)[1]. Otra manera de contribuir para erradicar esta problemática fue subsidiar, por largos períodos, los insumos que absorbían estas comisiones, hecho que se visualiza claramente en los libros contables de la empresa.

Más tarde, Francisco Vulcano logró alcanzar la presidencia de la sub-comisión de caminos de la zona de Gardey (*NE*, 10/6/1927). Por un lado, su acción frente a ésta y a las distintas actividades que ella asumía, lo colocó (junto a José) ante un conjunto de relaciones personales que reforzaban los lazos ya existentes con varios de los miembros de la comunidad. Para proveer a esta comisión de los fondos necesarios para el arreglo de los caminos, apeló en muchas ocasiones a los clientes de la casa "El Progreso", como puede observarse cuando se compara la cartera de cliente del almacén con las listas de donaciones que se publicaban en la prensa local (*NE*, 27/10/1923). Por otro lado, su accionar le proporcionó un lugar privilegiado como intermediario ante el poder municipal.

Lo que no podemos perder de vista es que, en estos emprendimientos, pesaban otros intereses que iban más allá de contribuir al mejoramiento de un servicio que aún no podía ser sostenido, en su totalidad, por el Municipio de Tandil. Es decir, no se puede negar que era un beneficio que alcanzaba a toda la comunidad, pero también es cierto que implicaba un beneficio particular para los Vulcano y, en general para los productores y comerciantes de la zona, ya que estaba directamente relacionado con la posibilidad de agilizar y mejorar la circulación de productos y personas hacia la localidad.

Además de esto, los hermanos Vulcano alternaron su participación en distintas comisiones que se conformaron para recaudar fondos para las instituciones de la localidad. Entre estas podemos marcar la comisión del Club Racing de Gardey y la Sociedad de Fomento Pro Escuela N° 19. Los Hnos. Vulcano se sumaron a estas comisiones la mayoría de las veces en calidad de presidente o vicepresidente, su participación activaba distintas conexiones que ellos poseían con el poder político y social, lo que permitía lograr los diversos objetivos que se proponían. Tal fue el caso de la gestión ante el ente municipal para disponer de un predio para la práctica de deportes del Club Racing de Gardey.

Hubo también intervenciones por parte de José y Francisco Vulcano que no estuvieron mediadas por ninguna institución, es así que alrededor de 1927 se hicieron

[11] De aquí en adelante, *NE*.

cargo de la Estafeta Postal, pero sus obligaciones sobrepasaron las cláusulas del contrato, aumentaron el sueldo del empleado del correo y costearon los gastos que implicaba un ayudante para éste. El hecho de que en su local funcionase la estafeta postal representaba un beneficio extra que iba más allá de la ganancia que se obtenía de la venta de estampillas. En efecto, el hecho de retirar la correspondencia implicaba que al local concurrieran persona ajenas a su clientela, así la estafeta se convertía en una forma de atraer nuevos clientes o al menos incrementar algunas ventas.

Así, durante el período 1922-1932, los Hnos. Vulcano se involucraron de una u otra forma en la vida diaria de la comunidad de Gardey. Su condición de comerciantes y paisanos del lugar, los colocó ante la posibilidad de proyectarse como miembros activos de la localidad. Más allá de su protagonismo, que alcanzaron participando o promoviendo distintas actividades, éstas no hubieran sido posibles si no se apelaba a la colaboración y la participación de los diferentes pobladores del lugar. Esta situación estuvo lejos de ser desaprovechada, más bien les permitió crear un entramado de relaciones personales, políticas, sociales y económicas, en donde su activa participación los colocó en un lugar destacado en la comunidad, hecho que además reforzó sus apuestas comerciales.

La política

La política se convirtió, para estos comerciantes, en otro espacio de acción significativo desde donde no solo pretendían alcanzar un lugar de reconocimiento social dentro de la comunidad local, sino que aspiraban a proyectarse fuera de su entorno inmediato, es decir la localidad de Gardey. Así, ambos hermanos se afiliaron a la Unión Cívica Radical (UCR) con sede en la ciudad de Tandil.

A mediados de la década de 1920, la UCR se encontraba dividida entre los seguidores de Hipólito Irigoyen y los de Marcelo T. de Alvear. A nivel local, las filas del radicalismo se orientaban a seguir la línea Irigoyenista. Pero existían divisiones, a la UCR (Comité Sarmiento) se sumaron los Hnos. Vulcano. Su participación no solo estuvo dada por su afiliación al partido, sino que además participaron como candidatos. En las elecciones de 1922, Francisco Vulcano se postuló como Consejero Escolar y su cuñado Victorio Pugliese a concejal. Más allá de que el Comité Sarmiento obtuvo una mayor cantidad de votos que las otras fuerzas radicales, los votos no fueron suficientes para que Francisco formara parte de la

administración entrante. Alrededor de 1926, el radicalismo local vuelve a unificarse y con tal motivo se realizaron elecciones para conformar la mesa directiva del Comité, así Victoriano Pugliese se postula como tesorero y José Vulcano como vocal (Fuentes, 2002:84).

En las elecciones de 1928, Francisco Vulcano no logró acceder al cargo de concejal, su cuñado Victorio Pugliese, sí. A pesar de las derrotas personales, entre 1922 y 1928 su lugar dentro de la estructura del partido mejoró significativamente: de candidato a Consejero Escolar pasó al de Concejal, hecho al que debe sumarse la fuerte participación en los cuadros de la dirigencia del partido.

Esta inserción política resulta por demás significativa, ya que, en cierta manera, nos permite apreciar, desde otro ángulo, su desempeño en la localidad de Gardey, donde sus emprendimientos estarían apoyándose en una red política y social sólida, producto de sus relaciones con el mundo político de la cabecera del partido.

Centro Cultural "Las Horquetas"

Desde 1996 hasta aproximadamente el año 2000, el edificio del almacén de ramos generales de la familia Vulcano permaneció cerrado al público. El comienzo del nuevo siglo parecía nuevamente prometedor para la "Casa Vulcano" ya que un grupo de vecinos comenzó con un proyecto de biblioteca popular y eligió como espacio de funcionamiento su edificio. Sin embargo, luego de dos años y debido a la falta de recursos económicos, la biblioteca cerró sus puertas.

Tiempo más tarde, un vecino, Jorge Miglione, presentó un proyecto ante el municipio de revalorización del edificio por la importancia que este revestía para la localidad. La justificación del proyecto se basaba, en palabras de Miglione, "en que no solo fue el primer inmueble de mampostería construido en la localidad sino porque funcionó como centro comercial y social" (*NE*, 1/2/2007). A pesar de que el proyecto no se materializaba continuaron trabajando sobre él. Sus promotores aprovecharon la coyuntura de las elecciones de intendente municipal, que se realizaron en la ciudad de Tandil en el año 2003, para presentarles a los diferentes candidatos el proyecto que tenían como objetivo "poner en valor al Centro Las Horquetas y convertirlo en un espacio cultural".

Cuando el candidato electo Miguel Lungui asumió la intendencia municipal, comenzaron las obras para reciclar el edificio y los alrededores. Aún hoy se continúa

trabajando en la rehabilitación del edificio. Así, lentamente, el Centro Las Horquetas se ha ido transformando en un centro informativo y turístico para los visitantes, como así también en un espacio que convoca a su comunidad.

Para su responsable, el Centro Cultural es un medio que le permite rescatar el patrimonio de la zona y de Gardey. Su espacio edilicio le permite exhibir distintos objetos que forman parte de la identidad de la comunidad, y proyectarlo como un lugar desde donde la gente tome conciencia y conozca su patrimonio. Con el correr del tiempo, se fueron sumando diversas actividades al centro, como espectáculos enmarcados en ciclos de teatro, tango y humor propuestos por el Municipio de Tandil.

Sin embargo, la concreción del proyecto no significó el éxito inmediato de la propuesta misma, ya que como el mismo Miglione destaca, fue difícil construir un espacio en donde se revalorizara la memoria, inclusive si la misma solo quedaba reducida al resguardo de pequeños elementos materiales del pasado. La tarea pendiente parece consistir, desde la óptica del propio encargado del proyecto, "en concientizar a la gente de la importancia que tiene el resguardo de su patrimonio, pero para que ello sea posible los lugareños deben conocerlo, sentirlo como propio para poder cuidarlo, potenciarlo y, recién ahí, difundirlo" (J. Miglione, com. pers, Enero 2007).

Hoy, el Centro Cultural "Las Horquetas" aglutina un conjunto variado de actividades y esas actividades son las que le han permitido posicionarse en la comunidad y continuar generando nuevos proyectos, aunque según sus responsables queda aun una tarea fundamental: que el centro sea considerado por la comunidad como parte de su patrimonio y que los vecinos del lugar lo consideren "un espacio disponible y abierto para acercarse y seguir avanzando" (*NE*, 1/2/2007).

A manera de conclusión

Los almacenes de ramos generales se levantaron como uno de los centros aglutinadores de las poblaciones dispersas de la campaña bonaerense, junto a las estaciones del ferrocarril, se convirtieron en lugares privilegiados para el comercio, los negocios, las relaciones familiares y las amistades. Estas casas de comercio y el itinerario que recorrieron sus propietarios son importantes para indagar un fenómeno más general que es la historia de esos pueblos. En nuestro presente, esa historia muchas veces se encuentra con una memoria colectiva (la de los propios habitantes del lugar) que la desconoce o le otorga

otros significados, pero que sin duda permiten entender el valor que ciertos hechos, espacios y personas tienen para la comunidad.

Comprender el valor patrimonial que ciertos espacios tienen para esas comunidades es necesariamente un ejercicio de indagación en donde el historiador, en nuestro caso, debe preguntarse cómo el presente, con sus múltiples significados, se conecta y construye en el pasado. En una palabra, es necesario indagar las formas en que una sociedad construye sus lazos comunitarios, les da valor y les asigna un lugar en la memoria colectiva.

En nuestro trabajo hemos querido mostrar cómo una historia que a simple vista podría ser considerada estrictamente económica, porque parte del análisis de un archivo contable, nos permite acercarlos a esos lazos antes mencionados. Los libros contables son el primer elemento visible de la actuación de la familia Vulcano, pero no el único. La proyección de estos comerciantes más allá de los límites de la casa comercial, su actuación social y política, permiten visualizar un conjunto importante de personas y relaciones totalmente desconocidas u olvidadas que hacen a la historia de este almacén, de la familia y del espacio en el que funcionó.

En la memoria de la población de Gardey, el almacén de la familia Vulcano ocupa sin duda un lugar privilegiado. Ese lugar, que se materializa en el antiguo edificio que ocupaba el comercio, encuentra hoy un espacio en donde hallarse con el pasado y darle un nuevo sentido en el presente. No es este un proceso simple y lineal, sino por el contrario está marcado por contradicciones e intereses diversos, en donde la comunidad juega un rol central al momento de identificar y valorar lo que tiene de significativo para la historia y el presente local ese espacio comercial.

Entender esto y desde allí operar para crear una conciencia que revalorice y preserve el patrimonio local es una tarea de todos, en donde el historiador debe aportar las herramientas necesarias para permitir que la comunidad le de un sentido al pasado, a partir del descubrimiento de los lazos que lo unen al presente y que se materializan en lo tangible, en este caso un edificio y lo que el mismo atesora, y lo intangible, valores y significados que le atribuimos al mismo.

Fuentes

Conversación personal con Jorge Miglione responsable del Centro Cultural "Las Horquetas", enero de 2007.

Libros Mayores y Auxiliares del Almacén "El Progreso"

Periódico Nueva Era

Referencias bibliográficas

BALLLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 2002.

Fuentes, Leonardo. **El Radicalismo Tandilense (1890-1930).** Tesis de Licenciatura (Inédita), Tandil, 2002.

REVEL, Jacques. *La memoria y los usos del pasado*. En: GIRBAL, Noemí (coord.). ***Tradición y Renovación en las Ciencias Sociales y Humanas. Acerca de los Problemas del Estado, la Sociedad y la Economía***, Bernal: UNQ Editorial, 2004.P.p 37-43

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nacional-sindicalismo, fascismo y nacionalismo en la Argentina, 1943-1966.

Juan Manuel Padrón*

Resumen
En este trabajo presentamos algunos elementos para comprender como los intelectuales nacionalistas pensaron un nuevo orden político, en el período comprendido entre los golpes militares de 1943 y 1966. Mostraremos como la influencia de los fascismos europeos, su impacto a nivel local y las alternativas en la construcción de un modelo de Estado alternativo a la tradición liberal democrática, fueron centrales en el discurso y las acciones desarrolladas por estos grupos, y como esto perduró con posterioridad a la caída de esos regimenes totalitarios europeos, tomando en el caso argentino significados particulares, en una realidad política y social de creciente conflictividad e inestabilidad.
Palabras claves: nacionalismo, fascismo, nacional-sindicalismo.

Abstract
In this paper we presented some elements to understand as the nationalistic intellectuals thought a new political order, in the period between the military coups of 1943 and 1966. We will show as the influence of the European fascisms, its impact at local level and the alternatives in the construction of a model of State alternative to the democratic liberal tradition, were central in the discuss and the actions developed by these groups, and as this lasted after the fall of those European totalitarian regimes, taking in the Argentine case particular meant, in a political and social reality of increasing confliction and instability.
Key words: nationalism, fascism, national-syndicalism.

Introducción

A comienzos de los años sesenta, el Movimiento Nacionalista Tacuara, una agrupación de jóvenes nacionalistas de extrema derecha, llamaba desde su publicación *Tacuara* a la destrucción del sistema democrático y la construcción de un nuevo orden, basado en el nacionalsindicalismo. Esta apelación no era nueva ni original, y venía a mostrar la persistencia de una corriente de pensamiento que, de una u otra manera, predominaba en buena parte del nacionalismo argentino, y se apoyaba en una crítica despiadada de las instituciones liberales.

En este trabajo presentaremos algunos de los rasgos más significativos de esa corriente, que suponía, como mencionamos, la destrucción de ese orden liberal-democrático, y su posterior reemplazo por alguna forma de corporativismo. Esa corriente, constituida por

* UNCPBA-Conicet. Este trabajo forma parte de mi tesis doctoral en elaboración.

intelectuales y activistas de derecha, buscó en Europa sus modelos de referencia, e intentó conciliarlos con una realidad local por demás conflictiva y cambiante.

Es por ello que nos interesa tomar el período comprendido entre los golpes de Estado de 1943 y 1966 como marco de referencia temporal para nuestro trabajo, período en el cual los cambios que se dieron en la Argentina, con la aparición del peronismo y el desarrollo de una democracia de masas a comienzos del mismo, y la suspensión de toda actividad política al final del mismo (de la mano de la "Revolución Argentina"), constituyeron dos momentos claves en el desarrollo de las instituciones liberales democráticas y en la aparición de modelos críticos hacia las mismas.

El golpe de 1943: los nacionalistas y el modelo fascista

Cuando en junio de 1943 las Fuerzas Armadas se decidieron a derrocar el gobierno conservador de Castillo, acusándolo de mantener un sistema basado en "la venalidad, el fraude, el peculado y la intriga" (ROUQUIÉ, 1998: 9), buena parte de la clase política, salvo los sectores vinculados al nacionalismo, creyeron descubrir en el nuevo gobierno una copia, probablemente burda y en parte anacrónica, de los regímenes nazifascista aun gobernantes en Europa. En cambio, para los nacionalistas la realidad los ponía frente a una nueva oportunidad de imponer sus ideas antiliberales.

Desde 1930, cuando amplios sectores de la intelectualidad de derechas, en particular los nacionalistas, se habían sumado al golpe del General Uriburu que había derrocado el gobierno democrático de Irigoyen, se había ido consolidando un pensamiento que encontraba en la democracia liberal y en sus manifestaciones, instituciones y partidos políticos, una de las causas centrales de la decadencia argentina. La crisis socioeconómica posterior a los años treinta fue interpretada como la crisis del sistema democrático instaurado en 1912 con la ley Saenz Peña, que al imponer el voto universal, secreto y obligatorio había permitido el ascenso al poder de Hipólito Irigoyen en 1916, líder del Partido Radical y referente para amplios sectores de las capas medias y bajas del país. La experiencia radical, que se extendió entre 1916 y 1930 (dos gobiernos del propio Irigoyen, y uno de Marcelo T. Alvear entre 1922 y 1928), no solo democratizó el sistema político, sino que rompió con el largo predominio de los grupos conservadores, que descubrieron la imposibilidad de retomar el poder por la vía de las urnas.

En ese contexto, los nacionalistas fueron los actores privilegiados a la hora de dar un sustento ideológico a movimiento militar que terminó con la caída de Yrigoyen en septiembre de 1930. Sin embargo, el triunfo de la asonada cívico-militar no supuso el éxito de los

proyectos nacionalistas. Su predica en favor de la instauración de un régimen corporativista, luego de una necesaria reforma de la Constitución liberal de 1853, chocó contra la oposición de los sectores conservadores, verdaderos sostenes del nuevo régimen. El cambio propuesto se mostraba demasiado profundo, además de inviable para buena parte de los sectores y partidos tradicionales. Además, la debilidad del corporativismo se basaba en la indefinición y ambigüedad que las propuestas de los intelectuales nacionalistas mostraban, y en su diversidad, que hacían que cada figura reconocida esbozara un proyecto alternativo (DEVOTO, 2002: 249-271).

El fracaso de Uriburu, y su posterior reemplazo por la figura del general Agustín P. Justo, representante de los sectores económicamente más poderosos de la oligarquía y del conservadurismo, canceló la posibilidad de éxito de los modelos corporativistas impulsados por los nacionalistas. Ni el éxito de los regímenes fascistas europeos (fuente de inspiración para muchos de estos intelectuales, e incluso en parte para el mismo Uriburu), ni el apoyo cada vez más significativo de la Iglesia Católica, pudo evitar la debacle del gobierno instaurado en 1930, permitiendo el comienzo de un período de diez años de un régimen democrático en apariencia, marcado en la realidad por el fraude y la corrupción.

Es en ese contexto que el golpe de junio de 1943 fue recibido con algarabía por los círculos nacionalistas, quienes creyeron descubrir en el nuevo gobierno y en sus ocupantes, las Fuerzas Armadas, el único camino viable para la regeneración nacional. Inspirados en los modelos fascistas europeos, las derechas nacionalistas pronto se adjudicaron la paternidad de la "revolución de junio", y por tanto con derecho a imponer sus ideas corporativistas como ejemplos a seguir en la construcción de un nuevo orden político (ROUQUIÉ, 1994: 91-93).

Héctor Bernardo, un intelectual nacionalista católico de segunda línea, planteaba en los primeros meses del gobierno militar surgido en 1943, la necesidad de imponer un régimen corporativo frente a los errores del individualismo y el estatismo dominantes. Según él, esos errores se resumían en

> *el excesivo igualitarismo democrático que sustituye una igualdad aritmética a la igualdad de proporción que debe existir entre los ciudadanos, anula la personalidad humana y reduce a un patrón único hombres, cosas e instituciones (BERNARDO, 1943: 53-54)*

Los nacionalistas entendían que las deficiencias propias del orden liberal se habían visto exacerbadas, en el caso argentino, por la demagogia populista del gobierno de Irigoyen, que habían demostrado los límites del régimen democrático, el que además había sido fácilmente

burlado por las maniobras fraudulentas de los años posteriores. Frente a esa realidad, los ejemplos debían buscarse fronteras afuera. La Italia fascista fue uno de los modelos de estado corporativista en el que los intelectuales nacionalistas buscaron estas referencias. En la misma creían ver resumidos algunos de los principales tópicos que se entendían como centrales para la construcción de un nuevo orden: una sociedad jerárquica, con una minoría aristocrática gobernante y el pueblo representado por corporaciones; un estado autoritario de liderazgo y la disolución de los partidos (ZULETA ALVAEZ, 1975: 304-305).

Sin embargo, aun reconociendo las bondades del modelo fascista, una parte de esos intelectuales, cercanos a la Iglesia, no podían aceptar dos cuestiones centrales del régimen de Mussolini: la distancia entre el Estado y la Iglesia Católica, y la amplia movilización de masas en la cual se apoyaba. El modelo español venía a suplir estos inconvenientes: por un lado, "había surgido con el franco-falangismo una versión estrictamente católica del fascismo"; y por otro, España se convertía en un reducto exitoso frente al avance del peligro rojo (BUCHRUCKER, 1999: 180).

Aun así, el modelo español no fue aún una referencia central cuando se pensaba la idea de un nuevo orden y de una nueva forma de Estado, aunque las concepciones de Ramiro Ledesma Ramos sobre el nacionalsindicalismo estuvieran ocasionalmente presentes en los desarrollos de los intelectuales locales. La Unión Cívica Nacionalista, partido conformado por disidentes de la Alianza Libertadora Nacionalistas, una agrupación de jóvenes nacionalistas, expresaba de manera más acabada esa concepción, al defender la instauración de un Estado nacionalsindicalista, en donde los sindicatos servirían como base para la representación (NAVARRO GERASSI, 1968: 151).

De una u otra forma, el nuevo elenco gubernamental surgido en 1943 poco hizo por seguir los consejos de los nacionalistas, que se vieron atrapados en cargos menores dentro de la administración, y por últimos impedidos, al igual que el resto de los partidos y agrupaciones, de hacer política. La revolución en la que habían cifrado sus esperanzas terminaba comenzaba a ser una nueva frustración

El gobierno peronista: la revolución fracasada

La derrota de las fuerzas del Eje en Europa y el ascenso de Perón al poder, constituyeron los dos hechos más significativos que debieron afrontar los nacionalistas durante el año 1945. El primero, que no era una novedad absoluta y venía a comprobar los acontecimientos que se había desarrollado desde finales de 1943 en el campo de batalla europeo, fue el prolegómeno a los conflictos que afrontaría la sociedad argentina en los meses finales del año. El coronel

Perón, luego de acumular el suficiente poder dentro del gobierno revolucionario, apoyado en una política obrerista inédita, había sido alejado del mismo en octubre, y subsiguientemente detenido. Su liberación y posterior candidatura presidencial, enfrentando una amplia coalición de fuerzas políticas tradicionales, le habían permitido llegar al gobierno en febrero de 1946.

Frente a esta realidad, los nacionalistas entendieron que el apoyo a Perón era el mal menor, pues si bien no podían tener más que dudas frente a la política demagógica del coronel triunfante, no podían dejar de obviar el apoyo que la Iglesia le había prestado, y quizás lo más importante, que la alternativa a él era una heterogénea coalición de partidos autodenominados democráticos, que incluía a comunistas y socialistas, junto a los partidos tradicionales. Las primeras manifestaciones fueron de expectativa, y en algunos casos de esperanza frente al nuevo fenómeno político. Julio Meinvielle, un sacerdote nacionalista ultramontano, exaltaba desde su revista *Balcón* las medidas a favor de una mayor redistribución de la riqueza que planteaba el nuevo gobierno, pero al mismo tiempo llamaba la atención por la incapacidad del propio sistema democrático para dar cabida a los nuevos sectores sociales que emergían con las políticas del gobierno:

> *A la crisis aparentemente política que tiene su manifestación más aguda en la revolución de junio, nada hasta hoy se ha aportado que implique un comienzo siquiera de solución […] ninguna medida política nueva –ninguna institución que represente la nueva realidad argentina- ha sido ensayada con seriedad y prudencia. Todo, absolutamente todo está en veremos. […] Es que mientras no se advierta; mientras los argentinos no tengamos el coraje […] de advertir que la crisis que desde 1930 aqueja a nuestro país es más social que política, esto es, una crisis en la que están en juego nuevas energías sociales en busca de nuevas instituciones políticas que las ordenen, y de nuevas minorías que las manden, todo el desbarajuste y el desasosiego reformador de estos últimos años habrá sido, sobre inútil, irreparable (BALCÓN, 21/6/1946)*

La búsqueda de estas nuevas instituciones, y su continua crítica al modelo liberal, encontró a los nacionalistas frente a una oportunidad única en 1949, cuando el gobierno peronista se aprestó a reformar la Constitución de 1853. Sin duda, en la cabeza de muchos de estos intelectuales se encontraba el ejemplo español, el cual si bien no era solo un descubrimiento tardío, sí era una fuente ineludible frente al fracaso de los regimenes nazi fascistas. En él se revelaba uno de los elementos más importantes del nuevo orden propuesto: un Estado católico, freno del avance comunista y fuente de justicia social (BALCÓN, 3/7/1946). Otros destacaban la necesidad de llevar adelante una reforma radical de la Carta Magna, particularmente al definir una nueva forma de representatividad, ya no individual sino colectiva, por sindicatos de actividades, que encontrarían en el parlamento el lugar de

expresión idóneo, frente a los viejos partidos políticos que quedarían reducidos a meros movimientos de opinión (ALIANZA, 9/1948).

Sin embargo, las esperanzas nacionalistas pronto se vieron defraudadas. La nueva Constitución, pensada primeramente para satisfacer los deseos reeleccionistas del presidente Perón, se centraba fundamentalmente en el reconocimiento de los derechos sociales, y nada hacía frente las instituciones liberales que los nacionalistas pretendían abolir. Su énfasis en poner al Estado como arbitro de los conflictos económicos y sociales, nada explicitaba sobre una reforma más profunda de las instituciones liberales, incluyendo la democracia representativa. Solo desde iniciativas periodísticas como la revista *Dinámica Social* (que congregaba a viejos nacionalistas locales y escritos de intelectuales de derecha europeos, se tendió a reconocer los logros del peronismo, aunque siempre atendiendo a reconocer que los derrotados regimenes fascistas, más los casos de España y Portugal, eran la única salida válida para el mito de "un hombre, un voto" del liberalismo (BUCHRUCKER, 1999: 342-343).

Frente a este panorama, no debe extrañar que la gran mayoría de los nacionalistas se ubicaran en la oposición que terminó por derrocar a Perón en 1955. Por un lado este había osado enfrentar a la Iglesia en la etapa final de su mandato, atacando a la que era una de las referencias centrales de estos intelectuales, y por otro no solo no había sido la solución esperada a la decadencia del sistema liberal, sino que por el contrario había llevado al país a las puertas del comunismo, de la mano de una demagógica política obrerista.

De la Revolución Libertadora a la Revolución Argentina: el fin del sueño corporativista

La caída del gobierno de Perón despertó en muchos de los intelectuales nacionalistas esperanzas de renovación, las cuales se vieron, como en los casos anteriores, rápidamente defraudadas. El desplazamiento del poder del general Lonardi, de extracción católica y cercano a los círculos nacionalistas, supuso el triunfo de los sectores militares liberales y de los partidos tradicionales, que rápidamente proscribieron al peronismo y comenzaron a perseguir a sus manifestaciones visible. Frente a esta nueva realidad, amplios sectores del nacionalismo intentaron ajustarse a la nueva situación, desplegando una crítica profunda al nuevo régimen y, paralelamente, intentando consolidar opciones políticas viables.

En este contexto, el gobierno intentó llevar adelante una reforma de la Constitución de 1853, restaurada luego del golpe de 1955, pero la falta de apoyo de la oposición, entre los que se encontraban los nacionalistas, impidió que la Convención llegara a buen puerto. El único elemento destacable de este hecho era que, salvo por sus empresas editoriales y periodísticas

(renacidas en 1956), los nacionalistas poco tenían que festejar, ya que en las elecciones para la convención habían fracasado rotundamente. La nueva estrella política era Arturo Frondizi, político radical que había roto con el ala más conservadora de su partido y había fundado la Unión Cívica Radical Intransigente, levantando las banderas del antiimperialismo y la búsqueda de una solución al problema peronista.

En las elecciones presidenciales de 1958, los nacionalistas se vieron en una encrucijada: o apoyaban a Frondizi, un político sospechado de tener un pasado izquierdista pero que, al igual que Perón, levantaba slogans caros a la tradición nacional; o se oponía manteniendo su discurso antisistema. La opción tomada fue ambigua, pues algunos se sumaron al proyecto de Frondizi (finalmente triunfante con el apoyo peronista), mientras que otros comenzaron una campaña de críticas a un gobierno que volvía a mostrar las falencias de las instituciones liberales.

Así encontramos, por un lado, a los viejos intelectuales nacionalistas que desde sus periódicos criticaban una democracia que, proscrito el partido peronista, poco tenía de tal. Además, el proyecto político de Frondizi pronto se mostró contrario a sus promesas, particularmente en lo relacionado al problema del peronismo, e impulsó una critica feroz por parte de los nacionalistas, que nucleados en torno a publicaciones como *Segunda República*, *Junta Grande* y *Presencia*, por nombrar solo algunas, iniciaron una prédica despiadada de los sucesivos gobierno, apelando a la idea de una "Revolución Nacional" regeneradora, ambigua en sus alcances y pobre en definiciones concretas, como única salida al dilema democrático. Por otro lado, los jóvenes nacionalistas se organizaron en grupos como el *Movimiento Nacionalista Tacuara*, la *Guardia Restauradora Nacionalista* o la *Legión Argentina Nacional-Sindicalista*, desde donde reivindicaban abiertamente a los regimenes fascistas, y en especial al modelo de la Falange española, del cual tomaban el modelo de organización estatal nacionalsindicalista.

Sin embargo, ninguno de ellos fue capaz de articular una propuesta coherente frente a la democracia liberal, que si bien se encontraba en crisis, no era discutida en tanto se entendía como único régimen viable para la Argentina. Cuando en 1966 buena parte de estos nacionalistas apoyaron el golpe de Estado del general Onganía, pocos esperaran de él una redefinición de las instituciones políticas, y quienes creían ver en sus primeras medidas (como la suspensión de los partidos políticos) un camino hacia un nuevo orden, pronto descubrieron con resignación que estaban frente a un nuevo fracaso, como escribiría Julio Meinville en 1967 (PRESENCIA, verano 1966-67).

Referencias bibliográficas

BERNARDO, Héctor. **El Régimen Corporativo y el Mundo Actual**. Buenos Aires: Adsum, 1943.

BUCHRUCKER, Cristián. **Nacionalismo y Peronismo. La Argentina en la Crisis Ideológica Mundial (1927-1955).** Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

DEVOTO, Fernando J. **Nacionalismo, Fascismo y Tradicionalismo en la Argentina Moderna. Una historia.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

NAVARRO GERASSI, Marysa. **Los Nacionalistas.** Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1968.

ROUQUIÉ, Alain. **Autoritarismos y Democracias. Estudios de política argentina.** Buenos Aires: Edicial, 1994.

ROUQUIÉ, Alain. **Poder Militar y Sociedad Política en la Argentina.** Tomo II. 1943/1973. Buenos Aires: Emecé Editores, 1998.

ZULETA ALVAREZ, Enrique. **El nacionalismo argentino.** Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1975.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os relatos de Hércules Florence (1825-1829): exemplo da visualidade dos povos indígenas.

Sonia Maria Couto Pereira*

Resumo: Este artigo pretende discorrer sobre as construções imagéticas e seus desdobramentos no momento do contato inter-étnico, tendo como base as contribuições do pintor-viajante Hercules Florence que, durante a Expedição Langsdorff (1825-1829), viajou pelo interior do Brasil e registrou ampla iconografia dos grupos indígenas com que teve contato. Investigando os usos desta iconografia na escrita da história indígena e nas discussões do campo de conhecimento da antropologia observa-se que as obras de Florence são de grande valor etnográfico e trazem particularidades culturais dos povos indígenas que favorecem o debate da visualidade étnica nos estudos da antropologia visual e etnoistóricos.
Palavras-chave: Etnoistória – Etnografia – Antropologia Visual

Abstract: This article intends to discourse on the visual constructions and it unfoldings in the moment of inter-ethnic contact as from the painter-traveler's Hercules Florence registered by drawing wide iconography of the indigenous groups, during the Langsdorff expedition (1825-1829) that traveled for the interior of Brazil. Searching the uses of this iconography in the writing of the indigenous history and in the discussions of the field of knowledge of the anthropology it is observed that the works of Florence are of great value ethnographic and they bring cultural particularities of the indigenous people that favor the debate of the ethnic visuality in the studies of the visual anthropology and ethnohistory.
Keywords: Etno history – Ethnography – Visual Anthropology

A relação do historiador com a imagem visual tem permeado os atuais debates da pesquisa histórica com curiosidade e interesse crescente. Mas a tão declarada profusão de imagens do nosso tempo, ainda se elabora de forma muito mais rápida e eficaz do que a habilidade do historiador com tal contexto. Outros campos do saber, como a Antropologia, pela própria natureza de pesquisa e formação, esboçam maior desenvoltura em transitar pelo aparato visual. Na História persiste o desafio de enfrentar o descompasso da leitura teórica e da *práxis*, quando se trata de fontes visuais. Devido à sua presença múltipla e vasta no cotidiano faz-se necessário sua correta delimitação e conceituação (GASKELL, 1992:237).

Nesta perspectiva, introduzo no presente artigo alguns pontos sobre a natureza das fontes e seus desdobramentos na pesquisa etnográfica, objetivando uma pequena discussão

sobre a representação de povos indígenas em situação de contato inter-étnico. Como se tratam primordialmente de fontes imagéticas, entendo que a contribuição de tal discussão converge para o estabelecido por Lima & Carvalho:

> *"Cabe a nós, pesquisadores das ciências humanas, fornecer os elementos necessários para que o repertório formal das imagens possa ser compreendido e utilizado pedagogicamente em experiências que extrapolam o âmbito restrito da academia. A demanda hoje por imagens deve vir acompanhada de um esforço de crítica da imagem"* (LIMA & CARVALHO, 2005:54).

A imagem é referida como parte de uma esfera ampla e complexa que faz parte da experiência social contemporânea, como bem expressou Eduardo Neiva (1993). Esta dimensão da imagem visual é bem trabalhada por Meneses (2003) ao se referir aos estudos da cultura visual, ampliados a partir da década de 1980, onde novos instrumentos de análise transformaram o objeto visual em uma problemática do visual. Por isso há que se ter cautela, pois a eventual familiaridade com a imagem pode trair seu uso e compreensão.

As fontes em questão foram produzidas no século XIX. Em 1808, com a vinda da família real e a Abertura dos Portos, o Brasil recebeu uma gama de viajantes europeus. Era o auge da literatura de viagem, espalhavam-se pelo mundo gravuras e mapas do território americano. Os livros eram repletos de ilustrações, povoando o imaginário da época. Um pintor-viajante, em especial, perscrutou o interior do Brasil retratando povos indígenas com clara sensibilidade etnográfica: Antoine Hercule Romuald Florence, mais conhecido como Hércules Florence (1804-1879), francês radicado em Campinas, contratado como segundo desenhista, participou de uma das maiores expedições científicas em terras sul-americanas, a Expedição Langsdorff (1821-1829). Tal expedição percorreu o interior do Brasil através dos sistemas fluviais – partindo de Porto Feliz no rio Tietê, subindo em direção ao rio Amazonas, atravessando as províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão-Pará – conhecida rota monçoeira utilizada pelas expedições comerciais.

Entendo iconografia pelo viés da Antropologia como no caso conceituado por Munn:

> *"vocabulários visuais estandartizados, ou unidades elementares, transmitindo, como na linguagem oral, categorias de graus variáveis de generalidade e possuindo regras implícitas de combinação de elementos. São representações visuais que ordenam e comunicam experiências"* (apud RIBEIRO, 1987:22).

Para Geertz o estudo da arte se desenvolve como um sistema cultural – o estudo de uma sensibilidade que é *"essencialmente coletiva, com bases de formação tão amplas e tão*

profundas como a própria vida social" (GEERTZ, 1997:149). A partir deste foco, as fontes iconográficas estão inseridas na contingência social e histórica da leitura das imagens. E, embora faça uso, por vezes, de correntes explicativas (significante/significado, forma/conteúdo) não espero me prender a elas, pois o foco não está nas categorias e classificações, mas na dinâmica entre sujeito histórico, imagem e contexto. Por isso a pesquisa vislumbra uma proposta interdisciplinar com contribuições da Antropologia Visual – entendida como um trabalho teórico e reflexivo de sistemas visuais e seus discursos que dialogam com as complexidades internas dos grupos étnicos e seus contatos.

Os cruzamentos com o método da etnoistória também são importantes, tanto pelas mudanças sócio-culturais na situação de contato, quanto pelas leituras interdisciplinares possíveis das fontes que ampliam a construção do passado destas sociedades ágrafas. Os registros visuais deste período são *pistas*, como bem tipificou Ginzburg (1989) do passado dinâmico e inventivo, onde as sociedades indígenas conseguiram reafirmar identidades étnicas, inclusive através de padrões estéticos, e *"criar um espaço no seio da sociedade colonial que as circunscrevia"* (GRUZINSKI, 2006:20).

A iconografia adquire valor específico na pesquisa etnográfica ao representar o *outro*. A temática do *outro* se reflete de um contorno atual, pois concordo com a afirmação de Beluzzo:

> *"A questão dos diferentes pontos de vista permanece atual, na medida em que persiste o discurso sobre o aqui e o lá, revestido do debate entre o centro e as margens, e na medida em que abordagens contemporâneas têm reafirmado a condição intercultural, inerente ao material estudado"* (BELUZZO, 2000:13).

Para a temática indígena o desafio de inserção no universo alheio, próprio do fazer historiográfico, é permeado da *"dificuldade de adotarmos esse ponto de vista outro sobre uma trajetória de que fazemos parte"* (CUNHA, 1998:20).

No processo de criação, como no caso da pintura e da fotografia, ocorre o encontro do sujeito-observador e o *ser-percebido* (CHARTIER, 2002:73). É através da observação do *outro* que o percebemos, e traçamos nossas relações sociais e trocas culturais. John Collier (1973) ao falar do impacto do surgimento da fotografia e suas implicações nas questões de alteridade descreveu sobre ver o que é particular ao *outro*:

> *"O problema persistente nos séculos passados e nas nossas relações humanas atualmente é ver os outros como eles realmente são. (...) As pessoas pensavam*

> *através dessas representações que geralmente traduzia o que os artistas queriam ver, ou as impressões que lhes causavam as imagens"* (COLLIER, 1973:4,5).

No século XIX difundiram-se as representações[1] estigmatizadas do nativo americano como suas variantes do índio "bom" e "mau". Mas também houve "*uma ruptura na representação dominante sobre o índio, enquanto categoria indiferenciada contraposta ao branco, em direção ao reconhecimento da existência das sociedades tribais concretas e suas diferenças"* (PORTO ALEGRE, 1994:60).

No campo da etnografia o legado da Expedição Langsdorff conta com os trabalhos do pintor Aimé-Adrien Taunay e de Florence, tal expedição, bem planejada, misturou talento artístico com interesse científico. Apesar de todos os desastres da viagem fluvial – Taunay morre por afogamento no rio Guaporé e Langsdorff perde a razão e a memória – o resultado coletado foi um acervo ímpar, embora por um século esquecido nos porões do Museu do Jardim Botânico de São Petesburgo, de 368 aquarelas e desenhos que retratam o Brasil no século XIX, nos campos da arte e da ciência.

Dos membros da expedição apenas Florence teve as narrativas publicadas. A *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*, editada a primeira vez em 1875, foi traduzida do francês por Visconde de Taunay na *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Esta versão foi reeditada parcialmente em 1929 e integralmente nos anos de 1941, 1948 e 1977.

Concentrarei esforços nas representações visuais, produzidas por Florence, a respeito das populações indígenas na bacia do Alto Paraguai como os Guaná, Guató e Borôro. É indiscutível o estilo de retratação fidedigno do jovem Florence, que já buscava a fixação da imagem inclusive fazendo uso da câmera escura[2]. O trabalho pioneiro sobre iconografia indígena brasileira de Thekla Hartmann (1970) registra as particularidades do estilo de Florence frente a outros pintores-viajantes. Hartmann analisa que, mesmo buscando a fidelidade de retratação, os desenhistas Taunay e Florence possuem diferenças de estilos

---

1 Entre os temas que marcaram o século XIX nas artes visuais estão os povos exóticos, as paisagens urbanas, as grandes construções e as guerras. Neste século as pesquisas de captação da imagem real culminaram com a descoberta da fotografia – 1837 com Louis Daguerre, na França. Mas antes disso, Hercules Florence também se dedica à fixação da imagem na Vila de São Carlos (atual Campinas) e é conhecido como pai da fotografia no Brasil e nas Américas (KOSSOY, 1980).

2 Desde o século XVIII os artistas podiam estudar a realidade projetada. Tratava-se de uma caixa portátil de 60 cm com o orifício de observação substituído pelo princípio de lente de fundo. A imagem sob o papel era traçada em um vidro no fundo.

marcantes. Taunay seria um exímio pintor de cenas, internas ou externas. Já Florence com aversão às cenas, só fornecia justaposições de estudos individuais. Na descrição de diferenças fisionômicas e de expressão, Florence era perfeito e muitas vezes seus desenhos vão além do texto em seu caráter descritivo. A pesquisadora ainda lembra que artistas contemporâneos a Florence se valiam do mesmo "modelo" em seus desenhos, ou seja, o corpo de um índio não mudava somente seus adornos, tatuagens, vestuário e plumagens. Entretanto, Florence distinguia com exatidão os indígenas mesmo despidos de suas peculiaridades culturais.

Hartmann ainda oferece importantes diretrizes para aproximar das fontes iconográficas. Primeiramente em relação ao artista: Hercules Florence é um viajante, e como tal está circunscrito num tempo curto para observação das populações indígenas. As condicionantes de suas escolhas foram em torno das ciências naturais, flora e fauna, e o nativo em especial. Vários fatores influenciaram o ambiente propício ou não à retratação, por exemplo, no trecho de Cuiabá a Santarém Florence foi acometido de febres, ficando debilitado para suas tarefas. Em seu diário, ele mesmo relata o seu péssimo estado que o impede de descrever em detalhes o encontro com os índios Mundurucú.

Vários pesquisadores (BELLUZZO, 1994; COSTA, 1995; SILVA, 2001; EREMITES DE OLIVEIRA, 2002) fazem uso das descrições de Florence como fontes etnográficas. Além de desenhos e pinturas, o diário de viagem revela como Florence observou o indígena. Nas versões dos diários estão presentes mais esboços do que desenhos com tratamento finalizado em cores. Outras publicações também possuem reproduções deste pintor[3]. Os originais fazem parte do Arquivo da Academia de Ciências de São Petesburgo, na Rússia. Meu acesso a parte deste material é possível através da digitalização feita em 2000 pela artista-plástica, tetraneta de Hércules Florence, Adriana Florence, residente em São Paulo, capital[4]. Pretendo analisar

---

3 COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. *O Brasil de Hoje no Espelho do século XIX*. Artistas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
FLORENCE, Adriana. *No Caminho da Expedição Langsdorff*. São Paulo: Editora Melhoramentos e Grifa Produções, 2000.
MONTEIRO, Salvador & KAZ, Leonel (Ed.). *Expedição Langsdorff ao Brasil 1821-1829*: aquarelas e desenhos de Florence. Tradução Marcos Pinto Braga, Brian Hazlehurst, Peter Young. Rio de Janeiro: Alumbramento: Livroarte, 1988.

4 Compartilhei este projeto com Adriana em 2005, que desde o começo foi uma grande incentivadora desta pesquisa. Adriana refez o caminho da expedição Langsdorff, por ocasião dos quinhentos anos do Brasil, pintando lugares, paisagens e tribos indígenas.

nas imagens três principais vertentes: identidades somáticas, adornos e ornamentação do corpo, e sistemas de representação gráfica na cultura material. Busco, de pronto, salientar algumas percepções sobre a experiência de Florence junto ao grupo étnico Guaná.

Os Guaná fazem parte da família lingüística Aruák e deles descendem os Terena, Kinikinao, Echoaladi e Laiana, embora sejam conhecidos pelo público externo apenas como Terena (AZANHA, 2004:2). Na descrição de Florence, a expedição Langsdorff encontra com os Guaná ao alcançar Albuquerque (atual Corumbá) pelo rio Paraguai em meados de 14 de dezembro de 1826. Ele descreve *"é aí que começa o vasto Pantanal"* e "*de todas as tribos que habitam as margens do rio Paraguai, são os Guaná que possuem maior contato com os brasileiros"* (FLORENCE, 1977:98). Predominantemente agricultores, os Guaná mantinham uma aliança baseada na troca recíproca e no comércio justo com outros grupos étnicos, principalmente os Mbayá-Guaikurú, e com a sociedade brasileira. Como outros viajantes, Florence interpretou a relação dos Guaná com os Guaikurú de escravidão. Roberto Cardoso de Oliveira (1976) esclareceu, entretanto, que se tratava de uma aliança baseada na troca de serviços, fornecimento de alimentos por parte das roças dos Guaná e proteção e ferro dos Guaikurú. Em uma simbiose tal que só foi quebrada com a chegada dos colonizadores. Do século XVI até a época de Florence a extensão territorial ocupada pelo grupo Guaná era extensa, do rio Taquari até o rio Apa, com uma complexa organização social. Em outras fontes históricas é possível observar dados estatísticos desta população, principalmente depois do estabelecimento das fortificações, como o forte de Coimbra, em 1775 e o presídio de Miranda, em 1797. Para os portugueses a ocupação indígena nesta região fronteiriça era de grande valia. E o *ethos* dos Guaná em lavouras favorecia também o fornecimento alimentício na região. Mas a partir da Guerra do Paraguai (1864-1870) a situação territorial deste grupo seria drasticamente alterada. Os relatos de Florence ainda sinalizam a mobilidade deste grupo em virtude de suas atividades comerciais. Em Cuiabá os Guaná vendiam suas peças de algodão trançado e outros produtos chegando a *"habitar numas choupanazinhas"* no porto (FLORENCE, 1977:106). Florence ainda relata que os chamados *panões* eram comercializados em diferentes localidades, entre elas Albuquerque, Miranda e Coimbra.

As ilustrações de Florence são claras no detalhamento destes *panões*. O pintor-viajante expressa surpresa ao conhecer o sistema de produção realizado pelas mulheres Guaná, *"são tramadas de um modo para mim desconhecido"* e que *"para concluir um panão, consomem*

seis ou mais dias" (FLORENCE, 1977:106). Os Guaná fabricavam os *panões* a partir do algodão por eles cultivados e eram particularmente bem acabados e resistentes.

Figura 1. Jovem Guaná e Guanita
Hércules Florence, 1827
Fonte: FLORENCE, 1977

Selecionei a figura acima onde se observa que *"os panões têm riscas largas e de diferentes cores: escuro carregado, preto, branco, pardacento, ruivo e azul-claro"* (FLORENCE, 1977:108). A ilustração presente no diário publicado em 1948 mostra um índio e uma índia Guaná, embora pareçam desenhos individuais a retratação das vestimentas e dos tipos somáticos correspondem aos relatos escritos e se possuem alguma diferença em relação às outras ilustrações são, suponho, por conta das técnicas de reprodução. É interessante que Florence relata uma possível troca cultural no processo de produção destes tecidos, ao fazer referência que *"as mulheres de Cuiabá que fazem redes, seguem o mesmo sistema"* (FLORENCE, 1977:106). A beleza das mulheres Guaná chamaria a atenção de Florence exatamente por aproximar-se dos padrões europeus, assim como no caso dos Guató, por quem o pintor-viajante nutriu especial apreço. E talvez pela ausência de adornos corporais tão "estranhamente" observados pelos colonizadores, assim Florence comenta:

> *"Não marcam a pele, nem mutilam o nariz, o lábio inferior ou as orelhas; não se pintam de urucu como tantas outras tribos. Se em épocas anteriores tiveram essas práticas singulares, já são por demais civilizados para nelas perseverarem"* (FLORENCE, 1977:109).

Como viajante e observador, Florence buscava traduzir a cultura estrangeira, no caso dos indígenas, para os referenciais culturais que compartilhava. Nesta trajetória, a descrição é

sempre de algo novo e na tentativa de organizá-lo no tempo e espaço (FERNANDES, 2006:44), promovendo por vezes posturas ambíguas, próprias da experiência vivida no contato inter-étnico, momento de encontro de diferentes trajetórias e bagagens culturais distintas. Florence após enfatizar a beleza das mulheres Guaná questiona a prática da prostituição das mesmas ao se referir a *"mais completa devassidão, tanto mais quanto os próprios maridos, desconhecendo o que seja ciúme, as entregam a estranhos com a maior facilidade"* (FLORENCE, 1977:109). Tal observação, porém não deve ser encarada por este prisma, pelo contrário, deve ser entendida no seu contexto social específico, as fontes relatam que uma das facetas da aliança entre os Guaná-Mbayá era o casamento: os chefes Guaná cediam mulheres da sua casta para casarem-se com os "maiorais" Mbayá (AZANHA, 2004:03). Já Langsdorff, em uma nota do seu diário, afirma que os homens Guaná só possuíam uma mulher e que um acordo para oferecimento dela só era possível com o consentimento da mulher (SILVA, 1997:34).

Por fim, com um retrospecto da descrição de Florence observa-se hoje, que os Terena grupo étnico descendente dos antigos Guaná estão aldeados em algumas frações descontínuas do território sul-matogrossense, basicamente em sete municípios: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque e Rochedo. Com uma realidade territorial totalmente distinta da descrita pelo pintor-viajante *"acham-se todos juntos e aldeados numa espécie de grande povoação"* (FLORENCE, 1977:103). O padrão da aldeia se alterou pois antes haviam como conjugar *"uma agricultura bem desenvolvida com a caça, a pesca e, a criação de gado vacum e cavalar – com os quais aprenderam a lidar no longo período de convivência que mantiveram com os Mbayá-Guaicuru"* (AZANHA, 2004). O espaço de vivência deste grupo ainda é motivo de disputa entre índios e fazendeiros. Desde a Guerra do Paraguai os Terena não lograram sucesso frente à expansão econômica da sociedade nacional, mas buscam em disputa judicial recuperar parte de seu território[5]. Estes descendentes do grupo industrial – a tecelagem dos Guaná foi muito elogiada por Florence – enfrentam seus dilemas e (re) contam suas histórias para viver de forma plena seu *ethos* enquanto grupo étnico e para comunicar sua própria *visão de mundo*.

---

5 Ver EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. *Perícia antropológica, arqueológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil.* Dourados. 2003. (não publicado) (Autos n° 2001.60.00.003866-3, 3ª Vara da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande)

Bibliografia:

AZANHA, Gilberto. *As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. Brasília, Centro de Trabalho Indigenista. Disponível em www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/terena_azanha.pdf visitado em 27/09/2006.

_____, Os Terena. Disponível em **http://socioambiental.org/pib/epi/terena/terena.shtm** visitado em 26/03/2007.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Editora MetaLivros e Editora Objetiva, 2000.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena.* 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

COLLIER, John. *Antropologia Visual:* a fotografia como método de pesquisa**.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

COSTA, Maria de Fátima & DIENER, Pablo. *O Brasil de Hoje no Espelho do século XIX.* Aritstas alemães e brasileiros refazem a expedição Langsdorff. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. *Da Pré-História à História Indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal.* Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2002.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. Estados de diferenças na literatura de viajantes: a leitura do outro. In: *Nas Fronteiras da Linguagem*. Leitura e produção de sentido. Londrina: Editorial Mídia, 2006.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*: 1825 a 1829. Trad. de A. d'E. Taunay, São Paulo, Cultrix/Edusp. 1977.

_____. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1929.* Trad. de A. d'E. Taunay, São Paulo, Melhoramentos. 1948.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1992.

GEERTZ, Clifford. *O saber local* – novos ensaios em antropologia interpretativa. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens*. De Cristóvão Colombo a *Blade Runner* (1492-2019). Tradução Rosa Freire d´Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARTMANN, Thekla. *Contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros no século XIX*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1970.

KOSSOY, Boris. *Hercules Florence:* 1833, a descoberta isolada da fotografia no Brasil. Apresentação Francisco Alvares Machado, Vasconcellos Florence. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. v. 23, n. 45, p.11-36. São Paulo, 2003.

MONTEIRO, Salvador & KAZ, Leonel (Ed.). *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.* Rio de Janeiro, Alumbramento/Livroarte, 1998.

NEIVA, Eduardo. *Imagem, História e Semiótica*. In: Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Nova Série. Nº 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Imagem e representação do índio no século XIX. In: *Índios no Brasil.* Brasília, MEC, 1994.

RIBEIRO, Berta G. *Suma etnológica brasileira.* Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Arte Índia. 2 ed. Petrópolis, Vozes/FINEP, v. 3, 1987.

SILVA, Danuzio Gil Bernadino (Org.). *Os diários de Langsdorff*. Vol. III. Mato Grosso e Amazônia, 21 de novembro de 1826 a 20 de maio de 1828. Trad. Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas: Associação Internacional dos Estudos de Langsdorff. Rio de Janeiro: Fiocruz. 1997.

SILVA, Verone Cristina. *Missão, aldeamento e cidade*: os Guanás entre Albuquerque e Cuiabá. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Contatos e Solidariedades: negros e payaya no sertão de Jacobina, BA

Raphael Rodrigues Vieira Filho*

Resumo:
Utilizando como fontes principais os documentos sobre os payaya e as poucas informações sobre Jacobina, Bahia, nos séculos XVII e XVIII, principalmente, as publicadas nos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, Anais da Biblioteca Nacional, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e o conjunto de CDs do Projeto Resgate referente à Bahia, pretendo discorrer sobre os primeiros contatos entre os grupos nativos da região, e os grupos imigrados de africanos e seus descendentes. Os documentos possibilitam alguns flashs sobre como foram as primeiras investidas dos colonizadores no sertão. Esses lampejos iluminam pistas de como foi o relacionamento entre os vários grupos populacionais neste primeiro momento de ocupação européia, mostrando os embates e desnublando a lógica dos: dominar o território e implantar uma sociedade européia nos novos territórios ocupados.
Palavras-chave: Jacobina, Bahia – grupos indígenas – populações negras

Abstract:
By using as main sources the documents about the payaya and the few pieces of information about Jacobina, Bahia, in the 17th and 18th centuries, mostly, the ones published in the APEBA Annals, Biblioteca Nacional (National Library) Annals, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (Historic Documents of National Library) and the group of CD's of Projeto Resgate (Rescue Project) concerning to Bahia, I aim to talk about the first contacts between the native groups of the region and the African groups that immigrated and their descendants. The documents enable some flashes on how the first approaches of the colonizers in the territory were. These flashes enlighten clues about how the relationship between the several populational groups at the first times of exploration of the region were, showing the shocks and clearing up the colonizers' logic and their aspirations: dominating the territory and settling an European society in the newly occupied territories.
Keywords: *Jacobina region, Bahia, Brazil – Brazilian aboriginal groups – Black populations*

Com os primeiros sinais de crise no rico comércio português com as Índias foi preciso intensificar as atenções para as possessões do Novo Mundo. Nos objetivos da viagem de Martim Afonso de Souza de 1530, enviado por Dom João III (1521-1557), constava a procura de bens preciosos para integrar o vasto leque de produtos comercializados pelos

* Professor Adjunto do Departamento de Educação Campus I – Salvador da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Doutor em História Pontifício Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

portugueses e se não fossem capazes de substituir os oriundos do Oriente, pelo menos ajudassem na balança comercial.

Com a vinda de Tomé de Souza iniciou-se a exploração efetiva do território, por parte dos colonizadores europeus, mas somente na administração do segundo governador geral Duarte da Costa, iniciada em 1553, a exploração do sertão foi intensificada. Neste movimento vários exploradores europeus estiveram na região de Jacobina.

Contatos promovidos pelas explorações do sertão

Em busca de riquezas minerais e de indígenas para as lavouras do litoral, muitas expedições foram organizadas, adentrando para o sertão. Algumas delas deixaram seus roteiros como a de Gabriel Soares de Souza, atravessando o sertão baiano na década de 1590 com uma bandeira composta de 360 homens, "partio de Jaguaripe... entrou pelo Paraguassú, atravessou as mattas do Orobó, o Jacuibe, o Itapicurú, alcançou Jacobina, onde encontrou ouro, dirigio-se ao valle do rio Salitre e dahi procurou as nascentes do Rio S. Francisco."(**Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia**[1], 1919:32)

A excursão mais famosa e mais difundida, passando por Jacobina, foi sem dúvida a de Belchior Dias Moreya, confundido com seu filho Robério Dias.

Segundo relatório de Pedro Leolino Mariz, de dezembro 1752, enviado pelo Conde de Athouguia dando conta ao Rei das descobertas das minas de prata de Arassuahi, Robério Moribeca assim se expressa em seu requerimento ao Rei Felippe IV, "prometteo dar tanta prata como ferro podia dar Biscaya" (**Annaes da Bibliotheca Nacional**[2], Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 31, 1909. Pp. 48.)

Após suas descobertas, Robério Moribeca volta primeiro a Salvador, não revelando a localização das minas e vai à Corte portuguesa noticiar suas descobertas. É recebido em audiência em Portugal onde peticiona a permissão para explorar suas descobertas e o título de Vice-Rei das Minas diretamente ao Rei. Seu pedido é negado e ele ainda é preso na corte por não revelar a localização das minas. Após muitos anos de prisão na Corte é transferido para Bahia, onde morre sem indicar a ninguém a localização de suas descobertas. (**ABN**, 1909: Pp. 48-50)

O relato acima desnuda o imaginário presente nos mais íntimos desejos de portugueses e demais europeus desembarcados no novo continente: encontrar o Eldorado, voltar vitorioso, rico e triunfante dos confins da nova terra, deixar de ser um simples

[1] Será utilizado de agora em diante a sigla AAPEBA para designar este periódico.
[2] Será utilizado de agora em diante a sigla ABN para designar este periódico.

aventureiro para ser uma pessoa reconhecida e respeitada por todos, quem sabe tornar-se um nobre ou fidalgo e finalmente inscrever seu nome na história.

Segundo Capistrano de Abreu essas primeiras expedições avançavam usavam os rios como indicadores de caminhos e chegando a um determinado ponto voltavam pelo sertão em linhas mais ou menos retas, como hipotenusas de triângulos, até alcançar novamente o litoral, estabelecendo as primeiras rotas pelo sertão (ABREU, 1960:94).

Os contatos entre os indígenas da região e negros parecem ter ocorrido desde as primeiras entradas. Algumas das expedições religiosas exploradoras do sertão baiano e que passaram por Jacobina traziam em sua composição, além de europeus e índios mansos, os negros. Segundo Serafim Leite a expedição do frei Rafael Cardoso tinha como um dos participantes um negro, muito entendido do sertão.

> *Dirigiam-se aos montes das <<Jacuabinas>>, que se estendem ao norte por 40 léguas, notáveis pelo número dos seus Tapuias em número de 80 Aldeias. Ao chegar às Jacobinas, vieram muitos Índios ao seu encontro para os saüdar sem darem mostras de receio, antes com satisfação. Falavam língua diversa, que sabia um negro que os Padres levavam consigo. (LEITE, 1945:271)*

Ao que parece, essas missões religiosas itinerantes, seguiam o rastro das "entradas de preamento"[3] em busca de mão-de-obra para os engenhos. A utilização de negros servindo de "língua"[4] parece freqüente nesses primeiros tempos de colonização.

Um indício de contato anterior, entre negros e grupos autóctones sertanejos, é uma carta do Conde de Atouguia, governador geral no ano de 1654, para o Sargento Pedro Gomes a respeito de: "[...] dous negros que fugiram do gentio para nós, um que há muitos annos estava mettido com elles, e outro que agora levou nesta ultima occasião*"* (**Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional**[5], 1927:224).

O conde ainda recomenda que o sargento "[...] faça logo toda a diligencia por estes negros, e os remetta a esta praça com summa brevidade, porque serão mui importantes para as noticias e disposições da jornada que se intenta" (**DHBN**, 1927:224).

Eles tornavam-se fundamentais porque poderiam prestar informações a respeito da região e da localização dos grupos indígenas, pois a "jornada intentada" eram as várias campanhas de Guerras Justas organizadas contra os nativos do sertão. Porém o mais importante foi a presença de negros aceitos e respeitados pelos grupos indígenas nesse

[3].Incursões ao sertão em busca de grupos indígenas para escravização.
[4] Eram assim chamadas as pessoas que serviam de interprete entre os grupos autóctones e os europeus.
[5] Será utilizado de agora em diante a sigla DHBN para designar este periódico.

momento da colonização. Além dessas expedições dirigidas por religiosos outras esquadrinharam a região em foco procurando por grupos indígenas revoltosos.

No regimento do Ajudante Luiz Álvares de 21 de dezembro de 1657, para a transferência e instalação dos Payaya para as Serras do Orobó, assim aparece a convocação do crioulo Antonio: "[...] marche logo com os vinte e cinco Soldados que se lhe tem nomeado, e levando em sua companhia os Principaes dos Payayases, e o crioulo Antonio Pereira escravo do Padre Antonio Pereira como lingua, e pratico [...]"(**DHBN**, v. 4, 1928:57)

O crioulo Antonio apareceu em outros vestígios, ele pode ser inclusive um dos dois negros citados pelo Conde de Atouguia. Mas sua principal atuação documentada foi como guia da fracassada expedição de Domingos Barbosa Calheiros em 1657, que terminou tragicamente com os Payaya abandonando essa entrada após terem atacado os guardas do acampamento (SILVA, 1925:30)

No assento de Alexandre de Souza Freire, de 1669, transcrito por Accioli Silva (1925), além de relatar os "terríveis estragos" feitos pelos indígenas desde o começo do século, o então Governador Geral do Brasil, com base nos relatos da excursão, acusa o crioulo Antonio de não indicar o caminho certo para os soldados chegarem até os grupos indígenas contra os quais deveria se aplicar Guerra Justa e posterior escravização. Acusa-o também de tomar excessivos cuidados para não despertar a atenção dos guerreiros inimigos recomendando não atirar com armas de fogo e não deixando os soldados tirarem mel para se alimentar.

As autoridades administrativas utilizavam, portanto, negros para repressão de grupos indígenas e grupos indígenas contra quilombos e mobambos, porém isso não diminuia a solidariedade e amizade construídas com o tempo de convívio.

O religioso do carmo Frei Angelo de Santo Alberto, revela um desses casos de solidariedade em carta enviada à seus superiores. Falando da fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a fazenda Sargendo de propriedade da Casa da Torre, ele conseguiu apreender um dos fugitivos, porém "João das Brotas e mais três negros[...] levarão o Indio e me ultrajarão de palavras" (**AAPEBA**, 1919:98-99).

João das Brotas e seus companheiros estavam cumprindo ordens de seu superior João de Araujo Costa, o procurador da Casa da Torre da região, porém eles devem ter cumprido as ordens com mais afinco pela proximidade construída ao longo do convívio com o índio resgatado.

Os casais, provavelmente, fugiram da Missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na qualidade de aldeiados e foram procurar melhores condições de vida em

outras paragens na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, como na oportunidade do resgate, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações.

Solidariedades Guerreiras

Borges de Barros ilumina uma outra forma de aproximação, amizade e solidariedade entre os grupos nativos e grupos negros no sertão baiano. Em um texto falando das rebeliões indígenas nos dois primeiros séculos de penetração do sertão, ele assegura que:"Ao elemento indigena alliava-se um outro de não menos importancia: os negros fugidos ao captiveiro, os quaes se aquilambavam nos recessos das mattas." (BARROS, 1919:174)

A mesma repressão aplicada contra os nativos era empregada aos negros fugidos. Algumas das expedições de entradas para o sertão eram organizadas para combater os nativos e também os mucambos, como a de 1619, chefiada por Antonio de Araújo e João de Mendonça: "A entrada era não apenas aos Índios, mas também a <<desfazer um *couto* ou *mocambo* (como lhe na terra chamam) que os escravos fugitivos tinham feito naquele sítio>>. Baixaram 200 pessoas que se colocaram na Aldeia do Espírito Santo." (LEITE, 1945:270)

Os negros encontrados nos quilombos eram presos e separados de suas famílias, assim como os indígenas sobre os quais se aplicavam a Guerra Justa. A repartição do botim autorizada pelo Governador Diogo Luiz de Oliveira da entrada realizada na década de 1620, chefiada por Affonso Rodrigues Adorno, enumera várias pessoas que:

> *se forão entregando aos soldados que forão na dita jornada as pessoas que cada hum delles coube, [...]na forma seguinte: a saber[...] Antonio Saraiva, morador no dito Peroassú, recebeo huma India por nome Paula, e hua rapariga por nome Genebra; [...] Domingos Gonçalve, morador no Acupe, recebeo hua negra por nome Violante; Antonio Pavão, recebeo hum negro por nome Diogo, morador no Peroassú[...](SILVA, 1925:74)*

Eles estiveram juntos nas adversidades do cativeiro imposto nas entradas de preamento e nas guerras, assim como nas revoltas e ataques: "Os da Serra de Tiúba uniram-se aos negros e assaltaram o Rio S. Francisco, encontrando resistencia em Felizardo Ribeira Lisboa."(BARROS, 1919:175)

As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijos de escravizados procurando a almejada liberdade, seja pela dificuldade de acesso para os inexperientes dos caminhos locais, seja pela melhor equalização de defesas contra agressores, além disso, as

serras de Jacobina ainda somavam, a favor dos negros, os grupos indígenas revoltosos, no período, aliados estratégicos contra os conquistadores brancos.[6]

Outros documentos falam de grupos negros ocupando o sertão baiano com mais precisão e sem deixar dúvidas, são as cartas patentes de Capitães Mores do Sertão. Os Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia transcreve várias dessas cartas de patentes, entre elas as de: "MANOEL BOTELHO DE OLIVEIRA venceu os mocambos de Papagayo, Rio do Peixe e Gamelleira em Jacobina. Obteve o cargo de Capm-mór desses districtos por ter emprestado 22.000 cruzados de sua fazenda para a creação da Casa da Moeda."(**AAPEBA**, 1920:203)

O fato de grupos de escravizados, procurando uma vida autônoma em relação aos colonizadores europeus e ocuparem territórios no sertão com aquiescência dos grupos indígenas foi bastante documentado. A melhor explicação para isso parece ser a de Gilberto Freire quando fala das diferentes formas de ocupação das terras brasileiras e exploração da floresta tropical:

> *A floresta tropical, devastada pelo colonizador português no interesse quase exclusivo da monocultura da cana ou da Metrópole faustosa, era um obstáculo enorme a ser vencido pela colonização agrária do Nordeste. O colonizador português venceu tão poderoso inimigo, destruindo-o. O colonizador negro, não: venceu-o, em parte, adaptando-se à floresta, em parte adaptando a floresta às suas necessidades de evadido da monocultura escravocrata e latifundiária. (FREYRE,1937)*

Fica evidente na documentação, além da política de estado de desestabilizar e desorganizar os modos de vida dos grupos autóctones, já citada anteriormente, essas ações para não permitir a instalação de grupos quilombolas na região. Mais uma vez os negros e indígenas juntos, impedindo o avanço dos colonizadores europeus nos sertões.

As terras, tiradas dos autóctones, deveriam ser destinadas prioritariamente aos colonos portugueses, portanto não poderiam ser locais de refúgios dos grupos indígenas aguerridos ou das populações negras dos quilombos. O sertão deveria ser uma extensão do modo de vida branco europeu já instalado no litoral.

Contatos promovidos pela implantação do gado

As terras, desabitadas ou não deveriam cumprir seu ideal: Servir bem à sua majestade real e seus súditos escolhidos. Portanto, nem bem a região foi percorrida pelos

[6].Só para lembrar, na Serra da Barriga foi erguido o mais temido e famoso quilombo do período Colonial o de Palmares.

primeiros exploradores do sertão, dando notícias de suas riquezas naturais, alguns até omitindo informações das tribos nativas ali instaladas, a administração real em Salvador, passou a preocupar-se com a organização de doação dessas terras, adotando o sistema de concessão de sesmarias. E a maneira mais fácil era ocupar com o gado.

Já em 1609 foi feita uma concessão na região de Jacobina a Antonio Guedes: "nas cabeceiras das suas terras toda a m^{s}. houver entre os R^{os}. Inhambupe e Itapicurú, e para o Sertão 10 leg^{s}. med^{as}. Rumo dir^{to}. Com todas as pontas, enseadas, matos, agoas e m^{s}. pertenças" (**Arquivo Nacional**, códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, Pp. 68)

O padre Antonio Pereira recebeu uma concessão de terras na região de Jacobina por carta do dia 02/01/1659 (**Arquivo Nacional**, códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, Pp. 27).

As sesmarias privilegiavam os mais abastados e as pessoas com boas relações com os administradores, porém esse documento não garantia que as terras estivessem desocupadas de indígenas e grupos aquilombados, tampouco os donatários asseguravam uma efetiva ocupação realizada por eles próprios. A maior parte das vezes, esta ocupação era realizada por pessoas de total confiança, deixando os encargos e perigos de sobreviver nas terras inóspitas e negociar com os grupos autóctones a cargo desses prepostos.

O cérebro da Casa da Torre, como o apelidou Pedro Calmon, provavelmente utilizava os mesmos métodos adotados pelo cabeça da casa que: "com suas boiadas escolhia caminhos apropriados para constituir toscos currais, onde deixava, em cada um deles, um casal de escravos encarregados de zelar por dez novilhas, um touro e um casal de equinos" (CALMON, 1939:38).

Os donatários não enfrentavam, eles mesmos, o calor e a seca da caatinga, muito menos as dificuldades da agricultura e pecuária ou os diversos contatos, às vezes não amistosos, com os índios. Esse trabalho foi feito pelos negros escravizados deixados pelos grandes donatários para cuidar dos currais e demais interesses dos senhores. No caso do crioulo Antonio citado acima, ele ainda aprendeu a língua dos nativos e exercia uma grande influência sobre os grupos autóctones.(**DHBN**, v.7, 1928?:380)

Contatos promovidos pelas primeiras experiências de mineração

Segundo uma carta do Coronel Pedro Barbosa Leal, escrita em 1725 para o Governador Visconde de Sabugosa, as primeiras minas de salitre foram encontradas por Belchior Dias Moreya, em uma expedição realizada no último quartel do século XVI, aquele

mesmo personagem da história contada acima descobridor das Minas de Prata. Porém a exploração do salitre só começou quase um século depois. (**AAPEBA**, 1920:358)

Acompanhados de polvoristas e missionários, grupos indígenas são convocados a participar das primeiras excursões para as Minas de Salitre e "...em sua averiguação hão de trabalhar...", em 1678 (**DHBN**, v. 32, 1936:93). Mas é somente em 1691 que o governador Antonio Luiz da Câmara Coutinho, em carta a sua majestade noticia a descoberta e início da exploração (**DHBN**, v. 33, 1936:440).

Juntamente com os nativos outros grupos também trabalhavam compulsoriamente nas minas de salitre da região de Jacobina: os negros. Segundo a documentação os abusos eram maiores sobre esse grupo de transplantados gerando até ordens para apuração de castigos em excesso:

> *Sobre o negro de Sua Magestade, que Deus guarde, que morreu, examinará Vossa Mercê com toda a particularidade, se a causa da sua morte, foi o castigo que lhe deu o fabricante, e achando ser assim, porá Vossa Mercê em arrecadação o seu valor, por não ser justo, que a Fazenda Real o perca. (**DHBN**: v.40, 1938:150)*

Os indígenas das missões também tinham outras ocupações além do trabalho direto nas minas do salitre, como por exemplo: o transporte de boiadas do sertão para o litoral, ou ainda, alugarem-se para atividades nas lavouras sertanejas. Além disso, os indígenas aldeados deveriam ajudar nas construções de igrejas da região.(**DHBN**, v. 40, 1938: 160-166)

Os contatos entre afro-brasileiros e indígenas vão tornar-se mais amistosos e diretos com o passar do tempo, pois em uma devassa ocorrida no começo do século XIX na Missão do Bom Jesus da Glória, em Jacobina, alguns dos aldeados, ou seus companheiros e companheiras, foram qualificados como "cabra, mamaluco, preto crioulo, pardo e pardo preto"*(*Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juízes, Maço: 2430).

Essa foi mais uma estratégia de sobrevivência dos grupos negros sertanejos, ocupando terras das aldeias e garantindo terrenos para o plantio de suas próprias roças no terreno destinado somente aos indígenas. Esta escolha também possibilitava uniões e casamentos, além da garantia de uma prole livre e protegida pelo estatuto das Missões. Ainda hoje é comum a estratégica de utilizar descendentes indígenas para justificar a tez escura e tentar escapar do preconceito e da discriminação.

Bibliografia:

Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia, Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, ano 3, v. 4 e 5, 1919.

Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia, Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, ano 4, v. 6 e 7, 1920.

Annaes da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 31, 1909.

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, 1960.

BARROS, F. Borges de. *Rebellião dos Barbaros da Região Central da Bahia.* In: **Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia**, Salvador: Imprensa Official do Estado da Bahia, ano 3, v. 4 e 5, 1919. Pp. 174-180.

CALMON, Pedro. **Historia da Casa da Torre – Uma dinastia de pioneiros**, Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1939,

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 3, 1927.

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 4, 1928.

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 7, 1928?.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 32, 1936.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol. 33, 1936.

FRANCO, Tasso. **Serrinha: A colonização portugueza numa cidade do sertão da Bahia**. Salvador: EGBA/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1996.

FREYRE, Gilberto. A Cana e a Mata. In:_____. **Nordeste: aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paizagem do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/nordeste /3cap_ cana _e_mata.htm>. Acesso em: 15 mar. 2000.

GOMES, Josildete. *Povoamento da Chapada Diamantina*. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador: IGHB, n. 77, 1952. Pp. 221-238.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Lisboa: Liv. Portugalia, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. t. 5.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia**, vol. II, Salvador: Imp. Official do Estado, 1925.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O cinema de João Batista de Andrade e a resistência à ditadura militar brasileira: análise e interpretação de "Doramundo" (1977) e "O Homem que Virou Suco" (1980)

Alcides Freire Ramos*

RESUMO: Neste artigo, dois filmes do diretor João Batista de Andrade, *Doramundo* e *O Homem Que Virou Suco*, são analisados de modo a salientar os seus contornos estéticos e políticos e os problemas enfrentados pelas propostas desse artista.
PALAVRAS-CHAVE: Cinema e História – Cinema Brasileiro – João Batista de Andrade.

ABSTRACT: In this article, two João Batista de Andrade's films, *Doramundo* and *O Homem Que Virou Suco*, are analyzed in order to point out the impact and troubles confronted by aesthetics and politics proposals of this artist.
KEYWORDS: Cinema and History – Bazilian Cinema – João Batista de Andrade.

A trajetória cinematográfica de João Batista de Andrade inicia-se como desdobramento de sua participação no movimento estudantil na cidade de São Paulo. Nascido em Ituiutaba, cidade do triângulo mineiro, muito cedo demonstrou interesse por questões políticas. Ainda na adolescência entra em contato com as obras fundamentais do pensamento marxista. Posteriormente, transferiu-se para Belo Horizonte e, em seguida, para a capital paulista com o objetivo de prestar o concurso vestibular para o curso de Engenharia da Escola Politécnica da USP.

Nesse período, foi militante do movimento estudantil no âmbito da União Estadual dos Estudantes (UEE), tendo se aproximado do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Iniciou suas atividades artísticas por meio de Francisco Ramalho Jr. que tinha fundado um grupo de cinema do qual já faziam parte José Américo Viana e Clóvis Bueno. Esse grupo filmou, em super 8, *Menina Moça*, baseado em argumento e roteiro de Ramalho. Logo depois, foi criado o Grupo Kuatro de Cinema. Com financiamento da União Estadual dos Estudantes, o Grupo iniciou um documentário sobre catadores de lixo de São Paulo, mas o projeto ficou inacabado.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – MG. Esta comunicação é resultante de pesquisa, ora em andamento, financiada pelo CNPq.

Ao lado disso, tentaram um outro projeto: um documentário sobre o Teatro Popular Nacional, criado por Ruth Escobar. Este também ficou inacabado.

Nesta época, graças às intensas atividades cineclubísticas, João Batista recebeu influências do cinema polonês, especialmente de Wadja, da Nouvelle-Vague, do neo-realismo italiano e do cinema latino-americano, particularmente do documentarista argentino Fernando Birri que teve a oportunidade de conhecer pessoalmente por intermédio do jornalista Vladmir Herzog e do cineasta Maurice Capovilla. Essas atividades cineclubísticas, que se mostram tão importantes em sua formação, serão investigadas de maneira mais profunda ao longo desta pesquisa.

Em 1966, com patrocínio do movimento estudantil (especialmente do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP e do *Jornal Amanhã*), Andrade realizou *Liberdade de imprensa* que foi o seu primeiro filme, um documentário de média metragem. Em nossa pesquisa procuraremos demonstrar que se trata de um esforço em problematizar a posição do diretor em face da matéria a ser retratada, isto é, ao invés de uma postura documental que busca a neutralidade, percebe-se algo que é muito valorizado atualmente, particularmente com a cinematografia de Eduardo Coutinho.

Em outros termos, pode-se afirmar que esse filme nasceu como um projeto engajado que, ao mesmo tempo, explicita o lugar de onde fala, já que, ao se posicionar contra a ditadura militar, questiona a forma e o conteúdo do discurso oposicionista, bem como as falas daqueles que apóiam os governos militares. Ao longo de nossa pesquisa procuraremos aprofundar a análise dessa importante película.

Apesar das dificuldades econômicas e políticas, Batista de Andrade e Francisco Ramalho montaram a produtora de cinema TECLA. A produção de estréia foi *Anuska, manequim e mulher* (1968), dirigida por Ramalho. Em seguida, embora o ambiente fortemente repressivo do pós-AI-5 já se fizesse sentir, J. B. de Andrade dirigiu *O filho da televisão* (episódio de *Em cada coração um punhal*). Ao lado disso, dirigiu também seu primeiro longa-metragem de ficção, *Gamal, o delírio do sexo*. Fazem parte do elenco Joana Fomm, Paulo Cesar Pereio, Lorival Pariz, Fernando Peixoto, Samuca, Flavio Santiago. Por esse filme recebeu o prêmio AIR France de melhor diretor em 1970. Na realidade, nessa obra percebe-se a presença de estratégias discursivas alegóricas que procuram discutir a repressão política imposta pela ditadura militar e seu impacto sobre os intelectuais.

Como se vê, J. B. de Andrade, na passagem dos anos 1960 para 1970, estava enfrentando grandes transformações (sociais, políticas e culturais) que exigiam novos posicionamentos âmbito pessoal/profissional.

Este tipo de representação, sem dúvida, assume-se como alegórica, isto é, não é transparente e tem perspectiva globalizante.Por meio da estratégia da agressão, *Gamal, o delírio do sexo* filia-se, grosso modo, à *estética do lixo* que é uma radicalização da *estética da fome*. Do ponto de vista estético-formal, a espessura do universo ficcional de *Gamal, o delírio do sexo* é sempre densa, embora fragmentada, com personagens desesperados e agonizantes. J. B. de Andrade, embora freqüentador da Boca e com uma produção que nitidamente se aproxima da estética marginal, afasta-se, porém, em alguns aspectos do panorama desta proposta cinematográfica. Talvez a distinção se localize mais no nível narrativo.

Isto é particularmente forte em *Gamal, o delírio do sexo*, filme que é percorrido de ponta a ponta por berros angustiantes, sem que haja, ao nível da própria diegese, uma motivação para tal. O dilaceramento e a ação gratuita coincidem para transformar o filme num estilhaço fragmentário em que determinadas personagens "tipificadas" tentam se cristalizar, mas acabam diluídas por uma narrativa onde o centro funcional parece estar localizado na expressão de uma agonia absoluta, sem fundo nem causa. A dimensão do "horror" à abjeção, aparentemente incomensurável, tem aí uma de suas expressões mais típicas[1]. Fundamentalmente, trata-se de uma *representação alegórica do subdesenvolvimento brasileiro com pitadas de contracultura*.

Por outro lado, as vicissitudes do engajamento artístico – questão central nos debates do período – encontra na trajetória de J. B. de Andrade uma pista muito consistente dos caminhos seguidos pelos artistas brasileiros preocupados com a discussão dos temas relevantes e que, ao mesmo tempo, recusando o didatismo e a impostação iluminista, presentes em diversas obras daquele momento, desejavam manter um diálogo instigante e não-conformista com o público. A chamada "Resistência Democrática" ganha, desta forma, um contorno mais matizado, sobretudo pela inserção desse cineasta também entre os profissionais que trabalharam na televisão brasileira.

Com efeito, é preciso salientar que, na década de 1970, J. B. de Andrade, a convite de Fernando Pacheco Jordão e Vladimir Herzog, trabalhou no setor de jornalismo da TV Cultura (Fundação Padre Anchieta/SP), desenvolvendo trabalhos cinematográficos investigativos (documentários) para o programa *Hora da Notícia*. Além disso, com Paulo Gil, na mesma década, trabalharia no *Globo Repórter* (Rede Globo). Essas atividades televisivas foram fundamentais não só porque lhe garantiram a sobrevivência, mas, sobretudo, porque deram

---

[1] Para outras informações, ou para maior aprofundamento, consultar: RAMOS, Fernão. *Cinema Marginal (1968-1973)*: A representação em seu limite. SP: EMBRAFILME/MinC/Brasiliense, 1987, p. 85.

sustentação e segurança em seu período de formação e aprendizagem, bem como serviram como espaço, ainda que sujeito a muitas restrições, para sua militância.

Por essas razões, é preciso pensar de maneira articulada a carreira desse diretor que, ao mesmo tempo, dedicou-se à televisão brasileira e à criação cinematográfica. Nesse sentido, a experiência com reportagens-documentários foi fundamental para a sua formação de cineasta.

Novos tempos, constituídos de um cotidiano e de práticas políticas e culturais que não vislumbravam mais uma perspectiva de transformação radical, a curto ou a médio prazos. As posturas compreendidas como revolucionárias estavam derrotadas. E aqueles artistas e/ou militantes, que no decorrer da década anterior foram constantemente desqualificados como "reformistas", assumiram no período de 1970 a árdua tarefa de construir e consolidar a *frente de resistência democrática*.

Assim, se é permitido destacar a presença de uma Arte de Resistência no Cinema, na Televisão, no Teatro, na Literatura, na Música, nas Artes Plásticas, sem sombra de dúvidas, não se deve esquecer que esse período foi extremamente frutífero para a organização de movimentos populares que assumiram papel fundamental no processo de redemocratização, tais como: Movimento contra Carestia, Clube de Mães, Pastorais Operárias, entre outros, como bem observou o sociólogo Eder Sader:

> Os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade. Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social (SADER, 1988: 312-14).

Essa nova realidade redimensionou também as manifestações simbólicas da sociedade brasileira. E é nesse contexto, passagem da década de 1970 para os anos 1980, que J. B. de Andrade, depois de sua experiência na televisão brasileira (TV Cultura e Rede Globo), retornou em definitivo como diretor de longa-metragem lançando respectivamente os filmes *Doramundo* (1977) e *O Homem que Virou Suco* (1980). Essas obras merecerão, ao longo de nossa pesquisa, ora em desenvolvimento, uma atenção aprofunda de modo a descortinar as estratégias de representação mobilizadas pelo diretor, procurando dialogar com essa nova conjuntura.

Não obstante, neste momento de nossa reflexão, deve-se salientar que *Doramundo* apresenta-se como uma obra alegórica que coloca em tela as condições de vida e o cotidiano

durante o período da ditadura militar brasileira. Para tanto, utiliza como ponto de partida uma narrativa que mostra a mudança provocada na rotina e no comportamento dos habitantes de uma pequena cidade ferroviária do interior de São Paulo por uma sucessão de mortes estranhas. A Companhia que explora a estrada de ferro resolve intervir temendo a repercussão jornalística dos acontecimentos. O roteiro original foi feito por V. Herzog em 1974, mas não conseguiu terminá-lo, em decorrência de diversos compromissos, o mais importante deles foi reassumir seu posto de trabalho na TV Cultura, como diretor do programa "Hora da notícia".

As filmagens de *Doramundo* foram feitas em Paranapiacaba/SP. O elenco foi composto por Rolando Boldrin, Antônio Fagundes, Irene Ravache, Armando Bogus, Rodrigo Santiago, Sergio Hingst, Aldo Bueno, Denise del Vechio, Celso Frateschi, Oswaldo Campozana. A história baseia-se no romance de Geraldo Ferraz que, originalmente, era uma reportagem a ser publicada em revistas de grande circulação.

Impressionado com o clima local e com as histórias que tinha conseguido recolher, Ferraz guardou a reportagem e, muitos anos depois, decidiu dedicar-se à escrita do romance[2]. Em nossa pesquisa, pretendemos analisar, tanto a obra literária, quanto o filme homônimo de modo a estabelecer a analisar em profundidade as opções estéticas e políticas do diretor.

De qualquer modo, nesse estágio da reflexão, é possível afirmar que o interesse por *Doramundo* cresce no instante em que o espectador sai da ação propriamente dita e entra em contato com a estrutura narrativa. Trata-se de um esforço de aproximar o espectador dos personagens e desenhar o cenário de forma que ele seja visto como verossímil. Depois de estabelecida a empatia, é que o filme começa a tratar do que lhe interessa mais de perto, ou seja: examinar o que aconteceu depois da súbita instituição de uma lei que, a pretexto de manter o progresso e a boa ordem, alimenta a suspeita em relação a todos os moradores. A partir de um determinado momento da narrativa, um policial passa a desconfiar, a vigiar e a prender para investigação dezenas de pessoas de uma pequena cidade operária, dominada por uma empresa ferroviária inglesa.

O que interessa é exatamente o que se passa a partir daí, isto é, a pretexto de reprimir o crime, se instalam duas ações paralelas, o controle policial violento e o controle ideológico-cultural. As estratégias para que isso ocorra são a chegada de um trem repleto de prostitutas e o Futebol. Tenta-se, dessa forma, desviar a atenção de todos os moradores, afastando-os de qualquer revolta mediante uso da violência.

---

[2] A primeira edição do romance *Doramundo* de Geraldo Ferraz foi publicada na cidade de Santos/SP, em 1956, graças ao apoio do Centro de Estudos Fernando Pessoa. Posteriormente, foi reeditado várias vezes. Uma das edições mais conhecidas é a de 1959 pela Editora José Olympio.

> João Batista volta ao longa-metragem após uma temporada no documentário e na televisão. Mesmo recorrendo à literatura, acaba por levar para o universo ficcional uma carga crítica resultante de sua quase militância no campo do jornalismo televisivo. Névoa, pouca luz, asfixia, dão os contornos da vida de ferroviários numa cidade pequena, em ritmo de Estado Novo. Clima adverso tanto atmosférico como político, mortes, opressão, fazem de *Doramundo* um produto misto dos desejos de discussão política via cinema; um selo do cineasta, com a entrada na literatura seguindo o fluxo da época (RAMOS, J. M. O. O Cinema... In: RAMOS, 1987: 424.).

Como se vê, trata-se de uma obra alegórica que tematiza as condições de vida e o cotidiano durante o período da ditadura militar brasileira. Pretendemos empreender uma análise mais detida dessa obra ao longo de nossa pesquisa.

Após o sucesso de Doramundo[3], J. B. de Andrade lança, em 1980, mais um longa-metragem de grande relevância, *O Homem que Virou Suco*. Em rápidas pinceladas, seu enredo trata da trajetória de Deraldo, um poeta popular recém-chegado do Nordeste à cidade de São Paulo. Sobrevivendo de suas poesias e folhetos, é confundido com um operário de uma multinacional que tinha matado o patrão na festa em que recebe o título de operário-símbolo. O poeta passa a ser perseguido pela polícia, é obrigado a trabalhar e perfaz, então, a trajetória de um migrante na grande metrópole: o trabalho na construção civil, nos serviços domésticos, na construção do metrô, bem como experimenta situações de humilhação e violência. Arrasado, o poeta só vê uma saída: encontrar o verdadeiro assassino, e dessa forma procura escrever a história do operário que matou o patrão. Essa busca revela um outro lado da operação. O poeta completa sua visão crítica, irônica e demolidora sobre o esmagamento do homem na sociedade industrial. E escreve o folheto de cordel intitulado *O Homem Que Virou Suco*. Para Frederico de Castro Neves,

> Ao refazer o trágico percurso de Severino, o operário que assassinou o patrão, Deraldo retoma sua própria condição de homem da cultura, comprometido com as camadas populares, com os oprimidos e desafortunados. O poeta percebe que a sombra de seu sósia permanecerá pairando sobre sua vida, ameaçando-o com a confusão de identidades e impedindo-o de seguir seu caminho de poeta popular. O conhecimento do passado o levará a conhecer-se melhor e possibilitará uma ação efetiva na defesa de sua cultura. Além disso, a história renderá um novo folheto de poesia popular com um lugar certo na prateleira do comerciante de revistas populares.
> O conhecimento histórico, aqui, se reveste de uma utilidade prática poucas vezes assinalada pela própria historiografia, embora não exatamente no modelo instrumental de uma História que serve a interesses políticos imediatos. A formação de uma visão "cidadã" do mundo e da sociedade garante à disciplina uma função

[3] O filme recebeu Prêmios no **Festival de Gramado**, em 1978 (Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Cenografia), foi reconhecido pela **Associação Paulista de Criticos de Arte**, em 1980 [Melhor Ator (Rolando Boldrin), Melhor Fotografia], bem como foi premiado no **Festival dos Festivais de São Bernardo do Campo**, em 1981 (Melhor Filme).

> social e um inegável compromisso político (NEVES, F. de C. Armadilhas... In: SOARES; FERREIRA, (orgs), 2001: 96).

Trata-se, portanto, de um filme denso e de grande sucesso[4] que merece uma análise mais detalhada ao longo de nossa pesquisa. De qualquer modo, nesse momento de nossa reflexão, é possível afirmar que esse filme, quando comparado às obras anteriores do diretor, mostra-se como a busca de um cinema mais livre, com câmera na mão, fortemente influenciado pelo trabalho na TV. Inicialmente, em 1974, *O Homem Que Virou Suco* foi concebido por Batista de Andrade como um cordel, mas, em 1978, foi transformado em roteiro cinematográfico. Cabe salientar um acontecimento muito importante na vida do cineasta e que modificou substancialmente sua concepção a respeito de Deraldo, personagem central do filme.

Referimo-nos às filmagens das greves operárias, no ABC paulista, em 1978. Essas greves, ao lado dos movimentos sociais anteriormente referidos por Eder Sader (Movimento contra Carestia, Clube de Mães, Pastorais Operárias), marcaram profundamente os produtores culturais do período. J. B. de Andrade não ficou alheio a essas novas perspectivas críticas e, como fruto do trabalho desenvolvido no ABC paulista, veio a público o filme *Greve* (1979) que, igualmente, merece de nossa parte atenção especial ao longo da pesquisa[5].

Com efeito, essa experiência no ABC paulista foi fundamental, tanto para o desenvolvimento do roteiro, quanto para o encaminhamento das filmagens de *O Homem Que Virou Suco*. Isso pode ser dito porque, ao invés de um personagem concebido como uma vítima derrotada do sistema capitalista, que poderia propor ao espectador apenas uma espécie de identificação acanhada com a denúncia da opressão política e da exploração econômica, Deraldo, muito pelo contrário, apresenta-se como um personagem que convive agressivamente com o espectro de sua derrota, sem aceitá-la. O personagem assim parece levado pela força da luta democrática daquele período, a luta pela anistia (que se deu no mesmo ano da filmagem), pelos direitos civis, pela liberdade. Isso transforma o personagem, por dentro, numa perspectiva de enfrentamento.

---

[4] O filme *O Homem que Virou Suco* recebeu os seguintes Prêmios: **Festival Internacional de Moscou 1981:** Melhor Filme (Medalha de Ouro); **Festival de Nevers (França) 1983:** Prêmio da Crítica; **Festival Internacional de Huelva (Espanha) 1981:** Melhor Ator (José Dumont); **Prêmio Mérito Humanitário** - Juventude Soviética - Moscou 1981; **Festival de Gramado 1981:** Melhor Roteiro, Melhor Ator (José Dumont), Melhor Ator Coadjuvante (Denoy de Oliveira); **Festival de Brasília 1980:** Melhor Roteiro, Melhor Ator (José Dumont); **Federação dos Cineclubes do Rio de Janeiro 1983:** Prêmio São Saruê; **Concine 1983:** Prêmio Qualidade (Brasil).

[5] Utilizaremos como ponto de partida o livro *Cinema e História do Brasil* (3' edição, São Paulo: Contexto, 1994) que publicamos em parceria com Jean-Claude Bernardet. Nessa obra, dedicamos ao filme *Greve* de J. B. de Andrade parte de um capítulo voltado para o estudo do gênero documentário (p. 54-61), comparando-o ao filme *Dia Nublado* (1979) de Renato Tapajós. Com essa nova pesquisa, retomaremos e aprofundaremos essas reflexões.

Além disso, é possível acrescentar que, apesar de toda a carga ficcional, contando com a extraordinária interpretação do ator José Dumont, o filme foi concebido como um "documento", isto é, foi filmado segundo técnicas utilizadas em documentários, retomando claramente a experiência profissional adquirida pelo diretor na televisão brasileira. (a filmagem em 16 mm é apenas um dos indicadores disso).

Há um momento do filme que, neste contexto, merece ser destacado. Trata-se de uma cena muito característica dessa fusão entre documentário e ficção. Referimo-nos à seqüência atinente à festa do Operário Símbolo. Ela foi filmada na própria festa do "Operário Padrão" da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) como resultado de um acerto entre o cineasta e os organizadores do evento. O dado interessante é que, depois de esvaziada a sala e após verificar que não havia mais ninguém nas imediações, ocorre a filmagem da cena em que o operário mata o patrão com um punhal.

Outro momento significativo dessa fusão entre ficção e documentário refere-se ao audiovisual que faz parte do filme e que é apresentado aos migrantes nordestinos que trabalham nas obras do metrô paulista. O conteúdo do audiovisual, claramente, tem como objetivo contribuir para a quebra da cultura desses migrantes, ridicularizando seus hábitos e costumes. Ocorre, porém, que o audiovisual presente no filme é uma recriação do próprio diretor, tendo em vista as dificuldades em obter a obra original. J. Batista teve contato com esse audiovisual de treinamento quando fazia uma reportagem para a Rede Globo.

Essa estratégia, em nossa avaliação preliminar, sintetiza o gesto criativo do diretor que procura fundir ficção e documentário.

Bibliografia citada:

NEVES, Frederico de Castro. Armadilhas nordestinas – *O Homem que Virou Suco*. In: SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge (orgs). *A História vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 96.

RAMOS, José Mario Ortiz. O Cinema Brasileiro Contemporâneo. In: RAMOS, Fernão (org). *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987, p. 424.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 312-14.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modos de leitura em Portugal no século XV

Michelle Tatiane Souza e Silva*

Resumo: Os tratados pedagógicos produzidos na Corte de Avis, no Portugal do século XV, versam sobre diferentes matérias. Esses livros têm em comum a preocupação de estabelecer critérios, modelos e regras para uma satisfatória vida em corte, tópico esse explorado com especial ênfase no *Leal Conselheiro*. Todavia, um outro livro contemporâneo a este, o *Boosco deleitoso*, caminha em um sentido aparentemente contrário, ao realizar uma apologia à vida solitária como conduta necessária para a ascese da alma. Nossa proposta é tentar perceber o porquê de dois tratados pedagógicos, contemporâneos e destinados a um mesmo tipo de leitor, proporem modelos diferenciados de conduta e a partir daí interrogar sobre quais são os modos de leitura propostos pelos autores e como eles percebiam os seus leitores.
Palavras – Chave: Tratados doutrinários; Portugal; História da leitura.

Abstract: The Pedagogical treaties produced in Corte de Avis, on 15th century's Portugal, deal with several subjects. Those books have in common the concern of establish criterions, models and rules for satisfiable life in court, topic explored with special emphasis at the *Leal Conselheiro*. However, another contemporary book, the *Boosco Deleitoso*, walks on an apparently opposite sense when it makes an apology of a lonely life as a required behavior to the *ascese* of the soul. Our proposal is to comprehend the reason why these two pedagogical treaties, contemporary and meant for a same type of reader, propose different models of behavior and so interrogate about which are the ways of reading proposed by the authors and how they used to perceive their readers.
Key - Words: Doctrinaire treaties; Portugal; Reading History.

Com os governantes de Avis, D. João I (1357-1433), D. Duarte (1391-1438) e o infante D. Pedro (1392-1449), os investimentos numa cultura letrada cresceram no reino português, dando lugar a uma história financiada e encomendada por eles (crônicas), bem como a uma literatura de teor moral (SANTOS, 1996). Percebemos que o objetivo dessa produção escrita do final do século XIV e do século XV no reino português é, antes de tudo, a educação da nobreza. A pedagogia utilizada conjugava a moralidade cortês e a rigidez dogmática da igreja. Cada livro, a seu modo, preocupava-se em ensinar, tanto os cuidados com o corpo, quanto com espírito e a religião, e, ainda, com os modos de uma vida em corte.

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História – Mestranda em História Medieval – a UNESP campus de Franca.

Considerados artigos raros e luxuosos, os livros tinham valores tanto materiais, quanto sentimentais. Apesar dos esforços na escrita, na compilação ou na tradução, as tiragens eram inexpressivas, dado que antes da imprensa, o trabalho se dava por cópias individuais, que requeriam cuidados específicos com a caligrafia. Essas cópias, no entanto, não circulavam de maneira generalizada. Os livros eram elaborados, num primeiro momento, pelos *oradores* e nas casas eclesiásticas efetuavam-se as cópias e traduções, e lá a produção e o conhecimento permaneciam (MONGELLI, 2001:12-13). No final do século XIV e no século XV, houve alguma familiarização desse artigo. Mesmo assim, os livros se restringiam às bibliotecas de nobres e reis. A primeira biblioteca real portuguesa, da qual restou levantamento de seus livros, é a biblioteca do rei Dom Duarte[1].

Os livros ganharam espaço na vida daqueles que queriam e podiam saber. As bibliotecas leigas foram aumentando, e práticas como a dos empréstimos dos saberes, começaram a surgir, dados que não podem ser descartados quando pensamos na difusão dos saberes nesse período (FRANÇA, 1998:61). Entre as atividades do nobre do quatrocentos juntava-se agora a da leitura e aos livros conferia-se uma utilidade: contribuir na formação dos seus leitores. Observando a lista de livros do rei Dom Duarte, podemos então supor as matérias que mais interessavam. Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, a temática da religião se apresentava. Desde os livros bíblicos, as hagiografias, os livros de orações até as obras de cunho pedagógico que explanavam sobre os mistérios da igreja ou da fé. Nessa época, a verdade é aquela deixada por Deus. A pedagogia que se preocupa com a formação moral só poderia ter como base principal a formação espiritual. A principal fonte de conhecimento, aquela em que os homens buscavam a sustentação de seus argumentos, é a bíblia, considerada leitura primordial.

Há de se ressaltar, a confluência da concepção bíblica do homem com a concepção clássica, ou seja, a tradição filosófica grega. Segundo Henrique C. L. Vaz, dessas duas heranças construiu-se a concepção cristão-medieval do homem, que prevalece na cultura ocidental do século VI ao século XV (VAZ, 2000:59). Como já apontamos a Bíblia é a fonte primeira no que diz respeito à normatização das condutas do homem medieval, é dela que provém a iniciativa doutrinária e pedagógica da corte de Avis em Portugal. No entanto, os autores da filosofia antiga e medieval produziram livros que foram utilizados como fontes importantes. Os autores do século XV buscavam sustentação para os seus argumentos nas obras clássicas, verdade, que nem sempre as passagens de um ou outro filósofo eram acompanhadas por um estudo geral da obra, ou por um estudo das teses defendidas pelos

[1] Tal levantamento está presente no Livro da Cartuxa ou Livro dos conselhos d'Rey Dom Duarte.

autores. Recorriam a eles através de passagens isoladas, que serviam para sustentar suas próprias teses.

Sobre a difusão e o conhecimento desses autores clássicos podemos destacar o papel da "Escola de tradutores da Corte de Avis", da qual D. Duarte e D. Pedro foram os principais autores e promotores. Entre as várias traduções, podem ser citadas a: *De Officiis*, do *De Amicitia* e do *De Senectute*, de Cícero, do *De re Militari*, de Vegécio, do *De regimine principum*, de Frei Gil de Roma, do *Panegérico de Trajano*, de Plínio e do *De ingenuir moribus et liberalibus studiis*, de Pedro Paulo Vergério (SANTOS, 1996).

Para além das traduções, a Corte de Avis produziu importantes textos didáticos. Esses tratados doutrinários versam sobre diferentes matérias, ora sobre os benefícios dos desportos, como no *Livro da Montaria* do rei Dom João I e no livro *A ensinança de bem cavalgar Toda Sela* do rei Dom Duarte, ora de forma alegórica tratam dos mistérios da fé e da igreja, como nos livros *A corte imperial*, o *Boosco deleitoso* e o *Orto do Esposo*; ora, ainda, procuram construir ensinanças próprias para uma vida em corte: *Leal Conselheiro* e *O livro da virtuosa bemfeitoria do infante Dom Pedro*. Podemos identificar nessas obras uma preocupação com a construção de determinadas formas de sociabilidade que se apresentam como sendo importantes para o meio de vida do período. O momento não permitia a continuação do lirismo poético nas obras literárias, era necessário que se educassem homens fortes e guerreiros (LAPA, 1966: 315-346).

Já na primeira página do *Leal Conselheiro*, o rei Dom Duarte procura definir a intenção de sua obra da seguinte forma: "*coisas que havia escrito para o bom regimento de nossas consciências e vontades*" (DUARTE, 1941:1), idéia que perdura ao longo dos capítulos: o rei autor, como anuncia no título, assume a postura de conselheiro, que através do seu exemplo constrói ensinanças que abarcam diferentes esferas do cotidiano, como capítulos sobre um bom regimento do estômago, ou capítulos em que ele faz um estudo sobre os sentimentos da tristeza, do amor e da saudade[2]. A variedade temática desse tratado, como também, a importância do rei Dom Duarte como escritor, considerado um dos mais cultos do seu tempo, conferem a esse livro um destaque dentre a produção do período.

A pesquisa que pretendemos desenvolver irá centrar-se nas ensinanças para uma boa leitura, na medida em que: o rei autor entende a leitura como algo necessário, desde que o

[2] São os respectivos capítulos: Cap. C. Do regimento do estamago, Cap. XXXII. Do pecado da gulla; Cap. XVIII. Da tristeza, Cap. XIX. Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del guareci, Cap. XX. Dos aazos per que se acrecenta a ssentido do humor menencorico, e dos remédios contra elles, Cap. XXI. Da tristeza que sobre pecados ou virtudes tem nacymento, Cap. XXII. Da mais forte maneira da tristeza; Cap. RIIII. Das maneiras damar, RV. Da maneira como se devem amar os casados; Cap. XXV. Do nojo, pesar, desprazer, a[vo]rrecimento e suydade; entre outros.

leitor se preocupe com obras de "*bom exemplo, ensinamento e avisamento*" (DUARTE, 1941:5); ou seja, no *Leal Conselheiro*, a leitura tem necessariamente uma finalidade prática, devendo ser de obras religiosas, filosóficas ou tratados que versam sobre alguma ciência ou desporto.

Outro livro contemporâneo do *Leal Conselheiro* é o *Boosco Deleitoso*, o primeiro foi escrito entre os anos de 1437 e 1438, o segundo tem sua primeira impressão em 1515, mas a linguagem indica que seja mais antigo, possivelmente datando do início do século XV ou fins do século XIV (MONGELLI, 2001). O princípio fundador desse livro de autoria anônima é uma apologia à solidão: seu personagem central é um pecador que tenta se redimir buscando uma vida solitária de um peregrino (MONGELLI, 2001:111). Como no *Leal Conselheiro*, essa obra tenta instituir modelos de conduta, mas enquanto Dom Duarte estabelece modelos para uma vida em corte, o autor anônimo preocupa-se em explanar sobre os benefícios de uma vida solitária. No capítulo *Vantagens da solidão*, o autor demonstra como os filósofos, os juristas e os poetas preferem à vida solitária, pelo sossego que proporciona a vantagem da meditação propícia às suas obras. No *Leal Conselheiro*, Dom Duarte direciona sua obra para os homens de corte "*que saibham de semelhante sciencia, e desejem viver virtuosamente*". Tal diferença nos permite formular uma hipótese: no *Leal Conselheiro*, a leitura tem uma finalidade prática e não necessariamente é solitária e silenciosa. No Boosco Deleitoso, a leitura faz parte da vida solitária, requer silêncio e meditação. Assim, levantamos algumas questões: quais os modos de leitura presentes nos enunciados de tais livros? Como os autores do século XV, percebiam o mundo dos seus leitores? O que ofereciam a eles? E como, esses personagens atuaram na construção do mundo dos seus leitores? Conjugada a essas questões, refletiremos, também, sobre a diferença temática dos dois tratados, ou seja, como dois tratados contemporâneos caminham em direções aparentemente opostas em seus propósitos pedagógicos? Nosso trabalho aqui é tentar perceber como foi construída a moralidade do período, e porque aparentemente essa moralidade se quebra em duas: a defesa da vida em corte e a defesa da vida solitária.

No entanto, entre esses dois livros, que foram propostos para análise, existem singularidades perceptíveis, o que de certa forma, possibilita a nossa análise: em primeiro lugar por serem tratados doutrinários, ou seja, a matéria fundamental desses textos tem a finalidade pedagógica: no *Boosco deleitoso* através da alegoria o autor institui modelos para a ascética cristã; no *Leal Conselheiro*, o rei Dom Duarte, através da tópica do exemplo aconselha seus leitores e também institui modelos moralizantes com fundo religioso. Em segundo lugar, tais textos foram produzidos possivelmente no mesmo espaço sociológico e

geográfico: na corte de Avis; e também destinam-se a um mesmo tipo de leitor: alguns nobres e principalmente aos homens de corte. Trata-se, portanto, de uma literatura pedagógica de corte.

Referências Bibliográficas

1. Documentação

Boosco Deleitoso. Ed. de Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950, 2v.

DUARTE (Dom). **Leal Conselheiro**. Ed. Crít. e notas de Joseph-Maria Piel. Lisboa: Bertrand, 1942.

2. Bibliografia

FRANÇA, Susani S. Lemos. **O lugar da História em Portugal no final da Idade Média**.

LAPA, Manuel Rodrigues. **D. Duarte e os prosadores da Casa de Avis**. Lisboa: Seara Nova, 1972.

MONGELLI, L. M. (coord.). **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Maria José Azevedo. A cultura Portuguesa no século XV da Universidade à Corte. In: **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, 1996. Tomo XXXI – vol. 1

VAZ, Henrique C. L. **Antropologia Filosófica I**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Saúde e Educação na Baixada do Estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República: Uma convergência

Júlio Cesar Paixão Santos*

Resumo: A campanha pelo saneamento do Brasil (1910-20) procurou levar o país doente à salubridade pela divulgação de ideais higiênicos e por suas ações sanitárias. Na baixada do Estado do Rio, o dr. Belisário Penna trabalhou no saneamento das cercanias das linhas férreas e em postos sanitários locais, conhecendo as condições de insalubridade local. Numa visita a região, a professora Armanda Álvaro Alberto se sensibiliza com a situação da população, criando em 1921 a Escola de Merity sob os princípios de Montessori e as bandeiras da Saúde, da Alegria, do Trabalho e da Solidariedade. Este texto pretende analisar conjuntamente as propostas e as ações em saúde e educação sanitária do dr. Penna e em educação da professora Armanda na primeira década da Escola de Merity, procurando compreender a conexão entre Educação e Saúde no movimento sanitarista e na Escola Regional de Merity.
Palavras-Chave: Saúde; Educação; Baixada do Estado do Rio de Janeiro.

Abstract: The sanitation campaign in Brazil (1910-20) attempted to turn a sick country into a more salubrious place, through the spread of hygiene ideals and sanitation measures. In the lowlands of the State of Rio, Dr. Belisário Penna, who was aware of its insalubrious conditions, worked on the sanitation of the surroundings of rail tracks and on the implementation of local sanitation centers. In a visit to the area, Professor Armanda Álvaro Alberto sympathizes with the residents and their situation. In 1921, following the Montessori principles, she founds a school institution called Escola de Merity, whose motto is Health, Joy, Work and Solidarity. This text aims at a parallel analysis of Dr. Penna's acts relative to health and sanitary education and the educational measures proposed by Professor Armanda in the first decade of Escola Merity, in order to evidence the connection between Health and Education in the sanitary movement and in Escola Regional de Merity itself.
Keywords: Health*; Education; Lowlands of the State of Rio de Janeiro.*

> "Ao lado dessas contribuições todas, que tanto tem concorrido para que se cumpra o nosso programa, temos topado com dificuldades que até hoje não puderam ser vencidas. A maior, aquela que mais nos tem aligido(sic), é a falta de assistência médica para as nossas crianças. Assim, das fichas de saúde, indispensáveis, só a parte das mensurações pôde iniciar-se, tarefa essa confiada à Srta. Emília Saldanha da Gama, do Museu Nacional, a quem já devemos dez fichas. Note-se que um dos médicos do Posto de Profilaxia Rural prestou-se gentilmente, durante meses, a examinar os meninos aqui na Escola. Mas é de uma assistência mais complexa que necessitamos (...)" (ALBERTO, Armanda Álvaro. A Escola Proletária de Meriti no ano de 1921.)

Ao produzir o primeiro relatório de atividades da Escola Proletária de Meriti, sua diretora indica a principal dificuldade encontrada: a falta de assistência médica para as

* Bacharel em História (UERJ), Mestrando da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

crianças. Mesmo recebendo a ajuda de importantes intelectuais, médicos e homens de ciência – muitos destes seus amigos pessoais –, a profa. Armanda Alberto no seu primeiro ano em Meriti não obtêm êxito na sua tarefa de cuidar dos espíritos e corpos de seus pupilos. Falta que se mostrava em todo o âmbito da baixada guanabarina. Ao longo da trajetória da Escola Proletária/Regional de Merity educação e saúde sempre estiveram em conexão, seja nos ensinamentos das educadoras, nas conferências e preleções sobre os temas ou mesmo no apoio da diretora aos esforços do movimento sanitarista ou dos médicos-sanitaristas à sua escola.

O objetivo deste texto será analisar algumas aproximações entre a proposta de Educação na Baixada da Escola Regional Merity, dirigida por Armanda Álvaro Alberto, e as propostas de Saneamento Rural da mesma região pelo dr. Belisário Penna. A redação será dividida entre uma apresentação da baixada como conceito; uma breve apresentação das condições de salubridade da baixada no princípio do século XX pelo dr. Belisário Penna; e da relação entre a prof. Armanda e a baixada; finalizando com uma análise das propostas de interseção entre saúde e educação pelo dr. Penna e pela profa. Armanda procurando conectar as proposições à uma tentativa de compreensão da região no contexto dos movimentos sanitário e educacional na década de 1920.

A Baixada do Estado do Rio de Janeiro

A baixada do estado do Rio de Janeiro tem sua conceituação diversificada, de acordo com o tempo e com a função social que será dada ao espaço pelos homens. De acordo com a perspectiva da análise, com a escala e com os interesses e grupos envolvidos seu espaço geográfico e contornos sócio-políticos são delimitados (ALVES, 2003; MARQUES, 2006; SOUZA, 2002).

"Geograficamente a Baixada Fluminense corresponderia à região de planícies que se estendem entre o litoral e a serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo norte, até o de Itaguaí, próximo à cidade do Rio de Janeiro. Outro conceito geográfico também recorrente é o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, restrito à região do entorno da Baía de Guanabara, indo de Cachoeira de Macacu à Itaguaí"(ALVES, 2003:15). Em comum a estas duas interpretações a subtração da Capital – primeiramente nacional e depois simplesmente estadual – da região considerada como "de baixada", mesmo que esta fisicamente comporte tal denominação. Neste texto, adotarei o conceito de "baixada do Estado do Rio de Janeiro",

retomando o conceito geográfico de baixada, como recôncavo guanabarino, procurando construir uma visão sobre a região a partir das condições sociais e sanitárias da época.

Dr. Belisário Penna e a Insalubridade da Baixada

Segundo o dr. Belisário Penna, um dos lideres mais destacados da campanha pró-saneamento do Brasil(LIMA e HOCHMAN, 1996; HOCHMAN, 1998, LIMA, 1999), a crescente aglomeração populacional da baixada do estado do Rio foi levada a decadência, ou "da salubridade à pestilência":

1. Pelo fim do trabalho de "prophylaxia contra a malaria", entendido como desembaraço dos rios e cuidados com habitações e engenhos (PENNA, 1921pi:16). 2. Pelo "desapparecimento do odioso trabalho escravo", com o abandono das fazendas, o espalhar-se de ex-escravos pelas grotas sem disciplina, sem noção de prosperidade pelo trabalho, aboletados em cafuás e mucambos, não organizados sob trabalho agrícola na nova ordem das coisas, sem qualquer assistência, tornando-se "indolente (...) viciou-se [o ex-escravo] no alcoolismo e degradou-se physicamente"(Idem, 1921pi:16); 3. Pela construção da Estrada de Ferro Central de um lado e a Leopoldina de outro, com agravamento da situação, pelo barramento das águas de um e de outro lado criando pântanos, pela deficiência dos boeiros, pela falta de preocupação sanitária com as regiões a atravessar, pela preocupação somente com a segurança das linhas (PENNA, 1921pi:16-7).

A denúncia do Brasil doente e insalubre ganhava força através do movimento sanitário e tinha na região da baixada do estado do Rio não só um exemplo do descaso do poder público com a população dos sertões, mas também de como a campanha pelo saneamento do Brasil poderia alcançar êxito a partir das primeiras ações de saneamento empreendidas na localidade.

Armanda Álvaro Alberto e a Criação da Escola de Merity

Armanda Álvaro Alberto era filha de um importante médico e homem de ciência, dr. Álvaro Alberto da Silva, e veio parar em Merity em visita à fabrica de explosivos de seu irmão, um tenente da Marinha. A fábrica de explosivos Rupturita funcionava em uns barracões a poucas quadras afastadas do centro de Merity. Chegando ao local, a professora se sensibilizou com a população que circulava em torno do comércio ali estabelecido. "Crianças pedintes, jovens em andrajos, alcoolismo, mulheres e homens envelhecidos prematuramente no trabalho diário do corte de lenha para abastecer os balões de carvão que salpicavam os morros da região"(PERES,s.d.:1).

A professora tinha passado pelo Colégio Jabobina – organizado pela Família Jacobina Lacombe, tendo por princípios os ensinamentos de Pestallozi e Montessori[1]–, onde a partir de 1912 havia experimentado uma nova sociabilidade, aprimorado conhecimentos, feito cursos sobre literatura infantil e estabelecido amizades fora do núcleo familiar. Chegou, entre 1917 e 1919, a lecionar no Colégio Jacobina, onde se esboçava "uma certa compreensão de que a arte de ensinar era uma missão nobre a ser exercida pelas mulheres da elite, extensão natural das tarefas educacionais no espaço doméstico."(MIGNOT, 2002:125).

A Escola Proletária – e depois Regional – de Merity foi criada em um barracão situado no alto de um morro, com uma Biblioteca organizada em anexo, nomeada de Euclides da Cunha, juntamente com um museu sobre história natural e a natureza local. Nos boletins escolares, juntamente com descrições sobre as habilidades de linguagem, cálculo, desenho e geometria, informações sobre estudos da natureza, higiene, exercícios físicos, saúde, economia domestica e atos de bondade, entre outros aspectos. Tudo mantido por um grupo de amigos da Armanda Alberto e pela fábrica Rupturita (SILVA, 2002; MIGNOT, 2002).

Em seu primeiro relatório anual (1921), a professora deixa expressa sua intenção de conferir o caráter de uma "acabada "escola regional", aperfeiçoada pelo seu próprio meio", sendo capaz de "reagir eficazmente sobre ele". Nesta escola, não seriam das notas, mas verificados progressos dos alunos, não seriam dados castigos, mas possibilidade de crescimento.

Na Primeira conferência nacional de educação, realizada em Curitiba em dezembro de 1927, do qual participaram tanto Armanda Alberto quanto Belisário Penna, estes mostram uma afinidade de objetivos que já vinha se construindo na localidade a um certo tempo. Nos seus discursos, direcionados para profissionais de educação e de saúde de todo o Brasil, a formação da consciência sanitária não só pode como deve ser levada pela escola.

A Relação entre dr. Belisário Penna e Profa. Armanda Alberto : Uma proposta de Convergência entre Educação e Saúde

Nas propostas de profa. Armanda e dr. Penna uma convergência estava clara: não seria possível nem o empreendimento sanitário, nem o educacional, isoladamente. Mas como seria o entendimento desta relação para as principais lideranças envolvidas? Para este

[1] Em *La Casa dei Bambini*, Maria Montessori relatava o trabalho promovido em Roma, 1907, dentro do projeto de saneamento dos bairros populares, com a preocupação de fornecer noções de higiene, procurando difundir novos hábitos que se propagariam por toda a comunidade, criando um ambiente saudável, livre de doenças. O método educativo de Montessori propunha a o respeito a natureza da criança, estimulando sua liberdade, não cabendo ao adulto lhe dar ordens, ensinar ou treinar, mas criar condições para que a criança pudesse agir, trabalhar, experimentar, descobrir. (MIGNOT, 2002:149-50)

entendimento, cabe estabelecer um nexo entre as suas trajetórias por uma comunidade de experiência (ALONSO,2002:42). Nas propostas de ambos, uma preocupação com os males do Brasil e um plano de ação coletiva se mostram de forma efetiva e vinculada.

A passagem da década de 1910-20 foi marcada movimentos nacionais de cunho nacionalista (OLIVEIRA, 1990) e por formação e consolidação de algumas associações e ligas que pretendiam levar a cabo um projeto de não unificada e forte. A circulação tanto de idéias, quanto de intelectuais por estas associações possibilitou a formação de um ambiente de relações não somente políticas ou culturais, mas também pessoais entre muitos destes atores.

Armanda, ao ter sucesso no seu empreendimento escolar, passa a ser um nome importante tanto na Associação Brasileira de Educação, como em outras organizações como o Conselho Brasileiro de Hygiene Social e a Sociedade Nacional de Agricultura. Nestas falas sobre sua experiência numa escola no meio Rural, onde atua aliada com alguns dos atores mais influentes nas áreas científicas e médicas. Apesar da crescente força de especialização que começa a dar a tônica na década de 1920 esta circulação foi constante (SÁ, 2006). Por sua vez, na Escola Regional Merity criou-se um Museu Natural (1921), um veículo importante de vulgarização científica[2]. O principio "regional" da Escola, se aliava mais uma vez a cientistas do Museu Nacional que classificavam e expunham coleções na Escola.

Dr. Penna, em várias oportunidades falou aos alunos, pais e professoras da escola ressaltando sempre os princípios higiênicos e o papel de professoras e crianças na saúde da região. Nesta discussão, ressalto a importância da família em ambas as propostas de ação social.

A Educação Sanitária, para os sanitaristas imbuídos da construção nacional durante a primeira república, foi assim uma grande transmissora dos símbolos nacionais valorizados pela Liga Pró-Saneamento do Brasil. Através da relação com as professoras das escolas do interior se procurou apoio para o movimento sanitarista e para a divulgação das idéias a ele concernentes. A Escola seria, neste sentido, não somente um espaço de divulgação das idéias pelos sanitaristas, mas também pelas professoras e pelos alunos que levaria para as famílias as orientações higiênicas passadas pelo médico e pela professora(PENNA, 1925).

A família tem importância fulcral "como uma realidade que transcende seus membros, uma personagem transpessoal dotada de vida e de um espírito coletivo e de uma visão específica do mundo" (BOURDIEU, 1996:125). Moldar esta visão de mundo, que será

[2]"No Brasil, assim como na Europa, a vulgarização e a especialização coincidiram historicamente, mas enquanto no Velho Continente os personagens pouco se confundiam, restringindo-se as especialização aos profissionais institucionalizados e alargando-se a vulgarização com a popularidade das revistas de grande público, no Brasil, seus personagens foram os mesmos, vários deles passeando pelos dois gêneros do discurso científico."(SÁ, 2006: 174)

transmitida em família e pela família tornou-se central a divulgação da cultura nacional. Para Bourdieu, Família se trata de uma "palavra de ordem, ou melhor, de uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva" (BOURDIEU, 1996:126). A construção da realidade tão almejada pela campanha sanitarista deveria passar pela família.

Para Armanda, no entanto, apesar da crença na família, a propagação dos princípios se daria de uma forma mais liberal, ficando a cargo das crianças descobrir por elas próprias, através dos exemplos da escola as condutas apropriadas. Não seria, para a professora, o dever da escola "modelar o caráter da criança, em cujo celebro maleável e receptível se gravam os ensinamentos ministrados" (PENNA, 1925) como na proposta explicitada por Penna, mas deixar que as crianças livremente agirem de acordo com sua natureza (que seria ter higiene e uma vida bem condicionada). Neste caso, apesar de uma mesma atitude de reforma da Nação e de uma mesma comunidade de experiência, o repertório(ALONSO, 2002:43) utilizado para formar suas atitudes e suas posições é distinta, e por vezes até opostas, apesar de não inviabilizar uma ação conjunta.

Por outro lado, ainda segundo a conferência referida, "não é possível instruir e educar convenientemente crianças anemicas, desnutridas", com o celebro irrigado por sangue pobre ou intoxicado"(PENNA, 1925). Desta forma, ao professor, e sobretudo a professora primária, não basta somente se preocupar com a educação, mas sim com todo o meio no qual esta criança vive, envolvendo principalmente a dimensão higiênica. A missão da professora primária expressa no discurso reforça uma visão da mulher como menina carinhosa e afetiva, receptiva e paciente que tende a se transformar em esposa dedicada, mãe extremosa, amparo da família e símbolo da dedicação e do sacrifício, de resignação e de amorosidade. Estas qualidades uma boa professora deveria acumular como se seus alunos fossem seus próprios filhos.

Neste ponto, Armanda se aproxima da perspectiva de Penna, pela vinculação entre a educação e a saúde, seja pela forma da educação higiênica, seja pelos bons exemplos na escola e na vida social saudável na região. Neste sentido, em quase todos os seus relatórios, profa. Armanda informa sobre as condições de saúde dos seus alunos, sobre ajuda do serviço de profilaxia rural e mesmo sobre moléstias que grassam na localidade. No Relatório de 1926 uma queixa se torna explícita: "Merity já foi há annos saneado pelo Dr. Belisario Penna, cuja obra foi posteriormente abandonada pelo Governo", o trabalho empreendido por Penna havia sido deixado de lado e o impaludismo voltou a ocupar as páginas do relatório da escola como uma mancha terrível.

Baixada com Experiência e Exemplo

Tanto na área da Saúde com dr. Belisário Penna , quanto na área da Educação com profa. Armanda Alberto, a baixada assume esta dupla função, de espaço de experiência e de exemplo para outras realidades. A experimentação de dr. Penna no campo do saúde, possibilitou num primeiro momento a criação de uma escola em Merity, pois sem uma condição mínima de salubridade não seria possível tal realização. Ao passo que, com a criação da Escola Regional de Merity, Penna e os militantes do movimento sanitarista tiveram um bom espaço para divulgar suas idéias e para realização de freqüentes cursos de hygiene rural.

Esta experiência de médicos e educadores no meio rural trouxe um crescimento profissional, e mais, um crescimento dos seus movimentos, seja pela educação, seja pela saúde nacional. Ao criar um espaço de sociabilidade na baixada, um sertão próximo à Capital, foi possível frequentemente que estes intelectuais trabalhassem no campo e divulgassem seus trabalhos e idéias em ambos os espaços, ora em seus meios especializados, ora na circulação de idéias, ora na vulgarização da ciência. Os êxitos das realizações na região, mesmo com alguns problemas enfrentados em conjunto, foram tanto no âmbito da Campanha pelo Saneamento do Brasil, quanto na Associação Brasileira de Educação um impulso para as mobilizações nacionais empreendidas, se tornando exemplos do bom funcionamento das teorias aceitas por determinados grupos. Assim, com a ligação entre o dr. Belisário Penna e a profa. Armanda Álvaro Alberto se pretendia curar o corpo e o espírito, não apenas de uma região, mas de toda a nação.

Fontes Primárias

Arquivos da Escola Regional de Merity - Instituto Histórico de Duque de Caxias

ALBERTO, Armanda Álvaro. *Boletins Escolares*.

ALBERTO, Armanda Álvaro. *Relatórios da Escola de Meriti* 1921, 1922, 1923, 1926, 1928, 1930.

Fundo Belisário Penna – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil: Sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; é moralisal-o.* Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918.

PENNA, Belisário. *O Clamor da Verdade.* Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1921c.

PENNA, Belisário. *Prophylaxia do Impaludismo no Brasil.* Conferência realizada a 22 de Novembro de 1921 como parte do curso intensivo de Hygiene Rural. São Paulo: Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo/ Fundação Rockefeller, 1921pi.

PENNA, Belisário. *Preleção de Hygiene.* Conferência Realizada na Escola Regional de Merity, no dia 12 de Julho de 1925, pelo Dr. Belisario Penna. Datilografado pelo Autor, 1925.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense.* Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação.* Campinas/SP: Papirus, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil.* São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1998.

LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In.: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.* Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

MARQUES, Alexandre dos Santos. *Baixada Fluminense: Da Conceituação às problemáticas sociais contemporâneas.* Revista Pilares da História, ano 4, n. 6, pp. 7-16, Abr/2006. Duque de Caxias: Instituto Histórico de Duque de Caxias, 2006.

MIGNOT, Ana Chrystina V. *Baú de memórias, bastidores de histórias: O legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto.* Coleção Estudos CDAPH, Série Memória. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia L. *A Questão Nacional na Primeira República.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERES, Guilherme. *Armanda Álvaro Alberto e a Escola Regional Merity.* São João de Merity:IPAHB, s.d.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935).* Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz, 2006.

SOUZA, Marlucia S. de. *Escavando o passado da cidade de Duque de Caxias*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Discoteca Pública Municipal

Carlos Eduardo Sampietri[1]

Resumo: No ano de 1935, Mário de Andrade, na gestão do prefeito Fábio Prado, cria o Departamento de Cultura de São Paulo, o primeiro do gênero no Brasil, com o intuito de levar adiante uma série de políticas culturais que se alinhassem com a mentalidade de identificação e formação da identidade nacional. Dentro dessa estrutura, Mário de Andrade cria, e entrega ao cargo de Oneyda Alvarenga, a Discoteca Pública Municipal, que se insere neste contexto através de uma série de atividades que visavam a formação de público e a fruição de cultura, tendo como objetivo gerar uma espécie de cultura musical híbrida, nacional e popular, que fosse nacional em seus elementos e universal em sua estrutura. Dentre as atividades mais importantes da discoteca, estão a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938, os estudos de fonética e os concertos públicos de discos
Palavras-chave: Políticas culturais - Departamento de Cultura - Discoteca Pública.

Abstract: In the year of 1935, Mário de Andrade on the management of the mayor Fábio Prado, created the Culture Departament of São Paulo, the first one of this kind in Brazil, with the intemption to bring ahead a joint of cultural policys that aligned theirselves with the mentality of identificatin andformation of national identity. Inside of this structure, Mário de Andrade created the "Discoteca Pública Municiapal" (a public collection of discs) and gave the post of maneger to Oneyda Alvarenga, tha inserts in thos context through a joint of activities that aimed for a formation of public and the dissemination of culture, with the objective of create a kind of culture of hybrid music, national and popular, which had to be naional in its characteristics and universal in its structure. The most important activities of Discoteca were the Mission of Folklore Researches in 1938, the studies of phonetics and the public concets of discs.
Keywords: Cultural policys - Culture Departament - Discoteca Públicca.

A partir de 1922, com o advento da "Semana de Arte Moderna", um grupo de intelectuais, liderados por Mário de Andrade, passa a pensar sobre a identidade brasileira e sua expressão nas artes plásticas, literatura e música, dentre outras manifestações artísticas: um intenso intercâmbio de idéias passa a freqüentar o cotidiano desses pensadores. Em um apartamento localizado na Avenida São João, Mário de Andrade e um grupo formado por Sérgio Miliet, Paulo Duarte, dentre outros, durante os anos de 1926 e 1931, imaginaram para cidade de São Paulo um órgão público com o objetivo de gerenciar as atividades culturais na cidade, que se

[1] Mestrando em História Social pela FFLCH/USP (Universidade de São Paulo)

converteu no embrião do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo[2], futura Secretaria de Cultura.

Em meados de 1935, com a prefeitura sob a batuta de Fábio Prado e assessoria de Paulo Duarte na chefia de gabinete, o sonho dos intelectuais paulistas começa a ganhar forma na figura do próprio Mário de Andrade, que é convidado por indicação de Paulo Duarte a organizar um Departamento de Cultura na Cidade de São Paulo[3]. A partir daí nasce à estrutura deste Departamento.

Como subdivisão da Rádio Escola (que seria uma subdivisão do Departamento de Cultura), a Discoteca Pública nasce com o objetivo de funcionar como difusora de músicas produzidas no país ou fora dele, além de ser responsável por uma série de produções de cunho folclórico e etnográfico que inaugurariam este tipo de estudo sobre a própria cultura brasileira.

A década de 30 foi marcada por profundas mudanças nos quadros políticos do país e conseqüentemente da cidade de São Paulo, que até o final da década de 20 dividia o poder central com Minas Gerais na chamada política do café-com-leite e despontava como maior produtora de café do mundo, atingindo patamares de liderança incontestável. Com a Revolução de 1930 que ascendeu Getúlio Vargas ao poder central e a derrota na Revolução de 32 a cidade passa a ficar sob intervenção federal e tem que aceitar as indicações do poder central para o comando do Estado. Em 1934 a promessa de uma Assembléia Constituinte apazigua os ânimos entre São Paulo e o Governo Federal; em 1934, o Governo Central indica Armando Salles de Oliveira como interventor do Estado de São Paulo e este por sua vez, indica Fábio da Silva Prado para a prefeitura da capital. A década de 30 também é marcada na cidade de São Paulo pela criação, em 1934, da Universidade de São Paulo, que gera um contexto inédito de conhecimento multifacetário e atrai para cidade nomes como Ferdinand Braudel e Claude Lévi-Staruss para formar seu quadro de professores. Outra importante instituição desenvolvida no período e que veio a contribuir com o caldo cientificista na cidade foi a Escola de Sociologia e Política.

Em 1935 o então prefeito da cidade de São Paulo, Fábio Prado, por meio da intermediação de seu chefe de gabinete, Paulo Duarte, um antigo membro do Partido Democrático, cria o Departamento de Cultura, Lazer e Recreação, equivalente a atual

[2] O sonho da criação de um Departamento de Cultura é acalentado e debatido por uma gama de intelectuais durante a segunda metade da década de 20, influenciados pela Semana de Arte Moderna de 1922, que se propõe a discutir a necessidade da criação de uma identidade nacional. Roberto Barbato Júnior discute o papel destes intelectuais nesse processo na obra: "Missionários de uma utopia nacional popular. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo".

[3] Segundo o próprio Paulo Duarte em "Mário de Andrade por ele mesmo".

Secretaria Municipal de Cultura e através da mesma intermediação encarrega Mário de Andrade a comandar e dar forma ao Departamento, nomeando-o chefe deste Departamento. Mário de Andrade aceita o convite e enxerga a possibilidade nascimento de um órgão dentro dos padrões imaginados por ele e seus pares na década anterior. Era a chance de Mário de Andrade colocar em prática seus sonhos arquitetados na crença de uma participação social ativa.

As ações do Departamento dão origem a um pujante estado de euforia e entusiasmo que cria uma expectativa de crescimento dos trabalhos etnográficos, folclóricos e culturais sem paralelo na história do país. Essa perspectiva vem de encontro às idéias formuladas pela geração de intelectuais pós "Semana de 22", formada sob a influência de idéias nacionalistas e de transformação da expressão cultural do país com planos de valorização da cultura nacional. Preocupados com as questões da formação desta identidade brasileira esses intelectuais dedicam-se ao trabalho de fomento das ações políticas públicas culturais no Departamento. Oneyda Alvarenga, analisando um dos poemas de Mário de Andrade em artigo de 24/03/1965 para um livro comemorativo do 20º aniversário da morte de Mário de Andrade[4], "Meditações sobre o Tietê", aponta para o caráter de homem público e preocupado com os resultados não só de sua arte para o público, mas de suas ações na formação de uma política cultural. Uma dualidade entre seu individualismo e sua consciência social se formava e se confrontava, mas a respeito dessa dualidade de Mário quanto ao homem individualista (Amazonas) e o que vai em direção aos homens (Tietê).

> "*A dualidade se resolvia, pois sempre em favor do homem social, por mais que o indivíduo sofresse e se aniquilasse*" (ALVARENGA, 1974).

Mário de Andrade a partir daí afasta-se de suas atividades como crítico escritor e catedrático do Conservatório Dramático Musical de São Paulo e passa a dedicar-se exclusivamente ao Departamento em esforço desmedido, o que, segundo seus amigos mais próximos, significou o início de sua agonia, até a morte em 1945. Nesse período, após as dicotomias geradas pelas conquistas alcançadas com o Departamento e as desilusões geradas pelas políticas que sustentam a burocracia estatal que culminam com a sua demissão, Mário vive em profunda depressão até seus últimos dias[5].

[4] Oneyda Alvarenga acaba publicando este artigo em "Mário de Andrade, um pouco" pela livraria José Olympio em 1974, pois o livro comemorativo da 20º morte do poeta nunca foi publicado.

[5] Segundo Oneyda Alvarenga (amiga pessoal de Mário de Andrade e chefe da Discoteca) em "Mário de Andrade, um pouco", a frustração de Mário de Andrade com a forma com que os assuntos do

O Departamento de Cultura estruturava-se em várias Divisões, sendo que a de Expansão Cultural ficaria sob a direção do próprio Mário de Andrade; Bibliotecas sob o comando de Rubens Borba de Moraes; Educação e Recreio sob a responsabilidade de Nicanor Miranda; Documentação Histórica e Social com direção de Sergio Milliet e Bruno Rudolfer. Turismo e Divertimentos Públicos, Divisão que não chegou a funcionar, foi extinta em 1938[6].

Sob a direção de Mário de Andrade, o Departamento de Cultura e a Divisão de Expansão Cultural, dada sua influência, projetam ações que privilegiam a música; para a Divisão de Expansão Cultural, Mário cria mais duas subdivisões: a de Teatros, Cinemas e Salas de Conserto, comandada por Paulo Magalhães e a Rádio Escola, que nunca chegou a funcionar e foi extinta em 1938. Porém, como uma outra subdivisão da Rádio Escola, estava prevista a Discoteca Pública, que devido a sua importância cultural foi instituída por Mário de Andrade antes que a própria Rádio Escola, a qual a Discoteca seria subordinada, quando a Rádio Escola viesse a ser instalada. Para o comando da Discoteca, Mário de Andrade convida uma antiga aluna de piano, a folclorista mineira Oneyda Alvarenga, que a partir de então inicia os trabalhos que este estudo pretende abordar.

A partir da criação e estruturação do Departamento, as divisões e subdivisões iniciam suas atividades. A Discoteca logo se torna a "menina-dos-olhos"[7] de Mário de Andrade, que aí foca as ações mais contundentes do Departamento. Com verba considerável, a Discoteca adquire discos e equipamentos, passando a se tornar também pólo de pesquisas, que influenciados pelo chefe do Departamento e na figura de Oneyda Alvarenga, enfocam principalmente a música folclórica brasileira. Investindo na idéia de um núcleo de pesquisa, Oneyda Alvarenga participa do Curso de Etnografia patrocinado pelo Departamento de Cultura e ministrado pela etnóloga Diná Levi-Strauss. A Discoteca logo apresenta resultados de pesquisas e é representada no "Congresso da Língua Nacional Cantada" em 1937 através de uma tese que Mário apresenta como resultado de trabalho científico. Justifica os trabalhos também em avanços metodológicos de pesquisa nas iniciativas de Oneyda Alvarenga em

---

Departamento de Cultura eram tratados pelo prefeito Prestes Maia (bastante ironizado por Oneyda e pelo próprio Mário em cartas), sucessor de Fábio Prado, o levaram a um profundo estado de melancolia que durou até sua morte. O próprio Mário confessaria a Oneyda várias vezes o seu desgosto.

[6] Segundo informações coletadas em documentação burocrática do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga e da organização instituída pelos atos 768 de 10/01/1935 e 861 de 30/05/1935.

[7] Expressão enfaticamente utilizada por José Bento, secretário pessoal de Mário de Andrade, em entrevistas sob a guarda do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga/CCSP.

estudos na sua cidade natal, Vargínha; em 1938 a Discoteca realiza aquela que seria a maior e mais importante pesquisa científica etnográfica sobre o folclore nacional até então, a chamada "Missão de Pesquisas Folclóricas"[8], que durante cinco meses, entre Fevereiro e Julho de 1938, percorreu estados do Norte e Nordeste, registrando danças típicas, cantos e melodias, gerando um fantástico registro em fotografias, filmes, discos e cadernetas de campo, além da coleta de instrumentos e objetos característicos da cultura nordestina e nortista do país.

A Discoteca parece apresentar, em suas ações e realizações, as preocupações do chefe do Departamento em dar forma às suas expectativas em relação as seus planos de estudo e construção de uma perspectiva nova de pesquisa em relação à cultura brasileira e privilegia as ações da Discoteca no campo etnomusical, onde o próprio Mario de Andrade, que tem uma vasta produção nesse sentido, acompanha de perto os trabalhos desenvolvidos pela subdivisão e por sua diretora, Oneyda Alvarenga.

Com a instauração do Estado Novo, cai o prefeito de São Paulo e em seu lugar é conduzido ao cargo o Dr. Prestes Maia, que afasta Mário de Andrade da chefia do Departamento de Cultura, mas o mantém na chefia da Divisão de Expansão Cultural, cargo em que Mário ainda permaneceria por pouco tempo. A "Missão de Pesquisas Folclóricas" chega a um fim prematuro e os pesquisadores voltam para a cidade de São Paulo, legando a Oneyda Alvarenga, mantida pela nova administração como diretora da Discoteca, todo o material recolhido pela "Missão". A partir de então, a Discoteca passa a sistematizar a posse e a guardar esse material.

Os anos seguintes seriam marcados pela aquisição de discos clássicos da musica internacional e assim chegam ao alcance público na cidade de São Paulo nomes como Beethoven, Tchaikovsky, Mozart, Brantch, etc...(SIC) A Discoteca gera fichários e cria acesso aos cidadãos, especialistas ou leigos, que iniciam contato com a música clássica registrada em discos de 78 rotações e adquiridos em importadores que traziam exemplares da Inglaterra, Argentina, França, Alemanha e principalmente Estados Unidos. Com o início da Segunda Guerra Mundial e as perseguições nazi-fascistas, muitos estrangeiros fogem da Europa e pousam no Brasil, principalmente nas grandes capitais. Na cidade de São Paulo esses estrangeiros passam a freqüentar a Discoteca, lançando mão da música como forma de aproximarem-se um pouco de suas origens geográficas e culturais, estabelecendo um

[8] Sem dúvida é a ação mais importante da Discoteca no Departamento de Cultura. A Missão de Pesquisas Folclóricas é a primeira a apresentar os resultados de um trabalho iniciado com a criação do Departamento de Cultura no sentido de identificar um caráter nacional e registrar a cultura popular genuinamente brasileira, produzida por seu povo para o seu povo.

intercâmbio de conhecimento musical com os freqüentadores brasileiros da Discoteca[9].

As ações de pesquisa ainda fazem parte da realidade da Discoteca por algum tempo, tanto que em 1945, ano da morte de Mário de Andrade, é lançado um concurso de monografias de pesquisa folclóricas, que por meio de premiações estimulava novas produções científicas sobre a cultura nacional[10].

Com essa política voltada para a produção científica e difusão do conhecimento musical, a Discoteca atuou como grande peça na formação cultural da cidade de São Paulo e de cidadãos ilustres, seguindo uma política de valorização da cultura brasileira e de estudos no sentido de registrar e estudar essa cultura, que iniciando esses estudos ou aperfeiçoando e refinando conhecimentos musicais ou folclóricos através do material produzido ou do acervo de discos, sempre atualizados e ampliados dentro da realidade do serviço público municipal, vieram a fomentar o bojo cultural da cidade, atuando como críticos, pesquisadores, maestros e músicos. Faz-se importante e necessário o resgate dessas ações da Discoteca como instrumento das ações de políticas culturais do Departamento de Cultura e dessas próprias políticas que traduzem o pensamento de um dos mais importantes nomes da intelectualidade brasileira: Mário de Andrade.

Referências Bibliográficas:

ALVARENGA, Oneyda. *Mário de Andrade, um pouco*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1974.

ALVARENGA, Oneyda (org.). *Melodias registradas por meios não mecânicos*. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1946.

ADORNO T. W. e HORKHEIMER (org). *Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ALAMBERT**,** Francisco. *A semana de 22*. São Paulo: Scipionne, 1994.

ANDRADE, Mário de. *Pequena História da Música*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

[9] José da Veiga, crítico musical, entrevistado pelo maestro Mário Brasil em 1994 afirma que trocou experiências com esses estrangeiros. Infelizmente a Discoteca não tem registros dessas visitas. A entrevista está sob a guarda do Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga/CCSP.

[10] Algumas monografias chegaram a ser publicadas, ao passo que as melhores, mesmo que não publicadas, foram guardadas e encontram-se no Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga.

ANDRADE, Mário de. *Os Compositores e a Língua Nacional*.

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da Música Brasileira* – 2°ed. São Paulo: Martins, 1975.

BARBATO JR, Roberto. *Missionários de uma utopia nacional popular. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004.

CABRAL, Alfredo do Vale. *Achegas ao Estudo do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC-DAT-FUNARTE, 1978.

CÂNDIDO**,** Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 5° ed.

CARLINI, Álvaro. *Cantem lá que gravam cá: Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938* – Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP. São Paulo, 1994.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Martins Editora, 1934.

CASTELANI, José. *São Paulo na Década de 30*. São Paulo: Policor, s/d.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.

FFLCH-USP São Paulo, 1973.

LAFETÁ, João Luiz. Aspectos da critica literária no decênio de 30, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de História da

LAFETÁ, João Luiz (org). *Mário de Andrade*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2002.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977-78.

MENDES, Murilo. *Formação de Discoteca*. São Paulo: Edusp, 1993.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva* - 10°ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2000. 21º Edição

SOUZA, Gilda de Mello e. *Exercícios de Leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O curso de História e Geografia no Brasil: o caso da FFCL/USP entre 1934 e 1956[*].

Diogo da Silva Roiz[**].

RESUMO: Infere-se, neste artigo, sob quais condições foram incorporadas medidas federais e staduais que deliberavam novo formato ao currículo do curso de Geografia e História da FFCL/USP, já que, entre os anos de 1930 e 40, almejava-se, na esfera política, nacionalizar o funcionamento dos cursos universitários brasileiros.
PALAVRAS-CHAVE: estrutura curricular; História e Geografia; profissionalização.

ABSTRCT: In this article are estudies what mesures the government used to nationalize the curriculum of History and Geography courses at FFCL/USP because at the 1930 and 40, the government wants to nationalize those courses.
KEYWORDS: curriculum; History and Geography; occupation.

Discute-se, neste artigo, sob quais condições foram incorporadas medidas federais e estaduais que deliberavam novo formato curricular para os cursos de Geografia e História, no Brasil, tendo em vista que entre as décadas de 1930 e 1940, almejava-se, na esfera política, nacionalizar o funcionamento dos cursos universitários brasileiros. Toma-se por base o curso de Geografia e História da FFCL/USP, que foi um dos pioneiros a serem criados na década de 1930.

Foi dentro do período de funcionamento do regime de cátedras que o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo[1] renovou a sua grade curricular diversas vezes, entre as décadas de 1930 e 1950, em função de insuficiências observadas pelos professores quanto às disciplinas oferecidas no

---

[*] Versão reformula de parte do terceiro capítulo de dissertação de mestrado em História intitulada: *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. A pesquisa foi financiada pela CAPES. Gostaria aqui de agradecer a Prof.ª Dr.ª Márcia Regina Capelari Naxara, ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice, ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França e ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik as sugestões e críticas, que dentro do possível foram incorporadas a essa versão.

[*] [*] Mestre em História pela UNESP, Campus de Franca, foi bolsista CAPES. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai.

[1] Foram inaugurados três cursos nos anos de 1930: dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo. O primeiro foi o da Universidade de São Paulo, criado em 1934. O segundo foi o da Universidade do Distrito Federal, criado em 1935, e o terceiro o da Universidade do Brasil, criado em 1939. Sobre esse ponto a experiência de fundação de cursos de Geografia e História no setor privado foi esparsa.

curso. Mas apenas eram resolvidas quando se aprovava disposições legais em níveis federal e estadual, de modo a serem internamente incorporadas pela Faculdade de Filosofia. Tais medidas viriam a especializar o formato das disciplinas do curso de Geografia e História, constituindo-se em uma das bases que levaram a aprovação de lei federal que tornou independente o funcionamento dos cursos, a partir de 1955. Os informes selecionados, para esta pesquisa, foram os *Anuários da Faculdade de Filosofia*, nos quais publicavam-se parcialmente as atas do conselho da Faculdade de Filosofia e os relatórios das cadeiras dos cursos. A importância em se estudar as mudanças da estrutura curricular no contexto de funcionamento do regime de cátedras e da nacionalização dos programas curriculares das Faculdades de Filosofia, encontra-se na possibilidade de demonstrar, no quadro das transformações e debates, o processo de institucionalização do ensino universitário de História, na medida em que se destacam os caminhos que levaram a autonomia dos cursos de Geografia e História, na década de 1950, quando se tornaram independentes[2].

A organização de uma estrutura curricular para o curso de Geografia e História foi fruto de vários debates entre professores e membros do conselho (depois congregação) da FFCL/USP, entre as décadas de 1930 e 1950. Ao adaptar, em sua estrutura interna, a legislação federal e estadual, fixava-se a base curricular do curso. Em 1934 ainda não estava tão nítida a forma como iria funcionar o curso de Geografia e História. A estrutura curricular estava organizada a partir de uma seriação de três anos (quadro 1).

Quadro nº 1: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História em 1934, segundo os anos.

Ano	***Nº***	**Primeiro**	**Segundo**	**Terceiro**
Disciplinas	**01** **02** **03** **04**	Geografia História da Civilização Etnologia brasileira e noções de tupí-guaraní.	Geografia História da Civilização Tupí-guaraní História da Civilização Americana (inclusive pré-história).	Geografia História da Civilização Brasileira História da Civilização Tupí-guaraní

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937.

[2] Esse processo ocorreu num momento de nacionalização de novos cursos de graduação inaugurados a partir dos anos de 1930, com o fim de subsidiar a falta de pessoal qualificado para o ensino 'primário' e 'secundário', e nos anos seguintes também fornecer a qualificação para a habilitação de profissionais para o ensino superior. Embora antes dos anos de 1930 tivesse sido iniciada a expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo, foi no governo de Getúlio Vargas (1930-45), que houve a implantação de medidas reguladoras do funcionamento do ensino público e privado brasileiro em todos os níveis do aprendizado escolar (FREITAS, 1999).

As disciplinas do curso de Geografia e História constituíam-se no primeiro ano em: *Geografia*, *História da Civilização*, *Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani*. Ainda não havia distinção entre Geografia Física e Humana, e ambas eram ministradas por um professor. A disciplina era obrigatória e ministrada nos três anos do curso. Nela o professor discorria tanto aspectos políticos e econômicos, como geológicos e climáticos. E se referia a formação conjunta da Europa, América e Brasil. *História da Civilização* foi outra disciplina ministrada nos três anos do curso e se desdobrava em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, e oferecidas por um único professor. Nela o professor deveria mostrar todo conjunto do processo histórico mundial. O ensino de *Geografia* e *História da Civilização* tinha um caráter rotativo e era distribuído de acordo com a divisão das matérias, sendo móvel conforme a sucessão de turmas de alunos. Em *Geografia* via-se no primeiro ano 'Relevo e População', no segundo 'Clima e Vegetação' e 'Geografia da circulação' e no terceiro ano: 'Hidrografia econômica', 'Geografia da energia', 'Os grandes produtos', e nestes cursos constavam excursões geográficas e a elaboração de trabalhos práticos. Em *História da Civilização* via-se no primeiro ano 'História Antiga e Moderna', no segundo 'História Moderna e Medieval' e no terceiro 'História Antiga e Medieval'.

Etnologia brasileira e noções de Tupi-guarani era oferecida no primeiro ano do curso como uma introdução à formação lingüística e cultural brasileira, seguindo-se nos outros dois anos em análises pormenorizadas da língua 'Tupi-guarani'. A cadeira de *Etnologia Brasileira e Tupi-Guarani* foi criada em 1934, logo quando iniciou o primeiro ano letivo do curso de Geografia e História. Até aquele momento os cursos especializados em nível superior nesta área constituíam uma novidade (MICELI, 1989; 1995).

No segundo ano do curso acrescentava a disciplina de *História da Civilização Americana*, em que o professor deveria discorrer desde a pré-história dos povos americanos, até início do século XX, quando as fronteiras nacionais estavam delimitadas e deliberava-se uma divisão entre América do Norte e América do Sul. No terceiro ano acrescentava-se a disciplina de *História da Civilização Brasileira*, para a qual o professor deveria expor desde a 'descoberta do Brasil' até os primeiros anos da proclamação da república. No conjunto, o curso de Geografia e História, limitava-se a caracterizar, aos alunos, as grandes linhas da História mundial e nacional, os aspectos geográficos do processo e a formação histórica e lingüística do território brasileiro[3]. Entretanto, se de um lado, falava-se de índios e de sua

[3] Cf. Relatórios dos programas das cadeiras de História da Civilização, História da Civilização Americana, História da Civilização Brasileira, Geografia e Etnologia brasileira e noções de tupi-guarani do curso de Geografia e História. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936*, 1937.

contribuição lingüística e cultural à formação nacional parecia não haver a participação da cultura afro-brasileira. Quando se falava de formação geográfica, enfatizavam-se mais os aspectos paulistas do que os nacionais, e quando se falava da história nacional parecia se querer mais ressaltar a história paulista, a partir do bandeirantismo. Provavelmente esses tópicos especiais se dirigiam no interior do curso, em função do contexto social do período, de recuperação 'paulista' sobre a derrota de '1932' (com foco no 'desbravador bandeirante'), e com o objetivo de revelar a importância do Estado sobre a formação histórica do país. Dentro dessas características, vê-se que quase nada mudou a disposição das disciplinas oferecidas no curso de Geografia e História até 1938 (quadro 2).

Quadro nº 2: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História em 1938, segundo os anos.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro
Disciplinas	**01** **02** **03** **04**	Geografia História da Civilização Etnologia brasileira e noções de tupí-guaraní.	Geografia História da Civilização Tupí-guaraní História da Civilização Americana (inclusive pré-história).	Geografia História da Civilização Brasileira História da Civilização Tupí-guaraní

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1937-1938*, 1939.

A disciplina de *Geografia*, a partir de 1936, ainda apresentava-se disposta entre os três anos do curso de Geografia e História, e havia sofrido apenas pequenas reformulações. No primeiro ano, como 'Biogeografia', eram definidas a extensão e disseminação das espécies, o passado geológico, o meio e a sociologia dos vegetais e animais. No segundo e terceiro, analisava-se a América do Sul, na sua formação física e humana, entre as regiões e os Estados. No terceiro, estudava-se 'as vias de comunicação' desenvolvidas tanto na Europa, como na América, e desenvolviam-se estudos monográficos como parte do programa de excursões e exercícios práticos. Em *História da Civilização* ocorria mudança semelhante, flexionando a disciplina nos três anos da seguinte maneira: entre o 1º e 2º ano 'História Grega'; entre o 1º, 2º e 3º ano 'História Romana' e também entre as três séries 'História Contemporânea'. Além disso, ministravam-se paralelamente seminários. No primeiro ano: 'Questões de História Geral', tendo como eixo à 'Unidade Alemã' e a 'Unidade Italiana'. No segundo: 'Idade Média', desde o 'declínio do Império Romano' até 'a organização feudal'. No terceiro: 'Noções de paleografia e decifração de textos franceses, espanhóis, e italianos' e

'Pré-história – as primeiras civilizações do Oriente próximo e da Grécia antiga'[4]. As disciplinas *História da Civilização Americana* e *História da Civilização Brasileira* foram repensadas somente nos anos seguintes. Provavelmente, as mudanças de eixo nas disciplinas de *Geografia* (à parte de Geografia Física e Geografia Humana ainda eram oferecidas numa mesma disciplina) e *História da Civilização* se deviam à contratação de um novo professor para cada uma delas.

A partir de 1939, com a aprovação do decreto lei federal nº 1.190, que deu uma organização efetiva à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, que ocorreu uma primeira alteração no termo 'licenciado'. "Este não abrang[ia] mais todos os formandos em seus cursos. Cada secção da Faculdade compreenderia um ou mais 'cursos ordinários', incluída uma secção especial encarregada de ministrar o 'Curso de Didática'. Esse curso, composto por seis disciplinas vinha substituir a anterior formação pedagógica que conferia direito ao exercício do magistério". O decreto ajustava o funcionamento de todas as Faculdades de Filosofia do país, num mesmo padrão organizacional. A disposição deste decreto federal foi adequada no decreto estadual nº 12. 511 de 21 de janeiro de 1942, para estabelecer o funcionamento e a nova estrutura curricular das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do Estado de São Paulo (quadro 3).

Quadro nº 3: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História, a partir da reforma curricular de 1942.

Ano	No	Primeiro	Segundo	Terceiro*	Quarto**
Disciplinas	01	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	Didática Geral
	02	Geografia Humana	Geografia Humana	História da Civilização Contemporânea	Didática Especial
	03	Antropologia	História da Civilização Moderna	História da Civilização Brasileira	Psicologia Educacional
	04	História da Civilização Antiga e Medieval	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Americana	Administração Escolar e Educação Comparada
	05	Elementos de Geologia	Etnografia	Etnografia do Brasil e Língua Tupi-guarani	Fundamentos Biológicos da Educação
	06				Fundamentos Sociológicos da Educação

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 1953.
* Segundo o decreto lei nº 12.511 de 21 de Janeiro de 1942: aos alunos que concluíssem os três primeiros anos dos cursos das seções de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo lhes era conferido o diploma de bacharel.

** Segundo o decreto lei nº 12.511 de 21 de Janeiro de 1942: aos candidatos ao curso de Didática era exigido o diploma de Bacharel obtido nas três séries dos diversos cursos da Faculdade. Aos que terminassem o Curso de Didática era fornecido o diploma de Licenciado no Curso em que o candidato se bacharelara.

[4] Cf. Relatórios dos programas das cadeiras de História da Civilização e da cadeira de Geografia. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934*-1935, 1937; *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1936*, 1937.

A reforma curricular padronizava nacionalmente a base das disciplinas a serem oferecidas pelas Faculdades de Filosofia, mesmo que, em parte, a medida tenha demorado a ser adequada entre os Estados. Na FFCL/USP, a medida foi incorporada a partir de 1942 (quadro 3), em função do decreto estadual daquele mesmo ano. Quando o decreto foi instaurado em nível estadual e aplicado a FFCL/USP, o curso de Geografia e História já havia recebido outras alterações. Em 1939, também a partir de decreto lei federal nº 1.190 de 4 de abril, houve o desdobramento das cadeiras de 'Geografia' e 'História da Civilização', que passavam a serem dispostas em 2 cadeiras cada: Geografia Humana e Geografia Física, de um lado, e História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea, de outro. A implantação destas medidas foi possível porque, naquele período, formava-se as primeiras turmas do curso de Geografia e História (e das outras subseções) e alguns alunos estavam sendo contratados na forma de assistentes entre as cadeiras das seções e subseções da Faculdade de Filosofia.

A 26 de março de 1946, por meio do decreto nº 9.092, o curso de Geografia e História passava por outra readaptação (quadro nº 4), que seria implantada para o ano letivo de 1947. Com ela o candidato não recebia o título de bacharel no terceiro, mas no quarto ano do curso, desde que fosse aprovado em três disciplinas oferecidas anualmente, e à sua escolha. Ainda poderia receber o título de licenciado, aqueles que, além de cumprirem estágio supervisionado, fossem aprovados em três disciplinas ministradas pelos professores das cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial.

Quadro nº 4: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia e História, a partir da reforma curricular de 1946.

Ano	Nº	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto*
Disciplinas	01	Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	
	02	Geografia Humana	Geografia Humana	História da Civilização Contemporânea	
	03	Antropologia	História da Civilização Moderna	História da Civilização Brasileira	
	04	História da Civilização Antiga e Medieval	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Americana	
	05	Elementos de Geologia	Etnografia	Etnografia do Brasil e Língua Tupi-guarani	
	06	Elementos de Cartografia	História da Civilização Americana	Geografia Física	
	07		Geografia do Brasil	Geografia Humana	

Fonte: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 1953.
* Segundo o decreto nº 9092 de 26 de Março de 1946: na quarta série os alunos optarão livremente por duas ou três Cadeiras ou Cursos dentre os ministrados pela Faculdade de Filosofia; quando aprovados terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso terão direito ao diploma de Licenciado.

A mudança contribuía para aumentar o intercâmbio dos alunos dos cursos da FFCL/USP, que havia sido iniciado pela reforma de 1942. A partir dela o curso de Geografia e História (assim como outras subseções) passou a ter disciplinas no programa curricular, provenientes de outras subseções. Com a reforma de 1946 os alunos da Faculdade de Filosofia passavam a escolher – depois de concluídos os três primeiros anos do curso – no quarto ano três disciplinas oferecidas entre as seções e subseções para obterem o diploma de bacharéis. E para obterem o diploma de licenciados deviam receber formação didática (teórica e prática), sendo obrigados a fazerem o curso de psicologia aplicada à educação (conforme o artigo 4º, parágrafo 1º do decreto lei nº 9.092). Era também solicitado pelo decreto um ginásio de aplicação destinado à prática de ensino, que seria orientada pelo professor do curso de Didática. [5]

De fato, a portaria ministerial nº 328 de 13 de maio de 1946 abria caminho para a escolha dos alunos do curso de Geografia e História, em seguirem uma das duas áreas (ou ainda se preferissem uma terceira, a de Etnografia). O que realmente alterou a estrutura curricular do curso de Geografia e História, na FFCL\USP, foi à lei federal nº 2. 594 de 8 de setembro de 1955, que viria a desdobrar aquele curso em áreas independentes. Esta lei federal foi incorporada pelo decreto estadual nº 25. 701 de 4 de abril de 1956, que regulamentava a aplicação daquela lei na FFCL\USP (quadro 5 e 6).

Quadro nº 5: Distribuição das disciplinas do curso de Geografia, a partir da reforma curricular de 1956.

Ano	No	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto*
Disciplinas	01	Geografia Física	Geografia Física	Geografia Física	
	02	Geografia Humana	Geografia Humana	Geografia Humana	
	03	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil	Geografia do Brasil	
	04	Cartografia	Geografia Regional	Geografia Regional	
	05	Geologia	Cartografia	Botânica	
	06	Antropologia	Etnografia Geral	Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-guarani	
	07	História da Civilização Moderna	História da Civilização Contemporânea	História da Civilização Brasileira	

Fonte: Noticiário. In: *Revista de História*. São Paulo/USP, 12 (25): 285, jan./mar. 1956.
* Mantêm o regimento nº 9092, de 26 de Março de 1946. Na quarta série os alunos optarão livremente por duas ou três Cadeiras ou Cursos dentre os ministrados pela Faculdade de Filosofia; quando aprovados terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso terão direito ao diploma de Licenciado.

[5] Na Faculdade de Filosofia, entretanto, o Ginásio de Aplicação foi instalado apenas em 1959. Em outras Faculdades de Filosofia houve problemas similares para imprimirem as mudanças solicitadas, demonstrando a flexibilidade com que as exigências legais eram postas em prática, seja por causa de deficiências financeiras da instituição e falta de estruturas físicas adequadas, seja em função da falta de professores especialistas na área.

Quadro nº 6: Distribuição das disciplinas do curso de História, a partir da reforma curricular de 1956.

Ano	No	Primeiro	Segundo	Terceiro*	Quarto**
Disciplinas	01	Introdução aos estudos Históricos	História da Civilização Moderna	História da Civilização Contemporânea	
	02	História da Civilização Antiga	História da Civilização Brasileira	História da Civilização Brasileira	
	03	História da Civilização Medieval	História da Civilização Americana	História da Civilização Americana	
	04	Antropologia	Etnografia Geral	Etnografia do Brasil e Noções de Tupi-guarani	
	05	Geografia	História da Civilização Ibérica	Disciplina Optativa	
	06		Disciplina Optativa		

Fonte: Noticiário. In: *Revista de História*. São Paulo/USP, 12 (25): 285-86, jan./mar. 1956.
* As disciplinas optativas oferecidas, na 2ª e 3ª séries do curso de História, pelo Departamento de História foram as seguintes: História das Idéias Políticas; História da Filosofia; História Econômica; História da Educação; História da Literatura (inglesa ou espanhola, alemã, francesa, latina, grega, portuguêsa e brasileira); História da Arte; Numismática; Paleografia.
** Mantêm o regimento nº 9092, de 26 de Março de 1946. Na quarta série os alunos optarão livremente por duas ou três Cadeiras ou Cursos dentre os ministrados pela Faculdade de Filosofia; quando aprovados terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso terão direito ao diploma de Licenciado.

Nesse sentido, vimos que os debates em torno das disciplinas foram longos, quase sempre, resultando em impasses entre os profissionais, devido as suas formas de agir e pensar, ou ainda em função da incorporação da medida legal, ser também insuficiente para corrigir os problemas observados no funcionamento do curso. Vimos ainda que formar 'novos' profissionais foi, evidentemente, o resultado de um processo longo e que não se encerraria no período aqui estudado.

Referências Bibliográficas.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Memória intelectual da educação brasileira.* Bragança Paulista: Edusf, 1999.

MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, 2v

MICELI, Sérgio. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995, 2v.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Militares e civis de cor em levantes políticos na primeira metade do século XIX na província de Pernambuco

Clécia Maria da Silva[1]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender a participação da população de cor comandada por militares na província de Pernambuco no movimento anticolonialistas de 1817 e "separatista" de 1824. Analisando a junção de negros e pardos sejam eles civis ou militares na tentativa de minimizar ou mesmo acabar com a desigualdade racial e ingressar nas decisões políticas imprimindo assim uma tendência mais radical nestes movimentos.
Palavras-chave: Militar, mestiços e levantes políticos.

Abstract: This project aims at iunderstanding the participation of the black population run by the military personals in the state of Pernambuco within the anticolonial movement in 1817 and the "separatista" - (movement of separation) in 1824. Analysing the mix of black and white people, either civilian or military officials, in an attempt to decrease or even finish with the racial diffrences and take part in the political decisions, thus having a more radical tendency at those movements.
Keywords: Soldier, half-breed and movement polítics.

Espaço geográfico e distribuição da população

Para compreender a participação da população de cor, civil ou militar, nos levantes políticos no início do oitocentos em Pernambuco, é importante analisar as condições políticas, econômicas e sociais, nas quais se encontrava a província e estabelecer um paralelo com outras como Bahia e Rio de Janeiro uma vez que apresentavam um contexto muito similar por serem importantes centros escravistas do Brasil. Tomaremos como ponto inicial a distribuição geográfica da província em áreas denominadas de: faixa litorânea, zona da mata, agreste e sertão, as quais apresentavam uma economia e uma formação populacional específica

Na descrição da faixa litorânea, o centro de estudo de referência é o núcleo urbano do Recife, formado por três bairros denominados de Recife, Santo Antônio e Boa Vista, os quais são rodeados por águas marinhas e fluviais. O primeiro deles é o bairro portuário, onde se encontrava o prédio da Alfândega, da Inspeção do Açúcar, o Mercado do Algodão. Além dos prédios comerciais, havia também muitas residências algumas chegando a ter cinco andares, duas igrejas, um forte e quase todas as ruas calçadas.

Á semelhança com a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia na Bahia, o bairro do Recife continha a maior concentração de escravos, dos quais predominavam os do sexo masculino porque havia segundo Marcos Carvalho "um conjunto de atividades ali

[1] Integrante do Grupo de Estudo de História Sócio-Cultural da América Latina. Aluna do VI Curso de Especialização em História do Nordeste pela Universidade de Pernambuco – Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata

desempenhadas que, culturalmente, eram atribuídas ao gênero masculino" (CARVALHO,1998: 53). Dentre estas predominam o trabalho na estiva, no carregamento e descarregamento de navios e balsas com produtos como açúcar, aguardente e algodão somam-se ainda os serviços de carpintaria, funilaria entre outros.

Além do serviço no cais, os escravos podiam trabalhar para seus senhores tanto em serviços domésticos quanto na rua como escravos de ganho ou de aluguel. Outra semelhança que não era bem vista por viajantes que chegaram tanto na Bahia quanto em Pernambuco no início do século XIX era a exposição em armazéns de homens, mulheres e crianças recém-chegados da África para serem vendidos como escravos.

Apesar de apresentar inúmeras atividades para ocupar o tempo do escravo, os bairros portuários podiam apresentar-se como um importante meio de informação para difundir revoluções e revoltas no Brasil ou no exterior. É como afirma Marcus Carvalho:

> *Os negros do Recife não precisavam de intermediários brancos para saberem o que ocorria noutros lugares. Tinham seus próprios canais de informação através dos inúmeros marinheiros negros que navegavam a costa do Brasil por mais de trezentos anos. Alguns deles estavam a venda na rua do Queimado, em 1831. Como qualquer escravo, vez por outra também fugiam, como um rapaz vindo de São Tomé, cuja fuga foi anunciada, também no final de 1831. Era capaz de falar "inglês alguma coisa".* (CARVALHO, 1999: 121)

O segundo bairro, a ilha de Santo Antônio, era tido como central porque nele localizavam-se o poder político e eclesiástico (situação compartilhada pela freguesia da Sé na Bahia), pois era aí que se encontrava o Palácio do Governador, o Convento dos Jesuítas, a Tesouraria, a Casa da Câmara, a Praça da Polé (locais de castigos públicos) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário com uma importante irmandade de negros. Acrescentam-se também prédios cujos térreos eram constituídos de lojas, armazéns, oficinas e logo á cima as residências.

Sua população apontava uma predominância de livres em relação à população cativa e, dentre estes as mulheres apresentavam-se em maior número, uma vez que desempenhavam funções no interior das residências como cozinheiras, lavadeiras, mucamas ou no exterior destas como quitandeiras vendendo os mais variados tipos de doces e demais alimentos. Traçando outro paralelo entre Santo Antônio e a Freguesia da Sé na Bahia, em ambos os casos as famílias de ricos comerciantes e senhores de engenho, dividiam as ruas com negros cativos ou libertos.

Estes últimos povoaram principalmente o sul da ilha denominado de São José, que ligado ao Bairro de Afogados por uma pequena passagem seca constituíam ambos, os bairros mais populares. Tal condição necessita de um olhar mais cuidadoso da história social e cultural, pois eram locais de encontros festivos com batuques, clubes carnavalescos, grêmios de artesãos e terreiros onde a população de cor poderia reconstruir "seus laços culturais e religiosos esgarçados pelo desenraizamento violento que foi o tráfico atlântico de escravos" (CARVALHO,1998: 87) e até mesmo formar uma nova identidade social.

Por identidade social compreendemos como o "que caracteriza cada indivíduo como pessoa e define o comportamento influenciado socialmente (...) para permitir a manutenção das relações sociais de dominação" (SILVA; SILVA. 2005: 203). Mas ao "tomar consciência de si é um primeiro passo para alterar, se necessário, a identidade social, como dominado" (SILVA; SILVA. 2005:203)

O terceiro bairro, o da Boa Vista, era predominantemente residencial constituído em sua maior parte de pessoas livres. Entre a população cativa havia um relativo equilíbrio entre homens e mulheres que desempenhavam mais trabalhos domésticos como as funções de mucamas, lavadeiras, tratadores de sítios e quintais. Uma característica importante deste bairro era a grande concentração de tabernas, um número aproximado de 66. Eram locais de encontro de todo tipo de gente e todo tipo de conversas e cujas autoridades procuraram proibir principalmente a entrada de cativos, pois considerava tais estabelecimentos como quilombos.

A Zona da Mata apresentava-se como ainda hoje se encontra dividida morfoclimaticamente em Mata Seca (Norte) e Mata Úmida (Sul). No inicio do oitocentos a primeira continha uma relativa diversificação econômica baseada na pesca, farinha, fumo, cal, coco, sal e no cultivo do algodão. Enquanto que a segunda ampliava as plantações de cana por territórios ocupados por quilombos e aldeias indígenas.

Demograficamente, a mata norte possuía uma maior densidade populacional do que a mata sul, a qual se caracterizava por ter um elevado número de libertos, uma vez que foi uma região precursora da transição do trabalho escravo para o livre contrariamente ao que acontecia com a segunda.

O agreste e o sertão são caracterizados por apresentarem a menor concentração populacional da província, era formada principalmente por índios e mestiços que se dedicavam a criação de gado, a lavoura de subsistência e ao plantio de algodão. Segundo Oliveira Lima, em nota a terceira edição da Revolução de Pernambuco em 1817 considera os habitantes destas regiões como o tipo bem nacional que freqüentemente enfrentava o maior inimigo de sua prosperidade, a seca.

Economia

Em um estudo sobre as estruturas e os comportamentos sociais em Pernambuco em 1817, Glacyra Lazzari Leite enquadra a economia pernambucana em produção agrária, para o setor de exportação e para o setor de subsistência somada ao setor de comercialização. Este último foi bastante beneficiado, principalmente após a abertura dos portos em 1808, possibilitando a Pernambuco comercializar diretamente com a Inglaterra e França. Este em comunhão com o setor de exportação possibilitou o açúcar e o algodão assumirem uma posição fundamental na exploração comercial devido a sua procura na Europa.

Paralelamente recaíam sobre os mesmos pesados tributos que se tornaram a principal queixa dos produtores pernambucanos. Dentre as cargas tributárias destacamos como exemplo a do açúcar: "uma taxa de 10 tostões por caixão de açúcar, dízimos, 60 réis por arroba de açúcar branco e 30 réis do mascavo, 80 réis por cada caixa que se embarcava e 40 réis de fecho, 1.600 réis por cada aguardente que se embarcava" (LEITE,1988:71).

Isto contribuía para que os produtores permanecessem sempre dependentes dos monopolizadores (geralmente portugueses) pois a forma como foi desenvolvida tal atividade, não possibilitava a acumulação de capital em grande escala, uma vez que compravam mão-de-obra e tomavam financiamentos a crédito para a compra de instrumentos de trabalho. Deixando assim muitos produtores endividados com Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a qual as vésperas da Revolução de 1817 na província de Pernambuco ainda havia proprietários endividados com a mesma apesar dela ter sido extinta em 1780.

Apesar de tal situação, o nível de exportação foi muito alto, principalmente para a cana de açúcar como demonstra a própria Glacyra:

> "*de 1801 a 1809, as exportações de açúcar do Brasil para Portugal mantiveram-se estáveis e em nível bastante elevado. Em 1810,1811 e 1812 houve uma queda nessas exportações, más já em 1813 houve uma retomada muito significativa que se manteve até 1822*" (LEITE, 1988:71)

O setor de subsistência calcado no cultivo de mandioca, feijão, arroz e milho eram bastante vulneráveis, tanto por fatores climáticos como pela expansão da lavoura canavieira e algodoeira. Estes dois fatores encontram-se intrinsecamente ligados, porque as roças de gêneros de primeira necessidade estavam dentro das áreas de plantetion ou nos territórios que a margeavam, os quais não possuíam documentos legais de posse.

Então, pelo fato da produção de exportação só aumentar à medida que expande a área de cultivo, os grandes latifundiários para elevarem seus lucros muitas vezes não mediam esforços para ocupar estes territórios onde desenvolvia a agricultura de subsistência. Tal atitude fazia com que estas plantações fossem sendo afastadas do litoral e zona da mata em direção ao agreste e sertão, que como já foi dito anteriormente sofria muito com a seca.

Situação social e conflito

Passaremos agora a observar mais detalhadamente as condições sociais dos militares e dos civis para compreender a participação destes nos acontecimentos políticos do início do século XIX. O clima de insatisfação, descontentamento e revolta abrangia todas as camadas da sociedade, tais sentimentos já começavam pelo recrutamento militar, pois iniciava assim o conflito e as redes de privilégios que seriamente comprometiam a ordem social.

Na obra Viagens ao Nordeste do Brasil, do cronista inglês Henry Koster, que viveu em Pernambuco de 1809 a aproximadamente 1820, aparece a seguinte descrição sobre o recrutamento:

> "A*s ordens* [para o recrutamento] *vieram dos capitães-mores e foram distribuídas para os capitães. As instruções continham (...), a indicação de prender as pessoas de mau alistamento* [geralmente homens de 16 á 60], *e nas famílias que contassem dois ou mais rapazes solteiros, um deveria ir para o serviço do País. A carta-oficial recomendava imparcialidade, ameaçando punição no caso de infração sem a necessidade mais evidente. Por algumas semanas o País apareceu devastado por uma guerra civil. Bandos armados eram vistos em todas as direções, procurando prender todos os recalcitrantes. Nenhum homem sujeito à obrigação estava a salvo em sua própria residência, porque a tropa vinha cercar as habitações onde se supunha estar refugiado o indivíduo recrutável. Pede permissão para entrar e, sendo recusado, não terá escrúpulo em penetrar, rebentando a porta, entrando à força, (...)".* (KOSTER, 2003:58)

O trecho acima exemplifica a tática impositiva utilizada pelos governadores durante fins do século XVIII e início do XIX, para convocar a população para o exercício militar. Esta prática é caracterizada por uma complexa rede de negociações, resistências e compromissos que o comprometiam, o qual era também conhecido como "tributo de sangue" (MENDES, 2004:111). Pois havia uma ampla rede de privilégios e imunidades que isentava as pessoas posse, seus criados e dependentes.

Os que ficavam à margem desta rede viam o recrutamento como uma caçada humana porque as vilas e cidades ficavam abandonadas, os recrutados se automutilavam, falsificavam documentos, arrumavam casamentos de última hora tudo para fugir do exército (situação comum tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia e Pernambuco). Para intensificar as insatisfações dos militares, somam-se as dissidências no interior das tropas motivadas por divergências de interesse entre as três categorias das forças armadas, pela indisciplina, por disputas generalizadas por altos postos dentro da hierarquia militar e pelos conflitos entre nacionalidade (brasileiros versus portugueses) e raça (homens brancos versos homens de cor).

A população civil queixava-se constantemente da sobrecarga de tributos cobrados que deviam ser remetidos para o Rio de Janeiro, pela injustiça que imperava na província a qual favorecia principalmente os mais abastados destacadamente nos crimes sexuais. De acordo com Manoel Correia:

> *"Rapazes de dinheiro, acostumados a usarem e abusarem de suas escravas, queriam fazer o mesmo em relação às mulheres e moças pobres, porém livres, e conseguiam os seus intentos graças à complacência ou a conivência de autoridades que lhes eram subservientes".*(ANDRADE, 1998: 76)

Havia um problema que provocava revolta não aos militares como também as camadas mais baixa da sociedade era falta de alimento que em parte era provocada pelas secas que ocorreram nos anos de 1816, 1824 e 1825 como também pela expansão da lavoura de cana e algodão em detrimento as de subsistência. Para solucionar o problema da falta de alimentos recorria-se a exportação dos gêneros de primeira necessidade como farinha de mandioca e carne seca, medida que não solucionava pelo contrário agravava a situação.

Pois segundo Oliveira Lima eram muitos caros e as moedas com que eram pagos aos soldos e que circulavam entre os mais pobres não eram aceitas pelos comerciantes porque eram falsificadas como muita facilidade, deixando assim a maior parte da população faminta. Estes fatores contribuíram para que militares e os demais grupos sociais se engajassem na insurreição de 1817, nas revoltas de janeiro e setembro de 1822, em fevereiro de 1823 e na Confederação do Equador.

Esses momentos foram carregados sempre de grande tensão porque os militares geralmente lideravam estas situações apoiados do que Donghi chama de "estrato social muito

baixo da sociedade colonial" (DONGHI,1975:58), ou seja, a população livre de cor (negros e mestiços) e a população escrava.

O apoio da população escrava como também da população livre de cor (negros e mestiços) gerou uma discórdia entre os revoltosos e uma inquietação em toda a sociedade porque havia um medo visível em todo continente americano de uma radicalização dos movimentos à semelhança de Saint Domingue. Segundo João José Reis tal medo "penetrou como um pesadelo"(REIS, 2000:249) porque eles temiam que os escravos junto com a população livre de cor pegassem em armas e expulsasse do poder uma pequena elite branca e instaurasse um governo negro.

Tal pesadelo não era infundado porque tanto a população escrava quanto a de cor estavam bem mais informados do que supunham as elites políticas da província, pois recebiam informação das agitações que estavam acontecendo tanto dentro quanto fora do Brasil por meio das conversas nas ruas, nos quartéis, nas tabernas e através de marinheiros negros que navegavam a costa do Brasil. Por isso foi possível encontrar na província os seguintes versos:

> "Qual eu imito a Cristóvão
> Esse Imortal Haitiano
> Eia! Imitai ao seu povo
> Oh meu povo soberano!"(REIS, 200: 249)

> "Marinheiros e caiados
> Todos devem acabar,
> Porque só pardos e pretos
> O país hão de habtar," (SOBRINHO, 1998: 91)

O primeiro verso foi proclamado durante a Confederação do Equador em 1824 pelo Major do batalhão dos homens pardos Emiliano Felipe Benício Munducuru aos seus soldados antes de ir atacar o bairro comercial do Recife. O segundo era uma canção entoada pelas tropas negras durante a sedição feita em 1823 pelo capitão Pedro Pedroso.

Pedro da Silva Pedroso

Como exemplo deste apoio da população a um militar, tomamos como referência o capitão pardo Pedro Pedroso, que chegou a tornar-se Governador das Armas. Este militar tinha um grande prestígio entre a população pobre, composta em sua maior parte por pessoas de cor, ele também adquiriu prestígio com a elite provinciana, tanto a revolucionária quanto a

realista, pois ele participou dos principais acontecimentos da revolução de 1817 fazendo cair morto Alexandre Tomás (o ajudante de ordens do governador Caetano Pinto de Miranda), soltou da cadeia os líderes que haviam sido presos quando estourou o movimento como Domingos José Martins, se destacou na tomada do Erário. Na repressão, foi preso e enviado para os cárceres baianos, mas não recebeu em 1822 da corte portuguesa a anistia, pois foi enviado para Lisboa e condenado ao degredo na Ásia.

Pedroso conseguiu livrar-se desta condenação por meio da atuação do deputado pernambucano João Ferreira da Silva que implorou pelo perdão dele. Retornando a Pernambuco passou a apoiar o grupo que era simpático ao governo do Rio de Janeiro e ajudou a deposição da Junta lidera por Gervásio Pires. Tal atitude foi justificada por ter sido ele humilhado quando foi convidado a comandar companhia de artilharia, cargo considerado pelo mesmo como inferior.

Após a queda desta Junta seguiu-se a denominada Junta dos Matutos constituída em sua maior parte por proprietários rurais. Nela Pedroso foi nomeado Governador das Armas, cargo até então assumido por portugueses, função desempenhada pela violência executando prisioneiros e desertores sem condenação, que de acordo com Socorro Ferraz ele seria uma versão brasileira de Robespierre.

A junta, condenando as atitudes de seu governador, pressiona-o a sair do governo fazendo-o assinar o pedido de demissão. Mas retorna em poucos dias com o apoio do povo que via sua violência como uma espécie de vingança contra a discriminação racial e social existente na ordem social da Província de Pernambuco.

A partir daí, diariamente o povo tomava às ruas insintando as tropas enfrentarem os brancos. Era possível ver nas festas religiosas Pedroso rodeado de pessoas de cor, segundo Luiz Geraldo Silva, em seu artigo, Negros Patriotas, Pedroso parecia um hábil manipulador de identidades políticas e também de identidades raciais, visto que em certos momentos embranquecia e em outros se tornava homem de cor para obter o apoio da população negra e mestiça.

Em 1824, comanda um batalhão para reprimir a Confederação do Equador e em 1834 no Rio de Janeiro defende que o primeiro grito de independência foi dado em por ele mesmo Recife antes mesmo de José Bonifácio.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Manoel Correia. **Movimentos nativistas em Pernambuco: setembrizada e novembrada.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

BARRETO, Célia de Barros. **O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação.** 9ºed. – Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. **Liberdade rotinas e rupturas no escravismo do Recife, 1822-1850.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. **O encontro da "soldadesca desenfreada" com os "cidadãos de cor mais levianos" no Recife em 1831**; In CLIO, **Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.** N 18. Recife, UFPE, 1999, p. 129.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. 3ºedição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais.** Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988 p. 71.

MENDES, Fábio Faria. **Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX** In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik.**Nova, história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": resistência negra no Brasil oiticentista. In MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). 2ª ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOBRINHO, Barbos Lima. **Pernambuco da independência à confederação do Equador**. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

Fonte impressa:

KOSTER, Hery. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução, prefácio e comentário de Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Jóia Escrava Baiana: Questões de gênero e raça na história do design no Brasil

Ana Beatriz Simon Factum*

Resumo: O objetivo deste artigo é revelar como os objetos de adorno foram utilizados para estabelecer diferenças de gênero e raça na historia do design, no sentido de provocar uma reflexão sobre as atuais práticas de projeto que, conscientemente e inconscientemente, perpetuam os objetos como símbolo de desigualdade entre os sexos e os povos (raça/etnias). Como objetivo específico pretende-se produzir material bibliográfico de referência para o desenvolvimento da pesquisa em design no Brasil, através de uma revisão da historiografia de caráter androcêntrico e etnocêntrico, que costuma não considerar as significativas contribuições femininas, principalmente quando se trata de mulheres que pertencem a uma etnia historicamente discriminada, como é o caso da africana.
Palavra-chave: Jóia Escrava – História do Design – Gênero/Raça

Abstract: Our goal in this article is to show the way the adornment objects were used to establish differences in gender and race in the history of design, in the sense of stimulating a reflection on the current practices that perpetuate, either in a conscious or in an unconscious way, the use of objects as symbols of gender or ethnic domination. Having this specific objective in mind, it is our intention to produce reference bibliographic data for the development of design research in Brazil, reviewing the androcentric and ethnocentric historiography that does not usually take the meaningful feminine contribution into consideration, especially when it comes to those women who have been historically prejudiced, like the African-Brazilian ones.
Key-words: Slave Jewel – Design History – Gender/Race

Pretende-se relatar e analisar as questões de gênero e raça que envolve a jóia escrava, tentando responder as seguintes indagações: Porque existia na sociedade baiana dos séculos XVIII e XIX uma jóia especifica para as mulheres negras? Como os objetos são utilizados para representar distinções de gênero e raça? O que se pretende é entender estes artefatos na sua interação social.

Compreender a jóia escrava como um objeto que envolve aspectos de gênero e raça não está só relacionado à sua destinação a mulher negra, se deve principalmente ao fato da dominação racista e de gênero possuírem muito mais do que algo em comum,

> *A essência da dominação racista tem um terreno amplo em comum com a de gênero, cuja origem reside no mesmo fenômeno histórico. Por isso, julgo*

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, Professora da UNEB - Universidade do Estado da Bahia, CAPES-PQI UNEB/FAU-USP.

> *inseparáveis esses dois campos de polarização social, ambos os focos de grande controvérsia, discussão e mudança no acontecer humano destes tempos.* (NASCIMENTO, 2003: 30)

O conceito de raça adotado nas análises deste artigo é o mesmo apontado por Pinho (2002: 416) na sua resenha sobre o livro do cientista político afro-americano Michel Hanchard,

> *O termo "raça" refere-se, neste livro, ao uso de diferenças fenotípicas como símbolos de distinção social. Significados raciais são, nesse sentido, culturalmente e não biologicamente construídos, distinguido-se, a partir da inserção nestas categorias, lugares sociais dominantes e dominados. "Raça" é, assim, síntese de diferenças fenotípicas, mas também de status, de classe, de diferenças, em suma, políticas. De modo que podemos dizer que relações de raça são relações de poder.*

Tal como explicado para o conceito "raça" entende-se gênero também como uma construção social, ou seja, as diferenças de gênero são aqui entendidas como uma dominação masculina em relação à mulher, uma construção de mulher na sociedade patriarcal ocidental (NASCIMENTO, 2003, p. 65).

Para se descobrir de que maneira as relações de poder se manifestam no mundo material, ou seja, para compreender o fenômeno joalheria 'escrava', um projeto de produto com endereço pré-determinado, se impõe o estudo do contexto social em todos os seus aspectos, principalmente quando se utiliza diferenças biológicas, de sexo e raça, para justificar a naturalização das diferenças sociais.

Através destas jóias e do seu fetichismo, entendendo que o fetichismo funciona ao mesmo tempo como atribuição de valores subjetivos ao objeto e como apropriação de valores subjetivos representados pelo objeto ou nele embutidos (Cardoso, 1998, p. 24 e 25), poder-se-á conferir as relações existentes entre mulheres negras, entre a mulher negra e a mulher branca, entre a mulher negra e o homem branco e entre a mulher negra e o homem negro.

> *Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc. etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.* (MENESES, 1997, p.2)

Faz-se necessário explicar que as jóias crioulas[1] eram parte de uma indumentária especifica utilizada pela mulher negra ou mestiça, não todas elas, mas as que eram escravas de 'ganho'[2] ou escravas domésticas como descreve Nina Rodrigues (apud CARNEIRO, 2005:465), vide uma das mulheres com suas jóias na Figura 1[3]:

> *As negras ricas da Bahia carregavam o vestuário à baiana de ricos adornos. Vistosos braceletes de ouro cobrem os braços até o meio, ou quase todo; volumoso molho de variados berloques, com a imprescindível e grande figa, pende da cinta. A saia é então de seda fina, a camisa de alvo linho, o pano da Costa de rico tecido e custosos lavores; completando o vestuário especiais sandálias que mal comportam a metade dos pés.*

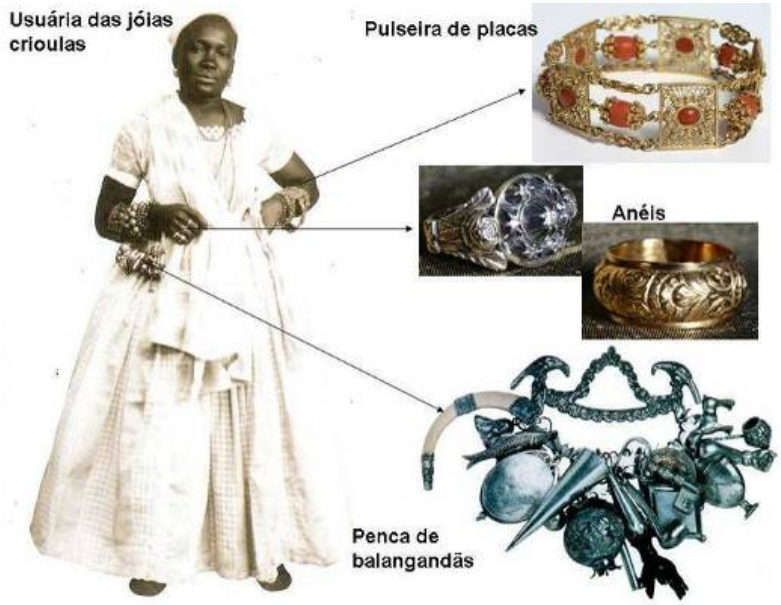

Figura 1 - Usuária das jóias crioulas e suas respectivas jóias.

Entre as mulheres negras havia diferenças de indumentárias, aquelas que trabalhavam na lavoura e habitavam a senzala não possuíam vestes tão ricas quanto aquelas que tinham a função de mucamas[4] e habitavam a casa grande ou eram escravas de ganho,

[1] Segundo Reis (2003, p.23): "A população da cidade dividia-se, segundo sua origem, em brasileiros, africanos e europeus. [...] Mas havia também diferentes cores entre os nascidos no Brasil: o negro, que se chamava crioulo; o cabra, mestiço de mulato com crioulo; o mulato, também chamado pardo; e o branco".

[2] Segundo Nishida (1993, p. 235 e 236), O sistema de ganho se tratava de escravos que saiam para trabalhar, em tempo parcial ou integral, e deviam entregar ao senhor uma parte previamente acertada entre ambos do dinheiro que recebiam por dia ou por semana. Na cidade também se permitia que escravos domésticos saíssem à noite ou nos domingos e feriados para trabalhar neste sistema, como mascates ou prostitutas.

[3] Fotomontagem elaborada pela autora.

[4] No Brasil e na África portuguesa, escrava ou criada negra, ger. jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios; ama-de-leite dos filhos de seus senhores. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=mucama&stype=k>. Acesso em 15/07/2006.

demonstrando como os artefatos são materializações de posições sociais diferenciadas. Observe como Rodrigues (2005:465) descreve as vestes das operárias:

> *As operárias pretas usam saias de cores vivas, de larga roda. O tronco coberto da camisa é envolvido no pano da Costa, espécie de comprido xale quadrangular, de grosso tecido de algodão, importado da África. O pano da Costa passa a tiracolo sobre uma espádua, por baixo do braço oposto, cruzadas na frente às extremidades livres.*
> *Na cabeça trazem o torso, triangulo de pano cuja base cinge a circunferência da cabeça, indo prender as três extremidades na parte posterior ou nuca.*
> *Este vestuário, sobretudo usado pelas negras da Bahia, valeu-lhes no resto do país o qualificativo de baiana, dando a expressão popular: uma mulher vestida à baiana ou uma baiana.*

Este *fashion* design específico para a mulher negra, possuía significados diversos. Na sua origem tinha um duplo significado, para a usuária uma resignificação de si mesma, diante do lugar social reservado a sua condição de escrava, e para a classe dominante, uma afirmação explícita do lugar do 'Outro' que relega a mulher negra a um lugar social subordinado. Mas ao longo dos anos essas mulheres associadas aos seus trajes típicos tornam-se ícones da indústria turística baiana, em um processo de folclorização da mulher negra, ocupando um lugar de destaque, mas ainda em situações subalternas (SARDENBERG E BARROS, 2005, passim)[5] como esclarece Pinho (2002:416) *"em políticas culturalistas, práticas culturais operam como um fim em si mesmo, símbolos e artefatos afro-brasileiros e afro-diaspóricos tornam-se reificados (são tornados coisas) e commodified (são tornados mercadorias)"*.

E em ambas as situações acima descritas se constata (Foucault) que:

> *Existe todo um esquadrinhamento do tecido social, onde a cada sujeito corresponde um lugar e, a cada lugar, um sujeito. Por conta disso o diferente fica fora de determinados espaços, fica excluído deles, mas, paradoxalmente, lhes são definidos outros lugares, e lá ele fica confinado. (...) Nem sempre o outro, percebido como perturbador, é o que está fora, distante, estranho: muitas vezes o que incomoda é o, 'é o estranho em nós', aquilo que percebemos como diferente em nós mesmos e com o qual não queremos nos defrontar.* (Ezirik, 2005:54)

Entre as mulheres negras havia posições sociais diferentes, que tanto se expressava na diferenças de suas vestimentas, principalmente na ausência das jóias escravas e na qualidade inferior dos materiais com que eram confeccionados os trajes (vide Figura 6), quanto no comportamento adotado por algumas mulheres negras que galgavam ascensão social, demonstrando que o padrão hegemônico termina por dominar também aquele que está

[5] Texto disponível em um dos painéis da Exposição intitulada "Mulher Negra na Bahia – Imagens de Gênero e Raça" – Museu Tempostal – Salvador/Bahia. Período novembro de 2005 a agosto de 2006.Vide nota 6.

excluído do processo e consegue estrategicamente sua inclusão, passando a adotar o comportamento do dominador.

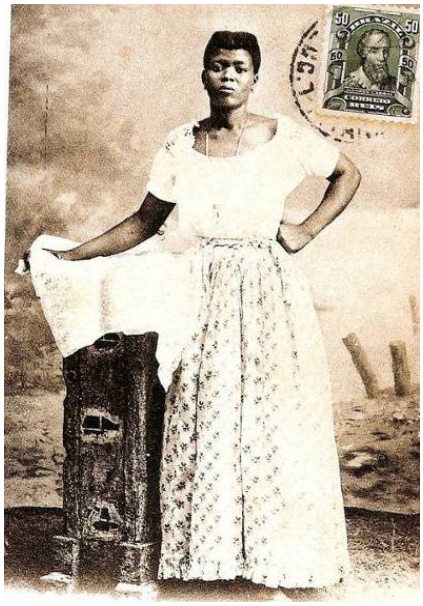

Figura 6[6] Cartão Postal – Coleção Particular Lavadeira - 1905 – 1910 - Lindermann

Observe abaixo na Figura 7, que a retratada está vestida à moda das senhoras, mas ainda preserva os colares usados exclusivamente pelas mulheres negras. Livra-se de quase tudo que faça referência a sua condição anterior, exceto os colares de contas de ouro, talvez pelo forte vínculo identitário das contas com as suas origens africanas.

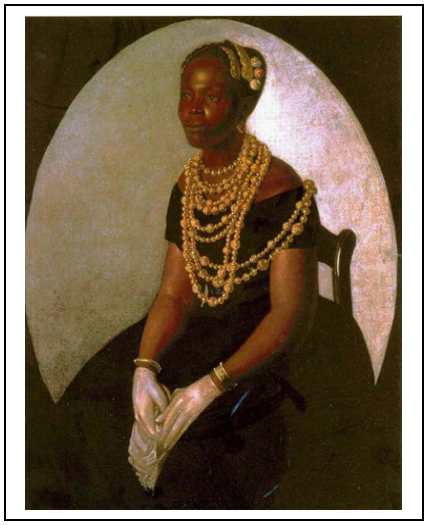

Figura 7 [7] - Baiana - sem referência de data – anônimo.

[6] Imagem digitalizada do livro intitulado *Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma – Black in body and soul*. Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000.
[7]Imagem capturada da Dissertação de Mestrado intitulada "**Modos de negra, modos de branca: o retrato "baiana" e a** imagem da mulher na arte do século XIX." Da autoria de Renata Bittencourt Campinas: [s.n.], 2005, p. 17.

Deve-se que apontar que este não era o comportamento corrente das mulheres negras, havia uma grande solidariedade entre elas, principalmente pela via religiosa, no Candomblé e nas irmandades católicas de negras.

As irmandades de pretos e pardos eram associações que além das atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, também exerciam atribuições de caráter social como: ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maltratos de seus senhores, ajuda para a compra da carta de alforria e garantia de um enterro para os escravos. A presença feminina é marcante e seu ingresso nas irmandades representava reconhecimento social, possibilidade de contatos, e uma tentativa de contornar os preconceitos sociais e raciais que caracteriza a sociedade brasileira (QUINTÃO, 2000, passim). Participavam da rede de solidariedade estabelecida nestas irmandades doando suas jóias para caixa de alforrias (fundos comuns para a libertação de escravos). Esta é uma das principais razões de se classificar estas jóias como um design de resistência, por estes adornos de corpo significarem a sobrevivência ao sistema escravocrata. Assim, a joalheria escrava simboliza a resistência destas mulheres a condição de mercadoria.

Se entre as mulheres negras existia a solidariedade o que dizer da relação entre as mulheres negras e as mulheres brancas, ambas mulheres, ambas participes de um sistema patriarcal onde a figura dominante era o homem branco. Segundo bell hooks[8] (1994:94) essa interação se dava através do modelo servidora e servida,

> *O ponto de contato entre uma mulher negra e uma mulher branca se dava através do modelo servidora-servida, uma hierarquia, uma relação baseada em poder sem mediação do desejo sexual. Mulheres negras são servidoras, e mulheres brancas as servidas.*

Na Figura 8 se tem a clara situação da mulher negra como servidora, responsável pelos cuidados com os filhos das mulheres brancas e tendo outros afazeres, carregavam a criança branca à moda da África, com o auxílio do pano da costa prendiam a criança ao seu corpo facilitando sua mobilidade para realizar outras tarefas e ao mesmo tempo garantiam a segurança dos filhos das servidas. Muitas vezes lhes era negado cuidar dos seus próprios filhos.

[8] A autora deseja que seu nome seja grafado em letras minúsculas.

Figura 8[9] – Cartão Postal – Coleção Particular – Ama-de leite - Date: 1905 – 1910 - Lindermann

Este zelo com os filhos das mulheres brancas lhes rendia presentes dos pais e dos próprios filhos já adultos, que iam de pequenos mimos, passando pelas jóias escravas, até a concessão da sua alforria.

A relação entre mulheres brancas e negras alcança o ponto máximo de tensão nas suas interações com os homens brancos, devido à tradição judaico-cristã do corpo-expropriado da mulher e neste caso se trata, principalmente, do corpo da mulher branca que deveria submetê-lo (seu corpo) aos ditames do casamento e a geração de filhos, versus o mito da mulher negra super sexuada que deveria subjugar-se aos desejos sexuais dos senhores,

> *Num contexto de valores morais e religiosos rígidos, vai recair sobre a negra a responsabilidade do desejo do senhor, que justifica seus atos como inevitáveis diante da intensa sensualidade da escrava, que fica à mercê dos senhores e de seus filhos, além de despertar o ciúme e a inveja da senhora, o que gera os mais bárbaros crimes de tortura e todo o tipo de violência contra as escravas no Brasil.* (LOPES, 2004),

As jóias escravas são provas materiais da situação acima descrita, pois tudo era de propriedade do homem branco: a mulher negra e seus objetos de distinção ou submissão, como também a mulher branca e seus filhos. Nas Figuras 9 e 10, as diferenças e semelhanças das indumentárias das mulheres negras e brancas do século XIX. As diferenças nas indumentárias são necessárias para identificar os espaços sociais diferenciados entre a mulher branca e a mulher negra e as semelhanças são fundamentais para a reafirmação da condição

[9] Imagem digitalizada do livro intitulado *Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma – Black in body and soul*. Fundação Bienal de São Paulo. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000.

de mulher submetida à dominação masculina (homens brancos) e o vestuário e as jóias são indispensáveis à construção social da condição de mulher,

> *Sinais exteriores da posição social dos indivíduos como vestuário e jóias tinham importante papel na hierarquizada sociedade brasileira do século XIX. Neste contexto a indumentária deve ser vista como importante elemento simbólico ao evidenciar as diferenças existentes entre os grupos sociais, tornando visível a hierarquia social. Além de definidora de identidades, a moda permitia a visualização sistemática de significados relacionados a valores e padrões de comportamento. A observação e análise de roupas e ornamentos facilitam a compreensão acerca das relações de poder existentes entre pobres e ricos, negros e brancos, escravos e libertos, bem como entre homens e mulheres.* (BITTENCOURT, 2005:25)

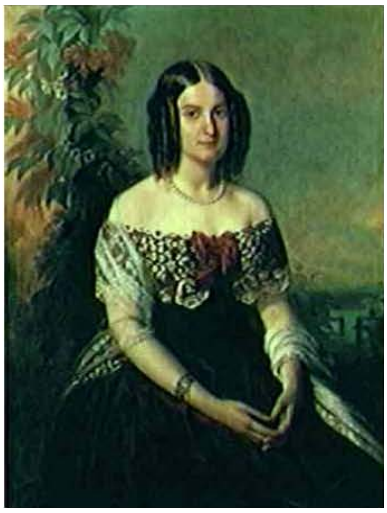

Figura 9[10]: Condessa de Iguaçu – 1852
Óleo sobre tela Krumholz

Figura 10[11]: Moça cafuza – 1869
Fotografia – Henshel

Continuando a discussão da relação entre design e poder, o que as jóias crioulas revelam do relacionamento entre a mulher negra e o homem branco?

> *Como situa Foucault (1996) a sexualidade, além de biopsicológica, também é uma forma de manifestação social e histórica, não se podendo abandonar seu contexto sócio-cultural. Para a Igreja Católica, a sexualidade é, ainda em nossos dias, concebida segundo o paradigma filosófico de São Tomás de Aquino. A Representação Social Hegemônica da identidade feminina disfarça os desejos, as ambigüidades, as ambivalências, tornando o corpo um corpo dominado, que deve incorporar os modelos do consenso social, pautado num destino social reservado há muito tempo, sem deixar espaços para outros caminhos.* (LOPES, 2004)

[10] Imagem capturada da Dissertação de Mestrado intitulada "**Modos de negra, modos de branca: o retrato "baiana" e a** imagem da mulher na arte do século XIX." Da autoria de Renata Bittencourt Campinas: [s.n.], 2005:15.

[11] Imagem capturada da Dissertação de Mestrado intitulada "**Modos de negra, modos de branca: o retrato "baiana" e a** imagem da mulher na arte do século XIX." Da autoria de Renata Bittencourt Campinas: [s.n.], 2005:126.

O homem branco heterossexual, no ambiente da escravidão e da subordinação física e brutal de outros seres humanos, exercia o desejo e o controle sobre o corpo do Outro e sua simbolização, indicando um componente voluptuoso da escravidão, além do econômico e cultural, ou seja, ter um escravo ou escrava, como um objeto perfeito, pleno e legalmente caracterizado, um objeto, é bem verdade, muito especial, na medida em que é um ser humano, pareceria o paroxismo da objetivação carnal. (PINHO, 2004:102, passim)

Foi esse assédio sexual do homem branco sobre a mulher negra que possibilitou e continua até os nossos dias, a dissimulação dos conflitos raciais no Brasil, que através de medidas ideológicas e da violência material, criaram-se imagens de raça e gênero, estereótipos que povoam o imaginário social, fixando as afrodescendentes em lugares subalternos e/ou folclóricos. (PINHO, 2004:112, passim)

Nos séculos XVIII e XIX a rica indumentária e as jóias escravas expressavam uma mistura de desejos, pelo ouro e pelo corpo da mulher negra, sendo o lascivo imputado ao gestual das mulheres negra e não a sua nudez, apropriado ao padrão comportamental deste período, mas hoje, após a criação do discurso da democracia racial brasileira, o mito da mulher negra super sexuada se transfere para a mulher mulata (mestiça) de preferência desnuda,

> *Não é de hoje que chama atenção a recorrência com que na literatura, nas artes, na música popular e alhures, se reinventa um ideal de mulher, que sendo mulata (mestiça), preserva características da sensualidade bestial da negra em modos "afinados" pelo sangue branco. Mariza Corrêa revela como a mulata é pensada como "puro corpo", recém saída do estado natural, maliciosa e pura, embaralhando as categorias raciais e sexuais, apresentando-se como um híbrido, que pelo intermédio do sexo cruza as raças e funda uma cultura. A operação de invenção do Brasil, mito fundacional brasileiro, está carregada de significado sexual porque é pensada como a miscigenação racial por via sexual. Ora, a mulata é o símbolo gracioso desta miscigenação que, segundo ocorre, ainda ajuda a revelar o que pretende esconder: a rejeição da "negra preta".* (PINHO, 2004:113)

Dentre todas as relações existentes na sociedade escravocrata brasileira a de menor visibilidade é o relacionamento da mulher negra com o homem negro, condição imposta pela escravidão,

> *Sabe-se que uma das decorrências da escravidão foi a fragmentação da família africana. Ao incorporar a mulher negra ao ciclo reprodutivo da família branca, inviabilizava-se para os escravos a constituição do seu próprio espaço reprodutivo. Assim, as relações eram precárias e efêmeras, ocorrendo muitas vezes à revelia dos próprios parceiros. Acabavam predominando os interesses dos senhores, mais preocupados em assegurar a reprodução de sua mão-de-obra. A legislação escravista enfatizava sempre a unidade "mãe-filhos", preocupando-se mais com a separação dos filhos em relação à mãe do que ao pai ou do que com a separação entre os próprios cônjuges. Nesse contexto, a mãe acaba assumindo sozinha a responsabilidade da prole, já que os parceiros estão sempre de passagem (Giacomini,1988 e Woortmann,1987).* (VELLOSO, 1990:5)

A família escrava muitas vezes proporcionou uma tendência destituída de conflito nas relações escravistas. Porém diante da impossibilidade de cultivar suas relações familiares, de preservar seus relacionamentos afetivos, o descontentamento escravo manifestou-se em circunstâncias as mais variadas, a exemplo das fugas em família ou em busca de parentes, crimes cometidos contra os que abusavam de familiares de escravos, do suicídio de mulheres escravas precedido do infanticídio contra seus filhos, alem de um comportamento cotidiano rebelde em função da pressão senhorial sobre parentela escrava (REIS, 2001, p. 30).

Diante do quadro atitudinal acima descrito, nele também se inclui a estratégia de acumular valores para a compra da libertação familiar, era da tradição africana considerar a jóia como uma das mais importantes maneiras em que a riqueza poderia ser acumulada e passada para as futuras gerações (CLARKE, 1998, p. 16). Em sendo escrava, a melhor estratégia era acumular em jóia, os valores, que um dia, seriam suficientes para a compra da sua alforria ou do seu marido, de seus filhos, de sua mãe e de seu pai, ou seja, a compra da liberdade da família escrava.

É através do conhecimento histórico que se galga a uma mudança de atitude na teoria e prática do design, possibilitando uma práxis capaz de promover a igualdade entre os sexos e entre os povos, por compreender que o fato de sermos diferentes, não nos faz desiguais.

Referências Bibliográficas:

BITENCOURT, Anna Ribeiro de Góes, 1843-1930. **Longos serões do campo.** Organização e notas Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2v.

BITTENCOURT, Renata. **Modos de negra, modos de branca: o retrato "baiana" a imagem da mulher na arte do século XIX.** Campinas: [s.n.], 2005. **Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

CARDOSO, Rafael. **Design, cultura material e o fetichismo dos objetos.** Revista Arcos. Vol. 1, n° único. Rio de Janeiro: ESDI, 1998:15-39.

CARNEIRO, Edison. **Antologia do Negro Brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país.** Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CLARKE, Duncan. **African Hats and Jewelery**. New Jersey: Chartwell Books, 1998.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault: um pensador do presente.** 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

HOOKS, bell. **Teaching to transgress: education as practice of freedom.** New York: Routledge, 1994.

LOPES, Helena Theodoro. **Mulher negra, mitos e sexualidade**. Disponível em <http://www.desafio.ufba.br/gt6-005.html>. Acesso em 16 de setembro de 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público.** Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. Acesso em:15/07/2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Summus, (2003, p. 30).

PINHO, Osmundo de Araújo. **O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação.** In Cadernos Pagu (23). julho-dezembro de 2004, pp. 89-119.

PINHO, Osmundo de Araújo. **Corações e Mentes do Movimento Negro Brasileiro.** Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n° 2, 2002, pp. 415-420.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **O significado das irmandades de pretos e pardos: O papel das mulheres.** Disponível em: <http://www.desafio.ufba.br/gt4-015.html>. Acesso em 15 de julho de 2006.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX.** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

TRINDADE, Simone. **Catálogo da Exposição "A Sedução das Jóias"**. (Salvador: FMCCP, 2005).

VELLOSO, Mônica Pimenta. **As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaço: Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.207-228.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Representações da África e dos africanos em *O Coração das Trevas* – uma reflexão sobre literatura e imperialismo

Beatriz Polidori Zechlinski [1]

Resumo
O romance de Joseph Conrad, O Coração das Trevas, publicado na Inglaterra em 1902, narra uma viagem do marinheiro Marlow pela África. Nessa narrativa podemos perceber noções de civilização e de barbárie associadas às idéias de raça comuns no século XIX. Nesse artigo discuti-se os sentimentos de alteridade próprios do imperialismo, baseados nos conhecimentos da ciência racialista daquele período e no racismo vulgar. Este estudo busca pensar como o livro O Coração das Trevas, muito popular na Inglaterra e em outros países da Europa no início do século XX, pode ter contribuído para a divulgação de representações dos africanos e da África na Europa, que tiveram um forte papel na justificação da exploração desse continente pelos europeus e na discriminação dos negros.
Palavras-chave: imperialismo, representações, racismo.

Abstract
Joseph Conrad's romance, Heart of Darkness, published in England in 1902, narrates a Marlow's journey, a sailor, into Africa. In that narrative, civilization and barbarism notions were associated with the XIX century race ideas. This paper discusses the alterity feeling of the imperialism period, which was based on the science knowledge and in the vulgar racism. This study search how the Heart of Darkness, a very popular book in England and in other European countries in the beginning of the XX century, contributed to the popularization of Africa and Africans representations in Europe, that had a strong function in the justification of Africa exploration and in the discrimination of black people.
Key-words: imperialism, representations, racism.

Este artigo tem como objeto de reflexão o romance de Joseph Conrad, *O Coração das Trevas*, escrito em 1899 e publicado na Inglaterra em 1902. Nesse livro, a narrativa de uma viagem à África traz visões de civilização e de barbárie associadas às noções de raça, especialmente à divisão aceita naquele momento entre raça branca e negra. Tal conteúdo será muito útil para discutirmos os sentimentos de alteridade próprios do imperialismo. A razão principal desse estudo é pensar como o livro *O Coração das Trevas* pode ter contribuído para a divulgação de valores e de representações dos negros africanos e da África na Europa, que tiveram um forte papel na justificação da exploração desse continente pelos europeus e na discriminação dos negros.

[1] Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná.

O autor desse livro, Teodor Joseph Conrad Korzeniowski, nasceu em 3 de dezembro de 1857, em Berdichev, na Ucrânia, e morreu em 3 de agosto de 1924, em Bishopsbourne, na Inglaterra. Ele foi marinheiro antes de se tornar escritor, tendo integrado a marinha francesa e britânica.

No livro *O Coração das Trevas* o narrador inicial, que narra em primeira pessoa, torna-se logo no início um ouvinte do marinheiro Marlow, a quem empresta a voz da narrativa. Assim, o velho marinheiro Marlow, que já havia protagonizado o livro anterior de Conrad, *Lord Jim* – de 1900, narra suas aventuras a bordo de um navio francês que sai em direção à África. Ficamos na verdade com dois narradores, mas a voz que prevalece é a de Marlow, pois o segundo narrador torna-se um ouvinte deste.

Marlow conta, para outros marinheiros, a história de quando trabalhava para uma companhia francesa interessada na exploração do marfim e no trabalho dos nativos africanos. Ele viajou descendo o Rio Congo à procura de um agente da companhia, chamado Kurtz, que gozava de grande reputação.

A noção de civilização, diretamente associada à Europa e à cultura européia, é o ponto central circundado pela trama. Ela aparece ligada àquilo que recebia o mais alto grau de valorização na Europa daquela época: ciência, razão, polidez e ordem. Segundo Arthur Herman, nos séculos XVIII e XIX a concepção de civilização refletia uma idéia de progresso da sociedade, pois se a sociedade caminhasse em direção ao melhor, caminharia da barbárie à civilização (HERMAN, 1999: 29). O romance de Conrad expressava uma idéia corrente no século XIX de que a civilização era a expressão mais alta do progresso humano e que principalmente a ciência moderna levaria a sociedade a tal fim.

O imperialismo, por sua vez, nada mais seria do que uma forma de levar aos outros povos esses valores "universais" vindos diretamente da Europa (a ciência, a razão, a ordem, a polidez), tão essenciais a uma forma civilizada de vida. Essa visão do imperialismo não permitia pensar a África e os africanos como nações soberanas e povos independentes, com culturas próprias, pois tudo o que se via na África era a falta do que havia na Europa. Segundo Edward Said, "Conrad nunca poderia usar Marlow para apresentar seja o que for além de uma visão de mundo imperialista, pois nada havia de não-europeu acessível aos olhos, fosse de Conrad, fosse de Marlow" (SAID, 1995: 57). Segundo essa visão imperialista, os povos inferiores ou subjugados existiam para ser dominados, pois a ciência, a erudição e a história vinham dos brancos europeus.

Segundo Patrick Brantlinger, a maior parte dos vitorianos de classe média e alta acreditava que poderiam existir muitos costumes "bizarros" no mundo e muitas

"superstições", mas havia somente uma civilização, um único caminho para o progresso e uma única religião (BRANTLINGER, 1986: 186). Por outro lado, no discurso imperialista as vozes dos povos a serem dominados eram representadas quase completamente por seu silêncio ou sua ausência.

De acordo com Brantlinger, no século XIX, a aumento dos exploradores na África e o sucesso das teorias racialistas e evolucionistas nas ciências sociais foram combinados para dar ao público britânico uma visão de que a África necessitava do imperialismo nos campos religioso, moral e científico. A essa visão – formada por relatos de viajantes e romances de ficção – o autor dá o nome de "Mito do Continente Negro" (BRANTLINGER, 1986: 186).

Com a formação desse mito que a literatura tão bem divulgou, os britânicos começaram a ver eles mesmos menos como perpetuadores da escravidão e cada vez mais como os "salvadores dos africanos". Cabe talvez esclarecer que, como bem coloca Brantlinger, as idéias anti-escravistas não eram necessariamente anti-racistas, pois a escravidão passou a ser associada justamente com o atraso e o barbarismo relacionados aos negros africanos. Ao final do século XIX, os britânicos tendiam a ver a África como um centro do mal, uma parte do mundo possuída pela barbárie, representada pela escravidão e pelo canibalismo, e tendiam a pensar que era seu dever "salvar" este local (BRANTLINGER, 1986: 194).

Dessa forma, a visão de dominação expressa em *O Coração das Trevas* revela a idéia tomada como "natural" de que os superiores devem subjugar os inferiores aos seus saberes, porque esse é um fim maior ao qual aqueles estão destinados. Sem contradizer esse espírito, Conrad demonstra uma visão crítica da exploração pela simples exploração que ele enxerga na África, colocando nas palavras do seu narrador o repúdio pelas atitudes de europeus imperialistas baseadas apenas nos fins lucrativos: "Não eram colonizadores; a administração deles era mera extorsão e nada mais, desconfio. Eram conquistadores, e para aquilo é preciso apenas força bruta" (CONRAD, 2006: 11); "seus propósitos morais eram tão elevados quanto os de um ladrão ao arrombar um cofre" (CONRAD, 2006: 58).

Nesse mesmo sentido, o autor expressa repúdio ao tratamento dado aos trabalhadores negros, descrevendo suas condições de vida e de trabalho com um tom crítico. As agressões contra negros, surras principalmente, são narradas com pesar, deixando claro que na sua concepção aquela forma não era a mais adequada para se chegar ao fim maior para o qual existia o imperialismo: "Estavam morrendo devagar – era evidente. Não eram inimigos, não eram criminosos, e agora era como se fossem seres de outro mundo – não passavam de

escuras sombras, doentes e famintas, amontoadas confusamente na penumbra esverdeada" (CONRAD, 2006: 31).

Na visão de Conrad levar luz às trevas, civilizar, era a justificativa e o fim do imperialismo. Ele critica a exploração do território e o tratamento dado aos nativos, mas estes, na sua concepção, não eram soberanos nas suas terras, deviam ser orientados, catequizados, civilizados. Não eram inimigos, mas eram inferiores. Nas palavras do narrador:

> *A conquista da Terra, o que na maior parte significa tirá-la daqueles que têm uma fisionomia diferente ou narizes ligeiramente mais achatados do que os nossos, não é uma coisa bonita quando você olha demais para ela. O que a redime é somente a idéia. Uma idéia que está por trás; não uma pretensão sentimental, mas uma idéia; e uma crença não egoísta na idéia – algo que se pode erguer, para depois se curvar diante e oferecer um sacrifício...* (CONRAD, 2006: 12)

O narrador termina o parágrafo com as reticências, deixando o leitor refletindo sobre a "idéia", que afinal ele não explica qual é, mas não é difícil compreender. A idéia que redime a conquista da terra alheia é a de que era necessário, até mesmo um dever dos brancos, livrar os negros e a África de seu próprio barbarismo. Essa idéia é expressa claramente em trechos como as conversas que Marlow tem com sua tia, "Ela falava em 'arrancar aqueles milhares de ignorantes de seus horríveis costumes' " (CONRAD, 2006: 22), e com um outro agente da companhia, sobre o Sr. Kurtz: " 'É um emissário da piedade, da ciência, do progresso e do diabo a quatro. Precisamos', começou de repente a declamar, 'para nossa orientação na causa que nos foi confiada pela Europa, por assim dizer, de inteligência superior e unidade de propósito' " (CONRAD, 2006: 47).

Assim, os agentes da companhia acabam se tornando emissários da ciência e do progresso. Não há qualquer reflexão se esse tipo de progresso seria útil para a África, uma região tão diversa entre si e principalmente tão diversa da Europa, onde aí sim a noção de progresso fazia sentido. Nesse momento na Europa a idéia de evolução, muito aceita depois que Charles Darwin publicou *A origem das espécies*, em 1857, era tomada como uma verdade e poucas coisas poderiam escapar desse raciocínio evolucionista.

Dessa forma, no romance de Conrad aparece uma linha evolutiva do tempo, bem como aparece uma linha evolutiva das raças e ambas estas linhas se comunicavam entre si: como se fosse possível que uma determinada raça tivesse ficado parada no tempo e fosse inferior justamente por isso.

A África, no livro de Conrad, representa um lugar que se encontra em outro tempo cronológico, nos primórdios do mundo: "Éramos viajantes numa terra pré-histórica que possuía o aspecto de um planeta desconhecido. Podíamos imaginar-nos como os primeiros

homens tomando posse de uma herança maldita, que só seria subjugada à custa de grande esforço" (CONRAD, 2006: 67).

Percebe-se que a África, o lugar a ser dominado, situa-se numa posição muito inferior numa linha evolutiva criada por uma cultura que não era a sua, enquanto a Europa, o berço do evolucionismo, está numa posição bem mais vantajosa. Também não se pode deixar de destacar que nesse trecho do romance a África é colocada como uma herança que ficou para a Europa tomar conta, um lugar onde ocorrem os mais terríveis horrores e o qual a Europa tem a missão de salvar. A África não é mencionada por Conrad de outro modo senão como trevas, caos, inferno, bem de acordo com o "Mito do Continente Negro" de que fala Brantlinger.

Se isso era válido para os locais, então para seus habitantes não poderia deixar de ser, de forma que o homem negro no texto de Conrad era o homem pré-histórico:

> *(...) um turbilhão de braços negros – mãos aplaudindo, pés batendo –, uma verdadeira explosão de gritos, corpos oscilando, olhos rolando, à sombra de pesada e imóvel folhagem. O lento vapor esforçava-se para avançar ao largo desse negro e incompreensível frenesi. O homem pré-histórico estava nos amaldiçoando, rezando para nós, dando-nos boas-vindas – quem é capaz de saber? Fôramos apartados da compreensão de nossas referências; deslizávamos por ali como fantasmas, perplexos e intimamente horrorizados, como homens normais estariam diante de uma explosão de entusiasmo num hospício. Não podíamos compreender porque estávamos longe demais, e não lembrávamos por que estávamos viajando na noite das primeiras eras, de épocas que haviam desaparecido, mal deixando um sinal – e nenhuma lembrança.* (CONRAD, 2006: 67)

Percebe-se que na narrativa o homem branco está muitos anos a frente do homem negro. Dessa forma, tudo o que o homem branco tem, ou o que é percebido como um ideal para o homem na Europa, é justamente descrito como falta no homem negro: principalmente a racionalidade. O uso da razão, baseado em evidências como as inovações científicas e tecnológicas, era uma das bases para afirmar que o branco estava num estágio superior ao negro na teoria das raças. É importante lembrar que no século XIX a teoria das raças nas ciências está em plena produção e que um meio de divulgação dessa doutrina científica eram os romances.

No longo período em que o racialismo[2] esteve em voga nas ciências, a doutrina não foi uniforme, como podemos perceber pelo estudo de Tzvetan Todorov (TODOROV, 1993). Por exemplo, a realidade da unidade do gênero humano foi bastante discutida, chegando alguns autores, como Buffon e Voltaire (estes escrevendo ainda no século XVIII), a partilharem convicções de que as raças inferiores tinham uma natureza quase animal. O pensamento de

[2] Entende-se por "racialismo" aquilo que Tzvetan Todorov denominou como as doutrinas científicas que pregavam a existência de diferentes raças na espécie humana (TODOROV, 1993: 114).

Voltaire será muito adotado por racialistas do século XIX, pois para ele a diferença entre as raças era tão profunda que era lógico pensar que nem todos os humanos pertenciam à mesma espécie, assim, as raças seriam espécies e os negros estariam no mesmo nível de outros animais.

Essa representação, de negros associados a animais, é muito forte no romance de Conrad. Primeiramente aproxima-se do pensamento racialista ao descrever negros como se esses fossem destituídos de qualquer pensamento racional: "Um, com o queixo apoiado nos joelhos, olhava para o vazio, de um jeito intolerável e assustador (...)" (CONRAD, 2006: 32); "os olhos miravam fixos para o alto da colina. Passaram por mim a uma distância de quinze centímetros, sem sequer me olharem, com aquela completa, mortal, indiferença de infelizes selvagens" (CONRAD, 2006: 32). Passagens como essas lembram as deduções (mais do que observações) de Buffon citadas por Todorov: "Todos esses selvagens têm um ar sonhador, embora não pensem em nada" (TODOROV, 1993: 115).

Mas a falta da razão não é o único estreitamento entre negros e animais feito em *O Coração das Trevas*, as analogias nas suas características físicas são largamente utilizadas. As descrições dos "selvagens", como sempre são chamados os negros no romance, remetem quase sempre às expressões utilizadas para animais como "lombo", "uivar", "narinas ferozes" ou "dentes afiados" (CONRAD, 2006: 28, 69,76, 77).

Mais fortes ainda são as menções do narrador comparando diretamente alguns de seus trabalhadores com animais, como quando descreve o foguista: "Ele ficava lá, bem abaixo de mim, e, palavra de honra, olhar para ele era tão edificante como olhar um cão fantasiado de homem, de culotes e chapéu de pena, andando nas pernas de trás" (CONRAD, 2006: 69). Assim como quando descreve o timoneiro, no momento em que o navio estava sendo atacado: "O idiota do timoneiro, com as mãos nos raios da roda, levantava alto os joelhos, batia os pés e rangia os dentes, como um cavalo em rédeas" (CONRAD, 2006: 85).

Outras situações vividas pelo narrador transmitem essa idéia. Por exemplo, quando Marlow encontrou-se com alguns negros que descansavam do trabalho (CONRAD, 2006: 32), olhou para um deles e a única coisa que lhe ocorreu foi oferecer-lhe um biscoito, como se oferece a um cachorro. Nenhuma outra iniciativa, nenhuma tentativa de comunicação com aquele que seria seu igual. A imagem descrita pela cena nos faz lembrar um homem sendo piedoso com um animal faminto, nada mais. Da mesma forma, a imagem do negro que depois de espancado, por supostamente ter provocado um incêndio, lembra a de um animal que depois de capturado consegue libertar-se e voltar à natureza: "Posteriormente, levantou-se e partiu – e a selva, sem um ruído, acolheu-o outra vez em seu seio" (CONRAD, 2006: 44).

Sobre essa aproximação de negros com animais, podemos lembrar que eram comuns na Europa do século XIX os zôos humanos expondo africanos para a apreciação do europeu comum. Por serem considerados exóticos, vistos como radicalmente diferentes, eram tratados da mesma forma que animais (BANCEL, 2004). Os zôos humanos eram a expressão da popularização e da divulgação do conhecimento científico, assim como eram também os romances.

Em *O Coração das Trevas* as analogias entre animais e negros são tantas que ao final do livro o leitor, mesmo sem perceber, já observa o negro, chamado de "selvagem", como um animal, já o imagina enquanto tal. Coerentemente, Joseph Conrad passa uma imagem do homem branco sempre associada a atributos positivos. Tudo que se refere ao homem branco tem relação com a sua missão civilizadora: o conhecimento, a polidez e a força física.

É justamente esse contraste entre negros e brancos, essa diferença tão profunda, tão bem delineada pela narrativa de Conrad, que leva o narrador a expor uma reflexão que já fazia parte das suas descrições – o fato de considerar os africanos como iguais aos europeus, ou seja, humanos, era algo praticamente inadmissível para o olhar do europeu:

> *(...) Era algo extraterreno, e os homens eram... não, não eram inumanos. Bem, vocês sabem, não havia nada pior do que a suspeita de que não eram inumanos. E essa desconfiança pouco a pouco se apoderava de nós. Uivavam, saltavam, rodopiavam e faziam caretas horrendas; mas o que mais impressionava era a idéia de que eram criaturas humanas... como nós, a idéia de que havia um remoto parentesco entre nós e aquele selvagem e apaixonado furor. Horrível. Sim, era absolutamente horrível; mas se éramos homens o bastante, admitiríamos que havia também dentro de nós, por mais débil que fosse, uma certa receptividade à terrível franqueza daquele alvoroço, uma vaga suspeita de que havia ali um significado, que nós – tão distantes da noite das primeiras eras – podíamos compreender.* (CONRAD, 2006: 68)

Assim, com essa descrição o autor está de acordo com o pensamento científico que procurava distanciar quanto fosse possível os brancos dos negros, chegando a ensaiar uma forma de negar a estes a humanidade. Tratar os africanos como se não fossem humanos era a forma mais conveniente de legitimar as ações imperialistas.

Percebemos também que ao final desse trecho do romance o autor revela uma preocupação, que é recorrente principalmente na literatura, de essa "selvageria" seduzir o homem civilizado (BRANTLINGER, 1986). Brantlinger mostra que há uma mudança no século XIX da imagem do africano, que antes (no século XVIII) era mais naturalista e passiva, para uma imagem ameaçadora, muito ligada à imagem do canibal, largamente utilizada pela literatura desse período, o que Conrad faz em algumas passagens. A imagem do

canibalismo é uma forma de aproximar os africanos de uma visão animalesca, mas por outro lado, também remete ao medo da civilização ser "engolida" pela barbárie.

Esse medo exprime a idéia de que a África tinha que ser dominada, pois havia um risco da barbárie, da selvageria, afastar os homens da civilização: "Seríamos capazes de dominar aquela coisa muda, ou ela é que nos dominaria?" (CONRAD, 2006: 50). Ou seja, não ter capacidade para dominar era um grande perigo para o homem branco que entrasse nas trevas. Era como se a selva pudesse fazer o homem branco lembrar o seu passado pré-histórico e voltar aos instintos, esquecendo a civilização e a razão.

No romance a representação desse problema acontece principalmente pela história do Sr. Kurtz, que é o representante desse homem que foi captado pela selva, dominado por ela. Quando o Sr. Kurtz deveria deixar o seu posto (que já estava sem provisões), junto com o seu empregado, trazendo o marfim extraído, ele resolve, no meio do caminho, voltar para o interior da selva, sem motivo lógico. Ao relatar o resgate do Sr. Kurtz, diz Marlow: "Tentei quebrar o encanto – a pesada e muda maldição da selva – que parecia arrastá-lo para o seu impiedoso seio, ao despertar esquecidos e brutais instintos, pela lembrança de gratificantes e monstruosas paixões" (CONRAD, 2006: 126).

Foi justamente do Sr. Kurtz, que estava imerso no poder das trevas, que Marlow ouviu como últimas palavras a frase que ficou célebre para a literatura inglesa: "O horror! O horror!" (CONRAD, 2006: 133). O Sr. Kurtz disse somente isso e ficou tudo entendido: era a dita selvageria, a barbárie do homem africano. Como poderiam os leitores reagir a tais imagens?

A narrativa de Conrad transmitia uma visão uniforme da África e dos africanos que os colocava bem abaixo da Europa e dos europeus, que transmitia a idéia de que os negros se aproximavam dos animais e de que a África era o lugar da barbárie e da pré-história. Esse lugar precisava ser dominado porque era altamente ameaçador. Vemos assim que esse tipo de romance exerceu um papel fundamental no discurso imperialista, porque legitimava diante dos próprios europeus as ações imperialistas na África. A imagem do negro africano como um ser inferior e da África como o local da barbárie, difundida nesse período na Europa por romances e por outras formas culturais, repercutiu durante muito tempo e podemos perceber sua influência nos comportamentos racistas do século XX e de hoje em dia.

Referências Bibliográficas

BANCEL, Nicolas et alli. *Zôos humains au temps dês exhibitions humaines*. Paris, La Découverte, 2004.

BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: the genealogy of the myth of the dark continent. In: GATES Jr., Henry Louis. *"Race", writing and difference*. Chicago, University of Chicago Press, 1986.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Porto Alegre, L&PM, 2006.

HERMAN, Arthur. *A idéia de decadência na História Ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Etnicidade e poder: a construção da cidadania entre os colonos de origem alemã e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1824-1889). [1]

Ryan de Sousa Oliveira[2]

Resumo: Este ensaio tem por meta contribuir para a discussão de algumas questões controvertidas no que tange ao processo de construção da cidadania entre os imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Nesse processo não constituíam um grupo totalmente isolado, segregado e alheio ao poder público. Os imigrantes não foram somente cooptados pelo Estado brasileiro, ou vítimas de políticas públicas, mas eram, também, agentes ativos na construção de sua própria cidadania. Eram cidadãos que participavam conscientemente do jogo político brasileiro.
Palavras-chave: cidadania – imigrantes alemães – Estado

Abstract: Our goal with this essay is to contribute to the debate of some controversial issues about the citizenship construction process between German immigrants and their descendents. In this process they do not constitute an isolated and segregated group, alien to the public authorities. German immigrants and their descendents were not only cooptated by the Brazilian State, or victims of public policy, but active agents in the construction of their own citizenship. They were citizens who participated consciously in the Brazilian political game.
Keywords: citizenship – German immigrants – State

Na tentativa de compreender o processo de formação da cidadania, devemos pensar dentro dos limites das fronteiras do Estado-nação considerado. A cidadania é uma construção histórica, que tem, em sua essência, dimensões culturais, políticas e sociais diversas. Assim, cada Estado-nação passa por um processo particular de construção da cidadania, o que resulta em uma dificuldade de elaborar um modelo interpretativo que abarque sua diversidade e que seja, também, válido para todos os grupos sociais. Dessa forma, o presente ensaio, que tem tal perspectiva como norte, limita-se a discutir o fenômeno apenas no Brasil, com o foco em uma determinada região – o Rio Grande do Sul.

Quando o assunto é integração dos imigrantes alemães na sociedade brasileira e sua relação com o Estado brasileiro no século XIX, a historiografia brasileira converge no que diz respeito ao isolamento étnico das colônias alemãs, que teria propiciado a preservação de hábitos, costumes e da língua alemã. Segundo a autora Mercedes Gassen Kothe (1997: p.91),

---

[1] O presente ensaio apresenta algumas questões parcialmente desenvolvidas em nossa pesquisa de mestrado.
[22] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UnB – Universidade de Brasília. Bolsista CAPES.

o isolamento era uma tendência da época, em razão da posição do imigrante na sociedade brasileira, onde seus direitos de cidadão se encontravam cerceados.

Não obstante haja, em certa medida, um relativo isolamento das colônias alemãs, seja este em uma dimensão étnica ou geográfica, acreditamos que não se pode negar e nem mesmo subestimar o contato cultural deste grupo com a sociedade e o Estado brasileiro. São Leopoldo é um exemplo paradigmático: foi o primeiro empreendimento de colonização alemã no sul do país, cujas trocas comerciais com Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, já desenvolvidas ao longo da Guerra dos Farrapos, favoreceram uma relação mais estreita com o governo provincial. Janaína Amado (2003: p.45), no entanto, defende que estes fatores não resultaram no fim do isolamento. Para a autora, apesar de São Leopoldo estar integrada ao "panorama econômico da província", sua população continuou isolada e "esquecida" pelo Estado brasileiro. A autora comunga da opinião de Emílio Willems (1980: 104-105) de que os contatos comerciais não permitiram a interpenetração cultural e até mesmo o contato com sistema político-administrativo brasileiro. Todavia, somos obrigados a discordar da autora. Mais adiante em sua obra, ela mesma menciona uma atuação mais "direta" do Estado brasileiro por meio de uma atividade crescente da administração pública, manifestada, por exemplo, na realização de obras públicas custeadas pela Câmara Municipal e na preocupação com a rede educacional de São Leopoldo. Em nosso entendimento, a relação entre o Estado brasileiro e a população teuto-brasileira e o próprio processo de integração desta, ao longo do século XIX, têm sido subestimados ou até mesmo desconsiderados.[3]

A população alemã e seus descendentes não adotaram um comportamento segregacionista como um todo; pelo contrário: há indícios de uma notável interação com o Estado brasileiro. Um possível segregacionismo defendido pelo movimento germanista não parece ter se tornado unanimidade entre a população teuto-brasileira no século XIX (GERTZ, 1994: p.31). Nesse sentido, o "isolamento" das colônias alemãs no sul do país não significou que estas estariam livres dos destinos da nação brasileira. Fruto da colonização oficial e da iniciativa privada, as colônias alemãs estavam sob a tutela do Estado brasileiro e sob o amparo da legislação brasileira.

Para Giralda Seyferth (2000: p.275), o Império não foi capaz de promover a integração dos imigrantes alemães, e, apesar do *ius soli,* vigente no Brasil, seus descendentes aqui nascidos eram tratados como estrangeiros e tinham sua cidadania limitada, em comparação

[3] Devemos ressaltar, desde já, que tributamos este pensamento, em boa medida, ao historiador René Gertz, cujos estudos nos levaram a desenvolver esta análise.

aos brasileiros natos.[4] A própria não efetivação de muitos direitos já garantidos por lei e a carência de serviços públicos são apontadas como obstáculos ao processo de integração desses indivíduos (SEYFERTH, 2000: P. 291; ROCHE, 1969: 703-713; WILLEMS, 370-389). É possível perceber que houve um relativo isolamento social e uma certa marginalização política dos colonos alemães, em especial nos primórdios do processo colonizatório, que pode ter influenciado no processo de integração dos imigrantes; no entanto, não podemos generalizar e estender seus efeitos a partir desses dados e partirmos para conclusões acerca da totalidade dessa população.

Cabe lembrar que os obstáculos legais à participação dos imigrantes alemães e seus descendentes no jogo político brasileiro induziram muitos autores a defender a idéia do isolamento associada à de marginalização política. Todavia, esta limitação imposta, na verdade, atuou, em certa medida, como um fomento à participação política da população teuto-brasileira, na forma de luta pela igualdade de direitos com os brasileiros natos. Emílio Willems (1980: p. 417) destaca dois motivos que conduziram esse grupo à participação na política: o "aparecimento de uma classe abastada de teuto-brasileiros urbanizados aos quais a abstenção política teria significado o sacrifício contínuo de interesses econômicos" e a atuação dos "refugiados alemães de 1848", que se tornaram líderes das colônias em nível local ou provincial.[5] A atuação destes líderes, na segunda metade do século XIX, favoreceu não apenas uma relação mais próxima com o Estado brasileiro, mas realçou o intercâmbio cultural entre a sociedade brasileira e os imigrantes alemães e seus descendentes, estimulando o processo de integração. Ressalta-se que, a partir dessa época, acentuaram-se as discussões acerca de temas como assimilação, naturalização, liberdade religiosa e de consciência e outros direitos de cidadania.

A partir de 1860, o *status* político dos teuto-brasileiros passa por mudanças consideráveis: "Os primeiros vereadores teuto-brasileiros surgiram na câmara municipal de São Leopoldo" (WILLEMS, 1980: p.372). No entanto, somente em 1881, com a Lei Saraiva (Decreto n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881), é que se promove uma reforma eleitoral que alteraria profundamente a participação política dos teuto-brasileiros. O artigo 10 deste decreto

---

[4] Segundo a doutrina jurídica, *Ius Soli* é um critério de atribuição de nacionalidade originária baseado a partir da origem territorial, ou seja, o descendente de um imigrante alemão era brasileiro, se nascido no território do Estado brasileiro, independentemente da nacionalidade de sua ascendência.

[5] A chegada de intelectuais alemães, filhos da malograda revolução liberal de 1848 resultará em mudanças significativas no que se refere à cidadania política entre teuto-brasileiros. Essa leva de imigrantes compunha um grupo de alemães que, em 1851, o Império mandou contratar. Alguns remanescentes desse grupo, dotados previamente de considerável experiência política, ocuparam cargos de deputados na Assembléia Legislativa da província do Rio Grande do Sul e se destacaram na vida política gaúcha, como Karl Von Koseritz, Ter Brüggen, Frederico Haensel, Frederico Bartholomay (ROCHE, 1969: p. 710, 730).

estabelecia a elegibilidade de estrangeiros naturalizados e protestantes, antes limitada pela Constituição de 1824.

A atuação do cidadão brasileiro de origem alemã não tem sido devidamente apreciada, sendo este indivíduo desconsiderado enquanto agente ativo na construção da própria cidadania. Não partilhamos da idéia de que a formação da cidadania brasileira, nas regiões de colonização, deu-se exclusivamente de "cima para baixo", em que o cidadão se forma a partir da "cooptação" e não da atração para "dentro do sistema".[6] A iniciativa da concessão de direitos aos teuto-brasileiros se manteve na órbita estatal; contudo, não podemos esquecer que os mesmos atuaram dentro do jogo político direta ou indiretamente, por meio da representação legislativa, em que seus interesses eram defendidos – por exemplo, com os deputados Karl Von Koseritz (provincial) e Silveira Martins (provincial e, posteriormente, geral).

A revolta dos Mucker (1868-1874) é reveladora, nesse sentido, ao envolver imigrantes alemães que se reuniram em torno do curandeiro João Jorge Maurer e de sua mulher Jacobina, em embates contra autoridades locais e outros moradores de São Leopoldo. Segundo René Gertz (1987: p. 36), aos Mucker "não lhes faltava a consciência da condição de cidadão". Afirmando isso, o autor se valeu consideravelmente do estudo já mencionado de Janaína Amado, que relata a participação deste grupo no jogo político, por meio da utilização de recursos legais para se defenderem da oposição de parte da população de São Leopoldo e de autoridades locais:

> *"A 10 de dezembro de 1873, redigiram ao imperador um abaixo-assinado, como 31 nomes, em que expunham sua situação e pediam justiça. Os mucker já haviam feito várias queixas, oralmente e por escrito, aos inspetores de quarteirão, subdelegados e delegado de polícia, sem qualquer resultado" (2003: p. 217).*

A petição, em alemão, foi entregue, pessoalmente ao imperador por Jorge Maurer, no Rio de Janeiro. Outras duas viagens se seguiram com o propósito de verificar o andamento do abaixo-assinado. Interessa ressaltar que a própria oposição aos Mucker se valeu do recurso abaixo-assinado (2003: p. 209-210).

Estas demonstrações políticas, que apontam para uma participação ativa do cidadão na vida pública, contribuem para elucidar a consciência de cidadania dessa população. Seriam esses comportamentos de uma população segregada, isolada e alheia ao poder público?

Além disso, havia a imprensa em língua alemã. Esta vai propiciar a formação do cidadão consciente da vida pública brasileira e, da mesma sorte, será porta-voz dos interesses

[6] A respeito da construção da cidadania de "cima para baixo" ver CARVALHO, 1996: p.15.

políticos e econômicos dos teuto-brasileiros. Em relação à imprensa política, recorremos aos apontamentos de René Gertz (2004: p. 103): "Mas não há dúvida de que os jornais que se auto-intitulavam políticos eram importantes no sentido de fomentar o estabelecimento da cidadania e de fazer dos teutos cidadãos plenos no Brasil".

A análise dos objetivos do Império, no que diz respeito à colonização ou imigração, assume vital importância na abordagem dos entraves ao processo de integração dos imigrantes e seus descendentes no Estado, na economia e na sociedade brasileira. A legislação brasileira, entre 1822 e 1889, como bem lembrou Luiza Iotii (2001: p. 21), refletiu "as contradições existentes na sociedade brasileira em relação à política imigratória a ser adotada pelo Império". Neste sentido, são as lições de Maria Theresa Petrone (1987: p. 263) de suma importância para pensarmos no processo de construção da cidadania: "A política de imigração, portanto, sempre flutuou no Brasil, dependendo de quem estava no poder e quem maior pressão exercia sobre o aparato político-administrativo".

Do que foi exposto, ficam as seguintes perguntas: haveria interesse em conceder uma cidadania efetiva e garantir amplos direitos de cidadão a imigrantes atraídos para as lavouras cafeeiras que vieram substituir a mão-de-obra escrava? Haveria interesse em conceder igualdade jurídica entre luso-brasileiros e imigrantes estrangeiros em geral? Esses questionamentos assumem uma função basilar em qualquer estudo que tenha como pretensão a análise da cidadania dos imigrantes que se dirigiram ao Brasil ao longo do século XIX.

Segundo Maria Theresa Petrone (1987: p.260-261), os interesses fundiários – como a valorização da terra e a produção de gêneros para abastecimento das cidades –, sem dúvida, mostraram-se presentes na política de colonização com base na pequena propriedade e na utilização do imigrante como "instrumento para a consecução de seus objetivos". Mas, interessa-nos questionar se os imigrantes e seus descendentes constituíam um mero "instrumento" para a implementação dos objetivos do Estado brasileiro ou se imigravam para incorporar-se ao conjunto de cidadãos do Império brasileiro portadores de direitos e deveres, dentre esses, contribuir para o desenvolvimento da nação.

Convém assinalar que o próprio processo de naturalização, como o primeiro passo para a integração política, foi complicado. A obtenção da própria carta de naturalização, necessária para a concessão da "cidadania", foi consideravelmente limitada na primeira metade do século XIX por barreiras impostas pela legislação imperial.

Ressalta-se que não apenas os imigrantes alemães e seus descendentes gozavam de inferioridade jurídica, mas igualmente, outras parcelas significativas da população – como os escravos, as mulheres e outras minorias étnicas. Nesta perspectiva, deve-se considerar o

caráter diacrônico da cidadania, atentando-se para o aspecto gradativo de sua construção ao longo do século XIX. Devemos, no entanto, lembrar o leitor da situação jurídica dos imigrantes alemães em suas terras de origem. É interessante notar que, tanto no Brasil quanto nos Estados alemães, os parlamentos estavam dominados pela aristocracia local, e o acesso da massa a esses era limitado (ELIAS: 1997, p. 73; WILLEMS, 1980: p. 370). Além disso, os direitos civis dos alemães ainda eram alvos de reivindicações na própria Alemanha, durante as revoluções de 1848, em que ideais democráticos, liberais e nacionalistas foram defendidos.

Ao longo do século XIX, a própria nação brasileira estava em construção; o Estado oitocentista exercia influência crescente e considerável no modo de vida das colônias e, assim, no próprio processo de constituição do grupo étnico teuto-brasileiro e de sua identidade. Da mesma forma, os teuto-brasileiros passaram a ter uma participação na vida pública, influenciando os rumos do Estado brasileiro, mesmo que de forma limitada. Os imigrantes alemães não constituíram uma massa politicamente amorfa; no entanto, não podemos considerá-los como um grupo coeso e dotado de unidade, pois havia uma série de clivagens internas que resultavam em práticas e concepções diferentes de cidadania.

A relação do Estado com as colônias alemãs aparenta ser muito mais íntima do que alguns historiadores costumam acreditar. O avanço do Estado oitocentista rumo à regulação da sociedade é notável. Quando atentamos para o cumprimento de deveres cívicos, como no caso do serviço militar e da Guarda Nacional, percebemos o envolvimento e a influência do Estado na vida dos teuto-brasileiros. Segundo José Murilo de Carvalho (1996: p.4), "o cumprimento desses deveres implica em contatos estreitos com instituições e autoridades do Estado e certamente contribui para a internalização de valores, positivos ou negativos, referentes ao poder público". Assim, essa participação promove a própria construção da cidadania entre os teuto-brasileiros.

Um dos principais objetivos do Império para com a imigração européia era constituir um contingente militar para a defesa do país. Foram diversos os conflitos em que a participação de alemães e descendentes foi significativa: Guerra Cisplatina (1825-1828) – quando, segundo Helga Piccolo (1997: p.167), deu-se o "batismo de sangue" de uma "companhia de voluntários alemães de São Leopoldo" –, Guerra dos Farrapos (1835-1845) – na qual a população se divide em farroupilhas e em imperiais, o que aponta um envolvimento político e divergências no seio das colônias alemãs –, Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e Guerra do Paraguai (1864-1870). Para René Gertz (1987: p.35), a Guerra do Paraguai "mostrou que na época não havia problemas intransponíveis com a cidadania dos teutos. Caso

contrário, não se poderia imaginar que a tantos deles tenham sido atribuídos importantes postos de comando no exército."

Os aspectos acima apresentados apontam para um importante envolvimento dos teuto-brasileiros com o Estado brasileiro e com o próprio destino da nação, algo a ser considerado por estudiosos não somente do tema "imigração alemã" como também do tema "cidadania no Brasil". Ao que nos parece, o exercício da cidadania não foi tão limitado assim nas colônias alemãs, de forma que o processo de integração e a atuação cidadã dos teuto-brasileiros foram mais significativos do que costumam afirmar algumas interpretações usuais da historiografia brasileira. Os teuto-brasileiros ganham, portanto, o papel de sujeito de sua própria história.

Referências bibliográficas:

AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker**: Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: tipos e percursos*. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 9, n. 18, 1996 p. 337-359. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/199.pdf. Acesso em: 04 de abril de 2007.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *A construção de uma nova cidadania*. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994, p. 29-40.

_____. *Imprensa e imigração alemã*. In: DREHER, Martin N. et al. (Org.). **Imigração e imprensa**. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 100-122.

IOTTI, Luiza H. (org). **Imigração e colonização:** legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/ Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KOTHE, Mercedes Gassen. *O Brasil no Século XIX: Restrições aos Grupos não Católicos*. In: MENEZES, Albene Miriam F. (Org.). **História em Movimento:** temas e Perguntas. Brasília: Thesaurus, 1997.

PETRONE, Maria Theresa. *Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930)*. In: ***Emigrazioni europee e popolo brasiliano***. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni (1985: São Paulo). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 257-271.

PICCOLO, Helga. I. L. *Imigração Alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro: Rio Grande do Sul, século XIX*. In: **Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 10, n. 2, 1997, p. 165-178.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2 vols.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e conflito.* In: Boris Fausto (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp- Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 273-313.

WILLEMS, Emílio. **Aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os trabalhadores exigem: o movimento queremista e a candidatura Vargas

Michelle Reis de Macedo*

Resumo: Os trabalhadores participaram ativamente do processo de democratização ao longo do ano de 1945, sobretudo no movimento conhecido como "Queremismo", reivindicando a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Milhares de telegramas foram enviados por trabalhadores e populares a Vargas pedindo sua candidatura para a próxima eleição presidencial que ocorreria a 2 de dezembro daquele ano. Em seus textos, os trabalhadores traduziam a importância das políticas públicas patrocinadas pelo Estado na década de 1930 e, no momento da transição democrática, demonstravam o temor de perder os direitos de cidadania social que alcançaram nos anos anteriores. Portanto, exigir a candidatura de Vargas foi uma das possibilidades que encontraram para garantir a manutenção das leis sociais.
Palavras-chave: trabalhadores – cidadania – democracia

Abstract: The laborers had participated actively in the democracy process during 1945, especially in the movement called "Queremismo", claiming for the permanence of Getúlio Vargas in the Republic presidency. Millions of telegrams had been sent by laborers and ordinary people to the president requesting his candidature for the next presidencial election that would occur on december 2sd in the same year. In these texts, they had expressed the importance of public politics supported by the State in the decade of 1930 and, along the democracy transition, they had feared losing their rights of social citizenship they had gotten years before. Therefore, demand Vargas' candidature was one of the possibilities they found to guarantee the maintenance of the social laws.
Keywords: laborers – citizenship – democracy

Ocorrido em 1945, o movimento queremista contou com a participação de grandes camadas populares da sociedade ao reivindicar a permanência de Getúlio Vargas no poder. Episódio histórico que intrigava os grupos liberais: como seria possível, em plena crise da ditadura, o crescimento do prestígio do ditador entre os mais pobres? Parecia incoerente, mas um esforço para tentar entendê-lo era preciso; afinal de contas, o movimento estava tomando as ruas de todo o país. Para as oposições, o Queremismo não passava de uma estratégia de Vargas para continuar no poder e dificultar a transição democrática. Portanto, não hesitaram em desqualificá-lo. Na grande imprensa liberal, o movimento era visto como resultado da

* Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense e mestranda vinculada ao programa de Pós-Graduação em História Social desta mesma instituição. Financiada pela Capes.

repressão e da manipulação da propaganda fascista do governo; e, por serem supostamente ingênuos, os trabalhadores e populares teriam acreditado na falsa imagem bondosa do Estado.

Essa explicação, formulada no contexto da democratização de 1945, ainda hoje possui adeptos no âmbito acadêmico das ciências sociais sob a categoria de "populismo".[1] Portanto, populista seria aquele político intencionado a enganar os trabalhadores através da propaganda política e controlá-los através da repressão. Getúlio Vargas, nesse sentido, seria a personalidade que melhor representaria esse perfil político. E, no crepúsculo do Estado Novo, recorreu às suas estratégias manipuladoras para convocar trabalhadores e populares a participarem de um movimento a favor de suas manobras continuístas. De acordo com essa concepção, a base popular do clamor a Vargas não conseguia perceber a realidade em que vivia devido à ignorância em que estava mergulhada.

Essas explicações, supostamente racionais e óbvias, simplificam uma realidade que é complexa, dificultando sua compreensão. O Queremismo só pode ser compreendido considerando-se a lógica da cultura política, entendida como um conjunto coerente de elementos que se relacionam entre si, definindo uma determinada identidade e uma certa visão de mundo responsáveis por uma idealização do que seria uma "boa sociedade" (BERSTEIN, 1998). E, para tentar reconstruir a visão de mundo daqueles que clamaram pela candidatura de Vargas em 1945, recorri a fontes, cujo conteúdo expressasse seus desejos através de suas próprias palavras. Do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Amapá, Pará, enfim, de diversos estados brasileiro foram enviados milhares de telegramas por trabalhadores e populares a Getúlio Vargas, solicitando-o a aceitação de sua candidatura para as eleições presidenciais que ocorreriam a 2 de dezembro daquele ano.[2] Em seus textos, os trabalhadores traduziam a importância das políticas públicas patrocinadas pelo Estado na

[1] Sobre o conceito de populismo, a coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica*, organizada por Jorge Ferreira, reúne artigos que propõem historicizar tal conceito, procurando entendê-lo dentro do contexto em que foi formulado e de que forma foi aplicado, em diversos momentos, para traduzir práticas sociais. Ver: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[2] Em *Trabalhadores do Brasil. O Imaginário popular*, Jorge Ferreira procurou compreender a relação entre Estado e povo, a partir de correspondências escritas por este último ao presidente da República. Ao trabalhar com este tipo de fonte, o autor constatou que, apesar desta prática não ser novidade, o ato de escrever ao presidente passou a ser um eficiente meio de comunicação entre o Estado e a sociedade nas décadas de 1930 e 1940. Pretendo também trabalhar com correspondências; entretanto, optei por aquelas escritas no ano de 1945, durante a crise do Estado Novo, a fim de compreender a escolha política de trabalhadores e populares em reivindicar a candidatura de Vargas.

década de 1930 e, no momento da transição democrática, demonstravam o temor de perder os direitos de cidadania social que alcançaram nos anos anteriores. Portanto, exigir a candidatura de Vargas foi uma das possibilidades que encontraram para garantir a manutenção das leis sociais.

De Penedo, estado de Alagoas, um curioso telegrama, assinado por dez operários, além de pedir para que Vargas ficasse, expressava gratidão pelas obras empreendidas por ele durante seu governo:

> *Nós, abaixo-assinados, levados pelo espírito patriótico, de operários em ações, de trabalhadores do Brasil, residentes nesta cidade de Penedo, Estado de Alagoas, reunidos e cumprindo um dever de gratidão, levamos ao reconhecimento de V. execia. que não encontramos nenhuma manifestação satisfatória nos operários desta terra no sentido de que seja a pessoa de V. execia. substituído no Governo. Contudo, desejamos à pessoa de V. execia. paz e prosperidade e, numa manifestação ansiosa, que seja V. execia. o dirigente do seu benemérito Governo. E aqui estamos ao lado de V. execia., não com espírito político, mas como operários unidos e que compreendem os grandes benefícios prestados por V. execia. em favor da pátria querida. Implorando a ordem e o progresso na continuação da grandiosa obra que vem imprimindo com seus esforços, desejamos que o Brasil seja mais cedo ou mais tarde o empório de todo o universo (O Jornal*, 28 de agosto de 1945: 6).

Através deste texto elaborado por operários, é possível identificar a lógica simbólica da relação entre Estado e sociedade, sobretudo trabalhadores, construído a partir da ideologia trabalhista. Segundo a concepção de Angela de Castro Gomes, no Estado Novo, criou-se uma relação Estado-povo baseada na questão social, ignorada antes de 1930. O discurso trabalhista pretendia divulgar a idéia de que a questão social teria sido resolvida através de doações do Estado, personalizado na figura do presidente, cujas sabedoria e perspicácia lhe davam a capacidade de se antecipar às demandas do povo. Apesar de agir por vontade própria, o presidente estaria doando porque conhecia o seu dever histórico de fazê-lo, a fim de se construir uma sociedade harmônica. E como parte deste pacto, os atos de receber e retribuir seriam igualmente essenciais para o bom funcionamento desta relação (GOMES, 1988). Portanto, ao interpretar o telegrama acima se baseando no discurso trabalhista, é lícito afirmar que os remetentes estariam, nas suas próprias palavras, "cumprindo um dever de gratidão" por tantos benefícios que receberam do presidente durante seu governo. E neste momento de dificuldade política para o presidente, estariam retribuindo ao desejar, "numa manifestação ansiosa, que seja V. execia. o dirigente do seu benemérito Governo".

Todavia, "a força com a qual os modelos culturais impõem sentido não anula o espaço próprio da sua recepção, que pode ser resistente, matreira ou rebelde"(CHARTIER, 1995: 182), ou seja, há uma determinada distância entre a intenção de se impor algo e a recepção

desta imposição; os grupos dominados apropriam-se dos próprios meios destinados a se sobrepor às suas idéias e crenças para afirmar suas identidades e o modo como interpretam a realidade social.

A correspondência escrita por Ricardo Lopes de Azevedo, da cidade de Aracajú, Sergipe, também revela a apropriação do discurso estatal pelas pessoas comuns, com o intuito de defender sua escolha política e seus interesses sociais.

> *Permita-me V. Excia., qualidade brasileiro amante progresso minha terra, manifeste meu mais íntimo sentimento de sufragar nome V. Excia. cargo Presidente República, afim não interromper extraordinária obra administrativa seu fecundo governo que tanto tem engrandecido moral e materialmente este Brasil. Sou dos que pensam que salvação do país está na continuação governo V. Excia. esperando que a Providência oriente homens do Brasil sentido sua política se exerça consagrando nas urnas o aureolado nome de V. Excia. Trabalhador desta cidade, ponho-me, em companhia meus filhos e alguns amigos ao serviço de V. Excia consciente que estou cumprindo meu dever de brasileiro independente (O Jornal, 31 de agosto de 1945: 6).*

Ao afirmar que o Brasil, sob a gerência de Vargas, foi engrandecido moral e materialmente, o telegrama faz referência ao discurso político trabalhista, que pretendia consolidar a idéia de Estado protetor e doador de bens simbólicos e materiais. Convencido de que, nesse momento de mudança política, poderia perder os benefícios concedidos pela "extraordinária obra administrativa" do presidente, Ricardo de Azevedo apelou para a proteção de Vargas, único capaz de salvar o Brasil e, cumprindo com o ser dever de cidadão brasileiro, estava disposto a apoiá-lo como candidato nas próximas eleições.

Através das palavras desse remetente, é possível também constatar a força do mito Vargas em 1945, momento decisivo para a política brasileira. Algumas expressões como *salvação*, *Providência*, *consagrando* e *aureolado* fazem parte de um universo religioso; no entanto, foram utilizadas em um discurso político. Isso ocorre porque o comportamento humano no universo social dessacralizado ainda carrega consigo traços de uma valorização religiosa do mundo; e o mito, entendido como modelo exemplar, é um deles (ELIADE, 1992). No telegrama acima, o mito do Salvador destaca-se como uma poderosa força de mobilização política.

O apelo ao salvador geralmente aparece sob os termos guia, redentor, chefe, dentre outros, como no seguinte telegrama enviado de São Paulo e assinado por 27 pessoas: "Nosso guia, nosso chefe, nosso amigo não nos desampare. Tem que ser nosso candidato" (*O Jornal*, 26 de agosto de 1945: 8). Para aqueles que sentem e vivem o mito Vargas, o líder do Estado Novo é "aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más"

(GIRARDET, 1987: 17), isto é, o único capaz de defender o povo das ambições dos políticos corruptos, como revela o telegrama: "Ferroviários S.P.R. São Paulo apelam patriotismo v. excia candidatando-se presidência da República salvar Brasil das garras política carcomida evitando desgraça povo brasileiro" (*O Jornal*, 26 de agosto de 1945: 8).

Na tentativa de buscar explicações rápidas para esse fenômeno social, ainda há aqueles que afirmam ser o mito Vargas resultado de uma poderosa propaganda política. Promovida pela máquina estatal, a propaganda, segundo essa concepção, seria uma eficaz estratégia para enganar os grupos populares, introduzindo em suas mentes a imagem de Vargas como seu salvador. No entanto, atribuir à propaganda política estatal uma absoluta eficiência em construir um mito forte e duradouro é uma análise simplista demais. É preciso considerar que, para além da ação propagandística, a vida material e simbólica das pessoas foi afetada por realizações significativas. Portanto, trabalhadores e populares, capazes de pensar por si mesmos, refletiram acerca de sua realidade e, a partir daí, identificaram-se com o mito Vargas.

Cabe recordar que, antes de 1930, a relação entre Estado e classes populares era extremamente conflituosa. Além de serem tratados com desconfiança pelas autoridades políticas, os trabalhadores não podiam contar com a proteção de leis sociais. Mas, a partir de 1930, os mesmos foram reconhecidos politicamente e obtiveram uma série de leis trabalhistas as quais já faziam parte de sua pauta de reivindicação. Dessa forma, para compreender o apoio dado por eles a Getúlio Vargas, não é possível ignorar a experiência[3] que viveram antes e depois de 1930, pois foi baseando-se nela que eles optaram por uma certa estratégia política: clamar pela permanência de Getúlio Vargas na presidência da República.

Os telegramas escrito pelos adeptos do "Queremos Getúlio"[4] apresentavam uma certa homogeneidade em seus argumentos, sugerindo a existência de um mesmo padrão cultural, ou melhor, de uma cultura política popular. Seus autores mostravam-se gratos pela concretização das leis do trabalho, mas também inconformados com a decisão de Vargas de voltar para São

[3] E. P. Thompson contribuiu amplamente para o desenvolvimento da história política e cultural ao retomar as discussões acerca do conceito de classe social. O autor utiliza a categoria "experiência" para destacar a importância da vivência, dos valores e dos comportamentos dos trabalhadores na formação desse grupo como classe social. Ver: THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.

[4] Lema do movimento queremista.

Borja, sua cidade natal. Da cidade de Viríssima de Mattos, no Rio Grande do Sul, Miguel dos Santos e sua esposa Conceição dos Santos escreveram:

> *Com viva satisfação dirigimos vossa senhoria estas humildes linhas saudando-vos com sincero respeito e fazendo votos que V. Excia. continue sendo sempre nosso ilustre presidente que há tanto nos governa, apesar de vossas palavras que achamos num jornal que deseja habitar na fazenda de São Borja. Será melhor para o senhor, e nós como iremos ficar? Sou pobre trabalhador lutando na construção estrada ferro, habitando centro das matas Bento Gonçalves, deste inhóspito lugar vos dirijo implorando Deus para que V. Excia. continue seus nobres poderes não esquecendo deste casal de velhos que manda fotografia para senhor conhecer. Desculpe se fomos importunos. Assinamos respeitosamente. Miguel dos Santos e Conceição dos Santos independente (O Jornal, 31 de agosto de 1945: 6).*

Nota-se na correspondência acima uma aparente contradição. O remetente reconheceu e denunciou sua difícil condição de vida e de trabalho, porém, ao mesmo tempo, expressou uma sincera admiração pelo chefe do governo. Miguel não considerava incoerente essas duas proposições; isto é, para ele, saudar o presidente não significava conformismo. Ciente de sua situação social, Miguel e Conceição escolheram insistir na candidatura de Vargas porque reconheciam nela a única forma de serem amparados.

Essas pequenas correspondências, vindas de diversos lugares do Brasil, expressavam também o modelo de democracia reivindicado pelos queremistas. Para os opositores do Estado Novo e defensores de um sistema liberal-democrático aos moldes norte-americano, não havia lógica em exigir uma democracia que tivesse um ditador na presidência; sendo assim, só conseguiam entender o Queremismo pela lógica da manipulação. Todavia, os queremistas não só reivindicavam uma democracia, como também ampliaram e radicalizaram esse conceito. De São Paulo, 30 pessoas assinaram: "Só ao povo cabe o direito de indicar seu presidente, e o povo quer Vossência"; de Recife, Romildo Souza escreve: "É o povo quem escolhe seus mandatários, não cabe nenhuma recusa aos escolhidos. E V. Ex. não pode e nem deve recusar um mandato que o povo lhe confere". (*O Jornal*, 28 de agosto de 1945: 6 e 30 de agosto de 1945: 4). Estes e outros telegramas demonstram que, para eles, a democracia só se realizaria em sua plenitude se existisse a soberania popular, ou seja, não bastava votar em nomes para a presidência de República, mas também, e sobretudo, permitir que o povo pudesse escolher os próprios candidatos para disputar as eleições. Portanto, as candidaturas de Eduardo Gomes, candidato pela UDN, e Eurico Dutra, candidato pelo PSD, foram consideradas, pelos queremistas, impostas ao povo pelas elites políticas (FERREIRA, 2005: 64-65). Enfim, sentiam-se no direito de rejeitar as candidaturas oficiais e de exigir a

candidatura Vargas, como escreveu Tunei Lassi, de São Paulo: "Exigimos a vossa candidatura" (*O Jornal*, 26 de agosto de 1945: 8).

Antonio Benedito Lopes Ribeiro, morador da cidade de Paraisópolis, em Minas Gerais, não hesitou em revelar sua emoção ao testemunhar, em um comício queremista, a multidão exaltando o nome de Getúlio Vargas: "Estou ouvindo comício em prol da vossa candidatura. Rolam-me pelas faces lágrimas de emoção, pois vejo assim a imortalização do maior vulto da América do Sul. Felicitações" (*O Jornal*, 28 de agosto de 1945: 6). Estas palavras carregam um conteúdo extremamente emocional, o que permite ao historiador caracterizar a relação entre o Estado, representado por Vargas, e os populares como algo para além da lógica utilitária, isto é, trocar leis por obediência. Sabe-se que "apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho de sua sensibilidade se encontrariam em condições de exprimir sua realidade profunda" (GIRARDET, 1987: 23). Entretanto, mesmo reconhecendo os limites da análise histórica, cabe ao historiador perseguir com convicção a compreensão da realidade social. Os telegramas pedindo a permanência de Vargas no poder em plena crise da ditadura estado-novista oferecem importantes indícios ao pesquisador que pretende compreender a motivação do apoio a Vargas por parte dos trabalhadores e populares.

Considerações finais

Para os críticos de Getúlio Vargas, a pauta de reivindicação dos queremistas era incoerente. Ditador e democracia não combinavam. A única forma de entender esse fenômeno era culpando a máquina de propaganda do governo em conjunto com os mecanismos repressivos. No entanto, a partir das evidências históricas, com destaque para os telegramas enviados a Vargas, compreende-se que aqueles que lhe deram apoio tiveram motivos e interesses particulares. Numa relação de troca, o ditador conseguiu conquistar a confiança dos trabalhadores e populares; confiança esta que alimentou um movimento de grandes repercussões no país – o Queremismo – com o objetivo último de manter vivos o reconhecimento político e os benefícios sociais conquistados e, para eles, apenas o ditador poderia fazer isso. Possuíam a certeza de que ele nunca os trairia.

Referências bibliográficas:

BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: Riux, Jean-Pierre & Sirinelli, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CABRAL, Elza Borghi de Almeida. **O queremismo na redemocratização de 1945**. Dissertação de mestrado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1984.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. In: **Estudos Históricos**. Vol.8, n.16. Rio de Janeiro: 1995.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____ (org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática de 1945*. In: **O Imaginário Trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____ & D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

_____ . **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas**. Ensaios de história cultural, história política e ensino da História. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de janeiro: FGV, 1999.

THOMPSON, E. P. ***Tradición, revuelta y consciencia de clase***. Barcelona: Ed. Crítica, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Na sacristia, o inventário do mundo: Arthur Bispo do Rosario e Hassis

Fernando Chíquio Boppré*

para Nicinha, irmã de Leonilson

Resumo:
Arthur Bispo do Rosario e Hassis engendraram, cada qual a seu modo, trabalhos artísticos a partir da constituição e da exploração de um arquivo pessoal todo-próprio: um mundo de objetos e de reminiscências que passavam a compor poéticas singulares. Experiências de vida convertidas em memória: seja a sua própria ou a de outrem. A trajetória e a obra de ambos desvela um modo específico de experimentação e representação de si e do mundo a partir da criação de um universo visual ativado pela memória.
Palavras-chave: Arthur Bispo do Rosario; Hassis; memória

Abstract:
Bispo do Rosario and Hassis conceived, each on their own way, works of art by building and exploring a very peculiar personal archive: a world of objects and remains were used to achieve a unique poetic creation. Life experiences which were converted in memories, either their own or someone else's. Their path and their work reveal a specific way to experiment and to represent oneself and the world through the creation of a visual universe which is triggered by the memory.
Key-words: Arthur Bispo do Rosario; Hassis; memory

Mantos, estandartes, objetos justapostos: a obra sacra de Arthur Bispo do Rosario (1909[1]-1989) assinalou uma reconstituição do mundo com o objetivo de preparar sua passagem para o além. Fotos, filmes, pinturas, desenhos, arquivos: através de trabalhos artísticos, Hassis (1926-2001) elaborou um acervo que configura uma memória de si, da cidade e do mundo.

Distintas experiências subjetivas que, no entanto, a partir da constituição e exploração de um arquivo pessoal todo-próprio, produziram múltiplas e instigantes narrativas. Ambos recolheram ao longo da vida uma variedade de objetos que passaram a ser engendrados em todo tipo de (des)arranjos visuais: seja almejando a eternidade, no caso de Bispo; seja o circuito artístico, no caso de Hassis. Vida e obra de dois homens distantes no espaço (e também no tempo) que, todavia, possibilitam um exercício crítico e comparativo potencial.

* * *

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.
[1] Segundo registros da Light, onde trabalha entre 1933 e 1937, nasce em 16 de março de 1911. Nos registros da Marinha de Guerra do Brasil, onde serve entre 1925 e 1933, consta 14 de maio de 1909.

Bispo do Rosario nunca conheceu Hassis. E, provavelmente, Hassis nunca tomou maior conhecimento da obra do interno da Colônia Juliano Moreira, a não ser em notícias ocasionais. Hiedy de Assis Corrêa – o Hassis – nascera em 1926, em Curitiba, mas aos dois anos de idade, mudou-se, junto aos pais, para a cidade de Florianópolis, donde nunca mais sairia. Pintor e desenhista, pelo menos desde a década de 1940, passaria mais de meio século produzindo ininterruptamente.

A biografia de Arthur Bispo do Rosario, por sua vez, é mais enigmática[2]. Predominam lacunas no que diz respeito até mesmo à data de seu nascimento: "Um dia eu simplesmente apareci", como costumava dizer ao ser perguntado sobre sua origem. Para Bispo, pouco importava de quando era e de onde vinha. A questão era: para onde iria? Desimpedido da burocracia exigida ordinariamente pela vida em sociedade – já que passou mais de cinqüenta anos internado em colônia psiquiátrica – Bispo pôde plantar "provas do aparecimento no planeta como bem entendeu" (HIDALGO, 1996: 34). Mais uma dentre as tantas ficções que teceria ao longo da vida: "Arthur Bispo do Rosário quase não existe como história. Poucos documentos há sobre sua origem, seu passado, e incompletos" (BURROWES, 1999: 56). Bispo esquivava-se da história, da biografia e mesmo da história da arte. No entanto, para ele, a história sobre sua vida era mais simples. Outra resposta que costumava dar a respeito de suas origens era: "Tá escrito, tá escrito. Tá escrito!". Afinal, bastava olhar para seus trabalhos, ler sua escrita: lá estaria o suficiente para entendê-lo já que, como poucos, Bispo encetou arte e vida em um mesmo movimento, num mesmo gesto[3].

Uma interpretação mais radical, no entanto, mais provável tendo em vista o horizonte religioso de Bispo: ao afirmar que os dados sobre sua vida já estavam escritos, o que ele queria dizer era que bastava ler à Bíblia já que se considerava profeta, santo e Jesus Cristo ao mesmo tempo. Assim, sua história já estaria registrada nos Evangelhos, bastava lê-los. Independente de ser um sintoma ou não de esquizofrenia, tratava-se, sobretudo, do modo que Bispo elegera para explicar sua biografia, para se representar diante do outro (e de si).

A corriqueira explicação que relataria seu nascimento em Japaratuba, em Sergipe, sua passagem pela Escola de Aprendizes Marinheiros, seu trabalho na empresa Light, sua

---

[2] Bispo era o "enigma da esfinge", segundo Patrícia Burrowes. Mais recentemente, Sérgio Medeiros vem desenvolvendo a idéia de "egípcio de Jacarepaguá". De um lado, em Burrowes, a idéia de que era preciso responder a uma pergunta: "Qual a cor do meu semblante?", para entabular qualquer conversa com Bispo. De outro, em Medeiros, a percepção de que como os faraós, Bispo guardava no interior de suas celas objetos importantes para a "passagem".

[3] Esta talvez seja a principal questão que relaciona o trabalho de Arthur Bispo do Rosario aos procedimentos que caracterizam, de alguma forma, a arte contemporânea.

aplicação na função de empregado doméstico em um casarão no bairro do Botafogo, nada disso lhe servia, a não ser em ocasiões específicas. Bispo não soube lidar de maneira ordinária com as reminiscências emocionais e familiares. Quando provocado a falar sobre a sua infância, desatava o discurso ortodoxo cristão. Seu trabalho exprime este desentendimento consigo. Assim, refugiou-se no mundo dos objetos, das miniaturas, das séries, que são muito mais flexíveis e fáceis de serem moldados e ordenados do que a memória afetiva. Além da missão de representar o mundo, como ele próprio afirmava, Bispo elaborou uma representação de si que acabou por abarcar toda a sua existência, transformando seu lar em cenário, sua vida em dramaturgia cristã.

Hassis, como Bispo, procedeu com um ajuste biográfico, com uma reescritura de si. Na esteira de Picasso[4], compôs diversos trabalhos onde sugeria uma trajetória e organizou um arquivo capaz de inventariar a sua história, de sua família e do circuito artístico local. Hassis teve uma infância bastante difícil, com a morte precoce do pai. No entanto, conseguiu organizar psiquicamente seus traumas através de uma taxionomia da memória social, artística e afetiva. De uma parte, reuniu um arquivo com mais de dez mil documentos sobre a arte catarinense. De outra, ordenou em diversos álbuns fotográficos, a trajetória de seus antepassados e descendentes[5].

A fotografia e o cinema foram para Hassis instrumentos férteis para essa organização afetiva e social. Além de fotografar e filmar a cidade de Florianópolis em seu Centro e nos seus arredores – produzindo o que hoje são verdadeiros documentos visuais da história da cidade – ele também fotografou a si próprio em poses cinematográficas, tendo como cenário seu ateliê. O próprio modo como organizara sua casa – assim como Bispo suas celas – denota suas intenções: na parte de cima, no mezanino, morava a família: filhas e esposa. Já o térreo era ocupado por seu ateliê, com amplas janelas que, mesmo quem passasse na rua, poderia distinguir, nitidamente, que ali morava um artista, pela quantidade de quadros, objetos e mesmo tintas pelo chão.

Os inúmeros auto-retratos fotográficos eram realizados sob esta rica cenografia da casa. Hassis costumava andar por ela, conforme recordam seus parentes e amigos, com suas calças "sujas" de tinta e, de preferência, com sua camisa listrada, lembrando o figurino de um marinheiro. Por sinal, como Bispo, Hassis tinha fixação por navios e pelo mar. Em tempos em

[4] Pablo Picasso e Marcel Duchamp: mestres também na representação de si. Os artistas modernos arraigaram a função do autor: o excesso e a virilidade de um, a discrição e a ironia do outro, transformaram-se em fontes inesgotáveis para a caracterização biográfica de tantos outros artistas.

[5] Tratava-se de uma espécie de árvore genealógica fotográfica-visual de seus antepassados e de seus parentes mais próximos. A cada filho, a cada neto que nascia, ganhava um álbum onde ele registrava cada passo de suas vidas.

que Florianópolis contava com um porto, trabalhara no cais, fazendo a contabilidade de empresas madeireiras. Não há registros de que tenha efetivamente trabalhado carregando e descarregando os navios, no entanto, era assim que ele próprio costumava se representar. Nos auto-retratos em pintura, como o de 1967 – período em que Florianópolis já não possuía mais porto – ele retrocedeu no tempo e se fez aparecer de regatas, num primeiro plano, com um navio sendo carregado de madeiras ao fundo. No canto direito superior, ao fundo, vê-se um estivador, também de regatas, trabalhando: Hassis era como eles (ou pelo menos queria sê-lo).

* * *

Como pensar trabalhos[6] tão díspares? Num primeiro momento, este estudo se propunha a pensar um ou outro artista, segundo a lógica usual da pesquisa monográfica sobre uma trajetória artística. No entanto, pouco a pouco, percebeu-se que o objetivo mesmo desta investigação não era, especificamente, Bispo do Rosario ou Hassis. Interessava, sim, o modo como seus trabalhos organizavam e dialogavam com uma certa experiência já convertida em memória, seja a sua própria ou a de outrem.

Dentro desta lógica, caberia a questão: então, por que Hassis? Por que Arthur Bispo do Rosario e não Rosangela Rennó, Paulo Gaiad, Farnese de Andrade, enfim, outros artistas visuais (e mesmo escritores) que enfrentaram este problema? A resposta é que – além de uma certa intuição – ambos parecem atravessados por uma idéia de tempo bastante análoga, a saber, um tempo cristão. Esta concepção temporal, substrato tanto da forma quanto do conteúdo de seus trabalhos, criou pontos de aproximação que se revelam tanto em sua obra quanto no modo como organizaram a sua existência.

Uma certa obrigação em tudo ver e tudo reunir parecia atravessá-los. Bispo chegou ao absurdo de anotar até mesmo quando recebia sabonetes. Ambos, como sacristãos que se encarregam da arrumação e da guarda dos paramentos, esforçavam-se por acolher tudo aquilo que fosse pertinente ao seu tempo, sua cidade e a si próprio. Um colecionismo todo-próprio capaz de reunir ao seu redor uma infinidade de objetos e documentos dissonantes capazes de

[6] A idéia de "trabalho", no lugar de "obra de arte", mesmo que não resolva o problema, é mais pertinente já que equaciona melhor a produção de ambos os personagens, principalmente no que diz respeito a Arthur Bispo do Rosario que trabalhou ao longo dos anos em detrimento a qualquer tipo de circuito artístico e que afirmava claramente que seus objetos não se tratavam de "arte". Maurice Blanchot, ao refletir sobre a poesia de Mallarmé, ajuda a pensar esta questão: "Não obra de arte, obra que tem a arte por origem, pela qual a arte, da ausência do tempo onde nada se conclui, é elevada à afirmação única, fulminante, do começo. E, do mesmo modo, o poema entendido como um objeto independente, auto-suficiente, um objeto de linguagem criado para si só, mônada de palavras onde só se refletiria a natureza das palavras e nada mais, talvez seja então uma realidade, um ser particular, de uma dignidade, de uma importância excepcional (...)" (BLANCHOT, 1987: 35)

arranjar uma narrativa sobre seu tempo: "Nesse sentido, colecionar se converte em uma forma de enclausurar o objeto, des-historicizá-lo, de maneira que seu contexto seja abolido em favor da lógica da coleção" (MACIEL, 2004: 19).

Em comum entre eles havia o pressentimento de um apocalipse que traria o fim dos tempos tal qual o conhecemos. Diante disso, a necessidade de reunir as coisas importantes para a posteridade. Particularmente no fim da década de 1960, a temática apocalíptica retornava em forma da Guerra do Vietnã, da bomba H, do problema da superpopulação mundial que eram a pauta do dia da imprensa no período e que iriam culminar na realização, por parte de Hassis, da série de colagens "Ontemanhã"[7], de 1967.

Em Bispo, somado a todas estas preocupações com o mundo[8], havia uma escatologia cristã[9] levada ao extremo: a consumação do tempo e da história estaria próxima, caberia a ele representar o mundo ao Senhor. Tal concepção de tempo observa a seguinte imagem: uma linha reta em progressão contínua, com começo, meio e fim: "Ao contrário do helenismo, o mundo, para o cristão, é criado no tempo e deve acabar no tempo. De um lado, a narrativa do Gênese, de outro, a perspectiva escatológica do Apocalipse. E a criação, o Juízo Final, o período intermediário que se desdobra de um a outro desses dois eventos, são únicos" (PUECH apud AGAMBEN, 2005: 114). Tal entendimento do tempo causava-lhes, de um lado, um sentimento de temor, e de outro, uma espécie de estado febril que os movia na produção quase obsessiva que tinha por missão tudo registrar. Afinal, o que estava em risco era justamente este invólucro – o tempo – onde as coisas singulares, que nunca voltariam mais a ocorrer se encontravam.

* * *

A contigüidade entre Hassis e Bispo se apresentava também nos procedimentos que ambos se utilizaram – principalmente a colagem – que serão aqui consideradas duplamente: de uma parte, o ato em si de recortar e colar impressos (ou mesmo objetos) em uma superfície; de outra, o fato de se extrair de fontes diversas (e mesmo distantes no tempo e no

---

[7] "Ontemanhã", o título desta série, dá conta, por si só, de uma sintaxe explosiva. Ao observar atentamente ao quadro que abre a série, constata-se que o artista montou esta palavra, ao juntar "Ontem" com "anhã". Arriscamos uma definição vocabular: "Ontemanhã" *[do latim "ad nocte(m)" + do latim "maneana"]*. **Adv. 1.** confusão temporal. **2.** pretérito e futuro conjugados. **3.** movimento da memória que aponta concomitantemente ao outrora e ao porvir. **4.** máquina de anacronias.

[8] Bispo sabia exatamente o que se passava no mundo já que lia revistas e jornais de todo o tipo.

[9] O fundo cristão é também presente em Hassis: além da forte formação católica, em sua trajetória artística, pintaria diversas séries e quadros com esta temática ("Via-Crucis", "7 Palavras", "7 Sigilos", entre outros).

espaço) um pensamento visual. Em "Ontemanhã", a colagem é expressão direta de um trânsito temporal que confronta futuro, presente e passado.

Tal processo, em Hassis, não se apresenta apenas em "Ontemanhã" e está distribuído por todo o seu acervo: as milhares de fotografias, os filmes em película e em vídeo, o arquivo documental e mesmo os vários objetos e livros distribuídos pela sua casa/ateliê e jardim. Um conjunto que encerra, seguramente, com mais de trinta mil peças.

É preciso, neste sentido, estender a idéia de colagem, que não se encontra somente em uma obra específica, mas que pode também ser apreendida nas infinitas relações e combinações que as diversas modalidades de seu acervo produzem entre si: "Cada fragmento de jornal forma o signo de um significado visual; então, quando junta sua extremidade à de outro, ele se re-forma e o significado muda" (KRAUSS, 2006: 43). Ou seja, a depender das combinações propostas pelo leitor da obra, obter-se-á diferentes interpretações e textualidades. É possível pensar o mesmo procedimento com Bispo do Rosario que construiu sua obra como uma imensa colagem que tinha como suporte, em última instância, as paredes, o chão e o teto das celas que ocupava na Colônia Juliano Moreira.

E, talvez, indo mais além, a fortuna de um artista não esteja somente nele próprio, senão, nas relações que se é possível estabelecer entre seu trabalho e de outros artistas, nos contrastes que potencializariam em um jogo de diferenças e aproximações. O lugar comum na história da arte, desde Vasari, é afirmar a genialidade de um artista, seu perfil biográfico, suas influências e legados. Afora a crítica já feita a este modelo teórico-metodológico, seria preciso aprofundar a ação de se pensar obras e trajetórias artísticas umas em relação às outras.

E isso não significa que seja preciso, necessariamente, pensar Hassis ao lado de artistas como Ernesto Meyer Filho, Dimas Rosa, Rodrigo de Haro, Pedro Paulo Vecchietti, enfim, sua "geração artística catarinense". Muito menos, como infelizmente tornou-se comum, pensar em Bispo do Rosário em relação a artistas como Fernando Diniz e outros que participaram do processo terapêutico proposto pela doutora Nise da Silveira, no Engenho de Dentro[10], no Rio de Janeiro.

Assim como é possível ler uma colagem infinitas vezes, a depender da combinação que nossos olhos proporcionar, também é exeqüível associar artistas a outros que, muito provavelmente, sequer souberam uns da existência dos outros. Uma espécie de curadoria que

[10] Ao contrário do que comumente se acredita, Arthur Bispo do Rosario não participou experiências artísticas propostas pela doutora Nise da Silveira no Engenho de Dentro. Em seus mais de cinqüenta anos passados no interior da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, Bispo produziu de maneira independente e movido por sua própria obsessão.

apresenta por critérios não questões regionais, geracionais ou mesmo formais, mas sim o modo como cada artista lidou com um problema específico em sua poética.

Ademais, proceder desta maneira é tão divertido quanto as experiências realizadas por Charles Swann – personagem de "Em Busca do Tempo Perdido", de Marcel Proust – que convidava para os salões de sua esposa, Odette de Crecy, tanto duques e princesas quanto burgueses vulgares (PROUST, 1993: 85). Aquilo que o mercado e a história da arte organizou, hierarquizou é preciso, agora, desarranjar, desalinhar, desordenar. Esta aparente bagunça não é nada mais do que uma necessidade de confundir, de criar novos sentidos já que é justamente na confusão, no seu sentido vocabular (estado ou efeito daquilo que se acha confundido, misturado; falta de ordem ou método; tumulto, barulho, barafunda) que se desvela a potência dos trabalhos artísticos. É preciso aderir à confusão que é capaz, também, de criar um certo estado de exceção, de suspender os direitos conferidos ordinariamente às coisas. Afinal, este foi o procedimento tanto de Bispo quanto de Hassis. A lógica do museu (cada vez mais técnica e embaraçada a uma sociologia da arte influenciada em Pierre Bourdieu[11]) não deve, portanto, adentrar a este exercício de pensamento.

* * *

Algumas coincidências: Hassis e Bispo viviam rodeados de gatos, preocupavam-se com o fim dos circos, guardavam todo o tipo de quinquilharias, gostavam de navios, como dito. Afora estas curiosidades, outra contigüidade merece ser destacada.

Bispo e Hassis mantiveram, durante suas vidas, sacristias. Explica-se: a sacristia de qualquer Igreja funciona como um misto de depósito e lugar sagrado onde se encontram os paramentos necessários ao culto: a hóstia, as vestes, o vinho. Dessa coxia saem, momentos antes, o padre, os coroinhas, os ministros. Sem a sacristia, não há missa – não há representação. Só os mais chegados participam deste espaço, preparando e zelando os adereços necessários à cena.

Para adentrar a sacristia de Bispo era preciso, antes, responder-lhe: "Qual a cor do meu semblante?" Somente após responder-lhe corretamente, ele introduzia o visitante em suas

[11] Se o mercado e história da arte estabeleceram valores, a sociologia da arte, por sua vez, reivindica ter descoberto o "furo", ou seja, o modo de funcionamento, por vezes sórdido, do dito "campo artístico". Pierre Bourdieu chegou a escrever um livro chamado "As Regras da Arte" em que percebe o funcionamento do campo artístico literário em tempos de Gustave Flaubert. No entanto, ao escrever sobre as "regras", desprezou (ou não soube lidar) com a poética de Flaubert que, com toda a certeza, transcende ao período histórico francês que lhe viu nascer e morrer, afinal, era leitor assíduo dos clássicos e viveu mais em sua biblioteca no que na própria França deste período – sendo a biblioteca, como se sabe, um lugar anacrônico, por excelência.

celas onde vivia, trabalhava e reunia seus objetos. Este espaço era lar, ateliê e reserva técnica ao mesmo tempo: casulo, teia e cripta onde o homem-aracnídeo-Bispo aprisionava, processava e conservava seu material.

No caso de Hassis, sua sacristia encontrava-se num espaço anexo ao ateliê, um pequeno quarto onde depositava suas fotos, discos, livros, filmes, enfim, seu arsenal de trabalho e de recordações, sua matéria-prima vital. Ao visitante comum, o quarto poderia passar desapercebido isso porque Hassis transformou a porta que o separava do ateliê em uma verdadeira obra de arte. O que antes era madeira e que servia para dividir ambientes – ou seja, uma porta – tornou-se superfície para pintura, colagens e objetos tridimensionais que, gradativamente, iam sendo anexados[12]. Era essa "porta-obra", portanto, que dividia o quarto-depósito-sagrado do restante da casa: era preciso conhecê-la bem para saber de seu conhecimento. A disposição e a consagração do local onde viviam e trabalhavam tanto em Hassis, quanto em Bispo do Rosario, era, portanto, fundamental em suas produções.

* * *

Por último uma confissão em primeira pessoa sobre a parte que cabe a Bispo do Rosario. Desde o dia 23 de dezembro de 1938, quando declarava ter escutado vozes do além que o convocaram para preparar a "passagem", Bispo se tornou um irreversível mal-entendido: era louco para a psiquiatria, artista para as artes plásticas, santo para ele próprio. Em verdade, Bispo criou uma tênue fronteira por onde pôde circular: entre a vida, a arte, a religião e a demência. Talvez por isso ainda hoje seja um problema: afinal, em que movimento artístico Bispo se encontraria? Qual o diagnóstico clínico seria capaz de dar conta desta mente criativa e alucinada? Será que este tresloucado santo poderia ser beatificado pela Igreja Católica Apostólica Romana?

Há aqui uma sensação de inutilidade em relação a qualquer abordagem que tome os objetos de Bispo por obra de arte. Os textos críticos de Frederico Morais, Ivo Mesquita, Ferreira Gullar, entre outros, soam-me bastante burlescos[13]. Evitei, ao longo da escrita, chamá-lo de "artista" e julgar seus objetos como "obra de arte". Todavia, como facilmente se percebe, não foi possível desviar-se completamente destas idéias.

---

[12] Estes objetos contavam a história de sua vida: crucifixos, relógios, chaves de carro, bilhetes, brinquedos, adesivos, enfim, materiais extraídos do fluxo comum das coisas e ressignificados na produção artística.

[13] Mesmo o esforço de Morais (louvável, por sinal) em afastar a obra de Bispo dos artistas do Engenho de Dentro e de toda uma vertente que trabalha sob a clave das imagens do inconsciente, parece-me desapropriada.

De um lado, a história da arte parece, até o momento, incapaz de apreender o movimento ontológico de Bispo. Como chamar seus objetos de *readymades*, de *assemblages*, quando ele próprio considerava-os, simplesmente, como "vitrines", ou seja, em exposição não para o museu ou a galeria de arte, mas sim para o Todo-Poderoso? De outro lado, as questões relativas à arte contemporânea (arte e vida, tridimensionalidade, instalação, etc.) aterrissam sobre o trabalho de Bispo apenas para gerar mais um mal-entendido. Expor Arthur Bispo do Rosario na 46ª Bienal de Veneza, ao lado de Nuno Ramos, talvez tenha sido mais uma das tantas dissonâncias. Defini-lo como artista talvez seja tão inconseqüente como definir Duchamp como cristão. Trata-se de um outro universo, onde estas ferramentas de nada servem. Por enquanto, talvez impere aquilo que Jorge Luis Borges percebera sobre certos trabalhos: uma total incapacidade de entendimento. No entanto, por vezes, a falta de compreensão, o ruído na transmissão, configura-se mais fértil do que a própria educação e a comunicação: "(...) a linguagem cala-se como ser da linguagem e como linguagem do ser, silêncio graças ao qual os seres falam, no qual encontram também esquecimento e repouso" (BLANCHOT, 1987:34).

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história.** Belo Horizonte: UFMF, 2005

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BURROWES, Patrícia. **O universo segundo Arthur Bispo do Rosario.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosario: o senhor do labirinto.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

KRAUSS, Rosalind. **Os papéis de Picasso.** São Paulo: Iluminuras, 2006

MACIEL, Maria Esther. A **memória das coisas. Ensaios de literatura, cinema e artes plásticas.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fragmentos históricos da geografia escolar: raça, riquezas naturais e princípios religiosos no livro 'Geografia: Curso Elementar', de Cláudio Thomas, na década de 1940.

Juliano Rosa Gonçalves[1]
Manoel Rodrigues Chaves[2]

Resumo: A análise do discurso geográfico presente em um livro didático da década de 1940 é o principal objetivo deste trabalho. A pouca quantidade de trabalhos sobre o tema não retrata sua real importância no seio da Ciência Geográfica. Para desenvolver o trabalho, se fez necessário recorrer a uma literatura específica, envolvendo a Teoria da Geografia e a história da disciplina Geografia no Brasil. O discurso geográfico escolar da época assume contornos peculiares. À luz de uma análise conjuntural, esse discurso fornece importantes elementos para reconstituir o quadro da Geografia Escolar Brasileira.
Palavras-Chave: História do Pensamento Geográfico – Teoria da Geografia – Geografia Escolar

Abstract: The analysis of the geographic discourse present in a didactic book from 1940's is the main objective of this work. The few projects about the theme don't picture the real importance of geographic science. To develop the work, it was necessary to research a specific literature, involving the Geography Theory and the history of Geography in Brazil. The Geographic Scholar discourse from the epoch acquires peculiar outline. By the light of an occasional analysis, this discourse provides important elements to reconstitute the board of Brazilian Scholar Geography.
Keywords: History of Geographic thought, Geography method, scholar Geography.

Há uma lacuna considerável quando discutimos a história do pensamento geográfico. Mesmo no interior da historiografia da geografia no Brasil, é comum certa displicência e desinteresse dos pesquisadores na investigação da gênese e constituição da geografia escolar. No entanto, o aparecimento de alguns trabalhos nessa área, nos últimos anos, teve positiva repercussão, clamando para a história do pensamento geográfico a importância que lhe é devida.

Pesquisando a produção didática de geografia para as escolas brasileiras, constatamos que os poucos livros utilizados eram os comercializados pelas grandes editoras,

[1] Especialista em Geografia. Assessor de Currículo de Geografia para a Educação Básica da Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins (SEDUC-TO) e professor do Instituto Tocantinense de Pós-Graduação (ITOP).
[2] Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal de Goiás.

situadas principalmente no eixo Rio - São Paulo. O ensino secundário, por sua vez, seguia as obras adotadas pelo Colégio Pedro II, tradicional instituição carioca que servia de modelo às demais.

A obra didática que ora analisamos (Geografia: Curso Elementar, de Cláudio Thomas, destinada ao exame de admissão ao antigo Ginásio, hoje 2ª Fase do Ensino Fundamental) é composta de três partes (Preliminares, Nosso País e O Mundo), apresentando um conjunto de 390 perguntas e respostas (também chamados de 'pontos', em outros livros didáticos da época). Evidencia-se, portanto, o método pedagógico escolástico na sua elaboração. No frontispício do livro, a única data impressa é a de *imprimatur*. É vistado pelo Monsenhor Meirelles Freire, Vigário Geral de São Paulo, em 1947. Na verdade, a inexistência de data de editoração era uma prática constante nos livros didáticos, para dar a impressão de sempre estar o livro atualizado. Os editores não corriam o risco de o livro encalhar-se nas prateleiras das livrarias.

A obra assume compromisso, ainda, com as propostas curriculares programadas pelo Estado. Em pesquisa realizada (GONÇALVES, 2003), constatou-se que os conteúdos da obra analisada se aproximam muito da programação curricular da época, orientados que eram pelo ensino secundário de Geografia do Colégio Pedro II (cf. ROCHA, 1999).

Começando pelo começo: "Preliminares" (Parte I)

A primeira parte, intitulada *Preliminares*, visa apresentar aos alunos os principais conceitos e noções da Geografia. Englobando quatro capítulos (Noções Gerais, Globo Terrestre, Geografia Física e Geografia Política), o autor demonstra o que, na sua concepção, seriam os principais conceitos da Geografia, todos a serem memorizados pela criança. Memorização e descrição: eis o binômio intrínseco à *Geografia: Curso Elementar*, e à Geografia Escolar Clássica!

Na primeira pergunta, já se tem o tom do restante do livro: "*1. O que é geografia? Geografia é a descrição da superfície da Terra*". Orientando-se pelos parâmetros da Geografia Nomenclatural, o aluno que estudasse o livro se veria diante de uma infindável lista de definições terminológicas. Assim, poderia saber o que é, entre outras coisas, promontório, cachopo, baixio, arroio, barra, álveo. São conceitos definidos na extensa listagem referente ao Capítulo III, *Geografia Física*.

Ao estudo do homem, cabia a Geografia Política, finalizando a primeira parte do livro. Nesse capítulo, definições de território, nação, povo, país. Brinda o estudante, ainda, com noções de religião. O livro assume uma postura etnocêntrica sem limites, ao manifestar

clara e preconceituosamente sua opinião sobre religiões e povos fora do circuito católico-caucasiano.

A propósito da forte carga religiosa, a história da educação brasileira está, invariavelmente, relacionada à presença dos religiosos jesuítas no Brasil, o que, de certa forma, explica essa ênfase. Pedagogicamente, legaram um ensino confessional verbalista e retórico. A Geografia livresca, literária, nomenclatural, também passa por essa influência. Em especial, à "Geografia Curso Elementar", os ensinamentos religiosos se expressam numa forma tão categórica, a ponto de ser preconceituosos. As religiões, para Thomas, são divididas em dois grandes grupos: as monoteístas e as politeístas. Mas, de todas essas, qual a única verdadeira? A religião católica, apostólica, romana, propõe o autor.

O determinismo se manifesta também em relação às *raças*. Em perfeita consonância com as idéias cientificistas do século XIX, Thomas classifica as etnias de acordo com o *potencial civilizatório* a ser desenvolvido. Nessa hierarquização, tipo europeu estava no topo. Veja:

> "*Os povos da Terra dividem-se em quatro raças principais:*
> 1. *A raça branca, que habita particularmente a Europa, muitas partes da América, a Ásia Ocidental e o Norte da África. Tem pele branca, rosto oval, cabelos finos e macios, inteligência muito desenvolvida. Sua civilização é a mais adiantada.*
> 2. *A raça amarela, que habita a Ásia central e oriental, tem pele amarela, rosto achatado, cabelos tesos e pouca barba. Sua civilização, estacionária até pouco, vai-se desenvolvendo.*
> 3. *A raça preta, que habita a África, parte da Oceania e alguns pontos da América, tem pele preta, beiços grossos, cabelos encarapinhados. Sua civilização é a mais atrasada.*
> 4. *A raça americana, ou vermelha, que habita parte da América, tem pele acobreada e alta estatura; já se identificou em parte com a raça branca que a domina.*"

A influência evolucionista é palpável. Ribeiro (1999) demonstra que o evolucionismo influenciou bastante na constituição do estatuto científico da Geografia Moderna. A luta pela vida e a seleção natural, conceitos importantes da biologia evolucionista para esclarecer o surgimento da vida, são importados pela Geografia para explicar o desenvolvimento variado das civilizações humanas, associando-o à constituição étnica.

O paraíso é aqui: "Nosso País" (Parte II)

A descrição em excesso de noções geográficas continua. Na segunda parte do livro, versando sobre o Brasil, reforça a lista de nomes a decorar: os principais portos, as principais ilhas, as montanhas, as serras, as principais cidades... Enfim, uma infindável lista.

Estruturalmente, a segunda parte foi dividida em cinco capítulos (Área Litoral, Hidrografia do Brasil, Governo do Brasil, Geografia Econômica e o Brasil por Estados e Territórios). Trazem os dois primeiros informações sobre aspectos físicos do Brasil; o terceiro versa sobre a divisão política brasileira; já o quarto capítulo faz um inventário das "riquezas brasileiras", enquanto que, o quinto, o mais extenso, arrola informações particulares sobre todos os estados brasileiros, na mais absoluta precisão de uma lista decorável e inquestionável.

No capítulo sobre a divisão política brasileira, o mapa do Brasil apresentado corresponde ao período de 1945 a 1946, momento em que o território de Ponta Porã se estabeleceu em áreas ao sul do antigo estado do Mato Grosso (hoje corresponderia ao estado de Mato Grosso do Sul), e o território de Iguaçu abrangeu parte oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina. O texto correspondente ao mapa foi, todavia, atualizado, não fazendo menção a antiga divisão territorial. Dá-se impressão que as fronteiras ali estão naturalmente, de forma a - histórica.

O nacionalismo patriótico é imbuído mediante a utilização exagerada de adjetivos para a situação econômica do Brasil. Subdesenvolvido? Pobre? Com graves mazelas sociais? Não! O que temos no Brasil é um "solo ubérrimo", no qual sua agricultura é coisa de artista – talvez no sentido vocacional. O agricultor é detentor do dom de trabalhar a terra ("*A agricultura é arte de cultivar a terra e fazê-la produzir vegetais úteis*"), que se apresenta como uma "inexaurível fonte de riqueza nacional". Inesgotáveis também seriam as madeiras "incomparáveis": jacarandá, araribá, ipê, cedro, pinheiro, peroba...

Atividades industriais também faziam parte das atividades artísticas desenvolvidas pelo homem ("*arte de extrair e transformar os produtos naturais do solo*"). Para não perder o hábito descritivo, Thomas apresenta a relação (extensa) das indústrias extrativas brasileiras e das diversas subdivisões da indústria manufatureira. O que se nota, na análise feita por Thomas, é que há um deliberado escamoteamento da realidade. Em sua construção argumentativa, a exploração do trabalho e a sociedade dividida em classes distintas inexistem. Superabundam as enormes listas decorativas.

Cinco perguntas são dirigidas[3], em especial, à análise regional dos Estados. Metodologicamente no geral, nada se muda: descrição excessiva, mediada por abundância adjetivação. Em relação aos aspectos geográficos levantados, incorreções técnicas e supervalorização de variáveis físico-naturais ocorrem recorrentemente.

[3] 1) Quais são os limites geográficos? 2) Que aspectos apresenta? 3) Que clima apresenta? 4) Quais são as principais cidades? 5) Quais são as principais produções?

Utilizando a descrição e valendo-se de um estilo eminentemente literário (comum à Geografia Clássica), a obra apresenta uma extensa lista de atividades econômicas, formas geomorfológicas e características climáticas. Na construção textual, várias lacunas conceituais se sucedem, vícios comuns aos livros geográficos produzidos no Brasil até meados do século XX. Essas lacunas, nos lembra Veríssimo (1994), é típica de uma Geografia pouco científica e demasiadamente literária. Veja:

> *"O Amazonas tem clima quente e úmido durante o ano todo. As chuvas são copiosas no sudoeste e no norte. Vários lugares alagadiços, nas margens dos rios e nas matas, são insalubres; porém os terrenos descobertos são enxutos e saudáveis"*
>
> "*O clima do Pará é quente, muito úmido e de notável uniformidade; chove quase todas as tardes. No litoral, o calor é temperado pela viração marítima. A planície amazônica é bem ventilada e os lugares suficientemente enxutos oferecem um grau satisfatório de salubridade.*"
>
> *"No litoral do Maranhão, o clima é muito úmido, e pouco salubre em vários pontos; no centro, os calores são excessivos; as terras altas gozam de clima uniforme e saudável."*
>
> *"O clima do Piauí é, em geral, muito quente; torna-se úmido no norte e seco no sertão. - Nas margens alagadiças dos rios, reinam febres intermitentes; entretanto, as terras altas do sudoeste têm clima saudável".*
>
> *"Distinguem-se no Rio Grande duas zonas: a oriental, bastante regada pelas chuvas durante o ano; a ocidental, de clima quente e seco como no Ceará. Por toda a parte o calor é quase constante, sem tornar-se excessivo.*"

Não há explicação sobre o que é um clima saudável, quais seus componentes e variáveis. A imaginação é constantemente solicitada, mormente a abundância de valores sensoriais e perceptivos. No entanto, esses valores são demasiadamente relativos (calor excessivo, por exemplo). As variações do clima geram, inclusive, curiosas anotações (úmido/insalubre – seco/ardente), como descritas sobre o clima do estado de Alagoas. Em outras partes, há a indicação de que o clima verdadeiramente "*salubérrimo*" está próximo ao clima europeu. Para o autor, quanto mais frio, mais saudável:

> *"O clima alagoano é quente; torna-se úmido e pouco sadio na costa e nas margens do São Francisco. O sertão tem clima seco e ardente; as terras altas são saudáveis".*

> "*Santa Catarina tem clima salubérrimo que atrai muitos colonos cultivadores*".

Como o livro não apresenta mapas regionais, cumpria ao aluno o exercício de imaginação necessário para apreender as descrições geográficas. Na prática, retumbava em mais uma prática mnemônica. A literariedade geográfica da obra freqüentemente se aflui em exageros léxicos, apresentando vocábulos certamente distantes do cotidiano da maior parte dos alunos brasileiros:

> *"O fértil terreno do Rio Grande do Norte produz cana de açúcar, arroz e legumes na parte oriental; algodão, carnaúba, mandioca no sertão. Há muito pau Brasil; os* ***cardos*** *criam* ***cochonilha****; as matas têm belas madeiras e nos campos cria-se bastante gado. A extração de sal é importante em Macau e Mossoró".*
>
> *"O clima do Rio de Janeiro é quente e úmido nos lugares baixos, onde reinam* ***febres palustres****; pelo contrario, é temperado e muito saudável nas serras".*(grifos nossos)

A linguagem rebuscada cria a ilusão de um saber vigoroso e inquestionável. Almeida (2000), escrevendo em 1889, prescreve que é melhor ao ensino de Geografia livro apenas para os mestres. Salientava, ainda, a ausência de bons livros didáticos na época. Em seu contexto, o educador brasileiro já apontava para a necessidade de superação da geografia mnemônica:

> "*Que os mestres tenham lido e estudado, não estes tratados resumidos, que trazem nomenclaturas insignificantes, mas verdadeiras obras de Geografia, tais como a de Malte-Brun, Balbi, Reclus, Lavallée, onde tanto aprendam a conhecer (...) as obras do Homem, a amá-las, e a falar delas com sentimento de grandeza e da sua beleza, quanto saibam animar os mapas, estas folhas de papel carregadas de cores e nomes, que os alunos não deixarão de admirar com avidez. Neste mercado da inteligência, no ensino sério, metódico, interessante, instrutivo, não vemos o que fazer com tratados que se copiam uns aos outros, repetindo, uma depois da outra, as mesmas nomenclaturas, às vezes, os mesmos erros*".(ALMEIDA, 2000:162).

Ao *sentimento de grandeza* necessário para a afirmação do sentimento patriótico incondicional, a Geografia Clássica daria resposta antes mesmo das inovações científicas da Geografia Moderna adentrarem com força na Geografia Escolar brasileira. Eivados de ufanismo, os textos de *Geografia Elementar* equivalem à pátria brasileira a um lugar paradisíaco. A descrição da vida econômica brasileira exclui retumbantemente as variáveis sociais.

> *"Convém admiravelmente a este Estado o nome de Minas Gerais, pois nenhum outro se lhe compara no tocante à riqueza mineral. Tem*

> *muitas zonas auríferas, serras inteiras de minério de ferro, belos diamantes, esmeraldas, topázios e outras pedras preciosas; manganês cobre, antimônio, e mercúrio. Entre as numerosas fontes minerais ou termais, recomendam-se as de Caxambu, Lambari, São Lourenço, Poços de Caldas, Araxá. Minas produz boas safras de arroz, milho, feijão e mandioca; seu café cresce vigoroso e é de produção constante. Nos campos mineiros criam-se incalculáveis manadas de bois; o gado suíno, exportado para o Rio de Janeiro e São Paulo é uma fonte de riqueza. A indústria desse Estado é sobretudo extrativa e agrícola. Há usinas metalúrgicas, e fábricas importantes de tecidos. O comércio interno incrementa-se cada vez mais, com o desenvolvimento das estradas de ferro e de rodagem. O comércio externo consiste na remessa de ouro, pedras preciosas, ferro, manganês, café, etc.*
>
> *"Pernambuco é, antes de tudo, um Estado agrícola; cultiva muita cana, algodão de ótima qualidade, bastante café, cereais, mandioca e legumes. Produz também muito pau Brasil, piaçaba, carnaúba e excelentes frutas. As riquezas minerais são variadas, mas pouco exploradas. O sertão cria muito gado. A indústria fabril vai se desenvolvendo, notando-se fundições, fábricas de chitas, refinações, destilarias, etc. O comércio interno progride com várias estradas de rodagem e vias férreas; o comércio marítimo é muito ativo com a Europa e outros portos brasileiros".*

Enfim, a "desinteressada" geografia escolar se mostrava compromissada com o projeto elitista de nação. Ademais, a defesa da existência de uma sociedade harmônica e equilibrada reflete a concordância dessa Geografia com as elites, tanto a agrária como a emergente industrial.

Áridas aventuras pelo Planeta: "O Mundo" (Parte III)

Na parte da Geografia do Mundo, cinco capítulos apresentam os cinco continentes. O primeiro abordado é a América, assim eleito pela maior proximidade ao aluno, talvez. A metodologia descritiva e mnemônica de apresentação do texto continua: mares, golfos, ilhas, rios, lagos, número de países, principais produtos econômicos relacionados em extensas listas.

Um fato curioso foi a apresentação da Europa. O texto aborda os limites territoriais consagrados pelo Tratado de Versailles, que pôs fim a I Guerra Mundial (1918). Destarte, compreende-se que, de fato, as atualizações de conteúdo do livro em questão não eram feitas em edições subseqüentes. Afinal, a II Guerra Mundial, finalizada em 1945, tinha remodelado as fronteiras européias.

As relações desiguais impostas pelos europeus ao mundo são ignoradas em boa hora: "*O comércio* [europeu] *é importantíssimo e faz-se com todos os países do mundo*". O mundo em perfeita harmonia: eis a conclusão possível a todos os leitores contemporâneos da "Geografia: Curso Elementar". São totalmente escamoteadas as contradições.

Para Thomas, mesmo com o aparecimento do homem e florescimento da civilização na Ásia Central (aqui segue orientação da Igreja Católica, uma vez que comprovações científicas da época já davam conta do aparecimento do homem na África), foi na Europa que o homem conseguiu atingir "progresso de espírito". Adiantou-se na via do progresso, ao enfrentar "mil obstáculos". A conjunção formada pelo determinismo etno-geográfico levava à conclusão que o europeu dominou o mundo pela constituição física, relacionada à posição geográfica européia (clima temperado). À dose de determinismo, se acresce a doutrinação católica: "*Feliz dele* [o homem europeu] *se, reconhecendo-se o instrumento da Divina Providência, empregar sua influência em dirigir as nações para aquele a quem pertence toda gloria e todo poder*".

Em relação aos outros continentes, as informações são menos detalhadas. Tem-se o inventário de acidentes físicos e nome das principais cidades, apenas. A curiosidade fica a respeito da África. Apenas o Egito era um país independente. Entretanto, mais países são destacados; as colônias francesas Tunísia, Marrocos e Argélia. *Coincidentemente*, países com grande parte da população branca. Numa gravura representativa dos tipos étnicos, lá está o egípcio (de terno e gravata!), o tunisiano, o argeliano, o marroquino (esses dois com trajes típicos – túnicas) e, por fim, "os negros". A variedade étnica entre os indivíduos de pele negra é ignorada.

Coube, ainda, uma lição complementar sobre a Palestina, ressaltando a declarada opção religiosa do autor. Reflete, portanto, as influências seculares da Igreja Católica nos conteúdos escolares brasileiros. A Terra Santa é apresentada em suas especialidades geográficas, acompanhada da lista de nomes de acidentes geográficos a serem decorados. Dessas idiossincrasias resultava o que era, na época, a geografia escolar: abordagem naturalista e ufanista, centrada em uma visão de mundo etnocêntrica, européia e católica.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, José Ricardo Pires de Almeida. **Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. Trad. Antonio Chizzoti. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás.** Goiânia: CEGRAF, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et. al. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 135-150.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1994.

GONÇALVES, Juliano Rosa. **Mentiras desprovidas de beleza: o discurso geográfico brasileiro na década de 40.** Análise da obra Geografia: Curso Elementar, de Cláudio Thomas. Catalão: UFG, 2003 (Monografia de Especialização em Geografia).

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Ilusão pedagógica; 1930-1945**: Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: UFG, 1994.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**. A ideologia subjacente aos textos didáticos. 9. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A Geografia Escolar Brasileira nos Fins do Século XIX: Revisitando os pareceres de Ruy Barbosa de 1882. In: I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. Rio Claro: Unesp, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMAS, Cláudio. **Geografia: Curso Elementar.** São Paulo: Francisco Alves, 1947.

VERÍSSIMO, José. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. As ciências no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sebinca Christo: cigana milagreira na terra dos coronéis

Lourival Andrade Júnior[1]

RESUMO
A cidade de Lages em Santa Catarina é marcada por uma religiosidade não oficial que denota um catolicismo popular pouco freqüente em outros pontos do Estado. São seis túmulos permanentemente cultuados, com destaque para o túmulo de Sebinca Christo, cigana, morta em 1965, e desde então passou a operar milagres. Nestas terras dos coronéis e de uma política intensa da Igreja Católica por meio dos franciscanos em desqualificar estas devoções, o cemitério e seus túmulos de milagreiros pervertem esta ordem e fazem destes locais um abrigo seguro para o povo demonstrar suas religiosidades. No túmulo de Sebinca, além velas e flores, muitos cigarros, baralhos, perfumes, brincos, colares, bebidas e batons (onde os devotos escrevem com eles seus pedidos no túmulo). A cigana Sebinca que sofria os mesmos preconceitos que ainda sofrem os ciganos, hoje opera milagres e possui respeito da sociedade onde está enterrada.
Palavras-Chave: Religiosidade – Catolicismo Popular - Milagreira

A cidade de Lages fica localizada no planalto serrano de Santa Catarina. Fundada como o interesse de proteger as posições avançadas dos portugueses que temiam uma possível invasão de espanhóis nesta região.

Independente desta situação militar que era uma preocupação constante no sul do Brasil colonial, os Campos de Lages estavam no caminho dos tropeiros que levavam suas tropas de mulas do Rio Grande do Sul até Sorocaba e, devido ao local ser apropriado para pastagem com campos abertos e coxilhas, a região tornou-se "com o passar do tempo, um ponto de invernação de tropas, um lugar onde os tropeiros se deixavam ficar longos meses, descansando seus animais, refazendo-os, para a etapa final." (COSTA, 1982: 36).

Fundada em 1766, depois de algumas mudanças do local onde seria erguida a capela em homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres, por ordem de Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Matheus, seu devoto, que em 1765 chegou a Santos para assumir o Governo da Capitania de São Paulo e que definiu que era necessário e urgente abrir uma ou duas povoações no extremo sul de seu território. Sendo assim, ergueu-se a capela em homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres dos Sertões das Lagens, tendo como fundador do lugar Antonio Corrêa Pinto, que se tornaria o maior proprietário da região, dono

[1] Universidade Federal do Paraná (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História - Linha de Pesquisa: Cultura e Poder).

de uma enorme quantidade de cabeças e gado e perseguidor implacável dos bugres da região. Vale destacar que todos os índios receberam o alcunha de bugre, independente de ser xokleng, kaingang ou outra tribo com menor número de indígenas.

No mesmo caminho de Corrêa Pinto, grandes produtores pecuaristas vão se fixar na região, além de madeireiros que durante muitos anos tornaram esta região uma das mais ricas do Estado, mas que na década de 50 esta atividade entra em colapso pela retirada desordenada de araucárias, não havendo na época nenhuma política de reflorestamento. Neste sentido, permaneceram os pecuaristas que ainda dominam economicamente o planalto serrano.

Voltando aos tropeiros, que aos poucos vão se tornando moradores da região, em suas viagens pelo interior do Brasil, conviviam com uma série de adversidades climáticas, de luta com índios, de embate com os assaltantes de gado, mas também conviviam com um imaginário fantástico, onde as crendices e as lendas se confundiam com a realidade vivida.

> *Os tropeiros eram na maioria das vezes um tanto fanáticos, tinham suas crendices e superstições pois na maioria eram analfabetos ou semi-analfabetos. Os tropeiros costumavam ter visões como: a mula-sem-cabeça, o lobisomem, o boitatá. Além disso ainda, o gritador, e ainda viam velas acessas andando de pinheiro em pinheiro onde sentiam tanto medo ao ponto de correr. (PIRES & CORRÊA, 1991: 35)*

Esta relação muito viva com o maravilhoso fez com que uma quantidade bastante significativa de histórias permanecessem vivas no imaginário e no cotidiano de todos que passaram a viver nesta região.

Um ponto importante, é que estes tropeiros revelavam uma profunda religiosidade. "Seguiam todos os preceitos católicos, guardavam a quaresma e faziam as orações. Rezavam sempre o terço" (PIRES & CORRÊA, 1991: 35). Mas, suas crendices e gestos religiosos, demonstravam que aquilo que não era oficializado pelas instituições católicas e aquilo que era sentido diante de suas vivências tinha um lugar de destaque na sua forma de se relacionar com o sagrado. Foram marcas que se amalgamaram na construção deste espaço cultural religioso e das pessoas que passaram a administrar sua vida entre o oficial e não oficial.

Neste contexto, a devoção aos mortos, tanto homens, mulheres e crianças, não reconhecida pela Igreja cresceu neste universo de imaginários coletivos e de religiosidades do povo.

Entre estas devoções, destacamos Sebinca Christo, na verdade se chamava Cefinka Chirston, segundo seu atestado de óbito, filha de Thomaz Ivanol e Juliana Christon, grega e de profissão: cigana.

Nascida em 1886 (dia e mês são desconhecidos) e falecida em 09 de março de 1965 em um acampamento cigano na Rua Quintino Bocaiúva na cidade de Lages no Estado de Santa Catarina.

Sua morte conforme óbito assinado pelo Dr. Clito Zapelini Neto, foi causada por derrame cerebral, hipertensão arterial e arteriosclerose. Segundo Dr. Heron Anderson de Souza, Diretor Geral do Hospital Tereza Ramos, provavelmente Dr. Clito já conhecia a paciente, visto ser muito difícil detectar este tipo de óbito apenas com o cadáver, neste sentido requer um conhecimento prévio das doenças do paciente.

A morte de Sebinca, nada se relaciona com morte drástica e dramática como atestam os jornais até nossos dias. No Jornal "A Notícia":

> *"A cigana Sebinca, que já tinha fama na cidade antes de morrer, foi estuprada e torturada em 1965, o que motivou sua morte. Seu túmulo passou a ser bastante visitado, principalmente pelas pessoas mais simples. A história dos milagres que teriam ocorrido se espalhou, atraindo maior atenção."(JORNAL A NOTÍCIA, 1999: A-7)*

Ainda em outro Jornal "A Notícia":

> *"A cigana Sebinca Christo era uma pessoa bastante popular em Lages, nas décadas de 50 e 60. Certo dia, em 1965, Sebinca foi assaltada, torturada, estuprada e assassinada em uma rua da cidade. Enterrada, começou a operar milagres." (JORNAL A NOTÍCIA, 2000: A-6).*

Ao trazermos a tona uma cigana que com o caminhar da história tornar-se-á milagreira para milhares de pessoas, trataremos um pouco dos ciganos.

Os ciganos são, historicamente, nômades e por isso foram combatidos e perseguidos, por esta e por outras razões. "O nomadismo é totalmente antitético em relação à forma de Estado moderna. E esta se preocupa constantemente em suprimir o que considera a sobrevivência de um modo de vida arcaico. Fixar significa a possibilidade de dominar". (MAFFESOLI, 2001: 24).

Num caminho diametralmente oposto a esta fixação estão os ciganos que saem da Índia e se espalham pelo mundo levando consigo sua cultura e suas experiências.

Os ciganos buscam em seu nomadismo uma independência em relação ao outro cultural e com isso conseguem manter sua cultura quase intacta e ao mesmo tempo manter um estado de permanente tensão entre seus membros e as culturas que em seu périplo o contato é inevitável. Permanecer estranho ao outro é uma das táticas encontradas por eles para não segmentar suas práticas e de certa forma amalgamar seus discursos enquanto grupo social. (FONSECA, 1996).

A idéia de entender estas relações e suas facetas é que me fez perceber que ao longo dos anos a historiografia negligenciou o estudo das culturas marginais. Cabe aqui estabelecer um conceito para o que desejamos estabelecer como marginal.

Normas e regras foram sendo forjadas ao longo dos tempos fundamentalmente por aqueles que detinham o poder da escrita e das esferas de controle social, neste sentido, o Estado burguês e anteriormente a Igreja Católica estabeleceram estas normatizações que definiam o que era certo e aceitável, do que deveria ser desprezado e punido. Esta punição não foi apenas concreta ou física, mas acabou construindo preconceitos que até hoje povoam as mentes e as condutas em nosso tempo, contribuindo para uma enorme excludência social. A historiografia, nos últimos anos, tem tentado derrubar estes muros passando a pesquisar também estes grupos sociais até então invisíveis e amordaçados.

Não há dúvida que um dos grupos que mais fugiram ao longo dos tempos de normatizações, não se enquadrando em leis estabelecidas pelos "gajões ou gadjés" (não ciganos) foram os ciganos, e por conta disto, foram radicalmente perseguidos.

Outro conceito que acabou sendo incorporado contra os ciganos foi o de "vagabundagem".

> *"O mendigo era tolerado; o vagabundo odiado. Guillaume du Breuil, em seu tratado sobre a prática do Parlamento, define a vagabundagem pela ausência de domicílio; outras fórmulas exprimem-na assim: demeurant partout – 'que mora em toda parte' – e sans feu ni lieu – 'sem fogo nem lugar', 'sem domicílio'. A expressão sans aveu – 'sem moralidade' -, mais explícita, traduz bem a marginalidade." (MOLLAT, 1989: 241-242)*

Perseguições fizeram e fazem parte da vida dos ciganos em quase todo o mundo. Estes andarilhos possuem a "arte de produzir território em movimento" (MARQUES & BROGNOLI & VILLELA: 1999), alargando suas fronteiras e carregando consigo sua cultura, memórias e hábitos. O espaço da praça, onde lêem à sorte, vendem peças de bronze e cobre, também é um espaço de todos e por assim dizer, por várias vezes controlado por normatizações que impediam algumas práticas nas ruas.

Percebemos várias práticas ciganas entre as que foram proibidas ao longo do tempo (latoeiros, donos de ursos amestrados, tocadores).

No Brasil a perseguição não foi diferente. Em 1829 a Câmara Municipal de Sabará proibiu "vagabundos, viciosos e ciganos" nas povoações e fazendas do município. (DUARTE, 1995: 78)

Além das perseguições, já ouvimos de todos os cantos pessoas falando dos roubos dos ciganos (principalmente de crianças, atualmente, e cavalos e burros no passado), além de serem chamados de maltrapilhos, sujos, desordeiros e tantos outros impropérios.

Também as mulheres ciganas são comparadas com bruxas, estas últimas, duramente acusadas como heréticas pelos cânones católicos desde a Idade Média e que fazem parte da lista de marginais que precisavam ser perseguidos e exterminados. (BUCKLAND, 2000: 31)

Esta habilidade de lidar com plantas e fazer remédios para várias moléstias, Sebinca Christo possuía. Segundo Paulo Franklin (entrevistado em 2003 e que era filho de Wenceslau Franklin, proprietário da única funerária em 1965. Paulo também ajudou a arrumar Sebinca em seu caixão), muitas pessoas recorriam a Sebinca buscando a cura para alguma doença. As mães levavam seus filhos que recebiam remédios feitos à base de ervas, caso Sebinca não estivesse para entregar no momento, fazia logo depois e enviava para a pessoa que necessitava.

Está aí mais uma das facetas de Sebinca, que fazia dela muito popular e procurada nas vezes que passava por Lages. Ao que se nota, esta procura por Sebinca continuou após sua morte.

Outro detalhe que chama a atenção são as oferendas deixadas pelos devotos em seu túmulo. Os pedidos são variados: emprego, cura para doenças, parar de fumar, passar de ano no colégio e principalmente pedidos relacionados com namoro e casamento.

São deixados na sepultura de Sebinca: garrafas de champagne (cidra e espumante), muitos cigarros acesos, batons vermelhos (que são utilizados pelos devotos para escrever seus pedidos no azulejo azul escuro do túmulo), balas e pirulitos, baralhos, bijuterias, velas e muitas flores.

Velas e flores são comuns em qualquer túmulo em nossos cemitérios. Em relação às outras oferendas, gostaria de dividi-las em dois grupos.

Primeiramente, as balas e pirulitos. Segundo alguns entrevistados, existem duas possibilidades para estas oferendas estarem ali. Inicialmente diria respeito à Sebinca fazer muitos remédios para as crianças e por isto as mães hoje continuam a fazer pedidos de cura e

levam para Sebinca aquilo que seus filhos mais gostam. Outra versão conta que são oferendas para os netos de Sebinca que estão enterrados no mesmo jazigo. Cid Christo, falecido em 1972 (bebê de mais ou menos um ano, como mostra sua foto) e Christoper Christo (tendo morrido em 1999, viveu apenas 7 dias).

As outras oferendas já citadas são estranhas aos olhares de quem visita um cemitério cristão. Observando mais atentamente, ainda percebe-se, que ao lado de seu túmulo, junto ao muro do cemitério foi construído um velário em substituição a uma casinha coberta, onde são acesos os cigarros e as velas.

Diante destes dados, percebe-se uma confusão entre a imagem de Sebinca, a cigana, com a imagem de uma Pomba-Gira, já que as oferendas dedicadas a Sebinca também o são para as pomba-giras. A cidra, os cigarros, os batons e as bijuterias demarcam bem este espaço, que junta num mesmo universo a cigana que receitava remédios e a Pomba-Gira que une ou desune casais.

Outro detalhe que começa a aparecer no túmulo de Sebinca, são as placas de mármore e madeira que indicam que algumas pessoas já agradecem "graças alcançadas", como é o caso de "M.D.S" (placa de madeira) e Antônio Damasceno, primeiro a colocar uma placa em seu túmulo e que segundo ele ainda não recebeu nenhuma graça, mas já colocou porque sabe que um dia Sebinca vai atendê-lo.

Sebinca, mesmo depois de mais de 40 anos de sua morte, continua sendo lembrada e cultuada por muitos devotos, que acreditam em seu poder imediatista de resolver problemas e atender pedidos.

Cigana, que conviveu com os olhares de estranhamento de uma sociedade sedentária, ainda continua a ser (pelo menos no imaginário popular) confundida com outros personagens que permeiam a religiosidade popular. Ela é uma personagem viva deste imaginário.

O culto a Sebinca Christo, nos dá uma idéia de como a religiosidade não oficial engendra saídas e dita normas, criando uma nova relação entre o visível e o invisível, não um sincretismo formal e conceitual, não uma mistura de cultos, mas uma nova forma de se relacionar com o sagrado. Esta fé ultrapassa as regras estabelecidas e as santificações oficiais.

Depois de buscar informações nos jornais locais, principalmente no Correio Lageano e no jornal A Notícia, de circulação estadual, percebe-se uma total desinformação entre os dois veículos. No jornal de circulação estadual, Sebinca aparece como a cigana que foi torturada, estuprada e assassinada, a partir daí passou a operar milagres. Já de circulação

municipal e regional, apenas aparece a informação de que seu túmulo é muito visitado durante o dia de finados.

Não há nenhum processo criminal, nem tão pouco inquérito policial que se relacione a este crime ocorrido em Lages em 1965, isto foi comprovado após detalhada pesquisa no Depósito Público Judicial da Comarca de Lages.

Também no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, consultando o livro de internações não há entrada de nenhuma paciente com o nome Sebinca ou coisa parecida.

A descrição mais precisa ainda é de Paulo Franklin, que possui o óbito de Sebinca e lá informa a causa de sua morte: derrame cerebral, arteriosclerose e hipertensão arterial. Paulo Franklin e seu pai Wenceslau Franklin, após arrumar o corpo de Sebinca o conduziram até o acampamento em um carro funerário Dodge 52. Durante três dias houve festa e somente no dia 12 de março de 1965 (três dias após sua morte), Sebinca foi enterrada no Cemitério Cruz das Almas.

Seu túmulo continua com a cor azul escuro, mas agora recebeu uma cruz em sua cabeceira. Nas primeiras visitas em 2003 ao cemitério este ícone não existia, como comprovam as fotos retiradas no local. Também agora recebeu o número de identificação 549. O túmulo de Sebinca foi cristianizado.

Mesmo diante de tantas evidências de uma morte natural para Sebinca, as pessoas que visitam seu túmulo e que pedem graças ainda estão convencidas de sua morte trágica.

A martirização dignifica a prática religiosa. O corpo deve sofre em benefício do espírito. (VARAZZE, 2003).

"Divinização de pessoas comuns, subjetivismo religioso, criação de santos imaginários e um espiritualismo sem muita formação religiosa, os ditos santos populares, que se realmente fizerem algum milagre e for comprovado, eu serei o primeiro a levar uma vela em seu túmulo", indagou Dom Oneris Marchiori, Bispo da Diocese de Lages.

Neste sentido, não foi nada fácil para a Igreja impor suas práticas ao "caboclo" de Lages que "tinha outras formas de se relacionar com o sagrado". (SERPA, 1997: 79)

As tentativas da Igreja de normatizar as práticas religiosas populares, tornando-as inferiores, é percebida em vários momentos na história. Na região serrana isso se dá principalmente quando da fixação dos franciscanos na região em 1891. Os bispos e religiosos em geral estavam ligados às elites locais e referendavam, mutuamente, seus poderes espirituais e temporais. Tudo isso, para alinhar a Igreja aos princípios doutrinários emanados da Santa Sé.

Neste emaranhado entre o que é permitido, lícito e aceito, várias são as táticas de sobrevivência criadas e recriadas por aqueles que acreditam em milagres de pessoas necessariamente não reconhecidas pela Igreja como verdadeiramente santos e representantes da fé cristã. "Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas áticas desviacionistas não obedecem à lei do lugar." (CERTEAU, 1994: 92)

Neste contexto social e cultural, surgem vários "fazedores de milagres" e que são cultuados e reverenciados por diversos setores da sociedade, em especial, pelas pessoas de mais baixa renda. Sebinca Christo é fruto deste imaginário e desta expectativa popular de resolução de problemas imediatos e com eficiência. A fé começa a se manifestar nos pedidos a cigana e nas oferendas entregues a ela em seu túmulo. O devoto passa a ser responsável pela construção desta santidade, neste sentido "um não existe sem o outro". (VALLA, 2001: 35).

Referências Bibliográficas

BUCKLAND, Raymond. Magia e feitiçaria dos ciganos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens. Florianópolis: FCC, 1982

DUARTE, Regina Horta. Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no Século XIX. Campinas: UNICAMP, 1995.

FONSECA, Isabel. Enterrem-me em pé. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAFFESOLI, Michel. Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOLLAT, Michel. Os pobres na Idade Média. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MARQUES, Ana Claudia. & BROGNOLI, Felipe Faria. & VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Andarilhos e Cangaceiros: a arte de produzir território em movimento. Itajaí: Univali, 1999.

PIRES, Neusa Scoz & CORRÊA, Zenaide Freitas. Base Histórica de Lages através dos tropeiros. Lages: 75, 1991.

SERPA, Élio Cantalício. Igreja e Poder em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.

VALLA, Victor Vincent (org). Religião e cultura popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VARAZZE, Jacopo de. Legenda Áurea: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PERIÓDICOS

Jornal A Notícia: Joinville, Quarta – Feira 03 de novembro de 1999, n. 21.411. p. A-7.

Jornal A Notícia: Joinville, Sexta – Feira 03 de novembro de 2000, n. 21.773. p. A-6.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O livro didático e a prática docente: uma experiência no ensino de história da maçonaria

Eliane Lucia Colussi[1]

RESUMO
O presente estudo propõe-se a fazer uma reflexão sobre a experiência de elaboração de um livro de apoio didático direcionado aos alunos do ensino básico. Entre os objetivos aqui propostos, destaca-se a tentativa de aproximação entre a produção historiográfica acadêmica e a sua transposição didática para alunos e professores da rede de ensino básico. Acredita-se que esta aproximação possa ocorrer a partir do aprofundamento do diálogo entre dois espaços de educação formal oportunizando uma interlocução mais efetiva entre os diferentes agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem por meio da ferramenta que se constitui o livro didático. A experiência aqui relatada foi fruto de uma pesquisa de cunho acadêmico, cuja temática versou sobre a presença da maçonaria no Brasil. Posteriormente, parte da pesquisa empírica e bibliográfica serviu de base para a preparação de uma obra de apoio didático dirigida ao ensino básico, sobre a presença da maçonaria no Brasil do século XIX.
Palavras-chave: livro didático, ensino de história, maçonaria, transposição didática

ABSTRACT:
The aim of this study is to contemplate the experience of elaborating a didactic book for students of basic teaching. Among the proposed goals, the trial of approaching academic historiographical production and its didactic transposition for students and teachers of basic teaching is emphasized. It is believed this approximation may occur from the deepening of dialogue between two spaces of formal education, making possible a more effective interlocution among the different agents involved in the teaching-learning process through the tool which constitutes the didactic book. The experience here reported, yielded from an academic investigation, whose theme was on the presence of masonry in Brazil. Following this, part of the empirical and bibliographical investigation served as basis for the preparation of a work for didactic support for basic teaching, on the presence of masonry in Brazil of the XIX century.
Key-words: didactic book, History teaching, masonry, didactic transposition

1. O diálogo como experiência necessária

A relação entre a produção historiográfica acadêmica e a sua transposição para o espaço do ensino de história na sala de aula, na rede de ensino fundamental e médio, continua se apresentando, apesar dos debates freqüentes, distante e complexa. Talvez um aspecto importante a ser considerado seja o fato de que parte significativa dos docentes universitários

[1] Universidade de Passo Fundo (RS). Doutora em História do Brasil

nunca exerceu a profissão de docência fora do ensino superior. Em razão dessa situação, esses profissionais, na sua maioria, conhecem pouco da complexa realidade escolar brasileira.

Partindo dessa constatação, salienta-se que não partilhamos da crença de que, para que se conheça determinada realidade e para que se possa falar sobre e para ela, precisa-se, necessariamente, vivenciar o cotidiano da escola e suas inúmeras dificuldades. Muitos especialistas, principalmente da área de Educação e da Pedagogia, têm, ao longo de muito tempo, se dedicado a analisar a problemática que envolve a interface entre universidade e escola. Apesar disso, no caso dos docentes de curso de formação de professores de história, observa-se ainda que, com freqüência, muitos são indiferentes ao debate.

Como ensinar, orientar, supervisionar conteúdos direcionados a uma comunidade que é desconhecida e, portanto, é anônima no seu sentido *stricto*? Esta constatação pode ser dimensionada a partir de Dominique Borne que argumenta nestes termos: "ensinar a história é, em primeiro lugar, levar os alunos a se apropriarem de uma linguagem específica. Nesse sentido, os conteúdos do ensino são inseparáveis das modalidades de sua transmissão" (BORNE, 1998: 139). Teoria da História, conteúdos, metodologia e técnicas de ensino compõe um mesmo cenário. Pretende-se com este artigo, contribuir para estimular o debate sobre a necessidade ou até mesmo a urgência de se estabelecer uma aproximação maior entre os cursos de licenciaturas, neste caso, a História, e a prática pedagógica em sala de aula.

A elaboração de um manual de apoio didático apresenta um conjunto de exigências, muitas vezes pouco conhecidos por muitos professores universitários. As exigências, quase sempre relacionadas à especificidade do público leitor e ao grau de complexidade dos conteúdos, pode nos levar a dificuldades no processo de construção do texto. Maria Auxiliadora Schmid apresenta algumas possibilidades para solucionar as dúvidas que senti ao me deparar com a questão da transposição didática do conhecimento. Segundo a autora,

> o que se procura é algo diferente, ou seja, a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Deste modo, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja transmitido de tal forma que permita ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a História. (SCHMIDT, 2002: 59).

Neste sentido, a metodologia e a didática do ensino e da história são disciplinas fundamentais para que se obtenha resultado qualificado no processo de discussão e elaboração de materiais a serem utilizados como recurso em sala de aula. Metodologia e didática sustentam tanto a qualificação da proposta como as evidências relacionadas à plausibilidade do conhecimento histórico que se está apresentando. É especialmente a área da educação que

tem se dedicando ao estudo e análise dos manuais didáticos a partir de diferentes focos. A história da produção de manuais, a história dos livros e edições didáticas, as dimensões materiais e simbólicas do livro didático. Outro importante foco de análise que contribui em muito para a aproximação entre construção do conhecimento histórico e a sua transposição didática é o que estuda a recepção de correntes historiográficas na produção do livro didático em diferentes contextos históricos.[2]

A construção do texto sob o olhar da didática da história

A explicação e a interpretação histórica impõe ao pesquisador a observância de um conjunto de cuidados teóricos e metodológicos que venham a conferir plausibilidade a uma determinada produção historiográfica, especialmente quando transposta ao ensino. Na perspectiva da distância entre a produção acadêmica da história e a didática da história, "há um silêncio tácito da maioria e, mesmo, uma rejeição por grande parte dos (as) historiadores (as) sobre a didática da história. Talvez seja esse um debate e um papel que caberia a outros profissionais, como, por exemplo, os da educação" (DIEHL, 2001: 25). Mais importante, os autores questionam sobre que razão se produz o conhecimento histórico se "não nos perguntamos, didaticamente, e agora, o que fazer com tudo isso?". Para ele esta é a ruptura mais importante, a da universidade e da escola ou a ruptura entre as metodologias d a produção e representação do conhecimento histórico e as metodologias da didática. A didática da história precisa considerar os resultados da pesquisa quando questiona e prepara técnicas sobre como e o que deve ser ensinado. Esses saberes precisam ser operacionalizados na sala de aula.

Buscando atingir os objetivos acima referidos para a produção do livro de apoio didático em questão, considerou-se como imperativo a explicitação clara de uma problemática, a utilização adequada de conceitos e categorias históricas, o recorte cronológico além de priorizar transversalidade temática. Acrescente-se ainda o cuidado com a correção e adequação dos conteúdos com a inserção de imagens, gravuras e outras mídias.

A temática do livro já fora definida com antecedência e aparentemente não apresentava problemas. Desde o início do processo de sua elaboração, acreditou-se que o objeto de estudo constituía-se numa problemática considerada relevante ao conjunto do conhecimento histórico: a presença da maçonaria na história brasileira no século XIX

[2] Importante trabalho nessa perspectiva é de CAIMI, Flavia Eloísa. *Conversas e controvérsias*: o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

(COLUSSI, 2002). A relevância, juízo passível de questionamento, poderia estar vinculada tanto ao fato de, no Brasil, existirem poucos trabalhos cujo objeto de estudo específico fosse a ordem maçônica, como também o fato de existir, em torno da ordem maçônica, inúmeros imaginários, na sua maioria negativos, concretamente difundidos e perceptíveis, ainda nos dias de hoje, com alguma intensidade. Nesse sentido, a elaboração de um livro de apoio didático pretendeu, desde seu início, preencher uma lacuna em termos da produção historiográfica brasileira, no âmbito da produção de textos didáticos.

Evidentemente, a existência de uma problemática e de um sentido que justificasse a publicação do livro não era, naquele momento, suficiente. Além do interesse editorial-mercadológico, situação que independia da intervenção da autora, a obra deveria estar adequadamente construída, de acordo com as orientações e critérios da própria editora. Nesse sentido, tornou-se imprescindível projetar uma narrativa histórica que além de serem considerados agradáveis e acessíveis aos futuros leitores, contemplasse a importância ou o significado da instituição maçônica no âmbito da realidade social e cultural brasileira no século XIX.

É importante salientar que o texto que estava sendo construído era originalmente de cunho acadêmico, fruto de pesquisa histórica empírica e bibliográfica. Ele, o texto, precisava, estar adequado ao nível de escolaridade do público leitor do ensino fundamental e médio. Assim, foi necessário levar em consideração a diferente experiência cultural desses leitores em potencial. Em muitos momentos do trabalho, chegou-se a acreditar que os conceitos, na sua dimensão abstrata, e que, iam sendo lançados ao longo da narrativa, eram inquestionavelmente de domínio dos professores e dos alunos, futuros leitores da obra. Para surpresa e frustração da autora, inúmeras vezes o texto original precisou ser corrigido e reescrito. Chegou-se a imaginar que o livro nunca deixaria sua condição de projeto de um futuro livro.

Os profissionais da editora, pareceristas responsáveis pela avaliação da obra, perceberam imediatamente o distanciamento e desconhecimento que se tinha da realidade escolar. Parecia evidente que a experiência com a sala de aula na escola de ensino básico era quase nenhuma. A ausência do diálogo mencionado no início deste trabalho refere-se exatamente ao caso ora em discussão. Dessa forma, qual seja das inúmeras correções, constatou-se que o perfil e a experiência cultural dos futuros leitores deveriam ser analisados com mais cuidado. Considerou-se até então e *a priori,* que o público leitor seria um grupo homogêneo.

Contudo, nas primeiras versões do livro, foi produzida uma narrativa linear acreditando-se que os leitores integravam um segmento considerado culto, independentemente do nível escolar. Saliente-se que, para surpresa e frustração da autora, as muitas vezes em que retornavam os originais com orientações para revisão do texto revelaram um pouco da complexa heterogeneidade presenciada pelos professores nas salas de aula. Um recente artigo de revista de história, de circulação para o grande público, chama a atenção e reflete muito bem esse sentimento de estar sendo corrigida, incansavelmente, por anônimos profissionais. O artigo acima referido alerta para o variado leque de caminhos temáticos, teórico-metodológicos "que o professor tem de trilhar junto com seus alunos". Nas suas palavras, o professor "é bombardeado por uma série de terminologias e conceitos que, não poucas vezes, são difíceis à sua própria compreensão: 'imaginário' 'sociabilidade', 'mentalidades', 'historicidade', etc (RIBEIRO, 2005: 80).

A temática central da obra parecia enquadrar-se perfeitamente nesta realidade *bombardeada* acima: a maçonaria foi e ainda é uma instituição que construiu em torno de si inúmeros mitos e preconceitos. Ao longo da sua história, se propagaram imaginários nebulosos em relação aos verdadeiros objetivos dos maçons ou pedreiros-livres. Os mitos que se difundiram foram muitos: os maçons ou *filhos da viúva* (como também são conhecidos) que abnegassem a maçonaria em prol de uma fé acabaria fatalmente morto; seus ritos seriam todos esotéricos, rituais macabros e diabólicos, existem segredos que nunca devem ser revelados. Enfim, a imagem negativa adquiriu uma intensidade difícil de reverter na qual a crença mais evidente é de que existe uma vinculação entre maçonaria e satanismo.

Desde o século XVIII, para muitas pessoas, os integrantes da maçonaria praticavam e praticam o culto ao diabo, a glorificação a lúcifer, que seria venerado e a quem deveriam obediência incondicional. Quem construiu e difundiu essa falsa imagem? A origem da imagem negativa da maçonaria deve-se a duas razões principais: primeira, o caráter discreto e fechado da instituição e o juramento de seus membros de jamais revelarem *um segredo;* segunda, os conflitos da maçonaria com a Igreja Católica nos séculos XVIII e XIX, os quais reforçaram a idéia de que ser maçom e ser católico era contraditório.

Desenvolver um texto que desse conta dessa especificidade pouco conhecida da presença maçônica nas diversas realidades históricas foi tarefa árdua. Constatou-se que os profissionais que assessoram as editoras conheciam mais a realidade escolar do que a autora,

uma profissional licenciada em História e docente de muitos anos de um curso de formação de professores. Nesse contexto, observou-se, entre outras questões, que o nosso olhar sobre o fazer pedagógico deveria ser imediatamente revisto, sob pena de se permanecer contribuindo para o distanciamento e a ausência de compromisso da universidade com a formação de professores qualificados. Compreendeu-se, finalmente, a importância de uma aproximação mais efetiva, sistemática e orgânica desses dois mundos viabilizando, quem sabe uma formação mais qualificada dos profissionais egressos desses cursos de formação de professores.

Um momento particularmente rico nesse processo foi aquele que exigiu uma reflexão sobre a questão da narrativa e do tempo histórico assim como do espaço geográfico-cultural. Teria de fazer uma opção teórico-metodológica clara para que a o conteúdo abordado ficasse corretamente explicitado. Um artigo discutindo a realidade escolar francesa contribuiu para uma melhor percepção da problemática em torno de questões desta natureza:

> A primeira controvérsia se refere à repartição, no currículo escolar dos diferentes períodos da história. (...) Este primeiro debate, em que as associações de especialistas dos diferentes períodos desempenham, normalmente, seu papel, complica-se então. Ele desemboca numa oposição entre o cronológico e o temático, que repousa, por vezes, na idéia de que o cronológico responderia apenas a um objetivo de memorização passiva, e que somente a abordagem temática comportaria a inteligência e a reflexão (BORNE, 1998: 137).

A partir dessa perspectiva e da convicção de que a questão da narrativa histórica cronologicamente linear predomina ainda na historiografia, tornou-se difícil locomover a análise de uma instituição que, mesmo tendo nascido no final da Idade Média foi adquirindo características particulares nos muitos espaços e tempos onde ela se instalou. Uma das conclusões que se pretendia apontar ao final do texto era exatamente a de que "não existe uma maçonaria, mas maçonarias". A opção foi a de construir um texto que, sem deixar de lado o tempo histórico linear, apresentasse aos futuros leitores as principais questões nas quais se observava a presença maçônica na história do Brasil do século XIX.

Esta última opção permitiu que a "transversalidade temática"[3], fosse integrante do texto didático. Percebeu-se que o que interessava no estudo sobre a maçonaria no Brasil estava relacionado à história das idéias no Brasil. Dessa forma, conduziu-se a narrativa no sentido de conectar a presença maçônica em diferentes momentos da vida política e intelectual brasileira como umas das instituições ou nos espaços aonde as idéias nasciam eram recebidas e divulgadas. Procurou-se conduzir o leitor no sentido de seguir a trajetória do

[3] O destaque tem por objetivo reforçar a questão de que nos parâmetros curriculares em vigor existe especial atenção a necessidade de que se desenvolvam conteúdos a partir da "transversalidade temática".

processo de secularização da sociedade brasileira a partir de uma instituição, a maçonaria, que não foi única, e nem a mais importante. Entretanto, sua presença deixou marcas profundas não apenas na história brasileira.

A preocupação com o desenvolvimento de uma abordagem que pudesse responder à necessidade de transversalidade temática exigiu também que se estabelecesse conexão entre os diversos aspectos da complexidade do contexto histórico em questão. Assim, o foco central perpassou por questões como o iluminismo, o liberalismo, a história das elites, a presença católica, o capitalismo, o absolutismo, os espaços de sociabilidades, as irmandades religiosas, a secularização dos cemitérios, a independência do Brasil, o abolicionismo, o republicanismo e o sistema educacional no Brasil do século XIX, entre outras.

Não menos importantes foram as exigências quanto às opções relacionadas aos recursos de imagens e de multimídias que deveriam enriquecer e ilustrar a obra. Sem experiência no complexo cotidiano do fazer pedagógico para crianças e adolescentes, a autora não identificava a importância da materialização dos conteúdos abstratos na forma ilustrativa. Sem dúvida, a narrativa textual se completa, muitas vezes, com maior intensidade por meio da narrativa iconográfica. Nesta perspectiva, *descobriu-se* que muitos profissionais vêm estudando a questão e publicando trabalhos importantes, como é o caso de Thais Nívia de Lima e Fonseca. Para a autora, "a capacidade informativa das imagens há muito percebida por autores de livros didáticos e formuladores de propostas para o ensino de história". (LIMA E FONSECA, 2001: 115).

A eficácia das imagens não se restringe a sua competente utilização didática. As seleções feitas devem estar de acordo com a concepção de história, com os objetivos gerais do livro e a mensagem que o autor pretende transmitir. Visualizar a imagem, os signos, as mensagens auxilia a construção da historicidade e a idéia de um passado que concretamente existiu nesses fragmentos. No caso do estudo de uma instituição cuja base se assenta sobre um complexo e variado sistema ritualístico e simbólico, seria fundamental que as ilustrações contribuíssem para que o futuro leitor ampliasse o seu universo de conhecimento sobre a ordem maçônica. Nesse momento, a colaboração dos profissionais da editora foi fundamental tanto na localização de ilustrações e imagens adequadas ao texto proposto quanto na descrição do sentido dessas imagens.

Por fim, colocou-se a questão de como seria a recepção do discurso histórico expresso no livro didático. Muitas vezes questionou-se sobre a importância do estudo e de que forma ele seria recebido por professores e alunos. Quando se torna público e disponível o livro, ele deixa de estar sob o domínio do autor. Muito provavelmente os leitores, professores, alunos e

curiosos sobre o tema, o criticaram, analisaram e construíram sentidos que podem ter ido muito além da proposição e dos objetivos iniciais. Tal situação, se, de fato, ocorreu, garantiu validade ao tempo dedicado a essa tarefa. Terá valido a pena tanto como professora quanto como historiadora que acredita não haver uma única verdade histórica.

Considerações finais

O relato dessa experiência particular pretende contribuir como um estímulo para que se possa, como profissionais da área da história, independentemente do espaço no qual atuamos, trocar/partilhar conhecimentos e experiências que qualifiquem nossa prática profissional. Dessa forma, e não pretendendo ir além de uma reflexão inicial, apontam-se algumas conclusões constatadas e que, eventualmente, podem ou mesmo precisam ser criticadas e contestadas. Em primeiro lugar, coloca-se a confirmação das dificuldades do diálogo entre o que se ensina na universidade e o que se aplica na escola. O fato de a experiência relatada nesse estudo ter sido fruto de uma pesquisa de cunho acadêmico, especificamente sobre a maçonaria brasileira no século XIX, revela a potencialidade das pesquisas inovadoras ou originais produzidas na universidade e que muitas vezes não chegam aos outros níveis escolares.

Penso que a história das idéias e das instituições onde as idéias eram construídas e divulgadas tiveram um papel crucial na construção da identidade brasileira. Assim, acredito também que o ensino de história deva contribuir para a construção da identidade de uma determinada sociedade ou grupo. Assim, ela "é também libertadora. Os alunos, submetidos, quase permanentemente, a um fluxo de imagens e de palavras não hierarquizadas, devem adquirir pontos de referencia, grades de leitura, um olhar critico. É por isso, aliás, que é indispensável prolongar os programas até nossos dias. Deste modo, a história não exibe mais apenas os gestos das civilizações mortas; ela afirma a continuidade da humanidade e ilumina o presente" (BORNE, 1996: 140).

A reflexão pode permitir uma qualificação na transposição didática de determinados conteúdos para alunos e professores da rede de ensino básico de maneira adequada e qualificada. Acredito que o relato dessa experiência particular possa contribuir no sentido de estimular os professores/pesquisadores universitários ao exercício da elaboração de textos direcionados ao ensino fundamental e médio.

A elaboração deste texto exigiu que se fizessem inúmeras ponderações sobre as dificuldades na realização da transposição didática do conhecimento histórico. Constatou-se que ainda se faz necessário e urgente a diminuição do distanciamento entre a

pesquisa/produção intelectual das universidades, especialmente no âmbito das licenciaturas, e sua aplicação ou relação com a realidade escolar no ensino de história.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 69-90.

BORNE, Dominique. Comunidade de memória e rigor crítico. In: BOUTIER, Jean e; JULIA, Dominique. *Passados recompostos*. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1998. p. 133-141.

CAIMI, Flávia Eloísa. *Conversas e controvérsias*: o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002. (Coleção Que história é esta?)

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

DIEHL, Astor Antonio; MACHADO, Ironita Policarpo. *Apontamentos para uma didática da história.* Passo Fundo: Clio, 2001.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazanz. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3. p. 531-545, set./dez. 2004.

LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. "Ver para compreender": Arte, livro didático e a história da nação. In: SIMAN, Lana Mara de Castro; LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. *Inaugurando a história e construindo a nação.* Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autentica, 2001. p. 91-121.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Fora da realidade. *Revista de História da Biblioteca Nacional***,** Rio de Janeiro, n. 3, p. 79-81, set/ 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cinejornais nos anos dourados: JK e Brasília em imagens em movimento

Maria Leandra Bizello[1]

Resumo: Os cinejornais e os filmes institucionais representam uma das faces da propaganda oficial durante o período da presidência de Juscelino Kubitschek. Ao lado da produção cinematográfica nacional de ficção os cinejornais e a produção institucional mesclavam uma preocupação em construir e legitimar imagens. Este estudo analisa esses filmes entendendo-os como documentos históricos desse período e discute a construção das imagens de Juscelino Kubitschek e Brasília. Analisa as imagens oficiais de JK, reflete em que medida as imagens da construção da então nova capital federal contribuíram para legitimá-lo como um presidente dinâmico, visionário e moderno. Procura também discuti-las como elementos importantes para a propaganda oficial num período dito como democrático e de franca expansão dos meios de comunicação de massa e que relações o Estado estabeleceu com tal produção.
Palavras-chave: cinema; história; imagens.

Resumo: Les actualités et les films institutionnels représentent une des faces de la propagande officielle pendant la période du gouvernement présidentiel de Juscelino Kubitschek. A côté d'une production des films de fiction, les actualités et les films institutionnels ont mélangés des preocupations en construire et légitimer des images. Cet article étude ces films comme documents historiques de cette période-là et il débat la construction des images de Juscelino Kubitschek et de la cité de Brasília. Il y a la analyse des images de JK et la réflexion sur la contribution des images de la construction de la nouvelle capitale fédéral sur la légitimation de JK comme un président dinamique, visionnaire et modernne. Ces images ont discutées comme éléments importants pour on a pu comprendre la propagande officielle et les relations que l'État ont établi avec la production cinematographique dans un période connu pour la democratique et la grande expansion des **mass-médias.**
Mots-clés: cinéma; histoire; images.

A idealização sobre os anos 1950, principalmente a sua segunda metade, tem algumas imagens predominantes que formam o imaginário sobre o período. Esse imaginário coletivo é constituído por uma série de aspectos que não abordaremos nesse artigo, mas que em seu conjunto legou ao presente o mito dos "bons tempos"(GOMES, A.C. 1991: 1). As imagens a que nos referimos são de Juscelino Kubitschek, presidente entre 1956-1961, e Brasília, a capital federal em construção naquele momento. As relações que essas imagens

[1] Professora da UNESP/Marília, doutoranda em Multimeios – UNICAMP.

estabelecem entre si e com o imaginário coletivo possuem múltiplas dinâmicas que se estendem daquele período até o presente e muitas vezes se confundem.

A proposta desse artigo é justamente refletir sobre a produção dessas imagens no seu calor da hora, perceber as dimensões de sua construção. O repensar as imagens dos anos JK nos dias atuais é objeto constante da literatura voltada para a biografia que se mistura à produção de imagens de reconstrução de época, principalmente televisivas, elas procuram resgatar a dignidade política e moral á figura do político e do homem, sempre evocado em seu dinamismo e modernidade, mas não consegue dar-lhe outras dimensões, ou ainda recuperá-las, empreendendo um movimento de reforço do mito, da época e do homem, o que é paradoxal ao próprio mito[2].

A produção de imagens do período que estudamos é imensa, recortamos um determinado tipo de imagem e a gêneros específicos: a imagem em movimento, o cinema, e os cinejornais e filmes institucionais; esse recorte documental relaciona-se ainda aos objetos de nosso estudo a imagem oficial de Juscelino Kubitschek e de Brasília. Esse corpo documental faz parte de dois acervos: o primeiro da produtora Jean Manzon Films, e o segundo está sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal.

Essa documentação se entrelaça em seu momento de produção, o filme realizado pela Jean Manzon Films e a Atlântida, *As primeiras imagens de Brasília*, está ausente do acervo da produtora, nenhuma cópia foi ali encontrada, mas o Arquivo Público de Brasília tem uma cópia telecinada e disponível em VHS, pois o filme foi encomendado pela Companhia Urbanizadora Novacap. As imagens de Juscelino Kubitschek em Brasília nos levam a primeiro estabelecer a relação entre criador e criatura, ao mesmo tempo em que contempla o ritual do poder.

Juscelino Kubitschek visita as obras da construção da cidade levando consigo uma comitiva e quase sempre um convidado ilustre, estadistas e políticos: o Príncipe Bernhard, da Holanda, o secretário de Estado norte-americano Foster Dulles. Ele inaugura algumas das primeiras construções como a Capela Nossa Senhora de Fátima – Igrejinha – em 1958, o primeiro templo de Brasília, ou ainda simplesmente inspeciona as obras ao lado de Israel Pinheiro, então presidente da Novacap e primeiro prefeito de Brasília após sua inauguração, em 1960.

As imagens desse empreendimento enfatizam a grandeza do trabalho desenvolvido pelos operários – que estão muito mais na narração em off do que nas imagens propriamente

[2] Refiro-me aqui á análise de Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. SP:Companhia das Letras, 1987.

ditas – e a movimentação promovida por essa construção: dezenas de trabalhadores munidos de pás e máquinas revolvem a terra, mais e mais pessoas vindas de todas as regiões do Brasil chegam para trabalhar nos canteiros de obras, num esforço concentrado de concretização de um projeto.

Projeto esse que foi denominado pelo próprio JK como "Meta-Síntese" (KUBITSCHEK, J. 1978:17), dentro de um projeto maior, para o país inteiro, que o fizesse sair da estagnação e do atraso, o Plano de Metas. Brasília é para Georges Balandier (1982:11) "a ilustração mais importante" das relações entre o poder e a nação, o coletivo foi mobilizado para que tal empreendimento fosse concretizado.

Desde o momento em que Juscelino Kubitschek foi provocado por um eleitor num comício ainda em campanha presidencial sobre a mudança da capital, esse projeto foi se transformando tanto para ele mesmo quanto para a nação. A idéia de uma nova capital apesar de antiga não se realizava, JK mobilizou-se politicamente para materializá-la e em sua direção as pessoas se movimentaram. Essa movimentação foi permeada por conflitos e interesses, no entanto, aqueles que eram prós e outros que eram contra, contribuíram para que essa expressão se ligasse de forma tão íntima a Juscelino Kubitschek que suas imagens se equivalem, uma não suplanta a outra, Brasília lembra JK e JK é Brasília.

Juscelino Kubitschek aparece como o presidente que inspeciona e inaugura, ele participa na sua função de administrador maior e líder de um grupo que concebeu a cidade, do empreendimento que movimenta o país. Ele quase sempre aparece no começo dos filmes de maneira a legitimar o olhar, o espectador vê aquilo que Juscelino vê de helicóptero, a pé, de jipe. Mas a câmera logo passa a privilegiar as construções, as estradas que ligarão Brasília a todas as outras capitais do Brasil.

Os visitantes ilustres que JK leva para Brasília ficam extasiados, segundo os diferentes narradores, com o tamanho do projeto do qual apenas ouviram falar, a força e a coragem daqueles que o comandam e dos que o colocam em ação; descerram placas de futuros edifícios que representarão seus países e instituições; andam sobre o terreno desmatado e por entre esqueletos de edifícios em construção.

Tanto as imagens como as narrações enunciam o caráter épico do empreendimento da nação comandado por JK. A imagem do líder dinâmico e empreendedor está intrinsecamente ligada a construção de Brasília, os constantes deslocamentos do presidente da então capital, Rio de Janeiro, ao Planalto Central para acompanhar mais de perto a execução do projeto da nova capital, dá expressividade ao poder que não se limita a recepção de

autoridades, mas em mostrar como um projeto sai do papel, mobiliza pessoas para enfim mostrar-se pronto.

Analisando as fotoreportagens sobre Brasília nas revistas O Cruzeiro e Manchete entre 1956 e 1960, Adriana Hassin nos mostra como elas

> *antecipam e colaboram no processo de construção de Brasília, noticiando-a e popularizando-a entre o público-leitor ao redor do Brasil. As fotoreportagens assumem um cunho presentificador e pedagógico da nova capital, em resposta às demandas e ansiedades de seu público leitor* (SILVA, A.H. 2003:192).

A discussão sobre Brasília faz com que ela exista ainda antes de estar construída e inaugurada, fortalece-a simbolicamente. Se ela é, em sua concepção, símbolo da modernidade, o debate em torno de sua construção material estende-se para outras esferas colocando-a no imaginário coletivo não apenas por meio das palavras, no caso das revistas e jornais, mas através das imagens como nas fotoreportagens das revistas ilustradas nas quais as relações entre texto e imagem dão a dimensão do processo de construção da cidade. As imagens dos edifícios em construção fazem com que o leitor siga e debata a cidade, para o Brasil dos anos 1950 isso era algo inédito.

Os cinejornais podem ser entendidos nessa mesma direção, as imagens em movimento também apresentam o caráter *presentificador e pedagógico* (SILVA, A.H. idem) das revistas ilustradas e são uma espécie de outro lado da rua no olhar que é estabelecido sobre Brasília.

O projeto e a construção de Brasília também serviram como um elemento realizador da estratégia de persuasão da sociedade (RODRIGUES, G. M. 1990:40) com argumentação ideológica, a do nacional-desenvolvimentismo. A nova capital tinha como já abordamos um caráter simbólico que participava de um projeto propagandístico com um aparato de convencimento diferente do realizado pelo Estado Novo, no primeiro governo de Getúlio Vargas. Não havia mais um Departamento do Estado responsável pela propaganda, mas as ações estavam sintonizadas umas às outras. Convencer a nação sobre a necessidade da construção de Brasília exigiu um esforço que congregou pelo menos quatro movimentos:

> *Um, uma espécie de "corpo a corpo" com a sociedade, que consistia em patrocinar conferências, palestras, congressos, etc., em todo o País (e no exterior),... Outro, que era a propaganda no próprio território, no palco onde se desenrolava o acontecimento, isto é, no canteiro de obras...E um terceiro movimento, que consistia em utilizar os meios de comunicação: rádio, televisão, jornais, revistas e até o cinema, através dos cinejornais. E, finalmente, o quarto, que era a própria atuação*

> *do presidente da República, através dos seus pronunciamentos sobre Brasília.* (RODRIGUES, G.M. idem: 38)

As relações entre cinema e Estado no período JK já estavam sedimentadas desde a década de 1930, a continuidade dessas relações marcou a década de 1950. Os cinejornais eram obrigatórios nos cinemas brasileiros antes dos filmes de longa-metragem, eram entendidos como educativos para cidadãos, orientações audiovisuais geralmente produzidas pelo próprio Estado para educar o olhar, os ouvidos e convencer.

A administração da NOVACAP entendia então ser fundamental estabelecer essa relação visual de cunho educativo, de educação do olhar que utilizava os meios de comunicação tanto quanto o Estado Novo, mas com diferenças na produção desse material. Se na Ditadura Varguista, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) produzia os filmes e as imagens oficiais além de controlá-las, o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek não desenvolveu um aparato de produção similar. Essa produção implicou em estabelecer relações comerciais e políticas entre o Estado, as produtoras e os meios de comunicação em geral.

Isso não significou um Estado desprovido de meios de comunicação de massa, a Agência Nacional ainda estava ligada ao governo federal, assim como Juscelino Kubitschek usava a Rádio Nacional através da Voz do Brasil, em 1958 inaugurou a Rádio Nacional de Brasília com o intuito de levar para os lugares mais distantes do país as notícias sobre construção da capital federal (RODRIGUES, G. M. ibidem, 45). Além disso, JK tinha um grupo de intelectuais que escreviam seus discursos dirigindo-se de modo particular para cada público que o ouvisse. Desde governador de Minas Gerais a preocupação em falar e cooptar o público foi tratado com cuidado pelo presidente que sempre se cercou de poetas, escritores, intelectuais, cientistas e artistas.

Dessa forma podemos entender que o estabelecimento da propaganda oficial dos anos JK não dependeu exclusivamente de um aparato autoritário construído pelo Estado, nem por isso deixou de ser autoritária na medida em que usou os meios de comunicação de massa para atingir e cooptar ideologicamente a opinião pública.

Na produção de cinejornais e documentários as mais diversas produtoras eram contratadas tanto pela NOVACAP, no caso específico da construção de Brasília, pelos ministérios do governo de JK, assim como pelo próprio gabinete do presidente quando ele mesmo sentia necessidade.

Para entender melhor essas relações escolhemos da massa documental definida no início do artigo dois filmes para discutirmos a construção da imagem oficial de Juscelino

Kubistschek e de Brasília. Se a construção das imagens oficiais faz parte da propaganda oficial, as relações de produção dessas imagens são permeadas por contratos, jogos políticos e favores pessoais.

As imagens de Brasília foram produzidas por câmeras de diversas produtoras, contratadas pela NOVACAP para a produção de cinejornais e documentários, como a Libertas Filmes, Jean Manzon Films, Persin Perrin Produções, dentre outras (RODRIGUES, G.M. ibidem, 96). Os cinejornais encomendados pela NOVACAP receberam o nome de Brasília e foram realizados em série, nos deteremos sobre o de número dez, de junho de 1958, com temática voltada para as inaugurações das primeiras edificações da futura capital federal. Inaugurou-se primeiro a Capela Nossa Senhora de Fátima, conhecida por "Igrejinha", a presença de JK e sua família e a benção dada pelo arcebispo de Goiás, Dom Fernando Gomes dos Santos, nos mostra que a Igreja Católica é a primeira instituição a se fixar na terra desmatada da nova capital, o empreendimento está devidamente protegido das forças do mal, das ações da oposição, o plano espiritual está garantido. O próximo bloco de imagens tematiza a inauguração da estrada Anápolis-Brasília. As imagens privilegiam JK e Israel Pinheiro, automóveis e motocicletas em movimento na estrada recém-inaugurada. A construção da meta-síntese implica no andamento das outras metas planejadas pelo governo; essas imagens abordam muito mais do que uma inauguração, é uma espécie de prestação de contas do que estava acontecendo em Brasília ao mesmo tempo em que mostra o processo de desenvolvimento então proposto.

A inauguração que segue á da estrada é a do Palácio da Alvorada. O evento congrega um grande número de autoridades entre civis, militares e religiosas essas últimas têm novamente na imagem de Dom Fernando, o representante que legitima espiritualmente através da missa a inauguração. O momento também foi oportuno para a entrega de credenciais ao novo embaixador de Portugal no Brasil Manoel Rocheta. Brasília já funcionava como capital federal, ali se recebia não apenas com o intuito de mostrar o processo de construção, mas era importante para o fortalecimento do papel da nova capital, mostrava-se assim que era possível exercer a diplomacia em meio a operários, tijolos, areia, cimento e aço. Finalmente, há a inauguração do Hotel de Turismo e imagens aéreas da cidade, o espectador já sabe agora que Brasília se concretiza aos poucos, os passos não são lentos, o cinejornal ao tratar todos esses eventos juntos quer mostrar o dinamismo do empreendimento.

Em Eisenhower no Brasil, realizado em 1960, pela Jean Manzon Films, financiado pela USIS – United States Information Service , JK aproveita a visita do presidente norte-

americano para fazer o primeiro grande ensaio de inauguração da capital. Ali, sob chuva, cumprem-se os rituais de chegada: o cumprimento entre ambos os chefes de Estado, a revista das tropas e a multidão, esta última é fator importante em qualquer visita de chefe de Estado. Eisenhower é recepcionado e ovacionado por ela, há papéis picados, sorrisos e acenos dos estadistas. Os cortejos nos quais a multidão tem um papel fundamental são completamente isentos de incidentes: os planos médios e os closes permitem a redução do campo da imagem onde, como já destacamos, a multidão é representada pela chuva de papéis picados ou pelo barulho de vozes.

Em Brasília, a multidão no Palácio da Alvorada ouve o discurso de Ike que é silenciado no filme. No seu lugar a interpretação do narrador:

> *"Sempre sob o calor das aclamações populares, as quais agradece sorrindo o presidente Eisenhower pronuncia seu primeiro discurso em terras brasileiras (pausa). "Brasília – diz ele – é uma epopéia digna das vastas possibilidades e aspirações desta nação."*

Depois dos discursos e sorrisos para a multidão a ênfase desloca-se para a inauguração da pedra da embaixada dos Estados Unidos em Brasília e o final do dia com um plano panorâmico da Alvorada, solitário no descampado.

No Rio de Janeiro, Eisenhower é recebido no Arsenal da Marinha por JK numa solenidade que mais parece a de sua chegada ao país: juntos ouvem os hinos nacionais, apertam as mãos, fazem discursos. A câmera está em close, quando ambos os presidentes estão discursando. Há o passeio pela Avenida Rio Branco, o jantar no Itamaraty, com outro discurso novamente silenciado pelo narrador que informa o provável tema – a Operação Pan-Americana. Em São Paulo, o novo passeio de carro pelas ruas, agora sob chuva, e o jantar com industriais, políticos, o então governador Carvalho Pinto e Juscelino Kubitschek. A volta ao Rio traz mais um jantar de Ike para JK e seu retorno para os Estados Unidos. Esta visita está envolta por um clima de tranqüilidade e amizade onde os dois presidentes trocam sinais de amizade em apertos de mão, sorrisos, jantares, passeios. A câmera privilegia Eisenhower, entretanto, podemos perguntar o que há por trás dessa viagem aparentemente tão bem sucedida e agradável às lentes das câmeras da Jean Manzon Films?

Essas imagens escondem o clima morno e desgastado que existia entre o Brasil e Estados Unidos apesar dos esforços de JK, com a OPA – Organização Pan-Americana, em mobilizar os EUA e os vizinhos latino-americanos. A reação norte-americana era cautelosa. Eisenhower, num primeiro momento acenou para a idéia, entretanto não passou desse aceno.

A visita realizada em 1960 acontecia dois anos após o lançamento da OPA e Ike ainda dizia não conhecê-la efetivamente. O ocultamento de incidentes durante sua visita refere-se por sua vez à desastrosa viagem do vice-presidente norte-americano Richard Nixon, em 1958, pela América Latina. No Brasil, por trás das imagens edulcoradas, segmentos da sociedade, como os estudantes ligados a UNE, manifestaram-se contra a visita de Eisenhower, que por sua vez, sai-se muito bem procurando anulá-las através do riso e do bom humor.

A preocupação central dessas imagens é assegurar a JK e Brasília um caráter positivo e sem contradições aparentes legitimando-os através do discurso em imagens.

Referências Bibliográficas

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília:Editora Universidade de Brasília, 1982.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. SP:Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro(org.). *O Brasil de JK*. RJ: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Cinquenta anos em cinco. Meu caminho para Brasília.* Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, v.3.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília.* Dissertação de mestrado, Brasília-DF:Instituto de Ciências Humanas/UnB, 1990.

SILVA, Adriana Hassin. *A modernidade em alvorada: Brasília e a imagem do Brasil moderno no fotojornalismo d'O Cruzeiro e da Manchete (1956-1960).* Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Resistência e opressão: a segunda onda do movimento feminista no Brasil e as alterações no direito das mulheres.

Claudia Regina Nichnig[1]

Resumo: O presente trabalho busca aproximar a História e o Direito, a partir das discussões que tratam da categoria de análise gênero, *objetivando* historicizar e problematizar os embates e os debates que antecederam as mudanças legislações, especificamente as que tratam dos direitos das mulheres. Analisando o que reivindicavam estas mulheres nas décadas de 1970 e 1980, para observar como foi dado voz a estas demandas. Assim, a partir da aproximação das análises feministas e/ou de gênero ao direito, pretendemos neste estudo apresentar as relações entre as mudanças nas leis referentes às mulheres e a constituição dos debates e anseios que caracterizaram e definiram as lutas feministas durante a Segunda Onda do movimento no Brasil.
Palavras Chaves: Feminismo – Resistência – Direito.

O presente trabalho faz parte da pesquisa de mestrado realizado no curso de pós-graduação em História que buscar analisar a segunda onda do movimento Feminista no Brasil e as mudanças legislativas relativas ao direito das mulheres no Brasil. Neste momento, traremos o debate em torno das modificações legislativas propostas pelos movimentos feministas a partir do jornal "O Mulherio", percebendo como as articulistas do jornal apresentam a questão.

Existiriam então diferenças entre o olhar de um jurista e de historiador diante da legislação? Sobre esta questão são inspiradoras as contribuições de Hans-Georg Gadamer ao analisar as diferenças entre o interesse dogmático e o interesse histórico.

> *"O jurista toma o sentido da lei a partir de e em virtude de um determinado caso dado. O historiador jurídico, pelo contrário, não tem nenhum caso de que partir, mas procura determinar o sentido da lei na medida em que coloca construtivamente a totalidade do âmbito de aplicação da lei diante dos olhos. Somente no conjunto dessas aplicações torna-se concreto o sentido de uma lei. (GADAMER, 1997: 448).*

[1] Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

É com este olhar, dando historicidade a legislação e desconstruindo as definições que apontam as leis como algo que é dado, como pronto e acabado, não considerando, portanto, o direito como essência ou como disciplina a - histórica, é que pretendemos

Neste estudo apresentar as relações entre as mudanças nas leis referentes às mulheres e a constituição dos debates e anseios que caracterizaram e definiram as lutas feministas nos anos de 1970 e 1980, através dos periódicos feministas.

Aproximando as análises feministas e/ou de gênero ao direito poderemos discutir as intersecções existentes entre as práticas e os discursos dos movimentos feministas/gênero e as mudanças legislativas ocorridas a partir da década de 1960.

As diversas mudanças ocorridas na legislação brasileira que possibilitaram, dentre outras coisas, a possibilidade do divórcio, a opção do uso pela mulher do "apelido" do marido, a igualdade entre homens e mulheres, presente somente na Constituição Federal de 1988, fez parte de um conjunto de transformações ocorridas no período que ora nos debruçamos.

A ditadura militar no Brasil, que teve início em 1964, é marcada pela ausência de direitos políticos por cidadãs e cidadãos diante do governo ditatorial. Punição às manifestações públicas, censura intelectual e ameaça a qualquer oposição ao novo regime vigente são outras das características deste período de exceção vivido no país. Com a ausência de direitos, as organizações políticas e grupos engajados em reivindicações sociais estiveram na mira dos militares brasileiros. Assim, jornais, livros, músicas, programas de televisão e revistas, foram censurados ou simplesmente proibidos de irem ao ar por representarem, segundo o governo, subversivos (ARAÚJO, 2002). Assim, além da toda ameaça à integridade física, os meios de comunicação ficaram impossibilitados de manifestarem-se contra o regime.

A ditadura militar no Brasil, entendida como um regime totalitário extinguiu os direitos dos cidadãos brasileiros, vetando, inclusive, qualquer forma de manifestação pública de grupos opositores.

A partir da década de 60 em muitas partes do mundo, assim como no Brasil, deram-se início inúmeras mobilizações populares que se perduram durante toda a década de 70 e 80. Entre essas mobilizações estão situados os movimentos em favor da emancipação feminina, como por exemplo, a luta pelos direitos reprodutivos e por condições trabalhistas mais igualitárias. Ou seja, uma grande movimentação feminista trouxe novas reivindicações para as mulheres na sociedade, entre elas o direito ao corpo, as questões da sexualidade, entre outras bandeiras.

Assim, como os grupos revolucionários, que fizeram a luta armada no Brasil, os movimentos feministas atuaram como uma das formas de resistência ao regime ditatorial imposto pelos militares.

O Estado brasileiro igualou o feminismo e comunismo; associando às medidas tomadas pela URSS quanto à descriminalização do aborto, a concessão ao divórcio e ao incentivo à libertação das mulheres com as reivindicações dos movimentos feministas; tomando ambos como uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade. (ARAÚJO, 2002).

Assim, além de ter sido associado pela direita ao comunismo, devido às medidas adotadas pela URSS, o movimento feminista também foi repudiado pelos movimentos políticos de esquerda, que consideravam as reivindicações secundárias em meio à necessidade de redemocratização do país.

O que podemos perceber é que o feminismo brasileiro não teve qualquer apoio ou expressiva representatividade social frente aos movimentos sociais que em sua grande maioria se opunham, mesmo que clandestinamente, ao Estado (TELES 1993: 76). Os movimentos de esquerda entendiam que as reivindicações feministas iriam enfraquecer a luta, por tratarem de questões específicas das mulheres, portanto, de menor importância.

Com a instituição do Ano Internacional da Mulher, em 1975, pela Organização das Nações Unidas, os movimentos feministas passaram a ter maior visibilidade e gradativamente passaram a ocupar seu lugar dentro do próprio Estado.

Michel Foucault entende que as resistências "questionam o estatuto do indivíduo" e buscam "o direito de ser diferente" (FOUCAULT, 1993: 234). Como observa Foucault, são oposições, mas não se apresentam contra ou a favor do indivíduo; questionam o direito a individualização. Almejam o direito do indivíduo de ter sua própria identidade e não apenas absorver aquilo que lhe é imposto pelo outro.

Assim, entendemos a resistência, como prática de liberdade, presente no interior das relações de poder, pois estas se utilizam da liberdade dos sujeitos. O poder, desta forma, está sempre ligado à ação dos sujeitos, que é considerada sempre reativa, reprodutiva. Já a prática de liberdade, entendida como produção de subjetividade, é criadora, ativa.

A resistência, assim, levaria o outro a sucumbir, ou a transformá-lo em adversário. Neste caso, é estabelecida uma relação de poder em que a ditadura militar e a esquerda política atuam como elementos principais, formando uma rede de relações, bem como todo

um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1993: 234). A esquerda, nesta relação não é pacífica, mas um elemento adversário atuante.

O movimento feminista então propõe que as pessoas não fiquem presas em conceitos pré-estabelecidos pela sociedade, a qual estabelece papéis estanques para homens e mulheres, mas que cada um busque sua própria identidade, levando em consideração a igualdade entre os gêneros.

Esta efervescência internacional, a ocupação cada vez maior de mulheres nas universidades e no mercado de trabalho (ALVES, 1991), deixando o espaço privado em busca do espaço público, somado às inúmeras transformações comportamentais vividas na década de 70, não passaram incólumes. As mulheres da década de 1970 reivindicam direitos iguais, já que agora são donas dos seus corpos e dos frutos do seu trabalho. Não cabe mais haver diferenciações entre homens e mulheres nesta sociedade. A nova forma de ver e viver daqueles dias entra em choque com o padrão tradicional, principalmente nas relações familiares. As mulheres não permitem mais que seus maridos, pais e patrões ditem a forma de viver suas vidas.

No Ano Internacional da Mulher é fundado em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia. A ONU promove debates no Rio de Janeiro e São Paulo, a respeito da condição feminina. Como fruto destas reuniões é fundado o Centro da Mulher Brasileira, nas duas cidades, o qual é considerado uma organização feminista.

Os grupos feministas que surgiram em todo o país proporcionam a criação dos jornais feministas: Brasil Mulher (Londrina e posteriormente São Paulo) e Nós Mulheres (São Paulo). É importante registrar que o surgimento destes jornais militantes está inserido no contexto da ditadura militar, em que floresce no Brasil a chamada imprensa alternativa ou nanica, que somente pode ter voz nos anos em que a censura atuou de forma mais branda (LEITE, 2003).

Embora ligados à esquerda, os periódicos introduziram temas íntimos, afirmando que o "privado também é político", e contestando as relações hierárquicas e verticais da esquerda tradicional do Brasil. [2]

Portanto, paralelamente a emergência dos primeiros encontros surgiu os primeiros periódicos feministas. No período compreendido entre 1975 e 1980, circularam vários exemplares do Brasil Mulher. Este periódico era elaborado por mulheres oriundas do Partido

[21] A historiadora Cristina Scheibe Wolff ao estudar o movimento da guerrilha brasileira no mostra que os esteriótipos de gênero, com características femininas e masculinas bem delimitadas se faz presente no movimento de esquerda.WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero na Guerrilha – Brasil – 1968-1973. **Faces de Eva,** n.º15, Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa (2006), p45-57.

Comunista do Brasil (PC do B), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Segundo Maria Amélia de Almeida Teles o periódico concentrava suas lutas em defesa contra a anistia, os presos e os perseguidos políticos. Já a autora Rosalina de Santa Cruz Leite aduz que o jornal afirmava a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, debatendo questões que explicam a relação dominação/exploração vivida pelas mulheres, ao mesmo tempo em que divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Também tratava de temas políticos ligados à realidade brasileira, que vivia a ditadura militar (LEITE, 2003: 237).

Em junho de 1976, com o retorno do exílio de várias mulheres que participavam de grupos feministas no exterior, surgiu o Nós Mulheres. Com a volta ao país, criaram um periódico que fortaleceu as reivindicações femininas, e dentre suas bandeiras a proposta de socialização do trabalho doméstico, com a criação de creches, lavanderias e refeitórios públicos. Tinha como jornalista responsável a feminista Marisa Corrêa e outras trinta colaboradoras (TELES 1993: 90/92).

Já em 1981, é fundado em São Paulo o periódico O Mulherio, que circulou no período de 1982 a 1988 e tinha como responsável a feminista Adélia Borges. Trazia em seu bojo temas como a democracia doméstica, a situação das mulheres, a criação da licença paternidade, direito a creche, a descriminalização do aborto, entre outros (TELES 1993: 93/95).

É importante mencionar que num contexto de repressão, onde quaisquer formas de manifestação política eram passíveis de punição, muitas mulheres passaram a constituir grupos de estudo e de reflexão.[3] Modelo oriundo especialmente dos Estados Unidos, consistia em pequenos grupos que discutiam temas relacionados à questão política, a situação das mulheres, a discriminação, condição de inferioridade, mas especialmente temas relativos à sexualidade, aos relacionamentos entre homens e mulheres e suas vivências cotidianas.

Muitos dos temas discutidos, na maioria das vezes nestes grupos colaboraram para fortalecer as reflexões feministas e a definição de suas bandeiras de lutas. Os movimentos feministas propunham a construção de um novo modelo comportamental, levantando questões como a violência, a busca por melhores condições de saúde, o direito ao corpo, ao prazer, ao acesso ao poder, entre outros e, principalmente, a igualdade entre os gêneros, em todos os sentidos e em todos os âmbitos.

---

[3] Sobre os grupos de estudo e reflexão ver GRUPO CERES. **Espelho de Vênus: identidade sexual e social da mulher.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

Para nosso estudo, foi importante inicialmente perceber no jornal feminista O Mulherio, a presença do discurso jurídico em busca da igualdade, através de reportagens que tratavam da violência e que analisavam a capacidade civil da mulher.

As reportagens do jornal trouxeram discussões sobre a violência contra as mulheres, principalmente se referindo aos homicídios de mulheres por seus maridos, que não aceitavam a separação. O caso Lindomar Castilho, que matou sua esposa Eliane de Gramont[4], e Doca Street, que tirou a vida de Ângela Diniz[5], entre outros, fizeram parte da campanha nacional contra o uso do recurso pelos homens da "legítima defesa da honra".

Além disso, o jornal "O Mulherio" denunciou em sua edição número dez, que circulou em novembro e dezembro de 1982, que transcorridos cinco anos da Lei do Divórcio "os cartórios de paz obrigam a nubente a adotar o sobrenome do marido." [6] Esta observação está presente na reportagem que traz as propostas de alteração do Código Civil. Desde o ano de 1975 tramitou no congresso um projeto de novo Código Civil (Projeto634/75). A proposta original de alteração do Código Civil mantinha o marido como chefe da sociedade conjugal, a imposição do sobrenome do marido à esposa, o pátrio poder cabe aos pais, prevalecendo à opinião do pai. Apesar das alterações da Lei do Divórcio, como a não imposição do sobrenome do marido à mulher, não havia ainda na legislação brasileira previsão legal de igualdade entre homens e mulheres, e a chefia da sociedade conjugal pertencia ao marido.

Assim, as advogadas feministas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci apresentaram um novo projeto de lei, no curso da tramitação do outro projeto já apresentado, que seria chamado de Novo Estatuto Civil da Mulher, em 1980. O fato de o marido ser considerado o chefe da relação conjugal incomodava os movimentos feministas ativos no período, conforme podemos perceber nas edições do jornal "O Mulherio". Estes apoiaram o projeto de lei apresentadas pelas advogadas, que visavam alterar questões cruciais, que mantinham a mulher em estado de submissão ao marido.

A própria advogada Florisa Verucci esclareceu que o projeto foi encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, Dr. Jarbas Passarinho, em novembro de 1980, por quarenta mulheres de vários estados, representantes de várias entidades (VERUCCI, 1999: 85/86). O projeto continha inovações, como o acréscimo no artigo dos deveres dos cônjuges "o respeito e consideração mútuos", a chefia da sociedade seria exercida pelo marido e pela

[4] Jornal "O Mulherio", Edição 3, 1981, p. 23 e Edição 5, 1982, p. 06.
[5] Jornal "O Mulherio", Edição 5, 1982, p. 06.
[6] Jornal "O Mulherio", Edição 11, 1982.

mulher; determinou a igualdade nos feitos do casamento; a igualdade no exercício do poder sobre os filhos; dentre outras medidas que vedavam a discriminação da mulher.

Permitiu uma ampla discussão na sociedade das questões relativas ao direito da mulher, presente no jornal O Mulherio. Na reportagem de Sílvia Pimentel chamada "E a democracia doméstica, como vai",[7] a feminista esclarece que a democracia deve se iniciar dentro de cada lar, pois não podemos falar em democracia, enquanto a mulher estiver em situação subalterna, enquanto couber ao marido a chefia, a administração dos bens do casal e dos bens particulares da esposa, enquanto for ele que determinar o domicílio do casal e for o detentor do pátrio poder. A edição n. º 5, que circulou no início do ano de 1982, deixa as leitoras atentas quanto às inovações do Projeto de Florisa Verucci e Sílvia Pimentel.

Segundo esclarece Verucci "continuamos a levar os temas a debate pelo país afora, a convite de organizações não governamentais, grupos feministas, sindicatos, seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Faculdades de Direito e outras instituições, onde colhemos contribuições importantes não só das "atividades de direito", mas de professores e colegas ilustres" (VERUCCI, 1999: 87). Apesar da autora do projeto julgar que o mesmo foi considerado "um trabalho frustrado" pois, afinal, não foi transformado em lei, o mesmo serviu de alicerce para mudanças que se seguiram, principalmente visíveis na Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 foi um grande passo no sentido de alcançar a igualdade entre homens e mulheres, principalmente no sentido que as normas reflitam a realidade da família, a organização da sociedade conjugal e os direitos dos filhos. Através das publicações feministas nos é permitido discutir as legislações que tratam dos direitos das mulheres, que foram alteradas nas décadas de 1970 e 1980, por meio de uma construção de gênero, utilizando como fio condutor desta análise os movimentos feministas.

As reivindicações dos movimentos feministas na Constituinte e em outros momentos garantiram avanços visíveis na Constituição de 1988. Entretanto não podemos esquecer que as leis, muitas vezes, não são cumpridas. Assim, precisamos manter vivo o debate para que atitudes sejam modificadas e pensamentos que visem à igualdade entre os gêneros sejam incorporados por homens e mulheres.

[7] Jornal "O Mulherio", Edição 3, 1981, p.7.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo.** 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro, não.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o Poder*. In: DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária,1995, Pp. 234.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1997, Pp. 448.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 11, n.º2003, Pp. 237.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, Pp. 76-95.

VERUCCI, Florisa. **O direito da mulher em mutação: os desafios da igualdade**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, Pp. 85-87.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero na Guerrilha – Brasil – 1968-1973. **Faces de Eva**, n.º15, Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa (2006), p45-57.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"E PERSUADIDOZ DE QUE NÃO PODE HAVER SOCIED^E SEM QUE HAJÃO LEYS Q^e A REGULEM" [1]: documentos administrativos das irmandades de pretos da Vila do Recife e suas implicações na sociedade açucareira no século XVIII

Juliana da Cunha Sampaio*

***Resumo*:** Este artigo busca dar inicio a um estudo acerca da implementação, disseminação e o funcionamento das irmandades leigas na América Portuguesa, privilegiando as irmandades de pretos da vila do Recife. Serão apresentados alguns documentos dessas irmandades na tentativa de identificar como se desenvolviam as relações cotidianas dos grupos que as compunham e quais eram as suas implicações na sociedade açucareira da época.
Palavras-chave: Irmandades Leigas– Sociedade Açucareira – Documentos Administrativos

Abstract: This article aims at beginning a research about the implementation, dissemination and the functioning of the leigh brotherhoods in Portuguese America, privileged the blacks brotherhoods from Recife village. Some documents of these brotherhoods will be presented in an attempt to identify how they developed daily relationships of the groups that compose them and their implications at sugar society of the time.
Keywords: Brotherhoods Leigh – Sugar Society – Documents Administrative

Para compreendermos a implementação, a disseminação e o funcionamento das irmandades leigas na América Portuguesa, mister se faz observarmos as influências que as transformações ocorridas nas sociedades da Europa Ocidental, em fins da Idade Média, em decorrência entre outras coisas, do reaquecimento do comércio, da incidência de pestes, guerras, surgimento da burguesia tiveram sobre o surgimento dos grupos de ajuda mútua. Esses episódios modificaram sobremaneira as sociedades européias ocasionando revoltas, enfraquecimento do poder dos senhores de terra, além de migrações campo-cidade, o que acarretou grande pobreza nas áreas que começavam a se urbanizar e o aumento do número de organizações em grupo que se solidarizassem e se amparassem mutuamente.

Diante desse cenário, multiplicaram-se as confrarias, guildas e corporações de ofício, surgidas na Europa Ocidental, desde o século XII. No entanto, havia uma diferença essencial entre esses agrupamentos: os primeiros tinham como eixo basilar a devoção e a

---

[1]*Mestranda em História Social da Cultura Regional pela UFRPE e pesquisadora do GESHCAL – Grupo de Estudos História Sócio Cultural da América Latina /UPE.
Trecho da introdução do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife. Ano: 1782. Códice: 1303. AHU-PE. LAPEH.

caridade, enquanto os outros dois estabeleciam-se de acordo com os ofícios de seus membros, assim surgiram guildas e corporações de ofício de sapateiros, ferreiros, tecelões (BORGES, 2005: 44)

Em terras portuguesas as instituições de auxílio agregavam ainda albergarias, hospícios, hospitais e enfermarias, muitos dos quais financiados pela realeza, bispos, autoridades e senhores abastados.

Dentre os mantenedores reais desses estabelecimentos de ajuda, encontrava-se D. Leonor, esposa de D. João II, que colaborou para a fundação da Irmandade de Misericórdia Portuguesa, no ano de 1498 (ASSIS, 1988: 28). A essa misericórdia se afiliou seu irmão, o rei D. Manuel, o que conferiu a esta instituição um estado diferenciado das demais. A partir daí, as misericórdias foram se espalhando em Portugal e também nas suas colônias (ISHAQ, 2006: 66).

A Ordem dos Dominicanos foi responsável pela criação e disseminação da Irmandade do Rosário, surgida na cidade portuguesa de Colônia, em 1475. Depois desta, muitas outras nasceram com a mesma evocação na África, na Ásia e no novo mundo, em especial na Venezuela, Argentina, Peru e Uruguai, devido às missões religiosas que passaram ou se estabeleceram nessas regiões (BORGES, 2005: 49-52)

No Brasil, diferentemente desses locais, o aparecimento das irmandades do Rosário remonta ao final do século XVI, momento em que por iniciativa de José de Anchieta teria sido fundada uma irmandade do Rosário em São Paulo. Já em Pernambuco padres, também jesuítas, estabeleceram a primeira Irmandade do Rosário para escravos, nessa mesma época (ISHAQ, *op cit*).

Durante a implementação da colonização nas Américas, inúmeras instituições metropolitanas ibéricas foram trazidas para as colônias hispânicas e portuguesa, entre elas as irmandades. Inicialmente eretas por ordens religiosas, foram difundidas e consolidadas por leigos, servindo a interesses múltiplos, à Igreja, à coroa, aos seus associados e à sociedade em geral.

Podemos definir irmandades como associações formadas por leigos que se reuniam consensualmente em devoção a um orago, além de prestarem serviços de assistencialismo mútuo que iam desde a realização da festa do santo protetor, à promoção de cerimônias de enterramento e auxilio aos irmãos necessitados (doentes, presos, cativos).

Esses leigos se agrupavam de acordo com afinidades étnicas e profissionais específicas e davam origem a irmandades que reuniam prioritariamente brancos, pardos, pretos, profissionais do mesmo ofício ou de ofícios semelhantes. Como exemplo, podemos

citar as Irmandades do Santíssimo Sacramento (brancos), as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, as Irmandades de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos e as irmandades de ofício como a do Patriarca de São José dos Quatro Ofícios Anexos Carpinteiros, Pedreiros, Marceneiros e Tanoeiros da Vila de Santo Antônio do Recife.

Essas instituições eram orientadas pelos compromissos, normas que regiam seu funcionamento, definiam as formas de admissão, de contribuição para os fundos da irmandade, da promoção da festa do orago, da realização das cerimônias de enterramento e os modos de comportamento diante de situações específicas como missas e festas. Esses estatutos deveriam obter a aprovação régia, que representava, no até a segunda metade do século XVIII os poderes temporal e religioso, para que as irmandades funcionassem legalmente. (SOUZA, 2002:184)

Nas vilas açucareiras da América Portuguesa, as confrarias[2] leigas encontraram terreno fértil para se estabelecer e se desenvolver, já que foram responsáveis, principalmente, entre os séculos XVII e XIX, pela promoção de eventos, e funcionavam como espaços de sociabilidade, onde os grupos sociais existentes nessas vilas, ligados à produção nos latifúndios escravistas, mas também aos grupos urbanos que viviam do pequeno comércio, artesanato e da participação em milícias, reinterpretavam o cotidiano colonial e redefiniam seus papéis sociais.

A sociedade dos núcleos urbanos açucareiros da América Portuguesa se formou pautada nos padrões das instituições metropolitanas, fundamentando-se a partir de valores caracterizados pela ostentação, desprezo ao trabalho mecânico, cultivo do ócio, fausto, teatralização do cotidiano, hierarquização, misoginia e busca da ordem e distinção social. Elementos herdados da cultura fidalga ibérica que foram adaptados à realidade colonial, devido, principalmente, ao encontro dessa matriz cultural com as culturas africanas e nativas. (SILVA, 2003:27).

A estrutura sócio-econômica das vilas pernambucanas que girava, prioritariamente, em torno da produção do açúcar nos séculos XVI e XVII apresentou sensíveis modificações a partir da restauração pernambucana. O crescimento comercial verificado durante a presença holandesa ampliou-se no setecentos, resultando daí uma

[2]Utilizo os termos irmandade e confraria como sinônimos, visto não alterar o sentido do texto. *Cf.* REIS, João José. **A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, as confrarias dividem-se em dois tipos principais: irmandades e ordens terceiras e que as mesmas se diferenciam porque estas se associavam às ordens religiosas conventuais. Por isso, acredito que a utilização dos termos como sinônimos não implicará em incompreensão do texto. Além disso, os documentos das próprias irmandades o fazem.

diversificação das atividades profissionais nessas urbes, o que foi possível também devido ao aumento demográfico.

A sociedade desses núcleos urbanos também sofreu alterações na sua composição. À elite, antes restrita aos senhores de engenho e aos lavradores de cana, agregaram-se, por exemplo, comerciantes de grosso trato. Outros grupos livres, que englobavam brancos pobres, pardos e pretos forros envolvidos em ocupações mecânicas, pequenos comércios ou ainda em milícias estavam localizados entre a elite açucareira e os escravos. Muitos cativos, por sua vez, foram empregados em atividades que abasteciam e movimentavam as vilas, como eram as pretas vendeiras, canoeiros, pescadores, entre outros.

Essa população diversificada compunha as irmandades leigas de acordo com a identificação étnica ou profissional, como já foi dito. Neste sentindo, vamos nos deter às irmandades de pretos que além de africanos e crioulos, aceitavam pardos e brancos, algumas delas com restrições, por exemplo, a não participação destes na eleição [3] .

Durante o século XVIII, as irmandades de pretos estavam presentes em importantes núcleos urbanos da capitania de Pernambuco, tais como Recife, Olinda, Cabo, Tracunhaém, Ipojuca, Igarassu e Goiana, esta última pertencente à capitania de Itamaracá, sob jurisdição de Pernambuco. Como exemplo, podemos citar a Irmandade de Pretos do Santo Rei Baltazar, a Irmandade de Nossa Senhora de Santa Efigênia, a Irmandade de São Elesbão, Irmandade de São Benedito e a Irmandade do Nosso Senhor Bom Jesus dos Martírios, todas localizadas na Vila do Recife, como também as irmandades devotas de Nossa Senhora do Rosário em Goiana, Tracunhaém e Ipojuca [4].

Essas irmandades eram administradas por uma Mesa regedora, composta por oficiais eleitos anualmente para os cargos de procuradores, tesoureiros, sacristãos, escrivãos e escrivãs, juizes e juízas, irmãos e irmãs da Mesa e em algumas delas eram eleitos também reis e rainhas do Congo. Os compromissos dispunham de um capítulo específico acerca da realização das eleições, outro referente à posse dos oficiais eleitos e outros sobre suas atribuições. Podemos visualizar o trecho do capítulo II do compromisso da Irmandade de

[3]As informações relativas às restrições quanto à entrada dos irmãos e irmãs nessas confrarias estão nos compromissos das irmandades. Os compromissos consultados localizam-se no acervo do LAPEH - Laboratório de Ensino e Pesquisa de História/UFPE.

[4]Esses dados estão contidos em inúmeros documentos referentes às irmandades, como cartas e requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino, encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, nos livros de termos que relatam contendas entre elas, que podem ser vistos em SILVA, Leonardo Dantas (org.) *Alguns Documentos para a história da escravidão.* Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988, bem como no relato de cronistas da época, dentre os quais, COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

Nosso Senhor Bom Jesus dos Martírios da Vila do Recife, no ano de 1776, que se refere à eleição:

> *" (...) e o Reverendo Padre Capelão será eleito a contento dos mesmos Irmãos Estando todos juntos farão a dita eleição a votos que assistira o nosso. Capelão (...) e a sua presidência será tão somente para desempate de votos quando o aja (...) elegendo primeiramente o Provedor Escrivão Tesoureiro dois Procuradores doze Mordomos e das Snr^as^ Irmãs Provedora Escrivã doze Mordomas e farão também mais três zeladores* (...)"[5] *(AHU-PE. Códice 1302.)*

O excerto esclarece que para ser realizada a eleição, escolhia-se um padre capelão que presidiria a mesma a fim de dar o voto de desempate, caso fosse preciso. Inicialmente votava-se para o cargo de Provedor, seguido do de Escrivão, Tesoureiro, Procuradores e Mordomos e para as irmãs votavam-se os cargos de Provedora, Escrivã e Por fim elegiam-se três zeladores. Nessa confraria, às mulheres estavam destinados cargos que não lidassem diretamente com os bens da mesma, porém o fato delas ocuparem posições na administração indicava certo prestígio e uma possível influência nas decisões tomadas em Mesa.

Já a constituição 13ª da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Ipojuca, no ano de 1724, relativa à eleição de Reis e Rainhas do Congo, e Juiz e Juíza expressa:

> *"Toda a pessoa de qualquer qualidade e condição que seja que movida da sua devoção e zelo quiser servir a gloriosa Virgem N. Snr^a^ nesta Sua Santa Irmandade de Rei, Rainha, Juiz, ou Juíza Se aceitará, e Se assinará o seu nome em eleição a parte para Se publicar, e o Reis, e Rainhas pagarão de esmola para a Irmandade no dia da festa ou da Coroação dez patacas, e os Juizes, e Juizas darão de esmola dois mil reis (...)"* (*AHU-PE, Códice 1667)*

Segundo essa constituição qualquer pessoa, fosse livre ou cativa poderia se tornar Rei, Rainha, Juiz ou Juíza de acordo com sua devoção para servir à Irmandade, através de uma eleição realizada a parte da que era feita para os outros cargos existentes na confraria. Já eleitos e eleitas pagariam esmolas no dia da festa da Santa ou no dia em que fossem coroados.

Verificando a descrição da eleição e dos que poderiam ocupar esses cargos, percebemos que não havia restrições à condição de cativo para a sua ocupação nesta confraria, todavia os mesmos deveriam dispor de dez patacas[6] para dar de esmola se fossem Rei ou Rainha e dois mil réis sendo Juiz ou Juíza, o que teoricamente reduzia as chances de escravos assumirem esses cargos.

---

[5] Todos os documentos aqui utilizados terão as suas grafias originais atualizadas.

[6] Uma pataca equivalia a aproximadamente 320 réis *Cf.* ISAHQ, Vivien. *Irmãos na terra e no céu*. In: **Revista Nossa História**. Ano 3, n° 35. Set. 2006.

Por fim, observemos o que diz a constituição 19 do compromisso da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Recife, no ano de 1782, sobre as atribuições do Procurador:

> *"Procurador será homem casado ou solteiro e de boa vida o qual será obrigado todos os domingos e dias santos vir a esta Santa Casa ver o que é necessário para o bem dela, e o que faltar dará conta (...) fará o mesmo Procurador para darem expedição ao que for necessário, e o mesmo fará quando morrer algum Ir ou Irmã indo com a campa pelas Ruas, e assim será obrigado a tomar contas das Esmolas que se tirarem pelas portas para dar todos os meses com as mais Esmolas que recebeu (...) não poderão os Procuradores fazer despesa alguma sem ordem de toda a Mesa (...) e quando os Procuradores com costume façam alguma despesa de sua vontade não lhas levarão em conta a mesa ficando Responsável a perder de sua fazenda o que tiver despendido sem ordem de toda a Mesa (...)" (AHU-PE, Códice 1303)*

O procurador dessa Irmandade deveria ser homem, casado ou solteiro, de boa vida, isto é, moralizado, e tinha por obrigação estar presente na confraria em dias santos e aos domingos para verificar as necessidades da mesma e supri-las. Deveria avisar aos confrades da morte de algum irmão ou irmã, como também responsabilizar-se pelas esmolas arrecadadas, dando conta do que recebera, depositando-as no cofre para isso destinado. Só poderia realizar gastos autorizados pela Mesa, pois do contrário os quitaria com dinheiro próprio.

Visualiza-se nessa constituição que as mulheres não assumiam esse cargo, não existia, pelo menos nas normas, uma procuradora. Isso se deve, acreditamos, ao fato de as atribuições do cargo relacionarem-se, principalmente, com as finanças da confraria, tal como ocorria na Irmandade de Bom Jesus dos Martírios do Recife, já citada.

Devemos considerar, no entanto, que os compromissos representavam as normas das irmandades, o "ideal", o norte que os irmãos, fossem oficiais ou não, deveriam seguir para o bom funcionamento das instituições. Entretanto, sabemos que na prática, essa fórmula não era seguida fielmente, inclusive nos próprios estatutos determinava-se como motivo de expulsão dos confrades, a revelação de segredos tratados em Mesa: *"(...)* Quarta descobrir os segredos que se tratar em Mesa (...) logo sem perda de tempo será riscado" (AHU-PE, Códice 1303, Constituição 18) Isso indica que havia algumas discordâncias entre as regras e as ações cotidianas dessas irmãs e irmãos pretos.

A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife, assim como suas contemporâneas, foi responsável pela inserção de seus membros na dinâmica da sociedade colonial. Ela se apresentava como um espaço no qual pretos e pretas, africanos e crioulos se reuniram e redefiniram seus papéis sociais.

Fundada na segunda metade do século XVII, essa instituição tinha como finalidade inicial a devoção a Nossa Senhora do Rosário e admitia, prioritariamente, pretos e pretas nascidos na América portuguesa ou africanos das *nações* Angola, Cabo Verde, Santo Tomé e Costa da Mina, fossem escravos, forros ou livres, além de homens e mulheres brancos ou pardos. A adesão à confraria era feita mediante ao pagamento de uma determinada quantia em dinheiro, em troca do qual recebiam assistência durante a vida e na hora da morte. [7]

A fim de mostrar a possibilidade de perceber algumas práticas cotidianas dessa irmandade durante o século XVIII através de seus livros e compromissos, traçaremos um breve perfil dos gastos realizados nas festas de Nossa Senhora do Rosário entre 1701 e 1712, depois falaremos de um termo, feito em 1727, chegando por fim ao compromisso redigido pelos irmãos em 1782.

Entre os anos de 1701 e 1710 os custos das festas relacionavam-se, em especial, ao pagamento dos padres pelas missas dos domingos, dos dias santos, do dia da coroação do rei e da rainha do Congo, pelos defuntos e das procissões, à música tocada na festa, ao pagamento do sacristão e aos *gastos miúdos*: vinho, cera, hóstias, alfinetes, pregos, tachas, canoas de junco etc. (Dantas, 1988: 144-167). Tudo bancado pelas esmolas arrecadadas, anuais, entradas e financiamento de juízes de devoção.

No ano de 1711, ocorreu uma particularidade na realização da festa: as despesas foram muito maiores que a receita, segundo relata o capelão da Irmandade, além disso, os confrades não tinham compromisso por que se guiar e solicitaram que o mesmo fosse feito. O capelão diz ainda que assumiu a responsabilidade do procurador, pois não havia quem ocupasse o cargo:

> "*(...) no tempo em que se fez o compromisso pedido este pelos Irmãos. (...) pois até então o não tinham para por ele se governarem, e estar a Irmandade Sem dinheiro algum no Cofre, antes com muitas. dividas, me obriguei como capelão a fazer os gastos e cobrar os rendimentos, até se acabar o ano, e entrar procurador novo que pudesse cobrar com zelo (...) neste pouco tempo de Cobrança vi que muitos. Irmãos e Irmãs não podendo pagar logo (...) pagavam muitos depois (...)" (DANTAS, op. Cit.158)*

Ainda em 1712 sentiam-se as conseqüências da 'pobreza' da Irmandade, o que resultou numa ordem do Bispo para que o dinheiro arrecadado com o aluguel do *bangüê*, local

[7]Essas informações podem ser encontradas no AHU-PE. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife. Códice 1303. Ano: 1782. Constituições I e II. LAPEH-UFPE. A transcrição na íntegra do compromisso bem como sua análise pode ser vista em SAMPAIO, J. C. VASCONCELOS, M. M. S. Da Legislação que os confrades devem seguir: apresentação do "Compromisso da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife,1782". In: Kalina Vanderlei Silva. (Org.). *Ensaios Culturais sobre a América Portuguesa*. Recife: Instituto Ouricuri, 2006, v. 1.

onde se carregava os defuntos, fosse empregado para pagar as dívidas, o que foi acatado pela Mesa. Nos anos subseqüentes a Confraria voltou a se organizar financeiramente, com a realização da festa onde se arrecadavam as entradas, as esmolas e os anuais que serviram para pagar as dívidas (DANTAS, *op. Cit.,* 161)

Já em 1727, guiando-se por um compromisso, os irmãos fizeram um termo de expulsão de dois confrades:"(...) o Irmão João Dias que em uma mesa geral levantou vozes empunhando espadim. (...) Raphael da Silva já foi riscado (...) por revoltoso, e inquietador desta Irmandade (...)" (DANTAS, Op. Cit., 177). Porém, no ano seguinte, Raphael da Silva foi readmitido como irmão, pois humildemente pediu à Mesa que o fizesse. Além deste caso, muitos outros de irmãos que foram expulsos e readmitidos posteriormente são conhecidos.

Interessante notar que o compromisso, como uma fórmula, tem freqüentemente as mesmas disposições, modificando-se apenas para se adequar a situações específicas. O de 1782, por exemplo, diz que os irmãos riscados nunca mais seriam admitidos e o dinheiro pago na sua entrada seria devolvido para que nunca mais fosse recebido por irmão (AHU-PE, Códice 1303, Constituição 18), diferentemente do que aconteceu no exemplo citado.

Dessa maneira, compreendemos que para conhecer o que de fato ocorria nas irmandades necessário se faz recorrer aos seus livros, que registraram o cotidiano de seus componentes e como eram travadas as relações de sociabilidade entre eles. Importante pista para isso é compará-los com os compromissos, verificando o que era seguido ou burlado e os motivos que os levavam a fazê-lo.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. **Pretos e Brancos:** a serviço de uma ideologia de dominação. Recife: Ed da UFPE, 1988.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

DANTAS, Leonardo da Silva (org.). **Alguns documentos para a história da escravidão**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1988.

ISAHQ, Vivien. *Irmãos na terra e no céu*. In: **Revista Nossa História**. Ano 3, n° 35. Set. 2006.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa:** Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAMPAIO, J. C. VASCONCELOS, M. M. S. *Da Legislação que os confrades devem seguir: apresentação do "Compromisso da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Vila do Recife,1782".* In: **Ensaios Culturais sobre a América Portuguesa.** SILVA, Kalina Vanderlei. (Org.). v. 1. Recife: Instituto Ouricuri, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas Solidões Vastas e Assustadoras: Os pobres do Açúcar na Conquista do Sertão nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Ed. da UFPE, 2003.
SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil Escravista**: História da Festa de Coroação do Rei do Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cidade dos saberes: o patrimônio histórico cultural de São Paulo

Sênia Bastos[1]

Resumo: A cidade de São Paulo abriga importante patrimônio histórico cultural. Domínio de saberes especializados, poucos são os moradores comuns consultados no sentido de identificar bens culturais significativos, que compõem as muitas identidades de sua cidade e que, portanto, dignos do tombamento ou inscrição no livro de Registro de Saberes dos nossos órgãos de preservação. Esse patrimônio caracteriza-se, sobretudo, por edificações que foram preservadas no sentido de legar ao futuro determinadas modalidades arquitetônicas ou marcos históricos, independentemente de sua importância social. A diversidade cultural da cidade materializa-se na constituição de áreas de forte concentração étnica, como é o caso dos bairros dos imigrantes orientais, judaicos, italianos e árabes, que gradativamente vão sendo influenciados por nordestinos, mineiros, nortistas e, recentemente, coreanos e bolivianos, alterando sua tessitura social e arquitetônica. Essa pesquisa tem por objetivo, num primeiro momento, evidenciar essa cidade valorizada como patrimônio histórico cultural e, num segundo momento, identificar outras identidades/cidades.

O Patrimônio Histórico Cultural de São Paulo

Dificilmente pode-se tratar a questão do patrimônio cultural no Brasil sem relacioná-lo à prática preservacionista. Iniciativas particulares e por parte dos governos estaduais antecederam a preocupação federal em criar mecanismos de proteção legal do patrimônio nacional, notadamente os monumentos históricos e artísticos (FONSECA, 1997).

Em 1934 destaca-se a criação de nosso primeiro órgão oficial de proteção do patrimônio nacional, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (decreto n. 24.735, de 14/07/1934). Dirigida por Gustavo Barroso, constituía um departamento do Museu Histórico Nacional (MAGALHÃES, 2004). Transcorridos três anos, aprova-se a legislação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (Lei federal nº 378 de 13/1/1937 e decreto-lei nº 25, de 30/11/1937), cuja prática preservacionista destaca-se, sobretudo, pelo tombamento de bens característicos da história da arquitetura brasileira: edificações de interesse histórico, exemplares de técnicas construtivas de séculos anteriores, a partir de uma

[1] Doutora em História pela PUC/SP e professora da Universidade Anhembi Morumbi.

nítida separação entre erudito e popular, em detrimento à preservação e ao estudo de bens de caráter popular.

Apenas em meados dos anos 1970, que bens e manifestações populares, culturais e artísticas passaram a ser estudadas pelo IPHAN.[2] Isso se deve à mundialização dos valores e referências internacionais da noção de patrimônio, a partir da criação do conceito patrimônio cultural, pela Unesco[3]. Valorizaram-se, então, os bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares, cujos elementos conferem particularidades à nação (MARIANI, 1999). Esse período caracteriza-se também pela valorização econômica do patrimônio. O governo Castelo Branco estabeleceu condições propícias para a criação dos órgãos de proteção do patrimônio paulista, nas instâncias estadual e municipal.

Em 1968 é organizado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – Condephaat, que tem, na sua origem, uma noção de patrimônio marcada pelo culto cívico ao passado. Nota-se ainda a ênfase em potencializar o patrimônio enquanto produto de consumo cultural, incrementando, assim, o turismo.

Para tratar as questões municipais ligadas a preservação da cidade de São Paulo, foi criada a Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, hoje transformada em Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA. Inicialmente implementou-se um levantamento de bens significativos da área central, seguido por uma lei destinada a protegê-los.[4] Para inventariar, documentar, conservar, proteger, e valorizar os bens culturais paulistanos foi criado o Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, em 1975 (Lei 8.204).

Tanto o SPHAN, Condephaat e DPH tiveram na sua origem uma prática preservacionista, cuja ênfase recaiu na proteção de bens característicos da história da arquitetura brasileira.

O Departamento do Patrimônio Histórico e o CONPRESP

O Departamento do Patrimônio Histórico administra as casas históricas e seus bens móveis, centraliza a preservação dos documentos históricos produzidos pela administração pública municipal e salvaguarda o patrimônio histórico cultural paulistano. Formado por três divisões técnicas, responsáveis por cada uma das atribuições acima listadas,

[2] Ocorre uma alteração da denominação do órgão neste momento, passando a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

[3] A categoria foi criada na Conferência Geral de Genebra, em 1972, pela Unesco.

[4] Trata-se da Lei 8.328/75 que criou as Z8-200, possibilitando a preservação de imóveis pontuais e conjuntos, situados em diversas regiões da cidade.

cabe à divisão de Preservação a análise técnica dos bens culturais e naturais em processo de tombamento, que uma vez finalizadas, são encaminhadas ao Conpresp para deliberação.

Compete ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp a decisão sobre o tombamento dos bens culturais e naturais do município.

O Conpresp foi criado em 1985 (Lei n. 10.032, alterado pela Lei 10236 de 1986), como um órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, composto por nove membros nomeados pelo Prefeito. Tal caráter resulta em grande interferência na definição do tombamento dos bens que são analisados pelo corpo técnico do DPH e que pode ser evidenciado na presente pesquisa.

Na trajetória da política de preservação estabelecida por iniciativa municipal, pode-se identificar a eleição de bens de interesse histórico e arquitetônico. Influenciado pela política de patrimônio estadual e federal tais tombamentos determinaram uma cidade constituída por habitações urbanas reunidas na área central, católica e industrial.

Essa reflexão sobre patrimônio paulistano deriva da análise das 94 resoluções de tombamento do Conpresp, referente as anos 1988 a 2007, cuja distribuição anual pode ser verificada na tabela 1.

ano	quantidade	ano	quantidade	ano	quantidade
1988	3	1990	2	2000	0
1989	0	1991	2	2001	1
		1992	24	2002	12
		1993	0	2003	6
		1994	9	2004	15
		1995	4	2005	9
		1996	0	2006	4
		1997	1	2007	1
		1998	0		
		1999	1		
Total	3		43		48

Tabela 1: Resoluções de tombamento do Conpresp (1988-2007)
Fonte: Conpresp

A resolução de tombamento constitui o documento que formaliza a indicação de inscrição do bem no livro de tombo, que pode ser uma edificação, uma mancha urbana particular ou um bairro. A origem da solicitação varia, pode ser motivada por um estudo realizada pelo corpo técnico, por meio dos inventários de estudo da cidade, ou por iniciativa particular.

Todas as resoluções de tombamento e de definição de área envoltória foram inseridas em um banco de dados, que contemplou dados gerais sobre o bem cultural: endereço, data da resolução, tipologia do bem. O formulário também abrangeu as especificidades da resolução: nível de proteção, interesse, quantidade de bens tombados, delimitação de área envoltória, definição de diretrizes relacionadas à preservação do bem ou da área envoltória.

O primeiro tombamento a inaugurar a legislação foi o Decreto 26.818, protegendo os imóveis localizados no Pátio do Colégio. Considerado o marco inicial do assentamento da cidade, foram considerados o mobiliário urbano, os logradouros e as obras-de-arte ali reunidas em razão dos significados histórico, arquitetônico e ambiental, bem como suas virtudes paisagística e simbólica. Seguiram-se dois tombamentos ainda na gestão do prefeito Jânio Quadros (01/01/1986 - 31/12/1988), mas cabe destacar que a legislação passou a vigorar com intensidade na gestão de Luiza Erundina de Souza (01/01/1989 - 31/12/1992), período no qual se observaram cerca de 28 resoluções de tombamento.

Durante a administração dos prefeitos Paulo Salim Maluf (01/01/1993 - 31/12/1996) e Celso Pitta (01/01/1997 - 31/12/2000) notam-se apenas 15 resoluções sancionadas.

Na gestão de Marta Suplicy (01/01/2001 - 31/12/2004) os processos voltam a ser encaminhados ao Conselho, resultando em 34 aprovações. Ressalte-se que o movimento se mantém na atual administração, de José Serra (01/01/2005 - 31/03/2006) e Gilberto Kassab (31/03/2006), resultando 14 aprovações.

Modalidade do bem	total	Modalidade do bem	total
áreas naturais e paisagens	9	bens de valor cultural	3
bens móveis	11	edificação militar	2
edificação escolar	13	edifício funerário	2
ed. assistência social e saúde	8	edifício de exposições e museus	3
edificação industrial	12	edifício administrativo	3
edificação religiosa	17	edifício de pesquisa	2
Edifício de teatro	5	Estações	2
habitação rural	11	Monumento	3
núcleos e áreas urbanas	10	outros	8
habitação urbana	29	Testemunho de parcelamento do solo	3
total	125		28

Tabela 2: Modalidade dos bens tombados
Fonte: Resoluções de tombamento do Conpresp (1988-2007)

Nesse universo de resoluções foram identificados 2.061 bens tombados, mas ressalta-se que esse número é maior, em virtude dos bairros tombados (Jardins, Pacaembu, Perdizes, Bela Vista, Jardim da Saúde, Interlagos e Sumaré) e áreas envoltórias. Ressalte-se ainda, em muitos casos, a indicação de sua localização por meio das coordenadas: setor, quadra e lote. Tais bens encontram-se sistematizados na tabela 2, por meio de uma classificação que permite indicar a predominância de edificações religiosas (17), industriais (12), escolares (13) e habitações urbanas (29). Localizam-se, sobretudo, na área central (86), que corresponde à área de abrangência da subprefeitura da Sé. Nota-se certo equilíbrio na distribuição dos bens nas regiões oeste (38) e sul (36), e baixa incidência na zona norte (6).

Região	Número de bens tombados
centro	86
leste	23
norte	6
oeste	38
sul	36

Tabela 3: Distribuição dos bens tombados por região
Fonte: Resoluções de tombamento do Conpresp (1988-2007)

As resoluções são iniciadas por considerações que determinaram o tombamento do bem. Os valores mais recorrentes encontram-se sistematizados na tabela 4. A soberania do aspecto arquitetônico (45) é indiscutível; segue-se a importância histórica (36) e ambiental (29).

Valor	incidência
afetivo/social	15
ambiental	29
arquitetônico	45
artístico	5
cultural	7
histórico	36
paisagístico	14
turístico	3
urbanístico	15

Tabela 4: Valores definidores do tombamento
Fonte: Resoluções de tombamento do Conpresp (1988-2007)

O valor afetivo da população encontra-se enfatizada nas considerações presentes em apenas quatro resoluções de tombamento: o conjunto urbanístico da rua Dr. Gabriel dos Santos, o Eixo histórico de Santo Amaro, a edificação da rua Cincinato Braga, 434 e a do Bairro da Bela Vista.

O potencial turístico também se encontra presente como elemento justificador do tombamento dos Bairros da Bela Vista (2002) e Interlagos (2004). Ao que se refere à Bela Vista, destaque-se ainda a observação acerca da importância da manutenção do aspecto residencial para a permanência de sua identidade.

Ressalte-se o valor que tem sido atribuído ao solo permeável:

> *Considerando o padrão de ocupação dos lotes, do qual decorre significativa densidade arbórea e alta porcentagem de solos permeáveis capazes de garantir climas urbanos mais amenos para a Cidade como um todo (Resolução 22/2002);*
>
> *Considerando a área verde e solo permeável e o traçado viário, qualidades derivadas das características urbanísticas do loteamento original da Sociedade Paulista de Terrenos e Construções Sumaré e suas áreas contíguas (Resolução 01/2005);*

Foram localizados 98 tombamentos ex-offcio a bens que já se encontravam protegidos pelo Condephaat. Cabe destacar, todavia, que nem todos os bens tombados pelo Condephaat já tiveram o reconhecimento da municipalidade.

modalidade da proteção	total
ex officio	98
NP 1	26
NP2	15
NP3	5
NP 4	2

Tabela 4: Modalidade de proteção dos bens tombados
Fonte: Resoluções de tombamento do Conpresp (1988-2007)

O tombamento incide de forma diferenciada sobre o bem. Bens de excepcional interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, cuja preservação abrange sua arquitetura externa e áreas de circulação internas, são preservados de forma integral – NP1. A cidade dispõem de 26 bens protegidos com essa modalidade.

A preservação parcial (NP 2) recai sob bens de grande interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determina-se a proteção de sua arquitetura externa e de alguns elementos internos.

A área envoltória identificada por NP 3, refere-se aos bens de interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, aos quais se determina a preservação de sua arquitetura externa. Quando é classificada como NP 4, a área envoltória compreende apenas restrições acerca do controle de sua volumetria.

As coleções da capela do Hospital das Clínicas, do Museu de Arte Contemporânea da USP, do Museu Paulista, do Museu de Arte de São Paulo, do Museu de Arte Sacra e as obras dos pintores Jose Ferraz de Almeida Júnior e Benedicto Calixto, foram alvo do tombamento do Conpresp, sob a modalidade bens móveis.

Conclusão

A noção de patrimônio tem se ampliado e hoje é entendida como parte da memória da sociedade, um amplo e diversificado conjunto de bens, no qual também se incluem os documentos históricos, em geral depositados em arquivos públicos e privados, e o meio-ambiente. É comum, porém, a palavra patrimônio ser utilizada em um sentido restrito, representando apenas o conjunto de bens tombados pelo poder público, ou ainda, mais restritamente, o de edificações que receberam a proteção jurídica do tombamento.

Por meio do patrimônio as sociedades criam formas de representação do passado nas quais se justificam valores que fundamentam as relações sociais no presente; ele é um lugar de memória que permite compor imagens que sustentam identidades individuais e coletivas (NORA, 1993). É, por isso, um campo de disputas simbólicas no qual se refletem as possibilidades de cada segmento social apropriar-se do passado e manter ou conquistar acesso pleno aos direitos sociais, o que o torna também um lugar de esquecimento, de exclusão, em constante mudança (RODRIGUES, 2000).

Atualmente, a ênfase recai no conceito cultural, entendido enquanto dimensão simbólica da vida social, capaz de representar as diferenças existentes entre os grupos. Destituído de critério único, objetivo e universal, o conceito patrimônio cultural possibilita a ampliação da abrangência da área de atuação das políticas de preservação, valorizando bens culturais não-consagrados, expressões e fazeres das classes populares. Já a noção tradicional de patrimônio apresenta reduzido alcance preservacionista, ao restringir a associação do patrimônio ao histórico e artístico. O conceito patrimônio cultural possibilita uma revisão da prática preservacionista, por ampliar a abrangência de sua intervenção.

Cabe considerar que a atuação do DPH aponta para a valorização dos aspectos urbanísticos e paisagísticos, com ênfase á questão da permeabilidade do solo, em bairros privilegiados da capital paulista.

Referências

BASTOS, Sênia. Patrimônio cultural e hospitalidade: subsídios ao planejamento turístico. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti (Org.). *Planejamento e gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo.* Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

MAGALHÃES, Aline. Colecionando relíquias. Um estudo sobre a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934-37). Rio de Janeiro, dissertação de mestrado (IFCH-UFRJ), 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História.* São Paulo: PUC-SP,10, 1993.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987).* São Paulo: Unesp, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Negritude e polifonia: A presença da cantora negra na moderna canção brasileira

Ricardo Santhiago[1]

Resumo: O período que compreende os anos de 1958 a 1964 é particularmente significativo para a eclosão e consolidação da moderna música popular brasileira, sedimentada sobre as bases estéticas propostas pela bossa nova. Nesse contexto, as cantoras negras Alaíde Costa, Elizeth Cardoso e Elza Soares se apresentam como modelares, criando discos emblemáticos e configurando três campos de atuação que têm sido visitados pelas profissionais surgidas desde então. Cruzando dois tipos de fonte oral – a canção e a entrevista de história oral de vida –, este trabalho apresenta as rotas abertas e percorridas ao longo da segunda metade do século XX por intérpretes negras de diversas filiações estéticas. Busca empreender uma análise da participação comprometida da cantora negra no panorama da música brasileira, além de discutir as implicações do cruzamento de questões de raça e gênero sobre o trabalho.
Palavras-chave: Cantoras negras – Música popular brasileira – História oral

Abstract: The period within the years 1958 and 1964 is particularly significant for the emergence and consolidation of the modern brazilian popular music, sedimented over the aesthetic bases proposed by the bossa nova. In this context, the black female singers Alaíde Costa, Elizeth Cardoso and Elza Soares figure as shapes, creating emblematic discs and configuring three actuation fields which have being visited by professionals who appeared since then. Crossing two types of oral sources – the popular song and the interview of oral history of life –, this work presents the routes opened and covered along the second half of the XX century by black female interpreters of diverse aesthetic filiations. It searches to undertake an analysis of the engaged participation of the black female singer in the panorama of the brazilian music, beyond arguing the implications of the crossing of race and gender questions on the work.
Keywords: Black female singers – Brazilian popular music – Oral History

1958. Enquanto Elizeth Cardoso não surgia com o LP "Canção do Amor Demais", primeiro emblema da bossa nova, a porção majoritária do cenário musical brasileiro era dominada por duas correntes que conviviam com harmonia: do samba-canção e do samba de morro. À sua margem, porém, tornavam-se cada vez mais presentes – e incômodas, sobretudo para os folcloristas – as influências estrangeiras, com lampejos de jazz, bolero, rumba, cha cha cha e outros gêneros trazidos pelo rádio e pelo cinema.

Nesse panorama, acompanhada por inúmeros outros símbolos da modernização – o Cinema Novo, a vitória do Brasil na Copa do Mundo da Suécia, a construção de Brasília e da estrada Belém-Brasília – aparece a bossa nova. Tais mudanças, por um lado, instituíam

[1] Mestrando, Núcleo de Estudos em História Oral – USP.

uma clivagem evidente e tensiva entre moderno e arcaico. Por outro, reivindicavam a concórdia e o diálogo entre elementos diversos, o que deveria ocorrer em todas as esferas da cultura. MEIHY (2004), que considera "1958 como ápice e síntese privilegiada de uma fase da vida brasileira" (p.24), informa:

> *"O tal novo tempo implicou o reconhecimento de paisagens nacionais até então empalidecidas em suas manifestações do 'eu'. O ventilado tempo da democracia dos 'anos dourados' exibia uma pluralidade artística que consagrava, pelas vias usuais, alguns novos valores – no futebol, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, menino ainda em seus dezessete anos em 1958, brilhava ao lado de Didi e do incrível Garrincha, que, idolatrado por Nelson Rodrigues, passara à crônica de um país que se consagrada como 'do futebol'; na música, personagens como Elza Soares e Zé Kéti representavam uma nova geração de cantores negros que iniciavam a 'cultura de cor', renovando a velha linha de sambistas que estava esquecida, nos morros, afastada do grande público" (p.26).*

Sendo ano modelar para a evolução da música popular brasileira, 1958 parece também começar a oferecer ao artista negro uma mobilidade maior do que a que lhe foi reputada ao longo da primeira metade do século. Até então, seu acesso às formas musicais de prestígio eram dificultadas, sendo-lhe reservado o conjunto de gêneros que priorizavam acentuadamente o ritmo, em detrimento da harmonia e melodia – como o choro, o maxixe, a marcha, a embolada e, principalmente, o samba. Ao mesmo tempo, na medida em que o samba passava a ser considerado como forma de expressão nacional (sendo, inclusive, reinventado pela bossa nova), tinha seu status social dissipado – o que culminaria, simultaneamente, na perda de um veículo de expressão para as comunidades negras e na penetrabilidade do negro em outras manifestações musicais.

É isso, efetivamente, o que passa a acontecer. Ainda que TINHORÃO (1986, p. 221) afirme que "a bossa-nova constituiu (...) uma reação culta, partida de jovens da classe média *branca* [grifo nosso] das cidades, contra a ditadura do ritmo tradicional", seus dois primeiros ícones são Elizeth Cardoso e Alaíde Costa, respectivamente mestiça e negra. É em "Chega de saudade", faixa de "Canção do amor demais", disco de Elizeth, que se ouve pela primeira vez a batida específica do violão de João Gilberto. Alaíde, que já era conhecida no circuito comercial de rádio no final dos anos 50, foi atraída ao movimento para legitimá-lo (assim como ocorreu com sua colega Sylvia Telles). "Chora tua tristeza", de Luvercy Fiorini e Oscar Castro Neves, gravada por ela em 1960, foi "a primeira canção 'da Bossa Nova' a estourar fora dos limites do movimento". (CASTRO, 1990, p.227)

Entretanto, mesmo depois da limpeza de excessos operada pela bossa nova e da incorporação de cantoras negras ao movimento, os braços da atuação negra continuam presentes majoritariamente no samba e nos ritmos tradicionais. Em 1964, descoberta e apresentada por Hermínio Bello de Carvalho, Clementina de Jesus aparece. "Chega ao

público depois da consolidação da bossa nova, como a lembrar que o refinamento da canção brasileira guardava em si a crueza da dicção negra forjada nos fundos das casas das Tias que chegaram ao Rio no início do século XX" (depoimento de Luiz TATIT. In: COELHO, 2001, p.79).

Nem mesmo a convivência pacífica que irá se estabelecer entre os gêneros musicais foi suficiente para alargar os campos de trabalho do negro. Ainda na década de 80, permanece viva uma "expectativa dominante (...) de que cantor negro e sambista devam ser expressões sinônimas" (COUCEIRO, 1983, p.57), condicionando as oportunidades de trabalho mais à cor da pele que ao talento. Além disso, gravadoras, imprensa e crítica musical silenciam sobre o assunto, atribuindo as dificuldades de consagração de certos artistas negros à sua obra ou ao seu temperamento – desprezando o fator racial. É o que acontecia, por exemplo, com Itamar Assumpção, cuja obra era classificada como *difícil*, *hermética* ou *experimental*. SCHWARCZ indica que isso é uma tendência brasileira de descomprometimento com a questão:

> *"Em geral, as pessoas concordam em destacar a relação harmoniosa entre os diferentes grupos e jogam sempre o problema pra o âmbito pessoal. Toda essa suposta calma envolve, porém, uma maneira problemática de lidar com o 'incômodo'. Não se fala dele, apenas se vive e convive" (SCHWARCZ, 1996, p.154).*

De fato, constatar o preconceito racial em um campo tacitamente tomado como território de negros retoma a "contradição insuportável entre o mito da democracia racial e a discriminação efetiva, dirigida contra negros e mulatos" (ORTIZ, 1994, p.213). No campo musical, há um "conjunto de situações [que] constitui um verdadeiro gargalo para os artistas negros, que se vêem confinados pelas estratégias de *marketing*, preferencialmente, ao campo da música negra, *stricto sensu*" (D'ADESKY, 2001, p.102).

Quando a questão racial cruza-se com a de gênero, as situações de opressão, invisibilidade e preconceito se intensificam. A mulher negra é ordinariamente perseguida e concretamente discriminada: na rejeição de sua cor, forma e tipo de cabelo; na limitação de suas oportunidades de trabalho e lazer; na violência sexual e moral; na imagem aviltada que lhe atribuem. Não se iguala ao homem negro, pela cor; nem à mulher branca, pelo sexo. "Possui aspectos exclusivamente seus, construindo *sua história* de *mulher negra*, com características próprias e outras adquiridas do meio em que vive, tendo peculiaridades que apontam para dimensões novas e distintas da mulher em nosso país" (THEODORO, 1996, p.57).

O resultado é que a artista negra torna-se vítima de um processo amplo de invisibilidade, dentro de um país que finge não enxergar o racismo, mas continua delimitando o que é "coisa de negro" e "coisa de branco" (TURRA & VENTURI, 1995). Nesse contexto, a cantora negra é inescapavelmente vinculada ao samba – e todas as que transpõem essa idéia cristalizada e tacitamente aceita são tornadas invisíveis para os meios de difusão (emissoras de rádio e televisão), veículos de divulgação (jornalismo cultural) e produtores (artísticos e executivos). Simbolicamente, dentro do próprio discurso poético-musical, é valorizada uma imagem estereotipada e generalizadora a respeito da mulher negra. *Quem te viu, quem te vê*, de Chico Buarque, por exemplo, sem problematizar a existência social da mulher negra, condena sua ascensão social e adesão a outros valores ("hoje o samba saiu procurando você / quem te viu, quem te vê / quem não a conhece não pode mais ver pra crer / quem jamais esquece não pode reconhecer").

Mesmo reféns de um duplo estigma, existem mulheres que buscam conquistar afirmativamente novos espaços, inclusive dentro da música popular. Sabemos que, desde Clementina de Jesus, a maior parte das cantoras negras têm se voltado invariavelmente para o samba (Adriana Moreira, Alcione, Carmem Costa, Dona Ivone Lara, Dorina, Leci Brandão, Fabiana Cozza, Jovelina Pérola Negra, Margareth Menezes, Mart'nália, Teresa Cristina, Virgínia Rodrigues), ou para uma música resolutamente influenciada pelo *rhythm & blues* americano (Luciana Mello, Paula Lima, Sandra de Sá). Caso exemplar, ainda, é o de Elza Soares, que inicialmente se opôs com vigor à bossa nova lançando em 1960 um LP chamado "A Bossa Negra"; depois, veio a experimentar diferentes possibilidades da música brasileira.

Menos numerosas são as cantoras "de cor" que transgrediram estes limites e desejaram ser intérpretes de canções. Até os anos 70, apenas duas se mostraram participantes ativas no cenário da moderna música popular brasileira, responsáveis e comprometidas artisticamente com renovações estéticas no canto, ícones femininos de um movimento musical – Alaíde Costa e Elizeth Cardoso, como já dissemos. Dedicando-se exclusivamente à interpretação da canção moderna, precisaram combater as dificuldades e o preconceito racial, tão velado quanto presente. São, inegavelmente, exceções. Compartilharam a instabilidade da profissão, mas, por outro lado, potencializaram o valor de suas conquistas e abriram caminho para uma linhagem que começa a ganhar vulto.

Nos anos 70, surgem, exuberantes, Rosa Marya Colin e Zezé Motta. Na década seguinte, Denise Assunção e Virgínia Rosa tornam-se musas da Vanguarda Paulista. À beira do século XXI, Adyel Silva, Anelis Assumpção, Arícia Mess e Daúde já conquistaram

público e respeito artístico. Outras, como Áurea Martins, Ivânia Catarina e Ivete Souza começam a sair dos bares e casas noturnas para desenvolver trabalhos autorais.

A identificação das matrizes em que as cantoras negras contemporâneas se inspiram é uma das preocupações do projeto que desenvolvemos no momento, sobre histórias de vida de cantoras negras. De certo modo, suas linhas de atuação se remetem aos modelos criados por três cantoras que, a partir de 1958, tomaram parte do contexto musical: Alaíde Costa, Elizeth Cardoso e Elza Soares, que, com seus primeiros trabalhos, indicaram de certo modo as linhagens artísticas que, intuitivamente, estavam fundando.

Elza, com o LP "A Bossa Negra" (1960), terceiro de sua carreira, mostra-se cantora versátil, mas diretamente ligada à tradição da música negra e à imagem recorrente do artista negro naquela época. Ao classificar sua bossa como negra, opõe-se à bossa branca, à bossa nova, expressão já em circulação na época. Contrário ao estilo musical que se formava, seu disco é formado por excessos de sopros, percussões, arranjos vocais. Além disso, mesmo incluindo alguns sambas e sambas-canções românticos, é fortemente marcado por uma dicção popular e de periferia. Como tópicas do disco, pode-se apontar: 1) elogio ao samba; 2) elogio à negritude, especialmente por meio da valorização da "mulata"; 3) rejeição do elemento estrangeiro, seja no nível social ou musical; 4) tematização de conflitos sociais.

Em "Tenha pena de mim" (Babahú - Ciro de Souza), primeira faixa do disco, já se em posição de inferioridade social, ressaltando que "tenho feito força pra viver honestamente":

ai, meu Deus, tenha pena de mim
todos vivem muito bem
só eu que vivo assim
trabalho, não tenho nada
não saio do misere
ai, ai, meu Deus, isso é pra lá de sofrer"

Em seguida, em "O samba está com tudo" (Oswaldo Guilherme - Denis Brean) e "O samba brasileiro" (Claribalte Passos), o samba é exaltado como retrato singular da identidade nacional, em uma fala purista com inspiração xenófoba ("sem sotaque estrangeiro"), que menciona o não-brasileiro como influencia negativa. Em seguida, "As polegadas da mulata" (Hianto de Almeida - Macedo Netto) fala desta mulher como personificação do samba, que agrega as mesmas – e inúmeras – qualidades do mesmo.

Alaíde, por sua vez, tem no LP "Gosto de Você" (1959) as primeiras pinceladas de uma identidade artística que se firmaria em definitivo apenas mais tarde. No começo, por imposições da gravadora e inexperiência profissional, fez concessões artísticas apenas corrigidas em "Jóia Moderna" (1961), produzido de maneira parcialmente

independente. O primeiro trabalho é calcado nas influências do bolero, do samba-canção e de outros gêneros da música de "fossa", em voga durante os anos 50.

Com arranjos orquestrados e voz excessivamente impostada, Alaíde assina um disco solene e irregular, com poucos silêncios (e os silêncios, mais tarde, caracterizariam definitivamente sua estética interpretativa). Como novidades, oferece as gravações das bossas "Minha saudade" (João Gilberto – João Donato) e "Lobo bobo" (Carlos Lyra – Ronaldo Bôscoli), além da regravação de "Estrada branca" (Tom Jobim – Vinicius de Moraes).

"Erros de gramática" (Carlos Lyra – Marino Pinto) é a única faixa do disco que, mesmo descrevendo uma situação amorosa, toca em questões sociais, colocando o piano, objeto biográfico significativo na história de vida das cantoras negras, como centro da querela:

> *"só não achou a chave do piano*
> *para não tocar o que o sambista fez*
> *os versos rasgou argumentando*
> *quanto erro há aqui de português"*

De certo modo, é irônico constatar que a própria Alaíde, ao longo de sua carreira, se oporia fortemente à identificação do negro com o samba, optando por uma atitude radical em dedicar-se a um repertório sofisticado e erudito, que tem a estética moderna como preocupação primordial.

Elizeth, por sua vez, iniciou sua carreira com um repertório predominantemente romântico, registrado nos LPs "Canções à meia luz" (1955), "Fim de noite" (1956) e "Noturno" (1957), além de "Naturalmente" e "Retrato da noite", ambos de 1958. No mesmo ano, é lançado "Canção do Amor Demais", projeto ambicioso e que, à época, teve repercussão apenas no meio musical. Além disso, é um disco que, apesar de trazer as parcerias fundamentais de Jobim e Vinicius, tem sua construção musical feita aos moldes da época, trazendo a inovação da batida da bossa nova apenas na faixa "Chega de Saudade".

Elizeth, porém, diversificaria suas experiências ao longo da trajetória profissional. Em 1965, após assistir ao espetáculo "Rosas de Ouro", produzido por Herminio Bello de Carvalho e protagonizado por Araci Cortes e Clementina de Jesus, gravou o primeiro disco brasileiro feito integralmente por sambas de morro, "Elizeth sobe o morro". A seguir, ela oscilaria entre a canção e os sambas, obtendo sucesso de público e crítica na maior parte de seus trabalhos, marcados pela versatilidade.

Assim como estas artistas, que optaram por diferentes caminhos musicais, não partilhamos neste trabalho da noção de que o artista negro tem, necessariamente, um compromisso com a cultura de sua etnia. Concordamos que "a cultura negra vem funcionando

como uma fonte permanente de resistência a dispositivos de dominação e, também, como mantenedora do equilíbrio emocional do negro no Brasil" (THEODORO, 1996, p.61), mas pensamos que a atuação militante deve ser apresentada aos negros como uma opção, dentro ou fora do trabalho artístico.

Em depoimento para o livro *Damas Negras*, Zezé Motta expõe com clareza a independência de seu ofício em relação à cor:

> *"Com relação ao meu trabalho como atriz, sei que, na medida do possível, o que eu puder fazer pra não ferir, não violentar a minha raça, não reforçar estereótipos, eu faço. O que puder dar de cotoveladas pra não fazer, eu dou. Mas, ao mesmo tempo, eu, como artista, preciso de liberdade pra exercer a minha missão maior, porque eu acho que eu não vim ao mundo para ser militante apenas, eu tenho outra missão, que é a de ser artista" (AMADO, 1995, p.209-210).*

O crítico Pedro Alexandre Sanches, em reportagem sobre cantoras negras para a *Folha de S.Paulo*, salientou ainda que "todas [Arícia Mess, Daúde, Mart'nália, Paula Lima] discursam pela fuga da unidade ou de uma identidade comum". Arícia, por exemplo, declarou:

> *"Não sei se existe uma identidade em comum entre nós, mas me interesso por saber o que estão fazendo Paula Lima e Daúde. Aqui ainda há poucas cantoras negras no mercado, por quê? Quem está no grande mercado? Para o tanto de mulheres negras que o Brasil tem, acho pouco" (SANCHES, 2002).*

A opção artística dessas cantoras exprime, portanto, apenas uma aspiração de seguir por outros caminhos, em um conceito expandido de mobilidade social. Não denota negação da própria cor ou falta de consciência racial; nem mesmo exclui eventuais discursos de apologia e respeito ao negro. Para além de racismos e anti-racismos, o que nuança as disparidades entre as artistas "é o direito de ser, de deixar ser, consciência plena de cada um, do outro, de suas raízes e de sua história (THEODORO, 1996, p.142)".

Referência bibliográficas:

ALMADA, S. **Damas Negras: sucesso, lutas, discriminação: Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

CABRAL, S. **Elisete Cardoso: Uma vida**. Rio de Janeiro: Lumiar, s.d.

CASTRO, R. **Chega de Saudade: A história e as histórias da bossa nova**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, H. (org.) **Rainha Quelé: Clementina de Jesus**. Valença: Prefeitura de Valença, 2001.

COSTA, I. C. Quatro notas sobre a produção independente de música. In*:* **Arte em Revista**, ano 6, nº 8, OUT. 1984.

COUCEIRO, S. M. **O negro na televisão de São Paulo: Um estudo de relações raciais**. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: Racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

LOUZEIRO, J. **Elza Soares: Cantando para não enlouquecer**. São Paulo: Globo, 1997.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Os fios do desafio: o retrato de Carolina Maria de Jesus no tempo presente. In: SILVA, V. G. da (org.). **Artes do corpo: Memória afro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2004.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANCHES, P. A. Herdeiras de Clementina. **Folha de S.Paulo.** 07.05.2002.

SCHWARCZ, L. M. Questão racial no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M & REIS, L. V. S. (org). **Negras imagens: Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Estação Ciência, 1996. p. 153-177.

THEODORO, H. **Mito e espiritualidade: Mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

TINHORÃO, J. R. **Pequena história da música popular: da Modinha ao Tropicalismo**. São Paulo: Art Editora, 1986.

TURRA, C. & VENTURI, G. (org). **Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O discurso de gênero na imprensa política do pós-Guerra do Paraguai. 1869- 1904.

Fernando Lóris Ortolan*

Resumo. Este texto tem por objetivo apresentar uma análise das representações construídas sobre as mulheres paraguaias no período do pós-Guerra do Paraguai (1869-1904). Para a compreensão dessas representações, valemo-nos dos discursos veiculados pela imprensa política do período. Se a atuação e engajamento das mulheres na resistência durante o período da Guerra do Paraguai foram significativos, no pós-Guerra o reconhecimento da necessidade de sua atuação em diversas tarefas recaía no plano da economia e da moral, fundamentais para o processo de reconstrução nacional. A tentativa de saída para a crise demográfica que se abatera sobre o país, após o final da Guerra, reforçou as divisões de gênero com o enaltecimento da maternidade e do sacrifício das mães, bem como a exclusão das mulheres do espaço público.
Palavras-chave: Pós-guerra do Paraguai, Mulheres paraguaias, imprensa.

Abstract. This text has for objective to present an analysis of the representations built on the Paraguayan women in the period of the postwar period of Paraguay (1869-1904). Para the understanding of those representations, we were worth ourselves of the speeches transmitted by the political press of the period. If the performance and the women's engagement in the resistance during the period of the War of Paraguay were significant, in the postwar period the recognition of the need of his performance in several tasks relapsed in the plan of the economy and of the morals, fundamental for the process of national reconstruction. The exit attempt for the demographic crisis that he had fallen on the country, after the end of the War, it reinforced the gender divisions with the exaltation of the maternity and of the mothers' sacrifice, as well as the women's of the public space exclusion.
Key-Words: Postwar of Paraguay, Paraguayan Women, press.

Os editoriais dos jornais, vinculados a grupos político-ideológicos no pós-Guerra, trazem um discurso que é resultado de um contexto e de um processo complexo, adotando uma fala própria e considerada verdadeira. A imprensa representava a posição de determinado grupo e os interesses da própria sociedade; logo, assumia o lugar da fala de enunciador institucional, produzindo significados e moldando opiniões.

Os jornais do pós-Guerra, manifestavam a opinião de determinado grupo com relação aos aspectos considerados relevantes e dignos de serem mencionados sobre as mulheres paraguaias. No interior desses discursos, os interesses perpassam e atravessam vários pontos, materializados em opiniões, aconselhamentos e predições. Discursos esses que, ao mesmo tempo, foram responsáveis em criar um modelo de mulher para a sociedade

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

paraguaia, o que pode ser articulado com uma problemática social mais geral, como a definição social dos papéis de gênero.

Nesse sentido, cabe ressaltar a pertinência de empregar a categoria de gênero para identificar os fundamentos biológicos e as construções culturais que impõem códigos de conduta, hierarquizam a sociedade e geram a dominação, desigualdades e exclusões sociais. É preciso, pois, entender que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e é um conceito relacional, compreendendo a idéia de que não é possível analisar homens e mulheres em separado, já que um se define em relação ao outro. (SCOTT, 1995: 133-184).

A imprensa, através dos jornais, atribui-se a autoridade para exigir, em nome da sociedade, o cumprimento das normas, de tal modo que confere modelos distintos para o homem e a mulher. É importante perceber, ao mesmo tempo, o discurso jornalístico como um espaço de produção de sentido, na medida em que ele aponta as suas opiniões e opera um posicionamento pré-definido.

As representações de gênero presentes no imaginário de uma época são construídas socialmente e criam modelos distintos para o homem e a para a mulher. Para a mulher, difunde-se a função reprodutiva do âmbito doméstico, descartando-se seu potencial de intervenção na sociedade. Por intermédio da imprensa, legitimada pela instituição Estado, essas orientações e esses modelos de mulher são difundidos e, ao mesmo tempo, são estabelecidos os códigos de conduta e as sociabilidades que norteiam, também, os comportamentos de gênero.

A linguagem, portanto, contribui para a dominação de algumas pessoas sobre outras, por meio de um discurso de senso comum e pelo modo como esse discurso pode ser ideologicamente condicionado pelas relações de poder. Tal discurso mantém a mulher em uma posição de subordinação, pois produz uma imagem de fragilidade e de desigualdade em relação ao homem, levando à percepção da inferioridade feminina como algo 'natural'.

A imprensa do pós-Guerra do Paraguai. (1869-1904).

No momento em que Assunção é tomada pelos Aliados, muitos exilados começaram a retornar ao país. Devido às divergências entre o Brasil e a Argentina, aparecem diferentes grupos: a Argentina apóia os antigos membros da *Legión Paraguaya,* representados por Facundo Machaín, José Segundo Decoud e o recém nomeado chefe das milícias, Benigno Ferreira. O Brasil apoiava Cirilo Antonio Rivarola, um ex-sargento do Exército Paraguaio,

torturado durante a Guerra, o qual, tornou-se, mais tarde, um patriota e um crítico do governo López. Por último, havia o grupo dirigido por Candido Bareiro, que se uniria Bernardino Caballero.

O grupo de Bareiro forma, em 24 de março de 1870, o *Club del Pueblo* que, com o jornal a *Voz del Pueblo,* apoiou o general Patrício Escobar à Presidência da República. Dois meses depois, o grupo de Decoud criou *El Gran Club del Pueblo* que, por meio do periódico *La Regeneración*, apoiou Cirilo Antonio Rivarola.

Em dois de julho de 1887, funda-se o *Centro Democrático* que, em 1894, mudará seu nome para *Partido Liberal*, herdeiro do *Gran Club del Pueblo* e contrário a Caballero. Dois meses depois, sob a direção de Caballero e José Segundo Decoud, funda-se a *Asociación Nacional Republicana* – mais conhecida pelo *Partido Colorado* – procedente do *Club del Pueblo* e integrada por antigos lopistas e ex-legionários; uma união tão estranha como a do partido adversário.

Esses dois partidos tinham o objetivo de assumir e controlar o poder e as atividades públicas; assim, o povo buscaria apoio e proteção dos políticos dirigentes. Dessa forma, o Partido Colorado governaria o país até 1904.[1] (MOREIRA, 2003).

A situação de agitação e anarquia na qual vivia o Paraguai no primeiro momento do pós-Guerra do Paraguai impossibilitou a intenção de "brindar" o livre exercício das liberdades públicas. Nesse período, não surge nenhum grande jornal independente e de ampla circulação. Inicia-se um jornalismo político-partidário com publicação de vida curta e escassa tiragem, geralmente acompanhando as candidaturas presidenciais.

Esse primeiro jornalismo cumpre uma função importante, uma vez que permite debater publicamente questões políticas e assuntos de interesse geral, gerando opinião, o que não havia experimentado a sociedade paraguaia até então.

A rivalidade entre Brasil e Argentina era visível, o que motivou a intervenção de militares e diplomáticos na política interna paraguaia. Os jornais, geralmente, apoiavam as forças de ocupação e contribuíam na campanha de desprestigio do Marechal López. (SILVERO,s/d: 15). Exemplo disso foram os periódicos a serviço dos brasileiros, como **El Cabrión** e **A Gazeta Brasileira**.

[1] Em agosto de 1904 é deposto o coronel Juan Ezcurra. A Revolução de 1904 acaba com a hegemonia colorada e inaugura o período do Partido Liberal no poder. A esperada estabilidade política não chegou, pois em trinta e seis anos teve vinte e dois presidentes. Revolução Liberal de 1904 representou a união dos diversos setores do liberalismo com o grupo colorado do General Egusquiza, de inclinações argentinistas. O programa revolucionário era a constituição liberal de 1870, até então letra um pouco morta. No mesmo ano, o Pacto de Pilcomayo colocou fim às hostilidades: os colorados conservavam alguns ministérios, mas terminava seu predomínio, começando o que se convencionou chamar da era liberal.

De 1869 até os últimos anos do século XIX, aparece uma quantidade significativa de publicações, englobando jornais, semanários e revistas, algumas específicas em guarani, outras em espanhol, inglês, francês, português e alemão. Não eram restritas a Assunção, mas também abrangiam alguns povoados do interior como Areguá, Pilar, Encarnación, Concepción, Villarrica e Colônia Cosme.

Ao se observar os jornais da época, percebe-se uma intenção dos paraguaios de reconstruir as bases de uma República, em meio ao caos do pós-Guerra, de manter a integridade e soberania nacional e de levar adiante a reconstrução e a organização da Pátria. A imprensa, nesse período, passa a fiscalizar e a intervir em todos os níveis da vida nacional e, por conseguinte, orientar a opinião pública.

Basicamente, a imprensa apresenta um *corpus* de idéias liberais, sustentadas por um eixo temático que induz ao exercício dos direitos civis e políticos e da soberania popular, a limitação dos poderes do Estado, ao livre comércio, etc. Essa doutrina liberal era a ideologia moderna do momento e que estava produzindo resultados nos Estados Unidos e na Argentina.

Ao mesmo tempo, os jornais do pós-Guerra, além da intensa preocupação política, procuravam dar espaços para tímidas publicações culturais, principalmente com notícias culturais do exterior, esporádicas, breves e com atraso.

La Regeneración aparece em 1º de outubro de 1869 e sua última publicação data de 1º de outubro de 1870. Foi o primeiro órgão de imprensa independente publicado no Paraguai e que defendia as idéias do *Gran Club del Pueblo*.

A outra facção, *El Club del Pueblo*, teve por porta voz **La Voz del Pueblo**, fundado em 24 de março de 1870. Ao desaparecerem estes dois primeiros periódicos do Paraguai do pós-Guerra, seus promotores logo se voltaram para novos órgãos de difusão, como **La Opinión Pública** e **El Pueblo**.

Entre a década de 1870 e 1880, apareceram vários periódicos de curta existência, exceto o **La Reforma**, que teve uma maior duração.

Em 6 de novembro de 1870, apareceu **La Opinión Pública**, fundado pelos mesmos ex-diretores do **La Regeneración**, com a mesma bandeira e princípios de luta.

El Paraguay apareceu em 1870. **La Opinión** e **El Derecho** eram de caráter político e o último foi favorável às forças brasileiras. Em 1870, surgiram os periódicos **La Situación** e **La Ley**. Todos, com a exceção do **El Pueblo**, acima citado, tiveram curta duração.

Em 21 de setembro de 1872, apareceu **La Nación Paraguaya**. Em 1873, apareceram **El Progresso**, **El Imparcial**, **La Libertad**, **El Fénix** e **La República**, todos

vinculados à situação. **El Fénix** e **La República**, ao mudarem de corrente política, foram imediatamente fechados pelo governo, em 10 de junho de 1873.

Em março de 1874, surge o **La Pátria**. Órgão oficial do governo, deixou de ser publicado para dar lugar ao **La Reforma**.

Outros periódicos de pouca representatividade surgem nesta década, como **Los Debates**, em 1876, que desapareceria por razões financeiras e **El Comercio,** editado entre 1876 e 1880.

Depois da Guerra, surgem vários semanários de diferentes características: de notícias ou informativos, de agremiações, políticos ou de informações gerais, como **El Agrónomo**, em 1877; **El Defensor** e **La Verdad**, de 1885; **El Patriota** e **El Rayo**, com caricaturas; **El Vetarano**, **El Popular** e **La Semana**; **El Campesino**, **El Chaco**, **La Voz Católica**, **La Alborada**, **El Paraguay Ilustrado**, **El Balancín**, **El Avisador**, **El Latinguillo**, **El Sangay**, **La Juventud**, **El Centinela**, todos entre 1888 e 1905; **La Religión**, em 1890; **La Ilustración Paraguaya**, publicado entre 1888 e 1894; **El Eco Social**, **El Semanário**, **La Fraternidad**, **La Linterna Paraguaya**, **El Despertador** e **El Grito del Pueblo**, entre 1903 e 1904.

Na segunda década do pós-Guerra, de 1880 a 1890, o Paraguai viveu um difícil período de consolidação de suas instituições públicas, como a fundação oficial dos partidos políticos tradicionais. Neste momento, houve a criação de periódicos de diferentes tendências, embora, em sua maioria, tivessem inclinação com a ideologia liberal que imperava na época.

La Democracia, fundado em maio 1881, foi um dos periódicos de maior duração no Paraguai da época.

Em 1882, foi publicado **El Porvenir** e, em 1º de abril 1884, **El Heraldo.** Após, o *Centro Democrático* adotou como órgão oficial **El Imparcial** que desapareceu em 1888.

Em seguida, é substituído pelo oposicionista **El Independiente**, publicado de 1887 até 1893. Era o porta-voz do *Partido Liberal.*

El Artesano aparece em 25 de outubro de 1885. Ainda, em 1885, após o desaparecimento do **La Reforma**, surge outro jornal de curta duração para substituí-lo, **El Orden**. Finalizou suas publicações em 1886.

El Látigo Inmortal foi um semanário ilustrado e satírico, publicado entre 1885 e 1889, e que depois mudaria seu nome para **El Látigo**, sendo publicado até 1892.

El Paraguayo, jornal da situação, foi publicado entre 1885 e 1889. Entre 1887 e 1888, apareceu o periódico *colorado* **La Nación. El Diário Oficial** foi um órgão oficial do

governo, circulando de 9 de outubro de 1889 até 31 de dezembro de 1909. Outro periódico de curta existência foi **La Razón**, entre 1889 e 1890.

Entre 1890 e 1900, houve a frustrada *Revolução Liberal* de 18 de outubro de 1891. Assim, os republicanos dividem-se em "caballeristas", cujo órgão de difusão foi o **La Pátria,** e os "egusquicistas" com o **La Republica** e o **El Progresso**. De 1894 a 1898, houve a hegemonia do "egusquicismo", que incorporou, em seu gabinete, políticos da oposição. (ESTÉVES, 1984: 214).

Em 1891, começou a ser publicado **La República**, órgão do governo que desapareceu em 1894. **El Tiempo**, fundado em 1891 e editado até 1893. **La Patria** começou sua publicação entre 1894 e 1901. **El Progresso** apareceu entre novembro de 1893 e junho de 1894.

Em 1893, apareceram **La Libertad** e **La Unión**, porta-vozes da *Asociación Nacional Republicana.* **La Libertad** foi contemporâneo ao **El Progresso**. **La Unión**, *"Órgano del Partido Nacional Republicano"*, cujo título representava a união dos grupos de Egusquiza e de Caballero, publicou de junho a novembro de 1894. (BOSIO, 2001: 132).

El Pueblo, órgão de uma facção liberal, foi publicado de 15 de fevereiro de 1894 até 1899. Acompanha o título do **El Pueblo**: "Organo del Partido Liberal". Ainda, entre 1894 e 1898, apareceu **La Opinión**.

Ao final do século, o *Partido Liberal* esteve representado por uma imprensa que defendia seus interesses e difundia suas idéias. Um deles, **El Cívico,** foi publicado de 01 de setembro de 1896 até 1908.

Dentro do *Partido Liberal,* além dos *cívicos*, haviam os *radicales* liderados por Cecílio Báez e reunidos em torno do jornal **El Pueblo**.

Em 1899, vieram outros periódicos, como **La Libertad**, **La Constitución** e **La Tribuna**. Os dois últimos desaparecem em 1901.**La Prensa** iniciou sua publicação em janeiro de 1898.

Nos primeiros anos do século XX, surgiram novos periódicos, que, como os anteriores, representavam determinados setores políticos. **El Paraguay**, jornal de 1900, foi editado por cinco anos. **La Opinión Pública**, também de 1900, durou menos de um ano. **La Patria Paraguaya**, de 1900, foi até 1901. **El País,** durou quatro anos, de 1901 até 1905. **El Enano** apareceu regularmente até 1904. Também, entre 1903 e 1906, publicou-se **La Tarde**.

El Diário apareceu em 1º de junho de 1904. Era um órgão da facção dos *radicales*, adversária dos *cívicos*.

A penosa tarefa de reconstruir o Paraguai foi levada a diante com altos e baixos. A Constituição Liberal consagrou liberdades, limitou os poderes governamentais e permitiu o surgimento de uma imprensa livre, mesmo que associada a um partido político. Coincidência ou não, os líderes políticos, em sua maioria, eram os administradores, os editores, os redatores ou mesmo os proprietários dos jornais. Ainda, com tudo isso, a imprensa foi decisiva em apoiar a reconstrução e a melhoria das condições de vida da população.

Acabou a Guerra ... de volta ao lar.

A imprensa fornece todo um imaginário que nos mostra indícios preciosos sobre a forma como homens e mulheres visualizavam o mundo e permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos sociais que se orientam por interesses específicos, permitindo um melhor conhecimento de uma determinada sociedade.

Na imprensa do pós-Guerra, o discurso de gênero diferencia ideologicamente os sexos e discrimina a mulher ao excluir sua presença do espaço público na sociedade que tenta se reconstruir da Guerra, relegando-a, no pós-Guerra, à esfera privada e tradicional do lar.

A ausência das mulheres protagonizando o noticiário político e econômico é relativamente grande. Por outro lado, quando lhes é dado o espaço nas seções dos jornais, aparece, com força, um discurso de gênero que menciona somente questões femininas específicas, relacionadas ao trabalho doméstico e ao retorno da sua condição que, muitas vezes, é associado ao período anterior à Guerra do Paraguai.

Na tentativa de reconstruir o país, a imprensa local, traduzindo os interesses desse Estado liberal e da elite paraguaia, toma para si o papel de difusora dos novos princípios de modernidade. Nesse contexto, a condição feminina sofreu profundas mudanças, já que, através da imprensa, pretendeu-se reformar os hábitos, imprimir novos costumes e moldar outra imagem da Capital paraguaia.

No pós-Guerra, a imprensa muda significativamente seu discurso. Pouco ou quase nada se falava sobre os direitos das mulheres e sobre o reconhecimento de sua atuação na Guerra. A tentativa de saída para a crise demográfica que se abatera sobre o país, após o final da Guerra, significou o reforço das fronteiras de gênero com o enaltecimento da maternidade e do sacrifício das mães, bem como a exclusão das mulheres do espaço público.

Nas representações sociais de gênero, existe a *figura* homem/mulher e o que *significa* ser homem e ser mulher. O que significa ser homem e ser mulher varia historicamente e culturalmente, na medida em que o sentido dessa diferença é dado pelo valor

simbólico atribuído aos homens e às mulheres. Isso, de certa forma, gera comportamentos e representações socialmente adaptadas no que se refere ao masculino e ao feminino.

A imprensa, dessa forma, teve o poder de influenciar ou manipular a opinião pública, ditando os padrões de comportamento. A sociedade, dessa forma, determina os valores e os modelos para a mulher e criam paradigmas físicos, morais, mentais e religiosos cujas associações tendem a homogeneizar a mulher, projetando o perfil da "verdadeira mulher".

As nações em guerra reforçam as identidades de gênero e após, quando se inicia a reconstrução, os velhos papéis e comportamentos pré-determinados são normatizados: para os homens, o público e a política, para as mulheres, o privado e a casa; dos homens espera-se a agressividade, a capacidade de liderança e a racionalidade, e das mulheres, a delicadeza, a maternidade, a sensibilidade e a beleza.

Bibliografia.

BOSIO, Beatriz Gonzáles de. *Periodismo escrito Paraguayo. 1845 – 2001*. De la afición a la profesión. Asunción: Editora Intercontinental, 2001.

CAPDEVILA, Luc. As guerras na transformação das relações de gênero: entrevista com Luc Capdevila. In: *Revista Estudos Feministas*. v.13. n.1. Florianópolis: jan./abr. 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: *Nova História Militar Brasileira.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JODELET, D. Representações sociais : um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Noticias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e Imprensa - 1880-1920. In: FENELON, Déa. (Org). *Muitas Histórias, Outras Histórias.* São Paulo: 2000.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. Historiadores e atores políticos: a historiografia paraguaia na era liberal (1904-1936). In: ANPHLAC. *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC.*Vitória, 2003.

ORTOLAN, Fernando Lóris. *Sob o olhar da imprensa e dos viajantes. Mulheres paraguaias na Guerra do Paraguai. 1864-1870*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, pp. 133-184, jul-dez., 1995.

SILVERO, Ilde. *Una historia sin fin*. La lucha por la libertad de prensa en el Paraguay. Asunción: Edición del Autor. s/d.

VÉRON, Luis. BIEDERMANN, Enrique. *Las tintas del tintero*. Reseña y anecdotario de la prensa escrita en el Paraguay. Asunción: Litocolor/Cerneco. 2004.

Fontes.

Coleção de jornais da *Biblioteca Nacional de Asunción.*

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A reforma educacional da oligarquia e a missão pedagógica paulista: os registros do jornal "O Correio Official de Goyaz" nos anos de 1930

Aparecida Maria Almeida Barros*

Resumo: A Reforma Educacional de 1930 em Goiás constituiu no empenho da Oligarquia dominante em promover uma modernização conservadora, servindo-se da burocracia do estado e da imprensa oficial para mobilização e divulgação da proposta. Com o apoio técnico e intelectual de uma equipe de educadores enviada pelo governo de São Paulo, denominada "Missão Pedagógica Paulista", esta reforma introduziu no Estado um ideário pedagógico de inspiração escolanovista, caracterizado pela reorganização do ensino primário e do curso normal, construção de grupos escolares, formação de normalistas, treinamento de professores e inspetores escolares, aquisição de mobiliário e instrumentos de ensino, criação do 'Jardim da Infância', inclusão de trabalhos manuais no currículo obrigatório, dentre outras ações.
Palavras-chave*:* escola nova – reforma educacional – missão pedagógica paulista

Summary: The Educational Reformation of 1930 in Goiás constituted in the persistence of the dominant Oligarchy in promoting a modernization conservative, serving itself of the bureaucracy of the state and the official press for mobilization and spreading of the proposal. With the support technician and intellectual of a team of educators sent by the government of São Paulo, called "São Paulo Pedagogical Mission", this reform introduced in the State a pedagogical ideário of escolanovista inspiration, characterized for the reorganization of primary education and the normal course, construction of pertaining to school groups, formation of normalistas, training of professors and pertaining to school overseers, acquisition of furniture and instruments of education, creation of `Garden of Infancy', inclusion of manual works in the obligator resume, amongst other actions. Word-key: new school - educational reform – pedagogical mission São Paulo.
Keywords: new school – education reform – pedagogic mission (SP)

Introdução

As fontes documentais conservadas em arquivos públicos sob a tutela do estado ou de instituições de pesquisas em Goiás[2], são reveladoras das marcas de diferentes reformas educacionais ocorridas especialmente na primeira metade do século XX. No caso especifico, detenho meu olhar de investigadora nas evidências encontradas nos registros do Correio

[1]* Profa. Assistente IV na UFG; doutoranda em Fundamentos da Educação –PPGE/UFSCar, sob a orientação da Profa. Dra. Marisa Bittar.
[2] Em particular refiro-me ao Arquivo Histórico do Estado de Goiás, vinculado a AGEPEL – Agencia Goiana de Cultura "Pedro Ludovico Teixeira" e ao IPEHBC – Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central, mantido pela Universidade Católica de Goiás, ambos são tutores de excelentes fontes documentais do período em estudo.

Official de Goyaz dos anos de 1930, sobre o movimento de Reforma Educacional orquestrada pela Oligarquia no período que antecede a Revolução de trinta. Parto do argumento segundo o qual, mesmo as forças políticas mais conservadoras, a seu modo, movimentam no sentido de manter a hegemonia no poder através de ações junto a determinados setores sociais. No caso em questão, a Reforma Educacional de 1930, conforme descrito nas propostas e ações, teve um alvo seguramente elitista, cuja finalidade era assegurar a hegemonia oligárquica pela via da modernização do ensino. Neste sentido, procuro situar a essência da reforma no discurso oficial presente nos registros do jornal Correio Official de Goyaz, observando a ênfase dada nas ações, eventos e empreendimentos governamentais que deram visibilidade para as mudanças no ensino primário, no jardim da infância, no curso normal, na estrutura material e pedagógica, bem como, a definição de documentos oficiais: programas de ensino, regulamentos e todo o aparato burocrático que envolveu a modernização educacional referida.

O percurso das Reformas do Ensino em Goiás

No plano educacional, Araújo e Silva (1975) faz uma advertência quanto a impossibilidade de considerar os períodos da historiografia da educação brasileira como parâmetro para localizar correspondentes em Goiás. A autora afirma que as mudanças, adequações e incremento didático pedagógico na instrução pública em Goiás, ocorreram em passos lentos, forjados por diferentes decretos desde o inicio do século XX, na tentativa de alterar o passivo educacional do Estado que atravessou a temporalidade do século XIX, arrastando o atraso do analfabetismo e as questões sanitárias já existentes no Império. Daí a freqüência dos decretos de reformulação do ensino, especialmente entre 1900 e 1940.

> *(...) os processos educacionais, em particular, e a escola, em geral, experimentaram lenta evolução e os marcos diferenciadores das diversas fases mostram-se desencontrados da periodização natural da historia brasileira. Os anos imediatos a proclamação da República, por exemplo, nada dizem em relação a uma mudança significativa no campo educacional (...) A periodização tradicionalmente observada no estudo da Historia da Educação Brasileira, de divisionamento em período Colonial, Imperial e Republicano, não expressa, por conseguinte, com realidade, os marcos mais significativos da evolução da Historia da Educação em Goiás.* (ARAÚJO E SILVA, 1975: 233-234).

Nas palavras desta pesquisadora, a expectativa por uma renovação educacional em Goiás pela via da modernização didática, metodológica e estrutural teve inicio por volta de 1919, com a iniciativa de criação dos grupos escolares, marcada por situações de improvisos, inadequações e precariedades. Desde as primeiras medidas adotadas no sentido de remodelar

o ensino, já havia uma tendência em buscar o padrão de modernidade e inovação conforme os modelos de escolas dos estados de SP e MG. Muitos grupos escolares conseguiram notória projeção, através do apoio de municípios na construção da sede própria e na aquisição de equipamentos e material pedagógico, conforme o utilizado nas instituições mineiras e paulistas.

A república revela um crescimento incipiente na instrução publica goiana, sendo apenas seis unidades, instaladas nas cidades e distritos mais importantes do Estado. Somente em 1925 foi criado o primeiro regulamento para os grupos escolares.

De modo particular, o final da década de 1920 vai testemunhar um jogo de poder muito acirrado entre os interesses da oligarquia e dos constitucionalistas. O chamado setor oligárquico (sob a liderança de Brasil Ramos Caiado e Alfredo Lopes de Moraes), a seu modo, realiza um arranjo para a Educação Publica e alavanca a Reforma Educacional, com o apoio da Missão Paulista.

Segundo consta nos autos do Correio Official, os dois governos, representantes do setor oligárquico goiano, no período de 1929 (Brasil Ramos Caiado e César da Cunha Bastos) e 1930 (Alfredo Lopes de Moraes e Jose Gumercindo Márquez Otero), respectivamente Presidentes e Secretários do Interior e Justiça, responsabilizaram-se pelos atos administrativos que resultaram na modernização da Educação Popular no Estado. Tais lideranças impulsionaram a referida reforma recorrendo oficialmente ao Estado de São Paulo para promover as mudanças na educação estadual, conforme os princípios da Pedagogia Moderna. A Missão enviada a Goiás pelo governador Júlio Prestes teve a finalidade de orientar a Reforma Educacional de 1930, conduzindo a elaboração de decretos, regimentos, programas de ensino, treinamento e atualização pedagógica e acompanhamento de salas de aula, para vistoriar a aplicação adequada dos novos métodos.

Em pleno governo oligárquico de 1929, o presidente do Estado ao pronunciar uma mensagem presidencial sobre os atos do Executivo perante o Congresso Legislativo, faz um panorama da situação educacional goiana, dividindo o sistema de ensino em dois grupos distintos: as instituições públicas, mantidas pelo Estado com apoio dos municípios e as instituições subvencionadas, estas últimas sendo a maioria administradas por ordens religiosas, apoiadas financeiramente pelo poder público. Realça ainda a presença de seis escolas normais em atividade no território goiano: uma na capital (Escola Normal Oficial do Estado) e cinco em regiões distintas do Estado, sendo as do interior equiparadas com a da capital. (CORREIO OFFICIAL n. 1.563, de 28 de Maio de 1929 p. 17).

É, pois, neste contexto, que a Missão Pedagógica Paulista presidida pelo prof. Humberto de Souza Leal[3] e integrada pelos professores Jose Cardoso[4] e Cícero Bueno Brandão[5], lança as bases da Reforma Educacional de 1930, propagada pela imprensa oficial como a responsável pela introdução da pedagogia moderna no sistema de ensino goiano.

> *(...) Para esse effeito, entendeu-se o nosso governo com o governo de S. Paulo, com o intuito de obter deste um educador competente, entre os muitos de que dispõe o Estado, primus inter pares, nesse particular, e que de longos annos consagra aa instrucção popular incessantes cuidados.*
> *Hoje assume a direção da escola normal o sr. Humberto de Sousa Leal, formado pela escola normal secundaria de S. Paulo em 1914 e, indicado pelo governo paulista como capaz de desempenhar com pleno êxito a missão que aqui veio a cumprir. O acerto da escolha confirma-o a imprensa paulista, encarecendo os méritos do escolhido, cuja investidura é de suppor signifique o começo de nova era para o nosso ensino normal e primário.*
> *(CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ n. 1.617, 15 de outubro de 1929, p. 6)*[6]

Durante a permanência da Missão em Goiás, com previsão inicial de um ano (entre 1929 e 1930), as ações da reforma foram difundidas junto aos professores, inspetores e diretores escolares através de uma seção no Correio Official especialmente criada para propagar os atos institucionais e o novo ideário pedagógico. Foram interlocutores dos intelectuais paulistas, outros educadores do estado de São Paulo, que atuavam como colaboradores da missão, burocratas do governo goiano, alunas da Escola Normal e Inspetores Escolares, que mantiveram publicação regular na "Secção Pedagógica", de artigos, crônicas, textos filosóficos, planos de ensino, instruções metodológicas e divulgação de eventos, tendo como temática a Reforma Educacional.

Ao apresentar as instruções para os trabalhos manuais no ensino primário, lê-se: "Instruções adoptadas em São Paulo e observadas nas escolas publicas de Goyaz", demonstrando a filiação da reforma educacional em termos de método, conteúdo e forma, ao modelo paulista.

---

[3] HUMBERTO DE SOUZA LEAL: formado normalista pela Escola Normal Secundária de São Paulo, concluindo seu curso em 1914; era diretor do Grupo Escolar "Dr. Almeida Vergueiro", em Espírito Santo do Pinhal; foi convidado pelo então Diretor Geral da Instrução Publica de São Paulo (Amadeu Mendes), para assumir a chefia da Missão Pedagógica Paulista. Em Goiás, durante um ano exerceu atividades como a de diretor da Escola Normal.

[4] JOSE CARDOSO: responsável pelas aulas de metodologia, musica e pedagogia no curso de Aperfeiçoamento Pedagógico; também assumiu a direção da Secção Pedagógica criada no Correio Official do Estado, encarregada de difundir os pressupostos da reforma, com orientações didáticas, plano de atividades, recomendações aos professores, dentre outras medidas.

[5] CICERO BUENO BRANDAO: conduziu as aulas de ginástica no curso de aperfeiçoamento pedagógico e realizou trabalhos de inspeção escolar e acompanhamento das atividades dos professores nos grupos escolares.

[6] Todos os textos retirados do Correio Official, foram conservados na escrita original.

A Gênese da Reforma Educacional

As publicações de O Correio Official de Goyaz no período revelam uma preocupação do governo e dos intelectuais em tornar publico todos os atos alusivos ao ensino, as mudanças pretendidas pela Reforma. Uma das primeiras iniciativas publicizadas pela imprensa oficial, foi o padrão a ser observado para a construção dos prédios escolares, visto que, em municípios mais distantes da capital, havia o empenho dos prefeitos e lideranças políticas locais, em construir prédios para abrigar as atividades de ensino.

Especial destaque teve eventos públicos nos quais a reforma do ensino era ovacionada por autoridades, burocratas do governo, intelectuais e representantes da elite local, mostrado, por exemplo, na divulgação de inaugurações e festas cívica, organizadas com o propósito de presentar à sociedade goiana as mudanças empreendidas.

> *Com a assistência de sua excelência o senhor Presidente do Estado, dos seus mais graduados auxiliares, de altos funccionários federaes, estaduaes e municipaes, de professores dos nossos institutos de ensino superior, secundário e primário, officiaes do exercito e da policia e representantes de outras classes sociaes, constituindo numerosa concorrência, foi inaugurado a 31 de outubro pretérito o curso pedagógico de aperfeiçoamento, professado pelo technico de ensino que o governo de S. Paulo, por iniciativa do nosso governo, deputou ao nosso Estado, para a renovação de methodos na esphera do ensino normal e primário. (...)*
> *Com a sóbria elegância com que sempre se exprime, discorreu na mesma ordem de idéias o sr. dr. Alfredo de Moraes, fazendo commentarios allusivos a certos methodos de ensino e rendendo homenagem aa administração passada, pelos seus esforços no sentido de melhora-lo e de lhe dar nível cada vez mais elevado, seguindo-se-lhe a senhorita Ophelia do Nascimento, talentosa directora do grupo escolar desta capital, que em nome de seus collegas e professores primários presentes, saudou ao professor Sousa Leal, expressando-lhe o empenho de todos em obter e propagar os melhores frutos das noções ministradas pelo seu saber e experiência profissional. (...)*
> *O professor Humberto Leal, pela sua brilhante preleção, fundamentou as melhores esperanças na orientação que foi chamado a imprimir ao ensino, influindo no animo de todos os que o ouviram a mais favorável impressão de sua aptidão didactica e dos conhecimentos technicos necessários ao cabal desempenho do seu encargo. Achando-se presente na reunião o sr. dr. Brasil Ramos Caiado, ex-presidente do Estado, dirigiu-lhe o sr. dr. Secretario do Interior e Justiça algumas palavras em que se relembravam os seus serviços à instrucção, serviços a que o governo actual do preclaro Presidente dr. Alfredo de Moraes vai prestando e prestará cuidados desvelados e incessantes, terminando por agradecer o comparecimento de todos os que contribuíram para o brilho de uma reunião, destinada a celebrar um acontecimento feliz nos fastos da nossa instrucção publica.*
> (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.625, 5 de novembro de 1929, p. 7)

Observa-se que os representantes oligárquicos criam um aparato de pompa e circunstancia para recepcionar, em ato cívico (e publico) a reforma do ensino, começando pela qualificação dos professores primários e diretores dos grupos escolares. A sociedade a

qual se destina os benefícios da educação popular se fazem presentes para aplaudir e convalidar publicamente as medidas em curso.

Nos discursos e propostas há uma preocupação constante com o ordenamento racional e metodológico do ensino, com a organização dos espaços, com o domínio pelo professor de um caminho instrucional a ser seguido, conforme os modelos da moderna pedagogia. Em outras palavras, a expectativa de alinhamento da reforma goiana com o ideário pedagógico da escola nova em funcionamento nas escolas paulistas. Esta seria a modernização idealizada e planejada pela oligarquia no poder nos anos trinta.

As mudanças realizadas pela Missão Pedagógica Paulista tornam-se plataforma e estratégia de propaganda do governo oligárquico, ressaltada perante as instâncias administrativas do Estado.

> ***MENSAGEM PRESIDENCIAL***
>
> *Dirigida aos Senhores Membros do Congresso Legislativo*
>
> *(...)*
>
> *As principaes medidas que, apenas com dez mezes de governo, foram postas em pratica para o melhoramento e desenvolvimento do ensino, são em synthese as seguintes, pelas quaes se pode conjecturar outras providencias secundarias, todas denotativas da atenção que lhe têm prestado os poderes públicos estaduaes:*
> *Proveu ao funcionamento do jardim da infância já antes dotado de corpo docente e pessoal administrativo e de sumptuoso prédio, construído no quadriennio passado para o grupo escolar e jardim da infância da capital, e adaptado posteriormente, com algumas modificações, para sede de outros institutos de ensino;*
> *Criou grupos escolares e escolas singulares, onde quer que as necessidades da instrução tivessem evidenciado a conveniência dessa medida;*
> *Regulamentou e reorganizou a escola normal da capital, dando-lhe direcção e funcionamento autônomos;*
> *Organizou, aparelhou e installou a escola complementar, que esta funcionando com regularidade;*
> *Obteve do governo do Estado de S. Paulo que fossem postos aa disposição deste Estado trez professores, cuja missão de reaviar o ensino primário, consoantes e orientação dos modernos processos pedagógicos, está sendo executada de modo efficiente e animador.*
> *E' essa missão composta dos professores normalistas Humberto de Souza Leal, capitão Cícero Bueno Brandão e Jose Cardoso, sob a direção do primeiro. (...)*
> (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.702 , de 31 de Maio de 1930, p. 13)

Na mesma mensagem o chefe do executivo descreve a principal mudança na organização do ensino, nos diferentes níveis:

> *(...)*
>
> *Na actualidade, o ensino primário comprehende: o ensino preparatório, ministrado aas crianças de 4 a 6 anos, nos jardins da infância, annexos aas escolas normaes com três annos de curso; o ensino primário propriamente dito, aas crianças de 7 a 12 annos, nas escolas ruraes com dous annos de curso; nas escolas singulares urbanas, com três annos de curso, nos grupos escolares com três annos de curso; e o ensino primário complementar, nas escolas complementares, com três annos de curso, aas crianças maiores de 10 annos, que tenham diplomas de escolas estaduaes primarias ou titulo de habilitação em exame de sufficiencias.*

> *(...)*
> *Sendo impraticável o melhoramento do ensino sem a collaboração de um corpo de professores ajustados a esse intento, tornou-se necessário reorganizar a escola normal desta capital, modelo das demais, pelos motivos constantes da representação abaixo transcripta, da diretoria do Lyceu aa Secretaria do Interior, motivos com que se conformou o governo e que se deixam entremostrar na lei que autorizou a regulamentação e reorganização pelo poder executivo; (...)*
> (CORREIO OFFICIAL, n. 1.702, 31 de Maio de 1930, p. 13)

Com esta eloqüente exposição o governo Lopes de Moraes convalida as ações iniciadas por seu antecessor - Brasil Ramos Caiado - e busca o respaldo do legislativo para a continuidade das reformas, inclusive com a aprovação de rubricas financeiras para complementar o orçamento. Outra frente que o governo tencionava garantir era a aprovação de leis e decretos, juntamente com regulamentos normativos das ditas mudanças.

Em outro flanco, o da propaganda das ações empreendidas na instrução publica, a estratégia visava atingir a sociedade goiana, representada pelos mais distintos segmentos, ao conclamar a presença de todos para atos solenes de difusão da reforma através da divulgação de seus resultados.

Observa-se em diversas situações registradas no Correio Official, que os discursos e apresentações que preenchem a cena das festividades, também oferecem um esboço da mudança efetivada na forma de resultados rápidos, numa alusão a racionalidade, rigor, disciplina e domesticação dos corpos.

> ***FESTA ESCOLAR***
>
> *os trabalhos que vêem sendo naquella casa executados com decidida e galharda boa vontade por parte de docentes e alumnos. (...)Ainda se fazem sentir, vibrando em accordes sonoros e risos festivos, os ecos da cerimônia de magna importância cívica realizada no Palácio da Instrucção no dia 24 findo, com a honrosa presidência de s. exa. o sr. dr. Alfredo Lopes de Moraes, a presença de seus dignos auxiliares de governo e tudo o que de mais representativo possue a nossa capital.*
> *(...)*
> *Essa festa teve dupla finalidade: concorrer de modo efficaz para incentivar na nossa terra a formação de um ambiente salutar de apoio moral aos trabalhos dignificantes da escola, com uma prova real de grande esforço despendido em prol de orientação francamente estribada dos dados da pedagogia moderna, de que resultará por certo um melhor e indispensável entendimento entre os paes dos alumnos e os professores o attestar de maneira eloqüente o grande interesse que o nosso actual Secretario do Interior, dr. Gumercindo Márquez Otero, pioneiro illustre da educação goyana, vota a essa mais impessoal e elevada de todas as causas, causa de que depende sem duvida alguma o progresso constante e constructor, por isso mesmo, das sociedades novas como a nossa, pugnando ardorosamente por fazer da nossa escola uma officina de trabalho edificante, forja lidima de caracteres rígidos que saibam bater-se com denodo na vida real de amanhã, para vencerem com galhardia. Os nossos estabelecimentos de ensino, foram impellidos, como vimos, a produzir muito, em rápido tempo, por um sopro extraordinário de vida nova.*
> *Constou o programma de duas partes: uma gymnastico-esportiva e a outra cívico-litero musical. Na primeira era de ver-se o garbo desusado, a pompa magnífica*

> *com que os alumnos de todas as nossas casas de ensino publico desfilaram, no pateo do recreio, ao iniciar os exercícios physicos, em continência respeitosa e justa ao notável estadista que preside aos destinos do nosso Estado e demais pessoas altamente representativas que o acompanhavam. Na segunda, fizeram-se ouvir variadas canções regionaes do nosso orpheão normalista, poesias encantadoramente declamadas por senhorita gentil e alumnos intelligentes, após o eloqüente discurso com que o professor sr. Humberto de Souza Leal, chefe da missão pedagógica paulista, falou aos presentes, em commentario resumido, d*
> (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.702, 31 de Maio de 1930 , p. 27)

O ato público da festa escolar transforma-se em vitrine aos olhos dos futuros usuários da Escola Normal, da Escola complementar, Secundaria e Primaria, ao mesmo tempo em que eleva os dirigentes oligárquicos como messiânicos da modernização no Estado. Assim, a moderna pedagogia orientada pelos mestres paulistas consegue, através dos diferentes componentes curriculares, educar a elite goiana, de modo a promover uma modernização sob medida dos interesses da oligarquia no poder.

Contudo, a expectativa de ampliar a reforma educacional e estendê-la a todas as regiões do sertão goiano não se efetivou por completo. As turbulências da revolução constitucionalista derrubaram a oligarquia com o apoio de Vargas. Após um rápido governo de transição, Pedro Ludovico Teixeira assumiu o comando e deu inicio a um novo processo de revitalização do estado, tendo como prioridade a transferência da capital de Vila Boa, o incremento da burocracia estatal e outras reformas educacionais, que sepultaram os ideais renovadores e modernos da reforma de 1930, juntamente com os seus idealizadores.

Considerada nos pontos de estrangulamentos, conflitos e contradições, a reforma educacional de 1930, ainda se apresenta como um campo a ser investigado e um espaço de onde podem emergir diversas outras leituras, para além do silenciamento colocado pelas reformas e renovações que se seguiram nas décadas posteriores.

Referências Bibliográficas

ARAUJO e SILVA, Nancy Ribeiro de . **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. SP: FE/USP, 1975. Tese de Doutorado.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**, São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1987.

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.563, de 28 de Maio de 1929 p. 17

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.563, de 28 de Maio de 1929, p. 36

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.617, 15 de outubro de 1929, p. 6

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.625, 5 de novembro de 1929, p. 7

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ , n. 1.702, 31 de Maio de 1930, p. 13

CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, n. 1.702, 31 de Maio de 1930 , p. 27

DEWEY, John. Vida e Educação. São Paulo: Melhoramentos, 1967. Trad. Anísio S. Teixeira.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**, S. Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SCHWARTZMAN, S. et allii **Tempos de Capanema**, Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, M. Helena C. ***História e memória da educação no Brasil.*** (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2004. V. 2.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as Lições de Coisas**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As relações entre o Brasil e o Paraguai no contexto do pós-guerra (1870-1876)

Thiago Rabelo Sales[1]

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar, no campo das relações internacionais, como se deu a ocupação da capital paraguaia nos momentos finais da Guerra do Paraguai. Este artigo é parte integrante de um projeto de mestrado que estuda as relações entre o Brasil e Paraguai no contexto do pós-guerra, e conta com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Mato Grosso – FAPEMAT.
Palavras Chave: Guerra do Paraguai – Relações Internacionais – Império do Brasil

Abstract: This work if considers to analyze, in the field of the international relationships, as the occupation of the Paraguayan capital at the final moments of the War of Paraguay. This article is integrant part of a mestrado project that studies the relations between Brazil and Paraguay in the context of the postwar period, and counts on the support of the Foundation of Support the Research of the State of Mato Grosso - FAPEMAT.
Keywords: Paraguayan's War – International Relationships – Brazilian's Empire

O ano de 1868 foi decisivo para o fim da guerra da Tríplice Aliança. A tomada e a passagem da fortaleza de Humaitá pelos exércitos aliados significou o acesso direto para os navios brasileiros a Assunção. Dessa forma, o exército aliado iniciou a ocupação do território paraguaio, em 1º de janeiro de 1869, avançando com suas tropas pela capital do país. Assunção se encontrava praticamente deserta, pois já havia sido desocupada por Solano López. Os soldados brasileiros se encarregaram, então de saquear a capital paraguaia. Francisco Doratioto cita os saques de várias embaixadas estrangeiras naquela ocasião (DORATIOTO, 2002: 384-385).

É nesse momento, também, que a guerra muda bastante o seu foco: saem as grandes batalhas armadas e entram as grandes jogadas diplomáticas."La guerra cambia de forma y estrago. Desaparecen los ejércitos y las masas combatientes y le sucede una lucha singular entre los hombres elegidos que desempeñan las altas funciones de gobierno" (CÁRCANO, vol. I, 1941: 363).

Porém, o fim da guerra ainda estava longínquo, já que os governos aliados só dariam por terminado o conflito depois que o Marechal Solano López fosse preso, morto ou expulso do Paraguai. Isso só viria a acontecer dois anos depois, no dia 1º de Março de 1870 com a morte do general paraguaio em Cerro Corá. Desde o início da ocupação, o Brasil

[1] Mestrando em História da Universidade Federal do Mato Grosso e bolsista da FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

buscou participar ativamente da estabilização política do Paraguai, procurando mantê-lo independente e em sua órbita de influência.

O Governo Provisório

Com a ocupação de Assunção, o Império enviou uma missão especial chefiada pelo chanceler José Maria da Silva Paranhos, que tinha como meta estabelecer um governo provisório paraguaio com que se pudesse assinar a Paz. O governo escolhido deveria se comprometer a apoiar os aliados na luta contra López e aderir ao Tratado da Tríplice Aliança.

Na disputa pelo governo provisório paraguaio se formaram dois grupos políticos: os *bareirista,* e os *decouistas*[2]. Paranhos realizou, então, uma reunião em Assunção com representantes dos dois círculos políticos, expondo que seria necessário que o novo governo paraguaio concordasse com os termos do Tratado de 1º de Maio de 1865. Enquanto os *bareiristas* concordaram com a proposta de Paranhos, os *decouistas* solicitaram mais tempo para um exame detalhado.

Como não chegaram a um acordo, Paranhos resolveu montar uma comissão formada por quatro representantes, dois de cada facção, para encaminharem a formação do novo governo. Caso contrário, poderia instalar-se um governo militar no Paraguai.[3]

Após a constituição da comissão, Paranhos intensificou as conversações com o ministro das Relações Exteriores argentino, Mariano Varela e com o representante uruguaio, Adolfo Rodrígues, sobre o governo provisório. Em 2 de junho de 1869, os representantes aliados assinaram dois protocolos. Um estabelecendo a criação do governo provisório paraguaio, composto por três membros eleitos pelos cidadãos guaranis, se comprometendo a agir em acordo com as forças aliadas, mas mantendo sua liberdade e sua soberania nacional. O segundo estabelecendo os termos de aceitação do governo provisório, determinando que as autoridades eleitas não poderiam tratar com Solano López ou qualquer pessoa que estivesse sob sua influência.

Assim que foi autorizado o estabelecimento do governo provisório, os grupos políticos começaram a se organizar para a disputa.[4] Os dois grupos tinham como principal

[2]Os *bareirista* tinham como líder Cándido Bareiro, que somou as forças dos conservadores paraguaios; Já os *decouistas* eram liderados por Juan Francisco Decoud, candidato reformista, com ideais liberais.

[3] Entre os *bareiristas* foram indicados Félix Egusquiza, ex-representante de Lópes em Buenos Aires, e Bernardo Valiente; entre os *decouistas* foram indicados Carlos Loizaga e o próprio Juan Francisco Decoud, que desistiu, indicando para seu lugar José Díaz Bedoya. Outro que se recusou a participar foi Loizaga, que alegou ser inimigo de Egusquiza. A comissão acabou por ser formada por apenas três membros.

[4] É relevante notar, que começava aí um alinhamento dos dois grupos políticos, com as duas principais nações aliadas: os bareiristas com o Brasil, e os decouistas com a Argentina. Esse alinhamento, no entanto, não

meta, manter o Paraguai livre e independente dos outros países. O governo provisório foi eleito composto por Carlos Loizaga, José Díaz Bedoya e Juan Francisco Decoud. Este último foi recusado pelo representante brasileiro Paranhos, porque seu filho escrevia artigos considerados antibrasileiros. Para o seu lugar foi escolhido Cirilo Rivarola. (DORATIOTO, 2002: 430-431).

O governo assumiu em 15 de agosto de 1869, aceitando as condições estabelecidas pelos aliados para seu reconhecimento. Seu primeiro decreto foi proibir os paraguaios de continuarem a servir Solano López[5], além de declarar ser dever dos cidadãos paraguaios contribuírem para a vitória dos aliados[6]. Em 19 do mesmo mês, Paranhos relatou a entrega da jurisdição civil do país ao governo provisório.

Reerguendo o Paraguai

Após a morte de Solano Lópes em 1º de Março de 1870, os governos aliados, através das ações de seus representantes buscaram estabelecer a paz com o Paraguai. Porém, cada um dos aliados defendia seus interesses sobre o país guarani e tentava colocar o governo provisório paraguaio sob sua influência.

No dia nove de maio, os representantes plenipotenciários do Império Brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, da Argentina, Mariano Varela, e do Uruguai, Adolfo Rodríguez, iniciaram uma série de reuniões em Buenos Aires com o objetivo de modificar o acordo de 02/06/1869. O novo acordo modificado foi oficialmente apresentado e assinado no dia 20 de junho e foi tido pelos aliados como um Tratado preliminar de paz[7].

Ao assinar o acordo no dia 20 de junho, o governo provisório assumiu o compromisso de realizar eleições num prazo de três meses a partir da assinatura, ou seja, no dia 20 de setembro.

No entanto, as eleições paraguaias somente foram realizadas no dia 24 de novembro. No dia 25 sagraram-se vencedores Cirilo Rivarola como Presidente e Caio Miltos

---

correspondia à subordinação.

[5] Nota dos triúnviros para Paranhos, Assunção, 15/08/1869, Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros (RRNE), 1872, Anexo I, p.82.

[6] Nota das autoridades constituídas para Paranhos, ratificando a nota de 15/08, Assunção, 18/08/1869, RRNE, 1872, Anexo I, p.91.

[7] Segundo o Protocolo de 09/05/1870, Logo no primeiro Artigo desse acordo, ficava restabelecida a paz entre a República do Paraguai e as nações aliadas. Além disso, reiterava a aceitação pelo governo provisório do Tratado de 1º de Maio de 1865 como condição primordial para a paz, franqueava a todos os países aliados a navegação dos rios Paraná e Paraguai e garantia o apoio dos aliados para a restruturação política do país guarani. Os aliados se comprometiam, também, a só negociar os Tratados definitivos de paz depois da eleição do governo permanente

como Vice-Presidente[8]. Além disso, houve no mesmo dia, o juramento à Constituição paraguaia, a primeira da história do país, composta com base em ideais liberais.

Primeiros acertos para a Paz

Com a eleição do novo presidente paraguaio, os aliados buscaram assinar logo um tratado de paz. Depois de várias reuniões, em 25 de janeiro de 1871 foi assinado um Acordo Prévio entre os aliados, onde estavam expostas as condições a serem oferecidas ao governo paraguaio para a paz[9].

Em 09 de agosto o Barão de Cotegipe foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do governo imperial, juntamente com o representante argentino, Manuel Quintana, e o representante uruguaio Adolfo Rodríguez, para discutir e negociar o Tratado de Paz com os paraguaios. No dia 03 de novembro, o grupo se apresentou e iniciou as negociações.

No entanto, surgiram entre os plenipotenciários do Brasil e da Argentina sérias divergências sobre uma cláusula referente à proibição do governo paraguaio de construir qualquer tipo de fortificação ao longo do curso do rio da Prata, que pudessem impedir a livre navegação.[10]

Outra divergência surgiu sobre a questão dos diretos sobre a demarcação de novas fronteiras entre os aliados e o Paraguai. O plenipotenciário argentino queria afirmar a cláusula do Tratado de 1º de Março de 1865 que tratava da posse do Chaco pela Argentina. Porém, o plenipotenciário brasileiro achava essa decisão um tanto quanto prematura, e que deveria ser discutida posteriormente entre os governos em separado.[11] Esses episódios culminaram com o retorno do plenipotenciário argentino à Buenos Aires deixando, assim, o caminho livre para que Cotegipe pudesse negociar a paz em separado com o governo paraguaio, rompendo com um artigo do Tratado de 1º de maio de 1865, no qual os países aliados se comprometiam a não

[8] Governo Permanente, 25/11/1870, RRNE, 1870, p.5.

[9] Nesse acordo, os países aliados declaravam "paz perpétua" ao Paraguai, deixavam as questões de limites para serem tratadas posteriormente e fixavam a dívida de guerra. Essa deveria ser reclamada em um prazo máximo de dois anos a partir da assinatura do referido acordo. Também se franqueava a todas as nações a navegação dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, com exceção à navios de guerra de nações não ribeirinhas. Os países aliados se comprometiam a respeitar a soberania e independência do Estado paraguaio e, assinado o acordo, a retirar suas tropas das terras paraguaias num prazo máximo de três meses e restituir os prisioneiros de guerra

[10] O plenipotenciário argentino argumentava que a câmara de deputados de seu país desaprovaria tal artigo. Já o plenipotenciário brasileiro dizia que se o protocolo foi aprovado em parte previamente por representantes aliados, não poderia ser desaprovado por outros.

[11] Segundo Cotegipe, seria impossível que todos os países envolvidos saíssem satisfeitos caso a questão de limites fosse resolvida naquele momento.

negociar a paz em separado com o Paraguai[12]. O governo imperial argumentou, no entanto, que o acordo de paz entre as nações aliadas e o Paraguai já havia sido assinado.

A postura do plenipotenciário argentino demonstra o interesse de seu país em anexar parte do território paraguaio. Para a Argentina, se o Tratado da Tríplice Aliança fosse mantido na íntegra, dificultaria a sobrevivência do Paraguai como Estado independente.

A Paz entre o Brasil e o Paraguai e a política externa ativa do Império

Com a retirada do ministro plenipotenciário da Argentina para Buenos Aires, o Barão de Cotegipe recebeu do governo paraguaio uma nota. O governo paraguaio desejava saber se realmente cessariam as negociações entre este e os aliados, devido aos acontecimentos[13]. Cotegipe respondeu:

> "•*Nenhuma dúvida tenho em abrir negociações para o ajuste das questões pendentes entre o Brazil e o Paraguay, desde que o governo da República nisso convenha e nomeie o plenipotenciário com quem eu deva tratar.*
> • *Estou convencido de que o Sr. plenipotenciário argentino fallará em nome do seu governo e não dos aliados, havendo-lhe eu communicado a resolução de entabolar negociação com o governo do Paraguay, desde que elle a isso se recusasse e sabendo que o Sr. Ministro plenipotenciário oriental achava-se de perfeito accôrdo com a minha opinião."*[14]

Sendo assim, as negociações entre os dois países foram retomadas e culminaram na assinatura do Tratado Loizaga-Cotegipe, no dia 09 de janeiro de 1872.

O Tratado assinado entre os dois plenipotenciários tinha considerações à respeito da paz e amizade entre os dois países mas, principalmente, sobre limites e navegação. Com relação aos limites territoriais, o Império conseguiu que se estabelecesse a fronteira entre os dois países no rio Apa, desconsiderando o rio Igurei como constava no Tratado. Dessa forma, o Paraguai ficaria com toda a parte de baixo da margem direita do rio Paraguai, a partir de Sete Quedas, enquanto desse ponto para cima pertenceria ao Brasil[15]. Essa fronteira coincidia com a que Paranhos propusera a Carlos López na década de 1850, e a mesma que havia sido disputada por Portugal e Espanha no século XVIII. Isso demonstra que o Brasil não tinha interesses expancionistas sobre o Paraguai, já que a terra concedida através desse Tratado era mantida em litígio pelos dois países há bastante tempo.

---

[12] Tratado as Tríplice Aliança, 01/05/1865, RRNE, 1872, anexo I, pp. 1-28.
[13] Nota do governo paraguaio ao plenipotenciário brasileiro, 13/12/1871, 1871, RRNE, p.16.
[14] Nota do plenipotenciário brasileiro ao governo paraguaio, 13/12/1871, 1871, RRNE, pp.16-17.
[15] Tratado definitivo de Paz com Republica do Paraguay, 09/01/1872, 1871-4A, 1872, RRNE, pp.170-253.

Com relação à navegação, ficou estabelecida a livre navegação dos rios paraguaios aos navios brasileiros e, dessa forma, o Império alcançou o objetivo de alcançar, por via fluvial, a província de Mato Grosso.

Outra questão importante discutida na paz assinada por Cotegipe era a da dívida de guerra, determinada pelo Tratado da Tríplice Aliança. O governo paraguaio reconheceu a dívida com o Brasil pelos gastos deste com a guerra. Porém, em uma conversa com o presidente paraguaio, Cotegipe teria dito que a dívida, que ainda seria calculada, era mera formalidade e que não seria cobrada pelo Império (CÁRCANO, 1941: 545). Isso foi uma forma de manter um certo "compromisso" do Paraguai com o Império brasileiro, além de ser uma forma usada para afastar qualquer intenção de anexação pela Argentina pois se essa anexasse o Paraguai, automaticamente assumiria a dívida de guerra paraguaia.

Depois da assinatura do Tratado de Paz, o Barão de Cotegipe se retirou de Assunção, deixando instruções de que os representantes militares do Império não deveriam interferir nos assuntos internos do Paraguai, a não ser no caso de o governo estar ameaçado.

Apesar das recomendações, devido a disputas políticas internas no gabinete do Presidente Jovellanos, e a uma conspiração na segunda metade do ano de 1872, as tropas imperiais exerceram uma participação mais ativa, sempre apoiando o governo legal. Isso fez com que Jovellanos chegasse ao final do ano de 1872 fortalecido, embora sustentasse em seu gabinete alguns políticos "anti-brasileiros" e de não gozar de boas relações com o Ministro Plenipotenciário do Império Joaquim Maria Nascentes de Azambuja. Esse diplomata teve sua ação no Paraguai, de certa forma, minada pelos militares. Essas desavenças entre diplomatas e militares, aliás, serão uma tônica durante toda a ocupação do Paraguai.

A reação Argentina

A atitude brasileira de assinar separadamente a paz com o Paraguai provocou reações muito negativas na Argentina. Iniciaram-se muitos rumores quanto a um possível conflito armado entre o Brasil e a Argentina que eram, inclusive confirmados pelo próprio presidente argentino (DORATIOTO, 2002: 466). Além da assinatura em separado do Tratado de Paz com o Paraguai, haviam, entre os dois países, problemas de fronteira e de incompatibilidade política, pois, no Brasil o partido conservador havia voltado ao poder e estes eram contra uma aproximação com a Argentina.

Para piorar, a Bolívia sentindo-se ameaçada quanto à parte de seu território que se encontrava no Chaco, adentra no jogo diplomático, pressionando a Argentina pela assinatura

de Tratados que ratificassem suas posses. As relações entre os dois países chegaram a se tornar tensas. A Bolívia chegou a procurar auxílio no Império para assegurar seus territórios. Mas as discussões se arrastaram sem que se chegasse a nenhuma conclusão

Brasil e Argentina chegaram mesmo a fortalecer suas Marinhas de Guerra. A Argentina encomendou algumas belonaves e uma flotilha aos estaleiros ingleses, enquanto o Império lançou ao mar uma canhoneira e uma corveta em 1873 e, no ano seguinte, mais um encouraçado. No plano diplomático, o Brasil buscou estreitar seus laços com o Chile, enquanto a Argentina buscava alianças com o Peru e a Bolívia (DORATIOTO, 2002: 466).

Porém, nenhum dos dois países estava em condição financeira e militar de se aventurar em mais um conflito armado. Sendo assim, em junho de 1872, Bartolomé Mitre veio em missão especial ao Rio de Janeiro. Após alguns dias de conversações foi assinado um acordo que restabelecia a aliança entre os dois países. Além disso, o governo brasileiro se comprometia a apoiar a Argentina nas negociações de paz com o Paraguai.

Tensão no Paraguai

O ano de 1873 foi marcado pela observação brasileira das discussões de paz entre a Argentina e o Paraguai, mas, sobretudo, por várias tentativas de golpe contra o presidente Jovellanos. Em março foram duas tentativas de golpe, enquanto em maio houve mais uma, mas todas elas foram sufocadas pelas forças legalistas paraguaias.

Entre os meses de abril e junho daquele ano, o Império, representado na pessoa de Domingos José Gonsalves de Magalhães, o Barão do Araguaia, acompanhou as discussões entre paraguaios e argentinos. A principal desavença entre as duas nações dizia respeito ao repartimento da região do Chaco, visto que a Argentina queria a posse de todo o Chaco. Enquanto isso, o governo paraguaio, orientado pelo Império, só aceitava ceder até o rio Pilcomayo, ficando o restante do território sob sua jurisdição.[16]

Em agosto do mesmo ano, o Paraguai assinou um Tratado de Amizade e Comércio com o Uruguai, pondo fim às questões pendentes entre os dois países. Assim, a Argentina era agora, ao final do ano de 1873, o único dos países aliados que ainda não havia assinado o Tratado de Paz com o Paraguai.

[16] Essa postura do governo paraguaio era a desejada pelo governo imperial, já que essa divisão do Chaco evitaria que se aumentasse a fronteira entre o Brasil e a Argentina. Frente à firme postura paraguaia, o representante argentino, Mitre, não conseguiu chegar a um acordo e se retirou para Buenos Aires

As eleições e os novos cenários políticos no Prata

No início do ano de 1874, o governo de Jovellanos enfrentou nova rebelião, sendo que, dessa vez, os revoltosos saíram vitoriosos, obtendo algumas concessões, com a intermediação do diplomata brasileiro, por parte do Presidente. Praticamente todos os líderes da sublevação receberam nomeação para algum Ministério.

Essa nova cena política interna paraguaia era considerada por Antônio de Araújo e Gondim favorável ao Brasil, pois os rebeldes nomeados Ministros após a revolta eram considerados simpáticos ao Império.[17] Em 25 de junho, Juan Bautista Gill, um dos Ministros nomeados após a revolta, foi eleito presidente da República do Paraguai, com o apoio do Império brasileiro.

Já em 12 de outubro, chegava ao poder, na Argentina, Nicolás Avellaneda. O governo Imperial atuou ao longo desse ano mediando algumas conversações de paz entre a Argentina e Paraguai, mas sem obter muito sucesso.

Com a ascensão de Bautista Gill ao governo paraguaio e de Avellaneda ao da Argentina, as negociações em prol de um Tratado de Paz e de Limites entre os dois países ganharam novo fôlego. Em maio de 1875 paraguaios e argentinos se reuniram no Rio de Janeiro para discutir os limites entre os dois. Pelo lado argentino foi enviado Carlos Tejedor, enquanto Jaime Sosa era o enviado paraguaio. Os representantes brasileiros foram os Viscondes de Caravelas e do Rio Branco. Após quatro conferências, Tejedor e Sosa firmaram um Acordo de Limites, à revelia dos representantes imperiais, no qual o Chaco, acima do rio Pilcomayo, seria dividido entre o Paraguai e a Argentina, que ficaria também com Villa Occidental, em troca da dívida de guerra paraguaia.

Os diplomatas imperiais pressionaram o Presidente Bautista Gill para que esse não aprovasse o Acordo. Isso causou certa intimidação ao governo paraguaio, já que as tropas brasileiras ainda ocupavam Assunção, e Bautista Gill optou por não ratificar o Acordo, sob o argumento de que seu representante fizera concessões sem o conhecimento de seu governo.[18] A partir daí e ao longo desse ano o Paraguai procurou sair da órbita do Império brasileiro e buscou uma aproximação com a Argentina devido ao seu mau relacionamento com as autoridades brasileiras em Assunção e a um empréstimo não concedido pelo Governo brasileiro (DORATIOTO, 2006: p. 278).

[17] GONDIM para CARAVELLAS, Reservado, Assunção, 28/02/1874. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-12.
[18] RRNE, 1875, suplemento, pp.1-44, e 1877, anexo I, pp.9-10.

Em fins de novembro haviam fortes especulações de que o Paraguai e a Argentina estariam estabelecendo negociações de forma secreta, e já circulavam boatos de que Villa Occidental ficaria mesmo de posse da Argentina. Já em dezembro, Felipe José Pereira Leal, chefe da Legação brasileira em Assunção apoiou um golpe de Estado contra o presidente Bautista Gill.[19]

Esse ato fez com que o Paraguai se aproximasse da Argentina, até que em 03 de fevereiro de 1876 os dois assinaram, em Buenos Aires, o Tratado de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Esse Tratado acabou por corresponder ao que desejava o Império.[20]

Referências Bibliográficas

CÁRCANO, Ramón J. **Guerra del Paraguay:** acción y reacción de la Triple Alianza. Buenos Aires, Domingos Vian y Cia., 1941, vol. II

CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)**. Brasília: Ed. UNB, 1981.

CHIVENATTO, Júlio José. **Genocídio Americano**: a verdadeira história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das Relações Internacionais**. Trad. Maria Rosinda Ramos da Silva Brasília: Editora da UNB, 1982

DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)**. 1989. 304 f. Tomo 2. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 1989.

[19] A iniciativa de apoiar o golpe foi do próprio Pereira Leal, que, influenciado por comerciantes brasileiros, se convencera de que o Paraguai havia passado para o lado argentino. O golpe fracassou e Pereira Leal foi substituído no cargo por Antônio de Araújo e Gondim, mas as relações entre os dois países, embora restabelecidas não voltaram ao patamar atingido anteriormente.

[20] Quanto aos limites, ficou determinado o rio Paraguai como o limite entre as duas Repúblicas, sendo que os territórios das Missões e do Chaco Central seriam argentinos. O restante do Chaco foi dividido em duas porções, com a Argentina renunciando a qualquer pretensão entre a Bahía Negra e o rio Verde. A área entre este e o braço principal do rio Pilcomayo , incluindo Villa Occidental seria submetida ao arbitramento por parte dos Estado Unidos, mas até o parecer ser dado, a área ficaria sob administração argentina. As ilhas de Atajo e Apipé foram declaradas argentinas, enquanto Yaceretá, paraguaia. As forças de ocupação se retirariam do Paraguai em 3 de junho daquele ano. Quanto à dívida de guerra, os gastos feitos pela Argentina durante o conflito, bem como os prejuízos causados a propriedades públicas e privadas quando da invasão, foram reconhecidos.

_____. "Guerra do Paraguai". In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 253-285.

_____. "O fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina". **Revista Múltipla**, Brasília, Faculdades Integradas Upis, vol.4, nº6, julho, 1999.

POMER, León. **Guerra do Paraguai***: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 1981.

SALES, Thiago Rabelo. **As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai no contexto do pós-guerra (1870-1875)**. 2004. 65 f. Monografia de Bacharelado - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A construção da relação Museu-Escola no Rio de Janeiro entre 1832 e o final dos anos de 1927. Análise das formas de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições da educação formal.

Luciana Sepúlveda Koptcke[1]
Maria Margareth Lopes[2]
Marcelle Pereira[3]

Resumo: O presente trabalho investiga as atividades de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições de educação formal no período que vai de 1832, quando ainda não caracteriza uma ação sistemática, ao final da década de 1927.

Abstract: This paper investigates the partnership developed between educational institutions and the Natural History Museum of Rio de Janeiro, from 1832 to 1927.

1 – O interesse pela relação Museu e educação formal

No âmbito deste texto, pretende-se apresentar uma primeira discussão sobre as modalidades da relação observada entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro e as instituições de ensino formal, de variados níveis, no período entre 1832 e 1970. Propõe-se tomar como objeto inicial de análise, documentos levantados durante a pesquisa de fontes de estudo sobre a relação dos museus com seus públicos (Pereira, Köptcke, 2006) trazendo-os como elementos de enriquecimento para o debate em curso (Lopes, 1997, 2005) sobre o sentido e as modalidades da relação entre instituições educacionais e museus. As fontes estudadas fazem parte do acervo do Arquivo do Museu Nacional, localizadas, na primeira etapa da pesquisa, no fichário de correspondências que reúne regulamentos, regimentos, atos associados, relatórios, prestação de contas, bem como os Livros de visitantes. Estes documentos registram as atividades cotidianas do museu informando sobre as condições de acesso às dependências e coleções, às intenções e às práticas de acolhimento dos visitantes escolares tais como palestras abertas aos públicos, visitas guiadas, aulas ministradas nas dependências do museu, empréstimo de espécimes ou serviços oferecidos aos docentes e discentes de diversos horizontes, promoção de cursos públicos e restritos de formação, em parceria com instituições

[1] Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Doutora.
[2] Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, professora Associada
[3] Programa Observatório de Museus e centros Culturais, historiadora.

da educação formal. Pretende-se identificar os processos que orientam as iniciativas de colaboração, caracterizar as formas de relação construídas e analisar os sentidos que esta toma para profissionais dos museus e aqueles das instituições de ensino formal, no âmbito das práticas correntes de educação, socialização e produção de conhecimento, em cada período. No Brasil, de modo semelhante à Europa e aos Estados Unidos, a partir do século XIX, a escola elementar e o museu constituem tecnologias de transformação social na cruzada pela formação do cidadão republicano. Os processos pedagógicos são regulamentados na sociedade por diversas instituições. Família, escola, igreja e museu representam instâncias tradicionais de transmissão de conhecimentos, valores, práticas sociais e culturais consideradas como patrimônio do grupo.

2 – *O Museu nacional e seus públicos*

Pode-se considerar que a história dos museus no Brasil tenha como um de seus marcos as seguintes palavras:

> *Querendo propagar os Conhecimentos e estudos das Ciências Naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objectos dignos de Observação e exame que podem ser empregados em benefício do Comercio, da Industria, e das Artes, que muito desejo favorecer como grandes Mananciais da Riqueza, Hei por bem, que nesta Corte, se estabeleça um Museu Real para onde passem quanto antes, os Instrumentos, Máquinas, e Gabinetes que já existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro nomear* (...). (Decreto da criação do Museu Nacional, 6/6/1818, Arquivo do Museu Nacional).

No ato de criação de um Museu no Reino do Brasil, Dom João VI explicita os objetivos de propagação do conhecimento e incentivo ao estudo no campo das ciências naturais. O objetivo de identificar, classificar e contribuir para o desenvolvimento da indústria, das artes e do comércio deixa claro que, num primeiro momento, o público alvo da instituição foram os pesquisadores, viajantes e estudiosos. Também aponta a necessidade de reunir acervos dispersos, como máquinas, instrumentos e gabinetes, entre outros. Em sua finalidade explícita de desenvolvimento das ciências naturais, o Museu brasileiro se inicia a partir de coleções heteróclitas próximas aos gabinetes de curiosidades, onde observamos uma função implícita relacionada à materialização de um patrimônio coletivo a ser posto a serviço da formação intelectual bem como da valorização das elites locais que poderiam contribuir para sustentar a implantação da Corte no Brasil.

As visitas ao Museu Real, entre 1818 e 1821, eram privilégio de "curiosos", estudiosos e autoridades. Algumas salas, no pavimento térreo, expunham máquinas que

pertenciam a Inácio Álvares Pinto de Almeida que veio a fundar, pouco tempo depois, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional . A primeira exposição pública do Museu será aberta no decorrer de 1821. Diz a Portaria de 24 de outubro daquele ano, franqueando visita pública às quintas-feiras:

> *Manda Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino participar ao Conselheiro Diretor Geral dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino que haja por bem, aprovando o expediente que expôs no seu Oficio de 16 do corrente que faculta a visita do Museu na quinta-feira de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde não sendo dia santo, a todas as pessoas assim Estrangeiras como Nacionais que se fizerem Dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades e que para conservar-se nessas ocasiões a boa ordem e evitar-se qualquer tumulto, Tem o mesmo Senhor ordenado que a Repartição da Guerra que no referido Dia se mandem alguns soldados da Guarda Real da Polícia para fazer manter ali o sossego que seja conveniente.*

O mesmo documento que oficializa a abertura do Museu à visita pública regulamenta o uso do seu espaço. Ele define quem é o visitante *digno* de entrar, "*pelos seus conhecimentos e qualidades"*, sugerindo ser aquele um espaço para os já educados, espaço de sociabilidade e desenvolvimento para os portadores *da chave* do conhecimento. Indica igualmente a necessidade de ali manter a calma, o ambiente de estudo e a contemplação respeitosa. Os estudiosos e viajantes terão acesso garantido, toda vez que solicitado, além das quintas–feiras. Note-se que o espaço aberto ao público não incluía o conjunto do acervo, apenas quatro salas podiam ser visitadas (Silva Maia, 1852), porém, segundo solicitação por escrito, era possível aceder a outros espaços do Museu. Este público seleto incluía professores (lentes) responsáveis por disciplinas científicas de instituições de ensino superior, membros de sociedades científicas e estrangeiros, naturalistas ou diplomatas em visita ao Brasil. Como os naturalisats do Museu eram também professores dos curos superiores são inúmeros os indícios da colaboração entre o Museu e instituições de ensino e pesquisa da época. O uso das dependências do Museu pela Academia Militar, com a oferta de materiais para "a realização das demonstrações necessárias nas aulas de História natural e de Zoologia da dita Academia, um dia na semana" (Arquivo do MN, Ofício de 28/03/1822), sugere ser o estudo para a formação um uso digno de importância e reconhecimento no período. As práticas demonstrativas das aulas, então em voga, encontram nos laboratórios ou nas coleções de estudo museais o cenário ideal. No campo das ciências naturais e do homem, o museu estimula novas práticas de pesquisa e visa ampliar o entendimento e a adesão aos valores da racionalidade científica e ao uso de novas tecnologias junto ao público leigo. Neste sentido, ele busca ampliar o acesso a escolares, operários, agricultores, enfim, ao povo do Império e

ganha destaque o uso controlado pela ação pedagógica que caracteriza o *público cativo* em visita escolar.

3- Educação e museu: projeto disciplinar ou libertador?

No Brasil, de modo semelhante à Europa e aos EUA a partir do século XIX, a escola elementar como os museus constituíram, na primeira metade do XX, tecnologias de transformação social na cruzada pela formação do cidadão republicano. Seria injusto perceber neste movimento apenas uma intenção manipuladora dos espíritos, onde a educação universal serviria ao projeto de modernização do sistema produtivo. Na verdade, a urgência em estender a educação de forma obrigatória a todas as camadas sociais era defendida por diferentes setores da sociedade. Para os republicanos, o projeto contribuiria à preparação para a participação política, pois a educação das novas gerações do povo poderia assegurar o repúdio a qualquer forma de tirania que ameaçasse a democracia republicana.

Os processos pedagógicos são regulamentados na sociedade por diversas instituições. A família, a escola, a Igreja e o museu representam instâncias tradicionais de transmissão de conhecimentos, valores, práticas sociais e culturais consideradas como a herança de um grupo. Esta bagagem compartilhada integra o indivíduo ao grupo, pois educação é também socialização. A escola, enquanto objeto de estudo da sociologia, é vista por alguns como espaço de reprodução das desigualdades sociais (crítica radical dos anos 70, Bourdieu, P., Passeron, Establet, entre outros); por outros, como espaço potencialmente libertador (Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire) e ainda por outros como um espaço de interação entre atores hierarquizados e /ou entre pares (Becker, Goffman, Woods, etc). Enquanto instituição moderna paradigmática dos valores universais de democracia, a escola obrigatória deve ser analisada como arena onde, cotidianamente, forças e conflitos em situação demarcam novos processos e possibilidades de autonomia ou de reprodução (por exemplo, Lahire, 1997).

Da mesma forma, o acesso ao museu pode representar um movimento tanto de inclusão quanto de segregação social. O projeto de intervenção pedagógica, em colaboração com a educação formal para acolher escolares nos museus, remonta a quase 150 anos, visando à democratização destes espaços e o apoio à qualidade do ensino das ciências e das artes. A mesma sociologia crítica que revelou a reprodução da hierarquia social operada pela escola francesa nos anos 60, ao estudar os museus de arte europeus (Bourdieu, P., Darbel, A, 1969)

explicitará a estreita relação entre capital cultural escolar e propensão à visita, assim como ao uso "*digno*" do museu. Esses autores mostraram que a morfologia e a organização dos museus detêm um *currículo oculto*[i] com a função de reforçar em alguns visitantes o sentimento de pertencimento e, em outros, o sentimento de exclusão. O uso esperado da instituição consiste no reconhecimento e na apreciação dos objetos e conhecimentos legitimados ao mesmo tempo pela cultura escolar e pelo museu. Todavia, a intensificação das visitas escolares, como estratégia possível para quebrar o ciclo do determinismo sociocultural, não foi suficiente para desenvolver as disposições e as competências desejáveis para a formação de futuras gerações de visitantes. Nos países da antiga *cortina de ferro*, como a Polônia, a prática da condução em massa aos museus não conseguiu popularizar e diversificar o uso da instituição (Bourdieu, P., Darbel, A, 1969).

A *visita cativa* realizada em grupo escolar costuma propor esforços para mediar o encontro entre os diferentes públicos e a cultura representada no museu. Até que ponto tais intervenções ou mediações consideram os saberes, expectativas e valores dos visitantes? Como na escola, a intervenção pedagógica no museu pode ser *libertadora*, construindo uma reflexão crítica e favorecendo a atribuição de significado à experiência pelo visitante, enquanto sujeito, ou pode derivar de imposições percebidas como arbitrárias e simbolicamente violentas. Partindo destas considerações, é legítimo sugerir que algumas vezes a intervenção pedagógica operada nos museus obtenha efeito disciplinar e não efetivamente educativo (no sentido de libertador, crítico, participativo). Registramos, a seguir, alguns episódios da relação, mais ou menos organizada, entre a educação formal e o Museu Nacional de História Natural do Rio de Janeiro, que deverão, no futuro desenrolar desta pesquisa, suscitar estudos mais aprofundados.

No Brasil, em 1832, ainda sem caracterizar uma ação sistemática, encontramos diversos vestígios de uma possível colaboração entre o Museu Imperial Nacional e a Instrução elementar (Lopes, 1997), como no documento em que a Regência, em nome do Imperador,

> *Manda submeter o Oficio incluso da Sociedade de Instrução Elementar, em que pede se lhe facultem duas salas, que existem no pavimento baixo do edifício do Museu Nacional, a fim de estabelecer uma Escola (...) para fazer o ensaio de um sistema que tem adaptado com vistas de melhorar entre nós a Instrução Primária (...).*

Em 1839, por exemplo são registrados empréstimos ao Colégio Pedro II. Em 1897, um Ofício de oito de maio registra uma turma em passeio pedagógico ao Museu Nacional.

Na medida em que a escola primária passa a incorporar as práticas demonstrativas já em voga no ensino secundário e superior, compartilhará com o museu formas de acesso ao conhecimento (a observação, a classificação, as experiências e análises de laboratório). Além de funcionar como laboratório ou biblioteca de objetos apoiando as práticas pedagógicas escolares, os museus oferecem, através das exposições regionais e nacionais que organizam, a oportunidade de celebração da riqueza da então jovem República Brasileira e a crença em seu desenvolvimento.

Após a implantação na Quinta da Boa Vista, o Museu Nacional cuida de identificar, nas páginas de registro de seu Livro de Visitantes, em 1893, a presença das crianças. No regulamento de 1911, discutido em Lopes (1997) observa-se a preocupação do Museu Nacional com o visitante nas recomendações relativas às informações para o público – especialmente para com o público infantil. O novo regulamento, que será profusamente criticado, coloca entre as finalidades do Museu

"estudar e divulgar a História Natural, especialmente a do Brasil, cujos produtos deverá coligir, classificando-os cientificamente, conservando-os e expondo-os ao público com as necessárias indicações".

Seu art. 59 salienta, ainda, o peso da atividade educativa, propondo

"a criação de um museu escolar de história natural em uma das dependências do museu, destinado ao ensino intuitivo, especialmente para crianças". (decreto de 15/12/1911, AMN).

A relação entre o museu e a educação formal é valorizada, na qual o projeto de criação de um museu escolar revela a percepção de uma relação de complementaridade ao ensino. A natureza da educação museal é próxima às vanguardas pedagógicas da época e aponta a necessidade de se adaptar um espaço particular para receber as crianças. A implantação de museus escolares constitui prática corrente na Europa. Na França, por exemplo, em 1893, Jules Ferry classificou o museu escolar – assim como as saídas a campo, as "lições de coisas" e os trabalhos manuais - como "acessórios ou complementos" do ensino fundamental formal que fariam da escola pública a escola verdadeiramente liberal. Os museus escolares eram desenvolvidos pelos professores e seus alunos, com a ajuda dos museus

regionais ou centrais. Na medida em que é um museu escolar, a escola se torna a mediadora que aproxima o aluno dos museus e de suas práticas de produção de conhecimento.

O interesse e o investimento na dimensão educativa do Museu naquele início de século, apesar das críticas de seus pesquisadores (Lopes, 1997), se justificam como decorrência do conceito de museu-escola, disseminado pelo movimento a favor da vulgarização do ensino de história natural no hemisfério norte, determinando mudanças na função educativa do Museu.

Dezesseis anos passados, em 1927, sob a direção de Roquete Pinto, o edifício do Museu passou por mais uma reforma e a preocupação educacional e com a divulgação científica um de seus períodos áureos. Foi instalada uma sala de conferências, considerada uma das mais bem aparelhadas para o ensino da história natural utilizada principalmente pelas escolas. Foi remodelado o Horto Botânico e renovados os antigos laboratórios de Mineralogia que passam a integrar a seção de ensino. Em 15 de outubro de 1927, a seção de assistência ao ensino da história natural deu enorme impulso às atividades ligadas a esse setor dentro do Museu. Em 1932, 30 colégios e escolas públicas, totalizando 2.282 alunos, freqüentaram a sala de conferências do Museu. Eram exibidos filmes e diapositivos. A organização do acolhimento ao público escolar acontece no bojo do Movimento da Escola Nova[ii].

Podem-se considerar os Cursos Públicos como outra forma de abrir o museu, de forma organizada, para novos visitantes, estabelecendo uma via disciplinada de uso. Antes mesmo de proclamada a República, em 1856, encontramos o registro de conferências públicas sobre medicina legal no Museu, feitas pelo professor de química da Princesa Isabel, assim como outras sobre vários outros temas – zoologia, física e botânica - , realizadas pelos técnicos do Museu. No entanto, pouco se conhece sobre as condições de divulgação, da periodicidade, ou do perfil do público alvo destes eventos. Dezenove anos passados, em 1875, foi criado o programa de Cursos Públicos, cujos resumos eram publicados em jornal de ampla circulação. No ano seguinte, o decreto de 9/2/1876 que dá novo regulamento ao museu, preocupa-se em apoiar o ensino e organizar os Cursos Públicos. Eram propostos cursos públicos gratuitos de primeiro de março a 31 de outubro, uma lição por semana para cada disciplina. Em 1877 os cursos são aprovados, mas as palestras ganham maior intervalo entre si – mais de uma semana. Eram ilustradas com espécimes, projeção, preparações ao vivo.

Todavia, aos poucos, os palestrantes vão abandonando o curso por falta de tempo (a pesquisa exigia muito...).

Os esforços desenvolvidos pelos museus para acolher as crianças em situação escolar bem como os cidadãos que não teriam beneficiado de longa instrução pretendem aproximar do museu estes grupos que, a princípio, precisariam de mediação, de um guia, de uma preparação especial para poder compreender e aproveitar a contento a visita. A criança e a classe popular são, muitas vezes, percebidas sob uma ótica de minoridade intelectual que se caracteriza pela menos valia do seu capital simbólico.

Entre as exposições permanentes em armários-vitrinas, as grandes exposições, os cursos públicos e os museus escolares, mostram-se diferentes formas de acolhimento aos visitantes escolares, no âmbito do projeto de educação da sociedade e da divulgação dos conhecimentos científicos.

Referências bibliográficas

BOUDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; SCHNAPPER, Dominique. *L´Amour de l'art, les musées d´art européens et leur public*. Paris: Minuit, 1969.

JÜRGEN, Paul, *Relatório de Atividades, Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional*, UFRJ, Montagem do Escritório Técnico-científico, CNPq, Museu Nacional , set. 2002.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda; PEREIRA, Marcele; O estudo da produção de dados estatísticos oficiais sobre hábitos culturais e práticas de lazer no Brasil, (pôster apresentado na III Bienal de Pesquisa da Fiocruz), nov. 2002.

LAHIRE, Bernard, Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do Improvável, São Paulo, Ed. Ática, 1997.

LOPES, Maria Margaret, *O Brasil descobre a pesquisa Científica*, São Paulo: Hucitec, 1997.

POULOT, Dominique, L´ Invention de la bonne volonté culturelle: l´ image du musée au XIX siècle. Le Mouvement Social, nº. 131, avril- juin, Éditions Ouvrières, p. 35-64, s/l1985.

[i] O currículo oculto, no âmbito da sociologia do curriculum, designa aquilo que aprendemos na escola (mas igualmente em toda instituição de transmissão cultural) que não está previsto no curriculum prescrito, nos programas e objetivos explicitados.

[ii] Com a criação da Associação Brasileira de Educação, em 1924, vai tomando corpo um movimento renovador e crítico da educação e cultura da velha república, todavia com propostas bastante heteróclitas, desenvolvidas segundo a sensibilidade do governo de cada estado da federação pois a primeira reforma de cunho nacional da educação brasileira só acontecerá em 1930, com a reforma Francisco Campos.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Intercursos Intelectuais entre Gregos e Mesopotâmios no Período Selêucida: um Caso Matemático.

Carlos Henrique Barbosa Gonçalves*

Resumo: Um grupo de semelhanças entre a Grécia e o Oriente Próximo aponta para uma participação oriental na formação grega nos períodos arcaico e clássico. No período helenístico, porém, a caracterização do contato entre essas regiões não é tão direta, e não se aplica nem o conceito de helenização nem o de orientalização. Com interesse nos possíveis contatos desse período, apresentamos uma nova leitura para um trecho do tablete matemático cuneiforme selêucida BM 34 568, remetendo-o a conhecimentos presentes entre os gregos do Egito ptolomaico e da Grécia clássica. Procuramos, no quadro geral das sociedades em questão, dar sentido ao paralelo entre o texto selêucida e o material grego. Tal sentido traduz-se não em uma influência decisiva de um contexto sobre o outro, mas em seu potencial de comunicação e em um discernimento das características específicas de cada um.
Palavras-chave: Mesopotâmia, Grécia, Matemática

Abstract: A set of similarities between Greece and the Near East points to an oriental participation in the Greek formation in the archaic and classical periods. However, in the Hellenistic period the characterisation of the contacts between these regions is not so direct, being a case of neither Hellenisation nor orientalisation. Examining the possible contatcs in this period, it is presented here a new interpretation of a portion of the mathematical cuneiform Seleucid tablet BM 34 568, linking it to mathematical knowledge present among Greeks of Ptolemaic Egypt and Classical Greece. Striving to make sense of the parallel between the Seleucid and Greek material, the obtained lesson is not that of a decisive influence of one context on the other, but that of the possibility of communication between both and of the understanding of how each one of them had its own specific characteristics.
Key-words: Mesopotamia, Greece, Mathematics

1. Introdução

O primeiro problema do tablete cuneiforme matemático BM 34 568, do período selêucida, é a única fonte cuneiforme conhecida do período que sugere um conhecimento de técnicas para a geração de trios números que podem ser os lados de triângulos retângulos. Contemporaneamente, encontra-se Euclides, cujos *Elementos* atestam um conhecimento

* Doutor em História da Matemática, professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

explícito da geração de tais números, também chamados hoje "ternas pitagóricas", por causa da proeminência da herança grega em nossa tradição escolar.

Nesta comunicação, examinamos o paralelo entre a geração de ternas pitagóricas junto aos escribas do período selêucida e os matemáticos gregos, especialmente no Egito ptolomaico, onde se encontrava Euclides, não para impor a existência de uma transmissão direta entre Euclides e o escriba de BM 34 568, nem entre uma tradição cultural e outra, mas para considerar o que pode significar tal paralelo entre contextos que, nas áreas política e cultural, tiveram um contato atestado.

O restante desta Introdução apresenta a questão de maneira mais detalhada. Na Secção 2, são discutidos critérios para o tratamento de problemas da interação cultural entre gregos e mesopotâmios, tomando como exemplo o estado das investigações sobre contatos com o Oriente Próximo para os períodos arcaico e clássico da história grega. As orientações teóricas desses estudos conduzirão a avaliação do problema que este trabalho se propõe a investigar, constituindo a Secção 3. Na última secção, apresentamos as conclusões e algumas considerações para futuros estudos.

1.1. Detalhamento da Questão

Embora tenham sobrevivido até nossos dias literalmente milhares de tabletes cuneiformes matemáticos, somente uma diminuta porção data do período selêucida. Desses poucos, há apenas três a que nos referimos comumente como "textos de problemas", isto é, textos que apresentam uma seqüência de problemas e respectivas soluções. Um deles, atualmente na coleção do Museu Britânico em Londres, é o pretexto de nosso estudo. Com número de catálogo BM 34 568, sua parte legível contém uma série de 19 problemas, sendo um sobre uma mistura de metais e todos os demais sobre lados de retângulos, suas diagonais e suas áreas. Textos de problemas eram utilizados em ambiente escolar para o ensino de técnicas matemáticas necessárias a escribas e sacerdotes. Nosso texto encaixa-se, portanto, nessa tradição, e sua ênfase era o ensino do que chamamos geometria. Dentre os problemas sobre retângulos que apresenta, há um que, assim que foi publicado (NEUGEBAUER, 1935-37, III: 14ss), constituiu-se como um enigma a ser decifrado pelos historiadores da matemática antiga, o problema 1. De enunciado bastante simples, pede ao estudante que calcule a diagonal de um retângulo do qual se sabe que os lados medem 3 e 4. A partir daquilo

que conhecemos das demais fontes cuneiformes que tratam de diagonais de retângulos, e mesmo a partir dos demais problemas desse tablete, esperaríamos ver aqui uma solução usando a regra pitagórica: o tablete deveria tomar os lados 3 e 4; em seguida, calcularia seus quadrados, obtendo 9 e 16, respectivamente; somaria esses dois números, chegando a 25; e, por fim, tomaria 5 como medida da diagonal, porque 25 é exatamente o quadrado de 5. Esse procedimento, que hoje estudamos com o nome de "Teorema de Pitágoras", era conhecido de modo prático desde muito antes, já na antiga Mesopotâmia, e também entre os escribas selêucidas. O produtor do tablete BM 34 568, especificamente, conhecia o procedimento, como deixa claro nos demais problemas que resolve. Entretanto, no problema 1, preferiu outro caminho, calculando a diagonal do retângulo de um modo que não se repete em nenhuma outra fonte. Ele apresenta, em verdade, a solução de duas formas: soma metade do lado 4 ao lado 3, obtendo 2 mais 3, isto é, 5, como medida da diagonal; em seguida, troca os lados: soma um terço do lado 3 ao lado 4, obtendo 1 mais 4, isto é, 5 novamente.

O problema tem despertado opiniões antagônicas. Em 1937, Neugebauer defendia que o escriba considerava erroneamento o procedimento como aplicável a qualquer retângulo. No mesmo ano, Gandz opinava que errônea era a opinião de Neugebauer. Em 1966, Gillings publicou uma nova interpretação da matemática do problema, esclarecendo como o procedimento do escriba pode ser adaptado de maneira correta e geral a qualquer retângulo. Para isso, Gillings recorreu a técnicas de geração de ternas pitagóricas. Supondo que o escriba de BM 34 568 tivesse a seu alcance tais técnicas, o problema 1 poderia ser interpretado não como uma concepção errônea do escriba, mas como o domínio de uma técnica bem determinada. Entretanto, a geração de ternas pitagóricas como apresentada por Gillings é a que aparece nos *Elementos* de Euclides (Livro X, Lema da Proposição 29) e não está presente em nenhuma fonte cuneiforme, o que fez com que sua hipótese interpretativa não obtivesse muito crédito. Assim, em 1980, van der Waerden afirmava claramente que o problema 1 era um erro do escriba. Para Friberg, em 1981, tratava-se apenas de uma propriedade válida em casos particulares. Em 2002, Høyrup, em um estudo de larguíssimo escopo da matemática mesopotâmia apontava o problema 1 como a manifestação de um interesse em propriedades válidas apenas ternas pitagóricas como 3, 4 e 5, em que um dos números é a média aritmética dos outros dois. Recentemente, apresentamos duas novas interpretações para o problema 1, remetendo-o novamente à geração de ternas pitagóricas, mas com técnicas efetivamente atestadas entre os escribas mesopotâmios (GONÇALVES, em preparação). Assim,

defendemos a posição de que o problema 1, a exemplo de todos os demais problemas do tablete BM 34 568, revela o domínio de técnicas de aplicação geral.

O objetivo de nossa investigação nos parágrafos seguintes é elaborar um quadro que permita avaliar de que maneira o discurso historiográfico pode dar sentido à presença de técnicas para geração de ternas pitagóricas entre escribas selêucidas e entre seus contemporâneos matemáticos da tradição grega trabalhando no Egito ptolomaico. Por um lado, pode tratar-se apenas de uma coincidência, dentre muitas que freqüentemente alcançam postos em estudos comparativos; por outro, pode fazer parte do complexo de interações entre gregos e mesopotâmios que já está claramente comprovado no campo da administração do estado durante o domínio macedônio.

2. Os Problemas da Interação Cultural: o Caso da Grécia Arcaica e Clássica

Para o entendimento dos elementos orientais que influenciaram a formação da Grécia clássica, é preciso recuar pelo menos até o período micênio (WEST, 1997: 1). Pois, com a decifração da escrita Linear B, demonstrou-se a grande influência que os micênios receberam do Oriente Próximo (VERNANT, 1962: 5). Essa recepção é, entretanto, parte de um longo processo que se estendeu até o século VII a.C. e cujo início pode ser demarcado no sétimo milênio a.C. Nesse processo pode-se ver na Grécia uma grande diversidade de práticas com anterioridade atestada nos vizinhos mais a leste: o cultivo de cereais, da oliva e da vinha; a moldagem da cerâmica; a tecnologia do cobre, do bronze e depois do ferro; a proteção da propriedade por meio de selos; a escrita em tabletes, em pranchas enceradas, em papiro e em peles; cidades muradas; a música da harpa, da lira e do oboé duplo (WEST, ibidem).

Uma vez entendido que o fenômeno grego não foi uma criação autônoma e isolada, o historiador do tema depara-se com um segundo problema, de resolução mais difícil, o de determinar o grau de influência que se pode atribuir aos povos orientais na formação da Grécia clássica. Nesse respeito, há duas posições metodológicas opostas, que têm despertado as atitudes mais radicais, de forma que "muitas das contribuições a esse debate imensamente arrastado têm sido altamente carregadas com linguagem emotiva." (LLOYD, 1991: 282)

A primeira dessas posições postula uma permeabilidade quase absoluta entre o mundo grego e o Oriente Próximo, representada pelas várias vias comerciais entre as duas

regiões – destinadas a viagens de longas distâncias – e pelo fato que, mesmo que não se viaje além da cidade vizinha, essa cidade tem outra vizinha mais além. Como decorrência de todas essas possibilidades de trânsito, o fenômeno do bilingualismo deve ter sido comum o suficiente para permitir muitas trocas culturais (WEST, 1997: 606). A crítica a essa perspectiva de grande permeabilidade é que se pode acabar por atribuir a trocas culturais as similaridades que são meras coincidências: por exemplo, em relação ao fato de encontrarmos a expressão "rugir como um leão" em Homero e no poema em acádio *Anzu* (WEST, 1997: 218), podemos perguntar se é realmente algo digno de nota (DOWDEN, 2001: 173).

A perspectiva oposta é a de não supor uma permeabilidade *a priori* e tomar como "base de comparação não o motivo isolado mas o complexo de que ele faz parte, pois é somente dentro de uma estrutura complexa que qualquer item individual pode ser reconhecido, mesmo dentro de uma única cultura" (LLOYD, 1991: 286). Assim, pode-se notar áreas de permeabilidade e áreas resistentes à mudança. Por exemplo, na comparação entre a matemática da Grécia clássica e a matemática da antiga Babilônia (a matemática mesopotâmia não é atestada no século V a.C.), nota-se uma grande superioridade desta em relação àquela na habilidade de fazer cálculos aritméticos, o que poderia ser uma prova da pouca permeabilidade dos gregos nessa área (LLOYD, 1991: 292). Também a inexistência nos tabletes cuneiformes, desde a antiga Babilônia até o período selêucida, da demonstração geométrica tão cara aos gregos pode ser uma indicação de uma área de pouca permeabilidade, agora do lado oriental (LLOYD, ibid.).

Assim, na próxima secção, ao considerarmos o caso das técnicas de produção de ternas pitagóricas nos ambientes grego – especificamente, os matemáticos gregos do Egito helenístico, carregando toda a tradição clássica a que se filiavam – e selêucida, devemos considerar essas duas perspectivas.

3. O Problema da Transmissão no Período Selêucida.

Inicialmente, há que se considerar que o contexto da matemática helenística merece atenção por causa da interação de elementos culturais e políticos entre leste e oeste após as conquistas de Alexandre o Grande e a conseqüente divisão de seu império. Essa interação deu-se especialmente nos enquadres dos palácios e templos, isto é, na *alta gestão* do estado selêucida, portanto tendo impacto direto nas atividades dos escribas e sacerdotes. É por

isso que é notável a existência de técnicas para a geração de ternos pitagóricos nos dois contextos. Como dissemos acima, isso não acarreta que o escriba selêucida tenha necessariamente absorvido sua técnica de algum colega grego, como diríamos apressadamente a partir de uma hipótese de influências externas. Colocado dessa forma, o argumento não seria senão um surto de *helenofilia*, aquela "forma de loucura que cega" o sujeito "para a verdade histórica" e, entre outras coisas, nos faz acreditar que tudo o que é ciência e que pode ser chamado ciência veio da Grécia, como denunciado pelo artigo clássico de Pingree (1992). Pelo contrário, há boas razões para se acreditar que os escribas mesopotâmios e os matemáticos gregos cultivavam apenas uma indiferença recíproca (ROBSON, 2005), o que é uma posição inteiramente de acordo com a situação na história cultural, em que a evidência nos diz apenas de um ligeiro grau de helenização do meio selêucida (LEICK, 2001: 273). Mas, assim como é difícil definir o grau de orientalização para a Grécia clássica, também é pouco razoável esperarmos estabelecer uma fronteira nítida para o dimensionamento da helenização do mundo selêucida, de forma que a própria utilidade do conceito de helenização pode ser posta em dúvida (AUSTIN, 1989).

Contudo, a ausência de um processo de helenização não significa o mesmo que ausência de interação. De fato, há uma forte interação nas esferas políticas mais altas, demonstrada pelo estabelecimento de cidades gregas no mundo não grego, pelo teatro grego em Babilônia e pelo uso que os selêucidas fizeram das línguas locais para sua administração; enfim, pelo envolvimento que os governantes selêucidas tiveram com valores e rituais locais (SHERWIN–WHITE e KHURT, 1987). Com relação aos governantes, em particular, esforçaram-se por preencher a imagem de realeza que era comum ao imaginário mesopotâmio. Há uma "evidência bem substancial que nos mostra diversos reis selêucidas conduzindo seus deveres e agindo da maneira dos monarcas babilônios em um período de pelo menos 140 anos, marcando sua presença na região de forma bem tangível" (KUHRT, 1996: 43). Uma testemunha desse esforço dos dirigentes selêucidas é Berossus, escrevendo em grego sua *Babiloniaka* para louvar a paz trazida pelos governantes macedônios (KUHRT, 1996: 53).

Se são escassas as fontes para a história da matemática no período selêucida, são inexistentes as fontes que atestam seguramente a interação dos escribas selêucidas com matemáticos gregos. Se houve interação, ela não ficou registrada em tabletes cuneiformes. Nem deveria, pois nesse momento o acádio está nos seus últimos estágios de uso, tendo sido

já substituído pelo aramaico em toda a comunicação do dia-a-dia e em diversos documentos da administração. Não há, tampouco, chance de encontrarmos farta documentação em aramaico, porque seu registro usual era feito em pergaminho ou papiro, materiais que, exceto em alguns casos isolados, não sobreviveram até nossos dias (KUHRT, 1996: 42). Do lado grego, também não há evidências. Nesse estágio de sua história, os gregos externos ao império Selêucida estavam mais interessados em sobrepor sua cultura do que em aceitar e registrar o envolvimento com outras.

4. Considerações Finais.

Nessa situação de radical escassez de fontes, encontramo-nos em uma situação delicada. Não podemos afirmar que houve contato sistemático entre escribas selêucidas e matemáticos gregos. Isso não quer dizer que não tenha havido alguma mediação. Não podemos tampouco fazer aqui a aplicação de um argumento *e silentio* que seria tautológica: não haveria sentido em esperar testemunhos de ausência de contato já que a própria negação do outro seria uma forma de contato.

O que pode então fazer o discurso historiográfico? Nossa opinião é que pode legitimar a pergunta sobre a razão de haver o mesmo conteúdo técnico em dois contextos que guardaram alguma proximidade. Ao contrário do "rugido do leão", que deve necessariamente ser tomado como uma coincidência (ainda que possa não o ser), a geração de ternas pitagóricas junto aos escribas mesopotâmios do período selêucida indica mais um ponto de possível intercurso intelectual entre leste e oeste. A legitimidade dessa indicação repousa, como vimos acima, nas interações atestadas entre a cultura oriunda da tradição grega, por iniciativa dos governantes macedônios, e a cultura local, com quem esses governantes tentavam estabelecer laços mais estreitos. Repousa também na existência de pequenas comunidades gregas em ambiente mesopotâmio.

De fato, o esquema todo não configura um "complexo" de características que se transporta de uma cultura para a outra, mas não é tampouco um fato isolado. É nesse sentido que entendemos ser legítima a investigação dos paralelos matemáticos entre gregos e selêucidas, mas com a ressalva de que se deva compreender as diferenças de abordagens, de objetivos e do lugar que a disciplina guardava em cada uma dessas sociedades.

Referências Bibliográficas:

AUSTIN, M. M. "Review". Resenha de (SHERWIN–WHITE e KUHRT, 1987). *The Journal of Hellenic Studies*. Vol. 109, 1989. Pp. 255–256.

DOWDEN, K. "West on the East: Martin West's East Face of Helicon and Its Forerunners". *The Journal of Hellenic Studies*. Vol. 121, 2001. Pp. 167–175.

FRIBERG, J. "Methods And Traditions of Babylonian Mathematics". *Historia Mathematica.* Vol. 8, 1981. Pp. 277–318.

GANDZ, S. "The Origin and Development of Quadratic Equations in Babylonian, Greek, and Early Arabic Algebra". *Osiris.* Vol. 3, 1937. Pp. 405–557.

GILLINGS, R. J. "Problem No.1 of Babylonian Cuneiform Tablet BM 34 568". *The Australian Journal of Science.* Vol 26, 1966. Pp. 225–226.

GONÇALVES, C. H. B. "An Alternative to the Pythagorean Rule? Re-evaluating Problem 1 of Cuneiform Tablet BM 34 568". Em preparação.

HØYRUP, J. *Lengths, Widths, Surfaces: A Portrait of Old Babylonian Algebra and Its Kin*. New York: Springer-Verlag, 2002.

KUHRT, A. "The Seleucid Kings and Babylonia: New Perspectives on the Seleucid Realm in the East." In: BILDE, P.; ENGBERG-PEDERSEN, T.; HANNESTAD, L.; ZAHLE, J. (eds.) *Aspects of Hellenist Kingship.* Aarhus: Aarhus University Press, 1996.

LEICK, G. *Mesopotamia. The Invention of the City*. Londos: Penguin Books, 2001.

LLOYD, G. E. R. *Methods and Problems in Greek Science*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1991.

NEUGEBAUER, O. "Mathematische Keilschrift-Texte, I-III", *Quellen und Studien zur Geschichte der Mathematik, Astronomie und Physik*. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1935, 1935, 1937. Reprint: Berlin: Springer-Verlag, 1973.

PINGREE, D. "Hellenophilia versus the History of Science". *Isis*. Vol. 83, 4, 1992. Pp. 554-563.

ROBSON, E. "Influence, ignorance, or indifference? Rethinking the relationship between Babylonian and Greek mathematics". *Bulletin of the British Society for the History of Mathematics*. N. 4, 2005.

SHERWIN-WHITE, S. e KUHRT, A. (eds.) *Hellenism in the East. The interaction of Greek and non-Greek civilizations from Syria to Central Asia after Alexander*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1987.

VAN DER WAERDEN, B. L. "On Pre-Babylonian Mathematics I". *Archive for History of Exact Sciences*. Vol. 23, 1980. Pp. 1–25.

VERNANT, J. P. *As Origens do Pensamento Grego*. São Paulo: DIFEL, 1986. Tradução de *Les origines de la pensée grecque.* 1962

WEST, M. L. *The East Face of Helicon: West Asiatic Elements in Greek Poetry and Myth*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Clima, Salubridade e Povoamento da Amazônia no Século XIX

Hideraldo Lima da Costa*

Resumo: O clima amazônico teve uma dimensão importante nos destinos da Província do Amazonas. Os postulados veiculados pelos viajantes do século XIX colocaram em xeque as teses que detratavam a América. Médicos e engenheiros nacionais, que trabalharam na Amazônia, participaram desse debate formulando respostas aos problemas enfrentados pela região.
Palavras chaves – Amazônia, Clima, povoamento

Abstract: Abstract: The climate from the Amazon region had an important dimension on the destiny of the province of the Amazon. The postulates transmitted by the travelers of the 19th century put in check theories that defamed America. National doctors and engineers, that worked in the Amazon region, took part in this discussion making solutions for the problems faced by the region.
Key words: Amazon, climate, settlement.

1. Clima da Amazônia: viabilidade do povoamento nos trópicos – defensores externos

Definir a identidade climática do Brasil como um todo acabava por se tornar parte da solução para o problema capital que o império brasileiro estava enfrentando: o fim da escravidão negra. Se o clima do Brasil como um todo era tido como inóspito, abrasador, e suas terras e rios como insalubres, esses adjetivos quando aplicados à região amazônica eram multiplicados ao máximo, tornando a região, discursivamente, inabitável.

A discussão sobre o clima da Amazônia foi sendo construída desde o século XVII. No século XIX, o debate teve continuidade a partir das obras de exploradores, viajantes, naturalistas. Os nacionais, representados por engenheiros e médicos, participaram desse debate. Sendo a Amazônia parte do mundo tropical e sabendo-se das críticas feitas a América equatorial, parece paradoxal que os viajantes, quando se reportavam sobre o clima da região, tenham se revelado extremamente favoráveis, colocando em xeque as teorias elaboradas nos gabinetes no século XVIII.

* Doutor, Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFAM

A postura mais radical de defesa do clima foi feita pelo Tenente da Marinha dos EUA, Matthew Fonataine Maury, que, nas palavras de Nícia Vilela Luz congregava em sua personalidade "um misto de cientista, visionário e homem de negócios" 1968:52). O tenente defendia a imediata liberdade de navegação, mas, contraditoriamente aos princípios de sua postura liberal, propôs formar uma empresa que deveria atuar na região, em regime de monopólio por vinte anos.(LUZ, 1968:)

Seus artigos, publicados originalmente nos jornais no sul dos Estados Unidos e, posteriormente, traduzidos para o espanhol e português, sendo publicados no Brasil ainda em 1853. Em seu relato, o Tenente afirma que "a política do comércio, e não a da conquista, é a política dos Estados Unidos" (MAURY, 1853:4) chamando atenção para os benefícios que o comércio poderia trazer para os povos civilizados ao se percorrer o Amazonas e as encostas da América Meridional.

> *O país regado pelo Amazonas, uma vez desinçado dos selvagens e animais ferozes e sujeito a sua cultura, seria capaz de sustentar com os seus produtos a população inteira do mundo.* (MAURY, 1853:4)
> *reina ali um verão inalterável em uma perpétua sucessão de searas (...) É na encosta atlântica da América Meridional, no vale do Amazonas e do Prata, que a natureza liberalizou todos os seus dons em pasmosa variedade. Ali o reino vegetal ostenta toda a sua magnificência e grandeza; e ali também se mostra o reino mineral em toda a sua riqueza e deslumbrante esplendor.* (MAURY, 1853:6)

Ao analisar o clima da região comparando-o com o de outros lugares que conhecera, unindo, nesse esforço, teoria e prática, refutou, a partir de sua experiência prática, as teorias que apregoavam ser o Vale do Amazonas inóspita ao homem.

> *Em todas as outras regiões intertropicais do globo na Índia, na África Ocidental, na Nova Holanda e na Polinésia, o ano divide-se em estação chuvosa e estação seca; e durante esta última cai bem pouca ou nenhuma chuva; secam-se as fontes, perece o gado, e os corpos mortos contaminam o ar. Então acontece também aparecer naqueles países o terrível mal da peste. Não é porém assim no Vale do Amazonas. Ali as chuvas, bem que copiosas não caem somente dentro de poucos meses, nem são acompanhadas dos terríveis tufões e turbilhões de vento que se levantam com cada mudança de estação na Índia. Na América brandas e fecundantes chuvas caem em todos os tempos do ano, e os tufões raras vezes se levantam.*(MAURY, 1853: 7)

Maury, sem ter vindo à Amazônia, desenvolveu teses centradas no racionalismo sem perder de vista a perspectiva utilitarista. Já os cientistas europeus, que também apresentavam propostas expansionistas, defenderam idéias correlatas às do tenente norte-americano no tocante ao clima e ao potencial econômico da região. Contudo, discordavam quanto aos colonizadores que deveriam povoar o deserto amazônico. Para Maury, a Amazônia deveria ser a pátria dos negros escravos do sul dos Estados Unidos. Para os outros viajantes, a região deveria receber uma população livre, se possível européia. Maury, ao acreditar nas

teses racista e na superioridade da raça branca, no seu projeto expansionista via a Amazônia como o "habitat natural do homem negro e do negro escravo". (LUZ, 1968, p, 58).

No ano de 1853, o Dr. João Batista de Castro Moraes Antas, respondeu as idéias do tenente Maury afirmando que deveriam ser levadas na "*mais alta consideração,* [devendo-se] analisar cada uma das suas proposições capitais, entrar na discussão do direito que se pode ter para impor-se a força a felicidade ao Peru, a Bolívia e ao Brasil"(ANTAS,1854:4). Tendo mensurado a dimensão do problema, seus argumentos ficaram entre o impasse diplomático, chegando a invocar a ajuda de outros países pois"seria preciso chamar a atenção do mundo civilizado para esse sistema de conquista por absorção, que começa a caracterizar alguns espíritos nos Estados Unidos do Norte." Os problemas existentes nas teses de M. F. Maury eram de natureza política e, para usarmos uma expressão militar contemporânea, de segurança nacional, dada à nitidez de suas idéias expansionistas. Antas deixou claro que o império brasileiro não estava preparado para enfrentar esta discussão.

Outros viajantes estrangeiros, indicaram o clima da região como propício ao povoamento, criticando o governo imperial pela adoção de uma política de porta fechada. Mas, suas críticas formuladas de modo sutil e, diferentemente do tenente Maury, acreditavam que o trabalho livre poderia redimir o passado da região e colocá-la a altura de seu futuro, que acreditavam ser de êxito.

O inglês Henry Bates (1848-1859) ao concluir que mesmo estando na zona equatorial, o calor não era excessivo e nem as chuvas eram tão pesadas, pois,

> *Embora muito próxima do Equador (1º 28' lat. sul), o seu clima não é excessivamente quente. Num período de três anos a temperatura ali só chegou a 95º Fahrenheit uma única vez. Na hora mais quente do dia – cerca de duas horas da tarde – a temperatura geralmente oscila entre 89º e 94º, mas por outro lado nunca desce abaixo de 73º, de forma que de um modo geral prevalece uma temperatura alta, sendo que a média anual é de 81º Fahrenheit. Os norte-americanos residentes na região afirmam que o calor ali não é tão opressivo quanto em Nova York e Filadélfia no verão. É claro que a umidade é excessiva, mas as chuvas não são tão pesadas nem tão contínuas, na estação das águas, quanto em outros climas tropicais.* (BATES, 1989:.22).

A boa impressão que o clima da região causou nos viajantes estrangeiros chegou ao seu clímax com o próprio Bates

> *a temperatura é amena, o permanente verdor da vegetação, a frescura da estação da seca, quando o calor do sol é abrandado pelas fortes brisas marinhas, bem como a moderação das chuvas periódica torna o seu clima um dos mais privilegiados da face da terra. (BATES, 1989, P. 23)*

Essa conotação positiva do clima feita por Bates, Wallace e outros, virou parte de uma polêmica nacional no início do século XX quando Euclides da Cunha veio para a Amazônia e o vivenciou. Incomodado com o calor, Euclides não poupou palavras de contestações às afirmativas dos defensores da amenidade do clima amazônico.

O também inglês Alfred Wallace (1848-1852), teceu considerações similares ao seu conterrâneo com o intuito de mostrar ao mundo científico que o clima dos trópicos não era pernicioso à saúde. Wallace o qualificou da seguinte forma: "Tanto quanto o experimentamos, o clima esteve excelente. O termômetro não ultrapassou a marca dos 87º F à tarde, nem baixou a menos de 74º F durante a noite. Pela manhã e pelo anoitecer a temperatura esteve agradavelmente fresca." (WALLACE, 1989: 24)

No tocante ao sereno dos trópicos tido como nocivo, o viajante constatou a inverdade da assertiva ao narrar que as senhoras ficavam até as nove horas da noite com a cabeça descoberta "sem a menor preocupação com os ares da noite e o denso sereno dos trópicos, que nos acostumamos a considerar como deveras nocivo à saúde". (WALLACE, 1989:24).

Como se vê dos vários excertos dos viajantes do século XIX, seus argumentos negaram os escritos tidos por científicos de intelectuais renomados na Europa do século anterior. A atitude dos cientistas do século XIX foi de fundamental importância por ter que comprovar empiricamente para transformar o que viam e experimentavam em verdades científicas. Segundo Karen Lisboa,

> *Os naturalistas do século XVIII, que espalharam as imagens da inferioridade natural do continente americano, os estudiosos do início do século XIX saem de seus gabinetes naturalistas para perscrutar com os próprios olhos a totalidade dos fenômenos naturais e, por meio da empiria, provar, refutar, ou reformular as teses anteriormente concebidas.* (LISBOA, 1997:111)

2. Clima da Amazônia: viabilidade do povoamento nos trópicos – defensores internos

Em nível interno, a viabilidade ocupação da Amazônia fazia parte da pauta de discussões do império. Os interessados na questão, dispunham de um veículo com poder de formar e influenciar a opinião nacional: as publicações e os debates desenvolvidos no interior da Academia Imperial de Medicina (AIM).

O médico Dr. Antonio David Vasconcellos Canavarro, inspetor da saúde pública da Província do Amazonas, enviou um trabalho memória sobre as febres intermitentes paludosas reinantes no Vale do Amazonas, e especialmente nos rios Madeira e Negro, e bem assim suas causas e tratamento, no ano de 1863 a fim de ser publicado naquele órgão.

A *memória* do Dr. Canavarro foi analisada pelo Dr. José Pereira Rego. Dos excertos comentados por Pereira Rego, percebe-se a concepção teórica do médico que acreditava que a manifestação das moléstias, tinha como agentes causadores os miasmas, teoria em voga entre os médicos brasileiros. O Dr. Canavarro avaliava que sobre o Vale do Amazonas e dos rios Negro e Madeira, "que as febres intermitentes são ali a conseqüência da má alimentação de que usam seus habitantes, da má disposição destes e dos miasmas de que vivem cercados pela péssima disposição do solo que habitam, pela maior parte pantanoso. (REGO, 1863: 247).

O engenheiro João Martins da Silva Coutinho, apresentou também seus argumentos à Academia publicando no ano de 1862, nos Annaes da AIM sua *Breve Notícia Sobre as Epidemias no Vale do Amazonas.*

Silva Coutinho, favorável à salubridade e habitabilidade do vale do Amazonas argumentava que só aos céticos é lícito acreditar que *"não é de hoje que o Vale do Amazonas é julgado país insalubre."* (COUTINHO, 1862:144). Essa idéia acabou sendo reforçada por outros viajantes que "robusteceram a opinião e hoje não há quem duvide da insalubridade deste país". (COUTINHO, 1862:144) Essas opiniões foram ecoando Império adentro, estabelecendo-se no Senado no ano de 1857, num momento em que se discutia a vinda de migrantes para as províncias do extremo Norte, no Pará, assunto tratado pelo Conselheiro Pedreira. A difamação da região chegou a ser pauta das discussões no Senado e lá alguns defendiam idéia de que *"os rios do Pará são tão insalubres, que nem os próprios animais podem viver em suas margens".* (COUTINHO, 1862:144).

Preocupado, Silva Coutinho avaliava o peso da repercussão dessas idéias emitidas por um Senador médico. O engenheiro acreditava que "devia causar grande impressão, transformando em axioma, uma idéia, que até então era admitida em grande parte sem fundamento". Na tentativa de desfazer o desconhecimento sobre a região, publicou seu trabalho na AIM, um dos centros de debate mais influentes do Império juntamente com o IHGB. Essa sua atitude pode ser entendida como política motivada pela crença de tentar reverter uma imagem sobre a região, com a qual não comungava. Tentava ainda influenciar a vinda de investimentos e também direcionar uma política de migração em favor da Amazônia num cenário político extremamente adverso.

O extrativismo, ao se impor como principal atividade econômica na região forçou a discussão sobre o povoamento como uma das prioridades. Diversas foram as vozes que clamavam pela migração estrangeira como solução para Amazônia. Dentro dessa conjuntura

é que no ano de 1889, veio a lume a obra Apontamentos para a Climatologia do Vale do Amazonas, do engenheiro Torquato Xavier Monteiro Tapajós.

Torquato Tapajós, amazonense, membro da Sociedade Nacional de Medicina, antiga AIM, por seus serviços prestados como engenheiro sanitarista na capital do Império e, depois, da República. Tapajós preocupou-se em demonstrar, empiricamente, a conexão entre conhecimento do clima e salubridade de uma região como uma das condições para viabilizar um movimento de povoamento,

> "*Por que o desejemos ardentemente em relação ao Vale do Amazonas, não sacrificaremos a verdade – único instrumento capaz de transformações sublimes, como as de que nos fala a história da humanidade: a treva na luz; o falso no verdadeiro. Arrancando aquelas solidões ao domínio exclusivo do desconhecido, o nosso fim estará plenamente conseguido.* (TAPAJÓS, 1889: 27)

Tapajós discutiu a formação do vale amazônico em seu aspecto geográfico, geológico e hidrográfico e ainda a diversidade dos climas equatoriais, anotando as diferenças climáticas existentes entre a Província do Pará e a do Amazonas.

No tocante ao clima, especificamente sobre o *ar* existente na Amazônia, tido como um dos elementos que viciava o meio, rebateu essas teses retomando os estudos de M. F. Maury. As conclusões de Maury sobre a região, nos anos de 1850, foram usadas como pontos favoráveis acerca do clima, dos ventos, da floresta, variações da pressão atmosférica, distribuição da umidade, da salubridade e das condições de habitabilidade da região, qualidades atribuídas por alguém sem vínculos afetivos com a Amazônia, aumentando ainda mais a credibilidade das análises feita pelo engenheiro amazonense em sua obra.

Outro postulado importante na obra do engenheiro é quando aponta como a melhoria tecnológica poderia ser um componente aliado do homem capaz de modificar o meio em seu benefício rompendo dessa forma com a tese do determinismo geográfico, idéia corrente a época.

> *Trabalhemos todos por dotar nossa pátria com todas as grandes reformas que preparam as nações para as festas do futuro; abramos nosso seio ao estrangeiro; demos-lhe todas as possíveis regalias – com os ensinamentos e conselhos que se fazem necessários à sua perfeita adaptação ao nosso meio; estudemos nossa pátria e mostremo-la aos olhos de todos como em verdade ela é: só assim teremos todos bem cumprido o nosso dever.* (TAPAJÓS, 1889:147).

Sem querer alongar a análise contida na obra de Torquato Tapajós passemos agora para os objetivos explícitos contidos na obra, os quais o autor não os pretendeu esconder:

> *O povoamento da Província do Amazonas, dir-nos-ão, ainda assim é um problema a resolver. Pois bem; será – mas [..]. É preciso que a verdade seja conhecida . E Este livro a diz.*

> *A Província do Amazonas oferece todas as necessárias condições para ser o centro de um forte movimento de populações. Todas as raças, todas as indústrias, encontram ali elementos de vida e de prosperidade.* (TAPAJÓS, 1889:147).

Quando Humboldt escrevera que na Amazônia, *"mais cedo ou mais tarde se há de concentrar um dia a civilização do globo"* (apud TAPAJÓS, 1889:148) suas palavras foram citadas por gerações de viajantes afora como sendo uma profecia, seus ecos ainda podem ser ouvidos hoje em pleno século XXI. Já quando Torquato Tapajós as enunciava, estava dada a dependência industrial do país em escala mundial, ainda que a matéria prima mais demandada do globo, a borracha, estivesse circunscrita à Amazônia. Novos tempos se avizinhavam e os países do capitalismo central já estavam adotando medidas para romper com a dependência de ser a Amazônia a única fornecedora da matéria-prima mais disputada na Era dos Impérios.

O futuro grandioso, havia se tornado realidade para alguns e cobrava um custo bastante alto para todos. No auge do boom da economia gomífera não só a malária ceifou dezenas de milhares de vida de homens e mulheres que passaram a habitar nas florestas, rios e nas capitais, Manaus e Belém. Uma série de outras doenças acabou por transformar a região, mesmo contra as negativas de Tapajós, num cemitério não mais exclusivo só de europeus.

No agonizar da monarquia brasileira a realidade profetizada por Humboldt tornava-se realidade. A população, a nacional, nordestinos na sua imensa maioria, começava a afluir em grande quantidade. Médicos e engenheiros estavam, paulatinamente, se estabelecendo e, juntamente com essa nova realidade convulsionada, surtos de doenças epidêmicas como o beri-beri, a tísica, a febre amarela, além da malária, fincavam raízes, muito mais em função dos desequilíbrios ecológicos do que dos miasmas, definitivamente desacreditados com o avanço da medicina experimental. Outros tempos, novas explicações para as doenças que ainda teimam em não ceder ante aos avanços tecnológicos, às discussões e explicações das teorias médicas modernas sobre suas manifestações. A ciência experimental era a nova corrente médica que explicava os antigos males que teimavam em continuar acometendo os corpos à medida que se degradava o meio.

Referências bibliográficas e documentais:

ANTAS, João Batista de Castro Moraes. *O Amazonas: breve resposta à memória do Tenente da Armada Americana-Inglesa F. Maury, sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas*. Rio de Janeiro, 1854.

BATES, Henry Walter. Um naturalista no rio Amazonas. São Paulo: Edusp/Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

CANAVARRO*, Antonio David Vasconcelos de "Itinerário da viagem que fez o dr. Antonio David Vasconcelos de Canavarro, inspetor da Saúde Pública, ao Rio Negro à bordo do navio de guerra Pirajá, partindo de Manaus, capital da província do Amazonas, até o lugar denominado Chibarú, e dali em diante em canoa à fronteira de Cucuhy."* Manauscrito, 1862, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

COUTINHO, J. M. da Silva. *Breve Notícia Sobre as Epidemias no Vale do Amazonas. In* Annaes Brasiliense de Medicina, Rio de Janeiro, 1862.

GERBI, Antonelo. *O Novo Mundo: História de uma polêmica 1750-1900*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: HUCITEC/Fapesp, 1997

LUZ, Nicia Vilela*. A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MAURY, Matthey F. *O Amazonas e as costas atlânticas da América Meridional, pelo tenente da Armada dos Estados Unidos F. Maury*. Rio de Janeiro, 1853.

REGO, Dr. José Pereira. Relatório do Sr. José Pereira Rego sobre a memória do Sr. Dr. Antonio David Vasconcellos de Canavarro, sobre as febres intermitentes paludosas reinantes no Valle do Amazonas, etc, lido na sessão de 14/09/1863. In Annaes Brasiliense de Medicina, Rio de Janeiro, 1863.

TAPAJÓS, Torquato Xavier Monteiro. *Apontamentos para a Climatologia do Vale do Amazonas*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1889.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. São Paulo: Edusp/Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A política e a cidade: memória, espaço e identidade no sul Fluminense (1980/1990)

Marco Aurélio Santana*
Icléia Thiesen*

Resumo:
O presente trabalho analisa as formas pelas quais militantes dos movimentos sindical e popular constroem suas memórias acerca das mobilizações experimentadas no município de Volta Redonda nos anos de 1980/1990, verificando as representações de cidade que perpassam esse trabalho de memória. Na verdade, o que se tem é uma leitura da cidade – concreta e simbólica - pela lente da política. A pesquisa é feita via utilização da metodologia da História Oral, desenvolvida através de entrevistas com militantes e outros atores sociais participantes daqueles movimentos. As falas dos entrevistados nos servem como portas de entrada às suas representações acerca do espaço em que atuaram. Sente-se claramente a diferenciação e qualificações que buscam evidenciar entre os dois períodos. A partir das falas dos entrevistados se podem perceber as estreitas relações entre a construção de sua memória e o espaço no qual atuaram.
Palavras-chave: Memória – Trabalho – Cidade

Abstract
The aim of this paper is to analyse how a group of union and social movement militants constructs its memories about the mobilisations in Volta Redonda city in the years 1980/1990. We verify how a particular city space representation is put forward by the memory's construction process orientated by a political view. What we can see is a sort of concrete and symbolical interpretation of the city through the political lenses. The research has used the Oral History methodology by interviewing union militants and social activists, whose had participated in the movements at that period. The interviews had opened important ways to address the militants' representation on the space they acted upon. Through the militants accounts one can identify the strict relationship between memory, identity and space.
Keywords: Collective Memory – Labour - City

Apresentação

O presente trabalho analisa as formas pelas quais militantes dos movimentos sindical e popular constroem suas memórias acerca das mobilizações experimentadas no município de Volta Redonda nos anos de 1980/1990, verificando as representações de cidade

* Doutor, professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

* Doutora, professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

que perpassam esse trabalho de memória. A idéia é identificar como se estabelece uma operação de leitura da cidade pelos agentes através das lentes de sua experiência política.

A pesquisa é feita a partir da utilização da metodologia da História Oral, desenvolvida através de entrevistas com militantes e outros atores sociais participantes daqueles movimentos. Dado o espaço restrito e esquemático de uma comunicação de pesquisa, optamos por selecionar extratos de maior significância de depoimentos, que não poderão aqui ser trabalhados em toda sua amplitude e riqueza.

A relação umbilical e constitutiva entre memória e espaço foi apontada de forma seminal por Halbwachs (1990) em seu já clássico *Memória Coletiva*. Nele, o autor assinala as formas pelas quais um determinado espaço pode ser constituído sob as ingerências da memória, e ao mesmo tempo as maneiras pelas quais a memória está vinculada, lastreada e delimitada por um determinado espaço. Por sua vez, Pollak (1989 e 1992) assinalou a vinculação entre memória e identidade, nos mesmos termos daquele de Halbwachs. Assim, memória e identidade estão vinculadas e associadas em sua construção.

Não se trata aqui de indicar um processo de construção que se faça de forma lisa, sem conflitos e disputas. Ao contrário, o processo de construção da memória e da identidade se faz sempre conflituosa e disputadamente. Isso rebate na construção espacial. Como bem lembram Bourdieu (1989) e DaMatta (1997), o espaço tem muito mais que aspectos físicos e concretos. Ele é, e deve ser assim também pensado, social e simbólico, motor e fruto de representações. Ë um espaço que se torna lugar antropológico ao incorporar práticas, afetos, sentimentos (Augé, 2001). Um espaço vivido (Bachelet,1998).

Portanto, as alterações em qualquer das partes que articulam memória, espaço e identidade, acabam por impactar as demais. A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência. Diante do excesso de discursos oficiais, os grupos sociais guardam em silêncio suas lembranças, numa espera que se nutre de memórias, "memórias subterrâneas" (Pollak,1989). No momento oportuno as memórias emergem e ocupam o campo social. Neste sentido, a luta contra o esquecimento, é também luta pela existência, pela vida, que se faz pela apropriação, construção e reconstrução de experiências, produzindo novidade sobre o passado, reinventando-o constantemente.

Não se trata de uma lembrança absoluta e total, já que a própria construção da memória, como já é mais que sabido, impõe certa seleção. Mas também, não é o caso de um esquecimento total, que nos faria, simplesmente, perder a própria noção de quem somos.

Nestes termos, a memória funcionaria tanto como âncora, quanto como plataforma (Lovisolo, 1989). A primeira nos fixa; a segunda nos lança.

Tal invenção é instrumento poderoso de identidade, servindo aos grupos em seus embates e conflitos sociais. Não é por acaso que ao mesmo tempo em que as classes dominantes buscam estabelecer suas memórias, buscando passá-las como de toda a sociedade, independente dos grupos que a constituem, os grupos subalternos também efetivam, a sua maneira, seu trabalho de memória, marcando sua existência frente às classes dominantes. Por isso, vemos surgir formal e informalmente, projetos de memória vindos dos setores subalternos. Esquecer pode ser a diferença entre a vida e a morte do grupo. Por isso, para eles, assume importância a memória que se politiza, que entra em disputa contra o esquecimento proposto a eles (e a sua trajetória) pela memória dominante.

Vida e fertilidade de uma cidade em movimento

Na década de 1980 os metalúrgicos de Volta Redonda acompanharam *pari passu* a conjuntura sindical nacional. Em fins dos anos 1970, eles começam a tentar romper com uma prática sindical passiva, marcada pela liderança de setores "pelegos", de há muito na frente de sua entidade, e com as políticas da CSN que em muito prejudicava os trabalhadores, sujeitando-os a condições de trabalho degradantes. Será na década de 1980 que setores progressistas tomam o sindicato, modificando a trajetória seguida no pós-1964.

Um dos pontos marcantes desse processo será a "abertura" do sindicato para os demais movimentos sociais que foram se desenvolvendo na cidade, muitos deles surgidos sob a chancela da Igreja católica local, capitaneada pelo bispo progressista Dom Waldyr Calheiros. Como indica o relato de um sindicalista da época,

> *É, eu acho que tem algumas coisas ali que são bastante curiosas, por exemplo, é indiscutível naquele período o esforço que a igreja fez pra envolver as comunidades nas mobilizações. Então, é, o bispo tinha uma coordenação que incentivava muito nesse sentido e a todo tempo procurava trabalhar integrado com o sindicato, com as associações de moradores, é, incentivando a mobilização, a participação, apoiando inclusive materialmente, né? E principalmente politicamente.(Sindicalista)*

Entre tais movimentos encontramos o de posseiros urbanos, pelos direitos humanos, associações de moradores etc. De marcada pujança política e econômica frente aos demais movimentos populares, bem como de forte presença na cidade, não tardou para que o sindicato dos metalúrgicos assumisse proeminência e centralidade em termos dos movimentos sociais locais. A própria conquista do sindicato por setores progressistas já aparecia como uma ferramenta importante. Segundo um dos relatos,

> *O Sindicato dos Metalúrgicos nós ganhamos ele, nós mesmo, não foi os sindicalistas, fomos nós, o povo de Volta Redonda...que ganhou, e, assim, claro, junto com aqueles que são sindicalistas. Mas a gente precisava de derrubar o peleguismo... Todos nós na cidade sabíamos disso. (Militante do movimento pela moradia)*

E prossegue,

> *E ganhamos, e durante um tempo o sindicato foi uma grande alavanca pra gente, porque a década de 80 o sindicato foi uma grande, a grande sustentação pra gente no movimento, porque a convocação dele era prontamente atendida, né? Não só do ponto de vista de quando ele nos chamava, nós militantes, como quando nós todos chamávamos a população em nome do sindicato, entendeu? Então, era, porque essa legitimidade era mão dupla, a gente legitimava o sindicato e ele legitimava o movimento popular. (Militante do movimento pela moradia)*

Associados os movimentos sociais de Volta Redonda passam a ter uma inserção maior e mais profunda na cidade. Os metalúrgicos usavam seu poderio em termos de sede para reuniões, recursos para mobilização e divulgação etc. E recebia em retorno o apoio em termos de logística para suas operações específicas, como as sucessivas greves que marcaram a cidade na época e mesmo o país, como a de 1988 em que três operários foram mortos pelas tropas do exército dentro da CSN. Tanto que nos anos 1980 formou-se um Fórum permanente que articulava todos os movimentos da cidade, com reunião na Cúria metropolitana.

Cabe assinalar que esse processo foi caracterizado também por tensões, cuja análise escaparia dos marcos deste trabalho. Porém, vemos em dois relatos que isso ocorria, valendo a menção,

> *Nunca foi muito tranqüilo, porque o movimento sindical nunca teve entendimento estratégico... Pra que serve o movimento popular. Ele sempre achou que o movimento popular existe pra dar sustentação às decisões deles... (Militante do movimento pela moradia)*

> *Não foi tudo positivo...Eles eram o poder...Eles tinham o poder econômico...Nos éramos o suporte... Existiam problemas...Mas existia a relação...Com os outros anteriores não tinha nem relação...(Militante do movimento das associações de moradores)*

O clima de sucesso auferido pelos movimentos sociais dava a impressão de plenitude e alcance. Segundo um depoimento, nos anos 1980,

> *A gente tinha vida, sabe, podia não ter comida, mas tinha vida, sabe, a gente tinha vontade, a gente acreditava, a gente tinha proposta, a gente tinha projeto, tinha coragem de correr atrás, sabe, de juntar, as organizações pipocavam em todos os lados, cada provocação, cada semente que você jogava era um monte de coletivos que surgiam. (Militante do movimento pela moradia)*

A cidade, antes "do Aço", vira um jardim de terra fértil para os movimentos sociais. Em se plantando tudo dava. A "vida", ter "vida", se definia por "correr atrás", ter

"vontade", "crença" e "projeto". Não são raros os depoimentos que também identificam aqueles anos na cidade como de "força", "vitória" e "glória". O que obviamente atraía a atenção de seus "inimigos".

> *Olha, eu acho que essa cidade, governo nenhum gosta dela, nem o governo popular. Porque é uma cidade que se você puser o fósforo faz fogo, entendeu? Sempre foi assim... Em Volta Redonda a gente fazia junto qualquer coisa. Se fosse ocupar uma terra, lá tinha movimento sindical... Tinha a igreja e tinha as associações de moradores, a comissão de posseiros, a comissão de direitos humanos, sabe? Então, era uma coisa muito pesada pro sistema... juntando esse povo todo é muito pesado pra eles agüentarem. (Militante do movimento pela moradia)*

Da "vida" a "morte" na cidade do Aço

A chegada dos anos 1990 trouxe uma série de mudanças para a sociedade brasileira em geral e para os movimentos sociais em particular. A junção entre abertura comercial, privatização, estabilidade econômica e desregulamentação dos mercados de trabalho, impactou a vida industrial brasileira e, por conseguinte, seus trabalhadores e suas agências representativas. Quando comparamos as décadas de 80 e 90, pode-se perceber que os trabalhadores brasileiros experimentaram dois períodos bastante distintos. Se a primeira pode ser considerada um período de mobilização e conquistas; a segunda deve ser caracterizada como de descenso e reorganização de práticas e estratégias, bem como de perdas de algumas conquistas.

Em Volta Redonda não seria diferente, ainda que a cidade tenha vivido tal experiência a sua própria maneira. O ascenso dos anos 1980 chegou mesmo a estar representado na vitória de Juarez Antunes, que fora presidente do Sindicato dos Metalúrgico e deputado federal, para a prefeitura da cidade. Porém, a morte em acidente automobilístico, considerado por muitos uma ocorrência suspeita, vai marcar um ponto de inflexão em termos políticos na cidade, já que quem assume é seu vice, fora das searas dos movimentos. Isso dará aos movimentos novo ânimo de luta para verem sua agenda na pauta do governo. Depois, uma aliança progressista ganha as eleições e, aparentemente, isso daria ao movimento mais esperanças. Porém, o que se viu foi um sem número de divisões e conflitos, entre aqueles que diziam que acusavam o governo de promover a "cooptação" dos movimentos sociais e aqueles que, ainda que egressos dos movimentos, mas agora operando no interior da prefeitura, acusavam os primeiro de "radicais". No decorrer do processo, o movimento popular vai sofrer "rachas". Como disse uma entrevistada "assim, os nossos amigos viraram inimigos".

No campo sindical a perspectiva não era mais amena. Desde fins dos anos 1980, recrudesce a tentativa de privatização da CSN. No início dos 90 isso se tornaria uma política ostensiva e bem articulada que efetivou-se a partir de muita propaganda, perseguição aos opositores e concessão de benesses. A vitória ideológica e prática da campanha tem impactos na empresa, ao reduzir drasticamente o número de funcionários, na cidade, via desemprego e mudança de eixo de atuação estatal para privada no que tange aos espaços públicos; e até no sindicato, quando um grupo de militantes se afasta das hostes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e vai para a Força Sindical, disputa e ganha a eleição, mudando o eixo seguido pelo sindicato até ali, defendendo uma política menos aguerrida, de parceria com a empresa e sem vínculos com os demais movimentos.

Abre-se, assim, um período muito duro para os movimentos sociais na cidade. E será desta forma que os anos 1990 serão trabalhados pela memória dos agentes. O jardim fértil vira um deserto. A participação de outrora, vazio e ausência no cenário político. A política, despolitização. A "vida", "morte"...

Segundo um dos relatos,

> *Agora [é] tábua arrasada mesmo...hoje é a morte da cidadania, esses últimos oito anos foi a pá de cal, entendeu... Não tem cidadania, nem a vontade de participar, sabe, de discutir, de disputar as idéias...É a paz do túmulo...(Militante do movimento pela moradia)*

No que diz respeito à política, antes fonte da "vida", o que se veria nos anos 1990 era a "Completa despolitização...Completa. É, agora a pouco tempo o sindicato chama assembléias, mas as assembléias na verdade não são assembléias (Sindicalista)".

Idéia de vazio abraça outras frentes, que se agravaram com a crise advinda da privatização e do desemprego. Segundo uma entrevista com um sindicalista dos anos 1980, "Hoje a cidade não tem mais emprego". Assim, sem emprego, sem movimento e sem participação, a cidade se tornou uma estranha aos olhos daqueles que com ela tanto se identificaram. Segundo um dos relatos, "a gente diminuindo cada vez mais o número de pessoas na resistência...Gente que se cansava, gente que foi embora da cidade, entendeu? Gente desempregada que se entregava...".

Considerações finais

Como vimos, na lembrança dos agentes, se os anos de 1980 são anos identificados como de "força", "vitoriosos" e "gloriosos", os anos de 1990 são marcados pelas lembranças, com forte carga de emoção, como de "fragilidade", "derrotas" e "dispersão". Isso

leva a uma visão com marcas diferentes sobre a própria cidade. Antes vista como "combativa" e "engajada", passa a ser vista como "alienada" e "desmobilizada".

As falas do entrevistados nos servem como portas de entrada às suas representações acerca do espaço em que atuaram. Sente-se claramente, não só a diferenciação que buscam evidenciar entre os dois períodos, mas também a dor e o vazio trazidos pela derrota de um projeto, de um empenho e entrega de vida, individual e coletivo, da sensação de falta de espaço, de ausência de participação.

A cidade, campo fértil nos anos 1980, espaço de plenitude, política e existencial, deixa de sê-lo, para ser pensada enquanto um vazio, uma "tábua arrasada". A intensidade e o tom das vozes oscilam de acordo com a cidade que desenham nas falas. Outros, talvez, desenhassem outra cidade, mas nossos entrevistados a representaram assim.

Fica claro que a força da comparação dificulta a abertura de janelas para a percepção de novas apropriações, práticas, leituras e identidades que podem aparecer nos poros da cidade. Ela, que já foi "combativa" e "metida à besta"; depois "despolitizada" e "apolítica", pode nos dar ainda, m seus anos por vir, outras experiências a serem vividas e analisadas, com outras intensidades.

Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História oral**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANTUNES, Juarez. *A Explosão da Siderúrgica*.In: **Revista Ensaio**, São Paulo, 17/18, 1989. Pp -5-10

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho** - o Confronto Operário no ABC Paulista: as Greves de 1978/1980. São Paulo, Ensaio/Ed. Unicamp, 1988.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Rio de Janeiro. Papirus. 2ª edição, 2001.

BACHELET,Bernard. **L'espace**. Que sais-je? Paris. PUF, 1998.

BOITO Jr., Armando (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbolico**, Lisboa, DIFEL, 1989.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

GRACIOLI, Edílson. **Um Laboratório Chamado CSN**: Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda - 1989 - 1993). Texto

apresentado no XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT 18: Sindicalismo e Política, Petrópolis, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Vértice. 1990.

MANGABEIRA, Wilma. **Dilemas do Novo Sindicalismo** - Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos** – Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

MOREL, Regina L. M. *A construção da 'família siderúrgica' – Gestão paternalista e empresa estatal*. In: RAMALHO, J.R. e SANTANA, M. A. **Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro**: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro, D.P&A, 2001. Pp. 76-90.

MOREL, Regina Lúcia de M. **A Ferro e Fogo** - Construção e Crise da Família Siderúrgica: o Caso de Volta Redonda (1941-1968). São Paulo. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo, 1989.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, vol.2 n.3. Rio de Janeiro, FGV, 1989. Pp. 15-25.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*.In: **Estudos históricos**, N. 10. Rio de Janeiro, FGV, 1992. Pp. 17-30.

RAMALHO, J.R. e SANTANA, M. A. **Trabalho e Tradição Sindical no Rio de Janeiro**: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro, D.P&A, 2001.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e Política**: a Trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: os Militantes e a Ideologia**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. **Brasil Republicano** – vol.4 – No tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 145-160.

SANTANA, Marco Aurélio. *Memórias de aço: trabalho e luta na fala dos metalúrgicos do Sul fluminense Volta Redonda nos anos 1980*. Trabalho apresentado na ANPUH-RJ, UERJ, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. *Militância, repressão e silencio: relato de uma experiência com a memória operária*. 35-48. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.03, v.03.São Paulo, ABHO, 2000. Pp. 27-40.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Volta Redonda – entre o aço e as armas**. Petrópolis: Vozes, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A justiça criminal e a relação crime/loucura: gênero, raça/etnia e dependência química como determinantes de desfechos processuais

Sandra Cristiana Kleinschmitt[1]

Resumo: O presente trabalho propõe-se a entender, porque determinados crimes têm como desfecho processual, independente de sentença absolutória ou condenatória, a aplicação da medida de segurança, com o internamento dos(as) indiciados(as), em hospitais de custódia e tratamento. Tal proposta parte da análise descritiva de três homicídios passionais, pesquisados em processos criminais pertencentes a Jurisdição da Comarca de Toledo/PR, nos anos de 1956 e 1965. O trabalho insere-se na perspectiva histórica-cultural relacionando as problemáticas crime/loucura/sistema de justiça, buscando compreender como diferenças de gênero, étnico/raciais e certos comportamentos sociais que causam dependência química (como o uso do álcool), convertem-se em determinantes dos destinos sociais de determinados sujeitos levados aos tribunais.
Palavras-Chave: Crime – Loucura – Sistema de Justiça.

Abstract: The present paper sets out to understand, why certain crimes have as procedural out come, independent of acquinttal or condemnatory sentence, the application of the measure of security, with the internment of the accused, in hospitals of safekeeping and treatment. Such proposal has parted of the descriptive analysis of three passional homicides, searched in criminal proceedings belonging to the Jurisdiction of the Judicial district of Toledo/PR, in the years of 1956 and 1965.The paper is inserted in the perspective historical-cultural relating the problematic crime/madness/justice system, searching to understand how differences of sort, ethnic/racial and certain social behaviors that cause chemical dependence (as the use of the alcohol), become into determinative of the social destinations of determined citizens taken to the courts.
Keywords: Crime - Madness - System of Justice.

Esta análise refere-se a homicídios que ocorreram na jurisdição da Comarca de Toledo/PR, entre os anos de 1956 e 1965, cujo desfecho processual foi o internamento dos réus em hospitais de custódia e tratamento, como medida de segurança. O trabalho visa compreender como são conjugados pelos agentes do direito, na avaliação e posterior julgamento dos indiciados, teorias e conceitos provindos da discussão médica sobre sanidade/loucura, bem como representações de uma certa sociedade, em uma determinada

[1] Cientista Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvlvimento Regional e Agronegócios pela UNIOESTE. Projeto financiado pelo CNPq.

época e local, na deliberação sobre a imputabilidade ou inimputabilidade de um acusado em crime de homicídio.

O período analisado remete a um resgate histórico sobre as configurações sociais daquele tempo e lugar. Nos casos femininos, os personagens principais (rés e vítimas) dos processos criminais em análise, migraram de municípios do Rio Grande do Sul para o município de Toledo, na região Oeste do Paraná nas décadas de 1940 e 1950. Migraram possivelmente incentivados pela propaganda do programa "Marcha para o Oeste", que atraiu um contingente expressivo de migrantes para o Oeste paranaense, provindos principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com o Plano de Ação da MARIPÁ, priorizou-se a agropecuária; o tamanho das propriedades, em geral pequenas quantificadas em até 10 alqueires de terra; e o elemento humano seriam, preferencialmente, colonos descendentes de europeus (alemães e italianos) que imigraram no século XIX para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, habituados aos trabalhos agrícolas em pequenas propriedades.

No caso masculino, réu e vítima eram naturais de Guaíra/PR, portanto sua história não repete a dos outros envolvidos, migrantes e "desbravadoras" do "novo mundo" chamado oeste do Paraná. O casal denominado "bugre" por uma das testemunhas, parece comprovar a descendência indígena de réu e vítima. Nesse sentido, podemos supor que a "domesticação" dessa raça/etnia provinha desde o século XVI com a ocupação de portugueses e espanhóis na América do Sul.

Os registros oficiais da época (anos 40 e 50) – especialmente os produzidos pela companhia colonizadora – indicam que cerca de 78% dos homens se dedicavam a atividade agrícola e 91% das mulheres aos afazeres domésticos, que incluía os cuidados com a casa, com os filhos, com os animais, com a horta e o pomar. Apesar de não ser registrado, boa parte do tempo das mulheres era dedicado às atividades agrícolas como ajudantes de seus maridos (GRAGORY, 2002).

Todos trabalhavam, porém os rendimentos provindos deste eram controlados pelo pai, como convinha em um tipo de organização social rigidamente organizada, com lugares, normas e condutas impostas a mulheres e homens. Neste contexto, os conflitos familiares – de ordem privada – não deveriam ser tornados públicos, dificilmente então, mulheres buscavam a separação conjugal já que esta era moralmente e socialmente condenada. A publicização dos conflitos ocorria em situações extremas, como nos homicídios que ora analisa-se. A

ocorrência destes, por sua vez, parece estar intimamente ligada a configuração das relações de gênero e das relações sociais naquele tempo e lugar.

Os casos Selma, Mara e Leandro

Caso Selma - A acusada: Selma, branca, doméstica/do lar, natural de São Luiz Gonzaga/RS, tinha 26 anos de idade na época do crime. Estudou até o 2º ano do antigo primário e era moradora do Distrito de Alto Selma, então pertencente ao município de Palotina/PR. A vítima : Arlindo, branco, agricultor, com 30 anos de idade e escolaridade indefinida, era natural da mesma cidade da acusada. Acusada e vítima eram casados há 9 anos e dessa relação resultaram 6 filhos. Todos eram menores na data do crime, o mais velho com 9 anos e o mais novo com 6 meses de vida. A família tinha uma situação econômica regular. O crime aconteceu durante a madrugada, do dia 28 de setembro de 1965. Selma declarou que estava atacada de forte crise nervosa e tivera uma discussão com Arlindo, sobre uma possível traição deste, testemunhada por seus filhos. Após a acalorada discussão que tiveram idealizou seu plano de tirar a vida do marido. Disse ter rezado muito antes de cometer o crime, mas não se conteve e desferiu um golpe de machado na cabeça de Arlindo, que se encontrava dormindo, causando-lhe morte imediata. Em seguida foi chamar o empregado do casal, para que fosse verificar e comunicar o ocorrido às autoridades policiais. O delegado de polícia, em relatório ao Juiz da Comarca de Toledo, afirmou que o crime fora praticado por motivos fúteis. Julgada, Selma foi absolvida sumariamente, sendo isenta de punibilidade, conforme prescrição do artigo 22 do Código Penal Brasileiro. No laudo do exame de sanidade mental, base da absolvição, identificou-se uma doença mental em Selma, conforme a classificação de Kretschmer, discípulo de Lombroso. Destaca-se a descrição sobre as cicatrizes no corpo da acusada - que Lombroso identificava como sinais de estigmas da "insanidade" e da "inferioridade" humana -. No Laudo de Exame de Sanidade Mental, o médico em seu parecer afirma que a acusada possui lesões cicatriciais e processo de alteração vascular regional que podem ser vistas na perna esquerda, relata também que a mesma é franca e objetiva nas suas respostas, e relata seus sofrimentos em companhia do marido. De períodos em períodos entra em agitação psicomotora, só removível após a terapêutica hibernante. A pena aplicada pelo Juiz foi de 10 anos de internamento, como medida de segurança, no Hospital Colônia Adauto Botelho, em Piraquara/PR.

Caso Mara - A acusada: Mara, natural do município de Sarandí/RS, branca, doméstica/do lar, estudou até o 4º ano do antigo primário, tinha 30 anos de idade na época do

crime e residia na cidade de Toledo. A vítima: Lauro, do qual há poucas informações, sabe-se que possuía parte em uma firma, mas que tinha situação econômica baixa e morava da cidade de Toledo. Acusada e vítima eram casados há 11 anos e dessa relação resultaram 05 filhos. Todos eram menores, o mais velho com 10 anos e o mais novo com 5 meses de vida. O crime aconteceu durante a madrugada, do dia 27 de maio de 1956. Mara declarou ao delegado que tivera uma pequena discussão com o marido, por este ter voltado para casa as 2 horas da madrugada e ainda ter reclamado que o quarto estava desorganizado e o colchão das crianças sem ser posto no sol há dias. Isto fez com que a acusada pensasse em tirar a vida de seu marido, sobre o que refletiu uma hora, até decidir mata-lo. Com o revólver do próprio marido atirou em sua cabeça, causando-lhe morte instantânea. Em seguida foi chamar o vizinho, para que fosse verificar o ocorrido e comunicar as autoridades policiais. O delegado de polícia em relatório ao Juiz da Comarca de Toledo, disse que o crime fora praticado por motivos fúteis. Ao ser julgada, foi absolvida sumariamente, sendo isenta de punibilidade tendo como base laudo de exame de sanidade mental, feitos pelos legistas, que afirmavam que a atenção de Mara apresentava desviabilidade e algumas vezes introversão, alterações sensoperceptivas, com alucinações auditivas, a memória com alterações da representação e evocação, apresentava vivências delirantes primárias por representações, raciocínio e inteligência alteradas (esquizofrênica-hebefrênica). A pena aplicada pelo Juiz foi de 10 anos de internamento, como medida de segurança, no Hospital Colônia Adauto Botelho, em Piraquara/PR.

Caso Leandro - O acusado: Leandro tinha 24 anos de idade na época do crime, moreno, de profissão lavrador/operário, analfabeto, com situação econômica baixa, natural e residente em Guaíra. A vítima: Josefa tinha 50 anos de idade, amarela, não sendo especificados sua profissão e escolaridade, natural e residente em Guaíra. O acusado e a vítima estavam amasiados há um ano e desta relação, até o momento do crime não havia nenhum filho, mas segundo o auto de exame cadavérico Josefa estava grávida de cinco meses quando foi assassinada. O casal tinha uma situação econômica baixa. O crime aconteceu por volta da meia noite, do dia 8 de dezembro de 1957, a cerca de duzentos metros da residência do casal, na beira de estrada do Horto Florestal. O denunciado em avançado estado de embriagues, após ligeira discussão com sua amásia, desferiu-lhe facadas que causaram sua morte. O denunciado após o ato criminoso permaneceu deitado ao lado da vitima, até a chegada da autoridade policial. O delegado, em relatório ao Juiz da Comarca de Toledo, disse que o crime fora praticado por motivos fúteis. O réu foi levado a três sessões no tribunal do júri. A defesa alegava que o réu era índio Guarani e como todo silvícola era isento de

punibilidade por ter desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Nos dois primeiros julgamentos Leandro foi condenado a 12 anos de prisão. Nesses dois julgamentos o advogado de defesa recorre ao Tribunal de Curitiba, por ser instância superior, para averiguar a situação de silvícola do acusado. A resposta dada pelo Tribunal de Curitiba não foi o reconhecimento de sua raça ou etnia, pois Leandro estava vivendo na cidade o que lhe tirara a condição de "selvagem", mas o fato de ser alcoólatra lhe possibilitou um terceiro julgamento, sendo absolvido da condenação que lhe pesava e aplicado ao réu a medida de segurança de dois anos de recolhimento para ser cumprida no Manicômio Judiciário do Estado, Piraquara/PR.

Considerações finais

Nesse trabalho, nos propusemos a analisar como são conjugados pelos agentes do direito, na avaliação e posterior julgamento dos indiciados, teorias e conceitos provindos da discussão médica sobre sanidade/loucura, bem como representações de uma certa sociedade, em uma determinada época e local, na deliberação sobre a imputabilidade ou inimputabilidade de um acusado em crime de homicídio.

Não nos cabe julgar, porém, se as mulheres e homens envolvidos nos casos de homicídio analisados eram ou não 'doentes', bem como se Leandro era ou não um "Índio/silvícola", como argumentou o advogado de defesa. Quisemos apenas mostrar como são conjugados aspectos comportamentais, físicos e morais para o estabelecimento de imagens e destinos de réus e vítimas nos desfechos processuais.

Para entendermos os desdobramentos dos casos e os desfechos processuais, é preciso considerar em particular cada processo criminal. No caso Selma, esta alegou ser "nervosa" e "inquieta" nos períodos menstruais, mas a simples alegação da "patologia" não serviu como prova de sua doença, nem mesmo o fato dela já estar sob tratamento. Portanto, o delegado encaminhou-a aos exames, antes mesmo que o Juiz da Comarca de Toledo tivesse contato com a acusada. O advogado de defesa dativo[2] só começou a defendê-la quando esta havia retornado do Manicômio Judicial de Piraquara. Portanto a estratégia de defesa já havia sido construída, uma vez que um argumento de autoridade – o médico – "confirmava a loucura".

Já no caso Mara, o advogado entrou com o pedido de exame de sanidade mental. Esse pedido reforçou as declarações que a acusada prestou ao Juiz, quando queixou-se da falta de relações sexuais no casamento, o que teria suscitado problemas entre o casal e a feito

[2] Próprio se for contratado pelo acusado, ou dativo (pago pelo Estado) se o acusado não tiver condições para contratar um.

procurar um amante, apesar do marido ser provedor do lar e gastar "rios de dinheiro" com ela e com os filhos.

Os agentes do direito e os peritos médicos incorporam valores sociais. E como em outras esferas sociais, as falas das mulheres foram desconsideradas nos processos, principalmente quando se autodenominam como "nervosas", "inquietas", "doentes". Não são suas falas argumentos de autoridade. Ser nervosa, inquieta ou doente torna-se uma "verdade" apenas quando sustentada pelo discurso dos médicos legistas. Neste momento histórico, a atuação médica nos tribunais de justiça não é mais uma intervenção a *posteriori* para ajudar a aplicar uma sansão, mas uma tentativa de fundar a legitimidade da punição a partir de uma avaliação psicopatológica da responsabilidade do criminoso (CASTEL *apud* CARRARA, 1998).

Não são poucos os laudos periciais nos quais "… a personalidade da mulher definia-se por alucinações, sugestionalidade, discreto fundo erótico e falhas da memória e da afetividade." (ENGEL, 2001:337). No laudo de Selma, os médicos destacaram sua lucidez ao relar seus sofrimentos em companhia do marido, porém sofrendo constantemente de agitações psicomotoras. No laudo de Mara os peritos – abstendo-se de citar autores de referência – apontaram as alterações de representação e evocação da memória, alteração da associação de idéias, alucinações auditivas, entre outros sintomas. Por outro lado, certos elementos presentes, especialmente na perícia médico-legal de Selma, apontam para uma visão lombrosiana de análise. O exame de sanidade mental realizado em Selma baseou-se na classificação de Kretschmer (discípulo de Lombroso)[3], sendo destacadas as descrições sobre as cicatrizes no corpo da acusada. Tais elementos físicos foram destacados para "identificar" a existência dos estigmas da "insanidade" e, consequentemente, da "inferioridade" física e mental daquela mulher.

Nos processos criminais decorrentes de homicídios passionais é evidente a força das representações sociais, das normas e valores morais, para julgar diferentes sujeitos sociais. Quando os acusados são do sexo feminino, para além do crime propriamente dito, julga-se também a adequação dos sujeitos envolvidos aos papéis socialmente estabelecidos, obviamente, estes têm configurações específicas em épocas e lugares diferentes e em decorrência disto, certos "desvios" ou "inadequações" podem ser consideradas doenças.

No caso dos negros, índios, amarelos, pardos e outras raças/etnias consideradas "inferiores" atavicamente, a relação associada à doença mental, acontecia com os padrões culturais "atrasados", associados às religiões, as danças, aos costumes, etc. A "loucura moral"

[3] Famoso legista e criminalista italiano, expoente da escola criminológica positiva do final do século XIX.

provinha dos jogos, dos vícios e da vagabundagem, principais associações as quebras de valores sociais. Essa "perversão social" era associada, principalmente, aos vícios do álcool, sendo vistos como um "caminho" para a loucura, pois ao alcoolismo eram agregados valores tais como "fraqueza de espírito", "degeneração", "idiotismo", etc. (CUNHA, 1986).

Para as mulheres que estavam inseridas numa sociedade altamente conservadora, que via o sexo com finalidade reprodutora, que estabelecia papéis rígidos para homens e mulheres, as declarações das acusadas certamente contribuíram para a construção de sua imagem social, como fica claro nos pareceres finais dos juízes. Selma parece ter conseguido construir uma imagem total de si, mantendo intacta a representação de gênero, pois mãe extremosa apenas caiu no crime em virtude da traição de um marido que lhe infligia maus tratos, forçava-a ao trabalho longe dos filhos e era negligente quanto a sua saúde (ainda que as testemunhas não tenham confirmado isto). Já Mara não conseguiu o mesmo. Sua imagem foi quebrada, pois não era comum e nem aceitável, naquele tempo e lugar uma mulher discutir a satisfação de desejos e prazeres sexuais, afirmar ter um amante, especialmente quando o marido gastava "rios de dinheiro" com a família. Nessa perspectiva, mesmo que ambas tenham sido consideradas "insanas" pelos médicos, condição assumida pelos agentes do direito, como os próprios advogados de defesa, promotores e juízes, sua punição é diferenciada. Não parece surpreendente que para Selma tenha sido imposta a medida de segurança por 10 anos, reduzida após recurso para 6 anos, enquanto Mara recebeu inicialmente a mesma imposição de 10 anos de internamento como medida de segurança tendo, porém, permanecido sob internação, no Hospital Colônia Adauto Botelho, por 18 anos.

Esses sujeitos dos crimes da região oeste do Paraná, nas décadas de 1950 e 1960, foram sujeitos a julgamentos morais, a padrões e normas de conduta, e, principalmente, a imagem construída de mulheres "doentes". Ainda que o discurso sobre a doença/insanidade de ambas tenha sido amparado por elementos biológicos, a maior ou menor adequação delas aos papéis sexuais/sociais constituídos coletivamente – como a esposa afetuosa, a mãe dedicada, a mulher sensível ou a mulher agredida, a mulher sensual – combinados com os papéis sexuais e sociais atribuídos aos homens/vítimas – como homens honestos, trabalhadores, provedores, de bons costumes ou agressores, traidores, negligentes com a saúde – certamente contribuíram para os destinos sociais das acusadas como portadoras de doença mental, pessoas que deviam ser tratadas e não simplesmente punidas.

No caso Leandro, a construção da estratégia de defesa tentou absolve-lo através do argumento de que este seria descendente de índios. O interessante no caso é que após o segundo julgamento e a ida do processo para Curitiba/PR, o Tribunal de Justiça daquela

cidade entendeu que houve negligências por parte do advogado dativo, pois a embriagues tão bem comprovada nos autos não havia sido argumento de defesa, o que poderia ter prejudicado o julgamento de Leandro. Portanto, o fator raça/etnia tão insistido pela defesa, não foi o que condicionou a absolvição e o internamento por 2 anos para o réu, mas o vício alcoólico, que quebrou a imagem do réu, talvez pela associação histórica entre alcoolismo e "doença"/loucura.

Os agentes do direito, ultrapassando por vezes a letra estrita da lei, utilizaram-se das representações sociais ancoradas nas normas e valores sociais, de certa época e lugar, na construção da imagem e conseqüente destino de homens e mulheres.

Referências Bibliográficas

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura:** o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro / São Paulo: EDUERJ / EDUSP, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997, p. 322-361.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

Fontes: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TOLEDO. Processos crime n. 99/56; n. 37/65; n. 176/57.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leituras na província: impressos e práticas de leitura na província de Minas Gerais (1828-1842)

Luciano da Silva Moreira[1]

Resumo: Este texto atenta para as diferentes práticas da leitura, na província de Minas Gerais entre 1828 e 1842), ainda marcadas pela oralidade, relacionando-as à formação de um ambiente aberto à crítica dos impressos, em locais como bibliotecas, sociedades políticas, casas, tabernas e ruas.
Palavras-chave: Imprensa – Leitura – Minas Gerais

Resume: Cette texte traite les différentes pratiques de lecture, dans la province du Minas Gerais dans la période qui se situe entre 1828 et 1842, marquées encore par l'oralité, en les mettant en rapport avec la formation d'une ambiance ouverte à la critique des imprimés, dans des locaux tels que les bibliothèques, les sociétés politiques, les maisons, les tavernes et les rues.
Mots-clé: Presse – Lecture – Minas Gerais

A leitura está sujeita às transformações, lentas e graduais, da própria sociedade. Procedimentos antigos de decifração e divulgação do escrito, forjados no tempo da Colônia, conviviam com a novidade da imprensa periódica no Império. Ao olharmos para os anos do Primeiro Reinado e das Regências, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações do universo cultural mineiro: de um lado, a continuidade presente no apelo à oralidade na formação discursiva e na própria prática da leitura; de outro, a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva, influenciada pelo contexto liberalizante da "Era das Revoluções". Percebemos essa relação nos espaços de efetivação da leitura: casas, bibliotecas, sociedades políticas, tabernas e praças. Por isso, atentando para a temática da sociabilidade, recorremos à dinâmica dos locais, os quais podem nos ajudar a solucionar, um pouco, os mistérios da própria prática da leitura.

Uma *Folhinha d'Algibeira*, publicada em 1832, destinava-se ao "uso público e particular dos habitantes desta Província"[2]. Percebe-se que ela se vinculava tanto ao foro

[1] Doutorando do programa de pós-graduação em História da UFMG.
[2] *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831. folha de rosto.

privado como à praça pública. O uso particular provavelmente estava relacionado à leitura no recato doméstico. Recostado sobre a mesa, o leitor abria seu volume e se informava sobre o calendário, as sociedades políticas e a "Lei da Regência". O mesmo ocorrendo com os periódicos, como possivelmente aconteceu com um "Constante Leitor" de *O Universal*, que, em correspondência, afirmava não deixar

> *nunca de aproveitar o meu tempo, lendo o que encontro, embora pareça futil. Um dos dias passados estava eu em descanso, e tomando por acaso o Correio de Minas nº 103 do anno passado, deparei alli com o resto da sessão Provincial do dia 15 de março de 1841, puz-me a ler o magro extracto das discussões, e eis que encontro com um discurso do Sr. Antunes Correia (UNIVERSAL. Ouro Preto, 31 JAN. 1842).*

Ao findar o dia, o leitor sentava-se na cadeira, tomava o periódico e, à luz da lamparina, se punha a meditar de maneira introspectiva e solitária. Provavelmente, Manoel dos Santos Pinheiro Carvalho adotou esta postura quando "foi assassinado com um tiro de espingarda dentro de sua propria casa, estando a ler um jornal à noite"(UNIVERSAL. 02 MAR. 1842.). Naquela época, para algumas pessoas, a leitura de "folhas públicas" constituía-se num hábito, como afirmou o redator do *Tareco Militar*: "metido com a minha enchada e fouce e assim mesmo, pelo maldito costume que me poz a Astréa, gosto de ler o meu papelinho"(TARECO Militar. Ouro Preto. 31 AGO. 1833).

No recolhimento do lar, os periódicos e folhinhas dividiam a atenção com livros de horas, vidas de santos e obras de ficção. A leitura de romances era comum naquele tempo, como atestam os trabalhos de Villalta (2005), Abreu (2003) e Vasconcelos(2004). Contudo, seu uso era cercado de cuidados, principalmente, no processo de instrução feminina. Para tanto, Beatriz Francisca de Assis Brandão[3] recomendava ao belo sexo, por intermédio do *Mentor das Brasileiras*, "adquirir o gosto da leitura", aconselhando às mães oferecer às filhas "bons livros", aconselhando: "fazei-as ler, e até decorar aquelle capitulo, em que Fenelon faz fallar Telemaco sobre as qualidades de Antiope, e, se todas beberem esta sabia lição, será realmente *bello* o nosso *sexo*"(MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 12 MAR. 1830). Entretanto, deviam os pais evitar "consentirem a lição de novellas sem escolha", porque "o espírito das Senhoras ordinariamente se lisongea com vãs chimeras, e contos fabulosos de que nutre sua fantazia, e de que jamais se poderá tirar lições proficuas e huma boa educação"(MENTOR das Brasileiras. 07 DEZ. 1829). Discursos neste tom retomaram um entendimento do romance "como forma de divertimento vil, que não continha informações que tivessem algum potencial instrutivo ou edificante, nem estilo enquadrável nas Belas Letras"(ABREU,

[3] Beatriz Francisca de Assis Brandão nasceu em Vila Rica a 29 de julho de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro a 5 de fevereiro de 1868. Foi autora de obras de poesia e prosa, reconhecida por sua capacidade intelectual. (SILVEIRA, 1926: 408).

2003: 269). A leitora de romances estaria sujeita às seduções do impresso, assumindo as posturas das personagens, freqüentemente reprováveis e perniciosas. Para refrear esta leitura "lasciva", indicavam-se obras portadoras de valores morais e edificantes à mocidade. Por isso, as recomendações impressas no *Mentor* apresentam-nos aqueles que seriam os "bons livros", figurando sempre *As Aventuras de Telêmaco,* de Fénelon.

Em janeiro de 1833, a Typografia do Constitucional Mineiro anunciava a venda das "Fabulas Moraes e Politicas do Poeta Filósofo Persa Saady, traduzidas para o idioma Nacional, por Francisco Freire de Carvalho, Portuguez emigrado". O redator do *Constitucional Mineiro* fez apreciação do livro, informando que

> *esta Obra pela pureza da doutrina, amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase, merece ser lida, e ate decorada por todas as pessoas de bom gosto; e he talvez uma das melhores, que pode ser posta nas mão da mocidade, que começa a familiarizar se com a leitura; por quanto as suas maximas, que nella se contem, illustrando lhe os entendimentos, formando ao mesmo tempo os seus corações para a virtude, alvo que deve tender todo o plano de uma boa educação: Preço de cada exemplar 640 reis (CONSTITUCIONAL Mineiro. São João del Rei. 01 JAN. 1833).*

Por meio da avaliação acima, o redator apresenta-nos alguns dos sentidos da leitura correntes na época. Como para os tratadistas do século XVII, a leitura possui três finalidades: formar um estilo, instruir e edificar. Por meio de uma prática seletiva ("bom gosto") e intensiva ("até decorando"), a leitura era tomada como fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita, apreendendo a "amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase". O livro era elemento para a instrução dos leitores, porquanto "[illustrava] lhe os entendimentos". Mas todo esse procedimento deve ter em vista edificar moralmente o indivíduo, orientando "os seus corações para a virtude". Por isso, o redator indicava a obra do "Persa *Saady*" à mocidade "que começa a familiarizar se com a leitura", prescrevendo-lhe uma prática intensa e valorizando a constituição de um "bom gosto"(ABREU, 2000: 213-233).

Porém, o acesso ao livro não era fácil. Algumas obras custavam caro e outras eram difíceis de se obter pela própria raridade do exemplar, ainda mais no interior do Brasil. Por isso, difundiu-se a prática do empréstimo, sinalizando para a formação de comunidades de leitores e para a circulação dos livros nas localidades mineiras. Em dezembro de 1827, o redator do *Astro de Minas* precisava do "Tratado do Juri traduzido pelo illustre Deputado o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo", rogando a qualquer pessoa que o possuir "e quizer vendê-lo, ou ao menos emprestar-nos por algum tempo", que enviasse o volume à tipografia(ASTRO de Minas. São João del Rei. 11 DEZ. 1827.). O Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa atendeu ao pedido do *Astro*, emprestando a importante obra (ASTRO de Minas. 15 DEZ.

1827). No entanto, era duvidosa a devolução, como atesta um "sujeito que havia emprestado ha annos ao defunto Capitão Pena várias obras", recebendo-as "todas por via do Sr. Melo Franco, menos o primeiro vol. do ensaio sobre os costumes &c. &c. de Voltaire". Afirmava o incógnito "sujeito" que

> *Este tomo isolado pouco pode servir a quem o possue, e faz muita falta ao antigo dono, que possuindo as mais obras d'aquelle grande homem, nellas vê citadas muitas passagens do tal volume. O Sr. que por engano o possuir faz grande obséquio em entregallo nesta typographia (UNIVERSAL. 20 MAIO 1831).*

Todavia, não era somente a leitura silenciosa e individual que poderia ser realizada nas residências mineiras. Esses espaços poderiam abrigar diversas pessoas e oferecer ocasiões várias para a discussão literária e política. Tais reuniões eram permeadas pela leitura oral, nas quais um dos participantes se prestava a ler coletivamente o impresso em voz alta. O restante do grupo ouvia atentamente o discurso e se preparava para a discussão que geralmente se seguia. Assim, pelo canal da oralidade, a ação do escrito se multiplicava, ampliando o debate na Província. Ressaltamos que, no ambiente doméstico, o proprietário regulava o fluxo de pessoas, normalmente amigos e correligionários, que participariam do debate. Assim, o ambiente continuava privado. Contudo, ao favorecer a reunião de várias pessoas, tornava-se "público". Daí o sentido exposto pela *Folhinha d'Algibeira*: o uso individual e coletivo dos habitantes desta Província.

Entretanto, o ambiente privado também comportava reuniões "legalizadas", como as que ocorriam nas Sociedades Políticas e Literárias que se proliferaram pela Província de Minas Gerais durante as Regências. Por meio da documentação do Arquivo Público Mineiro, encontramos trinta e quatro associações instaladas na Província entre 1831 e 1838. Maurice Agulhon afirma que "o fenômeno associativo é tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais"(tradução nossa) (AGULHON, 1984: VIII). De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada à efervescência política das Regências, momento propício para a prática associativa.

No Primeiro Reinado houve tímido empreendimento nesse sentido. Entre 1823 e 1825, funcionou em Ouro Preto uma Sociedade Literária. As referências a esta associação são poucas, mas o suficiente para percebermos que a "Illustração Pública" figurava como um dos objetivos latentes. Para contribuir na difusão das *Luzes*, a Sociedade Literária dedicava-se à formação de uma biblioteca interna. Para tanto, contava com o auxílio pecuniário de seus sócios, como o proprietário da Officina Patrícia de Barbosa e Cia. Explica-nos Manuel José Barbosa que, da renda de sua tipografia, aplicava "parte do total para a manutenção da Sociedade Literária desta Capital, e que se tem empregado na acquisição de Papeis, e de

Livros" (ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 08 NOV. 1824). Além disso, a formação desta biblioteca também poderia contar com doações, como sugere a *Abelha do Itaculumy*. Conta-nos o periódico que "a obra de Vertot em quatro volumes em Brochura" sobre as "Revoluções Romanas" foi oferecida à "Sociedade Literária do Ouro Preto" por "hum Amador da Literatura". Cabe lembrar que o "esclarecimento" da sociedade passava, sobretudo, pelo cultivo das belas letras, como a obra do Abade Vertot que tomava a história como "uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus" (HAZARD *apud*. VILLALTA, 1999: p. 40.). Enfim, no alvorecer do Império, os súditos ainda atentavam para velhas lições.

As tabernas provinciais também eram espaço por excelência da leitura e discussão de jornais. Nelas ocorriam contendas vivas, como a relatada em 1851 por Hermann Burmeister em sua Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Burmeister conta que, na hospedaria em que pousava, "cerca de uma dúzia de jovens vinha fazer suas refeições. Ao que [lhe] pareceu, tratava-se de advogados e comerciantes, e suas palestras giravam sempre em torno das discussões na Câmara do Rio de Janeiro, ou das opiniões dos jornais locais a respeito" (BURMEISTER, 1956, p. 203).

As lojas e tabernas recebiam a concorrência de todo tipo de gente que, em meio às "fazendas secas" e toda sorte de "molhados", participavam dos debates cotidianos. Nessa atmosfera, política, economia e maledicência permeavam as conversas tabernárias. Em vista disso, não devemos subestimar a importância desses estabelecimentos na vida social, pois suas "conversas" determinavam a sorte de várias pessoas e, até mesmo, de famílias inteiras. O Comendador João Antônio da Silva Mourão, na retidão de seu testamento, ordenava a seus filhos

> *q. compulsando a maneira insolita e brutal com q. foi tratada nossa familia, não <u>só em folhas pública como em palestras, nas lojas e tabernas,</u> isto pela familia Mafras, nunca se unão em laço conjugal com parentes delles ate o 4º gráo, por assim como os filhos herdão dos seos Pais, seos Costumes, nome, e haveres, também devem sucessider-lhes (sic) em ofensas tão atroses e constante injustiça como estas* (grifo nosso)[4].

Com efeito, discórdias familiares poderiam ser geradas e cultivadas no ambiente promíscuo das vendas. Também rivalidades políticas eram fomentadas por meio das "palestras" nesses ambientes que, de acordo com Villalta, "por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos [no caso das aulas régias], não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao [espaço] público" (VILLALTA, 1997: 382). De fato, nas

[4] Museu Regional de São João del Rei. Testamentos e inventários *post-mortem*. Testamento do Comendador João Antônio da Silva Mourão, f. 2. São João del Rei, 26 JUN. 1865.

vendas, tabernas e boticas permitia-se o trânsito de praticamente qualquer indivíduo, independentemente de etnia, idade, gênero e condição social.

Nas Regências, práticas de comunicação manuscritas, como os pasquins e a folha volante, aliaram-se à novidade da palavra impressa, como acenam as notícias publicadas em *O Universal* de 24 de fevereiro de 1826, que agitaram o arraial do Tijuco. Conforme relato do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto mandou publicar naquele periódico "huma calumniadora, e inepta diatribe" desacreditando-o. Conta-nos Ferraz que "logo que chegou a dita folha, publicarão-se pasquins, e proclamações de noute pelas esquinas". Algum tempo depois, desconhecidos mandaram "imprimir huma Proclamação assignada debaixo do nome do Amigo da Ordem". Porém, o segredo do pseudônimo foi revelado. O Inspetor de Milícia dera um jantar em sua casa e, em dado momento da festa, o Capitão Bernardo da Silva Brandão "fizera uma saude dirigida para o Pe. Joaquim Gomes de Carvalho (íntimo amigo do ditto Tenente Coronel, e liberal como elle) concebida nas palavras – Viva o Amigo da Ordem – que este mais circunspecto olhara para o vigario e não respondera". A este tempo, um certo padre Bernardino "andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população". Após alguns dias, "nas portas do Quartel Militar apparecião os mesmo pasquins com toda a impunidade" (*Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1898: 111-119).

Do impresso ao manuscrito e retornando ao primeiro, as proclamações e notícias contra Caetano Pinto Ferraz percorreram um tortuoso caminho. Isso aponta para a circularidade da notícia na sociedade, onde o que estava em jogo era certa "opinião pública" a respeito da autoridade no arraial. Mais do que isso. Notamos que o impresso não excluiu o manuscrito. Ao contrário, agiram juntos na transmissão de "insultos ocultos" contra o Intendente dos Diamantes. Insultos estes que tiveram como característica o anonimato. Ocultado por detrás de um pseudônimo, o "Amigo da Ordem", possivelmente o padre Joaquim Gomes de Carvalho, liberou a virulência de sua linguagem. Sob a sombra do anonimato, pretendia-se fazer com que o Intendente ficasse como naquela velha anedota: "quem quer pegar em sombras depois de apagar a luz, faz-se de cego, da bordoadas no ar, e por fim leva assobios dos rapazes" (RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre. 27 AGO. 1836).

Este fluxo de informação no arraial do Tijuco iniciou-se com a leitura do periódico, alastrou-se para as lojas e esquinas, adentrou nas residências e ganhou nova forma nas tipografias, retornando ao leitor inicial. Entretanto, este trajeto da notícia, como salienta DARNTON, "não se trata simplesmente de uma relação de causa e efeito" (DARNTON,

1998: 206), mas de um reforço mútuo de manuscritos, impressos e boatos na formação de um ambiente político dinâmico. A sociedade mineira partilhava esse dinamismo, e o local por excelência para essa movimentação foi a praça pública. No tempo das Regências, grande quantidade de pessoas circulava pelas praças e ruas. Para aqueles que conviviam com a pobreza e a negação de sua humanidade, isto é, os indivíduos livres e pobres, a praça pública representava o único local que lhes era permitida a frequentação. Nela, essa "malta de todas as cores" entrou em contato com idéias políticas por meio da leitura oral de pasquins, folhetos e periódicos. Nesse momento um novo tipo de pregoeiro incitava a populaça, "reivindicando uma distribuição democrática do poder entre os cidadãos que participam ou pretendiam participar da feitura das leis" (MATTOS, 1995: 127).

Na praça pública, os impressos e mais papéis escritos eram divulgados coletivamente em voz alta. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político. A própria linguagem dos discursos levava em consideração esse público leitor/ouvinte. Nesse sentido, fez-se necessária uma aproximação por parte dos jornalistas a esse público "iletrado", o que implicou a tomada da oralidade, recorrente no uso de uma linguagem forte e virulenta. Por meio dessa leitura e da oralidade dos discursos, processou-se a inserção da parcela "iletrada" da população na arena política. Essa parte do povo, excluída mesmo nos dias atuais, pôde atuar, mesmo de forma limitada, na definição dos rumos políticos da nação.

Referências bibliográficas:

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2000.

_____. **Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence**: Essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei** (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

HARPER, Roberto Goodloe. **Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França**. Londres: s.n., 1798.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: HUCITEC, 2005.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Ano III, 1898. p. 111-119.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance brasileiro, 1808-1860**: vertentes inglesas. Disponível em: www.caminhosdoromance.unicamp.br Acesso em 24/10/2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. "Censura e romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?" Belo Horizonte, 2005 (mimeo).

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa**. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. "O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura". In: NOVAIS, Fernando (coord.). SOUSA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331-385.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Religiosidades, Cultura e Sociabilidade Em Algumas Antigas Igrejas e Largos de Campinas (SP): Santa Cruz, São Benedito e Rosário.

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci*

Resumo: Este estudo faz parte de ampla pesquisa que desenvolvo há alguns anos abrangendo desde a análise do espaço urbano, meio ambiente, religiosidade, cultura popular, à reconstituição da memória, formação da identidade, surgimento de movimentos sociais e/ou étnicos e os rituais encontrados, considerando que a natureza dos mesmos é variada estando presentes no cotidiano, transmitindo valores, conhecimentos e reproduzindo as relações sociais. Neste trabalho enfoco alguns aspectos da religiosidade e suas manifestações que marcaram a história dos moradores de Campinas de final do século XIX até meados do XX que, ao freqüentarem as igrejas e os largos priorizados, motivaram o crescer da religiosidade e a promoção de encontros sociais quebrando a rigidez dos costumes principalmente de sua elite pouco aberta ao convívio público.
Palavras-Chave: Religiosidade - Espaço público - Sociabilidade.

Abstract: This study it is part of ample research that I develop has some years enclosing since the analysis of the urban space, environment, religiousness, popular culture, to the reconstitution of the memory, formation of the identity, the found sprouting of social and/or ethnic movements and rituals, considering that the nature of the same ones is varied being gifts in the daily one, transmitting values, knowledge and reproducing the social relations. In this work I focus some aspects of the religiosity and its manifestations that had marked the history of the inhabitants of Campinas of end of century XIX until middle of the XX that, when frequenting the prioritized churches and plazas, had mainly motivated growing of the religiousness and the promotion of social meeting breaking the rigidity of the customs of its elite little opened to the conviviality public.
Keywords: Religiosity - Public space - Sociability.

O este estudo faz parte de ampla pesquisa que venho realizando tendo, entre outros objetivos, a compreensão das diferentes práticas cultural-religiosas vivenciadas pelos moradores de três espaços da cidade de Campinas localizados no largo da Santa Cruz, juntamente com a capela e o convento do mesmo nome, no bairro do Cambuí (zona leste da cidade); o largo e igreja de São Benedito (entre a área leste e o centro da cidade) e o largo e igreja do Rosário (até 1956 fizeram parte do centro).

Os moradores destes espaços acabaram por singularizar no cotidiano uma forma diversa de significá-los em termos de valores e símbolos, no permanente diálogo entre passa-

* Professor Doutor – Centro Memória Unicamp (CMU).

do/presente, religiosidade e cultura, aonde o complexo dos padrões de comportamento vêm sendo transmitidos coletivamente, a confirmar o que afirmou o antropólogo TAMBIAH (1985: 39-40) quando dizia ser o ritual um sistema cultural de comunicação simbólica, geralmente expresso por diferentes meios.

Assim, os ritos constituem uma forma de transmissão de conhecimentos socialmente adquiridos e, bem por isto, não são imutáveis e definitivos. Os rituais ora estudados foram ao mesmo tempo eventos sociais, festivos e religiosos.

Nos espaços ora priorizados saliento pelo significado que até hoje representam alguns rituais que acabaram por esclarecer formas de sociabilidade/religiosidade/cultura, principalmente atinentes às procissões a conviverem com quermesses, cavalhadas, cateretês..., deixando evidente, até o século passado, a intenção de manterem vivas as tradições frente a uma sociedade que veio sofrendo grandes impactos, sobretudo ao se considerar a problemática do racismo, da discriminação social, do processo de urbanização vivenciado pela cidade e do crescer de diferentes cultos e práticas religiosas.

Desta maneira, o ritual tanto pode reafirmar como questionar a sociedade, fazendo-o de formas diversas, acionando crenças culturais essenciais e desvendando mecanismos de diferenciação social quando da passagem das ideologias para os sistemas de ação e vice-versa.

Ao destacar o *largo da Santa Cruz*[1] cumpre mencionar ter sido ele um espaço que correspondeu ao terceiro campinho das três clareiras outrora existentes na mata e que deram origem ao povoamento da cidade de Campinas. Ao final do século XVIII estava localizado na principal saída para a descoberta tardia das minas auríferas realizada pelos paulistas em terras do Mato-Grosso e Goiás.

O primitivo nome largo da Santa Cruz prendeu-se à existência da *capelinha da Santa Cruz*, construída com grossas paredes de taipa socadas por escravos em época até hoje discutida: 1787 ou 1792? Mas, já em 1814, havia algumas moradias ao redor de sua área. O pequeno pátio murado à frente da capela, segundo tradição oral, serviu de cemitério.

Em 1872, a atual rua Santa Cruz (antiga rua da Pinga), bem assim seu respectivo largo, eram conhecidos como o *espaço maldito da cidade*, embora situados à volta da capela Santa Cruz que foi sede da primeira paróquia de Campinas do Mato-Grosso ainda ao final do século XVIII[2].

[1] Este largo em lembrança à proclamação da República passou a ser denominado oficialmente a 25 de novembro de 1889, Praça XV de Novembro, muito embora até a atualidade esta nomenclatura não tenha sido aceita pela população; continua sendo conhecido e chamado por Santa Cruz.

[2] A partir de 1870 com a centralização dos serviços religiosos na cidade houve a divisão em duas paróquias dando início à reforma da Igreja impulsionada por uma ideologia reacionária e ultramontana. Esta "modernização"

Foi este local ainda conhecido como o *Largo da Forca* por lá haver existido um patíbulo construído para o enforcamento do escravo Elesbão (9/12/1835) acusado de matar seu senhor, tendo sido o primeiro caso ocorrido em Campinas. Mas, como disse LAPA (1995: 65-69), a presença de um patíbulo denegria a imagem da cidade que já apresentava sinais de modernidade. Por isso seus moradores batalharam para conseguir modificar tal situação.

Este antigo largo atraiu também os tropeiros para pernoite e, aos poucos, tornou-se local de parada de comboieiros de escravos que lá aguardavam a quarentena de seu "produto" para poderem entrar e vendê-lo em Campinas[3].

Foi ainda neste espaço que se concentrou o iniciante comércio local da cidade e, em 1846, foi denominado de *Praça do Comércio*; possuía ainda algumas indústrias de fundição, máquinas de café e chapéus.

O edifício da capelinha da Santa Cruz passou por várias restaurações onde uma série de modificações lhe alterou a fisionomia primitiva. Entretanto, apesar delas, subsistiu e até hoje abriga a congregação das irmãs dominicanas de origem portuguesa. Esta ordem, ao lado de divulgar a religião, por várias décadas propiciou uma educação feminina às jovens, objetivando prendada formação para o casamento, além de atender aos necessitados que a ela recorresse. Atualmente as irmãs se dedicam às artes da pintura e do bordado, possuindo, outrossim, um pensionato para moças.

O largo da Santa Cruz foi ao longo do tempo assimilado como um local de vida, de participação, de espaço social e de religiosidade por ter um caráter marcante no cotidiano social dos moradores que participavam não apenas de uma de suas mais expressivas manifestações – a procissão da Santa Cruz – bem assim por ser um espaço onde muitas pessoas se reuniam para contar e cultivar histórias do passado, "causos" marcantes do cotidiano, além de participarem, da reza ao cair da noite e do terço no início da tarde.

A procissão da Santa Cruz pode ser entendida, conforme analisou ROUSSO (1998), como a marca que simbolizou o objeto e que permitiu uma percepção de si e dos outros diante das rupturas e da continuidade.

---

obedeceu a uma "aliança" com a camada social que ia adquirindo importância na cidade ao lado do fazendeiro: o comerciante. O ultramontanismo respondeu ideologicamente à dominação patriarcal, enquanto a religião popular esteve centralizada na devoção aos santos. Assim, a ideologia religiosa da romanização foi a privatização da religião em práticas e representações.

[3] O viajante francês Saint-Hilaire ao passar por Campinas em 1819 pernoitou neste espaço descrevendo lá existir um grande rancho de taipa coberto de telhas. Nesse mesmo local, em 1865, a expedição que partiu de São Paulo a caminho do norte do Paraguai também lá estacionou.

Nas décadas que se seguiram à Primeira República permaneceram no ritual das procissões, especialmente nesta, a utilização pelas mulheres de indumentárias luxuosas, porém, discretas, véus e terços de madrepérola, enquanto os homens usavam ternos escuros. A ocasião exigia, pois, o espaço onde estão situados a capela, o convento e o largo – Cambuí – desde sua origem tido como bairro da elite, possibilitava para que os fiéis se apresentassem de forma esmerada. Sem dúvida que o ato da aproximação coopera com a formação da memória coletiva e acaba por atuar como união entre os sujeitos e a história de cada tempo chegando a delinear um conceito de patrimônio cultural que supera a materialidade.

Tornaram-se famosas neste Largo, desde meados do século XIX até primórdios do XX, as festas do Espírito Santo (26 de maio) animadas com procissões, danças (principalmente o cateretê), cavalhadas, muito foguetório, além da presença de violeiros. Já representavam o processo de construção da liberdade dos afrodescendentes de Campinas.

Todavia, a festa mais pomposa, conforme se lê no ALMANAK DE CAMPINAS (1870: 111-118), era a da Santa Cruz, celebrada, à princípio no dia 3 de maio e, posteriormente, a 14 de setembro[4]. Principiava com a celebração da missa, em seguida a procissão, prosseguindo até a noite onde o ponto culminante da festa, como salientou AMARAL (1900: 219-221), eram os *fogos de vista*, *o baile,* enfim; três dias de pagodeira, comilança e onde os devotos muito se divertiam.

Constatei então, que os símbolos que caracterizavam a vida privada e pública deste local se misturavam no contexto profano das festas e religioso das procissões, constituindo-se em espaço significativo para a definição identitária da comunidade e da preservação de seus referenciais culturais.

Campinas não fugiu ao que era geral desde o século XIX quando o catolicismo romano dominava amplamente seu processo histórico, a tal ponto que seus bairros coincidiam com as paróquias sendo justamente a partir das capelas e igrejas que foram sendo configuradas as modalidades de vida de bairro que, apenas quando dos impulsos da industrialização se fizeram sentir na cidade, foram sendo alterados.

As procissões, sobretudo as atinentes à Santa Cruz, São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário de Campinas foram fundamentais por representarem um fenômeno comunicacional, com o nítido objetivo de transmitirem informações de caráter moralizador, onde Jesus era o verdadeiro "líder" da comunicação de massa. Mas, não só através dele como tam-

[4] Até o final do século XIX a procissão era realizada como referência a descoberta da Cruz por Santa Helena, quando era comemorada sua "relíquia" instrumento da "redenção". Depois e até hoje, a comemoração foi para 14 de setembro quando é lembrada a "exaltação" à Santa Cruz.

bém pelos santos, acreditavam os fiéis poderem manifestar verdadeiramente sua expressão de fé.

Desta forma os símbolos que caracterizavam a vida privada e pública muitas vezes se misturavam no contexto religioso das procissões e festas cristãs. No entanto, houve certa resistência pelos praticantes das religiões afro-brasileiras em delas participar afim de melhor preservarem sua cultura e valores[5].

As comemorações representavam expressões da devoção popular, advindo daí o empenho feito para que fossem sempre enfeitadas as imagens com muitas flores, fitas e papéis coloridos. A procissão simbolizava então o objeto que permitia uma percepção de si e dos outros diante das rupturas, da continuidade (ROUSSO, 1998: 94-97).

Uma sociabilidade essencial articulava sobretudo práticas religiosas (procissões, rezas e novenas) nestes espaços, sendo todas atividades coletivas que integravam imigrantes, migrantes, negros, brancos e mestiços. Integravam-se porque igualmente católicos e por procurarem transformações em seu cotidiano.

É importante mencionar que o sentido de pertencimento e vizinhança nestes espaços foi muito além das trocas de alimentos, pois, a experiência compartilhada de conhecimentos e valores sociais e éticos foi mais significativa.

Assim, os fatores e meios de socialização, religiosidade e cultura das crianças e jovens vinham diretamente da experiência vivenciada pelos mais idosos no âmbito familiar e de uma solidariedade vicinal onde os passeios pelos Largos eram aspirados e freqüentes; por vezes, ocorreram desses encontros o compadrio implicando em rituais, atitudes dos padrinhos e afilhados para o resto da vida.

Com a centralização interna da Igreja em Campinas (mais sensivelmente a partir da década dos anos 1956, embora principiada em 1908), houve o enquadramento das irmandades dos leigos das quais duas mais se sobressaíram: a de *São Benedito* (dos negros) que foi colocada sob tutela da Congregação dos Padres Estigmatinos que, atualmente, têm junto à Igreja da Irmandade de São Benedito a sua casa provincial, e a do *Rosário* (dos mulatos) que ficou sob direção dos Padres Claretianos.

Com relação à fundação da capela de *São Benedito*, segundo a tradição oral, se deve ao africano Mestre Tito (como a população o chamava) que fora escravo da viúva do capitão-mor Floriano de Camargo Andrade.

---

[5] A imprensa campineira entre os anos de 1933-39 apresentou vários artigos comentando os perigos destas festas frente ao uso indiscriminado do álcool que, pelo embebedar dos indivíduos, poderia levá-los à prática do curandeirismo e do baixo espiritismo.

Para levantá-la Mestre Tito não mediu esforços a fim de conseguir o espaço do antigo cemitério dos cativos existente no local escolhido e conhecido como o jazigo do Cônego Melchior Fernandes Nunes de Camargo, sepultado juntamente com alguns parentes, ao lado de outros poucos que também lá estavam porque haviam pago uma "dobla" que era destinada à esmola recolhida durante as missas em intenção às almas dos cativos.

Conseguido o terreno, Mestre Tito partiu para a subscrição a fim de levar a bom termo sua idéia que contou com a colaboração de muitos campineiros. A inauguração da Igreja de São Benedito ocorreu a 11 de outubro de 1885.

A procissão de São Benedito, realizada a 6 de janeiro, é uma das poucas que atualmente ainda arregimenta grande número de fiéis (a maioria afrodescendentes) [6]. A partir dos anos 1960, com o acelerar da urbanização, afigurou-se, num primeiro momento, a "morte" de algumas manifestações religiosas (principalmente procissões e rezas noturnas aonde as classes dominantes já não mais precisavam das bênçãos da Igreja, pois, menos eficazes que a tecnologia e o planejamento). Mas, elas se mantiveram, com percursos menores, grande participação popular, ao lado da quermesse, outro ponto significativo deste ritual.

Os leilões ainda relembram o antigo fervor ao santo e às tradições deste pequeno espaço campineiro, onde a procissão, ora no entorno da Igreja, denuncia elementos de permanência no âmbito das relações familiares e respeito ao significado moral e religioso da comemoração.

A partir de 1970/80, não somente a procissão iniciou um processo de mudança marcado por rupturas e abandono de algumas práticas que formavam o cenário litúrgico e popular da celebração, mas, também as representações masculinas e femininas no contexto político, econômico e cultural se modificaram, ganhando novos modelos de conduta e papel social. Todavia, o racismo e a discriminação social ainda afloram nesses rituais populares.

Quanto à *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Campinas,* informa AMARAL (1900: 220), que grandes festividades, em 1817, marcaram a colocação da imagem do Rosário. Foi esta igreja que definiu as origens deste espaço.

Estava situada defronte ao largo que levou seu nome (atual Praça Visconde de Indaiatuba) tendo sido inaugurada a 15 de novembro de 1895.

---

[6] Vários andores saíam na procissão até a década dos anos 1960, ricamente enfeitados com fitas coloridas e flores de papel crepom (hoje são de plástico). Antes, havia oração junto ao retrato da "Sagrada Face de Jesus Cristo", impresso no "Santo Sudário de Turim", aonde Jesus teria deixado num lençol (ou sudário) a marca de seu corpo com os sinais da flagelação. O ritual persiste mesmo porque foi amplamente comemorado desde o I centenário do milagre da Santa Face (1849-1949) na Igreja de São Benedito de Campinas, onde os PP. Estigmatinos fizeram também imprimir "santinhos" alusivos.

Como os primeiros templos edificados na cidade não apresentavam técnica apurada para construção de grandes edifícios, além das intempéries, deram ensejo para que se arruinassem em curto espaço de tempo. E foi o que ocorreu com esta igreja que ao longo de sua existência foi uma das que mais reformas/modificações sofreu.

Não obedeceu a nenhuma linha arquitetônica, apesar de sua pintura ter sido efetuada por um dos melhores pintores paulistas da época: José da Silva Manso. Suas duas torres foram as responsáveis por seu adorno; apesar da singeleza do templo não deixou de ostentar uma elegante fachada/frontispício. Em 1877, suas torres foram demolidas por estarem em precário estado e, somente em 1928, é que uma nova foi construída.

Conseguiu através de doações feitas em testamento, esmolas ofertadas pela população, recursos de loterias e subscrições feitas na cidade formar seu patrimônio constituído de alfaias, imagens e alguns objetos outros de valor. Por duas vezes serviu esta igreja de Matriz[7].

Os negros não puderam permanecer na irmandade do Rosário de Campinas, pois, foram dela expulsos (mais uma vez a problemática do racismo e da discriminação). Buscaram outro local na cidade para se instalarem, constituindo uma nova confraria que foi a de São Benedito. Apesar disso, continuaram a freqüentar o largo e as escadarias da igreja, aonde realizavam suas manifestações tanto de caráter religioso quanto profano, onde foram amiúdes as congadas e batuques, além da recriação cultural ocorrida a partir da mescla com outras práticas culturais.

As cavalhadas havidas em Campinas eram realizadas em frente a este templo, até porque o Largo do Rosário era o maior da cidade nos idos de 1846 e até 1934 quando ganhou o formato de Praça Cívica.

Em nome da modernidade, em decorrência do novo traçado da área central da cidade, a igreja do Rosário foi envolvida, pois, ficara então no meio da rua, constituindo-se num obstáculo aos fluxos previstos, além da deterioração em sua estrutura. Em 1956, este "monumento de pedra", como também era chamado, foi demolido.

Nova igreja foi construída no bairro Castelo/Jardim Chapadão, em estilo neo-românico. No velho espaço e entorno da antiga igreja se seguiram a verticalização, demolições... Mas, a tradição de ser seu largo o ponto de encontro no passado (hoje menos), deu-lhe a alcunha de "caldeirão do diabo" tal os "mexericos" que por ali rolavam por parte dos

[7] A primeira, de 1846 a 1852 e, a segunda, de 1870 (ocasião em que foi dividida em duas a antiga Paróquia da Conceição de Campinas) até 1833, quando foi inaugurada a Matriz Nova – Catedral. As procissões do Rosário em geral ocorriam nos dias 7/10 e 5/11, no interior da nave (exceção quando foi Matriz). Eram os negros e mestiços que realizavam seus rituais no largo e laterais da igreja.

homens que lá permaneciam para engraxar seus sapatos, comprarem jornais, saber o melhor palpite para apostar nos cavalinhos, e tal e tal... Continua até nossos dias a ser o local preferido para as manifestações populares e sociais.

Foi notório nestes espaços que a transferência de símbolos acompanhou as mudanças sociais impostas pela cultura aos grupos, contrapondo os padrões da estrutura e da dinâmica do cotidiano das relações; houve, por exemplo, uma re-significação das manifestações festivo-religiosas das procissões tanto em seu aspecto sagrado quanto profano.

Os valores apodícticos são, então, anualmente reafirmados pelas comemorações religiosas onde a realidade do *transcendente* é vivenciada ritualmente e acaba por fazer parte integrante do viver dos moradores. Em verdade, mesclaram-se resíduos de diferentes tempos e práticas culturais aprendidas no mundo rural e incorporadas ao urbano como bem afirmou NORA (1993:22) ao dizer que os lugares são mistos, híbridos e mutantes, intimamente entrelaçados de vida e morte, de tempo e eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel.

Nas narrativas ouvidas constatei haver a mistura de sonhos, imaginação e realidade; alguns depoentes perceberam e confrontam as mudanças em suas ambições de vida na intersecção de culturas.

No geral nestes espaços o sagrado é lembrado como uma unidade que liga vida e morte como constitutivas de um conjunto único, ou seja, vivenciando religiões que lhes ensinam como viver para melhor morrer (ZONABEND, 2000).

Claro que tais rituais ao se desenvolverem em horizontes públicos de sociabilidade, aonde a memória ética possui valores que se reproduzem e são trazidos ao tempo presente como significativos, acabam sendo formadores das representações histórico-culturais.

Nestas manifestações o tempo histórico e o contexto social se encontram, reelaboram e resgatam significados de identidade cultural a partir das exigências e necessidades do presente. Ficou ainda evidenciado que além do caráter religioso e popular, casa e rua se deparam, uma vez que o ritual da procissão é público, mas, ocorre também nas casas todo um gestual que complementa a manifestação. Tais processos se utilizam de vários meios – roupas apropriadas, enfeites múltiplos para os andores, música adequada – que são reconhecidos socialmente e, por vezes, não constituem apenas uma reafirmação da religiosidade da comunidade, mas também, uma forma de questioná-la.

Finalmente, saliento que nestes largos e igrejas a *afetividade* existente entre os moradores é uma *força de vida social*, o que me reportou a MAFFESOLI (1995: 100-101) quando dizia que aquela força era a *experiência sensível que está no mundo imaginal como*

forma formadora, isto é, como condição de possibilidades das imagens sociais exponenciadas no viver cotidiano. E o sentido dos atos rituais, culturais e morais permanecem nos espaços analisados.

Bibliografia

ALMANAK DE CAMPINAS. Campinas: [s.n.], 1870. Pp. 111-118.

AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Casa Livro Azul, 1900. Pp. 219-221.

_____. **Campinas Recordações**. São Paulo: Serviços Gráficos d'O Estado de São Paulo, 1927.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido:** um estudo sobre religião e sociedade. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade Os Cantos e Os Antros:** Campinas, 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1995. Pp. 65-69.

MAFFESOLI, M.A. **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995. Pp. 100-101.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares.* In: **Projeto História**. Nº. 10. São Paulo: Educ. 1993. Pp. 22.

ROUSSO, Henry. A Memória Não é Mais a Que Era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Pp. 94-97.

SOUSA QUEIRÓZ, Vitalina Pompêo de. **Reminiscências de Campinas**. Campinas: João Amêndola, 1951.

TAMBIAH, Stanley. A performative approach to ritual. **Culture, Thought and Social Action.** Cambridge: Mass., 1985, cap. 4º. Apud: Peirano, M. **Rituais Ontem e Hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Pp. 30-40.

ZONABEND, F. **La Memoria Lunga. Il Giorni Della Storia.** Milano: Armando, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Índios nas páginas do *Progresso:* as representações da desnutrição indígena no periódico O Progresso, de Dourados, MS (Janeiro e Fevereiro de 2005)

Priscila Viudes*

Resumo: Esse trabalho pretende discorrer sobre as representações da questão indígena, através da análise do material publicado em um dos principais periódicos de Mato Grosso do Sul, *O Progresso*, durante janeiro e fevereiro de 2005, período em que uma série de reportagens sobre a desnutrição indígena das aldeias do sul do Mato Grosso do Sul foi destaque na mídia. O periódico é editado em Dourados, MS e distribuído nos municípios da região. A relevância dessa proposta baseia-se no conceito de que, em geral, a sociedade se utiliza do que é veiculado na mídia para formular os seus conceitos e dialogar com os fatos cotidianos. O levantamento dos significados do discurso sobre a questão indígena pode revelar como a sociedade compreende o assunto. Esses fatores influenciam nas decisões políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas, localizadas, em geral, em áreas de conflitos de terras, como na região de Dourados.
Palavras-chave: desnutrição, imprensa, questão indígena

Abstract: This work intends to discourse on indigenous social representations by the analyis of the material published about the theme in one of the main newspapers of Mato Grosso do Sul (Brasil): *O Progresso*, during january and february, in 2005, when a series of news about de indigenous malnutrition in the south of Mato Grosso do Sul had prominence in the local and national media. The newspaper is edited in Dourados, MS and distributed in the region. The relevance of this pruposal is that, in general, the society uses what is propagated in the media to formulate its concepts and to dialogue to the dialy facts. The survey of the meanings of the speech about the indigenous question on the newspaper can disclose how the societu understand the indigenous question. These factors influence in the politic and social decisions held to the indigenous comunities, located, generally, in areas of land conflict, as the region of Dourados.
Key words: malnutrition, media, indigenous question

Introdução

Esse trabalho pretende trazer à discussão determinados aspectos das representações da questão indígena na imprensa, baseando-se no material jornalístico sobre a desnutrição de crianças indígenas da região Sul de Mato Grosso do Sul, local onde há representantes das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. O fato teve destaque na mídia local e

* Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), de Dourados, MS. Mestranda pela UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados)

nacional, principalmente nos meses de janeiro a fevereiro de 2005. A fonte utilizada é o jornal *O Progresso*, editado em Dourados/MS e distribuído na região sul do Estado. A abordagem leva em consideração que os meios de comunicação são fundamentais na construção de representações e que analisá-las, de forma interdisciplinar, pode revelar como a sociedade constrói seus conceitos acerca da questão indígena. Tal concepção influencia nas decisões políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas, localizadas, em geral, em áreas de conflitos de terras, como na região de Dourados.

No dia 21 de janeiro de 2005, o jornal *O Progresso* trazia a manchete: "Fome mata crianças em aldeias", junto com duas fotografias de crianças desnutridas. Essa foi uma das primeiras notícias sobre o assunto, que seria abordada em veículos como a Folha de São Paulo e o Jornal Nacional, da Rede Globo. Nos dois meses analisados, *O Progresso* produziu 82 materiais jornalísticos sobre a desnutrição na região de Dourados.

A notícia em tempo real

(67) 422-5555

O PROGRESSO

Pensamento e ação por uma vida melhor

ANO 54 Nº 9.341

DOURADOS, MS, SEXTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2005

R$ 1,00

Crianças subnutridas são levadas para tratamento em estado crítico de saúde

Fome, diarréia e pneumonia elevaram o índice de mortes infantis nas aldeias

Fome mata crianças em aldeias

A fome ainda mata crianças nas aldeias de Dourados e ... O relatório anual da Funasa (Fundação Nacional de ...), revela que o índice de mortalidade infantil cresceu ... aldeias do Estado. No ano passado, o índice de mortali... foi de 64 mortes para cada 1.000 crianças nascidas vivas. Em 2003, o índice era de 53 óbitos em cada 1.000. Já em 2002, "apenas" 46 em cada 1.000 crianças morriam. Na quarta-feira, um índio de um ano e sete meses, da aldeia Jaquapiri, foi levado para o centro de recuperação de desnutridos. A criança que deveria pesar cerca de 11 quilos estava com apenas 6,7 quilos. O coordenador da Funasa no Estado, Gaspar Francisco Hichmann, afirma que os índices negativos são reflexo da transição administrativa da saúde indígena em 2004. "Foi um ano atípico", disse o coordenador da Fundação.

Prefeitos

CIDADES

Dia-a-Dia 1

Figura 1 - Capa do jornal O Progresso, de 21 de janeiro de 2005.

Antes da análise desse material, é preciso discorrer sobre alguns aspectos fundamentais para a compreensão do tema do presente trabalho: a relevância do material jornalístico enquanto fonte histórica, o contexto em que se encontram os indígenas no sul de Mato Grosso do Sul, especialmente a história das reservas indígenas da região, um breve comentário sobre as características do periódico em questão (como foi implantado, a quem pertence e qual é seu público-alvo) e a situação política durante os dois meses analisados.

Desenvolvimento

Na moderna historiografia, o conceito de documento e de fonte passa ter valor não pelo seu grau de fidelidade em relação ao real, mas sim em perceber as fontes em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos (PINSKY, 2005).

O jornalismo tem determinadas peculiaridades, que não devem ser confundidas com o fazer histórico. A decisão sobre o que é notícia se pauta, dentre outros fatores, pelo imediatismo:

> *Procurando apresentar apenas novidades, o jornalismo acentua ou mesmo amplia o desconhecimento do fato noticiado. Ele deve apresentar a notícia como absolutamente inusitada, deve fazer com que mesmo o leitor informado sinta desconhecer o fato descrito, se surpreenda com ele [...]. (SERVA, 2001, p.123)*

Esse aspecto pode ser notado nas matérias analisadas sobre a desnutrição, em que a ênfase, primeiramente, recaiu sobre o fato, com a explicação mais abrangente sobre o que levou àquela situação sendo pouco explorada. Enquanto as mortes das crianças ocupavam as capas dos jornais, a questão sobre a má distribuição de terras foi tema de uma matéria somente 28 dias após a primeira reportagem.

A imprensa tem um valor cada vez mais recorrente enquanto fonte histórica, por ser uma forma de representação da realidade. Apoio-me no conceito de Chartier, que considera que "[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e afrontadas pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo (2002, p. 69)". Assim, o discurso jornalístico pode ser considerado como um mediador da realidade, que deve ser tratado levando-se em consideração seu contexto de produção, e principalmente, sua finalidade:

> *A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, PRADO, p. 19, 1980)*

O conteúdo que compõe a linguagem jornalística pode revelar as representações simbólicas que o material traz e que são repassadas para o público com a aura de objetividade e imparcialidade que as pesquisas científicas têm o dever de questionar.

As reservas indígenas no Sul de MS

No dia 18 de fevereiro, O *Progresso* trazia matéria sobre as declarações do prefeito de Dourados, Laerte Tetila, que disse que a CPI da Assembléia Legislativa de MS, criada para apurar a desnutrição, deveria levar em consideração a questão da terra. No texto que levava o título: *"CPI tem que apurar falta de terras"*, o prefeito dizia que "os índios vivem confinados e não têm condições de produzir nem para o próprio alimento" e também apontava uma série de programas que a prefeitura desenvolvia na Reserva Indígena de Dourados (OP, 18 fev. 2005).

A notícia gerou repercussões: no dia 21 de fevereiro, o jornal trazia uma reportagem especial sobre o confinamento nas aldeias, com foto-legenda na capa. . No dia 22, artigo do professor Dr. Jorge Eremites de Oliveira fora publicado na página de Opinião (OP, 22 fev, 2005). Assim, seguiu-se o artigo do professor Dr. Antônio Brand, no dia 23 (OP, 23 fev, 2005), nos dois os autores relacionaram o problema à questão da terra. No mesmo dia, o Sindicato Rural publicou um Informe Publicitário contestando a declaração do prefeito (OP, 23 fev, 2005). No dia 25, trechos do Informe foram identificados em uma entrevista de página inteira, no Caderno Rural. O veículo de comunicação não procurou representantes dos indígenas para contrapor as declarações do representante dos produtores.

No texto, o presidente do Sindicato, Gino Ferreira, associava os casos de desnutrição às ocupações de terras. "O que não podemos aceitar é a invasão de propriedades particulares, como se isso fosse resolver a questão social e econômica dos índios" (OP, 25 fev. 2005).

A situação indígena em 2005 não pode ser dissociada do panorama social e do longo processo histórico dos índios das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. Para Oliveira, o transcurso dos povos indígenas na atual Mato Grosso do Sul teve início há mais de 11.000 anos, momento da chegada dos primeiros seres humanos na região:

> *No início da era cristã, praticamente todos os ecossistemas então existentes no atual Mato Grosso do Sul estavam ocupados por vários indígenas, os quais transformaram a região em um verdadeiro mosaico sociocultural, uma área de confluência para onde se deslocaram populações de áreas adjacentes como Amazônia e Chaco" (OLIVEIRA, 2001, p. 119 e 120).*

Segundo Brand, os Guarani e Kaiowá se agrupavam em áreas de mata, ao longo de córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná e Iguatemi e a fronteira com o Paraguai:

> *As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território kaiowá e guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Matte Laranjeira. Esta Companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras, foi, contudo, responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita em novos e por vezes distantes ervais (BRAND, 2004, p. 139)*

Seguiu-se, nos final do século XIX e início do século XX, a instalação de fazendas de gado, que segundo o autor, não interferiram na estrutura social dos Guarani e Kaiowá. Entre 1915 e 1928, o Governo Federal, sob orientação do SPI, demarcou oito reservas indígenas ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados): "A instalação de colonos em território indígena provocou, de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs sua transferência para outros espaços" (BRAND, 2004, p. 140).

Assim, a partir da década de 1950, dá-se início a ocupação da região sul do então Mato Grosso por fazendas e o conseqüente desmatamento do território onde viviam os Guarani e Kaiowá, que passaram a trabalhar de empregados nos empreendimentos agrícolas. A partir de 1970, a mecanização dispensa a mão-de-obra indígena e a monocultura de soja substitui "os restos de mata, capoeiras e campos" (BRAND, 2004, p. 140). Se antes os Guarani e Kaiowá mantinham intensa mobilidade territorial, estabelecendo-se temporariamente onde pudessem cultivar alimentos, pescar e caçar, hoje, essa característica itinerante está reduzida a mudanças entre Reservas com alta densidade demográfica, áreas de periferia das cidades e nas chamadas situações de corredor. Apesar do avanço do movimento indígena por demarcação de terra já ter conseguido triplicar em extensão o tamanho das reservas demarcadas pelo então SPI, o processo de perda territorial comprometeu seriamente o modo de vida dos Guarani e Kaiowá.

Apenas sete dos 82 materiais analisados apontaram a questão da terra. Em geral, as notícias sobre o assunto são publicadas como fatos isolados, sem relação com o processo histórico da comunidade indígena.

Nos caminhos de *O Progresso*

O jornal *O Progresso* foi o primeiro veículo a noticiar a situação das crianças indígenas, ineditismo citado em várias reportagens. No editorial do dia 2 de fevereiro, texto que expressa as idéias da direção da jornal, intitulado *Fome Indígena*, o redator cita que *"o* fato é que alguma coisa passou a ser feita depois das denúncias de O Progresso", deixando evidente a crítica à falta de ações dos órgãos públicos, pois o editorial elogia a iniciativa da Funai – Fundação Nacional do Índio de enviar uma comissão para avaliar a situação.

O alinhamento político do jornal é claro desde a sua fundação, em 1951, por Weimar Gonçalves Torres, ativo militante político do Partido Social Democrático – PSD *"*[...] O Progresso surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas" (SCHWENGBER, 2005, p. 47).

A época de fundação do jornal coincide com o período de instalação da CAND – Colônia Agrícola de Dourados, iniciado em 1943, e a conseqüente transferência dos indígenas para as Reservas Indígenas. Em 1969, Weimar morreu em um desastre aéreo, quando exercia o mandato de deputado federal. A direção do jornal passou para o seu sogro Vlademiro do Amaral, que veio para a região para atuar como agrimensor na demarcação da CAND. Vlademiro morreu em 1885 e sua filha Adiles, viúva de Weimar, que editava a coluna social, passou a dirigir o jornal, atividade que exerce até hoje. Segundo Schwengber, "[...] Adiles investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação [...]" (SCHWENGBER, 2005, p. 48).

Quanto à questão comercial, o jornal mantém contratos mensais com diversos órgãos públicos e instituições para a publicação de releases, textos enviados pelos órgãos e instituições, fato que se pode observar pela quantidade de matérias induzidas publicadas no período analisado: 19% eram releases. Atualmente, *O Progresso* tem uma tiragem que varia de 8 a 10 mil exemplares por dia, circula de segunda a sábado, em Dourados, segundo dados do periódico.

Como mencionado, a direção não se exime de emitir suas opiniões. No caso da desnutrição, a crítica recaía sobre o governo. A situação dos indígenas era utilizada para criticar os programas sociais do governo e os altos impostos, como mostra o editorial do dia 22/23 de janeiro, *Imagem da Fome:* "Ora, qual a vantagem de o governo comemorar tanto o aumento da arrecadação de impostos de impostos, se crianças continuam morrendo de fome?" (OP, 22,23 jan. 2005).

Outros segmentos da sociedade também utilizaram os casos de desnutrição pra criticar o governo. É o caso do deputado federal Geraldo Resende, que publicou no dia 26/27 de fevereiro, release cobrando mudanças na coordenação da Funasa. A situação política nacional, no início de 2005, caracterizou-se pela comparação entre os dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva com o de Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor na presidência da república.

Análise do corpus

Durante os dois primeiros meses de 2005, a questão indígena foi tema de 141 textos, entre editoriais, artigos, charges, notas, reportagens, matérias induzidas, carta do leitor, foto-legendas, informes publicitários e manchetes de capa. Pode-se considerar uma incidência alta: média de 2,7 inserções por edição, durante 52 dias, soma dos dias analisados. Desse total, 59% foram sobre a desnutrição indígena, que ocuparam páginas de destaque no jornal: das 82 inserções, 43% foram manchetes de capa, algumas delas com fotos emblemáticas.

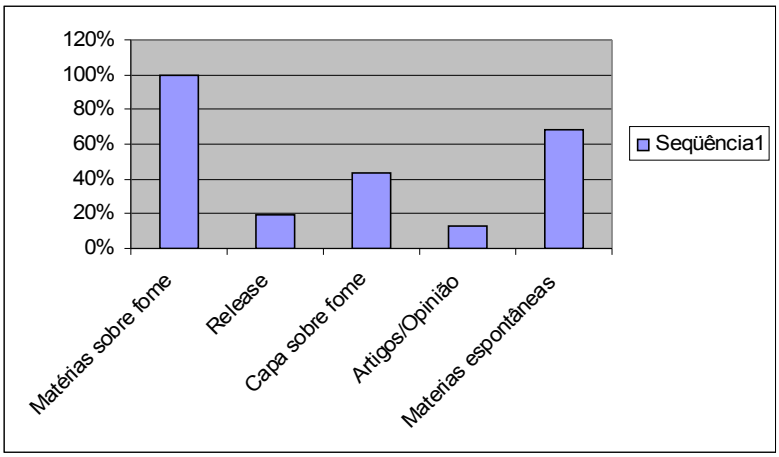

Figura 2 – Gráfico sobre estilos jornalísticos predominantes nas matérias sobre a desnutrição indígena

Apesar da grande recorrência da questão indígena no período verificado, dois pontos se destacaram na análise do material: o tratamento sobre a desnutrição das crianças indígenas como um fato fragmentado e a incidência da representação do índio como um indivíduo primitivo.

Um dos aspectos que evidencia a abordagem fragmentada da questão indígena é a ânsia em obter uma solução imediata para os casos de desnutrição. Pode-se notar essa pretensão em reportagens sobre as ações que os órgãos públicos tomaram depois que o assunto ganhou repercussão nacional. A primeira da série de reportagens com esse enfoque

foi veiculada no dia 25 de janeiro, em local privilegiado, página ímpar e com manchete na capa: *MPF vai apurar casos de fome em MS* (OP, 25 jan. 2005). No dia seguinte, a notícia *Zeca convoca reunião para tratar de questões indígenas*, também em local valorizado (p. 3, Política), citava a convocação do governador de Mato Grosso do Sul para uma reunião para identificar causas dos problemas sobre a desnutrição e a melhor maneira de resolvê-la. No editorial do mesmo dia, *Decisão Acertada*, a direção do jornal expressava seu contentamento com a iniciativa do Governador (OP, 25 jan. 2005).

A vinda de uma comissão da Funai – Fundação Nacional do Índio para Dourados gerou textos em que a ênfase recaía sobre a solução imediata. (OP, 01 fev. 2005). Verificou-se o mesmo aspecto em mais cinco matérias jornalísticas que discorreram sobre a conclusão do relatório da comissão da OAB (OP, 03 fev. 2005), a criação da CPI da desnutrição na Assembléia Legislativa (OP, 17 fev. 2005), sobre a CPI da Câmara de Vereadores (OP, 23 fev. 2005), sobre as ações emergenciais da Funasa (OP, 26,27 fev. 2005) e as cinco notícias sobre as mortes decorrentes de desnutrição. A primeira reportagem a respeito disso foi publicada no dia 10 de fevereiro e dividiu a capa da edição com as notícias sobre o Carnaval, fato que agrava ainda mais a descontextualização da desnutrição.

A concepção do índio como um indivíduo primitivo e silvícola transparece nas explicações sobre a causa da fome entre as crianças nas aldeias, em que cultura era apontada como um dos fatores da subnutrição. Após três dias da primeira matéria sobre a fome, em 24 de janeiro, a capa do jornal trazia uma foto de uma criança indígena de costas. Junto com a manchete e o texto, o assunto ocupava praticamente meia página da capa. No texto, a fonte jornalística, pessoa que oferece as informações para o repórter, apontava que fazia parte da "tradição indígena as mães alimentarem os filhos com pão e açúcar". (OP, 24 jan. 2005).

No dia 26 de janeiro, também verificou-se a explicação calcada na cultura, na matéria intitulada *Zeca convoca reunião para tratar de questões indígenas*. Após falar sobre os números de cestas básicas distribuídas nas Reservas, o então governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos sugere que o problema pode ter raízes culturais: *"*Sabemos que na cultura indígena, primeiro os adultos se alimentam e depois , se sobrar, as crianças" (OP, 26 jan. 2005).

Outra manifestação de preconceito aparece em uma enquete que o jornal realizou no dia 25 de fevereiro, na qual um engraxate, 53 anos, ao ser indagado sobre o que causa a desnutrição indígena, respondeu: "Faltam pessoas que ajudem o índio, pois a cultura dele é diferente da nossa, tem que ensinar o índio a trabalhar"(OP, 25 fev. 2005).

Como raramente os índios eram procurados para dar sua versão sobre o tema, um grupo de mães indígenas de Dourados publicou, no dia 2 de fevereiro, o informe *Não somos assim*:

> *Nós mães indígenas de Dourados estamos indignadas com as reportagens que falam sobre nossos hábitos e de como tratamos nossos filhos.O que a enfermeira sabe sobre a nossa cultura para falar essa besteira (...) A causa da nossa miséria é culpa nossa? A causa da morte de nossos filhos é culpa nossa? Onde estão essas pessoas que se dizem entendidas de nossa cultura? Será que não se baseiam em suas práticas sociais e se espelham em nós?* (OP, 02 fev. 2005)

Quando se mencionavam os depoimentos indígenas, os repórteres, na maioria das matérias analisadas, citavam lideranças indígenas, sem apontar o nome das pessoas, o que ocorreu na matéria *Indígenas querem troca de comando (OP, 27 jan, 2005*) e no release publicado no dia 8 de fevereiro*: Índios reconhecem trabalho de Tetila.* A primeira declaração de um indígena sobre a desnutrição foi veiculada só onze dias após a primeira notícia sobre a fome nas aldeias: *Índios querem criação de coordenadoria* (OP, 02 fev. 2005), em um texto produzido pela assesssoria de imprensa do governo do Estado.

Dar voz aos indígenas implicaria em deixar vir à discussão questões relativas à ocupação de terras, como se notou na matéria citada: A falta de terra também foi apontada por Regina como o principal problema dos índios na reserva de Dourados (aldeias Jaguapiru e Bororó), onde vivem 11.050 guarani, caiuá e terena em 3,6 mil hectares: "A terra é nossa mãe".

Conclusão

No *corpus* analisado, identifiquei que predomina o discurso fragmentado e preconceituoso sobre o indígena e que o conflito de interesses determina a construção dessas representações. Assim como em inúmeras sociedades indígenas, em Dourados, cidade cuja base da economia é a agricultura, o conflito por terras é latente e isso se reflete nas páginas do jornal O Progresso. O discurso dos indígenas preocupa as forças sociais dominantes, que detêm maior poder aquisitivo. Assim, representar a comunidade indígena em MS de forma descontextualizada foi o meio encontrado para enfraquecê-la.

Bibliografia

BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Rev. Tellus, Campo Grande, n. 6, p.137-149, abr. 2004

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo")* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHARTIER, R. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia C. Ranas. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002

OLIVEIRA, J. E. *A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas.* Rev. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, n.2, p.115-123, jul/dez. 2001.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHWENGBER, I. de F. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, 2005

SERVA, L. *Jornalismo e desinformação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação feminina no recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas no século XIX em Minas Gerais

Adair José dos Santos Rocha*

Resumo: O objetivo deste estudo, ainda em andamento, é investigar as possíveis relações entre a educação feminina do Recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas e o surgimento das primeiras professoras do magistério mineiro no século XIX, a fim de compreender a relevância da educação feminina deste Recolhimento para a feminização do Magistério primário em Minas Gerais. O Recolhimento Macaúbas, por outro lado, é uma das primeiras instituições que educava mulheres em Minas Gerais no fim do século XVIII para o XIX. O recorte de tempo vai de 1846-1875, período marcado pelo investimento de Dom Viçoso na educação como reação ao Iluminismo e caracterizado pela inscrição da instituição no cenário educacional.

Palavras-chaves: educação feminina, recolhimento Macaúbas, D. Viçoso.

Abstract: This study, still in course, aims at investigating the possible connections between the female education at the Recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas (Reclusion House) and the emerging of the first female teachers of the scholastic profession in the State of Minas Gerais in the 19th century, in order to understand the importance of the female education at this Reclusion House in the feminization process of the primary professorship in Minas Gerais. The Macaúbas Reclusion House was one of the first institutions which instructed women in Minas Gerais at the end of the 18th century and the beginning of the 19th century. The period contemplated, 1846 to 1875, was marked out by the investment made by Dom Viçoso in education as a reaction to the Enlightenment and it was characterized by the inclusion of the institution in the educational scenery.
Keywords: female education, Reclusion House**,** Dom Viçoso

Este estudo que agora apresento é uma pesquisa em andamento que sofreu uma mudança por motivos de força maior, depois de sua aprovação para este evento. Por isso, peço desculpas aos presentes que vieram pelo título do trabalho. Meu objetivo é relacionar o projeto de educação feminina de D. Viçoso com o projeto educativo do Recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas. Portanto, é necessário traçar historicamente o projeto educacional do recolhimento Macaúbas e o projeto educativo desse bispo num contexto das Minas Gerais do século XIX. Considerando o projeto reformista do mesmo contra o liberalismo, o início da

* Mestrando em Educação na Fae da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

educação feminina, a demanda por mulheres professoras e a chegada das Filhas da Caridade (Irmãs Vicentinas). Buscarei reconstruir o projeto de educação de D. Viçoso, ressaltando a educação feminina, e analisar a influência do mesmo sobre o Recolhimento Macaúbas. Paralelamente, traçarei um pequeno histórico da "educação feminina" nessa instituição antes e sob o pastoreio desse pastor e educador.

As fontes utilizadas para a pesquisa serão: a) o Livro de Matrículas do Convento de Macaúbas (1846-1880) - onde buscarei informações para entender qual era a condição daquelas mulheres e por quais motivos estavam recolhidas - e Os Regulamentos (Estatutos) - a fim de encontrar neles o projeto educativo da instituição. b) As Cartas de D. Viçoso à Superiora de Macaúbas e o seu Processo de Beatificação poderão fornecer elementos para compreender a perspectiva educativa desse bispo.

O Recolhimento Nossa Senhora das Macaúbas é uma das primeiras instituições dedicadas à educação das mulheres em Minas Gerais. Por essa razão, investigo seu "projeto educativo". Entretanto, sabemos que Macaúbas passou por várias fases desde sua fundação em 1716. Ocupo-me do período em que D. Antônio Ferreira Viçoso foi Arcebispo de Mariana, sendo este bispo, desde antes de sua consagração episcopal um educador e depois um reformador do clero e dos costumes. Além disso, ele redefiniu e enquadrou Macaúbas como estabelecimento de ensino (MUNIZ, 1997: 131).

Pois foi este bispo que decretou a reformulação dos estatutos do dito recolhimento em 1846. A relação entre a perspectiva educativa do projeto de reforma de D. Viçoso e a história das idéias psicológicas foi realizada por ASSIS (2004). Segundo ela, o projeto educativo de D. Viçoso - não restrito à educação escolar - segundo Assis 2004, advogava uma educação no sentido amplo. Os tais objetivos seriam

> *"a reforma dos costumes da população por meio de diversas práticas educativas tais como a publicação de impressos, as viagens missionárias, a pedagogia dos seminários, os preceitos dados às famílias, o relacionamento com a comunidade dos fiéis, a vigilância sobre os padres, entre outros." (ASSIS, 2004:7)*

Para MUNIZ (1997) essa ação educativa desenvolveu-se numa frente formal - formação do clero – e noutra informal – formação da juventude. A formal aparece na recuperação do Seminário de Mariana e na reestruturação de seu estatuto, na criação do Seminário Episcopal de Diamantina e da Escola Apostólica.[1] A criação e a reforma de colégios – Caraça, Congonhas do Campo e Campo Belo - denota a preocupação com a

[1] Estes dois últimos realizados por ex-discípulos de D. Viçoso.

educação da juventude. Quanto à educação feminina, D. Viçoso reformulou o estatuto do Recolhimento Macaúbas.

> *Foi ele quem "determinou a reestruturação dos estatutos da instituição, de forma a inscrevê-la também no espaço educacional, como colégio regulamentar, e estabeleceu, inclusive, a separação entre as atividades monásticas e as educacionais." (MUNIZ, 1997: 174).*

Quanto ao Recolhimento, em 1858, apareceu esta propaganda sobre Macaúbas num jornal de Ouro Preto

> *O Colégio de Macaúbas, que tanto se tem acreditado pelo bom resultado dos seus esforços na educação de suas alunas, tem atualmente cento e vinte quatro educandas.*
>
> *Todos os seus cômodos estão tomados; avisa-se portanto aos Srs. pais de famílias para que não lhe mandem mais discípulas em quanto os seus dignos diretores não avisarem por meio da imprensa que já tem mais cômodos para receber novas alunas (Correio Official de Minas N.º162, 1858: Pág. 4 Seção: Annuncios.)*

No trecho acima o Convento é ressaltado como Colégio, "124 educandas", "bom resultado na educação de suas alunas", "a casa esta cheia", "os pais não mandem mais filhas até serem avisados pelos diretores da instituição por meio da imprensa". Isto denota o reconhecimento junto às famílias como instituição educacional feminina, cuja procura é grande, pois "todos os seus cômodos estão tomados" e que havia também uma certa presença da instituição na imprensa.

Na obra *Sítios e personagens* Souza (1930), há a citação da carta real de 23 de setembro de 1789, em que se diz:

> *... sendo destinado á educação de menina, não podia deixar de merecer a benigna contemplação de Sua Majestade, (...), e o geral aceitamento e aproveitamento com que ali se educam as filhas dos habitantes dessa Capitania.*
>
> *...ordenou a mesma Senhora que se formassem para o seu governo Novos Estatutos mais amplos que os atuais, e que compreendessem um plano completo de educação adequada para as Meninas, cujo destino principal é de serem boas e exemplares Mães de família (SOUZA, 1930: 326-327).*

Este texto afirma explicitamente que é o Convento "destinado à educação de meninas". Pelo menos é o que a Coroa queria. Temos assim expresso o propósito da Rainha. Embora, não fosse esta a primeira intenção do fundador Felix da Costa. A finalidade primeira da instituição é formar "boas e exemplares mães de família". Para atingir tal fim, a Rainha recomenda a elaboração de "Novos Estatutos". Temos, assim, uma indicação do papel da educacional feminino do Recolhimento.

LAGES (2007) constata que o Colégio Nossa Senhora de Sion, fundado em 1904, ainda tinha três objetivos: formar esposa educadora dos filhos, professora e religiosas. Ora, Macaúbas tinha os mesmos objetivos quando abriu suas portas como Colégio feminino em meados do século XIX?

TORRES (1960), em sua História de Minas Gerais, dá o seguinte testemunho sobre Macaúbas "Se gerações de rapazes estudaram no Caraça, como veremos em capítulo posterior dessa obra, as moças estudaram em Macaúbas. As moças das boas famílias mineiras estudavam em colégios, esta a verdade."

Mas para DAVES e ANDRADE (2002) "a história do Recolhimento de Macaúbas está ainda por se fazer."

Já FURTADO (2003) afirma ter sido Macaúbas a melhor instituição para a educação de meninas daquela época. Dando a entender que as jovens recebiam "educação formal, virtuosa e de qualidade". Como justificativa ela oferece o exemplo da Chica da Silva que enviou suas filhas para lá.

> *"Oferecer educação esmerada para as mulheres significava, sobretudo, prepará-las para uma vida virtuosa. (...) Puras, intocadas e instruídas, aquelas mulheres estariam aptas a escolher entre a vida religiosa ou o casamento honrado. Macaúbas, situado em recanto aprazível, mas distante e retirado, era o local ideal para que as filhas de Chica se preparassem a fim de ocupar seus lugares na elite do arraial." (FURTADO, 2003:189).*

Ela dá algumas informações sobre o cotidiano, a disciplina e "matérias" ensinadas.

> *A rotina do convento tinha como meta evitar o tempo ocioso, senhor dos vícios e da perversão. Além dos exercícios espirituais, da oração, da penitência, da prática do coro e da confissão, as internas deviam se dedicar às tarefas manuais, com que preencheriam o tempo restante. Mas até 1743 os cursos se limitavam às 'primeiras letras, doutrina cristã e trabalhos de agulha e cantochão (FURTADO, 2003:193).*

Abordarei o segundo período porque nele a instituição é definida como educativa (1846-1875). É a fase do funcionamento oficial como Colégio feminino paralelo à outras iniciativas de educação feminina. Embora, a primeira fase (1789-1846) seja importante porque é uma iniciativa de educação feminina anterior àquelas do século XIX, não a estudarei. Atenho-me à segunda fase (1846-1875). Este período é marcado pela ação pastoral de Dom Viçoso[2] de investir na educação como reação ao ideário iluminista ASSIS (2002). É nele também que se promulga a Lei nº 311 de 8 de abril, que estabelece o método mútuo na

[2] D. Viçoso governou a Diocese de Mariana de 1844-1875 quando faleceu.

instrução elementar, a freqüência de dois meses à Escola Normal de Ouro Preto e o exame dos professores candidatos às tais cadeiras (ROSA, 2002: 278).

Em que consistia a educação feminina para D. Viçoso? Até que ponto o projeto educativo de D. Viçoso foi apropriado pelas religiosas de Macaúbas? Que estratégias ele usou para implantar seu projeto educativo naquela instituição? Macaúbas era destinado somente a elite? Qual era a classe social das recolhidas de Macaúbas? Quais eram os objetivos da formação dada em Macaúbas? Qual era o tipo de mulher que se pretendia formar? Qual era o tipo de formação dada às recolhidas segundo o antigo Regulamento? Que mudanças D. Viçoso propôs? Que dificuldades ele enfrentou? Como entender as dificuldades de implantação de um projeto educacional em Macaúbas? Que interpretações são dadas para a implantação do projeto educacional de D. Viçoso em Macaúbas?

Ainda não posso apresentar nenhum resultado da pesquisa. Porém, na data de realização desse Simpósio serão apresentados os primeiros dados parciais.

Bibliografia

ASSIS, Raquel Martins. *Psicologia, Educação e Reforma dos costumes: lições da Selecta Catholica (1846-1847)*. 2004. 283. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 189.

LAGE, Ana Cristina Pereira. *A instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion em Campanha: uma necessidade política, econômica e social da região sul-mineira no início do século XX.* 2007. 287. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes; XAVIER, Maria do Carmo (Org.). *Subsídios para a história da instrução na capitania de Minas Gerais – a comarca do Rio das Velhas (1716-1755).* In. História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 69-70.

MUNIZ**,** Diva do Couto Gontijo; *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Historia **de** Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [196-]. 5v 1960, p. 525.

ROSA, Walquíria Miranda. *Produzindo a profissão docente: originais de pareceres mais atos relativos a exames de instrução pública em Minas Gerais (1846-1850)*. In. História da Educação em Minas Gerais. Anais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 278.

SOUZA, Joaquim Silvério de. *Sítios e personagens.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930, p. 326-327.

Correio Official de Minas, Ouro Preto, 26 jul. 1858. N.º162, Seção: Annuncios, p. 4.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória Política: os brasileiros e a resistência à ditadura militar no Chile (1969-1973)

Cátia Cristina de Almeida Silva*

Resumo: O exílio, como estratégia utilizada pelo governo militar para afastar a oposição ou como uma oportunidade de sobrevivência, embora colocasse fim aos projetos individuais e políticos não anulava a resistência e a continuidade de contestação ao regime militar brasileiro. Enquanto a repressão intensificou e se especializou sob o governo Médici, o Chile, por sua tradição democrática e pelo início do governo socialista de Salvador Allende, tornou-se um dos lugares mais seguros e atrativos para os refugiados das ditaduras sul americanas. A proposta do trabalho é demonstrar a partir da análise das memórias, dos relatos orais e de documentos oficiais dos órgãos de repressão, como foi a experiência do exílio brasileiro de homens e mulheres no Chile entre os anos de 1969 e 1973.
Palavras-chave: Golpe de Estado – Chile - Exílio.

Abstract: Exile, as a strategy used by the military government to hold back the oposition or as an opportunity of survival, although it put an end to the individual and political projects, didn't block the resistence and the continuity of the fight against the Brazilian military regime. While in Brazil the repression increased and specialized under the Médici's governmt, Chile, by its democratic tradition and by the beginning of the socialist government of Salvador Allende, became one of the safest and most attractive places for the refugees of the south-american dictatorships. The proposal of this work is to demonstrate, based on anlysis of memories, oral reports and official documents of the repression agencias, wa the experience of exile of Brazilian men and women in Chile in the years 1969 through and 1973.
Keywords: Coup of state – Chile – Exile.

Este artigo tem como objetivo abordar o exílio brasileiro no Chile entre os anos de 1969 a 1973. Partindo do caráter repressivo do governo instituído no Brasil em 1964, característica sempre presente nas ditaduras militares, pretende-se demonstrar que o exílio - como estratégia imposta para afastar a oposição ou mesmo como uma alternativa para garantir a sobrevivência -, embora colocasse fim aos projetos individuais e políticos dos exilados não anulava a resistência e a continuidade de contestação ao regime[1].

Assim, o texto encontra-se organizado em dois momentos: o primeiro traz algumas reflexões sobre o governo do general Emílio Garrastazu Médici no Brasil (1969-

* Aluna do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado em Historia da Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista FAPEMAT. catia.almeida@gmail.com.
[1] Dentre os estudos sobre exílio destacamos a obra de Denise Rollemberg (1999).

1974) e sobre o governo socialista de Salvador Allende Gossens (1970-1973). A proposta é demonstrar o contexto político e social da saída dos brasileiros e da chegada ao Chile. O segundo momento trata da dinâmica do exílio no Chile até quando o general Augusto Pinochet Ugarte ascendeu ao poder por meio de um Golpe Militar em 11 de setembro de 1973.

As décadas de 1960 a 1980 ficaram marcadas pelo desencadeamento de Golpes Militares no Cone Sul[2]. Inicialmente com o Paraguai em 1954, seguido pelo Brasil e pela Bolívia no ano de 1964. Logo, o Chile e o Uruguai em 1973 e por fim a Argentina no ano de 1976. Dessa forma, as Forças Armadas que por vezes assumiram o papel de interventor ou de poder moderador no Estado, surgiram como protagonistas no cenário político dos países acima citados.

A produção historiográfica sobre o período é cada vez mais ampla. Superadas as limitações impostas pelos anos de exceção e com a abertura política, os aspectos outrora difíceis de serem percorridos, dado a relativa eficiência dos meios de censura e repressão das ditaduras, agora são objetos de estudo de historiadores, cientistas políticos, sociólogos, jornalistas, dentre outros pesquisadores. Além disso, as pesquisas sobre o período intensificaram-se com a abertura dos arquivos da repressão contribuindo para revisões não só no âmbito historiográfico. Destacamos ainda as possibilidades de novas reflexões a partir da nova história política, sobre temas como comportamento eleitoral, processos eleitorais, biografias, sistemas políticos, dinâmica política (evolução dos regimes, reformas, revoluções), opinião pública, partidos, dentre outros (RÉMOND, 2003).

O Golpe de Estado ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964 dissolveu as instituições representativas, proscreveu partidos políticos, impôs uma nova dinâmica à política e militarizou a vida social levando a um período de muita repressão àqueles que se opuseram ao governo liderado pelos militares. Durante o governo Médici o Brasil vivenciou um dos períodos mais duros e repressivos de sua história. O país continuava vivendo sob o decreto do Ato Institucional Nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968 no governo Costa e Silva, que significou o fechamento do governo num regime de contínua supressão das liberdades individuais e de censura à imprensa.

O desenvolvimento de políticas econômicas voltadas para o crescimento nacional foi uma das estratégias do governo Médici. Durante sua administração, lembrada pelo

[2] Entende-se Cone Sul como o conjunto dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Tal divisão considera a experiência ditatorial desses países e ainda por integrarem, o Chile e a Bolívia como membros associados, o bloco econômico regional Mercado Comum do Sul (Mercosul). Cf. (ARAÚJO, 2000).

chamado milagre econômico, houve o crescimento do PIB, o controle da inflação, o aumento da oferta de empregos e da agroexportação.

> *O governo Médici incorporou a preocupação do regime militar com a aceleração do desenvolvimento econômico num ritmo e duração adequados à meta de superação do subdesenvolvimento – na perspectiva da época, tratava-se da corrida rumo ao ano 2000, oportunidade histórica de cruzar a fronteira do desenvolvimento pleno. Esse projeto nacional aflorou numa conjuntura duplamente favorável – ascenso cíclico, no plano doméstico, e um cenário externo de expansão do comércio e do movimento de capitais – possibilitando, assim, desfrutar a evidência de uma economia que crescia na velocidade compatível com as ambições alimentadas pelo regime. Note-se ainda: a recuperação estava em curso desde 1967, mas, somente no início de 1970, vem à tona a evidência do crescimento "milagroso"(MACARINI, 2005: 37).*

Mas não foi só a economia que cresceu. A repressão aumentou consideravelmente sendo que em menos de 3 anos de governo havia cerca de 2.500 denúncias de tortura contra aproximadamente 1.500 nos oito anos antecedentes (GÁSPARI, 2003: 23).

Neste contexto, muitos brasileiros considerados subversivos foram perseguidos e obrigados a deixar o país. O Chile, ao eleger em 1970 o presidente socialista Salvador Allende, passou a receber grande parte desses exilados brasileiros, fosse por afinidade ideológica com o governo ou em busca de refúgio num país de tradição democrática.

O Chile percorreu um ciclo político variado em pouco mais de um século de história. Baseado primeiro numa economia agro-mineira apresentando uma organização operária relativamente precoce em relação aos demais países da América Latina - desde a segunda metade do século XIX quando as atividades de exploração do salitre foram incrementadas com o fim da Guerra do Pacífico[3]. Em seguida passou por um período democrático, entre os anos de 1938 e 1973, nesse momento estabeleceu-se uma estrutura que possibilitava amplas alianças e coalizões entre partidos. Após 1973 vivenciou um dos mais violentos regimes implantados no Cone Sul, caracterizado pelas ações repressivas contra o movimento popular, os partidos de esquerda, as organizações democráticas e os estrangeiros residentes no país.

Os brasileiros que chegaram ao Chile a partir de 1969 encontraram o país em clima de efervescência política, momento de sucessão presidencial. Allende, candidato pela Unidade Popular (UP) – coalizão entre os partidos Comunista (PC), Socialista (PS), Radical

[3] A Guerra do Pacífico opôs o Chile ao Peru e à Bolívia durante os anos de1879-1883. Vitorioso, o Chile anexou os estados de Arica, que pertencia à Bolívia (e que perdeu portanto a saída para o Pacífico), e Taparacá e Antofagasta, pertencentes ao Peru, todos ricos em recursos minerais.

(PR), Movimento de Ação Popular Unificada (MAPU) e a Esquerda Cristã (IC) -, venceu as eleições em 1970 com a proposta da via pacífica para o socialismo.

No governo da UP o Chile conheceu um processo de mobilização sem precedentes na América Latina. O plano de governo previa ocupações de terras e reforma agrária, nacionalização dos recursos naturais e econômicos e democratização de todas as esferas da vida pública, sobretudo do sistema escolar e universitário. No setor econômico, estava previsto a estatização de empresas de grande fomento econômico e social como as do setor de energia elétrica, transporte, comunicação, siderurgia, dentre outras, além da parceria financeira e técnica entre o Estado e empresas privadas. Durante os anos de 1971 e 1972 foram nacionalizadas mais de 300 empresas. Muitos bancos estrangeiros e nacionais privados passaram ao controle do governo, assim como a produção de cobre, ferro e salitre (PAVÓN, 2003: 43). As relações diplomáticas e comerciais do Chile foram estendidas a países socialistas como Cuba, República Popular da China, República Democrática Alemã, República da Coréia e também Vietnã.

Nos informes produzidos pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores responsável pelo acompanhamento das atividades dos brasileiros no exterior (PENNA FILHO, 2004: 166), durante 1969-1973 é possível perceber a dimensão do alcance da organizada rede de informações montada pós-Golpe de 64 e, ao mesmo tempo, entender a opção de muitos brasileiros por se exilarem no Chile. Estima-se que até o mês de abril de 1970 aproximadamente 300 brasileiros chegaram ao Chile, um número que após 3 anos se elevaria para 800 (CIEX, 19/09/1973: nº 451), conforme verificamos abaixo:

> *1. O afluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se-ia incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em ABR/70, se encontrariam naquele país cerca de **300 elementos**, entre asilados de jure, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.*
>
> *2. A razão de tal incremento seria atribuível a:*
>
> *i) Existência de uma chamada 'caixinha', sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como o CEPAL, OIT, etc.*
>
> *ii) Possibilidades de contactos organizados com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados encabeçado por ALMINO AFONSO apoio a movimento tendente a derrubar o Governo brasileiro (CIEX, 20/05/1970: nº 148)." [grifo meu]*

Cabe acrescentar que as informações contidas nos informes eram coletadas ou obtidas e produzidas por diplomatas do Ministério das Relações Exteriores que desenvolviam *in loco* suas atividades e as repassavam aos demais serviços de informações que atuavam no plano interno, a saber: o Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF) entre outros.

No Chile os brasileiros e os exilados de outras ditaduras contavam com apoio explícito de Allende. Sua simpatia pelos exilados brasileiros, em específico, pode ser observada em diversas de suas ações. Dentre elas destacamos, de acordo com a documentação do CIEX, solicitações de reuniões entre brasileiros e o presidente (CIEX, 12/11/1970: nº 417), a visita da primeira dama do Chile, Hortência Allende, aos refugiados hospedados no país por conta do governo(CIEX, 03/02/1971: nº 39), a facilitação para expedir documentação que regulamentava a estadia dos exilados como, por exemplo, passaportes e registros de vistos (CIEX, 1971: nº530), doações em espécie e financiamento das atividades dos brasileiros e o oferecimento de empregos no governo ou em órgãos a ele ligado (CIEX, 01/06/1971: nº177). Todavia, para o governo militar brasileiro tais iniciativas não passavam de um evidente apoio à subversão no Brasil.

A liberdade política vivenciada no Chile naquele momento também foi ressaltada nas memórias dos exilados brasileiros. Anina de Carvalho, que embora não tivesse sido processada oficialmente, pois não havia inquérito policial contra ela aberto, foi perseguida e teve que sair do país. Carvalho advogou no Brasil entre os anos de 1965 e 1971 no âmbito da "advocacia política", defendendo presos políticos e denunciando casos de torturas. Assim a advogada narra sua saída do Brasil em 1971:

> *Saí, fui para o Chile alguns dias, como a maioria das pessoas. Foi um período curto mas de profundo alívio. Depois da tensão que a gente estava vivendo no Brasil, foi enfim um clima de euforia, aquela beleza que era o Chile naquele período (CAVALCANTI; RAMOS (org.), 1988: 61)*

Márcio Moreira Alves, deputado brasileiro pelo MDB, chegou ao Chile no final de 1968 e definiu sua chegada como "uma abertura de horizontes" (CAVALCANTI; RAMOS (org.), 1988: 226-236). Esta representação também foi compartilhada por outros que lá se exilaram, mas os horizontes, o futuro no país não seria igual para todos.

O exílio, segundo Denise Rollemberg (1999: 33), embora ofereça a oportunidade do recomeço e da transformação também expõem o exilado a experiências dolorosas: a

solidão, o afastamento de seus referenciais e de sua cultura, o medo constante da repressão, a derrota de seu projeto político e individual, redefinir identidades, são algumas seqüelas presentes no universo do exilado.

Embora a administração de Allende não possa ser caracterizada pela ausência de crises, uma assertiva pode ser feita: os exilados brasileiros, até o Golpe de Pinochet, puderam viver com certa liberdade. Puderam, dentre outras coisas, organizar movimentos de contestação à ditadura brasileira inclusive com apoio de chilenos.

Dentre as associações que se formaram no Chile no período e que tiveram suas atividades monitoradas pelos serviços de repressão brasileiro, destacaram-se a Frente Brasileira de Informações (FBI), a Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS), o Comitê de Denúncia à Repressão no Brasil (CDR) e a Unidade de Trabalhos Voluntários. Estas contaram com o respaldo do governo chileno, participaram ativamente da vida política do país e com isto conseguiram fazer com que a situação vivida no Brasil chegasse ao conhecimento de organismos internacionais de defesa dos direitos humanos por meio das denúncias de torturas e dos crimes cometidos pelo regime militar.

A situação se transforma completamente com o Golpe Militar em 11 de setembro de 1973. O país cuja tradição democrática sempre foi destacada sofreu um retrocesso e, sob domínio das Forças Armadas, teve início uma violenta repressão. Nas fábricas, nos cordões industriais e nos bairros os trabalhadores tentaram resistir, porém, as iniciativas isoladas e sem coordenação não foram capazes de fazer frente aos comandos militares fortemente armados.

Segundo Syrkis (1981) teve início uma verdadeira campanha para denunciar a presença de estrangeiros e de simpatizantes e partidários do governo destituído. Utilizando as rádios e distribuindo panfletos, a Junta Militar convocava a população para ajudar na operação limpeza. Nesse momento, os aeroportos e as fronteiras já encontravam-se fechados. O toque de recolher impedia a circulação das pessoas nas ruas e já no dia seguinte ao golpe, com as cadeias e delegacias lotadas, os estádios (Estádio do Chile e Nacional) se transformaram em verdadeiros campos de concentração. Sumariamente as execuções foram realizadas.

As embaixadas de países como o Panamá, México, Argentina, Peru, Equador e Venezuela ficaram lotadas. Muitos brasileiros conseguiram asilo diplomático até que fosse permitida a saída do país. Outros foram presos para investigação e liberados, mas, Túlio Cardoso Quintiliano, Vânio José de Matos, Nelson de Souza Kohl, Luiz Carlos Almeida e Jani Vanine não conseguiram escapar e foram assassinados pela ditadura (ARAÚJO, 1995).

A repressão aos brasileiros contrários ao regime militar brasileiro ultrapassou as fronteiras nacionais, esteve presente no Chile durante todo o governo Allende e quando ocorreu o Golpe chegou a exportar *know how* em matéria de tortura. Médici, neste sentido, participou da conspiração que derrubou Allende fornecendo subsídios (armamento) aos golpistas, além de reconhecer imediatamente a legitimidade da ditadura chilena (BANDEIRA, 2003).

Assim, termina essa etapa do exílio brasileiro no Chile, onde até o Golpe existia entre os exilados a perspectiva de mudança de governo no Brasil. As esperanças se perderam e o destino se redimensionou pela Europa: Suiça, Suécia, França e em breve Portugal, entre outros já que a América do Sul não mais era um lugar seguro.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Maria Celina de; CASTRO, Celso (org.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria do Amparo et al. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile:** 30 anos depois. Revista Espaço Acadêmico, nº 28, setembro de 2003. ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.htm>. Acesso em 09/02/2006.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa, RAMOS, Jovelino (org.). **Memórias do exílio:** Brasil 1964/19??. São Paulo: Livramento, 1988.

Centro de Informações do Exterior (CIEX). Informes nº 001 a 298. v.10. Ano: 1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 299 a 501. v.11. Ano: 1970. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 001 a 140. v.12. Ano: 1971. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

_____. Informes nº 311 a 550. v.19. Ano: 1973. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE).

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica do governo Médici (1969-1974)*. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte: set-dez 2005. Disponível em: < http:www.face.ufmg/novaeconomia/sumários/v15n3/150303.pdf>. Acesso em 15/01/07.

PAVÓN, Héctor. **El 11 de Septiembre... de 1973**. Buenos Aires: Libros Del Zorzal, 2003.

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty e a repressão além-fronteiras:** o Centro de Informações do Exterior (1966-1986). In: FICO, Carlos et al. (org). **40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio:** entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SYRKIS, Alfredo. **Roleta Chilena**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Consciência de classe, de Marx a Thompson: implicações prático/teóricas de um conceito

Demian Melo*

Resumo: O propósito desta comunicação é discutir o conceito de "consciência de classe" a partir da formulação de Edward P. Thompson. Para tanto é necessário localizar em que medida a proposição thompsoniana continua ou rompe com os termos do debate marxista, inaugurado com a célebre distinção feita por Marx em *Miséria da filosofia*, entre "classe-em-si" e "classe-para-si", passando pelo debate iniciado por Karl Kautsky em *O caminho do poder*, Lênin em *O que fazer?*, Lukács em *História e consciência de classe* e Antonio Gramsci em sua discussão sobre os "intelectuais orgânicos".

Abstract: In this article we intent to argue the concept of "*class conscience"* based on the formalization of Edward P. Thompson. To do so, it is necessary to locate in what manners the Thompson preposition continues or breaks with the terms of the Marxist debate, inaugurated with the distinction made by Karl Marx in *"Misery of the philosophy"*, between *"class-in-itself"* and *"class-for- itself"*, walking through the debate initiated by Karl Kautsky in *"The Way of Power"*, Lenin in *"What to Do?"*Lúkacs in *"History and Conscience of Class"* and Antonio Gramsci in its quarrel on the *"organic intellectuals"*.

Abordaremos o conceito desde de sua primeira elaboração na obra de Marx, percorrendo o itinerário deste conceito nos autores que, a partir das indicações contidas na obra do autor de *O Capital*, aprofundaram e ampliaram o debate sobre o conceito, até a controversa elaboração do historiador britânico Edward Palmer Thompson presente no seu "Prefácio" a sua *A formação da classe operária inglesa*.

Karl Marx

O encontro de Marx com a classe trabalhadora marca sua adesão ao comunismo, como demonstram seus biógrafos. Na década de 1840, o então jornalista jovem-hegeliano, influenciado pela doutrina do também alemão Ludwig Feuerbach, tenta apropriar-se da crítica da religião deste para empreender uma crítica a política, como pode-se observar em seu texto

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UFF e bolsista do CNPq.

Introdução a crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Mas logo percebe os limites de tal projeto quando observa a necessidade de passar da crítica da política à crítica da sociedade. É neste percurso que Marx encontra no proletariado a classe que por sua condição histórica representa o conjunto das opressões do gênero humano, e sua emancipação confunde-se com a própria emancipação humana (Frederico, 1995). Segundo Michel Lowy, o encontro de Marx com o proletariado dá-se a partir de seu contato com as sociedades secretas dos comunistas franceses, da *Liga dos Justos* (que mais tarde se tornaria a *Liga dos Comunistas*), com o movimento cartista inglês e com a revolta dos operários silesianos, eventos ocorridos em meados daquela década (Löwy, 2002).

Mas a eleição da classe operária como sujeito do processo revolucionário denotava ainda a necessidade de que este setor da sociedade superasse a situação de estranhamento a qual o processo de trabalho lhe impunha, tal como o autor já havia verificado em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844. Só com a superação desta condição poderia a classe trabalhadora torna-se sujeito do processo histórico. Em sua polêmica com Proudhon, *A miséria da filosofia*, Marx voltaria ao tema, propondo que devesse se levar em conta que em sua situação de classe explorada, a classe trabalhadora já seria uma "classe em si"; mas só quando, consciente de seus interesses, tal classe parte para a luta contra seu opositor, torna-se uma "classe para-si" (Marx, 1987). Tal distinção tornara-se central na problemática marxista, sendo a partir desta trilhado todo o debate posterior. Cabe apontar que nesta distinção Marx faria uso da conceituação análoga de Hegel – presente especialmente em sua *Fenomenologia do espírito* – para o desenvolvimento do "espírito absoluto", constituindo a História (*Geschichte*) o desenvolvimento deste operado na passagem do em-si ao para-si (Hegel, 1980). Assim, na dialética marxiana, a passagem da classe-em-si para a classe-para-si, significaria uma superação (*Aufhebung*) de sua condição inicial, mas guarda relação que elementos essenciais presentes nesta mesma condição.

A opção de Marx pelo mundo do trabalho em oposição ao capital levou a que este enfrentasse problemas com uma série de antigos amigos, como Bruno Bauer e seus irmãos Edgar Bauer e Egbert Bauer, levando o primeiro a escrever em parceria com Engels A *Sagrada Família*. Como forma de ligar-se ao proletariado, Marx ingressou em uma sociedade secreta de exilados alemães em Londres, mas propôs (com Engels) a transformação radical daquela organização modificando seus estatutos. O que estava em sua mente era que a classe operária necessitava está armada teoricamente para organizar a derrubada da ordem burguesa. Sabia Marx que a classe trabalhadora estava submetido a um processo estremo de exploração, resultando em seu estranhamento em relação ao produto de seu trabalho; deixando o

proletariado entregue a própria sorte, grandes seriam as dificuldades para que este efetua-se uma ação efetiva contra o capital.

É neste contexto que surge o *Manifesto do Partido Comunista*. Escrito entre o fim de 1847 e início de 1848, o texto fora encomendado pela Liga dos Comunistas, organização a qual Marx e Engels adentraram com o intuito de ligar-se ao proletariado revolucionário, tal como já afirmamos acima. Mas é necessário fazer uma advertência inicial. A palavra partido, presente no título do documento não diz respeito ao que hoje entendemos como partido político, e sim a aquilo que chamamos "tomar partido", "tomar parte de algo". Segundo Hobsbawm:

> *(...)o 'Partido Comunista' a que se referia o título de seu manifesto nada tinha a ver com os partidos da moderna política democrática ou os 'partidos de vanguarda' do comunismo leninista, para não falar dos partidos estatais de tipo soviético e chinês. (...) 'Partido' ainda significava essencialmente uma tendência ou corrente de opinião ou política (...) (1998; 299).*

Não é por acaso que no decorrer do texto, na parte intitulada "proletários e comunistas", afirma-se que "os comunistas não formam um partido à parte do proletariado, oposto aos outros partidos operários". Mesmo assim, não deixa de estar presente no texto a formulação a partir da qual baseia-se toda a discussão posterior sobre a forma partido: o fato dos comunistas constituírem a parte mais "consciente"do movimento operário; àquela que tenha a clara dimensão dos interesses gerais e históricos do proletariado (Marx & Engels, s.d., p.31).

Em diversos momentos de sua trajetória, Marx enfrentou prática e teoricamente o problema do partido revolucionário, quando de suas disputas com outras correntes socialistas no âmbito da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, ou em momentos posteriores, eternizados em textos como *Crítica ao Programa de Gotha*. Em todos este debates encontra-se como base sua formulação sobre a consciência de classe.

Em *O Capital*, sua obra mais madura, Marx discutiu os limites impostos pelo capital à vida prática da classe trabalhadora para que esta conseguisse chegar a conclusão da necessidade histórica de construção de uma nova sociabilidade. No trecho em que aborda o fenômeno do fetichismo da mercadoria, central à reprodução da sociedade produtora de mais-valia, e mesmo quando relata as condições de exploração – como no capítulo VIII – observa-se que o autor estava longe de uma visão romântica da classe operária, e que tinha consciência da necessidade da auto-organização autônoma da classe.

A II Internacional, Lênin, Rosa e Leon Trotski

Partindo desta problemática marxiana, Karl Kautsky, então um respeitável teórico da social-democracia alemã, em seu livro *O caminho do poder* (1979), chegaria a conclusão de que a "consciência de classe" do operariado viria de fora, trazida pelos intelectuais informados da teoria marxista. Tal concepção ganharia força no debate russo em *Que fazer?* de Lenin (1979), quando este afirmou que por si só classe operária desenvolveria apenas uma consciência sindicalista (trade-unionista), sendo necessário o partido revolucionário para que o proletariado adquirisse a verdadeira consciência de classe. Mas há ainda um avanço singular operado pela contribuição leninista à teoria do partido. No plano organizativo, Lenin apresentará a formula do centralismo democrático, provocando uma verdadeira revolução na forma como se organizaram, especialmente a partir da Revolução Russa de 1917, e mais ainda após a fundação da Internacional Comunista (1919), as organizações revolucionárias em todo o mundo. O partido revolucionário deve ser a vanguarda da classe trabalhadora, constituída por seus elementos mais conscientes, formada de revolucionários profissionais, que discutiriam internamente com a mais completa liberdade democrática; uma vez decidida a posição, deveriam agir de forma centralizada; "como um homem só". "Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário; sem partido revolucionário não há revolução", assim resumiria Lenin sua fórmula.

Leon Trótsky, tal como outros revolucionários do início do século XX (Rosa Luxemburgo, por exemplo), relutaram inicialmente a aceitar a fórmula do partido leninista. Só em agosto de 1917, Trótsky adentrou as fileiras do partido de Lenin. Rosa Luxemburgo advogava que a formulação leninista desprezava a iniciativa revolucionária das massas e concebia uma forma de organização extremamente autoritária. O sucesso da Revolução Russa e o fracasso da Revolução Alemã parecem ter dado razão a Lenin, afinal a falta de uma organização revolucionária e a hegemonia da ideologia reformista no seio do proletariado alemão foram decisivos na derrota, que acabou custando a vida da própria revolucionária polonesa. Independente disto, e discordando de outros pontos da elaboração luxemburguista, Lênin e os bolcheviques nutriam um grande respeito à Rosa Luxemburgo, como pode-se ler no discurso proferido pelo líder bolchevique à memória desta.

Apesar de sua adesão ao bolchevismo às portas da revolução, Trotsky tornou-se um dos maiores defensores desta forma organizativa, a despeito do que afirmavam seus detratores stalinistas. No documento fundador da sua IV Internacional, o *Programa de Transição*, pode-se ler uma formulação absolutamente leninista logo no início do texto,

quando este afirma que: "A característica fundamental da situação política mundial, no seu conjunto, é a da crise histórica da direção do proletariado (Trotsky, 2004; 10)." Ou seja dado o papel contra-revolucionário que a burocracia stalinista passou a cumprir após a morte de Lênin, levando a derrotas históricas do proletariado na China em 1927, na Alemanha com a vitória de Hitler em 1933 – facilitada pela formulação de que a social-democracia alemã seria "social-fascista" – e na Guerra Civil espanhola, seria necessário a construção de organizações revolucionárias que preservassem a tradição bolchevique, constituindo uma ferramenta para a tomada do poder pelo proletariado na revolução mundial.[1] A "direção do proletariado" que aparece no texto evidentemente refere-se ao Partido, tal como é entendido na tradição leninista.

Lukács e Gramsci, voltando ao assunto...

A esta altura do campeonato é possível criticar esta exposição como tendo fugido ao tema proposto inicialmente, tendo-se enveredado pelo tema do Partido. Entretanto é preciso lembrar que o conceito de "consciência de classe" é a base sob a qual formulou-se a teoria do Partido revolucionário, sendo assim justificada a digressão feita acima.

É nestes termos que podemos encarar *História e consciência de classe* (2003), escrito pelo filósofo húngaro Georg Lukács nos idos dos anos de 1920. A obra constitui-se de artigos escritos no período de adesão de Lukács ao marxismo. Operando com a distinção de "classe-em-si" e "classe-para-si", o autor denominou a primeira de "consciência psicológica", a segunda de "consciência adjudicada". Munido de grande erudição conceitual, além de um conhecimento razoável da obra disponível de Marx no período,[2] Lukács aborda com maestria o problema dos limites objetivos à consciência das classes sociais. Seguindo as sugestões presentes no *18 do Brumário* de Marx, de cara explica a impossibilidade da pequena burguesia formular um projeto de poder, resultado dos limites que a vida prática impunha a esta classe. Por ser uma classe de transição, imprensada entre a burguesia e o proletariado, à pequena-burguesia restava aderir ao projeto de uma destas duas classes fundamentais da sociedade capitalista. Segundo Lukács,

[1] Foge a escopo deste artigo adentrar na controvérsia no interior do movimento comunista neste período, sendo necessário apenas pontuar um quanto deve esta política ao legado leninista.

[22] Alguns textos fundamentais como *Manuscritos econômicos e filosóficos*, *A ideologia alemã*, e os *Grundrisse* só seriam publicados na década seguinte. Ou seja, uma parte fundamental da produção marxiana estava indisponível a consulta no período em que o autor húngaro escrevera este texto.

> *A burguesia e o proletariado são as únicas classes puras da sociedade, isto é, são as únicas cuja existência e evolução baseiam-se exclusivamente no desenvolvimento do processo moderno de produção. Além disso, somente suas condições de existência permitem imaginar um plano para a organização de toda a sociedade.(Idem, 156)*

No caso da burguesia, por se tratar da classe dominante, sua consciência opera em um certo nível de conhecimento, mas seus limites se dão justamente pela necessidade da continuidade de sua dominação. Querer transpor estes limites, colocaria em jogo sua própria dominação, e "disso nenhuma classe é capaz" (Idem, 147). Sobre o proletariado, o autor defende que, por sua posição na totalidade social, esta "é a única capaz de romper o véu da reificação". Lukács advoga a identidade entre a consciência do proletariado e os interesses gerais da humanidade (Idem, 174), tal como havia feito Marx em sua *Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, já referido acima. Nestes termos observa-se a justeza de sua distinção entre a "consciência psicológica" e a "consciência adjudicada", sendo esta última sua "condição histórica tornada consciente". O portador desta "consciência" seria nada mais que o Partido Comunista. Talvez mais por incompreençao, no bojo da regressão teórica a que começou a caracterizar o movimento comunista após a morte de Lenin, História e consciência de classe foi condenada pela Internacional Comunista como "desvio idealista", nas palavras do então dirigente da IC, Ziovinev, apesar de se constituir – no nosso ponto de vista – uma defesa apaixonada do princípio leninista da organização. No período imediatamente posterior o próprio Lukács aceitaria os termos da crítica da IC e "renegaria" o seu texto.[1]

Já o filósofo e dirigente comunista italiano Antonio Gramsci, pelas peculiaridades de sua formação intelectual e por sua experiência nos Conselhos Operários de Turim, em 1919, desenvolveu, a partir da teoria leninista, uma elaboração original. Expressa em documentos escritos mesmo no período anterior a sua prisão nos cárceres fascista, como em suas *Teses de Lyon* (1926), onde caracteriza o Partido Comunista como "guia da classe operária", entende que este mesmo Partido – se quiser realizar com sucesso esta tarefa – deve ser "parte da classe" (Gramsci, 2004; Del Roio, 2005, p.137 e passim). De certa forma, deste ponto de vista, ao considerar o Partido como "parte da classe", Gramsci acaba incorporando alguns elementos da crítica elaborada por Rosa Luxemburgo, embora mantendo a forma organizativa e o princípio geral da organização leninista.

---

[13] Até os anos de 1960 o texto teve uma vida subterrânea, influenciando autores como Walter Benjamin e Lucien Goldmann. O filósofo húngaro aceitou republicar o texto só em 1967, não sem antes escrever um "Prefácio" que se tornou famoso por demolir seu próprio texto.

No período carcerário (1926-1936) Gramsci aprofunda esta elaboração a partir do conceito de "intelectual orgânico", que formariam os quadros do "moderno Príncipe", o Partido Comunista. O "intelectual orgânico" que é parte da classe, mas não se confunde com todos os membros da classe e sim se caracterizam pela capacidade organizativa feita a partir da "filosofia da práxis", que é como no cárcere o comunista italiano denomina o marxismo (Gramsci, 2000a; Gramsci, 2000b).

Thompson e o "Prefácio" de 1963

Até aqui as principais conceituações do conceito de "consciência de classe" – e sua conseqüente teoria do partido revolucionário – mantiveram a distinção marxiana da "classe-em-si" e da "classe-para-si". A partir da formulação presente no "Prefácio" de *A formação da classe operária inglesa* (1987), de E. P. Thompson, ocorre uma modificação importante. Neste texto o historiador marxista britânico afirma que a experiência da classe é algo em que as pessoas são lançadas involuntariamente; a "consciência de classe" seria o tratamento cultural feito a esta experiência. Ora, tratamento cultural a experiência da classe seria correspondente, justamente, a idéia de "classe-em-si", não estando presente algo que mesmo se aproxime da "classe-para-si".

Como forma de explicar o porquê desta proposição de Thompson, queremos expressar em primeiro lugar nossa contrariedade na caracterização de "culturalista" à obra do historiador britânico, no que temos acordo com o trabalho recentemente publicado por Marcelo Badaró Mattos (2006). Ainda segundo este, é preciso lembrar que quando produziu sua obra, publicada em 1963, alguns cientistas sociais estavam proclamando "o fim da classe operária", o que fazia de A formação um trabalho na contramão daquela tendência (Idem, 84). Ainda segundo Mattos, Thompson repudiou o epíteto de "culturalista" em debate "nas polêmicas que se seguiram à publicação do seu livro Miséria da Teoria" (Idem, 104). Contudo, no que diz respeito ao conceito de "consciência de classe" pode-se afirmar sim que a obra thompsoniana representa sim uma "ruptura" com todo o debate anterior. O que se segue é uma tentativa de explicar tal "ruptura".

Em primeiro lugar é preciso lembrar a vinculação do historiador à tradição do Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico, que compreendia nomes como Maurice Dobb, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, o próprio Thompson, entre outros, e o impacto causado nestes pelas revelações dos crimes de Stalin no *XX Congresso do PCUS*, tal como da invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, eventos ocorridos no mesmo ano de

1956. Como se sabe, o resultado foi o abandono de Thompson, Hill e outros importantes membros das fileiras do PC britânico e, no caso de Thompson, sua posterior militância na chamada Nova Esquerda, dando origem inclusive a importante *New Left Review*, ainda no ano de 1959. Não se tratava, assim, da formação de um partido político alternativo, e sim de um movimento de esquerda mais amplo, que empunhou bandeiras como a do desarmamento nuclear etc. A ruptura de Thompson com o PC também foi um rompimento com a "forma partido", aliás movimento extremamente característico no período quando, por exemplo, observamos a emergência da alternativa guerrilheira – também uma alternativa a "forma partido" – e outras formas organizativas que acabariam por desembocar na vaga revolucionária aberta em 1968, que se estenderia até meados dos anos 70. Esta opção de Thompson teve conseqüências práticas expressas em sua obra e significou, ao nosso ver, num abandono de todo o debate travado no interior do campo marxista do conceito fundamental de consciência de classe e da distinção proposta por Marx em sua *Miséria da Filosofia*.

Bibliografia

DEL ROIO, Marcos. Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã, 2005.

FREDERICO, Celso. O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

_____. Escritos políticos. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HEGEL, A fenomenologia do espírito. Os pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOBSBAWM, Eric. "Introdução ao Manifesto Comunista." In. HOBSBAWM, E. Sobre história. São Paulo: Cia da Letras, 1998, p.293-308.

KAUTSKY, Karl. O caminho do poder. São Paulo: Hucitec, 1979.

LENIN. Que fazer? São Paulo: Hucitec, 1979.

LÖWY, Michel. A teoria da revolução no jovem Marx. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MATTOS, M. B. "E. P. Thompson no Brasil." Outubro, n.14, 2006, p.81-110.

MARX, Karl. A miseria de la filosofia. México: Siglo XXI, 1987.

MARX, K. & ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. Textos, vol III, São Paulo: Edições Sociais, s.d., p.13-47.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKY, L. O Programa de Transição. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Disputas simbólicas, desconstrução de subalternidades e sentidos de comunidade na periferia urbana de Florianópolis

Francisco Canella*

Resumo: O crescimento desordenado de Florianópolis e o aumento das desigualdades sociais e econômicas, desencadeando uma série de conflitos de interesses e disputas simbólicas entre os seus diferentes atores sociais. Movimentos sociais colocam em questão as representações da cidade como paraíso turístico, ao mesmo tempo em que questionam através de suas lutas a produção de subalternidades na cidade. Com base no acompanhamento das experiências de uma comunidade que surgiu do Movimento dos Sem-Teto no final da década de 1980, analiso tanto o processo de auto-organização do grupo de moradores como a construção de uma identidade coletiva consolidada em torno da categoria comunidade. Por meio de uma pesquisa de natureza etnográfica discuto como tal categoria foi sendo construída, que sentidos adquiriu em diferentes contextos e como a memória dos moradores rearticula no presente as experiências vivenciadas no passado.
Palavras-chaves: disputas simbólicas, comunidade, periferia urbana.

Abstract: Florianópolis city has seen an increase of its population since the last two decades. Such new dynamics brought a messy growth of this town as well as an increase of social and economic inequalities, bringing thus many interests conflicts and symbolic disputes among the social actors. So social movements question the representations of the city as a tourism paradise seen in expressions like "magic island" or in an idea of "champion capital of life quality", while they question through their fights the production of subalternities in that city. Based on an accompanied experience of a community which arose from the Homeless Movement in the end of the 80s, I analyze the self-organization process of the inhabitants group as well as the construction of a collective identity consolidated around the community category. From an ethnographic research I argue how such category was being constructed, what sense acquired in different contexts and how the population memory rearticulates at the moment the past experience.
Key words: symbolic disputes, community, urban outskirts.

Das disputas simbólicas na cidade à comunidade

A comunidade enfocada neste trabalho surgiu no início dos anos 90, como resultado de um processo de lutas pelo solo urbano encaminhadas pelo Movimento dos Sem-Teto. As lutas que fizeram surgir a comunidade Nova Esperança ocorreram a partir dos anos

* * Mestre em Sociologia Política, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina -UDESC

80, quando Florianópolis passou a vivenciar um crescimento populacional bastante acentuado, com a absorção de novos moradores, vindos tanto do interior como de estados vizinhos.

O Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM) teve grande importância nesse contexto. Surgiu ligado à Cúria Metropolitana, e destinava-se inicialmente a prestar uma assistência caritativa aos migrantes. A participação de religiosos vinculados ao que passou a ser chamado de clero progressista foi, aos poucos, politizando as ações do CAPROM. Do abrigo e assistência ao migrante para a organização de ocupações, fazendo surgir o Movimento dos Sem-Teto, decorreram alguns anos. No entanto, quando surgiu, teve grande o impacto na vida da cidade, dentro daquilo que podemos considerar como um processo de disputas simbólicas na cidade[1].

O discurso que acompanhava o crescimento urbano, bastante presente na mídia local e ligado àqueles que tinham como projeto a metropolização da cidade[2], pretendia divulgar Florianópolis como um lugar tranqüilo, com ares provincianos, ilha cercada por belas praias e com uma natureza exuberante. Assim, o ponto de partida dessa metropolização seria a "vocação turística" da Ilha de Santa Catarina. Se a simples presença de migrantes pobres na cidade já denunciava a existência de uma outra realidade, em oposição a um discurso oficial, a ação organizada desses novos e indesejados moradores politizava a discussão sobre o futuro da cidade, prejudicando todo um projeto das elites locais.

Para esse projeto, era impossível a convivência com a exposição da pobreza, com a grande visibilidade da miséria. Localizada nessa região, próxima à Via Expressa (mas não nas suas margens, local considerado pelo próprio movimento como inadequado), as conquistas da Nova Esperança representavam uma vitória na disputa em torno dos significados que se pretendiam estabelecer na e sobre a cidade[i]. O movimento conseguiu transferir alguns dos ocupantes das margens do asfalto para a área da Nova Esperança. Com isso, garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou aqueles setores que não desejavam sua presença em tal área da cidade.

Os sentidos de comunidade

[1] Sobre isso, ver o livro da antropóloga Márcia Fantin (2000), "A cidade dividida".

[2] Márcia Fantin (2000, 17) identifica esse grupo de atores como sendo constituído "pelo empresariado da indústria do turismo e do comércio, administradores públicos e agentes políticos locais vinculados a partidos conservadores".

O processo descrito acima corresponde ao que tenho cronologicamente delimitado como sendo o primeiro momento da ocupação, que seria o de *conquista da casa e organização da comunidade (1989 – 1995)*. A Nova Esperança passou a ser vista como caso emblemático do sucesso dos movimentos sociais urbanos em Florianópolis. Suas conquistas foram significativas: após um ano de ocupação de uma área pública, conseguiram que a prefeitura os removesse para uma outra área, onde puderam, com assessoria de técnicos da prefeitura, construir em regime de mutirão casas consideradas de boa qualidade em lotes de dimensões amplas para o padrão de habitação popular. Além disso, obtiveram infra-estrutura adequada em suas negociações com o poder público: calçamento, água e luz.

No período entre os anos de 1989 e 1992, estabeleci um contato mais direto com o movimento em razão da pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado. Mereceu destaque nas análises a freqüência da "idéia de comunidade" no discurso das lideranças do movimento. Tal representação de comunidade abrigava alguns sentidos[3]. A partir de uma observação atenta tanto das entrevistas como dos múltiplos contatos cotidianos (conversas, reuniões), chegava a algumas conclusões sobre suas representações:

> *"- a comunidade implicava na existência de um conjunto articulado de pessoas, discutindo e trabalhando unidas na organização dos moradores;*
> *- a união que caracteriza a comunidade deve obedecer a um critério de democracia interna;*
> *- revelavam um conteúdo de forte oposição e de negação com o Estado, percebido como um antagonista externo, contra quem organizavam as lutas e a quem dirigiam suas reivindicações;*
> *- a negação do Estado tinha como contrapartida a autonomia da comunidade, "que deveria criar formas autogestionárias de resolver os seus problemas para, deste modo, tornarem-se sujeitos efetivos do processo no qual estavam inseridos" (Canella, 1992: 94).*

Com relação ao último ponto, cabe ainda observar que essa negação deve ser entendida como um componente utópico, pois meio e finalidade. Isso pode ser percebido na seguinte fala de uma das assessoras do movimento:

> *"É porque a luta nunca pára, nunca vai acabar. Mesmo que a gente consiga o terreno, sempre vai ter coisa pra gente conseguir. Agora tem a creche... então sempre vai ter isto aí: tem creche, tem praça, tem um movimento aqui dentro da comunidade... tem alfabetização... Então, tudo isso aí que pode entrar, depende de uma luta que vai continuando, que vai crescendo..." (Canella, 1992: 91–2)*

---

[3] Márcia Leite (1999), em seu estudo sobre o bairro carioca do Grajaú, observa o quanto os bairros são construções sociais, remetendo à memória (ou os quadros sociais da memória, segundo Halbwachs) tais construções. A autora percebe como "o passado era contado a partir de alguns traços considerados expressivos na vida atual do bairro, numa reconstrução que valorizava elementos e personagens que representavam ou que poderiam estabelecer uma relação com o presente"(p.135-6) Seguindo essa linha de raciocínio, procuro no uso do termo *comunidade* encontrar essas reconstruções em seu diálogo com o tempo presente.

A análise feita na dissertação evidenciava o forte conteúdo político: predominava, naquele momento, o significado em torno do termo união, que era postulada no sentido da existência de objetivos comuns. O contexto favorecia o entendimento desse sentido político: a comunidade tem origem direta num movimento, com uma demanda pontual, que é o acesso à moradia.

A fala de uma das assessoras, figura-chave na interlocução com os sem-teto por ser freira, com larga experiência em trabalhos sociais e, o que é mais importante, muito bem aceita pelos moradores, reforça bastante este entendimento. Justificando o fato dos moradores, ainda em processo de negociação das áreas ocupadas, não terem constituído uma associação de moradores, afirma: "...é um período que eles têm de realmente se tornar comunidade, não é? Porque até ali é um grupo que se agrupou e cada um de um lado..." (Canella, 1992: 92). A comunidade é diferente de uma soma de pessoas. Seriam uma comunidade somente no momento em que tivessem uma união consolidada, que transcendesse o fato de simplesmente estarem morando na mesma área.

A união pode assim ser pensada em termos geográficos e espaciais. A união se dá pela proximidade, a comunidade coincidindo com um território. Nessa dimensão, aproxima-se muito do referente empírico do pesquisador. Em muitos casos, a topografia define uma área que irá receber nomes distintos. Por exemplo, quando um rio divide duas partes, temos dois territórios diferenciados. Ou, numa mesma rua, quando temos a "parte de cima" e a "parte de baixo", temos agrupamentos se formando a partir de um limite dado pelo aspecto territorial. No caso da Nova Esperança, os limites ficaram bem explícitos, pela própria distribuição das casas no espaço.

Essa organização do espaço também parecia favorecer o fechamento da comunidade para dentro de si mesma. Havia um orgulho de pertencimento a sua própria comunidade, surgida de suas lutas. Eram 49 famílias que formavam uma *comunidade* e não uma *favela*. A percepção corrente entre aqueles que acompanharam os acontecimentos foi a de um movimento de sucesso, resultando numa comunidade que surgia com auto-estima elevada e com forte identidade.

O segundo momento é o que denomino como *desarticulação coletiva e privatização do cotidiano (1996 – 2002).* Anos depois, em torno do ano 2000, reencontro a mencionada figura-chave do Movimento dos Sem-Teto, agora não mais religiosa, mas acadêmica de um curso da universidade onde lecionava. Após uma série de andanças, estava tentando retomar um trabalho comunitário na Nova Esperança. Junto com outra professora,

também ex-religiosa e com grande experiência em trabalhos sociais e em movimentos populares, estavam reerguendo um programa da universidade destinado à educação popular, o Entrelaços do Saber. A proposta era direcionar seus esforços para a comunidade Nova Esperança. Passei então a alocar horas em projetos de pesquisa e extensão que tinham como base a comunidade. Não havia mais uma associação de moradores ativa e representativa dos moradores. Em lugar disso, deparávamo-nos com uma fragmentação dos moradores, uma associação que reproduzia aquele tipo de relação clientelista com políticos e com o poder público (inclusive se transformando em espaço para promoção de políticos que visavam se candidatar em eleições). Algo bastante distante daquele ideal comunitário sonhado uma década antes.

Com relação ao passado, o momento da ocupação e o ano em que passaram debaixo de lonas constituíam-se como uma forte referência para os moradores, uma espécie de passado mítico. Estabelecidos há bastante tempo em suas moradias definitivas, pareciam insatisfeitos: era comum entre os moradores que haviam participado da ocupação a menção a esse tempo como sendo um tempo muito difícil, mas que era melhor em razão da união e da solidariedade entre os moradores. Lembravam com saudade da época da ocupação. Havia uma espécie de entendimento consensual, já consolidado entre eles, de que aquele tempo, apesar das dificuldades, era melhor. Os vizinhos "se ajudavam", Naquela situação limite, havia algo como um espírito de *communitas*[4]. Em contraposição ao sentimento de saudade com o tempo passado, as referências ao novo momento nada tinham de positivo. Era muito comum em conversas informais ouvir coisas do tipo: "hoje é cada um por si", "se você cair duro na rua, não tem ninguém pra te ajudar". Uma moradora antiga fazia a seguinte avaliação:

> *"A comunidade hoje está péssima. No começo nós éramos muito unidos, agora não vê mais reunião, não vê mais festa nenhuma, eu acho que a comunidade é cada um pra si mesmo. Era tão bom antes, porque tinha festa, a gente participava de encontro, a gente ia passear, agora oh". (Dolzan, 2000, p.44)*

O sentido que o termo comunidade adquiriu neste momento nada tem a ver com aquele antigo sentido político imprimido no contexto de mobilizações pela conquista da moradia e nos mutirões de construção das casas. Pelo contrário, em lugar da união, em lugar de objetivos comuns, prevalecia o conflito de interesses – "agora é cada um por si", "é um passando por cima do outro". Mesmo assim, reconhecem-se como comunidade, pois vivem juntos, estão próximos espacialmente e sofrem problemas comuns. Entre eles, a violência é

[4] Aqui é possível fazer a relação dessas falas com as noções de *communitas* (em oposição à estrutura) e *liminaridade,* de Victor Turner (1974): há nos relatos dos moradores sobre a ocupação aqueles elementos que Turner identifica nos fenômenos liminares: "a mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem" (118).

um dos mais destacados. Diante de questões como a cobrança do IPTU pela prefeitura e o pagamento dos lotes, prevalecia uma lógica individualista. Os moradores mais antigos, que tinham participado da ocupação, eram aqueles que mais normalmente se referiam à necessidade de reorganizar a comunidade, reforçando a idéia de uma comunidade política que vinha do seu passado de lutas. No entanto, predominavam alternativas encaminhadas no âmbito do privado.

Essa era a triste avaliação que fazíamos da situação da comunidade.

Explicitava-se um outro sentido para a representação de comunidade. O estar junto, nesse sentido, referia-se a algo comum em suas vidas, para além do político (independente de terem ou não objetivos comuns, coletivos): a dificuldade em pagar as contas, sofrer com a violência policial, enfrentar a criminalidade, em suma, vivenciar os mesmos problemas. Se "tornaram-se comunidade" ou não, o fato é que estavam juntos. Dizia respeito a condições de vida, a um cotidiano comum. É isso que permite usar o termo "a comunidade" mesmo quando ainda não alcançado (ou abandonado) o ideal de união em objetivos comuns. Tem também nessa representação um componente de vitimização, a comunidade é resultado de algo exterior, que determina as condições de vida comuns. Se o sentido político implicava em ação, em atividade, agora os "atores" não agem, são vítimas passivas. Esse foi o sentido que se fez mais presente no segundo momento de contato com a comunidade. Na época, fiz a seguinte avaliação:

> *"Talvez em razão de uma memória que remete ao passado todas as positividades, os moradores da Nova Esperança ao definirem o presente, o fazem re-significando a experiência de viver coletivamente, agora conferindo-lhe uma série de atributos negativos: o desemprego, a falta de união, a pobreza, a violência, as drogas. Se um passado os diferencia, o presente os iguala às outras comunidades empobrecidas." (Canella, 2000: 20)*

Para além do político (de estar articulada em torno de objetivos comuns), ser uma comunidade implicava em vivenciar um cotidiano comum marcado por problemas e dificuldades. Tal é o sentido dominante nesse momento.

O prosseguimento das ações, após a perplexidade inicial, que acabou conduzindo a uma consolidação de uma nova prática, pautada por um outro entendimento da questão comunitária configura o que denomino aqui como sendo o terceiro momento, que designo como sendo o da *reorganização comunitária e projetos socioeducativos (2003 – 2006)*. As lideranças comunitárias passaram a atuar articuladas a professores e bolsistas da universidade

em projetos socioeducativos de caráter mais integrador e menos voltados para a contestação política.. O retorno à comunidade, que acontecia em torno de uma década depois da ocupação, impunha todo um novo conjunto de reflexões. Embora nunca tenha havido um debate explícito em torno do que se definia como "comunitário", algumas escolhas práticas feitas pelos universitários em contato com algumas lideranças, podem aqui servir de base:

- assumia-se a necessidade de superação do isolamento (ou do "fechamento da comunidade sobre si mesma", como nos referimos anteriormente);

- a contrapartida era estimular o contato com a cidade, buscando com isso formas de superar a segregação, ou de "desconstruir as subalternidades" (a partir do referencial teórico que passou a se constituir como hegemônico dentro do grupo);

- outra contrapartida era a busca de articulação com outros atores: inicialmente, institucionais, na forma de parcerias com órgãos estatais ou organizações do terceiro setor, mas também com o movimento comunitário.

A desconstrução de subalternidades, o discurso que articulava o grupo em torno de uma prática comum, pode ser entendida como o compromisso ético-político-epistemológico com a superação das desigualdades que criam hierarquias e relações de submissão em diferentes níveis da vida social[5].

O comunitário passou a ser recolocado por aqueles envolvidos no Programa, sendo então o local, a comunidade, percebido como uma "prisão". Isso tem a ver com o confronto com a realidade e algumas situações específicas que nos eram colocadas. De um lado, a falência (ou, no mínimo, uma percepção menos otimista) de um projeto emancipador que tivesse como base a comunidade política (no sentido anteriormente exposto), pensando-a como unidade autônoma. De outro, a situação de violência, em razão da criminalidade, conduzia a uma necessidade de superação das situações locais, uma espécie de "buscar fora" dos limites da comunidade (leia-se aqui, das "limitações" locais) novas alternativas, especialmente para os mais jovens, principais vítimas do problema.

Algumas situações consolidavam esse novo entendimento. Bolsistas que acompanhavam os jovens em saídas para esportes radicais, como escola de surf, relatavam que esses apresentavam um comportamento hostil a outros jovens de outras regiões. "Fosse lá na nossa área... ah!", comentavam com freqüência em tom ameaçador. A "área" era o ponto de ancoragem no mar de inseguranças que era o contato com o novo (novos lugares, novas situações, novas pessoas). Os jovens não se referiam ao termo comunidade, empregavam o

[5] Com base nessa noção, a professora Nadir E. Azibeiro, ativa participante do Programa Entrelaços do Saber, desenvolveu sua tese de doutorado enfocando as experiências de educação popular junto aos moradores da Nova Esperança. (Azibeiro, 2006).

termo "área". A área é algo mais amplo que os limites oficiais do que constitui a "comunidade". Envolve a parte em que se circula com segurança, na qual se tem domínio. Tal emprego do termo, muito comum nessa segunda geração da comunidade, é bastante freqüente e normalmente vem associado à descrição de situações de violência, envolvendo a disputa entre gangues de diferentes "áreas".

A reação do projeto foi estimular a circulação dos jovens por outros espaços: ir à universidade, participar de reuniões e atividades em outros bairros, freqüentar praias e outros locais de lazer, trabalhar no centro da cidade. Com isso, transcendem-se os limites do local, fazendo com que a comunidade deixe de se restringir a essa dimensão. A abertura da comunidade ocorre também no sentido mais estritamente político, com os moradores intervindo em espaços fora da comunidade. Por exemplo, alguns representantes da comunidade começam a participar das reuniões do Conselho de Associações do Monte Cristo (CAMOCRIS) e também indicam representantes para o Conselho de Saúde da região.

Assim, a partir de práticas orientadas pela questão da desconstrução de subalternidades, o escopo das ações amplia-se, proporcionando maiores oportunidades de articulação com outros setores da sociedade. A noção de comunidade deixa de significar fechamento, passando a significar um ponto de partida para ações que buscam a conexão com outros espaços e instituições da sociedade.

Consideração Final

Se, num primeiro momento, foi com base na noção de comunidade que se constituíram identidades e consolidaram práticas que fizeram emergir novas sociabilidades, proporcionando uma coesão de movimento social, no momento seguinte a dimensão local sobre a qual se construía a noção de comunidade passou a significar o aprisionamento e a definir um lugar subalterno na cidade. Assim, a reavaliação da noção de comunidade, não no sentido teórico e acadêmico, mas a partir de iniciativas que têm como ponto de partida a prática cotidiana nos diferentes espaços da Nova Esperança, tem sido fundamental na construção coletiva de uma possibilidade para o futuro dos moradores.

Referências bibliográficas

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia:** limiar da formação de educador@s. Tese de Doutorado em Educação. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CANELLA, Francisco. Novas e velhas esperanças de uma comunidade em Florianópolis. **Travessia:** Revista do Migrante, São Paulo, n.º38, p.18–22, set-dez.2000.

_____. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto:** práticas instituintes nos espaços políticos da cidade. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

DOLZAN, Janiane Cinara **Caminhos/Imaginário/Conquistas.** O Movimento Sem Teto e a Comunidade Nova Esperança. Florianópolis, Trabalho de Conclusão do Curso de História, FAED/ Universidade do Estado de Santa Catarina, 2000.

FANTIN, Márcia. **A cidade dividida**. Florianópolis,Cidade Futura, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. *"Grajaú, memória e história: fronteiras fluidas e passagens"*, **Cadernos Metrópole**, Desigualdade e governança, no 5, 1999.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual:** estrutura e anti-estrutura. Petrópolis – RJ, Vozes, 1974.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Quem São Eles?: um samba e as suas polêmicas.

Rinaldo Cesar Nascimento Leite*

Resumo: em 1918, sinhô compôs um samba que gerou grande polêmica. o título e os versos iniciais da composição atingiram diretamente o brio de diversos visitantes da casa da tia ciata, o local de gestação do samba no rio de janeiro. resultou, então, uma grande polêmica musical, com uma intensa troca de ofensas entre os participantes, questão comentada em algumas obras sobre a história da música popular brasileira. mas ao atingir a sensibilidade de certos baianos, o samba produziu outra repercussão, configurada na forma de indignação e descontentamento com a letra, como revelam breves registros documentais. o objetivo deste texto é lançar um olhar sobre os modos de recepção, a atribuição de sentidos e as implicações que uma música pode causar na sua época, ao afetar os interesses, sentimentos e valores de grupos.
Palavras-chave: Samba, Identidade Baiana, Primeira República.

Abstract: In 1918, Sinhô composed a samba that generated great controversy. The title and the initial verses of the composition had directly reached the sense of dignity of diverse visitors of the house of the Aunt Ciata, the place of gestation of the samba in Rio de Janeiro. It resulted, then, a great musical controversy, with an intense exchange of offences between the participants, subject commented in some studies on the history of Brazilian popular music. But when reaching the sensitivity of some Bahians, the samba produced another repercussion, configured in the form of indignation and dissatisfaction with verses, as they disclose brief registers documentary. The objective of this text is to launch a look on the ways of reception, the attribution of meanings and the implications that a music can cause at its time, when affecting the interests, feelings and values of groups.
Keywords: Samba, Bahian Identity, Brasilian Republic First.

Segundo Edigar de Alencar (1985: p. 124), o carnaval carioca, em 1918, fora muito pobre musicalmente. Contudo, foi neste mesmo ano que o samba carnavalesco *Quem são eles?* – composto por Sinhô, nome artístico pelo qual se tornou mais conhecido José Barbosa da Silva – ganhou destaque, sendo um dos mais entoados nas ruas. Há uma tendência a se apontar os desdobramentos produzidos pela composição de Sinhô como sendo a primeira grande polêmica musical ocorrida no Brasil. Isto porque, em resposta à provocação insinuada em sua letra, uma série de canções foi produzida por outros famosos compositores da época, todas a questionar ou a desqualificar o sambista carioca, numa contenda que durou anos.

* Doutor em História (PUC-SP), Professor de História da UEFS.

Para quem tem em mente os carnavais a partir da década de 1930, com suas animadas e variadas marchas e sambas, a festa de 1918 pode ter sido pobre. Mas uma das conseqüências ocasionadas por um dos poucos sucessos que produziu, justamente *Quem sãos eles?*, ajudou a enriquecer a música brasileira e deixou rastros que nos permite compreender algumas formas de recepção ao seu conteúdo. Em especial, possibilita entrever como alguns baianos receberam-na, já que seus primeiros versos expressavam uma crítica aos nascidos no Estado.

Do ponto de vista teórico-metodológico, vejo na discussão aqui proposta a chance de ensaiar uma abordagem semelhante àquela de historiadores que adotam fontes literárias, em sua busca aos sentidos atribuídos aos textos e aos impactos culturais e políticos que eles produzem. Nesta perspectiva, Roger Chartier e Robert Darnton são ilustrativos de tal prática historiográfica com seus escritos.

No que diz respeito à música, com a projeção alcançada pela história cultural, muito se produziu ultimamente, tornando-a um material cada vez mais familiar. Mas, ainda assim, percebo uma carência de estudos que tenham o olhar voltado para as suas representações e para as formas de sua recepção, explicando-as em seu contexto específico. Tenho a pretensão de desenvolver, minimamente, esta tarefa daqui.[1]

A polêmica musical de *Quem são eles*?

Embora relativamente comentada na bibliografia especializada, as informações sobre a origem da música não primam por riqueza de detalhes. Alguns sugerem que Sinhô pretendeu homenagear um bloco carnavalesco, fundado em 24 de janeiro de 1918, e filiado ao Clube dos Fenianos, o qual o compositor freqüentava, e que tinha o mesmo nome do samba. Segundo Jota Efegê, o Grupo Carnavalesco Quem São Eles? foi que acabou dando título ao samba, inicialmente designado, por Sinhô, *A Bahia é boa terra*. O nome do grupo seria uma espécie de provocação aos blocos rivais, associados a clubes como os Democráticos e os Tenentes. Nos bailes pré-carnavalescos e na folia momesca, o bloco assumiu o papel de principal divulgador da composição para o público (ALENCAR, 1981: 30; EFEGÊ, 1978: 131).

Ao meu ver, não se sabe com exatidão o quê Sinhô pretendia dizer com a letra da música. Quando consideramos as informações apresentadas acima, tem-se que se tratava

[1] Agradeço a Luiz Américo Lisboa Junior pelas primeiras indicações bibliográficas sobre o tema.

apenas do tema de um bloco e expressava rivalidades carnavalescas. Mas esta seria uma das explicações possíveis. Além das ambigüidades intrínsecas à letra, a capa da partitura editada do samba estimula ainda mais as dúvidas, eis a descrição de Alencar (1981: 31):

> *Um sujeito encartolado, bem vestido, de luva, dentro de um barco solitário que voga serenamente com a bandeira dos Fenianos no mastro. Perto um negro grita por socorro, como se estivesse a morrer afogado. O cartola nem como coisa. Tudo muito ingênuo. De um lado o retrato de Sinhô, já de chapéu Rendal (Gelot). O nome apenas – José Silva.*

Carlos Sandroni (2001: 193-196) julga que "letra, título e ilustração compõe juntos não apenas uma colcha de retalhos (...), mas um verdadeiro quebra-cabeça, que talvez só fosse deslindado por quem brincou o carnaval carioca daquele ano". A estrutura da letra (e da música) caracteriza-se pela sucessão de trechos que não possuem vínculos diretos explícitos entre si, deixando revelar a sua matriz rural e folclórica. Foi uma destes pequenos trechos, o primeiro precisamente, o causador de toda a polêmica, o qual afirmava:

A Bahia é boa terra
Ela lá e eu aqui, Iaiá
Ai, ai, ai
Não era assim que meu bem chorava[2]

Vamos atentar para os sentidos que lhe foram atribuídos.

Há quem pense que Sinhô estivesse se dirigindo aos ex-companheiros de festas na residência da Tia Ciata, que tinha diversas rodas musicais espalhadas pelos compartimentos da casa, uma delas a reunir nomes relevantes do samba, a começar por Sinhô, além de Pixinguinha, Donga, Hilário Jovino, João da Baiana, dentre outros. A própria Tia Ciata e muitos freqüentadores destes encontros eram baianos ou seus descendentes. Ela era uma das muitas tias baianas estabelecidas na capital federal desde as décadas finais do século XIX, as quais criaram um tipo especial de sociabilidade urbana no Rio de Janeiro, fazendo com que uma parte da cidade fosse conhecida como a Pequena África (MOURA, 1995).

Os baianos e descendentes destes, freqüentadores da Tia Ciata, com quais o compositor parece ter se desentendido, sentiram-se diretamente ofendidos pelos versos iniciais e pelo título da música. A reação veio na forma de réplicas: em 1919, Pixinguinha e o irmão China, que se sentiram questionados no título do samba, lançaram *Já Te digo*, cuja letra

[2] Eis a primeira metade da letra: A Bahia é boa terra / Ela lá e eu aqui, Iaiá / Ai, ai, ai / Não era assim que meu bem chorava // Não precisa pedir eu que eu vou dar / Dinheiro não tenho mas vou roubar / Carreiro olha a canga do boi / Carreiro olha a canga do boi / Toma cuidado que o luar já se foi / Ai que o luar já se foi / Ai que o luar já se foi (...)

atacava impiedosamente a aparência física de Sinhô; Donga respondeu com *Fica calmo que aparece*; e Hilário Jovino compôs *Não és tão falado assim*. Não se esgotando aí, a polêmica iniciada com *Quem são eles?* teria outros desdobramentos musicados nos anos seguintes, com Sinhô a lançar novos sambas provocadores aos ouvidos baianos, enquanto os seus oponentes se punham a retrucá-lo.

Cabe uma conclusão para esta primeira parte. E acompanhando o pensamento de autores como Sandroni (2001) e Napolitano & Wasserman (2000), poderia dizer que, além das desavenças pessoais, ocorria uma disputa pela originalidade do samba, no momento em que se dava sua popularização e sedimentação como gênero musical urbano. De um lado, ficavam aqueles que defendiam a herança e a proeminência dos baianos, a autoria coletiva e a experiência comunitária, simbolizadas pelas rodas de sambistas e apreciadores, como elementos validadores da sua autenticidade – estes representariam os tradicionalistas. De outro lado, estavam aqueles que reconheciam uma ruptura com os baianos, enfatizando a recriação operada no Rio, propugnavam a individualidade da autoria, com sua devida profissionalização e renumeração, e a difusão da música para além dos círculos restritos da comunidade, através da inserção na indústria fonográfica e da difusão radiofônica – e teríamos aqui a vertente modernizadora.

Quem são eles? e a suscetibilidade atingida dos baianos

Outra versão para origem deste samba nos conduz às dissensões da política baiana na Primeira República e que estiveram polarizadas entre as figuras de Rui Barbosa e José Joaquim Seabra.[3] Para Efegê (1978: 132) e Alencar (1981: 30), a referência à Bahia era uma alusão a tais divergências. Maria Lenilda David, citando a hipótese de um conhecido historiador baiano,[4] traz informações complementares. O samba de Sinhô teria sido encomendado pelos adversários de Rui Barbosa, como uma crítica à sua postura nas eleições ao Senado Federal, pois optou "por comandar a campanha enviando centenas de cartas aos seus eleitores e cabos eleitorais, em vez de ir à Bahia para participar dos comícios e da

[3] Rui Barbosa foi um dos nomes mais marcantes da política brasileira na Primeira República, participou do Governo Provisório após a Proclamação e foi candidato derrotado à presidência nacional por duas vezes. J. J. Seabra foi o seu maior rival no Estado e segundo nome de destaque da Bahia no plano nacional, depois de Rui, embora mais bem sucedido politicamente que este. Foi duas vezes ministros, duas vezes governador baiano e uma vez candidato derrotado à vice-presidência.

[4] Trata-se do professor Cid Teixeira. Aparentemente a autora obteve a informação através de depoimento informal, já que não cita nenhuma referência complementar sobre a fonte.

campanha". E prosseguindo, além da encomenda do samba, os opositores "forçaram a divulgação do disco, garantindo o seu sucesso" (DAVID, 2001: 185).

Por esta hipótese, um grupo de políticos baianos teria sido co-responsável pela elaboração e difusão de uma música que iria ferir a sensibilidade identitária de outros tantos baianos. E aqui eu paro, pois não posso avançar muito mais sobre a questão, afinal não temos nenhuma evidência palpável que possa confirmá-la. Até mesmo porque, ao se analisar as outras partes da letra, não se observa alusões diretas e claras outro elemento de caráter político. Deixemos a coisa, então, como mais uma suposição.

Em trabalho desenvolvido sobre questões ligadas a identidade baiana, no período da Primeira República, discutir a tese de um personagem da época, o médico e historiador Braz do Amaral, sobre a existência de um "ódio" contra a Bahia no cenário nacional (LEITE, 2005: 161-169). Não sei se seria o caso de falar em ódio, mas não há dúvidas que certos preconceitos e animosidades existiam então. O fortalecimento de sentimentos regionalistas, impulsionados sobretudo pela disputa da hegemonia política, cultural e ideológica no seio da nação, fomentou a manifestação de atitudes e o engendramento de representações preconceituosas de uma para com outra parte da nação.

Talvez, decorresse daí umas das motivações conscientes ou subconscientes para os versos do samba, os quais vinham a representar algum nível de rejeição da Bahia e dos baianos. Isso também explicaria a indignação que se abateu sobre alguns destes. Um excepcional exemplo para compreender uma forma de recepção dos baianos a *Quem são eles?* encontra-se na manifestação de uma incógnita colaboradora da revista *Bahia Ilustrada*,[5] que, com o pseudônimo de Y., assinava uma seção designada "Páginas femininas". Passadas algumas semanas dos festejos, ela comentou suas impressões sobre este que foi um dos principais sucessos no carnaval carioca de 1918:

> *A Avenida andou cheia dessa affirmação mentirosa... E ainda agora, nas ruas dos bairros quietos, passam vozes repetindo:*
>
> *A Bahia é boa terra,*
> *Ella lá e eu aqui...*
>
> *Um bahiano não cantaria assim... Longe da boa terra, elle parece que está ao desamparo. A terra é boa, mas é melhor lá, no pequeno ponto onde nasceu [...]. A terra é boa para os que a pisaram em creança; para os que aprenderam a sentir ao lado della, nas claras montanhas da adolescência; para os que, ao lado della, lutaram e sofreram, sem a abandonar, amando-a cada vez mais, de um amor profundo e ingênuo, como o das arvores; para os que têm, guardados por ella, uns mortos nunca esquecidos...*

[5] A revista *Bahia Ilustrada* era editada no Rio de Janeiro, mas voltada, preferencialmente, para a colônia baiana estabelecida na capital do país e para os residentes na Bahia (LEITE, 2005: 262-268 e passim).

A Bahia é boa terra,

e quem nos déra que todas as terras fossem boas como a Bahia! (*Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 4, mar./1918)

Aos ouvidos da nossa misteriosa Sra. Y, eles soaram como uma afronta, consistindo numa asserção que muito feria aos sentimentos de seus conterrâneos, pois, na sua avaliação, a distância apenas atiçava a saudade da terra natal. Em contraposição à mensagem que difundia a letra, ela procurou fazer um manifesto de amor ao seu Estado, desmentindo incisivamente a "afirmação mentirosa" dos versos da cantiga carnavalesca.

Interessante o fato da Sra. Y acreditar que um baiano não cantaria tais versos. A ironia, no entanto, é que o responsável pelo registro cantado em disco do samba foi Manoel Pedro dos Santos, natural de Santo Amaro da Purificação. E tão autenticamente baiano era o cantor que ficou conhecido na história da música pela alcunha de Baiano. Foi muito afamado e popular na época, havendo sido a voz no primeiro registro fonográfico brasileiro, o lundu *Isto é bom* (1902), e no primeiro grande sucesso fonográfico do samba, *Pelo Telefone* (1917) (LISBOA JUNIOR, 2000: 173-181).

Os versos sugerem duas conotações. Na primeira, haveria a idéia de que a Bahia seria terra boa para os baianos somente à distância, visto que muitos, após fixarem residência em outros lugares, não mais retornavam para ela ou mal iam visitá-la, significando isto uma alfinetada no tipo de amor que alegavam sentir. Na segunda, a Bahia, representaria a sua gente, os baianos, que seriam toleráveis se se conformassem em ficar no seu próprio lugar. Noutros termos, estaria a se criticar a grande presença de baianos no Rio, os quais, possivelmente, concorriam com os cariocas pela ocupação de espaços (culturais, sociais, políticos, profissionais, etc).

Quase trinta anos depois do ocorrido, o médico e escritor Afrânio Peixoto (1947: p. 304-305) se ressentia de versos semelhantes aos que apareciam em *Quem são eles?*:

A Bahia é boa terra
Como outra mais não há,
Eu gosto dela de longe
Eu aqui e ela lá...

Quando do lançamento do samba, em 1918, havia muitos que Peixoto tinha residência no Rio de Janeiro, onde consolidou a carreira de médico e escritor. Deve ter acompanhado a repercussão do mesmo na época. Ele era um dos típicos baianos que viviam a glorificar, à distância, a terra natal. E por isso, viu nos novos versos a expressão da "má

vontade", além de considerá-los "calúnia, de despeitados". À semelhança da Sra. Y, declarou, ainda, que "vêm os baianos vencerem em terra alheia, sem deixarem de louvar a própria". Essa afirmação confirma, ao meu ver, o primeiro significado que pode ser associado aos versos – sobre a qualidade do amor à distância. Mas não se encerram aí as suas considerações, à inevitável indagação de saírem da Bahia se a queriam tão bem, ele saiu com uma preciosidade bairrista, explicando que "lá todos são baianos e há dificuldade de vantagem por isso mesmo: fora da Bahia, vitória de baiano é... 'canja'! Daí o refrém que o despeito repete: 'Eu aqui e ela lá'"... A explicação do médico direciona para o segundo sentido que os versos adquirem – relativo à concorrência dos baianos instalados no Rio e em outros Estados pela ocupação de lugares.

No contexto da polêmica, os baianos totalizavam a segunda maior colônia de emigrados na capital federal, perfazendo, em 1920, quase treze mil numa população de pouco mais de um milhão e cem mil habitantes – inferior somente aos fluminenses (TINHORÃO, 1998: 264). Este contingente expressivo, reconhecível pelo seu orgulho identitário e pelos elementos culturais que gostava de afirmar, podia constituir uma ameaça para muitos no Rio. A revista *Bahia Ilustrada* reproduziu, certa vez, uma matéria do jornal carioca *A Noite* que adjetivava os baianos de "invasores", devido o papel que "têm representado e continuam a representar nos outros Estados do Brasil" (*Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, nº 6, mai./1918). Nem sempre isso foi visto com simpatia. Um estudo de Lizir Arcanjo Alves (2000) demonstra, a partir de matérias de jornais que circulavam na Corte, que desde o Império os baianos eram insultados, devido o destaque obtido nas funções políticas e administrativas, o que resultava em manifestações depreciativas contra a então Província. Eram homens letrados, situados no nível das elites, os responsáveis por tais críticas. Nos segmentos populares, é muito provável a ocorrência de atritos entre baianos e cariocas em função da concorrência por espaços. Sidney Chalhoub (2001) já discutiu a rivalidade entre brasileiros e estrangeiro, no Rio de Janeiro, na luta pela sobrevivência, no início do século XX. Uma rivalidade entre baianos e cariocas poderia significar a versão puramente nacional desta e de outras lutas na mesma cidade.

E assim, *Quem são eles?* significaria o que afinal? Se não toda a música, já que o sentido da maior parte de sua letra nos escapa, poderia dizer que aquele polêmico trecho corresponderia a um pequeno fragmento de provocações regionalistas estimuladas pela disputa de posições culturais, sociais e políticas. Talvez a popularidade obtida pela música

não fosse conseqüência apenas da forma humorada com que criticava os baianos, mas também de um sentimento de aversão e de rivalidades latentes.

Referências bibliográficas:

ALVES, Lizir Arcanjo (org.). *Os tensos laços da nação:* conflitos político-literários no Segundo Reinado. Salvador, 2000, 2 v. Tese (Doutorado em Letras) — Instituto de Letras, UFBA, 2000

ALENCAR, Edigar de. *O carnaval carioca através da música*. Rio de Janeiro/São Paulo, Freitas Bastos, 1980.

___. *Nosso Sinhô do samba*. Rio de Janeiro, Funarte, 1981.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas-SP, Ed. Da UNICAMP, 2001.

DAVID, Maria Lenilda C. São Salvador da Bahia: imagens e canção popular. In OILVIERI-GODET, Rita & Souza, Lícia Soares de (org.). *Identidades e representações na cultura brasileira*. João Pessoa, Idéia, 2001, p. 175-198.

EFEGÊ, Jota. *Figuras e coisas da música popular brasileira*. Rio de Janeiro, Funarte, 1978. V. 1.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada:* discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História) — PUC-SP, 2005.

LISBOA JUNIOR, Luiz Américo. *A presença da Bahia na música popular brasileira*. Brasília, MusiMed/Linha Gráfica Editora, 1990.

___. 81 temas da música popular brasileira. Itabuna-BA, Agora Editoria Gráfica Ltda, 2000.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

NAPOLITANO, Marcos & WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 167-189, 2000.

PEIXOTO, Afrânio. *Livro de Horas*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1947.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. O que o rei não viu: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira. In *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, vol. 25, no.2, p. 237-279, 2003.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Jorge Zahar Editor, 2001.

TINHORÃO, José R. *História social da música popular brasileira*. São Paulo, Editora 34, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Considerações sobre logística ao final da Guerra do Paraguai -1868-1870

Braz Batista Vas[1]

Resumo: Este trabalho visa apresentar alguns aspectos da estrutura material e logística utilizada pelas forças militares brasileiras, em especial as forças terrestres, que compreendiam o Exército de linha, voluntários da pátria, guardas nacionais e milicianos, nos anos finais da guerra, qual seja entre 1868 e 1870, como elemento de suma importância para a dinâmica político-militar do conflito que ficou conhecido como Guerra do Paraguai, que teve seu início em 1964 e terminou em 1870, abordando temas como a utilização e compra de armamentos.
Palavras-Chave: Guerra do Paraguai, Exército, Logística.

Abstract: This work seeks to present some aspects of the material structure and logistics used by the Brazilian military forces, especially the terrestrial forces, that they understood the line Army, volunteers of the homeland, national guards and militiamen, in the final years of the war, which is between 1868 and 1870, as element of addition importance for the political-military dynamics of the conflict that was known as War of Paraguay, that had her beginning in 1964 and it finished in 1870, approaching themes as the use and purchase of armaments.
Word-key: War of Paraguay, Army, Logistics.

O pensamento e as reflexões sobre a guerra deram um enorme salto qualitativo ao longo do século XIX devido principalmente às novidades tecnológicas. O Brasil, mesmo estando na periferia dos avanços tecnológicos do período, mesmo amargando um sintomático estado de deterioração de sua frágil instituição militar, se beneficiou amplamente desse processo, sempre de maneira atrasada, mas com o devido proveito para o seu lento desenvolvimento.

As distâncias e as dificuldades de comunicação, em especial no que diz respeito à logística militar, só começaram a ser resolvidas a partir do final do século XIX. Com a influência de fatores como a dinâmica político-econômica que vigorava com ares liberais, frente às necessidades do capitalismo industrial europeu, o esforço, qualquer esforço modernizador de países, especificamente os da América do Sul, recém saídos dos embaraços coloniais, eram imensamente mais difíceis e complicados de serem postos em prática.

[1] Doutorando em História pela UNESP – Campus de Franca; Professor Assistente de História da América da UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína.

Os exércitos sul-americanos tinham sua manutenção encarecida não somente pelos custos financeiros, mas principalmente pela estrutura orgânica de suas sociedades mantenedoras. As emergentes nações platinas, com suas tendências centralizadoras, personalistas e oligárquicas, faziam uso do aparato militar privilegiando as suas características repressivas, com vistas à manutenção do *status quo* colonial, mais que uma estratégia defensiva-dissuasiva para as ameaças externas.

O Império, em razão da guerra, procurou buscar a maior quantidade possível de informações sobre a organização e funcionamento de outras forças militares estrangeiras, o que contribuiu para sistematizar os estudos sobre os exércitos e a guerra, assim como a "assimilação" de novas idéias junto a uma parte da oficialidade. A oficialidade do Exército brasileiro se mostrava bastante heterogênea quanto às ideologias políticas e a forma de pensar a estrutura do aparato militar, herdada dos idos coloniais. Uma parte se apegava ao tradicionalismo da organização militar e outra absorvia a lógica da eficiência, resultante da equação "modernização igual à profissionalização".

O Estado Imperial brasileiro, não muito diferente do Brasil colonial, diante dos avanços globais se preocupava em "importar" sempre os melhores modelos, principalmente os europeus, no que tange à renovação de suas instituições. A Europa era o grande mercado das novas idéias, onde as nações periféricas podiam e deveriam buscar inspiração para continuar a fazer parte do clube dos Estados civilizados. Com a instituição militar brasileira não poderia ser diferente, a inspiração vinha lentamente dos palcos europeus. O Estado imperial tratou de não deixar que essa prática sofresse algum abalo. Os modelos continuaram a ser importados, às vezes, sem a necessária adequação ao contexto nacional, fazendo-se grosseiras adaptações para viabilizar a resolução de questões técnicas.

Trata-se de um período no qual, mesmo com a sucessiva introdução de mudanças na estrutura militar ao longo do Império, visando a profissionalização da carreira através da escolarização técnica e científica dos oficiais, não se pode falar de estrutura militar com autonomia interna em relação ao Estado, sua ideologia e autonomia dependiam das flutuações políticas do Estado.

O Império, ante as dificuldades da guerra, permaneceu com instituições politicamente distintas para compor a força militar terrestre: o Exército e a Guarda Nacional. Elas passaram a disputar, cada uma a seu modo, espaço político-social. Todavia, investir num Exército nacionalmente forte, não combinava com a organização político-social extremamente elitizadas. Isto poderia abalar a distribuição de poder ao nível regional.

As disparidades entre essas duas instituições se tornaram mais gritantes à medida em que o Império, seguindo os ditames da política que convinha às elites, investiu mais e melhor, ainda que com deficiências visivelmente grandes – como por exemplo o recrutamento, a formação, o treinamento-, numa estrutura que enfatizava o aspecto repressivo-policial, extremamente descentralizado, sob o controle e conveniências civis, a fim de manter o *status quo* político-social vigente.

A aquisição de novos armamentos, a perspectiva de utilização de novas tecnologias (balões de observação, telégrafo) e a utilização de novos elementos técnicos, como um corpo de engenharia e um corpo médico devidamente organizados, representaram uma discreta modernização na estrutura do Exército. Esta terá reflexos futuros na questão da profissionalização militar e como um importante componente da mesma.

Os novos canhões raiados, com impressionante poder de fogo, fizeram parte do cotidiano de muitos soldados brasileiros que ao longo de sua vida pouco mais fizeram que cuidar de seu próprio roçado. Soldado este que, ao retornar ao Brasil trouxe muito mais que alguns nomes, por vezes algo distante, de heróis de guerra, trouxe algo muito mais importante, principalmente para o exército: a imagem de uma força militar terrestre um pouco mais digna e respeitável. No aspecto prático, uma experiência e treinamento no manuseio de artilharia pesada que dificilmente seria possível nos treinamentos comuns no Exército brasileiro.

Não só os canhões impressionaram. Fortalezas tão imponentes e robustas como a de Humaitá, barraram por um longo período uma enorme massa de combatentes aliados, sendo conquistada, relativamente num curto espaço de tempo, somente pela evacuação de seus defensores, exauridos dos meios básicos de subsistência.

Em relação aos armamentos, as necessidades da guerra fizeram com que vários tipos de armas, novas e antigas, fossem utilizadas. A maior parte dos armamentos que o Exército possuía já estava tecnologicamente ultrapassada para o período. Os avanços conseguidos ao longo da guerra civil nos Estados Unidos foram pouco aproveitados pelo Império brasileiro.

Quando o conflito começou a mostrar-se mais difícil e problemático do que inicialmente se poderia prever, o governo imperial tratou de buscar novas informações sobre os procedimentos da guerra moderna. Um exemplo disso está na troca de correspondências entre o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra e a Legação Brasileira nos Estados Unidos. A pedido do Conde d'Eu foi solicitado, através de ofício encaminhado a Joaquim

Maria Nascentes de Azambuja, representante da Legação Brasileira nos Estados Unidos, a aquisição de qualquer obra ou publicação a respeito dos serviços internos dos corpos do Exército, Arsenais, depósitos e campos de instrução. Nestes ofícios, aparece também a necessidade, por parte do Império, de se informar, através de suas legações diplomáticas no exterior, sobre legislação e burocracias concernentes a pensões e compensações por perdas ou danos causados pela guerra.

As armas leves utilizadas pelas forças brasileiras compreendiam desde as armas de pederneira às armas de percussão. Uma grande parte das armas de pederneira já utilizadas até pouco depois de 1850, também foram usadas na guerra contra o Paraguai. Eram, em sua maioria, de fabricação inglesa, da casa armeira TOWER e BROWN.

A substituição das armas de pederneira foi gradual. As suas substitutas foram as armas de percussão, uma evolução da pederneira, chamadas armas fulminantes, devido a utilização de fulminato de mercúrio para inflamação da carga. Uma outra inovação foi à utilização do fuzil de agulha tipo DREYSE, alemão, reminiscência dos armamentos trazidos por mercenários alemães, contratados pelo imperador D. Pedro I para ajudar no processo de independência do Brasil. Esses fuzis constituíam o que havia de mais avançado na Europa em termos de armamentos leves, foi uma das principais armas utilizadas pelo exército prussiano até quase o final do século XIX.

A partir de 1858 o Império começou a adquirir os primeiros fuzis raiados de origem inglesa e belga, chamados aqui de MINIÉS, mesmo sendo os ingleses do tipo ENFIELD, fabricados pela casa de armeiros Barnnet. Estas armas foram bastante utilizadas ao longo da campanha contra o Paraguai. Representaram a maior parte do armamento leve utilizado pelo Brasil.

Por volta de 1868, quando a guerra começava a se aproximar do seu final, foram adquiridas então, as armas de repetição, inicialmente fuzis ROBERT'S, que por sinal, apresentou maus resultados nos testes feitos pelo Exército brasileiro devido a um problema com o cartuchame utilizado. Logo depois foram adquiridas clavinas de repetição, modelo SPENCER, de sete cartuchos (1867), armas mais apropriadas para a cavalaria. Essas armas de repetição foram adquiridas principalmente dos Estados Unidos.

Foram utilizados ainda pistolas de pederneira ou fulminante e revólveres franceses LEFAUCHEUX. Algumas MINIÉS de anticarga e cartucho combustível foram substituídas pelas COMBLAIN, de retrocarga, com cartuchos metálicos e de repetição. Também foram compradas clavinas WINCHESTER, de 14 cartuchos, adquiridas logo após o término da guerra com o Paraguai.

Em relação ao armamento da artilharia pesada, foram utilizados os seguintes canhões:

- Canhões de alma lisa;
- Obuses de alma lisa;
- Canhões raiados, no sistema LA HITTE, de fabricação francesa, espanhola e fabricados no arsenal da Corte;
- Canhões e balas no sistema WHITWORTH.

Boa parte desses armamentos, por si só representava uma considerável vantagem militar em relação aos armamentos paraguaios. Diferentemente dos brasileiros, argentinos e uruguaios, os paraguaios tiveram dificuldades muito maiores para adquirir novos armamentos, seja pela falta de recursos financeiros ou pela política isolacionista, inicialmente por vontade própria e depois por causa da guerra, que se converteu, posteriormente, no grande esteriótipo político-diplomático paraguaio.

A atividade industrial bélica brasileira sofreu uma expressiva melhora qualitativa e quantitativa ante as necessidades da guerra. Os laboratórios pirotécnicos do Rio de Janeiro nunca haviam produzido tanto até então. A produção de canhões foi um dos maiores desafios do Arsenal da Corte.

A estrutura para a fabricação e consertos de armamentos atingiu todo seu potencial nos Laboratórios Pirotécnicos, através do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Neste arsenal se chegou a confeccionar mais de quarenta peças de artilharia raiada no sistema La Hitte – sistema de armas francês que tinha calibres e potência específica -, quatro morteiros de bronze, projetis, pólvora, explosivos, lanternetas[2] (nos combates também chamadas "cachos-de-uva" ou "shrapnels"), granadas de mão, espoletas, massa inflamável (conhecida popularmente durante a guerra como "racha-fogo", antecedentes dos atuais lança chamas), peças de reposição e manutenção da artilharia. A fábrica de armas da Conceição recuperou cerca de cento e trinta mil carabinas e espingardas do tipo Minié – francesa; a fábrica de Estrela chegou a produzir cerca de cento e vinte cinco mil quilos de pólvora.

O Brasil já dispunha de armamentos bastante diversificados, como, por exemplo, dos canhões e obuses da artilharia, específicos para ações de sítio, de montanhas e para avanços rápidos. Para a construção de canhões, o Arsenal de Guerra utilizou como modelos os

[2] Lanterneta, também conhecida como metralha, caixa cilíndrica cheia de balas ou fragmentos de ferro que se dispersam no momento da explosão do projétil, empregada para o tiro de metralha em canhões.

canhões espanhóis. Estes mesmos canhões espanhóis vieram a ser bastante aperfeiçoados pelos franceses pouquíssimo tempo depois. Para a confecção das granadas, conhecidas como lanternetas ou shapnel (este último nome, em homenagem a seu inventor, um tenente inglês chamado Henry Shapnel) foram utilizados os modelos franceses. Chegou-se inclusive a montar um arsenal mais próximo ao teatro de operações militares, na Ilha de Cerrito, no rio Paraná, perto da confluência com o rio Paraguai. Era uma espécie de base avançada, que complementava a produção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

O armamento leve utilizado pelos soldados durante a guerra estava constituído por espingarda ou fuzil com baioneta para os corpos de fuzileiros, carabinas com sabre-baioneta para os caçadores, mosquetões para os artilheiros e engenheiros, clavina, pistola, espada e lança para a cavalaria e, geralmente, para os oficiais, revólveres franceses de seis tiros calibre 12.

Tendo em vista que a maior parte dos armamentos brasileiros ainda era de carregar pela boca, o governo imperial chegou a comprar, dos Estados Unidos, quase no final da guerra, cerca de cinco mil espingardas de carregar pela culatra, modelo Robert's, para infantaria, e duas mil clavinas, também de carregar pela culatra, modelo Spencer, para cavalaria. As clavinas, assim que chegaram ao Brasil, foram enviadas para as frentes de batalha, já as espingardas, das cinco mil que chegaram apenas mil foram utilizadas devido a problemas com o cartuchame próprio a essas armas.

Mesmo se caracterizando por ser uma guerra com fartos componentes de modernidade tecnológica, as armas de fogo ofensivas conviviam ainda com a utilização constante, e tradicional, de armas brancas defensivas[3], como espadins, sabres, punhais, lanças, e sabre-baionetas. A tradicional utilização da lança como uma das armas primordiais da cavalaria coexistiu, na guerra contra o Paraguai, com a utilização da clavina, um tipo de rifle próprio para a cavalaria, por ser mais curto e de fácil manejo. Os lanceiros ainda eram peças importantes tanto na cavalaria quanto na infantaria. Porém, nos combates de entrincheiramento, nas disputas de habilidade da fuzilaria com canhões onde o inimigo permanecia distante, as armas de acutilamento perdiam quase que completamente a sua serventia defensiva primordial, passando a figurar como instrumentos complementares.

---

[3] REIS, J. C. dos. *Noções da arte da armaria*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1962.

A dificuldade na compra e utilização de armas de fogo, às vezes por mínimas questões técnicas, está expressa num dos Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra, que diz:

> *A promiscuidade das armas de fogo dos dous modelos, o nosso e o inglez, no armamento do nosso exercito, motivada na occasião em que teve lugar a admissão do segundo modelo, pela difficuldade de obter-se de prompto por encommenda todo o armamento preciso para as forças com que contávamos, não deixou de produzir, apezar da insignificante differença entre os dous calibres, o inconveniente que logo notou-se e tratou-se de obviar. Foi que, tendo preparado munição expressa para umas e outras, aconteceu algumas vezes confundir-se o cartuxame, empregar-se nas armas inglezas de 14,66 o que se destinava ás nossas de 14,8, e, em consequencia de ser a bala das segundas um pouco mais reforçada do que a das primeiras, difficultar-se por tal fórma a introducção do cartuxo nestas que, depois de muito poucos tiros, tornava-se o seu carregamento impraticável*[4].

Nesse mesmo relatório de 1868, o Exército oficializa dispor dos seguintes tipos de canhões[5]:

- Antigas peças de alma lisa, de bronze e de ferro, dos calibres 1, 3, 6, 9, 12, 18. 24, 30, 32 e 36;
- Caronadas dos calibres 3, 6, 9,12, 18, 24 e 36;
- Canhões lisos, de bronze, de 9, alargados em 12 e raiados;
- Canhões Parrot, de 100;
- Canhões Whitworth de 32, 70 e 120;
- Canhões-obuses ou Paixhans de 68 e 80;
- Obuses de 5½, 6 e 10 polegadas;

Na classe artilharia de sítio:

- Canhões Whitworth de 32;
- Canhões raiados de 12;
- Obuses de 4½ e 5½ polegadas;
- Morteiros de 15, 22, 27 e 32 centímetros;

Na classe artilharia de campanha:

- Canhões raiados de 4, 6 e 12;
- Obuses de 4½ e 5½ polegadas;
- Canhões-obuses de 4 polegadas (conhecidos entre os militares como general João Paulo, seu idealizador).

---

[4] Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, Arquivo Histórico do Exército, 1868, pág. 16.

[5] É necessário lembrar que naquele período, não havia uma padronização confiável no que diz respeito aos calibres das armas e munições, havendo, portanto, muitas variações de país para país.

A maioria desses canhões ainda utilizava os projetis esféricos, diversificados conforme seu emprego, tais como balas rasas, balas ocas, granadas e bombas. Alguns já utilizavam munição cilíndrica, servindo para o tiro de metralha, como por exemplo, a lanterneta e a pirâmide. Os canhões raiados utilizavam somente a munição cilíndrico-ogival, entretanto, a utilização dessa munição cilíndrico-ogival, por ter sua fabricação feita por particulares, dificultava ao Exército o controle de sua qualidade, apresentando defeitos de fabricação no início de seu processo de aquisição.

O armamento precário inviabilizava uma maior rapidez no desenvolvimento de uma batalha. A geografia contribuía para agravar a situação. Combater em terreno pantanoso ou com tempo chuvoso restringia muito a utilização e a eficiência das armas de pederneira. Todo armamento leve, como rifles e fuzis de carregar pela boca, demandava um tempo de recarregamento por demais longo, sendo substituído aos poucos, pelo armamento de percussão de carregar pela culatra.

Em relação à engenharia e à artilharia, algumas pequenas modificações estruturais seriam responsáveis por um considerável avanço em termos de manobrabilidade e eficiência técnica dos quadros do Exército, dinamizando o aparato logístico do mesmo.

A criação, em 1858, da *Comissão para o melhoramento dos materiais do Exército* foi o primeiro passo na tentativa de modernizar e reequipar materialmente o Exército. Entretanto, como ocorria em boa parte da burocracia imperial, o funcionamento da máquina estatal era extremamente lento, sem contar o tempo realmente necessário para a Comissão analisar, por exemplo, a compra de um novo tipo de armamento. Era um processo extremamente demorado, que começava pelo contato com os fabricantes, a aquisição de armamentos para testes, os testes propriamente ditos e o pedido de compra, por parte do Exército, quando o armamento era aprovado pelo Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra.

Esta comissão, portanto, ficou encarregada de analisar tudo que dizia respeito ao suporte material do Exército, como reformas em quartéis, construção de fortalezas, manutenção dos arsenais e teste de armamentos e munições a serem adquiridos ou reformados. Eram atribuições extremamente amplas e que, na maioria dos casos, demandava um longo período de exames e considerações.

Em função da guerra, os investimentos em artilharia aumentaram consideravelmente. Canhões franceses e espanhóis foram adquiridos. A estrutura para a fabricação e consertos de armamentos atingiu todo seu potencial nos Laboratórios

Pirotécnicos, através do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. A fábrica de armas da Conceição recuperava armamentos; a fábrica de Estrela cuidava da produção de pólvora.

Para a Marinha foram comprados monitores, barcos de pouco calado e alto poder de fogo. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro reparou cascos e máquinas de vários navios, construiu três encouraçados, um dos quais em menos de cinco meses; construiu cinco monitores e duas bombardeiras. Mas, um dos principais entraves que Caxias tentou superar foi transformar o "capitão-estancieiro"[6] e sua tropa irregular de "soldados-peões"[7], tomando como exemplo os militares riograndenses, em tropas hierarquicamente ordenadas e disciplinadas.

A problemática da logística empregada na Guerra Grande é um dos elementos mais desafiadores para a jovem e a antiga oficialidade brasileira, boa parte da qual se punha em armas pela primeira vez. Em primeiro lugar, advertimos que não é possível considerar o termo "logística" naquele contexto da mesma forma como se entende hoje. A técnica militar em meados do século XIX nas plagas sul-americanas ainda caminhava lentamente rumo a um ponto de eficiência máxima, que era tornar os exércitos sul-americanos tão eficientes quanto os europeus. Isso, entretanto, despendia tempo e investimentos em larga escala nas forças militares, investimentos que começariam pela educação, passariam pela equipagem material para terminar com a sua profissionalização.

A grande exceção ao quadro de estagnação que enfrentava o Exército era a Marinha. Sólida instituição, de ampla tradição aristocrática, sempre contava com efetivos bem treinados, com soldados oriundos também da base da pirâmide social e de oficiais da elite imperial. Sua disciplina e hierarquia eram mantidas à base de violentos castigos corporais, práticas não muito diferentes de outras marinhas européias.

O primeiro grande problema em relação às forças militares de linha brasileiras estava na sua oficialidade, em sua maior parte mal formada e mantenedora de vários ranços coloniais, diga-se dignos representantes de um conservadorismo militar brasileiro colonial. Militares que viam a condução de uma guerra como uma realização estética, a "arte da guerra", por não crerem na total eficiência da racionalidade científica que começava a ser empregada às lides militares. Apenas uma parte dessa oficialidade estava em contato com os novos ânimos e idéias de como deveria atuar um corpo militar profissional. Esse núcleo

[6] Entende-se por capitão-estancieiro o caudilho que controlava a política e a economia locais e reunia em torno de si grupos milicianos que eram comandados pessoalmente.
[7] Soldados-peões eram, na maioria dos casos, trabalhadores das fazendas de grandes caudilhos.

profissional[8] do exército foi um dos responsáveis por algumas novas facetas da guerra, entre elas, principalmente, a superação do labor belicoso enquanto "arte da guerra" para aproximar-se de um enquadramento voltado para um certo rigor científico. Em função dessa nova perspectiva, tornar-se-ia cada vez mais necessário o aperfeiçoamento do homem de armas segundo rigores e métodos objetivos na consecução de um plano operacional. Tratou-se, portanto, de um momento de superação da teogonia militar brasileira, inepta para conflitos de grande escala, desnorteada no restrito cosmo político imperial e displicente no trato social com o que deveria ser a sua base de sustentação, a soldadesca.

O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação.

As melhorias quanto a estrutura logística e utilização de novos equipamentos só conheceram uma melhora substancial a partir de 1868. De 1868 a 1870 as forças brasileiras terrestres já haviam chegado a um nível razoável de experiência prática quanto ao emprego tático da estrutura que lhes era disponibilizada. Novos armamentos começaram a chegar somente no final do conflito e algumas novas armas adquiridas pelo Império, a exemplo de alguns modelos comprados dos Estados Unidos, sequer chegaram a ser utilizados na Guerra do Paraguai.

[8] Para uma discussão mais específica ver IZECKSON, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da reciprocidade entre os Estados: as convenções de paz e o término da guerra da *Cisplatina*

Aline Pinto Pereira*[1]

Resumo: Analisamos o processo que deu origem a Convenção de Paz, selando o término do conflito entre Brasil e Buenos Aires pela Província Cisplatina. O acordo tinha como base o princípio de reciprocidade entre os Estados, tendo como pano de fundo a consolidação da Soberania. Pretendemos demonstrar ainda como as pretensões hegemônicas no Prata relacionavam-se com a afirmação da causa nacional brasileira.
Palavras-chave: Primeiro Reinado – Guerra da Cisplatina – Soberania

Abstract: We analyze the Convention of Peace, by the ending of the conflict between Brazil and Buenos Aires for the Cisplatina. The peace had the principle of reciprocity between the States, having as deep cloth of the consolidation of the Sovereignty. We intend to demonstrate as the hegemonic pretensions in the Prata had expressed the capacity to mobilize and to direct Brazil for its consolidation as Imperial State.
Keywords: First Reign - War of the Cisplatina – Sovereignty

Após ratificar o Tratado de Paz e Amizade com Portugal, em 29 de agosto de 1825, e naquele mesmo ano, envolver o Brasil na Campanha da Cisplatina – considerada por muitos empreitada desastrosa, já que o Império não garantiu a manutenção da dita Província ao seu território, e ainda levou os cofres públicos ao declínio – D. Pedro I teve, dentre os anos de 1827 e 1828, que selar o fim da beligerância com Buenos Aires. Para isso, contou novamente com o auxílio inglês, que já mediara o reconhecimento da Independência do Brasil com Portugal, garantindo a perpetuação das relações comerciais na América, assim como fizeram os lusitanos. A Inglaterra ainda conseguiu que o Brasil formalizasse também a promessa de findar o tráfico escravo, por meio de Convenção assinada com os britânicos, em 1826.

O fato é que o envolvimento do Brasil no combate às margens do Prata aconteceu em um momento de instabilidade política, logo após a Guerra de Independência. A causa da Cisplatina era questão intrínseca à causa nacional, à necessidade de reafirmação do Brasil como Estado soberano, em sua ânsia de constituir-se como um grande Império na América e frente ao mundo.

[1]*Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

O governo brasileiro desejava, então, se manter firme naquele combate até ver que as finanças do Estado estavam cada vez mais comprometidas por um esforço de guerra que não trouxe os resultados esperados. Foi quando se abriu espaço para a intermediação britânica na condução do processo de paz entre Brasil e Buenos Aires, já que, para ambas as partes, o conflito se tornara desgastante.

As primeiras negociações foram difíceis. Os ingleses logo propuseram a cessão da Banda Oriental mediante pagamento de indenização, e a declaração de independência do território brasileiro – o que D. Pedro I refutou. O Monarca sequer compactuava com a possibilidade de que a Cisplatina deixasse de integrar o território do Brasil. A Inglaterra o pressionou, tendo Canning declarado que, se em seis meses o Imperador não cedesse em relação às negociações quanto à Banda Oriental, a Inglaterra declarar-se-ía a favor da causa de Buenos Aires (CALÓGERAS, 1998: 423).

As discussões seguiram novo curso, após a recusa de uma possível indenização pecuniária pela Cisplatina. Na Corte, o Marquês de Inhambupe e Robert Gordon tentavam um acordo que fosse bom para o Brasil, enquanto Lord Ponsonby e Manoel García discutiam, em Buenos Aires, as bases para uma convenção de paz satisfatória também para Buenos Aires.

Manoel Garcia chegou à Corte, recebido por Robert Gordon, Plenipotenciário britânico, que garantiria as condições necessárias para o desembarque do representante da República. Este fora escoltado pela frota britânica, e chegou à Corte em maio de 1827, autorizado a concluir a guerra em termos honrosos. Tinha como base, contudo, além da possibilidade de devolução da Província, a criação de um Estado autônomo, que seria regido de acordo com os interesses dos habitantes da própria Província.

A missão Garcia incluía também o reforço quanto à delimitação das fronteiras entre o Império e a República, devendo regular também as relações comerciais, a navegação, em respeito à prosperidade de ambos os países. Tais termos regularam o trabalho do Plenipotenciário Oriental, que tinha ordens expressas para regressar ao seu país "se desgraçadamente o governo do Brasil, sem dar lugar à razão, se negar absolutamente a uma transação honrosa e digna" (CALÓGERAS, 1998:447).

No Rio de Janeiro, foi elaborada uma Convenção Preliminar de Paz, que seria inspiração para futuro tratado definitivo. Segundo o primeiro artigo do documento, as Províncias Unidas reconheceriam a independência e integridade do Brasil, renunciando todos os direitos a Cisplatina. Dizia ainda que o Imperador reconheceria a independência e a integridade da República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Para Tau Golin, houve uma "trama psicológica" na qual o Plenipotenciário Manoel Garcia foi envolvido para concordar

com tal Tratado – ainda que preliminar –, pois o segundo artigo da Convenção de Paz trazia uma questão delicada para o representante do *Foreign Office* (GOLIN, 2002:138):

> *Art. 2° - Sua Majestade o Imperador do Brasil promete do modo o mais solene, que de acordo com a assembléia legislativa do Império,* ***tratará de organizar com sumo esmero a Província Cisplatina, do mesmo modo, ou melhor ainda que as outras províncias do Império****, atendendo a que seus* ***habitantes fizeram o sacrifício de sua independência pela incorporação ao mesmo Império****; dando-lhe um regime apropriado aos costumes e necessidades desses habitantes, que assegure a tranqüilidade do Império e a dos seus vizinhos.*[i]

O artigo segundo da Convenção Preliminar visava assegurar a honra do Brasil sugerindo que o governo ainda manteria a Cisplatina sob seus cuidados, quando afirma que os habitantes sacrificaram-se, lutando pela sua autonomia política e para manterem-se incorporados ao Império. Com este artigo, o Brasil reafirmava nas entrelinhas que não era o usurpador da Província, como há muito vinha publicizando. Garantia que tinha direito de *uso e posse* da Cisplatina e que a guerra era legítima e não apenas um ato desenfreado do Imperador, pois, visava manter a integridade de território frente às ameaças dos Orientais.

Curiosamente, o artigo segundo não causou tanto descontentamento em Buenos Aires, quando a Convenção chegou por lá. Talvez porque foi precedido por outro que afirmava que as Províncias Unidas e o Brasil retirariam suas tropas, pelo prazo de 24 horas, do território cisplatino, depois da ratificação da convenção, garantindo, de fato, que a Província Cisplatina não ficaria sob a responsabilidade de nenhum dos dois países.

Causaram descontentamento os artigos quarto e quinto. O quarto artigo dizia: "a ilha de Martim Garcia ficará no *status quo ante bellum*, retirando-se dela as baterias e petrechos sendo, portanto, desmilitarizada. Pelo quinto artigo, a República das Províncias Unidas comprometia-se em indenizar o Brasil por ter lançado mão de corsários na guerra, devendo pagar o "valor das presas que se provem terem feito os ditos corsários aos súditos brasileiros, cometendo ato de pirataria". Para tanto, seria criada uma Comissão Mista para a liquidação das reclamações, garantida pelo artigo sexto da Convenção.

Além disso, o tratado preliminar garantia ainda a liberdade para os prisioneiros, em mar e em terra, conforme o artigo sétimo. O oitavo dizia que os governos deveriam se comprometer a "solicitar, juntos ou separadamente, de seu grande e poderoso amigo, o rei da Grã-Bretanha (soberano mediador para o restabelecimento da paz) que se digne garantir por espaço de quinze anos a livre navegação do Rio da Prata".

O artigo nono restabelecia a comunicação e o comércio entre os súditos de ambos os Estados, indicando que as partes deveriam firmar um tratado de comércio e navegação. Já o

último artigo determinava que a convenção preliminar fosse retificada pelas partes, em até cinqüenta dias, em Montevidéu, devendo ser nomeados, imediatamente, seus respectivos Plenipotenciários para ajudar a concluir o tratado definitivo de paz.

A convenção preliminar foi o estopim para que, ao regressar para o seu país, Manoel Garcia fosse recebido como um traidor da causa republicana, por ter deixado que a Argentina assumisse um papel coadjuvante na negociação. Os orientais diziam que a supremacia das batalhas navais e a força dos corsários não foram levadas em consideração durante as negociações e Garcia foi acusado de incompetência.

Pressionado pelo Congresso e pela imprensa republicana, Bernardino Rivadavia disse não reconhecer aquela Convenção, que teria sido a responsável pela destruição da honra nacional. O presidente afirmou que Manoel José Garcia ultrapassou os limites indicados pela República para que negociasse a Convenção e que, por isso, não iria reconhecê-la, tendo, para tanto, o respaldo do Legislativo, em junho de 1827. As hostilidades contra Garcia cresceram a ponto da casa dele ser apedrejada pela população, tendo sido também acusado de suborno, sob a falsa suspeita de ter recebido ouro brasileiro para assinar uma Convenção que não era boa para a Republica, segundo Tau Golin (GOLIN: 1998,139).

O texto desta Convenção foi construído a partir da habilidade dos plenipotenciários do Brasil, em vantagem por serem três e por estarem em seu próprio território, contando com o respaldo inglês. O documento causava a impressão de que a Cisplatina seria devolvida por uma concessão do governo brasileiro, e que a evacuação das tropas imperiais seria uma liberalidade de D. Pedro I. Compreendemos que o Imperador, tendo perdido a Cisplatina, não queria findar o processo de paz completamente enfraquecido. (PEREIRA, 2007:223)

Por outro lado, a questão da guerra perpassava pela reafirmação da sua legitimidade como monarca, reforçando a idéia de que a soberania emanava dele, investido de poder real, dinástico, representante do Executivo. Talvez por isso, a Convenção Preliminar de Paz não tenha causado tanta polêmica no Império, ao contrário do que aconteceu na Argentina.

Todavia, relatos de época como o de Carl von Leenhof informam que, na Corte, a notícia de que a potência mediadora garantiu a livre navegação no Prata não foi bem recebida. Parte da sociedade tinha o entendimento de que a Inglaterra era um leão sedento, que nutria-se da energia da América do Sul, consolidando seu poderio na região, cada vez mais atrelada aos meandros da política britânica, que há muito vinha voltando suas atenções para o Sul.

Pelo tratado provisório de paz, vemos que essa guerra não correspondeu totalmente às expectativas do Brasil e da Argentina. Bernardino Rivadavia, que desde o início da Guerra da Cisplatina encontrava problemas políticos e tentava resistir à oposição ferrenha dos federalistas, não resistiu à pressão e logo renunciou a presidência, em 28 de junho de 1827. Foi quando Manoel Dorrego assumiu o comando, tendo como aliado ainda o governador da Cisplatina, Lavalleja.

Pela reciprocidade dos Estados no processo de paz

Para prosseguir com as negociações, desta vez, pela República, responderam os plenipotenciários Juan Ramón Balcarce e Tomás Guido. Pelo Brasil, como Ministros e Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros, estiveram o Marquês da Aracati, Senador do Império e José Clemente Pereira, Encarregado dos Negócios da Justiça. O Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra, Joaquim Álvares também participou pelo Brasil.

As bases do tratado, já lançadas pela convenção provisória, indicavam que as negociações desta segunda fase seriam mais tranqüilas, seguindo algumas normas protocolares apenas. Porém, a legação de Buenos Aires não havia se conformado com o fracasso de Manoel Garcia e decidiu que, desta vez, não acataria o artigo que previa a independência da Cisplatina, reiterando o desejo de brigar pela incorporação da Província.

Em relação ao processo de negociação da paz, pode-se afirmar que as intervenções argentinas junto à Inglaterra surtiram efeito, pois, na Convenção assinada em 27 de agosto de 1828, e ratificada na Corte em 30 do mesmo mês e ano, os dois primeiros artigos demonstravam que o Brasil havia recuado.

> *Art. 1º - Sua Majestade o Imperador do Brasil declara a Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina, separada hoje do território do Império do Brasil, para que possa constituir-se em estado livre e independente de toda e qualquer Nação debaixo da forma de governo que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades e recursos.*
> *Art. 2º - O governo da República das Províncias Unidas do Rio da Prata concorda em declarar pela sua parte a independência da Província de Montevidéu chamada hoje Cisplatina e em que se constitua um Estado livre e independente na forma declarada no artigo antecedente*[ii].

De acordo com o artigo primeiro, vemos que a Província foi separada do território brasileiro e não mais se manteve a proposta de que a independência da Cisplatina seria cedida pelo Imperador do Brasil. O artigo segundo garante que a Argentina não vai interferir na política do dito local, sacramentando a Independência da Cisplatina e da República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Porém, percebe-se nas entrelinhas uma brecha que nos permite afirmar que o Brasil procurou sair-se bem a respeito destas negociações pela paz. Observamos que o artigo primeiro afirma que o Brasil declara a Província separada do seu território para depois reconhecer a sua autonomia, e não o contrário. Tal sutileza, imaginamos, sugere que o Estado brasileiro decidiu abrir mão da Cisplatina, não tendo sido coagido a fazê-lo.

Os dois primeiros artigos, assim como os demais desta Convenção de paz, sacramentaram que nem o Brasil ou a Argentina poderiam intervir na gestão, na propriedade, no território, na soberania da Cisplatina. Pelo diploma legal, a região passava outrora denominada Uruguai, garantia sua autonomia como novo Estado.

Pelo artigo terceiro, as partes contratantes defenderiam a independência e integridade do novo Estado, conforme previsto pelos artigos quarto e quinto. Enquanto o aparato governamental uruguaio se constituísse, o artigo sexto previa o estabelecimento de um governo provisório, que conduziria as eleições para o Legislativo, "até instalar o governo permanente que houver de ser criado pela Constituição. Os governos de Montevidéu e da Banda Oriental cessarão imediatamente que ele se instalar[iii]".

Pelo artigo sétimo, a Constituição política do novo país seria examinada por comissários do Brasil e da Argentina. Ambos avaliariam se algum artigo poderia ameaçar a segurança dos seus Estados. "Se acontecer este caso, será examinado pública e categoricamente pelos mesmos comissários e, na falta de comum acordo destes, será decidida pelos dois governos contratantes[iv]".

O artigo oitavo garantia aos habitantes da Província de Montevidéu o direito à propriedade e à autonomia. Enquanto isso, o artigo nono absolvia os habitantes da dita Província de quaisquer opiniões ou manifestações políticas contra o Império do Brasil ou a República das Províncias Unidas, até a ratificação do documento, que foram aviltadas por ocasião da Guerra da Cisplatina.

Ainda que neste ínterim houvesse divergências, os artigos décimo e décimo primeiro garantiam o interstício de cinco anos até que nova guerra pudesse começar. Imaginamos que estes artigos dão conta de como o processo de paz foi construído a partir de concessões de ambas as partes, revelando que o cenário político da época era demasiadamente instável.

A iminência de nova guerra poderia existir principalmente porque o Uruguai precisaria se erigir enquanto Estado, e com certeza enfrentaria dificuldades semelhantes às vivenciadas pelo Brasil e pela Argentina, já que nenhuma sociedade é homogênea. Entendemos que o Uruguai surgiu como um Estado tampão, em uma região de fronteira,

sendo prematuro falar em nacionalidade naquele período. Além disso, o local era cobiçado como entreposto comercial, e a própria história revela, por meio inúmeros tratados de limites criados naquela região, o quanto foi difícil se respeitar os limites do Brasil meridional. Ironicamente, se a tranqüilidade ou a segurança pública do Uruguai fossem perturbadas por outros países ou ainda pelos habitantes da ex-Província, Brasil e Argentina deveriam auxiliá-la a recobrar a ordem, conforme acordado.

Passados os cinco anos previstos pelo artigo décimo da convenção, toda a proteção dispensada ao novo Estado não mais teria valor. O décimo primeiro artigo garantia que a proteção (leia-se também intervenção) seria um recurso conjunto de Brasil e Argentina, em um esforço coletivo para garantir *somente* o restabelecimento da ordem. Uma vez restabelecida, a proteção deveria cessar e esta não poderia ser interpretada como uma "brecha" para, futuramente, Brasil ou Argentina tentarem novamente reaver a posse da dita Província.

Para que não houvesse nova guerra, o artigo anterior garantia que qualquer conflito armado só poderia acontecer após esses cinco anos, quando se acreditava que o Estado do Uruguai teria todas as condições de colocar-se efetivamente com um país soberano frente aos demais, tendo adquirido "experiência" necessária para defender-se sozinho. As tropas beligerantes deveriam desocupar o território brasileiro no prazo de dois meses, contados do dia da ratificação do tratado celebrado entre Brasil e Argentina e garantida pelos artigos décimo segundo, décimo terceiro e décimo quarto.

Assim, a paz consolidava-se na região pelo artigo posterior, garantindo o fim das hostilidades e do bloqueio naval promovido pelo Brasil. O décimo sexto artigo previa que todos os prisioneiros de Brasil e Argentina seriam libertados, "com a única condição que não poderão sair sem que tenham segurado o pagamento das dívidas que tiverem contraído no país onde se achavam[v]".

O décimo sétimo artigo garantia a nomeação dos plenipotenciários para se ajustar e se concluir o tratado celebrado entre o Brasil e a República, havendo, no artigo seguinte, um lembrete: ainda que transcorridos os cinco anos necessários para as novas hostilidades entre as partes, somente poderia haver nova guerra se houvesse notificação prévia e recíproca, com a antecedência de seis meses, e com o consentimento da potência mediadora. Qualquer beligerância na região teria que ser aprovada pela Inglaterra, que se consagrava como a grande articuladora política, logrando vantagens com a criação do Uruguai e garantindo a perpetuação do seu comércio às margens do Prata.

Sobre esses artigos, é preciso observar especialmente a cláusula que regulava o direito à guerra, remetendo-nos à idéia de que se há o conflito entre os Estados, há também a compreensão de que é preciso cooperar para manter o mínimo de ordem na relação que eles estabelecem entre si. Notamos ainda que não há distribuição de forças equânimes, tendo em vista que a Inglaterra possuía um papel preponderante em relação aos demais Estados, a ponto de poder ou não consentir uma futura guerra entre as partes contratantes.

Podemos concluir que empreender uma guerra, portanto, deveria considerar a legitimidade da causa, porque por mais soberanos que os Estados fossem, estariam sob o impacto das normas morais e jurídicas, que regulavam suas ações e garantiam a estabilidade internacional. Havia, portanto, a base para a existência de regras comuns, que ligavam os Estados a uma compreensão de moralidade, tendo em vista que era preciso respeitar os tratados, acordos e alianças.

Talvez por isso, em respeito à Convenção de 1828, houve uma trégua entre as partes. Enquanto o Uruguai não se consolidava como Estado, e a tensão política dava a tônica da conjuntura platina, não houve uma discussão que apontasse para as reais fronteiras entre o Império, o Uruguai e a Argentina – o que seria tema de litígio entre Brasil, Argentina e o novo Estado, novamente, na Regência e no Segundo Reinado (MAGNOLI, 1997:47).

A questão da Cisplatina relaciona-se, assim, com um projeto de Império, onde o Brasil procurava dar conta de seu fortalecimento, já que a defesa da região era por extensão a defesa da honra imperial e da autoridade monárquica que desejavam legitimar-se frente o conjunto das Províncias. A Guerra da Cisplatina foi a efetivação de uma política centralizadora, que se distinguiu no contexto em que outros Estados nacionais emergiram, revelando toda a peculiaridade do Brasil que desejava se consolidar imperial. Mais uma vez reiteramos que tal conflito não foi apenas uma disputa territorial, embasada apenas por sentimentos geopolíticos, sem se considerar toda a construção política da época acerca da necessidade da importância do território e da sua relação com a Soberania do Estado que se constituía.

Referências bibliográficas

CALÓGERAS, Pandiá. A política exterior do Império. Volume II: O Primeiro Reinado. Brasília: Senado Federal, 1988.

GOULIN, Tau. A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 16ª edição, p. 159.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Impérios: 1875-1914. RJ: Editora Paz e Terra, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). SP: Unesp/ Moderna, 1997.

PEREIRA, Aline Pinto. Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

PIMENTA, João P.. Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828). SP: Hucitec, 2002.

RIBEIRO, Gladys S. Legalidade. Legitimidade e Soberania: o reconhecimento da Independência através do Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal *(29 de agosto de 1825).* Capítulo apresentado no 2º Seminário Regional do CEO, São João Del Rey (7 a 9 de maio de 2004).

[i] Arquivo Histórico do Itamaraty. Convenção Preliminar de Paz, celebrada entre Sua Majestade, o Imperador do Brasil e o governo o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, firmada no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1828, e ratificada na dita corte no dia 30 do mesmo mês e ano.
[ii] Idem.
[iii] Ibidem.
[iv] Ibidem.
[v] Ibidem.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Território Nipo-brasileiro: a constituição da Colônia Japonesa no Brasil

Sidinalva Maria Wawzyniak*

Resumo: Este estudo tem como objetivo a análise da imigração japonesa, para o Brasil, no período de 1908 a 1970. Para tanto, procedeu-se a uma abordagem da estratégia da reativação de valores que permeavam a sociedade de origem e que ficaram latentes, por longo período, criando elos que permitiriam o estabelecimento de uma rede de relacionamentos que configuraram opções coletivas de "ser japonês", na sociedade brasileira. Essa análise das estratégias, postas em prática pelos imigrantes japoneses para recriar seu universo cultural na terra de adoção, trouxe à tona os valores família, trabalho, educação e religião, tomados como os mais representativos dessa construção. A partir desses valores, foi possível perceber as articulações realizadas por esses imigrantes na constituição da identidade nipônica e do grupo étnico, assim como as estratégias de inserção à sociedade local, e a criação de espaço singular, denominado "Colônia".
Palavra Chave: colônia, grupo étnico, valores, estratégias

Abstract: This study has as its objective the analysis of the Japanese immigration to Brazil, in the period between 1908 and 1970. In order to do that, the approach was to focus on the strategy to reactivate the values that permeated the society of origin, that remained latent for a long period of time, creating bonds that allowed the establishment of a network of relationships that determined collective options to "be Japanese", in the Brazilian society. This analysis of the strategies put to work by the Japanese immigrants to recreate their cultural universe in their new adopted home, brought up family values, work, education and religion, considered the most representative in this construction. From these values, it was possible to perceive the articulation performed by these immigrants in the construction of the niponic identity and the ethnical group, as well as the insertion strategies into the local society and the creation of a singular space called, "Colony".
Keywords: colony, ethnical group, values, strategies

Em sessenta anos de permanência no Brasil, considerando-se o período deste estudo (1908-1970), os japoneses concretizaram um percurso que gradativamente demarcou fronteiras simbólicas e imprimiu à sua presença uma singularidade advinda das escolhas e das estratégias utilizadas desde seus primeiros momentos no Brasil.

Para manter o elo de pertencimento à sociedade de origem e, ao mesmo tempo, negociar os termos de sua inserção em uma outra sociedade, eles estabeleceram relações que

* Universidade Tuiuti do Paraná, Doutora em História UFPr

incluíam valores culturais como família, trabalho, educação e religião. Portanto, buscaram em sua tradição os fatores que lhes possibilitaram a construção de uma representação simbólica em terras estrangeiras.

Se para emigrar os nipônicos tiveram de providenciar um novo arranjo familiar, chegando a compor o que foi denominada "família confusa", aos poucos foram recompondo a experiência de família patriarcal da qual seus ancestrais e eles provinham. Assim, fundamentada na hierarquia – encabeçada pelo pai ou o primogênito –, na tradição e herança cultural – que significa assumir a responsabilidade pela reprodução e manutenção do grupo doméstico, a família que se reproduz no Brasil também se organiza como uma unidade de produção, aproximando-se cada vez mais do conceito de *ie*.

Aos japoneses, esse fortalecimento compartilhado possibilitou-lhes a preservações de padrões específicos da sua cultura e ao mesmo tempo deu elementos para a construção de sua identidade cultural no Brasil.

Os imigrantes das primeiras levas manifestavam certa preferência em casar seus filhos com japoneses oriundos da mesma região ou província. No Japão, para proporcionar um sentimento de segurança, os arranjos, nesse período, eram realizados na própria aldeia, ou em aldeias vizinhas, espaço do qual o indivíduo tinha o controle, ou seja, podia ter as informações a respeito do noivo ou da noiva, sobre a vida da família e dos antepassados, se havia registro de doenças hereditárias, além de outras informações capazes de manter a unidade e a atividade econômica do grupo doméstico.

Entretanto, ainda que a preferência absoluta fosse pelo casamento endogâmico, desde as primeiras décadas há registros de casamentos interéticos. Portanto, tem-se uma demonstração de que alguns dos imigrantes buscaram ampliar a sua rede de relações e estabelecer alianças fora de seu grupo de referência.

Apesar dessa constatação, ainda nas décadas de 1960 e 1970 essa modalidade de casamento não foi muito freqüente, pois a continuidade na constituição da família a partir da própria rede de relação étnica, visava "a continuidade da família patrilineal, virilocal, com inibição dos individuais e com nítida acentuação dos valores hierárquicos" (VIEIRA, 1973:303).

Na esteira da reflexão de Vieira, o casamento interétnico poderia representar a quebra na organização de um modelo familial cujos alicerces estavam plantados em padrões tradicionais de ordem, dever e interesses compartilhados pelo grupo étnico. Assim, ao optar por esse tipo de união conjugal, o moço ou a moça "deixou de ser um membro do grupo, negou a

solidariedade grupal mantida por oposição, renunciando assim aos valores essenciais e à orientação tradicional" (VIEIRA, 1973:316).

Pode-se afirmar, em síntese, que o modelo de estrutura e organização da família no Japão trazido para o Brasil, desde 1908, acompanhou os indivíduos que passaram a fazer parte da sociedade nacional e permaneceu após a década de 1940. Porém, a ele foram acrescidos outros valores culturais, uma vez que a cultura é dinâmica e vai se atualizando no tempo e no espaço, pois a representação requer a inserção de novos elementos que a atualizem.

Assim, o segundo valor agregado à vivência japonesa em um novo território foi o relativo à educação e à escolaridade.

Nos primeiros anos de permanência no Brasil, a escola seria, para os japoneses, a instância em que os traços culturais seriam difundidos e compartilhados. Esse espaço serviu para afirmar a representação do pertencimento à nação japonesa, pois era ali, por exemplo, que se celebrava o aniversário do imperador e, em especial, o filho do imigrante aprendia a falar e escrever em japonês. Posteriormente, a educação transforma-se em estratégia para facilitar a inserção na sociedade brasileira. Ao encaminhar seus filhos à universidade, os imigrantes estavam assegurando tanto a manutenção do grupo como sua ascensão social.

A preocupação dos nipônicos estava voltada para a formação dos seus filhos dentro de suas tradições, tendo como aspiração a prática educacional no Japão. Tentaram reproduzir na sociedade brasileira "as mesmas atitudes e comportamentos", pois a continuação de uma formação educacional, a partir de uma matriz japonesa que deu "prioridade à difusão da educação" como um dos pontos fundamentais de desenvolvimento social, tinha como objetivo preparar os filhos para o momento do retorno à terra natal.

Dessa forma, dadas as dificuldades para a educação de seus filhos por falta de estabelecimentos escolares e, isto quando havia, a distância entre elas e os locais de moradia, onde existia um número maior de imigrantes, logo era providenciada a criação de escolas. Nelas, privilegiava-se o ensino da língua japonesa, ao lado da "geografia e a história do país de origem, cultivando o amor a pátria dos ancestrais"(MIYANO, 1980:91).

Para o imigrante japonês, a escola era um dos espaços de excelência para a afirmação de seus valores culturais já que pela educação o grupo pôde produzir e reproduzir normas e códigos de comportamento da sociedade de origem, mesmo sofrendo as influências do contexto brasileiro. Assim, a escola tornou-se um elo que manteria as "marcas de origem" e as diferenças entre o grupo de imigrantes e a sociedade em geral. Isto, principalmente na perspectiva de uma permanência temporária, pois, "Se regressar ao Japão, levando estes filhos que não sabem ler nem falar japonês, teria que enfrentar o problema de comunicação entre

pais e filhos e destes com parentes e amigos. E acima de tudo, seria uma vergonha para um súdito nipônico" (MORI, 1992: 123).

A busca da preservação e manutenção da diferença mediante a educação, por parte dos imigrantes e das organizações por eles criadas, foi uma atitude de fechamento do grupo na perspectiva de reativar e atualizar continuamente a consciência de sua cultura de origem e do papel que os nipônicos deveriam desempenhar para não perder o vínculo com o seu país. Foi também uma forma de manter uma representação da sociedade japonesa em um território estrangeiro (CUCHE, 1999:225-227).

Tal posição está relacionada à cultura de origem dos imigrantes, de uma forma geral, na medida em que a ela condiciona o comportamento dos indivíduos, tornando-se necessário "o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar, sobreviver e produzir" (HALL, 1983:59). Daí porque a perspectiva da perda desse legado criava um dilema para o imigrante que pensava no Brasil como um local de passagem.

Em contrapartida, uma forte campanha de nacionalização pretendia que os descendentes de imigrantes, de qualquer origem, se abrasileirassem, "à força, se necessário" (SEYFERTH, 1996:57). No que tange aos imigrantes japoneses, as interdições afetariam principalmente a manutenção de suas organizações culturais, em especial aquelas que primavam pelo ensino da língua japonesa.

No transcorrer da Segunda Guerra Mundial, a formação escolar dos descendentes de japoneses, estreitamente vigiada pelas autoridades brasileiras, acabou por se transformar em ato de resistência: As escolas japonesas foram fechadas e, para as crianças que queriam estudar japonês à força, tinham que ir à noite escondidas (Diário da família Yoshii. Janeiro de 2001).

Observa-se, ainda, que, ao isolar os imigrantes japoneses proibindo qualquer forma de comunicação, o governo possibilitou a geração de informações confusas que acabaram por incentivar a criação de uma organização que refutava a derrota do Japão.

O investimento na educação de seus filhos tomaria, então, outros rumos, que considerariam agora a perspectiva de ascensão social. Para tanto, recorreram à remigração da família ou ao envio dos filhos para centros onde houvesse oportunidade de formação e profissionalização.

A partir da década de 1950, tendo aumentado o deslocamento dos descendentes para centros urbanos com a finalidade de dar continuidade aos seus estudos, foi-lhes possível galgar melhores oportunidades de trabalho e remuneração.

Sendo assim, é possível afirmar que nos primeiros anos de permanência no Brasil, a escola seria, para os japoneses, a instância em que os traços culturais seriam difundidos e compartilhados. Esse espaço serviu para afirmar a representação do pertencimento à nação japonesa, pois era ali, por exemplo, que se celebrava o aniversário do imperador e, em especial, o filho do imigrante aprendia a falar e escrever em japonês. Posteriormente, a educação transforma-se em estratégia para facilitar a inserção na sociedade brasileira. Ao encaminhar seus filhos à universidade, os imigrantes estavam assegurando tanto a manutenção do grupo como sua ascensão social. Em paralelo, trataram de criar clubes e centros para onde se transferiu a garantia da propagação dos significados culturais que reforçam a identificação japonesa. Além desses espaços, a religiosidade privada e os templos foram outro fator fundamental de agregação daqueles grupos em território brasileiro.

Da dimensão religiosa é que essa identificação receberia os contornos mais precisos, na medida em que por meio dela foram reiterados os códigos de atitudes e comportamentos, seja perante o grupo doméstico, com o culto dos antepassados, seja diante da comunidade, com o culto ao imperador. Assim, o aspecto religioso ordenou e controlou a vida social do imigrante, e isto mesmo que os rituais tivessem permanecido por um tempo no âmbito do privado. É nessa dimensão que se verifica o pensamento essencialmente japonês, que refuta a existência de um deus único para buscar a divindade em todas as coisas, pessoas e fatos.

Entre os imigrantes japoneses que desembarcaram entre 1908 e 1936, a maioria quase absoluta era "budista" e foi registrada como "acatólica", em oposição à religião católica professada no Brasil. Durante esse período, pode-se considerar que a manifestação da religiosidade desses japoneses ocorria no âmbito privado. Somente a partir da década de 1940, quando eles passaram a fundar igrejas ou templos, para além dos espaços domésticos e dos núcleos de colonização, é que essa manifestação assumiria a dimensão pública. Assim, a religiosidade dos imigrantes japoneses no Brasil pode ser pensada tendo por base a concepção de público e privado.

A diversidade de religiões trazidas do Japão (budismo, xintoísmo e religiões desdobradas do xintoísmo) pode ter contribuído também para a não organização imediata do universo religioso quando os imigrantes chegaram ao Brasil, pois vinham de diferentes regiões e possuíam diferentes seitas. Como bem aponta Handa, "o fato de ter sido impossível no Brasil a formação de agrupamentos de imigrantes de uma mesma seita religiosa pode ter sido outro motivo pelo qual a religião não se tornou uma força centralizadora dos imigrantes, do ponto de vista social" (HANDA, 1987:726).

Além disso, como explica Mori, tradicionalmente a vida religiosa japonesa tem "como uma das coordenadas de referência o "culto aos antepassados", que se alicerça na instituição familiar, e a outra, o "culto às deidades da comunidade". Na tradicional instituição da família, o culto aos antepassados era função atribuída ao sucessor, via de regra, o primogênito. A maioria dos imigrantes japoneses era, porém, constituída por segundos ou terceiros filhos, "não-sucessores", que saíam da sua família originária não possuindo antepassados para prestar culto. Portanto, não havia motivo para o culto no Brasil, já que os primogênitos estavam vivos no Japão e com a responsabilidade de realizar o culto aos antepassados. Era corrente os primeiros imigrantes pensarem sobre a religião:

> *"eu a deixei no Japão, o culto aos antepassados está a cargo do meu irmão mais velho, o primogênito da casa, não restando, portanto, para mim, nenhuma preocupação em termos religiosos. Não há problema nenhum, pois pedi que tomassem conta de tudo até que voltasse" (HANDA, 1987:729).*

Em síntese, a organização do universo religioso japonês no território brasileiro "foi de início um fenômeno surgido entre os japoneses e seus descendentes. Mas, no período compreendido entre as décadas de 1960-1970 elas ultrapassaram os limites étnicos, isto é, dos japoneses, e passaram a penetrar amplamente no meio brasileiro, de não descendentes de japoneses" (MORI, 1992:123), para se tornarem de domínio público. Assim, o aspecto religioso ordenou e controlou a vida social do imigrante, mesmo que os rituais tivessem permanecido por um tempo no âmbito do privado. É nessa dimensão que se verifica o pensamento essencialmente japonês, que refuta a existência de um deus único para buscar a divindade em todas as coisas, pessoas e fatos.

*****

Esses valores culturais entrelaçados permitiram a construção de uma etnicidade fundada no pertencimento e na reciprocidade, crescendo na função de aproximar os japoneses pela mentalidade. Dessa forma, os nipônicos já estavam “juntos” mesmo quando percorriam as fazendas paulistas e núcleos, ou se fixavam territorialmente no Brasil. Com isso, o campo simbólico foi sendo tecido estrategicamente por sinais e signos traduzindo uma particularidade cultural que criou “um sistema de relações apenas possível dentro dos limites da comunicação cultural” (CARDOSO, 1998:173). Então, tornou-se factível a criação de uma entidade simbólica, que pode ser denominada “Colônia”.

Esse conceito não diz respeito a uma concentração populacional de imigrantes japoneses nem a um espaço geográfico determinado, mas a uma representação simbólica, construída e mapeada pelo imaginário coletivo dos nipônicos na terra estrangeira.

Nessa perspectiva, a "Colônia" se expressa como uma representação da tradição japonesa de organização comunitária, que está sedimentada em_"um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritualística ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado" (HOBSBAWM, 1997:9).

A partir da década de 1930, a "Colônia" estabeleceu um elo que propiciou a constituição de uma rede de solidariedade entre os japoneses, permitindo a sobrevivência, nos núcleos, nas pequenas cidades e nos centros urbanos. Após a Segunda Guerra, passou a desempenhar um papel importante na organização da vida dos imigrantes e seus descendentes, uma vez que foi se tornando, para além de ponto de referência e aglutinadora das ações, uma possibilidade sempre aberta para o estreitamento de vínculos entre eles.

A "Colônia", no período compreendido pelo estudo, constituiu um campo de relações de comunicação e referência que orientava os imigrantes japoneses e seus descendentes; concomitantemente preservou uma identificação étnica valorizando e ressaltando traços culturais que refletiam na sua organização social. Nesse sentido, este "*ie* imaginário", a "Colônia", seria a mais evidente representação da nipocidade no Brasil.

REFERÊNCIA

CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 05 maio 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KUMASAKA. Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma delusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

MAEYAMA, Takasi. O antepassado, o Imperador e o imigrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil Rural (1908-1950). SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e Integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MIYANO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. USP, 1980.

MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MORI, Koichi et al. **Uma epopéia moderna**: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

SAKAI, Massahiro. O ensino da língua portuguesa no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 out. 1979.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, **Uma epopéia moderna**: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Araguaya: a conspiração do silêncio e o uso de imagens na pesquisa histórica

Fabiana de Paula Guerra*

Resumo: O presente artigo visa discutir sobre o modo como as imagens foram incorporadas à pesquisa histórica, constituindo-se como fonte para os historiadores. Sendo assim, o diálogo estabelecido se volta de forma mais específica para relação História/Cinema, na busca por compreender a condição de representação da imagem fílmica, assim como o modo pelo qual o passado é retomado (com o olhar do presente) com o intuito de estabelecer um diálogo com outro período histórico. Para tanto será analisado o filme recentemente lançado **Araguaya: a conspiração do silêncio**, de Ronaldo Duque e a forma como a guerrilha do Araguaia é representada por meio de imagens que trazem à luz esse episódio de luta contra o regime militar, implantado no Brasil em 1964.
Palavras-chave: Imagens em movimento, representação, guerrilha do Araguaia.

Abstract: The present article aims at to discuss the way as the images had been incorporated the historical research, consisting as source for the historians. Being thus, the established dialogue if return of more specific form for relation History/Cinema, in the search for understanding the condition of representation of the fílmica image, as well as the way for which the past is retaken (with the look of the gift) with intention to establish a dialogue with another historical period. For in such a way the film recently launched *Araguaya will be analyzed: the conspiracy of silence*, Ronaldo Duque and the form as the guerrilla of the Araguaia is represented by means of images that bring to light this episode of fight against the military regimen, implanted in Brazil in 1964.
Keywords: Images in movement, representation, guerrilla of the Araguaia.

O interesse dos historiadores pelo uso da imagem como fonte para o conhecimento histórico tem se intensificado nas últimas décadas, sendo que um dos motivos para esse fato é a percepção de que as imagens – em suas várias categorias – podem expressar formas de representação e compreensão da realidade. Em virtude disso, podemos observar o aumento da quantidade de trabalhos acadêmicos que tem tratado do assunto nas suas mais diversas nuances e abordagens.

Para que fosse possível perceber que a história também é feita com (e por) imagens, a noção do que vem a ser fonte ou documento histórico teve que ser questionada e ampliada. Por volta do século XIX, quando o positivismo ainda vigorava e pretendia-se absoluto, não havia espaço entre os pares dessa área para aceitação de que as imagens

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

pudessem ser válidas como forma de conhecimento, dizendo algo a respeito da realidade e do contexto em que haviam sido concebidas. Contudo, nesse mesmo período já existiam alguns pesquisadores que apontavam para o trabalho com essa categoria de fonte, por considerar seu uso tão viável (e necessário!) como o de qualquer outro tipo de documentação. Jacob Burckhardt é um deles, que no momento referido acima já utilizava a pintura como fonte para suas pesquisas sobre a cultura do Renascimento na Itália (BURCKHARDT, 1991).

Dessa forma, percebemos que o trabalho com imagens não é posterior à entrada numa cultura voltada para o audiovisual, como muitas vezes acreditamos, pois mesmo quando as concepções positivistas imperavam (considerando que a história era uma ciência objetiva e que os documentos escritos e oficiais eram a única categoria válida para os historiadores), havia aqueles que apontavam para outras direções. Para dar um outro exemplo, podemos lembrar de Aby Warburg, pesquisador que rompeu com uma visão limitada de documentos, afirmando que eles não se restringiam apenas à categoria citada. Preocupando-se com a cultura no campo da arte, ele fundou uma biblioteca (1909) que posteriormente se transformou em um instituto (1933) no qual compilou, organizou e catalogou uma série de documentos visuais. Sendo assim, a lição que ele nos deixou é a de que com as imagens também é possível se fazer história (BURUCÚA, 2003).

Com os Annales essa discussão ganhou maior ressonância, principalmente quando os estudos voltados para o campo cultural começaram a florescer, dando bases para a estruturação da Nova História Cultural[1] que como um caleidoscópio, apontou para as inúmeras possibilidades do fazer histórico. É nesse contexto que as imagens em movimento começaram a ganhar destaque, despertando o interesse de pesquisadores que passaram a atentar para a relação História/Cinema.

O cinema é um meio muito válido para visualizarmos como representações de determinados episódios ou contextos históricos são produzidas. Mas precisamos considerar que ainda que se volte para representação de um fato passado, o referencial ou o ponto de partida é o momento presente, ou seja, remete a questões relacionadas ao período de elaboração das imagens. Isso implica em dizer que mesmo fazendo referência à outra temporalidade, um filme pode nos dizer muito sobre a sociedade na qual foi produzido. Por isso, Ferro nos diz que ele pode apresentar uma contra-análise da sociedade, considerando que as imagens conseguem captar muito mais do que seus produtores tinham a intenção inicial de mostrar ou dar a ver.

[1] Expressão cunhada por Lynn Hunt, em fins da década de 1980. Consultar: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Importa salientar que o estudo do cinema no campo histórico só foi possível devido à flexibilidade de métodos, análises e objetos que a história veio adquirindo nas últimas décadas. De certa forma, podemos dizer que a história foi se desligando do rigor científico e positivista que possuía e assumindo seu conteúdo artístico e estético[2]. A partir de então, o cinema passou a ser compreendido não mais como uma "atração de feira" (FERRO, 1992) ou um simples momento de lazer/distração, mas também como um meio através do qual é possível representar uma dada realidade. Nesse sentido, as contribuições do historiador francês Marc Ferro devem ser ressaltadas, haja vista que ele foi um dos primeiros historiadores a se debruçar sobre os possíveis diálogos entre campos aparentemente divergentes.

A incorporação das imagens à pesquisa histórica já é um fato confirmado e aceito atualmente. Não obstante, a maneira de lidar com elas ainda gera muitas discussões. Alguns pesquisadores como Ulpiano Meneses nos dizem que não devemos considerá-las como meros elementos ilustrativos que servem apenas para confirmar outros tipos de documentações. Ao contrário, esse autor afirma a necessidade do uso das imagens como geradoras de conhecimentos sobre os quais possamos nos debruçar em nossas pesquisas, e não como pano de fundo na produção historiográfica. Daí parte a sua proposta de uma história visualmente orientada, o que para ele ainda não é uma realidade. Vale dizer que sua crítica se volta para questão desses pesquisadores não buscarem soluções eficazes para os problemas visuais. Assim adverte: "No entanto, vale notar que é preciso evitar ilusões: a História como disciplina, continua à margem dos esforços realizados no campo das demais ciências humanas e sociais, no que se refere não só a fontes visuais, como à problemática básica da visualidade" (MENESES, 2003: p. 20).

Sendo assim, faz-se necessário (e urgente!) que mudemos o olhar que ainda vigora acerca de seus usos, desenvolvendo novas metodologias e formas de análise que consigam produzir um conhecimento com as imagens, a partir de seus próprios atributos, ou seja, de seu conteúdo e forma. Nessa perspectiva, Ulpiano propõe que se realize um movimento que vá da história *das* imagens para uma história *com* imagens, o que nos permitiria desenvolver análises mais aprofundadas a seu respeito.

Entretanto, é preciso esclarecer que essa maneira de trabalhar com as imagens não implica em analisá-las isoladamente, visto que nenhuma fonte por si só consegue dar conta de uma problemática mais ampla. Por isso, para ter condições de produzir um conhecimento

[2] Isso não significa afirmar que a história deixou de possuir regras e métodos que norteiam a produção historiográfica. O que aconteceu é que algumas noções foram alteradas, considerando-se que para ser uma disciplina científica, a história não precisaria negar a subjetividade nem o lado estético que comporta.

satisfatório a seu respeito precisamos cruzá-las com outras referências, como nos aponta Ferro, na tentativa de desenvolver metodologias para análise fílmica. Assim nos sugere "Partir da imagem, das imagens. Não procurar nelas exemplificação, confirmação ou desmentido de um outro saber, aquele da tradição escrita. Considerar as imagens tais como são, com a possibilidade de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las." (FERRO, 1979: p. 203)

Vale ressaltar que apelar para outros saberes não corresponde a confrontar fontes distintas, hierarquizando-as; mas sim, a admitir que podemos buscar outros meios que nos auxiliem na percepção dos múltiplos significados que as imagens comportam. Com base nesses apontamentos nos voltamos para análise do filme **Araguaya: a conspiração do silêncio**[3], compreendendo-o como um documento que traz à tona uma representação do contexto da ditadura militar no Brasil, assim como da luta armada organizada na forma de guerrilha rural na região sul do Pará, entre os anos de 1972 a 1974.

Considerando-se que a própria recuperação (e encenação) da violência característica dos anos de chumbo já é em si um ato político, podemos dizer que **Araguaya** é um filme político e histórico que possui um forte caráter de denúncia social – não só da falta de condições adequadas de vida da população do local em que ocorreu a guerrilha e da ausência de assistência pública, como também do imenso desrespeito e violência com que as forças armadas ocuparam a região, dando início ao conflito. Sendo assim, ainda que seja ficcional essa produção visa estabelecer um diálogo crítico com a realidade que busca representar, lançando mão de alguns elementos que lhe permite suscitar questões acerca do momento presente[4].

A produção cinematográfica abordada mescla elementos ficcionais e reais com o propósito de narrar o modo como foi estruturada a guerrilha do Araguaia, movimento de

[3] FICHA TÉCNICA: **Araguaya: a conspiração do silêncio.** Brasília, 105 min. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Ronaldo Duque e Marcio Curi. Produtores associados: Sâmia Gabriel, Daniel Gomez e Patrick Siaretta. Argumento e roteiro: Ronaldo Duque, Guilherme Reis e Paula Simas. Figurino: Maria Carmem Souza. Música original: Rênio Quintas. Som: Chico Bororo. Fotografia: Luís Abramo e Jacques Cheuiche. Direção de produção: Luiz Antônio Gerace (Chacra). Direção de arte: Pedro Daldegan e Eurico Rocha. Direção executiva: Marcio Curi. Montagem: André Cardoso. Elenco: Guilherme Reis. Intérpretes: Stephane Brodt (Padre Chico), Fernanda Maiorano (Tininha), Northon Nascimento (Osvaldão), Françoise Forton (Dora), Danton Mello (Carlos), Narcisa Leão (Lúcia), Rosanne Holland (Alice), Rômulo Augusto (Flávio), William Ferreira (Juca), Cacá Amaral (Mário), Pablo Peixoto (Geraldo), Cláudio Jaborandi (Cabo Abdon), Humberto Pedrancini (General Mamede), Fernando Alves Pinto (Tenente Álvaro), Adriano Barroso (Anselmo). Produtora: Fábrica de Fantasias Luminosas, 2004.

[4] O filme teve uma pré-estréia na forma de caravanas que percorreram várias cidades em 2004, sendo lançado em circuito comercial apenas em 2006. Por uma série de fatores que não serão discutidos nesse texto, **Araguaya** teve uma distribuição restrita. Importa salientar que no momento em que o filme estava sendo divulgado, houve forte repercussão na mídia acerca da discussão da abertura dos Arquivos da Ditadura e sobre a existência ou não de documentos referentes à guerrilha do Araguaia e às operações de combate das forças armadas para conter o seu desenvolvimento.

resistência à ditadura – organizado pelo Partido Comunista do Brasil – que almejava uma nação igualitária e livre das arbitrariedades cometidas pelo governo dos militares. Nesse sentido, **Araguaya** constitui-se como um semidocumentário, ao trazer depoimentos de ex-guerrilheiros[5] que conseguiram sair da região de combates com vida, comentando na película alguns aspectos da luta, assim como o que significou para eles ter participado da mesma.

Os depoimentos também têm a função de dar maior credibilidade às imagens que são apresentadas na seqüência das falas, fazendo parte da trama e da narrativa fílmica. É como se dissessem ao espectador que os episódios que estão sendo mostrados não são simplesmente frutos da imaginação dos produtores, mas que a guerrilha realmente ocorreu. Dessa forma, podemos afirmar que há uma relação tênue entre ficção e fatos históricos, como comenta o diretor Ronaldo Duque ao falar sobre essa produção.

> *Para contar a história da época, nos baseamos em fatos reais – extraídos dos muitos depoimentos dos camponeses e dos sobreviventes da luta – , apesar do filme ser uma obra de ficção, na qual convivem personagens reais e ficcionais. Conversas com ex-combatentes Micheas Gomes da Silva, o Zezinho do Araguaia, Criméia (Alice) e tantas outras pessoas, nos orientaram bem para caracterizar uns personagens e criar outros especialmente para o filme.*[6]

Existem outros fatores que também nos levam a perceber essa busca dos produtores em se aproximar da realidade que estava sendo representada. A escolha de atores semelhantes fisicamente com os guerrilheiros, de um cenário similar ao local onde se travou a luta, além de uma vasta pesquisa sobre o tema que deu embasamento teórico para o roteiro do filme, são elementos que fazem com que tenhamos a ilusão de estar visualizando o passado (como ele realmente foi) no presente.

No que concerne ao cenário para as filmagens, os produtores não puderam filmar na mesma localidade em que ocorreram os combates, considerando-se que atualmente a região não mais apresenta as mesmas características da época. Contudo, procuraram um lugar que fosse bastante parecido, com o objetivo de dar uma impressão bem próxima do real.

> *Para as cenas de mata foi escolhida a cidade de Marituba, próxima a Belém, que ainda conserva pedaços da floresta, o que não acontece nos locais dos combates, onde a descaracterização é total: a antiga mata hoje é só pasto, com milhares de cabeças de gado. Isso impossibilitou qualquer locação lá, o que foi uma pena. Mesmo assim, conseguimos reconstruir significativamente o ambiente, dano boa dose de realismo ao filme.*[7]

---

[5] São eles: Criméia Alice S. de Almeida, José Genuíno Neto, João Amazonas e Micheas Gomes de Almeida (conhecido como Zezinho do Araguaia).

[6] Entrevista com Ronaldo Duque disponível no site: <http://www.anovademocracia.com.br/08/16b.htm>, acessado em 09/02/2007.

[7] Entrevista com Ronaldo Duque disponível no site: <http://www.anovademocracia.com.br/08/16b.htm>, acessado em 09/02/2007.

Vale dizer que as modernas técnicas do cinema, capazes de reproduzir com precisão movimentos, sons, gestos da vida cotidiana, também cumprem essa função, causando imensa semelhança entre real e representação. "Com isso, tem-se a ilusão de que o objeto do discurso não partiu da imaginação de alguém. O que é representado é o próprio real; produz-se assim, uma ilusão referencial chamada de efeito de real: a narrativa cinematográfica parece não descrever o real, mas sim apreendê-lo para apresentá-lo, intacto" (ROSSINI, 1999: p. 122).

Disso decorre a necessidade de desfazer esse "efeito de real", atentando para condição de representação da imagem fílmica e frisando que ela, assim como qualquer outro documento, não corresponde ao real em si, mas a uma interpretação dos fatos ou uma possibilidade de análise dos mesmos, de acordo com a ótica e os referenciais daqueles que o produziram. Em suma, uma representação, carregada de sentidos e de posicionamentos que podem estar explícitos ou não.

Nessa perspectiva, percebemos que **Araguaya** não é um filme neutro ou imparcial, haja vista que parte de um referencial, apresentando a história da guerrilha sob a ótica daqueles que a estruturaram. Deste modo, o que as imagens buscam enfocar são os ideais e convicções de jovens militantes do PC do B que abriram mão de seus projetos de vida pessoal para se dedicarem à luta armada, estando preparados (se preciso fosse) para dar a vida pela causa que defendiam[8]. Por isso, o que visualizamos em alguns momentos, por meio das personagens que compõe a trama, são tipos estereotipados, com posturas maniqueístas. De um lado os guerrilheiros, como pessoas de boa índole, dispostos a ajudar uma população carente e a morrer por um país livre da repressão (o que de fato aconteceu, visto que quase todos os guerrilheiros morreram ou em combate ou assassinados após serem capturados); de outro os militares, na condição de torturadores cruéis e assassinos que impunham sua autoridade pelo uso exacerbado da força.

Para narrar como foi a preparação, o desenvolvimento e o desfecho da guerrilha, adentrando o contexto da ditadura militar, parte-se de uma personagem central, padre Chico (interpretado por Stephane Brodt). É através do olhar desse religioso francês que os fatos nos são apresentados. Como protagonista da trama, ele vivencia o drama da miséria e do abandono a que os moradores daquela região são relegados, presenciando a imensa violência utilizada pelos militares para cercar o local e empreender uma caçada aos guerrilheiros. É

[8] Existe em certa medida um olhar romântico acerca dos militantes políticos que se transformaram em guerrilheiros nas matas da floresta amazônica. Não obstante, esse romantismo não se apresenta de forma pejorativa, como jovens idealistas que acreditavam num sonho impossível, mas pelo contrário, como pessoas conscientes de suas atitudes, que naquele contexto específico foram até o fim numa causa que o filme nos apresenta como nobre.

interessante observar que padre Chico se torna amigo dos militantes do PC do B, antes dos combates começarem, sem saber quem realmente eram e os motivos que os tinham levado para aquele lugar. Mesmo quando toma conhecimento do que estava se passando não deixa de auxiliá-los, mesmo discordando dos meios que utilizavam com o intuito de propor mudanças sociais.

Em várias passagens do filme podemos perceber os conflitos pelos quais essa personagem passa, possuindo um forte afeto pela guerrilheira Tininha (interpretada por Fernanda Maiorano) e sendo vigiado de perto pelos militares. Mesmo sob sutis ameaças, ele opta por permanecer na região, dando assistência à população que se encontrava aterrorizada com todos aqueles acontecimentos. Na verdade, os moradores foram os que mais sofreram, pois não sabiam o que estava acontecendo, não escolheram participar da luta e foram brutalmente violentados e desrespeitados, sendo que muitos foram torturados sem nem mesmo entender porque. Os militares queriam saber onde se encontravam os guerrilheiros (chamados de terroristas/subversivos), mas os moradores nem sequer sabiam o significado desses termos e, por isso, apanhavam ainda mais.

Importa destacar que a expressão de humildade que caracteriza esse grupo de personagens possui no filme um duplo caráter: o de denúncia social e o de apologia à vida do campo, ou seja, ainda que vivessem com simplicidade, passando por dificuldades, aquelas pessoas também eram felizes por viver com tranqüilidade, como expressa um trecho da fala de padre Chico ao comentar sobre a chegada dos militantes: "Por mais pobre, por mais esquecida que fosse nossa região vivíamos em paz. Estávamos longe das grandes cidades e a truculência do regime militar não nos alcançava. A chegada daqueles jovens entusiasmados, dispostos a nos ajudar só nos trouxe alegria."

O sentimento que o protagonista da trama nutre por Tininha acaba fazendo com que ele se envolva ainda mais naqueles episódios, pois recebe ordens da igreja para sair da região – por motivos de segurança pessoal – e opta por ficar até conseguir encontrá-la e levá-la com ele, pois tinha consciência de que se ela permanecesse no local, acabaria sendo presa e provavelmente morreria como estava acontecendo com seus companheiros de luta. No entanto, é preciso esclarecer que esse suposto romance (não concretizado) entre o padre e a guerrilheira não é o centro da trama, que se volta para outros aspectos da guerrilha, como já foi dito anteriormente.

Para finalizar, ressaltamos que não devemos realizar uma análise comparativa do que há de verídico e de ficcional no filme, mas tentar compreender como uma dada representação da guerrilha é construída e encenada, partindo, para tanto, dos elementos

contidos na própria obra e percebendo como ela dialoga com o momento em que foi produzida.

Considerando o exposto, nos indagamos sobre quais são os significados de se produzir um filme que remete a um passado recente, enfocando aspectos da luta armada, num período de vigência da democracia, porém, no qual o governo (e as forças armadas) ainda restringe o acesso a relevantes informações acerca do desfecho da guerrilha. Também devemos lembrar que muitas questões relativas ao regime militar ainda estão em aberto, ou seja, há feridas que não se encontram cicatrizadas. No caso específico dos episódios ocorridos nas margens do rio Araguaia, as famílias ainda lutam na justiça para saber o local e as circunstâncias reais da morte dos guerrilheiros, assim como para tentar reaver seus restos mortais, dando-lhes um sepultamento digno.[9] E o filme auxilia de certa forma nesse propósito, pois ao trazer à tona a temática da guerrilha, possibilita que essas questões ganhem visibilidade, sendo discutidas por alguns setores da sociedade.

Referências bibliográficas

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

BURUCÚA, José Emilio. **Historia, arte, cultura**: de Aby Warburg a Carlo Ginzburg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2003.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF; Jacques. NORRA, Pierre (orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

[9] As forças armadas, em especial o Exército, se negam a fornecer qualquer tipo de informação que possa auxiliar os familiares a localizar onde foram enterrados os corpos dos guerrilheiros. Também negam a existência de arquivos sobre a guerrilha, afirmando que os documentos que foram produzidos no período do conflito foram todos incinerados. Contudo, trabalhos publicados recentemente por alguns pesquisadores, comprovam que ainda existem documentos sobre o assunto. Conferir: MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Ver também: STUDART, Carlos Hugo. **A lei da selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.23. n. 45, 2003.

MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

ROSSINI, Miriam de Souza. As marcas da história no cinema, as marcas do cinema na história. **Anos 90** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, n.12, dez. 1999.

STUDART, Carlos Hugo. **A lei da selva**: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O segundo sol na História: a prática historiográfica e a prática científica sob o signo do acontecimento

Elson de Assis Rabelo*

RESUMO: Este trabalho pretende discutir a noção de acontecimento em sua possibilidade de articulação da História com as demais Ciências Humanas e, especialmente, com as Ciências Naturais, suscitando uma nova relação de aliança sem determinismos entre os saberes. Após a desvalorização do acontecimento pelos Annales, e considerando-se como foi ressignificado por Foucault e Deleuze e retomado contemporaneamente por um pensamento que re-concilia natureza, sociedade e discurso em diferentes campos científicos, o acontecimento tem sido destacado enquanto ponto de partida para as produções de sentido, para a elaboração do conhecimento e para a cristalização da memória. A "acontecimentalização" da História permite aos historiadores perceber os eventos como atualização das estruturas sociais e culturais, e igualmente integrar as diversas camadas de temporalidades – incluindo as temporalidades da natureza e da cultura, psicológicas e cosmológicas, tal como fazem as artes e a literatura.
Palavras-chave: História, ciência, acontecimento.

RESUMÉ: Ce travail prévoit pour discuter la notion de l'événement et sa possibilité de concilier l'histoire avec les sciences sociales et, en particulier, avec les sciences naturelles, excitant une nouvelle relation d'alliance sans déterminisme entre les savoirs. Après la dépréciation de l'événement pour l'Annales, et son rétablissement par Foucault et Deleuze e par une pensée qui réconcilie la nature, la société et le discours dans différents domaines scientifiques, l'événement a été détaché tandis que point de départ pour les productions de sens, l'élaboration de la connaissance et la cristallisation de la mémoire. La "événementalisation" de l'histoire permet aux historiens de percevoir les événements comme actualisation des structures sociales et culturelles, et d'intégrer également les couches diverses de temporalities – comprenant les temporalités de la nature et de la culture, psychologique et cosmologique, car elles font les arts et la littérature.
Mots-clefs: Histoire, sciences, événement.

Eu fui lá fora e vi dois sóis no dia
e a vida que ardia
sem explicação.

Nando Reis, O segundo sol.

Durante grande parte do século XX, os historiadores conjuraram de sua prática e de sua investigação aquilo que seria próprio de seu ofício: o acontecimento. Em seu esforço

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista da CAPES.

de se destacar da história *evenementiélle* do positivismo ou da Escola metódica francesa, os Annales mergulharam na explicação esquemática da sociologia funcional durkheimiana, do estruturalismo levi-straussiano, da longa duração braudeliana, ou da densidade vaga da psico-história e da história das mentalidades. Por sua vez, o marxismo, ao pensar a história, mostrou-se igualmente um historicismo no qual todo acontecimento, mesmo como ruptura, fazia parte de um processo com um final previamente conhecido (DOSSE, 1992; NIETZSCHE, 2005).

A desvalorização do acontecimento – que seria mera espuma das ondas do mar a se desmanchar rapidamente na praia, lembrando a imagem de Braudel –, a busca de sua dissolução nas grades explicativas macro ou no movimento contínuo da história, em que pudesse caber toda diferença, em que toda dessemelhança e singularidade retornasse à sua coerência, não conseguiu, no entanto, "dar conta" do acontecimento, domesticá-lo para a nossa razão, apaziguá-lo para a nossa tranqüilidade.

Fazendo eco à proposta de Foucault de acontecimentalizar a história, propomo-nos pensar o acontecimento contra toda redução, contra toda volta ao jogo consolador das causas e das origens, fazendo ressoar o que há de mais intempestivo, perturbador e incômodo no acontecimento, potencializar sua faculdade de conciliação entre natureza, sociedade e discurso, sua força criadora do novo e da vida, de atualização das estruturas e de mudança dessas estruturas ao nível molecular, de realinhamento das órbitas dos planetas (FOUCAULT, 2003).

O acontecimento na história seria esse segundo sol da música de Nando Reis, um elemento fantástico surgindo num dia qualquer, e que por mais que nos esforcemos para prever, nossos discursos jamais poderão evitar o acaso da sua aparição nem determinar o modo da sua irrupção:

> *Quando o segundo sol chegar para realinhar as órbitas dos planetas*
> *Revirando com um assombro exemplar*
> *O que os astrônomos diziam se tratar de um outro cometa.*(REIS, 2002).

Foucault havia convidado os historiadores a criar novos recortes, pondo em dúvida os marcos legitimados e não-questionados, esquivando-se da necessidade que vincula apressadamente o acontecimento ao contexto, à influência, à estrutura. Isto significa o trabalho heurístico de destacar o acontecimento, de escolher, dentre as fontes, aquilo que se chamará de "começo", em meio à nuvem virtual de onde emergem os acontecimentos e não na serena "origem" da qual as coisas adviriam para evoluir progressivamente (FOUCAULT,

1979; PELBART, 2000). Dispensando a continuidade e a evidência, partindo de cortes na temporalidade, de uma idéia de tempo descontínuo, o que se afirma é o caráter acontecimental dos enunciados e das práticas, do discursivo e do não-discursivo, de modo que nenhum enquadramento prévio pode dar-lhes uma explicação plena, nem esgotar os sentidos (FOUCAULT, 2003).

Jacques Rancière discutiu a dificuldade dos historiadores em lidar com a figura do herege: singular, diabólico, indomável, seria aquele para o qual a própria sociedade no passado e os historiadores no presente lutariam para dar um nome, sobre o qual jogariam sua força simbolizadora, a fim de lhe fazer retornar à dobra do social, ao "dentro", na expressão de Deleuze (RANCIÈRE, 1994). Em sua teimosia na contestação, o herege obstinaria até o fim, restando à sociedade calá-lo pela morte e ao historiador calá-lo pela sua inserção na regularidade, no contexto, tal como fez Carlo Ginzburg com Mennochio, o que é outra forma de matá-lo.

Diferente do "sim-bólico", da síntese, do todo, da visão de conjunto estável e global a que estamos acostumados, o acontecimento, como o herege, seria o "dia-bólico", um dissídio, um desvio. O acontecimento aponta para a fissura, para a fragmentação, para a mistura dos corpos e para sua não-separação por identidades que dêem uma visão coerente ao poder.

Na atualidade, a noção de acontecimento também é considerada como um dos pontos de diálogo possível entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas, a partir do reconhecimento comum da historicidade na constituição do saber. As chamadas ciências "duras" também admitem suas relações sociais e políticas, bem como reconhecem a presença da flecha do tempo na natureza e na produção do conhecimento, seu caráter mutável e incerto e não mais sua exatidão impassível, a própria emergência do acontecimento borra as separações entre os saberes e as instâncias de nossa experiência (LATOUR, 1994).

Certamente que numa manhã ensolarada, com aquele astro no céu já conhecido e dominado por nossas certezas, um segundo sol não-previsto perturbaria o cosmos e a ciência, e, diferente da luz racional iluminista, traria dúvida, confusão, temor e "sombra", acentuaria o caráter caótico da natureza, ao mesmo tempo em que instauraria novas possibilidades de vida, fazendo-a arder sem explicação. O acontecimento inaugura, pois, uma nova aurora, um tempo de incerteza com instantes de perigo em que os contratempos fortuitos podem irromper, em que novos sóis podem se insurgir, provocando a coalescência tensa e disjuntiva de múltiplas temporalidades, das variáveis naturais e das injunções sociais, das forças em diagrama e das

palavras em dispersão, numa maranha sem determinação "de cima" ou "de baixo", das infra-estruturas, da essência, do progresso, ou da luta de classes.

Ao acontecimentalizar a história das ciências modernas, Isabelle Stengers situou sua invenção a partir do "caso Galileu" e do surgimento da afirmação *"isto é científico!"*. Vendo aí uma reviravolta do saber naquele período, Stengers não considerou a ciência uma racionalidade pura, mas a definição de um olhar implicado politicamente – o "olhar do poder" –, cruzamento de um meio científico e de outras forças sociais que estavam em jogo, como a Igreja. O caso Galileu ajuda a mostrar de forma ampliada um conjunto de relações; como acontecimento, ele é uma reorganização, uma atualização do modo das conexões entre ciência e política, sem que se possa definir antecipadamente para quem tal evento faz diferença nem qual o conteúdo das suas significações, pois estas são produzidas somente depois, depositadas por sobre ele (STENGERS, 2002).

Como num romance ou no cinema, onde a paixão chega e desterritorializa a razão que supunha reinar, onde a surpresa engana tudo aquilo que esperávamos, onde a morte nunca é de todo aceita e compreendida, o imprevisto do acontecimento renova as estruturas da história, transformando as práticas do cotidiano, forçando a necessária simbolização, propondo novas produções de sentido, uma nova casa e um novo território existencial, mudança de atitudes, conversão:

> *Não digo que não me surpreendi*
> *Antes que eu visse, você disse e eu não pude acreditar*
> *Mas você pode ter certeza*
> *de que seu telefone irá tocar*
> *em sua nova casa que ilumina e agora brilha incluída nessa minha conversão*
> (REIS, 2002).

Uma nova casa iluminada e brilhante pela irrupção do novo sol nos lembra como o acontecimento provoca a comunhão entre os níveis micro e macro, como a disseminação das novas práticas, dos novos mecanismos e dos novos saberes chega ao nível dos corpos e das subjetividades.

E, no entanto, ainda que as estruturas sociais e culturais, as variáveis do corpo e da natureza existam, venham a se cristalizar e se materializar em nós, informando e sujeitando nossas práticas, são essas mesmas práticas, entendidas como acontecimentos heterogêneos, nunca iguais, nunca repetidos, que operam no sentido da abertura, da quebra, da ressignificação e atualização constantes dessas estruturas. É assim que a acontecimentalização pode ser pensada em termos políticos, ao representar também o acenar do novo, a inauguração da mudança, na qual podemos nos inserir por mobilização e pela produção do saber.

A narrativa historiográfica, antes de dar a explicação, de refigurar o já-formado, é chamada a perceber a complicação desse pré-formado, desses fluxos de devir em que os acontecimentos passam a existir e, no seu cruzamento, formar objetos, sujeitos, nomes, temas, saberes.

Com efeito, nossas palavras, nossa produção de saber são tentativas de simbolização do acontecimento nas suas dimensões naturais e sociais: como a medicina e as ciências do corpo encararam a finitude sinalizada na doença (CANGUILHEM, 2005), como a física nomeia e sonda o caos determinista da natureza (PRIGOGINE, 1996), como o trabalho de luto da psicanálise se detém sobre o trauma para transformá-lo em memória (DOSSE, 2004), a narrativa historiográfica é nossa prática de produção de sentido sobre os acontecimentos no tempo, de fabricação e refiguração do próprio tempo (RICOEUR, 1997). Quando o acontecimento nos apanha, recolocando as coisas e a nós próprios em devir, precisamos de imediato narrá-los, significá-los com discursos: "Eu só queria te contar/que eu fui lá fora e vi dois sóis no dia/e a vida que ardia sem explicação" (REIS, 2002).

Neste sentido, o acontecimento é também aquilo que Michel de Certeau chamou de "ruptura instauradora", os momentos históricos de fundação das instituições, do saber, da ciência, ou mesmo aquilo que foi transformado em fato para ser reapropriado de formas diversas pelos grupos sociais como a memória nacional. A operação historiográfica parte muitas vezes de um segundo sol, de um acontecimento instaurador no passado, para acompanhar sua retomada, seu remanejamento, e desconstruir sua supersignificação nas muitas camadas temporais de sentido (CERTEAU, 1982).

A narrativa historiográfica, como a narrativa literária, pode conciliar o que há de natural, de social e discursivo no acontecimento, sua irrupção no real ao lado de seu desdobramento de significados no social, de sua iluminação pela narrativa, de sua apropriação como memória. É a significação em torno do evento que François Dosse chamará de "*après-coup*", conceito tomado e distendido da psicanálise, redefinido como o folheamento do tempo, a decorrência do "tornar-se poroso ao acontecimento", a dotação de sentido, a construção da memória, o trabalho de voltar-se sobre os traumas para lidar com eles. Assim como atribuímos cotidianamente significados aos traços multitemporais, como na reelaboração de nossas lembranças, a ciência e a historiografia também folheam o tempo nomeando o acontecimento, lançando seus discursos de fabricação sobre o passado e sobre os objetos de estudo, sobre o natural e o social (DOSSE, 2004).

O acontecimento reaproxima ainda a produção do saber da arte, do seu caráter criativo. A literatura, por exemplo, sempre inventou suas situações de acontecimento e sua

simbolização estética: em *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, a personagem Joana, no abismo acontecimental da solidão, da perda, do abandono do marido Otávio, apesar de se esforçar para dar sentido à condição em que se encontra, recusa a explicação, o narcótico do consolo e da ajuda, mesmo de Deus. E é a partir da difícil constatação do poder da realidade e do acontecimento, que é possível pensar de novo na vida (LISPECTOR, 1998).

Isso nos remete à outra experiência-limite da literatura: na obra *A peste*, de Albert Camus, a calamidade chega e assola a cidade de Oran, mata os ratos, depois as pessoas, obrigando o isolamento da cidade em quarentena. Camus acirra a tensão até o ponto em que não é possível nem conveniente buscar uma explicação para a peste. O argumento de castigo do padre não é aceitável para a morte de uma criança inocente, o Dr. Rieux renuncia a entender a enfermidade e, diante do acontecimento, segue atuando como médico em defesa da vida, e não da verdade (CAMUS, 1977).

Da mesma forma, a história não se contenta mais com o narcótico e a conveniência da argumentação metafísica, iluminista, positivista, marxista, estruturalista. Ainda que o acontecimento possa trazer sofrimento, tensão, temor, constatá-lo é saber lidar com o que há de trágico, de queda, de não-permanência perene das coisas na história. É o acontecimento que pode nos ajudar a perceber a ambigüidade da vida, a dor e a delícia de ser o que se é, o aspecto imprevisível do dia de amanhã, bem como o inelutável da mudança e do esgarçar-se dos nossos mundos para a criação de novos mundos (ROLNIK, 2005).

Como um segundo sol reordenaria o ciclo da vida na natureza e os ritmos humanos na sociedade, o acontecimento é também um reordenamento, uma bifurcação na temporalidade, a fricção da regularidade, uma curva de inflexão na suposta linearidade, a nos informar a multiplicidade e a multidirecionamento do tempo (SERRES, 2005). Ele se inscreve, pois, nas três dimensões da experiência humana – natural, social e discursiva – por seu aspecto fenomênico, por sua multiplicação nas temporalidades individuais, familiares, políticas, culturais, e por sua nomeação narrativa.

Reconciliando essas dimensões, irradiando um segundo sol, abrindo-se ao intempestivo e ao devir, a prática historiográfica e a prática científica sentem-se, então, como os personagens de Virginia Woolf, aproximar-se da vida, pois o sol é mais quente, os gritos mais fortes, e alguma coisa de tremendo pode acontecer (WOOLF, 1972).

REFERÊNCIAS:

CAMUS, Albert. *A peste*. Rio de Janeiro, Record, 1977.

CANGUILHEM, Georges. *Escritos sobre a medicina*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, EDUSC, 2004.

_____. *A história em migalhas*. São Paulo, Ensaio, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos*. v. IV. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2003.

_____. *Ditos e escritos*. v. II. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2003.

_____. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1979.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos.* Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

LISPECTOR, Clarice. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro, Rocco.

NIETZSCHE, F. Sobre a utilidade e desvantagem da história para a vida. In _____. *Escritos sobre a História*. Rio de Janeiro, Ed. da PUC-Rio/São Paulo, Loyola, 2005.

PELBART, Peter Pál. *O tempo não-reconciliado*: imagens de tempo em Deleuze. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 1998.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas*. Tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo, Ed. UNESP, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*: um ensaio de poética do saber. São Paulo, EDUC/Pontes, 1994.

REIS, Nando. O segundo sol. *Infernal*. Warner, 2002.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. t. 3. Campinas, Papirus, 1997.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre, Sulina/UFRGS, 2005.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas.* Rio de Janeiro, Ed. 34, 2002.

SERRES, Michel. *O Incandescente*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

WOOLF, Virginia. *Mrs. Dalloway*. Rio de Janeiro: Ed. Abril Cultural, 1972.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nacionalismos em disputa na grande imprensa brasileira: o processo de criação da Petrobrás nas páginas do Diário de Notícias e da Última Hora (1951-1953)

Luis Carlos dos Passos Martins [1]

Resumo: a Petrobras tornou-se um dos principais símbolos da Era Vargas. Entretanto, a empresa proposta em dezembro de 1951 era uma companhia de economia mista que aceitava o capital estrangeiro e não estabelecia o monopólio estatal do petróleo. Assim o programa petrolífero de Vargas foi recebido com fortes resistências pelos grupos considerados nacionalistas que defendiam o monopólio integral do petróleo como única solução para o setor. Os jornais **Última Hora** e **Diário de Notícias**, divididos em diferentes definições do nacionalismo, tomaram posição nesse debate, que envolveu não só o encaminhamento do problema mas também o sentido público do projeto e da própria imagem de Vargas como verdadeiro nacionalista.
Palavras-chaves: Vargas – Petrobras – imprensa - nacionalismo

Abstract: Petrobras became one of the main symbols of the Vargas Era. However, the company proposed in December 1951 was a company of mixed capital that would accept private foreign capital and that did not officially establish the state's monopoly over petroleum. So Vargas' petroleum program was received with strong resistance by the groups considered nationalists who defended complete monopoly of the petroleum as the only solution for the sector. The newspapers **Última Hora** and **Diário de Notícias** were also divided into different nationalism definitions and they took positions in this debate what involved not only the direction of the problem but also the public sense of the project and of Vargas' own image as a true nationalist.
Keywords: Vargas – Petrobras – press - nationalism

A criação da Petrobras constitui uma das principais, se não a principal, marca do segundo governo Vargas. Com efeito, ao instituir o monopólio estatal no setor petrolífero e, assim, oferecer uma solução brasileira para o "problema do petróleo", Getúlio teria dado provas incontestes de seu nacionalismo e de seu empenho em levar o Brasil para um processo de desenvolvimento autônomo. Todavia, na época em que a empresa foi criada, esta opinião estava longe de ser consensual.

Quando o projeto que deu origem à Petrobras foi lançado, o tema do petróleo era bastante polêmico. Durante o governo Dutra, a sociedade brasileira discutira acaloradamente

[1] Luis Carlos dos Passos Martins é bacharel em História pela UFRGS e doutorando em História pela PUCRS, tendo pesquisa financiada pelo CNPq.

o Estatuto do Petróleo[2]. Entretanto, não tivemos consenso, pois, conforme boa parte dos pesquisadores que se dedicaram ao tema, os debatedores se dividiram em duas correntes ideológicas opostas [3]. Vamos a elas.

De um lado, teríamos os *nacionalistas*, que pregavam o papel prioritário do Estado no processo de desenvolvimento e a exclusão do capital estrangeiro. Para estes, apenas o monopólio estatal do petróleo seria uma solução aceitável para o setor. Defendiam esta tese amplos setores da baixa oficialidade do Exército, líderes sindicais e estudantis e políticos ligados ao PTB, PR, PCB e até da UDN (em minoria).

De outro lado, teríamos os *entreguistas*, que defendiam a redução do setor público na economia e o máximo de liberdade ao capital. Para esse grupo, o problema do petróleo deveria ser resolvido mediante a atração do capital estrangeiro, através de regimes de concessão. Alinhavam-se a esta tese líderes empresariais (especialmente ligados ao comércio exterior), a alta cúpula das Forças Armadas e grande parte da UDN.

Como era de se esperar, essa disputa também envolveu intensamente os jornais. Periódicos da grande imprensa, como o **Estado de S. Paulo** e o **Correio da Manhã**, deram apoio à liberalização do setor do petróleo. Já os jornais da chamada "pequena imprensa", quase todos de linha "nacionalistas", posicionaram-se a favor do monopólio estatal e, assim, foram contrário ao Estatuto de Dutra. Junto a estes, posicionou-se o jornal **Diário de Notícias**, editado no Rio de Janeiro, único periódico de grande circulação a dar apoio à Campanha do Petróleo e a condenar o projeto liberalizante de Dutra.

Com o avanço do debate, a tese "nacionalista" ganhou força, especialmente pela mobilização popular empreendida pela Campanha do Petróleo. Entre os críticos do Estatuto, enfileirou-se também um político muito influente: Getúlio Vargas, que deu apoio público à tese de que a "exploração da riqueza petrolífera nacional" deveria ser reservada aos brasileiros. Diante de tanta oposição, o Estatuto do Petróleo acabou abandonado pelo próprio Executivo e a solução para o problema transferido para o próximo governo.

No final de 1950, Vargas foi eleito presidente da República, gerando grande expectativa sobre seu programa do petróleo. Imaginava-se, contudo, que sua tarefa estaria facilitada, pois era razoável supor que ele pudesse contar com o apoio da correlação de forças "nacionalistas" que derrubou o Estatuto de Dutra.

Entretanto, não foi exatamente isso que aconteceu. Getúlio lançou publicamente seu plano do petróleo no dia 6 de dezembro de 1951 e, logo em seguida, recebeu a rejeição

[2] Por este programa, o governo federal presidente pretendia desenvolver a indústria petrolífera mediante concessão aos trustes estrangeiros

[3] Consultar WIRTH e COHN.

dos grupos que militaram contra o projeto de Dutra, especialmente a campanha "O petróleo é nosso", que classificou a Petrobras como uma empresa "entreguista" [4].

Os motivos desta rejeição estavam no próprio projeto varguista. Em essência, Getúlio propôs a criação de uma empresa de economia mista, a qual, embora estivesse sob o controle da União, permitia a participação de acionistas privados, inclusive estrangeiros, na composição de seu capital. E mais: não falava em monopólio estatal do petróleo.

No Congresso, o programa de Vargas também foi submetido a severas críticas. Os próprios deputados do PTB, partido do presidente, condenaram a Petrobras. Para piorar, a UDN mudou sua orientação liberal e apresentou um substitutivo propondo o monopólio estatal integral do petróleo (a ENAPE) [5]. Era uma forma de arrebatar a bandeira nacionalista das mãos de Getúlio.

Em virtude dessas controvérsias, o projeto da Petrobras ficou 22 meses em discussão no Congresso, somente sendo sancionado em outubro de 1953. No início, o Vargas ainda sustentou seu programa como a melhor "solução nacionalista" para o petróleo brasileiro [6]. Mas, diante da suspeita de que ele não seria aprovado, o governo propôs um acordo aos líderes partidários da Câmara dos Deputados - incluindo a UDN – pelo qual o monopólio estatal seria incluído no projeto, mas as refinarias privadas em funcionamento ou já concedidas deveriam ser mantidas.

Aceito o acordo, a Petrobras foi aprovada na Câmara em setembro de 1952. Apesar da vitória, o processo implicou um grande constrangimento a Vargas que se viu obrigado a encampar uma empresa diferente da que inicialmente propusera. O calvário, contudo, estava apenas começando. O projeto ainda iria ser avaliado no Senado, onde os senadores udenistas apresentaram diversas emendas permitindo a participação do capital externo no setor petrolífero, retendo o programa do governo por mais dez meses. De volta à Câmara Baixa apenas em julho de 1953, a Petrobras só seria aprovada em setembro do mesmo ano, depois da rejeição das emendas liberalizantes.

Dessa forma, a Lei n. 2004 que Vargas sancionou instituiu a "Petróleo Brasileiro S. A." estava longe de atender a todos os objetivos políticos do presidente. Afora o atraso na

---

[4] "Apresentado, pela propaganda oficial, como 'solução nacionalista', o referido Anteprojeto constitui, na verdade, a oportunidade esperada pelos trustes estrangeiros – especialmente a Standard Oil – para penetrar no domínio da exploração e da industrialização do petróleo nacional". Conforme nota do presidente em Exercício do Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, General Felicíssimo Cardoso, em 14 de dezembro de 1952, publicada em: MIRANDA, Maria Tibiriçá. *O Petróleo É Nosso*. A luta contra o "entreguismo" pelo monopólio estatal (1947-1953)(1953-1981). Petrópolis : Vozes, 1983.

[5] Empresa Nacional de Petróleo.

[6] Quanto a isso, ver o pronunciamento de Vargas em Candeias, na Bahia, no dia em 23 de junho de 1952, encontrável em VARGAS (1954).

solução do problema, Getúlio ainda saíra profundamente desgastado da discussão e com sua imagem de nacionalista bastante arranhada.

Tudo isso nos leva, então, a perguntar: se Getúlio pretendia se identificar com o nacionalismo econômico porque simplesmente não incluiu o monopólio estatal em seu programa original, facilitando, assim, sua aproximação com os grupos que defendiam esta proposta?

Esta é uma questão de difícil resposta, mas, conforme alguns autores, o principal fator que levou Vargas a optar por uma empresa de economia mista sem o monopólio estatal estava na visão que ele mesmo tinha do nacionalismo econômico, a qual era diferente da defendida pelos militantes da Campanha do Petróleo.

Conforme Pedro FONSECA (1987), um dos principais estudiosos do varguismo, Getúlio não desejava levar o Brasil para o caminho de um capitalismo autônomo e contrário ao capital internacional. Para ele, "nacionalismo" e "independência" sempre estiveram presentes nos discursos de Getúlio (1987:404), mas isto não implicava na exclusão do capital estrangeiro da economia nacional. Ao contrário, FONSECA afirma que Vargas contava com a participação desse capital como alternativa para superar a carência na poupança interna (1987:407).

Isso fazia o nacionalismo defendido por Getúlio de uma matriz diferente daquele pregado pelos grupos mais "radicais", como os "nacionalistas" do Exército [7]. FONSECA, aliás, define Vargas como um nacional-desenvolvimentista, ou seja, partidário de uma estratégia de desenvolvimento com a ampla participação do Estado na planificação e execução de setores econômicos em que a iniciativa privada era insuficiente, sem se opor ao capital nacional ou estrangeiro.

No caso do petróleo, WHIRT (1973:163) argumenta que intenção de Vargas era estabelecer o controle do Estado sobre o setor através de um órgão regulador, porém sem executar a industrialização. Contava, para isso, com o apoio do capital privado, inclusive estrangeiro. Quando percebeu que esta alternativa não seria viável na conjuntura em questão, optou por uma empresa de economia mista, uma fórmula mais flexível do que as autarquias estatais.

---

[7] Conforme as palavras de FONSECA, referindo-se a Vargas: "Nacionalismo, no caso, não significava luta antiimperialista; o que estava em questão era a forma de alinhamento com os Estados Unidos, e a simples proposta de independência nas relações externas ('independência' que significava 'aproveitar brechas') bastava para ser considerado nacionalista – e, no limite, simpático ao bloco soviético. No contexto da política dominante, este era o *nacionalismo possível* (e, portanto, historicamente nacionalismo) (1987:407).

Isso tudo nos permite perceber que, no processo de criação da Petrobras, Vargas tentou seguir sua própria definição do nacionalismo, fazendo da luta pela aprovação da empresa uma luta pela imposição da definição de um programa nacionalista mais legítimo.

Esta luta, entretanto, teve um palco privilegiado: as páginas dos jornais **Última Hora** e **Diário de Notícias**, que disputavam entre si a condição de porta-voz mais autorizado dos grupos nacionalistas na grande imprensa brasileira.

Diário de Notícias [8]

Como vimos anteriormente, o jornal **Diário de Notícias** foi o único periódico da grande imprensa a dar apoio ao monopólio estatal do petróleo, durante a discussão do Estatuto de Dutra. Desta maneira, não é de surpreender que o **DN** tenha criticado o projeto original da Petrobras. Muito embora os editoriais do jornal não façam uma defesa doutrinária do monopólio estatal do petróleo frente à empresa de economia mista [9], o **Diário** achou necessário desqualificar a proposta de Vargas como nacionalista, a fim de combater sua estratégia de tentar representá-la como tal [10]. Desta maneira, percebe-se que, mesmo timidamente, o **DN** também participou da disputa pela definição mais legítima do nacionalismo econômico no tema do petróleo.

Quando o projeto ficou em discussão na Câmara dos Deputados (jan/set de 1952), o **DN** deu amplo espaço às críticas feitas à Petrobras pelos defensores do monopólio estatal que qualificavam a empresa como "entreguista" e obra da Standard Oil. Particularmente interessante foi o destaque dado à adesão da UDN a esta tese, quando ela anunciou seu projeto criando a ENAPE [11].

Nesse momento, os articulistas do **DN**, como Rafael Correia de Oliveira e Joel Santana, passaram a fazer uma defesa mais explícita do monopólio petróleo, afirmando ser esta a única forma de evitar o controle de nossas riquezas petrolíferas pelos trustes

[8] Para identificar as citações dos jornais empregamos um sistema de referência que permite indicar, afora a data e a página, também o gênero do material analisado. Desta forma, cada notação compreende uma sigla para o jornal citado (DN = **Diário de Notícias**; UH = **Última Hora**), seguida da data (dd/mm/aa) e, depois do hífen, da localização no jornal (são dois números: o primeiro indicando o caderno e o segundo indicando a página). Por fim, empregou-se outra sigla para indicar o gênero: E para editorial, R para reportagem e A para artigos.

[9] A bem da verdade, apenas o articulista tarefa assumida apenas pelo articulista Magalhães Júnior se deicou a esta tarefa. Conforme suas palavras: "Péssima a idéia de uma companhia mista para a exploração de uma riqueza que deve ser explorada diretamente pelo Estado, como coisa unicamente sua, como um monopólio seu, sem a intervenção de terceiros" (DN-13/12/51-1/3-A).

[10] Ao "desmascarar" a Petrobras como nacionalista, o DN exigiu de Vargas que confessasse ter cedido "ao imperialismo econômico, representado pelo fato de o Brasil realmente necessitar de capital e da técnica estrangeira para se tornar um grande produtor de combustíveis líquidos" (DN-12/12/51-1/4-E)

[11] O **Diário de Notícias** foi o único jornal pesquisado que deu destaque ao anúncio da UDN do dia 30 de abril, antecipado pela coluna "Notícias Políticas", no dia 28 do mesmo mês ("A UDN e o Petróleo"). Além disso, o tema foi tratado em duas reportagens, sendo, por fim, objeto ainda de dois artigos.

internacionais [12]. Os editoriais se mantiveram mais discretos, embora compartilhassem a mesma linha de pensamento defendida, como podemos perceber pelo teor de seus textos, que caracterizavam a exploração do petróleo como uma questão não de caráter econômico mas de "patriotismo" (DN-27/06/52-1/4-E), relacionavam-na "com a própria soberania e independência dos povos" (DN-11/05/52-1/4-E) e consideravam-na como uma riqueza a ser preservada e defendida [13].

Entretanto, quando o monopólio estatal do petróleo foi incluído no projeto de Vargas, o **DN** iniciou uma inflexão em sua linha de ação. Inicialmente, silenciou sobre o assunto. Na aprovação da Petrobras em primeiro turno (09/1952), chegou a negligenciar a inclusão do monopólio no projeto, destacando, ao contrário, o aspecto que "quebrava" o mesmo, a saber, a manutenção das concessões já cedidas às refinarias privadas [14].

A atitude mais inesperada, contudo, viria no momento em que o projeto de Vargas foi ao debate no Senado (entre outubro de 1952 e junho de 1953). Nesse período, o **DN** se pronunciou oficialmente sobre a questão, mas marcando uma "virada" em sua tomada de posição. Com efeito, no dia 24 de abril de 1953, depois de condenar a polarização do debate entre os defensores do monopólio estatal e os que advogavam a "entrega aos trustes internacionais", pregou a empresa de economia como forma mais adequada para solucionar o problema[15]. Era uma mudança de 180º. no eixo de sua argumentação.

E teríamos mais surpresas. No momento em que a Petrobras foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados, com monopólio estatal incluído e apoio udenista, o **DN** criticou a medida como vitória da "**linha nacionalista extremada**" e condenou a rejeição das emendas liberalizantes como "**notória extremação** (*sic*) nos pontos de vista dos que lutavam pelo monopólio do Estado" (grifos nossos).

Ora, como entender essa mudança brusca na linha adotada do jornal?

Para que esta questão se torne mais clara, precisamos levar em conta outro fator que norteou a cobertura do **DN** do caso em questão: seu anti-varguismo. Com efeito, o **Diário**

---

[12] Exemplos disso podem ser encontrados em DN-11/05/52-1/5-A e DN-14/05/52-1/3-A, no caso de Correia de Oliveira, e, no caso de Joel Santana, pode ser consultado DN-17/05/52-1/2-A.

[13] Como nesse editorial do dia 11 de maio de 1952, no qual assevera que não podemos perder a "a esperança" que, nesse assunto, a solução encontrada, considerando "apenas a causa pública", resulte na "exploração da **riqueza**" vital para o país, levando em conta "a **preservação** do que, no assunto, antes e acima de tudo, em face da lição do que se passa e tem passado no mundo, cumpre **salvaguardar** e **defender"** (DN-11/05/52-1/4-E).

[14] O que fica nítido pelo título da reportagem do dia 17 de setembro ("Mantidas as refinaria particulares e as concessões") e pela linha de apoio que acompanha a matéria do dia 19 do mesmo mês "Aprovada, também, a prorrogação do prazo para as refinarias particulares".

[15] Como afirma o editorial: "Essa solução seria aquela, já formulada por inúmeros patriotas de responsabilidade, que **assegurasse à União**, as autarquias ou empresas paraestatais, **a maioria de ações na sociedade de economia mista a se constituir, atendendo a que o capital particular nacional ou alienígena pudesse igualmente subscrever ações** até o limite previsto em lei (...)" (DN-24/04/53-1/4-E).

sempre se caracterizou pela oposição sistemática a Getúlio Vargas, especialmente depois que o "caudilho" implantou a ditadura do Estado Novo [16]. Na década de 1950, o jornal também se opôs ao retorno de Vargas à Presidência dando combate à sua candidatura e, depois, ao seu governo.

Com base nisso, podemos entender melhor a linha assumida pelo **DN** no processo de criação da Petrobras. Embora originalmente defensor do nacionalismo econômico na questão petrolífera como o definido pela Campanha do Petróleo, o **Diário** ainda vacilava em dar apoio total a esta corrente devido aos riscos de ser associado ao comunismo e ao anti-liberalismo de muitos de seus líderes. Contudo, não tinha dúvidas de seu anti-varguismo. Desta maneira, quando o alinhamento ao "nacionalismo radical" coincidiu com a crítica ao governo de Vargas, o **DN** deu guarida aos principais argumentos da Campanha, muito embora procurasse se resguardar de um comprometimento mais explícito. Quando Getúlio incluiu o monopólio estatal na Petrobras e passou a ser passível de se identificar com a definição mais radical do nacionalismo que o **DN** havia apoiado, o jornal abandonou esta linha e tornou-se um crítico do "nacionalismo extremista" porque era uma nova forma de combater Vargas.

Em conclusão, ao menos no caso da criação da Petrobras, o **DN** não apresentou coerência doutrinária frente ao nacionalismo econômico. Seu posicionamento variou conforme as mudanças táticas de Vargas e usou a luta pela imposição da definição mais legítima do nacionalismo como arma contra o governo.

Última Hora

Assim como o **DN**, o jornal **Última Hora** tomou uma posição politicamente atuante na cobertura da criação da Petrobras. Mas seguiu uma rota bem diferente, devido a seus vínculos Vargas.

Inicialmente, a **UH** procurou defender o programa original da Petrobras como uma "solução nacionalista" do problema do petróleo, seguindo o mesmo caminho de Getúlio. Entretanto, para levar adiante essa campanha, decidiu tomar para si a tarefa de esclarecer a opinião pública sobre a verdade do programa do governo e, mais do que isso, sobre a verdade do nacionalismo econômico. Ou seja, foi um pouco mais além do que o presidente na defesa doutrinária do projeto.

[16] Essa ferrenha oposição a Vargas infligiu ao **DN** toda a sorte de repressão da censura estado-novista, mas trouxe ao jornal grande prestígio como "principal órgão oposicionista" (ABREU, 2001:1850).

Ao assumir esta tarefa, a **UH** entrou em luta aberta com os defensores do monopólio estatal do petróleo, procurando estabelecer claras distinções entre o programa nacionalista que defendia e as propostas dos adversários.

Segundo o jornal, nacionalismo no caso do petróleo não poderia ser confundido com monopólio estatal. Este era uma alternativa inadequada ao interesse nacional, sustentada por quem não desejava a solução do problema, aos quais a **UH** qualificou de "falsos nacionalistas" ou "nacionalistas xenófobos ou jacobinos" [17]. A razão disto estava no fato de que o monopólio cheirava à "estatização" e a "burocratização" de um setor da economia que deveria contar com a flexibilidade da iniciativa privada, condição que a empresa de economia mista satisfazia de forma mais adequada, além de permitir a fiscalização do Estado [18].

Desta maneira, quando a lógica do jogo político levou Vargas a incluir o monopólio estatal no projeto da Petrobras, o jornal se viu diante de uma situação contraditória: combatera com veemência o monopólio como "nacionalismo xenófobo" e, agora, para manter seu apoio ao governo, deveria defendê-lo. Seu compromisso com Getúlio exigia este sacrifício, mas, se o fizesse, poderia comprometer sua própria imagem junto aos leitores que tentara doutrinar sobre o "verdadeiro nacionalismo".

Para resolver este impasse, o jornal optou por um caminho intermediário: passou a defender a aceitação do novo projeto da Petrobras, sem, contudo, assumir a defesa doutrinária do mesmo. Este deveria ser aprovado porque expressava a média do pensamento nacional sobre o assunto e era uma forma de solucionar um grave problema nacional [19].

Mas, depois de vencida a batalha congressual, o jornal se dedicou a resgatar os dividendos simbólicos que a aprovação da Petrobras poderia render a Vargas. Para isso, a **UH** não só voltou a associar a empresa e Getúlio ao nacionalismo [20] como retomou sua pregação

---

[17] UH-26/06/52-1/1-R.

[18] O jornal defendeu a Petrobras por ser uma "**empresa mista**, de capital público e privado, em que o **poder do Estado se concilia** com a **flexibilidade** do **empreendimento privado**" (UH-15/12/51-1/6-BE). E condenou o monopólio estatal da seguinte maneira: "A solução por alguns preconizada, de um **puro e simples monopólio do Estado**, sem qualquer participação do capital privado e até sem finalidade de lucro, afigura-se não só **inconsistente**, em face da própria natureza do empreendimento, de cunho nitidamente industrial, mas também **perigoso**, por implicar na instituição prévia de entraves invencíveis pelos que tiverem a seu cargo a efetivação de tal empreendimento" (UH-06/12/51-1/6-BE).

[19] Como podemos perceber por este reportagem que narra o nascimento do acordo que possibilitou a aprovação do projeto de Vargas: "Daí surgiu a Petrobras, agora, como a média do pensamento político brasileiro a respeito do problema do petróleo. A solução ali apresentada, se consulta aos mais altos interesses do país, pelo seu caráter nacionalista, sem prejudiciais exageros, ganha plena autoridade por ser o resultado de uma conciliação das nossas forças políticas atuantes. Falaram os partidos, trabalharam os líderes, manifestaram-se os congressistas – e a 'Petrobras' foi encaminhada ao Senado baseada nessa incontestável autoridade partidária" (UH-18/11/52-1/3-R).

[20] Como neste trecho: "Dentro dessa linha de conduta, foi que **ÚLTIMA HORA** apoiou desde o primeiro momento a tese nacionalista, tomando a frente a campanha da Petrobras. E hoje, que se torna realidade a instituição, podemos proclamar com orgulho ter sido este jornal a fortaleza que sustentou com decisão e até

da diferença do nacionalismo varguista – chamado de "realista e salutar"– daquele defendido pelos adversários do presidente, cujas propostas foram qualificadas de "jacobinismos ferozes" (UH-05/10/53-1/1-E).

Em suma, pela cobertura da **UH** do processo de criação da Petrobras, podemos perceber com mais clareza as diferenças internas que separavam os grupos ditos nacionalistas e como a disputa em torno da imposição de uma definição mais legítima do nacionalismo econômico fazia parte dos conflitos políticos do período. Ademais, o fato de a **UH** assumir a defesa doutrinária do programa do petróleo de Vargas na esfera pública e, mesmo sob a pressão das demandas políticas do governo, tentar manter uma mínima coerência com esta doutrina nos oferece boas indicações da maneira como este jornal pretendia construir sua identidade ideológica no universo da grande imprensa do período, diferenciando-se simultaneamente do liberalismo clássico e do nacionalismo radical.

Referências Bibliográficas

COHN, Gabriel. ***Petróleo e Nacionalismo.*** São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1968. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

FONSECA, Pedro C. D. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

VARGAS, Getúlio. **O governo trabalhista do Brasil**. v. 4 Rio de Janeiro : José Olympio, 1954.

WHIRT, John D. ***A Política do desenvolvimento na Era de Vargas.*** Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas,1973.

mesmo com bravura a grande e histórica campanha. (...) (UH-05/10/53-1/1-E).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Associativismo e identidade entre maricultores de Jurujuba, Niterói.

Paula D. Ritter*

Resumo: Este trabalho visa analisar como a formação de uma associação de maricultores no bairro de Jurujuba, Niterói (RJ) propiciou ao grupo proveniente de Alagoas nos anos 1970, um novo *status* e uma tentativa de mudar a situação de discriminação à qual eram vítimas, servindo mesmo como instrumento para a construção de uma nova identidade. Conflitos no grupo e entre grupos foram vividos desde sua chegada ao bairro a partir da nova forma de apropriação e uso do espaço físico e social. Os esforços para a formação da associação estavam relacionados à tentativa do grupo de salvaguardar e reforçar sentimentos de pertencimento, de vínculo e de identidade. As histórias de vida, a memória do grupo e a observação participante foram fundamentais para a obtenção dos resultados.
Palavras chave: Comunidade, Memória, Pesca.

Abstract: This paper aims to analyze the importance of an association of aquaculture in Jurujuba, Niterói (RJ) for a group from the northeast that came to Niterói in the early 70's, that was discriminated by the local people. The formalization of the association was important as an instrument of construction and elaboration of a new identity. Conflicts in the group and among groups were established since their arrival, related to the new forms of appropriation and use of the physical and social space. Life histories, the memory of the group and participant observation were the methodological instruments utilized in the research.
Key words: Community, Memory, Fishing

O bairro de Jurujuba em Niterói (RJ), onde a pesquisa foi realizada, conta com cerca de 5.000 habitantes, entre eles, um grupo do nordeste que se tornou marisqueiro. Jurujuba teve significativa importância histórica que data desde a colonização do Brasil, pois em função de sua localização, foi construído a Fortaleza de Santa Cruz para proteção da Baía de Guanabara. Sua localização também propiciou o desenvolvimento da pesca, e no século passado foi caracterizado como um bairro de tradição pesqueira, sendo que três empresas de processamento de sardinha foram implantadas no local.

É um bairro "isolado" em função da sua geografia e localização, o que de alguma forma propicia a segurança, pois tem uma única via de acesso e é uma área militar.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS/IP/UFRJ) e bolsista da Capes.

Geograficamente, é marcado por morros e baixadas, delimitando os espaços e influenciando na organização social comunitária. Os morros distinguem as regiões conhecidas como Peixe Galo, Samanguaiá, Salinas, Várzea, Lazareto, Cascarejo, Ponta da Ilha, Cangunga, Brasília, Jurujuba e Morro do Pau Ferro.

O trabalho foi realizado na Várzea, onde reside um grupo de nordestinos vindos de Alagoas, em busca de trabalho e que com o tempo passaram a se dedicar ao marisco, tornando-se marisqueiros. As trajetórias individuais e as memórias dos entrevistados em relação a sua origem, ao processo de migração, ao trabalho no marisco, me permitiram a re-construção da história do grupo, auxiliando na compreensão da construção de sua identidade em Jurujuba.

Uma vez que a maioria dos nordestinos é proveniente do mesmo local, tiveram experiências semelhantes ao longo de suas trajetórias. Ao se estabeleceram em Jurujuba, desenvolveram laços afetivos e construíram juntas suas histórias. As experiências vividas coletivamente, que podem e devem ser lembradas, constituem a Memória Coletiva do grupo (Halbwachs, 1990). Estas experiências quando relatadas pelos membros do grupo se tornam "verdadeiros "universos de discurso", "universos de significado", que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos" (Bosi, 1983:27).

Pollak (1989) e Candau (1996) chamam a atenção para o fato de que a memória coletiva está relacionada a uma tentativa dos grupos de salvaguardar e reforçar sentimentos de pertencimento, de vínculo e de identidade, bem como demarcar fronteiras sociais. Nesse sentido, a conservação das memórias é fundamental para a compreensão dos conflitos sociais e políticos, uma vez que os grupos envolvidos buscam maior autonomia e representação (Santos, 2003).

Somos de Alagoas! Vindos das cidades de Jacuípe, Marechal Deodoro e Maceió. Nas cidades do interior de Alagoas viveram na roça e suas famílias se dedicaram ao trabalho nas plantações e nos canaviais das fazendas da região, não tendo experiência nem no mar nem com a pesca. As transformações ocorridas no processo de trabalho na cana e, sendo essa uma das únicas alternativas para os moradores das áreas rurais, impulsionaram muitos nordestinos para locais com maior possibilidade de trabalho, como Maceió, em um primeiro momento e depois Niterói (RJ). A falta de oportunidades no Nordeste é evidenciada no relato de um dos moradores: "Cortar cana não vou, limpar cana não vou, roçar mato não vou, não tenho estudo pra trabalhar em serviço melhor... Isso não é pra mim, vou tentar a vida lá fora [fora de Jacuípe]".

Em Maceió se estabeleceram os vínculos entre moradores das três cidades e, nos anos 1970, iniciaram seu deslocamento rumo ao Rio de Janeiro. Menezes (2002) indica que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são parte importante do movimento populacional das áreas rurais do Nordeste e que foi intensificado a partir dos anos 1950.

A primeira pessoa a vir foi uma mulher que se estabeleceu em São Gonçalo, na casa de uma conhecida. Trabalhou em casa de família e, posteriormente, conseguiu um posto em uma das fábricas de sardinha de Jurujuba, onde foi morar em um dos seis barracos da praia da Várzea localizados atrás do Colégio Estadual Fernando Magalhães, entre o muro da Escola e as águas da Baía de Guanabara. A *praia,* local onde fixaram residência, não é avistada da rua Carlos Ermelindo Marins, único acesso ao bairro. As oportunidades de emprego na região atraíram vários membros que, com o tempo, iriam se dedicar ao marisco. Esse local foi se tornando, na percepção dos antigos moradores, como uma área degradada tanto por ter sido ocupada por nordestinos como também pela atividade que começou a ser desenvolvida, o marisco.

Somos Alagoanos, e não paraíbas! A frase foi repetida inúmeras vezes durante o trabalho nas fábricas de sardinha, onde trabalharam, ou em outras situações sociais vivenciadas em Jurujuba, na tentativa de afirmar sua identidade. Paraíba é o termo utilizado no Rio para se referir aos nordestinos que se estabeleceram na região (Povoa Neto, 1994). O nordeste, região estigmatizada, tanto em função da sua distância econômica e social com o centro, pela privação de capital (material e simbólico) que ele reúne (Bourdieu, 1998:126), quanto em função de sua gente, que traz marcas de sua origem, no sotaque e nas suas características físicas.

Povoa Neto (1994) mostra como a história do país influenciou na "formação" da região Nordeste. Até os anos 1930 existia uma divisão do país em Norte (abrangia Amazônia e Nordeste) e Sul[1]. Para o autor a consolidação da região Nordeste se deu a partir de dois processos. O primeiro relacionado com a diferenciação da região Norte (Amazônia, cuja atividade econômica era baseada na borracha) e Nordeste (com sua identificação como região produtora de cana de açúcar). O segundo, diz respeito à migração de nordestinos para outras regiões, particularmente para a região Sudeste, que se fazendo presente no Sudeste, anunciavam e consolidavam a região Nordeste.

Se o território pode ser estigmatizado (Bourdieu, 1998), as pessoas provenientes destas regiões também sofrem com o estigma, e são levadas a lutar contra ele ou acabam

[1] Esse "mapa mental" do território nacional ainda está presente nas falas dos migrantes, inclusive dos entrevistados nesta pesquisa.

assumindo uma posição de vítimas. Ao interiorizar o estigma, os grupos são incapazes de reagir às acusações excessivas ou falsas que generalizam uma apreciação negativa e humilhante, fazendo com que os indivíduos não consigam se constituir enquanto atores (Wieviorka, 1997).

Ao chegar do *norte,* as pessoas se instalavam em *barracos* providenciados pelos já moradores, ou na casa de familiares, em condições precárias. A estrutura dos barracos não evitava que a água entrasse, fosse proveniente de chuvas ou da maré. Quando a maré subia e a água entrava os moradores tinham que sair de suas casas, e nesses momentos, alguns dos antigos moradores diziam "É hoje que os paraíbas voltam pro norte de caixote...".

A região ocupada pelos nordestinos passou a ser vista como uma área degradada dentro do bairro. Como nos relatou um entrevistado, "Os filhos de Jurujuba dizem que aqui é como favela e que fede. Antes olhavam pra gente como "sem terra" que vinha atrás de serviço diziam: os "sem terra" chegaram aqui e tomaram a casa da gente!"

O espaço físico e social ocupado pelos migrantes não era o mesmo dos então moradores do bairro, que habitavam em casas e áreas julgadas melhores e onde já tinham relações sociais estabelecidas. As dificuldades de entrosamento foram relatadas por um dos *filhos de Jurujuba*:

> *A relação do pessoal daqui, a princípio, foi assim... não muito aconchegante por causa da afinidade né...ninguém se conhecia, eles não tinha parente aqui. Quer dizer que ficou uma coisa, pra eles, assim meio vazio. Mas com a continuidade dos daqui que já trabalhavam aqui com o mexilhão com eles, começou a formar uma amizade até porque que ia pro mercado junto, as famílias começaram a trabalha com eles, na limpeza do mexilhão porque eles não tinham a quantidade de pessoas pra desbulhá o mexilhão então foi criando um vínculo e hoje, a amizade.*

Com o dinheiro proveniente do trabalho no *Sul*, havia a possibilidade das pessoas voltarem ao *norte* para visitar os familiares, e nessas visitas relatavam as experiências e as oportunidades de ganhar dinheiro, atraindo outras famílias. Foram os nordestinos que viram a possibilidade de fazer do mexilhão seu ganha-pão. Segundo um dos entrevistados, 99% dos marisqueiros, na época, eram nordestinos e, aos poucos, os moradores de Jurujuba se envolveram na atividade, quando começaram a perceber a possibilidade de viver do mexilhão. Embora fosse uma atividade depreciada pelos pescadores tradicionais do bairro, foi ela que

inseriu os nordestinos no bairro e conferiu ao grupo uma posição de destaque na região. O depoimento de um nordestino evidencia como a atividade do mexilhão era desqualificada**.**

> *P: E como era a relação de vocês que estavam trabalhando com marisco e os pescadores já que moravam aqui há mais tempo?*
> *E: Não tinha assim aquela coisa de embate, agora falava-se como se o marisqueiro na época fosse o lixeiro de alguns tempos – aí lixeiro, assim era o marisqueiro. As mulheres que trabalhavam no marisco, tinham vergonha. ... Elas tinham vergonha porque era uma situação assim, o marisqueiro era um coisa assim igual a uma profissão que não tinha um valor, tinha seu valor, não era reconhecido, agora, hoje, não.*

O marisco era cozido em latões de óleo de 20 litros e o fogo era feito com lenha encontrada no mar. A fumaça resultante do cozimento atrapalhava o andamento das aulas na escola Fernando Magalhães. Foi através de uma iniciativa da LBA[2] que o grupo conseguiu doação de estruturas (fogões) para utilização de gás no processo de cocção, fato que facilitaria o trabalho dos marisqueiros, evitando tensões com a escola. Conforme relatado por um entrevistado, "Uma das diretoras queria tirar a gente daqui, contratou pra tirar os barracos daqui".

Esse preconceito vinculado à sua origem e também à atividade a qual se dedicavam, fez com que o grupo se engajasse em uma proposta governamental que visava uma mudança no processo produtivo do marisco.

Estado e comunidade, uma parceria que deu certo. No final dos anos 1980 técnicos da Extensão Pesqueira da FIPERJ[3], que já mantinham trabalhos com os pescadores do bairro, propuseram um projeto para o grupo de marisqueiros, que incluía o associativismo e também o cultivo de mexilhões. Houve um grande envolvimento, especialmente por alguns membros do grupo de nordestinos que viam a possibilidade de reverter sua situação de discriminados no bairro e concretizar o sonho de melhorar de vida, que os trouxe para o *Sul*. Todavia para a implementação de tal projeto seria necessário a formação de uma Associação, através da qual seria possível o repasse de verba governamental. O Projeto intitulado Maricultura e Beneficiamento Comunitário de Mexilhão MexilhãoRio, foi aprovado e a verba liberada em 1992, ano da legalização da Associação de Maricultores Livre de Jurujuba (ALMARJ).

Entre as melhorias que seriam obtidas poderia-se citar a transferência do trabalho, realizado nas bancas ao longo da praia, para um Centro de Beneficiamento, promovendo empregos e aumento da renda das famílias; uma certa autonomia na comercialização, um

---

[2] Legião Brasileira de Assistência.

[3] Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro

aumento na qualidade do produto e, em termos ambientais, a conservação dos estoques naturais de mexilhão a partir do cultivo dos mesmos em espinhéis suspensos.

Além disso, essa era uma maneira do grupo se diferenciar e ocupar um outro *status* no bairro. A partir do momento que o grupo passou a ser visto com membros do governo, com os quais se reuniam no bairro, saiam para participar de reuniões de articulação com outros marisqueiros e também conhecer experiências associativistas de outros locais, pode-se inferir que os nordestinos passaram a marcar sua diferença dentro do bairro, a construir uma nova identidade.

Segundo relatos, todos os marisqueiros do bairro foram convidados a participar da Associação, no entanto, há algumas divergências no que tange esta questão.

> *E: X convidou todo mundo pra vir trabalhar na Associação. Eles não quiseram ir, teve gente que disse que não ia se aliar a uns pé rapado que nem nós, e ficaram lá. Tem um montão de gente lá.*
>
> *P: Todos foram chamados para participar da Associação ou só o pessoal da praia?*
> *E: O pessoal da praia foi e mais alguns de fora, outros não, todos não. Agora eles se esforçam e chamam para trabalhar lá dentro, mas agora os caras não querem trabalhar lá não.*

Os relatos acima demonstram que já no processo de articulação houve problemas para que todos os marisqueiros fossem engajados no processo. Além das questões identitárias, de interesses divergentes, grande parte dos marisqueiros pensava que a proposta era inviável em se tratando de um projeto governamental, evidenciando o descrédito do poder público junto às camadas mais carentes da população: Como nos foi dito por um entrevistado, "Já viu o governo dar alguma coisa para alguém?". Apesar deste cenário, um pequeno grupo de nordestinos, que sonhava em mudar de vida se organizou e investiu na viabilização do Projeto Mexilhão-Rio.

> *E: No início chamaram a gente de "os três mosqueteiros", "os bobão". Que isso era mais uma historinha de governo, que não ia sair. Mas botamos na nossa cabeça que tinha que melhorar e Deus ajudando, e gente foi correr atrás. Muitos desacreditavam. Se esse projeto sair eu corto meu pescoço, outro, eu me jogo da ponte.*

Através do investimento do grupo e de sua dedicação ao trabalho, são reconhecidos por vários moradores de Jurujuba, dos quais, um antigo morador afirma:

> *Eles criaram isso lá em pouco tempo,...Cresceram muito, tem carreta, eles tem tudo, adquiriram com isso ...Agora eles entraram no peixe. Tão comprando peixe. As carretas vão ali arrematam dos barcos que vem ....Já estão se tornando uma camada mais alta. Mas isso aí, é a vida do homem, ele trabalhou pra isso. Então eu acho que ninguém tem direito de condenar!*

Através da Associação, o Governo Estadual gestionou junto ao Governo Federal (Serviço do Patrimônio da União - SPU) a legalização da área na qual seria construída a unidade de beneficiamento (Menezes, 2003), bem como toda a região da *praia* onde residem os Nordestinos. Esse fato pode ser entendido como uma diferenciação dos nordestinos em Jurujuba, já que a maioria dos moradores não possui a posse de seus terrenos, gerando mais uma fonte de conflito. De acordo com a legislação vigente, para o tipo de cessão de terras concedida para ALMARJ, não era permitido aumentar o total da área construída. Segundo testemunhas, alguns atravessadores que não estavam envolvidos na associação tentaram construir barracos para armazenar o mexilhão. Foram advertidos pelos associados, pois caso não parassem a obra, eles (ALMARJ), chamariam a polícia. Diante dessa situação um dos membros da Associação teria sido inclusive ameaçado de morte, por um dos envolvidos na construção do barraco.

Para compreender como a ALMARJ conseguiu ter a estrutura atual e a visibilidade conquistada é fundamental ter em vista as relações políticas estabelecidas ao longo dos anos, propiciadas, em parte, através do técnico em Extensão Pesqueira da FIPERJ, bem como do apoio financeiro recebido do Fundo LIFE/PNUD. Além disso, um outro projeto realizado pela COPPE/UFRJ com financiamento da Petrobras também merece ser mencionado.

Uma Associação para todos? Na prática, a Associação atua como uma instituição restrita àqueles que se adeqüam às suas normas e que vem atuando em prol de seu crescimento. Isso pode ser evidenciado pelo relato de um morador que na época da fundação era marisqueiro.

> *E: Quando eu trabalhava no mexilhão, eles fizeram a cooperativa. Da cooperativa eles criaram uma diretoria e os sócios. .... Eles não deixaram entrar como sócios, eles não aceitaram como sócios. "Ah tá fechada inscrição como sócio" ... Eu não entrei de sócio pra lá porque na época eles falaram pra mim que tava encerrado, que estavam dando um tempo e que depois eles iam abri de novo, pra colocarem mais sócios.*

A partir dos relatos é possível perceber que com o início do funcionamento do Centro de Beneficiamento o próprio grupo teve que se adequar e se acostumar com um novo padrão de trabalho e de gerenciamento das atividades, um novo universo, o qual não era conhecido. O fato dos associados se referirem ao trabalho no Centro de Beneficiamento como sendo o trabalho na fábrica, indica a mudança.

O grupo não parece ter sido preparado efetivamente para enfrentar este novo universo o qual passou a integrar, apesar de ter recebido treinamento e cursos em várias áreas. Neste sentido, duas questões podem ser abordadas. A primeira refere-se ao fato de que nem

sempre a linguagem utilizada nos cursos foi apropriada para permitir uma total assimilação pelos membros do grupo, e que nem todos os aspectos relativos a tal mudança, foram abordados. A segunda, é que o grupo vai lidando com os novos problemas (as contas a pagar luz, telefone, IPTU - e, as exigências ambientais para o exercício da atividade) à medida que vão surgindo, e seu gerenciamento é realizado dentro de suas capacidades, recorrendo, por vezes, aos técnicos que auxiliaram no processo de articulação e ainda mantém vínculos com o grupo.

Cabe relatar que devido às dificuldades financeiras o grupo passou a investir na comercialização de pescado, principal atividade realizada, atualmente. No entanto, como as associações, juridicamente, não podem emitir notas de compra e venda, a rede de comercialização era restrita, e o grupo não vendia diretamente para supermercados, restaurantes e peixarias do município. Somente no inicio de 2007 o grupo abriu uma firma e contratou uma vendedora no sentido de ampliar as possibilidades de comercialização do produto.

Para concluir, pode-se afirmar que a história do grupo em análise é marcada por uma trajetória de dificuldades presentes a todo instante, desde a chegada ao local onde residem e, principalmente quando se lembram do passado. A memória dos alagoanos, uma construção social derivada das suas relações sociais e de suas experiências, tem efeitos simbólicos notáveis que permitiram sua distinção, passada e presente, no bairro de tradição pesqueira. Essa distinção que pode ser atribuída à articulação do grupo com outros setores da sociedade e, a parceria com o Fundo LIFE/PNUD que lhes proporcionou visibilidade internacional, fazendo com que o *Mexilhão-Rio* recebesse alguns prêmios internacionais pelas características socioambientais. A consolidação e o fortalecimento deste grupo social dependeu de um trabalho de construção e de negociação com outros atores locais no sentido de manter sua unidade.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz. 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2ª ed. 1998.

CANDAU, Joel. **Antropolgie de la memoire**. PUF-Paris. 1996.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo. Vértice. 1990.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos na trilha dos migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB. 2002.

MENEZES, Marcos Bezerra. 2003. *Projeto mexilhão-Rio: cultivo e beneficiamento comunitário de mexilhão.* IN: **Revista eletrônica ComCiência**. http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit17.shtml#ref3.

POVOA NETO, Helio. *A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos no Brasil*. IN: **Revista Travessia** (Maio-Agosto). 1994. Pp.20-22.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Estudos Históricos**, vol.2 n.3. Rio de Janeiro. 1989. Pp. 25-35.

SANTOS, Miriam S.. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

WIEVIORKA, Michel. *Avant-propos*. In: Elias, N. et Scotson, J.L. (Org.). **Logiques de l ´exclusion**. Paris: Fayard. 1997. Pp. 11-23.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Guerrilha operária derrota o arrocho": a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária guerrilheira.

Edileuza Pimenta de Lima[1]

Resumo: As relações entre luta armada e movimento operário no Brasil são estudadas neste trabalho a partir dos guerrilheiros operários da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de luta armada contra a ditadura cuja existência é situada entre 1968 e 1974. A historiografia destaca quase que unicamente a participação dos estudantes nos movimentos guerrilheiros, e é contra essa tendência que é configurado nosso estudo, que mostra que a presença dos operários na ALN é bastante considerável.
Palavras-chave: Ação Libertadora Nacional, Guerrilha, Movimento Operário.

Abstract: The relationships between the armed groups and workers´ movement in Brazil are analized in this research by the guerrillas workers of Action for National Liberation (ALN), an armed group organization against the dictatorship in the period between 1968 and 1974. The historiography´s studies remarks almost exclusively the students´ involvement in the guerrilla movements, and is against this tendency that is directed our study, which shows that presence of the workers in the ALN is very considerable.
Keywords: Action for National Liberation, Guerrilla Warfare, Workers´ Movement.

Este trabalho é um dos desdobramentos da minha monografia que foi defendida em fevereiro de 2007. Intitulada **"Trabalhador: arme-se e liberte-se": a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira**, pode ser vista como uma contribuição aos estudos sobre os mundos do trabalho a partir do momento em que lança luzes sobre a participação operária na luta armada contra a ditadura militar inaugurada com o golpe de 1964. Aqui apresentamos um resumo dessa pesquisa já concluída, com a disposição de compartilhar nossos resultados com a comunidade acadêmica, contando desde já com suas críticas e sugestões, dado que no mestrado objetivamos um aprofundamento do tema.

Estudamos as relações entre luta armada e movimento operário a partir da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização guerrilheira cujo período de existência é situado entre 1968 e 1974. A ALN foi um dos rachas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundada quando um grupo de militantes, liderados pelo comunista histórico Carlos Marighella, se decide pelo enfrentamento armado contra a ditadura, contrariando a estratégia de não-resistência do Partido.

A ALN propunha a guerrilha rural como fim a ser alcançado (tarefa estratégica),

1 Mestranda em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

embora a maior parte de suas ações em toda a sua trajetória tenha ocorrido nas cidades (as ações urbanas eram tarefa tática), consideradas como meios de apoio para fins de propaganda política, para ações de obtenção de fundos (expropriações, como assaltos a bancos), recrutamento de quadros para a guerrilha e ataques estratégicos ao inimigo. Era uma organização em que se permitiam pequenos grupos com total independência tática desde que estivessem subordinados à sua estratégia geral; sua estrutura pode ser entendida como horizontal, sem hierarquias, diferente de um sistema partidário.

Segundo Marcelo Ridenti, os historiadores, ao estudarem este período, "precisam estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo" (RIDENTI, 2004: 64). Foi exatamente o que aconteceu com o papel dos estudantes na historiografia: sua presença nas organizações armadas passou a ser estudada de forma quase que exclusiva.

Não ignorando a esquerda armada ser composta predominantemente de camadas médias intelectualizadas (leia-se estudantes), escolhemos os operários como objeto de estudo, optando por um "realce analítico" distinto do que é tão comumente utilizado, trazendo ao proscênio os trabalhadores. A existência de poucos registros acerca das relações entre Luta Armada e Movimento Operário constitui a justificativa deste trabalho. Nosso ponto de partida deve-se ao grande número de referências aos trabalhadores nos documentos da Ação Libertadora Nacional, o que foi aprofundado com a realização de entrevistas a ex-militantes. Concluímos que estes trabalhadores existiram e, surpreendentemente, em grande número na guerrilha.

Esta pesquisa possui como metodologia a análise de fontes orais e escritas. Entre as fontes escritas predominam documentos da Ação Libertadora Nacional, como jornais, textos teóricos redigidos por seus membros e comunicados internos; destaque-se que a maioria dos documentos são de autoria expressa do fundador e líder Marighella e encontram-se em arquivos policiais, particulares e de serviços de informação, também podendo ser consultados em bibliotecas e arquivos públicos. O trabalho com as fontes orais utiliza-se da prática da História Oral, metodologia que consiste em lidar com informações obtidas através de entrevistas que se concentram em histórias de vida, consideradas de grande importância porque permitem ao pesquisador o acesso a informações muito específicas e até mesmo singulares; a execução da entrevista é acompanhada da elaboração prévia de roteiros, da transcrição das fitas obtidas e posterior análise dos dados.

Dado que as organizações de luta armada que predominaram no período pós-64

em sua maioria queriam derrubar a ditadura com o exclusivo poder das armas e não se referiam às velhas formas de luta desenvolvidas pelos trabalhadores (isto é, eram estritamente militaristas), a ALN não deixa de ser vítima dessa acusação, que inclusive é comentada por Carlos Marighella no documento **O Papel da Ação Revolucionária na Organização**, de maio de 1969. Segundo ele, diziam "que não tínhamos nenhum trabalho de massa, subestimávamos tal atividade, e estávamos, por isso, isolados do povo" (MARIGHELLA, 1969).

Dentro desta preocupação de se manter próxima às massas, há um cuidado especial da Ação Libertadora Nacional com o papel dos operários, fato que pode ser verificado no texto **As perspectivas da Revolução Brasileira**, de setembro de 1969: "Os operários por sua vez, quando intensificarem as greves com ocupações de fábricas e seqüestros e patrões e gerentes, serão outra grande fonte de recrutamento para os grupos revolucionários armados". (MARIGHELLA, 1969).

Antes, no documento de fundação da ALN, o **Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo**, alguns métodos de ação são definidos, e é interessante notar referência à organização sindical.

> *A agitação política das massas deve ser posta em prática, com a distribuição de volantes nas portas de fábricas e no seu interior, e com pinturas murais, defendidas por grupos armados. (...) O movimento de massas sindical deve fazer-se de baixo para cima, abolindo o sistema de trabalho pela cúpula, e visando à radicalização, para desmascarar o governo e despertar o espírito de luta revolucionário dos operários (MARIGHELLA, 1979: 136).*

Embora defenda a aliança operário-camponesa para a guerrilha e não obstante o destaque aos camponeses quando se objetiva a guerrilha rural, a preocupação com o operariado é evidente, principalmente se lembrarmos que entre os fundadores da ALN estavam sindicalistas históricos como Raphael Martinelli e Oswaldo Lourenço. As lutas de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira no seio da classe trabalhadora também são de longa data.

A partir do golpe, quando começaram a se intensificar as divergências de Marighella com o PCB, o líder comunista, em seus escritos, começou a pregar um projeto próprio de revolução e a estabelecer que papel seria reservado aos trabalhadores. Para ele, a revolução brasileira seria uma "revolução cuja liderança incontestável, no terreno prático e ideológico, pertence de direito e historicamente à classe operária" (MARIGHELLA, 1995: 102). Sempre atento às demandas dos líderes da revolução, percebia que a conjuntura pós-

golpe não lhes era favorável e não haveria outra saída senão a luta revolucionária e radical, pois o caminho pacífico teria o efeito de alimentar ilusões no povo e contribuir para institucionalizar a ditadura:

> *Os fatos indicam que o proletariado em face do tremendo impacto da abrilada não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da insurreição armada popular. Trata-se do caminho não pacífico, violento até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração (MARIGHELLA, 1966: 19-20).*

Consolidando suas reflexões, que passaram a ser voltadas para um projeto de guerrilha, no **Mini-manual do Guerrilheiro Urbano** Marighella sugere funções para os guerrilheiros operários:

> *Os trabalhadores têm conhecimento infinito da esfera industrial e são os melhores nos trabalhos revolucionários urbanos. O trabalhador guerrilheiro urbano participa na luta mediante a construção de armas, sabotando e preparando sabotadores e dinamiteiros, e pessoalmente participando em ações envolvendo armas de mão, ou organizando greves e paradas parciais com a violência em massa característica em fábricas, centros de trabalho e outros lugares de trabalho (MARIGHELLA, 1969).*

Percebemos que grande parte dos quadros operários da ALN se concentrava em São Paulo, pois são provenientes do Partido Comunista Brasileiro; o Comitê Estadual de São Paulo quase todo acompanhou Marighella quando ele rachou e formou o Agrupamento Comunista de São Paulo. Obviamente existiram operários de outras origens, recrutados para a Organização, mas seu número é bem menor: basta perceber o perfil dos militantes de outros estados: a ALN no Rio de Janeiro, por exemplo, era praticamente toda composta por estudantes. Sob esse aspecto, portanto, a ALN foi mais ativa em São Paulo, não podemos descartar esta relação: "Quem pensa em fazer a revolução tem que se apoiar nas empresas e na classe operária. No Brasil, tem que se apoiar em São Paulo, a concentração operária e decisiva no país" (MARIGHELLA, 1999: 549).

Os documentos da Ação Libertadora Nacional são ricos em exemplos que destacam o papel do proletariado na guerrilha. A ALN possuiu um projeto de guerrilha operária e buscou consolidá-lo tendo como um de seus instrumentos o jornal **Guerrilha Operária** (fonte inédita que analisamos na monografia), e buscava atingir os trabalhadores com ações como propaganda armada e expropriações em fábrica. Tinha entre seus símbolos um com o "slogan" **Trabalhador: Arme-se e Liberte-se,** e foi representada em greves como as de Contagem e Osasco.

A ALN buscava atingir a classe operária por formas específicas, tais quais ocupações de fábricas, expropriação de patrões e propaganda armada. Essas ações objetivavam denunciar a política de exploração dos trabalhadores empreendida pela ditadura, promover uma aproximação dos guerrilheiros com o povo, apresentando a Organização como vanguarda de uma guerra revolucionária entre exploradores e explorados, patrões e empregados, e adquirir adeptos para a guerrilha.

Em uma ação de expropriação em uma metalúrgica, por exemplo, percebe-se a preocupação em conscientizar os operários, através de uma "preleção sobre a guerra do povo contra os exploradores":

> *Mangels: Ás 13 horas do dia 10/2 passado, um comando revolucionário expropriou duas carabinas CBC Calibre 22, um revólver calibre 38, e Cr$ 270.000,00, da metalúrgica norte-americana Mangels Industrial S/A, localizada a 500 metros do parque motomecanizado da 2º região militar, localizada no Ipiranga. Durante a ação de expropriação, revolucionários componentes do comando fizeram uma preleção aos operários sobre a guerra do povo contra os exploradores (Jornal Venceremos nº 1. Abril de 71, p. 5).*

As greves, mesmo as que não tinham participação direta dos militantes revolucionários, também eram descritas nos jornais da ALN, seguindo-se o entendimento de que "greve também é guerrilha operária". Marighella teorizou sobre essa forma de luta e sua concepção ficou famosa entre seus liderados: “Os operários por sua vez, quando intensificarem as greves com ocupações de fábricas e seqüestros e patrões e gerentes, serão outra grande fonte de recrutamento para os grupos revolucionários armados” (MARIGHELLA, 1966).

Nesse sentido, eram comuns outras tentativas de popularização junto ao operariado: expropriar fábrica em dia de pagamento e levar os "vales"; assim, os patrões não poderiam controlar quanto cada empregado estava devendo e teriam que pagar integralmente o salário. Também ficaram famosos levantamentos em que se descobriam encarregados opressores e "dedos-duros"; estes levavam uma surra dos guerrilheiros, que adquiriam, assim, a simpatia de toda a fábrica.

Observe-se que "Guerrilha Operária" não foi apenas o nome do jornal que a ALN possuía, mas uma forma de luta. Fala-se em "comprar armas para a GUERRILHA OPERÁRIA", isto é, para a luta armada de resistência à ditadura e contra os patrões desempenhada pelos guerrilheiros operários. Assim se define a guerrilha operária:

> *Nós chamamos êste jornal de GUERRILHA OPERÁRIA porque esta é a forma de*

> *luta que os operários do mundo inteiro usam na sua luta contra a ditadura dos patrões e dos militares fascistas. Esta é a forma de luta que devemos empregar para derrotar o assôcho [sic] salarial, para termos melhores condições de trabalho e menos acidentes nas fábricas. Esta é a forma de luta para derrotar os pelegos nos sindicatos, para não sermos humilhados como na última campanha salarial em que tivemos um aumento de 20%, que não cobre nem o custo de vida.*
>
> *Quando os operários de uma fábrica fazem uma greve e tomam a sua fábrica na luta pelos seus direitos êles fazem GUERRILHA OPERÁRIA; quando um operário se organiza dentro de uma fábrica com os seus colegas para discutir êste jornal ou as condições da fábrica, ou quando ele coloca num muro, com um pedaço de giz ou carvão, uma palavra de ordem (que pode ser por exemplo GUERRILHA OPERÁRIA DERROTA O ARRÔCHO), ele está fazendo a GUERRILHA OPERÁRIA tanto quanto um grupo de patriotas que toma de assalto um quartel para tirar armas (Jornal Guerrilha Operária nº1. Maio de 71, p. 3).*

O movimento operário sofreu duros golpes desde os primeiros momentos da ditadura, com intervenção em sindicatos, repressões a greves, perseguições a líderes dos trabalhadores e não conseguiu mais se organizar de forma significativa até o momento em que se começou a ensaiar a abertura política. O movimento estudantil, ao contrário, se encontrou no auge de sua articulação política em 1968, fornecendo as bases para a luta no momento em que quase todos os grupos políticos se imergiam na luta armada. Na ALN não foi diferente: os operários que estavam em suas fileiras eram oriundos, em sua maioria, do racha do PCB em São Paulo, embora outros tenham sido recrutados após esse momento para a execução de tarefas específicas porque a ALN tinha, como vimos, uma prática voltada para o operariado.

Em entrevista ao semanário francês Front, às vésperas de sua morte, Marighella reconhece a limitação da participação operária em detrimento da participação dos estudantes. Uma das principais questões que se levantava é que, se um operário fosse preso, sua família ficaria desamparada, enquanto intelectuais e estudantes teriam maior suporte. Porém, Marighella sugere formas de luta como sabotar máquinas, fabricar armas em segredo e destruir material para aqueles que não podiam assumir um enfrentamento mais direto contra a ditadura:

> *(...) se os operários ocuparem as fábricas, estarão armados de antemão. Aliás, é assim que vejo a conjunção da guerrilha urbana e do movimento de massa. Aliás, os operários podem muito bem sabotar as máquinas, fabricar armas em segredo, destruir material. Para homens casados, pais de família, é a única forma de guerrilha atualmente possível*[1].

As lutas meramente economicistas e a atuação no chão da fábrica deixaram de

1 "O Brasil será um novo Vietnã". In: CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984, p. 66. Neste livro, o autor dedica uma parte à ALN, com transcrição de alguns documentos seus e de Marighella. Observe-se que o fato desta organização estar inserida num livro com este título é significativo, mostra que as relações entre luta armada e movimento operário através da Ação Libertadora Nacional são reconhecidas.

representar alternativas para o guerrilheiro operário, pois, como escrevera o ex-militante Ottoni Fernandes Júnior, "quando optamos pelo caminho da luta armada, fomos para o subterrâneo da política. Abandonamos as formas legais de luta e nos colocamos à margem da lei" (FERNANDES JÚNIOR, 2004: 86).

Concluímos que a preocupação com o operariado na ALN era uma herança ligada ao Partido Comunista Brasileiro, no qual ela teve origem. Porém, adotou forma própria de lidar com essa questão, inserindo os trabalhadores num projeto de guerrilha operária. Marighella, por sua própria tradição militante junto à classe trabalhadora, também imprimiu caráter próprio à Organização, que a diferenciou dos outros rachas do PCB.

O afastamento das massas, vivenciado pela ALN em conjunto com todas as organizações guerrilheiras que atuavam no mesmo período, trouxe à tona críticas quanto a atuação dos estudantes, que foram esmagadora maioria entre os integrantes da luta armada. À sua "pressa pequeno-burguesa" foi atribuída a situação de impasse que os guerrilheiros passaram a vivenciar com a intensificação da repressão, e isso pode ser constatado nas entrevistas que realizamos. Entretanto, a existência de ações de propaganda armada em fábricas ou em bairros operários até o fim da ALN confirma que o isolamento dos militantes em relação ao povo não foi completo.

Referências bibliográficas:

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.

MARIGHELLA, Carlos. **A Crise Brasileira (Ensaios Políticos)**. Mimeo.1966.

MARIGHELLA, Carlos. **As perspectivas da revolução brasileira**. Mimeo.1969.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

MARIGHELLA, Carlos. **O papel da ação revolucionária na organização**. Mimeo.1969.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 3ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995.

MARIGHELLA, Carlos. *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. In: NOVA, Cristiane, NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Marighella: O homem por trás do mito**. São Paulo: Unesp, 1999.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. **O Baú do Guerrilheiro - Memórias da luta armada urbana no Brasil**. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2003.

EMILIANO JOSÉ. **Carlos Marighella. O inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro – Os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para os pesquisadores*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTA, Rodrigo Pato Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO e Boitempo Editorial, 2001.

Jornais:

Guerrilha Operária. nº 1. Maio de 1971

O Guerrilheiro. nº 1. Abril de 1968

O Guerrilheiro. nº 2. Novembro de 1970

O Guerrilheiro. nº 3. Setembro de 1971

O Guerrilheiro. nº 5. Maio de 1972

O Guerrilheiro. nº 6. Agosto de 1972

O Guerrilheiro. nº 8. Outubro de 1972

Venceremos. nº 1. Abril de 1971

Venceremos. nº 2. Maio de 1971

Venceremos. nº 3. Junho de 1971

Venceremos. nº 4. Agosto de 1971

Venceremos. nº 6. Fevereiro de 1972

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Correspondência de António de Alcantara Machado dom Alceu Amoroso Lima e Prudente de Moraes, Neto

Emery Marques Gusmão [1]

A publicação da correspondência de António de Alcântara Machado permite um novo olhar sobre sua produção intelectual que foi objeto de minha dissertação de mestrado, defendida em 1995[2]. Naquela oportunidade, procurei contrapor os discursos histórico e literário do produzidos pelo modernista, distanciados pelos historiadores da cultura. Os críticos consideram **Brás, Bexiga e Barra Funda** uma das mais acabadas expressões da renovação literária produzida nos anos de 1920; já os historiadores entendem seus trabalhos sobre História de São Paulo como exemplos típicos da história tradicional. A escrita da história teria sido renovada pelos professores estrangeiros que vieram lecionar na Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e a historiografia pautada no pensamento racial não estaria inscrita na "consciência crítica" impulsionada pelos modernistas cujos frutos teriam sido colhidos pela geração de 1945. A coletânea de depoimentos publicada em 1945 sob a forma do livro **Plataforma da Nova Geração** apresenta a afirmação, por parte de Antonio Cândido[3], de pontos de continuidade entre sua geração e a de 1922. Segundo o crítico, a revolução estética e o "barulho" efetuado pelos modernistas tornaram possível a liberdade do escritor e abriram caminho para o estudo dos problemas brasileiros, colocando a necessidade da análise sistemática e disciplinada realizada por sua geração. Assim, a vanguarda seria precursora da tomada de consciência que se efetua nos anos quarenta pelo combate ao pensamento reacionário. Embora a avaliação de Candido seja pertinente, a contraposição dos discursos literário, jornalístico e histórico de António de Alcântara Machado revelou um projeto intelectual pautado em uma noção de modernidade bastante peculiar, elaborada a partir de concepções históricas baseadas no pensamento racial e na mítica bandeirante.

---

[1] UNESP-Assis
[2] MARQUES, Emery. **Mapas, cartilhas e referendum**: imagens da vida em António de Alcântara Machado. Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 1995.
[3] NEME, Mário. **Plataforma de uma geração**. Porto Alegre: Editora Globo, 1945, pp. 31-40.

Os livros **Intelectuais na encruzilhada**, organizado por Francisco de Assis Barbosa (2002), e **Pressão afetiva e aquecimento intelectual**, organizado por Cecília de Lara (1997), tornam pública a correspondência do escritor com dois renomados intelectuais, Alceu Amoroso Lima e Prudente de Moraes, neto. A primeira obra apresenta vinte e seis cartas: dez de Alceu Amoroso Lima (duas escritas em 1930, três em 1931, duas sem data[4], uma em 1932 e uma em 1933) e dezesseis de Antonio de Alcântara Machado (uma redigida em 1927, uma em 1928, seis em 1930, seis em 1931, uma em 1932 e uma em 1933). O outro livro reúne quarenta e oito cartas redigidas por Alcântara para o amigo Prudente de Moraes: uma de 1925, dezoito de 1926, dezessete de 1927, três de 1928, oito de 1929 e uma de 1932. As cartas tematizam obras literárias, a imprensa, a realidade nacional e eventuais desentendimentos entre membros de sua geração, além de fornecer dados acerca do posicionamento político do escritor no período (1925-1933)[5]. Como lembra Cecília de Lara, situam-se no período mais produtivo (do ponto de vista intelectual) da vida do escritor.

Os três escritores ligam-se ao movimento modernista e assumiram posicionamentos distintos no início da década de 1930 quando os intelectuais e segmentos da sociedade engajam-se politicamente e tendem a assumir ideologias de extrema direita ou esquerda. Francisco de Assis Barbosa reproduz um texto de Alcântara Machado – inspirador do título do volume organizado por ele – que caracteriza a época:

> *"Afinal de contas, Tristão de Ataíde viveu o drama de todos nós. Numa entrevista (..) fez esta declaração (..):*
> *'Se não fosse católico, seria comunista. É que a época é de militantes. Cada vez se admite menos a existência dos fura-cores ou multicores. A gente é ou não é. Não é possível, hoje, ao intelectual (para não dizer a quem quer que seja, mas sobretudo ao intelectual) aquele alheamento que já foi regra e chegou a ser orgulho da irritável classe. Agora tudo é ação social. Queira ou não queira, o homem é empurrado para a encruzilhada, posto diante do dilema: tem de decidir, os problemas se apresentam como de vida ou de morte. E chega por isso o momento em que o instinto de defesa acaba vencendo o comodismo' "*[6] *(grifos meus)*
> *Face à encruzilhada, Alcântara define-se como um "torcedor" da Igreja, um "expectador" do trabalho de Alceu*[7] *pois sua adesão ao catolicismo seria uma "concessão à tradição familiar" e não fé (p. 91):*
>
> "*Fiquei lembrando do fervor com que em 1914 preparado no Ginásio São Bento daqui pelo padre João Gualberto (..) eu comunguei e durante meses todos os domingos me ajoelhei para receber a hóstia. Depois esse fervor acabou, eu era*

[4] Presume-se que uma tenha sido redigida em 1930 e a outra em 1931.
[5] A idéia de que a produção cultural era o motivo das cartas foi colocada pelo próprio AAM em 1931: "Até breve, Alceu. Até o seu próximo livro ou artigo ou carta. Porque nos seus artigos e livros nos sempre nos encontramos" (**Intelectuais na encruzilhada**, p. 117)
[6] BARBOSA, Francisco de Assis. Introdução. **Intelectuais na encruzilhada**, a correspondência de Alceu Amoroso Lima e António de Alcântara Machado (127-1933). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
[7] **Intelectuais na encruzilhada**, p. 88. Correspondência datada de 26/05/1930.

> *criança, a comunhão era uma festa, um ato que eu repetia porque ele me elevava sobre os companheiros. Não é fé (..). Não sou digno (..)" (p. 91).*

Questionou tanto a fé de Alceu quanto o comunismo de Oswald e, talvez, se possa enxergar na correspondência com o primeiro uma metáfora dos jogos políticos, a sugerir que esperava uma ação conseqüente (o gol) dos homens de centro:

> *"Uma revolução 'que recoloque os valores nossos em função de uma filosofia do Espírito' tem minha adesão entusiástica embora de simples espectador. Quer dizer, eu não sou nem indiferente nem combatente. (..) Convenha-se em que sou um torcedor que sabe perfeitamente como é que o extrema deve passar a bola para o centro-avante emenda-la e empurrá-la dentro do gol, sente que esse gol é a satisfação de tendências e sentimentos profundos dele torcedor, mas se entrar em campo será incapaz de dar um* chute" (p. 88)

Para Miceli (2001) a recusa às ideologias extremadas por parte de alguns intelectuais, como Alcântara Machado e Prudente de Moraes, explica-se pela inserção sua (ou da família) na esfera política e intelectual. Segundo o autor, os intelectuais ligados a ala perrepista passaram às fileiras dos movimentos radicais pois seus "anseios de fazer carreira política nos moldes daquela seguida por seus pais ruíram por terra com as derrotas de 30 e 32" (p. 102). Ao longo da década de 1920 as organizações políticas e as instâncias de produção cultural diversificam-se de tal forma que a passagem pela Faculdade de Direito não representava mais o "estágio inicial" da inserção nas classes dirigentes. "Os herdeiros deveriam também envolver-se na concorrência política e intelectual e assumir tarefas cada vez mais especializadas nos jornais partidários, nas organizações políticas, nas instituições culturais" (p. 93). Deste modo, Mário de Andrade, Tácito de Almeida e Alcântara Machado[8] que aderem à oposição democrática e a seus veículos de cultura desde cedo, e tiveram a oportunidade de continuar prestando sua colaboração política à oligarquia" (p. 102) regional que, após a derrota de 1932, empenha-se no projeto de unificação das forças. António de Alcântara Machado, membro de uma família tradicional – filho e neto de políticos, juristas e professores da Faculdade de Direito -, assume a direção da Bancada Paulista por São Paulo Unido durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1933 e, segundo as palavras de Francisco de Assis Barbosa, recebia políticos e intelectuais. A morte prematura em 1934 interrompeu sua atuação, mas os demais "intelectuais democráticos" permaneceram na linha de frente dos empreendimentos culturais da oligarquia paulista até 1937.

[8] Também Prudente de Moraes – neto do ex-presidente da República – insere-se na ala jovem dos fundadores do Partido Democrático (MICELI, p. 251). A obra deste escritor "bissexto" não foi reunida em livros e, por esse motivo, permanece pouco conhecida das atuais gerações (BARBOSA, 2002).

A correspondência e a produção sugerem que o radicalismo modernista inicial vai cedendo espaço e, no final dos anos 1920, AM abre-se a outras instâncias culturais que poderiam ser classificadas como "tradicionais". Os textos telegráficos das primeiras cartas endereçadas a Prudente escasseiam após 1928 (quando tornam-se gramaticamente mais articulados), publica o artigo "Brasilio Machado ou um operário cathólico" na revista **A Ordem**, ganha um prêmio em dinheiro da Sociedade Capistrano de Abreu e publica a monografia premiada nas páginas da **Revista do Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro**. Prudente deve ter questionado a participação em instituições culturais mais conservadoras pois AM lhe escreve em 31/12/1929:

> *"Agradeço o abraço pelo Prêmio Capistrano. Mas não concordo com a alfândega proposta. Você se esquece (..) que estamos no Brasil. Lá na Europa sim. Há os institutos, as academias e o resto. Reúnem-se trinta carecas para estudar os amores de Napoleão. E dos amores de Napoleão não saem nem a pau.*
> *Mas aqui? Aqui a gente tem o DEVER de ser de tudo. Dever ou NECESSIDADE? Pouco importa." (p. 117)*

A Academia Brasileira de Letras também foi vista como uma instituição relevante em 1932:

> *"Ando torcendo para que um grande pensador católico se candidate à vaga de Alberto Faria na Academia Brasileira de Letras, conforme notícias que os jornais mandaram daí a faz já algum tempo. A Academia é coisa fatal, eterna: o que há a fazer é melhora-la. Isso me disse uma vez o Afrânio." (**Intelectuais na Encruzilhada**, p. 130)*

A idéia da NECESSIDADE de atuar junto a instituições mais tradicionais pode ser associada à sua inserção "mercado intelectual". Não há referências nas cartas a problemas financeiros que provavelmente não tinha – haja vista os recursos familiares e a atuação como advogado no escritório do pai. No entanto, a atuação cultural, que consolidava uma ampla "rede de sociabilidade" e dava pouco (ou nenhum) retorno financeiro, era fortemente prezada e ocupava uma parte significativa do tempo de AAM. Assim, este acusa na carta o interesse de fazer concurso para professor no Ginásio do Estado, uma ocupação que lhe colocaria em contato direto com a cultura.

A ruptura com Oswald e a posterior atuação na Bancada Paulista por São Paulo Unido – empenhada em congregar as forças da oligarquia – o predispunham a certo distanciamento em relação aos cacoetes e à blague característicos da fase heróica do modernismo? Talvez.

A correspondência com Prudente sugere forte apreço a Oswald de Andrade, cujas publicações, viagens e opiniões são freqüentemente comunicadas ao amigo que morava no Rio de Janeiro. A maior parte destas cartas são datadas de 1926 e 1927 quando este colabora na **Revista de Antropofagia** e na **Terra Roxa**. A primeira carta publicada no volume **Pressão afetiva e aquecimento intelectual**, datada de 31/12/1925 demonstra a sua importância[9] no projeto intelectual:

> *"Boas últimas festas, Prudente. Saiba que em meados de janeiro de 1926 daremos à luz da inteligência pátria que lê um quinzenário em formato de jornal. Título: Terra Roxa. Subtítulo: ... e outras terras. Diretores: A . C. Couto de Barros e António de Alcântara Machado. Redator secretário: Sérgio Milliet. Representante no Rio de Janeiro: Prudente de Moraes, neto.*
> *(...) Também você tem de aceitar. Queira ou não queira. NÓS queremos.*
> *(...) Você, até o dia 5 ou 6, tem de mandar um conto. Sem falta. Já está marcado o lugar no primeiro número. Concite os povos: Manuel Bandeira, Soares, Arinos e outros que tais, inclusive o Graça, Renato, Ronald. Seriamente. Belique o Sérgio. Mande o conto! MANDE O CONTO! MANDE O CONTO!" (p. 29)*

Em alguns momentos escreve ao amigo pedindo colaborações pois o último número da revista teria ficado "fraco" e seria necessário compensar o seguinte. Embora as cartas apresentassem freqüentes menções a "um certo Oswald, sujeito a quem quero um bem louco" (p. 62), não encontramos no volume uma descrição cuidadosa dos motivos da ruptura. Esta descrição foi encaminhada a Alceu com quem, até aquele momento, parecia trocar bilhetes esporádicos acusando o recebimento de obras recentemente publicadas.

A obra **Intelectuais na encruzilhada** reproduz apenas dois bilhetes de AAM a Alceu anteriores a 1930, datados de outubro de 1927 e dezembro de 1928: um acusava o recebimento da "primeira série dos fortes **Estudos**" e, gentilmente, comentava a crítica favorável de Alceu sobre o livro **Brás, Bexiga e Barra Funda** e o outro, o recebimento da segunda série dos **Estudos** e prometia algum comentário sobre o livro na Revista de Antropofagia (p. 78-9). A primeira de uma série de cartas que marcam esta aproximação data de 12/05/1930 – apenas três dias antes daquela que relata "a falta absoluta de caráter que distingue o ateu antropófago Oswald de Andrade" – apresenta um pedido de desculpas, por parte de AAM, pelas críticas dirigidas indiretamente a ele nas páginas de **O Jornal**. Sem precisar a data do artigo, lamenta ter dito "com ar de brincadeira duas ou três cousas a propósito" da descrição de Abel Bonnard de uma "confissão" recebida no Brasil. AAM afirma não saber que Bonnard aludia a Alceu: "imagine agora meu estado de humilhante desapontamento. Contra quem admiro e prezo como admiro e prezo raríssimos,

[9] Em 1925 Alcântara tinha vinte e quatro anos e iniciava-se na literatura; Prudente tinha 21 e cursava da Faculdade de Direito no Rio de Janeiro; Alceu Amoroso Lima era nove anos mais velho que AAM.

inconscientemente disso bobagens que poderiam feri-lo" (p. 80). Ao pedido de desculpas segue-se o relato dos feitos do "cabotino" Oswald de Andrade na carta datada de 15/05/1930 que termina com a proposta de uma "conjuração de silêncio em torno da nova fase oswaldiana. (..) O esquema é esse" (p. 85).

Os anos de 1930 e 1931 reúnem o maior número de cartas endereçadas a Alceu por Alcântara Machado (seis em cada ano, totalizando doze) a sugerir esta aproximação é posterior ao rompimento com Oswald de Andrade (em conseqüência do seu afastamento da Revista de Antropofagia, segundo a correspondência). Conforme esclarece, a Revista de Antropofagia foi idealizada em 1928 por Oswald para ser dirigida por Alcântara. Segundo suas palavras, Oswald assumida a responsabilidade de sustentar financeiramente o empreendimento por pelo menos um ano, um compromisso que não cumpriu. Partiu para a Europa "com o primeiro número debaixo do braço" (p. 83) e a revista continuou saindo: "intelectualmente, era produto do meu esforço e só de meu esforço. A função do Bopp se limitava a enviar pelo correio 70% da tiragem". Em 1929 o Bopp teria se entendido com Oswald e propuseram o fim da "Antropófago": "na presença do Sergio e do Faço eu concordei. No dia seguinte o Bopp comunica ao Rubens que eu me desinteressava pela revista mas que ele, Oswald de Andrade e Oswaldo Costa se incumbiriam pela publicação do jornal" (p. 83). Essa trama é relatada por AAM a Alceu em uma carta datada de 15/05/1930 na qual afirma: "é preciso que atacado como você tem sido, saiba a origem verdadeira dos ataques para se fortalecer nessa atitude de desprezo que convém" (p. 82).

A resposta veio rápida, no dia seguinte (16/05): "hoje vejo que você viu lucidamente o caminho que iam tomando esses cabotinos e recusou-se a segui-los. Excelente" (p. 86). No dia 26/05 (dez dias depois) AAM encaminha nova carta a Alceu comentando o número de setembro da revista **A Ordem** e prometeu uma contribuição com um estudo sobre o avô Brasílio Machado. Em junho redigiu mais três cartas e nenhuma no segundo semestre de 1930. Alceu retoma a correspondência a 05/01/1931 com um pedido de desculpas pelo "injustificável silêncio" (p. 104) e acusando o recebimento do artigo para publicação em **A Ordem**[10]. Nesta intensa correspondência dos meses de maio e junho de 1930 – imediatas ao rompimento com Oswald – a atuação da Igreja foi um tema freqüentemente abordado nos termos apontados atrás.

A **Revista de Antropofagia** surgiu em São Paulo em 1928 e sua primeira fase terminou em 1929. Neste período a revista era mensal, de oito páginas e publicou em seu

[10] "Seu artigo, que ainda não li, pois o estou recebendo neste minuto, vai hoje mesmo para a tipografia, para a edição de janeiro" (p. 105)

primeiro número o Manifesto Antropófago no qual Oswald de Andrade lançava e explicava o Movimento Antropofágico. Na segunda dentição, a revista foi uma página publicada de março a agosto de 1929 no Jornal Diário de São Paulo. Nessa fase, os colaboradores[11] assinavam sob pseudônimo e, além das matérias literárias, publicavam-se críticas corrosivas a modernistas, tais como António de Alcântara Machado, Mário de Andrade, Yan de Almeida Prado e outros. Em abril de 1929, AAM escreve para Prudente de Moraes:

> *"Não escrevi, nem escreverei coisa alguma ao meu ex-admirador Oswald de Andrade (..)*
> *Meteu-se agora com uns sórdidos e se fez inimigo da Igreja, de Mário de Andrade e de António de Alcântara Machado. Tenho pois inimigos honrosos nessa inimizade honrosa. (..)*
> *António de Alcântara Machado não nos interessa, escreve ele. Interessa sim. Interessa tanto que eu sou o assunto predileto da Antropófaga. (..)*
> *Herdeiro presuntivo sem nunca ocupar o trono, eterno quase-célebre está se indispondo com o grupo que sempre foi o único a lhe dar importância, o único a reconhecer seu talento estupendo' (p. 128-129)*

Mesmo ciente de que os textos publicados não representam a totalidade da correspondência de AAM, pode-se supor que a aproximação com instituições "tradicionais"[12] nos remete à fragmentação do movimento modernista e à busca de outros caminhos de inserção num universo cultural que se altera com as Revoluções de 1930 e 1932 - nas quais atua contra Getúlio Vargas. Em janeiro de 1931, escreve para Alceu:

> *"Pois é – meu caro Alceu – que se está passando neste Brasil de nossos inúmeros pecados. Tínhamos uma iluminação fraca e que pagávamos muito caro.. Mas com a ajuda de Deus víamos a claridade dela embora mal e mal. O monopólio (é um monopólio não tenha dúvida nenhuma) passou violentamente para outras mãos. E com a promessa de nos dar luz suficiente para vermos bem claro nos mergulharam nas trevas, dizem que provisoriamente enquanto não se reformam as instalações da usina republicana. Pode ser. Mas o fato é que estamos na escuridão. Portanto, tratemos de acender velinhas ou pelo menos riscar fósforos. Para saber (na falta de melhores conhecimentos) onde estamos e a dar uns aos outros a notícia de que ainda existimos. Aí tem você a explicação desse fósforo que nos esforçamos de chegar antes que se apague o pavio de uma vela: Revista Nova" (p. 108)*

Nesta carta, a criação da Revista Nova (1931-2), fundada com Paulo Prado e Mário de Andrade, aparece como empreendimento cultural num momento político que exigia ação dos "brasileiros de boa vontade" (p. 109) e não como empresa capitalista que visa o lucro. Na correspondência com Prudente destaca que o "diligente diretor-gerente" da revista (provavelmente Paulo Prado, segundo Cecília de Lara) opõe-se ao envio gratuito de

[11] Dentre os "antropófagos" dessa segunda fase inclui-se Oswald de Andrade, Raul Bopp, Tarsila do Amaral e Patrícia Galvão (Pagu).
[12] a aproximação com Alceu parece dar-se neste contexto. Ele é caracterizado nas cartas como crítico moderno mas não modernista, sujeito "fortemente atacado" pelo escárnio dos jovens descrentes.

exemplares: "assim a revista morre, é o estribilho dele. Pois deixa que morra, respondo eu" (**Pressão Afetiva e...**, p. 145). Esse dado sugere que, assim como demais empreendimentos modernistas, a Revista Nova não se afirma como veículo de profissionalização do ofício do escritor[13] e não se guia pela lógica do mercado. Talvez se possa pensar que orienta-se pelo diagnóstico da elite paulista que atribui as derrotas de 1930 e 1932 "à carência de quadros especializados para o trabalho político e intelectual" (Miceli, p. 101) e inscreve-se como inesperado instrumento de luta, ao lado da Escola de Sociologia e Política, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Departamento Municipal de Cultura. O texto "As cinco panelas de ouro" sugerem o total despreparo popular para a política[14].

Nos anos 1930, AAM envolve-se de maneira crescente com a atividade política: como superintendente da Rádio Sociedade Record de São Paulo, escreve e, em algumas ocasiões, lê comunicados sobre a revolução Constitucionalista; assume no Rio de Janeiro a direção da Bancada Paulista por São Paulo Unido, e elege-se deputado federal por São Paulo em 1934 pelo Partido Constitucionalista liderado por Armando Salles de Oliveira.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Ana Claudia Bandeira. **Perfil de Prudente de Moraes, neto**. Mestrado em Letras, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2002.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Intelectuais na encruzilhada**, a correspondência de Alceu Amoroso Lima e António de Alcântara Machado (1927-1933). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

MACHADO, António de Alcântara. **Novelas Paulistanas**. Livraria José Olympio Editora, 1961.

MACHADO, António de Alcântara. **Pressão Afetiva e Aquecimento Intelectual**: cartas de António de Alcântara Machado a Prudente de Moraes, neto (1925-1932)/org. Cecília de Lara. São Paulo: Giordano Lemos: EDUC, 1997.

[13] Miceli lembra que durante a República Velha os anatolianos, diferentemente dos modernistas, viviam dos rendimentos que proporcionavam o ofício de escritor (p. 97-98).

[14] Trata-se de uma sátira à Revolução de 1930: Uma vez anunciada a vitória de Getúlio, a população, empolgada, fazia os entendimentos equivocados da revolução. " o mulato (..) exigia um viva ao Isidoro"; "um italiano recém-chegado da Penitenciária que já obrigara o major a dar três morras (Morra Mussolini, Morra Matarazzo e Morra D'Annunzio), interrompeu um discurso de Antônio Vicente sobre a Revolução Francesa, arrebanhou com promessas os músicos e os voluntários"; "e a Emília louca de alegria: - Já telegrafaste ao Senhor Doutor Washington com as nossas felicitações?; "chegou fardado o Coronel Cerqueira, veterano do Paraguai, com o peito cheio de medalhas, imensamente comovido, derrubando lágrimas. Abraçou o major dizendo: - Um abraço, meu bravo! Conte comigo! Quando é que chega o Imperador?". In: **Novelas Paulistanas** (1961)

MARQUES, Emery. **Mapas, cartilhas e referendum**: imagens da vida em António de Alcântara Machado. Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 1995.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEME, Mário. **Plataforma de uma geração**. Porto Alegre: Editora Globo, 1945.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A crítica ambiental e o processo de devastação das florestas de araucária no Sul do Brasil.

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho[1]

Resumo: A floresta de araucária já ocupou cerca de 200 mil km² dos planaltos do Sul do Brasil. Iniciado no final do século XIX, esse processo de devastação praticamente esgotou as florestas de araucária já por volta da década de 1970. Apesar de ter se mostrado incontrolável, a devastação foi alvo também de severas críticas e preocupações de alguns observadores. Principalmente a partir dos anos 1940, no contexto da criação do Instituto Nacional do Pinho, alguns políticos, madeireiros, engenheiros, entre outros, criticaram a forma como se desenvolvia a indústria madeireira sulina, sem a menor preocupação com a reposição do imenso stock florestal que estava sendo consumido pelas serrarias. Nesse artigo, o objetivo é analisar o conteúdo dessa crítica em alguns intelectuais como Romário Martins, F. C. Hoehne e R. Maack.
Palavras-chave: *Araucaria angustifolia*, Desmatamento, História Ambiental.

Abstract: The araucaria forest already occupied about 200 thousand km² of plateaus of the South of Brazil. Initiate in the end of century XIX, this process of deforestation practically depleted the araucaria forest in the decade of 1970. Despite of this uncontrollable process, the deforestation was the aim also of severe critiques and concerns of some observers. Mainly from years 1940, in the context of the creation of the National Institute of the Pine, some politicians, lumbers, engineers, among others, had criticized the form of development of the lumber industry, without concern with the replacement of the immense forest stock that was being consumed by the sawmills. In this article, the objective is to analyze the content of these critiques in some intellectuals as Romário Martins, F. C. Hoehne and R. Maack.
Key-words: Araucaria angustifolia, Deforestation, Environmental History.

A floresta de araucária, ou Floresta Ombrófila Mista, ocupava, até o final do século XIX, cerca de 200 mil km² dos planaltos do Sul do Brasil. É geralmente negligenciado nos livros de história o fato de que a araucária ou pinheiro (*Araucaria angustifolia*), árvore característica que dá nome ao ecossistema, representou a principal riqueza madeireira do país durante o século XX.

Até a década de 1970, quando se sentiu o esgotamento geral das florestas no Sul do país, as florestas de araucária representavam uma riqueza muito superior a floresta amazônica, que até então não era explorada em larga escala. No Sul do Brasil em particular, a indústria madeireira baseada na exploração do ecossistema sustentou e ensejou igualmente a riqueza econômica de inúmeros municípios e regiões do planalto, constituindo-se em uma

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do CNPq.

força poderosa de atração de pessoas. E também fomentou a riqueza econômica de muitas famílias de madeireiros, que desde há alguns anos substituíram a araucária pelo pinus ou pelas madeiras nobres trazidas da Amazônia. Diferentemente da Amazônia, da floresta de araucária restam hoje apenas pequenos fragmentos de mata bastante alterados e empobrecidos geneticamente por décadas de extração de madeira, atividade extrativista e agropecuária.

O processo histórico de devastação da floresta de araucária, apesar de ter se mostrado incontrolável ao longo do século XX, foi alvo de severas críticas e preocupações de observadores contemporâneos a esse processo.

O Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941, já sinalizava uma preocupação governamental com a rápida devastação das florestas de araucária e a necessidade de ao menos promover e fomentar o reflorestamento. No entanto, semelhante ao atual ambíguo conceito de desenvolvimento sustentável, o INP era encarregado de ao mesmo tempo defender os interesses da produção madeireira, através da criação de medidas legais e incentivos, e também "promover o reflorestamento das áreas exploradas e desenvolver a educação florestal nos centros madeireiros". (INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, 1948: 43,44)

Na prática, as ações do INP foram mais voltadas para a intensificação da exploração madeireira, embora existisse um pequeno projeto de reflorestamento com a criação de alguns parques florestais em áreas desmatadas. No entanto, existiam vozes inconformadas sobre a atuação do INP e o ritmo de desmatamento que estava sendo conduzido na floresta de araucária. Uma boa amostra dessa crítica ambiental que acompanhou (sem sucesso) esse processo de desmatamento é encontrada nos Anuários Brasileiros de Economia Florestal, publicados pelo INP a partir de 1948. Eram constituídos de diversos artigos escritos por geógrafos, engenheiros agrônomos, botânicos, funcionários do INP, políticos, pesquisadores estrangeiros e funcionários de madeireiras que discutiam variados assuntos relacionados a economia florestal, como técnicas madeireiras, política florestal, ecologia dos ecossistemas, desmatamento e parques florestais.

Nesses anuários, publicados pelo INP de 1948 a 1965, e em 1967 e 1968 pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), transparece um rico debate sobre a questão da devastação da floresta de araucária. Diversos autores alertavam sobre a velocidade do processo de devastação e a falta de correspondência nas ações de reflorestamento. Alguns,

entre eles, o geógrafo alemão Reinhard Maack faziam previsões que mais tarde se mostraram realistas, sobre a devastação quase completa da floresta de araucária.

Embora muitos desses autores fizessem críticas aos madeireiros, a agricultura de queimada, e outros aspectos, lamentando a devastação, é importante não se perder de vista que a natureza dessa crítica era calcada em argumentos produtivistas. Ou seja, o desmatamento era pensado em geral não pelo valor intrínseco da natureza que estava sendo agredida, mas em relação a um recurso natural que estava se extinguindo, e freqüentemente desperdiçado, sem um aproveitamento otimizado.

Semelhante ao que José Augusto Pádua observou em *Um sopro de destruição* para os intelectuais dos séculos XVIII e XIX, a maioria dos "críticos ambientais" da região da Araucária realizaram uma crítica ambiental calcada no antropocentrismo, no racionalismo produtivista, e dentro da esfera aceitável da política e da economia. (PÁDUA, 2002:13) Ou seja, essas críticas tinham o propósito para esses autores, de atentar para uma mudança política e tecnológica que favorecesse a modernização da produção, otimizando o uso do recurso natural, e ao mesmo tempo fomentasse os reflorestamentos necessários a continuação indefinida desse ciclo econômico. Muitos davam a entender que o reflorestamento era apenas o plantio da araucária, não tendo importância a manutenção ou repovoamento de toda a biodiversidade da floresta de araucária, demonstrando as concepções antropocêntricas em que estavam apoiados, em que a floresta de araucária significava, em geral, somente um instrumento para o progresso econômico do Sul madeireiro.

Uma ilustração do quanto essa crítica estava permeada de uma visão antropocêntrica e produtivista é a própria ascensão do pinus na década de 1960, quando muitos vão deixar de recomendar o reflorestamento da araucária, pois estavam espantados pela descoberta de um "produto" substituto melhor, mais ágil, e nessa lógica, o importante mesmo seria garantir o futuro da indústria madeireira.

Um autor que se destacava nesse debate por uma crítica ambiental para além desse produtivismo era o geógrafo Reinhard Maack. Maack criticou abertamente a indústria madeireira pelas devastações que estava causando, e alertava na década de 1950, quando ainda não se tinha clareza de uma solução para o fim eminente das reservas de araucária, o perigo do Estado do Paraná ter de importar madeira no futuro, realidade em parte verificada hoje. (MAACK, 1953:34)

Outro aspecto que destoava na crítica ambiental de Maack era a sua oposição ao modelo de reflorestamento adotado pelo INP e pelos madeireiros. Maack defendia o plantio de variadas espécies no terreno como condição de bom desenvolvimento das árvores. Além disso, defendia a criação de "grandes reservas de matas virgens", especialmente para o fornecimento de sementes. (MAACK,1952:66)

Maack vinha fazendo desde a década de 1930 levantamentos das áreas de florestas devastadas no Paraná, incluindo as florestas latifoliadas do litoral, do norte e do oeste do Estado, e que são tomados como referência até hoje. Ao mesmo tempo que o governo parecia sinalizar alguma preocupação com o desmatamento e incentivando, ainda que minimamente, o reflorestamento, Maack alertava que na verdade, o governo exercia uma política claramente favorecedora do desmatamento:

> *A mata virgem e o mato secundário atualmente não gozam da proteção do governo, pois as leis de imposto no Paraná favorecem a destruição da mata. O imposto territorial sobre a mata virgem e a capoeira, no Paraná, é o dobro do que para campo e terras de produção. [...] Para conseguir abatimento de 100% no imposto, é suficiente derrubar a mata e formar pasto, porque assim trata-se de terra de cultura, na opinião da legislação. Enquanto que às terras em produção ou terras em preparo, cabe apenas a metade do imposto territorial do Estado do Paraná, as terras com mato não tem nenhum abatimento, pagando imposto total de 6 por mil do valor do terreno. (MAACK,1952:66)*

A crítica ambiental de Maack e de outros se mostrou, de maneira geral, portanto, bastante expressiva nos anuários de economia florestal, publicados pelo INP a partir de 1948, embora ela já estivesse se manifestando em jornais locais antes dessa época.

Como exemplo de crítica ambiental anterior aos debates nos anuários de economia florestal está a obra *Araucarilândia*, escrita por F. C. Hoehne e publicada em 1930. Hoehne, com o apoio do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, do Estado de São Paulo, fez uma rápida viagem de 26 dias em 1928 pela região da araucária, a *Araucarilândia*, como preferiu o viajante. Botânico experiente e que já tinha feito uma série de viagens pelo interior do país, Hoehne fez em *Araucarilândia* uma descrição empolgante da floresta de araucária, e das ameaças a floresta pelos desmatamentos generalizados. Embora tenha visitado principalmente regiões marginais a estrada de ferro no Paraná e em Santa Catarina, devido a exigüidade do tempo da expedição, Hoehne elaborou nessa obra uma profunda crítica a devastação da floresta de araucária, que já tomava proporções alarmantes, segundo o autor, em plena década de 1920. Em *Araucarilândia*, Hoehne se destaca da maior parte da crítica

ambiental da região da araucária por sugerir uma visão de natureza espiritualizada, se aproximando das vertentes biocêntricas, em que os seres humanos deveriam considerar também os muitos benefícios do meio natural para a vida humana.

> *As selvas naturais e virgens encerram vidas e riquezas, cujo verdadeiro valor e importância real, ainda se não podem avaliar devidamente. Protege-las é defender um patrimônio, que, uma vez perdido, jamais pode ser adquirido, quer pela força, quer pelo dinheiro. Salvaguardar as florestas, tanto quanto possível, é garantir maiores possibilidades e recursos para a agricultura, indústria e comércio; é edificar uma nação e assegurar vida aos seus filhos. O direito de cada indivíduo acaba onde começa o de outro. Uma geração tem de respeitar o direito da advinda. A nenhuma assiste a faculdade de destruir ou reduzir as possibilidades de vida e gozo a aquela que a sucede. O homem precisa entender que é parte colaborante, elemento do conjunto de vidas de sobre a face da terra e saber que, se se excede, deixando de respeitar o direito alheio, as consequências serão sentidas, não somente pelos oprimidos e prejudicados, mas mesmo por ele e por todo o conjunto. O direito de viver assiste a cada ser; mas, o de abusar, a nenhum deles.(HOEHNE,1930:5)*

Sobre a floresta de araucária, em pleno final da década de 1920, Hoehne já teve nessa rápida viagem a sensibilidade de perceber a dimensão do desmatamento e o futuro da floresta de araucária:

> *Isso que vemos passar em todo Brasil, verifica-se em todas as localidades que percorremos da "Araucarilândia", onde penetra a locomotiva. As suas florestas desaparecem sem grandes benefícios para os seus habitantes. E, dentro de alguns decênios, só subsistirão as capoeiras, que logo serão sucedidas pelas taperas. Urge que os governos oponham um dique à onda devastadora de madeiras, que ameaça transformar nossa terra em um deserto. [...] A inspeção feita por nós in loco foi bastante rápida. Não tivemos tempo para visitar localidades mais afastadas da linha férrea. Mas, para falarmos sobre a iminência do perigo, que os processos da exploração de madeiras no Paraná e Santa Catarina fatalmente aduzirão, enxergamos o suficiente. (HOEHNE,1930:6)*

A crítica ambiental implacável de Hoehne incluía madeireiros, fazendeiros, agricultores imigrantes e caboclos, pela mesma imprevidência e falta de parcimônia em atacar as florestas. Também merece ser mencionado a sua defesa da criação de parques nacionais e outras formas de reservas naturais, não só na *Araucarilândia*, como em outros ecossistemas do país.

Outro antecedente e expoente particularmente importante nessa crítica ambiental anterior a década de 1940 foi o intelectual e político Romário Martins (1874-1948). Martins pôde verificar em vida a transformação rápida da vegetação no Paraná, que possuía intermináveis pinheirais no final do século XIX, até a década de 1940, quando já se comentava o esgotamento em futuro próximo das florestas de araucária. Enquanto no 2º Congresso Nacional de Agricultura, realizado em 1908 no Rio de Janeiro, Martins fez um elogio aos madeireiros paranaenses e defendeu um maior apoio do governo para o incremento

da produção, no fim de sua vida, em 1944, o autor publica o *Livro das árvores do Paraná*, onde revisa a opinião defendida no congresso de agricultura:

> *A situação, porém, mudou. Ao injusto desinteresse pelo pinho nacional ocorreu, anos depois, essa contínua agitação da qual tem resultado a imoderada exploração das nossas florestas de pinheiros e o descaso absoluto pelo replantio da mesma espécie, ao ponto de haver no Estado 578 serrarias devastadoras, e, na sua área de extermínio, nenhum bosque de reflorestamento! (MARTINS,2004:157)*

Romário Martins, em seus mandatos como deputado estadual no Paraná, logrou juntamente com o deputado João David Perneta, apresentar um projeto de Código Florestal, que se tornou o primeiro a ser promulgado no Brasil. (MARTINS, 2004:13) Como tantas outras leis estaduais ou federais, promulgadas para conter o desmatamento a partir de então, Romário Martins lamenta a inoperância do Código:

> *Esse Código logrou a aprovação legislativa e a sanção presidencial. E transformado na Lei n.706, de 1° de abril do citado ano [1907], ficou constituindo mera decoração da legislação paranaense, como, aliás, tantas leis visadoras de interesse público. A existência do Código protetor do mais rico patrimônio natural do Estado não impedia em coisa nenhuma que as florestas continuassem a ser impunemente devastadas pela pseudo indústria das serrarias. Foi como se não existisse. A mentalidade política do Paraná não comportava ainda a preocupação pelos problemas do futuro. (MARTINS,2004:93)*

Em 1926, em novo projeto de lei, Martins reorganizou o código florestal citado, fixando providências governamentais para o reflorestamento, o imposto sobre árvore abatida, o incentivo fiscal para o plantio da bracatinga e prevendo a criação de reservas naturais, ou unidades de conservação. O projeto não era rigoroso como são assim consideradas as legislações ambientais atuais, ficando o Estado com a responsabilidade de fomentar o reflorestamento, a partir da assistência técnica e da distribuição de mudas, e estabelecendo uma série de incentivos fiscais para os madeireiros em acordo com as determinações do projeto. Chama atenção a concepção de floresta como riqueza pública, tanto das presentes como das futuras gerações, e dessa forma entendido, não poderia ser destruído pelo interesse econômico de curto prazo do madeireiro. (MARTINS, 2004:124)

Como veio a ocorrer com a aprovação do código florestal nacional de 1934, pelo governo federal, os códigos florestais promulgados no Paraná e em Santa Catarina nas décadas seguintes não tiveram a mínima influência nos desmatamentos, que só eram interrompidos temporariamente se os madeireiros tivessem certeza de que não teriam condições de vender a madeira, por ocasião das crises econômicas.

Hoje em dia, sem levar em conta a rapidez e a dimensão desse processo de devastação da floresta de araucária no século XX, muitos políticos e autoridades se apressam em criticar as atuais leis ambientais, mais restritivas e em condições de fiscalização mais eficazes em relação aos antigos códigos florestais. Muitos alegam que as leis ambientais acabam impedindo o "desenvolvimento", tirando abusivamente o "direito dos proprietários sobre o que é seu", de cortar árvores como bem entender dentro de suas propriedades. O fato é que as florestas nativas estariam condenadas à extinção nesse hipotético "laissez-faire". Na verdade, foi a destruição por umas poucas gerações de um ecossistema cujos remanescentes são ainda um "patrimônio" das atuais e futuras gerações que permitiu a riqueza e a sobrevivência de muitos, incluindo suas famílias, dos que criticam hoje as leis ambientais. Isto não quer dizer que estas não possam ser criticadas pela necessidade de uma série de ajustes e por definir e atribuir mais justamente as responsabilidades de cada setor envolvido (fazendeiros, agricultores familiares, madeireiros e cidadãos urbanos).

Apesar do maior controle, os desmatamentos ilegais dos remanescentes para pastagens, lavouras, produção de carvão, “reflorestamentos” de pinus, ou para o uso madeireiro continuam, como atestam as freqüentes reportagens na imprensa.

Da mesma forma, em relação ao debate político no ano de 2005 a respeito da criação de unidades de conservação na área da floresta de araucária. O governo federal tem encontrado forte resistência para a criação de algumas unidades de conservação na área do ecossistema, localizadas nos Estados de Santa Catarina e Paraná. A reação política contrária a criação desses parques mobilizou uma série de deputados, madeireiros e fazendeiros, cujas famílias construíram o seu poder político e econômico em parte através da exploração desse ecossistema. Segundo os engenheiros florestais Paulo R. Castella e Ricardo M. de Britez, no caso do Paraná, onde havia a maior extensão de matas de araucária no país, as unidades de conservação atualmente cobrem 14.413 ha, ou 0,17% da área original do ecossistema.(CASTELLA, BRITEZ, 2004:22)

Referências bibliográficas

CASTELLA, Paulo R.; BRITEZ, Ricardo M. de. **A floresta com araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**/ Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

HOEHNE. F. C. **Araucarilândia.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO. O Instituto Nacional do Pinho: origem da criação e desenvolvimento das atividades da autarquia madeireira. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal.** n. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1948.

MAACK, Reinhard. O aspecto fitogeográfico atual do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal.** n. 6. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1953.

MAACK, Reinhard. Plano de Proteção das florestas do Paraná. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal.** n. 5. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1952.

MARTINS, Romario. **Livro das Árvores do Paraná**. 2 ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Vida Policial – "hebdomadário noticioso, crítico e doutrinário" (1925-27).

Elena Camargo Shizuno*

Resumo: Esta comunicação apresenta parte de minha pesquisa de doutorado cuja investigação é o conteúdo de um semanário intitulado *Vida Policial*, sub-intitulado *hebdomadário noticioso, crítico e doutrinário*, editado no Rio de Janeiro entre os anos de 1925 a 1927. Buscamos entender o histórico, os objetivos e as formas de classificação do mundo social produzidas pela revista segundo dois eixos centrais: 1. a análise das propostas modernizadoras da polícia, em sua doutrina e práticas, e 2. a abordagem do crime e dos criminosos segundo as narrativas reais e as ficcionais.
Palavras-chave: Polícia, folhetim policial, mídia.

Esta pesquisa visa investigar o universo da produção de um semanário intitulado ***Vida Policial*** editado no Rio de Janeiro nos anos de 1925 a 1927, sub-intitulado "hebdomadário noticioso, crítico e doutrinário". Entre outras questões importantes, a revista tornava pública as discussões e análises sobre as características e papel das polícias e do Sistema de Justiça Criminal,[1] por intermédio das reportagens jornalísticas.

Esta pesquisa objetiva investigar a coleção da revista *Vida Policial*, que circulou semanalmente dos anos de 1925 a 1927, num total de oitenta e um números. As matérias da revista eram compostas de diversos temas entre os quais repetiam-se as seguintes questões: *crimes* e *criminalidade*, grupos marginais e criminalizados (meretrizes, mulheres com comportamentos desviantes, estrangeiros, negros, praticantes de religião não cristã, viciados em drogas, comportamentos que atentavam contra os *bons costumes*, loucura, epiléticos, alcoólatras, entre outros)[2], novas e *modernas* técnicas de investigação policial, apresentação de figuras públicas que compunham a polícia civil e a polícia militar, histórico narrativos sobre a polícia, casos espetaculares de *crimes*, tanto pela barbárie, quanto pela distinção e estranheza, ficções de suspense, mistério e violência, referências a histórias e a organização

---

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

[1] Sobre esta questão, "É provável que poucos países tenham a história de sua formação tão ligada ao desenvolvimento de sua justiça criminal como o Brasil. Já desde o próprio período monárquico, a história do Brasil independente se elaborava em torno da formação das instituições e órgãos da justiça criminais, tomados como símbolos ou campos de luta para a constituição da nova nação, local privilegiado da disputa entre as tradições do absolutismo português e as novas idéias do liberalismo então em expansão". (Bretas, 1998: 219).

[2] Ver Edmundo Campos Coelho, "Criminalização da Marginalidade e Marginalização da Criminalidade". In: A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

policial da Europa, matérias sobre prisão e sistema prisional, histórias de *crime*s passionais, matérias sobre a Escola Positiva, antropometria, jogo, cangaço, trânsito, escola de polícia, acidentes de trabalho, suicídio, entre outras.

A revista **Vida Policial** inicialmente foi dirigida por Waldemar Pereira de Figueiredo, advogado criminal, e pelo capitão da polícia militar Raul Ribeiro, possuindo inúmeros colaboradores.[3] Em seu primeiro número de 14 de março de 1925, enfatizava,

> *O novo jornal, que tratará largamente de policia scientifica, interessará por isso não só aos que militam nos departamentos asseguradores da ordem, como ainda ao grande público pelas noticias dos crimes da cidade que nenhuma imprensa poderá divulgar com mais detalhe, rigor, precisão e minúcias que aquella que se especialise neste assumpto.* [4]*(Revista Vida Policial, 1925)*

Em suas edições consolida-se um processo vulgarização e popularização das matérias sobre estas temáticas, com o *lado selvagem* da vida nas ruas e as intimidades mais escatológicas passando a ser alvo da revista. Por outro lado o semanário também enfatizou a problemática da modernização da polícia, sublinhando nos debates sobre as questões que envolvem a adoção da Escola Positiva e a Escola Clássica. Portanto, pautava-se o *popular* e as discussões sobre o que era considerado *moderno* ou *modernização* da polícia, o que envolviam a discussão jurídica das escolas mencionadas acima, bem como discussões sobre o aparato médico legal e psiquiátrico, técnicas de investigação, entre outras questões cujo pano de fundo era elogio ao caráter irretocável das figuras públicas de comando das polícias e a eficácia teórica e à prática da instituição.

Outrossim, a importância e o destaque para o *sensacionalismo* podem ser observados na passagem da propriedade do semanário para a *Casa Editora Benjamim Costallat e Miccolis*[5], editora considerada criadora de *best sellers* chamados de *romances-sensação* e *romances para homens*. Sobre o *romance-sensação*:

> *Como o próprio nome anuncia, esse tipo de narrativa trazia histórias singulares, capazes de provocar no leitor emoções pouco experimentadas na previsível rotina do cotidiano. Logo nas primeiras páginas, as personagens vítimas de alguma fatalidade, viam-se obrigadas a abandonar a segurança e a tranqüilidade de uma vida pacata para mergulhar numa sucessão de acontecimentos dramáticos, repentinos, cheios de aventura, surpreendentes, injustos e sanguinolentos.(El Far, 2004:113)*

O carioca Costallat (1897-1961) foi cronista e crítico de arte do Jornal do Brasil, escritor, publicou as crônicas *A luz vermelha* e *Depois da meia noite*, o romance *Madeloiselle*

---

[3] Ver In: Sueann Caulfield. "Getting into Trouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women-Men in the Conceptual Language of Vida Policial, 1925-1927", p. 146.
[4] Revista Vida Policial, ano I, número 1, sem pg, Preâmbulo.
[5] Noticiada em nota na edição número 59, de 24 de abril de 1926.

Cinema. Este romance publicado em 1924 "parece ter vendido, segundo seus editores, 25 mil exemplares em três edições sucessivas no espaço de dez meses, chegando, pouco depois, ao sexagésimo milheiro na sua quinta impressão" até ser recolhido por ser visto como um escândalo e pornografia na época:[6]

> *Como editor, Costallat seguiu os passos dos livreiros populares do Oitocentos. Ofereceu às suas publicações formato de baixo custo, capas ilustradas e coloridas. Divulgou suas obras nos jornais, aproveitou os escândalos e polêmicas na imprensa para atingir um número crescente de consumidores. Explorou, enfim, todos os recursos que pudessem dar visibilidade as suas obras (EL FAR, 2002: 303).*

Autores como Benjamin Costallat, João do Rio, José do Patrocínio Filho, João de Minas e Théo-Filho, reconhecidos no período anterior ao modernismo, eram banidos das editoras comerciais, reconhecidos como *subliteratura*. Resgatada recentemente à crônica de Costallat, "No Bairro da Cocaína" (1924)[7] assinala posições singulares, na época, do editor e escritor, tais como inserir como temas o uso e o vício de ópio e cocaína. Em outras crônicas posiciona-se criticamente sobre a questão dos egressos de sanatórios para viciados em drogas, "A sociedade não se vexa com seus vícios, vexa-se com a divulgação do seu tratamento". Em outra crônica intitulada "A criatura do ventre nu", a narrativa é a do *bas fond* carioca, suas festas, personagens nada usuais, tais como usuários de éter, alcoólicos de champanhe, lança-perfume, efebos travestis e suas relações com personas da "sociedade" carioca com prostitutos.[8]

A revista *Vida Policial* para Costallat e Miccolis era um nicho de amplas possibilidades comerciais e de divulgação das temáticas apreciadas pelo editor, em um período de desenvolvimento do mercado literário e jornalístico na cidade do Rio de Janeiro.[9] Contudo, percebemos que parece haver continuidade nas propostas iniciais do semanário.

---

[6] EL FAR, 2005:289. O processo contra a editora de Costallat e do italiano Miccolis incluía a publicação de "Os Devassos" e Romeu de Avelar e "Mademoiselle Cinema, de Costallat foi concluído e declarado improcedentes as acusações. Estas que se valiam do decreto-lei de número 4743, de 1923, que regulava a "liberdade de imprensa", quanto a questões de "ofensa à moral pública ou aos bons costumes". (EL FAR, 2005:284).

[7]. Este texto esta inserido em livro organizado pela professora Beatriz Resende e que reuniu textos raros dos anos em que a droga era vendida em farmácias. Reduc - Rede Brasileira de Redução de Danos 2005. http://www.reduc.org.br/content.php?recid. Acesso em: 11 de agosto de 2006.

[8] Em outra narrativa a sutileza da crítica social de Costallat está presente, apesar de se tornar proprietário de uma revista criminalizadora; "É um caminho de cabras. Não se anda, gravita-se. Os pés perdem a função normal de andar, transformam-se em garras. [...] Falavam-me sempre no perigo de subir à Favela [...] O maior perigo que eu encontrei foi o risco, a cada passo, de despencar-me lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo." (Costallat, Mistérios do Rio, 1995, 34)

[9] De um total de habitantes no Brasil que variou dos anos de 1925 a 1927 de 34.063243 mil a 35.445753 mil habitantes, a cidade do Rio de Janeiro, distrito federal, na década de 20, no ano de 1925 possuía 1.325346 milhão de habitantes e em 1927 possuía 1.394584 milhão de habitantes. Parte da população era alfabetizada, sendo a cidade com menores índices de analfabetismo. Os romances populares publicados no período chegavam a vender milhares de cópias, caso de Humberto Campos, que alcança a considerável cifra de 18 mil exemplares vendidos do livro o "Vale de Josafá", entre outros do mesmo autor com cifras similares.

Objetivamos analisar estas mudanças e posicionamentos neste entrecruzar de interesses, seja das questões ligadas a instituição policial tanto dos interesses literatos e editoriais.[10]

A temática que irei abordar nesta pesquisa configura-se em um campo de pesquisas amplo e pode ser dividido em duas vertentes de pesquisas na área das Ciências Humanas. São elas, primeiramente, os estudos sobre grupos estigmatizados, criminalizados a partir das representações produzidas por instituição do Estado, neste caso específico um discurso policial entre outros como os estudos sobre processos judiciais no período. E em segundo lugar, as pesquisas que abordam escritos literários referenciados como do gênero *popular*, do folhetim de circulação em massa, para a época, entre o público letrado.

As análises sobre os comportamentos criminalizados e atos desviantes na revista **Vida Policial** inserem-se neste debate de forma intensa devido à importância destas discussões nos meios jurídicos extrapolarem para práticas e reflexões de jornalistas, médicos, literatos e de forma direta, no caso que nos interessa, nos meios policiais, fossem eles civis ou militares.

Pensamos serem centrais na organização da revista as narrativas, ficcionais ou baseadas em *casos reais* de *crimes* e *criminoso*s. Nascente então, a difusão de textos literários, deste tipo, criou público e divulgou histórias espetaculares, sendo a questão da "espetacularização" da criminalização do *crime* e da *criminalidade* fosse ela marginal ou praticada por indivíduos da elite, [11] atrativa e pautada em longas páginas do semanário.

Objetivamos em primeiro lugar, mapear os discursos que classificam, impõem a idéia de moralização, normatização de condutas e formas marginalizadas e criminalizadas de sociabilidades. Estes discursos não neutros e capazes de formular estratégias definidoras do *modus-operandi* policial são representações de mundo e que expressam o posicionamento da instituição. Entender quem são os alvos das políticas de criminalização e os meios empregados de classificação e normatização.

Pensamos também ser possível a partir da idéia da *espetacularização* do *crime* e do criminoso analisar a produção da revista inserido num contexto de ampliação do mercado

[10] Segundo Meyer "Pode-se dizer portanto que a grande imprensa moderna de massa nasceu da conjunção de um dado tradicional, a forma codificada, os temas, o intervencionismo da informação popular, e de um a forma moderna, o romance folhetim." (MEYER, 1996:101)

[11] Segundo Bretas, a emergência do automóvel e a criminalização dos entorpecentes aproximam as elites da polícia. In: "Observações sobe a falência dos modelos policiais". Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997. Ver também, Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Neste sentido, outra questão presente na revista Vida Policial intensidade da problemática dos bons costumes entre as mulheres de elite.

editorial de periódicos e livreiro e de estratégias de comercialização do *crime e dos criminosos.* Além disso, entender como a revista foi utilizada como um meio de difundir um discurso moralizador e como era divulgados a preparação e os meios para a polícia tratar a questão moral e dos *bons costumes.*

Objetivamos também analisar como eram diferenciadas e analisadas a polícia militar e a polícia civil, em seus papéis e caracterizações, os diferentes meios e caracterizações de gênero, raça, classe, idade e ascendência nacional presentes nas matérias do semanário, compreender a criação e caracterizações dos comportamentos marginais ou desviantes expressos na revista, o papel da cientificidade em suas análises.

Portanto duas considerações são importantes: a primeiramente, de que a revista era ao mesmo tempo referência para a polícia e os policiais e a segunda abordava um tipo de literatura diferenciada do universo canônico, mas que pode ser analisada a partir de suas ambigüidades em relação aos dois mundos; o policial e o literário. Importante notar que nesta pesquisa não será objeto a compreensão dos leitores sobre os textos, nem "a articulação de ideologias e a formação de opinião pública" [12].

A revista *Vida Policial* traduzia de forma *midiática* as principais questões que pautavam as discussões sobre a temática do controle social. Buscamos entender como um semanário atendia as expectativas seja dos diretores e donos da revista, bem como da instituição policial e construiu representações seja pelo viés da raça, classe, gênero, questões políticas dos grupos marginalizados e criminalizados do período.

Considerando que a revista **Vida Policial** traduzia e publicizava as *representações* do Sistema de Justiça Criminal em seu viés policial permitindo vislumbrar como grupos marginalizados eram criminalizados. Neste sentido utilizamos as discussões de Coelho sobre a questão[13]. Partimos da concepção que grupos à margem social, pobres, não brancos, de comportamento sexual considerado desviante, entre outros estão entre os grupos em que há maior probabilidade de serem criminalizados, ou seja, de cometerem atos considerados "*crime*s" e comporem então o grupo dos "criminosos". Segundo Coelho,

> *Os legisladores criam o crime ao elaborar leis cuja infração constituirá comportamento criminoso; e essas leis são elaboradas de tal forma que as*

[12] DARNTON, Robert. Os best-sellers proibidos.São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.14.
[13] Cf. COELHO, Edmundo Campos.

> *probabilidades de serem violadas por certos tipos sociais coincidem com as probabilidades imputadas ao desempenho de certos roteiros típicos. Neste sentido, a marginalização da criminalidade consiste em imputar a certas classes de comportamento probabilidades elevadas de que venha a ser realizadas pelo tipo de indivíduo socialmente marginal ou marginalizado. Mais: a forma pela qual as leis são formuladas e implementadas introduz elementos de self-fulfiling prophecy. Isto é, são criados os mecanismos e procedimentos pelos quais se tornam altas as probabilidades empíricas de que os marginalizados cometam crimes (no sentido legal) e sejam penalizados como conseqüência (ou, inversamente, reduzem-se as probabilidades de que grupos de status socioeconômico mais alto cometam crimes ou que sejam penalizados pro suas ações ilegais). Por essa forma, dá-se a criminalização da marginalidade. (COELHO, 2005: 285-286)*

Pretendemos neste sentido apontado pelo autor pontuar as abordagens sobre a temática da criminalidade e da marginalidade da revista *Vida Policial*, pois em hipótese já expressada esta associação esteve presente nas matérias que expressam também, a relativização de comportamentos ditos, criminosos em classes altas. Questão que parece fundamental dentro do sistema de justiça criminal brasileiro ao longo de sua história.

A visibilidade, coerção, repressão e punibilidade atingiriam principalmente os grupos marginalizados devido à ação do aparato do sistema de justiça criminal, policial, judiciário e sistema penitenciário perpetuarem as desigualdades e práticas autoritárias que para manter na linha de classe, raça e gênero, demarcados segundo um viés tradicional, e mantenedor do combate contra o "inimigo" na sociedade, ou seja, "aqueles que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política" (HOLLOWAY,1997: 50). Nesse sentido Holloway aponta que,

> *De maneira geral, evito o termo "criminalidade", pelo preconceito que ele introduz em análises já propensas a projetar nossos valores de estudiosos da história nas pessoas que pesquisamos. Existe a tendência, especialmente por parte dos que fazem as leis e delas se beneficiam, de associar obediência à lei com bondade e atos ilegais com imoralidade. Mas o grau de coincidência entre o legal e o bom e entre o criminoso e o mau varia no tempo e no espaço e conforme o ponte de vista (HOLLOWAY, 1997: 26).*

Destacando o caráter autoritário de um Estado que serve a interesses particulares das elites brasileiras, bem como da manutenção de seus privilégios e particularmente percebidos no trabalho e análises da instituição policial.[14] Segundo Holloway, a polícia no Império era violenta e brutal, organizando-se como instituição militar, *espelhando* a sociedade escravocrata,

> *[...]de modo que sua força coercitiva podia ser controlada pela disciplina, canalizada pela hierarquia e dirigida a alvos específicos. A justificativa fundamental das organizações militares é concentrar, regular e dirigir forças*

[14] Cf. Holloway, 1997.

> *contra o inimigo. O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política que criou a polícia e dirigia a sua ação (HOLLOWAY,1997: 50).*

Neste momento, primeiros anos do século XIX, os padrões das detenções eram os indivíduos de cor negra, modelo a ser seguido nas décadas seguintes e no século XX, a partir da introdução das noções da Escola Positiva e de práticas eugênicas.[15]

Neste sentido, pensamos ser a tendência "modernizadora" da polícia brasileira evidenciada por meio de um discurso técnico-científico, através da divulgação *midiática* dos meios de organização da força policial civil e militar. O folhetim foi o meio de divulgação da eficácia e poder da polícia brasileira. Os seus proprietários eram a ponte entre os poderes políticos e policiais garantidores da manutenção da "ordem social" baseada nos preceitos conservadores calcados no controle dos indesejáveis entre as classes perigosas.

Histórias "reais" e ficcionais eram um meio de divulgação de um modelo ambíguo de heroicização e romantização do "*crime*" e do "criminoso" e a projeção de um ideal controlável e dócil do "bom" cidadão e da sociedade da "ordem". O discurso das histórias "reais" e das ficcionais traduzem o "mundo espetacular" do "*crime*" e dos "criminosos" para o público em geral, comprador ávido do extraordinário e do macabro, num momento de grande popularidade da literatura dos "folhetins folhetinescos".[16]

Portanto, a revista Vida Policial na década de 20 acompanha por meio de um discurso criminalizador os primeiros momentos da associação entre drogas em geral, incluem-se o álcool, e atos desviantes e ditos "monstruosos". Sendo o hebdomadário um eficaz meio de veiculação deste ideal higienizador e explicativo do anormal. Os ideais de gênero e raça eram um dos pilares do discurso da revista, uma das questões norteadoras dos valores hierárquicos da sociedade de época que atingia com grande eficácia setores estratégicos centrais no controle de grupos marginalizados.

Bibliografia:

[15] Cf. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Cor e criminalidade: Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930), BLACK, Edwin. Guerra contra os fracos: A eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior CANCELLI, Elizabeth. A Cultura do Crime e da Lei.

[16] Cf. Meyer, 1996.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: Povo e polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. *Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

. "Observações sobe a falência dos modelos policiais". Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997.

CANCELLI, Elizabeth. *A Cultura do Crime e da Lei*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____ . *O mundo da violência: A polia da era Vargas*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1993.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918- 1940).* Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

_____"Getting into Trouble: Dishonest Women, Modern Girls, and Women-Men in the Conceptual Language of Vida Policial, 1925-1927",

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

COELHO, Edmundo Campos. "Criminalização da Marginalidade e Marginalização da Criminalidade". In: A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924*). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões.* Petrópolis, Vozes: 1977.

HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro – repressão e resistência numa cidade do século XIX.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. (págs. 249-264)

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: Estudo e análise da justiça no* Rio de Janeiro (1900-1930). Editora UFRJ, 1995.

Reduc - Rede Brasileira de Redução de Danos. http://www.reduc.org.br/content.php?recid. Acesso em: 11 de agosto de 2006.

Revista *Vida Policial*, ano I, número 1, sem pg, Preâmbulo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A idéia de história em Machado de Assis e a promoção dos anônimos

Raquel Machado G. Campos*

Resumo: Uma relação estreita com a história. O desenvolvimento desta tese tem sido responsável, nas últimas décadas, pela afirmação de um "novo Machado de Assis" (John Gledson) ou de um "Machado de Assis historiador" (Sidney Chalhoub). Em comum, a certeza de que, em suas histórias, o escritor contou a história do Brasil oitocentista. Certeza de que, de sua literatura, pode-se depreender um certo conteúdo da história nacional. E, pode-se supor, uma certa idéia de história. Tal questão não se tornou, entretanto, objeto de discussão entre os estudiosos do romancista. O objetivo deste texto é propor uma abordagem para este problema, sugerindo que a concepção de história de Machado de Assis desviava-se da dominante entre historiadores, escritores e pintores, e relacionava-se à emergência de um regime estético das artes no Brasil.
Palavras-chave: concepção de história, história e literatura, história e estética.

Résumé: Une relation étroite avec l'histoire. Le développement de cette thèse a été responsable, dans les dernières décennies, par l'affirmation d'un "nouveau Machado de Assis" (John Gledson) ou d'un "Machado de Assis historien" (Sidney Chalhoub). En commun, la conviction que, dans ses histoires, l'écrivain a raconté l'histoire du Brésil au XIXe. Siècle. La conviction que, dans littérature de Machado de Assis, il y a un certain contenu de l'histoire nationale. Et il y a, l'on peut supposer, une certaine idée d'histoire. Une telle question n'a pourtant pas eté posée entre les spécialistes du romanciste. Ce texte a pour objectif proposer une manière d'examiner ce problème, en suggérant que la conception d'histoire de Machado de Assis déviait de celle qui était la dominante parmi les historiens, les écrivains et les peintres, et était en relation avec l'émergence d'un régime esthétique des arts au Brésil.
Mots-clés: conception d'histoire, histoire et littérature, histoire et esthétique.

Não há, na literatura de Machado de Assis, nada que se compare a um texto como "Bênção Paterna", prefácio a *Sonhos d'Ouro* e no qual José de Alencar explicita o seu projeto de escrever, através de romances, a história da nacionalidade brasileira. A reflexão sobre a história não era, entretanto, alheia a Machado de Assis. Prova disto são as inúmeras referências que encontramos a este respeito em sua obra, sejam em suas crônicas, sejam em seus romances.

* Mestranda em História na Universidade Federal de Goiás – UFG.

Entre elas, há a que se encontra em uma crônica de 1894, na qual o romancista, contrapondo os destinos da romana Lucrécia e da baiana Martinha, elaborava a crítica de uma certa concepção de história:

> *Quereis ver o que são os destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrécia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele, mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto para exaltar a virtude conjugal, como dar força e luz à eloqüência política.*
> *Bem sei que Roma não é a Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com os historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrécia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade. (MACHADO DE ASSIS,, 1997, volume I: 615)*

O que há nesta crítica-reivindicação de Machado? Como pensar suas relações com a concepção de história e de literatura vigentes em sua época?

Machado de Assis coloca aqui, o que, ao que me parece, são os contornos de seu debate com uma certa concepção de história, dominante em sua época. Não é esta que se encontra em sua mira em um trecho mais adiante, quando enumera outros punhais ilustres, resguardos também eles da ferrugem da obscuridade? "O punhal de Carlota Corday, o de Ravaillac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrécia, luzidios e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra" (Idem: 616). Não insiste o autor de *Dom Casmurro* em que os historiadores preocupam-se apenas com o que ocorre aos líderes políticos e governantes? Não há posta aqui uma questão acerca de quem são os sujeitos da história?

Como não reconhecer, ao lado dos autores de dissertações e palestras sobre Carlota Corday ou Ravaillac, os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)? Afinal, como se sabe, o IHGB foi fundado em 1838 no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional e com o objetivo de delinear uma identidade para o Brasil. Nação recém-independente, o Brasil precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e

que lhe permitisse confiança no futuro. As linhas mestras desse projeto foram definidas em 1847, pelo alemão Carlos Frederico Von Martius em sua monografia "Como se deve escrever a história do Brasil". Mas seria realizado por Francisco Adolfo Varnhagen, que o corporificou em sua *História Geral do Brasil*. Ela prioriza as ações dos *heróis portugueses e brasileiros brancos* – conforme o desejo de se reconhecer na nova nação brasileira a continuadora de uma certa tarefa civilizatória iniciada pela colonização portuguesa.

Como não reconhecer, entre os adeptos de tal concepção, os representantes da pintura histórica oitocentista? Pois a própria definição desta se dá, segundo o modelo acadêmico vigente, nos termos daquilo que deve pôr em suas telas: os grandes e seus percalços. Como o Marat morto, no quadro de Delacroix, ou Dom Pedro I a proclamar a Independência, na célebre composição de Pedro Américo.

Também na literatura brasileira do século XIX distingue-se uma concepção de história da qual Machado de Assis parece se distanciar. Exemplifica-o aquele que é considerado o fundador das letras nacionais: José de Alencar. No prefácio anteriormente mencionado – "Bênção Paterna" – o romancista delineia três períodos em que se divide o período orgânico da literatura brasileira. Interessa-nos o segundo destes períodos, caracterizado por Alencar como "histórico": "o segundo período é histórico: representa o consórcio do povo invasor com a terra americana (...). É a gestação lenta do povo americano, que deve sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições do seu progenitor. (...). A ela pertencem *O Guarani* e *As minas de prata*. (...)".

A história, para José de Alencar, liga-se ao passado e diz respeito à ação dos heróis portugueses a construir uma nação no cenário exuberante da natureza americana. À literatura, por sua vez, cabe retratar este processo de formação da nacionalidade.

Heróis portugueses, natureza americana, nação brasileira. Esta tríade, que está na base do projeto romântico de literatura e no projeto historiográfico do IHGB, sendo também compartilhada pela pintura histórica do século XIX, não parece ser a de Machado de Assis. Ao reivindicar um canto na história para o punhal de Martinha ou para a arraia-miúda dos castelos feudais, ao criticar uma história-loureira, que faz o elogio dos heróis e funda legitimidades, Machado de Assis parecia marcar um desvio em relação à concepção de história dominante. Mas o que dizer em relação a sua literatura e à maneira como ele concebia as relações entre a literatura e a história, sobretudo no que concerne àqueles que são tomados como sujeitos da história? Em José de Alencar, os temas e personagens dos chamados romances históricos expressam, como já se disse à exaustão, uma concepção de história nacional delineada nos quadros do IHGB. E, dentro desta concepção, há uma identificação

clara de quem são os sujeitos da história: os membros da estirpe lusa. Machado de Assis não parece compartilhar desta identificação. Este seu desvio "historiográfico" encontra paralelo em uma distinta concepção de literatura? Não haveria, expresso em seus escritos literários, um mesmo desvio em relação a estes temas e personagens considerados dignos de figurarem na história, na pintura histórica e na literatura nacional? Afinal, não há, na literatura machadiana – sobretudo na chamada "segunda fase" – a presença do Brasil ou da realidade brasileira nos termos impostos pelo projeto nacional que o romantismo fundou.

Esta ausência rendeu anos de acusações ao escritor carioca, considerado negligente em relação às coisas e aos modos do Brasil. E esteve no cerne das disputas literárias que se delinearam a partir dos anos 1950, quando surgiu um grupo de críticos e estudiosos de Machado de Assis empenhados em desconstruir esta visão persistente. Tratava-se de demonstrar que o desvio em relação ao projeto romântico era apenas aparente. Cumpria esclarecer como, ao contrário da impressão corrente, o Brasil e o Rio de Janeiro encontravam-se plenamente retratados na obra de Machado de Assis.

O problema da presença da história na literatura machadiana emergiria ligado a este problema da presença do Brasil e da história nacional – emergência que se deu quando, para além da tese comum de que o autor de *Quincas Borba* representou em sua obra elementos da realidade contemporânea, autores como Roberto Schwarz, John Gledson e Sidney Chalhoub afirmaram a existência de uma visão machadiana da história do Brasil. Mais do que retratar seu tempo e seu país, o escritor teria elaborado uma interpretação própria, ainda que restrita ao II Império, da história nacional.

Ao se debruçar sobre a literatura de Machado de Assis, estes autores interessaram-se pelos conteúdos históricos apresentados ou depreendidos da obra do romancista. Não se tratou, em quaisquer dos casos, de se compreender a idéia de história presente em Machado de Assis. Tal é, por outro lado, o objetivo a partir do qual busco desenvolver uma pesquisa.

De maneira que se impõe uma primeira questão: o que significa investigar uma idéia ou concepção de história? De que maneira tal procedimento diferencia-se das abordagens supracitadas acerca da história em Machado de Assis?

Concepção de história diz respeito àquilo que define e distingue a história como atividade intelectual ou forma de pensamento – o que significa, fundamentalmente, uma decisão sobre qual é o objeto da história. Decisão que não é independente de uma definição acerca de quem deve ser considerado sujeito da história. Pois, como afirma Jacques Rancière (1997; 51), "a história sempre foi a história daqueles que 'fazem a história'. O que muda é a identidade dos 'fazedores de história'". Compreender a história como recolho dos grandes

exemplos, dignos de serem eternizados e imitados, ou compreendê-la como destino comum está na dependência de uma escolha em torno do agente histórico. Lucrécia ou Martinha?

Uma indagação desta natureza é bastante distinta daquelas colocadas por Schwarz, Gledson e Chalhoub, pois não se procura delinear uma certa imagem da sociedade brasileira e da história nacional. O escritor tenha ou não tenha elaborado uma interpretação da história da nação, não é este o foco da pesquisa. Que se admita que ele tenha elaborado tal interpretação, a interrogação aqui não é: qual o Brasil que emerge de seus textos? Mas sim: fazer história é fazer história da nação? Quem são os sujeitos da história, seja ela história da nação ou não?

Este tipo de interrogação supõe uma outra abordagem da literatura. Não se trata de buscar na realidade social, em um momento específico da história do Brasil, a chave para a sua compreensão. Tampouco de questionar qual testemunho histórico oferece da sociedade brasileira oitocentista. Não se trata de ver nos personagens literários a dramatização do comportamento dos membros da classe dominante ou dos dependentes. Tampouco de tomar os romances como alegoria da derrota de uma política de domínio. Investigar a idéia de história em Machado de Assis conecta-se, aqui, a uma proposta de abordar a literatura localizando-a no interior de um regime específico das artes – relacionando-a, conseqüentemente, com outras formas de arte, como a pintura.

Em suas reflexões sobre estética e sobre literatura, Jacques Rancière discute como o nascimento da literatura significou a ruptura com o sistema das Belas-Letras, com o regime poético ou representativo da época clássica. Este é um dos três grandes regimes de identificação das artes, que são objeto de definição bastante precisa em A partilha do sensível: estética e política (2003: 28-38).

O regime representativo ou poético das artes individualizou a arte ou, antes, as artes ao defini-la como ficção, ou seja, como agenciamento de ações. Este é o princípio colocado no primeiro capítulo da *Poética* de Aristóteles: "o que faz a essência do poema (...) é que ele é uma imitação, uma representação de ações" (2005a: 20). Tal regime não se limita, porém, a definir as artes como maneiras de fazer que executam imitações. Ato contínuo, estabelecem-se maneiras de apreciar imitações bem-feitas. Tais regras de gosto ligam-se à existência dos gêneros poéticos. "Não basta que a ficção se anuncie como tal. É preciso que ela esteja conforme a um gênero" (Idem: 21). E o que define um gênero é a natureza daquilo que é representado, daquilo que é o objeto da ficção. Princípio estabelecido, também este, pela *Poética*: "o gênero de um poema – epopéia ou sátira, tragédia ou comédia – é em primeiro lugar ligado à natureza daquilo que ele representa" (Idem, ibidem). Epopéia para os heróis, tragédia para os nobres, comédia ou sátira para a plebe. A existência dos gêneros é

indissociável de uma escala de valores que lhes define uma hierarquia. Os imitadores de maior valor são os que escolhem representar as ações dos grandes: fazem-se poetas épicos ou trágicos. Os menos dotados escolhem tratar das pequenas histórias da plebe: fazem-se poetas cômicos ou sátiros. Analogamente, as pinturas históricas, obra dos grandes mestres, definem-se pela representação dos atos memoráveis dos homens de glória. Às pinturas de gênero e seus autores de talento menor cabem as vidas anônimas, perdidas na mediocridade.

O regime estético das artes é a ruína do sistema representativo. A supressão deste princípio em que a dignidade dos temas comanda a hierarquia dos gêneros da representação. A afirmação da igualdade de todos os sujeitos representados. O momento da promoção dos anônimos à condição de objeto da arte. Momento da assunção do *qualquer um*, tornado depositário de uma beleza específica. Momento, antes de tudo, da literatura, em que esta revolução estética ocorre primeiro. Em que os adultérios da filha de um fazendeiro normando e os amores de uma princesa cartaginesa (Flaubert) são igualmente interessantes e próprios à mesma forma – este gênero sem gênero que é o romance.

Um regime das artes não é, afirma Rancière, indiferente a uma idéia de sociedade – e de história. Uma partilha na ordem do discurso liga-se a uma partilha na ordem social. Assim, a lógica hierárquica do regime representativo entra em analogia com toda uma visão hierárquica da comunidade. Neste sentido, explica Rancière:

> *Outrora, no tempo da pintura histórica, pintava-se a imagem dos grandes e de suas ações. Sem dúvida, a multidão e os humildes podiam estar sobre a tela. Concebe-se mal um general sem tropas e um rei sem súditos. Algumas vezes o herói se dirigia a eles. Algumas vezes mesmo os papéis eram invertidos e o velho soldado reconhecia com uma emoção aflita seu general, Belisário, no mendigo agachado a seus pés. Mas não havia, apesar disso, nenhuma comunidade de destino entre o homem de glória submetido ao revés da glória e o homem "infame" excluído de sua ordem, entre os generais caídos no infortúnio e estes nascimento de antemão perdidos no anonimato. A imagem do velho soldado podia partilhar a tela com a de Belisário. Mas ele não partilhava a história da grandeza e da decadência de Belisário. Essa história pertencia apenas aos semelhantes de Belisário, aos quais ela devia relembrar duas coisas que não tinham interesse senão para eles: que a fortuna é inconstante mas que a virtude, ela, jamais falta àquele que a cultivou. Chamava-se "história" o recolho destes grandes exemplos, dignos de serem aprendidos, representados, meditados, imitados. Cada um não ensinava senão a sua própria lição, igual através do tempo, e destinada aos únicos que tinham vocação para deixar memória de suas ações e portanto para tirar exemplo dos feitos memoráveis dos outros homens de memória (1997: 50, grifo meu).*

Da mesma maneira, a revolução estética é a abertura de uma época em que a história pode ser pensada como destino comum. A expulsão da mímesis, o princípio de igualdade de qualquer representável, a glória do *qualquer um*, a possibilidade de que grandes e pequenos possam partilhar efetivamente a mesma tela é o que permite uma mudança na

identidade dos "fazedores da história". Que a literatura possa conferir "a qualquer vida obscura o brilho do Único" (1995: 16) é próprio de uma época em que todos – e qualquer um – são pensados como contribuindo com a tarefa de "fazer a história".

Que pensar, então, diante da afirmação, no célebre "Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade", de que *"tudo é matéria de poesia"*? Ou do questionamento, em uma crônica, da desigualdade dos destinos? Não haveria aqui um desvio em relação ao projeto romântico e sua eleição de temas e personagens específicos? Não seria possível identificar uma ruptura em relação à concepção de história do IHGB e dos pintores históricos do século XIX? Tratar-se-ia da filiação a um regime estético das artes? Da inscrição na lógica estética da promoção dos anônimos? Da contraposição, a um só tempo – porque entrelaçadas - a um sistema representativo que distingue ilustres e anônimos e a uma idéia de história como recolho dos grandes exemplos?

É na busca por responder a estas questões que se propõe uma investigação acerca da idéia de história em Machado de Assis.

Referências Bibliográficas:

BAPTISTA, Abel Barros. **A formação do nome**: duas interrogações sobre Machado de Assis.Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Machado de Assis: impostura e realismo**. 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Machado de Assis: Obra completa. 3 volumes. Organização de Afrânio Coutinho. 9ª reimpressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. *L'inoubliable.* In: RANCIÈRE, Jacques; COMOLLI, Jean-Louis. **Arrêt sur histoire**. Paris: Editions du Centre George Pompidou, 1997.

_____. **La parole muette**: essai sur les contradictions de la littérature. Paris: Hachette, 2005a.

_____. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005b.

_____. **Políticas da escrita**: São Paulo: Ed. 34, 1995.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 1ª reimpressão, 5ª edição, São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. 4ª edição, São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Revista Espiritual de Umbanda: um olhar sobre a produção de representações acerca da religião umbandista

André de Oliveira Pinheiro *

Resumo: o propósito deste texto é apresentar uma pesquisa sobre a Revista Espiritual de Umbanda. Ao analisar a publicação, a intenção é investigar as diferentes representações – segundo Roger Chartier – da Umbanda (podemos dizer *Umbandas*) produzidas pelos conteúdos publicados na revista. O papel desempenhado pela publicação, enquanto local onde acontecem os diálogos e as lutas entre estas diferentes representações, pode ser compreendido pelo uso do conceito de campo religioso, de Pierre Bourdieu.
Palavras-chave: Representações – Religião – Umbanda

Abstract: the purpose of this text is to introduce a research about "Revista Espiritual de Umbanda" (Umbanda Spiritual Magazine). Analysing the publication, the intention is to investigate the different representatios – according to Roger Chartier – of the Umbanda (we can say Umbandas) produced by the contents of the magazine. The part played by the publication, as the place where the dialogues and contests among these different representatios happen, can be understood by using the concept of religious field, by Pierre Bourdieu.
Keywords: Representatios – Religion – Umbanda

Atualmente na sua 14ª edição, a Revista Espiritual de Umbanda é uma publicação que começou a circular em 2003. Publicada pela Editora Escala, de São Paulo (SP), a revista possui periodicidade esporádica e tem como editor responsável Marques Rebelo.

São, em média, pouco mais de sessenta páginas por edição. Nelas, pode ser encontrada uma grande diversidade de conteúdos, que inclui textos opinativos, reportagens, preces, resenhas de livros e CDs e anúncios publicitários. Todas essas informações são fartamente ilustradas com um vasto material fotográfico, retratando festas e cerimônias de Umbanda, pessoas que seriam médiuns incorporados com entidades, imagens de santos, terreiros e líderes umdandistas.

Diferentemente do Espiritismo codificado em 1857 na França por Allan Kardec, a Umbanda, assim como o Candomblé e outras religiões afro-brasileiras, não tem na literatura um dos pontos fortes para a sua divulgação ou transmissão de conhecimentos entre seus

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

adeptos. Justamente por ser a Umbanda uma religião que prima pela oralidade no aprendizado e na formação dos seus iniciados e também na conquista de novos adeptos, merece a atenção e deve ser motivo de estudos a publicação de uma revista de circulação nacional dedicada a este segmento religioso.

Como acontece com toda publicação, a Revista Espiritual de Umbanda possui uma linha editorial. Resultado do trabalho – e também da formação, opiniões e propósitos – de seus editores e colaboradores, a linha editorial se faz presente no conteúdo dos textos e na escolha e tratamento das imagens publicadas. O resultado final desta produção, que chega aos leitores pelas páginas de revistas e jornais, na maior parte das vezes realiza, ainda que nas entrelinhas, a defesa de um posicionamento em relação a determinado tema ou mesmo de um projeto político para determinado grupo.

Na visão do historiador Roger Chartier, as estruturas do mundo social não são um dado objetivo. Nas suas próprias palavras, "todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras". Partindo dessa idéia, podemos considerar a linha editorial da Revista Espiritual de Umbanda – assim como a de uma série de outras publicações – como uma dessas "práticas articuladas" responsáveis, de acordo com Chartier, pela construção de sentido ou *representações*.

O conceito de representação do historiador francês pode ser utilizado para analisar de que forma as estruturas sociais são incorporadas por um determinado grupo e também as formas que esse grupo usa para construir sua identidade. No texto "O Mundo como Representação", Roger Chartier afirma que a noção de representação autoriza a articulação de três modalidades de relação com o mundo social. A primeira delas seria o trabalho de classificação e recorte que produz configurações múltiplas, a partir das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade. A segunda compreende as práticas que pretendem fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de ser no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. Por fim, a terceira modalidade de relação com o mundo social trata das formas institucionalizadas e objetivas, em virtude das quais "representantes" – instâncias coletivas ou mesmo indivíduos singulares – marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, comunidade ou classe.

Tomando como base, portanto, o conceito formulado por Chartier, é possível analisar a Revista Espiritual de Umbanda como produtora de representações desta própria religião. Essa análise pode ser construída a partir das modalidades de relação com o mundo social descritas pelo autor – a publicação como instrumento de um dos diferentes grupos que,

contraditoriamente, ao lado de outros inseridos num mesmo contexto, constroem a realidade para um determinado segmento, no caso, o umbandista.

No mesmo artigo, o autor prossegue, referindo-se a uma "dupla via", que se abre a partir da idéia de representação. De um lado, estaria a construção da identidade social como produto de uma relação de forças entre as representações impostas por aqueles que possuem o poder de classificar ou nomear e a definição de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma. Na outra direção, estaria o recorte social como tradução do crédito conferido à representação que cada coletividade faz de si mesma, com a capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir da demonstração de unidade.

É possível pensar, portanto, a Revista Espiritual de Umbanda – ou melhor, sua equipe editorial e aqueles cujo pensamento é por ela representado –, como um dos grupos empenhados nessa relação de forças visando a construção de uma identidade social para os umbandistas. A análise da publicação e também da sua relação com outros grupos permitirá ainda perceber o seu nível de interferência na forma como a própria Umbanda se reconhece, a representação que, hegemonicamente, o segmento umbandista produz para si mesmo.

Dessa forma, a pesquisa que propomos deverá utilizar a Revista Espiritual de Umbanda para abordar, no contexto umbandista, as lutas de representação, que, ainda segundo Chartier, dizem respeito ao ordenamento, à hierarquização da própria estrutura social.

Como todo combate, estas lutas de representação se desenrolam em um determinado espaço. Para conceituar a "arena" em que os responsáveis pelas diferentes representações medem suas forças em busca do discurso hegemônico, recorreremos a Pierre Bourdieu e o seu conceito de campo religioso.

Na visão de Bourdieu, o campo é o palco do conflito. Domínio da disputa, do embate. É nesse espaço, que não pode ser definido como bom ou ruim, mas apenas inerente ao jogo – no caso, às lutas de representação – que os diferentes grupos ou indivíduos lutam pela afirmação de uma produção e a descaracterização, desqualificação de outra.

Em se tratando de uma religião[1], como a Umbanda, podemos definir o espaço onde acontecem as lutas de representação como campo religioso. Nesta disputa, estará em jogo a apropriação do capital religioso. Este capital simbólico, que significa a legitimação de

[1] As reflexões sobre *religião* terão como suporte teórico Peter Berger e Dominique Julia, respectivamente, nos textos BERGER, Peter. O Dossel Sagrado: Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião. São Paulo: Paulinas, 1985 e JULIA, Dominique. A Religião: História Religiosa. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (org.). História: Novas Abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

determinado pensamento, identidade ou discurso, deve ser reconhecido pelos grupos que o reivindicam. Deve haver um consenso em torno da sua valorização.

O embate é, portanto, marcado pela assimetria de acumulação do capital religioso. O objetivo de cada um dos grupos envolvidos é acumular e impedir que seus oponentes acumulem mais capital – que corresponde ao reconhecimento, à legitimação – na luta pelo controle, pela dominação.

As representações produzidas pela Revista Espiritual de Umbanda sobre a própria religião vêm somar-se, neste campo religioso, a outras, produzidas por outros autores umbandistas, com as quais acontece a luta de representações. Algumas obras de escritores umbandistas são importantes para conhecer e identificar algumas destas representações, que definem, de acordo com a visão dos seus autores, elementos como práticas religiosas recomendadas ou consideradas como inadequadas; formas de organização do culto; explicações sobre os espíritos ou orixás que compõem a religião e, particularmente, a definição de um mito fundador para a religião, aspecto que está diretamente relacionado à sua vinculação ou afastamento com a origem africana.

Entre essas obras, podemos citar *Umbanda e Quimbanda* (1942), de Lourenço Braga, resultado de tese defendida no 1º Congresso Brasileiro de Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1941. Neste trabalho, o autor defende a divisão do Espiritismo em três partes, que seriam a Lei de Kardec (Espiritismo doutrinário, filosófico e científico), a Lei de Umbanda (Espiritismo – Magia Branca) e a Lei de Quimbanda (Espiritismo – Magia Negra).

Em livros como *Doutrina Secreta da Umbanda* (1985), o escritor umbandista W. W. da Matta e Silva defende o que chama de "Umbanda Esotérica". De acordo com o autor, a religião umbandista teria sua origem bem antes do seu surgimento no Brasil. Essa origem, conforme o seu ponto de vista, estaria vinculada no mundo espiritual à "Corrente Astral de Umbanda" e teria sido implantada na Terra há milhares de anos, a partir de conhecimentos mágicos e iniciáticos de civilizações já extintas.

A denominação "Umbanda Esotérica" aparece também na obra *Umbanda, Essa Desconhecida...* (1986), de Roger Feraudy. Embora de forma diferente de Matta e Silva, Feraudy também atribui à Umbanda uma origem que remonta a antigas civilizações. Segundo Feraudy, o culto implantado no Brasil como "Umbanda Branca" teria sua origem derivada de rituais milenares praticados pelos magos da extinta Atlântida.

O surgimento da Umbanda em 1908, no Rio de Janeiro, a partir da manifestação da entidade Caboclo das Sete Encruzilhadas pela mediunidade de Zélio Fernandino de

Moraes, é defendido por Jota Alves Oliveira, em *Umbanda Cristã e Brasileira* (1985). Já Tancredo da Silva Pinto, em livros como *Umbanda: Guia e Ritual Para Organização de Terreiros* (1972) – escrito com Byron Torres de Freitas – contesta o mito fundador da Umbanda que tem como protagonistas o espírito Caboclo das Sete Encruzilhadas e o médium Zélio Fernandino de Moraes. De acordo com Pinto, a Umbanda teria sua origem na tribo Lundas-Quioco, situada ao sul de Angola. Nas suas palavras, os fundamentos da religião teriam sido deturpados, devorados e cobiçados por "uma avalanche de mentores e aventureiros de todas as camadas sociais e que dizem ser a Umbanda uma religião nacional".

As teorias de W. W. Matta e Silva e o pensamento de Tancredo da Silva aparecem como referências importantes na obra de Caio de Omulu. Em *Umbanda Omolocô* (2002), o autor apresenta este ritual – com explicações sobre seus rituais e principais espíritos ou orixás – e procura contextualizar o seu papel no movimento umbandista.

Além do que foi escrito pelos próprios umbandistas, não será possível, evidentemente, realizar a pesquisa sem tomar conhecimento e consultar trabalhos que já foram produzidos tendo a Umbanda como objeto. Serão referências inevitáveis e extremamente úteis, cujo uso é extremamente oportuno.

Renato Ortiz, em *A Morte Branca do Feiticeiro Negro* (1978), analisa a formação da Umbanda, relacionando este processo à própria sociedade brasileira. O autor detecta os movimentos de embranquecimento e empretecimento e mostra ainda como, inicialmente perseguida pelas autoridades e pela Igreja, a Umbanda obteve inserção no mercado religioso brasileiro e passou a ser considerada uma "religião nacional".

Já Patrícia Birman publicou *O que é Umbanda* pela coleção *Primeiros Passos*, em 1985. O livro retrata a religião de forma rápida, tratando de aspectos como a "possessão" ou mediunidade; o simbolismo, com os espíritos (guias e orixás) e rituais; formas de organização do culto; a caridade e a "demanda" (conflitos envolvendo pessoas e orixás); sincretismo e as relações da Umbanda com a sociedade brasileira.

Um pouco mais recente, *Entre a Cruz e a Encruzilhada* (1996), de Lísias Nogueira Negrão, utiliza a noção de campo e mostra o estabelecimento da religião em São Paulo. Com descrições de terreiros, rituais e também dos principais guias e orixás, o autor apresenta a Umbanda como uma religião ainda em formação e mostra o conflito entre as experiências vividas nas casas de culto e a tentativa de normatização das federações umbandistas.

Cristiana Tramonte, no livro *Com a Bandeira de Oxalá* (2001), desenha a trajetória das religiões afro-brasileiras, com destaque para a Umbanda, em Florianópolis,

desde o seu aparecimento até o final do século XX. A autora apresenta algumas personagens célebres do meio umbandista local e procura também explicar as visões de mundo e práticas não só da Umbanda, mas também de outros cultos, como Candomblé e Almas e Angola. As relações entre o campo religioso afro-brasileiro de Florianópolis e outros segmentos da sociedade em geral – como as autoridades políticas, a polícia e a imprensa – também são tratados neste trabalho.

No texto *Zélio de Moraes e as origens da Umbanda no Rio de Janeiro*, publicado na coletânea Caminhos da Alma (2002), Emerson Giumbelli problematiza a suposta origem da Umbanda a partir do Caboclo das Sete Encruzilhadas e de Zélio Fernandino de Moraes, a partir de evidências que levam a questionar a sua condição de "pioneiro" desta religião. Giumbelli propõe novas perspectivas para a história da Umbanda, incluindo o diálogo com estudos afro-brasileiros e também maior ênfase ao papel do Espiritismo codificado por Allan Kardec na formação da Umbanda.

A imprensa umbandista em Santa Catarina, mais especificamente em Florianópolis, foi objeto de estudo de Graziéle Vilvert, em *José Telles e as* "Demandas" na Umbanda em Florianópolis na Década de 1970, Trabalho de Conclusão de Curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao pesquisar o periódico Eco Umbandista, a historiadora retratou a trajetória e a atuação de uma das mais expressivas lideranças da Umbanda no Estado na década de 1970, José Telles, além de suas relações dentro do próprio campo umbandista e com segmentos externos da sociedade.

Listamos, nos parágrafos anteriores, apenas alguns entre tantos estudos já realizados a respeito da Umbanda e das religiões afro-brasileiras. Nos trabalhos acima relacionados, destacamos alguns fatores, como a diversidade e a atualidade; a abrangência tanto local quanto nacional destas pesquisas; na parte teórica, o uso do conceito de campo; a utilização da imprensa umbandista para a realização dos estudos históricos.

Por estarem presentes – ainda que estruturados de outra forma e com objetivos diferentes – na proposta de trabalho que apresentamos, estes fatores apenas confirmam ser pertinente e oportuno o estudo que propomos.

Referências Bibliográficas:

BIRMAN, Patrícia. O que é Umbanda. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRAGA, Lourenço. Umbanda e Quimbanda. Rio de Janeiro: Edições Spiker, 1942.

CHARTIER, Roger. A História Cultural – Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1989.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: Estudos Avançados – vol. 5, nº 11 .São Paulo: IEA/USP, 1991.

FERAUDY, Roger. Umbanda, Essa Desconhecida... – Umbanda Esotérica e Cerimonial. Porto Alegre: Fundação Educacional e Editorial Universalista, 1986.

GIUMBELLI, Emerson. Zélio de Moraes e as origens da Umbanda no Rio de Janeiro. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (organizador). Caminhos da Alma. São Paulo: Summus, 2002.

MATTA E SILVA, W. W. da. Doutrina Secreta da Umbanda. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1985.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Entre a Cruz e a Encruzilhada: Formação do Campo Umbandista de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Jota Alves. Umbanda Cristã Brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

OMULU, Caio de. Umbanda Omolocô: Liturgia, Rito e Convergência (na Visão de um Adepto). São Paulo: Ícone Editora, 2002.

ORTIZ, Renato. A Morte Branca do Feiticeiro Negro. Petrópolis: Vozes, 1978.

PINTO, Tancredo da Silva e FREITAS, Byron Torres de. Umbanda: Guia e Ritual para Organização de Terreiros. Rio de Janeiro: Editora Eco, 1972.

TRAMONTE, Cristiana. Com a Bandeira de Oxalá: Trajetória, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Florianópolis: Editora da Univali / Editora Lunardelli, 2001.

VILVERT, Graziéle. José Telles e as “Demandas” na Umbanda em Florianópolis na Década de 1970. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Florianópolis: UFSC, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Concepções de tempo, memórias docentes e fazeres pedagógicos

Maria Ângela Borges Salvadori[1]

Resumo: Este texto pretende analisar concepções de tempo presentes em lembranças de infância e juventude de um grupo de professores de uma escola pública municipal de ensino fundamental localizada na cidade de Itatiba, interior do estado de São Paulo. Particularmente, trata-se de investigar o modo como tais concepções se relacionam aos sentidos que estes professores atribuem a sua prática docente e aos processos de constituição da cultura escolar.
Palavras-chave: Tempo – Memória – Identidade Docente

Abstract: This text intends to analyse time conceptions that appear in childhood and youth rememberings of a group of teachers from Itatiba, state of São Paulo county public school of basic education. Particularly, it concerns in investigating the way these conceptions are related to the senses these teachers give to their teaching practice and to the processes of constitution of school culture.
Keywords: Time - Memory – Teacher´s Identity

"(...) *Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei*
Transformai as velhas formas do viver (...)"
(Gilberto Gil, *Tempo rei*, 1984)

O que pensam os professores sobre o tempo? Que sentido atribuem a ele? De que maneira o tempo vivido, (re)inventado pela memória, informa, conforma e orienta saberes pedagógicos e práticas de ensino? Como estas concepções de tempo participam do relacionamento com os alunos? Qual a (i)mobilidade de categorias tais como passado, presente e futuro? Como sentem as especificidades relativas às noções de ritmo, processo, periodização e cronologia?

Essas são algumas das perguntas que este trabalho busca melhor equacionar, sem quaisquer pretensões à totalidade e/ou à permanência. Para tanto, ele é construído a partir de memórias – contadas e escritas – de um grupo de professores de uma escola pública municipal de ensino fundamental, localizada no município de Itatiba, interior paulista. Sua execução faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado "Representações de Infância e Juventude na Cultura Escolar", aprovado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do

[1] Doutora em Educação Universidade Estadual de Campinas, docente do Programa de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco, na linha de pesquisa "História, historiografia e idéias educacionais". Na realização do projeto que dá origem a este artigo, conta-se com o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) na linha de financiamentos voltados à melhoria do ensino público.

Estado de São Paulo - em meados de 2005, dentro da linha de financiamentos voltados à melhoria do ensino público e renovado para o ano de 2007. Este projeto trabalha com a hipótese básica de que os significados atribuídos pelos docentes à infância e à juventude são socialmente construídos e fundamentais tanto para o sentido que conferem a sua prática – seleção e organização de conteúdos, tipos de atividades, formas de avaliação, relação professor-aluno, valores e normas que os conduzem, entre outros – quanto para a expectativa que têm em relação ao desempenho de seus alunos, dentro e fora da escola. Uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco e a equipe da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Eliete Sanfins Fusussi" tem garantido a execução da pesquisa que, simultaneamente, pretende significar também a possibilidade de construção de novas referências para o trabalho do professor.

Não se trata, neste sentido, de eleger e estudar coletivamente conteúdos ou métodos de ensino, práticas tão freqüentes em antigas concepções acerca da formação de professores, em geral calcadas na idéia do treinamento; antes, acredita-se na possibilidade da reflexão teórica coletiva como capaz de promover uma maior autonomia do professor frente ao seu trabalho cotidiano, inclusive no que se refere aos conteúdos que lhe são impostos, aos diversos tipos de materiais didáticos que lhe são oferecidos e aos processos mesmo de institucionalização em que estão envolvidos. Assim, a pesquisa se alinha aos múltiplos esforços mais recentes que, reconhecendo tanto a multiplicidade e complexidade das situações educativas quanto a importância da compreensão dos significados a elas conferidos por seus próprios sujeitos, têm evitado o caminho das generalizações e quantificações que, via de regra, submetem os sujeitos a esquemas inflexíveis e ao silenciamento. Assim, este trabalho vai ao encontro dos estudos que defendem a formação do professor enquanto profissional reflexivo - processo que, certamente, não se dá de modo linear, homogêneo e pacífico – e, particularmente, daqueles que colocam os procedimentos ligados à memória e às práticas de caráter (auto)biográfico como momentos fundamentais deste processo de construção e compreensão da identidade profissional. Pressupõe-se, portanto, que este investimento pessoal, a princípio solitário, possa promover um compartilhar de experiências e, daí, o redimensionamento do próprio trabalho pela percepção das relações entre as singularidades vividas por cada professor e os contextos mais amplos nos quais foi possível vivenciá-las (CATANI et al., 1993).

Trabalhar com biografias docentes, nesta perspectiva, implica ir além da somatória das trajetórias individuais, quer dizer, o trato com os registros (auto)biográficos no momento de formação de professores deve ser mais que uma sucessão de relatos, embora este

momento seja parte constituinte do processo. Em outras palavras, é preciso arriscar-se sempre no terreno pantanoso das relações entre sujeito e sociedade, escapando tanto das armadilhas individualizantes propostas pelo ideário liberal quanto dos determinismos coletivos (NÓVOA, 1999).

Além destes, colocam-se outros problemas. Tomando como base algumas considerações de Ken Zeichner (1995), o desenvolvimento do projeto junto à "Escola Eliete" impõe desafios para ambos os lados. Assim, por exemplo, ora são os professores da escola que esperam recomendações fechadas sobre estratégias e práticas de ensino com base na tradicional matriz curricular – o que por vezes, em seus textos, fica evidente pelo uso da expressão "o curso da Universidade São Francisco" -; ora somos nós que tomamos sua reflexão apenas como "material" de pesquisa, submetendo-a a uma lógica de análise que lhe é estranha porque descontextualizada e injusta, já que transforma o sujeito produtor do conhecimento em objeto. Contudo, apesar dessas dificuldades e dos eventuais equívocos de ambos os lados, tem sido possível promover uma prática reflexiva coletiva que, em particular, procura discutir aspectos sociais e históricos do fazer pedagógico. Essa preocupação com a historicização do fazer pedagógico pretende combater uma tendência à "individualização" excessiva do cotidiano escolar e dos problemas enfrentados por professores e alunos, processo que, por repetidas vezes, retoma equivocadamente antigas questões meritocráticas.

A "Escola Eliete" localiza-se em um bairro periférico da cidade de Itatiba, historicamente constituído a partir da instalação de um grande conjunto habitacional atualmente em expansão e atende a um grupo de alunos das classes populares cujo cotidiano é, no geral, marcado pela violência física, moral e simbólica. Esta violência é freqüente na fala dos alunos sobre suas famílias, amigos e bairro, na fala dos professores e mesmo nas notícias veiculadas pela imprensa local. Ao mesmo tempo, a escola é um lugar socialmente bastante valorizado pelo grupo, seja pela beleza do prédio que a abriga, seja pelo trabalho educativo realizado ou, ainda, por ser um dos poucos pontos de encontro disponíveis para as crianças e jovens do local. Para a Secretaria de Educação do Município, esta unidade escolar é apresentada como vitrine de bons resultados e conquistas sociais, o que deve ser considerado nos momentos de análise dos depoimentos e textos de seus professores, coordenadores e diretora. Cerca de vinte professores, na qualidade de bolsistas da FAPESP, participam do projeto por meio de encontros semanais na escola, atividades de leitura, realização de trabalhos com alunos, discussões bibliográficas e reflexões relativas às particularidades daquela realidade escolar.

Neste momento, recorta-se um aspecto, dentre tantos outros possíveis de serem analisados, das memórias dos professores: aquele relativo às concepções de tempo que o modo de registro das lembranças permite antever e, simultaneamente, as visões de mundo que são indicadas por essas concepções de tempo.

Llembrar exige um esforço de ordenamento temporal das experiências. Em praticamente todos os relatos contados e escritos não há referências explícitas a datas. Embora os professores dividam o transcorrer de suas vidas em períodos, só muito raramente indicam os anos nos quais se passaram os acontecimentos ou processos que pontuaram como dignos de nota. Contudo, na organização da escrita, ainda que ausente uma cronologia, nota-se que a matriz seqüencial cronológica é que orienta a elaboração e o ordenamento das lembranças e que, neste ordenamento, a baliza é dada pela escola. Quase todos foram da educação infantil para o nível superior, definindo os períodos de suas vidas de acordo com a nomenclatura oficial então usada para a especificação dos níveis de ensino. Mesmo quando não estavam falando sobre sua vida escolar, usavam as séries ou níveis escolares como forma de definir e delimitar o período ao qual se referiam; alguns, ainda mais detalhistas, escreveram pela sucessão dos anos escolares: o jardim, o pré, a primeira, segunda, terceira série e assim por diante, até chegarem à faculdade. A repetição desta prática indica aspectos importantes: em primeiro lugar, a experiência escolar é fundamental na auto-definição da infância e da juventude e na caracterização de cada uma dessas etapas; segundo, no trabalho com a noção de tempo, permanece uma idéia de sequenciamento e evolução que vai do mais antigo ao mais atual; sequenciar linearmente é uma atitude muito mais freqüente que a de indicar a simultaneidade de processos. O tempo, para esses professores, surge como contínuo e a escola é o lugar a partir do qual esta continuidade é traçada.

As dimensões do passado e do presente são sempre trabalhadas pelos professores no sentido da determinação do primeiro sobre o segundo e, apesar do sofrimento evidente em algumas memórias, prevalece uma certa nostalgia, mesmo por parte daqueles professores que são muito jovens. As incertezas diante do mundo contemporâneo e a conformação de ameaças constantes podem explicar esse sentimento nostálgico, mas apenas parcialmente, pois predomina nos relatos uma perspectiva mais individualista e uma ausência de contextualização mais ampla que sugiram uma análise "macro". Essas razões autorizam pensar esta nostalgia do passado, com sua evidente dose de idealização, como uma dimensão mais conservadora da identidade docente. Daí, talvez, a dificuldade em considerar o futuro - lugar do incerto e da possibilidade de mudança - como dimensão do tempo e as pouquíssimas referências a ele. Lendo as memórias dos professores da Escola Eliete e as raríssimas ocasiões

em que se referem a acontecimentos mais amplos, que extrapolam o ambiente da casa da família ou, no máximo, da cidade, é possível considerar a pertinência das palavras do historiador inglês Eric Hobsbawm que, ao analisar o que chamou de "o breve século XX", creditou "à destruição do passado" uma de suas mais trágicas marcas, no sentido de que não conseguimos vincular nossa experiência individual a das gerações passadas e ao nosso passado social (HOBSBAWM, 1995: 13).

Ainda no que se refere à noção de processo, a linearidade é uma marca constante; ao tratarem de processos, os professores pensam mais em permanências que rupturas, procuram encadear os episódios de suas vidas de modo a dar-lhes coerência, entendem o tempo como algo homogêneo e desconsideram a questão dos ritmos. Só muito raramente pensam os processos também em termos de ruptura e, quando isto ocorre, ela aparece exclusivamente por razões de ordem pessoal, no geral trágicas, como a perda de alguém muito querido e o sofrimento por ela provocado. A idéia de evolução é, em geral, bem mais determinante que a de transformação e é interessante observar como, nos textos, essa vontade de ordenar os períodos da vida - tanto no sentido de encadear como de justificar - é constante. Em não raras vezes, os professores relacionam uma experiência passada a sua opção profissional pelo magistério; o professor Murilo, na ausência de uma relação direta, disse que já sabia, ainda que "inconscientemente", que queria ser professor da "área de humanas". Tal procedimento revela claramente que a memória não é repetição do vivido ou sua reprodução. A memória é trabalho, sempre contemporâneo, destinado à construção da identidade presente via reconstrução/resignificação do passado (LE GOFF, 1996).

Ao ouvir as memórias dos professores e ao ler, posteriormente, o registro escrito dessas lembranças, é impossível não pensar numa série de ambigüidades que se fazem presentes. Assim, por exemplo, a ênfase na linearidade dos processos autobiográficos, construídos numa perspectiva evolucionista, faz pensar sobre as críticas de Walter Benjamin ao historicismo e ao progresso que é sua marca principal:

> *"A idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha" (BENJAMIN, 1994:229).*

Por outro lado, a nostalgia tão presente e um sentimento de saudade tão intenso, podem ser, ambígua e simultaneamente, marcas de posturas mais conservadoras e sinais de atitudes críticas. Impossível também não pensar em Thompson e no sentido que ele atribuiu às lutas operárias pela preservação de certos costumes, muito próprios ao direito consuetudinário que, para ele, revelam mais que apego ao passado; são, antes, momentos nos

quais o costume adquire o peso de uma nova reivindicação e, neste sentido, olha à frente (THOMPSON, 1998). Cumpre, então, interrogar sobre o lugar das memórias na formação docente e o ritmo do tempo nestas memórias. Vários estudos importantes têm se dedicado a esta temática em meio aos quais destaca-se o trabalho de António Nóvoa que, na contrapondo-se à valorização da razão instrumental, defende que características e trajetórias pessoais são muito influentes no processo de constituição da identidade profissional do professor e que é impossível separar o "*eu profissional do eu pessoal*"; tal separação, tampouco, seria desejável ou frutífera (NÓVOA, 1995: 17). Por este motivo, Nóvoa propõe o trabalho com autobiografias de professores como possibilidade de fortalecimento da identidade, seja porque permite a adesão a um grupo de valores, seja porque promove a escolha entre "exemplos" de ação que foram avaliados pela experiência pessoal como positivos (NÓVOA, 1995). A importância de trabalhos com memórias de professores – voltados tanto à formação docente quanto à constituição de fontes para a história da educação - também é defendida em vários artigos de Denice Bárbara Catani:

> " (...) *esta expressão*(dar voz aos professores)*, para nós, remete ao propósito de oferecer aos sujeitos a possibilidade de articular por meio das narrativas sobre si as experiências pelas quais passaram, dotando a própria trajetória profissional de significados e identificando as escolhas e as injunções que, ao longo de sua existência, foram conformando os seus modos de compreender e de agir diante das situações do dia-a-dia. (...) A utilização desse tipo de procedimento no âmbito dos cursos de formação inicial e educação continuada considera o professor como sujeito de sua formação, entendida também como auto-formação, isto é, um processo no qual os conhecimentos e as experiências são constantemente reelaborados mediante uma transformação contínua dos saberes*... (CATANI et. al., 2005: 43-44)

Compartilhando dessa noção de que a autobiografia é um instrumento para a consolidação de um perfil profissional e de que, em sua elaboração, a memória ocupa um lugar fundamental, este trabalho, de modo ainda muito preliminar, quer identificar e refletir sobre os modos de significação do tempo, fugindo da ameaça, já esboçada, de pensar a linearidade dos relatos como simples adesão ao ideário da modernidade, seja no que se refere à noção de progresso, seja na valorização da supremacia do indivíduo sobre sua vida. Por outro lado, quer-se também fugir da banalização do relato, como se dar voz ao professor fosse sinônimo de constituí-lo como sujeito e como se nossos processos de constituição de identidade pudessem ser compreendidos e constituídos de modo solitário, sem as tramas dos tecidos que nos envolvem, dos quais somos, simultaneamente, artesãos, matérias primas, processos, retalhos e tecidos.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CATANI, Denice Bárbara et. al. Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. *Psicologia USP*, São Paulo, 4 (1/2), 1993, p. 299-318.

CATANI, Denice Bárbara et. al. O que eu sei de mim: narrativas autobiográficas, história da educação e procedimentos de formação. *Educação e Linguagem*, jan. – jun. 2005, p. 31-50 (ano 8, n.º 11).

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. In. NÓVOA, Antonio (Org.). *Vidas de professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995, p. 11-30.

NÓVOA, Antonio. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, v. 25 n.1, São Paulo, jan./jun. 1999, p. 1-10.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZEICHNER, Ken. Los profesores como profisionales reflexivos y la democratización de la reforma escolar. In. *Congreso Internacional de Didáctica* – Volver a pensar na educácion. Madrid: Morarta, La Corunã: fundacion Paidea. Vol. II, 1995, p. 385 e ss.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil

Henrique Alonso de A. R. Pereira[1]

Resumo: A Aliança para o Progresso foi o principal programa de política externa dos Estados Unidos no início da década de 1960. Ela representou o enfrentamento do "perigo" comunista que teria se instalado na América Latina com a Revolução Cubana em 1959. Dada sua importância geopolítica, o Brasil foi o país latino-americano prioritário para a ação da Aliança para o Progresso. Os resultados das ações da Aliança para o Progresso estiveram muito distantes da propagada intenção do programa de contribuir para criar governos plenamente democráticos. Durante a década de 1960, e também no início dos anos 1970, a América Latina foi varrida por uma série de golpes de Estado que estabeleceram ditaduras militares. Grande parte destes golpes de Estado, como o ocorrido no Brasil em 1964, teve significativa ajuda do governo norte-americano.
Palavras-chave: Aliança para o Progresso; Relações EUA-Brasil; História das Relações Internacionais

Abstract: The Alliance for Progress was the most important program of United States foreign policy in the beginning of the 1960s. It represented the confrontation of the Communist "threat" that was installed in Latin America with the Cuban Revolution of 1959. For its geopolitical importance, Brazil was the Latin American country that received priority by the Alliance for Progress. The results of Alliance for Progress actions were very far from the program propagated intentions to contribute to create fully democratic governments. During the 1960s, and also in the beginning of the 1970s, Latin America had many coups d´etat that established military dictatorships. The majority of these coups, as occurred in Brazil in 1964, had significant help of American government.
Keywords: Alliance for Progress; US-Brazil relations; History of International Relations

"Os eleitores na América me reelegeram apesar dos problemas no Iraque porque entendem o objetivo americano de estabelecer democracias e espalhar a liberdade por todo o mundo". Com estas palavras, pronunciadas por ocasião da posse no seu segundo mandato como presidente norte-americano em janeiro de 2005,[2] George W. Bush ecoava uma antiga construção discursiva segundo a qual os Estados Unidos seriam uma espécie de baluarte da luta pela manutenção e divulgação da democracia e da liberdade por todo o planeta. Esta seria a meta prioritária da política externa estadunidense. No início da década de 1960,

[1] Doutor em História, Professor Adjunto da UFRN.
[2] Todos os textos traduzidos doravante serão traduções do autor. Todos eles serão transcritos em suas línguas originais e aparecerão nas notas de rodapé. "Voters in America reelected me in spite of troubles in Iraq because they understand the American objective to establish democracy around and spread freedom around the world". Apud. "Bush: U.S. will try to spread democracy". *The New York Times*. New York, 20/01/2005.

quando a América Latina tornou-se a primeira prioridade da agenda externa dos Estados Unidos haja vista tenha sido considerada aquilo que um autor nomeou como a "região mais perigosa do mundo" (Cf. RABE, 1999),[3] a administração do então presidente John Fitzgerald Kennedy utilizou-se fartamente daquela construção discursiva para criar a *Aliança para o Progresso*.

Tendo em vista sua importância geopolítica, o Brasil foi o país latino-americano que mais recebeu investimentos do então novo programa de política externa dos Estados Unidos no início da década de 1960. Do ponto de vista do governo norte-americano, o Nordeste brasileiro era considerado então como uma "região explosiva", não apenas por ser a região mais empobrecida do país, como também o lugar onde a "ameaça comunista" teria se materializado. O "perigo" estaria localizado especialmente em Pernambuco, onde as *Ligas Camponesas* e o governo Miguel Arraes assumiram fortes posturas anti-americanas. Como os Estados Unidos consideraram que a miséria seria um campo fértil para a proliferação de idéias contrárias à ordem, o Nordeste foi o alvo principal da *Aliança* no Brasil. Nessas circunstâncias, tornou-se imperioso para o governo estadunidense robustecer governos estaduais que deveriam funcionar como contraponto às experiências "subversivas", tal como ocorria em Pernambuco. A *Aliança para o Progresso* foi então utilizada como instrumento para implementar a política estadunidense de criar aquilo que Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966, chamou de Ilhas de Sanidade. Estas seriam um mostruário daquilo que o governo norte-americano poderia fazer de bom não apenas pelo Nordeste e pelo Brasil, mas também por toda a América Latina (Cf. PEREIRA, 2005).

No Nordeste, o Rio Grande do Norte foi o *locus* preferencial de atuação da *Aliança para o Progresso*. Graças aos investimentos do programa norte-americano, a administração Aluízio Alves (1961-1966) colheu significativos frutos políticos. Com o apoio dos Estados Unidos, o estado do Rio Grande do Norte foi palco, durante o período inicial de implementação da *Aliança* no início da década de 1960, de uma série de experiências pioneiras em diferentes áreas, como o projeto piloto do Método Paulo Freire de alfabetização, a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica Romana, e a utilização de policiais brasileiros treinados pelos EUA para interrogar "subversivos" logo após o golpe de 1964 (Cf. PEREIRA, 2005a).

As posturas do Brasil nas suas relações com os Estados Unidos no início da década de 1960 seguiram um duplo movimento de resistência e submissão que,

---

[3] "The most dangerous area in the world"

paradoxalmente, ocorreu às vezes de forma concomitante. Tais avanços e recuos apresentaram-se não apenas quando do início da implementação do então novo programa norte-americano de política externa a partir de 1961, a *Aliança para o Progresso*, mas também quando do desenvolvimento de uma outra proposta de política externa concebida no Brasil que influenciou decisivamente o programa estadunidense.

A *Aliança para o Progresso* teve forte inspiração na *Operação Pan-Americana* (OPA), um programa que havia sido desenvolvido pelo governo brasileiro durante a gestão Juscelino Kubitschek (JK) na segunda metade da década de 1950. As idéias mestras da *Aliança* muito se assemelhavam àquelas que haviam sido apresentadas pela OPA em 1958 e 1959. Por outro lado, havia significativas diferenças. Como observa Paulo Vizentini, ao contrário da "Aliança para o Progresso que priorizava capitais privados e relações bilaterais, a OPA enfatizava a utilização de capitais públicos e a multilateralização das relações internacionais" (VIZENTINI, 1994: 99).

O governo norte-americano estava de certa forma ciente e mostrava preocupação com a forma como deveria lidar com o Brasil no início da década de 1960. A esse propósito, o Conselho de Segurança Nacional, que era presidido pelo presidente Kennedy, produziu um documento no dia 1 de fevereiro de 1961 intitulado "Estabelecendo Relações com a Nova Administração Brasileira". No documento, observava-se: "os líderes brasileiros acreditam que seu país está destinado a tornar-se uma das grandes potências mundiais. O Brasil se ressente de no passado ter sido tratado pelos Estados Unidos como se fosse outra república latino-americana de ´bananas`. Ele busca uma relação especial com os Estados Unidos, desejando ser consultado pelos EUA em assuntos que afetem o hemisfério". O documento, que tratava das relações Brasil-EUA, também enfatizava a necessidade que os Estados Unidos teriam de prover auxílio financeiro através "um programa de ajuda de larga escala para a América Latina na mesma escala do Plano Marshall". Uma referência clara aos planos que se materializariam em agosto de 1961 com a criação da *Aliança para o Progresso.*[4]

Logo que assumiu a presidência, a administração Kennedy dirigiu o foco de sua política externa à América Latina, e de maneira especial ao Brasil. A prioridade dada ao Brasil deveu-se a pelo menos duas razões principais. A primeira era geopolítica. Por sua

[4] "Brazilian leaders believe that their country is destined to become one of great world powers. Brazil has been resentful in the past with being treated by the United States as if it were just another of the Latin American ´banana` republics. It has sought a special relationship with the United States, desiring to be consulted by the U.S. on matters affecting the hemisphere". Establishing Relations with New Brazilian Administration. Kennedy Library, National Security Files, Countries Series, Brazil. Washington, D.C., February 1, 1961. IN: U.S. DEPARTMENT OF STATE. *FRUS*, 1961-1963. Vol. XII, *American Republics, 1961-1963*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. p. 423-424.

dimensão continental, sua posição estratégica fazendo fronteira com quase todos os países sul-americanos, e sua população de mais de 70 milhões de habitantes em 1960, o que acontecesse no Brasil teria inevitavelmente desdobramentos no resto da América do Sul. Para o Departamento de Estado era "extremamente importante que os Estados Unidos tomassem a iniciativa de rapidamente estabelecer boas relações com a nova administração brasileira".[5] Além disso, o governo estadunidense também se preocupava com os efeitos dos acontecimentos brasileiros na América Latina. Num telegrama enviado à embaixada estadunidense no Brasil, o Departamento de Estado lembrava que "a importância vital do papel brasileiro nos correntes problemas hemisféricos", uma referência eufemística à questão cubana, "evidencia a necessidade urgente de estabelecermos entendimentos efetivos e produtivos com [Jânio] Quadros o mais breve possível".[6] Uma década depois, no início dos anos 1970, quando os Estados Unidos acompanhavam e apoiavam a implantação e o desenvolvimento das ditaduras militares por todo o continente, o Brasil continuava sendo alvo prioritário de atenção da política externa estadunidense. "Nós sabemos que para onde o Brasil for, para lá irá o resto do continente latino-americano", afirmava o então presidente norte-americano Richard Nixon em 1971. Em 1959, ter "perdido" Cuba, com seus seis milhões de habitantes, já havia sido demais para os Estados Unidos.

Havia ainda uma segunda razão pela qual o Brasil ocupava a primazia na política externa americana no início da década de 1960. Entre todos os países latino-americanos, naquele momento parecia ao governo estadunidense que uma grande parte do Brasil estava prestes a adentrar no caminho revolucionário de forma semelhante ao ocorrido em Cuba. Neste momento, segundo uma historiadora estadunidense, "os americanos descobriram o Nordeste brasileiro" (LEACOCK, 1990:3).[7] O Nordeste tinha problemas antigos, muitos dos quais normalmente relacionados às secas periódicas no Semi-Árido. Desnutrição, analfabetismo e sérias dificuldades de saúde coletiva eram endêmicos na região. Entretanto, tudo isso era uma história que vinha de longa data. No início da década de 1960, o que era novo na região era que os camponeses estavam se organizando para lutar por seus direitos. O Nordeste então foi encarado pelos Estados Unidos como *locus* preferencial de atuação da

[5] "extremely important that the United States take the initiave to quickly establish good relations with the new Brazilian administration". Establishing Relations with New Brazilian Administration. Kennedy Library, National Security Files, Countries Series, Brazil. Washington, D.C., February 1, 1961. IN: Ibid. p. 423.

[6] "critical importance of Brazilian role in current hemisphere problems"; "makes evident urgent need establish effective and productive understanding with [Jânio] Quadros soonest possible". Telegram from the Department of State to the Embassy in Brazil. Kennedy Library, President´s Office File, Brazil. Confidential. IN: Ibid. p. 424.

[7] "The Americans had discovered the Brazilian Northeast".

Aliança para o Progresso na medida em que era preciso impedir o crescimento de ações subversivas e revolucionárias a exemplo do que havia ocorrido anteriormente em Cuba.

A *Aliança para o Progresso* foi criada oficialmente no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano, realizado em Punta del Este, no Uruguai, no período de 5 a 17 de agosto de 1961. Essa "aliança", dizia o então presidente dos Estados Unidos, John Fitzgerald Kennedy, "significa o pleno reconhecimento do direito de todas as pessoas de tomarem parte no progresso de nosso país. Para tanto, não há lugar na vida democrática para instituições que beneficiem alguns em detrimento das necessidades de muitos" (Apud. GERASSI, 1973: 251).[8] Na tentativa de garantir o estabelecimento de governos "plenamente democráticos" foi produzida uma carta de intenções, a *Carta de Punta del Este*, que propunha uma série de melhorias na distribuição de renda do continente latino-americano, reforma agrária e o desenvolvimento de planejamentos econômicos e sociais. Os países latino-americanos (com exceção de Cuba) comprometeram-se com um programa de investimentos da ordem de 80 bilhões de dólares por 10 anos. Os Estados Unidos concordaram em fornecer cerca de 20 bilhões de dólares durante o mesmo período.

Entretanto, no fim da década de 1960, os Estados Unidos voltaram sua atenção e seus investimentos internacionais prioritariamente para a guerra do Vietnã. Por esta época, os recursos para a *Aliança* já vinham sendo "constantemente reduzidos" (DREIER, 1987: 27).[9] Além disso, a maioria dos países do continente latino não cumpriu o acordo de investimentos que havia sido firmado na *Carta de Punta del Este*. Em 1973, a Organização dos Estados Americanos (OEA) extinguiu o conselho permanente que havia sido criado para implementar e gerenciar a *Aliança para o Progresso*.

Criada sob a rubrica do "desenvolvimento", a *Aliança para o Progresso* pretendia ajudar e acelerar o "progresso" econômico na América Latina. Giovanni Arrighi faz uma instigante releitura sistêmica e global da natureza e resultados do projeto desenvolvimentista que sustentou (entre os anos 1950 e 1980) a possibilidade de reduzir o fosso entre o nível de riqueza do núcleo orgânico[10] capitalista e o do resto do mundo, com base em políticas de modernização e industrialização nacionais induzidas e apoiadas pela política externa norte-americana e legitimadas pela ilusão de que o pequeno grupo de nações que estabelece o

[8] "means full recognition of the right of all people to share fully in our progress. For there is no place in democratic life for institutions which benefits the few while denying the needs of the many".
[9] "constantly reduced".
[10] Segundo Paulo Haddad, Arrighi desenvolve o conceito de "núcleo orgânico da economia mundial" como sendo "um grupo de unidades econômicas e estatais situadas no Ocidente/Norte diferenciadas e engajadas em cooperação e em competição mútuas, que mantiveram uma posição constante, neste último século [XX], no topo da hierarquia global da riqueza, estabelecendo todos os padrões que todos os demais governos tentaram imitar" (HADDAD, 1998: 12).

padrão de riqueza da economia mundial é um clube aberto. A *Aliança* pode ser entendida como tendo sido gerada "em meio ao" e sendo "uma expressão desse" projeto desenvolvimentista. A conclusão de Arrighi sobre o que ocorreu no resto do mundo durante a era de ouro do núcleo central é bastante desalentadora: no final do período, ampliara-se ainda mais a distância entre os dois mundos tomados em sua totalidade (Cf. ARRIGHI, 1998).

Na América Latina, o Brasil foi o país que mais recebeu recursos da *Aliança para o Progresso* durante a década de 1960. Em conseqüência de sua importância geopolítica, o Brasil concentrou a atenção do governo norte-americano. Depois da Revolução Cubana em 1959, os Estados Unidos temiam que o continente latino-americano fosse palco de revoluções assemelhadas que poderiam criar novas Cubas. As péssimas condições socioeconômicas da América Latina eram consideradas então, do ponto de vista do governo estadunidense, um campo fértil para a disseminação da "ameaça" comunista no continente.

Ao mesmo tempo em que implementou vários programas de *foreign aid* vinculados à *Aliança para o Progresso*, o governo dos Estados Unidos também empreendeu várias ações de combate ao "perigo" comunista. Além do forte caráter anticomunista que marcou o então mais importante programa de política externa norte-americano no início da década de 1960, o governo estadunidense investiu pesados recursos na formação, doutrinamento e treinamento de quadros policiais e militares latino-americanos para que estes estivessem mais bem preparados para o enfrentamento da "ameaça" que estaria pairando sobre o continente.

Os desdobramentos dessas ações do governo dos Estados Unidos na América Latina estiveram muito distantes das propaladas intenções de contribuir para o estabelecimento de governos "plenamente democráticos", quando do lançamento oficial da *Aliança para o Progresso* em 1961. Durante a década de 1960, e também no início dos anos 1970, o continente latino-americano foi varrido por uma série de golpes de Estado que implantaram ferrenhas ditaduras militares. Grande parte destes golpes de Estado teve considerável e significativa ajuda do governo norte-americano.

No caso brasileiro, o golpe de Estado de 1964 contou com o decisivo apoio e aprovação dos Estados Unidos. Ainda antes do golpe, o governo estadunidense financiou a oposição ao governo Goulart através do complexo IPES/IBAD. Durante o desenrolar do golpe, toda uma operação militar foi montada para dar apoio aos militares que comandaram a dita "revolução gloriosa", que instaurou a mais longa ditadura que o Brasil experienciou no século XX.

No Brasil, o foco central da preocupação do governo norte-americano era o Nordeste. Considerado então pelos Estados Unidos como uma região que estava prestes a explodir dado as suas péssimas condições socioeconômicas e o crescimento constante da "ameaça" comunista, materializada especialmente nas *Ligas Camponesas*. Na cidade de Recife foi instalado um escritório da USAID que deveria atuar em parceria com a SUDENE para administrar e fiscalizar a utilização dos recursos da *Aliança para o Progresso* na região. Pelo acordo assinado entre Brasil e Estados Unidos em abril de 1962, as verbas do programa norte-americano seriam aplicadas no Nordeste com a intermediação do governo federal brasileiro através da SUDENE. Entretanto, grande parte dos recursos da *Aliança* foram repassadas diretamente a governos estaduais graças a uma nova postura assumida pelos Estados Unidos: Criar Ilhas de Sanidade.

As *Ilhas de Sanidade*, expressão criada pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon, foram o *locus* privilegiado de atenção do governo estadunidense e da implementação dos projetos ligados à *Aliança para o Progresso*. Funcionariam como uma vitrine daquilo que os Estados Unidos poderiam fazer de bom não apenas pelo Nordeste e pelo Brasil, mas também por toda a América Latina.

O Rio Grande do Norte foi a principal *Ilha de Sanidade* no Nordeste brasileiro. No início da década de 1960, o estado foi considerado pelo governo norte-americano como prioridade na região. Durante a gestão Aluízio Alves (1961-1966), o Rio Grande do Norte recebeu vultosos recursos da *Aliança para o Progresso*, que foram aplicados numa série de projetos ligados ao programa norte-americano. Com a ajuda decisiva do dinheiro e dos produtos distribuídos pela *Aliança*, o estado foi palco de iniciativas pioneiras no Brasil como a implementação do Método Paulo Freire de alfabetização e a Campanha da Fraternidade organizada pela Igreja Católica Romana.

Se Pernambuco foi considerado pelo governo norte-americano como uma espécie de centro da "subversão" no Nordeste, o Rio Grande do Norte deveria ser o seu contraponto. Tendo essa meta em vista, os Estados Unidos investiram pesadamente no estado e fortaleceram os grupos políticos ligados ao governador Aluízio Alves. Se as *Ligas Camponesas* materializariam a "ameaça" comunista, os Sindicatos Rurais, expressão maior do movimento camponês norte-riograndense no início da década de 1960, foram também seu contraponto.

Por ocasião do golpe de 1964, o Rio Grande do Norte inovou também ao ser palco de uma comissão especial de investigações criada pelo governador Aluízio Alves. A comissão, chefiada por policiais treinados pelo governo norte-americano, interrogou, cassou

os direitos políticos e prendeu vários dos pretensos "subversivos" potiguares. A representação consular dos Estados Unidos em Recife sugeriu que o trabalho da comissão no Rio Grande do Norte poderia servir como modelo para todo o Brasil.

Como de resto em quase toda a América Latina, e também no Brasil, as ações da *Aliança para o Progresso* no Rio Grande do Norte não resultaram no fortalecimento da democracia e da liberdade, palavras tão caras ao imaginário político norte-americano. A implementação da *Aliança* no estado concorreu para solidificar as bases do mais antigo grupo oligárquico ainda em plena atividade no Rio Grande do Norte: a família Alves (Cf. PEREIRA, 2006).

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DREIER, John E. (ed.). **The alliance for progress: problems and perspectives**. New York, Praeger, 1987.

GERASSI, John. **The great fear in Latin America.** New York: Patheon Books, 1973.

HADDAD, Paulo. "Arrighi toma o elevador". IN: ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 12-28.

LEACOCK, Ruth. **Requiem for revolution: the United States and Brazil, 1961-1969**. Ohio: The Kent University Press, 1990.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC/SP, 2005.

_____. "Repressão e Diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte". IN: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, vol. 29, 2005a. p. 593-605.

_____. "Memória Política e Populismo no Rio Grande do Norte". IN: MEDEIROS, Grinaura, DANTAS, Eugenia Maria. **Livro de Memórias**. João Pessoa: Idéia, 2006. p. 169-192.

RABE, Stephen G. **The most dangerous area in the world: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America**. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. "Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente". IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994. p. 99-112.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Arte Postal: presença não institucionalizada no museu

Jamila Ithaia dos Santos Wawzyniak[1]

Resumo: Este ensaio estuda como a Arte Postal mesmo sendo incorporada pelos sistemas institucionais de arte, (museus, galerias, mercado, crítica, etc) mantém seu caráter contestador de sistemas oficiais (políticos, sociais e artísticos). Desde seu surgimento a Arte Postal esteve distante dos museus, a margem da Instituição e mercado da arte e hoje o ao observarmos a incorporação do que é material na Arte Postal pelos museus, não parece ser possível a obtenção por parte deles do que seria a essência do Movimento. Provavelmente para conseguir atingir uma forma próxima, mas ainda não ideal, de apresentação, aquisição, preservação e catalogação da Arte Postal, os museus precisariam criar novas estruturas, sistemas e paradigmas. Freire observa serem obras feitas em meios de pouca durabilidade, preservar esses trabalhos envolve reconstituição do contexto político-social e cultural, o repertório individual do artista, e também das condições de exibição da obra, pois todas as definições para abarcar esses trabalhos ainda encontram-se por fazer, já que as categorias tradicionais não dão conta dessas manifestações, portanto, "preservar significa, dar inteligibilidade".
Palvras – chave: Arte Postal, instituição, preservação.

Abstract: This assay studies how the Mail Art, despite being incorporated by the institutional systems of Art, (museums, art galleries, market, critics, etc.) keeps its challenging way against official systems (politic, social and artistic). Since birth the Mail Art has been away from museums, at the margins of the institution and the Art Market and today when we observe the incorporation of what is prime material in the Mail Art by the museums, it doesn't seem possible to conclude what is the essence of the Movement from them. Most likely in order to find something close, no quite the idea for a presentation, purchase, preservation and filing of Mail Art, the museum would be required to create new structures, systems and paradigms. Freire observes that they are made for short term media and to preserve such work it would involve the reconstitution of the social – political and cultural context, the artist's personal repertoire and also the set up for the exhibit, cause all the requirements to cover such work are yet to be established, since the traditional fields don't acknowledge such forms of expression, therefore to "preserve means to give it intelligibility".
Keywords: Mail Art, institution, presentation

No Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980, a Arte Postal começou a expandir-se e ganhou força no âmbito do regime de opressão das ditaduras militares que atuavam em grande parte dos países da América Latina. Ao relatar a importância dessa forma de arte Bruscky e Fonteles, a colocaram como um dos poucos caminhos viáveis naquele momento,

[1] Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Especialista em História da Arte Moderna e Contemporânea

por permitir a comunicação em um período em que, apesar dos vários meios disponíveis e cada vez com uma maior facilidade de acesso, a liberdade de comunicação tornava-se mais difícil devido a censura (BRUSCKY, 1981).

Grande parte da produção de Arte Postal deste período, não foi feita para a exposição em museus ou galerias, ou nos circuitos de artes oficiais, sendo ainda questionadora do sistema institucional de arte (museus ou galerias). Ela se constituiu como uma forma alternativa e marginal de arte e de circulação da arte, como diz Bruscky (2006): "a arte postal é um movimento que pela primeira vez, em nível internacional rompe totalmente as barreiras, fazendo o 'subterrâneo' vir á tona: é anti-sistema, anti comercial e anti-burguesa.". Trouxe a arte cada vez mais território no espaço cotidiano, suas ações propõem transformações "nas situações vividas" (NUNES, 2004) mediante circulação de trabalhos sobre diversos temas como, por exemplo: arte, política, filosofia, sexo, ecologia, literatura, entre outros assuntos.

No decorrer desse período, segundo Home (2004), muitos artistas em todo o mundo pararam de produzir obras de arte e encaminharam-se para a agitação política violenta e outros partiram para as ações de "não arte". Na medida em que a *arte oficial* encontrava-se mais e mais comprometida pelas especulações do mercado, ignorando toda a realidade externa aos interesses que beneficiassem os burgueses, *marchands*, críticos e grande parte das galerias, a *arte engajada*, então, incorporava outras disciplinas do conhecimento e declarava-se como contestadora de questões políticas, sociais, discriminatórias, entre outras, que até esse momento não eram pensadas como domínio da arte.

Muitas estratégias foram criadas pelos artistas para impedir a institucionalização e a incorporação da arte nos sistemas oficiais. Criaram circuitos alternativos de circulação e exposição da arte. Buscaram frustrar a forma de olhar em que a obra era apenas o conjunto de suas relações formais e que seu "objeto" é uma mercadoria, os artistas se voltaram para os processos do fazer da obra e materiais em que, e com que, são feitas. Passaram a preferir ações temporais, imateriais e efêmeras, tendo a sua materialidade uma duração menor, acreditando que dessa forma não seria possível ver e transformar a produção artística em mercadoria (WOOD *et al*., 1998). Realizaram obras provocativas e problemáticas, obras que não se permitem facilmente serem enquadradas nos paradigmas de catalogação, preservação, mercadológicos, dificultando a classificação para serem incorporadas aos museus e serem por eles expostas.

No entanto, Padín, artista postal uruguaio, observa que apesar das diversas estratégias criadas pelos artistas, atualmente quase todos os eventos culturais reconhecidos já tiveram um salão de Arte Postal, várias escolas e universidades também realizaram

exposições e setores dedicados a ela. Entretanto apesar das muitas exposições de Arte Postal realizadas em circuitos oficiais, da sua presença física em museus e bienais e de muitos artistas participantes da rede verem este fato como ação do sistema da arte de apropriar dessa forma de arte para si (PIANOWISKI) percebemos que a instituição apenas incorpora o que é material na Arte Postal, pois não é possível a obtenção por parte da instituição artística oficial do que seria a essência do Movimento de Arte Postal.

A essência da qual estou falando é composta por uma série de elementos que formam o ideal do artista postal e da obra de arte postal. Eles são:

O objetivo era a comunicação e a matéria física da correspondência é o resultado da comunicação, o registro (BRUSCKY, 2005). O canal "transmite idéias, informações e estruturas, em forma de texto, imagem, texto-imagem" (CHIARELLI, 2004). É uma das tendências do conceitualismo como a instalação, land art, vídeo arte, livro de artista, entre outras, que como tal, prioriza o conteúdo, a idéia e o conceito (FREIRE, 2006). Por ser um meio livre, é válido e permitido o uso de qualquer imagem, ícone ou composição. A Arte Postal não busca representar alguma coisa, ela é alguma coisa, ela é arte. Não se constitui em modelos como ocorre nos cartões postais, nem se trata do envio puro e simples de obras em que se utiliza o correio como transporte, mas, como explica Bruscky (1981), "de obras em que percorrer determinada distância faz parte de sua estrutura, é a própria obra". Usa o correio como suporte e no seu trajeto as cartas e os postais são selados e carimbados, com o manuseio por diferentes pessoas ao longo do trajeto entre o remetente e o destinatário, ganha uma série de novos elementos que acrescentam em significação.

A verdadeira obra da Arte Postal é a Grande Rede construída a partir do intercambio entre vários artistas de diversas localidades do mundo, sendo, portanto uma grande obra coletiva de muitos autores, não possuindo hierarquias entre artistas, abalando assim a noção de autor único (CAUQUELIN, 2005).

A postura acolhedora da rede e não excludente que permite a qualquer pessoa participar da rede, sem ter um júri, sem fazer seleções ou premiações é uma característica que possibilita um espaço para que artistas com espírito contestador, que não concordavam com o caminhar da arte oficial e do mundo, negando a arte como mercadoria e a perenidade e imutabilidade impostas à arte pelos museus, encontrassem nessa forma alternativa de produzir e circular arte, um canal para expressar suas opiniões, protestos, idéias.

Pelo Correio foi possível a aproximação de pessoas distantes, que falavam diferentes idiomas, com culturas, sistemas de governo, países e condições de vidas distintas. A aproximação, surgida por meio da Arte Postal, entre indivíduos diferentes se deu por

afinidades ideológicas e pelo comprometimento de ambos os lados transformando dia a dia o funcionamento da vida (NUNES, 2004). Percebendo então, a possibilidade de aprender como vivem as pessoas em contextos diferentes e com vivencias diferentes, pois com ela foi possível a troca, o intercâmbio e o relacionamento entre pessoas envolvidas com arte em nível internacional, com participação em uma discussão artística mais ampla, não restrita apenas a Europa Ocidental e o EUA (FREIRE, 2006).

A proximidade entre pessoas fisicamente distantes, com o recebimento do postal criou uma espécie de elo que uniu essas pessoas, pela lembrança, pelo registro tátil (físico) da rede, a comunicação, os sentimentos e as sensações. Essa experiência é sentida na Arte Postal, pelas relações criadas, pelos sentimentos em nível pessoal, individual e também coletivo e pensado de forma coletiva experimentados com o envio e recebimento das mensagens, com o intercâmbio. O relato dos artistas Fonteles e Bruscky ilustra esse fato: "Muitos sequer se conhecem, porém através desta forma criativa, estabelece-se até um 'correio sentimental'; relações começam a acontecer por correspondência e com o conhecimento pessoal, cria-se além de um intercâmbio de idéias, verdadeiras e sólidas amizades." E os museus não são capazes de reconstruir as relações de amizade, os vínculos humanos criados com a Arte Postal, que todos estes elemento são também Arte, assim como os sentimentos e sensações compartilhados e vivenciados com a realização da comunicação, ou seja, o universo subjetivo que permeia a Arte Postal..

Além da aproximação afetiva a relação com o documento da Arte Postal, a matéria da obra, é também a destruição da aura da obra de arte pela sua reprodutibilidade técnica. A Arte Postal alia técnica manuais com os meios de reprodução como o *xérox*, off set, fotografia, que são meios de reprodução de baixo custo na produção e no envio, tornando–se assim um facilitador para reprodução de obras permitindo envia-las para um número maior de pessoas destruindo desta maneira a aura da obra única.

Quanto à exclusão da figura individual do artista em redes de comunicação, explica Cauquelin (2005), que a rede trata o artista e a obra, como seus elementos constitutivos e também como um produto da rede. Segundo a autora, a arte contemporânea é caracterizada por uma idéia de circularidade, e essa idéia é uma das bases essenciais da rede postal, porém a idéia de que o público tem acesso a imagem de toda a rede é relativa, na medida em que nem todos os envolvidos com a rede participam de todas as ações realizadas pela Rede de Arte Postal. Dessa forma a incorporação da Arte Postal pelos museus, não parece ser provável, pois não é possível aos museus englobarem a Arte Postal como um todo. Pois, as fronteiras em que transita a Arte Postal são tão vastas que mesmo a instituição

querendo não é possível toma-la para si. Como por exemplo, a produção de Arte Postal no Brasil, que esta chegando aos seus quase quarenta anos, e mesmo que os museus conseguissem reunir toda essa produção ela seria de forma parcial, afinal a Arte Postal constitui-se da troca para estabelecer uma comunicação em nível internacional, não de uma via de mão única, ou seja, mesmo que reunisse a produção que chegou no país não teria como ter a que saiu do país, e para apresentar um dialogo é preciso mostrar os dois lados que falam. Mas as fronteiras ultrapassadas pela Arte Postal não se referem apenas as geográficas, mas também a do limite entre arte e vida.

O limite entre a arte e a vida esteve sempre presente nesse tipo de manifestação artística, em que as correspondências artísticas misturavam-se com as convencionais, e como disse Bruscky (2005) as questões da Arte e Vida tratavam praticamente sobre os mesmo temas.

Não possuindo condições de abarcar toda a documentação da Arte Postal os museus realizam com juízo de valor a seleção de obras e artistas, fugindo do espírito desse movimento, ação esta, da instituição artística, muito contestada pelos artistas, em obras e na ideologia dos artistas postais.

A visão idealista, o sistema de catalogação e a construção da história cultural foram assegurados pelo desenvolvimento do museu no século XX, explica Crimp (2005): "Que teve como conseqüência a supervalorização institucional da arte que por sua vez ocasionou no que Benjamin chamou de desintegração da cultura em mercadorias' (...)". A presença da Arte Postal nos museus é problemática, pois graças a dificuldade, ou impossibilidade de catalogação e enquadramento destes trabalhos em padrões formais faz com que eles transitem entre bibliotecas, acervos e arquivos. Ainda a estes tipos de trabalhos necessitam de formas diferenciadas de exposição, pois a forma como se apresentam pinturas certamente não é apropriado para a Arte Postal. No exemplo abaixo:

O MAC-USP por sua política mais aberta a arte conceitual e conceitualista durante as décadas de 1970 e 1980, recebeu em sua coleção um grande número de obras. Um documento [1980-1990] do MAC-USP intitulado "Sistema de Arquivo e Catalogação da Coleção" apresenta a dificuldade do museu em lidar com essa produção:

> *Obras Conceituais – Uma dificuldade ainda não solucionada pela divisão Científica do MAC reside nas obras conceituais, sobretudo dos anos 70, que foram, à época, incorporadas como parte da coleção do Museu e que apresentam um desafio para o Setor. Daí o interesse dos profissionais do MAC em conhecer as experiências de setores análogos de outras entidades museológicas com coleção contemporânea a fim de obter, através do intercâmbio, sugestões para seu trabalho. Assim, coloca-se a indagação: classificar estes trabalhos como documentos ou*

> *como obras? Como se sabe é bastante ampla a variedade de material: fotografias, mail art, xerox, correspondências, filmes, textos de mão do artista, etc.*

Os trabalhos enviados por artistas com o intuito de participação nas exposições *Prospectiva e Poéticas Visuais* foram, portanto, catalogados tendo em conta a exposição e os trabalhos não pertencentes as exposições permaneceram fora de catalogação (FREIRE, 1999).

A situação de contradição na localização dos trabalhos de Arte Conceitual não é um caso isolado no MAC-USP, mas é, segundo Freire (1999), inerente a presença desses trabalhos em museus e espaços semelhantes.

Todos esses elementos citados não são passíveis de institucionalização e na medida em que forem deixam de ser a Arte Postal.

Apesar de não ser possível aprisionar o espírito da Arte Postal, por outro lado e retomo as questões apresentadas por Freire (1999), no livro "A Poética do Processo: Arte Conceitual no Museu":

> *"Desmaterializados, transitórios, são atributos que negam a perenidade exigida nos museus e, à primeira vista, tais trabalhos estariam negando sua própria essência ao serem "museologizados". No entanto, não seriam eles também, como toda e qualquer obra de arte, documentos de civilização? Não estariam revelando, a despeito de formas já estabelecidas e aceitas, a Forma (Francastel) de uma determinada época, seu imaginário? Afinal não deveriam também o museu de arte contemporânea estar envolvido nesse programa?"*

Uma das poucas formas possíveis de institucionalizar a Arte Postal seria os artistas da rede se corromperem, agirem e produzirem arte postal com o intuito de comercialização e aceitação por parte da instituição. No entanto, esse tipo de postura para o artista que tem a necessidade de aceitação é a única forma, pois, ao entregar-se a instituição do mercado da arte o artista corrompido abandona o sentido de fazer e ser da Arte Postal.

A Arte Postal possui uma série de fatores que impossibilitam a sua institucionalização, que foram indicados até aqui, mas o que acontece hoje é que os museus ao incorporarem a matéria da Arte Postal e se deparam com várias problemáticas em lidar com esta forma de arte, pois ela solicita novas formas de classificação, catalogação, exposição, transita e mantém relações com bibliotecas, acervos e arquivos, não se enquadrar nas categorias tradicionais da arte, como a pintura, a escultura, embora atualmente encontrarmos em catálogos a especificação de obras como sendo "Arte Postal", mesmo esta expressão sendo um tanto genérica para dar conta das múltiplas operações (FREIRE, 2006), pois a categoria "arte postal" é genérica para dar conta das múltiplas operações que são realizadas na rede, pois circulavam reproduções de trabalhos, espaço para a divulgação de performances, ações e instalações que eram documentados e chegavam aos participantes da rede com

reproduções de projetos e fotografias, livros de artistas, realizavam obras coletivas, selos de artistas, entre outras ações.

Apesar da postura dos artistas postais contrariam a institucionalização da Arte Postal e da impossibilidade dos museus e galerias de institucionalizá-la é fato que essa produção precisa ser preservada e apresentada ao público, não apenas por essa produção estar sendo assimilada por museus, mas sim, por trata-se de registro histórico de expressão artística do pensamento humano, interagindo e relacionando-se com seu contexto histórico, político, cultural, social e artístico. As obras de Arte Postal solicitam uma mudança em vários níveis da estrutura dos museus e faz-se necessária uma postura atual para lidar com essas obras, pois ela questiona e não se enquadra nos paradigmas até então utilizados pelas instituições artísticas.

Referências

BRUSCKY, Paulo. **Arte Correio e a Grande Rede: Hoje, a Arte é Este Comunicado**. (texto escrito em 1976 e retrabalhado em 1981).

CAUQUELIN, Anne. **Arte Contemporânea**: Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHIARELLI, Tadeu. "A Propósito ou a partir da Série Brazil Today, de Regina Silveira. In: SANTOS,Alexandre e SANTOS, Maria Ivone dos. **A fotografia nos processos artísticos contemporâneos**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura: Editora da UFRGS, 2004.

CRIMP,Douglas. **Sobre as Ruínas do Museu**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREIRE, Cristina, 1961. **Arte Conceitual/Cristina Freire**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2006.

_____. **Poéticas do processo: Arte conceitual no museu.** São Paulo: Ed. Iluminuras, 1999.

HOME, Stewart**. Assalto à cultura:** utopia e subversão guerrilha na (anti) arte do século XX. 2. ed., São Paulo: Conrad Livros, 2004.

MAC-USP **Sistema de Arquivo e Catalogação da Coleção**. São Paulo: MAC-USP.

NUNES, Andréa Paiva. **Todo Lugar é Possível:** a rede de arte postal, anos 70 e 80". Dissertação de Mestre, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Instituto de Artes, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

PADÍN, Clemente. **El Arte Correo a Finales del Siglo**. In: http://merzmail.net/finales.htm disponível no dia 08 de janeiro de 2007/12:42h.

PIANOWISKI, Fabiane. **Arte Postal Arte**. In: http://www.merzmail.net/artepostalarte.htm disponível no dia 8 de Janeiro de 2007/12:33h

WOOD, Paul; FRASCINA, Francis; HARRIS, Jonathan & HARRISON, Charles. **Modernismo em disputa**: a arte desde os anos quarenta. São Paulo: Cosac & Naif, 1998.

FONTES

Entrevista com Paulo Bruscky, concedida no dia 15 de dezembro de 2005 à Jamila Ithaia dos Santos Wawzyniak.

Entrevista com Paulo Bruscky concedida à Cristiano Bastos em 26 de Março de 2002.

FONTELES, Bene (Fortaleza-CE) e BRUSCKY, Paulo (Recife-PE). **Arte Postal** – Documentos - Arquivo do MAC-Paraná/ Pasta: Paulo Bruscky.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre o Sagrado e o Profano: O Patrimônio Imaterial da Festa de Santo Amaro(RS)

Angelita da Rosa*

Resumo: Na pequena localidade de Santo Amaro, no centro da Vila, está a imponente igreja inaugurada em 1787, a qual faz parte do maior conjunto arquitetônico luso-açoriano tombado pelo IPHAN no RS, cujo nome do padroeiro batiza a comunidade.
Em 1814, surge a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, que promove a fé (o sagrado) e as festividades (o profano), sendo uma tradição repleta de ritos e significados.
Objetiva-se, portanto, estudar e inventariar o patrimônio imaterial dos festejos, juntamente com seu povo, sua história, suas procissões, entre outros, pois se percebe que as manifestações simbólicas misturam aspectos míticos com identidade cultural.
Palavras-chave: Patrimônio Imaterial, História, Santo Amaro

Abstract: In the small locality of Santo Amaro in downtown village is the imposing church inaugurated in 1787 which is part of the major luso-açoriano arquitectonic set registered by IPHAN in RS, whose patron saint's name baptizes the community. In 1814 arose the Irmandade do Santíssimo Sacramento and Santo Amaro that promotes the faith (the sacred) and the festivities (the profane) being a tradition full of rites and meanings. Its aim is, therefore, to study and make an inventory of the immaterial patrimony of festivities together with its people, its history, its processions among others because it's observable that symbolic manifestations mix up mythical aspects with cultural identity.
Key words: Immaterial patrimony, History, Santo Amaro

1. A Vila de Santo Amaro: um rápido histórico

O povoamento português do RS está intimamente ligado às relações de disputas com a Espanha, em especial pós-tratado de Madrid, de 1750. Assim, passam a existir pontos estratégicos de defesa e ocupação no Brasil Meridional.

Nessa fase surgem vários povoamentos e fortificações para a proteção das terras em litígio, sendo o caso de Rio Grande, Rio Pardo, Taquari, Triunfo e Viamão, entre outros. No estudo em questão, ou seja, Santo Amaro, a Vila surge em torno de um fortim, fundado em 1752.

* Diretora Técnica da Casa de Cultura de Venâncio Aires. Especialista em Educação e Patrimônio Histórico e Cultural (FAPA/ Porto Alegre), Especialista em Museologia (UNIFRA/ Santa Maria), Especialista em Museologia e Patrimônio Cultural (UFRGS/ Porto Alegre).

À beira do Rio Jacuí, Santo Amaro foi, ao longo do século XVIII e XIX, uma comunidade construída em torno das relações sociais, políticas, econômicas e religiosas que permearam a ocupação do Rio Grande do Sul. Crescendo em torno de sua Igreja, teve em sua povoação pessoas que fizeram da localidade uma das primeiras do estado, recebendo influências de várias etnias, em especial luso-açorianos, que deixaram suas características na arquitetura da atual Vila e nos traços de identidade cultural da comunidade.

Na localidade foram destinadas sesmarias para militares, a partir de 1754, entre os quais estão Francisco Xavier de Azambuja (genro de Jerônimo de Ornellas), Antonio de Brito Leme, Lourenço Bicudo, José Raimundo Dornelles entre outros. Além destes, ocorre o envio de casais advindos do Arquipélago dos Açores, cerca de um ano depois. Através de uma provedoria, assinada por Antonio José de Moura, se verifica a vinda de casais açorianos também para o Porto de Ornellas e Rio Pardo.[1], sendo que em 1758, estes casais foram registrados pelo então Padre da Paróquia de Viamão, Tomás Clarque, sendo que os nomes destes casais estão no rol de confessados da paróquia de Triunfo.

Com a distribuição das terras, sob forma de sesmarias e datas, iniciou-se a construção de casas, começando assim a formação de um meio urbano. Para organizar a Vila, foi solicitado ao então engenheiro Alexandre José Montanha que demarcasse ruas, casas, praça e também o lugar da Igreja.[2]

A Capela da Vila, primeiramente foi subordinada a paróquia de Triunfo até o ano de 1763, quando é elevada à Capela Curada. Em 1773 é criada a Paróquia e quatorze anos depois, em 1787, é inaugurada a Igreja Matriz de Santo Amaro. (RODRIGUES, 1994:63)

O templo é construído em torno da projeção de demarcação da Vila, encomendada ao então engenheiro Montanha como é declarado na seguinte provisão: "Delimitará a praça e ruas e assim mesmo demarcará a Igreja e o lugar dela, com o concurso daquele Reverendo Vigário. (...). Porto Alegre, 19 de setembro de 1774". [3]

A Igreja está localizada em uma colina na sede da Vila, ao lado dela se encontra uma construção denominada Império do Divino Espírito Santo. Tem-se nisso a presença cultural luso-açoriana, pois este tipo de construção aparece, com freqüência, em locais com influências portuguesas. Segundo Cletison: "Os Impérios do Divino, são os edifícios onde está exposto à visitação e veneração, a coroa imperial e outro símbolo do culto ao Divino Espírito Santo".(CLETISON, 2006:3)

---

[1] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRGS. Códice 1180- Provedoria 1765/74. fls. 25-26

[2] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul AHRGS. Códice F1180. maço 1765-74. fls 211 a 230.

[3] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRGS -Códice F1180 - Provedoria da Real Fazenda - maço 1765. pg.229-230

No século XIX, mais precisamente em 1814, é fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, através do trabalho desta organização que a Igreja foi mantida ao longo dos anos, alimentando a fé em torno do padroeiro.

Percebe-se que se aproximando da Irmandade, a comunidade consegue uma participação mais efetiva junto à Igreja, e vice-versa, pois a partir desta instituição as leis da Igreja teriam maior alcance na população local.

A festa em celebração ao padroeiro acontece, historicamente, sempre no dia 15 de Janeiro. Segundo RODRIGUES (1994:87), na Vila também aconteciam procissões em torno de Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e Santo Amaro, validando ainda mais a presença do Império, até os dias de hoje ao lado da Igreja Matriz.

Assim, é notória a grande representatividade da Igreja na vida do povoado de Santo Amaro, desde o século XVIII, pois os rituais religiosos como o batismo, casamento e óbito eram realizados pela via religiosa até o início da República. Portanto, a única forma de registro das pessoas ficava a cargo da Igreja.

Segundo Rodrigues, em 1881, é instalado o município de Santo Amaro. Mas, no entanto, essa história não obteve o sucesso desejado.

Em meados do século XX, mais precisamente em 1939, o governo federal cria o Arsenal de Guerra no distrito de Margem, que passa à categoria de município com o nome de General Câmara. Com isso, Santo Amaro é rebaixado à Vila e torna-se parte do território do novo município.

2. A Igreja e a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro:

As Irmandades são associações formadas por leigos e que se dedicam "ao incremento e devoção aos santos e santas da Igreja Católica (...) concorrendo para a organização da vida religiosa da população ficasse, em grande medida, a cargo dessas organizações. Foram elas que dinamizaram o incremento do culto católico pelas diversas regiões do vasto território." (ISHAQ, 2007:1)

Como já referido, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro é criada no início do século XIX, e desde então é o principal elo entre os religiosos e os leigos. Algo instigante é a quantidade de terras de que a Irmandade é proprietária, sendo as mesmas oriundas de doações feitas ao Santo Amaro, e tutoradas pela Irmandade de Santo Amaro.

Ao longo do processo da preparação e festa de Santo Amaro, se percebeu a distinção e as honras em ser membro da Irmandade. O uso do traje vermelho, sobre a roupa,

foi uma marca importante, bem como o local de assento dos "irmãos", junto ao padre ao longo da missa campal.

A compreensão do processo de escolha dos membros, bem como a análise dos estatutos e regras da Irmandade não são objetivos desta pauta, por isso, serão desenvolvidos em outro momento, com maior aprofundamento

O entendimento da relação tácita entre os membros da Irmandade e todo o desenvolvimento da Festa em honrarias ao padroeiro é parte deste. Com isso, pretende-se apresentar um exemplo da cultura popular, onde existam as reflexões sobre o processo e as produções dessa imaterialidade, sendo assim assunto para um trabalho educativo que irá aproximar as pessoas de seu patrimônio, tanto material como imaterial.

3. A festa de Santo Amaro: patrimônio imaterial x identidade cultural

> *É possível preservar uma "graça" recebida? É possível tombar os "sete dons do espírito santo"? Certamente não. Mas é possível, sim, preservar e, por meio do registro e acompanhamentos, lugares, objetos, festas, conhecimentos culinários, etc. É nessa direção que caminha a noção recente de "patrimônio intangível, nos recentes discursos brasileiros do patrimônio" (*GONÇALVES, 2004: 4)

Dia 15 de janeiro de 2007, segunda-feira. A pequena Vila de Santo Amaro parece transformada: há muita gente pelas ruas, contrastando com a calmaria e a pasmaceira dos outros dias do ano. O gramado em torno da Igreja repleto de barracas, que vendem de tudo, além de muitas cadeiras, onde as pessoas de mais idade buscam uma sombra para se abrigarem do sol escaldante. A música, em volume elevado no salão paroquial, chama a atenção e, ao entrar, a imagem é a de uma massa humana que dança numa mesma cadência de maneira inacreditável, frente ao calor que detona a transpiração e seus consectários. Tudo isso em pleno dia útil.

Essas experiências foram vivenciadas neste ano, quando foi possível acompanhar todo o desenrolar das festividades em torno do Santo Padroeiro da localidade. É claro que esse contato com a comunidade iniciou-se muito antes, através da execução do Projeto "Igreja da Vila de Santo Amaro", implementado pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires no fim do ano de 2005, e que buscou a recuperação arquitetônica da Igreja, acompanhada de pesquisas históricas e arqueológicas.

Na realidade, o grande objetivo é realizar o registro e a análise para salvaguardar as manifestações do patrimônio imaterial da Festa de Santo Amaro (as rezas, as procissões, a

culinária, entre outros), sua história e suas contextualizações através dos anos, criando banco de dados específico.

A festividade é o ponto social de maior relevância para a comunidade. As pessoas aguardam ansiosas a chegada do mês de janeiro para o tradicional evento, que atrai inúmeras pessoas de outras localidades, em função da devoção ao Santo, ou não.

Fato curioso é que a festa em homenagem a Santo Amaro ocorre sempre no dia 15 de janeiro, não importando o dia da semana. Nesse ano, efeméride ocorreu em uma segunda-feira, onde a população local, de menos de 1.000 habitantes, triplicou. É dessa imaterialidade que buscamos o entendimento: o que faz as pessoas se deslocarem num dia útil para uma festa religiosa?

Ao questionar as pessoas da comunidade sobre a possibilidade da festa ser no fim de semana, o mesmo parece ser considerado uma blasfêmia, pois a data é algo considerado fundamental em ser mantido, dando a impressão que os "olhares do santo" não seriam os mesmos, no caso da mudança de data.

Na realidade existem coisas que não necessitam mensuração. A fé é uma destas. Cada pessoa é livre para ter ou não, independente do grau que cada um a deseja. Mas o que se objetiva é registrar e acompanhar os festejos em si, buscando na gama de imaterialidades que rodeiam a crença religiosa, a materialidade e a organização social de uma comunidade, como representantes de fatores importantes da identidade, da cultura e de certa forma, memória étnica. Percebe-se que para a comunidade, a fé em torno do Santo Amaro é um patrimônio que age como mediação entre os céus e a terra.

> *"As festas brasileiras em devoção aos milagrosos santos continuam atraindo multidões que chegam em romarias a pé, de carros ou em modernos ônibus. Há uma vivência do religiosos em íntima conjunção com o cultural, possibilitando muitas vezes a recuperação da própria identidade."* (GAETA. 1997:9)

Durante a festa, as barracas com vendas diversas, incluindo comidas, bebidas, lembranças e jogos de azar, são armadas no gramado, em torno do templo. Ao lado da Igreja está o Império (sendo mais um traço da herança luso-açoriana) e ao lado deste o salão paroquial, que mistura, em meio a muito calor, o pó, a dança, a música, a bebida e o namoro. Lado a lado, o espiritual e mundano dividindo os participantes. Tradicionalmente ocorre uma novena - nos nove dias que antecedem a festa - sendo que o cada dia uma ilha do Arquipélago dos Açores é homenageada, com dados sobre a mesma, e para qual evento vem muitas pessoas de diversos lugares. Em conversas com romeiros, constatou-se que inclusive existem

ônibus que percorrem as comunidades vizinhas e trazem os interessados para as noites de novena.

Na véspera da festa, ou seja, 14 de janeiro, ocorre à romaria entre General Câmara e Santo Amaro, num percurso de 16 km, onde pecadores e penitentes realizam uma alegre caminhada, sem nenhum tipo de orientação clerical, pagando promessas ou fazendo pedidos ao Santo, tendo a frente à bandeira de Santo Amaro e os membros da Irmandade. Ao conversar com essas pessoas, muitas declararam estar pagando promessas e outras afirmam ser algo que anualmente fazem, pois funciona como purificação ou os tornando aptos a serem protegidos pelo Santo.

Para as pessoas que não estão na caminhada, outros atrativos acontecem na Vila, entre os quais se destacam os "Ternos de Reis", da tradição luso-açoriana, e que trazem para o palco pessoas muito simples, que apresentam cantigas ritmadas, e que não se tornam atrativos para os jovens. Na verdade, muda-se o entendimento desta expressão cultural.

> *"É justamente esse fazer humano de grande expressividade da comunidade que deve ser valorizado, pois este patrimônio é único dentro de cada grupo e a comunidade passa a entender melhor o seu presente e o passado. O reconhecimento da importância dos elementos imateriais na constituição do patrimônio cultural tem servido, entre outras coisas, para lhe agregar mais servido, entre outras coisas, para lhe agregar mais sentido e significado e aproximá-lo mais do cotidiano das sociedades."* (CASTRO, 2006:6)

No mesmo dia 14, ao cair da noite, ocorre a romaria luminosa, dentro da Vila, com um padre que guia os fiéis com orações e cantigas, e onde todos carregam velas nas mãos. É algo ímpar para quem vê de longe. Interessante é que os romeiros da caminhada de 16 km se juntam a essa luminosa e seguem finalizando sua tarefa ao chegarem na Igreja.

O grande dia chega. A alvorada festiva anuncia o dia de Santo Amaro. É 15 de janeiro! A imagem do santo fica exposta para a apreciação dos devotos, que oram e doam flores. Essas flores, tanto naturais como artificiais, são utilizadas pelas mulheres da comunidade, e em especial dos membros da irmandade, para ornar o andor do Santo para a procissão. Fato interessante é observar a necessidade de toque na imagem do Santo, inclusive com mães colocando as mãos de seus pequenos filhos.

Ocorre ao longo do dia, o transcorrer da festa, e em meio a isso o leilão de animais doados, ao ar livre, onde as pessoas adquirem os mesmos para auxiliar a comunidade religiosa.

Neste dia acontece a missa oficial – que neste ano em função das restaurações foi campal - e a procissão do santo. Na ocasião, muitas pessoas caminharam sobre a

pavimentação escaldante com os pés descalços ou ainda carregando crianças vestidas de anjinhos.

Após a procissão ocorre uma grande disputa pelas flores que enfeitam o andor e pelas fitas do Santo, ambas distribuídas pelos membros da irmandade para a população que se acotovela no intuito de ser abençoados com tais relíquias. O momento de espiritualização é trocado pela necessidade de se ter, por mais um ano, a proteção material do Santo.

Como nos dias de véspera, após a procissão, prosseguem os festejos, onde as pessoas menos religiosas se entregam à música e à bebedeira, numa demonstração humana e pecadora. Nisso fica claro que a despreocupação dos participantes com a falta de estrutura do local. Não existem banheiros públicos, nem restaurantes ou bares devidamente organizados para receber tantas pessoas, sendo o atendimento fraco e ineficiente para tantas pessoas que ficam à espera.

De acordo com GONÇALVES (2004:2), a importância de estudos, como o presente, está muito presente na atualidade. "Desse modo, estudos antropológicos e históricos modernos deslocaram sua atenção dos "traços culturais" que distinguiriam essas festas, assim como de seu processo de difusão, para as funções sociais e simbólicas que elas desempenham em determinadas sociedades e períodos históricos

4. A continuidades das ações

A análise e o acompanhamento deverá ser um processo feito junto à comunidade, peça fundamental e para quem se reverterá os resultados. Na verdade, este será feito em forma de uma pesquisa a ser realizada pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires para identificar, historicizar e documentar o patrimônio imaterial de Santo Amaro como um todo. Este trabalho de pesquisa permitirá reunir um conjunto de informações.

É inegável, acima de tudo, que a realização do mesmo irá favorecer a preservação deste bem imaterial frente a processos de atualização e reformulação do mesmo. Ressalta-se, ainda, que este projeto apresenta mecanismos claros e eficazes de disponibilização do material pesquisado, seja através do banco de dados, que ficará a disposição dos pesquisadores e da comunidade em geral, seja através de material produzido e disponibilizado em forma de impressos, mídias, ou ainda nos cursos, palestra e exposições.

A principal diferença deste projeto é seu ineditismo e singularidade, pois não existe nenhum estudo similar no estado do Rio Grande do Sul, que abarque esta cultura imaterial, sendo necessário realizar o resgate histórico acerca da importância da Vila de Santo

Amaro no povoamento do Rio Grande do Sul e os processos que as festividades passaram ao longo dos tempos.

Com isso, deverá ocorrer um desenvolvimento de ações junto à comunidade local, como projetos educativos, apoiados na metodologia de educação patrimonial, com meta de aproximação consciente entre a população, a história e a cultura da localidade; contribuindo para a apropriação e transmissão dos conhecimentos envolvidos e relacionados com este patrimônio.

Desta forma, poderá ocorrer um preparo local para o incremento do turismo cultural, buscando criar estrutura apta a receber pessoas interessadas em conhecer toda a cultura local, e que terão a seu dispor jovens capacitados para o trabalho de pesquisa e transmissão de conhecimentos relacionados com a finalidade deste, levando os mesmo a ser tornarem transmissores (guias culturais).

Referências:

CASTRO, Claudiana y. A importância dos imaginários na revitalização do patrimônio cultural imaterial: feira dos sonhos de inverno de Rio Pardo – RS. 2006. Disponível em: http://reposcom.portcom.intercom.org.br/handle/1904/19450 . Acesso em 02/05/2007, as 15h14min

CLETISON,Joi, *Festa do Divino Espírito Santo*.UFSC, 2006 p. 3. Disponível em: http://www.nea.ufsc.br/artigos_joi.php. Acesso dia: 15/10/2006. Ás 15:20.

GAETA. Maria Aparecida Junqueira. A cultura clerical e a folia popular. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010 . Acesso em 17/01/2007, as 14h30

GONÇALVES,José Reginaldo Santos. Patrimônio, Memória e Etnicidade: reivenções da cultura açoriana. 2004.Disponível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoseReginaldoGoncalves.pdf Acesso: 17/01/2007, as 14h55min.

ISHAQ, Vivien. Irmandades. http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=297&sid=36, Acesso em 17/01/2007, as 15h,

RODRIGUES, Francisco Pereira. Um pedaço do Rio Grande. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1995.

Fontes:

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRGS. Códice 1180- Provedoria 1765/74. fls. 25-26; Códice F1180. maço 1765-74. fls 211 a 230; Códice F1180 - Provedoria da Real Fazenda - maço 1765. pg.229-230

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Saber acadêmico e saber escolar: história, historiografia e sala de aula

Eliezer Raimundo de Souza Costa[1]

Resumo: Este estudo é limitado por 1918, fim da I Guerra, e 1934, ano da constituição que pôs fim à República federalista no Brasil. O objetivo é verificar a relação entre o *saber acadêmico* e o *saber escolar*. Parte dos manuais didáticos, *História do Brasil* de J. Ribeiro e *Epítome de História do Brasil* de J. Serrano, porque, além do conteúdo, traziam um método de ensinar. Esse formato os aproxima do conceito de *Cultura Escolar* de D. Julia e de "práticas escolares" de A. Chervel. As estratégias dos autores tornavam o conhecimento acadêmico acessível ao nível escolar.
Palavras-chaves: Ensino de História ; República; Cultura escolar

Abstract: This study it is limited for 1918, end of the I War, and 1934, the constitution's year that ended the Republic federalist in Brazil. The objective is to verify the relation between knowing academic and knowing pertaining to school. Part of didactic manuals, History of Brazil of J. Ribeiro and Epítome de History of Brazil of J. Serrano, because, beyond the content, they brought a method to teach. This format approaches them to the concept of Pertaining to school Culture of D. Julia and "practical pertaining to school" of the Chervel. The authors's strategies became the accessible academic knowledge the pertaining to school level.
Keywords: History teaching; Republic; School Culture

O presente estudo, a História como disciplina escolar, tem por limites temporais 1918, fim da Primeira Guerra Mundial, e 1934, data da promulgação da constituição que pôs fim ao modelo federalista da República brasileira, período de forte conteúdo nacionalista. O objetivo é verificar de que forma, ao longo desse período, ocorre o relacionamento entre o *saber acadêmico* e o *saber escolar* determinando a formatação da História como disciplina escolar.

O estudo analisa dois manuais didáticos, *História do Brasil* de João Ribeiro[2] e *Epítome de História do Brasil* de Jonathas Serrano[3], porque, além de oferecer o conteúdo, também traziam um método. Ribeiro apresentava dois textos distintos, um para o aluno e

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) da Faculdade de Educação da UFMG.
[2] RIBEIRO, João. História do Brasil – curso superior. 16ª edição, revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.
[3] SERRANO, Jonathas. Epítome de História do Brasil. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1933.

outro para o professor, onde fazia a crítica histórica; Serrano criava ao final de cada capítulo quadros, destacava biografias e fatos de maior ou menor importância.

A intenção é analisar de que forma esses manuais, por um lado, se apropriavam do conhecimento historiográfico contemporâneo e, de outro, de que forma eles eram apropriados em sala de aula.

Esse formato do texto nos permite aproximar esses manuais dos conceitos de "Cultura Escolar" desenvolvido por Dominique Julia[4] e de "práticas escolares" por André Chervel[5], afinal, as estratégias dos autores auxiliavam os professores a tornar o conhecimento acadêmico mais acessível ao nível escolar.

As fontes são Capistrano de Abreu, para o conhecimento acadêmico, os manuais de Ribeiro e de Serrano, artigos da Revista do Ensino de Minas Gerais e diários de classe da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte.

O suporte historiográfico é Eric Hobsbawm, na análise da construção de tradições nacionais e, Roger Chartier, para demonstrar as estratégias de leitura e de apropriação dos textos, tanto dos autores de manuais didáticos sobre Capistrano de Abreu, quanto dos professores sobre os manuais.

Para Hobsbawm[6], no final do século XIX, a Escola foi um dos principais instrumentos utilizados para fomentar a nacionalidade ou o patriotismo, denominado por ele de "religião cívica". Através dela transmitia-se a língua, resgatada no passado ou criada para esse fim, como um poderoso elemento de fortalecimento desse sentimento; também foi um instrumento de disseminação de "tradições inventadas". Ao estudar as histórias nacionais da França e da Alemanha[7], expôs o cuidado dos dirigentes desses Estados com a perpetuação de símbolos que marcassem a nação através da educação. Na França, substituindo a Igreja, principal responsável pela educação e, a fim de ampliar a educação religiosa, nutrindo-a também de um conteúdo revolucionário e republicano o Estado criou os *instituteurs*. Na Alemanha, os anais de um ginásio registraram, entre agosto de 1895 e março de 1896, nada menos que dez cerimônias para comemorar o vigésimo quinto aniversário da guerra franco-prussiana. O autor chama atenção para o fato de que, tradições, para serem criadas,

---

[4] JULIA, Dominique. *Cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas (SP): Autores Associados. 2001. pp. 9-43

[5] CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, Porto Alegre, 1990. pp. 177-229

[6] Op. cit. 1990.

[7] HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições. In HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. pp 271-316.

precisavam ser aprovadas pela população que se faria representar por ela. Ele cita as várias tentativas alemãs de transformar o Kaiser em símbolo desse Estado, mas, foi Otto Von Bismarck, independentemente de uma ação estatal, quem calhou melhor nesse papel, haja vista que um total de 470 municípios erigiu estátuas e bustos em sua memória um ano após sua morte, 1898.

A análise de Hobsbawm, dirigida para a "invenção de tradições", se prende à ritualização e ao cerimonial. Pierre Nora[8] ao estudar os lugares de memória reflete sobre a construção do discurso histórico e, de que forma a história se apropria, seleciona e organiza determinada *memória* transformando-a em *história*. Depois, é preciso *guardar* essa *memória selecionada*, daí a eleição e construção de lugares de memória. Os alemães escolheram estátuas e bustos, os franceses, os *instituteurs* e, segundo Nora, o manual didático de história, precisamente o "Pequeno Lavisse", manual elevado à categoria de *Evangelho da República*.

Se essa movimentação ocorreu nos anos finais do século XIX, Hobsbawm afirma que o fenômeno nacionalismo se fez de forma acentuada após o fim da I Guerra, quando por efeito da retração econômica mundial, as nações tornavam-se iglus, fechados em economias nacionais.

No Brasil, uma escrita da história com características científicas vinha se fazendo desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico em 1838[9]. Essa história, a partir de 1861 ganhou um formato escolar com Joaquim Manuel de Macedo no seu Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II[10]. Esse livro foi escrito na esteira da História Geral do Brasil de Francisco Adolpho de Varnhagen. Trazia o cuidado de formar a nova elite dirigente do Império, assim como o rigor da pesquisa proposto pelo IHGB, baseada em documentos que testemunhassem o descrito. Marcado pela enumeração de eventos, nomes e datas que, segundo Capistrano de Abreu, fechava a história em quadros de ferro[11].

João Capistrano de Abreu, funcionário da Biblioteca Nacional desde 1879 e professor do Colégio de Pedro II desde 1883 não escreveu um manual didático, mas, em 1907, lançou o seu *Capítulos de História Colonial*[12] que, na sua argumentação, deveria superar os quadros de ferro de Varnhagen, incorporando dimensões econômicas e sociais,

---

[8] NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire – La problématique des lieux. In NORA, Pierre. Les Lieux de Mémoire, vol 1. Paris: Gallimard, 1997.
[9] FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
[10] MACEDO. Joaquim Manoel de. Lições Historia do Brazil para uso das Escolas de instucção primaria. Rio de Janeiro: H. Ganier, livreiro-editor, 1907.
[11] RODRIGUES, José Honório. Como nasceram os Capítulos de História Colonial. In ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. pp 3-31
[12] ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

lançando um olhar para dentro do Brasil e, principalmente, trazendo uma interpretação do historiador. Segundo Arlette Gasparello[13], essa obra deveria fornecer os fundamentos das obras didáticas no Brasil. Nessa obra, como havia se proposto fazer, não há uma coleção de eventos, nomes e datas. É iniciada com uma descrição da terra, dimensões e limites, seus acidentes geográficos, rios e montanhas; depois a descrição dos povos, os portugueses, os negros e os índios. Tanto em relação à ocupação humana quanto em relação à fauna, é sensível ao cientificismo da época, marcado principalmente pelo evolucionismo darwinista. Toda essa pesquisa é fundada sobre uma ampla base documental, afinal, embora pretendesse superar o modelo de Varnhagen, tem no documento a prova irrefutável da verdade. Como novo marco da historiografia brasileira, ele foi referência para autores de manuais didáticos.

João Ribeiro, embora tenha publicado seu manual *História do Brasil* antes da publicação dos *Capítulos de História Colonial*, o fez em direção semelhante àquela presente no livro de Capistrano. Não era suficiente marcar a história com datas e nomes, método muito forte em Macedo, principalmente quando analisamos que, ao final de cada capítulo de suas *Lições*, era apresentado um "quadro sinótico" que os meninos deveriam saber de cor. O recurso do Dr. Macedo destinava-se a garantir a retenção dos fatos, nomes ou datas "mais importantes". Para João Ribeiro, era importante oferecer um suporte técnico ao professor que, ao fim, lhe permitisse além das preocupações com o ensino, estar a par das discussões acadêmicas. Dessa forma, ao preparar seu livro, o fez em dois formatos de texto, onde num desses dois tipos constasse as informações para os alunos e, no outro, o professor acessasse as discussões acadêmicas que o tema tratado evocava. Era a interpretação proposta por Capistrano.

O livro de Ribeiro foi inovador. Ele dizia que foi "o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese". De acordo o texto de introdução, Ribeiro afirma que, até a sua escrita, tanto historiadores quanto cronistas que se arvoraram na tarefa de escrever a História do Brasil não conseguiram superar o caminho da cronologia e da sucessão de governadores. Dessa forma, partia do estabelecimento de vínculos mais gerais que explicavam a História pátria, como o descobrimento, analisado dentro da perspectiva do movimento das grandes navegações européias. No Brasil seu olhar se voltava para o processo de irradiação da cultura e da civilização, a partir dos pólos colonizadores: Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio, Maranhão ou Pará.

[13] GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu editora, 2004.

Outro autor importante do período, com publicações bem mais próximas da época analisada nessa pesquisa, foi Jonathas Serrano. Publicou entre os anos de 1912 e 1935. O autor, além de livros didáticos, produziu dois livros destinados ao professor de História. Em 1917 publicou o livro *Methodologia da História na aula primária* e em 1935, *Como se ensina História.* No primeiro livro[14], centrou sua preocupação na preparação do professor, pois reconhecia o quanto era árdua a tarefa de guiar os primeiros passos da criança no terreno da história. Atribuiu grande valor ao manual, mas afirma que de nada vale se o professor não tem a habilidade de utilizá-lo com propriedade. Já no segundo[15], trouxe uma preocupação de natureza ao mesmo tempo teórica e prática, onde discutiu a cientificidade ou não da História, até estabelecer algumas definições que facilitavam o trabalho ordinário da sala da aula, apresentando distinções entre, por exemplo, quadro sinótico, quadro cronológico e quadro sincrônico. Em meio a esses trabalhos, encontram-se outras publicações: *Epítome de História Universal,* de 1912, *História do Brasil*, com a colaboração da professora Maria Junqueira Schmidt e da Senhorinha Helena Sabóia de Medeiros, de 1931 e, *Epítome de História do Brasil*, de 1933. Os livros foram destinados pelo autor aos alunos interessados no aprendizado da História. *Epítome de História do Brasil* de dimensões bem menores que o *História do Brasil*, se propôs mais atrativo e empolgante para os alunos.

Jonathas Serrano, em sua *Epítome de História do Brasil*, introduziu um método que, nas palavras dele, buscava fazer do ensino de história algo não enfadonho. Ao final de cada capítulo o autor introduziu atividades que pudessem interessar tanto ao aluno quanto estimular o professor na tarefa de ensinar. Apresentou uma seleção de datas mais notáveis, datas menos importantes, pequena biografias dos "vultos principais" e um exercício. Apresentou também um quadro sinótico, onde armou um pequeno resumo do capítulo através de expressões chaves. Ao quadro sinótico acrescentou um outro cronológico, distribuindo esses conteúdos ao longo do tempo e que, por fim, foram fundidos em outro quadro sincrônico, onde os principais fatos do resumo eram apresentados ao longo do tempo em relação à evolução do tempo da história universal. Serrano atribuía grande importância à datação e à vinculação do tempo às personalidades ou fatos marcantes. Sua história é então prenhe de referências. A identificação de nomes ultrapassa a genealogia dinástica, cabendo também construtores de invenções significativas para a humanidade. Dessa forma, se ultrapassou os nomes vinculados ao aspecto nacional, manteve sua escolha àqueles nomes que de uma forma ou de outra deixaram contribuições importantes para a humanidade.

[14] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
[15] SERRANO, Jonathas. Como se ensina História. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1935.

Ribeiro e Serrano foram autores que assumiram uma importância significativa para a compreensão da formatação da disciplina escolar *História do Brasil*. Merece destacar dois elementos que justificam essa importância. Em primeiro lugar porque ambos foram professores do Ginásio Nacional, denominação republicana do Colégio D. Pedro II. Esse Ginásio continuava a ser referencial para a organização dos programas de ensino que se disseminavam por vários outros estados da federação brasileira. Em segundo, porque foram autores de manuais didáticos. Num conjunto de manuais publicados ao longo da República Velha até meados da década de 1930, temos dezenove títulos relativos à História do Brasil, seis de Educação Moral e Cívica e mais seis livros de leitura que tem o Brasil e o patriotismo como foco. Dentre estes, somente os dois autorees propuseram um método para orientar o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos.

Considerando essa contribuição específica de Ribeiro e Serrano, é possível usar os estudos de Dominique Julia e André Chervel a fim de justificar a escolha desses dois autores como objeto de análise. Julia conceituou "Cultura Escolar" como o conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos e André Chervel chamou a atenção para a capacidade da escola de produzir uma cultura própria. Segundo o próprio Chervel "o sistema escolar é detentor de um poder criativo (...): de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global."[16]

Os estudos de Chervel se dirigem para o campo da disciplina escolar e, particularmente, para os métodos desenvolvidos por ela, onde reside, segundo ele, sua originalidade e seu afastamento do conhecimento de referência. Dentre os elementos resultantes desse poder criativo da cultura escolar e em especial da disciplina escolar, encontramos o manual didático. Este pode mostrar um pouco mais da escola por dentro. A sua formatação e adoção traz informações sobre as crenças da escola e sobre os valores e idéias que ela se propunha a transmitir. Considerado como ferramenta tanto do professor quanto do aluno, o manual nos informa sobre o currículo aplicado pela instituição escolar e é portador de parte dos saberes que deveriam ser, conforme definição de Julia, transmitidos pelos professores e incorporados pelos alunos. Para Rosa Lydia Teixeira Corrêa[17], a pesquisa sobre manuais didáticos se constitui numa arqueologia das práticas escolares, uma vez que o considera como elemento material do trabalho pedagógico desenvolvido na escola em diferentes temporalidades.

[16] Op. cit. 1993.
[17] CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação*. *Cultura Escolar – História, práticas e representações. Cadernos CEDES 52*. Campinas, SP: Unicamp, 2000. pp. 11-24.

No entanto, nosso objeto de pesquisa não pode ficar restrito aos manuais didáticos, afinal, como propôs Roger Chartier[18], o leitor se apropria do texto lido em função de condições específicas que podem, em princípio, ser determinadas pela época e pelo local do mesmo.

Em Minas Gerais foi editada ao longo de grande parte do século XX a "Revista do Ensino", impresso pedagógico oficial de educação direcionado aos professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino do estado. No seu número 29, editada em janeiro de 1929, o Inspetor Geral da Instrução, Mário Casasanta, fez publicar uma lista de livros recomendados para aquisição pelas bibliotecas escolares. Dentre vários outros, constava três que nos interessam de perto, a saber: Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, João Ribeiro *História do Brasil (curso superior)* e Jonathas Serrano *Methodologia da História no ensino primário*. A recomendação desses livros ganha significado quando confrontamos, na mesma revista, artigo da professora Edésia Correa Rabelo, da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte, sobre o ensino de História.

No artigo *O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL*, publicado na edição de número 29, páginas 16-19, ela descreve num "relato de experiência", dois grupos de alunos, um primeiro, de idade entre 06 e 14 anos e o segundo, maiores de 14. Para o primeiro "depois de muita experiência e, ancorada na psicologia" vê um grande desinteresse da criança por coisas passadas, uma vez que ela só tem futuro, "só se interessa pelo que está passando e pelo que se passará amanhã". A tarefa do professor de história é muito difícil, pois deve colocar na cabeça das crianças "os horríveis e execrandos pontos", afinal, tem convicção de que os "alunos devem saber recitar os pontos bem, para terem o programa pronto para o exame". Segundo ela, os pontos tratam de enumeração de datas, nomes, homens e locais onde se desenrolaram os acontecimentos, sem concatená-los com a evolução social do momento, sem dedução prática do que adveio desses acontecimentos. Mas, apesar disso, ensina os execrandos pontos, pois crê que a criança não têm capacidade de compreender que alguém se houvesse sacrificado em favor de outros que lhes viriam posteriormente.

Até aqui, duas questões chamam atenção. Se por um lado vê a história próxima da perspectiva oferecida por Capistrano e Ribeiro, pois acredita que os acontecimentos devessem estar concatenados com a evolução social do momento, não abre mão da história de tipo antigo, pois, os execrandos pontos com suas datas, nomes, homens e locais deveriam ser recitados na época do exame. Porém, nossa professora, nem por isso advogava contra o ensino de história para crianças nessa faixa etária. Talvez ancorada nas proposições de

[18] CHARTIER, Roger. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

Serrano, visto que, assim como os dois autores citados anteriormente, também era recomendado pelo Inspetor Casasanta, ela propôs uma forma específica de ensinar história para crianças dessa idade.

Ela diz, quanto ao ensino de história, que "devemos dosá-lo em quantidade muito criteriosa, muito bem escolhida e muito bem prescrita, de modo que advenham desse estudo vantagens práticas para os alunos. Só assim este estudo haverá atingido o seu alvo: preparar o aluno a adaptar as forças naturais em benefício da sociedade." A história deve ser ensinada às crianças do curso primário quando se-lhes explica as festas nacionais. É nestas oportunidades que se pode e se deve despertar nos alunos o "amor ao trabalho, à saúde, à beleza, à disciplina, à confiança em si, solidariedade aos companheiros, o dever de auxiliar os fracos, a hombridade em todos os passos da vida, o restrito cumprimento dos deveres, confiança nos dirigentes, isenção de ânimo nos julgamentos, amor ao progresso, à humanidade e à paz".

A professora deixa à mostra que entende a história muito próximo da concepção do século XIX, da história da nação e, embora não explícito, mas numa perspectiva também sacra quando propõe como dever do aluno auxiliar os fracos, hombridade, amor à humanidade e à paz.

Já a partir de 14 anos, a criança pode compreender certas questões de ordem econômica e política, devendo-se, portanto, administrar-lhe "o ensino da história do passado: emboabas, bandeiras, invasões francesas e holandesas, Inconfidência, Independência, regências, Império, escravidão e República".

É importante notar aqui que na seleção dos fatos da história do passado, não há inovação. É mantida a tradição na obediência dos temas propostos em todos os manuais, tanto do Império quanto da República.

A fim de referendar novamente a apropriação dos textos citados, a professora Ana Santa Cecília ao enumerar em seu diário de classe as aulas para o 1º e 2º anos do curso de Adaptação da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte no ano de 1932, seguiu o conteúdo clássico conforme já apontado pela professora Edésia e, como e*xercícios complementares: Biografia das maiores figuras da época*.

Só para clarear, um dos recursos utilizados por Serrano em sua Epítome é a exposição de biografias.

Bibliografia

1) ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

2) CHARTIER, Roger. *A aventura do livro–do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

3) CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação, Porto Alegre, 1990. pp. 177-229

4) GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

5) HOBSBAWM, Eric. *A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914*. In HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. pp. 271-361.

6) _____. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

7) JULIA, Dominique. *Cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas (SP): Autores Associados. 2001. pp. 9-43

8) MACEDO. Joaquim Manoel de. Prefácio da Primeira Edição in. Lições Historia do Brazil para uso das Escolas de instucção primaria. Rio de Janeiro: H. Ganier, livreiro-editor, 1907.

9) NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire – La problématique des lieux. In NORA, Pierre. Les Lieux de Mémoire. Paris: Gallimard, 1997. p. 40

10) RIBEIRO, João. História do Brasil – curso superior. 16ª edição, revista e completada por J. Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

11) SERRANO, Jonathas. Epítome de História do Brasil. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1933.

12) _____. Como se ensina História. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1935.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma discussão acerca da educação e as influências medievais no "E*nsaio sobre a moral e os costumes*", de Voltaire.

Djaci Pereira Leal[1]

Resumo: Discutir na obra de Voltaire, *"Ensaio sobre a moral e os costumes"*, as influências medievais e os possíveis apontamentos para a educação, tendo em vista a busca de orientação e formação do homem do século XVIII. Considera-se que Voltaire em sua análise histórica na referida obra, dedica-se a identificar as permanências medievais na sociedade francesa de seu tempo. Em sua abordagem da história demonstra a necessidade de enfrentamento dos resquícios medievos para que seja possível a construção e o desenvolvimento de um novo homem, apto aos novos tempos que se vislumbram. Nesse sentido, faz uma leitura acurada das instituições Igreja e Estado.
Palavras Chave: Educação, História, Voltaire, Idade Média.

Abstract: To discuss en Voltaire´s masterpiece, "Essay on the moral and the customs of the peoples", the medieval influence and possibles drafts to education, it searches the orientation and construction of the man in century XVIII. Considering Voltaire in his historic analyze in masterpiece mentioned, it is dedicated to identify the medievals permanents in French society in his time. In his approach of history shows the necessity of facing of medievals traces to be possible the construction and the development of a new man, the capable man to new time that grimpses. Is this sense is done an accurate reading about Church and State institutions.
Key-Words: Education, History, Voltaire, Medieval Age.

Este estudo da obra *Ensaio sobre a moral e os costumes* tem como objetivo apresentar a leitura histórica que Voltaire faz do passado francês, tendo em vista combater a intolerância praticada em seus dias por duas instituições, que a seu ver estavam em desarmonia, a saber: a Igreja e o Estado. Ao discutir os conflitos e o clima de intolerância, Voltaire recorre à história apontando como determinadas circunstâncias alteraram os valores das instituições em tela.

Voltaire na Introdução do *Ensaio sobre a moral e os costumes,* nas *Questões sobre as conquistas dos romanos e sua decadência*, discorda de Bossuet que em sua obra *História Universal*, interpreta as revoluções pelas quais passaram todos os impérios como uma regra que a Providência Divina utilizou-se para humilhar os príncipes. A decadência dos impérios serviu para demonstrar a ação da Providência Divina a favor do povo eleito. [2]

[1] Mestrando em Educação – PPE / UEM. Trabalho orientado pela professora Dra. Terezinha Oliveira.

Voltaire procura em sua análise sobre o Império Romano apresentar o que pensa ser a maior contribuição dos romanos a ser retomada como virtude: a tolerância. A tolerância não se restringe apenas ao aspecto religioso. Perpassa o conjunto das relações sociais assumindo assim um caráter político. Por isso, para Voltaire, a tolerância possuir um caráter notadamente educativo. Entre os romanos a tolerância esteve presente na religião, [3] mas, como destaca Voltaire, extrapola a religião e perpassa o todo da sociedade romana, sobretudo pelo fato de os romanos terem adotado os deuses gregos e a idéia de um Deus Supremo. [4] Para Voltaire a tolerância é uma lei da própria religião natural já que "car de quel droit um être crée libre pourrait-il forcer um autre être a penser comme lui?" (VOLTAIRE, 1867, p. 45).

Ao discutir a decadência do império, tem em vista a própria lógica imperial, os desgastes e desvios de suas instituições. Devido aos diversos interesses das instituições não é possível atribuir a decadência do império a uma delas especificamente. Procura entender como em momentos que antecederam a decadência fora possível a convivência harmônica, ou pelo menos equilibrada entre elas. A preocupação de Voltaire a esse respeito se dá em função da situação de desarmonia nas instituições francesas no século XVIII. Para ele, a decadência do Império Romano é uma crise generalizada que se dá na forma de ser do império e pelo formato de suas instituições. [5]

Este enfoque de Voltaire elucida o que entendemos ser a abordagem que faz da educação, pois a concebe como elemento formador que precede as instituições. Por isso, é imprescindível, ao discutir a educação na obra de Voltaire, atentar para sua preocupação com a tolerância como elemento formador do ser humano apto a conviver em sociedade.

Maria das Graças de Souza, citando Paul Hazard, afirma que:

> *três correntes conduziam o ´assalto à história´: o cartesianismo, o jansenismo e os libertinos. Por razões diferentes, estas correntes viam na história um conhecimento incerto, cheio de lisonjas aos poderosos, adulações aos mecenas, genealogias infundadas. (2001, p. 119)*

---

[2] « Ces empires ont, pour la plupart, une liaison nécessaire avec l´histoire du peuple de Dieu ». (BOSSUET apud VOLTAIRE, 1878, p. 45)

[3] « J´observerai ici sur leur religion deux choses importantes : c´est qui´ils adoptèrent ou permirent les cultes de tous les autres peuples, à l´exemple des Grecs, et qu´au fond, le sénat et les empereurs reconnurent toujours un Deiu suprême, ainsi que la plupart des philosophes et des poêtes de la Grèce ». (VOLTAIRE, 1867, p. 45)

[4] « Cette association de toutes lés devinités du monde, cette espèce d´hospitalité divine, fut le droit des gens toute l´antiquité, excepté peut-être chez on ou deux petits peuples. Comme il n´y eut point de dogmes, il n´y ent point de guerres de religion. C´était bien assez que l´ambition, la rapine, versassent le sang humain, sans que la religion achevât d´exterminer le monde ». (VOLTAIRE, 1878, p. 45)

[5] « La faiblesse des empereurs, les factions de leurs ministres et de leurs eunuques, la haine que l´ancienne religion de l´empire portait à la nouvelle, les querelles sanlantes élevées dans le christianisme, les disputes théologiques substituées au maniement des armes, et la mollesse à valeur ; des multitudes de moines remplaçant les agriculteurs et les soldats, tour appelait ces mêmes Barbares qui n´avaient pu vaincre la république guerrière, et qui accablèrent Rome languissante, sous de empereurs cruels, efféminés et dévots ». (VOLTAIRE, 1878, p. 46)

É nesse contexto que Voltaire pautou sua investigação histórica, em função de seu objetivo, entender como em outros momentos as instituições mantiveram uma relação de poder equilibrada e contribuíram para a construção do bem comum. Percebe-se que nas abordagens historiográficas de outros autores ao analisar o passado buscavam justificar posições políticas e por isso incorreram em atribuir e responsabilizar os desvios a uma ou outra instituição do presente. Isto, ao ver de Voltaire, gera a desarmonia entre as instituições e acentua ainda mais os conflitos em prejuízo ao desenvolvimento da sociedade.

A respeito do trabalho e enfoque desenvolvido por Voltaire, destaca Lepape:

> *Civilização´ era uma palavra desconhecida de Voltaire, mas toda a sua obra se inscreve na perspectiva de uma história da humanidade, em que o homem, com seu trabalho, com sua arte, vence pouco a pouco, apesar das rupturas e dos recuos, a barbárie natural, inclusive a da própria natureza. Há séculos para o gênio, para a criação, para a cultura, como o de Luis XIV, que são seguidos de séculos decadentes – como aquele em que vivia Voltaire – em que a cultura, espalhando-se e liquefanzendo-se, vai penetrando na sociedade inteira, civilizando-a. (1995, p. 259)*

Em sua abordagem das sociedades evita analisar o seu desenvolvimento de forma linear. Demonstra como em uma mesma sociedade ocorrem momentos de maior e menor desenvolvimento, momentos de luzes e de barbárie. É neste sentido que afirmamos que discute com outros enfoques e análises históricas de seu tempo. [6]

Em seu livro *Voltaire historiador*, Marcos Antonio Lopes dedica um capítulo no qual discute o diálogo de Voltaire com a obra de Bossuet. Voltaire entende que de todas as demais obras que circulavam era a deste autor a que de fato tinha importância e com a qual precisava dialogar e discutir, sobretudo para pontuar a função da Igreja e sua relação com o Estado.

Ao destacar por que estudar Voltaire e Bossuet, afirma Lopes:

> *É preciso reafirmar ainda uma vez: o que nos ocupa nesses dois autores não é a problemática filosófica de suas obras, mas os textos escritos no espírito de historiador, com a intenção precípua de demonstrar o que Voltaire representa tanto para a historiografia do seu tempo quanto para o pensamento histórico que veio depois dele. Dessa perspectiva, Bossuet é tomado como o paradigma de um século, o ponto culminante que nos permite entrever as principais regras do conhecimento histórico fixadas no antigo Regime. Apesar de pertencer aos círculos eclesiásticos e*

[6] « Je me propose de diviser mon étude para siècle ; mas je sens qu´en ne présentant à mon esprit que ce qui se fait précisément dans le siècle que j´aurai sons les yeus, je serai obligé le trop partager mon attention, de séparer en trop de parties lé idées suivies que je veux me faire, d´abandonner la recherche d´une nation, ou d´un art, ou d ´une révolution, pour ne la reprender que longtemps après. Je remonterai donc quelquefois à la source éloignée d ´un art, d´une coutume imporante, d´une loi, d´une révolution. J´anticiperai quelquefois, mais le moins que je pourrai, et en évitant, autant que una faiblesse me le permettra, la confusion et la dispersion des idées. Je tâcherai de présenter à mon esprit une peinture fidéle de ce qui mérite d´être connu dans l´univers ». (VOLTAIRE, 1878, p. 49)

> *fazer a história ao gênero magistra vitae, Bossuet não incorre inocentemente nas convicções da maior parte dos historiadores de seu tempo e das gerações anteriores ao século XVII. (2001, p. 55)*

Voltaire retoma da obra de Bossuet, *História Universal*, as teses que a seu ver legitimavam o poder e as relações de poder entre a Igreja e o Estado. Segundo Voltaire, a obra de Bossuet fundamentava as instituições que, devido às mudanças ocorridas na França, estavam em desarmonia e geravam a situação de crise e conflitos que abalava a França de sua época.

Voltaire é cuidadoso em sua análise histórica, pois sabe que não se trata apenas de combater uma ou outra instituição, bem como que não é o caso de extinguir esta ou aquela, mas sim retomar a finalidade da mesma para que possa contribuir com o desenvolvimento da sociedade. A finalidade educativa que pensa ser da religião é a formação moral do homem. A importância que Voltaire atribui à religião se dá em razão do aperfeiçoamento moral que leva a harmonia da convivência social, sobretudo devido ao desenvolvimento das virtudes. É sob essa ótica que procura discutir a função da educação como formadora dos novos valores e virtudes, que tornarão os homens aptos aos novos tempos que se apresentam.

A respeito da discussão de Voltaire com obras e autores de sua época, alerta Lepape a preocupação que tem para com as fontes. Diz Lepape:

> *Voltaire escrevia de modo agradável, para ser lido por alguns milhares de pessoas inteligentes e curiosas, mas seus escritos levavam em conta a grande expansão do conhecimento registrada ao longo dos últimos cem anos, e devida, em muitos casos, a trabalhos de erudição empreendidos por eclesiásticos: beneditinos de Saint-Maur, jansenistas de Port-Royal, pastores de Leyde ou missionários sinólogos da Companhia de Jesus. O melhor de suas fontes provinha dos adversários. Quando eles o atacavam, era raro que Voltaire não dispusesse de algumas citações extraídas das melhores obras existentes na área dos atacantes, com as quais punha abaixo os argumentos deles. E esse era um daqueles jogos que encantavam o público. (1995, p. 246)*

Em relação às virtudes apregoadas, destaca Lopes:

> *Voltaire aprecia indivíduos de virtudes principescas como a coragem. Em seu Ensaio sobre os costumes, vai destacar a ação dos príncipes por mérito, que, mesmo sem cingirem coroa, já se mostravam muito dignos dela. Na barbárie em que se transformou a Europa, no contexto das invasões do século IX, o autor vai encontrar a figura de Eudes, conde de Paris, um príncipe que se elevou ao trono unicamente por seu próprio valor. Num tempo marcado pela violência e todo o cortejo de vilezas que caracterizam a Idade Média, Voltaire irá realçar a coragem de Eudes, o salvador de uma cidade e de um reino. Voltaire também reconhece o mérito de reis bárbaros como Rolon e Eric. O primeiro, por ter fixado seu povo na Normandia, o que fez dele um rei civilizador. Em Eric ressalta seu talento de legislador, uma vez que os verdadeiros conquistadores são os que sabem fazer leis. (2004, p. 106)*

É importante destacar que as virtudes exigidas aos governantes não o são de forma absoluta, mas sempre no contexto no qual governam. Voltaire percebe que as virtudes

não são absolutas e que é preciso ao governante o entendimento de sua época e sociedade. Pois o que é virtude em momentos de expansão e conquista, por exemplo, não o é quando a sociedade está constituída. Pode-se perceber que Voltaire discute com seus contemporâneos a necessidade de novas virtudes ao governante, haja vista, serem novos tempos.

Assim, ao discutir as virtudes do governante, Voltaire põe em pauta o comportamento dos governantes de sua época, que a seu ver não podem simplesmente reproduzir o que fizeram seus antecessores, pois as mudanças em curso na França exigem-lhes novo posicionamento e, sobretudo, esclarecimento para: primeiro, perceber a sociedade e seus conflitos e, segundo, agir em conformidade com os problemas que realmente interferem na vida de seus contemporâneos.

Por exemplo, ao interpretar o governo de Luís IX, procura fazê-lo em seu contexto, com as possibilidades e problemas enfrentados por ele. Voltaire tem o cuidado de não avaliá-lo a partir das circunstâncias e possibilidades da França setecentista. Diz Voltaire:

> *Luis IX parecia um príncipe a reformar a Europa, se isso tivesse sido possível; a tornar a França gloriosa e administrada, e a ser em tudo o modelo dos homens. Sua piedade, que era a de um anacoreta, não o impedia de possuir nenhuma das virtudes de rei. (...) Ele soube conciliar uma política profunda com uma justiça exata, e talvez tenha sido o único soberano a merecer este elogio (...). Se o furor das cruzadas e a crença nos juramentos houvessem permitido ao virtuoso soberano escutar a razão, não somente ele teria visto o mal que fazia ao seu país, como ainda a injustiça extrema de tal empreendimento, que lhe parecia justo. (VOLTAIRE, apud LOPES, 2004, p. 106-107).*

Usa também o mesmo parâmetro para interpretar o governo de Felipe, o Belo. [7] Ao fazer tais interpretações, Voltaire cuida em primeiro do seu objetivo, entender como em outros momentos as instituições mantiveram uma relação de poder equilibrada e contribuíram para a construção do bem comum. Depois, em função do momento em que está escrevendo, tem o cuidado de não engrandecer ou diminuir esta ou aquela instituição, mas demonstrar a possibilidade da convivência harmônica entre elas, pois a ausência disto é o que tem gerado os conflitos e a decadência da própria França.

Para Voltaire a educação determina a formação das instituições sociais é, por isso, que em sua discussão a tolerância ganha importância. Como destaca Souza

> *Voltaire estabelece uma determinação recíproca entre o desenvolvimento comercial e o fortalecimento da liberdade de um povo. (...) é certo que um comércio florescente enriquece o país, mas o importante é que um povo de comerciantes é*

[7] « Le temps de Philippe Le Bel , qui commença son régne en 1285 fut une grande époque en France, par l'admission du tiers état aux assemblées de la nation, par l'institution des tribunaux suprêmes nommés parlements, par la premiére érection d' une nouvelle pairie faite en faveur du duc de Bretagne, par l'abolition des duels en matiére civile, par la loi des appanages restraints aux seuls héritiers mâles. Nous nous arrêterons à présent à deux autres objets, aux querelles de Philippe Le Bel avec le pape Boniface Viii et à l'extinction de l'ordre des templiers ». (VOLTAIRE, 1878, p. 144)

> *levado a relativizar as particularidades nacionais, o que leva ao espírito de tolerância e a uma consideração universalista ou cosmopolita da diversidade dos povos e costumes. (2001, p. 98-99)*

As conclusões de Maria das Graças de Souza fundamentam-se na Carta XV, da obra *Cartas Filosóficas,* de 1733, época do exílio de Voltaire na Inglaterra. Voltaire utiliza-se do exílio na Inglaterra para demonstrar as diferenças em relação à França. A obra assume um caráter crítico ao apresentar a situação política e religiosa inglesa e evidenciar os problemas enfrentados pela sociedade francesa. Porém, as mudanças políticas, religiosas e econômicas que Voltaire elogiara na Inglaterra só ocorrerão na França a partir de algumas medidas tomadas pelo então Ministro das Finanças, Turgot, quatro décadas mais tarde, em 1774.

As medidas tomadas por Turgot, no Ministério das Finanças despertaram reações contestatórias e pedidos de afastamento de Turgot do ministério. Na época, Voltaire toma partido nas disputas econômicas e sai em defesa de Turgot, que enfrentava tremendas dificuldades no contexto de disputas políticas e fragilidade da economia francesa. Segundo Lepape, "Voltaire enumerava as quatro ´canalhas´ que se opunham ao progresso: a Igreja, os parlamentares, os coletores-gerais de impostos e finalmente o povo" (2001, p. 275)

É importante destacar que enquanto nas *Cartas Filosóficas* Voltaire pregava as reformas, em 1774-1775, quando sai em defesa de Turgot, é a França que se depara com as reformas econômicas, outrora sugeridas a partir do olhar de Voltaire à Inglaterra. Agora, em 1774-1775, é o impacto das mudanças e a reação da sociedade francesa às novidades econômicas que se apresentavam.

A situação de mudanças e os enfrentamentos políticos em relação aos rumos tomados pelo governo francês, que ao ver de Voltaire eram orientados pelo esclarecimento, despertou sua preocupação com a formação dos indivíduos entendendo que somente a educação daria conta de formar a nova sociedade, que em tese seria a superação de todos os desvios da sociedade francesa de sua época. No conto *Jeannot e Colin*, Voltaire apresenta a necessidade da formação de homens aptos aos novos tempos. É preciso uma formação que supere os desvios morais que marcavam o comportamento dos homens de posses, que se ocupavam de futilidades e vaidades. Pois não eram formados para os valores e virtudes que apontavam para as mudanças em andamento na sociedade francesa. Entre elas, o trabalho como valor fundamental da constituição moral dos indivíduos e da própria sociedade. Em

certa passagem do conto, quando os pais do marquês buscam um preceptor para encarregar-se de sua educação, Voltaire apresenta-nos a seguinte discussão:

> *- Muito bem! – exclamou o preceptor. – Abafa-se o espírito das crianças sob esse amontoado de conhecimentos inúteis (...). Basta que o senhor marquês tenha bom gosto; compete aos artistas trabalharem para ele; eis por que há muita razão em dizer-se que as pessoas de qualidade (refiro-me as bastante ricas) sabem tudo sem nada ter aprendido, pois, com o tempo, são capazes de julgar todas as coisas que compreendam e pagam. (...)*
> *- Madame observou muito bem que o grande objetivo do homem é triunfar na sociedade. (VOLTAIRE, 1995, p. 269-270)*

Pensar a educação é comum em momentos de crises e de reformas. Como as propostas ocorrem sempre marcadas pelo cenário político, também hoje é imprescindível analisar os discursos educacionais e situá-los no contexto das mudanças e transformações que ocorrem a cada momento na contemporaneidade. Para isso é vital aprender com Voltaire refletir e posicionar-se diante das inúmeras reviravoltas que o tempo nos prega, assim como ocorreu com Voltaire em sua época.

Referências

GRAY, John. **Voltaire. Voltaire e o Iluminismo.** Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: UNESP, 1999. (Coleção Grandes Filósofos).

LEPAPE, P. **Voltaire. Nascimento dos intelectuais no Século das Luzes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LOPES, M. A. **Voltaire Político. Espelhos para príncipes de um novo tempo.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. **Voltaire Historiador. Uma introdução ao pensamento histórico na época do Iluminismo.** Campinas: Papirus, 2001.

SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e história. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês.** São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

VOLTAIRE. **Contos.** São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

_____. **Discurso sobre a história de Carlos XII.** In: Clássicos Jackson. XXXII. Voltaire. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1958. p. 3-7.

_____. **Tratado sobre a tolerância.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. Introdução de René Pomeau.

_____. **Os Pensadores. XXIII.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. **Oeuvres Complètes de Voltaire. Tome Deuxième. Essai sur les moeurs – Siècle de Louis XIV, Siècle de Louis XV, Histoire du Parlement de Paris.** Edition du Journal Le Siècle. Paris: Aux Bureaux du Siècle, 1878.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a ilusão e o efeito de real: sobre a experiência de se escrever uma biografia histórica.

José Otávio Aguiar[1]

Resumo: Entre os anos próximos passados de 2000 e 2003 empenhei-me na construção de um relato biográfico. Estudei a trajetória de vida de um militar francês napoleônico no Brasil (1808-1836), procurando fazer da recuperação dos fragmentos e vestígios sobre a vida de um homem a construção de uma janela de observação para a historicidade e o cotidiano de seu tempo.
Palavras-chave: Biografia, História, Teoria

Abstract: Between the years of 2000 and 2003 I spent an effort for built a biographic relate. I study the trajectory of a French Napoleonic soldier in Brazil (1808-1836); looking for make a recuperation of the pieces and evidences about the life-history of a man ho was a window of observation to the day a day life in his time.

Key words: Biography, History, Teory

Este pequeno ensaio dedica-se ao estudo e à partilha de experiências sobre a elaboração de um trabalho biográfico em história. Nascida de minhas próprias vivências, essa preocupação de retomar trajetórias de vida não pretende tocar parâmetros que ultrapassem os ditames da verossimilhança. A verdade, enquanto algo mais que um discurso que vise à construção de um efeito de real, não faz parte, já a algum tempo, das preocupações dos historiadores.

Como escrever uma biografia nos dias de hoje? A pergunta foi formulada por Jaques Le Goff, em um afamado artigo publicado na Revista francesa Le Debat em abril de 1989. Procurando responder a ela, lancei-me ao trabalho de elaborar um trabalho que recuperasse fragmentos do cotidiano da trajetória de vida de um emigrado francês no Brasil entre os anos de 1808 e 1836. Este ensaio reflete uma necessidade de diálogo teórico simultânea à publicação de meu livro, fruto desse trabalho.

Trata-se do resultado de minha pesquisa de doutoramento, defendida no Departamento de história da UFMG em agosto de 2003.

[1] José Otávio Aguiar é Doutor em história e CDulturas Políticas pelas UFMG, professor adjunto da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande/PB.

Indispensável a um trabalho como ao que me propus foi uma leitura atenta dos textos produzidos por autores engajados na discussão a respeito do gênero biográfico nos meios acadêmicos de história. As polêmicas a esse respeito despertaram-me especial interesse, sem que – reconhecendo-me sem dúvida tributário de suas influências – me sentisse entusiasmado a ponto de que qualquer biografia específica me servisse de modelo.

A historiografia do século XX é rica em exemplos de biografias consagradas tanto na Inglaterra quanto na França. Lucien Febvre, em seu estudo sobre as obras do escritor renascentista Rabelais, se interroga sobre a possibilidade ou impossibilidade do ateísmo no século XVI. Carlo Guinzburg, pesquisando a vida e as idéias do Moleiro Menóquio, desenvolveu uma interpretação sobre a circularidade entre a cultura camponesa e a cultura da elite da Europa pré-industrial. Cristopher Hill, dedicando-se à análise dos documentos sobre a vida de Oliver Cromwell, em "*O Eleito de Deus",* traçou um perfil da sociedade inglesa seiscentista com suas disputas no âmbito das concepções religiosas, das idéias políticas e das batalhas econômicas. Georges Duby, no livro "Guilherme Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo," se propôs a, através da trajetória de vida de seu biografado, se perguntar sobre o cotidiano e as estruturas de uma sociedade feudal. Finalmente Jacques Le Goff, na magistral biografia de São Luiz, procura demonstrar como seria possível conciliar a narrativa de vida com a proposta de uma história-problema, sem, em momento algum, romper com o espírito investigativo inaugurado por Marc Bloch e Lucien Febvre.

Seria oportuno recordar que Le Goff também nos lembra de que os sujeitos históricos biografados não são meros instrumentos de comprovação de determinada teoria, que ofereceriam afortunados subsídios de confirmação para algum encaminhamento lógico-linear, ou a solução de algum problema de pesquisa. Isso porque, como relato e narração da vida de um indivíduo, a biografia não apenas se movimenta entre os eventos individuais e coletivos, mas também nos leva a perceber que, embora partamos em nossa observação de um lugar do tempo em que os fatos já se consumaram de determinado modo e em determinada direção, esses mesmos episódios do passado estiveram, por ocasião de sua temporalidade específica, submetidos à imprevisibilidade e à indeterminação. Como observou Sabina Loriga, os homens não são fantoches, mas sujeitos da História.(LORIGA, 2000, p. 145)

Procurando seguir a direção que a especificidade das fontes e das questões por elas suscitadas levavam-me a escolher, fui confrontado com a imprevisibilidade do trabalho do pesquisador, sempre em confronto com impasses teóricos e empíricos, num caminho que, para além de qualquer projeto inicial, sempre se faz ao longo da caminhada. O trabalho do

historiador afigura-se como uma operação seletiva, que geralmente inicia-se por um mínimo de questionamentos e hipóteses prévias – nascidas do contato progressivo com os vestígios do passado – que não devem, entretanto, impedir ou fechar o pesquisador à surpresa, à descoberta, àquilo que foge às intuições do princípio.

Busquei chamar a atenção dos leitores para questões mais abrangentes e afastar-me do estilo de biografia que conta a história individual, plenamente linear e coerente de um "grande homem", adotado pelos antigos biógrafos de Marlière, meus predecessores. Os indivíduos, personagens de biografias, não são unidades coerentes, apresentando ao contrário uma série de imprevistos, acasos e incoerências em suas trajetórias de vida. A trajetória que pretendi recuperar transcorreu em vários espaços formadores do cotidiano do biografado, de sua sociedade e de seu tempo: a Corte, a família, a Capital da Província, a loja maçônica, o quartel, o sertão, a aldeia indígena, o arraial, a igreja e a religião, etc. Esses espaços não nos chegam transpostos tais quais eram em sua integralidade. Deles apenas conhecemos o que os documentos escritos e os elementos de cultura material nos dizem. Polifônicos, os textos das fontes significam coisas diferentes para leitores movidos por formações, indagações e objetivos diferentes. Os documentos são modalidades de discurso, versões do passado, que partem de um "local" específico de produção. Lembra-nos Michel de Certeau que a pesquisa e o discurso historiográfico que dela resulta também partem de um "lugar" de produção "sócio-econômico, político e cultural" do historiador.(DE CERTEAU, 1976. p. 18) Por essa razão, definir claramente o objetivo e o local de onde parte nossa interpretação é condição indispensável para um trabalho honesto, coerente, livre de vãs pretensões de neutralidade e que se abre às indagações do leitor, oferecendo-se ao debate.

Outra questão natural para o estudioso atento seria a de que até que ponto meu biografado representaria sua época, ou apontaria para a visualização de elementos capazes de informar sobre os homens de seu tempo, de seu estrato social, de seu ambiente intelectual. Afinal, os homens, por mais singulares nos pareçam, sempre compartilham, em menor ou maior grau, os códigos culturais que viabilizam sua convivência e comunicação social.

Procuro demonstrar que, partindo de sua inserção em um imaginário social marcado pela influência da ilustração francesa, Marlière criou, em sua experiência cotidiana, formas novas e diferenciadas de pensamento e intervenção sobre a realidade das culturas.[2]

[2] Ao utilizar aqui a expressão "experiência cotidiana", reporto-me aos espaços de manifestação das relações, práticas e constituição de saber na experiência diária dos homens. Nisso me inspiro em Michel Foucault, para quem o estudo do poder deveria partir de sua forma de manifestação concreta, no nível das práticas cotidianas. Segundo Astor Antônio Diehl, as contribuições da teoria de Foucault para a historiografia permitiram um deslocamento temático em direção a um olhar mais antropológico, logo responsável pelo surgimento de vários trabalhos que elegiam como tema a história do cotidiano ou a história das mentalidades. Isso dever-se-ia à

Mais do que os teóricos de seu tempo, ele pôde submeter suas concepções a uma aplicação efetiva junto aos índios, colonos e degredados que pretendia "civilizar". Esse espaço cotidiano de criações e enfrentamentos que atravessa as imbricadas dimensões do público e do privado na vida do biografado será o cenário desta história. Concordo com Mary Del Priore, quando afirma que:

> *Não se trata, apenas, de fazer a história do cotidiano ou da vida privada resgatando a sua evolução ou condição. Trata-se de deslocar o campo de possíveis, definindo uma historicidade específica. Não se trata de discutir o espaço do público em oposição ao privado, mas de tentar perceber qual a natureza do espaço que diferentes grupos sociais ocupam. Trata-se, ainda, de interpretar os usos e representações que fazem os diversos grupos sociais deste espaço (DEL PRIORE, 1997 p. 172).*

Como observou Benito Bisso Schmidt, as oposições entre indivíduo e sociedade, narração e explicação, público e privado e unidade e fragmentação dos agentes históricos são ilusórias e aparentes, "[...] já que a análise histórica exige um deslocamento entre esses dois pólos, e não um isolamento entre os pontos mencionados [...]"(SCHMIDT, p. 186)

Uma biografia que se pretenda histórica deve ultrapassar o âmbito de uma vida particular e chamar a atenção para questões de caráter mais amplo. Como qualquer produção historiográfica, ela deve partir de questões-problema e de hipóteses fundamentadas em evidências empíricas. Estas últimas diferenciam a biografia histórica daquela escrita com um propósito fundamentalmente literário. Por isso, é bom que, os historiadores, estejamos atentos aos vestígios que o passado nos legou. Essa observação não implica em que devamos abandonar a inventividade; ela apenas nos recorda métodos inerentes ao ofício.

Por outro lado, não devemos pensar as fontes de forma desvinculada da influência das perguntas e dos olhares que os historiadores dirigem a elas, mesmo quando o relato histórico, por seus convincentes efeitos de real, tenta nos conduzir a acreditar que elas falam por si mesmas, com o intento de comprovar, de forma inquestionável, a veracidade de sua versão. Isto porque os relatos permitem diversas interpretações, e aqueles que historiam escolhem uma delas a partir de métodos rigorosos que, não obstante, visem evitar as leituras ingênuas e as crenças excessivas no conteúdo das fontes, não logram afastar por completo a subjetividade do interpretador.

Assim, uma vez decidido a escrever uma biografia de Guido Thomaz Marlière, que abordasse questões mais amplas, procurei revisitar alguns documentos há muito abandonados pelos historiadores e definir o meu olhar sobre eles. Busquei, também, fontes de

---

proposta desses dois últimos gêneros historiográficos, que incluía desde o princípio a busca do contingente de subjetivização da história, das experiências individuais do passado, negligenciadas pelas grandes sínteses realizadas pelas antigas histórias política, econômica e social.

diálogo teórico que, de certa forma, me ajudassem a responder às interrogações suscitadas a partir do contato com a empiria.

A hermenêutica dos historiadores tradicionalmente se diferenciou da dos antropólogos no que toca ao trabalho arquivístico. Etnógrafos renomados reiteraram a necessidade de que a pesquisa de campo fosse precedida de uma sólida preparação teórica. De outro lado, um certo medo de reduzir a infinitamente variada experiência social e histórica dos homens a conceitos ainda assombra aqueles que historiam. Certos excessos historicistas chegam mesmo a predicar a negação de todas as tentativas de se encontrarem regularidades de caráter mais amplo no estudo dos homens no tempo, ancorados na idéia – freqüentemente evocada como uma frase de efeito eficiente na batalha dos debates – de que a singularidade histórica das fontes deveria pautar todas as análises.

Enfatizemos o valor da erudição arquivística, observando, porém, que, se as oposições entre sincronia e diacronia já têm sido, em grande medida, relativizadas por antropólogos e historiadores contemporâneos, cumpre afirmar a possibilidade de uma associação entre os instrumentos de compreensão etnográfica e a consideração das singularidades empíricas características das diversas historicidades. Desafiados pelas questões que a leitura documental nos apresenta, subdividamos os conceitos – para que com eles possamos manter um diálogo, que, não raro, pode nos conduzir inclusive a subvertê-los – sem, entretanto, abandoná-los.

Nesse ponto, um diálogo com os escritos de Marshal Sahlins para quem as ações simbólicas humanas são informadas tanto pelos conceitos por meio dos quais a experiência é organizada e comunicada – procedentes de um esquema cultural preexistente – quanto pela singularidade proporcionada por cada nova experiência do mundo social e histórico dos homens pode se mostrar profícuo. (SAHLINS, 1989. p. 188-189.) Os atores históricos, as situações vivenciadas no tempo e no espaço e também os seus conceitos não são redutíveis a outros atores e outras situações. Suas existências, inéditas, não são e não serão iguais a quaisquer outras. Como na analogia da diferença heraclitiana, não se entra num mesmo rio duas vezes, embora o nome pelo qual o conhecemos não mude. Os sistemas conceituais tradicionais de interpretação, como observou Sahlins, são culturalmente recriados quando realizados como projetos pessoais: “As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que suas próprias culturas possam ter feito com elas.” (SAHLINS, 1989. p. 189)

Referências Bibliográficas

DE CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In.: LE GOFF, Jaques (Comp.). *História novos problemas***.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 18.

DIEHL, Astor Antônio. O exemplo Michel Foucault. In: ____. *A cultura historiográfica nos anos 80:* mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira. Porto Alegre, Evangraf, 1993.

LE GOFF, Jaques. Comment écrire une biographie aujourd'hui? *Le Débat,* n 54, p.49-50, mar./abr. 1989.

LORIGA, Sabina. Manequins ou faiseurs d'histoire? *Critique:* revue générale des publications françaises et étrangères, v., n. p.133-145, jan../fev. 2000.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, CF.. (Orgs.). *Domínios da História:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 272

SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cultura popular: um conceito circular na experiência do MCP (1960-1964)

Bianca Nogueira da Silva[1]

Resumo: O Movimento de Cultura Popular - MCP - criado na cidade do Recife nos anos 1960, foi uma das mais plurais atuações das massas populares no período que antecedeu a ditadura militar no Brasil (1964 -1985). Sob a bandeira da alfabetização de crianças, jovens e adultos, o MCP empreende uma grande onda difusora do conhecimento e disseminação de atividades culturais como a dança, o teatro, o cinema e as artes plásticas, uma experiência que agitou as estruturas sociais da época. O presente trabalho propõe uma discussão sobre o conceito de cultura popular travado nos campos da história cultural a partir das dicotômicas vivências do MCP, onde a intelectualidade pernambucana "constrói" as estruturas base da organização das camadas subalternas.
Palavras-chave: Movimento de cultura popular – História Cultural – Intelectuais.

Abstract: The *Movimento de Cultura Popular* - MCP - created in Recife at decade of 60, was one of more plural performances of the popular masses on the period that preceded the military dictatorship in Brazil (1964 -1985). Using the teaching of children, young and adults, the MCP undertakes a great diffusing wave of the knowledge and cultural activities dissemination as dance, theater, cinema and plastic arts, an experience that agitated the social structures of the time. This work considers a quarrel on the concept of popular culture in the cultural history's fields from the dichotomic experiences of MCP, where the intellectuality of Pernambuco State "constructs" the organization of subordinate layers structures base.
Keywords: Movimento de Cultura Popular - Cultural History - Intellectuals.

A cidade do Recife foi palco de uma das mais efervescentes situações políticas, sociais e culturais que permearam a sociedade brasileira nos anos 1960. Tal afirmativa é justificada pela ascensão de administrações tidas como "populares" que ganharam força desde a década de 1950 e promoveram o surgimento de inúmeros órgãos de representação popular entre elas: Sindicatos rurais e urbanos, Associações de bairro, e o Movimento de Cultura Popular.

Criado em maio de 1960 o MCP foi gerado dentro do governo Miguel Arraes que foi leito prefeito do Recife democratamente, para um mandato de quatro anos. A proposta era a alfabetização das crianças da cidade que não contava na época com uma sistematizada rede de ensino público. Os altos índices de analfabetismo na região não estavam restrito as crianças, sendo assim a partir de uma análise mais ampliada da situação da escolarização do Recife, o MCP expandiu suas ações alcançando jovens e adultos.

[1] Graduada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Germano Coelho, primeiro presidente do MCP foi o organizador do projeto que contou a participação de outros intelectuais pernambucanos como: Paulo Freire, Josina Godoy, Abelardo da Hora, Anita Paes Barreto e Nelson Xavier. A partir da junção desses e outros intelectuais o MCP ganhou mais atuação comunitárias ampliando suas ações para a produção da cultura popular através das artes plásticas, dança, teatro, cinema entre outros.

Estruturalmente, o MCP estava subdividido em dez departamentos (arte, música, alfabetização, setores administrativos etc), que gerenciavam todos os seus tentáculos. Os espaços de utilização eram os mais diversos: salões de festas, clubes, igrejas, residências e associações de bairro, o que barateava em muito seus gastos. O departamento de marketing do MCP contava apenas com um jipe com um alto-falante que anunciava os pólos dos eventos. Muitos levantamentos eram feitos entre a população para se identificar os seus maiores interesses, e esses pontos eram priorizados.

Com o resultado das pesquisas de campo e da própria experiência cotidiana do MCP, Norma Coelho e Josina Godoy, do departamento de educação, escreveram uma cartilha de alfabetização para adultos, muito criticada, sendo inclusive um dos alvos prediletos de toda a campanha encetada para destruir o Movimento.

Apesar das divergências ideológicas internas que eclodiram durante o desenvolvimento dos projetos, a crença no programa em realização era o ponto de intercessão dos seus organizadores, e este prevaleceu. Havia os que objetivavam resultados políticos e outros que privilegiavam a elevação da cultura popular. Do entrechoque dessas tendências, porém, enriqueceu-se o movimento, ele mesmo polêmico em questionar os problemas culturais brasileiros.

O MCP foi a tentativa da construção de uma Universidade Popular não transmissora de verdades pré-estabelecidas, difundindo, sobretudo, a conscientização social e os valores educacionais úteis à formação de uma base que viesse a atender as necessidades do Nordeste e do Brasil.

Em 1962, o prefeito Miguel Arraes afasta-se do seu cargo a fim de disputar as eleições para governador do estado. Sua popularidade na administração do Recife garantiu o sucesso na soma de votos na capital, sendo assim sua campanha foi focalizada no interior do estado onde as políticas coronelistas ainda fortes concentravam o apoio nos candidatos da situação.

Com a vitória de Arraes as práticas emecepistas foram expandidas para o interior do estado, ganhando mais expressividade e tornando-se modelo para os outros estados brasileiros.

A base de apoio do MCP era a sua intrínseca relação com outros seguimentos da sociedade civil organizada. A comunicação desses segmentos populares extrapolava o limite da voluntariedade e da informalidade, muitas das escolas do MCP que funcionavam em espaços comunitários foram desarticuladas com o golpe militar de 1964. Vista como um órgão subversivo o MCP e muitas outras organizações populares foram postas na ilegalidade sendo obrigada a encerrar suas atividades.

Com a deposição e prisão do governador Miguel Arraes e o prefeito da cidade do Recife Pelópidas Silveira, inúmeras associações de bairros e sindicatos foram fechadas e as que continuaram suas atividades foram brutalmente adulteradas, da mesma forma o MCP foi extinto e muitos de seus organizadores foram presos.

Segundo Carlos Brandão entre 1964 e pelo menos 1978, foram cada vez mais raras as experiências de um trabalho junto ao povo realizado a partir do emprego de práticas pedagógicas de alfabetização (BRANDÃO, 1981). Ao reprimir os movimento de educação popular em 1964 e mais acirradamente em 1968 (agravado com o Ato Institucional nº 5) coube ao próprio governo desenvolver um programa que contemplasse ao menos intencionalmente as necessidades educacionais: para isso foi criado o MOBRAL.

Diante deste capítulo da História brasileira, surgem inúmeras inquietações. Interrogações que norteiam outras investigações e por fim nos levam a mais interrogações. Talvez uma das mais persistentes desde o primeiro mergulho no tema tenha sido o conceito de cultura utilizado pelo Movimento de Cultura Popular. Com que legitimação uma pequena elite intelectual brasileira constrói uma organização como o MCP? Que suporte teórico oferece melhor alicerce para responder a essa pergunta? Como apreender dentro dos conceitos históricos a definição de sociedade civil organizada, movimento popular, cultura popular e povo? Alguns historiadores, sociólogos e folcloristas já se aventuraram nessa temática:

> "Na minha visão, é tudo aquilo que o povo como um todo já tinha, manifestava, mas não tinha destaque é tanto que no Sitio da Trindade as festas que eram promovidas no Carnaval, no São João, no Natal etc eram programadas no sentido de dar espaço pra todos os grupos possíveis como pastoril, mamulengo, bumba-meu-boi, enfim... Pudessem se apresentar, então era justamente fazer com que os grupos culturais das mais diversas origens pudessem ter um espaço público para se manifestar, e com isso não ficariam restritos ao seu mundo. Um exemplo é o maracatu que a partir daí ganha um destaque no espaço urbano. Além de trazer a público a situação de pobreza, de miséria, de exploração que vivia o povo brasileiro na época que era representada nas esquetes, teatros, de filmes e etc. e muita coisa foi feita (...) é Rio 40 graus, Nelson Pereira dos Santos etc... e grande destaque ganhava nessa ocasião ou autores brasileiros que de uma certa forma pensavam um pouco o que era Brasil na época, por exemplo eu me lembro muito bem da grande atração que Jorge Amado exercia sobre o público leitor da praça de cultura, então haviam grupos de debates que discutiam os textos de Jorge Amado (...) discutimos Capitães de Areia, Jubiabá e assim sucessivamente, havia uma espécie de seleção daqueles autores que mais e mais poderia gerar a discussão da situação concreta que vivia aquela população e do

> próprio país, então gerava nessa perspectiva , numa grande palavra na época que era a conscientização" [2]

A partir do depoimento de professora Silke Weber entende-se cultura popular como uma manifestação feita pelo "povo", categoria histórica/social economicamente encaixada nos grupos subalternos. Que através de uma organização política, ocupa um específico lugar no espaço público, e que, numa perspectiva de organização simbólica, finca os pés no campo cultural.

São nos encontros e desencontros da cultura popular com a cultura elitista que a identidade cultural do povo brasileiro é construída. Partindo da circularidade cultural defendia por Roger Chartier, entende-se dessa forma a cultura popular como essa dinâmica entre as estruturas sociais que permeia todas as esferas econômicas.

Faz-se imprescindível verificar que a gênese do MCP é possível a partir da observação de uma necessidade social percebida por uma elite intelectual da cidade, ou seja, suas ações são pensadas a partir de uma "intelectualidade para o povo. Michel de Certeau justifica essa relação ao estabelecer as diferentes culturas a partir das antagônicas posturas sociais, onde quem esta em cima garante a verificação e a repetição do que está sendo observado" (CERTEAU, 1994).

Abre-se então um duelo no campo social entre o discurso do popular *versus* cultura referencial.

A proposta vinda a partir de intelectuais do MCP para o povo é de que através da educação formal, ou seja, da apropriação dos conhecimentos do mundo letrado, era possível uma organização social e política, capaz de colocar o Nordeste em sintonia com o desenvolvimento experimentado pelo sul e sudeste do país. A organização política que agitou os anos 1960 em Pernambuco teve, então, como ingredientes principais a educação e a cultura popular.

A cultura dita popular ganha, dessa forma, outros signos e significados: o que é exótico, nos anos 1920, torna-se político a partir dos anos 1950, e transforma-se em arma nos anos 1960. Através dos eventos produzidos nos bairros do Recife, o povo em cena expõe seu cotidiano de pobreza e exploração, utiliza as peças teatrais, os cordéis e as cantigas para

---

[2] Depoimento colhido numa entrevista com a professora Dra. Silke Weber, departamento de sociologia da UFPE participante do MCP.

reivindicar seus direitos como cidadão. Esta era a revolução democrática tão temida pelos conservadores, ganhado formas e cores na periferia da cidade.

> "O povo via sua realidade retratada a partir das peças encenadas nas praças e ruas do Recife, eu me lembro de muitas peças do Bertoldo Brecht que estavam no circuito do MCP, não que a motivação maior do público que lotava os espaços fosse ir assistir a sua realidade representada, eles iam pela festa, mas ao chegar lá a identificação acontecia com os enredos, era a realidade do trabalhador, do desempregado, dos mocambos e dos analfabetos virando arte(...)"[3].

A consciência política é ativada nas experiências do MCP, e gera organização das massas em torno de seus ideais comuns. Na perspectiva Gramisciana, como dissemos anteriormente, é importante avaliar o que une essas massas, qual amálgama que agrega essas forças em torno de uma vontade coletiva. Vontade coletiva que por sua vez deve ser questionada se efetivamente representa a soma das vontades individuais.

Neste sentido, No campo político os partidos exercem um importante papel de representação social, pois reúnem indivíduos imbuídos de um ideal de governo. Várias classes sociais estruturam-se neste período pré-golpe militar através de organizações de cunho político. Mas em contrapartida à estruturação das classes sociais populares ou esquerdizantes, forças conservadoras unem esforços contra a vontade coletiva desse gênero, para manter o poder econômico – corporativo, num sistema internacional de "equilíbrio pacífico".

Os partidos políticos são normalmente caracterizados pelo grupo social que representam. Assim, legendas como PSD, UDN, PC, PS entre muitas outras, deixam clara a natureza do grupo social que grosso modo os constitui. Dessa forma, a história do partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social, as confluências giram em torno de uma coesão principal, que no mínimo deve ser partilhada pelos membros da legenda, entretanto a experiência brasileira parece desafiar esse principio, na aproximação de forças antagônicas em determinados momentos históricos.

O Recife atravessou uma importante experiência nos anos de 1960. Popularizou idéias políticas, socializou o ensino, abriu espaço para a cultura popular e criou uma atmosfera favorável à organização social através das associações de bairro, dos sindicatos e demais órgãos de representação popular.

Essas inovações foram geradas nas décadas de 1940 e 1950, quando são criadas as primeiras associações de bairro, e as esquerdas no Brasil, sobretudo o Partido Comunista, imprimem um ritmo mais intenso de consciência ideológica nas bases populares.

---

[3] Ibidem nota nº2

A década de 1950 foi marcada na cidade pela ascensão de administradores de perfil popular x populista, onde havia uma preocupação com o desenvolvimento econômico e social de todos os seguimentos da população, através do apoio às bases populares. Esses administradores voltaram-se às necessidades primárias do povo (moradia, alimentação, transporte e saneamento básico).

Pelópidas Silveira enquanto prefeito e governador teve esta preocupação, criou um aberto diálogo entre sua administração e as camadas populares, organizou as associações de bairro que tinham como objetivo a reivindicação de melhores condições de vida de suas localidades.

Miguel Arraes dá continuidade a esse perfil administrativo, e amplia o diálogo com as massas instaurando espaços onde as necessidades dos mais pobres eram priorizadas. É dentro dessas iniciativas que nasceu o MCP. O sucesso na cidade levou as práticas do MCP para além do estado de Pernambuco. Os intelectuais que participaram da estruturação do projeto contaram com uma ampla participação das massas, que ativamente foram alcançadas pela cultura letrada.

Há, entretanto, na opinião do professor José Batista Neto, um ranço elitista nas práticas do MCP. Segundo ele, a intenção de proporcionar a elevação do nível cultural do povo revela que, na avaliação da intelectualidade emecepista, na idéia de cultura popular está presente um certo conceito de "cultura modelo", de "cultura referente".

Elitismo à parte, o MCP foi uma das mais importantes organizações sociais dos anos 1960, pois agregava nas suas ações outras organizações como as Associações de Bairro, por exemplo, numa intensa relação de "unir forças" para um bem comum, desenvolvimento de tudo e todos.

É importante ressaltar que ideologicamente há muitas motivações nos bastidores dos acontecimentos do período pré-golpe militar, calcados e resumidos em duas ideologias que pressionavam o mundo: o capitalismo e o socialismo.

Sendo assim, as interferências, principalmente do PC, nas organizações sociais são freqüentes, havia uma crítica contundente as atuações dos comunistas nas Associações de Bairro, por exemplo, embora estas organizações não tivessem essencialmente uma unidade política. Há ainda a difícil missão de definir o que é direita e esquerda no Brasil neste período. Apesar de ideologicamente estarem bem definidos, as alianças políticas ao longo das décadas de 1950 e 1960 fazem com que "direitistas e esquerdistas" unam-se em pleitos eleitorais.

Há também, segundo o sociólogo, Roberto Aguiar, uma mitológica idéia de que nessa confluência de idéias prevalecia as esquerdas em Pernambuco. Ele afirma estatisticamente que sem o apoio de setores conservadores, muitos políticos de perfil socialista não teriam chegado ao poder.

O golpe militar termina em 1964 com essa disputa por espaços e influências, define os padrões de pensamento e o que destoa disso é taxado de subversivo. Assim, as organizações sociais recuam nesse período, sobrando espaço apenas para a censura e a castração social.

As atividades do MCP são reprimidas, as cartilhas "subversivas" apreendidas, as associações de bairro fechadas e/ou mutiladas, freando o ritmo de desenvolvimento que agitou o início dos anos 1960.

O que a história nos aponta sobre este período pode ser modestamente resumido numa idéia: efervescência! Cultural, política, ideológica, religiosa... E quantas mais ela nos permitir identificar através dos registros que ficaram: livros, imagens, documentos e memória.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife da Frente ao Golpe - Ideologias Políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. Coleção Primeiros Passos. 45º Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

_____. **O Que é o Método Paulo Freire**. Coleção Primeiros Passos. 25º Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução da Historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi – da Coluna Prestes à Queda de Arraes.** 3º Edição. Recife: Ed. Guararapes, 1980.

_____. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi – Memórias Políticas**. 2º Edição. Recife: Ed. Guararapes, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 5º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultura: Entre as Práticas e as Representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1985.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. 10º Edição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1939.

GRAMISCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.

HUNT, Lynh. **A Nova História Cultural**. Primeira Edição. Tradução de Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

JACCOUB, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968).** Recife: Ed. Massangana, 1990.

Memorial do Movimento de Cultura Popular.

NETO, José Batista. **MCP: O Povo como Categoria Histórica**. Coleção Tempos e espaços, Volume I. In: Recife: que história é essa? Recife: 1987.
ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2º Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes - Nacionalismo em Crise: 1955-1964.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural**. In Domínios da História. Ciro Flamarion (orgs.). São Paulo: Ed. Campus, 1991.
WEBER, Silke. **Política e Educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife**. Rio de Janeiro. Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol. 27 nº. 2/984.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Copos esculpidos, corpos desenhados: constructos do Belo no final do século XX

Edna Maria Nóbrega Araújo*

O presente texto encontra sua inspiração na mudança explicita do significado que o conceito de beleza sofreu no final do século XX e início do século XXI. A beleza será tomada como uma construção social e cultural que obedece aos critérios de uma época, ou seja, se modifica através da história. A beleza tem sido cultuada, procurada, correspondendo a quase uma determinação da experiência humana na atualidade. Em nenhum outro momento da história humana a beleza foi tão colocada em evidência quanto nos dias atuais. Sobre ela, são construídos discursos, imagens que buscam as formas de administrá-la, de negá-la e de representá-la.

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla, nível de doutorado, que possui a proposta metodológica de analisar os modelos de beleza que são veiculados pelos discursos da *Revista Veja e* da *Revista Isto É* que falam sobre o tema. Questionamentos como os que se seguem conduzem a nossa análise das fontes: Como os discursos das revistas pensam o corpo? Como as revistas retratam a imagem do corpo feminino? Que modelos de beleza são impostos pela mídia? Qual o modelo de beleza feminino que a sociedade sacralizou a partir do final do século XX?

A idéia de modelagem/construção do corpo feminino por meio da cirurgia plástica, uso do botox, implantes de silicone, etc. ou seja, as fábricas de beleza e o milagre da transformação fazem parte do cotidiano feminino e consequentemente da forma em que o conceito de beleza vem construindo significados através dos vários discursos. O que justifica a procura pela a análise dos discursos sobre beleza presentes nas Revistas Veja e Isto É, que embora não sejam especificas sobre beleza, possuem muitas matérias e inclusive capas com debates, conselhos, recomendações depoimentos, anúncios que vendem distintos produtos destinados a beleza. Enfim, as revistas ajudam a construir a história da beleza na atualidade.

Não é possível ao historiador não pensar seu próprio tempo. A beleza, nos tempos em que a imagem, a mídia e a cibernética imperam é enunciada de diferentes maneiras. Não é possível fechar os olhos ao caminhar dos seres humanos as clinicas de estética, as compras dos melhores e mais recentes cosméticos, as modernas academias de ginásticas que prometem

* PPGH, UFPE – Mestre e Doutoranda em História.

maravilhas, através dos inúmeros aparelhos, cada qual dedicado a uma parte do corpo, as próteses de silicone que preenchem e recompõem, o botox[1], que faz desaparecer as linhas de expressão e rugas deixando a pele com aspecto jovem, a bioplastia[2] que promete deixar mais jovem sem riscos, incisões e em pouco tempo , o peeling[3] que através do esfoliamento da pele elimina as células mortas promovendo um aspecto saudável e as lipoaspirações[4], que desenham e reinventam corpos.

A moda objetiva ditar o caminho. Existem milhares de pessoas prontas a segui-la. Mulheres cada vez mais jovens submetem às intervenções cirúrgicas. Quando não, passam por problemas de saúde como a anorexia e a bulemia, os dois causados pela vontade desvairada de emagrecer.

O "padrão" de beleza do século XXI não é difícil de ser reconhecido. Corpos bem definidos, malhados e marcados pela presença física de prédios de academias em cada esquina dos bairros, das cidades definem este padrão. Perguntas que se naturalizam como: *Você Malha?* Também definem o modelo de beleza que se deseja para si e para o outro no tempo presente.

O corpo malhado é um corpo disciplinado, é um corpo que exige o rigor *o cuidado de si*. Através dele há a busca por uma perfeição impossível de ser preenchida. Nessa sociedade que cultua a vida nas academias de ginástica também é possível encontrar a morte através do mesmo discurso que estabelece a idéia de saúde. O culto ao corpo e a "ditadura" da magreza estão presentes na experiência humana da atualidade. Estes aspectos exercem influências nas mentes e nos corpos que buscam a preparação para exibição de maneira semelhante aos produtos que são consumidos para a realização do desejo de beleza.

> *[No início do século xx] os contornos se tornam mais vigiados e menos dissimulados. A alusão aos regimes ou aos exercícios se tornam mais presente. (...) O objetivo é evitar as espessuras nos quadris ou o desenvolvimento dos quadris. Um universo físico até então pouco tratado se torna bruscamente observado (VIGARELLO, 2006, p. 132)*

Desse modo observemos:

---

[1] Toxina Botulínica (BOTOX ®)que é uma substância produzida pela bactéria Clostridium Botulinum.
[2] Bioplastia - A plástica sem cortes, que pode ser aplicada no rosto e no corpo.
[3] Peeling vem do idioma inglês e quer dizer literalmente descamar ou esfolar. Então, esse procedimento tem como objetivo a descamação e renovação de pele através de agentes químicos para que esta fique mais bonita e saudável.
[4] Lipoaspiração é um procedimento cirúrgico. É uma intervenção que visa retirar gordura com objetivo estético.

> *Há atualmente no Brasil, sobretudo nas classes média e alta, a mania de elogiar a magreza. Com silhuetas delgadas, modelos, atrizes e celebridades tornam-se símbolos de beleza, glamour, riqueza e aceitação social. São tantos famosos comemorando publicamente a perda de gordura que é quase impossível impedir que tais "sucessos" repercutam em quem está suscetível à pressão por um corpo perfeito. (Revista Isto É, 2006, p.45)*

Juliana Paes, atriz, reduziu sua silhueta. Segundo a mesma em entrevista no canal de televisão – GNT, ela afirmou que se Gisele Bundchen é elogiada pelo corpo perfeito e tem uma silhueta delgada ela também gostaria de ter.

Desse modo, em busca de um padrão de beleza, tido como perfeito, as mulheres se submetem a rigorosas intervenções sem se preocuparem com os riscos das mesmas.

Atualmente, na TV e nas revistas é possível encontrar o "passo a passo" da cirurgia plástica. A partir de depoimentos das mulheres afirmando o quanto as dores "não significaram nada" diante da transformação alcançada. Além do "passo a passo" das cirurgias é possível observar nas matérias apresentadas o já famoso "antes e depois", ou seja, as propagandas remetem a afirmações do tipo Você Também pode.

As cirurgias plásticas, as dietas, as academias, os cosméticos são verdadeiras reciclagens que as mulheres fazem permanentemente, apelando para manter-se jovem.

> *A personalização do corpo apela para o imperativo da juventude, para a luta contra a adversidade temporal, o combate para conservar nossa identidade sem hiatos ou panes. Permanecer jovem, não envelhecer: é o mesmo imperativo da funcionalidade pura, o mesmo imperativo da reciclagem, o mesmo imperativo da dessubstanciação que impede a manifestação dos estigmas do tempo a fim de dissolver as heterogeneidades da idade. (LIPOVETSKY, 2005, p.43)*

As reciclagens, as chamadas tentativas de adequação a norma vigente vem sendo associada ao conceito de beleza feminina há séculos. Em que o sacrifício em nome da beleza sempre existiu entre as mulheres conforme nos relata Mary Del Priore (2001, p11):

> *Poucos sabem que até o século XIX usava-se sutiã para corrigir o corpo. Na forma de espartilho, era utilizado seguindo uma tradição medieval que consistia em "enrolar" em crianças recém-nascidas panos apertados a fim de dar-lhe mais segurança, ao mesmo tempo em que modelava o pequeno corpinho. Endereçado às mulheres, ele funcionava como uma fôrma ou um estojo protetor e, sobretudo, corretor de um corpo feminino passivo e amolengado, considerado pelos médicos possuidor de postura "frágil" e ossos "tenros"..*

Embora as mulheres tenham se livrado do espartilho a partir do final do século XIX, no inicio do século XX construíram outras práticas no sentido de ter uma cintura fina e, para isso, nossas avós e bisavós contaram com a ajuda de corpetes. Em alguns casos, elas se amarravam tanto que chegavam a produzir compressão das costelas e outras deformidades

internas. Ao final da Primeira Guerra Mundial, as chamadas exuberâncias adiposas, passaram a ser contidas, pela cinta elástica. Hoje, vendem-se meias-calças com enchimentos, " a meia do bumbum", enquanto soutiens com armação criam a impressão de seios firmes e arredondados, e os dotados de enchimentos, aumentam o volume. A cirurgia plástica permite alterações ainda mais drásticas: recria a forma e a firmeza típicas de seios jovens, os aumenta através de implante de silicone ou os reduz com a remoção do que neles parece excessivo. (QUEIROZ, 2000)

Desde as últimas décadas do século XX, com a "popularização" das cirurgias plásticas, as mulheres passaram a buscar nos bisturis a correção do que consideram imperfeições do corpo, ou/e através do silicone substituir partes do corpo tidas como "velhas" por outras "novas" e com isso alcançar seu ideal de beleza. As cirurgias plásticas, segundo o discurso da Veja, se tornou uma questão de "higiene".

Se o assujeitamento da mulher ao modelo de beleza do século XIX, causa espanto as mulheres do século XXI, afinal ir a uma igreja ou a um baile apertada por varetas de aço, machucando suas carnes, parece loucura, mas e hoje o que fazem as mulheres em busca do corpo perfeito?

O ser mutante, cibernético já faz parte de nosso cotidiano. Cada vez mais ele toma corpo em nossa sociedade. Troca-se o tamanho dos seios, retiram-se costelas, muda-se a cor dos olhos, reforma-se o sorriso, redefine-se músculos, afina-se a cintura, refaz-se o nariz, arruma-se as orelhas. É uma verdadeira maratona de transformações, e pela indicação de mercado, a procura por tratamentos de beleza tende a crescer cada vez mais.

A feiúra e a velhice passaram a ser vividas como um drama. Daí a multiplicação de "fábricas" de beleza e juventude.

> *Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas em salvar nosso corpo, da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas balança e o espelho. "Libere-se", contrariamente ao que queriam as feministas, tornou-se sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude fatal. Decrepitude, agora, culpada, pois o prestígio exagerado da juventude tornou a velhice vergonhosa. (DEL PRIORE, 2001, p.11)*

Mas como não envelhecer? Os meios de comunicação, como: revistas, jornais, rádio, televisão, cinema, outdoor, propaganda, anúncio em site da Internet, etc. insistem no discurso científico e nos conselhos de médicos e de outros peritos que garantem que é possível manter a juventude apesar da idade 30, 40, 50 e agora aos 60 anos é possível manter-se jovem, sadia e bela para isso oferecem produtos que fazem milagres. (SILVA, 2006)

Nesse caso, o discurso publicitário age na nossa sociedade disciplinar convencendo, instituindo verdades. "Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ao compasso da verdade – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdades, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. (...)(FOUCAULT, 1986, 231)

O efeito de verdade produzido por estes discursos buscam dar um toque de naturalidade aos inúmeros tratamentos para embelezar o corpo. Com tanto assédio do mercado, é difícil alguém querer exibir celulite, rugas ou barriga saliente. Poucas mulheres conseguem resistir à enorme pressão da ditadura da saúde e da juventude como beleza.

As marcas do tempo que passa, os sinais de uma existência são apagados com a naturalidade de quem rasga um papel, derruba um monumento. Na sociedade que cultua o novo, que desnaturaliza o envelhecimento e a morte, passa a ser natural a não celulite, a não ruga, o não cabelo branco, enfim tudo o que comprometa os discursos construtores de um padrão de beleza voltado para corpos definidos.

Aliás esta expressão – corpos definidos - já está naturalizada nas academias. O seu conceito não é debatido. Foucault, ao anunciar as estratégias de produção dos discursos e das verdades nos convida a questionar: o que é definir? Corpos definidos produz o sentido de corpos demarcados, fechados, organizados sob as relações de poder que atravessam os mesmos.

> *Nessa perspectiva, as transformações do corpo da mulher brasileira foram brutais. Uma radicalização compulsiva e ansiosa a empurrou nos últimos dez anos, e a segue empurrando para a tríade abençoada pela mídia: ser bela, ser jovem, ser saudável! Graças à supremacia das imagens instaurou-se a tirania da perfeição física. Hoje, todas querem ser magras, leves, turbunadas. Num mundo onde se morre de fome, grassa uma verdadeira lipofobia. Todas as mulheres parecem querer participar da sinfonia do corpo magnífico. (DEL PRIORE, 2001p.)*

Para a realização da tarefa diária de manter-se jovem, bela e sadia as mulheres utilizam de inúmeros mecanismos e de intervenções como as cirurgias, o silicone, o botox, os produtos de beleza, as dietas milagrosas, ou as corridas as academias de ginásticas e outros aspectos, não menos sutis, como a absorção das imagens e discursos que agem sobre o corpo feminino, divulgados nas revistas especificas direcionadas a mulher ou não, nos anúncios da TV, nos outdoors, nas páginas da internet etc.

A atuação da mídia na construção das escolhas de modelos de beleza para as mulheres pode ser datada do período de afirmação do cinema americano, quando novas imagens femininas começaram a se multiplicar. Não era mais Paris que ditava a moda, mas os

estúdios de Hollywood. Todas sabiam que a imprensa e o cinema divulgavam padrões que deveriam ser seguidos, excluindo aqueles que deles não se aproximavam. Data daí um novo padrão de beleza baseado nos símbolos sensuais de Hollywood.

> *Se por um lado a estética cinematográfica era sinônimo de mentalidade moderna e um domínio onde a mulher podia tomar iniciativas, por outro a sensualidade que emanava de sua representação a transformava em objeto passivo de consumo. Mais um adendo: a indumentária usada pelas atrizes, e copiada no mundo inteiro, não fazia mais do que traduzir metaforicamente a personalidade feminina. Ora, o poder de sedução de estrelas do cinema marcou toda uma geração de mulheres, servindo de modelo para a imagem que queriam delas mesmas. (DEL PRIORE, 2000, p. 75)*

Segundo Georges Vigarelo a arte de embelezar surgiu no começo do século XX e se

> *expandiu igualmente o olhar projetado para a beleza. Aparelhos e modeladores se destinam às pernas, às costas, aos seios. O conjunto das superfícies parece relativizado. . Produziu-se uma metamorfose definitiva, discreta mas decisiva: o corpo 'embelezado' não é apenas dirigido aos cuidados do rosto ou aos movimentos físicos genéricos, ou ainda aos banhos adelgaçadores, e sim a aplicações corretivas precisas, a massagens, a intervenções topológicas variadas. O ideal primeiro se tornou o de um projeto global, uma promessa servida pela técnica e instrumentação: uma ação sobre si. (VIGARELLO, 2006, p.134)*

A partir da década de 90 ocorreu a valorização das supermodelos e isso fez com que a cultura da magreza, da juventude e da beleza adquirisse mais força. Ser modelo passou a ser uma aspiração legítima das meninas e um desejo das mulheres. Todas, independente da idade, querem ser lindas, magras e jovens.

Para este novo padrão de mulher passou-se a estimular o descobrimento das partes do corpo, a vida da mulher ao ar livre, o hábito dos esportes, e tudo que promovesse uma aparência saudável e jovem.

Entretanto, quando a mulher despiu-se, seja, nas praias ou nas revistas a solução foi cobrir o corpo

> *de cremes, vitaminas, silicones e colágenos. A pele tonificada, alisada, limpa apresenta-se idealmente como uma nova forma de vestimenta, que não enruga nem "amassa" jamais. Uma estética esportiva votada ao culto do corpo, fonte inesgotável de ansiedade e frustrações, levou a melhor sobre a sensualidade imaginaria e simbólica. (DEL PRIORE, 2000, p.75)*

Se de um lado tem-se a mídia e todo um incentivo para expor o corpo, por outro lado, surge a necessidade de cobri-lo, não com tecidos, mas com cremes, pois, para ficar nu não pode ser um corpo que apresente sinais de velhice, rugas, celulite, manchas, como

também não pode ser um corpo obeso, mas esbelto, malhado, não pode ser um corpo que possua pele clara mas que esteja bronzeado.

> *O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre crianças e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotizaçao, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado! (...)"(FOUCAULT, 1986, 146/7)*

As intervenções sobre o corpo ao mesmo tempo que aparentam oferecer liberdade, invoca também estratégias de autocontrole e interdição. A promessa de uma vida longa, de um corpo belo e saudável é acompanhada de discursos que auto-regulam a mulher tornando-a vigia de si mesmo: "fique nua... mas seja magra". Nesse investimento sobre o corpo não há forma de controle-repressão, tão comum nos séculos XVIII e XIX, mas o controle-estimulação.

Dentro desta perspectiva, o corpo passou a ter uma nova tarefa: ser consumidor. Consumidor em cada uma das suas partes individualizadas. Para as unhas, esmaltes; para os cabelos, xampus; para o corpo, sabonetes e cremes; para o resto, academias de ginástica, aparelhos comprados pelo *shop time*, tudo prometendo beleza para todas!

A história da beleza, portando, pode ser visitada na atualidade nestes discursos que fragmenta corpos mas que buscam estar reunidos em um único enunciado: o da beleza.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER. Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUVEAU, Agnès e Tétart, Philippe. **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**.São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **História do Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Corpo a corpo com a Mulher.** Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.

ECO, Umberto. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ERTZGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 8 ed. Rio d0e Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Vigiar e Punir.** 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GARCIA, Wilton. **Corpo, mídia e representação**: estudos contemporâneos. São Paulo: Thomsom, 2005.

GIDDENS. Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPOVETSKY, Giles. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.

_____, **O Império do Efêmero**: A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____; ROUX, Elyette. **O Luxo Eterno**: da idade do sagrado aos tempos das marcas. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARTINS, Francisco Meneses; SILVA, Juremir Machado. (orgs). **Para navegar no Século XXI**: tecnologias do imaginário e cibercultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MORAES, Eliane Robert. **O Corpo impossível**. São Paulo: FAPESP, Iluminuras, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Renato da Silva (org). **O Corpo do Brasileiro:** estudos de estética e beleza. São Paulo: SENAC, 2000.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SCHPUN, Raisa Mônica. **Beleza em Jogo**: Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, SENAC, 1999.

SIBILA, Paula: **O Homem Pós-Orgânico:** Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O Espírito das Roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras. !987.

VIGARELLO, Georges. **História da Beleza:** o corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

República e Escravidão na escola secundária baiana: aparentes contradições nos manuais didáticos de João Ribeiro e Antonio Alexandre Borges dos Reis

Maria Cristina Dantas Pina*

Resumo: Este texto pretendeu identificar como o escravo negro foi retratado nos livros didáticos de História do Brasil de João Ribeiro (1900) e Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915). Manuais utilizados no Ginásio da Bahia, cujos autores defendiam a República e as mudanças dela advindas. Analisou-se como os dois livros pensaram a escravidão na história do Brasil e como suas análises relacionavam-se com uma cultura intelectual hegemônica naquele contexto, considerando as especificidades da questão racial na sociedade brasileira e baiana. Buscou-se perceber os significados e implicações sócio-econômicas e políticas dos conteúdos dos livros, relacionando-os com o contexto vivido pelos autores e leitores. Constatou-se, assim, que a escola, através das suas disciplinas escolares, foi um espaço de legitimação de um projeto republicano no qual o negro mantinha um lugar de inferioridade.
Palavras Chave: Livro Didático – escravidão – ensino de história

Résumé: Ça texte il prétendant surprendre que l'esclave noir est allé se rétracter dans les manuels didactique de l'Histoire de les Brésil de João Ribeiro (1900) et Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915). Les Manuels utilisée dans les Gymnase de les Bahia, dont auteurs ils protéger les une République et les modifications de le arrive. Analyse semblable à les deux livres ils réflexion les esclavage dans les histoire de les Brésil et que une votre reportage se rapporter avec une culture intellectuelle hégémonie, prévoyant les spécifique de la question racial dans la société brésilienne et baiana. Il piquet de grève les signification et implications entreprise l'associé econômicas et politique de les le contrat de les livres rapporte les à les le contrat vivions par le auteurs et lecteurs. Constate, sitôt , l'école , via les votre discipline escolares, il est allé une intervalle comme de légitimité près de une étude Républicaine dans lequel les noirs il gardé um situer comme de inférieur.
Palavras Chave: Livre didactique – esclavage – enseignement d'histoire

Introdução

Este texto analisa como o escravo negro foi retratado nos livros didáticos: *História do Brasil* (1900) de João Ribeiro e *História do Brasil* (1900) de Antonio Alexandre Borges dos Reis (1915), utilizados no Ginásio da Bahia, nas três primeiras décadas do século XX, percebendo as relações entre os conteúdos e o contexto vivido por seus autores e leitores.

Até a década de 1940 o Ginásio era a única instituição pública de ensino

* Professora de Metodologia e Prática do Ensino de história, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando em Educação, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pelo Programa PQI/Capes. Membro do Grupo de Pesquisa HISTEDBR.

secundário na Bahia, formando, durante esse período, várias gerações ligadas, principalmente, às elites baianas. Esta Instituição de ensino foi durante décadas centro de referência de produção intelectual e, portanto, espaço privilegiado para se entender as relações entre escola e sociedade.

O contexto analisado é o ambiente republicano permeado pela idéia de que a educação seria a saída para o progresso nacional. Ou seja, a escola teria como objetivo a formação do sentimento patriótico e, para isso, os manuais didáticos de história tiveram papel de destaque. Essa concepção de pátria incluía uma explicação em relação ao papel assumido pelos grupos raciais presentes na formação brasileira.

A República e as transformações na sociedade brasileira e baiana

No processo de instalação e construção dos instrumentos político-institucionais da República a Escola foi um dos alvos privilegiados de atuação. Momento intenso no tocante a disputas de ideais, projetos, interesses de toda ordem. Momento em que a sociedade brasileira passa por um intenso processo de transformação em sua composição: aumento populacional, crescimento das cidades, grande diversificação étnica da população, tendo como estrutura uma sociedade em transição para inclusão numa nova ordem econômica mundial.

Na Bahia a transição do Império para a República não diferiu no geral do contexto nacional. Dominada política e economicamente por oligarquias rurais, a Bahia experimentou essa passagem baseada em acordos entre as elites agrárias. Em função da perda da hegemonia do Estado para o sudeste, o discurso sobre a importância da educação é potencializado. Nesse sentido, é notório nos discursos dos intelectuais baianos a valorização e enaltecimento de um passado culto e instruído, embora os fatos demonstrem uma constante carência e ausência de uma educação pública.

Algumas reformas podem ser apontadas em relação à educação na Bahia no período em questão. Em passos lentos os governos republicanos foram implementando a expansão do ensino primário, sem o *glamour* dos grupos escolares paulistas.

Já em 1895 tem-se uma primeira reforma de ensino que vai ser pouco efetivada na prática. É somente a partir de 1925 que o ensino primário conhece ações práticas no Estado, quando da gestão de Anísio Teixeira na direção da Inspetoria Geral de Instrução Pública na Bahia.

Até 1930 o Ginásio da Bahia permaneceu como única instituição pública de ensino secundário, seguindo a legislação federal e mantendo a equiparação ao Colégio Pedro II, estabelecendo uma educação com fortes características humanistas.

Esta instituição representou um centro importante de discussão acadêmica e intelectual da elite baiana. Seus professores eram intelectuais formadores de opinião, no dizer de Gramsci, intelectuais orgânicos, que contribuíam com a manutenção ideológica de uma determinada ordem social.

Exemplar dessas discussões foi o debate em torno da questão relativa ao negro, que ocupou lugar central nas décadas finais do século XIX, adentrando algumas décadas do século XX. Tal debate, em certa medida, denuncia as atrocidades da escravidão, mas construiu uma justificativa a partir da sua preexistência na África, como também pela inferioridade dos negros. Vejamos os desdobramentos dessas idéias nos manuais didáticos.

Livro didático e escravidão – os autores

Os livros de João Ribeiro e Antonio Alexandre Borges dos Reis são expressões ricas de uma cultura escolar que marcou o ensino de história no secundário baiano nesse contexto de mudanças educacionais e permanência do pensamento racista. Ambos foram utilizados no curso de História do Brasil do Ginásio da Bahia

O livro *História do Brasil – curso superior*, de João Ribeiro, foi publicado em 1900, faz referências em relação ao negro e sua escravidão em três capítulos diferentes (nos itens: "As três raças – a sociedade"; "A escravidão negra"; "Revolta dos negros na Bahia" e "A Abolição"); perfazendo um total de 26 páginas num universo de 540 páginas.[1]

Ribeiro organizou seu livro de forma completamente diferente do que até então tinha se visto em matéria de livro didático. Segundo ele próprio, "os nossos livros didacticos de historia pátria dão excessiva importância à acção dos governadores e à administração, puros agentes (e deficientíssimos) da nossa defesa externa" (p. 18). Daí propõe outra forma de narrar a história do Brasil, pois sua formação deve ser entendida a partir do "colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros" (p. 17).

Logo, seu livro torna-se um marco na historiografia brasileira por esta inovação e pela riqueza de pesquisa histórica. Também vai ser um construtor da idéia de nação a partir da

[1] Na primeira edição o livro é composto de nove capítulos, cada um deles com vários subitens. No entanto, o texto referente ao negro é o mesmo da edição (1935) aqui utilizada, inclusive em número de páginas.

República. Segundo Melo (1997), Ribeiro vê a República "como única forma de governo capaz de realizar o verdadeiro ideal da Fundação da própria nação, encontro da vontade do povo, do homem nacional" (p. 6). Sua história vai ser marcada por esta concepção, caracterizado por como um texto republicano.

Já o manual de A. Alexandre Borges dos Reis foi editado pelas oficinas de Reis & C. para ser adotado nos Liceus e Ginásios da Bahia. Assim como o livro de João Ribeiro, caracteriza-se por apresentar uma análise dos fatos históricos sem se sustentar na narrativa pura e simples de fatos da história político-administrativa do Brasil. Preocupa-se em apoiar sua análise em estudiosos da história nacional e mundial, tentando explicar os fatos e não apenas descrevê-los. Também pode ser considerado um texto republicano.

O livro é dividido em duas partes. A primeira parte cobre os fatos do século XVI ao XVIII (257 páginas); a segunda parte cobre os fatos ocorridos no século XIX (168 páginas). O negro aparece em dois capítulos (nos itens "A escravidão dos negros – o tráfico e a agricultura" e "O tráfico, leis repressoras. Leis Emancipadoras, a abolição"), totalizando 8 páginas de um universo de 425 páginas.

Todos os dois manuais didáticos foram produzidos num mesmo contexto histórico. Os dois autores viveram a experiência de lecionar História do Brasil e construíram os livros para tal fim. Viveram intensamente as transformações sociopolíticas, econômicas e culturais da transição do século XIX para o século XX, participando ativamente da vida intelectual brasileira, tanto no Rio de Janeiro (então capital da república) quanto na Bahia. Eram, também, defensores da República.

É fundamental entender como eles pensavam a escravidão negra. Dividimos a análise das obras a partir de três temáticas: tráfico de escravos, resistência escrava e abolição.

O Tráfico de escravos

Tanto João Ribeiro quanto Borges dos Reis condenam o tráfico de escravos. Os dois assumem uma posição crítica no tocante às condições do tráfico e dos negros. No entanto, eles constroem justificativas para a existência da escravidão e do tráfico a partir da concepção da diferenças e hierarquia entre as raças. Cada qual a seu modo, busca explicar a escravidão a partir do próprio negro.

João Ribeiro constrói uma justificativa para a escravidão a partir da sua anterior existência na África. Seus argumentos contribuíram para a consolidação dessa idéia na historiografia brasileira, mesmo ele ressaltando ser esta uma desculpa por parte dos traficantes.

> *A escravidão para as nações negras era a pena de quase todos os delitos; o pai podia vender, o juiz (o sova) podia condenar qualquer à escravidão; o rei podia escravizar os vassalos e a guerra podia escravizar a todos. D'esse principio bárbaro (cuja execução facilitavam ou procuravam originar), aproveitavam-se os traficantes comprando e resgatando a ímpia propriedade. Desde logo a cobiça dos pais, o arbítrio dos reis e dos sovas, e o direito da guerra convulsionou como um terremoto todo o sertão negro; as famílias se desmembraram, as rixas se multiplicam, as guerras se ateiam, a caça humana se institui; o resgate dos negreiros é apenas o triste epílogo das grandes conflagrações, cujo rastilho eles acendiam de longe na foz deserta dos rios ou à beira do Oceano.*
>
> *Com isso se desculpavam dizendo ser a escravidão mais um negócio africano, do que d'elles traficantes* (RIBEIRO, 1935: 246).

Daí ele inicia a condenação do tráfico, descrevendo suas atrocidades e suas condições subumanas, tecendo duras críticas às condições de higiene e humanidade. No entanto, constrói toda uma justificativa para afirmar que a escravidão na América representou uma melhoria nas condições de vida do negro africano. Passa a idéia de que no Novo Mundo ele encontrou uma escravidão mais amena, principalmente quanto tinha a sorte de conseguir um senhor cristão e condolente.

> *Força é confessar que de toda essa jornada de horrores a escravidão no Brasil é o epílogo desejado para os escravos. D'aqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos Senhores, que melhores que os da África e os do mar. (...)*
>
> *A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia. Se os negros não tiveram, como os índios, em favor d'eles, a voz onipotente da igreja, tiveram ao menos o espírito cristão e a caridade própria da nossa raça* (RIBEIRO, 1935: 249).

Assim, Ribeiro justifica a escravidão, apresentando uma versão "branda" e humanizada pelo espírito cristão do brasileiro. Mostra-se precursor da idéias de Gilberto Freyre, destacando o caráter filantrópico dos colonos que demarca o diferencial no regime escravista, diferenciando o Brasil dos ingleses e franceses.

Descreve também um quadro harmônico das relações entre senhores e escravos, atribuída essa harmonia à boa índole do homem branco. Ribeiro, mais uma vez, recorre à questão das diferenças entre as raças para justificar as atitudes diante os negros escravos.

Borges dos Reis explica a escravidão a partir da não adaptabilidade do indígena ao trabalho e, logo, o contrário em relação ao negro.

> *A insumissão do aborígene ao trabalho, a sua inadaptação, como máquina, à vida agrícola, a oposição e a concorrência dos jesuítas obstando até a locação dos serviços dos indígenas aldeiados – foram pois as causas que determinaram a introdução dos africanos escravos no Brasil* (REIS, 1915: 135)

A partir dessa justificativa, chama atenção para a já existência da escravidão na Europa antes do descobrimento do Brasil, destacando também a violência do comércio negreiro.

> *Abundante era o pasto: o gado humano, arrancado violentamente do solo nativo, bestificado pelos rigores da travessia, oprimido pelo azorraque do feitor, não podia reagir, não disporia da selva próxima e, passivamente, seria atrelado ao leito. E assim foi. (REIS, 1915: 137)*
>
> *Condena o tráfico e denuncia suas condições após a proibição desse comércio (1831). Para Borges dos Reis inicia aí toda sorte de horrores e desumanidades sofridos pelos negros africanos.*
>
> *(...) O risco desse comércio passou a ser maior desde que de livre tornou-se perseguido, e a violência, a ausência de escrúpulos, a obliteração dos sentimentos de humanidade cresceram na razão direta dessa perseguição.*
>
> *O aspecto de um navio negreiro passou a ser horrível; e quando, na praia deserta do litoral brasileiro, conseguia o contrabandista despejar a carga, 30% dela ficava no porão apodrecida, e o aspecto da que desembarcava inspirava dó e lástima*. (REIS, 1915: 138).

Resistência escrava

Esta temática aparece apenas em João Ribeiro que demonstra certa simpatia pelos negros e por sua coragem. Condena a escravidão, embora permaneça imbuído da visão de inferioridade da raça negra e da sua função nesta pátria.

João Ribeiro destaca o processo de resistência escrava dando como exemplo as revoltas negras na Bahia, não tratando especificamente da experiência de Palmares.

Ele ressalta a ousadia e luta dos negros contra as atrocidades dos senhores, o quer contradiz com o 'espírito cristão' descrito no capítulo VI. Chega a justificar a rebeldia dos negros.

> Nos campos, nas florestas, nas fazendas e até no lar doméstico foram comuns os dramas e as tragédias da raça escravizada. Não é pois, de estranhar que por vezes, sem objetivo, sem ideal e sem ordem, se sublevassem os escravos, aqui e ali, na vastidão do território. (RIBEIRO, 1935: 487)

Em seguida inicia a descrição da revolta de negros malés, na Bahia em 1835, atribuindo às desordens regenciais e às guerras civis a facilidade da sua explosão. Salienta a competência do Governo da Bahia assim que soube da intenção da insurreição.

Prossegue Ribeiro afirmando ser o espírito de liberdade do negro um resultado da sociedade em que estavam inseridos. Aqui volta a sua concepção hierárquica das raças.

> *Se um dia se houver de escrever a historia da escravidão, indispensáveis se afiguram as narrativas dessas rebeldias que, sem sentido aparente para o regime dos governos escravocratas, todavia expressam o sentimento de liberdade que é o apanágio da própria civilização em cujo meio viviam os escravos* (RIBEIRO, 1935: 489).

Borges dos Reis não traz nenhuma análise sobre essa temática. Há um silêncio em torno dos movimentos de negro em busca da libertação. Nem ao menos a experiência de Palmares foi relatada. Mesmo tendo acesso aos textos de Nina Rodrigues sobre as revoltas de negros na Bahia, não escreve uma só linha a respeito. Sua narrativa cobre apenas o movimento parlamentar em direção à abolição, como veremos a seguir.

Abolição da Escravatura

De uma maneira geral, os dois autores demonstram simpatia pela causa abolicionista, percebendo sua necessidade. Entendem a abolição como parte de um processo maior de transformação da sociedade brasileira que caminhava para a República.

João Ribeiro inicia a discussão justificando que irá apenas fazer algumas indicações dessa temática, pois a história contemporânea ainda não pode ser devidamente descrita, mesmo assim tece algumas considerações.

Justifica por ter sido os brasileiros um dos últimos povos a emancipar seus escravos pelo numero imenso do trafico. Indica uma simpatia à ação de D. Pedro II em favor da emancipação, mostrando suas atitudes para o desdobramento de um processo gradual e pacífico, diferentemente do contexto norte americano. Ribeiro não apresenta conflitos e divergências no movimento abolicionista. Mostra-se simpático à gradatividade da emancipação, em nome da 'civilização' e para evitar tumultos.

Os descontentamentos com a abolição somaram-se a outros descontentamentos políticos levando, segundo João Ribeiro, à proclamação da República.

Borges dos Reis, por conseguinte, apresenta a idéia de libertação dos escravos como conseqüência da ação de parlamentares e abolicionistas, além de um desdobramento quase natural no desenrolar da história.

Reforça a importância do negro para o país, não apenas enquanto escravo, mas posterior à abolição.

> *Elemento poderoso da prosperidade colônia foi por certo o negro africano e os seos descendentes; elemento não menos valioso continuou a ser do nacional, quando o paiz alcansa a sua emancipação política*. (REIS, 1915: 55)

Mesmo reconhecendo e valorizando o elemento negro na construção da nação, volta a trazer para o centro da história o homem branco que, por bondade encaminha o processo da abolição.

> *Mas o espírito philantrópico dos brazileiros não se detém, era preciso extinguir a fonte da escravidão no paiz, e só bella conquista realiza-se com a lei de 28 de setembro de 1871, apresentado ao parlamento brazileiro pelo eminente estadista José Maria da Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco que, ao fazel-o triumphar empenhou as energias másculas do seo privilegiado talento*. (REIS, 1915:156)

O autor discorre sobre o longo processo de abolição ocorrido no parlamento – aprovação das leis emancipadoras (Ventre Livre, Sexagenários), como também fala da participação de outros setores sociais nesse movimento (intelectuais, poetas, etc). Por fim informa brevemente que a lei foi sancionada pela Princesa Isabel, regente à época, sem com isso estabelecer qualquer papel de destaque ao fato. Nisso diferencia-se de outros manuais responsáveis pela construção do mito da redentora.

Considerações

Os dois manuais aqui analisados são exemplares das mudanças registradas na sociedade brasileira como um todo, particularmente no campo educacional. Estavam antenados com as 'novas' idéias pedagógicas divulgadas no mundo, e foram além da simples descrição de fatos. Construíram uma análise sobre o Brasil.

No geral, os dois autores sustentam-se numa visão de história como manifestação da trajetória da formação da nação brasileira, consolidada com a proclamação da República. Como parte dessa concepção de história, o escravo negro aparece como elemento formador da

nação, porém ocupando um lugar 'menor' nesse processo pela inferioridade da raça e das civilizações africanas em relação à civilização européia.

Apesar de destacarem, muitas vezes em tom de denúncia, a crueldade da escravidão, justificam sua existência por séculos em nome de um projeto maior – a construção da nação brasileira livre, soberana, republicana.

O livro de João Ribeiro incorpora as mudanças teórico-metodológicas do final do XIX e início do XX, tornando-se um marco na historiografia brasileira por esta inovação e pela riqueza de pesquisa histórica. Contudo, assim como Borges dos Reis, continuam pensando a temática escrava como os intelectuais do IHGB.

Demonstram simpatia pela causa abolicionista e percebem sua necessidade histórica. Afinal eram intelectuais ligados ao movimento republicano e pensavam a nação brasileira a partir dos padrões modernizantes europeus. Mesmo assim, não analisam em momento algum a situação sócio-econômica do negro após a abolição. Passam a sensação que apostavam num embraquecimento e conseqüente desaparecimento do negro.

Nesse sentido consideramos que João Ribeiro e Borges dos Reis reforçam uma visão do negro hegemônica naquele período – inferior, atrasado culturalmente, incapaz de progredir tecnologicamente e, portanto, destinado ao fracasso ou ao desaparecimento. Visão esta que terá repercussões fundamentais no espaço escolar, no processo de formação de uma cultura escolar e suas relações na sociedade como um todo.

Referências

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, D. K. **O Banquete Espiritual da Instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003, (Dissertação de Mestrado).

NUNES, A. A. **Política Educacional no início da Primeira República na Bahia: duas versões do projeto liberal.** Salvador: Faced/UFBA, 2003 (Tese de doutorado).

PINA, M. C. D. "A escravidão no livro didático de história: problematizando momentos da educação republicana (1890-1980)". In: MAGALHÃES, L. & ALVES, A. E. & CASIMIRO, A. P. (orgs). **Lugares e sujeitos da pesquisa em História, educação e cultura**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

RIBEIRO, J. (J. Batista R. de Andrade Fernandes). **História do Brasil – curso médio**, 17ª ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro (Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935).

REIS, A. A. B. R. **História do Brasil (cursos dos Gymnásios e Lyceus)**. Bahia, 1915

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 4ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ações educativas em arquivos: o caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Ivana D. Parrela*

Resumo: Este texto aborda algumas possibilidades de ações educativas em arquivos, especialmente os arquivos municipais. Apresentam-se como exemplos algumas estratégias desenvolvidas pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) em seus quinze anos de existência, ilustradas com alguns materiais produzidos no período delimitado para a abordagem e uma breve discussão dos resultados obtidos. Dentre as instituições arquivísticas, os órgãos municipais são aqueles que têm maior chance de aproximação com o público escolar, o qual se configura como um excelente divulgador dos seus acervos e um de seus principais usuários.
PALAVRAS-CHAVE: Arquivo – Memória - Educação Patrimonial

Introdução

Em 1980, quando da realização do 9º Congresso Internacional de Arquivos, César Belsunce (1980: 86-87), ao tratar dos arquivos, identificou três tipos de uso associadas às instituições dessa natureza: acadêmico, prático e popular. O uso acadêmico estaria relacionado à produção conhecimento científico; o prático, à tomada de decisões; e o popular, que se diferenciaria pelo sujeito, e não pela finalidade da busca, à realização do trabalho de pesquisa pelo homem comum. Para este autor, naquela época, os arquivos estariam aptos a atender somente ao uso acadêmico, o que o teria levado a formular um prognóstico bastante sombrio sobre os arquivos que não conseguissem renovar seus valores de uso e transformar-se em instrumento necessário à administração pública e à sociedade.

No Brasil, é provável que naquele tempo os arquivos nem estivessem em condições de atender satisfatoriamente a esse público, exceto os mais antigos arquivos estaduais e o Arquivo Nacional. Alguns autores, como Marta E. Melgaço Neves (Neves, 1997: 122), avaliam que tais afirmações tiveram grande repercussão em nosso meio

---

* Doutoranda em História, pela UFMG; e professora da Universidade FUMEC. Além disso, a autora é funcionária municipal efetiva, licenciada para a conclusão do curso de doutorado. Nos últimos doze anos, exerceu várias atividades no APCBH: Assessora Municipal III, Fundação Municipal de Cultura, junto ao APCBH, 2005-2006; diretora do APCBH, 2001-2004; chefe do Serviço de Pesquisa e Informação, 1997-2000; e chefe da Seção Pesquisa, 1995-1997.

arquivístico. Pelo menos no que tange à questão do atendimento à administração e à sociedade, é certo que tal advertência chegou a despertar grande atenção das instituições brasileiras, já que coincide com uma ampla discussão promovida a partir de um seminário sobre "direito à memória"[1], nos anos de 1990, e com as discussões sobre a importância dos arquivos municipais, comuns em vários estados.

Nesse cenário, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte vem, desde a sua criação, em 1991, buscando consolidar-se na vida cultural da cidade, a partir de seus projetos educativos e de difusão, sem deixar de lado o público acadêmico e a administração. Essas preocupações já estavam definidas na própria lei de criação do Arquivo. Pretende-se aqui apresentar os acertos e os erros que ocorreram na área de Educação Patrimonial e discutir essas e outras experiências.

Algumas propostas de Educação Patrimonial do APCBH

Em seus primeiros anos de existência, quando ainda não tinha condições de receber visitas, pelas acanhadas dimensões das duas sedes provisórias iniciais, o APCBH começou por investir na difusão cultural. Desde 1993, no âmbito do projeto "Novos Registros Banco de Teses sobre BH e MG", promovia palestras mensais, durante o ano letivo, nas quais se alternavam trabalhos acadêmicos sobre o município e sobre o estado, abarcando diversas áreas do conhecimento. Buscava atrair usuários, especialmente professores e pesquisadores, capazes de estabelecer uma ponte com as universidades. Nesse sentido, trouxe para o seu espaço de consultas um banco de teses, publicações que normalmente ficam distantes do usuário comum. Este projeto é ainda hoje considerado uma atividade permanente da Instituição, ocorrendo na última terça-feira de cada mês, no auditório do Museu Histórico Abílio Barreto.

Em seus primeiros anos, as ações educativas do Arquivo voltaram-se para fora do seu espaço. Mediante a realização do projeto, desde 1993, "Arquivo Vivo", a Instituição ia até às escolas para apresentar o seu acervo e as possibilidades de trabalhos que podia realizar.

A mudança para um espaço maior, em 1996, possibilitou a visita de alunos dos níveis fundamental, médio e superior, procurando-se direcionar o atendimento para os

[1] Em São Paulo, em 1992, foi realizado um grande seminário internacional sobre este tema. Na França, especialmente a partir da discussão sobre os duzentos anos da Revolução Francesa, na década de 1980, expressões como "lugares de memória" traduzem o peso dessas discussões por parte dos historiadores.

interesses de cada grupo. Em 2006, promoveu-se uma nova investida, com a produção de um fôlder para divulgação das possibilidades de trabalho nessa área: aulas de história no Arquivo, visitas monitoradas para os alunos em qualquer etapa de sua formação e visitas técnicas para alunos de cursos superiores interessados em metodologia de tratamento dos acervos e ou técnicos de outras instituições. No ano de 2006, o Arquivo recebeu 234 alunos em visitas monitoradas e 413 em visitas técnicas. Em 2007, até o mês de abril, já foram atendidos 142 alunos em visitas monitoradas e 58 em visitas técnicas.

Desde 1996, Passou a investir também em materiais didáticos. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, lançou o kit pedagógico "Belo Horizonte – Imagem e Memória", composto por cinqüenta slides e uma cartilha. Das imagens selecionadas, 35 são em preto em branco, abrangendo o período da construção da cidade até a década de 1980, e 15, em cores, referem-se àquele ano, em que se procurou apresentar as principais mudanças da área planejada da cidade cem anos depois. Com uma tiragem de duzentos exemplares, a distribuição ficou restrita às escolas municipais, a cargo da Secretaria de Educação.

Na ocasião, representantes do Arquivo participaram de três oficinas promovidas para professores sobre o material. A receptividade foi considerada excelente. Em 1997, ano da comemoração do primeiro centenário da cidade, diversas escolas que, provavelmente, haviam sido atendidas começaram a demandar o material. A equipe do Arquivo concluiu então que o slide não era o melhor suporte, pela inexistência de projetores em todas as escolas, e que a forma de distribuição também não havia sido a mais eficaz. Como os kits foram enviados para as diretoras das escolas, a maioria delas entendeu que fosse um "brinde", levando-os para casa.

As fotos antigas continuavam a ser, naquele momento, o acervo mais solicitado por professores e alunos. Buscando atender a essas demandas, como parte das comemorações do centenário de Belo Horizonte e do sexto aniversário do APCBH, inaugurou-se na sede do Arquivo, em maio de 1997, a exposição "Momentos de uma Capital Centenária". Essa iniciativa, com documentos em diversos suportes, atraiu o público em geral e, principalmente, as escolas de ensino fundamental e médio. Foram constantes as solicitações para levar a exposição às escolas e a lugares públicos, o que possibilitaria uma maior proximidade dos alunos e do cidadão com a história de Belo Horizonte.

Uma parceria envolvendo o APCBH, a empresa Compor, a Fundação Mineira de Educação e Cultura, e a Xerox do Brasil viabilizou a transformação da idéia da exposição em

um projeto maior, com o mesmo nome. Foram então produzidos: um kit pedagógico, uma exposição itinerante e a reedição de uma obra do acervo do Arquivo - um álbum de 1895, com vistas do arraial que foi demolido para dar espaço à nova capital, com tiragem de mil exemplares e distribuição entre os usuários do Arquivo.

A partir da exposição original, foram selecionadas trinta imagens da cidade, desde a construção até 1996, e textos de diversos autores para o kit pedagógico, composto por cartazes em formato A3 e uma cartilha de orientação para os professores. O material, com uma tiragem de quinhentos exemplares, foi distribuído para escolas públicas dos níveis fundamental e médio, universidades e outras instituições educacionais. Dessa vez, enviou-se correspondência à Supervisão da instituição esclarecendo que o kit seria entregue a um representante da escola mediante devolução do recibo, enviado anexo à correspondência, carimbado e assinado pela Direção.

Na Exposição Itinerante, 21 cartazes do kit foram reproduzidos no formato 1 x 0,9 m. Esses *banners* percorreram diversos espaços públicos de Belo Horizonte, desde o seu lançamento, em dezembro de 1997, até dezembro de 1998. Em 1999, a exposição fez um circuito de bibliotecas estaduais, no interior do Estado.

Desde a mudança para a sede atual, tem sido uma preocupação constante do Arquivo a montagem de pequenas exposições de documentos voltadas para os usuários em geral. Dentre essas, a que obteve maior sucesso de público foi a mostra dedicada à moda no acervo do Arquivo.

Em 2000, foi realizada a primeira exposição totalmente voltada para as crianças, tendo como tema o acervo do pesquisador Nelson de Senna, um dos primeiros acervos pessoais a serem doados ao Arquivo, o qual foi organizado naquele ano, amparado por um projeto patrocinado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Além da exposição, foi produzido um caderno de brincadeiras, ambos como estratégias de difusão do instrumento de pesquisa.

Com a implantação de uma nova proposta educativa pela Prefeitura de Belo Horizonte, a partir de 1995 – a Escola Plural – e uma maior ênfase no estudo da história local, constatou-se o crescimento do número de usuários estudantes de ensino fundamental, o que se intensificou com a adoção dos Novos Parâmetros Curriculares, em 1998, nas redes de ensino particular e estadual.

Em 1999, constatou-se que 60% dos usuários do Arquivo eram crianças e adolescentes. Desses, 50% procuravam a Instituição com a orientação genérica de pesquisar a "história do seu bairro", 45% desejam a "história da cidade" e apenas 5% tinham um roteiro de pesquisa e perguntas a serem respondidas pelo trabalho no Arquivo.

A observação dessa mudança de público exigiu uma reavaliação do atendimento aos consulentes. Afinal, esse público não procura documentos, mas informações sistematizadas, com linguagem adequada a sua faixa etária e um atendimento diferenciado daquele normalmente prestado aos usuários adultos.

Também se tornou evidente que a maior parte dos professores que encaminhavam seus alunos ao Arquivo, com as demandas citadas acima, não conhecia a Instituição e, em sua maioria, nunca havia feito pesquisas em um arquivo. Para tentar minimizar tal problema, o APCBH propôs, em 2001, às Secretarias de Educação e da Cultura a realização de oficinas com professores, iniciativa que não obteve o apoio necessário na ocasião.

A partir dessa constatação, a opção recaiu novamente na produção de trabalhos que pudessem ser oferecidos aos professores dentro do espaço da escola. Em 1999, começaram os trabalhos para a elaboração de cartilhas sobre a "História de Bairros de Belo Horizonte", ação que só agora, em 2007-2008, deverá ser publicada, com patrocínios obtidos por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Em 2002-2003, o Arquivo produziu um vídeo para crianças do primeiro ciclo escolar, reconhecido como a melhor estratégia de Educação Patrimonial pelo Ministério da Cultura em 2004, tendo recebido o prêmio "Rodrigo Melo Franco de Andrade" daquele ano nesta categoria. A partir de sua difusão nas escolas municipais, estaduais e particulares da cidade, o número das visitas ao Arquivo vem crescendo cada vez mais.

Agora, mais uma vez, o APCBH volta-se para os professores. Ainda neste ano, será lançado um caderno com sugestões de trabalhos utilizando o acervo da Instituição e voltarão a ser oferecidas oficinas para pequenos grupos de interessados. Além disso, continua a ampla distribuição de fôlderes sobre a Instituição e as suas propostas de Educação Patrimonial.

Nas comemorações de seus 15 anos, destacaram-se: as novas exposições itinerantes, que visam atender a dois públicos distintos: o produtor do documento e o usuário que transita por órgãos da administração municipal; exposição montada de maio a junho de 2006 na Câmara Municipal sobre o acervo do Legislativo, sob a guarda do Arquivo;

exposição na Bhtrans, empresa responsável pelo o transporte e trânsito, contando um pouco da história do transporte na cidade, por meio do acervo deste órgão da administração indireta e de outros órgãos extintos, de agosto a setembro; e, neste mês, como uma das estratégias de divulgação de um instrumento sobre a Pampulha no Acervo Fazendário do APCBH, foi montada uma exposição no Museu Histórico da cidade.

Considerações finais: os arquivos modernos como lugares da memória?

Os trabalhos de Educação Patrimonial e de difusão cultural tornaram-se fundamentais nesses quinze anos de existência do APCBH para aumentar o número de consultas e a sua própria divulgação, numa cidade em que a palavra *arquivo* é sempre associada ao centenário Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, que completará 110 anos este ano, aparece muitas vezes na documentação municipal como uma cidade sem história, muito jovem, o que talvez explique tanta demora para a criação de uma instituição arquivística de caráter "público" e "da cidade".

Nesse contexto, vale destacar que Belo Horizonte já teve um outro arquivo[2], na primeira metade do século passado. Esse órgão, longe das preocupações com o atendimento aos usuários, acabou tendo uma trajetória próxima ao destino apontado por Belsunce. Tornou-se um arquivo morto, tendo boa parte do seu acervo constantemente queimado ou vendido como papel velho. Nos anos de 1960, o que restou dos documentos sobre primeiros anos da cidade ou estava perdido pelas secretarias da administração municipal ou tinha se transformado em bagunça, presente no Arquivo Geral de Processos.

Além dos muitos desafios que cercam as atividades arquivísticas, os arquivos passaram a enfrentar nos últimos anos um dilema em suas políticas de planejamento e de tratamento de acervos que atinge diretamente suas ações de Educação Patrimonial: Como promover cada vez mais o acesso eletrônico às informações contidas em seus documentos? Como preservar fisicamente esses documentos em seus diversos suportes? Como dar conta das migrações de suportes para fugir do fantasma da obsolescência? Tudo isso se soma ao trabalho de realizar o tratamento da grande massa documental produzida em papel, sempre objeto de profundas discussões, além de exigir recursos ainda maiores do que os necessários

[2] Sobre a trajetória desse arquivo, consultar o artigo "Arquivo, Gestão de Documentos e preservação da memória da cidade" In: Anuário Estatístico 2003. Disponível em: http://portal1.pbh.gov.br/pbh/pgEDOCUMENT_VisualizaConteudo_Header.html?query=pp_conteudo.id=3752. Acesso em 04/05/2007. Trabalho desta autora sobre a trajetória dos órgãos arquivísticos e a importância da Gestão de Documentos para a preservação do acervo da cidade e do próprio APCBH.

aos procedimentos mais tradicionais. Neste contexto, o acesso eletrônico constitui um fetiche que se desenvolve hoje em relação aos arquivos. São comuns perguntas do tipo "Tudo que vocês guardam está na Internet?", feitas até mesmo por quem não tem computador em casa.

Na realidade, o que tem atiçado as nossas preocupações nos últimos anos prende-se, em larga medida, às questões associadas ao arquivo como lugar de memória.[3] O deslocamento dos documentos do espaço físico do arquivo para o ambiente de processamento em redes eletrônicas, onde os bancos de dados permitem múltiplos cruzamentos e novas formas de armazenamento das informações, possibilitando que cada cidadão bem aparelhado possa construir seus arquivos virtuais, deixa-nos, às vezes, em dúvida sobre o papel que terá um arquivo moderno. Mas, e os outros, especialmente as crianças e os adolescentes pobres que não têm acesso corriqueiro a esses meios?

Nesta altura, vale lembrar o que diz Andréas Huyssen (Huyssen, 2000: 9-40): "Vivemos um momento de supervalorização da memória". Esse crescente recurso à memória nacional, regional ou local pode estar associado a uma reação ao processo de globalização e, especialmente, ao crescimento do esquecimento, decorrente da explosão de informações a que estamos expostos. Recorrer à memória, neste sentido, permite-nos "construir uma proteção" contra a obsolescência e o esquecimento, para combater a nossa ansiedade com a velocidade das mudanças em nosso dia-a-dia e, além disso, para nos desvencilhar dos discursos da perda e da nostalgia de um passado melhor para enfrentarmos os novos deslocamentos da sensibilidade provocados pelo encurtamento das experiências de tempo e espaço.

Os arquivos, como lugar de preservação espacial e temporal, poderiam ser responsáveis pelas possíveis saídas para essas sensações de mal-estar com a sobrecarga de informações, embora nos lembre que, muitas vezes, de fato, a ameaça do esquecimento surge da própria tecnologia, à qual confiamos o registro de nosso tempo. Os arquivos permanecem atrelados à sua materialidade, especialmente por não poderem se esquecer do valor probatório de seus acervos, o que, de certa maneira, renova a aura da unicidade e da autenticidade de seus documentos, quase esquecida nessas discussões, e explica a crescente preocupação com a conservação preventiva dos documentos textuais, provavelmente, como uma resposta ao peso da contínua substituição das tecnologias em nossos orçamentos.

Os breves relatos aqui esboçados sobre os projetos do APCBH permitem lembrar que o mais importante a realçar é que eles só foram possíveis a partir do trabalho em parceria com outros órgãos privados e públicos que se debatem com as mesmas preocupações. Essas parcerias permitiram dividir custos e compartilhar conhecimentos e profissionais,

3

ganhos que podem ser traduzidos em acesso rápido para o usuário ao acervo e à história da cidade que ele guarda e que seduzem, e muito, um público que interessa bem de perto: crianças e adolescentes.

Referências bibliográficas:

BELSUNGE, César A.G. El uso practico de los archivos. In: CONGRES INTERNACIONAL DES ARCHIVES, 9, 1980. London: ANAIS... K.G. Saur Munchen, 1980. p. 86-87.

HUYSSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória.* Rio de Janeiro: Aeroplano: 2000. p.9-40.

NEVES, Marta E. M. *Em busca da organicidade*: um estudo do fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais. Dissertação (mestrado), Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Galeria dos Brasileiros Ilustres: escrita biográfica e imaginário nacional na consolidação do Império do Brasil (1840-1860)

Leandro Augusto Martins Junior[1]

Resumo: Em um momento duplamente caracterizado pelo uso da História como via de legitimação dos Estados Nacionais e pelo reconhecimento da mesma como um saber disciplinar, o século XIX assiste igualmente a ampliação do debate acerca da relação entre os gêneros histórico e biográfico. Entre aceitações e repúdios, tal proximidade foi ainda caracterizada por se inscrever, em terras brasileiras, na construção de um projeto de nação baseado no princípio monárquico de governo, e em valores e práticas de um certo imaginário nacional garantidor, entre outros aspectos, do caráter unitarista e centralizador do regime então instaurado. Em tais temporalidades, o francês Sebastião Augusto Sisson produz sua Galeria dos Brasileiros Ilustres (1859-1861), obra por nós entendida como manifestação do uso da biografia na qualidade de discurso fundador e difusor da memória e da identidade da nação brasileira. Pretende-se, então, investigar e caracterizar o lugar de tais textos biográficos nessas estratégias discursivas, promovendo, em especial, uma discussão acerca do uso e significação dos conceitos de herói, ordem e civilização, entre os esforços investidos da tarefa de elaborar os retratos de papel e letras daqueles personagens cujas vidas individuais vieram a ser tomadas como referenciais para a escrita de uma história da nação, em tempos de vigência do princípio monárquico de governo.

Abstract: In this article, we will try to analyze the workmanship of Sebastião Augusto Sisson named "Gallery of the Illustrious Brazilians" (1859-1861). This is understood for us as manifestation of the use of the biography in the quality of founding and diffusing speech of the memory and the identity of the Brazilian nation. It is intended, then, to investigate and to characterize the place of such biographical texts in these speech strategies, arguing the uses and meanings of the hero, order and civilization as concepts invested in the task to elaborate pictures of paper and letters of personages whose individual lives had been taken as examples for the writing of a history of the brazilian nation.

Introdução

Ao longo do presente trabalho, buscaremos analisar as imagens de nação presentes em narrativas biográficas publicadas na *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (1859-1861), obra de autoria do francês Sebastião Augusto Sisson, em tempos de vigência do

[1] Mesrtrando do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHIS/UERJ)

Império do Brasil, destacando-se, particularmente, a caracterização de valores políticos, como a defesa do princípio monárquico de governo e da perspectiva centralizadora.

Entre os meios e materiais de configuração de registros de memória fundadores do ideário nacionalista do império do Brasil, as biografias vieram também a ser, nas suas apropriações, espaços onde se materializam "narrativas da nação". Pretende-se, então, investigar e caracterizar o lugar dos textos biográficos nessas estratégias discursivas, promovendo, em especial, uma discussão acerca do uso e significação dos conceitos de herói e ordem monárquica, entre os esforços de letrados investidos da tarefa de elaborar os retratos daqueles personagens cujas vidas individuais vieram a ser tomadas como referenciais para a escrita de uma história da nação, em tempos de vigência do princípio monárquico de governo, e de busca pela implementação e manutenção do projeto centralizador e unitarista na consolidação do Estado e da nação.

Utilizando-nos dos caminhos apontados por Reinhart Koselleck no que diz respeito à análise de discursos e conceitos, buscaremos, então, compreender a diligência narrativa dos nossos biógrafos e o uso dos significados de "herói", "nação" e "ordem monárquica" em seus espaços e interesses de criação e/ou propagação, ou seja, de consolidação do Império do Brasil.

Tais conceitos são aqui entendidos e analisados a partir da chave elaborada por Koselleck, que atribui ao contexto – seja o de gênesis, seja o de posterior resignificação – papel central na elaboração e compreensão do conceito: "(...) esse texto maior, no qual o termo se insere, articula-se a um contexto ainda mais ampliado para além do próprio texto escrito ou falado. O que significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos" (KOSELLECK, 1992: 137).

Do mesmo modo, se fará interessante, para além de necessário, comparar as diferentes formas de "panteonização" promovidas por esta galeria de grandes homens, buscando salientar os valores e feitos que atestaram a estes últimos o selo da exceção, livrando-os do olvido da posteridade e os moldando em celebridades exemplares, verdadeiros referenciais pedagógicos.

Temos, então, uma coleção de textos biográficos que, na nossa compreensão, apresenta algumas possibilidades de análise. Sua apreciação deve ultrapassar a produção em si: há que se olhar o século XIX, o Brasil imperial – tempo e espaço de produção de ambas – as condições e interesses que *(in)formaram* a elaboração destes escritos, enfim, o seu *lugar social:*

> *Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou "edificante"), nem a-tópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade do lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda teoria. Bem mais do que isto, instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser a história*. (CERTEAU, 2002:77)

A reflexão sobre tais escritos biográficos será norteada pela busca do entendimento dos usos destas produções como espaços de difusão de "vultos de nação", a partir da exposição da vida de homens tidos como ilustres e exemplares dentro da noção de "comunidade nacional" (Anderson, 1991).

Faz-se importante ainda frisar que não é pretensão deste trabalho estabelecer correlações de causalidade ou de sobredeterminação entre fatores de ordem política e social e os usos da biografia na produção dos grandes vultos nacionais. A questão a orientar a leitura e análise destas obras diz respeito às condições e mecanismos intelectuais que presidiram a elaboração desses panteons de notáveis brasileiros, examinando como esses ilustres foram convertidos em "atores históricos" inscritos, portanto, no relato da construção de uma história e de uma memória nacionais.

Assim, frente às colocações até aqui feitas, os objetivos deste trabalho podem ser construídos a partir de alguns questionamentos, a saber: de que modo tal produção foi feita e/ou utilizada para a consolidação de determinado projeto nacional, notadamente monárquico, centralizador e unitarista? Como a exposição da vida de "homens ilustres" obedeceu ao intuito de apresentar à "comunidade nacional" exemplos de comportamento, valores e, certamente, determinadas opções políticas? Quais eram os feitos e valores possuídos por estes varões que lhes abriram as portas destes panteons nacionais?

Galeria de Sisson: penas a serviço da Nação

Dentre os muitos usos feitos dos escritos biográficos, interessa-nos aqui dimensioná-los como prática narrativa fundadora de valores identitários, não só os do biografado, mas como também, a despeito da enorme diversidade, de identidades coletivas, em muitos aspectos associadas ao caráter pedagógico das lições que poderiam vir a ser apreendidas e monumentalizadas por intermédio dos feitos e realizações do protagonista central da trama. Neste sentido, ganha destaque a figura do *herói*, um indivíduo que, por seus bons feitos, perfeitamente adequados aos valores e códigos sociais, é tomado como o exemplo a ser seguido tanto por seus contemporâneos, quanto pela posteridade.

Este modelo de virtuose do *herói* veio a ser utilizado por diversos dirigentes e intelectuais ao longo da vigência do Estado Imperial brasileiro (1822-1889)[2], interessados na elaboração de discursos e narrativas que pudessem veicular valores e práticas de um certo imaginário nacional garantidor, entre outros aspectos, do caráter unitarista e centralizador do regime monárquico então instaurado.

Entre os sócios do IHGB, João Manuel Pereira da Silva (1817-1897) dedicou-se à escrita de uma obra biográfica, com publicação fora do espaço da *Revista* do Instituto: o *Plutarco Brazileiro*, cuja primeira edição, de 1847, seria revisada pela primeira vez em 1856, sob o título de *Os varões illustres, durante os tempos coloniaes*, e novamente em 1868, sendo mantido o nome da reedição anterior. Em seu prefácio, o livro, composto por 20 biografias, é apresentado como"*a historia do Brazil em algumas épochas*", para o qual o historiador afirma ter optado pela forma biográfica "por lhe parecer que narrando a historia dos homens illustres do seu paiz conjunctamente com a dos grandes successos, que tiveram logar durante suas vidas, mais agradava a seus leitores" (SILVA, 1847:vii-viii).

A história nacional, construída a partir das ações de seus ilustres varões, era então entendida como uma diligência narrativa eficaz na elaboração de estandartes de patriotismo, reforçando a perspectiva pragmática e pedagógica através da qual esse saber devia ser produzido. Não obstante as críticas recebidas por suas lacunas e inexatidões, as biografias dos homens notáveis do Brasil colonial inauguram uma série de "panteons de papel" similares que se multiplicam ao longo do século XIX, em produções independentes e externas ao IHGB.[3]

Cerca de vinte anos após a fundação do Instituto Brasileiro, o francês Sébastien Auguste Sisson (1824-1893) organizou a sua "*Galeria dos Brasileiros Ilustres*" que, editada entre os anos de 1859 e 1861, tinha por objetivo maior apresentar à Nação brasileira biografias de homens que, senhores dos mais nobres valores e ações, deveriam ser tomados como padrão por seus compatriotas. Nas palavras do próprio autor, sua obra buscava "(...) ver perpetuadas a memória de seus heróis e varões beneméritos, por meio de uma justa satisfação aos leitores contemporâneos, na forma de um tesouro precioso reservado para a posteridade" (SISSON, 1999:13).

---

[2] Não obstante o esforço romântico de buscar entender o sujeito em sua singularidade, "*(...) valorizando o indivíduo naquilo que o distingue do outro*" (GUINSBURG, 2005), o século XIX foi palco do florescimento de análises sócio-históricas que tomaram o indivíduo somente enquanto uma pequena parte do todo. No caso destes autores que escreveram biografias pedagógicas e ufanistas no período imperial brasileiro, seus protagonistas, se tinham validade, era por terem realizados ações que julgava-se deverem ser pilares forjadores de um Nação ainda em formação.

[3] Uma das principais críticas à primeira versão da obra foi a sua desorganização cronológica. Com o objetivo de corrigir esta falta, em sua segunda versão, Pereira da Silva ordena a sua galeria de varões ilustres, começando no século XVI e terminando no final do XVIII.

Assim norteado, o esforço literário de Sisson se faz a partir da tentativa de moldar estes personagens exemplares em verdadeiros *heróis* nacionais, conceito que comportava em si determinado grau de pedagogia: estes indivíduos, tanto por seus "bons feitos" – perfeitamente adequados aos valores e códigos sociais – quanto, e ao que nos parece, principalmente por compartilharem da ordem monárquica nacional então vigente, traziam consigo o estandarte da exemplaridade, devendo ser tomados, por isso, como parâmetros a serem abraçados por seus contemporâneos e pela posteridade.

Ao biografar "homens notáveis", Sisson buscava não só prestar uma justa homenagem aos mesmos, mas como também, e principalmente, propiciar "(...) um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos" (SISSON, 1999:13). Através do trabalho de escrituração biográfica, os grandes nomes ilustres se convertiam, assim, em personagens da história da nação, o que, no caso específico da presente galeria, abrangeria o registro da história do tempo presente do Império[4], por meio da consignação de seus homens célebres.

Deste modo, composta por dois volumes, em um total de 89 biografias, a galeria de Sisson é repleta de "*homens ilustres*" que, cada qual em suas funções e ações, apresentavam-se enquanto figuras de destaque dentro da sociedade imperial brasileira. Nessas narrativas, mais do que a preocupação em apresentar trajetórias de vida, houve uma ênfase em enaltecer o que tais personagens realizaram ou estavam por realizar em prol da construção do Estado e da Nação.

O primeiro traço marcante da *Galeria dos Brasileiros Ilustres* se explicita no próprio título: o termo *galeria* está intimamente ligado à idéia de *imagem*. Assim, as efígies dos "homens ilustres" são representadas não somente pela narrativa (biografia), mas como também através de retratos (litografia). Como norte de ambas, temos a busca da imortalização desses varões e de suas ações.

Como regra, todos os seus biografados eram estadistas, e era como tal que a maioria deles se destacava. Através da política, estes homens proeminentes davam sua grande contribuição ao desenvolvimento da Nação. Fosse no Senado, na Câmara dos Deputados, na pasta de algum Ministério ou em algum outro cargo político-administrativo, suas atuações eram primorosas e voltadas nomeadamente para o progresso do país.

No entanto, alguns dos biografados se mostravam exemplares através de ações efetuadas em outras áreas – que, no entanto, igualmente se apresentavam necessárias ao

[4] Na introdução de sua obra, Sisson expõe seu objetivo de narrar e apresentar as vidas dos homens ilustres do cenário político do país "desde a Independência", ou seja, de tempos imperiais. *Ibidem*, p.14.

progresso da Nação. É o caso de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, cuja presença na galeria de Sisson foi assegurada menos por sua atuação como deputado na década de 50, do que como empreendedor comercial: a autoria da construção da primeira via férrea do Brasil, e de tantas outras, lhe garantiu o posto de *herói* nacional.

Ao biografar "homens notáveis", Sisson buscava não só prestar uma justa homenagem aos mesmos, mas como também, e principalmente, propiciar "um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos" (Sisson, 1999:14). Explicita-se, então, a exemplaridade e o caráter pedagógico do *herói*. Da mesma forma, os contemporâneos se sentiriam orgulhosos de pertencerem à mesma Nação, igualmente altiva, destes varões: "A Nação, como a família, se apraz de conservar indelével a imagem e a figura de seus membros mais distintos" (Sisson, 1999:14)

É interessante notarmos que, se por um lado estes biografados são apresentados como "grandes homens" devido às suas próprias ações, por outro sua importância para a Nação se dá somente enquanto partes integrantes e forjadoras desta. Nas palavras do nosso autor, "as biografias dos homens notáveis e eminentes de um país são páginas soltas do grande livro da história dele" (Sisson, 1999:15).

Na verdade, a vida destes ilustres era toda preenchida de sucessos, muitos realizados ainda na mocidade. Todos haviam sido jovens prodigiosos, sendo a coragem, honestidade, determinação e integridade qualidades presentes nestes homens desde cedo.

Dado relevante é a contemporaneidade existente entre o trabalho de Sisson e seus biografados: a coletânea se faz a partir da apresentação de personagens ou ainda vivos, ou – no caso de falecidos – responsáveis por feitos e idéias ainda presentes e influentes no cenário imperial brasileiro de inícios da década de 60. Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, por exemplo, que morrera em meados de setembro de 1856, figurou na Galeria dos Brasileiros Ilustres como o primeiro dos oitenta e nove homenageados, dado que pode ainda nos indicar, dentre outras referências, a força possuída pela *teia de Penélope saquarema* (Mattos, 2004).

Um segundo aspecto que parece estar presente na vida de todos os biografados de Sisson é a defesa de pressupostos então entendidos como garantidores da soberania nacional, em particular, o regime monárquico, a centralização político-administrativa e a integridade territorial.

Assim, não obstante a "independência" política que estes grandes homens pudessem ter, de uma forma geral, os biografados possuíam boa relação com o governo

imperial. O próprio Sebastião Augusto Sisson se vangloriava de ter bom arrolamento com D. Pedro II: "(...) muito nos honra a distinção com que Sua Majestade o Imperador o Senhor Dom Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua imediata proteção especial a Galeria dos Brasileiros Ilustres" (SISSON, 1999:15)

O Imperador é vangloriado em todas as suas ações; seu nascimento é tratado como um bem para a Nação; seu governo, festejado em comparação à regência de seu pai, D. Pedro I, que, segundo Sisson, não teria se preocupado em conter os "excessos do monarquismo". D. Pedro II é apresentado ainda como o maior responsável pela vitória de um projeto de liberdade e patriotismo desenvolvido anteriormente por homens como os "inconfidentes das Minas Gerais" (1789) e os integrantes da Confederação do Equador (1824).

Sua mulher, D. Teresa Cristina Maria, é, se possível, ainda mais laureada por Sebastião Augusto Sisson. No entanto, tal celebração se dá segundo uma diretriz distinta. Enquanto o soberano é valorizado, sobretudo, em sua atuação política, são as qualidades de uma espécie de "mãe da pátria" que perfilam o retrato da imperatriz: trata-se de uma mulher bondosa, acolhedora, "protetora desvelada do povo", além de ótima esposa e profundamente religiosa.

Notamos ainda que o local de nascimento não se mostrava como condição primeira tanto para definir pertencimentos à comunidade nacional, quanto para se fazer presente na obra de Sisson, ele mesmo um estrangeiro. Os feitos destes grandes homens, ao beneficiarem a nação brasileira, faziam com que o "país e sua gente" os acolhessem de forma amistosa e generosa, tomando-os como "legítimos filhos da pátria Brasil". É o caso, por exemplo, de Eusébio de Queirós que, nascido em São Paulo de Luanda, tornou-se um "verdadeiro brasileiro" em decorrência de suas ações em prol da soberania nacional, leia-se a abolição do tráfico intercontinental de escravos.

O reconhecimento social por estes ilustres varões era amplo, materializado pela grande quantidade de condecorações e homenagens por eles recebidas. Todos estes *heróis* nacionais foram agraciados com ao menos uma das mais importantes distinções de sua época. Não se mostrava em exceção, inclusive, que muitos destes homens fossem venerados no exterior, como é o caso de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, condecorado com a Carta real de S.M.D. Pedro V de Grã-Cruz da Real Ordem Militar Portuguesa (1856).

Seus próprios inimigos reconheciam suas inúmeras virtudes. Vejamos, por exemplo, o que Sisson afirma sobre o púbere chefe de polícia Eusébio de Queiros Coutinho Matoso Câmara:

> *No Senado, o marquês de Barbacena exaltava a nova atividade da polícia na Câmara dos Deputados, os membros de partidos opostos elogiavam o jovem chefe de polícia. O Senhor Vasconcelos, então ministro, Marinho, Otoni e Limpo, de idéias inteiramente opostas, o elogiavam.* (Sisson, 1999:24)

Deste modo, ao biografar "homens ilustres" do século XIX brasileiro, Sebastião Augusto Sisson forjou suas memórias e colocou-as como patrimônios da nação brasileira. Suas vidas eram verdadeiros exemplos comportamentais para a sociedade deste país que buscava se fazer civilizado e moderno.

> *Foi e é nossa idéia bosquejar somente, sob o ponto de vista histórico, a vida e o caráter dos homens que se têm ilustrado no belo Império americano; desenhar as principais figuras, que têm deixado vestígios de sua passagem neste país e em sua cena política desde a Independência até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a história do Brasil neste período, expondo, a par dos retratos, os feitos de seus varões que mais se têm distinguido.* (Sisson, 1999:15).

Isto posto, devemos reiterar o nosso entendimento acerca da *Galeria dos Brasileiros Ilustres* como manifestação do uso da biografia na qualidade de discurso fundador (Orlandi, 1993) e difusor da memória e da identidade da nação brasileira, e ainda salientar que o modelo de virtuose do *herói* atribuído por Sisson a seus biografados veio a ser utilizado por diversos dirigentes e letrados ao longo da vigência do Estado Imperial brasileiro, interessados na elaboração de discursos e narrativas que pudessem veicular valores e práticas de um certo imaginário nacional garantidor, entre outros aspectos, do caráter unitarista e centralizador do regime monárquico então instaurado.

Conclusão

Em um período triplamente caracterizado pelo uso da História como via de legitimação dos Estados Nacionais, pelo reconhecimento da mesma como "disciplina científica" e pela ampliação do debate acerca da sua relação com a Biografia, inúmeras produções biográficas foram elaboradas em terras brasileiras de tempos imperiais a partir de esforços de intelectuais cujo norte principal se remetia à construção e propagação de um projeto de nação, baseado no princípio monárquico de governo, e em valores e práticas de um

certo imaginário nacional garantidor, entre outros aspectos, do caráter unitarista e centralizador do regime então instaurado.

Coleção de biografias que fomentaram a construção de galerias de ilustres, cada qual em suas características e possibilidades, narraram as vidas de brasileiros notáveis com a função de fornecer exemplos patrióticos em tempos de vigência monárquica em terras brasileiras. Como exemplo de tais obras, temos *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, erigida pelo francês Sebastião Augusto Sisson, produção por nós entendida como manifestação do uso da biografia na qualidade de discurso fundador e difusor da memória e da identidade da nação brasileira que, se por um lado já apresentava minimamente consolidada sua unidade territorial e política, por outro ainda buscava garantir o sucesso de um projeto civilizatório, da ordem e do progresso.

Através "*da pena*" destes biógrafos, os "homens de exceção" do Brasil, após uma seleção meritocrática, puderam ser salvos do olvido do passado, sendo suas vidas narradas em glórias e suas ações interpretadas como símbolos de conduta por seus compatriotas. Tais ilustres são, assim, convertidos em "atores históricos" inscritos, portanto, no relato da construção de uma história e de uma memória nacional.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities.* Reflections on the origin an spread of nationalism. Revised edition. London-New York, Verso, 1991.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- GUINSBURG, Jacó. (org). *O Romantismo*. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. "Uma História dos Conceitos": problemas teóricos e práticas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. A formação do estado imperial. 5ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccineli (org.). *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brazileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847. 2 vols.

- SISSON, Sebastião. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999. 2 vols.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As ciências do espírito no âmbito da discussão interdisciplinar

Edmar Luis da Silva*

Resumo: Wilhelm Dilthey (1833 – 1911) é considerado com um dos principais teóricos das ciências humanas. Este reconhecimento é, sobretudo, fruto do seu esforço de fundamentação epistemológica das chamadas *ciências do espírito.* Apesar de não ter sido o único de sua época a falar sobre isso, sua notoriedade se deu, em grande medida, por conta da escolha da história como o elemento articulador do conhecimento.
Palavras-chave: Ciências do Espírito – História – Dilthey.

Abstract: Wlhelm Dilthey (1833 – 1911) is considered one of the most important theorists in human sciences. This recognition is a result of his struggle to establish the epistemological base for the called sciences of the spirit. Even though he was not the only one to talk about this subject, his notoriety is a consequence of the fundament he had chosen for the human sciences: the history.
Keywords: Human Sciences – History – Dilthey.

O trabalho de fundamentação epistemológica das ciências do espírito foi a tarefa primordial da teoria do conhecimento elaborada pelo historiador e filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833 – 1911). Toda sua vida intelecutal foi dedicada à demonstração de como as ciências do espírito se articulam por meio de uma teoria e metodologia independentes das utilizadas para as ciências naturais. Para cumprir tal tarefa, Dilthey parte de uma exposição histórica do problema do conhecimento aplicado à história. Dilthey faz uma compilação histórica das ciências do espírito, tentando, assim, demonstrar como em diferentes épocas, pensadores responderam à questão da possibilidade do conhecimento da experiência humana. Tal como a história, todo campo disciplinar deve ter seu percurso histórico investigado, pois só assim podemos ter uma idéia do grau de seu desenvolvimento. A exposição histórica é, portanto, para Dilthey, o primeiro passo da elaboração teórica do conhecimento.

O objeto dessa história é a vida no tempo por meio de suas expressões. Esta vida temporal se dá, sobretudo, como experiência vivida. Por sua vez, tal experiência só pode ser *visualizada* quando se expressa. Como a vida é uma explosão de impulsos diversos e múltiplos, logo há diferentes formas de se compreender e analisar essa vida que passa. A vida

* Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Escola Americana de Belo Horizonte.

se dá como uma realidade multifacetada, como uma *colcha de retalhos.* O aparente caos da realidade é preenchido pelo sentimento da vida que é algo comum entre os sujeitos históricos. Assim temos que, ao fim e ao cabo, o que legitima a teoria das ciências do espírito é, em última instância, a própria vida.

Por esse caráter multifacetado, há uma dificuldade de se elevar a vida ao conceito. Esse mundo vital é, aparentemente, caótico e parece escapar a toda e qualquer tentativa de explicação científica. *Como compreender essa vida no tempo, que parece nos escapar por entre os dedos?* Questionaria Dilthey por toda sua vida. (Dilthey, (1883) 1949). Ao tratar do conhecimento histórico essa questão seria sempre colocada como ponto norteador de suas pesquisas. *É possível elevar a vida ao conceito?* Dilthey chega a ser repetitivo na insistência da questão e, se, ao final de sua vida, acaba chegando à conclusão de que, do caminho proposto, ele havia percorrido somente a metade, isso significa que Dilthey levou essa angústia epistemológica para o seu túmulo. No entanto, devemos nos perguntar: *teria sido Dilthey um intelectual frustrado?* A resposta a essa questão nos remete ao texto autobiográfico intitulado *Der Traum* (O Sonho) proclamado por ele em comemoração ao seu septuagésimo aniversário.

No ano de 1903 Ditlhey apresentou por meio do seu discurso as principais diretrizes de sua filosofia. Seu texto é um autorelato eminentemente metafórico que se inicia com sua chegada ao castelo de seu amigo Klein-Ols. Numa noite agradável e estrelada, Dilthey trava um diálogo amigável com seu amigo sobre a história da filosofia. Após uma longa conversa, recolheu-se em um dos aposentos para hóspedes no qual estava sobre a cabeceira da cama o quadro de Rafael *A Escola de Atenas.* Dilthey fitou o quadro até adormecer.

Já no início do seu sonho, a conversa com seu amigo e a impressão do quadro ficaram ressoando em sua mente e começaram a se misturar. Os filósofos citados, à medida que conversavam, ganhavam corpo e vida. Pôde reconhecer, logo de início, Bruno, Descartes, Leibniz e muitos outros que formavam um grupo à esquerda. À medida que os filósofos adentravam no recinto, os muros do templo iam se esfacelando e, nessa mesma proporção, o grupo aumentava. No lado direito, estavam Arquimedes e Ptolomeu. Juntaram-se a eles, os filósofos que buscam explicações universalizantes para as coisas, sob a conexão de leis naturais. Esse é o grupo, segundo Dilthey, dos que subordinam o espírito à natureza. Dilthey o chamou de materialista-positivista. Entre seus componentes estavam D´Alembert e Comte. Este último era ouvido com muita atenção pelos restantes. (Dilthey (1903) 1949).

No centro se formava um outro grupo onde se encontravam Sócrates, Platão, Santo Agostinho e outros. A conversa desses homens girava em torno da possibilidade de se unir a filosofia clássica com o cristianismo. Repentinamente, Descartes e Kant saem do grupo dos matemáticos e se juntam a essa conversa. Imediatamente, forma-se outro grupo em volta de Kant composto por Schiller, Fichte, Carlyle, Ranke, Guizot e outros historiadores. (Dilthey (1903) 1949).

À esquerda se agrupavam Pitágoras e Heráclito que pareciam contemplar a harmonia do universo. Para escutá-los, aproximaram-se Bruno, Espinoza, Leibniz e os *jovens* Schelling e Hegel. Dilthey sentia nesses homens uma vocação poética escondida sob seus sistemas. Juntou-se a eles Goethe que trazia consigo todos os seus personagens: Fausto, Wilhelm Meister, Efigênia, Tasso etc. (Dilthey, (1903) 1949).

Os grupos se formavam e se desfaziam constantemente. Havia homens que saltitavam de um grupo a outro, sem se fixar em lugar algum. Pareciam querer mediar um diálogo entre as correntes de pensamento, contudo, o esforço era inútil, pois a medida que o tempo passava, os grupos se distanciavam. Dilthey corria em vão de um para o outro na esperança de reconciliá-los, mas não obteve sucesso. As figuras começaram, então, a desaparecer até que, finalmente, Dilthey despertou do seu sonho. Ainda desnorteado pelo sonho interrompido, Dilthey olha para as estrelas que ainda reluziam no céu e começa a refletir sobre os esforços que os homens lançaram mão para desvendar o universo. Religiosos, poetas e filósofos sempre tentaram explicar o que havia sobre e sob as estrelas. Cada qual proporcionando uma explicação diferente sobre os mistérios da vida. Todas elas com sua visão particular do mundo *(Weltanschauung)*.

Esse sonho nos mostra como Dilthey concebe o conhecimento humano sobre a história. Dilthey não qualifica tais visões como melhores ou piores, mais ou menos exatas, mas tenta localizá-las historicamente, isto é, tenta entender como tais visões puderam responder às angústias de uma determinada época e qual foi sua importância na vida das pessoas. Dilthey buscou analisar tais perspectivas sobre a vida a partir de sua localização histórica, portanto, como experiência vivida. (Dilthey (1903) 1949).

Dilthey não se perscrutava acerca da qualidade das explicações sobre o universo, mas concentrava-se na inserção histórica dessas explicações. Toda concepção de mundo se fundamenta dentro das limitações de um pensamento historicamente localizado, logo, são verdadeiras dentro de um contexto. Por isso, não há uma realidade única. Como dizia Dilthey não podemos ver a luz pura da verdade, mas somente suas versões fragmentadas em raios de cor. (Dilthey, (1883) 1949: XXIV). A realidade é como uma "colcha de retalhos" que é

construída lentamente, resultante de muitas "costuras" podendo ser vista de diversas maneiras. A riqueza de uma colcha não está na sua homogeneidade, mas sim na possibilidade de junção dos mais diversos retalhos. Sua beleza reside na diferença, na heterogeneidade. A colcha representa o mundo histórico porque é complexa e múltipla. A forma da história se dá à medida que a vida segue seu transcurso. Cada experiência de vida compõe o mundo histórico, tal como o retalho compõe a colcha. Assim, a história é uma unidade composta pela diversidade. E se, por um lado, a diversidade dos retalhos poderia criar algo amórfico, por outro, passo a passo os retalhos ganham forma, tornando-se componentes de um todo integrado e belo. (Dilthey, (1903) 1949).

O pesquisador que investiga a história tem uma difícil tarefa: de compor o todo às partes. Tal como ocorre na costura, o pesquisador precisa possuir uma noção prévia da realidade que investiga, uma espécie de antevisão que o habilita tomar em suas mãos, articuladamente, a realidade que se pretende investigar. A partir dessa visão estruturada, o investigador terá um melhor entendimento daquilo que ele irá investigar. Ele poderá, portanto, se enveredar pelo mundo da diferença, pois compreender significa deixar se seduzir pela beleza dos detalhes. Mas, os "retalhos" sozinhos seriam descartados e perderiam a importância. Isolados não teriam sentido. Porém, uma vez reunidos, colorem a "colcha" (história), dando-lhe forma e estrutura.

Dilthey quer mostrar com essa metáfora que, para além de um mero jogo de palavras, a composição do todo com as partes é um processo complexo e, fundamentalmente, dinâmico. Essa dinâmica é o ritmo da história. Essa metáfora da colcha complementa o seu *Sonho,* no qual procura enfatizar a impossibilidade de fundir sob um mesmo sistema as mais diversas concepções de mundo construídas ao longo da história. Uma colcha – tal como a história – por mais bem costurada que esteja, será sempre colorida. No campo das ciências do espírito, as teorias são historicamente delimitadas e não conseguem explicar o mundo de forma absoluta. Por isso, o grande defeito do pensamento metafísico foi sempre o de tentar conceber sob uma explicação unívoca todo o universo histórico. Como o *Sonho* enfatiza, Dilthey é cético em relação a fusão de concepções e pensamentos tão diversos. O máximo que pode ser feito é propiciar a eles um diálogo por meio da história. A unidade histórico-social pretendida pelo pensamento metafísico não está dada a priori. O sujeito do conhecimento que toma a realidade já feita tem uma noção sintetizada dela. Ele sabe que a história é resultado de uma diversidade de experiências e é essa característica que deve ser ressaltada. A história, por tratar da diferença, não reduz esses sistemas à uma explicação unicolor do mundo, pois seu objetivo deve ser o de compreender o processo histórico de "costura" da vida, ressaltando a

diversidade. A história entende que, cada qual, em seu tempo, tem uma visão diferente dessa "colcha" (história). O historiador que olha para o mundo já vivido, deve saber que ele não pode abranger por meio de sínteses tudo o que ocorreu. O conhecimento se dá, sobretudo, pela articulação das partes, pois nelas já está contida a noção do todo. Seria limitado o tipo de pensamento que acreditasse poder esgotar os significados da história. O historiador sabe da limitação do seu conhecimento, por isso, diante de um objeto já pronto, ele se perguntará: quais "retalhos" o compõem?

Como Dilthey tenta mostrar em seu *Sonho,* as disciplinas que investigam o mundo histórico não possuem uma unidade estrutural estática, a partir da qual poderiam ser enquadradas como o objetivo de serem apreendidas pelo conhecimento natural. Elas têm uma forma própria de desenvolvimento e de se relacionarem com a realidade. As disciplinas foram articuladas ao longo da história por interesses diversos e com objetivos distintos. Essas articulações tiveram em cada época um significado próprio e localizado. Por meio de um histórico das ciências particulares do espírito, Dilthey quer mostrar a articulação do seu projeto histórico com o epistemológico. Só por meio do histórico das disciplinas que investigam a realidade histórico-social, Dilthey pôde estabelecer a base epistemológica desse conjunto de ciências. Nesse sentido ele afirma

> *O caráter prolixo da parte histórica não se deve unicamente às necessidades de uma introdução, senão que obedece também à minha convicção acerca do valor que corresponde à interiorização (Innewerden) histórica junto à gnosiológica. (Dilthey, (1883) 1911: 7).*

Só por meio de uma avaliação histórica da metafísica, por exemplo, pode-se refutá-la. É a história que esclarece para Dilthey como as disciplinas das ciências humanas eram manipuladas pela metafísica. Pela investigação histórica, sabe-se hoje que o objetivo da metafísica era homogeneizar a realidade por meio de um discurso universal. Entretanto, o ocaso da metafísica e o surgimento da consciência histórica trouxeram para Dilthey a certeza de que a realidade está em constante mudança e, portanto, as ciências que pretendem investigá-la estão também sujeitas a essa mesma dinâmica histórica.

Dilthey entende que as ciências do espírito não podem ser homogeneizadas. Nenhuma ciência é capaz de apreender o todo da vida histórica. Há apenas visões parciais da realidade ou "leituras". "As teorias acerca da vida histórico-social fazem recortes na massa terrivelmente complicada dos fatos que lhes interessam para poderem penetrá-la" (Dilthey, (1883) 1949: 85). Cada sujeito histórico compreende o mundo de uma forma diferente. E se

pensarmos que as disciplinas resultam do esforço de várias pessoas e épocas, podemos concluir que é impossível para as disciplinas chegarem à compreensão total do mundo.

Por se fundamentar na vida histórica, toda e qualquer ciência tem um aspecto histórico. As ciências do espírito se conectam intimamente com a realidade histórico-social. Elas se fundamentam em fatos históricos, bem como nas leis que regem esta realidade. A vida histórica é o ponto a partir do qual, toda e qualquer ciência humana inicia suas considerações. É a vida que busca sua própria inteligibilidade. Mas o elemento histórico é apenas um aspecto, completando-o o elemento teórico. A ciência que parte da história deve empreender uma operação de síntese que prescreva as principais características de seu campo disciplinar. Assim temos que, as ciências do espírito só poderão ser articuladas por meio de uma crítica da razão histórica, isto é, por meio de uma conexão histórica que perpassa toda vida humana. Nenhum outro teórico das ciências ressaltou tanto a importância da história como Dilthey, tanto que, a esse respeito, Rickman se manifestou da seguinte forma:

> *No meu ponto de vista, Dilthey produziu a mais coerente, compreensível, científica e frutífera filosofia dos estudos humanos na história do pensamento. Muitos pensadores acerca desse assunto estão, desde a sua época, seguindo seu rastro. (Rickman, 1988: 164).*

Por ter acreditado demais na história Dilthey foi criticado por correntes cientificistas de sua época e seu trabalho foi acusado de ser desorganizado e não obedecer a um sistema. Mesmo diante das críticas, Dilthey permaneceu firme no propósito de conhecer a vida e fundamentar a história. Por ter sido tão inovador, os seus contemporâneos não poderiam tê-lo compreendido melhor. Hoje sabemos que os problemas e discussões que ele suscitou são produtos de sua época, mas a paixão que tinha pela vida o diferencia dos homens dos circuitos acadêmicos de então que estavam demasiadamente preocupados com a depuração científica. Para Dilthey, a vida é o único aporte seguro do conhecimento histórico, tudo o mais é sua criação. Enquanto não aprendermos de que a vida concreta é aquilo que nutre o conhecimento, enquanto não percebemos que por detrás dos números e conceitos estão vidas, enquanto não nos dermos conta de que as estatísticas falam de vidas, enquanto estivermos falando de neutralidade do conhecimento, menos apaixonados seremos e, portanto, menos o conhecimento histórico será importante.

A propalada crise de identidade das ciências humanas talvez pudesse ser resolvida se estivéssemos mais atentos àquilo que compõe os nossos escritos: a vida. Contudo, ao invés de tomarmos e discutirmos com paixão o conhecimento que produzimos, preferimos nos contentar com a produção de textos esteticamente compostos para que vendam e se tornem lindos objetos de vitrines e estantes, como objetos de fetiche intelectual. Se não formos capazes de falar da vida, não valerá a pena dedicar-nos à história, pois o que fomos e o que somos, diria Dilthey, só a nossa vida pode nos dizer.

Referências Bibliográficas

DILTHEY, W. *Crítica de La Razón Histórica*. Tradução e prólogo: Carlos Moya Espí. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

DILTHEY, W. *Estructuración del Mundo Histórico por las Ciências del Espiritu.* In: **El Mundo Histórico.** Tradução e prólogo: Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Economica, 1978.

DILTHEY, W. *Introduccion a las Ciências del Espiritu.* Tradução e prólogo: Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, (1883) 1949.

DILTHEY, W. *La Comprensión de otras personas e de sus manifestaciones vitales.* In: **Crítica de la Razón Histórica.** Tradução e prólogo: Carlos Moya Espí. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

DILTHEY, W. *O Sonho.* In: **Introduccion a las Ciencias del Espiritu.** Tradução e prólogo: Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, (1903) 1949.

DILTHEY, W. *The Rise of Hermeneutics.* **In: Hermeneutics and the Study of History.** Tradução e introdução: Rudolf Makkreel. Princenton: Princenton University Press, 1985.

RICKMAN, H. P. *Dilthey Today*: *a critical appraisal of the contemporary relevance of his work.* New York: Greenwood Press, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Construção Retórica da Edificação.
Vieira, os índios e a missão nas Serras de Ibiapaba.

Lígio de Oliveira Maia*

Resumo: O objetivo deste texto é fazer um exercício de reflexão histórica sobre um dos escritos mais conhecidos do Pe. Vieira, sua *Relação da missão da Serra de Ibiapaba (1660)*. Para tanto, parte-se de alguns pressupostos já apontados por estudiosos que têm se preocupado com o processo de escrita e circulação de textos do influente jesuíta; atentando para alguns tópicos da *Relação*, em especial, através de três temas privilegiados: a conservação das conquistas portuguesas, os exemplos de edificação e a sugestiva heresia indígena.
Palavras-chave: Discurso colonial; Missão; Povos indígenas.

Abstract: This paper aim to discuss one of the most well-known texts by the Jesuit missionary Pe. Vieira, *Relação da missão da Serra de Ibiapaba,* written in 1660. To do so, considering studies about Vieira's writing process and his texts' circulation, this report analyses three specific themes: the defense of the Portuguese' possessions, the types of *edification* and the indigenous heretical practices.
Key-words: Colonial Speech; Mission; Indigenous Peoples.

O discurso pelo contexto

Para os lingüistas, em geral, é a forma retórica de composição das cartas que constitui a chave para sua compreensão; aos historiadores, contudo, tal preceito é pouco válido se deslocado de seu lugar de produção e dos contextos em que está inserido, pois é pouco provável que o conteúdo esteja plenamente subordinado a composição estética. Em outras palavras, esquece-se a experiência (objetiva e subjetiva) que sustenta e finaliza o próprio processo cognitivo na invenção das correspondências.

Ao mencionar a experiência objetiva e subjetiva no processo de escrita, estar-se considerando fatores da própria experiência humana. Neste sentido, as cartas e demais fontes coloniais longe de serem transparentes, construindo quadros objetivos da realidade trazem em sua estrutura problemáticas da maior relevância. Todavia, mais do que levar em conta a relação sócio-cultural do emissor e destinatário, suas preocupações imediatas, etc., deve-se também tomar por foco o próprio processo de escrita e, por essa via, a contribuição de alguns teóricos têm sido instigante ao tratarem da correspondência inaciana e do Pe. Vieira, em

* Doutorando em História Social, Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq.

particular[1]. Por outro lado, o que escapa àqueles que têm enfatizado a tradição epistolográfica e suas formas retóricas é que elas podem ser moldadas ou construídas a partir de contingências históricas específicas.

No Brasil e pela leitura cuidadosa da lei de 1596, em que aos jesuítas era dada a prerrogativa de fazer "descer" os índios do sertão, os relatos de entradas ou de expedição vão ganhar, além da edificação, um caráter diplomático e político no sentido pleno do termo, devido sua aproximação mais estreita com os poderes temporais, na linha de frente da conquista colonial. Relatos que, aliás, vão servir a diferentes destinatários, pois a "carta sobre as missões do sertão se inscreve nesse clima agitado em que os jesuítas procuravam justificar sua estratégia política simultaneamente diante da hierarquia jesuíta e das autoridades civis da colônia e da metrópole" (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006: 442). Seu objetivo não era apenas resumir o trabalho, relatar as entradas missionárias, mas edificar os ouvintes, e com a aprovação do Provincial, podiam ser enviados a Europa, ganhando novo estatuto de simples cartas à "literatura de edificação".

Logo, percebe-se que o contexto histórico na produção das fontes e a experiência de seus autores e/ou leitores (e suas instituições) são não apenas relevantes, mas imprescindíveis. Dito de outro modo, o discurso pelo discurso, a composição estética por ela mesma e a forma sobre o conteúdo podem eclipsar questões de outra forma inatingíveis.

Missão às Serras de Ibiapaba: *Entrada* ao imenso Maranhão

As Serras de Ibiapaba compreende uma região ou, mais precisamente um conjunto montanhoso, localizado a noroeste do atual estado do Ceará, na fronteira com Piauí. No século XVII, pelas condições geográficas e demográficas era tema constante na correspondência de autoridades colonialistas. Para lá seguiram os primeiros missionários portugueses, em 1607, em direção ao "desconhecido" Maranhão, colocando "as primeiras plantas nesta nova vinha" com o fim de evangelizar os gentios e tornar conhecida à influência dos franceses, na região desde 1580. Nesta nova vinha, os grupos indígenas representavam os obstáculos vivos mais atuantes compondo um contingente humano que variou de algumas centenas até seis mil de acordo com dados coevos, entre 1605 e 1756 (LEITE, 1938-50, III: 85-96). A potencialidade de conversão de um número tão expressivo – não se deve perder de vista o esvaziamento das aldeias no primeiro século -, deu novo ânimo aos missionários no

[1] Ao estudar o "retrato do índio em Vieira", Alcir Pécora (1994) dá uma contribuição valiosa aos historiadores, sobretudo, porque contextualiza a produção do jesuíta. Porém, é surpreendente que tenha deixado fora a *Relação da missão da Serra de Ibiapaba* (1660).

norte colonial e, a isso, deve somar outro motivo não menos importante: a conservação do império português (ver *infra*) e os férvidos acontecimentos que envolviam a Ordem de Vieira e os colonos, no Pará e Maranhão.

Dispensado de seu trabalho diplomático em Portugal, Vieira passa a chefiar a missão da Companhia, entre 1652 e 1661. É no âmago desse contexto histórico envolvendo o trabalho missionário, aqui, apresentado brevemente que recai a análise da Relação de Ibiapaba. Mas é possível compreender a região como uma entrada (geográfica e catequética), daí tratar-se de uma *Relação de Entrada* - missionária e de expansão colonialista - ao vasto Maranhão, compondo com outras cartas um discurso missionário de intervenção nos assuntos temporais e espirituais[2]. Resta saber se é possível compreender a *Relação de Ibiapaba*, como uma espécie de registro intermediário, de uma espécie de *continuum* de ação missionária. Neste sentido, que lugar deve ocupar esse documento colonial e quais os temas tratados e construídos por Vieira nessa retórica de edificação?

Relação da missão das Serras de Ibiapaba

É possível que a Relação de Ibiapaba nunca tenha atravessado o oceano, para ser aprovada e impressa sob os auspícios da Cúria generalícia da Companhia, em Roma[3]. Todavia, é inegável sua circulação entre os missionários, no Maranhão, e na Província do Brasil. O extenso documento está dividido em 17 parágrafos (§§) ou tópicos que antecedem os assuntos tratados. A meu ver, três grandes temas perpassam sua narrativa, embora reconheça, desde já, a fecundidade de outros aqui não tratados diretamente. São eles:

I – A conservação das Conquistas portuguesas (§§ IV, V, XIV).

Na Relação de Vieira os anos da década de 1650 aparecem, claramente, como uma nova oportunidade de conjugar num mesmo empreendimento às forças da Coroa e da Companhia. Não se deve perder de vista que o trabalho missionário era condição essencial na manutenção das conquistas portuguesas e, em Vieira, era hiper-dimensionada na apologia de exclusividade de sua ordem, pois "as utilidades temporais e políticas que por este meio acresceram à coroa e Estados de V. Majestade", disse ao tratar das missões entre os

[2] Refiro-me, a um rico conjunto documental formado pela *Relação do Maranhão* (1609), do Pe. Luís Figueira; pela *Relação da missão das Serras de Ibiapaba* (1660), do Pe. Vieira; e, por fim, as *Cartas anuais*, do Pe. Ascenso Gago (1695-1702), todas elas sobre os trabalhos catequéticos entre os índios nas Serras de Ibiapaba.

[3] Com o falecimento de Vieira parte de seus manuscritos, encontrado na Bahia, foi remetida a Lisboa. A Relação de Ibiapaba compõe com outras destas cartas, o Tomo I *Das Vozes Saudosas* organizado pelo Pe. André de Barros, impresso em 1736. Cf. Vieira (1998: 78, 86-91). Salvo em contrário, as citações da *Relação*, no decorrer do texto, estarão indicados por parágrafos, junto aos tópicos.

Nheengaíba, no Pará, se dão porque "os primeiros e maiores instrumentos da conservação e aumento desta Monarquia são os ministros da pregação e propagação da fé".

A argumentação de Viera desdobra-se para o outro braço do imenso Maranhão:

> *o Estado do Maranhão até agora estava sitiado de dois poderosos inimigos, que o tinham cercado e fechado entre os braços de um e outro lado, porque, pela parte do Ceará o tinham cercado os tobajaras da serra, e pela parte do Cabo do Norte – que são os dois extremos do Estado – os nheengaígas (VIEIRA, 1998: 458-470).*

A carta endereçada ao Rei e datada de fevereiro de 1660 foi escrita antes de Vieira seguir para as Serras de Ibiapaba, constituindo-se numa preocupação já sistematizada pelo ilustre remetente, pois dois anos antes, havia escrito uma outra ao Provincial do Brasil, enumerando nove razões para permanência dos missionários, naquele momento de total insegurança. Para o "bem comum da república" e relembrando aos missionários à sua condição de membros do Império português, o jesuíta esclarece que a manutenção da missão, em Ibiapaba, estava diretamente relacionada às "outras missões deste Estado" do qual garantiria o "recurso da Província por terra, e o da Província e de Portugal" (VIEIRA, 2003:187-192).

Está claro que a Relação de Ibiapaba sendo uma narrativa construída para edificar era também e ao mesmo tempo uma carta diplomática e de cunho político. Diplomática porque seu conteúdo vislumbrava uma aproximação negociada com grupos indígenas até, então, conhecidos apenas por "fama"; e de aspecto político porque costurava os interesses da Coroa, inclusive, sugerindo ou aconselhando ações aos poderes colonialistas. A introdução aos apelos temporais é verificada no rigor com que lista e nomeia as autoridades: Diogo Botelho, governador do Estado do Brasil; André Vidal de Negreiros, governador do Maranhão; e também no Além-mar, o Conde de Odemira. Todos, por assim dizer, testemunhando o zelo dos missionários e dando o aval aos seus empreendimentos.

Por outro lado, respondendo aos críticos da continuidade da missão, possivelmente, dentro e fora da Companhia, Vieira constrói uma argumentação que se desloca dos frutos da Obra, geralmente, as mais eloqüentemente apresentadas – embora, faça isso noutros momentos -, para os "males" que se têm evitado pela simples presença dos missionários. O jesuíta referia-se a redução e vassalagem dos Tabajara, "sem armas nem despesas"; a abertura do caminho entre Maranhão e Ceará e para Pernambuco, "fechados pelas hostilidades desta gente [os índios]"; os índios estão inimigos dos holandeses, "cuja confederação era a Serra de Ibiapaba o maior padrasto que tinha sobre si o Maranhão"; já não matam e nem "comem carne humana" e "guardam paz e fidelidade as nações vizinhas"; e seus

"vícios da fereza e desumanidade estão também muito domados". E conclui, sem meias palavras: "tudo por benefício da assistência dos padres".

Ver-se, assim, que a ferocidade indígena e seus rituais antropofágicos não eram apenas problemas de ordem teológica, de conversão. Supõe e compõe junto ao combate aos inimigos estrangeiros, a vassalagem indígena e a abertura de comunicação entre capitanias, um feixe de problemas, segundo Vieira, já resolvidos para resguardo do todo Corpo do Império.

II – Exemplos na edificação (§§ I, VI-VIII, X-XII, XVII).

Logo no primeiro parágrafo da Relação, Antônio Vieira constrói um discurso de ligação ou continuidade com a primeira missão jesuítica em Ibiapaba, em 1607. Para isso, vale-se do sacrifício dos primeiros missionários ou de seus gloriosos destinos. Assim se refere à morte do Pe. Pinto que no momento da missa os índios "lhe deram três feridas mortais pelos peitos e pela cabeça, e no mesmo altar, onde estava para oferecer a Deus o sacrifício do corpo e sangue de seu Filho, ofereceu e consagrou o de seu próprio corpo". E completa: "começando aquela ação sacerdote, e consumando-a em sacrifício".

No pensamento metafísico do narrador, contudo, Pe. Pinto teria uma outra importância no âmago do Maranhão. Sua morte representou um "martírio" que se "deixam para mais longa história". A descrição construída de sua morte não chega a ganhar a relevância de dramaticidade, formulada pelo companheiro do sacerdote morto, o Pe. Luís Figueira, em sua *Relação do Maranhão(1608)*; mas dá o tom de sua re-memorização, inclusive, de seu milagre em fazer chover no inóspito sertão, sendo, talvez, o primeiro mártir da Companhia de Jesus no Maranhão.

É possível vislumbrar o efeito desse relato entre missionários e noviços da Companhia que, aliás, neste documento é recuperado como se estivesse costurando à primeira missão (1607) com essa nova empresa a partir das edificações formuladas. Logo após o parágrafo de abertura, inexiste na Relação outro mártir a ser lembrado, em compensação os modelos ou exemplos na edificação vão se multiplicando, como ocorrem com os padres Antônio Ribeiro, "tão eloqüente na língua, e exercitado em conhecer e moderar os ânimos desta gente [os índios]"; Pedro Pedrosa, porque "estava o padre mais como prisioneiro das suas ovelhas que como pastor delas" e por meses alimentava-se de "espigas de milho seco que assava por sua própria mão" e "varria a pobre casinha com as mesmas mãos sagradas com que a tinha feito".

Por outro lado, se é possível encontrar certa semelhança na *narratio* dos relatos edificantes saltam aos olhos as descrições do trajeto, apresentadas quase sempre como uma

peregrinação espiritual; e, no caso da Relação de Ibiapaba, como uma prática expiatória relevante e reveladora na invenção retórica dos modelos escolhidos. Antes de discutir este ponto, duas questões parecem importantes.

A primeira é que as tintas do narrador são carregadas ao extremo construindo uma espécie de cena viva das agruras do percurso para logo em seguida findar na completa superação dos obstáculos apontados; e, em segundo lugar é importante constatar que Vieira esteve presente em apenas uma das duas descrições de viagem, de fato, a de seu próprio percurso entre o Maranhão e o Ceará, de modo que mais uma vez – como, aliás, parece ser a maior parte da Relação -, o sacerdote escreve a partir de outras narrativas, a meu ver, da Relação de Luís Figueira (1609) e das cartas dos missionários que estavam nas Serras, recebidas por Vieira em 1658.

A descrição da inóspita natureza tinha um duplo objetivo: a construção mesmo de um itinerário do percurso, pois "esta era a primeira viagem que se fazia ou abria depois de tantos anos por estas praias, a falta de experiência, como sucede em todas as coisas novas, fazia maiores os trabalhos e os perigos"; e ainda, a própria construção retórica da edificação. Neste sentido, as forças naturais passam de obstáculos a aliados, no preceito dos sacrifícios.

A viagem de Vieira, iniciada logo após sua visitação entre os Nheengaíba, ganha outra dimensão, não apenas porque falava de sua própria experiência, mas que era do Superior e Visitador, já nomeado, que ecoava diretamente a narrativa. Os missionários da comitiva andaram por léguas a pé e descalços. Em Vieira, contudo, o sacrifício era mais amplo, pois "o tempo era de penitência, e de meditar nos de Cristo".

Exaustão do percurso sob a natureza dura e inóspita, força dos padres que pela Fé moveram-se sobre as montanhas. Tudo, todavia, por providência divina que a todos amparava, velava e dava sinais claros de seu designo, ou seja, a continuação da missão abreviada, em 1608. O modelo missionário estava firmado: "Mas é graça esta própria dos filhos de Santo Inácio, que, posto se não criam nisto, criam-se para isto".

III – A heresia (§§ II, III, IX, XIII, XIV).

J. Adolfo Hansen ao analisar a correspondência de Vieira, do Maranhão, constatou que o tema da *heresia* surgia com maior força. Essa heresia não era apenas uma divergência doutrinária com os reformadores, mas estava diretamente envolvida naquilo que era mais caro a Vieira: a constituição do Corpo Místico do Império, legitimado pela Igreja de Roma, na qual sua Ordem teria papel na frontaria das Causas Segundas. Por isso eram hereges todos os colonos que escravizavam índios aldeados ou aprisionados injustamente, por não

cuidarem de suas almas, e que se portavam contrários ao trabalho dos jesuítas, veladores na manutenção do império (HANSEN, 2003: 7-74).

Na Relação de Ibiapaba a heresia ganha uma projeção peculiar, entre os índios, pois a partir da aliança com os holandeses no período da guerra luso-batava (1630-1654), são os "executores das crueldades que eles política e hereticamente lhes cometiam, desculpando com a barbaridade dos brasilianos o que verdadeiramente não só eram consentimentos, senão mandados e resoluções suas". Ao final dos conflitos centenas de grupos indígenas empreenderam fuga temendo revides dos vencedores e os montes ibiapabanos, para Vieira, constituíram – por sua extensão e distância -, um "refúgio conhecido, e valhacouto seguro dos malfeitores"; e também por sua nova composição na "Genebra de todos os sertões do Brasil".

Diferente de Recife, a heresia alastrou-se ao sertão por outros agentes: os *fugitivos de Pernambuco* que "vieram ensinar à serra, onde, por muitos deles saberem ler, e trazerem consigo alguns livros, foram recebidos e venerados dos tobajaras como homens letrados e sábios, e criam deles, como de oráculos".

Ainda na Relação, os índios quase sempre são apresentados por "bárbaros" e "feras" dando a impressão de terem sua humanidade negada pelo sacerdote, o que não apenas é improvável – pois a humanidade indígena fora resolvido pelos escolásticos no século XVI -, como em outro momento é totalmente esclarecida. Ao referir-se aos índios nas Serras, antes do contato com os holandeses afirmava que "ainda que não havia neles a verdadeira fé, tinham, contudo o conhecimento e estima dela, a qual agora não só a perderam, mas em seu lugar foram bebendo com a heresia um grande desprezo e aborrecimento das verdades e ritos católicos"; para em seguida, usar das categorias tomistas que, aliás, parecem não ter sortido nenhum efeito de distinção já que os índios estavam "abraçando em tudo a largueza da vida dos holandeses, tão semelhante à sua, que nem o herege se distingue do gentio, nem o gentio do herege". Por isso era necessário compreender até que ponto houve uma absorção dos preceitos religiosos dos holandeses, o que desanimava o missionário: dos Tabajaras na Serra "não se podem dizer nem saber todos, que eles os sepultava dentro em si mesmos".

Considerações finais

A Relação da missão das Serras de Ibiapaba é uma continuação retórica dos trabalhos missionários, no (e para o) imenso Maranhão. Não se trata da construção de um quadro objetivo da realidade colonial, mas de mais uma justificativa a exclusividade e relevância do trabalho dos missionários. A geografia do percurso e do imenso monte encravado, no sertão colonial, parece constituir junto com os índios o maior obstáculo aos

desígnios da Graça. Na retórica de Vieira, os obstáculos são inflacionados com a chegada dos novos hóspedes, os índios hereges. É bem possível que o que Vieira chamou de conversão dos índios de Pernambuco, possa ser compreendido como uma miopia à diversidade ou à polifonia de apreensões indígenas acerca da religiosidade cristã; ou seja, sua retórica é uma construção de aproximação, de um entendimento que se queria claro, para si e para seus potenciais leitores. Por isso para contemplar seu pensamento já construído, se vale sem rodeios de outras narrativas, tomadas por objetivas apenas enquanto instrumento de sua linguagem e de seu discurso.

Referências bibliográficas:

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril:** os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620). São Paulo: Edusc, 2006.

FIGUEIRA, Luís, S.I. *Relação do Maranhão [1608]*. In: **Três Documentos do Ceará Colonial.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 1967. Pp. 76-113.

HANSEN, J. Adolfo. *Introdução*. In: VIEIRA, Antônio, S.I, 1608-1697. ***Cartas do Brasil***. São Paulo: Hedra, 2003. Pp. 7-74.

LEITE, Serafim, S.I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. (Vol. III). Lisboa / Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. Pp. 85-96.

PÉCORA, Alcir. *Vieira, o índio e o corpo místico*. In: NOVAES, Adauto (org.). ***Tempo e história.*** São Paulo: Companhia das letras, 1994. Pp. 423-461.

VIEIRA, Antônio, S.I. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2003.

VIEIRA, Antônio, S.I. *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba [1660]*. In: GIORDANO, Cláudio (coord). **Escritos Instrumentais sobre os Índios**. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992. Pp. 122-190.

VIEIRA, Antônio Vieira, S.I. **Sermões**. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros; supervisão do Pe. Antônio Charbel e de A. Della Nina; introdução e supervisão técnica de Luiz Felipe Baête Neves. Erechim: EDELBRA, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A cultura midiática e a produção do conhecimento histórico escolar

Olavo Pereira Soares*

Resumo: A cultura midiática, teoricamente analisada como sendo o resultado das interações que os sujeitos sociais estabelecem com as diferentes mídias contemporâneas, é um elemento importante da cultura escolar. Compreendemos que a produção do conhecimento histórico escolar não pode passar ao largo deste elemento da cultura cotidiana trazida pelos alunos para a sala de aula. A partir das interações com as mídias, os alunos formulam conceitos e concepções sobre a história. Há que se estabelecer metodologias de ensino capazes de interagir com a cultura midiática objetivando a produção do conhecimento histórico escolar. A reflexão teórica acerca deste objeto não prescinde do debate historiográfico, mas exige aproximações com as questões relacionadas às metodologias de ensino de história.
Palavras-chave: cultura midiática, ensino de história, metodologias de ensino.

Abstract: Media culture is an important element of school culture and is analysed, in theory, as the result of the interactions that social beings establish with different modern media. We understand that the production of knowledge of History in schools can´t be distant from this everyday culture which the students bring in the classroom. From the interaction with media the students formulate concepts about History. Teaching methodologies need to be established in order to interact with media culture objectifying the production of knowledge of History in schools. Theoretical reflextion concerning this subject does not to prescind the debate of historiography, but demands approaches to the topics related to teaching methodologies of History.
Key-words: media culture, history teaching; teaching methodology.

As pesquisas e publicações sobre o ensino de história evidenciam a necessidade de se incorporar nas práticas docentes o uso e a análise de diferentes documentos. Sentindo-se incentivados e, ao mesmo tempo, cúmplices da produção historiográfica, inúmeros trabalhos sobre o ensino de história sugerem a incorporação da leitura e análise de documentação diversa, seja como forma de aproximar o ensino do fazer historiográfico, ou como método para compreensão de visões variadas de um mesmo conteúdo. Assim, atualmente é quase senso-comum afirmar a necessidade do estudo em sala de aula de iconografias, fotografias, cartas, contos e romances, músicas e letras, documentários, filmes.

Ao longo desta trajetória surgiram dificuldades, entre os professores, em trabalhar com determinados documentos. Preocupados com tais dificuldades e com as possíveis

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

incoerências no uso didático de documentos históricos, alguns pesquisadores buscaram auxiliar os professores a compreender e superar as suas dificuldades.

Recentemente, preocupados como a música é trabalhada em sala de aula, os pesquisadores Geni Duarte e Emílio Gonzalez (2007) elencam um conjunto de princípios a serem considerados pelos professores no uso de músicas como documento histórico. Para os pesquisadores, os professores não podem deixar de considerar a singularidade da obra no tempo e espaço de sua produção original, as diversas ressignificações que a obra teve ao longo da história com variadas interpretações em diferentes contextos sociais e políticos, os diferentes objetivos de divulgação de uma determinada obra. Sem estas considerações iniciais, corre-se o risco de levar para a sala de aula um conjunto de informações que pouco contribuem para a construção do conhecimento histórico escolar, visto que subverte o papel da produção historiográfica que é de contextualizar e analisar o documento, ao invés de percebê-lo de uma forma estática e imutável.

Anos antes, o pesquisador Marcos Napolitano (1997), ao tratar do uso da televisão como documento, já havia incluído, além das preocupações acima citadas, algo que nos parece fundamental: a percepção de como os alunos vão interagir com este documento. Utilizando-se de referenciais da sociologia da comunicação, Napolitano (1997) lembra os professores que a televisão é por si um objeto que provoca sensações nos alunos e que suas mensagens não estão desvinculadas dessas sensações. Portanto, o uso em sala de aula da televisão, deve considerar as reações sensitivas dos alunos ao que está será exposto.

Nas relações de ensino, a história e o fazer historiográfico deve ser a referência do professor. Assim, Duarte e Gonzalez (2007) estão corretos em convocar os professores a refletirem sobre como a historiografia trata este documento. Porém, Napolitano (1997), vai mais além, ao considerar que nas mesmas relações de ensino há os alunos, e estes são sujeitos sociais que interagem com as mensagens televisivas. Para nós, esta é uma preocupação fundamental e que deve ser mais explorada nas pesquisas sobre ensino de história.

Em nossas pesquisas verificamos que as interações dos alunos não são apenas com as músicas e as mensagens televisivas, embora estas seja as mais significativas. Os alunos interagem também com os filmes, as propagandas estáticas e interativas, os video-games, a internet e um conjunto cada vez maior de mídias.

Ao irem para escola, os alunos levam consigo elementos de sua cultura cotidiana que é transversalmente permeada pela cultura das mídias. Segundo Lúcia Santaella (1996) a cultura midiática se compõe das interações que os sujeitos sociais estabelecem com as diversas mídias em circulação em nossa sociedade. Tais interações produzem um conjunto de

informações que são socialmente compartilhadas. Há que se considerar também, os aspectos sensoriais relacionados às interações dos sujeitos sociais com as mídias. Se usarmos uma expressão da psicologia, podemos afirmar que a cultura midiática está na sociogênese de nossos alunos, visto que no processo de inserção das crianças no mundo adulto, há um contato permanente com as diferentes mídias.

Isto nos levou a refletir não apenas sobre o uso de documentos históricos em sala de aula, mas sobre todo o processo de ensino da história.

Em diferentes momentos de nossas pesquisas percebemos que em algumas situações, a cultura midiática se mostrava mais significativa para o alunos do que o conhecimento histórico trabalhado em sala de aula (SOARES, 2000; 2005). Por exemplo: alunos de ensino médio de escola pública da periferia de São Paulo foram solicitados a pintar índios e bruxas. Sabiam que estavam em uma aula de história e que estes desenhos faziam parte da aula. O resultado foi surpreendente: os índios estavam muito parecidos com os dos desenhos animados, próximos a uma caricatura dos índios da América do Norte, e, as bruxas eram todas semelhantes aos desenhos da Disney. Podemos argumentar, como foi feito à época, que os alunos não sabiam do objetivo do desenho e se soubessem talvez o resultado seria outro. Ocorre que o objetivo era justamente esse: identificar como os alunos representam determinados conteúdos mesmo estando em situação de sala de aula. A mesma pesquisa identificou que os alunos representam determinados conteúdos a partir de sua cultura midiática e não do conhecimento histórico escolar.

Pesquisas recentes corroboram esta nossa compreensão sobre as aprendizagens dos alunos, embora não se utilizem do conceito de cultura midiática para a análise dos dados. Lana Mara Siman (2005) identifica que alunos das séries iniciais tem grandes dificuldades em modificar as representações sociais socialmente aceitas e divulgadas, como por exemplo, a vida e a presença dos negros na sociedade brasileira (SIMAN, 2005). Na mesma linha, a pesquisadora Sílvia Vartuli demonstra que alunos que completaram ensino médio tem dificuldades em ressignificar os conteúdos sobre os heróis nacionais como Tirandentes, por razões que podem estar relacionadas tanto às dificuldades de aprendizagem da história, quanto pela presença que este herói tem no imaginário coletivo (VARTULI, 2006).

Em nossa perspectiva, trata-se substancialmente de compreender como a cultura midiática dos alunos se apresenta no cotidiano escolar, e como os professores de história podem se utilizar deste aspecto da cultura dos alunos para superar dificuldades no ensino, possibilitando assim processos de aprendizagem. Para tanto, entraremos em um terreno pedregoso: a metodologia de ensino de história.

Para ensinar história é fundamental o conhecimento da historiografia, dos conteúdos, métodos e abordagens da história. No entanto é primordial, a construção de uma proposta metodológica para o ensino. Somente com métodos de ensino poderemos compreender as aprendizagens dos alunos e o significado que o conhecimento histórico escolar traz para suas vidas, tendo sempre em mente as ressignificações possibilitadas pela cultura midiática. Isto requer a elaboração de um referencial teórico-metodológico que seja capaz de incorporar as complexidades inerentes ao ensino de história neste contexto delineado.

No que se refere à incorporação da cultura midiática dos alunos aos processos de ensino, encontramos referenciais nas pesquisas relacionadas à Pedagogia da Comunicação. Para Tânia Porto, trata-se de uma "pedagogia que estabelece comunicação escolar com os conhecimentos, com os sujeitos, considerando os meios de comunicação. *Dialoga-se com os meios e suas linguagens*, em vez de falar dos meios" (PORTO, 1998: 29).

A posse de tais referenciais nos ajudaram a superar visões tradicionais sobre o papel das mídias em nossa sociedade e em nossas escolas. As visões dicotômicas que percebem as mídias, ora como vilãs, ora como mero entretenimento, cederam espaço a uma percepção mais ampla: de que os alunos interagem com as mídias, dialogam com as informações e as ressignificam conforme seu repertório cultural, seja ele escolar ou cotidiano.

Ao perceber que as mídias participam do caldo cultural de nossos alunos, superamos a concepção de que as mídias são apenas meios que com suas linguagens facilitam o processo de ensino. É preciso dialogar com os meios, suas linguagens e também suas mensagens. Assim, percebemos porque muitos professores de história se desencantam com o uso de uma audiovisual ou de músicas nas aulas. Tinha-se a concepção, ainda inicial, de que a linguagem dos meios, facilitaria para os alunos a compreensão da mensagem. Porém, geralmente o resultado é o oposto: alunos desenvolvem repulsa ao audiovisual em sala, aos documentários e filmes, bem como tratam com desdém as músicas que os professores insistem em levar para a aula.

Para nós está claro que trata-se de uma questão metodológica. Por exemplo, antes de utilizar música e letra como recurso didático, é preciso considerar que a música é um elemento fundamental da cultura cotidiana da maioria de nossas crianças e adolescentes. É através das músicas e dos gêneros musicais que os alunos formam grupos de amizade, escolhem os parceiros para trabalhos e atividades extra-classe, enfim, a música não é mero recurso didático, é parte fundamental da estrutura cultural e cognitiva dos alunos. Algo semelhante podemos dizer sobre a tv. Em casa a tv significa lazer, diversão, entretenimento.

Na escola, os professores querem imprimir um outro significado, sem considerar a relação que os estudantes estabelecem com estes meios e suas linguagens.

Definimos então que não se trata do uso das mídias em sala de aula, mas das interações que os alunos estabelecem entre a cultura midiática e o ensino da história. As mídias como recurso didático são fundamentais, mas serão úteis aos processos de ensino se ajudarem os professores a estabelecer diálogos e interações. Sabemos que mesmo sem a tv em cada sala de aula, as mensagens da tv estão na escola. O mesmo podemos afirmar sobre o cinema, os vídeo-clipes, as revistas, as propagandas.

Como então estabelecer diálogo? Como superar as concepções de senso-comum comumente divulgadas pelas mídias? Como possibilitar que o conhecimento histórico escolar se torne significativo e auxilie os alunos no processo de compreensão do mundo e da própria cultura ao qual estão imersos?

Para a concretização de uma proposta metodológica para o ensino de história que vise incorporar tais questionamentos, buscamos referencia nos pressupostos teórico-metodológicos vinculados à obra de Lev Vigotski e Aléxis Leontiev. Encontramos nestes teóricos russos, comumente citados em trabalhos no campo da psicologia da aprendizagem, referenciais teóricos fundamentais que nos auxiliam sobremaneira na formulação de metodologias para o ensino de história.

A obra de Vigotski nos auxilia ao identificar que "no campo do desenvolvimento psíquico, há um processo nos indivíduos considerado como sociogênese: um dos planos genéticos no qual explicita-se que os processos de aprendizagem dos indivíduos estão impregnados de significados histórico-culturais" (SOARES, 2005: 67), o que vale afirmar que as aprendizagens são diferentes em virtude das diferenças temporais e espaciais, e sobretudo, que as estratégias de ensino a serem adotadas devem levar em consideração os desafios a serem colocados aos alunos.

Não podemos nos esquecer que tanto a obra de Vigotski quanto a de Leontiev se distanciam de um certo pragmatismo escolanovista, ou de um construtivismo contemporâneo, híbrido em suas concepções de mundo. Newton Duarte (2001) nos lembra que a perspectiva vigotskiana é substancialmente de transformação das realidades concretas e não de adaptação da criança e do adolescente ao ambiente em que estão inseridos. Portanto, trata-se de princípios didáticos desafiadores, seja para alunos ou para professores.

Para nós, tais princípios são fundamentais para a análise das relações entre cultura midiática e ensino de história. Para que serviria o ensino senão para provocar modificações

conceituais nos alunos? Para que a pesquisa histórica se as diversas mídias podem possibilitar vínculos afetivos e construção de identidades?

Se Vigotski nos possibilita uma visão ontológica do processo de ensino de história, é a obra de Leontiev e de seus seguidores que nos permitirá elaboração de um referencial teórico-metodológico para o ensino de história.

Na obra de Leontiev (s.d; 1988) encontramos os principios da atividade, posteriormente incorporada e redefinida por pesquisadores da educação como atividade de ensino. Um dos princípios da atividade de ensino reside na concepção de que os seres humanos procuram o conhecimento quando este surge como uma necessidade e quando, posteriormente, esta necessidade se transforma em um motivo que impulsiona para a obtenção do conhecimento. Para Leontiev, os processos de alienação da sociedade capitalista modificam a estrutura cognitiva dos estudantes, na medida em que muitas situações, a relação do estudante com a escola não é de busca pelo conhecimento, mas apenas de aceitação e de inserção social. Assim, o motivo do estudo que deveria ser o conhecimento, fica em segundo plano e passa a ser compreendido como uma necessidade passageira ou imposição social.

Fiquemos apenas neste aspecto da densa obra de Leontiev: a modificação nas necessidades dos alunos e a construção de um motivo para a aprendizagem.

Ao considerarmos que a cultura midiática é presente no cotidiano dos alunos, seja no plano consciente das informações em circulação, ou no plano inconsciente das sensibilidade e afetos, inferimos que esta é a porta de entrada para as modificações nas necessidades e nos motivos das aprendizagens dos alunos. Desestabilizar as certezas dos alunos, via inquietações sobre aspectos de sua cultura cotidiana é um primeiro passo no sentido de mobilizá-los rumo à construção do motivo, ou seja, do conhecimento histórico.

Em nossas pesquisas, esta possibilidade foi analisada em vários processos de ensino e com resultados satisfatórios. Ao valorizar a necessidade inerente dos seres humanos de interação, o professor se vale da cultura midiática para promover o debate, o conflito de idéias. Assim, os alunos auxiliam o professor a compreender como eles interagem com determinados conhecimentos históricos, quais suas concepções, valores e percepções da história.

Após desenhar uma bruxa, como foi citado anteriormente, os alunos passaram a se perguntar sobre os objetivos da atividade e assim criou-se um primeira necessidade, uma curiosidade inicial que não pode ser desprezada. Posteriormente, a análise de produções

historiográficas e de documentos históricos sobre a bruxaria na Idade Média, possibilitou aos alunos uma aproximação com o motivo da aprendizagem: a construção de um conhecimento novo sobre a bruxaria. Além do conhecimento histórico sobre um conteúdo específico, os alunos puderam se questionar sobre como se produz o conhecimento sobre a história e de como isto não depende exclusivamente da escola.

A elaboração de atividades de ensino que valorizem a cultura midiática dos alunos com vistas a produção do conhecimento histórico escolar, exige dos professores de história uma sólida formação inicial, com significativo conhecimento da história e da historiografia. Além disto torna-se necessário a utilização de procedimentos comunicacionais que permita ao professor o diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos, bem como da sensibilidade para compreender como os alunos interagem com as diferentes mídias e com os conteúdos históricos.

Referências bibliográficas

DUARTE, Geni e GONZALEZ, Emílio. "Pensando a américa latina: música popular, política e ensino de história". In: CERRI, Luís Fernando (org). **Ensino de história e educação: olhares em convergência.** Ponta Grossa: UEPG, 2007.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender": críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana.** São Paulo: Autores Associados, 2001.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Ed. Moraes, s.d.

LEONTIEV, A. "Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil". In: VYGOTSKY, L. S. (et al.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

NAPOLITANO, Marcos. "A televisão como documento". In: BITTENCOURT, Circe (org). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

PORTO, Tânia M. Esperon. "Educação para a mídia/pedagogia da comunicação: caminhos e desafios". In: PENTEADO, Heloísa Dupas. "Pedagogia da comunicação: sujeitos comunicantes". In: **Pedagogia da comunicação: teoria e práticas.** São Paulo: Cortez, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das Mídias**. São Paulo: Razão Social, 1996.

SIMAN, Lana Mara de C. "Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história". In: **Cadernos Cedes – Ensino de história: novos horizontes**. Campinas, vol.25, n.67, 2005.

SOARES, Olavo Pereira. **O ensino de História e a cultura midiática**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2000.

_____. **A atividade de ensino de história: processo de formação de professores e alunos.** Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2005.

VARTULI, Silvia Rachi. "Um herói no vestibular: imaginário, apropriação e compreensão sobre Tiradentes e a Inconfidência Mineira". In: SIMAN, Lana M. de Castro e RICCI, Claudia Regina F. M. S. (orgs). **Anais do VII ENPEH – Encontro Nacional dos pesquisadores do ensino de história.** Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

VYGOTSKY, L. S. "Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar". In: VYGOTSKY, L. S. (et al.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória do trabalho: estratégias de produção e consumo de uma classe longe do fim.

Ricardo M. Pimenta[1]

Resumo: No Brasil, os anos 90 foram singulares pelo processo de transição política e econômica, causando uma crise de identidade sem precedentes na classe trabalhadora, recolocando a memória na pauta destes grupos e dos sindicalistas. Nesse enfoque, consideramos que a "produção" e disseminação de uma memória representativa desses grupos vêm sendo realizadas através de novas estratégias e lutas por novos espaços. Através de alguns estudos de casos, podemos considerar que a experiência da utilização do ciberespaço por esses sindicatos, por exemplo, mostra que as antigas instituições estão longe de protagonizar seu fim e que elas vêm aprendendo a se locomover também nos não-lugares do espaço virtual, utilizando-os de maneira a combater o desvanecimento de uma memória do trabalho no Brasil.
Palavras-chave: Memória – trabalho operário – identidade de classes

Abstract: In Brazil, the nineties were singular for the process of political and economical transition, causing an unprecedented identity crisis in the working class, putting back the memory in the line of these groups and of the syndicalists. In that focus, we considered that the "production" and spread of a representative memory of those groups have been accomplished through new strategies and fights by new spaces. Through some studies of cases, we can consider that the experience of the use of the cyberspace for those unions, for instance, shows that the old institutions are far away from its end and that they are learning moving around also in the no-places of the virtual space, using them in a way to combat the fading of a memory of the work in Brazil.
Keywords: Memory – industry labor - identity of classes

Este trabalho se propõe a discutir o papel da memória no âmbito do mundo do trabalho e de seus respectivos atores enquanto um meio de resposta à contemporaneidade na qual a ameaça pelo esquecimento, juntamente com a crise de identidade, vem constantemente atingindo a classe operária nas últimas décadas. Entendemos, portanto, que a retomada de projetos e de políticas de memória junto a alguns setores da classe trabalhadora brasileira vem promovendo não apenas a manutenção de uma identidade coletiva do trabalhador industrial no Brasil como também vem insuflando neles mesmos uma retomada de uma consciência de "lugar" no processo histórico e, portanto, de pertencimento à sociedade e a sua história.

[1] Doutorando em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

No Brasil, após uma década matizada por vitórias expressivas no âmbito da luta sindical e proletária, principalmente ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), os anos seguintes à abertura política foram marcados por uma espécie de "refluxo" a todos avanços executados anteriormente.

Desde a nova constituição aprovada em 1988, e as eleições de 1989, o Brasil firmava um passo importante para fora do regime militar o qual gradualmente foi abatido pelas conseqüências desastrosas de um "milagre econômico maquiado" onde por trás dos índices de crescimento uma dívida externa sem precedentes era alimentada. Por outro lado, também o foi pela crescente mobilização e organização de "novos blocos" (Santana, 2001: 215) nos espaços sindicais. Combativos, contestatórios, precursores não somente de uma representação legal oposicionista, como o PT, mas também do movimento chamado "novo sindicalismo".

Ainda assim, a realidade presente nos anos seguintes era a de que uma nova política econômica se disseminava pelo mundo ocidental não respeitando fronteiras. A luta dos trabalhadores brasileiros, no decorrer dos anos 1960, 1970 e 1980, não foi igualmente a dos mineiros britânicos ou dos montadores da Ford e GM nos Estados Unidos. O operariado no Brasil lidava com uma realidade singular.

Afinal, em paralelo a crise vivida nos países centrais a industrialização brasileira e seu respectivo desenvolvimento assim como de outros países considerados àquela época como de segundo ou terceiro mundo estava profundamente ligada ao poder regulador do Estado que se endividava através de sua política econômica externa. Este fator parece ter contribuído para postergar os efeitos mais duros, antes experimentados pela classe trabalhadora internacional dos países centrais.

Entretanto, foi com a partir da queda do regime ditatorial brasileiro que a classe trabalhadora brasileira passava a "acertar o relógio" com as demais incertezas vividas por outros sindicatos. Após o período de transição, considerando este o mandato do Presidente José Sarney após a morte de Tancredo Neves, cuja eleição ainda foi realizada dentro do sistema militar , marcado por uma intensa alta da inflação e da dívida externa, tornava-se mais claro que a emergência de uma nova política econômica fazia-se necessária ao passo que a antiga apenas havia auxiliado a uma crescente mobilização sindical no exercício de greves.

A "solução financeira", segundo Silver (2005: 159), que já era conhecida dos países centrais desde finais da década de 70, tornou-se cada vez mais hegemônica nos países periféricos durante as décadas compreendidas entre os anos de 1980 e 1990. No caso da América Latina, e mais especificamente do Brasil, foi ainda no decênio de oitenta que Estados

se libertavam de regimes ditatoriais e, por conseguinte buscavam diálogo com o mercado externo através de uma política econômica condizente com a ordem internacional.

> *A combinação de soluções espaciais, tecnológicas/organizacionais e financeiras enfraqueceu seriamente e "pelas costas os trabalhadores nos anos 1970 [nos países centrais] (...) No entanto, a maioria dos movimentos trabalhistas do Segundo e do Terceiro Mundo [países periféricos], que tiveram uma força impressionante nos anos 1970 e 1980, estava em crise na década de 1990. (Silver, 2005: 159-160).*

Nesse contexto, o início dos anos 1990 também foi, portanto, o início de um movimento voluntário do Estado brasileiro o qual caminhava em direção ainda que incipiente para o que Beck (1997: 55) chama de "política reflexiva", ou seja, "desaparecimento do político". Era formado, assim, o palco de mudanças que marcariam o "mundo do trabalho" no Brasil.

Em meio às transformações geradas no cerne da abertura econômica, mesmo após o processo de Impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992 o cenário apenas se agravou. Com a entrada do vice-presidente, Itamar Franco, ao poder o quadro econômico brasileiro continuava grave. Os índices de inflação mostravam-se maiores do que na década anterior e em menos de cinco anos os mesmos índices haviam mais que dobrado em relação à média de toda a década de 1980.

Tais condições apontavam para o "desafio" que era livrar-se do ranso de toda uma estrutura política, econômica e social autoritarista que perdurou al longo de quase três décadas. Muitas foram as mudanças, no entanto, é necessário compreendermos que elas não se fizeram já prontas. Ainda em 1990 resquícios do antigo sistema podiam ser vistos, principalmente, em empresas estatais. Um exemplo disso foi a própria Petrobrás.

> *(...) nos anos oitenta [1980] e nos anos noventa [1990] o, um comportamento de ditadura no corpo gerencial da Petrobrás era muito visível, né? As gerências de um modo geral, elas se comportavam com atitudes, não permanentemente mas vez por outra você identificava em determinadas gerências comportamento e ações ditatoriais muito fortes. Suspensão de empregados... alijamentos de, de... ascenção dentro da empresa... E não só na gerência; também no corpo de supervisão (...) (Holanda, 2007)*[2]

Em meio ao "turbilhão" econômico que se expandia nessa mesma década nos parece que o movimento sindical pode ter convivido com o "pior de dois mundos". Por uma lado as ruínas burocráticas e gerenciais do período ditatorial e por outro a "invasão bárbara"

[2] Entrevista realizada com Orismar Holanda (dirigente sindical do Sindipetro – CE) em 28 de maio de 2005.

do modelo neoliberal no mercado brasileiro e a "liquefação" das estruturas até então conhecidas pelos próprios trabalhadores.

Os anos que se seguiram foram marcados pela mudança das condições de trabalho e produção, pela flexibilização e pela reestruturação produtiva. As políticas de desenvolvimento regional e econômico se aplicavam diretamente relacionadas aos pólos industriais existentes e às regiões onde industrias eram construídas e mantinham suas raízes há anos. Nesses lugares a concentração desses trabalhadores no espaço da cidade e da fábrica se dava não apenas na esfera profissional, mas também na familiar, na privada.

Estes eram alguns dos alicerces da indústria brasileira e dos seus respectivos trabalhadores. E foi na mudança dessas bases que o movimento sindical passava a ser desarticulado junto ao governo e ao empresariado.

Se outrora Bachelet havia comparado a fábrica e seu espaço periférico como "um espaço magnético, marcado por pontos de atração e linhas de força" (Bachelet, 1998: 6), a experiência dos anos que se seguiram, principalmente após 1994, mostraram que as "polaridades" dos campos de força até então conhecidos pelos trabalhadores haviam sido alternadas profundamente.

A mão-de-obra que se formava paulatinamente nos anos 90, e que têm hoje grande infiltração nas indústrias e demais setores de produção já não são majoritariamente formadas pelos militantes dos anos 70 e alguns tampouco viveram o chão de fábrica dos primeiros anos de 80. É bem verdade que para os novos personagens da classe trabalhadora, o que não é comum, em diversos casos, passa a ser a experiência coletiva em seu espaço e seu trabalho.

Há plurais meios de trabalho hoje em dia que, em cada particularidade sua, oferece um conjunto singular de relações com o espaço em que ele se desenvolve e com seus trabalhadores. O trabalho precarizado, o temporário, o subemprego, o aumento do mercado informal, a terceirização, a flexibilização e os diferentes tipos de "*Mcjobs*" (Coupland, 1991) nos mostram que há uma contundente parcela de trabalhadores que ao atuarem nessas condições não chegam a construir uma forte relação com o local de trabalho e suas práticas.

Por estes motivos compreendemos que no desenrolar desses novos "mundos" do trabalho houve, portanto, uma necessidade de um novo conjunto de estratégias e ações por parte dos sindicatos de setores mais "tradicionais" e de seus respectivos trabalhadores. Essa riqueza veja que não estamos falando aqui que a crise atravessada não foi benéfica ou prejudicial, mas sim que trouxe consigo a necessidade da mudança para muitos trabalhadores

e suas instituições representativas de acontecimentos parece ter levado, portanto, a um diferente patamar de necessidades e deveres do sindicato contemporâneo.

Nesse sentido, é que levantamos a hipótese de que foi a partir do contato com essa nova geração de trabalhadores que, alguns grupos ligados mais visceralmente às lutas de outrora perceberam que a luta passou a ser identitária também, e que essa se daria para o futuro, não sendo constituída apenas pela militância e pela combatividade.

Nesse sentido, o que pareceu ser cada vez mais presente na agenda sindical era que o novo mundo do trabalho não poderia esquecer-se das trajetórias por eles protagonizadas. Ou seja, nas políticas de memória em grande crescimento nos últimos anos jazia a preocupação com a consciência histórica engendrada pela classe e para a classe, onde tal consciência acaba também por marcá-los enquanto grupo social distinto da sociedade em geral.

Dessa maneira, pensar na memória dos trabalhadores e executá-la não apenas no espaço sindical como nos meios de veiculação das informações, como o é o espaço virtual, é também gerar poder. É (re)construir tendo em vista um projeto político uma identidade coletiva e deter o controle da própria história em uma sociedade que caminha lado a lado com as práticas do esquecimento. Esta experiência foi intensamente vivida no sindicato dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo:

> *"Na verdade é assim, né?... O... O meio sindical, ele passa por mudanças, né? Entendeu? E, como tudo... Na vida tudo é... se transforma, né? Então, então o próprio sindicalista ele sente, olha: se não preservar, aquela memória aquela história que tá acontecendo, quem é que vai se lembrar dele depois? Quem é que vai lembrar o que é que ta acontecendo hoje? (...) Essa sensibilidade, esse sentimento em 78 a 87 não estava muito presente por que a, a preocupação central era o confronto direto, tava muito acirrado as contradições... E a questão tava na* ***luta direta****. Ou seja, patrão e empregado,* ***embate*** *da luta de classes (...) onde você tava brigando com o teu patrão aí diretamente (...) a cabeça do sindicalista, ele tava preocupado com a estrutura, com a memória e tal,* ***fazendo*** *a história. Ele não tava preocupado em* ***registrar*** *a história". (Lulinha, 2006)*[3]

De fato, ao ouvir o entrevistado B, o que se apontava claro é que em meio às mudanças crescia uma consciência de que se fazia necessário marcar através da memória a trajetória desses trabalhadores. No ABC paulista, nos anos 90, surgia assim um projeto interno que visava cuidar da memória daquele sindicato. Esta ação não pararia apenas na organização dos arquivos de fotos e documentos, mas sim tomava outras proporções. Com a proposta de concentrar além de documentos e fotos, entrevistas e depoimentos de personagens

[3] Entrevista realizada com Luis Soares da Cruz (Lulinha), Coordenador do Movimento de Alfabetização do SmABC, em 09 de maio de 2006. Concedida ao autor.

daquele sindicato; juntamente com a intenção de franquear essas informações através de um serviço de arquivo e também pela própria internet com o sítio conhecido como "ABC de Luta"[4], o sindicato do ABC iniciou, portanto, uma estratégia para manutenção de sua própria identidade e preservação de uma memória.

Similares a essa atuação estiveram os trabalhadores da Petrobrás. A estreita ligação do Sindipreto de Campinas com militantes e sindicalistas do ABC paulista os levou a elaborar uma proposta de construção da memória dos trabalhadores daquela empresa. Não obstante, outros Sindipretos como o do Rio de Janeiro e de São Paulo aderiram à idéia. Uma proposta que surgia no interior do sindicato ganhava as salas da direção da Petrobrás em 2001 e, finalmente, se tornava concreta com a criação do projeto de memória dos trabalhadores da Petrobrás onde o uso de depoimentos de trabalhadores seria o fio condutor para se escrever, então, a memória do trabalho ali empregado.

> *"Esse projeto ele é muito original, ele chegou na Petrobrás de uma forma muito original, ele veio pela mão de um pessoal do sindicato numa proposta de que a empresa patrocinasse, na verdade essa era a idéia original, era de* ***patrocinar*** *uma história dos Sindipretos, né? Dos sindicatos petroleiros, é... Nos moldes do 'Memória do ABC', enfim era um projeto do ABC e que era um projeto que já tinha sido concluído(...)". (Collares, 2006).*[5]

Casos como estes não nos apontam que a consciência de trajetória histórica pode se materializar enquanto uma consciência de si? Se entendermos que a classe trabalhadora é constituída através das experiências por elas vividas, e que sua consciência de classe se forma através das mesmas (Cf. Thompson, 1987), não é esse processo vivido atualmente um processo de constituição de uma nova consciência de classe ao passo que passam a "produzir" uma memória que tem como alvo o futuro?

O que dizemos é que, nesse sentido, a memória em meio a um mundo onde o esquecimento aparentemente se mostra como algo inevitável e, portanto, natural da sociedade, do homem e de seus grupos é um meio de mudança além de ser igualmente um meio de resistência. Ou seja, de poder. E que lutar pela memória é lutar por um futuro. É buscar o que nos move e impulsiona não para trás como alguns acham , mas sim para frente.

Nesse processo o espaço sindical vem passando a (re)utilizar seus centros de documentações e arquivos. O emprego no uso dos documentos produzidos em grande parte

[4] Sítio referente à memória do sindicato do ABC paulista: <http://www.abcdeluta.org.br>

[5] Entrevista realizada na Sede da Petrobrás no Rio de Janeiro, com Miriam Collares (historiadora do Projeto Memória dos Trabalhadores da Petrobrás), em 04 de maio de 2006. Concedida ao autor.

no próprio espaço sindical , fontes escritas, iconográficas e hipertextuais[6] também vêm sendo amplamente utilizadas por serem, em diversos casos, estes os suportes para produção e veiculação de uma memória operária e do trabalho, utilizada por esses atores.

Esses recursos apontam para novos rumos nas atividades sindicais contemporâneas. Ainda que pareça um tanto dicotômico, o sindicato é hoje um espaço um tanto híbrido (Canclini, 2006) no que concerne à sua história e ao seu presente; aos seus papéis e suas ações; à sua atuação direta e indireta, ou seja, ao poder de sua presença junto a sociedade contemporânea. O que dizemos é que o espaço sindical precisou reformular-se também; diríamos até reestruturar-se. O exercício do sindicato deve ser mais amplo e mais plural para atender um operariado muito mais heterogêneo e "fluido".

Na sociedade globalizada e veloz, a tecnologia da informação tornou-se um instrumental poderoso para quaisquer grupos que se habilitem a usá-lo. Nesse sentido, não foi diferente para os grupos organizados de trabalhadores. Esse pensamento foi partilhado em nível global e, ainda em 2001, a questão do uso da informação por grupos organizados de trabalhadores teve destaque no *Financial Times* como algo a ser melhor explorado por esses trabalhadores e que ainda não é totalmente disseminado nas atividades sindicais. "Os sindicatos podem dar a volta por cima através do uso efetivo da tecnologia da informação. A internet pode prover os meios para um estratégico avanço do trabalho organizado." (Financial Times, 2001)[7]

A familiarização com os recursos do ciberespaço vêm se dando de maneira lenta e gradual; porém já se mostram como uma das alternativas para o desenvolvimento dos sindicatos no presente. Segundo Santos, os sindicatos que já foram vistos como mais tradicionais, hoje caminham para o que ele diz ser um "novo internacionalismo operário" (Santos, 2005) através do uso do ciberespaço, ligando globalmente diferentes sindicatos em uma experiência comum de reestruturação de suas capacidades e funções. Nesse sentido, o sindicalismo mostra que não estaria "historicamente ultrapassado", como Castells acreditava

---

[6] Referimo-nos como hipertextuais todos os meios de criação textuais e imagéticas que são acessados pelo espaço virtual, através do ciberespaço e de sua navegação. Desde documentos simples à banco de imagens e *webpages* de sindicatos, todos se ligam enquanto uma grande rede submersa. Nesse sentido adotamos o termo "hipertextual" por entender que ele representa de maneira mais completa esses diversos prismas.

[7] "*unions can stage a comeback by the effective use of information technology. The internet could provide the means for a strategic advance by organised labour*". Tradução feita pelo autor. Taylor, Robert. *INSIDE TRACK: Workers unite on the internet: TRADE UNIONS: They were as workplace relics quietly fading away. But information technology may offer labour organisations a new lease of life.* In: **Financial Times** de 11 de maio de 2001. Acesso em 09 de novembro de 2006: http://search.ft.com/search/

(1986 *apud* Santos, 2005: 112), ao passo que se (re)institucionaliza em função das novas demandas políticas, sociais e econômicas do mundo contemporâneo.

Este conjunto de práticas de se conhecer e divulgar uma história na qual se baseia à própria memória de seus protagonistas, ou seja, os sindicatos e suas lutas no mundo do trabalho vem conseguindo formar uma cultura do trabalho própria e identificada naquele determinado espaço onde a ameaça de esvaziamento e esquecimento se mostrou fortemente presente. Um "projeto" institucionalizado de "reconhecimento" (Honneth, 2003) e, portanto, de resposta à recente crise do trabalho, que teve como seu momento mais duro: a década de 90.

A questão, entretanto, que se mantém aberta por hora; se forma ao passo que pensamos em relação ao que está sendo construído que essa memória não deixa também de obedecer a um propósito claro e limitador.

Ela é constituída através de um "enquadramento" (Pollak, 1992: 6) no qual sua própria identidade provê uma "consciência do *self*" (Cf. Baujoit, 2003) atrelada à idéia de uma temporalidade haja visto que a classe se constitui pela "experiência" por ela protagonizada, e por isso a própria classe é também uma "relação" (Thompson, 1987: 11) levando ao seu rol de estratégias um projeto político de ancoragem da trajetória marcada pelas lutas e pelas mudanças por eles percorridas.

Ainda assim, no tocante ao papel da Memória dentro dessa experiência de que falamos seria certo considerar que, em meio à nova ordem social pós-moderna e ao novo capitalismo pós-industrial, os abalos sofridos nessa passagem colocaram em xeque o "subterrâneo" (Pollak, 1989) de sua forma. A ameaça do desaparecimento a qual sempre existiu, não nos enganemos passou a ser mais urgente e ameaçadora, pois com ela desapareceria também a estrutura essencialmente histórica de uma trajetória no tempo e espaço da classe operária como a conhecíamos e, dessa maneira, da identidade que lhes imprimiam sua coletividade.

Afinal, a relação da classe operária, desses trabalhadores industriais, com seu passado, com sua memória, vem se materializando enquanto uma constante luta já há alguns anos e que o atual momento político testemunha a emergência de uma "vontade de memória", ou melhor, de um "desejo de memória" (Candau, 2005: 82-29) o qual atua como uma forte ferramenta para efetuar a ligação entre as diferentes gerações, entre tempos diferentes do trabalho.

Referências bibliográficas:

BACHELET, Bernard. ***"L'espace vecu"*** In: ***Le Espace***. Paris: PUF, 1998.

BAUJOIT, Guy. **Le changement social: approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines.** Collection Cursus. Paris: Armand Collin Éditeur, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECK, Ulrich. "A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva". In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

CANCLINI, Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Col. Ensaios Latino-americanos. São Paulo: EDUSP, 2006.

CANDAU, Joël. ***Anthropologie de la mémoire.*** Col. Cursus – Sociologie. Paris: Armand Colin Éditeur, 2005.

COUPLAND, Douglas. ***Generation X: tales for an accelerated culture.*** United States of America: St. Martin's Press, 1991.

DOMINGUES, José Mauricio. **Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DURAND, Jean-Pierre. ***Le Syndicalisme au Futur.*** Col. Alternatives Sociologiques. Paris: Syros, 1996.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LOVISOLO, Hugo. **A Memória e a formação dos homens**. Revista Estudos Históricos. CPDOC – FGV: Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, pp.16-28.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social" In: **Estudos Históricos: Teoria e História.** Rio de Janeiro, vol. 5, número 10, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil.** Col. Mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial e UNIRIO, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário.** Col. Reinventar a emancipação social para novos manifestos v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870.** São Paulo: Boitempo, 2005.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa, A Árvore da Liberdade.** Volume 1, Coleção Oficinas da História, vol. 5; Tradução: Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O povo de origem africana no Brasil e a violação dos direitos à escolarização no pós-abolicionismo

Mônica Regina Ferreira Lins*

Resumo: O tráfico de africanos escravizados para o Brasil caracterizou-se pela violação dos direitos e interdição do povo negro no acesso à educação formal. Atualmente as políticas de discriminação positiva como ação reparadora por séculos marcados pela desigualdade social trazem para a temática da cidadania o campo educacional enquanto um espaço privilegiado na luta pela superação das desigualdades. Discutirei as identidades produzidas no universo de cultura da época pensando as iniciativas de inserção do povo negro em prol da escolarização e no combate ao analfabetismo no pós-abolicionismo.
Palavras-chave: negros – escolarização - pós-abolicionismo

Abstract: The traffic of enslaved africans to Brazil was very peculiar direto the violation of the rights and interdiction of black people to formal education. Nowadays the policies of positive discrimination as a result of a compensatory action for centuries of outrageous social inequality bring up to the issues of citizenship to the very center of the educational field as a privileged space of fight for the downfall of inequalities. I will bring up the identities as a result of the particular culture prevailing at that time, taking into account the first attempts of insertion of black people toward schooling and in the fight against illiteracy in post abolitionism.
Keywords: negroes – schooling - post-abolitionism

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da ONU realizada entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban na África do Sul, afirmou que a escravidão e o tráfico de escravos foram crimes contra a humanidade, fontes de racismo e discriminação e que sempre deveriam ter sido considerados assim. Tais injustiças históricas contribuíram inegavelmente para a pobreza e as desigualdades vividas pelos povos de origem africana.

As desigualdades históricas produzidas em termos de acesso à educação, ao sistema de saúde, à moradia tem sido uma causa profunda das disparidades sócio-econômicas que afeta as populações negras. Ao longo do século passado os movimentos negros defenderam o direito à educação com um fator determinante para a promoção, disseminação e proteção dos valores democráticos de justiça e de igualdade, elementos essenciais de

* Professora Assistente da UERJ e Mestre em Educação pela PUC - Rio.

prevenção e chave para a mudança de atitudes e comportamentos baseados no racismo e na discriminação racial.

O termo "reparação" é carregado de sentidos e na Conferência de Durban motivou a apresentação de inúmeras políticas compensatórias para os povos de ascendência africana. Algumas políticas educacionais brasileiras têm levado em conta questões discutidas e transformadas em documentos neste evento que indicou que as áreas da diáspora africana deveriam reconhecer a população de descendência africana e as suas contribuições culturais, econômicas, políticas e científicas.

A noção de identidade nacional e de raça construídas no Brasil permitiu a naturalização das desigualdades sociais, serviu para a restrição dos direitos de determinados grupos e interferiu nos modelos discursivos e no sistema escolar do pós-abolição. A Proclamação da República em 1889, veio acompanhada de uma série de medidas governamentais voltadas para a imigração européia, implementadas tanto para a agricultura quanto para a indústria, que tinham como um de seus principais objetivos o embranquecimento da população. Nina Rodrigues (1933) acreditava que os negros eram oriundos de raça e cultura inferiores e tenderiam a desaparecer na convivência com os brancos, porém, era necessário um ajustamento das raças para que superássemos um fator que nos levaria a uma inferioridade como povo.

Schwarcz (2001) apresenta em seu estudo como as teorias raciais deterministas e evolucionistas consolidaram uma noção de superioridade racial que serviria de modelo explicativo acerca das diferenças internas que conduziram o Brasil para um atraso em relação ao mundo ocidental, pois uma nação de raças mistas estaria fadada ao fracasso. Essa concepção constituiu-se vitoriosa por uma larga margem histórica temporal e norteou os discursos institucionais, os direitos sociais e as políticas públicas que justificavam um acesso à educação pautado pela desigualdade.

Mattos (2005) ressalta que as teorias do *branqueamento* surgiram no Brasil com base na tese de que o branco, "racialmente superior", predominaria nos processos de mistura de raças, o que resultou na crescente defesa de que a imigração européia favoreceria o processo de branqueamento biológico e cultural da futura população brasileira. A versão mais radical desses determinismos está na obra do Conde Gobineau, autor do *Ensaio sobre as Desigualdades das Raças Humanas,* que defendia a existência de uma hierarquia entre as raças e que as misturas destas resultaria na degeneração das melhores características de cada uma das raças em contato. Segundo a pesquisadora,

> *"(...)As construções discursivas oficiais tenderiam cada vez mais a trabalhar politicamente os estereótipos de "vadiagem" e "preguiça" para os "trabalhadores nacionais" e de "morigeração" e "trabalho" para o imigrante europeu"* (2005: 32-33).

Reis (2002) situa como uma divergência central entre Varnhagen e Freyre o caráter escravista e latifundiário da colonização portuguesa. Varnhagen não aceitava a escravidão porque esta implicava na depreciação da "raça brasileira", que deixou de ser branca e pura por causa da miscigenação e desejava que um dia as cores se misturassem de tal forma que pudessem apagar as características de origem africana de nosso povo, tal encontro de raças teria servido para fazer os negros da América melhores que os negros africanos. Freyre em seu elogio à colonização portuguesa adota outro caminho de análise afirmando que a mestiçagem teria abrilhantado a obra portuguesa e tornou possível a colonização européia nos trópicos.

Mattos e Rios, em "Memórias do Cativeiro", expõem diferentes aspectos da abordagem histórica sobre a inserção social dos últimos libertos após a abolição da escravidão no país e destacam que "durante muitos anos considerou-se mais ou menos a mesma coisa estudar as relações raciais no pós-abolição, ou o destino das populações libertas, considerando ambas as situações uma herança do período do escravista" (2005:17). Até 1970 boa parte dos cientistas concordavam que a situação do negro pós-abolição era fruto dessa herança da escravidão.

Florestan Fernandes apresentaria a escravidão com um dos fatores que contribuiria para a desorganização social das populações negras. Tais formulações, segundo Mattos e Rios, e, especialmente, a de muitos de seus discípulos estariam centradas na perspectiva de que a abolição seria um "não-fenômeno, incapaz de gerar mudanças"(2005:21). Na segunda metade dos anos 70 houve um incremento dos estudos no campo da história social que gerou uma revisão historiográfica e novas formulações sobre o problema da pós-abolição e "(...) As descobertas sobre as famílias escravas passaram a ter grande influência na explicação da estabilidade do próprio sistema, bem como nos comportamentos de resistência passiva ou de revolta aberta pelos escravos (...)". (2005:25)

Mattos e Rios (2005) recuperam em seu texto a historicidade dos processos de desestruturação da ordem escravista e da inserção social do liberto no período pós-

emancipação. As condições de acesso aos direitos civis e políticos não seriam apenas resultados da herança da escravidão, mas estariam relacionadas à produção social das identidades, hierarquias e categorias raciais.

Wacquant (2001) fala de uma 'violência estrutural' sobre os sujeitos sociais excluídos. A identidade é uma categoria teórica que não deve ser considerada como uma "segunda pele' aderida ao sujeito, como um rótulo classificador. As identidades são produzidas em um universo de cultura que vive a mudança, o movimento e os processos de negociação. O excluído não existe por si mesmo. Está fora de alguns lugares e incluído em outros. É essencialmente relacional e supõe movimento. Os sujeitos também constroem experiências que constroem outros sujeitos.

Menezes (2001) realizou estudos sobre a exclusão do negro no período que se seguiu a abolição e constatou que estes foram conseguindo muito lentamente o acesso à escola. Entre 1890 e 1940, as taxas de alfabetização dos negros e mestiços são muito pequenas. Em 1890 apenas 10% dos negros eram alfabetizados no Brasil. Na prática o processo de inclusão dos ex-escravos à cidadania brasileira foi entregue às iniciativas das famílias em enviar e manter seus filhos na escola.

Pela Constituição de 1891, os mendigos e analfabetos não tinham direito a voto. A exigência de saber ler e escrever representava critério de inclusão na cidadania ativa. Evidentemente, era de conhecimento daqueles que aprovaram tal interdição que a maioria da população era analfabeta e estava fora do critério de "voto de qualidade", que associava discernimento à capacidade de ler.

O tipo de abolição que tivemos produziu um imobilismo socioeconômico, não levou os negros à cidadania e não foram oferecidos escolas, terras e empregos aos libertos, que reforçaram os contingentes da população sem emprego fixo. Isso contribuiu para a permanência da relação baixa renda/escolaridade inferior e reforçar as diferenças estruturais entre negros e brancos. Embora no pós-abolição no Brasil não tenha surgido uma legislação que estabelecesse formas de segregação racial, as desvantagens da população negra estão expressas nos dados sobre as condições de moradia, analfabetismo e escolarização, situação das mulheres negras, violência contra menores, na presença/ausência dos negros nos meios de comunicação de massa, no acesso aos serviços de saúde, empregabilidade e remuneração.

As iniciativas de inserção do povo negro no processo de escolarização no pós-abolicionismo foi uma das principais preocupações encontradas nos jornais utilizados como veículos de organização dos negros deste período. A educação era vista como aspecto de

efetivação dos direitos à cidadania, assim como o combate ao analfabetismo. Para Carvalho (2001) a educação é um direito social, que pode contribuir para a redução das desigualdades:

> *"(...) Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. ... Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos... Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social."* (2001:10)

Carvalho (2001) afirma que a abolição da escravidão foi o único progresso, do ponto de vista da cidadania, do período que engloba o Império e a Primeira República. Aos escravos faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis e sociais, sobretudo a educação, tais direitos tornavam-se instrumento do poder pessoal. Não existia um poder que pudesse ser chamado de público.

Os anos de *"ilegalidade impune",* na expressão de Rui Barbosa, marcados pela ausência de "*reparação"* de um "*crime nacional insanável",* termos presentes nas formulações de Joaquim Nabuco, não foram devolvidos à população em forma de acesso pleno aos direitos. Para estes, a abolição em si e o "*arrependimento honesto do Brasil*" consistiriam ações reparatórias diante do que foi chamado de "*crime insanável*", uma vez que suas idéias, de caráter liberal, limitavam-se à manutenção da ordem e à visão de progresso da época.

O Abolicionismo de Joaquim Nabuco chama a escravidão de "fatalidade brasileira" e a considera "(...) um impedimento levantado no caminho do país todo, ao desenvolvimento e bem-estar de todas as classes, à educação das novas gerações"(2000:161). O seu discurso trazia o direito à liberdade como um princípio fundamental do século XIX e evocava um projeto de nação livre da violação de um direito internacional.

Em sua autobiografia intitulada "Minha Formação", Nabuco escreve sobre o período da infância que deixou marcas em sua *"formação instintiva, ou moral, definitiva"* e as impressões preservadas na memória que serviram para mostrar-lhe "em que profundezas os

nossos primeiros alicerces são lançados"(2004:134-137). A seguir um extrato de sua percepção acerca das desigualdades do período da escravidão.

> *"Dois meninos nasceram na mesma noite, de 27 de setembro de 1871, nessa fazenda cujo regime se pretende conservar: um é senhor do outro. Hoje eles têm, cada um perto de doze anos. O senhor está sendo objeto de uma educação esmerada; o escravo está crescendo na senzala. Quem haverá tão descrente do Brasil a ponto de supor que em 1903, quando ambos tiverem trinta e dois anos, esses homens estarão um para o outro na mesma relação de senhor e escravo? Quem negará que essas duas crianças, uma educada para grandes coisas, outra embrutecida para o cativeiro, representam duas correntes sociais que já não correm paralelas – e se corressem, uma terceira, a dos nascidos depois daquela noite servilhes-ia de canal, – mas se encaminham para um ponto dado de nossa história na qual devem forçosamente confundir-se?"* (2000:160)

As marcas produzidas na infância e na educação podem ser reconhecidas nas duas crianças nascidas no mesmo espaço e tempo, porém diferenciadas socialmente e nos seus direitos, uma "educada para as grandes coisas" e a outra "embrutecida para o cativeiro". A diferença entre os dois meninos de Nabuco não estava apenas no tipo de educação, mas também nas mínimas condições básicas do direito à vida. e possibilita-nos, ainda, pensar a noção de infância como mais do que um estágio, como categoria histórico-social.

Para Nabuco (2004), além da unidade nacional, a abolição da escravidão também teria sido um legado histórico do período monárquico. No período anterior a abolição a sua defesa era a de que esta deveria ser feita no parlamento e não em fazendas, quilombos, praças ou ruas da cidade. Defendia que no Brasil a escravidão era uma fusão de raças.

Rui Barbosa considerava que o desenvolvimento tecnológico e as mudanças no sistema produtivo vividos no século XIX colocavam em questão a necessidade do ensino de um conteúdo escolar que preparasse para o trabalho em uma sociedade industrializada e alçava a um lugar de destaque o ensino de Ciências e via na instrução o alicerce para a prosperidade pública.

A Constituição de 1824 manteve a escravidão respaldada no direito à propriedade, embora trouxesse a assertiva liberal de que todos os homens nasciam livres e iguais. A vida, a liberdade, a propriedade e a segurança são quatro direitos básicos que compareceram ao texto da Carta de 1924. Entretanto, de pouco adianta o direito à vida se a liberdade destes "nascidos

em outros estados nacionais" era tratada do ponto de vista da exclusão e os atributos 'liberdade" e "propriedade" regulavam as relações entre escravos e senhores.

Até o final da primeira metade do século XIX a freqüência de crianças negras, mesmo as livres foi proibida. Porém, essa interdição no acesso às instituições escolares em nada impedia que tivessem contato com as letras no universo familiar e comunitário. Muitos escravos se alfabetizavam observando e acompanhando as práticas de ensino no interior das famílias dos senhores ou aprendiam com os mais velhos. Após a Lei do Ventre Livre de 1871, o governo imperial passou a exigir que os senhores de escravos tomassem conta das crianças menores de oito anos de idade.

Os pronunciamentos em favor de uma educação para o povo, entretanto, só se intensificam a partir de 1870, quando ocorre um surto de progresso na economia brasileira e aumenta consideravelmente a penetração das idéias liberais. O Decreto 7.031 de 06 de setembro de 1878, criou o ensino noturno. No ano seguinte eliminou-se a proibição de escravos freqüentarem as escolas e instituía-se a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos.

A educação sempre ocupou lugar de destaque no ideário de luta dos negros brasileiros, como estratégia de equiparar negros e brancos, dando-lhes oportunidades iguais e como veículo de ascensão social e integração. Em 1905, as primeiras entidades negras em São Paulo organizavam escolas que tinham uma repercussão imediata na sua qualidade de vida.

Os séculos marcados pela desigualdade social, caracterizados pela violação dos direitos e interdição do povo negro no acesso à educação escolarizada, traz para a temática da cidadania e das políticas públicas atuais de inclusão da população afrodescendente a questão do acesso e da permanência desta nas instituições educacionais em todos os níveis. O campo da educação, enquanto um direito social, representa um espaço privilegiado na luta pela superação das desigualdades.

O que Durban considera uma tragédia do passado permanece na ordem do dia nos debates sobre a produção da exclusão da população negra. A igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas pelo Estado como princípios emancipatórios, porém os processos de produção da desigualdade e da exclusão permanecem como elementos estruturantes do desenvolvimento capitalista. As legislações que estabelecem princípios e ações no campo da educação não se pautam mais na interdição do povo negro, mas um direito que é para todos permanece oferecido em parcelas desiguais. Para um setor da população, a qualidade e a excelência na educação e, para o setor mais pobre, a gestão controlada da desigualdade.

Os discursos da elite liberal no passado regularam uma abolição que não saísse do controle. E hoje, podemos afirmar que discursos semelhantes, que não questionam tais

elementos estruturantes da produção de desigualdades, comparecem nas políticas estatais para os grupos sociais discriminados através de normatizações e leis, que Boaventura de Sousa Santos vai chamar de "gestão controlada da exclusão"?

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. In: **Obras completas**. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MENEZES, Jacy Maria Ferraz de. *500 anos de educação: Diferenças e tensões culturais.* In: **Educação no Brasil**. SBHE: Autores Associados, 2001.

NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

_____. **O abolicionismo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativeiro**. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2005.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1933.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: uma nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

Documentos oficiais:

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata da ONU, realizada entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban na África do Sul. Mimeo.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reterritorialização africana no Brasil: continuidades e invenções de processos civilizatórios afrodescendentes na diáspora ausentes nos livros didáticos de História

Luiz Fernandes de Oliveira*

Resumo: A migração forçada de africanos para as Américas é objeto amplamente debatido, entretanto, a tese de que a chegada de europeus na África interrompeu os processos civilizatórios negros-africanos, e que os africanos e seus descendentes, reelaboraram suas bases civilizatórias no Brasil, ainda é pouco divulgada. O texto apresentará as narrativas eurocêntricas presentes em livros didáticos de história, adotados na FAETEC no Ensino Médio. Tendo como referência as noções de reterritorialização, africanidade brasileira e civilização africano-brasileira, discutiremos a ausência das reelaborações civilizatórias africanas no Brasil que, no trato didático, se expressa em alguns livros, abrindo um leque de tensões teóricas diante da Lei 10.639 que institui a obrigatoriedade do ensino de história da África no Ensino Básico.
Palavras-chave: Civilizações africanas – Reterritorialização – Africanidade brasileira

Abstract: The forced migration of Africans to the Americas is an object of ample discussion, however, the thesis that the arrival of Europeans in Africa interrupted the African black civilizatory processes and that the Africans and their descendants recreated another civilizatory foundations in Brazil is still little known. This text will point out the Eurocentric narration seen in didactic books of history, used in FAETEC in senior high Schools. Taking into account the concepts of reterritoryalization, Brazilian Africanity and African Brazilian civilization, we will examine the absence of a new viewpoint of African civilizatory processes in Brazil that, as fan as didactic books are involved, is shown in some books, penening the way to diversity of theoretic tensions regarding the Law 10.639 that creates the mandatory teaching of History of Africa in our high school system.
Keywords: Civilization African – Reterritoryalization - Brazilian Africanity

A longa mobilização dos movimentos negros deu origem a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo o currículo do Ensino Básico. Além de conquistar espaços nas universidades e nas escolas brasileiras, os debates em torno da implementação da legislação em questão ganha força em relação a reformulação dos livros didáticos de história. Entretanto, a reformulação desses livros para o atendimento da lei, não está ocorrendo de forma linear e rápida.

* Professor Assistente da UERJ e Doutorando em Educação pela PUC - Rio.

A partir de dois livros didáticos de história que, após a regulamentação da Lei 10.639, foram adotados de 2003 a 2006 em diversas escolas da rede FAETEC no Rio de Janeiro, refletiremos sobre as narrativas eurocêntricas presentes em seus textos que ignoram os processos civilizatórios negro-africano e as reelaborações afrodescendentes no Brasil e situá-las em suas dinâmicas de reterritorialização no Brasil. Tentaremos identificar algumas tensões teóricas que implicam este debate a luz dos novos saberes e conhecimentos históricos que emergem a partir da obrigatoriedade da Lei 10.639.

Em algumas escolas da FAETEC o currículo de história faz uma abordagem integrada: expõem-se conteúdos da história "universal" e da história do Brasil. São dois os livros de referência dessa "abordagem integrada": *História (volume único)* e *História: uma abordagem integrada*. Nestes, a história da África e a influência desta na história da humanidade aparecem de forma subordinada às dinâmicas eurocêntricas.

O primeiro livro inicia com a antiguidade clássica, passando pela Revolução Industrial até o "Rumo ao terceiro milênio". O segundo livro é mais resumido, mas com a mesma perspectiva. O que há em comum nestes, para o conhecimento histórico no Ensino Médio, é a centralidade territorial da Europa na narração das dinâmicas das relações sociais, políticas e econômicas construídas pela humanidade. Desde as cavernas, parece que o ocidente é o espaço por excelência dos processos civilizacionais, culturais e da criatividade tecnológica da humanidade.

No campo da produção tecnológica, as narrativas históricas dos dois livros centralizam a criatividade humana, predominantemente, no território europeu. No primeiro livro, a referência à África, limita-se a um parágrafo sobre as origens do homo sapiens. Em seguida, é descrita uma genealogia da humanidade do neolítico até a revolução urbana. O desenvolvimento tecnológico é situado a partir do vale do Nilo e na Mesopotâmia. Daí em diante, este desenvolvimento é narrado na seguinte ordem: Grécia, Império Romano, Europa Feudal, Árabes, a chegada dos europeus nas Américas, as sociedades chinesas e pré-colombianas, a colonização das Américas, as revoluções industriais, o imperialismo, a descolonização da África e da Ásia e a Globalização na perspectiva de um mundo dividido entre paises ricos e pobres. O segundo livro segue a mesma lógica do anterior até o século atual e concentra na Europa toda a criatividade tecnológica humana.

A lógica eurocêntrica acompanha a abordagem sobre os processos políticos e as primeiras organizações estatais são o Egito antigo e a Mesopotâmia. No primeiro livro, encontramos o início das narrativas eurocêntricas quanto aos aspectos políticos: "Com a invenção da democracia e da filosofia, os gregos nos deram as principais bases do pensamento

científico (...)" (FIGUEIRA, 2002:37). A partir dessas "bases", encontradas também no segundo livro, se narram às idéias "universais" do ocidente.

No aspecto das produções ideológicas e culturais, há um consenso na identificação das principais contribuições humanas. Nos dois livros, o eixo territorial de produção artístico-cultural e de conhecimento se restringe ao Oriente Médio, Egito, a Grécia e Império Romano e, a partir da Idade Média, a Europa e a América do Norte.

A produção de conhecimento no campo das elaborações científicas e das doutrinas sociais e políticas se limitam às formulações que o ocidente perpetrou como: a racionalidade, os pressupostos filosóficos e as concepções sociológicas e os direitos humanos.

Em relação à história do Brasil, a África está ausente como referência para a história da humanidade. Quando se descrevem as contribuições dos africanos escravizados e seus descendentes na formação da nação, as narrativas históricas sobre estes se desenvolvem como atores que participaram de forma subordinada na formação nacional. Não se postula que os africanos civilizaram o Brasil, mas cumpriram somente um papel marcado pelo sofrimento da escravidão. Enfim, é a mesma lógica: uma história contada a partir de processos eurocêntricos.

Não é muito comum afirmar que a África contribuiu para os processos civilizatórios em várias partes do mundo. Entretanto, não queremos confundir está idéia com o afrocentrismo, ou seja, o postulado de que a África é o centro de irradiação de todo o processo civilizatório humano.

Nos estudos históricos a idéia de um processo civilizatório negro-africano anterior ao europeu aparece como grotesco ou obtuso (LUZ, 1995). A África, além de berço da humananidade, conheceu processos sócio-culturais, econômicos e políticos complexos muito antes do advento da civilização européia. Estes mesmos processos foram interrompidos pela chegada dos europeus na África e, a partir daí, inicia-se um extermínio civilizacional.

Diversos estudos, ricos em documentação arqueológica, lingüística e histórica, divulgados por SERTIMA (1985), registram a presença africana na Europa antiga e a existência de raízes africanas e asiáticas na civilização greco-romana. A negação escandalosa da história oficial se refere ao fato histórico relacionado aos povos que obtiveram os primeiros contatos com os nativos americanos.

SERTIMA (1976) reúne evidências de que os africanos tiveram uma presença nas Américas antes dos europeus, ao contrário do que diz a historiografia dominante. A intenção de investigar se outros homens não europeus tiveram contatos com os nativos americanos foi rara. Nascimento afirma:

> *"(...) o testemunho mais eloqüente dessa presença africana nas Américas se encontre nas gigantescas cabeças da cultura olmeca, primordial entre as culturas mexicanas. Localizadas no centro do território sagrado desse povo, em La Venta, San Lorenzo e Três Zapotes, as esculturas pesam quarenta toneladas cada, feitas de um só pedaço de basalto. Reproduzem com exatidão o tipo étnico africano, a ponto de constituírem retratos perfeitos de guerreiros ou reis nubas.*
> *(...) A partir do período de elaboração das gigantescas esculturas olmecas, entre 900 e 500 a.C., Van Sertima identifica os africanos retratados como possíveis integrantes da poderosa marinha mercante e bélica núbia, e propõe esse período de contato como sendo o mais importante entre uma série de visitas africanas às Américas."* (NASCIMENTO, 1996:70)

O desconhecimento e a omissão de que os africanos conheciam as técnicas de navegação resulta do preconceito eurocêntrico e na negação da existência de grandes civilizações africanas anteriores às européias.

COSTA e SILVA (1996) relata que civilizações, como o Reino da Núbia e da costa oriental da África, tiveram contatos com a Índia e a China, através do comércio marítimo. O autor também cita os reinos de Gana (século VI ao XIII), Napata e Méroe (sul do Egito na época dos Faraós) que conheciam a metalurgia, armas de ferro, espadas de bronze, enxada, pequenas indústrias têxteis, comércio de bijuterias, perfumes e plantação do arroz. No império do Mali, por exemplo, existiam estruturas de Estado com reis ou governantes.

A África na verdade era tão avançada em tecnologias quanto à Europa no século XV, ao contrário das narrativas eurocêntricas que a apresentam como primitiva e estagnada.

Baseado em visões de mundo em que a natureza é parte do ser humano e é sacralizada, pode-se perceber que a economia política de algumas sociedades africanas caracterizava-se pelo fato dos meios de produção e da terra pertencerem à comunidade. A produção era gerida pelos mais velhos, porém, o excedente desta produção era, em boa parte, convertido em bens que não eram de consumo cotidiano. Seu valor se vinculava as outras atividades sociais sem o objetivo de acumulação de bens.

Para LUZ (1995), essas características de várias sociedades africanas, de afirmação das identidades, iriam se constituir na força propulsora capaz de manter a continuidade transatlântica da diáspora *africano-brasileira* a partir do final do século XV, em meio as piores condições de genocídio e exploração.

Os africanos trazidos pelos colonizadores portugueses resistiram e, com suas culturas, desprendidas das formas sociais africanas, recriaram e *reterritorializaram* (SODRÉ, 2002) meios de convívio e organização fora do controle dos escravistas.

Henrique Cunha Jr. (1996) afirma que o processo civilizatório interrompido pelos europeus, obrigou os africanos a reelaborarem suas culturas no Brasil sob uma poderosa

pressão econômica e política. Assim, o conceito de *africanidade brasileira* é o reprocessamento pensado e produzido no coletivo e na individualidade que deram novo teor as culturas africanas de origem. É "a idéia de reelaboração é importantíssima, ela tem o conteúdo da produção intelectual dos afrodescendentes. Ela introduz a idéia do pensado, do nacional, do produzido através de bases civilizadas importantes preexistentes" (CUNHA Jr., 1996:2).

O autor pensa o conceito de *africanidade brasileira* a partir da observação de um grupo musical caribenho. Numa apresentação, impressionou-lhe os instrumentos utilizados por um grupo, o *Steel Band*: barris metálicos cortados e abaulados que, afinados por um martelo, produziam um instrumento de percussão. Esses são produzidos por afrodescendentes do Caribe de regiões portuárias. Com a Revolução Industrial, os portos recebiam grande quantidade de barris. O *Steel Band* produz sons de todos os grupos de instrumentos de uma orquestra sinfônica e mais algum. Ele surge no Caribe, e para o autor, isto demonstra uma reelaboração de base africana da música e da percussão num novo contexto de disponibilidades materiais, não sendo uma construção ingênua, mas uma elaboração instruída de bases de conhecimentos de processos racionais.

Com isso, descortinam-se novos horizontes para se pensar as manifestações culturais, tecnológicas e sociais dos afrodescendentes. Estas se caracterizam, antes de tudo, como reelaboração de base africana e que pode nos demonstrar que existiu e existe um processo dinâmico de resistência-adaptação, continuidade na descontinuidade.

A luta dos afrodescendentes se caracterizou por uma reterritorialização de seus valores incompreendidos por alguns historiadores, como as formas de insurgência negra, que se evidenciaram na tentativa de um *continum* de valores civilizatórios, já que o pensamento ocidental se basea no universalismo dos conceitos e esquemas de interpretação unidimensional do mundo. As lutas, resistências e afirmação existencial dos africanos e seus descendentes, os fizeram sondar o terreno, verificando pontos suscetíveis para avanços e recuos, e quando foi preciso, quebrar as resistências opressoras e se afirmar existencialmente.

As formas de reelaboração africana adquiriram contornos claramente políticos diante das pressões da escravidão. Assim, valorizar a África era tática de uma identidade, pois nos espaços da sociedade branca, o africano era um semovente.

A construção desta afirmação existencial ocorreu fundamentalmente com táticas visando à disputa de espaços. Reelaborar elementos sócio-culturais na diáspora significou abalar a estrutura colonial dominante, impedir o etnocídio de uma civilização. Esses reprocessamentos nada têm a ver com sincretismos, já que as táticas negras de resistência e

afirmação envolveram instrumentos ignorados por estudiosos como as irmandades, a capoeira, o futebol e a religiosidade.

Um exemplo clássico é o fenômeno da religiosidade, onde a resistência negra demonstrou uma capacidade de afirmação civilizatória surpreendente. Os terreiros representam territórios não institucionalizados pela lógica dominante. São comunidades que tomam a forma simbólica africana e evidenciam um patrimônio negro brasileiro reelaborado.

Isto nos remete ao entendimento de que, para o negro, estes espaços implicam num continum cultural, mas também resposta, com elementos reformulados e transformados num impulso de resistência à lógica cultural dominante, na medida em que a ordem originária, reterritorializada no Brasil, comporta um projeto de ordem humana, alternativo à lógica vigente de poder. Rompendo limites espaciais, ocuparam lugares imprevistos na trama das relações sociais brasileiras. (SODRÉ, 2002)

Na perspectiva de contribuir para um debate sobre o ensino de história nas escolas da FAETEC e uma releitura da imigração africana e da reterritorialização de um complexo civilizatório milenar no Brasil, destacamos a necessidade de um redimensionamento do olhar eurocêntrico por parte dos docentes de história, para uma efetiva reestruturação curricular dos conteúdos históricos, visando o atendimento da Lei 10.639/03.

A questão envolve um processo de redimensionamento de certos paradigmas amplamente consolidados no conhecimento histórico. Esse processo requer aquilo que Catherine Walsh (2005) defende: um projeto voltado para o repensamento crítico e transdisciplinar, caracterizando-se também como força política para se contrapor as tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção de conhecimento.

Para a autora, faz-se necessário a construção de um paradigma denominado "*um pensamento outro*" ou "*de outro modo*", e que tem como propósito, não a simples descolonização, mas também a decolonialidade, que implica partir da desumanização, considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Portanto, *decolonialidade* é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistémicas e políticas.

A questão central é a coexistência de diferentes epistémes ou formas de produção de conhecimento, colocando a questão da geopolítica do conhecimento. Entendida como a estratégia modular da modernidade que, afirmou suas teorias, seus conhecimentos e seus paradigmas como verdades universais e invisibilizou e silenciou os sujeitos que produzem "outros" conhecimentos. Daí surge a perspectiva de introduzir epistémes invisibilizadas e

sublternizadas, fazendo ao mesmo tempo a crítica da colonialidade do poder, ou seja, a utilização da raça como critério fundamental para a divisão dos povos em níveis, lugares e papéis sociais ligados estruturalmente à divisão do trabalho.

Outro conceito é o de "*posicionamento crítico de fronteira*" (Walsh, 2005), ou seja, pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade do poder na estruturação do mundo moderno/colonial, como forma de fazê-los intervir em um novo horizonte epistemológico transmoderno e pós-ocidental. É o interesse por outras produções de conhecimento distintos da modernidade ocidental. É também um processo de questionamento e da transformação da colonialidade do poder, do saber e do ser. Isto significa fazer visível outras formas de pensar, diferente da lógica eurocêntrica e dominante e também criar novas comunidades interpretativas que ajude a ver o mundo de outro jeito.

Nesta perspectiva, concordando com Wash (2005), o que se evidencia para historiadores e professores de história, é um redimensionamento epistemológico de suas formações teóricas na medida em que se insurgem novas epistémes no cenário acadêmico, principalmente a partir da mobilização forjada com o surgimento da obrigatoriedade do ensino de história da África nos currículos do ensino básico.

As dificuldades não são poucas, pois, se até o ano de 2006 se utilizavam livros didáticos de história eurocêntricos, isto pode ser uma sinalização de que há muita discussão a ser realizada para superar visões etnocêntricas de mundo em direção "*ao pensamento-outro*" ou o "*posicionamento crítico de fronteira*". Neste sentido, a FAETEC precisa estar atenta, prioritariamente, as questões de formação continuada, pois, a coexistência de diferentes epistémes - uma história oficial e uma crítica histórica que afirma a não centralidade da Europa - desafia a todos, professores, gestores e especialistas, e não está descartada a possibilidade de profundos conflitos de conhecimentos e de enfoques epistemológicos, já que, é também um debate que pode contribuir na reestruturação do jogo de poder político, tanto no espaço acadêmico, quanto nas relações étnico-raciais da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas:

COSTA E SILVA, Alberto da. **A Enxada e a Lança:** a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

CUNHA Jr, Henrique. **Afrodescendência e africanidades brasileiras**. Mimeo. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História** (volume único). Rio de Janeiro: Ática, 2002.

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá:** Dinâmica da Civilização Africano-Brasileira. Salvador: SECNEB, 1995.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.) **Sankofa:** Matrizes Africanas da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

PETTA, Nicolina Luiza de e OJEDA, Eduardo Aparício Baez. **História:** uma abordagem integrada. Rio de Janeiro: Moderna, 2004.

SERTIMA, Ivan Van. **They came before Columbus**. New York: Random House, 1976.

_____. **African presense in Early Europe**. New Brunswick: Transaction BooKs, 1985.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

WALSH, Catherine. (org.) **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar. Ed. Abya-Yala, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Marking Time with the CLOC: Constructing Latin American Peasant Identities in an Era of Integration (1947-2007)

Clifford Andrew Welch*

Abstract: This paper contrasts major international organizations that attempted to represent peasants in the Americas in the post-World War II era. Linked to the Soviet Union, the Mexico-based Confederación de los Trabajadores de América Latina (CTAL) attempted to build a Latin American identity in opposition to the "American Way of Life" advocated by U.S. officials. Controlled by the Roman Catholic Church, another organization -- the Confederación Latino-Americana de Sindicatos Cristianos (CLASC) -- favored a Latin American identity that emphasized the dangers of Communism and the benefits of friendly relations with the US. The Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), on the other hand, depended heavily on the US and emphasized north-south linkages by framing its work around an "Inter-American" identity. These Cold War era organizations are contrasted with the Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), which was founded in Peru in 1994. It constructed a regional Latin American identity that respected diversity while advocating internationally consistent anti-globalization positions. In its elaboration of a counter-hegemonic, Latin American agrarian identity, the CLOC represents a significant departure from the past.
Keywords: peasant organizations; globalization; resistence

Resumo: O presente trabalho oferece uma analise comparativa das maiores organizações internacionais na América que tentaram defender os interesses do trabalhador rural e pequeno agricultor na época pós-guerra mundial. Vinculado com a União Soviética, a Confederación de los Trabajadores de América Latina (CTAL) – sediada em Mexico – lutou para construir uma identidade Latino-americana em oposição ao "American Way of Life", avançado pelos EUA. Orientado pela Igreja Católica, outra organização – a Confederación Latino-Americana de Sindicatos Cristianos (CLASC) – enfatizou uma identidade Latino-americana que foi anticomunista e amigável aos interesses dos EUA. Já a ORIT – Organización Regional Interamericana de Trabajadores – se mostrou bastante dependente nos EUA e apoiou uma identidade que juntou os países da América Latina com os EUA em um sistema interamericano. Estas organizações da época da Guerra Fria estão colocadas em contraste com a CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo, que foi fundado in Peru in 1994. Membros tentavam construir uma identidade Latin-americana de respeita para a diversidade regional enquanto fez advocacia de políticas antiglobalização como inúmeras outras organizações internacionais. Com posturas anti-hegemonicas e uma visão de identidade agrária, a CLOC representa uma diferença significativa do passado, o ensaio conclui.
Palavras-chaves: organizações camponesas internacionais; mundialização; resistência

Introduction

The centuries-long process of hemispheric economic integration has presented Latin America's rural workers and peasants with enormous challenges. The proportion of landless, casual, and contractual workers in the rural population of Latin America has

* O autor é professor doutor no Department of History, Grand Valley State University, Allendale, Michigan, 49401, EUA. Email: welchc@gvsu.edu.

"continuously grown" since the end of World War II until it is now nearly three-quarters of the total. This represents not only a dramatic process of de-peasantization but also one of de-proletarianization, of eliminating not only smallholding but also permanent agricultural wage labor. Fewer peasant producers has meant less food production and more production of non-essential specialty crops for exports such as tropical fruits and soybeans. With little job creation in urban areas and industry, the problems of the poor intensified throughout Latin America. This chain of events has led to food insecurity throughout the region: a combination of mass underemployment and high imported food costs generating a malnourished Latin American population. Such dismal trends have encouraged rural working people to form organizations at the local, national, and international levels to gain control over the process of change.[1]

While local and national level rural labor organizations have received some scholarly attention, international rural labor organizations remain little examined. And yet, the need for such examination seems all the more acute given the accelerated economic restructuring schedule being pursued by the hemisphere's governments in anticipation of establishing a Free Trade Agreement of the Americas. The newest, most original yet least known of the international organizations is the Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), which held its first inter-American congress in Lima, Peru, in February 1994. As the new millennium began, the CLOC presented itself as the only organization struggling to link Latin American peasants and rural workers generally in a protective human shield of interlocked hands against the penetrating thrusts of neoliberal policies and giant agricultural transnational corporations. This paper makes a preliminary attempt to analyze CLOC's orientation, activities, and objectives in light of the post-WWII history of related international labor solidarity efforts.[2]

In some ways, the CLOC appears to be unique and unprecedented. In a report on the organization's second congress, where he was a keynote speaker, sociologist James Petras described the CLOC as "incomparable to past peasant movements." Unlike previous peasant movements, Petras argued, the CLOC and its affiliates are politically independent organizations, led by educated individuals from the rural laboring classes, that embrace a

[1] BURBACH, Roger & FLYNN, Patricia. *Agribusiness in the Americas* (New York: Monthly Review Press, 1980) e Welch, Cliff. Globalization and the Transformation of Work in Rural Brazil: Agribusiness, Rural Labor Unions and Peasant Mobilization, *International Labor and Working Class History* 70:1 (2007), pp. 35-60.
[2] The chain of hands image was used in the organizing poster for the Second CLOC congress. The poster is reproduced in *Jornal Sem Terra* (setembro 1997), 16, along with a brief history of the organization. One published analysis of the CLOC is Jame Petras, "The New Revolutionary Peasantry: The Growth of Peasant-led Opposition to Neoliberalism," *Z Magazine* (October 1998), found on-line on 30 January 2000 at Another key reference is the CLOC's website: http://movimientos.org/cloc/, accessed 16 February 2007.

broad agenda. The CLOC itself professes to provide a means of coordinating activities, tactics, and common objectives among national organizations of peasants, small farmers, agricultural workers, and indigenous peoples throughout Latin America. Its origins are unclear but it seems to have started as an international solidarity initiative of Nicaragua's Associación de Trabajadores del Campo (ATC). A Sandinista organization, oriented by a mixture of socialist ideology and liberation theology, the ATC saw a need to link itself to rural labor entities abroad. Joined with other Central American peasant organizations and European non-governmental organizations, it helped found Vía Campesina (Peasant Road) at a congress in Belgium in May 1993. Vía Campesina seeks "unity in diversity" among peasant and rural worker organizations worldwide. Once founded, Vía Campesina inspired the formation of regional bodies such as the CLOC in order to facilitate coordinated international solidarity work. The impetus for all this activity is, as suggested above, the globalization process. A look at Vía Campesina and CLOC statements shows that member organizations are diverse but unified by their opposition to neoliberal reform.[3]

Echoes of the Vía Campesina line could be seen in the preparatory stages of the second CLOC congress, held in Brasilia in November, 1997. In an "intervention" issued a few months before the event, CLOC director Egidio Brunetto, an Argentine, demonstrated that unity was being shaped by a "common enemy" as well as a common vision. Free market advocates had forced an end to subsidies for most small and medium-sized farms and required such a reliance on mechanized agriculture and agro-industry generally that their policies came close to wiping out small farmers. Brunetto reports, for example, that neoliberal policy changes adopted by Brazilian President Fernando Henrique Cardoso in order to comply with Mercosur rules and IMF Structural Adjustment Programs, caused nearly half a million peasant properties to disappear in Brazil, displacing several million people. Similar events have accompanied the imposition of the North American Free Trade Agreement in Mexico, where millions of peasant maize producers found themselves forced out of work by imported grains from the vast corn fields of the Midwestern United States. These conditions, said Brunetto, explain the dramatic, international growth of rural labor movements in the 1990s, precisely when most commentators imagined the left and social movements generally to be on the decline.[4]

---

[3] Petras, "New Revolutionary Peasantry," 2; Land and Freedom Project, Land and Freedom (Petit Lancy, Switzerland: International Union of Food Workers, 1997), 14-15, found on 30 January 2000 at [hereafter, L&F Report]; and the Interhemispheric Resource Center site, . On the ATC see, Jeffrey Gould, *To Lead As Equals* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1990), 272-74, 288.

[4] Egidio Brunetto, "Intervención de la Vía Campesina," (1997), found 11 November 1999 at On the impact of NAFTA in Mexico see also Michael W. Foley, "Privatizing the Countryside: The Mexican Peasant Movement

CLOC is not the first "inter-American" organization to wrestle with these issues. Petras may be correct in arguing that the CLOC is not comparable to previous organizations, but this does not make the history of previous bodies irrelevant. Modern international labor organizations date from the beginning of the socialist movement in Europe in the nineteenth century. European socialist and anarchist immigrants to Latin America influenced labor struggle wherever they settled, and this included agriculture, from the cotton fields of Mexico to the pampas of Argentina. Around World War I, International Workers of the World organizers as well as those affiliated with the American Federation of Labor's Pan-American Federation of Labor (fd. 1918) appeared in the hemisphere's remote corners. After the Communist International was founded in 1919, Communist parties gradually grew in strength throughout Latin America and by the late 1920s they were leading national efforts to form "Worker and Peasant Blocs" from Mexico to Brazil. Partly in response to the growing appeal of revolutionists, the Catholic Church then invested in building international labor organizations. But the Cold War era saw the greatest level of activity as capitalist and communist camps tried to improve their position by seeking the allegiance of urban and rural working people throughout the hemisphere. From a political perspective, it is noteworthy that the Latin American-initiated CLOC arose only after the end of the Cold War.[5]

While post-WWII ideological disputes certainly spurred the growth of labor internationalism in the hemisphere, economics were just as close to the heart of the conflict as they are today. The entire history of international labor solidarity follows on the heels of deepening trade and investment ties. Cross border organizing efforts focused on crafts and industries that arose from international capital flows, primarily in urban industries, but also in the primary sector among export crops and commodities such as bananas, tobacco, cotton, sugar, and oil. Labor control issues were important to both investors and states and as the national economies of the hemisphere became more entangled with the U.S. economy, labor affairs received more attention. Recent decades have been unique mainly in regards to the ways new cultivation and shipping technologies have intensified demand on traditional export crops and increased the variety of crops–and thus the number and variety of workers and

---

and Neoliberal Reform," *Latin American Perspective* 22:1 (Winter 1995), 59-76 and for Brazil under Cardoso, contrast Office of the Minister Extraordinary for Land Policies, *Balance-Sheet of the Agrarian Reform of the FHC Government* (1995-1998) (Brasilia: INCRA, 1999) and João Pedro Stedile and Bernardo Mançano Fernandes, "FHC: Contra a Reform Agraria" in *Brava Gente: A Trajectória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil* (São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999).

[5] See for example, Barry Carr, *Marxism and Communism in Twentieth Century Mexico* (Lincoln, NB, University of Nebraska Press, 1992), chaps 2 & 3; Roque Dalton, Miguel Marmol (Curbstone Press), and Cliff Welch, *The Seed Was Planted* (Penn State 1999), chap 1.

peasants–affected by international trade.[6]

The most methodical and critical study of post-WWII international labor solidarity in the Americas is European political scientist Åke Wedin's 1991 study, *La 'Solidaridad' Sindical International y sus Victimas: Tres Estudios de Caso Latinoamericanos*. Wedin outlines the various organizations that worked across borders in Latin America. The oldest are the International Labor Secretariats founded in Europe in the 1920s to lobby the International Labor Organization (ILO) for the creation and enforcement of international labor standards. But few secretariats had affiliates in Latin America until the 1950s. When they got there, they found a number of organizations competing for the allegiance of workers. Rural labor organizations faced repression in almost every national setting but that merely encouraged Communist parties to work among all categories of rural poor, from tenants to wage workers. At the regional level, militants found comrades in arms at meetings of the Confederación de Trabajadores de América Latina (CTAL). The CTAL was founded by Mexican president Lázaro Cárdenas in 1938 to help build international support for nationalizing oil refineries and deposits. In 1945, the CTAL became the Latin American regional organization of the newly founded World Federation of Trade Unions (WFTU), an organization dominated by Communist unions. In the able hands of Mexican socialist Vicente Lombardo Toledano, the CTAL attracted numerous adherents in the aftermath of WWII. Even before the Cold War set in, the U.S. saw the nationalist CTAL as posing a considerable threat to U.S. economic interests in the hemisphere. As soon as the WWII ended, the U.S. State Department and the AFL developed plans to confront the CTAL by enticing, forcing, or bribing its affiliates away. The proper home for Latin American unions was the Inter American Regional Organization of Laborers (ORIT), which was founded in 1951 as the regional affiliate of the International Confederation of Free Trade Unions (ICFTU), the new pro-U.S. rival to the WFTU.[7]

During the 1950s, the labor secretariats interested in rural workers started to build alliances in Latin America. One of these was the International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco, and Allied Workers' Associations (IUF), which is affiliated with the Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación y Afines (UITA). In 1954, yet another organization appeared on the scene: the Confederación Latinoamericana

[6] "Two thirds of Latin America's exports still stem from agriculture or mining," state Gary Gereffi and Lynn Hempel in "Latin America in the Global Economy: Running Faster to Stay in Place," *NACLA Report on the Americas* (Jan/Feb 1996), 19-27.

[7] Åke Wedin, *La 'Solidaridad' Sindical International y sus Victimas: Tres Estudios de Caso Latinoamericanos* (Stockholm, Latinamerika-institutet, 1991), 16-21 and Cliff Welch, "Labor Internationalsim: U.S. Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965," *Latin American Research Review* 30:2 (Sping 1995), 61-89.

de Sindicatos Cristianos (CLASC), affiliated with the International Confederation of Christian Unions (CISC). For most of the decade, however, competition for the allegiance of rural workers and peasants was limited even in Caribbean Basin countries (where Guatemalan land reform was stifled in 1954), while in South America the record is mixed. In the Andean countries, the state used national rural labor organizations to incorporate peasants and rural workers, especially in the Bolivian Revolution of 1952 and in Chile, where the CLASC helped influence the formation of peasant organizations. In other parts of the Southern Cone, Communists had few challengers outside of their own repressive local and national authorities. Thus, there was really no equivalent to the chain of clandestine affiliations that sent Brazilian rural delegates to WFTU events like the International Conference of Agricultural Laborers in Vienna in 1953.[8]

Looking back, it seems fairly clear that the Communist-directed rural labor organizations of the 1950s rarely posed a threat to the status quo. It is not that they were ineffective organizers and militants but rather that the Communist program merged well with capitalist agendas. This is underscored by the nearly universal conformity with the developmental model promoted by nearly all international organizations in the first decades of the Cold War: industrialization and an organized, adequately compensated urban working class were seen as key to post-war peace. In most settings, Communist parties did capitalists a favor by promoting the formation of a rural proletariat and thus the primacy of agro-industrial development over peasant production.[9]

In the 1960s, however, organizing the agricultural sector became more important and the paths forward diverged. This turn of events seems to have come–as it does today–from the grassroots. By the 1960s, peasant initiative in many corners of the Third World, from Kenya to Vietnam to Cuba, demonstrated their unwillingness to accept exclusionary urban-centered development models. For Latin America, change was set off by the Cuban Revolution and its early commitment to radical agrarian reform as key to a distributive model of development. The revolution inspired peasant social movements throughout the hemisphere, many of them already in formation. In the case of Brazil, for example, peasant league leader Francisco Julião visited Cuba several times in 1960 and 1961 seeking inspiration and support for a movement tenant farmers had started in Pernambuco state in 1955. Castro invited many other revolutionaries and would-be revolutionaries to Cuba to

[8] Wedin, La 'Solidaridad' Sindical, 17 & 22; Brian Loveman, *Struggle in the Countryside* (Bloomington: Indian University Press, 1976); Welch, *Seed*, 178; Love, Joseph and Nils Jacobsen, eds., *Guiding the Invisible Hand: Economic Liberalism and the State in Latin American History*, Westport, CT: Praeger Publishers, 1988.
[9] Welch, Cliff, "Keeping Communism Down on the Farm: The Brazilian Rural Labor Movement During the Cold War," *Latin American Perspectives* 33:3 (2006), 28-50.

learn about rural-based revolutionary tactics and radical land reform. Jorge Castañeda and other writers claim Cuba helped back both peaceful and armed rural labor movements in Peru, Chile, El Salvador, Nicaragua, Guatemala, Colombia, and Venezuela during the decade. The climax of Cuba's initial efforts to shape peasant struggle in the hemisphere was Che Guevara's failed 1967 attempt to create a revolutionary peasant-based *foco* in Bolivia virtually out of thin air.[10]

The Cuban Revolution, which detached Cuba from the capitalist world economy and demonstrated that Communism could exist in the Americas, represented everything the U.S. and its bourgeois allies in Latin America opposed. Further, Castro's campaign to replace Catholic theology with revolutionary ideology riled the church. Reacting against Cuba's expansive, revolutionary project, the ORIT and CLASC generated policies for the agrarian sector. Even though the "ORIT was bought and paid for by Uncle Sam," as one U.S. Department of Labor bureaucrat told me, its failure to prevent revolutionary labor mobilization caused the U.S. government to collaborate with the AFL-CIO to create yet another institution for advancing its vision for the hemisphere: the American Institute for Free Labor Development (AIFLD). The basic philosophy of both ORIT and AIFLD is the integrated economic development of the hemisphere. In this regard, both organizations are deeply committed to liberal political economy. In response to the Cuban threat, both sought to isolate if not eliminate Cuba's supporters in the labor movement and to build up those friendly to the U.S. and its policies. AIFLD was quick to back labor leaders supportive of the military regime that overthrew the pro-Castro government of João Goulart in Brazil in 1964, offering advise and training to José Rotta, the Catholic labor activist who displaced a Communist as president of CONTAG following the coup. In the early 1970s, these organizations also worked to destabilize the Chilean government of socialist Salvador Allende partly due to his commitment to radical agrarian reform.[11]

From 1962 to 1980, AIFLD's Agrarian Union Development Department (AUDD) was a typical anticommunist program combining funding for union staff, courses of instruction, exchange programs for leaders, and loans for experimental export-oriented crops

---

[10] On peasant revolutionaries generally see Jeffrey M. Paige Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Undeveloped World (New York: Free Press, 1975) and Eric Wolfe, Sons of the Shaking Earth; John W. Dulles, Unrest in Brazil: Political-Military Crises, 1955-1964 (Austin: University of Texas Press, 1970), 183. For Cuba and its influence see Thomas C. Wright, Latin America in the Era of the Cuban Revolution (Westport: Praeger, 1991) and Jorge Casteñeda, Utopia Unarmed: The Latin American Left After the Cold War (New York: Vintage Books, 1993).

[11] For the labor official quote, see Welch, "Labor Internationalism," 72. Good overviews are Hobart A. Spalding, Jr., "Unions Look South" and "AIFLD Amok," *NACLA Report on the Americas* (May/June 1988), 14-19 & 20-27. On Rotta, see Welch, *Seed*, 347-48.

such as Costa Rican grapes and Honduran coffee. "The main objectives of the AIFLD campesino program include the education of local leaders in the need for self-help community efforts, and the promotion of closer ties between campesinos and industrial trade unions," said a 1965 AIFLD publication. The program's deputy director, Morris Paladino, explained that AIFLD sought to train leaders "in every facet of rural development" in order to resolve problems through "local initiative" and "personal improvement." The program also aimed to "create a climate of opinion favorable to the principle of agrarian reform" and the creation of agricultural extension services, cooperatives, and the like. The first class brought to the training center in 1965 numbered 26 men from Central America and the Dominican Republic. In 1980, AIFLD took credit for a "sweeping agrarian reform law" passed by the Salvadoran government due to pressure from the Union Comunal Salvadoreña (UCS), which it had helped found and fund since 1966. But in 1986 when AIFLD backed President José Napoleon Duarte's imposition of neoliberal cutbacks demanded by the International Monetary Fund, AIFLD's progeny in the labor movement turned their back on the U.S. and joined in protest with the left wing of the Salvadoran labor movement.[12]

The divisive and relatively well-funded strategies of the U.S.-linked labor centrals and their reactionary allies in Latin America succeeded in gutting leftist peasant movements during the 1970s. But the problems these tactics failed to address were too apparent and immense to be ignored. By the 1980s, it became apparent that organizations associated with the Catholic Church had become the only effective means of surviving and/or confronting the savage policies of the day. Although the church hierarchy often accommodated itself to those in power, the 1950s encyclicals of Pope John XXIII had inspired a younger generation of clerics to help the poor help themselves, anticipating the formal birth of Liberation Theology at Medillín, Colombia in 1968. As Wedin describes it, the CLASC (which was transformed into the Confederación Latinoamericana de Trabajadores [CLAT] in 1974) had adopted an "aggressive policy" of denouncing the communists as antidemocratic and the capitalists in ORIT as pawns of the U.S.. While church in-fighting drove some priests to condemn Liberation Theology and others to go so far as to renounce their vows and join revolutionary movements, the trend of the seventies was toward a deepening of the "preferential option for the poor." As the developed world began to respond to the OPEC oil embargo with neoliberal reforms such as imposed austerity measures, the need for empowering the poor became ever

[12] "In the Agricultural Field," *Annual Progress Report, 1962-1980* (Washington, DC: AIFLD, n.d.); "New AIFLD Program for Rural Workers to Start in C. American," *AIFLD Report* (January 1965), 6; "AIFLD Education Effort turns to 'Campo' with Pilot Project," *AIFLD Report* (June 1965), 2-8; and "Salvadorean Land Reform," *AIFLD Report* (March-April 1980), 4. Spalding, "AIFLD Amok," 24.

more apparent to many priests. These tendencies were formalized in 1979 at the Latin American Episcopal Conference (CELAM) in Puebla, Mexico. Among other issues, the conference set an agenda for Catholic activism among peasants, rural workers, and the rural poor generally based on the conclusion that the concentration of land holding among an elite few posed one of the greatest threats to a just and humane future for all Latin Americans.[13]

The church's approach to organizing rural labor was distinct from that of the U.S. and its allies. While the latter emphasized hierarchy and strategic financing, the former depended on a decentralized, grassroots approach. In other words, Papal encyclicals and conference documents set policy and provided inspiration, but implementation occurred unevenly and sporadically from parish to parish across Latin America. The top international organizations abandoned Catholic orthodoxy and claimed to be guided by "either a spiritual concept based on the conviction that man and universe are created by God, or other concepts that lead together with it to a common effort to build a human community united in freedom, dignity, justice and brotherhood." In Brazil, for example, the bishops established the Pastoral Land Commission (CPT) to help coordinate rural labor initiatives nationally. Church oriented rural social movements started in the southern state of Rio Grande do Sul in the 1970s and little by little, the idea migrated north, by passing whole states from time to time, but reaching the Amazon, where people like Chico Mendes found inspiration. In Peru, the church set up the broader Episcopal Social Action Commission (CEAS) which had a department devoted to peasants after 1975. Besides Brazil and Peru, church-oriented rural social movements had a significant impact in parts of Colombia, Ecuador, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicaragua, Mexico, and Haiti. Whichever country it was, priests responded to local conditions, relied on indigenous leadership, focused on empowerment of the rural poor through land invasions, marches on the state, education, and the formation of collectives, from farm co-ops to land occupation communities to political pressure groups. In this way, Catholic social movements rejected the authoritarian orientation of the right as well as the violent revolutionary traditions of the left.[14]

The globalization process, liberalism's emphasis on the individual, Marx's analysis of power and change, and Communist examples of militancy all combined to shape

---

[13] Wedin, 22; Zilda Grícoli Iokoi, *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986* (São Paulo: Ed. Hucitec, 1996), 45-66; and Welch, "Keeping Communism Down on the Farm."

[14] On Brazil and Peru, see Iokoi, *Igreja e Camponeses*. On Latin America in general, see David Lehmann, *Democracy and Development in Latin America: Economics, Politics and Religion in the Post-war Period* (Philadelphia: Temple University Press, 1990). Brief Historical "Survey of the World Confederation of Labour," found 16 February 2007 at http://www.cmt-wcl.org/cmt/ewcm.nsf/_/ADE7EA5D9CAB04DAC1256E13004F24DF?opendocument .

Liberation Theology and the actions of Catholic activists profoundly influenced the movements that came to form the CLOC. Nicaragua's ATC, Brazil's MST, and Mexico's EZLN all grow out of this chain of influences. In this sense, the CLOC may be unique to the present but it is linked to the past for it grows out of specific experiences that warrant comparative analysis, if only to emphasize differences. Some outstanding differences include the nature of its origins. The CLOC is the brainchild of Latin Americans, and by all accounts, it was founded by Latin Americans who are themselves members of the rural working classes. It is also "Latin American"and not "inter-American" in the sense of excluding the United States and Canada as members of the "coordination," though Canada is prominent in the international Vía Campesina. Thus, for now, the CLOC follows an agenda not set in Washington, Moscow, Havana, or Rome but in the battlefields of the struggle for land and work throughout Latin America.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mulheres proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX

Daniela Fernanda Sbravati*

Resumo: O texto apresentado é sobre mulheres proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX, 1860 a 1888, período em há um crescimento urbano em Desterro em função da atividade portuária e do tráfico interno de escravos. Não se pretende privilegiar a história somente a partir das proprietárias ou dos cativos, mas sim buscar a relação destes dois grupos, dando ênfase em trajetórias específicas. Um dos objetivos deste texto é buscar a partir da forma como agiam mulheres e cativos, seus pontos de solidariedade e conflito. Contrapondo a idéia de passividade e conformismo, tanto as mulheres livres, quanto às cativas e cativos agiam e reagiam contra todo um sistema que insistia em silenciar.
Palavras-chave: propriedade - mulheres - escravidão.

Abstract: The text presented is about women's slaves proprietress in Desterro in the second half of the nineteen-century, 1860 to 1888, period that exist a growth urban in Desterro in function of the active dock worker and the intern traffic of the slaves. I'm not to claim to prevail the history only from the proprietress or the slaves, but to search the relation of the two groups, giving emphasis in course specifics. One of the objectives in this text is to search in the activities women and slaves, points of the solidarity and conflict. To put against the idea of the submission and compliance, as much as the women freedoms as the slaves acted e reacted against to the system that insisted to keep silent.
Keywords: property - women – slavery.

O texto seguinte faz parte do projeto de mestrado em andamento, sobre mulheres proprietárias de escravos na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX, 1860 a 1888, período em que há um crescimento urbano em Desterro em função da atividade portuária e do tráfico interno de escravos. Os resultados apresentados são parciais e referem-se principalmente à análise de alguns processos de inventário *post mortem* e fontes cartoriais da freguesia de Desterro, da Ilha de Santa Catarina, levando em consideração uma história local relacionada a um contexto mais amplo.

O Brasil da segunda metade do século XIX constituía um império cuja economia estava baseada na exploração da mão-de-obra escrava. O regime escravocrata perdurou mais

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista CAPES.

de trezentos anos no Brasil. No ano de 1872, habitavam nas três maiores províncias do Império, 819.798 escravos e 2.890.154 homens e mulheres livres. Destes, 41 % eram descendentes de africanos (MATTOS, 1998:13).

Fortemente influenciada por Gilberto Freyre, a historiografia brasileira representou, e por vezes ainda representa, um país essencialmente patriarcal, onde o senhor era o "dono" da terra, dos escravos e das mulheres. Entretanto, pesquisas mais recentes demonstram que principalmente entre os grupos mais empobrecidos mulheres presidiam unidades domésticas e transitavam por lugares teoricamente reservado aos homens. A família representava a base do sistema econômico e dizia respeito não somente aos laços de consangüinidade, mas sim a uma rede de relações que se constituía a partir de uma hierarquia social. O ideal de família supunha um lar patriarcal, fundado no casamento, que mantinha posição social e propriedade entrelaçadas com segurança (GRAHAM, 1996: 86). Isso não quer dizer que não existiam outras formas de organizações familiares, segundo Dias, o fenômeno de mulheres solteiras, chefes de família, é vasto na estrutura da sociedade colonial e parece fato oriundo da urbanização como um todo nas colônias do Brasil.

A reconstrução do papel social das mulheres integradas na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo de lutar contra os mitos e estereótipos. Novas abordagens e métodos adequados libertam aos poucos os historiadores de preconceitos e abrem espaço para uma história microssocial do quotidiano (DIAS, 1995:13). História esta que não envolve somente mulheres casadas ou viúvas, mas também mulheres solteiras, escravas ou não, que não correspondiam ao modelo idealizado para a mulher no século XIX.

> *A mãe, a esposa e a dona de casa faziam parte da elite. Mulher amante, filha, irmã, mãe, avó. Nessa seis palavras existe o que o coração humano encerra de mais doce, de mais puro, de mais estático, de mais sagrado, de mais inefável* (PEDRO, 1994:17).

O que senhoras ricas ou pobres, casadas, viúvas ou solteiras tinham em comum com os escravos? Contrapondo a idéia de passividade e conformismo, tanto as mulheres livres, quanto às cativas e cativos agiam e reagiam contra todo um sistema que insistia em os silenciar. Silêncio consentido por uma história que negou por algum tempo trajetórias de pessoas, indivíduos, que tinham consciência de sua condição e de seu poder de barganha.

Embora muitas vezes os estudos historiográficos tratem de um mesmo tema, é fundamental perceber diferenças regionais, pois as especificidades de cada localidade demandam diferentes tipos de organização.

> *Tendo o país o papel de fornecer produtos agrícolas gerados por latifúndios escravistas, o espaço catarinense é imaginado como negação da experiência geral, pois se constituiu numa colônia de povoamento, dedicada a uma economia de*

.

> *subsistência, destinada a consolidar a presença portuguesa no sul do Brasil* (CARDOSO, P., 2004:80).

Entretanto estudos realizados nos anos 80 nos permitem perceber a economia da Ilha de Santa Catarina integrada desde o final do século XVIII, ao mercado de abastecimento interno via cabotagem e a uma política de abastecimento da corte do Rio de Janeiro (CARDOSO, P., 2004:93). A exportação dos produtos catarinenses para os portos do Império fazia com que houvesse também movimento marítimo entre Desterro e os portos de São Paulo, Santos, Rio, Bahia e Pernambuco.

O comércio desenvolveu-se continuamente, acompanhando o crescimento da população. A ele na segunda metade do século XIX acrescentou-se o comércio de mercadorias e de exportação, a essa função urbana correspondia nas décadas de 70 e 80 uma área determinada da geografia da cidade. A rua Augusta era a rua dos armadores, das casas dedicadas ao comércio de ferragens, de artigos marítimos, dos representantes de gêneros de importação e a do Príncipe era a do comércio varejista – situação que perdura até hoje (CABRAL, 1979:100). Desterro adquire então o status de vila-cidade, onde as funções militares deixam de desempenhar o papel fundamental que desempenhavam há um século ou menos atrás. (CARDOSO, F. 2000:100).

A Ilha de Santa Catarina possuía, segundo censo de 1872, 26.311 habitantes, dos quais 3.431 eram cativos (CARDOSO E IANNI, 1960). Seu centro urbano era a Freguesia Nossa Senhora do Desterro, como já foi dito anteriormente, e contava com 9.108 habitantes, sendo 1.622 cativos. Segundo a análise de Fernando Henrique Cardoso, Desterro era uma comunidade rural-urbana que gravitava em torno das atividades político-administrativas e militares. O palácio do governo, a casa da Câmara, a cadeia e as residências mais imponentes se localizavam em volta da praça central, nas ruas do Ouvidor, Príncipe e Augusta, atualmente chamadas, respectivamente, Praça XV de Novembro, Rua Deodoro, Rua Conselheiro Mafra e Rua João Pinto, onde se localizava a elite da cidade. (CABRAL, 1979:113-161).

Na região periférica estavam os bairros mais pobres: Figueira, Tronqueira, Beco dos Sujos, Toca, Rita Maria e Cidade Nova. Era nessas localidades que moravam a maioria dos africanos e afrodescendentes, escravos e libertos, que somavam 16% da população total da cidade (MORTARI, 2000:7). Neste cenário, transitavam crioulos, pardos e africanos, cativos, livres e libertos exercendo o conjunto de funções que hoje constituem a infra-estrutura urbana da cidade. A quem pertenciam os escravos? Para quem trabalhavam? Estamos habituados a ouvir a palavra senhor, no entanto, pesquisas demonstram que muitos proprietários de escravos eram mulheres.

.

O que tinham senhoras e cativas em comum? Para as proprietárias qual o significado de possuir cativos? Para os cativos, qual o significado de ser propriedade de uma mulher? Seriam as mulheres mais sensíveis às crueldades do mundo escravista? Havia vínculos que também uniam senhoras e escravos de forma complexa. Laços que talvez fossem interpretados de maneiras distintas por ambos. Para alguns, tais práticas poderiam ser compreendidas como concessões, já para outros, eram consideradas como conquistas. Mulheres solteiras ou viúvas, muitas vezes, buscavam sua sobrevivência no trabalho de seus cativos, estabelecendo desta forma uma dependência entre ambos.

Acreditamos que estas questões podem ser respondidas, ao menos em certa medida, a partir da análise das fontes cartoriais e do judiciário. Contratos de locação de serviços, cartas de alforria, contratos de compra e venda envolvendo mulheres e cativos, bem como testamentos e inventários compõem o corpo documental desta pesquisa. Por estarmos ainda no processo inicial de análise das fontes, nos deteremos neste texto em alguns inventários e algumas cartas de alforria concedidas por mulheres na freguesia de Desterro.

Pensando na transmissão do patrimônio, os inventários são fundamentais, pois possibilitam saber o destino dos bens após a morte, apresentando os herdeiros, naturais ou forçados. Em relação à partilha, quando o falecido (a) era casado (a), descontava-se de seu monte mor as dívidas e os custos com inventário, e o restante era divido em seis partes, três delas eram destinadas ao cônjuge, 2/3 aos herdeiros e 1/3 denominada a terça era disposto pela livre vontade do falecido. Quando era solteiro (a), o monte mor era dividido em três, 2/3 aos herdeiros e 1/3 designados livremente. A herança deveria ser dividida igualmente, independente de idade e gênero. Entretanto, alguns poderiam ser os privilegiados com a terça, podendo, o legado, ultrapassar o núcleo familiar. Analisar os testamentos é também de grande importância, pois trazem informações sobre a vida do testador e suas relações. (SAMARA, 2006:7).

No documento de inventário[1] de 1861 de Dona Maria Rita da Conceição consta as seguintes informações: solteira, natural de Desterro, pais falecidos, por não ter filhos não possuía descendentes, portanto poderia dispor de seus bens livremente. Não possuía riquezas, a não ser uma morada de casas, próxima a igreja matriz. Declara que institui por herdeiros as suas crias libertas Leocádia Maria da Conceição e suas duas filhas Francisca e Carlota, a Candida Maria do Sacramento, Jacintha Maria da Trindade e todos os seus filhos e igualmente suas crias Francisco de Paula Bertho e Guilhereme. Declara que seus herdeiros não podem

[1] Documento do Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O acervo não está organizado, por este motivo não há identificação por caixas ou livros.

.

vender em tempo alguns as ditas moradas de casas e devem viver sempre unidos. Deixa livre seu escravo Luis Africano e à sua ex-escrava Maria deixa as terras dos fundos da morada de casas. Seu monte mor somava 2:189$300 e o monte menor 1:768$658. É interessante notar que mulheres solteiras e que não tinham filhos costumavam beneficiar escravos ou libertos com herança, embora houvesse a imposição de algumas condições, como não poder vender propriedade e ficarem sempre unidos. As condições parecem demonstrar uma preocupação com o futuro dos beneficiados, evidenciando uma relação próxima das senhoras com os cativos ou ex-cativos, e uma tentativa de controlar certas situações mesmo após morte. A consideração pelos cativos significava que, coletivamente eles tinham alguma voz e que lhe podiam criar algum dilema (GRAHAM, 2005:180).

Não eram raros casos como o de dona Silvana Joaquina de Oliveira Mimoso, que deixa libertas as suas escravas Gertrudes e suas filhas Maria dos Anjos e Maria das Dores já liberta e Maria da Conceição, casada com Lucas Gervásio. O monte mor de dona Silvana é de um conto e quatrocentos e seis mil réis. Era viúva do Coronel Joaquim Felippe Lamprea Mimoso e não tinha filhos. Diz na carta de alforria[2] que concedeu a Maria das Dores: "a qual em attenção a habilidade que tem para aprender a ler, a escrever, lhe dou plena liberdade como se de ventre livre nascera". Mulheres que não tinham filhos costumavam alforriar com mais freqüência.

Dona Clara Rosa de Jesus, falecida, tem por inventariante seu irmão Joaquim Alexandre Dias e possui sete herdeiros filhos. Seus bens se dividem entre uma morada de casas, 1 terreno com 4 braças de terras e móveis de casa em mau estado. Uma escrava de nome Lucrecia, nação Mina, a qual institui que deve ficar cativa pelo espaço de 8 anos em companhia dos filhos herdeiros para ajudar a criá-los e alimenta-los. Deixa para a escrava algum dinheiro. Este documento de inventário[3] é do ano 1863. Dona Clara Rosa de Jesus era viúva e confere a sua escrava a responsabilidade de cuidar de seus filhos, demonstrando uma relação de confiança. Poderia ter deixado os filhos aos cuidados do irmão somente e por que não o fez? Seus bens evidenciam não ser uma grande proprietária e possivelmente dependia do trabalho de sua única escrava.

No ano de 1879 são arrolados os bens do falecido José Bernardo Ferreira Brandão, sendo Dona Caetana Haberbeck Brandão, sua mulher, a inventariante. Tinham cinco filhas ainda crianças. Possuíam bens móveis, casas e chácaras na rua Formosa, uma escrava de nome Sabrina, 600$000, uma escrava preta filha da dita Sabrina, 10 anos de nome

[2] Cartório Kotzias, livro de notas número 33, fls 35 v. 1870.
[3] Documento de Inventário do Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

.

Diolinda, 400$000. Seu monte mor era de 31:321$000 e o monte menor 27:646$379[4]. Ao considerar que os filhos eram ainda crianças, pressupõe-se que o casal era jovem. Dona Caetana ao que parece fazia parte de uma elite urbana, porém não possuía fortuna, sem dúvida teria de encontrar estratégias para garantir o sustento de sua família. Segundo Maria Odila Silva Dias, há a necessidade de integrar as mulheres das classes dominantes na História Social do Brasil. Não possuímos ainda uma precisão numérica dos documentos do Arquivo Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, porém nos referindo às proprietárias de escravos analisadas neste texto, as viúvas têm aparecido em maior quantidade.

Ao ficarem viúvas, essas mulheres poderiam usar de muitas estratégias para manter suas propriedades e sustentar seus filhos, como, por exemplo, alugar seus cativos. Num processo de locação de serviços[5], de 1880, Dona Florisbela Rosa recebe uma quantia de quinhentos e cinqüenta mil réis de João Pereira Malheiros, pelos serviços da crioula Joaquina, por um período de sete anos, a fim de se tornar livre. Ainda em 1880, a preta Graciana, por consentimento de sua senhora Maria Luiza de Jesus, tem seus serviços contratados por um período de seis anos, a fim de receber a quantia de trezentos e quarenta mil réis para comprar sua liberdade. Muitas vezes o trabalho escravo era o único meio de sobrevivência da senhora e sua dependência em relação ao cativo não era fato irrelevante. A esperança de liberdade renovava constantemente esses laços de dependência.

As cartas de alforria, já citadas, referem-se a Desterro no período de 1865 a 1882. São 68 alforrias[6] concedidas por mulheres, o que evidencia a significativa presença das proprietárias. Dos alforriados, 25 eram homens e 43 eram mulheres. Geralmente acompanhava a carta de alforria alguma condição de prestação de serviços.

> *O fato de que a esmagadora maioria das alforrias concedidas na última década da escravidão no principal cartório do Desterro envolvia alguma cláusula de prestação de serviços – seja para o ex-senhor, seja para terceiros através de contratos de locação – parece ser um indicativo importante. Transformar a escravidão em um contrato para o pagamento de uma dívida poderia também significar a tentativa de garantir algum modo de continuidade de uma ocupação que garantisse a subsistência e uma menor incerteza frente ao futuro (LIMA, 2005:307).*

No ano de 1884, Alvina Moellmann Branco alforria Roberto, 45 anos e Joanna, de 22 anos sob a condição de prestarem serviços pelo tempo de quatro anos[7]. Já Francisca

[4] Id. Ibidem.
[5] Id. Ibidem.
[6] Cartas de alforria do cartório Kotzias.
[7] Cartório Kotzias, livro de notas número 58, FLS 10 E 10V. 1884.

.

Augusta da Silva Oliveira, ao alforriar Benedicta e Cacilda no ano de 1879, estabelece como condição acompanhá-la e prestar serviços até seu falecimento[8].

N ano de 1868, Felis Lourenço de Siqueira, procurador com poderes especiais de Dona Francisca Carolina de Siqueira Luz, confere liberdade a Faustina, 34 anos: "lhe confiro plena liberdade mediante a quantia de seis centos mil reis que recebi em moéda corrente da Senhora Anna Maria Albina, preta liberta, ficando a dita Faustina obrigada a pagar a referida quantia a mesma Anna Albina, em poder da qual ficára a prezente carta manumissão depois de registrada, até seu real embolço"[9].

A maioria das justificativas utilizadas para a alforria era os bons serviços prestados pelo cativo, além do pecúlio obviamente. Em menor quantidade aparecem casos em que a explicação é alguma estima da senhora em relação ao cativo.

A leitura de uma bibliografia adequada sobre o tema nos auxiliará a construir questionamentos e chegar a algumas conclusões. Os documentos, não sendo homogêneos, nos trazem informações distintas, evidenciando muitas vezes situações singulares. Acreditamos ser necessário, para uma análise mais aprofundada, nos atermos em algumas trajetórias de vida, constituindo assim uma história microssocial do cotidiano de algumas proprietárias e de seus cativos.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do desterro. Florianópolis: Lunardelli, 1979, v. 2.

CARDSOSO, Fernando Henrique. Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Fernando H. e IANNI, Otávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus, SBRAVATI, Daniela Fernanda, AMARAL, Tamelusa Ceccato. Cúmplice e Sedutor: Oswaldo Rodrigues Cabral e as populações de origem africana, in PerCursos; Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. FAED, v.5, n 1. Florianópolis, 2004, pp. 75-93.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

[8] Cartório Kotzias, livro de notas número 48, fls 1 v e 2. 1879.
[9] Cartório Kotzias, livro de notas número 31, fls 39v-40. 1868.

.

FARIA, Scheila de Castro. A colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GEREMIAS, Patrícia Ramos. Filhos "livres" de mães cativas: Os "ingênuos" e os laços familiares das populações de origem africana em desterro na década da abolição. Monografia de graduação. Florianópolis: UDESC, 2001.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

_____. Caetana diz não. História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho n século XIX**,** in Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ v. 6, n. 11/ 7 letras, 2005, pp. 289-325.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORTARI, Claudia. Os pretos do Rosário de desterro. Dissertação de mestrado PUC/RS. Porto alegre, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. Texto apresentado no colóquio Guerra do Paraguai -130 anos depois, realizado no Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. Senhoras e escravos na São Paulo do café (1840-1870). Trabalho apresentado ao I Seminário de História do Café: História e Cultura Material. Museu Republicano Convenção de Itu/ Museu Paulista/USP, 13 a 16 de novembro de 2006.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Mulheres Sertanejas na guerra do Paraguai. Texto integrante dos anais eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC. UEM – PR/ ANPHLAC. Maringá, 20 a 23 de julho de 2004.

.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

De como deixar de ser escravo e viver em liberdade: padrões de alforria e inserção social de libertos (Rio Grande de São Pedro, 1800-1835)

Gabriel Aladrén*

Resumo: A comunicação que ora se apresenta pretende abordar os padrões de alforria e a inserção social dos libertos na região de Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX. Como fontes, foram utilizadas cartas de alforria, inventários *post-mortem* de libertos e processos criminais. As cartas de alforria receberam um tratamento quantitativo, de modo a estabelecer o perfil dos escravos alforriados e as modalidades de alforria. Os inventários e os processos criminais foram analisados qualitativamente, com o intuito de reconstituir aspectos da vida de um preto forro, em especial suas atividades econômicas, patrimônio e relações com escravos e homens livres.
Palavras-chave: Alforrias – Libertos – Rio Grande de São Pedro

Abstract: This paper analyzes the manumission`s standards and the social inclusion of the freed people in the region of Porto Alegre, in the beginning of the 19th century. Manumission letters, *post mortem* inventories of the freedmen and criminal processes were used as sources. The manumission letters received a quantitative treatment, establishing the profile of the manumitted slaves and the kinds of manumission. The inventories and the criminal processes were analyzed with the intention of reconstructing some aspects of a freedman life. In this sense, we focused specially his economic activities, the constitution of his patrimony and his relationship with slaves and free men.
Keywords: Manumissions – Freedmen – Rio Grande de São Pedro

A historiografia tradicional sul-rio-grandense desconsiderou a importância da cultura negra e da mão-de-obra escrava na formação do Rio Grande do Sul ou, por outro lado, advogou a tese da benevolência senhorial gaúcha. A partir da década de 1960, com estudos que enfocavam, sobretudo, o universo das charqueadas, estas visões foram criticadas. No entanto, é recente o esforço, a partir do tratamento sistemático de fontes primárias, de resgatar as diversas facetas que a escravidão assumiu no Rio Grande de São Pedro. O trabalho que ora se apresenta pretende fazer parte deste esforço de renovação historiográfica abordando os

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense; bolsista da CAPES.

padrões de alforria e a inserção social de libertos em Porto Alegre e seus arredores, nas primeiras décadas do século XIX.

Como fontes, foram utilizadas cartas de alforria, inventários *post-mortem* de libertos e processos criminais. As cartas de alforria receberam um tratamento quantitativo, de modo a estabelecer o perfil dos escravos alforriados e as modalidades de alforria. Os inventários e os processos criminais foram utilizados de forma qualitativa, no intuito de reconstituir aspectos da vida de alguns libertos. Neste sentido, através da análise do caso do liberto Pedro Gonçalves, assassinado no ano de 1819, em uma região rural próxima de Porto Alegre, procuramos refletir acerca da mobilidade social dos ex-escravos, suas formas de inserção econômica, a constituição de seu patrimônio e suas relações com escravos e homens livres.

Os padrões de alforria

Nas 399 cartas de liberdade[1] que pesquisamos, as informações que constavam com regularidade eram o nome, o sexo e a naturalidade (crioulo ou africano) dos escravos alforriados, bem como a forma de alforria. Portanto, nossa análise se restringirá a essas questões. Infelizmente, as idades e ocupações dos libertos eram esclarecidas muito raramente, o que não nos permitiu analisar quantitativamente essas variáveis.

Tabela 1 - Naturalidade e sexo dos alforriados
Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão - 1800-1835

	Homens	Mulheres	Total
Africanos	53	81	134 (35,4%)
Crioulos	97	148	245 (64,6%)
Total	150 (39,6%)	229 (60,4%)	379

Fonte: Cartas de Alforria dos Livros de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Porto Alegre, 1800-1835.

Nesta Tabela 1, duas informações são importantes. Dos 379 escravos que conseguimos identificar a naturalidade, 64,6% eram crioulos e 60,4% eram mulheres. Esses

[1] Estas cartas encontram-se nos Livros de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Porto Alegre, sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Coletamos e analisamos um conjunto de 399 cartas, nas quais foram libertados 436 escravos. Estas cartas perfazem, em nossa estimativa, uma amostra de aproximadamente 50% do total das cartas de alforria do período abordado.

dados corroboram pesquisas realizadas com cartas de alforria para outras regiões do país, que afirmam que os crioulos e as mulheres teriam maior facilidade para conquistar sua liberdade (SCHWARTZ, 2001: 171-218; KARASCH, 2000: 439-476). As mulheres constituíam a maior parte dos libertos. Fossem africanas ou crioulas, elas sempre levavam vantagem em relação aos homens. Essa predominância na obtenção da alforria fica ainda mais clara quando a comparamos com sua participação na população cativa. Segundo dados coligidos por Helen Osório (2004), a partir de inventários *post-mortem* dos anos de 1765 a 1825, as mulheres perfaziam 33,5% da população escrava sul-rio-grandense e, como vimos, mais de 60% dos alforriados.

A propósito das formas de alforria, trabalhamos com a seguinte tipologia: autopagamento, em que o próprio escravo compra sua alforria; pagamento por terceiro, em que outra pessoa compra a alforria do escravo; gratuita, em que a alforria é concedida sem ônus ou condição; e prestação de serviço, em que o alforriado fica obrigado a prestar algum serviço ao senhor.

Tabela 2 - Naturalidade dos alforriados e formas de alforria
Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão - 1800-1835

	Crioulos	%	Africanos	%	Total
Autopagamento	53	41	76	59	129 (34%)
Pagamento por terceiro	30	97	1	3	31 (8%)
Gratuita	98	78	28	22	126 (33%)
Prestação de serviço	64	69	29	31	93 (25%)
Total	245		134		379 (100%)

Fonte: Cartas de alforria dos Livros de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Porto Alegre, 1800-1835.

Percebemos, em primeiro lugar, que as formas de alforria mais freqüentes eram o autopagamento, com 34% do total e a gratuita, com 33% do total. Porém, se analisarmos mais atentamente a naturalidade dos alforriados, verificamos que os africanos obtiveram 59% das alforrias autopagas e os crioulos apenas 41% delas. Estes, no entanto, foram hegemônicos nas outras três formas de cartas de liberdade, obtendo, respectivamente, 97%, 78% e 69% das alforrias pagas por terceiro, das gratuitas e das obtidas mediante prestação de serviços.

Tabela 3 - Distribuição (%) das formas de alforria pela naturalidade dos alforriados Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão - 1800-1835

	Crioulos	Africanos
Autopagamento	21,6	56,7
Pagamento por terceiro	12,2	0,7
Gratuita	40	20,9
Prestação de serviço	26,1	21,6

Fnte: Cartas de alforria dos Livros de Registros Diversos do 1º Tabelionato de Porto Alegre, 1800-1835.

Podemos concluir que, para os africanos, a liberdade era possível na medida em que conseguissem acumular pecúlio e, com isso, obter a quantia necessária para comprar sua alforria. Entre os alforriados africanos, aproximadamente 57% (Tabela 3) compraram sua alforria com suas próprias economias. Esse é o caso de Maria, de nação Benguela, que pagou 128$000 réis por sua liberdade no ano de 1800.[2]

Os crioulos, por sua vez, tinham grande sucesso ao obter alforrias gratuitas: 40% deles recebiam a sua liberdade sem ônus ou condição. Muitos destes casos eram de crianças escravas, libertadas pelos senhores em razão dos bons serviços prestados pelos pais, mais freqüentemente, pela mãe. O crioulinho Antonio, de 4 anos, foi alforriado gratuitamente em 1825, por Caetano Joaquim da Silva. O senhor justificou o ato dizendo que a mãe de Antonio, a escrava Roza, o serviu com fidelidade e amor, por mais de 8 anos.[3] Apesar de raramente ser informado nas cartas de liberdade, podemos supor que uma parcela significativa das crianças alforriadas eram filhas dos senhores com suas escravas.

As alforrias concedidas através da prestação de serviços também eram de domínio predominantemente crioulo. Considerando que este tipo de libertação era uma expressão da negociação entre senhor e escravo, podemos concluir que os escravos nascidos no Brasil eram os mais bem sucedidos na realização de tais arranjos. Na maior parte das vezes, a condição imposta era a de servir até a morte do senhor. Mas, eventualmente, os arranjos incluíam outros serviços. O escravo pardo Reginaldo, por exemplo, recebeu sua alforria em 1821 na Aldeia dos Anjos, com a condição de trabalhar na fazenda de seus senhores pelo tempo de serviço equivalente à metade de seu valor.[4]

Outra forma de libertação praticamente exclusiva para os crioulos era o pagamento por terceiro. Verificamos que tal predominância (30 crioulos e apenas 1 africano)

[2] Livro 1, fls. 163v.-164, 23/4/1800.
[3] Livro 8, fl. 85, 1/1/1825.
[4] Livro 7, fls. 93-93v., 25/6/1821.

se deve ao fato de que a maior parte destas libertações era de pais que pagavam pela alforria de seus filhos ou de padrinhos que beneficiavam afilhados.

A escrava Lucrecia, de nação Mina, libertou seu filho Antonio de 1 ano, pela quantia de 64$000 réis. Na mesma carta de alforria, dada pelo seu senhor, Paulo Milanes, ela compra a sua própria liberdade, por 238$400 réis.[5] Este caso é interessante, pois ilustra um padrão recorrente entre os tipos de alforria: uma africana comprando sua própria liberdade e uma mãe comprando a liberdade de seu filho crioulo.

Vimos que os africanos conquistavam sua liberdade majoritariamente através da compra de sua alforria, enquanto os crioulos se libertavam principalmente por meio de manumissões gratuitas, sob condição de prestação de serviços ou pagas por terceiros. Assim, podemos sugerir que os escravos nascidos no Brasil tinham uma inserção social que lhes favorecia no recebimento da maior parte das manumissões.

Trabalho na roça, lides campeiras, acesso à terra e posse de escravos: o caso do preto forro Pedro Gonçalves

O liberto Pedro Gonçalves foi assassinado em um sábado, dia 20 de março de 1819. Sua esposa, Roza Maria da Conceição, preta forra, foi acusada como autora do crime. Após ficar três anos presa, foi absolvida em Acórdão promulgado pela Junta Criminal de Justiça. [6]

Segundo os depoimentos das testemunhas e dos autos de perguntas feitas aos escravos do casal e à viúva, é possível reconstituir alguns pormenores do dia em que foi morto Pedro Gonçalves. Essa tarefa torna-se interessante para o historiador uma vez que permite recuperar alguns aspectos da vida das pessoas que viviam na casa de Pedro Gonçalves. Ele, sua esposa, as escravas Joanna cabinda e Rozaura moçambique, os escravos Antonio "pequeno" e Antonio rebolo e o peão Antonio cabra.

Pedro Gonçalves era um preto forro, de aproximadamente 50 anos. Não era rico, mas alcançou uma posição econômica incomum, no Rio Grande de São Pedro, para um ex-escravo em fins do período colonial. Possuía 4 cativos, 44 reses de marca, uma casa com lavouras e matos.[7] Era casado, mas sem filhos. Teve condições de se "ajustar" com um peão

[5] Livro 8, fls. 91v.-92, 12/10/1824.

[6] Pedro Gonçalves foi assassinado no distrito do Caí, termo da vila de Porto Alegre. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Cartório do Júri. Sumários. Maço 6, processo nº 138.

[7] Os bens de Pedro Gonçalves foram arrolados no inventário que se procedeu após sua morte e consistiam em: 44 reses de marca, 10 terneiros pequenos, 18 éguas xucras, 5 cavalos mansos, 4 bois mansos, 1 casal de porcos pequenos, 1 forno de cobre novo, 1 roda de ralar mandioca, 1 carro velho, 1 roda de fiar algodão, 1 descaroçador

(isto é, contratá-lo a jornais), para ajudá-lo na lida com o gado e em outras tarefas na sua "Caza".[8] Definitivamente, ele conquistou a possibilidade de "viver sobre si" (MATTOS, 1995: 31-102)[9] e alargou suas margens de autonomia na sociedade.

Analisando 26 inventários *post-mortem* de libertos de Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão, entre os anos de 1800 a 1835, constatamos que a vida, para a maioria dos ex-escravos, não foi tão generosa. A maior parte dos forros inventariados era formada por lavradores ou por aqueles que exerciam alguma ocupação urbana. Apenas 3 deles (incluso Pedro Gonçalves), além de serem agricultores, também criavam gado. Quando analisamos a estrutura de posse de escravos entre os libertos, Pedro Gonçalves destaca-se ainda mais:

Quadro 1 – Posse de escravos entre os libertos

Quantidade de escravos	Nº libertos
0	16
1	05
2	03
3	01
4	01
Total	26

Fonte: 26 inventários *post-mortem* de libertos de Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão, dos anos de 1800 a 1835, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Ele era o único liberto que possuía 4 escravos, sendo que 16 forros simplesmente não eram proprietários de nenhum cativo. Outro fator importante é que os escravos de Pedro Gonçalves estavam em plena idade produtiva, não apresentavam doenças e foram bem avaliados no inventário: Antonio rebolo, de 40 anos, foi avaliado em 140$000 réis; Joana cabinda, de 23 anos, 200$000 réis; Rozaura moçambique, de 20 anos, 170$000 réis e Antonio "pequeno" rebolo, de 25 anos, foi avaliado em 180$000 réis.

A propósito das atividades econômicas da "Caza" de Pedro Gonçalves, também devemos fazer algumas considerações. Seria a pecuária que sustentava sua unidade doméstica? Acreditamos que não. A pecuária era realizada por diversas camadas sociais do

de algodão, 4 machados velhos, 4 olhos de enxada, um baú velho e algumas roupas. Os bens mais valiosos eram os escravos: Antonio "pequeno" nação rebolo, de 25 anos, Antonio nação rebolo, de 40 anos, Joana nação cabinda, de 23 anos e Rozaura nação moçambique, de 20 anos. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Inventários *post-mortem*. Maço 27. Nº 675. Curiosamente, sua casa, lavouras, cercados, potreiro e terrenos de matos não foram arrolados no inventário, mas sabemos que ele possuía esses bens pela descrição do crime e depoimentos das testemunhas no processo criminal.

[8] O termo "Caza", no período colonial, designava o conjunto de bens de um indivíduo, de um casal, ou de uma família.

[9] Hebe Mattos demonstra que o reconhecimento da liberdade expressava-se na identificação de que os livres "viviam de" alguma coisa, normalmente "de seus bens e lavouras", "de seu jornal", "de seu ofício", ou "de suas agências".

Rio Grande de São Pedro, mas os grandes rebanhos estavam concentrados nas mãos dos maiores proprietários (OSÓRIO, 1999: 101). Para se obter lucros com a criação (venda de couros, carne e outros subprodutos) era necessária a posse de um grande número de cabeças de gado vacum. Considerando que Pedro Gonçalves possuía apenas 44 reses, era absolutamente imprescindível que praticasse atividades agrícolas em suas terras, de forma combinada com a pecuária. E é isto que se confirma com as respostas dadas pelos escravos em seus depoimentos.

Antonio "pequeno" e Antonio rebolo, no dia do crime, foram logo cedo para as roças, onde se plantava mandioca e algodão. Quando perguntados de seu ofício, disseram que trabalhavam nas lavouras de seu senhor. Pedro Gonçalves, por sua vez, teria saído ainda mais cedo que os escravos, juntamente com o peão Antonio, para "falquejar humas lenhas". Segundo o depoimento da escrava Rozaura,

> *(...) quando foi a horas do almoço veio Seu Senhor para Caza e ficou o Pião no Matto; e não querendo almossar pegou em hum frio, e se incaminhou para a Rossa dizendo hia lá apanhar hum Cavallo que estava maniado para hir Repontar o gado do fundo do Campo, e que estivesse nas Rossas, e hindo não voltou mais, e quando foi ao meio dia chegou do Matto aquele Pião para jantar.*[10]

Assim, é possível depreender que Pedro Gonçalves, com o auxílio do peão, encarregava-se preferencialmente do trato do gado e desempenhava outras tarefas (como cortar lenha). Mas o cultivo das roças parecia ser uma atividade realizada predominantemente pelos dois escravos. As escravas Joana e Rozaura faziam serviços domésticos, fiavam algodão, costuravam, e talvez cultivassem pequenas roças. Certamente não existia uma divisão de tarefas rígida entre os escravos, os senhores e o peão. Todos deviam ajudar nas plantações, em épocas de colheita, assim como todos ajudavam no processo de abate de uma rês, extração do couro, preparação da carne, mas havia uma organização da rotina e ritmo de trabalho entre os membros da "Caza", sob comando de Pedro Gonçalves.

Outra questão interessante que podemos abordar com base neste caso é a relação entre hierarquia social, formas de agregação e o acesso à terra por parte de ex-escravos e dos chamados "livres pobres". Do ponto de vista hierárquico, Pedro Gonçalves era o supremo mandatário em sua "Caza", com poder sobre seus escravos, agregados (o Peão Antonio foi assim referido nos depoimentos) e sua mulher. Porém, ele também era um agregado, nas terras do Capitão Jozé Alexandre d'Oliveira, comandante do distrito do Caí.

---

[10] "Autto de perguntas feitas a preta Rozaura escrava do falecido preto forro Pedro Gonçalves", que consta no processo criminal.

Apesar de ser um ex-escravo, Pedro Gonçalves era respeitado pela vizinhança e desfrutava de um *status* social condizente com sua situação econômica, de pequeno senhor escravista. Tanto era assim que o peão Antonio cabra, que trabalhava com ele a jornais havia 4 meses quando ocorreu o assassinato, o tratava com deferência, designando-o por "meu amo".[11] Após ver o corpo de seu patrão sendo carregado para dentro de casa, o peão teria dito à viúva Roza, "como admirado": "Minha Ama, que hé isto, matarão a meu Amo?".

Assim, Pedro Gonçalves ascendeu economicamente e tornou-se um pequeno senhor escravista, e passou a receber um tratamento condizente com sua situação econômica. Afinal, mesmo sendo ele um ex-escravo, um preto forro, era amo de um homem livre. Como foi isso possível?

Stuart Schwartz propôs uma interpretação da sociedade escravista colonial brasileira, a partir da análise das relações sociais e econômicas no Recôncavo baiano. Segundo ele, os princípios gerados na "sociedade do açúcar" tiveram um papel fundamental na conformação da sociedade brasileira como um todo, uma vez que eles foram amplamente compartilhados e adaptaram-se a outras regiões da colônia. A sociedade colonial brasileira oferecia algumas possibilidades de mobilidade social. Muitos libertos, por exemplo, chegavam a ser proprietários de escravos, mas seu *status* seguia sendo inferior ao dos brancos de mesma condição econômica (SCHWARTZ, 1988).

Neste sentido, ser um senhor de escravos foi um fator fundamental para a ascensão social de Pedro Gonçalves. Nos limites deste trabalho, ainda poderemos analisar brevemente outra condição para sua mobilidade, o acesso à terra. Vimos que ele era agregado nas terras do Capitão Jozé Alexandre d'Oliveira. Esse é um ponto importante para que possamos compreender a situação de um liberto que vivia em zonas rurais no Rio Grande de São Pedro.

Historiadores já demonstraram que alguns alforriados controlavam um pequeno pedaço de terra, cuja produção voltava-se prioritariamente para a subsistência, sendo que o excedente obtido era vendido nos mercados locais. Esse pedaço de terra provavelmente era concedido por seus ex-senhores, às vezes desde os tempos em que eram cativos (MATTOSO, 1982: 202-204; SCHWARTZ, 2001: 99-101; CARDOSO, 1982: 133-154; REIS e SILVA, 1989: 22-31).

---

[11] O tratamento deferente de peões com seus patrões parece ter sido comum no Rio Grande de São Pedro. O preto forro Manoel Antonio de Alencastro era peão do Tenente Domingos Pereira Maciel e foi acusado de roubar uma vaca na Aldeia dos Anjos, em 1825. Na sua inquirição ele diz ser inocente, alegando que a vaca teria sido roubada por um escravo de seu "amo", o Tenente Domingos. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Cartório do Júri. Sumários. Maço 11, processo nº 269.

É possível que, assim como concedia parcelas de terras para que seus escravos cultivassem[12], Pedro Gonçalves tenha recebido de seu senhor, quando era cativo, a mesma concessão.[13] O fato de ser casado, talvez desde os tempos em que era cativo, pode ter-lhe beneficiado. Os senhores costumavam conceder parcelas de terras aos escravos que tivessem vínculos familiares estáveis. Deste modo, segundo Hebe Mattos, os senhores fomentariam rivalidades entre os escravos, o que facilitaria o seu domínio e controle (MATTOS, 1995: 137-167).

Infelizmente, não temos como verificar, com as fontes de que dispomos como, originalmente, Pedro Gonçalves obteve acesso às suas terras. Mas podemos aventar algumas hipóteses. Apesar de não sabermos se Pedro Gonçalves recebeu as terras através de doação, concessão de seu ex-senhor ou compra de uma situação rural, reveste-se de significado o fato de que ele era um agregado nas terras de um grande proprietário da região, comandante do distrito e com patente de capitão. Assim, as relações entre Pedro Gonçalves e o Capitão Jozé Alexandre d'Oliveira são nexos importantes para compreender o acesso à terra por parte do preto forro.

Sílvia Lara identificou, nos Campos dos Goitacases no período colonial, o agregado como parte de um nível intermediário na hierarquia social. Assim, ele fazia o papel, junto com os feitores, de mediador na relação pessoal de dominação entre o senhor e o escravo. As condições específicas dos agregados eram muito variadas. Poderiam ser claramente distinguidos enquanto homens livres ou forros, sendo inclusive pequenos proprietários escravistas, ou poderiam ser confundidos com cativos (LARA, 1988: 165-182).

Portanto, considerando a importância que o agregado tinha para os grandes proprietários, podemos compreender como Pedro Gonçalves pôde agregar-se nas terras do Capitão Jozé Alexandre d'Oliveira e ter uma estabilidade que o permitiu ter lavouras, um pequeno rebanho e alguns escravos. Certamente, esse acesso à terra era referendado pelo costume, no âmbito local, por relações verticais (com o capitão) e também horizontais (com outros agregados e homens livres da região).

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

[12] Nos depoimentos dos escravos eles relatam que encontraram o corpo de seu senhor quando foram "enchutar" uns bois de *suas* roças.

[13] Provavelmente Pedro Gonçalves foi escravo em uma estância, onde deve ter aprendido as lides campeiras e pode ter recebido de seu senhor a permissão para possuir um pequeno rebanho, além das roças próprias.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OSÓRIO, Helen. "Escravos da fronteira: trabalho e produção no Rio Grande do Sul, 1765-1825". Comunicação apresentada nas *XIX Jornadas de historia económica. Asociación Argentina de Historia Económica/Universidad Nacional del Comahue*. San Martín de los Andes, Neuquén, 13, 14 y 15 de octubre de 2004.

_____. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Tese de doutorado (PPG- História/ UFF), 1999.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Paisagens Urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1898-1908)[1]

Rosa Cláudia Pereira[2]

Resumo: A linguagem visual utilizada neste artigo permite mostrar a forma como os indivíduos se fizeram representar nos cenários urbanos da cidade de Belém. As fotografias divulgadas, ao mesmo tempo em que trazem a luz aspectos modelos provenientes da Europa, também, apresentam uma outra cidade que nos remete a espaços de convivência de diferentes realidades.
Palavras-Chaves: história social, fotografia, propaganda visual.

Abstract: The used visual language in this article allows showing the form as the individuals if they had made to represent in the urban scenes. The divulged photographs, at the same time where the models proceeding from the Europe bring the light in accordance with a city, also, present one another city that in sends the spaces to them of connivance of different realities.
Keywords: social history, photograph, visual propaganda

Imagem 1 *Rua* de *Belém*. Autoria Fidanza. Fonte:*Album do Pará em 1899*

A fotografia em tela entre outras, registra uma das muitas ruas da cidade, em que os fotógrafos direcionaram o foco principal para os trilhos de bondes, destacando, nesse cenário, tipos sociais que circulavam nesses espaços cotidianamente. Na análise do corpo documental fotográfico fica evidente o quanto os grupos sociais tornaram-se foco dos profissionais que circularam na Belém da "bela época". As imagens fotográficas, aqui

[1] Este artigo faz parte da dissertação de mestrado da autora que está disponível no site http://www3.ufpa.br/pphist

[2] Mestre em História (UFPA), professora da Escola Tenente Rego Barros – ETRB – I COMAER

escolhidas, retratam aspectos da cidade e fazem parte de um projeto que tinha por objetivo selecionar cenas dessa modernidade, para serem exibidas através dos instrumentos de propagandas entre os finais do século XIX e início do XX.

Este cenário como tantos outros, fez parte dos álbuns e relatórios utilizados como instrumentos de divulgação e propaganda de Belém. O recorte selecionado pelos fotógrafos fez da fotografia um testemunho das maneiras de ver e pensar a cidade, evidenciando as práticas cotidianas daqueles que fazia parte do cenário urbano. Nesse sentido, os registros fotográficos de Felipe Augusto Fidanza[3], dentre outros, revelam a existência de sujeitos sociais excluídos que foram se ajustando à modernidade, transformando-se em personagens nas principais vias da cidade de Belém. Fidanza foi um dos profissionais que deu a visibilidade aos tipos sociais flagrados sutilmente pelas câmeras fotográficas a serviço da propaganda do governo que pretendia divulgar uma cidade moderna.

Reprodução do retrato de Fidanza, *Álbum do Pará em 1899*

Nesta perspectiva, a análise que se segue se baseou em um tipo de linguagem visual, a fotografia, que revela, além de outros aspectos da cidade, os indivíduos deixados à margem ao longo processo de modernização, os quais fizeram do labor diário o bilhete de entrada no mundo moderno. Assim sendo, engraxates, vendedores ambulantes, carregadores, trabalhadores da estivas não se furtaram de posar para compor os cenários que deram forma e compuseram os instrumentos de propagandas e divulgação da "bela época" na capital paraense.

Os temas principais tratados nesses documentos tiveram a preocupação de exibir as realizações da gestão municipal, registrando as principais modificações relacionadas aos aspectos de melhorias urbanísticas, tais como: as reformas dos prédios da administração pública, de instituições de ensino e de estabelecimentos comerciais; praças, avenidas e ruas, enfim, tudo o que representava a idéia de cidade moderna, urbanizada e ordenada.

Nos momentos iniciais da fotografia, Belém passou por um intenso processo de reestruturação urbana que modificou o cotidiano das pessoas as quais viviam ou passaram a viver nesta cidade. Sob essa perspectiva, as modificações materiais e simbólicas foram apresentadas numa dimensão visual, como forma de identificar e compreender os "modos de ver e sentir" a cidade. Portanto, deve-se compreender a relação de produção de imagem e as

[3],Felipe Augusto Fidanza (? – 1903) foi um dos principais fotógrafos cuja atuação foi bastante divulgada nos jornais locais desde de 1867, permitindo compreender sua inserção na história da fotografia paraense. *Fidanza* tornou-se uma marca da fotografia visto que, mesmo após a sua morte, o seu nome permaneceu no cenário da produção fotográfica e na memória paraense, tanto que outros profissionais, ao adquirir o seu ateliê, mantiveram o mesmo nome, *Photographia Fidanza* até os anos de 1950.

várias subjetividades envolvidas nesse processo, se possível, tanto do fotógrafo quanto do fotografado e do observador (SARAIVA, 2004:60).

A construção de uma cidade numa região inóspita já seria suficiente para evidenciar os efeitos da "civilização", mas era necessário muito mais para demonstrar as implicações das novas idéias e a ação da uma nova era. Entretanto se pode perceber, através das fotografias que circularam nos meios de propaganda oficial, um outro aspecto da cidade, retratando cenas do cotidiano, com tipos sociais pertencentes às camadas de menor poder aquisitivo, que (in)voluntariamente fizeram parte da composição da foto.

O conjunto de imagens fotográficas sobre a cidade de Belém revela um espaço em que todos podem circular, mas as formas de interagir nos lugares públicos permanecem fortemente marcadas por usos diferenciados dos espaços. O que pretendo neste artigo é compreender, a partir de imagens firmadas em fotografias, as expressões visuais da história desta cidade enquanto expressões das diferentes mentalidades dos diversos sujeitos sociais que a construíram.

Nesta perspectiva, entendi que entre os profissionais que retrataram a cidade, Felipe Augusto Fidanza destacou-se como um dos mais importantes fotógrafos de Belém. A sua vasta produção é de extrema importância, não apenas para a história da fotografia paraense, mas principalmente para uma reconstrução da memória sobre os grupos sociais existentes naquele contexto. Através de sua produção, foi possível analisar as "vistas urbanas", revisitando e conhecendo fragmentos de Belém do século XIX e inicio do século XX. Estes recortes do cotidiano da cidade deram visibilidade à capital paraense em uma dimensão plural, onde homens e mulheres, velhos e crianças compartilhavam espaços públicos, independentes de sua condição social. Estas paisagens embora seduzam os leitores a uma interpretação do urbano a partir das formas em que se dispunham os espaços e as edificações públicas, não impedem que, pela própria subjetividade do fotógrafo, se enxergue também a cidade que jazia sob o signo das modificações sociais provocadas pela própria modernidade. A cidade "em foco" é símbolo dessa modernidade, mas exala em seus meandros um cheiro que vem das camadas sociais menos privilegiadas, e que a partir das fotografias ganham a visibilidade necessária para dar corpo ao debate que aqui me propus.

As fotografias foram tiradas e organizadas de modo que apresentem um enquadramento para guiar o leitor, visualizando todos os atributos que fazem parte da composição da cidade, favorecendo uma harmonia entre os espaços, em que estão presentes, ao mesmo tempo, as pessoas de vários tipos sociais. Percebe-se que as fotografias podem registrar elementos que compõem a modernidade, como o bonde, os trilhos e as largas

avenidas. É importante observar que, embora capture os passantes, o foco central, geralmente, são os ícones da modernidade.

As cenas urbanas oferecidas por Fidanza do final do século XIX foram retratadas com as pessoas das camadas populares, com trajes humildes, descalças, ora trabalhando, posando ou observando, tendo ocasiões em que aparece o contraste social no mesmo espaço fotografado, mas transmitindo o sentido de uso diferenciado. E mais, aquele retratista de passagem do século não estava sozinho, compartilhava seu ofício com outros fotógrafos que também registraram a cidade, tais como J. A. Veyret, Feliciano Verlangieri, Paulo Ernesto Meyer, Júlio Siza, Max Burkhardt, Antonio Oliveira e José Girard.

É esse contexto que me possibilita indagar: Qual a cidade que o poder público divulgou através das fotografias? Partindo dessa questão, o presente artigo não promete exauri-la, apenas colocá-la "mais uma vez". O governo procurou divulgar uma imagem da cidade compatível com as idéias do mundo civilizado e moderno. Para isso, um dos mecanismos foi apresentar, ao mundo europeu, os álbuns de cidade e relatórios municipais em encadernações luxuosas, o que seria mais receptível aos olhos dos leitores.

Nesse sentido, para essa análise das fotografias selecionadas foram enfocados os transeuntes que fizeram parte da seleção fotográfica produzida principalmente por Fidanza, o qual apresenta cenas do cotidiano com as pessoas posando ou não para esses profissionais no momento instantâneo do registro fotográfico. Compreende-se que essas pessoas não ocupam o espaço urbano da mesma maneira, uma vez que esse se constitui uma representação simbólica das relações de poder. Ruas, praças, mercados, docas, Igrejas, Teatro são disposto de maneiras diferentes e, geralmente, hierarquizadas. Com este propósito, foram selecionadas algumas imagens fotográficas dos Álbuns e relatórios municipais nas quais se pretende fazer uma leitura do uso, da ocupação e da significação desses espaços.

Imagem 2, *Praça da República - tirada do nascente*. Autoria, Fidanza
Fonte: *Álbum de Belém*. 15 de novembro de 1902.

O *Álbum de Belém de 1902* compõe fotografias em que o Teatro da Paz aparece apenas como um dos detalhes do aspecto Praça da República, diferente das fotografias publicadas nos álbuns do Pará de 1899 e 1908 e do Relatório Municipal de 1904. A primeira impressão possível é que o cenário retratado (Imagem 2) apresenta, em primeiro plano, as pessoas que, possivelmente, estavam por perto, mas que, a pedido ou não do fotógrafo, posaram para fazer parte dessa vista. Se, por sua vez, o que atraiu os tipos humanos flagrados foi à presença do fotógrafo, então se trata, provavelmente, de um ambiente que se definem como lugar caracterizado pela permanência regular dos indivíduos nele envolvidos, vendedores ambulantes ou simplesmente passantes.

Ainda comentando sobre o Teatro da Paz, os ambientes internos também foram alvos de registros dos fotógrafos. Esses ambientes apresentam detalhes relacionados às artes plásticas, como pode ser verificado na fotografia do salão nobre, o *foyer*[4] (Imagem 3). Na composição destas fotografias, o fotógrafo apresenta informações que estão no teto com a pintura original[5] de Domenico De Angelis e Giovani Capranesi[6] e os lustres posicionados na parte horizontal do salão; o acabamento das janelas, portas, pisos e cadeiras proporcionando uma impressão de organização e beleza no ambiente.

Imagem 3, *Salão nobre do Theatro da Paz* [7] Felipe Fidanza
Fonte: *Album do Pará em 1899.*

[4] O *foyer* do Teatro da Paz foi muitas vezes utilizado para exposições dos mais significativos pintores do Brasil, durante o contexto do período áureo da economia da borracha, entre elas foram anunciadas as exposições dos pintores: Parreiras, Aurélio Figueredo , Benedicto Calixto , Fernadez Machado, Francisco Estrada e Carlo de Servi.

[5] No salão Nobre, Domenico de Angelis pintou o teto sobre madeira que com o passar do tempo foi deteriorada e seu trabalho foi substituído pela obra de Armando Bolloni.

[6] Os pintores italianos Domenico De Angelis e Giovani Capranesi estudaram na Academia di San Luca. Em 1887 foram contratados pelo governo provincial para, inicialmente, decorar o teto da sala de espetáculos do Teatro da Paz. Em 1890 foi inaugurado o famoso pano de boca, que celebra a República e a afirmação do positivismo no Pará. O painel intitulado *Alegoria à República* reúne os representantes do povo paraense, índios, mestiços e lusitanos, cortejando os novos tempos.

[7] Esta fotografia foi publicada no mesmo ano por Arthur Caccavoni. In: CACCAVONI, Arthur. *Álbum descritivo Amazônico*. Gênova: F. Armanino, 1899. (13 x 19 cm)

Ao compor as cenas da maneira como o fez, Fidanza humaniza o cenário fotografado, incluiu pessoas no ato do registro, demonstrando um aspecto mais "natural" em um dos espaços culturais do teatro. As referências sugerem que essas pessoas fotografadas estejam simbolizando uma família do grupo social das camadas médias ou da elite em Belém.

Embora apareçam apenas três pessoas, um casal e uma criança (Imagem 3), provavelmente uma família admirando o salão, Fidanza teve a capacidade de registrar, ainda no século XIX, pessoas que aparentemente estariam se comportando naturalmente sem a "pose" tão usual nas fotografias desse período. As outras imagens fotográficas sobre o *foyer* do Teatro da Paz apresentam somente os objetos que compõem o ambiente do salão nobre para atender ao público, cuja condição permitiria fazer parte deste cenário.

Para uma reflexão sobre o uso diferenciado dos espaços, posso supor que a parte interna do teatro era destinada à elite, enquanto os ambientes próximos ao teatro, eram caracterizados pela diversificação de grupos sociais, destacando principalmente as pessoas pertencentes às camadas pobres que transitavam ou trabalhavam por perto, conforme foi flagrado um grupo de pessoas fazendo parte do recorte espacial na fotografia (Imagem 2). Portanto, Fidanza, nessas fotografias, definiu, possivelmente, os personagens que deveriam fazer parte do espaço público e do espaço privado.

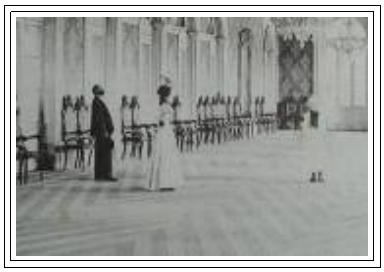

Detalhe A, Imagem 3

As pessoas que foram fotografadas no salão nobre do teatro estão vestidas com roupas que demonstram o nível de um grupo social que representa a elite local, os trajes femininos, tanto da mulher quanto da menina, demonstram os padrões da época para as pessoas de ordem econômica mais elevada.

O outro espaço registrado por Fidanza (Imagem 2) representa um ambiente, para todos os níveis sociais, em que era permitido regularmente o acesso para as pessoas, definindo o uso público do espaço da praça e da rua.

Observe atentamente os indivíduos captados pela lente do artista que representam um pequeno grupo de vendedores ambulantes que por ali trabalhavam. São pessoas pobres dos anos intermediários do século XIX e XX. Esse grupo está no primeiro plano da fotografia, certamente não se pode afirmar se era essa a intenção do fotógrafo. Talvez estejam ali por um acaso. Suas presenças

fazem parte de um cenário mais amplo: a Praça da República, com seus monumentos imponentes ao fundo, do lado direito o Teatro da Paz e do outro lado a *Mariane*[8], monumento recentemente inaugurado.

O projeto de modernização com a remodelação dos logradouros públicos tais como praças, jardins, avenidas e ruas, certamente era um incentivo para que as pessoas passeassem por esses locais como, por exemplo, a *Avenida da República*[9] (Imagem 4), um espaço de acesso irrestrito, acaba por condicionar os corpos humanos que por ali transitavam. O movimento retratado é composto pela presença de representantes da elite, das camadas médias e pobres, ao mesmo tempo em que foram fotografados os tipos de transporte existentes na época, destacando os bondes de tração animal que trafegavam pelos trilhos, registrados sempre em primeiro plano nas fotografias de ruas. Isso também é possível de ser visualizado em outros lugares tais como *Avenida Nazareth*, *Avenida Independência*[10] e *Avenida São Jerônimo*.[11].

Imagem 4 *Avenida da República (Vista do Centro)* Fidanza
Fonte: *Álbum de Belém*. 15 de novembro de 1902.

Em detalhes, as fotografias revelam uma fisionomia da cidade, cujo foco volta-se para o cotidiano. São praças e ruas que suscitam no espectador a sensação de que os dias passam envoltos em uma atmosfera tranqüila. A imagem é marcada pelo movimento de pessoas que estão transitando pela calçada da *Praça da República*, cujos tipos de roupas,

[8] O Monumento à República, *Marianne*, foi inaugurada em 15 de novembro de 1897 pelo Governador do Estado e pelo Intendente Municipal de Belém, Paes de Carvalho. Cf. COELHO, Geraldo M. *No coração do povo.* Belém: Paka-Tatu, 2002.
[9] Atual Av. Presidente Vargas.
[10] Atual Av. Magalhães Barata
[11] Atual Av. Governador José Malcher

identifica-os provavelmente como membros da elite ou das camadas médias, assim como os das camadas pobres.

Nesse sentido, os temas relacionados ao cotidiano fizeram parte da seleção registrada por Fidanza, fato esse revelado pelas fotografias que não se limitavam em registrar somente as modificações urbanas, mas cenas do cotidiano das pessoas. Nas fotografias selecionadas para compor os álbuns[12], várias demonstram uma realidade compatível com o movimento urbano, em que aparece uma cidade no processo de modernização dos espaços públicos, ao mesmo tempo, visualizam-se as pessoas fazendo parte deste contexto, não só os grupos sociais da oligarquia, mas principalmente as pessoas das camadas populares (Imagem 5).

Imagem 5, *Avenida da Independência "tomada da Companhia Urbana de Viação"* Fidanza
Fonte: *Álbum de Belém. Pará 15 de novembro de 1902*

As fotografias podem mostrar também o oposto dos discursos de modernidade, de progresso, de higienização, de limpeza, aparecendo imagens nas quais a vida urbana continha ruas sem pavimentação, quintais com cercas e pontes de madeiras, entulhos ou restos de matérias utilizadas nas construções, lixos nas ruas (Imagem 6) e a presença de cachorros e outros animais no espaço da cidade (Imagem 7). Esta espécie de descompasso indica características importantes sobre o que foi a promessa de modernidade na cidade de Belém. A fotografia sugere a existência de uma dificuldade social em aderir às metáforas da modernidade e, também, em acompanhar os comportamentos citadinos em rápido desenvolvimento (SANT'ANN, 1997: 95-96).

Rastreando detalhes sobre a cidade de Belém, encontra-se, em outras imagens, uma cidade desorganizada, com lixo amontoado, sujeira nas ruas, remetendo à idéia de que os fotógrafos nem sempre conseguiram dar conta dos espaços fotografados. É possível que o lixo

[12] *Álbum do Pará em 1898* e *Álbum de Belém de 1902.*

que aparece aglomerado na calçada represente um detalhe que não fosse talvez a intenção do fotógrafo.

Imagem 6 *Costruzione Privata* – Fidanza.
Fonte: CACCAVONI, Arthur. *Álbum descrittivo Annuario del Parà - 1898*. Gênova: F. Armanino, 1898.

Nesse caso, a fotografia que tem como tema o registro da casa comercial do atelier *Photographia Fidanza,* mesmo que a legenda tente direcionar o olhar do leitor para exaltar a importância do tema central, essa imagem exibe, em primeiro plano, o contraste entre um aspecto da cidade de rua pavimentada e com trilhos e o amontoado de lixos. Essa fotografia provavelmente foi tirada na década de 1890 e compôs o primeiro álbum publicado sobre a cidade de Belém.

Essas imagens representam uma outra cidade ou um espaço polissêmico onde convivem simultaneamente desenvolvimento e atraso, miséria e riqueza, limpeza e sujeira, ordenada e desordenada. Os detalhes que aparecem nas fotografias demonstram uma cidade se ordenando, mas que ainda apresenta elementos que caracterizam aspectos depreciativos para uma cidade modernizada. Assim, verifica-se no registro fotográfico do edifício da *Intendência Municipal* (Imagem 7) em que se permite visualizar, além dos trilhos e o espaçamento da *Avenida 16 de Novembro*, animais que circulavam pelos logradouros públicos.

Imagem 7**, *Intendência Municipal.*** Fidanza
Fonte: *Álbum de Belém. Pará 15 de novembro de 1902.*

O conjunto de fotos analisado constitui-se basicamente de paisagens urbanas que demonstrando cenas do cotidiano e cenário de uma cidade registrada por diversos fotógrafos que deixaram marcada a sua forma de ver a cidade. A maioria das fotos é em preto e branco, produzidas no limiar do século XX, com várias sendo transformadas em cartão postal[13].

Nesse sentido, este artigo apresenta as fotografias que não exibem apenas a elite paraense com trajes europeus, mas, também, pessoas descalças com trajes bastante humildes, passando a idéia de um espaço "democrático", onde todos poderiam circular livremente. Neste contexto, pode se afirmar que os espaços urbanos fotografados por Fidanza insinuam o vai-e-vem de pessoas que embora desniveladas pela condição social, se projetam nos mesmos espaços, permitindo a leitura do tecido urbano, não somente pelas assimetrias arquitetônicas, mas, sobretudo, pela composição heterogênea dos que transitavam nas ruas, calçadas, praças e logradouros e que davam movimento ao cenário da cidade.

Nestas paisagens, congeladas pela subjetividade dos fotógrafos, as crianças no mercado de trabalho, engraxates, carroceiros, vendedores ambulantes e demais grupos sociais ocupam o primeiro plano das fotos tanto quanto os endinheirados da borracha, em uma alusão à igualdade tão sonhada pela República; atributo que se perde diante da análise comparativa das condições de trabalho e dos trajes dos sujeitos em destaque no documento. O individuo de origem econômica humilde não foi colocado à margem dos registros fotográficos. Tais indivíduos - trabalhadores urbanos, pobres e ambulantes, são influências do romantismo e mais tarde do realismo que exerceram papel preponderante para o estabelecimento da fotografia de rua, que passa a se constituir na vitrine de todos estes tipos de sujeitos que transitam na cidade.

[13] Várias fotografias que foram divulgadas pelos Álbuns fazem parte de coleções de cartões postais, recentemente publicadas no livro *Belém da Saudade.*

No contexto estudado, uma parte da cidade foi apresentada como moderna e pronta para ser "escolhida" ou visitada, pois, os problemas de infra-estrutura foram minimizados, passando despercebidos por quem apenas folheava as páginas dos álbuns. Porém para uma pessoa atenta, podem se perceber outras imagens que não representam o processo de modernização e higienização da cidade, mas revelam as ruas sem calçamento, os animais nos logradouros públicos, os lixos e entulhos.

A Fotografia, enquanto documento, preserva em si uma memória dos cenários, personagens e fatos da vida passada. Considerando ao mesmo tempo em que certas fotografias deixam transparecer um aspecto de ordenamento da cidade, outras revelam as pessoas que representam os grupos sociais que fazem parte da "vitrine" da cidade.

Referências Bibliográficas

SARAIVA, Luis Júnior Costa. Usos da Imagem: juntado fragmentos nas fronteiras entre História e Antropologia. In: **Margens Dossiê** Fontes de Pesquisa, v.1, n° 2 (set-2004), Abaetetuba, PA: CUBT/UFPA. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANT'ANN , Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: Antigos problemas, novas questões. **Projeto História**. São Paulo, n. 14 Cultura e Representação Fevereiro, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tiradentes pelos pincéis: o imaginário nas interpretações dos vestibulandos

Silvia M. A. Rachi Vartuli[1]
Lana Mara de Castro Siman[2]

Resumo: Neste artigo buscamos evidenciar as interpretações dos vestibulandos acerca das reproduções de duas representações iconográficas do personagem histórico Tiradentes. Nosso objetivo foi demonstrar como certas idéias , imagens e versões sobre personagens e eventos da História encontram-se cristalizados no imaginário social e influenciam o processo de ensino e aprendizagem.

Abstract: This paper talk about comprehension nearly Tiradentes, the historical personage, made students. The objective is demonstrate student's point of view and theirs images about historical personages. These images there are solidity in social imagine and influence the instruct and learn process.

Este artigo é uma das dimensões da pesquisa de mestrado, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais, que buscou investigar as relações entre a compreensão de estudantes - que já concluíram a Educação Básica - e as representações do conhecimento histórico, que compõem o imaginário social, principalmente aquelas expressas por meio da linguagem iconográfica.

Na intenção de investigarmos as interpretações e compreensões dos estudantes acerca do conhecimento histórico e suas relações com as representações circulantes no espaço social, trabalhamos com as provas do vestibular 2005 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ou seja, com estudantes concluintes da Educação básica. Elegemos como fontes principais da pesquisa, as respostas dadas à prova de História da 2ª etapa do vestibular. Selecionamos para a nossa análise, a questão de nº 02, a qual apresenta, em sua primeira parte, duas reproduções de obras iconográficas relativas ao personagem histórico Tiradentes. Na segunda parte, a questão solicita uma explicação do porquê Tiradentes fora escolhido como símbolo do regime republicano. Especificamente aqui, trabalharemos, apenas, com algumas interpretações desenvolvidas pelos candidatos com relação à primeira parte da questão, isto é, as interpretações construídas acerca das imagens iconográficas.

[1] Mestre pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
[2] Doutora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

A imagem do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, tem sido objeto de polêmicas acirradas. No contexto da implantação da República, na passagem do século XIX para o XX, a figura do inconfidente mineiro foi apropriada com o propósito de servir como herói e símbolo do novo regime. Como conseqüência, Tiradentes foi retratado por numerosos artistas, que o representaram segundo sua própria imaginação e de acordo com alguns indícios históricos. Em cada representação, determinadas características são ressaltadas, de modo a associar a figura do personagem a valores que o artista deseja realçar.

Observe estas representações:

"Tiradentes esquartejado", Pedro Américo, Museu Mariano Procópio.

"Alferes Joaquim José da Silva Xavier", José Walsht Rodrigues, Museu Histórico Nacional.

1. **INTERPRETE** essas representações, **ressaltando** os diferentes significados que elas atribuem à imagem do Tiradentes.

2. **EXPLIQUE** por que, entre os diversos protagonistas da Inconfidência Mineira, Tiradentes foi escolhido para personificar o herói da República.

Questão da prova de História da 2ª etapa do vestibular da UFMG 2005

Para que pudéssemos realizar nosso trabalho, tornou-se necessário coletar, junto ao material sistematizado, frases/trechos mais expressivos, que pudessem nos informar os conteúdos históricos e imaginários, acionados por cada vestibulando em suas narrativas escritas, com o objetivo de conferirmos sustentação empírica à categorização que criamos a partir dos campos de nucleação das respostas.

Parece-nos que essa categorização, que traz embutida um conteúdo histórico, tem origem nos livros didáticos e mesmo no programa do vestibular da UFMG, em especial, o tópico sobre o Antigo Sistema Colonial, bem como parece emergir de uma memória - acerca do movimento da Inconfidência Mineira - divulgada e propagada por uma História tradicional, muitas vezes expressa por diferentes matrizes sociais. Além dessa suposta origem dos conteúdos históricos, consideramos como elementos importantes as maneiras pelas quais ocorreram tais apropriações e as diversas nuances presentes nos imaginários.

Apesar do enunciado da questão referir-se ao momento da produção das representações pictóricas (final do século XIX e início de XX), é interessante perceber que muitos vestibulandos confundem os períodos históricos, não conseguem distinguir o contexto em que ocorre a execução de Tiradentes do momento da elaboração da obra de Pedro Américo. Isso nos sugere que esses candidatos abordam a pintura como um flagrante ou uma retratação do destino imposto ao alferes. Sendo assim, conceberam a imagem construída não como uma dimensão da memória, uma construção portadora de visões e intenções, elaborada em um outro tempo, diferente daquele em que Tiradentes viveu, mas como uma retratação de um momento do passado, como captura e narração de um acontecimento "real", pois dão a entender que a pintura representa tudo aquilo que teria acontecido.

> *O herói é* ***comparado a Cristo por tentar salvar o Brasil e devido a sua aparência Física...*** *Pedro Américo* ***retrata Tiradentes bem semelhante a Jesus Cristo****, retrata Tiradentes como herói, como o Cristo, salvador religioso.* ***Essa pintura foi posível pois Tiradentes assemelhava-se fisicamente a Jesus por causa da barba e dos cabelos longos****.*
> *A primeira imagem, de Tiradentes esquartejado, retrata a forma como ele foi punido, mas* ***mostra sua real aparência semelhante à de Cristo****, fato confirmado pela presença de uma cruz, com o objetivo de mostrá-lo como mártir.* ***Ele teria se sacrificado por uma causa, a República, assim como Cristo****.*
> *... na primeira pintura, com a presença da cruz,* ***há uma identificação com Jesus****. O inconfidente* ***assim como Cristo****,* ***morreu pela causa****,* ***por isso foi possível tal retratação****. A iluminação e a posição da cabeça também reforçam o caráter de santificação da obra.*
> *Na primeira representação há a* ***tentativa da aproximação da figura de Tiradentes à Cristo****.* ***Essa comparação foi possível devido a alguns fatos comuns de cada história*** *como o fato de ambos os movimentos serem separatistas,* ***Tiradentes assim como Cristo****, também foi traído, por um dos seus aliados, além do que os dois foram julgados e condenados a morte.*

As categorias de análise histórica ficam de fora dessas narrativas, as mudanças, permanências, regularidades, grupos sociais, ideologias existentes em conflitos, enfim, através das narrativas dos vestibulandos é impossível enquadrar historicamente o personagem Tiradentes. Esse se encontra, contraditoriamente, no centro do acontecimento Inconfidência Mineira, mas, por outro lado, fica de fora das malhas de acontecimentos. A ênfase no caráter humanitário de Tiradentes, sem contextualizar a sua existência social, expressa uma visão acrítica da História, eleva o personagem como a pessoa que se sobrepõe aos demais e descarta a preocupação com a apreensão da realidade sócio-histórica, suas mudanças, transformações. A presença hegemônica da figura heróica nas narrativas dos candidatos aboli e desconsidera que a reflexão histórica deveria estar na apresentação e análise dos mecanismos da sociedade, das formas de organização social, dos padrões culturais, da organização política e econômica.

Ainda no que respeita à questão da temporalidade, acreditamos que alguns vestibulandos expressem a associação entre a figura do alferes e a imagem de Cristo, muito mais por a possuírem como algo já internalizado, pois, suas respostas revelaram, muitas vezes, uma confusão no que respeita a temporalidades distintas, isto é, nos textos dos candidatos, o momento de confecção da obra "Tiradentes Esquartejado", no contexto de implantação da República, confunde-se com o período relativo ao evento da Inconfidência Mineira. Além disso, de acordo com algumas respostas, Tiradentes foi associado a Cristo, pelo pintor Pedro Américo, por efetivamente se parecer com o Cristo, tanto na fisionomia quanto nas ações. Abaixo, apresentamos passagens que demonstram essa idéia;

> *O herói é* ***comparado a Cristo por tentar salvar o Brasil e devido a sua aparência Física...*** *Pedro Américo* ***retrata Tiradentes bem semelhante a Jesus Cristo****, retrata Tiradentes como herói, como o Cristo, salvador religioso.* ***Essa pintura foi posível pois Tiradentes assemelhava-se fisicamente a Jesus por causa da barba e dos cabelos longos****.*
> *A primeira imagem, de Tiradentes esquartejado, retrata a forma como ele foi punido, mas* ***mostra sua real aparência semelhante à de Cristo****, fato confirmado pela presença de uma cruz, com o objetivo de mostrá-lo como mártir.* ***Ele teria se sacrificado por uma causa, a República, assim como Cristo****.*
> *... na primeira pintura, com a presença da cruz,* ***há uma identificação com Jesus****.*
> *O inconfidente* ***assim como Cristo****,* ***morreu pela causa****,* ***por isso foi possível tal retratação****. A iluminação e a posição da cabeça também reforçam o caráter de santificação da obra.*
> *Na primeira representação há a* ***tentativa da aproximação da figura de Tiradentes à Cristo****.* ***Essa comparação foi possível devido a alguns fatos comuns de cada história*** *como o fato de ambos os movimentos serem separatistas,* ***Tiradentes assim como Cristo****, também foi traído, por um dos seus aliados, além do que os dois foram julgados e condenados a morte.*

Percebemos que o processo de sacralização do personagem Tiradentes, representado na obra de Pedro Américo, ecoa nas narrativas dos candidatos. Na construção do artista Pedro Américo, o crucifixo se faz presente, significa a cruz, o Cristo, sem substituí-lo. Contudo, a cruz é um fragmento dele, Cristo. Ele não precisa estar ali, presente. É o Cristo que se significa na cruz e não o inverso. Porém, ali estão os fragmentos de um corpo esquartejado, sendo que a cabeça continua com visibilidade explícita. Tal simbologia sugere-nos que, mesmo que não esteja "visível" o Cristo está inteiramente presente nesse objeto construído enquanto imagem criada pelo artista.

Nos trechos que citamos, os vestibulandos oferecem-nos pequenos vestígios da circulação de imagens, de idéias e representações que se fizeram e se fazem recorrentes em termos de uma História didatizada pela escola, constituindo-se e materializando-se, como indícios de uma permanente construção dessa forma de contar a História da nação. Uma constante busca de explicitar a refundação de uma memória, a partir de um "herói", de um

"mito", como processo de mistificação, é o caso da pintura histórica, particularmente aqui, a de Pedro Américo. Essa traduz idéias, símbolos, uma simbologia que, pela imagem por ele criada, transforma-se em uma representação, de algo concreto, de um acontecimento que, efetivamente, ocorreu. Sendo a representação do artista, ela aparece como referida ao dado concreto: o esquartejamento.

Com relação à imagem 2, a reprodução do quadro de José Washt Rodrigues, observamos nas escritas dos vestibulandos, elementos que apresentam indícios de idéias cristalizadas no imaginário social à medida que associam o traje da vestimenta (farda) às idéias de organização, disciplina e desenvolvimento. Muito embora a imagem 2 não seja recorrente nos manuais didáticos assim como a imagem 1, esse tipo de percepção, ao que nos parece, foi construída a partir de atribuições veiculadas à noção do corpo militarizado, como podemos constatar pelos exemplos:

> *A imagem feita por José Washt Rodrigues mostrou um* ***homem forte, guerreiro****, representado pela* ***espada...***
> *Já o segundo quadro o retrata como alferes,* ***transmitindo uma atitude determinação e disposição para a luta, imagem altiva*** *que a espada ajuda a compor.*
> *...Já a pintura de José Rodrigues passa a imagem de* ***um herói lutador****, sendo pintado como tal.*

Ao buscarem ressaltar os diferentes significados atribuídos à pintura de Washt, em relação à obra de Pedro Américo, um agrupamento de interpretações constrói uma espécie de corpo militarizado, disciplinado, centrado e unitário, digamos, um corpo íntegro, em oposição à imagem 1, de Pedro Américo, que revela um corpo dilacerado, fragilizado.

Nessa forma de interpretar a imagem 2, encontramos alguns indícios de um dos estilos propostos por Fonseca, ao estudar os três estilos de tratamento do tema Tiradentes, visto pela imprensa. Referimos-nos ao segundo tipo de texto, denominado pela autora, como Romanesco. De acordo com Fonseca (2002, p. 448-450):

> *O segundo tipo de texto, aqui chamado de Romanesco construía sobre as versões historiográficas existentes, situações idealizadas envolvendo Tiradentes, nas quais suas qualidades excepcionais eram agigantadas, reforçando sua condição de herói. [...] A abordagem romântica também ancorava-se fortemente no caráter humanitário de Tiradentes, descrito como um indivíduo acima dos demais por ter superado moralmente eventuais desvantagens de natureza material ou social.*

Notamos que as adjetivações utilizadas, traduzem olhares antagônicos, movidos pela forma como Washt imaginou Tiradentes. Por um lado, na obra de Pedro Américo, o esquartejamento do corpo, a fragmentação das dores da mutilação, são associadas aos gestos das ações rebeldes, às aspirações das classes populares, das quais Tiradentes fazia

parte, como um simples alferes, um cavalariço. Porém, grandioso, não tão eloqüente como os poetas, chama a atenção, não somente nas narrativas dos vestibulandos, mas nas páginas dos livros didáticos de História, a forte predominância da ação individual de Tiradentes no âmbito do movimento da Inconfidência Mineira. Isto é, há uma predominância do personagem, uma identificação exacerbada do alferes, que o coloca como tendo sido um único sujeito histórico no processo do movimento da Inconfidência Mineira.

Um outro conjunto de interpretações relativas à imagem dois nos possibilitou a criação da categoria denominada: "A iconografia como um retrato do real", As respostas aqui reunidas apresentam argumentações no sentido de destacarem a veracidade da obra do artista José Washt Rodrigues. Percebemos, aqui, que os vestibulandos, em seus textos, contrapõem as duas imagens, na intenção de desconstruir a visão sacralizadora do alferes. Para tanto, buscam elementos que possam justificar a idéia de que uma imagem é mais verdadeira do que outra. Ou seja, mesmo ao problematizarem a idealização presente na primeira imagem, o fazem a partir da convicção de que o segundo artista retratou o personagem Tiradentes, como na realidade ou pelo menos, mais próximo dela.

> *... no segundo (quadro), o artista ressalta o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, **a pessoa** de Tiradentes, um dos líderes da Inconfidência Mineira ...*
> *... esse parece ser um **autor mais cético** e com uma **visão mais fria** dos acontecimentos ...*
> *... A segunda representação **mostra não o tratamento mítico mas o homem**, Joaquim José, o alferes, fardado e vivo. Talvez a intenção do autor tenha sido a de reforçar a **contribuição humana no processo histórico** e não uma visão divinizada. Lembrando-nos que ele era um militar de baixa patente. **Esta representação tornase condizente com o mundo atual**.*
> *José Washt, em contraposição, **faz um retrato fiel à realidade...***
> *A expressão como se estivesse o tempo todo pensando e imaginando o futuro com armas prontas para lutar. **Esta denota um figura viva, mais real, sem exaltação ou heroísmo**.*
> *Já o segundo quadro de José Washt **retrata um Tiradentes não-messiânico, simples alferes, cidadão comum**, que entre os envolvidos na Inconfidência Mineira, era o que não pertencia à elite e que, portanto, foi escolhido para servir de exemplo, sendo executado... **o segundo quadro, é uma leitura menos mítica e mais realista**.*
> *Já a representação de Washt Rodrigues **não retrata o heróico salvador** Joaquim José da Silva Xavier, **mas sim o alferes...** com uma feição, vestes e porte bem **próximos ao real, sem exagerar como o anterior**.*
> *Já o segundo quadro, mostra o Joaquim José da Silva Xavier, **o homem não o mito**, que lutou pela Inconfidência Mineira...*
> *Já a obra de José Washt Rodrigues, traz a figura do Alferes Joaquim da Silva Xavier na forma de um guerreiro, **que é um homem, comum e não uma figura sagrada**.*
> *A representação de José Washt Rodrigues, procurava **ser mais condizente com a investigação histórica** acerca da Inconfidência Mineira, tentando, de maneira desapaixonada, reproduzir **a verdadeira imagem do alferes do século XVIII**.*
> *... a segunda representação confere a Tiradentes **um ar comum**, e pretende mostrar sua simplicidade e **semelhança com qualquer outro homem**, isso se*

> *evidencia no próprio título da obra que o trata por sua baixa patente no exército e seu nome de batismo, não pelo endeusado Tiradentes.*
> *Já a segunda representação apresenta Tiradentes* ***mais humanizado****, com ar de* ***homem comum****. A intenção do artista foi, talvez, a de nos lembrar que grandes mudanças e atos heróicos podem ser executados por qualquer um de nós.*
> *... a representação do Museu Histórico Nacional* ***aproxima a imagem de Tiradentes a imagem de uma pessoa normal*** *daquela época, sem tentar assentuar-se nenhum aspecto de herói ou uma pessoa que era quase como um deus. Já Washt procura ressaltar...* ***o lado humano de Tiradentes*** *ao invés do lado quase divino muitas vezes atribuído ao revolucionário.*
> *A obra de José Washt Rodrigues* ***objetiva ser uma obra realista****, enquanto mostra Tiradentes militar exemplar, com o quepe na mão, saudando aqueles a quem serve, e com a outra mão na espada, pronto para usá-la, se necessário.*
> *Já no quadro* ***Alferes Joaquim José da Silva Xavier*** *o autor retrata Tiradentes, posudo, vestido à caráter do seu cargo de Alferes,* ***como um ser humano normal longe de qualquer esfera divina****. Um homem tão capaz quanto nós.*

Percebemos nas narrativas que constituem esta categoria, a busca permanente por excluir a dimensão heróico-mística e evidenciar a estatura humana do personagem Tiradentes: "um guerreiro, um homem comum e não uma figura sagrada", "uma representação mais condizente com a investigação histórica... (uma) maneira desapaixonada de produzir a imagem do alferes...", "... um ar comum... sua simplicidade e semelhança com qualquer homem...".

Se por um lado, há essa visão de que o quadro de Washt representa o "retrato do real", por outro, ao estabelecer uma comparação com o quadro de Pedro Américo, "Tiradentes Esquartejado", os vestibulandos, em suas narrativas, colocam em jogo, em dúvida, a representação "divinizada", "sacralizada" e "mística", contrapondo-a e apresentando uma outra perspectiva de humanização do personagem Tiradentes. Porém, nessa operação intelectualizada, a concepção de História que transparece, ao que tudo indica, vem fortalecer o papel do documento na reflexão histórica, no caso, a Pintura Histórica, como tendo o valor de prova, pois, os vestibulandos, parecem crer que o documento iconográfico fala por si mesmo, como defende e afirma a Escola Positivista, em fins do século XIX. Para esta perspectiva historiográfica, o registro privilegiado era o documento, de preferência, o oficial. Uma pintura histórica, no entanto, é uma produção artística, intelectual, plena de intencionalidades, valores ideológicos e políticos, articuladas ao poder político.

Tanto nas narrativas dos vestibulandos quanto nos cânones do positivismo, o documento oficial ou encampado pelo oficialismo, assumia o peso de prova histórica, o que dá a impressão de inexistência de intencionalidade nas produções iconográficas e/ou escritas. Por isso, o caminho mais direto a que se busca levar essa perspectiva historiográfica é fazer confundir o documento, no caso, iconográfico, com o real e, no mesmo jogo de ilusões, transformar o documento iconográfico em conhecimento histórico.

Evidentemente que não estamos, com isso, buscando fazer crer e mesmo construir ilações acerca da consciência dos vestibulandos em fazer uso desse viés positivista, presente, ainda hoje, no ensino da História escolarizada. Parece-nos que algumas experiências escolares dos vestibulandos, em termos do ensino de História por eles vivenciado, organizaram uma forma de pensar a História como algo desconectado de uma conjuntura. Afirmamos isso, pois, ao construírem suas argumentações, a grande maioria desses candidatos deixou de lado os nexos com as circunstâncias históricas que deram origem aos fatos históricos, e construíram traduções mentais a partir de uma realidade imaginada, exterior ao contexto histórico que lhe confere sentido.

De forma geral, os vestibulandos discorreram, discursivamente, sobre as imagens de Tiradentes, exaltadoras e grandiloqüentes, guiados por representações e pela apropriação de símbolos construídos historicamente, em torno da figura do inconfidente, explicitando-as a partir de certos referenciais da História Oficial, combinados com pontos de vista que expressam o senso comum e, ainda, com orientações que remetem a uma problematização da memória construída em relação à imagem do alferes.

Nessa perspectiva é que consideramos as interpretações construídas, a partir de todas as formas de saber acima referidas, como elementos proporcionadores de ricos debates em torno das práticas pedagógicas e de suas potencialidades no tocante ao desenvolvimento do raciocínio histórico. É preciso que a escola incorpore em seu cotidiano, cada vez mais, as reflexões referentes aos saberes que se expressam por meio de diferentes linguagens e que circulam em múltiplos espaços sociais, conferindo à História diferentes usos sociais e interpretações.

Visões e versões consagradas por uma historiografia, genericamente denominada tradicional, apresentaram-se nas narrativas destes candidatos. Porém, em um número expressivo de casos, conseguimos identificar reflexões em perfeita sintonia com as mais recentes discussões historiográficas, aproximando-se de estudos pautados nas contribuições oferecidas pela Nova História Cultural.

Acreditamos que por se tratar de escritas de alunos que, conforme já exposto, passaram por toda a Educação Básica essas revelam outros saberes, relativos aos conteúdos históricos, os quais, muitas vezes, penetram o espaço escolar materializando-se em múltiplas linguagens, expressas seja por reproduções de pinturas em livros didáticos, seja pela exibição de filmes, documentários, pelas obras literárias ou pertencentes ao universo musical.

Assim, ao pensarmos o papel dessas múltiplas linguagens, isto é, as funções que desempenham nos processos de ensino-aprendizagem, buscamos compreender uma parte de

nós mesmos. Como educadores, extraímos de nossas reflexões pistas para que possamos aprimorar nossa prática docente.

Referências bibliográficas:

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras / Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: Fapesp, 1999. (Coleção Histórias de Leitura).
BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Antropos-homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: história e imagem.Bauru: Edusc, 2001
CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da república no Brasil.São Paulo: Cia. de Letras, 1990.
CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução Guy Reynaud.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Tradução MariaManuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, v. 7, n.13, p. 100-113, 1994.
CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1994.
FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 439-462, 2002.
FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Da infâmia ao altar da pátria*: memória e representações da Inconfidência e de Tiradentes. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).
FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; SIMAN, Lana Mara de Castro (Orgs.). *Inaugurando a história e construindo a nação*: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
SILVA, Marcos A. Pintura histórica: do museu à sala de aula. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 20 (Sentidos da Comemoração), p. 253-267, abr. 2000.
SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade história como categoria central do pensamento histórico: desafios para o ensino e a aprendizagem. In: SABONGI, Vera Lúcia; ZAMBONI, Ernesta (Orgs.). *Quanto tempo o tempo tem!* Campinas: Alínea, 2003. p. 109-143
SIMAN, Lana Mara de Castro. Pintando o descobrimento: o ensino de história e o imaginário de adolescentes. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e; SIMAN, Lana Mara de Castro (Orgs.). *Inaugurando a história e construindo a nação*: discursos e imagens no ensino de história. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 149-170.
ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Rugendas e Debret em molduras de álbuns pitorescos

Eneida Maria Mercadante Sela*

Resumo: este trabalho analisa as relações entre algumas imagens dos livros de viagem de Rugendas e Debret e a tradição dos álbuns pitorescos no Brasil durante a primeira metade do século XIX.
Palavras-chave: Johann Moritz Rugendas – Jean-Baptiste Debret – álbuns pitorescos.

Abstract: this work examines the relationships between some pictures of Rugenda's and Debret's Voyages Pittoresques and the picturesque albums tradition in Brazil, during the first half of the19th century.

O sentido literal e mais restrito de "pitoresco", aquele figura até hoje nos dicionários como sua primeira acepção, foi dado pelos italianos no século XVII, ou seja, "aquilo que é próprio da pintura ou dos pintores, o que se presta à representação pictórica" (LIMA, 2003: 212). Mas a palavra ganharia, com o passar das décadas, outra carga conceitual: o termo passou a compreender essencialmente um conjunto de atitudes relacionadas à paisagem, tanto real como representada, que floresceu a partir da segunda metade do século XVIII. Faziam parte da estética pitoresca a imperfeição e a irregularidade. Assim, as cenas pitorescas não eram serenas (como os padrões do "belo") nem inspiravam reverência (como ditavam as representações do "sublime"), mas sim repletas de variedades e detalhes curiosos, singulares. Esta estética manifestou-se primeira e mais significativamente na Inglaterra, sistematizada pelas reflexões teóricas do reverendo Edmund Burke, bem como de William Gilpin e Josuah Reynolds.[1] Mas a dilatação dos sentidos do pitoresco (da representação de paisagens naturais para universos sociais) está mesmo relacionada à prática das viagens e seus registros, entre fins do século XVIII e início do XIX. A partir de então, várias publicações de viagem, mesmo aquelas que eram resultados de *tours* somente por um ou vários países da Europa, incorporaram o adjetivo em seus títulos.

---

* Doutora em História Social (IFCH-UNICAMP).

[1] Para uma discussão sobre estes sentidos do pitoresco, ver, entre outros: NOVAK (1980), BERMINGHAM (1987) e MITCHELL (1993).

Para Ana Belluzzo, o "pitoresco" casou-se com a postura dos viajantes oitocentistas, que passaram a se posicionar como interessados observadores de realidades estranhas, promovendo "o surgimento de uma poética condizente com os pontos de vista" deles:

> *Esse mundo externo ao viajante europeu, insuspeitado, foi o convite à aventura desconhecida e à surpresa da viagem. O gosto pelo estranho, pelo inusitado e pelo diverso é inseparável da prática do viajante (...).*
> *Os artistas-viajantes do século XIX comportam-se como analistas meticulosos, observadores de particularidades do mundo. Descrevem as partes de um todo que podem pressupor mas jamais conhecer, ocupando-se do que é imediatamente inteligível. São artistas-documentadores, que elaboram cena a cena. Têm a atenção voltada para o presente, para o existente.(BELLUZZO, 1994:11, vol.3).*

Estes modos de "olhar" e "registrar" podem ser encontrados nas várias searas do heterogêneo conjunto da literatura de viagem oitocentista, dialogando também com as tradições de relato científico influenciadas pelas novidades dos métodos da história natural configuradas a partir da segunda metade do século XVIII. Assim, gradativamente, o pitoresco foi assumindo no início do século XIX vários sentidos: abarcava desde a representação de paisagens a elementos humanos, enfim, qualquer objeto digno de nota por sua particularidade, estranheza ou beleza.

A partir de fins da década de 1830, estas concepções encontram-se bastante evidentes em alguns dos chamados álbuns pitorescos, publicados na Europa e no Rio de Janeiro. Deste gênero, o primeiro que se pode mencionar é o do suíço Johann Jacob Steinmann, que veio para o Brasil em 1824, ligado à Academia Militar, contratado como litógrafo oficial do Imperador D. Pedro I. Por isso, ele é tido como introdutor da litografia nos estabelecimentos oficiais do Rio de Janeiro, trazendo para a Corte as máquinas e materiais necessários para montar uma oficina que funcionou na rua da Ajuda, onde ensinava o ofício a aprendizes destacados pelo Arquivo Militar.

Em 1833, Steinmann retornou à França e dois anos depois lançou *Souvenirs de Rio de Janeiro*, um conjunto de treze vistas da cidade. O que mais nos interessa, entretanto, é a moldura com a qual ornamentou cada uma das gravuras, exemplificada na figura 1 (a mesma moldura é repetida em todas pranchas). Não se trata de um procedimento meramente decorativo, mas que embute o intento de sintetizar elementos naturais e humanos mais pitorescos do país de onde voltou. Entre as vinhetas da moldura, podemos identificar algumas figuras copiadas dos modelos de Johann Moritz Rugendas que, anos antes de ter lançado seu

livro de viagem, publicou em fascículos suas litografias referentes ao Brasil, a partir de 1827.[2] Steinmann junta, numa mesma borda da moldura (ver fig. 1 detalhe a), personagens extraídos de três litografias de Rugendas. Assim, percebemos que o homem pendurado num tronco alto e fino foi copiado, em sentido inverso, da composição "Ponte de cipó" (ver fig. 2 e fig. 2 detalhe a), na qual o pintor bávaro representa um grupo de índios exercendo várias atividades. Já a vinheta do negro em pé, apoiado numa espécie de foice ou enxada, foi seguramente inspirada no modelo masculino de uma das gravuras de costume mais célebres de Rugendas (fig. 3). Logo abaixo desta vinheta encontra-se mais uma, também reproduzida em sentido inverso, do detalhe de outra gravura sobre índios, "Caça ao tigre" (fig. 5. Muito provavelmente, trata-se do tigre vermelho, ou leão americano). Outra imagem construída a partir da mesma linguagem da figura 3, "Negras do Rio de Janeiro" (fig. 4) foi transposta como vinheta em outra borda da moldura (fig. 1 detalhe b), na qual há reproduzido também, abaixo, o motivo principal da gravura "Ponte de cipó": um indígena carregando uma criança e atravessando uma ponte de cipó (fig. 2 detalhe b).

O procedimento ornamental de Steinmann pode ter sido lisonjeiro para Rugendas, ao menos do ponto de vista ideológico. Herdeiro da tradição romântica alemã, o viajante expressou em sua obra sobre o Brasil uma natureza que funcionaria como cenário para as novas civilizações das Américas. Rugendas foi claramente influenciado por Alexander von Humboldt em seus objetivos ao representar a paisagem natural e os homens e animais lá integrados. Neste contexto, verifica-se uma re-significação do pitoresco em direção ao que seria o "lugar" do homem na natureza.

Em 1826, após regressar do Brasil, Rugendas conheceu Humboldt em Paris e este lhe incentivou o projeto editorial da viagem, acreditando que o jovem pintor pudesse exercitar uma renovação na pintura de paisagens aliando a criação artística ao conhecimento científico. As enormes contribuições do naturalista alemão para os novos parâmetros de observação e registro de paisagens desconhecidas, no início do século XIX, foram sintetizadas por Mary Pratt sob o epíteto de "estilo estético-científico" A viagem humboldtiana uniu os dois pólos que se configuraram ao longo do século XVIII: a missão científica, representada pelos relatos de cunho enciclopedistas, e a chamada "viagem sentimental" (PRATT, 1991: 151-163). Ainda segundo Karen Lisboa:

[2] Para informações detalhadas sobre o ambicioso e atravancado projeto editorial da obra de viagem de Rugendas, que se arrastou por uma década, ver DIENER (2002: 92-100).

> *Além de sinalizar as veredas da produção científica, Humboldt obviamente também contribuiu para o processo de criação de imagens sobre o Novo Mundo. Permeada pelo gosto romântico que se espalha no início do século XIX, sua obra apresenta algumas particularidades: as descrições estético-científicas da natureza tropical e o entusiasmo que o viajante revela ter sentido quando chega ao Caribe – região que tinha fama de ser insalubre – exerceram impacto nas vertentes do pensamento europeu que defendiam a inferioridade natural do continente americano.*
> *A relevância de Humboldt na produção científica naturalista da primeira metade do século XIX somente foi superada por Charles Darwin. Até aquele momento, o barão prussiano era considerado uma estrela-guia dos projetos de missões destinadas à América. Tanto seu método de pesquisa e objetivos científicos como o estilo de sua narrativa tiveram seguidores, sobretudo entre os naturalistas que visitaram os trópicos (LISBOA, 1997: 43).*[3]

Humboldt era discípulo confesso do naturalista e antropólogo Georg Forster (1754-1794) que, com seu pai Johann Reinhold, participou da segunda viagem de Cook quando tinha apenas 17 anos de idade. Antes de vir para a América, Humboldt excursionou pela Europa com seu mestre, que direcionou sua forma de observar o mundo em aspectos filosóficos e políticos. Considerado por muitos o fundador da antropologia comparada, Forster advogava que os homens e seus costumes deveriam ser o alvo principal do viajante filosófico, por meio de uma observação empírica que se iniciaria num nível particular, nas diferenças determinadas por condições materiais exteriores, para então atingir o geral, o comum a todos os povos e culturas. Nota-se aqui uma consonância com o historicismo de Herder, que pregava uma investigação dos universos humanos baseada na valorização do singular, das peculiaridades de cada grupo para além de conceitos generalizantes (CASSIRER, 1994: 309).

Quanto à ciência natural, Humboldt também bebeu das concepções holísticas de Forster sobre o funcionamento da natureza, cuja unidade seria determinada por diferenças em constantes mecanismos antagônicos. Assim, em seu primeiro ensaio sobre a viagem de cinco anos pela América, Humboldt anunciou uma "maneira estética de tratar temas de história natural" para iluminar as revelações sobre as "forças ocultas" que regem a natureza. Os trópicos, aqui, são considerados um lugar privilegiado para a "antiga comunhão da natureza com a vida espiritual do homem". Caberia às descrições de viagem reproduzir para o leitor "o prazer que a mente sensível recebe da contemplação imediata da natureza", além de expor um "panorama da natureza em larga escala" e uma "prova da ação conjunta das forças. Para tanto, o estilo da escrita "tende a uma prosa poética", movendo o "sentimento e a fantasia" (LISBOA,1997:40).

---

[3] Para uma análise da influência de Humboldt sobre várias vertentes de representação das paisagens dos trópicos ainda na segunda metade do século XIX, ver STEPAN (2001, 31-56).

Humboldt e Georg Forster dialogavam com uma filosofia da natureza pertencente à tradição romântica germânica, com a qual Herder contribuiu consideravelmente ao inaugurar uma concepção organicista do mundo natural de viés fortemente teocêntrico.[4] Todas essas intersecções epistemológicas ecoaram em Rugendas ao construir suas imagens do Brasil e seus povos. E Steinmann, ao transformar algumas imagens do pintor bávaro em molduras para seu álbum pitoresco, pode ter – deliberadamente ou não – reforçado esta visão da paisagem natural como berço de uma nascente civilização nos trópicos.

Dez anos após o lançamento de *Souvenirs de Rio de Janeiro*, era publicado pela casa de Eduardo e Henrique Laemmert o *Álbum Pittoresco do Rio de Janeiro*. Aqui, a moldura da capa (fig. 6) repete a fórmula de Steinmann. A maioria de suas vinhetas foram desenhadas a partir das litografias contidas nos primeiro e segundo volumes do livro de viagem de Jean-Baptiste Debret, publicados entre 1834 e 1835,[5] conforme exemplificam as figuras 6 (detalhes a, b, c, d, e) até 12. As cópias são, em sua maioria, de temas indígenas do primeiro tomo de Debret e apresentam, no que diz respeito à composição dos elementos de cada vinheta, pouquíssimas diferenças em relação aos modelos originais das gravuras do pintor francês. Nove anos depois do lançamento deste álbum, ainda podemos encontrar uma nota de divulgação no *Jornal do Commercio*, de 13 de setembro de 1852, que corrobora a afirmação de alguns elementos pitorescos não só da cidade do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil:

> *Em casa de E. H. Laemmert, rua da Quitanda, n. 77, se acha à venda: ALBUM PITTORESCO DO RIO DE JANEIRO contendo doze lindíssimas vistas brasileiras, a saber: o panorama do Rio de Janeiro em 4 folhas; Nossa Senhora da Glória com a vista da Barra; Nossa Senhora da Conceição; Morro do Castelo com o Largo do Paço e a praça do Mercado; S. Bento; Palacete de S.M.I. em S. Cristóvão, Cemitério Inglês, Praia Vermelha e Pão de Açúcar, Cascata da Tijuca. Com uma elegante capa em que se acham representadas mais 16 vistas pequenas do interior do país, objetos da história natural, fisionomias de indígenas, etc. Preço 10$.*

Se Steinmann parece ter rendido um tributo ao ideário sobre a civilização brasileira de Rugendas, esta capa deve ter feito o mesmo com as litografias debretianas. É sintomático observar a predominância de figuras extraídas do primeiro volume do livro, justamente onde o pintor francês introduz o objetivo e a natureza da obra:

> *Graças ao hábito da observação, natural em um pintor de história, fui levado a apreender espontaneamente traços característicos dos objetos que me envolviam; por isso, meus esboços feitos no Brasil reproduzem, especialmente, as cenas nacionais ou familiares do povo entre o qual passei dezesseis anos. (...).*
> *Todos esses documentos históricos e cosmográficos, consignados em minhas notas*

[4] Para uma análise dessas relações, ver MITCHELL (1993), principalmente os capítulos III e V.

[5] Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'avénement et de l'abdication de S.M.D.Pedro1er, fondateur de l'Empire brésilien. Paris: Firmin Didot Frères, 1834-5, vols 1 e 2.

> *e desenhos, já se achavam ordenados no Rio de Janeiro, quando foram vistos por estrangeiros que me visitaram. Suas solicitações me encorajaram a preencher algumas lacunas, a fim de compor uma verdadeira obra histórica brasileira[6], em que se desenvolvesse, progressivamente, uma civilização que já honra esse povo (DEBRET, 1989:24, vol. 1).*

Para efetuar seu trabalho de história, Debret partiu da seguinte estrutura:

> *Eu me propus a seguir, nesta obra, um plano ditado pela lógica: o de acompanhar a marcha progressiva da civilização no Brasil. Conseguintemente, comecei reproduzindo as tendências instintivas do indígena selvagem e ressaltando todos os seus progressos na imitação da atividade do colono brasileiro, herdeiro ele próprio das tradições de sua mãe-pátria (DEBRET, 1989:13, vol. 2).*

Assim, o álbum lançado pelos irmãos Laemmert privilegiou a transposição de figuras de índios que, para Debret, correspondiam ao primeiro estágio da civilização nacional, já parcialmente integrados ao mundo dos brasileiros brancos. Transformadas em vinhetas na capa de uma coleção de "doze lindíssimas vistas brasileiras", estas litografias do pintor francês ganharam uma carga alegórica que extrapolou seu contexto original, mas que, na verdade, afinava-se com os intuitos do viajante ao produzi-las.

Enfim, a apropriação das imagens de Debret e Rugendas (ambos, aliás, autores de obras contendo a expressão "viagem pitoresca" em seus títulos) como molduras para estes álbuns, entre as décadas de 1830 e 1840, corresponde certamente a um dos primeiros movimentos responsáveis pela longa trajetória de usos e citações as mais variadas e deslocadas, que tornou os conjuntos iconográficos dos dois pintores os mais conhecidos entre aqueles produzidos pelos viajantes estrangeiros no século XIX.

Referências bibliográficas:

BERMINGHAM, Ann. Landscape and ideology: the English rustic tradition. 1740-1860. Londres: Thames & Hudson Ltd., 1987.

CASSIRER, Ernest. A Filosofia do Iluminismo. Campinas: Edunicamp, 1994.

DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989, 3 vols.

DIENER, Pablo. Rugendas e o Brasil. São Paulo: Capivara, 2002.

LIMA, Valéria Alves Esteves. A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova leitura. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

[6] Este intento do viajante é estudado na tese de LIMA (2003), mormente no capítulo "A construção de uma obra histórica" (pp.227-84).

LISBOA, Karen Macknow. A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
MITCHELL, Timothy. Art and science in German landscape painting. 1770-1840. Oxford: Clarendon Press, 1993.
NOVAK, Barbara. Nature and Culture. American landscape and painting. 1825-1875. Nova York: Oxford University Press, 1980.

PRATT, Mary Louise. *Humboldt e a Reinvenção da América*. In: Estudos Históricos, vol.4, nº. 8. Rio de Janeiro: APDOC, 1991. Pp. 151-163.

STEPAN, Nancy Leys. Picturing Tropical Nature. Londres: Reaktion Books, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O contexto internacional dos anos 80 do século XX através de *Veja* como elemento da construção discursiva de um modelo democrático-liberal de redemocratização para o Brasil

Caren Santos da Silveira[1]

Resumo: A redemocratização foi tema recorrente na grande imprensa brasileira ao longo dos anos 80 do século XX. Observou-se que, através desse segmento, foi constituído sob o ponto de vista político-ideológico um modelo de democracia a ser seguido. No presente trabalho objetiva-se analisar como esse modelo democrático-liberal foi constituído no plano discursivo, tendo como ponto de partida visões acerca do contexto internacional da época. Para isso, foram tomadas como fontes de análise matérias produzidas na Revista *Veja* (representante modelar da grande imprensa no Brasil) de 1982 a 1987 sobre os processos de abertura ocorridos na Argentina, URSS e China.
Palavras-chave:

Abstract: Redemocratization was a recurring theme in the big brazilian press through the eighties of twentieth century. It was noted that, through this segment, it was formed under the political-ideological point of view a democracy model to be followed. The objective of this work is to analyze how this democratic-liberal model was constituted in the discursive plan, having as the starting point visions of the international context of the period. To this end, we chose as fonts for analysis articles from the Veja magazine (modelar representant of the big press in Brazil) from 1982 to 1987 referring to political opening processes that occurred in Argentina, URSS and China.
Keywords:

As interpretações acerca do contexto internacional nos anos 80 do século XX contidas em *Veja* formaram bases argumentativas fundamentais na constituição do "discurso de necessário reordenamento político para o Brasil" presente nas páginas da Revista naquele período. Discurso este que, constituído e difundido por segmentos representativos da oposição liberal, foi elaborado fundamentalmente com base na ideologia de liberalização preconizada e defendida por esse segmento oposicionista.

Ao considerar a Revista *Veja* como local de reverberação dessa ideologia através de sua forma discursiva, destacam-se os principais eixos temáticos presentes das formas discursivas através das quais a liberalização se tornou a idéia-força fundamental no processo de redemocratização do país sob direção da oposição liberal.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da PUCRS – bolsista CNPq.
carenss@terra.com.br

O primeiro deles reside no plano político, e é expresso através do apelo pela implantação de uma democracia civil de tipo representativo e de caráter liberal. O segundo é estruturado em relação à instância econômica, onde a ideologia de liberalização veiculada através de *Veja* aparece como sinônimo de abertura à economia de mercado. Já o terceiro eixo pertence ao âmbito sócio-cultural, e mostra a campanha pela liberalização alicerçada em bases argumentativas onde eram ressaltados os benefícios e a importância das liberdades individuais e relativas à cultura no contexto de abertura peculiar à conjuntura mundial da época.

Como expressões dos eixos temáticos citados, foram analisadas matérias relativas ao contexto de redemocratização da Argentina, ao processo de abertura econômica ocorrido na China e, por fim, alguns textos referentes ao processo de abertura ocorrido na extinta URSS.

Argentina: um exemplo de democracia a ser seguido?

A liberalização ocorrida na Argentina, politicamente representada pela eleição do presidente Raúl Alfonsín, foi um fenômeno que repercutiu amplamente no Brasil através da revista *Veja*. Em relação a esse aspecto, o novo governo civil argentino foi abordado na Revista como o principal fator para que o país se distanciasse do contexto de crise vivido sob a égide dos governos militares.

Neste sentido, destaca-se, primeiramente, uma matéria referente à situação da economia argentina no momento anterior à reorganização política e econômica do país. Veja-se:

> "[. . .] O que se tenta evitar agora é o colapso total da Argentina, que se afunda cada vez mais numa prolongada recessão, com inflação galopante, desemprego em massa e falta de caixa – exaurida pela guerra – para saldar os compromissos de uma dívida externa estimada em mais de 37 bilhões de dólares."[2]

Na seqüência, ainda da mesma matéria, destaca-se as palavras atribuídas ao Ministro da Economia da Argentina a respeito da crise: "a situação é muito grave. A economia argentina encontra-se num estado de destruição sem precedentes, que pode realmente ser qualificado de emergência nacional."[3]

Note-se que, a partir dos fragmentos destacados, elementos que também eram comuns à crise econômica ocorrida no Brasil no mesmo período como a "prolongada recessão", a "inflação galopante", o "desemprego em massa", a "falta de caixa" no país, e as

[2] UM TOQUE de alarme. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 723, p. 96, 14 jul. 1982. Matéria não assinada.
[3] Ibidem.

altas taxas da "dívida externa"; bem como as "responsabilidades específicas que os militares têm pelo desastre".[4]

Assim, ganha destaque na elaboração discursiva a relação ali estabelecida entre o tipo de organização representada politicamente pela militarização estatal e a crise econômica.

Em paralelo à reportagem referida anteriormente, destaca-se outra importante construção de sentido observada na revista *Veja* em relação à economia argentina nos anos 80. Trata-se da matéria referente à queda de inflação que teria ocorrido no país após a posse do presidente civil Raúl Alfonsín:

> *"os técnicos do Ministério da Economia da Argentina estavam satisfeitos na semana passada – um estado de espírito bem raro em Buenos Aires, nos últimos tempos, durante os quais a palavra 'economia' passou a ser sinônimo de notícia ruim. Os técnicos haviam refeito seus cálculos sobre a inflação de julho e puderam verificar que a vitória alcançada pelo governo do presidente Raúl Alfonsín era mais espetacular do que se imaginara."*[5]

A partir do destaque acima referido, observa-se uma relação entre o processo de superação da crise da economia argentina e a reordenação política ocorrida no país, estabelecendo assim, novamente, uma construção de sentido em que a substituição um governo militar ditatorial por um civil de cunho democrático, estaria diretamente vinculada à superação de uma crise econômica.

Dessa forma, pode-se inferir que as referências veiculadas através de *Veja*, em relação a esse tema, se estabeleceram de modo a propor, mediante a comparação com o que ocorrera na Argentina, uma direção para a saída da crise no Brasil. Uma saída que, segundo as matérias analisadas, passaria necessariamente por uma redefinição política de caráter liberalizante e democrático.[6]

Em outro paralelo construído na revista *Veja* entre a abertura democrática argentina e a brasileira, foram destacadas as especificidades de cada processo, ressaltando assim as suas diferenças. O que pode ser observado através do trecho em destaque: "Brasil e Argentina vão à abertura por homens e caminhos diferentes."[7]

No entanto, mesmo considerando as especificidades desses contextos distintos, o enfoque da matéria reside no destaque aos elementos comuns a ambos. Trata-se predominantemente da conclusão estabelecida em torno desses dois processos que, embora supostamente distintos, foram unidos no sentido discursivo por um elemento comum:

> *"no fundo, todas as comparações entre o passado e o presente da Argentina e do Brasil permitem uma única conclusão. A ditadura, com toda sua aparência de solução, é um problema, enquanto que a democracia, com sua aparente complicação, é a única forma eficaz a que recorrem as sociedades – e, nelas, muitas vezes a contragosto, os militares – para a solução dos problemas das ditaduras."*[8]

---

[4] Ibidem.
[5] PASSOS, José Meirelles. Fantasma decepado. *Veja* — Economia e negócios, São Paulo, n. 882, p. 100, 31 jul. 1985.
[6]
[7] PARALELOS inúteis. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 800, p. 28, 4 jan. 1984. Matéria não assinada.
[8] Ibidem.

Note-se que, no fragmento destacado, a idéia de oposição entre ditadura e democracia, minimiza as especificidades referidas ao longo da matéria. Observa-se, portanto, a constituição de uma idéia democracia, cujo conteúdo essencial corresponderia à antítese da ditadura.

Ainda em relação ao paralelo estabelecido na revista entre os processos de abertura no Brasil e na Argentina:

> *"para a maior parte da oposição brasileira, a eleição do presidente Raúl Alfonsín e a maioria de suas providências em menos de um mês de governo na Argentina são um exemplo a seguir. Para o governo brasileiro, um fantasma a evitar."*[9]

Reitera-se, portanto, que a partir do paralelo estabelecido na Revista entre os processos de abertura brasileiro e argentino, estava sendo apontada em *Veja* a direção de uma proposta de redefinição política para o Brasil. Neste sentido, foram igualmente exploradas temáticas relacionadas com as práticas da ditadura argentina. Destacando assim benefícios fundamentais da democracia representativa: "o presidente Raúl Alfonsín usa a força das urnas para escavar e punir os crimes da ditadura militar que marcou a Argentina."[10]

Identifica-se aqui, mais uma vez, a construção do sentido dicotômico entre ditadura e democracia, assim como a identificação da primeira com atitudes criminosas, e a segunda sendo relacionada a um governo eleito, e por isso representante da sociedade.

Dessa forma, opondo ditadura a democracia, e identificando democracia com os interesses da sociedade, também estava sendo estabelecida no discurso uma genérica correspondência entre a demanda social e a forma democrática de organização política, estabelecendo, assim, o sentido de que um governo eleito segundo as regras da democracia formal representaria os interesses da sociedade como um todo.

Essa posição foi representada na Revista fundamentalmente através da construção da idéia de que, através de uma política democrática, o presidente Raúl Alfonsín estaria promovendo na Argentina uma "exumação da ditadura",[11] trabalhando, assim, em prol de uma reivindicação muito forte por parte da sociedade argentina: a da expiação dos crimes da ditadura sobre os presos políticos.[12]

Tomou-se esse viés no intuito de reiterar a idéia de que o sentido de democracia construído na revista teria servido para associar o termo a uma forma da sociedade ver

---

[9] Ibidem, p. 29.
[10] PASSOS, José Meirelles. A demolição do regime. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 800, p. 22, 4 jan. 1984.
[11] Ibidem.
[12] Sobre esse tema ver também LAS LOCAS tinham razão. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 902, p. 52–53, 18 dez. 1985. Matéria não assinada.; PASSOS, José Meirelles. A ditadura por dentro. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 872, p. 36–43, 22 maio 1985.; PAZ sem adjetivo. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 811, p. 59, 21 mar. 1984. Matéria não assinada; e A NOITE dos generais. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 902, p. 54–59, 18 dez. 1985. Matéria não assinada.

atendidas as suas reivindicações através de um governo que supostamente representasse os seus interesses.

China: rumo à abertura capitalista

Independentemente das bases doutrinárias dos governos autoritários e centralizadores, este tipo de organização estatal era referido em *Veja* como estando associado à idéia geral de sociedades submetidas ao atraso.

Neste sentido, foram destacadas da Revista expressões discursivas relacionadas ao processo de abertura chinesa. Em relação a esse aspecto, observou-se a presença de elementos relacionados aos supostos benefícios da abertura econômica e do arejamento político para a população em geral. Veja-se nessa direção:

> *"o restaurante Sabor Delicioso, na cidade de Chengtu, é um pequeno paraíso capitalista encravado em plena Rua Estrela Vermelha. Seu proprietário, Wu Shiyuan, tomou emprestado o equivalente a 150 dólares para abri-lo. Agora ele paga 75 dólares mensais ao seu cozinheiro, 15 para os empregados recém-admitidos e no fim do mês reserva 100 dólares para reinvestimentos."*[13]

A partir desse retrato da modernização chinesa, mediado pelas lentes de *Veja*, observa-se a referência à abertura econômica representada como um sinal de progresso, melhoria de vida e liberdade de produção. Elementos que, segundo essa perspectiva, teriam contribuído para a melhoria nas condições de vida dos indivíduos que viviam naquele contexto social.

Entretanto, entre as transformações econômicas e as mudanças sociais é destacada a força da iniciativa política. Essa idéia aparece na revista já nos fragmentos destacados referentes ao "pragmatismo de Deng Xiaoping" e ao "fervor revolucionário de Mao-Tsé-Tung". Aí são referidas duas formas de organização política, ficando clara a posição manifestada na revista de que uma delas seria, em última análise, a responsável pelo desenvolvimento de novos padrões de relação entre economia e sociedade na China.

Observa-se, portanto, que os trechos destacados permitem-nos estabelecer uma relação entre essa abordagem e o sentido discursivo identificado na revista em torno da "necessária redefinição política no Brasil" rumo a uma liberalização.

Ainda em relação a esse aspecto, é destacada a matéria que trata da reformulação da cúpula do governo chinês, onde é construída a idéia de que para preservar o novo rumo conferido ao país, seria necessário manter soprando na mesma direção os ventos da política. A respeito disso, veja-se:

---

[13] TOLEDO, Roberto Pompeu de. A marca do espaço. *Veja* — Especial, São Paulo, n. 881, p. 62, 24 jul. 1985.

> *"mas, paralelamente à portentosa tarefa de abrir a China aos contatos com o mundo e modernizar sua economia, Deng, de 81 anos, tem se preocupado em garantir que a sua sucessão se faça de maneira ordenada – que a tônica reformista não seja abandonada por uma nova geração de governantes."*[14]

Note-se no trecho destacado, a construção da idéia de complementaridade entre a esfera política e a econômica. Esse aspecto reforça, portanto, a estratégia discursiva onde é conferida à forma de organização política uma importância fundamental no desenvolvimento econômico e social. Uma relação que permaneceu constante na revista *Veja* no decorrer dos anos 80 e que não foi desenvolvida no plano discursivo exclusivamente em relação ao caso brasileiro.

Ainda em relação à matéria referente à sucessão de Deng Xiaoping, destaca-se:

> "*Deng, contudo, teve o cuidado de não alienar completamente a velha geração, mantendo figuras que estão longe de se identificar completamente com os ventos de liberalização, como é o caso do presidente Li Xianian, 76 anos."*[15]

Note-se que, embora longe de a organização política chinesa representar uma forma de democracia, elementos como liberalização e tolerância política foram colocados lado a lado na estrutura discursiva, representando assim, que "os ventos de liberalização" trariam consigo uma gradativa queda da centralização e do autoritarismo que estariam levando o país ao imobilismo e ao atraso. Veja-se:

> *"está aí a ilustração viva de um dos primeiros – talvez o principal – objetivos das reformas de Deng Xiaoping: colocar a China para rodar. Fazê-la funcionar. [. . .] Sacudi-la do sono burocrático que, não bastassem 4000 anos de regime feudal, o socialismo estatizante, policial e paternalista só fez aprofundar e institucionalizar."*[16]

O processo de abertura na economia chinesa foi igualmente relacionado às melhorias nos níveis de vida da população que teriam ocorrido após a implantação destas práticas:

> *"o aumento na produção acabou por derrubar sucessivamente cartões de racionamento como o que existia para o arroz e, mais recentemente, o que existia para a compra de roupas e tecidos – e fazia com que só se pudesse comprar 6 metros de algodão ao ano, por pessoa. A essa carta de alforria, do ponto de vista dos consumidores, corresponde outro milagre, do ponto de vista dos produtores – eles começam a ficar mais ricos."*[17]

Em oposição a essa situação, são referidos casos como estes, em destaque:

> *"Li Suxian, camponesa dos arredores de Pequim: 'Dinheiro para reformar a casa e comprar eletrodomésticos'; Huang Peinin, camponês dos arredores de Cantão: 'Com a criação de gansos e frangos, a renda disparou'; Ye Fengmei, dona de*

---

[14] ADEUS à velha guarda. *Veja* — Internacional, São Paulo, n. 890, p. 60, 25 set. 1985. Matéria não assinada.
[15] Ibidem.
[16] TOLEDO, Roberto Pompeu de. A roda do tempo. *Veja* — Especial, São Paulo, n. 881, p. 54, 24 jul. 1985.
[17] TOLEDO, Roberto Pompeu de. A marca do espaço. Op. cit.

> *butique em Shenzehen: 'A caminho do enriquecimento, em sociedade com os irmãos'; Gu Kemin, subgerente de restaurante em Shenzhen."*[18]

Em relação ao fragmento destacado, percebe-se através Revista a idéia recorrente de benefícios sociais gerados pelo progresso econômico na sociedade chinesa. O reforço a essa idéia é também percebido através da exploração dos índices econômicos gerais em relação às finanças do país, como mostra o trecho em destaque: "nos últimos seis anos, contra a corrente de uma tendência mundial à recessão ou ao crescimento modesto, a China cresceu a taxas de 8% ao ano."[19]

Contrastando essas informações com aquelas acerca do crescimento econômico brasileiro nessa mesma época, segundo consta em *Veja*,[20] observa-se novamente a formação de sentido em torno das saídas liberalizantes da crise, e a ênfase à sua dimensão política.

URSS: uma liberalização lenta, segura e gradual

O processo de abertura, ocorrido na extinta URSS, também foi abordado em *Veja* como sendo mais uma mudança positiva verificada no mundo na direção da chamada "revolução Gorbachev"[21].

Embora essas mudanças tenham sido referidas apenas como uma pequena expressão de abertura do regime soviético, elas eram postas como mudanças de ampla relevância para a sociedade soviética: "a peristroika que se sente aqui e ali são ainda andorinhas isoladas para fazer o verão sonhado pela nova liderança soviética."[22] E ainda, mesmo que fosse construída a idéia de que esse processo não seria uma forma ideal de abertura, ele ainda era referido positivamente:

> *"hoje na União Soviética existem pólos isolados onde a peristroika já faz sentir seus efeitos. É o caso da clínica oftalmológica do doutor Svyatoslav Fyodorov, médico que primeiro no mundo concebeu um método cirúrgico para curar a miopia. 'Durante muitos anos o governo nos tratou como crianças', disse o doutor Fyodorov a Veja. [. . .] Hoje a clínica é autogerida e autofinanciada, e entre os médicos que nela trabalham há salários pagos segundo os méritos e a produtividade."*[23]

Observa-se, portanto, que nas expressões discursivas veiculadas em *Veja*, os aspectos de cunho liberalizante da abertura da URSS foram abordados como sendo medidas que beneficiariam a sociedade como um todo. E que estes supostos benefícios iriam para além

---

[18] Ibidem.
[19] Idem. O despertar da china. *Veja* — Especial, São Paulo, n. 881, p. 45, 24 jul. 1985.
[20] Sobre isso ver capítulo 3 deste trabalho.
[21] Idem. A revolução de Gorbachev. *Veja* — Especial, São Paulo, n. 884, p. 46, 29 jul. 1987.
[22] Idem. A medalha e o sorriso. *Veja* — Especial, São Paulo, n. 884, p. 65, 29 jul. 1987.
[23] Idem, ibidem. p. 64.

da esfera da economia, já que segundo essa perspectiva as mudanças ocorridas no sentido de uma liberalização, também trariam benefícios no âmbito da cultura:

> *"o teórico de cinema Igor Lissakovsky, secretário da União dos Cineastas, afirma que a mudança de rumos do ano passado foi decisiva. 'Agora, quem está à frente da União dos Cineastas são as pessoas que fazem o rosto do cinema soviético', diz ele. A primeira providência da nova diretoria foi criar uma comissão para levantar os filmes que dormiam nas gavetas. Sessenta foram identificados, dos quais treze já foram exibidos. Quanto à atual produção, Lissakovsky garante que ela não sofre constrangimentos. 'Nos últimos dois anos, não houve um só filme, nem peça de teatro, proibido', diz."*[24]

Note-se, portanto, que a partir da veiculação de posicionamentos como estes, ia sendo constituída na Revista a idéia de que operava-se uma redefinição em nível mundial, através da via política, em sociedades que na época ainda estariam sob a égide de governos autoritários.

Considerações finais

Através das matérias analisadas foi possível tornar compreensível a forma através da qual, por meio de interpretações veiculadas em *Veja* e relativas a processos de abertura ocorridos no mundo no contexto dos anos 80 do século XX, reverberou no Brasil o discurso oposicionista baseado em uma ideologia de liberalização.

Nesse sentido identificou-se eixos temáticos fundamentais que compuseram o "discurso de necessário reordenamento político para o país".

O primeiro deles diz respeito à defesa da implantação de uma democracia civil de tipo representativo e de caráter liberal, uma argumentação constituída em *Veja* com base no paralelo entre a redemocratização argentina e o caso brasileiro.

O segundo eixo temático aqui identificado foi relativo à valorização positiva da abertura econômica às demandas do mercado, o que foi estabelecido discursivamente a partir de interpretações relativas à abertura ocorrida na China ainda no contexto dos anos 80 do século XX.

E, por fim, como terceiro eixo identificou-se a presença das liberdades individuais e da cultura apresentadas como elementos decorrentes de um processo de redefinição político-estatal. Perspectiva esta ilustrada em *Veja* através do processo de abertura ocorrido na extinta URSS.

[24] Idem. A palavra e o gesto. *Veja* — Especial, São Paulo, n. 884, p. 57, 29 jul. 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tramas da cidade: Identidades, sociabilidades e espaços *Art Déco* em Lages/SC.

Américo Ishida[1]
Eliana Zimmerman Bornhausen[2]
Iáscara Almeida Varela[3]
Luíz Eduardo FontouraTeixeira[4]
Zilma Isabel Peixer[5]

Resumo: Tramas da cidade é o resultado da pesquisa[6] sobre espaços urbanos e históricos com objetivo de valorização e preservação da memória e do patrimônio cultural e arquitetônico em Lages/SC. Ao se demonstrar a importância da arquitetura *Art Déco* na constituição da cidade, evidenciam-se as potencialidades para subsidiar um modelo de desenvolvimento sustentável para a cidade, mediante projetos em que turismo e desenvolvimento, qualidade de vida e valorização cultural são articulados e constituem-se dimensões das políticas de desenvolvimento da cidade de Lages. Além de desvelar, nas cartografias sócio-culturais e arquitetônicas da cidade os processos de constituição de práticas de cidadania e sociabilização dos seus habitantes. Esse artigo faz uma breve síntese dos resultados dessa pesquisa.
Palavras chaves: Cidade, cultura, arquitetura, educação.

Abstract: Trams of the city are the result of a research on urban and historical spaces with valuation objective and preservation of the memory and the cultural patrimony and architectural in Lages/SC. To if demonstrating the importance of the Art Déco in the constitution of the city, the potentialities are proven to subsidize a model of sustainable development for Lages, by means of projects where tourism and development, quality of life and cultural valuation are articulated and constituiem dimensions of the politics of development of the city of Lages. Beyond desvelar, in the partner-cultural cartografias and architectural of the city the practical processes of constitution of of citizenship and sociabilização of its inhabitants. This article makes one brief synthesis of the results of this research.
Words keys: City, culture, architecture, education

1. Introdução

Viver e compartilhar, brincar e conhecer, educar e viver, amar e morrer. Cenários, espaços, tempos e construções que produzem tramas, laços e redes que constituem, criam,

---

1 UFSC – Prof. Msc – Departamento de arquitetura.
2 Professora, Licenciada em Ciências Sociais.
3 Pesquisadora, Bacharel em Administração.
4 UFSC – Prof. Msc – Departamento de arquitetura. Cursando Doutorado em Arquitetura – Ufscar.
5 UNIPLAC – Prof. Dra. - Mestrado em Educação
6 Pesquisa financiada pela Fundação de apoio à Pesquisa de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Lages, Universidade do Planalto Catarinense, Universidade Federal de Santa Catarina.

modificam e perfazem a cidade e constituem os territórios de vida. Cidade das praças e jardins, dos jogos ao entardecer, das brincadeiras de rua, dos passeios, dos namoros. Cidade das desigualdades, cidades violentas, cidades sonhadas e cidades utópicas. Desvela-se em cada esquina um sonho, em cada parede uma memória, em cada detalhe uma inspiração artística. Memórias vivas da cidade, que muitas vezes subjazem ao perfil homogenizador do modelo de desenvolvimento econômico capitalista e colonial.

Neste cenário, hoje marcado pela globalização e massificação das práticas, a cidade, seus territórios e espaços constituem-se em pontos nodais e articuladores dos processos de emancipação e autonomia. Nesses contextos, a valorização da cultura local e de suas especificidades, através do reconhecimento de seu patrimônio cultural e do investimento em sua preservação tornam-se um dos pontos específicos dos processos de democratização, autonomia e emancipação dos grupos sociais. Esse artigo apresenta algumas reflexões sobre a cidade, a partir de Lages e sua linguagem arquitetônica e cultural.

Uma cidade vista de longe nos parece sempre um quadro que, ao primeiro olhar, revela suas cores, seus traços, seus desenhos, seu conjunto, mas que, ao aproximarmos, começa a surpreender com os detalhes que não se vêem num breve olhar: uma figura sutilmente escondida, um traçado de rua que não se sabe bem onde vai dar, uma construção que só se deixa ver se aprofundarmos bem o olhar, enfim, um mosaico de tempos, histórias, vivências e conflitos que, quanto mais nos aproximamos, mais descobrimos, surpresos, o emaranhado de detalhes, as tramas do trabalho, antes encobertos e que saltam aos olhos, transbordando significados. Como salientado por Calvino, nos "ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscados por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras" (1990; p.15). Espaços e tempos cristalizados na cidade, refletindo momentos políticos, econômicos e culturais de seus habitantes. Uma cidade pode ser analisada através da materialidade de sua arquitetura e de seu traçado. Estes se constituem em aspectos visíveis das identidades construídas historicamente, reveladas no tempo presente, mas que também configuram o portal de entrada para as outras cidades contidas na cidade presente, possibilitando, assim, interpretar o jogo da cidade que se vê, da cidade que se lê, para alcançarmos à cidade que não se vê (utopias, sonhos, percepções, memórias, interpretações). É nesta cidade, aqui concebida como trama multidimensional, que buscamos a linguagem arquitetônica de Lages, não somente na sua representação material, mas principalmente enquanto significante de um

modo de vida, de uma projeção e concepção de mundo, de posições políticas, sociais, educacionais e culturais produzindo e refletindo identidades urbanas.

Historicamente constituída como cidade-pólo regional, Lages concentrou diversas atividades na área de serviços e comércio. A cidade, econômica e politicamente teve grande proeminência estadual entre as décadas de 30 a 60, período em que vivenciou uma grande exploração de suas reservas naturais de madeira e projeção política nacional de suas elites. Podemos, a exemplo de Hobsbaw, situar esse momento como a era do ouro da Serra Catarinense, momentos que ficarão marcados na configuração urbana da cidade. É nos fios desse período que encontramos o delinear da linguagem urbana atual. Os conjuntos urbanos art-deco que caracterizam Lages, são desse período. Com o final das reservas naturais que sustentavam a indústria madeireira (década 60) Lages, e conseqüentemente a cidade, passa por períodos de crises, de busca de soluções políticas e econômicas.

Esses modelos e experiências estão marcadas na história, na cidade, nas lutas e projetos sociais. Nas últimas décadas a agenda da cidade e região, vivência a busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, tem-se desde políticas para atração de empresas para a região, até ações para concretização de novas formas de desenvolvimento, pautadas na sustentabilidade e na promoção da cidadania.

Nessa perspectiva configuram-se ações para o entendimento das identidades locais, peculiariedades e potencialidades de investimento. Aqui, a cidade cumpre um papel importante de diferenciação e formação identitária para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a cidadania e o desenvolvimento sustentável. É esse diferencial e a cidade *Art-Déco* que se sobressai em Lages.

2. Tecendo a cidade: o *Art-Déco* em Lages

A alteração urbana, nas décadas de 30 a 60 e a linguagem arquitetônica predominante não podem ser entendidas de forma isolada do contexto nacional. A partir da década de 30 há significativas mudança na orientação econômica e política brasileira, entre as quais destacam-se os enfoques na industrialização, urbanização e modernização do país, que entre outros símbolos, tinham no *Art Déco* sua expressão máxima.

O estilo, que não se ateve somente à arquitetura, mas também teve importância nas roupas, jóias, mobiliário e outros setores, surgiu na França em 1925 (*Exposition*

Internationalle des arts Décoratives et industrielles Modernes – Paris 1925) contrapondo-se, de alguma forma, à arte academicista e ao exagero de adornos e enfeites dos estilos que o antecederam. Em poucos anos o cinema, maior veículo de comunicação de massa a partir da década de 20, encarregou-se, juntamente com as revistas, de divulgar as Artes Decorativas pelo mundo.

No período entre guerras, o *Art Déco* alastra-se por todos os aspectos do cotidiano, presente na linguagem cinematográfica, no *design* das roupas fabricadas em série, passando pelas exclusivas peças de joalheria, ao *design* de artefatos industriais, em suma, nos símbolos de uma nova era, representando a industrialização, a velocidade, os ares cosmopolitas e, pode-se dizer, nos prenúncios da globalização. Assim, salienta Lemme, o *Art Déco* pode ser visto como "estilo de uma época de mudança sem precedentes, que era suficientemente fluida para refletir essa mudança" (1996; p.8)

Essa totalidade do *Art Déco*, abarcando várias formas de expressão artística decorre do conceito de *ensemble* (em uma tradução rápida: arranjo), defendido pelo arquiteto Robert Mallet-Stevens, talvez o mais atuante, à época, desse viés moderno. Autor do planejamento do conjunto da Exposição de 1925, atuou com vários outros artistas, como escultores,artesãos do vidro, tapeceiros, serralheiros e outros artífices, dentro da idéia de arte total, onde a obra deveria ser entendida como um esforço criativo coletivo,propondo uma modernidade aliada à tradição.

As características mais marcantes do *Art Déco* são os traços leves, sóbrios, "secos, geometrizados, muito próximos do racionalismo modernista" (LEMME, 1996). Esquinas e cantos arredondados e a valorização de imagem romantizada do primitivo, como intocado e natural buscadas na África, no Oriente, na América Latina, ou em qualquer lugar "exótico" que rompesse com tudo aquilo que lembrasse a Europa "enferma" do período entre guerras.

E as cidades? Nos mesmos períodos pode-se observar uma multiplicidade de produções arquitetônicas, artísticas e de configurações das e nas cidades. Assim, para trabalhar a cidade e as produções arquitetônicas é preciso transpor os limites das grandes cidades ou movimentos da arquitetura brasileira, e introduzir na interpretação os aspectos locais, culturais, econômicos, sociais.

Entre as décadas de 30 a 60 predominou o estilo *Art Déco* nas construção em Lages. Marcou uma época de grande movimentação financeira na cidade, o chamado "ciclo da madeira". Assim observa-se um processo de modernidade, porém, conduzido lentamente, sem rupturas drásticas com e pela elite política tradicional da "cidade dos coronéis", mas que buscou representar um novo tempo, moderno, industrial, veloz, de acordo com o imaginado e acalentado por essa elite e pelos novos atores que estão chegando.

A cidade que está sendo produzida nesse momento foi feita muito mais por articulação com ideários antigos e tradicionais, uma nova roupagem para as forças hegemônicas locais, que tinha que sintetizar, refletir e ser um marco da modernidade. Modernidade sem rupturas, mas que deveria estar evidente nas ruas, nas esquinas e nas construções. Assim, o *Art Déco* presente nas políticas nacionais e no cinema, é perfeito para o momento de Lages, pois, sintetiza o movimento da criação e do novo, articulados com os elementos primitivos, tradicionais e locais. Como salienta Lemme "o espírito da *Art Déco* era o do moderno. Embora adaptasse estilos mais antigos para sua própria utilização, não deixava de ser o do novo" (1996; p.26). Modernidade sim, mas pautada na tradição política, o que garantiu a formação hegemônica por mais algumas décadas.

Lages, na primeira metade do século XX, esboçava um desejo, latente em quase todas as cidades brasileiras da época, de se tornar, ou de ser reconhecida, como um grande e importante espaço urbano. Nesse ideal de cidade, projetava-se a cidade para se destacar dentre tantas outras, tanto pelas suas belezas naturais, como pelo seu progresso e modernidade. Modernidade é aqui palavra-síntese de sonhos, políticas e utopias de grande parte dos grupos sociais. Um século de desejos de modernidade, de projetos de modernização, de utopias de progresso que deixam suas marcas e suas fissuras na paisagem urbana, na cidade múltipla e multifacetada.

O A*rt-Déco* em Lages não caracteriza-se apenas como um estilo de fachada ou estilo de esquinas, reflete também em ações inovadoras, como na criação dos Cine-teatros (1941), Hospital (1944), Fórum (1956), Parque de Exposição (1948), transportes, Mercado Municipal (1941), bem como as propostas de verticalização do centro comercial e histórico da cidade. Eram os ares cosmopolitas consumidos pela elite local.

Embalados pelos sonhos de modernização pelo qual o país também passava durante o governo Vargas (1930 – 1945), a cidade entra no ritmo das construções de edifícios

que iam configurando uma nova estampa. Todas as obras de remodelação do velho ou de construção do novo eram incentivadas e longamente elogiadas na imprensa: "Em quasi todas as ruas da cidade, estão sendo elevados majestosos prédios, aprazíveis vivendas particulares (...) as construções que se alinham nas ruas da cidade são motivos de justo orgulho e de grande confiança para o futuro..." (GUIA SERRANO 08/01/39).

A elite política, dirigente da cidade e do Estado neste período, esforçavam-se para que os projetos de modernização do Estado brasileiro se concretizassem também em Lages, através da construção de prédios públicos. As principais ruas do centro urbano da cidade receberam, entre as décadas de 30 e 60, um número considerável de construções de edifícios que traziam em suas linhas os traços da modernidade tão almejada, representados pelo *Art Déco*.

3. Tecendo a cidade: O público e o privado sob o olhar do *Art Déco*

Interessante observar em Lages, as linguagens específicas que o *Art Déco* desenvolve com a cidade, principalmente o delinear dos espaços públicos e privados. Possivelmente porque no *Art Déco* ainda se preserva um conceito de espaço tradicional, isto é, o espaço interno guarda ainda uma distinção em relação ao espaço externo quanto à natureza dos mesmos, constituiu-se entre eles um terceiro, o qual tem sido designado, genericamente, de espaço de transição.

Neste território onde o público e o privado convergem e se entrelaçam, ainda que em muitos casos não tenha mais do que um ou dois metros quadrados, pode ser tomado também como um palco ou tela onde se desenrola o drama do aniquilamento gradual da esfera do primeiro frente ao segundo. Como em Lages o *Art Déco* manteve, no plano vertical, as construções nos limites do gabarito existente e, no plano horizontal, também manteve a ocupação do lote da mesma forma que a cidade vinha se constituindo, ele não produziu um esgarçamento no tecido urbano, muito ao contrário das intervenções posteriores.

A modernidade do *Déco* presumia ainda a preservação e configuração da rua, ornamentando as fachadas e preenchendo os vazios da testada do lote, assim como oferece parte o seu corpo, portanto, dentro do lote, para assentar o espaço de transição. Neste sentido é o último suspiro de uma tradição: o que prevalece depois quando não prescinde da transição , a construção estabelece sobre o próprio espaço público o lugar da transição. Ao menos é o que se pode verificar em Lages em várias situações.

Por outro lado, muitas das arquiteturas posteriores (a partir dos meados da década de 50) operam no sentido inverso. Ou seja, ao fazer com que parte do corpo do prédio, em balanço, ocupe o espaço sobre a marquise, verifica-se um avanço sobre a rua. E não há aqui, infelizmente, nenhuma metáfora. Com este estratagema, além de ganhar para si uma considerável área, o espaço de transição passa para o território do que é público, na calçada imediatamente frontal à construção. Aliás, em muitos casos esta invasão nem se preocupa em ser sutil, ao contrário, ela reitera com a colocação de vasos, pilastras ou um acabamento no piso da calçada de tal maneira que prolonga o espaço privado sobre a rua.

Tal como havia acontecido com o *Déco*, esta arquitetura que nos dias de hoje desenha a cidade de Lages também ganha o nome de Moderna e é possível que algum estudioso de um futuro até não muito distante vá querer dar um outro nome, vá querer conservá-la. Mas, se o ritmo e a natureza das transformações que ela impõe à cidade não forem redimensionados, o trabalho deste pesquisador poderá não fazer mais sentido, porque a cidade, se é que continuará a ser assim chamada, não mais será um suporte material da memória. Na desolação de uma cidade construída num tempo único, demolindo ou sufocando manifestações de outros tempos, caberá apenas as idéias de um pensamento único.

4. Considerações finais

Estas construções, que marcaram um período da história recente da cidade, ainda hoje fazem parte da paisagem urbana, compondo um grande acervo arquitetônico. Por essa linguagem é possivel traçarmos um mapa dos caminhos do desenvolvimento, dos projetos de modernidade na cidade e em Santa Catarina. Hoje, diante dos paradoxos do desenvolvimento, procura-se na especificidade e na valorização do local, alternativas sustentáveis de desenvolvimento e processos de equidade social. A economia da cultura, constitui-se num vetor imprescindível, que permite essa articulação entre desenvolvimento, sustentabilidade, eqüidade e identidade social.

Para esse desenvolvimento faz-se necessário a implementação de políticas capazes de identificar, valorizar e preservar o patrimônio cultural material e imaterial, da sociedade. Portanto, a produção do conhecimento, através de pesquisas e inventários, e a articulação dos diversos atores da sociedade civil e política tornam-se fundamentais.

5. Referencia Bibliográficas

ACAYABA, Marlene Milan. *Branco e Preto: Uma história do design brasileiro nos anos 50*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.
BAYER, Patrícia. *Art Deco Architecture: Design, decoration and detail from the twenties and thirties*. Londres,Inglaterra: Thames and Hudson, 1992.
BENTON, Tim (org.). *The New Objectivity*. Milton Keynes, Inglat.:The Open University, 1975.
BLANCO, Giovanni e NETO, Candido Malta Campos. *Redescobrindo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense*. www.vitruvius/arquitextos. Texto especial 167
BORGHINI, Sandro et alter. *Arquitectura moderna en Buenos Aires: 1930 – 1950*. Buenos Aires, Argentina: CP67 Editorial, 1987.
CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis.* Companhia das Letras: São Paulo, 1990.
CAMPOS, Victor J. B. *O Art Déco na Arquitetura Paulistana – Uma outra face do moderno.* Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 1996.
CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Editora Vozes: 1994
CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro*: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.
FUNARI, Pedro Paulo e Jaime Pinsky. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo Contexto. 2002. 2ª Edição.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Editora UFRJ; IPHAN, Rio de Janeiro 1996.
LAGES, Jornal Guia Serrano 1937, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44,59, 60 e 64.
MARICATO, Ermínia. *Dimensões da Tragédia Urbana*. Www.comciencia.br/cidades 23/07/03
MENTEN, Theodore. *The Art Deco Style.Nova Iorque*, EUA: Dover,1972.
PEIXER, Zilma I. *A Cidade e seus Tempos: O Processo de Constituição do Espaço Urbano em Lages.* Editora UNIPLAC: Lages, 2002.
PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Corredor Cultural: a reabilitação urbana em processo*. Instituto Light para o des. urbano e social. Rio de Janeiro: 2002
SANTOS, Cecília Rodrigues. *Novas fronteira e novos pactos para o patrimônio cultural*. São Paulo em Perspectiva. v. 15, nº 2. São Paulo: abril/junho de 2001.
SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: Ensaios.* Editora Vozes, Petrópolis, 1982
SEVCENKO,Nicolau. Organizador do volume . *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
SOLÁ-MORALES, Ignasi de . *Clinica Barraquer a Barcelona 1936/1941/1960*, in DOMUS 593 – ABRIL 1979 – Milão, Itália: Editoriale Domus.
UNES, Wolney. *Identidade Art Déco de Goiânia.* São Paulo :Ateliê Editorial; Goiânia: Ed. Da UFG, 2001.
VAN DE LEMME, Arie. *Guia de Arte Deco*. Lisboa, Port: Estampa Ed., 1996.

Lages, 4/05/2007

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Das Terras de Mutambó ao Município de Mesquita: RJ
Memórias da Emancipação nas Vozes da Cidade

Maria Fatima de Souza Silva*

Resumo: O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado defendida no ano de 2005, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, no Programa de Pós-Graduação, em Memória Social. Visa investigar as formas de reconstrução da memória do movimento emancipacionista de Mesquita, município localizado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Através da metodologia da História Oral, a pesquisa buscou evidenciar as representações dos grupos sociais envolvidos, acionando repertórios individuais com o intuito de analisar a trajetória coletiva desse movimento, Além disso, o trabalho apresenta as contribuições mais recentes que a pesquisa propiciou no contexto social da cidade, traduzida em duas ações: uma Exposição de Memórias da Cidade no ano de 2005 e o Desfile Cívico Escolar em 2006.
Palavras- chave: Memória – Emancipação – História Oral

Abstract: This paper was produced after the dissertation of mastership has been stood up in 2005, at UNIRIO – Rio de Janeiro State Federal University, Postgraduate Program in Social Memory. It aims to examine the forms of memory reconstruction concerning emancipationist movement of Mesquita as a municipal district inside "Baixada Fluminense", which is placed in Rio de Janeiro State Metroplitan Region. Through Oral History methodology, the investigation intended to reveal the social groups' representations by looking through singular repertoires in order to analyze this collective movement trajectory. Besides, this paper presents the research recent contributions to Mesquita's social context, which was revealed in two actions: a City Memories Exhbition in 2005 and a Civic School Parade in 2006.
Keywords: Memory – Emancipation – Oral History

O presente trabalho[1] traz como tema o estudo de caso de Mesquita, município da Baixada Fluminense - região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, emancipado em 1999. Para além das questões técnicas e acadêmicas sobre viabilidade financeira, desenvolvimento e relações de poder, dentre outras que permeiam os debates sobre movimentos emancipatórios, a pesquisa buscou discutir o processo de emancipação de Mesquita à luz daqueles que vivenciaram e se envolveram em suas discussões e ações: os habitantes da localidade. Assim, o objetivo foi analisar de que forma a emancipação se (re)

* Maria Fatima de Souza Silva é professora assistente do Instituto de Aplicação Fernandes Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, cedida à prefeitura municipal de Mesquita desde 2005, para exercer a função de Secretária Municipal de Educação.
[1] Este trabalho é parte integrante da dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, defendida em 2005 na Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, intitulada *Das terras de Mutambó ao município de Mesquita - RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade*, sob a orientação do professor doutor Marco Aurélio Santana.

constrói na memória do grupo e que estratégias foram acionadas nesse trabalho da memória, tendo como instrumento metodológico a História Oral.

Analisar e investigar este que consideramos, um "lugar antropológico" AUGÉ (2001), é, além de tudo, evocar as lembranças, estabelecer uma relação dialógica com um passado próximo que se tornou muito significativo em nossa trajetória de compreensão de mundo. Mesquita foi o lugar-cidade que nos acolheu durante onze anos como moradora e profissional, e que faz parte, portanto, da nossa própria história de vida: lugar de nascimento dos filhos, de construção de amizades, de trabalho, lugar de militância política. Assim, investigar as memórias da emancipação implicou em evocar as próprias lembranças, rever atitudes e posicionamentos, na medida em que, na condição de cidadã, participamos de parte do processo emancipatório nos seus anos mais recentes. Dessa forma, as inquirições, hipóteses e reflexões encontram-se permeadas de nossa própria experiência e inserção no processo emancipacionista; situando esse lugar de onde se fala, nossa posição assumida na década de 1980, foi contrária ao movimento de emancipação.

O reencontro com o "acontecimento" em forma de estudo fez emergir questões presentes à época, e outras recentes, já que no percurso do desenvolvimento deste trabalho, a visão e o estranhamento do pesquisador, foram sendo necessariamente incorporados, condizentes com a tarefa que nos propomos a desenvolver e ora apresentamos.

O movimento pela emancipação de Mesquita tem origem em meados do século XX, quando acontecem as primeiras reuniões pró-emancipação. Na década de 60 o movimento toma corpo, mas é somente na década de 80 que o processo adquire força suficiente para conseguir a realização de uma consulta popular.

Em 1987 foi realizado um plebiscito que não alcançou o quorum previsto. Na década de 90 mais dois plebiscitos acontecem: em 1993, novamente o quorum não é conseguido e em 1995, novo plebiscito é marcado e realizado, dessa vez com a listagem "inchada" de quase treze mil eleitores, "até porque muitos já estariam mortos", de acordo com notícia veiculada em um jornal de circulação diária (O GLOBO, 8/ 06/1997). Mais da metade votou "sim", mas novamente não houve a confirmação da vitória. A partir desse momento iniciou-se uma campanha para provar que Mesquita já era emancipada, liderada pelo Comitê Pró-Emancipação, uma das organizações que reunia pessoas favoráveis ao movimento. Essa campanha deu origem a um processo judicial com duração de quatro anos, que percorreu o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral. Em 25 de setembro de 1999, com o sancionamento da Lei 3253, Mesquita

é elevada à categoria de cidade, tornando-se então o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro.

Quem anda pelas ruas do centro do município, ainda percebe marcas do processo de emancipação descrito anteriormente. Até abril do ano de 2004, tais marcas eram mais evidentes, na medida em que o primeiro governo local eleito e empossado no início de 2001, se autointitulava o *Governo da Emancipação***.** Desta feita, podia-se encontrar tais dizeres fartamente inseridos em placas de ruas, tabuletas de obras e na banca de jornal da praça do centro da cidade[2]**.** O afastamento do primeiro prefeito por motivos de doença, parece ter refreado o ímpeto dessas inscrições referenciando-se à emancipação. De qualquer forma, sinais desse movimento ainda podem ser vistos nas ruas da cidade, e parecem indicar a influência do processo que transformou Mesquita em unidade municipal autônoma.

Partimos do pressuposto que a trajetória do movimento emancipacionista se apresenta marcada por tensões e disputas de espaços de poder, caracterizada na heterogeneidade de posições e representações que circulam na cidade: se para uns constituía-se em depositário de transformações e conquistas, para outros prevalecia a idéia de que esta não resolveria os problemas crônicos da região, e sim, de grupos que necessitavam ter maior influência na política local; enquanto setores favoráveis à emancipação acreditavam que o município era viável do ponto de vista da sustentabilidade econômica, chegando até ao ufanismo, setores contrários a ela afirmavam justamente o oposto.

Com relação ao quadro teórico, a memória em sua dimensão coletiva é o eixo norteador da pesquisa, por apresentar a possibilidade da articulação das lembranças e dos esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos. Tratar a memória como uma construção social, vinculada a referenciais do presente dos sujeitos que lembram e baseada em seu contexto social de pertencimento é o ponto de partida dessa abordagem. Para tanto, o fio condutor do trabalho de memória são as narrativas orais de diversos agentes que se envolveram nas ações que culminaram com a autonomia político-administrativa de Mesquita.

A relevância desta pesquisa justifica-se por três aspectos: a inserção do objeto de estudo na temática da Baixada Fluminense, a sua contemporaneidade e a contribuição social. No que tange ao primeiro, Mesquita encontra-se localizada em uma das regiões de maior bolsão de miséria e abandono do Estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense. Baixada essa que carece de muitos olhares: olhar da História, olhar da Memória, olhar de Políticas Públicas, olhar do seu próprio povo. Baixada que merece tantos olhares. Estudá-la, tem o

[2] Ver *Imagens da Cidade* anexas ao final da dissertação.

significado de afirmar sua importância, desvendando identidades, valores, carências e querências...

Ao longo dos anos 80 e 90 do século XX, vários estudos sobre a Baixada Fluminense foram sendo realizados, enfocando diversos temas e possibilitando uma multiplicidade de interpretações, notadamente na área das Ciências Sociais. Tomando as palavras de ALVES (2003: 18):

> [...] Trabalhos sobre os movimentos reivindicatórios dos moradores, o baile funk, a mobilização camponesa entre 1950 e 1964, a presença do proletariado urbano nas ocupações de terra, a atuação política da Igreja Católica, a transição da citricultura para os loteamentos urbanos e a organização dos quilombos de escravos foragidos no século passado surgirão ao longo dos anos 80 [...]. [3]

No Caderno de Resumos do Congresso de Professores e Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (2002: 4), o seguinte trecho (re) afirma nossas preocupações:

> [...] Portanto, refletir acerca da História da Baixada é necessariamente um esforço de valorizar a memória excluída, de dar voz a diferentes sujeitos históricos, de problematizar as tensões produzidas no seu interior e as provocadas pelas interferências da política econômica [...].

O trabalho teve, portanto, a intenção de engrossar as descobertas daqueles que se preocupam em contar as histórias da Baixada Fluminense, com um olhar crítico e atento à diversidade de interpretações que possam aflorar em seu percurso.

Em relação à contemporaneidade do tema, pôde-se constatar que na década de 80, intensificou-se o movimento em busca de emancipações políticas municipais. O caso de Mesquita não acontece, pois, isoladamente; conforme já assinalado, somente no Estado do Rio de Janeiro aconteceram 28 processos simultâneos nesse período, de acordo com dados recolhidos no Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE).

A partir do levantamento de trabalhos acadêmicos realizados em torno da temática da emancipação, foram localizadas cerca de 15 dissertações em diferentes estados do Brasil (de acordo com consulta realizada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES). Cremos que nosso diferencial reside no eixo norteador, centrado na memória social, e que igualmente poderá contribuir nas análises que estão sendo realizadas acerca da criação dos novos municípios.

A importância da pesquisa também reside no aspecto de contribuição social, já que os dados sobre a emancipação de Mesquita ainda não se encontram registrados,

---

[3] José Cláudio S. Alves. *Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RH: APPH, CLIO, 2003. Este livro apresenta um levantamento mais detalhado dos trabalhos e dissertações acerca da Baixada Fluminense a partir da década de 30.

organizados e atualizados em obras de referência. Nesse sentido, os estudos sobre esse movimento: as tensões, aproximações, os silêncios e as conquistas, podem ser de grande valia para todos aqueles que buscam compreender melhor a cidade e mantêm o desejo de afirmá-la como um espaço democrático, onde a diversidade de idéias e práticas culturais de seus cidadãos seja reconhecida.

No que diz respeito à temporalidade dos acontecimentos investigados, inicialmente, pensamos em centrar o foco das pesquisas no período correspondente ao último plebiscito realizado em 1995 e que culminou com a criação do município em 1999. No entanto, o trabalho de campo realizado – as entrevistas com base na história oral -, indicou um outro direcionamento para o desenvolvimento da temática. Observamos que, em suas lembranças, os depoentes se referenciavam a diferentes espaços de tempo, e isto lhes ajudava na construção de suas memórias. Desta feita, norteados pelos narradores, as pesquisas foram reorientadas, acreditando na possibilidade de uma visão mais abrangente sobre a campanha emancipacionista. Sendo assim, as análises que compõem o trabalho abarcaram três períodos: o primeiro processo para emancipar Mesquita, em meados dos anos 50; o segundo movimento, em meados dos anos 80, quando é realizado o primeiro plebiscito; e a terceira campanha, que envolve dois plebiscitos, na década de 90, culminando com a emancipação do município.

Como objetivo geral a pesquisa buscou analisar de que forma o trabalho de memória do processo de emancipação foi construído, ao longo dos três períodos delimitados, e sua influência no novo espaço-cidade.

Assim, trabalhar com tal temática, implicou em vasculhar os materiais de memória disponíveis e os que foram sendo produzidos para alcançar os objetivos específicos, a saber: investigar a construção de identidades locais no processo de criação da cidade; identificar interesses (de ordem política, econômica e social) entre os diversos segmentos (classe política, movimentos sociais, povo em geral) no processo de emancipação e seus impactos na construção da memória; apontar as diversas formas de participação dos agentes sociais, na campanha pela emancipação; relacionar a emancipação com o processo de busca da apropriação e de domínio do espaço a partir da afirmação de identidade(s) própria(s).

Em função de sua estrutura, o trabalho encontra-se dividido da seguinte forma:

O **Capítulo 1** trata do quadro teórico-metodológico que fundamenta a investigação. Inicialmente foi apresentado o conceito de memória, seguido de uma abordagem sobre o espaço, e da discussão de identidade. As relações da memória com o espaço e a identidade constituem, dessa forma, o corpo de conceitos principais que norteiam o trabalho.

Em relação à metodologia, o capítulo apresenta os fundamentos da História Oral, instrumento norteador de investigação do objeto de estudo.

O **Capítulo 2** foi dedicado ao estudo da cidade de Mesquita, iniciando pelo seu processo de inserção no contexto da Baixada Fluminense, seguido da análise das formas de ocupação desse espaço, através de alguns marcos históricos, marcos esses que serão contextualizados pelas lembranças de moradores; o momento seguinte trata da discussão do termo *Mutambó,* incluída no título da dissertação. Finalizando, uma descrição de Mesquita na atualidade, através da demonstração de alguns indicadores socioespaciais, que podem servir para estabelecer a conexão entre a busca da emancipação e a cidade recém-criada.

O **Capítulo 3** se constitui no objeto central do trabalho, pois trata do movimento emancipacionista, através dos três momentos selecionados: o primeiro, na década de 1950, identificado como a gênese de todo o processo; o segundo a partir de meados da década de 1980, que dará origem ao primeiro processo plebiscitário; e o terceiro, na década de 1990, envolvendo os plebiscitos de 1993 e 1995, e que culmina com a criação do município em 1999. Neste capítulo, foram trabalhados os depoimentos dos agentes sociais ouvidos, ou seja, as memórias da emancipação eclodirão através das narrativas dos depoentes.

Finalizando, foram apresentadas as considerações finais, com a proposição de sistematizar algumas das questões tratadas no desenvolvimento do trabalho, bem como de apontar perspectivas para continuidade e aprofundamento de futuras pesquisas, que se encontram resumidas abaixo:

O que se buscou no trabalho foi recuperar a trajetória do movimento pela autonomia do município, através das memórias coletivas que foram vivenciadas e/ ou herdadas pelos seus agentes.

O movimento da década de 1950 pode ser caracterizado como idealizador e idealista, cujas bases plantaram as primeiras sementes para as ações posteriores.

O movimento da década de 1980, pelo quadro de conjuntura efervescente da época, foi considerado o processo mais rico dentre os três que foram analisados nessa pesquisa.

O movimento da década de 1990, segundo as narrativas que se referem a este período, incluem lembranças que denotam uma marca diferente dos outros dois momentos: a influência dos políticos interessados na emancipação e o investimento de recursos para a sua divulgação.

O que se pode verificar, através, das narrativas dos três processos descritos acima, é que as diversas construções sobre a emancipação dependem do grupo de pertencimento dos

agentes, ou seja, existem diferentes representações e reconstituições da emancipação, que podem variar de acordo com as identidades culturais dos grupos a que estão filiados os agentes.

A partir das narrativas ouvidas, tem-se a impressão de que as lembranças do primeiro processo, da década de 1950, cada vez mais estão se diluindo; mesmo entre seus remanescentes, localizam-se falhas na memória, de onde se pode arriscar a dizer que as pessoas estão esquecendo; o exercício da evocação do ocorrido está cada vez mais difícil, pois os guardiões dessa memória estão rareando.

A necessidade de analisar as formas pela qual Mesquita e seus agentes vão construindo (disputando e inscrevendo-os na memória e no espaço) laços identitários a partir da emancipação.

A característica de cidade-dormitório, cidade de passagem para muitos, cremos que ainda seja um impedimento para o desenvolvimento da consciência de lugar. A atração que Nova Iguaçu, centro mais próximo, e mesmo o Rio de Janeiro exercem, é muito grande. Por isso mesmo a afirmação desse novo município é um desafio para todos aqueles que desejam construir a cidade, a partir de seus desejos e pensamentos, como já dizia JEUDY (2003), e conforme os ideais dos primeiros emancipistas.

As experiências realizadas com a metodologia da História Oral, aliadas à teoria da memória, fatores fundamentais para que diversos elementos sobre o acontecimento-emancipação viessem à tona. Faz-se necessário enfatizar a importância dos depoimentos, que nortearam os caminhos do desenvolvimento da pesquisa e afirmaram as hipóteses iniciais de um processo intenso, permeado por tensões, disputas de poder, aproximações e silêncios.

A CIDADE ATUALMENTE: AFIRMAÇÃO DE LAÇOS DE IDENTIDADE

Em 2004 o município de Mesquita realizou o segundo processo eleitoral de sua recente história municipal. Artur Messias da Silveira foi eleito prefeito com uma proposta de consolidação dos mecanismos democráticos da cidade. A autora desse documento assumiu a pasta da Secretaria Municipal de Educação, e, pode, graças ao trabalho de pesquisa concluído, no início de 2005, contribuir para a afirmação dos laços identitários da recém-criada cidade, através de duas ações que serão descritas brevemente:

Desfile Cívico da Cidade de Mesquita – Com o objetivo de integrar a cidade e aprofundar o sentimento de cidadania nos pequenos, jovens e adultos do município, a Secretaria Municipal de Educação, introduziu o aspecto temático no desfile cívico escolar tradicional na cidade. Dessa forma, o desfile, ampliou sua participação para as Organizações

Não Governamentais, Entidades Associativas diversas e as Secretarias que compõem a Prefeitura. No ano de 2006, objetivando apresentar uma "aula" do passado histórico da cidade a temática apresentada foi a História do Município, em que uma das fontes de pesquisa foi o trabalho de dissertação apresentado neste documento.

Exposição Histórico-Cultural - A Prefeitura Municipal de Mesquita elaborou o Projeto "Exposição Histórico-Cultural de Mesquita", com o objetivo do promover ações que levassem aos munícipes momentos de grandes lembranças e descobertas através da "releitura do passado" sobre a região da Baixada Fluminense, e, em especial da cidade de Mesquita. De setembro a outubro de 2006, permaneceu no prédio da Escola de Música Chiquinha Gonzaga um grande acervo com registros sobre a cidade: fotos, jornais, revistas, documentários etc. que foram exibidos aos visitantes. Durante esse período aconteceu também um Ciclo de Palestras abordando temas sobre a cidade, contando também com apresentações de um grupo musical: "***Os Chorões de Mesquita"***. As visitações foram abertas, de terça a domingo à comunidade, tendo a presença marcante dos alunos da Rede Municipal, Estadual e Particular, chegando a um público de aproximadamente de 3.000 visitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. Parte III. In: HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**.. São Paulo: Loyola, 1993.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

OBRAS CONSULTADAS

Constituição da República Federativa do Brasil, 1946. Texto recolhido na Internet. Disponível em www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Brazil/brazil88.html .

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Texto recolhido na Internet. Disponível em www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Brazil/brazil88.html .

Processo judicial relativo ao plebiscito de 1995, desarquivado no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O 'Tico-tico na rumba' - a representação da música caribenha no Brasil pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro (1946-1947)

Theophilo Augusto Pinto*

Resumo: Esta comunicação pretende refletir sobre a representação do Caribe por meio de um programa radiofônico chamado 'Nas Asas de um Clipper', veiculado semanalmente pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 1947. Como objetivos, pretende-se valorizar esse tipo de registro em relação às gravações fonográficas comuns no estudo historiográfico da música e também discutir alguns pontos de tensão da produção musical brasileira do período em relação à música estrangeira.
Palavras-chave: Rádio – música – resistência

Abstract: This paper seeks to think about the representation of the Caribbean by means of a radio show called 'Nas Asas de um Clipper' [On the wings of a Clipper], transmitted by the Radio Nacional of Rio de Janeiro in the year of 1947. The purposes here are to valorize this kind of documentation in relation to the phonografic recordings used in the musical historiographic research and to discuss some tension points in the musical production of the period in relation to the foreign music.
Keywords: Radio – music – resistance

Se o Caribe e sua música têm aspectos extremamente diversos, variados e múltiplos, aparentemente isso não se dá com a representação que se tem da região, pelo menos no Brasil. Mesmo recentemente, alguns equívocos em relação à sua música aparecem em textos de caráter investigativo, como a improvável aparição de um músico clandestino tocando "Tico-tico no fubá" usando *steel drums* no metrô de NY. Por que improvável? Porque, escreve o autor do texto, esse músico teria vindo da Jamaica e não de Trinidad. No entanto, no repertório desse hipotético músico está sendo citada uma peça brasileira composta em 1917 mas conhecida mundialmente desde 1943, "Tico-tico no Fubá" graças a um filme de Walt Disney, "Saludos Amigos".

Esta comunicação pretende fazer uma breve reflexão sobre aquilo que chamamos de *representação do Caribe no Brasil* no período posterior à Segunda Guerra Mundial por meio de um programa radiofônico em particular, chamado 'Nas Asas de um Clipper'. Entenda-se por *representação* aquilo que Chartier diz sobre a relação de 'uma imagem

* Universidade Anhembi Morumbi. Mestre em musicologia pela ECA-USP.

presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este'[1]. Como uma das consequências dessa imagem transmitida pelo programa, queremos destacar, dentro deste mesmo programa, indícios de resistência à música estrangeira por parte da comunidade artística brasileira na forma de comentários musicais constituindo uma espécie de diálogo entre estes e a música associada ao Caribe via Estados Unidos. Um outro objetivo é utilizar programas radiofônicos como objetos privilegiados na pesquisa historiográfica. Para começarmos, gostaria de situar brevemente três atores importantes para esta comunicação: a empresa aérea Pan American World Airways, a Rádio Nacional, e o programa 'Nas Asas de um Clipper'.

O contexto radiofônico brasileiro no período

Seguindo a tendência de muitos outros países do mundo, a década de 1940 viu um enorme crescimento em importância do rádio no Brasil. Num país de dimensões tão grandes, um tema recorrente é o da "integração nacional", isto é, a criação de um sentimento de identidade brasileira no maior número de seus habitantes. Nesse sentido, o rádio em geral e a Rádio Nacional, em particular, desempenharam um papel muito importante. Fundada em 1936 pela empresa holandesa Philips, acabou sendo encampada pelo Estado em 1940. No entanto, ao contrário de outras emissoras igualmente estatizadas, sua equipe artística e executiva não foi substituída por burocratas simpáticos ao regime. Sua programação, embora não estivesse completamente livre de certas interferências por parte dos dispositivos de controle do Estado, não parecia seguir uma rígida orientação deste. Mesmo estando ligada ao Estado, a Rádio Nacional também se manteve vinculada ao mercado publicitário e suas campanhas, tornando-se altamente lucrativa e fazendo de sua programação uma referência para o resto do país[2]. No que se refere à música, não será exagero dizer que o samba carioca tornou-se um ritmo 'nacional' graças em grande parte à sua difusão por meio das ondas da Rádio Nacional. Foi nessa poderosa emissora que, durante o ano de 1947, foi transmitido o programa 'Nas Asas de um Clipper'.

A Pan American World Airways

[1] (CHARTIER, 1990)

[2] Sobre a Rádio Nacional no contexto da radiofonia brasileira, ver (FERRARETO, 2001; TINHORÃO, 1978). Para uma história da emissora mais específica, ver (SAROLDI & MOREIRA, 2005). Sobre a Rádio Nacional no contexto da construção simbólica da música popular brasileira, ver (GOLDFEDER, 1980; MCCANN, 2004)

Iniciada em 1927 por Juan Terry Trippe com uma linha regular entre Cuba e a Flórida, aos poucos a Pan American World Airways – cujo sigla na época é "PAA" e posteriormente chamada "Pan Am" – começou a operar no Brasil em 1931 e, como disse o locutor de um dos programas, "com o cantar dos pássaros, o mugir do gado e o coaxar das rãs, o ronco dos motores da PAA fazem parte dos ruídos normais das três Américas"[3]. Apesar do exagero, é bem provável que, se alguém ouvisse o barulho de um motor de um avião comercial, muito provavelmente ele seria da PAA, pois com a Segunda Guerra Mundial, empresas como a italina Lati e a alemã Lufthansa, até então concorrentes européias, não puderam mais explorar o espaço aéreo do continente americano, deixando-o praticamente livre para a PAA[4]. Esta empresa patrocinou no Brasil alguns programas radiofônicos entre 1945 e 1946 como *Aquarelas das Américas*, *Aquarelas do Brasil* e *Aquarelas do Mundo* (todos certamente remetendo à música de Ary Barrroso, *Aquarela do Brasil*, de 1939). Logo em seguida a *Aquarelas do Mundo*, começou a série *Nas Asas de um Clipper*, durando quase todo o ano de 1947.

O programa 'Nas Asas de um Clipper'

"Nas Asas de um Clipper" foi um programa radiofônico semanal, e, além do Brasil, produzido localmente no México, na Argentina e em Cuba durante o ano de 1947[5]. No Brasil, era transmitido às sextas-feiras, às 21:30 com meia hora de duração, ocupando, portanto, o horário nobre da programação. Como muitos outros programas do período, era realizado ao vivo com uma orquestra – chamada Típica Corrientes - associada ao maestro argentino Eduardo Patané, mas com a regência de um dos mais importantes maestros da Nacional, Radamés Gnattali. Além da orquestra, cantores do meio artístico brasileiro e eventualmente dos outros países participantes faziam suas apresentações, conduzidas por dois locutores de modo a criar um ambiente dinâmico e vivo ao longo do programa. Assim como outros programas da poderosa Rádio Nacional nesse horário, tinha uma enorme popularidade. Cada um dos três países – Argentina, Cuba e México – era 'ilustrado' no programa durante seis semanas, ao longo das quais anunciava-se um concurso. Para participar, bastava descrever 'Em até 200 palavras por que gostaria de conhecer o México (por exemplo) voando

[3] Essas informações foram colhidas em um dos últimos programas da série 'Nas Asas de um Clipper' (NADC) e mostram como esse tipo de entretenimento funcionou também como veículo de propaganda institucional, aliando a música com a história da empresa.

[4] (TOTA, 2000: 80)

[5] Coincidentemente, foram esses os quatro países apontados por (ROBERTS, 1985) como os que mais contribuíram para dar um 'tingimento latino' às cores da música popular americana .

num Clipper'[6]. O vencedor estaria presente ao programa em três momentos: primeiro, no anúncio público de sua vitória. Depois, na emissora promotora do programa em seu país de visita e finalmente na volta ao Brasil, sempre falando de suas impressões tanto do lugar quanto da viagem generosamente oferecida pela PAA.

A representação musical do Caribe 'Nas asas de um Clipper'

Da série de programas disponível para a escuta, tomou-se para análise aqueles dedicados a Cuba. Houve duas séries com seis programas cada para essa finalidade. Dos doze programas possíveis foram ouvidos oito, cada um contendo entre seis a oito músicas. Foram executadas, nesses programas 54 músicas, a maioria apenas uma vez, pois foram executadas 49 composições distintas. Desse total, 33 foram cantadas em espanhol, 17 em português (incluindo-se aqui músicas de origem caribenha como 'Babalu', de Lecuona e uma com trechos em portunhol, 'Tico-tico na rumba'). Quatro outras peças eram instrumentais.

Note-se, portanto, que as composições em espanhol aparecem em número praticamente dobrado que as canções em português, dando um caráter 'latino' ao programa. Com poucas exceções, a maioria dessas composições era confiada a apenas dois cantores: os brasileiros Ruy Rey e Nuno Roland, especializados nesse tipo de música. Em um depoimento dado na década de 1970, Ruy Rey dizia que esse repertório latinizado não podia ser usado fora daqueles programas. Quando ia cantar em bailes pelo Brasil afora, quase todo esse conjunto de músicas ficava de fora[7].

Os arranjos estavam a cargo do maestro do programa, Radamés Gnattali. Este era um dos principais músicos da Rádio Nacional e integrou seus principais programas. Por exemplo, um ano depois de 'Nas Asas de um Clipper', Radamés participaria do mais prestigiado programa da Nacional, o 'Um milhão de melodias', patrocinado pela Coca Cola, durando cerca de treze anos, sempre com ele[8]. Isso não impediu outros arranjadores de enviarem seus trabalhos, como Vito Boni, Noé Fajardo e Lourival Faissal. Alguns instrumentistas estrangeiros também têm seus nomes mencionados, como o bongoísta Viñolas e o cantor Quincho, ambos cubanos. Até um embaixador comparece ao programa, Gabriel Landa.

Se é possível dividir as músicas cantadas em dois grupos pela língua – espanhol e português –, os ritmos musicais ali representados levantam questões bem mais difíceis. A

[6] Bases do concurso 'Viagem Maravilhosa ao México', extraído do programa NADC: 15/8/1947.
[7] Sobre o depoimento de Ruy Rey e outros, gravados em 1976, veja-se a (PINTO, 2006)
[8] (BARBOSA & DEVOS, 1985)

audição destes programas radiofônicos parece confirmar que muitas músicas ali tocadas de origem caribenha foram apresentadas de maneira indireta aos músicos e mais indireta ainda ao público. Roberts[9] diz que os sucessos musicais latinos tiveram um grande impulso nos EUA por meio de filmes. Esse resultado naquele país pode ter como efeito a difusão desses sucessos em programas como 'Nas Asas de um Clipper', uma vez que ele foi patrocinado por uma grande companhia americana em articulação com o Caribe e outros pontos do continente americano. Dito de outro modo, o repertório pretensamente caribenho veiculado pelo programa tem muito a ver com o que foi produzido nos EUA no mesmo período por orquestras como a de Xavier Cugat, especialmente.

Alguns ritmos[10] são anunciados pelos locutores do programa. O mais frequente deles é a rumba, descrita como uma dança "...que nasceu espontânea, que é como uma chama viva nascida do sol tropical, ardente como o verão antilhano, contagiante, embriagadora[11]". Ou, como diz a letra da música 'Escandalosa'[12], 'a rumba por si é maliciosa... escandalosa'. Um ritmo sensual, portanto, como será conhecido também o samba brasileiro. *Sensualidade* e *negritude* são dois aspectos importantes nas duas representações desses ritmos. Negros idealizados que passaram pelo sofrimento da escravidão, que ajudaram a construir uma pátria ou que se esquecem das durezas da vida dançando rumbas ou sambas são encontrados nas narrativas entre uma e outra música do programa, de modo a uni-las tematicamente. Como exemplos de temas ligados à negritude, cite-se Ruy Rey cantando 'Tabu'[13], de Margarita Lecuona e 'Yo Soy el Batalá'[14], atribuída a Ruy Rey. Em outro programa Jorge Fernandes canta 'Banzo'[15], de Heckel Tavares, seguido de 'Babalu'[16], de Margarita Lecuona – esta cantada em português. A temática da sensualidade também aparece em diversas músicas. Ruy Rey e Nuno Roland cantam, em dias distintos, versões de 'Param-pam-pam'[17], de Sérgio Di Karlo e 'Negra consentida'[18], de Joaquin Pardavé. Há até uma rumba composta por Ruy Rey, 'Ana Martí'[19], falando de uma musa sensual adorada pelo cantor. Isso fora músicas como 'Sambolândia'[20], de Pedro Caetano e a referida 'Escandalosa', cuja letra fala de uma mulher

[9] op. cit: 109

[10] A classificação de músicas pelo seu ritmo ou gênero em música popular não se baseia apenas em aspectos técnico-musicais e deve ser examinada com muita cautela.

[11] Extraído do programa NADC: 9/5/1947.

[12] NADC: 23/5/1947

[13] NADC: 23/5/1947 e 14/11/1947

[14] NADC: 16/5/1947

[15] NADC: 12/9/1947

[16] idem

[17] NADC: 9/5/1947 e 19/9/1947

[18] NADC: 12/9/1947 e 17/10/1947

[19] NADC: 16/5/1947

[20] NADC: 23/5/1947

que, ao dançar uma rumba em Cuba foi assim chamada. Nesse sentido, a mulher e a rumba se equivalem como pontos focais de uma representação da sensualidade natural.

Do ponto de vista musical, atente-se para a questão da *clave*. Ela aparece na maioria das músicas associadas a ela, mas parece ser tão importante para os músicos brasileiros como o chapéu da Carmen Miranda o é para o samba: é apenas um adorno. Algumas dessas músicas foram comparadas com gravações de orquestras latinas[21]. Era muito comum nos programas ao vivo do período a percussão começar o ritmo bem antes dos demais instrumentos, num procedimento semelhante ao das orquestras de baile. Entre um ponto e outro, o locutor dizia alguma coisa e é possível que o maestro estivesse mais preocupado com o fim da locução do que com o padrão da clave. Independentemente de qualquer explicação sobre os motivos, é possível que em 'Bim bam bum'[22], também gravada por Tito Rodriguez e a orquestra de Xavier Cugat, a clave do programa brasileiro esteja invertida em relação a esta gravação. Em 'Rumba Negra'[23], a clave aparece de uma maneira no início (2-3) e posteriormente cantor e orquestra mudam-se para a posição contrária (3-2). Para os ouvidos brasileiros, uma clave invertida não faria tanta diferença assim. "*O que há de errado nisso? Está soando OK para mim!*"[24], poderia ser o comentário ouvido pelos músicos da orquestra e do público, mas não para alguém mais familiarizado com esse tipo de ritmo.

A orquestra em todos os programas foi usada de maneira homogênea: nas duas séries cubanas, violinos, metais, madeiras e percussão trabalham num conjunto relativamente monolítico de som, o equivalente aos arranjos de Cugat, ainda que mais simples, dada a urgência com que deviam ser ensaiados e tocados[25]. Não houve espaço, nesses programas para formações instrumentais menores, embora elas existissem nos programas da série mexicana ao tocarem guapangos com dois violões, por exemplo. A percussão está frequentemente alta na mixagem, podendo significar uma tentativa de firmar melhor a clave para os músicos ou de caracterizar melhor o ritmo cubano para os ouvintes.

A reação musical à música estrangeira

É preciso lembrar que a música estrangeira em geral e a americana em particular já participavam há muito tempo de um grande debate que pode ser resumido como *o perigo*

[21] Para as comparações a seguir entre as músicas dos programas NADC com gravações estrangeiras foram escolhidas apenas aquelas onde o som da clave estivesse presente, de modo a explicitar seu ritmo.

[22] NADC: 19/9/1947

[23] NADC: 9/5/1947

[24] (MANUEL, BILBY, & LARGEY, 1995: 41)

[25] Devia haver uma tensão entre a necessidade do ensaio para uma execução decente e a falta de tempo e de um lugar adequado para realizá-lo, uma vez que o palco da rádio estava ocupado com outros programas.

da influência da música estrangeira na música brasileira. No entanto, a recepção da música estrangeira estava longe de ser passiva. Desde a década de 1930 pelo menos, compositores como Lamartine Babo e Noel Rosa, dentre outros, produziram composições onde se via a preocupação com a crescente influência estrangeira na música popular brasileira[26], como 'Canção pra inglês ver' e 'Não tem tradução, dentre outras. Para muitos brasileiros, Carmen Miranda não passava de uma 'vendida' e sua imagem, uma caricatura de uma latinidade sem lugar definido, ainda que palatável ao norteamericano, semelhante ao Panchito de Disney, ainda que este fosse um desenho. Na mesma época do 'Nas Asas', e entrando em 1948, um dos mais importantes radialistas brasileiros da época, Almirante, promoveu um programa para defesa da "autêntica" música popular brasileira. Almirante trouxe Pixinguinha e o regional de Benedito Lacerda e chamou o programa de 'O pessoal da Velha Guarda', transmitido pela rádio Tupi do Rio de Janeiro. Nele, Almirante acreditava estar fazendo um importante papel para a 'defesa de tudo o que é legitimamente brasileiro[27] e, embora não citasse o 'Nas Asas de um Clipper' nominalmente, queixava-se de boleros e rumbas executados no rádio brasileiro como se representassem uma ameaça.

O programa 'Nas Asas de um Clipper' como um todo poderia passar como um mero instrumento de promoção do turismo e de divulgação de um repertório mais ou menos internacionalizado de rumbas, boleros e outros ritmos mais ligados à representação do Caribe feita pelos EUA do que com o Caribe em si. Mas ele também mostra, ainda que sem um maior destaque, a recepção desses ritmos por parte do meio musical brasileiro.

Um dos indícios dessa recepção é a veiculação da música 'Tico-tico na rumba'. Musicalmente, a composição sugere o ritmo da rumba, com clave e orquestração semelhante ao de um *conjunto cubano*. A letra, no entanto, traz algumas dualidades: primeiro, ela é cantada parte em português e outra em 'portunhol', um espanhol com defeitos mas de compreensão fácil para um brasileiro comum. Narra-se dois pontos de vista distintos. O primeiro, o da brasileira, turista, desinteressada nos homens do lugar e que simplesmente pede numa festa para tocarem 'O tico-tico no fubá'. O segundo, o do cubano que, independentemente das intenções da mulher, interpreta sua passagem e seu andar como um convite à aproximação e é isso o que ele faz, querendo dançar o 'Tico-tico' com ela a noite inteira. Enquanto o cantor tem uma melodia própria, a cantora tem células do 'Tico-tico no fubá' original, fazendo uma mistura entre as duas. O que se pode inferir disso tudo é a

[26] MCCANN, op cit: 130
[27] Sobre Almirante e seus programas radiofônicos, ver (CABRAL, 1990)

representação mulher brasileira como sensual, ainda que involuntária, e outra dos cubanos como o protótipo romântico do 'latin lover'.

Outra composição, bem mais crítica sobre a convivência das diversas latinidades nem sempre tranquila, é a 'Rumba de Jacarepaguá', de Haroldo Barbosa. Nesta, a mistura de significações é bem grande, a começar pela música, que começa como rumba e termina como samba, com uma modulação para um tom distante no interlúdio, voltando ao tom original no final. A confusão também se dá com a diversidade de lugares de onde poderia surgir uma rumba: Nicarágua, Las Vegas, Manágua, Acapulco e Panamá são citados, numa grande desordem geográfica e, por que não dizer, etnomusicológica. Rimas fáceis e óbvias como Havana/banana/mañana pretendem ser evitadas. Maracas e bongôs são lembrados como instrumentos que 'atrapalham' o compositor na execução de sua peça e, por isso, omitidos do espaço simbólico do cantor (embora apareçam na gravação). Todo esse trabalho se dá para apresentar uma falsa rumba, ou, como ele mesmo diz na letra, uma 'rumba mascarada que não é rumba nem nada'. Retomando o conceito de representação, pode-se dizer que o autor vê a autenticidade do ritmo rumba na sua origem, isto é, por meio daqueles lugares que Hollywood tornou símbolos de uma latinidade hispânica, mas que ele não sabe – ou não se importa em saber - exatamente qual deles. Com isso, Haroldo Barbosa tira toda a legitimidade de sua própria música ao confessar seu lugar de origem, isto é, bairros cariocas pouco representativos musicalmente, 'lá pra Madureira, pouco além de Cascadura, a oeste de Irajá'. No entanto, acredita ele, essa falsa rumba cumpriria a mesma função de músicas mais autênticas: fazer qualquer pessoa 'requebrar até cansar'.

Coda

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, a representação do Caribe por meio de programas radiofônicos como 'Nas Asas de um Clipper' podia não ter outro objetivo além de levar diversão para seus ouvintes. No entanto, em meio a rumbas e boleros, sua produção musical continha elementos de resistência em relação à música estrangeira, como esperamos ter demonstrado.

Um segundo objetivo perseguido por esta comunicação foi valorizar o exame detalhado de programas radiofônicos. É muito comum em textos sobre música o uso como objeto de escuta principal, senão o único, das gravações fonográficas. Esperamos que a idéia contida nesta pesquisa possa valorizar o potencial de exame que este objeto pouco usado, a gravação de um programa radiofônico, quando disponível.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, V.; & DEVOS, A. M. **Radamés Gnattali - O eterno experimentador** (Coleção MPB, vol. 15). Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Música/Divisão de Música Popular, 1985. 381 p. ISBN 85-246-0001-2.

CABRAL, S. **No Tempo de Almirante - Uma História do Rádio e da MPB**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. 399 p. ISBN 85-265-0210-7.

CHARTIER, R. **Chartier, Roger - A História Cultural - entre práticas e representações** (M. M. Galhardo, Trad.) (Coleção Memória e Sociedade). Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. 244 p.

FERRARETO, L. A. **Rádio - O veículo, a história e a técnica** 2ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001. 375 p. ISBN 85-241-0614-X.

GOLDFEDER, M. **Por trás das ondas da Rádio Nacional** (Coleção Estudos Brasileiros, vol. 47). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 206 p.

MANUEL, P.; BILBY, K.; & LARGEY, M. **Caribbean Music - From Rumba to Reggae**. Philadelphia: Temple University Press, 1995. 272 p. ISBN 1-56639-339-6.

MCCANN, B. **Hello, Hello Brazil - Popular Music in the Making of Modern Brazil**. Durham: Duke University Press, 2004. 297 p. ISBN 0-8223-3273-6.

PINTO, T. A. Rádio, música e memória: reflexões sobre a música popular brasileira, o auge da Rádio Nacional e a construção de suas narrativas na década de 1970. In: VII Congresso IASPM-AL, 2006, Havana. **Anais.** Casa de las Américas

ROBERTS, J. S. **The Latin Tinge - The impact of Latin American Music on the United States**. Tivoli: Original Music, 1985. 246 p. ISBN 0-9614458-1-5.

SAROLDI, L. C.; & MOREIRA, S. V. **Rádio Nacional: o Brasil em Sintonia** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 224 p. ISBN 85-7110-881-1.

TINHORÃO, J. R. **Música Popular - Do Gramofone ao Rádio e TV** (Coleção Ensaios, vol. 69). São Paulo: Ática, 1978. 215 p.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo Cia das Letras, 2000. 234 p. ISBN 85-359-0014-4.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Paulinho da Viola: "tradição" e "modernidade" entre forma e expressão

Manoel Dourado Bastos*

Resumo: Desde o musical (e disco) *Rosa de Ouro* (1965), Paulinho da Viola deu seguimento no interior da indústria fonográfica ao samba. Este percurso histórico, entendido como "tradicional", desdobra-se numa resposta também "*moderna"* à experiência musical brasileira. O segundo momento de seu trabalho (a partir de 1968) busca conciliar a estrutura "tradicional" com a ampliação "moderna" do material musical. Disto surge uma ambivalência entre "tradição" e "modernidade" apresentando-se na tensão entre *forma* e *expressão* musicais.
Palavras-chaves: Paulinho da Viola – tradição – modernidade.

Abstract*:* Since the musical comedy (and record) Rosa de Ouro (1965), Paulinho da Viola gave pursuing to the samba inside the phonographic industry. This historical passage, basically "traditional", is unfolded in an also "modern" reply to the Brazilian musical experience. The second moment its work (since 1968) try to conciliate the "traditional" structure with the magnifying of the musical material. Of this appears an ambivalence between "tradition" and "modernity" presenting itself in the tension between musical form and expression.
Keywords: Paulinho da Viola – tradition – modernity.

1. Sobreposição e Justaposição de contrários.

Os primeiros momentos fonográficos de Paulinho da Viola[1] estão ligados ao ambiente cultural impulsionado pelo CPC-UNE (Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes), o desmantelamento dos projetos populares a partir do golpe civil-militar de 1964 e sua inserção tensa no "mercado de bens culturais".[2] Era deste campo de preocupações que Paulinho da Viola retirava impulso artístico, ainda que o engajamento (esteticamente mediado ou não) em política estivesse longe de suas preocupações – certamente, a matéria de suas canções deu soluções poético-musicais a estes problemas.

Em 1968, veio o convite para que Paulinho da Viola assinasse um contrato para gravar seu primeiro disco individual pela Odeon. João MÁXIMO (2002: 80) afirma que este convite, feito pelo executivo Milton Miranda, mirava principalmente o *cantor* Paulinho da

* Doutorando em História na Unesp/Assis, bolsista Fapesp.
[1] Para uma avaliação detalhada dos primeiros discos com participação de Paulinho da Viola e a idéia de tradição, cf. COUTINHO, 2002.
[2] Para um perfil historiográfico do CPC-UNE, cf. GARCIA, 2004 e 2007. Para um diagnóstico de época, cf. SCHWARZ, 1992.

Viola. Sem preterir o compositor em ascensão, para Milton Miranda o importante era que a voz de Paulinho "fazia bem à alma". A sutileza vocal era uma novidade deste disco, o que o tornava de imediato diferente das participações anteriores. Este primado do cantor ante o compositor nos indica um ponto de compreensão crítica, oriundo diretamente da "sensibilidade" comercial de um executivo da indústria fonográfica: a saber, a expressão é um momento fundamental da obra de Paulinho da Viola.

Podemos reconhecer isto recolocando a obra de Paulinho da Viola na ordem da experiência musical brasileira. Como se sabe, seu nome foi usado por Caetano Veloso, ainda em 1966[3], a fim de justificar o projeto de continuidade da linha evolutiva tomando João Gilberto como parâmetro (que veio dar no tropicalismo). Em um debate sobre "música popular" integrante do I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea, realizado em 1975 no teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, Paulinho da Viola confirmou que sua compreensão das possibilidades de criação musicais tomaram o tropicalismo como uma baliza.

> *Depois do movimento tropicalista, parece-me que não houve movimento algum, nem poderia haver, porque o próprio tropicalismo cuidou de explodir tudo aquilo que se fazia. (...) depois do tropicalismo, o critério é até um critério mais aberto de criação, e é até errado se ficar discutindo a utilização de qualquer elemento dentro de uma música, mesmo sendo do passado ou do futuro, ou de agora (CICLO, 1976: 97 e ss.).*

Na medida em que compreendia o tropicalismo como um movimento musical que liberou as possibilidades criativas para fora das amarras dos movimentos, Paulinho da Viola desdobrou também em sentido "moderno" a experiência do samba "tradicional" que lhe deu impulso musical. Nos momentos próximos ao lançamento de *Samba na Madrugada* (1966), Caetano e Paulinho moravam no Solar da Fossa, uma pensão que agregava artistas no Rio de Janeiro – por isso, Paulinho conviveu com o ambiente que veio a dar na afirmação tropicalista. Ele possivelmente ficou intrigado com as prospecções que Caetano fazia para a experiência musical brasileira[4], a ponto de lhe confidenciar a "necessidade" de ampliar seu campo expressivo. Esta "necessidade" pode ser ouvida em diversos aspectos nos dois primeiros discos exclusivamente de Paulinho da Viola.

Em *Paulinho da Viola* (1968), o resultado musical daquele interesse "modernizador" de Paulinho não se fez esperar. Imperava no LP a *sobreposição* da exuberância orquestral sobre os aspectos estruturais do samba, o que dava ao disco uma

---

[3] "Paulinho da Viola me falou há alguns dias da sua necessidade de incluir contrabaixo e bateria em seus discos. Tenho certeza que, se puder levar essa necessidade ao fato, ele terá contrabaixo e terá samba, assim como João Gilberto tem contrabaixo, violino, trompa, sétimas, nonas e tem samba." (republicado em DEBATE: 1981, 40).

[4] Caetano VELOSO (1997: 117) afirma que Paulinho da Viola foi a primeira pessoa a ouvir uma canção tropicalista – "Inútil Paisagem".

estranha característica das *big bands*. Muito possivelmente, tratava-se do resultado fonográfico daquela "sensibilidade" que buscou em Paulinho da Viola um cantor – afinal, era preciso arrumar o "ambiente musical" para uma voz que "fazia bem à alma". Obviamente, este "ambiente" era compreendido como a organização de arranjos orquestrais exuberantes, que eram o principal, em detrimento do arcabouço estrutural do samba, que era secundário. Com a novidade da exuberância musical, o que categoricamente se perdeu foi a matéria social que caracterizava o trabalho de Paulinho – ou seja, a perda de uma definição precisa, dentro do contexto de debate cultural à esquerda, do que viria a ser o povo brasileiro.[5] Os diversos indivíduos que se expressavam ao longo do disco estavam subjugados pela orquestração exuberante (mesmo quando ela não dirigia a canção em particular), que desta forma nem dava conta da "modernização" almejada, nem muito menos fazia jus à estrutura musical do samba. Seu único resultado fora o de negar o fundamento social (e político) que animava a obra de Paulinho da Viola.

Em 1970 Paulinho da Viola gravou um novo LP (*Foi um rio que passou em minha vida*) em que se dava nova direção aos problemas do disco anterior. Nele, a *sobreposição* da exuberância orquestral deu lugar a uma *justaposição* de elementos musicais díspares. Um primeiro sentido da justaposição como fundamento dos arranjos deste LP era que, ainda que os elementos musicais provindos da tradição do samba ganhassem espaço de atuação privilegiada, a culminância do processo só poderia se dar nos elementos anteriormente constitutivos da exuberância orquestral. Podemos perceber isto na entrada progressiva dos instrumentos em "Para não contrariar você", que desemboca na exuberância de "O meu pecado" (um samba de Zé Ketti). Acontece que o elemento musical que havia sido subsumido retornava vigorosamente em outras canções, como "Estou marcado", uma legítima roda de samba.

O disco de 1970 alternava canções em que a exuberância orquestral figurava justaposta aos elementos musicais característicos do samba e canções marcadas exclusivamente por estes, terminando em uma canção apenas de voz e violão ("Não quero você assim"), valendo por um momento de reconciliação, que se desmentia na finalização que se esmerava na exuberância orquestral. Desta maneira a justaposição de elementos musicais como plano geral dos arranjos ainda buscava seguir a regra de onipotência da exuberância orquestral sobre a base estrutural do samba, que, contudo, voltava a se apresentar sob a forma de resistência. A estratégia de justaposição deixava nítido o quão irreconciliáveis eram os

[5] Cf. em Manoel Dourado BASTOS, 2007, meus argumentos sobre como *Samba da Madrugada* (1966) definiu a idéia de "povo brasileiro" de maneira profícua dentro do debate cultural de então.

elementos em litígio se a determinação da totalidade poético-musical não viesse da matéria social que exigia figuração. Foi assim que Paulinho da Viola evidenciou a chave para a compreensão da experiência musical brasileira.

2. A RECONCILIAÇÃO EM NEGATIVO.

Entre *Paulinho da Viola* (1968) e *Foi um rio que passou em minha vida* (1970), Paulinho da Viola apresentou no V Festival da Música Popular Brasileira da TV Record, em 1969, a canção "Sinal Fechado", que saiu vencedora e logo foi gravada em compacto duplo. A primeira audição, "Sinal Fechado" destoa completamente da obra de Paulinho da Viola, e em geral é alocada sob a rubrica de "experimental". João Máximo ressalta a convicção de que esta canção não é samba "nem aqui nem na China" (MÁXIMO, 2002: 88). Mas recorda, por outro lado, que sua estrutura original foi pensada a partir de um samba-canção. A mesma questão é levantada por Eduardo Granja COUTINHO (2002: 109 e ss.), ao buscar identificar as assertivas de Paulinho da Viola sobre o caráter "tradicional" da canção como forma de desvinculá-la da sanha por novidades atualizadoras. A conturbada relação entre forma e expressão nas canções de Paulinho da Viola ganhava com esta canção um ponto de convergência novo.

Tanto na forma literária como no assunto, "Sinal Fechado" pode ser inicialmente compreendida por seu tom prosaico e cotidiano. Acresce que este caráter mais rés do chão encontrava fundamento poético em seu avesso, num jogo muito simples, porém exato, de adensamento em negativo de sua dramaticidade. João Máximo lembra muito bem que o diálogo de "Sinal Fechado" pode ser compreendido como "dois monólogos em um só" (idem: 87). A operação (anti)lírica da canção partia daí, ao buscar sua filiação longínqua, ainda que presente e pulsante, na crônica social que se desdobrou com resultados significativos na experiência musical brasileira, invertendo, porém, seus pressupostos ao encontrar exatamente nesta forma simples a maneira de dar figuração estética, plena de beleza em suspenso, a um assunto ligado ao imediatismo cuja violência arrastava consigo toda uma época, sem a isto se reduzir. O problema da canção não era abstrato, e sua concretude, que era uma forma de lhe dar sentido histórico, era oriunda da certeza de que as impossibilidades dos indivíduos ali postos (como singularização de um outro sujeito diferente da matéria habitual da obra de Paulinho) eram determinações objetivas.

A simplicidade pelo avesso também tinha seu lugar no aspecto musical da canção. A organização harmônica, que não se baseava em uma lógica de desenvolvimento, mas sim num encadeamento planificado dos acordes acrescidos de intervalos de segunda menor em

alguma de suas posições, completava o desdobramento melódico concentrado, fazendo das pequenas células sonoras que lhe dava substância pontos fechados em si mesmo, cujo fundo de coesão assegurava-se por seu espelhamento e pelo caráter tenso da totalidade da canção. Assim, tudo estava em suspenso e nada se resolvia pacificamente, acentuando-se o paroxismo da situação apresentada pela temática do diálogo frustrado.

Acontece que, como sugerido acima, em seu íntimo formal "Sinal Fechado" era um samba. Mas, tratava-se de um samba pelo avesso, sugerido como determinação estruturante da produção poético-musical que se apresentava como uma expressão que colocava em primeiro plano o momento negativo a que matéria e material do samba haviam chegado. Com "Sinal Fechado", ficava evidente que qualquer interesse de "atualização" ou "modernização" do samba deveria de dar conta de um ambiente musical e social que não aceitava mais reconciliações pacificadas – sua definição contundente do que era o povo brasileiro não podia conviver sem mais com determinações estéticas que desprezavam exatamente seu caráter popular. Compreendia-se com isso que todo o aparato musical desdobrado da bossa nova só ganharia sentido se, confrontado com a matéria social que reabilitara o samba em uma chave política, revelasse que a promessa de felicidade estava em suspenso. Da supressão da matéria social pela exuberância orquestral, Paulinho da Viola chegava ao ponto em que os pressupostos da "modernidade" musical foram colocados negativamente em seus próprios termos.

Em "Sinal Fechado", as providências estavam voltadas para o acerto de contas com o momento histórico que embotava e dava contornos próprios a qualquer trabalho artístico que tivesse a definição popular como base, ainda que não fosse sua matéria imediata. A angústia erigida em forma poético-musical era o daquele momento da obra de Paulinho da Viola em que a "atualização" e "modernização" serviam para a desaparição e descrédito do fundamento popular. "Sinal fechado", como novo aporte musical, emancipava no cerne da obra de Paulinho da Viola o exercício do samba como uma expressão legitimamente popular, indicando também o caráter moderno das canções e sua configuração em negativo.

3. Emancipação do material e liberdade popular.

Em 1971 Paulinho da Viola gravou dois discos, produção de uma qualidade invejável, ainda mais dado o pouquíssimo espaço de tempo entre um lançamento e outro.[6] Ambos davam continuidade aos problemas colocados pelos discos anteriores, consolidando os

[6] Pelo evitar confusão, chamaremos de *Paulinho da Viola I* (para o que começa com "Num samba curto") e *Paulinho da Viola II* (para o que começa com "Perder e ganhar").

parâmetros musicais em que as questões foram colocadas. Os desdobramentos da lógica de justaposição de elementos musicais, em que o conflito entre exuberância orquestral e fundamento do samba ganhava uma figuração, apareciam como o campo de atuação destes dois LPs.

O primeiro disco (*Paulinho da Viola I, 1971a)* trazia em seu cerne um trabalho em que o esmero expressivo saltava a primeiro plano. De imediato, podemos perceber que neste disco não havia mais lugar para a culminância da exuberância orquestral – os arranjos buscavam, sobretudo, dialogar com os pressupostos poético-musicais das canções, e não mais sobrepor a orquestração às estruturas formais. O material musical trabalhado no disco era variado, mas respondia a uma dinâmica de fundo. Do samba-enredo de "Lapa em três tempos" ao choro de "Abraçando Chico Soares", passando pelo samba-canção de "Coração", o que Paulinho da Viola advogava na organização do LP era a liberdade de escolha dos materiais musicais.

Escutando atentamente a canção "Para ver as meninas", por exemplo, percebe-se que as indicações fundamentais estavam no trabalho expressivo. Nela, temos a voz sutil de Paulinho da Viola, acompanhada por um violão singelo, mais uma caixinha de fósforos e um cravo. A redução estrutural dos instrumentos percusivos do samba à caixinha de fósforos resultava numa expressão singular, exatamente porque se erigia numa sonoridade sutil, em princípio contrária à batucada peculiar do samba, mas que realçava o caráter concreto oriundo diretamente do cotidiano popular, que encontrava em objetos comuns meios de figuração musical. No cravo, cristalizava-se com sinal trocado aquele interesse de atualização dos materiais musicais, na figura de um instrumento "morto", de tudo longe dos naipes de cordas ou de metais que em geral recheiam as orquestrações, mais ainda dos instrumentos eletrificados que estavam se consolidando na experiência musical brasileira, assim como dos próprios instrumentos constitutivos da batucada de samba.

Estes dois elementos centrais do arranjo da canção sugeriam que o imperativo de atualização não mais seduzia o trabalho de Paulinho em um viés progressista (o cerne da afirmação tropicalista), nem o imobilizavam no padrão tradicional do samba (uma possível diretriz engajada e vulgar), a que ele respeitava e também dava consecução, como fixador da perspectiva popular que animava seu trabalho. O campo de liberdade que Paulinho da Viola exigia para si era extenso, como que sugerindo que ao interesse popular de expressão tudo era permitido. Cada samba "autêntico", "tradicional", que aparece neste disco, mesmo no mais íntimo da estrutura musical, relembrava às canções de onde brota sua força e seu destino, mas não exigia uma fidelidade ortodoxa, e sim um compromisso de fundo, de emancipação.

No segundo disco (*Paulinho da Viola I, 1971b)*, permaneceram certos momentos da justaposição da exuberância orquestral que redunda em sua culminância, mas sem lhe determinar. Certamente, tratava-se de um sutil recuo diante da abertura dos materiais musicais utilizados no disco anterior. Mas, significava também o assentamento de certos parâmetros postos em dúvida pela exuberância. A utilização de um coral na canção "Perder e ganhar", por exemplo, reivindicava para si o fundamento popular. A homenagem a Nelson Cavaquinho em "Sol e Pedra" caracterizava o campo de afinidades formais de Paulinho da Viola, assim como a nitidez com que se ouviam os instrumentos característicos do samba do Estácio definia as filiações estruturais e os interesses específicos. Enfim, consolidava-se na obra de Paulinho da Viola o espaço de apresentação fonográfica dos gêneros de samba, do partido alto ao samba-canção, como figurações das resultantes (afirmativas ou negativas) da mediação pelas técnicas de gravação a que a música se viu impelida no século XX, sempre compreendendo que seu caráter popular era soberano, ainda quando submetido a elementos novos. Desta feita, a maturidade musical de Paulinho da Viola estava definitivamente consolidada.

As canções de Paulinho da Viola nos indicam uma maneira de compreensão das perspectivas de esquerda diante do desmoronamento dos projetos populares pela violência do golpe militar e a conseqüente ditadura. Da figuração musical de indivíduos, entendidos como a singularização do sujeito histórico portador das esperanças populares, resignificados a partir das fraturas de seus cotidianos, sofrimentos pessoais, interesses particulares, e toda a sorte de dificuldades peculiares à sobrevivência dilacerada em uma sociedade cindida, racialmente perversa, podemos recolher a chave para o entendimento de que aqueles que ali apareciam eram os deserdados de um projeto popular que nem chegou a se constituir, e que arrebentou no lado dos mais fracos, como sempre.

BIBLIOGRAFIA CITADA.

BASTOS, Manoel Dourado. *O povo, segundo o samba: Canção e política em* Samba na Madrugada *(1966), de Paulinho da Viola e Elton Medeiros*. Inédito. 2007.

CICLO de Debates do teatro Casa Grande. Rio de Janeiro: Ed. Inúbia, 1976.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

DEBATE: Caminhos da MPB. In: Arte em Revista. São Paulo: Editora Kairós, nº 01, 2ª edição, maio de 1981, pp.37-41.

GARCIA, Miliandre. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 24, nº 47. São Paulo: ANPUH, 2004. pp. 127-162.

_____. **Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964).** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

MÁXIMO, João. **Paulinho da Viola: sambista e chorão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2002. (Coleção Perfis do Rio)

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política: 1964-1969 – Alguns esquemas*. In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

DISCOGRAFIA CITADA.

Rosa de Ouro. Odeon, 1965.

Samba na Madrugada. RGE, 1966. (com Elton Medeiros).

_____. *Paulinho da Viola*. EMI-Odeon, 1968.

_____. *Foi um rio que passou em minha vida*. EMI-Odeon, 1970.

_____. *Paulinho da Viola I*. EMI-Odeon, 1971a.

_____. *Paulinho da Viola II*. EMI-Odeon, 1971b.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de idéias nas décadas de 1930 e 40.

Eduardo Munhoz Svartman*

Este texto investiga as experiências acumuladas e memórias produzidas por oficiais do Exército Brasileiro que estagiaram, fizeram cursos ou desempenharam funções administrativas ou diplomáticas nos EUA no âmbito dos acordos de cooperação militar ou de defesa mútua estabelecidos entre os governos brasileiro e norte-americano no decorrer das décadas de 1930 e de 1940. No plano militar estes acordos operacionalizaram a reconversão doutrinária e operacional do Exército Brasileiro do modelo francês para o norte-americano, o que foi viabilizado, em parte, pelo envio de oficiais para estagiar naquele país e pela vinda ao Brasil de missões e consultores. Esta experiência de internacionalização de uma fração do oficialato brasileiro, expressa também pela experiência da FEB, consolidou, no Exército, uma disposição geral pró-Aliados durante a II Guerra e a difusão de uma visão predominante favorável aos Estados Unidos até o final da década de 1940. Paralelamente, a experiência junto aos EUA tendeu a reforçar antigas disposições para a intervenção política entre oficiais brasileiros, de modo que os sentidos produzidos pelos agentes pesquisados afastaram as disposições germanófilas e reforçaram a crença não necessariamente na democracia liberal, mas no planejamento, na necessidade de fortalecimento militar, na urgência do combate ao comunismo e na necessidade de um maior protagonismo dos militares na política interna.

****

O processo de aproximação das Forças Armadas brasileiras às norte-americanas está inserido no quadro do alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos e da construção daquilo que Gerson Moura denominou como sistema de poder deste país na América Latina.[1] Neste marco mais amplo, que se delineava no inicio dos anos 1930, as Forças Armadas brasileiras, e o Exército em particular, tiveram um protagonismo crescente no Brasil, influindo em diferentes esferas da política nacional. Isso lhes permitiu fazer das

* Professor do PPG em História da Universidade de Passo Fundo.

1 MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência:* a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.42.

suas necessidades de reequipamento um item importante da agenda de política externa brasileira e de modo a compor os termos da barganha brasileira pelo seu alinhamento na II Guerra Mundial. Até a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em março de 1942, os militares brasileiros buscaram o atendimento de suas demandas por material bélico tanto nos EUA quanto na Alemanha ou na Itália, de modo que o mercado brasileiro foi objeto de uma intensa competição entre diferentes potências.[2]

Em meados da década de 1930, quando ainda estava em vigência a Missão Militar Francesa no Brasil, os Estados Unidos enviaram oficiais para auxiliar na instalação de uma fábrica de aviões militares e para reforçar a precária artilharia de costa. Em 1937 a Marinha brasileira negociou, embora sem sucesso, o arrendamento de vasos de guerra norte-americanos.[3] Paralelamente, o Brasil fazia pesadas encomendas de armas à Alemanha. As entregas começaram e ser feitas já em 1938, facilitadas por mecanismos como o comércio compensado que permitiam a troca de matérias primas por armamentos sem o comprometimento das escassas divisas nacionais.[4]

Não se tratava apenas de compra de armas, o que também estava em pauta eram os alinhamentos para um conflito de grandes proporções cuja eclosão todos agentes sabiam ser apenas uma questão de tempo. Em função disso, os Estados Unidos foram progressivamente abrindo suas escolas militares para que oficiais brasileiros ali fizessem estágios ou cursos e para que, uma vez de volta ao Brasil, contribuíssem para que as compras de armas fossem deslocadas da Europa para os EUA. Seu objetivo era consolidar a América Latina como uma região à salvo de influência européia e com isso garantir a projeção da sua influência política e econômica sobre o continente, fortalecendo sua posição face às potências rivais.[5]

A diplomacia brasileira procurava explorar essa rivalidade para melhor atender às novas demandas em favor da fundação das bases para a industrialização, da projeção política regional do Brasil e do rearmamento das Forças Armadas, que também consideravam a industrialização essencial para garantir a defesa nacional a longo prazo. Até a eclosão da

---

[2] HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

[3] McCANN, Frank. *A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945.* in: A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 229s. HILTON, S. Op. cit. p. 221 e BRANCATO, Sandra. As relações Brasil/Argentina no ano de 1937: rivalidade e conflito. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. 1988, n.2, pp. 195-214.

[4] HILTON, S. Op. cit. p. 261ss.

[5] MOURA, G. 1980, p. 113.

guerra, o Brasil tinha como trunfos a sua capacidade de fornecer matérias-primas estratégicas e o desejo de comprar armas e, em função disso, manteve uma "eqüidistância pragmática" face às potências.[6] Com a eclosão do conflito, o Brasil logo tornou-se peça importante na estratégia regional norte-americana, o que permitiu, nas negociações bilaterais paralelas às conferências multilaterais, que a adesão brasileira à "causa Aliada" e a cedência de bases no nordeste fosse barganhada por créditos para a construção de uma siderúrgica e pelo reequipamento de suas Forças Armadas.

No plano estritamente militar, a aproximação já vinha se dando desde 1939 quando o chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, George Marshall, visitou o Brasil expondo abertamente às autoridades militares brasileiras a intenção de um acordo de cooperação militar. A visita contou também com uma conferência para os oficiais da Escola de Estado Maior do Exército, que ainda contava com instrutores franceses.[7] Em retribuição à visita e para detalhar as negociações, Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, seguiu para os Estados Unidos a convite daquele país, lá permanecendo por mais de dois meses e levando consigo o então coronel Canrobert Pereira da Costa, futuro Ministro da Guerra do governo Dutra. Fortemente impressionado pelo "progresso material da poderosa nação", em seu retorno Góes afirmou que o governo do Estado Novo lançara as bases para o "aparelhamento nacional" e que a guerra iminente colocava o "Exército como elemento central na organização dos recursos nacionais mobilizados para a defesa dos objetivos nacionais."[8] Embora o acordo só fosse assinado em 1942, uma comissão de oficiais dos dois países já funcionava no Brasil para coordenar a implantação das bases aéreas e navais no Brasil e, em 1940, um pequeno contingente de oficiais brasileiros já freqüentava as escolas norte-americanas.[9] Essa comissão, que recebeu o prolixo nome de Comissão de Oficiais Mista Brasileiro-Americana, funcionou no Rio de Janeiro no decorrer do ano de 1941 e foi um dos palcos em que oficiais do alto comando do Exército exercitaram a ambigüidade da posição brasileira face ao conflito com o intuito de obter vantagens em relação aos Estados Unidos. Em uma das reuniões, Góes Monteiro, cujas inclinações favoráveis ao Eixo eram conhecidas na época, assinalava que "o que o Brasil mais precisa é de material e que vem sendo

---

6 MOURA, G. 1980, p. 63. Para a percepção dos dirigentes brasileiros, ver SVARTMAN, Eduardo. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. *Anos 90*. n. 5, julho de 1996. pp. 137-172.

7 LYRA TAVARES, Aurélio da. *O Brasil de minha geração.* Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. p. 141.

8 COUTINHO, Lorival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1955. p. 362. e AN: AP 51, cx. 2 doc. 1 v 34.

9 McCANN, F. Op. cit., p. 235.

solicitado sem sucesso junto aos EUA", de modo que eram "pouco satisfatórias as condições de auxílio material dos EUA para o Brasil."[10] A contrapartida norte-americana em armas ainda demorava, reforçando as posições dos elementos do governo favoráveis ao Eixo, mas os créditos para a siderúrgica foram liberados naquele mesmo ano.

***

Em março de 1942 realizou-se no Rio de Janeiro a III Reunião de Chanceleres Americanos, na qual o Brasil e a maioria dos países do continente romperam relações diplomáticas com o Eixo. Em agosto desse ano o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália. A partir de então consolida-se o alinhamento com os EUA, sendo criada a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (CMMBEU), que funcionara tanto no Rio de Janeiro quanto em Washington. No Brasil, o representante do Exército Brasileiro era o general Cristóvão Barcelos, nos EUA, a mesma função era exercida por Leitão de Carvalho.[11] Inicialmente a Comissão tratou de colocar em vigor o sistema de *lend-lesaing* que deveria acelerar as tão esperadas remessas de armas e equipamentos para o militares brasileiros.[12] Paralelamente às negociações bilaterais, oficiais brasileiros passam a integrar a Junta Interamericana de Defesa, que, no espírito da Conferência do Rio, deveria traçar as medidas operacionais para a defesa coletiva dos países do continente. Embora longe de ser um consenso no alto-comando militar brasileiro, logo começaram também as pressões e negociações para o envio de tropas brasileiras a pelo menos um dos teatros de guerra. Começava a se delinear o que seria a FEB.[13]

A efetiva operacionalização da cooperação, todavia, se daria ainda mediante a muitos percalços e a uma espécie de jogo de espera por porte da cúpula militar o que, por sua vez, angustiava o segmento mais comprometodo com os EUA. Em viagem aos EUA, para

[10]Ata da 3ª Sessão da Comissão Mista Brasileiro-Americana. AHEx, Arquivo Góes Monteiro, Caixa 9 Pasta 5 sub-pasta 5. Enquanto os oficiais norte-americanos se reuniam no Rio de Janeiro com seus homólogos brasileiros, a Alemanha, apesar da guerra já iniciada, procurava manter os contatos com a oficialidade brasileira através de visitas como a do general Niederfüher às instalações militares brasileiras em Santa Cataraina. LYRA TAVARES, A. Op. Cit. p.145.

[11] Relatório do Ano de 1942 Ministro das Relações Exteriores. p. 23.

[12] O sistema de empréstimo e arrendamento não era estendido apenas ao Brasil, no entanto, 75% dos recursos destinado para a América Latina iam, na prática, para o Brasil, que por sua vez contava ainda com um desconto de 65% sobre o preço de tabela do material bélico norte-americano. Para essa questão, ver HILTON, S. Op. cit., p. 221. Para o texto do acordo, ver a transcrição em LEITE, Mauro R. *Marechal Eurico Gaspar Dutra:* o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 528ss.

[13] Para um relato dos fortes entraves impostos pelo Ministério da Guerra e pelo Estado Maior do Exército à organização da FEB, ver LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *A serviço do Brasil na II Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: A Noite, 1952. Para a influência das inclinações pró-Eixo na política externa brasileira desse período, ver SVARTMAN, Eduardo. Presença fascista e política externa na Argentina e no Brasil (1930-1945). *História: debates e tendências.* v.3, n.1, p.55-61, julho de 2002.

assumir seu posto na CMMBEU Leitão de Carvalho faz o seguinte comentário por ocasião da visita a um dos vários centros de treinamento de oficiais montados desde a declaração de guerra:

> *Funcionavam esses centros haviam sete meses, tendo já fornecido a aviação do exército muitos milhares de oficiais, quando aportamenos á cidade. Ao ouvir do dotetor do importante e complexo instituto os dados que aí ficam e bem traduzem a grandeza das previsões americanas para asustentar a guerra em que estavam empenhados, não pudemos deixar de recordar, com tristeza, a lamentável indiferença com que no Brasil se encara a preparação do país para uma luta em que se jogavam o destino de todo o continente!*[14]

A guerra foi um forte catalisador no processo de americanização do Exército brasileiro, acelerando uma tendência que já se esboçava no início dos anos 1930, eliminando as ambigüidades da fase de "eqüidistância pragmática" e refreando as posições de seus quadros dirigentes germanófilos. Os contatos entre oficiais dos dois países cresceu bastante nesse período. No início de 1943 vários oficiais superiores foram enviados ao norte da África em missões de observação junto às tropas norte-americanas naquela região, entre eles destaca-se Eduardo Gomes (que também estivera nos EUA em 1942) e Mascarenhas de Moraes, futuro comandante da FEB. Para além das impressões quanto a amplitude do planejamento e logística que as operações militares passavam a ter, oficiais como o então tenente-coronel Lira Tavares deixam transparecer um certo encantamento face ao exército e aos oficiais norte-americanos. Em suas memórias, Tavares narra seu primeiro encontro com o general Clark, que mais tarde comandaria as tropas às quais a FEB se integraria, como "uma cena muito cheia de emoções indescritíveis".[15]

Todavia nos depoimentos de militares que estagiaram nos Estados Unidos no início dos anos 1940 prevalece uma visão mais pragmática e crítica, que ensejou uma apropriação bastante seletiva dos saberes lá difundidos. Conforme o depoimento de henrique Teixeira Lott, os estágios tinham como objetivo colocar os oficiais brasileiros

> *a par da maneira pela qual os americanos encaravam a guerra e tomar conhecimento do material que eles dispunham para essa guerra. Mas eu, por exemplo, assim como Castelo Branco, tinha uma instrução militar muito maior que a dos oficiais que me estavam ensinando na Escola Superior de Guerra, devido à ligação que mantivemos com a Missão Militar Francesa.*[16]

---

[14] CARVALHO, Eestevão Leitão. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, p. 186

[15] LYRA TAVARES, Aurélio da. *O Brasil de minha geração.* Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. p. 163.

[16] Depoimento concedido ao CPDOC.

O depoimento major Antônio Carlos Murici segue a mesma linha de Lott ao enfatizar o caráter seletivo das incorporações:

> *O sistema logístico de apoio (...) exige uma técnica que nós não tínhamos. Então tivemos que aprender com os americanos. Eles vieram nos trazer ensinamentos e, ao mesmo tempo, os métodos de trabalho de estado-maior, e não de concepção. Em concepção nós não tínhamos nada a dever ao americano, mas os métodos de trabalho dos americanos nos estados maiores eram diferentes dos nossos. Por uma razão muito simples: nós aqui formávamos um oficial de estado-maior e o preparávamos para atuar em qualquer seção: primeira, segunda, terceira ou quarta (naquele tempo não havia ainda quinta, sexta e outras). Mas os americanos não tinham o número de oficiais suficientes para isso. Foram obrigados a fazer uma simplificação e especialização de tarefas.*[17]

Para além dos aspectos estritamente militares e operacionais, Muricy, de forma semelhante a Leitão de Carvalho, mostrou-se mais impressionado com a capacidade e de mobilização de recursos dos EUA. Referindo-se às visitas que fez às instalações militares daquele país, por ocasião do curso de estado-maior, assinalou que "nós vimos que, realmente, os Estados Unidos eram uma potência industrial capaz de fazer o milagre que fez".[18]

A partir de meados de 1943 iniciou-se o fluxo de mais de duas centenas de oficiais brasileiros para realizar cursos de estado-maior em Fort Lavenworth e estágios em diferentes unidades do Exército norte-americano. O objetivo, portanto, era converter a sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e familiariza-los com os regulamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país. A idéia de enviar oficiais brasileiros aos Estados Unidos surgiu na CMMBEU e, nas palavras de Leitão de Carvalho, "facultaria, através de um grupo de elite, o contato entre os quadros permanentes das duas corporações, permitindo assim que seus membros se conhecessem, se apreciassem, e se preparasse a atmosfera psicológica necessária a uma confiante colaboração na guerra."[19] O programa previa uma semana de adaptação dos oficiais no centro ou escola, seis a oito semanas de instrução, duas a três semanas de estágios em outros centros ou em manobras e, por fim, uma semana para visitar grandes cidades como Nova York ou Washington.

Comissões mistas, missões de observação, estágios, cursos e a experiência de combate – vitoriosa – junto às tropas norte-americanas permitiram uma rápida assimilação da doutrina militar daquele país por essa geração de oficiais brasileiros. Consolidava-se uma forte simpatia pelos Estados Unidos em diferentes camadas do oficialato brasileiro e

---

[17] Depoimento concedido ao CPDOC em fevereiro de 1981, p. 185.
[18] Idem, p. 193.
[19] LEITÃO DE CARVALHO, E. Op. cit. p. 359.

institucionalizavam-se espaços de consagração profissional que, pela via da internacionalização ou da experiência de combate poderiam impulsionar carreiras.

É preciso cautela quando se relaciona a FEB, a assimilação de padrões organizacionais e operacionais norte-americanos e a incorporação de atitudes políticas e ideológicas favoráveis àquele país. Não se pode desconsiderar o fato de que a participação na FEB não foi um elemento exclusivo de nenhuma clivagem do corpo de oficiais do Exército. Os oficiais que mais tarde vieram a compor a chamada ala nacionalista do Exército tiveram o mesmo grau de engajamento na FEB que os identificados com o antivarguismo e, mais tarde, com o próprio golpe de 1964.[20] No entanto, a participação efetiva num conflito da magnitude da II Guerra Mundial conferia prestígio, especialmente no meio militar, aos oficiais que da FEB retornavam, quaisquer que tenham sido suas posições políticas no pós-guerra.

O sentido conferido a essa experiência e o uso feito desse prestígio, que em certa medida marcou as posições assumidas pelas diferentes clivagens do oficialato do Exército nas décadas seguintes, foi variado, no entanto havia uma certa convergência.

Independente das posições políticas assumidas no pós-guerra, estruturava-se um núcleo profissional e agora experiente do Exército, parte dele simpático aos EUA, e crente que só a "mobilização nacional", o planejamento racional e o desenvolvimento de uma infra-estrutura industrial, de transportes e comunicações poderiam garantir a segurança dos Estados e das Nações. Em suas memórias, Lira Tavares colocou essa questão nos seguintes termos: "A guerra nos trouxera (...) uma consciência mais realista das nossas vulnerabilidades internas e da falta de infra-estrutura para corrigi-las."[21] Foi nesse sentido que se deu o consumo de determinados procedimentos e valores organizacionais observados no Exército norte-americano. Bem antes do advento da Guerra Fria, a americanização do exército brasileiro já operava como um elemento de reforço no protagonismo político dos militares brasileiros, especialmente nos campos por eles considerados sensíveis à segurança nacional: energia, transporte e siderurgia.

A simpatia aos Estados Unidos sedimentou-se de diversas formas, entre elas o estabelecimento de laços pessoais. Um dos oficiais de ligação dos EUA com a FEB, Vernon Walters, tornou-se bastante próximo de vários oficiais brasileiros e estabeleceu duradouros

---

[20] *SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2006. p.*

[21] TAVARES, A. 1976, p.266.

laços de amizade, em particular com Castelo Branco, que foram mantidos depois da guerra e reforçados duas décadas mais tarde quando este participava das reuniões nas quais Cordeiro de Farias, Castelo, Geisel, Golberi e as lideranças civis conspiravam contra o governo João Goulart.[22]

A aproximação dos oficiais do Exército Brasileiro com os EUA foi marcada por um forte pragmatismo da cúpula militar; afinal, tanto Dutra quanto Góes Monteiro eram notórios simpatizantes do Eixo. Os rumos da guerra, o peso da política pan-americanista dos EUA e o temor quanto à mobilização nazista entre os descendentes dos imigrantes germânicos contribuíram para que prevalecesse o senso de oportunidade e se garantisse, com a americanização, o reequipamento e a modernização das Forças Armadas brasileiras e se viabilizasse uma eventual projeção regional, especialmente em face à Argentina.[23]

Para a geração de coronéis e tenente-coronéis que experienciaram a conversão doutrinária e operacional, coroada com a efetiva participação nos combates da II Guerra mundial pelo envio da FEB à Itália, a aproximação com os Estados Unidos trouxe mais do regulamentos e armamentos de procedência norte-americana. O contato com o "esforço de guerra" e com o grau de mobilização de recursos e planejamento daquele país reforçou uma disposição já há tempos sedimentada entre os oficiais brasileiros na qual em nome da defesa nacional os militares deveriam assumir um protagonismo maior em segmentos considerados sensíveis da economia e da administração pública. Se de um lado a Escola Superior de Guerra, criada em 1948, foi um fruto precoce da Guerra Fria, por outro, ela repercutia o esforço que um segmento do oficialato brasileiro empreendia no sentido de subordinar as demandas do desenvolvimento às de uma noção ampliada de defesa.

É nesse sentido que Muricy articula em seu depoimento a criação da ESG, e a subsequente produção de sua conhecida Doutrina de Segurança Nacional, "uma filosofia, que surgiu depois da guerra de 39 e 45, em que se sentiu que o problema de segurança extrapolava muito o campo militar. E, mais do que isso, extrapolando o campo militar, envolvia todas as atividades do país, tanto na retaguarda quanto na frente."[24] Institucionalizou-se, a partir de então, um espaço importante de produção e difusão doutrinária capaz de combinar, em

---

[22] Walters serviu como adido militar assistente no Brasil de 1945 a 48 e como adido militar de 1962 a 67. Foi colaborador de vários governos republicanos nos EUA e em 1972 foi nomeado vice-diretor da CIA. BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil.* Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p 460ss. Para a amizade com Castelo Branco, ver DULLES, J. 1979. p. 175. e NETO, Lira. *Castello:* a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004. p. 230.

[23] SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares*: as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: UPF Editora, 1999. p. 117s.

[24] Depoimento concedido ao CPDOC.

sintonia com o que era produzido em oranismos congêneres nos EUA, o anticomunismo "tradicional", que era cultivado no Exército desde a insurreição de 1935 com a Guerra Fria[25] e a necessidade de "racionalização" da política brasileira como condição para a segurança e para o desenvolvimento.

*****

A recepção das doutrinas norte-americanas no meio militar brasileiro foi, como se pode apreender dos depoimentos, bastante seletiva, sem que implicasse em abrir mão de velhas estruturas autoritárias, antiliberais, da tradicional desconfiança face ao egoísmo dos "políticos profissionais" ou da crença na superioridade moral e técnica do militar face aos civis. Este último aspecto foi consideravelmente majorado nas décadas de 1950 e 60 e sempre esteve intimamente relacionado com a disposição para a intervenção política. O principal ponto de convergência era, sem dúvida, o anticomunismo, seguido de valores calcados no planejamento e na tecnificação da administração pública. Tratam-se de elementos há muito presentes no universo simbólico dos oficiais do Exército, que neste período, particularmente na ESG, foram reforçados através da repetição escolástica da doutrina, dos manuais, e dos estudos lá realizados.

O processo de americanização do Exército Brasileiro se deu, inicialmente, de forma prioritariamente militar, "técnica". Predominaram temas referentes a aquisição de armas e doutrinas táticas, em detrimento de uma propaganda mais explícita. Ainda assim a adesão do Brasil ao sistema de poder norte-americano permeava todo o processo. De modo que conhecer instalações militares norte-americanas, viver algum tempo nesse país ou travar uma experiência real de combate no exército Aliado incutiu uma forte predisposição pró-Estados Unidos em importantes frações do oficialato brasileiro. Com o advento da Guerra Fria, e o recrudescimento do anticomunismo no Brasil, a identificação estritamente militar desses oficiais brasileiros com os EUA se projetava então para as idéias de Ocidente, democracia e cristandade e esteve relacionada com a crescente atuação dos militares na esfera política interna.

[25]MOTTA, Rodrigo Sá. O anticomunismo militar. in: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*: novas perspectivas. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 24

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os "Batinas-verdes"

Pedro Ernesto Fagundes*

Resumo: Nesta comunicação pretendo focalizar as ligações entre padres e organizações do laicato católico, especificamente, o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica (LEC) com a Ação Integralista Brasileira (AIB). O objetivo central é verificar como foram construídas as relações políticas e as alianças eleitorais entre os chamados "camisas-verdes" e essas personalidades e organizações católicas. Para tanto, pretendemos analisar alguns episódios da trajetória histórica da AIB nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.
Palavras-chave: Integralismo – laicato católico – História Política

1- Introdução:

A partir da unificação de vários movimentos, organizações e partidos da extrema direita que se fundiram foi fundada, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), que em um curto espaço de tempo conseguiu organizar núcleos em quase todas as regiões do país. Considerado o primeiro partido de massas do país, a AIB chegou a contar com centenas de milhares de adeptos, entre os anos de 1932-1937.

Entretanto, apesar de conseguir eleger inúmeros prefeitos e vereadores em diferentes estados do país, em novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas instaurou o chamado Estado Novo e, a partir desse momento, o movimento integralista deixou de existir legalmente. Em sua curta é rica experiência, a AIB conseguiu atuar em dezenas de estados do país.

No estado do Rio de Janeiro as primeiras atividades dos integralistas datam nos meses iniciais de 1933. Entre as primeiras tarefas dos dirigentes da chamada "Província Integralista do Rio de Janeiro" estava a organização de núcleos municipais. Nesse sentido, em setembro de 1933, menos de um após a fundação da AIB, o núcleo integralista da cidade de Campos dos Goytacazes já realizava uma conferência para receber o chefe Nacional do movimento: Plínio Salgado.

Sendo assim, ao longo do ano de 1934 os integralistas fluminenses ocuparam-se da organização e estruturação da AIB no estado. Durante esse período foram organizadas

* Doutorando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Professor do Departamento de História do Centro Universitário São Camilo –ES.

caravanas, "bandeiras", desfiles, conferências, enfim, um conjunto de atividades que visavam divulgar e ampliar o número de militantes "camisas-verdes" no estado do RJ.

Em 14 de outubro de 1934, ocorreram as eleições estaduais que elegeriam os novos representantes para o Congresso Nacional e para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Após a aprovação da Constituição de 1934 caberia a essas novas legislaturas reassentar as bases do processo político do país e do estado. Segundo as novas regras eleitorais o número de eleitores no estado fluminense era de, aproximadamente, 150.000 eleitores inscritos e qualificados para votarem. As cidades que concentraram os mais significativos volumes de alistamentos[1] eleitorais foram: Campos (14.307), Niterói (11503) e Itaperuna (11190).[2]

Os integralistas do estado acabaram participando da disputa eleitoral para os cargos de senadores e deputados – estadual e federal – no pleito de 1934. Entre as 46 candidaturas apresentados pelos integralistas no RJ um chamava a atenção: a do padre José Tomas de Aquino Menezes.

O lançamento da candidatura do padre Tomas Aquino – religiosos da cidade de Miracema - pela AIB pode ter sido uma manobra para atrair a simpatia dos fieis fluminense e das suas organizações, sobretudo, o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC). Para compreender o que foi a LEC, a importância de contar com seu apoio e, sobretudo, qual seu papel nesse período é imprescindível analisarmos o que foi a chamada "Reação Católica".

2- A Reação Católica e a Liga Eleitoral Católica:

Durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo após a Revolução Russa de 1917, a alta hierarquia da Igreja Católica procurou despertar e cobrar de seus fiéis do mundo inteiro uma participação mais ativa nos debates e discussões relativas às questões de natureza política, econômica e social. A "Reação Católica" pretendia realizar um verdadeiro chamado geral para que todos os católicos do mundo ampliassem seus espaços de influência na sociedade moderna.

Essa mobilização teve seus primeiros sinais no Brasil a partir do final da década de 1910, com a publicação da Carta Pastoral lançada por D. Sebastião Leme, na época arcebispo de Olinda-PE. Esse documento tinha como finalidade alertar os católicos, religião da maioria da população, para que os leigos brasileiros também passassem a ocupar uma

[1] É importante salientar que apenas maiores de 21 anos, de ambos os sexos e alfabetizandos tinham o direito de procurarem a Justiça Eleitoral para se cadastrarem ou, segundo o termo usado na época, se alistarem para participar das eleições.
[2] Monitor Campista, pg. 1, 6/9/1934.

postura mais militante em relação aos grandes debates nacionais. Posteriormente, em 1921, D. Leme deixou a cidade do nordeste para assumir o cargo de arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro-DF. (NAGLE, 1994: 58).

O quadro histórico da década de 1920 representou um mosaico de manifestações em variadas esferas da sociedade, como por exemplo: a Semana de Arte Moderna, a Reação Republicana, o movimento Tenentista e a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Foi exatamente como uma forma de intervir nesse cenário em transformação que uma parcela da Igreja Católica assumiu tarefa de ampliar o nível de intervenção dos católicos brasileiros na sociedade.

Podemos apontar como os sinais iniciais dessa mudança de postura da Igreja no Brasil: o lançamento da revista "A Ordem", a fundação do Centro Dom Vital e a organização da Liga Eleitoral Católica (LEC). Essa tática empregada pela Igreja Católica que visava, principalmente, se contrapor às teses comunistas tinha como objetivo primordial garantir espaços para os católicos nas discussões e encaminhamento dos grandes temas e, concomitantemente, tentar influenciar e garimpar adeptos entre as camadas dirigentes, daquele período.

Sem dúvida a primeira manifestação clara de que os católicos pretendiam assumir uma postura mais ativa foi o lançamento da revista "A Ordem". Nesse mesmo sentido a criação, em 1922, do Centro D. Vital teve a incumbência de estreitar o contato entre a Igreja Católica e a intelectualidade leiga.[3] Outros recursos utilizados foram à publicação de livros, sobretudo, dos líderes leigos do movimento: Jakson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaide).

Em segundo lugar, entretanto não menos importante, a organização do Congresso Eucarístico que pretendia apresentar inúmeras teses propondo uma tomada de posição dos católicos em relação às questões do mundo leigo, especialmente as de caráter político e educacional. Os católicos também tiveram uma participação destacada nos debates educacionais das décadas de 1920 e 1930, especialmente, durante as discussões travadas nas Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Ainda no setor educacional, outro momento de grandes embates ocorreu nos debates constituintes, entre 1933 e 1934. Nesse momento, os maiores opositores dos

[3]Ainda com a missão de formar uma consciência cristã entre os intelectuais católicos foi fundada a Confederação Católica. Outras duas ações que refletiram a disposição dos católicos em assumir um maior protagonismo na cena política do país foram, em primeiro lugar, a publicação da Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro, em comemoração ao centenário da independência.

educadores católicos foram os signatários do "Manifesto da Educação Nova", [4] de 1932. Pois, o intuito dos católicos era garantir a permanência da obrigatoriedade do ensino religioso na grade curricular das escolas "em respeito à tradição católica do povo brasileiro". (XAVIER, 2002: 58).

Entre outras ações práticas que surgiram como frutos da "Reação Católica", podemos citar: o aparecimento das "emendas religiosas" na revisão constitucional de 1924, a criação da Ação Católica Universitária do Rio de Janeiro e da Liga Eleitoral Católica. Contudo, a revista "A Ordem" e o Centro D. Vital foram as iniciativas que tiveram maior importância no sentido de despertarem os católicos para as questões práticas do cotidiano.

Entre os fundadores da revista e do Centro D. Vital, a figura de maior relevo foi, sem dúvida, Jackson de Figueiredo. Posteriormente, em 1928, com o falecimento de Figueiredo, quem assumiu a direção de ambas as instituições, da revista e do centro, foi Alceu Amoroso Lima. Esses dois líderes imprimiram marcas distintas à frente das organizações. A princípio, com Jakson de Figueiredo, as atividades foram mais no sentido teórico, ou seja, de orientações no terreno da crítica como, por exemplo, no lançamento de teses e manifestos, sobretudo durante a década de 1920.

Após o falecimento de Jakson de Figueiredo os católicos, sob a liderança de Alceu A. Lima, assumiram uma posição mais prática. Desse modo, tanto a LEC quanto o Centro D. Vital fizeram manobras no sentido de ampliarem seus espaços políticos. Apesar de nunca ter se configurado como um partido político, a LEC publicava em jornais do país listas com os nomes dos candidatos que estavam afinados com a doutrina católica.

Tais nomes referendados pela LEC passavam a ser "dignos" do voto dos católicos. Assim, em 12 de outubro de 1934, foi publicada uma nota oficial do núcleo da LEC no Rio de Janeiro apresentando um elenco de nomes aprovados pela organização e que defendiam a "causa católica". A lista deveria receber o aval da Junta Eleitoral que funcionava na cidade de Niterói. É importante destacar ainda que a nota foi assinada por Colatino Gusmão e M. Perlingeiro Netto, respectivamente, presidente e secretario da LEC em Campos.

> *Por preencherem integralmente as condições estabelecidas pela Liga Eleitoral Católica, também são por ela recomendados aos sufrágios dos católicos, seja para deputados federais, seja para deputados estaduais no próximo pleito os nomes do reverendo cônego José Thomaz de Aquino Menezes, figura de real destaque no seio do clero desta diocese e ilustre vigário de Miracema; o professor José Ferreira Landim, esforçado e constante defensor dos interesses da Igreja e da religião. (Monitor Campista, pg. 8, 13/10/1934).*

[4] Para mais informações sobre os pioneiros da educação ver: XAVIER, Libânia N (2002).

Evidentemente, é importante insistir que, apesar de não eleger nenhum de seus candidatos, esse pleito possibilitou que os integralistas aumentassem seu "capital político" e estreitassem definitivamente seus laços com membros da LEC no estado do RJ. Sendo assim, poucos meses depois importantes dirigentes da AIB estiveram a frente da estruturação de uma importante instituição do laicato católico na cidade de Campos dos Goytacazes: o Centro D. Vital.

Em maio de 1935 ocorreu o primeiro encontro que teve como finalidade a organização de uma sessão do Centro Dom Vital na cidade.[5] Tal empreitada contou com a participação destacada dos irmãos José Landim e Raul Landim, exatamente, figuras que estavam entre os dirigentes mais importantes da "Província Integralista Fluminense". Poucos meses depois, no mês de setembro, ocorreu uma conferência que contou com a presença do próprio Alceu Amoroso Lima, o mais importante líder em nível nacional da organização. O local do evento, que foi prestigiado por centenas de pessoas, foi o Liceu de Humanidades de Campos (LHC).[6]

Outra importante organização do laicato católico em que os integralistas tiveram espaços generosos foi na Associação de Professores Católicos de Campos. Entre as atividades desenvolvidas pela Associação de Professores Católicos estava a realização periódica de conferências para os docentes católicos de Campos. A penetração dos integralistas nessa organização pode ser constatada ao analisarmos um ofício encaminhado pela associação aos professores do LHC.

> *A Associação dos Professores Católicos de Campos vem rogar a VEx^{a} tornar extensivo ao ilustre Corpo Docente do Liceu de Humanidades, o convite que pessoalmente tem prazer e a honra em levar a VEx^{a}, para assistir à conferencia do professor José F. Landim, sobre o tema "O Integralismo em face do Catolicismo". A sessão especial será realizada no salão nobre da Confederação Católica, na noite de 3º, 24 do corrente, tendo a conferencia início pontualmente ás 20 horas.*[7]

Como podemos verificar, trata-se de um convite para uma conferência que, "coincidentemente", teve como tema "O Integralismo em face ao Catolicismo". O conferencista de tal evento foi ninguém mais que o próprio professor José Ferreira Landim componente ativo do Centro D. Vital e dirigente da AIB na cidade – que havia inclusive contato com o apoio da LEC para sua candidatura.

---

[5] Monitor Campista, 29/5/1935.
[6] Monitor Campista, 4/9/1935.
[7] Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, caixa - 1934.

A participação de religiosos nas atividades da AIB e a presença de integralistas entre os fundadores da sessão do Centro D. Vital servem para evidenciar que existiu um permanente diálogo entre os "camisas-verdes" e importantes parcelas do laicato católico Fluminense. Configurando, como já dissemos, a existência de uma articulação e uma interação entre importantes seguimentos do laicato católico e os integralistas.

3- Os "Batinas-verdes":

Contudo, entre os membros do clero ocorreram inúmeros casos de religiosos que assumiram posição de destaque nas fileiras da AIB. Entre esses casos, o mais notório foi o de D. Hélder Câmara. O então recém ordenado padre Hélder Câmara, ainda sob forte influência das obras de Jackson de Figueiredo, desempenhou um papel de destaque no sentido de atrair novos simpatizantes e associações para a organização da Legião Cearense do Trabalho. Após concluir o seminário, padre Hélder Câmara assumiu a tarefa de organizar a Juventude Operária Católica, na capital do Ceará.[8]

Nessa função entrou em contato direto com a realidade dos trabalhadores da região e foi a partir desse momento que conheceu as atividades desenvolvidas pelos membros da Legião Cearense do Trabalho. Entre suas intensas atividades, o religioso nordestino foi ainda titular da cadeira de Religião do Liceu do Ceará e também passou a prestar assistência eclesiástica para a Liga dos Professores Católicos.

O trabalho efetivamente realizado pela Legião Cearense do Trabalho conseguiu destaque em nível nacional. Várias revistas e jornais abriram espaços para reportagens sobre as atividades e ações desenvolvidas pelos "legionários do Ceará". Como conseqüência dessa publicidade, a partir de 1932, outra importante liderança do organização cearense, o tenente Severino Sombra começou a estabelecer contatos com membros de outras organizações semelhantes que existiam pelo país.

Dessa forma, foi marcado um encontro no Rio de Janeiro, mais precisamente no dia 10 de julho, entre Severino Sombra (Legião Cearense do Trabalho), Olbiano de Mello (Partido Nacional Sindicalista) e o jornalista Plínio Salgado. Entretanto, o início da chamada *"*Revolução Constitucionalista de 1932", exatamente no dia anterior em São Paulo, obrigou o adiamento do encontro.[9]

Pelo fato de ter apoiado a causa paulista, o tenente Severino Sombra foi exilado e teve que assistir de longe a adesão da "Legião Cearense do Trabalho" à AIB, após o I

[8] Para mais informações sobre a militância do padre Hélder Câmara na AIB, ver:PILETTI e PRAXEDES, 1987.
[9] Para maiores informações sobre a fundação da AIB, ver: TRINDADE, 1974.

Congresso Nacional da AIB, em 1934 na cidade de Vitória-ES. No retorno do exílio Severino Sombra acabou perdendo espaço para a liderança de Plínio Salgado, que se tornou o chefe supremo do movimento integralista.

Provavelmente, inspirados pelo exemplo do religioso nordestino, outros religiosos sentiram-se atraídos pelas idéias integralistas e chegaram a compor a chamada Câmara dos Quatrocentos. Esse núcleo dirigente chegou a contar com a presença de três religiosos católicos, entre eles, os padres Leopoldo Aires, Ponciano Stenzel dos Santos e com o Cônego Tomas de Aquino.

O padre Ponciano Stenzel teve uma destacada atuação no estado do Espírito Santo (ES). Inclusive, nas eleições municipais realizadas em 1935 na "Província Integralista Capixaba", a AIB elegeu 26 vereadores e dois prefeitos. Um desses vereadores membro da bancada integralista capixaba foi o padre Ponciano Stenzel, eleito vereador na cidade de Vitória.[10]

De volta ao estado do RJ, os padres Abelardo Falcão e padre de Mello foram outros religiosos que se destacaram. Um exemplo foi a participação do padre Abelardo Falcão na estruturação do núcleo da AIB na cidade de Macaé. Em maio de 1935 esse representante do clero esteve na cidade com o objetivo estritamente doutrinário, ou seja, visava a realização de uma conferência na sede municipal da AIB. Esse evento dos "camisas-verdes" teria sido concorridíssimo. [11]

Ainda na "Província Integralista Fluminense", outro religioso que constantemente participa das atividades dos "Soldados de Deus" era o padre Mello, de Bom Jesus do Itabapoana, que se tornou uma dos poetas e compositores mais notórios da organização. Frequentemente, as publicações da AIB – jornal "A Offensiva" e a revista "Anâue" – publicavam poemas do padre Mello.

Portanto, entre outros fatores, a presença de dirigentes da AIB entre os membros fundadores do Centro D. Vital, na Associação de Professores Católicos de Campos, o apoio da LEC, a militância e a eleição de representantes do clero – os batinas verdes - para cargos parlamentares, podem ser apontadas como evidências irrefutáveis de que, naquele período, existiu uma inegável similaridade entre as propostas defendidas pelos católicos e pelos integralistas. Outro elemento unificador de ambas as propostas foi a sintonia em relação ao combate das teses comunistas. (SILVA, 2001: 87).

---

[10] Para maiores informações sobre a participação da AIB nas eleições municipais de 1935 no ES, ver: FAGUNDES (2005).

[11] *A Offensiva*, pg. 6, 18/5/1935.

Dessa forma, essas informações, ou seja, as atividades públicas em que os "batinas-verdes" participaram, somada à presença de integralistas em importantes instituições do laicato católico - na sessão local do Centro D. Vital e na Associação dos Professores Católicos – somado ao fato de padres terem sido candidatos aos cargos de deputado (Padre. Tomas de Aquino) e vereador (Padre Ponciano Stenezl) nos permitem ponderar que existiu uma relação extremamente amistosa entre a AIB e uma parcela significativa do laicato católico dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Referências Bibliográficas:

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Os integralistas nas eleições de 1935 no ES**. IN: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH. História: Guerra e Paz. Londrina. CDRom. 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade. Na primeira república**. 2ª ed. DP&A: Rio de Janeiro, 2001.

PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: Entre o poder e a profecia**. Editora Ática: SP, 1987.

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha: imaginário anticomunista brasileiro (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930**. São Paulo: co-edições: UFRGS e Difel, 1974.

XAVIER, Libânia. XAVIER, Libânia N. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: Edusf, 2002, pg. 58.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Civilização em jogo: considerações sobre a crítica cultural de Johan Huizinga

Naiara dos Santos Damas Ribeiro

O historiador da cultura, Johan Huizinga, em outubro de 1933, em uma conferência proferida no Comitê de Artes e Literatura da Liga das Nações sobre "O Futuro do Espírito europeu", disse: "A Europa de hoje se acha exposta a mais de uma força que a ameaça mandá-la de novo ao barbarismo" [1]. Na platéia, estavam alguns dos mais eminentes intelectuais europeus da época, Julien Benda, Aldous Huxley e Paul Valéry. Com esses espectadores ilustres, Huizinga compartilhava o sentimento de que a crise que assolava a Europa, na década de 1930, havia tomado dimensões inéditas e também a apreensão de que esta poderia ser uma crise definitiva que levaria a Europa de volta às noites escuras da Barbárie. A essa conferência, seguiram-se várias outras intituladas: "Crise da Cultura", "Nossa civilização está em perigo?", "Crise da Civilização". [2] Todas tratavam da inquietação que sentia Huizinga diante dos caminhos que a civilização européia havia tomado nos primeiros decênios do século XX, expresso, acima de tudo, pela Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e, por fim, pela ascensão de regimes fascistas na Alemanha e na Itália.

Ao pensar em seu próprio tempo Huizinga dizia sentir-se perseguido pela consciência de "uma série de pouco animadoras palavras a indicar os signos da nossa condição espiritual: senso de crise, perplexidade, selvageria, confusão, cega ilusão, hipocrisia, fuga ante ao desespero no engano de si mesmo" [3]. E o que emergia de sua crítica cultural era uma Europa em frangalhos, onde os valores tidos como fundamentais da cultura – a liberdade espiritual, o senso genuíno de convivência social, a concórdia, a virtude – haviam se corrompido em decorrência da relativização da verdade, da ascensão do nacionalismo, da hegemonia da técnica e do declínio dos códigos morais. "Tal como os vapores da fumarada e

---

[1] HUIZINGA, J. APUD. WESSELING, H.L. From cultural historian to cultural critic. From cultural historian to cultural critic: Johan Huizinga and the spirit of the 1930s. ***European Review,*** vol. 10, nº 4, pp. 485-499, 2002. p. 492.

[2] Idem.

[3] ___. ***L'uomo e la cultura***. Firenze: La Nuova Itália, 1948. p.16-17. "Incalzano subito la conscienza una serie di poco rallegranti parole a indicare i segni della nostra condizione spirituale: senso di crisi, perplessità, inselvatichire, confusione, cicca illusione, ipocrisia, fuga innanzi alla disperazione nell'inganno di se medesimi".

da gasolina sobre as cidades, assim paira sobre o mundo uma névoa de palavras ocas" [4]. Era, em suma, uma Europa decadente que Huizinga via diante de seus olhos.

Essas conferências sobre as ameaças que espreitavam a cultura contemporânea são relevantes, na medida em que demonstram a importância atribuída por Huizinga, sobretudo na década de 1930, aos problemas do seu próprio tempo. A essas conferências ainda somam-se, nessa mesma década, a publicação de dois importantes livros – *Nas sombras do amanhã*[5], de 1935, e *Homo Ludens*[6], em 1938 – por meio dos quais Huizinga consagrou-se como uma importante referência nas reflexões sobre a "crise da Europa", ao apontar os sintomas que caracterizavam a "enfermidade espiritual de seu tempo". Mesmo um pouco antes, em 1926, os textos desse historiador sobre a civilização norte-americana, como o ensaio *Espiritu norteamericano*[7], já davam mostras desse processo de inflexão que deslocou os problemas sobre o presente e o futuro do Ocidente para o centro de suas preocupações.

Esse deslocamento marcou, assim, uma mudança em sua trajetória como historiador: não lhe interessava mais como historiador da Cultura, apenas tratar das épocas pretéritas em si mesmas, em suas expressões culturais específicas, mas analisar o presente em sua relação direta com esse passado, com a tradição. A sua trajetória como um importante historiador da Cultura, reconhecido mundialmente, encontrava, então, um momento de modulação, em que suas reflexões no campo do conhecimento histórico ganhavam um novo sentido e uma dimensão ética mais manifesta como réplica a uma crise cultural que Huizinga identificava em seu próprio tempo. Os pesos da balança haviam se invertido e o presente passava a ocupar o primeiro plano de suas reflexões intelectuais. Esse olhar mais comprometido para com o presente era, portanto, fruto da necessidade sentida por este historiador em dar uma resposta aos contornos de urgência que os problemas sociais e políticos ganharam nos anos 1930, com a decorrente distensão do quadro da cultura tradicional da "Velha Europa". Johan Huizinga, assim como outros importantes intelectuais europeus, sentiu-se comprometido com a preservação dessa cultura e, por isso, engajou-se numa luta de resistência contra as mudanças advindas do que ele entendia como sendo os "males da modernidade".

E não foi apenas ele que observou com consternação o advento de uma cultura "moderna", marcada pelo predomínio da técnica e dos valores democráticos. A ansiedade que

---

[4] ___. ***Nas sombras do amanhã.*** Op.cit.p.188.

[5] HUIZINGA, J. ***Nas sombras do amanhã***: um diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo. Coimbra: Armênico Amado, 1944.

[6] ___. ***Homo Ludens****:* o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Ed. Perspectiva, 5ª ed., 2001.

[7] ___. Espiritu norteamericano. IN: ***El concepto de la historia y otros ensayos***. México: Fondo de cultura económica, 1992.

ele sentia diante desse novo quadro político-social formava um pano de fundo comum que o unia a outros representativos pensadores europeus. Nesse sentido, a crítica de Huizinga à cultura de seu tempo foi apenas uma das muitas respostas dadas à crise pela qual a Europa atravessou nos anos 1920 e 1930. Os seus livros *Nas sombras do amanhã* e *Homo Ludens,* de 1935 e 1938 respectivamente, faziam parte de um *corpus* mais amplo e expressivo de livros publicados na Europa, nessas primeiras décadas do século XX, que tinham como ponto central a temática da crise e da decadência do Ocidente. Uma pequena lista de livros aponta-nos para a extensão dessa postura extremamente crítica em relação ao tempo presente: em 1919 foi lançado, na Alemanha, *A Decadência do Ocidente,* de Oswald Spengler. Também, nesse ano, foi publicado o texto *La Crise de l'esprit,* de Paul Valéry. E, em 1930, foram lançados o ensaio de Freud, *Mal estar na Civilização,* e o livro *Rebellion de las Massas* de Ortega y Gasset. Todos, mais ou menos diretamente e dentro de suas respectivas áreas de interessante, desenvolveram críticas agudas aos caminhos tortuosos pelos quais seguia a Europa dos começos do século XX.

Esse grupo de obras – a que se somam ainda outras de grande importância em diversos campos da cultura, como na arte e na literatura – representa a dimensão do ampliado espaço que a tópica da decadência ocupou no mundo letrado nestes anos de instabilidade na Europa. Os novos desafios que a "modernidade" trazia e o choque experimentado entre concepções já estabilizadas do que deveria ser a Cultura e o que ela estava se tornando no mundo atual, geraram um grande desconforto a esses intelectuais. Ansiosos com os rumos da civilização ocidental, todos eles tentaram – dentro da perspectiva de seus problemas específicos – tornar inteligíveis os meandros que marcaram a ascensão desse novo cenário cultural e político e, também, compreender o que havia suscitado o que, para eles, constituía-se como um colapso agudo dos códigos tradicionais da cultura européia. Um choque entre o novo e antigo? Sim, mas também mais. Apresentava-se, no fundo, um acirrado debate sobre o que era Civilização e quais eram os elementos que deveriam estar presentes quando dela se fala. Era um campo tenso em que perspectivas diferentes e modelos específicos de Cultura chocavam-se na tentativa de se imporem como discursos legítimos de compreensão da realidade.

O historiador holandês Johan Huizinga escreveu seu ensaio *Espiritu norteamericano* em 1927 e os livros *Nas sombras do amanhã* e *Homo Ludens,* na década de 1930, permeado por essas apreensões que faziam parte de um horizonte intelectual comum de análise sobre os destinos da civilização ocidental. Através dessas obras, Huizinga lançou uma crítica ácida aos rumos que a civilização ocidental havia tomado em seu tempo. O problema

de definir as fronteiras entre Civilização e Barbárie era caro também para este historiador que, tendo vivenciado as grandes transformações de seu tempo, sentia-se desconfortável com a perda do que seriam, para ele, os valores fundamentais de uma cultura "autêntica". Entenda-se, uma cultura em que o "domínio sobre a natureza no campo material, moral e espiritual assegura um estado *superior* e *melhor* do que aquele que adviria das condições naturais existentes", estado este representado por um "harmonioso equilíbrio de valores materiais e espirituais e num ideal mais ou menos homogêneo, para cuja consecução convergem as várias atividades da comunidade." [8] Prerrogativas que Huizinga acreditava não observadas pelo mundo "moderno", o que comprometeria a existência da Cultura em seu sentido "autêntico". Via diante de si, ao contrário, um "mostro sem forma" que, por ter criado o desequilíbrio das forças materiais e espirituais, havia corrompido em grande parte a Civilização e os seus valores basilares como a harmonia, a dignidade, o ideal comum de bem estar, a continuidade e a tradição. "A cultura é mais rica e potente como nenhuma outra já o foi, mas falta-lhe um estilo genuíno e próprio, falta-lhe uma fé unitária, falta-lhe a íntima confiança na sua própria duração, falta-lhe a mesura da sua verdade, falta-lhe, enfim, a harmonia, a dignidade e a divina tranqüilidade". E perguntava-se, "mas esse espectro, que surge aos nossos olhos com o nome de cultura, tem ainda qualquer direito a esse nome?" [9]

Um primeiro passo dado por Johan Huizinga em direção a uma tomada de posição mais crítica para com a cultura de seu próprio tempo – o que marca uma modulação em seu discurso como historiador da Cultura – pode ser identificado já na década de 1920, por meio de suas reflexões sobre a civilização norte-americana e nos textos resultantes de sua experiência na "América", quando Huizinga para lá viajou em 1926. [10] A relevância dessa experiência "americana" pode ser entendida como um primeiro momento em que essas questões da crise da civilização passam a ser um problema central para Huizinga tanto como historiador, quanto, mais amplamente, como europeu.

Nessa viagem, Huizinga deparou-se com uma sociedade que ele considerava haver perdido os valores fundamentais da cultura: a "América" falhava, em sua opinião, em prover esses princípios culturais basilares, especialmente, no que dizia respeito ao equilíbrio entre os valores materiais e espirituais. Ali, em sua opinião, estava uma civilização que

[8] HUIZINGA, J. ***Nas sombras do amanhã***. Op.cit. p.35.

[9] ___. ***L'uomo e la cultura***. Op.cit.p.02. "La cultura è piu ricca e possente que non mai prima, ma le manca un genuino e proprio stile, le manca una fede unitaria, le manca l'intima fiducia nella sua propria durevolezza, le manca la misura della sua verità, le manca, infine, l'armonia, la dignitàe la divina quiete. (...) Ma questo spettro, che sorge ai nostri occhi col nome di cultura, ha ancora qualche diritto a codesto nome?

[10] GOMBRICH, E. La gran seriedad del juego: reflexiones sobre *Homo Ludens,* de Johan Huizinga (1872-1945). IN:___. ***Tributos: versión cultural de nuestras tradiciones.*** México: Fondo de Cultura Ecónomica, 1991.

mobilizava suas forças no intuito de dominar a Natureza, mas que não era capaz, na mesma medida, de elevar-se no domínio do espírito. Que incapaz de reconhecer e valorizar os elementos essenciais da cultura, acabava por deturpá-los e rejeitá-los em nome de valores que Huizinga considerava supérfluos. Nessa direção, tal cultura não poderia ser uma cultura "autêntica", mas, ao contrário, uma cultura deficiente de profundidade e alma, de um senso de desenvolvimento histórico e integridade vivendo, assim, sob o domínio da artificialidade [11].

Foi na "América", portanto, que ele percebeu os primeiros e mais alarmantes sinais de um processo mais geral da civilização, processo este de mecanização da cultura e, logo, os primeiros indícios de seu declínio. [12] Para Huizinga, "jamais e nem em parte alguma se desfrutou da natureza e da técnica tão consistentemente, nem de um modo tão deliberado (...) como na América do Norte de hoje! Mas que assombrosa pobreza das formas se plasma tudo isso!" [13] Para ele, pareceu, com essa experiência, que grande parte da vida da cultura contemporânea estava composta de coisas banais e secundárias. Nas suas reflexões posteriores sobre a crise da civilização ocidental, os Estados Unidos permaneceu sempre como um lugar não citado onde ele viu com mais potência, e pela primeira vez, atuar as forças de mecanização da cultura. Este era um processo que lhe causava extrema rejeição: "eu prefiro continuar morando nos campos quiméricos e pavorosos da velha cultura que me instalar nas terras prometidas da perfeição social" [14].

No entanto, quais seriam os elementos imprescindíveis quando se trata da Cultura? É a essa pergunta que Huizinga tenta encontrar uma resposta a partir de então por meio de suas reflexões sobre o mundo contemporâneo. E é dessa interrogação, portanto, que nasce, em 1935, o livro *Nas sombras do Amanhã,* em que Huizinga apresenta pela primeira vez uma análise clara e sistemática sobre os sintomas e fatores que comprometeriam a sanidade da Civilização ocidental. Ele pretendia, com esse livro, desenvolver um agudo "diagnóstico da enfermidade espiritual". A pergunta essencial colocada por este livro foi: o homem caminhava irreversivelmente para o abismo e para a barbárie ou poderia confiar ainda na regeneração da cultura?

Johan Huizinga inicia seu "diagnóstico" com a seguinte frase: "Vivemos num mundo dementado. (...) Para ninguém seria surpresa se amanhã a loucura cedesse ao frenesi, e este deixasse a nossa pobre Europa num estado de torpor, perturbação mental, com engenhos

[11] KROES, R. America and the European sense of history. Op.cit.1137.
[12] Ibid.p.1145.
[13] HUIZINGA, J. Espiritu norteamericano. Op.cit.p. 423.
[14] Ibid.p.426.

ainda a rodar, bandeiras tremulando ao vento... mas o espírito morto."[15]. O mundo contemporâneo, para ele, havia perdido a razão, perdido a capacidade de julgar, e, o mais ameaçador, rompido com a tradição da Velha Europa. A cultura européia, que é o foco de sua análise, havia se transformado e construído para si novos referenciais de ação em que as conquistas materiais abundavam sem serem acompanhadas pelos avanços do *espírito.*

Através de dois conceitos chaves, o *puerilismo* e o *heroísmo*, Huizinga buscou analisar os elementos que convergiram para a emergência do que ele considerava formas degeneradas de vida política e moral, expressas especialmente pela elevação do militarismo, do nacionalismo e do hiper-nacionalismo como valores predominantes na "modernidade". Esses conceitos estavam ligados à concepção de Huizinga de que a Cultura deveria ser compreendida e analisada a partir do seu caráter lúdico: era a presença desse elemento, do *jogo* em seu estado genuíno, que possibilitaria creditar ou não a uma Cultura o seu caráter autêntico, legítimo. Para este historiador, teria havido, em sua época, uma confusão entre as fronteiras do jogo e da seriedade, o que culminou na falta de respeito pelo outro e numa excessiva concentração sobre a própria personalidade: o "homem moderno" havia adotado formas infantilizadas de compreensão da realidade e, em decorrência disso havia banalizado valores fundamentais da cultura como a noção de responsabilidade (serviço) e heroísmo.

Para Huizinga, essa distorção de princípios basilares era fruto do distanciamento do *jogo* com os altos valores da ética – que o animaram em épocas pretéritas – que se tornou, em seu tempo, um intento meramente estético, por vezes frívolo e tendendo, em alguns casos, a dar vazão a comportamentos agressivos. Essa confusão, segundo Huizinga, própria da postura do adolescente frente ao jogo – postura esta impregnada de uma competitividade tola e sem propósito – podia ser observada nas mais diversas esferas de ação do homem. E era na emergência dessa concepção distorcida de *jogo,* que perdia então o seu valor significante de produtor de cultura, que Huizinga identificava os mais alarmantes sintomas da crise da Civilização.

Torna-se, deste modo, evidente que o elemento lúdico e os limites entre o jogo e o não-sério estão no cerne da crítica de Huizinga à cultura contemporânea. Isso fica mais manifesto quando, em 1938, Huizinga lançou o livro *Homo Ludens,* em que essas questões referentes ao universo do *jogo* ganham contornos mais precisos. Não que o problema do elemento lúdico da cultura não tivesse sido antes tratado por Huizinga – pode-se perceber traços dessa problemática desde seus primeiros textos como historiador –, simplesmente o que se pretende apontar é que a noção de *jogo*, antes difusa, com esse livro cristaliza-se como

[15] HUIZINGA, J. ***Nas sombras do amanhã...***Op. cit., p. 7.

dado fundamental tanto para a compreensão de Huizinga da realidade, quando para seu diagnóstico de um ameaçador declínio da civilização ocidental.

O ponto de partida de *Homo Ludens* é o reconhecimento de que a cultura ocidental está em crise e de que é necessário buscar os elementos que tornaram esse momento atual distinto do século XVIII, em que, segundo Huizinga, os valores imprescindíveis da cultura ainda estavam intactos. Isto é, ele tenta diagnosticar o que a civilização ocidental perdeu de suas tradições e o que fez suscitar esse então presente quadro de colapso. A tese central defendida neste livro é que o elemento lúdico, como um fator distinto e fundamental, está presente em tudo o que acontece no mundo, que é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve. É nesse sentido que Huizinga utiliza o termo *homo ludens* como um complemento ao termo *homo sapiens;* uma vez que ele ofereceria uma interpretação que indicava que o homem, na sua interação com o ambiente, estabelecia uma relação criativa, imaginativa, de ordem não-racional, que lhe permitia atribuir sentido às suas ações e "ornamentar" a sua vida com as cores do sonho. Nesse termo, *homo ludens,* o "espírito" torna-se a condição fundamental da criação da cultura: as demanda do homem estariam para além da simples satisfação de suas necessidades biológicas, uma vez que ele anseia também por sentido, por prazer, por beleza e por harmonia. Para Huizinga, "o jogo é, forçosamente, reconhecer o espírito, pois o jogo, seja qual for a sua essência, não é material" [16].

Em uma análise que retoma as especificidades do jogo desde as culturas "primitivas" até o século XX, e que se embasa num enfoque de interpretação multidisciplinar, este historiador se propõe a seguinte problemática: como na transição do século XVIII para o XIX o lúdico passa a ocupar um lugar secundário na cultura? Segundo ele, no século XIX as instituições revestiram-se da mais extrema seriedade excluindo o fator lúdico da vida social e colocando em seu lugar uma concepção distorcida dos limites entre o jogo e o não-jogo. A perda desse elemento lúdico teria assinalado, portanto, o fim da verdadeira civilização, uma vez que para essa existir de forma autêntica, segundo Huizinga, era necessário que esta estivesse imbuída das normas prescritas pela razão, pela humanidade e pela fé. Ou seja, que a civilização estivesse calcada em uma concepção clara dos limites do jogo e da seriedade. "

> *A verdadeira civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico, porque a civilização implica a limitação e o domínio de si próprio (...) compreendendo que se está encerrado dentro de certos limites livremente aceites. De certo modo, a civilização sempre será um jogo governado por certas regras, e a verdadeira civilização sempre exigirá espírito esportivo, a capacidade de fair play.* [17]

[16] HUIZINGA, J. ***Homo Ludens.*** Op.cit.p.06.
[17] HUIZINGA, J. ***Homo Ludens***. Op. cit., p. 234.

Em suma, Johan Huizinga escreve seus livros *Nas sombras do amanhã* e *Homo Ludens,* na década de 30, permeado por essas preocupações que fazem parte de um horizonte de intelectual comum de preocupação com os destinos da civilização ocidental. De forma diferenciada, ele escolhe tratar desse tema sob um viés em que o elemento lúdico da cultura torna-se tanto um conceito fundamental de sua análise, quanto fator que ajuda a compreender os sintomas da crise que assolavam a Europa de então. Em toda a sua trajetória esse conceito havia estado presente, mas com o caráter de urgência que os problemas da civilização tomam em seu tempo, o que havia ocupado um segundo plano como fator constituinte na sua concepção sobre Cultura, torna-se a chave de sua compreensão da realidade contemporânea.

A construção dessa crítica à cultura contemporânea foi o instrumento empregado por Huizinga para atuar num mundo em que ele via à beira do colapso. Era sua forma de levantar a voz para as atrocidades de uma política sem moral e de uma moral a serviço de interesses mesquinhos. Era imperativo para ele chamar à razão o homem que ingenuamente caminhava para o precipício e que sem perceber possuía o antídoto contra a sua própria cegueira, a tradição de uma cultura baseada na Fé, na Justiça e na Verdade. Era importante que, como uma criança, o homem se lançasse na experiência lúdica de viver num mundo em que o "espírito" havia construído belas obras. E que, como um poeta, fosse capaz de contribuir para a preservação e criação da cultura. E que, como criatura da Sabedoria Eterna, soubesse lançar-se na descoberta do mundo e de si com ética, bom senso e piedade.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O planeta Vulcano e a (des)construção de uma descoberta científica

Christina Helena Barboza*

Resumo: Esta comunicação pretende resgatar a história do planeta Vulcano, reconhecido pela ciência durante a segunda metade do século XIX. Em particular, interessa-nos analisar a controvérsia estabelecida a respeito de sua "descoberta" entre Urbain Le Verrier e Emmanuel Liais, utilizando para isso ferramentas teóricas emprestadas do modelo de ciência latouriano.
Palavras-chave: Vulcano – Emmanuel Liais – Controvérsia Científica.

Abstract: This paper aims at uncovering the history of planet Vulcan, which had been accepted in science during the second half of the nineteenth century. We are particularly interested in analyzing the controversy on its "discovery" established between Urbain Le Verrier and Emmanuel Liais, with the support of theoretical tools borrowed from Latour's model of science.
Keywords: Vulcan – Emmanuel Liais – Scientific Controversy.

A 26ª Assembléia Geral da União Astronômica Internacional, realizada em Praga, em agosto de 2006, teria passado em branco para o público de fora não fossem duas resoluções votadas em plenário. Ambas diziam respeito à definição de planeta no sistema solar. Segundo a resolução 5A, para um corpo celeste ser classificado como planeta, de agora em diante ele deverá não apenas orbitar em torno do Sol mas fazê-lo com uma trajetória "limpa", possuindo pois massa suficiente para incorporar ou afastar corpos menores. A conseqüência mais espetacular dessa decisão foi o "rebaixamento" de Plutão, "descoberto" em 1930 e que de acordo com os cientistas não poderá mais ser chamado de planeta, pois trata-se de outra categoria de corpo celeste, definida pela resolução 6A: um "planeta-anão".

Do ponto de vista dos estudos sociais da ciência, os acontecimentos de Praga induzem uma série de considerações sobre as práticas científicas e particularmente os mecanismos de produção dos consensos nas diversas ciências. No caso da astronomia, desde sua criação, no início do século XX, a UAI vem exercendo o papel de árbitro em controvérsias científicas análogas à que levou à redefinição dos planetas. Segundo o relato de alguns astrônomos presentes à última Assembléia, a nova definição de planeta teria sido uma decisão difícil, talvez pelo impacto que mudanças de paradigma provocam, em primeiro lugar

* Doutora em História Social pela USP, pesquisadora no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/RJ).

sobre a própria comunidade científica. De qualquer modo, o resultado final desse embate tendeu a ser apresentado com a mesma retórica sobre a ciência pronta tão bem caracterizada por Bruno Latour, transformando o conhecimento científico em "caixa-preta" e encobrindo as complexas negociações inerentes à produção de consensos. "Nosso objetivo era encontrar uma base científica para a nova definição de planeta e nós escolhemos a gravidade como o fator determinante. A Natureza decide se um objeto é ou não um planeta", declarou de maneira significativa Richard Binzel, professor de astronomia planetária no MIT e membro do Comitê que elaborou a proposta das resoluções 5 e 6 (BINZEL, 2006: 2).[1]

O principal objetivo deste trabalho é examinar um contra-exemplo flagrante à simplicidade do enunciado acima, extraído de um passado remoto e não por acaso ausente dos compêndios tradicionais de história da astronomia. Em meados do século XIX era anunciada a existência de um novo planeta no sistema solar, com órbita interna à de Mercúrio. A comunidade científica internacional, representada na época pelas Academias de Ciências nacionais, de início deu seu aval ao novo astro, com base aliás no mesmo critério científico indicado por Binzel: a gravidade. O planeta se chamava Vulcano, e no breve resumo de sua história que pretendo apresentar a seguir destaca-se a atuação de dois astrônomos: Urbain Le Verrier (1811-1877) e Emmanuel Liais (1826-1900).

Ciência pronta

No início do século XIX, um dos mais importantes problemas enfrentados pelos astrônomos eram as discrepâncias existentes entre as órbitas percorridas por alguns planetas, deduzidas dos dados observacionais, e as órbitas calculadas através da aplicação das equações da lei da gravitação universal. De maneira simplificada, pode-se afirmar que alguns planetas, como Júpiter, Saturno e Urano, pareciam estar adiantados ou atrasados com relação às previsões da teoria.

Le Verrier foi um dos astrônomos que dedicou-se a resolver este "quebra-cabeças" colocado pelo paradigma newtoniano. Em 1845, após a divulgação de uma nova tabela contendo dados incongruentes para a órbita de Urano, ele inicialmente pôs-se a corrigir os cálculos realizados pelo seu autor, com quem aliás concorria a uma vaga na Academia de Ciências de Paris. E após dar-se conta de que suas próprias correções não haviam eliminado todas as diferenças encontradas pelo colega, acatou a sugestão de François Arago e começou a

[1] O acordo a que chegou o Comitê da UAI previa a ampliação do número de planetas do sistema solar para doze, o que incluiria, além de Plutão, o objeto "descoberto" em 2003 e na época conhecido como UB313; Ceres, o asteróide gigante "descoberto" no início do século XIX; e ainda Caronte, satélite de Plutão. Ironicamente, a proposta foi rejeitada em plenário.

trabalhar com a hipótese de que haveria um planeta desconhecido influenciando o movimento de Urano.

A história da "descoberta" de Netuno é ela própria paradigmática de uma concepção determinista e triunfalista de ciência vigente no século XIX. Os cálculos de Le Verrier foram apresentados na Academia de Paris em três memórias, a última delas de agosto de 1846. Paralelamente, Le Verrier enviou cartas a vários astrônomos pedindo sua colaboração na busca pelo suposto planeta. Alguns deles, como o diretor do Observatório de Greenwich, George Airy, ignoraram a solicitação. Johann Galle, contudo, do Observatório de Berlim, imediatamente após ter recebido uma dessas cartas apontou o telescópio para o local indicado e conseguiu identificar o planeta. Era a noite de 23 de setembro de 1846.

Netuno não foi o único planeta "descoberto" em meados do século XIX. Ao contrário, sob o estímulo do culto à ciência e de um mercado de pequenos fabricantes de instrumentos científicos em expansão, ocorreu naquele século uma verdadeira corrida atrás de novos corpos celestes, muitos deles inicialmente admitidos como planetas. Mas na "descoberta" de Netuno a combinação bem sucedida de alguns elementos acabou revestindo aquela sucessão de eventos de um caráter mítico. Gostaria de destacar aqui alguns deles.

Um primeiro elemento é o ambiente de nacionalismo exacerbado que grassava então na França e na Inglaterra, o qual logo propiciou a emergência de uma disputa de prioridades com John Adams - jamais encerrada -, e contribuiu para a mobilização de "aliados" do lado de Le Verrier. Também não pode ser esquecida a extraordinária comunhão de interesses entre o astrônomo francês e Napoleão III. De fato, sob a proteção do imperador, Le Verrier ascendeu simultaneamente nos campos da política e da ciência, e em pouco tempo tornou-se um símbolo da glória nacional. Finalmente, Netuno foi outro importante "aliado" de Le Verrier. Isto porque, mesmo não se tratando de um gigante no céu devido à distância em que se encontra de nós, este astro pode ser observado à noite com relativa facilidade, na forma de um diminuto disco azul, bastando para tanto o uso de um bom binóculo.

Foi portanto já na condição de senador do Império, diretor do Observatório de Paris, e "primeiro astrônomo de sua época" que Le Verrier anunciou a "descoberta" de Vulcano no dia 2 de janeiro de 1860, durante uma sessão da Academia de Ciências. De modo análogo aos estudos que conduziram à "descoberta" de Netuno, Le Verrier debruçara-se sobre as discrepâncias entre as órbitas respectivamente observadas e calculadas de Mercúrio desde 1843, e mais sistematicamente a partir de 1858. Em uma memória de setembro de 1859 ele já havia afirmado que o avanço do periélio de Mercúrio era de 38" de arco por século,

sugerindo, sem dar-lhes a localização, que somente um ou mais planetas intra-mercuriais poderiam explicar tal anomalia.[2]

Desta vez a hipótese de Le Verrier fora aceita sem reservas. Um dos acadêmicos presentes na ocasião, Hervé Faye, se encarregara inclusive de conclamar astrônomos de todo o mundo para uma mobilização em torno da busca pelo tal planeta, realizada preferencialmente durante os eclipses totais do Sol e particularmente durante o próximo eclipse, que teria lugar em 1860. Isto porque tratando-se de um planeta muito próximo do Sol, à semelhança de Mercúrio, sua visibilidade tenderia a ser prejudicada pelo brilho daquele astro.

Todavia, a "descoberta" de Vulcano não ocorreu durante um eclipse, e sim durante um suposto trânsito do planeta sobre o disco do Sol. Em uma carta redigida em 22 de dezembro de 1859, o médico e astrônomo amador Edmond Lescarbault comunicou a Le Verrier que já havia encontrado o planeta, no dia 26 de março daquele ano, durante observações do Sol feitas em seu telescópio. Após certificar-se pessoalmente das informações prestadas por Lescarbault através de uma visita inesperada à sua residência, Le Verrier divulgou então o conteúdo da carta na Academia.

O depoimento de Le Verrier naquela sessão da Academia é revelador da credibilidade por ele acumulada desde a "descoberta" de Netuno. Em um relato marcado por referências às circunstâncias em que teria ocorrido a observação, o prestigiado astrônomo procurava persuadir seus colegas da veracidade das informações prestadas por Lescarbault lançando mão basicamente de sua própria autoridade:

> *As explicações do Sr. Lescarbault, a simplicidade com a qual ele as forneceu, fizeram brotar no nosso espírito a firme convicção de que a observação detalhada que ele fez deve ser admitida na ciência, e que o longo intervalo de tempo que ele levou até publicá-la provém unicamente de uma modéstia reservada e da calma que se pode ainda conservar longe da agitação das cidades (LE VERRIER, 1860: 46).*

Por sugestão de Le Verrier, Lescarbault foi condecorado com a Legião de Honra. Enquanto isso, o número de "aliados" em torno de sua nova "descoberta" cresceu de maneira considerável, ultrapassando as fronteiras da França. Rudolf Wolf, da Universidade de Zurique, logo dispôs-se a fazer uma pesquisa em anuários astronômicos do passado e inventariou três observações anteriores do planeta (1798, 1802 e 1819), que na época teriam passado desapercebidas. Outros astrônomos, na sua maioria amadores, afirmaram ter visto novamente o planeta, como um certo Sr. Lummis na Inglaterra (1862) e o Sr. Weber na China

---

[2] Periélio é o ponto da órbita de um planeta mais próximo do Sol.

(1876). Nos Estados Unidos, James Watson, na época diretor do Observatório da Universidade de Michigan, igualmente registrou uma aparição de Vulcano durante o eclipse de 29 de julho de 1878, desta vez armado com um poderoso telescópio. Finalmente, astrônomos respeitados como o já mencionado George Airy, e ainda Simon Newcomb, do Observatório Naval norte-americano, e John Hind, do britânico *Nautical Almanac*, reiteradas vezes manifestaram-se favoráveis à existência de Vulcano, e eventualmente dedicaram-se a re-calcular os elementos de sua trajetória.

Ciência em construção

A primeira e durante muito tempo solitária voz discordante nesse coro em louvor a Vulcano veio do Brasil, apenas algumas semanas após a divulgação da carta de Lescarbault. Em um artigo publicado no periódico alemão *Astronomische Nachrichten* em abril de 1860, Liais contestou a "descoberta" lançando mão de diversos argumentos. No que diz respeito à observação de Lescarbault, ele procurou em primeiro lugar apontar as contradições existentes entre as informações fornecidas na famosa carta lida na Academia e o depoimento de Le Verrier. Assim, enquanto Lescarbault havia indicado em sua carta a hora exata em que Vulcano entrou no disco do Sol, com um erro estimado entre 1 e 5 segundos, Le Verrier comentara diante da Academia que "a entrada ela mesma não foi observada por ele", e que havia sido tão somente calculada com base nos demais dados disponíveis (LE VERRIER, 1860: 45). Segundo Liais esta simples contradição teria comprometido todo o trabalho de Lescarbault: "Resulta desta comparação dos textos que a observação do Sr. Lescarbault foi parcialmente fabricada após o fato, e consequentemente não há mais razão para que ela não o tenha sido em sua totalidade" (LIAIS, 1860: 372).

Em segundo lugar, à semelhança aliás de alguns contemporâneos, Liais levantou suspeitas sobre as motivações de Lescarbault ao comunicar sua observação depois de quase dez meses.

> *Se o Sr. Lescarbault estivesse em posse de uma observação real dessa importância, ele a teria publicado há muito tempo. Não se deve pois supor que devido à atenção que o trabalho de Le Verrier sobre o movimento do periélio de Mercúrio chamou sobre esse assunto, que na certeza aliás de encontrar apoio, ele quis alcançar rapidamente a celebridade (LIAIS, 1860: 372)?*

Finalmente, como argumento central contra Lescarbault, Liais contrapôs à "descoberta" de Vulcano os registros de suas próprias observações do Sol, realizadas naquele mesmo dia 26 de março de 1859. Na ocasião ele estava interessado no estudo das variações da luminosidade do Sol com vistas à publicação de uma obra sobre sua constituição física, razão

pela qual vinha realizando observações regulares deste astro desde o mês de janeiro. Assim, teria ocorrido uma simultaneidade de doze minutos entre suas próprias observações e as de Lescarbault, na sua avaliação tempo mais do que suficiente para que aquele ponto negro sobre o disco solar fosse notado.

Nenhum dos envolvidos respondeu diretamente essa crítica. Apenas o abade francês François Moigno, editor do periódico científico *Cosmos*, assumiu a palavra em lugar dos autores da "descoberta" e replicou argumentando que as suspeitas levantadas por Liais, ao resvalarem sobre a conduta moral de Lescarbault e de Le Verrier no episódio, teriam desobrigado ambos de uma resposta – um argumento que seria reproduzido em toda a historiografia consultada. Olin Eggen por exemplo, astrônomo e historiador da astronomia, ao se debruçar sobre a controvérsia em torno de Vulcano concluiu que "há, porém, um tom amargo tão mal-intencionado no texto de Liais, que provavelmente pretendia ofender Le Verrier a quem ele considerava seu rival, que o valor de seu testemunho fica grandemente enfraquecido" (EGGEN, 1953: 294).

Liais e Le Verrier eram de fato rivais. Antes de vir para o Brasil, o primeiro havia trabalhado sob as ordens do segundo no Observatório de Paris, entre 1854 e o início de 1858. Mas por uma série de razões que não cabe listar aqui os dois haviam se desentendido, e Liais decidira deixar o Observatório e viajar para o Brasil com o pretexto de observar o eclipse total do Sol de 7 de setembro de 1858.

A propósito, ao enumerar contraprovas à "descoberta" de Vulcano, Liais não deixou de mencionar as observações realizadas durante o eclipse de 1858, na medida em que, como vimos, de acordo com Faye os eclipses do Sol seriam por definição momentos propícios para a visualização de um planeta intra-mercurial. Desta vez Liais procurou mobilizar "aliados" do seu lado, invocando o testemunho dos membros da Comissão Científica brasileira à qual ele havia se incorporado. A Comissão tinha como principal objetivo fotografar e investigar a forma e constituição da coroa solar. De qualquer modo, falando em nome dela e particularmente do preparador das chapas fotográficas, Liais afirmou que ninguém havia notado a existência do tal planeta. No seu artigo ele ainda acrescentou uma recomendação aos "observadores do eclipse de 1860 que perderão seu tempo procurando planetas" (LIAIS, 1860: 376). É que a própria refração da luz na luneta poderia gerar pontos negros sobre o disco do Sol, à maneira de uma miragem, enganando sobretudo os astrônomos amadores.

A despeito contudo dos conselhos de Liais, durante décadas observadores de eclipses totais do Sol literalmente perderam seu tempo procurando Vulcano. De fato, não

apenas nos eclipses de 1860 e 1878, já mencionados, mas também nos eclipses de 1869, 1880, 1882, 1883 e 1898 a busca por Vulcano foi incluída nos planos de trabalho dos astrônomos – à exceção do registro de Watson, sempre em vão. Além disso, buscas foram realizadas durante os supostos trânsitos do planeta sobre o disco do Sol, como em 1877 e 1882, casos em que a data dos trânsitos foi calculada pelo próprio Le Verrier, e ainda 1879, no trânsito previsto pelo astrônomo checo Theodor von Oppolzer.

No artigo de 1860 as críticas de Liais não se detiveram nas observações de Lescarbault. Ele também procurou contestar os cálculos de Le Verrier, contrapondo-se, neste sentido, à própria necessidade de um planeta intra-mercurial para explicar o avanço do periélio de Mercúrio. Segundo ele, as incongruências na órbita deste último haviam sido calculadas com base em um número muito pequeno de observações. Além disso, Le Verrier teria assumido como parâmetros nas suas equações elementos astronômicos não só variáveis mas sujeitos a erros, os quais poderiam contribuir para alterar de modo significativo o resultado final. Em síntese, para Liais o avanço do periélio de Mercúrio era de fato menor do que supunha Le Verrier, e portanto nem mesmo sob o ponto de vista teórico a hipótese de Vulcano sustentava-se.[3]

Liais encontrava-se porém muito longe do tribunal que abrigava as "provas de força" às quais Vulcano estava sendo submetido. Por outro lado, apesar de ter identificado-se no artigo enviado ao periódico alemão como "Presidente da Comissão Científica encarregada da revisão da carta do litoral do Brasil", mesmo nesse país, ao menos nessa época, sua situação profissional não era muito estável. Apenas em maio de 1859 ele havia assinado com o Ministério da Guerra um contrato de trabalho, segundo o qual comprometia-se a realizar trabalhos diversos nos campos da astronomia, geodesia, hidrografia e história natural. É bem verdade que no início da década de 1870 sua situação iria melhorar, sob a proteção de D. Pedro II, que convidou-o a dirigir o Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Mas em trabalho algum realizado no observatório brasileiro Liais voltou a referir-se à "descoberta" de Vulcano.

Considerações Finais

Vulcano resistiu a todas as "provas de força" a que foi submetido, desde sua "descoberta" até o início do século XX. Foi apenas em 1909, em um famoso artigo publicado por William Campbell, na época diretor do Observatório Lick, que a controvérsia sobre sua

[3] O avanço do periélio de Mercúrio foi recalculado no final do século por Newcomb, que obteve um número maior ainda que o encontrado por Le Verrier: 43" de arco por século. O fenômeno só seria explicado com a Teoria da Relatividade Geral, em 1915.

existência foi dada como encerrada na comunidade científica internacional. O artigo contém um inventário de todas as tentativas anteriores de observá-lo, inclusive através do uso da fotografia, durante os eclipses do Sol que tiveram lugar entre 1900 e 1908. Contém também uma referência aos astrônomos que eventualmente contestaram sua existência, como Liais, identificado apenas como um "observador brasileiro de considerável experiência profissional" (CAMPBELL, 1909: 106). De fato, em contraste com o tom "amargo" e "mal-intencionado" de Liais naquele artigo solitário, na sua conclusão Campbell limitou-se a afirmar, cauteloso e conciliador, que mesmo que pequenos corpos celestes pudessem vir a ser descobertos no futuro, "qualquer um desses corpos iria irremediavelmente falhar no suprimento da grande quantidade de massa requerida pela teoria de Le Verrier" (CAMPBELL, 1909: 111).

Referências Bibliográficas

BAUM, Richard, SHEEHAN, William. **In search of planet Vulcan; the ghost in Newton's clockwork Universe**. New York, London: Plenum Press, 1997.

BINZEL, Richard. **The IAU draft definition of "planet" and "plutons"**. Prague, 16 August 2006. Entrevista concedida a Lars Christensen. Disponível em: http://www.iau.org/iau0601.424.0.html. Acesso em: 03/05/2007.

CAMPBELL, William. The closing of a famous astronomical problem. In: **Publications of the Astronomical Society of the Pacific**. Vol. XXI, nº 126. San Francisco, June 1909. Pp. 103-115.

EGGEN, Olin. *Vulcan*. **Astronomical Society of the Pacific Leaflets**. Vol. 6, nº 287. San Francisco, March 1953. Pp. 291-298.

FONTENROSE, Robert. *In search of Vulcan*. In: **Journal for the History of Astronomy**. Vol. 4. Cambridge, 1973. Pp. 145-158.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação; como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LE VERRIER, Urbain. *Lettre de M. Le Verrier à M. Faye sur la théorie de Mercure et sur le mouvement du périhélie de cette planète*. In: **Comptes rendus hebdomadaires des séances de l'Académie des Sciences**. T. 49. Paris: Mallet-Bachelier, 1859. Pp. 379-383.

LE VERRIER, Urbain. *Passage d'une planète sur le disque du Soleil, observé à Orgères (Eure-et-Loir), par M. Lescarbault*. In: **Comptes rendus hebdomadaires des séances de l'Académie des Sciences**. T. 50. Paris: Mallet-Bachelier, 1860. Pp. 40-46.

LIAIS, Emmanuel. *Sur la nouvelle planète annoncée par M. Lescarbault*. In: **Astronomische Nachrichten**. Vol. 52, nº 1248. Altona, 1860. Pp. 369-378.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Camilianos no Sul do Brasil: as vias de convencimento

Iolanda Canal Abati *

Resumo: Este artigo pretende analisar a atuação dos Padres Camilianos na comunidade de Iomerê, localizada no Meio-Oeste de Santa Catarina, na perspectiva do processo de romanização da Igreja Católica no Brasil. O modelo hierárquico, organizacional e devocional implantado pelos Camilianos na Paróquia São Luiz Gonzaga de Iomerê foi o tridentino romanizado. Este processo pode ser identificado pela ênfase às missas, aos sacramentos, ao estimulo às novas devoções e a importância da autoridade do padre. Uma das principais estratégias utilizadas pelos padres para efetivar a romanização foi a doutrinação e a normatização social, moral e religiosa através da criação de associações religiosas.
Palavras chaves: Padres Camilianos, romanização, crença.

Abstract : This article intends to analyze the performance of Padres Camilianos in the community of Iomerê, located in the Half-West of Santa Catarina, in the perspective of the process of romanização of the Church Catholic in Brazil. The hierarchic, organizacional and devocional model implanted by the Camilianos in the Parish Sao luiz Gonzaga de Iomerê was the romanizado tridentino. This process can be identified by the emphasis to the masses, to the sacramentos, to it I stimulate to the new devotions and the importance of the authority of the priest. One of the main strategies used for the priests to accomplish the romanização had been the indoctrination and the social, moral and religious normatização using as half the Religious Associations.
Words keys: Padres Camilianos, romanização, belief.

A presença no Brasil da Ordem dos Ministros dos Enfermos, também conhecida como Ordem de São Camilo ou Ordem Camiliana[1], remonta a 15 de setembro de 1922. O ponto de partida para o projeto Camiliano foi Pompéia –SP, onde deram início ao atendimento a capelas hospitalares, asilos, leprosários, ao mesmo tempo iniciaram a construção de uma casa, seguida pela Igreja Matriz com consultório médico ao lado. Diante da situação peculiar assumiram também a atividade paroquial.

A falta de membros tornou necessária a formação de padres brasileiros, assim, em 1933, teve início às atividades da Escola Apostólica em Pompéia. Como esta frustrou as

[1]* Mestranda em História pela universidade de Passo Fundo –RS.
Fundada por Camilo de Léllis, nascido em 25 de maio de 1550 em Bacchiânico – Itália- e falecido em Roma a 14 de julho de 1614. Em 22 de junho de 1746, o Papa Bento XIV o declarou santo. São Camilo de Léllis, a partir do século XIX, foi aclamado patrono de todos os hospitais e de quem neles trabalham.

perspectivas, apostaram na fundação de uma Escola nas áreas próximas aos núcleos de povoamento de imigrantes de italianos e alemães.

Com esse objetivo, no início de 1934, o Pe.Sylvio Silvestri visitou lugarejos e povoados ao longo da Estrada de Ferro em Santa Catarina e do Rio Grande. Percorrendo da via férrea catarinense, chegou à região do Vale do Rio do Peixe, onde uma comunidade de italianos que almejava a presença permanente de um sacerdote que falasse a sua língua. Concluiu que as bases eram insuficientes. Porém, o resultado foi animador Retornou a São Paulo, em fevereiro do mesmo ano, com quatro aspirantes.

Em busca de novas vocações e encarregado de encontrar um local para estabelecer a Escola Apostólica, em setembro de 1934, o Pe.José Garzotti iniciou viagem em direção ao sul do país. Percorrendo o Meio-Oeste catarinense visitou capelas e em dezembro enviou à Pompéia seis aspirantes e mais cinco, no início de janeiro do 1935. Convicto da existência abundante de vocações, contou com a ajuda do Pe.Matias Michelizza, de Capinzal, para se estabelecem no Sul, colocando-o em contato com moradores de Iomerê. Visitando o local, o padre aprovou-o em nome da Ordem. Em 19 de março de 1935, o bispo D.Daniel Hostin, criou a Paróquia São Luiz Gonzaga entregando-a aos Camilianos, que assim conseguiram fundar uma Escola da Ordem na região.

No início do século XX, glebas de terras localizadas no Oeste catarinense foram disponibilizadas à colonização a um preço acessível. Isso atraiu muitos imigrantes, que adquiriram áreas de terras na região. Foi nesse contexto, que imigrantes ítalo-brasileiros provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e do sul de Santa Catarina se instalaram em Iomerê. Uma das principais características desses colonizadores era a forte religiosidade.

A idéia de que é em torno da crença num Ser Superior que o ser humano desenvolve e pratica sua religiosidade, uma vez que é ela que mais "dá sentido à vida do ser humano e que não o deixa virar máquina" (BESEN, HEERDT, COPPI, 2005). Para Bresch (2006), o ser humano é um ser religioso e a sua relação com o divino é ampliada ao conjunto das pessoas que vão constituindo e construindo a história e é por meio da religiosidade "cultivada e assumida pelo ser humano que o faz ser e também a vir-a-ser" (2006:44).

Para Isaia (1998:42), a religião e a fé católica forneceram importantes subsídios para que esses imigrantes se dispusessem novamente a reiniciar individual ou coletivamente a existência, o que contribuiu inicialmente para fortalecer a solidariedade e preservar as convicções religiosas. No caso específico de Iomerê, isso é fato, uma vez que a religiosidade familiar e coletiva durante o processo de colonização influenciou na organização social d a comunidade.

Ao chegarem à região os imigrantes encontraram remanescentes do Conflito do Contestado. Eram pessoas humildes, popularmente e pejorativamente chamadas de caboclas, que estavam sendo expulsas da região. Como forma de resistência, continuavam unidos em torno da fé, manifestada na crença em [São] João Maria.

Nesse período, essa população vivia sua religiosidade de forma autônoma e com pouca presença do campo eclesiástico, marcada por muita fé, pouca doutrina e ausência do padre. Com o fim do regime do padroado, a Igreja Católica no Brasil, se aproximou das orientações do Vaticano dando início a um processo de reforma, conhecido por romanização.

Durante esse período, a Igreja passou a fazer oposição e a descaracterizar o catolicismo popular. Segundo Beozzo(1984), a religiosidade popular manifestava-se pela prática doméstica da religião, devoção aos santos, muita promessa, peregrinação, festa, pouca missa e poucos sacramentos. Os rituais religiosos eram conduzidos por leigos e não havia preocupação com a presença do sacerdote. As relações entre o fiel e o santo aconteciam de diversas maneiras, entre elas pelas promessas. Numa espécie de acordo, o fiel não podia se negar a pagá-la sob pena de receber castigos ou de não ter seu pedido atendido.

Nesse universo, os símbolos utilizados variavam a cada tipo de doença ou problema do cotidiano assim como os diversos tipos de orações. Durante os rituais podiam fazer uso de água, aceite, saliva, arruda, alecrim, brasas, a imagem de um santo ou crucifixo. Acreditavam também que os santos podiam ser de carne e osso. Essa crença pode explicar a importância e dimensão da atuação de líderes messiânicos entre as populações pobres, como foi o caso do monge João Maria.

Por meio da romanização, se atribuiu ao papa toda autoridade espiritual, a Igreja assumiu característica hierárquica, centralizada, autoritária e burocrática, relegando aos leigos um papel secundário e passivo. Com isso, a formação destes dependia do padre, que se tornou a peça chave do aparelho eclesiástico, tendo sua autoridade considerada inquestionável. Pregavam que ele não atuava em nome próprio mas em nome da Igreja e quem se colocasse contra ele estaria se colocando automaticamente contra o aparelho eclesiástico (OLIVEIRA, 1985). Portanto, cabia a ele promover novas devoções e os novos santos, a pastoral, a liturgia e a catequese, o controle sobre os rituais, o uso de uma linguagem de domínio do clero, anulando a atuação leiga, pregar que para a salvação, era preciso freqüentar muita missa, a prática constante dos sacramentos, muita fé, devoção e oração, principalmente o rosário. Através do seu poder, o padre procurava exercer controle também sobre o cotidiano social e moral dos leigos.

No período de colonização de Iomerê, observou-se a influência da romanização entre os colonos, que acostumados ao atendimento religioso freqüente. passaram a reivindicar a presença permanente de um padre. Demonstravam preocupação em manter as novas orientações e novas crenças. Nesse processo, os agentes religiosos se empenharam para fazer crer os novos valores e as devoções definidas pela romanização, na perspectiva da conversão dos crentes (CERTEAU, 1994), o que consistia em transportar uma crença para outra, com valor de convicção. Como o ato de crer é que sustenta a autoridade, quando a capacidade de crer entra em recessão atinge a vontade de fazer crer, que sustenta a credibilidade que atinge as crenças, promovendo a falta de engajamento das pessoas.

Dupront (1988) afirma, que a resistência em abandonar as crenças corresponde a capacidade de criar a veneração. Ela pode ser de curta ou de longa duração. Como ilustração, temos no Brasil, o caso do seu padroeiro, São Pedro, escolhido após a Independência que foi substituído no início do século XX, pela Nossa Senhora Aparecida que, a exemplo de outros santos, ganhou convicção e se tornou objeto bom de crer. Da mesma forma, muitos leigos preferem manter o seu santo preferido, como no Oeste catarinense, o culto a João Maria continua muito forte, embora a religião católica não o reconheça como santo (CERTEAU, 1994).

Por isso, o clero procura, por meio da linguagem, homogeneizar as informações como instrumento de ação social e forma de controlar outras linguagens. Isso se deu através de dois dispositivos: um, corresponde a pretensão de falar em nome de um real e o princípio do ato de crer e o outro, é a capacidade do discurso autorizado por um real para distribuir em artigos de fé(CERTEAU, 1994). Portanto, o que determina o crer é o real e este dita aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer.

Neste sentido, a atuação dos camilianos na paróquia de Iomerê procurava incutir nos leigos essa visibilidade. Ao afirmar que a localização do crer passa a ser o visto identificado com aquilo que se deve crer, o discurso religioso apostava que a questão do real do Ser invisível que tudo vê, alimentava o imaginário dos seus fiéis, pois o real no cotidiano era visto, observado e mostrado (CERTEAU1994).

Para efetivar a romanização, o padre precisava integrar seus paroquianos na organização paroquial e este tipo de organização correspondia a capacidade de garantir a identidade, a coesão e as relações social. A estratégia dos Camilianos em Iomerê foi a fundação de associações religiosas.

O clero brasileiro defendia que somente uma ação catequizadora, seria capaz de ensinar a nova doutrina ao povo. Dessa forma, por meio da catequese as crianças recebiam

uma formação semelhante à crença européia, considerada único modelo a ser seguido, por ser considerado o único verdadeiro. Quando adultos a formação continuava por outros meios, como as associações religiosas.

Por meio destas, os leigos ficavam sob o domínio do clero, que pelos discursos procurara direcionar comportamentos, modificar posturas, manifestações religiosas e legitimavam relações de poder. Essas associações se tornaram um campo fértil para que a Igreja trabalhasse o imaginário do povo pelo prisma da "sociedade perfeita", visível, perene, independente e necessária (SERPA, 1997).

Através da Cruzada Eucarística Infantil, a Igreja visa aperfeiçoar a formação das crianças, além de promover as vocações sacerdotais e religiosas. Ao integrar nessa associação, elas deviam seguir um regimento de determinava, a necessidade de comungar pelo menos duas vezes por mês. O lema da Cruzada Infantil da Paróquia São Luiz Gonzaga, "Puros e Fortes com Jesus", dava o tom da sua importância para os camilianos e à Igreja.

Em Iomerê, essas associações tiveram grande aceitação e contaram com significativa participação da população. Entretanto, houve um predomínio do público feminino, mesmo que nas cerimônias públicas os homens desempenhassem atividades de destaque. Contudo, foram o alvo preferido do clero, que atribuía a elas, a responsabilidade pela conduta religiosa e moral da família e da sociedade, numa demonstração da condição de submissão das mulheres, que deviam se dedicar às atividades domésticas e à educação dos filhos(SERPA, 1997).

Diante disso, as mulheres se tornaram porta-vozes do novo catolicismo, uma vez que eram as principais seguidoras, atendiam ao apelo do clero e assumiram a responsabilidade sobre a formação e a conduta dos filhos e por conseqüência da sociedade.

Os associados passavam por um controle rigoroso sobre freqüência a confissão, a participação da missa, da comunhão e reuniões e demais atividades religiosas. Todos recebiam orientações de como deviam ser, acreditar e agir. Por meio do discurso procuravam incutir os valores éticos, sociais e morais, induzindo ao crer. Esse fazer crer, significava acreditar um invisível, como a existência do Paraíso e que para garanti-lo, deviam ser modelo de ser, fazer e crer (CERTEAU, 1994).

Portanto, desde de muito cedo as crianças eram orientadas a estabelecer controle sobre suas vontades, sentimentos e desejos para assim garantir a vida eterna. Assim, visavam guiar, adequar e controlar o comportamento e a conduta dos leigos, independente de idade, pois mantendo sob controle, teriam mais facilidade de atingir o efeito de inserir o fazer crer

instituindo assim o real. Esse trabalho também era realizado com os pais e demais associações religiosas, com o objetivo de reproduzir o discurso.

Quando jovens, os membros dessa associação deviam continuar participando de outras associações. Os moços podiam optar pela Congregação Mariana ou a Irmandade do Santíssimo Sacramento. As moças, geralmente aderiam a Pia União da Filhas de Maria, depois de casadas passavam ser membros do Apostolado da Oração.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento visava incentivar o culto ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia. Constituída exclusivamente por membros do sexo masculino, escolhidos entre o grupo que detinha um certo prestígio, desde que não tivesse vínculos com qualquer sociedade ou organização condenada ou combatida pela Igreja. Durante as celebrações religiosas ocupavam lugar de destaque, próximo do padre e o Santíssimo. A ele prestavam homenagens, por meio da festa de *Corpus Cristi*, com elaborada profissão acompanhada por toda a comunidade e todas as Associações Religiosas.

Na paróquia de Iomerê, a Pia União das Filhas de Maria e o Apostolado da Oração, receberam maior atenção por parte dos padres camilianos. Nas atas de reuniões dessas associações, transparece a preocupação com a formação e o aperfeiçoamento da doutrina católica especialmente com o público feminino. A exemplo da Cruzada infantil, procuravam inferir o ideal de conduta religiosa, moral e social sob pena de punições que iam da advertência oral à expulsão da associação. Quem ousasse desobedece-lo, além das punições previstas, passava a ser discriminada e considerada não dignas de confiança e de companhia e suas famílias passavam por grande constrangimento público e muitas vezes eram estigmatizadas.

Trabalhavam incessantemente a necessidade de controlar as emoções, os sentimentos, os impulsos e as condutas, induzindo a crença de que era proibido pensar, imaginar -e sentir-, diziam que o pensamento, a imaginação era como uma casa de pecado. Portanto, para evitar o pecado por pensamentos, palavras, atos e ações, era preciso manter o pensamento sempre voltado para Deus, Nossa Senhora e o Sagrado Coração de Jesus e quando um mau pensamento aparecesse, a oração era o meio mais eficiente de afastar a tentação e o perigo de pecado. Além da oração era preciso se cercar de outros meios para garantir a salvação e manter os perigos e tentações distantes, entre eles a necessidade de fazer penitências, sacrifícios, participar freqüentemente das missas, praticar os sacramentos, o recato, levar uma vida de obediência, de caridade, humildade. Ler a história de vida dos santos para neles se inspirar e levar uma vida santificada.

Reforçavam esse discurso dizendo que todos são constantemente vigiados no plano terreno e no espiritual, uma vez que nada escapa aos olhos de Deus que tudo vê. Dessa forma, despertavam sensações de medo, pois se Deus tudo vê, portanto tudo sabe e em caso de pecado, a punição e os castigos seriam inevitáveis. Nesse contexto, usavam analogias para enfatizar e reforçar os discursos, principalmente em relação à conduta social e moral. sociais e religiosas, relembrando sempre que o padre era o representante local de Deus. Para ilustrar cita-se a analogia do ramalhete espiritual, que dizia que ele devia ser feito todos os dias, desde o amanhecer, por meio da colheita diária com flores de virtudes, obediência, renúncia, caridade, sacrifícios e muitas orações.

Formas de lazer, a moda, a vaidade, o trabalho fora do lar, o feminismo e idéias não aceitas pela Igreja eram combatidas, como os bailes e os divertimentos carnavalescos. Classificados como "roças do demônio", quem os freqüentasse estaria vendendo sua alma ao demônio, pois neles o diabo se fazia presente disfarçado de belo moço ou moça, vitimando qualquer um que os freqüentasse. Dessa forma procuravam agir no imaginário local, transformando o invisível num real visível, inferindo medo, culpa e temor de pecado pelo simples fato de pensar, ver, se fazer presente ou se imaginar em situações como essas -tinham grande poder de convencimento pelo clero. A preocupação em evitar que a perda de poder e de influência. Assim, procuravam afastar os leigos das situações que não tinham controle.

Os efeitos produzidos no imaginário individual e coletivo, sobre tudo que fosse condenado ou combatido pela Igreja objetivavam manter os leigos afastados de idéias e de pessoas que consideravam uma ameaça, como na ocasião que um padre em reunião com o Apostolado da Oração, afirmou que não havia um só problema no mundo em que o homem era responsável, mas sempre a mulher. E reafirmou esse discurso na ocasião em que duas jovens teriam afastado dois moços das suas obrigações de bons cristãos, para ficarem namorando. Classificando-as como "capetinhas", aproveitou para responsabilizar as mães das moças pela conduta dos quatro jovens.

Responsabilizava as mulheres pelo abandono do lar e portanto pelo seu desajuste e o afastamento da igreja. Isso demonstra que ao procurar enfraquecer os novos objetos de crer, de saber, de ver, estariam evitando o desgaste e a falta de engajamento da mulher, da família e da coletividade nos objetos para crer da Igreja Católica.

Referências

BESEN, José Artulino, HEERDT, Mauri Luiz, COPPI, Paulo De. **O Universo Religioso: as grandes religiões e tendências religiosas atuais.** São Paulo: Ed. Mundo e Missão, 2005.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja Entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização.** In: FAUSTO, Boris(org). **O Brasil Republicano: sociedade e instituição 1889 - 1930.** Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, v.3, 2.ed., 1984.

BRESCH, Óberson Isac. Ser Humano: um ser religioso. **Revista Missioneira.** Revista Trimestral do Instituto Missioneiro de Teologia. Santo Ângelo: Gráfica Venâncio Ayres, n.44, julho de 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

DE BONI, Luiz Alberto. **Catolicismo no Brasil: início do fim?** Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre, EST São Lourenço de Brindes. 1977.

DUPRONT, Alphonse. **A Religião: antropología religiosa.** In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

ISAIA, Artur César. **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

RADRIZZANI, Inocente. Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria, abril de 1942. Arquivos da Paróquia São Luiz Gonzaga de Iomerê.

GEMELLI, José. Livro de atas da Pia União das Filhas de Maria, abril de 1964. Arquivos da Paróquia São Luiz Gonzaga de Iomerê.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Grupos de mulheres e feminismos em Florianópolis: a constituição de um movimento periférico

Maise C. Zucco*

Resumo: Sob diversas perspectivas a bibliografia disponível sobre os vários feminismos e grupos de mulheres que estiveram atuando no Brasil a partir de 1975 nos encaminha para a história do movimento com uma produção que, em sua grande maioria, trata do país de uma forma geral. Uma parcela considerável desta produção bibliográfica não discorrer sobre as especificidades das diversas localidades brasileiras, atribuindo um caráter generalizante de "movimento feminista brasileiro" às mobilizações e grupos formados nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Tendo em vista a importância atribuída à determinados centros, este trabalho tem como proposta perceber as relações entre os movimentos feministas e de mulheres durante a ditadura militar em Florianópolis e determinadas capitais brasileiras.
Palavras-chave: Feminismo – Segunda Onda Feminista – Produção acadêmica

Abstract: Under diverse perspectives the available bibliography on the some feminisms and groups of women who had been acting in Brazil from 1975 in them directs for the history of the movement with a production that, in its great majority, deals with the country of a general form. One parcels out considerable of this bibliographical production not to discourse on the especificidades of the diverse Brazilian localities, attributing to a generalizante character of "Brazilian movement feminist" to the mobilizations and groups formed in the great centers, as Rio de Janeiro and São Paulo. In view of the importance attributed to the determined centers, this work has as proposal to perceive the relations between the movements feminists and of women during the military dictatorship in Florianópolis and determined Brazilian capitals.
Keyword: Feminism - Second Wave Feminist - Academic production

Com a instauração do regime militar no Brasil, muitas dificuldades foram encontradas no país, frente à conjuntura de coerção dos movimentos sociais. A ditadura militar associava o feminismo ao comunismo; devido às medidas tomadas pela URSS quanto à descriminalização do aborto, a concessão ao divórcio e ao incentivo à libertação das mulheres; tomando ambos como uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade (MOTTA, 2002). No mesmo sentido, a esquerda considerava as reivindicações do feminismo secundárias em meio à necessidade de redemocratização do país, abafando a representatividade social das reivindicações em favor das mulheres (TELLES, 1993:76). Essa

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – Bolsista Capes.

situação mudaria apenas com a institucionalização do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas, onde o movimento feminista passaria a ganhar expressão no Brasil conquistando um espaço de atuação para os movimentos sociais que desde a ditadura o país não vivenciara.

Mesmo frente à resistência do governo e da esquerda, foram grandes os números de mobilizações em benefício das questões das mulheres que passam a ganhar visibilidade em decorrência deste evento. O I Congresso da Mulher Brasileira, o I e II Congresso da Mulher Paulista, a criação da Delegacia Policial de Defesa da Mulher, e grupos como O Movimento Feminino pela Anistia, O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação de Donas-de-Casa, são alguns dos exemplos de mobilizações que ganharam espaço nacional para atuarem em favor das mulheres. A concretização de toda a luta do movimento de mulheres e do movimento feminista estaria ocorrendo na Constituição de 1988, que abarcou um grande número de reivindicação que durante a ditadura fizeram parte da pauta destes grupos. Entretanto, esta história dos movimentos feministas, grupos de mulheres brasileiras e os eventos que ocorreram durante a Segunda Onda Feminista trata de qual Brasil? De onde vem o conhecimento sobre as questões em torno das mulheres e do feminismo? Qual o conhecimento produzido em Florianópolis sobre as mulheres e o movimento feminista no período que compreende a ditadura militar até 1988, ano em que algumas reivindicações foram incorporadas à Constituição?

Sob diversas perspectivas a bibliografia atual sobre os vários feminismos (MIGUEL) que estiveram atuando no Brasil durante esse período nos encaminha para a história do movimento com uma produção que, em sua grande maioria, trata do país de uma forma geral, sem discorrer sobre as especificidades das diversas localidades brasileiras. Em textos da década de noventa como Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal e Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro podemos destacar esta característica de generalização que cria uma unidade a um movimento tão amplo. Outra característica da bibliografia recente que se propõe a tratar do movimento feminista no país é o destaque dado aos grandes centros brasileiros. Em livros como Breve História do Feminismo no Brasil, A experiência Feminista nos Anos Setenta ou Uma História do Feminismo no Brasil, encontramos muitas informações sobre os grupos de mulheres, grupos feministas e conferências que estiveram acorrendo, sendo que a maioria dos textos rotulados como referentes ao movimento feminista no Brasil, trata do que ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo. A partir de reflexões sobre a produção bibliográfica mais recente, este trabalho pretende pensar como se deu a relação entre os movimentos feministas e movimento de

mulheres em Florianópolis, com outros centros de referência durante a Segunda Onda Feminista. Através da produção bibliográfica[1] datada da década de sessenta até a década de oitenta e disponível na capital catarinense, este trabalho busca perceber as relações entre esses grupos tendo em vista a produção de conhecimento sobre o feminismo e as questões relacionadas às mulheres durante o mencionado período.

Dentre a vasta quantidade de textos referentes ao feminismo disponível em acervos de bibliotecas situadas na cidade de Florianópolis, e que foram lançadas no período estudado, a grande maioria faz parte de publicações realizadas por editoras situadas nas cidades de São Paulo e, em menor quantidade, na cidade do Rio de Janeiro. Livros como A condição da mulher: amor- paixão- sexualidade e De Mariazinha a Maria de Marta Suplicy, A arte de ser mulher de Carmen da Silva e A Nova Mulher de Marina Colassanti tratam das questões em torno das mulheres sob a ótica psicológica, tratando dos pontos referentes a vivência: relacionamentos, conjugalidade e papéis atribuídos às mulheres. Por estarem voltadas ao âmbito privado, as mencionadas autoras têm como ponto central nestas publicações formadas por coletâneas de artigos, a questão da sexualidade. Levantando discussões em torno do aborto e da utilização de métodos contraceptivos, as autoras fazem uma avaliação bastante ampla da situação da mulher brasileira sem necessariamente fazer menção a uma localidade específica. Seus textos utilizam como campo para seus debates um número variado cidades e países que configuram um caso propício para discussão de determinado tema; sem, incisivamente, enfatizar uma região.

Além das publicações que levantam questões privadas, podem ser destacadas outras discussões mais amplas, como é o caso do livro de Heleieth Saffioti, A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, Feminismo: o ponto de vista marxista de Zuleika Alembert, Mulher em Questão, organizado por Nadia Regina de Barros Lima e Na condição de mulher, organizado por Suzana Albornoz.

Em seu texto Heleieth Saffioti faz uma explanação sobre as mobilizações operárias em diversos países - como a França, os Estados Unidos e a URSS abordando questões gerais em torno da mulher no âmbito social, como o confinamento da mulher no lar. Fazendo menção a livros de grande relevância para o movimento feminista, como é o caso de O Segundo Sexo e A Mística Feminina, a autora realiza também uma narrativa do desenvolvimento econômico brasileiro desde o Brasil colônia fazendo uma análise dos modos

[1] A pesquisa bibliográfica foi realizada na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1964 e portadora do maior acervo de publicação dentre as bibliotecas situadas na cidade de Florianópolis.

de produção em que o país encontrou-se inserido e a situação desprivilegiada das mulheres ao longo dos períodos. Tratando do Brasil de forma generalizada, Saffioti procura as "raízes" desta condição inferiorizada das mulheres a partir de problemas levantados em uma sociedade capitalista.

Zuleika Alembert, se assemelhando ao caso de Saffioti, trabalha com a literatura marxista e textos feministas realizando uma discussão ampla e, principalmente, teórica sobre a temática. Utilizando como suporte Marx, Engels, Bebel, Lênin, Alexandra Kollontai, entre outras autoras e autores, Alembert concilia as acusações de que o feminismo desfragmenta uma luta mais ampla e que o marxismo relega as particularidades.

Em Mulher em Questão, encontramos uma coletânea de artigos que, diferentemente das duas publicações anteriormente citadas, não é originariamente de São Paulo, mas de Maceió. Com a proposta de discutir a opressão das mulheres a organizadora realiza, inicialmente, uma explanação sobre as obras de importância pra o movimento feminista:

> *"E as obras não cessam de aparecer. Nos fins da década de 60, a teoria feminista estava fortalecida com a multiplicidade de contribuições, como a 'Política Sexual' de Kate Millet, a 'Condição da Mulher' de Juliet Mitchel, 'A Mulher na Sociedade de Classes, Mito e Realidade' de H. Saffioti, etc. O movimento feminista não parou mais de avançar, Tanto no Leste como no Oeste, o que não significa que as discriminações não continuem a existir, muitas vezes, de forma camuflada."* (LIMA, 1987:37)

No entanto, mesmo apresentando conhecimento de uma vasta bibliografia disponível sobre o feminismo e fazendo uso de outros textos, como é o caso de O que é feminismo?; a coletânea de artigos Mulher em Questão usa como principal referência o livro de Zuleika Alembert. Citando várias vezes Feminismo: o ponto de vista marxista e utilizando as citações contidas no livro de Alembert, as autoras demonstram que este é seu aporte bibliográfico para o debate.

Em oposição ao exemplo anterior, o livro_Na condição de mulher - publicação realizada através das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul - não possui como característica citações de obras vindas de grandes capitais brasileiras. Citando principalmente textos internacionais e publicações pouco referenciadas pela bibliografia da área nesta época - como é o caso de A_emancipação da mulher: raízes e preconceitos anti-femininos de

Vamberto Moraes publicado em Recife – os textos possuem um caráter geral, mas encontram-se inserido em uma discussão em torno das especificidades:

> *"Falar sobre 'mulher brasileira' me soa a maravilhosa abstração. Seria melhor passáramos a falar como mulheres brasileiras: tu, a Beta, a Neomi, a Elvira, a Teresa, a Maria José. Indivíduos concretos e socialmente situados. Somos milhões: uma realidade múltipla e variada. Data de nascimento, naturalidade, profissão, estado civil, moradia, número de filhos, temperamento, aptidões, tudo influi. Geografia, idade, raça, classe social e outra variante: o número de anos que se passou na escola."*(ALBORNOZ, 1985:12)

Na publicação organizada por Suzana Albornoz encontramos a preocupação diante das diferenças de classe, raça e região; região esta que não se apresentam da mesma forma em parte da bibliografia analisada. No livro O que é feminismo?, resultado de uma parceria entre Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy, encontramos uma trajetória do movimento feminista que perpassa a França, os Estados Unidos e o Brasil. Contudo, os acontecimentos em torno dos feminismos brasileiros são apenas os situados nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa prática de supervalorização de determinadas localidades é percebida de diferentes formas em outras publicações, como é o caso do trabalho realizado com o apoio da Unicef por Carmen Barroso intitulado Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. Apresentando um estudo que se subdivide em pontos como saúde, educação e creches, a autora dá constante ênfase aos dados referentes ao estado de São Paulo; tanto que realiza uma divisão particular para leitura dos dados da pesquisa:

> *"Região II – São Paulo*
> *Região III – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul*
> *Região IV – Minas Gerais e Espírito Santo*
> *Região V – Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Piauí e Maranhão"*[2](BARROSO, 1982: 41)

Outra característica que podemos destacar são os constantes comparativos entre um "Brasil desenvolvido" e um "Brasil subdesenvolvido". Ou seja, São Paulo e Nordeste são constantemente comparados como extremidades do que é positivo e do que é negativo:

> *"Na região Nordeste, uma das mais pobres do país, 56,5% dos homens e 83% das mulheres recebem até um salário mínimo e 83% dos homens e 93% das mulheres recebem até dois salários mínimos (PNAD, 1978)*
> *É nas regiões mais desenvolvidas, sobretudo em São Paulo, que se encontram as percentagens menos elevadas de trabalhadores que ganham menos do que um ou dois salários mínimos."*(BARROSO, 1982:26)

Embora esses sejam dados que para a autora representam as disparidades existentes entre as regiões brasileiras, sua pesquisa tem como enfoque central a capital

[2] Por um possível erro de diagramação, a Região I não foi impressa na publicação.

Paulista dando destaque aos dados da região, aos eventos referentes ao Ano Internacional da Mulher ocorridos nesta cidade e as conquistas em torno das mulheres obtidas por São Paulo.

Se pensarmos no contexto em que esses textos foram produzidos, faz-se necessário ressaltar que neste período havia uma bibliografia que realizou crítica a estes modelos de capitais hegemônicas. Este foi um período de grandes debates em torno da relação colonialista com os grandes centros em diversas esferas, embora não encontremos reflexões a esse respeito entre os grupos de mulheres e grupos feministas neste momento. Exemplo desta afirmação, é que podemos encontrar referências à perspectiva econômica da CEPAL[3], que caracterizava os países da América Latina como dependentes da demanda dos grandes centros, em vários trabalhos. Celso Furtado, em livros como O mito do desenvolvimento econômico e A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina, aborda a questão da dependência externa frente ao subdesenvolvimento brasileiro, podendo desta forma perceber o debate presente entre centro e periferia no âmbito global. Mas esse debate não foi limitado à economia, existindo outras áreas que analisaram as relações de dependência frente aos grandes centros.

Rosa Maria Godoy Silveira, em seu trabalho O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional fala da questão entre centro e periferia. Tratando da visão das classes dominantes em relação às províncias de Pernambuco e Paraíba na segunda metade do século XIX, Rosa Maria Godoy Silveira faz um incentivo aos estudos regionais além de uma crítica historiográfica.

> *"As análises são unânimes na caracterização 'dos Brasis': um arcaico, subdesenvolvido, localizado sobretudo no Nordeste agrário; outro moderno, identificado com o progresso e desenvolvimento, localizado no Centro-Sul industrial. A noção de centro-periferia, aplicada á interpretação das disparidades entre as nações, era transposta para as interpretações das desigualdades regionais internas ao país, sob uma perspectiva de interesses urbano-industriais, que consubstancia, destarte, uma segunda vertente historiográfica sobre o Nordeste, de feição liberal neoclássica."*(SILVEIRA, 1984)

Tendo em vista que este debate esteve ocorrendo durante as décadas de 70 e 80, período em que o movimento feminista ressurge com maior força em todo o país, percebemos que no campo de produção acadêmica, ou de alguma forma institucionalizada, não houve a incorporação deste tipo de debate realizando assim uma autocrítica.

Apesar de encontrarmos algumas publicações de grandes capitais que fazem estudos de caso como por exemplo Condição feminina e as formas de violência: mulheres

[3] A CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, faz parte de uma das cinco comissões das Nações Unidas e foi fundadas em 1948 com o intuito de promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos reforçando as relações entre estes, e demais países.

pobres e ordem urbana, 1890-1920 de Rachel Sohiet e A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros de Miriam Lifchitz Moreira Leite – grande parte destes estudos apresentam-se como explanações mais gerais sobre o movimento feminista ou questões referentes às mulheres sendo que a bibliografia local segue essa linha. Dentre o acervo pesquisado, a produção de Florianópolis encontrada se resume a algumas dissertações da área jurídica, de ciências humanas e administração que tratam da maternidade, das desigualdades sociais sem se fixar em um estudo de caso. Apenas o trabalho de Clítia Helena Backx Martins intitulado Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina se propõe a uma discussão mais específica sobre a temática fazendo um panorama do movimento feminista e dos grupos de mulheres catarinense.

Fornecendo um histórico, segundo Clítia Helena Backx Martins os grupos de Florianópolis podem ser classificados como partidários, vinculados à Igreja Católica, e autônomos. Entre os autônomos, podemos destacar a Associação Catarinense de Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, o Coletivo de Mulheres Amálgama, o Grupo Feminista Vivências, a Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina e a Associação Catarinense em Defesa da Mulher, do qual grande parte esteve sendo formada durante a década de 1980. Entre os grupos vinculados à Igreja Católica está o Clube de Mães, e entre os partidários, a Ação Democrática Feminina e o PMDB Mulher. Com características bastante diversificadas, estas formações estiveram submetidas às decisões partidárias, possuíam caráter de grupo de reflexão, estavam vinculados a grupos de atuação nacional ou reivindicavam direitos trabalhistas.

Com uma produção local bastante escassa, podemos concluir que grande parte da bibliografia acessível em Florianópolis sobre o movimento feminista, textos sobre as desigualdades e sobre os grupos de mulheres são publicações vindas de grandes capitais, como é o caso de São Paulo. Em O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, Lilia Moritz Schwarcz aborda a preeminência da historiografia que esteve sendo realizada no século XIX nos grandes centros, tendo em vista a importância dos Institutos Histórico Geográficos na constituição da "História Oficial". Rio de Janeiro foi a sede do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, servindo como exemplo para os demais institutos que estiveram sendo formados, e o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo usufruía os benefícios da economia cafeeira de seu estado, propondo uma historiografia paulista que desse conta de todo o país.

Seja por meio de resquícios dessa historiografia dominante ou através da suposta supremacia econômica, constatamos que Rio de Janeiro e São Paulo foram centros de

referência em diversas esferas, não sendo diferente com a produção bibliográfica sobre o movimento de mulheres e movimento feminista. Como primeiras conclusões de um trabalho que pretende ser aprofundado, podemos destacar que o material que relata esse movimento social e que esteve acessível aos diversos grupos feministas que estiveram sendo formados durante as décadas de 70, e principalmente 80, foram produzidos em sua grande maioria por capitais como São Paulo. Isso aponta para um possível suporte teórico que essas localidades tenham fornecido a outros grupos feministas brasileiros, e a uma produção bibliográfica florianopolitana periférica frente à hegemonia de outros centros.

Bibliografia

ALBORNOZ, Suzana**.** Na condição de mulher. Santa Cruz do Sul, Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.
ALEMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.
ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef, Ed. Brasiliense, 1982.
COLASANTI, Marina. A Nova Mulher. 2 ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.
CORRÊA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Desdobramentos do feminismo. Cadernos Pagu. Campinas: n.º 16, 2001. p.13-29.
FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
_____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d.
LEITE, Miriam Lifchitz Moreira; MOTT, Maria Lucia de Barros. A condição feminina no Rio de Janeiro, seculo XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Brasilia: INL, 1984.
LIMA, Nadia Regina L. de Barros. Mulher em Questão. Maceió: BUFAL Departamento de Ciências Sociais, 1987.
MARTINS, Clítia Helena Backx. Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. Março de 1987.
MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis: UFSC.
MORAES, Lygia Quartim de. A experiência Feminista nos Anos Setenta. Araraquara: UNESP, 1990.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho; o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
RACHEL, Soihet. Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.
SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Desdobramentos do feminismo. Cadernos Pagu. Campinas: n.º 16, 2001. p.31-48.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SILVA, Carmen da. A arte de ser mulher. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.
SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor- paixão- sexualidade : artigos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
_____. De Mariazinha a Maria. Petrópolis: Vozes, 1985.
TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

É de pequeno que se torce o pepino!: Viriato Corrêa e a educação histórica de nossas crianças [1]

José Ricardo Oriá Fernandes [2]

Resumo: A educação histórica não se restringe ao universo escolar, mas passa por outras instâncias de sociabilidade da criança. Este texto pretende analisar a concepção de História/ensino de História presente nos livros infanto-juvenis do escritor Viriato Corrêa (1884-1967), que abordam fatos e personagens da História do país. Daremos ênfase ao livro escolar "História do Brasil para crianças", publicado em 1934 pela Companhia Editora Nacional e que, com 28 edições, teve maior repercussão no mercado editorial e na formação leitora da criança brasileira. Consideramos que a obra infantil de Viriato Corrêa foi importante para a construção de uma educação histórica escolar afinada com o discurso da identidade nacional.
Palavras-Chave: Ensino de História para crianças- Educação histórica- Livros escolares

Abstract: Historical education does not simply narrow down to the scholastic universe. It also embraces other instances of child sociability. This text intends to analyze the conception of History / History teaching present on the children's and juvenile books from the writer Viriato Corrêa (1884-1967), which refer to facts and characters from National History. Special emphasis will be given on the textbook "História do Brasil para crianças", published in 1934 by Companhia Editora Nacional and that, with 28 editions, had major repercussion on the editorial market and on the reader formation of the Brazilian child. Viriato Corrêa's children's literary work has been considered to be important to the construction of scholastic historical education in tune with the national identity discourse.
Key-Words: History Teaching for Children - Historical Education - Textbooks.

A Escrita da História para crianças: os livros escolares

O antropólogo Nestor Garcia Canclini considera que a construção da identidade nacional esteve diretamente relacionada ao projeto educacional dos estados na busca de sua legitimação e inserção na história. E, neste contexto, os livros didáticos, juntamente com os museus, o ensino da história, as datas comemorativas, as efemérides nacionais e os rituais

[1] Esta pesquisa faz parte do projeto que estamos desenvolvendo no Doutorado da Faculdade de Educação da USP, sob a orientação da Profª Dra. Circe Bittencourt, intitulado "A História contada às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1921-1967)".

[2] Doutorando em História da Educação e Historiografia pela Faculdade de Educação da USP.

cívicos foram elementos decisivos da cultura escolar no fortalecimento do sentimento de nação.

Esta assertiva é reiterada ao se analisar a trajetória do ensino de História em nosso país. Segundo Bittencourt,

> ***"o ensino de História do Brasil está associado, inegavelmente, à constituição da identidade nacional. Nacionalismo patriótico, cultos a heróis nacionais e festas cívicas são alguns dos valores que, na escola, se integram ao ensino da História do Brasil..."*** (BITTENCOURT, 2003: 185)

Neste sentido, os historiadores são unânimes em afirmar que o ensino de História no Brasil esteve atrelado ao processo de formação do estado nacional, envolvendo, também, a participação de importantes instituições acadêmicas e culturais, que viam na educação fator decisivo para a inserção do Brasil no concerto das nações civilizadas (BITTENCOURT, 1990; ABUD, 1998 e GASPARELLO, 2004).

Essa constatação é também compartilhada por historiadores estrangeiros:

> *"Desde la incorporación misma de la historia a la escuela, la relación entre su enseñanza y la formación de identidad há sido fuerte y estrecha. Precisamente la historia se estableció em la escuela, entre finales del siglo XIX y comienzos del XX, como um instrumento ideológico de carácter doctrinal para fortalecer los Estados nacionales."* (CARRETERO, GONZÁLEZ, 2004, p. 174)

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas republicanas, expressivos nomes da *intelligentsia* nacional tiveram papel fundamental em questões relacionadas à educação. Eram homens de *sciencia*, escritores, juristas, políticos, jornalistas, alguns deles ocupantes de cargos no aparelho do estado. Participavam das Academias Literárias, dos Institutos Históricos ou lecionavam nas Faculdades de Direito e no Colégio Pedro II, considerado modelo para os liceus e colégios provinciais.

Um das instâncias sociais onde ocorria o debate intelectual era a Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em 1897 por escritores de escol. O papel exercido pela Academia Brasileira de Letras (ABL), seja na defesa da língua pátria, seja na difusão de uma escrita da história, seja na divulgação de fatos e personagens, criou o que se convencionou chamar de uma "pedagogia do cidadão". Para os acadêmicos, entre eles Viriato Corrêa, o ensino, além de proporcionar os conhecimentos necessários à instrução do aluno, deveria se preocupar com os valores cívicos e patrióticos, necessários à formação do cidadão, de acordo com os interesses do estado nacional.

Acadêmicos como José Veríssimo (**A Educação Nacional,** 1890), Silvio Romero (**A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis. Livro para as classes primárias,** 1890), Afrânio Peixoto (**Minha Terra, minha gente,** 1915), Rocha Pombo (**Nossa Pátria,** 1917) produziram manuais didáticos e livros de leitura destinados ao ensino

primário e secundário, para suprir a carência de material escolar e diminuir a presença de livros estrangeiros na escola brasileira.

Mesmo após o fim do regime monárquico, esses intelectuais continuaram dando a sua contribuição para a educação brasileira, sobretudo na produção de obras de cunho cívico-patriótico. É o caso, por exemplo, do Conde Affonso Celso, um dos fundadores da ABL, que escreveu **Por que me Ufano do meu Pais** (1900), dedicado a seus filhos em comemoração aos quatro séculos do Descobrimento do Brasil, onde faz uma explanação laudatória das riquezas e potencialidades do País.

Nas primeiras décadas da República, os poetas parnasianos Olavo Bilac e Coelho Neto, ainda movidos pelo nacionalismo, escreveram obras que passaram a ser amplamente adotadas pelas escolas primárias de todo o País, a saber: **Contos Pátrios** (1904) e a **Pátria Brasileira** (1909).

Olavo Bilac, juntamente com o Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, o escritor sergipano Manoel Bomfim, escreveu a obra **Através do Brasil: prática da língua portuguesa. Narrativa.** Impresso em Paris, como de costume e lançado pela Livraria Francisco Alves em 1910, o livro fez sucesso nas escolas. Teve sucessivas edições, "fazendo a cabeça" de gerações de brasileiros, que se encantavam com as aventuras dos dois irmãos Carlos e Alfredo, que percorrem o Brasil, de norte a sul. Foi o livro de leitura mais utilizado durante cinqüenta anos nas escolas brasileiras. (BOTELHO, 2002).

Por que Viriato Corrêa? Viriato Corrêa e a vulgarização da História

O nome de Viriato Corrêa está indelevelmente associado ao seu livro de maior sucesso- **Cazuza: memórias de um menino de escola** (1938)[3] , um clássico da literatura infantil. O que poucos conhecem é que ele, além de escritor, jornalista e bacharel em Direito, escreveu diversos livros de crônicas históricas e, principalmente, livros infanto-juvenis com temática histórica, que passaram a ser adotados em escolas e serviram também para a formação de professores que lecionavam na escola primária.

[3] O livro **Cazuza** é uma espécie de romance autobiográfico. Este livro pode ser considerado uma leitura canônica na escola brasileira, pois foi lido por várias gerações de brasileiros. O livro, ao narrar os fatos da infância do autor no Maranhão, mostra o cotidiano escolar na segunda metade do séc. XIX. Segundo o próprio Viriato, o livro foi inspirado num clássico da literatura infantil- **Coração**, do italiano Edmundo de Amicis: "...***Estou a trabalhar num outro livro infantil. O título ainda não achei. É um livro, não digo nos moldes, mas nas intenções do Coração, de Amicis, mas um Coração verde e amarello, bem brasileiro, bem nosso. Deverá estar concluído em abril, para sair lá pelo Natal."*** (Carta de Viriato Corrêa a Ribeiro Couto, de 13.01.1936- Arquivo Museu da Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro-RJ).

Nascido em 23 de janeiro de 1884, no povoado de Pirapemas, Estado do Maranhão, Viriato deixou a cidade natal para fazer os cursos primário e secundário em São Luis. Sua veia literária já se fazia presente aos 16 anos quando escreveu os seus primeiros contos e poesias. Mudou-se para Recife a fim de cursar a Faculdade de Direito, que freqüentou por três anos. Sob o pretexto de terminar o curso jurídico na capital do Pais, Viriato mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a ter contato com a geração boêmia que marcou a intelectualidade brasileira no começo do século XX.

Por interferência de seu amigo Medeiros e Albuquerque, Viriato Corrêa obteve colocação na "Gazeta de Notícias", iniciando, portanto, uma proficua carreira jornalística que se estenderia por longos anos. Viriato também escreveu em outros importantes jornais da capital e em revistas de época. Foi fundador de uma coluna destinada às crianças no jornal "Gazeta de Noticias"- o **Fafazinho**, o que já revelava seu pendor em escrever para o publico infantil.

Em parceria com João do Rio, escreveu seu primeiro livro infantil, intitulado **Era uma vez...contos infantis** (1908). No entanto, Viriato vai se consagrar no campo da narrativa histórica. Escreveu neste gênero mais de uma dezena de títulos, entre os quais se destacam **Terra de Santa Cruz** (1921), **Histórias da nossa história: crônicas e contos historicos** (1921), **Brasil dos meus avós** (1927), **Bau velho: roupas antigas da historia brasileira** (1927) e **Alcovas da Historia (cantinhos, esceninhos e recesso da vida histórica do Brazil)** (1934).

Seu destaque maior se deu na produção literária de cunho infantil, ao criar a figura do vovô que conta histórias às crianças na sua chácara embaixo de árvores. As "lições de história do vovô" estão presentes em livros como **História do Brasil para crianças** (1934) e **Curiosidades da história brasileira (para crianças)** (1952).

Na sua atividade jornalística, Viriato dedicou-se à critica teatral e escreveu cerca de 30 peças, entre dramas e comédias. Foi também professor de história do teatro na Escola Dramática do Rio de Janeiro e membro fundador da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT).

Como homem de seu tempo e antenado com as questões sociais e políticas do País, Viriato dedicou-se também à vida pública, tendo sido eleito Deputado Estadual, em 1911, e Deputado Federal (1927-1930), ambos mandatos como representante do Estado do Maranhão.

Em 1938, após quatro tentativas frustradas, foi eleito para a Academia Brasileira de letras, na cadeira de nº 32, criada por Carlos de Laet e cujo patrono é Araújo Porto Alegre.

Viriato Corrêa e a educação histórica de nossas crianças

Ao produzir livros destinados ao público infanto-juvenil sobre fatos e personagens de nossa história, levantamos como hipótese o fato de que Viriato Corrêa, embora não sendo historiador, contribuiu também para a construção de um dado saber histórico escolar.

Uma leitura mais atenta de seus primeiros livros dedicados ao público infanto-juvenil das escolas permite-nos concluir, citando outro acadêmico, o imortal Afrânio Coutinho, que "para ele, a História é uma escola, onde devemos abeberar-nos para enriquecer nosso patriotismo e o amor das nossas coisas." (CORRÊA, s/d:9)

Seu primeiro livro escolar, que tematizou a historia nacional, foi **Contos da História do Brasil (para uso das escolas),** de 1921. Nele, Viriato adota a periodização seguida por Silvio Romero, que divide a história nacional em séculos. Este livro surgiu de um apelo de professores do Rio de Janeiro, que pretendiam adotar nas escolas seus primeiros livros de crônicas históricas. É o próprio Viriato que assim se refere na introdução:

> ***"Apoz a publicação das Historias da nossa historia e da Terra de Santa Cruz, várias figuras do magistério publico carioca, por gentileza ou por amisade, manifestaram desejos de adoptar os dois livros nas escolas, para a leitura cívica das creanças. (...) É esta a razão de ser dos Contos da Historia do Brasil".*** (CORRÊA, 1921:11) (grifos do autor)

No entanto, o livro de maior sucesso junto ao segmento infanto-juvenil, após **Cazuza**, foi **História do Brasil para crianças**, de 1934, publicado pela Companhia Editora Nacional e que circulou no mercado editorial durante cinqüenta anos. Essa mesma editora irá lançar uma coleção coordenada pelo educador Fernando de Azevedo e intitulada "Biblioteca Pedagógica Brasileira (Literatura Infantil)". Nesta coleção, cuja maior parte das obras são de Monteiro Lobato, constam dois livros de Viriato, a saber: **História do Brasil para crianças** (1934) e **Meu Torrão: contos da Historia Pátria** (1935) [4].

Embora **História do Brasil para crianças** não seja um manual especificamente didático, ele teve seu reconhecimento oficial pelo Ministério da Educação, através do registro

[4] Viriato dedica este livro a Monteiro Lobato: ***"A MONTEIRO LOBATO, mestre de todos nós que escrevemos para crianças"*** (CORRÊA,1962:7) .

nº 966 da Comissão Nacional do Livro Didático [5].

Podemos sintetizar afirmando que a concepção de História presente nos livros de Viriato possui as seguintes características:

1. A História como mestra da vida, fonte de infinitas lições para as novas gerações, que deveriam se espelhar no exemplo de brasileiros patriotas, que, em vida, se dedicaram à causa nacional:

> *"A grandeza do Brasil depende de vocês, meus meninos. As crianças é que são o futuro de um pais. Se vocês seguirem o exemplo dos grandes homens que eu acabei de nomear, se trabalharem, se estudarem, se cultivarem a inteligência, o Brasil amanhã poderá ser a mais bela, a mais rica, a primeira nação do mundo." (CORRÊA, 1957: 236)*

2. A História como narrativa oral, em que se destaca a figura do ancestral (o vovô), que conta histórias às crianças e que dela participou: "Uma vez, pela manha, ele (vovô) nos disse que tinha uma história bonita e muito comprida para nos contar. Não era, porém, historia de bichos nem de princesas e príncipes encantados.

- Que história é? perguntamos .

- É a História do Brasil, afirmou." (CORRÊA, 1957: 17)

3. A História como relato dos fatos importantes dignos de registro à posteridade, mas também de fatos pitorescos que foram esquecidos pelos historiadores:

> *"Sem história não há pátria. E a história não são unicamente os acontecimentos bellicos, o heroísmo da espada e o choque das batalhas. História é a aventura no bom sentido, é a audácia, é o desenvolvimento da capacidade de trabalho, é a ascenção para a posteridade, é a bravura do labor, é o descortínio do futuro, é a inquietação fecunda da intelligencia, é a realização"* (CORRÊA, 1934: 159)

4. A História possui um caráter formativo, ao fornecer elementos que servem para a construção de valores morais e cívicos, calcados no culto à Pátria e no exemplo edificante de alguns brasileiros: "Aprender a história é fortificar o caráter , ilustrar o espírito e encher o coração com a esperança de melhores dias para a pátria, pelo aproveitamento dos sadios exemplos." [6]

5. A História que deveria ser ensinada às crianças:

> *"Às crianças só interessa o que é vistoso. ....Neste livro, procura-se dar às crianças apenas a superfície vistosa da história brasileira. Nada de filosofia. Nada de profundos aspectos históricos que lhes possam causar bocejos ."* (CORRÊA, 1957: 11)

---

[5] O Decreto-Lei n° 1.006, de 30/12/1938, cria a **Comissão Nacional do Livro Didático**, no âmbito da política educacional centralizadora do Estado Novo (1937-1945), tendo à frente a figura do Ministro Gustavo Capanema. É considerada, portanto, a primeira legislação de controle da produção e circulação do livro didático no País.

[6] Nota do editor na orelha do livro **Alcovas da Historia (cantinhos, esceninhos e recesso da vida histórica do Brazil).**

O historiador português Luís Reis Torgal, ao analisar o ensino de história para crianças, faz uma análise procedente da obra de Viriato Corrêa. Diz ele:

> *"No Brasil, a história tradicionalista de Viriato Corrêa, não obstante relevar o fenômeno de formação da independência (...), embora salientando a miscigenação brasileira (um dos mitos culturais da visão histórica do Brasil) e apesar de conceber a história num processo antropológico, cultural,e geográfico americano, não deixa de se ligar a uma concepção europocêntrica, de onde faz derivar as raízes cristãs da civilização brasileira, que procura salientar."* (TORGAL, 1992:38-39)

Viriato Corrêa veio a falecer em 1967, ano em que a Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, prestou-lhe uma homenagem ao tomar como enredo o seu último livro publicado **Historia da Liberdade no Brasil,** de 1962. Nele, Viriato destaca o caráter libertário do povo brasileiro, ao mostrar fatos históricos já consagrados pela historiografia, como a Revolta de Beckman, a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Confederação do Equador, entre outros.

Viriato Corrêa, embora não fosse um típico escritor de compêndios didáticos, contribuiu, com seus livros infantis, para a construção do saber histórico escolar. Durante os anos 30 a 70 do século passado, suas "lições do vovô", ao abordar fatos e personagens da História Pátria, fizeram a mente e o coração de nossas crianças, fortalecendo nelas o caráter cívico-patriótico, indispensável à identidade nacional.

Referências Bibliográficas

Livros, Artigos e Periódicos:

ABUD, Kátia. *Formação da Alma e do Caráter Nacional: ensino de história na Era Vargas*. **Revista Brasileira de História**, v. 18, nº 36, 1988, p. 103-113.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939).** SP: Loyola, 1990.

_____. *Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil* . In: Karnal, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** SP: Contexo, 2003, p.185-204.

_____. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910).* **Educação e Pesquisa**, v. 30, nº 3, set./dez. 2004.

BOTELHO, André. **O Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais.** Campinas: UNICAMP, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. RJ: Editora UFRJ, 1995.

CARRETERO, Mario y GONZÁLEZ, Maria Fernanda. *Imagénes históricas y construcción de la identidad nacional: uma comparación entre la Argentina, Chile y Espana*. In: CARRETERO, Mario e VOSS, James F. (comps.). **Aprender y pensar la historia**. Buenos Aires: Amorrortu, 2004.

CHOPIN, Alain. "História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte". **Educação e Pesquisa**, v. 30, nº 3, set./dez. 2004.

GASPARELLO, Arlette M. **Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. SP: Iglu Editora, 2004.

PINTO, G. Hércules. **Viriato Corrêa (a modo de biografia).** RJ: Editora Alba Ltda., 1966.

TORGAL, Luís Reis. "**A História contada às crianças"**. In: Primeiro Encontro sobre o Ensino da História. Comunicações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

Fontes (livros escolares e correspondências):

Carta de Viriato Corrêa a Ribeiro Couto, de 13.01.1936- Arquivo Museu da Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro-RJ.

CORRÊA, Viriato. **Terra de Santa Cruz (biografia, introdução e notas de Afrânio Coutinho).** SP: Ediouro, s.d; Coleção Prestigio.

_____. **Contos da Historia do Brasil (para uso das escolas).** RJ: A. J. de Castilho Editor, 1921.

_____ **Alcovas da História (cantinhos, esceninhos e recesso da vida histórica do Brazil).** RJ: Civilização Brasileira, 1934.

_____. **História do Brasil para crianças**. 21ª. ed. SP: Cia. Editora Nacional, 1957.

_____. **Meu Torrão (contos da História Pátria).** 7ª ed., SP: Cia. Editora Nacional, 1962.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conquistando Pertencimento e Ampliando Direitos: um estudo de caso em Marechal Cândido Rondon/PR (1991/2006)

Paulo José Koling[1]

Resumo: No texto analisamos a experiência da luta popular dos moradores do Loteamento Ceval, situado no município de Marechal Cândido Rondon, Oeste/PR, pelo reconhecimento do direito à moradia e à cidade. Iniciado no ano de 1991, o referido loteamento resultou de uma negociação entre o governo municipal, seu agente habitacional e a empresa Ceval Alimentos S/A, que tinha o interesse de reestruturar a planta do frigorífico de carne suína às exigências de exportação e de retirar a vila operária do interior da área da indústria. O referido projeto habitacional foi executado à revelia da legislação sobre o uso e parcelamento do solo urbano, o planejamento urbano e a preservação ambiental. Diante do descaso das autoridades municipais e da sujeição ao jogo eleitoreiro, com base nos direitos difusos e na lei ambiental, os moradores recorreram ao Ministério Público, buscando a justiça e o reconhecimento.
Palavras-Chave: Luta Popular. Direito. Pertencimento.

Abstract: In the text we analyse the popular struggle experience of the inhabitants of Ceval Land Division, situated in the city of Marechal Cândido Rondon, West of Paraná, for the recognition of the right to housing and to the city. Initiated in 1991, the referred Land Division has resulted of a negotiation among the municipal government, its habitational agent and Ceval Alimentos S/A Company, which was interested in restructuring the swine slaughterhouse blueprint according to the demands for exportation, and also had the interest of removing the laboring village from inside the industry area. The referred habitational project was executed without consent of the legislation on the use and division of the urban soil, the urban planning and the environmental preservation. In view of the disregard of the municipal authorities and of the subjection to the electoral game, based on diffuse rigths and in the environmental law, the inhabitants appealed to Public Prosecution Service, seeking justice and recognition.
Keywords: Popular struggle. Right. Belonging.

Os estudos sobre a formação das cidades, os modos de viver e os problemas urbanos passaram, nas últimas décadas, por diversas abordagens e foram temas centrais de várias disciplinas, principalmente, da história, da geografia, da sociologia, da economia, da antropologia, da arquitetura urbana e do planejamento urbano. A partir da década de 1960 a urbanização e a marginalidade acentuaram este debate sobre o desenvolvimento econômico e social latino-americano e brasileiro e o caráter da dependência, com participação de intelectuais cepalinos e dependentistas. Em fins dos anos de 1970 e durante a década de 1980, no Brasil, os movimentos populares urbanos marcaram experiências de ampliação da política e interferiram

[1] Doutor em História pela PUC/RS. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

no processo histórico (SADER, 1995), reivindicando direitos sociais – haja vista os problemas da ausência de saneamento básico, da degradação do meio ambiente, da precariedade dos serviços públicos (saúde, transporte, educação, etc), do déficit habitacional, da especulação do solo urbano e do alto custo de vida (carestia) – e propunham a reforma urbana e o acesso à cidade.

Henri Lefebvre (1991) já havia proposto que as cidades, enquanto objeto e problemática, deveriam ser analisadas, fundamentalmente, enquanto produção do capitalismo e abordadas a partir das relações sociais e das contradições de classe na produção e organização do espaço urbano (industrialização e urbanização). Ermínia Maricato (1996) situou a manifestação desta relação na formação das cidades em países da periferia do capitalismo, a exemplo do Brasil, cujo desenvolvimento industrial-urbano foi sustentado nas bases da sociedade colonial (concentração da terra e subordinação dos trabalhadores). Em suas análises da história e da historiografia, Francisco de Oliveira (1987 e 2006) abordou o caráter dialético da modernização conservadora, cujo subdesenvolvimento e o ornitorrinco atual são (re)vistos como produto das contradições e das opções (consciência) de classe na construção da hegemonia interna e de inserção internacional.

Estas questões (direito e acesso à cidade) e processos (industrialização, modernização e urbanização) podem ser percebidos não apenas em metrópoles ou grandes cidades, mas, inclusive, em cidades consideradas médias ou mesmo pequenas guardadas as suas dimensões de espaço, de sociedade e de relações de poder local. A cidade de Marechal Cândido Rondon, localizada no extremo Oeste do Paraná, vem a ser um destes casos em que a problemática urbana (negação à cidade, ao direito de moradia e da degradação ambiental) marca a construção dos espaços da cidade.

O reverso do progresso industrial: os trabalhadores, o (des)emprego e a moradia

Para o momento, interessa-nos abordar, pontualmente, três elementos do processo de industrialização ocorrido no município no período de 1960 em diante. Um deles diz respeito à formação da indústria de transformação da carne suína, no caso, do frigorífico, no que se refere à origem dos empresários, ao padrão do capital e ao porte da empresa. Outro se refere à atuação do governo municipal em relação ao fomento da industrialização e ao planejamento do espaço (parque) urbano-industrial. E, um terceiro componente, ausente na historiografia oficial, os trabalhadores, enfocando as migrações, as relações com as empresas e as condições de suas moradias, objeto central deste texto.

Para evitar qualquer leviandade, é oportuno frizar que a concepção de industrialização que nos orienta não a considera como progresso nem como crescimento econômico, tampouco entendemos, tal como os liberais clássicos ou keneysianos, que os empresários investem seus capitais para atenderem necessidades de consumo ou para fazerem filantropia ou praticarem voluntariado, criando empregos para os trabalhadores. Contrariamente a isto, entendemos que as opções de desenvolvimento fazem parte dos interesses de classe, nos negócios (mercado e produção), tal como enfocou Francisco de Oliveira (1987, p. 27) "... a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo", e no domínio da política (Estado e economia).

A problemática da luta por moradia, dos moradores do Loteamento Ceval, levou-nos a pesquisar a trajetória das empresas que foram proprietárias do frigorífico. Deste levantamento foi possível verificar a mobilidade e a migração do capital, ou seja, dos empresários e das empresas. Conforme Saatkamp (1984, p. 156), no dia 14 de outubro de 1963, sete empresários locais (primeiros acionistas) fundaram o Frigorífico Marechal Cândido Rondon S/A Indústria e Comércio, o Frirondon, sendo que alguns deles já comercializavam suínos (compravam dos agricultores e revendiam para frigoríficos e açougues) e tinham interesse de manter o domínio do setor no município.

Entre 1963 a 1969, as atividades de transformação da carne suína do Frirondon limitavam-se a embutidos e ao fornecimento local, pois mantinham a revenda de suínos ou a comercialização de peças inteiras e banha para os principais centros urbanos (Curitiba, Ponta Grossa e São Paulo). Em fins de 1960 o grupo Maripá, do ramo e com sede em Toledo, tornou-se sócio-majoritário do Frirondon. Segundo Saatkamp (1984, p. 157), no "início dos anos setenta, o controle acionário da empresa passou às organizações Frimesa. Em 1976 as operações foram suspensas para reforma e ampliação das instalações". O grupo Frimesa/Ruaro atuava no setor frigorífico e tinha sede em Medianeira/PR, e, pelo visto, assumiu os negócios com dívidas anteriores e obteve financiamento junto ao BNDES.

Foto 1: Visão aérea do Parque Industrial entre as décadas de 1960 e 1970

,Foto 2: Obras do Frirondon. Acervo particular de Alcides Massaro (MCR/PR).

Fonte: *Casa Gase* (MCR/PR).

Seu Alcides Massaro, 79 anos, nascido em Gaurama/RS (então município de Erechim), desde os 14 anos começou a trabalhar em empresas de carne (frigoríficos privados ou de cooperativas e açougue) no Rio Grande do Sul (RS), em Santa Catarina (SC) e no Paraná (PR). Antes de se estabelecer aqui, morava em Guarapuava/PR e de lá veio com sua família para Marechal Rondon em dezembro de 1970, a convite Afonso Diesel (diretor do Frirondon e seu conhecido desde o período em que trabalhava na Sadia em Concórdia/SC), para trabalhar no frigorífico, tendo recebido – à época e nas condições em que vivia e trabalhava no Açougue Estrela, em Guarapuava – uma boa proposta salarial, além de casa da empresa para morar, livre de aluguel, água e luz.

Conforme relata Massaro (2007), o grupo Frimesa assumiu o controle do frigorífico e reestruturou a planta industrial do Frirondon, bem como construiu 56 casas de madeira para operários e reformou as 4 casas destinadas aos gerentes e supervisores, construídas anteriormente pelo Frirondon, que eram de madeira e passaram a ser de alvenaria. Todas as casas ficavam na área interna da indústria, porém, enquanto que as da Vila Operária ficavam mais abaixo da planta industrial, no sentido Sul (cf. Foto 3 [A e B]), as 4 dos administradores ficavam ao lado e no sentido Oeste, demarcando os espaços e lugares dos indivíduos na empresa, na divisão interna do trabalho e, obviamente, na sociedade.

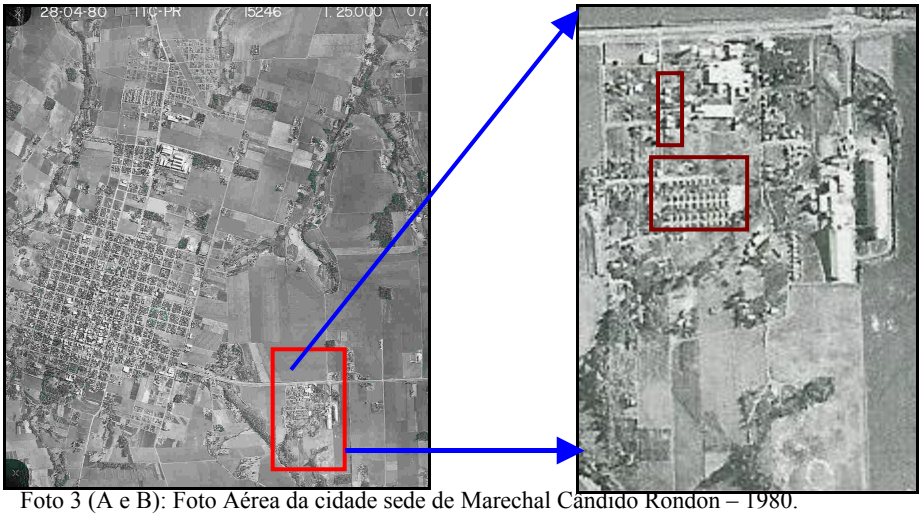

Foto 3 (A e B): Foto Aérea da cidade sede de Marechal Cândido Rondon – 1980.
Em destaque a Vila Operária e as casas dos gerentes e supervisores.

Durante o período de 1963 a 1976 e 1978, ano em que as obras de reforma do frigorífico são paralisadas e/ou concluídas, constatamos que a origem e perfil dos empresários, das empresas, o *quantum* de capital, a integração com o mercado nacional e os vínculos com os trabalhadores retratam características históricas da sociedade e da industrialização local.

Ao analisar a gênese do capitalismo urbano-industrial no Brasil, Francisco de Oliveira (1987) os empresários tiveram que investir na gênese da classe trabalhadora urbana assalariada, a exemplo da construção de vilas operárias e oferta de moradia, sem cobrança de aluguel. Ao mesmo tempo em que as casas dos operários eram parte dos investimentos patronais, as vilas operárias disciplinavam os trabalhadores e eram usadas para estabelecer laços de favor de interesse da empresa. No caso do complexo frigorífico, estas condições favoreceram para a busca, em outras regiões e cidades paranaenses e de outros estados, de mão-de-obra especializada em determinados setores da cadeia produtiva, a exemplo do Alcides Massaro.

Segundo Massaro (2007), no período em que as reformas eram feitas, muitos os operários trabalhavam nestas obras, outros eram levados para trabalhar de segunda a sábado na Frimesa/Ruaro, em Medianeira e outros mais foram demitidos. Seu Alcides informou que a empresa tinha em torno de 70 empregados e chegava a abater mais de 500 cabeças de suíno por dia. Todavia, a Frimesa/Ruaro não chegou a reativar a produção em Rondon, entrando em concordata e deixando massa falida. Massaro esclareceu que várias empresas pretendiam adquirir o frigorífico, mas quem acabou firmando negócio foi uma das maiores multinacionais do mundo do setor de carne.

No início de 1979, a Swift Amour S/A, de Santana do Livramento e de Rosário/RS (cf. ALBORNOZ, 2000), alugou a indústria e reativou a produção, deslocando pessoal de Livramento para assumir a gerência da unidade. Roberto Alzáibar, natural do Uruguai, passou a gerenciar o frigorífico e estabeleceu, segundo Alcides Massaro, uma nova forma, fordista, de gerenciamento e controle da produção e dos trabalhadores.

Após um ano de aluguel, a Swift Armour comprou o Frirondon. A importância da reativação da indústria e o perfil da nova empresa foram fatores de grande destaque no município e região, como pode ser evidenciado pela atuação da imprensa escrita e as proximidades que a empresa tinha com o governo local.

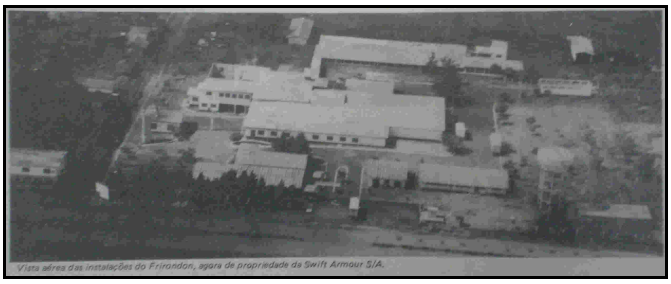

Foto 4: Foto aérea do frigorífico em 1980, após as reformas e sob a propriedade e direção da Swift Armour S/A.
Fonte: *O Alento*, n. 29, p. 6.

Na matéria publicada em seu nº. 29, o semanário *O Alento* – "pensamento e ação em prol do progresso" –, em nota de capa destacar a matéria central da edição com a chamada "Frigorífico Swift Armour em um ano abateu 131.300 suínos e pagou Cr$ 334 milhões de cruzeiros". Na matéria foram destacados o montante da produção e o volume de recursos "injetado" na economia local pela grande empresa, além de noticiar que a Swift Armour, naquele momento, também pagava a Frimesa os últimos Cr$ 100 milhões da compra. Nas duas páginas do jornal também foram publicadas diversas fotos da indústria, do encontro entre o prefeito municipal, Verno Scherer, e o gerente da empresa, Roberto Alzáibar, e da entrega do cheque saldando a compra.

No número seguinte – Ano I, nº. 30 –, na matéria "Produtor e Secretário falam a respeito dos resultados do Frirondon da Swift", *O Alento* volta a enfocar a importância da nova empresa. O secretário municipal de desenvolvimento econômico, Bruno Reuter, e o suinocultor Eldor L. Lamp tecem elogios à empresa pela capacidade financeira, o sistema integrado e a "segurança" que os agricultores poderiam ter no município, uma vez que sem a Swift Armour, ficariam na dependência da empresa Sadia, em Toledo.

Em 1989, a Swift Armour vendeu sua unidade em Rondon para o grupo Ceval Alimentos S/A. Trabalhadores e gerentes do frigorífico foram demitidos da Swift Armour no dia 31 de maio de 1989 e recontratados pela Ceval no dia seguinte.

A empresa Ceval adotou novas medidas à produção (padrões e exigências sanitárias) e à comercialização, também voltada à exportação de carne suína para a Argentina, assim como da relação entre a empresa e a vila operária. Em 1991, foi efetivada a negociação entre a Ceval e o executivo municipal referente aos serviços em infra-estrutura na indústria (asfaltamento do pátio interno e das áreas de acesso). Pelo acordado, o pagamento dos serviços seria realizado pela Ceval de forma indireta, através do repasse de uma área de terra destinada a transferência das moradias da vila operária, pois, a nova proprietária não tinha interesse em manter parte dos trabalhadores residindo dentro da área da empresa. A Sociedade Comunitária Habitacional Popular de Marechal Cândido Rondon recebeu a área e iniciou um projeto de loteamento. No início do ano de 1992, as primeiras casas foram transportadas para o loteamento, localizado nos fundos, sentido Sul, da própria área da Ceval. No início de 1992, as primeiras casas foram transportadas para o loteamento, localizado nos fundos da área da Ceval.

Nas eleições municipais realizadas em 1992, Ademir Bier e Ariston Limberger (PMDB) foram eleitos e eram oposição ao governo Dieter Seyboth, do PFL, o que pode explicar o abandono do caso do loteamento Ceval.

Em 1994, a Sociedade Habitacional reiniciou o projeto de loteamento, porém não deu continuidade e até o momento os moradores não possuem escritura dos lotes. Neste ano a Ceval fechou sua unidade local, mantendo-a apenas como entreposto até 1996 e os operários foram demitidos. Atualmente a área pertence a empresa Sperafico.Já em 1999, foi instalado um Frigorífico de Peixe na divisa de cima do loteamento, agravando a poluição atmosférica e gerando infiltrações nas casas, originárias das lagoas de tratamento de efluentes.

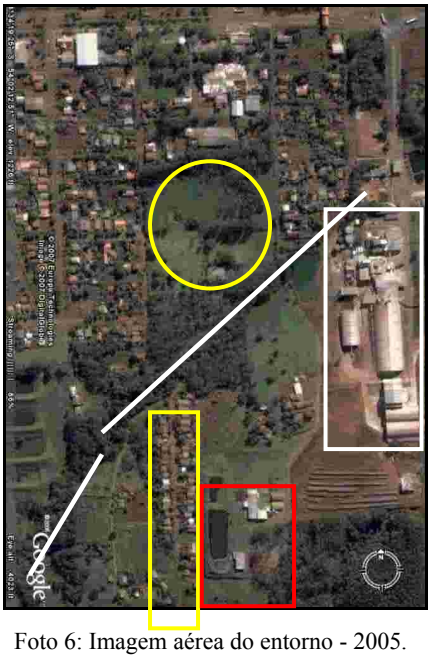

Foto 6: Imagem aérea do entorno - 2005.
Destaque: Antiga área da vila operária, área do Loteamento Ceval, fábrica de óleo de soja do grupo Sperafico, Frigorífico de Peixe e traçado da Sanga Beija-Flor.

Foto 5: Casa do morador Renato José Antes, transferida durante o carnaval de 1992.

Pertencimento e direitos

Em fevereiro de 2003, após onze anos de descaso, os moradores obtiveram um Laudo Técnico do Instituto Ambiental do Paraná/Escritório de Toledo (IAP/ERTOL), no qual afirmam a impossibilidade de conceder licenciamento ambiental da área, haja vista sua localização (área de preservação ambiental), a formação física do solo e do relevo (erosão e declividade acima de 30º), o conflito entre área residencial e industrial, a concentração de poluição (ar e infiltrações) e os riscos a saúde publica (aspectos posteriormente confirmados pela equipe do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, do Mi-

nistério Público do Estado do Paraná). No laudo o IAP também propôs a remoção das casas e a recuperação da área degradada.

Em março foi aberto um procedimento administrativo junto à 2ª. Promotoria local, através do qual os moradores solicitam investigação e encaminhamentos. Em abril de 2005, a Drª. Silvia Tessari Freire, que responde pela 2ª. Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente ingressou na Vara Cível local, com o processo de *Ação Civil Publica Ambiental*, com pedido de concessão de liminar – *Autos n.º 225/2005*, indicando como réus o Município e a Sociedade Habitacional e propondo a remoção das moradias para outra área urbanizável e exigindo a recuperação do meio ambiente da aérea. No dia 11 de novembro ocorreu a primeira audiência pública e pelo acórdão, o Município apresentaria proposta de uma nova área.

Nos *Autos n.º 225/2005*, a promotora fundamentou o processo com base nos direitos difusos (saúde pública, integridade física) e ambiental (mata ciliar, áreas de preservação ambiental e meio ambiente), confirmou o estado irregular e ilegal (clandestino) do empreendimento e requereu que os réus tomassem medidas para a remoção e indicou a necessidade de ser realizada uma perícia para futuras indenizações das benfeitorias, afora as perdas morais e sociais acumuladas, hoje, por mais de 15 anos. Tratando-se de jurisprudência, a Promotoria elencou casos semelhantes (áreas públicas de preservação ambiental ocupadas por sem teto ou população de baixa renda), julgados pelo MP no Paraná e no Mato Grosso do Sul (Dourados), porém nenhum deles trata de área particular de preservação ambiental.

Além de garantir pertencimento, no caso, o direito de ter um endereço e a legalização do lote (escritura) e da moradia, este caso ampliará os direitos sociais, no caso, de natureza difusa, dando condições para que o uso da terra (solo urbano) e do meio ambiente tenha caráter social e coletivo.

Referências Bibliográficas:

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. *Armour: uma aposta no pampa*. 2. ed., Porto Alegre: Editora Pallotti, 2000.
ARENDT, Hannah. *A Condição humana*. 8. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo Hucitec, 1996.
OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira*: crítica à razão dualista. 5. ed.; Petrólolis: Vozes, 1987.
_____; *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
PERROT, Michelle. *Os Excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas*: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel/PR: Assoeste, 1984.
SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Fonte Oral:

MASSARO, Alcides (79 anos). *Entrevista concedida* a Paulo Jose Koling e Carlos Alberto Seibert, realizada no dia 29 de abril de 2007, em sua residência. Marechal Cândido Rondon/PR.

Jornal Semanário:

O Alento. "Frigorífico Swift em um ano abateu 131.300 cabeças de suíno". Marechal Candido Rondon – Ano I, n. 29/02 a 06/03 de 1980. p. 5-6
O Alento. "Produtor e Secretário falam a respeito dos resultados do Frirondon da Swift". Marechal Candido Rondon – Ano I, n. 30, 07 a 13/02[03]/1980. p. 3
Documentação Judicial:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – 2ª. PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DA COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. *Procedimento Administrativo Ministerial n.º 01/2003*, de 31/03/2003.
_____; *Autos nº. 225/2005 – Ação Civil Pública Ambiental*. Marechal Cândido Rondon. Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon – Vara Cível. Abril/2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A opção brasileira: uma análise sobre a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Nathália Henrich*

Resumo: O artigo analisa o processo de tomada de decisão brasileiro ao abandonar a neutralidade adotada na Segunda Guerra Mundial e optar pelos Aliados. A política externa brasileira adotou a "eqüidistância pragmática", refletindo sua intenção de auferir os melhores resultados econômicos do embate entre Alemanha e EUA. Fica evidente, neste sentido, a relação entre a formulação e execução da política externa e a política interna, já que a pressão de Washington pela definição brasileira acenava com grandes vantagens. Os ganhos materiais da indefinição foram palpáveis nas Forças Armadas, mas a nascente indústria nacional foi beneficiada pela implantação da siderurgia. Já no plano político, os resultados não foram os almejados, sendo que a opção feita não implicou no tratamento privilegiado que o Brasil esperava nas relações com os EUA, nem em significativa mudança no seu status como ator internacional.
Palavras-chave: Estado Novo, política externa brasileira, participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Abstract: The article analyzes the proccess concerning the brazilian decision to renounce the neutrality adopted in the Second World War and choose to join the Allies. Brazilian foreing policie adopted a position called as "eqüidistância pragmática", which reflects the intention of getting the best economic benefits as possible with the conflict between Germany and United States. That shows the close relation between foreing policy and domestic policy, as all the pressure made by Washington reveals, offering great advantages to Brazil make a choice. The real gains were most visible in the Army, but the national industry also was improved by the installation of the siderurgic industry in the country. But in political field, the results were not the expected ones: Brazil didn´t received a special treatment from USA and didn´t have an important improvement in its role as a global player.
Keywords: Estado Novo, brazilian foreing policy, brazilian participation in Second World War.

A implantação do Estado Novo teve boa acolhida em Berlim e Roma, já em Washington, houve uma apreensão inicial. Entretanto, logo a situação se inverteu, pois a postura externa do Brasil não foi exatamente a que se esperava, já que teve nenhuma ação externa que levasse a crer em um alinhamento direto às potências do Eixo. Ao contrário, o Brasil buscou manter uma postura que não se chocasse com os interesses dos EUA – e também não desagradasse a opinião pública interna – por exemplo, não assinando o Pacto

* Bacharel em Relações Internacionais (UNISUL) e Bacharel/Licenciada em Ciências Sociais (UFSC).
Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Bolsista da CAPES.

anti-Komintern. E mesmo após a suspensão do pagamento da dívida externa as relações Brasil – Estados Unidos se mantiveram intactas. Neste sentido, talvez a política externa seja o exemplo mais acabado dos limites para a identificação do Estado Novo com os regimes fascistas europeus e de como é precipitado fazer esta relação automática.

Dois acontecimentos importantes também indicaram que a diplomacia norte-americana gozava de maior prestígio que a alemã junto ao Brasil: a crise diplomática entre o Rio de Janeiro e Berlim, em 1938 e a Missão Aranha, em 1939. (CERVO; BUENO, 1992).

As medidas de assimilação e nacionalização implantadas pelo novo regime desagradavam Berlim por atingirem especialmente as colônias de origem alemã. O Embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, adotou uma posição vigorosa contra a nova legislação e inicia uma longa série de protestos. As relações bilaterais encaminham-se para uma irreversível deterioração e a partir de outubro de 1938, a crise atinge seu ponto máximo e os dois países não têm mais encarregados de negócios defendendo seus interesses. A situação diplomática só irá se normalizar em junho de 1939, com a nova troca de embaixadores. (SEITENFUS, 1985).

A Missão Aranha ocorreu entre fevereiro e março de 1939, já na eminência da guerra e estimulada pela preocupação norte-americana com o crescimento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha[1]. Não por acaso, as conversações entre Osvaldo Aranha e Presidente Roosevelt versaram fundamentalmente "sobre a conjuntura internacional, em particular acerca das conseqüências de um provável conflito na Europa". (CORSI, 2000, p. 115). O Brasil foi alertado para o perigo da aproximação com a Alemanha e declarou sua disposição em colaborar com as ações norte-americanas visando à paz, ressaltando porém, que para tanto, seria necessário o nosso "equipamento econômico e militar".

Entretanto, as pretensões brasileiras de financiamento do desenvolvimento com capital norte-americano não foram contempladas, pois o governo dos EUA não estava muito interessado na industrialização brasileira, por entender esta economia como complementar a sua. Assim, os resultados da Missão foram bastante inferiores aos almejados, encontrando repercussão interna muito negativa, especialmente entre os militares. Porém, foi na área

[1] A apreensão norte-americana encontrava respaldo nos números do comércio brasileiro. A Alemanha, que em 1932 participava com um percentual de 9% nas importações do Brasil, saltou para 23,5%, 23,9% e 25%, respectivamente em 1936, 1937 e 1938. Os Estados Unidos, que em 1932 detinham a cifra de 30,2% das importações brasileiras, caíram para 22,1%, 23% e 24,2%, também respectivamente. Quanto às exportações, os Estados Unidos, que compravam 45,8% dos produtos brasileiros em 1932, em 1938 compraram apenas 34,3%, enquanto a Alemanha, que em 1932 recebia 8,9% dos produtos, em 1938 passou a receber 19,1%. (CERVO; BUENO, 1992, p. 232).

militar o maior ganho da Missão, ao iniciar o movimento de aproximação entre os dois Exércitos. (CORSI, 2000).

A questão siderúrgica também teve papel de relevo por ser um dos pilares do projeto de desenvolvimento estadonovista e ilustra bem a estratégia brasileira de aproveitar o embate entre os dois blocos para obter os melhores resultados econômicos. A busca por capitais externos para investir no setor leva o Brasil a negociar com EUA e Alemanha, oscilando entre as conversações com a U.S. Steel Co. e a Krupp. (CORSI, 2000). Mantendo esta linha de conduta, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial o Brasil declara-se neutro, através do Decreto-lei nº 1561, em 2 de setembro de 1939.

Houve ainda um episódio de grande repercussão no período, que abalou a imagem de neutralidade brasileira: o discurso de Vargas comemorativo ao 11 de junho no Arsenal da Marinha, em 1940. Considerado germanófilo, o discurso teve impacto negativo tanto internamente, quanto no exterior. O Ministro Aranha, inclusive aconselha Vargas a publicar declaração tentando minimizar o choque causado em Washington, no que é atendido. O desenrolar da situação, demonstrou que o Brasil permanecia fiel à sua política de indefinição, mas, já aponta seus limites. Vargas evitava assumir compromissos formais, mas percebia que sua possibilidade de manobra vinha se estreitando, enquanto as pressões norte-americanas só aumentavam. (CORSI, 2000). Estava aberto então o caminho para o alinhamento aos EUA e o abandono definitivo da neutralidade.

A guerra e a pressão pelo alinhamento

A Missão Aranha foi o primeiro momento de inflexão na eqüidistância pragmática sustentada pelo governo brasileiro, marcando o início do seu fim em 1939. O Brasil, alçado pela guerra a ator muito importante para os EUA na sua estratégia de afirmação de poder na América Latina, via neste novo papel possibilidades interessantes. Mas também passa a sofrer as pressões decorrentes de sua posição. O governo norte-americano lança-se então em uma ofensiva em duas frentes: ideológica e política.

A ofensiva ideológica se dava por meio da propagação do pan-americanismo, cujo elemento justificador era a solidariedade continental, apoiada no repúdio ao intervencionismo como forma de resolução de conflitos entre os Estados americanos. E a ofensiva política buscava a integração econômica dos seus aliados, revestindo-se de política de cooperação econômica. No caso das negociações sobre a implantação da siderurgia fica evidente a visão norte-americana de concorrer para que as economias latinas funcionassem de forma complementar a sua. A ofensiva se dava ainda buscando a integração dos países à estratégia

de Roosevelt para enfrentar o Eixo, incluindo a cessão de bases militares e o fornecimento de matérias-primas estratégicas para a indústria de guerra. (MOURA, 2000).

A apresentação de planos concretos para o Brasil no cenário da guerra se torna constante e mostra que a hora da definição brasileira não demoraria a chegar. O Presidente Vargas em 13 de novembro de 1940, fala de uma "proposta do governo americano para nomear uma comissão mista permanente americano-brasileira de oficiais do Exército, Marinha e Aviação para atender às necessidades do Nordeste com referência à defesa do hemisfério." (VARGAS; PEIXOTO, 1995, p. 435). A proposta seria efetivada em 1942, com a assinatura de um Convênio político-militar entre os dois países.

O ataque a Pearl Harbor prova que a eqüidistância pragmática não poderia ser sustentada indefinidamente: com a entrada dos EUA na guerra, o país era instado a tomar uma decisão. O Presidente reconhece a situação em anotação do dia do ataque (7 de dezembro de 1941): "recebi o Osvaldo, com quem estive conversando sobre a necessidade do Brasil definir-se, e resolvi convocar para o dia seguinte uma reunião do Ministério." (VARGAS; PEIXOTO, 1995, p. 440). Na reunião decidiu-se mandar telegrama a Roosevelt, assegurando a solidariedade aos EUA e a publicação de uma nota de imprensa, na expectativa de que a medida retardaria uma decisão. Mas, a pressão dos EUA só fez aumentar.

A Conferência do Rio de Janeiro e a entrada do Brasil na guerra

O cenário era extremamente delicado para o Brasil, que tinha, por um lado, a pressão dos EUA pela definição e, por outro, as incertezas quanto ao rumo da guerra, que sugeria a manutenção da neutralidade. Mas havia ainda um ponto a considerar: as relações com a Argentina. Afinal, o equilíbrio de poder no Cone Sul era um dos objetivos de Vargas, o que colocava a questão do reaparelhamento das Forças Armadas como ponto fundamental. Mas, para tanto, o auxílio norte-americanao seria necessário para talvez até garantir a supremacia brasileira na região. Restava ao Brasil, como último trunfo, negociar com os EUA a posição que tomaria na Conferência do Rio de Janeiro. (CORSI, 2000).

Em 12 de janeiro de 1942, Vargas registra às vésperas da Conferência: "das minhas conversas, do que observo, fico apreensivo. Parece-me que os americanos querem nos arrastar à guerra, sem que isso seja de utilidade, nem para nós, nem para eles." (VARGAS; PEIXOTO, 1995, p. 451). Para Moura (1980, p.162), estava claro que o governo Roosevelt "pretendia extrair da conferência uma resolução de rompimento unânime e imediato de relações diplomáticas e comerciais entre países latino-americanos e o Eixo." Mas havia um obstáculo: a posição Argentina, contrária ao rompimento. Como já ocorrera em Lima, os EUA

teriam de lidar com este oponente, desta vez acompanhado pelo Chile, defensor da manutenção da neutralidade continental. (CORSI, 2000).

Vargas sentia a pressão, mas conseguiu ainda protelar a definição ao adotar termos genéricos em seu discurso de abertura da Conferência, defendendo a solidariedade continental e os compromissos assumidos anteriormente. O Presidente Roosevelt, em carta pessoal enviada no momento em que se iniciava a Conferência, elogiava o discurso e "declarou-se disposto a pagar o preço enunciado pelo presidente brasileiro". (MOURA, 1980, p. 163). Em janeiro, Roosevelt já havia adotado semelhante expediente, ao dizer estar disposto a "pagar o ônus do apoio brasileiro". (CORSI, 2000, p.188). Na seqüência, o Itamarati recebe resposta assegurando o envio imediato dos materiais requeridos pelo Brasil. Em carta a Osvaldo Aranha, Summer Wells transmite a Vargas as determinações do Presidente Roosevelt.

> *Diga ao Presidente Vargas que compreendo perfeitamente a avalio a necessidade de material e posso assegurar que as remessas começarão imediatamente. Ele compreenderá quando afirmo que existe falta em alguns poucos materiais [...] Desejo enviar imediatamente algumas remessas e aumentá-las muito rapidamente até o mínimo das necessidades brasileiras. Diga-lhe que estou muito contente com sua esplendida política e apresento-lhe meus muito cordiais cumprimentos. (WELLS apud CORSI, 2000, p. 191).*

Agora não havia como recuar ou tentar barganhar mais. Estava, embora ainda não oficialmente, decretado o fim da neutralidade. Em 28 de janeiro de 1942, a I Resolução da Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas recomenda o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, no que é obedecida pelo Brasil. A retaliação não tarda e em 15 de fevereiro inicia-se a seqüência de torpedeamentos de navios brasileiros, culminando com o reconhecimento do estado de beligerância em 21 de agosto de 1942. Através do Decreto-Lei nº 10.358, no dia 31 do mesmo mês é declarado o estado de guerra em todo o território nacional.

Para Corsi (2000, p. 193), "fechava-se de vez a possibilidade de uma política externa mais independente em relação aos blocos em luta." O alinhamento aos EUA, foi, no entanto, condicionado ao auxílio econômico que assegurasse a execução de um plano de desenvolvimento interno. Este fato, para o autor, representa "um forte indício de que a politica externa expressava o projeto de desenvolvimento do Estado Novo." Mas a idéia de que para viabilizar o desenvolvimento o alinhamento era imprescindível pode ser problematizada levando em conta a situação de Argentina e Chile.

Entretanto, as repercussões internas do abandono da neutralidade não demoraram a crescer. De fato, Iglesias (1993, p.256) confirma que "a guerra acentua a oposição interna ao regime. Quando o Brasil se coloca ao lado dos EUA surge a discussão: como lutar com o fascismo internacional se o próprio regime tem trações acentuadamente fascistas?" O começo do fim do estado Novo estava, assim, diretamente ligado à atuação externa do Brasil e aos acontecimentos internacionais, fornecendo uma pista importante para se pensar os limites entre a articulação entre a política interna e externa do país.

Resta ainda a menção à importante discussão suscitada por Carlos Sérgio Sobral Duarte (1989) sobre a natureza do papel exercido pelo Brasil na questão da Segunda Guerra. O autor advoga que o Brasil teria sido mais um objeto da política norte-americana de longo prazo para consolidação de seu sistema de poder, em detrimento da idéia de que o país era o sujeito de uma política oportunista, onde os EUA seriam as "vítimas". Assim, não foram obra da eqüidistância pragmática os benefícios alcançados pelo Brasil, mas sim, a política de concessões dos EUA, visando o alcance de um objetivo maior.

Sem dúvida, por fim, não podemos nos esquivar de fazer um balanço dos ganhos brasileiros com a sua política externa, na medida e que este era um de seus objetivos primordiais. Em termos materiais, a participação no conflito deixou saldo positivo, vide a modernização do Exército e da Força Aérea e, mesmo o prestígio internacional do Brasil sofreu um certo incremento. (CERVO; BUENO, 1992). Mas, para Mesplé (1989, p.15) não se tornou realidade "o sonho de ocupar um lugar entre os grandes do mundo". Ao contrário do esperado pelo governo e pelas elites brasileiras, não foi possível "converter o *'special relationship'* com os EUA num canal privilegiado para o financiamento americano do desenvolvimento brasileiro". Os ganhos, a longo prazo, do alinhamento parecem não ter sido os desejados pelo Estado Novo, não tendo representado o elemento fundamental para tocar o projeto nacional de desenvolvimento.

Considerações Finais

A política externa brasileira no período do Estado Novo, caracterizou-se pela forte influência da situação interna do país, atuando de forma complementar. A postura de "eqüidistância pragmática" adotada refletia uma nítida intenção de auferir os melhores resultados econômicos possíveis do embate estabelecido entre dois blocos de poder, representados por Alemanha e EUA. Todo o processo de tomada de decisão pelo abandono da neutralidade dá fundamentos para que se acredite no uso da política externa como um instrumento para viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que tinha a

industrialização na sua espinha dorsal. Por sua vez, este projeto de desenvolvimento era uma das bases do regime estadonovista, na busca de novas feições para a economia brasileira.

Outro indicio da estreiteza dos laços entre política externa e interna se dá pela ação da opinião pública, já por ocasião do abandono da neutralidade. O posicionamento brasileiro no plano externo suscitou indagações dentro do país e acirrou os ânimos, especialmente da oposição. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, portanto, pode ser encarada como um dos fatores que contribuíram para a queda dor regime do Estado Novo.

Não é possível, no entanto, afirmar categoricamente se o Brasil atuou como sujeito ou objeto da sua própria atuação internacional, uma vez que a ação política, especialmente em âmbito internacional, não é passível de ser enquadrada em modelos tão rígidos. É evidente que os EUA tinham um projeto de consolidação de poder a longo prazo, onde a América Latina e, principalmente, o Brasil tinham papel destacado. Este fato promoveu uma série de concessões do governo Roosevelt para o país. Mas não se pode deixar de reconhecer que o governo Vargas soube utilizar o seu posicionamento privilegiado na situação internacional para colher bons frutos, ao levar até o último instante possível a sua opção pela indefinição.

Os ganhos materiais desta postura foram mais palpáveis nas Forças Armadas, que receberam equipamentos e treinamento, modernizando-se. Também a nascente indústria brasileira foi beneficiada pela implantação da siderurgia no país. Já no plano político, os benefícios não foram aqueles almejados. O Brasil não foi alçado ao patamar de ator geopolítico tão relevante quanto esperado. Mesmo seu relacionamento com os EUA não configurou-se como uma parceria privilegiada, capaz de trazer o capital necessário para financiar o desenvolvimento brasileiro , conforme o governo e parte do empresariado acreditou.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP, FAPESP, 2000.

DUARTE, Carlos Sérgio Sobral. A política externa brasileira de 1934 a 1942: diplomacia "pendular" ou hegemonia norte-americana? In: DANESE, Sérgio França; Instituto de

Pesquisa de Relações Internacionais (Brasil). (Org.). **Ensaios de história diplomática do Brasil: (1930-1986)**. Cadernos do IPRI nº 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória politica do Brasil: 1500-1964.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MESPLÉ, Antônio de Moraes. A política externa brasileira numa era de conflito pela hegemonia mundial (1935-1942). In: DANESE, Sérgio França; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Brasil). (Org.). **Ensaios de história diplomática do Brasil: (1930-1986)**. Cadernos do IPRI nº 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a politica externa brasileira de 1935 a 1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **O Brasil de Getúlio e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

VARGAS, Getúlio; PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas: Diário.** V. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A educação de Sofia: as bases do pensamento burguês sobre a educação feminina

Elizabeth Sousa Abrantes[1]

Resumo: O século XVIII, considerado o século das Luzes pela profunda crença na Razão humana, elegeu a educação como o instrumento para a emancipação humana, no entanto, no que se referiu à educação feminina esse ideal racionalista não foi suficiente para propiciar grandes transformações nas práticas educacionais, sendo a imagem de 'sombras' a que mais se aproximava da situação das mulheres nesse século. Este estudo pretende situar as bases do pensamento burguês sobre a educação feminina nos discursos pedagógicos do século XVIII, presentes na literatura e nos manuais educativos, cuja meta era a formação da mãe-educadora, para tornar a vida do homem 'agradável e doce' e formar os bons cidadãos. Destacamos o pensamento pedagógico de Rousseau em suas obras 'Emílio ou da Educação' e 'Júlia ou a Nova Heloísa'.
Palavras-chave: Educação Feminina - Iluminismo – Rousseau

Abstract: Century XVIII, considered the century of the Lights for the deep belief in the reason human being, chose the education as the instrument for the emancipation human being, however, in what this racionaliste ideal was mentioned to the feminine education was not enough to propitiate great practical transformations in the educational ones, being the image of `shades' the one that more was come close to the situation of the women in this century. This study it intends to point out the bases of the thought bourgeois on feminine education in the pedagogical speeches of century XVIII, educative gifts in literatures and manuals, whose goal was the formation of the mother educator, to become the life of the pleasant man `and candy' and to form the good citizens. We detach the pedagogical thought of Rousseau in its workmanships `Emilio or of the education `and `Júlia or the new Heloisa.
Key words: Feminine Education – Iluminisme – Rousseau

Este trabalho visa estabelecer a matriz do pensamento burguês sobre a educação feminina que norteou os discursos e as práticas educacionais desde o século XVIII até o início do século XX. Os princípios básicos da educação feminina consagrados no Século das Luzes, especialmente presente no pensamento pedagógico de Jean-Jacques Rousseau, se pautavam especialmente no controle moral, com conhecimentos básicos que possibilitassem às mulheres o exercício das suas funções consideradas naturais, de boas mães e esposas, para serem as primeiras professoras de seus filhos e companhias agradáveis para os maridos. Por essa razão, a preocupação na educação das mulheres era propiciar o 'meio termo: nem excesso de

[1] Professora Assistente do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.

instrução, a mulher sabichona (*les femmes savantes),* nem a mulher ignorante, cuja única ciência conhecida era a de "arrumar bem um baú" [2]

O século XVIII foi considerado o século das Luzes pela profunda crença na Razão humana, pelo ideal de revalorização do homem como sujeito e responsável por seu próprio destino, com capacidade de pensar livremente, e tendo como novo ideal a idéia de progresso resultante do conhecimento humano posto a serviço do seu próprio bem estar. A educação teria um papel fundamental nessa emancipação humana, no domínio da Natureza e no progresso da Razão (FORTES, 1995)

As Luzes acreditavam na pedagogia para a transformação da 'humanidade', sendo esta identificada com o homem. Por isso, no que se referiu à educação feminina, esse ideal racionalista não fora suficiente para propiciar grandes transformações nas práticas educacionais, sendo a imagem de "sombras" a que mais se adequava à situação das mulheres nesse século. O discurso iluminista, no entanto, levantou algumas contradições e polêmicas sobre a igualdade dos sexos, o direito das mulheres de participarem na vida política, de serem cidadãs. Para o filósofo Condorcet, "um só indivíduo seja privado dos seus direitos e o princípio universal da igualdade dos homens está posto em causa"(CRAMPE-CASNABET. In. PERROT, 1991: 398). Sendo assim, a exclusão das mulheres[3] dos direitos de cidadania, representava uma violação do direito natural à igualdade.

O argumento usado para excluir a mulher dos direitos de cidadania e de igualdade com os homens estava tanto na idéia da diferença natural entre os sexos quanto na diferença da razão entre homens e mulheres. Para a maioria dos filósofos iluministas ou a razão não era um atributo pertencente às mulheres ou estas possuíam uma razão inferior. A razão feminina era desqualificada como sendo não lógica, sem parâmetros, frágil. A prova dessa assertiva era apresentada no argumento da inexistência de mulheres capazes de invenção.

Em suas obras pedagógicas, o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), defendia que a razão das mulheres era uma razão prática e não teórica, fazendo com que elas encontrassem habilmente os meios de alcançar um fim conhecido, sem conseguir descobrir por si só esse fim. Isso significava que a mulher não era destituída de toda a razão, mas que sendo a sua razão mais elementar do que a do homem, deveria ser utilizada para o cumprimento dos seus deveres naturais, a saber, cuidar do marido e dos filhos. Como conseqüência, a educação das mulheres também deveria ser um a educação prática, pois "a

[2] Jornal O Farol Maranhense, de 05 de junho de1829.

[3] As mulheres eram consideradas a metade do gênero humano, não no sentido quantitativo necessariamente, mas como complemento em relação à metade masculina.

busca das verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as idéias não é da alçada das mulheres, pois todos os seus estudos devem ligar-se à prática" (ROUSSEAU, 2004:565).

Ao discurso da inferioridade sexual da mulher, pela suas características físicas de menor porte, menos força muscular, períodos de menstruação, gravidez e amamentação que debilitariam ainda mais seu organismo já 'naturalmente' frágil, somava-se o da inferioridade intelectual, com sua incapacidade de abstração e formular conceitos. Dessa caracterização da mulher como um ser inferior decorria a atribuição de papéis ligados unicamente à esfera doméstica, como esposa e mãe, em que a educação deveria ser aquela necessária para o cumprimento desses papéis naturais. Sendo assim, as propostas educativas do Iluminismo acentuavam a desigualdade dos papéis entre os sexos. "Não há dúvida de que é possível acreditar na desigualdade natural denunciando simultaneamente os malefícios da educação tradicional (os conventos, etc.) sobre uma natureza feminina frágil e maleável" (CRAMPE-CASNABET. In. PERROT, 1991: 395).

O discurso filosófico do Iluminismo, masculino e misógino, reforçou alguns estereótipos femininos, como aqueles relacionados à beleza, coquetismo, tagarelice e encanto sensual (sexual). "Da literatura ao saber médico, o século das Luzes ilumina precariamente as mulheres, para melhor enquadrá-las"(PRIORE, 1989: 93).

Numa engenhosa lógica discursiva, os ideólogos iluministas procuravam convencer as mulheres de sua igualdade com os homens através de seus atributos físicos e emocionais, sendo a beleza considerada seu principal encanto e uma compensação em virtude da sua fragilidade natural. Seria essa superioridade de talento que a fazia governar o homem, obedecendo-lhe. "A mulher tem tudo contra si, nossos defeitos, sua timidez, sua fraqueza; só tem a seu favor sua arte e sua beleza" (ROUSSEAU, 2004:538). Como a beleza era passageira, a arte da mulher consistia na habilidade de tirar partido da sua condição para obter vantagens junto aos homens.

A influência que a Igreja exercia na educação das mulheres a tornava alvo das críticas. Os conventos eram vistos como verdadeiras escolas de coquetismo, não daquele considerado honesto, que tornava as mulheres socialmente agradáveis, mas daquele que produzia defeitos, tornando-as extravagantes. Por essa razão, Rousseau reforçou o ideal de uma educação doméstica para as mulheres, sendo a casa o lugar por excelência onde as famílias ricas, com pais esclarecidos ou com o auxílio de um tutor, poderiam transformar esse espaço em verdadeiro laboratório pedagógico.

No final do século XVIII era possível perceber um crescimento quantitativo da educação feminina, porém sem grandes avanços na qualidade do ensino.

> *Qualquer que seja a escola que se freqüente, ninguém se arrisca a sair de lá sábia. Tanto o convento como a escola elementar oferecem apenas uma experiência limitada do saber, quer pelo tempo que lhe é consagrado quer pelo escasso leque de conhecimentos proposto. Só a educação familiar bem orientada é suscetível de produzir mulheres de cultura comparável à que o colégio dispensa aos rapazes* (SONNET. In. PERROT, 1991: 169) .

A diferença entre os sexos era apresentada também na linguagem, sendo a tagarelice considerada uma característica puramente feminina, sendo necessário orienta-la para tornar-se agradável em vez de motivo de censura. Para Rousseau, o "homem diz o que sabe, a mulher diz o que agrada; para falar, um precisa de conhecimento, a outra de gosto; um deve ter por objeto principal as coisas úteis, a outra, as agradáveis". (2004: 545).

O pensamento do século das Luzes era de que o encanto físico da mulher provocava uma atração irresistível para os homens, bem como sua fragilidade a tornava mais suscetível aos excessos da sua natureza, com uma sexualidade desregrada e desejos ilimitados. Rousseau defendia que a natureza também dotou a mulher de um sentimento que servia para refrear esses excessos – a vergonha ou pudor, e com esse sentimento poderia controlar seus furores e se proteger dos assédios masculinos. "O século das Luzes (...) inaugurou precocemente a 'boa gestão do sexo', ao passar para as mãos de laicos o controle das relações sexuais, até então uma prerrogativa eclesiástica auferida através de confissões e sermões" (PRIORE, 1989: 93).

O filósofo Jean-Jacques Rousseau, autor das obras de educação mais importantes desse período, o tratado pedagógico "Emílio ou Da Educação"(1762) e o romance epistolar "Júlia ou A Nova Heloisa" (1761), conseguiu marcar profundamente o século XVIII e os séculos seguintes com sua crítica à civilização, inspirando o Romantismo, e com sua pedagogia para a educação de meninos e meninas. Seu destaque na contramão dos filósofos iluministas consistia na tese de que o homem era intrinsecamente bom e que apenas as instituições da civilização o fizeram mau. Não sendo contrário ao conhecimento, considerava que a falta de virtude é que o tornava uma armadilha, pois o verdadeiro progresso da humanidade era o progresso moral.

A sua contribuição no debate sobre a educação iniciou com os ensaios feitos no romance A Nova Heloisa, onde através da personagem principal, Júlia, antecipava os argumentos que seriam utilizados no "Emílio". Este tratado pedagógico, escrito

posteriormente, seria um ensaio para demonstrar como seriam educados os filhos de Júlia. As obras pedagógicas de Rousseau se inscrevem na tradição de autores da Renascença e do século XVII, cuja misoginia era responsável pelos discursos normativos para o controle feminino e redução das mulheres unicamente aos papéis de filhas, esposas e mães, com uma existência em função do homem, para tornar-lhe a vida 'agradável e doce'. Em vários de seus argumentos para a educação diferenciada dos sexos, seguia uma linha iniciada nos tratados sobre educação de autores como Montaigne, Fénelon, Locke, bem como inovava no método de ensino que prescrevia para seu aluno fictício, Emílio .

O romance epistolar A Nova Heloísa, considerado por Robert Darnton como provavelmente o maior best-seller do século XVIII, [4] teve uma recepção favorável pelo público, sendo a personagem Júlia considerada um modelo de virtude. A nova versão de Heloísa, também uma mulher jovem, bela e culta, que se apaixona por seu preceptor, fará a imolação do seu amor em nome dos valores morais e da honra, casando-se com um homem de seu meio social e dedicando-se inteiramente aos cuidados do lar, como um verdadeiro sacrifício sacerdotal. Esse romance inaugura a chamada sensibilidade romântica, traço marcante dos romances subseqüentes.

Na obra Emílio, a educação feminina é apresentada no livro V, correspondendo ao momento em que o personagem central deve escolher sua futura esposa. Rousseau apresenta a mulher ideal para ser a companheira de seu aluno que preparara para vida. A superioridade de Emílio se mostra nos aspectos que seu criador escolheu para caracterizá-lo: era um francês rico, saudável, criado no campo. Ou seja, era da zona temperada do planeta, de boa origem social, criado longe da degeneração moral da civilização. Os conhecimentos foram obtidos conforme o método defendido por Rousseau, isto é, à proporção que sua idade e as necessidades práticas requeriam.

Conforme a idealização feita por Rousseau, Sofia deveria ser mulher como Emílio era homem, isto é, devendo ter tudo o que era necessário para a constituição de sua espécie e do seu sexo. Mas, como em tudo o que dependesse do sexo, mulher e homem teriam semelhanças e diferenças que influenciavam a moral, na união dos sexos cada um deveria concorrer igualmente para o objetivo comum, cada qual à sua maneira. Dessa visão se estabelecia o primeiro princípio básico resultante da diversidade entre os sexos. "Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é preciso necessariamente que um queira e possa; basta que o outro resista pouco" (ROUSSEAU, 2004: 516).

[4]Segundo o autor a procura do livro ultrapassou o fornecimento e teve cerca de setenta edições até 1800. Cf. Darnton, Robert. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Considerando que a mulher fora feita para agradar e para ser subjugada, devia tornar-se agradável ao homem, usando seus encantos para contornar a força que este exercia sobre ela. "Daí nascem o ataque e a defesa, a audácia de um sexo e a timidez do outro, enfim, a modéstia e a vergonha com que a natureza armou o fraco para sujeitar o forte". (Idem: 517). A conseqüência dessa constituição dos sexos era que o mais forte fosse aparentemente o senhor, embora dependesse de fato do mais fraco, por uma 'lei da natureza' que dava às mulheres maior facilidade de excitar os desejos do que ao homem de satisfazê-los, fazendo com que o homem, mesmo contra sua vontade, dependesse do outro sexo, procurando agradá-la para que ela consentisse em deixá-lo ser o mais forte. " Então, o que há de mais doce para o homem em sua vitória é conjeturar se a fraqueza que cede à força, ou se é a vontade que se rende; e a astúcia comum da mulher é sempre deixar essa dúvida entre ela e ele" (Idem: 519).

O argumento de que não havia paridade entre os dois sexos era porque o macho só era macho em certos instantes, já a fêmea era fêmea a vida toda, tudo fazendo lembrar seu sexo. Por isso, a rigidez dos deveres relativos a ambos os sexos não poderia ser a mesma, uma vez que a desigualdade entre homens e mulheres não era uma instituição humana, ou pelo menos não era fruto do preconceito, mas da razão, cabendo à mulher , cuja natureza a encarregou da custódia dos filhos, responder por essa função diante do outro sexo.

Demonstrado que o homem e a mulher não eram constituídos da mesma maneira, nem no caráter nem no temperamento, resultava que não deviam ter a mesma educação, cabendo à mulher aprender apenas o que convém saber ao seu sexo. O apelo de Rousseau deixava clara essa idéia: "Mãe judiciosa, acreditai em mim e não façais de vossa filha um cavalheiro, como que para desmentir a natureza; tornai-a uma dama, e podeis estar certa de que será melhor pêra ela e para nós". (Idem: 526).

A educação de Sofia foi pensada para evitar os excessos que 'estragavam' as mulheres, fazendo-as bonecas de salão. Sofia não era bela, nem feia, seu encanto estava ligado às suas qualidades de espírito que fazia com que diante dela os homens esquecessem as mulheres belas. Era de bom nascimento, com uma bondade natural, coração sensível, com uma atividade imaginativa difícil de moderar, espírito menos justo do que penetrante, humor fácil, porém desigual, rosto comum mas agradável, uma fisionomia que prometia uma alma e não uma mente. (Idem: 576). Não era vaidosa, desconhecia os gostos da moda era modesta e recatada, conhecendo melhor e com mais esmero os trabalhos do seu sexo, ou seja, os trabalhos de agulha. Conhecia todos os detalhes do lar, pois fora criada para ser um dia ela própria mãe de família. Cultivou também talentos como canto e dança, além de saber a etiqueta para portar-se sem constrangimento em qualquer situação. Sofia amava a virtude, sua

paixão dominante, porque considerava que essa era a glória da mulher virtuosa. (Idem: 577 ss)

Com esses predicados de Sofia, Rousseau apresentava os objetivos da educação feminina, educadas no lar, por suas mães, aprendendo as artes domésticas, da cozinha ao bordado. Quanto à religião, deveria aceitar a religião da sua mãe e depois de casada adotar a religião do marido. Em todo o caso, deveria evitar a filosofia, considerando que as mulheres de grandes talentos só se imporiam aos tolos, pois "sempre sabemos qual é o artista ou o amigo que segura a pluma ou o pincel quando elas trabalham; sabemos qual é o discreto homem de letras que lhes dita em segredo seus oráculos. " (Idem:p. 600). Duvidando da capacidade da mulher para os dotes intelectuais, reforçava a idéia de incompatibilidade das atividades intelectuais com as domésticas, dizendo que toda moça letrada permaneceria solteira a vida toda enquanto houvesse homens sensatos na terra. Essa imagem da mulher intelectual como solteirona, feiosa, mal-amada e virilizada ainda era bastante recorrente no início do século XX, com reminiscências que chegam até os nossos dias.

Rousseau demonstrava em seu tratado de educação que a mulher deveria receber os conhecimentos úteis para tornar-se a primeira educadora dos seus filhos.

> *De resto, como uma mulher que não tenha nenhum hábito de reflexão educará seus filhos? Como discernirá o que lhes convém? Como os preparará para virtudes que desconhece, para méritos de que não tem a menor idéia? . Ela só será capaz de mimá-los ou de ameaça-los, de torná-los insolentes ou medrosos; fará deles ou palhacinhos amaneirados ou moleques avoados, nunca bons espíritos nem crianças amáveis*. (2004: 600)

Sofia era o modelo para a educação das mulheres, especialmente as da elite. Com as características apresentadas pelo autor, indicava-se a necessidade de compatibilidade entre os noivos, que envolvia tanto aspectos sociais como intelectuais. Sendo assim, um homem educado não deveria casar-se com uma mulher sem educação nem com uma mulher de posição social inferior. No entanto, mais perigoso ainda era a mulher intelectual. Rousseau dizia preferir cem vezes uma moça simples e educada rudemente a uma moça erudita e intelectual, pois esta era "o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo o mundo" (Idem: 600).

Pode-se avaliar os impactos das idéias de Rousseau e sua influência na educação feminina e nos costumes pela atualização de suas idéias ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, a exemplo dos seus conselhos para as mães amamentarem seus filhos e cuidarem pessoalmente de sua educação inicial – o princípio da mãe educadora. As personagens Júlia e Sofia, das obras pedagógicas de Rousseau, formam a representação da

mulher ideal, educada para a submissão e obediência aos códigos morais e normas estabelecidas pelo discurso masculino. No entanto, como destacou Roger Chartier (2002:96), assim como a representação pressupõe uma distinção entre o que representa e o que é representado, também a incorporação da dominação não exclui " possíveis variações e manipulações que, pela apropriação feminina de modelos e de normas, transformam em instrumentos de resistência e em afirmação de identidade as representações forjadas para garantir a dependência e a submissão".

Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII**. São Paulo: Discurso Editorial: Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

CRAMPE-CASNABET, Michele. "**A mulher no pensamento filosófico do século XVIII**". In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna.** Lisboa: Edições Afrontamento, 1991

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FORTES, Luiz R. Salinas. **O Iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRIORE, Mary Del. **No século das Luzes, mulheres à sombra – a condição feminina e a Revolução Francesa**. In. Acervo.. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan-jun de 1989. p. 89-98

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo : Martins Fontes,2004.

_____. **Júlia ou a Nova Heloísa**. São Paulo: Hucitec, 2006

SONNET, Martine. **"Uma filha para educar".** In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991 Rio de Janeiro: Record, s/d.

DURANT, Will e DURANT, Ariel. **História da Civilização Rousseau e a Revolução**. s/d

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Casa Imperial do Brasil: o difícil começar de uma tradição (1821-1831)

Santiago Silva de Andrade*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir algumas questões relativas ao processo de construção de uma casa dinástica no Brasil independente, no período compreendido entre a partida de D. João VI em 1821 e a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831.
Palavras-chaves: Elites, Corte, Império brasileiro

Abstract: This article aims to discuss some questions about the process of construction of a Dinastic House in independent Brazil, between the leave of D. João VI and the renounce of the Emperor D. Pedro I.
Key word: Elites, Court, Brazilian Empire

Ao historiador disposto em aventurar-se a investigar as supostas "origens" da Casa Imperial do Brasil no começo do século XIX, um aviso: há que se contentar mais com indícios do que com fatos, mais com pistas do que com provas. Tal constatação nasceu de uma experiência própria, ao comparar a farta massa documental produzida pela administração da Casa Real Portuguesa no Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821, (algo próximo de 800 documentos), e parcos, quase inexistentes, registros do universo doméstico da Casa Imperial do Brasil, entre 1822 e 1825 (pouco mais de 2 dezenas de documentos).

Minha intenção hoje é discutir algumas questões relativas às dificuldades impostas ao jovem imperador D. Pedro I no processo de montagem de uma Casa Imperial *brasileira*, no período imediatamente posterior à proclamação da independência. Abordarei o problema a partir de uma perspectiva que privilegie o universo doméstico da Casa, apesar de saber que o tema merece uma investigação que leve em conta os seus aspectos jurídicos-diplomáticos, pois a Casa Imperial também tinha a função de órgão representativo da dinastia de Bragança frente aos outros governos internacionais.

Para que entendamos a situação da Casa Imperial do Brasil no pós-independência, são necessárias algumas explicações sobre o processo de estruturação do universo doméstico joanino no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

Enquanto esteve no Brasil, a Casa Real portuguesa – através da ação da sua elite governativa – logrou êxito em sustentar uma rede de dependentes residentes em ambos os

* Doutorando em História – UERJ/Bolsista CAPES

lados do atlântico. Centenas de Criados (algo em torno de 300) aportaram no Rio de Janeiro junto com a Corte portuguesa, em 1808, e ao longo do período joanino esse número aumentou cerca de 60%. Muitos, porém, não puderam ou não quiseram seguir para o Brasil nos anos que se seguiram à partida do príncipe regente, e permaneceram em Portugal, mantendo as remunerações relativas aos seus foros de Criados da Casa Real. Foi o caso, por exemplo, de uma certa Joana Maria Rosa, viúva de Tomás Francisco, Cozinheiro da Casa Real, moradora da cidade de Lisboa, que em abril de 1816 escreveu a D. João VI reclamando o pagamento integral da sua pensão, reduzida a metade por ordem dos membros da Junta Governativa[1].

Assim, à Casa Real portuguesa afluíam reivindicações de dois grupos que, apesar de compartilharem elementos peculiares à conformação da sua identidade, vivenciavam experiências históricas distintas. Para os Criados residentes no Rio de Janeiro, a satisfação dos seus serviços se fazia de forma muito mais ágil e célere do que para aqueles que não mais possuíam um canal de acesso direto ao soberano. Some-se a isto o fato de que após 1814 tornaram-se constantes os pedidos de licença feitos por Criados desejosos de voltar a Portugal, quase sempre com a desculpa de "tratar da saúde". Podemos afirmar, nesse sentido, que a elite dirigente da Casa Real portuguesa (principalmente nas figuras do Marquês de Aguiar, Marquês de Belas e Barão do Rio Seco) teve que gerir, entre 1808 e 1821, uma situação potencialmente tensa e conflituosa, pois em última instância eram os Criados que garantiam materialidade ao conjunto de instrumentos simbólicos (cerimônias, rituais, etc) disponíveis à monarquia portuguesa.

Temos que atentar também para o fato de que a Casa Real portuguesa não permaneceu isolada do resto da sociedade fluminense. Sua instalação na cidade do Rio de Janeiro provocou sensíveis mudanças nos hábitos dos seus habitantes, forneceu novas expectativas a quem interessasse ascender socialmente e, segundo Oliveira Lima, acabou por prejudicar uma certa "feição despretensiosa da existência social do Rio de Janeiro, sem substituí-la por nada de muito melhor" (LIMA, 1996:80).

Em 1821, com a partida de D. João VI para Portugal, a situação dos Criados da Casa Real portuguesa viria complicar-se ainda mais. Os laços de fidelidade no universo doméstico joanino privilegiavam a figura do rei, associando à sua presença, de forma imprescindível, a existência de um espaço cortesão ou da própria Casa Real. Não foi por outro motivo que poucos dias antes de embarcar d. João VI recebeu uma carta de José Antonio Manoel, Criado da Casa Real "dos mais antigos", suplicando "licença para ir nesta Expedição para Portugal" e afirmando que "a Real Ucharia acaba pela partida de Vossa Majestade e que fica em desamparo"[2]. José Manoel pedia ainda que o mandasse "ir agora para Lisboa, com a

[1] Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Mordomia Mor Caixa 2 Pacote 1 Documento 6
[2] Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Mordomia Mor Caixa 3 Pacote 3 Documento 255

dita sua mulher Gertrudes Maria, ou em Serviço, ou como V.M for servido de o mandar, pois o suplicante de maneira alguma quer ficar nesta terra, porque certo fica desgraçado"[3]. Estranho pedido esse, pois tinha sido designado justamente para realizar um inventário de "tudo respectivo à Real Ucharia"[4]. José Manoel teve sua requisição negada, sob a alegação de que "deveria estimar ficar sendo o Fiel da Real Ucharia, para depois ir com a Sua Alteza Real" para Lisboa.

O pedido do Criado José Manoel estava em consonância com a cultura de serviço que informava as suas práticas quotidianas. Servindo a Casa Real há mais de quarenta anos – ou seja, desde 1780 – era completamente dependente dos mecanismos (sociais e econômicos) compensatórios inerentes a estrutura doméstica do soberano. Em outras palavras e sob o seu próprio ponto de vista, sua vida estava atrelada aos destinos da Casa Real portuguesa.

Outras possibilidades, porém, estavam abertas.

Uma semana após a partida do rei D. João VI, no dia 28 de abril de 1821, o Barão do Rio Seco, Tesoureiro da Casa Real e homem influente nos assuntos domésticos da Casa, escreveu ao jovem príncipe D. Pedro, desejando mostrar "obediência a S.A.R e desejar-lhe acertar em tudo o que for do Seu Real Serviço"[5]. Talvez o precavido Barão, conhecendo de perto o temperamento explosivo do príncipe, desejasse salvaguardar as suas prerrogativas obtidas durante o governo joanino, evitando desde já qualquer possibilidade de conflito com D. Pedro.

Entretanto, cotejando os depoimentos do Criado José Antonio Manoel e do Barão do Rio Seco, podemos nos arriscar em outras possibilidades interpretativas.

Se ao primeiro a *Casa* e *Corte* reais realizavam-se na figura do rei D. João VI, e o serviço real apenas possuía sentido se exercido dentro de um espaço consagrado pela presença do soberano; ao segundo um leque maior de opções estava aberto, e pode-se mesmo argumentar que Rio Seco tinha muito a perder se acompanhasse D. João de volta a Portugal. Talvez por isso mesmo o Barão considerasse que a cidade do Rio de Janeiro, mesmo após a partida de D. João, continuasse a ser chamada de "corte", assim como Lisboa.

Seria arriscado afirmarmos que o biênio 1821-1822 significou, para aqueles que efetivamente viviam no círculo doméstico real, um período de redefinição dos laços de fidelidade que os uniam ao serviço do paço? Diante de um período de incertezas detonado pelo movimento vintista, os criados da Casa Real viram-se mais uma vez, como em 1807 frente as invasões napoleônicas, diante da possibilidade de esfacelamento de direitos garantidos pela existência da estrutura doméstica à qual estavam ligados.

---

[3] Idem
[4] Idem
[5] Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Mordomia Mor Caixa 3 Pacote 3 Documento 261

Ficar em um Rio de Janeiro sem o rei era arriscar perder não apenas uma preciosa fonte de benesses sociais e materiais, mas também ver dissolverem-se os laços de identidade que agregavam dezenas de núcleos familiares à extensa rede de dependentes da Casa Real. Escrevendo a D. Pedro em abril de 1821, o Barão do Rio Seco não sabia dizer se os assuntos pendentes na repartição da Mordomia Mor deveriam "fazer obra nesta Corte, ou ir a de Lisboa"[6]. Se esta última opção fosse levada a cabo, os Criados que permaneceram no Brasil ficariam seriamente prejudicados no tocante a satisfação das suas demandas.

Por seu turno, voltar com o rei D. João para Portugal era igualmente uma opção desprovida de garantias, como sentiu na pele Francisco José Rufino de Souza Lobato, Visconde de Villanova da Rainha, cortesão pertencente ao círculo de confiança do soberano, expulso da cidade de Lisboa assim que lá chegou com D. João, e mandado de volta para o Rio de Janeiro. Apesar da Revolução de 1820 não ter, segundo a historiadora portuguesa Isabel Vargues, construído uma "expressiva contestação a D. João VI" (VARGUES, 1997:269) naquele momento elaborava-se uma linguagem sócio-política na qual associava-se a figura do *cortesão* ao *absolutismo*, à *tirania*, ao *desperdício* e ao *fausto*.

O príncipe D. Pedro não tardou a tomar as primeiras providências relativas aos negócios da Casa Real, imprimindo seu estilo pessoal em detrimento das práticas usualmente adotadas por seu pai.

Em primeiro lugar, com o intuito de enxugar as dívidas da Casa, que naquele momento orçavam perto de 300:000$000 (trezentos contos de réis), ordenou, em setembro de 1821, a todos os responsáveis pelas repartições (Ucharia, Reais Cavalariças, etc) da Casa Real que lhe remetessem listas contendo os nomes das pessoas que recebiam pensões por tais repartições. A maioria esmagadora era de viúvas e órfãs de Criados da Casa Real, e no dia 2 de setembro daquele mesmo ano D. Pedro determinou que todas as pensões pagas pela Casa Real passassem a ser pagas diretamente através do Tesouro Público, e não mais pelas repartições da Casa, como acontecia desde pelo menos o século XV nas Cortes reais ibéricas [7]. Ao contrário do que geralmente se pensa, o Erário Régio e o cofre da Casa Real não eram a mesma coisa, e era o primeiro que fornecia o dinheiro necessário às despesas do segundo. Com essa medida, D. Pedro transferia diretamente para o Estado uma despesa anual de aproximadamente 12:000$000 (doze contos de réis), desonerando, em tese, a folha de pagamento da Casa Real e limitando, parcialmente, os possíveis requerimentos de um grande número de dependentes da sua estrutura doméstica.

Os biógrafos de D. Pedro constantemente fazem menção ao seu caráter avarento, e são várias as afirmações de que o jovem príncipe procurou diminuir as despesas da Casa

[6] Idem
[7] Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Mordomia Mor Caixa 3 Pacote 3 Documento 266

assim que assumiu o controle da mesma com a ausência de D. João VI, seja vendendo alguns cavalos das Reais Cavalariças, seja demitindo empregados do Paço.

Avarento ou previdente? O certo é que D. Pedro realmente pôs em prática um plano drástico de redução das despesas da Casa Real. Em maio de 1821, mandou demitir 42 Moços da Água, 66 serventes do Paço e 18 varredeiras, mantendo em serviço apenas 12 homens e mulheres, de um grupo original de 134 pessoas do mais baixo escalão da Casa Real[8]. Em 19 de novembro do mesmo ano foi emitida uma ordem ao Tesoureiro da Casa contendo nomes de trinta Criados que a partir daquele momento deveriam ter seus ordenados pagos diretamente pela datação destinada ao Príncipe, e não mais diretamente pela Casa Real[9].

D. Pedro logo teve que lidar com pedidos de pagamentos concernentes a ordenados em atraso. Em setembro de 1821, um grupo de 135 empregados do Paço requereu o pagamento dos salários que não recebiam desde agosto daquele ano, e vários Criados passaram gradualmente a exigir que lhes fossem pagos os ordenados atrasados, como o reposteiro da Câmara Antonio José da Silva, que não recebia desde abril daquele ano e em setembro escreveu ao Tesoureiro da Casa reclamando o que se lhe devia[10].

Entre dezembro de 1821 e o começo de 1824, há um hiato na produção de documentos referentes tanto a Casa Real portuguesa no Brasil, quanto a Casa Imperial do Brasil. Em teoria, poderíamos dizer que o surgimento desta última se deu quando proclamou-se a independência, mas estudos recentes tem ressaltado a complexidade daquele momento histórico, não mais reduzindo-o ao suposto marco fundador de sete de setembro de 1822. Estes mesmo estudos tem apontado espaços de continuidade que conectavam a construção de um Estado *brasileiro* à sua condição histórica de ex-centro do Império português, enfatizando características de caráter *híbrido*, limitadas tanto pela herança do Antigo Regime quanto pela novidade das propostas liberais.

Assim, podemos afirmar que a Casa Imperial do Brasil não é fruto exclusivo dos ímpetos autonomistas do imperador D. Pedro I, já que toda a sua estrutura manteve-se calcada na experiência da Casa Real portuguesa. Os modelos cerimoniais, a estratificação hierárquica, a nomenclatura dos cargos e a divisão de tarefas no interior do espaço doméstico do imperador permaneceram fiéis ao modelo da Casa portuguesa, já considerado arcaico no século XIX, em comparação as outras Casas reais européias. Os textos normativos, em sua maioria dos séculos XVI e XVII, que serviram de base a Casa Real portuguesa permaneceram como fontes legislativas quando o assunto era a criadagem da Casa Imperial, e até o final do

---

8 Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Mordomia Mor Caixa 3 Pacote 3 Documento 265
9 Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Códice 1 Volume 1 Folha 211-212
10 Arquivo Nacional Casa Real e Imperial Mordomia Mor Caixa 3 Pacote 3 Documento 264

século XIX não se produziu nenhuma grande novidade em termos de instrumentos organizacionais do espaço doméstico.

Mesmo partilhando elementos comuns com a Casa Real portuguesa, D. Pedro I estabeleceu regras peculiares aos criados da Casa Imperial do Brasil. Veja-se, por exemplo, o decreto de 20 de setembro de 1822 que regulava "os uniformes dos criados da casa do Príncipe Real", e que dava novo desenho e nova cor às vestimentas dos serviçais: a tonalidade predominante seria o verde, estando o amarelo nas presilhas de ouro, e o corte do uniforme seria mais leve, pois os antigos eram "além de dispendiosos,' impróprios para o clima do Brazil"[11].

O príncipe D. Pedro procurava assim estabelecer, no âmbito no domínio doméstico de sua Casa, referências simbólicas que denotassem a fundação do novo Império brasileiro, apontando para a importância da ordenação do seu universo privado enquanto referência fundamental para o resto da sociedade. Outro decreto, de 29 de setembro daquele mesmo ano, proibiu que particulares vestissem os seus criados (com a conotação de empregados particulares) com librés de cor verde, confirmando este privilégio para os Criados da Imperial Casa[12]; podemos perceber a afirmação da preeminência do espaço doméstico do príncipe sobre todos os outros, e a conseqüente vontade de se estabelecer distinções entre aqueles que se dedicavam ao serviço doméstico do príncipe, e aqueles que eram meros serviçais particulares de pessoas não pertencentes à família real. Não seria mesmo improvável que os próprios Criados da Casa Imperial tivessem se queixado do uso da cor verde pelos serviçais das casas particulares.

A Constituição de 1824 também fez referência aos Criados da Casa Imperial. O inciso III, do artigo 92, capítulo VI, título IV da Constituição de 1824, com relação aos impedimentos de votar nas Assembléias Paroquiais, dizia: "[São excluídos de votar] os Criados da Casa Imperial que não forem de galão branco" o mesmo se aplicando para os casos de candidatura aos postos de deputado ou senador. Como se sabe, o galão é uma tira de tecido bordado usado na mangas das fardas, ou nos chapéus, de algumas categorias de funcionários do Império. Apenas uma investigação posterior poderá esclarecer melhor a quem interessava, no momento da elaboração da Constituição de 1824, excluir um grande número de Criados do processo eleitoral. À primeira vista, o próprio Imperador D. Pedro I resolveu limitar a capacidade de manobra política da sua criadagem, talvez antevendo o envolvimento

---

[11] Decreto de 20 de setembro de 1822. *Coleção de Leis do Brasil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1887, p. 48

[12] Decreto de 29 de Setembro de 1822. *Coleção de Leis do Brasil de 1822,* p. 53. D. Pedro I permitiu, entretanto, que pessoas com a sua devida autorização vestissem seus criados com librés de cor verde. Marco Morel já chamou a atenção para a importância do impacto visual provocado pelas indumentárias na sociedade imperial, utilizando como estudo de caso Cipriano Barata.

destes últimos com possíveis adversários seus.

Ao selecionar a elite dirigente da Casa Imperial, D. Pedro não vacilou em nomear para postos importantes pessoas com as quais havia estabelecido uma relação de amizade e confiança. Assim, para Tesoureiro da Casa Imperial escolheu, inicialmente, Plácido Antonio Pereira de Abreu, o "barbeiro" Plácido, que segundo o depoimento da viajante inglesa Maria Graham era talvez uma das pessoas mais influentes no Paço. Outro amigo de D. Pedro I alçado à condição de secretário particular foi Francisco Gomes da Silva, conhecido como Chalaça. Sua atuação merece um estudo mais sério, para além das anedotas historiográficas que constantemente vem sido reproduzidas sobre ele.

Utilizando-se da rede de amizades que construiu durante os seus anos iniciais no Rio de Janeiro, D. Pedro I procurou estabelecer uma *pequena corte* dentro da Casa Imperial, e não hesitou em consultar os seus escolhidos em vários assuntos, fosse a matéria política, pessoal ou doméstica. Estava em consonância com os monarcas ibéricos dos séculos XVII e XVIII, que faziam uso de um círculo *privado* no tratamento de ocorrências *públicas.* Tais práticas, comuns aos olhos de um cortesão habituado a circular pelos corredores do palácio real, certamente pareceram estranhas à nova cena pública que então ensaiava-se na capital do recém-fundado Império do Brasil, evidenciando que seria tarefa árdua para os homens daquele tempo conciliar as suas heranças e as suas perspectivas.

Referências bibliográficas:

COLEÇÃO de leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

VARGUES, Isabel Nobre. A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823). Coimbra: Minerva, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Construção de um Mito: Elisa Lynch E Solano Lopez

Maria Teresa Garritano Dourado*

Resumo: Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, escritores traçaram, com propósitos diferentes, perfis de Elisa Alicia Lynch e Francisco Solano López, dando a eles um lugar de destaque na Guerra do Paraguai (1864-1870). Uma conclusão hipotética, que reúna os fragmentos numa explicação coerente, poderia ser que eles tornaram-se mais poderosos, do que realmente teriam sido. Esta é mais uma das funções do mito, quando ele se torna história, tal como demonstra Raoul Girardet: "É erradamente que se crê que o mito é sempre mentiroso. O mito torna-se história*"*. A construção e a consolidação do mito Lynch e Lopez surgiu num determinado contexto histórico, quando o Estado necessitava de auto-afirmação política, numa tentativa de moldar ou manipular a opinião pública. Portanto, analiso como as sociedades se apropriam do passado e o recriam em função de suas necessidades.
Palavras chaves: mito - Guerra do Paraguai - história.

Abstract: Throughout XIX, XX and XXI centuries, writers had traced, with different intentions, profiles of Elisa Lynch and Solano Lopez, giving them a place of prominence in the confrontation known as War of Paraguay (1864-1870). An hypothetical conclusion, that gathers the pieces in a coherent explanation, could be that they had become more powerful than they would really have been. This is just one of the functions of myth, when it becomes history, as demonstrated by Raul Girardet: *It is wrong to believe that the myth is a lye. The myth becomes history*." The construction and the consolidation of the Lynch and Lopez's myth appeared in a specific historical context, when the State needed to establish itself in politics, in an attempt to mold or to manipulate the public opinion. Therefore, I have analyzed how the societies appropriate themselves of the past and recreate it according to their necessities.
Key-words: Myth – War of Paraguay – History

Ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, biógrafos, memorialistas, historiadores latino-americanos e estrangeiros traçaram, com propósitos diferentes, perfis de Elisa Lynch e Solano Lopez, dando a eles um lugar de destaque no confronto conhecido como Guerra do Paraguai (1864-1870) [1]. Os autores que fizeram menção a Elisa e Solano oscilam entre o amor

---

[1]*Profª. Faculdade de Ciências Administrativas de Ponta Porã/MS (FAP) e doutoranda em História Social (USP)

Como exemplos dessa literatura, que é muito vasta para ser citada aqui em detalhes, ver entre outros: Collor, L., *No centenário de Solano Lopes*, p.85, BLOMBERG, P., *La Dama del Paraguay*, p.17, POTTHAST-JUTKEIT, B., *"Paraíso de Mahoma" o "País de las mujeres*"? p.225, POMER, L., *La Guerra del Paraguay*, p. 78, RIOS, C., *Dicionario de la Mujer Guarani*, p. 82, CORREA, V., O Brasil de meus avós, p.167, BAPTISTA, F., *Elisa Lynch: mulher do mundo e da guerra*, p. 310, PEREIRA, B., *Pelo Brasil Maior*, p.82, VARELA, H., Elisa Lynch, p.291. MASTERMAN, J., *Siete años de aventuras en el Paraguay*, p.29.

e o ódio, levando-se em conta, é claro, o momento em que suas obras foram escritas e divulgadas. Uma conclusão hipotética, que reúna os fragmentos numa explicação coerente, poderia ser que eles tornaram-se mais poderosos e perfeitos do que realmente teriam sido. Esta é mais uma das funções do mito, analisado em Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo que serve de apoio para entender como Elisa e Solano se tornaram história (CAPELATO, 1998: 268). A construção de um mito também é demonstrada por Girardet: "É erradamente que se crê que o mito é sempre mentiroso. O mito torna-se história. Ele é o impulso psicológico, a inspiração ideal, que pode conduzir os homens para o bem ou para o mal, mas que lhes é de qualquer modo indispensável" (GIRARDET, 1987:13). A construção e a consolidação do mito Elisa Lynch e Solano Lopez, surgiu num determinado contexto histórico, quando o Estado necessitou de auto-afirmação política, numa tentativa de moldar ou manipular a opinião pública. Para o citado autor, o mito político inscreve-se na história do nosso tempo, podendo ser visto como "fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real"(GIRARDET,1987:13). No que diz respeito a Elisa Lynch, trata-se, sem dúvida, de uma fabulação, provocando, por vezes, ao que tudo indica, a deformação do real.

Elisa Alicia Lynch (1835-1886), chamada simplesmente La Madama pelos paraguaios da época, foi a mulher mais famosa da história paraguaia e sem dúvida, qualquer que seja o julgamento dos estudiosos interessados em sua vida, não se pode negar sua influência na história tanto social como política do Paraguai. Nasceu segundo sua autobiografia, na ilha irlandesa de Corck, de uma família de classe média, registrando sua família como respeitável e importante, enfatizando a presença dos militares ingleses e o local de seu nascimento. Com 15 anos, casou-se com um médico militar francês, Xavier de Quatrefages, e mudou-se para a Argélia. Voltou a Paris em 1853, onde conheceu Francisco Solano López, na época Ministro Plenipotenciário da República da República do Paraguai. Já havia, então, se separado do marido, sendo seu casamento considerado nulo, "por no haberse cumplido las formalidades exijidas por la lei" (LYNCH, 1875:6-9). Foi descrita como alta, bela, graciosa, com olhos azuis cinzentos e cabelos castanhos claros, estes últimos, quase no final do conflito, já grisalhos (BURTON, 1997:81). Os primeiros quinze anos de Elisa Lynch são bastante polêmicos e controversos; os autores que escreveram sobre ela não se apóiam em documentos científicos, preferindo biografias romanceadas e de difícil comprovação. Em 1855, chegou a Buenos Aires, onde nasceu seu primeiro filho com Solano López e, no mesmo ano, mudou-se para Assunção. Depois, teve mais cinco filhos com o Marechal, mas mantinham casas separadas, devido ao clima moral da época e porque ela não era casada.

Permaneceu no Paraguai por 15 anos, até o final da guerra, em 1870, quando caiu prisioneira, junto com seus filhos, das tropas brasileiras em Cerro Corá.

A chegada de uma elegante européia, trazida de um continente distante pelo filho do presidente, conhecido por todos pelas várias amantes e filhos ilegítimos, provocou um escândalo e despertou a curiosidade de todos os paraguaios. A preocupação com "os outros", "os de fora", não é um fenômeno dos tempos modernos, mas, comum nas sociedades, sejam elas antigas ou modernas, despertando manifestações de intolerância diante do "outro", do "diferente". Para entender essa questão, o ponto de partida foi a contribuição fecunda de Tzvetan Todorov que comenta "o postulado da diferença leva facilmente ao sentimento de superioridade e o postulado da igualdade ao de indiferença, e é sempre difícil de resistir a esse duplo movimento"(TODOROV,1991:61).

A maioria das paraguaias dos grupos privilegiados e as estrangeiras se mantinham muito reservadas diante da companheira de Lopéz. Nas Memórias de Encarnación Bedoya, consideradas uma fonte extraordinária, é um dos poucos relatos paraguaios autênticos e, sobretudo, absolutamente o único conhecido até agora, dessa época, escrito por uma mulher, entre outros, percebe-se, claramente, que a rejeição dessas mulheres à "la Lynch" não se devia ao fato dela ser estrangeira, como muitos apologistas queriam fazer crer, nem a inveja que algumas poucas distintas e elegantes senhoras tinham como outros biógrafos (masculinos) pensavam. Tudo leva a crer que o repúdio e indignação moral dessas mulheres, muitas vezes dissimuladas, tinham íntima relação com a instituição do matrimônio, considerado indissolúvel no Paraguai da segunda metade do século XIX (POTTHAST-JUTKEIT, 1996:225). A atração que Elisa Lynch – apesar de algumas reservas – exercia sobre os homens, mesmo os seus maiores críticos reconheciam sua beleza extraordinária, formação e inteligência, não somente aumentava sua influência sobre Solano Lopez, como também a transformava numa anfitriã de todos os estrangeiros residentes em Assunção. O fausto e o luxo que a cercavam eram uma parte de seu poder. Os diplomatas, homens de negócios, entre outros, encontravam nela algo de sua antiga pátria. Esta circunstância tinha uma importância política, especialmente depois que Francisco Solano Lopez sucedeu a seu pai. Solano não se opunha à inclinação de sua companheira pela vida luxuosa; muito pelo contrário, transmitia seus pedidos a exportadores londrinos e parisienses e a ajudava a adquirir bens imóveis de propriedade do Estado em condições francamente vantajosas. Na casa de Madame Lynch, em Assunção, podia-se admirar telas caras, o melhor champanhe, as últimas revistas da moda, os tecidos importados, que impunham uma nova moda às mulheres da elite. Os relatos dos viajantes estrangeiros são valiosos para se visualizar uma época, permitindo se conhecer uma

parte da vida íntima de Elisa Lynch e do país. O comerciante Van-Halle deixou registradas algumas impressões bastante interessantes:

> *"S. Ex. tratava de tudo: política, commercio, clero, tudo lhe passava pelas mãos. A Sra. Lynch também tinha interesse no pequeno commercio, emprestando dinheiro a 12%. Entre os dous estava todo o monopolio do commercio no paiz. A Sra Lynch a tudo admirava: as ricas fazendas de seda, de setim, vestidos de tartalana com fio de ouro, chalés da China e de cachemira, rendas e bordado." (VAN HALLE, 1870:3).*

Do mesmo modo, esse relato, outorgando a Elysa Lynch o papel de inovadora de costumes, pode ter sido outra razão importante para a antipatia contra a irlandesa, que sempre foi vista com suspeita durante todo o tempo de sua permanência no Paraguai. Em Esposicion y Protesta, demonstrou uma aguçada capacidade de defesa, provavelmente tentando construir uma imagem que a beneficiasse diante de um mundo hostil que procurava dar nomes aos causadores da destruição do país, usando a obra como estratégia de resistência e recurso de sobrevivência. Trata-se de um texto importante, porque é a maneira pela qual Elisa Lynch gostaria de ser lembrada, o tom que prevalece é o de auto defesa, diante do que ela via como injúria: "necesito anticiparme en algunos hechos, tomados del libro que publicaré mas tarde sobre mi vida y los acontecimientos á que sido ligada"(LYNCH, 1875:6).

A maioria das biografias, a despeito da sincera boa vontade do autor, sejam meticulosamente exatas ou não, sempre escondem alguns assuntos, enquanto revelam outros. Nesse sentido, a análise do historiador Carl E. Schorske é bastante elucidativa, pois ao rememorar sua vida de trabalho e refletir sobre ela, passou a entender a autobiografia como uma história pessoal, ou seja, uma construção narrativa, que supõe recordar e esquecer, evocar uma parte do passado e reprimir outra. No entanto, comenta que a maioria dos autobiógrafos define o passado dentro de uma estreita faixa da experiência pessoal e fazem poucas referências ao mundo que existe fora dela (Schorske, 2000:15). É o que faz Elisa, cuja única preocupação era se defender das acusações que recebeu sobre a posse ilegal de bens particulares e do Estado. A posterior revisão da vida de Elisa Lynch, no processo de reabilitação e heroicidade de seu companheiro, converteram-se em ideologia oficial, na ditadura de Alfredo Stroessner, quando o mito foi resgatado, chegando até à apoteose.

Em alguns relatos sobre Elisa Lynch, é possível vê-la como uma mulher de muitas faces. Será difícil saber como foi, realmente, a verdadeira Elisa Lynch, sua história sempre fascinou várias gerações e se mantém atravessando os séculos; sua imagem de mulher fatal e contestadora de convenções, que atravessou o mundo para acompanhar um amor, é usada pela

literatura poética como fonte inspiradora até de poetas contemporâneos (NAVEIRA, 1997:70).

Alfredo Stroessner Matiauda[2], no poder no Paraguai, de 1954 a 1989, durante o processo interno de consolidação da ditadura faz uso do discurso para convencer o povo paraguaio de que viera para salvar o país de suas constantes lutas internas. Como todo discurso revela a existência de graus de persuasão, alguns mais ou menos visíveis, outros mais ou menos mascarados, Stroessner vale-se dos dois; num país cuja principal característica era a instabilidade política e o atraso econômico, a promessa de paz e progresso tinha, sem dúvida, um efeito avassalador, especialmente entre as camadas mais humildes da população. Seus discursos despertavam, no povo paraguaio, o velho sonho de construir a "grandeza da Pátria" e, para isso, resgatou a memória dos grandes heróis nacionais, principalmente a de Solano López, transformando-os em mitos. Ao mesmo tempo, procurava comparar-se a eles, buscando associar seu próprio nome e imagem àqueles que eram venerados.

O lopismo ou revisionismo histórico ganhou força nas décadas de 60 e 70 do século XX, e teria atendido a um vazio ideológico no Paraguai, carente de um herói paradigmático que encarnasse os valores, supostos ou verdadeiros, da nacionalidade paraguaia. Essa postura revisionista teria colaborado para transformar López de ditador, responsável pelo desencadear de uma guerra desastrosa para seu país, em herói, vítima da Tríplice Aliança e sinônimo da nacionalidade paraguaia. De agressor passou a vítima e o mentor desse revisionismo foi Juan Emiliano O'Leary, o que lhe proporcionou até sua morte em 1969, as regalias dos governos ditatoriais, para os quais o culto à tirania em que se transformou o nacionalismo lopista, constituía fator de legitimação histórica (DORATIOTO, 2006:1-6).

Nessa parte, Roland Barthes foi um guia seguro, pois ensinou que "os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas sim de utilização: despolitizam segundo as suas necessidades" (BARTHES, 1985:164).

Referências importantes para a elaboração desse trabalho, no que diz respeito aos usos políticos do passado, foram em primeiro lugar, François Hartog e Jacques Revel que organizaram um livro sobre o assunto, composto de vários artigos que mostram diferentes formas de uso político do passado e constataram "que todo discurso histórico é passível de

[2] Nos países de língua hispânica, o nome paterno precede o nome materno.

usos políticos". Um dos textos que compõe o livro é o de Giovani Levi, "o passado longínquo e os usos políticos da história" que mostra:

> *"alguns usos do passado revelam claramente uma manipulação intolerável como é o caso do revisionismo"* e conclui que *"a história passou a ser manipulada e utilizada politicamente enquanto a voz dos historiadores tornou-se velada e longínqua. Mas lembra que nem a memória fragmentada, nem a escola, nem os meios de comunicação podem realizar os procedimentos lentos e incertos da história. Por isso sugere que é urgente discutir"* (HARTOG, REVEL, 2001:1-17)

E em segundo lugar o texto de Diana Quattrocchi-Woisson para entender o movimento da contra-história:

> *"as forças políticas e sociais sempre utilizaram o passado e as referências ao passado para legitimar as origens, para justificar os privilégios ou para aboli-los. Fazendo a história dessa utilização, sabe-se mais das sociedades contemporâneas que querendo reencontrar uma suposta verdade histórica. O discurso sobre o passado não começa e nem termina no escritório de um historiador. As sociedades se apropriam do passado, da comemoração e o recriam em função de suas necessidades" (Quattrocchi-Woisson, 1991:5).*

O revisionismo histórico é um processo tardio. Teria sido inaceitável na época do fim da Guerra do Paraguai, quando os López eram odiados no Paraguai. Os testemunhos da época, escritos por paraguaios que tinham pertencido aos círculos do governo como Juan Centurión, Silvestre Aveiro, Isidoro Resquín, Fidel Maíz, entre outros, incriminam López. Seus autores tentam se justificar, negando responsabilidade nas atrocidades do ditador (tribunais de sangue, execuções em massa, campos de concentração, perseguições políticas, etc.). O revisionismo paraguaio conseguiu reconhecimento oficial em 1936, quando um golpe militar levou à presidência o coronel Rafael Franco, herói da guerra com a Bolívia, que ditou um decreto para absolver retroativamente o Marechal López das acusações que lhe tinham sido feitas por seus contemporâneos no século passado. O espírito revisionista não se limitou a conquistar certas elites políticas e literárias. Por intermédio de uma insistente propaganda, saturou a vida cotidiana, com nomes de ruas e praças, monumentos e cartazes, propaganda de rádio e televisão. O cinema era subvencionado pelo governo, os bilhetes de loteria, os produtos e empresas comerciais de nomes patrióticos (por exemplo, Cerro Corá, Primeiro de Março) transformaram o passado em presente.

Referências Bibliográficas

AVEIRO, coronel Silvestre. *Memórias militares* (1864-1870). Assunção: Comuneros, 1970.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução Rita Buongermino e Pedro de Souza. São Paulo: Difel, 1985.

BLOMBERG, Hector Pedro. *La Dama del Paraguay.* Buenos Aires: Inter-Americana. 1942.

BURTON, Richard. *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*. Tradução e notas de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*: Propaganda política no varguismo e no peronismo, Campinas, Papirus, 1998.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1987.

COLLOR, Lindolfo. *No Centenário de Solano Lopez.* São Paulo: Cayeiras, [s/d].

CORRÊA, Viriato. *O Brasil dos meus avós*: Chronicas da história brasileira. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva *A construção de um mito*. http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/histpar5htm.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias.* Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARTOG, François et REVEL,Jaques. (Dir.) *Les usages politiques du passe*, Paris, Enquête. Editions de L'École des Hautes Etudes em Scienses Sociales, 2001.

LYNCH, Elisa, *Esposicion y Protesta:* que hace Elisa Lynch. Buenos Aires: Imprenta Rural, 1875.

MAÍZ, Fidel. *Etapas de mi vida.* Assunção: El Lector, 1988, ed. Fac-similar (1ª edição 1919).

MASTERMAN, Jorge Federico. *Siete años de aventuras en el Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1870.

NAVEIRA, Raquel. *Guerra entre irmãos*: poemas inspirados na Guerra do Paraguai. *2.* ed. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1997.

PEREIRA, Baptista. *Pelo Brasil Maior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

POMER, León. *La Guerra del Paraguay*: gran negocio!. Buenos Aires: Caldén, 1968.

POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. *"Paraíso de Mahoma" o "País de las mujeres"?.* El rol de la familia em la sociedad paraguaya de Siglo XIX. Tradução de Carmen Livieres de Maynzhausen. Asuncion: Instituto Cultural Paraguayo-Aleman, 1996.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Do rosismo ao peronismo*: o papel da história na construção da identidade nacional. In: Peschanski, Denis et ali (dir.) *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles, Editiones Complexe, 1991.

RESQUÍN, Francisco Isidoro. *La Guerra del Paraguay contra la Tríplice Aliança*. Assunção: El Lector. 1996.

RIOS, V. de Caldi, RAMONA, Luisa. *Diccionario de la Mujer Guarani*, Asunción, 1977.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história*: indagações para a passagem para o modernismo. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TODOROV, Tzvetan, *A conquista da América:* a questão do outro. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

VAN-HALLE. A. A. José. *Lopez*: viagem ao Paraguay; episodios da vida intima do ex-ditador e de sua favorita Elisa Lynch. Rio de Janeiro; Typoghrafia Americana, 1870.

VARELA, Hector F. *Elisa Lynch.* Buenos Aires: Editorial Tor, 1870.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma nova leitura do Brasil a partir dos gabinetes idealizados por Delgado de Carvalho

Patrícia Coelho da Costa*

Resumo: Este texto analisa o uso do espaço no ensino da Geografia a partir da perspectiva de Carlos Delgado de Carvalho. Para esse mestre de formação francesa, apresentar o Brasil através desta disciplina era uma missão cívica. Para tal, idealizou gabinetes onde os recursos científicos eram postos para romper com os métodos de ensino de seu tempo. O estudo da arquitetura escolar desses espaços revela características da cultura material escolar da década de 1930.
Palavras-chave: Geografia – arquitetura - cultura material escolar.

Abstract: This work anlyses the uso of space in the Geografy teaching starting from the perspective of Carlos Delgado de Carvalho. For this teacher, who had been educated in France, to present Brazil through this discipline was a civic mission. For this purpose, he idealized cabinets where the scientific resources were used to break with the methods of teaching of his time. The study of the architecture of those spaces reveals characteristics of the school material culture in the decade of 1930.
Keywords: Geografy- architecture- school material culture.

Em 1923, os programas de Geografia do Colégio Pedro II passaram por grande reformulação. Fernando Raja Gabaglia coordenador deste processo de mudança utilizou como base teórica a *Geographia do Brasil* (1913), obra de perspectiva inovadora, dirigida ao ensino secundário elaborada por Carlos Delgado de Carvalho.

Intelectual de formação francesa, crítico dos métodos de ensino de seu tempo e também professor de Inglês do Colégio Pedro II, Delgado de Carvalho contagiou seus colegas com suas idéias. Para ele, a Geografia era um importante recurso para construção de nossa nacionalidade, desde que tivesse seus programas transformados: "a geographia do passado foi seca e sem interesse; foi disciplina de pura memória. Que seja dado à nova geração de mestres brasileiros tornal-a mais atrahente, mais practica e mais verdadeira também, fazendo della uma disciplina de bom senso, de intelligencia e patriotismo esclarecido" (DELGADO DE CARVALHO,1925: 93).

* Mestranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Programa de Pós-graduação em Educação – Proped. Linha de pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História. Orientadora: Ana Chrystina Venâncio Mignot.

Sendo assim, a perspectiva adotada no Colégio Pedro II não só estudava o Brasil por regiões naturais e não administrativas como tradicionalmente se fazia, como também sugeria novos materiais didáticos além do livro; mapas, gráficos, fotografias, globos, projeções arrumados num ambiente propício ao estudo sobre o Brasil: o gabinete de geografia. Tal cenário ajudaria aproximar o aluno do país que ele não conhecia, reduzindo distâncias, estudando não só os pontos geográficos, mas o homem que lá vivia e sua influência sobre o meio.

O objetivo deste texto é analisar os espaços pedagógicos sugeridos por Carlos Delgado de Carvalho para o ensino da Geografia como uma inovação, que contribuiu não só para institucionalização desta disciplina como um campo autônomo do conhecimento, mas também para construir a nossa nacionalidade, à medida que divulgava um conhecimento sobre o país ainda pouco explorado.

Sendo a própria construção sala de aula um ambiente privilegiado para a realização deste programa serão utilizados como método os estudos de Escolano (1998) sobre arquitetura escolar. Para este autor, através desta é possível identificar determinados discursos pedagógicos disseminados no passado. Através dos diferentes símbolos estéticos, é possível refletir sobre as inovações didáticas propostas por Delgado de Carvalho: de que forma a arquitetura colaborava para a realização do seu método de ensino geográfico? Como esta colaborava para a construção desta disciplina como um campo de conhecimento autônomo? Até que ponto esta perspectiva foi inovadora? São algumas questões que irão nortear este estudo.

Ainda considerando a arquitetura como um elemento da cultura material escolar será utilizado como método a perspectiva etnográfica de Hernandez Diaz (2002), que nos sugere uma análise a partir dos objetos e outros artefatos da sala de aula capazes de nos revelar sobre a cultura material escolar tanto ou mais que os discursos.

A disciplina Geografia do Brasil

A Geografia do Brasil foi instituída como disciplina a partir do decreto n. 16782 – A de 13 de janeiro de 1925. Com o objetivo de regulamentar os ensinos primário, secundário e superior, estabeleceu entre outros aspectos o regime seriado destinando duas cadeiras para a Geografia: no 1º ano seria ministrada a Geografia Geral e no ano seguinte a Geografia do Brasil no curso de seis anos.

Tal regulamentação necessariamente não significa que os conhecimentos de geografia do Brasil não eram transmitidos em nossas escolas. Ao estudar a formação das disciplinas escolares, Julia (2002) nos alerta para um erro muito comum nas análises históricas que é associar a transmissão de um tipo de conhecimento à implantação de uma disciplina com seu nome. Muitas vezes, ainda que os programas escolares não possuam oficialmente tal denominação, o conteúdo desta pode estar diluído em outras disciplinas. Assim, o autor nos sugere outras fontes além dos textos normativos, mais consultados por estarem em melhores condições de conservação: os manuais, prefácios e cadernos escolares.

Desde o século XIX os conhecimentos geográficos sobre o nosso país são transmitidos em nossas escolas. Ainda que não houvesse uma disciplina criada especificamente para isso, os volumosos compêndios como a *Chorographia do Brasil* (1916) de Mario Veiga Cabral clássico editorial possuía mais de 600 páginas e ainda a menos volumosa *Geographia do Brasil* (1913) do próprio Delgado de Carvalho possuía mais de 200 expõem a preocupação em apresentar o Brasil ao Brasil. Numa missão nacionalista era preciso divulgar o conhecimento sobre o país: "O ensino da geographia pátria é entretanto um dever de intelligencia e de patriotismo. Aos nossos jovens patrícios não devemos apresentar a Geographia do Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo." (DELGADO DE CARVALHO, 1913:). A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 também reflete tal preocupação. A disciplina utilizava deste conhecimento desenvolvido por militares e diplomatas que em suas viagens aproveitavam para descrever um Brasil pouco conhecido da maioria: a diversidade cultural, os campos, as cidades e a nossa natureza.

Tal tendência é reforçada nos anos 1920. O Brasil pergunta a si mesmo quem era. Entre os intelectuais principalmente, há o questionamento: o que é ser brasileiro? A nossa nacionalidade ainda encontrava-se em construção. Após a Primeira Guerra Mundial, como destaca Oliveira (1997) os valores europeus antes cultuados são considerados decadentes, a cópia e o mimetismo passam a ser criticados, sendo considerados como problemas da nossa identidade.

O papel da educação no processo de construção da nação foi alvo da análise de Hobsbawn (1990). Neste sentido, o autor destaca a ação política do Estado que com intuito de padronizar e homogeneizar suas habitantes, investindo no ensino primário como uma forma de transmitir a todos uma herança cultural, construída a partir de tradições que fazem parte da memória nacional. A transmissão deste tipo de conhecimento sobre a nação é capaz de disciplinar os indivíduos a respeito do pertencimento a um mesmo passado, criando assim os elos de uma nação. Neste processo a História e a Geografia têm importante função no aspecto

de se transmitir nossas tradições. No Brasil, em particular por suas dimensões continentais, este papel ganha especial importância. Não á toa a criação da disciplina Geografia do Brasil, enfatizando um conhecimento jádisseminado na disciplina de Geografia anteriormente.

Mestre de formação francesa, Delgado de Carvalho procurava analisar nossa geografia a partir de escolas francesas e inglesas, utilizando teorias ainda pouco desenvolvidas no Brasil. Baseado nas idéias de Vidal de La Blache, defendia que o país deveria ser estudado por regiões naturais que não respeitavam a divisão administrativa estabelecida. Tal perspectiva havia transformado o ensino de geografia na Europa do início do século XX. As regiões não deveriam ser isoladas, mas estudadas de acordo com suas características naturais.

A Geografia ensinada por diletantes era criticada por Delgado de Carvalho, que chama atenção para a falta de formação específica para geógrafos, pois as primeiras faculdades deste curso só surgiriam na década de 1930, este conhecimento sobre o Brasil era transmitido em nossas escolas. Baseada no conhecimento descritivo do nosso país, os professores tinham na memorização do compêndio a estratégia básica de suas aulas. Transformar a forma como se estudava o país a partir dos preceitos teóricos trazidos por ele da Europa era considerado um exercício cívico*:*

> *Ora nestas condições, é na região natural, concepção complexa como vimos, que resaltam e se salientam especialmente as relações entre phenomenos numa área geographica definida. Dahi o seu valor didactico, dahi também a apparente dificuldade que offerece aos que, até agora, se limtaram a nomenclatura e simples descripções, sem jamais cogitar em explicar, em estabelecer relações de casualidade entre phenomenos. Devido a esta grande lacuna, a geographia do passado foi secca e sem interesse; foi disciplina de pura memória. Que seja dado à nova geração de mestres brasileiros tornal-a mais attrahente, mais pratica e mais verdadeira também, fazendo della uma disciplina de bom senso, de intelligencia e de patriotismo esclarecido* (DELGADO DE CARVALHO, 1925:93).

O uso do espaço nas aulas de Delgado de Carvalho

Em seus estudos sobre arquitetura escolar, Escolano (1998) analisa o espaço da escola como uma construção cultural, onde nada é uma escolha aleatória. A materialidade deste reflete uma série estímulos, conteúdos e valores que compõem um currículo oculto. Para compreender as inovações propostas por Delgado de Carvalho é essencial perceber o uso que ele faz dos espaços da escola.

O ensino primário é visto como grande problema. Neste sentido a iniciativa do então diretor geral de instrução pública Carneiro Leão em reformular o ensino da Geografia, adotando como método os círculos concêntricos, aonde o conteúdo vai se tornando gradualmente complexo, passando sempre do conhecido ao desconhecido, foi vista com

entusiasmo por Delgado de Carvalho. Esta foi vista como um grande impulso a transformação do nosso ensino, um passo para construção da nossa nacionalidade: "É o meio pelo qual uma administração póde facilmente amoldar uma geração, orientar um ensino, unifical-o, nacinalizal-o, segundo as necessidades e os interesses do paiz." (DELGADO DE CARVALHO, 1925:40).

Convidado por Carneiro Leão para ministrar treinamento para professores primários, iniciativa inédita no Distrito Federal, Delgado de Carvalho sugeriu uma apropriação diferente do espaço escolar. Sob este aspecto, o pátio da escola foi considerado como recurso didático. Este era visto como rico lugar de aprendizagem, que na falta de outros recursos era capaz de criar imagens que pudessem auxiliar a criança. Assim ele apresenta como sugestão de atividade:

> *O pateo da escola, num dia de chuva, vale a pena ser observado: reúnem-se ahi, em miniatura, todas as feições características da crosta terrestre. O mestre que chame attenção das creanças em primeiro logar sobre a água que corre, procurando sempre os pontos mais baixos; é líquida, isto é, não tem fórma, própria, amolda-se ao recepiente occasional, quando não há pontos mais baixos, ella não corre; fórma poças. Quando corre é sempre na mesma direcção, evitando os obstáculos que estão mais altos. Assim se formam os córregos, os arroios, que se unem para formar os rios, etc, etc* (DELGADO DE CARVALHO, 1925:60-61).

Escolano (1998) percebe a arquitetura como parte do programa de ensino, ainda que silenciosa. Toda vez que o espaço é utilizado de forma didática se constrói uma íntima relação entre este e o projeto educativo. Ao estudar o uso do recurso arquitetônico em um método nos aproximamos deste e, em relação ao passado, este muitas vezes é um dos poucos recursos que nos resta para compreender o seu significado. Delgado de Carvalho faz uma apropriação diferente do espaço da escola. Com o objetivo de concretizar um conhecimento até então transmitido de forma abstrata ele sugere o uso de recursos simples, conhecidos dos professores, mas como outra função. Tais atividades são destinadas ao ensino primário que dentro de sua perspectiva tinha uma importante função na formação dos futuros cidadãos que construíram a nossa nacionalidade a partir que possam compreender os "porquês" desta. Neste sentido o papel da professora primária é assim destacado:

> *Para este fim deve ser deve ser armado o professor de todos os processos modernos de explanação e demonstração desde o graphico, o diagramma, o cartogramma, o esboço, o corte, a estatística, até á symbolização concreta, artificial, no taboleiro de areia e no pateo, etc. Elle deve saber como se prende a attenção dos meninos, como se fala á sua imaginação, em linguagem geographica. A história e a geographia são disciplinas de nacionalização por excellencia e exigem do mestre, ao lado das qualidades de pedagogo, as de apostolo* (DELGADO DE CARVALHO, 1925:41-42).

Os gabinetes de geografia

Na década de 1930, a Reforma Francisco Campos reformulou o programa de Geografia, unificando as disciplinas de Geografia do Brasil e Geografia, e aumentando de dois para cinco anos o tempo que esta deveria ser ministrada. Muitas idéias divulgadas por Delgado de Carvalho estavam presentes nos objetivos estabelecidos para o ensino desta disciplina: o de adequar o ensino a fase de desenvolvimento mental do aluno, de torná-la prática através da obrigação do professor em dar exemplos brasileiros dos fenômenos estudados e a presença dos vários ramos desta ciência além da parte física e da nomenclatura já tradicionais, deveriam estar distribuídos nos conteúdos previstos a geografia regional e a geografia humana amplamente, divulgadas por este defensor de Vidal de La Blache.

Na década de 1930, muitos defensores do movimento da Escola Nova tinham grande admiração pelo trabalho de Delgado de Carvalho, sendo sua metodologia adotada no Instituto de Educação laboratório de aplicação escolanovista, dirigido por Lourenço Filho. Uma das perspectivas escolanovistas era a construção de escolas com espaços projetados para novas práticas pedagógicas com intenção de modificar a cultura escolar existente. Em ambas as instituições foram montadas salas ambiente de geografia.

Os gabinetes de geografia planejados por Delgado de Carvalho tinham como objetivo tornar o ensino da disciplina mais prático, seguindo a orientação oficial. Assim, o ambiente deveria aproximar o aluno do conteúdo dos livros, tornando-o mais real. Para ele, o ideal seria que o aluno visitasse todas as regiões do país, a fim de que conhecesse suas regiões, seus recursos e suas necessidades, pois só assim compreenderia a questão nacional. Na impossibilidade disto, a sala de aula deveria fornecer recursos didáticos que permitissem tal exercício.

Os gabinetes de história e geografia deveriam ser integrados, pois para Delgado de Carvalho uma ciência não existiria sem a outra, o geógrafo e o historiador se confundem na mesma pessoa. Para ele, as notícias históricas poderiam ser usadas para estabelecer relações entre os fatos históricos e dados e geográficos, contribuindo para uma melhor compreensão das duas disciplinas.

Os artefatos escolares também ajudavam na realização dos objetivos do método. Estes assim como a arquitetura fazem parte da cultura material da escola. Por meio da análise destes objetos, é possível compreender a dimensão prática desta metodologia, uma vez que os "objetos da escola não são neutros, são opções. Os elementos visíveis ou ausentes constroem

relações entre todos os agentes criando determinado clima, propício a desenvolver a metodologia".(HERNANDEZ DIAZ,2002:226).

O mobiliário deveria ser planejado para atender as necessidades de consulta dos alunos. Os mapas devem ser dispostos em murais de forma que possam ser visualizados com clareza por todos. Ainda a sugestão da mapoteca, armário retangular que além de guardar os mapas teria um suporte para sua exposição. As estantes deveriam ter livros para consulta dos alunos sendo divididos em compêndios e livros com algum caráter geográfico como relatos de grandes exploradores e leituras de viagens que deveriam ser comentados com os mapas diante dos olhos.

Inspirada nos campos de aviação, como relata Zarur (1941), a disposição das mesas em semicírculos como num anfiteatro rompiam com as tradicionais fileiras. Isso permitiria a observação de qualquer local da sala de todos os materiais dispostos: mapas, material de astronomia, mostruário espécimes geográficos e planisférios em relevo. Além disso a qualquer momento o professor poderia utilizar o quadro-negro ou o projetor sem mudar a disposição das carteiras.

A fotografia era outro recurso muito valorizado por Delgado de Carvalho. O professor deveria montar com a colaboração dos alunos álbuns com fotografias tiradas em excursões. Zaarur destaca que o gabinete do Colégio Pedro II possuía um gabinete fotográfico que além do material de fotografia existia uma sala destinada a revelação. O uso deste material tinha uma explicação psicológica "transmite à mente impressões, as quais, no caso de simples audição ou leitura, tem que depender da imaginação e da memória do aluno" (ZARUR,522)

Ao analisar o uso dos espaços escolares por Delgado de Carvalho, é possível perceber a importância que ele atribuiu a ciência para romper com os métodos de ensino aqui utilizados. Tal tarefa foi por encarada como uma missão cívica, à medida que era preciso aproximar os brasileiros de sua pátria, ainda desconhecida pela maioria. Só assim haveria avanço no processo de construção da nacionalidade, alvo da preocupação dos intelectuais no início do Século XX.

A arquitetura escolar é uma importante fonte de análise para compreender a dimensão inovadora do projeto de Delgado de Carvalho em seu tempo. Neste sentido, a presença ou ausência de determinados elementos cria uma aproximação da cultura material escolar de um tempo que não vivemos, ajudando na sua compreensão ainda que esta seja uma difícil tarefa por sua complexidade.

Referências Bibliográficas

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **Methodologia do ensino geographico (introducção aos estudos de Geographia Moderna)**. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1925.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como progresso. Espaço-escola e currículo. In: FRAGO, Antonio Vinao; ESCOLANO, Augustin. **Currículo**, **espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HERNANDEZ DIAZ, Jose M. Etnografia e historia material de la escuela. In: ESCOLANO, Augustin; HERNANDEZ DIAZ, Jose Maria. **La memória y el deseo cultura de la escuela y educacion deseada** (coords) 1 ed. Valencia, Tirant la blanch, 2002.

HOBSBAWN, Eric**. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JULIA, Dominique. Disciplinas escolares, objetivos e apropriação. In: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth (orgs). **Disciplinas e integração curricular história e política**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Questão nacional na Primeira República. In: CARVALHO, Helena, COSTA,Wilma Peres da (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP,1997.

ZARUR, Jorge. A geografia no ensino secundário. In: O **IBGE e a Educação- 1ª. Conferência Nacional de Educação**. Serviço gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1941.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A invasão corinthiana –Rio, 05 de dezembro de 1976

Plínio José Labriola de Campos Negreiros*

Resumo: Este trabalho analisa fenômenos em torno uma partida de futebol, entre Corinthians e Fluminense em dezembro de 1976, na qual ocorre o maior deslocamento de torcedores que se conhece na história do Brasil: entre 60 e 70 mil. Emerge dessa partida e da presença dos corinthianos no Rio de Janeiro os mais diversos aspectos de um país sob uma ditadura militar, assim como emerge uma cidade como São Paulo, palco de um fervor cívico-esportivo pouca vezes visto. E o Rio de Janeiro, uma "cidade invadida".
Palavras-chave: Torcedor do Corinthians – História do Futebol

Abstract: This work analyzes phenomena in lathe a soccer start, between Corinthians and Fluminense in December of 1976, in which occurs the biggest shift of supporters that if knows in the history of Brazil: between 60 and 70 a thousand. It emerges of this start and the presence of the corinthianos in Rio de Janeiro the most diverse aspects of a country under a military dictatorship, as well as emerges a city as São Paulo, stage of a civic-esportivo fervor few times seen. And the Rio de Janeiro, an "invaded city".
Key-words: Supporter of the Corinthians – History of the Soccer

Introdução

Há eventos nos quais os torcedores apresentam-se como personagens tão importantes quanto os jogadores e outros setores ligados ao futebol. É como se fosse possível a existência autônoma das torcidas. Como se a torcida também tivesse uma história mais fascinante que a do próprio clube. A torcida do Sport Club Corinthians Paulista permite isso.

Assim, importa olhar um evento especial da história do futebol brasileiro, senão mundial. Muito ligado ao futebol e aos seus torcedores, e com forte ligação com um contexto histórico: uma multidão de torcedores, principalmente de São Paulo, faz do Rio de Janeiro uma cidade "ocupada": é a Invasão Corinthiana. São torcedores sem um titulo há 22 anos, injetados numa cidade cada vez mais desumanizada, inserida em um contexto de regime autoritário, que apesar dos ensaios de volta à democracia, continuava a aplicar o AI-5. São

* Professor de História do Colégio Assunção e Escola Nossa Senhora das Graças – São Paulo-SP. Doutor em História pela PUC-SP.

Paulo, senão o Brasil, torce pelo seu próprio sucesso através da cores alvinegras do Corinthians.

22 anos sem títulos

O fenômeno corinthiano de dezembro de 1976 exige do pesquisador um olhar especial sobre a História do Corinthians e da sua torcida, em especial, na década anterior à Invasão. Para os corinthianos o ano de 1968 é muito especial: no mês de março uma grande festa pela "quebra do tabu" contra o Santos. Desde 1957, o Corinthians não vencia a equipe de Pelé pelo Campeonato Paulista. Sem um título importante desde 1954, era fundamental acabar com esse tabu. Na noite de 6 de março, com o placar de 2 a 0, o Corinthians quebrou o tabu que tanto o incomodava. Na noite quente de verão, muita festa entre os corinthianos; festa de campeão. (GONDIM, 1976: 38.)

1969, uma tragédia: dois jogadores titulares morrem em um acidente de automóvel. O time, que ia bem no Campeonato Paulista até o evento, perde fôlego e mais uma vez acaba sem o título. Assim, "cerca de 30 mil pessoas — operários com suas marmitas, moças, senhoras, rapazes, homens de negócios, velhos torcedores (...) em peregrinação pela ala central do Parque São Jorge, para ver os corpos inertes de Lidu e Eduardo". (idem: 40) Nesse ano, outra tristeza: o Corinthians quase venceu a Taça de Prata. Era mais um ano sem títulos. (KFOURI, 1983: 15-16)

Em 1971, o clube do Parque São Jorge conquistou um título menor: Torneio do Povo, que reunia as equipes mais populares do país. Novos fracassos nas disputas mais importantes. Porém, uma única partida talvez tenha mantido a alegria corinthiana nesse 1971: Corinthians 4 a 3, de virada, contra o arqui-rival Palmeiras.

No ano seguinte, uma grande emoção, mas que não resultaram em título: o time quase chegou à final do Campeonato Brasileiro. Nem a vitória era necessária, mas nem isso foi possível: derrota para o Botafogo no Maracanã, 2 a 1.

Emoção forte em 1974: quase veio o título de campeão paulista. Após vencer o primeiro turno, que deu direito de disputar a final com o campeão do segundo turno, o Corinthians perde a decisão final para o arqui-rival Palmeiras. "(...) e a saída do estádio mais parecia um macabro cortejo fúnebre. O silêncio só era cortado pelo som abafado, surdo, impressionante de 200 mil solas de sapato arrastando pelo chão". (idem: 20)

O mais importante jogador do clube foi responsabilizado pela derrota e praticamente expulso do clube que defendeu por 10 anos. Com a saída de Roberto Rivellino, o time passa por uma grande reformulação e 1975 teve marca fracassos.

No primeiro semestre de 1976, a reprodução do ano anterior: o time fracassa no Campeonato Paulista, depois de um começo fulminante. Mesmo sem grandes adversários pela frente, outra péssima colocação. Completava-se 22 anos ganhar um título importante. Além do fracasso, uma torcida cada vez mais impaciente, que vaiava a equipe, chegando a pedir a saída do presidente Vicente Matheus.

Esta crise foi se avolumando e como um dos desdobramentos naturais, mais protestos dos torcedores e a troca de técnico. Para o segundo semestre, no qual o Campeonato Brasileiro seria disputado, haveria um técnico novo – Duque.

Campeonato Brasileiro de 1976

A participação corinthiana no Brasileiro de 1976 apontava para a repetição de outros momentos: inícios bons, mas com resultados finais frágeis. Além disso, tratava-se de um campeonato marcado pela confusão no regulamento, regra nos campeonatos de então.

Depois de longos meses de disputa, o Corinthians chegava à terceira fase, na qual participou do grupo Q, composto por nove equipes, em que todos jogariam contra todos, com os dois primeiros colocados classificados para as semifinais do torneio.

No início resultados fracos, assim o time precisa teria que vencer as cinco partidas restantes se deseja chegar às finais. Se possível, vitórias por mais de um gol de diferença, para a conquista de três pontos, conforme regra de então. Com histórias diferentes, mas sempre marcadas por uma forte emoção e uma grande participação da torcida, cinco vitórias: Botafogo de Ribeirão Preto, 2 a 1; Caxias, 4 a 1; Ponte Preta, 2 a 0, Internacional, 2 a 1 e Santa Cruz, 2 a 1.

Destas partidas, mais do que o time, a torcida aparecia como personagem fundamental, daí o depoimento do técnico da Ponte Preta Armando Renganeschi:. "— A verdade é que o nosso time ficou impressionado com esta torcida, com tanta gritaria. Ninguém sabia mais o que fazer em campo. Mas isso é normal em uma equipe nova como a nossa". (*Jornal da Tarde*, 19.11.1976: 36)

Além disso, aparecia um outro tipo de torcedor, bem diferente daqueles que estavam acostumados a acompanhar o Corinthians em todos os seus momentos, e que sofriam com as decepções que as campanhas do time geravam, como o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins. Assim, ao receber os cumprimentos do governador, o atleta Neca

observou: "— Puxa, esse cara é o governador? Eu nem sabia. Também, ninguém me avisou, oras". (idem)

Com a classificação, a imprensa não cansava de repercutir a força, o tamanho e a paixão da torcida corinthiana. Esta era colocada como capaz de grandes façanhas, como a de quebrar recordes de renda e de público. Capaz dos mais fantásticos atos de amor, relacionava-se tamanha dedicação ao fato do clube não conquistar um título importante. E reforçava-se o apelido da torcida: Fiel.

Nesse sentido, mais de um periódico de São Paulo dedicou esforços para acompanhar os torcedores corinthianos na viagem – em disputa contra o Santa Cruz – para o Recife. Por exemplo, o *Jornal da Tarde*, no seu caderno especial dedicado aos esportes publicado sempre às segundas-feiras, apresentava uma grande reportagem: 2.830 KM CORINTIANOS – Foram 49 horas de uma viagem emocionante, a mais longa excursão de uma torcida de futebol, (O texto é do repórter Marco Antonio Rodrigues, que acompanhou e viveu as apreensões, tristezas e alegrias desses fiéis torcedores.).(Jornal da Tarde, 29.11.1976)

A viagem dos torcedores para ver a equipe chegar às finais do campeonato de 1976, narrada pela imprensa como uma verdadeira epopéia, teria como desdobramento natural a Invasão Corinthiana ao Rio de Janeiro. Pode ser que os diversos personagens envolvidos nesse processo não tivessem uma idéia exata da forte presença de torcedores de São Paulo em apoio ao time alvinegro, nem que a essa caravana tomasse sentidos de unir os paulistas em uma guerra menos contra os cariocas e o Fluminense e mais a favor do Corinthians.

A Invasão Corinthiana

Cinco de dezembro de 1976: para os corinthianos essa data está na memória menos por causa de uma vitória e mais pela forte presença de torcedores do clube paulista em terras cariocas: é a chamada Invasão do Maracanã ou Invasão Corinthiana, evento que se coloca no complicado limiar entre memória e história

Trata-se de um imenso deslocamento de torcedores, basicamente entre as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesta cidade, 70 mil corinthianos assistem, no estádio do Maracanã, a partida entre o Fluminense e Corinthians Paulista, jogo válido pelas semifinais do Brasileiro, com público de 146 mil pessoas. Na história do futebol do Brasil não se conhece outro evento esportivo com tamanho deslocamento humano.[1] Também do futebol mundial não foi registrado um evento desse tamanho, ao menos em termos absolutos.

[1] Outro exemplo de grandes deslocamentos de torcedores: em 1951, ocorreu a Copa Rio, com a participação do Palmeiras. Na partida decisiva, contra a equipe italiana da Juventus, talvez 40 mil torcedores de São Paulo até o Rio.

Assim que foi confirmada a partida no Rio, a imprensa alimentava o clima de euforia: "a Jovem Pan acompanhará, minuto a minuto, o movimento corintiano para a hora do grito final, para a explosão que São Paulo espera ouvir desde 1955. (Jornal da Jovem Pan, *Jornal da Tarde*, 30.11.1976)

E com exageros ao afirmar que "durante esta semana, em toda nossa programação (...) estaremos contando a história da Religião Corinthians. Uma religião que os historiadores já estão registrando em suas pesquisas". (idem)

Os paulistas estão chegando

O fascínio demonstrado pela imprensa paulista associava-se à perplexidade dos cariocas. O que seria a invasão? O que era a torcida do Corinthians? Mas, paulista sabia fazer festa? Eram indagações indiretas que apareciam nas preocupações da imprensa carioca em compreender o que estava acontecendo.

Paulistanos e cariocas tinham, aparentemente, universos distantes. Ainda havia forte a idéia da descontração carioca por causa das praias e da cidade como um todo e São Paulo como um espaço essencialmente relacionado ao trabalho. Paulista trabalha, carioca desfruta dos prazeres da vida.

Assim, quando as notícias sobre as movimentações da torcida do Corinthians começam a chegar ao Rio, as primeiras impressões começam a ser delineadas. Tratava-se de uma dupla descoberta: paulistas conhecendo os cariocas e vice-versa. E a consciência de uma grande presença corinthiana no Rio apareceu rapidamente nas páginas dos jornais cariocas ao se afirmar que "o chefe da torcida, Tantã, afirma que a previsão inclui a ida de 500 ônibus e 20 aviões fretados, além de automóveis e caminhões, somando um total de 50 mil pessoas". (*Jornal do Brasil*, 30.11.1976)

Ao mesmo tempo, o jornal dúvida que tanta gente de fato venha, pois entendem que "[50 mil] se choca com a realidade, pois seriam necessários 1 mil 500 ônibus, além de outros meios de transporte, para transportar os 50 mil torcedores". (idem)

E São Paulo deixava de ser a cidade do trabalho: "algumas das grandes indústrias de São Paulo estão dispostas a liberar do trabalho de segunda-feira os operários que forem assistir ao jogo; muitas delas contrataram ônibus para levar seus empregados ao Rio".(*Jornal do Brasil*, 02.12.1976)

Mas o clima de euforia assumido pela imprensa era quebrado por um artigo do jornalista José Nêumanne Pinto, que de forma crítica e ácida, apresenta e analisa o fenômeno Corinthians. A tese do jornalista é relativamente simples: a torcida do Corinthians é ressentida

por causa dos 22 anos sem títulos e por conta de uma conjuntura favorável, a imprensa de São Paulo adotou o Corinthians como mais uma mercadoria. Assim, afirma que "durante toda a semana, a Rádio Jovem Pan de São Paulo inseriu em sua programação um jingle em que se ouve o hino do Corinthians '...salve o Corinthians, campeão dos campeões, eternamente dentro de nossos corações...' (A publicidade comanda a paixão corinthiana, *Jornal do Brasil*, 03.12.1976)

Porém, independente do papel exercido pela imprensa, esta soube captar esse momento tão diferente quando aponta que "a invasão do Rio por torcedores do Corinthians começou na quinta-feira, e ontem pela manhã eles tomaram conta da Avenida Atlântica, tumultuando o trânsito com carros e enormes bandeiras, provocando os torcedores dos times do Rio". (*Jornal do Brasil*, 05.12.1976)

Outras tensões eram captadas pela imprensa ao mostrar que "um carioca, gritou, irônico: 'voltem para São Paulo que pode parar sem o trabalho de vocês, e não atrapalhem o nosso banho de mar'". (idem)

Tensões que reforçavam estereótipos: São Paulo é o lugar do trabalho e quase exclusivamente só deste; e, é claro, trabalho liga-se imediatamente a sofrimento, a castigo. Já o Rio, é o lugar do prazer, da praia, enfim, uma clara contraposição ao trabalho paulista. A ironia do carioca revela a necessidade de que cada um dos personagens daquele encontro da praia fosse em busca do seu destino: trabalho e praia; sofrimento e prazer. Era o encontro entre desconhecidos.

E se a presença da massa de torcedores corinthianos assustava parte dos cariocas — como também os deixavam perplexos —, também as notícias que continuavam a chegar de São Paulo surpreendiam. Em uma dessas matérias, com um título muito sugestivo, *Corinthiano só trabalha na 3ª-feira*, o clima na cidade de São Paulo poderia ser dimensionado: "nas ruas, centenas de vendedores exibiam gigantescas bandeiras do Corinthians, pessoas andavam aos berros 'Corinthians! Corinthians!, e os torcedores advertiam; 'Os corinthianos não vão trabalhar na segunda feira. Só na terça'". (*Jornal do Brasil*, 05.12.1976)

Com o jogo, parte das previsões se cumpriram. Se não fosse pela maciça presença da torcida corinthiana no Rio, a partida não chamaria tanto atenção. A partida decisiva ficou comprometida pelas fortes chuvas que caíram durante a maior do tempo. A decisão por pênaltis trouxe mais emoção à disputa.

Os jornais de segunda-feira foram invadidos: cada parte do jornal, fosse esporte ou não, falava do jogo e dos corinthianos. O Rio sentiu a invasão. Assim como já estava

ocorrendo com os periódicos de São Paulo, o Corinthians e a sua torcida tinham saído das páginas esportivas e migrado cada todas as outras seções. O noticiário político opinava que "nunca o Rio de Janeiro assistiu a algo semelhante do que ocorreu no último fim de semana, quando foi tomado pela torcida corinthiana, uma gente alegre capaz de mudar o rosto de uma cidade por causa de uma partida de futebol". (*Jornal do Brasil*, 06.12.1976)

De certa maneira, a participação da torcida do Corinthians e a concretização da Invasão só trouxeram dividendos para os que estavam no poder. A presença oportunista de dirigentes políticos de vários níveis tentando tirar proveitos da euforia corinthiana, porém, não pode ser apresentada de forma absoluta, senão a compreensão pode ser simplificada demais.

Dentro do campo da relativização de que o uso político dos dirigentes ligados ao regime militar, é preciso trabalhar com sentido de perceber que também pode haver outro tipo de leitura para os acontecimentos de dezembro de 1976. Ou seja, mais de que reforça a dominação política sobre a população brasileira, os invasores corinthianos partiram para a subversão da ordem — como gostavam de qualificar os generais de plantão. A alegria da torcida corinthiana tem essa força subversiva. Gasto milhões de litros de combustíveis quando o governo apresenta planos de racionamento dos mesmos combustíveis para a idéia de afrontar a ordem.

Ou mais do que isso: a subversão do prazer. A rigor, não havia nada de produtivo na invasão corinthiana. Além do citado gasto excessivo com combustíveis, a energia gasta não se dirigia para a produção. Aliás, ao contrário: muito deixariam de produzir para acompanhar o Corinthians pelo Rio.

Além disso, a um campo subjetivo que não pode ser verificado com qualquer rigor. Por exemplo: há um grande número de empresas de regiões industriais de São Paulo e do ABC paulista que disponibilizam transporte para os seus funcionários. Esta atitude do patronato pode ser lida como mais um mecanismo de controle sobre os trabalhadores. Porém, não deve ser desprezada a sociabilidade construída por estes trabalhadores durante tão firme jornada.

E outra questão importante: trata-se do espaço público das ruas voltando a ser ocupado. Ainda não é a ocupação política desse espaço. E chamamos de ocupação política essencialmente a luta pelo fim da ditadura militar. Ou seja, no decorrer de 1976, o movimento estudantil, reorganizado, volta com manifestações públicas. Nas primeiras, já no ano de 1977, os espaços públicos são lenta e timidamente ocupados. (DE EUGÊNIO, 1995)

Enfim, mesmo que para torcer pelo Corinthians, mesmo que para sair com seus carros buzinando pelas ruas da cidade, as ruas voltavam a ser ocupadas. Não eram mais as

manifestações populares antes do AI-5; os sujeitos e as intenções eram diversos. Mas a rua voltava a ser um espaço da população

Talvez, como já se afirmou, o Corinthians tenha reinaugurado a ocupação do espaço público. No ano seguinte, em 1977, este espaço público ganha a conotação de espaço político. E o início da luta popular no espaço público pela volta do Estado de Direito, das liberdades democráticas. A rua voltava a ser palco dos embates políticos. Sem qualquer preocupação com o destino da Ditadura Militar, cada corinthiano fez das ruas seu espaço de prazer e alegria.

Os corinthianos que retiravam suas roupas, que desfilavam com suas bandeiras, que tocavam suas buzinas, que jogavam papéis picados e soltavam fogos de artifícios, que gritavam loucamente pelas ruas da cidade, saciavam-se, embriagavam-se de felicidade. Tudo sempre anárquico. Quanto mais fora da ordem melhor.

São esses corinthianos que precisavam ser explicados. Assim, para a semana em que os corinthianos participaram de grandes caravanas, essas explicações eram sempre bem-vindas. As ciências humanas são chamadas para desvendar esse fenômeno Corinthians.

Por isso vale destacar a conclusão apontada pelo sociólogo Sérgio Miceli, principalmente porque ainda era mais fácil trata o futebol com um eficiente mecanismo de alienação popular. Na memória da intelectualidade ainda estava muito presente o uso político que a Ditadura Militar havia feito do esporte mais popular do país. Assim , afirma que "o Corinthians é menos um time do que uma militância, menos uma torcida desinteressante do que uma organização embrionário de anseios populares". (*Jornal do Brasil*, 13.12.1976)

Era preciso, ainda, um olhar que não fosse da academia. O cronista Lourenço Diaféria já sob o impacto da derrota na final do campeonato faz isso: "a grande festa popular tomou conta dos edifícios, das favelas, das praças e das avenidas, sem necessidades de fantasias encomendadas, sem paetês oficiais, sem cobrança de ingresso, e sem a repressão dos cordões de isolamento". (*Folha de S. Paulo*, 14.12.1976)

Fontes e Bibliografia

Documento Sonoro

- Gravação da narração radiofônica da partida Corinthians 1 x 1 Fluminense, 05/12/1976. Narração: Osmar Santos; Repórteres de Campo: Fausto Silva e Cândido Garcia; Rádio Jovem Pan, São Paulo.

Periódicos

- Folha de S. Paulo, novembro/dezembro de 1976.
- Jornal da Tarde, novembro/dezembro de 1976.
- Jornal do Brasil, dezembro de 1976.

Livros/Artigos

- DE EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano. Representações políticas no movimento Diretas-Já. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 29, 1995, p. 207-219.
- GONDIM, Nailson. *Corinthians – Paixão do povo*. São Paulo, Global, 1976.
- KFOURI, Juca. *A emoção Corinthians*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Estabelecidos e Outsiders": um estudo sobre memória e identidade de grupos sociais em Ponta Grossa – Pr

Renata Sopelsa*

Resumo: Surgida no antigo Caminho das Tropas no início do século XIX, cerca de um século mais tarde, Ponta Grossa configurava-se como o principal espaço urbano do interior do estado do Paraná, perante o crescimento comercial e populacional trazido pelas estradas de ferro. Importa-nos vislumbrar que nesse momento histórico, a par do discurso de modernidade, surgiram diversas tensões sócio-culturais motivadas pelo variado número de grupos sociais que passaram a tecer redes de interdependência nesse meio urbano.Com efeito, é interesse do presente estudo, discutir as vivências e tramas urbanas de tais grupos, vislumbrando a construção de seus territórios, suas identidades e memórias a partir das relações não somente com o meio físico em que estavam inseridos, mas sim, e por certo principalmente, através do convívio com o "outro".
Palavras-chave: sociabilidade, identidade e memória.

Abstract: Appeared in the old Way of the Troops at the beginning of century XIX, about a last century, Ponta Grossa was configured as the main urban space of the interior of the state of the Paraná, before the commercial and population growth brought by the railroads. It imports to glimpse us that at this historical moment, along with the modernity speech, diverse partner-cultural tensions motivated by the varied social group number had appeared that had started to weave nets of interdependence in this urban way. With effect, it is interest of the present study, to argue the experiences and urban trams of such groups, being glimpsed the construction of its territories, its identities and memories from the relations not only with the environment where they were inserted, but yes, and for certain mainly, through the conviviality with the "other".
Keywords: sociability, identity and memory.

No decorrer do século XIX, os Campos Gerais, região então pertencente a 5ª Comarca de São Paulo, impressionava o olhar estrangeiro dos viajantes que percorriam o sul do império brasileiro. Tratava-se de uma grande extensão de terra que conformava-se naturalmente à pecuária, pois como relatou o viajante francês August de Saint-Hilaire, neles "até onde a vista alcança descortinam-se extensas pastagens".(SAINT-HILAIRE, 1995: 11 e 12) Assim, integrado ao sistema colonial a partir do desenvolvimento da atividade mineradora, esse território foi gradativamente sendo explorado por indivíduos interessados em explorar o negócio da cria de animais. E, com o tempo,

* Mestre em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná, professora colaboradora na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

> *todo e qualquer viajante, comerciante ou aventureiro que se dirigisse por terra de São Paulo para o extremo sul do país, nos finais do século XVIII e nos inícios do XIX, deveria ultrapassar as terras da Comarca de Castro, alcançando o Bairro de Ponta Grossa, que se constituía, à época, num local obrigatório de passagem, ligado que estava ao Caminho de Viamão (GONÇALVES & PINTO, 1983: 17)*

Motivados pelo interesse na exploração do comércio pecuário, multiplicavam-se os pedidos para concessão de sesmarias que com o passar do tempo contribuíram para a formação das grandes fazendas e para fixação da sociedade campeira na região dos Campos Gerais. Nessas propriedades desenvolvia-se uma economia quase autárquica, voltada para o criatório e para a invernagem do gado trazido do sul, sendo que está última atividade sobressaiu-se devido a menor exigência de capital e mão-de-obra.

August de Sant Hilaire, viajante que percorreu os Campos Gerias em 1820, ao adentrar essa região notou a íntima convivência entre homens e cavalos, pois nela "os homens estão sempre a cavalo e andam quase sempre a galope, levando um laço de couro preso à sela, que é de um tipo especial denominado lombilho. Os meninos aprendem desde a mais tenra idade a atirar o laço e a formar o rodeio e a correr atrás de cavalos e bois". (SAINT-HILAIRE, 1995: 11)

Já na segunda metade desse século, manifestou-se uma crise nos negócios de invernagem, que entraram em deterioração em virtude da nova conjuntura econômica nacional. Os mercados compradores do gado já contavam com diversas fontes de suprimento, ademais, a construção das ferrovias ligando a região cafeeira paulista ao porto de Santos gradativamente foi abatendo o transporte da produção no lombo de mulas. Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, vilas que desenvolveram-se função do caminho das tropas, passaram a receber os trabalhadores que não encontravam mais colocação no campo, bem como muitas famílias de proprietários. Não obstante, partiu dessas famílias detentoras do poder político a iniciativa de estabelecer quais eram as formas de comportamento e os hábitos mais adequados aos moradores das cidades, estabelecendo verdadeiras 'normas de urbanidade' formalizadas nos códigos de posturas municipais, normas que iam de encontro aos costumes populares.

Ponta Grossa, por sua vez, passou por inúmeras transformações, ao deixar de ser apenas um ponto de passagem no caminho das tropas, para ser o ponto final de uma estrada de ferro. Os trilhos chegaram na cidade em 1894 e em seguida começaram a ser construídas, a partir desse ponto, duas frentes de ampliações, uma rumo ao norte em direção a Itararé e outra ao sul, inicialmente com final em União da Vitória e depois prolongada até a Santa Maria no

Rio Grande do Sul. Enquanto as estações enfeitavam o quadro urbano, o cotidiano local passa a ser cadenciado pela chegada ou partida dos trens. Era por essa engenhosa e fascinante novidade que mercadorias, pessoas e informações entravam e saiam da cidade, fazendo com que a mesma pudesse integrar-se no sistema econômico não somente regional, como nacional.

Sem dúvida alguma, a implantação da ferrovia contribuiu para o crescimento urbano e econômico da cidade, afinal além de diversas casas comerciais, nela se estabeleceram pequenas e médias fábricas que industrializavam, armazenavam e comercializavam os produtos transportados pela ferrovia, com destaque para erva-mate, madeira e gado.

Deve-se evidenciar que as transformações no meio urbano refletiam no imaginário e no comportamento dos moradores. Excetuando-se os exageros na forma como dispõe a sua descrição, em 1912, um jornal local refere-se ao movimento das ruas da cidade: "Ponta Grossa é o centro do Paraná, incontestavelmente é o centro de sua vida comercial e industrial. um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de há dez anos atrás na urbs agitada e triunfal de hoje". (JORNAL O PROGRESSO) O tom eufórico do texto é compreensível perante aquele momento em que o clima de progresso impregnava a sociedade local, como bem exemplifica o nome do citado jornal.

É importante levantar a questão de que nem todos os integrantes da população local participavam do mundo 'moderno' da urbs ponta-grossense. Assim, excetuando-se a população rural que mantinha-se afastada do 'burburinho' do meio urbano, uma grande parcela dos moradores da região central não participava de forma tão intensa das mudanças sócio-econômicas ocorridas com a chegada dos trilhos.

Todavia, aqui importa menos entrever as desigualdades econômicas e sociais acentuadas na 'princesa dos campos' enquanto corria a primeira metade do século XX e aumentava o número de habitantes, do que, utilizando-se desses dados, perceber as diversidades culturais que passou a abrigar.

Ora, ao longo desse tempo, famílias inteiras ou moças e rapazes solteiros chegavam de outros estados em busca de emprego e uma oportunidade de melhorar de vida. Muitos vinham da própria região, entre os quais, estavam muitos moradores de áreas rurais. Muitos eram imigrantes, ou seus filhos e descendentes.

Portanto, com a chegada de novos moradores Ponta Grossa passou a abrigar uma sociedade bastante heterogênea. Pode-se mesmo afirmar que, enquanto no século anterior a população local compunha a 'sociedade campeira', com a chegada dos trilhos e as mudanças ocorridas nas décadas seguintes, ocorreu a formação de uma 'sociedade ponta-grossense'. Ou

seja, nesse outro momento histórico, a antiga cidade campesina transformou-se em um espaço coberto por uma pluralidade de personagens sociais que conviviam, interagiam, trocavam bens culturais em meio às diversas redes de sociabilidade que eram tecidas no meio urbano.

Nesse sentido, é válido pensar que a antiga cidade campesina tornou-se, nesse outro momento, detentora de características próprias construídas ao longo de um movimento temporal, para tomar de empréstimo as palavras de Norbert Elias.(ELIAS & SCOTSON, 2000: 59) Alias, as discussões empreendidas pelo autor em muito contribuíram para a percepção da população de Ponta Grossa como uma sociedade complexa. Ou, novamente fazendo uso de seus termos, Ponta Grossa era uma estrutura de indivíduos interdependentes.

Com efeito, a sociedade ponta-grossense era o entrelaçamento de uma pluralidade de indivíduos singulares, os quais desempenhavam uma imensa gama de funções na cidade em que conviviam com conhecidos e estranhos, com parentes e amigos, e talvez com inimigos. Todos possuíam seus traços distintos, seus valores particulares que comumente aproximavam-se daqueles exibidos pelas pessoas que lhes eram mais próximas e que faziam parte do seu convívio mais assíduo, que faziam parte do seu grupo.

Sem dúvida alguma, não somente formada por indivíduos, Ponta Grossa era formada por grupos sociais que possuíam as mais variadas origens e orientações, alguns caracterizados por motivações étnicas, religiosas, comerciais, políticas, outros por razões profissionais, outros ainda por sentimentos de classe e de gênero. Na maioria dos casos, ocorria verdadeiramente uma integração entre os indivíduos, uma convivência que com o passar do tempo acabava por fazê-los compartilhar de um conjunto de saberes, linguagens, informações, conhecimentos, tradições e valores. Vale lembrar que nem sempre esse processo era consciente, assim como nem sempre era planejado, pois muitas das vezes os indivíduos não atentavam para ele, apenas vivenciavam-no. Ademais, longe de parecerem estáticas, tais relações estavam permanentemente em movimento.

Destarte, importa vislumbrar mais proximamente os grupos que compunham a "trama vívida da sociabilidade" tecida na sociedade ponta-grossense. Permitimo-nos começar por aqueles indivíduos que moravam na cidade há mais tempo e que, em muitos casos, eram descendentes dos primeiros povoadores ou proprietários das grandes fazendas que existiam na região, ou ainda dos imigrantes que a ela chegaram nas décadas finais do século XIX e início do XX. Indivíduos que haviam herdado não somente um patrimônio material, mas, sobretudo, simbólico no campo político e econômico, fator que lhes rendia um determinado status social. (BOURDIEU, 1989: 15) Desse modo, afora a gratificação de sua presença no poder executivo

e legislativo, poderia haver a simples gratificação de freqüentar o clube descrito com sendo o mais refinado entre as associações locais.

Mas, para além desses motivos de coesão, havia a crença de que todos os membros compartilhavam de um único conjunto de normas, assim como dos mesmos anseios e projetos. Efetivamente, sob muitos aspectos esses indivíduos possuíam uma semelhante visão de mundo, influenciada pelas histórias acerca do progresso assistido pela cidade.

Resguardadas as profundas diferenças históricas entre os grupos investigados por Elias na pequena cidade do interior da Inglaterra e estes que pertenciam à sociedade ponta-grossense, torna-se plausível uma aproximação com a perspectiva de analise do autor. Assim, tomando-a como exemplo, percebe-se que dentre os grupos que há mais tempo habitavam Ponta Grossa, alguns não somente ocupavam as posições de prestígio, como também serviam como modelos de conduta dentro dessa configuração social. (ELIAS & SCOTSON, 2000)

Aliás, ainda seguindo na esteira do sociólogo de Breslau, desvela-se que os moradores que não possuíam o mesmo princípio de antiguidade e não estavam afinados com tal modelo, portanto, adquiriram uma posição de 'outsiders' naquela sociedade.

Com efeito, entre estes estavam aqueles indivíduos e grupos que há bem menos tempo participavam da sociedade local, e que, não raro, possuíam ligações mais estreitas com o mundo campeiro.

Eram migrantes que haviam deixado as áreas rurais do próprio município ou de outras localidades dos Campos Gerais, e ainda moradores das cidades vizinhas ou de cidades mais distantes. Tratavam-se de grupos bastante ecléticos, posto que entre os migrantes havia fazendeiros lavradores, peões ou tropeiros, e ainda donos de chácaras e sítios. A eles somavam-se os que já exerciam profissões urbanas, mas que estavam mais habituados ao ritmo de pequenas menores. Deve-se ressaltar que ainda estavam nesse grupo, além das mulheres, os filhos e netos desses homens, gerações seguintes que embora não tivessem uma ligação tão próxima com o meio rural, estabeleciam com esse espaço ligações afetivas por conta do histórico familiar.

Portanto, utilizando novamente a questão de tempo e local de residência em Ponta Grossa, em linhas gerais pode-se dizer que entre esses grupos não havia uma visão de antiguidade, nem mesmo de similaridade econômica. Ao contrário, embora tivessem tornado-se membros da 'sociedade ponta-grossense', o que lhes assemelhava era o fato de socialmente serem percebidos como novos moradores.

Regressando ao estudo que Elias realizou sobre Winston Parva, para mais uma vez dialogar com o autor, torna-se possível visualizar que os processos migratórios, "às vezes,

são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para o outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com grupos já existentes. Têm que se acostumar com o papel de recém-chegados...". Ora, esses indivíduos passaram a ser reconhecer como "outsiders". (ELIAS & SCOTSON, 2000: 174)

Tal aferição remete ao estudo de Denys Cuche, autor que ao discutir a questão da identidade cultural afirma que esta "é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato". (CUCHE, 1999: 182) Alias, à luz dessas considerações percebe-se que esses recém-chegados tomaram consciência de posição quando foram confrontados com os outros grupos que compunham a sociedade ponta-grossense, sobremaneira, o grupo formado pelas famílias tradicionais.

Em seu texto "A identidade e a representação", o sociólogo Pierre Bourdieu lembra que "somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros." (BOURDIEU, 1989)

Entretanto, mais do que entrarem em conflito declarado acerca das suas diferentes visões do mundo social, evidenciava-se entre esses grupos uma forma latente de defesa dos elementos que os distinguiam, defesa esta que, muitas vezes, era expressada através de "fofocas". Cite-se que enquanto os migrantes do campo exaltavam o hábito de tomar chimarrão como exemplo da simplicidade do mundo campeiro, aqueles que não faziam parte do grupo o descreviam como um hábito pouco higiênico.

Mas, embora fossem alvos de comentários depreciativos por parte do grupo com maior prestígio social, os sócios do CTG não arrefeceram a relação desigual das forças simbólicas, mas tentaram, mesmo que secretamente, desfazer o estigma.

Segundo Bourdieu, "o estigma produz a revolta contra o estigma", bem como a busca por apropriar-se dos meios de definir sua identidade. Consoante as discussões do autor, o que esta em jogo era "...o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida...". (BOURDIEU, 1989: 125)

Nesse sentido, é lícito inferir que ao invés de desfazer-se dos elementos que tornaram-se motivos das fofocas, esses indivíduos envolveram-se coletivamente, não na busca por reverter à relação de forças simbólicas, mas no esforço de impor uma nova definição do grupo, segundo seus próprios critérios. Aliás, a busca por reverter o estereótipo de "outsider"

e os conflitos ultrapassados foram naturalmente absorvidas por esses indivíduos, tornando-se parte de suas vidas, e, agora, de suas memórias.

Aliás, ao buscar vislumbrar essas relações partindo do momento atual, inevitavelmente assiste-se a um processo de rememoração norteado por aspectos emocionais e saudosistas.

Percebe-se, portanto, que tanto para os novos moradores da cidade de Ponta Grossa, quanto para suas "famílias antigas", o convívio e o pertencimento grupal não foi exclusivamente físico, mas também, e sobretudo, emocional. Halbwachs traz significativas reflexões sobre essa adesão afetiva ao grupo, ao afirmar que situações vividas somente transformam-se em memória se aquele que lembra sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertenceu.(HALBWACHS, 1990)

É justamente esse pertencimento afetivo que permite a reconstrução das experiências vividas por esses grupos sociais, cuja união dava forma a uma figuração específica: a sociedade ponta-grossense.

Referências Bibliográficas

BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968, p.38.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

D'ALÉSIO, Márcia Mansor. **Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora**. IN: Revista Brasileira de História.. V.13, n. 25/26. São Paulo, set92/agos93.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Trad. por Ruy Jungmann. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert & SCOTSON. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Trad. por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERREIRA, Marieta Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** 5ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric. A Invenção das Tradições". In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

MACIEL, Maria Eunice. **Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul**. IN: Revista Humanas, v. 22, n ½. Porto Alegre, 1999.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo**. A diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Ed Vozes

PINTO, Elisabete Alves & GONÇALVES, Maria Aparecida. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923).** Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983

SAINT-HILAIRE, August. **A viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No salão de Mme. de Guermantes: os clássicos greco-latinos na França de inícios do século XX a partir da obra de Proust

Rafael Faraco Benthien*

Resumo: O propósito da presente comunicação é refletir sobre as transformações do lugar social dos clássicos greco-latinos na sociedade francesa da Terceira República. Para examinar esta questão, privilegiou-se a última fase da produção literária e crítica de Marcel Proust (em especial, *Contre Sainte-Beuve* e *À la Recherche du Temps Perdu*).
Palavras-chave: Proust – Clássicos – França (Terceira República)

Résumé: Le but de cette exposé est réfléchir sur les changements du lieu social des classiques gréco-latines dans la société française de la Troisième République. Pour traiter cette question, on a privilégié la dernier phase de la production literaire et critique de Marcel Proust (spécialement *Contre Sainte-Beuve* et *À la Recherche du Temps Perdu*).
Mots-clés: Proust – Classiques – France (Troisième République)

A presente comunicação trata do lugar social reservado aos clássicos greco-latinos na França da Terceira República (1870-1940), justo quando eles se encontravam no centro de uma rápida e controversa transformação do Sistema Educacional deste país. Para tanto, privilegia-se aqui a derradeira fase da produção literária e crítica de Marcel Proust – ou seja, aquela iniciada em 1909, com as redações de *Contre Saint-Beuve* e de *À la Recherche du Temps Perdu*. Na primeira parte da exposição, proporei uma leitura do projeto estético proustiano para, em seguida, situar nele os antigos, seja como eventual cânone, seja como referências mobilizadas no interior de sua obra. Antes disto, porém, cabe apontar as razões pelas quais Proust é estratégico para iluminar algo da situação dos clássicos na França.

Sobre isto, em primeiro lugar, deve-se considerar certas particularidades das políticas educacionais da Terceira República. Em tal período, os ensinos médio e superior não só foram unificados, como também ordenados a partir da criação de centros de

* Doutorando em História Social – USP.

produção/difusão de conhecimento científico original. Tudo girava em torno da superação de um modelo considerado ultrapassado por outro, mais adequado a uma nação dita progressista e republicana (RINGER, 1992: 196-247). Em linhas gerais, o modelo a ser superado era o jesuítico, legado do Antigo Regime e mantido intacto pelas reformas napoleônicas, qual seja: o de liceus aptos a oferecer um curriculum clássico (baseado em exercícios retóricos e no estudo da língua e da literatura greco-latinas), bem como faculdades cuja função seria formar quadros para os liceus. O modelo almejado, por outro lado, era o alemão. Nele, desde fins do séc. XVIII, uma elite letrada burguesa promovia pesquisas inovadoras e mantinha-se em uma posição central na vida política e cultural do que veio a ser a Alemanha (RINGER, 2000: 29-128).

No caso francês, porém, tal mudança veio em apenas 36 anos, de 1868 à 1914, prejudicando, sobretudo, o espaço institucional dos clássicos[1]. No ensino médio, as linguas modernas, a história, a filosofia e as ciências naturais aos poucos se impuseram, até que, em 1902, tornou-se possível ingressar na universidade sem estudar latim ou grego. Já no ensino superior, ciências como a história "metódica", a sociologia e a história literária deslocaram o foco do aprendizado. Agora, ao invés de imitar formas retóricas, os estudantes eram encorajados a pensar o Homem, ontem e hoje, em tudo o que marca sua existência social.

Além das reformas, outro dado a ser considerado é justamente a mobilização dos setores da sociedade que ela provocou. E aqui não havia meio-termo: ou se era contra, ou a favor. Entre os simpáticos à reforma, pode-se situar o então chamado "partido intelectual". Forjado em meio ao *Affaire Dreyfus*, em fins do séc. XIX, tal grupo reunia a nova elite letrada francesa, entusiasta da ciência e da República. Jaurès, Durkheim e Lanson são exemplos de seus expoentes. Do outro lado, batendo de frente com os reformistas, estavam os que se sentiam atacados/desilidudos com as bandeiras republicanas. Tratava-se de um grupo heterogêneo, reunindo velhos monarquistas, novos nacionalistas (como os membros da *Action Française*) e uma figura singular como Péguy.

O curioso nesta cisão da elite letrada francesa é que escritores e críticos literários a viveram intensamente. A literatura tornou-se então instrumento privilegiado de ação política na esfera educacional. Quanto a isto, poucos escritores sustentaram as reformas. A maioria, pois, caminhou na direção oposta. É assim que Barrès, Péguy e Brunetière, mesmo consideradas as diferenças entre eles, foram unânimes em denunciar: o ataque ao "humanismo clássico" (ou seja, ao estudo da retórica e das línguas grega e latina) estava minando a boa

[1] Ou seja, entre a criação do primeiro instituto de pesquisa ainda no Segundo Império (1868), a *École Pratique des Hautes Études*, e o início da Primeira Guerra (1914). Veja-se CLARK, 1973: 13-65. e MAYER, 2004: 461-578.

escrita francesa, colocando em seu lugar conteúdos republicano-científicos acríticos (COMPAGNON, 1989: 114-124). Eis então que aqui se impõe a questão: em meio a tais conflitos, onde situar Proust? E mais: como poderia ele dizer algo novo sobre este embate?

A grande vantagem da obra deste escritor para o analista moderno está em sua aparente indiferença ao tema, o qual é abordado apenas *en passant* e indiretamente, por meio de seus personagens[2]. Tal "indiferença", no entanto, revela posições peculiares que Poust ocupou na sociedade francesa da Terceira República. Há que se notar aí, por exemplo, uma formação escolar ambígüa, entre a tradição e a inovação. Assim, no liceu Condorcet dos anos 1880, além do acesso aos clássicos, Proust se sensibilizou com as aulas de Alphonse Darlu, filósofo partidário das reformas educacionais. No ensino superior, na década seguinte, conjugou o tradicional curso de Direito na Sorbonne, com o de Política na nova *École Libre de Sciences Politiques*.

Similar ambigüidade está também presente nos investimentos de Proust no campo da arte. A despeito do desejo precoce de ser escritor, sua adesão ao "partido intelectual" durante o *Affaire Dreyfus* o indispôs com pessoas do ramo. O mesmo pode ser dito de seu círculo e origem sociais: um judeu por parte de mãe que circulava tanto nas esferas aristocrático-burguesas, como naquelas de seus empregados – o que tanto lhe valeu a fama de *snob*, quanto ajudou a tornar pública sua sexualidade pouco ortodoxa. Por fim, some-se a isso uma produção irregular. Entre 1896, ano da publicação de seu primeiro livro, e 1913, quando lança *Du côte de chez Swann*, Proust só produz breves artigos e resenhas, além das traduções de Ruskin, o escritor e sociólogo inglês. No mais, vê dois de seus projetos frustrados: os romances *Jean Santeuil* e *Contre Sainte-Beuve*. E mesmo quando ao fim da vida tem a consagração do prêmio Goncourt, dado à seqüencia de *Du côte de chez Swann*, ela é controversa: o resultado é decidido por um só voto, em meio a duras críticas da obra e denúncias de propinas dadas ao juízes.

Enfim, o fato é que Proust parece estar em todo e em nenhum lugar. Os *handicaps* são muitos – descendente de judeus entre nobres, burgueses e populares, asmático, homossexual e *dreyfusard* –, mas se essa profusão desnorteia o analista, como notou Benjamin, ela também torna as impressões de Proust sobre sua sociedade um verdadeiro achado (BENJAMIN, 1994: 36-49). Afinal, sem dever nada a ninguém, ele consegue perceber detalhes que outros não conseguem.

[2] Para um exame dos dados biográficos aqui utilizados, cf. TADIE, 1996.

Arte e sociedade em Proust: uma leitura de *un amour de Swann*

Para problematizar os detalhes desvelados pelo último Proust, no entanto, é preciso antes compreender seu projeto estético. Por conta disto, discutirei aqui um trecho de *À la Recherche du Temps Perdu*, intitulado *Un Amour de Swann*, no qual o narrador apresenta dados biográficos de um dos heróis do romance, Charles Swann (PROUST, 1999: 157-305). Tal procedimento, o da leitura interna, é justificável na medida em que o trecho escolhido fornece elementos para sua própria análise sociológica. Vale dizer: estão ali presentes as relações sociais com as quais o escritor francês precisou lidar para construir um espaço reservado ao artista, espaço este definido por uma vivência estética, ou seja, um padrão comportamental[3].

Em *Um Amour de Swann*, a sociedade de inícios da Terceira República é vislumbrada a partir de dois salões, o dos Verdurin e o dos Saint-Euverte, bem como tudo o que os tangencia (os outros salões e o mundo dos empregados). Estes salões, o dos Verdurin e o dos Saint-Euverte, são como modelos opostos de sociabilidade (um burguês-individualista, o outro aristocrático-hierárquico), e concentram toda ação, cadenciada pelas idas e vindas de Swann.

Mas quem é Swann? Desde o início do romance sabe-se que ele é judeu e seu pai fora agente de câmbio. De modos elegantes e parisienses, é também um colecionador e estudioso das artes, além de freqüentador das melhores companhias mundanas (o Jockey Club, o salão dos Guermantes e outros). No trecho aqui selecionado, porém, descobre-se que Swann igualmente circulava em outros ambientes, motivado, sobretudo, por conquistas amorosas. E aí, em meio à (ou mesmo apesar da) alta sociedade, encontram-se domésticas, operárias e Mme. de Crecy, ou só Odette, uma *demi-mondaine* por quem Swann se apaixona e com quem mais tarde se casa.

É Odette a responsável por convidar o herói a um salão distante dele: o dos Verdurin. Mas em que consiste tal distância? Ela é, a princípio, social, mas envolve também visões diferentes de mundo. Swann, o judeu das altas finanças e das companhias bem cotadas, vê-se em um ambiente pequeno-burguês "democrático". Nele, os Verdurin, oriundos da burguesia provincial, acolhem o Dr. Cottard e sua esposa, um pianista e sua tia, M. Saniette (um arquivista de família rica, amigo do casal) e a própria Odette. Eis aí o *mainstream* do salão.

Chama atenção o fato de o narrador descrever tal grupo como uma seita religiosa. Assim, para se fazer parte dela, basta aderir a certos credos, dentre os quais se destaca a fé na

[3] Similar análise foi realizada exemplarmente em BOURDIEU, 1996: 17-59.

habilidade médica de Cottard e na perícia do pianista. Não obstante, a exclusividade de culto é exigida. Uma vez dentro, o fiel tem de criticar todos os que não estivessem ali, sobretudo a alta-sociedade, afirmando a superioridade do salão. Daí provém, por exemplo, o veto de Mme. Verdurin à presença de mulheres, pois seriam elas muito afeitas à intrigas e pouco dadas à devoção – exceto aquelas que, por suas ocupações, ajudam a reunir os fiéis, a tia do músico e Odette. Daí provém também o processo de seleção de novos membros, sempre por indicação, bem como os testes aos quais eles são submetidos – os eventos nos quais devem rezar a cartilha do grupo.

Ora, a tensão da primeira parte de *Un Amour de Swann* está no fato de, uma vez dentro da seita, Swann resistir à adesão total. Por um lado, ele não só se recusa a maldizer o "mundo exterior", como não deixa de freqüentar este mundo (seja ele o dos salões aristocráticos, seja ele o da amante operária). De outro, ele se apaixona perdidamente, e eu diria mais, esteticamente, por Odette. Para o grupo, e sobretudo para Mme. Verdurin, a cortesã é um instrumento de coesão, jamais alvo de afetos desinteressados. Mas para Swann, ela, que não é exatamente bela, torna-se sedutora demais por seus contornos nebulosos, típicos de um ser marginal (dentre os quais destaco sua profissão e sua orientação sexual ambivalente).

Toda tensão deste (não)pertencimento de Swann atinge o paroxismo de sua resolução tão logo novos membros aderem à seita. Dentre eles estão Brichot, professor da Sorbonne, e o Conde de Forcheville, um exilado dos salões nobres convidado, como Swann, por Odette. Forcheville, sobretudo ele, se revela o mundano convertido exemplar, disposto a assumir os credos da seita e a renegar seu passado. Ele é, portanto, o oposto de Swann, com o agravante de ser ainda um adversário quanto à Odette. Depois de provocar o ostracismo de Saniette, o amigo dos anfitriões, fica clara a força de Forcheville. Não demora e Swann se torna o alvo. Ele logo passa a não mais ser chamado aos *soirés* da seita, embora só pense em não perder Odette.

Na seqüência de *Un Amour de Swann*, já impedido de ir aos Verdurin, o herói aparece no salão mundano dos Saint-Euverte, do tipo que jamais deixou de frequentar. Certas diferenças quanto ao ambiente anterior se destacam: a presença de mulheres e a hierarquia não só da estrutura do salão, mas da relação mantida entre ele e outros salões. Há, por exemplo, damas pouco prestigiadas como a tímida Mme. Cambremer, ou a inconveniente Mme. de Gallardon. Não obstante, há também aí Mme. de Laumes, descendente dos Guermantes, íntima de Swann e a mais ilustre convidada. Por fim, convivem figuras como a anfitriã, o general Froberville e o Marquês de Bréaute, burgueses ou nobres de renome

relativo, além, por certo, dos artistas e empregados a quem cabe entreter todos. O interessante aqui é que Swann não deixa de pensar em Odette por um só instante, desprezando a todos os incapazes de notar ou, melhor, compreender seu amor. Amor este, bom lembrar, capaz até mesmo de comprometer suas relações: afinal, casar com uma *cocotte* pode não ser tabu, mas está longe de representar uma ascensão social.

Um dos traços distintivo das ações de Swann é, portanto, a busca por autonomia diante de determinações sociais. Ele está e não está no círculo dos Verdurin; está e não está na alta-sociedade, seja a dos Saint-Euverte ou a do superior salão de Mme. de Guermantes. Dentre os demais personagens, o narrador apresenta similar padrão comportamental, bem como o próprio autor. Nesse sentido, Proust rompe com um herói típico de Balzac, como Eugéne de Rastignac, que não quer viver esteticamente, mas ascender na sociedade. Ele segue, aí sim, o Flaubert de *L'Éducation Sentimental*, cujo protagonista, Frédéric Moreau, se recusa a escolher, consevando-se num estado de indefinição social.

A comparação com Frédéric ainda traz à tona outro traço de Swann, este por oposição. Ao contrário do herói de Flaubert, desejoso de construir um espaço de vivência estética na negação das possibilidades sociais (manter-se um eterno jovem, como notou Bourdieu), aqui há uma positividade. Nota-se o conteúdo do amor de Swann por Odette a partir de um único episódio: ao escutar, no salão dos Verdurin e no dos Saint-Euverte, uma frase da melodia da Sonata de M. Vinteuil, Swann é transportado a um tempo sem tempo, no qual ele experimenta seu amor sensivelmente, em meio à recordação dos momentos felizes que teve com Odette[4]. Assim, a vivência da arte não está nos artistas dos salões, nem nos nobres, nem nos burgueses, mas em seres sensíveis e solitários, comprometidos com um se deixar levar por seus exames memoriais involuntários. É isto o que, de outro modo, afirma o próprio Proust:

> *Na realidade, aquilo que se dá ao público é aquilo que se escreve só, por si mesmo, é bem a obra de si mesmo... Aquilo que ocorre entre íntimos (...)é obra de um eu bem mais exterior, não do eu profundo que somente se reencontra fazendo abstração dos outros e do eu que conhece os outros, o eu que esperava enquanto se estava com os outros, que bem entende o único real, e pelo qual só os artistas acabam de viver, como um deus que vão deixando aos poucos e a quem sacrificaram uma vida que só serviu para honrá-lo (PROUST, 1988: 54)*

Os Clássicos em Proust

Discutida a estética proustiana, resta agora delinear o espaço dos clássicos nela, seja como cânone, seja como dados mobilizados no texto. Com relação a tal ponto, a partir do

[4] Para precisar a centralidade do rememorar no romance, veja-se PROUST, 1994: 255-60.

uso dos clássicos, Proust aponta para o caráter excludente da sociedade (e, por extensão, do ensino) de sua época. As alusões aos antigos surgem como uma espécie de bem simbólico distribuído de forma desigual. Todos têm acesso a eles, mas os utilizam de modos e com freqüências diferentes. Tais usos são incomuns, por exemplo, entre figuras subalternas ou pouco ilustradas. Assim, o escultor que restaura a igreja de Combray fala, constrangido, de Aristóteles e Virgílio como velhos conhecidos. De pronto o narrador sugere uma origem humilde ao homem, pois, como Françoise, a empregada da família, ele não consegue perceber a distância (temporal, mas também social) que o separa destas figuras. Uma das tias do narrador também merece aqui menção: se fosse mais culta, diz o narrador, veria o paralelo entre sua biografia e o mito de Aristeu[5].

Mas tais (não) usos dos clássicos são só algumas das formas de exclusão. A elite letrada do romance também se vale deles para marcar positivamente o seu e o lugar dos outros. Assim, o narrador explica o lugar de Françoise na família, como se ela fosse a criada de uma tragédia grega; já Brichot, o professor da Sorbonne antes mencionado, refere-se ao salão dos Verdurin como uma democracia ateniense; ou ainda Swann, quando sai atrás de Odette na noite de Paris, não deixa de comparar sua busca à de Orfeu[6]. Enfim, os exemplos poderiam se multiplicar indefinidademente. O importante aqui, porém, é perceber que estes dados de cultura clássica não diferem em essência de outros dados eruditos: o narrador também localiza socialmente Françoise por seu modo de pronunciar uma expressão erudita à época como "raio-x", ou mesmo compara a percepção da sociedade por suas tias ao sistema de castas na Índia[7]. São todos dados eruditos, marcadores de distância social, os quais podem ser mobilizados com maior ou menor maestria, dependendo da inteligência de quem os utiliza. Neste sentido, não é possível dizer se Proust é contra ou a favor das reformas no ensino. Em todo caso, ele nota que, independente do lado, as informações continuarão a serviço de uma pequena elite (seja ela a científica da nova república, seja ela a do humanismo do Antigo Regime).

E quanto ao papel dos clássicos no fazer-artístico? A resposta é simples: nenhum. Nada mais natural, afinal, para Proust, a arte depende de uma vivência estética memorial, alheia a conformações sociais e que diz respeito ao eu-profundo individual. Em *Contre-Sainte Beuve* isto é dito da seguinte forma:

> *Na arte não há iniciador ou precursor. Tudo está no indivíduo, cada indivíduo recomeça, por sua conta, a tentativa artística ou literária; e as obras dos predecessores não constituem, como na ciência, uma verdade adquirida, da qual*

[5] Para os dois exemplos, veja-se PROUST, 1999: 126 e 24.
[6] Cf., respectivamente, PROUST, 1999: 51, 79 e 206.
[7] Cf., na seqüência, PROUST, 1999: 51 e 22-3.

> *aproveita-se aquele que vem em seguida. Um escritor de talento hoje tem tudo por fazer. Ele não está mais avançado que Homero (PROUST, 1988: 50)*

Eis aí a expressão máxima de autonomia do artista. A arte não é como a ciência, não tem nem tradição, nem responde a demandas coletivas. Ela diz respeito, isso sim, à vida de indivíduos. Se os clássicos tem algum lugar nesta vida, eles são instrumentos de criação, do contrário, não são nada. Trata-se, enfim, de uma escrita de vanguarda, anti-clássica por definição.

Como procurei apontar nas páginas anteriores, na obra de Proust, os clássicos só aparecem ou nas lembranças do passado, ou trato com os vivos (para enquadrá-los socialmente). Eles são, em suma, algo impensável em si mesmo[8]. Nós, que fazemos História Antiga do Brasil, talvez pudessemos apreender com Proust a enfrentarmos aspectos de nossa profissão que muitas vezes silenciamos. Afinal, a que interesses nosso trabalho de erudição atende? A quem e como eles segregam? Quem sabe Proust também não nos inspire a tratar o clássico de modo anti-clássico, refutando ontologias e encarando de frente o desafio de tratar destes temas em um país tão repleto de desigualdades.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CLARK, Terry. **Prophets and Patrons**. Cambridge: Harvard U. P., 1973.

COMPAGNON, Antoine. **La Troisième République des Lettres**. Paris: Seuil, 1989.

MAYEUR, Françoise. **Histoire de l'Enseignement et de l'Éducation**. Paris: Pérrin, 2004.

PROUST, Marcel. **À la Recherche du Temps Perdu**. Paris: Gallimard, 1999.

_____. **Contre Sainte-Beuve**. São Paulo: Iluminuras, 1988.

_____. **Essais et Articles**. Paris: Gallimard, 1994.

RINGER, Fritz. **Fields of Knowledge**. Cambridge: Cambridge U. P., 1992.

_____. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo: Edusp, 2000.

TADIÉ, Jean-Yves. **Marcel Proust**. Paris: Gallimard, 1996.

[8] Não é fortuito o estranhamento do narrador frente ao Édipo de Sófocles: "*étrange*" (PROUST, 1999: 66))

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A imprensa regional e construção da opinião pública em torno do ofício de partejar nas duas últimas décadas do século XIX

Sandra da Silva Careli[1]

Resumo: O trabalho analisa a forma como o ofício de partejar foi apresentado perante a opinião pública a partir dos jornais em circulação no Rio Grande do Sul entre 1880 e 1900. Busca-se visualizar as estratégias dos articulistas nestes textos com destaque a algumas recorrências na abordagem: os profissionais do parto que ganhavam destaque, a forma como eram representados e as disputas que eram veiculadas - tanto as internas à categoria e com as travadas com setores da sociedade em transformação. Também se almeja visualizar o papel que era reivindicado ao Estado nestas construções.

Palavras-chaves: imprensa, parteiras, opinião pública

Abstract: This work analyses the way in which the work of the midwife is presented to the general public, based on the newspapers in circulation that were produced in Rio Grande do Sul between 1880 and 1900. This study focuses on the identification of the strategies that were used by the writers, highlighting some recurrences that employed the approaches of: renowned labor professionals, the way these people were represented and the disputes in which they were involved – being it among other midwives or conflicting with other sectors of a transforming society. The State's role in such a construction is also analyzed.

Keywords: press, midwife, public opinion

Na década de 1880 se podem encontrar matérias que apresentavam o ofício de parteira negativamente, tanto na imprensa de Porto Alegre, quanto em periódicos do interior do estado. Nesta época as matérias locais respondiam por um número inferior às matérias nacionais e internacionais. Os ideais de civilidade eram enunciados pelos articulistas locais de forma contraditória: embora veiculassem matérias relativas a cidades européias, tidas como exemplos a serem seguidos, simultaneamente sinalizavam para a existência nas mesmas da ação de parteiras e para o fato de serem as últimas popularmente acionadas apesar das instituições estatais e médicas destes locais não reconhecerem ou desejarem tal espaço na sociedade para as práticas milenares femininas de controle dos produtos dos corpos maternos.

> *Em uma casa da rua Nova de Palma [Lisboa], ao fundo, há uma parteira chamada Anna [...]*

[1] Professora do departamento de História da FAPA. Mestre em História pela UFRGS. E-mail: careli@orion.ufrgs.br

> *Todos os dias umas poucas desgraçadas procuram aquela perversa mulher, que por meia libra se compromete a que fiquem sem conhecimento do mundo as faltas em que essas infelizes caíram!*
>
> *Em troco daquela quantia, e por os processos mais bárbaros, Anna tem dado morte a centos de crianças, porque sua clientela é enorme – e de todas as classes da sociedade, sr. redator. [...]*
>
> *A policia tomou neste caso providências excepcionais, para não ser perturbada com revelações antecipadas, que dificultassem mais a sua missão.*
>
> *E fez mais; reconhecendo que nas secretarias do edifício do governo civil não podia furtar-se completamente à curiosidade da reportagem, - que a vigiava sôfrega e procurava adivinhar nas mais pequenas ordens o segredo das suas pesquisas, - fugiu dali e estabeleceu o quartel general das suas operações num lugar que não foi possível descobrir (OS CRIMES DE LISBOA, 1886:1).*

A matéria jornalística sinaliza para um comportamento que se tornou consolidado na imprensa do estado nas décadas posteriores, seja pela imprensa partidária, seja pela imprensa literária independente: a intervenção da imprensa na sociedade visando a sua regulamentação. A postura opinativa ao invés da noticiosa implicou na construção de um saber, na maior parte das vezes baseada no senso-comum e em preceitos moralistas, a partir do qual a intervenção na sociedade seria baseada. A civilidade neste modelo não passava apenas pelo desejo de comportamentos padronizados identificados com a ótica burguesa, mas na construção de instrumentos sociais com base em ideais abastados que garantissem o vigiar e o conduzir da ação pública de forma adequada.

Essa tendência pode ser percebida na matéria jornalística acima onde as providências policiais foram narradas, os diferentes estados civis das pacientes da citada parteira e a forma inapropriada de acondicionamento dos fetos extraídos dos corpos femininos. Joana Pedro detalha o processo de transformação das relações sociais na Europa com relação à maternidade da seguinte forma:

> *A partir da segunda metade do século XVIII, observa-se a configuração de uma política de conservação das crianças, direcionada inicialmente à burguesia. Ao lado de investimentos na constituição de uma medicina doméstica [...] destinou-se, também, uma série de investimentos para dirigir a vida dos pobres, visando à diminuição do custo social de sua reprodução. [...] Todas estas intervenções, obviamente, não significarão mudanças imediatas e definitivas. [...] A divulgação das normas não encontra imediato respaldo nas práticas populares. (2003: 37-38)*

Apesar das novas práticas de controle dos corpos se fazerem presentes nas matérias, as ações populares veiculadas revelam os espaços de sobrevivência das práticas milenares, ainda que adaptadas às novas conjunturas. Se na Europa as ações de controle possuem no século XIX uma historicidade de um século, no Rio Grande do Sul a divulgação de tais preceitos nos

periódicos encontra uma sociedade ainda imersa em práticas coloniais de controle da maternidade e com um pequeno estranhamento para com o aborto e o infanticídio perpetrado pelas parteiras. A decisão quanto aos frutos do corpo feminino permanecia uma decisão majoritariamente privada ainda que o código penal em vigor condenasse o aborto e o infanticídio. A ingerência do poder público insidia apenas sobre guarda e tutela dos enjeitados.

A relação entre a gestante e sua parteira era baseada numa relação pessoal ou em informações repassadas entre as mulheres da época. Nessa perspectiva pode-se compreender o fato da escassa publicidade nos jornais da década de 1880 do ofício. As poucas alusões ficavam por conta de agradecimentos esparsos de pacientes e seus familiares ou dos anúncios de novas profissionais que começavam a chegar à cidade por motivos variados.

Quatro parteiras apareceram com mais regularidade nas páginas dos periódicos de Porto Alegre nessa década: Catharina Ludritz, Margarida Krüger Sahalidtg (ou Schladitz), Joanna Menhert (ou Mehnert ou Mencke) e Helena Mierisch (ou Meirisch) Wagner. Com relação a primeira pouco se sabe. As demais possuíam a nacionalidade alemã, uma era viúva (Margarida) as duas demais casadas, moravam no centro da cidade e para receberem suas clientes não possuíam local diferenciado de sua residência, contando na mesma apenas com uma peça onde seus instrumentos eram alocados. Das quatro apenas Helena ostentava o título de parteira provisionada alegando ser formada pela Comissão Médica de Auvres e Bruxellas e aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Joanna que assegurava ser parteira diplomada formada pela Faculdade de Partos de Dresdem e aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Na década de 80 algumas tiveram envolvimento com a justiça. Margarida foi chamada em inquérito como testemunha em um caso de infanticídio sendo-lhe solicitado pelo promotor a listagem de partos que realizara no ano de 1883 e Joanna foi arrolada como ré em 1889 em um processo de aborto no qual foi posteriormente absolvida.

A trajetória de Helena Wagner permite a percepção da forma como o combate a ação das parteiras também foi acompanhada pelas ligações com as disputas partidárias que se colocavam no estado naquele momento. Nascida em 1853 na Saxônia, falava e escrevia em francês e em 1888 encontrava-se em Porto Alegre com três irmãos. Helena conheceu Germano Wagner enquanto esse estava preso na Casa de Correção da capital e com ele se casa no rito protestante em 21 de agosto de 1889. A partir deste momento passa a lutar pela libertação do marido contando com o apoio de várias pessoas de projetada posição social, entre elas, Germano Hasslocher. Wagner foi acusado de furto e do homicídio de Cyrillo

Antônio da Silveira em 1881. Nesse processo foi absolvido em primeira instância, mas condenado na segunda. Nessas circunstâncias não recebeu o perdão do Imperador. Foi perdoado de seu crime em 13 de dezembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca em decorrência da Proclamação da República e posto em liberdade em 30 de janeiro de 1890, filiando-se posteriormente ao Partido Republicano Rio-grandense.

A rivalidade de Wagner com Hasslocher fez com que o último freqüentemente utilizasse as páginas do periódico no qual era articulista para mobilizar a opinião pública contra o primeiro e posteriormente contra Helena. A disputa entre Hasslocher e Helena crescerá na década seguinte ganhando espaço na imprensa e nos tribunais quando Helena publicamente lhe cobra uma dívida resultante do atendimento da esposa de Hasslocher através das páginas do Correio do Povo.

A divulgação do texto de Helena foi acompanhada da instauração de um processo contra a mesma e contra o editor do Jornal Correio do Povo por injuria. Helena em sua defesa apresenta um conjunto de matérias jornalísticas onde foi injuriada, bem como a sua família, por Hasslocher. Contudo, é condenada em primeira instância. Seu advogado recorre e por fim pede prescrição do crime em 1900.

Em sua defesa neste processo Helena traz a tona uma outra questão que envolvia as parteiras no final da década de 80 estendendo-se mais enfaticamente na década de 90: a disputa de mercado entre parteiras diplomadas e as que não possuíam tal titulação. Nesta situação ganham destaque as figuras de Joanna Menhert e de Helena Wagner.

Segundo ainda a mesma, Joanna teria sido processada no Rio de Janeiro por assassinato. Neste caso João Hilgert teria sido advogado de acusação, mas que em razão da fuga de Joanna da cidade a prisão não pôde ser efetivada. O caso teria sido noticiado em periódicos cariocas, através dos quais Helena teve conhecimento do fato. Tais fatos não foram divulgados por Helena até o momento em que Joanna travou com a primeira uma causa judicial. A disputa entre estas parteiras teria iniciado em 1889 quando Joanna foi levada a juízo por incorrer no crime de aborto.

Helena foi intimada a depor entre as testemunhas do processo. Contudo foi coagida a não fazê-lo pelo advogado da ré Germano Hasslocher. Não cedendo às pressões de Hasslocher afirmou no inquérito que não tinha certeza se a colega de ofício fornecia drogas abortivas às pacientes por não ter presenciado o fato, mas que um homem, ao qual ela negou o fornecimento das citadas drogas, disse que poderia obtê-las com Joanna e que somente não o fazia pela mesma ser muito indiscreta. Narra ainda falas de parentes de pacientes lamentando terem escolhido os serviços de Joanna, além de descrever erros de ofício e mentiras

empregados pela mesma.

Joanna em sua defesa alega calúnia, perseguição de João Hilgert, Helena Wagner e Clara Geidel e falhas processuais. Em sendo absolvida neste caso, abriu um processo contra João Mierich, Germano Wagner, João Hilgert e Helena Wagner por calúnias, perseguição e lesões corporais.

A ação perpetrada pelo marido de Joanna foi julgada prescrita, o caso encerrado e as custas seguiram por conta da queixosa. No final da década de 1890, Mehnert disputará espaço para exercício do ofício com Joanna Guerra de origem espanhola (ENTRE PARTEIRAS, 1899: 2).

Entre os temas das matérias abordados na década de 80 nos periódicos também se encontrava a forma depreciativa como as crendices populares associadas ao parto (amuletos, superstições) eram tratadas, assim como o caráter moral na avaliação dos relacionamentos sexuais entre homens e mulheres e a necessidade de controle do ofício por autoridades estatais e médicas, visto as mortes e esterilizações resultantes de práticas tidas como inadequadas. As questões relacionadas a higenização das cidades e do destino aos corpos dos fetos nesta época eram ecos à matérias procedentes da Europa. Em algumas crônicas estas temáticas convergiam para o que aparentemente era a causa única de tais problemas: a ação das parteiras.

Outro ponto explorado pela imprensa na década de 80 era a ligação das parteiras com o enjeitamento da prole negra. A abordagem da temática encontra-se presente em 1881 pela divulgação de um texto originariamente publicado na Gazeta da Tarde na cidade do Rio de Janeiro. Neste noticiário a existência de uma casa de maternidade controlada por parteiras na capital imperial foi apresentada. Nela mulheres escravas eram conduzidas por seus proprietários para darem a luz, para, em seguida, terem seus filhos subtraídos por essas profissionais que levavam as crianças recém-nascidas para a roda de expostos para que as escravas pudessem ser alugadas como amas-de-leite ou vendidas (A MÃE ESCRAVA, 1881: 1).

Se por um lado o texto sinaliza para a comoção social que o caso adquiriu, por outro apresenta a associação de parteiras com o universo que envolvia o livrar-se da prole. A divulgação da norma restritiva nessa crônica expressa foi acompanhada pela veiculação de uma norma positiva através de um conjunto de crônicas enaltecendo a maternidade. Em 1883 deu-se a publicação de um texto denunciando a ligação do enjeitamento da prole escrava por parteiras em Porto Alegre.

Não há registro em Porto Alegre nessa época de casas de maternidade sob controle de

parteiras que fossem destinadas aos serviços citados na folha carioca. Contudo na conjuntura em questão começava a delinear-se entre a opinião pública a associação das parteiras aos delitos que envolviam o destino da prole seja legítima, seja ilegítima. Essa situação pode ser percebida no relato de um delegado de polícia em torno de suas investigações sobre um feto que foi encontrado boiando na doca do mercado:

> *O abandono, o mistério que envolveu essa pobre criança, as cores romanescas com que o caso era narrado, exercitaram poderosamente a curiosidade pública.*
>
> *A polícia cumpria colher esclarecimentos à respeito de um conjunto de circunstâncias que induziam a acreditar que um crime fora chamado para dissimular outro crime, e que a morte do feto tivera por fim cobrir a desonra da mãe.*
>
> *[...]*
>
> *Falou-se de uma parteira que fora vendada e metida em um carro, para se encarregar de um parto, e de fazer desaparecer a prova desse parto. A indigitada parteira veio à minha presença e provou a improcedência do boato (PARTE OFICIAL, 1883: 1).*

As parteiras também foram chamadas a depor apresentando seus registros de atendimentos e apresentando esclarecimentos em diversos casos de acondicionamento irregular do cadáver de fetos ou de denúncias de aborto, infanticídio ou abandono de recém-nascidos. Essa sistemática foi incrementada nas décadas seguintes.

A década de 90 revela a continuidade do exercício do ofício por Margarida Krüger Schladitz, Joanna Menhert e Helena Mierisch Wagner já citadas e início da menção nos periódicos das parteiras Joanna Guerra, de origem espanhola e residente no centro da cidade, Beate Mierisch Klinger (ou Kleüger) de origem alemã, irmã de Helena Wagner, casada e residente no bairro Menino Deus e de Sophia Bohrer. Percebe-se tanto a manutenção da etnia germânica no exercício da atividade quanto a alocação do serviço em novas áreas acompanhando a ocupação urbana vivida pela cidade de Porto Alegre nesta época.

Embora o conhecimento do estado civil das parteiras seja incompleto pode-se perceber a predominância de mulheres que eram ou já haviam sido casadas. Essa situação encontra referência na pesquisa de Nadja Brandão (BRANDÃO, 1998: 85 e 86) e no trabalho de Joana Pedro na análise que faz do caso de Florianópolis:

> *Esta utilização de um mesmo "remédio" por várias mulheres coloca-nos diante da existência de uma rede de solidariedade entre as mulheres, que vivenciavam experiências muito próximas e que se aproximavam para trocar informações, conselhos, desabafos... É importante destacar, aqui, uma informação bastante relevante a respeito destas redes, que é a exclusão daquelas que não pertenciam ao grupo. Ou seja, falar do corpo, dos partos, abortos, menstruação, trocar remédios, faziam parte de um tipo de assunto que só era possível conversar com pessoas incluídas no interior de uma rede de relações de vizinhança, parentesco e amizade, seguindo costumes*

> *nos quais a exclusão também estava presente. Assim, estes conhecimentos não eram divulgados para todas as pessoas, mas apenas entre amigas, mulheres casadas e já com alguns filhos. [...] as mulheres solteiras não participavam, de maneira geral, dessas redes de solidariedade e auto-ajuda femininas. (PEDRO, 2003: 160-161)*

A publicidade em torno da prestação de serviços das parteiras em pequenos anúncios nos jornais intensifica-se neste período com relação à década anterior, mas as condições físicas para o recebimento das pacientes não se alteraram. Assim como na década de 1880, não há sinais de que o exercício do ofício de parteira garantisse uma rentabilidade significativa. A freqüente troca de residência das mesmas no centro da cidade pode demonstrar tanto a impossibilidade de aquisição de um imóvel, quanto a necessidade de fugir do olhar de credores ou clientes insatisfeitos. Ainda que dados específicos deste período não tenham sido localizados, os relatos das parteiras em períodos posteriores e em diferentes regiões do país recorrentemente versam em torno da irregularidade do recebimento dos honorários pelos serviços executados junto as pacientes. A ressalva a esta situação seriam os serviços de aborto prestados.

Nos anos de 1890 as matérias da imprensa apresentam um novo aspecto: a divulgação de iniciativas na direção de regrar e qualificar a ação das parteiras. Um exemplo desta tendência pode ser visualizado na matéria que noticiou o decreto que criou a Diretoria de Higiene em 1895 e a sua regulamentação frente às especificidades da constituição estadual. O enaltecimento às atribuições que permitiriam a intervenção do poder público nas diferentes esferas sociais foi enfático sob alegação de se tornarem um instrumento de progresso da comunidade e de ordenamento urbano, ainda que os maiores beneficiados neste processo fossem as classes abastadas. Quanto aos benefícios da criação do órgão para o controle das parteiras, a matéria fez-se clara:

> *Entre as providências relativas às moléstias transmissíveis, lembraríamos a conveniência de ser notificada a inspetoria, nos casos de febre puerperal, qual a parteira que tiver exercido suas funções, de modo a poder-se obrigá-la a tomar as preocupações exigidas pela ciência para impedir a propagação do mal. (SERVIÇO DE HIGIENE, 1895: 1)*

Igualmente clara foi a crônica enaltecendo os benefícios da criação do Curso de Partos em Porto Alegre em 1897 por pessoas motivadas "em alto grau" por "sentimentos de humanidade e patriotismo" que abriram mão de remuneração e do exercício de sua clínica para lecionar gratuitamente um número de alunas que o periódico sinalizava como crescente.

> *Nada mais digno, nada mais generoso do que o nobre pensamento que preside a ação destes ilustres professores, que, como verdadeiros amigos e benfeitores do Povo, procuram substituir as tais "comadres" com suas práticas absurdas e perniciosas, por parteiras preparadas,*

> *providenciando desta forma um imenso benefício para as regiões desprovidas de recursos, neste Estado para que no futuro se evite a morte prematura ou enfermidade vitalícia de inúmeras vitimas ai imoladas pela ignorância. (MINUTUS, 1898: 1)*

Interessante é perceber que a crônica sinaliza para uma formação profissional que deveria atuar independente da figura tutora do médico, situação que seria necessária na opinião do articulista visto o número exíguo de médicos no Brasil e do valor de seus honorários serem altos. Note-se que tal situação prevaleceria permitindo a parteira depois de formada estabelecer diagnósticos e realizar pequenas intervenções cirúrgicas. O pensamento do cronista foi ao encontro de uma prática que se verificou trangressoramente entre outros lugares em Paris até a década de 1860 na maternidade de Port-Royal, na qual a parteira-chefe, ferindo as restrições legalmente presentes para o exercício de sua profissão, avaliava e diagnosticava as parturientes que adentravam na instituição, além de realizar práticas cirúrgicas e utilizar instrumentos vetados em lei a sua atuação, sem a presença de um médico-parteiro (BEAUVALET-BOUTOUYRIE, 1999: 407-408). Assim como reagiram os médicos franceses a tal autonomia, a visão do cronista, aqui expressa, não acompanhava o pensamento médico que começava a delinear-se no Rio Grande do Sul nesta época. Na percepção dos médicos os saberes hierarquicamente diferenciados autorizariam as parteiras diplomadas a práticas pontuais, não podendo prescindir da figura do médico. Essas atribuições das parteiras diplomadas na visão dos mesmos não poderiam ser extensivas às demais parteiras, pois na visão desses as práticas ignorantes e supersticiosas abundariam colocando em risco a vida das mulheres e de sua prole.

Remonta a esta década os primeiros conflitos mediados pela Diretoria de Higiene e posteriormente pela justiça entre médicos e parteiras que foi divulgado pela imprensa. Um dos casos foi o do médico Julio José Vernazzi e da parteira Guidetta Chequier que se acusaram mutuamente pela prática de aborto em Maria Toaldo. A paciente era filha de Guidetta e residia na colônia Arroio Grande, distrito de Santa Maria. Neste caso há ainda a intervenção do padre jesuíta Emiliano d'Amoré que investiga o médico para auxiliar a família na denúncia que encaminharam à Diretoria de Higiene. No primeiro dia o periódico fez uma pequena chamada divulgando a denuncia, no segundo transcreveu a defesa do médico e no terceiro e último dia o jornal anunciou que a acusação feita ao médico era falsa. Mais do que uma ação noticiosa, era clara a intenção de formar a opinião pública de forma antagônica à ação das parteiras.

Bibliografia

A MÃE ESCRAVA. In: Mercantil. Porto Alegre, ano 8, nº 8, 12/01/1881, p. 1.

AO SR. INSPETOR DA SAÚDE PÚBLICA. In: A CONVEÑÇÃO. Porto Alegre, ano 1, nº 14, 23/09/1883, p. 1-2.

AS AMAS-DE-LEITE. In: MERCANTIL. Porto Alegre, ano 10, nº 281, 07/12/1883, p. 1-2.

BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scartet. As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstetras antes do tempo? In: REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Florianópolis: UFSC, v.7, nº 1-2, 1999, p. 403-413.

BRANDÃO. Nadja dos Santos. Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras 1897-1967. Porto Alegre: PUC-RS/PPG História, 1998. Dissertação de mestrado.

ENTRE PARTEIRAS. In: GAZETINHA. Porto Alegre, ano 9, nº 69, 26/07/1899, p. 2.

MINUTUS. O curso de partos de Porto Alegre. In: GAZETINHA. Porto Alegre, ano 8, nº 138, 18/10/1898, p. 1.

MOREIRA, Sandra Careli. A maternidade na segunda metade do século XIX: sua idealização na imprensa escrita e suas possibilidades de concretude social. In: MÉTIS: história & cultura. Caxias do Sul: EDUCS, v. 1, n.º 2, jul./dez. 2002, 2003, p. 285-303.

OS CRIMES DE LISBOA: infanticídio. In: A ORDEM. Jaguarão, ano XII, nº 3825, 13/11/1886, p.1.

PARTE OFICIAL: secretaria de polícia. In: JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, ano 19, nº 48, p. 1.

PEDRO, Joana Maria (Org.) Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XIX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e "experientes" do Tocantins. In: REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Florianópolis: UFSC, v.7, nº 1-2, 1999, p. 441-448.

SERVIÇO DE HIGIENE. In: O DIA. Porto Alegre, ano 2, nº 105, 05/05/1895, p. 1.

WAGNER, Helena Mierisch. O Sr. Germano Hasslocher. In: CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 18/04/1899, ano 5, nº 87, p. 2.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Conselho Supremo Militar e de Justiça a as instituições da justiça militar (1808-1831): notas sobre uma tradição militar de Antigo Regime*

Adriana Barreto de Souza*

Resumo:O Conselho Supremo Militar e de Justiça era o órgão máximo da justiça militar criada por d. João quando da chegada da corte ao Brasil, em 1808. Ele era dividido em duas seções, o Conselho Supremo Militar e o Conselho de Justiça. O primeiro deles dava continuidade à tradição do antigo Conselho de Guerra de Lisboa, sendo regulado, dentre outros documentos, pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643. Já o Conselho Supremo de Justiça seguia uma tradição mais recente, fundada por d. Maria I, com decretos de 1777. Mas, além do Conselho Supremo Militar e de Justiça, a justiça militar da época era integrada por outras instituições: os conselhos de guerra, as juntas de justiça militar e as comissões militares. O objetivo dessa pesquisa é compreender o funcionamento dessa justiça militar herdada de Portugal.
Palavras chave: cultura política, justiça militar, Antigo Regime

Résumé: Le Conseil Suprême Militaire et de Justice était l`organe directeur de la justice militaire crée par d. João en 1808, quand la cour portugaise s´est installée au Brésil. Ce Conseil avait deux sections: le Conseil Suprême Militaire et le Conseil de Justice. La section militaire suivait la tradition du ancién Conseil de Guerre de Lisbonne et elle était régulé par la loi du 22 décembre 1642. Par contre, le Conseil Suprême de Justice suivait une tradition plus récente, fondée par d. Maria I, à travers des décrets de 1777. Mas, au-delàs du Conseil Suprême Militaire et de Justice, la justice militaire à l´époque était composée par d´autres institutions: les conseils de guerre, les juntes de justice militaire et les commissions militaires. L´objective de cette recherche est comprendre le fonctionnement de cette justice militaire heritée du Portugal.

Em fevereiro de 1823, poucos meses após a independência, o brigadeiro Antônio Manoel da Silveira e Sampaio, nomeado vogal do Conselho Supremo Militar e de Justiça tomou para si a tarefa nada fácil de redigir "instruções para uso dos oficiais do Exército nacional e imperial nos processos de Conselho de Guerra". O trabalho, ofertado ao "mui alto e mui poderoso senhor d. Pedro I", e publicado pela Tipografia Nacional no ano seguinte, não só formalizava as instruções que deviam orientar a formação dos processos nos Conselho de Guerra, como ao final compilava todas as leis e resoluções que sustentavam essas instruções. Na introdução, o brigadeiro explica os motivos que o impeliram a escrevê-lo:

---

* Esse texto é uma versão resumida de um trabalho maior que integra a pesquisa "200 Anos de Justiça Militar no Brasil", desenvolvida no CPDOC/ FGV sob a coordenação de Celso Castro.

* Adriana Barreto é professora da UFRuralRJ, tendo realizado seu doutorado no Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ. Sua dissertação de mestrado recebeu o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa de 1997.

> *"na atual marcha seguida na formula dos processos de Conselho de Guerra, se reconhece uma contínua desconcordância dos fundamentos para ela estabelecidos pelas leis militares (...) e da inobservância dos princípios estabelecidos para a marcha dos processos resultam não só irregularidades nos mesmos processos, mas até a impossibilidade de bem se fundamentarem as opiniões para proferirem os julgados com imparcial justiça; muito convém, para que tais princípios sejam de todos conhecidos, estabelecer uma classificação fácil, e de simples compreensão daqueles objetos..."* (SAMPAIO, 1824:2)

Essa apreciação do funcionamento dos Conselhos de Guerra e das leis militares, realizada por um brigadeiro que exercia a função de vogal do Conselho Supremo Militar e de Justiça, órgão máximo da justiça militar no Império, é uma boa maneira de iniciar a abordagem do tema. O ponto de partida das "instruções" é a precariedade dessa justiça. Há – na avaliação do brigadeiro – um descompasso entre o que é fixado nas leis e o modo como os processos são efetivamente encaminhados. Os oficiais que conduziam os processos não conheciam a legislação e terminavam por agir de forma parcial, o que comprometia o próprio princípio de justiça. Essa avaliação não era novidade. D. João já reconhecia o problema. Foi exatamente para evitar a "arbitrariedade no julgar" que providenciou a elaboração de um código penal militar, aprovando seu texto final no alvará de 7 de agosto de 1820. As "interpretações e inteligências" – afirma o alvará – podiam "gravar com castigos maiores culpas leves e minorar impropriamente a pena de crimes que exigem a mais severa correção". Com as mudanças políticas, o alvará não teve execução no Brasil, que permanecia sob um registro jurídico de Antigo Regime.

O que é esse registro de Antigo Regime? Na segunda metade do século XVIII, filósofos e teóricos do direito operaram uma mudança importante na forma de conceber o exercício do poder. Do príncipe começa a ser cobrada uma postura racional: ele deve ser aquele que pune, jamais o que age sob o signo da vingança (FOUCAULT, 1987). O princípio básico desse novo registro é o da regularidade da justiça penal, da sua uniformização em um código de leis sistematizado a partir de uma retórica que é a da impessoalidade e da neutralidade (BOURDIEU, 1989). Idealizava-se a criação de um poder de julgar sobre o qual não pesasse a soberania do príncipe. Mas esse princípio só se consolida durante o século XIX, com a formação dos Estados Nacionais. Antes disso, o que existia era a justiça real. Essa era expressão de uma vontade pessoal, a do príncipe e, desse modo, marcada por uma série de irregularidades. A primeira dessas irregularidades é a multiplicidade de instâncias que são encarregadas da justiça penal. Mesmo nos limites da justiça militar, elas podem ser muitas, e isso se deve a um fato simples: elas nunca compõem uma pirâmide única e contínua. Estreitamente vinculadas aos príncipes, podem ser criadas, extintas, recuperadas, reformadas (em parte ou no todo) sem muitas dificuldades políticas ou burocráticas. Daí advém a segunda

irregularidade: a larga quantidade de alvarás, leis e decretos produzidos pelos príncipes (FOUCAULT, 1987: 73). Não por acaso, as "instruções" do brigadeiro Antônio Manoel da Silveira e Sampaio foram acolhidas por d. Pedro. Elas não só organizavam as regras que deveriam orientar a formação dos processos nos Conselhos de Guerra, como compilavam todas as leis militares que serviam de base para esse procedimento.

Essas leis não constituíam um código, não dialogavam necessariamente entre si e nem obedeciam a uma lógica ou concepção única de justiça. Aqui no Brasil, como a independência não veio acompanhada de rupturas, as instituições da justiça militar em funcionamento após 1822 eram as mesmas do antigo Império português, mantendo viva essa tradição de Antigo Regime. O mesmo aconteceu com a legislação. A primeira lei recuperada pelo brigadeiro Antônio Manoel da Silveira – não é demais lembrar que sua transcrição deve-se ao fato de ela ainda explicar os processos de Conselho de Guerra – data do século XVII, é de 1678. Essa longa permanência torna-se mais surpreendente quando identificamos que a existência tanto das instituições, como dessa multiplicidade de leis, não se limitou aos primeiros anos do nascente império. Ela atravessou, em plena atividade, todo o século XIX brasileiro.

Conselho Supremo Militar e de Justiça

O Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ) é o órgão máximo da justiça militar criada por d. João quando da chegada da corte ao Brasil, em 1808. É comum se afirmar que esse Conselho teve origem em 11 de dezembro de 1640, sob a denominação de Conselho de Guerra. Isso é verdade apenas em parte. De fato, o próprio alvará de 1º de abril de 1808, de criação do Conselho Supremo Militar e de Justiça, determina essa continuidade. Em seu 3º parágrafo, afirma que o Conselho será regulado pelo mesmo regimento do antigo Conselho de Guerra – o Regimento de 22 de dezembro de 1643.[1] Mas vou preferir enfatizar aqui as descontinuidades. O primeiro ponto a ser destacado é que aquela afirmação só considera o trecho inicial do referido parágrafo:

> "Regular-se-á o Conselho pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643, e todas as mais resoluções e ordens régias por que se rege o Conselho de Guerra de Lisboa, e pelo alvará de Regimento de 26 de outubro de 1796 e determinações Minhas posteriores, em tudo que for aplicável às atuais circunstâncias. E, quando aconteça ocorrer algum caso, que não o esteja providenciado pela legislação existente, ou ela não possa enquadrar-lhe, o Conselho M´o proporá pelas Secretarias de Estado, apontando as providências, que lhe parecerem mais próprias, para Eu deliberar o que mais Me aprouver."

[1] Para todas as leis e decretos portugueses mencionados nesse texto, ver: SILVA, 1844.

Lendo-o na íntegra, fica clara a dinâmica de constituição desse tipo de legislação. A Coroa poder absoluto pode interferir diretamente e o quanto considerar necessário no funcionamento das instituições. Por isso, optei por manter as letras maiúsculas da grafia original do documento. Não há dúvidas de que a justiça é expressão da vontade do rei e que, ao final, é dele que ela provém. Daí a chance de um réu sempre poder apelar à munificência e benignidade reais para reverter uma sentença decretada nos tramites legais, e após meses de trabalho da justiça. Obviamente, para d. João, isso não era um problema. Entretanto, após a outorga da Constituição em 1824, mesmo com a criação do poder moderador, esse recurso vai gerar um crescente mal estar em alguns setores políticos, sobretudo entre os liberais.

O segundo ponto – nunca antes observado – é que o Conselho mencionado nesse parágrafo não é o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Ele refere-se tão somente ao Conselho Supremo Militar. Este Conselho é que teve sua origem no Regimento de 22 de dezembro de 1643 e, nesse sentido, a experiência do Conselho de Guerra de Lisboa é chave para entender o funcionamento da justiça militar criada por d. João aqui no Brasil e a organização dada por ele ao Conselho Supremo Militar e de Justiça. Vejamos.

Originalmente, pelo regimento de 1643, o Conselho de Guerra de Lisboa exercia funções administrativas e judiciais. Não havia entre essas instâncias qualquer distinção formal. No 22º parágrafo, fixava-se apenas que "sempre houvesse no Conselho de Guerra um ministro letrado com o título de juiz assessor dele, (...) que teria igual assento com os outros conselheiros, e que iria ao Conselho três dias em cada semana pelas tardes (...) conforme pedissem os negócios e causas da justiça". Quando o crime em julgamento fosse considerado "leve", o juiz assessor deveria ser assistido por dois dos conselheiros mais antigos. Para o caso de "culpas graves", o regimento previa, além dos dois conselheiros, a presença de mais dois juizes letrados. Apesar de ocorrer à tarde (as demais sessões eram pela manhã) e contar com os juizes, tratava-se também de um Conselho de Guerra.

Esse formato durou um bom tempo, até 1777. Nesse ano, por meio de um decreto, datado de 20 de agosto, d. Maria I determinou a criação de um Conselho de Justiça e regulou novamente os Conselhos de Guerra. A justificativa apresentada no alvará é de que os Conselhos de Guerra vinham se acumulando e que essa demora estava causando danos à administração da justiça. O texto, porém, é pouco claro. A princípio, Conselho de Justiça foi o nome dado a uma reunião especial do Conselho de Guerra, que aconteceria uma vez por semana. Uma diferença chave em relação à antiga composição dos Conselhos de Guerra é que o alvará elevava o número e a qualificação dos juizes da sessão. Só participariam do novo Conselho desembargadores. Um deles seria o relator e os dois outros seriam adjuntos. Além

disso, os "ministros juristas" contariam com três vogais (oficiais militares nomeados pela Coroa) e com os conselheiros de guerra que comparecessem às sessões. O alvará menciona ainda, também de forma pouco clara, que o dito tribunal poderá confirmar ou moderar as sentenças que "se tiverem proferido contra os réus na forma do novo regulamento".

Pela leitura desse alvará, não é possível definir como o sistema funcionava. Com o poder de rever as sentenças, o Conselho de Justiça tornava-se uma espécie de segunda instância da justiça militar. Mas e o Conselho de Guerra, era a primeira? Sendo a resposta positiva, era de se esperar que em breve haveria conflitos entre as duas instâncias. Afinal, o Conselho de Justiça nascia como uma sessão do já tradicional Conselho de Guerra. E foi o que aconteceu. Em 1790, através de um novo decreto, de 13 de agosto, d. Maria esclarecia essas competências. Atendendo a "alguns justos motivos", definia o Conselho de Justiça como uma "instância superior" do Conselho de Guerra. Ou seja, havia um Conselho dentro do Conselho. A situação era tão delicada que esse alvará não bastou para definir a hierarquia entre eles. Três meses depois, d. Maria I se viu obrigada a baixar mais um decreto, específico para "esclarecer o decreto de 20 de agosto de 1777 e o decreto de 13 de agosto de 1790".[2] Só então a querela parece ter sido desfeita. Nele, definia-se a supremacia do Conselho de Justiça.

Essa experiência na elaboração de uma justiça militar em Portugal influenciou d. João, que apenas dois anos depois de todas essas redefinições, em 1792, assumia a governança do Reino em função dos problemas de saúde de sua mãe. O peso dessa influência é sentido quando organizamos um organograma da justiça militar criada por ele aqui no Brasil:

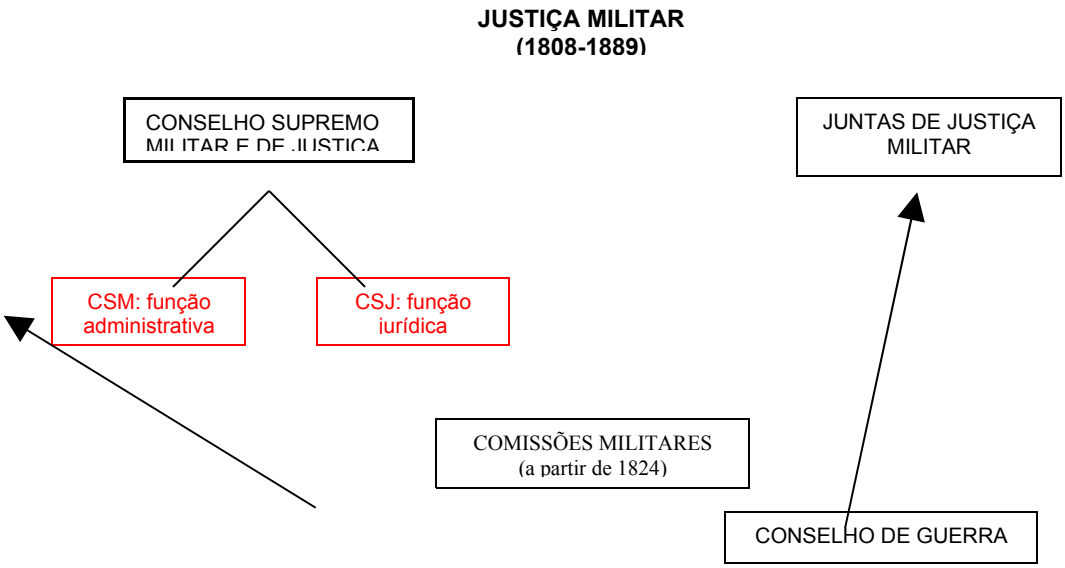

[2] Decreto de 13 de novembro de 1790. Ver: SILVA, 1844.

O primeiro ponto que salta aos olhos é o cuidado em delimitar com alguma precisão as fronteiras entre as instituições que compunham a justiça militar. O Conselho de Guerra de Lisboa com sua "instância superior", o Conselho de Justiça, se desdobra em praticamente três instituições. No que diz respeito à função propriamente jurídica, o Conselho de Justiça ganha autonomia e tem sua supremacia reconhecida com a criação do Conselho Supremo de Justiça (CSJ), uma esfera separada da primeira instância da justiça militar, que ficou com o nome tradicional de Conselho de Guerra. Os assuntos administrativos, que eram de competência do Conselho de Guerra de Lisboa, ganharam esfera própria, o Conselho Supremo Militar (CSM).

Juntos, o Conselho Supremo Militar e o Conselho Supremo de Justiça formavam o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Essa distinção – apesar de não ser geralmente observada – é estabelecida com clareza por d. João no alvará de 1º de abril. Inclusive, como pudemos ver, eles são regulados por regimentos diferentes.

O Conselho Supremo Militar dá continuidade à tradição do antigo Conselho de Guerra, sendo regulado, dentre outros documentos, pelo Regimento de 1643. Na lógica legislativa de Antigo Regime, esses outros documentos, resoluções e ordens régias não especificadas pelo alvará, cumpriam exatamente a tarefa de adaptar as instituições até então existentes às novas circunstâncias e necessidades da Coroa. Além do regimento de 1643, o alvará define apenas um outro, datado de 26 de outubro de 1796. Este regimento é o que dava forma em Portugal ao Conselho do Almirantado, encarregado da inspeção do ramo militar da Marinha. Isso significa que o Conselho Supremo Militar, em 1808, decidia aqui no Brasil questões administrativas do Exército e da Marinha. As questões mais comuns eram os requerimentos de promoções, reformas e pensões. O número de conselheiros destinado a esse serviço não é especificado no alvará. Ele se limita a afirmar que fariam parte do Conselho Militar todos os oficiais generais do Exército e da Marinha que já possuíam em Portugal o título do Conselho e os oficiais, de uma ou outra força, que fossem nomeados vogais.

O Conselho Supremo de Justiça seguia uma tradição bem mais recente, fundada por d. Maria I, com o decreto de 1777. São a essas resoluções, mencionadas acima, que d. João recorre nos 6º e 7º parágrafos do alvará de 1º de abril para determinar quais documentos regulamentariam o novo Conselho. É também no 7º parágrafo que define sua função: julgar em 2ª instância os processos crime que se formam aos réus que gozam do foro militar. Na sua composição, o Conselho de Justiça mantinha a estrutura do predecessor: 3 juizes togados, sendo 1 deles relator e os outros 2 adjuntos, além dos conselheiros e vogais, que poderiam participar das sessões.

Conselho de Guerra

O Conselho de Guerra, apesar de manter o nome tradicional, e com isso sugerir uma continuidade, era um tribunal novo. Antes de 1808, não havia na justiça militar portuguesa uma primeira instância separada. Mas, no que diz respeito às "fórmulas dos processos", ele também seguia alvarás do século XVIII. Isso é dito no capítulo 2º das "instruções" do brigadeiro Antônio Silveira Sampaio e, desse modo, continuou valendo para a justiça militar do Império do Brasil.

O primeiro alvará que – segundo o brigadeiro – tenta regular os processos é de 15 de julho de 1763. Seu principal objetivo – por mais surpreendente que possa parecer – é conter o arbítrio dos juízes. Estes, depois de provados os crimes, davam-se o direito de alterar a lei (Artigos de Guerra) que havia sido transgredida. A intenção era moderar as penas, tidas como severas demais. O segundo alvará, publicado dois anos depois, em 4 de setembro de 1765, enfrentava um problema ainda mais grave: a prática corrente na época de se formalizar os Conselhos de Guerra só com as perguntas feitas aos réus, seguindo-se de imediato a declaração das sentenças. Se o réu confessasse o crime, a sentença era condenatória, se o negasse, era absolvido. Daí a necessidade de o alvará definir os "termos substanciais" do processo e fornecer modelos para elaboração dos documentos. Cada processo deveria – pelo alvará – formar corpo de delito, com o registro detalhado das circunstâncias em que ocorreu crime, e convocar e inquirir testemunhas. Só então, proceder-se-ia ao interrogatório dos réus. Ao final, todos esses documentos, seguidos da sentença, deveriam subir à apreciação real.

Com essas exigências, a Coroa procurava não apenas implantar de fato uma justiça militar no Reino, como resguardar um antigo direito seu: o de "usar com os réus Minha Real Clemência para moderar em benefício seu o rigor das penas".

O novo Conselho de Guerra nascia vinculado a essa tradição e, desse modo, já obedecia a um padrão de formalização. Como primeira instância cabia a ele processar e julgar os réus a partir de certas normas, recolhendo e produzindo provas. Só então o processo subiria ao Conselho Supremo de Justiça e à Coroa, que poderiam, eles sim, rever e moderar penas.

Juntas de Justiça

A referência mais antiga que temos é de 1758. Essa Junta Militar foi formada na capitania do Pará, por carta real de 28 de agosto, exclusivamente para o julgamento de réus militares. Ainda que não tenha sido possível obter informações mais precisas sobre os motivos da constituição dessa Junta de Justiça Militar, sabe-se por esse mesmo alvará que, tal

como as Juntas criminais, as militares tinham a função de agilizar o andamento dos processos. Acreditava-se que a freqüência de crimes militares devia-se ao fato de se "impor as penas muito tempo depois e muito longe do lugar em que aconteceram".

Depois de 1808, com a implantação no Brasil de um novo formato de justiça militar, as Juntas de Justiça Militar foram sendo reformadas até assumirem, em 1827, já no reinado de d. Pedro I, a mesma função do Conselho Supremo de Justiça, regulando-se inclusive por seu regimento – elas julgariam em segunda instância os processos criminais.[3] Em apenas dois pontos elas se diferenciavam do Conselho. O primeiro deles refere-se a uma novidade implementada ainda por d. João: as Juntas militares podiam julgar também os réus civis. O segundo diz respeito a sua organização. Elas possuíam caráter permanente apenas nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. A razão disso era simples. Nas duas primeiras províncias, as dificuldades da navegação à vela tornavam a região muito distante do Rio de Janeiro e, com isso, era absolutamente necessário torná-las um pouco independentes da burocracia da corte, criando aí tribunais de segunda instância. Para Pernambuco e Bahia, a medida simbolizava uma vitória da causa descentralizadora defendida pelos liberais Por ora, basta destacar que as Juntas de Justiça Militar eram, pela lei de 1827, dirigidas pelo presidente da província e integradas por três desembargadores e três oficiais de maior patente na região. Assim, se por um lado a criação dessas Juntas militares evitava a longa tramitação dos processos até o Rio de Janeiro, por outro, ela criava uma situação bastante delicada: acabavam descentralizando as decisões judiciais. Era esse o principal interesse dos liberais de 1827.

Comissão Militar

Por fim, há as comissões militares. A visão desses tribunais que predomina hoje na historiografia é a dos liberais de 1831, que batizaram-nos de "tribunais de horror". O primeiro e mais famoso deles foi criado por d. Pedro I para julgar em 1824 os líderes da Confederação do Equador. A Comissão Militar criada pelo jovem imperador era uma versão despótica das Juntas de Justiça Militar. Temporária, organizada depois de ocorridos os fatos e com poderes para julgar todos os implicados no movimento, fossem militares ou civis, a Comissão Militar se distinguia por ser integrada quase exclusivamente por militares. Quem a

[3] Toda discussão que se inicia nesse parágrafo sobre as Juntas de Justiça Militar foi construída a partir da Carta régia de 17 de setembro de 1813, do alvará de 19 de Julho de 1816 e, sobretudo, da lei de 13 de outubro de 1827. Vale destacar que nessa importante lei de d. Pedro I, a instituição aparece apenas com o nome de Junta de Justiça. A opção por manter a nomenclatura Junta de Justiça Militar deve-se, assim, ao fato de ser esse o único documento que se refere a ela desse modo. Todos os demais, inclusive os que a criticam aos depois, a tratam como Junta de Justiça Militar, sendo elas tema de vários Relatórios do Ministério da Guerra, dentre esses os relatórios de 1855 e 1856, do futuro duque de Caxias.

presidia – seguindo determinação imperial – era o próprio coronel comandante das forças de repressão. Além disso, ela era composta por quatro vogais, sendo todos eles "oficiais da maior patente da brigada que marcha para a província".[4] Só havia um "juiz letrado" na Comissão, e ele exercia a função de relator. Todas essas autoridades – vogais e juiz – foram nomeadas pelo comandante das forças em operações na região. A medida revelou-se um erro político, tão maior porque, diferente dos monarcas que o precederam, d. Pedro era chefe de uma monarquia constitucional. A Comissão Militar mergulhou seu governo em uma profunda crise e forneceu aos liberais capital político para a articulação de uma frente de oposição, que resultaria no 7 de abril de 1831.

Bibliografia

BASTOS, Paulo César. *Superior Tribunal Militar: 173 anos de história*. Brasília, s/ed. 1981.
BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/ Difel, 1989.
COSTA, Fernando Dores. "O Bom uso das paixões: caminhos militares na mudança do modo de governar". In: *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Quarta série, vol.XXXIII, no. 149, 1998.
COSTA, Francisco Felisberto Dias. *L'École de l'Armée de Lisbonne*. Lisbonne, Instruction Publique en Portugal, Exposition Universelle de 1900, 1900.
COSTA, Veríssimo Antônio Ferreira da. *Coleção sistemática das leis militares de Portugal*. Lisboa, Impressão Régia, 1816.
DUMOURIEZ, Charles-François. *État du Royaume de Portugal*. Lausanne, François Grasset & Compagnie, 1775.
ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir.*. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima.*O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. RJ, Diadorim, 1993.
GARÇON, A. *L'Armée portugaise*. Paris: Limoges, 1887.
GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "Redes de Poder na América portuguesa. O Caso dos homens Bons do Rio de Janeiro, 1790-1822". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo/Humanas Publicações, vol.18, nº36, 1998. p.297-330.
JANOWITZ, Morris. *The professional soldier: a social and political portrait*. NY, Free Press, 1971.
LORIGA, Sabina. *Soldats, un laboratoire disciplinaire: l'armée piémontaise au XVIIIe. siècle*. Paris, Mentha, 1991.
MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. SP, Ed. 34, 1999.
SAMPAIO, Antônio Manoel da Silveira. *Instruções para o uso dos oficiais do Exército Nacional e Imperial nos processos de Conselho de Guerra*. RJ, Typ. Nacional, 1824.
SILVA, Antônio Delgado da. *Coleção de Legislação Portuguesa*. Lisboa, Tipografia de Luiz Correa da Cunha, 1844.

[4] Carta do imperador ao comandante Francisco de Lima e Silva de 27 de julho de 1824. In: MELLO, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Além do visual: Arte experimental no Brasil entre "imagens" e a crítica ao mundo da Imagem.

Beatriz D'Agostin Donadel*

Resumo:O ensaio pretende enfocar as especificidades de uma crítica a imagem visual que emerge nos processos da arte experimental brasileira. Para tanto, são observadas as propostas esboçadas em Tropicália (1968) e Crelazer (1969) de Hélio Oiticica. O texto seguirá a idéia de que, ao valorizar em seus trabalhos aspéctos táteis, olfativos, auditivos, além dos estímulos visuais, Oiticica problematiza a questão da cultura visual o que o leva a expandir a experiência estética para além da imagem.
Palavras-chave: Oiticica, imagem, arte experimental.

Abstract:The paper intends to focus on the particularitities of a critical of a visual image that emerges in the processes of the Brazilian experimental art.For this, are observed the proposals sketched in Tropicália (1968) and Crelazer (1969) of Hélio Oiticica. The text will follow the idea of that, when valuing in its works tactile, olfactory, auditory aspects, beyond the visual stimulations, Oiticica argues the visual culture what it takes it to expand the aesthetic experience beyond the image.
Keywords: Oiticica, image, experimental art.

Embora com certa "vocação construtiva" que lhe delega o sentido de transformação e organização do real, a arte contemporânea no Brasil, dos finais da década de 1960, parece interessar-se pelo caos, pelo fragmento, pelo acaso, pelo *descontinuum.*

Sabemos que a expressão através de imagens visuais é uma maneira de criar significados sobre o mundo, representações, mas não é a única.

No trabalho *36 Pontos Sonoros* (1982) o mapa da cidade de Amsterdã é traçado através da experiência dos diferentes sons emitidos aleatoriamente em diversos pontos da cidade. O artista Artur Barrio convida-nos a formar música, frases, figuras do exercício de "montagem" daqueles fragmentos sonoros (BARRIO,1982:88-89). O historiador Alain Corbin, por sua vez, nos leva a conhecer a Paris urbana do século XVIII através do registro de seus odores. Os discursos sobre os fedores dos mais diversos espaços da cidade nos traçam um mapa que difere-se daquele das referências visuais (CORBIN,1987:41). Esses exemplos ajudam a pensar uma questão que circula pelos estudos sobre "Cultura Visual": o domínio visual é um dado de caráter perceptivo (quantitativo, qualitativo) ou de outro tipo de forças ou relações de poder? (Cf: MARTINS, 2004). Não é nossa intenção responder a tal questionamento, porém

* Possui graduação em História. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina com bolsa CAPES.

parece-nos que os artistas que atuaram no Brasil no final da década de 60 ao problematizarem a imagem visual e expandirem suas experiências estéticas à outros sentidos ou mesmo à sinestesia, já chamam nossa atenção às questões multidisciplinares e históricas do sentido da visão.

O elemento visual e a voracidade comercial

Segundo Renato Ortiz o Brasil dos finais de 1960, já contava com uma indústria cultural consolidada. Alguns artístas encomodados com o problema de que toda inovação estética poderia se tornar trivial e ser explorada comercialmente elaboram maneiras de enfrentá-lo. Explorar um tipo de experiência artística que deslocasse o foco do objeto para o sujeito, possivelmente seria uma tática. Nesse contexto ganham espaço propostas que assumem cada vez mais o caráter experimental da arte: as obras abertas, os trabalhos *in progress,* direcionados não somente à visão, mas ao tato, ao olfato, à audição. Essas atitudes visam simultaneamente desestabilizar todo um sistema de artes vigente (dificultar a tentativa de "comercialização"e de "estandardização" da criação artística) e transferir ao público o papel de produtor visando experiências estéticas que repercurtissem na vida.

A atitude "antiarte" que leva Hélio Oiticica, já em meados da década de 60, à "apropriação às coisas do mundo" teria sido um "golpe fatal no conceito de museu, galeria de arte e ao próprio conceito de 'exposição'"(OITICICA, 1966:2). Sua afirmação incisiva: "ou nós modificamos, ou continuamos na mesma. Museu é o mundo: é a experiência cotidiana"(OITICICA, 1966:2) pode ser considerada fruto da experiência na manifestação realizada na abertura de Opinião 65. Lá o "espaço" institucional é negado aos integrantes da Mangueira (passistas, ritmistas) intervindo na sugestão artística inicial. Frente à circunstância, Oiticica propõe seus Parangolés do lado de fora do museu, onde os passistas vestem a "obra". Certamente dentro do museu, tudo estava muito organizado, limpo, planejado, localizado. A música invade os espaços, o movimento desorganiza, cria situações. Parangolé torna-se então paradigmático:

> *muito mais do que um termo para definir uma série de obras características: as capas, estandartes e tenda; 'Parangolé' é a formulação definitiva do que seja antiarte ambiental, justamente porque nessas obras, foi me dada a oportunidade, a idéia de fundir cor, estruturas, sentido poético, dança, palavra, fotografia*.(OITICICA, 1966:2).

Na ocasião, percebendo-se "não mais como um criador para a contemplação, mas como um motivador para a criação"(OITICICA, 1966:1), Oiticica concebe o artista como

"propositor" e o "espectador" como "participador"[1] lançando alguns dos pontos centrais no debate histórico que acompanhará os projetos de construção de uma arte de vanguarda no Brasil das décadas de 60 e 70.

Na exposição Nova Objetividade Brasileira (1967), Oiticica propõe o ambiente *Tropicália* uma espécie de síntese das preocupações da arte de vanguarda do Brasil. Apropriando-se da arquitetura das favelas, de sua precariedade, são instalados no museu dois penetráveis[2]: *Imagético* e *A pureza é um mito*, envoltos num cenário que faz referências (sonoras, táteis, olfativas, visuais, lúdicas) às favelas, ao samba, ao morro, à mata tropical. Ao entrar no penetrável de "A pureza é um mito" a pessoa era circundada por um ambiente na cor vermelha, onde sua percepção da cor era dada através de todo seu corpo. "A experiência estética ia se mesclando com a realidade nacional (mito do país tropical 'exuberante') e sua escassez (a favela), criando um acervo de imagens para cada 'participador'"(REIS,2005:157). No final do percurso passava-se pelo penetrável "Imagético" onde "tinha uma cadeira, a pessoa se sentava e tinha uma televisão permanentemente ligada" (ZILIO,1977:30). Oiticica revela que no conjunto "Tropicália" queria fazer um **exercício de imagens em todas as suas formas.**

Meses mais tarde o artista constata desapontado que Tropicália virou moda! O veneno da paródia tinha sido absorvido, e a imagem, apreendida diretamente para o consumo. Se real é substituído por imagens, o referente vivenciado deixa de existir. Compreendeu então que a fixação na imagem visual impedia as pessoas de perceberem a experiência corporal de penetrar no ambiente, assim, nas montagens posteriores Oiticica esvaziou seus "Penetráveis" de imagens, daí por diante quis fornecer apenas o mínimo, alguns estímulos sensoriais (BRETT,2005:48). A criação cabia a cada participante.

Inquietações com relação à imagem visual acompanham as reflexões dos artistas contemporâneos. Duchamp percebe a impotência do pintor na sociedade industrial, defasado pela realidade dos processos mecânicos de reprodução (CANONGIA, 2005:16). Warhol compreende que "a agitação através da arte servia apenas para manter ativa uma gigantesca máquina do espetáculo"(HONNEF, c1994:44). A Imagem absorveria literalmente o seu modelo ao ponto de fazê-lo desaparecer. "A morte física de Marilin Monroe (...) confirma a superioridade da imagem" (HONNEF, c1994:44).

---

[1] Para expor a noção de Oiticica sobre a participação do público acrescento a citação: "*O 'não achar' também é uma participação importante, pois define a oportunidade de 'escolha' daquele que se propõe a participação – a obra do artista, no que possuiria de fixa, só toma sentido e se completa ante a atitude de cada participador – este é que lhe empresta o significado correspondente – algo é previsto pelo artista, mas as significações emprestadas são possibilidades suscitadas pela obra, não previstas, incluindo a não-participação nas suas inúmeras possibilidades também*"(OITICICA, 1966).

[2] Estruturas como grandes caixas coloridas em forma de labirinto por onde o espectador circula através de "corredores".

Walter Benjamim, em seu trabalho das Passagens parisienses, descreve as vitrines, feiras, exposições mundiais como "fascinante experiência visual". O autor vê nas feiras internacionais a origem da "indústria de prazer": onde o *slogan* subliminar "Olhe, mas não toque!" preparava as massas a obter prazer apenas do espetáculo (BUCK-MORSS, 2002:116).

"Uma idéia de mundo aspira seu começo"

Meses após a exposição de *Tropicália*, Hélio Oiticica parece apontar para uma nova estratégia:

> *E agora o que se vê? Burgueses, subintelectuais, cretinos de toda espécie, a pregar tropicalismo, tropicália (virou moda!) – enfim, a transformar em consumo algo que não sabem direito o que é. (...) muito bom, mas não se esqueçam que há elementos aí que não poderão ser consumidos por esta voracidade burguesa: o elemento vivencial direto, que vai* ***além do problema da imagem****, pois quem fala em tropicalismo apanha diretamente a imagem para o consumo, ultra superficial, mas a vivência existencial escapa, pois não a possuem(...).* (OITICICA,1968:3)

Nos escrítos sobre o Programa Crelazer, o artista parte da premissa de "não ocupar um lugar específico no espaço e no tempo"(OITICICA,1969[1]:1), os ambientes propostos convidam as pessoas a resgatarem a experiência de estar no mundo, sem referências as informações que já acumularam sobre ele (BRETT,2005:39). É no mundo da imagem que o repertório imagético é superado para um novo sentido. O que era "aberto" se torna "supraberto".

Se o efeito da tecnologia tinha sido o de estilhaçar a experiência em fragmento, tanto no trabalho como no ócio, como percebe Benjamin (BUCK-MORSS, 2002:116), o paradigma artístico dos anos 60 e 70, longe de ignorar ou recusar, dá significado a esses "cacos", a fim de que eles proporcionem uma transformação do indivíduo em suas dimensões ética e social.

"Em Éden, o visitante entra na água em um lugar coberto, e caminha sozinho em uma cabine com grandes folhas planas no chão. (...)Todas as obras em Éden são sítios, retirados de contingências particulares, fora da história e do tempo" (BRETT,2005:39). Segundo Oiticica, as sementes do Éden propunham 'visões' ao Crelazer:

> *a cama-bólide onde se entra e se deita sob a estrutura de juta: a concentração do lazer, que se tende a fixar. O trajeto do pé nu sobre a areia, que se interrompecom as sussessivas entradas nos penetráveis de água, "Iemanjá", de folhas, "Lololiano", de palha, "Cannabiana". Ainda pela areia chega-se à areia limitada em área no bólide-área1, e ao feno no bólide-área2,* ***onde se deita como se à espera do sol interno****, do lazer não-repressivo.*(OITICICA, 1969:1)

O experimento de Hélio Oiticica na galeria Whitechapel em Londres em 1969 revelou a perplexidade da crítica de arte que descreveu a mostra como: infantil, pouco interessante e pouco equiparavél ao mundo real (BRETT, 2005:47). Crítica em nada surpreendente se pensarmos que todo o movimento de sua obra tinha sido o de tratar o público como um potencial colaborador, cujo "engajamento físico adquiriu uma série de formas corriqueiras da vida cotidiana, porém inéditas em um museu"(BRETT, 2005:76). A arte experimental ocupa o espaço institucional deslocando os pressupostos da apreciação artística: é interessante tocar, andar descalço, vestir, dançar, fazer barulho, improvisar, desorganizar, habitar. Desnuda-se um sistema de valores culturais.

Não interessa dissecar os significados de cada elemento que compõe a obra, talvez seja impossível experimentar seu funcionamento através de documentação reconstituições, fotografias. As grandes certezas da arte, as grandes explicações acabadas certamente estão mais relacionadas a um mercado de artes, às grandes exposições museológicas, do que ao problema do saber. Talvez seja o desconforto um grande mobilizador à atividade intelectual da arte. O certo é que algumas reflexões, especificamente sobre proposições da arte experimental, não acontecem diretamento no ato contemplativo ou da experiência. Elas podem vir em "saltos", no próprio cotidiano, num momento mesmo de distração. Artístas como Hélio Oiticica e Artur Barrio parecem dizer: relaxem! O ato de fruição deve aliar-se ao acaso e ao gozo.

> *A tenda preta enigmática, concentra o esconder-se, como um ovo, e dentro a música de Caetano e Gil não é uma imagem superposta, mas uma nova relação do mundo escondido, um "sentido" que se alia ao tato, mas sem se erguer em "imagens tácteis" como no penetrável táctil-sensorial da Tropicália (síntese da imagem quando se inter-relacionavam) –* ***nessa tenda preta uma idéia de mundo aspira seu começo: o mundo que se cria no nosso lazer, em torno dele, não como fuga mas como ápice dos desejos humanos****. (OITICICA, 1969:1)*

As imagens que se formarem serão plurissensoriais e descontínuas. Intemporais. Imagens em crise. Imagens que criticam a imagem. Serão "forma e transformação de um lado; conhecimento e crítica do conhecimento, de outro".(DIDI-HUBBEMAN,p.179)

Referências Bibliográficas:

BARRIO, Artur. "36 Pontos Sonoros". 1982.In:CANONGIA, Ligia (org.). Artur Barrio. Rio de Janeiro: Ed. Modo, 2002. 271p.

BRETT, Guy. Brasil experimental – Arte/Vida: Proposições e paradoxos. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2005. 288p.

BUCK-MORSS, Susan. Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens. Belo Horizonte, 2002.

CANONGIA, Ligia. O legado dos anos 60 e 70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2005.

CORBIN,Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

DIDI-HUBERMAN, Georges. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Ed. 34, 1998. 260p.

HONNEF, Klaus. Arte contemporânea. Koln: B. Taschen, c1994. 238p.

OITICICA, Hélio. As Possibilidades do CRELAZER. Paris, 10 de maio de 1969. Fac-símile digital. 2p.

_____. CRELAZER. 14 de janeiro de 1969[1]. Fac-símile digital. 1p.

_____. Posição e Programa. Julho de 1966. Fac-símile digital, p.2.

_____. Tropicália. 4 de março de 1968. Fac-símile digital p.3 (negrito meu)

REIS, Paulo R. O. Exposições de arte: vanguarda e política entre os anos 1965 e 1970 . (Tese) Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2005. 213p. Disponível em http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/2397/1/tese.pdf

ZÍLIO, Carlos. Artes Plásticas: Da Antropofagia à Tropicália. In: O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp.11-56.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Relações em conflito: os comerciantes de Vila Bela da Santíssima Trindade e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1752-1778)

Nathália Maria Dorado Rodrigues*

Resumo: Em 1755, foi criada por Pombal a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Os interesses desta Companhia incluíram a Capitania de Mato Grosso, situada na fronteira oeste da colônia portuguesa na América. Por via dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé (rota das monções do norte), vilas, arraiais e fortes eram abastecidos com variados gêneros de mercadorias importadas da Europa, Ásia e África. Os comerciantes de Vila Bela cogitaram abandonar o comércio com a Companhia, por considerarem abusivos os preços cobrados, a falta de bons produtos nos armazéns, dentre os quais escravos, e a irregularidade das monções. Portanto, este estudo tem por objetivo analisar as relações comerciais entre esta Companhia e os comerciantes de Vila Bela que, ao longo da segunda metade do século XVIII foram permeadas por conflitos, negociações e acordos, nos quais interesses metropolitanos e locais se chocavam.
Palavras-chaves: Companhia do Grão-Pará e Maranhão; comerciantes; Vila Bela.

Abstract: In 1755, the General Company of Commerce of Grão-Pará and Maranhão was created by Pombal. The interests of this Company included the Capitancy of Mato Grosso, sited in the west border of the Portuguese colony in America. Through the rivers Madeira-Mamoré-Guaporé (route of the northern monsoons), villes, settles and fortress were provisioning for sorties kind of imported mercancy from Europe, Asia and Africa. The traders from Vila Bela cogitated to abandon the commerce with the Company for consider expensive the prices, the scarcity of quality goods in wherehouses, includ slaves, and because of irregularity of monsoons. Then, this study objetive to analyse the commercial relationship between this Company and the Vila Bela traders, what by the half of XVIIIth were conduceds by conflicts, negociations, and agreements, where metropolitans and locals interests entered in chock.
Keywords: General Company of Grão-Pará and Maranhão; traders; Vila Bela.

O funcionamento das companhias monopolistas de comércio nas várias partes do império luso, permitiu o estabelecimento de conexões entre a África, a Ásia, a América e o centro de poder, Portugal. Após o terremoto de Lisboa (1755), Sebastião de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, recebeu completa autoridade de D. José I. A administração de Pombal

* Aluna do Programa de Pós-graduação – Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, sob a orientação da Profª. Drª. Leny Caselli Anzai – Bolsista Capes.

só findou com a morte de D. José I, em 1777. Deste modo, influenciado por doutrinas iluministas e mercantilistas Pombal implementou,

> *um complexo conjunto de disposições administrativas e jurídicas articuladas entre si, cujos fins eram, em última instância, redinamizar a política e a economia do Estado português. A nova ordem implicaria em "reformar" as mais amplas esferas portuguesas e, nessa perspectiva, também o universo ultramarino, sua estrutura e lógica.* (FERREIRA, 2002:35)

Segundo Maxwell (1996:6-16), a questão que o preocupava era a de

> *"como conservar e explorar os consideráveis bens de ultramarinos que Portugal controlava na Ásia, África e América e desenvolver um mecanismo para concorrer com a dominação econômica britânica sem enfraquecer a aliança política e militar necessária para conter a Espanha".*

A proposta da criação de companhias comerciais monopolistas, surgiu como alternativa para recuperar e desenvolver os setores e espaços vitais da economia (MAXWELL, 1996:16). No caso das companhias atuantes no espaço colonial brasileiro interessava três pontos: "o controle monopolístico da circulação, o incentivo às produções coloniais de interesse comercial e o tráfico de escravos" (FALCON, 2001:233).

Em meados do século XVIII, Portugal se recuperava de uma grave crise econômica que o assolava desde meados do século XVII. Pesavam os problemas oriundos da Restauração (1640), e das presenças estrangeiras em seus territórios – sobretudo ingleses e holandeses.

Porém, nos anos iniciais do século XVIII, *"*os reditos dados à Coroa pelo Brasil aumentaram quando da descoberta de diamantes em Minas Gerais, em 1729, e na Bahia, em 1732 e o ouro aparecia além de Minas Gerais em Mato Grosso, Goiás, Bahia e Ceará*"* (HOPPE, 1970:53). O avanço dos bandeirantes pelo interior do Brasil em busca de índios e riquezas naturais, ultrapassava os limites lusos e hispânicos, até então estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1498). Durante o reinado de D. João V, as mercadorias de exportação oriundas do Brasil (tabaco e o açúcar) juntavam-se ao ouro de Minas Gerais, responsável por equilibrar a balança comercial deficitária com a Inglaterra.

No Reino, as casas comerciais inglesas predominavam e aumentavam rapidamente. Com o fim do reinado de D. João V, as rendas oriundas do ouro do Brasil,

haviam diminuído. Portugal adentrou a segunda metade do século XVIII em estado de fragilidade.

A partir da década de 1750, no âmbito da criação das companhias, segundo Érika S. Carlos (2001:39), *"*a legislação pombalina oscilava entre a liberação de algumas vias comerciais e monopolização absoluta de outras".

Para o espaço amazônico se pensou a implantação de uma companhia monopolista. O Capitão-General do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, desejava mais investimentos na economia do Estado do Pará a fim de desenvolver seu potencial de exportação que, segundo ele, uma companhia monopolista o faria. Mendonça Furtado recomendava a fundação de uma companhia comercial privilegiada para a região, cujo abastecimento de escravos africanos neutralizaria a necessidade de escravos indígenas, malogrando a influência jesuítica. O fornecimento dessa mão-de-obra seria crucial para a agricultura e o comércio, aumentando a receita real. Parte dessa receita financiaria a defesa das fronteiras da América portuguesa. (MAXWELL, 1996:59)

Durante a administração pombalina, essa região foi alvo de um conjunto de ações articuladas e sistematizadas por parte do Estado e da Igreja. Com relação a esta última, caracterizou-se, sobretudo, pela atuação das missões religiosas. Por sua vez, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

> *veio ao encontro de dinamizar a economia e o povoamento da região amazônica. Representou também a tentativa de fortalecer as ainda incipientes penetração e colonização do território – tendo em vista uma política geo-estratégica maior, de interligação do Estado do Grão-Pará e Maranhão com o Estado do Brasil, por intermédio de Mato Grosso – o que, uma vez consolidado, garantiria as fronteiras lusas na América. O fortalecimento do Grão-Pará e Maranhão também ajudaria a proteger o Estado do Brasil*. (FERREIRA, 2002:37)

De modo geral, a política pombalina para o Grão-Pará congregou três eixos: a Criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), a criação do Diretório dos Índios (1755) e a expulsão dos Jesuítas (1759). Ainda no âmbito dessa política, questões de ordem geopolíticas mereceram uma maior atenção, pois as fronteiras entre Portugal e Espanha não estavam definidas. Dentro deste contexto é que buscamos compreender as relações comerciais mantidas entre a Companhia do Grão Pará e Maranhão e a Capitania de Mato Grosso.

Por Alvará Régio de 7 de junho de 1755, foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão ou, simplesmente, Companhia do Pará. As rotas da companhia

compunham Lisboa, Angola, Cabo Verde, Bissau, Cacheu, Maranhão e Pará (CARREIRA, 1988:99). Nas regiões africanas o comércio centrava-se no tráfico de escravos, sendo as exportações de marfim, urzela, panaria, ouro e prata. O Estado do Grão-Pará e Maranhão importava tecidos, ferramentas, louças, perfumaria, vinhos e gêneros alimentícios finos. As exportações consistiam de algodão, drogas do sertão, arroz e couro. Os lavradores do Grão-Pará e Maranhão que quisessem exportar seus produtos os passavam em consignação aos agentes da Companhia para leilão, em Lisboa[1] (CARREIRA, 1988:129-162).

Não obstante seu desenvolvimento no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia ainda passou a atuar no Estado do Brasil, mantendo relações comerciais com a Capitania de Mato Grosso, criada em 1748, sendo sua capital Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752. A capitania era considerada pela coroa portuguesa "a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil" (IHGMT, 2001:12).

Embora o povoamento da capitania tenha se dado a partir das descobertas auríferas, havia uma economia de subsistência. Produzia-se milho, feijão, farinha, toucinho, aguardente, açúcar, melado, galinhas, patos, peixes, porcos e bovinos, que complementava o abastecimento da população. Importava-se sal, ferramentas, armas, pólvora, tecidos e louças (LUCÍDIO, 2004:26).

O abastecimento de produtos importados em Vila Bela e suas imediações era, até o efetivo estabelecimento da Companhia do Pará, praticamente dependente do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma vez "descoberta" a rota fluvial que ligava Vila Bela ao Grão-Pará (1742), Rolim de Moura (apud MESQUITA & VALADÃO, 1982:32), já em 1751, advertia sobre seus benefícios para as duas capitanias:

> *A primeira que do Pará hão de concorrer naturalmente muitas pessoas para aquelas minas. A segunda, que as fazendas e mantimentos do reino vindos por ali hão de ser mais baratos, o que facilitará a subsistência dos seus moradores. A terceira, que por aquela parte fica muito mais breve a comunicação com a corte, donde pode ser socorrida esta capitania com grande brevidade. E quarta fazermo-nos senhores daquelas navegação*.

Nas palavras de Rolim de Moura ficam evidentes os problemas de abastecimento decorrentes das monções que vinham de São Paulo: os preços e a demora.

---

[1] Havia despesas tanto no local de origem como no ponto final dos produtos, Lisboa. Na origem, os gastos referiam-se ao ensacamento, às comissões, aos direitos alfandegários, amostras para avaliação, descargas, carretos e transportes, juízes da mesa, guardas, porteiros e comissões da companhia.

Em 1756, Diogo de Mendonça Corte Real ressaltou ao governador Rolim de Moura os benefícios que traria a Companhia do Pará à Capitania de Mato Grosso por introduzir mão de obra africana: "como se tem estabelecido a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, e grande fim que se propõe é de introduzir muitos negros, espero que a abundância deles possa chegar a esse país, para que se continue em novos descobertos de minas" (DOC. 01).

A importância da fundação de povoações ao longo do trajeto das monções estava assentada não só no reabastecimento aos viajantes e assistência aos comerciantes, mas na posse da região ocupada. Nas feitorias erigidas no caminho, construíam-se armazéns para estocar as mercadorias necessárias ao comércio. Estas seriam levantadas com o apoio da Companhia do Pará, pois a interessava. O Forte Príncipe da Beira foi um desses locais de abastecimento dos viajantes.

> *Suas dependências internas armazenaram produtos da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão; sua guarnição e os moradores de seu entorno apoiaram monções do norte com gêneros alimentícios, soldados, índios e escravos no percurso; seus cirurgiões e boticários deram assistência à saúde dos viajantes. Cumpriu papel de feitoria, inclusive arrecadando taxas e tributos.* (FERNANDES, 2003:159)

A partir do funcionamento da Companhia do Pará e a utilização da rota do Madeira, foi possível à Coroa portuguesa assegurar a posse de um território importantíssimo, pois "razões geopolíticas prevaleceram na abertura desse caminho, reafirmando a posição portuguesa sobre aquelas possessões" (CANAVARROS, 2004:246).

As carregações trazidas pelos comerciantes tinham que pagar tributo de entrada nos postos de registro, onde se anotavam e pesavam todas as cargas que entravam na capitania, aumentando os preços em Mato Grosso. Entretanto, as vendas aos comerciantes eram feitas a crédito. E mesmo as compras que os homens de negócio faziam com a Companhia eram todas por crédito.

Esperava-se que os negociantes que atuassem no comércio de gêneros oriundos do Rio passassem a comercializar com as carregações do Pará. A concorrência certamente baratearia os produtos, de modo que não faltassem no mercado.

> *Os homens de negócio vem muito satisfeitos do bom tratamento e franqueza que acharam na Companhia, por cujo motivo julgo que não só estes, mas outros que negociam para o Rio e Bahia, freqüentarão o comércio por esta parte, com grande utilidade da mesma companhia.* (DOC. 02)

Por diversas vezes houve carência de alguns mantimentos na capitania. Em correspondência enviada pelos agentes administrativos da Companhia ao governador e capitão general Luís Pinto de Souza Coutinho, registraram-se os motivos de tal carestia:

> *Há muitos anos que esta Companhia deseja fazer para essa capitania um comércio sólido e (...) sem lhe ter sido conseguido até o presente por encontrar uma grande inconstância nos negociantes, e não terem estes exigido monções certas de virem a esta cidade fazerem o seu comércio, e como se pratica nas mais partes, esta incerteza é o motivo principal se não encontrarem os gêneros que necessitam para bem formar e surtirem as suas carregações.* (DOC. 03)

E continuavam justificando que devido à irregularidade das monções dispunham somente dos gêneros que consideravam serem mais gastáveis e terem consumo, deixando claro que seria "conseqüência infalível que a metê-los a Companhia forçosamente os há de perder, como o tem experimentado em várias ocasiões". Por conta disso, deixaram sugestões ao capitão general de como contornar a situação, dizendo que os comerciantes deveriam ir ao Pará todos os anos, mas dividindo-se em dois corpos, sendo que uns em um ano, e outros no seguinte, de modo a se estabelecerem na cidade até o início do mês de agosto, onde encontrariam todos os gêneros que precisassem. (DOC. 03)

Essa sazonalidade das monções exigia dos homens a diversificação de suas ocupações. Eram lavradores, além de sertanistas, o que implicava que também armavam bandeiras. Possuíam sítios, escravos, gado e participavam de um pequeno comércio. Detinham o capital, e estavam sempre à busca de novos empreendimentos que permitissem a eles recuperar créditos e obter lucros. Havia ainda aqueles que se dedicavam a fazer, consertar e vender canoas e remos. Desse modo, "o comércio caminhava pari passu com as descobertas auríferas e muitas vezes suplantava-as" (CANAVARROS, 2004:204). Os comerciantes também ocupavam cargos nas Câmaras de Vila Bela e da Vila de Cuiabá.

Ao que parece, as autoridades não se descuidavam dos problemas de abastecimento, uma vez que estava clara a importância da utilização das rotas pelos rios Madeira e Paraguai, que ligavam as duas vilas mais importantes da capitania aos portos marítimos. Na visão do governador Luis Pinto de Souza Coutinho, regularizar as monções, de modo que chegassem duas por ano, se possível, representaria preços mais baratos e a contínua presença das fazendas, contribuindo para a subsistência pública e, conseqüentemente, para o aumento da povoação.

As razões pelas quais os homens de negócio estavam preferindo comercializar com as praças de São Paulo e do Rio de Janeiro em detrimento do Pará eram as seguintes, nas palavras de Luís Pinto de Souza Coutinho:

> *1° Na falta de provimentos sortidos nos armazéns da Companhia; 2° Na penúria dos escravos com que a mesma Companhia dirigia as suas especulações, e na carestia e na qualidade dos mesmos; 3° Na rigorosa obrigação em que constituía aos negociantes de se abonarem cada um de per si, e um por todos, contra a prática estabelecida nos mais portos de mar; 4° Em não dar a Companhia espera alguma de juros, quando se efetua a venda, ao mesmo tempo em que nas mais praças se lhes faculta ao menos; 5° Finalmente, nos grandes empates que muitas vezes sofrem as monções naquele porto, assim por falta dos sobreditos escravos, como pela dificuldade em lhe aprontarem índios para a sua navegação, por parte do governo*. (IHGMT, 2001:38)

O governador Luís Pinto na medida em que apontava os problemas pertinentes ao comércio com a Companhia também oferecia soluções nas instruções deixadas ao seu sucessor, Luiz de Albuquerque. Partindo de sua experiência como governador da Capitania de Mato Grosso, Luis Pinto se referia sempre a *"*dar a maior liberdade possível ao comércio*"* e para que esse objetivo fosse alcançado, exemplificava a Luis de Albuquerque o modo como procedeu com relação ao comércio durante seu governo. Dizia o capitão-general:

> *O sistema que me propus em todo da minha administração facilitei primeiramente aos homens de negócio a liberdade de partirem em todo o tempo desta Capitania quase solto, mas próspero e seguro; não neguei licença a pessoa alguma, que julguei própria para intentar qualquer gênero de negócio, ainda independente de grandes cabedais; não fui nada austero em dar baixa aos soldados que a requereram, e que tinham juntando alguma porção de ouro suficiente para empreenderem qualquer negócio, e o resultado dessa condescendência foi que todos os que a obtiveram se dedicaram ao comércio; outra consideração não menos importante consistiu em não tomar nunca com violência os cabedais aos homens de negócio por parte da Fazenda, e em lhes satisfazer correntemente, deste modo se pode restabelecer com o tempo o crédito da mesma Fazenda, se economizaram consideravelmente todas as compras, e se firmou a liberdade e segurança pública entre aquela classe de pessoas.* (IHGMT, 2001:37)

Neste relato de Luis Pinto, ficam evidentes os procedimentos tomados em relação aos comerciantes da Capitania de Mato Grosso. Para ele, embora houvesse reclamações, o comércio assumiu papel primordial para o desenvolvimento, aumento e fixação da população na Capitania. Por fim, acordos e negociações prevaleceram na manutenção desse comércio. Em suma, as decisões tomadas sempre estavam atreladas aos interesses da Coroa portuguesa. Essas instruções são reveladoras das ações metropolitanas na Capitania e de como se davam as relações entre os variados agentes históricos pertencentes a este espaço.

Referências bibliográficas:

CANAVARROS, O. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752).* Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CARLOS, E. S. A. *O fim do monopólio*: a extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780). 2001. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CARREIRA, A. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. vol. 1, O Comércio monopolista: Portugal–Áfica–Brasil na segunda metade do século XVIII.

DOC. 01. *Diogo de Mendonça Corte Real a D. Antônio Rolim de Moura*. Lata 1756 A, Governadoria, n. 62. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

DOC. 02. *João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. Microfilme ano 1765, cx. 13, doc. 763. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / Universidade Federal de Mato Grosso.

DOC. 03. *Gonçalo Pereira França a Luís Pinto de Souza Coutinho*. Lata 1769, Governadoria, n. 208. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

FALCON, F. C. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2001.

FERNANDES, S. E. Forte Príncipe da Beira: militares e paisanos. In: ROSA, C. A. & JESUS, N. M. (orgs.). *A terra da conquista:* história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003, Parte 2:157-67.

FERREIRA, I.B. *Territorialidades de um império*: a Amazônia colonial (1751–1759). Dissertação de Mestrado. UnB, 2002.

HOPPE, F. *A África oriental portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

IHGMT (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO). *Instruções aos Capitães-Generais.* Cuiabá: IHGMT, 2001. (Publicações Avulsas, 27)

LUCÍDIO, J. A. B. A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII. Cuiabá: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2004. *Projeto Fronteira Ocidental*: arqueologia e história – Vila Bela da Santíssima Trindade.

MAXWELL, K. R. *Marquês de Pombal:* paradoxo do iluminismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MESQUITA, A. & VALADÃO, N. *D. Antônio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja*: correspondências. Cuiabá: UFMT/NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, série: Capitães-generais, v. 1).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As relações de família e práticas religiosas a partir da memória de colonizadores no oeste do Paraná

Nilceu Jacob Deitos*

Resumo: A pesquisa que desenvolvo consiste na investigação da construção da memória a partir de depoimentos gravados que fazem parte do acervo documental do Museu Histórico Willy Barth de Toledo-PR. Os depoimentos foram feitos há alguns anos através de uma iniciativa do Poder Público do município e do próprio museu. A escolha dos entrevistados teve como critério o período em que chegaram a Toledo, privilegiando aqueles que vieram nas décadas de 1940 e 1950, época que se registrou o início da colonização daquele município. A partir da transcrição dos depoimentos, o objetivo do trabalho consiste em apontar para alguns temas que são mais recorrentes nas falas, entre eles destacam-se as relações de família e a religiosidade presente entre os migrantes. Estes temas, entre outros, aparecem com muita freqüência nos depoimentos, e apontam para a reconstrução das experiências de um passado.
Palavras-chave: Memória - família - religiosidade.

Abstract: The research that has been developed consists in understanding the construction of the memory taking as base some interviews recorded that belong to the Historical Museum Willy Barth documentary in Toledo-PR. The interviews had been made some years ago as an initiative from the municipal government and the museum. Starting with the transcription of the interviews, the objective of this work consists in underlining some subjects that are more often said. Between those interviews, it catches the attention the family relationship and the religiosity among the migrants. These subjects, among others, appear quite frequently in the interviews, and they try to rebuild the past experiences.
Keywords: memory – family - religiosity.

O trabalho de investigação histórica que teve seu desenvolvimento na forma de projeto de pesquisa explorou uma documentação preservada no acervo do Museu Histórico Willy Barth do município de Toledo-PR. Esta documentação consiste no registro de depoimentos gravados em fitas K7 e foram realizados há alguns anos através de uma iniciativa da Secretaria de Cultura daquele município e o próprio museu. Os depoimentos foram gravados e foram feitos através de conversas realizadas de maneira um tanto informal.

A definição das pessoas que foram entrevistas teve como critério principal o período em que chegaram em Toledo. Este município está localizado no Oeste do Estado do

* Doutor em História e professor de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus Marechal Cândido Rondon).

Paraná, cujo processo de colonização é bastante recente, se comparado com outras regiões do Estado. É a partir do final da década de 1940 e início da década de 1950 que a região passou a ser colonizada, sendo até então uma área que, após o período de expulsão dos indígenas, ficou por algumas décadas sem registros históricos de ocupação efetiva. No final do século XIX registrou-se a criação de uma colônia militar em Foz do Iguaçu, com o objetivo de definição e preservação da fronteira. Na época ocorria a ação econômica baseada na extração da erva mate, prática realizada pela iniciativa empresarial de argentinos, que consistia na colheita da erva mate e o encaminhamento do produto para o território argentino, o qual era distribuído para o consumo interno e para exportação. A prática da extração do mate deu-se com a participação da mão de obra de paraguaios. Esta situação perdurou até fins da década de 1930, sendo que no período posterior ocorreu a estruturação da colonização da região, através da fixação do homem no espaço territorial onde posteriormente desenvolveu-se a prática agrícola, através da ação das companhias colonizadoras.

Segundo várias obras que abordam a historiografia regional, relativa à ocupação do Oeste do Paraná[1], é recorrente a caracterização do processo migratório fomentado pela atuação das companhias colonizadoras que começaram a se estabelecer na região, com mais intensidade a partir da metade do século XX.

Uma dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento das companhias colonizadoras e, como conseqüência, do Oeste do Paraná, foi a necessidade de madeira no mercado interno e externo do país, para atender à construção civil, para a significativa urbanização que o Brasil atravessava e para a reconstrução da Europa, destruída pela guerra (GREGORY, 2002). A dinâmica econômica proporcionada pela exploração da madeira provocava o retorno rápido de investimentos em relação à exploração, à industrialização e à comercialização da própria madeira motivou a atuação das companhias colonizadoras, as quais adquiriam glebas de terra e, após a exploração da madeira existente nas áreas, realizavam a venda da terra para os colonos que passaram a se fixar no interior e cultivar as os espaços agrícolas (GREGORY, 2002: 92). Neste contexto é pertinente registrar a política desencadeada pelo governo Vargas, denominada de "Marcha para o Oeste", onde o governo federal promoveu um processo de colonização e de ocupação de suas terras fronteiriças, dificultando à exploração estrangeira, e incentivando a criação e o estabelecimento de companhias madeireiras brasileiras e a efetiva colonização nacional na aquisição das terras. Neste contexto, inúmeras companhias se estabeleceram na região oeste do Paraná.

[1] As obras estão registradas nas referências bibliográficas, no final do texto.

Os depoimentos, que são objetos deste trabalho, são de pessoas que vieram para a região a partir da ação de companhias colonizadoras, portanto, a partir das décadas de 1940 e 1950. E por serem pessoas que habitam (ou habitavam) o município de Toledo, as referências que fazem ao período de colonização ou à companhia colonizadora é sempre relativa a Maripá (Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.) que foi a responsável pela atividade na área que hoje corresponde ao município de Toledo. Esta companhia abrangia uma área maior que totalizava 274.846 hectares de terra, e atualmente corresponde ao espaço territorial de mais de uma dezena de municípios do Oeste paranaense.

O objetivo do projeto de pesquisa foi realizar a transcrição de alguns depoimentos (20 entrevistas) e, em seguida, apontar para alguns aspectos que são mais recorrentes nas falas. Nesta pesquisa é perceptível a abordagem entre vários temas, aspectos relacionados às relações familiares e as manifestações religiosas.

Paralelamente ao trabalho de definir os temas mais freqüentes nos depoimentos, a investigação consiste na análise do estilo narrativo utilizado pelos entrevistados, e a maneira como se realiza a construção da memória, através das falas que expressam uma seletividade de informações, voltadas à re-elaboração do passado, para firmar a idéia de pioneirismo regional. Os elementos de nostalgia e a recorrência à idéia de um tempo melhor, onde as pessoas eram diferentes e as relações eram "melhores" também caracterizam as falas que procuram registrar a memória do período histórico de ocupação.

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Ela é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado. Um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, "coletiva". Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao "tempo que muda", às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (AMADO et FERREIRA, 1996).

O material empírico deste trabalho não consiste na produção de uma história oral. O arsenal de depoimentos preservados no Museu Histórico Willy Barth é o material documental disponível para este trabalho. Por isso a definição da construção do testemunho já foi previamente feita a partir da iniciativa que o poder público teve em realizar uma série de entrevistas (mais de duas centenas). A iniciativa que, no seu desenvolvimento, construiu o acervo de entrevistas, embora não realizadas com muita clareza metodológica, nem contando com uma ação profissional na elaboração de roteiros e melhor identificação dos entrevistados,

é o "documento" do qual lanço mão para desenvolver o projeto de pesquisa. A partir da transcrição de depoimentos é possível perceber a construção de uma memória que se faz em torno do processo de colonização de parte da região Oeste do Paraná.

Ao considerar a história oral, que subsidia a produção documental deste trabalho, parto do princípio que esta se caracteriza como uma metodologia, e a ela cabe estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho. A história oral, entendida em sua dimensão metodológica, deve funcionar como ponte entre a dimensão teórica e prática. Conforme observam Amado e Ferreira, "Esse é o terreno da história oral – o que a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas" (AMADO et FERREIRA, 1996).

Ao considerar alguns temas que se apresentam com mais freqüência nos depoimentos orais, reitero que a atividade da história oral consiste na re-visitação ao passado, à memória, apontando para aspectos que caracterizaram parte do cotidiano destas pessoas, cujos depoimentos foram recolhidos e guardados. Há um grande debate acadêmico que envolve a questão da história oral, sua pertinência, ou não, enquanto construtora de fontes documentais, e que questiona inclusive a consideração ou até mesmo a legitimação desta possibilidade de fazer história, a partir do depoimento oral. Segundo Jean-Pierre Wallot, "os arquivos orais existem, multiplicam-se em número e em qualidade, assim como os projetos de história oral" e acrescenta que a partir dos últimos tempos é possível antever a expansão que acontecerá neste campo de estudo (AMADO et FERREIRA, 1996:56). Diante desta questão, destaco a importância de alguns tipos de objetos históricos, conforme lembra Voldman, como, por exemplo, o estudo da memória, da vida cotidiana, da análise da evolução das representações ou dos discursos sobre os discursos, tais objetos, para Philippe Joutard, são tão estrategicamente decisivos para a compreensão de uma sociedade que abrem à pesquisa oral um campo considerável (AMADO et FERREIRA, 1996:56).

Nos depoimentos apresentados através das entrevistas que fazem parte do acervo do museu é pertinente registrar a recorrência a alguns temas os quais os entrevistados ora se atêm dispensando maior tempo, ora retomam com mais freqüência, tornando perceptível a expressão de maior entusiasmo ao abordar certas temáticas no decorrer das entrevistas. Seja pela entonação da voz ou a maneira aparentemente prazerosa que se expressam ao referir a determinados assuntos. Entre esses temas dois deles passam a ser o objeto de análise deste trabalho: os aspectos relacionados à família e as dimensões religiosas presentes entre os migrantes. Além desses, vários outros temas são tratados. Mas são esses aspectos citados

acima que aparecem com maior incidência nos relatos e sobre eles que as considerações a seguir estarão relacionadas.

Relações de trabalho e a família

A relação entre família e trabalho aparece com muita freqüência nos depoimentos, apontando para duas dimensões que acabavam construindo uma relação de nomização[2] para aquelas pessoas que se encontravam num espaço estranho, onde tudo estava para ser feito. As relações de família e de trabalho possibilitavam estabelecer a superação dos desafios, temores e dificuldades que aquele novo espaço oferecia. Através do trabalho e da família possibilitava-se um processo de desestranhamento.

> "Ah, foi sofrido, os primeiros meses, (...) porque muitos, chegavam ... aqui, iam de volta, porque sabe, não agüentavam, não se sujeitavam. (...) Cheguei ai, mas gostemos do lugar. No meio do mato. Eu gostei. Estava com a família junto. Voltar para quê?"[3]
> "Nenhum medo. Porque não sobrava tempo nem para ter medo. É verdade, não sobrava tempo para ter medo e nem para pensar se era dura a vida. Porque era dia e noite tinha que trabalhar. (...) Até foi bom assim, porque se a gente ficasse sem nada para fazer e ficar a pensar naquela vida que tava lá. Não sei como ia ficar. Eu acho que (iria) ficar muito triste aquilo lá. Mas como não podia parar nenhum instante (...)"[4]

A ocupação com as atividades possibilitava uma situação de despreocupação, o que contribuía no processo de desestranhamento. Se por um lado tinha a família, que servia como apoio à nova empreitada, por outro existiam inúmeras tarefas e atividades a serem feitas, que ocupava a maior parte do tempo.

> *"No início não tinha tempo para pensar em nada. Pouca coisa para comer. Eu trouxe verduras. Mas o Willy mandou fazer uma horta. Primeiro passou o trator para limpar, (...) Na Foz ele me pintou o céu. Que a casa estava muito boa, que ele tinha mandado limpar e tudo, mas era naquela base, aí eu cheguei, não tive tempo de pensar em voltar e não pensei mesmo. Pensei em arregaçar as mangas e trabalhar. E foi o que fiz"*[5].

A recorrência à memória aponta para uma idéia de desafio vencido. A referência que fazem de um tempo passado, por mais difícil e desafiador que se apresentava, é que foi

---

[2] A idéia de nomização não é na perspectiva de Durkhein como algo estável e acabado. É empregada segundo a concepção de Peter Berger, o qual aponta o perigo supremo da separação da sociedade como sendo o perigo da ausência de sentido. O discurso nomizante, aqui empregado, surge eivado de representações. Ver (BERGER, 1985).
[3] Entrevista concedida por Rosa Formigheri, s/d, em Toledo. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth.
[4] Entrevista concedida por Virgínia Ruaro no dia 25/06/1991 em Toledo. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth.
[5] Entrevista concedida por Diva Paim Barth no dia 24/08/1984 em Toledo. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth.

possível superar tudo aquilo que se colocava como aspectos dificultosos no dia a dia. Os depoimentos permitem antever uma seletividade nas informações, ressaltando o trabalho como o elemento que possibilitou o enfrentamento de situações hostis e também usado para a construção representativa de uma identidade de povo trabalhador e dedicado aos afazeres que apresentavam. Este aspecto é ainda perceptível na construção de vários discursos atuais, principalmente no campo político, que reportam ao período da colonização e, sobretudo, da chegada dos primeiros colonos, na busca de uma construção identitária do povo do Oeste do Paraná, definindo uma cultura do trabalho.

Dimensões religiosas presentes entre os migrantes

Aspectos relacionados à valorização das práticas religiosas também aparecem em vários momentos nos depoimentos. Seja na valorização de aspectos simbólicos, como, por exemplo, a referência às imagens de santos, seja nas práticas coletivas como a oração em família, a presença nos cultos e missas nos finais de semana. É possível perceber uma caracterização de nomização por parte dos migrantes, onde a religiosidade contribuiu no processo de desestranhamento do novo espaço onde se encontravam, e que tinham grandes desafios a serem enfrentados.

> *"(...) uma vez na missa apareceu um senhor, que era do Rio Grande (era Alfredo Ruaro), vieram na missa com dois ou três capangas que ele tinha (eram uns acompanhantes). Depois ele falou comigo, e me convidou para vir aqui ver (Toledo) (...) Então aceitei e vim. E no primeiro encontro já achei lá. Ele avisou que vinha "il preti", então aquela turma, uns cinqüenta, sessenta cortadores de mato, então vestidos de lenço na cabeça, sujos, cor de barro. A direita um revólver, a esquerda um facão. Então, "viva il preti, viva il preti", fizeram essa recepção. (rezei) uma missa lá debaixo de uma árvore. Então (...), me comoveu aquela missa. Porque todos (...) ficavam me olhando. Então o Ruaro estava no meu lado, que ajudava na (cerimônia) e depois durante a missa cantavam os cantos a Nossa Senhora o "Doce Jesus", e isso e aquilo, né em italiano e em brasileiro. Me comoveu e prometi que voltaria ai, toda vez que passava, visitar o Lopei"*[6].

"(...) (tenho devoção a...) Nossa Senhora é a qual a gente se dirige muito né, principalmente nos primeiros tempos aqui. (...) É, tinha que ter fé senão não dava para agüentar né".[7]

[6] Entrevista concedida por padre Antônio Patui, em Toledo, s/d. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth.
[7] Entrevista concedida por Felicida Brachdt, em Toledo, s/d. Arquivo do Museu Histórico Willy Barth.

Os depoimentos acima registrados ilustram um aspecto que aparece com freqüência nas entrevistas, que é a expressão de uma religiosidade coletiva, daí a valorização da figura do padre, do envolvimento na construção de templos, apontando para práticas religiosas coletivas. Também aparecem aspectos de uma religiosidade individual, que consiste nas práticas devocionais, na valorização das imagens de santos e nas orações familiares, como, por exemplo, a oração do terço em família e nas orações feitas antes das refeições. A dimensão religiosa é bastante presente na memória dos migrantes e, em suas narrativas, se vislumbra uma perspectiva de construção de legitimação de suas práticas cotidianas a partir de elementos religiosos.

Essas considerações permitem perceber, através de um estilo narrativo que evoca a memória, aspectos históricos da construção do Oeste do Paraná a partir da presença migratória de sulistas que vieram no final da década de 1940 e nas décadas seguintes.

Este trabalho investigativo ainda terá alguns desdobramentos em sua execução enquanto projeto de pesquisa que consiste em apontar a construção de uma memória através da construção discursiva de algumas personalidades que vivenciaram o processo de ocupação e as formas de registrarem suas lembranças de um passado, cuja memória atua de forma seletiva e de reconstrução de um passado histórico.

Referências bibliográficas:

ASSOESTE – Associação Educacional do Oeste do Paraná. **Síntese da história do Paraná**. Cascavel : Assoeste, s/d.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Trad. J. C. Barcello. São Paulo : Ed. Paulinas, 1985.

COLODEL, Augusto. **Obrages & companhias colonizadoras - Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena : Prefeitura Municipal, 1988.

DEITOS, Nilceu Jacob. **Representações pentecostais no oeste paranaense – A Congregação Cristã do Brasil em Cascavel – 1970-1995)**. Dissertação de mestrado. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

EMER, Ivo Oss. **A construção da escola no Oeste do Paraná**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970**. Niterói, Tese de doutorado, 1997.

HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1960-1985. Cascavel : Assoeste, 1985.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e utopia. O catolicismo na colonização de Toledo (Paraná, 1940-1970)**. Cascavel : Edunioeste. 2001.

OBERG, Kalervo et JABINE, Thomas. **Toledo: um município da fronteira oeste do Paraná**. Rio de Janeiro : USOM, 1960.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína et FERREIRA, Marieta de Moraes (coords). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHREINER, Davi Felix. **Cotidiano, trabalho e poder: a formação de uma cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná**. 2ª ed. Toledo : Ed. Toledo, 1997.

_____. **Entre a exclusão e a utopia – um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. Região sudoeste/oeste do Paraná)**. Tese de doutorado. São Paulo : USP, 2002.

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: a história**. Curitiba : Lagarto, 1992.

WACHOWICZ, Rui C. As frentes Pioneiras. In: **História do Paraná - Idéias em debate** *5*. Biblioteca Pública - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Curitiba, 1986.

_____. Obrageros, mensus e colonos - História do oeste paranaense. Curitiba : Vicentina, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Guerreiro Ramos, isebiano para Sociologia, Cultura e Educação: a sociedade brasileira nos anos 1950.

Antônio Marques do Vale[1]
Ivan Aparecido Manoel[2]

Resumo – A pesquisa investigou Guerreiro Ramos e, juntamente, o ISEB, papel dos intelectuais no Brasil e educação para a descolonização. O objetivo foi buscar como esse sociólogo analisou o estado de desenvolvimento da sociedade brasileira na década de 1950. A pesquisa, bibliográfica, foi orientada criticamente pela proposta de Gramsci para o debate aberto entre posições opostas e para a vigilância crítica. A visão de Ramos sobre a burguesia modernizante, e uma aliança com ela, é ambígua. Sem debate persistente, o sociólogo e outros, divididos, não conseguirão melhor educação para causas maiores que derrotam os diferentes formalismos e elitismos.
Palavras-chave: intelectuais educadores; desenvolvimento sócio-econômico; debate.

Abstract: Guerreiro Ramos, an isebian for sociology, culture and education: the brazilian society in the fifties
This research has investigated G. Ramos and then ISEB, the role of intellectuals in Brazil and education for decolonization. Its goal was to investigate how this sociologist analysed the development position of Brazilian people in the 1950s. This research, a bibliographical one, accepted the Gramsci's propositions for open debate among opposite viewpoints and for watchfulness. Ramos' views on modernising bourgeoisie, on an alliance with it, are ambiguous. Without a persistent debate, the sociologist and other intellectuals will not get a better education for causes that can rout formalism and elitism.
Keywords: education intellectuals; social and economical development; debate.

1. Introduzindo: objetivos e referencial teórico na pesquisa.

O objetivo desta pesquisa foi investigar o sociólogo Guerreiro Ramos, intelectual do grupo dos fundadores, dos "históricos" do ISEB (1955-1964) e a relação, nele, entre a sociologia e importantes aspectos filosófico-pedagógicos. Esses "históricos" adotaram a sigla para significar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros que, criado em 1955, existiu até abril de 1964 e que, entre os objetivos principais, contava o de formular uma ideologia nacional do desenvolvimento brasileiro. A pesquisa teve como referencial, desde o início, propostas de Antonio Gramsci, um intelectual dialético da cultura e da educação. Em

[1] Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em Ponta Grossa-PR, e docente, aí, no Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Educação. Doutor em Filosofia e História da Educação.
[2] Professor da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP. Campus de Franca-SP. Livre Docente em História, Professor e Pesquisador na área.

consagrado conceito, expressou uma vontade de unidade e, ao mesmo tempo, de anti-elitismo: "todos são intelectuais" (GRAMSCI, 1989: 7).

Os textos de Gramsci o revelam interessado na unidade italiana, uma unidade que vem de debate e aliança críticos entre operários da indústria do Norte e camponeses do Sul (MACCIOCCHI, 1977: 126-127; VALE, 2006: 23-24). Manacorda vê na unidade a meta, mas escreve: "No diálogo ideal entre democracia burguesa e socialismo, que caracteriza o nosso século, Gramsci, embora posicionado do lado socialista, soube interpretar e mediar exemplarmente as exigências comuns e divergentes" (MANACORDA, 2002: 334). Manacorda diz que Gramsci aceita "um trabalho cada vez mais evoluído tecnicamente" (MANACORDA, 1991: 137); na escola as crianças aprendam a "´capacidade de trabalhar` industrialmente, trabalho na fábrica, mas "dela autônomo" (Ibid.: 137). Na pesquisa, a opção de Gramsci pelo homem onilateral, ação e reflexão provocam rico debate.

2. Em Guerreiro Ramos, um Brasil que tinha de desenvolver-se na unidade.

Guerreiro Ramos nasceu no interior da Bahia, em 1915. Com 17 anos, já publicava algumas coisas em jornal e revistas literárias de Salvador. Interessava-se pelo tema da cultura. Unidade nacional é coisa que aprendera no movimento integralista. No Rio, fez estudos universitários com bolsa, ficou aí e se tornou professor e funcionário em 1942. Em 1943, entrou no Departamento de Administração do Serviço Público. Escreveu livros e artigos de cunho sociológico, e em 1949 publicou investigação acerca de intelectuais da sociologia e da antropologia. Assessor no gabinete civil de Vargas, compreendeu melhor o Brasil. Nesse ano, publicou *Sociologia do orçamento familiar*. Quando, no final de 1953, Hélio Jaguaribe e colegas cariocas, e ainda Corbisier, fundaram no Rio o IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – Ramos acompanhou, e pôde logo editar *O processo da sociologia no Brasil.* A sociologia seria "um instrumento de construção nacional" (VALE, 2006: 39).

Passados a ISEB, em julho de 1955, Ramos chefiou o Departamento de Sociologia. Dedicou-se às análises do poder e do nacionalismo, mas também à causa da educação dos negros. Houve tensões no Instituto, em 1958, e fortes. Foi professor convidado no exterior e teve trabalhos oficiais no Estado de Juscelino e de João Goulart, mas se transferiu aos EUA, onde faleceu em 1982. Um amigo norte-americano noticiou que ele, ali, alcançara "o auge de sua capacidade intelectual" (Ibid.: 40).

Colocando-se, de um ponto de vista nacionalista, contra o imperialismo cultural, manifestou o sentir pessoal de que só na década de 1950 se haviam dado as condições objetivas para notáveis mudanças rumo à emancipação econômica e cultural (Ibid.: 33-35). O País requeria um esforço de "transideologização"; o ISEB cuidaria disso (Ibid.: 29). Com o conceito, sugeria uma nova ideologia do desenvolvimento, crente que não havia as condições para uma revolução a partir do proletariado.

Guerreiro Ramos entendia o processo brasileiro como o de uma difícil construção sob a liderança da burguesia ou classe dominante; embora a própria classe dominante, escrevia, não possuísse ainda a "a consciência orgânica das necessidades da comunidade nacional", a compreensão do todo (Ibid.: 52-53). Os sociólogos iriam adotar modos novos e críticos, cuidar-se com produtos científicos importados, para olhar ao todo e a uma práxis coletiva. Se a liderança se achava definida, era o intelectual sociólogo quem organizaria e conduziria a "integração das condutas" (Ibid. 53; RAMOS, 1963: 205-206).

3. No próprio Guerreiro Ramos, o contexto do seu pensamento.

Guerreiro Ramos chamou de semicolonial o período de subdesenvolvimento anterior a 1950. Já escrevera, a partir da situação da Bahia, um artigo sobre o pauperismo que flagelava as maiorias no Brasil (RAMOS, 1951). Fazia-se urgente a mudança econômica e social, nesse período que, para todos os brasileiros na década de 1950 já parecia novo tempo. Com a urbanização, e mais com a industrialização, já se alteravam os seus hábitos de consumo. Ia sendo superada a condição de colônia; ele reputava como bom sinal que a pessoa do povo se ia tornando sujeito e centro de referências, a encher-se de conteúdo político e até se fazendo consumidora (RAMOS, 1958b: 71; VALE, 2006: 72).

Desde 1930, o Brasil passara pela experiência de uma "revolução burguesa", no aceleramento da industrialização. Consolidara-se nova força. Ao novo avanço capitalista após a segunda Guerra (1939-1945), e após os ventos de democracia e liberdade – Dutra e Vargas e JK – Guerreiro Ramos expressava mesmo uma paixão pela figura do empresário. Em 1957, arrojava-se a mostrar um próprio sentimento, malgrado imatura a classe dominante, de que o País se fazia predominantemente industrial.

A pesquisa atentou à contextualização: dois temas se conectam em Ramos, o da cultura do povo e o da administração, à qual ele atribuía boas experiências de intelectual. O Brasil tivera, como viu ele, apenas um papel de complementaridade, e ficara alijado das relações internacionais de produção. Verdadeiro povo surgiria, pois, só da união de uma

população obreira e uma burguesia empreendedora. O País devia reclamar por uma redefinição do poder nacional e, como País industrial, se tornar uma força para-si. Sair o Estado do vazio histórico significava verdadeiro nascimento de uma cultura. Uma administração de tipo emancipador nas condutas externas se apresentou no governo de Juscelino Kubitschek, governo que despertou otimismo, em Ramos, com um povo inteiro em pé e com a vocação de liderança da burguesia industrial (VALE, 2006: 81-82). Também cabia ver o Estado como normatividade primeira, não só por causa de encaminhar um processo emancipatório e nacionalista, mas também por causa de tirar melhor partido dos acontecimentos mundiais (RAMOS, 1957: 38).

Com tais enfatizações, Estado e interesses da comunidade nacional, Ramos ressalta a importância de aprofundar o sentido mesmo da redução sociológica, a saber: "uma comunidade servir-se da experiência de outras para realizar seu projeto de existência histórica" (VALE, 2006: 95). Em última instância, ao enfatizar a autonomia do intelectual com referência a um projeto *comunitário*, ele termina sobrelevando a força do Estado. Sacramenta a aliança com a facção burguesa hegemônica.

4. O poder, e o poder crítico e transformador da sociologia na obra de Guerreiro Ramos.

Ramos não ficou alheio ao tema da Revolução. Apreciava positivamente os tenentes e o movimento liberal-burguês de 1930. Falou de um projeto nacionalista e do "ser para si"; conceito, este último, que significava a apropriação total de si mesmo (1957). Opunha-se ao colonialismo, a ser erradicado, e propunha desempenho histórico independente, mudanças qualitativas e uma coletividade humana sem quarteladas. Tomar armas era patológico. Mantinha a revolução, porém, como categoria sociológica básica; era a democrático-burguesa, unificadora da classe burguesa e da massa dos trabalhadores (RAMOS, 1957: VALE, 2006: 100). Para Ramos, se manteria um melhor e mesmo regime produtivo, com o poder nas mãos de quem já o detinha. Em 1960, depois de sérias tensões, por pressão de alunos militares do ISEB, por questionamentos vindos de colegas pesquisadores, e pela solicitação da jovem disciplina da Sociologia do Conhecimento, atreveu-se a dizer que "nenhum sociólogo contestava o condicionamento dos grupos pelas respectivas posições na estrutura social" (1960; VALE: 148). Aliado da burguesia, não o demovia nem mesmo a presença já marcante da crítica marxista. O influxo da teoria de Hegel a respeito do Estado era forte nele, e o que se projetava, inegavelmente, era o Estado unificado e unificador.

Ramos afirmou que a própria classe média, pequena burguesia, jamais tivera pretensões de poder, e só pusera uns reparos tópicos às instituições. Por um certo hibridismo na distribuição de forças atingira larga participação no Estado Novo (RAMOS, 1961). Ele também entendia que a classe média alimentava as forças militares. Em 1957, na conferência a militares sobre a segurança nacional, chegou a exaltar a idéia de maior participação política dos mesmos, sugerindo que, neles, a sensibilidade política seria "virtude saudável da estrutura do país" (VALE, 2006: 107). Não agradou. Ficou a impressão de que as Forças Armadas vivessem numa divisão interna. Ramos respigava apoios para o nacionalismo da parcela da burguesia favorável à descolonização; intimamente, imaginava estar apoiando a suposta vontade política de toda a nação (VALE: 124).

Como tema de educação, considere-se nele a formação da consciência. Depois do emergente "tomar consciência de si próprio" de 1922, assim o Brasil dos anos 50 iria tomar a realidade nacional em perspectiva própria. Nacionalismo-ciência que não se esgotava numa posição partidária (VALE: 122); ciência da visão geral de Brasil, com normas, valores, idéias (VALE: 124).

Nação, e um País para todos, são coisas centrais em Ramos. Não estranha que os pequenos sejam mantidos em posição subalterna, passivos ante a liderança dos industriais. Lavradores, negros e *lumpenproletariat* em condição de pura recepção. Aos intelectuais, parece restar a missão de chamar a burguesia à compreensão da própria missão transformadora, ceder atenção ao todo.

As discussões sobre a sociologia cresceram. Até acirradas. A sociologia acarretava obrigações ao sociólogo em vista de desenvolvimento autêntico. Em começo de 1954, saiu a lume a *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo.* Foi reeditada em 1957. Mais tarde (em 1965) recordou: após a primeira edição, tivera uma polêmica com Florestan Fernandes, em torno a correções que o jovem queria impor sobre métodos sociológicos de pesquisa e ação. Reprovara Fernandes, que queria usar "cânones científicos de investigação sociológica": quais seriam tais métodos e técnicas estabelecidos "de maneira firme e universal"? Onde a historicidade? (RAMOS, 1965: 26). Ramos defendia a sua proposta de "redução sociológica", negava a "hipercorreção" em sociologia, e, ao invés, sugeria aos sociólogos "fazer coisas diferentes em circunstâncias diferentes, sem prejuízo da objetividade científica" (Ibid.: 27).

Ele explicitou, em 1965, que, não pretendendo cair na irracionalidade de recusar toda e qualquer importação, defendia a "atitude crítico-assimilativa"; pois "a capacidade de utilizar sociologicamente o conhecimento sociológico é o que caracteriza o especialista de

real categoria" (Ibid.: 28). Recordando a mortalidade infantil dos inícios da década de 50, e a questão em torno da utilização da metodologia sociológica, insistia que "precisão e refinamento decorrem do nível do desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais" (Ibid.: 22-23). Pedia análises, afinal. Guerreiro Ramos levantava propostas para formação da consciência crítica e superação da consciência ingênua.

Um elemento nuclear educativo também nesse espírito de análise e revisão,

5. O problema educativo no ISEB e em Guerreiro Ramos e o conflito.

O ISEB foi fundado sob os auspícios do MEC. O Diretor, Corbisier, falava da "hemiplegia" do Ministério que, planejando educação, não discutia cultura. O Instituto iria cobrir uma lacuna. A cultura teria de ser, para Ramos, a ajuda ao País em termos de superação do colonialismo e subdesenvolvimento. Ele também não se imiscuiu com técnicos de alfabetização e educação. O problema era o de um analfabetismo sociológico e cultural; também aí se educava. Em educação, nada impede restringir-se com ele, metodicamente, aos temas relevantes de redução sociológica e formação do sociólogo.

A redução sociológica gerou discussão. Mesmo com a reedição de 1965. Aproveitando do método de Husserl, Guerreiro Ramos reclama voltar à realidade brasileira, depois de séculos de alienação. Recusa pensar apenas. Cuidar de assumir a realidade social como transitividade, construindo dialeticamente o desenvolvimento global da sociedade. Redução sociológica significa delimitar "a contribuição do saber sociológico e científico ao processo econômico e político-cultural de descolonização", sem transplantações (VALE, 2006: 118). Ele procura manter o eu e os objetos na história, vendo o mundo como "vivência intencional" que os liga (RAMOS, 1965: 97). Tenta rejeitar idealismos, levar às circunstâncias, convencer que "cada objeto implica a realidade histórica" (Ibid.: p. 100). Destaca a consciência crítica. Com ela, se introduz o imperativo de um projeto comunitário, "já não se trata de importar os objetos culturais acabados e consumi-los tais quais são" (Ibid.: 100). No estado de vigência da redução sociológica, "é necessário produzir, de acordo com as imposições do meio, o que antes se importava, tanto as idéias quanto as coisas" (Ibid.: 100).

Era nova fase de aprofundamento do pensamento. Os temas da consciência crítica e da redução sociológica se reportam às condições de diálogo. Na verdade, suscitam o apelo à educação, à superação do "formalismo", à abertura ao enfrentamento da complexa realidade nacional. Bem examinado, contudo, é ainda um novo tipo de reforço à (hegeliana) ideologia única.

Um sociólogo tem de educar-se para a redução sociológica. Inclusive os programas isebianos educam para as condições do Brasil. Radical, *O aprendiz de sociólogo* (de 1953) suscitou ásperas polêmicas, com o jovem Florestan Fernandes, por exemplo. No Brasil, o sociólogo há de evitar os "enlatados" e trabalhar para formar-se e formar outros no "ser para si". O processo para o Brasil moderno, iniciado desde 1922, é educativo enquanto estuda a realidade nacional em perspectiva própria.

Considerações críticas à maneira de conclusão.

Em 1958, um debate penoso criou clima ruim, forte divisão entre os isebianos mais assíduos à rua das Palmeiras. Vários deles saíram no início de 1959 e em 1960. Em especial, a atitude de Ramos perante Jaguaribe feriu o grupo, depois da publicação, por este, de um livro que parecia entregar o País ao capital e influxo estrangeiros. Final de ano penoso, sobretudo se considerado do ponto de vista de Nelson Werneck Sodré, expresso posteriormente em *A verdade sobre o ISEB.* Discutindo o papel do intelectual, esta pesquisa acompanhou a freqüente demanda por debate e diálogo. Estes dois elementos deveriam ganhar um espaço entre encontros e desencontros dos intelectuais, para o avanço gratificante nas pesquisas, no conhecimento, na democratização de resultados.

Muitos evitaram comentar sobre as relações cotidianas entre os isebianos, sobretudo depois das agressões do final de 1958. Este trabalho lembra, sem romantismos, sempre historicamente, que o concreto é síntese de muitas determinações (Marx, 2000: 39). A busca de profundidade, entre um conflito e outro, força a entender-se. Debate sincero, ou insistente e teimoso, o que ali no Rio faltou, não é negador da explicitação das contradições. Jaguaribe lamentava as perdas de ótimos homens. É de considerar que, dilacerados entre o unir e o desunir, todos padecem do perigo (dialético) de construir igrejinhas de elite. Por isso, há de vigiar – gramscianamente.

Guerreiro Ramos faleceu nos EUA, onde ainda viram amadurecer o seu pensamento. Filosofia, política, sociologia, cultura e educação admitem a presença dos sentimentos, que têm suas razões: o ISEB ainda instigará pesquisas, e será instigante o drama das relações entre os "históricos" isebianos: de modos diferentes, e apesar do idealismo, analisaram generosamente a realidade brasileira.

Referência bibliográfica.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Nelson Coutinho. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MACCIOCCHI, M.A. *A favor de Gramsci*. 2.ed. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MANACORDA, M.A. *Marx e a pedagogia moderna*. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

História da educação: da Antiguidade aos nossos dias. 10.ed. Trad. Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. *Para a crítica da economia política; Do capital; O rendimento e suas fontes*. Trad. Edgar Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, p. 39.

RAMOS, A.G. *Sociologia do orçamento familiar*. São Paulo: Departamento da Imprensa Nacional, 1950.

Pauperismo e medicina popular. *Revista Sociologia*, v. XIII, nº.3, pp.252-273, ago. 1951

As condições sociais do poder nacional. Rio de Janeiro: MEC; ISEB, 1957.

A crise do poder no Brasil: problema da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

A redução sociológica: Introdução ao estudo da razão sociológica. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

SODRÉ, N.W. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

VALE, A.M. *O ISEB, os intelectuais e a diferença*: um diálogo teimoso na educação. São Paulo: UNESP, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A fundação da Povoação de Albuquerque: marco político para Portugal em 1778

Rosângela Aparecida de S. Reis*

Resumo: A fundação do povoado de Albuquerque no dia 21 de setembro é estuda para o entendimento da formação da paisagem urbana nas terras da Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, banhada pelas águas prateadas do rio Paraguai, região hoje conhecido como Pantanal. A partir dos manuscritos elaborados no Governo do 4º Capitão general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789), caracteriza-se a Povoação de Albuquerque como um espaço planejado para consolidar fronteiras em território dos ameríndios, disputadas pelas coroas de Espanha e Portugal.

Palavras chave: pantanal - fronteiras - povoados

Abstract The foundation of the town of Albuquerque in day 21 of September is studies for the agreement of the formation of the urban landscape in lands of the Captainship of Mato Grosso in the second half of century XVIII, bathed for silver-plated waters of the river Paraguay, region today known as Pantanal. From the manuscripts elaborated in the Government of 4º general Captain Luís de Albuquerque de Mello Pereira and Cáceres (1772-1789), characterizes it Population of Albuquerque as a planned space to consolidate borders in territory of the amerindians disputed for the crowns of Spain and Portugal.

Keyword - pantanal **-** borders - town

Na segunda metade do século XVIII a metrópole portuguesa elaborou arrojados projetos políticos para a fundação de povoados que resultaram na efetivação do reconhecimento da posse das terras do Mato Grosso. Foram lugares usados como marco político para a coroa de Portugal, região denominada de sertão[1], formando espaços de paisagens de europeus e índios no interagir das diferentes práticas culturais que vencendo os principais obstáculos, conseguiram adaptar-se à geografia pantaneira para estabelecer o que Nestor Reis Goulart denominou de *rede urbana* (GOULART, 2001:122). Nessas terras como bem lembra Uicury Bastos, "região de convergência de várias culturas indígenas, Aruaques, Guaranis, grupos isolados como os Guató, grupos de cultura chaquenha, todos se instalaram

* Mestranda da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

[1] "Essa construção da palavra "sertão" reforçou conceitos duais como barbárie e civilização e demonstram os estigmas criados sobre o espaço geográfico mato-grossense, Cf AMADO, 1995.

no Pantanal".(BASTOS,1978:36). Essas nações ameríndias contribuíram para a efetivação dos projetos administrativos, pois os portugueses atentos às movimentações e transformações na colônia sentiram os lusitanos quais medidas precisavam ser estabelecidas. O que contribuiu para configurar fronteiras entre os europeus e índios na parte Sul d as Índias Castelhanas, cujas atividades foram iniciadas pelos elos entre o "Novo Mundo" e "Velho Mundo".

"O Velho Mundo", onde as imaginações extrapolaram os limites dos homens ao representarem os povos indígenas com desenhos mitológicos. Dessa maneira criaram a América e nesse lugar as práticas cotidianas fizeram o corpo do europeu se embrenhar, penetrar, debruçando profundamente sob as terras desconhecidas "era um mundo onde realidade e fantasia se imbricaram" (COSTA, 1999:17). Numa mistura de emoções que sacudiam o peito dos aventureiros e depois dos colonizadores, espremendo seus corações, pois "as árvores, o céu, o cheiro das frutas, as índias nuas, algumas até tão belas como as mulheres de Lisboa" (DIÉQUES, 1971:11), estonteavam esses homens sedentos e determinados em realizar seus desejos e vontades de riquezas em solos de novidades constantes.

Os europeus constituíram espaços criando e reformulando paisagens misturadas com a dos ameríndios. Como bem escreveu Norbert Elias, "não há dúvida que sua forma socialmente impressa é de importância decisiva para o funcionamento tanto da sociedade como dos indivíduos que a compõem" (ELIAS, 1989:190). Nessa composição social, o espaço do Pantanal se estabeleceu com os índios, ambos envolvidos em novos sonhos que resultaram em esplendorosas mestiçagens, quando se estabeleceu o interagir mais íntimo entre homens e mulheres.

Neste artigo, analisa-se a fundação oficial da Povoação de Albuquerque (Corumbá), em 21 de setembro de 1778; localizada a margem direita do Rio Paraguai, tendo como suporte a análise a Ata de fundação desse povoado elaborado sob a determinação do 4º capitão General Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres que governou a Capitania de Mato Grosso nos anos de 1772 a 1789.São manuscritos que faz parte do acervo pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), além dos manuscritos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, objetivamente as microfichas que reproduzem os documentos do período estudado. Essas produções encontradas nos arquivos possibilitaram uma contextualização histórica sobre os instigantes momentos da edificação do povoado de Albuquerque

evidenciando os contatos e relações inter-étnicas, as estratégias de colonização dos europeus na colônia.

Até onde se conhece, trata-se da representação oficial do lugar, fundado pelo Mestre de Campo Marcelino Camponês e João Leme do Prado, em 1778, com o objetivo de consolidar os domínios lusitanos na região, quando procurava negociar a demarcação de limites com a coroa espanhola.

Porém a pesquisa tem mostrado que primeiro surgiu aglomerado humano em 1776, também com o nome de A Povoação de Albuquerque no local onde hoje é o Distrito de Albuquerque.

Ambas possuíam os mesmo topônimos, mas são espacializações separadas por 17 km de distancia, as duas foram registradas pelos sertanistas Marcelino Rodrigues Camponês e João Leme do Prado, por determinação do 4º capitão general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789). Esse administrador atendeu às determinações da metrópole no processo das negociações burocráticas entre Portugal e Espanha, iniciadas com o Tratado de Tordesilhas em 1494, seguido pelo Tratado de Madri em 1750 e pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777, de maneira a tornar possível o entendimento da formação dos espaços da Povoação de Albuquerque em meio ao Pantanal, até então terra de fronteiras indefinidas e em território nominalmente da coroa espanhola. O que cabe aqui é, destacar que a edificação desse povoado desrespeitou os acordos entre as duas coroas para obtenção do projeto de colonização português.

Era o ano de 1776; Camponês e Leme do Prado transitaram pela região juntamente com os componentes da comitiva em busca do lugar estratégico para posse e demarcação do território. Primeiro se "arrancharam", no espaço de Albuquerque "Velha", onde se averiguou a espacialização e constatou-se ser terra fértil para o cultivo de roças. Porém de solo de baixada por onde trasbordavam as águas do rio Paraguai à boca do Miranda. Ali se instalaram, a 27 de janeiro desse mesmo ano e denominaram de A Povoação de Albuquerque. Todavia, era um lugar frágil para defesas contra possíveis ataques espanhóis e dos índios. O que fazer? Em busca de uma saída escreveu João Leme do Prado: "Illmº e Exmº Senhor ,em complemento das ordens de V.Ex. marchei do registro do Jauru e com dezessete dias e mais noites cheguei ao Presídio da Nova Coimbra onde não encontrei mata que certificasse de serem capazes para a nova povoação de Albuquerque",.(Carta Leme do Prado, 1776:135).

Nas palavras de Leme do Prado ficou evidenciado a idéia de fixar-se no local que correspondesse ao que determinara o governador Pereira e Cáceres: estratégico.

Ainda na mesma carta estando no terreno da povoação de 1776, escreveu Leme do Prado antes da fundação do povoado em outro local, dizendo claramente que o ideal é obter e estabelecer uma povoação que ficasse independente de Coimbra pois,

> *Concluída a própria vendo-me em maior depreciam o estabelecimento da povoação, nem me pode explicar o mais tomei a resolução de me aproveitar da faculdade de V. Exc^{a}* [ilegível] *a Cuiabá a donde meado suplica ao Mce de aprontar tudo o que V. Exc^{a} lhe tiver determinado para a fundação de Albuquerque, imitando-te que desperdice as causas de sorte que a povoação ficasse independente de Coimbra a fim de mantimentos como de munição de guerra, arma e ferramenta de lavoura e de carpintaria para os novos, povoadores, os não tem para as fabricar além disto gente que toma em prover se para fazerem os primeiros serviços certificar ao Mestre de Campo que o Presídio de Coimbra não esperava ter auxílio algum para vir me a ver segurado. (Carta Leme do Prado, 1776:135).*

No documento acima citado verifica-se uma preventiva idéia do sertanista em fundar e manter o povoado auto-suficiente com mantimentos, armas e ferramentas para lavouras e principalmente a presença de carpinteiros. Porém concluí que não está conseguindo ajuda de gente do Presídio de Coimbra. Continuou, Leme do Prado escrevendo suas reivindicações, dizendo que o Mestre de Campo recusou a ajudá-lo porque não recebeu ordens do governador. De maneira que pediu para que Pereira e Cáceres permitisse também a vinda de casais para morar em Albuquerque e rápido, lembrando que tinha conhecimento da posição do lugar e escreveu:

> [...] *Como lhe ia dizendo, que nada tinha que pudesse disfarçar e que tamb**or** e tanto se há de precisar em Albuquerque vem ordem positura de Exc^{a} nos davas. A esta suplica menospreze o Mestre de Campo que não tinha ordem de V. Exª para me avistar com coisa alguma é que me recorra a V. Exª nestes termos vou aos ilustríssimos e Exm^{o} de V.€x^{a} pedindo me dirija as suas ordens que as hei de executar com maior contentamento sem discrepância alguma e certificado a V. Exª ordens que tendo de me vem em Albuquerque com os casais que V.Exª determinado devam logo comigo e a viu mais que te dê trabalho para antes deve fazer [ilegível] cuidar-se e ir fazendo casa descortinando o terreno .(Carta Leme do Prado, 1776:135).*

Percebe-se que o espaço que se refere trata-se do lugar escolhido para efetivarem a fundação. Leme do Prado explicou que no regresso que fez de Coimbra a Albuquerque observou a geografia do lugar e "descortinou o terreno" dando os nomes que achou conveniente, isto é, de sua escolha.

> *No regresso que fiz de Coimbra a Albuquerque que abaixo deste pouco mais ou menos descobri um riacho que vem a parte direita encaminhando – se [ilegível] para a serra que fica para o centro a qual examinei na sua entrada a vigiar suas margens e nas seguidas de [ilegível], matos e mandou-se fazer um campão e vi continuava os matos [ilegível] e nesse apelidei de riacho de São Miguel e encontrei um sangradouro meia légua com pouca referência são em região as margens com rios, matos acima de Albuquerque, 3 dias com seus matos muito bom para situações e pus o nome de lugar de Cáceres .(Carta Leme do Prado, 1776:135).*

Notório que Leme do Prado e seu contingente partiram rio acima, por volta de 20 de janeiro de 1776 e, ao chegarem à foz do Miranda, fizeram uma parada e procedeu-se ali, em companhia dos ajudantes vindos de Coimbra, o reconhecimento do terreno, naquela altura do rio, que lhes ditara Camponês (SILVEIRA, 1966:11). A planificação de Albuquerque tinha que acontecer, e o chefe da comissão Marcelino Roiz Camponês, antes da fundação explicou:

> *Como Vm. Ce se acha próximo a partir em diligencia do serviço Real para a fundação da Nova Povoação de Albuquerque, e juntamente faz partir as duas expedições para os continentes de Mato Grosso [Cuiabá] extraindo também os colonos que se acham neste presídio em número de guarnição, motivo este porque [ilegível] ficar esta Praça em termos de senão poder de [ilegível] qualquer enviarão que lhe possa sobreviver, pois [ilegível] para as indispensáveis Guardas Patrulhas e [ilegível] fica gente com que se possam manter. (Carta de Camponês, 1778:121).*

Através das palavras de Camponês ao dizer que a partir em diligencia do serviço Real para a fundação da Nova Povoação de Albuquerque percebe-se que Leme do Prado conseguiu o auxílio pedido para a fundação do povoado. Encontra finalmente no ano de 1778, o procurado ponto ideal para estabelecer e planificar uma povoação de acordo com os preceitos lusitanos.

Sem hesitar os ajudantes de Camponês e Leme do Prado desmataram e acendem uma fogueira para a realização da edificação sob as normas européias e rituais de fundação de povoado. Dessa maneira, Luís de Albuquerque insistiu que a guarnição assentada na foz do

rio Miranda deveria continuar a cumprir a tarefa de defender o rio através do monte denominado Albuquerque[2]. Fizeram reconhecimento do terreno.

Encontram o local para fundamentar uma povoação e de com os preceitos cerimoniais, redigiram o documento de registro, que foi lavrado, consolidando a fundação da Povoação de Albuquerque. Pronunciaram as primeiras palavras da Ata. E, detalhando a localização onde o povoado foi fundado no dia 21 de setembro de 1778, especificando que "na margem ocidental do Rio Paraguai em um assento de terra" estabeleceu - se, conforme Ata de fundação:

"Lugar de Albuquerque e Seu Distrito para a Coroa de Portugal"

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil Setecentos Setenta e oito as vinte uns dias do mês de Setembro no dito ano nesta Povoação de Albuquerque situada na margem Ocidental do Rio Paraguai em um assento de Terra que decorre para o Rio abaixo, e dista a mesma formalidade uma légua pouco mais ou menos aonde o Sargento Mor Comandante Marcelino Roizs Camponês em observância das Ordens do Il.mo e Ex.mo S.r Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e Capitão General das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, tendo consigo o Capitão Mor das Conquistas João Leme do Prado [...] *(Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso, 1777 – 1783: 23).*

No ato da fundação de Albuquerque abaixo dos altos barrancos, à beira do rio Paraguai, no solo fincou-se madeira de lei, a representação da posse, o símbolo da Santíssima Trindade: a cruz.

Camponês destituído do cargo de comandante de Coimbra, esteve presente nos procedimentos de fundação do novo povoado. E, em nome do Rei de Portugal seus súditos realizaram a proesa de consagrar o lugar e tomaram a palavra num tom solene de revelação, com toda a grandeza de que era suscetível "Viva *EL REY":*

[2] *Serras de Albuquerque:* **"**Território em grande parte montuoso na margem direita do Paraguai entre os paralelos de 19 º e 19º 35'. É um sólido quandragular de 10 a 11 léguas de largo, Cf Barão de Melgaço, 1869.

> [...] *e as pessoas abaixo nomeadas e assinadas, ele doto Sargento Mór Comandante tomou Posse para a Coroa de Portugal mandando levantar uma grande cruz de pau de lei, limpar Terreiro, fazer quartel, e ascender fogo, cassar nos matos vizinhos, pescar no Rio, e passear de uma e outra parte no dito Terreiro dizendo em vozes altas, primeira, Segunda e terceira vez, viva El Rey de Portugal cujas palavras em igual vós todos os circunstantes repetimos outras tantas vezes. (Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso, 1777 – 1783: 23).*

Diante dos olhos dos indígenas, *limparam terreno para fazer quartel* e, espaços transformados e povoado fundado, realizaram o ritual de cerimônia. São atos solenes praticados por europeus. De maneira que, em nome do Rei de Portugal os colonizadores assinaram o Auto da posse da Povoação de Albuquerque.

Os dois sertanistas, juntamente com os componentes da comitiva, estabeleceram a posse da terra. Porém precisava de pessoas para habitar o lugar e seguiu para Cuiabá. Percebe-se que a vontade de Leme do Prado é estabelecer o espaço e povoar. No entanto a luta para manter os colonos e índios sob a rege da coroa foi constante. Como bem explicou José Pinto de Figueiredo no dia 31 de janeiro de 1779:

> *Em 2 [ilegível] do corrente pelas – 5 – horas da tarde tive a notícia de que [ilegível] de chegar ao Porto desta Vila uma canoa de fugidos da Povoação de Albuquerque [ilegível] acontecimento apliquei logo, aquele mais prompto remédio que me pareceu conhecer e mandando embarcar – 20 – pessoas para que apenas chegassem [ilegível] sob prendessem, e levassem a cadeia até se averiguou positivamente a causa de semelhante fugida, e que tudo quanto os dois trouxessem de arma, traste, e ferramentas da fazenda Real se desse o que tudo se executou sem que escapasse um só; menos os três cabeças Marcelino Roiz couzo que tinha ido de Vila Bela, Alberto [ilegível] e Raymundo Pires degradados que vieram de Goiás, Escolástica Aburé, Mª Pays mulata, e Izabel da; que saíram em Santo Antônio.(Carta Figueiredo,1779:95).*

O documento do dia 30 de janeiro de 1779 do Juiz de Fora Ouvidor da Comanda Jozé Carlos Vieira da Vila do Cuiabá, explicou: *"Há dois dias, que aqui aportam um lote de colonos foragidos de Povoação da Albuquerque cuja causa ainda ignoro, e melhor informará a Vossa Excelência Mestre de Campo Comandante Antônio Jozé Pinto de Figueiredo que a represará nesta cadeia". (Carta do Juiz de Fora,1779: 5).*

Jozé Carlos Vieira prende os fugitivos em Cuiabá e os envia de volta para Povoação de Albuquerque e explicou que desconhecia a causa da fuga e determinou que o administrador Pinto de Figueiredo averiguasse para dar melhores explicações. Diante dos acontecimentos diários o administrador escreveu os relatórios ao governador Luís de Albuquerque, numa luta incansável pra manter ativo o lugar escolhido para edificação da povoação.

Por fim, o povoado de Albuquerque estabeleceu-se no ponto estratégico para cobertura de Miranda e Coimbra contra possíveis incursões de castelhanos, sendo este segundo espaço contornado do pelo oeste, com tropas e cavalos, no tempo da estiagem, poderiam vir instalar-se nessa posição, interpondo-se entre as comunicações destas duas praças usadas como armas defensivas do Sul de Mato Grosso, a de Albuquerque que viria a transformar-se na cidade denominada no século XIX de Corumbá. (MELLO, 1966:44 e 45). Assim sendo, estabeleceu-se o poder metropolitano português através da posse do território ao edificar o povoado de Albuquerque na segunda metade do século XVIII.

Fontes

"Auto da Posse e Fundação do Lugar de Albuquerque e Seu Distrito para a Coroa de Portugal.", 21-09-1778 In Livro de Registro do "Tratado de Santo Ildefonso" (antecedentes) instruções, 1777 – 1783. Vol.1 Códice 23. Capitania de Mato Grosso APMT.

Carta de João Leme do Prado para o governador de Mato Grosso e Cuiabá Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Cuiabá 19 - 12 - 1776. Documento 135. APMT.

Carta de José Pinto de Figueiredo para o governador de Mato Grosso e Cuiabá Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Cuiabá 31-01-1779. Documento 95. APMT.

Carta do Juiz de Fora ouvidor da Comanda Jozé Carlos Vieira, Vila do Cuiabá, 22-07-1779. Oficio 5. APMT.

Carta de Marcelino Rodrigues Camponês. Presídio de Nova Coimbra, 07-09-1778. Documento, 121. APMT.

Referências bibliográficas

AMADO Janaína. *Região Sertão, Nação*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n. 15, 1995.

BARÂO DE MELGAÇO, Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo. São Paulo: Tipografia de Henrique Shoeder, 1869.

BASTOS, UAYCURY Ribeiro de Assis. Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767 / 1801). *Boletim de História*, São Paulo, USP. FFLCH, n. 4,1978.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII.* São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

DIÉQUES, Manuel Junior. *Ocupação Humana e definição Territorial do Brasil.* Conselho Federal de Cultura, 1971.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução: Paulo Vizioli, Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989**.**

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1500-1720).* Biblioteca Pioneira de Arte arquitetura e urbanismo. Livraria Pioneira Editora da Universidade de S.P, 2001.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil terra de quem?.* São Paulo, Nobel/Edusp, 1991.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai – primeiras fronteiras definitivas do Brasil***.** Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre americanos e potiguares[1]: o difícil cotidiano de guerra do *Trampolim da Vitória*

Flávia de Sá Pedreira[2]

A clássica fotografia de um *jeep* conduzindo dois presidentes sorridentes, Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt, pelas ruas da cidade de Natal, em janeiro de 1943, faz-nos pensar que a confraternização entre as duas nações por eles representadas teria atingido seu clímax e isso em um momento de guerra mundial. Mas, afinal, quais os possíveis significados de tanta cordialidade e por que a capital norte rio grandense foi o palco daquele encontro memorável?

Desde a época inicial da Segunda Guerra, vários foram os acordos assinados entre os governos brasileiro e norte-americano no sentido de uma colaboração pautada no chamado "esforço de guerra", sendo um fato de grande importância a construção da base aérea norte-americana *Parnamirim Field* nas proximidades da cidade de Natal, ponto considerado estratégico à saída de aviões para o outro lado do Atlântico. Embutida nesse episódio da historiografia oficial, delineou-se uma outra história: aquela das diversas facetas de um cotidiano de guerra numa pacata cidade do nordeste brasileiro, que à época tinha em torno de 60.000 habitantes, mas que passou a ser conhecida internacionalmente pelo epíteto de *Trampolim para a Vitória.*

O desembarque dos soldados e oficiais norte-americanos deu-se de forma gradual e em clima de certa tranqüilidade, mas sua permanência na cidade, até o final do conflito mundial, representou uma série de problemas. Afinal, em um curto intervalo de tempo, de 1941 a 1946, a afluência de milhares de militares e civis norte-americanos, coincidindo com o fluxo migratório dos retirantes da seca do interior para a capital, fez dobrar a população. A conseqüência imediata foi o desencadeamento de uma tremenda crise de abastecimento, acompanhada pelo aumento absurdo nos preços, especialmente no setor imobiliário.

---

[1] A população natural do estado do Rio Grande do Norte costuma autodenominar-se "potiguar", como referência ou homenagem aos primeiros habitantes do território encontrados pelos colonizadores portugueses.

[2] Flávia de Sá Pedreira é doutora em História Social pela Unicamp, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e autora de *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*, Natal: EdUFRN, 2005.

A convivência com os americanos e seu diferente modo de vida afetou o cotidiano de toda a população local, sem exceções, e o que chama atenção é a discrepância entre as múltiplas percepções sobre esse momento de intenso intercâmbio sociocultural. Tarcísio Medeiros, historiador natalense que serviu por três anos durante a guerra como segundo tenente do exército, e sua esposa dona Ivone, recordam-se de que "tudo ficou mais caro, tudo encareceu, principalmente nas lojas, porque eles [os americanos] compravam muito; eles é que faziam as festas, com muita comida, as festas eram deles, que eles faziam e gastavam"; e que, por ainda não haver geladeiras na cidade, as compras eram feitas diariamente no mercado municipal. [3]

Medeiros conta que, mesmo tendo vivido mais no quartel como convocado de guerra, chegando a fazer um curso de minas e demolições com o exército americano, para ele, um dos momentos mais difíceis daquele período era a hora dos *black-outs*[4]: "A hora mais chata do mundo era o sinal de alarme pelas sirenes, esse era o pior momento. A população era alertada pelas sirenes, já era preparada, já era advertida para isso. E a população seguia à risca as instruções [...] todos colaboravam, a cooperação foi muito grande com o exército americano".

Por sua vez, o professor de português Protásio Pinheiro de Melo, assíduo freqüentador das famosas festas do USO (*United Service Organization*, clubes dos militares norte-americanos), além do saguão do Grande Hotel, o "quartel general" dos *yankees*, onde costumava tomar cerveja com seus alunos e amigos americanos, esse período "não obstante as mortes lá do outro lado do mundo, foi uma verdadeira festa em Natal"; afirmando que até o "racionamento de combustíveis não atrapalhou de jeito nenhum, absolutamente" a vida da cidade. Segundo ele, a própria realização dos corsos carnavalescos[5] não teria sofrido nenhuma alteração com o racionamento, dando continuidade às apresentações sempre muito apreciadas pelos americanos.

É interessante acompanhar como nesse período, em contrapartida ao aumento da divulgação de manifestações da cultura *yankee*, principalmente através do rádio e imprensa locais, que enfatizavam o pan-americanismo como justificativa maior para essa propagação, o Carnaval foi sendo caracterizado como um verdadeiro baluarte de nossa identidade *tupiniquim*. O próprio prefeito de Natal, Gentil Ferreira, era o presidente da Federação Carnavalesca e, ao lado de seu secretário de cultura, Djalma Maranhão, incentivava a prática

[3] As entrevistas à autora são de janeiro a março de 2002.
[4] Também conhecidos por "apagões", eram exercícios orientados pela Defesa Civil para o escurecimento da cidade na eventualidade de um ataque aéreo.
[5] Tradicional desfile de carros ornamentados, que transportavam foliões ricamente fantasiados pelas principais avenidas da cidade.

das "batalhas de confete", dos concursos de músicas carnavalescas e de todo tipo de festividades "genuinamente brasileiras". Embora ciente da possibilidade de haver racionamento de combustíveis na fase mais crítica da guerra, a prefeitura não esmoreceu em seu apoio ao Carnaval de 1941, assegurando a continuidade do desfile do corso. Do ano seguinte até o final da guerra, entretanto, essa parte importante dos desfiles carnavalescos passou a ser mais visada pela Comissão Estadual de Racionamento de Combustíveis, chegando a ser adotada uma lista com restrições à sua exibição, publicada no jornal *A República*: "Os carburantes não podem ser utilizados em corsos carnavalescos De conformidade com instruções do Conselho Nacional de Petróleo, não podem ser usados automóveis, que usem carburantes líquidos, em corsos carnavalescos, passeios, excursões, pic nics etc. Para conseguir obediência a essas restrições, a Comissão Estadual de Racionamento de Combustíveis irá agir junto à Inspetoria de Trânsito."[6]

Algumas das primeiras medidas de racionamento na cidade foram feitas "na surdina", sem serem avisadas nem comentadas oficialmente, devido entre outros fatores à euforia pan-americanista que, no entanto, não conseguiria esconder por muito tempo a grave crise de abastecimento em que a cidade mergulhava. Na realidade, desde o início do conflito, o próprio padrão de vida da cidade já começara a mudar, atingindo índices inacreditáveis em relação a vários aspectos como abastecimento, transportes, habitação etc. Em 1943, lia-se no jornal *O Diário* que "a densidade demográfica cresceu cerca de 20% nestes últimos quatro anos, com elementos originários de um país de nível de vida mais elevado do mundo. Esse acréscimo trouxe inevitáveis conseqüências que pesam sobre a responsabilidade direta do governo na elevação do padrão de vida da população local e no seu próprio abastecimento"[7]; dados confirmados nas páginas da *História da cidade do Natal,* de Luís da Câmara Cascudo: "o contingente de militares e civis norte-americanos em Natal e Parnamirim, chegaria a 10.000 homens."[8]

E a população o sabia muito bem, como ficou registrado (apesar da censura) em diversos momentos nos periódicos locais: era a enxurrada de gringos e dólares que estava tumultuando o seu cotidiano, sem a menor sombra de dúvida. Nesse mesmo ano, o jornal do movimento católico, *A Ordem*[9]*,* trazia a notícia de como o governo dos Estados Unidos estava solucionando (exclusivamente) a crise de abastecimento de suas tropas aquarteladas em terras

[6] *A República*, Natal, 17/03/1943.
[7] *O Diário*, Natal, 28/08/1943.
[8] Luís da Câmara Cascudo, *História da cidade do Natal.* Natal: IHGRN, 1999 (p.422).
[9] *A Ordem*, Natal, 28/09/1943.

potiguares, restando aos brasileiros apenas aguardar (pacientemente) a boa vontade de seus próprios governantes para o equacionamento do problema.

A situação de racionamento generalizado fazia-se sentir de maneira muito dolorosa principalmente pela população de baixa renda; para Cornélio Campina da Silva, operário que se mudou da cidade interiorana de Porta Alegre para Natal em 1929, com 21 anos de idade, passando a "trabalhar no pesado", carregando sacas de algodão em uma firma da rua Chile, na Ribeira e, depois, como "descarregador de carne" trazida nos navios americanos, afirma que nesse período "faltava muita coisa, era uma dificuldade medonha."

Outros informantes endossam essa percepção dos tempos da guerra, de muita dificuldade e transtornos com a vinda dos americanos. Raimundo Paulo dos Anjos conta que em 1945 "deu serviço" na base da aeronáutica em Parnamirim, lembrando-se de que "era um tempo muito ruim..."; ele participou de dois acontecimentos marcantes do período final do conflito, ajudando no envio dos caixões com os corpos dos americanos enterrados no cemitério do bairro do Alecrim de volta aos Estados Unidos e no carregamento dos alimentos que sobraram nos alojamentos da base aérea norte-americana *Parnamirim Field*.

Desde a evocação de uma suposta cordialidade, propiciada por um clima harmonioso e pacífico existente entre brasileiros e *yankees*, geralmente enfatizada pelos jornais da época, até a constatação de tensões que culminaram em casos de polícia, esses depoimentos orais, verdadeiros exercícios de memória que são, surgem como registros os mais variados possíveis que nos encaminham para a abordagem desse período tão singular da nossa história. Nem tudo eram flores, como se pode perceber por alguns relatos reveladores de atos de violência entre americanos e potiguares nos bares e cabarés da Ribeira e Cidade Alta, na penumbra do submundo de Natal, um dos pontos nevrálgicos para a afirmação das diferenças identitárias, tendo sido somente alguns poucos casos noticiados pela imprensa local. Note-se que, especialmente durante os momentos de comemoração das festividades carnavalescas, a busca por uma demarcação dessas distinções surgia com maior intensidade.

A gravidade da situação era assunto das manchetes jornalísticas: "Há falta de carne e subiu o preço do leite"; "Está grassando em Natal uma epidemia de Ações de Despejo"; "Aonde vai parar o custo da vida em Natal?" etc. – nesta última reportagem fazia-se uma comparação entre a situação de Natal e a de Recife, afirmando-se que na capital pernambucana havia "punição para os exploradores do povo", seguida da apreensão dos produtos vendidos acima do tabelamento, mas em Natal "a comissão nem ao menos se reúne para deliberar (...) Mais uma vez voltamos ao assunto, esperando uma atitude da nossa

Comissão de Tabelamento. Não devemos assistir de braços cruzados à sangria da população."[10]

Incapazes de solucionar tais problemas, os poderes públicos passaram a adotar medidas de caráter repressivo a quem ousasse tirar algum proveito dessa situação, como por exemplo os comerciantes que não respeitassem o tabelamento oficial de gêneros de primeira necessidade e de locação de imóveis, bem como os proprietários de fazendas de gado no interior do estado que se recusassem a fornecer carne verde[11] aos mercados públicos, forçando assim o aumento dos preços.

Também a seca, que há alguns anos alastrava-se pelos sertões e municípios norte-rio-grandenses, fazia com que milhares de migrantes se dirigissem à capital, contribuindo para agravar ainda mais a situação do verdadeiro *boom* populacional em que se encontrava. Uma das medidas que a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho tomou em relação aos flagelados da seca que chegavam a Natal foi fazê-los "embarcar para os portos de Belém e Manaus" e para os "seringais dos estados do Pará, Amazonas e Território do Acre"[12]. Entretanto, esse deslocamento das populações sertanejas para as frentes de trabalho do norte do país, principalmente para a extração da borracha, também não conseguiu resolver o problema, uma vez que até o ano final da guerra os jornais continuaram a noticiar o intenso fluxo de migrantes do interior do estado para Natal e Areia Branca (município onde se localizava o segundo porto do Rio Grande do Norte).

Até mesmo o horário do comércio mudara devido a essa situação, sob o pretexto de "atenuar a crise de transporte urbano", mas a prefeitura a esse respeito apenas divulgou uma "nota oficial relativa ao horário do fechamento do comércio", não encerrando o assunto - ao que o jornal *O Diário* acrescentara: "diante disso, continuamos a enquete iniciada sábado (...)".[13] Como se vê, pelo menos pela imprensa e sobre alguns poucos assuntos a população ainda podia ser consultada...

A crise nos transportes explicava-se porque os poucos bondes que circulavam na cidade, pertencentes por concessão a uma empresa particular, a companhia Força e Luz, passaram a ser insuficientes frente ao explosivo crescimento da população. Pelos jornais multiplicavam-se as queixas e cobranças à prefeitura e ao governo do estado para que obrigassem a tal companhia a aumentar o reduzido número de bondes ou colocar em prática

[10] *O Diário,* Natal, 05/11/1943, 12/11/1943, 02/02/1944.
[11] Expressão utilizada para designar a carne de gado recém-abatido.
[12] *A República*, Natal, 26/07/1942.
[13] *O Diário,* Natal, 02/08/1943.

"um outro sistema auxiliar de transportes (...) uma linha de ônibus movidos a gasogênio, já que a gasolina, no momento, está restrita a limitados empregos."[14]

As discussões em torno desses transtornos no cotidiano da cidade foram divulgadas durante todo o período beligerante, sendo impressionante a discrepância entre o noticiário sobre a precariedade dos transportes natalenses e as matérias que cobriam as inovações tecnológicas norte-americanas em termos de aviação, citando *Parnamirim Field* como seu exemplo máximo. Outro enorme contraste dava-se quanto aos efeitos do racionamento de combustíveis sobre a população: os poucos que possuíam automóveis na cidade reclamavam de não mais poder utilizá-los quando bem quisessem, tendo que obedecer a quota de 10% do consumo mensal estipulada pelo governo, bem como a determinação dos dias e horários permitidos para seu trânsito; enquanto a queixa principal da maioria voltava-se à falta de gás de cozinha e querosene, já que muitas famílias ainda usavam lampiões, lamparinas e outros artigos semelhantes para iluminar os cômodos de seus lares, embora a luz elétrica houvesse chegado a Natal em 1911.

Pela imprensa diária e programação da Rádio Educadora de Natal (REN) seria noticiado o principal motivo da escassez dos combustíveis: o esforço de guerra necessário para colaborar com o nosso *Good Neighbour*. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) já publicara consecutivas notas esclarecedoras a esse respeito: "Desde o alastramento da guerra ao continente americano, com a agressão japonesa aos Estados Unidos, os mercados nacionais de gasolina, óleos e demais derivados do petróleo se acham, como se sabe, seriamente agravados pela redução das quotas de exportação a que se viu obrigado aquele país, em virtude do considerável desdobramento das suas indústrias bélicas (...) Na parte que nos toca, foram já adotadas, pela comissão competente, diversas providências de caráter proibitivo (...) Tratando-se, porém de um problema cuja solução depende em grande parte do consumidor, nenhum remédio parece mais indicado do que o de uma propaganda diária e intensa, com a finalidade de educar os proprietários de veículos (...)" [15].

Talvez por uma ironia do destino, nessa fase de racionamento de combustíveis foi construída a primeira estrada de asfalto em Natal: *Parnamirim Road*, um empreendimento norte-americano, mais conhecido pela população local simplesmente por "a pista". A seu respeito, Câmara Cascudo afirmou em 1947: "articulando Parnamirim a Natal, surgiu uma estrada asfaltada, 20 quilômetros. Pagaram seis milhões de cruzeiros e durou seis semanas sua

[14] *O Diário,* Natal, 16/02/1943.
[15] *O D*iário, Natal, 09/04/1942.

construção. É Parnamirim Road", enfatizando o evidente progresso trazido da América à vida de sua província[16].

Por outro lado, muitos acontecimentos não deixaram registros, jamais foram noticiados pela imprensa ou veiculados através dos programas radiofônicos daqueles anos difíceis. Recordando a sua infância no auge da guerra, Francisco de França Filho, ex-sargento da polícia militar, revela-nos o seguinte: "Começamos a viver sob o lixo dos americanos. Mas era uma riqueza o lixo dos americanos naquela época. Eu não sei se eles davam porque sentia falta de alimentação para a pobreza... porque era tonéis grandes de banha de porco... e os porcos eram criados numa pocilga lá em Pirangi, certo? Coisa grande, porco grande... e farinha do reino. Bastava um saquinho tá enferrujando, aquele negócio, por ali... eles botavam fora sacos e mais sacos de farinha de trigo. Carne de conserva, bastava a borda por fora da lata enferrujar um pouquinho... leite condensado, que vinha em caixas, botavam fora. Talheres de prata que às vezes escapulia pro lixo, não é? Nos tonéis e muitas coisas, caixas de chocolate, muitas coisas. Então, a pobreza num tinha do que viver, ficou ali e todo mundo começou a chegar, chegar, chegar... Era uma festa essa feira, esse lixo virou uma festa".

Diferentes atores históricos e seus diferentes exercícios de memória, sendo confrontados, podem desvendar uma realidade complexa e por vezes contraditória, detentora de múltiplas formas de visibilidade e dizibilidade. Sem o auxílio de importantes depoimentos orais, o sabor de festa encontrado pela população miserável da vila de Parnamirim no lixão dos americanos, seus vizinhos da próspera *Parnamirim Field*, por exemplo, não faria parte dessa história.

[16] Luís da Câmara Cascudo, Op. Cit. (p.423-424).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As conex»es entre os EUA e o Brasil: uma análise das redes sociais tecidas a partir de Governador Valadares (MG) e Criciúma (SC).

Gláucia de Oliveira Assis[1]

A recente emigração de brasileiros para os EUA, no final do século XX, inseriu o Brasil nos novos fluxos internacionais de mão-de-obra. Este artigo discute como nas duas cidades no Brasil que tem conexões desde a década de 1980 com a região de Boston (EUA) – Governador Valadares (MG) e Criciúma (SC) construíram laços transnacionais. A ampliação dos pontos de partida, a formação de redes de parentesco, amizade e de origem comum, bem como as redes de tráfico de migrantes, transformam o cotidiano dessas cidades configurando complexas redes sociais. Este artigo, a partir dos relatos de homens e mulheres migrantes e seus familiares, discute as diferentes e às vezes ambíguas experiências na configuração das redes sociais.

Abstract

The recent emigration of Brazilians people, in late XXth century, has inserted Brazil into the new worldwide population flow. This paper discuss how Governador Valadares (MG) and Criciúma (SC) had constructed trasnational conections and intends to demonstrate that migratory process is resulted not only the individual choice, but also social networks (family, kingship, friendship). The work discusses data from fieldwork in Criciúma (SC) in the Boston area, in United States. The data emerged from the interviews and participant observation showing that women not only wait for their husbands or children, but also participate in the process integrating and articulating migration networks. The data also made evident the configuration that other points of migration beyond Governador Valadares (MG), suggesting to mature that social networks.

Introdução

Os novos movimentos da população mundial, que iniciaram no final dos anos 50, caracterizam-se pela maior diversidade étnica, de classe e de gênero, bem como pelas múltiplas relações que se estabelecem entre a sociedade de destino e de origem dos fluxos. Dessa forma, não são apenas os europeus brancos partindo da Europa para "Fazer a América" (cerca de 90% dos fluxos do século XIX), mas também trabalhadores imigrantes não-brancos partindo dos países periféricos e dirigindo-se para os Estados Unidos, Canadá e países da Europa (Portes, 1990).

No caso da emigração de brasileiros para os Estados Unidos, as pesquisas começaram seguindo o percurso dos próprios fluxos migratórios. Na tentativa de responder a essas questões, as primeiras pesquisas traçaram um perfil da população e apontaram para a cidade de Governador Valadares

[1] Professora do Centro de Ciências da Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc .

(MG) como ponto de partida de emigrantes para a região de Boston, nos Estados Unidos. Nos primeiros estudos podemos observar que, assim como nos estudos clássicos de migração, a questão de gênero não era problematizada.

Ao longo dos anos 90, o fluxo de brasileiros para os Estados Unidos manteve-se contínuo, ao mesmo tempo em que se diversificava a população, tornando mais complexas as características da população, bem como revelando outros pontos de partida para a emigração. Portanto, o fluxo brasileiro é constituído por uma diversidade étnica, de classe e de gênero que o termo migrante brasileiro muitas vezes encobriu. Essa experiência comum às mulheres criciumenses e valadarenses, nos revela que quando as mulheres partem se inserem num mercado que está segmentado etnicamente e também por atributos de gênero.

"Um migrante traz o outro", disse-me uma emigrante de Criciúma. Assim, ao compararmos as trajetórias dos migrantes criciumenses com a de outros imigrantes nos Estados Unidos, percebemos que nesse caso a consolidação de um fluxo contínuo para os Estados Unidos, também está diretamente relacionada à construção e à consolidação de redes migratórias.

Quando um migrante traz um outro, redes de amizade e parentesco que já pré-existentes ao processo migratório são acionadas e contribuem para a reunificação familiar e para a ampliação do tempo de permanência dos imigrantes. Portanto, assim como aconteceu com outros fluxos de imigrantes salvadorenhos, mexicanos ou japoneses para os Estados Unidos, os brasileiros foram estabelecendo-se e trazendo seus filhos, primos, sobrinhos, amigos. Dessa forma, as redes familiares foram construídas entre os dois lugares e mudam a expectativa temporal dos imigrantes. .

Neste artigo pretendo centrar a análise na construção e na consolidação das redes sociais dos emigrantes criciumenses. Procuro demonstrar ainda a ampliação do fenômeno migratório brasileiro para outros pontos de partida, além de Governador Valadares, cidade conhecida nacionalmente por se um ponto de partida para a migração internacional.

O trabalho de campo seguiu a trajetória dos emigrantes e a pesquisa foi realizada nos dois lugares: em Criciúma (SC) e na região de Boston (MA). O campo foi multisituado, o que fez com que os deslocamentos fossem constantes, na tentativa de acompanhar as redes construídas pelos migrantes em sua vida cotidiana nos Estados Unidos neste sentido a pesquisa de campo realizou-se em Criciúma (SC) e na região de Boston.

De Criciúma para o mundo – os novos emigrantes rumo aos EUA e á Itália

Criciúma, assim como Governador Valadares (MG), é uma cidade de importância na econômica para a região sul. A região que hoje compreende a cidade de Criciúma está localizada ao sul do estado de Santa Catarina e distante de Florianópolis 190 Km (via BR 101). No final do século XIX, a região sul do estado de Santa Catarina constituiu-se num encontro de etnias das quais a italiana representa uma parcela significativa. A cidade de Criciúma foi fundada em 1880, por um contingente de 22 famílias de imigrantes italianos, mais tarde vieram os alemães e poloneses. No início do século XX, com a descoberta do carvão, outros contingentes migratórios chegam à região vindos de outras cidades da região, são em sua maioria negros e portugueses.

Passados 120 anos que os imigrantes chegaram à cidade, na cidade os descendentes dos imigrantes iniciaram um novo movimento, um *caminho inverso*, conforme denominou Savoldi (1998) ao se referir ao movimento de retorno dos descendentes de imigrantes italianos para a terra de seus tataravôs.

No final do século XX, Criciúma tornou-se um ponto de partida de emigrantes para a Europa e para os Estados Unidos. Embora grande parte desses emigrantes informe que tem ascendência italiana, o movimento de criciumenses, assim como os migrantes valadarenses, dirige-se majoritariamente para os EUA nas regiões da grande Boston (MA), concentrando-se nas cidades de Lowell, Sommerville e Everett e para algumas cidades da Itália.

Segundo os moradores da cidade, o movimento de emigração estaria relacionado com a crise do setor carbonífero (Teixeira, 1996), o qual, até início dos anos 90, constituía-se na principal atividade econômica da cidade. A crise econômica enfrentada pela cidade, iniciada no final da década de 80 e agravada na década de 90, aponta para uma das razões que tornaram a cidade ponto de partida de inúmeros emigrantes em busca de trabalho na Itália ou nos Estados Unidos, embora não possamos reduzir a migração às motivações econômicas.

A crise econômica atingiu não apenas o setor carbonífero, mas também os setores da cerâmica que se desenvolveram na região. Em 1990, a recessão enfrentada pelo setor cerâmico foi tão intensa que, das treze fábricas de cerâmica existentes na região, nove interromperam suas atividades, ocasionando um desemprego ainda maior na região (Teixeira, 1996, p. 71).

Como demonstram os relatos dos emigrantes, a emigração para a Itália e para os Estados Unidos também está associada ao imaginário presente na cidade, o qual constrói uma conexão entre os imigrantes do passado e os emigrantes do presente, mas principalmente ao desenvolvimento e ao amadurecimento de redes sociais ao longo do processo migratório.

O período que compreende de 1970 até 1989 corresponde a apenas 5% do total das viagens dos criciumenses em direção aos Estados Unidos ou à Europa. Foi na virada dos anos 90 que eles começaram a voar em direção ao exterior, ocorrendo um crescimento contínuo do número de primeira viagem nos anos de 1993 (com 4,9%) e 1994 (com 6,0%) do total das viagens. Esses dados foram os primeiros indicativos de que a migração esporádica estava tornando-se um movimento contínuo de migrantes. Esse período corresponde exatamente ao que é conhecida na cidade como a "crise do setor carbonífero", período em que o setor perdeu os subsídios governamentais e enfrentou a concorrência com o carvão mais barato e de melhor qualidade vindo do exterior. Ao analisarmos o período de 1998 a 2000, percebe-se que 48,4% do total realizaram sua primeira viagem nesse período, assim distribuído: 12,5% em 1998, 17,2% em 1999 e 18,7% em 2000.

Assim, diferentemente dos emigrantes de Governador Valadares, que realizaram 40,8% das primeiras viagens nos períodos de 1987 a 1989 (Fusco, 2001), poderíamos dizer que o "triênio da desilusão[2]", na região de Criciúma, ocorreu 10 anos depois. Como os dados de 2001 referem-se apenas ao primeiro semestre, não representam o ano, mas indicam a tendência ascendente da emigração na cidade, pois sendo computados apenas o período de janeiro a julho encontram-se 13,4% do total das viagens.

O crescimento do movimento migratório está associado também à conjuntura nacional (crise do câmbio, desvalorização do real em relação ao dólar, desemprego) e ainda à crise enfrentada pelo setor cerâmico, indústria muito importante para a economia local (informações da Prefeitura Municipal de Criciúma). Por outro lado, podemos também atribuir esse crescimento ao amadurecimento das redes sociais, nas quais homens e mulheres migrantes estão inseridos em diferentes contextos.

Os laços entre os EUA e o Brasil: as redes sociais dos migrantes criciumenses

Os domicílios dos quais partiram os emigrantes e revelam que os migrantes partem de domicílios constituídos por arranjos familiares que comportam pai, mãe, filhos e outros parentes, que são 12% dos integrantes dos domicílios. Também revela que os migrantes partem de domicílios com índices de escolaridade um pouco melhores que a média da cidade. Demonstram ainda que há

[2] Sales (1999a) denominou "triênio da desilusão" o período – entre os anos de 1987 a 1989 – quando milhares de brasileiros deixaram o país decepcionados tanto com a política econômica, quanto com a situação política.

18,2% de chefes de família ausentes no exterior. Este último dado, quando analisado considerando o sexo do chefe de domicílio, indica que, embora predominem os homens considerados chefes, há um número expressivo de mulheres (30,6%) nesta condição o que pode nos dizer um pouco sobre como e quando homens e mulheres migram. Assim, as mulheres migram mais na condição de filhas e mais jovens.

Os dados demonstram que, assim como observado em Governador Valadares, a população de emigrantes é jovem, no entanto, há uma distribuição diferenciada entre homens e mulheres migrantes por grupo de idade.

No grupo de idade onde se concentra a maior porcentagem de migrantes, a faixa de 25-29 anos, onde se situam 19,4% dos migrantes, encontramos 19,1% de homens e 20,1% de mulheres. Em seguida encontramos, na faixa etária de 20-24 anos um total de 17,8% dos migrantes assim distribuídos: 16,5% são homens e 20,1% são mulheres. Os emigrantes constroem posicionamentos diferentes sobre as vantagens e desvantagens de ir para um lugar ou outro. Os EUA parecem emergir como lugar de mais vantagens financeiras, enquanto que a Itália ofereceria o encontro com suas raízes e maiores garantias sociais pela possibilidade de trabalharem como cidadãos e conseguirem inclusive uma aposentadoria. Ao longo da pesquisa de campo pude constatar que o destino preferido pelos que desejam migrar é os EUA. Como podemos ver no gráfico 1.

Gráfico 1 - País de destino na primeira viagem dos migrantes segundo sexo

Criciúma 2001

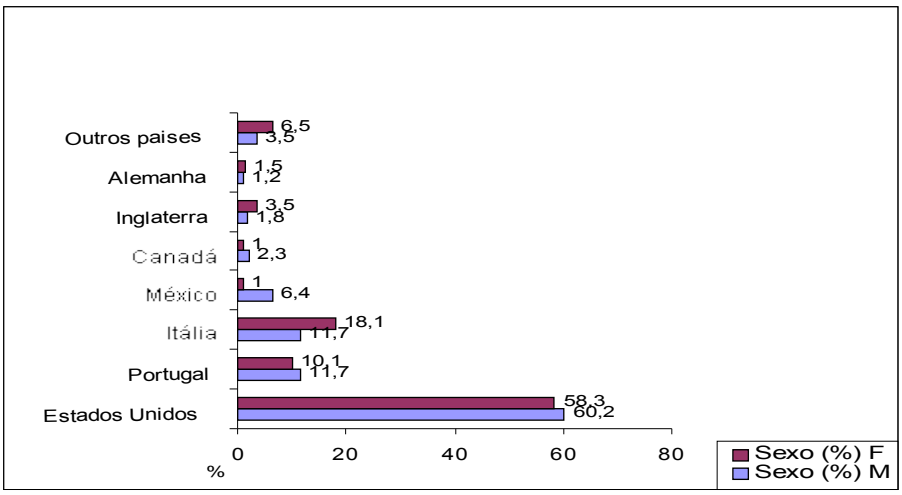

Fonte: As Redes Sociais nas migrações internacionais os migrantes brasileiros para os EUA e Japão, 2001

O país de destino dos emigrantes de Criciúma, assim como outros emigrantes brasileiros, é os Estados Unidos para onde 60,2% dos homens e 58,3% das mulheres partem para "fazer a América". Para a Itália migram 11,7% dos homens e 18,1% das mulheres, seguido de Portugal com 11,7% para os homens e 10,7% para as mulheres. Este dado sugere que embora nas associações italianas exista um discurso de valorização da identidade italiana, da busca da dupla cidadania, das oportunidades de trabalho na Europa, os criciumenses escolhem emigrar para os EUA. Esta seletividade do lugar de destino sugere que nos EUA os migrantes encontram redes estejam mais consolidadas o que atenua os riscos do empreendimento migratório para este país.

Quando partem os emigrantes criciumenses em sua maioria, 58,8% viajam com um conhecido. Se analisarmos segundo o sexo, veremos que os homens viajam mais sozinhos 43%, do que as mulheres com 38,2%. Isto significa que em 61,8% dos casos as mulheres viajaram com amigos, parentes ou namorados contra 57% dos homens. No gráfico seguinte veremos com quem o migrante viajou e qual a relação e parentesco com o mesmo.

Gráfico 2

Qual parente acompanhou o migrante na primeira viagem ao exterior segundo sexo

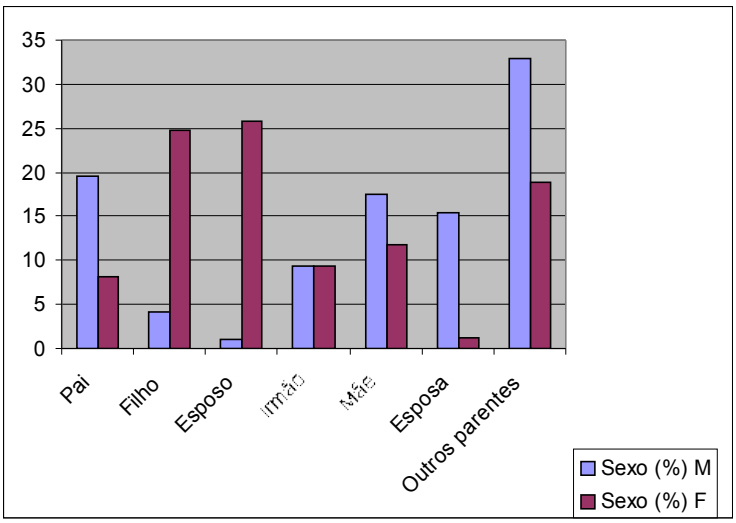

Fonte: As Redes Sociais nas migrações internacionais os migrantes brasileiros para os EUA e Japão, 2001.

Quando partem para realizar o projeto de migrar homens e mulheres levam diferentes integrantes da família, como pode-se observar no gráfico 2. Os homens em sua maioria viajam com o pai (19,7%), em seguida a mãe (17,5%). A esposa é a terceira opção de acompanhante (15,4%) e os irmãos com 9,3%. Já as mulheres viajam com os maridos em primeiro lugar (25, 9%), em seguida vêm os filhos que representam 24,7%, as mães (11,8% dos casos) e os irmãos (9,4%). Este dado é muito interessante, apontando para o fato de que as mulheres levam os filhos, pois os homens, mesmo sendo a maioria, viajam acompanhados dos filhos em apenas 4,1% dos casos.

Tal dado demonstra que enquanto os homens viajam com os pais e mães, as mulheres viajam com os maridos e filhos, revelando que as redes sociais não atuam da mesma forma para todos os membros do domicílio. Este dado colabora com o argumento de Pessar (1999), segundo o qual os estudos sobre as redes sociais, ao tratarem as redes familiares como sendo neutras segundo o gênero, encobriram o fato de que os direitos e responsabilidades nas mesmas são informados pelas normas do gênero e parentesco.

Uma das dificuldades para quem chega aos Estados Unidos é conseguir moradia. Assim, é muito comum entre os migrantes "*dar um help*", que significa ajudar o emigrante recém-chegado com hospedagem e nas dicas para o primeiro emprego. Quando migram conforme podemos observar tanto no survey como nos depoimentos dos emigrantes, os homens viajam mais sem referência para hospedagem que as mulheres. Mesmo assim é uma proporção pequena (10,2%) dos homens e apenas 6,5% das mulheres. Isso evidencia a importância de ter alguém esperando no destino. Ao analisar quem possuía referência para hospedagem no destino constata-se que as mulheres contam bem mais com os parentes (49,3%) do que os homens (41,8%). Os homens, por sua vez, contam mais com as ajuda dos amigos (44,5% versus 35,3% das mulheres).

Os dados apresentados sobre os imigrantes criciumenses revelam como essa ajuda é diferenciada para homens e mulheres, por exemplo, enquanto as mulheres contam mais com os parentes, os homens contam mais com os amigos, o que corrobora com a análise de Bott (1976). No entanto, matizando um pouco mais essas informações, conforme demonstrado acima, percebemos que, embora predomine a ajuda dos amigos para os homens, os parentes também têm um importante papel no momento da chegada e de arranjar o emprego. A ajuda recebida por homens e mulheres de diferentes integrantes dos laços de parentesco revela quais os parentes ajudam e qual a implicação nas relações de familiares.

Quando viajam para arriscar a vida no exterior, os homens estão acompanhados de pais, mães e irmãos, contando mais com seus laços consangüíneos, e as mulheres viajam acompanhadas dos esposos e do filho, seus laços de conjugalidade e depois dos parentes. No caso de ajuda para a hospedagem, novamente entre os homens predomina a ajuda dos parentes de sangue: os irmãos e os pais, seguidos tios e primos. No caso das mulheres, há o predomínio dos laços de conjugalidade, as mulheres migram para se encontrar com seus cônjuges e o restante para se reunir com parentes consangüíneos.

Tais dados evidenciam que, quando migram, homens e mulheres utilizam-se das redes de parentes e amigos em diferentes momentos do processo migratório e não se utilizam necessariamente da mesma forma, o que sugere que as mulheres estariam mais ligadas aos laços conjugais e às redes de parentesco que os homens. Fusco (2001, p. 75), quando analisa as redes sociais dos migrantes valadarenses, também constata a importância desses laços de parentesco para as mulheres ao demonstrar que 65,1% do total das mulheres conheciam parentes no destino ve*r*sus 50,5% dos homens. Em ambos os casos, há uma ampliação da rede de parentes que integra a migração de longa distância em relação ao estudo de Massey et al. (1987), uma vez que esse autor analisou as redes de parentesco masculinas.

Quando chegam ao destino, os migrantes, depois de conseguirem um lugar para ficar por um tempo, precisam arranjar um trabalho. Neste momento as redes sociais são muito importantes, pois os migrantes tendem a se encaminhar para os serviços onde se concentram os conterrâneos, amigos e parentes. Os migrantes de Criciúma, como os outros migrantes, também utilizam-se das redes sociais para conseguir emprego. Essas redes configuram um nicho de trabalho étnico para homens e mulheres migrantes brasileiros, os primeiros se concentram na construção civil e nos restaurantes e as mulheres no serviço doméstico e na faxina, assim configura-se um mercado de trabalho que ao mesmo tempo que dá oportunidade aos migrantes restringe essa oportunidade aos limites da rede migratória (Portes, 1990)

No entanto há uma diferença em relação ao auxílio para hospedagem, pois neste momento, os dados indicam que para arranjar emprego, no geral o auxílio dos amigos tem um peso maior representando 47,5% do total da ajuda recebida enquanto a ajuda dos parentes representa 38% dos casos.

Os dados apresentados evidenciam que os laços de parentesco são o principal componente das redes sociais dos migrantes criciumenses e que as mulheres utilizam-se mais desses laços. A importância das redes familiares também foi observada por Fusco (2001), com relação aos migrantes de Governador Valadares ao revelar a predominância das conexões familiares (56,1%) quando apresenta os dados de quem o migrante conhecia no destino. Portanto, os migrantes criciumenses, assim como os valadarenses, apóiam-se nas redes de parentesco e amizade para realizar o projeto migratório.

O predomínio dessas redes informais articuladas entre amigos e parentes ajudam a compreender porque redes institucionais são pouco mencionadas pelos imigrantes. Quando perguntados acerca

de quem ajuda no financiamento da viagem os imigrantes revelam, mais uma vez, a importância desses laços e qual a contribuição das agências nesse processo. Nesse ponto é importante ressaltar que não estou me referindo aqui às redes de tráfico de pessoas que atuam tanto em Governador Valadares quanto em Criciúma, que cresceram com o recrudescimento da política de emissão de vistos de entrada para os brasileiros, estou analisando apenas as agências que atuam como agências de turismo ou de recrutamento, como veremos a seguir.

No caso da migração de Criciúma, as agências de viagem e de recrutamento têm um papel pouco significativo no que se refere ao financiamento e recrutamento dos imigrantes, bem como no *help* inicial no destino. Embora seja através das agências que esses migrantes comprem suas passagens, organizem a documentação para tirar o visto e enviem o dinheiro recebido, não são elas que articulam o processo e, sim os amigos e parentes que aqui e lá conectam a origem e o destino, configurando as redes sociais. Fusco (2001) também constata a importância das redes de parentesco, de amizade e de origem comum, no caso dos migrantes de Governador Valadares, ao demonstrar quem esperava os migrantes e quem ajudou a arranjar o primeiro emprego.

Quando as agências de turismo passam a integrar a rede migratória, não é no sentido nem de arrumar dinheiro, nem trabalho, que é que o possibilita o empreendimento migratório, mas sim para receber as remessas dos imigrantes, como se pode observar em Fusco (2001) e Soares (2003). Portanto, pode-se dizer que as agências ajudam na venda de passagens e informações sobre como conseguir o visto, no caso do visto americano, **e** ganham com o crescimento e a consolidação do fluxo migratório através das remessas feitas pelos imigrantes. A constituição de uma rede migratória é concretizada no cotidiano de relações tecidas por vários integrantes do grupo de parentesco ao longo do processo migratório. No caso da migração de Criciúma, como foi demonstrado, não são quaisquer parentes que auxiliam na empreitada, o que implica em diferenciados acessos às redes para homens e mulheres imigrantes.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, os brasileiros residentes no exterior foram construindo múltiplas relações econômicas, culturais e familiares, o que sugere que os imigrantes, mesmo ausentes no exterior, continuam em contato com as suas cidades de origem construindo laços transnacionais que conectam as cidades de origem com alguns pontos no destino.

Portanto, em Criciúma, assim como em Governador Valadares construíram-se conexões entre os EUA e a região, dessa forma podemos compreender, porque essa cidade da região sul do Brasil se insere no cenário brasileiro como um novo ponto de partida para os emigrantes brasileiros.

Nesse artigo, ao comparar sucintamente as experiências de valadarenses e criciumenses pretendi demonstrar como algumas cidades no Brasil, estruturaram conexões transnacionais criando um singular campo social que envolve os que partiram e os que ficaram numa complexa rede de relações que auxilia tanto no momento da partida, quanto na chegada no destino, bem como na administração dos investimentos na cidade de origem.

Considerações finais

Os migrantes criciumenses inserem-se na migração internacional ao longo da década de 90. Assim como os mineiros de Governador Valadares, os catarinenses partiram em direção à "América" com um projeto migratório comum: comprar uma casa, um carro, montar um negócio. Esse fato revela um aspecto interessante das redes sociais que atuam na migração, pois uma parcela dos novos migrantes criciumenses é descendente de italianos e, portanto, têm a cidadania italiana o que abre o mercado de trabalho na Europa. No entanto, em vez de fazerem o caminho inverso, migrando para a Itália, a maioria segue o caminho aberto pelos mineiros, goianos, cariocas e outros brasileiros de diferentes origens regionais partindo rumo à região da grande Boston. Assim, um século depois, os criciumenses repetem a trajetória de seus nonos e nonas, continuando num certo sentido o projeto de "fazer a América", partindo em direção aos Estados Unidos.

Os criciumenses, assim como os migrantes valadarenses, partem para onde há melhores oportunidades de trabalho, mas fundamentalmente para onde possam encontrar uma rede de apoio para recebê-los tecendo as redes sociais na migração. Esse movimento, relativamente autônomo ao Estado e às forças estruturais, é caracterizado por ser de difícil apreensão, pois é fundamentalmente baseado em laços informais, construídos entre parentes, amigos e conterrâneos, muitas vezes distantes, mas que em terras estrangeiras tornam-se uma referência fundamental.

Assim, procurei apreendê-las analisando o tipo de ajuda dada e recebida por mulheres e homens no processo migratório. Desse modo, as redes sociais acionadas no contexto da migração foram analisadas como práticas sociais que envolvem tipos diferentes de ajuda material, logística, emocional e simbólica que possibilitam aos futuros migrantes partirem com referências mínimas de onde ir, qual o trabalho que irão fazer, com quem vão morar, etc.

Enquanto seus filhos/as e netos/as trabalham pelo mundo, seus/suas "nonos/as" e mães/pais (quando não são eles próprios migrantes) tocam sua vida, preparam a casa para recebê-los, muitas

vezes administrando o dinheiro que é enviado. Tais questões sugerem vários arranjos familiares em que as mulheres assumem um *status* peculiar. O contato com o Brasil entre os que emigram e os que ficam é mantido por meio das cartas, fotos, telefonemas, remessas e, mais recentemente, por meio da internet, atualizando e reforçando a idéia do projeto familiar, econômico e afetivo que é a imigração. Dessa forma, o projeto de emigrar não é visto apenas como desestruturador das relações familiares (este é um estereótipo recorrente na cidade), mas como uma realidade que possibilita novos arranjos familiares e de gênero.

As conexões possíveis entre os imigrantes e os emigrantes do presente evidenciam-se através dessas redes familiares que demonstram que este projeto individual, em geral está sustentado nas relações familiares, que são muito importantes para todo o projeto desde o momento de preparar para a partida, o apoio emocional e financeiro, até as viagens que os pais fazem para os EUA para matar as saudades, ou as ajudas para arranjar emprego nos locais de destino. Nessas redes as mães, esposas, namoradas, irmãs são muito importantes, pois fazem circular as informações entre os demais membros das famílias. O que se constata tanto daquele que partiram quanto daqueles que ficam é uma tentativa de manter seus laços com o Brasil, com os familiares o que aponta pra uma transnacionalização das relações familiares que se constroem entre os dois lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

ASSIS, Gláucia de Oliveira. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – São Paulo, 2004, 340p.

_____. Estar aqui...estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Antropologia Social UFSC, Florianópolis, 1995.

BOYD, Monica. 1989. "Family and Personal Networks in International Migration: recent developments and new agendas. International Migration Review, 23 (3), p. 638- 670.

DeBIAGGI, Silvia Dantas. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In: Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. MARTES, A.C.B. e FLEISCHER, S.R. (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.175-198.

FLEISCHER, Soraya R. Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts. São Paulo, Anablume, 2002, 272 p.

FUSCO, Wilson. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. Campinas, Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001.85p.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrete. Gendered transitions: Mexican experiences of immigration. Berkeley and Los Angeles, London. University of California Press, 1994.

MARTES, Ana C. B. 1999. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo, Paz e Terra.

MASSEY, Douglas et al. 1987. The social organization of migration. In: Return to Aztlan: the social process of international migration from Western. Mexico Berkeley: University of California Press, p. 139-171.

MENJIVAR, Cecília. Fragmented Ties: Salvadoran immigrant networks in America. Berkeley, Los Angeles, London . University California Press, 2000.

PORTES, Alejandro. & RUMBAUT, R.. Immigrant America: a portrait. Berkley: University of California Press. 1990

PORTES, Alejandro. (ed) 1995.The economic sociology of immigration: a conceptual overview. In: Portes, Alejandro (ed). The economic sociology of immigration. New York: Russel Sage Foundation, p. 1-41

SALES, Teresa, FUSCO, Wilson, ASSIS, Gláucia e SASAKI, Elisa. As redes sociais nas migrações internacionais: os migrantes brasileiros para os EUA e o Japão. Relatório de Pesquisa Fapesp. São Paulo, 2002.

SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. São Paulo, Ed. Cortez , 1999.

SAVOLDI, Adiles. 1998. O caminho inverso: a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Programa de pós-graduação em Antropologia Social UFSC.

TEIXEIRA, José P. 1996. Os donos da cidade. Florianópolis: Editora Insular.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Trajetória de ruptura: motivação, contexto e estrutura social na zona da mata pernambucana

Rodrigo Salles Pereira dos Santos[1]

Resumo: Este *paper* discute os elementos de intencionalidade presentes na ação, que neste caso, envolvem a negação de uma estrutura socioeconômica asfixiante, a partir da perspectiva de um autêntico *outsider* na Zona da Mata Pernambucana. Desse modo, propõe uma visão sintética e fundamentalmente relacional desta trajetória individual com a estrutura que a circunscreve; relaciona, portanto, ação e estrutura de forma plástica.
Palavras-chave: motivação; estrutura sócio-econômica; trajetória de vida

Abstract: This paper considers the intentional elements presented in action, that in this in case, involve the denial of an oppressing socioeconomic structure, from the perspective of an authentic outsider at the Zona da Mata Pernambucana. In this manner, it considers a synthetic and basically relational vision of this individual trajectory with the structure that circumscribes it; it relates, therefore, action and structure in a plastic way.
Keywords: motivation; partner-economic structure; life trajectory

Em 2003 conheci Cícero. Ele havia vindo de Pernambuco no final da década de 1950 com sua família. Cícero aparentemente seguia o rastro do desenvolvimento e da urbanização. Entretanto, sua trajetória parece contradizer esta imagética do Eldorado industrial e urbano como principal impulso migratório. Dessa forma, esvaziando o discurso do desenvolvimento como a miragem do migrante nordestino e tornando as condições de vida presentes no município de Goiana[2], o elemento determinante em sua trajetória como migrante, Cícero se expressa nas 2 entrevistas realizadas em sua residência em dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

Certamente o aprofundamento do processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro (Santos, 2003), a despeito de sua relativa decadência industrial, influenciou sua decisão individual de migrar. Entretanto, o plano microcósmico da trajetória individual, neste caso de

[1] Doutorando em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/UFRJ. Bolsista do CNPq.

[2] A microrregião da Mata Setentrional Pernambucana, que integra a mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, é formada por 17 municípios, sendo os economicamente mais importantes Goiana, Timbaúba e Carpina. Nela destacam-se as indústrias canavieira e de tecelagem.

um trabalhador com pouca ou nenhuma identidade camponesa, igualmente destituído de uma auto-imagem operária, envolve tipicidade e idiossincrasia.

Dessa forma, na medida que as múltiplas estruturas sociais que envolvem a experiência individual possuem pesos diversos em momentos diferentes de uma mesma trajetória, as motivações ou "projetos [igualmente] múltiplos" (Denzin, 1984: 32) dos indivíduos devem ser levadas em conta em qualquer abordagem teórica que se pretenda não meramente abstrata, mas fundamentalmente relacional. (Joas, 1997)

Infância: Memória, Esquecimento e Trabalho Degradado

Segundo Cícero, Serrinha [hoje Serrita] foi a localidade onde nasceu. Sua mãe, Maria Soares da Silva, faleceu em 1934, deixando-o então com 5 anos. Antes mesmo de ter ficado órfão, sua mãe o "presenteou" a uma família proprietária do engenho de açúcar Pau Amarelo. No entanto, ele fugira do engenho inúmeras vezes, até sua fuga definitiva, após a qual se instalou em uma 'venda'.

A primeira referência à atividade produtiva em seu relato aparece neste ponto. Cícero cortava cana-de-açúcar durante o dia e pernoitava na venda. Há claros indícios de que estava submetido a trabalho degradante e restrição à mobilidade por dívidas com o proprietário, mas poucas são as referências em sua fala a estas características e nenhuma reflexão é buscada por sua iniciativa a respeito desta experiência.

Segundo Michael Pollak, "o silêncio tem razões bastante complexas" (1989: 06) e ainda que haja uma escuta atenta, as ausências de fala, "zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'" (idem) rompem a coerência do discurso e impõem elementos-chave de compreensão das motivações individuais colocadas contra o pano de fundo da estrutura que as circunscreve. A experiência de submissão a trabalho degradante pode ser profundamente perturbadora. O fato de Cícero voltar repetidas vezes a outros temas durante as entrevistas (Pollak, 1989: 14) e evitar consistentemente falar com maior profundidade sobre este período exemplifica a afirmação do próprio Pollak de que "a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e tensões" (idem).

Vivendo na venda e trabalhando como cortador de cana, Cícero já tinha 12 anos quando foi "encontrado" e reconhecido por um 'primo' – na verdade um parente distante bem mais velho que ele –, enquanto trabalhava próximo à linha do trem[3]. – "Ele pagou minha

[3] Não foi possível identificar consistentemente um ramal ferroviário próximo à São José da Coroa Grande. Cícero não sabe precisar o local do ramal.

dívida com o dono da venda e me levou com ele". 'Vovô' Domingos, como Cícero o chama, o levou para Goiana, no litoral norte de Pernambuco, próximo à divisa com a Paraíba.

A partir de então Cícero passou a auxiliar Vovô Domingos na lavragem de terras arrendadas que este já praticava.

> *Ninguém tinha nada lá. Nem um pedacinho de terra assim. Nem eu nem meu padrinho tínhamos nada. A gente arrendava a terra. Lá nessa Fazenda Santa Rita se plantava muito coqueiro. Eles 'davam' um pedaço de terra pra pessoa plantar e pra limpar os coqueiros. A gente plantou, a gente limpou coqueiro... coqueiro muito pequeno. [...] Quando crescia a gente mudava pra outro lugar.*

Provavelmente esta percepção detalhada da estrutura fundiária da região fora forjada ao longo do tempo trabalhando como cortador de cana e em muitas outras funções ligadas à atividade de arrendamento de terras que Vovô Domingos praticava. O que está em jogo aqui é menos a referida estrutura, que de forma impressionista, é altamente concentrada, do que sua percepção da mesma. Percepção que ensejava estratégias de ação e motivações que diferiam daquelas de Vovô Domingos.

Apesar disso, a situação do trabalho agrícola por conta própria opõe-se formal e simetricamente à do trabalho agrícola por restrição e, não por acaso, Cícero mostra-se eloqüente ao afirmá-la como digna de verbalização, em detrimento e em oposição à sua experiência de trabalho anterior. Mas nada que o fizesse fixar-se nestas atividades.

Cícero, entre os 12 e os 21 anos, acumulou um conjunto bastante amplo de experiências profissionais. Dos 12 aos 14 permaneceu praticando atividades agrícolas junto a Vovô Domingos. A partir dos 14 e até os 15 anos de idade passou a realizar estas atividades paralelamente ao trabalho de mascate, de modo que bastante cedo passou a identificar o dinheiro, bem de circulação restrita na Zona da Mata Pernambucana naquele período, como um fator de importância chave para sua evasão de uma economia de subsistência altamente intensiva em trabalho e baseada na família.

Com cerca de 18 anos, Cícero, mantendo e aprofundando uma estratégia que o levava a privilegiar o trabalho urbano em detrimento de atividades agrícolas, torna-se cobrador de ônibus. Ele demonstrava uma espécie de lógica da práxis que o afastava de atividades mais tradicionais e o atraía para atividades ligadas a uma economia de serviços, ainda incipiente naquele espaço. É então que ele conhece 'Seu' Brito.

> *Esse senhor já tinha uma sapataria em Cruz de Rebouças. Na época eu devia ter*

> *uns 18 anos. Eu to lá na porta da sapataria... eu e outro garoto... Aí [ele disse]: – "De vocês aí quem quer aprender essa profissão?" Eu disse: – Eu, eu quero. O outro não quis. Trabalhei de noite uns 8 meses porque eu precisava trabalhar na roça com meu padrinho. [...] Aprendi de noite, no serão. Fazia serão até meia noite e dormia em cima do couro mesmo. Quando dava 5h. da manhã eu tinha que picar a mula. De Cruz de Rebouças até a minha roça... onde meu padrinho morava dava uns 4km. Eu ia 5h. da manhã e chegava 7h. lá pra trabalhar. Trabalhava até as 5 da tarde. Aí comia... tomava banho e ia pra cidade... Eu achava bonita aquela profissão. Sempre achei bonito trabalhar naquilo.*

Severino ou Malasartes: tipologias nordestinas

Em grande medida a vida de Cícero apresentou elementos trágicos desde cedo. O fato de não ter conhecido o pai, o falecimento da mãe e a possibilidade concreta de ter sido abandonado exemplificam esta indicação. Após seu casamento e o nascimento do 7° filho, portador de Síndrome de Down, Cícero ainda perderia dois filhos, natimortos. Assim, apresenta características em sua trajetória que o aproximam de um estereótipo bastante representativo do migrante nordestino, o retirante.

A Zona da Mata Pernambucana, que João Cabral de Mello Neto descreve com tanta perfeição nos versos de Morte de Vida Severina (Melo Neto, 1988), apresenta adicionalmente, uma espécie de *establishment* no sentido que Norbert Elias atribuiu à sociedade da corte. (1995: 16) Prensado entre uma estrutura fundiária altamente concentrada e uma elite política e econômica pouco permeável de um lado, e as possibilidades restritas de sucesso dos grupos dominados no que concerne ao emprego de estratégias tradicionais de sobrevivência, tais como a união do grupo familiar em torno de atividades de arrendamento, parceria, meiagem, etc. de outro, Cícero se constituía propriamente como um *outsider* (idem).

A partir de sua trajetória específica e, neste sentido, se lida com especial interesse com suas idiossincrasias biográficas, e particularmente com a obstinação dele em se furtar às atividades concebidas como rurais, opta-se por complexificar esta interpretação superficialmente trágica com os sentidos que o próprio Cícero buscou atribuir às suas ações. (Weber, 2000)

Neste ponto, deve-se introduzir a figura de D. Nusca, falecida há cerca de 3 anos. Cícero conta que fora ela quem o viu primeiramente. Naquele momento Cícero estava com cerca de 20 anos de idade e era sapateiro. D. Nusca já era noiva, mas Cícero não era próprio do lugar e destoava dos rapazes locais também por certas maneiras próprias ao ambiente

urbano, representando de certa forma, um rapaz 'moderno'. Cícero parecia corresponder melhor às suas expectativas.

Ela também já trabalhava como costureira, professora de crianças e de adultos, tendo ficado a seu cargo, no momento em que conhecera Cícero, a responsabilidade sobre o Posto da Malária local. D. Nusca é lembrada por suas filhas como uma grande contadora de estórias, tendo sido ela própria uma espécie de guardiã da história familiar, uma espécie de porta-voz da memória coletiva (Halbwacs, 1990; Pollak, 1992) deste grupo. Segundo elas, ela mesma falara muitas vezes sobre como decidira namorar Cícero por ser ele um rapaz mais moderno do que os outros rapazes que conhecera.

O próprio Cícero, apesar dos cuidados que devem circundar essa informação, do ponto de vista da auto-mitificação biográfica (Bourdieu, 1998), afirma uma imagem pessoal que o diferencia do trabalhador rural típico de Igarassu, município adjacente a Goiana. – "Roceiro é trabalhador de caminhão, cortador de cana... corta lenha. Eu já era sapateiro não época... me vestia bem. Gostava de me vestir. Eu usava calça boa, sapato que eu mesmo fazia."

Cícero mostrava também traços de uma personalidade pouco conformista e distante de elementos trágico-dramáticos. Decidido a casar-se com Catarina ele resolvera acabar com o seu noivado. Ele afirma que, após muito atrapalhar seus encontros, foi surpreendido pelo noivo conversando com Catarina e decidiu enfrentá-lo. – "Esse Juvenal... eu infernizava a vida dele. Mandava consertar o sapato e eu enfiava um prego. Não agüentava nem andar depois. [...] Um dia ele me viu com ela... Aí eu disse: – Olha aqui, agora ela é minha."

Ao mesmo tempo, o que o ajudava a interceptar Catarina antes dos encontros com seu noivo, Cícero "desenhava diferente[mente] a sola de sapato dela. E onde ela andava tinha rastro do desenho que eu [Cícero] fazia". Estas ações introduzem um aspecto de sua personalidade que o aproximam de outro modelo estereotipado do nordestino, baseado no emprego da astúcia como elemento de defesa contra a dominação (Weber, 2000), mas também como forma de atingir seus objetivos: o Malasartes.

Impressionantemente adequadas à realidade social da Zona da Mata Pernambucana, as artimanhas de Pedro Malasartes podem ser apreendidas como modelo de uma estratégia de resistência contra os mais ricos e poderosos; como um instrumento de subversão ou inversão da ordem (DaMatta, 1979). Uma espécie de inversão que embora não constitua um ritual, partilha o mesmo tipo de efemeridade que este. Ainda que não seja sempre dirigida a indivíduos superiores, ações inspiradas pela esperteza e orientadas à obtenção de vantagens individuais em contextos improváveis, porque estruturados social e economicamente, como o noivado de Catarina, por exemplo, emergem como subversão da ordem.

Esta dimensão subversiva da ação de Cícero torna-se ainda mais compreensível a partir da consideração dos significados que o mesmo atribui às suas decisões, particularmente no que concerne à atividade de trabalho. Ela envolve a glorificação das "espertezas, desembaraços, malandragens e valentias; [...] o desejo da singularizarão com relação ao grupo social de origem (por exemplo, as fugas)", como bem o notaram Leite Lopes & Alvim. (1999: 16). Assim, tendo empregado os subterfúgios supracitados e conseguido acabar com o noivado de Catarina, Cícero decidiu pedir a sua mão em casamento.

> *O pai dela me chamava de vagabundo... Ele dizia que ela só ia comer peixe seco comigo. [...] E me disse que eu não podia casar com ela. – Então eu vou casar com ela no peito. Falei mesmo. Aí ele disse: – "Vocês podem ir até pro inferno". Aí a gente fugiu. [...] Nós moramos distante, moramos em Cruz de Rebouças, ficava bem distante [da fazenda Santa Rita].*

O tema da fuga, recorrente em sua experiência na infância, retorna como subterfúgio empregado para a desestruturação de uma situação que lhe negava a oportunidade de constituir uma família exatamente porque o pai de Catarina lhe considerava um *outsider*, um "vagabundo", um não trabalhador. Em alguma medida Cícero reforçaria esta imagem posteriormente. – "Depois que nasceu Vanda... [...] Aí esqueci de trabalhar."

Seu retorno à atividade produtiva constituiu uma primeira experiência de trabalho industrial. Com cerca de 22 anos, Cícero se torna operador de ponte rolante de uma fábrica de cimento na Ilha de Itapessoca, município de Goiana, a Itapessoca Agro Industrial S.A.[4] – "Eu gostava de trabalhar lá. O dinheiro era bom. 500 réis por hora."

Itapessoca Agro Industrial S.A., inaugurada em 1954.

[4] O Grupo Industrial João Santos, detentor da marca NASSAU, é composto atualmente por 24 empresas no Brasil, e emprega cerca de 6 mil pessoas.

Mas Cícero não era operário. E não havia sido preparado para tornar-se um. Seu recrutamento foi mediante conhecimento pessoal, ele não havia sido treinado minimamente para exercer a função e detinha uma personalidade e objetivos pessoais bastante inadequados à disciplina demandada pelo trabalho fabril.

> *Eu era muito levado. No domingo eu tava de plantão. Aí eu disse: – Não venho trabalhar não, eu vou pra praia. Quando eu voltei 2ª tava o gerente, o dono da fábrica... Aí o plantonista que eu ia render chegou pra ele e disse: – "Cícero não veio me render". Aí o dono da fábrica falou: – Não veio render você? Bota na rua.*

Trabalhadores andando de bicicleta em Igarassu, 1958.

A experiência de trabalho industrial de Cícero durara apenas 18 meses e ele voltara a "mascatear". O retorno à atividade de mascate também não o satisfazia pessoalmente e era insuficiente para sustentar sua família. Depois de Vanda, nascia Altamirando. Depois dele, Ailton. E por fim, Vera. É neste contexto que se inscreve a decisão de Cícero de migrar para o Sudeste do país.

Quando perguntado se achava que o Rio ofereceria boas condições de vida, assim ele respondeu: – "Não pensava nisso não. Eu só pensava em sair de um lugar que não tinha condições de me dar dinheiro pra sustentar minha família. Quatro filhos. Cada dia que passava a situação piorava mais. Não pensei duas vezes."

Reflexões à guisa de Conclusão

No caso específico da trajetória construída por Cícero e sua família, a dimensão intencional de sua atividade como trabalhador, assim como sua decisão de migrar, parecem ter sido laboriosamente construídas a partir da condição de *outsider* (Elias, 1995) no interior de

um *establishment* aparentemente hermético. Suas decisões e ações deveram-se fundamentalmente à interação com o contexto situacional que experimentara nas mais variadas formas ao longo de sua vida como trabalhador.

Segundo Joas, o "conceito de *ação* isola a ação individual de seu contexto" (1997: 146), sendo compreendido este último, como o corte situacional no qual uma dada ação é produzida por um ator que não a desempenha exclusivamente, relacionando-a a outras ações produzidas por ele próprio e àquelas desempenhadas por outros atores em condições relacionais (ibid.).

A questão discutida aqui concerne fundamentalmente à interação entre a estrutura socioeconômica abarcante e a (in)capacidade de Cícero em adequar-se a ela, o que, se de um lado, circunscrevia os limites de sua ação na Zona da Mata Pernambucana, lhe dava um ampla margem de tomada de decisão, rejeitando o trabalho agrícola, abraçando o aprendizado técnico de uma profissão vinculada à economia de serviços monetarizada, comportando-se como um *outsider* e por fim, emigrando.

A inadequação constitui *a priori* um modo relacional similar à adequação, que vincula um escopo decisório e uma gama de ações inversos, ainda que não necessariamente reduzidos. Essencialmente, foi a análise mais pormenorizada de sua trajetória como trabalhador que permitiu refletir sobre as condições sociais e econômicas situacionais que influíram e sofreram a refração de suas opções em abandonar a terra como fonte de subsistência, em projetar chances de sobrevivência e mobilidade social ascendente em uma atividade pouco exeqüível como meio de sustento, e em, fundamentalmente, abandonar a estrutura em si.

O elemento desviante de seu comportamento se manifestaria com maior incisão no fim da juventude, nos episódios de trabalho industrial, assim como no casamento com Catarina, subvertendo o *establishment* e sofrendo seus efeitos. Desse modo, o comportamento de Cícero pôde ser balizado e interpretado a partir de características presentes em dois tipos nordestinos, o Severino e o Malasartes.

Nesse sentido, suas idiossincrasias pessoais, que apareciam como problemáticas do ponto de vista da motivação para migrar, uma espécie de 'irresponsabilidade' individual, uniram-se finalmente, e por rejeição, à estrutura social da Zona da Mata Pernambucana. A negação de Cícero resultava da lucidez acerca de que o Rio urbano não seria um eldorado, o que o afasta do Severino que espera a redenção no Recife, mas que também não podia deixar de rebelar-se, da maneira que lhe cabia, jocosa e negativa, à hermeticidade da estrutura socioeconômica que o asfixiava, no trabalho agrícola ou na atividade operária. Cícero se apresentara finalmente mais como Malasartes do que como Severino.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre (1979) (1998) "A Ilusão Biográfica", in FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína, *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 183-200.

DA MATTA, Roberto (1979) *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

DENSIN, Norman K. (1984) "Interpretando a vida de pessoas comuns", in *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 27, n° 1, pp. 05-27.

ELIAS, Norbert (1995) *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

HALBWACS, Maurice (1990) *A memória coletiva*. Editora Vértice.

LEITE LOPES, José Sérgio & ALVIM, Rosilene (1999) "Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance", in *Estudos Avançados*, 13 (37), pp. 105-124.

MELO NETO, João Cabral de (1988) *Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta*. Rio de Janeiro, José Olympio, 25ª Edição.

POLLAK, Michael (1989) "Memória, esquecimento e silêncio", in *Estudos Históricos*, n° 3.

_____ (1992) "Memória e Identidade Social", in *Estudos Históricos*, n° 10.

SANTOS, Ângela Penalva (2003) *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

WEBER, Max. (2000) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília. UnB. 3ª ed.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O que se planta e o que se colhe no termo do ato Grosso, fronteira oeste do império português (1748 – 1790)

Masília Aparecida da Silva Gomes*

Resumo: Este estudo analisa a produção de alimentos no termo do Mato Grosso entre os anos de 1748 à 1790. Privilegiamos o ano de 1748, como marco inicial por se tratar do ano da criação da capitania do Mato Grosso e Cuiabá, e 1790, como recorte final, por marcar o início de uma grave crise de abastecimento na capitania de Mato Grosso. Centralizamos nossas análises em Vila Bela, vila capital e seus arredores.A documentação utilizada integra os acervos documentais pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, e a Casa Barão de Melgaço – CBM. Procuramos evidenciar que a expansão portuguesa no Vale do Guaporé iniciada a partir da descoberta de metais preciosos, se deu concomitantemente à formação de outras paisagens, das quais, a agrária, com a produção de alimentos e o desenvolvimento de atividades extrativas e criatórias, teve importância fundamental.

Palavras-chave: fronteira; abastecimento; Mato Grosso.

Abstract: This study analyzes the production of victuals in the termo of Mato Grosso among the years of 1748 and 1790. We privileged the year of 1748 as initial point of research for treating of the year of the creation of the Captaincy of Mato Grosso and Cuiabá, and the year of 1790, about final point, for marking the beginning of a serious crisis of provisioning in this captaincy. We concentrated our analyses on Vila Bela, the Capital, and your neighborhoods. The used sources integrate the collections belonging to the Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), and the Casa Barão de Melgaço (CBM). We show the Portuguese expansion in Vale do Guaporé what started from the discovery of precious metals, and grew up concomitant to the formation of other activities, like the agrarian, with the production of victuals and the development of mining and the cattle-raising, that had great importance.

Key-words: border; provisioning; Mato Grosso.

A historiografia tradicional sobre o Mato Grosso[1] colonial cristalizou no imaginário regional a visão de uma região onde as atividades de extração mineral - ouro e diamantes - predominaram exclusivamente. A imagem criada por tal visão histórica era a de minas repletas de pessoas vindas de diferentes regiões, que para sobreviverem dependiam de

[1]* Aluna do Programa de Pós-graduação em História - Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/ICHS – Sob a orientação da Profª. Drª. Leny Caselli Anzai - Bolsista CAPES.
Criada em 1748, a capitania de Mato Grosso era composta por dois distritos ou termos, o do Mato Grosso e do Cuiabá, limitava-se com a capitania do Grão-Pará ao norte, com as capitanias de Goiás e São Paulo ao sul, e a oeste, com as possessões de Espanha (Chiquitos, Moxos e Paraguai), compreendia os atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

víveres importados via monções[2], pois na região nada se produzia. No entanto, estudos históricos recentes e fontes documentais ainda pouco exploradas como os "Anais de Vila Bela", nos permitem reconhecer, que concomitantemente à paisagem das minas se configurou uma paisagem rural com áreas voltadas para a produção de alimentos.

A documentação consultada indica a utilização de mão de obra escrava em ambas as atividades e não somente na mineração.Logo a imagem de paisagem unívoca construída pela historiografia tradicional e consolidada no tempo e no senso comum, silencia a formação de outras paisagens que se constituíram *pari passu* com a paisagem mineira. Pois, se por um lado a atividade da mineração abriu novas frentes de expansão, por outro fica evidente que as atividades comerciais e agrícolas caminharam juntas com esta, dando-lhe sustentação e assegurando o sucesso da colonização e expansão portuguesa no Vale do Guaporé.

Com a descoberta de ouro às margens do rio Galera, afluente do Guaporé em 1734, um grande contingente de pessoas se deslocou para região do Vale do Guaporé em busca de riquezas. "Segundo os cronistas, só de Cuiabá partiram em 1737 mais de 1500 pessoas, em monção de setenta canoas. Muitas outras vieram de Goiás, São Paulo e Minas" (CANAVARROS, 2004:190). Nas paragens onde se descobriu ouro formaram-se núcleos de povoamento, dando origem aos primeiros arraiais, assim se formaram: São Francisco Xavier, Sant'Anna, Ouro fino, Bromado, Nossa Senhora do Pilar, entre outros. O período de formação desses arraiais, ou seja, os primeiros seis anos de ocupação não índia corresponde à primeira fase da expansão portuguesa na região, e teve como característica certa mobilidade (LUCÍDIO,2004: 6-7).

Contudo, um deslocamento intenso de pessoas para uma nova região de exploração implica na montagem de todo um aparato mínimo de sobrevivência desses novos habitantes. Nesse sentido, a produção de alimentos na região tornou-se uma premissa. A documentação consultada nos fornece fortes indícios que essa produção alimentícia iniciou-se concomitantemente à descoberta dos primeiros veios auríferos. A título de exemplo, no ano de 1736 ficou registrada nos Anais de Vila Bela uma passagem sobre os preços dos alimentos praticados naquele ano no termo do Mato Grosso[3] de onde se depreende a seguinte afirmação: "valia um alqueire de milho seis oitavas , produto das roças e plantas do mesmo descoberto" (AMADO & ANZAI, 2001: 42). Em outra passagem o cronista José Gonçalves da Fonseca ao analisar a qualidade dos moradores do Mato Grosso em suas Notícias da Situação do Mato

[2] Havia duas rotas monçoeiras pelas quais, era possível se chegar a Mato Grosso nesse momento, as monções do sul via Araritaguaba – Cuiabá e as monções do norte pela rota Amazonas- Madeira- Momoré- Guaporé praticada a partir de 1749.

[3] A palavra termo é aqui utilizada como sinônimo de distrito (ROSA & JESUS, 2003).

Grosso nos relata que, de "mil e cem escravos que haviam matriculados na capitação", somente seiscentos se poderiam "empregar nas faisqueiras e lavras" pois, o resto seria ocupado "em lavouras de mantimentos; cujas fazendas se acham estabelecidas na planície em circunferência da chapada, entre esta e o Sararé" (FONSECA, 2001:16). Portanto, de mil e cem escravos matriculados apenas 54.6% eram destinados a extração de minerais os outros 45.4% seriam ocupados na lavoura de mantimentos o que demonstra a importância que as atividades agrícolas tiveram nesse processo de expansão.

1 – Potencialidades alimentares no termo do Mato Grosso na segunda metade do século XVIII.

Desde os primórdios da ocupação portuguesa no Vale do Guaporé em 1734, que a preocupação com a produção e comercialização de alimentos foi uma constante. Já nos primeiros anos de ocupação dessa região alguns produtos que compunham a dieta das pessoas que para lá se deslocaram começaram a ser produzidos, como o milho, o feijão, o arroz e a mandioca. Também iniciaram a criação de animais de pequeno porte como galinhas e porcos. No entanto, a produção era ainda incipiente e muitos alimentos tinham que vir do Cuiabá, percorrendo longas distâncias, o que dificultava o transporte em grande quantidade. Assim, a baixa produtividade e a dificuldade no transporte contribuíam para a elevação dos preços dos alimentos.

A documentação deixa evidente que os produtos que compunham a dieta dos moradores do novo descoberto, tais como: milho, feijão, toucinho, galinha, aguardente de cana, sal, carne de vaca e porco, entre outros, eram muitos caros nos primeiros tempos da ocupação, o que limitava sua aquisição.

Em 1758, vinte quatro anos após o início da ocupação no vale do Guaporé , já no governo do primeiro governador e capitão general Antônio Rolim de Moura, a situação da produção de alimentos em Vila Bela e na região ofereceu indícios de considerável melhora, como nos informa os Anais de Vila Bela:

> *A cultura das terras se vai também aumentando e melhorando, utilizando-se o mesmo passo os lavradores da liberal produção que delas recebem. Já nos prédios circunvizinhos da vila e nos da mesma, há frutas de várias espécies, como são: figos, uvas, laranjas, limas, limões, além das bananas, mamões, ananases, melancias e outras que, em bastante quantidade, principiaram a haver logo depois da criação da Vila. E de mais de estar dependentes da cultura há muitas outras que naturalmente produz a terra(AMADO & ANZAI, 2006: 70).*

Os Anais de Vila Bela também nos informam que em 1758:

> *se fabricou algum açúcar nos engenhos desta vila e seu distrito, e se vendeu por preço muito acomodado, tendo na bondade pouca diferença do que vem de fora. Nas terras de rio abaixo se colhe cacau, que o sertão espontaneamente produz, de que se faz suficiente chocolate e, para composição deste, também as matas deste continente produzem bastante baunilha. Os campos circunvizinhos desta vila se vão cobrindo de gado (...), há também um princípio de rebanho de ovelhas (AMADO & ANZAI, 2006:70).*

Assim, nos finais da década de 50, a produção alimentar no termo do Mato Grosso foi aos poucos se tornando "independente de outras povoações e colônias mais antigas". Entretanto, se nos anos cinqüenta os recursos alimentares em Vila Bela começaram a apresentar indicativos de considerável crescimento, e de queda nos preços; na década seguinte a produção sofreu uma considerável queda. Isso porque a década de sessenta foi marcada por freqüentes instabilidades políticas na região, que resultaram em conflito armado entre portugueses e espanhóis, como o de 1763.

Embora o conflito militar tenha sido breve, o clima de instabilidade política nessa fronteia fez com que se aumentasse o contingente militar no termo do Mato Grosso, com a chegada de militares do Cuiabá, de Goiás e do Pará. Além disso, as freqüentes secas que ocorreram nesta década também contribuíram para a queda na produção de víveres em Vila Bela e seu distrito, o que se tornou motivo de preocupação para o capitão general Luís Pinto Souza Coutinho, que em 1769 ordenou aos seus subordinados que fizessem um levantamento completo da situação da capitania.

O objetivo era conhecer melhor as reais condições da capitania e suas potencialidades econômicas, para daí montar um plano de ação que auxiliasse na recuperação e crescimento da capitania, e consequentemente aumentasse sua capacidade de produção de alimentos. No ano seguinte os efeitos dessas medidas já foram sentidos na vila capital e seu termo, como nos relata os Anais de Vila Bela

> *A agricultura tem florescido neste ano e no passado com vantagem, tanto no distrito desta Capital como em todas as partes da Capitania, (...), com o fundamento que se tem dado a mesma agricultura baratearão consideravelmente todos os gêneros, à proporção do que valiam. Pois, comprando a público no princípio deste ano, a farinha duas oitavas, o feijão a três, chegou a vender-se, no fim dele, um e outro gênero por menos uma oitava do seu valor primordial. E se tem experimentado tal abundância destes gêneros que já quase se acha independente de qualquer subsistência precária(AMADO & ANZAI, 2006: 169).*

Três anos depois em 1773, já no governo de Luís de Albuquerque a preocupação com a produção agrícola e com a distribuição de comestíveis para a população é esboçada, e o capitão general recomenda à câmara da vila que:

> *aplicasse todo o cuidado em promover e facilitar a agricultura, como tão indispensável para a subsistência da república e como objeto por muitas vezes recomendado por Sua Majestade; e que, igualmente, vigiassem atentamente sobre os oficiais mecânicos e mais pessoas que dão comestíveis ao povo, a fim de conter uns e outros dentro dos limites de um regimento prudente bem econômico (AMADO & ANZAI, 2006: 189).*

Ao que tudo indica Luís de Albuquerque deu continuidade às medidas tomadas por seu antecessor para fomentar e florescer a agricultura, seguindo de perto as recomendações deixadas por Luís Pinto com vistas a fomentar a agricultura (Instruções aos capitães Generais,2001,p.42-43). Esse fato certamente foi decisivo para aumentar a capacidade da capitania de cultivar alimentos. Nos anos subseqüentes a 1773, a documentação consultada indica que a produção de alimentos em Vila Bela e seu termo floresceu, garantindo aos seus moradores certa estabilidade de preços e de abastecimento alimentar durante o final da década de 1770.

As dificuldades enfrentadas pelos moradores do Mato Grosso no início da ocupação, no que diz respeito ao abastecimento alimentar e seus preços excessivos foram aos poucos sendo superadas. Ao raiar dos anos de 1780, isto é, quarenta e seis anos depois da descoberta de metais preciosos no Vale do Guaporé, Vila Bela e seu termo já apresentavam uma boa capacidade de produção e abastecimento alimentar.

A década de 1780 foi um período importante para a definição e demarcação de limites nas terras americanas, foi justamente nestes anos que a capitania de Mato Grosso recebeu a visita do grupo de estudiosos que integravam a "Terceira Partida" (comissão demarcadora de limites)[4], criada em 1778 após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, essa comissão era composta pelos astrônomos José de Lacerda e Almeida, Antônio P. da Silva Pontes e do engenheiro e comandante da expedição Ricardo Franco, enviados do coroa portuguesa para fazer um levantamento astronômico e cartográfico das terras da capitania de Mato Grosso com o objetivo de se definir os limites entre os impérios luso e castelhano na América.

[4] A primeira composição da Terceira Partida esteve em Mato Grosso no ano de 1754, chegando à foz do Jaurú, onde colocou em 4 de fevereiro o marco de mármore trazido da Europa. A segunda composição da Terceira Partida foi criada em 1778, após o Tratado de Santo Ildefonso, percorrendo as terras da capitania de Mato Grosso entre os anos de 1781 a 1790.

A expedição demarcadora chegou em Vila Bela em 28 de fevereiro de 1782. Em seu diário o capitão da expedição Ricardo Franco de Almeida Serra nos oferece uma digressão sobre os recursos alimentares disponíveis em Vila Bela trinta anos após sua fundação:

> *É esta vila abundante nas coisas mais necessárias para a vida e própria produção do país, como são carnes frescas de vaca e porco, galinhas, patos, peixes, arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, aguardente de cana, laranjas, melancias, e algumas uvas, figos e melões, fora frutas do país, e várias hortaliças, cuja abundante cultura (SERRA, 1857: 427).*

O relato de Ricardo Franco dá a idéia de uma vila bem provida de alimentos necessários à manutenção da ração diária de seus habitantes. Percebe-se ainda que dentre os produtos citados pelo demarcador vários são de outras regiões do mundo como melancias, uvas e figos que provavelmente chegaram à capitania no processo de colonização. Embora o capitão demarcador não denomine as frutas da terra, as mais encontradas eram cacau, ananás e baunilha.

Por todos os lugares que passaram na capitania os demarcadores nos deixaram relatos de alimentos encontrados, assim cotejando seus diários com os Anais de Vila Bela pudemos rastrear e identificar boa parte dos alimentos disponíveis na vila capital e seu termo na década de 1780, e que certamente foram importantes na construção da base alimentar da sociedade que se formou nessa região de fronteira num momento importante de disputa e definição de limites entre Portugal e Espanha.

Nas roças eram cultivados gêneros como arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, batata, carás, dentre outros. Da mandioca se fabricava, em engenhos d'água a farinha, alimento básico de índios, escravos e moradores pobres da Vila Bela e do termo do Mato Grosso. Fabricava-se também o açúcar.

Nos sítios e fazendas próximos às vilas desenvolviam-se atividades criatórias como a de galinhas, bois, porcos, patos, cavalos utilizados nos transportes de cargas, e até cães, utilizados em caçadas. Vale ressaltar que na capitania também entravam animais como gado, muares e até jumenta, vindos das missões espanholas de Moxos e Chiquitos. No ano de 1784 Lacerda e Almeida em uma de suas diligências pelos rios do termo escreveu ao capitão general lhe pedindo que "lhe fizesse a mercê de lhe mandar vir de uma dessas missões espanholas uma jumenta com cria pequena". O demarcador justificou seu pedido dizendo que devido aos efeitos do mercúrio vinha sofrendo com problemas de tremedeiras nas mãos, e que

o leite de jumenta com cria recente era um excelente antídoto para esses males (APMT, 1784: defesa:nº.96) .

Nas hortas plantavam-se cebolas, couve, repolho, quiabo, abóbora, favas, dentre outros. Nos quintais e pomares encontravam-se frutas como limões, laranjas, melancias, mangabas, bananas; algumas uvas, melões e figos, além das frutas naturais da terra como o cacau, o ananás e a baunilha. A mata fornecia a caça, como cervos, perdizes, antas, patos, entre outros e uma infinidade de aves.

Um dos grandes problemas no abastecimento alimentar em Vila bela e seu termo em toda a segunda metade do século XVIII era o sal, ingrediente importante na salga de carnes e peixes, e até mesmo na dieta aplicada aos doentes, e que era escasso na capitania nesse período. Este produto chegava à capitania via "monções do norte", e também pelas monções de povoado. No entanto, por ser um produto escasso, chegava à capitania com valor muito alto, o que acabava por restringir seu consumo a pequenas porções, embora fosse gênero de primeira necessidade.

Pelas monções do norte e do sul chegavam à capitania produtos enviados da corte, tais como farinha de trigo, manteiga, queijo da Holanda, sardinha, azeitonas, presuntos, bacalhau, chocolate, paios, salsichões. Vinham também bebidas como licores, vinhos e aguardente, além de vinagre, azeite, mostarda, sal, chá, da pimenta - da- índia, canela e café. Assim como produtos cultivados em outras regiões da América portuguesa como o café. Vale lembrar que o café neste período não era popular como nos dias atuais, seu uso estava restrito a uma pequena camada social.

A maioria dos produtos que chegavam a capitania enviados do reino entrava na dieta alimentar do capitão general Luís de Albuquerque e dos demarcadores de limites, ou seja, eram alimentos caros, a que somente a população abastada tinha acesso. Entretanto, na alimentação dos demarcadores entravam também produtos produzidos na América portuguesa como: farinha de milho e mandioca, arroz, feijão, milho, toucinho, e café.

Os dados expostos acima evidenciam uma hierarquia alimentar em Vila Bela e seu termo, pois enquanto na dieta alimentar da população mais pobre os alimentos básicos eram farinha, feijão e toucinho, complementados com recursos oriundos da mata e dos rios, advindos de atividades como a caça, a pesca e a coleta de frutos da terra; a população mais abastada composta em sua maioria de funcionários reais dispunha além dos alimentos cultivados na terra, de alimentos finos e caros que vinham do reino.

Pela importância que a produção de alimentos desempenhou no processo de expansão e consolidação de fronteiras, optamos por analisar o modo pelo qual os moradores do termo do Mato Grosso se organizaram para produzir e colher seus alimentos, situando nossos estudos em um dado espaço e momento historicamente determinados. Desse modo, acreditamos será possível conhecer um pouco da nova paisagem que se configurou no Vale do Guaporé durante toda a segunda metade do século XVIII, assim como analisar a sua importância no processo de colonização, expansão e consolidação da fronteira oeste do Império português.

Bibliografia

Documentos manuscritos

APMT. Lata 1784 A, Defesa, nº 96. *Correspondência de Francisco José de Lacerda e Almeida a Luiz de Albuquerque* .

Documentos impressos

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá. EdUFMT, 2006. Coleção documentos preciosos.

FONSECA, José Gonçalves da. **Notícias da Situação de Mato Grosso e Cuiabá**. Cuiabá. Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso.2001.

Instruções aos capitães generais. Cuiabá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. 2001.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de Viagem**. São Paulo: Imprensa Nacional, 1841.

PONTES, Antônio Pires da Silva. Diário de Viagem. Vila Bela 1/09/1781. *In*: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Diário do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à Demarcação de Limites fez do Rio Negro até Vila Bela, capital do governo de Mato Grosso. Vila Bela 20/ 08/1790. In: **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Tomo XX, 1857.

Livros

CANAVARROS,Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727 – 1752)**. Cuiabá. EdUFMT. 2004**.**

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Cuiabá: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2004. **Projeto Fronteira Ocidental:** arqueologia e história – Vila Bela da Santíssima Trindade. Paginação irregular.

ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de. (orgs.). **A terra da conquista***:* história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sindicalismo docente e identidade de classe: como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores

Kênia Miranda*

Resumo: Este trabalho analisa o pensamento pedagógico e o projeto sindical de três sindicatos docentes em atuação no estado do Rio de Janeiro e que compõem camadas diferenciadas da organização docente da educação básica. Ou seja, o presente texto tem como objeto o processo de construção de identidades que se delineia no embate de formulações educacionais a partir da experiência sindical e do trabalho. Dessa forma, discute as transformações ocorridas na prática política das entidades, seus conflitos externos e internos e suas concepções educacionais. O trabalho possui um recorte contemporâneo e recorreu a uma variedade de fontes primárias e secundárias, estando organizado da seguinte forma: O caráter multifacetado dos sindicatos docentes do Rio de Janeiro; O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SEPE, do SINPRO e da UPPES.
Palavras-chave: Trabalho e Educação; Sindicalismo; Identidade.

Abstract: This work analyzes the pedagogical thought and the syndical project of three teaching unions in performance in the state of Rio de Janeiro that compose differentiated layers of the basic education teaching organization. Or either, the present text has as object the identities' construction process that happens in the shock of educational proposals from the syndical and work experiences. Like that, it argues the occurred changes in the practical politics of the entities, its external and internal conflicts and its educational conceptions. The work has a contemporary clipping and appealed to a variety of primary and secondary sources, being organized in the following form: The multifaceted character of the Rio de Janeiro's teaching unions; The Pedagogical Thought and the Syndical Project of SEPE, SINPRO and UPPES.
Key-words: Work and Education; Syndicalism; Identity

1.1 - O caráter multifacetado dos sindicatos docentes do Rio de Janeiro

As três entidades sindicais investigadas que compõem camadas políticas diferenciadas da fragmentada organização docente da educação básica são: o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO) criado nos auspícios da legislação trabalhista; a União dos Professores Públicos do Rio de Janeiro Sindicato (UPPES) que, embora seja oriundo do período democrático, herdou toda a prática dos sindicatos oficiais; e o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro

*Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em História.

(SEPE-RJ), fundado na ascensão do Novo Sindicalismo.

A entidade mais antiga é o SINPRO-RIO, fundado em 1931, ainda no governo de Getúlio Vargas. É um sindicato que representa os professores da rede privada de educação em todos os seus níveis. Porém, há também filiados que pertencem exclusivamente à rede pública. Está organizado em onze zonais, possuindo uma sede no centro do Rio de Janeiro e duas subsedes nos bairros da Barra da Tijuca e de Campo Grande, além de algumas representações em outros municípios do estado. Segundo dados do departamento de comunicação, possui cerca de 15 mil filiados - mas nem todos são considerados sócios ativos o que diminui bastante esse quantitativo. É filiado à CUT. A direção do SINPRO é presidencialista contando com uma diretoria consultiva, que se reveza no poder desde 1978. O Sindicato já realizou greves e manifestações, mas atualmente, tem apostado no caminho da negociação com o sindicato patronal. A formação político-partidária dos sindicalistas converge para uma hegemonia do pensamento desenvolvimentista/nacionalista oriundo do Partido Comunista Brasileiro.

A segunda entidade em tela é a União dos Professores Públicos no Estado - Sindicato (UPPES), que representa os professores da rede pública estadual. Foi criada em 1945, no período de redemocratização. No campo sindical, esta etapa histórica foi marcada pela criação de novas entidades, o número de sindicalização aumentou e começaram as tentativas de unificação dos trabalhadores, porém, segundo MATTOS (2003: 25), "a mais significativa herança da ditadura a manter-se no período democrático, impondo sérios limites à própria democracia, foi a estrutura sindical". A UPPES foi justamente um desses herdeiros. A UPPES passou por transformações na sigla ao longo de sua história sem, porém, significar a incorporação de associados de outras categorias. É organizada sobre uma estrutura presidencialista, comportando uma Diretoria Executiva e seis diretorias regionais. Tem na assistência jurídica e no harmonioso diálogo com os governos suas principais formas de reivindicação. Define-se como uma entidade "apartidária, quanto às ideologias políticas e às crenças religiosas", não sendo filiada a nenhuma central sindical, somando aproximadamente 16 mil filiados.

A Sociedade Estadual dos Professores (SEP), entidade que deu origem ao SEPE, foi fundada no final da década de 1970. As inúmeras mudanças ocorridas na sigla significaram a tentativa de fusão a outras entidades de profissionais da educação. Dessa forma, foi unificando, ao longo de sua história[1], diversos trabalhadores da área educacional

1 Ver SILVEIRA (2002).

além dos professores. Portanto, o SEPE representa os profissionais da educação básica do Estado do Rio de Janeiro e não apenas a categoria docente. A ele podem filiar-se quaisquer profissionais das redes municipais de educação da capital e interior do estado, assim como servidores da rede estadual e da rede privada.

Informações do Centro de Processamentos de Dados do SEPE-RJ, obtidas em maio de 2005, demonstram que sua base já ultrapassou 50.000 filiações, das quais 25.923 são da rede estadual, 16.623 da rede municipal do Rio de Janeiro e 11.100 de outras redes municipais do estado. A mesma fonte indica que 60% das filiações são constituídas de docentes. Esses números representam um crescimento de mais de 30% no número de filiações em três anos se comparados aos dados (cerca de 40 mil) de SILVEIRA em 2002.

O SEPE é o sindicato mais combativo dos três, aposta nas mobilizações de massa, muitos de seus quadros têm formação política partidária, sua direção é colegiada. O SEPE desfiliou-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2005 e filiou-se à Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), estando organizada em uma direção estadual com sede no centro do Rio de Janeiro, nove núcleos regionais e 43 núcleos municipais.

Recorremos a fontes primárias e secundárias para investigarmos em que medida o pensamento pedagógico e o projeto sindical do SINPRO, da UPPES e do SEPE convergiam ou divergiam no seu interior e entre si, assim como, em que medida, representavam os *interesses históricos da classe trabalhadora* a quem formalmente representam. Devido à configuração deste artigo não apresentaremos a análise pormenorizada de cada uma das fontes[2], tal como a fizemos no processo de pesquisa, mas a síntese construída a partir delas.

1.2 - O Pensamento pedagógico e o projeto sindical do SEPE-RJ, do SINPRO-Rio e da UPPES

Os aspectos que abordaremos nesta seção e que são centrais para a problemática que estamos trazendo podem ser assim definidos: 1) Pensamento Pedagógico: abarca a concepção de educação das entidades e toca na concepção de sociedade que a sustenta, dialeticamente relacionadas; 2) Projeto Sindical: abarca a forma como a entidade concebe sua função social - articulada à sua estrutura e ao perfil dos dirigentes e às suas práticas políticas. Como explicitamos anteriormente, a pesquisa foi realizada com amplo espectro de fontes, das quais retiramos as conclusões que se seguem.

Com relação ao projeto sindical pudemos identificar uma linha decrescente do

2 As fontes serão apenas registradas nas referências bibliográficas.

potencial de mobilização dos sindicatos que vai do SEPE-RJ, cuja base é a rede pública do estado do Rio de Janeiro - uma entidade combativa ao capital e de grande disputa interna, passando pelo SINPRO-RIO - cuja base é a rede privada do município do Rio de Janeiro - entidade burocratizada e de discurso anti-capitalista até a UPPES uma entidade que reivindicou a condição sindical em busca de benesses sociais e financeiras, conhecida pela prática pelega e decorrente discurso conciliatório.

O SINPRO, fundado no contexto das políticas trabalhistas do Governo Vargas, se construiu como um típico sindicato oficial, presidencialista e de prestação de serviços. Assim como a prática negociadora e cartorial que busca através da via institucional os acordos trabalhistas tornou-se prevalente hoje.

A UPPES é um exemplo de entidade conservadora e assistencialista, que não engrossou o movimento sindical que tentava se restabelecer no período da democratização e permaneceu, sem intervenções, nos períodos mais virulentos da ditadura militar.

O SEPE, por sua vez, foi fundado no contexto de grande efervescência dos sindicatos brasileiros, no surgimento do "Novo Sindicalismo", movimento que se estabeleceu na contradição entre a crítica ao sindicato oficial e sua reprodução em algumas esferas (MATTOS, 1998). Nesse período, um novo ciclo grevista se abriu no país, a partir das tentativas de organização de um sindicalismo autônomo, combativo, baseado em novas formas de relacionamento com as bases e na luta pela redemocratização.

Se até o último governo de FHC, o SINPRO e o SEPE eram unânimes na crítica às políticas neoliberais nos discursos, nas publicações (revistas, jornais, boletins) e na prática sindical - hoje não conseguem visualizar a continuidade dessas políticas no governo Lula.

Se compararmos seus desenhos políticos nas ocasiões de seu surgimento à atualidade, vamos perceber, nesses extremos, mais continuidades que rupturas. Embora não seja possível afirmar tais linhas de continuidade com precisão é possível traçar algumas características marcantes.

No contexto de realinhamento do movimento sindical brasileiro, temos a UPPES mantenedora da postura de colaboração entre as classes; o SINPRO prescindiu das atividades reivindicativas e consolidou seu caráter negociador; e o SEPE, não acompanhou a guinada da CUT para o caminho propositivo. Embora, hoje enfrente o fortalecimento de uma social-democratização no conjunto de sua direção, o qual, se for consolidado, pode significar uma mudança estrutural na postura política da entidade.

O avanço das correntes social-democratas também precisa ser melhor compreendido, mas é possível relacioná-lo, em alguma medida, a uma tendência do

movimento internacional de abandono de posições revolucionárias com a contra-reforma do capitalismo, representada pelo processo de restauração nos países do Leste Europeu. Essa proclamação da vitória do capitalismo ofereceu as condições políticas para o avanço do neoliberalismo e a moderação dos movimentos da classe trabalhadora, já que as condições objetivas já estavam postas com o esgotamento do Fordismo e o a política Keynesiana (ANTUNES, 1999).

No Brasil, esse processo de transformação nas práticas sindicais teve início com o governo de Collor, se consolidando com seus sucessores. Mas foi com a vitória do maior partido considerado de esquerda, o PT, sob um conjunto de alianças com a burguesia, que a continuidade da política neoliberal causou seus maiores estragos na organização da classe trabalhadora e, talvez ainda não tenhamos a dimensão exata desse processo.

Para Marx e Engels, o sindicato, apesar de suas limitações estruturais, pode se constituir como espaço de formação política dos trabalhadores, colaborando assim para a construção de um movimento mais amplo[3]. Essa compreensão da natureza da forma-sindicato nos possibilita concluir que o SINPRO e a UPPES estão circunscritos ao limites da estrutura sindical de negociar o valor da força de trabalho e a tentativa de promover melhorias corporativas. Nenhum dos dois sindicatos estabelece com a base uma prática consciente de formação política, restringindo-se ao oferecimento de serviços, assistenciais no caso da UPPES e educacionais no caso do SINPRO.

A conformação com os limites do sindicato inscreve essas entidades numa prática corporativista e reformista de que é possível tornar a vida do trabalhador melhor dentro do capitalismo. O objetivo da ação sindical passa a ser a negociação para a minimização da exploração do capital, e não a sua própria extinção a fim de possibilitar um exercício de organização da classe trabalhadora contra sua condição de mercadoria.

No SEPE, embora as vozes não sejam uníssonas na definição do papel histórico da classe trabalhadora frente ao capitalismo, há a compreensão de que o sindicato deve contribuir para as lutas dessa classe social. Não nos parece possível afirmar que o conjunto da diretoria atual tenha como bandeira o socialismo, embora o reivindique no seu discurso. No entanto, o SEPE ainda é um sindicato que mobiliza a categoria e não aderiu à ala majoritária do sindicalismo brasileiro de proposições.

A trajetória de cada sindicato construiu uma estrutura e um projeto sindical que acabamos de explicitar como pano de fundo para chegarmos à temática central de nosso artigo: como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores.

3 Para um aprofundamento da temática ver ALVES (2003).

A especificidade desses sindicatos, situados no campo educacional, trouxe muitas possibilidades de análise. Escolhemos três eixos para abordar a problemática da concepção de educação nas entrevistas que foram realizadas e que dão sustentação as nossas conclusões, a saber: a relação entre trabalho e educação, pela centralidade que possui para o debate educacional no campo marxista; a questão do financiamento e a laicidade do ensino por serem, freqüentemente, questões relegadas a um segundo plano pelos sindicatos, quando, na verdade, são questões essenciais.

Portanto, a pesquisa buscou compreender como a disputa teórica no campo educacional ganha corpo dentro de uma forma específica de organização da classe trabalhadora, que é o sindicato.

Não engrossamos o coro daqueles que acham que o sindicato deve ser um assessor pedagógico, e que, portanto, a sua demonstração de preocupação com o fenômeno educativo deve se dar através da inversão de prioridades, em que às questões macro-políticas devem se sobrepor às especificidades pedagógicas.

Naquilo que definimos como Pensamento Pedagógico, encontramos na maioria da direção das três entidades, com diferentes níveis de adesão, um aprisionamento, em última instância, às concepções educacionais burguesas ou mais especificamente, liberais.

Embora sejam de entidades tão diferentes, a maioria dos sindicalistas entrevistados defendeu, para a classe trabalhadora, que formalmente representa, uma educação que mais se aproxima da educação polivalente, que parcela o conhecimento, significando uma proposta educacional diretamente funcional ao mercado de trabalho, do que uma proposta de educação voltada aos interesses históricos da classe trabalhadora, construída em torno das formulações socialistas de educação.

Na integralidade dos sindicatos e, na maioria dos dirigentes entrevistados, foi estabelecida uma relação sem mediações da educação com o mercado de trabalho, guardadas as devidas gradações na forma de adesão. No caso do SEPE, inclusive indo de encontro a deliberações congressuais, seu órgão maior de formulação.

Na compreensão da UPPES a educação tem um papel equalizador das diferenças sócio-econômicas que não é explorado pelos dirigentes nacionais. A razão desta opção, no entanto, é discutida no plano individual ou da (in)competência dos políticos profissionais.

Para o SINPRO, a educação é um serviço que tanto pode ser oferecido pelo governo, pelas empresas ou ainda pela sociedade civil, já que o oferece dentro de sua própria sede. Também entende a educação pública como um apêndice de um projeto de desenvolvimento

nacional.

Já no SEPE, há resoluções congressuais em torno da proposta de Escola Unitária[4]. Essa formulação advém de uma concepção e prática educacional baseada na compreensão da realidade em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos científicos, políticos, no domínio do trabalho e na formação integral do homem. Embora haja, no SEPE, deliberações que vão de encontro à concepção de educação polivalente, percebemos que se uma nova discussão ocorrer, tais concepções podem ser subsumidas à lógica educativa do capital.

Quando os coordenadores explicitaram suas interpretações sobre a resolução de um projeto de Escola Unitária, em alguns casos, negaram sua essência teórica e política, demonstrando que o SEPE corre o risco de vir a ter uma formulação de educação à direita de sua prática política ainda combativa.

Não há a unidade em torno da concepção educacional que esperávamos encontrar, visto que o sindicato possui o maior debate e sistematização sobre a temática das três entidades estudadas. Da mesma forma, não há muitas convergências, na direção do SEPE, em torno dos rumos do sindicato, expressando as suas intensas disputas políticas internas. Por fim, cabe afirmar que a categoria docente se construiu enquanto classe, pois assim se organiza e se reconhece, no entanto não é possível analisá-la a partir de parâmetros externos e pré-determinados de consciência e prática organizativa. Portanto, a identidade construída por estas entidades é resultado de suas relações com a sociedade e o trabalho, bem como de suas disputas internas pela direção política do movimento e pela teoria (social e educacional) que as encorajam e as sustentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru (SP): Práxis, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Vol II: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955– 1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998.

----------. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a forma-sindicato no capitalismo neoliberal. Niterói: UFF, 2005. [Dissertação de mestrado]

SILVEIRA, Marta Lima Moraes. Entre Gregos e Troianos. As relações entre o SEPE/RJ e a

4 Ver GRAMSCI (2000).

categoria de profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado em educação)
SILVA, Teresinha. Marcados pela história. Niterói: UPPES, 2004.

FONTES PRIMÁRIAS ESCRITAS:

DOSSIÊS

UPPES. Dossiês sobre os problemas da Educação Pública estadual no Rio de Janeiro, 1996.
----------. Dossiê sobre a Educação, 1997/ 1998.
----------. Dossiê sobre a Educação, 2004.

JORNAIS

UPPES, jornal. Ano XI, nº 17 – Edição de março e abril, 2004 a.
----------. Ano XI, n° 18 – Edição de abril e maio, 2004 b.
----------. Ano XI, nº 20 – Edição de agosto, 2004 c.
----------. Ano XI, nº 22 – Edição de outubro e novembro, 2004 d.
----------. Ano XII, nº 03 – Edição de maio a julho, 2005.

SÍTIOS DA INTERNET

SEPE-RJ: www.sepe-rj.org.br.
SINPRO-Rio: www.sinpro-rio.org.br.
UPPES: www.uppe.com.br.

TESES CONGRESSUAIS

SINPRO-Rio. Tese 1. Teses do 8º ConSINPRO, 2004.
---------. Tese 2. Um SINPRO além da burocracia e do economicismo, 2004.
SEPE-RJ. Tese 4. Radicalizar na democracia para transformar a CUT e o SEPE, 2005.
---------. Tese 8. Sepe: 28 de luta e resistência. Adaptar-se jamais, 2005.
----------. Tese 13. Sepe – 28 anos: unidade e reformas para avançar na luta, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a Cabanagem e a Belle Époque: Belém uma cidade labiríntica (1840-1860)

Eliana Ramos Ferreira*

Resumo: Belém na segunda metade do século XIX era uma cidade em profunda mutação, pois a economia gumífera propiciou o ambiente para a efetivação do processo modernizador. Assim, uma "cidade do progresso" emerge com serviços de saneamento, higienização e urbanização. Há uma produção historiográfica regional significativa, porém, pouco esclarecedora sobre em que base estava sendo erguida essa cidade "civilizada", já que Belém da primeira metade do século XIX é uma cidade insurreta. Palmilhar quais as marcas que estavam sendo apagadas e o impacto da Cabanagem no espaço urbano de Belém, bem como as tensões e de que forma foram vivenciadas por seus habitantes, são algumas das questões que se pretende refletir no presente trabalho.
Cidade – Cabanagem –Experiências Urbanas

Resumé : Dans la deuxième moitié du XIXe siècle, Belém était une ville en transformation, car l'economie « gumifera » a procuré la mise en place du processus de modernisation. Ainsi, une « ville du progrès » naît avec les services d'assainissement et d'urbanisation. Une grande production historiographe très significatif y existe, néanmoins, peu claire sur en quelle base était érigée cette ville « civilisée », vu que Belém, au début du XIX siècle, était une ville « insurgée ». Quelles sont les marques qui étaient effacées et l'impact de « Cabanagem » dans le space urbain de Belém, ainsi que les tensions et comment elles ont été vécus par leurs habitants, sont des questions traitées dans ce travail.
Ville – Cabanagem – Expériences urbaines

Dentre os cenários prováveis de emersão de conflitos armados ocorridos durante um período de combates intensos é o da destruição. Para alguns estudiosos, memorialista e viajantes, na Cabanagem não foi diferente.

Sabe-se que a sociedade paraense foi profunda e inexoravelmente abalada ao longo dos anos de luta, considerando que grande parte da população masculina – notadamente –, mobilizada tanto pelo movimento cabano quanto pelas tropas imperiais, abandonou roças, fazendas, engenhos, casas e famílias. Além disso, muitos se retiraram para o sertão, fora o alto número dos vitimizados no conflito e na repressão. Há uma versão historiográfica consagrada de que a cidade ficou consideravelmente arrasada depois dos combates travados. Até mesmo os olhares impertinentes dos viajantes, como o do missionário Daniel Kidder (KIDDER, 1980: p. 184-185). perceberam

* Profª da Escola de Aplicação "Núcleo Pedagógico Integrado" da Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social – PUC/SP.

> *"[...] no Pará, os efeitos da Revolução de 1835. Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projéteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas, algumas foram restauradas, outras abandonadas. O Convento de Santo Antônio ficou de tal forma exposto ao canhoneiro que ainda hoje exibe muitos sinais de bala pelas paredes. Um dos projéteis destruiu a imagem colocada num alto nicho à frente do convento,. Desde então fecharam-no"*
> *[...] Muitas são as bem traçadas ruas nas quais apenas uma exígua vereda serpeia por entre o matagal que as cobre, e, nos arrabaldes, se encontram, frequentemente, propriedade em abandono e casas de construção magnífica, inteiramente desocupadas [...].*

Nesta perspectiva, a cidade precisava ser reconstruída – inclusive fisicamente de acordo com o relato de Daniel Kidder. Contudo, havia também uma preocupação de uma "higienização" e prevenção contra a possibilidade de acontecer uma outra Cabanagem, sendo imperioso controlar e vigiar a ociosidade dos sujeitos pertencentes às camadas populares, visto constituírem o grosso das fileiras cabanas.

Do relato do viajante, alguns indícios das marcas produzidas pelo "canhoneiro" na estética da cidade como as "casas pontilhadas de balas ou projéteis de canhão", as propriedades nos arredores da cidade – chamadas de 'rocinhas' – abandonadas. Kidder esteve na cidade do Pará por volta de 1839, ou seja, quando a Cabanagem ainda estava acontecendo pelos interiores da Amazônia. Contudo, para o presidente da Província Soares de Andréas, "esta Província está restituída à Ordem depois de três annos de continuados exforços e fadigas..."[1], ares de "pacificada", o discurso do Estado Imperial era o de (res)estabelecimento da ordem.

Outro viajante que percorreu os rincões da Amazônia foi o naturalista Bates que chegou junto com Wallace, em 1848, e permaneceu até 1859. Direcionou sua percepção, não só para a Natureza, mas também para o aspecto físico da cidade bem como para o cotidiano, não deixando de observar o impacto que a Cabanagem causou, principalmente aos portugueses[2]. A confiança na ordem e segurança, em 1848, ainda não havia se estabelecido de todo, sobretudo nos indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade uma vez que

[1] Discurso do Presidente da Província do Pará Francisco José de Souza Soares D'Andrea na Assembléia Provincial. Março de 1838. Site: www.uchicago.edu/content//para.htm
[2] A tensão étnica foi uma das diversas faces da Cabanagem, e os portugueses simbolizavam a herança de um passado colonial, onde os "bicudos" detinham a parcela significativa de riqueza e o poder político na Província.

> *"Embora fizesse doze anos que a situação se mantinha calma, quando ali chegamos a confiança ainda não tinha sido totalmente restabelecida, e os negociantes e mercadores portugueses não se aventuravam a ir morar nas suas belas chácaras ou rocinhas, localizadas nos arredores da cidade e no meio de luxuriantes e ensombrados jardins"*[3].

Havia desconfiança e medo, a vigilância era permanente sobre ajuntamentos, reuniões, passeio, e transeuntes, principalmente noturnos[4]. A Cabanagem deixou marcas profundas tanto nos prédios quanto nas pessoas[5].

Temos até aqui três relatos oriundos de sujeitos e tempos diferentes, dois viajantes e um presidente de província, anos de 1838 e 1848, porém semelhantes quanto ao conteúdo: os vestígios da destruição que marcaram o Pará devido à comoção social do movimento cabano. O texto de Bates refere-se a negociantes portugueses que havia praticamente abandonado as suas belas chácaras, mas terão os "de cor" e, as mulheres, ficado e sofrido o mesmo impacto psíquico - social da Cabanagem? Pode-se inferir da documentação que havia interesse do governo imperial em 'apagar'e higienizar a cidade após os combates e procurar instituir uma vigilância e controle social aos habitantes da província[6].

Coevamente elabora-se o discurso (e elege-se uma possibilidade de memória do movimento) de que os habitantes da Província eram pessoas "pacíficas" e ordeiras, em contraposição à "péssima índole de rebelde", "malvado". A cidade retornou, provável e

---

[3]BATES, Henry Walter. *Um viajante no rio Amazonas*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. (Viagem realizada entre 1848-1859). Bates, assim como seu companheiro Wallace, também, achou que a cidade havia conhecido dias melhores, principalmente pela grandeza e beleza arquitetônicas dos prédios públicos, como as igrejas, conventos, os palácios presidencial e episcopal. p.. 21/22.

[4] Em 1841 houve a Reforma do Código Criminal que intensificou a vigilância sobre os habitantes da Província, inclusive a presença mais ostensiva e novas atribuições dos chamados Inspetores de Quarteirão. Código do Processo Criminal do Império, depositado na Seção de Obras Raras da Fundação Cultural "Tancredo Neves" – CENTUR.

[5] Eliana Ramos Ferreira. Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX. PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado.

[6] Objetivando disciplinar e controlar esses sujeitos que gradativamente, com o avanço da repressão ao movimento cabano, iam ficando 'desmobilizados' – temendo a concretização de um outro movimento semelhante ao que estava sendo militarmente derrotado nos campos de batalha – o então presidente da Província, brigadeiro Francisco José de Souza Soares d'Andrea enviou uma lei para ser apreciada pela Assembléia Legislativa, através da qual criava a Instituição dos Corpos de Trabalhadores, em abril de 1838.

Os Corpos de Trabalhadores eram divididos em Companhias ligadas às diversas localidades (vilas e cidades do Pará), para os serviços da lavoura, comércio e obras públicas, sendo compostos por mestiços, índios e pretos que não fossem escravos e não tivessem propriedades e estabelecimentos a que se dedicassem constantemente. Pode-se refletir de que havia também o objetivo de disciplinarização, controle e apropriação do trabalho livre. Neste sentido, em 1838 foi criado o Corpo de Trabalhadores, objetivando regulamentar e normatizar as relações de trabalho livre na Província do ParáVer APEP. Colleção de Leis Provincaes do Pará promulgadas na primeira secção que teve princípio no dia 2 de março, e findou no dia 15 de maio de 1383. Pará: Typ. Restaurada, 1838. Sobre os Corpos dos Trabalhadores ver FULLER, Cláudia. *Os Corpos dos Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Belém: Fascículos LH/Laboratório de História –CFCH/UFPA, nº 1, 1999.

gradativamente à sua cotidianidade[7]. O "Tempo da Malvadeza"[8] deveria ser deixado para trás. E parece que foi, até mesmo pela historiografia regional que investiga o processo de urbanização da segunda metade do século XIX no Pará, particularmente em Belém.

Belém como muita cidade nesse período, era uma urbe em profunda mutação, já que a economia gumífera propiciou o ambiente para a efetivação do discurso modernizador. Assim, uma cidade do progresso começa a emergir com melhoramentos dos serviços de saneamento e higienização (desobstrução de esgotos e lugares determinados para o depósito de lixo), alargamento de ruas, iluminação, construção de residências confortáveis e de um magnífico teatro - o Teatro da Paz. Belém deveria ser uma cidade sem problemas urbanísticos. Há uma produção historiográfica regional[9] significativa, porém, esses estudos não vislumbram uma cidade que teve um passado recente de comoções sociais como a Cabanagem. Talvez por não se preocuparem com esta questão.

Contudo, acredito que esses estudos incorporaram a memória instituída de que o período da Cabanagem foi um *Tempo de Malvadezas, de recordações dolorosas,* um tempo a ser esquecido. Neste sentido, a cidade de Belém vislumbrada é a do embelezamento e processo modernizador/civilizador europeu, mas, a insurreta não aparece nas produções historiográficas. Geralmente, afirma-se que a cidade (re) construída era a de aspecto colonial.

Mas marcas foram plasmadas nos sujeitos diversos da cidade e em diferentes perspectivas. Para o soldado da 3ª Companhia, Manoel Jozé, numa noite de embriaguez, saiu propalando rua afora o seu plano para aquela noite, 24 de março de 1849, com mais outros

---

[7] Maria Izilda S. de Matos. Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho. SP: EDUSC, 2002. segundo Maria Izilda "a história do cotidiano não é um terreno relegado apenas aos hábitos e rotinas obscuras. As abordagens que incorporam a análise do cotidiano têm revelado todo um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/mudança, onde a mudança não está excluída, mas sim vivenciada de diferentes formas". P., 26. É nesta perspectiva que entendemos as 'dimensões' do cotidiano no presente trabalho.

[8] Inúmeros e diversificados, notadamente oficiais – claro – são os documentos em que aparecem essa construção como os Relatórios dos Presidentes de Província, Partes Policiais, Secretaria do Governo, Jornais, Testamentos.

[9] SARGES, Maria de Nazaré. Riquezas Produzindo a Belle Époque – Belém do Pará (1870 – 1912). . Belém: Paka-TatuRecife, 2000.

SILVEIRA, Nedaulino Viana da. Santa Maria de Belém do Grão-Pará: problemática do abastecimento alimentício durante o período áureo da borracha (1850-1920). Recife, 1989: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado.

RITZMANN, Iracy Gallo. Belém: cidade miasmática - (1878-1900). São Paulo. 1997. Dissertação de Mestrado em História Social: PUC/SP. Temos ainda outros trabalhos sobre a cidade de Belém dentro do período focalizando outros sujeitos – Segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, entre os quais podemos citar o de ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. Imagens Negras, Espelhos Brancos – um estudo das mulheres negras ao final do século XIX em Belém do Pará. 1885 – 1892. Belém: UFPA, 1994. (Mimeo). BEMERGUY, Amélia. Imagens da Ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males. (1870 – 1900). Belém: UFPA, 1994. Mimeo. LACERDA, Franciane Gama. Em Busca dos Campos Perdidos: uma história de trem e cidade. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado em História Social: PUC/SP. E outros que não estão citados no momento.

vintes homens: à meia noite eles iriam matar alguns "bicudos, e dar um saque na Cidade".[10]. o soldado Manoel Jozé era cafuzo e estava embriagado, mas parece-nos com clareza – pode-se inferir das entrelinhas do documento pois tal episódio gerou três correspondências com cópia para o presidente da Província – de seus objetivos, atacando até mesmo ao Inspetor de Quarteirão e o Delegado de Polícia.

Uma das associações possíveis para o termo cabano foi de sujeito facinoroso, rebelde, pessoas de moral duvidosa. Assim ser chamado e/ou comparado a cabano passou a ter uma conotação ofensiva, principalmente na segunda metade do XIX. Nesta direção, em novembro de 1877, dois homens 'rixaram' entre si e um deles alcunhou o outro de, entre outros termos insultuosos[11], 'cabano'. Um era sapateiro e nascido em Belém, sr. Hilário Bruno de Almeida; o outro era taberneiro e português, sr. Antonio Marinho da Moia, ambos se processaram por crime de injúria.[12]

Esse indício vem das ruas, de pessoas comuns, ou seja, a memória vigente por grande parte dos oitocentos era muito mais anti-cabana. Associar a Cabanagem e os feitos dos cabanos a exemplo de engajamento político e lutas sociais é uma elaboração tanto historiográfica quanto imaginária/representação de intervenção do Poder Público das duas últimas décadas do século XX[13].

Sem dúvida uma das maiores lutas sociais na história deste país foi sem dúvida pelo fim da escravidão. Há certa tentação imediata de se associar a Cabanagem e abolicionismo no Pará. Contudo, estes não buscaram suas imagens e simbologias no movimento cabano, aliás eles não se viam como legítimos herdeiros da multifacetada luta cabana[14]. A linha argumentativa e de construção da ação política de grupo significativo de abolicionistas no Pará, não identificam-se com a Cabanagem a partir de pelo menos quatro eixos básicos:

---

[10] Fundo: Secretaria da Presidência da Província - Série: Ofícios – Ano: 1849 – Caixa: 127. Depositado no Arquivo Público do Pará (APEP). *Bicudo* era como os cabanos chamavam aos portugueses.

[11] Sobre termos insultuosos ver Conceição Maria Rocha de Almeida. O Termo Insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação de História Social da Amazônia. Belém, 2006.

[12] Autos crimes de injúrias verbaes em que é queixoso Hilário Bruno de Almeida e querellado Antonio Marinho Moia. Ano de 1877. depositado no Centro de Memória da universidade Federal do Pará. Fundo: Poder Judiciário. Grupo: 2º Distrito Criminal. Série Crimes contra a honra. Sub-série: injúria. Nº do processo: 108. Apud: Conceição Maria Rocha de Almeida. O Termo Insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação de História Social da Amazônia. Belém, 2006. pp., 31-33.

[13] Eliana Ramos Ferreira. Em tempo cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX. PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado.

[14] José Maia Bezerra Neto. O doce treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará – Século XIX In Fernando Arthur de F. Neves e Maria Roseane P. Lima (Org.) *Faces da História da Amazônia.* Belém: Paka-Tatu,2006. p, 341-382.

Primeiramente, muitos senhores eram simpatizantes da emancipação dos escravos desde que as hierarquias sociais, sedimentadas ainda sob a égide do escravismo, fossem preservadas. Segundo, a memória construída do movimento era um tempo de dolorosas recordações, tempo dos malvados e rebeldes, o que redunda numa desqualificação política, social e moral dos cabanos enquanto sujeitos partícipes de uma jovem nação independente buscando, segundo eles, pacificamente o progresso. O terceiro ponto relaciona-se ao temor da associação da luta cabana com a possível subversão das estruturas sociais existentes abalando o conjunto das hierarquias sociais, uma vez que atitudes radicais como o assassinato de uma autoridade máxima constituída[15] ou a efetivação da liberdade enquanto resultado da ação dos escravos assustava aos abolicionistas e ameaçavam todo e qualquer equilíbrio político. E por último, mas não conclusivo, havia o fato de o último presidente cabano, Eduardo Angelim, considerado o mais "revolucionário" dos três, ter empreendido uma dura repressão a um dos segmentos sociais mais radicais do movimento que foi justamente o dos escravos e libertos.

Para concluir esse breve arrazoado, vale refletir ainda sobre que cidade estava sendo erguida a cidade "civilizada"? Que marcas estavam sendo apagadas? A da cidade 'colonial' ou a insurreta? Como a cidade insurreta deambulou na cidade urbanizada? Os labirintos da memória e da história se mesclam, com fronteiras tênues e imbricadas de uma cidade que tem em suas ruas, e conjuntos arquitetônicos sinais ora de comoção social, ora de uma riqueza – para uns poucos – ou simplesmente de uma Belém formosa e de muitas saudades.

Referencias Bibliográficas

BATES, Henry Walter. Um viajante no rio Amazonas. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

BEMERGUY, Amélia. Imagens da Ilusão: judeus marroquinos em busca de uma terra sem males. (1870 – 1900). Belém: UFPA, 1994.

Eliana Ramos Ferreira. Em tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial – primeira metade do século XIX. PUC/SP, 1999. Dissertação de Mestrado.

FULLER, Cláudia. Os Corpos dos Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. Belém: Fascículos LH/Laboratório de História –CFCH/UFPA, nº 1, 1999.

[15] Na madrugada do dia 7 de janeiro de 1835 os cabanos tomaram posse de Belém e assassinaram o presidente da Província Bernardo Lobo de Souza.

José Maia Bezerra Neto. O doce treze de Maio. O abolicionismo e as visões da Cabanagem, Grão-Pará – Século XIX In Fernando Arthur de F. Neves e Maria Roseane P. Lima (Org.) *Faces da História da Amazônia.* Belém: Paka-Tatu,2006. p, 341-382.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanência nas Províncias do Norte do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1980. p. 184-185.

LACERDA, Franciane Gama. Em Busca dos Campos Perdidos: uma história de trem e cidade. São Paulo, 1997. Dissertação de Mestrado em História Social: PUC/SP.

Maria Izilda S. de Matos. Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho. SP: EDUSC, 2002.

RITZMANN, Iracy Gallo. Belém: cidade miasmática - (1878-1900). São Paulo. 1997. Dissertação de Mestrado em História Social: PUC/SP.

SARGES, Maria de Nazaré. Riquezas Produzindo a Belle Époque – Belém do Pará (1870 – 1912). . Belém: Paka-TatuRecife, 2000.

SILVEIRA, Nedaulino Viana da. Santa Maria de Belém do Grão-Pará: problemática do abastecimento alimentício durante o período áureo da borracha (1850-1920). Recife, 1989: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Trajetória – das viagens e do turismo ao ensino superior em turismo

Dalila Rosa Hallal*

Resumo: As viagens e o turismo sempre estiveram presentes na vida do ser humano e podem ser estudadas sob diferentes enfoques. Na presente comunicação os temas são analisados a partir de uma perspectiva histórica, como uma possibilidade de conhecimento e educação, uma vez que a questão educativa sempre permeou tais deslocamentos. A partir das ultimas décadas do século XX, as viagens e o turismo começam a serem estudados de maneira científica, enquanto fenômeno social, tornando-se assim, importantes objetos de pesquisa. Neste contexto, o presente estudo se propõe a analisar a trajetória das viagens e do turismo com enfoque no aspecto educativo.
Palavras-chave: Viagens, turismo, educação.

Resume: Les voyages et le tourisme ont été toujours présents dans la vie des hommes et peuvent être étudiés par de différentes approches. Dans ce travail on analyse ces sujets à partir d'une perspective historique, comme une possibilité de connaissance et d'éducation puisque la question éducative a toujours traversé ces déplacements. Depuis les dernières decennies du XXe siècle, les voyages et le tourisme ont commencé à être étudiés de façon scientifique tel qu'un phénomène social et sont devenus des objets importants de recherche. Dans ce contexte, dans cette étude on analyse le trajet des voyages et du tourisme ancré dans l'aspect éducatif.
Mots-clés: Voyages, tourisme, education.

Introdução

A história das viagens e do turismo acompanha a trajetória da humanidade. No início, os deslocamentos se davam pela necessidade de sobrevivência, em busca de alimento e proteção. Na Idade Antiga, principalmente os gregos e os romanos realizavam contínuas e freqüentes viagens, que propiciavam trocas culturais entre diferentes povos. Na Idade Média, as viagens se davam principalmente por motivos religiosos.

O Renascimento europeu representou um grande incentivo às viagens culturais, motivadas por estudos e experiências e também às viagens dos descobrimentos. Nesse período ocorreu a expansão das fronteiras culturais, surgindo o *grand tour* que tinha como propósito complementar a educação de jovens ingleses, a partir de uma viagem pelos países de maior fonte cultural da Europa, em companhia de seus tutores.

* Doutoranda em História pela PUCRS. Docente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas. dhallal@ufpel.tche.br

O século XIX foi caracterizado pelos movimentos termalismo, cassinismo, paisagismo e montanhismo e também, pelas viagens da aristocracia. Nesse período, com Thomas Cook, iniciam-se as viagens organizadas, o turismo moderno, que passa a ser voltado para o lucro. Desse modo, a partir de meados do século XIX, se deu o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do turismo, tal qual conhecemos hoje.

Assim, percebe-se que o aspecto educativo perpassa a história das viagens e do turismo, uma vez que esses deslocamentos foram percebidos também como um meio para a aquisição de novos conhecimentos e de formação.

No século XX, o turismo é visto como um fenômeno complexo e abrangente, o qual necessita ser melhor analisado. Desenvolvem-se pesquisas enfocando o tema e, posteriormente, surgem os cursos Superiores em Turismo, a partir da necessidade de estudar cientificamente o fenômeno.

Assim, o presente trabalho, analisa a história das viagens e o turismo, mais especificamente no que se refere ao aspecto educativo, desde o entendimento da viagem e do turismo enquanto um meio de conhecimento até este fenômeno se tornar objeto de conhecimento e ensino.

História das Viagens e Turismo: um enfoque educativo

Os temas "viagem" e "turismo" serão analisados mediante uma perspectiva histórica. Partimos do princípio de que a história está continuamente em movimento. Movimento constante do (re)fazer, de (re)inventar, (re)contar, (re)visitar um passado que se materializa e se desloca incessantemente a partir das narrativas que construímos sobre esse passado.Um movimento difícil de ser percebido na sua totalidade e que não tem um sentido único e uniforme.

Desse modo, esta comunicação se propõe a discutir a história das viagens e do turismo, com ênfase no aspecto educativo; até a ciência e o ensino do turismo.

O homem sempre se deslocou por algum motivo, seja movido por necessidade ou por desejo. Historicamente, o homem das cavernas buscava suprir suas necessidades para uma sobrevivência. Com a prática de caça e da coleta, se deslocava com freqüência em busca de alimentos e proteção. No entanto, Barretto (2001) adverte que é preciso diferenciar viagem de outro tipo de deslocamento. O homem primitivo migrava, procurando melhores condições para seu sustento; o que não é o mesmo que viajar.Viajar implica voltar. Muitos povos viveram, durante séculos, de forma nômade, o que tampouco tem a ver com viagens ou turismo.

Pereira constata que:

> *desde as mais remotas formas de organização social, o homem viajou palmilhando na expectativa da aquisição de novos conhecimentos e da apropriação de novas experiências, exercitando-se na prática que o levará à descoberta de técnicas de convivência. Deslocou-se - e sempre o faz - por interesses culturais, religiosos, econômicos, sociais e (também) por curiosidade. Todas as civilizações deixaram marcas deste movimentar-se, que intrinsecamente viabilizava o desejo de reunir-se, de buscar no outro o eco de si mesmo e a justificativa para o seu devir. (PEREIRA, 1999, p. 131)*

Os gregos foram um dos povos que mais viajavam e um dos principais motivos das viagens era o turismo religioso, de peregrinações e o de saúde. Realizaram contínuas e freqüentes viagens a seus santuários, celebrando simultaneamente competições atléticas. (BERMÚDEZ, 1997).

Barbosa (2002) ressalta que segundo alguns escritores, turismo significa viagem com o intuito de lazer, tendo o prazer como principal motivo. Admitindo-se esse aspecto, a primeira cultura a produzir um turismo de massa, talvez tenha sido o Império Romano, embora o termo "turismo" ainda não fosse utilizado. Eles costumavam visitar templos e santuários, participavam de festividades e iam a lugares onde podiam tomar banhos termais. O colapso do Império Romano, no século V, marca a entrada da Idade Média, e abala profundamente as viagens com finalidade de lazer e turismo na Europa. No período da idade das trevas, apenas as pessoas aventureiras iriam enfrentar os riscos de uma viagem, pois viajar passou a ser perigoso em função de assaltos nas estradas.

Lentamente, na Idade Média, foram sendo construidas as cidades, e as principais celebravam importantes festas religiosas, conseguindo atrair peregrinos. Aos poucos, formavam-se os primeiros grupos de viajantes que se deslocavam por motivos religiosos ou comerciais.

> *Os árabes também davam muita importância às viagens. Os letrados muçulmanos da Idade Média ansiavam por elas. Cultivavam ainda a paixão pela arte da peregrinação. As viagens eram, para a maioria, uma prova de vida, porque a condição do saber brotava do sofrimento. Depois de tudo, a iniciação definia não um saber, mas uma experiência. Eles foram muito mais longe, estimando que as viagens seriam um requisito necessário ao funcionamento da instituição científica. (BARBOSA, 2002, p. 28).*

No Renascimento é que começam a se empreender viagens por diferentes razões das que motivavam os peregrinos e os mercadores.

Acerenza (2002, p. 64) destaca que “as grandes expedições marítimas realizadas no fim do século 15 e começos do século 16 [...] despertaram a curiosidade por conhecer outros povos e lugares, o que deu origem a uma nova era na história das viagens”.

Barbosa (2002) ressalta que no século XVI, o espírito de averiguação da Renascença gerou um grande interesse em conhecer o mundo que os cercava. Todos os tipos de estudos geravam grande interesse nesse mundo que acabava de florescer. O humanismo científico enfatizava a busca do conhecimento imediato. Françis Bacon considerava o viajante de um Tour Elizabetano ou *Grand Tour* como um "mercador da luz" - experiência de um turista que vai ao exterior para alargar os conhecimentos.

> *Os filhos dos nobres, burgueses e comerciantes ingleses deveriam completar os conhecimentos culturais adquiridos em seu país com a realização de uma grande viagem pelos países de maior fonte cultural do velho continente e conseguir, assim, a consideração cultural que a sociedade impunha na Idade Moderna (BERMÚDEZ, 1997, p.40).*

O *Grand Tour* teve inicio no século XVI, a partir da recomendação aos jovens da nobreza e da classe média inglesa viajar ao continente a fim de complementar seus conhecimentos e ganhar, deste modo, experiência pessoal . Assim, era restrito principalmente aos filhos de famílias ricas, com propósitos educacionais.

Por volta da metade do século XVIII, *o Grand Tour* tomou-se comum entre a elite britânica, reunindo ao mesmo tempo prazer e instrução, constituindo o primeiro exemplo significativo de viagem de lazer em larga escala.

Barretto descreve que:

> *Havia muitas discussões entre os filósofos, porque alguns diziam que as viagens não educavam, só traziam vícios. Os defensores das viagens entendiam que as escolas jamais conseguiriam o mesmo resultado pedagógico permitido pela observação direta dos usos e costumes, da política, do governo, da religião, da arte de outras nações. Eles entendiam que os jovens voltariam enriquecidos para exercer cargos políticos e que poderiam transformar a Inglaterra [...]. (BARRETTO, 2001, p. 50)*

Salgueiro chama a atenção que:

> *O objetivo do Grand Tour de ampliar o conhecimento sobre a história e a arte dos antigos, um hábito aristocrático e altamente em moda, pressupunha a elaboração de um diário de viagem, e, se possível, a ilustração dos monumentos observados. A escrita do diário e a ilustração faziam parte de um ritual metodológico que ia se impondo, cujo ponto alto era a sua publicação, ao retorno do viajante, o que ampliava o conhecimento e despertava o interesse dos leitores para novos projetos de viagem e novos conhecimentos. A publicação conferia também bastante prestígio ao autor, que procurava referir-se a passagens históricas e a textos da literatura clássica para estabelecer relações com o que era visto no ato da viagem, pois isso denotava um saber em moda e compartilhado com o público leitor (SALGUEIRO, 2002, p. 301).*

Conforme a autora (2002), em meados do século XVIII já existiam diversos guias impressos tendo como preocupação orientar o viajante na visita a locais célebres e antiguidades de Roma. Algumas leituras constituíam parte da preparação para a viagem.

> *Além das leituras, uma rede de conhecimentos, apoiada em comerciantes, banqueiros, diplomatas, artistas e estudiosos, facilitava a viagem do grand tourist. Através dessas redes estruturadas em posições e relações pessoais, e acionadas através de cartas de apresentação, cartas de recomendação, salvoscondutos e bilhetes de amigos e conhecidos, facilidades eram conseguidas como reservas em hospedarias, além de contatos com tipos locais, para servirem como guias, ou com connoisseurs, para que estes abrissem suas coleções particulares de antigüidades à inspeção do viajante (SALGUEIRO, 2002, p.298).*

Sobre esta questão, Acerenza (2002) se reporta a Burkart e Medlik quando citam, na sua obra, um diálogo do século XVIII, entre Lord Shaftesbury e o filósofo Locke, publicada em 1764. Os dois discutiam a utilidade das viagens ao estrangeiro, consideradas com uma parte da moderna criação e educação para "conhecer o mundo":

> *Lord Shaftesbury expressa: "Digo que o que resulta da observação dos homens e das coisas, de um conhecimento dos usos e costumes das nações para a percepção da sua política, governo, religião, em uma só palavra, pelo estudo, contemplação de seus homens, tal como eles se apresentam no grande cenário mundial, em variadas formas e sob diferentes aparências, esta é a ciência mestra que um cavalheiro deveria compreender, e da qual nossos colégios e escolas nunca ouviram falar. Segundo Lord Shaftesbury, os jovens deveriam adquirir, no continente, uma apreciação crescente das artes e da sociedade civilizada e retornar para enriquecer seu próprio país. E indicava: "...por sua vez, nós poderíamos receber visitantes como o fazem atualmente nossos vizinhos, e nosso país enriquecer-se, entre outros ganhos, com uma nova classe de comércio" (BURKERT e MEDLIK apud ACERENZA, 2002, p. 65-66).*

Assim, no relato surgem dois aspectos significativos: a afirmação do valor cultural das viagens e; o reconhecimento do potencial comercial que podia gerar o movimento de viajantes. Aparece o aspecto educativo e o econômico das viagens.

Enquanto os jovens realizavam essas grandes viagens, impulsionados fundamentalmente pelo motivo educacional, no fim do século XVI, começa a surgir um interesse especial pelos banhos termais, cujas propriedades curativas já eram conhecidas tanto na antiga Grécia quanto no Império Romano. No século XVII, os médicos começaram a recomendar as propriedades curativas dos banhos termais. Assim, começaram a ser organizados entretenimentos, associando propriedades curativas das águas à busca de lazer e diversão. No século XVIII este tipo de viagem se generalizou. Surgia, ainda a cura pelo ar das montanhas, sobretudo, para quem tivesse contraído tuberculose.

O período compreendido entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XIX marca um momento importante para o turismo, a transformação econômica e social decorrente da Revolução Industrial e o conseqüente surgimento de uma

classe média com novos gostos e necessidades, especialmente no que diz respeito às férias, e favorecida, além disso, pelos rápidos aperfeiçoamento dos transportes, fez com que aumentasse o número de pessoas que viajavam por prazer. Desse modo, no século XIX estavam estabelecidas as bases do turismo moderno.

Em 1841, Thomas Cook começou suas atividades, na Inglaterra. Ele, nasceu em 1808, Melbourne, na Inglaterra. Thomas Cook, vendedor de bíblias, decidiu alugar um trem para levar fiéis a um encontro de uma liga contra o alcoolismo em Leicester. Juntou 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes, configurando a primeira viagem agenciada. Era o começo do turismo organizado. Cook tornou acessível a viagem e o turismo a pessoas da classe trabalhadora e da classe média, padronizando-os e produzindo-os em massa.

A maior contribuição de Cook para o turismo, está, sem dúvida, na introdução do conceito da excursão organizada nessa atividade, pois permitiu que uma grande massa da população tivesse acesso as viagens de férias.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o acelerado desenvolvimento das tecnologias, com o incremento dos transportes, a ampliação do tempo livre (criação das férias remuneradas) e a facilidade da comunicação, o turismo transforma-se numa atividade considerada como de "massa" e na segunda metade do século XX, a atividade turística expandiu-se pelo mundo inteiro.

Assim, a partir de 1970, inicia-se uma nova etapa no desenvolvimento do turismo. Vários países, estimulados pelos benefícios que o turismo pode proporcionar às comunidades receptoras, fundamentalmente nos aspecto econômico, começam a formentá-lo mediante a criação de centros turísticos planejados. Há um crescimento da participação do setor privado na atividade turística. Nesta segunda metade do século, também aparecem os órgãos de turismo encarregados de dar a superestrutura organizacional, legislativa e administrativa para o fenômeno turístico.

No período compreendido entre 1970 e 1990, o turismo se consolida definitivamente como um direito adquirido pela sociedade. Sua expansão é tal que se converteu em uma das principais atividades econômicas do comércio internacional.

A partir de meados do século XIX até início do século XX, se inicia o processo que conhecemos como turismo moderno, organizado, período em que o turismo consolidou-se enquanto atividade econômica. No século XX, o turismo começa a ser estudado de maneira científica, enquanto fenômeno social, torna-se assim, um importante objeto de estudo.

Muitas universidades têm expandido suas ofertas de cursos para incluir o turismo. No caso específico do Brasil, na década de 1970, existia toda uma expectativa e credibilidade

sobre o turismo como uma das "chaves que abririam as portas" do desenvolvimento econômico (REJOWSKI, 1996, p. 59). Empresários, políticos e estudiosos brasileiros passaram a se interessar por turismo. Desse modo, em fins de 1970, é debatida no Conselho Federal de Educação (CFE) a elaboração do currículo mínimo de Turismo e após ampla discussão, o currículo mínimo, de nível superior, foi aprovado em 28 de janeiro de 1971.

Os primeiros cursos de turismo foram criados em 1971, na Faculdade de Turismo Morumbi (atual Universidade Anhembi Morumbi); em 1972, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; em 1972, na Faculdade Ibero – Americana; em 1974, na Faculdade da Cidade, Rio de Janeiro; em 1974, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas; em 1976, na Faculdade Associação Educacional de Litoral Santista (SP); em 1976, na Universidade Católica de Pernambuco (REJOWSKI, 1996).

De acordo com a análise de Ansarah (2002), a expansão do ensino superior em turismo, no Brasil, ocorreu em quatro fases: a primeira, na década de 1970, é marcada pela criação do primeiro curso de turismo (1971, na Faculdade Anhembi Morumbi, hoje Universidade Anhembi Morumbi, sediada em SP), com expansão moderada, totalizando dez cursos no final da década e com oferta direcionada às grandes capitais brasileiras como SP e RJ; a segunda fase, na década de 1980, foi marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no País, o que ocasionou, inclusive o fechamento de vários cursos; a terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento do número de cursos nas capitais e com distribuição mais igualitárias nas demais regiões brasileiras; a quarta fase é a atualidade e que deverá estabelecer o equilíbrio "quantidade versus qualidade".

Desse modo, o turismo, enquanto um fenômeno social, surge como conseqüência do grau de desenvolvimento que a humanidade foi adquirindo no transcurso do tempo. Como pôde ser notado, o turismo era considerado já uma atividade amplamente desenvolvida, mas, é somente após a Segunda Guerra Mundial, quando se transforma em um fenômeno massivo, que o turismo começa a despertar o interesse do meio acadêmico.

Os primeiros cursos superiores em turismo no Brasil foram criados na década de 1970. Na década seguinte, continuou a surgir novos cursos, embora o turismo enquanto atividade tenha sofrido uma redução. Ja na década de 1990 houve um aumento do número de cursos e nos ultimos anos uma verdadeira explosão em termos quantitativos de cursos.

Assim, as viagens e o turismo sempre estiveram presentes na vida do ser humano como um meio de conhecimento e educação. A partir das ultimas décadas do século

XX, as viagens e o turismo começam a serem estudados de maneira científica, tornando-se importantes objetos de conhecimento.

Bibliografia

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo.** Tradução Graciela Rabuske Hendges. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
ANSARAH, M. G. R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2002.
BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das Viagens e do Turismo.** São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).
BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 11 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.
BERMÚDEZ, José Maria Orte. **Conocimientos sobre el mundo del turismo.** Lleida: Milênio, 1997.
PEREIRA, Berenice Curtis Mércio. Viagem na Atualidade. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos e GASTAL, Suzana (orgs.). **Turismo Urbano:** Cidades, *sites* de exitação turística. Porto Alegre: Edição dos autores, 1999, p.129 – 138.
REJOWSKI, Mirian. **Turismo e Pesquisa Científica:** Pensamento Internacional x situação Brasileira. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Turismo)
SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à historia do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p. 289-310.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Agentes da Fé nas Malhas da Inquisição

Daniela Buono Calainho*

Por muito tempo, a Inquisição foi objeto de silêncio e a real envergadura de sua ação no Brasil manteve-se restrita ao conhecimento de poucos estudiosos, ausente de livros didáticos e de importantes obras da historiografia brasileira sobre o período colonial, abrangendo do século XVI ao XVIII. Exceção que confirma a regra é a obra de Anita Novinsky, ***Cristãos-novos na Bahia - 1624/1654*****,** publicada em 1972, sobre a inquirição movida naquela Capitania em 1646, especialmente voltada para a devassa dos cristãos-novos. Outra exceção digna de nota é o trabalho de Sônia Siqueira, ***Inquisição portuguesa e sociedade colonial***, versando basicamente sobre os aspectos institucionais do Santo Ofício no Reino e na Colônia entre os séculos XVI e XVII. Citemos, ainda, José Gonçalves Salvador que, no seu livro ***Cristãos-novos, jesuítas e Inquisição*****,** estudou a ação inquisitorial nas Capitanias do Sul do Brasil entre 1530 e 1680.

Nos anos 1980 e 1990, novos estudos revelaram a riqueza e a potencialidade das fontes inquisitoriais, e do próprio tema, para um melhor conhecimento de nosso passado colonial, influenciando recentes pesquisas sobre o assunto (1).

A tendência atual da historiografia sobre a Inquisição Ibérica é de constante renovação. Já vai longe o tempo em que estes estudos privilegiavam o mero relato indignado da aplicação de seus métodos punitivos e a contabilidade dos réus sentenciados a arderem nas fogueiras. A problematização histórica que vem sofrendo o "Santo Tribunal" enseja questões bem mais complexas, trabalhadas por vários historiadores espanhóis, portugueses e brasileiros, como: o papel do Santo Ofício na formação do Estado Moderno; o estudo das estruturas geográficas, econômicas e administrativas dos Tribunais; a análise quantitativa e sociológica dos processados; a utilização de suas fontes como janelas para se pensar questões como a sexualidade e religiosidade; a conduta dos réus diante dos Inquisidores e o quadro de funcionários do aparelho inquisitorial (2).

Alguns historiadores espanhóis apontaram a necessidade e importância de se aprofundar o estudo dos ***homens*** que fizeram a Inqusição, uma vez que as preocupações da historiografia voltavam-se fundamentalmente ou para suas vítimas, ou para sua

organização mais geral a nível burocrático (3). Dentro desta nova perspectiva, desenvolvemos o estudo de uma categoria de funcionários da Inquisição portuguesa que atuaram no Brasil no período colonial de modo permanente, já que aqui não se criou nenhum Tribunal (4). Eram eles os **Familiares**, oficiais leigos do aparelho inquisitorial de todo o mundo ibérico no Antigo Regime (séculos XV a XVIII) que, desfrutando de inúmeros privilégios, exerciam variadas funções: delatavam, espionvam e prendiam todos os suspeitos de heresia, como judaizantes, bígamos, sodomitas, mouros, solicitantes, falsos funcionários de seu aparelho burocrático, blasfemadores, luteranos e feiticeiros - objetos por excelência das perseguições deste tribunal religioso criado em 1536 no reinado de D.João III. Anita Novinsky comparou os Familiares à Gestapo da Alemanha nazista, ao ressaltar seu papel de informantes, investigadores e policiais.

A aparição pública destes agentes era solene, acompanhando os réus nas cerimônias dos Autos-de-fé. Meticulosamente regulamentados e preparados, proporcionando impressionante impacto visual e psicológico na população ávida pelo espetáculo, a procissão dos Autos era a exibição por excelência do poderio do Santo Ofício. Nesta ocasião, as sentenças dos réus eram lidas e aqueles condenados à fogueira ardiam na vista de todos ao fim do evento. Destacavam-se os **Familiares**, trajados com toda pompa, a pé, ladeando os penitentes, e numa tropa à cavalo, ao final da procissão, precedendo os altos dignatários inquisitoriais e o próprio Inquisidor (5).

Mas o que representava, de fato, ser um Familiar do Santo Ofício? O ideal inquisitorial de "Misericordia et Justitia" - famoso lema do Tribunal -, necessitava de uma complexa rede hierárquica de ministros e funcionários cujas funções foram objeto de legislação específica, contida nos Regimentos da Inquisição portuguesa. O de 1640 determinou explicitamente que os Familiares deveriam denunciar os hereges judaizantes, blasfemos, feiticeiros, sacrílegos, adivinhadores, bígamos, sodomitas, falsos sacerdotes e solicitantes, além dos que simulassem ser funcionários da Inqusição e dos penitenciados que não estivessem cumprindo suas penas (6). Deveriam, ainda, executar prisões com sequestro de bens mediante mandato do Inquisidor e substituir funcionários, quando necessário, como no caso dos Visitadores das Naus (7).

O afã de se obter uma Carta de Familiatura ligava-se, no mais das vezes, ao grande **status social** e aos **privilégios** conferidos pelo cargo, adquiridos ainda no século XVI. Eram isentos do pagamento de impostos e recrutamento militar; eram julgados em tribunal especial; tinham porte de armas, alimento e alojamento gratuito em viagens e ganhavam por dia de serviço. De fato, o cargo era tão cobiçado que em várias ocasiões foi

distribuído em troca de favores ou presentes. D.Fernando Martins Mascarenhas, por exemplo, Inquisidor Geral de Portugal entre 1626 e 1628, foi acusado de vender a um preço fixo milhares de familiaturas (8).

Símbolo de status social, de honra, de poder e de conduta irreproxável, o Familiar foi um dos "braços" mais fortes do Santo Ofício no Brasil. E a partir destes indivíduos, procuramos não só estudar a instituição inquisitorial, mas também os comportamentos, os valores sociais, os critérios de valorização ou degradação dos indivíduos no mundo ibérico, atentos às peculiaridades do cenário colonial. E a questão do preconceito racial aparece flagrante, uma vez que a Inqusição foi uma das principais instituições estimuladoras da disseminação do racismo em toda a sociedade portuguesa e, com a expansão ultramarina, em todas as suas colônias (9).

Refletindo os valores da Europa do Antigo Regime, a sociedade colonial brasileira via na investigação de seus antepassados um traço fundamental de hierarquização na escala social. A genealogia era, pois, um saber vital ao olhos do poder, utilizando-se de critérios classificatórios baseados na etnia e na religião (10). Assim, o **mito da pureza de sangue,** presente desde a Idade Média nos países ibéricos, foi ganhando progressivamente características legais entre os séculos XV e XVIII. De um lado, os "limpos de sangue", isto é, brancos e cristãos-velhos, e de outro, os grupos portadores do estigma das "raças infectas", como então se dizia: judeus, cristãos-novos, negros, mulatos, índios e ciganos. Uma vez postulada a entrada em qualquer instituição pública, religiosa ou militar, o candidato sujeitava-se a longas averiguações de sua genealogia, e somente após as chamadas "provas de sangue" ou "inquirições de gênere" podia ver-se contemplado com o benefício pretendido, desde que não se apurasse algum traço comprometedor em sua pessoa ou família (11).

Gostaríamos de ressaltar, portanto, que foi notória a importância da Inquisição ibérica enquanto uma das instituições responsáveis pela **cristalização do mito da pureza de sangue**, não só em relação às perseguições raciais que moveu - principalmente contra os cristãos-novos -, mas também em função da **metodologia** que adotava para o preenchimento de seus cargos, fiéis aos critérios raciais. Tivemos, deste modo, a oportunidade de verificar como isto se deu no que se refere aos Familiares.

Uma vez postulado o cargo, iniciava-se uma verdadeira devassa a respeito da vida pregressa do indivíduo, e Comissários do Santo Ofício cruzavam o Reino e colônias muitas vezes na busca de uma única informação de um habilitando. Tivemos a

oportunidade de examinar vários destes processos de habilitação, verificando assim o que pensamos ser uma **inquisição dentro da Inquisição**, isto é, a presença de critérios discriminatórios e de práticas inquisitoriais na formação dos quadros do Santo Ofício, revelando uma suspeição crônica e generalizada da "má progênie" imposta a todos os súditos do mundo português. As exigências ligadas à pureza de sangue e à conduta ilibada fornecem um modelo de sociedade ideal, católica, pura, sem máculas morais, afinada com os valores do Estado e da Igreja na Península Ibérica no Antigo Regime.

Por outro lado, o processo de habilitação, pela via das inquirições sobre a vida dos postulantes, revelava-se um poderoso mecanismo de **ativação de preconceitos na sociedade colonial.** A Inquisição penetrava profundamente no quotidiano da população, e a chegada de seus agentes com questionários e interrogatórios sobre determinada pessoa impunham o **medo e o ímpeto acusatório**.

Quem eram, no Brasil, as pessoas que, investidas desta tão grande honraria, colaboravam de modo permanente com o Santo Ofício no policiamento das atitudes e idéias da população colonial ? Em nossa pesquisa, arrolamos um total de 1708 indivíduos habilitados ao cargo, brasileiros ou não, que atuaram na Colônia, sendo classificados por capitania e por século. Constatamos que sua distribuição regional obedeceu, em todo o período colonial, às oscilações econômicas das capitanias, sendo as áreas mais prósperas e desenvolvidas as melhores vigiadas pelo Santo Ofício. Verificamos também que foi no século XVIII que houve o maior número de expedições de familiaturas (90,5%), sugerindo o ápice da atuação da máquina inquisitorial em terras brasileiras, fenômeno ocorrido em estreita conexão com a multiplicação de diosceses e prelazias, com a regulamentação das Visitas episcopais e com o fortalecimento da estrutura eclesiástica colonial e do controle régio sobre a América portuguesa.

Constatamos, por fim, que a imensa maioria destes agentes estava ligada ao comércio. Eram desde proprietários de modestos armazéns e lojistas até mercadores de grosso trato, vinculados à exportação de açúcar e outros produtos, e traficantes de escravos. Como explicar, pois, esta predominância ?

De acordo com seu Regimento, os Familiares deveriam ter recursos suficientes para que pudessem "viver abastadamente", pré-requisito essencial para abertura do processo de habilitação, que implicava num depósito em dinheiro, e para a realização das provas de sangue, muitas vezes demoradas e onerosas. Anita Novinsky afirma, inclusive, que uma vez aprovados, os candidatos se viam obrigados a oferecer generosos donativos à Inquisição ! Vale lembrar que um de seus muitos privilégios era a insenção de impostos,

animando a muitos a requerem uma familiatura, sujeitos que eram ao peso esmagador do fisco régio e do exclusivo mercantil colonial.

Ser um Familiar era por si só prova de ascendência limpa e sinônimo de honra e status social. E aos comerciantes, faltava-lhes o **enobrecimento**, minorando bastante o estigma inerente à atividade mercantil. Sem dúvida que o ingresso no aparelho burocrático inquisitorial, particularmente no caso dos Familiares, foi uma das vias pelas quais o comerciante cristão-velho estabelecido na Colônia procurou o status de nobreza tão caro ao Antigo Regime.

No exercício do controle político e social, a Inquisição ibérica, enquanto estrutura institucional do Estado, organizou-se administrativamente através dos Tribunais distritais, células fundamentais para este controle. A perpetuação da imagem terrificante do Santo Ofício no Brasil não contou, porém, com a existência de um Tribunal permanente, nem muito menos com a pompa dos espetáculos públicos dos Autos-de-fé, avidamente assistidos pelo povo no Terreiro do Paço ou em São Domingos. Portanto, a Inquisição logrou impor sua sinistra presença no Trópico, enviando Visitadores mas, sobretudo, investindo em mecanismos intimidatórios permanentes, como foram os Familiares. Muito mais **instigadores** da delação do que propriamente delatores, consideramos esses funcionários como um dos alicerces principais no Brasil do que o historiador Bartolomé Bennassar chamou de **pedagogia do medo** (12). O Familiar era a presença viva, a personificação das práticas que vimos atormentar as populações no mundo ibérico. Prendendo suspeitos, sequestrando-lhes os bens "em nome do Santo Ofício", espionando presos, acompanhando os condenados e entregando os "relaxados" (condenados à fogueira) à beira do cadafalso, o Familiar representou o **elo de ligação** entre o Tribunal e o réu.

Para analisarmos a atuação propriamente dita destes agentes na sociedade colonial, utilizamos alguns processos contra réus do Santo Ofício onde aparecem no exercício de suas funções. No entanto, estas fontes não foram as principais, pois, a rigor, teríamos que analisar um número infindável de processos sem a certeza de que eles teriam referências explícitas aos Familiares.

Por estas razões, e certos de que o impacto avassalador de sua presença nas ruas, nas casas e nas mentes da população colonial foi bem maior do que o sugerido pelos processos ordinários, usamos como fonte principal os processos de indivíduos que se **forjaram titulares do cargo** e daqueles que o eram e **extrapolaram suas funções, abusando de seu poder.** Paradoxalmente, foram nestas duas circunstâncias que pudemos melhor conhecê-los, percebendo como inspiravam medo e respeito no quotidiano social da Colônia.

Consultando as listas de Autos-de-fé do Tribunal de Lisboa, encontramos alguns réus que, pelas mais variadas razões, como vaidades pessoais, ânsia por status social e honra, brigas e vinganças, medo, índoles desonestas, etc., cometeram tão grave heresia aos olhos do Santo Ofício. Emblema da autoridade inquisitorial, imagem externa da Inquisição, os Familiares deveriam agir com o máximo de autoridade e prudência. Entretanto, foram muitos os que não honraram papel tão caro ao Tribunal, acarrentando grande ofensa ao seu reto procedimento. Apenas um exemplo.

Natural de Quito, Peru, irmão converso da Ordem de São Domingos, Januário de São Pedro, falso padre e falso Familiar, chegara em 1740 aos cárceres liboetas. Desejoso de "passar para o estado de sacerdote para ser tratado com mais estimação e descanso como eram os sacerdotes" roubara, no convento onde morava, no Peru, a patente de um colega dominicano. No entanto, correndo o rumor de sua falsa identidade, fugira para o Brasil e, aportando na Bahia, obteve a autorização do Arcebispo de Salvador para aqui atuar como presbítero. Agindo como verdadeiro ministro da Inqusição pelas terras onde passava, recebia denúncias e confissões de culpas, fingindo ter toda a jurisdição e autoridade, dando juramentos aos denunciantes, escrevendo depoimentos, ouvindo testemunhas e formando verdadeiros processos inquisitoriais. Impôs penitências públicas e vexatórias e perseguia os fugitivos da comitiva que armara em torno de si, mandando cartas para párocos e capelães ordenando-lhes que, "da parte do Santo Ofício", os prendessem e excomungassem, o que era feito prontamente. Consciente da gravidade de se falsificar uma patente religiosa e agir como Familiar, confessou depois ao Inquisidor que assim procedera porque ninguém **"se atreveria a prendê-lo e maltratá-lo"**. Sincero ou não nas inteções, empunhando as insígnias de Familiar, aproveitou-se delas o mais que pode. Atuou como verdadeiro Inquisidor, tendo a exata noção do alto prestígio e temor que representava a figura do Familiar (13).

Acreditamos ter sido comum a prática de pequenos roubos no ato da prisão. Investidos de tamanha autoridade, andando armados diante de suspeitos acuados e indefesos, não hesitavam muitas vezes em fazer valer ao extremo suas prerrogativas, abusando explicitamente de seu poder. Embora vários destes furtos passassem desapercebidos, outros, no entanto, levaram a que seus protagonistas respondessem por eles diante do Inquisidor.

A simples menção ao Santo Ofício, o apenas dizer-se Familiar ou mostrar a medalha que os distinguia, mesmo toscamente falsificada, já era suficiente para causar pânico generalizado. A população vergava-se a estas arbitrariedades, deixando-se facilmente enganar, pressionar, prender e roubar, mostrando o quanto o Santo Ofício

introjetava o medo, espalhava o terror e desestruturava o tecido social. Um ministro da Inquisição era alguém impune, acima de qualquer suspeita, e a ação dos Familiares estava, pois, não apenas no que estava prescrito em seu Regimento, mas também, na disseminação quotidiana do pavor e da repressão inquisitorial. Ainda que estudando falsários ou abusados, podemos perceber tudo isso: se não propriamente o Familiar em ação - que para tanto aqueles homens não estavam autorizados - certamente a ação do Familiar - que para o povo da Colônia bastavam as insígnias e a arrogância para se fazerem valer.

A missão inquisitorial era tarefa por vezes difícil de se administrar. Despejando na sociedade homens investidos de tanto poder de coação, a Inquisição perdia o controle do que ela própria criara. Fingir-se de Familiar, abusar das prerrogativas do cargo, tudo isso espelhava, no fundo, o ponto extremo o que podia chegar o arbítrio inquisitorial. Em nome do Santo Ofício fazia-se de tudo, e na prática eram tênues as fronteiras entre o Familiar habilitado e zeloso, o Familiar corrupto e abusado, e o embusteiro que se fazia de Familiar. Os três tipos causavam impacto na sociedade, espoliando alguns, seja em proveito próprio, seja em favor do Santo Ofício. Todos a um passo do abuso de poder que o cargo conferia, fosse ou não o indivíduo um real detendor da Familiatura. O abuso ou a simulação do poder por Familiares faziam deles, ainda que falsos, **o exemplo da ação quotidiana da Inquisição no mundo ibérico.** Ação arbitrária, deletéria, que a própria Inquisição muitas vezes não podia controlar.

Processando, prendendo e sentenciando estes falsos e abusados agentes, tentava-se depurar suas engrenagens dos desvios que perturbavam seu reto ministério. Ao fim e ao cabo, a Inquisição os tratava e punia como **hereges** pela ousadia de terem exposto o Tribunal ao escândalo, usando-o para fins meramente pessoais, indício inequívoco do "sentir mal da Fé".

O que os documentos nos dizem é que os transgressores da familiatura buscavam, tanto quanto os Familiares legítimos, o prestígio e o privilégio de uma instituição típica do Antigo Regime português. E que o Santo Ofício, ao puni-los, buscava em vão paliar o arbítrio que havia engendrado, ao investir centenas de indivíduos do poder de agir em seu nome. Ao tratar como suspeitos de heresias Familiares falsos ou abusados, cuja conduta mal se distinguia dos habilitados a prender e sequestrar em nome do Tribunal, a **Inquisição acabava se julgando a si mesma.** Condenando estes indivíduos, e o próprio arbítrio que lhes caracterizava, a Inquisição admitia a possibilidade de também ela ver-se contaminada pela heresia. Temos aí, novamente, uma inquisição dentro da inquisição, onde os métodos do aparelho inquisitorial eram utilizados internamente no sentido de refrear estes mesmos

métodos, pois o arbítrio do Santo Ofício era tão avassalador que acabava por penetrar-lhe nas entranhas. Veneno e antídoto acabavam, pois, se misturando de forma inequívoca, e a história dos Familiares não deixa dúvidas a esse respeito.

No entanto, apesar dos "desvios" que algumas vezes a instituição dos Familiares expunha, estes agentes foram de suma importância para reforçar o controle do império colonial português pela Inquisição e pela Monarquia no Antigo Regime. Empunhando sua Familiatura, espalharam-se pelas capitanias do Brasil colonial auxiliando o rastrear incessante de condutas e desvios heréticos, angariando para si, orgulhosamente, todos os louros e privilégios do agir "em nome do Santo Ofício".

NOTAS

(1) Citemos por exemplo os vários artigos de Luiz Mott sobre a perseguição dos sodomitas; as teses de Doutoramento já publicadas de Laura de Mello e Souza, **O Diabo e a terra de Santa Cruz** (1986), e de Ronaldo Vainfas, **Trópico dos pecados** (1988); a tese também de Doutoramento de Lana Lage da Gama Lima, **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil no Brasil colonial** (1991), e a de Ronald Raminelli, **Tempo de Visitação** (1991).

(2) Escandell, Bartolomé. "La Inquisición como dispositivo de control social y la pervivencia actual del modelo inquisitorial". In Alcalá, Angel (Org.). **Inquisición española y mentalidad inquisitorial.** Barcelona, Ariel, 1984, p.598.

(3) Contreras, Jaime. "La infraestrutura social de la Inquisición: comissarios y familiares". In Alcalá, A. **Op.cit.,** p.127.

(4) Calainho, Daniela. **Em nome do Santo Ofício: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial**. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ em setembro de 1992.

(5) Novinsky, Anita. "A Igreja no Brasil colonial. Agentes da Inqusição". **Anais do Museu Paulista,** tomo 33, 1984, p.23.

(6) **Regimento do Santo Ofício da Inqusição dos Reinos de Portugal (1640).** Ex. mimeo. Livro I, tít.III, XII.

(7) Idem, Livro I, tít.XII, II.

(8) Novinsky, A. **Op.cit**., p.26.

(9) Carneiro, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial no Brasil colônia. Os cristãos-novos**. SP, Brasiliense, 1983, p.124.

(10) Mello, Evaldo C. de. **O nome e o sangue**. **Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial.** SP, Cia das Letras, 1989, p.11.

(11) Carneiro, M.L.T. **Op.cit.,** p.125.

(12) Bennassar, Bartolomé. "Modelos de la mentalidad inquisitorial: metodos de su pedagogia del miedo". In Alcalá, A. **Op.cit**., p.174-181.

(13) **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, IL, 3693.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Educação No Século XIV: Guilherme De Ockham

Conceição Solange Bution Perin [1]
Terezinha Maringá Oliveira [2]

Resumo:

Este estudo propõe uma reflexão sobre as mudanças nas relações educacionais, especialmente a partir dos séculos XIII e XIV, inseridas no conflito estabelecido entre a *Fé* e a *Razão.* Para essas considerações, nos fundamentaremos fazendo uma análise da importância que exerceu o pensamento de Guilherme de Ockham (1290?-1349?) dentro do seu contexto histórico, século XIV, abordando as mudanças educacionais. Esse autor tratou sobre as questões postas pela autoridade divina (fé) e o direito humano de poder agir e conhecer pela sua própria vontade (razão). Ele conseguiu tratar dos dois temas, *Fé* e *Razão*, colocando em evidência a importância de cada um deles e explicando que os homens poderiam conciliá-las sem que uma, obrigatoriamente, precisasse submeter-se à outra. Desse modo, pretendemos compreender o que levou os homens do século XIV a colocar na ordem do dia a exigência de interpretar a vida pelo caminho da experimentação, analisando a importância do papel de Guilherme de Ockham nesse entrever de tantas mudanças, entendendo que, esse autor se utilizou de algumas vias de afirmações para provar que a experiência, o conhecer empírico era, extremamente, necessário e estava incluído na prática social da época.

Palavras-Chave: Guilherme de Ockham; Século XIV; Educação; Experiência.

ABSTRACT: This studying proposes a reflection about the educational relations, especially since the 13th and 14th centuries, inserted in the conflict stablished between the Faith and the Reason. We will base our considerations doing an analysis of the importance that Guilherme de Ockham thought exerted (1290? – 1349?) inside of this historic context, 14th century approaching the educational changes. This author treated about the questions put forward by the divine authority (faith) and the human rights of being able to react and know by its own intention (reason). He was able to treat both themes. Faith and Reason, putting in evidence the importance of each one of them and explaning that the men could conciliate them without one interfering into the other. In this manner, we intend to understand what induced the men from the 14th century to put into the order of the day the necessity of interpretating life through the way of experimentation, analysing the importance of Guilherme de Ockham role in this view of so many changes, understanding that, this author made use of some ways of informations to prove that the experience, the empiric knowledge was, extremelly, necessary and was included in the social practise of that period.
Key-Words: Guilherme de Ockham; 14th Century; Education; Experience.

Esse trabalho é uma análise sobre a importância do debate travado na sociedade medieval do Ocidente a partir dos séculos XIII e XIV entre a fé e a razão. A nosso ver esse

[1] UNIANDRADE – Maringá.
[2] Universidade Estadual de Maringá/PPE/doutoranda (e-mail: sol_perin@yahoo.com.br)

debate caracterizou algumas alterações educacionais no período em questão, transição da sociedade medieval para a sociedade moderna.

Para tratarmos desse debate da perspectiva das mudanças educacionais, pautar-nos-emos em alguns escritos de Guilherme de Ockham (1290? – 1349?) como: *Prova da existência de Deus; Brevilóquio sobre o principado tirânico; Lógica dos Termos;* dentre outros que consideramos essenciais para fundamentar nossa discussão, mostrando que as alterações sociais ocorrem em todas as instâncias conforme as necessidades postas de cada época.

Desse modo, para discutirmos sobre as questões educacionais é *mister* entender que a educação acompanha e se altera de acordo com as transformações sociais de cada momento. Nesse sentido, nos pautaremos, além de Ockham, em outros autores que nos mostram as dificuldades e representações que os homens enfrentaram para suprir as exigências sociais da sua época, revelando sua historicidade e as marcas que precederam o seu momento. Sob esse ponto de vista, podemos entender que Ockham por ter sido discípulo de John Duns Scot, e apesar de revelar em suas obras admiração pelo seu mestre, em vários momentos contradiz o pensamento de Scot afirmando que nem tudo era como antes e que somente o velho modo de pensar (abstrato) já não atendia o mundo que o cercava, do conhecimento empírico.

Partindo desse princípio Ockham, considerado como um dos maiores mestres da Universidade de Oxford, lançou afirmações e implicações que o fizeram ser perseguido e confinado por um longo período. Todavia, esses fatos não o intimidaram e ele participou de várias lutas entre o poder temporal e o poder espiritual, discursando que nem o poder do Papa e nem o poder do Imperador não poderiam, de forma alguma, privar os homens da sua liberdade de conhecimento "*Il filosofo inglese, durante gli anni di permanenza ad Oxford, aveva elaborato una teoria della conoscenza e una teologia, le cui peculiarità conferiscono originalità, sicurezza e capacita critica allá sua riflessione política* (CAMASTRA, *apud* OCKHAM, 1999, p.19)".

Ockham discorre sobre as definições da fé e da razão, abrangendo as questões políticas- econômicas-religiosas presentes na sua época. Para ele, os dois temas, espiritual e temporal tinham, cada qual, sua importância e os indivíduos não necessitavam optar por uma escolha entre eles, mas sim, entendê-los distintamente e conciliá-los para se explicarem como conhecimento abstrato e empírico. Essas e outras reflexões que o autor faz, inseridas no seu contexto histórico, constituíram o eixo norteador da nossa pesquisa, mostrando que Ockham

se preocupou com a ciência para compreender o mundo e explicar tudo aquilo que ainda não havia sido esclarecido e entendido.

Segundo Ockham, os mandamentos de Deus deveriam ser seguidos, haja vista que eram eles que conduziam o homem para uma vida regrada. No entanto, os homens tinham o livre arbítrio para escolher seus destinos, não sendo necessário que alguém os forçasse a trilhar um caminho.

Esse "despertar" para uma provável liberdade de ação e, consequentemente, de pensamento favoreceu, paulatinamente, o direito de escolha dos indivíduos quanto à forma de organizar suas próprias vidas. Esse "despertar" permitiu que os homens agissem de forma distinta daquela que comumente estavam habituados. Como afirma José Estevão em seu artigo *Liberdade e presciência em Ockham,* Ockham propôs em seus escritos uma noção de liberdade do indivíduo quanto às exigências pregadas pelos poderes espiritual e temporal.

> Nos escritos políticos de Guilherme de Ockham, surge com insistência a noção de liberdade, usada como argumento contra o absolutismo pontifício. A raiz deste conceito encontra-se porém, nas obras filosófico-teológicas, onde, ao tratar do conhecimento divino dos futuros contingentes, o autor afirma que existe uma oposição entre o que afirma a filosofia e o que afirma a teologia a respeito (ESTÉVÃO, 1995, p.370).

Estevão comenta que Ockham ofereceu em seus escritos uma diferenciação das análises realizadas por seus predecessores, pois este autor investiu numa discussão que relevou a pretensão de poder que o papado exercia sobre o poder temporal, ou seja, Ockham seguindo a reflexão dos seus antecessores procurou fundamentar filosoficamente a importância da fé e da razão mostrando que cada qual tinha suas dimensões de atuação e de ação e que, esses dois campos deveriam conviver harmonicamente como explicação da realidade dos homens.

Desse modo, podemos entender que as questões suscitadas por Ockham não foram criadas pelo autor e tão pouco demarcaram um período e outro, mas sim que as suas formulações possibilitaram uma reorganização educacional no pensamento dos indivíduos, juntamente com as mudanças de outros elementos constantes na Idade Média e que alteraram a vida dos homens. Para Oliveira,

> Ainda que possamos considerar Ockham como o último dos escolásticos, no entanto, não podemos, como afirma Pieper, considerá-lo como o criador da ciência, uma vez que sua obra ainda está carregada da forma medieval. Suas formulações, indubitavelmente, defendem a necessidade do empírico para se conhecer as coisas, mas ainda não abandonou a idéia de que Deus é o criador de todas as coisas. Não

> negou que a existência de uma força maior que a tudo comanda e dirige e essa força ainda é a fé cristã (OLIVEIRA, 2005, p. 48).

Como afirma Oliveira, Ockham escreveu analisando o seu momento e as necessidades que estavam sendo vivenciadas pela sociedade, visto que, os homens da época estavam buscando conhecimentos que sustentassem as suas preocupações concretas, voltadas para a realidade posta e, com isso, o conhecimento somente fundamentado na fé, na abstração já não atendia seus interesses, principalmente àqueles voltados para as transações comerciais. Portanto, segundo De Boni,

> Alguns autores, fazendo uma leitura retrospectiva, por vezes entusiasmaram-se e foram tentados a situar Ockham como o pai da nova ciência, o antecessor de Lutero, o precursor do ceticismo, ou o primeiro lógico moderno. Na verdade, Ockham foi um medieval do século XIV, que não podia mais aceitar as soluções do período anterior e que, na procura de caminhos alternativos, refletia na Filosofia a situação sócio-econômica de seu tempo (OCKHAM *apud* DE BONI, 1988, p.15).

Ockham procurou fundamentar filosoficamente o entendimento sobre a fé e a razão procurando mostrar que Deus era e continuaria sendo o ponto de explicação para todas as coisas, mas que os homens deveriam buscar a liberdade de pensamento e de reflexão sobre a singularidade de cada coisa que poderia ser explicada pela razão.

Em seus debates, a independência existente entre a fé e a razão. E interpretando o seu momento, constatou que esse assunto poderia ser discutido e analisado de outro ponto de vista, ou seja, não era necessário haver um embate entre a fé e a razão, mas sim reconhecer que ambas eram caminhos distintos para explicar os homens pela natureza e pela alma.

> Esses dois tipos de conhecimento, intuitivo e abstrativo, não diferem entre si pelo objeto, que é o mesmo, nem por suas causas – primeiro é causado pelo objeto presente, o segundo o pressupõe e é posterior à sua apreensão - mas são distintos intrinsecamente, pois o conhecimento intuitivo permite formular juízos evidentes em matéria contingente, enquanto o conhecimento abstrativo não o permite (OCKHAM, 1999, p. 19).

Ockham não põe em dúvida, em nenhum instante, a existência de Deus como Criador de tudo, mas para ele a abstração (fé) não fornecia a dimensão exata do que se imaginava, logo, não se tinha o conhecimento em sua íntegra. Assim, a informação abstrata não deveria ser considerada como o ponto de partida para se conhecer a realidade, visto que, para Ockham o verdadeiro entendimento das coisas se dava pelo conhecimento intuitivo, empírico, o qual possibilitava ao indivíduo conhecer e apreciar a existência de tudo o que a

natureza fornecia, na sua forma real e natural. Desse modo, esse era o conhecimento sensível, aquele que poderia elucidar o desconhecido, trazendo solução às dúvidas do que existia efetivamente.

Apesar de Ockham elucidar que as vias de conhecimentos, apesar de serem distintas na maneira de entendimento, dependem uma da outra, os questionamentos e as discussões realizadas por Ockham acabaram por provocar um embate entre o conhecimento científico e o poder religioso estabelecido pela Igreja, causando um discernimento da via da ciência e da religião como verdades independentes e explicadas, cada qual, no seu campo de entendimento.

Na concepção de Ockham, existiam dois princípios: um que estruturava o conhecer pela fé e o outro pela razão. O primeiro, que se refere à abstração, concebe Deus como Criador de tudo e de todos; portanto, para o autor, era inevitável não crer no ser Divino. O outro era que a experiência, a razão, apesar de não poder provar que Deus existe, era o único caminho que se poderia ter para garantir a existência do que Deus criou.

> Sobre o primeiro ponto, digo que este nome "Deus" pode ter diversas acepções. Uma delas é que Deus é algo mais nobre e melhor que todo outro ser. Conforme outra, Deus é aquilo em comparação com o qual nada é melhor e mais perfeito [...] Acerca do segundo ponto, digo que, tomando "Deus" na primeira acepção, não se pode demonstrativamente provar que há um só Deus. O motivo é que, nessa acepção, não se pode evidentemente saber que Deus existe; logo não se pode saber com evidência que ele é um só. A inferência é clara. Prova-se o antecedente: A proposição "Deus existe" não é notória por si, visto que muitos duvidam dela; nem pode ser provada por proposições evidentes por si, porque em todo raciocínio se assumirá algo duvidoso ou acreditado; nem será conhecida por experiência, como é manifesto (OCKHAM, 1973/F, p. 395).

Diante dessa afirmação, Ockham assinalava que Deus era o mais importante e perfeito Ser que se poderia crer e que a credibilidade em sua existência ou em um só Deus deveria passar pelos olhos da razão, pois o homem só crê naquilo que não vê por meio da reflexão e do conhecimento empírico que ele tem sobre as coisas que Deus criou, ou, dito de outro modo, a partir das coisas que conhece.

Para nós, independentemente da época histórica sempre que surgem possibilidades de mudanças de comportamentos torna-se possível a elaboração de uma nova forma do pensar. Na verdade, as mudanças comportamentais sempre estão atreladas às alterações do pensamento/conhecimento e vice-versa. Assim, acreditamos que as formulações que este autor trilhou de seus antecessores e as evidenciou, tenha influenciado a sua época e

outros pensadores que lhe eram contemporâneos a respeito da relevância dessas duas questões, intrinsecamente humanas e polêmicas, fé e razão. Nesse sentido, buscando entender a maneira como esse debate foi travado por Ockham e, por conseguinte, a influência dele na sociedade elaboramos esse trabalho a partir de alguns elementos que caracterizaram o século XIV e que marcaram, com intensidade, as transformações que ocorriam nesse período de transição entre o mundo feudal e o mundo moderno, mostrando as dificuldades e angústias enfrentadas pelos homens para acompanhar as alterações que estavam se processando. Com isso, pretendemos evidenciar algumas questões, que corroboraram com o fortalecimento de novos comportamentos, costumes e, principalmente, acentuaram as mudanças educacionais da época.

Guilherme de Ockham, segundo Gilson (1998), estabeleceu um marco entre os movimentos que estavam acontecendo e a nova forma de pensamento que os homens iniciaram após seus ensinamentos.

Conforme Gilson, Ockham procurou fazer com que os indivíduos entendessem que para interpretar a realidade havia duas maneiras: pelo conhecimento intuitivo ou abstrato, sendo que o intuitivo permitia ver o fato tal como ele era, mas o conhecimento abstrato não favorecia esse mesmo entendimento, apenas possibilitava uma dedução por meio da imaginação.

> Guilherme de Ockham não se cansa de repetir. O conhecimento intuitivo é o único que tem por objeto as existências e que nos permite alcançar os fatos. "Por oposição ao conhecimento intuitivo", ele nos diz, o conhecimento abstrato não nos permite saber que uma coisa que existe, existe, ou se uma coisa que não existe, não existe; "o conhecimento intuitivo é aquele pelo qual sabemos que uma coisa é, quando ela é, e que não é, quando não é". Daí resulta que o conhecimento sensível é o único certo quando se trata de alcançar existências. Se vejo um corpo branco, essa simples intuição me permite imediatamente estabelecer um vínculo evidente entre esses dois termos e afirmar esta verdade: este corpo é branco. O conhecimento intuitivo, tal como o definimos, é, pois, o ponto de partida do conhecimento experimental: *illa notitia este intuitiva qua incipit experimentalis notitia;* melhor ainda, é o próprio conhecimento experimental e é ele que nos permite formular em seguida, por uma generalização do conhecimento particular, essas proposições universais que são os princípios da arte e da ciência (GILSON, 1998, cap. IX, p. 797-798).

Essas questões, anunciadas por Ockham, são exemplos das argumentações que eram levantadas pelos mestres medievais dentro das universidades, e que possibilitaram alterações de pensamentos e comportamentos. Fundamentar a realidade de tudo tornou-se o modo mais evidente de enfrentar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades comerciais do período.

O mundo se encantava com aquele ir e vir que o comércio proporcionava, ultrapassando as fronteiras da abstração, do medo, do conhecimento, da contemplação e rompendo com o conformismo relacionado à posição social ocupada pelos homens e que, até então, era justificada por Deus. Para tratar melhor desse aspecto, citamos uma das discussões que Huizinga (1978), faz sobre o poder e a ambição. Ele discute sobre os sentimentos que foram ressaltados com a expansão do comércio e comenta que apesar de essas duas aspirações – poder e ambição – ainda serem consideradas como pecado, já anunciavam uma nova interpretação do mundo.

> O poder não está ainda predominantemente associado ao dinheiro; é antes inerente à pessoa e depende de uma espécie de temor religioso que ela inspira; faz-se sentir pela pompa e magnificência ou pelo numeroso séquito de partidários fiéis [...] A ambição, por outro lado, nem tem esse caráter simbólico, nem aquelas relações com a teologia. É um puro pecado mundano, o impulso da natureza e da carne. No fim da Idade Média as condições do poder alteram-se pelo acréscimo da circulação da moeda e o ilimitado campo aberto a quem quer que desejasse satisfazer a sua ambição de amontoar riqueza. Para esta época a cobiça torna-se o pecado predominante. A riqueza não tinha adquirido ainda a feição impalpável que o capitalismo, baseado no crédito, lhe daria mais tarde (HUIZINGA, 1978, p. 28).

Huizinga (1978) discorre sobre as diferenças econômicas que estavam acontecendo na transição do feudalismo para o capitalismo revelando as mudanças que ocorriam socialmente quando os indivíduos buscavam a riqueza por meio das atividades comerciais e despertavam sentimentos que compartilham com a nova forma de vida que prevalecia.

Com isso, as duas realidades, o mundo feudal e o moderno, travaram um embate, cada qual procurando fazer predominar os seus valores. Todavia, como todo processo em mudança, as instâncias sociais, paulatinamente, foram sofrendo alterações e a educação, a fim de acompanhar o padrão de comportamentos, de costumes e de habilidades gerados pelos homens, mas que ainda estavam se estruturando, procurou formar o homem ideal para a nova sociedade que procurava se estabelecer. No século XIV, as exigências priorizavam diferentes segmentos sociais daqueles valorizados pelo feudalismo e o conhecimento sobre tudo aquilo que pudesse levar o homem a entender o universo e a si próprio estava pautado na prioridade do dia-a-dia.

Devido as alterações que estavam ocorrendo, o pensamento, também, se modificava e Ockham justificou essas mudanças mostrando alguns pontos que, apesar de estarem sendo tratados em períodos anteriores, ainda não se apresentavam de forma clara como esse autor colocou em suas obras. Para ele, a questão da credibilidade em Deus era o

centro de todas as suas discussões, todavia o fato de Deus existir e ser o Criador de tudo e de todos, não legitimava as explicações suscitadas em afirmar que pelo fato de tudo ser descendente de Deus as particularidades de cada ser não se justificavam.

Dessa forma, a discussão central das explicações postas por Ockham eram provar que todas as coisas, apesar de terem sido criadas por Deus, não atendiam a um esclarecimento geral, pois cada uma tinha suas particularidades e suas características diferenciadas.

Embasado nesse entendimento, Ockham demonstrou que suas formulações estavam voltadas para a explicação e comprovação da existência de Deus e nesse princípio procurou mostrar outros aspectos essenciais para a sociedade, como o entendimento da ciência e os termos sobre a verdade e a suposição, ou seja, todas as suas discussões permeavam a comprovação e a necessidade de conhecer o que poderia ser conhecido visualmente, empiricamente e, também, as coisas que, por meio da razão, deveriam ser reconhecidas como verdadeiras mesmo sem serem comprovadas pela experiência.

Portanto, podemos concluir que as formulações deste autor ao lado das transformações históricas que estavam ocorrendo, colaboraram para as modificações educacionais do seu período, visto que, para muitos autores Ockham expôs uma nova visão de mundo, por meio da qual, o homem tinha sua individualidade e liberdade para optar por um conhecimento empírico, esclarecido pela própria experiência, provocando assim, uma nova forma de pensar e de agir.

REFERÊNCIAS

CAMASTRA, Francesco. *Guglielmo d' ckham; Il Filosofo e la política.* Milano: Rusconi, 1999.

ESTEVÃO, José C. *Liberdade e Presciência em Ockham.* Revista Veritas. vol. 45. Porto Alegre: PUC, 2000.

GILSON, E. *A filosofia na Idade Média.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média.* São Paulo: Verbo, 1978.

OCKHAM, Guilherme de. *Brevilóquio sobre o principado tirânico*. Trad. Luis Alberto De Boni.Petrópolis, Vozes, 1988.

OCKHAM, Guilherme de. *Lógica dos termos*. Trad. Fernando Pio de Almeida Fleck. Introd. Paola Muller. Porto alegre: Edipucrs, 1999.

OCKHAM, Guilherme. Prova da Existência de Deus. In: *Os Pensadores.* São Paulo: Abril S.A., 1973.

OLIVEIRA, Terezinha. *A Escolástica no debate acerca da separação dos poderes eclesiástico e laico*. Revista Notandum Libro-6. Univ. do Porto. Editora Mandruvá. São Paulo/Porto, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mulher e discurso moral no Rio de Janeiro oitocentista

Elisa Maria Verona*

Resumo: A condição feminina, no Rio de janeiro, alterou-se de maneira substantiva ao longo do século XIX. Ao mesmo tempo em que a capital adquiria contornos mais urbanos e europeizados, os padrões femininos de comportamento ganharam maior elasticidade. Concomitantemente, atribuiu-se à mulher um papel de extrema relevância para a constituição de uma nação calcada nos valores da família; nessa nova etapa de construção do Brasil, coube a ela a função de educadora dos filhos e, consequentemente, de formadora de futuros cidadãos da pátria. Tendo em vista a simultaneidade desses dois processos, nós pretendemos enfocar em nossa análise o papel do teatro na difusão de um discurso moralizador referente à mulher.

Palavras-chaves: condição feminina - produção teatral - Brasil Império.

Abstract: The feminine condition, in Rio de Janeiro, changed strongly during the nineteenth century. As the capital of the country acquired more urban and Europeanized cultures, the patterns of women behavior became more flexible. Concomitantly, it was attributed to the woman a role of extreme relevance for the foundation of a nation based on the values of the family; in that new stage of construction of Brazil, women assumed the function of educating the children, being therefore crucial for forming the new citizens of the country. Bearing in mind the simultaneity of those two processes, we intended to focus, on our analysis, the role of the theater in the diffusion of a moralist speech regarding the women.

Keywords: feminine condition - theater - Brazil, nineteenth century.

> *A mulher moderna, diz Madama d'Agout, vive em um centro, que não é nem o ar grave da matrona romana, nem a morada aberta e festiva da cortesã grega, mas uma coisa intermediária que se chama sociedade, isto é, a reunião sem objeto de espíritos viciosos, sujeitos às prescrições de uma moral que pretende em vão conciliar as diversões de galanteria com os deveres de família.*[1]*(Apud ASSIS, 1955: 215).*

À mulher não passou desapercebido o rol extenso de mudanças, sobretudo de ordem sócio-culturais, que tiveram lugar no Rio de Janeiro do século XIX. Mais do que isso, além de aperceber-se das alterações que, gradativamente, ampliavam as ocasiões de convivência social, a brasileira abastada da segunda metade do oitocentos teve a oportunidade de desfrutar da nova vida em sociedade. Passeios à rua do Ouvidor, idas freqüentes a bailes e

* Doutoranda vinculada ao Programa de pós-graduação em história da UNESP – Campus de Franca

[1]Trecho da peça *Demônio familiar* de José de Alencar.

teatros, participação em saraus literários e tantos outros modos novos de sociabilidade acabaram por conferir maior elasticidade aos padrões femininos de comportamento.

Todavia, retornando ao raciocínio de "madama d'Agout", citado na epígrafe, havia uma posição ideal intermediária a ser ocupada pela "mulher moderna": nem a reclusão que predominou por um longo período de nossa história, nem as extravagâncias das mulheres de vida mundana. Seja moça casadoira ou mãe de família, as opções de divertimento conquistavam cada vez mais adeptas, as quais certamente procuravam dividir o seu tempo entre as ocupações de casa, a atividade religiosa e as reuniões sociais mais buliçosas. Na imprensa, sobretudo a dirigida ao "belo sexo", os comentários sobre esses encontros tiveram sempre um espaço reservado; ao olhar do cronista não escaparam nem os detalhes mais supérfluos, todos eram dignos de nota. Em poucas palavras, "alargou-se a paisagem social de muita iaiá brasileira no sentido de maior variedade de contatos com a vida extradoméstica" (FREYRE, 2003: 228) e, conseqüentemente, surgiram novas oportunidades de atuação na esfera pública, antes restrita basicamente aos homens.

Dentre as condições que possibilitaram essa reconfiguração dos papéis sociais desempenhados pela mulher, pode-se destacar o intenso processo de urbanização e europeização que o Rio de Janeiro experimentou após o desembarque de D. João VI. Capital da colônia desde 1763 e sede da monarquia a partir de 1808, essa cidade, ao longo do século XIX, acabou por se transformar, segundo diversos autores que analisaram o período[2], numa espécie de laboratório onde se testavam as medidas administrativas e se avaliavam as ações políticas e culturais antes de estendê-las ao restante do país.

A necessidade de intervenção no meio sócio-urbano pautou a atuação de boa parte dos intelectuais e políticos do período, preocupados que estavam com a construção de um Estado Imperial organizado sob as bases da ordem e da civilização. Esse esforço, em alguma medida deliberado, por parte da elite dirigente foi de suma importância tanto para o progresso material da cidade – em meados do século, o carioca já podia contar com ruas calçadas, iluminação a gás, bondes de tração animal, caminhos de ferro, comunicação periódica com a Europa através das linhas de vapores –, quanto para o seu desenvolvimento cultural. Por ser um ponto para onde convergiam boa parte dos letrados do país, o Rio de Janeiro afirmou-se também como o grande centro de irradiação cultural e de difusão de idéias.

---

[2] Dentre os quais destacamos: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O temo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho França. *Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1999. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das letras, 2004, entre outros.

Já na década de 50 do século XIX, a cidade possuía uma quantidade razoável de livrarias e bibliotecas, cujo papel na divulgação dos conteúdos impressos foi bastante considerável. Igualmente o foi a intensa atividade da imprensa periódica, responsável por tornar público os acontecimentos cotidianos mais notáveis e por dar vazão ao debate permanente de opiniões. Além dessas, outras iniciativas contribuíram decisivamente para a formulação e a propagação dos projetos da elite como, por exemplo: o crescente número de associações, sejam elas de caráter científico, político ou literário, cujo objetivo comum, guardadas as devidas singularidades, era o de contribuir para a "melhoria" da nação; e a consolidação da atividade teatral, que alcançou grande repercussão social e motivou boa parte dos literatos nacionais a enveredarem-se pelos caminhos das artes dramáticas.

Em resumo, esses foram alguns meios de que lançou mão a elite letrada para que se efetivasse a construção daquilo que entendiam por uma civilização nos trópicos. É nos termos dessa intenção que a mulher foi revalorizada enquanto agente social de grande importância para o futuro da nação. Ela deveria concorrer, tal como o homem, para o progresso do país, cada qual assumindo a sua respectiva função. Ambos deveriam contribuir para a constituição de uma família "harmônica, feliz e saudável" – ela ocupando o papel de esposa dedicada e mãe preocupada com a educação dos filhos, e ele o de marido atencioso e provedor das necessidades materiais da casa. Daí a preocupação em tutelar o ingresso das mulheres nos novos círculos de sociabilidade através da difusão de discursos moralizantes, os quais pretendiam conciliar as diversões de galanteria com os deveres de família, ainda que, como pontuou José de Alencar, essa fosse uma tentativa vã.

Vale lembrar que a produção e a divulgação de discursos morais referentes à mulher, que antes fora de responsabilidade quase exclusiva da igreja, agregou novos canais de comunicação bastante eficazes no decorrer do oitocentos. O púlpito e o confessionário tiveram de ceder um espaço considerável às leituras de novelas e romances, à apreciação de peças teatrais, entre outros. Nesses novos veículos de informação, as prescrições morais apareciam sempre subentendidas em enredos melodramáticos, cujos desfechos, quase invariavelmente, traziam a punição exemplar do vício e o enaltecimento do que era entendido como conduta correta.

Esses são, em linhas gerais, alguns pressupostos do problema que pretendo abordar durante o doutorado. Na verdade, trata-se de dar continuidade ao trabalho já desenvolvido durante o mestrado, cujo enfoque principal foi a produção literária romanesca e o seu papel na difusão de um discurso moralizador referente à mulher. Nessa nova etapa, o objeto central de análise se desloca do romance oitocentista brasileiro para a produção teatral

do mesmo período (1840 -1900), visto que ambos concorreram, intencionalmente, para a difícil tarefa de ”corrigir os costumes”.

Breve balanço historiográfico

A história das mulheres é um tanto quanto recente e conheceu um relativo avanço somente após 1970. Obviamente nos referimos aqui a uma história das mulheres legitimada pelos centros acadêmicos de pesquisa. Longe dos cânones institucionais, a mulher já havia sido abordada, repetidas vezes, por observadores atentos às questões cotidianas. No entanto, a produção maciça de trabalhos acadêmicos em história que tem como enfoque principal a condição feminina ou as relações de gênero data de pouco tempo.

Segundo Georges Duby e Michelle Perrot, na apresentação da coleção *História das mulheres no ocidente*, essa história se situa no ponto de confluência de dois movimentos distintos, ambos de grande relevância para a constituição de uma demanda pela memória feminina. O primeiro movimento diz respeito a uma renovação do questionamento histórico e ao alargamento substancial dos seus objetos de estudo, mudança essa que foi propiciada pelas contribuições de diferentes correntes historiográficas. O segundo movimento corresponde à crescente reivindicação feminina por maior espaço na esfera cultural, cujo aspecto preponderante foi a entrada maciça de mulheres nas universidades.

Certamente, realizar um balanço historiográfico da produção acadêmica nessa área seria um tanto arriscado, porque não dizer, ousado demais para uma reflexão de caráter introdutório. O que podemos afirmar, sem o risco de parecermos grosseiros, é que a feitura da história das mulheres assumiu variadas perspectivas, indo de uma tendência feminista ortodoxa para um ponto de vista mais historicizante, passando pelas apropriações marxistas. Por hora, porém, limitar-nos-emos a mencionar alguns trabalhos brasileiros que tratam dessa construção social intitulada “mulher”, bem como o de situar as pesquisas mais relevantes sobre o teatro nacional, respeitando os limites de nosso recorte temporal – o período que vai de 1840 a 1900.

Para abordar a mulher no Brasil do oitocentos é necessário conhecer as interpretações desenvolvidas por Gilberto Freyre, Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite, Mary Del Priori, Leila Mezan Algranti, Maria Odila da Silva Dias, entre outros. Ou seja, é necessário, sobretudo, percorrer um debate historiográfico que dialogou com a obra precursora[3] de Gilberto Freyre, ora para questioná-la, ora pra enriquecê-la com

[3] Nos referimos aqui aos dois trabalhos mais importantes do autor: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala.* 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. _____. *Sobrados e mucambos*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

análises mais pormenorizadas. No geral, essas análises incidem ou sobre a questão da reclusão feminina ao ambiente doméstico, que perdurou por um período extenso de nossa história, ou sobre o enfoque da função "civilizadora" da mulher, expressa por documentos de diversas ordens.

Miriam Moreira Leite, por exemplo, organizou uma seleção bastante interessante de textos de viajantes estrangeiros que passaram pelo Rio de Janeiro durante o século XIX e que abordaram em suas descrições justamente alguns aspectos da condição feminina – formas de casamento, vínculo maternal, acesso à educação, etc. Margareth Rago e Magali Engel investigaram o problema da prostituição na capital carioca oitocentista através de textos médicos produzidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os quais também embasaram o estudo mais recente de Fabíola Rohden, sobre a construção de uma diferença entre os sexos nos termos de uma cientificidade defendida pela corporação médica. Mary Del Priori e Leila Mezan Algranti contemplaram o discurso religioso acerca dos papéis sociais femininos, análises que, apesar de não coincidirem com o recorte temporal que estudamos, ajudam a perceber como o século XIX foi um período singular no que tange a reestruturação da situação da mulher.

Dois outros trabalhos, pela proposta acurada que apresentam, despertaram nosso interesse. O primeiro, realizado por Maria Fernanda Bicalho, investiga e compara periódicos dirigidos ao público feminino (seja redigido por homens ou pelas próprias mulheres), publicados entre fins do século XIX e início do XX. A autora demonstra as principais reivindicações desse tipo de imprensa e observa que o desenvolvimento do setor coincidiu com um momento de ampliação dos papéis tradicionais atribuídos à mulher na sociedade brasileira. Esse estudo também sinaliza para o início de uma ruptura, que pode ser localizada na virada do século, quando então a presença das mulheres na esfera pública se intensifica.

O segundo estudo a que me referi é o *Álbum de leitura – memórias de vida, histórias de leitoras*, de Lilian de Lacerda. A originalidade de sua pesquisa, como aponta Roger Chartier no prefácio do livro, está no fato de entrecruzar três diferentes campos de estudo: a história das práticas de leitura, a história da escrita autobiográfica e a história das mulheres, levando em conta as formas de poder, muitas vezes simbólicas, que se interpõem ao ato de ler e escrever. Através de autobiografias de mulheres que viveram em fins do século XIX, escritos, por si só, bastante subversivos, a autora depreende contextos de aprendizagem feminina possíveis na época e delineia alguns contornos das sisudas relações de dominação então estabelecidas.

Muitos núcleos de estudo de gênero se estendem hoje por todo o país[4]; portanto, seria difícil, para não dizer, impossível, mapear a diversidade da produção nacional que se atém a história das mulheres no século XIX brasileiro. Ficamos por aqui nessa nossa tentativa de síntese.

Quanto à produção acerca da história teatral brasileira oitocentista, contamos com o importante estudo de João Roberto Faria, intitulado *Idéias teatrais – o século XIX no Brasil*. O trabalho oferece um panorama da atividade teatral ao longo do período analisado, abordando desde os principais dramaturgos nacionais até as peças estrangeiras de maior sucesso junto ao público brasileiro, passando pelo papel desempenhado pela critica de então. Segundo Faria, o decênio de 1830 constituiu uma fase bastante rica para nosso teatro; foi quando surgiram os primeiros teatrólogos e críticos teatrais, reunidos, sobretudo, em torno de três grupos de grande relevo para a nossa história cultural – a *Revista da Sociedade Filomática*, a *Niterói* e a *Minerva Brasilense*. O autor aponta que nossos primeiros românticos, apesar de não conseguirem criar um repertório significativo de peças teatrais, foram decisivos na definição de alguns princípios que deveriam nortear nossa dramaturgia: a preocupação moral, por exemplo, já aparece esboçada desde Justiniano José da Rocha, o primeiro a impulsionar a crítica teatral no Brasil.

A feição moralizadora de nosso teatro, ainda de acordo com Faria, irá adquirir contornos mais nítidos com a criação do teatro Ginásio Dramático, em março de 1855, pelo empresário Joaquim Heleodoro Gomes dos Santos – o repertório de peças encenadas nesse novo espaço motivou um amplo debate na imprensa, sobretudo porque se contrapunha ao habitual melodrama exagerado e grandiloqüente, geralmente em cartaz no teatro São Pedro. Boa parte dos críticos dessa década, dentre eles, Furtado Coelho, Quintino Bocaiúva, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis, concordavam na defesa do teatro como "verdadeiro meio de civilizar a sociedade", sobretudo, através da "crítica moralizadora de seus defeitos, da ridicularização sentenciosa de seus vícios"(FARIA, 2001: 92).

Apesar do grande descompasso entre o pensamento intelectual e o que de fato se encenava nos palcos brasileiros, essas primeiras intenções de construção de um teatro comprometido servirão de referência para teatrólogos e críticos posteriores, que conheceram a hegemonia do teatro cômico e musicado. Esse último impôs-se de forma entusiástica a partir de 1860, conquistando cada vez mais o gosto do público.

---

[4] Dentre esses núcleos destacamos os seguintes: **PAGU** Núcleo de Estudo de Gênero –UNICAMP; **NEMGE** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – USP; **NIGS** Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – UFSC; **REDEFEM** Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – UFRGS; **NEPAM** Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero – UFRN.

A análise de Flora Süssekind, no livro *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*, trata especificamente das revistas de ano de Artur Azevedo e de como esse gênero teatral buscou uma sintonia com as transformações urbanas aceleradas dos últimos decênios do oitocentos carioca. A autora apresenta algumas ressalvas às interpretações dos pesquisadores Galante de Sousa e Décio de Almeida Prado, porque ambas minimizam as preocupações estéticas das revistas de ano e apontam a preferência do público como fator responsável, simultaneamente, pela decadência do "teatro literário" e pelo sucesso das operetas, mágicas e paródias. Segundo Flora Süssekind, não podemos pensar no gosto do público "como uma espécie de 'monobloco', de força coesa e sem hesitações"; além disso, a autora questiona se as revistas estariam mesmo tão afastadas da estética naturalista.

> *Se nas revistas de ano 'imitação', flagrante, fotografia se conjugam à fantasia, isto não significa, entretanto, que tenham abandonado a 'miragem da visibilidade total', o 'efeito do real' ou a 'verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade', lemas tão caros aos romances naturalistas de um Aluízio Azevedo, por exemplo (SUSSEKIND, 1986: 79).*

Mesmo através de alegorias, há uma intenção didática na forma como as revistas apresentam os tipos sociais, os acontecimentos políticos e a opinião pública, apresentação que acaba, conclui Süssekind, por inventar uma maneira diferente de enxergar o espaço urbano.

O trabalho de Ubiratam Machado, *A vida literária no Brasil durante o romantismo*, no capítulo específico sobre teatro, também oferece importante contribuição para a compreensão do lugar da atividade teatral na sociedade carioca oitocentista, mérito que também pode ser atribuído a outros pesquisadores do teatro brasileiro como Silvia Cristina Martins de Souza, Múcio Paixão, entre outros, cujo papel na recuperação de informações e na elaboração de análises sobre a nossa dramaturgia será de extrema importância para a fundamentação do objeto dessa pesquisa.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas:** mulheres na colônia. São Paulo: José Olympio, 1993

ASSIS, Machado de. **Crítica teatral. Obras completas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1955.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX.* In COSTA, Albertina de Oliveira (org.). **Rebeldia e Submissão**. São Paulo: Vértice, 1989. Pp. 79-99.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **História das mulheres no ocidente**. 5vols. Porto: Afontamentos, 1991.

ENGEL, Magali. **Meretrizes de doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890).** São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA, João Roberto. **Idéias teatrais:** o século XIX no Brasil**.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho França. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo Global, 2003.

LACERDA, Lilian de. **Álbum de leitura:** memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
LEITE, Miriam Moreira. **A mulher no Rio de Janeiro no século XIX**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O temo saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

DEL PRIORI, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. *Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

SUSSEKIND, Flora. **As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

El Liberal – Política e Imprensa na construção da II República espanhola

Alexandre Nicolae Muscalu*

Resumo:O diário bilbaíno 'El Liberal', como um instrumento de propaganda político-ideológica balizado sobre as diversas disputas deflagradas pelo seu proprietário, o líder socialista basco, Indalecio Prieto, durante a vigência da II República na Espanha (1931-1939). Jornal de grande circulação regional, entre os três maiores jornais do País Basco, tratava-se do impresso de maior aceitação junto à classe operária basca. Somava-se o fato de que Prieto assumiu diversos cargos públicos, como seguidas legislaturas provinciais e nas cortes, além das suas atribuições ministeriais durante a II República, duas delas em plena guerra civil (1936-38). Assim como dono, o periódico atendia ao discurso republicano-democrático, não associado às correntes mais radicais do PSOE. Tratava-se de uma pregação reformista democrática que, num contexto de radicalização, apresentava-se ora com um discurso de moderação, ora de exaltação às massas.

Palavras-chaves: Espanha Contemporânea, republicano-socialismo, País Basco

Abstract: The daily of Bilbao "El Liberal", as a instrument of politician-ideological propaganda of the disputes diverse started of this proprietor, the Basque socialist leader, Indalecio Prieto, during the II Republic in Spain (1931-1939). Periodical of great regional circulation, among three bigger periodicals of the Basque Country, was about the printed matter of bigger acceptance next to the Basque working class. The fact was added of that Prieto assumed diverse public functions, as followed provincial legislatures and in the cuts, besides his ministerial attributions during II the Republic, two of them in full civil war (1936-38). As well as owner, the periodic attended to the republican-democratic speech, not associated to the most radical tendences of the PSOE. That was about a democratic reformist discourse, in a radicalization context, was presented however with a moderation speech, however of excitement to the masses.
Keywords: Spain Contemporary, republican-socialism, Basque Country

Após consulta aos seus conselheiros militares, Primo Rivera se retirou do poder em princípios de 1930. Em seguida ao abandono, seguiu-se uma ditadura dirigida pelo general Berenguer enquanto isso os antimonarquistas formalizavam o Pacto de San Sebastián objetivando a instauração da República. Este comitê era político, ainda sem maior prestígio social, face o prosseguimento de um regime ditatorial e suas relações com os sindicatos eram temerárias. Em 1930 se seguiram diversas manifestações contrárias ao governo que acabou

* Mestrando do curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

sendo substituído pelo que havia de ser o último gabinete de concentração monárquica obrigado a organizar um escrutínio municipal de aparências anódinas, surpreendentemente vencidas pelas esquerdas nas maiores cidades. Velhos republicanos e intelectuais, diante desta *revolução* sem uma gota de sangue, acreditaram que a Espanha havia alcançado o mais alto grau de maturidade política.

O governo republicano de coalizão enfrentou diversas dificuldades. As diversas forças políticas republicanas permitiram a sobrevida de diversas tendências políticas conservadoras remanescentes do carlismo, do tradicionalimo monárquico e da ditadura de Primo Rivera além dos movimentos sociais organizados em partidos e sindicatos de diversas matrizes ideológicas – anarquistas, socialistas, comunistas, reformistas. No interior desta polarização, somavam-se os manifestos autonomistas-nacionalistas, notadamente o catalão e o basco.

É certo que a República contabilizou êxitos em algumas ocasiões como nas Cortes Constituintes eleitas em 1931, que apresentavam uma maioria republicana e socialista coerente com uma orientação reformista. A Constituição foi criada sobre inspiração de Weimar, considerada até então a mais democrática na Europa. Nos discursos da época, a Espanha foi proclamada a "República dos trabalhadores". O parlamentarismo instituiu-se sobre uma câmara única, o governo formalmente fiscalizado, responsável e elaborado sobre o estatuto do sufrágio universal, incorporando minorias ao exercício cidadão num modelo clássico de representação burguesa. Um Tribunal de Contas julgava toda irregularidade constitucional. As regiões tinham inclusive instrumentos para requisição de um Estatuto de autonomia. A Instituição Livre de Ensino se converteu num modelo para a universidade e aos institutos de ensino médio. Já o ensino fundamental teve problemas devido à quantidade de escolas religiosas. A questão religiosa era grave já que se havia instaurado um Estado laico. Também houve problemas com as forças armadas que ainda seguiam em bom número sendo monarquistas.

Todavia as espectativas em torno do governo foram minadas com a ausência de uma reforma agrária de fôlego, com a crise econômica e a política de arrocho salarial e no caso basco, as sucessivas tentativas frustradas de votação de um Estatuto autonômico associadas à reorganização das forças políticas conservadoras além da desarticulação das esquerdas, nas eleições de 1934 triunfou a direita. Logo após estas eleições veio uma nova onda de agitação social, a CNT, braço sindical do movimento anarquista, desorganizada em princípio, não deixou por isso de inspirar movimentos grevistas. A situação se agravava,

foram diversas as paralisações e a UGT, central sindical associada aos socialistas, optando pela tática revolucionária. No campo, os camponeses elaboraram a "greve da colheita" que fracassou diante da reação violenta do governo. O período, conhecido como biênio negro, encerrou com o triunfo da Frente Popular nas eleições de 1936. Todavia, o ambiente já estava muito tenso, as formações fascistas partiram para a pilhagem e sabotagem, persistia certa agitação tanto no campo quanto nas cidades. Os generais conspiravam somado às exitações do governo, Calvo Sotelo, chefe da oposição foi assassinado e cinco dias mais tarde estalou o levante militar.

O golpe de Estado triunfou já que privara a República de quase todos seus quadros militares mas fracassou no sentido de que o exército não reconstituiu os poderes a não ser sobre una parte restrita do território. O país se dividiu em dois, a banda franquista, oeste de Espanha, e a banda republicana no Levante incluindo zonas do interior sobre todo o sul e a zona basca. Entretanto, Franco havia conseguido apoios estrangeiros, como Alemanha e Itália, e pôde comprar aviões de transporte, frota e bombardeiros com os quais puderam tomar a capital em 28 de Março de 1939. Franco chegou ao poder implantando uma nova ditadura.[1]

Neste cenário espanho dos anos 30, o pertinente encontro com o Diário *El Liberal* surgido em Bilbao, pelo truste de Miguel Moya após o aparecimento dos homônimos de Madrid, Murcia, Barcelona e Sevilha. O primeiro número saiu em 6 de julho de 1901 sob a direção de Eladio Albéniz. Sua linha ideológica foi sendo alterada progressivamente, desde um liberalismo monárquico de suas primeiras edições até o republicanismo dos anos 20 e a guinada socialista dos 30. Seus diretores se sucederam na ordem: Eduardo Rosón, Manuel Aranaz Castellanos, Villanueva, Bello, Mourlane Michelena e Indalecio Prieto. Em 1916 foi adquirido pelo empresário republicano Horacio Echevarrieta. Nessa época Indalecio Prieto assumiu a editoria e acabou o comprando no começo da década de 30. Destacaram-se como colaboradores o próprio Prieto, G. Balparda, R. Basterra, Leopoldo Alas, Osorio y Gallardo, Unamuno, Luis de Zulueta, Carlos del Río, José L. Pinillos, José Albéniz, Eugenio Noel, Julián de Zugazagoitia, ...

Foi radicalmente contrário ao movimiento municipalista em prol do Estatuto Vasco de Estella, iniciado logo após a proclamação da II República Española (14 de abril de 1931). Denunciava-o como movimiento reacionário e tendencioso. Seguiu nos anos seguintes uma postura de defesa da liberdades democráticas, a República como Estado de Direito e laica

[1] Recomenda-se para compreensão de todo o período, ler VILAR, P. *Historia de España*;

além da autonomia basca segundo os preceitos propugnados por um regime político de cunho social. A perspectiva sobre o nacionalismo basco foi sendo alterada face as derrotas ocorridas pela coligação republicana-socialista e das investidas da Madrid cedista sobre as esquerdas e os nacionalistas. O jornal foi fechado pela Falange em 19 de junho de 1937, depois da queda de Bilbao, repartindo seu maquinário entre Pamplona (El P. Navarro) e Valladolid.

A busca do reencontro da Espanha como nação signatária dos mesmo códigos sócio-culturais dos vizinhos países, abandonando de vez seu cordão umbilical com o Antigo Regime, persistente até Afonso XIII e estendido por Primo de Rivera. A República representava a atualidade das distensões européias, da polarização socialista-democrática ao nacional-socialismo. Em sua especificidade, as diversas regiões ibéricas deslumbravam autonomia administrativa; a laicização dos costumes, do ensino e do Estado. A necessidade de uma reforma agrária urgente, abortada nos primeiros anos da II República elaborada então de forma consistente e a comunhão das comunidades, muitas alçadas a autonomias, num laborioso e triunfante pacto federativo.

É sobre estas aspirações que se localiza Prieto e *El Liberal*, numa expectativa de intensa reforma do Estado espanhol, tanto nos grandes centros financeiros e industriais quanto atendendo as demandas das classes operárias e camponesas. Daí a evidência social das agremiações de esquerda tendo o Partido Comunista Espanhol junto dos socialistas e republicanos mais tensionados o encontro coincidente com as matizes internacionais elaboradas pela III Internacional. Das discussões do VII Congresso da Internacional Comunista da Frente Única e Popular, Marta Dassú aponta

> *O Executivo do Cominterm (CEIC) publicou um apelo em que convidava os partidos comunistas a realizar mais uma tentativa de formar uma frente única de luta com as massas social-democratas, através os partidos social-democratas, pela primeira vez nos anos 30, a Internacional Comunista levava em consideração a possibilidade de acordos de cúpula entre os dois partidos operários, e concedia à social-democracia a exigência de 'não agressão' no curso da ação comum.*(DASSU, 1985: p.42)

Adequando-se ao fenômeno substancial de sovietização da esquerda espanhola, os liberais-democráticos bascos ainda disputavam a hegemonia[2] regional com o nacionalismo basco.

> *Já foi sugerido que o desenvolvimento do nacionalismo basco ficou um trinta anos atrás daquele do movimento catalão, embora a mudança ideológica do autonomismo basco (que foi a defesa da restauração de privilégios feudais antigos para o argumento lingüístico-racial) tenha sido súbita: em 1894, menos de vinte anos depois do final da segunda guerra carlista, Sabino Arana fundou o seu Partido*

[2] Categoria segundo conceituada por Gramsci, recomenda-se as leituras de A Questão Meridional e Risorgimento.

> *Nacional Basco (PNV), inventando o propósito, o nome basco para o país (Euskadi) até então inexistente.*'(HOBSBAWN, 2004: p.130-131)

O presente trabalho entende a necessidade de avaliar os signos políticos resultantes destas polarizações, suas conseqüentes representações e daí a inevitável visita a Chartier –

> *Uma dupla via abre-se assim: na que pensa a constituição das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade.*(CHARTIER, 1991: p.183)

A segunda definição serve também para o caso das especificidades catalã e basca dentro da sociedade espanhola e dentro dos grupos político-ideológicos de onde surgiram.

Para B. Anderson, a identidade necessita do encontro de outra que seja sua negação e daí tem sua definição e limites estabelecidos através da oposição. Em proporções maiores, esta dicotomia pode ser transposta para definição de nação ou ao menos de nacionalismo, pensado como 'comunidade imaginada', uma construção viva, dinâmica e que percorre caminho paralelo à identidade. A identidade penetra mais profundamente nesta comunidade, querendo cindir os pólos sociais.(ANDERSON, 1999: p.52) Para a definição de nacionalidade, o Estado, ou no caso basco, suas elites, faz uso dos mais diversos instrumentos fixadores nas sociedades onde deseja introjetar o sentimento de pertencimento, de comunhão identitária.

O alcance do até então insólito produto da moderação reformista, o jornal bilbaíno '*El Liberal*' com uma linha editorial explicitamente alinhada ao grupo mais moderado do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), pregando negociação e conciliações, conduz à análise de diversos processos análogos na América Latina e península Ibérica como às sucessões político-partidárias seguintes a regimes autoritários como no Chile, Brasil, Argentina, Espanha, Portugal,..., onde a revisão dos paradigmas das esquerdas, os assentos assumidos e agendas empreendidas reintroduziram debates similares aos já ocorridos no campo em décadas muito anteriores.

Das recorrentes indicações bibliográficas e localização dos debates historiográficos, muitas vezes não encontrados no terreno da própria história, a absorção de linhas metodológicas e a adequação destas para cada objeto e fonte de estudos. A compreensão da Identidade política num cenário tomado pela heterogeneidade sócio-cultural própria da região basca espanhola numa perspectiva demarcada pela atuação político-

ideológica da editoria de um jornal liberal. Sob este prisma, uma inversão sobre a tradicional maneira de se abordar o pensamento liberal sob a égide ideológica, passando a fazê-la com o auxílio do imaginário, da cultura e das representações. Daí a filiação do trabalho à contemporânea História das Idéias dialogando com produções como as de Robert Darton ou da historiografia inglesa que conversa com a semiótica e lingüística, como Quentin Skinner ou mesmo com trabalhos como de Maria Helena Capelato sobre a imprensa paulista e seu reformismo liberal notadamente com viés de controle social.

Assim como Capelato fez em *Arautos do Liberalismo*, quando precisou localizar de qual liberalismo se tratava e conseqüentemente daquele debate já bastante conhecido que perguntava do lugar das idéias no Brasil[3], semelhante à sua resposta, que concorda com a tese de Maria Sylvia de Carvalho Franco, se faz crer que as idéias estavam no lugar. O liberalismo brasileiro não é fruto de um mero estrangeirismo das elites paulistas e o mesmo ocorre para a compreensão da natureza do evento homônimo no País Basco de Indalecio Prieto e Miguel Unamuno nas décadas de 20 e 30.

Como na abordagem suscitada pela historiografia das idéias, cabe contextualizar, delimitar e esclarecer o debruçamento sobre o objeto, no caso, o liberalismo basco democratizante. E desse ponto, nova semelhança com o produto final do doutorado de Maria Helena, as décadas de 20 e 30. Esta aproximação entre o fenômeno brasileiro e o espanhol colabora mais para reforçar a necessidade de compreensão da circularidade das idéias, da apreensão e produção do capital intelectual fruto de um amálgama socialmente constituído entre o campo do imáginário, portanto cultural, com o da reprodução de ideários, ordenados segundo um padrão ideológico.

Os liberais-democratas bascos, personificados em Indalecio Prieto, não reproduziam um discurso classista, de 'horror das massas', como em Ortega y Gasset. Eram em grande medida democratas no sentido *strictu* da palavra. Para entender como isso ocorreu, resgata-se a historiografia francesa contemporânea que elaborou um novo sentido para uma história dos intelectuais, como elaborada por René Remond e Jean-François Sirinelli, onde os círculos de sociabilidade intelectual e engajamento se constituem em redes e desta forma compõem mosaicos de difícil definição mas que ao mesmo tempo contribui no esclarecimento das contradições. A movimentação das idéias num espectro sócio-intelectual permite a

[3] Debate iniciado no Brasil por Roberto Schwarz, em 'As idéias estão fora do lugar', publicado na coletânea de estudos do CEBRAP, anos 70, e que polemizou com outros intelectuais que acreditavam que o pensamento liberal brasileiro não era uma colcha de retalhos ideológica costurada pelas oligarquias brasileiras que se civilizavam na Europa ou Estados Unidos e sim o resultado de uma ideologia modernizante plenamente assentada nas seculares instituições de controle social desenvolvidas no Brasil.

visualização das forças internas de adesão e exclusão que atuam nos relacionamentos de um grupo, como no caso do *El Liberal*, em seu conselho editorial.

A leitura das fontes fica muita mais clara se considerados estes elementos da dinâmica interna da produção do jornal. Qual o grau de influência do pensamento e engajamento político do editor de um jornal, no caso Indalecio Prieto, sobre os textos publicados pelo veículo do qual é dono? Sirinelli acrescenta neste ponto outro fator para a conta, o da geração; os itinerários, inclusive afetivos, que conformam a produção intelectual de acordo com heranças e convívios. É difícil acreditar num estudo sobre Unamuno sem que este passe pela Geração de 98 ou como a questão da guerra travada pela França contra a Argélia para a intelectualidade francesa e as ambíguas posições sobre o conflito.

Outras contribuições metodológicas vêm de Michel Winock, além de Chevalier e Touchard, já conhecidos pelas relevantes contribuições para o campo da história política. Não basta mais estudar uma ideologia apenas pela sua gênese mas as colaborações, sua ressonância política, sua recepção mais ampla e a resistência como dialética. No caso do *El Liberal*, além de ser um dos três jornais de maior circulação junto ao leitor basco, era também o de maior aceitação junto ao operariado, segundo o historiador espanhol Juan Pablo Fusi. Este dado é de grande valor para avaliação dos efeitos de recepção das idéias difundidas pelo impresso assim como para identificação do sentido inverso, em como a recepção altera o percurso opinativo do jornal.

A biografia de Prieto, de origem pobre, da periferia viscaína, que aos poucos se engajou na luta política, seguiu para a esfera pública, associou-se às representações políticas tradicionalmente localizadas no espectro da esquerda e ao longo do seu percurso buscou moderar e mediar tensões sociais nas quais se via envolvido. Segundo Winock, o debruçamento sobre a trajetória de Indalecio é importante porque não foi um personagem político de primeira magnitude no cenário espanhol mas ao mesmo tempo teve uma relevância social que o legitimava na sua atividade política, era um formador de opinião bastante representativo e pouco estudado, foi ministro da fazenda no primeiro ano da II República, sob a administração de Zamora, depois do Planejamento e durante a guerra civil (1936-39), da Defesa. Como o próprio Winock pontifica, o jornal é uma fonte incrível para a observação das inflexões de uma época, análise conjuntural, relações sociais e sua tentativa de dar sentido ao fato com o dogma, a doutrina.

A leitura de Pierre Bordieu traz a necessidade de se apropriar das estratégias individuais, neste caso o próprio comportamento de Prieto, pela disputa de poder e as decorrências intelectuais deste comportamento, como a partir do momento em que deixa de ser o Editor do jornal para se tornar seu dono, e o intenso uso político do veículo impresso como instrumento político e de propaganda de uma ala do partido socialista.

A abertura deste campo foi tão gigantesca nos últimos vinte anos que agora a responsabilidade do historiador recai sobre sua capacidade de síntese, em definir um bom recorte e neste explorá-lo sua totalidade, mesmo ciente de que se trata de uma tarefa impossível já que as fronteiras sempre se alargam e o novo a todo tempo requisita renovadas investigações.

Bibliografia

El Liberal. Ano XXXVI, n.12382-12384, Bilbao: Set. 1936.
El Liberal. Anos 52-54, Madrid: Abr. 1931 Abr. 1933.
ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1999.
ANDERSON, Perry. *Teoria, política e historia: um debate com E.P. Thompson*. Madrid: Siglo XXI de España, 1985.
BIZCARRONDO, Marta. "De las alianzas obreras al Frente Popular". *Estudios de Historia Social*, Madrid, n. 16-17, p.83-116, Jan.-Jun. 1981.
BENJAMIN, Walter. "O Narrador".In: BENJAMIN, Walter.*Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
BRENAN, Gerald. *El laberinto español: antecedentes sociales y políticos de la Guerra Civil*. Paris: Ruedo Ibérico, 1965.
BROUÉ, Pierre. *A revolução espanhola 1931-1939*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
BROUÉ, Pierre; FRASER, R.; VILAR, Pierre. *Metodologia histórica de la guerra y revolución española.* Barcelona: Fontamara, 1980.
CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
CASAS, J. Gomes. *La España ausente*. Madrid: Ediciones99, 1973.
CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
_____.*"*O mundo como Representação". *Estudos Avançados USP*. São Paulo, n. 11, 1991.
DASSÚ, Marta. "Frente única e Frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista". In*: História do Marxismo*. v. 6, 2 ed.São Paulo: Paz e Terra, 1985.
FRANCO, Nuria; RAMOS, Ester; RODRÍGUEZ, Jesús**.** *Guía general de archivo y la biblioteca de la Fundación Francisco Largo Caballero.* Madrid: Fundación F. Largo Caballero, 1998.

FUSI, Juan Pablo. *El País Vasco. Pluralismo y nacionalidad*. 2.ed., Madrid: Alianza Editorial, 1990.
HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
IBARRURI, Dolores (org.). *Guerra y Revolución em Espana 1936-1939*. Moscou: Progresso, 1967.
JACKSON, Gabriel. *La República Española y la Guerra Civil. 1931-1939.* Barcelona: Crítica, 1995.
JULIÀ, Santos. *Orígenes del Frente Popular en España (1934-1936)*. Madrid: 1979.
NEBOT, Juan."España retrospectiva: República, exílio y retorno" In: *Papeles de ensayo 3*. Barcelona: Madrid, 1988.
ORTEGA y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
PAYNE, Stanley. *La revolución y la Guerra Civil Española*. Madrid: Ediciones Júcar, 1976.
PRIETO, Indalecio. *Como y por qué salí del Ministeriode Defensa Nacional*. Barcelona: Fundación Indalecio Prieto/Planeta, 1989.(Série Convulsiones de España, n.2)
_____. *Dentro y fuera del Gobierno. Discursos parlamentarios*. Barcelona: Fundación Indalecio Prieto/Planeta, 1992. (Série Convulsiones de España, n.11)
_____. *Entresijos de la Guerra de España*. Barcelona: Fundación Indalecio Prieto/Planeta, 1989. (Série Convulsiones de España, n.3)
_____. *Epistolario Prieto-Negrín*. Barcelona: Fundación Indalecio Prieto / Planeta, 1990. (Série Convulsiones de España, n.4)
_____. *Palabras de Ayer y Hoy. Discursos pronunciados en España antes y durante la guerra civil*. Mexico: Fundación Indalecio Prieto, 1996. (Série Convulsiones de España, n.13)
RAMA, Carlos M. *La crisis española del siglo XX*. 3.ed. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1976.
RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1, São Paulo: Papirus, 1995.
RUBIO CABEZA, M. *Diccionario de la Guerra Civil Española*. Barcelona: Planeta, 1987.
SABORIT, Andrés. Semblanza de Indalecio Prieto. Madrid: Fundación Indalecio Prieto, 2005
SEONE, Maria Cruz; SAIZ, Maria Dolores. *Historia Del Periodismo em España. 3. El Siglo XX:1989-1936*. Madrid: Historia y Geografia Alianza Editorial, 1998.
SIRINELLI, Jean-François. "Os Intelectuais". In: REMOND, René. *Por Uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p. 231-269.
TAMANES, Ramón.. *A Guerra Civil de Espanha 50 anos depois*. Lisboa: Salamandra, 1986.
THOMAS, Hugh. *A Guerra civil Espanhola*. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
TUÑON de LARA, Manuel. *Tres claves de la Segunda Republica. III. Frentes Populares / Unidad Popular*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
TUÑON de LARA, Manuel (dir.) - *Historia de España IX: Las crisis Del Estado: Dictadura, Republica, Guerra (1923-1939).* Barcelona: Editorial Labor, 1983.
VILAR, Pierre. *Historia de España*. Lisboa: Livros Horizonte, 1947.
_____ . *A guerra da Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
WINOCK, Michel. "As idéias políticas". In: REMOND, René. *Por Uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. p. 271-294.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Nada no bolso ou nas mãos":
Contracultura e estéticas da existência no Brasil dos anos 1960 e 70

Ana Carolina A. T. Murgel*

Resumo: Este artigo discute algumas questões levantadas por Foucault sobre identidade e subjetividade, com o intuito de pensar a poesia e a música tropicalista e pós-tropicalista, no Brasil dos anos 1960 e 70. Naqueles anos, para parte da juventude brasileira, a palavra de ordem era *"dizer não ao não"*, quebrar tabus e questionar o poder estabelecido com o intuito de criar uma revolução comportamental que partiria do indivíduo. Através de um olhar para as produções artísticas de alguns autores desse tempo que se referenciaram pela contracultura como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rita Lee, Jards Macalé, Capinan, Waly Salomão, Jorge Mautner, Alice Ruiz, Paulo Leminski e Torquato Neto, entre outros, indago se criaram para si estéticas da existência da forma conceituada pelo filósofo francês.

Palavras-chave: Contracultura, Estética da Existência, Subjetividades.

Abstract: This article considers some questions raised by Foucault on identity and subjectivity, indenting to think "tropicalista" and "after-tropicalista" poetry and music in Brazil of the years 1960's and 70's. In those years, for part of Brazilian youth, the word of order was "say no to no!", breaking taboos and questioning the power established with the intention of creating a mannerism's revolution that wound come from the individual Through a look into the artistic productions of some authors of this who where referenced by counterculture, such as Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rita Lee, Jards Macalé, Capinan, Waly Salomão, Jorge Mautner, Alice Ruiz, Paulo Leminski and Torquato Neto, among others, I inquire whether they created for themselves esthetics of existence as it was appraised for the French philosopher.

Keywords: Counterculture, vanguard (esthetics), subjectivity.

Esse artigo é uma apresentação bastante restrita de um levantamento que venho fazendo com as letras e poesias dos tropicalistas e pós-tropicalistas, material farto sobre as idéias da contracultura, que tento apresentar aqui de forma bastante resumida. Meu interesse em me aprofundar um pouco mais no trabalho da geração dos anos 1960 partiu de um comentário da poeta Alice Ruiz sobre a importância da contracultura em seu trabalho poético e em suas preocupações feministas nos anos 1970, o que acabou rendendo muitas conversas e mais duas entrevistas sobre esse tema. A contracultura esteve presente na sua vida com Leminski, em suas escolhas feministas e poéticas – tratava-se, antes de qualquer coisa, da

* UNICAMP. Doutoranda em História Cultural. Agência de fomento: FAPESP.

construção de uma ética pessoal contestatória, uma atenção explícita sobre as relações de poder, por mais sutil que essas relações parecessem.

A contracultura foi marcada por uma profunda contestação dos padrões comportamentais pela juventude dos anos 1960, por uma profunda negação dos códigos morais vigentes. Para Deleuze, o Maio de 68 foi definitivo inclusive nas preocupações de Foucault:

> *"Há sim uma radicalização: 68 pôs a nu todas as relações de poder, em toda parte onde se exerciam, isto é, em toda parte. Antes Foucault tinha analisado sobretudo formas, agora ele passa às relações de força subjacentes às formas. Salta para dentro do informe, de um elemento que ele mesmo chama de 'microfísico'."* (DELEUZE, 2004: 130*)*

Em uma entrevista publicada no *Le Monde*, em 1984, Foucault afirmava que seu interesse pelos antigos dizia respeito à atualidade:

> *Quanto a essa elaboração de sua própria vida com uma obra de arte pessoal, creio que, embora obedecesse a cânones coletivos, ela estava no centro da experiência moral, da vontade de moral na Antiguidade, ao passo que, no cristianismo, com a religião do texto, a idéia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assumia muito mais a forma de um código de regras (apenas algumas práticas ascéticas eram mais ligadas ao exercício de uma liberdade pessoal). Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras. Se me interessei pela Antiguidade foi porque, por toda uma série de razões, a idéia de uma moral como obediência a um código de regras está desaparecendo, já desapareceu. E esta ausência de moral corresponde, deve corresponder uma busca que é aquela de uma estética da existência.* (FOUCAULT, 2004:290)

O momento do século XX marcado pela quebra da obediência das regras foi o final da década de 1960, quando os movimentos juvenis de contestação desses códigos eclodiram globalmente. Uma nova estética despontou nesse momento, muito próxima à estética libertária dos anarquistas, a vida se transformou em arte, o que pode ser observado (e sentido) na produção musical e poética do período, que se estendeu para a próxima década e abriu os caminhos para a cultura contemporânea.

No Brasil, as manifestações contraculturais ocorreram inicialmente nas artes, em especial na música, com o Tropicalismo, na poesia, nas artes plásticas, no teatro Oficina e no Cinema Novo. E todas essas manifestações foram duramente criticadas pela esquerda brasileira como alienação:

> *Naquele momento, enquanto estávamos nos preparando para fazer a luta armada contra a ditadura militar, éramos talvez muito radicais e muito estreitos na nossa compreensão do mundo. Nós gostávamos de arte desde que a arte tivesse as nossas*

> *posições políticas. Mais ainda: nós gostávamos muito da arte desde que ela fosse quase um panfleto* (GABEIRA, 2000:73)

O Tropicalismo aconteceu nos anos 1967 e 68 e nosso interesse aqui é buscar, através da produção artística desse grupo, compreender a busca por uma estética da existência questionadora da moral vigente, assim como a recusa por uma identidade fixa, que parece ser proposta por várias leituras sobre a Tropicália até o momento, como a busca de uma "identidade nacional" ou pelo "genuinamente brasileiro", como no movimento modernista de 1922[1]. Apesar do "ismo" somado à Tropicália por um grupo de intelectuais[2], com uma manifesto criado por Nelson Motta de forma gozadora, não era essa a idéia de Gil e Caetano na experimentação que faziam. A proposta era universalizar a música brasileira, admitir as influências externas, em especial do rock, do *iê-iê-iê* dos Beatles e da inclusão da guitarra, o que já vinha acontecendo na Jovem Guarda, de forma não crítica. Antes do "batismo" do movimento, os dois compositores chamavam seus experimentos de "som universal", ou "som livre" (CALADO, 1997).

Vale lembrar que tanto a crítica pela "perda de uma identidade nacional" como a "colonização" da canção brasileira é reincidente na história da música brasileira, cantada em versos por nomes como Assis Valente e Noel Rosa, em canções como "Good-bye"[3] e "Não tem Tradução"[4].

A busca de uma identidade nacional nesse período, que acabou sendo profundamente incorporada pela Ditadura Militar, partiu do CPC, através de um discurso nacional, populista e paternalista, que conclamava o artista a *ser* povo, optando inclusive por uma linguagem simples para ser compreendido pelas massas (HOLLANDA, 2004). A maior parte dos compositores brasileiros da chamada MPB no final dos anos 1960 ainda se encontrava, de maneira geral, veiculada a essas idéias.

---

[1] Essa é a proposta, por exemplo, do debate organizado em outubro de 1997 na UNB, "Tropicalismo: a explosão e seus estilhaços".

[2] Entre eles Glauber Rocha, Cacá Diegues, Gustavo Dahl, Arnaldo Jabor , Luís Carlos Barreto e Nelson Motta. Chamar o movimento de *Tropicalismo* partiu da canção *Tropicália*, já batizada com esse nome por sugestão do fotógrafo Luis Carlos Barreto, a partir da mostra de Hélio Oiticica, batizada com o mesmo nome, no MAM.

[3] "Good Bye, Boy" (Assis Valente). Gravada por Carmen Miranda em 78 RPM (Victor/1933)

[4] "Não tem tradução" (Noel Rosa, Francisco Alves e Ismael Silva) gravada por Francisco Alves em 78RPM (Odeon/1933.

A marcha de 17 de julho de 1967 em defesa da música brasileira (que acabou ficando conhecida como "passeata contra as guitarras") foi, na visão do jornalista Carlos Calado, uma estratégia de marketing contra o sucesso que o programa da Jovem Guarda estava fazendo na televisão, "roubando o público" do programa *O Fino da Bossa*, comandado por Elis Regina e Jair Rodrigues. É importante lembrar que Gilberto Gil, que também integrara os ideais do CPC, participa dessa passeata muito mais por se sentir em dívida com Elis Regina do que por concordar com os motivos do movimento. Caetano não participou convencido pelos argumentos de Nara Leão, que também se recusou a aderir: para a cantora, *"o que estava em jogo não era o aparente conflito ideológico entre a MPB e o iê-iê-iê, mas sim a queda da audiência de um programa de TV e o conseqüente prejuízo para os envolvidos, os artistas e a emissora"* (CALADO, 1997:108). Nara Leão teria afirmado, assistindo a passeata com Caetano, *"Isso aí é um horror! Parece manifestação do Partido Integralista. É fascismo mesmo!"* (CALADO, 1997:109).

É interessante notar a observação, tanto no livro de Calado quanto em *Verdade Tropical*, de Caetano, que o compositor desconhecia os movimentos contraculturais – *É proibido proibir* foi uma canção composta por insistência de Guilherme Araújo, que mostrou uma foto de uma pichação nos muros de Paris, do Maio de 68 na revista Manchete. Acaba fazendo sentido, para os músicos e poetas do Tropicalismo, a afirmação do poeta Waly Salomão para Heloísa Buarque de Hollanda: *"Eu não me considero elemento da contracultura no Brasil, porque me considero um dos inventores dela. Era uma experiência genuína, mas ao mesmo tempo uma máscara para a gente se movimentar."* (HOLLANDA, 1983)

O desprendimento de uma identidade fixa, o questionamento dos da moral "pequeno-burguesa", assim como críticas contundentes àqueles que recusavam as influências externas podem ser encontradas nas letras das canções e nas poesias dessa geração de artistas, que é o que passaremos a analisar agora. Versando ou não sobre temas da contracultura, as letras e poesias apresentam um forte posicionamento ético e estético desses músicos e poetas.

O primeiro marco é certamente "Alegria, Alegria" – composta especialmente para o festival da TV Record em 67, a letra da canção traz recortes cinematográficos com sobreposições de imagens do universo pop, além de trazer a negação de uma identidade: *"Sem lenço sem documento / Nada no bolso ou nas mãos / Eu quero seguir vivendo amor /*

Eu vou / Por que não? Porque não?"[5]. A frase *nada no bolso ou nas mãos* é uma citação de *As Palavras*, auto-biografia de Jean-Paul Sartre (nada no bolso e nada nas mãos) (CALADO, 1997:120). A composição ficou em 3º lugar no Festival da Record, o que causou grande irritação aos "emepebistas": além do arranjo com guitarras, Caetano era acusado de alienado e imperialista, por trechos como *"Eu tomo uma coca-cola, ela pensa em casamento"*, " ou *"Por entre fotos e nomes / sem livros e sem fuzil / sem fome e sem telefone / no coração do Brasil"* – uma canção pacifista em tempos de guerrilha era inaceitável. Não me parece ter sido gratuito o enxerto de Geraldo Vandré em "Pra não dizer que não falei das flores"[6], canção que conclama a luta armada e a "revolução proletária", inscrita no FIC, da TV Globo no ano seguinte: *"Pelos campos há fome / em grandes plantações / pelas ruas marchando indecisos cordões / ainda fazem da flor seu mais forte refrão / e acreditam nas flores vencendo o canhão"* – o trecho parece responder à canção do ex-amigo Caetano, que rompera com Vandré em 1968.

Sobre essa questão da revolução proletária e o posicionamento dos tropicalistas, outra canção que chama a atenção é "Classe Operária"[7], de Tom Zé, gravada num show de 1984: *"Sobe no palco o cantor engajado Tom Zé, / que vai defender a classe operária, salvar a classe operária e cantar o que é bom para a classe operária. / Nenhum operário foi consultado / não há nenhum operário no palco / talvez nem mesmo na platéia, / mas Tom Zé sabe o que é bom para os operários. / Os operários que se calem, / que procurem seu lugar, com sua ignorância, / porque Tom Zé e seus amigos / estão falando do dia que virá / e na felicidade dos operários. / Se continuarem assim, / todos os operários vão ser demitidos, / talvez até presos, / porque ficam atrapalhando / Tom Zé e o seu público, que estão cuidando / do paraíso da classe operária. / Distante e bondoso, Deus cuida de suas ovelhas, / mesmo que elas não entendam seus desígnios. / E assim, depois de determinar / qual é a política conveniente para a classe operária, / Tom Zé e o seu público se sentem reconfortados e felizes / e com o sentimento de culpa aliviado."* Essa postura cômica e irônica com a esquerda radical também será adotada posteriormente pelo conjunto Língua de Trapo, na Vanguarda Paulista, em especial na canção "Deusdéti"[8].

[5] "Alegria, Alegria" (Caetano Veloso). Gravada por Caetano no LP *Caetano Veloso* (Philips/1967).

[6] "Pra não dizer que não falei das flores" (Geraldo Vandré). Gravada por Geraldo Vandré no Compacto Simples SMCS-209 (Som Maior/1968).

[7] "Classe Operária" (Tom Zé). Gravada ao vivo no Teatro Lira Paulistana em 1984, lançada no CD *Jardim da Política*. (Independente/1998)

[8] "Deusdéti" (Carlos Melo). Gravada pelo Língua de Trapo no LP *Como é bom ser punk* (RGE/1985).

Alice Ruiz também questionou em versos a arte panfletária: *"se eu fizer poesia / com tua miséria / ainda te falta pão / pra mim não"*. (RUIZ, 1980). E Leminski: *"en la lucha de clases / todas las armas son buenas / piedras / noches / poemas"* (HOLLANDA, 1982)

No FIC de 1968, Caetano Veloso questionava o desejo de poder, ao ser duramente vaiado pelo público, em peso na torcida pela canção de Vandré, antes mesmo de conseguir apresentar a canção "É Proibido Proibir"[9]: *"Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? (...) São a mesma juventude que vão sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada. (...) Mas que juventude é essa? (...) Vocês jamais conterão ninguém. Vocês são iguais sabem a quem? (...) Àqueles que foram na Roda Viva e espancaram os atores! Vocês não diferem em nada deles, vocês não diferem em nada. (...) O problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira.(...) Se vocês forem... se vocês, em política, forem como são em estética, estamos feitos!"*

A moral e os costumes da classe média foram duramente criticados em diversas canções, como "Mamãe Coragem"[10] *("Mamãe, mamãe, não chore / Pegue uns panos pra lavar / Leia um romance / Veja as contas do mercado / Pague as prestações / Ser mãe / É desdobrar fibra por fibra / Os corações dos filhos / Seja feliz / Seja feliz / Mamãe, mamãe, não chore / Eu quero, eu posso, eu quis, eu fiz / Mamãe, seja feliz"*), "Eles"[11] *("Em volta da mesa / Longe do quintal / A vida começa / No ponto final / Eles têm certeza / Do bem e do mal / Falam com franqueza / Do bem e do mal / Crêem na existência do bem e do mal (...)/ Alegres ou tristes / São todos felizes durante o Natal"*), "Panis et Circenses"[12] (*"Mas as pessoas na sala de jantar / São ocupadas em nascer e morrer"*), "Ele falava nisso todo dia"[13] *("Ele falava nisso todo dia / A herança, a segurança, a garantia / Pra mulher, para a*

---

[9] "É Proibido Proibir" (Caetano Veloso). Lançada em compacto pela Philips em 1968, de um lado trazia a gravação da canção e do outro o protesto de Caetano Veloso na segunda semi-final.

[10] "Mamãe Coragem" (Caetano Veloso e Torquato Neto). Gravada por Gal Costa no LP *Tropicália ou Panis et Circenses"* (Philips/1968).

[11] "Eles" (Gilberto Gil e Caetano Veloso). Gravada por Caetano no LP *Caetano Veloso* (Philips/1967).

[12] "Panis et Circenses" (Gilberto Gil e Caetano Veloso). Gravada pelos Mutantes no LP *Tropicália ou Panis et Circenses"* (Philips/1968).

[13] "Ele falava nosso todo dia" (Gilberto Gil). Gravada por Gil e os Mutantes no LP *Gilberto Gil* (Philips/1968).

filhinha, pra família / Falava nisso todo dia"), "Ai de mim Copacabana"[14] (*"Nossos filhos nosso fusca / Nossa butique na Augusta / O Ford Galaxie, o medo / De não ter um Ford Galaxie"*), "Com a boca no mundo"[15] (*"Quantas vezes eles vão me perguntar / Se eu não faço nada a não ser cantar, / Quantas vezes, eles vão me responder / Que não há saída a não ser morrer!"*), crítica que é radicalizada por poetas como Paulo Leminski, em "Verdura"[16] (*"De repente vendi meus filhos / pra uma família americana / eles tem carro, eles tem grana / eles tem casa e a grama é bacana / só assim eles podem voltar / e pegar um sol em Copacabana"*) ou Pedro Laje, poeta carioca, em "Traquinagem" (*"Como papai passou muito mal a noite / resolvemos matá-lo"*) (HOLLANDA, 1982).

A explosão da sexualidade, do amor livre e do casamento aberto aparecem em canções como "Ave Lúcifer"[17] (*"As maçãs envolvem os corpos nus / Nesse rio que corre / Em veias mansas / Dentro de mim"*), "O Seu Amor"[18] (*"O seu amor / Ame-o e deixe-o / Livre para amar (...) / Ir aonde quiser (...) / O seu amor / Ame-o e deixe-o brincar / Ame-o e deixe-o correr / Ame-o e deixe-o cansar / Ame-o e deixe-o dormir em paz / O seu amor / Ame-o e deixe-o / Ser o que ele é"*), "Pai e Mãe"[19] (*"Eu passei muito tempo / Aprendendo a beijar / Outros homens / Como beijo o meu pai"*), "Perigosa"[20] (*"Sei que eu sou bonita e gostosa /E sei que você me olha e me quer / Eu sou uma fera de pele macia / Cuidado garoto, eu sou perigosa / Eu tenho um veneno no doce da boca / Eu tenho um demônio guardado no peito / Eu tenho uma faca no brilho dos olhos / Eu tenho uma louca dentro de mim"*) ou em "Sandra" (*"Amarradão na torre dá pra ir pro mundo inteiro / E onde quer que eu vá no mundo, vejo a minha torre / É só balançar / Que a corda me leva de volta pra ela: / Oh, Sandra"*).

---

[14] "Ai de mim Copacabana" (Caetano Veloso e Torquato Neto). Gravada por Caetano Veloso no Compacto Simples 365.236 (Philips/1968)

[15] "Com a boca no mundo" (Luís Sérgio Carlini, Lee Marcucci e Rita Lee). Gravada por Rita Lee & Tutti Furtti no LP *Entradas e Bandeiras* (Som Livre/1976)

[16] "Verdura" (Paulo Leminski). Gravada por Caetano Veloso no LP *Outras Palavras* (Polygram/1981)

[17] "Ave Lúcifer" (Arnaldo Dias Baptista, Rita Lee Jones e Élcio Decário). Gravada pelos Mutantes no LP *A Divina Comédia ou Ando Meio Desligado* (Polydor/1970).

[18] "O Seu Amor" (Gilberto Gil). Gravada por Gilberto Gil, Maria Bethânia, Gal Costa e Caetano Veloso no LP *Doces Bárbaros* (Phonogram/1976).

[19] "Pai e Mãe" (Gilberto Gil). Gravada por Gilberto Gil no LP *Refazenda* (Philips/1975)

[20] "Perigosa" (Rita Lee, Roberto de Carvalho e Nelson Motta). Gravada por As Frenéticas no LP *Frenéticas* (WEA/1979)

As drogas e a "loucura", a dissolução do eu, a estética, a gíria e os conflitos que caracterizaram essa geração também é tema de muitos poemas e canções, como "Vapor Barato"[21] (*"Oh, sim, eu estou tão cansado / Mas não pra dizer / Que eu não acredito mais em você / Com minhas calças vermelhas / Meu casaco de general / Cheio de anéis / Vou descendo por todas as ruas / E vou tomar aquele velho navio / Eu não preciso de muito dinheiro / (Graças a Deus)"*); "Balada do Louco"[22] (*"Dizem que sou louco / Por pensar assim / Se eu sou muito louco / Por eu ser feliz / Mais louco é quem me diz / Que não é feliz, não é feliz (...) / Eu juro que é melhor / Não ser um normal / Se eu posso pensar / Que Deus sou eu"*), "Ando Meio Desligado"[23] (*"Ando meio desligado / Eu nem sinto meus pés no chão"*); "Olho de Lince"[24] (*"Quem fala que sou esquisito hermético / É porque não dou sopa estou sempre elétrico / Nada que se aproxima nada me é estranho / Fulano sicrano e beltrano / Seja pedra seja planta seja bicho seja humano / Quando quero saber o que ocorre a minha volta / Ligo a tomada abro a janela escancaro a porta / Experimento tudo nunca me iludo"*), "Movimento dos Barcos"[25] (*"É impossível levar um barco sem temporais / E suportar a vida como um momento além do cais / Que passa ao largo do nosso corpo / Não quero ficar dando adeus / As coisas passando, eu quero / É passar com elas, eu quero / E não deixar nada mais / Do que as cinzas de um cigarro / E a marca de um abraço no seu corpo / Não, não sou eu quem vai ficar no porto / Chorando, não / Lamentando o eterno movimento / Movimento dos barcos, movimento"*) e "Cidadão-Cidadã"[26] (*"Acho que todo cidadão / Ou cidadã / Deve ter possibilidades de felicidades / Do tamanho de um super Maracanã / E deve e pode ser azul, negro ou cinza / Sorridente ou ranzinza / Verde, amarelo e da cor vermelha / Deve-se somente ser e não temer viver / Com o que der e vier na nossa telha / Vivamos em paz / Porque tanto faz / Gostar de coelho / Ou de coelha..."*)

---

[21] "Vapor Barato" (Jards Macalé e Waly Salomão). Gravada por Gal Costa no LP *FA-TAL – Gal a Todo Vapor* (Philips/1971)

[22] "Balada do Louco". Gravada pelos Mutantes no LP *Mutantes e Seus Cometas no País dos Baurets* (Polydor/1972)

[23] "Ando Meio Desligado" (Arnaldo Baptista, Rita Lee e Sérgio Dias). Gravada pelos Mutantes no LP *A Divina Comédia ou Ando Meio Desligado* (Polydor/1970).

[24] "Olho de Lince" (Jards Macalé e Waly Salomão). Gravada por Jards Macalé no CD *Real Grandeza* (Biscoito Fino/2005)

[25] "Movimento dos Barcos" (Jards Macalé e Capinan). Gravada por Jards Macalé no LP *Jards Macalé* (Philips/1972)

[26] "Cidadão-Cidadã" (Nelson Jacobina e Jorge Mautner). Gravada por Jorge Mautner e Caetano Veloso no LP *Bomba de Estrelas* (WEA/1981)

Já os questionamentos e as novas posturas feministas aparecem principalmente nas compositoras e poetas: "Cor-de-rosa choque" [27] *("Sexo frágil não foge à luta / E nem só de cama vive a mulher"*), "Elvira Pagã" [28] *("Todos os homens desse nosso planeta / Pensam que mulher é tal e qual um capeta / Conta a história que Eva inventou a maçã / Moça bonita, só de boca fechada, / Menina feia, um travesseiro na cara, / Dona de casa só é bom no café da manhã"*);*"Essa Mulher"* [29] *(Essa menina, essa mulher, essa senhora / Em quem esbarro a toda hora no espelho casual / É feita de sombra e tanta luz / De tanta lama e tanta cruz que acha tudo natural"*); na poesia, como exemplos, Ledusha em "De Leve" *"feminista sábado domingo segunda terça quarta quinta e na sexta / lobiswoman"* (LEDUSHA, 1984:87) e Alice Ruiz: *"às vezes / vem a certeza / a vida agora / já foi vivida / era uma vez / uma menina / descobrindo a rotina"* (RUIZ, 1980)

Foucault, na primeira citação deste texto mostrava uma expectativa sobre os caminhos abertos pela quebra dos códigos morais, a expectativa de que a vida pudesse novamente ser uma obra de arte. Se muitas das nossas desilusões políticas na contemporaneidade foram plantadas naqueles anos, se, citando Cazuza, uma parte dos "nossos heróis" morreram de overdose, também ficaram uma parte dos libertários e sonhadores, que continuam plantando sonhos para e nas novas gerações: *"Tem os que passam / E tudo se passa / Com passos já passados / Tem os que partem / Da pedra ao vidro / Deixam tudo partido / E tem, ainda bem / Os que deixam / A vaga impressão / De ter ficado"* (RUIZ, 1988:16).

Referências bibliográficas:

CALADO, Carlos
___ *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34, 1997.
CYNTRÃO, Sylvia Helena (ORG.)

[27] "Cor-de-rosa choque" (Roberto de Carvalho e Rita Lee). Gravada por Rita Lee no LP *Rita Lee e Roberto de Carvalho* (Som Livre/1982). Antes disso, em 1980, a música já era tema de abertura da TV Mulher, da Rede Globo de Televisão.

[28] "Elvira Pagã" (Roberto de Carvalho e Rita Lee). Gravada por Rita Lee no LP *Rita Lee* (Som Livre/1979).

[29] "Essa mulher" (Joyce e Ana Terra). Gravada por Elis Regina no LP *Essa Mulher* (WEA/1979).

___ A forma da festa – Tropicalismo: a explosão e seus estilhaços. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

DELEUZE, Gilles

___ *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FOUCAULT, Michel

___ *Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GABEIRA, Fernando

___ "Depoimento". In *Tropicália: a história de uma revolução musical*. São Paulo: Editora 34, 1997

HOLLANDA, Heloísa Buarque

___ "O Destino dos Bons Rios". In *Jornal do Brasil – Caderno B*. Rio de Janeiro, 14/05/1983.

___ *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde. 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder

___ *Poesia Jovem – Anos 70*. São Paulo: Editora Abril., 1982.

LEDUSHA

___ Finesse e Fissura. Brasiliense: São Paulo, 1984.

RUIZ, Alice

___ *Navalhanaliga*. Curitiba: ZAP, 1980.

___ *Vice Verso*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

VELOSO, Caetano

___ *Verdade Tropical.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Livro Didático na Perspectiva dos Autores - Desafios e Dilemas: o caso do livro "Santa Catarina de todas as gentes"

Neide Almeida Fiori*

Resumo: Esta comunicação refere-se ao livro **Santa Catarina de todas as gentes: história e cultura**, destinado à 3ª série do Ensino Fundamental e que integra o Programa Nacional do Livro Didático/2007. Uma das autoras assume a presente proposta e seu objetivo é analisar desafios e dilemas enfrentados. Alguns, de *natureza operacional*, como organização da equipe, obtenção de apoio financeiro mediante a concessão de "horas de pesquisa" etc. Outros, de *natureza teórica*, que levaram à tomada de duas decisões fundamentais: 1) a reflexão teórica deveria estar presente, mas situada como *pano de fundo* em relação ao texto elaborado; 2) os conceitos teóricos, todavia, deveriam ser explicitados sempre que se julgasse necessário. Ocorreram também decisões de ordem política, como de privilegiar grupos sociais que historicamente estiveram oprimidos ou limitados em sua ação.

Palavras-chave: Livro Didático - Ensino de História - Ensino Fundamental.

Abstract: This communication refers to the book **Santa Catarina of all peoples: history and culture,** designed for the third grade of Elementary Education, and part of the Textbook National Program/2007. One of the authors assumes the following proposal, which seeks to analyze challenges and dilemmas faced by such proposal. Some, of an operational nature, such as staff organization, obtaining financial support through the concession of "research hours" etc. Others, of a theoretical nature, which led to the making of two fundamental decisions: 1) theoretical reflection should be present but set as a backdrop in relation to the text; 2) theoretical concepts, however, should be made explicit whenever deemed necessary. There were also decisions of a political order, such as favoring social groups that have been historically oppressed or limited in their action.

Keywords: Textbook – Teaching of History – Elementary Education.

Introduzindo a questão

Sobre a presente comunicação é possível dizer que se trata de um simples relato envolvendo a elaboração de um livro didático. Essa impressão de simplicidade é reforçada pelas características do livro em análise: uma estrutura de comunicação caracterizada por frases curtas e organizadas em ordem direta, que demanda especial cuidado

* Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Doutora em Sociologia.

no trato com o pensamento abstrato e no emprego de analogias, com muitas ilustrações e um *design* gráfico que emprega tons coloridos. Todavia, sob diferente perspectiva de análise, essa simplicidade se revelará como sendo apenas aparente.

Dessa maneira, o objetivo principal desta comunicação é, palmilhando alguns caminhos, ir além dessas aparências que situam o livro didático como algo simples - *simples* no sentido de que não apresenta dificuldades ou obstáculos. Dito em outras palavras, e como uma contraface desse entendimento, afirma-se, a partir da experiência, que elaborar um texto didático nada tem de *simples*.

Visando atingir esse objetivo, planeja-se aqui compartilhar, explicitar um pouco situações vivenciadas pelas autoras do livro **Santa Catarina de todas as gentes: história e cultura**, Ivone Regina Lunardon e Neide Almeida Fiori. Esta última elaborou o presente estudo, motivo pelo qual talvez no decorrer da comunicação se misture um pouco o "eu" e o "nós", contrariando a regra da boa escrita que estabelece: deve-se empregar o mesmo pronome na extensão de todo um texto. Mas se ousa afirmar que, em suas linhas mestras, as considerações que aqui figuram são compartilhadas por ambas as autoras do livro e parceiras de trabalho. Como não poderia deixar de ser, todavia, nas idéias que estão sendo expostas apresentam, em tons mais fortes, a perspectiva de quem escreveu – ou, de quem manuseou a caneta, como se diria em tempos mais clássicos; de quem digitou no computador, como se diz nos nossos tempos. A redatora do presente texto é socióloga de formação e tem uma vida acadêmica desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e como pesquisadora do CNPq, estando atualmente vinculada à Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Relembrando o começo

Num certo dia, por meio de um contato que se inicia com um telefone que toca na cidade de Florianópolis e que se desdobra em diversos encontros de trabalho, a Base Editora (sede na cidade de Curitiba), dirigiu-me um convite para escrever um livro didático sobre a história de Santa Catarina. Houve contra-argumentação, afirmando que, como socióloga, nunca me aventurara a escrever para alunos do ensino elementar; mas o convite se manteve e o entusiasmo foi surgindo. Então, já em conjunto com Ivone Regina Lunardon, professora, por muito tempo, na 3ª série de escolaridade do Ensino Fundamental e graduada em História,

foi assumida a responsabilidade de elaborar o "livro didático",[1] o que logo suscitará ações e tomada de posições de ordem operacional, teórica e política.

Quanto ao ***ordenamento operacional***, imediatamente se tratou de a) organizar e instalar uma equipe de trabalho na qual, além das autoras, participaram três bolsistas com formação universitária; b) na instituição universitária UNISUL, obter o apoio para o projeto "livro didático" através da "concessão de horas de pesquisa".

No que diz respeito a questões de ***natureza teórica***, as autoras decidiram que a reflexão teórica era importante mas deveria estar situada como um *pano de fundo*. Almejava-se um procedimento semelhante ao de Jurandir Malerba no livro **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)**, no qual o autor "retirou da vista do público leitor a base teórica que usou para construir sua estrutura narrativa" (GRAHAM, 2000:18). Ao mesmo tempo, as autoras entenderam que se faria necessário explicitar determinadas reflexões teóricas em algumas situações específicas, no Manual do Professor, ao serem abordados temas como: teoria histórico-cultural; poder e dominação segundo Max Weber; a Nova História/*Les Annales*; o tempo histórico; cultura e teoria curricular; a cultura infantil e os brinquedos; a teoria da avaliação; história, arte e racionalidade do mundo escolar.

Ao tratar de ***decisões políticas***, as autoras se posicionaram no sentido de, na organização do "livro didático", criar espaços de valorização para populações que historicamente foram discriminadas – que tiveram sua imagem deturpada ou sua voz abafada ou suprimida. Como decorrência, uma decisão inicial foi organizar a obra de forma que unidades de estudo específicas se ocupassem com a população indígena e com a população de africanos/escravos e seus descendentes, o que então não era usual.

Desafios – dificuldades a vencer

Quem escreve um livro didático, além das óbvias questões relacionadas com o conteúdo, vive imerso em *desafios*, isto é, cercado de circunstâncias que incitam à luta – uma luta intelectual rumo à elaboração de seu escrito. Um ***desafio*** que se colocou desde logo foi contemplar as orientações do Ministério da Educação que, apresentando um nível de grande abstração, exigem dos autores a criação de formas de implementação, de caminhos de agir que estejam mais próximos da realidade. Essas orientações recomendam/determinam que os autores estejam atentos às contribuições da Nova História, o que nos conduz a March Bloch e

[1] As aspas serão indicador de que se trata do livro didático em análise, **Santa Catarina de todas as gentes: história e cultura**.

a *Les Annales*. Outra sugestão/determinação do MEC dirigia-se no sentido de que a obra didática se centre nos grupos populacionais da região.

Quais os principais grupos populacionais de Santa Catarina que historicamente povoaram a área, num país que se organizava a partir de uma população com uma cultura-base luso-brasileira e que se expande com o povoamento da região sul? Os imigrantes europeus chegam a partir de 1829, as populações de origem africana eram já participantes das primeiras fases do povoamento e os indígenas estiveram sempre presentes. Como relacionar situações dessa ordem com as orientações da Nova História, que preconiza a necessidade de serem estabelecidas ligações entre o passado e o presente? Um desses momentos de ligação, e que está aqui colocado apenas como ilustração, ocorre no decorrer da unidade II, "Populações indígenas". Uma sugestão de atividade destinada aos alunos refere-se aos índios Xokleng, nômades, que ocuparam uma extensa área de Santa Catarina, e visa estabelecer relação entre o *botoque* por eles usados e o *piercing* de nossos tempos. O uso do *botoque*, pela primeira vez, ocorre durante uma grande festa, quando o lábio inferior do menino era perfurado e um pequeno pedaço de madeira, o bodoque, introduzido no lábio inferior. Ilustrado por uma foto, o *botoque* pode ser visto em um jovem rosto indígena. A seguir, continuando o diálogo com os alunos, está o ícone "Refletindo sobre o texto", afirmando que a humanidade, desde muitos séculos, usa objetos de adorno que perfuram o corpo; e, a partir daí, apresentam-se considerações sobre o *piercing*. A situação quer fundamentar uma discussão entre os alunos visando aclarar: o *piercing* tem para os jovens de hoje o mesmo significado que tinha o botoque para os Xokleng? Este foi um caminho encontrado para unir presente e passado. Questões de outras ordens também foram abordadas como o extermínio indígena, a ação protetora dos jesuítas, os desenhos que Debret nos deixou.

Outro grande e constante ***desafio***, presente em todas as fases de elaboração do "livro didático" e que exigiu esforço e até mesmo obstinação, foi obter imagens para figurar na obra, geralmente fotografias. Pode-se perguntar: foi utilizada a Internet? Sim, mas essa contribuição teve uma posição complementar ao ser situada como investigação iconográfica exploratória.

Numerosas imagens faziam-se necessárias pois, no **Santa Catarina de todas as gentes**, tendo em vista propiciar apoio ao processo ensino-aprendizagem, constam mais de 300 reproduções. Sobre o assunto, estabeleceu-se que, no caso de acervos particulares, somente seriam usadas imagens devidamente autorizadas; outra meta, esta bastante utópica, referia-se a empregar imagens com o devido registro do nome do fotógrafo. A verdade é que tudo isso, embora muito louvável na perspectiva da produção científica, tornou moroso o

trabalho das autoras e da equipe de apoio, por envolver muitas correspondências (virtuais e convencionais) e intermináveis telefonemas.

Na montagem do acervo de imagens para o livro didático, entretanto, não havia somente dificuldades. Estas eram muito atenuadas quando se utilizava imagens retiradas de livros. Não era problemático elaborar a referência bibliográfica e a situação permitia atribuir méritos – ao pesquisador que identificou e analisou a imagem e ao fotógrafo que a reproduziu. Somente para aprofundar essa exemplificação, registrem-se as marcantes contribuições do antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, em **Os índios Xokleng: memória visual**, e dos pesquisadores da Universidade de São Paulo, Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro, com o livro **O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX**. Imagens muito expressivas dessas obras estão agora, através de um livro didático, ao dispor das crianças de Santa Catarina.

O "livro didático" analisa a situação dos africanos vindos para o Brasil como escravos, reproduz anúncios de jornal da época que os ofereciam à venda; mostra os sofrimentos e o papel do "capitão do mato". Mas apresenta também uma outra face, que vai permitir que aos alunos, os pequenos leitores, saibam que atualmente, entre os afro-descendentes, há ações e movimentos que visam fazer renascer laços culturais com a terra de origem - a África. Dessa maneira, o conteúdo do livro agasalha uma diversidade de perfis como o de escravos Zumbi, verdade e mito e, nos tempos atuais, a figura de Abdias Nascimento que levantou a bandeira da valorização do negro.

Dilemas – caminhos a escolher

Quem escreve um livro dessa natureza enfrenta muitos *dilemas* - situações que possibilitam diversos encaminhamentos ou soluções. Nesse sentido, algumas exemplificações estão aflorando agora, ao sabor das lembranças. Dilemas que exigiram que as autoras fizessem opções, escolhessem caminhos, por vezes envolvendo um contexto aparentemente muito simples.

Lembro particularmente de uma situação que ocorreu inesperadamente, durante a organização final da Unidade V, denominada "Chegam os imigrantes". Uma análise fundamentada na cronologia indicara que, entre os diversos grupos sociais que imigraram para Santa Catarina, os alemães deveriam ser focalizados inicialmente, por terem sido os primeiros a chegar. Ou seria mais adequado iniciar a unidade analisando os italianos, pelo fato de terem sido os mais numerosos? A seguir, o livro apresentaria aos seus pequenos leitores outros

grupos de imigrantes que vieram para as terras de Santa Catarina: poloneses, ucranianos, gregos, sírios e sírio-libaneses etc. Tudo racionalmente correto.

No entanto, ao analisar a versão preliminar do capítulo, as autoras perceberam que algo não estava bem. Como se sabe, a disposição no espaço, mesmo que se trate de uma página de livro, é ideológica. Dessa maneira, a forma de organização prevista, embora com forte apoio na racionalidade, acabava colocando fortes tons de valorização, no contexto da vida catarinense, nos grupos imigrantes de origem alemã e italiana. No ”livro didático” seriam os primeiros a serem referidos e longamente analisados. Após a força dessas informações os demais grupos imigrantes, por certo, seriam percebidos apenas como “os outros”, expressão que estaria associada à idéia de “menor importância”. A situação era delicada, pois para a elaboração do “livro didático” objetivava-se, na medida do possível, dar visibilidade a grupos sociais que historicamente tinham sido colocados em situação de invisibilidade discriminatória, e isso se aplicava também aos imigrantes.

Como fazer então? Este era um dilema a ser resolvido. A solução encontrada foi descrever inicialmente os grupos imigrantes considerados como os mais “estranhos”, ou seja, os mais “fora do comum” e que muito dificilmente seriam associados à imagem de Santa Catarina. Assim, o capítulo “Chegam os imigrantes” sofreu sérias alterações e acabou apresentando, inicialmente, um casal de imigrantes que, sentados em grande estilo, posaram para uma foto que é do ano de 1918 – um imigrante belga e sua esposa inglesa que moravam em uma região chamada Ilhota. Há ainda a fotografia de uma família de imigrantes russos que se radicaram na região sul do estado e, na mesma página ainda, pousando com suas roupas domingueiras, um jovem casal que viera da longínqua Pomerânia, uma região situada perto do mar Báltico. Pensa-se assim ter conseguido passar, de forma sutil, a idéia da diversidade étnica presente na composição populacional do estado de Santa Catarina. Depois o capítulo continuou fluindo e ao final, com toda a importância que têm e que não se pensou em diminuir, foram enfocados os grupos imigrantes alemães e italianos.

A cultura como uma questão

Como todos já sabem, estamos aqui tratando do livro didático **Santa Catarina de todas as gentes: história e cultura**, destinado à 3ª série do Ensino Fundamental. Trata-se de um *livro regional* que foi escrito a partir da perspectiva de que história e cultura se entrelaçam intimamente. Ensinamento que tem raízes em obras de autores como Roger Chartier, que publicou **A história cultural: entre práticas e representações**, considerado como uma das reflexões pioneiras sobre o tema.

As análises que envolvem *história* e *cultura* ajudam a perceber como, nos mais diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é concebida, construída e passa a fazer parte da vida social. Ou seja,

> *as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990:17)*

Por essa linha de reflexão, poder-se-ia referir Pierre Bourdieu e outros autores, mas tal não é aqui o objetivo. O que se deseja apenas é registrar que as autoras do "livro didático" estiveram atentas a aspectos como a importância do mundo do simbólico, o que tem implícito uma postura de valorização da cultura.

No que diz respeito à questão da *cultura,* alguns desafios básicos se colocaram durante a elaboração do livro: 1) de aclarar os docentes, especialmente no Manual do Professor, sobre o fato de estar sendo empregado um conceito antropológico de *cultura* – não o conceito de cultura usado no âmbito do senso comum que a associa a instrução, refinamento de modos e gostos; 2) de definir o paradigma teórico de cultura a ser endossado na estruturação do texto. Esse fato gerou andanças intelectuais que não cabe aqui detalhar, mas que nos conduziram ao conceito de cultura do sociólogo Raymon Firth que afirma: quando "se considera a sociedade como um conjunto organizado de indivíduos com um determinado modo de vida, a cultura é esse modo de vida" (SILVA, 1987:291). A partir dessa ótica intelectual estruturou-se a unidade do "livro didático" denominada "Maneiras de Viver", que agasalhou dentro de si os hábitos alimentares, as formas arquitetônicas das construções e, inclusive, as festas típicas como manifestações da cultura – manifestações das diferentes formas de viver típicas do povo de Santa Catarina.

Outras considerações se poderia aqui fazer, a respeito do "livro didático" como: chamar a atenção, principalmente dos professores, sobre os cuidados a ter na interpretação de um dado tempo histórico, procurando controlar erros do anacronismo – não entender o passado a partir dos mesmos valores e critérios com que interpretamos o presente; valorizar os brinquedos e as brincadeiras infantis, como uma forma de atenuar a racionalidade imposta pela escola, passando pela *bola de gude*, *cabra-cega*, *pipa* e *pandorga*, *festa junina* e *bolinha de sabão.* E tudo isso, por uma circunstância muito feliz, pode figurar no "livro didático" em imagens de pintores como Willy Zumblick e ainda de Salet Liñera. Esta, uma professora agora aposentada que colaborou com o livro através das imagens de suas tela. Assim, o que

era apenas um *hobby* transformou-se em material ilustrativo e os pequenos personagens da tela, novamente por uma circunstância muito feliz, são alunos de escolas públicas de Santa Catarina. E, dessa maneira, o livro chega às suas últimas páginas e não poderia ser de forma mais expressiva: com a leveza das brincadeiras infantis e com alunos das escolas públicas, modelos em óleo sobre tela, encerrando tudo.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa-Portual, DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FIORI, Neide Almeida; LUNARDON, Ivone Regina. **Santa Catarina de todas as gentes**: história e cultura. Curitiba: Base, 2005. (História, 3ª série)

FIORI, Neide Almeida; LUNARDON, Ivone Regina. **Santa Catarina de todas as gentes**: história e cultura - Manual do professor. Curitiba: Base, 2005. (História, 3ª série)

GRAHAM, Richard. *Prefácio*. In: MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng**: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1997.

SILVA, Benedicto (org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Emblemas luso-brasileiros imagens faladas

Flavia Klausing Gervasio[1]

Resumo - A literatura emblemática, uma espécie de enciclopédia de símbolos que reunia imagens conceituais junto a um mote, se desenvolveu na Europa nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII e circularam em séries gravadas nos mais diversos lugares do mundo. O objetivo deste trabalho é analisar a circularidade das ilustrações emblemáticas na produção artística luso-brasileira, especialmente em impressos ilustrados relativos a festas, em particular no relato intitulado "Exposição fúnebre e symbolica" de João de Souza Tavares. Nestes impressos, estas imagens eram utilizadas de maneira pedagógica e visando reforçar conceitos e moralidades à população.

Palavras-chave – Emblemas – decorações efêmeras – Teoria artística

Abstract – The emblematic literature, a kind of encyclopedia of symbols, wich used to put together conceptual images with a motto, was developed in the XV, XVI, XVII and XVIII centuries has circulated in stamped series in the most diverse places of the world. The objective of this work is to analyse the circularity of the emblematic ilustrations in the luso-brasilian artistic production, specialy in ilustrated printed works wich were related to feasts, in particular in the intitled report "Symbolic and mournfull exposition" from João de Souza Tavares. In those printed works, these images were used in pedagogic manners, and aiming to reforce concepts and moralitys to the population.

O conhecimento da teoria artística de um determinado período é uma peça fundamental para a interpretação das obras de arte concretas, já que, com ele, podemos compreender melhor os propósitos conscientes dos artistas e de seus movimentos.

A Europa do Antigo Regime, nos séculos XVI, XVII e XVIII, produziu inúmeros tratados e manuais que nos permitem analisar os pressupostos conceituais e teóricos da arte deste período. Francesco Robortello, Leon Battista Alberti, Emanuel Tesauro, Manuel Pires de Almeida e Phillipe Nunes são alguns dos autores que discutiram sobre o que seria a arte, o fazer artístico, e qual seria a relação entre os seus diversos gêneros.

Podemos averiguar algumas características comuns a esta produção teórica, como por exemplo, a recorrência constante aos temas e aos autores da Antiguidade Clássica, principalmente do filosofo grego Aristóteles. Assim, foram os livros: "Retórica" e "Poética", de autoria de Aristóteles, que influenciaram os diversos autores das preceptivas artísticas.

[1] Mestranda em Historia Social da Cultural da UFMG, bolsista CNPQ.

Um tópico central da discussão deste período era a similitude entre as artes. Assim, tanto a Arte Poética de Horácio, com sua famosa inscrição: "*UT PICTURA POESIS"*, ou seja, "a Pintura como a Poesia", quanto a sentença de Semônides: "*MUTA POESIS, ELOQUENS* PICTURA" , ou seja, "Pintura é poesia muda, poesia é pintura que fala", serviam de inspiração para a formulação desta homologia.

Os conceitos retórico-poéticos fundamentais que possibilitaram estipular as similitudes entre a poesia e a pintura foram expressos primeiramente por Alberti. Segundo ele, assim como a poesia, a pintura observa uma *imitatio*. Esta também partilharia dos efeitos de *docere*, *movere* e *delectare* (ensinar, mover e deleitar) sobre o espectador e exigira um conhecimento da técnica da parte de quem a praticava. Logo, a poesia e a pintura são artes (*ars*), cujas obras (*opera*s) têm uma finalidade e cujo ofício é desempenhado por alguém que conhece seus preceitos. Havia a necessidade de instituir um lugar social para o pintor, cujo modelo era buscado no dos letrados, que tem a retórica como disciplina mestra.

A partir desta discussão de similitude entre a escrita e a imagem, surgiu um tipo de literatura muito difundida na Europa do Antigo Regime, a literatura emblemática. Manuel Pires de Almeida, tratadista português do século XVII, em sua obra "Poesia e Pintura", caracterizou assim a relação intrínseca entre as letras e formas: "*Grandes são as proporções, grandes as semalhanças, concordâncias ou simpatias, que tem a tinta, e a cor, a pena, e o pincel. E tanto se parecem entre si que escassamente se vê sua diversidade*."[2]

O tratadista português denomina o Emblema como uma composição moral, que constaria de título, figura e versos. No título se mostraria o intento, na figura, com pouca clareza, daria a entender a moralidade, e nos versos "*vária e eruditamente*" se explicaria a figura ou figuras, que sempre deviam ser sempre bem achadas. Neles, as palavras deveriam ser ponderadas e escolhidas, pois todo bom emblema deveria ser sentencioso "*para bem publico e namorar o animo ou com a novidade da coisa, ou com noticia notável de antiguidade*".[3]

Este gênero partia do principio de que "*tudo o que o pincel mostra com a viveza das cores mostra a pena com a flor dos conceitos*"[4]. Ambos deleitariam a "*doutos e ignorantes*" já que os doutos se recreariam com a boa invenção e sua alegoria, e os ignorantes com as cadências do verso. Assim, a razão do emblema devia ser manifesta de modo que não

[2] ALMEIDA, Manuel . "Poesia e Pintura."(1633). In MUHAMA, A. *Tratado seiscentista*.SP: Edusp, 2002
[3] ALMEIDA, Manuel . "Poesia e Pintura."(1633). In MUHAMA, A. *Tratado seiscentista*.SP: Edusp, 2002
[4] Ibidem

a deixasse de "*entender os necios, nem moleste totalmente aos sábios.*" Havia, portanto, que *" mostrar seu conceito como entre vidraças*."[5]

Tanto a produção escrita quanto a imagética devia ter como norte a verossimilhança e como fim aproveitar com deleite os ânimos. Na contemplação destas artes buscava-se avivar e despertar o engenho, alegrar a imaginação e exercitar o juízo, julgando o artificioso e o natural e ensinando, moralmente, os exemplos para levantar os ânimos às coisas grandes.

A Contra Reforma utilizou-se da relação texto-imagem como meio da sua propaganda da fé. A Igreja acreditava que a fixação das imagens e o incremento dos textos que as acompanhava, resultava em uma ação mais penetrante sobre a sensibilidade. Deste modo, o sentido que se queria dar às imagens estava explícito no texto e vice-versa.

A imagem que complementa um texto serve para mostrar a veracidade da historia da vida, para exemplificar métodos teológicos, científicos e para decifrar códigos da experiência individual e coletiva. Logo, a relação texto-imagem é relevante para a compreensão do sistema de signos de uma determinada sociedade conforme a perspectiva histórica.[6]

Muitos dos mais importantes artistas, como Bernini e Charles Lebrun, utilizaram os compêndios de emblemas, tanto na escultura, na pintura como também nas festas e armações efêmeras. Havia no século XVIII, séries gravadas que difundiram as alegorias mais importantes pelo mundo, como as de Rafael Schiaminosi e de Gravelot y Cochen.

A literatura emblemática foi uma das fontes utilizadas também pelos artistas luso-brasileiros. Uma das ocasiões mais profícuas para o uso de emblemas eram as celebrações publicas que incluíam a apresentação de armações efêmeras. Na Capitania de Minas Gerais do século XVIII, um exemplo da apropriação deste gênero simbólico é o relato intitulado "Expoziçao Fúnebre e Symbolica", de autoria de João de Souza Tavares. Esta obra, manuscrita, detalha as manifestações de pesar pela morte da infanta Dona Maria Francisca Dorotéia celebradas em Paracatu, em 1771. No texto há uma descrição dos Emblemas utilizados na decoração efêmera do rito fúnebre. Além de explicitar os temas e as imagens, o autor se delonga na moralidade contida em cada um, produzindo um "exórdio" aos leitores, de modo que seguissem o exemplo da virtuosa infanta.

É importante ressaltar, porém, que as representações contidas no relato não são, muitas vezes, fidedignas às suas explicações: por exemplo, um templo antigo de Éfeso, foi

[5] Ibidem
[6] Ver AVILA, Cristina. A Palavra no espelho.Belo Horizonte, Faculdade de Letras-UFMG, 2001(Tese)

representado por uma construção de um templo católico da Idade Moderna. Porém, mais do que apresentar os tópicos "veridicamente", acreditamos ser o intento do autor, passar as mensagens de modo que seus interlocutores a consigam decifrar. Assim, as figuras se encontram com "adaptações" aos signos que se acreditavam comuns.

Segue abaixo a analise de cada emblema, junto a uma breve analise da descrição feita pelo autor João de Souza Tavares:

1- *VIRTUS ETIAM MORTE PEREMPTIS LUCET*

FIG. 1- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego.Códice 38. IEB/USP

O templo de Diana, em Éfeso é considerado como "*hua das sette maravilhas do mundo*"[7]. O Emblema representa este templo em chamas. Na sua descrição há a construção de um discurso de glorificação da grandiosidade da virtude cristã, baseado na afirmação de que esta seria uma "*segura ponte por onde passa uma ditoza alma, sem o receyo das tempestades do século, para o Porto appetecido de Bem aventurança*"[8] dizia o Poeta.

A morte não teria jurisdição sobre a virtude, pois mesmo roubando-lhe a vida, esta resplandeceria em claridade. Seguindo uma analogia com a imagem, em que o "*grandiozo*" Templo de Diana se reduzia às cinzas, o autor rememorava que a "*virtude da sua magnificencia*" sobrevivia graças aos "*assombros da memória*" e garantia um lugar nos "*Annaes da Fama*" à esta importante "*Maravilha do Mundo*". A virtude seria independente de

[7] "Expozição Fúnebre e symbolica". TAVARES, João de Souza. In: Coleção Lamego, IEB/USP- Cod. 38.04
[8] Ibidem

tudo para a glória do seu merecimento. À tristeza da perda de uma integrante da Família Real sobrepunha-se, portanto, o sentimento de eternidade da virtude católica da infanta.

2 - *NESCIS QUA HORA VENIAM, SEMPER VIGILIA*[9]

FIG. 2- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

No segundo Emblema se encontra ilustrado um principe de Argos[10] que, segundo a fábula, tinha cem olhos, cinqüenta dos quais estavam sempre abertos. Era, pois o símbolo da vigilância. A infalibilidade da morte e a ocultação da certeza do dia eram assim, a justificativa para o dever de estarmos, em todas as horas, aparelhados para o nosso fim. Afinal, de que serviu a Argos tantos olhos, se estes estavam "*adormecidos a doce consonância da avena de Mercúrio e ferido com a vara superticioza com que costuma ferir o engano, também aos viventes descuidados com o engodo das vaãs e transitórias delícias do mundo*". O autor prossegue com a certificação de que vários homens se deixam levar pelas glórias terrenas, porém, ele certifica-se também da existência daqueles que, na vigilância da morte,

[9] Ibidem – Tradução: "Desconheces o momento em que (eu) chegue, estejas sempre atento."
[10] Antiga cidade de Peloponeso.

multiplicam os olhos ao desvelo, deixando a alma prevenida na sua chegada. Estes sim, seriam os exemplos para a população.

3 - *UT VIVAM IN AETERNUM*[11]

FIG. 3- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

Ocupava o tarjão do Terceiro Emblema "*a celebrada Phenix, ressucitando das cinzas da Morte, para ser eterna na vida*"[12].Para João Tavares, "*Clara está a allegoria do conceito na moralidade da pinctura: porque sendo a nossa Sereníssima Infanta a verdadeira Phenix de Portugal, e única nas virtudes, não se pode duvidar que primeiro lhe era precizo morrer por natureza, para que das cinzas da morte, renascesse por graça para viver por Eternidade no Céu.*"[13]

[11] Ibidem – Tradução: "De modo que (eu) viva pela eternidade."
[12] Ibidem
[13] Ibidem

4 - *EX PULCHRITUDINE MORS*[14]

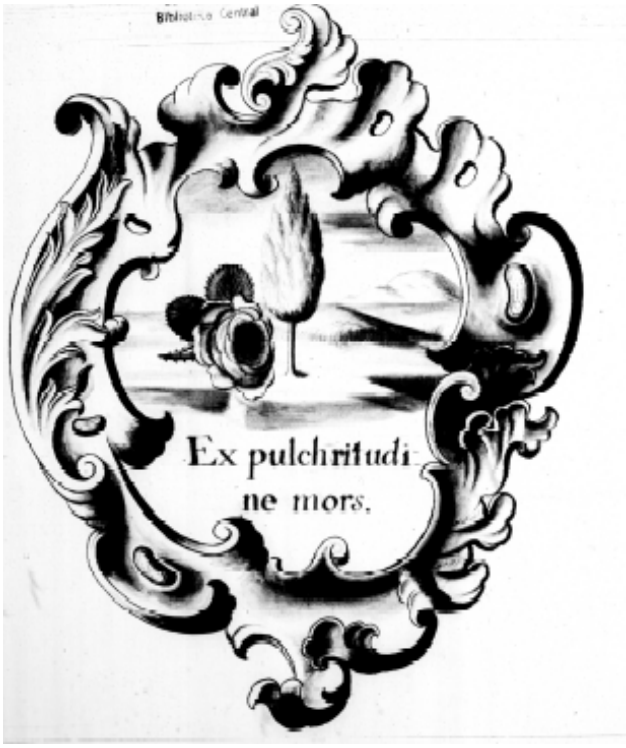

FIG. 4- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

No quarto emblema, "se decifrava com notavel valentia da Arte, e subtilezas do pincel, huma encarnada Roza, beijando humildemente o pé a hum triste, e melancólico Cypreste"[15].A rosa, pela sua beleza, seria símbolo da vida, na sua "mais florida idade". Já o cipestre representaria a "fúnebre imagem da morte" pois com ele "costumavão cubrir as amigas e mais nobres sepulturas, para crédito da tristeza"[16]

Segundo o autor, "a formozura traz sempre por infelicidade a morte de companhia, não sei se por inveja da belleza, ou só por nascer como formoza desgraçada".[17] Assim, finaliza na comparação da Infanta com uma "Roza Luza", de "tão bella pela sua pureza, e Castidade como formoza a roza. Perciza pela estimação singular, e como a Roza não podia ter mais vida, que a duração breve de huma flor".[18] .

[14] Ibidem – Tradução: "Em virtude da excelência da morte."
[15] Ibidem
[16] Ibidem
[17] Ibidem
[18] Ibidem

5 - *QUOTIDIE MERIMUR, ET CUM CRESCIMUS VITA DESCRENCIT*[19]

FIG. 5- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

No quinto Emblema está representado um "*O Sol desmayado em resplendores e com mortaes delíquios*". [20]

O homem estaria reduzido à miséria do pecado devido à sua frágil natureza porém, segundo o autor, "*nunca chegaria a morrer se não pecasse*."[21] Mas, como "herdeiro de Adão", ao nascer o homem já se vê com o "*pezo do peccado*", que com "*accelerados vôos como empenhado na morte, caminha para a sepultura"*[22].

Utilizou se a analogia com o Sol pois este, quanto mais se" *augmenta nos grãos de sua carreira, tanto tem de diminuição da sua prezistencia das suas luzes*".[23] A exortação é clara: "*quanto mais se vive mais depressa se morre e que quanto mais a vida cresce, mais para a morte se diminue, porque o que hoje se vivêo, já passou, e o que amanha em duvida se há de viver, inda não se logra*"[24]

[19] Ibidem – Tradução: "Todos os dias morro e à medida em que crescemos, a vida diminui."
[20] Ibidem
[21] Ibidem
[22] Ibidem
[23] Ibidem
[24]Ibidem

6 - *TEMPESTAS DEMERSIT ME*[25]

FIG. 6- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

No sexto emblema está representada "*Huma Nau periclitante, porque combatida de huma rigoroza, e desfeita tempestade"*[26]. O mar, foi sempre fonte de inúmeras analogias, devido à sua natureza inconstante e perigosa. Ao mesmo tempo em que atrai pela beleza de um "*falso Chrystal*", engana a muitos apresentando também duras penas.

Do mesmo modo, "*he o mundo hum profundo mar de tempestades, onde são inevitaveis os perigos*"[27], pois não faltam no mundo as tentações, que como que sereias, nos lançam a perigos e pecados na terra. O autor adverte, porém que, junto dos males, vêm também as humanas culpas.

[25] Ibidem- Tradução: "A tempestade me abisma."
[26] Ibidem
[27] Ibidem

7 - *NEC ULTRA*[28]

FIG. 7- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

Está representado no sétimo emblema a "*Deuza Partária, infernal ministra do Cocyto, filha de Júpiter e Meimes, que entre horrores do negro reyno ímpio, só governa da vida o tênue fio*"[29]que, com uma tesoura "cegamente", o corta.[30]

Assim, as habilidades e talentos do homem, que o levariam à glória e valorização terrena, levam também ao orgulho e à soberba. O intelecto humano, do qual "*procedem as operaçõens do entendimento, da vontade e da phantasia*"[31], seria dividido em duas partes, uma em que estaria a busca de ações gloriozas, e a outra em que estaria a "*vã inclinação, a cegueira da via e o desejo de vinganças*".[32]Logo, as pessoas deveriam tomar cuidado para não desviarem as suas qualidades de modo a objetivar apenas as glórias terrenas, e por conseguinte, vãs. O exemplo a ser seguido é, por conseguinte, o da "*Augustissima Princeza" ,* que nunca teria ocupado o coração com o "*menor incentivo dos desejos temporaes*"."[33]

---

[28] Ibidem – Tradução: "Nada é para além"
[29] Ibidem
[30] "Os gregos as parcas de Morai, os romanos Parcas: eram as três deusas filhas de Júpiter ou do Érebo e da Noite, que presidiam aos destinos humanos. Clotto, a mais moça, fiava o fio da vida, Láquesis determinava a qualidade e o comprimento desse fio, Átropos, com a tesoura cortava o fio no momento oportuno e inoxerável. O próprio Júpiter não tinha poder para interferir naquelas decisões fatais". Nota retirada de: SENECA. Apocoloquintose do divino Cláudio". In: Pensadores. São Paulo, Cultrix, 1973.
[31] Ibidem
[32] Ibidem
[33] Ibidem

8- *SIC MODO QUI FUIMUS, ERAS LURIS UMBRA SUMUS*[34]

FIG. 8- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

Neste emblema estão representadas duas rosas, "*huma toda florente, ostentando Magestade de Rainha*" e a outra "*com mortaes accidentes despida de toda a galla, correndo para o Sepulchro*"[35] .

A rosa simbolizaria as formosuras do mundo, pois estas não podem ter mais do que "*hua flor de duração, que apenas nasce quando morre"*[36]. Assim, na fragilidade da flor e na pouca duração de sua beleza estaria a metáfora para a certeza indubitável da morte.

A rosa, bela e fugaz, quando vê sua semelhante à beira da morte, vê também seu próprio espelho, já que um dia também estará desfolhada e murcha, do mesmo modo como, um dia, a agonizante flor, já arrebatou corações e provocou idolatrias. A idéia é a de, na semelhança, acabamos mais sensibilizados e cientes da nossa própria condição.

[34] Ibidem – Tradução: "De tal forma o que a pouco fomos, somos a leve sombra do que eras"
[35] Ibidem
[36] Ibidem

9 - *NASCI AEGROTARE EST, VIVERE SAEPE MORI*[37]

FIG. 9- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

O nono emblema ilustra um generoso leão- *"Coroado Príncipe dos Montes, venerado arbitro das Selvas"*[38] – porém, quase amortecido, pois, prostrado. A idéia a ser passada é a que: "*He a humana vida tão frágil por natureza e tão chea de mizerias em pena da culpa, que os mesmos que a logrão a delleitão, e aborrecem".*[39]

A vida humana seria um poço de misérias, já que desde o instante do nascimento, o homem traria a marca do pecado, ou da "*podridão do barro de que foi feito".* Nossa travessia terrena estaria, portanto, "*sujeita a huma chronica infermidade de dores e affliçoens até o ultimo instante da morte.*"[40]

Logo, somente o homem que viver "*sem lhe valer o Privillegio de Rey, para que deixe de sofrer a mizeria daquella infermidade que o acompanhou com a vida*"[41], teria uma vida virtuosa, pois se esquivaria das humanas tempestades.

---

[37] Ibidem- Tradução: "Nascer é morrer, o viver sabe da morte."
[38] Ibidem
[39] Ibidem
[40] Ibidem
[41] Ibidem

10 - *VENNIT DIES, ET INEVITABILE FACTUM*[42]

FIG. 10- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

Neste está representado "*Humma magnífica soberba torre despedaçada de hum rayo*"[43]. Nada no mundo, por mais famoso, poderoso, virtuoso que seja, resiste à voracidade do tempo. Assim, não haveria nada, nenhuma poção, mágica, prática médica que pudesse preservar alguém das mãos da morte- como diziam muitos mitos e lendas, pois o dia predefinido deste fim, é de Deus um dos seus "*infalíveis decretos"*.

[42] Ibidem- Tradução: "O derradeiro dia avança, e o inevitável destino."
[43] Ibidem

11 - *SOMMUS BULLA, VITRUM, GLACIES, FLOS, FABULA, SOCNUM UMBRA EMIS PUNCTUM, VOX, SONUS, AURA, NIHILHE*[44]

FIG. 11- Emblema. In.: Coleção de Manuscritos Alberto Lamego. Códice 38. IEB/USP

No último Emblema se encontrava representado, em um elevado trono, "*huma coroada Magestade, liberalizando entre humildes e rendidas adoraçoens, a huns favores a muitos prêmios, a outros benefícios*."[45]

Segundo o autor, "*he o mundo hum unniversal theatro adornado, e revestido das tapeçarias da Lizonja em que se reprezentão diversificadas tragédias pelos mortaes, reprezentando cada hum delles o seu papel, em quanto lhes dura a vida, e não chega a morte.*"[46] O mundo como um teatro era uma tópica recorrente na literatura, que se referia à valorização da imagem, da aparência, e do papel social de cada indivíduo na sociedade. Tudo decorria, pois, da nossa eficácia na "*imaginação das couzas*". Conheceríamos as coisas não pelo o que elas são, mas pelo que aparentam.

Sendo a vida uma encenação, pensava-se por conseguinte, que tudo terreno era também fugaz e etéreo: *"Tudo quanto a farsa representa he lembrar tudo quanto se vê he fumo, e tudo quanto se logra he nada. A imaginação o pinta, a lizonja o figura, o engano o*

[44] Ibidem- Tradução: "Somos bolha, vidro, gelo, flor, fabula, feno, sombra, cinzas, ponto, voz, som, ar, nada."
[45] Ibidem
[46] Ibidem

confirma, e a realidade o deleita. He flor, que com a morte se murcha, vidro que de hu sopro se quebra, sonho que em acordando se não acha, sombra que na ausência do Sol desaparece, viração que apenas se logra quando se finda, e voz que mal se articula, e logo fenece. Finalmente tudo he figura do que podia ser, e huma pintada imagem do que na realidade não he."[47]

Que a glória terrena seria vã, se provava continuamente na doutrina cristã ou mesmo em autores renomados como em Lopes da Vega: *"Dispier lo suena quien amando prensar*"[48]. A imaginação dos homens seria a responsável pelo apetecimento às terrenas glórias, pois imprimiria na fantasia uma imagem sedutora. Empenhados na busca dos vãos troféus, se esqueceriam de que estariam atrás apenas de uma "*phantastica aprehenção"*, de uma construção mental, uma "*pinctura que mente".*

O monarca ocuparia, segundo o autor, um lugar privilegiado no mundo, o de maior glória terrena. Ele seria escolhido e conservado por Deus : "*de quem recebe todo o poder, e jurisdicção, para o bom regimen, e governo do seu povo"*[49]- e seria , portanto, uma espécie de "*vigário de Christo na Terra".* Maior glória, para o Monarca, seria ainda a de "*ser amado, e obedecido de todos os seus vassalos".*[50]

Porém, sobrepõe a esta grandiosidade, um "*cativeiro, inda que nobre, e glorioza escravidão*", já que ao rei é compelido ser um eterno e grande pai, tutor e pastor: "*no amor Pay, no zelo tutor, Pastor no vigilar."* Assim, **"***Da hora em que cinge a coroa, e empenha o sceptro deixa de ser Rey, e principia a ser Pay, a Magestade com que entre tantas gloria occupa o throno, he o mayor incentivo do cuidadozo disvello, com que deve conservar em paz e justiça aos seus vassalos, sendo a imitação de Deos hum para todos e nada para si*"[51]. É um destino glorioso, mas penoso, pois o rei viveria somente para seu povo. Além disso, por mais elevada que seja esta glória, ela também é vã, de pouca duração.

Segundo o autor, a exemplar infanta teria também neste sentido, seguido a virtuosa inclinação, já que *"mostrou no dezengano da morte, que as grandezas do mundo e magestades da terra, são por momentâneas e caducas:*

sommus bulla, vitrum, glacies, flos, fabula, foenum.
Umbra, cinis, punctum, vox, sonus, aura, nihil."[52]

---

[47] Ibidem
[48] Ibidem
[49] Ibidem
[50] Ibidem
[51] Ibidem
[52] Ibidem

BIBLIOGRAFIA

AVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco.* São Paulo: Perspectiva, l980.

_____. *Resíduos seiscentistas em Minas- textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco.* Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, 2 vols.

AVILA, Cristina. *A Palavra no espelho*.Belo Horizonte, Faculdade de Letras-UFMG, 2001(Tese)

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A vivência da morte na Capitania das Minas.* Dissert. de Mestrado, UFMG- Depto. de Filosofia, 1986.

_____. *A pompa fúnebre na Capitania das Minas* In: *Revista do Deptº de História/UFMG*. IV(1987): 1-24.

_____. *A presença do macabro na cultura barroca* In: : *Revista do Deptº de História/UFMG*. V(1987): 83-90.

_____ *O Triunfo Eucarístico: hierarquias e Universalidade* In: *Revista Barroco*. Belo Horizonte, 15(1992):461-7.

D'ARAUJO, Ana C. B. *Morte, memória e piedade barroca* In: *Revista de História das Idéias*, Coimbra, 11 (1989):129-74.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos - ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JANCSÓ, Istvam e KANTOR, Iris (org.). *Festa- Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São PAULO: Edusp, 2001.

MUHAMA, A. *Tratado seiscentista*.SP: Edusp, 2002.

PÉCORA, Alcir.In: *As Excelências do governador*. SP: Cia das Letras, 2002.

SENECA. *Apocoloquintose do divino Cláudio*. In: Pensadores. São Paulo, Cultrix, 1973.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Professores e revistas literárias em Porto Alegre no século XIX

Cássia Daiane Macedo da Silveira*

Resumo: Esta apresentação é parte de uma pesquisa maior a respeito da Sociedade Parthenon Litterario, associação cultural fundada em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. Por ela passaram, escrevendo romances, poesias e peças teatrais, muitos dos letrados rio-grandenses mais importantes da época, vários deles professores de escolas primárias e secundárias. Em aparente contradição com isso, recentes pesquisas historiográficas chegaram à conclusão de que era muito comum, no período em questão, a existência, nessas escolas, dos chamados "mestres ignorantes": professores que não apresentavam o nível cultural exigido pelos padrões da época para ser considerado um mestre competente. Meu objetivo, com essa apresentação, é tentar compreender, de forma ainda preliminar, a participação de tantos desses professores primários e secundários em periódicos literários da época, fenômeno que observei ser muito comum.

Palavras-chave: Professores – Revistas literárias – Segundo reinado

Abstract: This presentation is part of a larger research about Parthenon Literário Society, a cultural association founded in Porto Alegre in the second half of the 19th Century. Many of the most important Rio Grande do Sul cultured people from that period passed by that society. Many of them being teachers from primary and secondary schools. As an apparent contradiction to this, recent historiographic research came to the conclusion that, in the period in discussion, the existence of "ignorant masters" in those schools was very common. They were teachers who did not have the cultural level required to be considered competent masters, according to that time standards. My objective with this presentation is to try to preliminarily understand the participation of so many of those primary and secondary teachers in literary journals from that period, phenomenon I observed to be very common.

Keywords: Teachers – Literaries magazines – Second reign

De acordo com o censo de 1872, a cidade de Porto Alegre contava, neste ano, com 104 "professores ou homens de letras". Entretanto, não podemos pensar nessas pessoas como "profissionais da instrução": ainda neste período o ofício de professor não requeria muitos saberes. A recente série de estudos acerca da profissionalização docente ao longo do século XIX, nas diversas Províncias, tem frisado que a presença de "mestres ignorantes" (LUCIANO, 2002: 2) era uma constante, sendo comuns os professores que mal sabiam ler ou escrever.

* Mestranda pelo PPG em História da UFRGS, com financiamento do Cnpq.

Na Província de São Pedro, desde o fim da Revolução Farroupilha, que havia concentrado durante dez anos as atenções das autoridades, a preocupação com a educação era acompanhada de duras críticas às condições de habilitação dos professores: "A principal deficiência, entretanto, era a falta de elementos capazes para exercer o magistério. A necessidade de instruir a infância e a mocidade obrigara as autoridades a confiar muitas cadeiras a professores medíocres, na dificuldade de encontrar outros mais habilitados" (SCHNEIDER, 1993: 59).

Os professores do ensino público, apesar de prestarem concurso com exame de avaliação de suas competências, em grande parte das vezes não eram capazes de ministrar com aptidão as aulas das quais ficavam encarregados, pois "não se apresentando candidatos habilitados, a regência das cadeiras seria provida temporariamente por indivíduos o mais idôneos que fosse possível" (SCHNEIDER, 1993: 102). Eram comuns as queixas contra os mestres que não sabiam as mínimas regras de gramática ou aritmética, como podemos observar nesta declaração do Presidente da Província em 1858, Ângelo Moniz da Silva Ferraz:

> *"A exames de muitos opositores às cadeiras, tenho assistido e poucos são os pretendentes que me hão parecido nas circunstâncias de incumbir-se do magistério. Alguns aparecem tão estranhos a regras da gramática e da aritmética, e com tantos vícios e imperfeições na leitura que bem poderiam, sem ofensa, recambiar-se à escola.*
> *Entretanto é certo, que muitas cadeiras têm sido confiadas, na falta de outros melhores, a professores que muito têm a aprender para poderem comunicar a seus discípulos a precisa instrução" (SCHNEIDER, 1993: 88).*

Tais queixas se mantiveram no decorrer da década de 1850, apesar das tentativas de melhora com a introdução de novas legislações. Os debates acerca da instrução pública se faziam presentes em periódicos de diversas vertentes, desde os de cunho político aos de cunho literário, e se misturavam a críticas à administração Imperial. A revista *O Guayba*, de Porto Alegre, primeiro periódico de caráter literário a surgir no Rio Grande do Sul, era, em meados de 1850, uma dessas combatentes fervorosas à maneira como vinha sendo conduzida a expansão da educação na Província. Uma das bandeiras da revista era a exigência de melhores salários para o professorado. Na visão dos redatores,

> *"um preceptor da mocidade é o homem que deveria merecer as melhores garantias do Estado, pois é com a sua palavra que se alimentam esses espíritos, que um dia guiarão os destinos de toda uma nação; nesses jovens, que hoje prestam atenção às suas lições de moral e economia, a nação tem os olhos fixos, porque neles está adrede a sua glória e o Professor é quem os prepara para ele" (SCHNEIDER, 1993: 137).*

O governo Imperial, de sua parte, preocupava-se em "demonstrar a pujança da instrução pública no Brasil que, em 1877, ostentava uma freqüência escolar 12% superior à

francesa" (VIDAL e FARIA FILHO, 2003: 3). Segundo Diana Vidal e Faria Filho, as publicações imperiais que procuravam, através de dados estatísticos, comprovar os altos índices educacionais no Brasil, eram comuns durante a segunda metade do século XIX: "Escritas para figurar nas Exposições Universais, as obras eram peças de propaganda do Estado Imperial" (VIDAL e FARIA FILHO, 2003: 3).

Esses debates expressam, por um lado, a crença na necessidade de civilizar o novo país, de acordo com uma cultura ilustrada que valorizava a erudição e a retórica. Nesse sentido, seria preciso que os professores fossem verdadeiros homens de letras, estudiosos habilitados e cultos, que semeassem seu saber para toda a população. Por outro lado, eles demonstram também que a realidade estava muito longe deste ideal: num país de analfabetos, os poucos indivíduos com recursos culturais à altura dos desejos das autoridades e dos jornalistas dispunham de uma série de outras possibilidades profissionais mais prestigiosas e valorizadas financeiramente. Isso era reconhecido, em 1856, pelo então presidente da Província, Jeronymo Francisco Coelho:

> *"no nosso país, novo como é, e que tantas e variadas carreiras oferece mais distintas na sociedade, já na magistratura, já nas repartições públicas, já no parlamento e nos cargos administrativos, ou no sacerdócio, etc., acontece que quaisquer indivíduos dotados de esclarecida inteligência preferem antes essas carreiras ou mais rendosas ou mais brilhantes, à vida modesta, paciente e monótona de todos aqueles que se votam ao serviço do magistério público. Se pois os que poderiam ser bons mestres acham muitos outros empregos que os atraiam, podeis tirar a conseqüência a respeito dos que ficam disponíveis para se sujeitarem ao magistério" (COELHO APUD SCHNEIDER, 1993: 136).*

Ao que tudo indica, grande parte do professorado público não apresentava as condições culturais exigidas para um cargo que, na concepção da época, deveria ser ocupado por uma pessoa ilustrada e respeitada. Por outro lado, em pesquisa acerca da *Sociedade Parthenon Litterario*, associação cultural fundada em Porto Alegre em 1868, constatei a presença massiva de professores entre seus membros (dos 20 sócios fundadores[1], nove tiveram essa ocupação antes da criação da Sociedade – isso sem considerar os demais docentes que se juntaram ao grupo após a fundação).

Se examinarmos tal questão em uma perspectiva diacrônica, veremos que esta relação professores/imprensa literária já se verificava em outros periódicos rio-grandenses que antecederam o *Parthenon*. Tentei buscar informações específicas sobre os colaboradores das seis revistas de literatura existentes na cidade de Porto Alegre antes da fundação do *Parthenon Litterario*, conforme informações contidas no livro *Imprensa literária de Porto*

[1] A respeito de cinco deles ainda não possuo nenhuma informação.

Alegre no século XIX, de Athos Damasceno Ferreira.[2] Apesar do grande número de indivíduos a respeito dos quais não obtive nenhuma informação, algumas regularidades podem ser observadas, como a grande repetição de nomes entre as revistas (o que pode indicar a existência de uma rede de comunicação entre os indivíduos ligados a esses periódicos e de um grupo – ou de grupos – de pessoas conhecidas, interessadas em literatura, e, também, o número restrito destas pessoas) e a predominância do exercício, em algum momento da vida, de ocupações voltadas à instrução. De um total de 47 nomes – sem contar com as repetições entre os periódicos – sobre 24 não obtive nenhuma informação ou não pude identificar a quem se referia o pseudônimo utilizado. Dos 23 restantes, 11 tiveram, em certo momento da vida, alguma ocupação ligada à instrução. Como entender a posição social desses indivíduos, pertencentes às elites rio-grandenses e com tão altos padrões culturais (muitos foram deputados provinciais e chegaram a freqüentar alguma das Faculdades do Império), mas que também formavam os quadros de profissão tão desprestigiada?

Fábia Luciano, analisando a instrução pública catarinense ao longo do século XIX, atenta para o fato de que o magistério era, em boa parte das vezes, uma profissão a qual se recorria pela falta de outra: "Por via de regra, só quer ser professor, quem não pode ser outra coisa" (LUCIANO, 2002: 4 e 9). Entretanto, o magistério podia aparecer, a muitas pessoas do século XIX, como uma "profissão coringa" para a obtenção de cargos políticos, o estabelecimento de relações e o cultivo da cultura letrada.

Alguns trabalhos recentes apontam para a contínua formação de uma identidade dos professores secundários durante o Segundo Reinado brasileiro. De acordo com tal visão, entre esses professores haveria uma constituição identitária ligada à cultura letrada que compartilhavam e os espaços e redes de sociabilidade que freqüentavam. Conforme Arlette Gasparello, eles seriam

> *"Um grupo cuja procedência social encontra-se vinculada à cultura letrada e que teve sua trajetória constituída no interior de uma rede de vínculos sociais e experiências sócio-profissionais e que passou a se definir e se reconhecer como professores, uma profissão intelectual que não os afastava do grupo de letrados, mas que agregava uma conotação específica – o ofício de ensinar" (GASPARELLO, 2004: 1).*

---

[2] Tratam-se dos periódicos *O Guayba* (1856), *Álbum de Domingo* (1860), *O Diógenes* (1863), *O Ypiranga* (1863), *Atualidade* (1867) *e O Relâmpago* (1869). Dentre esses, as revistas *O Ypiranga* e *O Relâmpago* não informavam o conjunto de seus colaboradores, não havendo como conhecer os nomes das pessoas que delas participavam. Sobre os colaboradores da revista *Álbum de Domingo*, por sua vez, não foi possível encontrar nenhuma informação.Utilizo as referências do livro de Athos Damasceno Ferreira porque a maior parte destes periódicos já não pode mais ser encontrada em arquivos. A exceção é a revista *O Guayba*: nesse caso, conferi os nomes citados por Athos com os constantes na revista e houve coincidência.

Ainda segundo a autora, esses professores formavam sua identidade, em grande medida, a partir da convivência construída em associações culturais e, muitos deles, se destacaram no meio cultural do século XIX. Embora uma quantidade significativa dos docentes recebesse críticas generalizadas a respeito de sua pouca instrução, o que seria incompatível com o ofício de professor, podemos inferir, como Gasparello, que havia um grupo de professores de efetivo destaque em termos culturais em relação à grande maioria de seus pares. Eram pessoas que, naquele contexto, se identificavam por partilharem uma mesma cultura letrada, participando dos meios culturais da cidade e mantendo estreitas relações com as elites locais.

Achylles Porto Alegre, um dos sócios-fundadores do *Parthenon*, comentando a solidariedade existente entre alguns dos mestres de seu tempo, assim nos conta:

> *"Uma ou outra noite, encontravam-se no gabinete do professor Fernando Gomes, que morava à rua da Igreja, os seus colegas [José Theodoro de] Souza Lobo e Bibiano de Almeida. Às vezes, de longe em longe, aparecia ali também o dr. Graciano Alves de Azambuja que era amigo do velho mestre, desde os bancos escolares onde sempre fez bonita figura. [...]O Bibiano de Almeida era bicho de concha; dava o mote e encolhia-se todo. Gostava de ouvir o Souza falar e, por isso, dava-lhe corda. De quando em vez, o Bibiano interrompia o Souza com uma frase latina que vinha a calhar. E ele respondia-lhe ao pé da letra, no mesmo tom. Depois das dez da noite, os três saiam para ir ao armazém da esquina a ver se petiscavam alguma coisa" (PORTO ALEGRE, 1923: 113).*

O Colégio Gomes, do professor Fernando Gomes, foi uma das mais conhecidas escolas particulares de Porto Alegre no século XIX. Dela participaram, como professores ou como alunos, muitos dos que anos depois figurariam entre os membros da *Sociedade Parthenon Litterario*. O trecho acima nos permite entrever como se davam, a partir do compartilhamento de uma série de códigos culturais, as relações de admiração e amizade entre os professores e, mesmo, entre os alunos e os antigos mestres, como no caso do citado dr. Graciano Alves de Azambuja, ex-aluno do professor Gomes.

O domínio de uma cultura letrada variada, que incluísse o conhecimento das obras clássicas, de outros idiomas, das ciências e, além disso, o "dom da palavra", o bom emprego da retórica nas conversações, conferia aos indivíduos assim dotados um prestígio e uma reputação que extrapolavam o ofício por ele desempenhado. Múcio Teixeira, no trecho abaixo, realça especialmente a erudição do professor Apolinário Porto Alegre, também fundador do *Parthenon*, e irmão de Achylles. A figura do professor é comparada, por Múcio, à figura paterna; porém, tratava-se aqui, sobretudo, de um pai culto, bem informado e dedicado particularmente à ilustração:

> *"Talento de eleição, robustecido de constantes e pacientes estudos, dispondo de memória notável e de eloqüência arrebatadora, tudo isso realçado por um caráter*

> *de proverbial altivez e de sincera bondade, o erudito e estimado mestre sentia-se à vontade no meio dos seus alunos, como se fosse um pai amado entre os filhos obedientes, dando-nos assim as lições de qualquer disciplina escolar (ele substituía nas aulas a todos os professores de faltavam [sic]), ensinando-nos a história e a geografia, a aritmética e a filosofia, a química, a física, as ciências naturais, o alemão, o francês, o inglês, o latim e a língua vernácula, que tinha nele um dos seus mais brilhantes cultores, intimamente familiarizado com os clássicos e muito atento a tudo quanto se publicava na pátria e no estrangeiro, recebendo por todos os vapores livros novos e revistas nacionais e européias, que nos emprestava, discutindo conosco assuntos científicos e literários" (TEIXEIRA, 1921: 160).*

Além disso, uma série de pistas nos leva a crer que aqueles indivíduos que trabalhavam, em certo momento de suas vidas, no magistério, seja ele particular ou público, podiam ocupar também, a despeito do quadro desolador da instrução e dos mestres pintado pelos contemporâneos, diversas posições entre as elites da cidade. Achylles Porto Alegre nos dá alguns desses indicativos: segundo ele, o professor público Francisco de Freitas Cabral, de "caráter e têmpera incomparável, querido e benquisto", também fora deputado provincial; entre os docentes do Liceu Dom Affonso, primeira escola pública de ensino secundário da Província, encontramos o tenente-coronel de engenharia João Baptista de Alencastro e o deputado Francisco de Paula Soares. Apesar de se fazer necessária uma pesquisa específica sobre o perfil do magistério no século XIX e as posições sociais dos professores, alguns indicadores, como a deputação e a alta patente militar, nos levam a crer que o magistério, embora pudesse ser considerado uma profissão de pouco prestígio, continha, em seus quadros, indivíduos pertencentes às elites provinciais e de elevado estatuto social. O que conferiria ou não *status*, portanto, não era o trabalho desempenhado, mas sim a posição ocupada socialmente pelo indivíduo, advinda dos recursos culturais que dominava e/ou do seu bom nascimento.

Numa cidade em que tão poucos tinham acesso a esse tipo de educação e onde, mesmo, muitos professores não contavam com tais recursos, aquelas pessoas que possuíssem o domínio da cultura ilustrada certamente ocupavam posição de destaque. Talvez essa seja uma explicação capaz de nos fazer compreender o aparente paradoxo das apreciações (diretas ou indiretas) de Achylles Porto Alegre a respeito do emprego no magistério. Ele, por um lado, ressalta que tal ocupação era deveras desprestigiada, referindo-se a ela como a "ingrata profissão de mestre" (PORTO ALEGRE, 1994: 136); mas, por outro lado, salienta que "naquela época já existiam patrícios de destaque entre nós – o Eudoro Berlink, o Ignácio de Vasconcellos, o Affonso Marques, o Hilário Ribeiro e muitos outros que honrariam as mais elevadas posições que ocupassem" (PORTO ALEGRE, 1923: 155). Todos os quatro nomes

citados são de indivíduos que, em certo momento de suas vidas, dedicaram-se ao magistério, mas também, e com igual fervor, à literatura e à política.

O que pretendo dizer aqui, enfim, é que o que conferia a honorabilidade a uma pessoa não era o fato de exercer esse ou aquele ofício, como, no caso, o magistério. O que fazia desses indivíduos sujeitos respeitados em sua época era um conjunto de fatores que incluía participações na imprensa periódica, domínio dos códigos da cultura letrada (como o conhecimento de idiomas, das ciências, da retórica e de diversos autores prestigiados), relações mantidas com outros indivíduos de destaque e, em muitos casos, a própria origem social.

Referências bibliográficas:

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1975.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Invenção e continuidade: A *História do Brasil* de João Ribeiro. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História editorial.* Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED, 8 a 11 de novembro de 2004. Disponível em <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/arlettegasparello.pdf>, acessado em 29/10/2006.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Mestre: profissão professor(a) - processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. *Anais eletrônicos da 23ª reunião anual da ANPED.* Caxambu, 24 a 28 de setembro de 2000. GT História da educação. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/>, acessado em 29/10/2006.

LUCIANO, Fábia Liliã. A profissionalização docente catarinense: um resgate da memória do século XIX. *Anais eletrônicos da 25ª reunião anual da ANPED.* Caxambu, 29 de setembro a 02 de outubro de 2002. GT História e Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/fabialilialucianot02.rtf>, acessado em 29/10/2006.

MACHADO NETO, Antonio Luis. *Estrutura social da república das letras:* sociologia da vida intelectual brasileira - 1870-1930. São Paulo: Ed. da USP, 1973.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Contos e perfis.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1910.

_____. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916.

_____. *Serões de inverno.* (chronicas). Porto Alegre: Selbach, 1923.

SCHAFFRATH, Marlete. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. *Revista Brasileira de Educação.* Disponível em <http://www.anped.org.br>, acessado em 29/10/2006.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul:* 1770-1889. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos.* Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. Volume 2.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 29/10/2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leituras transversais sobre a Inconfidência Mineira: Fontes lacunares e literatura nas Minas Gerais do século XVIII.

Marcus Vinícius Duque Neves*

Resumo: Esta comunicação apresenta o início de uma nova abordagem da Inconfidência Mineira (1788/89) pelo resgate de uma de suas personagens, o contratador de impostos João Rodriguez de Macedo. A insuficiência da documentação relativa a sua vida e idéias prescrevem a necessidade de buscar uma abordagem transversal. Aqui se percorre o possível universo desta personagem por duas vias: Uma faz-se pela análise da única biografia existente, do final dos anos 1970, discutindo-se como foi interpretado o *corpus* documental principal, sua correspondência pessoal e comercial. A seguir, pela análise da noção sobre o "bom governo" baseada na leitura da obra literária de maior circulação nas Minas Gerais do final do século XVIII, o *Telêmaco* de Fenelón. A obra foi escolhida por sua influência potencial no contexto, ainda pouco discutida.
Palavras-chave: Inconfidência Mineira, literatura, Telêmaco.

Resumé : Cette comunication présente une première tentative d'une nouvelle analyse de la « Inconfidencia Mineira » (1788-89), à travers un de ses personnages, le « ramasseur » des taxes João Rodrigues de Macedo. L'insuffisance de documentation prescrit le besoin de l'utilisation d'un abordage transversel. Ici on peut parcourir l'univers de ce personnage par deux voies : l'une par l'analyse biographique présentée, de la fin des années 1970, on discute comme est faite l'interprétation du *corpus* du document principal, sa correspondance perssonnelle et commerciale. Ensusite, par l'analyse de la notion du «bon gouvernement » centré sur une lecture de l'oeuvre littéraire de plus grande circulation au Minas Gerais à la fin du XVIIIeme siécle, le *Telémaque*, de Fenélon. Cette oeuvre a été choisie par son influence potencielle dans le contexte, encore peu discuté.
Mots: Inconfidencia Mineira, literature, *Telémaque.*

Esta comunicação discute métodos e soluções que estão sendo empregadas para sanar dificuldades de uma pesquisa em andamento e aborda o tema de como lidar com projetos de pesquisa que perceptivelmente nos levarão a uma documentação lacunar, e imprecisa frente ao difícil enfrentamento com o modo tradicional de proceder. O risco da utilização de leituras transversais para descobrir o que não é possível abordar diretamente é, não apenas o perigo da imprecisão, mas, também o de cairmos em contradição com as interpretações mais corriqueiras – que possuem um certo *status* de segurança - ou de sermos levados por interesses e analogias inconseqüentes. O poder da metáfora, de levar de um lugar

* UFMG. Bacharel em Direito e Licenciado em História

a outro os sentidos, se torna mais perigoso e fora de controle na proporção da distância que a obrigamos percorrer. Assim, testar adequadamente e cuidadosamente os métodos se torna fundamental para adequá-los às necessidades de precisão acadêmica.

É nesse ínterim que esta comunicação vem trazer um exemplo dos caminhos metodológicos de caráter transversal levantados para uma pesquisa concreta em andamento, e subsídios para pensar tanto os métodos como as abordagens tradicionais de um dos temas mais recorrentes da historiografia brasileira: a Inconfidência Mineira de 1788/89.

O problema historiográfico

O estudo da Inconfidência Mineira de 1788/89 traz o estranhamento de que uma sedição não desencadeada tenha tal valor histórico, superando em número de estudos muitas das suas congêneres que foram mais longe em suas realizações. O valor simbólico da Inconfidência Mineira vem de fins do século XIX com o advento da república: no desejo de romperem com uma série de ícones e símbolos monárquicos, cuja autoridade ainda era vívida nas mentes de muitos, os republicanos trataram logo de criar seus próprios ícones e símbolos e de os revestir de autoridade, buscando restaurar de alguma forma, sob o manto da nacionalidade, do civismo e do patriotismo republicano o lugar do sagrado na política, tão marcante no período anterior.

A dificuldade de iniciar novas releituras sobre a Inconfidência Mineira deve-se, portanto, à sua sacralização enquanto símbolo maior do surgimento do nacionalismo brasileiro frente ao português. Como a república foi proclamada contra um Império brasileiro dirigido pelos descendentes da Casa de Bragança, era clara a necessidade da criação de outro referencial de nacionalidade que mostrasse um rompimento total e sem volta com a interpretação Imperial de um continuísmo de legitimidade nos moldes do Antigo Regime, portanto, trazendo um outro mito de origem da nacionalidade.

O referencial republicano-positivista dirigiu as interpretações posteriores sobre a Inconfidência Mineira referenciando-a cuidadosamente na documentação existente então, (pouco menos do que temos hoje). As lacunas existentes eram preenchidas com suposições anacrônicas que colocavam no lugar das dúvidas, a certeza imputada às personagens do drama, de uma visão republicana e uma idéia clara de nacionalismo, as mesmas dos fins do século XIX.

Assim, estabeleceu-se uma corrente de interpretação que foi hegemônica na historiografia até meados da década de 1960, ao menos, quando vários autores começaram a

questionar diversos cânones republicanos desta interpretação. Entretanto, boa parte dos autores continuou a considerar a documentação, tradicionalmente utilizada para interpretar a Inconfidência Mineira, como um *corpus* documental muito completo, do qual não se deveria afastar,

Como afirmado, sobre a questão do embasamento documental, foi comum até poucos anos atrás dar um *status* de segurança maior às pesquisas que utilizaram um *corpus* documental considerado 'completo' - ainda que a interpretação esteja flagrantemente torta – em detrimento de pesquisas que utilizassem fontes incompletas e fizessem o trajeto de inserir diversas formas de pesquisa complementar para daí, como em um mosaico, inferir diversas relações possíveis e construir uma interpretação. Temos aqui, então, não só um preconceito com um método considerado inferior e inseguro, mas também uma questão sobre o "prestígio das fontes documentais". Apesar da qualidade do trabalho de pesquisa depender, caso a caso, da sorte e capacidade do pesquisador, tenho em mente o que podemos chamar de 'história da historiografia sobre a Inconfidência Mineira', e o prestígio dos *Autos de Devassa*, que é percebido como o que impede um método considerado típico da história cultural.

A historiografia sobre a Inconfidência Mineira tem uma história de tentativas de apropriação e de construção de seus sentidos que dá arrepios aos pesquisadores metodologicamente mais 'conscientes'. Assim, falar de uso de fontes transversais no preenchimento das lacunas existentes na documentação sobre a Inconfidência Mineira, cujo *corpus* documental é considerado muito vasto e completo, cheira, para alguns, a uma tentativa de torcer o que tem sido feito, com muito custo, no resgate do sentido histórico da Inconfidência.

Como exemplo, e lembrando os limites de utilização de fontes transversais, temos a inconseqüente e reiterada tentativa de um grupo que tentou imputar influências maçônicas no ideário e nas práticas dos Inconfidentes em um momento que a maçonaria ainda não havia se estabelecido na colônia. Sem discutir aqui as celeumas que ainda existem entre essas interpretações, afirmamos apenas que este é um dos pontos que tornaram a historiografia sobre a Inconfidência tão criticada hoje. É como se tudo que viesse de fora de uma leitura estrita da documentação mais prestigiosa pudesse reabrir as discussões, dando munição aos desacreditados historiadores adeptos da maçonaria. Contudo, frisamos que as afirmações oriundas desse grupo não possuem caráter de uso de fontes transversais, sendo, muito pelo contrário, afirmações sem nenhum critério metodológico.

A pesquisa concreta: João Rodrigues de Macedo e a Inconfidência

Uma importante personagem do período, com relações próximas aos envolvidos, e com certeza metido na conjura, (sem se saber até que ponto, ou desde quando) foi o comerciante e arrematante de contratos sobre direitos sobre a cobrança de impostos João Rodrigues de Macedo. Por não estar significativamente presente na documentação tradicional sobre a Inconfidência, principalmente nos "Autos de Devassa", e do caráter repetitivo e 'seco' de sua correspondência comercial sobrevivente, Macedo sempre foi pouco permeável às tentativas de análise. No entanto, na década de 1970, (uma década com muitos apelos nacionalistas e com tentativas de releitura e reforço do 'ideal republicano'), foram feitas pesquisas pelo historiador mineiro Tarquínio J. B. de Oliveira, das quais sairia, em 1979, a única e resumida biografia até hoje editada sobre Macedo.

A biografia em questão é interessante como base de dados, apesar da necessidade ainda atual de serem conferidos um a um pela falta de método adequado no levantamento e na forma das referências feitas. Também se apresenta pouco interpretativa: compila informações biográficas esparsas e comenta passagens onde Macedo é citado por terceiros; faz considerações diversas sem citar as fontes (das quais restam dúvidas se existem), cita algumas teorias desacreditadas pela historiografia, mesmo naquela época, e elogia a personagem excessivamente (com qualidades republicanas) com o intuito bem claro de alça-la ao 'panteão dos heróis inconfidentes'.

Entretanto, a questão que se coloca é menos o que Tarquínio de Oliveira tentou fazer em seu trabalho, ou seja, a busca de uma biografia de Macedo que o descreva psicologicamente ou intelectualmente (o que parece impossível com a documentação disponível), mas buscar um novo caminho de interpretação buscando mais dados sobre seu lugar e seu papel em Minas Gerais, por meio de leituras transversais e uma manipulação mais crítica e cuidadosa da documentação existente.

A primeira questão que nos coloca a correspondência comercial de Macedo é a análise da origem, o histórico e a forma desses arquivos. A manipulação feita por Macedo deste fundo documental, a qual, talvez apenas Maxwell (1977: 255) tenha percebido, é o eixo principal de qualquer análise dessa correspondência.

Ao analisar esta correspondência, Tarquínio irá afirmar que "sua personalidade ressurge, entretanto, por si mesma, da Correspondência Ativa de João Roiz de Macedo, esclarecida por sua pena ante o mundo em que viveu" (OLIVEIRA, 1979: 12). A afirmação,

muito bonita esteticamente, contudo, não diz nada. A personalidade de Macedo continua indecifrável, pois a correspondência incompleta de suas atividades comerciais é quase isenta de matérias pessoais, sendo de tom seco e monótono, muitas vezes repetindo-se, como toda documentação proveniente de práticas que possuem um cotidiano marcado pela escrita formal e o registro 'mecânico'.

As afirmações sobre as práticas profissionais de Macedo também estão sempre sendo discutidas de forma rasa e sem método. Por exemplo, uma afirmação deste tipo é que "João Rodrigues de Macedo, principal comerciante de Minas Gerais, estaria bem mais próximo a um pragmatismo econômico dos Países Baixos do que a qualquer modelo mercantilista praticado à época, como revela sua correspondência". (SILVA, 2002: 236). Esta suposição metodologicamente falando precisaria de alguns pressupostos: que houvesse produção acadêmica sobre o que é o 'pragmatismo dos comerciantes holandeses'; que a documentação de Macedo pudesse e já estivesse analisada profundamente pelos seus aspectos comerciais; e que, finalmente, tais estudos fossem comparados através de um método adequado. Nenhum desses passos foi apontado sequer de forma sutil pelo autor da afirmação. Este é o tipo de 'método' que permeia grande parte da produção sobre a Inconfidência: Uma afirmação solta embasada em opiniões sem lastro nenhum. Pelo menos, o caminho fictício que aqui colocamos como ideal, ainda pode ser realizado, com resultados que não podemos afirmar de antemão.

O que no interessa, mais imediatamente, entretanto, é o uso das recentes descobertas sobre a presença e os usos da literatura nas Minas Gerais no período. A obra literária mais presente nas Minas do século XVIII foi *As Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon (VILLALTA, 2005:176). Esta graciosa obra, de 1699, (originalmente um tratado para a educação de um príncipe em forma de narração épica no modelo da Grécia antiga), continha diversos argumentos que poderiam ser utilizados contra as formas despóticas e absolutistas de governo. Para muitas passagens, faltava apenas uma analogia simples para que uma poderosa argumentação anti-tirânica e anti-colonial surgisse ao leitor, multiplicada pelo formidável caráter didático dado à obra por ser autor. Os levantamentos estatísticos sobre a presença de romances no Brasil colonial colocam o *Telêmaco* em primeiro tanto para a praça do Rio de Janeiro no período de 1769 a 1800 no comércio legal, assim como Portugal para o Brasil como um todo no período de 1769 a 1821. VILLALTA, (2005: 176-7).

A obra pode ter tido influência razoável na propagação de sentimentos contrários entre os que se sentiam desdenhados por uma Coroa que parecia dar importância demasiada

ao reino e muito pouca importância à colônia. Uma boa 'governança' deveria ser mais equânime, e a percepção de riqueza e prosperidade em outro lugar que não o diretamente envolvido na produção de riquezas pode criar ressentimentos manobráveis na arena política.

No *Telêmaco*, o rei tem a obrigação de fazer o bem e tem poder limitado pela lei:

> *"Eu perguntei a Mentor no que se traduzia o poder do rei. Ele respondeu: ele pode tudo no que toca ao povo, mas está submetido às leis. Ele tem poder absoluto para fazer o bem, mas as mãos manietadas a partir do momento em que pretende fazer o mal. As leis lhe conferem o povo como o mais precioso bem a ser guardado, mas sob condição de que ele aja como um pai em relação a seus súditos". (FÉNELON, 1699: 57).*

A limitação do poder do rei passa principalmente por uma questão que é premente na representação da 'boa governança': a tributação, que deve ser suave e está relacionada com a possibilidade de crescimento local.

> "Ainda assim, para que seu povo se multiplique, é necessário que você facilite os casamentos. *Isso* pode ser feito facilmente: quase todos os homens têm inclinação para o casamento, a miséria é a única coisa a retê-los. **Se você não o sobrecarregar com impostos**, eles poderão viver sem dificuldade com suas esposas e filhos, pois a terra nunca é ingrata, ela sempre alimenta com seus frutos aqueles que a cultivam cuidadosamente, ela recusa seus bens somente aos que temem cansar-se na sua lida. Os camponeses serão mais ricos na medida que mais filhos tiverem, **desde que o príncipe não os empobreça à força de impostos**." (FENELÓN, 1699; 148). (grifos meus).

Em outra passagem, Telêmaco desce ao Hades e tem a uma lição. Lá, "Os reis, que em vez de bondosos e atentos pastores de seus súditos tinham sido como lobos esfaimados que assolam os rebanhos, eram tratados com um rigor particular". (FENELÓN, 1699: 218). Assim, ele conclui como aprendizado:

> "...há poucos reis suficientemente firmes e corajosos para resistir a seu próprio poderio e capazes de repelir a bajulação de tanta gente que só estimula suas paixões. Assim, os bons reis são raros e a maioria deles é tão perversa que os deuses não seriam justos se, depois de ter suportado que eles abusassem do poder enquanto estavam na Terra, não os castigassem depois de sua morte". (FENELÓN, 1699: 224).

Se em um primeiro momento pode parecer estranho utilizar um texto literário para falar de um comerciante que arrematou contratos de impostos e cuja documentação é pouco reveladora, contudo devemos lembrar que Macedo foi um instrumento imediato da realização dos desígnios tributários da Coroa. A possibilidade de ter estado em contato com esta obra é sensível, e isto o colocava em posição de escolher pelo apoio aos que representavam a 'luta contra a tirania'. Aliás, essa posição era tentadora para quem via no horizonte a impossibilidade de quitar suas obrigações e de ter a difícil decisão de endurecer, com prejuízo de sua rede de influência, ou então a perspectiva de falir em alguns anos se a situação econômica das Minas continuasse em declínio.

Concluindo, podemos perceber que a hipótese de uma influência marcante de uma noção de 'boa governança', elaborada a partir de premissas similares às encontradas no *Telêmaco,* é palpável e serviria aos envolvidos diretamente na administração e na política coloniais. Se as premissas de administração mais liberais, (similares à constante busca por moderação contida nas páginas do *Telêmaco*) não se cumpriram na política e administração locais, pode ter parecido aos olhos de muitos dos homens da elite de Minas que a culpa se deu pela 'Viradeira', e que esta estabeleceu uma relação desigual, que poderia ser classificada como tirânica. Com vistas aos enxertos citados, são claras as possibilidades de como essa obra literária pode ter afetado o comportamento político e profissional de uma personagem importante e pouco pesquisada, e de como o uso de fontes que não sejam as mais 'prestigiosas' pode ser utilizado para uma leitura transversal da Inconfidência Mineira.

FONTES

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 2ª ed., Brasília/Belo Horizonte, Câmara dos Deputados/Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. 11 volumes.

FÉNELON, François de Salignac de La Mothe. *As aventuras de Telêmaco*: Filho de Ulisses. Trad. Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Madras, 2006.

Inventário da correspondência de João Rodrigues de Macedo. Col. Casa dos Contos da Biblioteca Nacional. Documentos Tavera, n. 16. Rio de Janeiro: Fundacion MAPFRE Tavera/Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

OLIVEIRA, Alexandra Almada de & SILVA, Antonio Marcelo Jackson F. *Inventário das Coleções Inconfidência Mineira e Tiradentes*. pp. 233–277. Anais da Biblioteca Nacional, nº 118. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1998.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de Oliveira. *Um Banqueiro na Inconfidência*. Ouro Preto: ESAF – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Casa dos Contos, 1979.

_____ *Correspondência Ativa e Passiva de João Roiz de Macedo. . Vols. 1 a 5.* Ouro Preto: ESAF – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Casa dos Contos, 1979.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: O imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. Raízes Ideológicas da Inconfidência Mineira. In: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: V. 4, Nº 1, pp. 7-13, jan.jun. 1989.

JARDIM, Márcio. *Inconfidência Mineira*: uma síntese factual. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1989.

LIMA JR., Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Itatiaia. 1996.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa:* a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. As causas e o contexto da Conjuração Mineira. In: FURTADO, Junia Ferreira. (Org.) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

_____. *Marquês de Pombal* – Paradoxo do Iluminismo. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

VILLATA, Luiz Carlos. A censura, a circulação e a posse de romances na América Portuguesa (1722-1822). pp.161-181. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson. (org.). *Cultura Letrada no Brasil – Objetos e Práticas*. Campinas – São Paulo. Mercado das Letras/ABL/ Fapesp. 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As canoas de guerra usadas na defesa da fronteira guaporeana (1756-1801)

Gislaine de Oliveira Silva*

Resumo: Estuda-se como as canoas de guerra foram transformadas em instrumento de defesa, inicialmente contra os indígenas, habitantes da bacia do rio Paraguai, e depois na guarnição e manutenção da fronteira oeste da América Portuguesa, em águas guaporeanas. O período do estudo esta compreendido entre 1756 e 1801, tempo no qual o Guaporé foi cenário de disputas territoriais. O objetivo é o de demonstrar a importância destas embarcações na consolidação do extremo-oeste da América Portuguesa; para tanto, se utilizam como fontes as cartas régias e ofícios dos governadores e capitães-generais correspondentes ao período proposto, pertencentes ao Arquivo Público de Mato Grosso.

Palavras – Chave: canoas de guerra – defesa - fronteira

Abstract: To study how those war canoes were transformed into a war instrument, initially against natives, habitants on the Basin of Paraguai River, and subsequently in the garrison and maintenance of the Portuguese America west frontier at Guapore waters. The period of study is known between 1756 and 1801, at a time in which The Guapore was the scenery of territory battles. The principal purpose was to demonstrate the importance of those boats in the consolidation of the extreme-west of the Portuguese America; for so, it is used as source the royal and official letters from the governors and general captains related to the proposed period, belonged to the Public File of Mato Grosso.

Key words: war canoes – defense - frontier

Durante o século XVIII, bandeiras paulistas adentraram o interior sul-americano em busca de indígenas e metais preciosos para comercialização, e chegaram às terras banhadas pelo rio que recebe o nome de Cuiabá. Ali encontraram inúmeras nações indígenas e minas auríferas estimulando o surgimento de arraiais e promovendo a permanência de luso-brasileiros neste território.

A busca do ouro fez aumentar a movimentação de homens para as distantes localidades da colônia portuguesa da América, surgindo, assim, expedições fluviais que saiam de São Paulo pelo rio Tietê, atravessavam o intricado conjunto de rios da bacia hidrográfica do Paraguai, e alcançavam o Cuiabá. Eram as Monções, que tinham como atividade o abastecimento das novas áreas auríferas, ligando-as ao litoral.

Esses verdadeiros comboios fluviais abasteceram Cuiabá desde a sua fundação até o início do século XIX. Sendo estes, juntamente com as entradas paulistas, os

* Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

responsáveis pelo expansionismo lusitano em território legalmente espanhol de acordo com o Tratado de Tordesilhas (1494).

Tais expedições fluviais passaram a partir de 1725, a enfrentar ataques da nação Payaguá, índios canoeiros, que se tornaram um perigo constante na rota monçoeira, no trecho compreendido entre os rios Taquari e Cuiabá.

Em 1730, ocorreu um grande ataque desta mesma nação a uma expedição monçoeira, que saía do Cuiabá e retornava a São Paulo com carregamentos de ouro, na qual se encontrava o Ouvidor Antonio Alves Lanhas Peixoto. Na luta, este ouvidor assim como grande parte da tripulação foram mortos e sessenta arroubas de ouro, que estavam a caminho da Casa de Fundição, foram perdidas.

Ao ser noticiado tal ataque aos cuiabanos, estes "armaram canoas com duas peças de artilharia (pedreiros) e foram em busca dos Payaguá" (MOURA,1986: 05). Criaram, então, embarcações de caráter militar, que logo receberam o nome de "canoa de guerra". Desde esse tempo, as monções vindas de São Paulo passaram a ser escoltadas, no trecho rio Taquari - Cuiabá, por estas canoas, possibilitando o ir e vir da rota fluvial monçoeira. A tática foi descrita por Manoel Cardoso de Abreu:

> *Junto às tropas no Pouco Alegre* [?]*, na forma indicada*, [refere-se sob ordens do cabo comandante] *se armam em guerra tantas canoas quantas são suficientes,* [...]*, em cujas canoas se embarcam as pessoas mais práticas e de valor reconhecido com armas de fogo, pólvora e balas correspondentes, para algum encontro do dito gentio Paiaguá, e nesta ordem prossegue a derrota, entrando desde logo nos pantanais, que são uns campos alagados das águas do Taquari, e por eles vão procurando ao poente o Rio Paraguai, em cuja diligencia sempre se gastam quinze e mais dias*. *(ABREU, 2002: 26)*

Mas o expansionismo provocado pelos sertanistas não se restringiu ao Cuiabá, e na insaciável busca por metais preciosos e indígenas, expedições exploradoras saíram desta localidade no sentido noroeste e ali logo encontraram ouro e também índios da nação Pareci. Estes passaram a ser utilizados como mão-de-obra escrava, e suas terras, "os sertões do Pareci", se tornaram o Mato Grosso.

E, diante dos avanços limítrofes, as coroas ibéricas passaram a desenvolver uma política de proteção dos territórios já ocupados e explorados, demonstrando a necessidade de delimitar suas fronteiras, optando pela via diplomática para se discutir seus devidos traçados. E, em vista disto, no dia 13 de janeiro de 1750, foi assinado um acordo diplomático entre Portugal e Espanha, conhecido como Tratado de Madrid. Este documento procurou definir a fronteira entre as coroas ibéricas, tendo como princípios o *uti possidetis* e as "balisas

naturais". Para a nova região de Mato Grosso, entre outras definições territoriais, este acordo determinou que a margem direita do rio Guaporé passasse a pertencer ao Império Colonial Português, enquanto a esquerda ficava sob domínio de Castela.

Mas, diante da preocupação da Coroa Portuguesa em deter o avanço das missões jesuíticas espanholas – algumas já estabelecidas na margem direita do Guaporé -, e assegurar o domínio desta raia fronteiriça, o governo lusitano preocupou-se em instalar um núcleo colonial nesta região, de forma que "o recém – conquistado território na fronteira oeste garantisse frente à Coroa Espanhola a posse e uso do espaço" (SILVA, 2006: 26).

Em 1748 o governo lusitano havia criado a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, sendo nomeado como primeiro governador e capitão-general, em 1749, D. Antonio Rolim de Moura que, respeitando as instruções recomendadas pela Coroa Portuguesa, fundou às margens do Guaporé, em 1752, a mais nova capital, Vila Bela da Santíssima Trindade. Edificada em lugar estratégico, próxima à fronteira que separava as colônias americanas de Portugal e Espanha, onde estabeleciam as missões jesuíticas espanholas de San Simon, San Miguel e Santa Rosa localizadas do lado oriental do rio Guaporé, que devido ao Tratado de Madrid, passou a pertencer ao poder de Portugal, garantiu a posse territorial lusitana, e acarretou, assim, a inconformidade dos missionários espanhóis.

A preocupação com a guarnição do território, fez com que as questões da defesa territoriais fossem predominantes nas instruções dos governadores e capitães generais, que governaram Mato Grosso até o final do século XVIII, acentuando-se pela característica militar de cada um dos representantes do poder lusitano no extremo oeste da América Colonial Portuguesa, sendo Caetano Pinto de Miranda e Montenegro a única exceção, pois o mesmo era formado em Direito.

Rolim de Moura, a partir do momento que veio assumir o cargo de governador e capitão - general da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá trouxe consigo uma companhia de dragões com 54 praças, cumprindo as instruções estabelecidas pela Rainha D. Mariana Vitória. Esta campanha de dragões tinha como função a vigilância no Guaporé, que segundo Luiza Volpato:

> *O aparelhamento militar da Capitania de Mato Grosso fazia parte de um processo mais amplo, ou seja, a preocupação da Coroa Portuguesa em concretizar as vitórias obtidas pelos seus ministros nas discussões do Tratado de Madrid, que lhes garantiam suas pretensões na bacia Amazônica. (VOLPATO, 1986: 37).*

Outras medidas defensivas foram tomadas por Rolim de Moura. Inquietava o governador as atitudes dos jesuítas espanhóis e suas entradas à margem direita do Guaporé fraudando, desta forma, o tratado de limites de 1750. Preocupado com o pequeno número de moradores nesta região, o governador e capitão-general apropriou-se do modo de defesa usado pelos cuiabanos para proteger as monções vindas do sul, e criou uma guarnição de canoas para a defesa do Guaporé.

E é a partir da utilização deste instrumento militar, as canoas de guerra no cenário guaporeano, no contexto das disputas territoriais, que pretendo demonstrar a defesa fronteiriça exercida pelo poder lusitano para a guarnição e manutenção deste território.

As bases documentais deste artigo são os Ofícios e Cartas régias produzidas pela governabilidade da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, nas quais demonstro a importância das canoas de guerra para a defesa deste território.

Ao serem trazidas para a região guaporeana, as canoas de guerra comparadas ao modelo original usado na bacia pantaneira, foram aperfeiçoadas na sua belicosidade, técnica, e na composição da sua armada, sendo adaptadas à defesa deste território como se torna visível no documento abaixo:

> *[...]* estou aparelhando a toda pressa duas canoas armadas em guerra, com trinta e tantas pessoas e *alguns* soldados, sertanistas e pedestres comandada pelos Alferes de Dragões, ele mandou meter duas pecinhas alguns bacamartes, e o maior número de armas que puder, para com vantagens destas, pode suprir a diferença do número. (Ofício de Rolim de Moura, 1756: 534).

E diante da ausência numérica de habitantes na região do Guaporé, foram criadas Companhias de Ordenanças e Milícias, tanto de brancos, como de indígenas e negros, estando estes últimos engajados em postos inferiores aos luso-brasileiros, apesar de serem a grande maioria. Os miscigenados se tornaram os soldados pedestres, como demonstra a correspondência datada de 25 de fevereiro de 1757, escrita por Rolim de Moura ao rei D. José I, citado abaixo:

> *Os soldados Pedestres desta Capitania são enquanto pessoa das qualidades seguintes: bastardos (por isto aqui na América se entende filho de branco com índio) mulatos caribocas (este é o filho de preto e índio, e estes são ordinariamente os que melhor provam) e também se admite algum índio quero principalmente Bororos, pela habilidade, que tem de serem bons rastijadores o que é de grande utilidade nas diligências. (Carta de Antônio Rolim de Moura, 1757: 539).*

Durante o governo de Rolim de Moura, estes grupos étnicos se fizeram presentes como Pedestres, tanto que, nas instruções aos Governadores e Capitães Generais, o primeiro governador pede que sejam formadas companhias com estes mesmos personagens, principalmente os Bororos, como a citação acima explica, no intuito de se manter o traçado limítrofe estabelecido pelo Tratado de Madrid.

Mas, apesar dos esforços do governador em fazer valer o traçado fronteiriço estipulado pelo Tratado de Limites de 1750, os novos posicionamentos políticos da metrópole tomados pelo Marquês de Pombal, como ministro do rei D. José I, fizeram com que este fosse anulado em 1761 com o Tratado de El-Pardo, ficando desta forma anuladas todas as ações conseqüentes do Tratado de Madrid.

No ano seguinte, em 1762, aconteceu a guerra entre Portugal e Espanha, e no Guaporé este conflito ganhou corpo em 1763, com os ataques fomentados pelos jesuítas espanhóis contra os portugueses, buscando principalmente recuperar o território da sua antiga missão de Santa Rosa, em cujo local o governador havia mandado construir o destacamento de Nossa Senhora da Conceição.

Durante esse conflito de 1763, as canoas de guerra se fizeram imprescindíveis para que os luso-brasileiros realizassem a defesa do rio Guaporé, no intuito de impedir o avanço dos castelhanos, o que se pode observar nos relatos dos Anais de Vila Bela:

> *Na noite de 5 para 6 de maio, expediu Sua Excelência, para o rio acima, uma canoa guarnecida com dez soldados, alguns pedestres e negros que, ao todo, faziam vinte e tantas pessoas, comandadas pelo tenente-de-dragões Francisco Xavier Dorta Tejo, ao que deu suas ordens particularmente. Havendo de passar precisamente a dita canoa, por baixo da artilharia do inimigo, fez, felizmente, o dito trânsito sem ser pressentido. (AMADO; ANZAI, 2006: 91)*

Naquele mesmo ano, João Pedro da Câmara, foi nomeado pela coroa lusitana a substituir a D. Antônio Rolim de Moura, como governador e capitão-general. Objetivando a aplicação da política defensiva, ao assumir o cargo no dia 01 de janeiro de 1765, logo executou as instruções estabelecidas para o seu governo, como se pode observar através do documento datado do dia 13 de fevereiro de 1765:

> [...]. *Também determinei por me parecer muito conveniente, levantar um reduto guarnecido com duas pessoas de Artilharia de fronte da barra do Rio Itunamas em cujo lugar, que fica acima do Destacamento meio dia de viagem, conservamos ainda uma ronda, e deste modo se pode impedir ou fechar em caso de rompimento as canoas espanholas à saída para o Guaporé (Livro de Registro, 1760-1767).*

A atuação de João Pedro da Câmara colocou mais em evidência a ameaça de invasão pelos castelhanos. Estes, em 1766, decidiram forçar pelas armas a desocupação portuguesa da margem direita do Guaporé e a evacuação do já Forte da Conceição. Diante de tal fato, o governador da Capitania de Mato Grosso fez uso das canoas de guerra, como um meio de evitar avanços espanhóis, como demonstra em sua correspondência: "Tenho seis canoas armadas em guerra, cada uma com duas pecinhas, e quatro bacamartes, guarnecidas com 14 soldados, e um cabo de esquadra". (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986: 15).

Em 1769, toma posse o seu sucessor, Luiz Pinto de Sousa Coutinho, que também se preocupou em manter a defesa desta fronteira desenvolvendo um Mapa de Milícias, no qual anotou os armamentos que a capitania possuía. Neste mapa também se refere a Casa das Canoas como um dos instrumentos prioritários, de vigilância, como se pode perceber na correspondência de 15 de Abril de 1771:

> [...]. *Antes, porém, que pudesse caber no tempo a resposta sobre as minhas recomendações chegou a esta Capital em o dia 11 do corrente à noite, a canoa ordinária que costuma conduzir os Mapas mensais daquela guarnição: e suposto me não trouxe o menor aviso* [...].
> *A vista deste novo incidente me pareceu indispensável não deferir mais tempo algum á expedição de este expresso,* [...], *a pronta expedição dos socorros que necessita para me pode opor a qualquer desígnio, ou invasão do inimigo:* [...]. *(Livro de Registro, 1768-1772).*

Neste documento do governador ficou determinado o uso da canoa de guerra para impedimento de invasão castelhana. Coutinho, após quatro anos de mandato, foi substituído por Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789). Este novo governador pôs em prática uma vigorosa política expansionista e de demarcação de fronteiras garantindo a posse lusitana tanto no Cuiabá como no Mato Grosso. E, para tanto, criou povoados e fortes na raia fronteiriça como: o presídio de Nova Coimbra em 1775, na fronteira paraguaia e o forte Príncipe da Beira em 1776, no Guaporé. E após assinado, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, o governador se envolveu diretamente com a demarcação de limites.

O forte Príncipe da Beira, que tinha o objetivo de abastecimento e defesa da fronteira guaporeana, foi reforçado pela atuação das canoas de guerra na entrada lateral do dito Forte, pois segundo Fernandes:

> *Esta guarda das canoas era fundamental para a defesa e controle interno da ordem do forte, pois controlava a entrada e saída de embarcações e pessoas; protegia*

> *estas canoas de um possível ataque espanhol para danificá-las, ou até mesmo evitava o furto de escravos. (FERNANDES, 2003: 109).*

Estas canoas, apesar de estarem sendo usadas na entrada do forte, foram utilizadas também nas rondas, e nas patrulhas das bocas dos rios e na defesa.

Todas essas ações militares ocorreram em seu governo de forma integral, e se estenderam até o seu sucessor e irmão, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que recebeu as instruções de seu antecessor, e se orientou pela conduta do mesmo.

Este governador e capitão-general faleceu, em 1796, quando assumiu temporariamente o engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, até a chegada neste mesmo ano do sucessor, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro.

Este deu especial atenção à guarda fronteiriça, no qual contou com o apoio do Almeida Serra, militarizando intensamente a fronteira paraguaia, os olhares de Miranda e Montenegro se voltaram também à região do Guaporé, que já distante da cobiça castelhana, não poderia ficar totalmente "desarmada". Desta forma, tomou providências quanto à sua guarnição:

> [...]. *Enquanto, porém ao reduto fronteiro à foz do Itonamas, que o mesmo oficial me propõe, julgo que seria muito conveniente, para interceptar a comunicação daquele rio, e do Baures, com o Mamoré, e para evitar tão bem que os espanhóis fortificando-se na margem oposta, como fizeram no ano de 1763, não consigam cortar a comunicação desta Capital com o Forte Príncipe da Beira. (Ofício de Caetano Pinto de Miranda e Montenegro, 1799: 1833).*

Caetano Pinto de Miranda e Montenegro cumpriu com seus deveres com a Coroa Portuguesa, militarizando toda a faixa fronteiriça da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, e seu governo atuou durante a delimitação do traçado fronteiriço da colônia americana, o Tratado de Badajoz (1801), mantendo o extremo oeste da Colônia Portuguesa aos portugueses.

Vê-se, portanto, que as canoas de guerra se constituíram num bom instrumento de defesa da fronteira guaporeana, sendo a sua utilização imprescindível para a guarnição e manutenção deste espaço limítrofe disputado pelas coroas ibéricas, Portugal e Espanha, num determinado momento em que se dilatavam os limites e disputava-se pela posse territorial das colônias americanas.

Referências Bibliográficas

Fontes

Carta do [governador e capitão general de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura ao rei [D. José] sobre a introdução de soldados bastardos, mulatos caribocas, e índios na Companhia de Dragões. Cx.08, doc.539. APMT.

Carta de S. Exª dirigida ao Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Livro de Correspondência Expedida e Recebida. Registro de Cartas Régias no Governo de D. Antônio Rolim de Moura Tavares João Pedro da Câmara. 197 p. Livro- C- 11. APMT.

Registro de uma conta de Sua Excelência para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha em que lhe oferece em um mapa [...] um estado individual das tropas desta Capitania o projeto de um novo Corpo de Milícias e o detalhe das duas ordenanças. Livro C-16. Estante 01. 09/06/1769. APMT.

Registro de uma carta de S. Exª. para o Secretário de Estado sobre as notícias de alguns movimentos dos espanhóis, vindas proximamente daqueles domínios. Livro C – 16. Estante 01. APMT.

Copia do ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Rodrigo de Souza Coutinho, encaminhando Mapa e Inventário de todos os apetrechos e munições de guerra existentes na capitania. 03/03/1799. Cx.36, doc. 1833. AHU.

ABREU, Manoel Cardoso de. *Divertimento Admirável para os Historiadores Curiosos Observarem as Máquinas do Mundo Reconhecidas nos Sertões da Navegação das Minas do Cuiabá e do Mato Grosso*. IHGMT, Cuiabá: 2002.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (org.). *Anais de Vila Bela (1734 – 1789)*. Cuiabá: Carlini e Caniato, EdUFMT, 2006.

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986. p.15.

Bibliografia

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1176-1796). 2003.* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MOURA, Carlos Francisco. *A Contribuição Naval à Formação Territorial do Extremo Oeste*. Rio de Janeiro. 1986. p.05.

SILVA, João Bosco da. *Vila Bela à Época de Luis de Albuquerque (1772-1789)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza.* São Paulo: HUCITEC/ Minc/ PRÓ-MEMÓRIA/ Instituto Nacional do Livro. 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A história local e seu lugar na História: o ensino sob o olhar de Clio

José Evangelista Fagundes[1]

Resumo: Pesquisa sobre o ensino de história voltada para a compreensão da prática docente em escolas do ensino fundamental do município de Ceará-Mirim/RN. O propósito é entender as formas de abordagem da história local em turmas de 5ª a 8ª séries. A análise é pautada em depoimentos de professores do referido município no que diz respeito ao uso que eles fazem dos conteúdos escolares e das fontes usadas em sala de aula. O estudo indica que as práticas docentes, embora apresentem inovações no uso dos conteúdos e das fontes, ainda estão predominantemente embasadas nos temas clássicos da historiografia brasileira, bem como em fontes escritas, principalmente nas obras dos memorialistas locais.

Palavras-chave: Ensino Fundamental, História Local, Historiografia.

Abstract: Research on the history teaching directed toward the understanding of the of teaching practice in elementary education in Ceará-Mirim city-RN. The aim is to understand the forms of approach of local history in from 5th to 8th grade classes. The analysis is based in statements of teachers of the related city which concerned to the using that they make of school contents and sources used in classroom. The study indicates that the teaching practices, even though show innovations in using of contents and sources, they even are predominantly based in classical themes of brazilian historiography, as well as in written sources, mainly in local memorialist plays.

Key-Words: Elementary Education, Local History, Historioghrafy.

Consideramos que as temáticas locais poderão vir a ter grande importância para o processo ensino-aprendizagem. Não entendemos, entretanto, que tais temáticas devam se constituir *no* conteúdo a ser trabalhado, nem que necessariamente todos os trabalhos desenvolvidos em sala de aula devam tomá-las como ponto de partida para estabelecer relações mais amplas. Os elementos da história de um pequeno lugar, neste caso o município potiguar de Ceará-Mirim, também poderão ser convertidos em conteúdos significativos para alunos e professores imbuídos da tarefa de interpretarem o mundo no qual vivem e interagem.

Segundo Manique e Proença (1994), os interesses pela história local, que surge com a renovação historiográfica das últimas décadas, voltam-se para: uma abordagem social que procura reconstituir as condições de vida dos diversos grupos num determinado período histórico, analisando os aspectos de produção material, estruturação social ou de mentalidades; para uma abordagem demográfica que privilegia a história da família; para uma

[1]*Doutor em Educação. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

nova história política interessada no papel das elites locais na distribuição do poder Tais abordagens, segundo esses autores, são possíveis devido à incorporação de fontes até hoje pouco utilizadas, mas que estão disponíveis nos arquivos locais: municipais, paroquiais, fiscais e de cartórios.

Além dos arquivos, o patrimônio histórico local passa a se constituir em um importante recurso para o ensino e para a pesquisa da história. Ao contrário de abordagens tradicionais que privilegiam os monumentos e as edificações, na nova concepção de história local, a memória é interpretada a partir da incorporação de outros elementos, como, por exemplo, os traçados das ruas, as disposições das praças, a toponímia local, o vestuário dos moradores, as brincadeiras e lazeres, as relações de trabalho, enfim, as mais diversas formas de manifestações culturais.

A importância da história local se deve ao fato de esta possibilitar o uso de novas metodologias que possibilitam a inclusão de novos problemas e novos objetos de estudo, inclusive com uma gama bastante diversificada de fontes históricas, além de contribuir para melhor situar o aluno no seu tempo e espaço. As fontes passam por uma reavaliação, pois não são vistas como algo acabado, verdadeiro e infalível, mas estão condicionadas aos mais diferentes olhares. Portanto, a inserção de elementos da história local dentre os conteúdos a serem trabalhados no ensino exige o domínio de métodos e técnicas que orientem a exploração das fontes disponíveis e a abordagem dos temas que professores e alunos considerem importantes em suas atividades.

Samuel (1990) dá atenção especial à evidência oral pelas amplas possibilidades de trabalho que ela apresenta. Segundo o autor, as únicas limitações a essa forma de investigação estão relacionadas com o número de sobreviventes e com a ingenuidade das perguntas do historiador. A importância não está em ser apenas mais uma fonte de informação, mas também em contribuir com o historiador quando este se vê diante dos silêncios e das deficiências da documentação escrita. Nesse sentido, a fonte oral se constitui em grande aliada daqueles que incluem o local como objeto de estudo. Conforme justifica o autor, "Há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar; eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles podem lembrar" (SAMUEL, 1990: 230).

A aproximação afetiva e física com o objeto de estudo pode vir a ser utilizada didaticamente como fator motivador para a produção do conhecimento, embora com a ressalva de que esse ensino possa contribuir para o rompimento das visões *localistas* e

globalistas[2] que, por representarem posições extremas, correm o risco de não permitirem relações com outros espaços e tempos ou mesmo negar as particularidades e especificidades do local. Nesse caso, a recomendação aos profissionais do ensino é a mesma válida aos que se incumbem da escrita da história, conforme ressalta Reznick:

> *Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens [...], as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais* (REZNICK, 2002: 3)

No que diz respeito aos professores do município de Ceará-Mirim, com os quais dialogamos, vejamos como a história local vem sendo trabalhada em escolas de 5ª a 8ª séries.

Ceará-Mirim na Sala de Aula

Em Ceará-Mirim, a história do município está contemplada, formalmente, na estrutura curricular das escolas de 1ª a 4ª séries e, apenas pela iniciativa individual de alguns professores, nas demais séries do ensino fundamental.

Com relação à escolha dos conteúdos ministrados, os professores demonstraram que não apenas trabalham temáticas da história local em suas aulas, mas que a consideram importante e necessária. Admitem, no entanto, que a abordagem não é feita de forma sistemática, acontecendo em duas situações diferentes: no período comemorativo ao aniversário do município, ou seja, na semana que culmina com o dia 30 de julho, e, eventualmente, a partir da exposição dos conteúdos referentes à história do Brasil e à história geral. Vejamos os depoimentos dos professores Mateus e Rui:

> *[...] Eu vou enfatizar a história local na semana do município, é onde o aluno vai ter mais subsídios da história local é na semana do município. Nos demais períodos durante o ano letivo, ele [o aluno] vai ver muito pouco, a não ser quando eu estou fazendo uma discussão de outro tema que eu vejo que, isso a respeito da economia, isso a respeito da sociedade, isso a respeito da cultura, da história local, aí você insere a história local com algum comentário naquele momento, mas se enfatiza mais na semana do município. Por que na semana do município? Por que é um momento em que toda a cidade pára pra refletir, fazer as reflexões a respeito do município. [...] Então eu vejo que hoje falta muito, dentro de Ceará-Mirim, a*

[2] Definimos neste trabalho visão *localista* como aquela que aborda o local de forma isolada, reducionista, sem articulação com outras dimensões. Por sua vez, a *globalista* seria o seu oposto: conduz a uma abordagem que vê um determinado objeto a partir de seus aspectos gerais, sem considerar suas especifidades.

> *questão de um trabalho, poderíamos até dizer assim, didático, que viesse a favorecer, que viesse a ajudar nas discussões a respeito da cidade* (MATEUS, 2002).

> *Como a gente trabalha o contexto da história do Brasil, eu procuro trazer discussões, e essas discussões eu as traga para a realidade deles, essa realidade local que eu procuro trabalhar com eles é no seguinte sentido: qual o significado daquele acontecimento para hoje no dia-a-dia que você faz parte dentro desse município, eu procuro mostrar também para eles que antes de partir para uma história mais geral vamos olhar os aspectos da história local, de que maneira ela está inserida num contexto de uma história mais abrangente, da história do Brasil, da história mundial, agora claro que, constantemente, eu não tenho esse trabalho de estar abordando independente da disciplina, mas na medida do possível que eu vejo que é necessário trazer uma discussão e, claro, dependendo do assunto eu procuro inserir sim, principalmente quando você trabalha a questão do Brasil colonial, o Brasil república, então eu procuro trazer algumas discussões de acordo com o assunto. Um assunto mais sistematizado ainda não tenho...* (RUI, 2004).

Esses depoimentos têm pelo menos dois pontos em comum: primeiro, o fato de os professores trabalharem a história local de forma fragmentada, eventualmente, "inserindo-a" sempre sob uma perspectiva macro. Segundo, um certo reconhecimento de que deveriam trabalhar de forma diferente, ao expressarem o desejo de trabalhar de forma sistemática (RUI, 2004) ou durante todo o ano (MATEUS, 2002) e não apenas durante a "semana do município" e nas eventualidades.

A abordagem eventual e de forma fragmentada não diz respeito apenas a esses professores e não é exclusividade das escolas de Ceará-Mirim. Acreditamos ser algo sintomático do que acontece em muitos outros lugares nos quais os professores trabalham com a história local[3].

A referência à história local quase exclusivamente na "semana do município" ou sua inserção de forma eventual, quando da abordagem da história nacional ou geral, demonstra o lugar que ocupa essa história em relação às inovações teórico-metodológicas expostas ao longo deste trabalho. Na verdade, se formos considerar esse critério, podemos afirmar que essa forma de se conceber e fazer a história está distante das abordagens inovadoras destacadas neste trabalho. Entendemos estar aí implícita uma concepção de história associada ao fato isolado, como algo que deve ser lembrado de forma eventual, submisso a uma data comemorativa.

O depoimento a seguir, do professor Alberto, assume um sentido diferente dos anteriores. Alegando não buscar se apegar muito aos livros didáticos, utilizando-os apenas como subsídios e ao mesmo tempo não poder "sair daquilo que está delimitado", procura

[3] Em uma pesquisa com duas turmas do Curso de História da Universidade Potiguar, com alunos-professores provenientes de diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte, nos dias 1º e 02 de agosto de 2002, a grande maioria dos alunos entrevistados respondeu que as atividades escolares envolvendo a história do local são relacionadas com a emancipação do município. Ver estudos de Rocha (2001) e Barbosa (2005).

sempre "[...] conhecer a história local, para, daí, partirmos para uma abrangência maior. E nesta história local inclui-se a história de Ceará-Mirim, bem como a história do Rio Grande do Norte (ALBERTO, 2002). O entendimento do professor parece estar ligado à idéia dos *círculos concêntricos,* segundo a qual os conteúdos devem ser trabalhados considerando primeiramente os espaços mais próximos do aluno e vai se ampliando progressivamente.

Com relação à escolha das fontes, e como a história de Ceará-Mirim não está contemplada em livros didáticos, cabe sobretudo aos professores a responsabilidade de selecionar e organizar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Isso poderia ser percebido como algo positivo, uma vez que dessa forma restitui-se a eles a decisão de escolha propriamente dita. No entanto, a impressão que nos causa, a partir dos depoimentos, é de que falta algo, pois não há material "sistematizado", ou seja, livros didáticos, que contemplem os conteúdos da história local.

A alternativa que o poder municipal têm encontrado para suprir a ausência desse "material sistematizado" é a organização de uma "apostila", por parte da Secretaria Municipal de Educação. Esse material fica à disposição, na Biblioteca Municipal, dos alunos das escolas do município, para auxiliá-los em suas atividades escolares. Barbosa (2005) encontra a mesma estratégia na Paraíba. Para ela,

> *Não é incomum nos municípios a apresentação de material didático sobre a história local – em geral apostilas, com um viés muitas vezes bairrista, no qual se menospreza o que não é do local, superestima-se a história oficial que destaca cidadãos ilustres e que aborda a cultura circunscrita à folclorização exacerbada expressa com datas comemorativas e, cuja concepção de local se expressa como um espaço desarticulado de quaisquer outros* (BARBOSA, 2005: 106-107).

A descrição da pesquisadora guarda muita semelhança com a *apostila* adotada em Ceará-Mirim, o que sugere que esse tipo de história local lida com especificidades que são próprias a esse tipo de prática histórica e que requer o emprego de estratégias teórico-metodológicas específicas. Dentre elas, exige-se uma certa desenvoltura no trato com as fontes históricas, questão, aliás, sempre presente nas falas dos professores. É unânime entre eles a afirmação de que a escassez de fontes dificulta o ensino da história de Ceará-Mirim. Segundo professor Alberto,

> *No que se diz respeito à história de Ceará-Mirim, nós temos uma grande dificuldade com essas fontes de consulta em virtude, primeiro, da distância, porque boa parte dessas fontes, no que diz respeito às fontes primárias, elas estão distantes do nosso território, do nosso meio, nossa região. O que nos resta são apenas os livros memoriais. Além desses livros memoriais, é bom a gente começar a usar, bem como as imagens, como os relatos orais, as instituições orais, eu acho que é muito*

> *salutar para o nosso entendimento. Então essas são as fontes que eu uso dentro da nossa história local, muito embora ela se torne um pouco prejudicada pela ausência das fontes primárias, como eu falei requer tempo e dinheiro pela distância, porque boa parte se encontra em Recife*. (ALBERTO, 2004*)*.

Segundo Alberto, muitas das fontes não se encontram no município, mas em Natal e Recife, o que, por si só, dificulta o seu acesso. No entanto, as que se encontram no município tornam-se muitas vezes inacessíveis devido à falta de colaboração por parte daqueles que detêm a sua guarda. Aliás, essa realidade é comum a outros pesquisadores e professores que tratam do tema. Amado (1990) chama a atenção para o fato de os poderosos locais fazerem de tudo para se apropriarem dos documentos como se fossem verdadeiros *donos*. Essa situação, segundo os professores, leva-os à utilização basicamente dos escritos de historiadores diletantes e dos livros de memorialistas. Os professores, não obstante usarem esses livros como fontes principais, também registram o uso de outros recursos didáticos, como imagens, jornais, relatos orais, embora admitam utilizá-los esporadicamente. No entanto, a riqueza oferecida pelas inúmeras fontes que o município dispõe, e que podem ser utilizadas como recursos de aprendizagem junto aos alunos, é bem maior do que o explorado.

Le Goff (1978) considera o documento como "[...] tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem" (LE GOFF, 1978: 98). Assim sendo, o documento é concebido não apenas como a escrita, mas todo vestígio deixado pelo homem de forma voluntária ou não, seja algo figurado, sonoro, imagético, seja de qualquer outra natureza. A fonte histórica é compreendida como uma representação de um passado, portadora de uma determinada historicidade e que não pode ser confundida com a própria história. As fontes, no entanto, não são úteis apenas para aqueles que escrevem a história, mas também para os que ensinam.

Aliás, uma das características da história local é a abundância e a diversidade de suas fontes. As fontes escritas, principalmente as oficiais, muitas vezes não estão ao alcance do pesquisador. Em compensação, este encontra aos seus olhos, pés e mãos um diversificado material à espera de interpretação. Eles têm diante de si o desafio de trabalhar com as fontes que lhes estão disponíveis, não as desejáveis. Ao professor caberá saber fazer as perguntas apropriadas para responder aos desafios que tem diante de si.

O professor pode obter as informações de que tanto precisa diretamente das fontes primárias, como a arquitetura, utensílios, depoimentos orais, fotografias, ou de fontes secundárias, como as publicações dos memorialistas, os documentos escritos e produzidos a partir de instituições públicas ou privadas, bem como de particulares. Na verdade, é inerente a

uma nova história local o trabalho a partir da diversidade de fontes, permitindo, muitas vezes, aos envolvidos uma interação com quem as produziu, seja uma pessoa seja uma entidade.

Ceará-Mirim é particularmente interessante, pois além de apresentar muitas fontes comuns a outros municípios, destaca-se pela variedade de fontes escritas como memórias, poesias, ficções e uma relativa riqueza arquitetônica. Além dessas possibilidades, o município também oferece a oportunidade de se trabalhar com os muitos mitos e lendas criados pela população local.

No entanto, é unânime a procura por "documentos", "material sistematizado", o que significa dizer falta de conteúdo organizado didaticamente, com o objetivo de ser trabalhado em sala de aula pelo professor, como mostra a declaração do professor Rui:

> *Não existe de fato um trabalho científico que venha realmente a trazer discussões acerca dos acontecimentos, dos fatos da história municipal atrelada a um contexto mais amplo. Você vê sempre um contexto amplo, mas o contexto local acaba ficando resumido, restrito, e deveria ter um aprofundamento maior a respeito disso para que antes de você conhecer algo profundo, abrangente, você tivesse que partir do seu contexto, da sua realidade. Eu acho que isto seria fundamental: os municípios investirem nisso. Você procurar produzir um material próprio, seu, e daí você atrelar aos demais. Eu vejo muito por esse lado* (RUI, 2004).

Professor Mateus (2004) demonstra essa mesma preocupação ao afirmar que "[...] a grande conquista seria ter um bom material a respeito dessa história local para que pudesse ter aí um mecanismo de preparação para uma boa discussão em sala de aula e colocar isso constantemente em discussão".

Percebe-se que os professores clamam por "material" que venha "trazer discussões" acerca dos acontecimentos ou que possa ter um mecanismo de preparação para uma boa discussão em sala de aula, quando esse papel deveria ser assumido por eles mesmos. Aqui se apresenta com toda a clareza o desejo por recursos semelhantes ao livro didático.

Segundo Samuel (1990), o historiador não pode ignorar as fontes escritas, se elas existem, mas não deixará de procurar outras fontes na ausência daquelas. Ele chama a atenção para o fato de que "[...] os melhores documentos locais, em poucas palavras, serão freqüentemente encontrados não na biblioteca ou no arquivo, mas nas casas" (SAMUEL, 1990: 232).

Portanto, as fontes usadas como recursos de aprendizagem no ensino da história de Ceará-Mirim são quase exclusivamente as escritas, embora haja referências ao uso de imagens e aos relatos orais. Se a ausência de documentos tem sido apontada como uma das dificuldades para o exercício do ofício de professor, talvez isso se deva a uma questão

conceitual com relação ao que seja documento e aos usos que dele se pode fazer. A manipulação das fontes históricas, principalmente das não escritas, se constitui em um dos grandes desafios para os historiadores.

O acesso ao documento é uma condição necessária para que os historiadores e professores possam construir suas interpretações sobre o objeto que está sendo estudado. No entanto, partilhamos da idéia de que as fontes não refletem a realidade dos fatos, não devendo ser encaradas como portadoras de verdades absolutas. Elas oferecem a alunos e professores a abertura para que diferentes interpretações possam surgir a partir de uma determinada situação de ensino, pois entendemos que não se deve trabalhar com a preocupação de que todos devem convergir para uma única concepção do que pode representar um determinado documento. Ao contrário, as leituras dos documentos são válidas por possibilitarem aos indivíduos a construção de interpretações próprias.

Nesse sentido, é interessante observar um trecho dos PCN, segundo os quais a grande maioria dos documentos

> *[...] não foi produzida com a intenção de registrar para a posteridade como era a vida em uma determinada época; e os que foram produzidos com esse objetivo geralmente tendem a contar uma versão da História comprometida por visões de mundo de indivíduos ou grupos sociais. Os documentos devem ser vistos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas. São interpretados, então, como exemplos de modos de viver, de visões de mundo, de possibilidades construtivas, específicas de contextos e épocas, estudados tanto na sua dimensão material (elementos recriados da natureza, formas, tamanhos, técnicas empregadas), como na sua dimensão abstrata e simbólica (linguagens, usos, sentidos, mensagens, discursos)* (BRASIL, 1997: 79).

O entendimento de que qualquer vestígio humano pode se transformar em uma fonte histórica importante teve início nas primeiras décadas do século XX e ganhou legitimidade cada vez maior com as inovações teórico-metodológicas da história a partir da década de 1970. Desde então, novas concepções de ensino passaram a ver a produção do conhecimento como uma aspiração a ser perseguida pelo professor, o qual deve criar situações em classe para que isso venha a se tornar realidade. O documento nesse caso é um recurso que, se bem abordado, pode estimular a observação e a reflexão de alunos e professores. Ou seja, as fontes não falam por si mesmas, mas ao serem problematizadas poderão contribuir para que professores e alunos, de forma interativa, possam construir sentidos para a história.

Ou seja, o estudo indica que as práticas docentes, embora apresentem inovações no uso dos conteúdos e das fontes, ainda estão predominantemente embasadas nos temas

clássicos da historiografia brasileira, bem como em fontes escritas, principalmente nas obras dos memorialistas locais.

Bibliografia:

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e reconstruindo espaços. In: SILVA, Marcos Amado da (Coord.). *República em Migalhas*: história regional e local. São Paulo: ANPUH: Marco Zero: CNPq, 1990.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local.* 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais:* história, geografia. Brasília, 1997.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dirs.). *A nova história.* [1978]. Tradução: Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra/Portugal: Almedina, 1990.

MANIQUE, Antonio Pedro; PROENÇA, Maria Cândida; *Didáctica da história*: patrimônio e história local. Lisboa: Texto, 1994.

REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* Disponível em: <http://www.historialocal.com.br.> Acesso em: 25.08.2004.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. *Identidade e ensino de história*: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte. 2001. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9 n. 19, p. 219-243, set.89/fev.90.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A videoteca pedagógica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo (FDE) e o ensino de História através do cinema

Ana Cristina Venancio da Silva*

Resumo: Entre 1988 e 1997 a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), órgão ligado à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, convidou professores pertencentes ao seu quadro para a montagem de uma videoteca para fins pedagógicos. A videoteca pedagógica da FDE atingiu em 1997 a marca de 5.200 fitas que circulavam constantemente pelo correio, indo e vindo das escolas. Para além da questão de tornar acessível aos professores um determinado conjunto de fitas VHS, a equipe pedagógica que esteve à frente desse projeto se preocupou em criar ferramentas capazes de subsidiar uma utilização qualitativamente diferenciada dos recursos audiovisuais que disponibilizava. O presente trabalho se propõe a fazer uma reflexão acerca da maneira como essa iniciativa foi estruturada, bem como a forma como a videoteca foi apropriada por professores de história.

Palavras-chave: cinema – educação – história.

Abstract: During the years between 1988 and 1997, the Education Development Foundation (FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação), an institution connected to the State of São Paulo Education Bureau invited its teachers to fit up a collection of videocassetes for educational purpouses. The FDE educational video collection reached in 1997 the mark of 5.200 videotapes, that would go around constantly through mail, coming and going from schools. Farther on the point of making a certain set of tapes to the teachers, the educational team ahead of this project worried in creating tools able to assist a better use of all the avaliable resources. This paper intends to do a reflection around the way this iniciative was structured, as well as the way the video collection was used by History teachers.

Keywords: cinema – education – history

A Fundação para o Desenvolvimento da Educação, autarquia conhecida pela sigla FDE, é uma instituição que foi criada em 1987 para ser um órgão executor da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo. Seu objetivo era - e continua sendo - o de colocar em prática ações de manutenção, ampliação e qualificação da rede pública de ensino oferecida pelo estado.

Institucionalmente, a FDE é o resultado da fusão de três órgãos que operavam anteriormente em São Paulo: o CENAFOR (Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal

* Bacharel e licenciada em História pela FFLCH/USP e mestranda em História e Historiografia da Educação pela Faculdade de Educação da USP.

para a Formação Profissional), a FNLE (Fundação Nacional do Livro Escolar) e a CONESP (Companhia de Construções Escolares de São Paulo).

Desde sua criação até os dias de hoje, a Fundação criou vários projetos e publicações com o claro objetivo de, por um lado, capacitar professores, diretores e coordenadores pedagógicos, e, por outro, reformar, construir e equipar as escolas públicas da rede estadual.

O ano de 1988 marca o início de dois grandes projetos realizados pela FDE que visavam abertamente a capacitação de docentes da rede para a utilização de recursos tecnológicos de ponta em sala de aula: o projeto de informática e educação, que vai resultar na publicação da revista "Acesso", e o projeto de cinema e educação, que produziu vários desdobramentos, entre os quais destacamos a montagem de um acervo audiovisual.

Assim sendo, percebemos que já em seu segundo ano de existência, a Fundação centrou seus esforços operacionais na entrada de dois novos elementos na vida das pessoas - o microcomputador e o videocassete – e, a partir disso, fomentou a discussão e a reflexão acerca desses adventos tecnológicos, por um lado, e buscou popularizar o acesso aos mesmos a partir do aparelhamento das unidades escolares públicas, por outro. Atenta à nova realidade tecnológica que se impunha, a autarquia partiu para a implantação de políticas de incentivo a uma utilização coerente e pedagogicamente responsável dessas duas inovações no âmbito escolar (já que estes elementos estavam se tornando cada vez mais comuns na vida dos indivíduos dos grandes centros urbanos).

No que diz respeito ao audiovisual e a educação foram cinco as ações realizadas pela FDE: 1) a formação de uma coleção de filmes; 2) a realização de vários encontros entre especialistas em audiovisual e professores que foram intitulados "Cinema em Vídeo"; 3) produção da série "Apontamentos"; 4) organização da revista "Lições com Cinema"; 5) realização de filmes educativos.

Para melhor entendermos esses acontecimentos, algumas aproximações se fazem necessárias. A organização do acervo audiovisual teve íntima relação com a produção da série "Apontamentos". Do mesmo modo, os seminários "Cinema em Vídeo" foram o ponto a partir do qual ocorreu o surgimento da revista "Lições com Cinema".

Em primeiro lugar, é importante explicitar que as cinco ações que acabamos de mencionar foram executadas por dois grupos diferentes. Uma equipe era responsável pela produção dos filmes educativos, sob a liderança de Fernando Passos, e a outra, coordenada por Antônio Falcão e Cristina Bruzzo, cuidava da montagem do acervo, dos seminários e das publicações destinadas aos professores (série *Apontamentos* e revista *Lições com Cinema*).

O primeiro grupo era formado por técnicos em audiovisual que eram ex-funcionários do CENAFOR e que acabaram por se integrar a FDE. A equipe responsável pela coleção de filmes, por sua vez, era toda formada por professores da rede estadual (tantos os coordenadores quanto os demais integrantes). Todos os membros do último grupo foram trabalhar na FDE em virtude de convite feito pela própria autarquia.

Com efeito, é oportuno dizer que, mesmo estando sob o mesmo estabelecimento e realizando alguns trabalhos conjuntos, as duas equipes tinham autonomia entre si.

Como dissemos, a coleção audiovisual da FDE foi montada a partir de 1988 e se constituiu como parte integrante do centro de documentação da instituição. Ao longo de sua formação, o acervo foi subdivido em três categorias: "produções da FDE", "acervo geral" e "videoteca pedagógica".

Observe na tabela a seguir a quantidade e a descrição que a própria instituição deu para cada um dos subgrupos citados:

NOME DO ACERVO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE TÍTULOS
Produções FDE	Vídeos/filmes produzidos pela FDE	83
Acervo Geral	Vídeos/filmes selecionados que circulam sem material de apoio produzido pela FDE	359
Videoteca Pedagógica	Vídeo/filmes selecionados e trabalhados para circularem com material de apoio produzido pela FDE: Apontamentos, Lições com Cinema, etc.	551
	TOTAL	**993**

Tabela 1 – Total de filmes do acervo[1] audiovisual da FDE por subgrupo

Entre as seções internas da coleção de vídeos que a FDE formou, a que mais recebeu atenção por parte da equipe do projeto foi a denominada "videoteca pedagógica". O número final de títulos deste subgrupo em relação aos demais é um reflexo desse esforço diferenciado.

Um dos princípios que norteou a organização do conjunto audiovisual como um todo foi o de garantir às escolas o acesso a filmes "não-didáticos", tanto da categoria "ficção" quanto da categoria "documentário", dos mais variados tipos, tamanhos, formatos e países. Neste contexto, vídeos experimentais e animações também foram agregados à coleção.

A idéia, segundo a Profa. Cristina Bruzzo, era tornar disponível aos professores uma produção audiovisual variada para que a escola pudesse se tornar um pólo de difusão

[1] dados retirados do banco de dados da FDE organizado em 1997.

cultural através da exibição, na íntegra, de títulos produzidos para finalidades comuns ao universo do cinema. O que se entende por "filme didático" – filmes produzidos para serem usados no âmbito da educação formal e por isso com temática, duração e linguagem adaptadas à utilização nos moldes da escola - ainda que fossem sendo integrados ao acervo, não se constituíam como foco do mesmo. Foi em decorrência desse norte de ação que foram se construindo subdivisões dentro da coleção. As produções da autarquia formaram o grupo "produções FDE"; os filmes didáticos de outras instituições formaram, grosso modo, a seção "acervo geral" e os títulos comerciais e experimentais para os quais se produziam subsídios constituíram a categoria "videoteca pedagógica".

Percebemos então que o advento do vídeo foi visto pelos educadores responsáveis pelo acervo como uma possibilidade de trazer uma manifestação artística (o cinema, no caso) pra dentro da escola num sentido bastante ampliado, que respeitasse as especificidades da linguagem audiovisual e buscasse, nessa atividade de fruição, possibilidades didáticas variadas e até mesmo incomuns. Tal idéia encontra-se presente no trecho abaixo:

> *"(...) uso dos meios audiovisuais em sala de aula, pela introdução de produções significativas da arte cinematográfica, que representam, além de seu valor artístico, uma contribuição na discussão de temas fundamentais dos programas curriculares."* (FALCÃO, 1993:9)

Chegamos agora num ponto importante de nossa explanação já que no transcorrer de sua formação, os títulos da seção "videoteca pedagógica" foram disponibilizados, desde o início, de uma maneira completamente original. Isso ocorreu porque ao solicitar ou vir retirar uma determinada fita VHS, o professor levava junto com a mesma uma pequena publicação que trazia informações úteis, sintéticas e sistematizadas sobre a obra cinematográfica que havia lhe despertado interesse. Tal publicação, em formato de um pequeno livro, recebeu o nome de "Apontamento". Os *Apontamentos* se constituíram como uma série de publicações que, autônomas umas dos outras, mantinham íntima relação, em primeiro lugar com a obra para a qual foram elaborados e em segundo plano com o universo cultural com o qual o dito filme dialogava.

Ainda que cada livreto fosse avulso em relação aos demais, todos contavam com as mesmas divisões internas, nos seguintes capítulos: 1)ficha técnica do filme; 2)aspectos cinematográficos; 3)aproximação; 4)disciplinas indicadas e 5)afinidades.

Via de regra, cada *Apontamento* era escrito por dois profissionais diferentes: um responsável pela divisão "aspectos cinematográficos" (que trazia o ponto de vista de um especialista na linguagem audiovisual sobre o filme em questão) e outro comprometido com o

item "aproximação" (no qual encontramos expresso o olhar de um educador especialista em uma das disciplinas escolares para a qual a obra cinematográfica poderia ser empregada como recurso didático). Nos poucos casos em que observamos *Apontamentos* escritos por uma única pessoa, quem o fez foi geralmente o especialista em cinema. Na outra ponta, existem livros da série que são assinados por três pessoas (uma da área de audiovisual e duas do ramo educacional).

Um bom exemplo que permite que se tenha uma idéia mais palpável de como eram essas publicações, é o Apontamento número 15, feito para dar subsídio ao filme *Macunaíma* de Joaquim Pedro de Andrade. Nele, Fernão Ramos, doutor em cinema pala ECA-USP, foi quem escreveu o item "aspectos cinematográficos" e Cláudia Ortiz, bacharel e licenciada em Letras pela USP, assinou a seção "aproximação". O Apontamento número 56, outro modelo significativo, foi organizado para dar mais elementos sobre o documentário "Getúlio Vargas" de Ana Carolina e contou com a colaboração da Profa. Dra. Marília Franco (ECA-USP), que escreveu o item "aspectos cinematográficos", e das historiadoras Kátia Gerab e Maria Angélica Campos Resende (FFLCH-USP), que juntas elaboraram o texto do item "aproximação".

Os textos que formaram os mais de 400 *Apontamentos* produzidos foram escritos ora por membros da equipe ora por professores e pesquisadores externos, que eram convidados para este fim. Logo, a criação da série *Apontamentos* trouxe um vasto e importante grupo de colaborados externos para o perto do projeto. Estas pessoas, que eram ligadas à Universidade e à pesquisa em cinema e educação, além de produzir textos de apoio aos docentes, sugeriam títulos ao acervo. Com o tempo, parte destes profissionais especializados na linguagem cinematográfica foi contratada para dar seminários para os professores. Foi assim que surgiram os seminários "Cinema em Vídeo" e a revista "Lições com Cinema", resultado direto destes encontros.

Sobre o acervo "videoteca pedagógica" devemos levar em consideração também uma outra peculiaridade: o audiovisual só era disponibilizado para empréstimo quando o seu respectivo *Apontamento* estivesse pronto. Noutros termos, fica evidente que o oferecimento do audiovisual "sozinho", ou seja, sem o seu respectivo subsídio, era uma prática que realmente não interessava à equipe à frente da coleção de vídeos da FDE.

Façamos agora uma pausa para recuperarmos os vários diferenciais desse projeto em relação a tantos outros que, como ele, procuraram promover uma aproximação entre o audiovisual e a educação.

Em primeiro lugar devemos salientar que a iniciativa não se centrava na formação de uma coleção de filmes "didáticos" e sim na formatação de uma videoteca de obras variadas, com destaque para os chamados "filmes comerciais". Sobre esse assunto em específico, nunca é demais lembrar que mesmo no final da década de 1980 e início da de 1990, muitos educadores ainda defendiam que os filmes comerciais eram impróprios ao uso escolar, usando como justificativa questões de cunho variado, que vão desde a duração do filme até a temática e forma de abordagem das obras propriamente ditas. Isso equivale dizer que, em pleno momento de popularização do vídeocassete como mídia doméstica, ainda existia quem defendesse que apenas o filme didático era ferramenta apropriada. É precisamente dentro deste contexto que a iniciativa da FDE configura-se como inovadora já que objetivava organizar e disponibilizar uma videoteca "não-didática".

Em segundo lugar, o projeto quis promover um uso que fosse além daquele mais comum e banalizado, a partir do qual o professor escolhe um filme (em função da relação que o tema do mesmo estabelece com o conteúdo curricular que ele quer "ilustrar"), exibe a obra cinematográfica (na maioria das vezes de forma fracionada), faz observações sobre os tópicos abordados no audiovisual que se relacionam diretamente com a matéria que ele está trabalhando e ponto final. A idéia era aproveitar o interesse dos professores de determinadas disciplinas em certos filmes para propiciar também uma reflexão no que diz respeito ao cinema propriamente dito, fato que era desejável que se tornasse possível por meio do uso ativo das informações contidas nos *Apontamentos*, e posteriormente nos seminários e publicações que foram sendo criadas para este fim.

Em terceiro lugar, devemos ratificar que a equipe criou uma ferramenta didática inovadora e expressiva posto que cada livro de apoio (Apontamento), que trazia hipóteses de trabalho, sugestões de debates e informações sobre o diretor, a obra, e os artifícios de linguagem empregados, propunha enfoques inusitados de abordagem, sem, contudo, instruir para o uso do audiovisual tal como uma "receita de bolo". Isso porque o princípio de trabalho do grupo responsável pela videoteca era o de que o filme deveria ser visto como "uma fonte inesgotável de discussão" e, assim sendo, caberia apenas "apontar" ao docente algumas das tantas possibilidades uso.

Podemos afirmar então que a proposta visava propiciar uma utilização em dois aspectos: o filme como obra artística dotada de uma linguagem específica e o filme como fonte problematizadora de conteúdos disciplinares. Justamente por conta das dimensões supracitadas é que foi criado um *modus operandi* completamente inédito: disponibilizar o

audiovisual no suporte VHS juntamente com um texto de apoio especialmente elaborado para a abordagem do mesmo em sala de aula.

Entre 1988 e 1997 a videoteca pedagógica da FDE formou um acervo de 993 títulos diferentes, que totalizou 5200 mil fitas VHS. Boa parte dos professores que utilizaram esta coleção se dirigia à sede da FDE, situada na cidade de São Paulo, e retiravam os filmes e as publicações sem nenhum tipo de custo. Quando um professor da rede que estivesse alocado em região distante solicitava um filme do acervo, a fita VHS e o "Apontamento" respectivo eram enviados por SEDEX para a escola. Cabia a cada unidade escolar o papel de arcar com o custo da devolução do material. Caso o audiovisual fosse uma produção da FDE ou fizesse parte do "acervo geral", apenas a fita VHS era enviada.

Há muito que refletir sobre o acervo de vídeos da FDE, no que diz respeito ao ensino de História propriamente dito. Pretendemos aqui apenas iniciar uma discussão a este respeito.

Por se tratar de uma coleção de títulos voltada ao uso escolar, a ficha catalográfica da instituição continha dois itens sobre os quais vale a pena refletirmos: o campo "assunto" e o campo "disciplina curricular".

O campo "assunto" , como o próprio nome indica, era o local no qual os temas abordados pelos filmes eram elencados. Entre os 993 filmes da coleção, 80 tinham a palavra "História" como assunto, o que equivale a menos de 10% das obras. Quando observamos dentro do âmbito do projeto videoteca pedagógica, que totalizou 551 filmes, temos que 28 produções foram catalogadas com aquele descritor. Isso equivale a apenas 5%.

O item "disciplina curricular", por sua vez, era o espaço destinado à descrição das matérias para os quais o audiovisual poderia ser utilizado como recurso didático. Foi criado com o claro objetivo de facilitar a busca dos professores na medida em que permitia que se chegasse rapidamente às obras que estabeleciam alguma relação com a(s) disciplina(s) escolar(es) desejada(s). Aqui, entre os 993 filmes do acervo, 242 eram indicados á disciplina de História, ou seja, 25% das obras. No que tange à videoteca pedagógica, dos 551 filmes, 153 continham a palavra "História" neste campo específico. Isso equivale à aproximadamente 28% do acervo.

Com efeito, esses dados permitem que pensemos sobre a potencialidade deste acervo como instrumento de auxílio ao professor de História na medida em que eles explicitam um elemento muito interessante: a História, que não foi um tema recorrente entre os filmes selecionados para fazer parte da coleção, foi muito indicada como disciplina na qual vários títulos poderiam ser trabalhados.

Não há dúvidas que essa constatação por si só já seria digna de nota e ponderação. No entanto, a ela devemos somar o fato de que a História foi o componente curricular mais recomendado no item "disciplinas indicadas" entre todos as matérias que constam na base de dados do acervo.

Essas duas conclusões permitem que afirmemos que o conjunto de vídeos formado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação constituiu-se como uma ferramenta potencialmente poderosa de introdução do audiovisual na sala de aula, principalmente para os professores de História da rede pública do Estado de São Paulo. Dizemos isso com segurança na medida uma em cada quatro obras da coleção era indicada para ser usado no processo de ensino e aprendizagem de História.

Longe de esgotar o assunto, vale dizer que todo o acervo audiovisual e as publicações que surgiram a partir dele continuam à disposição dos professores vinculados à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo atualmente. Numa realidade de subtilização e praticamente nenhuma divulgação de sua existência, a coleção de vídeos, outrora tão requisitada e circulante, jaz nas prateleiras do Centro de Referência em Educação "Mario Covas", criado em 2002, local no qual as publicações *Lições com Cinema* também podem ser retiradas para leitura. A série *Apontamentos*, por sua vez, foi digitalizada e encontra-se sistematizada na internet desde o segundo semestre de 2006 no endereço http://www.crmariocovas.sp.gov.br:8080/biblioteca/. A disponibilização desse material também foi realizada sem nenhum tipo de repercussão, o que é um fato lamentável já que essa foi uma política pública inovadora e bem estruturada, que na medida em que foi empreendida num passado muito próximo de nós, ainda está materialmente preservada e em condições de ser plena e amplamente utilizada. Bastaria que os professores que compõem o quadro atual da Secretaria de Educação tomassem conhecimento da existência do acervo e dos seus subsídios.

Referências bibliográficas:

FALCÃO, A.R. ; BRUZZO, C. **Coletânea Lições com cinema**. V. 1. São Paulo: FDE, 1993.

FALCÃO, A.R. ; BRUZZO, C. **Coletânea Lições com cinema**. V. 2. São Paulo: FDE, 1994.

FALCÃO, A.R. ; BRUZZO, C. **Coletânea Lições com cinema**. V. 3. São Paulo: FDE, 1996.

FALCÃO, A.R. ; BRUZZO, C. **Coletânea Lições com cinema**. V. 4. São Paulo: FDE, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso: uma Experiência de Colonização do Oeste de São Paulo e Sudeste de Mato Grosso do Sul no Contexto da Expansão da Fronteira Oeste

José Carlos Ziliani[1]

Este texto constitui-se num exercício de pensar o processo de colonização contemporânea no Brasil, estabelecendo relações entre fronteiras culturais e étnicas díspares, presentes e móveis nas regiões compreendidas pelo Oeste do Estado de São Paulo, especificamente a região da Alta Sorocabana e o Sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, especificamente a região sudeste. E ainda um pequeno esforço de análise histórica da colonização no contexto da construção do Estado nacional brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960.

O Estado Nacional Brasileiro nasceu como entidade política e jurídica com o processo de independência, cuja data fundante foi 1822 (decretação de independência). Entretanto, a construção objetiva, sistemática e abrangente no sentido de se representar e de se fazer representado foi um processo longo, tenso, ambíguo e contraditório. Muitas regiões, ou lugares só se integrarão à nacionalidade como regiões muito tardiamente.

Este breve ensaio pretende analisar o fenômeno da construção do Estado Nacional brasileiro durante a primeira metade do século XX em dois lugares ou regiões, compreendidas pelo Oeste do Estado de São Paulo, mais especificamente o baixo vale do Paranapanema, e parte do Sudeste do Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul.

O recorte apontado, tanto temporalmente como espacialmente, decorre da objetividade necessária para a condução do processo de pesquisa que estamos desenvolvendo, a partir dos empreendimentos colonizadores, entre as décadas de 1930 e 1960, realizados pela Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, que durante o período organizou núcleos de colonização e de povoamento nas referidas regiões.

À guisa de problemática, de pensar-se o Estado Nacional em seus mecanismos de apropriações e incorporações de espaços, ressalta-se que as regiões apontadas constituíam-se, até pelo menos o início da segunda década do século XX, nas representações cartográficas, como Sertão ou áreas desconhecidas. Assim,

[1] Professor do Departamento de Ciências Humanas/CPTL/UFMS. Doutorando em História pela UNESP/Assis/SP.

> "O que se sabia delas não era diferente do que se sabia desde os tempos coloniais: um espaço dominado pela natureza selvagem, povoada por hordas bravias e por peçonhas mortais"[...].Tal como o céu e as águas, o sertão era um espaço imensurável, um lugar indômito, um outro 'mar ignoto'. E no século das conquistas ultramarinas, a idéias de um espaço denominado 'sertão' ampliou as fronteiras do desconhecido". (IVANO, 2000, p.22)

Só após os trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica promovida pelo governo do Estado de São Paulo, e da Comissão dos Prolongamentos e Desenvolvimento da Estrada de Ferro Sorocabana, é que as coisas do lugar: os rios; a topografia, os solos e as formas de ocupação humana, começaram a ser vistos e identificados com alguma peculiaridade objetivada, menos imaginativos. Sabia-se de antemão da presença e dos problemas decorrentes das populações originárias, especialmente os índios coroados e as frentes de expansão representadas por sertanistas e migrantes de outras partes do Brasil. Num segundo momento, a partir da década de 1930, foram os projetos de colonização que possibilitaram à região a condição de constituir-se como parte unificada do território nacional, entendido aqui como uma produção do território, conceito que nos apropriamos de Jacques Revel e Roger Chartier.

A eficácia da produção do território nacional nestas regiões do Oeste Geográfico foram objetivadas pelas estratégias do governo brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 pelos mecanismos institucionais da "Marcha Para o Oeste" contando táticamente com os empreendimentos colonizadores promovidos pelo próprio Estado através das Colônias Agrícolas Federais e por muitos outros a cargo de empresas particulares como parte de "uma série de instituições, de equipamentos, de redes sobrepostas que desmultiplicaram a presença da autoridade" (REVEL, sd, p. 111) do Estado Nacional. E, ainda,

> Com a chegada pelo caminho-de-ferro, símbolo novo e duplo da modernidade e da coesão territorial, o ritual cívico da entrada , a missa, [...] e a apresentação da Guarda Nacional, o encontro com os dignatários por ordem hierárquica, e o banquete final são seus momentos obrigatórios. Todos esses momentos reivindicam, uma função de conhecimento: àquele que aspira a uma verdadeira legitimidade, compete apropriar-se dos pormenores[...]" (Idem, p. 112).

dos espaços entendidos como territórios desconhecidos, que paulatinamente serão incorporados como territórios produzidos por modalidades variadas de narração, de práticas escriturísticas. Cumprem papel eficiente deste destino do território incorporado, uma geografia, uma historiografia, um conjunto de procedimentos cartorários, um conjunto de memórias e crônicas. "Os seus principais promotores já não são o Estado e os seus agentes mas a iniciativa privada: uma rede espontânea de viajantes e geógrafos, de economistas, de

agrônomos e de médicos, de administradores de nível modesto e de dignitários locais" (Idem, p. 127).

O espaço Nacional, "fixado daí para o futuro, reduz-se espetacularmente: o caminho-de-ferro e depois o avião, a fotografia e depois a imagem animada, a imprensa escrita, a rádio, a televisão aceleram-no e unificam o seu conhecimento" (Idem, p. 114).

Nesse sentido, foram os empreendimentos de colonização da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, que mobilizaram para as referidas regiões, contingentes populacionais oriundos de outras partes do Brasil e de imigrantes europeus (para o caso específico da Companhia, imigrantes da Tchecoslováquia), originando núcleos urbanos contíguos aos assentamentos rurais. Para citar alguns, no Estado de São Paulo: Mariápolis, Caiabú, Narandiba, Indiana, Regente Feijó, Mandaguary, Anhumas, Laranja Doce (mais treze núcleos não descritos aqui); no Estado de Mato Grosso: Bataguassu; Batayporã; um terceiro, Núcleo de Colonização "Presidente Kennedy", que teria seu núcleo urbano denominado "Kennedyba", abortado na orígem, em decorrência das políticas de nacionalizações da década de 1950. Por volta de 1951, os núcleos colonizadores e os patrimônios ou cidades resultantes dos projetos da Colonizadora contabilizaram uma população de 67.700 habitantes, conforme os Estudos Sobre a Migração publicados por Jan A. Bata. (BATA, 1951, p. 45)

Nestes "novos lugares", constituintes do novo território produzido, e na perspectiva de compreendê-los enquanto uma formação histórica, sob a luz da análise da História Cultural, são fertilizadoras as questões colocadas por Chartier:

> Quais as condições culturais requeridas para se desenvolver e perpetuar o Estado de finança e de justiça, absoluto e hegemônico? Quais as expressões ideológicas, rituais e simbólicas? Quais os efeitos, sobre as formas de sociabilidade e a economia psíquica dos indivíduos, destas transformações que definem a forma própria do poder do Estado? (CHARTIER, 1990, p.217)

Tais questões são, dentre outras, norteadoras da pesquisa e das análises que pretendemos construir.

Ilustrando as contradições entre esses novos lugares e os interesses nacionais na década de 1940, o juiz de direito José de Melo e Souza, da comarca de Bela Vista, no sul de Mato Grosso, deixou relatos, que à época foram publicados em jornais do Rio de Janeiro, nos quais aponta e clama pela presença do Estado Nacional na região, afirmando que: "desapareceram totalmente as garantias. Os roubos organizados, os assaltos à mão armada, as invasões estrangeiras são acontecimentos de todos os dias". (MELO E SILVA, 1989, p. 168). Aqui, para o autor, as invasões estrangeiras são uma referência aos povos Guaranis, população majoritária nas regiões de fronteira com o Paraguai, compreendendo boa parte do

sul de Mato Grosso. E, sobre o universo sociocultural, remetendo especialmente à configuração do idioma como um dado da nacionalidade, diz ele: "o mestiço traz para aquele recanto todos os seus hábitos, todos os seus vícios. Sua língua, o guarani, é quase a única que se fala naquele novo meio", (IDEM, p. 64) tais traços são indícios de problemas na medida em que "havia servido de pretexto durante muitos anos para que os paraguaios se arrogassem o direito àquela região, de vez que os indígenas, na sua reconhecida versatilidade, ora se diziam brasileiros, ora paraguaios" (Idem, p. 650). Com o intuito de ajuizar melhor a visão do autor sobre as etnias nativas ou mesmo sobre outras nacionalidades presentes na referida região ainda prenhe do Estado nacional Brasileiro, ele afirma:

> Os guaranis paraguaios não encontram obstáculos em transpor as nossas fronteiras, que são francamente abertas e abandonadas.
> De cinqüenta anos a esta parte têm eles penetrado no Brasil, imigrando ordinariamente nas quadras e transes penosos de sua vida.
> Vivem em nossa pátria como em sua própria terra. Talvez até se compenetrem de que sua casa é todo o continente sul americano.
> Em parte já fundidos com representantes de etnias européias e hispano-americanas, e modificados pela influência da civilização dos nossos dias, conservam, embora um tanto adulterado, o idioma primitivo – o "ava-ñeê". E é ainda o uso dessa língua o critério adotado para identificá-los, posto que se reconheça seja ele insufuciente e falho.
> Penetrando no solo brasileiro, nem sempre se fixam em lugar certo, e muitas vezes vagueiam de um ponto a outro da fronteira, constituindo, assim, parte considerável, embora um tanto flutuante, da nossa população.
> [...]
> Não aprendem a língua portuguesa, nem para isso fazem qualquer esforço. Da mistura do castelhano com o guarani e o português resulta um quase dialeto que falado na Avenida Rio Branco ninguém entenderia."(Idem, 72-3)

Melo e Silva deve ser compreendido como uma personificação típica da autoridade do Estado, como também é desse lugar que enuncia um tipo de discurso cuja estratégia é um clamor na direção da promoção do bem público, das coisas do Estado:

> e que se organizem ao longo de nossas fronteiras, excelentes bandas de música, maravilhoso processo educativo, forma inigualável de saturar de nacionalismo aqueles corações que não pulsam pela harmonia dos nossos costumes, aquelas almas que ainda não vibram ao ritmo e som das marchas, sambas e tangos brasileiros. (IDEM, p. 138)

Tal registro clamoroso pela presença do Estado não significa que a musicalidade não estivesse presente naqueles rincões distantes, muito pelo contrário. O mesmo autor fez referência aos exageros de um estilo de vida marcado pela "vadiagem", e registra um dado interessante sobre a região de Bela Vista, cidade fronteiriça com o Paraguai, na década de 1940, informando que;

> "O município de Bela Vista, principal império da ociosidade, é o centro onde se podem fazer fartas observações a esse respeito. Há ali comerciantes que venderam em menos de três anos cerca de quatrocentos violões, ao passo que no mesmo espaço de tempo não conseguiram vender uma só enxada ou machado."(Idem, p.75)

Da mesma forma foi um defensor no sentido de que os interesses nacionais estariam melhor amparados e mais sabiamente protegidos naquelas regiões, se:

> [...]os governos matogrossenses, despindo-se de idéias estreitas e de preconceitos políticos, tivessem aproveitado as facilidades trazidas pelo caminho da Noroeste para uma colonização sistemática e intensa nesse prodigioso setor do solo brasileiro, que continua carecido de homens, enquanto milhões de patrícios se esbatem, Brasil afora, a braços com a miséria e com a fome, a míngua de terras cultiváveis e férteis. (Idem, p.72)

Naquelas regiões constituintes do Oeste a ser desbravado e conquistado, parte de um território a ser construído, são intensos os jogos e relações de poder entre os sujeitos lá presentes e os mecanismos de apropriação do Estado. Naquelas circunstâncias é claro que as cerimônias públicas não representam apenas, mas também constroem as relações entre os grupos sociais e o Estado:

> Ao propor uma representação de si mesmo, que implica uma ordem particular, "legítima", da sociedade, o Estado moderno define o terreno onde podem ser travadas lutas simbólicas entre os grupos – isto é, lutas onde a posição social real, em que as distinções manifestadas são tidas por desigualdades essenciais do ser social. (CHARTIER, 1990, p. 222)

Desse modo, a pesquisa orientar-se-á pela busca, pelo entendimento, e pela tentativa de compreensão das maneiras e dos mecanismos pelos quais a construção objetiva do Estado nacional Brasileiro constituiu-se naquelas regiões novas. Evidenciar como a maneira dos homens estarem em conjunto se modificou e da mesma forma modificou a região no sentido da sua construção. Como a presença e a participação dos imigrantes tchecos que trabalharam nos negócios da colonização da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, contribuíram no sentido e na direção de "como fazer as coisas", nas adoções de procedimentos tecnológicos adaptados às necessidades e carências daqueles tempos. A título de exemplificação, em Indiana, Jan Antonin Bata, proprietário da Companhia de viação São Paulo Mato Grosso construiu uma "madeirovia", batismo dado à inventividade da aplicação de trilhos de madeira em substituição aos de ferro, para possibilitar o pequeno transporte de tijolos, telhas, madeira. Ou ainda, a aplicação do gasogênio aos barcos da Companhia nos Rios Paraná, Ivinhema e Pardo em decorrência do racionamento de petróleo no período da Segunda Guerra Mundial. A pesquisa sobre a colonização realizada pela Companhia Viação São Paulo Mato Grosso, de

propriedade de Jan Antonin Bata, estará circunscrita ao período compreendido entre os anos 1930 e 1960. Paralelamente estou organizando base de dados e informações para escrever sobre a trajetória biográfica de Jan Antonin Bata e um outro imigrante tcheco, gerente da colonizadora no Núcleo de Batayporã, em Mato Grosso do Sul, Sr. Jindrich Trachta.

BIBLIOGRAFIA

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

REVEL, Jacques**. A Invenção da Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, sd.

MELO E SILVA, Jose de. **Canaã do Oeste**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

BATA, Jan Antonin. **Estudos Sobre a Migração**. Batatuba/SP: se., 1951.

IVANO, Rogério. **Crônicas de Fronteira: imagem e imaginário de uma terra conquistada.** Assis/SP: UNESP, 2000. Dissertação de Mestrado.

* * * *

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Alemãozinho e a memória das ordens.

Paulo Pinheiro Machado*

Resumo:
Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre o uso que a historiografia fez sobre dois documentos capturados pelas forças do exército quando grupos de sertanejos envolvidos no movimento do Contestado apresentaram-se na região de Canoinhas. Os documentos foram apresentados por Henrique Wolland, o "Alemãozinho". O primeiro documento é um conjunto de ordens de Alemãozinho aos membros de seu piquete de ataque, o segundo documento é uma carta de "habilitação" assinada pela "virgem" Maria Rosa. Os cronistas militares e depois os estudiosos sobre o movimento sertanejo, não se preocuparam em refletir sobre as origens destes documentos e a estratégia de Alemãozinho em negociar sua própria rendição.
Palavras chave: Guerra do Contestado - Pares de França - Análise de fontes.

Abstract:
The objective of this article is to analyze how historiography has reported two documents taken by the Brazilian army when groups of peasants involved in the Contestado war appeared in the area of Canoinhas, Santa Catarina. The documents were presented by Henrique Wolland who was also known as "Alemãozinho". The first document was a series of orders prepared by Alemãozinho for the members of his front line of attack; the second document was an "authorization" signed by the "virgin" Maria Rosa. The military narrators and the experts in peasant's affairs have not worried about reflecting the origins of these documents neither the Alemãozinho strategy to negotiate his own surrender.
Key words: Contestado war – Pares de França - Analysis of sources.

Em janeiro de 1915, depois de cinco meses de cerco das tropas do exército, comandadas pelo General Fernando Setembrino de Carvalho, vários grupos rebeldes iniciaram um processo de rendição e apresentação às forças oficiais, principalmente no planalto norte catarinense, região de Canoinhas, e na saliência administrada pelo Paraná com as Vilas de Itaiópolis e Papanduva. (CARVALHO, 1916, pp. 90-110 ; VINHAS DE QUEIROZ, 1966, pp. 243-247)

Entre as lideranças que se apresentaram aos oficiais do exército encontravam-se importantes chefes de Guardas e Redutos como Bonifácio Alves dos Santos (Bonifácio Papudo), Carneirinho, e Henrique Wolland, chamado de "Alemãozinho". Antônio Tavares de Souza Júnior, que dirigia um reduto nas nascentes do rio Itajaí, iniciou uma negociação de rendição com o Major Taurino de Rezende, mas acabou fugindo para o litoral após o bombardeio de seu acampamento (AURAS, 1995, pp. 126-130).

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Alemãozinho entrou na guerra sertaneja a convite do principal chefe rebelde da região, o Capitão Aleixo Gonçalves de Lima. Antigo federalista de origem paranaense, Aleixo radicou-se na região de São Bento no final do século XIX e passou a defender as demandas catarinenses na disputa de limites com o Estado do Paraná. Em 1909 este Capitão atacou barreiras fiscais que os paranaenses haviam construído para taxar a erva mate. Durante o ano de 1914 Aleixo reuniu mais de 300 homens e manteve sob fogo cerrado a Vila de Canoinhas. Outros piquetes ocuparam as Vilas de Colônia Vieira, Itaiópolis, Papanduva. Alemãozinho chefiou um piquete que tentou ocupar a cidade de Rio Negro, mas foi repelido pela força paranaense ali estacionada. O chefe Aleixo não concordou com a iniciativa de rendição e manteve seus homens no Rio d'areia, sob o comando de Adeodato que liderava todos os rebeldes a partir da "Cidade Santa" de Santa Maria.

O cerco das tropas do exército havia debilitado a resistência de muitos sertanejos. As relações comerciais com o mundo exterior (principalmente a venda de erva mate e de couros em troca de armas, munições e víveres) estavam inviabilizadas. A fome batia com força em muitos redutos e guardas. A entrada no verão e a impossibilidade do plantio, em extensões razoáveis, de roças de milho, alimento básico das populações do planalto, tornava a perspectiva sombria para a sobrevivência de muitos redutários.(FELIPE, 1995, p. 124)

No entanto, as rendições não seguiam apenas ao impulso das carências e necessidades. Muitos rebeldes que se renderam decidiram abandonar a região. Para outras chefias intermediárias poderia ser uma mera mudança de lado, já que existiam propostas vantajosas do governo aos que se colocassem ao serviço do exército para lutar como *vaqueanos*. Alemãozinho agiu desta forma.

Alemãozinho entregou ao general Setembrino de Carvalho dois documentos, que são emblematicamente muito citados pela historiografia: uma carta de "habilitação" de Alemãozinho como "comandante dos Pares de São Sebastião" assinada pela *virgem* Maria Rosa e outro documento, composto de regras de Alemãozinho para a atuação de seu piquete, também chamado de "irmandade de São Sebastião":

> *As ordens para a irmandade de São Sebastião:*
>
> *1º. Em horas de folma, para ficar sério para não rir-se nem falar, nem fumar e só tratar da oração em boa fé.*
>
> *2º. No piquete para não falar arto nem rir-se nem beber espírito sem oldem do comandante.*
>
> *3º. Para não entrar em casa nenhuma sem oldem do comandante.*
>
> *4º. A irmandade do piquete não falar com senhora sem que seja perciso.*
>
> *5º. Para tratar-se um com outro com o maior respeito.*
>
> *6º. Não ter pressa para voltar e nem perguntar para onde vai e nem donde vem.*
>
> *7º. E fé em Deus São Sebastião e João Maria de Agostinho, todo serviço é leviano.*

> *8º. No chamar do comandante com a buzeira se apresentar sem gastar tempo.*
>
> *9º. Os da irmandade dos Pares que erram em qualquer ato desta oldem tratarei de executar: primeiro na folma, um conselho; segundo no marmello e terceiro matarei, confolme a culpa assim paga. Por oldem de dona Maria Rosa, virgem."(SOARES, 1931, pp. 122-123)*[1]

Podemos observar que estas ordens, de suposta autoria de Alemãozinho, a mando de Maria Rosa, apenas confirmavam típicos comportamentos desejados dos redutários. O piquete apresentava-se como "irmandade de São Sebastião" denominação quase sinônima dos "Pares de França", uma força de elite que, como tal, deveria ser um modelo de disciplina, devoção e lealdade. O comportamento durante as formas – assim chamados os momentos gerais de reunião dos redutários para a prática de preces, discursos dos chefes e distribuição de tarefas, o respeito a famílias e mulheres e a gradação das penas aos transgressores, eram práticas vigentes desde o primeiro reduto de Taquaruçu. O item 6º parece um *tropos* que revela preocupações quanto a informações de guerra e o cuidado com a espionagem.

Desta forma, independente dos propósitos de Alemãozinho em mostrar este documento aos oficiais do exército, os indícios de sua veracidade são dados pelo conhecimento que os militares já possuíam destas práticas.

A carta cuja autoria é atribuída a Maria Rosa é a seguinte:

> *Abelito o sr. Henrique Wolland, de Comandante dos doze pares de São Sebastião da irmandade dele e tendes hordes para ir em Papanduva, Iracema, Lucena e Rio Negro, Campo Alegre município de Joinville e Blumenau para fazer guarda e trancar as estradas desses lugares para combater com os peludos onde encontrar quando tiver com percisão de gente combina com outros comandantes, pede ajutório também podendo resgatar de tudo quanto for preciso para a irmandade, principalmente almamento e colocar comandante onde axar necessários. Sendo voluntário tudo e que não abuzes as hordes e tenha fé em Deus e São Sebastião e S. José Maria de Agostinho e S. José Maria que tudo énada. Maria Rosa, virgem.(SOARES, 1931, pp. 121-122)*

O curioso, neste documento de "habilitação", é que não há qualquer outra fonte que registra o fato de Alemãozinho ter chefiado os "Pares de São Sebastião". Nenhum depoimento de pessoas que viveram nos redutos faz referência a este destaque da liderança de Alemãozinho. Não temos conhecimento da formação dos "Pares" em redutos do norte e, normalmente, a formação dos "Pares de São Sebastião" só ocorria no reduto-mor, o reduto que abrigava o "comando geral" (Taquaruçu, dez. 1913 a jan. 1914; Caraguatá, fev. a abr. de 1914; Bom Sossego; mai. a jul.. de 1914; Caçador Grande, jul. a nov. 1914; Santa Maria, dez. de 1914 a abr. 1915; São Miguel, mai. a jul. de 1915; São Pedro, jul. a dez. de 1915).

[1] Da mesma forma que Pinto Soares, optei em manter a ortografia original dos textos da época.

Outra contradição evidente nas informações presentes no documento de "habilitação" é que o período de atuação de Alemãozinho ocorreu quando Chiquinho Alonso já era Comandante Geral dos redutos. A liderança da *virgem* Maria Rosa declinou em Bom Sossego, logo após a evacuação de Caraguatá, em abril de 1914. Portanto, durante a chefia de Maria Rosa o movimento ainda não tinha a adesão das chefias e dos sertanejos do planalto norte, o que só ocorre, e de forma bastante coordenada, no início da grande expansão rebelde a partir de meados de Julho de 1914.

Não consta, igualmente, qualquer outra informação de que Maria Rosa escrevesse nomeações e habilitações, ou que sequer fosse alfabetizada. Serviram, em diferentes locais e momentos, como "escrivães" dos redutos, Elias de Moraes (em Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria, São Miguel e São Pedro) e Conrado Grobbe (em sua guarda e no reduto de Pedra Branca). Chiquinho Alonso costumava enviar piquetes de ataque com ordens escritas de seu punho.[2] No Arquivo Histórico do Exército há bilhetes de salvo-conduto assinados por Domingos Crespo, por ordem de Adeodato. Porém, nenhum documento de Maria Rosa foi encontrado.

Alemãozinho também parece ser um indivíduo sem muito enraizamento na região onde atuou, como afirma Sebastião Costa "*...era mais um dos que apareceram só na época da guerra*"(MACHADO, 2004, p. 297). No auto de perguntas a Francisco Hieck, em Rio Negro, o depoente afirmou que foi convidado por Alemãozinho para lutar pela "Monarquia", pela "Religião" e pela "execução da sentença de limites". Afirmou ainda que Alemãozinho tinha uma "virgem" no acampamento. Considero que há fortes indícios de que o documento acima descrito, de "habilitação", seja falso. Talvez Alemãozinho desejasse dar especial importância a sua rendição, apresentando aos militares credenciais que o transformavam num prisioneiro especial, como de fato foi tratado.[3] O documento de "habilitação" da "virgem" aqui parece tão falso como a "doação" de Constantino para a Igreja Católica, refutada por Lorenzo Valla no século XV (GINZBURG, 2002). A diferença aqui é que Alemãozinho não comete impropriedades lingüísticas, apenas cai em contradições cronológicas.

O General Setembrino de Carvalho estava convencido da importância de Alemãozinho entre os chefes rebeldes e, principalmente, animado com sua vontade de colaborar:

---

[2] Os bilhetes de "fanáticos" encontram-se na correspondência do Tenente Coronel Estilac Leal, comandante da coluna sul, ao General Setembrino de Carvalho, caixa 5537, Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

[3] Por muitos anos circulou a informação de que Henrique Wolland era marinheiro da armada imperial alemã que havia desertado da canhoneira *Panther* no porto de Itajaí, em 1904. Porém esta informação não se confirmou. Informações sobre a rendição de Alemãozinho encontramos em STULZER, 1982, p. 69.

> *Vindo de Canoinhas, chegou, nesse comenos, a Iracema, Henrique Wolland. Allemão de nascença, baixo, moço ainda, de inteligência vivíssima, relativamente instruído, é a figura mais saliente entre todos os cabecilhas. Não foi preciso interrogal-o porque elle, extremamente loquaz, foi logo desenvolvendo, methodico e preciso, todo o encadeiamento da luta, desde seu início. Referiu que percorria os sertões no exercício de sua profissão, de photographo, quando a gente de Aleixo acertou de o prender. Não se amotinou com o incidente. De índole aventurosa e forte, em pouco tempo elle se impunha, por sua bravura, aos sertanejos, que o escolheram para comandante. E como comandante brigou sempre pela execução da sentença de limites entre os dois Estados.*
>
> *O fanatismo era apenas um meio para a consecução daquelle objectivo. Mas sentindo que os recursos prometidos, sem nomear por quem, tinham falhado – desde a sua ida a Rio Negro, onde esperava encontrar gente para occupar a cidade – descrendo pouco a pouco dessa guerra, que limitava seus esforços a 'atropellar a força'. Resolvera, por fim, apresentar-se e até combater com o seu piquete, ao lado do exército, porque o fanatismo não passava de puro banditismo. Conhecia profundamente os sertões e localizou com perfeição, no mapa em que eu estudava, todos os reductos irreductíveis, desde o Santo Antonio, até o de Caçador e o de Aleixo, desvendando a táctica de combate dos matutos. (CARVALHO, 1916, p. 90)*

Setembrino sabia que as rendições que aconteciam ao norte ainda não haviam atingido o grosso do grupo rebelde, nos "redutos irredutíveis". Alemãozinho procurava legitimar seus atos usando a mesma argumentação recorrente de lideranças do norte, a luta pelo cumprimento da sentença de limites. Afinal, por três vezes o Supremo Tribunal Federal havia dado ganho de causa à Santa Catarina, isto poderia revestir de certa legalidade a atuação destas lideranças (o que também foi feito por Antônio Tavares). A experiência do fracasso ao ataque de Rio Negro é apresentada como a principal fonte de frustração com o movimento rebelde, agora apresentado como "puro banditismo". Mas para Setembrino era muito importante poder contar com um guia que "conhecia profundamente os sertões" e estava muito disposto a colaborar para a liquidação de seus antigos chefes e companheiros.

Neste contexto, as cartas produzidas e apresentadas por Alemãozinho, precisam ser relativizadas em seus dados e informações. Não podem ser lidas ingenuamente, precisamos desenvolver análises com o mesmo cuidado que tratamos outras fontes. Ao mesmo tempo em que Alemãozinho necessitava reafirmar princípios e práticas habituais dos pelados, para dar autoridade e credibilidade aos seus textos, já que não se tratam de invenções aleatórias, as cartas são também peças intencionalmente produzidas para exagerar a importância política do autor dentro do grupo rebelde, o que torna o ritual de sua rendição um fato de destaque e credencial para sobrevivência e boas oportunidades dentro do mundo oficial.

A memória dos moradores e sobreviventes do conflito sertanejo não consegue precisar o que foi feito de Alemãozinho após a guerra. É provável que tenha mudado para outra região, distante de seu local de atuação, já que suas atitudes poderiam despertar acertos de contas.

Bibliografia:

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado*: A organização da irmandade cabocla. 2ª edição. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

CARVALHO, Fernando Setembrino (Gen.). *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra pelo Commandante das forças em operações de Guerra no Contestado, 1915.* Rio de Janeiro: Imprensa militar, Estado Maior do Exército, 1916.

FELIPE, Euclides José. *O último jagunço*: o folclore na história da Guerra do Contestado. Curitibanos: UnC, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: História, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Ed. UNICAMP/ CECULT, Coleção Várias Histórias, CNPq/FAPESP, 2004.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros.* Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

STULZER, Aurélio (Frei). *A Guerra dos Fanáticos*, 1912-1916: a contribuição dos franciscanos. Petrópolis: Vozes, 1982.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*: a Guerra Sertaneja do Contestado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Na esquina do mundo: trocas culturais e música popular na cidade contemporânea

Luiz Henrique Assis Garcia*

RESUMO:
A formação cultural conhecida como "Clube da Esquina", criada em Belo Horizonte, nos anos 60 e tendo por principal articulador o compositor e cantor Milton Nascimento, caracteriza-se por um conjunto de práticas musicais e opções estéticas que utiliza fontes tão diversificadas quanto o interior de Minas, a música latino-americana e os Beatles, de forma alternativa a outras propostas contemporâneas para a Música Popular Brasileira, enfrentando os dilemas entre o "nacional" e o "estrangeiro", o "popular" e o "erudito", o "tradicional" e a "vanguarda" num contexto de crescimento da indústria fonográfica e internacionalização da cultura. Procuro compreender o complexo fluxo de trocas culturais envolvidas na construção de uma identidade cosmopolita que não descuidou do elemento local, nem o reduziu ao exótico ou ao típico, tomando a "esquina" como uma expressão simbólica dessa síntese.
Palavras-chave: música popular, trocas culturais, cidade

ABSTRACT:
The cultural formation known as "the Corner Club" (Clube da Esquina), created in Belo Horizonte in the 60's and featuring as its main articulator composer/singer Milton Nascimento, congregates musical practices and aesthetical options that use diversified sources such as Minas countryside, Latin-American music and The Beatles in an alternate way when related to other contemporary proposes for Brazilian Popular Music, facing the dilemmas between the "national" and the "foreign", the "popular" and the "artistic", the "traditional" and the "avant-garde" within the context of phonographic industry growth and culture internationalization. I seek to understand the complex flux of cultural exchanges implicated in the construction of a cosmopolite identity that neither rejected the local elements, nor reduced them to the exotic or typical, taking the "corner" as a symbolic manifestation of this synthesis.
Keywords: popular music, cultural exchanges, city

O objetivo deste trabalho é abordar as trocas culturais promovidas no conjunto das manifestações musicais identificadas à formação cultural conhecida como Clube da Esquina[1] (GARCIA, 2000), evidenciando processos de hibridação (GARCÍA CANCLINI, 1997: 19-21) resultantes do intercâmbio com diferentes músicas populares como *rock*, *jazz*, tradições regionais do interior brasileiro, música latino-americana e bossa nova, entre outros. No cenário da MPB das décadas de 1960 e 1970, os músicos do Clube da Esquina adotaram soluções criativas distintas de outros projetos ou caminhos de músicos seus contemporâneos, oferecendo uma proposta de interculturalidade que superava dicotomias tão presentes em seu tempo, entre o "nacional" e o "estrangeiro", o "popular" e o "erudito", o "tradicional" e a "vanguarda", adotando uma identidade cosmopolita sem descartar o elemento local ou reduzi-

* Doutor em História Social da Cultura pelo PPGHIS FAFICH/UFMG e professor do Unileste – MG.
[1] Entre os principais membros do Clube da Esquina, cito Milton Nascimento, Lô Borges, Beto Guedes, Nelson Angelo, Wagner Tiso, Toninho Horta, Robertinho Silva, Novelli, Fernando Brant, Márcio Borges, Nivaldo Ornelas, Ronaldo Bastos, Tavinho Moura e Murilo Antunes.

lo ao "exótico" ou ao "típico". Este modo particular de criação coletiva articulou-se a partir de relações experimentadas no espaço urbano e encontra sua síntese simbólica no que denomino "metáfora da esquina".

Assim, discutirei as particularidades da contribuição dos músicos do Clube da Esquina para a MPB partindo de frentes complementares: a discussão de sua identidade musical, enquanto formação cultural, balizada na construção da "metáfora da esquina", e a contextualização de suas realizações artísticas no quadro mais amplo de delimitação e consolidação da MPB, adotando como marco o emblemático álbum duplo *Clube da Esquina* (1972).

Na conceituação de sociologia da cultura oferecida por Raymond WILLIAMS, as *formações* são as formas de organização e auto-organização próprias dos produtores culturais, independentes de *instituições* (WILLIAMS, 1992: 35). Como explica o autor, a **formação** é uma "(...) associação consciente ou identificação grupal (...) por vezes, limitada ao trabalho em conjunto ou a relações de caráter mais geral." (WILLIAMS, 1992: 68-69). Ao tratar do grupo de intelectuais denominado de *Bloomsbury*, ele observa que "(...) seus membros negaram, muitas vezes, que pertencessem a qualquer 'grupo'; segundo diziam, eram principalmente **amigos**, com certas ligações familiares (...)" (grifo meu) (WILLIAMS, 1992:79). Algo deste tom diria Fernando Brant: "A transa existe, naturalmente, mas sem essa de bando, **não existe grupo**" [2] (grifo meu). O depoimento de Nelson Angelo sobre a gravação do LP *Clube da Esquina*, em 1972, reforça este argumento:

> *"(...) nada estava definido sobre movimentos; o que rolava era uma convivência de amigos músicos e compositores que se admiravam e, em torno do próprio Milton, trabalhavam suas idéias e ideais daqueles momentos (...) Estavam todos pensando em fazer algo bonito, usando cada um o melhor de si.(...) Havia altos papos na casa do então 'Bituca', sobre escolhas éticas e estéticas e os ensaios tinham seu tempo normal, abreviado pelo talento e facilidade geral das pessoas em questão."*[3]

Milton Nascimento, por sua vez, escreveu o seguinte:

> *"(...) penso que o Clube não pertencia a uma esquina, a uma turma, a uma cidade, mas sim a quem, no pedaço mais distante do mundo, ouvisse nossas vozes e se juntasse a nós. O Clube da Esquina continua vivo nas músicas, nas letras, no nosso amor, nos nossos filhos e quem mais chegar (...)"* (BORGES, 1996: 358)

[2] "Conversando no bar com Fernando Brant". *De Fato*. Belo Horizonte, ano I, n º 2, mar. 1976.
[3] Entrevista concedida por Nelson Angelo via Internet, Maio de 2000.

Em todos os casos, a ligação é remetida para além da esfera artística e de estratégias intencionais, para laços familiares e de amizade, fazendo do Clube uma formação *alternativa* em relação a outros tipos que lhe são contemporâneos, como os movimentos musicais, conjuntos ou bandas. É preciso esclarecer que não procuro apontar uma "origem" da formação, num sentido estritamente factual ou cronológico do termo. Até porque, deste ponto de vista, o Clube não "começa" na esquina. Poderia começar em Três Pontas, com a amizade e o início da parceria musical entre Milton Nascimento e Wagner Tiso ou nas escadarias e apartamentos do Edifício Levy, em Belo Horizonte, onde Milton conheceria os irmãos Borges em 1963. Seria, no entanto, um equívoco "datar" desta maneira a formação, uma vez que sua identidade como "Clube" foi um "fazer-se" através de práticas bem cotidianas, ao invés de cristalizar-se em datas, manifestos ou reuniões inaugurais. Para entendermos o Clube da Esquina enquanto uma formação cultural, é preciso descrever uma rota um tanto sinuosa - mas necessária - do microuniverso de sociabilidades muito específicas, que se resume numa prosaica esquina, ao macrouniverso dos fenômenos culturais mediados pelos modernos meios de comunicação de massa em escala global.

Desde o princípio, fica claro que só podemos viabilizar a nossa discussão encontrando um elemento mediador entre estas duas escalas de observação, e que este só pode ser a cidade, no caso em estudo, Belo Horizonte. Projetada com a marca de concepções urbanísticas que traduziam a racionalidade, progresso e civilidade identificados ao então implantado regime republicano, a capital mineira nunca esteve livre das contradições próprias da "experiência histórica" da modernidade, e a imagem pretendida de metrópole cosmopolita contrastou com a de cidade provinciana. No período específico que estou abordando, considero importantes os impactos da implementação política e econômica do regime militar no espaço da cidade. Seu projeto econômico de modernização e industrialização, cujo clímax foi o chamado "milagre" do início da década de 1970, provocou crescimento populacional e expansão territorial da Grande BH. Esta "voragem do progresso" produziu não apenas mudanças físicas e sociais, mas transformou (e transtornou) a percepção de seus habitantes, aumentando a concentração da multidão e do tráfego de automóveis. Ao mesmo tempo, a censura e o autoritarismo do regime militar pretendiam esvaziar o espaço público, e as proibições e repressões violentas para reuniões públicas evidenciam o isolamento dos cidadãos como uma intenção política do regime.

É importante salientar que o espaço da metrópole, além de construído, é disputado. Suas áreas são diferenciadas por modos de apropriação, por usos sociais diferenciados e, muitas

vezes, conflitantes. A relação entre o cidadão e a metrópole produz dois fenômenos contraditórios: o estranhamento resultante da perda de referenciais de vida e da emergência de novas situações, e o reconhecimento realizado pela "(...) constituição de identidades espaciais que se gestam no plano do vivido" (CARLOS, 1996: 66). Como sugere ARANTES, "(...) ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas" (ARANTES, 1994: 192). É possível, assim, falar na esquina como "lugar" de sociabilidade. Entrecruzamento de duas vias urbanas, em que transitam os habitantes da metrópole, imputando-lhe múltiplos significados a partir da diversidade de suas práticas sociais e visões de mundo, a esquina surge como um espaço que vai sendo recoberto por diversas significações.

Como ponto de referência dentro do bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, o "clube da esquina" não passava de "(...) um pedaço de calçada e um simples meio-fio, onde os adolescentes da rua (...) costumavam vadiar, tocar violão, ficar de bobeira (...)" (BORGES, 1996: 167). Para Lô Borges, a "esquina" era o "lugar onde acontecia de tudo: música, futebol - peladas homéricas", um lugar "democrático" [4]. Marilton Borges, irmão mais velho de Lô e Márcio, ressalta que o bairro permaneceu como reduto da boêmia e das tradições musicais, característica que viria "(...) a reboque do Clube da Esquina, que se formou em torno das rodas de violão de Lô Borges e Milton Nascimento na confluência das ruas Divinópolis e Paraisópolis (...)" [5].

Em gravações, a primeira vez que a expressão "Clube da Esquina" aparece é no disco *Milton* (EMI, 1970), dando nome a uma de suas canções. Ela não tem sentido programático de manifesto, nem mesmo de enunciação estética, como foram o *Desafinado* para a bossa nova ou *Tropicália* para o tropicalismo. O que ela oferece são indícios de que a identidade do grupo se baseia na relação coletiva que a esquina corporifica:

> *Clube da Esquina* (Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges)
> *"Noite chegou outra vez/de novo na esquina os homens estão/*
> *todos se acham mortais/dividem a noite, a lua, até solidão/*
> *neste clube a gente sozinha se vê/pela última vez/*
> *à espera do dia naquela calçada/fugindo de outro lugar (...)"*[6]

O "Clube da Esquina" aparece como espaço em que se concentram os homens para dividir sua condição diante do mundo, e dividir ideais. Isto se afirma até mesmo pela maneira

[4] Entrevista concedida por Lô Borges em Outubro de 1997.
[5] "Santa Tereza". *Caderno Minas - Hoje em dia*, 1/8/99, p.4.
[6] LP *Milton*. EMI, 1970.

como a canção foi composta, com a melodia de Milton feita sobre a base harmônica de Lô Borges, para depois a letra ser escrita por seu irmão Márcio. De fato, podemos mesmo dizer que a canção tem um desenho meta - narrativo, ao realizar em sua própria estrutura a incorporação de Lô ao clube musical que Milton e seu irmão já integravam. O arranjo, por sua vez, enfatiza o clima das serenatas e rodas de violão. Bastante despojado, ressalta vozes e violões, acompanhados apenas da discreta pontuação rítmica da caixa tocada com escova. A informalidade da reunião se reforça na própria estrutura da composição, nos acordes sem dissonâncias e na linha melódica feita de uma escala simples, fácil de cantar, construindo com poucas notas encadeadas em intervalos curtos (de um ou meio tom) uma espécie de morro (curral D'El Rey!) musical que sobe e desce com um certo teor melancólico.

A análise das práticas musicais e escolhas estéticas adotadas pelos integrantes do Clube deve ser inserida em num contexto de importantes transformações na história da música popular brasileira: do projeto modernizador lançado pela bossa nova, passando pela efervescência dos embates em torno do "nacional" e do "popular" durante os anos 60 – em geral sintetizados pela oposição entre a MPB dita "nacionalista e engajada" e o tropicalismo, e chegando por fim à consolidação da MPB como categoria que estabelecia o marco de prestígio e "bom gosto" para a música popular brasileira (NAPOLITANO, 2002: 70-72).

Considero a história de sua constituição e consolidação como resultado de trocas culturais que envolveram a negociação das categorias "nacional" e "popular", a incorporação estética de elementos musicais locais, regionais ou internacionais, a re-valorização de certos gêneros e tradições e o re-posicionamento dos compositores em relação ao mercado, contudo sem a perda do prestígio de sua "aura" artística. Os músicos, ainda que em vieses diferentes, compartilharam o entendimento de que a modernização da música popular brasileira não deveria ser refratária em relação à tradição. Por outro lado, estiveram em geral distantes de uma leitura "folclorista", essencialista e excludente em relação a outras tradições ou inovações. A MPB constituiu uma história e uma geografia, na medida em que ia incorporando sonoridades que remetiam a espaços e tradições negligenciados no projeto da canção moderna iniciado pela bossa nova.

Ainda que os membros do Clube reconhecessem na bossa nova uma importante referência em termos de formação musical, sua ligação com o espaço público problematizaria o aspecto intimista, o confinamento ao apartamento próprio da bossa. Para os membros do Clube foi o espaço público que passou a exercer a função de meio primordial para a comunicação musical, como lugar de trocas simbólicas, técnicas e afetivas. Nos anos 60, o edifício *Malleta*, no centro de Belo Horizonte, representava exatamente este tipo de espaço

para onde confluíam grupos culturais mais ou menos informais, como cineastas amadores, atores e músicos. Ali funcionavam bares ainda como o *Bucheco,* reduto da boêmia local, e o *Berimbau*, casa dos apreciadores de *jazz* onde se apresentaram Milton, Wagner Tiso, Nivaldo Ornelas.

Um outro espaço da cidade bastante significativo como "lugar" de encontro era o Ponto dos Músicos, "(...) uma calçada na Avenida Afonso Pena onde os profissionais do ramo se encontravam para fechar contratos de bailes, arregimentar instrumentistas ou simplesmente confraternizar." (BORGES, 1996: 65). Ali Toninho Horta era levado por seu irmão desde pequeno para escutar e aprender com o guitarrista Chiquito Braga e o baterista Valtinho:

> *"Os dois papas tocavam no Rei dos Sanduíches. O lugar era esquisito, mas os iniciantes como Bituca [apelido de Milton] vinham prestar-lhes as reverências, aprendendo modernidade e bom - gosto, dinâmica e sentido harmônico. A dupla fazia a gente sentir-se em New York, ouvindo Max Roach e Django Reinhardt."* (BORGES, 1996: 67)

Numa cidade em que o cosmopolitismo convivia com o provincianismo, não era de se espantar que a diversidade fosse a tônica da formação musical. Diversidade inclusive das fontes, desde o rádio e o disco, meios industrializados de difusão cultural, à transmissão oral que acontecia nas performances de rua. Esse ambiente foi assim descrito por Nelson Angelo: *"(...) músicas que rolavam sem parar, nos mais variados estilos: de Ray Charles a João Gilberto, Elvis Presley, Juca Chaves, bandas americanas, e muitas mais, sertanejos e afins (...)"* [7].

Percebo aqui a formulação de uma identidade que extrapola o "local" e inclui a possibilidade de um sentido global do "lugar" e se pergunta se este sentido não poderia estar "voltado para fora" (MASSEY, 2000: 178). Ela procura fazer uma crítica do que chama de noção reacionária do lugar, entendendo-o não como uma fronteira definida para o local, mas como "encontro" construído a partir de uma constelação particular de relações sociais que articulam o "local" e o "global". A interseção local/global é chave no entendimento das propostas estéticas e das diversas fontes que informam a obra do Clube da Esquina. Preocupados em produzir uma música que fosse universal e ao mesmo tempo particular e local, já anunciavam em *Para Lennon e McCartney* (L. Borges, M. Borges e F. Brant): *"Mas agora sou cowboy/ sou do ouro, eu sou vocês/ sou do mundo, sou Minas Gerais"*[8]. Esta

[7] Entrevista concedida por Nelson Angelo via Internet em Maio de 2000.
[8] LP *Milton*. Rio de Janeiro: EMI, 1970.

canção é emblemática, não só pela letra, anunciando a conexão local/global mediada por aqueles que desconheciam o "lixo ocidental", mas pelo arranjo e harmonia, talvez uma das mais poderosas traduções da influência dos *Beatles* na música popular brasileira (baixo descendente nos acordes em Lá menor, guitarra-base marcante, *riff* de baixo no refrão, solo com alguma distorção).

Foi com o disco *Clube da Esquina* que houve um aprofundamento da proposta de trabalho coletivo. Nas faces internas do álbum, um verdadeiro mosaico de fotografias que misturam conhecidos, familiares, músicos e gente da rua, mais a poética imagem de uma nuvem no céu (remetendo à canção *Nuvem Cigana*). O mosaico traduz bem o que era proposto musicalmente: uma combinação plural de sonoridades e referências musicais que iam do regionalismo ao *jazz*, do samba tradicional ao *rock progressivo,* da bossa nova à canção latino-americana. Em termos composicionais, observamos a rica variedade obtida pela alternação entre os parceiros, com Milton e Lô atuando com todos os letristas que então faziam parte do grupo: Fernando Brant, Ronaldo Bastos e Márcio Borges, e também juntos na parceria instrumental *Clube da Esquina nº 2*. A variação das formações para execução de cada faixa foi conseqüência de um ritmo de trabalho nada rígido. A liberdade dos músicos executarem quaisquer instrumentos (inclusive os que não eram sua especialidade) permitiu que Lô Borges aparecesse tocando surdo em *Cravo e Canela*, Beto Guedes tocando baixo e carrilhão em *San Vicente*, Nelson Angelo ao piano em *Pelo Amor de Deus*, e assim por diante[9].

Até o final dos anos 60, os críticos haviam tentado situar Milton e seus parceiros na vertente da MPB que procurava sofisticar a música regional através da elaboração harmônica, enfatizando a dívida com a bossa e a assimilação "positiva" da toada, enquanto a ala do nacionalismo "purista" condenava-lhes a influência do *jazz*[10]. Já na recepção dos primeiros LPs da década seguinte, as resenhas destacam a incorporação definitiva da música internacional, ressaltando o uso de instrumentos eletrificados como evidência de uma "passagem da influência jazzística para a *pop*". A fala de Milton, embora citada no artigo de forma a poder corroborar a observação, traz à tona a inconsistência desta oposição: *"Eu era sempre apresentado como um compositor 'sério' e 'tradicional', mas em 1967, em Minas, eu já tocava guitarra"* [11] (grifos meus).

Concluindo, a perplexidade do crítico deixa entrever que as hibridações propostas pelo Clube da Esquina implicaram uma síntese mais profunda, mais demorada, que procura

[9] Encarte do LP *Clube da Esquina*. EMI, 1972.
[10] Ver encarte do LP *Milton Nascimento*. Codil, 1967 (Reedição histórica, 1987).
[11] MORAES, Renato de. "A voz da esfinge". *Veja*, 3/05/1972, p.56.

identificar pontos de contato entre os elementos ao invés de sobrepô-los fragmentariamente. Se o tropicalismo reivindicava a antropofagia, trata-se aqui de uma digestão bem mais paciente, enquanto expressão da experiência social e cultural no contexto urbano interpenetrado pela cultura popular e pela indústria cultural.

Bibliografia:

ARANTES, Antônio (org.) *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000.

BORGES, Márcio. *Os sonhos não envelhecem: histórias do Clube da Esquina*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GARCIA, Luiz Henrique Assis. *Coisas que ficaram muito tempo por dizer*: o Clube da Esquina como formação cultural. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000 (dissertação de mestrado).

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora USP, 1997.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (org.) *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000.

NAPOLITANO, M. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB.* São Paulo, Anna Blume/FAPESP, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ka Ba Boe Ba? – A indagação da nação Bororo diante das guerras e conflitos travados contra seus co-irmãos Cabaçais(1750-1843).

Lecy Figueiredo Rocha[1]

Resumo: O presente artigo é a análise preliminar de uma pesquisa que se está desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História da UFMT, no decorrer dos anos 2007/2008. Esta pesquisa pretende estudar os Bororo Ocidentais no âmbito das formas de contato, "pacificação" e extermínio de indígenas em Mato Grosso, com o objetivo de inquirir as causas dos conflitos e guerras lançados contra os Bororo Cabaçais, buscando conhecer o destino dado às suas terras e aos remanescentes desta nação que habitava a margem direita do rio Paraguai, Jauru e Cabaçal., enfocando o período compreendido entre 1750 a 1843.
Palavras-chaves: Bororo – "Pacificação" – Conflitos.

Abstract: The present article is the preliminary analysis of a research that she are developing in the Program of Powder-Graduação/Mestrado in History of UFMT, in elapsing of the years 2007/2008. This research intends to study Bororo Ocidentais in the ambit in the contact ways, pacification " and natives' extermination in Mato Grosso, with the objective of inquiring the causes of the conflicts and wars thrown against Bororo Cabaçais, looking for to know the destiny given to your lands and the remainders of this nation that he/she inhabited the right margin of the river Paraguay, Jauru and Cabaçal., focusing the period understood among 1750 to 1843.
Keywords: Bororo – "Pacification" – Conflicts.

Os Bororo, cuja auto-denominação é Boe, pertencem ao tronco Macro-Jê. "Antes do contato com os conquistadores europeus ocupavam um território de aproximadamente 400.000 km^2, que na geografia atual limita-se com a Bolívia a Oeste, o rio Araguaia ao Leste, o rio das Mortes, e o rio Taquari, ao Sul". (ENAWURÉU e SILVA, 1987:58)

Antes de 1851 os Bororo que habitavam o vale do rio Paraguai, na altura de seus afluentes, Jauru e Cabaçal, eram conhecidos como Bororo da Campanha ou do Cabaçal, os que habitavam as margens dos rios São Lourenço, Vermelho, Garças e Araguaia, eram então, referenciados ora como Porrudos ora como Coroados. A partir do século XX, os Bororo da

[1] Aluna do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História da UFMT

margem leste do rio Paraguai, passaram a ser designados de Bororo Ocidentais e os das margens dos rios São Lourenço e das Garças, Orientais.(CASTRO, 2006:08)

Desde o princípio da colonização das terras que configurariam como Centro-Oeste do Brasil, a relação entre conquistadores e Bororo foi permeada por conflitos. A conquista começou com a "agressão" ao indígena, através das bandeiras que partiram da capitania de São Paulo com a intenção de aprisionar índios e vendê-los como escravos, quando, em 1719, o bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral adentrou a região à procura de índios para suprir a necessidade de mão-de-obra escrava na província de São Vicente. Os paulistas,"costumavam cruzar os sertões à conquista do gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando sertões interiores deste Brasil, e daí se seguiram os descobrimentos das minas". (AMADO e ANZAI, 2006:39)

Esta "empreitada" vem culminar com a descoberta de minas de ouro, junto aos rios Coxipó e Sutil, em 1719 e 1722 respectivamente, o que dá origem a fundação do Arraial da Forquilha e da atual cidade de Cuiabá.

Conforme Carlos Alberto Rosa, um documento do Senado da Câmara do Cuiabá enviado ao Rei, em 1728, atesta que a região do Centro-oeste não se tratava de um espaço vazio, pois era rodeado de muitas nações indígenas e a Câmara da Vila Real situava-se "no coração dos seus reinos". (ROSA e JESUS, 2003:34)

Em 1734, Fernando Paes de Barros e seu irmão Artur Paes, partindo da Vila do Cuiabá, embrenham-se pelo sertão dos divisores de água das bacias Paraguai/Guaporé/Juruena em busca de índios Pareci, encontrando ouro na faixa de terras entre os rios Sararé e Galera. Este novo achado deu origem, um ano depois, à fundação de núcleos de povoamento na região do Guaporé, a exemplo dos arraiais de Sant'Ana, Pilar, São Francisco Xavier e Ouro Fino.

Em 1737, garimpeiros cuiabanos atingem o rio Guaporé e fundam ali, um sítio com o nome de Pouso Alegre, o mesmo local que, em 1752, Antônio Rolim de Moura escolhe para fundar Vila Bela da Santíssima trindade, como Vila-Capital da nova Capitania de Mato grosso e Cuiabá.

Vale lembrar, entretanto, que os dois grandes núcleos populacionais que os conquistadores luso-brasileiros estavam estabelecendo – tanto em áreas da bacia platina (Cuiabá), como da bacia Amazônica (Vila Bela) – eram localizados em territórios que por força do Tratado de Tordesilhas (1494) pertenciam ao império espanhol. Em vista disso, a descoberta de ouro no divisor de água entre as bacias Amazônica e Platina no século XVIII

gerou intensos conflitos entre os hispano-americanos, tanto aos que moravam em Assuncion como aos que estavam em Santa Cruz de La Sierra. Para assegurar a posse daquelas terras, os novos conquistadores acharam conveniente conhecer melhor a região, abrir vias de acesso e comunicação com o litoral de colonização portuguesa e assim, promover a instalação de núcleos de povoamento.

Em 1746, têm-se a notícia da descoberta de ouro no rio Arinos, que para ser atingido necessitava-se, primeiramente, vencer o grande número de índios ali estabelecidos. Enquanto uns sertanistas "saíam à pescaria, que, seca ou salgada, traziam a vender a estas minas. Outros tornavam aos sertões, à conquista do gentio". (AMADO e ANZAI, 2006:47)

Em 1748, foi criada a capitania de Mato Grosso, desmembrada da de São Paulo, sendo designado Antônio Rolim de Moura para seu governante. A coroa criou a capitania como ponto estratégico contra o avanço dos espanhóis, "e frisou no ano seguinte que sua capital deveria estar no vale do Guaporé, sob a alegação de ser mais necessária e concernente a povoação do Mato Grosso que a do Cuiabá". (ROSA e JESUS, 2003:42)

A grandiosidade da nova capitania "abrangia uma área de 8 mil léguas quadradas e limitava-se ao Norte com a Capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao Sul com as Capitanias de Goiás e São Paulo e a Oeste com os governos de Chiquitos, Mojos e Paraguai, na fronteira espanhola"*(*LOPES, 2002:136).

A chegada dos Bororo Ocidentais à imediações do Rio Jauru (Bororo da Campanha) e do rio Cabaçal (Bororo Cabaçal), dá-se, aproximadamente, em 1750, que ao fugirem da violência dos seus perseguidores, "passaram a orla direita do Rio Paraguai depois da destruição 'de las tribus de Orejones' pelos conquistadores, deixando os outros Bororos resistindo e sendo massacrados nas terras dos seus antepassados".(MELLO REGO, 1895, Apud VIERTLER, 1990: 44)

Segundo Suelme Evangelista Fernandes, os conflitos entre as coroas de Portugal e Espanha pela consolidação de suas fronteiras favoreceram a fuga de índios para o lado português, bem como, propiciaram aos povos negros e indígenas uma possibilidade de alianças estratégicas em busca de liberdade, pois "os negros migravam para a margem esquerda do rio no lado espanhol a fim de fugir do jugo português e índios, para escapar da exploração e da miséria instalada em suas missões, fugiam para o lado português". (FERNANDES, 2002:46)

Em janeiro de 1751, D.Antônio Rolim de Moura, Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso, chegou ao Cuiabá, acompanhado de soldados da cavalaria e do primeiro juiz-de-fora, Dr.Teotônio da Silva Gusmão. D.Rolim de Moura, temendo as doenças,

esperou passar a estação chuvosa para prosseguir em 30 de junho para o Guaporé. Essa comitiva atingiu seu objetivo em meados de janeiro de 1752, quando chega a Pouso Alegre e dispõe-se a criação da vila.

Mediante ordens régias, Rolim de Moura, em 19 de março de 1752, erigiu em Vila o Pouso Alegre, dando-lhe o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, à margem do rio Guaporé e afastada das minas de ouro, justificando-se a escolha do local à preocupação estratégica. Isso porque, apesar de o Tratado de Madri já ter definido o lado oriental do Guaporé propriedade de Portugal desde 1750, tendo seus limites justificados pelo *uti possidetis,* combinados com as balizas naturais, Rolim de Moura não confiava apenas no estabelecimento das cláusulas do tratado como garantia a sua execução, considerando essencial a localização da capital da capitania de Mato Grosso nas margens do Guaporé.

Os missionários espanhóis não viam com bons olhos o Tratado de Madri, pois haviam constituído aldeamentos indígenas na margem ocidental do Guaporé, nos quais faziam trabalho de catequese com os índios, a exemplo de Santa Rosa e San Miguel, por isso, temiam o avanço dos portugueses. Com o dito Tratado, estes índios ficavam impossibilitados de ultrapassarem a margem oriental em busca de cacau, principal produto negociado com o Peru. Assim, aqueles religiosos abandonaram os aldeamentos levando consigo todos os indígenas e atearam fogo nas benfeitorias que haviam efetuado nos aldeamentos, o que foi considerado, por Rolim de Moura uma afronta.

Com medo de perder o controle da fronteira, por ocasião das constantes visitas espanholas às antigas aldeias de San Miguel e Santa Rosa, anteriormente destruídas e abandonadas pelos missionários espanhóis, e pela necessidade de atender as recomendações reais para que se conservasse resguardada a fronteira, mantendo-se a posse da margem oriental do Guaporé, Rolim de Moura resolve não mais aldear os Bororo, mas " puxar alguns moradores para este rio Guaporé com Bororo, que é o gentio mais valoroso que há por cá, fazendo o partido aos homens que lhe conceder a administração deles para sempre; (MEIRELES, 1989:134)

Sem mérito no que se refere à questão acima, Rolim de Moura conclui que as constantes visitas dos espanhóis às antigas aldeias era uma forma de pressão para que se desocupasse o sítio da "Casa Redonda". Local este, fundado pelo português Domingos Alves da Cruz, em frente à foz do Rio Corumbiara no lado espanhol, o qual manteve vários índios sob seu comando no período de 1749 a 1752. Após a morte do português, Rolim de Moura enviou o Pe. Agostinho Lourenço para o dito sítio com a finalidade de catequizar os índios ali existentes, podendo, posteriormente, utiliza-los nas minas do Mato Grosso.

As tensões e conflitos nas margens do Guaporé chegam ao ápice em 1763, quando 40 embarcações espanholas, com uma tripulação de 1200 homens, passam a navegar aquele rio na intenção de bloquear a comunicação entre Forte de Nossa Senhora da Conceição – "edificação militar que Rolim de Moura mandou levantar, em 1760, cerca de dois quilômetros abaixo da antiga Santa Rosa, à margem direita do Guaporé"(FERNANDES, 2003:158) – e Vila Bela, deixando os 224 guardiões daquele forte sem provisões. Rolim de Moura reforça sua tropa e ordena o ataque à missão de San Miguel, onde são aprisionados "os padres Juan Roiz e Francisco Espino, e 600 índios Moré. Oportunamente, os portugueses saqueiam a missão, levando 800 cabeças de gado, 80 cavalos, além de porcos, galinhas, e tudo o mais que puderam carregar".(MEIRELES, 1989:137)

Vários outros ataques foram empreendidos pelos portugueses e espanhóis na defesa de suas fronteiras, mas somente em 1765, no governo de João Pedro da Câmara (1765-1769), a vigilância portuguesa é dobrada e, em outubro do mesmo ano os espanhóis, derrotados pela inabilidade de suas tropas na região, batem em retirada.

A guarda pedestre era composta de bastardos[2] (filhos de brancos com índio), mulatos e caribocas (filhos de pretos com índios), e índios puros, principalmente Bororo, devido sua habilidade como rastejadores. Sobre a destreza dos indígenas, o Juiz ordinário de Cuiabá, Cristóvão de Magalhães e Moraes, em 1749, entendia que a pessoa adequada para "fazer guerra ao gentio é outro gentio junto com alguns brancos"(MEIRELES, 1989:146). Portanto, depois de organizados e treinados, os índios "brasileiros" seriam os mais aptos ao ataque a "índios espanhóis". O juiz acreditava que, ao transformar os índios em vassalos do rei, estes poderiam, ainda, indicar a localização dos "preciosos tesouros" que a terra abrigava. Outro magistrado, D. Luiz Mascarenhas, já havia relatado em carta ao rei de Portugal, em 1744, que os Bororo, devido à sua aptidão, eram os mais adequados para enfrentar os índios das possessões espanholas.

Rolim de Moura também acreditava na utilização de indígenas como defensores da fronteira, pois, em agosto de 1757 quando o Pe. Nicolas Altogradi, de Mojos, escreveu-lhe solicitando providências com relação aos ataques promovidos pelos índios ditos "*Tapoaia*", da margem direita, às missões espanholas, o governador da capitania de Mato grosso declarou não ter autoridade para promover guerra contra esses índios por sua conta própria, a não ser que o padre espanhol solicitasse oficialmente as diligências, isso porque, estes "*Tapoai*a" não

[2] Vale destacar aqui o conceito de bartardia defendido pela Profª Drª Maria Adenir Peraro, em seu livro *Bastardos do Império,* segundo a qual, *"* o conceito de bastardia se aplica aos filhos ilegítimos nascidos de conjugalidades informais, ou seja, de uniões consensuais sem laços do matrimônio religioso, e ainda, aos filhos de pais incógnitos".

estavam hostilizando aos portugueses, mas sim aos espanhóis. Na realidade, aquele Capitão-General acreditava que estes indígenas, na medida em que hostilizassem os inimigos, eram os melhores guardiões da fronteira guaporeana, não sendo necessário dispor de seu pessoal efetivo para afastar os espanhóis de seus domínios.

Sobre a população indígena existente na região do Guaporé, os Anais de Vila Bela de 1759 deixam evidente que esta área foi anteriormente ocupada por numerosa "gentilidade", sendo despovoada pelos sertanistas de Mato Grosso e pelos missionários de Espanha em razão da diversidade cultural entre conquistadores e conquistados, movidos pela cobiça, valendo-se de métodos desumanos, pois "acabavam nas bocas do fogo todos os que naturalmente pegavam em arcos para a sua defesa. Metiam-se os rendidos em correntes ou gargalheiras. Depois se repartiam pelos conquistadores, que os remetiam para novas povoações, em contrato de vendas".(AMADO e ANZAI, 2006:75)

Para se alcançar o rio Guaporé, os viajantes oriundos de Cuiabá precisavam descer os rios Cuiabá e São Lourenço, subir os rios Paraguai e Jauru e, a partir daí, atingir seu objetivo. Durante esse percurso, eles passavam por territórios indígenas, cujas nações, viam-se obrigadas a lutar pela preservação de seus territórios e pela vida de seus integrantes num confronto desigual, dada a superioridade das armas utilizadas por aqueles "desbravadores".

As dificuldades já enfrentadas pelos Bororo agrava ainda mais quando o território de sua nação passou a ser invadido também pelos "novos empreendedores", pessoas que pretendiam destinar os lucros auferidos na mineração à abertura de fazendas e ao desenvolvimento da pecuária às margens dos rios da Bacia do Paraguai, cujos solos eram mais apropriados ao pastoreio do que à agricultura. Com a implantação de fazendas de gado, houve uma intensa migração de cuiabanos à região do Pantanal, sendo então, os Bororo obrigados a travar intensa luta para combater os invasores.

Devido à política de expansão de fronteiras, em 1779 funda-se também a Vila Maria do Paraguai, situada à margem direita do rio Paraguai, hoje Cáceres. Como comandante militar do distrito de Vila Maria, foi nomeado João Carlos Pereira Leite, membro de uma das principais famílias daquela Vila. Este, no âmbito de sua posição, na década de 1820 resolveu apoderar-se das terras à margens direita do rio Paraguai, que estendiam do Jauru até as Lagunas de Oberaba e Guaíba, na época território boliviano, para tanto precisou lutar durante aproximadamente 6 anos "contra os Bororo ocidentais, morrendo[...] 450 Bororo e aprisionados 50, que mais ou menos se sujeitaram aos trabalhos da fazenda, principalmente custeio dos gados".(VIERTLER, 1990:47)

Casos de expropriação, invasões de terras, violência e outras atrocidades cometidas contra os indígenas eram constantes nos relatos dos viajantes, cronistas ou Presidentes da Província de Mato Grosso, assim como, por vezes, são registrados nos relatórios provinciais, os conflitos entre indígenas e brancos. Em 1°/03/1836, por exemplo, o Presidente José Antonio Pimenta Bueno relata o ataque de Bororo Cabaçais aos transeuntes da região do Mato Grosso que, segundo ele "tantos estragos e perdas tem causado às pessoas que fazem viagem entre Villa Maria e Mato Grosso, à Fazenda Nacional da Caissara e aos moradores visinhos do Jauru(...) ameaçando quase todos aquelles agricultores à refugiarem-se em Villa Maria.(PIMENTA BUENO, 1836:11)

Depois de contar o ocorrido, Pimenta Bueno justifica as atrocidades cometidas aos ditos Bororo, alegando que estes atacaram sem serem provocados, então, não restava alternativa a não ser "abatê-los e atemorizá-los". Para tanto, é convocada uma bandeira composta de 100 homens armados que vão ao encalço dos Cabaçais. Neste confronto morrem de 40 a 50 índios, 28 são feitos prisioneiros, sendo 24 crianças e 4 adultos, que são distribuídos na cidade entre as pessoas de "probidades", para criá-los e educá-los. Nota-se aqui, uma das tantas maneiras de coerção aos indígenas e exploração da sua mão-de-obra.

No dia 04 de outubro de 1872, o Presidente da Província de Mato grosso, Francisco José Cardoso Júnior, descreve mais ataques de cabaçais a moradores e viajantes das imediações da Fazenda Nacional de "*Caiçara*" até a "*Estiva"*. Mais uma vez, é expedida bandeira contra os Cabaçais causando a morte de muitos integrantes daquela nação: "[...]Grande forão os estragos causados com semelhante medida, pouco christã, visto como as bandeiras não procuravão fazer prisioneiros, mas somente exterminar quantos tinhão a fatalidade de encontrar, sem attenção a sexo ou idade.(CARDOSO JÚNIOR,1872:141)

O tratamento dispensado aos indígenas nos Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso e nos diários dos viajantes era, na maioria das vezes, carregado de preconceito e desrespeito. Isso seria mais uma invenção dos poderes locais para dominação dos menos favorecidos, onde as construções acerca da imagem dos Bororo, correspondiam aos interesses da predominância e superioridade dos europeus em relação aos ameríndios. De conformidade com o Relatório da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizados em 2003, "todos os conflitos possuem raízes no desrespeito histórico à cultura e à terra dos povos indígenas. Desrespeito este que não foi característico apenas da conquista da América ou da colonização portuguesa. Nós, brasileiros, o praticamos até hoje". Esses conflitos se deram, muitas vezes, pela ganância dos "homens brancos civilizados", conhecedores dos recursos econômicos que as terras indígenas lhes podiam proporcionar quando utilizadas para

a monocultura de produtos agrícolas de exportação, para as atividades de mineração e garimpo, extração de madeira, criação de gado ou para a construção de barragens e hidrelétricas. Assim, a colonização do interior mato-grossense deu-se pela necessidade de expansão de suas fronteiras e, ainda, colaborou com a devastação de inúmeros povos nativos.

O direito dos indígenas a terra é defendido por meio de uma sólida tradição jurídica que remonta do século XVI, a exemplo de frei Francisco de Vitória, dominicano espanhol, daquela época, considerado um fundador do direito internacional, que não só argumentava que os índios eram "verdadeiros senhores de suas terras, pública e privadamente", mas também, que o Papa não tinha autoridade para atribuir os territórios da América à Espanha e Portugal.(CUNHA, 1987:160)

Sempre se procurava "justificar" os crimes que causaram o extermínio de muitas nações indígenas, desconsiderando que a resistência contra os avanços das frentes de expansão capitalista em suas terras era parte da grande luta para preservação de seu território ancestral, sua gente e sua liberdade.

Sobre o destino dos Bororo Cabaçais, Renate Brigitte Viertler, cita um relato do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, do ano de 1906, o qual declara: "havia índios desse grupo fora do aldeamento de Jauru, na Fazenda do Caeté Grande, a lagoa Pau Seco era margeada por uma aldeia dos Cabaçais que aos poucos cruzaram com negros e brancos."(VIERTLER, 1990:54)

Apesar de terem sido considerados extintos, inclusive por Darcy Ribeiro que acreditava que o extermínio dos Bororo Cabaçais tivesse ocorrido no final do século XIX quando da ocupação de seus territórios por garimpeiros, lavradores e criadores de gado, há indícios de que os Bororo Cabaçais tenham sido incorporados por outra nação indígena, dado este que se está investigando.

6 – FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIAS

Discurso Recitado pelo Exm° Pres. Província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 01/03/1836.
Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Pres. Francisco José Cardoso Júnior, em 04/10/1872.
ALBISETTI, César e VENTURELLI, Ângelo J. *Enciclopédia Bororo.* Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962, 3 vls.
ALMEIDA, Marli Auxiliadora. *Cibáe Modojebádo* – A Rosa Bororo e a "pacificação" dos Bororo Coroado. Cuiabá, 2002. Dissertação (Mestrado), UFMT.
AMADO, Janaina. ANZAI, Leny Caselli.(Orgs.) *Anais de Vila Bela. 1734 – 1789.* Cuiabá,MT: Carlini & Caniato : EdUFMT, 2006.

BARROS, Edir pina de & BORDIGNON, Mario. Estudos e levantamentos prévios históricos-antropológicos. Relatório relativo ao Termo de Referência DAF/DEID nº 53/2002, do Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI – Brasília. Cuiabá, 2003.
CASTRO, Jackson da Silva. *Os Bororo Ocidentais: Contatos e pacificação (1817-1852).* Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em História), UFMT.Cuiabá, 2006.
CHARTIER, Roger. *A história cultural.* Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1985.
COLBACCHINI, A., ALBISETTI, C. *Os Bororo Orientais Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.
COSTA, Maria de Fátima.*História de um país inexistente.* O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.
CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil.* Mito.História. Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.
ENAWURÉU, Mário B. *Os Bororo na História do Centro Oeste Brasileiro 1716 – 1986.* Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso: CIMI, 1987.
_____. e SILVA, Joana A.Fernandes. *Os Bororo*.In: *Dossiê - índios em Mato Grosso.*Org. OPAN/CIMI/MT, Cuiabá: Gráfica Cuiabá, 1987.
FERNANDES, Suelme Evangelista. *O imaginário da fronteira no Guaporé lusitano no século XVIII*. In: MACHADO, Maria de Fátima Roberto(Org.). *Mato Grosso Português:* Ensaios de Antropologia Histórica. Série Ensaios Antropológicos, 6. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas – 1825 a 1829.*São Paulo: Cultrix, 1977.
GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
LOPES, Ana Paula de Oliveira. *A fronteira Oeste: o desconhecido território lusitano.*In:MACHADO, Maria de Fátima Roberto(org.). *Mato Grosso Português:* Ensaios de Antropologia Histórica. Série Ensaios Antropológicos, 6. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
MACHADO, Maria de Fátima Roberto (org.). *Mato Grosso Português:* Ensaios de Antropologia Histórica. Série Ensaios Antropológicos, 6. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da Fronteira:* Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.
NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogos de Espelhos*. Imagens e representações de si através dos outros. São Paulo: Edusp,1993.
PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império:* Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX. São Paulo: Contexto, 2001.
PORTOCARRERO, José Afonso Botura. *Bái, a casa Boé: Bái a casa Bororo*. Uma história da morada dos índios Bororo. Cuiabá: 2001, 130 p. Dissertação (Mestrado). História, UFMT.
RIBEIRO, Darcy. *Índios e a Civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia das Letras. 1996.
ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. (Orgs.). *A terra da conquista.* História de Mato Grosso Colonial.Cuiabá: Editora Adriana, 2003.
VIERTLER, Renate Brigitte. *A Duras Penas:* Um Histórico das Relações Entre Índios Bororo e "Civilizados" em Mato Grosso. São Paulo: USP: FFLCH, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Catequizar e Civilizar: O debate sobre a educação religiosa como instrumento das políticas públicas do Estado Imperial Brasileiro.

Rodrigo da Nóbrega Moura Pereira[1]

Resumo: Durante a maior parte do século XIX, houve, entre os políticos e intelectuais brasileiros, um razoável consenso sobre a idéia de que a educação religiosa do povo era uma tarefa indeclinável do Estado Imperial, e também uma condição indispensável para a manutenção da ordem social. Este artigo tem como objetivo analisar o debate entre os políticos e intelectuais brasileiros que, especialmente entre as décadas de 1860 e 1870, em meio aos conflitos que opunham católicos liberais e ultramontanos, discutiram o papel do Estado na formação religiosa das classes populares. Interessa examinar como a elite brasileira percebia a religiosidade popular e como, em sua visão, a educação religiosa poderia servir de instrumento civilizatório.

Palavras-chave: Religião; Debate Político; Brasil Imperial.

Abstract: This article seeks expose the discussion about religion as instrument of public politics in Brazilian Empire. The State was joined Catholic Church and the religious feelings of the people was viewed as fundament of laws and social order. But, since 1860's decade, some politicians thought that the religion of lower strata of Brazilian society needs reform. At one hand, catholic conservatives want State catechize people according orthodoxy. At other hand, liberals desired that people was educated by Empire in religious teachings fitted to science and lights of modern civilization.
Keywords: Religion; Politic Debate; Brazilian Empire.

A política religiosa do Estado imperial estava assentada sobre a compreensão da religião como a base fundamental dos valores que consolidam a ordem pública. Como escreveu o principal intérprete da Constituição do Império, o Marquês de São Vicente: "A religião, o dever sagrado de prestar culto, de adorar o onipotente, o senhor do universo, é o primeiro e mais justo de todos os deveres; é a lei suprema da criatura inteligente; é o seu humilde tributo

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ.

ao seu criador. Esse é o princípio primordial de toda a justiça, o primeiro fundamento de toda a moral, e também a base das virtudes sociais".[2] Por isso, era imprescindível que o Estado controlasse e promovesse a religião do povo, fazendo isso, na teoria, em prol do bem comum, e, na prática, segundo seus próprios interesses políticos. Algumas concepções acerca do posicionamento do Estado sobre os assuntos religiosos foram hegemônicas durante o Império e definiram as diretrizes da ação estatal, nos planos externo e interno.

No plano das relações externas, a diretriz fundamental era a contenção das tentativas de interferência e controle de Roma sobre os negócios da Igreja e do Estado brasileiros, evitando-se, por outro lado, a ruptura com a sede internacional do catolicismo. Por duas vezes, aconteceram ameaças consideráveis de um rompimento definitivo entre o Império e a Santa Sé: na crise que culminou com a proposta do Padre Feijó de separar a religião oficial brasileira da Igreja Católica Romana, ainda na década de 1820, e na "questão religiosa" da década de 1870. Mas, em ambos os casos, a diplomacia imperial trabalhou de forma eficaz para evitar que a religião do Estado perdesse a legitimidade conferida pelo reconhecimento pontifício e fosse colocada no rol das igrejas heterodoxas. Neste sentido, para os artífices da política religiosa, conforme o pensamento regalista, as duas prioridades deveriam ser a manutenção da autonomia e a manutenção da ortodoxia da Igreja brasileira face ao Vaticano.

Interessa-nos apreciar agora, brevemente, o que pensavam nossos políticos e letrados, em linhas gerais, sobre a religião como instrumento das políticas públicas no plano interno. Especificamente, importa analisar as percepções acerca da instrução religiosa do povo brasileiro, durante o Império, como fator de consolidação da ordem e de promoção da civilização.

Neste sentido, preliminarmente, podemos dizer que: 1) o imaginário religioso do povo brasileiro não era formado, prioritariamente, pela instrução eclesiástica, mas sim por tradições orais de raízes milenares, que sincretizavam crenças, valores e ritos mágico-religiosos de origem cristã, africana e indígena, os quais tinham características acentuadamente fetichistas e voltadas para a solução dos problemas cotidianos; 2) embora considerasse o povo ignorante e supersticioso, a maior parte da elite política, durante a maior parte do período imperial, não achou que devesse ser uma preocupação eminente do Estado modificar as crenças populares, mas sim impedir que as superstições criassem perturbações à ordem pública.

Via de regra, durante as primeiras décadas do Império, os políticos que tratavam dos assuntos religiosos enxergavam o catolicismo como um meio de legitimar a autoridade estatal, de moralizar o povo e de aplacar quaisquer ímpetos de rebeldia. Contudo, ainda não se viam

[2] Pimenta Bueno, *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*, p. 82.

as seguintes idéias, que se tornaram comuns, especialmente, a partir da década de 1860: 1) de que o Estado devia trabalhar pela cristianização do povo brasileiro, depurando sua fé conforme a ortodoxia católica; ou, 2) de que o Estado devia promover a ilustração do povo através de um ensino religioso esclarecido, que o tirasse das trevas da ignorância para as luzes da civilização moderna.

É interessante observar, por exemplo, que, nos relatórios dos ministros responsáveis pelos negócios eclesiásticos, ou nos projetos de figuras políticas importantes das primeiras décadas do Império, *civilizar* e *catequizar* eram objetivos que a política religiosa estatal procurava alcançar apenas entre os índios "bravos" dos sertões.[3] Nestes textos, estava claro que a instrução religiosa dos índios devia ser promovida pelo poder público: para que eles fossem convertidos de práticas pagãs e crenças errôneas à verdadeira fé da doutrina cristã; e para que fossem tirados do barbarismo e da ignorância, adequando-se aos princípios luminosos da civilização. Mas, por mais problemático que se considerasse o estado geral da religião e da educação do povo brasileiro, não se cogitava que ele carecesse da atuação de uma política religiosa que buscasse cumprir os mesmos fins definidos em relação aos selvagens.

Ao que tudo indica, a maior parte dos políticos brasileiros "não queria arrancar o povo de suas ilusões". Não havia a preocupação de acabar com as superstições e crendices populares. Esta seria uma tarefa difícil, dispendiosa e desnecessária. A associação entre a devoção irreverente das festas com a ostentação dos símbolos do poder público, somada à repressão dos desvios que colocavam em risco a ordem, eram medidas que contemplavam, suficientemente, os interesses do Império acerca da religião popular. O baixo investimento do Estado no ensino religioso (e na Igreja de um modo geral), durante todo o período imperial, é a melhor indicação de que nunca houve um grande interesse em corrigir os descaminhos do catolicismo popular brasileiro.

No entanto, com a emergência do ultramontanismo, surgiu no debate político-religioso a proposta de regenerar e civilizar o povo brasileiro através do ensino do verdadeiro catolicismo. Esta foi, por exemplo, a principal bandeira de Justiniano da Rocha, nas páginas de seu jornal *O Regenerador*, em 1860. Embora considerasse o povo brasileiro "profundamente religioso", Justiniano acreditava que ele estava desmoralizado, cheio de vícios e de ignorância, devido, principalmente, às "importações da barbaridade africana" e à negligência do governo em promover a educação religiosa. Por isso, era preciso "moralizar,

[3] Ver: José Bonifácio de Andrada e Silva, *Projetos para o Brasil*, pp. 47-73; Jorge Caldeira (org.), *Diogo Antônio Feijó*, pp. 237-240.

cristianizar a população, especialmente as classes que, por falta de cultivo intelectual, são chamadas às condições mecânicas do assalariado e do jornaleiro".[4]

Também para Cândido Mendes de Almeida, cabia aos governos "encaminhar bem os povos na senda da vida temporal, preparando-os, convenientemente, para a eterna".[5] Como as "classes ilustradas" brasileiras, de onde saíam os governos, eram heterodoxas ou indiferentes, a educação religiosa do povo tinha sido completamente negligenciada, a pura doutrina católica estava sendo sonegada à população e isso significava um obstáculo ao progresso da nação:

> *"Portanto, desde que uma nação não toma por base da educação pública a religião que adotou, prepara por si um mau futuro; tanto mais aterrador, quanto maior for o antagonismo da sua legislação com o princípio religioso. (...) Se ela se transvia por cegueira ou má fé dos governos, não é possível que o país, a quem tal infortúnio coube em sorte, possa marchar tranqüilo, seguro na larga estrada do verdadeiro progresso" (CÂNDIDO MENDES, p. XI, XV).*

Especialmente a partir da década de 1860, vários políticos, que abraçaram o ultramontanismo, passaram a defender estas idéias, que já circulavam antes nos meios eclesiásticos brasileiros. Como representante do clero, Dom Antônio de Macedo Costa, um dos pivôs da "questão religiosa", sintetizou o projeto ultramontano da seguinte maneira: "Restaurar moral e religiosamente o Brasil. Esta é a obra das obras, a obra essencial, a obra fundamental, sobre a qual repousa a estabilidade do trono e o futuro da nacionalidade".[6] A campanha deste bispo pela reforma dos costumes religiosos populares na província do Pará, no final da década de 1870, revela de forma interessante o antagonismo das perspectivas pelas quais, de um lado, os ultramontanos e, de outro lado, alguns dos mais destacados defensores do regalismo percebiam a religiosidade da população iletrada.

O Conselheiro Tito Franco de Almeida combateu com veemência a tentativa do bispo do Pará de corrigir o que ele considerava serem desvios da verdadeira religião, praticados na festa do Círio de Nazaré. Dom Macedo Costa proibiu a festa, alegando agir em favor da ortodoxia católica e da moralidade pública.

Em primeiro lugar, o bispo afirmou que o culto prestado à Virgem Maria, na procissão do Círio, era uma prática idólatra. Neste sentido ele advertiu ao povo: "Não deveis adorar Maria Santíssima Senhora Nossa, pois a adoração só se deve a Deus. (...) Não é Nossa

---

[4] Justiniano da Rocha, *O Regenerador*: *A Colonização Africana,* em 10 de abril de 1860, nº 24, p. 1; *A Instrução Pública*, em 17 de março de 1860, nº 16, p. 4.
[5] Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, p. X.
[6] Citado por Antônio Carlos Villaça, *O pensamento católico no Brasil*, p. 95.

Senhora que levam (no Círio), mas uma imagem. (...) Acreditar que a imagem de Maria Santíssima tem alguma virtude em si, que pode fazer milagres, seria uma grosseira superstição".[7]

Em segundo lugar, o clérigo condenou a festividade afirmando que ela era indigna da religião católica e que dava lugar a toda sorte de transgressões contra a moral cristã: "Qualifica de infame o programa dos festejos, e este – de tão chulos, tão baixos, tão ignóbeis, que não podem ser mencionados numa escritura decente... Enxerga no arraial danças indecentes, dissoluções e desonestidades as mais rasgadas... dissipações, jogos, deboche..." (TITO FRANCO, p. 191).

Assim, Dom Macedo Costa demonstrou alguns dos objetivos que a promoção da educação católica da população devia alcançar, na proposta ultramontana: atacar a mentalidade supersticiosa e fetichista, que esperava a manifestação de milagres através de objetos sagrados, e acabar com a confusão que se fazia entre o divertimento profano das festas e a devoção religiosa.

Mas Tito Franco, como regalista e adversário do ultramontanismo, saiu em defesa da religiosidade tradicional do povo brasileiro. Para ele, com suas explicações teológicas, "o prelado diocesano feriu as crenças populares mais sinceras" (TITO FRANCO, p. 189). Se excessos aconteciam na festa do Círio, eles deviam ser corrigidos, mas era inadmissível que o representante da Igreja quisesse acabar com uma expressão autêntica da fé católica, celebrada desde 1793. O conselheiro demonstrou indignação, especialmente, contra a reprovação do culto à imagem da Virgem e de seu caráter milagroso. Neste sentido, ele defendeu o uso de imagens, relíquias e amuletos sagrados, tão comuns na prática religiosa dos brasileiros, como capazes de produzir milagres e de dar expressão concreta à fé popular. Na sua opinião, o povo já era muito católico e não carecia do tipo de instrução religiosa que os ultramontanos queriam ministrar: "Se o coração do povo é grande para amar e adorar, não é preciso que aprenda a linguagem teológica para sentir a suavidade do seu sentimento pela Virgem Imaculada... (...) O povo não compreende as distinções dos cultos de latria, dulia, etc." (TITO FRANCO, p. 184, 186).

Muitos políticos regalistas não enxergavam nenhuma necessidade de se combater as crenças e práticas religiosas populares, ainda que as considerassem supersticiosas. O Visconde do Rio Branco, por exemplo, se pronunciou no Parlamento contestando o discurso do ultramontano Zacarias de Góis e Vasconcelos, segundo o qual era preciso moralizar e catequizar a população através da reforma religiosa do ensino público:

[7] Citado por Tito Franco de Almeida, *Fase atual do conflito religioso no Pará*, pp. 184, 187 e 188.

> *"Com surpresa, pois, vejo que o nobre senador mostra-se injusto com o povo brasileiro, exagerando os males e os vícios da nossa sociedade (apoiados), equiparando-as às sociedades mais antigas, que sofrem em algumas de suas classes, por causas muito diversas, certa perversão moral, que o Brasil não tocou e, espero em Deus, jamais tocará... (...) Senhores, o povo brasileiro é essencialmente religioso; são imaginários os perigos que hoje se antolham ao nobre senador pela província da Bahia".*[8]

Por outro lado, em parte como reação aos argumentos ultramontanos, em parte como derivação da "pedagogia do progresso", surgiu no debate político a proposta de que o Estado brasileiro promovesse a educação religiosa das massas dentro de uma perspectiva liberal e esclarecida. Ou seja, que a instrução pública religiosa retirasse o povo das superstições e da ignorância, ministrando um ensino cristão ilustrado, adequado às descobertas da ciência moderna.

A difusão das luzes da civilização através da educação, como condição indispensável para o progresso nacional foi um tema muito comum nas discussões políticas durante o Império.[9] Mas a partir do desafio da proposta educacional ultramontana, houve a reação de diversos políticos liberais e cientificistas, os quais defenderam que a educação religiosa também devia estar afinada com as idéias ilustradas e não com o arcaísmo da doutrina ultramontana, que era uma ressurreição da pedagogia jesuíta. Tavares Bastos, por exemplo, no início da década de 1860, foi um grande defensor destas idéias:

> "Qual o caminho para entrarmos em uma reforma dos costumes, na verdade de religião? É manifesto que este caminho não pode ser outro senão o inverso daquele que gradualmente nos trouxe ao estado deplorável que lamentamos. (...) Sim, foram os horrores do Santo Ofício, os absurdos da censura, o ridículo de um culto exterior exagerado, as pretensões clericais e o espetáculo, ainda hoje subsistente, da imoralidade, da intolerância e do feudalismo reinando em Roma, foram estas as causas tristíssimas da reação ímpia que hoje se ostenta. (...) Se é preciso reviver o zelo religioso, dêem ao povo uma instrução inocente e útil, que facilite e prepare os hábitos de trabalho... Seja o povo civilizado e trabalhador, e o padre um homem ilustrado, verdadeira imagem do ministro divino, como a compreendem e executam os sacerdotes ingleses."[10]

Tavares Bastos queria colocar "uma nova alma no corpo brasileiro", o que significava, exatamente, substituir a ignorância popular, que resultava da tirania do pensamento retrógrado

---

[8] Anais do Senado do Império, sessão em 05 de junho de 1873, p. 40.
[9] Lúcia Neves e Humberto Machado, *Império do Brasil*, pp. 226-238.
[10] Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*, p. 58.

dos padres católicos conservadores, por uma instrução púbica capaz de emancipar espiritualmente os cidadãos, habilitando-os a exercerem plenamente seus direitos e liberdades individuais. Neste sentido, ele defendia que a educação religiosa da população brasileira devia tomar como exemplo o protestantismo anglo-saxônico, procurando atingir os mesmos objetivos apontados em relação à instrução pública em geral.

Assim também se expressou, por exemplo, o Visconde de Souza Franco, quando, num ardente debate com o senador Mendes de Almeida, declarou que os ultramontanos, continuadores dos jesuítas, pretendiam domesticar o povo como um rebanho de animais irracionais. Segundo o mesmo, "o plano dessa gente é plantar o obscurantismo no Império, é reduzir-nos à leitura dos catecismos escritos por eles e no sentido que lhe apraz, com idéias que nada são menos do que fatais ao desenvolvimento da civilização..."[11] Contra isso, o conselheiro propunha uma instrução religiosa que fosse compatível com os avanços da ciência e com os princípios liberais, e que visasse a formação dos brasileiros como cidadãos civilizados:

> "O nosso intento é instruir o povo nos verdadeiros princípios da religião de Jesus Cristo; instrui-lo, principalmente, para que ele melhor conheça os seus deveres de homem e cidadão brasileiro. Os outros intentam, pelo contrário, limitar sua educação científica, imbui-lo na idéia de que o homem não veio ao mundo senão para preparar-se para voltar para o céu; não devendo ocupar-se de nada do que é mundano... (...) Eu não encaro a instrução somente como uma utilidade mundana; ...a instrução pública traz também vantagens de outra espécie. É a instrução que civiliza o homem, que o melhora, que o faz conhecer os segredos deste mundo; é ela quem lhe mostra que uma obra de tanto valor, tão complicada, tão difícil, não podia ter senão um agente superior, que esse agente é Deus e que esse Deus deve ser adorado. A instrução leva o homem a estes pensamentos elevados". (SOUZA FRANCO, pp. 27, 28).

Havia, pois, nesta perspectiva, uma via de mão dupla, pela qual o conhecimento científico contribuía para uma formação religiosa ilustrada da população, e, por sua vez, o cristianismo esclarecido fornecia as bases para a difusão das descobertas das ciências. Essa via era a educação pública, através da qual o povo seria civilizado e preparado para exercer seus direitos de cidadania e suas potencialidades no plano da produção econômica.

Por outro lado, nem é preciso dizer que, para os positivistas, a educação do proletariado brasileiro era uma condição fundamental para o progresso nacional, e que, segundo os mesmos, a instrução pública científica promoveria, gradualmente, o abandono completo das

[11] Anais do Senado do Império, sessão em 05 de agosto de 1873, p. 26.

idéias religiosas e metafísicas que povoavam o pensamento popular. Retirar o povo de suas ilusões, através de uma educação inteiramente laica, que paulatinamente extinguisse a própria religiosidade tradicional, era a proposta positivista para a superação conjunta da ignorância, das superstições e do atraso nacional.

Contudo, como se sabe, a preocupação da elite imperial com a educação das massas não foi muito além do debate e não produziu resultados práticos significativos. Como disse Rui Barbosa, a instrução pública no Império era "uma coisa ainda por criar, uma ridícula mesquinharia negaceada ainda às classes carentes, aleijada, impura, envenenada pelo patronato, inacessível à maioria dos contribuintes".[12] Para termos uma idéia da insignificância dos gastos do Estado brasileiro com a educação pública, Tavares Bastos, em 1870, lamentou-se de que todo o Império investia anualmente em educação, miseravelmente, a metade do que investia apenas a cidade de Nova Iorque, em igual período.[13] A proposta de reforma do ensino religioso teria ainda menos efetividade do que a da educação em geral.

Realmente, o Estado imperial não demonstrou interesse na transformação das crenças e práticas religiosas da população brasileira. E graças também a este fato, alguns dos traços mais característicos da religiosidade popular, conforme descreveram os cronistas do século XIX, continuaram muito presentes na cultura do nosso povo, ainda nos dias de hoje.

Referências bibliográficas:

Anais do Senado do Império, sessão em 05 de agosto de 1873.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito civil eclesiástico brasileiro, antigo e moderno em suas relações com o direito canônico*. Rio: Livraria Garnier, 4 vols.1866.

ALMEIDA, Tito Franco de. *A Igreja no Estado, estudo político-religioso.* Rio: Tipografia Perseverança, 1874.

_____. *Phase atual do conflito religioso no Pará, com todos os documentos necessários...* Pará: Tipografia do Liberal, 1880.

BARBOSA, Rui. *O Papa e o Concílio*. Introdução, 3ª ed., Rio: Elos, 1877.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário.* 2ª ed. Rio: Tipografia da Atualidade, 1863.

_____. *A Província.* 3ª ed. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, s. d.

[12] Rui Barbosa, prefácio a *O papa e o concílio*, p. 06.
[13] Tavares Bastos, *A Província*, p. 152.

BUENO, José Antônio Pimenta, *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*, São Paulo: Editora 34, 2002.

FEIJÓ, *Diogo Antônio*, *Coleção formadores do Brasil*, São Paulo: Editora 34, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil.* Rio: Nova Fronteira, 1999.

ROCHA, Justiniano da, Jornal *O Regenerador*: *A Colonização Africana,* em 10 de abril de 1860, nº 24, p. 1; *A Instrução Pública*, em 17 de março de 1860, nº 16, p. 4.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Projetos para o Brasil*, São Paulo: Publifolha, 2000.

VILAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil.* Rio: Zahar Editores, 1975.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Punições corretivas nas Reduções Jesuíticas do Rio da Prata (século XVII)

Fabiana Pinto Pires[1]

Resumo:
A pesquisa analisa os registros de punições corretivas em documentos jesuíticos referentes às Reduções do Rio da Prata, no século XVII. Pensa-se em punições sob duas perspectivas: a primeira, utiliza-se do castigo como instrumento de inserção de culpa cristã. A segunda, privilegia a descrição de delitos indígenas.

Palavras-chave: discurso jesuítico, pecado, castigo exemplar.

Abstrat:

This research exams the registrations about punishments in the Jesuitic documents related to the Missions of "Rio da Prata" , in the 17th century. The first perspective uses the punishment as an instrument to insert the Christian guilty. The second view detaches the Indians crimes

Keywords: Jesuitic speech, sin, exemplary punishment

Introdução

A pesquisa a ser apresentada compreende-se numa perspectiva etnohistórica. Para fins do estudo da etnia Guarani, faz-se necessário a análise do processo cultural vivido por este povo. As transformações na conjuntura colonial e as modificações da imagem do indígena no século XVII possibilitaram a percepção das representações da identidade étnica dos Guarani

> *A identidade étnica assume para os grupos que a reivindicam um caráter vital, por ser um fator de coalizão, municiando-os para fazer frente ao entorno em ocasiões em que isso seja preciso. Não é contudo, algo dado, verificável por si, mas um elemento construído perante contingências históricas e culturais específicas, alcançando maior eficácia, se traduzir elementos que tenham uma conotação emocional para a sociedade. (RIBEIRO, 2003: 63)*

A imagem do infiel tornou-se um desafio para a empresa jesuítica. As práticas xamanicas precisavam ser abolidas mesmo que fosse necessária a aplicação de punições corretivas. A educação pelo exemplo era o método utilizado na redução. "*Ao longo do processo de conquista e redução, a religiosidade ainda que oficialmente negada, foi*

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Bolsista CAPES/PROSUP

reinterpretada e utilizada pelos sacerdotes. Os xamãs por seu lado se empenharam em não desnaturalizá-la, procurando mantê-la como paradigma da identidade étnica". (SANTOS, 1998: 340) A construção de uma alteridade a partir das representações implícitas no discurso do missionário, que necessitava convencer as autoridade civis da sua importância, são perigos a serem evitados no estudo historiográfico.

> *Compor um discurso historiográfico, mesmo que fundado em ampla e criteriosa pesquisa documental, não permite esquecer que a historiografia é dotada de um artifício muito peculiar, ou seja, a habilidade de criar o efeito do real, justamente por se organizar com base no que se convenciona designar como fontes históricas. (RIBEIRO, 2003: 59)*

Desta forma, almeja-se a desmistificação da compreensão étnica. Para tanto, a Etnohistória criou novos ícones, relativizando a história, como descreve Edgard Ferreira Neto :

> *(...) a etno-história aponta para uma ruptura crescente com formas autocentradas de entendimento das relações entre homens. Ela é fruto do desenvolvimento das experiências de contatos culturais aceleradas a partir do século XVI e de necessidades de compreender o fenômeno humano em suas diversas manifestações. A etno-história tornou-se iconoclasta com relação aos valores socialmente aceitáveis pelos diversos grupos étnicos, pois entendeu a sua historicidade e desmistificou a sua singularidade qualitativa. Colocando as etnias em evidência, aprofundou o significado da liberdade de ser, ao mesmo tempo que contribuiu decisivamente para a gênese de novas formas de relação com alteridade e com singularidade, acima de tudo dialéticas. (FERREIRA NETO In CARDOSO,VAINFAS, 1997: 328)*

O estudo da liberdade do eu e da liberdade do outro contribui para o conhecimento da singularidade das etnias. Afinal, compreender o diferente é também desejar ser compreendido pela própria diferença. Lembra-se, aqui, que sobretudo, o etnohistoriador convive com duas sociedades distintas: a própria, do seu presente e outra, que neste caso é do passado de acordo com o objeto de pesquisa pretendido. Estas duas mentalidades precisam ser respeitadas quanto à suas singularidades, precisamente, em seus diferentes processos de desenvolvimento.

> *A constituição do sujeito resulta impensável sem a potencialidade criadora do imaginário, que possibilita a singularidade de cada pessoa. Porém o sujeito é inviável sem a inserção dolorosa na alteridade social que o determina como um sujeito histórico. O sujeito e a sociedade são viáveis porque se objetivam na intersecção com um princípio estranho e irredutível: a alteridade do mundo. (RUIZ, 2003:99)*

Em relação ao reconhecimento desta alteridade Henri Moniot, em *A História dos povos sem História*, afirma que as pesquisas históricas, até pouco tempo atrás, resumiam-se

em relatos da história européia, seja pela recusa de fazer história dos povos que não produziram "nada sem a presença do homem branco", seja pela impossibilidade prática devido a falta de fontes (povos sem escrita). Na esperança de recuperar a história desses povos, houve uma mudança de direção, a partir da qual a historiografia esbarrou em outro problema:

> *(...) a luta anticolonial mudou de direção os argumentos que legitimavam a sujeição: à negação do passado indígena respondeu-se com sua invocação e exaltação. A modificação profunda das relações entre colonizadores e colonizados sacudiu os estereótipos até então adequados, e aqueles que os substituem para se adaptar ao novo estilo das relações desiguais, que sem dúvida não têm um maior valor, não são mais aniquiladores da história. (MONIOT In LE GOFF, J.; NORA, 1995: 100)*

A percepção dos perigos da documentação, bem como, a compreensão da existência de signos, representações e resignificações possibilitarão o desenvolvimento desta pesquisa apresentada, aqui, de forma sintética. A noção de pecado e culpa inserida pelos jesuítas nas Reduções do Rio da Prata a partir de punições serão elementos fundamentais para tal desenvolvimento.

Na historiografia da América Indígena, existem referências à concepção de pecado através da análise das idolatrias; no entanto, os estudos relativos a punições tendo como premissa a perspectiva religiosa ainda são majoritariamente restritos ao Ocidente europeu[1]. Há, no entanto, estudos relacionados a castigos divinos, o que não evidencia o objeto deste estudo que consiste em analisar os comportamentos ressignificados ou não de ambas as culturas no que tange ao processo de culpabilidade e erro cristão.

O estudo realizar-se-á com análise da Coleção De Angelis que é composta por correspondências oficiais e internas (petições, cartas ânuas, ofícios) de jesuítas missionários. Sendo assim, a abordagem na referida documentação busca privilegiar a percepção de que os *"acontecimentos históricos tem assinatura cultural distintas"*, conforme propõe Marshall Sahlins (1990: 14). A análise destes documentos evidencia a relação existente entre os comportamentos jesuíticos diante da negação de práticas indígenas e comportamentos indígenas diante das diferentes situações de edificação por meio da culpabilidade.

Práticas indígenas e punições corretivas

A culpabilidade estabelecida nas Reduções Jesuíticas apresenta-se, neste trabalho, a partir da análise de aspectos fundamentais das culturas Guarani e européia. Sendo assim,

percebe-se que a dinâmica existente neste processo não necessariamente consiste em simplesmente negar a cultura do outro, uma vez que a Missão jesuítica estabeleceu aproximação com a cultura indígena a partir da compreensão dos signos dessa. Desta forma, iniciou-se as investidas para a inserção de costumes ocidentais aos indígenas no lugar de práticas tradicionais da cultura local.

A construção de uma rotina foi um dos caminhos adotados pelos religiosos na tentativa de conversão dos nativos. Nesse processo de normatização, valores culturalmente Guarani são apropriados e ressignificados pelos relatos, associando a estes a noção de permissividade cristã e mediação dos missionários. A doutrina dos missionários atribuía aos costumes e tradições dos indígenas intencionalidades propositais de pecado. No entanto, a consciência ocidental de arrependimento, culpa e perdão não fazia parte do mundo ameríndio até então, portanto, sentir-se pecador pressupunha a compreensão do erro cristão.

No início do século XVII, os perigos enfrentados pelos jesuítas não foram poucos, entretanto, é perceptível quando os missionários utilizavam-se de um discurso de conversão e pecado. Eram intencionalidades complementares. Nota-se, no entanto, que *"reduzi-lo [o sentido do enunciado] a um discurso que 'fala' apenas de seu enunciador é negar a este sua intencionalidade"*, e, de quebra, perspectivas diferentes, conforme a análise de Viveiros de Castro (2002: 136). E assim faziam os religiosos, pois, a partir do que era proibido e não saudável acreditavam estar habilitando os nativos à cristianização e divulgando a todos as realizações da empresa. Para tanto, utilizam-se de sermões e castigos. Os sermões eram, então, apresentados como instrumentos de persuasão e tolerância religiosa. Em contraponto, a compreensão cristã de castigos públicos fortalecia-se como elemento constitutivo da educação exemplar estabelecida na vida reducional.

As tentativas de inserção destes hábitos possibilitavam aos religiosos perceber as reações e os comportamentos indígenas diante da exposição do Deus cristão. As respostas positivas dos nativos são valorizadas por Montoya em um dos casos descrito em *Conquista Espiritual*: *"Sua ternura [do povo das reduções] em ouvir a Paixão (de Cristo) é tanta, que não raras vezes nos sucede sermos atalhados pelas lágrimas nascidas em nós das do povo e assim pormos fim ao sermão sem dá-lo ao discurso (das mesmas)"* (MONTOYA, 1639 In 1982: 192).

Diante de ameaças externas e das investidas jesuíticas, os indígenas apresentaram reações à empresa, conforme os relatos. Algumas vezes, os nativos concordavam em obedecer à rotina religiosa, apesar de manterem seus hábitos culturais. Tais práticas nem sempre podem ser diretamente associadas à consumação consciente do pecado cristão. Outras, saíam dos

limites das Reduções para viver segundo seus costumes e tradições. E, ainda assim, muitos realmente converteram-se a *nova* fé.

A construção da imagem de culpa - no registro - era indispensável para o sucesso da missão. Não havia missionários suficientes para o controle das transformações de hábitos entre os nativos e, portanto, necessitavam construir uma maneira desses novos comportamentos se perpetuarem. De todas as formas, os registros evidenciam os conflitos entre ambas as culturas, principalmente, porque os indígenas mantinham seus valores tradicionais. Os religiosos recusavam-se a acreditar que seria apenas um hábito, e num discurso de salvação de almas implantavam o que nomeavam de castigo salutar.

As práticas sexuais, por exemplo, não eram aceitas pelos jesuítas. A nudez, a poligamia e outras eram repudiadas pelos missionários, pois faziam parte do obscurantismo dos pecadores. Na carta ânua das reduções do Paraná e Uruguai, de 1661, três jovens pegos em práticas *obscuras* são açoitados em peregrinação entre os povoados mais próximos. O jesuíta anuncia em voz alta o crime, ameaçando queimá-los numa fogueira. O resultado, segundo o jesuíta, é uma seqüência de ações dos Guarani combatendo tal pecado, alguns pedindo para serem açoitados pelos Padres, outros açoitando a si ou aos filhos praticantes ou não da prática condenada[2].

Um outro caso de punição, este referindo-se a blasfêmias contra Deus e a fé cristã, é relatado em Cartas do Padre Franscisco Dias Taño para o Superir do Tape, dando-lhe conta do estado das respectivas reduções (1635)[3]. Entretanto, esta situação é atípica pois quem pratica o castigo é um cacique em defesa da *nova* crença: "*Assi como llegó començó diçiendo que era hijo del sol y q el sol avia bajado a hablarle y a deçirle q reçebia por dios (...) fue forçoso darle un tapaboca para haçerle a callar.*" O padre descreve a reação dos indígenas ao ver a cena, "*los indios viendo esto le començaron a ultrajar y a tirar de la guasca en q venia atacado y a correr tirando del dando con el en tierra a darle coçes y a llevarlo arrastrando y a picarle con flechas que si no voy corriendo lo matan.*" Segundo a correspondência esta é a prova de que a empresa jesuítica está consolidando-se.

O jesuíta via-se como tutor dos nativos, como tal pretendia conduzir suas ações com o objetivo de convertê-los ao cristianismo. As punições visavam demonstrar que o caminho estava errado. A aplicação de castigos exemplares era uma forma de eliminar a presença

maligna de uma determinada alma, sem características de tortura ou raiva, pois é pertinente lembrar que:

> *o sistema penal nunca foi rigoroso em excesso, o que foi extraordinário para uma época em que as punições, mesmo na Europa, eram ainda violentas. (...) Só um sistema penal não rigoroso pode explicar como apenas dois padres podiam controlar uma Missão inteira. A disciplina (...) era mais rigorosa do ponto de vista coletivo, social, do que individualmente, quando era pouco exigente. (KERN, 1982:59)*

Segundo os jesuítas o objetivo do castigo era ser mais barulhento do que sangrento. Era necessário mostrar a todos que tais práticas eram impróprias para um bom cristão[4].

As relações intraculturais no processo de conversão provocaram modificações culturais. A necessidade de confirmar a doutrina cristã como salvadora do Novo Mundo aparece como alternativa para a anular a resistência silenciosa dos indígenas. O Novo Mundo seria introduzido à civilidade. A "murta" seria infinitamente aparada.(VIVEIROS DE CASTRO, 1992) Os castigos fizeram parte dessa conjuntura. Os modelos de discurso nominados por Michel de Certeau, são identificados nas correspondências jesuíticas. Lembrar Certeau, em outra obra, contribui para esta análise: *"Acredita-se naquilo que se supõe real, mas este 'real' é atribuído ao discurso por uma crença que lhe dá um corpo sobre o qual recai o peso da lei."* (CERTEAU, 1994:241)

A educação religiosa atribuía aos indígenas traduzidos como *pecadores* a função de exemplificar o que consistia a imagem de culpa. E essa terminologia é atribuída pelos próprios cronistas, o "dar exemplo" referia-se à possibilidade de estabelecer regramentos entre os nativos. Deste modo, a aplicação de punições *corretivas* eram descritas como premissa para a conversão do restante do povoado. Os discursos dos missionários relatavam o que seria o arrependimento "preventivo" de todos os nativos pelo pecado de um indígena como comprovação da eficiência dos castigos públicos. Assim, têm-se descrições jesuíticas de indígenas que ao visualizar a punição por uma prática que o missionário identificava como errônea, desejava não fazê-la. Entretanto, essas narrativas são traduções de um comportamento culturalmente tradicional, enquanto que, os jesuítas projetam o não desejo de pecar no imaginário indígena.

A transculturalidade a ser analisada, nesta pesquisa, revela a compreensão de que os estudos de cultura em períodos históricos não podem desconsiderar a dinâmica interna existente em todos os povos. Manuela Carneiro da Cunha define *"a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados (...)"* (CUNHA, 1987:101). É possível compreender, deste modo, os

comportamentos de diferentes culturas que se modificam em contato sem esquecer que estas possuem movimentos próprios. Assim, a pesquisa aborda o contato interétnico sem a pretensão de defender que as modificações comportamentais foram provocadas apenas pelos jesuítas. Os relatos dos religiosos registram os comportamentos nativos, estabelecendo uma associação aleatória entre a consciência e as atitudes indígenas, entretanto, as modificações culturais apresentaram-se por um contexto de ameaças externas múltiplas a continuidade do seu modo de ser.

A cultura ameríndia modificou-se além da Redução jesuítica, provocando também alterações na cultura ocidental européia dos religiosos. Lembra-se Sahlins: *"(...) toda a cultura foi programada para que houvesse a valorização simbólica da força da prática material. Assim ela muda precisamente porque, quando permite ao mundo incorporação plena às suas categorias, admite a possibilidade de que estas categorias sejam funcionalmente reavaliadas" (1990: 50).* Entretanto, os costumes nativos provocavam, reações aos missionários, conforme análise de Bartomeu Meliá:

> *Son precisamente aquellos comportamientos que más desafían la racionalidad supuestamente universal del misionero, los que revelan los aspectos más tradicionales de la cultura guaraní (...) Para el misionero casi parece establecerse una oposición sistemática entre tradición guaraní y racionalidad. (MELIÁ, 1988: 109)*[5]

A construção da culpa consolida-se na adoção de aspectos da doutrina religiosa por alguns indígenas que, ao se tornarem cristãos, asseguram sua sobrevivência física diante da conjuntura de transformações internas e externas de sua cultura. Não abandonando, entretanto, sua condição étnica. Deste modo, o que os religiosos nomeiam de comportamento "maleável" não era consciente na medida em que os próprios indígenas ressignificam elementos da doutrina cristã ao seu estilo de vida.

O extenso conhecimento que os religiosos adquiriram sobre a cultura nativa para que iniciasse a conversão através, por exemplo, da ressignificação de elementos simbólicos dos nativos clarifica as estratégias de edificação traçadas na América colonial. No mesmo discurso é possível identificar as soluções encontradas pelos indígenas diante destas investidas. No entanto, a compreensão da cultura indígena, o conhecimento das especificidades do contato entre europeus e indígenas, ressaltam as influências exercidas na conversão indígena, possibilitando a articulação de elementos no processo de construção de culpabilidade como alternativa indicativa da necessidade de mediação.

A pesquisa em desenvolvimento terá continuidade a partir da análise de delitos indígenas de caráter jurídico.

Referências:

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição do imaginário**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História.** Tradução de: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 65-119 (Vanguarda Teórica).

_____. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de: Ephraim Ferreira Alves. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil**: Mito, História, Etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo**: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18) Bauru: EDUSC, 2003. v. 1.

FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 313-328.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**: sociedades e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Jesuítas e bandeirantes no Guairá: 1549-1640. Introdução e notas de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. 507 p. (Manuscritos da Coleção de Angelis, v. 1).

Jesuítas e bandeirantes no Itatim: 1596-1760. Introdução e notas de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. 367 p. (Manuscritos da Coleção de Angelis, v. 2).

Jesuítas e bandeirantes no Tape: 1615-1641. Introdução e notas de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. 438 p. (Manuscritos da Coleção De Angelis, v. 3).

Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758). Introdução e notas de Hélio Vianna. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (Manuscritos da Coleção De Angelis, v. 4). 554 p.

KERN, Arno A. **Missões**: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MELIÀ, Bartomeu. **El Guarani conquistado y reducido.** Ensayos de etnohistoria. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropologia, 1988.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem História. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novos problemas. Tradução de: Theo Santiago. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 99-112.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual**: feita pelos religiosos da Companyhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. 2 ed. brasileira. Tradução de Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

RUIZ, Castor B. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, Maria Cristina. Fronteiras internas do Rio da Prata Colonial: rebeldes e desertores. In: **ANAIS DAS VI JORNADAS INTERNACIONAIS SOBRE MISSÕES JESUÍTICAS**, Cascavel: EDUNIOESTE, 1998. p. 319-349.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: a inconstância da alma selvagem. **Revista de Antropologia**, São Paulo,USP, v. 35, p 21-74, 1992.

_____. **A inconstância da alma selvagem:** e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Nayfi, 2002.

_____. O nativo relativo. In: **Mana**, Abr 2002, vol.8, no.1, p.113-148. p.113 a 148.

[1] DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo**: a culpabilização no Ocidente (século XIII-XVIII). Bauru: EDUSC, 2003. v 1 e 2 .

[2] CARTA ÂNUA DAS REDUÇÕES DO PARANÁ E URUGUAI, DE 1661. In: **Jesuítas e bandeirantes no Uruguai** (1611-1758). Introdução e notas de Hélio Vianna. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. (Manuscritos da Coleção De Angelis, v. 4). 554 p.

[3] **Jesuítas e bandeirantes no Tape**: 1615-1641. Introdução e notas de Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. 438 p. (Manuscritos da Coleção De Angelis, v. 3). P. 109.

[4] As punições eram em público.

[5] Grifo da autora.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Expectativa de vida escrava no Rio de Janeiro oitocentista: primeiras análises.

Iamara da Silva Viana[1]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar as primeiras análises de um dos vértices de minha pesquisa de mestrado, que trata sobre vida, morte e expectativa de vida de cativos e libertos em Vassouras nos anos 1820-1880. Este vértice tem nos registros de óbitos de escravos a sua principal fonte de análise. O trabalho consistirá na análise desta fonte, qualitativa e quantitativamente, pois esta possibilita uma riqueza de informações sobre o cativo. Objetivamos conhecer os maiores infortúnios dos cativos e entender as relações de poder entre escravos e seus proprietários, bem como a expectativa de vida dos cativos. Desta forma estarei vislumbrando a escravidão de modo a contribuir para os estudos atuais sobre cativos no Rio de Janeiro do século XIX.
Palavras-chave: Escravidão - Expectativa de vida – Morte.

Abstract: This work has for objective to present the first analyses of one of the vertices of my post graduation research, which will treats about life, death and the slave´s expectative of life and the freedom black people in Vassouras among the years 1820-1880. This vertex has in the death certificates of captives its main source of analysis. The work will consist of the analyze this source, qualitative and quantitatively, therefore this in them makes possible a wealth of information on the captive. We objectify to know the biggest misfortunes of the captives and to understand the relations of being able between slaves and its proprietors, as well as the life expectancy of the captives. In such a way I will be glimpsing the slavery in order to contribute for the current studies on captives in Rio de Janeiro in century XIX.
Keywords: Slavery – Expectative of life - Dead.

A escravidão brasileira tem sido vislumbrada por muitos historiadores contemporâneos. Neste trabalho, tenho por fim analisar a questão da morte no que tange as dificuldades impostas pela vida no cativeiro, bem como entender quais os motivos reincidentes que mais causavam óbitos entre os cativos.

Neste sentido, essas questões serão analisadas no contexto de Vassouras entre os anos de 1820 e 1880. Vassouras, uma comunidade do Vale do Paraíba, se constitui como um espaço de grande relevância por ter sido transformada – nos trinta anos precedentes a 1850 - de uma floresta primitiva numa série de extensos povoados, tendo sido posteriormente convertida numa vasta região de fazendas de café fundamentada no trabalho escravo (STEIN, 1990: 13). Durante o século XIX tais fazendas propiciaram a formação de uma nova aristocracia, os barões do café do Vale do Paraíba, o que provocou uma afluência sem precedentes de escravos africanos. Este fato modificou sua constituição étnica, bem como sua economia e as relações sociais.

[1] Mestranda em História Social e do Território, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho escravo foi de tamanha importância para a economia brasileira do Sudeste escravista que se manteve "econômica e socialmente dependente do trabalho escravo até princípios de 1888" (MATTOS, 1998: 18). Em se tratando de uma área rural do Império brasileiro, Vassouras dependia de braços fortes, mormente dos masculinos, o que explica o maior quantitativo de escravos que se sobrepõe ao de escravas. Este fato pode ser evidenciado nas informações contidas nos registros de óbitos, onde o número de cativos do sexo masculino supera o feminino.

O escravo era um ser desprovido de direitos civis e pertencente a uma ordem escravista, definida pelo poder privado do senhor sobre o cativo (CASTRO, 1997: 338). Mesmo sendo tão importante para a economia brasileira, era considerado uma mercadoria, um objeto das mais variadas transações mercantis, mão-de-obra muito utilizada e de grande valor para o seu proprietário (FLORENTINO E GOÉS, 1997: 31). Para a melhor utilização do trabalho escravo utilizava-se da violência como forma de manutenção da ordem. Entretanto, este fato não pode ser lido como única forma encontrada pelos proprietários de melhor conduzirem os trabalhos no eito. Existia uma resistência escrava em ser apenas um mero objeto nas malhas do sistema, ou seja, o escravo era capaz de negociações que poderiam ser bem ou mal sucedidas (REIS, 1989: 7). A maneira utilizada pelo proprietário para melhor conduzir o trabalho de seu escravo não era homogênea, ou seja, apresentou diferentes formas de se expressar na realidade brasileira. As negociações estavam inseridas nas relações de poder existentes naquela sociedade escravista, onde quem detinha o maior poder era o proprietário de escravos e o Estado.

Nesse contexto o cativo também poderia ser concebido como uma mercadoria que sofrera uma morte social. "Morrer socialmente" pode representar não apenas sair do seu lugar de origem, atravessar o oceano, mas principalmente deixar de ser e de viver sobre si para servir a alguém (MATTOS, 1998: 144). Talvez esse possa ter sido um dos motivos que levou muitos escravos a pleitearem sua carta de alforria. Obter alforria poderia significar comprar a si mesmo, ou seja, deixar de pertencer a outrem, ser seu próprio dono. Muitos, a maioria dentro do espaço urbano, vivia a amealhar recursos para a compra de tal documento. Nas áreas rurais a carta de manumissão também integrava o cotidiano social. Entretanto em menor proporção e de forma diversa de ser conseguida. Geralmente o cativo recebia sua alforria por meio do testamento do senhor, ou quando o mesmo morria. Também existiam os que conseguiam comprar sua liberdade. A morte aparece aqui, embora de maneira diferente, como um instrumento importante para a vida do cativo.

A mão-de-obra de fundamental importância era judicialmente considerada propriedade privada de outro ser humano, reconhecido na figura de seu senhor, o qual tinha poderes legítimos sobre o seu "instrumento de trabalho", sua propriedade. Estes homens também deveriam estar em idade produtiva, ou seja, ter entre 13 e 40 anos aproximadamente (MATTOS, 1998: 18).

Os registros de óbito podem ser uma rica fonte de conhecimento dos infortúnios dos cativos. Eles apresentam informações preciosas sobre as causas que levavam ao óbito, bem como a idade em que o mesmo acontecia e a sua possível etnia. A morte esteve presente no cotidiano daqueles escravos de modo efetivo e suponho ser possível por meio do estudo dos que morriam, conhecer parte da vida do cativo em Vassouras no século XIX. A análise do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX nos informa que quase dois mil e oitocentos escravos eram enterrados por ano entre 1840 e 1849, em média (KARASCH, 2000: 144). Meu objetivo é comparar tais taxas com a realidade de Vassouras. Dentre os que morriam, existia um número considerável de crianças, o que pode sugerir a falta de cuidado com os filhos dos escravos. Seus pais certamente não recebiam melhor tratamento, tinham que trabalhar durante horas nas fazendas, sob a ameaça do castigo que muitas vezes se tornava real.

Dentro desta perspectiva as primeiras análises demonstram que o quantitativo de óbitos na primeira metade do século XIX, era mais recorrente entre crianças, para ser mais específica, entre o que eles denominavam inocentes (geralmente de zero a dois anos) e "buço" (adolescente). As informações sobre o motivo do óbito de crianças não constam na maioria dos registros. Outra faixa etária que era muito acometida por óbitos, estava no fim da chamada vida produtiva, os identificados como adultos. Até o ano de 1849 foram registrados trezentos e trinta e um inocentes e duzentos e trinta e seis adultos. Somando a estes números os que aparecem separados por idade, há uma diferente quantificação de óbitos por faixa etária.

ANO	FAIXA ETÁRIA	ÓBITOS
1820 - 1849	0 – 2	348
	3 – 10	14
	11 – 15	37
	16 – 40	29
	41 – 60	2
	+ 60	0
	adultos	236
TOTAL		666

Tabela 1 – Faixa etária dos óbitos ocorridos em Vassouras, 1820-1849. Extraído do Arquivo do Centro de Documentação Histórica de Vassouras.

Considero a possibilidade de uma análise não verossimilhante ao que de fato ocorria. Isto porque na maioria dos óbitos até o ano de 1849, as informações são escassas sobre a idade na hora da morte. Sublinho a inexistência de uma certeza quanto à idade, provavelmente em alguns casos a que consta no documento, era aproximada, deduzida pelo escrevente, ou pelo próprio proprietário do cativo.

Incluindo párvulos, menores e recém-nascidos, temos trezentos e noventa e nove óbitos de crianças nascidas escravas. Contra, incluindo buços, duzentos e sessenta e sete escravos adultos mortos. Dentre estes não existe nenhum acima dos sessenta anos.

A condição de vida do escravo poderia estar intrinsecamente ligada à morte prematura. Os cativos tinham toque de chamada e de recolher, eram revistados e ao fim dos trabalhos cotidianos recolhidos às Senzalas e de lá não deveriam sair (REIS e SILVA, 1989: 26). A vida dentro das senzalas, provavelmente, como nos apontam alguns trabalhos historiográficos, causava incomodo aos cativos que ali deveriam passar algum tempo do custoso dia de trabalho no eito. Nesse primeiro contato com as fontes, suponho que esse poderia ser um fato causador de algumas doenças e de sua propagação. Em Vassouras algumas senzalas não possuíam janelas, e dentro delas permaneciam negros aglomerados com pouca higiene.

Outro ponto que merece destaque é o referente à idade que ocorriam os óbitos. Por meio dessa análise pude perceber alguns pontos interessantes no que tange ao tempo. Ou seja, em determinados períodos de tempo a idade poderia se situar abaixo dos cinqüenta anos. Após esta data a idade poderia chegar até aos cem anos. O quantitativo de óbitos antes dos sessenta anos até o ano de 1849, reitera os maus tratos em vida que tiveram os cativos.

Este fato foi amenizado com o fim definitivo do tráfico negreiro em 1850. A Lei de número 581 de 24 de Setembro de 1850 - Lei Eusébio de Queiroz -, representou a ruptura de um comércio que gerava muito lucro e propiciava mão-de-obra para fazendeiros do Brasil oitocentista. Os antigos comerciantes que enriqueceram devido tal prática, passaram a ser considerados autores do crime de importação de escravos, conforme o Artigo 3 desta Lei. Para além desta questão, ela apresentou medidas para a repressão do tráfico no Império brasileiro, fato que teoricamente deveria imprimir coercitivamente o "não fazer" na prática. A partir dela percebe-se uma mudança no tratamento dispensado ao escravo, tendo em vista o aumento do preço dos cativos e da diminuição na oferta de mão-de-obra. A partir daí houve uma preocupação com a melhoria de vida do cativo objetivando-se maiores lucros. Fato que

possibilitou um aumento da expectativa de vida, do maior número de crianças e mulheres (FLORENTINO e GÓES, 1997:29).

Quantitativamente percebe-se uma mudança sensível no número de óbitos de cativos a partir da segunda metade do século XIX. O número de adultos aumenta, mormente entre a idade de vinte a cinqüenta anos. Reitero que no período anterior a este, faltam informações para uma análise mais consistente. Se até o ano de 1849 a maior idade registrada em documentos é de cinqüenta anos, nos anos seguintes identificamos cativos com até cem anos de idade. De 1849 à 1880 temos nove escravos com esta idade. Destes, três tem informação sobre a origem e todos são africanos, seis são homens e três são mulheres. Sobre os demais não constam informações étnicas.

ANO	FAIXA ETÁRIA	ÓBITOS
1850 - 1880	0 – 2	824
	3 – 10	214
	11 – 15	63
	16 – 40	839
	41 – 60	49
	+ 60	126
	adultos	48
TOTAL		2.163

Tabela 2 – Faixa etária dos óbitos ocorridos em Vassouras, 1850-1880. Extraído do Arquivo do Centro de Documentação Histórica de Vassouras.

Estas preciosas informações me levam a supor que a lei de 1850 foi um marco de grande importância na história da escravidão brasileira. Principalmente para a história do escravo, que é tratado neste trabalho como sujeito histórico. Observando os registros de óbito nos anos que sucedem o de 1849, podemos perceber um aumento na expectativa de vida dos cativos. Escravos com mais de cinqüenta anos, sessenta, setenta e até cem anos, como já citado.

A tabela dois demonstra um aumento significativo de cativos que morreram com mais de cinqüenta a partir da segunda metade do século XIX. A mudança mais significativa se encontra na faixa dos dezesseis e quarenta anos. Esta era considerada a idade de maior produtividade dos cativos. Geralmente escravos nessa faixa etária tinham um preço alto no mercado. Fato que justifica o pensamento sobre mudanças no tratamento de cativos, principalmente dentro do período de sua vida ativa para o trabalho. Mudanças que também refletiram nas relações de poder entre cativo e seu senhor.

Mesmo sendo tão importante para que a economia brasileira da época pudesse ter continuidade, alguns infortúnios levavam o cativo ao óbito em idade que o mesmo poderia

estar produzindo e gerando maiores lucros ao seu proprietário. Dentre outras, temos as chamadas "moléstias interiores", coração, amolecimento cerebral, reumatismo, febres, desinteria, suicídio, moléstias de parto, varíola.

Pela análise dos documentos, a moléstia que mais gerava óbito dentre os cativos eram os males pulmonares. Estes são citados de forma recorrente e recebiam diferentes designações. Aparecem descritos como moléstia pulmonar, lesão pulmonar, pneumonia febrinosa, "bronchite" reumática, moléstia tuberculosa, tuberculose, "bronchohioolite", bronco pneumonia, bronquite, tízica, bronconomia dupla, pneumonia, congestão pulmonar, asma, supuração pulmonar, tubérculos pulmonares, complicação pulmonar.

Os infortúnios eram muitos em vida e provavelmente não diminuíam na hora da morte. Isso porque algumas doenças causavam sofrimento durante alguns anos até que fosse diagnosticada e tratada ou até que o doente falecesse. A hora da morte do cativo em Vassouras poderia ser amenizada dentro dos preceitos religiosos. Em alguns registros de óbito consta-se a informação sobre os últimos sacramentos. As regras da Igreja garantiam ao enfermo receber a comunhão e a extrema unção, esta podendo ser lida como um empurrão para fora do ciclo da vida (REIS, 1991: 103). Se em vida o escravo tivera pouco cuidado com o corpo ou alma, este poderia acontecer momentos antes de sua morte.

Desta forma, morrer no século XIX para o cativo, poderia significar o fim de infortúnios que o acompanharam durante toda a sua curta vida. No Rio de Janeiro, a morte era acompanhada de muito barulho, com bandas de música, alamandas e lundus, pois aquele e não o silêncio representa o facilitador da comunicação entre o homem e o sobrenatural. Entre os africanos o silêncio na hora da morte significava má sorte (REIS, 1991: 105). Receber o sacramento no momento da morte poderia garantir uma eternidade tranqüila. No caso do escravo, era responsabilidade do senhor ou do padre prepará-lo para a morte. Faziam-no decorar uma fórmula na qual o cativo devia afirmar amar somente a Deus. Isso poderia lhe garantir precaução contra os "ídolos" africanos.

Sendo o proprietário de escravos o responsável pela vida de seu cativo, também o deveria ser na hora da morte do mesmo. Desta forma suponho a necessidade do sacramento à hora da morte de alguns cativos. Nem todos os óbitos apresentam referências sacramentais, mas os que o fazem citam a "Extrema unção", penitência, confissão, "todos", ungido, encomendado, batismo, pelo seu dono. O que demonstra a preocupação do proprietário com a questão da morte de seu escravo. A morte tinha não só no senhor a marca da dominação, mas principalmente da Igreja, isso porque, o doente que negasse a extrema-unção, não poderia ser enterrado em solo sagrado. (REIS, 1991: 107). Nos registros analisados, existem algumas

referências a cativos que foram enterrados nas dependências de igrejas, mas uma grande maioria teve seu assento em cemitério. Alguns parecem ter sido enterrados em cemitérios particulares, que são identificados pelo nome de seu proprietário.

As informações de morte estão vinculadas ao nome do proprietário do cativo, o que sugere pensar a relação de poder existente naquela sociedade escravista. Este pode ser pensado como um segundo ponto interessante de representação de poder. Ou seja, mesmo um documento que tem por objetivo atestar a morte de um indivíduo, fosse ele cativo ou não, no qual a personagem mais importante é aquele que morre, o mérito fica com o proprietário, pois o seu nome consta em tal documento.

Nossas primeiras conclusões nos apontam que as relações de poder existentes na sociedade escravista de Vassouras no século XIX estavam também presentes na morte. Tais fatos podem ser percebidos no próprio documento que registra o fim da vida do cativo. Isso porque em muitos documentos não temos o nome do cativo, mas na grande maioria dos assentos de óbito consta o nome completo de seu proprietário. O senhor que era proprietário de um outro homem, o cativo, representava o poder e o lado mais forte no conflito existente no âmago daquela sociedade escravista. Podemos pensar que na dinâmica daquela sociedade, estavam presentes relações de convívio muito tensas.

O domínio senhorial facilmente percebido durante a vida do escravo, fica evidente nas entrelinhas do registro de óbito, onde a sua imagem de "dono" fica registrada, demarcando até no momento da morte, o seu poder. Se para o cativo a vida no eito, nas fazendas de café de Vassouras era um martírio, a morte nem sempre era diferente. A chibata, o tronco e as constantes ameaças eram o infortúnio mais comum para os cativos. Morrer poderia ou não significar liberdade, nesse caso isso seria definido pela sua escolha na hora da morte em aceitar ou não o sacramento da Igreja.

Os sacramentos ministrados na hora do óbito podem representar o poder do proprietário, esse presente no desejo de se fazer ministrar rituais de sua religião e não a do cativo. Poderia também representar a tentativa do próprio senhor, dentro das prerrogativas de sua crença, a sua própria absolvição, dos possíveis "pecados" cometidos em vida, melhor na vida de tal cativo. A igreja desta maneira pode ser pensada como articuladora nesse mecanismo de controle social, legitimando o poder senhorial. Estes são os primeiros contatos que possibilitaram sistematizar estas primeiras anotações.

Fontes Primárias:

Registro de Óbitos, 1820-1880. Centro de Documentação Histórica de Vassouras.

Referências bibliográficas:

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de Família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luis Felipe (org.) **História da Vida Privada no Brasil 2, Império**: a corte e a modernidade nacional.. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P.p. 337-383.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1998.

REIS, João José. **A morte é uma Festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STEIN, Stanley J. **Vassouras:** um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Diferenças e desigualdades no tempo e no espaço: a formação dos lugares do subúrbio carioca – 1870/1930.

Joaquim Justino Moura dos Santos.*

RESUMO: O estudo tem como objetivo analisar o processo de formação e de consolidação do subúrbio carioca, visando localiza-lo no tempo e no espaço, com base na hipótese de que o mesmo se deu a princípio na área contínua hoje ocupada pelos bairros de Engenho de Dentro, do Encantado, da Piedade, de Quintino e de Cascadura, na antiga freguesia de Inhaúma, entre os anos de 1873 e 1930. Investigaremos as principais funções exercidas por essa área de estudo, tipicamente escravista a princípio, em relação à cidade. A passagem do rural ao urbano e as novas funções econômicas e sociais ali introduzidas, como efeitos de mudanças na cidade no século XIX, da transição do escravismo para o capitalismo, e, de iniciativas do Estado, suas instituições e outras, que buscavam adequar o espaço da cidade às novas formas de ocupação econômica e social capitalistas, com suas novas diferenças e desigualdades.
Palavras Chaves: História do subúrbio carioca; História do Rio de Janeiro; História do lugar.

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the structure and developmental process of the "carioca" suburbs in order to localize it in time and space, based on the hypothesis that it began in the area that is today occupied by the neighborhood of Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Quintino e Cascadura, in the old community of Inhaúma between the years of 1873 and 1930. We will research the main roll of this area of study typically a slavery condition in relation to the city. We will research the passage from rural to urban and the new economic and social functions introduced as consequences of the changes in the city in the XIX century. The transition from slavery to capitalism and the State initiatives, its institutions and the implementation of a new economic and social structure with all its differences will also be analyzed.
History of carioca suburb; History of Rio de Janeiro; History of a place.

1 – Apresentação do tema, do tempo do espaço, dos objetivos e das hipóteses do trabalho

O estudo busca analisar o processo de formação do subúrbio do município do Rio de Janeiro, visando localiza-lo no tempo e no espaço em que se iniciou e se consolidou como subúrbio carioca propriamente dito, com as primeiras atribuições e formas de viver que teve enquanto tal.

Partimos a princípio da hipótese geral de que esse processo tenha iniciado e se consolidado, originalmente, na área do município hoje ocupada pelos bairros do Engenho de Dentro, do Encantado, da Piedade, de Quintino de Bocaiúva e de Cascadura, ambos situados na antiga freguesia de Inhaúma, mais precisamente entre os anos de 1873 e 1930.

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Doutor em História Social – USP.

Para isso, recorreremos, com mais detalhe, a um conjunto de hipóteses específicas, através das quais investigaremos as principais funções desempenhadas por essa área de estudo (tipicamente escravista a princípio) e seus habitantes, sobretudo em relação à cidade no período proposto.

É nosso propósito também demonstrar, que a passagem da antiga vida rural para a urbana, assim como as novas funções econômicas e sociais então introduzidas nas localidades estudadas, resultaram de mudanças de grande significado, dadas na cidade no decorrer do século XIX. Mudanças estas, que, além de outros estímulos, estiveram estreitamente vinculadas ao processo de transição da sociedade escravista para a capitalista no mesmo centro urbano, então capital do país. Mudanças que, ao mesmo tempo, combinaram-se com um conjunto de ações promovidas pelo Estado, por meio de suas instituições, além de outras, no sentido de adequar os espaços da cidade e do município às novas formas de ocupação e distribuição física, econômica, social e cultural dos espaços. Que, enfim, estiveram todo o tempo aqui em estudo, associadas aos crescentes impulsos do capitalismo internacional, já em seu estágio imperialista, no país e nos lugares por onde passava.

Com essa perspectiva, é de nosso interesse revelar as peculiaridades das novas formas de vida econômica e social locais, bem como de alguns dos aspectos da vida cultural dos habitantes que deram início à formação do subúrbio carioca. O que será feito a partir da área de estudo que temos como objeto de investigação. Para esse fim, os dados disponíveis – em acervos de diferentes instituições, além de depoimentos expressando a memória e a visão sobre o lugar, segundo antigos moradores ou instituições locais – serão analisados em suas particularidades, próprias da vida local, em suas combinações entre si, e, ao mesmo tempo, como partes inseparáveis de um processo de transformações bem mais abrangentes, sejam em termos conjunturais ou mesmo estruturais, ocorridas no Rio de Janeiro e no Brasil no período abordado. Transformações que incorporaram, tanto ao campo como à cidade, novas formas sociais, que, por sua vez, estavam combinadas também às novas diferenças e desigualdades, categorias e tipos sociais, que trouxeram consigo. Bem como a ações do Estado e dos capitais, com suas instituições, para legitimá-las e consolida-las em favor das novas elites políticas e sociais, também formadas no mesmo processo. Reunia-se assim um conjunto diverso de fatores que, combinados entre si e no próprio espaço do município, deram os impulsos decisivos para a ocorrência do que chamamos de primeira fase de formação do subúrbio carioca. Bem como para o nascimento das características peculiares daquela que vejo como tendo sido a sua primeira face, enquanto subúrbio.

1.1 – Algumas alterações no corte espacial e formas de encaminhamento da pesquisa

Como já foi apontado, para investigarmos a primeira face do subúrbio carioca, em suas novas formas, estas serão vistas como resultantes de mudanças dadas no bojo da passagem do trabalho escravo para o livre; da produção agro-exportadora para o predomínio da produção de gêneros alimentícios agrícolas e de outros produtos rurais, para suprir o crescente mercado consumidor então formado na cidade. E, por fim, da transição economia e sociedade rurais para a urbana, já como uma área residencial proletária voltada, e, por que não, criada, para o suprimento da cidade com mão-de-obra. Ou para o crescente mercado de trabalho tipicamente capitalista que nela se concentrava e se expandia.

As novas formas locais, também serão identificadas a partir das novas relações sociais e de trabalho, dos hábitos, dos costumes, dos comportamentos, da diversidade de formas de encontro entre os habitantes locais; das festividades, das formas de brincar e de lazer, de exercitar a música, de cantar, de dançar, de rezar, etc.

Vimos no andamento da pesquisa, no entanto, que para compreender-mos todo esse conjunto de particularidades locais, referentes aos lugares que temos como área principal de estudo (os atuais bairros do Engenho de Dentro, do Encantado, da Piedade, de Quintino e de Cascadura, que formavam uma área contínua de terras, pertencentes no século XVIII à fazenda do Engenho de Dentro), impôs-se um novo caminho ou procedimento de pesquisa a ser seguido. Assim, entendemos ser essencial o estudo desses e de outros aspectos da vida local, articulando-os a outros comuns a outros pontos da freguesia de Inhaúma. Como por exemplo, a área que lhe ficava a leste, margeada pela Baia de Guanabara, hoje ocupada pelos bairros de Manguinhos, Maré, Bonsucesso, Ramos e Olaria. Nela – onde nos três séculos de colonização portuguesa as terras pertenceram ao Engenho da Pedra – foram fundadas, respectivamente, em 1886, as paradas e estações da Leopoldina Railway, de Carlos Chagas (Manguinhos), de Bonsucesso, de Ramos e de Olaria.

Entendemos que a extensão do estudo à história desses cinco novos bairros atuais do subúrbio, permitirá em primeiro lugar a realização de um contraponto entre o modo e o ritmo em que os mesmos bairros se definiram entre si como tais. Em segundo (sem que isso represente uma ordem de importância), o estabelecimento de comparações entre o que neles ocorria na passagem para o século XX, com o que já havia ocorrido nos bairros do oeste da

freguesia de Inhaúma (nossa área específica de estudo, cuja ocupação urbana principiou ao iniciar a segunda metade do século XIX), servidos pelos trens da Estrada de ferro D.Pedro II, depois Central do Brasil.

Com esse confronto, pretendemos, em um primeiro passo, compreender o pioneirismo destes últimos bairros (Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Quintino e Cascadura) na formação do subúrbio carioca, ao tempo da entrada em circulação da ferrovia D. Pedro II, entre 1858 e 1872, ainda em plena sociedade escravista, por exemplo. Como também, o processo de passagem da plenitude da vida rural local para a vida urbana, sobretudo após a aprovação da Lei de Terras, de 1850, entre outras mudanças de peso que ocorriam no país e no Rio de Janeiro e que nos remetem ao terceiro quartel do século XIX.

Em um segundo passo, buscaremos identificar as particularidades desse processo, em seu tempo, confrontando-o com o processo de ocupação (posterior e com as próprias características e contextos que os envolveram em um outro tempo) dos bairros servidos pela Leopoldina Railway ao final do século XIX, na parte leste da Freguesia de Inhaúma. Processo que, deflagrado, sobretudo, após o fim da escravatura, apresentava-se mais associado à expansão dos serviços coletivos e públicos urbanos, bem como da indústria e do mercado de trabalho nesses dois setores da economia, os quais concentravam seus capitais e sedes no centro da cidade, na passagem do século XIX para o XX. Fato que, por sua vez, trazia consigo novas populações, novas categorias sociais urbanas, procedentes das mais diferentes origens nacionais e estrangeiras. Portadoras de uma diversidade de hábitos, costumes, saberes, experiências de vida, vivências profissionais e outras características sociais, econômicas e culturais. Características que se difundiram e se fundiram no tempo e no espaço que aqui nos propomos a investigar, dando assim vida ás peculiaridades do subúrbio carioca propriamente dito, em sua primeira fase histórica e com sua primeira face no espaço maior do município do Rio de Janeiro, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX.

A título de dar maior profundidade à análise do tema, ao tratarmos desta fase da pesquisa, dividiremos o estudo em dois subperíodos. No primeiro, situado entre meados do século XIX e os anos 1890, daremos destaque às transformações ocorridas na área oeste da freguesia de Inhaúma, a qual temos como referência espacial principal do trabalho. No segundo momento, além da análise do processo de consolidação da vida urbana no oeste de Inhaúma, privilegiaremos também a análise do processo de ocupação urbana e de suburbanização da área situada a leste da freguesia, ocorrido já na passagem do século XIX para o XX, até os anos 1930. Processo esse que entendemos – com base nos dados e perspectivas teórico-metodológicas de que dispomos até a presente etapa da pesquisa – como

sendo o de consolidação do subúrbio carioca. Isso por que, ao final desse período o subúrbio já se constituía com suas atribuições econômicas, papéis e categorias sociais e culturais próprias de sua primeira fase de formação. Mas que, ao mesmo tempo, continuava mantendo estreitas relações com o centro da cidade, sendo estas essenciais para a sobrevivência dos lugares e dos habitantes que os formavam.

Além disso, a alteração que propomos no corte espacial, ampliando-o significativamente como vimos, nos remete ao confronto de processos, de espaços, de contextos e de tempos distintos, dados no bojo de um processo maior que os envolvia como partes ativas da formação e da consolidação do subúrbio carioca. Vista ela, a partir da antiga freguesia de Inhaúma, permitirá, em meu juízo, um estudo mais aprofundado das particularidades, da vida, do cotidiano, da memória e da história dos lugares e dos habitantes de nossa área de estudo ou do subúrbio em formação. Como também das relações diretas que mantinham com a cidade e, através dela, com o Brasil e com o mundo, as quais se definiram por uma forma própria de viver, que caracterizamos como sendo a do subúrbio carioca propriamente dito.

1.2 - Atividades e caminhos percorridos: em busca da memória e história do subúrbio.

Ao final de um semestre de pesquisa, demos início às atividades de levantamento complementar de fontes, seguidas de uma leitura parcial e seleção preliminar de dados. Principiamos pelo acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, seção de Biblioteca. Nela consultamos fichários relativos a obras, artigos e recortes de jornais entre outros, teses e dissertações, onde selecionamos parcialmente o material que se mostrou mais pertinente ao tema em estudo. O mesmo começou a ser realizado na seção de Documentação, onde foram consultados temas afins os mais diversos, em índices gerais e em códices, referentes a subtemas e questões pontuais – o comércio, os transportes, a habitação popular, os serviços coletivos urbanos e a higiene, a saúde e a limpeza públicas, as relações de trabalho e outras de caráter social e de natureza geográfica e econômica, no que diz respeito a relação entre Inhaúma e a cidade. Foi realizada uma sondagem sobre o preço dos alimentos na Praça do Rio de Janeiro, além da busca de dados sobre o comércio e o trabalho escravo; os trabalhadores pobres livres e os operários; a indústria e a industrialização e a forma como se distribuíam no espaço do município do Rio de Janeiro. Foram selecionados dados sobre planejamento urbano, arruamentos e termos; as instituições, as associações, clubes e sociedades locais e outros; as vias e os meios de transportes entre a freguesia, o centro urbano e a zona rural,

depois suburbana, particularmente no que se refere à Inhaúma. Além de dados diversos vistos como essenciais para atingirmos os objetivos e hipóteses que norteiam o estudo.

Para tanto, realizamos consultas preliminares em Atas da Câmara e do Conselho Municipal; mensagens dos prefeitos, documentos avulsos diversos sobre engenhos e outros estabelecimentos e atividades econômicas rurais; autos de penhora, de arrematação de terras e de propriedades. Dados referentes a caieiras, olarias, engenhocas, pequenas lavouras, capelas, igrejas e irmandades em Inhaúma; sobre o carnaval e outros eventos e formas de manifestações culturais. Vimos cartas avulsas de diferentes naturezas e origens; registros e certidões de compra venda, arrendamento e aluguel de imóveis; certidões de escrituras, de inventários, de vendas de terras, etc. Além disso, selecionamos para consulta mais pormenorizada, temas como: construções e alugueis de casas públicas; trapiches e armazéns; matadouros públicos; construtoras atuantes no subúrbio, entre outros temas relativos à cidade e ao município do Rio de Janeiro. Como por exemplo, a localização dos espaços rural e urbano (os limites do perímetro urbano e da cidade no tempo) e suas vidas econômicas e sociais. Damos por ora maior ênfase à busca de dados específicos e mais precisos para caracterizar a vida local e suas relações com a cidade a partir de princípios do século XIX, até as três primeiras décadas do século XX.

Iniciamos também o levantamento complementar de imagens fotográficas, gravuras, mapas e plantas sobre a cidade, o município e as freguesias, com maior atenção para as referentes à área correspondente à antiga freguesia de Inhaúma. Enfocando nesta, sobretudo, a área contínua hoje ocupada pelos bairros do Engenho de Dentro, do Encantado, da Piedade, de Quintino e de Cascadura, com extensão aos bairros de Madureira e do Méier, localizados, respectivamente, ao norte e ao sul da freguesia de Inhaúma.

Entendemos assim, que o andamento do trabalho, embora em sua etapa preliminar, vem se desenvolvendo de acordo com o previsto inicialmente, para atendermos a nossos objetivos e hipóteses, cujas linhas gerais já foram descritas acima. Visando dar maior clareza às diretrizes que orientam o trabalho, relacionamos a seguir, de modo mais detalhado, algumas das hipóteses específicas a serem respondidas no decorrer da pesquisa.

2.3 – Hipóteses específicas: resumo.

Vimos a hipótese de que o subúrbio carioca nasceu mais precisamente em nossa área e período de estudo. Essa é uma hipótese geral, que nos leva a novas perguntas, ou hipóteses específicas, como por exemplo: como se deu esse processo, no que se refere à passagem da

vida rural anterior para a urbana nos lugares que temos como objeto, e por que de modo tão acelerado e intenso, e no relativamente curto período de duração estudado? Que impulsos econômicos e sociais maiores o propiciaram, exatamente no período em que ocorreu? Até que ponto o fato se relacionou mais diretamente à transição da sociedade escravista para a capitalista no Rio de Janeiro e no país? Se foi um fato impulsionado por tal transição, que papéis exerceu o Estado para concebê-lo e com que intenções e limites? Como se colocava a questão da habitação popular nesse contexto de transição? Que categorias de habitantes formaram essa população suburbana original, e de que dependia, sobretudo, a sua sobrevivência? Que novas relações os novos habitantes mantinham com a cidade? Que relações mantiveram entre si ao formarem as vizinhanças locais? Que práticas e atividades culturais trouxeram consigo e a partir de que eventos coletivos, ou não, foram se fundindo para dar lugar a uma cultura tipicamente suburbana, ou própria dessa sua primeira fase de formação? Que relações podemos fazer entre os espaços públicos que permitiram as essas populações expressarem sua diversidade em termos culturais e de lazer? Até que ponto a forte presença desses espaços públicos ou de uso gratuito – que de início resultavam de sobrevivências rurais ainda recentes – era vital para a preservação de tal diversidade de formas de expressão culturais e de lazer locais? Em que medida tal diversidade foi e é, ou não, vital para a formação de uma identidade social local, com todas as suas diferenças e conflitos. Mas também com a solidariedade, o espírito coletivo e a própria gentileza, propiciados tanto pelas relações de vizinhança, como pelas variadas formas de expressão de cultura e de lazer que então eram praticadas no cotidiano pelos habitantes locais? Que limites eram impostos pela "moderna sociedade, salubre e higiênica", na passagem das relações escravistas para as capitalistas, e, da Monarquia para a República, às formas de expressão cultural e de lazer trazidas para o subúrbio em formação ou criadas neles por seus novos e/ou antigos habitantes? De que modo os habitantes locais recebiam as mudanças que ali ocorreram no período estudado, que visões manifestavam a respeito delas pela imprensa de bairro e por outras formas de expressão? Que instituições locais acolhiam as diferentes formas de expressão cultural, religiosa e de lazer praticadas pelos que habitavam os lugares em foco? Como se manifestavam as relações de vizinhança e de convívio social nessas localidades e como se diferenciavam entre si ?

São estes então os caminhos, os procedimentos e os propósitos que temos para serem alcançados nas próximas etapas do trabalho. Entendemos serem eles, até a presente etapa da pesquisa, capazes de nos orientarem na realização de um estudo aprofundado sobre o tema. Um estudo que não só nos permita produzir um conhecimento que vemos cada vez como mais

necessário para suprir a carência de pesquisas de maior abrangência sobre a história e a memória do subúrbio carioca. Mas que também, e principalmente, venha a contribuir para que os habitantes e às comunidades locais, escolares e outras dos lugares estudados, possam com o conhecimento adquirido a partir dele, contar com condições mais objetivas para a compreensão dos graves problemas e contradições sociais e outras que hoje afligem as populações suburbanas do Rio de Janeiro.

Um estudo que lhes permita conhecer suas próprias identidades, inseparáveis do conhecimento da história dos lugares onde vivem. Que lhes possibilite adquirir a noção de que, ao mesmo tempo, são parte ativa da história do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo, e não apenas espectadores de uma história feita por outros, em geral distantes. Isso, se pensarmos, por exemplo, nos efeitos por vezes devastadores, promovidos no seu dia a dia, nos seus hábitos, costumes, comportamentos e formas de expressão sociais e culturais próprias de suas comunidades e dos lugares onde vivem, pela chamada globalização da economia, pela violência gratuita, pela perda de noção de que se vive em sociedade e não isoladamente, como mercadorias baratas postas no mercado e competindo entre si.

Enfim, um conhecimento sem o qual tornasse, a meu ver, impossível a essas comunidades e lugares, terem instrumentos mínimos para buscar soluções para as fortes contradições e conflitos de caráter social que hoje afligem as populações cariocas e, com maior vigor, às residentes no subúrbio. Seja por serem pobres e, consequentemente, por viverem mais intensamente no seu cotidiano, nas imagens que lhes chegam pelos aparelhos de televisão, por exemplo, ou no seu ir e vir entre o lar e o trabalho, as crescentes diferenças e desigualdades que hoje caracterizam a sociedade carioca, geradas no decorrer de sua história.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro - 1870/1930. In: *Espaço e Debate nº 21.* São Paulo, 1987. pp.12-38.

_____. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN RIO - Zahar, 1987. 147p.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secret. Mun. de Cultura, Turismo e Esportes, Dep. Geral de Doc. e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares no Rio de Janeiro: 1886-1906.* Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1986. pp.121-189. (Biblioteca Carioca, v. 1).

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *La revolucion industrial y la vivienda popular en Rio de Janeiro* (1880-1920). Madrid: s.n., 1980.

_____. Condições de vida dos artesãos e do operariado no Rio de Janeiro: 1880-1920. In: *Nova Americana, nº 4*. Torino: Jiulio Einaudi Ed., 1981.

_____. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro).* Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2v.

SANTOS, Joaquim Justino M. dos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. São Paulo, 1997. 313 p. (Tese de doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.

_____. *Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro - a freguesia de Inhaúma: de 1743 a 1920*. Rio de Janeiro, 1987. 430 p. (Dissertação de mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FOLIN, M. La ciudad del capital. In: *La ciudad del capital y otros escritos.* México: G. Gili, 1977. pp.15-60.

HAUSER, Philip M. e MATRAS, Judah. Unidades territoriales de Analisis. In: *La investigacion en las zonas urbanas.* Barcelona: Editorial Labor, 1972. pp. 23-39.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade.* Póvoa do Varzin: Editora Ulisséia, 1972.

_____. *El derecho a la ciudad.* Barcelona: Ediciones Península, 1978. Coleção História, Ciência, Sociedade, nº 44.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Ática, 1980.

NOVACK, George. *La ley del desarrollo desigual y combinado*. Arregui: Ediciónes Pluma, 1973.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O BRASIL DOS ANOS 1990: ação política, tele-ficção e as lutas pela memória.

Roberto Abdala Junior*

Resumo: O texto procura refletir sobre as lutas pela memória nacional e a participação da televisão, especialmente a ficção que toma como contexto narrativo a história do país, buscando analisar possíveis implicações nos processos históricos dos quais participaram. O foco do estudo é a sociedade brasileira de 1992, na qual a minissérie *Anos Rebeldes* da Rede Globo de Televisão foi exibida e também ocorreu uma das maiores mobilizações populares das últimas décadas, culminando com o único *impeachment* de um presidente eleito na história do país. A minissérie é analisada como uma narrativa que entrou no campo das lutas pela memória da ditadura, considerando a sua repercussão nas ações dos jovens estudantes que participaram das manifestações pelo *impeachment*.
Palavras-chave: História, memória social e tele-ficção.

Abstract: The text reflect on the fights for the national memory and the participation of the television, especially the fiction that takes as narrative context the history of the country, searching to analyze possible implications in the historical processes of which had participated. The focus of the study is the Brazilian society of 1992, in which *minissérie Anos Rebeldes* of the Rede Globo de Televisão was shown and also one of the biggest popular mobilizations of the last decades occurred, culminating with only impeachment of a president in the history of the country. The *minissérie* is analyzed as a narrative that entered in the field of the fights for the memory of the military regimen, considering its repercussion in the actions of the young students who had participated of the manifestations for impeachment.
Keywords: History, social memory and tele-fiction.

Nas intrincadas relações entre história, teledramaturgia e a imaginação dos brasileiros é que se inscreve o tema do trabalho que ora apresentamos: os processos de construção da memória nacional brasileira. Ao refletirmos sobre as lutas pela memória nacional e consideramos o significado da ficção brasileira no processo, parece decisivo abordarmos também a produção da televisão, sobretudo a partir do último quartel do século passado. A telenovela brasileira, além de inverter a direção do fluxo de bens simbólicos no mercado da indústria cultural internacional, também foi capaz de intervir no cotidiano brasileiro, como também nos países nos quais ela foi exibida. [1] Assim, as possíveis implicações da tele-ficção nos processos históricos brasileiros dos últimos anos são, não somente instigantes e curiosas, como desafiam abordagens que busquem compreender o país e sua gente nas últimas décadas. A escassez de estudos que abordam a ficção produzida por um veículo tão poderoso quanto a televisão também é, em última análise, sugestivo.

---

* Mestre em Educação e doutorando em História, ambos pela UFMG. Depois de dois anos como bolsista da CAPES e depois do CNPq, vem lecionando no Curso de História do UnilesteMG.
[1] A esse respeito consultar, entre outros, Mattelart (1998 [1989]) e Hamburger (2005).

No caso do presente estudo estaremos nos debruçando sobre a sociedade brasileira dos anos noventa, considerando especialmente o ano de 1992, no qual a minissérie *Anos Rebeldes* da Rede Globo de Televisão foi exibida. Trata-se de um trabalho que lida com um tema delicado, sobretudo porque o *objeto* de analise consiste das memórias sobre período da ditadura civil-militar implantada no Brasil a partir de 1964 e conta, entre as fontes, com a produção seriada de um dos veículos de comunicação mais poderosos do país, que não somente apoiou, como se beneficiou da ação dos governos militares que se seguiram ao golpe. A nossa pesquisa privilegiou o ano de 1992, quando ocorreu uma das maiores mobilizações populares das últimas décadas, juntamente com a única ação constitucional de impedimento – impeachment – do exercício do mandato do então presidente eleito Fernando Collor de Melo.

Entre memória e história: as lutas de representações

O tratamento dispensado às memórias coletivas pretende privilegiar as práticas sociais e representações coletivas[2] nas quais podemos encontrar expressões da memória nacional do Brasil contemporâneo. Nossa perspectiva se assenta nos argumentos da História Cultural que, segundo Roger Chartier, deve ser "entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido" e se dirigir às "práticas que pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo."[3]

Ao tomarmos as "representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas." [4] e considerarmos a problemática do "mundo como representação" que é "moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam" [5] o enfoque somente poderia recair sobre as práticas discursivas concretas que assim o constroem. Mas, como esse "mundo" resulta das disputas ou "lutas de representação" somente pode ser *objeto* da História quando, na configuração dessas lutas, as representações se materializam em discursos ou em práticas sociais. Nesse quadro é possível inscrever as lutas pela representação do passado, as lutas pela memória da ditadura brasileira.

Uma outra questão se refere à concepção das relações entre memória e História – com maiúscula, pois estamos nos referindo à disciplina. Nossas reflexões se assentam no reconhecimento de que a sociedade ocidental, muito antes de ampliar o acervo de linguagens

[2] Ao tratamos de memórias coletivas, estaremos lidando com o espaço público que, segundo Charaudeau, "resulta da conjunção das práticas sociais e das representações." (Charaudeau, 2006; p. 120).
[3] Chartier; 1989: 16, 17 e 27 respectivamente.
[4] Chartier; 1989: 18.
[5] Chartier, 1989: 24.

com as quais é possível formular discursos sobre o mundo e o passado, assegurando que as culturas nacionais pudessem representar a si mesmas através do cinema ou da televisão, consolidou um novo tipo de memória – a História. [6]

Nesse contexto, os argumentos que sustentam que a História se opõe às outras memórias evidenciam que todas "essas" *memórias*, concreta e historicamente falando, estão em disputa – configuram as "lutas de representações" - termo caro a Chartier, polêmico e, no contexto aqui apresentado, tão pertinente. Sob esse viés é possível tomarmos História e Televisão – estamos nos referindo à tele-ficção – como agentes sociais que elaboram e enunciam discursos sobre a história.

Nesse sentido, a memória de uma sociedade não parece ser fruto somente de vitórias conquistadas nas "lutas de representações". Ao contrário, se elas estão inscritas no seio destas disputas, como obras de cultura, as memórias sociais florescem como resultado dos "diálogos" [7] entre os discursos nascidos das representações em luta. Nesse ambiente contraditório é que parece ser possível apreender a memória nacional brasileira sobre a ditadura: tomando os discursos, dialeticamente, como nascidos das representações sociais distintas, mas também engajados na sua construção de uma outra que não corresponde exatamente a nenhuma das anteriores. [8] A noção de diálogo bakhtiniano no processo de construção de memórias nacionais é bastante pertinente, uma vez que, certamente, as memórias de uma nação não devem ser consideradas fruto exclusivo das propostas dos agentes sociais que tomam para si ou se arrogam a responsabilidade de construí-las.

Anos Rebeldes: uma cultura de esquerda na tela? [9]

[6] A esse respeito Paul Ricoeur argumenta com uma transcrição do historiador Yerushalmi: a História "não tem a intenção de restaurar a memória, mas *representa um outro gênero realmente novo de memória*." (RICOEUR, 2004:514; tradução e grifo nosso).

[7] Estamos empregando o conceito de dialogismo como sugere o argumento de Stam: "Essa concepção ampla de dialogismo, considerada como o modo característico de um universo marcado pela heteroglossia, oferece inúmeras implicações para os estudos sobre cultura." (STAM, 1992: 33 - 34)

[8] A respeito da impossibilidade de um diálogo realizado por meio das mídias, o argumento do próprio Bakhtin sugere essa possibilidade ao afirmar que "toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz" (1992: 290). A noção de *reação responsiva* é assim, uma contribuição teórica decisiva, por servir igualmente aos "diálogos" sociais como aos cognitivos.

[9] Ao nos referirmos a uma cultura que certamente apresenta traços políticos, não estamos considerando que uma minissérie poderia atender a todas as categorias de representação, tais como símbolos, mitos e ritos. As representações às quais estaremos nos referindo seriam "instrumentos para a intervenção humana no real, na

> *Encerrado o embate no campo de luta, iniciaram-se imediatamente as batalhas de memória. Daniel Aarão Reis*[10]

No mês que antecedeu ao movimento popular pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor e ao longo do processo constitucional que o afastou, a Rede Globo exibiu uma minissérie cujo contexto de época se estendia de meados dos anos 1960 ao final da década de 1970 denominada *Anos Rebeldes*. O contexto histórico da época parece ser um cenário bastante sensível às lutas pela memória: ao longo do processo de reconstrução das instituições democráticas, após o fim da ditadura militar e em meio ao exercício do primeiro mandato presidencial de um civil eleito em quase três décadas; o momento contou também com um debate político efervescente, promovido pelas disputas nas eleições municipais.

Importa também observar que o contexto histórico de exibição da minissérie contou com uma mobilização política massiva da população, rara na história do país, sobretudo se considerarmos o fato de ela ter apresentado uma significativa participação de jovens. [11] Nesse aspecto, parece decisivo assinalar que a formação escolar da juventude que participou das manifestações públicas coincide, em larga medida, com a vigência da ditadura e da censura. A situação evidencia, portanto, que um bom desempenho nas lutas pela memória sempre poderia representar a legitimação de uma versão mais ou menos favorável à ação deste ou daquele agente social na esfera pública.

A minissérie *Anos Rebeldes* se inscreve, assim, no seio das disputas entre militantes e militares pela memória da ditadura, no sentido de constituir um discurso que significou escolher entre as duas versões sobre o passado brasileiro – a memória nacional – que disputavam legitimação na esfera pública. No entanto, como assinala Martín-Barbero: "algo radicalmente diferente acontece quando o cultural assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos ... e formas de rebeldia e resistência." (2003, p.297) Nesse aspecto, em *Anos Rebeldes*:

> *O regime de 1964 é mostrado como o grande vilão. Seus comandantes militares, e aliados civis, como os empresários que colaboravam no fortalecimento do governo são retratados como cidadãos sem escrúpulos, capazes de abusar da autoridade, de corromper adolescentes para obter informações de cunho pessoal e de torturar. Do outro lado encontram-se os heróis. (VEJA, São Paulo: Abril, 15 de julho de 1992: 87; grifo nosso)*

---

medida em que as representações podem informar a ação, propondo caminhos e possibilitando estratégias" (MOTTA, 1996: 89)

[10] Reis, 2004: 39.

[11] Estamos nos referendando nas edições da revista Veja, em suas edições dos dias 19 de agosto – 18 - 23 – e do dia 26 agosto – 30 - 36.

Assim, mesmo considerando que a minissérie não tenha sido concebida com a finalidade deliberada de entrar nas disputas por memória nacional – pois, Gilberto Braga insistiu nas entrevistas que concedeu na época que era um alienado [12] – os elementos recolhidos por nós evidenciam que a minissérie acabou participando da configuração das forças sociais que estavam nessa disputa. O tratamento que a minissérie dispensou ao tema também levou até o repórter da revista *IstoÉ* a considerar que "Ninguém jura, no entanto, que a liberdade vá perdurar incólume depois que a minissérie entrar no ar."[13]

As limitações de um artigo e do próprio andamento da pesquisa impedem a exploração mais detalhada dos diálogos nos quais as vozes das memórias coletivas poderiam ser ouvidas. Assim, escolhemos dar enfoque às interpelações que a minissérie faz às memórias – individuais e coletivas – do período.

Diálogos I: autores, memórias individuais e coletivas

As referências mobilizadas pelos realizadores da minissérie podem ser sumariamente consideradas como sendo a formação escolar, a memória – que contou, inclusive, com a participação da atriz Bete Mendes que foi presa e torturada durante a ditadura – mas também a memória social da época, plasmada nos discursos dos agentes sociais que circulavam pela cultura. [14]

No caso de Braga foi, ele mesmo, da geração que se caracterizou pelo que ficou conhecido por uma brasilidade "romântico-revolucionária" que não se dissociava "de traços do romantismo revolucionário em escala internacional nos anos de 1960" [15] e que viria a dar voz na "telinha". A entrevista que concedeu à revista *IstoÉ*, de 15 de abril de 1992, é a maior expressão do "engajamento" que ele insiste em negar. Na seção "Entrevista" da revista ele se mostra bastante consciente da função que a minissérie deveria ter: "evitar que essas coisas terríveis algum dia voltem a acontecer". Mas como um bem cultural pode realizar isso? Tornando-se memorável! Assegurando que os acontecimentos não caiam no esquecimento. Trazendo à luz as circunstâncias e as condições da época, em narrativas que procurem evitar o apagamento das agruras que membros daquela sociedade sofreram noutros tempos. Lembremo-nos de Fentress: a intenção não é fazer história ou ser fiel aos acontecimentos, mas construir uma narrativa que contribua para que seus patrícios não se esqueçam do passado.

[12] Revista *Veja*, São Paulo: Abril, 15/07/ 1992: 87 e depoimento apresentado em *Extras* no DVD; frase atribuída ao autor na revista Veja, São Paulo: Abril, 15/07/ 1992: 85.
[13] Revista *IstoÉ*, São Paulo: Três, 15/07/1992: 62.
[14] Revista *Veja*, São Paulo: Abril, 15/07/1992.
[15] Ridenti, 2005: 84-87.

Denis carvalho, diretor geral da minissérie, também afirmava ignorar a situação do país até a época em que começou a namorar sua futura esposa – Bete Mendes – desaparecida por seis meses na época, em conseqüência de suas atividades na organização de esquerda Var-Palmares. [16] O co-autor Sérgio Marques também não esteve distante da realidade política das décadas de 1960 e 1970 que se esforçou em representar na televisão, pois "foi vice-presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, um dos principais pontos de referência do movimento estudantil carioca."[17] Assim, a trajetória daqueles que podem ser considerados como os principais responsáveis pela concepção geral da obra não deixa dúvidas em qual campo sua escolha recairia nas disputas pela memória.

A respeito de outras obras que versavam sobre a ditadura é preciso salientar que a Rede Globo comprou os direitos para televisão de dois livros: *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, narrativa que recorre a um grande número depoimentos com personagens de época e *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida* de autoria de Alfredo Sirkis, militante de esquerda, cuja trajetória de vida se confunde com a que é representada pelo personagem João Alfredo. As escolhas aqui também são bem claras e as posições dos autores das obras consultadas não deixam dúvidas quanto às posturas políticas que inspiraram a concepção da minissérie.

Outros diálogos: palavras e imagens

Na minissérie também "há uma espetacular reconstituição de época – não apenas de cenários... mas também nos fatos culturais que marcaram o país." [18] Assim, os personagens não somente têm o ambiente de época no cenário, mas efetivamente participam dos eventos que podem vir a interferir na trama e na sua vida ficcional.

O denominado "realismo" característico da teledramaturgia da Rede Globo levou a direção de *Anos Rebeldes* também a construir "painéis" de época. Os "painéis" são constituídos de imagens e imagens-movimento de época, recolhidos em arquivos e que foram utilizadas pela primeira vez pela tele-ficção. [19]

Mais do que apenas buscar verossimilhança ou ampliar o "efeito de realidade" na obra, essas imagens interpelam o público – especialmente aquele formado por testemunhas de época – instigam diálogos com outros discursos (textuais ou não) abrigados na cultura, na

[16] Revista *IstoÉ*, São Paulo: 15/07/ 1992: 62.
[17] Revista *IstoÉ*, São Paulo:15/07/ 1992: 60.
[18] Revista *Veja,* São Paulo: 15/07 1992: 86.
[19] KORNIS, 2004, p. 327

política, na cultura política nacional. Se os painéis participam da narrativa, explorando aspectos decisivos para a diegese da minissérie, sua contribuição exige uma avaliação muito mais detida no que se refere à construção de uma memória nacional sobre o período da ditadura. O recurso à "impressão de realidade" na qual os realizadores estão empenhados, não somente amplia a sensação e "verossimilhança" para a audiência, mas também aumenta a emoção, elemento fundamental na esfera simbólica onde se localiza a imaginação e agem as representações, os mitos, os ritos: *lócus* privilegiado da memória.

Assim, *Anos Rebeldes*, além de ter contribuído, mesmo que não deliberadamente, como um forte agente nas disputas pela memória da ditadura, também ajudou a difundir expressões mais claras de uma cultura política de esquerda "romântico-revolucionária" que marcou os anos rebeldes de uma juventude brasileira que hoje, no poder, parece envelhecida.

Referências

AUMONT, Jacques et. al. *A estética do filme*. Campinas: Papirus, 1995.
BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, Portugal, 1985, pág. 297.
BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX E SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*.Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
CERRI, Luis Fernando (org.). *O Ensino de história e a ditadura militar*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003.
CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1989.
DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 28, dezembro, 2002, p. 13-28.
ECO, Umberto. *A obra aberta: formação e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
FERRO, Marc. *A história vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de1964 e a ditadura militar.* Rio de Janeiro: Record, 2004.
FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.24 n.47 2004
FURTADO, João Pinto. Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros: sobre "transe", transito, política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 1990. In: REIS, Daniel A., RIDENTI, M. e MOTTA, Rodrigo P. S. (org). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004).* Bauru: Edusc, 2004.
GOMES, Dias. *Apenas um subversivo.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998.
GONTIJO, Silvana. *A voz do povo: o IBOPE do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 1996.
HAMBURGER, Esther. *O Brasil Antenado:a sociedade da novela.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Heloisa Buarque. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde 1960/70.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
HUYSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
KORNIS, Mônica de Almeida. Anos Rebeldes e a construção televisiva da história. In: *Seminário 40 anos do golpe (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004; p.321-328.
KORNIS, Mônica de Almeida. Anos rebeldes e a construção televisiva da história. *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004; p. 321-328.
KORNIS, Mônica de Almeida. Uma memória da história nacional recente. XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação. Campo Grande / MS – setembro de 2001.
KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC Rio; 2006.
KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trota, 2004.
KUSHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudo Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 24, 1999, p. 227-250.
MARTÍN-BARBERO, Jesús. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: SENAC, 2004.
MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*. Belo Horizonte, nº 28, dezembro, 2002, p. 178-201.
MATTELART, Micchèle & Armand. *O carnaval das imagens:a ficção na TV*. São Pulo: Brasiliense, 1998; 2ª edição (1989).
MITRY, Jean. *Estética y psicología del cine*. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, S/A, 1989. Volume I e II.
MOTTA, Rodrigo Pato de Sá. A história política e o conceito de cultura política. Associação Nacional de História – Núcleo Minas Gerais. *Anais do X Encontro Regional de História.* Minas trezentos anos: Um balanço historiográfico. Mariana: 22 a 26 de julho de 1996, p. 83 – 91.
NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 1-20.
NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos objetos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 179-193.
ORTIZ, Renato. *A moderna civilização brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1989; Associação de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDOC/FGV; pp. 3-15.
REIS, Daniel A., RIDENTI, M. e MOTTA, Rodrigo P. S. (org). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
RICOEUR, Paul. *La memória, la historia e el olvido*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: ano 1, vol. 17; junho de 2005; p. 81-110.
RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração. *Sociologias.* Porto Alegre: ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 150-177.
SKLAR, Robert. *História Social do Cinema Americano*. São Paulo: Cultrix, 1978.

SOUSA, Alexandre Ricardo Lobo de. *O teatro no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes:O povo, a nação, o imperialismo e a revolução (1961-1964).*Versão em html do arquivo http://www.webhumanas.hpg.ig.com.br/cpcdm.pdf

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964 – Golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.24 n.47 2004; p. 13-47.

VEYNE, Paul Marie. Nem fatos, nem geometral, mas tramas. IN: *Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História*. Editora Universidade de Brasília, 1982. p.p. 27 – 33.

WEINRICH, Harald. *Lete – arte e crítica do esquecimento***.** Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2001. pp. 161 – 230.

YERUSHAUMI, Yosef Hyim. Reflexiones sobre el olvido. In: YERUSHAUMI, Yosef H. et all. *Usos del olvido.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e dramaturgia em *O 18 Brumário*

Daniel Wanderson Ferreira*

Resumo: Em *O 18 Brumário* Marx reconstrói discursivamente os fatos e personagens da história francesa como se escrevesse uma peça teatral. Empreende, assim, uma reflexão que associa a História à experiência estética, fugindo da idéia de inevitabilidade histórica. Esse ponto, presente na primeira edição do texto em 1852, parece ter sido eclipsado pelo prefácio que o filósofo fez ao texto ao reeditá-lo em 1869. É que nesse adendo Marx vincula *O 18 Brumário* à *Contribuição à crítica da economia política* (1859).

Palavras-Chaves: Marx — História — Teoria política

Résumé: Dans *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte* Marx reconstruit au niveau des discours les faits et les personnages de l'Histoire Française comme s'il écrivait une pièce de théâtre. Donc il y a chez Marx une pensée que rapport l'Histoire à une expérience esthétique. Le résultat est l'absence de l'inévitabilité historique. Ce point, présent dans la première édition du texte, publié en 1852, est pratiquement exclu au cause de la préface faite par le philosophe dans l'édition de 1869. C'est dans cette préface que Marx lie *Le 18 Brumaire* à la *Contribution à la critique de l'économie politique* (1859).

Mots-clés : Marx — Histoire — Théorie politique

* Doutorando em História pela PUC-Rio. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx analisa a cena política da França entre 1848 e 1851. Primeiramente publicado numa revista mensal em 1852, o texto foi reeditado como livro, em 1869, sem alterações. O filósofo limitou-se a escrever um prefácio, alertando que o texto foi produzido "sob a pressão imediata dos acontecimentos" e que uma revisão teria roubado o seu "colorido peculiar". Afirmava ainda que o argumento central do texto é a demonstração de "como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói". Segue-se a isso que, sendo "as condições materiais econômicas das lutas de classes antigas e modernas" tão diferentes, "as formas políticas" também não poderiam ter muita semelhança (MARX, 2002: 13-15).

Ao prefaciar o texto, entendemos que o autor acaba por transformá-lo, por atrelar seu pensamento de 1852 ao de 1859. A interpretação daqueles acontecimentos franceses passa a vincular-se a uma explicação histórica de caráter mais geral, pautada pelo determinismo econômico, como desenvolvida em *A ideologia alemã* (1845) e no Prefácio à *Crítica à economia política* (1959). Os estudiosos apresentam modificações expressivas na obra de Marx a partir de 1845, sendo *A ideologia alemã* um dos primeiros textos em que a abordagem que se preocupava mais com o homem, no sentido de um humanismo marxiano, perde espaço para outra mais voltada para as condições externas ao homem e no papel determinante dessas relações (FURET, 1989: 41 e seguintes; MARTINS, 1990: 88-89).

Contudo, mesmo sabendo que *O 18 Brumário* sucede à inflexão apontada pelos especialistas, compreendemos que, ao apelar para os elementos estéticos como pontos ancoradouros de sua análise, Marx apresenta uma crítica histórica que não pode ser apreendida mecanicamente a partir de suas observações gerais sobre a história. Parece-nos, então, fundamental retomar o texto a partir do ponto de partida:

> *"Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa." (MARX, 2002: 21)*

Marx desenvolve aí o argumento apresentado em seu artigo *Crítica à filosofia do direito de Hegel — introdução*, publicado em 1844, no *Deutsch-Französisische Jahrbücher*, definindo a natureza dos movimentos sociais ocorridos na França entre 1848 e 1852 como repetição histórica de 1789, ainda que não como tragédia, mas como farsa. Entendemos que ele opera não apenas com uma enunciação de caráter introdutório. Reconstrói discursivamente os fatos e personagens da história francesa como se escrevesse uma peça teatral e, assim, empreende uma reflexão que associa a história à experiência estética, tal como ele apresentara em 1844.

É a partir desse ponto que buscamos ler *O 18 Brumário* em sua emergência histórica e não em suas explicações posteriores. Para tanto, apresentamos os pontos principais da narrativa de Marx sobre história francesa entre 1848 e 1851, e, em seguida, discutimos a possibilidade de ver a história marxista a partir da experiência estética.

I

Os eventos narrados em *O 18 Brumário* foram divididos por Marx em três fases. A primeira se inicia com as jornadas de fevereiro de 1848, marcadas pela queda do governo de Luís Felipe no dia 24 desse mês e pelos debates para a produção das reformas eleitorais. Esses eventos constituem o "prólogo" de uma peça que terminaria apenas em dezembro de 1851 (MARX, 2002: 27 e 120). Constituem o que Marx chama de "Comédia da confraternização", pois se encontram juntos e provisoriamente no governo a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas. É um momento em que o proletariado de Paris, atuando em primeiro plano, distraiu-se na sua posição e esqueceu que "as velhas forças da sociedade" se agrupavam e conseguiam "o apoio inesperado da massa da nação". Assim, os camponeses e a pequena burguesia, julgando assumir o protagonismo, "caíram por terra" em 4 de maio de 1848 (MARX, 2002: 30).

Começava com isso o primeiro ato, marcado pela ascensão da Assembléia Nacional como representante da nação. Em 15 de maio e, posteriormente, em junho, numa insurreição, o proletariado buscou resistir às mudanças operadas na trama, numa tentativa de não passar para o "fundo da cena revolucionária" (MARX, 2002: 30). Isso era, entretanto, inevitável. "À *monarquia burguesa* de Luís Filipe só pode suceder uma *república burguesa*". A possibilidade de uma república social, planejada pelo proletariado de Paris em seus "devaneios utópicos, a que se deve por um paradeiro", reduzia-se, dando lugar à república burguesa (MARX, 2002: 29). Em 10 de dezembro de 1848, eleito como uma reação dos camponeses aos custos da Revolução de Fevereiro e apoiado pelo exército e pela alta burguesia, Luís Bonaparte subiu ao poder, com vistas a ali permanecer até 1852, quando se realizariam outras eleições (MARX, 2002: 41).

O problema é que a fração republicano-burguesa, participante dessa Assembléia, não sabia que o fruto em suas mãos não era da "árvore da vida", mas do "conhecimento" (MARX, 2002: 34). Sua morte era iminente e seu destino já se apresentava à porta. Mesmo sendo esta fase marcada pela promulgação de uma constituição, a partir da qual a Assembléia Nacional buscava garantir a alternância no governo da nação pela proibição de que a "peça" fosse "representada duas vezes", não se pode esquecer que o "poder moral" não pode ser criado "mediante os parágrafos de uma lei" (MARX, 2002: 38). Assim, segue que a ascensão de Bonaparte ao governo foi acompanhada da nomeação de um ministério legitimista que agia em seu lugar. Isto significa que "Bonaparte parecia ter-se apagado completamente", quando na verdade a ação ministerial cumpria o papel para o qual foi instituída: "liquidar o Parlamento" (MARX, 2002: 43).

Em 13 de junho de 1849, a Montanha é destituída, o que dá início à terceira fase do processo que conduz ao golpe de Luís Bonaparte.[1] Após ter pretendido o *impeachment* de Luís Bonaparte entre os dias 11 e 12 de junho junto à Assembléia Nacional, "a Montanha deixa o Parlamento e ganha as ruas", o que parece a Marx um erro crucial. Ao apelar para as transformações políticas no Parlamento, a Montanha "não devia ter se comportado nas ruas de maneira parlamentar". Ou, se optasse pela "luta efetiva", parece-lhe ser uma "idéia esquisita depor as armas com que teria que ser conduzida esta luta". Mas, tendo se comportado assim, o governo se sente à vontade para usar a força para suprimir os movimentos na rua. A contenda perde-se em "murmúrio pusilânime", "os atores deixam de se levar *a sério* e a peça murcha lentamente, como um balão furado" (MARX, 2002: 57). Manifesta-se progressivamente, assim, a subordinação da constituição às decisões majoritárias da Assembléia Nacional, tendo início um processo de desarticulação do espaço de debate político.

Em primeiro de dezembro de 1849, Bonaparte destituiu o ministério Barrot-Falloux e, com isso, "arremessava fora a máscara" atrás de qual se protegia, já que ela tornara-se uma "máscara de ferro" que lhe "impedia de exibir uma fisionomia própria". Eis aí a peripécia desse teatro. Se o novo ministério se empenhava em "formular leis dentro do espírito do partido da ordem, e em parte superava mesmo a violência daquele partido", Luís Bonaparte, com "propostas tolas e infantis, tentava ganhar popularidade", especulando o mais "vulgarmente com a vulgaridade das massas" (MARX, 2002: 71-72).

Junto a isso, o exército é gradativamente incorporado como aliado, pois o governo usava das "forças superiores às quais o homem (...) não pode resistir": "os charutos e o champanha, as fatias de peru e as salsichas feitas com alho" (MARX, 2002: 81). A lei de 31 de maio de 1850, também, mostrava o fracasso da ação de fevereiro de 1848, excluindo "o proletariado da participação no poder político" (MARX, 2002: 75). Superava-se ao fim de 1850 a crise revolucionária e abolia-se o sufrágio universal.

Iniciou-se, assim, um embate entre a Assembléia Nacional e Bonaparte, com uma sucessão de ministérios que progressivamente desestabilizavam a câmera parlamentar. Em abril de 1851, essa se apresentava aos olhos do "governante completamente destruída" (MARX, 2002: 98), circulando já a informação de que estava pronta a proclamação a ser feita após o golpe de 2 de dezembro.

---

[1] Marx separa os eventos narrados em três partes, embora chame a primeira parte de prólogo. Assim, a terceira fase do processo segue o que denominamos primeiro ato, podendo ser vista como um segundo ato.

Tais ações, contudo, não revelavam Bonaparte como um hábil estrategista, e sim que as contradições eram solucionadas "pela marcha dos acontecimentos" (MARX, 2002: 106), que conduzia Bonaparte à vitória, e o Parlamento, entre 9 de outubro e 2 de dezembro de 1851, ao seu "derradeiro ato, abandonado por sua própria classe [burguesa], pelo exército e por todas as demais classes". Finalizava-se, então, o processo, com a paródia da restauração do império concluída (MARX, 2002: 121-122).

II

Marx produziu uma "comédia" em *O 18 Brumário*. As personagens apresentam-se ora no primeiro plano, ora dirigem-se "para o fundo da cena". Elementos que não tomamos como casuais, tais como "estranhas cabriolas", "caretas", "postura ridícula", "máscara", dentre outros, armam o texto com vestidura dramática. Essas referências nos fornecem balizas para aproximar o texto de Marx do debate sobre o teatro e o sentido da tragédia, comum aos intelectuais alemães, desde o século XVIII.

Segundo Schiller, o teatro dispõe do "reino todo da fantasia e da história, do passado e do futuro" para arrolar seu argumento, agindo assim "mais funda e duradouramente que a moral e a lei". O filósofo não deixa de pensar que "ao palco permanece aberto um mais extenso campo", capaz de auxiliar a lei terrena na fixação da ação moral e legal (SCHILLER, 1991: 14 e 36).

Numa proposição semelhante, Goethe faz com que um de seus personagens, Wilhelm Meister, veja um diálogo com amigos sobre o teatro alemão como

> *"o exemplo mais vivo do quanto poderia ser útil o teatro para todas as classes sociais , e quanto proveito poderia tirar o próprio Estado, se levasse à cena todas as ações, ocupações e realizações dos homens, apresentados em seu aspecto bom e louvável, e partindo do ponto de vista de que cabe ao Estado mesmo honrá-las e protegê-las." (GOETHE, 2006: 104)*

Lessing, Schiller e Hegel, dentre outros também pensaram sobre o teatro, dando primazia à tragédia em suas discussões. Ao pensar o teatro alemão, retomando Aristóteles e produzindo uma leitura da tragédia, Lessing introduz um tema que constaria no debate intelectual da Alemanha a partir do fim do século XVIII. Com Schelling a filosofia alemã extrapola a preocupação com os elementos da arte trágica para pensar na idéia de tragédia, apontando para o tema da liberdade dos sujeitos frente ao destino (SZONDI, 2004: 24 e 31).

Gumbrecht identifica o retorno da tragédia no século XVII em virtude de uma relação de "máximo equilíbrio na transição de uma visão objetiva do mundo" com "uma cultura já bastante desenvolvida da subjetividade". A tragédia, segundo esse autor, "só pode existir se o herói não possui a possibilidade de desculpar-se pelo seu erro". Ele "não pode dispor da possibilidade de proteger-se do perigo". Portanto, deve-se reconhecer como essencial ao trágico a oposição irreconciliável entre a vontade do homem e o destino (GUMBRECHT, 200: 11 e 13).

A preocupação de Marx não é discutir nem o teatro nem o sentido do trágico. Entretanto, entendemos que é a partir da percepção estética da história que ele produz sua análise dos eventos da Revolução Francesa e dos movimentos de 1848. O movimento geral de *O 18 Brumário* é produzido em comparação com a Revolução Francesa, vista como tragédia, e num esforço por demonstrar que essa "move-se (...) ao longo de uma linha ascensional". Já a Revolução de 1848 segue rumo oposto, numa sucessão de ações circenses ou cômicas:

> *"O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno burguês democrático. É traído e abandonado por esse a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho [de 1848]. O partido democrata, por sua vez, se apóia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apóiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos e atira-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas. Imagina-se manter-se sobre os ombros militares, quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca por trás aquele que procura empurrá-lo para a frente e apóia pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admirar que nessa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A revolução move-se, assim, em linha descendente." (MARX, 2002: 47)*

Nossa aposta é que Marx constrói sua análise histórica no texto de 1852 em contato com o debate produzido a partir da tragédia pela possibilidade da proposição política que lhe é própria. Grimal afirma que, por ser uma dramatização da história da *polis*, a tragédia "apresentava freqüentemente um aspecto político", tornando-se um espetáculo de interesse para os cidadãos. (GRIMAL, 1986: 30-31 e 45-46). Para Aristóteles, a "tragédia é a imitação, não de homens, mas de uma ação (...); a felicidade e a desventura estão na ação e a finalidade é uma ação" (ARISTÓTELES, 2005: 25). Busca produzir uma forma virtuosa de ação política e não dizer o que os homens são.

Entendemos que Marx invoca o sentido político do teatro ao comparar a Revolução Francesa com 1848. Nas anotações de estudo de Marx de 1843, publicadas com o título de *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, Marx propõe "que o homem não gravite mais em volta do Estado, sol ilusório, mas que gravite enfim em torno de si mesmo" (ABENSOUR, 1998: 54). Não se trata de ver na Revolução a manifestação do Espírito como reconciliação do conflito trágico pela universalidade do Estado, como em Hegel (SZONDI: 2004, 37-45 e 48). O que importa a Marx é olhar o mundo dos homens e ver o dilema das personagens, tendo em vista a liberdade, em confronto com o destino. Daí Marx entender a ação produzida na Revolução como fruto dessa tragicidade:

> *"Camile Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurara a moderna sociedade burguesa, em trajes romanos e com frases romanas" (MARX, 2002: 22).*

A ação humana se produziria em confronto com uma marca própria ao momento histórico.

> *"Os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 2002: 21)*

O problema é que a tentativa de repetir em 1848 a tradição de 1789 se revelava fadada ao esvaziamento do evento revolucionário. É que a revolução do século XIX, por ser de natureza social, "não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro" (MARX, 2002: 24).

Em *Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister*, o protagonista e narrador conta como se envolveu com a escrita e a encenação das tragédias:

> *"No calor da invenção, absorvido que estava pelo objeto, havia esquecido que cada um de nós tinha de saber o quê e quando falar; e no afã dos preparativos tampouco aos outros ocorrera tal coisa, pois acreditavam que podiam interpretar sem dificuldade o papel dos heróis, mover-se e falar tão facilmente quanto as personagens para cujo mundo eu [Wilhelm Meister] os havia transportado. (GOETHE, 2006: 45)*

O resultado dessa passagem foi a desastrosa produção de uma comédia. Como os participantes desconheciam as falas, tiveram que ser improvisá-las de acordo com o que já haviam apresentado no teatro de marionetes. Um dos meninos "pintou no rosto uma barba preta, pois, em caso de alguma lacuna, ele a preencheria com uma farsa do arlequim" (GOETHE, 2006: 45).

Vemos semelhança entre o episódio do romance de Goethe e a forma como Marx apresenta os eventos de 1848. Ao anunciar um processo revolucionário que fracassou pela incompreensão dos atores do papel que lhes cabia, entendemos que Marx lança mão da concepção estética da história. Se o resultado da apresentação de 1848-51 não pareceu satisfatório a Marx, como em *Wilhelm Meister*, há nisso tudo uma aprendizagem, a da necessidade de ver a ação revolucionária com o olhar voltado para o futuro. Marx não lida com a inevitabilidade do devir, e seu dilema é o de entender que o destino opera-se pelas virtudes. As condições materiais constituem-se como enredos gerais, mas para que alcancem significado, os heróis devem se colocar ativamente no palco, representando papéis virtuosos, tendo em vista o que a fortuna lhes dá.

E principalmente, para o que nos interessa aqui, talvez ao compor *O 18 Brumário* Marx concordasse com Schiller sobre o fato de que a comédia alcança maior impacto que a tragédia. O que o teatro alcança pelo chiste e sátira é mais rápido e mais certeiro (SCHILLER, 1991: 39). Desse modo, transforma mais eficazmente o homem e lhe motiva a agir sobre seu futuro.

Referências bibliográficas:

ABENSOUR, Miguel. **A democracia contra o Estado:** Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

ARISTÓTELES. *Arte poética*. in ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. **A poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 2005. Pp 17-52.

FURET, François. **Marx e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GRIMAL, Pierre. **O teatro antigo**. Lisboa: Ed.70, 1986.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Os lugares da tragédia*. in ROSENFIELD, Kathrin H. (org.). **Filosofia & literatura**: o trágico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Pp.09-19

LESSING, Gotthold Ephaim. **De teatro e literatura**. São Paulo: EPU, 1991.

MARTINS, Maurício Mello Vieira. **Marx e o sujeito autônomo**: uma polêmica. Departamento de Filosofia, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1990. (mimeo)

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Critique of Hegel's 'Philosophy of Right'**. London: Cambridge University Press, 1970.

MARX, Karl. *O 18 Brumário*. in **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Pp.11-159

SCHILLER, Friedrich. **Teoria da tragédia**. São Paulo: EPU, 1991.

SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Vulnerabilidade Social nos Musseques Caluandas e nas Favelas Cariocas: uma análise comparativa.

Silvio de Almeida Carvalho Filho[1]

Resumo: Comparamos a visão sobre criminalização nos musseques de Luanda e nas favelas do Rio de Janeiro, na década de 1970, a partir de duas obras fundamentais então publicadas. Diagnosticamos que, apesar de analisarem realidades possuidoras de graus assemelhados de crimininalidade, por partirem em suas abordagem com placas de coerência diferentes, chegam resultados diversos sobre esse fenômeno.
Palavras-chave: musseque - favela – criminalidade.

Resumée: Nous avons comparé la vision sur la criminalisation dans les *musseques* de Luanda e dans les *favelas* de Rio de Janeiro, dans les années 1970, depuis deux oeuvres fundamentaux alors publiées. Nous avons diagnostiqué qui, quoiqu'elles ont analysé realités aux niveaux pareils, em se mettant en route, dans ses démarches, avec systèmes de cohérence différents, elles ont réussi résultats divers
Mots-clés: musseque –bidonville - criminalité

Selecionamos, para comparar a visão sobre a criminalização nos musseques de Luanda e nas favelas do Rio de Janeiro, dois livros basilares sobre essas localidades. O primeiro, de Ramiro Ladeiro Monteiro, "A Família nos Musseques de Luanda. Subsídios para o seu estudo", publicado em 1973, é considerado fundamental para o estudo antropo-sociológico das populações dos musseques caluandas em fins do período colonial português em Angola (MONTEIRO, 1973: 19, 485). Porém, talvez não tenha pesquisado a realidade política nos mesmos porque, durante a guerra de independência angolana, como funcionário, não poderia expressar uma ruptura com o regime salazarista.

O outro livro, "O Mito da Marginalidade. Favelas e políticas no Rio de Janeiro", que, desde sua publicação em 1977, tornou-se um clássico, traduzido em doze idiomas, brotou da pesquisa de Janice E. Perlman, realizada em 1968-1969, em favelas do Rio de Janeiro e em Duque de Caxias, município pobre dessa periferia, entrevistando 250 moradores (PERLMAN, 20/01/2007:1).

A autora, desmontando como falsos os estereótipos do que qualificou como mitos da marginalidade dos favelados, demonstra que eram migrantes, que arriscaram tudo para virem para a cidade e se sacrificavam para dar maiores oportunidades a seus filhos, não sendo

[1] (UERJ/UFRJ)

marginais, mas extremamente integrados, ainda que de uma forma assimetricamente perversa à cidade formal. Perpassa, pelo seu livro, o grande temor da remoção e, de forma sutil, o clima de repressão política da ditadura civil-militar (PERLMAN, 20/01/2007: 2 e 5). Entretanto, em 2001, voltando ao Rio de Janeiro, conclui que a marginalização do favelado, deixara de ser mito, tornando-se uma realidade. Defronta-se com um primaz horror do "morro" e do "asfalto" gerado pela grande expansão internacional do tráfico de drogas e armas, alimentadora de gangues, militarmente bem equipadas e financiadas, ainda contando com a corrupção policial e a do sistema judiciário, transformadores das favelas em *locus* da violência armada, na maior parte das vezes, fatal (PERLMAN, 20/01/2007: 2 e 6-7).

Ao estudarmos comparativamente, nas obras citadas, a criminalidade nos musseques e favelas, trazemos a tona, sob a perspectiva de um historiador, um diálogo interdisciplinar com antropólogos. Escolhemos o campo daqueles que optam, em suas análises, por uma História aberta para um conjunto mais amplo de sociedades através dos espaços (DETIENNE, 2004: 34 e 64). Achamos que, para abrir um verdadeiro campo de experimentação, precisamos romper com "as cercas de arame farpado" existentes entre as disciplinas. Afinal, mesmo que não historiadores, instigam-nos, pois ao trabalharem com conceitos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que estamos a lidar em nossa pesquisa histórica, obrigam-nos a nos abrir para outros saberes mais que paralisar pelos obstáculos das fronteiras dos jargões desconhecidos, das perspectivas não-historicizantes. É um viajar sem passaporte (DETIENNE, 2004: 41-2 e 47).

A nossa comparação faz-se entre populações compartilhadoras da contemporaneidade, possuidoras de colonizador e uma língua oficial comuns e mantenedoras, ao longo de suas histórias, de várias trocas econômicas, culturais e demográficas entre si. Portanto, às vezes, como Marc Bloch (DETIENNE, 2004:35), estamos comparando o comparável. Contudo, apesar desses aspectos compartilhados, possuem formações sociais muito específicas, guardando composições sócio-econômicas, políticas e culturais, estágios da formação nacional e graus de hegemonia do idioma português extremamente diversificados, portanto nos remete ao estudo comparativo de comparar o incomparável. Surge aí uma "abordagem contrastante", que permite-nos descobrir "dissonâncias" estruturais e "cognitivas", emergir indícios, reveladores de uma "estranheza", que escapara à nossa intelecção de observador quando esse trabalhava cada uma de suas realidades de forma isolada. Ao nos abeirarmos da criminalização nos musseques luandenses e nas favelas cariocas naquelas duas obras, não buscamos alguma espécie de essência nesse processo, ou nem queremos "anexar, apressadamente, aquilo que mais ou menos se lhe assemelha", mas "sim descobrir suas

formas móveis e múltiplas" (DETIENNE, 2004: 46, 53-54 e 65), seus comparáveis e incomparáveis.

Ao colacionarmos, pretendemos discernir os comparáveis? Mas, o que é isso? Primeiramente, demarcaremos que "não são temas", "tipos para estabelecer uma tipologia" ou "formas" para "edificar uma morfologia". Cotejando, descobre-se "um conjunto de possíveis, cuja amoedação conceitual mostra elementos singulares e constitutivos de arranjos diversamente configurados". Na verdade, constituem um conjunto de "microssistemas" ou "mecanismos de pensamentos observáveis", de modelos mentais, "soluções lógicas" ou de atitudes escolhidos por um autor, possuidor de orientações, encadeamentos e coerências sistêmicas, formando "placas de coerência". Inicialmente, não podemos nos poupar de descobri-los, escolhê-los e organizá-los "por meio de intuições sucessivas" (DETIENNE, 2004: 56-58 e 65).

Quando comparamos, quer queiramos ou não, assumimos um valor ético, já que a atividade comparativa, implicitamente, nos convida a colocar "em perspectiva", a ter um olhar crítico sobre "os valores", "as escolhas" e as tradições de nossa sociedade, vendo-os como escolhas entre escolhas (DETIENNE, 2004:66). Entender como os autores conceberam a realidades da criminalização nos musseques caluandas e nas favelas cariocas, significa saber tacitamente como diversas bibliografias compreendem essas realidades, para depois abrangermos os dois livros selecionados, isso é, essas escrituras, entre si. "Reconhecer as diferenças construídas, fazendo-as funcionar uma em relação às outras, é bom [...] para apreender a compreender essas realidades como o fazem os outros intelectuais", a contrastar os *constructos* dos outros, para a partir daí construir os nossos. É necessário fazer um esforço de "desapego" de nossas construções prévias e isso nos ajuda a ter uma aproximação mais adequada dessas realidades sociais (DETIENNE, 2004:67). Atentaremos como essas obras constroem "regimes de historicidade", isso é, como vêem a consciência histórica e a construção conceitual do tempo humano. Para se elaborar um comparativismo histórico sobre elas, é necessário termos uma distância de nós em relação a nós mesmos e, após, construir um espaço crítico dentro da nossa cultura (DETIENNE, 2004: 73 e 76-7).

Monteiro não incluiu a criminalidade nos questionários, julgando outras fontes mais seguras e apropriadas, ou seja, os "organismos oficiais, de informadores e por observação direta", não discutindo através de que filtros poderiam passar esses indícios (MONTEIRO, 1973: 378, cf. 443, 437, 451, 454, 459, 464-9). "Objetivando" a sua análise, obteve informações do Diretor da Polícia Judiciária e das estatísticas da Polícia de Segurança Pública, a partir de "processos movimentados pela Seção Central [...] na sua grande maioria

referentes à Cidade de Luanda". Em relação aos crimes relativos a ofensas corporais, a furtos e a roubos, nos anos de 1968, 1969 e 1970, os musseques abiscoitam 44,99% dos cometidos (MONTEIRO, 1973: 376, 382 e 378). Porém, não questionou se os processos criminais, sendo um discurso, cuja eficácia advém não apenas de uma prática-técnica isenta, mas de uma prática já carregada de discriminação social e política até porque "certas condutas passíveis abstratamente de sanção só se tornam puníveis quando se referem aos pobres", mas outras legalmente delituosas não são levadas "ao conhecimento da polícia" ou pelas quais "ela não demonstra interesse" (FAUSTO, 1984:18). Mesmo quando discorreu sobre a delinqüência juvenil naquelas paragens, utilizou os dados estatísticos do "Tribunal de Menores e da Casa Pia de Luanda, sob a jurisdição da qual" funcionava "um Centro para recuperação de menores delinqüentes do sexo masculino". Perpetra esse arrolamento sem levar em consideração a origem fiel dos réus dos processos movimentados naquele tribunal, já que parte "do princípio de que a grande maioria" deles provinha dos musseques (MONTEIRO, 1973:384).

Embora não possuísse dados particulares, tomou os números de toda Luanda como próprios para análise da criminalidade dos musseques. E isso faz por considerá-los, implicitamente, locais por excelência da criminalidade. Baseado no senso comum, sem estatística que sustentasse suas conclusões, afirmou que "o índice de criminalidade é mais elevado nos musseques que nas zonas urbanizadas", supondo que "a maior parte dos furtos ocorridos nas zonas urbanizadas tiveram por autores indivíduos residentes nos musseques" (MONTEIRO, 1973: 377 e 380). Há aqui uma placa de coerência que transmigra de forma fácil do senso comum para o trabalho antropológico: ser criminoso em Luanda é quase sempre provir dos musseques, ou seja, mussequeiro é marginal e marginalidade traz criminalidade.

Estudou a criminalidade e a prostituição nos musseques como expressões da patologia ou da desintegração cultural. Quando captou as razões propiciadoras do crime, identificou-nas nos desajustamentos sociais trazidos pela "simples transição do rural para o meio urbano", nos "conflitos de culturas diferentes", nas neuroses idiossincráticas (Monteiro, 1973:380-1) e na miséria que levava ao furto. As ofensas corporais eram frutos dos ciúmes passionais, mas não ofereceu base estatística que comprovasse essa asserção. Em relação a diferenças culturais, baseava-se nas opiniões do Diretor da Polícia Judiciária que assegurava ser a grande percentagem dos delinqüentes composta de malanjinos. Nessa opinião, "os luandas (calcinhas) julgam-se superiores aos imigrantes do 'mato'", por isso, os malanjinos vindos para Luanda, não apenas cresceram em número como em agressividade (MONTEIRO, 1973:382).

A partir de estatísticas judiciárias e dos "processos movimentados pela Seção Central" detectava serem 43,2% referentes "a crime contra a propriedade (furtos e roubos), 32,9% a crimes contra pessoas, de que sobressaem as ofensas corporais simples", mas o tráfico de drogas constituía a irrisória percentagem de 0,83%. A prevalência dos crimes contra a propriedade denotava a desigual distribuição de bens em uma sociedade de classes e racializada hierarquicamente, mas sua placa de coerência desconsiderava esse fato. (MONTEIRO, 1973: 376-377). Surgem outras contradições. Primeiro, quando afirmou que a criminalidade luandense, suposta e predominantemente mussequeira, era menor em Luanda do que em outros centros urbanos de outros "territórios" portugueses (MONTEIRO, 1973:382). E, segundo, quando demonstra que, apesar dos crimes contra a propriedade, serem os predominantes, eram considerados como um dos mais condenáveis nos musseques. O "[...] bandido [...] quando surpreendido e capturado por elementos da população é quase sempre alvo de sevícias antes de ser entregue às autoridades". Por exemplo, um furtador,

> *capturado por populares, no musseque Cazenga, faleceu em conseqüência dos ferimentos produzidos pelos captores. E, por vezes, nestas ocasiões, a concentração de populares é [...] tal [...] que se torna difícil às autoridades identificar os agressores (MONTEIRO, 1973:383).*

Ou seja, os mussequeiros tinham uma moral elevada em relação a outros locais fora de Angola e não eram, na maioria, coniventes com o criminoso.

Perlman utilizou também a metodologia de questionários e entrevistas de amostras da população. Não há preocupação, como existe em Monteiro, com a criminalidade da população pobre e favelada, daí não utilizar fontes tais como processos criminais, estatísticas da polícia ou de casa de correção de menores. Trabalhando com o conceito de marginal, reconheceu que, no senso comum, significava "um vagabundo indolente e perigoso, em geral, ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição", constituindo a tradição européia de "caracterizar os pobres como suspeitos [...] – 'as classes perigosas'" Visão proveniente de uma ótica construída pelas camadas médias e pela classe alta (PERLMAN, 1977:124). Demonstra que mesmo as instituições oficiais que lidavam com o favelado reproduziam esse preconceito que pervagava o senso comum das camadas médias e altas e, suponho, até de alguns segmentos pobres. A Fundação Leão XIII, o principal órgão encarregado de realizar uma tarefa assistencialista junto às populações miserabilizadas, afirmava que a família migrante, ao chegar á favela, assistia a sua degradação em função

> *da promiscuidade, dos maus exemplos e das dificuldades financeiras. As crianças presenciam o ato sexual. Meninas são seduzidas e abandonadas; engravidam mas não se sentem envergonhadas... A bebida e os tóxicos servem para anestesiar as desilusões, humilhações e deficiências alimentares [...] da vida na favela. As noites pertencem aos criminosos... [...] Os policiais raramente entram na favela, a não se em grupos (FUNDAÇÃO, 1968 apud PERLMAN, 1977:125).*

Logo, via na favela um local de "subproletários sem capacitação profissional, baixo padrões de vida, analfabetismo, [...] promiscuidade, alcoolismo [...] superstição, falta de recreação sadia, refúgio para elementos criminosos e marginais..." (PERLMAN, 1977:125). Essa opinião atingia seis reitores de universidades, que acusavam os morros de estarem cheios de "'contraventores e criminosos'" (LEEDS, 1971:255 apud PERLMAN, 1977:125). Ao apresentar as correntes de pensamento que abordaram a questão da marginalidade, pontuou haver algumas que classificavam as favelas como portadoras de "perigosos sintomas de doença social", por possuírem uma "infra-estrutura [...] precária, [...] desprovidas de condições de segurança" (PERLMAN, 1977:135). Essas situações tornavam-nas "'uma ameaça contra o código moral'" e "'a segurança das famílias" que as ocupavam, e da "'coletividade'" em que se desenvolviam (SOLOW, 1952 apud Perlman, 1977:136). Segundo esse pensamento, "'a prosmicuidade [...] a dissolução da família, a delinqüência'" reinavam "'nas favelas. [...] Esta ausência de um mínimo conforto material para a existência'" convertia "'o favelado num [...] rebelde'", sendo "'seu modo de vida [...] em geral [...] anti-social, amoral...'" (ALBANO, 1955 apud PERLMAN, 1977:136). O termo marginal atribuído ao tipo de habitação existente nas favelas, passou a ser imputado ao favelado . em sua unanimidade, (PERLMAN, 1977:138). Enfim, a placa de coerência dessa análise é a mesma de Monteiro, concatenando, nos musseques, miserabilidade com foco de criminalidade, tanto fosse em Luanda, quanto nos *slums* de Londres (MONTEIRO,1973:485), ou nas favelas do Rio de Janeiro.

Para Perlman, a placa de coerência não se articulava da mesma forma. O favelado não era um marginal, mas sim, trabalhador integrado à sociedade. Logo, a criminalidade passava na lateralidade de seu livro(PERLMAN, 1977:136-7). Demonstrou que "o estereótipo do favelado como sendo um negro, vadio, sem vida familiar regular, é enganador" (PERLMAN, 1977:87), porque eram majoritariamente trabalhadores, preocupados em dar o máximo de educação possível aos seus filhos, apesar de muitos não freqüentarem a escola (PERLMAN, 1977:30-1, 59-60). Viu, na Sociedade dos Moradores na Favela, não somente um órgão

representativo da Catacumba, mas também uma instituição moralizadora, já que o regulamento não permitia que seu sócio bebesse, praticasse jogos de aposta em dinheiro em sua sede, assim como suspendia aquele que se metesse em brigas (PERLMAN, 1977:56). Contudo, esse regulamento, a isso citar, está implicitamente a falar que existiam práticas de alcoolismo, de jogos de aposta a dinheiros e lesões corporais derivadas de briga. Só se proíbe aquilo que já teve existência.

Uma das escolas de pensamento sobre a sorte de migrantes na cidade via "a superurbanização como um desastre", pois transferindo "a pobreza rural para a cidade" (PERLMAN, 1977:35), fazia com que "'o migrante pobre e sem qualificação'" tornava-se miserável, desordeiro e violento (WARD, 1964:191). Reconheceu que, após 1964, o migrante que se favelizado tinha mais dificuldade em conseguir emprego e, quando obtinha, era "mal-pago". Denunciou a política de corte das despesas públicas, congelamento de salários, ante a inflação como agravadora da pobreza, em geral (PERLMAN, 1977:109). Contudo, se enxergou a miséria, não viu desordem ou violência, ou seja, essa é uma abordagem, a qual não estava pretendendo seguir em sua argumentação. Muito, pelo contrário, a favela apresentava-se como um local não violador da segurança pública ou gerador de criminalidade. Só denunciou superficialmente uma certa periculosidade gerada no alto do morro, onde as casas deixavam de ser de alvenaria ou madeira para se tornarem "de taipa ou materiais diversos apanhados aqui e ali" (PERLMAN, 1977:30-1).

Concordamos com Perlman que os favelados constituíam-se majoritariamente de trabalhadores pobres, pesando sobre eles preconceitos provindos de outras camadas sociais. Contudo, uma ideologia, pode ser uma distorção hiperbólica e estereotipada, mas, é bom lembrar que os estereótipos não partem de algo totalmente infundado, são, na verdade, freqüentemente, metonímias de uma criminalidade ainda emergente e sem pujança no meio favelado. Já aí, não haveria o "ovo da serpente"? Aquilo, que mais tarde geraria o substrato social utilizado pelo narcotráfico? Existia um pequeníssimo setor que se criminalizava e era criminalizado pelo contexto sócio-econômico e cultural da pobreza, ante uma desigualdade gritante. Para esse, a marginalidade é um fato e não um mito. O texto da Fundação Leão XIII guardava o preconceito que deploramos, mas não era de todo uma invenção, apenas uma hipérbole.

Referências:

ALBANO, J.R. **El factor humano en los programas de rehabilitación de tugúrios.** Bogotá: Centro Interamericano de Vivienda, 1955 apud PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANGO. In: **Vive Le Feu!** Le blog AJT de Sébastien Fontenelle, 11.01.2007. Disponível em: http://vivelefeu.blog.20minutes.fr/archive/2007/01/09/marie-segolene-royal-est-a-gauche.html

FAUSTO, B. **Crime e Cotidiano.** A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, J. Ao longo dos Tempos. In: **Tomar Partido,** 21/02/2006. Disponível em: http://tomarpartido.weblog.com.pt/arquivo/2006_02.html.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Favelas of Guanabara**. Rio de Janeiro, 1968 apud PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

LEEDS, A. The culture of poverty. In: LEACOCK, E. B. (ed.) **The Culture of Poverty**. New York: Simon and Schuster, 1971 apud PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MONTEIRO, R. L.. **A Família nos Musseques de Luada.** Subsídios para o seu estudo. Angola: Fundo de Acção Social no Trabalho, 1973.

PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERLMAN, J. E. **A Dinâmica da pobreza urbana e suas implicações para políticas públicas.** Um estudo longitudinal no Rio de Janeiro: 1969-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 14-18/10/2002. Disponível em: http://www.eg.fjp.mg.gov.br /gestaourbana/ arquivos/modulo01/handout_versaobh.doc.

PERLMAN, J.E.. **Marginality from Myth to Reality.** The Favelas of Rio de Janeiro (1968-2005), 20/01/2007 Disponível em: http://www.megacitiesproject.org/Marginality from_Myth to Reality.pdf

SOLOW, A. & VERA, L. **Panorama del problema de la vivienda em la América Latina**. Washington: Pan American Union apud PERLMAN, J. E. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WARD, B.. The use of prosperity. **Saturday Review,** Aug. 29, 1964 apud PERLMAN, J.E. **O Mito da Marginalidade:** favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dinâmica política no Rio de Janeiro: um olhar sobre a Câmara Municipal e suas interações com a cidade durante o Segundo Reinado.

Murilo Eugenio Bonze Santos*

Resumo: Este trabalho visa discutir o que era essa instituição política, a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro no período imperial, com ênfase no Segundo Reinado. Durante o reinado de D. Pedro II, muitas reformas e disputas políticas ocorreram, o que nos traz a curiosidade de saber como a política local era tratada, a política além dos grandes atores e dos temas nacionais. Como momento privilegiado, analisaremos as relações existentes entre a Câmara e o Ministério do Império, no sentido de encontrarmos os papéis desempenhados pelos vereadores.
Palavras-chave: Câmara - Cidade – Política.

Abstract: This work aims to discuss what was this policy, the city council of Rio de Janeiro during imperial period, with enphasis in Second Reign. During D. Pedro II reign, many reforms and politic disputs happened what it bring us the curiosity of knowing how the local policy was treated beyond of the great actors and national themes. As privileged moment, we will analyze the relation between the council and empire department, in sense of finding the role played by councilmen.
Keywords: Council – City –Policy.

O período histórico brasileiro conhecido como Império suscita inúmeras perguntas por sua singularidade. Se compararmos com os demais países americanos, foi o único a adotar o modelo monárquico após a independência, conseguiu preservar a integridade territorial, evitando a fragmentação ocorrida nas antigas colônias espanholas, e até mesmo as relações de dominação apresentavam feições próprias no contexto do continente à época.

O que nos interessa especificamente são as condições políticas e institucionais da centralização administrativa e sua relação com o poder local, tendo como local privilegiado de observação a Ilustríssima Câmara da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Através da análise de seu funcionamento, composição e relações com a cidade e seus habitantes,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social do Território - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/FFP.

buscaremos entender de que maneira o poder central e as forças políticas e econômicas locais interagiam, tendo como resultado transformações urbanas significativas para a cidade.

É certo, como demonstra Fernando Uricoechea, que o Estado brasileiro que se construía no século XIX tinha como base sua herança colonial, onde a administração centralizada do Império português apoiava-se na ação da iniciativa privada. Apesar de um aparato burocrático voltado à administração do território existir com certa autonomia diante das forças locais, era necessária a coexistência com estruturas patrimonialistas que permitiam a implementação das atividades litúrgicas do Estado (URICOECHEA, 1978).

Uricoechea, assim como José Murilo de Carvalho, entende que a não ocupação da administração imperial por quadros puramente burocráticos se dava pelo fato da incapacidade material do Estado brasileiro em arcar com os custos de tal medida (CARVALHO, 1996). Tal situação perdurou até fins do século XIX, quando, enfim, o Estado começava a possuir meios de expandir sua burocracia. Dessa situação surgiria a imagem criada pelo Visconde do Uruguai sobre o Império: um corpo com uma grande cabeça e membros atrofiados, ou seja, um centro administrativo complexo mas sem a capacidade de agir nos limites do território.

Nasce, daí, uma contraposição entre centralização e descentralização. O Estado imperial centralizava a administração burocrática, concentrando na Corte as principais decisões sobre todas as províncias. Ao mesmo tempo provia meios de inserção da elite econômica nos aparelhos estatais, usando, inclusive, recursos dessa elite para custear despesas que, teoricamente, caberiam ao governo. Usando as imagens criadas por Ilmar de Mattos, o Mundo da Casa[1] e o Mundo do Governo viviam em uma situação de delicada comunhão (MATTOS, 1994).

Mas seria imprudente tratar toda a fase imperial como homogênea e estável. O momento que nos interessa, como recorte temporal e analítico, é o do Segundo Reinado, que se inicia com a coroação do Imperador D. Pedro II, em 1840, e só termina com a Proclamação da República, em 1889. Um período de 49 anos de intensas transformações no país, de onde podemos citar o fim do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras, a Guerra do Paraguai, a ascensão do café na economia, leis abolicionistas culminando na Lei Áurea, o nascimento do movimento Republicano e toda a sorte de disputas políticas entre conservadores e liberais, apenas para citar fatos de relevância nacional.

O Segundo Reinado também é um momento de transformação do espaço urbano nas principais cidades do país. O advento das ferrovias contribuiu para dinamizar a economia do

[1] O Mundo da Casa seria constituído pela "boa sociedade", proprietária de terras e escravos, que seria também o conjunto de cidadãos ativos, ou seja, aptos a participarem da vida pública (da política).

país, a substituição de embarcações a vela pelos navios a vapor também significou substantiva transformação dos meios de transporte. Há uma acentuada expansão do espaço físico urbano e um aumento populacional resultado, entre outros fatores, da imigração de trabalhadores europeus. Ocorre a implantação de melhoramentos nos serviços públicos de infra-estrutura urbana (iluminação a gás, rede de esgotamento sanitário, abastecimento domiciliar de água encanada, bondes de tração animal, calçamento com paralelepípedo) e a abertura de novos espaços de sociabilidade, como os passeios públicos, teatros, cafés, confeitarias, livrarias, associações literárias, artísticas e musicais. O comércio e os negócios também se expandiam, podemos citar a criação de bancos, indústrias, companhias de seguros, sociedades anônimas, instituições de crédito e outros tipos de estabelecimento comerciais (BASILE, 2002), o que nos leva a pensar o que tudo isso representava para a cidade do Rio de Janeiro e as relações políticas nela existentes.

As Câmaras Municipais no Império eram instituições de caráter administrativo, mas que também preservavam distinções próprias das disputas políticas. Cabia às Câmaras a elaboração de posturas para organização do espaço urbano, além de providenciar as devidas melhorias que se faziam necessárias. No caso da cidade do Rio de Janeiro, que era a Corte do Império, a ação da Câmara estava sujeita ao controle do governo central, mas isso não impedia que os vereadores, por vezes, adotassem posturas autônomas indo de encontro às expectativas do poder central.

Pra começar, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro possuía o título de Ilustríssima pela sua ação no processo de Independência do país, essa era mais uma forma de se realçar a importância desta instituição não só para a cidade, mas para todo o Império. Diferente de hoje em dia, não existia um poder Executivo municipal, ou seja, não havia a figura do prefeito. As ações de execução de obras e de melhorias urbanas cabiam diretamente à Câmara. Mas a Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro estava diretamente subordinada ao Ministério do Império.

Essa subordinação se dava pelo controle do orçamento municipal, que era aprovado pela Câmara Geral e que podia ser emendado pelo Ministério. O Ministério do Império também decidia pela liberação de verbas para custear ações da Câmara Municipal, o que abria espaço para embates entre os vereadores e o ministro.

O caminho percorrido pelas reivindicações da Câmara até o ministro seguia um percurso burocrático. Primeiro os vereadores elaboravam um ofício, que deveria ser assinado pelo presidente e o secretário da Câmara e os demais vereadores ligados ao tema do ofício (como membros de comissões), em seguida tal ofício era reportado ao Ministério do Império

onde seu conteúdo era analisado pela 1ª Diretoria. Esta emitia um parecer ao ministro concordando ou não com a reivindicação. Em seguida a 3ª Diretoria também emitia um parecer, que, quase sempre, concordava com o da 1ª Diretoria. Só então o ministro recebia o ofício da Câmara e decidia conforme seu entendimento. O caminho inverso também ocorria, mas o ministro poderia diretamente emitir um ofício à Câmara solicitando algum esclarecimento ou dando alguma determinação.

No Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, há rica documentação desses ofícios enviados pela Câmara Municipal ao Ministério do Império e seus respectivos pareceres. Já no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, encontramos os Boletins da Câmara Municipal que contém toda a atividade da Câmara e seus vereadores. Esses são os documentos que nos permitirão passear por essa instituição tão pouco conhecida ainda hoje.

Outro caminho que nos interessa é o existente entre a Câmara e os habitantes da cidade. A princípio, podemos exemplificar com trabalhos como o de Sidney Chalhoub, *Cidade Febril*, onde já há indicações a respeito das reivindicações populares, ao tratar da questão de como os proprietários de cortiços da cidade buscavam junto a Câmara seus direitos, para impedir que suas propriedades fossem demolidas (CHALHOUB, 1996:45).

Já em *O Império do Divino*, de Martha Abreu, observamos outros casos emblemáticos. Temos exemplos de que as camadas mais baixas da sociedade também tinham acesso aos meios de reivindicação política, como é o caso do pedido feito pelos "pretos forros" Pedro Salvador e sua Mulher à Câmara dos Vereadores, em 1837, onde reclamam do Inspetor de Quarteirão que os impede de realizarem uma festa em sua residência (ABREU, 1999:200).

O fato é que devemos entender a Câmara Municipal como o lugar próprio de manifestação de interesses locais por parte dos habitantes da cidade, como calçamento de ruas, limpeza urbana, preservação de direitos de propriedade etc. Para se ter uma idéia, só no mês de março, no ano de 1863, foram aprovadas 18 propostas de obras por toda a cidade, o que nos leva a pensar que os vereadores eram sensíveis aos problemas e necessidades do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Sobre as obras, melhorias urbanas e serviços implementados pela Ilustríssima Câmara Municipal cabe ressaltar a maneira como eram concebidos. Todas as atividades de melhorias aprovadas pela Câmara eram enviadas para serem elaboradas pela Diretoria das Obras Municipais, onde seus engenheiros, que eram funcionários municipais, ficavam responsáveis pelos projetos das obras. Com o projeto pronto, a Câmara abria concurso para que particulares realizassem as obras de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos pela Diretoria das Obras Municipais, tais como os materiais a serem utilizados, as dimensões da obra, o tempo de

execução e, claro, o custo. E era com os recursos previstos em orçamento que a Câmara arcava com estas obras. Sendo assim, a Câmara agia como reguladora e fiscal dessas obras e de todo tipo de serviço urbano, como a limpeza das ruas e aplicação das posturas municipais, para tal contava com os fiscais das freguesias e com os próprios funcionários da Diretoria das Obras Municipais.

Mas as necessidades da cidade ultrapassavam o limite orçamentário da Câmara, de maneira que os vereadores, ao invés de se acomodarem, pleiteavam ao Ministério do Império a liberação de mais recursos para a execução das melhorias e serviços que estes consideravam necessários.

Apenas como ilustração podemos analisar um ofício da Ilustríssima Câmara Municipal ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, datado de 2 de agosto de 1876 onde os vereadores solicitam o valor de 850$000 para aterro na rua da Assumpção na Freguesia da Lagoa, onde alegavam: "... para que por conta do Governo Imperial seja executada esta obra de grande utilidade pública à localidade e a bem da salubridade pública..." (Série Interior IJJ10 29 – A2 – CODES, Arquivo Nacional. Documento n. 29-76).

O problema é que, segundo os vereadores, a municipalidade não dispunha de recursos para tão importante obra, por esse motivo recorriam ao poder central como forma de contornar tal situação. O parecer da 1ª Diretoria, datado de 29 do mesmo mês, avaliava que se tratava de "diminuta despesa" e que poderia ser atendida pelos cofres gerais, e a 3ª Diretoria acrescentava: "Se a obra é realmente de grande utilidade à salubridade pública como diz a Ilustríssima Câmara talvez fosse melhor autorizá-la..." (Série Interior IJJ10 29 – A2 – CODES, Arquivo Nacional. Documento n. 29-76).

Talvez um exemplo mais claro de como os habitantes da cidade reconheciam na Câmara Municipal um lugar próprio para suas reivindicações seja um ofício da Câmara ao Ministério do Império que trata da instalação de mictórios na Praça General Ozório. Tal ofício é acompanhado de um abaixo-assinado dos moradores pedindo para que esse pedido seja aceito, ou seja, a Câmara agiu como representante dos interesses de cidadãos do Rio de Janeiro (Série Interior IJJ10 29 – A2 – CODES, Arquivo Nacional. Documento n.30-76).

Certamente, a alegação de falta de recursos é a principal maneira pela qual os vereadores pleiteavam verbas ao Ministério, mas também para defenderem-se em casos onde eram acusados de omissão. Ao rebaterem a acusação de que a Câmara não estava realizando corretamente seu papel de fiscalizar o lançamento de lixo em lugares impróprios, declararam os vereadores: "A posição da Câmara da Corte é a mais precária possível; tem um imenso e

pesadíssimo encargo, qual o de administrar o maior município do Império e não dispõe nem da centésima parte dos meios que tal encargo requer para ser bem desempenhado" (Série Interior IJJ10 29 – A2 – CODES, Arquivo Nacional. Documento n. 11-76).

Mas vale frisar que nem sempre o Ministério mostrava-se sensibilizado com os problemas orçamentários da Câmara, de maneira a negar, por vezes, pedidos de verbas extras, o que tornava essa relação um tanto quanto problemática, na medida em que limitava a ação da Câmara e seus vereadores.

Enfim, de maneira sucinta é possível perceber o quanto essa instituição administrativa, a Câmara Municipal, empenhava-se em encontrar um lugar de ação, lembrando que os vereadores eram eleitos de maneira direta, ou seja, não passavam pelo processo de votantes e eleitores exigido para os demais cargos eletivos, o que possibilitava a participação de um eleitorado considerável, já que todo cidadão apto a votar nas eleições votava diretamente em seu candidato. Mas ainda cabem questões importantes a serem debatidas, principalmente a relação entre os candidatos e os eleitores, e o quanto a ação no campo político influenciava na construção de um capital político para esses vereadores serem reconhecidos politicamente (BOURDIEU, 1998).

Referências bibliográficas

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: Panorama político*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico. A representação política**: Elementos para uma teoria do campo político. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As festas promovidas pela Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade: representações do poder na fronteira oeste da América portuguesa (1752-1795)

Gilian Evaristo França Silva*

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar as festas promovidas na capitania de Mato Grosso, especificamente em Vila Bela da Santíssima Trindade por sua câmara, compreendendo os anos de 1752 a 1795, com vista a perceber seus usos tanto por parte da Coroa lusa, como por parte dos poderes locais. Para isso, valemo-nos da documentação pertencente aos acervos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR/UFMT e do Arquivo Público de Mato Grosso - APMT bem como os Anais de Vila Bela (1734-1789). Nos momentos festivos, as hierarquias sociais são reafirmadas, e cada segmento social tinha seu lugar próprio nos espaços celebrativos e nas etapas rituais. Ao mesmo tempo, os laços de pertencimento a Portugal são reforçados nos colonos, participando os mesmos de todas as etapas de vida de seus soberanos.

Palavras-chave: Festas- Representações - Poder.

Abstract: The objective of this study is to analyze the parties accomplished in captaincy of Mato Grosso, specifically in Vila Bela da Santíssima Trindade for its chamber, comprising the years between 1752 and 1795, with sight to realize its uses as for part of Lusitanian Crown, like for part of locality power. For this, we can use the pertaining documentation belonging at the estate from Nucleus of Documentation and Regional Historical Information - NDIHR/UFMT and of the Public Archive of Mato Grosso - APMT like the Annals of Vila Bela (1734-1789). At the festive moments, the social hierarchies are reaffirmed, and each social segment had its proper place in the celebrating spaces and the ritual stages. At the same time, the belonging laces to Portugal are reinforced in the colonists, participating the same of all the stages of life of their supremes.

Keywords: Parties – Representation – Power.

As festas foram acontecimentos muito comuns na América portuguesa, estando presentes também nos demais domínios do Império luso, envolvendo saraus, bailes, jantares, óperas, danças, músicas, teatros, solenes *te-déuns*... Mapeamos algumas das festas realizadas na Capitania de Mato Grosso, especificamente em Vila Bela da Santíssima Trindade por sua câmara, compreendendo os anos de 1752 a 1795, tanto as solenidades ligadas a ocasiões

* Aluno do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Bolsista do CNPq. E-mail: gilian.his@gmail.com.

religiosas quanto aquelas realizadas em razão de eventos associados à família régia, com vista a perceber seus usos tanto por parte da coroa lusa, como por parte dos poderes locais.

Isso implica problematizar a produção de representações do poder através de práticas culturais espelhadas na Europa numa região de fronteira que ao longo do século XVIII veio sendo conquistada, importante ação na manutenção dos laços de pertencimento dos colonos a Portugal.

Para realizar nossa pesquisa dentro da temática proposta, entendemos que a História Cultural nos fornece o aporte necessário para o desenvolvimento mais adequado ao nosso objeto, uma vez que ela permite "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER,1988: 89). Essas construções do mundo social explicitam um campo de concorrências, onde estão em jogo variadas formas de apropriações de códigos sociais, que não são de forma alguma discursos neutros, pois operam práticas sociais.

O mapeamento das festas traçou um panorama geral dessas muitas classificações do *festejar*, *celebrar*, *congregar*. Nos baseamos para esse trabalho nos Anais de Vila Bela (1734 - 1789) (AMADO; ANZAI, 2006), por apresentar essa documentação vários indícios sobre as intencionalidades políticas presentes nas realizações festivas.

Outras fontes também pesquisadas para a análise do tema constituem-se em publicações, como os Estatutos Municipais ou Posturas de Vila Bela (ROSA; JESUS, 2003: 195-212), bem como os acervos documentais pertencentes ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, e ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Os rituais públicos adotados pelos Estados Modernos europeus revelam aos historiadores práticas integrantes de representações culturais e políticas que não são de forma alguma discursos neutros; são reveladoras da construção de realidades sociais que foram pensadas, dadas a ler (CHARTIER,1988). Neste sentido, será significativa a compreensão dos mundos sociais que foram sendo delineados pela câmara vilabelense, presente nos indícios sobre as festas que a mesma promovia, marco da explicitação dos poderes locais e do próprio poder régio, que se valia de seus representantes nos espaços ultramarinos para manutenção do seu poderio.

No decorrer da formação dos Estados Modernos europeus, entre os séculos XV e XVIII, é significativa a presença de uma linguagem política e cultural que representava as monarquias (PAIVA, 2001: 89). Com a centralização precoce de jovens Estados

Absolutistas, como Portugal, manifestações culturais como as festas e cerimônias públicas serviram à cristalização de idéias absolutistas, por meio da aclamação dos oficiantes mais próximos do poder (DEL PRIORE, 2000: 14). Todo um repertório de cerimônias públicas foi traçado, planejado e executado pelas monarquias européias em seus respectivos territórios, tanto no velho como no novo mundo, agregando todos os súditos em torno da figura de seus soberanos, legitimando esses regimes políticos, garantindo a soberania, dando sentido de coesão, suporte fundamental da organização social dos reinos.

No contexto do Império Português, dada as precárias condições da manutenção do controle militar e burocrático nas possessões ultramarinas, o domínio da Coroa contaria em larga medida com uma série de símbolos e rituais, responsáveis pela transmissão de valores comuns ao Antigo Regime. Assim, mediante a ocupação do espaço público, as festividades, sem fazer uso da coerção, constituíam-se em um sofisticado instrumento persuasivo.

Todas as etapas da vida dos soberanos portugueses e dos membros da realeza eram acompanhadas pelos colonos ─ apesar do tempo que decorria entre o acontecimento e a chegada da notícia ─, fosse em momentos de alegrias ─ como os avisos de nascimentos, casamentos ou aniversários reais ─, fossem momentos de tristeza, em virtude dos falecimentos reais. Os comunicados eram acompanhados de ordens para a realização de manifestações públicas, que desembocavam em festas e cerimônias, que envolviam todos os segmentos sociais.

A América portuguesa foi perpassada por muitas festas. É possível delinear muitos dos elementos presentes em suas realizações. O cenário festivo precisava ganhar forma, concretude, movimento, sensações. Depois de logo receber a notícia relativa ao seu rei ou aos membros da Família Real lusa, a população das vilas, de acordo com o que decidia a câmara municipal, era levada a participar dos rituais públicos que lhes cabia (DEL PRIORE, 2000: 30).

Para a Igreja e o Estado eram momentos propícios para transmissão de códigos de conduta sociais significativos aos seus interesses, agregando fiéis ao rebanho celestial e à defesa, exploração e obediência a um Rei e a uma Coroa. Neste sentido, os jesuítas são exemplos de pioneirismos nessas práticas catequético-festivas, em detectar de que forma o espetáculo audiovisual podia tornar-se instrumento de ordenação e evangelização (DEL PRIORE, 2000: 31).

As festas e cerimônias públicas permitiram o enraizamento das estruturas de poder local na América. Ao nível local, os Senados da Câmara, os bispados, as ordens religiosas, as irmandades e santas casas de misericórdia impeliam os moradores à vida festiva. Inseridas na

lógica da cultura política do Antigo Regime, a festa barroca lusa americana procurava impor uma ordenação formal a um mundo aparentemente instável (JANCSÓ; KANTOR, 2001: 11).

As festas e rituais públicos conferiam sentido ao viver nos espaços urbanos que agregavam os representantes do poder metropolitano, sendo um dos momentos demonstrativos desse significado aos demais colonos[1].

Do tempo de descobertas e instalação das lavras auríferas no Guaporé, década 1730, até o de fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, ano de 1752, o Estado Português foi tomando medidas e elaborando estratégias e argumentos que justificassem, perante as outras Cortes européias, a reivindicação para si da faixa de terras desde as cabeceiras do Jauru/Paraguai e Guaporé e, a partir do rio Galera à margem direita do Guaporé (LUCÍDIO, 2004: 22-23). Nesse contexto de definição de fronteiras geopolíticas, muitos tratados foram sendo firmados após a re-ocupação portuguesa das terras pertencentes à Espanha conforme o Tratado de Tordesilhas de 1494, tendo territórios constituintes da capitania de Mato Grosso, em destaque ao Tratado de Madri de 1750 e o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso de 1777.

Cabia aos funcionários administrativos estender metaforicamente a presença do rei aos confins das possessões ultramarinas. As etapas festivas acentuavam símbolos, alegorias, imagens referentes ao soberano, presentificando-o na cerimônia. Nas comemorações, os festejos visavam construir, por meio de suposto regozijo comum, uma identidade entre a Coroa e os súditos das diversas localidades imperiais (SANTIAGO, 2003: 41).

Os atos públicos praticados em memória da pessoa real ficariam fixados na lembrança dos colonos, através da visualização dos adornos, dos símbolos representativos da monarquia portuguesa, bem como dos seus representantes na capitania de Mato Grosso, das representações de alegria e de luto. Essa memória seria ativada sempre que adentrassem a matriz, espaço das cerimônias que envolvem as etapas de vida do soberano, o que reforçaria o papel que cada súdito representava no espaço em que vivia.

Os súditos passariam a ver o monarca da maneira como as festas e cerimônias públicas o exibia, ou seja, como um bom soberano, pai presente a defender os interesses da Coroa portuguesa e, conseqüentemente, de todos seus súditos vassalos. Da mesma forma, as cerimônias exibiam a imagem de uma monarquia ao alcance de todos, pois todos os colonos participavam das etapas de vida de seus soberanos e inclusive aclamam a imortalidade de um

---

[1] APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01 – Correspondência de Diogo de Mendonça Corte Real, Lisboa, 27 de agosto de 1750; APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770-1779. Oficiais da Câmara de Vila Bela a Luis de Albuquerque. Vila Bela, 30 de dezembro de 1777; AHU – NDHIR – Doc. 1383. Carta dos oficiais da Câmara à rainha D. Maria, em que pedem restituição dos gastos com as exéquias de D. Maria Vitória, mãe da rainha. Vila do Cuiabá, 12 de novembro de 1782.

cargo que não morria. A figura do rei é a de uma sombra onipresente, que é pai, senhor, sacerdote, quase um deus, cabeça da sociedade (FERNANDES, 2002: 96-97).

Era duplo o significado contido na figura real (KANTOROWICZ, 1998). O rei possuía um corpo natural e um corpo místico. Um corpo igual ao de qualquer homem, e outro corpo, o místico, invisível e imortal, incapaz de qualquer imperfeição, pois significava a cabeça que direcionava um governo, contendo em si a legitimidade de sua função e toda a territorialidade do reino, função que seria repassada para outro corpo mortal.

Os colonos deveriam acompanhar a família real portuguesa nos sentimentos de alegria e de tristeza, de devoção à memória do rei. E esta memória deveria permanecer lúcida aos olhos dos colonos, que passariam a demonstrar sua importância com a participação nos variados rituais públicos que acompanhavam[2]. O retrato do rei nas encenações públicas, ou seja, sua exibição perante toda a extensão imperial, adquire um significado importante, pois traduz o poder, isto é, a exibição do poder, de uma presença, ou seja, a representação do poder real.

E nesse processo, as câmaras aparecem como pilares sustentadores do Império português, nos seus domínios pelos quatro cantos do mundo, significando uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar. Os territórios conquistados precisavam ser controlados, normatizados, cabendo a presença de uma instância que garantisse a presença do Estado.

Os ambientes urbanos ganhavam forma com a instalação das câmaras, pois elas levavam o padrão ordenador que era extraído das Ordenações do Reino e das normas eclesiásticas, fazendo das vilas lugares de política. A ação das câmaras era formalizada nas posturas municipais, legislação importante na orientação das condutas sociais (ROSA, 2003: 16-17).

São muitas as atribuições das câmaras coloniais e dentre elas a que lhes dava maior prestígio e que as transformavam em verdadeiros agentes mediadores entre as localidades e o centro da monarquia, eram as festas, vistas como momentos de celebração do corpo místico sobre o qual se fundava o Império (JESUS,2003: 106).

As câmaras editavam bandos, marcavam datas, definiam os locais, convocavam o povo, a "nobreza da terra" e o clero, limpavam as ruas das vilas e arcavam ou dividiam as despesas, ações que garantiam o sucesso dos festejos que estavam inseridos nos rituais políticos do Antigo Regime. Nas solenidades, os oficiais camarários reforçavam a hierarquia

[2] APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01 – Carta do rei D. José ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso comunicando a morte de D. João V. Lisboa, 05 de agosto de 1750.

política e social manifestada nos adornos, nos gestos, na precedência dos cortejos, nos trajes e nas próprias ruas a serem percorridas. Eles eram os protagonistas locais desses eventos, representantes da monarquia nesses momentos, como reconhecimento das forças político-econômicas locais.

Os oficiais camarários não podiam se descuidar da sua aparência em público, pois representavam o poder régio nas vilas coloniais como "cabeça da república". A distinção era explicitada, aos demais segmentos sociais das localidades coloniais, através dos seus gestos, comportamentos, falas, posições nos cortejos e procissões e trajes. Eram esses os momentos de afirmação de suas posições de prestígio e poder.

Nos dias de festas, bandos, recepções da corte e atos públicos, os vereadores da câmara municipal carregavam uma vara branca e os almotacés uma vermelha, objetos, símbolos de distinção, representativos do poder. Nos dias de festas e recepções os vereadores trajavam capas baldadas de sedas brancas, véstias, meias e plumas. Nos dias de cortejo, usavam capas compridas, bandeira negra e fumos nos braços (JESUS, 2003: 120-123). Em diferentes ocasiões celebrativas, tanto nas demonstrativas de alegria como de tristeza, ações, gestos, discursos construíam um mundo social que era dado à leitura a todos os segmentos da sociedade objetivando a reafirmação da hierarquia social e política.

Esses eventos festivos, juntamente com a própria instalação do poder metropolitano com seu aparato jurídico, político e fazendário disciplinando a política fiscal da região mineradora mato-grossense, interiorizava o Estado metropolitano nas regiões a oeste da América portuguesa, onde o ouro fora descoberto e que, legalmente, pertenciam à Espanha (CANAVARROS, 2004: 108). Todo esse aparato administrativo levava a um maior controle por parte do Estado português e à estabilidade do povoamento.

As câmaras foram palco da atuação dos poderes locais e do próprio poder metropolitano que valia de seu corpo de funcionários para estenderem sua presença e de seu Rei à todo o corpo social do Império luso

Nas sociedades de Antigo Regime, a aparência e a opinião são os elementos fundamentais na determinação do lugar social dos indivíduos. As características constituidoras de cada segmento social deviam saltar aos olhos, ou seja, as moradias, roupas, alimentação, cerimônias, gestos, falas, expressaria um *ethos social*, a pertença do indivíduo ao grupo social que fazia parte (ELIAS, 1995: 31). Os aspectos exteriores da vida deviam imprimir a diferença entre os grupos sociais. A representação dessa pertença a um grupo é sustentadora da própria existência dos mesmos, demonstrando os campos de atividades econômicas, linhagens antigas, títulos nobiliárquicos. Nas camadas dominantes, esta atenção e

este esforço consciente têm o caráter de instrumentos de auto-afirmação e de defesa contra a ascensão de elementos inferiores, como estratégias de poder.

Desta forma, os momentos festivos eram ocasiões propícias para a explicitação da etiqueta, dos lugares a serem ocupados pelos grupos sociais. Os aprendizados são claros nesses eventos, sobretudo a respeito das diferenças, das hierarquias sociais[3]. Nas Américas ibéricas de Antigo Regime, as diferenças são re-afirmadas em cada ato, ação, postura em todos os eventos da vida, assim como ocorria na Europa, preocupação importante para a manutenção da posição das elites econômicas no ultramar e em Lisboa, elos necessários também para selar o pacto existente entre os súditos e seu rei.

Referências bibliográficas:

Fontes Manuscritas e Impressas

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (orgs.). *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. - (Coleção Documentos Preciosos).

APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01 – Carta do rei D. José ao governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso comunicando a morte de D. João V. Lisboa, 05 de agosto de 1750.

APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01 – Correspondência de Diogo de Mendonça Corte Real, Lisboa, 27 de agosto de 1750.

APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770 a 1779 – Ofício dos oficiais da câmara a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Vila Bela, 11 de abril de 1776.

APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770-1779. Oficiais da Câmara de Vila Bela a Luis de Albuquerque. Vila Bela, 30 de dezembro de 1777.

AHU – NDHIR – Doc. 1383. Carta dos oficiais da Câmara à rainha D. Maria, em que pedem restituição dos gastos com as exéquias de D. Maria Vitória, mãe da rainha. Vila do Cuiabá, 12 de novembro de 1782.

Bibliografia

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

[3] APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770 a 1779 – Ofício dos oficiais da câmara a Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Vila Bela, 11 de abril de 1776.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural***:* entre práticas e representações. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000 – (O caminho das utopias).

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FERNANDES, Dirce Lorimie. **Liturgias Barrocas**. In: Territórios e Fronteiras – Prog. De Pós-grad. em História – UFMT, vol. 3, n°1, jan/jun. 2002.

JANCSÓ, István e KANTOR, Íris. *Falando de festas.* In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.). **Festa**. Cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p. 03-13.

JESUS, Nauk Maria de. *A 'cabeça da República' e as festividades na fronteira oeste da América portuguesa*. In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 105-126.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII**. Relatório final de pesquisa do projeto Fronteira ocidental - Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade. Cuiabá: SEDUC-MT, 2004.

PAIVA, João Pedro. *Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII e XVIII)*, in: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.). **Festa**. Cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p.75-94.

ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade para o Regimento da República nos casos em que não há lei expressa segundo o Estado do País*. In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 195-212.

ROSA, Carlos Alberto. *O urbano colonial na terra da conquista*. In: ROSA, Carlos Alberto, JESUS, Nauk Maria de (orgs.).**A terra da conquista**: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 11-49.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. **A Vila em ricas festas**: celebrações promovidas pela câmara de Vila Rica (1711-1744). Belo Horizonte: C/Arte, FACE-FUMEC, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Antes do filme... política: uma possível leitura histórica sobre a São Paulo que se democratizava.

Rodrigo Archangelo*

Este paper versa sobre a possibilidade de compreensão histórica através da pesquisa com cinejornais, focando a experiência de Adhemar de Barros e o seu cinejornal Bandeirante da Tela, veiculado nos cinemas paulistas entre fins de 1940 e início de 1950.

Palavras-chave: política, história, populismo, cinejornal.

This paper it turns on the possibility of historical understanding through the research with newreels, focusing the experience of Adhemar de Barros and its newreel "Bandeirante da Tela", propagated in the São Paulo cinemas between ends of 1940 and beginning of 1950.

Key-words: politic, history, populism, newreel.

Seja na falência de uma *política populista* ocorrida num intervalo democrático entre duas experiências ditatoriais na República; ou numa *aposta desenvolvimentista* ao largo do fortalecimento das bases institucionais democráticas como no período JK; ou ainda na *montagem de um Estado autoritário*, sustentado por um discurso legitimador da ordem; e mesmo no contexto da reabertura política, oscilante entre o desgaste do Regime Militar e as (re)conquistas democráticas – que culminariam em eleições diretas para presidente da República somente em 1989. Observamos que o discurso da *representação política* gerou o um certo tipo de *memória histórica* em que, invariavelmente, as camadas mais amplas da sociedade civil (geralmente as populares) se encontram simples receptoras, algo "submissas". Com base nas investigações teóricas e metodológicas desenvolvidas no decurso do nosso trabalho com cinejornais[1], tentaremos entender como se processou um discurso legitimador para uma determinada proposta política em meio a tantos outros "populismos" vividos numa "primavera democrática" entre 1946 e 1964. E compreender, *analisando filmes*, uma amálgama de estratégias, signos e valores latentes de uma sociedade. Trata-se, falando claramente, de partirmos da análise de alguns números do cinejornal Bandeirante da Tela (BT) para ver como este cinema encerra a proposta política de Adhemar de Barros e nos possibilita lançar um novo olhar na sociedade para qual ele foi produzido: a sociedade paulista em fins dos anos de 1940 e início da década seguinte.

[1*] Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Pós-graduando em História Social (mestrado), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro.
Intitulado: "Um bandeirante nas telas de São Paulo - o discurso adhemarista em cinejornais".

Se escrever sobre o populismo é algo arriscado (GOMES, 2001:15-17), assumiremos os riscos sabendo que não estamos a salvos de praticar exclusões e simplificações em nosso recorte. Porém a nossa proposta ancora-se numa aposta bastante sólida, ao menos para nós: que o populismo não é um dado concreto, uma categoria teórica *disponível*, tampouco um fenômeno que se manifesta por igual em diferentes contextos (sobretudos subdesenvolvidos). Ele é, antes, uma *construção*. Que explica uma relação política resultante, sobretudo, de especificidades sócio-históricas irredutíveis a modelos teóricos, porém suscetíveis a recortes investigativos sobre as suas práticas culturais em compasso com o *contexto imediato* e um *universo cultural* mais amplo da sociedade em questão. Nesse sentido o cinema (produto cultural) e a política (prática cultural) parecem estar no cerne desta confluência. "A obra está no imaginário" (FRANCASTEL, 1993), independente do *status* que se atribua ao cinejornal – e certamente o BT não resistiria a uma apreciação estética –, e por se tratar de cinema a serviço de um discurso eleitoreiro, ele necessariamente traz à tona reflexões do tipo "cinema e política", e para o nosso trabalho de pesquisa histórica, questões sobre como lidar com a aproximação "história e imagem".

O que pretendemos, portanto, com a aposta no cinejornal como fonte de pesquisa é tentar aproximar a abordagem histórica à riqueza do registro cinematográfico, seja este qual for. Fato é que nesta aproximação "história e imagem", o espaço relegado aos cinejornais foi raras vezes devidamente ocupado na história do cinema nacional – salvo o esforço de José Inácio de Melo e Souza ao estabelecer linhas mestras para o trabalho com esse tipo de artefato fílmico (SOUZA, 2003). Assim sendo, trabalhar as possibilidades de "contra-análise" é extrair o máximo da polissemia da imagem e verificar em todo o processo cinematográfico – da sua produção até a circulação do material exibido – como o cinejornal, uma vez inserido no espetáculo cinematográfico, transcende o discurso propriamente político: expõe, aos olhos do pesquisador, a construção de um discurso pensado para ser o mais natural possível. Trata-se, é verdade, de uma tarefa extremamente árdua e que consiste em cercar o documento fílmico com outras fontes circundantes como jornais, materiais de campanha política, arquivos familiares, entre outros. E, em nosso caso, por envolver um político de destaque, uma bibliografia específica de sua trajetória.

Antes, é preciso deixar claro que o BT esteve a serviço de Adhemar de Barros e do Partido Social Progressista (PSP) desde o seu mandato como governador eleito (1947- 1950) até a primeira metade dos anos de 1950. A empresa produtora desse cinejornal, a *Divulgação*

Cinematográfica Bandeirante, mais que adhemarista, era do próprio Adhemar de Barros. Era exibido, como todo *complemento nacional*, minutos antes da sessão principal. Possuía uma distribuição semanal por cinemas como *Ritz-São João* e o *Marabá*, salas de grande freqüentação na "cinelândia paulista" (SIMÕES, 1990). Sua recepção era encarada com extrema repulsa pela crítica cinematográfica do período (SOUZA, 2005). E numa abordagem sistemática de apenas sessenta números do BT, atualmente depositados na Cinemateca Brasileira[2], é explícita a intenção de manter em evidência a imagem dos correligionários do PSP e de Adhemar de Barros, principalmente em momentos que esteve fora do executivo do estado.

Na medida em que cercamos o cinejornal com uma coerência histórico-metodológica (informações sobre o momento político; a historicidade da série produzida; conhecimento suficiente da técnica cinematográfica para a desmontagem da mensagem), é que nos lançamos com maior segurança à desconstrução do seu conteúdo assistido nas telas. Facilitando assim o entendimento de um universo discursivo transposto em imagens. Nesse sentido, o registro captado *in loco*, desvela a sua condição primeira de *realidade elaborada* – fruto mesmo do processo cinematográfico, influindo fortemente aí a condição técnica – que subjaz a construção de um discurso dirigido. Por exemplo: as *tomadas de câmera* capazes de conferir proeminência e ofuscamento sobre determinadas pessoas – em especial inimigos políticos; da mesma forma os *deslocamentos de câmera* privilegiando certos elementos no discurso adhemarista, como as *panorâmicas* sobre os motivos religiosos, ações assistencialistas, e longos *travellings* de trechos de estradas construídos em gestões anteriores; a *montagem* tanto na composição dos assuntos como na inserção de Adhemar de Barros em momentos-chave na narrativa; e a própria *locução*, aliada poderosa no direcionamento da condução do enredo.

Ao contrário de uma história política nos moldes tradicionais, símbolos e temas identificados na leitura das imagens do BT trazem a marca da cultura de uma época. Ou, em termos mais específicos até, de uma *cultura política*. O seu discurso é carregado de idéias-força (VOVELLE, 2004) para a representação daquela sociedade, porque era feito para convencer e angariar eleitorado e ilustrativas, portanto, de um imaginário coletivo. E naquele contexto de recém democracia, trazer a política para o divertimento em massa mais popular – o cinema – talvez tenha significado mais que seguir uma lição aprendida já "República Velha" (SOUZA, 1994) e potencializada ao máximo numa ditadura então recente: era trocar com a massa a

[2] Cinemateca Brasileira. *Bandeirante da Tela*. São Paulo: Cinemateca Brasileira / IPHAN, 1991.

experiência de participação efetiva na política. A democracia não só pelo voto, mas pela representação política elaborada com a ajuda do cinema e, assim nos parece, na forma mesmo de um convite à população para aquele jogo político que estava sendo apresentado com valores fortemente arraigados naquela realidade.

No BT, Adhemar de Barros é empreendedor, progressista e moderno; está sempre ligado às atividades assistencialistas de Dona Leonor, primeira-dama; é sensível e respeitável, pois antes de tudo era médico – preocupado com a saúde de São Paulo; ostenta seguidamente sua orientação cristã; sua sinceridade e proximidade não têm limites, a ponto de corriqueiramente mostrar ao público o interior de seu lar em convenções familiares; acrescentasse a tudo isso a distância para com o povo, demonstrada numa linha bastante tênue, pois estava sempre envolto por populares, onde quer que andasse em suas visitações. A política está em cena não sem uma certa ambivalência. E desta forma, ela encena: no teatro dos cinejornais, não só o político representa, mas a população que, mesmo captada em sua espontaneidade, seja num comício ou em qualquer tipo de manifestação pública, o faz porque espera algo. Deste modo, essa população também representa. É na elaboração desse próprio *ritual político* que verificamos contradições: pessoas sendo tratadas com total descaso na fila de espera por presentes de fim de ano; crianças, homens e mulheres claramente incomodados diante daquele "registro espontâneo"; a própria locução que insiste na confirmação do que não se vê na tela; ou mesmo o tom assumidamente preconceituoso em lidar com os recém chegados à "terra bandeirante". Ou seja, detalhes, nada sutis, que fornecem pistas para a compreensão de uma política que colheu seus frutos apostando numa saída excludente, muitas vezes camuflada na idéia de progresso para a "São Paulo que não pára".

Recepção a Adhemar de Barros no aeroporto de Congonhas, São Paulo. "Homenagem".*Bandeirante da Tela n.501,* 1952.
Acervo Cinemateca Brasileira.

Ao passo em que todos estão expostos ao olhar público do cinema, todos são entes políticos porque personificam a política (MERGEL, 2003). Seja o político Adhemar de Barros que tantas vezes encarnou a própria imagem do progresso e do líder carismático através de suas obras e em demonstrações de sua alta popularidade retransmitidas ao público nas imagens do BT.

Seja aquela mãe com os filhos que, sentada na calçada, é incapaz de esboçar um sorriso para a câmera desse mesmo cinejornal, dada as possíveis horas de sofrimento ao qual havia sido submetida nas filas de espera pelas benesses de dona Leonor e do Dr. Adhemar . Ou mesmo as famílias nordestinas que chegaram a São Paulo num pau-de-arara para tentar "ganhar a vida", mas que desembarcam sob o olhar coercitivo da Força Pública.

"Natal em São Paulo": *Bandeirante da Tela n.415*, 1951.
Acervo Cinemateca Brasileira.

Família nordestina chegando em São Paulo. "De todo o Brasil": *Bandeirante da Tela n.549*, 1953.
Acervo Cinemateca Brasileira.

Em meio a essas contradições, qual a medida para uma leitura histórica desse momento? Ou melhor: qual a moeda troca presente nesta relação? Como dito anteriormente, trazer as massas para as telas do cinema não era novidade naquele momento – basta assistir cinco minutos de qualquer edição do Cine Jornal Brasileiro do Estado Novo. O ineditismo, talvez, estivesse no convite renovado feito pelo BT para a população participasse e apoiasse (tal qual aquela multidão que aparecia no cinema) a saga do bandeirante que freqüentava as telas. Carismático sim, mas portador de um projeto comprometido com um futuro de empreendimentos, cristão e assistencialista. Embora com papeis muito bem delimitados, para que nada atrapalhe a *ordem e o progresso*.

De certa forma, o que parece ter ficado como *memória política* sobre aquele período – algo em constante revisão é claro – se traduz em características que o termo populista ganhou ao longo do tempo: sinônimo de atitudes pouco éticas à nossa percepção atual de mundo. Portanto, compreender tal período de forma estigmatizada – aqueles que manipularam, que enganaram as

massas – parece contribuir, no mínimo, para uma certa legitimação de um período posterior que optou por uma solução menos "demagógica" que a democracia populista, mas totalmente antidemocrática e autoritária. Nesse sentido, vale lembrar que ser populista nos anos quarenta e cinqüenta pode não significar – e provavelmente não significa – o que hoje isto nos representa. As pessoas viam no líder popular a porta de entrada para a democracia. Porém, é preciso ir fundo numa *história cultural da política* (REMOND, 2003). Como as análises do cinejornal BT vêm nos mostrando, Adhemar de Barros precisou convencer, mostrar que os seus valores eram os valores dignos, confiáveis, paulistas. Algo que com a ajuda do cinema, lhe conferiu um *capital simbólico* (BORDIEU, 1998) que ele usaria – mesmo após um aparente esgotamento de sua representação polícia durante boa parte doa anos de 1950 – num terceiro mandato no início dos anos sessenta, mas agora bem mais carregado nas tintas conservadoras.

IMAGENS

Página 4
"Homenagem". *Bandeirante da Tela n.501.* São Paulo: Divulgação Cinematográfica Bandeirante, 1952. (7min56seg). VHS, sonoro, p&b, VV00048. Cinemateca Brasileira.

Página 5
"Natal em São Paulo". *Bandeirante da Tela n.415.* São Paulo: Divulgação Cinematográfica Bandeirante, 1951. (5min40seg). VHS, sonoro, p&b, VV00048. Cinemateca Brasileira.

"De todo o Brasil". *Bandeirante da Tela n.549.* São Paulo: Divulgação Cinematográfica Bandeirante, 1953. (7min59seg), VHS, sonoro, p&b, VV00048. Cinemateca Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CINEMATECA Brasileira. *Bandeirante da Tela*. São Paulo: Cinemateca Brasileira / IPHAN, 1991.

FRANCASTEL, Pierre. A *Realidade Figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito" In Jorge Ferreira (org.) *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp.17-57.

MERGEL, Thomas. "Algumas Considerações a Favor de uma História Cultural da Política" In *História – Unisinos: Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, vol. 7, nº 8. São Leopoldo: 2003, pp.11-55.

RÉMOND, René. "Do Político" In René Rémond (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 441-453.

SIMÕES, Inimá. *Salas de Cinema em São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura / Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SOUZA, José Inácio de Melo e. "Eleições e cinema brasileiro: do fósforo eleitoral aos santinhos eletrônicos" In *Revista da USP nº 22 – Dossiê Futebol*. São Paulo: USP, jun/jul/ago 94, pp. 155-165.

___. "Trabalhando com cinejornais: relato de uma experiência" In *História: Questões e Debates, ano 20, nº 38*. Paraná: Associação Paranaense de História (APAH) / UFPR, jan/jun 2003, pp. 43-62.

___. "Os congressos de cinema" In *Congressos, Patriotas e Ilusões e Outros Ensaios de Cinema*. São Paulo: Linear B, 2005, 9-71.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário da História – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o séc. XX*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O código disciplinar de História: construção/desconstrução curricular na aula de História

Kátia Maria Abud*

Resumo:

Esta apresentação tem como finalidade discutir a construção de um código disciplinar nas aulas de História e para tanto utiliza como documentação fundamental relatórios de estagiários da disciplina Metodologia do Ensino de História, que expressam as posições dos professores do ensino básico em relação à disciplina que lecionam. Para analisar as posturas assumidas pelos professores e transmitidas pelos estagiários em seus relatórios, partimos do conceito de código disciplinas expresso por Raimundo Cuesta Fernandez .

Palavras chave: Código disciplinar – ensino de História - currículo

Abstract: This paper has as purpose to argue the construction of a discipline code in History classes and for that, it uses as basic documentation reports of trainees of Metodologia do Ensino de História, who express the positions of the teachers of basic education about the scholar History For analyze the positions assumed by the teachers and transmitted by the trainees in theirs reports, we used the Raimundo Cuesta Fernandez conception of discipline code.

Key words: Discipline code - teaching history –curriculum

Esta apresentação tem como finalidade discutir a construção de um código curricular nas aulas de História e para tanto utiliza como documentação fundamental relatórios de estagiários da disciplina Metodologia do Ensino de História, que expressam as posições dos professores do ensino básico em relação à disciplina que lecionam.

Para analisar as posturas assumidas pelos professores e transmitidas pelos estagiários em seus relatórios, partimos do conceito de código disciplinar expresso por Raimundo Cuesta

* Faculdade de Educação - USP

Fernandez (1997, p. 20): "uma tradição social configurada historicamente e composta de um conjunto de idéias, valores, suposições e rotinas que legitimam a função educativa atribuída à História e que regulam a ordem da prática do seu ensino."

As informações foram colhidas na leitura e análise de setenta roteiros de observação de estágio, realizado em escolas públicas (estaduais e municipais) regulares de São Paulo, a maioria delas de ensino médio (72%), no primeiro semestre de 2004. Os questionários e entrevistas realizadas pelos estagiários se completaram em duas etapas: a primeira, objetivava a elaboração do perfil docente das escolas públicas abertas ao estágio e a segunda tinha como ponto central conhecer como aqueles docentes organizavam seus cursos, selecionavam conteúdos e métodos de ensino e utilizavam o material escolar, como livros, filmes, imagens fixas. O segundo instrumento se constituiu na base documental deste trabalho, nas questões que tangem a organização dos conteúdos e as observações dos estagiários sobre o currículo orientador das aulas que assistiam. Quatro perguntas foram feitas, das quais duas foram selecionadas:

1. Qual a base sobre a qual se organiza o planejamento anual da disciplina (PCNs, Proposta curricular, índice do livro didático, proposta do próprio professor)?

2. A organização dos conteúdos se fundamenta em eixos temáticos? Em caso afirmativo, explique como. Em caso negativo, explicite qual a forma de organização.

Todos os professores cujas aulas os estagiários observaram eram licenciados em História. Trinta e três (47%) eram formados por escolas privadas; vinte e quatro (37%) fizeram o curso de História na USP, onze (12%) eram licenciados pela PUC-SP e dois (3%) pelos cursos da UNESP. A grande maioria (67%) deles tinha entre seis e dezesseis anos de trabalho no magistério, dez por cento era professor há menos de cinco anos e apenas quatro por cento tinham mais de vinte e cinco anos de profissão. É importante observar que por informações obtidas em questionário aplicado anteriormente, trinta e dois (quarenta e cinco por cento) deles tinha declarado ter escolhido a profissão por vocação e outros dezenove (vinte e sete por cento) foram levados à profissão pelo gosto pela História, o que indica que aproximadamente setenta por cento do grupo gosta do que faz e uma maioria significativa de setenta e sete por cento declarou estar satisfeita com a profissão, sem ressalvas. Do grupo restante, 13%, se dizia satisfeito com a profissão, mas se afirmava descontente com os baixos salários da escola pública. As informações acima são importantes por que são elementos que interferem na organização das aulas e na preparação dos planejamentos da disciplina.

Nosso objetivo principal era perceber em que medida a reforma que introduziu os Parâmetros Curriculares Nacionais tinha propiciado mudanças e como estas mudanças se evidenciariam no trabalho desenvolvido nas aulas de História. Mais ainda queríamos perceber como a narrativa histórica em sala de aula compreende uma concepção de currículo, formatada e consolidada pela tradição e como a expressam os professores, atores principais dessa trama.

Desde o final dos anos 1990, vêm sendo elaborados e divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para os diferentes níveis de ensino. Ao acompanhar a tendência, manifestada desde a década anterior por grande parte das propostas curriculares estaduais, de organizar os conteúdos por meio de eixos temáticos, os PCN buscaram implementar transformações na organização curricular e escapar da imposição de cânones que vinham desde o século XIX. A mais significativa, que implicaria em mudanças mais profundas nos conteúdos, era a de recolocá-los a partir de problematização gerada pela vivência e experiência do aluno. Embora os eixos temáticos e os sub-eixos se organizem ainda pela ordem cronológica e algumas vezes a linearidade temporal tenha uma forte presença, o deslocamento dos conteúdos deveria levar a reformulações da narrativa histórica e exigiria novas posturas do professor.

Sabemos quão importante tem sido para os professores, a compreensão de sua prática pedagógica como transformadora do mundo em que vivemos e sabemos também que consideram a História como uma disciplina essencialmente formativa, que prepara os alunos para o exercício da cidadania e para a atuação como agente transformador da sociedade. Há uma rejeição explícita, na fala dos docentes, à história factual, à que valoriza os grandes personagens e à datação. Por outro lado, valorizam determinados conceitos para aprendizagem de História – conceitos como tempo/espaço, trabalho, relações sociais, entre outros, são considerados fundamentais para o desenvolvimento de seu trabalho (ABUD, 2003: 15-25). Para tanto, a problematização a partir da vivência do aluno é sempre considerada muito importante na fala do professor. Considerei então, para este trabalho, as respostas sobre as mudanças efetivas que a implementação dos PCN pudesse ter provocado.

Quase ao mesmo tempo em que se elaboravam os PCN, expandia-se o Programa Nacional do Livro Didático. Não houve qualquer relação formal entre os dois programas de políticas públicas, apesar de serem realizadas pelo mesmo órgão público. Não existiu também qualquer orientação para os analistas dos livros didáticos, que observassem as,relações das obras avaliadas com as proposições dos PCN. Mas, talvez por uma questão de prudência, os autores e editores procuraram incorporar aquilo que consideraram a parte mais significativa

dos documentos curriculares – a ruptura com a História dividida entre História do Brasil e História Geral. Essa divisão, estabelecida desde a criação da escola secundária no Brasil, significava a consagração da História seqüencial, pois levava à construção do conhecimento histórico como um encadeamento de fatos, relacionados entre si pelas causas e conseqüências, localizadas pela ordenação temporal de sua ocorrência, independentemente de onde tivessem ocorrido. Cuesta Fernandez (1997: 31) considera que esse molde cronológico universalista contribuiu para inventar e estabilizar uma memória histórica oficial, forjada pela Igreja e pelo Estado. Essa memória e suas convenções cronológicas chegaram até o século XIX, no momento fundacional da História como disciplina escolar, constituindo um dos mais antigos movimentos do *código disciplinar* e uma das arbitrariedades de mais longa duração na cultura ocidental. Para que a História, como disciplina escolar, atingisse seus objetivos, era imperioso que *progresso* e *evolução* estivessem entre os conceitos definidores de sua organização, pois forneceriam o fio lógico para a estruturação curricular da disciplina. Uma visão genética se impôs à História ensinada: partir do início dos tempos para que restem comprovados os avanços da humanidade, desde que começou sua trajetória no planeta. Assim, o saber disciplinar desempenhou "um enorme papel tanto no que se referia à seleção como à seqüenciação ou organização dos conteúdos" (Gómez, 2000: 75). Desse modo,

Na primeira metade do século XX, as transformações políticas e sociais trouxeram novos objetivos para a educação brasileira. O fim da republica oligárquica e a ascensão ao poder político de grupos "modernizadores", em 1930, imprimiram rumos à escola secundaria, já então considerada como o local privilegiado para a formação de líderes condutores das massas, como afirmava Francisco Campos. (Campos, 1940: passim).

As reformas educacionais das décadas de 60 e 70 do século passado proporcionariam outros caminhos às escolas secundárias. Primeiramente, tentando orientar a formação dos alunos em direção à profissionalização, depois, com a implantação da ditadura militar e a Lei 5692/71, a pretexto de democratizar o acesso a escolas de crianças de todas as camadas sociais, reduziu a função curricular da escola a um ato técnico de transmissão de saberes produzidos em outras instâncias. Não é preciso lembrar que a implantação da Lei 5692/71 levou a mudanças na grade curricular que trouxeram os Estudos Sociais, com a finalidade de eliminar a História e a Geografia como disciplinas escolares. A mudança curricular buscava atender a outros objetivos. O fim de Estudos Sociais, na primeira metade dos anos 1980, propiciou a elaboração das propostas curriculares estaduais, que introduziram na História escolar novas tendências historiográficas e educacionais. Incorporavam também aspirações

políticas que pareciam possíveis naquele contexto, no qual as ditaduras da América Latina se desfaziam. No Brasil, as reivindicações por anistia, eleições diretas e pela aceleração da democratização criavam representações do ensino de História, nas quais eram visíveis as concepções de que era instrumento fundamental para as mudanças sociais que preconizavam. O aluno e o professor eram tidos como agentes da História e a conscientização política parecia ser a saída pela qual a História escolar cumpriria seu objetivo de transformar a realidade.

No final dos anos 1980 e início dos 1990, o mundo tomaria outros rumos, iniciando o processo de globalização e organismos internacionais como CEPAL, a Comunidade Européia, passaram a demonstrar explicitamente seu interesse pela organização escolar. Nesse contexto, se desenvolveram novas orientações curriculares, que deram uma face diferente para a História, disciplina escolar. A concepção de uma sociedade pronta, que não carecia mais das transformações tão desejadas por grupos de professores, havia tão pouco tempo, passaram a orientar a elaboração curricular. A sociedade estava pronta e a escola devia ensinar o aluno a reconhecer, identificar, compreender os fatos sociais (e históricos) para que ele mesmo se identificasse. O individual substituiu o coletivo, conceitos como identidade e memória cobriram o que havia restado de participação na sociedade para transformá-la. O conhecimento histórico escolar passou a ter como finalidade a formação de competências, para o desenvolvimento de atitudes e de procedimentos.

Nesse contexto, no final dos anos 1990 foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN foram implementados por meio de programas subsidiados pelo MEC, como *PCN em ação*, o que ajudou bastante sua divulgação. Tais programas não ocorreram no estado de São Paulo, onde a Secretaria Estadual da Educação não disponibilizou para as escolas o material publicado e onde o sistema de avaliação é descentralizado. Não houve um contato direto dos professores com o documento, na época de sua implementação. Na rede estadual e municipal, a implantação dos PCN deu-se de forma irregular, isenta de qualquer tentativa de sistematização. Enfatizou-se a importância do conceito de competência e a discussão sobre as concepções de História, em jogo na organização dos conteúdos conceituais, foi secundarizada pela expansão de conceito de conteúdo que, além das informações e conceitos próprios da disciplina escolar, passou a englobar também procedimentos e atitudes. Nessa reconstrução curricular, reconstruiu-se também o conceito da disciplina escolar e se agregou aos PCN o sentido do novo, ao qual se acomodaram os professores. A citação dos documentos curriculares parece ser a incorporação do discurso do novo – mesmo ignorando a colocação na prática. As observações de estagiários esclarecem a

ansiedade de alguns professores em se mostrarem "conectados" com as inovações, mesmo sem compreendê-las:

*"*Segundo o professor, são os PCN, porém tenho observado que suas aulas não são planejadas de acordo com o citado (...), segue a seqüência cronológica dos fatos, ou melhor, o índice do livro didático. " (Relatório F).

"O planejamento é elaborado tendo em vista o vestibular, pois o curso é de ensino médio, sendo adaptado ao PCN". (Relatório L*)*.

Na segunda questão proposta, percebe-se com mais clareza como a maioria desconhece as mudanças propostas, no que se refere à organização dos conteúdos. Ao confrontar algumas respostas às duas questões fica evidente que a concepção de Historia ensinada, constante do PCN, não foi incorporada pelo professor (e pelo estagiário que realizou a enquête):

"O planejamento foi feito por professor que saiu e aparentemente foi baseado nos PCNs, por que há elementos de História temática. A nova professora acrescentou temas que achou interessante como História de São Paulo, visitas a museus". (Relatório C1)

"Às vezes sim, outras não. O tema terra (...) foi trabalhado respeitando-se os distintos períodos da História Geral e do Brasil, comparando-os (feudalismo na Europa, colonialismo no Brasil (sic) e movimentos de trabalhadores sem terra contemporaneamente). Quando não usa história temática, usa história linear, intercalando Historia Geral e do Brasil. Acha difícil trabalhar com história temática*."* (Relatório C1)

Ou:

"Proposta curricular, PCNs". Relatório K1.

"Sim, utiliza eixos temáticos, p. ex. Revolução Francesa, Revolução Industrial, Iluminismo." Relatório K1

No primeiro caso, aluno e professora reconhecem que o planejamento (realizado por outro professor) foi baseado nos PCN por que havia elementos de História temática. Há uma falta de clareza na explicação, mas não deixa dúvidas que a própria professora não entende

muito bem como organiza as aulas, se é que as organiza, pois considera "visita a museus" como *tema*, tal como a História de São Paulo. Ao propor novos temas não deixa transparecer o que seria o seu alicerce de sustentação: a problematização a partir da vivência e da experiência do aluno. A distância entre o que é proposto e o que se concretiza nas aulas é de tal envergadura que sugere a inexistência de qualquer relação entre o documento curricular e a sala de aula. A confusão da professora é evidente quando confessou achar "difícil trabalhar com eixos temáticos".

O segundo exemplo deixa ainda mais clara a distância. Ao responder que utiliza a Proposta Curricular e os PCN, o professor assume um compromisso com a inovação e se mostra em conformidade com o que há de mais moderno, rejeitando, pelo menos no discurso, o tradicional. Contudo, a realidade transparece nos eixos temáticos que cita, que nada mais são que fatos encadeados do que nos habituamos a chamar de "História tradicional".

Outra resposta demonstra que o professor se pretende conhecedor das novas propostas, mas não as coloca em prática devido a obstáculos externos à sua vontade:

"O professor se baseia nos PCN." (Relatório Q1)

"Não trabalha com eixos temáticos, apesar do planejamento. O professor explicou que há resistência de outros professores, mas que no 2º. Semestre, o trabalho será por projetos."(Relatório Q1).

Há, no entanto, que se fazer justiça: quinze professores utilizam os PCN como base para seu planejamento e pelo relato dos estagiários organizam as aulas a partir de eixos temáticos. Contudo sete deles, fazem uso de livros didáticos com propostas temáticas e os seguem rigidamente. Desse modo, quebra-se o encanto dos eixos temáticos. Sua proposição se justifica pela relação que se pode fazer, por meio deles, entre os conteúdos conceituais e as vidas concretas, reais de alunos e professores. O distanciamento entre um e outro elabora novas ramificações do código disciplinar, nos quais prevalece, da mesma forma que no "ensino tradicional", o alheamento entre a História e a vida. Apesar das formulações discursivas seguirem em direção ao engajamento dos professores nas novas correntes psicopedagógicas e historiográficas, a observação nas aulas demonstra que a rotina tem sido mais forte que qualquer outro apelo. Não se assume, porém, a responsabilidade pelos atos profissionais, pois chega-se até a afirmar que se cumprem determinações do MEC, ao adotar o livro didático em uso na sala de aula:

*"*O planejamento se fundamenta nos PCN e livro didático escolhido pelo MEC. A professora obedece os eixos temáticos propostos pelo livro proposto pelo MEC (....). Nas aulas observadas, o conteúdo estava relacionado com industrialização e trabalho livre*." (*Relatório F1).

"Sim, por que o livro é de historia temática."(Relatório A2)

"...eixo era dado pelo livro didático..." (Relatório O2)

É expressivo o número de professores que tem o livro didático como base exclusiva para organizar os conteúdos de suas aulas: dezessete (24%). O restante dos professores afirmou ter proposta própria para organização do seu planejamento.

A dependência do livro didático, entre os professores, vem se acentuando nos últimos anos, devido, em parte, à ampliação de cursos de licenciatura, que não subsidiam a formação da crítica, em parte ao próprio sistema educacional que não propicia encontros nem estimula a atividade intelectual. Um outro fator alimenta ainda essa relação de dependência: a distribuição pelo Ministério da Educação dos livros didáticos que os próprios professores devem escolher.

O entendimento dos docentes sobre a avaliação dos livros didáticos também pode dar pistas sobre a construção do currículo e sobre as relações entre os documentos curriculares e as políticas públicas do material didático. O Catálogo de Livros Didáticos não propõe livros didáticos, apresenta resenhas dos livros aprovados pelo PNLD, entre os quais os professores podem indicar aquele que preferem. Persiste contudo, a idéia de um currículo único e oficial, que deve transparecer em todos os documentos emanados dos órgãos públicos vistos como responsáveis pela organização do sistema escolar.

Os depoimentos aos estagiários manifestam certa nostalgia das ordens a serem obedecidas, programa obrigatório, do livro didático escolhido pelas autoridades educacionais. Distinguem-se também permanências na concepção da História ensinada: linha cronológica e o respeito à periodização clássica; conteúdos centralizados na História da Europa, apesar de se considerar que os conteúdos de História do Brasil e da História Geral estão integrados pela alternância de temas relativos a um e a outro tipo de conteúdo. Pode-se então, afirmar que as reformas curriculares não se concretizaram como mudanças no currículo de História, por

força de uma tradição consagrada nos cursos de graduação, nos livros didáticos e nas representações históricas que perpassam pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. M. 2003 A construção curricular em sala de aula. *História e ensino*. Londrina, v. 9: 15-25

CAMPOS, F. 1940. *Educação e cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio.

CUESTA FERNANDEZ, R. 1997.*Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Barcelona: Pomares – Corredor.

CUESTA FERNANDEZ, R. 1998. *Clio en las aulas: la enseñanza de la História en España entre reformas, ilusiones y rutinas.* Madrid: Akal Ediciones. (trad. da autora)

GÓMEZ, A. L. 2002. *La enseñanza de la Historia ayer y hoy*. Sevilha: Díada Editora.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da mata à natureza: apontamentos sobre as representações da paisagem da Ilha de Santa Catarina

Thiago J. Sayão*

RESUMO

O presente texto surge como resultado de pesquisas e reflexões acerca das representações da paisagem da Ilha de Santa Catarina, e busca levantar uma discussão sobre algumas transformações sociais e culturais em Florianópolis no final do século XIX e começo do século XX. Por tanto são analisados discursos e imagens que dão sentidos à natureza, onde o jardim (privado e público) apresenta-se como paisagem-símbolo da modernidade burguesa.

Palavras-chave: Ilha de Santa Catarina; Paisagem; Natureza.

RÉSUMÉ

Le présent texte apparaît comme le résultat des recherches et réflexions au sujet des représentation de la paysage de l'Île de Santa Catarina, et cherche discuter certaines transformations sociaux et culturaux à Florianópolis en fin de siècle XIX et en début de siécle XX. Dès lors, sont analysés discours et images que donnent sens à la nature, où le jardin (privé et public) se présenté comme une paysage-symbole de la modernité bourgeoise.

Mots-clés: Île de Santa Catarina; Paysage; Nature.

O presente texto surge como resultado de pesquisas e reflexões acerca das representações da paisagem da Ilha de Santa Catarina, e, busca levantar a discussão sobre determinadas transformações sócio-culturais que se processaram em Florianópolis, no final do século XIX e começo do XX.

Em meio as reformas urbanas (arquitetônicas e de higienização) e a presença de novos habitantes que aportavam na pequena cidade (principalmente descendentes de alemães), começava a se instaurar uma nova sensibilidade em relação a natureza. Seja através do jardim público (com plantas catalogadas e monumentos comemorativos), seja por meio da imagem iconográfica da paisagem, as representações da natureza são lidas enquanto dispositivos de apropriação do espaço e delimitação de territórios.

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Sentidos da natureza

Com o objetivo didático dividimos as abordagens acerca da natureza, na segunda metade do século dezenove e começo do vinte, em três categorias discursivas e imagéticas. No primeiro conjunto encontramos a natureza sob o ponto de vista econômico, ou seja, a natureza percebida como algo a ser explorado, enquanto matéria-prima geradora de riquezas (materiais). Surge daí a função prática à natureza (são geralmente nos registros quantitativos de gráficos e/ou tabelas que podemos encontrar a natureza transformada em mercadoria). No segundo grupo de enunciados a natureza é apresentada como objeto de investigação científica. Neste sentido, ela passa por um exame minucioso (esquadrinhamento), por uma classificação e por um registro escrito ou visual – atitude característica dos estudos de História Natural. E, por fim, a terceira reunião, não menos importante, dá a ver a dimensão estética atribuída à natureza. (É certo que estas funções se entrelaçam; imagens de cartão-postal da Ilha de Santa Catarina e da cidade de Florianópolis, por exemplo, assumem a função econômica quando usadas pelo turismo).

Podemos associar cada um dos três sentidos dados à natureza a respectivamente três figuras: o lavrador, o viajante e o artista. Se junto com o lavrador encontramos o madeireiro e o pescador, ao lado do viajante nos deparamos com o cientista. Já o artista confunde-se com o jardineiro em uma só figura. Seja a representação da natureza em forma de desenho ou texto, ou a transformação da natureza em jardim, o artista e o jardineiro agem na construção de paisagens. Por tanto, ambos elaboram uma "outra" natureza seja em forma de imagem, texto ou jardim.

Entretanto existe uma diferença fundamental entre as três figuras. Enquanto o lavrador representa a pessoa do campo, o viajante e o artista fazem parte do universo citadino, compõe a sociedade urbana. Será nestas duas últimas figuras que iremos nos ater no percurso deste texto.

Entendemos que foi por meio do olhar do citadino, de um olhar disciplinado, educado, que a "mata" se transformou em "natureza". A afirmação da identidade urbana se dá na relação com o elemento do campo. Foram os homens da cidade, por exemplo, que passaram a ser perceber a floresta como um campo de estudo e não como um aglomerado de árvores. A idéia de "natureza" procura, por sua vez, ordenar e qualificar a "mata". Assim, dar nome,

classificar, ordenar a natureza bravia a qual estamos chamando de "mata", surge como um desejo civilizado (citadino) de dar sentido ao caos.

Portanto, entendemos que a natureza não se coloca em oposição a cultura, mas sim como uma construção cultural, ou uma elaboração discursiva e imagética.

A representação da paisagem, por sua vez, positiva a natureza, descolando dela os sentidos negativos atribuídos a "mata": como selvageria e barbárie.

A natureza domesticada do jardim apresentava-se aqui como um exemplo emblemático da cultura citadina burguesa, que se queria fazer presente em Florianópolis no final do século XIX.

O jardim é entendido como uma *re-apresentação* da natureza em um determinado espaço, e, por tanto, uma paisagem construída em um sítio.

As paisagens são entendidas neste estudo em sentido amplo: como representações lingüísticas; representações literárias, orais ou escritas; representações pictóricas; e representações de jardins.

Neste sentido, podemos perceber a paisagem como resultado de uma dupla *artilisation*: enquanto resultado da domesticação da natureza em um espaço reservado – no caso dos jardins, ou como representações da natureza em forma de linhas, cores e/ou palavras – em se tratando de imagens e/ou discursos.

A paisagem é, portanto, o resultado de escolhas que o sujeito moderno faz da natureza ou de determinado ambiente. Contudo, segundo Michael Jacob, a construção da paisagem não pode ser imaginada fora das condições sociais e dos fatores econômicos que cercam seu criador: o "*artista-inventor*". "*A natureza emoldurada*" (*la nature cadrée*) das pinturas de paisagens:

> *Não são, certamente, o resultado puro e simples do gênio artístico, elas fazem parte do espaço-tempo racional, da perspectiva, do conhecimento do mundo, da sofisticação urbana, mas também, e, sobretudo, da possibilidade de identificar na natureza, a sua frente, valores e idéias.* (JABOB, 2004:11)

Entre relatos de viajantes e paisagens de jardins: imagens da Ilha de Santa Catarina

As descrições de viajantes estrangeiros, acerca das paisagens da Ilha de Santa Catarina, enaltecem a natureza em sua aparência estética exuberante ao mesmo tempo em que valorizavam os jardins das chácaras localizadas na Praia de Fora. Assim, o olhar do viajante ao mesmo em que nos apresenta uma imagem da Ilha, aponta determinadas formas consagradas de ver a natureza: seja em quadros contemplativos, seja em passeios no interior de jardins. Parece, contudo, que o olhar do viajante influencia outros olhares quando constrói paisagens de determinados espaços. De fato este olhar, "antropológico", vê de fora e *como um todo* o espaço que retrata, por isso é um olhar predominantemente superficial e panorâmico.

Encontramos em relatos de viajantes estrangeiros do século XIX referencias de jardins em Nossa Senhora de Desterro (nome anterior a 1894 da cidade de Florianópolis), eles localizavam-se em propriedades particulares no bairro da Praia de Fora, região norte da cidade. Os jardins compunham as extensões das casas de chácaras de famílias abastardas. Carl von Koseritz cita um passeio que fez naquele local: "seguimos num cômodo carro, pela linda Praia de Fora, por diante de encantadoras *vilas*, entre as quais a do sr. Ferd. Hackradt ocupa o lugar de honra, porque ela é realmente muito pitoresca e cheia de gosto". (KOSERITZ: 1980:20). O conforto do passeio, a vista pitoresca e o bom gosto de seu anfitrião formam o cenário aprazível ao viajante.

No final do século XIX e começo do XX, Florianópolis era conhecida por suas belas, amplas e bem arborizadas chácaras. Dentre os proprietários de casas de campo no bairro da Praia de Fora estavam os descendentes de alemães: Hoepcke, Leisner, Ebel, Hackradt e Wangenheim. Segundo João Klug, os homens destas famílias estavam a frente das iniciativas industriais e do comércio da cidade, assim como da direção da comunidade luterana de Florianópolis.[1] Por sua vez, podemos dizer que as atividades comerciais e religiosas destas famílias alemães estavam estreitamente relacionadas com as práticas de lazer ao ar livre. Desde o culto ao jardim até os piqueniques, os alemães parecem ter contribuído para a difusão de hábitos europeus na Ilha de Santa Catarina.

[1] KLUG, João. *Consciência germânica e luteranismo na comunidade alemã de Florianópolis (1868-1938)*. 1991. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação em História.

Ao refletir sobre as representações de paisagens devemos ter em conta que a descrição de uma paisagem nos remete a *outras* paisagens, como em um jogo de imagens (distorcidas) entre o presente e o passado (memória). Segundo Simon Shama

> *Se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas.* (SCHAMA,1996:16-17)

As representações de jardins podem, por exemplo, nos remeter a imagens antigas de jardins: o jardim egípcio cercado de muros; o jardim suspenso da babilônia; o conhecido jardim do Éden (paraíso). Portanto a palavra jardim pode evocar sensações, emoções, lembranças: enfim, imagens sugestivas ao pensamento. Tais evocações dependem, é claro, das experiências e dos conhecimentos adquiridos por aquele que mira o jardim.

Os jardins da Ilha de Santa Catarina também foram dignos de registro para Robert Avé-Lallemant. "Há em sua proximidade (Praia de Fora), graciosas casas de campo de entre cujos arvoredos sobressaem grandes blocos de granito, cuja superfície calva e desordenada se destaca lindamente da viçosa vegetação dos jardins". (AVÉ-LALLEMANT, 1980:18). Já para Carl Friedrich Gustav Seidler a própria Ilha de Santa Catarina era representada como um verdadeiro "jardim do Brasil". A Ilha "merece esse nome pela sua luxuriante vegetação, seu clima temperado extremamente saudável, e as encantadoras vistas que se tem para longe, de quase todos os pontos"[2], escreveu Seidler em suas explorações ao sul do Brasil.

Lendo tais recortes dos relatos de viajantes devemos considerar que o século XVIII foi marcado pelo aprofundamento das práticas imperialistas de nações européias – devido ao processo de industrialização iniciado na Inglaterra – que custearam expedições militares e científicas em territórios além mar. Neste contexto os relatos de viajantes apresentavam-se, segundo Mary Louise Pratt, como uma forma de posse simbólica dos territórios.[3] A burguesia mercantil e industrial se firmava na Europa, e procurava financiar expedições ultramarinas

---

[2] HARO, Martim Afonso Palma de. (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4ª edição. Florianópolis : Ed. da UFSC; ed. Lunardelli, 1996. p. 280.

[3] Segundo a Mary Platt as obras de Carl Linné ("O sistema da natureza"), Buffon ("História Natural") e Adanson ("Famílias das Plantas"), editadas no século XVIII, inauguraram os estudos de História Natural, que buscava classificar a natureza. A História Natural foi um marco divisório, pois influenciou, de forma decisiva, nos registros dos viajantes estrangeiros. Ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio H. Gutierre. Bauru, SP : EDUSC, 1999.

que buscavam fontes de matéria-prima e possíveis mercados consumidores para produtos manufaturados.

Acredito que podemos situar os relatos de viajantes, que passaram pela Ilha de Santa Catarina entre os séculos XVIII e XIX, dentro deste contexto, pois percebemos nos escritos destes viajantes uma dupla preocupação: reunir informações que pudessem servir à História Natural, e, apresentar os potenciais da terra. Em sua passagem pela Ilha, Louis Duperrey escreveu:

> *Empreendemos diferentes excursões tanto pelas praias da Ilha como pelo continente, que forneceram amplas colheitas aos devotos da História Natural, apresentando um vasto campo aos verdadeiros caçadores que só se sentem felizes quando dentro das matas e dos pântanos*. [4]

O inocente desejo de aventura animava o viajante "caçador" de conhecimentos sobre a natureza. Assim sendo, a narrativa científica dos relatos de viagem convivia com a sala de coleção naturalista e a estética (inocente?) dos jardins burgueses. Em tom de ironia Mary Pratt afirma em seus estudos sobre relatos de viajantes europeus que: "em comparação com o navegador e o conquistador, o coletor-naturalista é uma figura benigna, frequentemente simpática, cujos poderes de transformação se limitam aos contextos domésticos dos jardins ou as salas de coleções". (PRATT, 1999:69).

Dos jardins privado ao jardim público

As intervenções no espaço da Ilha de Santa Catarina ultrapassaram o âmbito doméstico dos jardins privados. No final do século XIX, mais precisamente em 1891, foi inaugurado em Nossa Senhora de Desterro o jardim público Oliveira Belo, na praça XV de Novembro. Como parte das obras de modernização urbana iniciada na segunda metade do século XIX, o jardim procurava reordenar a natureza no "coração" da cidade.

A praça, enquanto ponto de convergência da sociabilidade desterrense-florianopolitana, foi cercada por um gradil encomendado da Inglaterra a fim de proteger e isolar o interior ajardinado. O jardim representa o símbolo, a síntese, que traduziu os ideais de uma burguesia esclarecida que desejava ordem, beleza e salubridade para a cidade.

[4] Relato de Louis Isidore Duperrey In: HARO, Martim Afonso Palma de. (org.). Op. Cit. p. 251.

Para Nelson Saldanha o jardim privado funciona como símbolo de diferenciação social, enquanto lugar de meditação ou refúgio pessoal. O muro apresenta-se, neste caso, como a fronteira entre o espaço de dentro (casa) e o de fora (rua). No plano estético o jardim representa o domínio sobre a natureza, ele busca ordenar racionalmente as plantas que compõe sua paisagem, e, funciona como dispositivo pedagógico, que ensina "pelos olhos". Era preciso aprender a se portar no jardim da praça. De acordo com o "regulamento para o Jardim Oliveira Bello" (Decreto n. 66, de 6 de abril de 1981) não era permitido: pisar na grama; arrancar flores ou coletar sementes; a entrada de animais, de bêbado ou maltrapilhos, e, era preciso respeitar o horário de abertura e fechamento (de 6 as 22 horas no verão e das 7 as 21 no inverno). Com a implantação do jardim o espaço da praça passou a servir como de palco de sociabilidades (lugar de passeios; "footings"[5]), assim como o de reajuste de certos hábitos. Procurava-se eliminar os costumes das pessoas do "mato". A cidade desejava ser civilizada ao "cultivar seu jardim".

Portanto, o movimento histórico de transformação da praça em jardim fazia parte das práticas modernas que pretendiam disciplinar a população. O passeio, além de promover os encontros, servia para a prática saudável do exercício físico.

Hugo Segawa cita Keith Thomas para falar sobre os passeios em Londres no século XVII. "Adentrar num jardim público implicava o aceite silencioso de normas de conduta, imposição de sociabilidade cuja vigência se restringia ao território reservado ao passeio". E acrescenta: "um dos aspectos marcantes no ambiente nos jardins era a germinação da idéia do silêncio". (SEGAWA, 1996: 46).

Assim, com a valorização das paisagens artificiais de jardins, privado e público, foi se estabelecendo uma relação com a natureza. Nesta relação percebemos certas expectativas sociais para a cidade de Florianópolis que se queria moderna, civilizada.

Estes apontamentos apenas dão início a uma reflexão sobre as representações de paisagens da Ilha de Santa Catarina. Neste sentido, os relatos de viajantes surgem como os primeiros textos descritivos construtores de paisagens. Ao mesmo tempo em que tais viajantes descrevem a natureza dão a ver seus conceitos de mundo e a ideologia imperialista do final do século XIX.

Por outro lado os jardins apresentam-se como representações de paisagens "no sítio", ou seja, em um espaço delimitado. Elaborados pelos próprios moradores de Florianópolis,

[5] Ver: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora de Desterro. 1 Notícias*. Florianópolis : Lunardelli, 1979. p. 109-114.

eles nos contam sobre os desejos de construir uma nova sociedade (não em harmonia com o meio ambiente), que dominasse a natureza sob a expressão do belo. Surgia assim uma sociedade que valorizava o aspecto visual do mundo.

Referência Bibliográfica

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

HARO, Martim Afonso Palma de. (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4ª edição. Florianópolis : Ed. da UFSC; ed. Lunardelli, 1996

JAKOB, Michael**.** *L'émergence du paysage*. Infolio édicions, 2004.

KOSETITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Trad. Afonso A. de Melo Franco. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio H. Gutierre. Bauru, SP : EDUSC, 1999

ROGER, Alain. Court *Traité du paysage*. Éditions Gallimard, 1997.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica*. São Paulo : ed. da USP, 1993.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins do Brasil*. São Paulo : Studio Nobel : FAPESP, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Franciscanos e o Messianismo Régio na *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes

Adriana Maria de Souza Zierer*

Resumo: A ascensão da Dinastia de Avis em Portugal colocou no poder o bastardo D. João I, vencedor da assim chamada Revolução de Avis. Por isso, após a sua morte, Fernão Lopes na sua *Crônica* associou o monarca ao "salvador de Portugal" e iniciador de uma nova era de felicidade. Contribuiu para essa imagem a crença de alguns grupos, como os beguinos e franciscanos espirituais, em idéias milenaristas e na chegada de um Imperador dos Últimos Dias. Lopes apresenta o combate entre D. João de Portugal e D. João de Castela como a luta entre o Messias de Lisboa e o Anticristo. No seu relato, aparecem após as batalhas discursos dos franciscanos frei Rodrigo e frei Pedro, explicando os milagres e fazendo comparações com eventos bíblicos, visando dar maior veracidade aos aspectos do messianismo régio associados a D. João.
Palavras-chave: D. João I – Franciscanos – Fernão Lopes

Abstract: The ascension of Avis' Dynasty in Portugal put in power the bastard John I, the winner of the so called Avis Revolution. After his death, Fernão Lopes in his *Chronicle* associated the monarch as the "Portugal's savior" and the beginner of a new era of happiness. Some groups beliefs' such as Beguines and Spiritual Franciscans in milenarist ideas and in the coming of the Last Days' Emperor contributed to this image. Lopes presents the combat between John of Portugal and John of Castile as the fight between the Messiah of Lisbon and the Antichrist. In his narrative, the Franciscans discourses' from friar Rodrigo and friar Peter are presented after the battles, explaining the miracles and have the purpose of giving veracity to royal messianism associated to John I.
Key-words: John I, Franciscans, Fernão Lopes

O final da Idade Média é caracterizado pelo medo do fim dos tempos. Fome, guerras, aumento da exploração sobre os pobres, revoltas e a Peste Negra levaram muitos a temerem a ira Divina e o fim próximo. Além disso, entre os anos de 1378-1417 ocorreu o Cisma do Ocidente, com dois papas, um em Roma, outro em Avignon e num determinado momento por mais um terceiro papa, em Pisa. Toda essa conjuntura gerou o apego de alguns por idéias milenaristas sobre a chegada de um governante salvador ou Imperador dos Últimos Dias que lutaria contra o Anticristo e estabeleceria um período de felicidade na terra antes do Juízo Final. Essas idéias eram compartilhadas por alguns grupos como os franciscanos espirituais, favoráveis aos ideais da pobreza de Cristo, *fraticelli*, franciscanos radicais que se tornaram heréticos, e beguinos, comunidade religiosa suspeita de heresia. Eles se inspiravam no

* Docente da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutora em História. Este trabalho apresenta idéias presentes na tese de Doutorado (2004), desenvolvida com bolsa do CNPq.

pensamento do monge calabrês Joaquim de Fiore (m. 1202) que pregava a existência de três Idades, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo, sendo a última Idade considerada uma era de renovação, na qual os monges conduziriam os humanos a uma nova era de felicidade. Os escritos de Joaquim após a sua morte foram considerados heréticos, mas tiveram grande importância e o monge também falava bastante do Anticristo, que viria assolar a terra antes da era de felicidade, que para ele começaria em 1260.

Em Portugal a morte de D. Fernando (1367-1383), último monarca da Dinastia de Borgonha, havia deixado o trono sem herdeiros masculinos. Seu governo havia enfrentado três guerras contra Castela da qual não fora vencedor de nenhuma. Por fim, o Tratado de Salvaterra dos Magos apontava que o descendente de sua filha, D. Beatriz e do soberano de Castela, D. João de Castela seria o novo monarca de Portugal, o que poderia levar o reino a cair nas mãos dos castelhanos. Este filho ainda não era sequer nascido e assim o trono deveria passar para a viúva do rei, D. Leonor, considerada por muitos como amante do Conde de Andeiro.

Neste momento, D. João, Mestre de Avis e filho bastardo do irmão de D. Fernando, o rei D. Pedro (1357-1367), lutou contra esses dois grupos e assumiu o poder, primeiro como regedor, em 1383, e depois como rei, em 1385. Porém, como ele era bastardo, após a sua morte foi realizada a legitimação simbólica do seu governo através de vários escritos, de forma que a nova dinastia criada por ele se firmasse no poder. O que garantiria a legitimidade do seu governo, segundo Lopes, não era apenas uma convenção dos homens, mas um desejo divino.

Por isso, o autor na *Crónica de D. João I* constrói a imagem do "Messias de Lisboa", isto é o soberano escolhido por Deus para governar e "salvar" o reino português do domínio castelhano, que foi associado pelo cronista a uma idéia de luta do bem contra o mal. O elemento que parecia confirmar definitivamente este argumento foram os resultados excepcionais das batalhas, apesar do efetivo menor do exército português e uma série de milagres contados pelo cronista e ratificados pelas figuras de religiosos, como os franciscanos frei Rodrigo de Cintra e frei Pedro.

De acordo com Nieto Soria o *messianismo político* está ligado a um rei escolhido por Deus, com ligações com os reis do Antigo Testamento. Segundo Soria, ele é considerado um escolhido para realizar uma determinada tarefa e por isso age como um instrumento do divino. Na obra de Fernão Lopes, a função de D. João é clara: expulsar os castelhanos que representam o Anticristo e apoiavam o "anti-papa" de Avignon e levar o reino à salvação.

Este monarca é esperado para realizar uma empresa há muito desejada e tem a seu favor a eleição divina. Elementos sobrenaturais estão ligados à sua figura, como as profecias e os sonhos. Um exemplo é o sonho de Frei da Barroca, um religioso inspirado por Deus que sonhou que D. João seria o rei de Portugal.

É interessante analisar com mais vagar a figura deste frei, pertencente à Ordem Terceira de S. Francisco. Ele era de origem castelhana e estava em Jerusalém, a cidade santa, quando, segundo Lopes, teve um sonho premonitório e depois disso tomou uma nau para Portugal, onde teria realizado uma série de milagres. Por se manter emparedado, sendo considerado um santo e devido a seus milagres, D. João foi visitar este religioso, o qual predisse que ele deveria permanecer em Portugal e governar o reino "*ca a Deos prazia de ell seer rei e senhor delle, e seus filhos depos sua morte*" (LOPES, I, 1990: 49). Assim, a previsão do religioso indicava um primeiro traço da escolha divina que recaía não apenas sobre D. João, mas também sobre toda a futura Dinastia de Avis, representada aqui nos filhos do monarca.

A figura do frei aparece em escritos franciscanos medievais como a *História Seráfica*, de frei Jerônimo de Belém (VENTURA, 1992: 29) e Fernão Lopes na sua *Crónica* teve por objetivo central acentuar o caráter teológico das revelações do frei, colocando-o como uma espécie de profeta anunciador de um novo messias, D. João.

Os fransciscanos observantes, que também pretendiam seguir estritamente a observância da regra de S. Francisco, estiveram ligados a D. João I. Vários cronistas franciscanos exaltaram este rei e seu apoio às fundações e reformas observantes contra os conventuais ou claustrais, os quais aceitavam mudanças na regra franciscana (VENTURA, 1992: 40-41).

Isso ocorreu certamente porque na Espanha e também em Portugal, a idéia do rei com atributos messiânicos está associada a alguns grupos influenciados pelo joaquimismo, os quais esperavam a vinda de um rei salvador antes do Juízo Final, que estabeleceria um período de felicidade na terra, sendo ajudado por ordens monásticas puras, como os franciscanos. Na crônica, Fernão Lopes utiliza várias vezes o discurso de frades franciscanos para legitimar os milagres que são relatados, buscando dar voz a uma autoridade religiosa para reforçar aquilo que estava sendo narrado como elemento do maravilhoso cristão.

Desta forma, o messianismo régio está indissociado das idéias escatológicas. Estas idéias foram utilizadas como objeto de propaganda, manipulando profecias acerca do caráter sobrenatural dos monarcas e sua ligação com a divindade, tal como foi feito por Fernão Lopes. Além disso, fica claro também o seu aspecto de rei-guerreiro cristão contra os seus

inimigos, os "heréticos e cismáticos", segundo a expressão do cronista, opositores do escolhido de Deus. Por isso, "o rei eleito governa um povo eleito", fator que contribui para a "exaltação de um incipiente sentimento nacional" (NIETO SORIA, 1988: 72).

Ao nível simbólico, D. João será associado ao Messias, um salvador que tem relação com os reis do Antigo Testamento e analogias com Cristo, sem ser ele próprio o Cristo. Este Messias luta contra o mal que dentro de um contexto de Cisma do Ocidente é apresentado no discurso de Fernão Lopes como D. João de Castela, mencionado explicitamente no texto como agente do Anticristo, que segundo VENTURA (1992: 50) "enfrentava o nosso Cristo, o nosso Messias". A oposição entre bem e mal é realizada na crônica através do fato de que enquanto D. João de Castela apoiava o papa de Avignon, apresentado pelo cronista como representante do Anticristo, D. João de Portugal apoiava o papa de Roma, tido pelo cronista como o papa legítimo.

Quanto à figura do *Anticristo* significa no judaísmo e no cristianismo um adversário de Deus nos últimos tempos da história. O antagonista de Deus pode ser representado por *Satanás, pelo dragão e por um tirano*, um falso profeta corruptor dos homens bons. O poder e a sedução estão associados ao Anticristo. Haveria um combate final entre Enoc e Elias com o Anticristo, de acordo com o *Apocalipse* (Ap 11, 3-13).

É importante na narrativa a descrição do cronista sobre o cerco de Lisboa. De acordo com a lógica do cronista, por serem pecadores os portugueses deveriam ser colocados à prova para ver se mereciam realmente a vitória contra os maus cristãos. A cidade de Lisboa é vista como possuindo analogias com o povo português e com a Virgem Maria, e espera ser salva por D. João. Entre os milagres que apontam para a vitória dos portugueses, estão a aparição de homens com vestiduras alvas de anjos ao exército português e a chuva de cera que cai do céu. Num primeiro momento, os portugueses rezam a Deus e parece que suas preces não são atendidas. A fome é grande entre a população.

Numa resposta divina, uma peste é enviada somente ao exército castelhano. Mesmo ao misturar prisioneiros portugueses com os infectados, nada acontece e por fim, pelo fato de a esposa do rei castelhano ser infectada, este baixa o Cerco, o que representa a vitória portuguesa nas tribulações e seu merecimento em ser salva pelo escolhido de Deus, D. João.

Este é apresentado pelo cronista como seguidor do "Evangelho Português", sendo ele, assim como Nun'Alvares Pereira vistos como representantes do papa de Roma e que por isso, defendiam o reino de seus inimigos e para manter esta fé "*espargiram seu sangue até a morte*" (LOPES, I, 1990: 340). D. João é comparado no relato a Cristo e a Moisés e D. Nuno

a S. Pedro (REBELO, 1983: 60). É importante lembrar o papel de Moisés como aquele que levou o povo prometido de Deus à terra onde abundaria leite e mel.

A narrativa, ao alcançar os eventos do final do cerco, passa a descrever uma grande e devota procissão dos portugueses até o mosteiro da Trindade, na qual todos participaram descalços. Logo a seguir, ocorre o importante sermão do franciscano Frei Rodrigo de Cintra, que explica os acontecimentos e os sanciona, afirmando a proteção de Deus sobre o Mestre.

O sermão de Frei Rodrigo procura, em primeiro lugar, deixar claro que a ação do rei de Castela contrariava os tratados firmados, o que emprestava um ar de legitimidade aos anseios do Mestre de Avis como salvador de Portugal (LOPES, I, 1990: 316). A seguir, Frei Rodrigo esclarece os motivos pelos quais Portugal havia passado tanto tempo submetido ao cerco, padecendo de grandes sofrimentos. Um dos eixos estruturantes da doutrina cristã consiste na afirmação dos homens como pecadores, daí o castigo de Deus e a possibilidade de salvação. Deus colocou a cidade de Lisboa à prova e esta, durante o cerco, mostrou o seu merecimento; assim, obteve o perdão de Deus e o descerco quando a peste atingiu D. Beatriz, esposa do rei castelhano.

O sermão também faz referência a uma divisão, dentro do próprio reino, entre os "verdadeiros portugueses", representados pelo Mestre e pela população da cidade de Lisboa, e os "maus portugueses", os "enxertos tortos", apoiantes do monarca de Castela. Assim, de acordo com Frei Rodrigo: "***e por nossos pecados****, Portugall comtra Portugall pelleja, ficamdo tam pouca parte delle, que quase nuu e desemparado pareçeo de todo*" (LOPES, 1990: 316) (o grifo é meu).

Para confirmar a ação de Deus, que havia mandado pestes para salvar seu povo, D. Rodrigo recorre a exemplos bíblicos. Um deles é o referente ao rei Ezequias, quando Jerusalém foi cercada por Senaqueribe, rei de Assur. Naquele momento, o "anjo da morte" tirou a vida de cento e oitenta e cinco mil homens. Assim, Senaqueribe fugiu somente com dez homens, com grande espanto e temor (LOPES, 1990: 317).

Assim, fica clara no relato de Fernão Lopes – com o destaque conferido ao anjo da morte, à peste e à mão de Deus – a influência dos exemplos bíblicos. Outra comparação estabelecida no sermão de Frei Rodrigo é entre a peste que atacou a esposa de D. João de Castela e a peste que matou o primogênito do faraó do Egito, na décima praga enviada por Deus, como castigo ao governante egípcio que não queria permitir a saída dos hebreus de seu reino. Para o franciscano, o rei de Castela agira do mesmo modo que o faraó, pois não aceitara os bons conselhos para baixar o cerco sobre Lisboa:

> *ataa que o Deos percudio no su primogênito filho que mais amava, que foi a Rainha sua molher, aa qual naçerom duas pestellemçiaaes postemas; e entom seu duro coraçom com espamto da triste morte se partio e deçercou esta cidade, na quall cousa Deos com nosco fez mui gramde misericordia* (LOPES, 1990: 318).

Por fim, Frei Rodrigo pressagia que, se o rei de Castela voltasse a Portugal, seria punido com a morte de outros primogênitos, numa nova demonstração do poder de Deus contra os inimigos dos cristãos. Tal presságio mostra a crença num Deus vingativo e que exige a obediência de seus fiéis. Segundo tal pensamento, os bons cristãos, representados por D. João, o seguidor do papa de Roma, seriam salvos; já o mesmo não aconteceria com aqueles que o atacassem injustamente.

Frei Rodrigo, em seu sermão, prevê uma derrota estrondosa dos castelhanos caso arremetessem outra vez contra o reino, pois afirma que Deus estava ao lado dos portugueses. Portanto, a segunda investida do exército castelhano pode ser vista como a segunda tentativa de domínio do Anticristo, que, segundo o *Apocalipse*, precederia o Juízo Final. De acordo com o *Apocalipse*, os povos de Gog e Magog viriam junto com o Anticristo para preparar o seu advento. Pouco depois, porém, seriam derrotados pelos santos e mártires e, quarenta dias após a sua morte, viria o Juízo Final e a Parusia.

O cronista convenientemente identifica o período de felicidade com a época iniciada com D. João I. No entanto, após o estabelecimento do governo joanino, instaurando o início da Sétima Idade, não haveria nenhuma outra modificação social, pois o cronista não pretende afirmar um rompimento com a ordem estabelecida, mas sim justificar o novo grupo político que ascendeu ao poder, a Dinastia de Avis.

Um outro detalhe importante, além da apresentação de D. João como o messias, é que o reino de Portugal se preocupava em "enfraquecer" os seus pecados. Assim, o primeiro castigo – o cerco de Lisboa – teria sido uma resposta divina aos pecados dos portugueses e uma provação para saberem se mereciam a salvação. Como mantiveram seus propósitos de auxiliar o Mestre de Avis e sofreram a fome e diversas privações, conservando sempre as suas orações e o pensamento em Deus, este concedeu-lhes a vitória.

O segundo momento de vitória portuguesa é a Batalha de Aljubarrota, em 1385, onde embora com um exército menor, mas melhor estruturado por haver adotado a prática do quadrado a pé num local alto e com uso da infantaria, conseguiram vencer o exército castelhano.

Após a vitória portuguesa, tal como na primeira parte da **Crónica de D. João I**, um outro franciscano, frei Pedro, se encarrega de fazer um sermão explicativo das razões do favor

de Deus a D. João, confirmando a este como o messias. Inicialmente, o discurso de frei Pedro parece questionar um dos milagres que é relatado na segunda parte da crônica – o milagre da aclamação de D. João como rei pelas crianças antes de sua coroação em 1385 – mas, logo depois, ele é confirmado através de outra "maravilha" poderosa. Segundo o religioso, as crianças poderiam ter agido estimuladas por seus pais (LOPES, II, 1990: 124), mas o mesmo não poderia ter ocorrido com o bebê de oito meses que aclamou o Mestre como rei. Segundo frei Pedro,

> *Quẽ constrangeo a boqua da filha dEsteve Naẽs Derreado, morador em Évora, moça pequena de oito meses nada, que no berço homde jazia se levamtou ẽ cu três vezes, dizemdo co a mão alçada: 'Portuugual, Portugal, Portugal, por el Rey dom João?"* (LOPES, II, 1990: 125).

Portanto, o religioso procura, através de uma série de exemplos, relembrar, reforçar e apresentar novos dados que confirmam D. João como messias e explicam a preferência divina pela sua vitória.

A pregação de frei Pedro termina com o agradecimento a Cristo, a louvação ao Cordeiro e muitas "lágrimas e soluços". Ao final da descrição desta pregação, Fernão Lopes esclarece elementos do sermão, agradece à Virgem e a Deus e relata as três procissões que foram feitas durante os combates de Castela, além de missas que foram rezadas. Esta parte da narrativa confirma e encerra os elementos messiânicos de D. João, o *Mexias de Lisboa*, no relato do cronista.

Conforme foi observado anteriormente, visando legitimar o bastardo D. João, Fernão Lopes se apropriou da religiosidade cristã e da expectativa da vinda de um rei salvador capaz de trazer "novos tempos" para o reino, que segundo o cronista, se iniciaria com o seu governo e o dos seus descendentes. A confirmação divina ao "messias" aconteceu, segundo o relato devido a uma série de milagres: anjos que apareceram no acampamento português por ocasião do cerco de Lisboa, chuva de cera nessa mesma ocasião, peste que atingiu somente os castelhanos, aclamação de D. João como rei por um bebê e por fim a vitória na Batalha de Aljubarrota. Todos esses "milagres" além de narrados por Fernão Lopes são reforçados na narrativa pelos franciscanos frei Rodrigo, que se refere ao cerco de Lisboa, em 1384 e frei Pedro, sobre a vitória de Aljubarrota. Essas figuras reforçam no discurso do cronista ainda mais a legitimação simbólica de D. João, contribuindo para que este fosse visto pela posteridade como o verdadeiro rei da "Boa Memória", consolidando a vitória política da nova dinastia.

Fonte Impressa

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990, 2 vols.

Referências Bibliográficas

ACCORSI JR., P. **Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa**. A prosa civilizadora na corte do rei D. Duarte (1412-1438). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMADO, T. **Fernão Lopes, contador de História**. Lisboa: Estampa, 1991.

DELUMEAU, J. **Mil anos de felicidade**. Uma história do paraíso. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARQUES, A. H. de O. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1986.

NIETO SORIA, J. M. **Fundamentos ideológicos del poder real en castilla (siglos XIII-XVI)**. Madrid: Eudema Universidad, 1988.

REBELO, L. de S. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

VENTURA, M G. **O messias de Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)**. Lisboa: Cosmos, 1992.

ZIERER, A. M. de S. **Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433)**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A institucionalização dos sistemas de informações no Chile e na Argentina e o fracasso diante das ameaças externas

Priscila Carlos Brandão Antunes*

Resumo: Este texto possui como principal objetivo estabelecer uma discussão sobre as funções dos chamados *intelligence services* e compará-los com a perspectiva militar argentina e chilena, considerando-se, para tanto, o processo de criação dos seus sistemas de informações/inteligência durante as recentes ditaduras militares. A análise recai tanto sobre órgãos militares quanto civis [DINA/CNI e SIDE respectivamente], haja vista que ambos funcionaram como extensão do poder castrense naquele período. A premissa é a de que apesar de os dois sistemas possuírem um grande número de órgãos dotados de meios próprios de coleta de informações e de deterem altos graus de autonomia, desenvolveram capacidades muito distintas no que diz respeito às necessidades da segurança interna e de defesa externa.
Palavras-chave: serviços de inteligência – América Latina – ditadura militar

Résumé: Nous nous proposons, dans ce travail, d'étudier les fonctions de ce que l'on appelle les "intelligence services" et de les comparer avec les systèmes établis par les militaires en Argentine et au Chili. Pour ce faire, nous considérerons le processus de création de ces systèmes d'informations/intelligence durant les récentes dictatures militaires. Nous analyserons aussi bien les organes militaires que civils [DINA/CNI et SIDE respectivement], puisque tous les deux ont fonctionné comme une extension du pouvoir militaire à cette époque-là. Nous partons du présupposé que ces systèmes-là, bien que possédant un grand nombre d'organes pourvus de moyens propres pour la collecte d'informations, ont développé des capacités très distinctes en ce qui concerne les besoins de sûreté interne et de défense extérieure, tout en gardant un haut degré d'autonomie.

Mots-clé: services d'intelligence – Amérique Latine – dictature militaire

A atividade de inteligência é uma componente atual e significativa do poder de Estado, enquadrando-se no núcleo coercitivo que provê a prestação de serviços públicos de defesa externa e manutenção da ordem, as duas funções constituindo os atributos do monopólio legítimo do uso da força na acepção weberiana do Estado, e refere-se apenas a certos tipos de informações relacionadas à defesa do Estado, às atividades desempenhadas no sentido de obtê-las ou impedir que outros países as obtenham, e às organizações responsáveis pela realização e coordenação da atividade na esfera estatal. Por sistemas/comunidades de inteligência/informações podemos entender o conjunto das organizações permanentes que atendem à função de inteligência/informações dentro de um determinado governo. Essas

* Doutora em Ciência política pela UNICAMP e professora adjunta de História Contemporânea da UFMG.

agências são órgãos exclusivos do Poder Executivo que trabalham no fornecimento de "inteligência" para as principais autoridades da administração pública.

Segundo com Mark Lowenthal (2000), Marco Cepik (2003) Eduardo Estevez (2002), espera-se da inteligência que ela contribua para tornar o processo decisório governamental nas áreas relevantes de envolvimento (política externa, defesa nacional e segurança pública) mais racional e realista; espera-se que apoie diretamente o planejamento de capacidades defensivas e o desenvolvimento e/ou aquisição de sistemas de armas; que apoie mais diretamente as negociações diplomáticas em várias áreas, não tanto afetando a definição da política externa, mas propiciando ajustes táticos derivados da obtenção de informações relevantes; que seja capaz de subsidiar o planejamento militar e a elaboração de planos de guerra, de suportar as operações militares de combate e outras operações cada vez mais relevantes e complexas (operações de paz, assistência, missões técnicas *etc*); que tenha capacidade de alertar os responsáveis civis e militares contra ataques surpresa, surpresas diplomáticas que podem nunca ocorrer, mas para as quais os governantes preferem "assegurar-se" ao invés de arriscar; que monitore os alvos e ambientes prioritários para reduzir a incerteza e aumentar o conhecimento e a confiança, no caso de implementação de tratados e acordos internacionais. Tais pressupostos são representações de um tipo-ideal que procura enfatizar as regularidades sobre as operações e organizações de inteligência, e que fundamentam algumas generalizações sobre a natureza da atividade. É claro que estas regularidades não podem ser aplicadas de igual forma para todos os sistemas de inteligência, uma vez que os mesmos são produtos do processo histórico específico de cada país, acrescidos dos recursos disponíveis para a área de defesa e para o provimento da ordem pública. A atuação destes sistemas varia principalmente em relação a dois eixos: o primeiro, em relação ao centro-periferia, e o segundo, em relação a democracias-ditaduras. Porém, algumas características e problemas, especialmente a complexa relação entre inteligência e política, são comuns à maioria dos sistemas políticos.

Neste trabalho, a descrição das atividades e estruturas dos sistemas de inteligência chileno e argentino durante as recentes ditaduras tem por objetivo permitir uma comparação entre esses sistemas e o modelo que se tornou um padrão ocidental da atividade de Inteligência.

No caso argentino, a Secretaria de Informações do Estado/SIDE, agência nacional civil de inteligência, que atuou durante toda a ditadura, tem sua origem na *Revolución Libertadora* que tirou Perón do poder. Um dos objetivos imediatos do decreto que a criou (776/56), era inverter a lógica política da estrutura criada por Perón em 1946, principalmente através da

troca de profissionais, que a partir de então deveriam perseguir os peronistas, ministrando aos inimigos políticos o mesmo trato que lhes havia sido anteriormente dispensado durante os anos 1946/1955. Ainda no contexto democrático do presidente Arturo Frondizi (58-62), a SIDE havia se tornado responsável por um grande número de prisões ilegais, pelo assassinato e pelo desaparecimento de várias pessoas, fazendo com que a simples menção de seu nome despertasse temor nas fileiras da nascente resistência peronista.

No momento inicial da Guerra Fria, a SIDE possuía um papel preponderante em relação aos serviços militares, no que dizia respeito à luta contra o inimigo interno, tendência que se inverteria na medida em que se consolidasse a Doutrina de Segurança Nacional/DSN e se atingisse o apogeu do *Proceso e Reorganización Nacional/PRN.*

Em 06 de outubro de 1966, durante o governo militar conduzido pelo general Juan Carlos Onganía (66-69), foi divulgada a primeira *Ley de Defensa Nacional*, através da qual se criava a *Central Nacional de Informações/CNI*.[1] Seguindo os preceitos teóricos-conceituais da DSN, essa lei regulamentou as bases jurídicas e orgânicas "*necesarias a la preparación y execución de la defensa nacional*", com o objetivo de conquistar e manter a segurança nacional. (Art. 1º). Entre suas funções, cabia à CNI centralizar as atividades de inteligência necessárias ao planejamento da política de segurança nacional, formular a DSN Argentina, proporcionar inteligência ao Conselho de Segurança Nacional, além da responsabilidade pela disseminação das informações produzidas.

Em relação aos órgãos de informações militares, pelo menos no que diz respeito ao *Ejército Argentino,* do qual dispomos de algumas informações, a sua criação antecede, em muito, a criação do órgão civil. O termo *informaciones* surgiu pela primeira vez em 31 de Dezembro de 1900, dentro da estrutura do *Ejército*, como título da 5ª Divisão do *Estado Mayor*. Aquele período foi marcado pela constante hipótese de conflito com o Chile. (CODÓ, 1999). Mas a criação do Serviço de Inteligência do Exército/SIE, que teve crescente atuação dentro do sistema repressivo, remonta à década de 1960, quando adotou-se a terminologia familiar aos outros exércitos, marcando a transição do termo informações para inteligência.

Na Argentina, a primeira grande demanda por operações contra-insurgentes teria ocorrido em Tucumã, no ano de 1975, quando foi descoberta a zona de atuação dos militantes do *Ejército Revolucionário del Pueblo/ERP* e do movimento dos Montoneros. Essa descoberta foi realizada ainda durante o poder civil de Isabel Perón, quem sancionou o Decreto "S" 2611/75, que serviria como amparo, justificativa e desculpa para que os militares

[1] Lei 16.970/66 - B.O. 06. 10. 66.

cometessem todo tipo de atrocidades.[2] O decreto que autorizou o desencadeamento da *Operación Independencia* inseria oficialmente as forças armadas no combate ao "inimigo interno", que nesse momento teriam como objetivo principal destruir a guerrilha em Tucumán.

Posteriormente à destruição desta guerrilha, o presidente Ítalo Luder ditaria novo decreto ampliando a atuação do *Ejército* em todo o território nacional, sendo que estabelecia às forças armadas a função de "*ejecutar las operaciones militares y de seguridad que sean necesarias a efectos de aniquilar el accionar de los elementos subversivos...*"[3] (CODÓ, 1999:289). Os militares justificam a brutalidade de sua atuação pelo fato de que não lhes foi delegado reprimir ou neutralizar, mas sim, aniquilar a força considerada inimiga.

O ano de 1976 se destacou na Argentina como o marco legal de incorporação da DSN através da divulgação da primeira *Ley de Seguridad Nacional* que reforçou a atuação e as responsabilidades dos militares nas áreas de comoção e insurgência interna. Com base nessa lei, a inteligência do *Ejército,* principalmente, proliferou-se, distribuindo-se através de destacamentos por todo o país. Com base nesta legislação, os militares argentinos minaram, aos poucos, toda a estrutura guerrilheira do país, sendo os órgãos de inteligência os responsáveis por um sistemático trabalho repressivo, que provocou um total isolamento político dos guerrilheiros. Em 1977 a maioria dos movimentos de esquerda já havia sido esmagada, mas a violência governamental prosseguiu em vários níveis.

É importante destacar, que embora tenhamos realizado essa distinção entre serviços militares e civis, é preciso considerar que durante todo o *Processo* a SIDE foi ocupada por militares. Não possuía uma personalidade típica de um serviço de inteligência, a exemplo da CIA americana, constituindo-se muito mais como um serviço de segurança. Os serviços de inteligência não desenvolveram nem empírica e nem doutrinariamente as funções típicas dos chamados *intelligence services*. A Guerra das Malvinas deixou mais do que evidente a incapacidade da inteligência Argentina de atuar em relação aos marcos externos. Não bastasse a situação desvantajosa, contra um inimigo realmente poderoso - pois além de tratar-se de uma potência naval, a Inglaterra ainda contava com a ajuda norte-americana, francesa e chilena – os argentinos entraram em um conflito sem o mínimo preparo estratégico e foram incapazes de evitar a superposição dos meios de reunião de informações, a dificuldade em contar com dados relevantes e confiáveis, bem como as falhas de coordenação que ficaram evidentes naquele conflito.

---

[2] Decreto "S" 2611/75 de 05 de fevereiro de 1975.
[3] Decreto 2772/75 de 06 de outubro de 1975.

No Chile, não obstante a existência de alguns órgãos de inteligência militares, foi apenas após o golpe de 1973 que teve início a elaboração de uma comunidade de informações, responsável por assegurar a permanência do novo regime e reprimir/exterminar os grupos que poderiam apresentar qualquer tipo de resistência ao regime. (GUSMÁN, 2005). Para o desempenho de tal tarefa foi criada em 73 a *Secretaria Nacional de Detenidos/SENDET*, que se transformaria em *Dirección de Inteligencia Nacional*/DINA. Embora já atuasse em fins de 1973, a DINA foi inicialmente implementada sem qualquer norma jurídica que respaldasse sua atuação, sua constituição formal se produziria apenas em 11 de junho daquele ano.[4] (ESCALANTE, 2004). O Decreto 521 responsabilizava a DINA por colaborar com o governo chileno de forma imediata e permanente, por proporcionar de forma sistemática e devidamente processada, toda informação requerida, no sentido de adequar suas resoluções no campo da segurança e do desenvolvimento nacional e por adotar as medidas necessárias ao resguardo da "segurança nacional' e ao desenvolvimento do país.

Dessa forma a DINA, organismo técnico-profissional dependente direto da *Junta*, tornou-se responsável por coletar e reunir informações provenientes "*de los diferentes campos de acción*" para auxiliar na produção de toda inteligência requerida para a formulação de políticas destinadas à proteger a segurança do país. Na prática, esse órgão dependeu diretamente do general Augusto Pinochet e foi conduzida por Manuel Contreras desde sua criação não oficial em 1973, até sua extinção em 1977. O Decreto 521 continha três artigos secretos, publicados em um anexo de circulação restrita, cuja divulgação foi promovida posteriormente no exterior (HUMAN RIGTHS IN CHILE). O artigo 9º, de acordo com essa versão, autorizaria o chefe da DINA e os chefes dos Serviços de Inteligência militares a participarem das operações da DINA. O artigo 10º a autorizava realizar buscas, prender e transportar pessoas, assim como mantê-las em cárcere, e o 11º assinalava que a DINA seria a sucessora da comissão denominada por essa mesma sigla, *Comisión DINA,* organizada em novembro de 1973, validando, de fato, todas as ações empreendidas anteriormente pela agência.

Ainda que o conjunto de suas funções supusesse a participação de pessoal civil, a DINA foi organizada sob um regime disciplinar castrense, sendo formada em sua maioria por pessoal das forças armadas e de segurança (INFORME RETTING, 1991). Os altos cargos do órgão sempre se concentraram nas mãos do exército, com alguma participação de oficiais da marinha e da força aérea.

[4] Decreto 521 de 11 de junho de 1974.

Não obstante as funções definidas na legislação, na prática a DINA se arrogou várias outras. Assumiu a responsabilidade pela repressão, até então desenvolvida por vários ramos das forças armadas e pelos policiais *carabineros* [que inclusive continuaram suas operações como a principal força policial do país] e passou a "interrogar", classificar e separar as pessoas recolhidas nos principais centros de detenção existentes naquele momento (POLICZER, 1998:10).

Para o cumprimento de suas funções, desenvolveu inúmeras tarefas e programas de apoio, incluindo o controle de registros públicos, o estabelecimento de uma rede de colaboradores dentro dos setores públicos, nos meios de comunicação, arrogou-se o direito de aprovar ou vetar a nomeação e a autorização de benefícios estatais, além de se associar com outros serviços de inteligência e segurança no exterior, tais como dos EUA. A DINA possuía um forte vinculo com a CIA, responsável pelo treinamento de muito de seus membros e por um grande suporte financeiro, com Coréia do Sul, Irã, Alemanha, Israel etc. (INFORME RETTING, 1991 e GUZMÁN, 2005).

Subordinada à DINA funcionava uma série de agrupamentos, unidades, brigadas e departamentos, além de equipes de assessores. Tratavam-se de unidades responsáveis por operações ligadas aos serviços de governo; pelo "grampeamento" dos serviços telefônicos e de intervenção em outras formas de comunicação; pelo setor financeiro; pela propaganda ou "guerra psicológica"; além daquelas responsáveis pela repressão propriamente dita. A DINA desenvolveu um padrão típico de comportamento que incluía o uso de agentes descaracterizados, recrutados no âmbito das forças armadas, mas agindo de forma institucionalizada por fora da estrutura de mando oficial. Mantinha secretamente vários centros de reclusão onde a prática de tortura era a regra e várias medidas eram tomadas para manter o caráter secreto e clandestino desses lugares. Também desenvolveria ações ilícitas no âmbito financeiro, o que incluiria variadas formas de associação com pessoas civis ou jurídicas, o estabelecimento de empresas próprias, a apropriação de veículos e de bens de pessoas detidas, além de contas bancárias espalhadas por vários países (INFORME RETTING, 1991).

A partir do momento em que passou a significar um peso político para a administração de Pinochet, a DINA ficou ameaçada. Mediante o conjunto de pressões internas e externas o presidente Pinochet cedeu e anunciou em agosto de 1977, sua a extinção e a criação da *Central Nacional de Inteligência/CNI*, quem daria prosseguimento às suas atividades, ainda que em uma escala menor.[5]

[5] Decreto Lei 1.876, de 13 de agosto de 1977.

Paralelamente à DINA/CNI funcionavam os órgãos de inteligência militares e alguns comandos paralelos. O *Servicio de Inteligencia Militar/SIM*, que desempenhou um importante papel na perseguição dos militantes e simpatizantes dos partidos vinculados à UP e seus dirigentes imediatamente após o golpe; o *Serviço de Inteligencia Naval/SIN*, nome pelo qual se tornaria extremamente famoso durante o governo Pinochet, mesmo tendo seu nome novamente alterado para *Dirección de Inteligencia de la Armada/DIRINTA*, em 1986; o *Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aérea/SIFA* criado em 1976, com divisões distribuídas em todo o país (HUMAN RIGTHS IN CHILE e PRIETO, 2002:260); e os órgãos de inteligência dos carabineiros. *SICAR/DICAR, que por fim, ficou conhecida como Dirección de Comunicações de Carabineros/DICOMCAR* [1981 ou 1983].

Na área de inteligência/segurança militar, ainda haveria no Chile dois agrupamentos compostos por oficiais de diferentes ramos das forças armadas, um com atuação concentrada na província de Concepción e outro em Santiago: o *Servicio de Inteligencia Regional/SIRE.* que assumiria o controle da região com a responsabilidade de perseguir membros do principal grupo guerrilheiro do país e o *Comando Conjunto/CC,* uma coordenação de inteligência e repressão política que concentraria suas atividades em Santiago e que seria integrado por representantes de quase todo o sistema repressivo chileno, à exceção da DINA.

Direcionados para a repressão política, o conjunto dos serviços de informações/inteligência militares chilenos foram igualmente acusados de serem incapazes de atender à função de dotar o Estado de informações capazes de preveni-los diante de surpresas desagradáveis, mesmo no âmbito interno. Foram incapazes de prever o movimento guerrilheiro Montaña de Neltume [composto por uma frente de sobreviventes do MIR], ocorrido durante os anos 80, o atentado contra o general Pinochet en 1986, a derrota no plebiscito presidencial de 1988 e de identificar o esconderijo de armas da FPMR, em Carrizal Bajo [para onde estavam sendo destinadas 80 toneladas de armas e munições que vinham sendo enviadas pelo governo cubano via Nicarágua].

Conclusões

Partindo de uma perspectiva comparada, podemos afirmar que tanto na Argentina como no Chile, os órgãos responsáveis pela área de inteligência foram dotados de meios próprios de coleta de informações e de elevados graus de autonomia, mantiveram ênfase nos elementos de segurança internos, desenvolvendo pouquíssima capacidade para servir aos interesses da defesa nacional. Orientados pela DSN, esses serviços além de se especializarem na luta anti-subversiva, utilizaram os instrumentos disponíveis, fossem eles materiais ou normativos, para proveito próprio e para a defesa de interesses políticos.

Bibliografia:

ANTUNES, Priscila C. Brandão. **SNI e ABIN**. Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BOIMVASER, Jorge. **Los sospechosos de siempre**, História del espionage en Argentina. Buenos Aires: Editora Planeta, 2000.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CODÓ, Enrique Martinez**. *Resenha Histórica de la Inteligência Militar del Ejército Argentino*.** Buenos Aires: Editora Puma, 1999.

COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS. **Informe del Experto sobre la cuestión de la suerte de las personas desaparecidas o cuyo paradero se desconoce en Chile.** E/CN. 4/1363. Naciones Unidas. Washington, 1980.

ESCALANTE, Jorge. *Las Instrucciones Notariales de Pinochet al General Contreras*. **La Nación.** Santiago, 19 de dezembro de 2004.

GOBIERNO DE CHILE. **Informe Retting**. Santiago de Chile, 4 de marzo de 1991. http://www.gobiernodechile.cl/comision_valech/capitulo6.asp

GUZMÁN, Nancy. *La CIA instruyó a la Dina.* **La Semana**. Bogotá, 2005. http://www.estocolmo.se/chile/contreras_diciembre07.htm

HUMAN RIGHTS IN CHILE. **DDHH bajo la dictadura** The legacy. www.chipsites.com/derechos/dictadura_autores_2_esp.html

POLICZER, Pablo. **A Polícia e a Política de Informações no Chile durante o governo Pinochet.** Estudos Históricos. vol 12, n. 22. Rio de Janeiro: 1998.

PRIETO, Carlos Maldonado. *Los Carabineros de Chile: Historia de una Policía Militarizada*. **Ibero-Americana**, vol 20. Nº 3. Helsinque: 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Teatro Municipal de São Paulo: Lugar de civilidade, luxo e elegância.

Maria Elena Bernardes*[1]

Resumo:
O Teatro Municipal de São Paulo, inaugurado em 1911, veio responder aos anseios da elite paulista de ver a cidade equipada com um grande teatro lírico, à altura do lugar que esta ocupava no país, visto que era representante de um centro urbano das primeiras industrias nacionais e dos barões do café. Projetado por Ramos de Azevedo, o majestoso edifício foi inspirado no *L´Opéra* de Paris, o que, por si só, conferia a ele o *status* de elegância e bom gosto. Esta comunicação tem o propósito de compreender a relação e função cultural que o Municipal desempenhou na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, e, para tanto, dois momentos serão analisados: o primeiro período em que serviu de vitrine para a visibilidade das forças tradicionais da cidade, e, segundo, quando o grupo liderado pelos modernistas pretendeu dar a ele um novo rumo.
Palavras-chave: Teatro Municipal de São Paulo, sociabilidade, temporadas líricas.

Résumé :
Le Théâtre Municipal de São Paulo, inauguré en 1911, vient répondre aux désirs de l'élite de São Paulo de voir la ville équipée avec un grand théâtre lyrique, à la hauteur de la place que la ville occupait dans le pays elle-même: São Paulo était représentatif d'un centre urbain qui abritait des premières industries nationales et des "barons du café". Projeté par Ramos de Azevedo, le majesteux bâtiment a été inspiré dans *L´Opéra* de Paris, ce qui, conférait à lui um *statut* d'élégance et de bon goût. Cette communication a l'intention de comprendre le rôle et la fonction culturelle du Théâtre dans la ville de São Paulo, dans les premières décennies du XXème siècle. Pour l'atteindre, deux moments seront analysés : premièrement, la période où il a servi de vitrine pour rendre visible les élémentes de tradition de la ville; ensuite, le moment dans lequel le groupe conduit par les modernists a prétendu renouveler sa destination.
Mots-clés : Théâtre Municipal de São Paulo, sociabilité, saisons lyriques.

As discussões acerca da conveniência ou não de se construir, em São Paulo, no início do século passado, um teatro lírico nas dimensões do Teatro Municipal, não polemizaram a respeito da sua viabilidade e nem tampouco de qual seria a sua função cultural. O que contava era o monumento que a cidade ganharia: um símbolo político e cultural, tanto quanto estético, a serviço da modernidade. Sua construção respondia aos anseios da elite paulistana de ver a cidade equipada com um grande teatro lírico, à altura do lugar que ela ocupava no país, como representante de um centro urbano das primeiras indústrias nacionais e dos barões do café. "No fundo, a natureza e o estilo do edifício revelam melhor do que o

[1] É doutora/UNICAMP

próprio espetáculo as características da época e da sociedade" (CLAUDON, p. 26) de modo que o Municipal cumpriria o papel de edifício-monumento, edificado a exemplo do *L´Opera*, de Paris.

No século XIX, vários teatros são construídos na cidade. No entanto, nenhum deles comportava a vinda das grandes companhias líricas e teatrais e, assim, não respondiam aos anseios da elite paulista que circulava pela Capital da República e também pela Europa, principalmente, Itália e França. Para essa elite, a encenação lírica era vista como um programa de refinado gosto. Nas palavras de Stendhal:

> "No La Scala, o primeiro salão da cidade, as pessoas marcavam encontros, para aquela noite, em tal ou tal camarote. Todos os assuntos são tratados no teatro, e o amor, sobretudo, triunfa nele; em uma semi-obscuridade propícia ao recolhimento, a qualidade das interpretações musicais, a ternura dos sons de Cimarosa, Rossini ou Mozart aproximam as almas [...] assim, a ópera pôde propiciar a um só tempo a unanimidade social e o gosto pelo belo" (CLAUDON, p. 21).

No Municipal de São Paulo não foi diferente. Logo na inauguração, o Teatro se consagrou como um lugar de encontro dos elegantes afortunados da cidade, preenchendo o vazio que existia de uma casa nessas proporções, como assinalou o articulista *d´O Estado de São Paulo* identificado por "S", relatando a queixa dos paulistas em relação ao retraimento das famílias e da pouca sociabilidade existente na cidade. A causa, segundo o articulista, estava na falta de um lugar de reunião que respondesse ao "bom gosto dos paulistas". Mas, a inauguração do suntuoso teatro marcava um novo tempo, e nas palavras de "S" não "haveria dúvida que o Teatro Municipal iria operar uma transformação radical nos hábitos da cidade [...] São Paulo iniciou uma fase nova de vida noturna que não pode parar aí. E sem dúvida não parará".(Jornal OESP, 1911, p.2)

Foi assim desde o dia 12 de setembro de 1911, quando o Teatro foi inaugurado, em meio a muita pompa e luxo. Previsto para as nove horas da noite, o espetáculo começara logo ao entardecer, pois na verdade o Teatro era a grande estrela da noite! As quarenta e duas lâmpadas elétricas acessas nos candelabros das escadarias contrastavam com as lâmpadas a gás instaladas nas proximidades do teatro. E lá estava ele, iluminado por dentro e por fora, exibindo todo luxo e requinte, anunciando o que seria a sua vocação, como foi definido em artigo da revista *Ilustração Paulista*, em número especial de 1911: "O Municipal realizava o seu destino de mostruário de civilização". (Revista Ilustração Paulista , 1911, p.18).

A ópera *Hamlet*, de Ambroise Thomas, baseada em *Hamlet* de Shakespeare, foi a obra escolhida para a inauguração, muito embora esta escolha tenha desagradado a muitos e não foram poucas as críticas a respeito. Falava-se que a obra estava ultrapassada, e que, além disso, não era novidade na cidade, pois havia estreado nos palcos paulistanos, no velho teatro São José, em 1886. (CERQUEIRA, 1954, pp.74-75) Completava o crítico do Diário Popular: "A ópera *Hamlet* não é a mais atraente do repertório francês, nem a melhor de Ambroise Thomas". Jornal Diário Popular, 1911). Ao que tudo indica, a escolha fora uma imposição de Titta Ruffo, considerado um dos melhores cantores líricos do mundo naquele momento e que desfrutava de voz privilegiada, encontrando-se no auge da fama. A companhia do célebre barítono estava em temporada no Colón, de Buenos Aires; consultado, prontamente aceitou a proposta de inaugurar o teatro.

E assim, com ares de civilizada, a cidade inaugurava o Teatro com os seus 1816 lugares lotados. São Paulo estava toda mobilizada para o grande acontecimento e há dias tudo girava em torno da inauguração. Os jornais anunciavam a venda de uma frisa, de cadeiras bem colocadas, o aluguel de um automóvel de luxo e a abertura de uma exposição de jóias, colares, plaquês e *pendants* de brilhantes, especialmente para a ocasião. O cronista de *A Vida Moderna,* revista ilustrada e de atualidades, registrou:

> "Como há cartolas em São Paulo! Na inauguração do Teatro Municipal, surgiram *as toilettes en grand tenue* tanto para o sexo gentil como para os encasacados. Mas, vestidos *décolletées* e casacas, são coisas que aparecem por aí em casamentos e até em batizados; porque há casacas fáceis e decotes que não se fazem de rogados. Mas a cartola é que, mesmo na temporada de Mascagni, esteve retraída. Foi preciso vir o Municipal com os seus *buffets, au grand prix,* e seu belo salão *pour promener,* para que as cartolas saíssem em evidência ". (Vida Moderna, 1911)

A noite era mesmo de gala e havia sido planejada em todos os detalhes. Os homens elegantemente vestidos de fraque e as mulheres exibindo suas jóias e suas diversificadas toaletes. O cronista d´*O Estado de São Paulo* registra: "Da macieza dos cetins em decote, e da negrura das casacas, vinha uma nuvem finíssima de graça que se espalhava no ar balsâmico do recinto. Se olhava à volta, o ouro fosco da decoração fazia contraste com os diamantes, as safiras, as esmeraldas, palpitando em busto de mulher"(Jornal OESP, 1911).

No entanto, grande parte da população ficou de fora do teatro, desde o dia de sua inauguração. Para a construção e inauguração foi mobilizado o trabalho de muita gente e as expectativas da cidade inteira. Na noite de estréia lá estavam e se aglomeravam numa

multidão para ver a festa e o requinte do edifício inteiramente iluminado. Mas, muitas delas jamais conseguiram atravessar as suas escadarias, a não ser nos momentos em que o Municipal foi aberto para visitação pública.

As temporadas de teatro e dança, assim como os concertos de música, bailes de carnaval e jantares, eram momentos de exibição desta elite. Mas o grande momento mesmo eram as temporadas líricas, anualmente organizadas no segundo semestre, entre os meses de julho a outubro. Assim, na seleta platéia do Municipal, a elite paulista sentia-se partilhando o mundo civilizado, pois via São Paulo inserida no mundo cultural das principais capitais da Europa, tendo como pano de fundo a encenação lírica, consolidadora de um imaginário estético de refinado gosto, propiciadora de *status* e, mais de que tudo, talvez, pretexto para uma vida social que se pretendia elegante e mesmo luxuosa. Os programas oferecidos pelo Teatro Municipal passam a ser um motivo para essa elite ouvir música de reconhecimento internacional, vestir-se na moda, exercitar os jogos de sedução, tomar champanhe no bar do teatro e ter uma vida "cultural", é claro.

Mas, se de um lado esta platéia abrigava predominantemente as elites paulistas, por outro lado, a mesma platéia comportava os operários do Brás, imigrantes italianos que, saudosos de seu país, iam lá ver os seus ídolos: Caruso, Beniamino Gigli, Tito Schipa. A geral era o lugar reservado a eles, pois as entradas para frisa, camarote e mesmo cadeira, eram caras. Mas, a dificuldade da maior parte da população, que nunca teve a oportunidade de desfrutar das apresentações dos grandes artistas e espetáculos que ocuparam o seu palco, não era só o alto valor das entradas. Os trajes exibidos pela elite os constrangiam. "Os homens iam de casaca e as mulheres com vestidos lindos" - conta senhor Ariosto, que trabalhava como garçom no bar do Municipal, na década de 20, em depoimento transcrito por Ecléa Bosi - "por causa das roupas é que eu nunca pude trazer minha mãe para ver os espetáculos. – Muita gente se apresentava todo dia para assistir às operas, mas não podia pagar." (BOSI, E. 1994, pp 168 e 451)

Seu Cicíllo, um sapateiro do Bexiga, trabalhava de graça no bar do municipal, nas temporadas líricas, "só pelo prazer de estar lá". Ouvido afinado, como o de um especialista, percebeu quando o tenor Giacomo Lauri Volpi desafinou enquanto cantava *La Bohème*, de Puccini. "O tenor está desafinado, está três notas acima", (BOSI, 239) sentencia ele. Dona Alice, por sua vez, graças a um amigo do marido cuja mulher trabalhava no Municipal, sempre conseguia suas entradas de graça e, graças a isso, diz ela: "Assisti a *Tosca*, *Rigoletto*, *Aida*, *Plagliacci*..." (BOSI, E. 1994, p.110).

As galerias não eram lugar para as famílias e nem para mulheres pois só os homens as freqüentavam. É o que nos conta dona Jovina, que economizava para comprar um camarote de segunda, e dividia o preço com mais cinco pessoas. "Em galeria família não ia, era uma vergonha. "No entanto, esta regra foi quebrada, graças à ousadia de dona Brites que, junto com um grupo de amigas, alunas do maestro Chiaffarelli, enfrentaram os olhares do público e, pela primeira vez, assistiram das galerias os concertos dos pianistas Brailowski e Arthur Rubinstein, em 1923. A partir de então, diz ela: "Nós sempre freqüentamos as galerias. Foi um avanço para época." (BOSI, E. 1994, pp. 319 e 450).

Uma outra maneira de assistir às óperas era se especializando em bater palmas, ou ainda em gargalhadas. Nos dias em que o Municipal não estava lotado, a direção autorizava a entrada destas pessoas nas galerias. Os que estavam bem vestidos sentavam em lugar melhor e o ingresso era pago com suas gargalhadas. E até grupos eram organizados, como os que eram denominados claques. Um participante desses grupos conta a Ecléa Bosi que a gente da Mooca, do Brás, do Cambuci, do Belém, do Bexiga "se especializou em grupos que batiam palmas com eco, outros que davam bravos majestosos e ainda outros que se ofereciam como figurantes nas óperas, como por exemplo, marinheiros na *Aida"*. Entre os especialistas em gargalhadas merecia destaque um "preto" que, sentado "ombro a ombro com a elite do café, pagava sua cadeira com uma risada inesquecível". (Ibidem).

Desta forma, se os aplausos viessem das galerias era sinal que a atuação dos artistas estava sendo bem desempenhada porque, explica o sr. Ariosto, "essas pessoas sabiam quando deviam bater palmas, conheciam os trechos bonitos e a platéia acompanhava quando gritavam: bravo, maestro!" (Ibidem). É que desde meados do século XIX, refrear as emoções no teatro passou a ser um comportamento desejável. No século XVIII, ao contrário, as platéias de teatro interagiam com os atores. Elas choravam, gargalhavam, vaiavam, pediam para repetir várias vezes as cenas de que mais gostavam. O ator por sua vez tinha que se preocupar com a aprovação da platéia - é claro que com um segmento dela - já que o lugar no teatro definia a posição social dos espectadores. Os melhores ângulos eram dos camarotes real ou senhoril. (SENNETT, R. 1988, p. 102-104).

Mas, a partir do século XIX, isto muda. O silêncio distinguia as platéias de classe média da de classe operária. "Uma platéia respeitável, por volta dos anos 1850, era uma platéia que podia controlar os seus sentimentos por meio do silêncio" e, por volta dos anos 1870, o aplauso adquiria uma forma nova. Os atores não eram interrompidos no meio da cena, mas esperava-se até o final do ato para aplaudir. Mesmo que desejassem falar com o vizinho do lado, a platéia se policiava, pois era um comportamento de mau gosto. Além disso, as luzes do teatro

foram baixadas para reforçar o silêncio e focalizar a atenção no palco. Segundo Richard Sennett, tanto a Ópera de Paris como a Casa do Festival de Beyreuth, apesar dos caminhos arquitetônicos opostos, desejavam o mesmo resultado: o silêncio do espectador.

Desta maneira, atentos aos códigos de uma platéia polida e bem comportada, que soubesse se manifestar na hora certa, os freqüentadores do Municipal, assim como o de todos os teatros, pouco familiarizados com a ópera e com os concertos líricos, lançavam mão das claques. Agindo assim, não corriam o risco de aplaudirem na hora errada.

Para a maioria dos freqüentadores do Municipal, as temporadas líricas constituíam-se num momento de reunião social e exibição de trajes, nas quais o *foyer* e o bar do teatro se transformavam em um palco atentamente observado. Lá, os elegantes se viam e, ao mesmo tempo, podiam permanecer como estranhos. E o espectador silencioso da platéia de teatro assumia outro papel. Seu silêncio tinha um significado mais amplo. Ele era um estranho no meio da multidão, semelhante à figura do *flanêur* "que se veste para ser observado". O silêncio era o mediador, o escudo da privacidade, que permitia, ao mesmo tempo, misturar-se à multidão, ser visível e invisível. (SENNETT,1988, pp. 268-269).

Mas a partir dos anos 30 isto muda. Mário de Andrade assumiu a direção do Departamento de Cultura do Município de São Paulo de 1935 a 1938. O Teatro Municipal, equipamento da municipalidade, fazia parte de sua pasta, portanto, Mário também respondia pela sua gestão. Mário de Andrade pretendeu que a programação do Teatro Municipal, na sua administração, trouxesse inovações. Há muito ele se incomodava com a maneira pouco democrática, com que o equipamento cultural público mais importante da cidade, era utilizado. Neste sentido, já em 1928 advertia:

> "[...] acabemos com essa falsificação ridícula, mera manifestação do luxo de alguns e não manifestação do luxo da cidade", se referindo à programação das temporadas líricas, organizadas pela Sociedade Anônima Ítalo-Brasileira, nas quais o alto custo dos ingressos afastavam os estudantes e o povo em geral. Reclamava também das velhas "Toscas e Traviatas" e dos artistas que, nem sempre, correspondiam e ainda, cobravam preços altos para interpretarem sempre as mesmas óperas "batidas e inúteis". (ANDRADE, M. 1963 p.201).

Mário esbravejava se contrapondo à Empresa Teatral Ítalo-Brasileira que justificava as "bambochadas" apresentadas nas temporadas com "o público só gosta disso" Mário retrucava: "Mas o público só gosta disso porque é só isso que dão pra ele. E se pode falar em "público"? Que público é esse? O público que vai ao Municipal? Mas esse não representa absolutamente o povo da cidade que elegeu os donos da Prefeitura para que ela subvencionasse uma Empresa para que esta por preços exorbitantes satisfizesse um moda de elite" (Idem, p 194). (ibidem, 194).

Se nos três anos de sua gestão, poucas mudanças foram efetivadas, principalmente no que se refere ao repertório apresentado nas temporadas líricas, todavia, quanto à democratização do Teatro, não se pode dizer o mesmo. Embora os preços das assinaturas para as récitas de gala tenham se mantidos proibitivos à grande maioria da população, é bem verdade que as récitas populares, a preços muitos reduzidos, e as récitas gratuitas, sempre lotaram o teatro.

Foi assim nos três anos de sua gestão. Em 23 de setembro de 1935, na primeira récita gratuita oferecida aos trabalhadores, o teatro esteve lotado. Falava-se em duas mil e quinhentas pessoas, "distribuídas sem distinção em todas as localidades", muito mais do que a Casa comportava com os espectadores devidamente acomodados. (Jornal OESP, 1935). A numerosa platéia comportou-se com a devida distinção, num "silêncio absoluto, quase religioso", só quebrado nos momentos de aplausos após a execução de cada ária, quando o público não se "cansava de aplaudir repetidamente". (Ibidem)

Mas, talvez, a iniciativa mais importante mesmo, da gestão Mário de Andrade, tenham sido os Concertos Públicos gratuitos, realizados regularmente pelo Departamento de Cultura, entre os anos de 1936-1938. Neste sentido, foi firmado um contrato entre o Departamento e Sociedade de Cultura Artística, para manutenção de uma Orquestra Sinfônica. O contrato estabelecia uma subvenção à Cultura Artística de 150 mil contos de réis, pagos em quatro parcelas trimestrais. Em contrapartida, esta ficava obrigada a executar oito concertos gratuitos por ano, para os quais a comissão do teatro escolheria os programas, os regentes e os solistas. (Ibidem) Mas, esta parceria só se deu no ano de 1936. No ano seguinte, a responsabilidade pela orquestra e seu controle passaram para as mãos de Mário de Andrade.

Com estes concertos se pretendeu "educar" musicalmente um público, que até então, não tinha acesso nem ao Teatro, nem aos Concertos em geral. O público pôde ouvir os compositores brasileiros Luciano Gallet, Alberto Nepomuceno, Carlos Gomes, Francisco Mignone, Camargo Guarnieri e Villa-Lobos mas, também Beethoven Mozart, Shubert e Bach fizeram parte do repertório.

Contudo, esta sua empreitada não foi assim tão tranqüila. Logo teve que enfrentar a oposição daqueles que acreditavam que o Municipal era lugar para "gente bem educada". A política adotada pela nova administração gerou "inquietação nos meios grã-finos, que temiam eventuais estragos que poderiam ser praticados pelo homem do povo", conta-nos Paulo Duarte. "Pois a surpresa foi sensacional: agente do povo era muito mais educada do que a gente educada! Nunca se verificou um estrago, um desrespeito, durante aqueles espetáculos de música ou de teatro oferecidos especialmente aos operários com entrada gratuita. O Teatro regurgitava de uma multidão modesta, mas atenta e respeitosa". (DUARTE, P., p.35)

Desde a sua inauguração o Municipal passou a ser referência para os habitantes da cidade, mesmo para aqueles que não o freqüentavam nas noites de gala. Transformado em um mito da cultura erudita, onde o popular não tinha espaço, fez com que os defensores do teatro social "rejeitassem a suntuosidade do teatrão", e defendessem a sua popularização. Mas esta inquietação não parou nos anos trinta e a questão não foi resolvida: ainda hoje ocupa a agenda de seus administradores.

Bibliografia:

AMERICANO, Jorge. ***São Paulo Naquele Tempo*** *(1895-1915)* São Paulo: Melhoramentos , 1957

ANDRADE, Mário. ***Música, Doce Música***. S.Paulo: Livraria Martins Editora, 1963, p.194.

BOSI, Ecléa. ***Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos.*** 3ª. Edição, São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CLAUDON, Francis. "A ópera, o público, a sociedade" in BRUNEL, Pierre e WOLFF, Stéphane. ***A Ópera,*** tradução Bárbara Eliodora, Rio de Janeiro: Salamandra, 1988.

CERQUEIRA, Paulo O. Castro. ***Um Século de Ópera em São Paulo.*** São Paulo: Empresa Gráfica Editora Guia Fiscal., 1954.

DUARTE, Paulo. ***Mário de Andrade por Ele Mesmo***, Hucitec, 1976.

HILÁRIO, Tático. ***Madame Pommery.*** São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1920.

Jornal *OESP*, "O que há de novo" 17 de setembro de 1911, pp. 2 e 6; 1919, p.2; 19135, p.3

Revista *Ilustração Paulista*, edição especial n. 35, 1911, p.18.

Revista *A Vida Moderna*, setembro de 1911.

SENNETT, Richard. ***O Declínio do Homem Público – As Tiranias da Intimidade.*** São Paulo: Cia das Letras, 1988.

PIMENTA, Gelasio. *Diário Popular*, 13 de setembro de 1911, p.4.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A lavadeira, o taberneiro e o poço

(histórias sobre famílias e usos da água na Belém do Grão Pará do século XIX)

Conceição Maria Rocha de Almeida*

Resumo: Em 1890, a lavadeira Jeronima da Conceição desentendeu-se com o taberneiro João de Castro Chaves, devido à dívida de aluguel. Para lavar as roupas, Jeronima recorria ao poço situado no quintal da casa da cunhada do taberneiro. Nos anos noventa, a freqüência aos poços ainda constituía o cotidiano familiar de moradores de Belém, mesmo com a canalização da água iniciada anteriormente. Ao redor dos poços tramas foram tecidas e algumas delas relacionaram-se à organização familiar do uso da água.
Palavras-chave: cidade, família, vida material.

Abstract: In 1890, the laundrywoman Jeronima da Conceição argued with the taberneiro João de Castrates Chaves, due to rent debts. For washing clothes, Jeronima resorted to a well situated in the yard of taberneiro sister-in-law's house. In the Nineties, the frequency to the wells still constituted the daily familiar life of inhabitants of Belém, even with the water canalization initiated previously. Around the wells, plans were devised and some of them related to familiar organization in the use of water.
Key words: city; family; material life.

A construção da cidade de Belém deu-se em meio à convivência com as águas. Mas o processo de apropriação da água visando o uso doméstico demandou contatos mais assíduos com a abertura de poços nos quintais ou nas proximidades das moradias.

Ao redor dos poços, em meio ao escorrer das águas retiradas e das poças acumuladas, tramas puderam ser tecidas, querelas resolvidas, informações compartilhadas.

Em março de 1890, Jeronima Maria Rosa da Conceição, brasileira, solteira, formalizou uma queixa contra João de Castro Chaves, português, casado, alegando injurias verbais. Jeronima era lavadeira, não sabia ler e nem escrever e residia juntamente com sua filha, numa casa alugada por João Castro, à travessa de Dom Romualdo de Seixas.[1]

* Universidade Federal do Pará. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA.

[1] Autos crimes de injúrias verbaes em que é autora Jeronima Maria Rosa da Conceição e réu João de Castro Chaves. Depositado no Arquivo Geral do Poder Judiciário. Fundo: Poder Judiciário. Grupo: 3º Districto Criminal. Série: crimes contra a Segurança Individual. Sub-Série: Injúrias. Ano: 1890. Essa documentação encontra-se sob a guarda da Universidade Federal do Pará por um período de 50 anos.

A casa onde Jeronima morava com a filha, era também o local onde ela desenvolvia o trabalho do qual tirava seu sustento: a lavagem de roupas. De modo semelhante, João de Castro, além de proprietário de casas de aluguel, era possuidor de uma taberna localizada à travessa de Dom Romualdo de Seixas, local onde também residida com a esposa.

Segundo o relato da queixa, Jeronima achava-se em sua residência na manhã de 22 de março, quando apareceu João indagando em que momento ela se mudaria da casa. Sabendo que o motivo da pergunta eram os aluguéis que devia, Jeronima respondeu que não só pagaria a dívida como também se mudaria e que só ficara devendo em virtude da doença que acometeu a ela e a filha, impossibilitando-as de trabalhar.

Em ato contínuo, a queixosa dirigiu-se ao quintal de sua casa e pediu a um conhecido dela que lhe fosse apanhar uns cachos de bacaba. Quando estes se achavam em terra, João Castro, acompanhado da família de sua cunhada, invadiu o quintal da casa de Jeronima gritando que ela não podia apanhar frutas, porque não havia pago o aluguel. Que ela, Jeronima era "uma negra caloteira, ladra, um coirão e que ia por-lhe os trastes na rua"[2]

A denúncia de Jeronima denota a indignação da mesma ao ser alvo dos insultos de João. Não queria seu nome associado a furto e calote, pois trabalhando como lavadeira, lidava com pertences alheios e necessitava da confiança dos fregueses, além de enfrentar a concorrência de outras mulheres, afinal era daquele trabalho que Jeronima e a filha obtinham recursos para prover o sustento de ambas.

À primeira vista, numa avaliação inicial de equilíbrio das relações de poder que vinham à tona nos escritos dos advogados, João estaria recorrendo à sua condição de proprietário para arrolar exigências a sua inquilina, desconsiderando as dificuldades enfrentadas por ela. Acrescento nessa relação (aparentemente) desequilibrada, o fato de João ser mostrado como um homem branco, português, comerciante e proprietário, casado, provedor de sua família e *magnânimo* ao permitir o uso das águas do poço e tolerar os atrasos no pagamento dos aluguéis de Jeronima - mulher pobre, de certo modo indefesa diante do poder do locador que foi capaz de injuriá-la verbalmente e ameaçá-la com "pancadas" e despejo.

A travessa de Dom Romualdo de Seixas, no bairro do Umarizal, permanece com a mesma denominação. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992. Pp. 31 e 63.

[2] A bacaba é um fruto de palmeira do mesmo nome; um tanto oleoso, porém de sabor sui generis. Dela se tira o vinho, pelo mesmo processo do açaí. MENEZES, Bruno de. *Cozinha do extremo Norte – Pará-Amazonas*. In: CASCUDO, Luis Câmara. *Antologia da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Científicos Técnicos, 1977.

"Coirão" – prostituta em final de profissão.

Não obstante os discursos dos advogados, Jeronima obteve equilíbrio na disputa estabelecida denotando habilidade no uso de estratégias para resolver seus problemas mais urgentes com relação à moradia, alimento e, é claro, o uso do poço. É importante considerar que era desse trabalho que Jeronima obtinha os recursos para pagar os aluguéis e uma vez que esses eram aguardados pelo taberneiro, não era tão surpreendente a permissão deste para o acesso ao poço. Ou seja, acessar às águas do poço era fundamental para o sustento das famílias em questão.

Ao longo do século XIX, mesmo com a expansão da economia da borracha a partir dos anos setenta do século XIX, continuava sendo importante para diversos moradores, que as casas tivessem poços, ou que houvesse algum nas proximidades, ao qual fosse possível recorrer.

Os poços eram invariavelmente freqüentados por expressivo número de pessoas. A lavagem de roupas, as atividades culinárias bem como outras necessidades construídas nos espaços da cidade, sobretudo nos momentos em que se convivia com as epidemias, impunham a necessidade do deslocamento até eles. Chegando aos poços, era preciso lançar no interior dos mesmos o balde ou a lata amarrada a uma corda a fim de retirar a água, encher vasilhas e carregá-las para prover as necessidades da cozinha e da lavagem das roupas, derramar, tornar a encher, repetidas vezes. Esse conjunto gestual constituía provavelmente, o cotidiano de muitos que moravam em Belém. Tratava-se de seqüências gestuais construídas historicamente em meio às questões que demarcaram as vivências dos habitadores da cidade.

Na lida com os poços era preciso desenvolver habilidades: lançar a vasilha amarrada a uma corda, no interior do poço, mover a corda de modo a encher a vasilha e só então era o momento de erguê-la para dar prosseguimento a novas manobras, ou seja, era necessário adestrar as mãos, os braços, o corpo inteiro certamente, para garantir-se a execução completa da atividade de obtenção da água.

O uso dos poços não se constituía numa ação natural, no sentido de que independesse do desejo e/ou do envolvimento dos moradores da cidade. Todavia, é possível que para muitos dentre estes, assim fosse considerado, afinal tornara-se possível, ao longo de mais de duas centúrias proceder-se à abertura de poços assim como aprender a retirar dos mesmos a água necessária aos usos diversos dos moradores. A respeito disso, em dezembro de 1861, o "Diario do Gram-Pará" anunciou que "*Na casa em obras fronteira á quinta das larangeiras do sr. João Antonio Henrique, na estrada de S. José, preciza-se de pintura, e de abertura de um poço; quem queira isto contractar pode dirigir-se á mesma*.[3]

[3] Jornal: Diario do Gram-Pará – Anno VIII – nº 285. Sabbado, 14/12/1861. P. 3.

Certamente que os poços não se constituíam em lugares únicos da água em Belém. Cidade cercada por rios, banhada pelas chuvas, sua construção deu-se em meio à convivência com as águas. Mas o processo de apropriação da mesma visando o uso doméstico demandou a abertura de poços nos quintais de residências, além dos públicos. Jeronima, João Castro e respectivos familiares vivenciaram contatos em função do uso da água do poço existente no quintal de Laurinda, cunhada de João..

No século XIX em Belém, eram as mulheres que essencialmente dedicavam-se ao trabalho da lavagem de roupas. Nos anos noventa, Jeronima e uma vizinha sua de nome Vitalina de Sousa eram duas entre muitas outras.

Estudos referentes ao cotidiano, cultura e trabalho em cidades, indicam que mesmo em tenra idade, meninas de família menos favorecidas, eram iniciadas nos serviços domésticos: cozinhar, lavar, passar, servir de ama. Essa espécie de treinamento estava aliado, geralmente, às necessidades materiais enfrentadas pelas famílias, como também ao fato de que trabalhos como esses serem considerados como demarcadores do universo feminino, além de não exigirem (supostamente) demorados processos de aprendizagem.[4]

Comumente, aquelas que lavavam também engomavam as peças. Não raramente, trabalhando ou não na residência de seus senhores e/ou patrões, elas realizavam um conjunto de atividades que desaguava no funcionamento da casa como um todo, ou seja, na rotina doméstica. Então a lavagem da roupa era uma atividade importante na organização do domicílio. Inclusive, no caso deste pertencer e acolher uma família de camada social abastada, o lavar e o passar e engomar adquiria proporções consideráveis, posto que seriam inúmeras as peças a serem limpas, tais como: guardanapos, fronhas, cobertores, toalhas de vários tipos, redes, lençóis, paninhos de barbear além das roupas de uso pessoal em si.[5]

Como em muitas cidades do Brasil, Belém do Grão Pará não possuía água encanada residencial até os anos oitenta dos oitocentos. Desse modo o processo de domesticação da água dependia das idas e vindas de criados e criadas aos poços, que em grande parte dos oitocentos foram existentes em diferentes pontos da cidade.

Mas, a lavagem da roupa podia ser uma atividade desenvolvida no interior do ambiente doméstico da própria lavadeira, ou seja, em sua própria casa e até mesmo, com o

---

A estrada de São José corresponde atualmente à avenida 16 de Novembro. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP, 1992. P. 79.

[4] Sobre essa questão ver MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 158.

[5] Izilda Matos pondera que em São Paulo "(...) o mais comum era uma única empregada realizar todos os serviços: lavar, engomar, cozinhar e arrumar". MATOS, Izilda. Op. Cit., P. 135. A Belém dos oitocentos praticamente não fugiu a esta regra.

auxílio de familiares. Nestes casos, o trabalho poderia acontecer nos quintais, sob o sol ou chuva. Jeronima, por exemplo, utilizava a água do poço situado em propriedade do taberneiro João de Castro. Além disso, como possivelmente ocorria com outras tantas lavadeiras, auxiliada pela filha nas lavagens de roupa.[6]

A roupa suja poderia ser acondicionada em trouxas, ou em sacos de lona, ou ainda em cestos. Chegado o momento da lavagem, a lavadeira poderia recorrer às bacias ou às tinas. Comumente, usavam uma tábua lisa como apoio para esfregar a roupa.[7]

Além da água, as lavadeiras usavam o sabão no processo de remoção da sujeira. Nos anos oitenta do século XIX, a "Mercearia Modelo" publicou um anúncio no "Diário de Noticias", sob o título "A's lavadeiras"

> *Quereis comprar sabão barato?*
> *Vinde á Mercearia Modelo, que encontrareis pães de sabão, a 160, 240 e 320 reis, da melhor qualidade.*
> *Estrada de S. Jeronymo*.[8]

Mas o sabão também poderia ser produzido pela própria lavadeira, como o sabão de cinza, por exemplo, usado para branquear a roupa. A água em que se fervia a cinza, em Belém recebia o nome de barrela.[9]

Molhar, ensaboar, esfregar, torcer, molhar de novo, retirar o sabão, corar a roupa, eram etapas integrantes do labor das lavadeiras.

Hoje, no século XXI, ligamos torneiras instaladas em tanques e pias, mas nos oitocentos o abastecimento de água em Belém era diferente. Havia queixas referindo, por exemplo a precariedade do atendimento da Companhia das Águas, como esse, publicado no "Diário de Noticias" de fevereiro de 1888 sob o título "Insulto á População"

---

[6] O escritor João Marques de Carvalho nos fala de Maria e Hortência, mãe e filha respectivamente, que ganhavam seu sustento através da lavagem de roupa na própria casa. In: CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/SECULT, 1989. Pp. 39 a 41.

[7] Para Gilberto Freyre, o fato de escravos suprirem as moradias de seus senhores com água de beber, de cozinhar e de banho, retardou em várias cidades do Brasil, a instalação de serviços de canalização e de esgotos nas casas e sobrados. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. SP: Global, 2003. P.633.

[8] Jornal "Diario de Noticias", 22/05/1888, n° 115. P. 01. Depositado na Biblioteca Pública "Arthur Vianna". Setor de Microfilmagem. O sabão era um item muito importado pelos comerciantes locais. Segundo Bárbara Weinstein, na década de noventa essa importação ainda era intensa o que significou concorrência com a fábrica de sabão instalada em 1895. Ver WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. SP: HUCITEC:EDUSP, 1993. P. 114.

[9] Izilda Matos afirma que "essas mulheres conheciam as técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégias para branquear, engomar e passar a roupa, além de produzirem elas próprias o sabão e a goma". In: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. P. 145. Marques de Carvalho, em obra já citada, faz referência à lavagem da roupa na barrela. In: CARVALHO, João Marques de. Op. Cit., Pp. 40-1.

> *Em diversas tabernas d´esta cidade, vê-se uma chapa de metal pregada á parede com esta inscripção em letras grandes: COMPANHIA DAS AGUAS – torneira publica n° ...*
>
> *O publico, porem, se quer água, compra-a por bom dinheiro, do taberneiro em cuja casa se acha a torneira publica.*
>
> *Isto é uma grande affronta, que se faz ao povo paraense; porquanto é sabido que essa felizarda companhia, para quem a província não regateou favores, não dá uma só gota d´água e esta generosa população, que, se fosse n´outro qualquer paiz, teria arrancado aquellas insultos as placas a atirado-as na cara da companhia ou de quem teve a lembrança de mandal-as collocar.*[10]

Problemas como esse, levaram as pessoas em geral a continuar recorrendo aos poços públicos e/ou aos aguadeiros, que com seus carros-pipas percorriam as ruas de Belém. Olímpia da Costa Brasil e Appolinaria Maria do Espírito Santo, ambas lavadeiras, regularmente dirigiam-se a um poço situado na "Pratinha", atual rua dos Mundurucus, a fim de coletarem água para o seu ofício.[11]

Havia também as lavadeiras que desenvolviam seu trabalho nas praças e largos da cidade, sobretudo em dias de sol forte. Nesses lugares, era possível vê-las acocoradas sobre suas tinas, com as saias erguidas e presas entre os joelhos como um "calção turco", ou junto aos antigos poços, puxando água e conversando, às vezes, em altas vozes.[12]

Lugares que outrora foram área suburbana como a travessa da Piedade, a praça da Trindade e do Carmo, eram, na década de oitenta, regularmente freqüentados pelas lavadeiras. As roupas lavadas eram postas a secar nas praças, o que gerava um verdadeiro espetáculo singular naqueles pontos da cidade.

Há notícias sobre algumas que preparavam suas refeições nos mesmos lugares em que procediam a lavagem. Jornais como "A Província do Pará" criticavam duramente o poder público por tolerar a presença das lavadeiras nas praças e largos da cidade.[13]

---

[10] Jornal "Diario de Noticias", de 16/02/1888, n° 37. P. 02. Depositado na Biblioteca Pública "Arthur Vianna". Setor de Microfilmagem.
A Companhia das Águas do Grão-Pará foi um empreendimento importante, que "dirigiu a construção, o funcionamento e a manutenção do abastecimento de água de Belém, de 1881 a 1895".

[11] Autos crimes de termo de bem viver em que é queixosa Augusta Campello e querellada Olímpia da Costa Brasil. Depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (APEPA). Fundo: Segurança Pública. Série: Autos Crimes. Pasta de 1890.

[12] A expressão "calção turco" é empregada por Marques de Carvalho quando refere o modo como a lavadeira Maria prendia a saia entre os joelhos antes de inclinar-se sobre a tina. Ver CARVALHO, João Marques de. Op. Cit., Pp. 58.

[13] Jornal "A Província do Pará", 29/04/1885, P. 02. Depositado na Biblioteca Pública "Arthur Vianna". Setor de Microfilmagem. Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"/ CENTUR.

Em abril de 1885, foi publicado um editorial sob o título "Lavanderias nas praças publicas", onde o redator cobrava o respeito ao código de posturas municipais, o qual em seu artigo 75 postula que "*É igualmente prohibido corar, enxugar ou estender roupa nas praças, largos, ruas e travessas, em armadilhas, cordas, ou no chão, salvo em lugares designados pela câmara. O infractor pagará a multa de dez mil reis"*.[14]

No ano de 1891, o jornal "A Republica" publicou que as lavadeiras de Belém foram intimadas a não mais estenderem as roupas lavadas nas praças e ruas da cidade. As infratoras seriam multadas. Medidas como essa, restringiram cada vez mais o desempenho desse trabalho ao âmbito do domicílio, fosse este o dos patrões, ou o da própria lavadeira.

A historiografia aponta que gradativamente, muitas lavadeiras em São Paulo por exemplo, passaram a trabalhar nos quintais e áreas de serviço das residências dos patrões, inclusive com água encanada. Essa prática reproduziu-se em várias cidades do Brasil, inclusive em Belém. Não obstante essa reprodução, ainda agora, ao sétimo ano do século XXI é possível ver lavadeiras percorrendo as ruas da cidade de Belém com suas trouxas e pacotes de pano, não raramente à cabeça e auxiliadas por algum familiar. Caminham eretas, cuidando para que a roupa não sofra danos, como respingos de lama, resultante das fortes chuvas que visitam a capital do Pará. E não só caminham, como adentram os ônibus, vencendo às vezes longas distâncias para atender à freguesia. Mas estas são outras histórias.[15]

Referências Bibliográficas:

CRUZ, Ernesto. *A Água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais até os dias hodiernos*. Belém: Oficinas da Revista de Veterinária, 1944.
CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992.
FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. SP: Global, 2003.
MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel. *Masculino/Feminino: tensão insolúvel: sociedade e organização de subjetividade*. RJ: Rocco, 1996.
MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: histórias e usos dos rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. PUC – SP, dez/2004. (tese de livre-docência)
WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. SP: HUCITEC:EDUSP, 1993.

[14] "Código de Posturas para a Câmara Municipal de Belém", Cap. XIII, Art. 90. In: Colleção das Leis da Província do Gram Pará, Anno de 1880. Tomo XLII. Impresso na Typographia do Diario de Noticias. 1880-1881. Depositado no APEPA.
[15] MATOS, Maria Izilda Santos de.Op. cit., P. 149.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Protesto na Bahia: Uma manifestação contrária ao subsidio voluntário

Carolina Chaves Ferro*

Resumo: Grande parte da historiografia sobre Portugal e seu Império na época Moderna entende que o Terremoto de Lisboa fora um importante marco para que o Secretário de Governo do Rei D. José I na época, Sebastião José de carvalho e Melo, depois Primeiro Conde de Oeiras e mais tardiamente Primeiro Marquês de Pombal, aplicasse as políticas consideradas necessárias para a modernização do Estado Português. Enquanto as preocupações se voltavam para as questões da política Portuguesa, as implicações imediatas do Terremoto na sociedade da América ficaram à margem na historiografia. Este trabalho pretende preencher, mesmo que infimamente, algumas questões que demonstram a lealdade dos colonos ao Rei, mas ao mesmo tempo sua preocupação em enriquecer e tirar o máximo proveito econômico desse território.

Palavras-chave: Terremoto de Lisboa, Cidade de Salvador, Política Moderna.

Abstract: A big part of historiography about Portugal and its Empire in The Modern Age understands that the Earthquake of Lisbon was an important landmark to the Secretary of Governement of the King D. José I on that age, *Sebastião José de Carvalho e Melo*, after First *Conde de Oeiras* and later First *Marquês de Pombal*, applied to the politics necessities to the modernization of Portuguese State. While the preoccupations had been about the questions of portuguese politics, the most imediatily concerns from the Earthquake in the America Society had been in the second plan in the productions of historians. This monography want to do a small contribution, and answer some questions about the loyalty from colons to the king, but at the same time, their preoccupations in to be rich and to do the economic exploration in this territory.

Keywords: The Earthquake of Lisbon, Salvador City, Modern Politics.

> *Naquela mesma ocasião avizei a V. Ex. de algumas providencias, que me pareceram necessárias para que a arrecadação desta mesma contribuição, fosse feita sem se experimentassem as fraudes antecedentes, nem tivessem lugar, os empenhos dos poderosos, a favor de reos com prejuízo notável a fim da Fazenda Real como do Bem Commum dos Vassalos de S. Mag.* (AHU_Bahia (Castro e Almeida), Cx. 12, D. 2100)

Palco de uma das principais discussões historiográficas da atualidade, a política da América Portuguesa (termo aclamado por Fernando Novais que procurava não recorrer ao anacronismo em História da Vida Privada no Brasil[1]) não pode ser analisada desvinculada do Império Português como um todo e do contexto dos outros estados e impérios que viviam na

[1] **NOVAIS**, Fernando A. (org. geral) e SOUZA, Laura de Mello e (org. do volume). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

* Mestranda em História Social Moderna pela Universidade Federal Fluminense –UFF, e bolsista de Mestrado pela CAPES.

época Moderna. Da mesma forma, as Instituições políticas – ou administrativas - do mesmo período e local, devem ser pensadas no âmbito de suas jurisdições e práticas efetivas, em suas relações com os demais órgãos, e comparativamente umas com as outras.

Em 1756, por toda a América Portuguesa, circulava a carta do Rei D. José I relatando brevemente a lástima que se sucedeu em Lisboa e contendo o pedido para que cada Câmara do Império estabelecesse um subsídio que auxiliasse na reconstrução da sede do Império Português, casa do tão estimado Rei e de seus mais próximos e melhores.

Não havia sido definido, em teoria, que Lisboa deveria ser reconstruída. As discussões acerca da possível reconstrução ou não da cidade real se encontravam no auge de suas produções. Alguns diziam que a cidade não deveria ser reconstruída, pelo perigo de ser destruída novamente por outro terremoto. Outros criticavam o rei D. José I por não ter prontamente decidido que a capital seria restabelecida[2].

Por Alvará de 1758, D. José I regulamenta a reconstrução de Lisboa e se iniciam as obras definitivas[3]. Entretanto, muito antes do Alvará ser de fato homologado, o Rei pede auxílio a seu Império com a pretensão de construir novamente a cidade devastada. Na América, a carta chega para o Vice-Rei Conde dos Arcos, que se encontrava na sede do Império Português, a cidade de Salvador. Devido a isto, esta localidade fora a primeira a receber a notícia do terremoto, bem como a se organizar para estabelecer o subsídio voluntário.

> *Me pareceo participar vos logo este infausto successo por confiar na lealdade e honradez propensões dos meus Fieis Vassalos dessa Cidade e da sua Comarca que não so tomarão huma grande provizão então justificado sentimentos e nos louvores que se devem dar à Divina Mizericordia por haver suspendido o castigo (...)e pellos interesses que se lhes seguirão de ser promptamente reedificada a capital destes Reynos, e seus domínios, me hão de servir nesta urgente occasião com tudo o que lhes for possível. E nesta confiança, mando avisar ao Conde dos Arcos (...), que deixe ao arbítrio do vosso amor, e zelo ao meu Real Serviço, e do Bem Commum, a eleição dos meyos que acham que podem ser mais próprios para se conseguir hum tão importante e glorioso fim.* (AHU_ACL_CU_005 - Bahia, Cx. 126, Doc. 9865.)

Como podemos observar na carta enviada ao Vice-rei do Brasil Conde dos Arcos pelo Rei D. José I, a reedificação de Lisboa era uma certeza, ao contrário do que alguns historiadores apontam[4]. O Rei D. José I faz um pedido e um apelo ao Vice-Rei. Observamos que não é estabelecido nem o que seria taxado, nem a porcentagem do tributo. O Rei permite

---

[2] **FONSECA**, João Duarte. 1755: O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.

[3] Até então as obras que haviam sido feitas eram de cunho temporário e emergencial para abrigo da população. O rei D. José I e sua família, e os nobres que tiveram seus castelos destruídos e o alto clero português viveriam em Belém (cidade próxima a Lisboa) por um longo período em tendas luxuosas.

[4] Por exemplo, **TAVARES**, Rui. *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2005.

ao Conde e às Câmaras que se estabeleça o valor que melhor condissesse com "*vosso amor, e zelo ao meu Real Serviço, e do Bem Commum*". Na maioria das vezes, o fato do vassalo poder estabelecer o subsídio era ainda pior do que se o mesmo fosse arbitrário, sem discussão prévia. Quando tratamos da lealdade dos Vassalos ao Rei e do amor que os mesmos sentem pelo monarca, obviamente grandes somas seriam estabelecidas, pois quanto maior a verba enviada, maior seria simbolicamente a dedicação que esses homens prestavam ao Rei.

Logo, o Vice-Rei Conde dos Arcos escreve cartas para as sedes das capitanias no Brasil, juntamente com uma cópia da carta régia para que cada Câmara estabelecesse a melhor forma de ajudar o Rei e a cidade de Lisboa.

Resumidamente, o donativo fora estabelecido na maioria das Câmaras da América pelo período de 10 anos. Dentre as Câmaras pesquisadas, todas pediram para cessar o donativo quando o tempo proposto previamente era finalizado. Entretanto todas às vezes o pedido fora negado, sendo prorrogado até o período de D. João VI.

A pesar de comumente haver pedidos para cessar o pagamento do subsídio, as elites na América, em sua maioria, aceitaram de bom grado o estabelecimento do novo imposto. Acreditamos que esse fato se deve a importância simbólica de Lisboa, cabeça do Reino e ao pedido como resposta do amor e zelo que os habitantes da América possuíam por seu Rei, que mesmo distante fisicamente, se fazia presente através dos braços da administração.

A cidade de Salvador fora a única, encontrada na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, que resolvera protestar contra o valor, considerado entre os contemporâneos da época, exorbitante para a realidade econômica da capitania da Bahia.

Os pedidos de subsídios se tornam mais freqüentes a partir de 1620-1630 e são normalmente dirigidos aos eclesiásticos ou a grupos possidentes como os mercadores. Foi o que aconteceu no caso específico estudado, já que o subsídio incidiu sobre os comerciantes de grosso trato (especialmente com relação a água ardente da terra, à carne de gado, e aos escravos provindos do tráfico negreiro) e sobre os eclesiásticos que tinham isenção do imposto do gado, mas que precisaram pagar o tributo para a reconstrução de Lisboa incidido sobre essa mercadoria. Tal subsídio era estabelecido como uma ajuda ao Rei e ao Reino (em casamentos de príncipes, ajuda de dotes, urgências orçamentárias, etc.).

O caso apresentado era de extrema gravidade, pois a "mui leal cidade de Lisboa", sede do Império Português e cabeça do corpo havia sido destruída. Simbolicamente a destruição através do terremoto abalou as estruturas mentais dos súditos e dos principais pensadores da época.

Apesar de ser um subsídio, imposto estabelecido pelos mesmos que irão sofrer a taxação, as contestações não cessam. Como bem lembra Antonio de Oliveira[5], o fisco era o principal motivo das revoltas e contestações, e não vai ser diferente no estudo deste caso. A elite bahiana do século XVIII, que via seus privilégios diminuírem a cada dia, tenta garantir os poucos direitos que lhe sobraram na prática. A reivindicação era legitimada quando se descumprisse o pacto social demarcado entre o monarca e o povo[6], símbolos da injustiça e do mau governo.

Foi possível através de toda documentação levantada no Arquivo Histórico Ultramarino identificar apenas uma contestação que tenha ocasionado uma devassa, em 1757 em Salvador, por conta do estabelecimento do subsídio. Mesmo assim, as demais Câmaras durante todo o restante do século XVIII pediam para cessar o pagamento, mas aceitavam quando a resposta real era negativa.

O movimento contrário ao subsídio voluntário, como já levantado, se inicia com uma discussão na Câmara de Salvador sobre o valor total a ser arrecadado, a duração do subsídio e os produtos que seriam taxados. Na época, em 1756 os funcionários da Câmara não chegaram a um consenso sendo a taxação estabelecida sobre produtos importantes para a economia local, aliado a um longo período de cobrança. Os que não se conformaram com a resolução da Câmara se organizam para protestar o valor escolhido. É importante salientar novamente que o estabelecimento de novos impostos fazia parte da jurisdição das Câmaras, no entanto estes não deixavam de ser vistos, em muitos momentos como injustos. Os homens de negócio da Bahia e alguns poucos populares se organizaram para compor um abaixo-assinado que seria enviado diretamente ao Rei pela Nau da Licença, tratando da injustiça que sentiam, e se queixando sempre da miséria, necessidades e pobreza que os súditos da América passavam (regularidades discursivas típicas das revoltas)[7]. Provavelmente, a corrida para conseguir assinaturas ocorreu em um momento bastante propício, pois a vinda de navios que facilitavam as trocas de correspondências no período, não acontecia durante todo o ano. O abaixo-assinado fora descoberto pelos membros da Câmara e se iniciou uma devassa para descobrir os responsáveis pelo movimento.

---

[5] **OLIVEIRA**, Antonio. *Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1640.* Portalegre, 1989.

[6] Povo aqui é entendido como aqueles que possuem direitos. Excluem-se os escravos, pardos, cristãos-novos, índios, etc. Mais tardiamente Pombal diminui essas diferenciações dos indivíduos como, por exemplo, iguala a jurisdição dos índios com a dos cristãos velhos.

[7] **FIGUEIREDO**, Luciano. *Narrativas das Rebeliões: Linguagem Política e idéias radicais na América Portuguesa Moderna,* In__: Revista da USP, São Paulo, nº 57 – março/maio, 2003, p. 06-27.

> *(...) disse que nas vésperas da partida da Nau de Licença do anno passado escreveu a elle testemunha Pedro Alures da Silva morador em Santa Ignez do Recôncavo desta Cidade para que procurasse meyo de fazer hum Requerimento sobre o Donativo das agoas ardentes, que todos os mais fabricantes dellas estarão promptos para asinar, para que os alivie assim do dito donativo, ou se disesse a menor porsão, e tirando das testemunhas inculcar de algum bom Letrado lhe apontaram o Bacharel Pedro Nolasco (...)e elle testemunha andou assinando por alguas pessoas desta cidade fabricantes de agoas ardentes, e por ultimo mandou ao dito Pedro Alveres, que também assinou como outras pessoas la de fora todos fabricantes de agoas ardentes, e todos assinantes serião de vinte ou vinte e hum.* (AHU_ACL_CU_005, Cx. 126, Doc. 9865. Cd. 18 - Bahia –Avulsos - f. 5v-6).

A devassa sobre o subsídio se inicia com a acusação prévia do Advogado Pedro Nolasco. É interessante como o juízo de valor sobre o bacharel em direito é uma constante. O que a documentação aparenta é que somente Pedro Nolasco tinha "maquinado" contra o donativo sendo, portanto, o único que pagaria tal abuso.

> *(...) constar a Sua Magestade que hum adevogado desta Cidade, chamado Pedro Nolasco, mosso inquieto, intrépido e atrevido, tinha nella maquinado, Contra o Donativo Real imposto nesta mesma Cidade e Sua Capitania com hum papel decisivo, que ando publicando e assinando pela Coroa e para se averiguar este facto (...).* (AHU_ACL_CU_005, Cx. 126, Doc. 9865. Cd. 18 - Bahia –Avulsos – F. 1)

Pedro Nolasco não participa dos inquéritos da Devassa, sendo que a única informação que obtivemos sobre seu paradeiro no momento era de que ele se encontraria na prisão da cidade.

> *Exactamente, Seo dito Pedro Nolasco, tinha com efeito maquinado com o dito papel sedicioso, contra o Real Donativo, e se andava preso, ou por interpostar pessoas, publicando e assinando pelas cazas, com todas mais circunstancias e factos, que vale feito desta matéria tivesse ouvido* (AHU_ACL_CU_005, Cx. 126, Doc. 9865. Cd. 18 - Bahia –Avulsos – F. 2)

Conforme os depoimentos são registrados, se observa que os homens que tentavam escapar da acusação de participantes do abaixo-assinado citavam o advogado como sendo o único responsável pelo documento com relação à taxação da água ardente da terra. Não encontramos referência que afirme com certeza que o advogado possuía negócios relacionados a tal produto. No entanto é fácil observarmos que havia uma ligação entre o mesmo e os homens de negócios do local, demonstrando as redes de amizade presentes na sociedade de Salvador.

> *(...) e disse que a respeito do Requerimento para as agoas ardentes que se fizera o adevogado Pedro Nolasco Ferreira, entre outras pessoas a quem elle testemunha o levou para asinarem como dito vem, o levou também ao Coronel João Mello de Araújo e (?restante do sobrenome), (?) depois de ver, não quis asinar, desculpandose de estar doente, a que primeiro queria falar ao seu (...)*(AHU_ACL_CU_005, Cx. 126, Doc. 9865. Cd. 18 - Bahia –Avulsos – F. 9)

Além do abaixo-assinado, há indícios que outro documento fora maquinado contra a taxação da carne de gado. Esse produto era bastante comercializado pela Igreja na América,

especialmente pelos jesuítas, que devido a sua condição privilegiada tinha isenções fiscais sobre tal comércio. Podemos notar, que por mais que o abaixo-assinado contra o tributo das carnes tenha de fato ocorrido, os clérigos não chegaram a ser responsabilizados por tais atos, e o documento jamais chegara às mãos do monarca (talvez pela conjuntura de perseguição aos homens de negócio que a justiça de Salvador estabelecera, os clérigos tenham tido receio de continuar a empreitada do abaixo-assinado).

> *(...) virão a esse respeito hum papel ou Requerimento na mão de Seu amo Mauro Fernandes Maciel cujas letras lhe parecia ser Franco de Senne, ou serião também do escrevento do adevogado Pedro Nolasco por serem as letras dele e outro muito semelhantes, e entende elle testemunha que a materia do dito papel, ou Requerimento foi em parte definida pelo dito seu amo disse que no tempo que o anno pasado se estabeleceu o Donativo, ouviu somente dizer que os Padres da Companhia fizeram um papel ou Requerimento a Respeito do Donativo que se impunha nas carnes (...)*(AHU_ACL_CU_005, Cx. 126, Doc. 9865. Cd. 18 - Bahia –Avulsos – F. 10).

A proposta do abaixo-assinado era de encaminhar ao rei as assinaturas dos homens de negócios de Salvador que entendiam que o estabelecimento do subsídio havia sido injusto. Isto não significa que esses homens não tinham consideração pela capital do Reino e pelo Monarca, mas como já salientamos, o valor incidido era grandioso, e o tempo estabelecido não favorecia a aceitação dos membros da elite local. Pedro Nolasco serviu de bode-expiatório, como comumente acontecia na punição das revoltas e contestações do barroco. Certamente não tinha sido somente ele que encabeçava o protesto contra o valor do subsídio, mas como demonstramos, foi considerado o único culpado. O fato de apenas um indivíduo ser punido pelo documento é de fácil compreensão. Se partirmos do pressuposto de que os assinantes pertenciam à elite local, e de que a sociedade do Antigo Regime era marcada pela diferenciação dos homens enquanto sua importância (com relação a sangue, e nessa época também à riqueza)[8], caso todos os componentes tivessem sido punidos, haveria uma grande crise na Bahia setecentista. Não somente esses homens iriam se revoltar, mas com eles, iriam todos aqueles que de certa forma possuíam privilégios adquiridos há gerações. Tão pouco, deixariam de participar os clérigos, já que sua presença nas revoltas era muito mais freqüente do que se imagina.

Não sabemos o que se sucedera com o término do inquérito do advogado Pedro Nolasco. Para isso teríamos que realizar uma busca apurada na documentação em suas instâncias superiores na época como o Desembargo do Paço. Entretanto o fato de ele ter sido julgado e enviado a Lisboa como forma de exemplo a não ser seguido comprova a importância desse acontecimento para a sociedade de Salvador da época.

[8] **OLIVAL**, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal: (1641-1789),* Lisboa, Estar, 2001.

A devassa estabelecida por conta do abaixo-assinado demonstra mais uma vez a habilidade política e organizativa dos homens da época moderna, que não se distanciava em nada das práticas cotidianas em Portugal. Dentre as assinaturas e testemunhas que confirmaram sua participação na reivindicação, todos, sem exceção, são comerciantes. O Impacto fiscal que o subsídio voluntário acarreta, prejudica diretamente esse grupo social. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que tal grupo se encontrava presente nos cargos da administração local (a Câmara), o que demonstra que os comerciantes eram mais aceitos, especialmente na Bahia, e que mantinham relações de parentesco e compadrio com os senhores de terras bahianos.

Como Evaldo Cabral de Melo aponta[9], os homens da elite portuguesa se sentiam atingidos com relação ao seu patrimônio, e exigem seus privilégios por conta do seu bom serviço, remetendo, muitas vezes, a acontecimentos bastante remotos. Por outro lado, a sensação de injustiça por parte desses homens não estava, nesse caso, relacionada diretamente com o Rei, e sim com a Câmara de Salvador. Esses últimos fatos são comprovados com a documentação da discussão na Câmara para o estabelecimento do subsídio, e com o caso de o abaixo-assinado ter sido preparado para ser entregue diretamente a D. José I.

O presente artigo procurou esboçar rapidamente, que o poder fazia parte de um pacto constantemente renovado através de revoltas, revoluções[10] e contestações que foram em grande número tanto na América como no Império e na Europa como um todo.

O século XVIII é extremamente complexo em sua análise. Novas concepções de pensamento floresciam na Europa e a monarquia portuguesa, sob influência de Pombal, jamais quisera ficar de fora das inovações que poderiam garantir o retorno da grande influência que um dia Portugal conheceu. Entretanto, Portugal ainda estava muito mais ligado à religião do que ao estudo desvinculado da instituição da Igreja.

Ao mesmo tempo, observamos um crescente descontentamento por parte dos habitantes da América em pagar os impostos, cada vez mais crescentes, à Monarquia Portuguesa. No caso do subsídio, esse elemento fora complicador, pois os súditos de Sua Majestade que protestam tinham absoluta certeza de que o rendimento não faria com que melhorasse as suas vidas. Pelo contrário, era mais um dos tributos pagos sem reconhecimento da lealdade prestada. Podemos também observar que mesmo em locais em que os membros da

---

[9] **MELLO**, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2ª edição, 1997.

[10] Termo utilizado no período. Os mais atuais conceitos de Revolução (como os de Gramsci, Lênin, Etc.) não cabem nesse estudo por serrem posteriores.

elite, composta tanto por comerciantes como por senhores de terras, possuem relações sociais íntimas, não era exclusa a possibilidade de haver tensões entre as partes.

Referências Bibliográficas:

BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos (XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *O Mar sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

FALCON, Francisco José C. *A época Pombalina: Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, Ática, 1983.

FIGUEIREDO, Luciano. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761,* São Paulo, Tese de Doutorado apresentada a FFLCH da USP, 1996.

FONSECA, João Duarte. 1755: *O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.

HESPANHA, António Manuel. (coord). *História de Portugal – Antigo Regime*, vol. 4, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

OLIVEIRA, Antonio. *Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1640.* Portalegre, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Capitalismo contemporâneo e conflitos sociais: imprensa e democracia no Brasil

Francisco César Pinto da Fonseca[1]

RESUMO

Entre 1987 e 1988, durante o processo constituinte que estabeleceria novos direitos e deveres, a grande imprensa brasileira (os quatro periódicos diários mais importantes) se posicionou claramente contrária ao direito de greve, constrastando fortemente seu autoproclamado democrático.

PALAVRAS-CHAVE : Imprensa, autoritarismo, greves.

INTRODUÇÃO[2]

Objetiva-se desvendar a concepção sobre a democracia da grande imprensa brasileira (isto é, os periódicos *Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo*)[3], por meio de sua visão sobre o conflito de classes, expresso especificamente no direito à greve.

O contexto para tanto é o Congresso Constituinte, entre 1987 e 1988, em que o direito de greve foi debatido e introduzido após décadas de cerceamento. Nesse momento, a disputa pela hegemonia fez explicitar visões de mundo e interesses, sendo a imprensa um ator fundamental. Esta é aqui considerada "aparelho privado de hegemonia", empresa capitalista e "intelectual coletivo" das classes médias e do Capital Global: conceitos advindos de Antonio Gramsci.

No período em foco o capitalismo estava passando por enormes transformações, que perduram até os dias de hoje, provenientes da 3ª revolução industrial e da hegemonia das idéias neoliberais, o que vem implicando a supressão de direitos e a substituição do emprego formal por ocupações precárias.

---

[1] Professor de ciência política da FGV/SP, mestre em ciência política (Unicamp) e doutor em História Social (USP).

[2] Este artigo é uma rediscussão de meu livro, intitulado *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.* São Paulo, Hucitec, 2005.

[3] Em razão de citarmos várias vezes os jornais, os abreviaremos da seguinte forma: *Jornal do Brasi = JB; O Globo = OG; Folha de S.Paulo = FSP; e O Estado de S. Paulo = OESP.*

Nesse contexto, as greves são consideradas necessariamente negativas, como veremos.

O LIMITE À "DEMOCRACIA" DA GRANDE IMPRENSA: CONFLITO CAPITAL ENTRE CAPITAL E TRABALHO

Se o conflito em foco é crucial numa sociedade capitalista, sua importância adquire ainda maior complexidade quando quem a retrata é a grande imprensa. Afinal, suas diversas características, sobretudo a representação do Capital e das camadas médias, a atuação como *aparelho privado de hegemonia*, a ambigüidade referente à intermediação dos interesses privados na esfera pública e o fato de que os periódicos são também empresas, fazem com que seus posicionamentos reflitam estes interesses. Observaremos uma amostra do *conservadorismo patronal* dos periódicos, isto é, como se expressa quanto aos conflitos concretos. As justificativas podem ser sintetizadas nas seguintes considerações, em que as paralisações do trabalho são vistas como:

a) inoportunas ou extemporâneas, devido às dificuldades econômicas (tais como inflação, recessão, *déficit* público, entre outras) e às incertezas político/econômicas;
b) políticas e/ou ideológicas e/ou corporativas, o que as deslegitimariam;
c) ilegais, pois desrespeitam as leis vigentes – no caso, as provenientes da Constituição autoritária de 1969 e do "entulho autoritário" –, sobretudo as ocorridas nos serviços, públicos;
d) causadoras de prejuízos à economia e à sociedade;
e) atentatórias à ordem pública (por supostamente se utilizarem da violência);
f) atentatórias ao consenso (supostamente) verificado na sociedade em determinados momentos;
g) atentatórias ao todo (isto é, a sociedade), concebido como mais importante do que as partes.

Para a grande imprensa, as greves são, *em tese*, legítimas e cabíveis numa sociedade democrática; contudo, *na prática* todas elas são, *invariavelmente*, condenadas pelos argumentos acima arrolados, o que demonstra uma sutil estratégia. Para o *Jornal do Brasil*:

> *"O direito de greve não pode ser mais uma espécie irresponsável de desforra contra a proibição que vigorou até aqui. Agora chega: o direito de greve passa a ser uma decisão realmente democrática, isto é, capaz de exprimir a vontade da maioria de cada categoria social. Só o voto individual exprime a vontade de cada associado." (JB, 23/06/87, grifos nossos).*

O jornal afirma aceitar a greve, mas a vetou perenemente, como deixa claro a referência a uma "desforra irresponsável". Todo o seu conservadorismo patronal está contido

aqui, pois, tanto vê como secundário o fato de que durante os 21 anos de ditadura militar a atividade sindical ter sido duramente reprimida como requer a votação individual (em escrutínio secreto) dos membros de qualquer categoria profissional para que, apenas em havendo maioria qualificada dos associados, fosse possível a deflagração da greve, o que implica claramente um óbice intransponível, dadas as condições político/organizativas e sociais da força de trabalho no país após o longo período ditatorial. Em outras palavras, o direito de greve é apenas e tão-somente retórico, devendo ser dificultado pela legislação...e reprimido pelo Estado quando necessário.

Já *O Globo*, que radicaliza suas posições quando o tema são as greves, será claro quanto à disjuntiva em foco, pois sua postura patronal/conservadora é de tal forma reiterada e ostensiva que a paralisação do trabalho será condenada fundamentalmente por meio de uma constante retórica virulenta. Afinal, a definição intrínseca da questão em tela é: "Greve, direito relativo", título de um editorial que define a sua posição, à guisa de seus congêneres, pois: "Existe o direito de greve e existe o grevismo, forma de manifestação política. *O grevismo (...) nada tem a ver com as características e prerrogativas democráticas que definem esse intuito*, no Brasil ou em qualquer sociedade aberta do mundo." (*OG*, 15/05/85, ênfases nossas). O termo "grevismo" será utilizado abundantemente, em uníssono, pela grande imprensa, que pretende com este neologismo deslegitimar todo e qualquer movimento dos trabalhadores que levasse à greve. Portanto, para *OG* a greve "democrática" seria aquela que não ocorre, na medida em que, ao pretender destituir o "caráter político" (em sentido amplo) da mesma, a torna um ideal irrealizável. Trata-se de uma estratégia, compartilhada fortemente pelo *O Estado de S. Paulo*, para quem:

> "Uma das grandes conquistas das sociedades democráticas é o reconhecimento de que o conflito de interesses é elemento inerente à vida social. Desse reconhecimento decorre o direito de greve. (...) [Contudo] Não é de hoje que, no Brasil*, algumas práticas do direito de greve esmagam, sem cerimônia, o mais elementar exercício do bom senso*." (*OESP,*03/02/90, ênfases nossas).

Como se vê, para *OESP* a greve também é um direito assim como o termo conflito; porém, sua prática – qualquer que seja a greve – será invalidada, pois sempre lhe faltaria algo para tornar-se legítima e justificável. As passagens citadas até agora apregoam, portanto, as mesmas idéias, com variações que possuem a mesma raiz.

Mesmo no caso da *Folha de S. Paulo*, o periódico *menos* conservador dos quatro no que tange à pregação anti-greve, os "argumentos" são muito semelhantes, embora, de modo geral, com uma ênfase mais atenuada, pois:

> *"O direito de greve (...) encontrou justo lugar no ordenamento jurídico enquanto último recurso de pressão no âmbito de negociações trabalhistas – ressalvada a*

> *supremacia do interesse público. A greve geral, porém, ao interferir em serviços essenciais, viola esse preceito; a sua utilização com objetivos políticos, ademais, desvirtua a finalidade do direito, transmutando-o em arma que faz da sociedade refém do radicalismo inconseqüente de alguns." (FSP, 01/05/91, grifos nossos).*

A particularíssima definição do que é uma greve "política" – praticamente todas assim o serão consideradas –, via de regra definida a priori pela própria grande imprensa, implica deslegitimá-las. Os periódicos omitem, contudo, que greves, mesmo as gerais, ocorrem nos países por eles considerados "avançados", onde o movimento sindical é historicamente forte e capaz de paralisar todo o país. Dessa forma, os perfis distintos dos jornais confluíram para posições uníssonas. Afinal, embora jamais afirmasse rejeitar os conflitos – passíveis de expressão numa sociedade que se requer liberal/democrática –, a grande imprensa os vetou no quotidiano das relações sociais, requisitando, ora de forma velada ora explícita, a "harmonia" entre as classes. Um de seus objetivos, aliás, foi justamente tentar promover tal "conciliação". No entanto, quando esta se tornou inviável, não hesitou em solicitar a coerção do Estado. Antes disso, porém, a estratégia foi deslegitimar greve por greve, utilizando-se das justificativas acima tipificadas. Vejamos algumas destas.

Quanto aos referidos *objetivos políticos*, via de regra indicariam intuitos exógenos às reivindicações típicas dos trabalhadores, pois circunscritos ao aumento de salários e à melhoria das condições de trabalho; por isso, a condenação às greves deixa claro que ao sindicato não cabe qualquer "intromissão" em assuntos sociais, institucionais, programáticos ou "atinentes" ao governo. Greve – nos termos retóricos acima vistos – será possível apenas e tão-somente se não contiver tais objetivos, além de cumprir um extenso rito procedimental. Como a grande imprensa sistematicamente afirmará –por mera opinião, pois destituída que qualquer critério mensurador – tais intuitos políticos, considerados intrinsecamente escusos, tratou-se de uma poderosa estratégia para vetar qualquer greve. Para o *JB*, por exemplo, ao criticar a greve do funcionalismo federal em protesto contra a demissão de milhares de funcionários no início do Governo Collor:

> "Os movimentos grevistas (...) não estão conseguindo esconder o *princípio político radical* definido (...) pela *cúpula* da CUT, e que apontava para *a desestabilização do Plano Collor e, quem sabe, para a derrubada do governo,* numa escalada de greves até a eleição de 3 de outubro." (*JB*, 12/09/90, ênfases nossas).

Os objetivos dos grevistas, ou melhor, de suas "cúpulas" – trata-se aqui de uma perene imagem forjada, que sistematicamente opõe as bases às lideranças como forma de superestimar o poder destas, reforçando assim sua suposta ilegitimidade –, seriam invariavelmente opostos aos da sociedade. A imagem é forte mas o "argumento" é frágil, pois pretender aniquilar o Plano de Estabilização para logo em seguida derrubar o governo não apenas estava muito além da capacidade dos sindicatos como dá a impressão de que o país

estaria à beira de uma revolução liderada por uma minoria fanática e distante do que quereriam os próprios trabalhadores. Além do mais, leva-se ao paroxismo a suposta capacidade manipulatória das lideranças sindicais, o que implicaria uma total passividade, no limite da imbecilidade, das "massas" manipuláveis. Tudo se passa como se um bando de cegos fosse comandado por uma minoria una e má de loucos. Certamente o *JB*, assim como a grande imprensa como um todo, não acreditava integralmente nestas imagens forjadas, fazendo das mesmas um modo de, ao mesmo tempo, deslegitimar greves e sindicatos e disseminar uma imagem anti-sindical nos leitores. A solicitação para que os órgãos repressivos cerceassem as greves/atividades sindicais, indica, por outro lado, que, estratégias à parte, a grande imprensa *também* acredita no que propugnava, o que denota uma postura reacionária – agudizada em razão da redemocratização – e socialmente antiplural. Numa palavra, trata-se de um projeto/práxis conservador e autoritário.

Em *OG* não poderia ser diferente, tal a radicalidade com que detratou as greves e os grevistas. Imiscuído ao seu governismo inveterado, a hipótese de sabotagem ao governo e ao capitalismo ganha ainda mais força. Por isso, não apenas condenou sistematicamente as greves como criticou o reconhecimento, pelo Governo, portanto em meio à redemocratização, das Centrais Sindicais, pois:

> *"Se existe o que censurar, nestas medidas primeiras, terá sido a precipitação no estabelecimento do diálogo oficial com entidades não legalizadas e cujos objetivos políticos são no mínimo nebulosos, como é o caso da CUT e da Conclat. (...)*
> *"Difícil acreditar que por trás dos movimentos supostamente reivindicatórios não haja uma estratégia política de cunho fascista e subversivo. (...) Como fugir à suspeita de que o PT, incapaz de ganhar eleições, prefira suprimi-las na insana crença de que possa fazer da convulsão e do caos o caminho para chegar ao poder?"* (*OG*, 01/05/85, grifos nossos).

O título deste editorial – "Inimigos da Democracia" – retrata com exatidão a concepção de *OG* – e da grande imprensa como um todo – acerca dos conflitos e de todos aqueles que, por parte do Trabalho, reivindicam direitos. Mais próximos da perspectiva teórica sintetizada por Carl Schimidt, que concebe a política como relação "amigo/inimigo", estigmatiza os adversários de inimigos (internos), à guisa do que fizera o regime militar que mal findara (em 1985). Assim, não apenas não há espaço para o conflito como desqualifica-se liminarmente o "outro". Tal como o *JB*, superestima-se deliberadamente o poder deletério destes "inimigos", que não por acaso são sempre os mesmos para a grande imprensa: a CUT, no âmbito sindical, e o PT no campo político/institucional. Sobretudo ambos, cometeriam o crime de reivindicar direitos para os trabalhadores, e por isso seriam "fascistas e subversivos". Note-se que a crítica de *OG* aos sindicatos cabe perfeitamente ao comportamento do próprio jornal como ao de seus congêneres. Quanto a *OESP*, nenhuma

diferenciação há, como se pode observar no comentário sobre o término da greve dos motoristas e cobradores de ônibus em São Paulo, greve esta condenada com tenacidade:

> "(...) *esse movimento paredista não possuía sentido reivindicatório trabalhista, mas sim político.* (...) Pode parecer incrível que já na década de 90 ainda sobrevivam *dinossauros ideológicos* que se autodenominem trotskistas – mas o xiitismo petista parece ter razões que a razão da História desconhece." (*OESP*, 06/02/90, ênfases nossas).

O jornal se refere a supostas dissensões internas no PT à época da gestão da prefeita Luíza Erundina, procurando, com isso, demonstrar a incapacidade do principal partido de esquerda do país em governar[4]. Observa-se, portanto, que não apenas os inimigos são os mesmos como a forma de detratá-los e estigmatizá-los também.

Em relação à *FSP*, embora mantivesse posições relativamente próximas de seus congêneres, teve uma postura menos virulenta, em virtude de seu perfil editorial nas décadas de 1970 (a partir da segunda metade) e 1980, em que esteve ao lado de certas bandeiras democráticas[5] – isso fez com que sua postura se tornasse mais complexa, pois, ao lado da demanda pela "ordem", tal como os outros jornais, convivera uma certa ligação com os movimentos sociais/aspirações em prol da democracia. Esta ambigüidade se expressa claramente nos editoriais. Afinal, a motivação política – no mesmíssimo sentido dos outros periódicos – foi invocada freqüentemente, caso, por exemplo, das greves ocorridas no ABC paulista, pois teriam: "(...) o *propósito de conseguir dividendos políticos* através de uma eventual catalisação de anseios oposicionistas." (*FSP*, 31/03/85, ênfases nossas). Além disso, acredita que: "A melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros não será conseguida pelo confronto, mas sim por uma *negociação que não ultrapasse os limites do possível e que incorpore o pleno entendimento dos mecanismos de funcionamento do mercado*." (*FSP*, 03/05/85, ênfases nossas) – esta assertiva sintetiza a posição não apenas da *FSP* mas da grande imprensa como um todo sobre a relação entre o Capital e o Trabalho, isto é, a submissão deste último perante o primeiro. Afinal, o "possível" é dado pelo mercado, leia-se o Capital[6]. Mesmo em situações de extrema penúria, como no campo, requer-se

---

[4] A rigor, sobretudo *OESP* fez uma verdadeira campanha persecutória/difamatória contra a gestão Erundina, tentando desqualificar praticamente todas as suas ações, e inações.

[5] Esta maior proximidade com as demandas da chamada sociedade civil também lhe rendeu, sobretudo no momento da transição, um aumento considerável de vendas, com a conseqüente ampliação da verba publicitária.

[6] Para toda a grande imprensa, os salários são conseqüência exclusiva do mercado e da situação da economia. Por exemplo, para *OG*: "(...) a única política salarial que realmente beneficia o trabalhador é o combate sem tréguas à espiral inflacionária (...)" (*OG*, 12/07/90). Já para a *FSP*, para melhorar a situação dos trabalhadores brasileiros a solução seria a: (...) estabilização da economia, para a qual o saneamento das finanças do Estado é tão importante. (...) [além] do aumento do nível de qualificação e produtividade do trabalhador (...), única forma de elevar, de forma duradoura, o salário real no país." (*FSP*, 08/11/92). Os exemplos deste mote são abundantes nos jornais em foco, e apenas corroboram sua visão patronal do mundo.

moderação nos conflitos trabalhistas, pois: "A consciência da desigualdade não pode conduzir a reivindicações extremadas (...)" (*FSP*, 19/05/85).

Contudo, este lado conservador e patronal da *FSP* não implicou a radicalização de seu discurso da mesma maneira que os jornais mais conservadores, por mais que se aproximasse dos mesmos nesta questão, enfatize-se pois fundamental[7]. Por exemplo, o jornal mostrou-se minimamente democrático ao afirmar que greve não pertence ao código penal[8], pois, ao comentar o anteprojeto da nova lei de greve do Ministério do Trabalho (durante a "Nova República"), afirmara que: "*Essa concepção não-criminal (...) do anteprojeto é sua principal contribuição*. Nada disso significa, *contudo, que os abusos e atos criminosos que vierem a ocorrer (...) não devam ser reprimidos com todo o rigor*, conforme previsto na lei comum." (*FSP*, 28/06/85, ênfases nossas).

É fundamental observar que o título deste editorial – "Greve não é crime" – é, por si só, um enorme avanço, pois invariavelmente a grande imprensa utilizou-se de expressões pejorativas para (des)qualificar as greves. Mas esses "avanços" convivem lado a lado com as posturas conservadoras/patronais, como se pode observar no constante alerta sobre os "abusos". Além disso, o jornal propugnou o desatrelamento dos sindicatos ao Estado, através da extinção tanto do imposto obrigatório como da unicidade sindical, entre outros aspectos considerados democratizantes, posição essa igualmente verificada nos outros jornais, embora por motivos diferentes[9]. A cada "concessão democrática", contudo, fez questão de ressaltar a precedência absoluta da "ordem" e da "lei", dentre inúmeros outros aspectos típicos do conservadorismo. Como exemplo, afirma que: "O senso político (...) não deve deixar para segundo plano (...) a coragem e o dever de recorrer, se a ameaça ao interesse comum se manifesta, (...) [aos] instrumentos de coerção facultados pela lei." (*FSP*, 19/07/85). Embora demandasse por meios "legais", não necessariamente estes seriam democráticos – o que, de modo geral, fora omitido.

Um último aspecto a ressaltar quanto à posição de certa forma particular da *FSP* diz respeito às relações sindicais no interior do jornal. A *FSP*, além de gozar de péssima reputação na Justiça do Trabalho, em virtude de reiterados desrespeitos às leis trabalhistas

[7] Pesquisa realizada pelo jornal em maio de 1985 – e comentada estrategicamente sem alarde – constatou que 71,6% dos moradores da cidade de São Paulo eram favoráveis à greve nos serviços considerados essenciais, diferentemente do discurso unânime da grande imprensa (*FSP* incluída), que argumentava que a população como um todo se opunha às mesmas por ser prejudicada. Cf. editorial de 21/05/85. Por outro lado, os referidos compromissos com os setores progressistas significa a adesão a certas causas democráticas, vinculadas sobretudo à arena institucional, tais como a democratização do Estado.

[8] O que, embora elementar a uma sociedade que se requer democrática, não é pouco em se tratando da grande imprensa.

[9] No caso de *OG*, por exemplo, é explícito o apoio ao fim da "unicidade sindical por base territorial" com o objetivo de – em sua percepção – pulverizar a organização sindical, dificultando-a.

vigentes, travou, nos anos 80, conflitivas relações com o sindicato dos jornalistas. A razão principal para tanto deveu-se ao desrespeito à lei que garantia exclusividade do exercício da profissão de jornalista aos que tivessem titulação nesta área. Para o jornal, apesar de claramente se posicionar como *patrão* neste episódio, a questão deveria ser tratada à luz do "benefício ao leitor", pois, a não exclusividade do exercício da profissão aos formados em jornalismo os beneficiaria (leitores), na medida em que:

> *"Longe de conspirar em prejuízo do leitor, este fato só pode estimular que a objetividade no noticiário, o pluralismo nas opiniões (...) sejam buscados. (...) A plena vigência dos princípios empresariais da concorrência, da livre contratação de mão-de-obra (...) é condição essencial para que essa demanda seja atendida. (...) A cada condenação do sistema de mercado, a cada entrave à sua plena vigência no trabalho jornalístico, o leitor é que é atingido em seus interesses." (FSP, 05/05/86).*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, a capacidade de universalizar seus interesses particulares, de um lado, e o caráter patronal ocultado por sua retórica, de outro, demonstram claramente a maneira como o *caráter empresarial (detentora do capital)* se relaciona com o fator trabalho, seja através de seus posicionamentos doutrinários seja internamente com seus funcionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État.* Paris: Éditions Sociales, 1976.
BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil.* São Paulo, Contexto/Edusp, 1988
FIORI, José L. *Em Busca do Dissenso Perdido*. R. de Janeiro, Insight, 1995
GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (5 Vols.) R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
HARVEY , David . *Condição Pós-Moderna.* São Paulo , Loyola, 1992
HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência (perversidade, futilidade, ameaça).* São Paulo, Cia. das Letras, 1985.
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991).* S. Paulo, Cia. das Letras, 1995
MARCONDES FILHO, Ciro . *Imprensa e Capitalismo (org.)* São Paulo, Kairós, 1984

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estado novo e censura teatral

Mirna Aragão de Medeiros*

Resumo
Este trabalho pretende abordar a relação entre Estado Novo (1937-1945) a e censura teatral. Para tal, partimos do conceito de *Estado ampliado*, de Antonio Gramsci, que entende o Estado não apenas em seu sentido estritamente político, mas também cultural e ideológico. É importante ressaltar que nesse período a questão da cultura foi concebida visando a uma *organização* política, ou seja, à criação de instituições culturais próprias, destinadas à produção e à propagação da concepção de mundo e se utilizava do setor artístico para tal. Este *campo* era especialmente ligado ao governo Getúlio Vargas, e particularmente ao ministro Gustavo Capanema. Procuramos mostrar que além da censura do Serviço Nacional do Teatro (SNT) e a do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), existiam também a censura do gosto e a imposta através dos financiamentos estatais. Para tal, considerando que nos textos de Oswald de Andrade "A Morta", "O Rei da Vela", "O Homem e o Cavalo", dentre outros, há um caráter contrahegemônico, e levando em conta a afirmação de Bakhtin de que "a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do mesmo sistema", tomaremos esses trabalhos como objeto de análise.

Abstract

This work intends to approach the relation between "Estado Novo" (1937-1945) and the teatral censorship. Therefore, we take a part of the concept of *Extended State*, of Antonio Gramsci, that not only understands the State in its direction of the strict politician, but cultural and also ideological. It is important to stand out that in this period in question the culture was conceived aiming at to an organization politics, or either, to the creation of proper cultural institutions, destined to the production and the propagation of the conception of the nation and if used of the artistic sector for such. This field was especially on to the Getúlio Vargas government, and particularly to the Minister Gustavo Capanema. We look forward to show that beyond the censorship of the Serviço Nacional do Teatro (SNT) and of the "Departamento de Imprensa e Propaganda" (DIP), the censorship of the taste and the imposed one through the state financings also existed. For such, considering that in the texts of Oswald de Andrade "tA Morta", "O Rei da Vela" and the "O Homen e o Cavalo", among others, have a contrahegemonic character, and taking in account the affirmation of Bakhtin of that "the word is the enclosure for bullfighting where if they collate the contradictory social values; the conflicts of the language reflect the conflicts of the class in the interior of the same system ", will take these paper as analysis of the object.

Esta comunicação fará uma análise do contexto histórico e cultural do Brasil no período conhecido como Estado Novo (1937-1945) no que se refere, especificamente, ao campo artístico. Com esse intuito, optou-se pelo teatro como objeto de estudo, e para tanto,

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

elegemos as peças de Oswald de Andrade (*O Homem e o Cavalo*[1], *A Morta* e *O Rei da Vela*[2]) publicadas em 1937, visando a compreensão das formas de censura que eram implementadas pelo Estado para o controle das diversões públicas.

Na década de 1920, Oswald de Andrade participou da Semana de Arte Moderna e da criação do Movimento Modernista, que consistiu num amplo movimento de idéias, inspirado nas vanguardas européias, com o intuito de promover uma transformação nos caminhos do meio artístico brasileiro. Durante este período, conviveu com Mário de Andrade, Anita Malfati, Plínio Salgado, Raul Bopp, Di Cavalcanti, Portinari, entre outros. Segundo Eduardo Jardim de Moraes[3], a partir de meados dos anos 1920, Oswald de Andrade volta-se para as questões nacionais, escrevendo os manifestos *Pau Brasil*, em 1924, e *Antropofágico*, de 1928.[4]

Nos anos de 1930, Oswald de Andrade sofreu uma metamorfose:

> "Enquanto os padres, de parceria sacrílega, em São Paulo com o professor Mário de Andrade
> E no Rio com o robusto Schmidt, cantam e entoam, nas últimas novenas, repletas do Brasil: No céu, no céu/ com 'sua' mãe estarei!
> Eu prefiro simplesmente me declarar enjoado de tudo.
> E possuído de uma única vontade. Ser pelo menos casaca de ferro na Revolução Proletária.
> O caminho a seguir é duro, os compromissos opostos são enormes, as taras e as hesitações maiores ainda.
> Tarefa heróica para quem já foi irmão do Santíssimo, dançou quadrilha em Minas.
> E se fantasiou de turco a bordo. Seja como for. Voltar para trás que é impossível.
> O meu relógio anda sempre para frente.
> A História também." [5]

Neste momento, o autor passou a renegar o Movimento Modernista e aderiu ao Partido Comunista em 1931, cujos ideais se refletem na sua produção artística e literária. Começou também a escrever ensaios políticos e fundou, com Pagu e Queirós Lima, o jornal *O Homem do Povo,* de vida bastante efêmera e tumultuada[6]. A vida literária de Andrade mostrava-se produtiva, publicando *A Escada Vermelha*[7] e a peça *O Homem e o Cavalo*, em 1934. Logo em seguida, em 1937, publicou mais duas peças *O Rei da Vela e A Morta*, completando a

---

[1] A peça *O Homem e o Cavalo* foi publicada pela Companhia Editora Nacional de São Paulo, em 1934.
[2] A peça O Rei da Vela foi escrita em 1933 e publicada junto com A Morta, pela José Olympio.
[3] MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista*, Rio de Janeiro, 1978.
[4] BOAVENTURA, Maria Eugenia. *O Salão e a selva – uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. São Paulo: Editora da Unicamp,1995, p.105.
[5] ANDRADE, Oswald de. "Serafim Ponte Grande".In: *Obras Completas – 2*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p.133. A primeira edição deste livro foi publicada em 1933, pela Editora Ariel, que, apesar da péssima distribuição, logo se esgotou no Rio de Janeiro, de acordo com a carta a Oswald do amigo China, em 25 de agosto de 1937 (*Op. Cit*. BOAVENTURA, p.171)
[6] O jornal durou de 27 de março a 13 de abril de 1931 e foi fechado por determinação da Secretaria de Segurança do Estado. *Op. Cit*. BOAVENTURA, p.158)
[7] O livro continuava a Trilogia do Exílio, iniciada antes do Modernismo, e seu título estava programado para ser "A Escada de Jacob", no entanto, por contingências políticas recebeu o adjetivo "vermelha".

"Trilogia da Devoração".

A trajetória velada da Trilogia está intimamente relacionada com esse tempo e espaço. O processo de modernização do teatro brasileiro foi patrocinado e financiado pelo Estado, estando diretamente ligado à política praticada pelo Ministério de Educação e Saúde (MES) e ao ministro Gustavo Capanema. Em 1937, cria-se o Serviço Nacional do Teatro (SNT) e as novas medidas relativas ao teatro passam a ser, aparentemente, ditadas pela tal instituição. Entretanto, passavam, na verdade, pelo crivo de Getúlio Vargas e de Capanema. Visava-se a construção de uma cultura nacional, a fim de forjar a "unidade nacional", na qual o teatro teria um papel importante como veículo de formação de opinião e comportamento através de sua platéia.

O Serviço Nacional de Teatro (SNT) passou a ter as seguintes responsabilidades: animar o desenvolvimento e o aprimoramento do teatro brasileiro; promover ou estimular a construção de teatros em todo o país; organizar ou amparar companhias de teatros; entre outras, visando a "elevação e edificação espiritual do povo" através do teatro[8]. Além disso, o SNT também estava incumbido de estimular ações educativas a serem realizadas pela classe teatral, com o intuito de "orientar e auxiliar os estabelecimentos de ensino".

É importante lembrar que até o Estado Novo[9] não havia tido nenhuma política de apoio à produção teatral. Havia constantes polêmicas provocadas pela atuação do governo nesta área, marcada, por um lado, pela regulamentação teatral e, por outro, pelo personalismo, que pode ser notado em intervenções diretas do presidente Vargas nas decisões sobre o setor, as quais dependiam de vínculos de amizade e do círculo de poder.

Algumas medidas foram tomadas para a regulamentação da classe teatral, como por exemplo, a criação de sindicatos, fixação de horário de trabalho e a limitação na contratação de artistas estrangeiros. Este processo teve início com o próprio Getúlio Vargas, que regula/reconhece a profissão de artista teatral, através da lei que fica conhecida como "Lei Getúlio Vargas"[10], a partir da qual o presidente passou a ser visto como amigo do teatro. Até o fim do Estado Novo (1937-1945) ocorreram manifestações da classe teatral em apoio a sua

[8] PEREIRA, Victor Adler. 2001. "Os Intelectuais, o Mercado e o Estado na Modernização do Teatro Brasileiro".In: *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas***.** Rio de Janeiro: FGV, p. 66-67.

[9] No período da gestão Capanema (1934-1945), foram incentivadas a regulamentação das artes plásticas, o teatro, a música, a palavra escrita e o patrimônio histórico e artístico. Institucionalizou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o Museu Nacional de Belas Artes, a comissão de Teatro Nacional, o Serviço de Rádio Fusão Educativa, o Instituto Cairu e o Instituto Nacional de Cinema Educativo. O Ministro também se preocupou em deixar marcas sólidas e monumentais, como pode ser observado no prédio-sede do MESP, hoje MEC, com seu projeto que marca o *novo* na arquitetura de Lúcio Costa. Sobre sua gestão ver: BOMENY, Helena (org).*Constelação Capanema: intelectuais e políticas*.Rio de Janeiro, FGV, 2001.

[10] A "Lei Getúlio Vargas" é decretada em 1928, sob o decreto nº 5.492.

pessoa.

Nesse período existiam dois tipos de teatro, os quais representavam facetas ambíguas do governo Vargas: o "teatro para rir", afinado com a ditadura e ligado diretamente à figura de Getúlio; e o "teatro sério", representante da intelectualidade presente no governo getulista. Dentro do "teatro para rir" existiam linhas básicas de espetáculo: o teatro de revista e o teatro de *boulevard*, também chamado de Gênero Trianon. O "povo" assistia ao teatro de revista, enquanto a elite aguardava as temporadas de teatro francês, português ou italiano. Não existia, portanto, um teatro profissional brasileiro que satisfizesse às camadas mais intelectualizadas da sociedade[11].

No entanto, houve outras experiências contrárias ao "teatro para rir", influenciadas pelo modernismo, como por exemplo, o Teatro da Experiência idealizado pelo arquiteto Flávio de Carvalho; o Teatro de Brinquedo, fundado em 1927 por Eugênia e Álvaro Moreyra, opositores do Estado Novo, que acreditavam num "teatro de arte" contraposto ao teatro existente[12].

Durante o período do Estado Novo é possível perceber que muitas peças encenadas incorporaram o projeto do governo. Vários autores teatrais escreveram sobre a "História dos Grandes Mitos"[13], com o intuito de um resgate histórico e a construção de um pensamento sobre a História do Brasil. Como já citado, o Serviço Nacional de Teatro patrocinava somente montagens que se enquadrassem ao modelo de cultura que Getúlio Vargas queria construir. Décio de Almeida Prado[14] (1988) afirma, nas entrelinhas da sua análise sobre o teatro, na segunda metade da década de 1930, que há uma relação entre a "efusão nacionalista" na dramaturgia pós-1937 e um compromisso ideológico determinado, considerando as peças de "fundo patriótico" como "gêneros menos comprometidos e menos comprometedores".

É importante perceber essa função na criação do Serviço Nacional de Teatro (SNT) e, posteriormente, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Desta forma, o Estado atua objetivamente através desses aparatos e "subjetivamente, sob forma de estruturas mentais, esquemas de percepção e de pensamento – visões de mundo, ou seja, na acepção

---

[11] Ver: CAFEZEIRO, Edwaldo & GADELHA, Carmem. *História do Teatro Brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/FUNARTE, 1996; e DORIA, Gustavo A. *Moderno teatro brasileiro. Crônica de suas raízes.* RJ: MEC/ SNT, 1975.

[12] Estiveram presentes, ainda no período do governo Vargas, o Teatro do Estudante idealizado, em 1938, por Paschoal Carlos Magno; o Grupo de Teatro Experimental (GTE), em 1942, organizado por Alfredo Mesquita, e o Grupo Universitário de Teatro (GUT), em 1943, que girava em torno de Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado

[13] MAGALHÃES, Vânia Soares de. *Teatro de Reticências: os primórdios do Teatro Moderno no Rio de Janeiro (1927-1943*). Niterói, UFF (dissertação de mestrado), 1993, p.69.

[14] PRADO, Décio de Almeida.*O teatro brasileiro moderno.* SP: Perspectiva. 2ª Edição,1996

gramsciana – refletindo a hegemonia de um dado grupo ou fração de classe".[15] Para Gramsci, o Estado é "uma *Relação Social,* ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade (...) atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando *em si mesmo,* os conflitos vigentes na formação social".[16] Logo, devemos analisar o Estado não apenas em seu sentido estritamente político, mas também relacionado com questões de caráter cultural-ideológico.

O Estado, durante a ditadura Vargas, torna-se "entidade suprema, identificado com a própria nação"[17]. A Constituição permitia que o presidente governasse por decretos-lei, aproximando ideologicamente o país das ditaduras fascistas européias. Partindo de uma interpretação própria da idéia de democracia, o liberalismo é apontado como elemento de degradação do Estado, sendo somente possível a consolidação dos ideais democráticos através de um governo forte, representado por um Estado Nacional[18].

O intelectual, anteriormente enclausurado em sua "Torre de Marfim", como proclamara Machado de Assis no discurso de inauguração da Academia Brasileira de Letras, se via agora frente à "simbiose necessária" declarada por Getúlio Vargas no seu discurso de ingresso na ABL, em 1943. Pela primeira vez na história brasileira, "homens de ação" e "homens de pensamento" trabalhavam juntos em prol de um projeto político-ideológico que definisse o Estado. Vargas declara, ainda neste discurso, que os intelectuais são "agentes de um processo de transformação nacional e os constitui como atores políticos de primeira grandeza, ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural"[19].

Desta maneira, alguns intelectuais foram conquistados para atuarem no governo, ou simplesmente faziam parte do círculo do Ministro Capanema, como é o caso de Carlos Drummond de Andrade (chefe do seu gabinete), Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gilberto Freire, Mário de Andrade e outros que se alinhavam perfeitamente com os ideais modernistas. "O ministro freqüentemente consultava esses personagens (...) Havia assim uma rede de relações que interligava os projetos de política cultural e alcançava o organograma do Estado"[20]. Um exemplo pertinente foi a consagração da peça *O Vestido de*

---

[15] MENDONÇA, Sonia."Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania". In: *Tempo 1*. Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p.96.
[16] MENDONÇA, Sonia. "Estado e Sociedade".In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). *História, Pensar & Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
[17]GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – Ideologia, Propaganda e censura no Estado Novo*. RJ: Marco Zero, 1990, p.15.
[18] GOMES, Oliveira & Velloso. *Estado Novo: Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar., 1982.
[19] D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo.* São Paulo: Ática, 1989, p.43.
[20] GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.257.

Noiva, de Nelson Rodrigues, em 1942, como marco do Teatro Brasileiro Moderno[21]. A peça foi encenada pelo grupo de teatro amador "Os Comediantes". O Ministro apoiou a idéia, de Nelson Rodrigues e Ziembinski, dois desconhecidos na época,e a classe teatral testemunhou com surpresa a estréia da peça, no Teatro Municipal com a "casa cheia" de membros da elite intelectual do Rio de Janeiro.

Uma década antes da consagração do *Vestido de Noiva*, Oswald de Andrade havia escrito sua "Trilogia da Devoração". No entanto, ele não fazia parte deste campo de poder que gravitava ao redor e dentro do Estado. Muitos dos intelectuais que se encontravam neste meio, já tinham sido do mesmo grupo de Oswald de Andrade, em 1922, quando organizaram a Semana de Arte Moderna. Oswald tornara-se uma pessoa *non grata* para o Estado Novo, pois, além de não fazer parte deste círculo, seu teatro não se encaixava nos moldes da cultura vigente. Suas peças não se adequavam aos padrões que o Estado queria difundir na sociedade brasileira, e ao gosto do público da época. Nas palavras de Victor Adler Pereira:

> "(...) o exame das relações entre o conjunto da vida intelectual e política do país e o teatro nos fornece instrumentos para compreender porque se aceitou, durante décadas, o argumento de que Oswald de Andrade não tinha uma dramaturgia adequada às exigências da cena, daí ter sua obra permanecido engavetada até fins dos anos 60, sem poder funcionar como fator de modernização teatral, apesar de apresentar pela primeira vez, questões candentes da vida nacional numa linguagem, afinada com as mais ousadas tendências da vanguarda internacional".[22]

Em 1934, depois da sua publicação, a peça *O Homem e o Cavalo* teve seu texto incluído na série de programas para o Teatro de Experiência, de Flávio de Carvalho. No entanto, a leitura da mesma provocou a interdição do teatro pela polícia. A companhia carioca de teatro Álvaro Moreyra tentou encenar *O Rei da Vela,* em 1937, sem sucesso, e o autor sondou Alfredo Mesquita a respeito da possibilidade de encenação de *A Morta*, a qual foi por ele criticada:

> "Não há ação. Que diria o nosso público, acostumado com cinema e que acha que as peças de Dulcina não têm bastante movimento? Apreciaria essa divagação poética estática? E as mamães das mocinhas? (...) Dificuldades cênicas intransponíveis, de interpretação também. Não creio a representação viável."[23]

Ora era a censura que vetava as peças de Oswald, ora eram as próprias companhias teatrais, que discordavam do tipo de teatro proposto e de sua dificuldade de agradar o "gosto do público". Tendo o Estado o intuito de construir a identidade nacional, unificante, forjada de forma a conglomerar as diversas forças sociais, criando o sentido de "coletividade", passava a ter a necessidade de um órgão representativo. Para que isso tivesse sucesso, era preciso a elaboração de um discurso e a propagação deste com controle e eficácia.

---

[21] PEREIRA, Aline Andrade. *Sobe o pano: a crítica teatral moderna e a sua legitimação através de Vestido de Noiva.* Dissertação de mestrado, UFF, 2004.
[22] *Op.cit*. PEREIRA, p.61
[23] *Op.Cit.*BOAVENTURA, p.175.

Assim, sobre as bases lançadas desde 1931, é instituído por decreto-lei[24] o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em dezembro de 1939, subordinado ao Presidente da República. Neste decreto, constam como suas finalidades tanto a difusão e a propaganda do discurso oficial, como a promoção dos eventos de "intuitos patrióticos". No seu 2º Artigo ficou estabelecido que o DIP ficaria responsável pela *censura* do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio-difusão, da literatura social e política, da imprensa, além de estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras[25].

Todas as peças passaram a depender de uma censura prévia e da autorização do DIP para serem encenadas, através dos pareceres feitos pelos censores da Divisão de Cinema e Teatro[26]. A censura, infelizmente, não era novidade para o teatro. Na época do Império, funcionou através do Conservatório Dramático[27], e existiu durante todo o período Republicano. Na década de 1930, a censura estava sob responsabilidade do Chefe de Polícia e vinculada ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores, e através do Decreto nº 22.332, de 10/01/1933, foi criada a Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes, estando a ela subordinada o departamento de Censura Federal. É interessante notar que havia um órgão dentro da polícia, chamado Inspetoria Geral de Polícia (IGP), que responsável pela inspeção dos teatros, espetáculos públicos, divertimentos de qualquer ordem, entre outros. Desta maneira, um Departamento era responsável pela censura política e moral dos textos teatrais e outro pela censura policial.

Enquanto num Estado democrático, a ação do ato censório oscila entre o direito à liberdade e o risco ao abuso, o discurso autoritário se reveste como preservador da moral. Desde o início da República, em 1907, a 2ª Delegacia Auxiliar tinha como competência a fiscalização dos divertimentos públicos, e no final de 1920, apareceu pela primeira vez o termo "censura prévia". É importante ressaltar o destaque dado à censura do texto teatral, visto que se acreditava em um grande potencial de influência do teatro sobre os costumes da época. Era por esta razão que, segundo o governo, o teatro deveria ser vigiado pela polícia, "o

[24] Decreto-lei nº 1915 de 27 de Dezembro de 1939.
[25] *Op.Cit*, MAGALHÃES, P. 58-59.
[26] No mesmo decreto de criação do DIP, consta no Artigo nº3 a divisão do Departamento de Imprensa e Propaganda em cinco divisões, entre elas a Divisão de Cinema e Teatro.
[27] O Conservatório Dramático Brasileiro foi fundado em 12/03/1843 para "animar e excitar o talento nacional para os assuntos dramáticos e para as artes acessórias" e em 1845 o decreto nº425 de 19/07/1845 estabelecia o Conservatório como primeira instância da censura em todas as peças, anterior à autoridade policial. Acerca do Conservatório Dramático Brasileiro, ver KHÉDE, Sônia Salomão. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil.* Rio de Janeiro, Codecri, 1981.

agente executor das medidas restritivas" [28].

Para uma peça ser encenada, precisaria, necessariamente, se encaixar a uma série de exigências. As peças de Oswald tratam de temas ligados à decadência da sociedade brasileira na década de 1930 e questões da cultura e política brasileira, de forma crítica e reflexiva. É possível perceber, pelo Artigo 54 do DIP, o que não era permitido constar no texto para que a encenação fosse liberada. Logo, a autorização era negada quando: contivesse qualquer ofensa ao decoro público, cenas de ferocidade ou fosse capaz de sugerir a prática de crimes; divulgasse ou induzisse os maus costumes; e fosse capaz de provocar incitamento contra o regime vigente e a ordem pública. Havia também outras formas de controle sobre as representações teatrais, como a delimitação dos espaços utilizados e a proibição das representações de improviso. Os atores que insistissem em improvisar sofreriam a penalidade de expulsão do espetáculo. Além disso, existia a censura indireta, através do financiamento do Estado a determinados grupos teatrais e não a outros.

Oswald almejava uma nova função para o teatro, uma função social, buscando transformar seu caráter elitista devolvendo-lhe o cunho de comunicação de massa. O texto da peça *O Homem e o Cavalo* (1934) foi escrito como uma estrutura para ser encenada em estádios, para a massa popular, como o espetáculo do futebol[29].

Já no caso da peça *O rei da vela*, de 1937, é interessante notar que, num primeiro momento, ela foi "arquivada", esquecida, pois não se enquadrava no modelo de cultura da época do Estado Novo. Mas, três décadas depois, com a montagem em 1967, a mesma peça foi consagrada como grande marco de inovação teatral, tida como manifesto vanguardista, crítico e "agressivo". Com a encenação polêmica feita pelo grupo de teatro Oficina, em 1967, Procópio Ferreira foi questionado quanto à razão que o levou a não encenar a peça de Oswald de Andrade, na década de 1930, e replicou:

> "Em 1933 ou 34, não estou bem certo, Oswald tentou o teatro, criando *O Rei da Vela*. Esta peça foi lida para mim e meus artistas no desaparecido Teatro Cassino, no Rio de Janeiro. A impressão desta leitura foi a melhor possível. Ficamos todos entusiasmados e pensando em representar esse original. Mas esbarramos com um grande empecilho: a censura. Se esse órgão controlador da moral teatral não permitia que pronunciássemos a palavra "amante", como sonhar em levar à cena a peça de Oswald? Recuamos."[30].

Ferreira se mostra bastante contraditório quanto às suas primeiras impressões, como alertou Oswald Filho em entrevista concedida a Magaldi.

---

[28] KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda - Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

[29] GARDIN, Carlos. *O Teatro Antropofágico de Oswald de Andrade - da ação teatral ao teatro de ação*. São Paulo: Annblume, 1995, p.50.

[30] MAGALDI, Sábato. *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*, São Paulo, Perspectiva,1987, p.5

"(...) contou-me, a propósito, que Procópio ficou horrorizado com *O rei da vela*, quando o pai submeteu o texto à sua apreciação, na esperança de que fosse encenado".[31]

Em contextos diferentes, os intelectuais que antes apoiavam o Estado, mudam de opinião e de gosto. Entretanto, a opinião de Oswald sobre a década de 1930, permaneceu atual em 1967, quando o Teatro Oficina recorreu à peça *A Morta* para fechar a sua encenação de *O Rei da Vela*:

> "Respeitável público! Não vos pedimos palmas, pedimos bombeiros! Se quiserdes salvar vossas tradições e a vossa moral, ide chamar os bombeiros ou se preferirdes a polícia! Somos como vós mesmos um imenso cadáver gangrenado! Salvai nossas podridões e talvez vos salvareis da fogueira acesa do mundo!"

Durante o Estado Novo, existiram vários fatores que não permitiram que a dramaturgia de Oswald se completasse no palco: a política do Estado Novo – financiamento e censura; o gosto do público e das companhias teatrais - nesta época havia o predomínio do Teatro de Revista; e a não inserção de Oswald de Andrade no grupo de intelectuais do governo. Pretendemos, assim, analisar a relação entre a "Trilogia da Devoração" e a época em que ela foi escrita, além dos motivos que levaram à sua não encenação.

[31] MAGALDI, Sábato. *O teatro da ruptura: Oswald de Andrade*. São Paulo, Global., 2004, p.8.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Dodsworth e Maia: o planejamento urbano como controle social e a fixação da subaltenidade

Rogério Ferreira de Souza*

Abstract
The city of Rio de Janeiro is marked, in its historical process, for diverse urbanísticos plans of public intervention, mainly at the beginning of century XX. These public interventions in the urban space searched to instrumentalizar the city for a modern reality and capitalist. However, although the modernizador speech and the Carioca search of urban well-being, slum quarters and its inhabitants had received from the Public Power a differentiated treatment. He is with this critical perspective that this work searchs through two urbanísticos plans, one in the authoritarian period, another one in the democratic period, to analyze the similarities and the forms of efetivação of the social control of the favelada population being marked the physical and symbolic spaces of its subalternidades.
Palavras-chave: Planos Urbanísticos – Favelas – Luta de Classes - Capitalismo

I – Introdução

Considerando os diversos estudos urbanísticos sobre a cidade do Rio de Janeiro[1], podemos afirmar que ao longo dos anos da história da cidade, o poder público estruturou formas diferenciadas de políticas públicas *ad hoc*, para lidar com as favelas e seus moradores. Desde a primeira grande intervenção, a do período da Reforma Passos (1902 -1906) até os dias de hoje, foram aplicados vários projetos de urbanísticos que buscaram na essência o controle dos espaços das favelas e como conseqüência desse controle espacial, o cerceamento e vigilância da vida dos seus moradores das favelas. Essas intervenções caracterizam-se desde as formas autoritárias, como as remoções e as expulsões, às formas mais democráticas como, reconstruções, urbanizações e inserções das áreas faveladas aos bairros vizinhos[2].

---

[1]* **Rogério Ferreira de Souza** é Doutorando em Ciências Sociais no curso de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. Pesquisador associado do Laboratório de Estudos sobre as Desigualdades e Diferenças Sociais (LEDDES) da UERJ. Bolsista nota 10 da FAPERJ.

Para um melhor detalhamento histórico do processo de intervenções urbanas, juntamente com uma análise sucinta dos planos urbanísticos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, ver Vera F. Rezende (2002), Marcelo Baumann Burgos (1988).

[2] Vários autores das diversas áreas do pensamento social brasileiro vêm trabalhando as relações entre as favelas e as políticas públicas no Rio de Janeiro, dentre eles, citamos os trabalhos de Ledds e Ledds (1978), Luiz Antônio Machado da Silva (1994; 2002; 2004), Maria Alice Rezende de Carvalho (1995; 2000), Licia do Prado Valladares (1978; 2000; 2002), Luiz César Queiroz Ribeiro (1996; 2000; 2002), Vera Rezende (1995; 2002) e Marcelo Bauman Burgos(1998).

Seguindo esta lógica, seja de maneira autoritária, ou de forma democrática, essas intervenções nos espaços das favelas, e o controle de seus moradores continuou sendo uma preocupação para o Estado e para certas camadas da sociedade carioca, como também continuaram os estigmas em relação aos moradores de favelas. Ou seja, a população pobre, habitantes em sua maioria, das favelas cariocas, no decorrer do processo de urbanização da cidade foram discriminadas e excluídas do planejamento urbano em detrimento de uma classe dominante, que visava à utilização do espaço urbano como símbolo urbanístico moderno,

> *os perigosos para a saúde. Sua presença afetava o prestígio da capital republicana. No cortiço a superpopulação e a precariedade dos serviços de infra-estrutura (água, esgoto, lixo, energia e gás) somavam-se á precariedade higiênica e à ausência de conforto e privacidade. Obviamente, nele plasmaram-se padrões peculiares de cultura popular, bem como prosperaram traços de violência, como por exemplo a capoeiragem. A República se propôs a cancelar os cortiços por razões urbanísticas e sanitárias explícitas, em busca de uma configuração de prestígio. A reforma urbana nada propôs em relação aos quarteirões lindeiros à área reformada, tampouco sugeriu nenhum novo padrão de controle policial. Não realizou qualquer política habitacional para os pobres. Simplesmente não tomou considerações a moradia para o povo. Desconheceu o problema. Parecia que, para os homens da Reforma Passos, o povo era invisível." (LESSA, 2000:296)*

Apesar do tempo histórico percorrido na história da cidade do Rio de Janeiro; das mudanças no sistema político e social; da transformação da cidade com o avanço da urbanização e com o processo de industrialização e principalmente; a partir da década de 1990, com a democratização brasileira, o poder público manteve presente em suas políticas de intervenções urbanas, principalmente nos espaços das favelas, uma lógica capitalista baseado da diferenciação de classe social, que, desde as primeiras políticas de remoções até os dias de hoje[3], buscou justificativas que possibilitassem as intervenções e as mudanças dos espaços tomados pela favela. A saúde pública deu lugar à segurança pública e a políticas de caráter urbanístico de controle e mapeamento dos espaços físicos e sociais das favelas, pois favela historicamente foi associada à violência, tráfico de drogas, vagabundagem, seqüestro e crime organizado. Razões que justificam as incursões da polícia e o controle ostensivo das favelas cariocas. No entanto, esta forma de controle passou por um aprimoramento no que tange ao discurso e à utilidade de novos agentes.

[3] Assim como a Reforma Passos (1902 –1906), outras intervenções urbanísticas atuaram efetivamente na reestruturação do espaço urbano, tais como: Plano Agache (1930), Doxiadis (1965), Pub-Rio (1977) e o Plano Diretor Decenal (1992).

Assim, tendo como referência duas políticas de intervenção urbanísticas, uma no período autoritário, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937 -1945), com o aprofundamento do Plano Agache. E, outro, no período democrático, na gestão do prefeito César Maia (1993-1996), com plano Rio Cidade e seu desdobramento o Favela-Bairro buscaremos analisar as similaridades e as formas de efetivação do controle social da população favelada marcando os espaços físicos e simbólicos de suas subalternidades[4].

II – Similaridades dos Planos Urbanísticos de Dodsworth e César Maia.

Embora distantes no tempo e em conjunturas políticas diferentes, pode-se encontrar elementos que demonstram a existência de similaridades e a obediência à lógica capitalista. Ambos os planos buscaram em suas especificidades modernizar a cidade dotando-a de instrumentos e estruturas que viabilizassem a livre circulação de mercadorias (é o caso da gestão de Henrique Dodsworth no período de 1937 a 1945) e a livre circulação de capitais (é o caso do Plano Estratégico, na gestão César Maia, 1993 a 1996). Além disso, os dois planos objetivavam uma maior visibilidade da cidade a fim de atrair capitais investidores. O embelezamento do cenário urbano como princípio urbanístico acabou mascarando uma situação de degradação econômica das populações mais pobres, que assistiu o seu aumento significativo a partir da década de 1940, principalmente com as remoções e as obras de alargamento das grandes avenidas, como foi o caso da Avenida Presidente Vargas iniciada em 1944 e inaugurada no dia sete de setembro de 1944, pelo então Presidente, Getúlio Vargas.

No Rio de César Maia inúmeras comunidades localizadas em regiões de auto valor imobiliário foram retiradas para dar lugar às concessionárias de carros importados, prédios com sofisticados sistemas de comunicação que seriam utilizados por empresas nacionais e estrangeiras. As populações retiradas dessas localidades foram enviadas para regiões da baixada fluminense, distantes das regiões de trabalho de grande parte dos moradores. Esta ação para a migração dessa população para as ruas do centro e zona sul da cidade ou para as favelas localizadas próximas a estas regiões.

III – Guisa da conclusão: favelas: uma questão de luta de classe

[4] O tema em si requer um aprofundamento de inúmeras questões históricas, políticas e sociais que caracterizam os dois períodos em análise, no entanto devido ao espaço determinado para este trabalho algumas dessas questões não serão contemplas neste trabalho.

As favelas foram tratadas pelo poder público como um problema urbano até a metade do século XX, que na falta de uma política habitacional para a cidade configurou-se em um paradoxo: o crescimento das favelas era diagnosticado como um problema, porém, ao mesmo tempo, resolvia a questão habitacional e continham as revoltas sociais. Nesse sentido, como argumenta Sigaud, muitos pesquisadores consideram, que atualmente, a permanência da favela no meio urbano seria um importante elemento de estabilidade.

> *(...) De acordo com essas interpretações, em conseqüência da reforma urbana e desde que as epidemias foram controladas, o governo transferiu à força de trabalho uma grande parte dos custos de sua produção, mais foi obrigado a aceitar, sem jamais admiti-lo explicitamente, a permanência da favela na cidade. Garantia-se, assim, o mínimo de estabilidade social necessário ao processo de acumulação. Além disso tudo leva a crer que presença da favela não incomodava o interesse do capital, uma vez que elas representavam uma importante mão-de-obra para a indústria, para as atividades da construção civil e para os serviços. (SIGAUD, 1997:42).*

Ao espaço da cidade é atribuído um valor intrínseco que corresponde ao preço da localização e da infra-estrutura depositada nele. Todos os moradores precisam pagar por estes serviços (água, luz, esgoto, linhas telefônicas, transporte, ruas pavimentadas etc). No entanto, na favela, devido à ausência destes serviços (com exceção da água e da luz), o morador não paga pelo terreno e nem pela localização.

Estes terrenos, por sua vez, localizam-se em áreas desprezadas pelos agentes do mercado da terra. Em áreas desvalorizadas ou por sua localização ou qualidade ambiental ou níveis de declividade ou problemas geológicos. O morador da favela vai ocupar um espaço não demandado por outros setores. Ficando, assim, excluído de seu orçamento o item: valor de mercado da terra urbana.

Ao mesmo tempo, os moradores das favelas são, na maioria, operários que prestam serviço à cidade, sem que esta ofereça em troca infra-estrutura que lhe permita viver dignamente. O custo que o Estado teria em montar uma infra-estrutura para que o habitante/trabalhador viva na cidade, é transferido para a não cobrança de impostos, na qual o morador da favela seria obrigado, caso pagasse por habitar legalmente dentro da cidade.

Desta forma, há um acordo tácito: nem o Estado oferece infra-estrutura e cobra por ela ao trabalhador/morador da favela, nem este paga as taxas e nem usufrui das benesses

oferecidas pela "cidade legal" [5]. É nesse sentido que, o discurso oficial, a partir de meados da década de 60 do século passado, nunca é de eliminação da favela, mas de oferecer pseudo melhorias em troca da acomodação dessa massa de operários. Permitindo que aumente cada vez mais a distância entre a elite (que mora na parte legal da cidade) e o morador da favela (habitante ilegal). Corroborando com essa análise, Marco Aurélio Santana comenta existir cidadãos mais iguais que outros:

> *"(...) esta igualdade diferenciada, ou melhor, esta desigualdade, se remete também à cidade, que acaba por se tornar o espaço dos mais iguais. Se ser cidadão é ter acima de tudo direito à cidade e se este direito não é um dado, precisa ser construído, a luta pela ampliação da cidadania passa necessariamente pela luta por uma cidade-cidadã com qual todos os cidadãos se identifiquem, que nela se reconheçam, para além de suas diferenças..."(SANTANA.2000:48)*

Portanto, a favela continua existindo e continua necessária ao sistema de produção capitalista brasileiro. Cada vez mais aumenta o abismo que separa o mundo da elite do mundo do morador da favela[6]. Este abismo não é só físico, é também cultural, simbólico, histórico e social. No entanto, mesmo com processo de exclusão social, tão forte na sociedade atual, a favela resistiu e impôs a sua presença efetiva no espaço urbano e no imaginário do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

ALVITO, Marcos. As Cores de Acari. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, Arte e Política. Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico.Trad. Fernando Tomaz. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOSI, Ecléa. Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

BORDIN, Alan. A Questão Local. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

[5] A cidade legal no sentido de se contrapor ao espaço urbano onde se localizam as favelas, consideradas como invasões e posse.

[6] Existe um espaço quantitativo e de muita relevância na estratificação social, que se localiza entre a elite e os pobres. Um espaço híbrido que não pode ser considerada nem como elite e nem como pobres. Uma área que se aproxima do conceito de "zona cinzenta" de Primo Levi: "(...) a classe híbrida dos prisoneiros-funcionários constitui sua base e, simultaneamente, o traço mais inquietante. É a zona cinzenta, com contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos..."

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARVALHO, José Murilo. A Formação das Almas. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI,Verna.(org). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 7ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2001

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: ed. Da UNICAMP, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero do discurso. In OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUYSSEN, Andreas. Seduzidos Pela Memória. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LESSA, Carlos. Rio de Janeiro de Todos os Brasis. (Uma reflexão em busca de auto-estima). Rio de Janeiro: Record, 2000.

LEVI, Primo. Os Afogados e os Sobreviventes.Trad. Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire" in P. Nora (org.), Les lieux de mémoire, vol. 1, Paris, Gallimard, pp. XVII-XLII, 1984.

RESENDE, Beatriz. Memórias da casa de loucos. In Identidade e memória. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 95: 139-150, out-dez, 1988.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 3ª ed. São Paulo: ed. HUCITEC, 1999._____. Território e Sociedade. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

SIGAUD, Márcia Frota. Cidade: memória versus esquecimento. In Logos. Comunicação & Universidade. Rio de Janeiro: UERJ, Ano IV, Nº 7, 2º semestre/ 1997.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A continuidade do "problema da favela". In OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Desafio Metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TODOROV, Tzvetan. Memória do Mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XXI. Trad.: Joana Angélica D`Ávila.São Paulo: ARX, 2002.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se Uma Casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. (org.) Um Século de Favela. Rio de Janeiro:Fundação Getulio Vargas, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ligações Nada Ocultas: o Estado Imperial e o Estabelecimento de Ponta d'Areia (1846-1861)

Beatriz Piva Momesso [1]

Resumo: O Estabelecimento de Ponta d'Areia, de propriedade do Barão de Mauá (1846-1861), reuniu trabalhadores escravos e livres de diferentes nacionalidades. Verificou-se, em 1857, uma paralisação de escravos e posteriormente um conflito entre um operário português e outro inglês. A posse ou ausência da liberdade, bem como as funções hierárquicas ocupadas nessa manufatura explicaram essas situações. No entanto, livres e escravos trabalharam lado a lado em ofícios especializados. O Estado, por sua vez, ocultou o uso da escravidão na empresa e reprimiu prontamente os escravos rebeldes.
Palavras-chave: Escravidão-Hierarquia-Conflito.

Abstract: The Establishment of Ponta D'Areia, whose owner was The Baron of Mauá (1846 – 1861) gathered slaves and free workers from different nationalities. In 1857, there was a slavery suspension and eventually a conflict between a Portuguese and an English worker. The ownership or the absence of freedom, as well as the hierarchic functions implied in that manufacture, explained the entire situation. However, slaves and free employees worked together, side by side, in specialized tasks. The State, on the other hand, hid the use of slavery in the establishment and restrained the rebellious slaves all at once
Keywords: Slavery-Hierarch-Conflict.

O Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d' Areia, de propriedade do Barão de Mauá, desde 1846, reuniu em seu quadro de trabalhadores escravos de aluguel, escravos da empresa imigrantes de múltiplas nacionalidades, além de trabalhadores livres brasileiros. Para o ano de 1857, dentre os 162 trabalhadores escravos do estabelecimento, 50 eram de origem nacional e 112 de nacionalidade africana (RELATÓRIO de Presidente de Província, 1857: 59-60). Realidade expressa no seguinte gráfico:

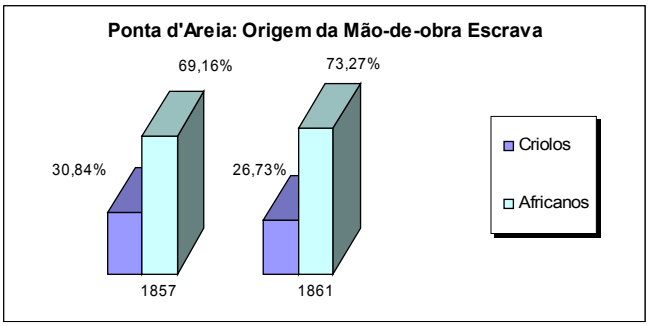

[1] Universidade Federal Fluminense-Mestre.

Gráfico 1- Ponta d'Areia: origem da mão de obra escrava. Extraído de : MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no séc. XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. P.94.

Quando Ponta d' Areia entrou em declínio, no ano de 1862, houve um decréscimo no número total de trabalhadores, incluindo-se os trabalhadores escravos. No entanto, é chamativo, que proporcionalmente o número de escravos nascidos na África sofreu um acréscimo. Dentre os 101 trabalhadores escravos, 27 eram brasileiros e 74 eram africanos. (RELATÓRIO Geral da Exposição Nacional, 1862: 89). No momento de decadência do estabelecimento, os trabalhadores escravos africanos que permaneceram no estaleiro pertenciam ao próprio Barão de Mauá. Passados 12 anos da Lei Eusébio de Queirós, o preço do trabalhador escravo tornara-se bem elevado. O Barão de Mauá, no entanto, tinha como prática em Ponta d'Areia fazer seguro de seus escravos, motivo esse que o levou a preferir conservá-los no estabelecimento industrial a vendê-los para áreas rurais. No *Balanço da Companhia*, publicado em abril de 1856 no *Jornal do Commercio*, consta no débito do estabelecimento a quantia de 3.000$000 relativa ao valor de 3 escravos "falecidos antes de estarem segurados" Em 1848, os escravos em Ponta d'Areia custavam 600$00, em 1856, abolido o tráfico estavam avaliados por volta de 1.000$000.(JORNAL do Commercio, 7/04/1856: 7). O seguro de escravos, comum nesse período, garantia uma certa segurança aos proprietários e não deixava de constituir um investimento na mão-de-obra, uma vez feito o seguro da mercadoria não haveria interesse em vendê-la.

Apesar da Lei de 1847, que vetava os auxílios governamentais a estabelecimentos que empregavam o trabalho escravo, Ponta d'Areia foi contemplada com dois empréstimos que ao total somavam 600$000 e isenção sobre matérias-primas importada Os Relatórios de *Presidente de Província* não aludem de modo claro, ao uso da mão-de-obra escrava. O Vice-Presidente de Província, João Pereira Darrigue Faro, no ano de 1850 informava: "Neste estabelecimento trabalhão não menos de 350 operários sendo alguns contractados e outros assalariados e pela maior parte homens livres" (RELATÓRIO Presidente de Província, 1850: 47). Darrigue Faro, o Barão de Rio Bonito, relator do documento anteriormente citado, era também sócio-acionista de Ponta d'Areia e membro do Conselho Fiscal eleito pelos mesmos acionistas em 1856 (JORNAL do Commercio, 7/04/1856: 7).

Leila Mezan Algranti, afirmou que a escravidão urbana diferiu da rural porque nas cidades não havia, como no campo, a figura do feitor mediando as relações entre senhores e escravos: "seguindo os passos do escravo, aplicando o castigo, controlando o

trabalho."(ALGRANTI, 1996: 196-211). A documentação relativa à Ponta d'Areia comprova, no entanto, a presença de dois feitores portugueses no ano de 1855. Sem dúvida, o estabelecimento industrial possuía um universo menor, onde o controle deveria ser maior. Cabe ressaltar, ainda, que em Ponta d'Areia o mestre, responsável por cada oficina no que diz respeito ao ritmo e controle da produção, não se confundia com o feitor. O mesmo inventário da empresa diferencia as duas categorias e aponta a existência de 7 mestres, um para cada oficina, sendo 4 de nacionalidade portuguesa e 3 de nacionalidade inglesa. A presença do mestre determinava certa hierarquia dentro da oficina, algo já característico de uma manufatura onde o bom funcionamento depende da cooperação exercida pelos trabalhadores. Por outro lado, a figura do feitor faz remissão especificamente à escravidão, relembrando sua função de aplicar castigos e vigiar aquele que não é dono de sua própria força de trabalho.

Nesse tipo de estabelecimento era obrigação do proprietário controlar sua escravaria. Tratava-se de um controle privado e geralmente preventivo. Isto é, a figura do feitor e a boa educação doméstica ministrada constituíam a base para a manutenção da ordem ou prevenção de possíveis atos de rebeldia e revoltas. O Estado atuava muitas vezes como intermediário na aplicação de castigos, sem substituir a iniciativa pessoal dos proprietários. Conforme apontou Soares (1988) em sua tese de Doutoramento, a presença de instituições como a prisão do Calabouço, que em 1837 funcionava juntamente com a Casa de Correção, para onde os senhores enviavam seus escravos a fim de serem castigados, cumpria uma "intermediação punitiva". Sem pretender substituir os senhores, a instituição Calabouço ajudava-os quanto à disciplina de seus cativos.

Para o ano de 1857, ano, aliás, em que os balanços indicam uma das maiores produções anuais da história de Ponta d'Areia, há registros acerca de uma paralisação de escravos:

> *Ontem (25/11/1857), das 11 horas para o meio dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta d'Areia levantaram e recusaram-se a continuar o trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência, às ordens do mesmo estabelecimento .*
> *Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois o Exmo Sr. Dr. Paranaguá, apenas teve a notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir para a casa de detenção presos trinta e tanto amotinados.* (JORNAL do Commercio, 26/11/1857: 4)

Chama atenção a ação coletiva empreendida pelos escravos a fim de obterem a suspensão dos castigos corporais e a libertação dos companheiros presos. Tratou-se, sem dúvida, de uma ação de resistência à escravidão em que um grupo de escravos que se encontrava em semelhante situação de trabalho articulou uma revolta. No entanto, não se tratou de uma greve reivindicando melhorias salariais e, tampouco, é possível entender o

episódio como uma ação de negociação, pois a repressão policial foi imediata e indiscutível, tendo em vista que se tratava de homens sem liberdade. Concordamos com Marcelo Badaró, no sentido de que não havia um intermediário, como no caso de uma entidade sindical, cuja função é funcionar de canal para negociação (MATTOS, 2004: 121).

No tocante à qualidade e especialização no desempenho dos ofícios, nota-se que somente os escravos atuavam como serventes em serviços de limpeza e transporte de materiais, porém encontravam-se escravos dentre os maquinistas, modeladores e caldeireiros, funções essas especializadas. Em 1855, havia 3 escravos maquinistas. Os caldeireiros construíam peças de bronze em geral e, ao que tudo indica, utilizavam moldes para um tipo de trabalho que requeria certa elaboração. Em 1855, os escravos que desempenharam essa função totalizavam 23. O ano de 1855, por sua vez, foi aquele em que a empresa apresentou maior saldo de produção: 901.513$937 réis. (DESCRIPÇÃO dos Estabelecimentos Fabris, 1855:4).

A utilização de imigrantes europeus ocorreu em Ponta d'Areia já no ano de 1848. Nesse mesmo ano, ao solicitar o empréstimo do governo imperial, Irineu Evangelista de Sousa fez alusão à quantia de 120.000$000, despendidos para pagar o salário dos trabalhadores, por ele pessoalmente agenciados na Europa para suprir a encomendas governamentais. No caso de Ponta d'Areia verificou-se que os europeus geralmente dividiam as mesmas oficinas e em muitos casos, desempenhavam os mesmo ofícios que os escravos. Logo, faz-se necessário evitar certas generalizações, como por exemplo, a de que os trabalhadores europeus eram especializados em trabalhos de estabelecimentos industriais, enquanto que os africanos não. Muitos dos operários europeus emigrados para o Brasil na primeira metade do século XIX, sobretudo de origem portuguesa, alemã e italiana, etc, tinham origem rural e pouca experiência em ofícios mecânicos. A experiência no desempenho de tais ofícios veio a ser adquirida ao que tudo indica no Brasil e estavam em desvantagem em muitas ocasiões em relação aos escravos urbanos que vinham há mais tempo desempenhando esse tipo de trabalho e por isso, eram mais especializados.

Na primeira metade do século XIX, muitos dos imigrantes europeus que se transferiam para a cidade provinham do meio rural e das áreas de colonização como a do Morro de Queimado, ou ainda a colônia de Petrópolis. No primeiro caso, insatisfeitos com as péssimas condições topográficas que dificultavam a prática da agricultura naquela colônia, encontravam nos ofícios manuais uma alternativa para a sobrevivência na vida urbana. Alguns

pediram autorização para se desligarem e dirigiram-se "para a cidade do Rio de Janeiro, onde pretendiam desempenhar profissões manuais ou alistar-se no exército" (CARNEIRO, 2000: 45).

Os trabalhadores portugueses em Ponta d'Areia, ao mesmo tempo que exerciam o ofício de calefate, função bem menos especializada, que consistia em vedar com estopa alcatroada as junturas ou buracos de uma embarcação, também atuavam como mestres de oficinas, feitores e tiveram participação significativa nas oficinas como maquinistas, caldeireiros, modeladores, ferreiros e carpinteiros. Ao longo de toda a história do estabelecimento, os portugueses constituíram os trabalhadores mais numerosos dentre a mão-de-obra livre de origem européia, conforme expressa o gráfico abaixo:

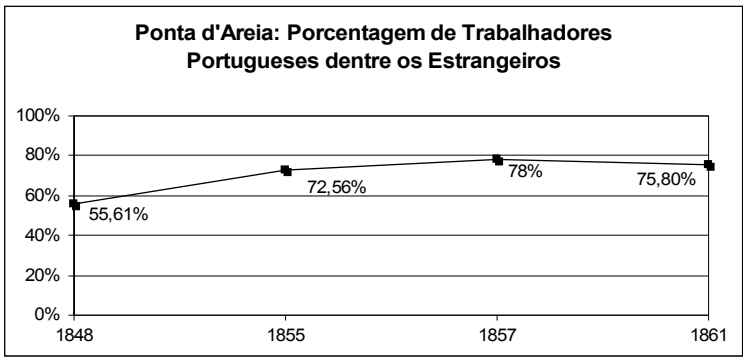

Gráfico 2- Ponta d'Areia: Porcentagem de Trabalhadores Portugueses dentre os Estrangeiros. Extraído de : MOMESSO, Beatriz Piva. Indústria e Trabalho no séc. XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta d'Areia. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. P.107

Os números acerca da presença portuguesa em Ponta d'Areia vêm ao encontro dos dados qualitativos fornecidos pela professora Lená Medeiros de Menezes, que denotam a expressiva concentração de imigrantes portugueses do sexo masculino, no período tratado (MENEZES, 2000:169). Não se verificou conflitos diretos envolvendo portugueses e escravos no estabelecimento. No entanto, a paralisação de 1857, já citada, denota que o feitor português aplicava castigos corporais aos escravos desobedientes. O que estava em jogo nesse tipo de relação, a nosso ver, eram os sujeitos feitor-escravo, o que superava a questão da nacionalidade português-africano.

Não obstante, o *Jornal do Commercio* trouxe notícias sobre um conflito entre o português Vicente Gonzáles de Oliveira, mestre da oficina de caldeireiros, e um operário inglês da mesma oficina em questão: no dia 17 de outubro, era noticiada a primeira versão acerca do conflito:

> *Na segunda feira, às 3 horas da tarde, o mestre da officina de caldereiro de Ponta d'Areia mandou por um oficial inglez cortar uma chapa, e tendo este obedecido, foi sem motivo reprehendido pelo mesmo mestre, que lançou mão de uma tenaz e foi sobre elle : um outro official conseguio arrancar-lhe semelhante instrumento; mas elle munio-se de um ferro quadrado e espancou o inglez. Sendo-lhe ainda arrancado esse ferro das mãos, pegou um martello, e ainda cahio sobre a victima com pancadas, deixando-o bastante maltratado, e com contusões em um braço, qeu desconfia-se esteja quebrado. Sobre este facto ainda não houve procedimento algum da autoridade; apenas o culpado se dirigio ao director do estabelecimento, sem dúvida para exigir a expulsão da victima do mesmo estabelecimento ou a sua prisão.* (JORNAL do Commercio, 18/10/1860: 2)

O próprio Vicente publicou, no dia seguinte, a sua versão sobre o ocorrido:

> *Em attenção ao público e às pessoas que me conhecem, vou restabelecer a verdade. Mandando fazer uma obra pelo operário em questão, este não a tendo feito com a devida perfeição, mandei fazer outra recommendando-lhe mais cuidado, porém o operário principiou a desattender-me com palavras e gestos, que na qualidade de mestre da officina cumpria repellir; todavia revesti-me de moderação e tentei leva-lo com boas maneiras, tudo porém foi baldado; a minha moderação foi tomada por cobardia, e o homem investio sobre mim, e este ataque inesperado tive de responder da mesma sorte, e quando outros operários conseguirão separar-nos, estava eu com uma forte contusão no rosto junto ao olho esquerdo (que está ainda visível) e a camisa rasgada, ficando elle o braço esquerdo levemente contuso. Eis o que se passou e que foi por muitas pessoas testemunhado, assim como por todos é conhecido que este operário não tem bom comportamento e é dado a embriaguez. Dando parte do que havia ocorrido ao senhor engenheiro do estabelecimento, não fiz mais do que cumprir meu dever.* (JORNAL do Commercio, 19/10/1860: 2)

As versões contraditórias acerca do conflito deixam transparecer que a raiz da questão reside na subordinação existente entre o mestre e o oficial, em função da própria relação de trabalho. Para o eficaz funcionamento da oficina, o esperado é que o oficial obedeça ao mestre caldeireiro. O oficial inglês defendeu-se afirmando que havia obedecido e foi, sem motivo, repreendido, enquanto que o mestre português afirmou que seu subordinado não realizou o trabalho com perfeição, não o obedeceu; e ele, na qualidade de mestre, repeliu-o. Também, nesse caso, a questão da diferença de nacionalidade parece não ser primordial. A essência da questão residia na disciplina requerida para o trabalho e na necessidade de sujeição às normas.

Não se tratava de uma disciplina totalmente impessoal que determinava a máxima utilização do tempo, típica de uma instituição fabril. Ponta d'Areia possuía a organização do trabalho de uma manufatura combinada em que predominava a cooperação no trabalho manufatureiro. Mas, de todos os modos, também na manufatura existia a hierarquização do mundo do trabalho, ou seja, a sujeição às ordens dos superiores, além do ritmo ditado pelo mestre da oficina, que poderiam desencadear conflitos, como de fato ocorreu.

O Barão de Mauá recorreu à utilização de trabalhadores chineses para o trabalho industrial, conforme informa o *Relatório de Presidente da Província* para o ano de 1857: "É

de observar que, dos 40 chins que vierão para o estabelecimento, existem presentemente 10, destes sómente 2 são considerados bons trabalhadores" (RELATÓRIO, 1857: 61). Em 1861, o mapa de trabalhadores da empresa mostrava que restava apenas 1 chinês que exercia a função de servente no estabelecimento (RELATÓRIO Geral da Exposição Nacional, 1862: 89).

O *Jornal do Commercio* registrava debates sobre a possibilidade da imigração asiática, no ano de 1856. Discutia-se a escassez de braços, devido ao fim do tráfico de escravos e os altos preços da mão-de-obra escrava e as vantagens do uso de "chins". Enquanto alguns diziam que tendiam "à indolência", outros os consideravam mais submissos do que os europeus e "menos reflexivos e menos ambiciosos" de lucros:

> *Ora, para manter por algum tempo condições actuais de propriedade e trabalho, cumpre achar homens de uma raça menos ardente, nas suas ambições, mais submissa, mais parca do que a europea; a raça asiática; e nella a chineza offerece esses homens; porque não os aproveitar?*(JORNAL do Commercio, 5/10/1856: 3)

O Barão de Mauá se mostrou bastante inovador, já que pensava em utilizar essa mão-de-obra para suprir a demanda de braços em seu estabelecimento industrial, enquanto que a discussão, todavia, girava em torno da utilização dos chineses na lavoura. O rotundo fracasso na experiência (em 1861 restava apenas 1 trabalhador chinês) revela que também "os chins" apresentaram resistência às relações hierarquizadas de trabalho nas oficinas da manufatura. Tal resistência se manifestou na não adaptação, talvez proposital, ao esquema de trabalho na organização manufatureira. Por isso, a empresa informou que eram maus trabalhadores.

A utilização dos aprendizes significou uma mão-de-obra que paulatinamente se qualificava, algo vantajoso e conveniente para a época, os aprendizes poderiam ser mais facilmente moldáveis em termos de disciplina e moral. O Relatório da Empresa em 1856, afirmava que "o número de trabalhadores livres se contão acima de 200 brazileiros, pela maior parte jovens, que ali têm aprendido e aprendem diversos ofícios e delles tirão subsistência para sua família." (JORNAL do Commercio, 01/01/1856: 7).

Referências bibliográficas.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Os Ofícios Urbanos e os Escravos ao Ganho no Rio de Janeiro Colonial.* In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (org.)**. História *Econômica do Período Colonial* São Paulo.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1996, Pp 196-211.

CARNEIRO, Maria José. *Descendentes de Suíços e Alemães em Nova Friburgo*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. Pp. 44-65.

DESCRIPÇÃO dos Estabelecimentos Fabris Existentes na Imperial Cidade de Nicteroy. IHGB. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1855.

JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro 5 abr. de 1856. P.3.

JORNAL do Commercio. Rio de Janeiro, 07 de abril de1856. P.3.

_____ . Rio de Janeiro, 26 de novembro. de 1857. P.4.

_____ . Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1860. P.2

_____ . Rio de Janeiro 19 de outubro. de 1860. P 2.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Experiências Comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca.* Niterói, 2004. (Tese Para o Concurso de Professor Titular) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Jovens Portugueses: Histórias de Sucesso, Histórias de Fracassos.* In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. Pp. 164-182.

RELATÓRIO de Presidente de Província. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/780/000045.html

RELATÓRIO de Presidente de Província. .Rio de Janeiro, 1857. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/787/000062.html.

RELATÓRIO Geral da Exposição Nacional de 1861. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

SOARES, Luiz Carlos. *Urban Slavery in Nineteenth Century Rio de Janeiro.* Londres, 1988. Tese (Doutorado) – University College London (Universidade de Londres).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Filhos no Mundo: discursos e experiências sobre a adoção internacional (Santa Catarina, 1994 - 2006)

Fábio Macedo[1]*
Mery Ann Furtado e Silva[2]**

Resumo: A partir de 1990, o Estado brasileiro, tendo em vista a doutrina da proteção integral que fundamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente, procurou regulamentar as ações relativas à adoção internacional. Nessa pesquisa, através dos autos de habilitação para a adoção internacional de casais franceses emitidos entre 1994 e 2006 pela CEJA do Estado de Santa Catarina, analisamos parte desse processo. Em primeiro lugar esboçamos um perfil dos adotados, pais consangüíneos e adotantes. Posteriormente identificamos as diferenças presentes nos discursos dos agentes que operacionalizam as adoções, tais como os operadores do Direito brasileiros, psicólogos e assistentes sociais brasileiros e franceses e os membros das instituições estrangeiras. Por fim, procuramos conhecer as experiências dos adotados em sua nova família na França ao longo do período.
Palavras-chave: adoção internacional, discurso, experiência.

Resume: Dès 1990, l'État brésilien, à partir de la doctrine de la protection intégrale sur lâquelle se fonde le Statut de l'Enfant et de l'Adolescent, a cherché à réglementer les actions concernat l'adoption internacionale. Dans cette recherche, à travers les actes de qualificacion de couples français pour l'adoption internationale, émis entre 1994 et 2006, par CEJA de l'État de Santa Catarina, nous analysons une partie de cette procédure. En premier lieu, nous esquissons un profil des adoptés, des parents consaguins et des parents adoptifs. Plus tard, nous identifions les différences présentes dans les discours des agents qui opèrent les adoptions, tels que les opérateurs du Droit brésiliens, les psychologies et les assistants sociaux brésiliens et français et les membres des institutions étrangères. Finalement, nous cherchons à connaître les expériences des adoptés dans leur nouvelle famille en France au cours de la période à l'étude.
Mots-clé: adoption internacionale – discours – expérience.

Este trabalho propõe-se a analisar e discutir criticamente o dispositivo da adoção internacional praticado no Estado de Santa Catarina entre os anos de 1994 e 2006. Utilizando como fontes os documentos e autos de adoção internacional disponibilizados pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-SC), buscou-se perceber as mudanças nas práticas de adoção ocorridas a partir da institucionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente em

[1] * Graduando da 8ª. fase do Curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

[2] ** Assistente Social e Secretária Geral da Comissão Estadual Judiciária de Santa Catarina – CEJA-SC

1990. Diferentes concepções de infância estão presentes nas diversas legislações, que refletem os caminhos tomados pela gestão da população no Brasil republicano.

Na discussão de Michel Foucault sobre a "governamentalidade" podemos perceber como historicamente surgiu, na sociedade ocidental, o problema específico da gestão e controle da população. Neste contexto tornam-se relevantes a relação entre governo, segurança e população e os processos que derivam na questão da pluralidade de governos: de si mesmo, das almas e das condutas, das famílias e das crianças. "Abre-se, assim, a era de um bio-poder" (FOUCAULT, 1998: 131-132).

Em *Microfísica do Poder*, Foucault analisa aquilo que classificou como "literatura do governo": verdadeiros manuais (ou "tratados", para usar a terminologia do autor) que demonstram como e de que forma o poder deveria ser ministrado pelos governantes. Identifica e opõe, de um lado, *O Príncipe* de Maquiavel, e do outro, toda a literatura restante. *O Príncipe* se configura como um tratado de habilidade do soberano em conservar seu principado, onde o poder é exercido através de relações de forças. Nesta lógica, território e população estão amarrados para manter, reforçar e proteger o principado, "entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e o território, (...) mas como relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos" (FOUCAULT, 1979: 279).

A literatura anti-Maquiavel por sua vez, prescreve substituir o viés "maquiavélico", engendrando discussões acerca de uma nova "arte de governar", onde já não basta conservar posses, é preciso administrá-las, inclusive a população. A partir da segunda metade do século XVI, se configura nesses manuais uma arte de governar que considera outros sujeitos, outras formas de governo. O governo de si mesmo, relativo à moral; o governo da família, relativo à economia; o governo do Estado, relativo à política. Múltiplas e contínuas entre si, essas formas de governo trabalham em linhas que interagem: na "ascendente", pois o pretendente a poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar sua família, seus bens, seu patrimônio. Na "descendente", no sentido em que, quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem. No século XVIII, governar um Estado (ocidental) traduzir-se-á em estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância e de controle tão atenta quanto a do pai em relação à sua família (FOUCAULT, 1979: 281).

As inquietações desse período geraram o que hoje conhecemos por Estado moderno, em que a família é o alvo preferencial das ações estatais no seu esforço de controlar e gerir a população. Uma vez instrumentalizada, a instituição família poderia tanto assimilar como disseminar o discurso emitido por outras instituições. Foucault resume assim a "governamentalidade":

> *1 − o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 − a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros − soberania, disciplina, etc. − e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 − resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 1979: 291-292).*

Nas sociedades anteriores ao Estado de governo, o poder arbitrado pelo soberano era, antes de tudo, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e da vida. A governamentalização da sociedade ampliou esses mecanismos de poder, migrando da usurpação pura e simples, para um conjunto

> *de funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos (FOUCAULT, 1998: 128).*

Esse investimento de cima para baixo sobre a vida ocorrido a partir do Dezessete é definido por Foucault como "bio-poder", uma economia de poder que pressupõe algumas "táticas e técnicas". Uma delas é o "corpo-máquina" – anatômico, processo de disciplinarização dos indivíduos assentado em mecanismos de controle institucionalizados, como a escola e o exército. Outra é o "corpo-espécie" – entender os processos biológicos, "das regulações da população a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável" (FOUCAULT, 1998: 131-132). Para a historiadora Silvia Arend, questões inerentes ao corpo-espécie "vão atuar no sentido de preservar a vida de um sujeito que foi ressignificado, de forma concomitante à noção de população" (AREND, 2005: 181).

Essa intervenção estatal sobre a população modifica também no universo das crianças. As políticas para produzir quadros disciplinados para o progresso da nação reforçam

o caráter correcional-educativo da escola, tornando-a um laboratório para a fabricação de indivíduos afinados com essa expectativa. Técnicas e discursos da pedagogia e de outros saberes influenciam os adultos das classes dominantes, que começam a perceber os infantes não mais como "mini-adultos" ou "bibelôs de estimação", e sim como sujeitos que atravessam uma fase específica e importante da vida. A vida é o foco. A criança como princípio da vida é o foco. Uma nova formatação familiar é concebida: sentimental, moderna, burguesa.

No Brasil, o processo de aburguesamento e intervencionismo governamental na sociedade se dá efetivamente com o advento do republicanismo no final do século XIX e primeiras décadas do XX. A nova configuração governamental acarretou mudanças na maneira de olhar os pequenos no interior da família brasileira. Este novo olhar sobre a criança, agora considerada como indivíduo em desenvolvimento, demandou a feitura de leis específicas para esta população, nos níveis federal, estadual e municipal.

Sobre o dispositivo da "adoção internacional", o Código de Menores de 1979, apesar de não anular o que prescrevia o Código Civil de 1916, inicia um redirecionamento dos processos de adoção no Brasil, passando a colocar o "interesse do menor" como parte a ser considerada. A referida lei estabelece dois tipos de adoção: a chamada adoção "simples", que não rompia o vínculo com a família geradora e permitia a devolução do adotado, e a adoção "plena", que vinculava o adotado a sua nova família, não permitindo devoluções e "apagando" as ligações deste com sua família consangüínea. Domingos Abreu afirma que:

> *(...) duas distinções são feitas entre a adoção por brasileiros e por estrangeiros: a) os estrangeiros somente podem adotar de maneira "simples" (adoção revogável e aditiva); eles não mais podem adotar crianças em situação "regular" (sob o pátrio poder dos pais), devendo amoldar sua procura às crianças sub judice, sob o poder do Estado, em situação "irregular", ou seja, "abandonadas". Ou seja, não podem adotar crianças com este estatuto através dos serviços do Estado. Podem-no, de maneira privada, usando o Código Cível. Legalmente, tanto os brasileiros, como os estrangeiros residentes e os estrangeiros não residentes tinham a possibilidade de escolher o tipo de adoção que desejavam realizar: civil ou pública. Como o Código de Menores não aboliu o Código Civil e sim passou a vigorar simultaneamente com este, permanecem brechas para as adoções internacionais em cartório privado (ABREU, 2000: 49-50).*

Ao deferir sentença favorável a um casal francês no processo de adoção internacional da recém nascida Juliana[3]– processo que se iniciou sob os auspícios do Código de Menores de 1979, mas que terminou dentro da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – o juiz explica o seguinte:

[3] Os Autos de Habilitação para Adoção Internacional transcorrem em segredo de Justiça, portanto, os nomes das pessoas envolvidas nos processos, com exceção das autoridades judiciárias, são fictícios.

> *Em despacho de fls. 118 concedi aos requerentes a guarda provisória da menor, através do respectivo termo. Entretanto, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 12 de outubro passado, abri novamente vistas ao Min. Público que exarou seu parecer a fls. 119. Determinei, então, que fosse cumprido o parágrafo 2º. do Artigo 46 da Lei 8069/90, fixando o prazo de quinze dias para realização do estágio de convivência com a criança, lavrando-se o respectivo termo, que veio aos autos a fls. 120/1. As fls. 122 a senhora escrivã informou que transcorreu o prazo quinzenal estabelecido para o estágio. Determinei a senhora Assistente social que elaborasse o laudo de avaliação do estágio de convivência. Vieram os autos conclusos. Relatei. Passo a decidir. Trata a espécie de pedido de adoção simples, eis que, requerido quando ainda em vigência a Lei 6697/79, antigo Código de Menores, por estrangeiros, que teve o seu procedimento adulterado com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 13 de julho de 1990, em vigor a partir de 12 de outubro de 1990.*[4]

O caso de Juliana expõe um "momento chave" das políticas públicas para a infância e juventude empreendidas pelo Estado brasileiro em fins do século XX. O processo evidencia a transição entre as práticas jurídicas e simbólicas que norteavam a aplicabilidade do Código de Menores de 1979 em oposição ao Estatuto da Criança e do Adolescente de julho de 1990. Permite também que hoje, com a devida distância, proceda-se uma análise histórica acerca dos resultados alcançados por tais empreendimentos públicos.

Na esteira das novas regulamentações produzidas por instâncias internacionais nos países desenvolvidos tais como a Convenção sobre os Direitos da Criança, formalizada na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 1989 e que prevê, em sua essência, proteção integral à criança e a família, no Brasil institui-se a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA explicita seu foco no "interesse da criança" quando afirma, por exemplo, no Artigo 43, que: "a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos". Esse viés rompe com as leis anteriores que privilegiavam o interesse dos adultos, onde a criança surgia muito mais como um "objeto" a ser repassado de uma família para outra, do que como um indivíduo interessado na resolução do tema.

Para visualizarmos a aplicação do "interesse da criança" no período imediato ao Estatuto da Criança e do Adolescente, voltemos ao caso de Juliana, eis as palavras do magistrado:

> *Acompanhei por diversos dias este casal e esta criança e, estou plenamente convencido de que Juliana ganhou um pai e uma mãe. Tal é o vínculo tão fortalecido que se criou entre eles. Esta é a real vantagem que entendo, presente neste caso e que a lei exige especificamente no Artigo 43 do ECA. As demais vantagens, de ordem material, também estão presentes nesse caso.*[5]

---

[4] Sentença de Deferimento para Adoção Internacional. Processo no. 6900 de novembro de 1990 da Comarca de Videira.

[5] Sentença de Deferimento para Adoção Internacional. Processo no. 6900 de novembro de 1990 da Comarca de Videira.

O ECA traz no Artigo 31, que "a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção", dito de outra forma, partir-se-á para a adoção internacional somente após esgotarem-se todas as tentativas de inserção da criança entre familiares e/ou em outra família brasileira. A legislação ainda revoga todas as leis anteriores, veda a adoção por procuração, impõe um único tipo de adoção e filiação – de caráter irrevogável, onde é transferido o pátrio poder dos pais consangüíneos para os pais adotantes, estipula um estágio de convivência mínimo para adotantes estrangeiros – a serem efetivados em território nacional, declara que o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, anulando os registros em cartório privado e centralizando no Poder Judiciário o destino dessas vidas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 altera a forma de se fazer e de se lidar com o dispositivo da adoção internacional em Santa Catarina e no Brasil. Essas iniciativas tornam-se marcos regulamentadores no que tange as políticas públicas para a infância e juventude praticadas no país. As mudanças operadas expuseram a preferência da adoção dos infantes para famílias brasileiras em detrimento dos estrangeiros e de toda a maquinaria criada em território nacional para atender essa demanda. Além disso, ratificaram o caráter de proteção integral e soberano aos "interesses da criança" ante os "interesses dos adultos" (ainda que esses "interesses" venham a ser interpretados de forma distinta pelos agentes sociais que conduzem os processos e autos ora pesquisados – operadores do Direito brasileiro, psicólogos e assistentes sociais brasileiros e franceses, além dos membros das instituições francesas de adoção[6]).

Para operacionalizar a execução das disposições constantes na Convenção de Haia de 1993[7] e do Artigo 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente[8], sobre a necessidade de instaurar e uniformizar procedimentos para a adoção internacional, viabilizar-se-á gradativamente em diversos estados da federação no decorrer da década de 1990, as "Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional" (CEJA ou CEJAI). No Estado de Santa Catarina, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-SC) foi criada em 1993 e dentre as suas atribuições formais prevê: receber e processar os pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros interessados em adotar no Estado; elaborar parecer nos processos de habilitação para adoção internacional; prestar apoio técnico às assistentes sociais que

[6] Os discursos desses agentes são abordados e discutidos na seqüência desse trabalho de pesquisa.
[7] Convenção relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional
[8] ECA – Art. 52. A adoção internacional poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá o respectivo laudo de habilitação para instruir o processo competente. Parágrafo único. Competirá à comissão manter registro centralizado de interessados estrangeiros em adoção.

atuam junto aos Juízos da infância e juventude; definir as diretrizes da atuação, bem como promover seminários e encontros visando à formação e a capacitação dos servidores na área de adoção; elaborar estatísticas e relatórios para avaliação das ações das entidades de abrigo; gerenciar o cadastro de pretendentes à adoção nacionais e estrangeiros, de entidades de abrigo, e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta; acompanhar a adaptação do adotado no exterior, por meio da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos.

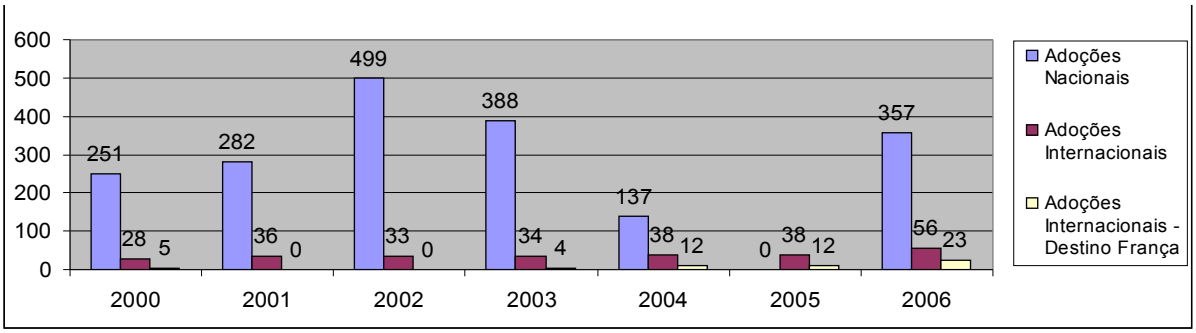

Gráfico 1 - Números da Adoção em Santa Catarina – anos 2000[9]
Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina – CEJA/SC

PAÍSES	Nº DE ADOÇÕES	Via INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS	GRUPO DE IRMÃOS
França	23	23	19
Itália	18	18	14
Holanda	05	05	05
Espanha	04	04	02

[9] O número exato de adoções nacionais em 2005 não está disponibilizado, somente o parcial, que soma 63 crianças com dados de apenas 29 Comarcas.

Portugal	03	00 (via Adoção Direta)	03
Alemanha	02	00 (via Adoção Direta)	02
TOTAL	55	50	45

Tabela 1 - Total de Adoções por Estrangeiros em Santa Catarina – ano 2006
Fonte: Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina – CEJA/SC

A partir destes gráficos é possível perceber que a França se configura no principal destino das crianças e jovens catarinenses submetidos à adoção internacional na atualidade, 23 de um total de 55 infantes em 2006. Uma das explicações possíveis é o cadastramento pela CEJA-SC de uma segunda instituição francesa de adoção internacional – a França é o único país que conta em Santa Catarina com duas instituições trabalhando na intermediação dos trâmites, a *Comite de Cognac* e a *Médicins du Monde*. Regulamentados pelo Governo Federal via Decreto no. 5.491 de julho de 2005, que versa sobre a atuação de organismos estrangeiros e nacionais de adoção internacional, estes oferecem legitimidade a essa nova forma de se fazer adoção internacional no país. Entre outras vantagens, estes organismos constituem uma ponte entre a oferta de menores, a CEJA e a procura por parte das famílias, além de ser um elo efetivo de ligação das autoridades brasileiras com as famílias adotantes. Deste modo fica muito mais fácil, por exemplo, cobrar das instituições do que diretamente aos genitores estrangeiros, relatórios de pós-adoção acerca da adaptação das crianças e jovens no novo ambiente cultural e familiar a que estão submetidas. Cinqüenta dos 55 infantes colocados em família substituta estrangeira em 2006 utilizaram essa via em detrimento da "adoção direta".

Outro dado importante da Tabela 1 para percebermos os critérios hoje utilizados pelo Estado de Santa Catarina para adoção internacional diz respeito à característica dos menores. Quarenta e cinco de 55 possíveis foram encaminhados em grupo de irmãos, e das 10 adoções individuais restantes, 06 delas foram de crianças com oito anos de idade e 02 de crianças com sete anos. Detalhe: crianças mais velhas e grupo de irmãos constituem categorias desprezadas por famílias brasileiras candidatas à adoção. Vão-se os tempos em que no Brasil as adoções internacionais eram sinônimos de supostos esquemas de tráfico de órgãos e de crianças. A realidade catarinense nos impõe que os critérios existem e estão colocados, e que há um esforço de otimizar esse canal de recolocação familiar no vácuo da inexistência de pretendentes nacionais. Não se trata mais de extinguir a adoção internacional, e sim, melhorá-la em qualidade. Daí também, a importância dessa investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Domingos. **No bico da cegonha:** por uma sociologia da adoção internacional. Fortaleza, 2000. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

_____. **Filhos de Criação:** uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ARIES, Philippe. **História Social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Uma virada imprevista: o "fim" da adoção internacional no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol. 49, n° 1, 2006, p. 41-66.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Educação Histórica e a produção de manuais para professores: experiências da rede municipal de Curitiba.

Lílian Costa Castex[1]

Resumo: Esse trabalho apresenta as primeiras sistematizações de pesquisa realizada sobre a produção de manuais destinados a professores das séries iniciais, na disciplina de História, pela Secretaria de Educação do Município de Curitiba. Este processo envolve a equipe técnica da SME e todos os professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. Os manuais têm como pressupostos a educação histórica fundamentada em LEE, BARCA, SCHMIDT e GARCIA, os quais mostram a necessidade de se ter as idéias históricas dos alunos e professores no ensino e aprendizagem de História. A análise do processo de elaboração do referido manual, bem como de sua proposta, apontam as possibilidades e limites da concretização dos pressupostos da Educação Histórica na produção de manuais destinados à professores.
Palavra – chave: Manuais - História – Educação

Abstract: This work presents the first systematizations of research made about the production of manuals for teachers of the initial years of study, in the discipline of History, for the Secretariat of Education (SME) of the City of Curitiba. This process involves the technical group of SME and all the teachers of the initial years of Elementary School. The manuals have as fundamental ideas the historical education based on LEE, BARCA, SCHMIDT and GARCIA, which show the need of having teachers and students' historical ideas in the teaching and learning of History. The analysis of the process of elaboration of the mentioned manual, as well as of its proposal, show the possibilities and limits of the concretion of the fundamental ideas of the Historical Education in the production of manuals designated to teachers.
Key-words: Manuals – History – Education.

A partir de 2006 a Rede Municipal de Ensino de Curitiba, empenha-se em construir para os professores das escolas do Ensino Fundamental os Cadernos Pedagógicos das áreas do conhecimento cuja finalidade é propiciar encaminhamentos metodológicos para os profissionais da educação fundamental atendendo a solicitação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Curitiba expressas em reuniões de professores e pedagogos. Assim gradativamente as áreas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Ensino Religioso, Matemática, Artes, Língua Estrangeira Moderna, Alfabetização, Ciências, Educação Física, Educação Ambiental elaboram cadernos inserindo pressupostos teóricos específicos da disciplina e encaminhamentos metodológicos com a finalidade de nortear ações pedagógicas

[1] Professora de história da rede municipal de Curitiba. Mestranda da Linha Cultura, escola e ensino da UFPR. Orientanda da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Schmidt

para o ensino Fundamental. A elaboração dos cadernos acontece no ano de 2006, tendo como referência as Diretrizes Curriculares de Educação de Curitiba sob a orientação de consultores especialistas em cada área do conhecimento. Para o Caderno Pedagógico de História toda a construção epistemológica pauta-se na educação histórica que entende a História como uma narrativa do passado. Compreende que ao fazer sua pesquisa o historiador busca no passado indícios sobre esse passado em fontes primárias em indícios e evidências históricas. A construção do Caderno Pedagógico de História ocorre paralelamente a cursos de capacitação realizados pela Secretaria Municipal de Educação, nos quais a equipe de História da Gerência de Currículo, faz as primeiras investigações junto aos professores que atuam nas séries iniciais. A idéia é perceber como ocorre o processo educativo em aulas de história e conhecer os relatos de experiências de professores ou professoras de classes de séries iniciais.

Na organização do Caderno Pedagógico de História existem procedimentos metodológicos que consideram inicialmente os conhecimentos prévios dos alunos adquiridos nas experiências sociais, junto aos familiares, grupos de convívio, pela mídia e no processo de escolarização.

Para que o professor ou professora conheça como o aluno pensa e que experiências ele possui sobre determinado conteúdo, inicia-se uma investigação denominada de "chuva de idéias", onde se registra as narrativas dos alunos sobre o tema, primeiro passo da metodologia adotada.

Nas séries iniciais o trabalho do professor ou professora com os conteúdos escolares toma como ponto de partida, os conhecimentos adquiridos pelas crianças em suas experiências sociais. A "chuva de idéias" é o momento em que as crianças podem falar o que pensam sobre o conteúdo tratado em classe.

Ao apresentar o conteúdo identidade da criança: crianças de hoje – quem são, o que fazem, o seu cotidiano, o professor ou professora solicita que a criança desenhe ou escreva o que pensa sobre "ser criança é...". No quadro-de-giz ou no mural escreve-se a questão "Ser criança é " em seguida, após as crianças narrarem o que pensam sobre o tema, o professor completa o quadro registrando as respostas dos alunos. Desta forma a criança expressa a cultura própria do grupo familiar e da comunidade em que vive. Os questionamentos iniciais sobre determinados temas ajuda-os a pensar sobre o que já sabem e mostram pistas ao professor ou professora para a introdução e desenvolvimento do conteúdo.

Em seguida o professor ou professora pode trazer informações dos conteúdos que pretende trabalhar com os alunos na classe, usando estratégias próprias para a compreensão dos estudantes tais como, o uso de documentos primários e secundários, textos,

imagens, literatura infantil, entre outros. Este procedimento é o segundo passo da metodologia onde a partir dos conhecimentos prévios, problematizam-se e exploram-se os conteúdos escolares propostos nas Diretrizes Curriculares de Curitiba para o Ensino Fundamental. O que se pretende é apresentar encaminhamentos metodológicos para que o professor possa a partir dos conhecimentos prévios dos alunos e da exploração dos conteúdos escolares, estabelecer relações do presente e do passado.

No tema: criança de hoje, quem é, o que faz, o seu cotidiano, é possível usar fotografias para análise apresentando para a classe o documento iconográfico contendo uma visualização que apresente contexto de época, grupos familiares, edificações. É significativo fazer com que o contexto de uma determinada época da História local ou da comunidade sejam observados. Na análise iconográfica destacar os adultos e crianças retratadas, bem como seu vestuário, os objetos e também o local que a fotografia apresenta. Os estudantes devem observar atentamente a imagem descrevendo-a em detalhes, contemplando em sua análise os objetos, os sujeitos, a paisagem para que possam estabelecer relações com sua própria família, seus hábitos rotineiros, seu modo de viver. Na oralidade a criança expressa o que percebe da imagem observada e acrescenta suas próprias experiências contribuindo com novas informações sobre como ela vive.

Novas estratégias poderão contribuir para aprofundar o tema pelo professor ou professora como a leitura de pequenos textos que tratam do modo de viver de diferentes famílias, a diversidade cultural e étnica e os hábitos culturais de cada grupo. Outra maneira é a pesquisa em outras fontes como livros didáticos, paradidáticos, Internet, cujas informações podem ser socializadas com todos os estudantes da classe. A reflexão sobre as informações entre professor e estudantes é fundamental nesse processo.

O próximo passo é a participação dos estudantes expressando o que aprenderam por meio de pequenas narrativas, de desenhos, ou na oralidade, de acordo com o nível de escolarização em que se encontram.

Ao professor ou professora cabe avaliar se o estudante consegue expressar o que ele sabe sobre o conteúdo trabalhado em classe, se conseguiu incorporar novas idéias na construção de sua argumentação, se utiliza novos conceitos de história ou utiliza palavras contidas em textos historiográficos ou históricos que estudou, pesquisou ou leu. Os passos metodológicos são os procedimentos norteadores do trabalho do professor ou professora em sala de aula e permitem verificar como os alunos se relacionam com o conhecimento escolar na disciplina de História.

No Caderno, além das sugestões de algumas atividades próprias da disciplina, insere-se também relatos e as produções dos alunos. Com os relatos acrescentam-se novas idéias para explorar os conteúdos explicitados. Como procedimento recorre-se aos objetivos das Diretrizes Curriculares como o fio condutor, somado a concepção de ensino adotado pelo grupo de área de história pautados em concepção teórica de educação histórica.

Ainda no caderno acrescentam-se dez (10) anexos de imagens da cidade Curitiba antiga do início do século XX, famílias curitibanas, praças, ruas, edificações. Também mapas históricos de Curitiba e Paraná com a finalidade de proporcionar o trabalho com de análise de imagens.

A elaboração do Caderno Pedagógico de História realiza-se em 2006 e a edição e distribuição, em março de 2007. Os professores da SME da área de História promovem encontros para professores e pedagogos de cada Núcleo Regional de Ensino de Curitiba para implementação dos cadernos bem como das idéias históricas e a medologia expressa no material didático para as classes iniciais do ensino fundamental. A equipe de professores da SME de História acompanhará as ações educativas de professores e alunos no âmbito escolar.

O trabalho com a Educação Histórica está em processo, novas possibilidades se apresentam tais como encontros de professores para relatos de experiência e grupos de estudo. Acredita-se que a metodologia sugerida auxiliará o estudante a entender que a História não consiste só em falar de situações do passado, mas interpretar esse passado, a partir do uso de diferentes fontes históricas e ao professor como novas possibilidades de conhecer como o estudante compreende as idéias históricas nas relações ensino-aprendizagem.

È possível considerar que existem saberes presentes em materiais didáticos assim como em atividades produzidas por alunos. Experiências como as da Rede Municipal de Ensino de Curitiba propiciam reflexões sobre novas possibilidades de trabalhar o conhecimento histórico em séries iniciais. É significativo compreender de que forma os saberes ensinados ou aprendidos acontecem no âmbito escolar e como é importante que os profissionais da educação registrem as experiências escolares como forma de proporcionar esta compreensão.

REFERÊNCIAS

CURITIBA. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação.Vol.3 Ensino Fundamental. Curitiba: SME, 2006.

CURITIBA. **Caderno Pedagógico - História**. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação.Vol.3 Ensino Fundamental. Curitiba: SME, 2006.

LEE, P. **Progressão da compreensão dos alunos em História**. In: BARCA, I.(Org).Perspectivas em educação histórica: Actas das Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Minho: Universidade do Minho, 2001.

SCHMIDT, M.A.S e GARCIA. **Discutindo o currículo "por dentro": contribuições da pesquisa etnográfica.** Educar, Curitiba, n. 17, p. 139-149. 2001. Editora da UFPR

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre a Pedagogia e a História: os livros didáticos de História – uma década de mudanças (Brasil 1997 – 2007)

Maria Inês Sucupira Stamatto*

Resumo: Apresenta pesquisa sobre livros didáticos de História para os primeiros quatro anos do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), avaliados pelo Programa Nacional de Livros Didáticos PNLD em uma década. Analisaram-se as concepções pedagógicas subjacentes nas Coleções examinadas em 2000, 2004 e 2007. Distinguiram-se conjuntos com as mesmas características, em cada um destes momentos, que permaneceram no mercado editorial. Constataram-se, ainda, outros grupos em que se observam elementos inovadores, constituindo-se uma ruptura em relação a antigas formas de ensino de História. Foi possível perceber uma renovação de tendências pedagógicas nos últimos anos, evidenciadas neste material didático, além das transformações teórico-metodológicas na ciência de referência e que vêm sendo incorporadas no currículo de História, via livros didáticos.
Palavras-chave: Livro Didático – Ensino de História – Escola Nova

Resume: On présente une recherche sur les livres didactiques de l'Histoire pour les premiers quatre ans de l'Enseignement Fondamental, qui ont été évalues par le Programme National de Livres Didactiques – PNLD (Brésil) pour une décade. On analyse les conceptions pédagogiques subjacents dans les collections examinées en 2000, 2004 et 2007. On a distingué des ensembles avec les mêmes caractéristiques, pour chacun de ces moments, qui ont resté au marché éditorial. En autre, on a constaté des ensembles sur lesquels on a observé des éléments innovateurs, constituant une rupture sur les anciennes formes de l'enseignement de l'Histoire. Il y en a été possible de percevoir un renouvellement des tendances pédagogiques effectué dans les dernières années, ce qui est évident dans les matériaux didactiques, au-delà des transformations théoriques et méthodologiques dans la science de référence et qui ont été incorporées au curriculum de l'Histoire, par les livres didactiques.
Mot-clés: Livre Didactique – l'Enseignement de l'Histoire – Ecole Nouvelle

Introdução

Apresentam-se resultados de uma pesquisa sobre livros didáticos de História para a I Etapa do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries e 2º ao 5º anos), avaliados pelo Programa Nacional de Livros Didáticos – PNLD em uma década. Objetivou-se averiguar que efeitos este programa acarretou a este material didático, especificamente da área de História.

*Professora Dr.ª da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenadora da Área de História – PNLD 2007 / 2008

Assim, com o intuito de investigar modificações e permanências em relação às coleções da área de História, foram analisados os dados disponíveis para o PNLD[1] de 2001 considerado ano de transição entre Estudos Sociais e História / Geografia; o de 2004 a consolidação da separação entre as disciplinas História e Geografia; e o de 2007 a última avaliação até a presente data, contemplando, portanto, as últimas tendências na área.

Deve-se ter em mente que o tipo de inscrição e os critérios para a avaliação foram diferentes em relação ao ano de transição e aos demais anos, o que poderá ocasionar distorções nos resultados indicados, entretanto, como poderiam apontar elementos significativos para a área, foram mantidos no conjunto de dados levantados. Considerou-se que são informações importantes para se contextualizar historicamente as mudanças que foram sendo introduzidas na disciplina História e nos manuais escolares.

Para a coleta de dados, além da bibliografia disponível, foram utilizados os guias para adoção de livros nas escolas dos anos 2001, 2004 e 2007; documentos publicados pela equipe Técnica do MEC/ COGEAM. Observa-se, entretanto, que foi somente a partir de 2002 que *a* avaliação na área de História incorporou a análise estatística (MIRANDA et. al. 2004: p.129), impossibilitando desta forma, a apreensão completa de dados referentes à área. Considerando-se o volume de informações e as especificidades dos conjuntos, os livros didáticos regionais[2] não foram tratados neste momento. O foco do trabalho foi o livro didático de História, seriado.

As Coleções de História de 1ª a 4ª séries nos Guias

Em 1997 foi publicado o primeiro Guia com as resenhas de obras para as quatro primeiras séries do Ensino Básico destinado à escolha e adoção de livros didáticos para as escolas públicas. Neste ano, contemplava-se a área de História no conjunto de livros classificados como Estudos Sociais.

No PNLD 2001, pela primeira vez avaliava-se a antiga área de Estudos Sociais com a distinção específica das disciplinas História e Geografia, luta de muitos anos das instituições universitárias, associações como a ANPUH e a AGB, de professores e pesquisadores destas ciências. Igualmente, abria-se, pela primeira vez, a inscrição de obras com destino a estudos localizados, os livros didáticos regionais de História e de Geografia.

[1] Este PNLD é algumas vezes referenciado como PNLD 2000/2001, como por exemplo, no guia para as escolas. Para efeitos deste trabalho será apontado como PNLD 2001.

[2] Segue-se o conceito de livros regionais do PNLD: livros didáticos de história com destinação regional, para serem adotados em um estado ou município.

Todavia, para efeitos desta avaliação, foi permitida a inscrição de obras de Estudos Sociais, ou de História e Geografia no mesmo volume e ainda em volumes separados, considerando-se este ano como de transição para o estabelecimento definitivo de coleções específicas destas disciplinas.

Assim, para compreensão dos dados da avaliação seguinte, precisa-se levar em consideração que, desde o PNLD 2004, houve a separação dos livros de História e Geografia destinados aos primeiros anos do Ensino Fundamental, que vinham sendo avaliados integrados, como componentes curriculares da área denominada Estudos Sociais.

Desta forma, os critérios para a avaliação tornaram-se mais detalhados e específicos para a área de História e a de Geografia. Separou-se da mesma forma, o conjunto de livros regionais do conjunto das coleções seriadas, por área, excluindo-se toda a coleção do Guia, caso apenas um dos volumes destinado a uma das séries fosse excluído, o que não ocorria nas avaliações anteriores.

No último PNLD correspondente a estas séries, em 2007, consolidava-se a especificidade do conhecimento histórico em relação a coleções e livros didáticos regionais para a disciplina História, avaliados por uma equipe exclusivamente formada por especialistas da área de História, vinculados ao ensino e a pesquisa histórica.

Os conteúdos históricos recomendados para as séries iniciais do Ensino Fundamental, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN, estão voltados, predominantemente, para as histórias sociais e culturais, sem excluir as questões políticas e econômicas (1996, PCN História, p.44). A organização dos conteúdos proposta é a que trabalha por eixos temáticos, apontados para a primeira e a segunda séries (1º Ciclo) História local e do cotidiano, e para a terceira e quartas séries (2º Ciclo) História das organizações populacionais.

Características pedagógicas das coleções de História avaliadas em 2001

Uma coleção é formada por quatro volumes destinados aos alunos, um para cada série da primeira etapa do Ensino Fundamental, acompanhada pelos respectivos volumes destinados ao professor, designados como Manual do Professor. Para o PNLD 2001, estas coleções podiam ser apresentadas de forma incompletas, ou seja, com livros aprovados somente para uma ou mais séries. Somente a partir de 2004 foi determinado que para ser incluído no Guia deveria ser o conjunto completo, ou seja, àquela formada por cada livro da série, aprovados.

No PNLD 2001 foram aprovadas 68 obras, contadas por volume, na área, que perfaziam 29 títulos, assim denominados os conjuntos com o mesmo autor e editora, porém que poderiam não estar completo por série. Neste cômputo não foram incluídas as obras com destinação regional (14), colocadas no grupo de livros didáticos regionais.

Destes 29 títulos (coleções completas ou incompletas) que aparecem no Guia 2001, apenas 6 são exclusivamente de História, 8 são de História e de Geografia, 3 somente de Geografia e, a maioria (12) é de Estudos Sociais. Neste caso, foram excluídos desta análise os três títulos relativos à Geografia.

Observa-se que dos 26 títulos que tratam de alguma forma do conhecimento histórico, 18 são orientadas por princípios do escolanovismo. Apenas para apresentar um exemplo, veja-se a comparação, entre os conteúdos propostos por Ovide Decroly (1871 - 1932) autor dos os centros de globalização ou centros de interesse, que deveriam ser determinados de acordo com as necessidades primordiais das crianças, e o conteúdo da obra Viver é Descobrir (2001, TUMA, 2ª série).

Para Decroly[3] os tópicos deveriam ser os seguintes: a) a criança e a família; b) a criança e a escola; c) a criança e o mundo animal; d) a criança e o mundo vegetal; e) a criança e o mundo geográfico; f) a criança e o universo (DECROLY apud LARROYO: p.738).

Os itens desenvolvidos no livro acima referido para 2ª série são:

> *Quem é você? Pesquisando sobre você; Conhecendo um ao outro; Como é a sua família? Os parentes fazem parte da família; Dentro ou fora? Podemos ver as coisas de maneiras diferentes; A separação dos espaços; construindo a sala de aula; O tempo pode ser medido; Aniversários? Oba! A escola foi criada pelo homem; Os arredores da casa; O caminho para a escola; Natureza e cultura; Estudando a natureza; A terra (ou o solo) é usada de muitas maneiras; Coleta seletiva na escola; Cuidar para não perder; O sol nos orienta; Os arredores da escola; conhecendo mais a zona rural e urbana; Conhecendo mapas; Vamos conhecer melhor a zona rural; A vida na zona urbana ou na cidade; Zona rural ou zona urbana?; Zona Rural e zona urbana: uma precisa da outra; O trabalho e a produção de alimentos; Matéria-prima e produto industrializado; Batata, arroz, feijão, Bolacha, sapato, camisa, televisão, rádio, meios de transporte; O trânsito e você; Os rios estão presentes em nossas vidas; A compra de mercadorias; Alô, alô, comunicar... comunicando; Os meios de comunicação; conhecendo outras sociedades; A união na nossa sociedade; Nós somos o Brasil; Despedida.*

Parece evidente que a obra segue o que foi proposto pelo autor da Escola Nova, abordando todos os conteúdos num único volume. No conjunto dos volumes que aparecem no Guia PNLD 2001, os conteúdos privilegiados por série na área de Estudos Sociais, são, em geral, para a:

[3] DECROLY, O. e BOON, G. Iniciación General al Método Decroly. Buenos Aires: Losada, 1939.

1ª série – Eu (criança), escola, família;

2ª série – Bairro, zona rural, zona urbana;

3ª série – Município: governo (administração), história do município;

4ª série – Estado: governo (administração), história do estado.

Percebe-se que há uma distribuição dos conteúdos escolanovistas propostos por série, mas, contando-se os quatro anos, aborda-se na íntegra o currículo desta linha para a História.

Características pedagógicas das coleções de História avaliadas em 2004

Foram aprovadas 16 coleções (completas) nesta avaliação. Em três delas, o desenvolvimento dos conteúdos se organizou em torno de eixos temáticos, orientados a partir dos conceitos históricos e tempo histórico. As demais, mesmo trabalhando com temas, estruturaram a coleção em unidades / capítulos. Em algumas, foram trabalhadas as noções de diferenças e semelhanças, permanências e continuidades. O tempo histórico foi concebido como expressão de formas de diferentes vivências humanas, não se restringindo apenas ao tempo institucional ou cronológico. Todavia, ainda houve duas coleções que se caracterizaram pela compreensão do processo histórico global, cujos fatos históricos foram narrados linearmente, numa seqüência de causas e efeitos.

Para o conjunto das coleções deste ano, embora com uma maior diversificação de itens, verificou-se que em relação à escolha dos conteúdos por série, continuou-se a seguir a proposição de partir do estudo do mais próximo ao aluno para realidades mais distantes, mantendo para a:

1ª série – Eu (criança), escola, família e o bairro;

2ª série – Município: governo (administração), história do município;

3ª série – Estado: governo (administração), história do estado;

4ª série – Sociedade / História do Brasil.

Com isto infere-se que, apesar de várias mudanças, as coleções, com exceção de três, adotaram os conceitos de natureza, trabalho e sociedade como centrais e mantiveram os pontos orientados pela Escola Nova, conforme se pode perceber na comparação dos conteúdos privilegiados pelas coleções com o programa de ensino para crianças de 8 a 12 anos no método globalizador de Blonsky[4], proposto para os complexos russos. Chama-se

[4] P.P. Blonsky foi autor do livro Escola do Trabalho e auxiliou na elaboração do primeiro programa soviético de educação em 1917. (LARROYO, 1974: p.802/ 849).

atenção para o fato de que, independente das as orientações político-partidárias de *esquerda ou de direita*, a teoria pedagógica da Escola Nova predominou na primeira metade do século XX, em países da América e da Europa. Na realidade, diz Blonsky, esse método é uma forma de aplicação do método do materialismo histórico à Pedagogia:

PROGRAMA DO MÉTODO GLOBALIZADOR - BLONSKY

GRAUS	NATUREZA	TRABALHO	SOCIEDADE
1	Estações	Vida de trabalho imediatamente circundante, tanto na família aldeã como nas famílias da cidade.	Família e escola.
2	Ar, água, terreno. A natureza e o cuidado das plantas de cultivo e dos animais que rodeiam o homem	Vida de trabalho no bloco rural ou urbano em que a criança vive.	Instituições sociais ou (sic) da aldeia e da cidade.
3	Observações elementares (informação) em física e química. Natureza da região local. Vida do corpo humano.	Economia da região local.	Instituições sociais provinciais. Descrição do passado do próprio país.
4	Geografia da Rússia e de outros países. Vida do corpo humano.	Economia oficial da República Russa e de outros países.	Organização do Estado na Rússia e noutros países. Descrição do passado da humanidade.

Programa apresentado por Pinkevich[5] (apud LARROYO, 1974: p.740).

As características deste programa, na concepção da Escola Nova, são as mesmas que aparecem, com adaptações, é claro, à realidade brasileira, nas obras para História / Guia 2004. Observa-se que, no caso brasileiro, o que seria correspondente ao grau 4 do programa acima foi adotado parcialmente, pois o volume 4 das coleções trabalha com a História do Brasil e não com a *descrição do passado da humanidade*, reservado para as séries posteriores.

Nota-se também que houve a inclusão de itens não tradicionais para estas séries, como, por exemplo, brinquedos e brincadeiras, deslocamentos populacionais, alimentação, meio ambiente e cidadania. Contudo, a criança, a família, a escola, a rua, o bairro, a cidade, o campo, o município, estado e a história do Brasil foram os temas recorrentes nas 16 coleções deste ano, não importando a forma de organização dos conteúdos. Portanto, mesmo não

[5] PINKEVICH, A. La Nueva Educatión em la Rusia Soviética. Versão espanhola de R. Cansinos-Assens, Madrid, 1930. p.343
O autor refere-se sempre a Rússia e não a URSS.

havendo mais a terminologia *Estudos Sociais*, proposição escolanovista, os principais pontos desta corrente pedagógica vêm sendo mantidos na organização de programas e materiais didáticos no ensino brasileiro de História, ainda no século XXI.

Características pedagógicas das coleções de História avaliadas em 2007

Na área de História, em 2007, foram aprovadas trinta coleções, nenhuma delas foi organizada por ciclos: conforme a legislação vigente e os PCN. Todas foram formadas por quatro volumes do livro do aluno e quatro do livro do professor (Manual do Professor ou Guia Pedagógico), para cada série da primeira etapa do Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos), permitido pelo Edital do PNLD 2007 (página 2).

Destas coleções, 18 organizaram os conteúdos por unidades ou capítulos e outras 12 por eixos temáticos ou com temáticas escolhidas. Ainda, independente da estrutura adotada, três recorreram ao discurso ficcional (desenvolvendo o texto a partir de personagens fictícios), sendo que 21 delas destinaram o quarto volume para o Brasil, abordando a Colônia, o Império e a República ou a formação do povo brasileiro.

Ao menos metade das coleções, na área pedagógica, propuseram a necessidade do professor trabalhar os conhecimentos a partir da realidade do aluno e a ela retornar. Muitas obras propõem que as situações de aprendizagem incitem a descoberta e a participação ativa dos alunos. A atuação do professor foi proposta como mediadora, sugerindo exemplos para compreensão da vida em sociedade. A maior parte das obras também fizeram indicações constantes para que o professor procurasse relacionar os conteúdos a serem apresentados e objeto de estudo nas atividades ao que os alunos conheciam. Todos elementos já constantes nos princípios da Escola Nova.

Contudo, em muitas livros didáticos deste ano, os alunos foram estimulados a fazer pesquisas em sua realidade local, a buscar outras fontes de consulta e informação sobre os assuntos abordados e coletar depoimentos de pessoas e fontes documentais como fotografias e objetos. A maioria das atividades privilegiou exercícios de interpretação de documentos. Assim, a apresentação de documentos como um pressuposto fundamental da metodologia histórica, está sendo incorporado às obras. Fontes foram apresentadas na maior parte das coleções de modo sistemático e exploradas nos temas e nos exercícios propostos, consistindo em trechos de historiadores, descrições de viajantes, poesias, letras de música, trechos de publicações científicas, depoimentos pessoais e fontes iconográficas de variadas épocas, autores e tipos. O aluno foi posto em contato com diversificadas imagens e

representações do passado, tais como, pinturas, gravuras, fotografias, mapas, plantas e croquis.

Neste conjunto de coleções buscou-se desconstruir a idéia de uma história única privilegiando atividades e disponibilizando textos que estimulassem opiniões diferentes acerca de um mesmo assunto e, por vezes, o confronto entre visões. O trabalho comparativo a partir das noções de semelhanças e diferenças foi uma das linhas norteadoras da organização dos conteúdos e das atividades. A incorporação da idéia de tempo a partir das vivências humanas possibilita a percepção da história como re-elaboração do passado por parte do presente, de modo que o passado possa ser problematizado por quem estuda história.

Na própria abordagem dos temas, mesmo considerando-se provenientes do esolanovismo, houve, em muitos casos, um tratamento diferente em relação às versões passadas. Por exemplo, o *eu – criança* abordado na forma do indivíduo em uma determinada idade que deve aprender para se adaptar à sociedade em que vive, nas atuais obras vem sendo trabalhado como *eu - identidade*, o indivíduo que está com sua personalidade em formação, pertencendo a uma sociedade contextualizada espacial e temporalmente.

Assim, em muitas delas observou-se um trabalho cuidadoso quanto à importância das fontes históricas para o ofício do historiador e para a reconstrução dos conhecimentos históricos, o que é indicativo da apropriação das especificidades atuais do fazer histórico na disciplina História e nos manuais desta matéria.

Considerações Finais

Conclui-se que as coleções na área de História vêm apresentando melhorias, havendo um aumento no número de obras consideradas com bons atributos e uma diminuição daquelas que se apresentam sem condições de serem adotadas nas escolas. Esta conclusão corrobora pesquisas já efetuadas por outros investigadores, como por exemplo, Gebrim (2002) sobre o PNLD em todas as áreas e Sposito (2006) para História e Geografia.

Entretanto, é possível inferir outras considerações, a partir dos dados colhidos nesta pesquisa. Desde 1986 está regulamentada a separação das disciplinas História e Geografia (Parecer 785/86 – CFE) no Ensino Fundamental. O Conselho Federal de Educação a partir da Resolução 06/86 estende esta medida para as primeiras séries deste curso. Porém, o material didático adotado nas escolas públicas do país ainda manteve a área de Estudos Sociais, para os quatro primeiros anos, até 2001, último ano em que se permitiu a inscrição de

obras nesta modalidade. Com isto pode-se concluir que está sendo uma lenta mudança para a adoção do estudo de conhecimentos específicos das disciplinas, no cotidiano escolar.

Além disto, outro efeito que se percebe é o desaparecimento no mercado editorial de livros com o título *Estudos Sociais,* sem, contudo, isto significar a ausência de elementos deste tipo de obra nas coleções destinadas a estas séries, mesmo quando não apresentam esta denominação. É possível rastrear estes itens por décadas até chegar-se aos conteúdos propostos pelo movimento da *Escola Nova*.

Na última avaliação deste material (PNLD 2007) é que se pôde perceber uma inflexão em relação à disciplina de História. Pode-se afirmar que apareceram propostas que contemplam conhecimentos específicos para o desenvolvimento do pensamento histórico e da metodologia desta disciplina, abandonando antigas orientações. Mas, visto ainda a permanência de concepções anteriores em algumas coleções, se reconhece que as mudanças na disciplina ainda estão em curso.

REFERÊNCIAS

GEBRIM, Nabiha. **O Programa Nacional do Livro didático no Brasil**. MARFAN, M.A. (org.). Painéis do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação. Brasília: MEC/ SEF, 2002. v.2

LARROYO, Francisco. História Geral da Pedagogia. T.II São Paulo: Mestre Jou, 1974.

MIRANDA, Sonia R., LUCA, Tânia R. de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, nº 48, p.123-144 2004.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Livros didáticos de História e Geografia, avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

Documentos

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD 2007.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais. História**. Brasília: 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Guia de Livros didáticos PNLD 2000/ 2001** –1ª a 4ª séries. Brasília: MEC/ SEB, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Guia do Livro didático 2004 – Geografia e História** –1ª a 4ª séries. Brasília: MEC/ SEB, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental **Guia do Livro didático 2007 – História** –Séries/ Anos iniciais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/ SEB, 2007.

TUMA, Magda Madalena Peruzin. **Viver é descobrir**. 2ª série – SP: FTD, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Federação ou Confederação? Visões do Federalismo na imprensa da República Rio-Grandense

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli*

Resumo: A imprensa da República Rio-Grandense foi essencial para a divulgação das idéias federalistas que vicejavam nos países do Rio da Prata imersos em guerras civis. Os jornais "O Povo", "O Americano" e "Estrella do Sul" faziam a equivalência entre federalismo e república com a revolução americana de 1810, e o centralismo do Império com o despotismo colonial e a regressão.
Palavras-chave: Federalismo, República,Imprensa

A palavra "federalismo" apresentou muitos significados na América Latina. De maneira geral representou a justificativa política preferencial para as elites periféricas que resistiam contra a formação de Estados centralizados, controlados pelos grupos exportadores, e a República Rio-Grandense não fugiu a esta retórica. Para tanto, a imprensa era uma importante estratégia, e República publicou sucessivamente "O Povo", "O Americano" e "Estrela do Sul"; estes jornais filiavam a República Rio-Grandense a um destino maior do subcontinente, herdeiro das consignas do Movimento de Maio, onde república e federalismo seriam um avanço em relação à centralização do Império.

São discutíveis as repercussões do Movimento de Maio no Rio Grande. Havia na Primeira Junta esperanças de que a revolução ultrapassasse os limites do Prata[1]. Parece mais provável que seus efeitos tenham sido indiretos: as dificuldades apresentadas na organização política das regiões platinas ensejaram a primeira intervenção na Banda Oriental em 1811. Este foi um momento de projeção para o futuro chefe farroupilha Bento Gonçalves, que havia imigrado pouco antes para Cerro Largo, quando aderiu ao movimento de Artigas; mais tarde, abandonaria os artiguistas, iniciando sua trajetória como chefe de milícias rio-grandenses.[2] A presença de Bento Gonçalves e de outros tantos chefes da fronteira em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas. As províncias no território do antigo Vice Reinado resultaram dos anseios por autonomia dos grupos dominantes regionais que recusavam submissão a um poder centralizado de Buenos Aires, como afirma Ana Frega:

---

* Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.
[1] MORENO, Mariano. *Plan Revolucionario de Operaciones.* Buenos Aires: Plus Ultra, 1975, p.73.
[2] PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL XXXI. *Memória Histórica de Rodrigo de Souza Pontes*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1935, p.177-236.

> *"En resumen, en diversas zonas del Virreinato la revolución desató localismos y antiguas disputas coloniales. (...) un clamor surgido de las diversas áreas rurales, no tanto contra las autoridades españolas en general, sino especialmente contra aquellas instituciones y grupos sociales que pretendian centralizar el poder provincial."*[3]

Abrir mão de prerrogativas locais limitava muito a concepção dita "federalista" no Prata.; o nível mais elevado que atingiam os acordos inter-provinciais foi o das *Ligas*, ou Confederações, formadas quando algumas temiam intervenções. Conforme Chiaramonte,

> *"(...) gran parte de lo que tradicionalmente solemos considerar como tendencias federales consistía, en realidad, en políticas de unión*_confederal*, cunado no de simple* ligas *o* alianzas*. Políticas con las cuales las llamadas* provincias *actuaban en calidad de Estados independientes y soberanos. Y es, insistamos, el pertinaz equívoco que entraña el llamar* federales *a los caudillos (...)"*[4]

Os senhores do Rio Grande, ao par daquelas lutas provinciais, incorporaram aquela noção de união *confederal* e.associavam o Império a uma regressão e ao domínio português, sendo a Corte do Rio de Janeiro uma nova versão de Lisboa. Para sua propaganda, a República valorizou a muito a imprensa[5]. São escassos os trabalhos sobre o tema, apesar das reedições de todos os jornais farrapos[6]; são importantes os textos"Imprensa Farroupilha", de Riopardense de Macedo[7], e "Luiz Rossetti: o Editor sem Rosto", de Carlos Reverbel[8]. O mais importante jornal foi "O Povo", 160 edições, de 01/9/1838 a 22/5/1840, em Piratini e depois Caçapava; em Alegrete, saíram os 36 números d' "O Americano", além dos três do "Estrella do Sul", de 24/9/1842 a 15/3/1843. Estes periódicos eram oficiais, além de uma variedade de assuntos que incluíam as notícias da imprensa legalista[9]. As matérias doutrinárias quase nunca eram assinadas: no caso de "O Povo", a maioria delas era de Rossetti; nos jornais editados em Alegrete, as matérias que tratavam de representação política, direitos, Constituição e Estado, reproduziam artigos de pensadores como Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Hume, Jefferson etc.

---

[3] FREGA, Ana. Apuntes para el Estudio del Federalismo en la Revolución Rioplatense (1810-1820). Seminário Internacional *Pensar a Revolução Federalista.* Rio Grande: Fundação Universidade de Rio Grande, 1993 (mimeo), p.6.

[4] CHIARAMONTE, José Carlos. *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana.* Buenos Aires: Cuadernos del Instituto Ravignani, 1991, p.26.

[5] ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, v. 2, CV-422, p.328.

[6] MUSEU E ARCHIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845. 1º volume. O Povo (Edição fac-simile da colecção completa). 2º volume. O Mensageiro. O Americano. Estrella do Sul. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

[7] MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa Farroupilha.* Porto Alegre: EDIPUCRS/IEL, 1994.

[8] REVERBEL, Carlos & BONES, Elmar. *Luiz Rossetti: o Editor sem Rosto & Outros Aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1996, p.73-128.

[9] Ibid., p.50.

"O Povo" apresentava o Império como traidor do ideário da independência. Num artigo sobre D. Pedro I, aparece por primeira vez a referência federalismo:

> *"Sim! hum principe sem educaçaó (...)que comprommeteo a dignidade da Naçaó, e a empenhou com ruinozos emprestimos para sustentar guerras caprioxozas, que de propozito as fomentou, afim de locupletar-se, e por naó lhe soar bem aos ouvidos a palavra Federaçaó, pela qual permanecia a Cisplatina na communhaó Brasileira (...)"*[10]

Para Rossetti, os destinos da República Rio-Grandense estavam unidos àqueles mais amplos da América. Numa carta ao compatriota Cuneo, de Montevideo, dava conta de

> *"(...) um comunicado no qual venho arrazoando sobre a América em geral e sobre o erro criminoso cometido pelos brasileiros que seguen a fórmula imperial, como sobre a necessidade em que estão todas as províncias a coligarem-se para fazê-la desaparecer e colocar-se, assim, em harmonia com a República de 1810. (...) É necessário que os povos americanos se unam e daqui, então, poderia emergir a aliança geral dos povos."*[11]

Em 16/1/1839, escrevia sobre o exemplo de "Washington e Franklin proclamando a Independencia Americana commetteraó-nos esta obrigaçaó*"*. Seguia Rossetti:

> *"Na história da Humanidade naó há interrupçaó, tudo nella se une como os élos de huma cadeia; e se a America Hespanhola em 1810, e o Brasil em 1823 proclamavaó sua independencia, saó devedores de tanta audacia á revoluçaó Norte-Americana de quarenta annos adiante. (...) do sangue que regava as margens do Ipiranga não devia surgir hum Imperio. (...) o grande facto da Independencia não se podia atalhar, mas entorpecemos a marcha da revolução; envenenamos a existencia das republicas de 1810, erguendo no meio dellas hum Imperio."*[12]

Continuando no número seguinte, acusava as idéias monarquistas de *"contrarias ao genio da America"*, afirmando com veemência:

> *"(...) ahi preconizava se abertamente e com hum descaramento pouco commum á Monarquia e ao Absolutismo. D' ahi partiaó hum atraz do outro os emissarios da Santa Aliança. (...)O grande facto da Independencia naó se podia atalhar, mas entorpecemos a marcha da revoluçaó; envenenámos a existencia das republicas de 1810, erguendo no meio dellas hum Imperio."*[13]

Na edição de 8/12/1838, na intitulada "Aristocracia na America", o redator afirmava que, apesar do estado de "anarquia", a revolução americana não perdera sua legitimidade, mesmo conspurcada por políticos nem sempre merecedores de sua herança:

---

[10] MUSEU E ARCHIVO..., op. cit., *1° volume*, p.91 (O Povo n.°23).

[11] ROSSETTI, Luigi. Apêndice. As Cartas de Rossetti. In: REVERBEL & BONES, op. cit., p.135.

[12] MUSEU E ARCHIVO, op. cit., *1º volume*, p. 91 (O Povo n.º 23).

[13] Ibid., p.165 (O Povo n.° 41).

> *Assim a America influida com suas victorias, alucinada com seus nomes, inocentemente desviada do verdadeiro caminho, que depois da luta deveria adoptar, enfeitou-se com o uniforme da guerra, mostrou sua robusta destra armada fortemente, e naó se lembrou que a espada naó era o arado, a gloria militar a sociabilidade proclamada, e que derrubados os* Vice Reis*, ficavaó os caudilhos, os ambiciosos, os gauchos, homens todos que tinhaó pelejado por prazer, e em que o sentimento de liberdade, e independencia naó era o movel soberano e escluzivo."*[14]

A República representava o espírito americano, "O Anjo tutellar da America continúa proteger-nos, e naó mui distante veremos todo o sólo de Cabral expurgado de tyranos"[15], exemplo para as demais províncias, no momento em que "acháo esgotados os recursos do Imperio, e as Provincias da União profundamente magoadas com os repetidos golpes que o Governo do Centro tem dado as liberdades da Naçáo Brasileira."[16]

A idéia federativa não ultrapassava esta noção de autonomia das verdadeiras e legítimas unidades políticas, as províncias; o Rio Grande se mostrava como exemplo para as unidades subjugadas. Sua legitimação era buscada também no exterior, numa época em que a República buscava o apoio do governador de Buenos Aires, Rosas. Em 7/8/1839, "O Povo" reproduzia nota da *"Gazeta Mercantil"* de Buenos Aires de 19/6/1839:

> *"(...) O Rio Grande he, e sera de hoje em diante, huma Naçaó independente e soberana, como o Estado Oriental o he, como o sáo a Republica Argentina, Chile, Bolívia (...) A mesma causa, as mesmas armas, os mesmos inimigos se encontraó nesta luta parcial, que como hum écho do grande movimento de 1810 ha vindo repetir se em nossos dias. (...) os primeiros trabalhos organicos das sociedades Americanas contribuiraó tal vez a quê o imperio do Brasil, naó tivesse que empregar desde logo com suas Provincias, as mesmas armas que a Espanha empregara com suas Colonias. (...) O Rio Grande náo há feito mais que annunciar primeiro o sentimento que he commum a todas as Provincias do Brazil (...)"*[17]

O entusiasmo republicanos aumentou com a proclamação da República Juliana, permitindo-se Almeida elogiar Canabarro como *"distincta vergontia dos Washingtons no Sul"*. No mesmo exemplar há uma proclamação de Netto que reitera a comunhão de interesses com os vizinhos do Prata:

---

[14] Ibid., p.115 (O Povo n.º 29).
[15] Ibid., p.277 (O Povo n.°65).
[16] Ibid., p.316 (O Povo n.° 74).
[17] Ibid., p.377 (O Povo n.° 90).

> *"(...) sim todo o Continente de S. Catharina já forma parte integrante da republica Rio Grandense (...) As Republicas visinhas votaó nobres simpathias a Independencia do Continente pela identidade de seus principios. Que resta, pois, ao Brasil? Como salvar-se? Hum so meio se antolha: o reconhecimento da Independencia Rio Grandense; ou melhor, a Federaçaó das Provincias, unica maneira de manter hum centro de razaó no malfadado imperio de S. Cruz (...)"*[18]

Na edição de 30/11/1839, Almeida uma vez mais salientava a filiação da República Rio-Grandense aos sucessos da Revolução de Maio:

> *"Ainda que se queira desconhecer, a insurreição do Rio Grande naó he mais que o desenvolvimento mais recente do movimento de Maio, hum resultado necessario do movimento de 1810, hum passo mais da revoluçaó Americana, a ultima conquista do principio regenerador do novo mundo, a consequencia mais moderna dos trabalhos começados por Moreno, e ultimados por Bolivar. (...) Ultimo anel de huma cadeia de accontecimentos todavia inacabada que principia em Philadelfia em 1776, continua em Buenos Ayres em 1810, sobe ao Equador nos annos immediatos, reapparece hoje em hum dos confins do Brasil, para concluir amanha no Rio de Janeiro, a revoluçáo que há começado no Rio Grande he o corolario inevitavel da revoluçáo de hum mundo"*[19].

Em 1840 persistiam os ideais de Maio, mas mudavam os aliados: Oribe perdia o lugar para Rivera, que ocupava a presidência uruguaia; e Rosas para os dissidentes do *litoral* argentino. Sobre a "Questão Argentina", "O Povo" de 8/1/1840 afirmava:

> *"(...) os Republicanos Rio-Grandenses necessitaó actualmente dos Republicanos Argentinos, e delles teraó maior necessidade para o fucturo. (...) N'este sentido, os revolucionarios deveraó (segundo nosso juizo te-lo já feito) dirigir-se ao Governo de Corrientes, e a General Lavalle, que podem conciderar-se actualmente como os verdadeiros Representantes da opiniaó Argentina. (...)"*[20]

Numa das últimas edições, o redator escrevia sobre "A Agonia do Império", associando seu início ao fim da Guerra da Cisplatina. Uma vez mais, evocava-se a identidade *"O Imperio se retirou entaó para dentro dos seos limites, abandonando toda a ideia de conquista; porem a jornada de Ituzaingo naó foi somente huma barreira levantada para conter as invasóes do Imperio, se naó taó bem huma profunda, e insoluvel, ferida aberta em seo coraçaó, e huma liçaó eloquente para os outro povos, que podia ser vencido. (...) poucos annos passaraó, e as revoluçóes rebentaraó por todas as partes. O Pará, Ceará, Rio-Grande, Bahia, Maranhaó, e Santa Catharina como outros tantos volcoens arrojaraó fogo, e fizeraó bambaleiar o Throno Bragantino (...) o Rio-Grande dará a maó a seos companheiros de armas (...)"*[21]

com uma afirmação do federalismo:

A República Rio-Grandense era desejável porque estava de acordo com a Revolução Americana de Maio de 1810, e por essa razão apoiada pelos vizinhos.

---

[18] Ibid., p.395 (O Povo n.º 94).
[19] Ibid., p.521 (O Povo n.º 123).
[20] Ibid., p.563-4 (O Povo n.°133).
[21] Ibid., p.657-8 (O Povo n.°156).

Depois de mais de dois anos, em setembro de 1842 reaparecia a imprensa republicana em Alegrete com "O Americano". Já no clima da Assembléia Constituinte, Almeida procurava disseminar as idéias sobre a organização do Estado, numa série de artigos publicados por partes: "A Soberania do Povo"[22], "Do Poder Representativo"[23], e "Do Modo de Formar-se a Representação Nacional"[24], textos de Benjamin Constant. O último, em 16/11/1842, foi sobre as vantagens do federalismo:

> *"As assembleias, por mui seccionarias que possa ser sua composiçaó, teem huma grande inclinaçaó a contrair hum espirito de corporaçaó, que ás separa dos interesses da naçaó. Posta na capital, longe da porçaó de povo que as nomeou, os representantes perdem de vistas os costumes, as necessidades e o modo de viver do departamento que representaó; e chegaó com o tempo a esquecer-se destas causas (...) porém em todo governo que propende á unidade, o privar as fracçóes do Estado de interpretes nomeados por ellas, he crear corporaçóes para que deliberem vagamente e seus objectos detterminados (...)"*[25]

Em 23/11/1842, Almeida publicou "Algumas Noções sobre a Constituição do Estado de Massachussets" que, apesar de *"redigida em 1780"*, mostrava-se bastante atualizada em relação aos anseios de maior representação que desejavam os rio-grandenses:

> *"A Camara de Representantes, composta de hum Deputado por cada cidade ou povoaçaó de mais de cem habitantes. A Camara do Senado, composta de 31 membros, he eleita pelos habitantes livres maiores de 21 annos, pagando impostos e possuindo huma certa propriedade. O Estado está dividido em districtos, que devem nomear mais ou menos Senadores, segundo a proporção de contribuiçáo geral que elles pagaó (...)"*[26]

Os exemplos afirmavam o federalismo, mas não havia discussão da sua natureza, além da noção de mera autonomia provincial. A exemplo d' "O Povo", o jornal alegretense repercutia as dificuldades que o Império passava para controlar as demais rebeliões, como em 15/9/1842:

> *"(...) os valorosos Paulistas se erguem contra esse governo bárbaro e oppressor, e disputaó victoriosamente o nenhum direito que tem para governa-los: os Mineiros sustentaó os mesmos principios, e estes dois grandes povos que encerrào os homens mais sabios, os cidadaós mais virtuosos do Brasil, e onde a massa da populaçaó he mais civilisada e illustrada que a de todas as mais provincias, apresentaó a ellas liçóes do verdadeiro patriotismo, lutando com vantagem, como seus irmáos Rio Grandenses, contra a causa do feroz despotismo entronizado na capital do Rio de Janeiro (...)"*[27]

---

[22] MUSEU E ARCHIVO..., op. cit., *2.º volume*, O Americano n.º 3, n.º 4, n.º 5 e n.º 6, p.201-216.
[23] Ibid., p.217-228 (O Americano n.º 7, n.º 8 e n.º 9).
[24] Ibid, p.237-256 (O Americano n.º 12, n.º 13, n.º 14, n.º 15 e n.º 16).
[25] Ibid., p.253 (O Americano n.º 16).
[26] Ibid., p.261 (O Americano n.º 18).
[27] Ibid., p.219 (O Americano n.º 7).

Para "O Americano" a causa da República era comum às demais províncias, e a da generalização das rebeliões conduziria à queda do Império. Ao mesmo tempo em que duvidava das notícias oficiais, valorizava as informações contrárias, como *"huma carta escrita do Rio de Janeiro a hum amigo nosso"*, publicada em 9/11/1842:

> *"O brado do patriotismo foi seguido e ouvido na Provincia de Minas, e a Cidade de Barbacena foi a primeira que teve a honra de imitar o civismo dos Paulistas. Em breve os Mineiros com que á porfia corréraó para de huma vez esmagar para sempre os ferros da escravidão (..)"*[28]

Com o fracasso dessas revoltas, "O Americano" passou a publicar protestos que chegavam, como os do padre Feijó.[29] Por outro lado, as relações entre os farroupilhas e Rivera prenunciavam ações mais vigorosas do Império e da Confederação para resolverem os problemas no Rio Grande e no Estado Oriental, como aparece em *"huma carta escrita do Rio de Janeiro, em 2 de novembro, a hum amigo nosso"*, publicada em 10/12/1842:

> *"Chega a loucura ao ponto de dizerem que dentro de hum anno o Estado Oriental hade ser Provincia Brasileira! Fortes loucos, com tudo Deos permitta que naó abraó os olhos, e que antes declarem essa guerra, que será o melhor meio dos Rio-Grandenses levarem avantes os seus intentos, por que estou certo que os Orientaes, e todas as Republicas da Confederaçaó Argentina esqueceraó suas desavenças, e unidos daraó huma liçaó aos loucos, que ainda intentam subjugar homens livres."*[30]

Persistia ainda a crença de que os anseios federalistas argentinos suplantariam rivalidades, compondo com rio-grandenses e orientais uma barreira contra o Império.

O sucedâneo d' "O Americano" foi o "Estrella do Sul", do qual foram editados apenas três números, em 4, 8 e 15/3/1843. Havia dissidências entre os farrapos, a "maioria", onde se filiava Almeida, perdia espaço para a "minoria", interessada na paz com o Império. Mesmo assim, o jornal mantinha-se associado aos ideais libertários americanos, enquanto o Império era uma salvaguarda do Antigo Regime. A República Rio-Grandense era a última resistência contra o "jugo intolerável", como escreveu o redator:

> *"(...) assim foi que as diversas Provincias do Imperio vendo illudidas suas esperanças, empunharaó as armas para sacudir hum jugo intoleravel; e as commoçoens populars succederaó humas ás outras; no Pará, Bahia, Maranhaó, S. Catharina, S. Paulo, e Minas, o sangue Brasileiro tem corrido a jorros, mas sem fructo, porque vencidos os chefes das sublevaçoens, pagaraó o tributo da sua inexperiencia. Nós porem mais afortunados temos podido sustentar a nossa obra (...) Sim a liberdade desapareceu da terra de Santa Cruz; perseguida pela prepotencia do Gabinete de S. Christovaó veio profuga, e desvalida implorar hum*

[28] Ibid., p.248 (O Americano n.º 14).
[29] Ibid, p.252 e p.256 (O Americano n.º 15 e n.º 16).
[30] Ibid., p.271 (O Americano n.º 20).

> *azilo em nosso paiz; á nos cumpre reivindicar seus foros, salvando do cativeiro á nossos irmaós oppressos, e subjugados pela mais feroz tirania. Construir hum formoso templo á justiça levantar os alicerces de huma republica federal, e bem constituida sobre as ruinas do throno imperial, hé o nosso dever (...)"*[31]

A república federalista aparecia como uma condição para a reintegração dos rebeldes. Na última edição do "Estrella do Sul", o próprio Bento Gonçalves lançou uma "Proclamação" onde reiterava estas idéias:

> *"A causa que defendemos, naó hé so nossa, ella hé igualmente a Causa de todo o Brasil: se ainda arrastais ferros ignominiosos, foi por uma cadea de sucessos fortuitos, e circunstancias inesperadas, que concederaó a vossos oppressores hum triunfo efemero (...) Huma republica federal baseada em solidos principios de justiça, e reciproca conveniencia uniria hoje todas as Provincias irmáas, tornando mais forte e respeitavel a Naçaó Brasileira (...)"*
> *"Huma republica federal baseada em solidos principios de justiça, e reciproca conveniencia uniria hoje todas as Provincias irmãs, tornando mais forte e respeitavel a Nação Brasileira, e se a traição não violentasse o espirito publico, estabelecendo pelo artificio, e pela força os mesquinhos, e desastrosos principios da monarchia forte, este systema precario e funesto, que tanto sangue, e tantas lagrimas tem custado ao Brasil (...)"*[32]

Tempos depois, em 28 de julho de 1844, Bento Gonçalves, já afastado da presidência da República Rio-Grandense, escrevia para David Canabarro sobre a missão de que fora encarregado junto a Caxias, quando havia proposto "àquele general na forma de minhas instruções a federação ao Brasil, agregando a ela os Estados de Montevidéu, Corrientes e Entre Rios"[33]. Bento recolocava idéia de uma confederação noutro sentido, desde que não pairasse a presença de um poder fortemente centralizado.

Feita a paz com o Império, os "senhores guerreiros" seriam reincorporados às forças armadas brasileiras que interviriam no Prata contra Oribe e Rosas. As idéias de autonomia provincial e a identidade regional, no entanto, estavam muito longe de serem subjugadas, e os homens da fronteira seguiram, durante todo o século XIX, atuando de acordo com os seus interesses, confundidos com aqueles da província. Precariamente definido, o federalismo manter-se-ia como um dos mais caros ideais do movimento de independência, sinônimo das liberdades arrancadas ao Antigo Regime, herança da Revolução Norte-Americana e de Maio de 1810. Da forma como foi apresentado pelos jornais republicanos.

---

[31] Ibid., p.341-342 (Estrella do Sul n.° 2).
[32] Ibid., p. 345 (Estrella do Sul n.º 3).
[33] ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Coletânea de Bento Gonçalves.* Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, 1935, CV-8572, p.247.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Conhecimento prévio e aprendizagem significativa em História: idéias de alunos do ensino médio

Regina Célia Alegro*

Resumo: com base na teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, identifica atributos criteriais de conhecimentos prévios relativos à disciplina de História, apresentados por estudantes ao ingresso no ensino médio, e verifica ocorrência de variações das idéias dos ingressantes quando comparadas com aquelas dos concluintes. Identifica três categorias: quadro descritivo do achado de Cabral; encontro de culturas; início do processo de confronto, ocupação e exploração, que estão na origem do desenvolvimento econômico brasileiro.

Palavras-chave: conhecimento prévio, aprendizagem significativa, aprendizagem de História

Abstract: Ausubel's theory of meaningful learning is the basis to describe attributes of previous knowledges to History's learning, elaborated by pupils in the high-school. Verifies occurrence of variations of the ideas of the ingressants when compared with those of the concluintes. It identify three categories: descriptive portrait of the Cabral's finding ; meeting of cultures; beginning of the confrontation process, occupation and exploration, that are in the origin of the Brazilian economic development.
Keywords: previous knowledge , meaningful learning, learning of History

As pesquisas acerca do ensino de História que têm como foco a construção de conhecimento histórico pelo aluno, vêm intensificando o diálogo, principalmente com leitores de Piaget e Vygotsky. Mas, estudos amparados na teoria da aprendizagem significativa (TAS), de Ausubel e colaboradores, são praticamente inexistentes. Excetuando-se a tese de doutoramento de Baldissera (1996), e algumas experiências limitadas em número e extensão, nenhum outro estudo considera o ensino e a aprendizagem em História à luz desta teoria.

No entanto, a TAS dirige-se para o ensino e a aprendizagem em sala de aula. Enfrenta o seu problema considerando a organização comum do ensino, colocando o aluno como centro do processo, o processo de ensinar e aprender como troca de significados entre o professor e o estudante; permite a discussão de questões importantes para o ensino de História, como o processo de esquecimento como parte da aprendizagem significativa. Por isso, se elegeu a TAS como fundamento para este estudo sobre os conteúdos substantivos de

* UEL/Pr, doutoranda em Educação (UNESP/Marília). E-mail: alegro@uel.br

conhecimentos prévios apresentados por estudantes jovens e adultos, ingressantes no ensino médio, na disciplina de História.

O *conhecimento prévio* é concebido como conteúdo transformado em significado "psicológico" na estrutura cognitiva e que funciona como subsunçor de novas aprendizagens para o indivíduo. Novak, se apóia em Nonaka & Takeuchi (NOVAK, 2000:98), - ou melhor, na teoria do conhecimento tácito de Polanyi (1967) – para afirmar que este conhecimento, ao contrário de informações, "é sobre *convicções* e *compromissos,* é sobre *ação*. É sempre conhecimento 'até certo ponto'. É sobre *significado*. É *contextual* e *relacional"*.

A *aprendizagem significativa* é o processo pelo qual uma nova informação recebida pelo sujeito interage com uma estrutura de conhecimento específica orientada por conceitos relevantes, os conceitos subsunçores – ou, conceitos incorporadores, integradores, inseridores, âncoras – determinantes do conhecimento prévio que ancora novas aprendizagens. Nesse processo se efetiva a diferenciação progressiva e a reconciliação integrativa, os conceitos subsunçores são reelaborados, tornando-se mais abrangentes e refinados, consequentemente, são aperfeiçoados os significados e melhorada a sua potencialidade para ancoragens a aprendizagens significativas posteriores.

Se for escassa a possibilidade de associação entre os conceitos subsunçores e a nova informação adquirida, a aprendizagem se caracterizará como *mecânica*, aquém da aprendizagem significativa. Como enfatiza Pontes Neto (2001:65-78) "nem sempre o que se aprende significativamente é compatível com o conhecimento especializado de uma determinada área" ou, o desejável.

Como destacou Moreira (2003:2), o significado está na pessoa que aprende, não nas coisas ou nos acontecimentos. Apreender o *significado do conceito* consiste em compreender quais são os atributos criteriais que o distinguem ou identificam, e não apenas nomeá-lo por meio de um rótulo diretamente vinculado ao referente (AUSUBEL, 2003:85). Saber o nome da coisa não significa conhecê-la. E aprender conceitos equivocados ou desnecessariamente genéricos pode equivaler à não-aprendizagem ou à produção de resultados tão graves quanto não aprender, não somente do ponto de vista cognitivo, mas, também da prática social (MOREIRA, 2005). Um exemplo: é risco comum na aprendizagem em História, o entendimento das diferenças apenas como formas paralelas e opostas, ou, a causalidade como simples e de fácil identificação.

Conforme já demonstrado por Moreira & Greca (2003), esta transformação apresenta-se menos como "mudança conceitual", e mais como desenvolvimento, enriquecimento conceitual por meio da construção e discriminação de significados. O que pressupõe a aprendizagem significativa como geradora de modificação da estrutura cognitiva, sem eliminar ou substituir os conceitos anteriores a tal experiência. A aprendizagem não leva ao apagamento de "concepções errôneas", inibidoras da aprendizagem, mas, a novos significados estabelecidos entre os conceitos (NOVAK, 2000). Afirmando que a permanência da identidade daquilo que muda é essencial para a idéia de mudança, Moreira & Greca (2003) citam, como exemplo, a folha verde que se torna amarela. A folha amarela pressupõe a existência da folha verde, embora não seja mais verde. Nunca será anulada a existência/permanência da folha verde na folha amarela. Mas, a folha verde adquiriu uma nova condição.

Ausubel, ao tratar dos "efeitos das variáveis da estrutura cognitiva na aquisição, retenção e transferência de conhecimentos", refere-se ao princípio da *diferenciação progressiva* afirmando que "(...) a maioria da aprendizagem e toda a retenção e a organização das matérias é hierárquica por natureza, procedendo de cima para baixo em termos de abstração, generalidade e inclusão", de "(...) regiões de maior inclusão para as de menor, cada uma delas ligada ao degrau mais acima na hierarquia, através de um processo de subsunção (...) de conceitos e de proposições menos inclusivos, bem como características de dados informativos específicos" (AUSUBEL, 2003:60; 166).

O princípio de *reconciliação integradora* na aprendizagem se efetiva ao indicar, explicitamente, de que forma as idéias relacionadas e anteriormente apreendidas na estrutura cognitiva são semelhantes ou diferentes das novas idéias e informações incorporadas, num movimento "de baixo para cima". Pode ser conceituada como a "capacidade de discriminação das diferenças entre os novos materiais de aprendizagem e ideias aparentemente análogas, mas freqüentemente conflituosas, na estrutura cognitiva do aprendiz" (AUSUBEL, 2003:170).

Na TAS, o material a ser aprendido constitui-se, basicamente, de conceitos. E, estrutura cognitiva corresponde ao armazenamento organizado de conceitos. Neste sentido, se entende a proposta do *mapa conceitual* como recurso para facilitar a aprendizagem significativa. A coleta das informações aqui consideradas foi executada por meio de diagramas aos moldes de mapa conceitual elaborados pelos participantes com vistas à exploração das idéias prévias que os estudantes apresentam ao início da educação média.

Indicações das amostras coletadas

Do conjunto de 244 diagramas elaborados por estudantes do ensino médio, em resposta à pergunta "Qual é o mais importante tema de História do Brasil, aquele que todos os cidadãos deveriam estudar", obteve-se como temas indicados mais comuns aqueles próprios da história nacional tripartida Colônia-Império-República que pretende a "globalidade histórica" em "articulações e precedências lógicas entre os elementos da estrutura" abrangente economia, política e sociedade (NADAI, 1984:139). As amostras indicam a manutenção da atribuição para a disciplina de História no século XX: a formação de consciências cidadãs capazes de inserção no sistema democrático liberal e no sistema produtivo moderno. Neste sentido, a narrativa de episódios da fundação e a emancipação política do país/nação surgem como prioritárias para os participantes.

Se considera aqui 71 diagramas cujo tema é "Descobrimento do Brasil", sendo 35 elaborados por alunos do primeiro ano e 36 por estudantes do terceiro ano. Observa-se que as idéias manifestas pelo primeiro grupo encontram correspondência em quantidade e conteúdos nos dois grupos. Apenas, nos diagramas do terceiro ano se observa uma tendência maior ao uso de termos correntes, à ênfase no "econômico" e uma maior precisão conceitual.

Nas amostras consideradas, o "descobrimento" é: evento do desembarque da esquadra de Cabral no Brasil; encontro de culturas; marco inicial do processo de colonização; marco de origem para a nação brasileira; inserção do Brasil no contexto do mercantilismo; invasão e exploração do território indígena; marco de origem do tipo de desenvolvimento por que passou o Brasil e que redundou em subdesenvolvimento.

A leitura dos diagramas na perspectiva da identificação dos atributos criteriais mais gerais dos conceitos apresentados sobre o tema "descobrimento do Brasil", permitiu a identificação de três categorias:

Quadro descritivo do achado de Cabral:

Destaca a ação dos portugueses, especialmente os feitos de Cabral, o protagonista, como determinantes do *desenvolvimento* do Brasil. Cabral "encarna" valores não aceitáveis, aqueles que levam ao *desmatamento*, à *exploração da floresta,* à *escravização* dos indígenas. Mas, se explica e se justifica esta contradição: Cabral *era a peça principal do desenvolvimento feito pelos portugueses*. A constatação negativa pode ser entendida como o preço a ser pago pelo desenvolvimento. À ação de Cabral é atribuído um "sentido": os seus feitos levaram ao estado de desenvolvimento atual no Brasil. Para Moura (2004:25) um

protagonista é o portador da "verdade narrativa": "A verdade não é reivindicada pela narrativa histórica apenas por suas "declarações individuais", mas, também, pela 'construção dos personagens'". Cabral é o indivíduo portador de valores, acima dos demais. Mesmo quando se observa a tendência apresentada nos diagramas do terceiro ano de transferência do protagonismo de Cabral para os "portugueses", ele representa a coletividade dos "portugueses". A história brasileira é um prolongamento da história portuguesa, ou, mundial. O "descobrimento" é um evento dessa história.

Encontro de culturas:

Esta é uma expressão marcada pela neutralidade. Segundo o dicionário, tanto pode significar igualdade, mutualidade, como pode indicar embate, choque, ou, acaso e fortuidade. De modo geral sugere diálogo entre culturas, em condições de igualdade e sem pretensões de dominação, encontro amigável, partilha, enriquecimento mútuo. Assim, caracterizar "encontro de culturas" demanda cuidado, inclusive com o conteúdo silenciado.

Neste conjunto, *encontro de culturas diferentes* refere-se à constatação, pelos portugueses, daquilo que não constituía a tradição européia. A diferença é verificada mediante comparação pressuposta entre a cultura portuguesa e aquela no singular que dela difere, a *cultura dos índios*, apenas superficialmente referida por meio de um elenco de palavras que descrevem o estereótipo (nudez, coleta, caça, etc.). Os indígenas ou, *os índios* são compreendidos como parte da natureza edenizada. É visto menos como agente, sujeito, e sim, inserido num cenário natural e por ele determinado, incapaz de produzir uma dinâmica que gerasse o *desenvolvimento* observado no Brasil. O indígena é percebido como o elemento que legitima a distinção dos brasileiros em relação aos portugueses, porque os antecede na posse da terra. Além desta perspectiva, não se considera as identidades indígenas e o seu ponto de vista como determinantes na história.

Entre os alunos do primeiro ano, associa-se à idéia de *mistura de culturas* evidenciada como *aprendizagem (de novas línguas* e sobre a *diversidade biológica)*, por meio do *conhecimento das pessoas*. Além da aprendizagem e do conhecimento, a *mistura de culturas* efetiva-se como *exploração dos indígenas e da* natureza*,* ou, por meio dos *negócios (escambo*). *Encontro de culturas* privilegia a idéia de conhecer, aprender, transmissão. Esse encontro deixou um legado para a nação brasileira: a terra (natureza), *a cultura e a língua portuguesa que se tornou a língua oficial do Brasil* (47).

Entre os alunos do terceiro ano se constata o *choque cultural,* ou seja, descreve-se o sofrimento psicológico, pessoal, experimentados pelos indígenas, ignorando o embate de cunho político, por exemplo, de resistência organizada dos povos indígenas.

As amostras do primeiro ano do ensino médio sugerem e aquelas do terceiro ano enfatizam o julgamento moral sobre a dominação e exploração exercidas pelos portugueses. Esse julgamento é expresso, por exemplo, pelo uso de termos relativos às *práticas* dos colonizadores (chicotadas, domesticação, abuso sexual, escravidão, etc.), e, *sentimentos e condição* dos indígenas e negros (tristeza, ódio, angústia, pobreza, escravidão, etc.).

Trata-se de um olhar retrospectivo para o indígena e a natureza que constata, à luz dos valores contemporâneos, a *injustiça* praticada a partir do "descobrimento do Brasil". Mas, antes de uma denúncia da *injustiça*, é uma narrativa sobre os acontecimentos que estão na fundação do Brasil, protagonizados por portugueses e indígenas, cada qual no seu papel: o primeiro, como fundador e condutor do processo cujos efeitos hoje desfruta-se – a terra, o povo, a cultura - e, o segundo, como a mão-de-obra necessária. O "descobrimento" e a ação dos "descobridores" são justificados, pois suas conseqüências alcançam o presente, entre elas, a configuração do Brasil como nação inserida no mercado mundial.

Este grupo de participantes, ao narrar o encontro entre portugueses e indígenas, o faz com base em valores que cultivam e que localizam na *república* (17), como o direito à terra, à escolha de religião, à crítica a exploração predatória da natureza. Estes valores são considerados como universais e atemporais, por isso podem ser aplicados na análise do tema "descobrimento do Brasil".

No momento em que a perspectiva multiculturalista favorece o questionamento da identidade nacional construída no interior da experiência de dominação e exploração, faltam aos estudantes referenciais que lhes permitam "(...) a reinvenção criativa da existência e da cultura, fundada num profundo desejo de solidariedade social: a busca do encontro" (Fleuri & Souza (2003:21).

Início do processo de confronto, ocupação e exploração, que estão na origem do desenvolvimento econômico brasileiro:

Ao enfatizar a conquista do *território indígena*, os participantes do terceiro ano – diferenciando-se daqueles do primeiro ano para os quais prevalece a explicação da origem do Brasil como uma invasão do território indígena - tendem a explicar essa origem associando-a à entrada da nova terra na rota comercial mundial de então. O "descobrimento do Brasil"

marca a sua inserção no contexto do mercantilismo. A partir deste marco é possível entender as características do desenvolvimento capitalista no país e explicar a exploração predatória da natureza, a escravidão, etc.

Seu foco está na explicação das condições econômicas atuais do Brasil, como efeitos do "*descobrimento"* que alcançaram a atualidade. Destacam elementos que remetem às relações sociais de exploração e dominação que os portugueses desenvolveram com os indígenas após o primeiro contato.

O diagrama 44 indica as idéias prevalecentes neste grupo. O conteúdo dos diagramas enfatiza que se o *descobrimento* marca a origem da cultura, leia-se nação, marca também, a origem da situação de dependência e subdesenvolvimento econômico que atingem o Brasil:

> *1) Pedro A Cabral está na origem* [da] *cultura*. *Na origem da cultura* [estão] *diversas rasas* [de] *índios* [que] *trabalharam* [como] *escravos*.
> *2) Pedro A Cabral está na origem da dependência*. *O surgimento [dos] colonizadores influencia a economia*. *Dependência* [decorre] *do surgimento do capital* [para] *industrialização*.

Nas amostras do primeiro ano está pressuposto o conceito de propriedade usado para a explicação das relações estabelecidas entre portugueses e indígenas. Sendo propriedade dos indígenas a terra não foi achada. Se aos indígenas pertencia só pode ter sido invadida, conquistada mediante uso da força e violentas práticas e conflitos. A guerra se dá pela terra e os recursos naturais, mas, não como fonte de escravos, por exemplo. Os efeitos da ação invasora dos portugueses liderados por Cabral recaíram de imediato sobre os indígenas, como exploração e dominação, provocando intenso sofrimento. Este grupo, mais que outros, atribui sentimentos e atitudes aos indígenas e portugueses, insistindo no comportamento desumano adotado pelos "invasores" num embate violento como pode ser observado nos termos usados: *invasão* (16, 18) *guerra* (14), conflitos (35, 52); *massacre* (25); *enfrentaram* (1); *ameaça; dominar pela arma de fogo* (62); *conquista* (36). Porém, nesse processo se efetiva a "*geração* [de] *nova civilização, de um novo Brasil*"; ou, o "*desenvolvimento, dinheiro, construção*".

Nos diagramas do terceiro ano o destaque ao desempenho de Cabral cede lugar à idéia dos *portugueses* como protagonistas da conquista, por meio da invasão do território, o confronto e a exploração dos indígenas. O protagonismo, antes centrado no indivíduo que representa o coletivo, passa a ser atribuído ao próprio coletivo. Trata-se de um povo, de uma sociedade contra outros povos. Também o sofrimento decorrente da invasão do *território*

indígena não é mais descrito como uma experiência individual, mas coletiva, decorrente do confronto entre povos. A guerra, assim como a igreja e a religião, serve à conquista do território e não mais se justifica como estratégia de expansão da religião.

Por diferentes afirmações é possível observar a tentativa dos estudantes de compreender o passado. Por exemplo, quando indicam semelhanças e diferenças entre o passado e o presente (lucros, mesmo à custa de exploração e dominação, são indispensáveis para financiar o desenvolvimento. Os indígenas, base da identidade nacional, são percebidos por meio de estereótipos e como incapazes de promover desenvolvimento econômico e a nação brasileira moderna. A história brasileira é um prolongamento da história mundial). Ou, estabelecem mudanças e permanências ao tratarem do tema (a produção do Brasil destinava-se à Europa. Com a globalização as fronteiras do mercado externo ficaram menos delineadas, mas permaneceu a situação de dependência brasileira).

Pode-se afirmar que os participantes da pesquisa, num esforço de organização e atribuição de sentido, desenvolvem uma "interpretação do Brasil", que estabelece fatores determinantes nas relações entre portugueses e indígenas, nos seus objetivos, nas suas práticas. No seu contexto e condição de estudantes da educação básica fazem um esforço de organização e atribuição de sentido buscam resposta para a pergunta: "O que o Brasil foi, está sendo e o que se tornará?" (REIS, 1997:5).

REFERÊNCIAS:

AUSUBEL, D. P. *Aquisição e Retenção de Conhecimentos*: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

BALDISSERA, J. A *O ensino e a aprendizagem em História e os mapas conceituais*. 1996. (Doutorado) PUC/RS, Porto Alegre, 1996.

MOREIRA, M. A; GRECA, I. M. Cambio Conceptual: análisis crítico y propuestas a la luz de la teoría del aprendizaje significativo. Ciência & Educação, 2003, v. 9, n.2, p. 301-315.

NOVAK, J. D. A *Aprender, criar e utilizar o conhecimento*. Lisboa: Plátano. 2000.

NADAI, E. Análise da prática pedagógica. O ensino de história no 2º grau: problemas, deformações e perspectivas. *Revista Educação & Sociedade*. São Paulo, vol. VI, n. 19, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma arte milenar em meio à globalização: o fazer teatral à luz de Antonio Fagundes

Talitta Tatiane Martins Freitas*

Resumo: A proposta desta pesquisa é a análise do texto teatral "Sete Minutos", escrita e protagonizada, respectivamente, em 2000 e 2002 pelo ator Antonio Fagundes. Nela é discutida a relação existente entre palco e platéia, bem como de que forma esse vínculo vem sendo construído em diferentes momentos históricos. Assim, em meio a uma efervescência dos meios de comunicação (televisão, rádio, Internet, etc.), Antonio Fagundes discute qual o papel do teatro em um contexto democrático, pensando as expectativas criadas pelo seu público.
Palavra-chave: Teatro – relação Arte Sociedade – Antonio Fagundes

Abstract: The proposal of this research is the analysis of the theatrical text "Sete Minutos", writing and carried out, respectively, in 2000 and 2002 for the actor Antonio Fagundes. In the existing relation between stage and auditorium is argued, as well as of that it forms this bond comes being constructed at different historical moments. Thus, in way to a bubbling them medias (television, radio, Internet, etc.), Antonio Fagundes argues which the paper of the theater in a democratic context, thinking the expectations created for its public.
Keywords: Theater – Relation Art/Society – Antonio Fagundes

Trabalhar tendo como objeto uma obra-de-arte requer do historiador fundamentos teórico-metodológicos próprios a esse objeto. Assim, no que se refere aos argumentos mobilizados para analisar a peça teatral, destaca-se, inicialmente, o fato de que ela necessita da explicitação de seus pressupostos, na medida em que é o resultado de um processo, bem como de escolhas políticas, sociais, culturais e ideológicas.

Ao trabalhar com uma peça contemporânea, outros desafios se lançam durante a pesquisa. A questão da subjetividade, tão discutida nos meios acadêmicos, ganha vozes, pois, afinal, como distanciar-se de algo que ocorreu a somente cinco anos? A esse questionamento vale uma contra-argumentação: como o historiador pode ser objetivo, independentemente do momento histórico que ele trabalhe?

Neste sentido, não podemos nos esquecer que escrevemos uma representação de determinado momento, e não o processo histórico em si. Assim, de acordo com Tétard e

* Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Rosangela Patriota Ramos. Pesquisa financiada pela FAPEMIG.

Chauveau, "[...] a história do presente é primeiramente e, antes de tudo, história". (TÉTARD; CHAUVEAU, 1999:23). Esta, como qualquer outra "modalidade" de análise, tem suas particularidades, como, por exemplo, o aumento e a aceleração da comunicação, a renovação progressiva da imprensa, vasta produção editorial, jornalística e uma difusão que ultrapassa os meios exclusivamente universitários.

Desse ponto de vista, compreender a historicidade das manifestações artísticas e integrá-las ao debate sociopolítico do país são tarefas para aqueles que se propõem a discutir estes temas. Somente por meio de perspectivas integradas de análises, serão construídos instigantes e conseqüentes diálogos entre História e Estética, Teatro e Sociedade.

Partindo dessas premissas, nosso olhar se voltará para as peculiaridades da cena teatral contemporânea. Ao observá-la, percebemos que se tornou quase obrigatório constatar que há uma crise de público, a qual se desenrola há décadas sem nenhuma efetiva discussão. Muitos chegam a afirmar que esse processo se iniciou na ditadura militar brasileira, quando o teatro se encontrava em sua fase mais criativa, mas são poucos os que conseguem proporcionar um diálogo e, juntamente, apresentar propostas para a sua melhoria.

Fernando Peixoto, já em 1972, apresentava esse quadro tão comum ao nosso século XXI. Para ele, o público não tinha um exato conhecimento dessa realidade, uma vez que "Os problemas do teatro não são divulgados para a platéia, que toma contato com o movimento apenas através dos resultados dos espetáculos". (PEIXOTO, 1980: 309)

Desse ponto de vista, a crítica desse dramaturgo se pauta pela exclusão do espectador como parte integrante da produção teatral. Assim, não bastava somente considerá-lo como uma forma de financiamento (pelo valor do ingresso), mas era necessário que este tivesse consciência do seu papel ativo, já que o espetáculo somente pode ser realizado com a presença desse outro.

Atualmente encontramos outros autores também interessados por essa mesma temática. Dentre eles podemos apontar o trabalho de Flávio Desgranges, o qual procura compreender o processo de formação do público atual, observando de que forma a crise se consolida décadas após décadas.

> *O esvaziamento das salas teatrais reflete, possivelmente, o de uma arte essencialmente coletiva que se vê em confronto com a solidão da era moderna. O individualismo, marca da modernidade, ganha expressivas tonalidades nessa virada de século e talvez transforme o teatro em um evento muito pouco sedutor. [...] Não há dúvida de que a falta de um público especializado em nosso país agrava a dita crise: o esvaziamento das salas de espetáculo emudece o debate. No Brasil, a*

> *situação torna-se mais dramática, pois o hábito de freqüentar teatro nunca se arraigou de fato na alma do nosso povo.* (DESGRANGES, 2003: 21-22;24)

Diante desse cenário de esvaziamento dos teatros, percebemos que há ainda produções que conseguem driblar a crise e manter lotadas as salas por meses ou anos. Muitos críticos atribuem esse sucesso à vinculação dos atores às emissoras de TV, principalmente a rede Globo, taxando-os, por vezes, de serem comerciais.

> *Existe o teatro comercial brasileiro, que nos anos 60 era um teatro de segunda. Hoje, por causa da televisão, ele é considerado "o teatro" brasileiro, o teatrão, em que se cobram aqueles preços altíssimos para ver os atores de televisão. Esse teatro pode fazer um sucesso enorme, pode dar um dinheiro, mas não muda a vida de ninguém*. (CORRÊA, 2005:32)

As palavras proferidas por José Celso Martinez Corrêa se tornam constantes nos discursos de tantos outros intelectuais vinculados ao teatro. No entanto, Eudinyr Fraga nos alerta para a necessidade de refletir sobre o uso desse termo, uma vez que sua utilização inconseqüente pode gerar idéias preconcebidas e pejorativas. Assim, segundo esse historiador, teatrão pode ser definido como:

> *[...] uma montagem bem cuidada sob o ponto de vista da produção (cenários, figurinos, iluminação, música incidental, etc.), representada por um bom elenco, mas concebida de forma tradicional, sem maior imaginação e despreocupada de uma pesquisa formal criativa.* (FRAGA, 2006: 281)

É evidente que muitas pessoas são movidas pelo fanatismo ou admiração a atores que são expostos pela mídia, mas não seria subestimar a capacidade crítica de tantas outras colocar este fator como fundamental para uma lotação, por exemplo, de 1.700 lugares?

Antonio Fagundes talvez seja um dos atores que mais recebe esse tipo de crítica. Consagrado na televisão e no cinema, muitos se esquecem que a sua formação se deu no teatro, quando, em 1966, Fagundes entra para o Teatro de Arena. Foi nesse ambiente que o jovem ator toma contato com a premissa da obra interferindo e discutindo a realidade brasileira. Segundo ele:

> *[...] nesse momento, eu já estava fazendo parte do processo de criação do Arena, daquela discussão da realidade brasileira, da aproximação dos problemas levantados em cena com o nosso processo histórico, da leitura de textos paralelos. Estudávamos Hegel, os gregos, principalmente Aristóteles. [...] Agora, o que guardo, desse período, é que existia uma vontade muito grande de interferir e de discutir a realidade brasileira. Para mim, que estava em formação (dezesseis para dezessete anos), foi uma bela descoberta. [...] O que estava ocorrendo do lado de fora, isto é, no âmbito da sociedade, estava errado e precisava ser documentado, registrado e criticado e que, talvez, a nossa função no teatro fosse exatamente essa.* (FAGUNDES apud PATRIOTA, 2004)

Pautado sempre pela necessidade do diálogo com o público, bem como motivado pela oportunidade de se comunicar e refletir por meio do teatro, Fagundes sempre colocou em primeiro plano a idéia de que através de um texto teatral, as pessoas possam sair "[...] discutindo durante, pelo menos, 15 minutos sobre o que elas acabaram de ver". (FAGUNDES, 2006:72) Isto porque, somente nesse espaço há o contato direto, uma vez que atores e público compartilham uma mesma experiência.

Diante disso, cabe nos indagarmos: O que é ser comercial? Quais os parâmetros utilizados na classificação? O que fundamenta a essa afirmativa quando direcionada a um ator ou produção?

Percebe-se que essa taxação tem como justificativa, em grande parte das vezes, ao fato de que a pessoa em questão produz uma obra "vazia de conteúdo", de "puro entretenimento" e que somente através da fama ou patrocínio consegue manter o espetáculo. Todavia, Antonio Fagundes sempre procurou deixar clara a preocupação com o papel modificador do teatro, principalmente no que concerne a troca com a platéia. Para ele, o "teatro é a pátria do ator", e mais, é lá "que a gente erra, que aprendemos a ser humildes, que aprendemos a nos comunicar com a platéia. É lá que você dá um salto mortal triplo sem rede". (FAGUNDES, 2006) Então, em que se fundamenta tantas críticas direcionadas a ele? Ao fato dele conseguir aliar televisão, cinema e teatro ou ao sucesso de bilheteria em épocas de crise de público?

Em resposta a esses críticos e, principalmente, tentando direcionar-se à platéia, proporcionando uma profícua discussão sobre nossa tumultuada realidade, Fagundes escreve, produz e protagoniza a peça *Sete Minutos*, respectivamente em 2000 e 2002. Nela, o autor busca discutir através da inquietação do público, com seus celulares, bips e retiradas com qual expectativa as pessoas vão ao teatro hoje, bem como de que forma elas se relacionam nesse mundo globalizado.

Em seu enredo nos é apresentado a personagem Ator, um interprete com cerca de 40 anos de profissão, que segundo Antonio Fagundes trata-se de uma autobiografia. Por se irritar com os barulhos oriundos da platéia, o mesmo abandona a peça que estava atuando, e dirigi-se a um camarim montado em um segundo plano. Será nessas circunstâncias que toda a ação dramática irá se desenrolar.

Quanto à sua narração pode-se assim dizer:

> *Ambientada no camarim de um ator, as personagens falam sobre os motivos que teriam levado à interrupção do espetáculo pelo ator/protagonista. Dessa maneira, o texto, estruturando-se a partir de uma ação passada e por situações que estão fora da cena, faz com que o público tenha acesso aos acontecimentos pelas narrações das personagens [Ator, Ator Jovem, Empresária, etc.], sob diferentes pontos de vista [...]. Em diversos momentos da narração, em forma de monólogo, comanda o espetáculo.* (PATRIOTA, 2006:205-206)

É justamente em um desses monólogos, quase ao final do espetáculo, que Fagundes (interpretando a personagem Ator) se direciona às pessoas (recurso chamado *Quebra da quarta parede*) e desvenda o porque do nome "Sete Minutos". Segundo ele, esse é o tempo de um bloco televisivo antes de mais uma propaganda. Por isso, o nosso raciocínio sempre fica condicionado a permanecer ininterrupto por no máximo sete minutos, pois durante o intervalo eu posso "ir ao banheiro, beber água, enfim, eu descanso de pensar".

Assim, discutindo a nossa sociedade contemporânea, ele nos apresenta alguns pontos muito interessantes, que em um primeiro momento podem parecer óbvios, mas que nunca devem deixar de ser exaltados. Desse ponto de vistas, a constatação de que somos "atropelados" por informações a todo o momento, nos faz refletir sobre a qualidade do que nos é apresentado. A necessidade (e a cobrança) de uma constante atualização assistir aos jornais diários, ler revistas, navegar na internet não abre espaço para uma maior reflexão sobre os acontecimentos. Por isso, mal "engolimos" esses elementos, afinal "tempo é dinheiro".

Assim, nas palavras de Antonio Fagundes: "[...] Fomos reduzidos a máquinas instantâneas de pensamento: ágeis, sagazes, vazias. Lemos muito pouco. Até mesmo as nossas emoções obedecem essa regra de tempo, e não é para menos: a leitura diária dos jornais nos obriga a isso". (FAGUNDES, 2002) Isso por que, a estrutura de um telejornal é a justaposição de noticias diversas, uma logo após a outra, em um ritmo frenético é bastante objetivo, uma vez que não há espaço para a reflexão. Por isso, Fagundes é bem enfático ao dizer "vivemos em um país desacostumado ao ato de pensar".

Diante disso ele questiona a platéia sobre como se indignar com as atrocidades que são cometidas se ao final do dia estamos tão cansados de tantos "sete minutos". Por isso, segundo ele, "não temos memória". Somente queremos descansar e esvaziar nossas cabeças de tanta poluição áudio-visual. Estamos exaustos para nos indignarmos por um tempo maior.

E é nesse sentido que ele atribui um papel de fundamental importância ao teatro. Nesse local, o tempo é diferente. Os espetáculos duram mais de 1 hora, mais do que um bloco televisivo. Então, esse público que cresce e vive sob o domínio do computador e da televisão,

sofre um estranhamento, principalmente aqueles que não viveram sob a égide da ditadura militar. Elas não conseguem, de maneira geral, se concentrar durante um tempo maior e acabam se dispersando. Segundo o autor, os espetáculos ainda são assim por que ainda se acredita na possibilidade de se reunir por um tempo maior trocando, refletindo, sonhando. É por isso que ele diz que o "[...] palco de um teatro não pode mudar muita coisa nos traçados desses caminhos. Mas aqui ainda é possível se dizer: não sei. Talvez porque o nosso tempo aqui em cima seja diferente ainda podemos sonhar. E ao final enfatiza, mas sem interrupções, por favor". (FAGUNDES, 2002)

Diante dessas constatações cabe nos questionarmos constantemente: O que se espera do teatro hoje? O que a sociedade enxerga como sendo o papel do teatro? Será que há realmente um teatro político engajado?

Essas perguntas se tornam pertinentes ao evidenciarmos alguns aspectos dessa realidade. Nas décadas de 1950-1960 o teatro praticamente era um dos únicos meios artísticos que possibilitava a denúncia, uma vez que a televisão ainda não havia se popularizado. Hoje os escândalos, a corrupção, o bandidismo se encontram diariamente expostos pela mídia. Já não é mérito absoluto do teatro realizar esse tipo de denúncia.

Assim, da mesma forma que o teatro deve de ser repensado com a abertura de 1985, o chamado "teatro engajado" também necessitou ser resignificado. Muitos estudiosos chegaram a afirmar, ao final da década de 1980, início da de 1990, que a arte engajada era datada, não havendo mais espaço para ela. No entanto, percebemos a necessidade de estabelecer a sua historicidade, uma vez ela (tal como qualquer tipo de manifestação artística) dialoga diretamente com seu momento histórico.

Desse ponto de vista, hoje, com os inúmeros meios de entretenimento existentes no mercado (e o teatro se encaixa nessa lógica), o teatro atualmente concebido como politizado tem como papel principal não somente de informar e denunciar, mas, acima de tudo, fazer aquilo que Fagundes anuncia em *Sete Minutos*: propiciar uma reflexão, de uma forma que outros meios talvez não consigam.

Neste sentido, se mostra necessário expandir as discussões sobre o fazer teatral para além das que dizem respeito às condições de produção. É preciso, mais do que nunca, refletir não somente "como" fazer, mas também "porque" e "para quem".

Focado por essas premissas, podemos apontar no cenário contemporâneo, como sendo uma das pessoas que mais se preocupa com o desenrolar dessa temática, o ator e diretor Celso Frateschi. A fim de propiciar o debate entre o binômio Teatro e a Sociedade, ele realizou, no Teatro Ágora (São Paulo), uma série de discussões sobre o Teatro Brasileiro, que foram assim analisados por ele:

> *Vivemos uma situação em que o pensamento sobre teatro feito no Brasil é singularmente pobre, medíocre e mesmo indigente. Até mesmo as discussões entre os artistas resumem-se ao tema do patrocínio e leis de incentivo: formas de financiamento do espetáculo e da injustiça e perversidade das leis. Concordamos e participamos das reuniões para discutir e propor políticas para o financiamento da produção teatral,* ***mas aceitarmos este tema como pauta única significa aceitarmos nossa falência como força cultural.***
> *Raramente, a discussão avança sobre o fazer artístico e sobre a importância cultural do teatro na constituição da nossa cidadania. Assim, deixamos de romper o círculo vicioso e viciado do mercado.*
> *[...] Todo o aparato tecnológico, que poderia estar em função do nosso aperfeiçoamento artístico e humano, acaba servindo apenas para atrair a mídia.*
> *Acreditamos que podemos e devemos começar a impor um novo paradigma para o teatro. Nossa produção mais significativa sempre foi o resultado de uma pesquisa radical e verticalmente apurada e envolvimento não menos radical com o humano e suas relações.* (destaque nosso) (FRATESCHI apud PATRIOTA, 2006:8)

Diante disso, podemos afirmar que grande parte do que foi apontado por Frateschi também é defendido e disseminado por Antonio Fagundes. Isto porque, ambos acreditam que mesmo em nossa "sociedade espetacularizada" há espaço para se exigir do público uma reflexão e um nível de discussão que valorize a capacidade crítica dos mesmos. Que freqüenta o teatro se torna uma parte ativa da apresentação, uma vez que a "[...] platéia faz parte do espetáculo, pois é ela que incendeia o teatro". (DEGRANGES, 2003:23)

Neste sentido, há a necessidade de um outro que seja ativo, que interaja e que cobre o diálogo constante. Ao produzir *Sete Minutos*, para além da questão de dizer que aquele comportamento displicente incomoda o ator em cena, Fagundes buscou demonstrar às pessoas o quanto a reflexão se faz necessária hoje e sempre.

BIBLIOGRAFIA

CHAUVEAU, A.;TÉTARD, PH. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CORRÊA, José Celso Martinez. A revolução dos clássicos. **Bravo**, ano 8, n. 90, mar. de 2005.

DEGRANGES, Flávio. **A pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.

Depoimento de Antonio Fagundes concedido a Rosangela Patriota em 08 out. 2002 apud Projeto enviado para apreciação do Comitê Assessor do CNPq. **O palco no centro da história**: cena – dramaturgia – interpretação – theatro São Pedro – Othon Bastos produções artísticas – Companhia Estável de Repertorio (C.E.R). Uberlândia, 29 jun. 2004. Não publicado.

FAGUNDES, Antonio. **Sete Minutos**. 2002 (versão digitada do DVD)

FAGUNDES, Antonio. FAGUNDES Produções Culturais apresenta Antonio Fagundes em "As mulheres de minha vida" Comédia de Neil Simon e Direção de Daniel Filho. **Teatro Cultura Artística**. (Entrevista). Disponível em: <www.culturaartistica.com.br/modules/tcadetails>. Acesso em: 15 nov. 2006.

FAGUNDES, Antonio. Filho do palco. **TAM magazine**, ano 3, n. 31, set. 2006. (Entrevista)

FRAGA, Eudinyr. Teatrão. In: GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de. **Dicionário do Teatro Brasileiro** – Temas, Formas e Conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 281.

PATRIOTA, Rosangela. Narrador. In: GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de. **Dicionário do Teatro Brasileiro** – Temas, Formas e Conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 205-206.

PATRIOTA, Rosangela. Apontamentos acerca da recepção no teatro brasileiro contemporâneo: diálogos entre história e estética. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, n. 6, jan./ mar. 2006. Disponível em: http://nuevomundo.revues.org/document1528.html Acesso em: 15 setembro de 2006.

PEIXOTO, Fernando. O público de teatro, esse desconhecido. In: _____. **Teatro em pedaços** – (1959-1977). São Paulo: Hucitec, 1980.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ações educativas e entendimentos de arte e de mundo: um estudo antropológico

Lorena Avellar de Muniagurria*

Resumo: Nas últimas décadas, no Brasil, a proliferação de grandes exposições de artes visuais resultou na situação paradoxal de divulgação massiva, junto ao "público leigo", de uma produção artística considerada erudita e tradicionalmente restrita a poucos. Nesse contexto, Ações Educativas (AEs) e visitas *monitoradas* ou *mediadas* ganharam força e visibilidade, e têm sido o principal instrumentos de instituições culturais para "favorecer e qualificar o encontro do público com a arte". A partir de um estudo etnográfico sobre ações de *mediação* em importantes instituições culturais de Porto Alegre/RS, propomos analisar os entendimentos de *arte* que permeiam essas ações. Mostramos que, para além de noções relativas à arte, este entendimento compreende também um entendimento particular sobre o mundo e o tempo atualmente vividos, e sobre o lugar e o papel da arte neles.
Palavras chaves: arte contemporânea; ações educativas em arte; visual arts exhibitions

Abstract: In the last decades, in Brazil, the proliferation of visual arts exhibitions resulted in a paradoxical situation. Now, an artistic production that usually was considered as an erudite art – traditionally accessible only to a few – has been wide distributed for the "mass public". In this contexts, Educational Actions Departments (AEs) and guided or mediated visits have gained force and visibility. They have also been the main instrument to "help in the meeting of the public with the art". Through ethonographies of mediations actions in important cultural institutions of Porto Alegre/RS, we purpose analyse the art's understanding of this social space. We show that, most than artistic's notions, this understanding tell us about especific world's and time's understanding, and also about the place of art in ours days.

Key-words: contemporany art; educational actions in art; visual arts exhibition

Introdução.

Nas últimas décadas, observou-se no Brasil uma mudança no modo de produção e divulgação de bens culturais. Sob o auspício de leis de incentivos fiscais e a presença constante da iniciativa privada, ocorreu um notório aumento do número de apresentações, exposições, shows e diversos tipos de eventos ou projetos (MICELI, 2002; SOUSA E SILVA, 2000). Com isto, deu-se uma nova situação no cenário cultural brasileiro: uma ampla divulgação de diversos tipos de bens até então restritos a certas camadas sociais.

No caso específico das Artes Visuais, o advento de grandes exposições correspondeu a uma divulgação ampla e massiva, junto a um público *leigo* em arte, de uma

* PPGAS / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Antropologia Social.

produção cultural é considerada por muitos como *erudita* (MICELI, 2002; MUNIAGURRIA, 2006; SOUSA E SILVA, 2000). Nesse cenário, as chamadas Ações Educativas (AEs) passaram a ser uma necessidade, tanto em termos propriamente educativos (para "qualificar o encontro do público com a arte") quanto em termos operacionais (para gerir o público massivo dentro do espaço expositivo). Assim, a figura do *monitor* ou *mediador* – aquela pessoa que acompanha um grupo de visitantes em uma exposição, e que tradicionalmente é pensada enquanto um "guia" tornou-se uma constante e ganhou grande visibilidade.

Em uma pesquisa etnográfica realizada entre 2003 e 2005 junto a três importantes instituições culturais de Porto Alegre/RS quais sejam, as 4ª e ª 5ª edições da Bienal do Mercosul, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Santander Cultural acompanhamos diversas atividades dessas AEs. A partir desse campo, mostramos que a proposta de mediação em voga no Brasil articula-se com diversas noções e valores próprios da chamada *arte contemporânea*, ao ponto de que estes se constituem em princípios mais ou menos explícitos da mediação (MUNIAGURRIA, 2004 e 2006).[1] Aqui, apresentamos esse entendimento específico de *arte* que permeiam as ações educativas. Veremos que este entendimento deve ser pensado em termos propriamente cosmológicos pois, para além de noções relativas à arte (artista, obra, fruição, História da arte etc), inclui uma noção específica e particular de mundo, de qual a configuração e a natureza do tempo e o espaço atualmente vividos e, claro, define o lugar e o papel da arte neste mundo.

Para apresentar o entendimento específico e as referências dominantes a respeito de arte próprio a esse *mundo artístico* (BECKER, 1982), consideramos o conjunto resultante da convergência das enunciações, falas e ações de diversos sujeitos autorizados (historiadores, críticos e especialistas em arte em geral) durante os cursos de formação de mediadores para as 4.ª e 5.ª edições da Bienal do Mercosul.[2] Ao longo das aulas, os palestrantes delinearam um quadro geral para a arte contemporânea. Apesar de os temas abordados serem diferentes, e de não haver necessariamente homogeneidade no trato de questões específicas, configurou-se um

1 Este trabalho de campo embasou a dissertação de mestrado em Antropologia Social da autora, desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Caleb Faria Alves e defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. O trabalho intitula-se *"Ganhar o olhar": estudo antropológico de ações de mediação em exposições de artes visuais*. Além das instituições portoalegrenses aqui citadas, as quais foram objeto de um estudo etnográfico sistemático, foram também visitadas diversas AEs da cidade de São Paulo: Instituto Itaú Cultural; Instituto Tomie Ohtake; Museu de Arte Contemporânea da USP; Museu de Arqueologia e Etnologia da USP; Museu Lassar Segall; Pinacoteca do Estado de São Paulo.

2 O rercurso especial aos cursos de formação de mediadores das Bienais para a construção do que consideramos ser o entendimento geral de arte e mediação nesse cenário se justifica pelo fato de estes cursos se constituirem em espaços de troca entre os mediadores de todas as outras instituições, posto que todos participaram desses dois cursos e dos trabalhos nas 4ª e 5ª edições da Bienal do Mercosul. Além da participação objetiva no curso, foi possível observar que elementos que surgiram nesses encontros foram incorporados às diversas AEs posteriormente. Para maiores detalhes sobre a centralidade da Bienal do Mercosul na constituição de um circuito de AEs em Porto Alegre, ver MUNIAGURRIA (2006).

conjunto de noções, idéias e referências recorrentes. Denominei esse conjunto de *narrativa da arte contemporânea*.

Algumas considerações a respeito da noção de *narrativa*. O uso que fazemos aqui é análogo ao que alguns cientistas sociais aplicaram nos estudos sobre globalização. Diversos autores, frente à constatação de que existem "respostas locais" às "forças globais" e de que a globalização não levou, de fato, a uma homogeneização do mundo e da forma de vivenciá-lo, passaram a tratar a globalização não enquanto processo histórico concreto e, sim, enquanto *perspectiva*, *mito*, grande *narrativa* ou *cosmologia* sobre o mundo própria ao Ocidente (APPADURAI, 1999; BOURDIEU, 1998; FEATHERSTONE, 1999; HANNERZ, 1999; VELHO, 1997; SAHLINS, 1997). Esta noção parece adequada para o estudo de um objeto relacionado à *arte contemporânea*, posto que ela é êmicamente pensada como *uma*; heterogênea, mas uma.[3] Quando sujeitos próprios aos cenários artísticos falam em "a" arte contemporânea, eles identificam produções e sistemas artísticos de lugares tão diversos como Brasil, Nova York, Europa, Kassel, Índia, África, China, Bolívia, etc – como se ela constituísse uma totalidade. Para fins de pesquisa, é importante manter em mente que a forma como esse sistema é vivido e pensado em cada um desses lugares é distinto. A noção de narrativa, assim, nos permite apreender e utilizar a experiência direta de nossos informantes sem, contudo, cometer o deslise metodológico de estender a priori a pertinência desses dados à suposta totalidade que constitui o mundo da arte contemporânea.

A narrativa da arte contemporânea. De modo geral, toda a idéia do *ser contemporâneo em arte* foi construída em contraposição a uma idéia do que foi o *tradicional* e o *moderno* em arte. Um dos elementos mais recorrentes e centrais nos discursos dos palestrantes foi a idéia de *desmistificar a arte*. Tal atitude de *desmistificação* e *desconstrução* é a característica tipicamente atribuída à arte contemporânea, e foi apontada como o ponto fundamental de diferenciação entre ela e o que teria sido a *arte tradicional* ou *moderna*. No cenário estudado, o *tradicional* e o *moderno* são concebidos como duas categorias referentes ao *passado*. Na verdade, a *narrativa da arte contemporânea* é uma narrativa atual e particular que, entre outras coisas, define o que teria sido o paradigma de arte *tradicional* ou *moderno*; atribui aos *tradicionais* e *modernos* e também aos *leigos contemporâneos* uma visão mitificada da arte; e pretende se construir em contraposição a tais paradigmas,

3 A expressão *arte contemporânea* é uma categoria *êmica* que não se refere apenas à cronologia, mas também às características estéticas das obras. Não abrange, portanto, toda a produção de artistas vivos. Segundo Raymonde Moulin, existe um consenso entre os especialistas da área de que o nascimento da mesma teria se dado entre 1960 e 1969 (MOULIN, 2003, 39).

desconstruíndo-os. Consideramos, assim, que essa narrativa está estruturada a partir de uma taxionomia nativa, cujo princípio básico de classificação é a oposição *tradicional vs. contemporâneo*.

Os palestrantes dos cursos de formação de mediadores para as 4.ª e 5.ª Bienais do Mercosul estavam especialmente preocupados em transmitir a idéia de que houve uma mudança de paradigma na arte. Um aspecto importante dessas mudanças na arte é que elas são concebidas como parte um processo histórico de desenvolvimento da própria arte, em correspondência às mudanças ocorridas no mundo: ou seja, trata-se de uma História da Arte que dialoga com uma História Universal. Vejamos, como exemplo, parte de um texto apresentado durante um dos Encontros de Professores:

> *A concepção de arte tradicional, e suas formas de ensino, propagaram a visão do belo idealizado, desenvolveram a crença nas habilidades técnicas, entenderam as obras como portadoras de verdades, construíram a idéia do dom e em uma sensibilidade inata, conceberam as formas de representação como análogas ao mundo visível e entenderam a arte como reflexo da realidade.*
>
> *A partir das vanguardas artísticas do final do século XIX e início do século XX, os pressupostos da Modernidade são rompidos e se instauram outros modos de produzir arte, de ser artista, de pensar sobre arte e de nos relacionarmos com os objetos artísticos.*

Percebe-se que, na narrativa contemporânea de arte, as vanguardas modernas são também *passado*. De fato, nos espaços pautados pela arte contemporânea, o termo *moderno* refere-se sempre à produção artística e ao período histórico que vai aproximadamente do final do século XIX à metade do XX e que inclui movimentos como impressionismo, expressionismo, fauvismo, cubismo, futurismo, dadaísmo, surrealismo, abstracionismo, construtivismo e outros. O novo não é *moderno*; ele é *contemporâneo*. Assim, mesmo que a arte moderna tenha realizado a ruptura com o *ideal de representação* o que é muito valorizado no cenário artístico contemporâneo e que constituiria o legado dessas vanguardas para o mesmo ela ainda corresponderia a um paradigma *tradicional*. Pois seria pautada pelas noções de originalidade, artista criador, gênio criador, inspiração, pureza das linguagens (pintura é pintura, escultura é escultura) etc. A ruptura definitiva teria se dado apenas posteriormente, na década de 1960. A contemporaneidade seria resultado, portanto, da mudança dada pela instauração da modernidade e, depois, de outra série de mudanças que em geral é associada a uma *pós-modernidade*.

A trajetória delineada para o processo de desenvolvimento da arte geralmente iniciava na Renascença, pois teria sido ali que diversas das questões centrais para o entendimento da arte moderna e contemporânea ocidental teriam se instaurado (centrais

porque a narrativa contemporânea se opõe a elas, e não porque elas as caracterizem). No final do século XIX e início do XX, a partir das vanguardas modernas, que a arte teria rompido com os valores próprios a esse paradigma e, *liberta* da tarefa de representar o real, teria se voltado para si mesma, enveredando para experimentações e pesquisas das linguagens propriamente artísticas desconstruíndo a figura, "*expondo a matéria pictórica*" (por exemplo, evidenciando as pinceladas) ou a "*verdade planar da tela*" (abandonando a perspectiva clássica que tenta criar a ilusão de espaço tridimensional sobre a superfície bidimensional do quadro) etc. Seguindo nesse processo, o desenvolvimento de uma linguagem propriamente artística teria redundado na busca da "*arte pela arte*", cujo ápice teria se dado com a pintura abstracionista americana da década de 1950 ("*pintura pura*"). Tudo isto ainda no paradigma tradicional. O início da arte contemporânea é apontado em fins da década de 1950 e início da de 1960, e é atribuído à atuação de grupos e movimentos que se contrapunham justamente à tendência formalista que embasava as idéia de "arte pela arte" e de "pintura pura". Ao retomar o experimentalismo e os conceitos de *anti-arte* próprios aos dadaístas do início do século em especial as experiências de Marcel Duchamp movimentos como a *pop-art*, minimalismo, arte conceitual, *op-art*, *earth art* etc., teriam finalmente rompido com o paradigma de arte da modernidade.

Existem alguns artistas, obras, movimentos e eventos que são referências importantes nessa história. Os exemplos específicos eleitos variam segundo o palestrante, mas alguns são típicos. O consenso, sem margem à dúvida, é Marcel Duchamp. Mesmo que a produção deste artista seja do início do século XX, em plenas vanguardas modernistas, o artista francês e suas experiências de *ready-made* constituem um mito fundador para a arte contemporânea. Ela é pensada de tal modo a partir de Duchamp ou ele é relido a partir dos valores próprios à arte contemporânea que os elementos atribuídos a um e ao outro coincidem em grande medida. Citação, apropriação, referência ao cotidiano, experimentalismo, uso de materiais comuns e diversos, idéia de que o público faz a obra com a sua interpretação, *ready-made* e perda da centralidade do *fazer*, idéia de que o que instaura a arte é o ato do artista, crítica ao sistema da arte etc: as caracterizações normalmente feitas de Duchamp dão conta de vários elementos apontados como próprios e centrais à arte contemporânea.

O tempo e o mundo da arte contemporânea

Através das palestras que tratavam de temas próprios à Historia e Teoria da arte, os mediadores não apenas receberam informações sobre o desenvolvimento histórico da arte. Também foram apresentados a uma forma específica de conceber o mundo e a arte, o tempo e

o espaço. O *tempo* que a arte contemporânea vive é o da *pós-modernidade*. Depois da Guerra Fria, da queda das grandes ideologias, do advento da internet e de uma série de novas tecnologias, viveríamos hoje um mundo ao mesmo tempo globalizado e fragmentado, marcado por diferenças identitárias das mais diversas, onde a percepção temporal e espacial mudaram, onde a mediatização seria a nova marca nas relações humanas etc. É importante evidenciarmos a natureza cosmológica desta forma de se pensar o tempo atualmente vivido para podermos, posteriormente, desnaturalizá-lo. Devido a este caráter cosmológico, essa idéia de pós-modernidade tende a ser universalisada, como se todos vivessem a pós-modernidade. Mas não é possível fazer uma afirmação tal: viver a pós-modernidade é uma situação particular de alguns grupos sociais específico, tais como os cosmopolitas que integram a cena artística contemporânea; mas há muitos grupos sociais que não vivem nem percebem a atualidade nesses termos. Assim também, essa cosmologia pressupõe uma determinada noção de *espaço*. O mundo atual é concebido como globalizado ou mundializado não necessariamente homogeneizado, mas, sim, interligado. O cenário da arte contemporânea, da mesma forma, é concebido como uma unidade: heterogêneo, mas *uno*. É assim que, mesmo afirmando que a produção deste sistema artístico é muito diversificada, fala-se sempre em *a arte contemporânea*, no singular.

É interessante pensar este *tempo* e este *espaço* cosmológicos a partir de um exemplo concreto. Na palestra que deu aos alunos do curso da 4ª Bienal, a coordenadora do mesmo, mencionou que a proposta curatorial dessa mostra era *muito contemporânea* e que tinha uma grande integração com as questões históricas do mundo de hoje e com os problemas culturais da América Latina. Ela listou uma série de *questões históricas atuais* presentes no mundo e apontava que a 4.ª Bienal seria *muito contemporânea* por tratar disso.[4] É em relação a esta proposta curatorial que Mônica falava:

> *...aqueles problemas históricos [gerais] que eu mencionei, mais essas questões específicas da América Latina, compõe um encontro de princípios e são a base dessa bienal. E por outro lado, identifica-se nessa bienal uma existência de uma nova sensibilidade no campo da arte e no campo da cultura. E isso é uma questão que é extremamente presente. Quando vocês virem, olharem e estiverem em contato com a arte, vocês vão perceber que o mundo mudou. E isso é muito importante que... porque isso passa pela arte. A gente, ao ver as obras contemporâneas, a gente percebe que o mundo realmente mudou e que uma nova sensibilidade está aí, permeando nós todos e as obras com as quais nós convivemos.*

A partir deste exemplo, diriamos que uma exposição de arte propriamente contemporânea é concebida como estreitamente ligada ao mundo e ao tempo vividos

4 Para detalhes acerta da proposta curatorial da 4ª Bienal do Mercosul, ver site da Fundação Bienal do Mercosul, www.bienalmercosul.art.br

atualmente. Esta é outra idéia central e recorrente: arte sempre foi tratada como que em estreita relação com seu momento histórico. E a idéia decorrente desta concepção é que, uma vez que o mundo mudou, uma produção que mereça o status de *arte* também muda.

Consideramos que, mais que uma constatação, a avaliação "*a arte está no mundo*" é um pressuposto e um valor a partir do qual se julga se uma determinada produção é ou não *arte* sempre em correspondência a como o tempo e o mundo são concebidos. É assim que diversas produções atuais não são consideradas *arte* ou *arte contemporânea*, por serem julgadas como desconexas do tempo e do mundo atuais. Por exemplo, pinturas ao estilo impressionista, ou realistas de vasos de flores ou de paisagens naturais são usualmente consideradas *artesanato* ou arte de má qualidade, um certo tipo de anacronismo. Mesmo que elas sejam *bem feitas*, não são *arte*, porque nem a linguagem escolhida (pintura), nem o tema tratado (vasos de flores), nem a forma de tratá-lo (sem crítica, pautado pelo belo) *falam* ao mundo hoje vivido que é assumido como pós-moderno, fragmentado, midiatizado, permeado por tensões econômicas, sociais e identitárias etc.

Portanto, na narrativa dominante, a História da arte possui um sentido: o de ter redundado na arte contemporânea e no cenário artístico atual.[5] Esse desenvolvimento histórico não é pensado como um processo de *progresso*, mas, sim, como um acompanhar as mudanças do mundo. Assim, todos os estilos artísticos (legitimados) são considerados válidos e valiosos, mas *em seu tempo*, porque é ali que eles *fazem sentido*. O valor que estilos artísticos passados possuem é o de integrar o desenvolvimento da História da arte – e eles são tanto mais valorizados quanto mais se considera sua atuação como central para o processo que redundou na produção artística contemporânea.

Referências bibliográficas

APPADURAI, A. 1999. Disjunção e diferença na economia cultural global. IN: FEATHERSTONE, Mike (coord). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

BECKER, Howard. 1982. *Art Worlds*. Berkeley and Los Angeles, Califórnia: University of Califórnia Press.

5 Registro aqui que diversos palestrantes explicitaram seu reconhecimento de que a História da arte, assim como qualquer história, é uma construção feita *a posteriori* e que envolve processos de luta simbólica e de legitimação. Contudo, este reconhecimento não elimina a existência e validade da História da arte, uma vez que ela é instaurada; ele apenas introduz uma variação na dinâmica de construção da mesma, posto que a ação de construí-la passa a ser, muitas vezes, consciente.

BOURDIEU, Pierre. 1998. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

_____. 1998b. Reprodução cultural e reprodução social. IN: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

FEATHERSTONE, Mike. 1999. Cultura global: introdução. IN: FEATHERSTONE, Mike (coord). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Editora Vozes.

HANNERZ, Ulf. 1999. Cosmopolitas e locais na cultura global. IN: FEATHERSTONE, Mike (coord). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Editora Vozes.

MICELI, Sérgio. 2002. Mercado de arte: Brasil 2000. IN: MARQUES, Reinaldo e VILELA, Lúcia Helena (orgs). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Abralic.

MOULIN, Raymonde. Le marché de l´art: mondialisation et nouvelles technologies. Paris: Flammarion, 2003.

MUNIAGURRIA, Lorena A. de. 2004. *4ª. Bienal do Mercosul: produção, reprodução e mediação no campo artístico contemporâneo*. Porto Alegre. 75 p. Monografia de fim de curso. UFRGS.

_____. 2006. *"Ganhar o olhar": estudo antropológico de ações de mediação em exposições e artes visuais*. Porto Alegre. 146p. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFRGS.

SAHLINS, Marshall. 1997. O 'Pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em vias de extinção (Parte 1). IN: Revista Mana: 3 (1): 41-73.

SOUSA E SILVA, Liliana. 2000. *O público e o privado: a política cultural brasileira no caso dos institutos Moreira Salles e Itaú Cultural*. São Paulo. Dissertação de mestrado. ECA/USP.

VELHO, Otávio. 1997. Globalização: antropologia e religião. IN: ORO, Ari; STEIL, Carlos Alberto (orgs.). *Globalização e religião*. Petrópolis, Vozes.

VELHO, Gilberto. 1997a. "Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas". IN: Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O posicionamento da Justiça do Trabalho sobre a legislação trabalhista no período de 1946 à constituição de 1988.

Ligia de Barros Freitas[1]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal apresentar e analisar os debates ocorridos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), órgão de cúpula da Justiça do Trabalho brasileira, nos anos de 1946 a 1988. Nesta construção da evolução do pensamento jurídico do trabalho do Brasil, demostramos que o direito individual ganhou maior destaque que os direitos coletivo do trabalho e sindical.
Palavras-chave: Justiça do Trabalho, Assembléia Nacional Constituinte, direito social.

RÉSUMÉ : Le but de cet article est de présenter et analyser les débats survenant dans le Tribunal Supérieur du Travail (TST), organe supériuer de la Justice du Travail brésilienne, entre 1946 et 1988. Dans cette construction de l` évolution de la pensée juridique du travail du Brasil, nous démontrons qui le droit individuel a proéminence plus grand que les droits collectif du travail et syndical.
Mots-clés: Justice du Travail, Assemblée Nacional Constituant, droit social.

Introdução

A Justiça do Trabalho já nasce em 1946, quando passa a integrar o Poder Judiciário, como importe espaço de normatização das relações do trabalho. Seus julgamentos, que ocorrem tantos nas relações individuais como coletivas do trabalho, se legitimam, principalmente, através do princípio de hipossuficiência do trabalhador. Uns dos sucedâneos desse princípio é a visão de que a relação do trabalho trata-se de uma relação entre desiguais, portanto, devendo ser tutelada pelo direito do trabalho.

A própria pauta da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988 mostra a consolidação da idéia de tutelar a relação de emprego quando expandiu alguns direitos do trabalho, como por exemplo licença gestante, e elevou outros já previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como a fixação do mínimo do valor das horas extras. Nesta época, embora comece entrar no país as idéias liberalizantes, que propõem a retirada ou a diminuição do Estado em diferentes áreas, a Justiça do Trabalho, afinada com a opção da Assembléia

[1] Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais pela UFSCar. Contato: ligiadefreitas@ig.com.br

Nacional Constituinte de expansão dos direitos individuais do trabalho, defendeu a permanência de um modelo legislado, em oposição a um modelo negociado, onde poucos direitos seriam garantidos por lei e as partes teriam que negociá-los.

A importância dos direitos individuais do trabalho nesta época da constituinte, que é verificada com o próprio desfecho dos trabalhos da Constituinte que resultou nesta expansão dos direitos individuais do trabalho, foi percebida pelos operadores do direito do trabalho, como demonstrará a pauta do Tribunal Superior do Trabalho, porém, não pelos cientistas sociais.

O estudo da literatura em Ciências Sociais escrita à época dos trabalhos constituintes aponta que os assuntos relacionados com os direitos dos trabalhadores tiveram lugar de destaque entre os outros assuntos que também preocupavam os cientistas sociais com a realização de uma Nova Carta Constitucional. Percebemos que, embora o tema Direito do Trabalho fosse o tema central de diversos artigos e em muitos outros fossem citados como importante ponto da agenda de transição democrática, a preocupação não era ampla. Isto é, não abarcava os direitos individuais do Trabalho, os quais haviam sido firmados desde a Era Vargas. Tampouco havia a discussão sobre a estrutura institucional da Justiça do Trabalho, responsável pela aplicação das leis trabalhista.

O debate entre os cientistas sociais, na área de Direito do Trabalho, enveredou-se para as questões sobre o funcionamento dos sindicatos e sua relação com o Estado, que denominamos de Direito Sindical, e para direitos trabalhistas que fossem sujeito de direito uma coletividade de trabalhadores, como o direito de greve e sobre as comissões de fábrica, que são os direitos coletivos do Trabalho. Em ambas as vertentes chamavam à atenção para os pontos onde a legislação era inadequada para o regime democrático que se anunciava, necessitando a Nova Constituição extrair do ordenamento jurídico o ranço do corporativismo herdado do Estado Novo. O tema de direito individual, menos vinculado à democracia política e mais vinculado à igualdade social e as formas de regulação dos mercados estavam quase completamente ausente na agenda de pesquisas das Ciências Sociais.

Diferentemente das Ciências Sociais, o Judiciário Trabalhista preocupou-se na época da Constituinte com temas de direito individual do trabalho e com os aspectos relacionados com sua estrutura. Com o propósito de entender as razões da predominância desses assuntos na pauta da Justiça do Trabalho é importante situar este período da redemocratização em um contexto maior, que é o da própria história desta Justiça Especializada.

Neste sentido, mapeamos os assuntos que permearam a pauta da Justiça do Trabalho, de 1946 a 1988, analisando os discursos de Ministros**,** advogados e juristas da área laboral, em diversas ocasiões[2], e dos textos doutrinários, relatados pela Revista do Tribunal Superior do Trabalho, que nos permitiu reconstruir o pensamento jurídico trabalhista deste período, o objetivo deste artigo.

A história do TST e o Direito Individual do Trabalho

As mudanças institucionais que ocorreram na Justiça do Trabalho em 1946, quando passa integrar os órgãos do Poder Judiciário[3], não foram muito amplas, pois permaneceu essa instituição contando com três órgãos hierárquicos, com a alteração do nome e de algumas características. O órgão de cúpula passou a ser denominado de Tribunal Superior do Trabalho, permanecendo sua composição paritária, com membros em igual número representando os trabalhadores e os empregadores, como, aliás, em todos os níveis desta Justiça Especializada.

Neste período, até aproximadamente 1954, a Justiça do Trabalho foi alvo de severas críticas que desmereciam sua função primordial de conciliar interesses antagônicos da classe trabalhadora e do capital e desmoralizavam seus órgãos. Apesar dessas forças opositoras à afirmação do TST como órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, o Supremo Tribunal Federal (STF), desde o início reconheceu que aquele tribunal estava hierarquicamente no mesmo plano dos demais tribunais superiores de jurisdições especiais[4]. Reforçando esse posicionamento, o STF confirmava a maioria das decisões proferidas pelo TST.

Após 1954, precisamente após os pronunciamentos do STF, a Justiça do Trabalho firma definitivamente sua competência na área laboral. Juntamente com a valorização da instituição jurídica responsável pela resolução dos problemas referentes ao trabalho, ocorria também uma maior conscientização do operariado de seus direitos, que foram responsáveis, juntamente com o crescimento vivenciado no parque industrial e comercial do país, pelo crescimento vertiginoso do número de processos distribuídos, principalmente em seus órgão de base, ou seja, nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

---

[2] Tais como posses de Ministros, homenagens prestadas em virtude de aposentadoria ou visitas de autoridades, conferências, seminários, congressos.

[3] Na época, alguns juristas passaram a designar esse momento em que a Justiça do Trabalho deixa os quadros do Poder Executivo e entra para o Poder Judiciário de judiciarização.

[4] Na época os outros tribunais superiores eram: Tribunal Federal de Recurso, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior Eleitoral.

O volume crescente de processos também foi sentido pelo último grau de jurisdição desta Justiça especializada, que começou a acumular processos para serem julgados. Frente a essa situação, o TST começa a tomar algumas medidas para maior agilidade na prestação jurisdicional, como de dividir os juízes em turmas de julgamento. Por outro lado, os membros do TST apontam soluções que ajudariam a combater o problema: necessidade de código do trabalho, que agilizaria o tramite dos processos; a instalação de novos órgãos da Justiça do Trabalho; equipar melhor a estrutura já existente.

As reformas constitucionais que ocorreram na mudança de regime, quando o país ingressou no período político da ditadura militar em 1964, consubstanciadas na Constituição de 1967, confirmaram a competência atribuída a Justiça do Trabalho pela Carta Magna de 1946 e, mais, tornou irrecorríveis as decisões do TST, salvo quando ofendessem à Constituição Federal, único caso que caberia recurso para o STF. Ademais, o regime militar trouxe uma aparente valorização ao TST quando elevou o número de seus juízes a passou a denominá-los de Ministros, nome já utilizado para juízes de outros tribunais superiores e com o plano de extensão aprovado pelo governo no início da década de 1970, onde a Justiça do Trabalho triplicaria seu tamanho.

Temas como co-gestão, horário flexível, automatização, que estão inclusos no que ficou conhecido como novas tendências do Direito do Trabalho, surgem no TST em meados da década de 70. Os pronunciamentos que trataram destes temas, visivelmente contrários a essas mudanças, apontavam que estas novas medidas eram conseqüências da privatização do Estado e que tenderiam esvaziar o conteúdo protecionista do direito laboral, transformando-o em um direito com finalidades econômicas, como já acontecia em outros países. Paralelamente a esses temas, em 1975, apareceu pela primeira vez no TST a preocupação com o desemprego. A questão do desemprego, neste primeiro momento em que surge, relacionava-se com a necessidade de se utilizar a tecnologia, a informática e a cibernética a serviço e avanço da civilização, com a geração de empregos .

Desde a judiciarização da Justiça do Trabalho até 1978, estiveram presentes na pauta do TST, com grande notoriedade, as discussões sobre o poder normativo e sobre a jurisprudência. A respeito do poder normativo da Justiça do Trabalho[5], apesar da Constituição de 1946 confirmar esse poder da Justiça do Trabalho, já que era exercido desde antes desta instituição passar fazer parte do Poder Judiciário, foram suscitadas dúvidas se a lei constitucional não deveria ser regulamentada. Alguns sustentaram que somente após a

[5] Pode normativo é a função do magistrado em ditar regras quando as partes não se compusessem nos dissídios coletivos, devidamente interpostos perante seus órgãos.

regulação da lei a Justiça do Trabalho poderia ser considerada legítima para ditar as regras nas demandas coletivas, principalmente as que tratassem, além da matéria de direito propriamente dita, das questões econômicas. O TST, apesar do consenso sobre a necessidade de preservar o poder normativo da Justiça do Trabalho, dividiu-se em duas correntes: os que defendiam que o poder normativo da Justiça do Trabalho era amplo, assim podendo ser exercido tanto nas lides de natureza econômica, aquelas onde o magistrado criaria normas e estabeleceria condições de trabalho, como nas causas de natureza jurídica, onde o juiz interpretando a lei ou a convenção coletiva iria declarar o direito numa situação concreta. A outra corrente defendia apenas o poder normativo para as lides de natureza jurídica.[6]

O outro tema muito discutido neste ínterim, a jurisprudência, sempre foi defendida e relacionada com a idéia de não possuir caráter obrigatório, ou seja, o posicionamento uniforme e pacífico do órgão de cúpula da Justiça do Trabalho não teria a força de vincular os Tribunais Regionais do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento a julgarem da mesma maneira. Nos primeiros anos em que a Justiça do Trabalho passa a fazer parte do Poder Judiciário, a preocupação sobre o tema era firmar a jurisprudência como fonte do Direito do Trabalho, principalmente para os casos onde a lei era omissa, onde ocorriam as lacunas da lei. Na década de 1950, a preocupação passa a ser em organizar os julgados, facilitando desta maneira a sua divulgação e a sua utilização. Finalmente, em 1969 passaram a serem editadas as súmulas, que consistiam no posicionamento uniforme dos Ministros do TST sobre a interpretação da alguma norma legal, mas sem caráter obrigatório para as instâncias inferiores.

Na década de 70, percebemos que os Ministros do TST começam a voltar suas atenções para a área propriamente jurídica, pois justamente nesta época há a preocupação em ampliar a edição das súmulas, que a nosso ver, significou o ápice da metodização da jurisprudência deste Tribunal[7], bem como com medidas que auxiliassem na prestação jurisdicional mais eficiente e rápida, como por exemplo, a criação de códigos.

Em período subseqüente, já na década de 80, entra na pauta da Justiça do Trabalho as discussões sobre os temas que deveriam fazer parte da nova Constituição Federal,

---

[6] As críticas que foram feitas ao Governo, a partir de 1965, quando este passou a determinar, por inúmeras normas, a alteração automática dos salários, com a finalidade de combater à inflação, estavam diretamente relacionadas com o poder normativo. Se até essa data a Justiça do Trabalho concedia reajustes salariais por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, levando em conta inúmeros aspectos para equilibrar o capital e o trabalho, através de seu poder normativo, a partir de então, o Governo procedia aos reajustes salariais através de complicadas fórmulas financeiras, até que em 1979 criou o salário móvel, onde o reajuste seria automático, segundo índices oficiais.

[7] Os números de súmulas publicadas pelo TST dão a dimensão do crescimento: em 1969, 19 súmulas; em 1970, 18 súmulas; sendo que em 1980, o TST já havia publicado 117 súmulas.

que foi elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte, que iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1987. Nesse sentido, os assuntos que mais interessaram o meio jurídico trabalhista, em especial a cúpula da Justiça do Trabalho, o TST, foram os de duas ordens: 1) sobre a preservação de seus poderes, a ampliação de sua estrutura e a intervenção do Estado nas relações de trabalho 2) sobre a manutenção dos direitos individuais trabalhistas .

Com relação aos primeiros, verificamos uma corrente majoritária dentro do TST que defendia o poder normativo da Justiça do Trabalho. Além disso, estavam presentes temas relacionados com sua organização interna, especialmente aqueles relacionados à sua eficiência, tais como: a ampliação no número de Ministros do TST; sobre as matérias que deveriam ser ou não da competência da Justiça do Trabalho; sobre a atuação dos juizes classistas; o aumento do número de Juntas de Conciliação e Julgamento e de TRT(s); a respeito da seleção dos juizes escolhidos pelo quinto constitucional; a instituição de comissões extrajudiciais para solucionarem as questões que comportavam acordos; instituição de arbitragem.

A opinião prevalecente do TST era no sentido de apoiar a intervenção estatal nas relações de trabalho, opondo-se indiretamente, com isso, ao predomínio das negociações coletivas. Com a defesa do predomínio do legislado sobre o negociado, o TST estava ao mesmo tempo também defendendo a extensão de sua área de atuação e a manutenção de seus poderes. Ademais, para eventuais defasagem das normas trabalhistas em relação aos fatos sociais, a Justiça do Trabalho defendia a utilização da jurisprudência e mudanças na legislação do direito do trabalho e processual.

Quanto aos assuntos classificados na segunda ordem, no TST o direito individual do Trabalho que mais esteve em evidência foi o da estabilidade do emprego. Ao defender a implantação de mecanismos que garantissem a estabilidade no emprego, o TST estava simultaneamente se posicionando a favor de preservar o princípio da continuidade da relação de emprego e se opondo a novas tendências mundiais de flexibilização do Direito do Trabalho, que começavam a aparecer no país, como a intermediação de mão de obra.

A análise da Revista do Tribunal Superior do Trabalho também permitiu que percebêssemos que os assuntos que se referiam ao direito coletivo do Trabalho e ao direito sindical não foram debatidos com maior profundidade pelos membros do TST. As poucas

vezes que esses temas apareceram na pauta laboral foram para ressaltar a necessidade de adequá-los aos princípios democráticos.

Conclusões

Levando-se em conta que o regime militar fez uma clara opção em reforçar o modelo legislado, se comparado aos direitos conquistados em negociações coletivas, evidenciado pela repressão às greves e pela falta de estímulos governamentais aos acordos entre patrões e empregados, pode-se afirmar que também houve opção pela Justiça do Trabalho. Essa valorização da Justiça do Trabalho pelo regime militar aconteceu na Constituição de 1967, que reconheceu o TST como órgão máximo em matéria de direito laboral e aumentou o número de juizes desse órgão de cúpula.

Os Ministros do TST, advogados e juristas da área laboral, percebendo a importância que os temas relativos aos direitos individuais assumiram com a redemocratização e viriam assumir com a abertura econômica e, seguindo uma tendência do pensamento jurídico trabalhista, a eles se dedicaram com maior profundidade na época da constituinte, em prejuízo aos debates sobre direitos coletivo e sindical.

A análise dos debates travados no TST na época da Constituinte de 1987/1988, bem como o pensamento jurídico trabalhista desde o ano de 1946, ou seja, desde a judiciarização da Justiça do Trabalho, nos evidenciou a necessidade de estudos que enfoquem o comportamento de outros atores que possuem interesses na área laboral, como os sindicatos, partidos políticos, Ministério Público do Trabalho,Departamento do Trabalho, empresariado dentre outros. Somente com a realização de um estudo sistemático que compare a área de interesse de cada um desses atores e os recursos políticos que contavam para fazer aprovar norma na área dos direitos sociais, será possível definir o processo legislativo brasileiro na área do Direito do Trabalho.

Bibliografia

ARTUR, Karen. 2004. *O TST e os Doutrinadores Jurídicos como Agentes de Novas Noções Contratuais do Trabalho. Um Estudo sobre a Terceirização.* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 114 p.

ARTUR, Karen; NORONHA, Eduardo. 2005. Reformas trabalhista e sindical: o que tivemos, o que se quer e o que se pode ter. In GROS, Denise (et al). *Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação. IV Workshop Empresas, Empresários e Sociedade*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, p. 181-216.

CASTEL, Robert. 1999.*As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* 2 ed. Petrópolis: Vozes.

COELHO, Ricardo Corrêa . *Partidos Políticos, Maiorias Parlamentares e Tomada de Decisão na Constituinte***.** . Tese (Doutorado em Ciência Política), FFLCH, USP, São Paulo, 261p, 1999.

FREITAS, Lígia Barros de. Direito e Política na Constituição dos Direitos do Trabalho: *A trajetória institucional do TST desde 1946 e seus debates doutrinários do último governo militar à Constituinte de 87/88.* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2006. 156p.

HORN, Carlos Henrique. Negociações coletivas e o Poder Normativo da Justiça do Trabalho. *DADOS,* VOL. 49, N.2, 2006.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Entre a Lei e a Arbitrariedade: Mercados e Relações de Trabalho no Brasil.* São Paulo: LTr, 2000.

SARTORI, Giovanni. *Engenharia Constitucional: Como mudam as Constituições*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília. Editora UNB, 1996.

SOUZA, Márcia Teixeira de . O processo decisório na Constituição de 1988: práticas institucionais. *Lua Nova*, , n. 58, p. 37-59, 2003.

SUPIOT, Alan. *Beyond Employment.* Changes of work and the future of Labour Law in Europe. Oxford University Press, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A ascensão do movimento guerrilheiro e a crise de hegemonia do PCB.

Fabiano Godinho Faria*

Resumo: O artigo analisa o processo de desagregação da hegemonia do Partido Comunista do Brasil (PCB). Primeiro como essa organização foi beneficiada na construção de sua hegemonia nacional devido à sua condição de representante brasileira da estrutura soviética do comunismo internacional, bem como os principais símbolos derivados dessa relação. A seguir analisa-se quais os acontecimentos que abalaram essa estrutura simbólica relacionada a esse campo. Por fim analisa a formação das novas organizações comunistas na esteira da desagregação do PCB.

Palavras Chaves: PCB, Stalinismo, Guerrilha.

Abstact: This article analyze the desagregations prouss of hegemony from comunism in Brasil (PCB). At first it researts how this kind organizaton sisten was suceded in representing a national union due to the fact that it represents the most important simbols from this relation. Atterwall qe ougth to analyse the events that colapsed brand new kind of estructure about it. Finally, we ought to face to realize the new comunism organizations in the PCB sistem.

Keywords: PCB, Stalinism, Body of Partisans.

O Partido Comunista do Brasil (PCB[1]) representava no campo político brasileiro a possibilidade da revolução comunista em moldes soviéticos e experimentou um vigoroso crescimento graças a enorme popularidade de Prestes, de Stalin (especialmente após a II guerra mundial) e dos símbolos associados a II internacional, que faziam crer que a revolução era um acontecimento inevitável.Enquanto durou a hegemonia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) no movimento comunista internacional, o PCB manteve sua hegemonia no movimento de esquerda comunista brasileiro. Nos anos 60, o PCB era de longe a maior força da

[1]* Professor da rede municipal do Rio de Janeiro e mestrando em história na Universidade Federal Fluminense.
Até inícios da década de 60, a sigla "PCB" indicava "Partido Comunista do Brasil", a mudança para "Partido Comunista Brasileiro", aprovada em seu V congresso, foi na verdade uma tentativa de se conseguir o registro eleitoral, uma vez que o artigo "do" foi usado como principal argumento para sua cassação em 1947, sob a acusação de representar a submissão à uma organização internacional: o Partido Comunista da União Soviética PUCS. Em 1962, um grupo de militantes rompe com o PCB, que já significava "Partido Comunista Brasileiro" e funda o PC do B, significando novamente "Partido Comunista do Brasil", mas aí já se trata de outro partido que não faz parte de nessa análise.

esquerda organizada. Este fato é consenso entre os historiadores mais autorizados sobre o tema. Segundo Ridenti,

> *Predominava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, embora ilegal, viveu seu apogeu naquele período, quando contou com muitas adesões e suas idéias influenciara a luta política e sindical, e até mesmo as diretrizes do governo federal.*(Ridenti, 1993:25)

Como hipótese, afirmo que a hegemonia do PCB não se destruiu de uma vez, mas num processo de acontecimentos marcantes que subverteram as estruturas simbólicas no campo da III internacional e desacreditaram o modelo partidário soviético. Como o PCB se filiava justamente a esse modelo, foi atingido mortalmente. Que acontecimentos subverteram a lógica no seio do comunismo stalinista?

Em primeiro, as revoluções chinesa e cubana, e a grande proliferação de guerrilhas pelo mundo: Nepal, Vietnã, angola, ETC, que passaram a representar uma nova via para a revolução, estremecendo o modelo soviético representado pelo PCB.

Em segundo, mas não menos importante, as denúncias dos crimes de Stalin no XX congresso do PCUS, que abalaram profundamente a militância. A reverencia a Stalin era uma constante no Habitus pecebista o sentimento de desorientação foi absoluto.

O golpe de 64 foi decisivo no sentido de desmoralizar a capacidade política da direção, frente a consideráveis frações do partido e a importantes dirigentes, como Marighela, por exemplo, que alertavam para uma articulação entre setores conservadores ligados à União democrática Nacional – UDN – e militares para desencadear um golpe de estado, a comissão executiva, organizada ao redor de Prestes, procurou durante todo o tempo "acalmar os ânimos" manifestando sua confiança na ordem, garantida por uma "burguesia nacional progressista e antiimperialista".

De acordo com Gorender, a direção do PCB vinha acumulando erros de avaliação a que se seguiam políticas equivocadas, segundo ele, Prestes e a direção executiva tinham toda a certeza que o registro legal do PCB não seria cassado, quando o processo começou a ser movido, setores ligados às bases estudantis do partido dispuseram-se a fazer uma grande campanha em defesa do PCB, campanha esta prontamente desencorajada por Prestes que chegou a afirmar que

"o processo judicial partia de um inexpressivo grupelho fascista, a burguesia "progressista" não tinha interesse em tamanho disparate" (Gorender, 2003:23) O partido foi cassado no dia 07 de maio de 1947. Tão crasso erro de previsão não provocou reações críticas nas fileiras do PCB, tal a dimensão do prestígio do secretário-geral. (idem)

Cassado o partido, a linha do partido navegou do extremo pacifismo ao extremo ímpeto revolucionário, expresso em documento publicado 1º de agosto de 1950[2]. Intensificou o embate contra Vargas quando este entrou num processo de colisão com os Estados Unidos, fazendo coro com a União democrática Nacional (UDN) e militares de direita. Na ultima hora prestes resolver inverter a linha e combater o golpismo de direita, mas a sua defesa a legalidade tinha tantas críticas que dificilmente alguém seria convencido a se mobilizar em favor de Vargas.

O habitus construído a partir de uma referência stalinista, condicionava especialmente os militantes de base a confiarem incondicionalmente na direção partidária que tinha em Prestes, o "cavaleiro da esperança", seu maior símbolo. Em outros momentos, como por exemplo, no fracasso da "Intentona Comunista", em 1935, a responsabilidade negativa recaiu sobre o secretário geral do PCB, a época conhecido por Miranda, deixando Prestes intocado. O que enfezava uma parte considerável dos quadros médios do partido, quando a situação se tornou insustentável, como veremos, em 57, foi escolhido como "bode expiatório um outro membro da C.C.E, Diógenes de Arruda Câmara. De acordo com gorender, Prestes "jamais aceitou a mínima crítica do tipo pessoal e intransferível. Nesses casos, descarrega a responsabilidade sobre o demônio de plantão: Miranda, Arruda ou algum outro." Gorender, 2003:30)

Em 1949, acontece a revolução chinesa, o fato é saudado por comunistas de todo o mundo, a revolução chinesa, no entanto, não se dá conforme os moldes soviéticos, não são os operários urbanos e sim os camponeses liderados por Mao Tsé Tung, que conquistam o poder.

Além disso, a revolução chinesa foi uma revolução que "não deveria acontecer", pois um dos compromissos assumidos por Stalin junto a Churchil e Roosevelt era não estimular novas revoluções. Stalin chegou a determinar que Mao não tomasse o poder e fizesse um acordo com o Kuomitang, partido que na ocasião estava no poder naquele país. Ignorando as determinações de

[2] Manifesto de agosto: Pestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação. Problemas, nº29. Rio de Janeiro, ago. 1950 *Apud gorender. Op cit.*

Stalin, Mao liderou aquela que ficou conhecida como a "Revolução Chinesa" e rapidamente tornou-se muito popular entre comunistas do mundo inteiro ficando conhecido como o "grande timoneiro". Surgia pela primeira vez, desde a ascensão de Stalin à secretaria geral do PCUS, uma outra grande figura no comunismo internacional, a primeira com condições reais de ocupar o seu lugar.

O que não demoraria muito, pois Stalin veio a falecer no ano de 53. Em seu lugar, depois de muitas discussões e "algumas execuções", assume Nikita Krushev, membro eminente do antigo politiburo, Krushev, viria a protagonizar o capítulo da maior crise do comunismo soviético até então: a denuncia dos "Crimes de Stalin" durante o XX Congresso do PUCS em 56, apenas três anos após a morte de Stalin e a poucos quilômetros de onde seu cadáver ainda jazia embalsamado ao lado do de Lênin. O relatório denunciava um suposto "culto à personalidade" em torno de Stálin, e em trechos de grande apelo, revelava aspectos da violência do estado soviético, em um deus trechos lia-se:

> *Stálin usou de métodos extremos de repressão em massa, numa época em que a revolução já estava vitoriosa, quando o estado soviético estava fortalecido, quando as classes exploradoras já estavam liquidadas e quando as relações socialistas estavam solidamente enraizadas (...) quando nosso partido estava politicamente consolidado e se tinha fortalecido, numericamente e ideologicamente. (...) Stálin revelou (...) sua intolerância, brutalidade e abuso do poder. (...) Freqüentemente, escolheu o caminho da repressão e do aniquilamento físico, não só contra inimigos reais, mas contra o partido e o governo soviético.* (José, 1997: 188).

No Brasil de acordo Sales O debate uma vez iniciado tomou proporções jamais vistas dentro do PCB(Sales, 2005:56), Segundo gorender, a insatisfação com a linha adotada pela C.C.E era já muito forte entre alguns quadros, nesse sentido:

> "*Funcionou como detonador o informe confidencial de Khruchev ao XX Congresso do Partido Comunista da URRS, que denunciou os crimes de Stalin (uma parte deles) e cuja versão divulgada pelo New York Times e por: O Estado de São Paulo, recebida a princípio como falsificação, teve sua autenticidade confirmada."*(gorender, 2003:28)

Uma corrente de opinião que propunha a dissolução do partido rapidamente se formou em torno de Agildo Barata, capitão do exército e um dos líderes do levante do terceiro regimento de infantaria na praia vermelha em 35 a quem se somava entre outros Gregório

Bezerra e Agliberto Azevedo, militantes de grande popularidade. Seguido de um grupo de militantes, Agildo deixou o PCB não sem alguma acusação da traição, como já era esperado.

Depois de muita hesitação, o que aumentou as expectativas, a direção do PCB, reconheceu a veracidade dos boatos e a verdade sobre a denúncia dos crimes de Stalin. Diógenes de Arruda Câmara foi responsabilizado pela demora na discussão e usado como "bode expiatório" como era de praxe. Mas o um dos maiores símbolos do MCI, que estava diretamente ligado à popularidade e força simbólica do PCB estava se não destruído, profundamente enfraquecido.

> *"Em reunião realizada em agosto de 1957, foram destituídos do Presidium quatro membros: Diógenes Arruda, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois. Em seus lugares entraram Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Carlos Marighela, que, juntamente com Luís Carlos Prestes, passaram a estar no centro do poder partidário." (Sales, 2005:57)*

Dessa forma Prestes buscava se afastar da imagem Stalinista da C.C.E anterior e imputar a ela qualquer crítica a atuação do partido nesse período. No plano internacional, ganha dimensão as disputas pela hegemonia entre o Partido Comunista Chinês PCCh e o PCUS.

Na Conferencia Internacional dos Partidos Comunistas, realizada em Moscou, em 1957, os partidos Comunistas mais importantes do mundo debatiam as resoluções do XX congresso dos PUCS, que além da denuncia dos crimes de Stalin, apontava para outras resoluções igualmente importantes para o MCI, como o fim da centralização do MCI, com a extinção do Cominform, a preferência pela via pacífica para a revolução, inclusive pela disputa parlamentar, apesar de admitir em tese o caminho não pacifico como válido para o socialismo, ainda que não preferencial.

Diante da polemica entre PUCS e PCCh (Partido Comunista Chinês) o PCB primou pela desorientação.Mas o grande fator de crise, era relativo a forma de organização do movimento comunista internacional, como já foi exposto, uma das maiores forças simbólicas do PCB era justamente pertencer a uma estrutura Hierárquica centralizada do stalinismo, que poderia tanto ser a Internacional quanto o Cominform, além da força dos mitos de Stalin e Prestes etc. Pois bem, um já estava morto e execrado, o outro embora ainda vivo estava longe de ser o "Cavaleiro da Esperança", a internacional já havia acabado em 1943, o Cominform que a

substituiu era agora dissolvido, e justamente aqueles que defendiam a centralidade do movimento, o faziam contra o PCUS, sua maior referência.

No entanto, as resoluções da conferência de 57, malgrado todo o bate boca, foram consensuais. As polêmicas mais duras do comunismo internacional até o momento, foram travadas durante a conferencia de 60. Segundo Sales:

> *"Foi em abril de 1960, com a publicação pelos chineses do panfleto "Viva o leninismo", que o conflito entrou no terreno ideológico. Em outras palavras, foi no momento em que os chineses trataram publicamente dos grandes temas do MCI[3], como o da natureza da coexistência pacífica, da guerra e da luta pela paz, ou, ainda, das vias de passagem ao socialismo, que o problema foi enfrentado pela URSS e, em certa medida, por todos os partidos comunistas. Foi exatamente o que se passou durante a conferência de 1960. Pela primeira vez na história do MCI, dirigentes da URSS e da China expuseram publicamente suas diferentes perspectivas em torno dos grandes temas que envolviam o comunismo internacional."(...)*
>
> *"Ainda uma vez as teses defendidas pelo PCUS receberam o apoio da maioria dos participantes, sem conseguir, no entanto, a unanimidade almejada. No documento final, a ênfase recaiu sobre a unidade do movimento comunista internacional. Quanto à estratégia política, o seu centro giraria em torno da luta pela paz, da coexistência pacífica e da possibilidade de varias vias de acesso ao socialismo, com ênfase na via pacífica, como queriam os soviéticos."* (Sales, 2005:53)

Em meio à crise gerada pela disputas Sino-soviéticas, ocorre a revolução cubana. O socialismo enfim, chega à América. Nas palavras de Prestes:

> *Tudo aquilo que poderia até ontem parecer um sonho, que muitos sabichões afirmavam irrealizável ou apenas possível noutras terras, materializou-se na pequena ilha do Caribe*".[4]

Estremecido face às disputas entre russos e chineses, os dirigentes do partidão esforçaram se para relacionar o programa do partido cubano às teses defendidas pelo PCB no Brasil:

> *Para explicar o significado dessa revolução, o PCB publicou um artigo do Secretário-geral do Partido Popular Socialista (essa era a denominação do partido comunista cubano), Blas Roca. O dirigente começa lembrando das principais tarefas que estavam em realização: 1) independência completa e soberania da nação. 2) Reforma Agrária que liquide com o latifúndio e com "outros restos feudais". 3) Desenvolvimento econômico sobre base independente. 4) Aprofundamento da democracia, dando-lhe um caráter mais real aos trabalhadores. Diante disso, para*

[3] Movimento Comunista Internacional.
[4] Sales Op. Cit. Pág 96.

> *Roca, a revolução seria "patriótica e democrática, nacional-libertadora e agrária".* (Sales, 2005:94)

Mas para a tristeza dos dirigentes pecebistas, as teses centrais do PCB não se encontravam na Revolução Cubana, muito pelo contrário:

> *Havia pelo menos seis características dessa revolução que incomodavam os partidos comunistas: 1. Um chamado para a necessidade de uma revolução continental, para evitar o cerco do imperialismo norte-americano; 2. A natureza socialista da revolução no continente; 3. A luta armada como caminho necessário para a revolução; 4. A liderança da revolução foi a classe média, urbana e ilustrada; 5. Uma aliança privilegiada entre estudantes e intelectuais com o campesinato (e não com o proletariado); 6. Os partidos comunistas deixam de ser instrumentos revolucionários.*[5] (Sales, 2005:67)

O impacto da revolução cubana no campo comunista da América latina foi muito grande Cuba representava para toda uma leva de militantes a possibilidade de, "agora sim", a revolução realmente vir a acontecer, movimentos guerrilheiros, inspirados em Castro e Guevara, pipocaram em toda a América Latina.

Até 60, o PCB era praticamente a única referencia da esquerda organizada, (o trotskismo embora existisse, não chegava a ser uma ameaça), em 61, surge a Organização Revolucionária Marxista, Política Operária (ORM-POLOP), a primeira organização marxista de visíveis dimensões alternativa ao PCB, em 62, o PC do B, ainda no início da década de 60 importantes movimentos sociais, como o movimento estudantil e as ligas camponesas revelavam-se fora de seu controle. Não obstante eram tempos de grande agitação e efervescência, apesar de sua atuação de destaque nas agitações pelas "reformas de base", que mobilizaram milhões de pessoas, o PCB não conseguiu capitalizar a simpatia popular em um crescimento orgânico correspondente nem impedir que outras organizações se fortalecessem na sua esteira de sua desagregação.

Conclusão.

O processo de decadência hegemônica do PCB foi a um só tempo simbólico e político. Antes de 56 e antes que Cuba e China se tornassem vias alternativas para o socialismo, ser comunista, significava também acreditar na URSS, defendê-la dos ataques da direita à pátria do comunismo onde quer que você viva, no imediato pós guerra a popularidade

[5] Grifo meu.

de Stalin era muito grande na esquerda, algo parecido coma popularidade de Fidel Castro hoje em dia, ser marxista, para a maioria, era ser também Stalinista. De acordo com esta corrente só poderia haver um único partido da classe trabalhadora em cada país, e cada partido nacional estaria articulado com os partidos comunistas de todo mundo por meio da III Internacional e mais tarde Cominform.

Como "habitus", o stalinismo exigia aquiescência total à seus pressupostos, disciplina cega e reverencia constante, assim, mesmo quando o partido escrevia um balanço negativo de sua atuação, o fazia derramando-se em elogios ao "partido da classe" e personificando o culpado.

A ascensão do modelo guerrilheiro não compartilha deste ponto fundamental: de que só deve existir um partido da classe trabalhadora, aliás, nem acham que a classe trabalhadora industrial é o sujeito por excelência da revolução, dentro deste novo modelo, é absolutamente factível que existissem várias organizações, e a disputa de hegemonia entre elas era inevitável. Entender esta disputa de hegemonia é entender os símbolos compartilhados entre elas: bravura, prática revolucionária, etc, também a rejeição mais absoluta aos antigos PCs pode ser uma maneira de disputar hegemonia uma com as outras.

É bem possível que o capital político que Marighela trouxe de sua militância no PCB tenha influenciado na dimensão que a ALN teve em sua base em São Paulo onde era o principal dirigente, Mario Alves e Jacob Gorender, por serem mais respeitados na Guanabara, fizeram o PCBR mais forte naquele estado, ou seja, o Capital de dirigente pecebista não foi desprezível para os ativistas da esquerda armada.Resta-nos hoje compreendê-los a todos estudá-los, apreender com eles, e continuar sua luta...

BIBLIOGRAFIA:

José, Emiliano. *Carlos Marighela, O inimigo número um da ditadura militar.* São Paulo – SP ,2ª edição Edit. Sol e chuva., 1997

Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*, São Paulo – SP, 6ªedição, 2ª reimpressão, editora Ática, 2003.

Ridenti, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Sales, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974) Tese de doutoramento apresentada a UNICAMP/ 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O livro didático na memória das professoras

Odaléia Alves da Costa*

Resumo: Esse estudo tem como marco teórico a história cultural**.** Adotou-se como referencial de análise os estudos de Thompson (2002); Chervel (1990); Juliá (2002); Bittencourt (1993) e Chartier (1990). A pesquisa trabalha com memórias de professoras primárias em relação ao uso do livro didático. As professoras, sujeitos da pesquisa, foram escolhidas considerando que a produção de livros didáticos visa como mercado o lócus de trabalho das professoras e, além disso, elas mediatizam a relação dos alunos com os livros didáticos. Entrevistou-se quatro professoras de Estudos Sociais do Maranhão que lecionaram no mínimo 10 anos essa disciplina. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que continham questões sobre planejamento, aulas, exercícios, avaliações e o uso dos livros didáticos. Dentre as conclusões desse estudo, verificou-se que as professoras usavam os livros didáticos como material principal de apoio pedagógico, quer seja em seus momentos de planejamento, ou na execução das aulas. Foram elencados cinco livros didáticos, revelando que os discursos dos docentes em torno da ausência de livros didáticos para essa disciplina não diz respeito à quantidade dos mesmos, mas a relação dos livros didáticos com o ideal de livro e com o que desejariam trabalhar as professoras na disciplina.
Palavras-chave: disciplina escolar; memória; livro didático.

Abstract: This study cultural history has as theoretical landmark. One adopted as referencial of analysis the studies of Thompson (2002); Chervel (1990); Juliá (2002); Bittencourt (1993) and Chartier (1990). The research works with memories of primary teachers in relation to the use of the didactic book. The teachers, citizens of the research, had been chosen considering that the didactic book production aims at as market lócus of work of the teachers and, moreover, they help the relation of the pupils with didactic books. One interviewed four teachers of Social Studies of the Maranhão that given lessons at the very least 10 years this discipline. Half-structuralized interviews had been carried through, that contained questions on planning, lessons, exercises, evaluations and the use of didactic books. Amongst the conclusions of this study, it was verified that the teachers used didactic books as material main of pedagogical support, wants either at its moments of planning, or the execution of the lessons. Five didactic books had been enumerated, disclosing that the speeches of the professors around the didactic book absence for this discipline do not say respect to the amount of the same ones, but the relation of didactic books with the book ideal and with what they would desire to work the teachers in disciplines.
Keywords: it disciplines pertaining to school; memory; didactic book.

Os livros didáticos vem sendo objeto de estudo da história cultural em diversos países do mundo. Na historiografia francesa, tem-se o projeto EMMANUELLE, na

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

historiografia ibero-americana, o projeto MANES, na historiografia portuguesa, o projeto EME e na historiografia brasileira o projeto LIVRES, vinculado à Biblioteca da FE-USP.

Os estudos realizados através dos projetos acima mencionados, têm como marco teórico e conceitual a história cultural, cujo triângulo básico de investigação é **o livro, o texto, a leitura.** Nesse texto pretendo traçar algumas idéias sobre a memória das professoras primárias em relação aos livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão (ESMA). Compreendo essas professoras como leitoras privilegiadas dos livros didáticos, pois além de serem leitoras, são elas que medeiam o processo de leitura realizada pelos alunos, maior público leitor de livros didáticos.

Fazendo uso também de outro procedimento da história cultural, neste artigo recorro à história oral, compreendo-a como metodologia capaz de proporcionar a apreensão dos relatos dessas profissionais que atuaram como professoras de ESMA, ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Para Thompson (2002), "a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo".

Em levantamento bibliográfico realizado anteriormente pela pesquisadora foi possível localizar nove livros didáticos publicados em torno da disciplina Estudos Sociais do Maranhão, nas décadas de 1970 a 1990.

Para a elaboração do presente artigo, utilizei quatro entrevistas realizadas com professoras da disciplina escolar ESMA, sendo duas professoras da Unidade Interada Professor José do Nascimento Moraes e duas da Unidade Integrada Maria Firmina dos Reis, escolas públicas da rede estadual localizadas em São Luís, capital do Maranhão.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Maria Domingas Silva Almeida, nasceu em Humberto de Campos – MA, no ano de 1957. Fez o Curso Normal e é licenciada em Letras-Português. Há 28 anos exerce a função como docente; desde 1985 trabalha na Unidade Integrada Maria Firmina dos Reis e neste mesmo ano começou a lecionar na 3ª série Estudos Sociais do Maranhão.

Ângela Maria Neves Aroucha, nasceu em São Luís, em 1955. Tem o Curso Normal é licenciada em Pedagogia e especialização em Métodos e Técnicas de Ensino. Ingressou no magistério em 1982, na Unidade Integrada Maria Firmina dos Reis, ano em que começou a lecionar na 4ª série a disciplina Estudos Sociais do Maranhão.

Eliane Silva Simão, nasceu em 1960, em Riachão – MA. Além do Curso Normal, também é licenciada em Pedagogia. Sua experiência no magistério começou no ano de 1977, e em 1982 começou a lecionar a disciplina Estudos Sociais do Maranhão na Unidade Integrada Professor José do Nascimento Moraes.

Maria das Graças de Jesus Silva Ferreira, nasceu em São Luís em 1948. Professora Normalista, tendo feito o 4º ano adicional e Licenciatura em Filosofia. Ingressou no magistério em 1987, lecionando Estudos Sociais do Maranhão na Unidade Integrada Professor José do Nascimento Moraes.

ANALISANDO AS ENTREVISTAS

As professoras foram perguntadas sobre qual a visão que elas tinham da disciplina Estudos Sociais do Maranhão (ESMA), em relação às demais disciplinas do currículo escolar. Levei em consideração nestas respostas o fato de que todas as professoras entrevistadas são polivalentes, isto é, atuam com todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental I.

Para Almeida (2007), ESMA "É uma disciplina onde o aluno né?... Ela passa pro aluno o conhecimento da História e geográfico do Estado."

Aroucha (2007), afirmou

> *[...] sempre vi como importante, tendo em vista que quando eu estudei o primário... Eu trabalhei com essa disciplina, estudei né? Aprendi, li, tal.... E aquele livro do Sá Valle, que é aquele Terra das Palmeiras que é aquele que tem um mapinha como aquele que eu te mostrei, então... Eu sempre procurei trabalhar da melhor maneira possível, para que os alunos entendessem o que eu sempre achei importante, falando da minha terra São Luís do Maranhão.*

Simão (2007) se posicionou afirmando, "Eu gostava... Era uma disciplina fácil, gostosa da gente lidar."

Ferreira (2007), considera como sendo

> *importante, né?... Estudos Sociais... Porque abrange... Porque melhora os nossos conhecimentos, né? Em relação aqui São Luís, às pessoas que moram aqui. Inclusive já foram feitos vários passeios, pela trajetória aqui na orla marítima, com as crianças, trabalho fora da escola, lá pelo Reviver também para mostrar falando sobre a cultura do Maranhão, que é muito importante.*

Para as professoras entrevistadas, a disciplina Estudos Sociais do Maranhão foi uma disciplina considerada importante, pois era através dela que os discentes tinham contatos com os conteúdos relacionados à História e à Geografia do Estado do Maranhão. Como se tratam de professoras que atuaram/atuam em São Luís, capital do Maranhão, é natural que

elas tenham apontado ainda para a necessidade de trabalhar a cultura de São Luís, e a valorização da cidade através do conhecimento da mesma através de passeios.

Outro ponto investigado junto às professoras, diz respeito às suas práticas de leitura em relação à disciplina ESMA. Ao que obtive os seguintes depoimentos:

> *Buscava exatamente além do livro deles, que eles tinham, aliás, que o Estado não dava, eles compravam, nem todo mundo tinha, essa era a verdade, nem todo mundo tinha. Além desse, eu ia buscar nesses outros que eu te falei pra consulta [Estudo Regional do Maranhão], porque são poucos, não tem muita coisa. (ALMEIDA, 2007).*

Aroucha (2007) também me falou sobre suas práticas de leitura enquanto professora de Estudos Sociais do Maranhão. Assim relata:

> *Naquela época, que eu entrei em 1982, apenas os meus livros e a Revista Nova Escola que eu tenho alguns exemplares que eu fiquei assinante, né? Eu fico com pena de botar fora; às vezes eu quero trazer pra cá [para a escola], mas professor não gosta de ler hoje em dia; eu tenho, eu sou assinante muito tempo Revista Educação. [...] e eu sempre eu gostei muito de ler, até hoje; eu leio. (AROUCHA, 2007).*

Simão (2007) me afirmou que sempre gostou de ler Nova Escola.

Já Ferreira (2007) lia

> *[...]os livros didáticos, e sempre procurava assim ter outros livros pra melhorar o meu trabalho. Sempre eu gostei de comprar coleções de livros para melhorar, assim... Os jornais, trabalhando com jornais, assim na televisão, mandando fazer pesquisa através da televisão, para pegar as informações.*

Das quatro professoras entrevistadas, duas afirmaram que liam a Revista Nova Escola, publicação sem fins lucrativos da Editora Abril, coordenada pela Fundação Victor Civita que se encontra no XXII ano de circulação.

Além deste periódico, foi citado ainda a Revista Educação, da Editora Segmento que se encontra no 11º ano de sua publicação.

Sendo professoras polivalentes não apresentam condições para direcionarem suas leituras para uma única área do conhecimento. As profissionais que atuavam/atuam nas 3ª e 4ª séries, onde era ministrada essa disciplina tem uma formação geral que também não permite um maior aprofundamento no que diz respeito aos componentes curriculares do ensino primário (hoje, Ensino Fundamental I).

Dessa forma, o que se encontra ao alcance das professoras são os livros didáticos, exemplares da Revista Nova Escola, enciclopédias que na maioria das vezes são adquiridas nas próprias escolas.

Por mais que as professoras façam referências ao uso da biblioteca escolar para realizarem pesquisas; em uma das instituições em que trabalham duas das professoras entrevistadas, não foi possível realizar a entrevista na biblioteca da escola, uma vez que todas

as mesas daquele espaço estavam empilhadas de livros didáticos. Se não foi possível se acomodarem duas pessoas em uma dessas bibliotecas escolares, imaginem todos os alunos de uma sala de aula!

Ainda, conforme relato das professoras, na década de 80 do século XX existia uma distribuição irregular de livros didáticos e apenas alguns alunos tinham condições de adquiri-los em livrarias. Hoje, é possível observar nas diversas escolas visitadas, quer sejam em almoxarifados ou nas bibliotecas, esses espaços estão repletos de livros didáticos.

Outro ponto importante a ser discutido na prática docente é o planejamento. Toda atividade, quer seja relativa à docência ou não, requer atos de planejamento.

> *O planejamento ele é feito no Estado ele é feito aquele planejamento anual e o planejamento nessa época ele era semanal, depois passou a ser... Que nós planejávamos as aulas dessa semana, né? O conteúdo que a gente ia dar, a atividade que você ia desenvolver, o material que você ia usar, tudo isso era planejado com antecedência de uma semana, depois passou a ser o planejamento passou a ser quinzenal, hoje em dia é mensal. E tempo nenhum mais minha filha, pra se fazer nada. (ALMEIDA, 2007).*

Sobre a prática de planejamento na U.I. Maria Firmina dos Reis, Aroucha (2007), recorda:

> *Olha na época nós tínhamos o tradicional plano; tínhamos uma supervisora, que ela fazia o planejamento; .... "Olha! Vamos hoje aqui"... Eu pegava o meu caderno, todo mundo pegava o seu e íamos fazer, aí a gente tinha que botar no papel o que ia fazer. (AROUCHA, 2007).*

Simão (2007) e Ferreira (2007), professoras da U. I. Prof. José do Nascimento Moraes também me falaram sobre o momento do planejamento naquela instituição. "Sempre... Era rotineiro fazer o plano, para não se perder na hora das aulas." (SIMÃO, 2007). "O planejamento era feito na escola, com todos os professores reunidos pra fazer o planejamento integral, juntos." (FERREIRA, 2007).

O planejamento é um dos poucos momentos de socialização que existem na escola. É nesse momento que as professoras debatem os dilemas da sala de aula e procuram ajuda entre si. É ainda durante o planejamento que são feitas as verificações dos recursos didáticos disponíveis para os docentes e discentes.

Uma professora em seu depoimento chegou a afirmar que pedia para seus alunos estênceis e folhas de papel sulfite, para reproduzir atividades mimeografadas. Por mais que a professora tenha consciência de

que essa prática não é permitida pela legislação estadual, a mesma relata que não tem outra alternativa, pois a escola não oferece condições de trabalho.

Na conversa com as professoras indaguei sobre quais os conteúdos trabalhados na disciplina ESMA.

Almeida (2007) destacou:

> *A Geografia do Maranhão, clima, relevo, tudo. rios, a maneira... O povo do Maranhão, a maneira daquele povo, era bem parecido com hoje, do conteúdo que hoje tem na disciplina de maneira geral do Brasil. Só que num patamar menor, só em termos de Maranhão, de Estado. E a História também era do mesmo jeito. Era a História do Maranhão. Era a história de São Luís que é a capital do Maranhão, era isso que era trabalhado, os conteúdos eram esses dentro da História do Estado. E também de alguns municípios, porque nós tivemos guerras onde entraram municípios maranhenses, e tem alguns municípios aí citados. (ALMEIDA, 2007).*

Aroucha (2007) mencionou:

> *Olha, sempre se viu, é a Vegetação, a parte de Geografia, clima, a parte de população, que você viu, a parte de... É... Da culinária né? Essa parte da História a Balaiada, Cabanagem, todas essas guerras aí, Independência do Maranhão aderiu depois de dois anos; a Corte portuguesa, é... Toda essa questão de História relativa ao Maranhão a gente viu. (AROUCHA, 2007)*

"Microrregiões, os rios mais importantes [Pausa]. Os transportes da época, mais importantes pra você ver a evolução, né?" (SIMÃO, 2007).

"Conteúdos? Nós trabalhamos os conteúdos que... Determinados através do nosso plano, fazíamos o plano, e íamos trabalhando até completar nossa carga horária." (FERREIRA, 2007).

Trabalhar o conteúdo "São Luís" se justifica não apenas porque as professoras entrevistadas atuavam/atuam na capital do Estado do Maranhão, mas também porque a principal fonte (livro didático) que se encontrava/encontra ao alcance das professoras, o Terra das Palmeiras também centrava seus conteúdos na cidade de São Luís.

Os gráficos a seguir, ilustram a representação dos monumentos históricos e áreas de preservação ambiental do Estado do Maranhão. O gráfico A diz respeito a 2ª edição do Terra das Palmeiras de 1984 e o gráfico B a edição do mesma obra de 1996.

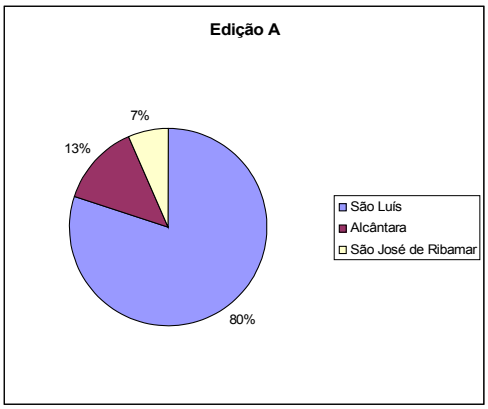

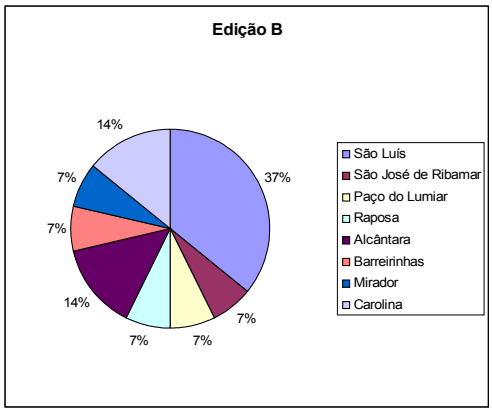

Muito embora os livros didáticos tenham permeado todo o nosso diálogo com as professoras, fizemos uma pergunta mais direcionada, indagando sobre quais livros didáticos de Estudos Sociais do Maranhão as professoras haviam trabalhado.

Para tanto, elaborei um álbum contendo fotografias das capas dos livros didáticos que estou pesquisando. Esse álbum foi elaborado com a intenção de relembrar visualmente os informantes da pesquisa da capa dos livros didáticos, uma vez que os mesmos dificilmente se encontram em circulação pelas escolas. Temos livros que foram editados entre as décadas de 1950 e 1990.

Obtive as seguintes respostas:

ALMEIDA	AROUCHA	SIMÃO	FERREIRA
Terra e Gente Terra das Palmeiras Estudo Regional do Maranhão	Terra das Palmeiras Estudo Regional do Maranhão Gente, terra verde, céu azul	Terra e Gente Terra das Palmeiras	História do Maranhão Terra das Palmeiras Terra e Gente

Esses livros foram trabalhados pelas professoras, alguns serviram apenas como fonte de pesquisa, outros, como livros didáticos utilizados em sala de aula por professores/as e alunos/as.

Sabe-se que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído através do Decreto nº 91. 542 de 19 de agosto de 1985, tendo como principais objetivos:

> *- Contribuir para a socialização e universalização do ensino, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o país;*
> *- Diminuir as desigualdades educacionais existentes, buscando estabelecer padrão mínimo de qualidade pedagógica para os livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do país;*
> *- Possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados pelo Programa.*

Mesmo o decreto sendo do ano de 1985, se passaram muitos anos para que de fato pudéssemos falar em universalização dos livros didáticos nas escolas públicas do país. Até porque num país como o Brasil repleto de corrupções em todos os setores, nem mesmo os livros didáticos não escapam dela.

Munakata (1997) relata escândalos de desvios de livros didáticos, de manuais escolares que foram reciclados e transformados em papel higiênico, livros que deveriam ser distribuídos gratuitamente, foram comercializados, dentre outros acontecimentos.

Outro fato que diz respeito aos livros didáticos, aqueles que conseguem vencer a todas as falcatruas acima citadas e muitas outras, ao chegarem às escolas, ainda estão muito distantes dos alunos. Em conversa com um consultor do PNDE do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em Brasília, o mesmo afirmou que existe uma equipe especializada do FNDE que acompanha a entrega dos livros didáticos em todo o Brasil e que é comum ver salas de diretoria de escolas repletas de livros didáticos, uma vez que as diretoras afirmam que não entregam os livros para os alunos, porque eles irão rasgar, sujar, ou coisas dessa natureza.

O bem público, continua sendo usado como propriedade privada, mas o governo brasileiro não tem medido esforços no sentido de viabilizar o acesso de todos os alunos aos livros didáticos, não apenas dos componentes curriculares, mas também viabilizando o acesso a obras literárias, dicionários e também equipando a biblioteca das escolas e dos professores.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, 369 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação.** Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun. 2001, p. 9-44.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos.** Tese de doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FONTES

Entrevistas

Maria Domingas da Silva Almeida, em 22/3/2007.

Ângela Maria Neves Aroucha, em 17/1/2007.

Eliane Silva Simão, em 22/3/2007.

Maria das Graças de Jesus Silva Ferreira, em 23/3/2007.

Livros didáticos

NASCIMENTO, Maria Nadir; CARNEIRO, Deuris Moreno Dias. **Terra das palmeiras:** estudos sociais: Maranhão. 4ª série, 1º grau. São Paulo: FTD, 1984.

NASCIMENTO, Maria Nadir; CARNEIRO, Deuris de Deus Moreno Dias. **Terra das palmeiras:** Geografia e História do Maranhão. São Paulo: FTD, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Gestão de trabalho e conflitos de classe na indústria do petróleo (1950-1964)

Alex de Souza Ivo*

Resumo: A presente comunicação pretende apresentar qual o modelo de gestão implantado na RLAM (Refinaria Landulpho Alves – Mataripe) e na RPBa (Região de Produção da Bahia), buscando compreender como os trabalhadores enxergavam o sistema de dominação montado, bem como suas principais ações para reverter a situação em que se encontravam.
Palavras-chave: empresas estatais; trabalhadores; sindicatos.

Abstract: The aim of this article is to analyze the management model practiced by the petroleum companies RLAM (Refinaria Landulpho Alves – Mataripe) and RPBa (Região de Produção da Bahia) in order to understand how the workers viewed and interpreted the domination system imposed on them, as well as the strategies they used to combat this invasive system.
Keywords: public companies; workers; trade unions.

Às vésperas das comemorações do 2 de julho do ano de 1952 os campos de produção de petróleo em Candeias e a Refinaria de Mataripe recebem uma importante visita. Tratava-se de uma comitiva composta por governadores de estados, militares, técnicos e engenheiros do petróleo e pelo presidente Getúlio Vargas, que vinha conhecer pessoalmente os grandes feitos que ora se processavam nas proximidades da cidade de Salvador. Sua visita objetivava, também, fortalecer a campanha em defesa da criação da empresa de economia mista que deveria se tornar responsável pela exploração do petróleo brasileiro, a Petrobrás.

Em discurso dirigido às autoridades, trabalhadores e populares presentes Vargas lembra o papel histórico de todas as classes do Recôncavo baiano que, "num movimento nitidamente popular" marcharam "para consolidar a independência nacional". Segundo o discurso do presidente, a libertação do Brasil passava novamente pela Bahia. Dessa vez não se tratava da independência política, mas da econômica. O "solo privilegiado" da Bahia se transformaria em "uma fonte perene de engrandecimento do Brasil" (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1952: 16).

As festividades preparadas para a recepção ao presidente faziam parte do clima de euforia propiciado pelas atividades da indústria do petróleo no estado. O chefe da República

* Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

talvez fosse o mais eminente cidadão brasileiro a visitar a região em questão, porém, temos certeza que não foi o único. O até então decadente Recôncavo baiano passa, após o início da exploração do ouro negro, a ser um dos principais locais da demonstração do progresso da Bahia e do Brasil. Estudantes, militares, autoridades nacionais e estrangeiras, jornalistas fizeram visitas semelhantes à do presidente. Sempre acompanhados por engenheiros e autoridades, os visitantes constatavam com os próprios olhos o afinco e dedicação com que técnicos e operários trabalhavam para o engrandecimento da nação. Observavam muito, buscando conhecer um pouco sobre aquela tão importante atividade industrial e as pessoas que a realizavam.

É evidente que uma atividade de tamanho destaque tenha originado uma preocupação com a formação de um trabalhador apto para a sua realização. Tal preocupação esteve presente na criação e no funcionamento das empresas estatais do período. Não por acaso o presidente do Conselho Nacional do Petróleo, engenheiro Plínio Catanhede, ressaltou em seu discurso, que antecedeu ao de Vargas, "a satisfação intima" que sentem os trabalhadores baianos de "terem sido os pioneiros em uma etapa árdua do nosso desenvolvimento econômico". Ressaltou também as realizações do presidente que "autorizou a melhoria dos salários dos nossos técnicos de campo" e concedeu aos "trabalhadores e operários do Conselho [...] as garantias da legislação do trabalho" (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1952: 13). Suas palavras se inseriam no movimento de construção de um projeto consensual entre Estado e trabalhadores, no qual as bandeiras dos direitos sociais e do engrandecimento da nação eram pilares fundamentais e que dentro das empresas estatais ganhavam uma conotação ainda mais forte.

A indústria do petróleo baiana aproveitou, em grande quantidade, a mão de obra local. É certo que muitos consideravam tal procedimento um entrave ao projeto de desenvolvimento em curso (MATTOS, 2000: 76). As dúvidas acerca da capacidade de adaptação do homem do Recôncavo ao trabalho industrial foram muitas, mas a localização do empreendimento, juntamente com o interesse e a disponibilidade de milhares de homens para adentrar no mercado formal de trabalho, faz com que a utilização da mão de obra local seja uma realidade. Assim, os homens do Recôncavo passaram a viver uma experiência nova, o trabalho com o petróleo muito embora desconhecido, arriscado e cansativo, representava a possibilidade de trabalho com carteira assinado e de saída do mundo das usinas de açúcar. Assim, pequenos agricultores, trabalhadores da cana-de-açúcar, pescadores e marisqueiros, tal

qual o "preto Jones" do poema de Petronilha Pimentel, se transformam em pouco tempo nos "soldados do petróleo brasileiro"[1] (PIMENTEL, 1946).

A expressão acima utilizada não me parece ser um mero recurso estilísitico do poema. Sabemos que as indústrias estatais de primeira geração tiveram como principal característica na gestão da força de trabalho um traço nitidamente militar que exercia o controle sobre os trabalhadores além do espaço da produção. Para José Ricardo Ramalho, as "empresas ficaram imbuídas da tarefa de 'formar' um 'trabalhador brasileiro', e exerceram uma gestão baseada na ideologia corporativista e na disciplina militar para controlar os trabalhadores e se opor aos seus movimentos de resistência" (RAMALHO, 1994: 37-38). A Petrobrás e o CNP, muito embora tenham sido presididos em alguns casos por militares, não teve a gestão da força de trabalho exercida por eles. Devido ao caráter do trabalho de extração e refino do petróleo, que exige um controle de produção feito por engenheiros e técnicos especializados, os militares não controlaram o sistema produtivo da empresa. Porém, a presença do corpo de seguranças e vigias, muitos deles tendo prestado anteriormente serviço militar, proporcionou aos trabalhadores um clima típico de um quartel, onde as normas de comportamento e o trânsito das pessoas são rigidamente definidos, restando aos trabalhadores menos a obrigação de obedecer as normas definidas.

O corpo de guardas da RLAM era bastante conhecido, sobretudo em virtude das denúncias veiculadas pelo jornal *O* Momento. Em outubro de 1950, o auxiliar de topógrafo Anísio Lima escreve ao jornal contando que os "vigias ou guardas", chamados pelo missivista de "capangas dos americanos", agrediram, em parceria com o Sr. Moreira, um operário que havia sido demitido e tinha voltado à refinaria em busca de seu salário (O Momento, 28/10/1950). Quatro anos mais tarde, o mesmo Moreira volta a figurar nas páginas do jornal comunista, o chefe de segurança era, segundo as palavras do jornal, um verdadeiro carrasco que "por qualquer pequeno motivo [...] manda[va] demitir um trabalhador" (O Momento, 27/10/1954). Os guardas e o seu chefe Moreira não foram lembrados somente pelos articulistas de *O Momento*, Eunápio Costa, uma espécie de memorialista da RLAM, em um dos livros que escreveu contanto "casos e causos de Mataripe", conta que em uma certa ocasião a Srª. Maria Helena, esposa de um operário, recusou-se a levantar de um lugar no cinema de Mataripe que era reservado a um engenheiro, para solucionar o impasse foi chamado ao local de realização da sessão o "durão Moreira" que dessa vez não conseguiu

[1] Petronilha Pimentel é uma das ativistas da campanha do *Petróleo é nosso*. O poema em questão foi feito na ocasião de sua visita aos campos de extração de Candeias e do contato entre a autora e o sondador João Evangelista dos Santos, na cidade de Candeias em 1946.

retirar a senhora do lugar em que havia se acomodado (COSTA, 1993: 138). Tais fatos servem como exemplo do papel da vigilância na indústria que estava sendo montada.

Assim, uma importante estratégia desse sistema de dominação é a implantação das fábricas com vilas operárias. A Refinaria de Mataripe foi construída numa região afastada cerca de 40 km da cidade de Salvador. Ela ficava próxima aos campos de produção de Candeias e a sua comunicação por via rodoviária com outras localidades era praticamente impossibilitada em virtude das precárias condições das estradas de acesso. A construção da Vila Residencial de Mataripe era justificada em primeira instância, portanto, pela dificuldade de acesso dos trabalhadores ao seu local de trabalho.

As casas da Vila, porém, não foram entregues a todos os trabalhadores. Moravam nela somente os mais graduados engenheiros e técnicos considerados indispensáveis para o funcionamento da Refinaria. A sua existência, também, se apresentava como mais um elemento facilitador à fixação desse pessoal, notadamente de origem urbana, convidados a se instalar em uma região rural, com poucas opções de lazer e desconhecida pela maioria deles. Seus moradores recebiam uma série de benefícios como, por exemplo, não pagavam o aluguel das casas, nem conta de água e energia elétrica, recebiam da empresa hortaliças e verduras, bem como gás de cozinha. As ruas eram fortemente vigiadas e o acesso dos trabalhadores menos qualificados a elas era, em geral, proibido. O corpo de guardas, altamente numeroso, cuidava do sossego dos engenheiros, fossem eles brasileiros ou estrangeiros. A presença de pessoas de outras nacionalidades era marcante, tanto que uma das ruas da vila passou a ser de chamada de "Rua dos gringos".

Faltava, porém, criar condições para a permanência dos trabalhadores menos qualificados no local de trabalho. A empresa, então, constrói alojamentos para a permanência daqueles que trabalhavam "no turno". Muitas vezes os operários passavam mais de uma semana sem retornarem às suas casas. O espaço dos alojamentos passou a ser, portanto, um importante local de congraçamento e discussão entre os trabalhadores, a própria idéia de criação de um sindicato que garantisse o cumprimento dos direitos da categoria surgiu das conversas realizadas nos alojamentos. O longo e desgastante caminho entre as cidades que serviam de moradia aos funcionários e os seus locais de trabalho, bem como a forma como o transporte era feito incentivou muitos funcionários a habitarem um pequeno vilarejo, situado na outra margem do Rio Mataripe, que logo foi batizada de Vila Niterói[2].

[2] O nome da Vila é atribuído aos operários vindos do Rio de Janeiro, que ao verem a fisionomia do local associaram-no às cidades de Rio de Janeiro e Niterói.

Niterói era originalmente uma vila de pescadores com "umas cinco casas de moradores antigos, [...] muitos coqueiros e mangue". Com a instalação da RLAM os operários menos graduados aproveitaram os terrenos livres e começaram a construir suas residências. Segundo Costa, "em pouco tempo Niterói já era uma vila relativamente grande e, como todas as invasões, muito mal estruturada, desordenada", contando com "casas miseráveis, improvisadas, muitas de 'sopapo'[3] (estrutura de varas, enchidas com barro aplicado de mão), começavam a surgir numa rapidez incrível, infra-estrutura, que é bom, nenhuma" (COSTA, 1990: 135-136). O contraste entre as habitações das duas vilas era evidente e não chega a nos surpreender o fato de que tanto os moradores de Niterói quanto os trabalhadores que ocupavam os alojamentos tinham como um de seus principais projetos a obtenção de uma casa na Vila de Mataripe.

A direção da Refinaria sabia disso e contava, portanto, com a fidelidade dos moradores da Vila Mataripe em qualquer momento de embate entre direção e trabalhadores. Além disso, as referidas casas adquiriram um papel de possíveis moedas de troca entre gestores e operários. Quando da liberação pelo Ministério do Trabalho da Carta Sindical do Sindipetro, no final do ano de 1959, a diretores da RLAM procuraram o operador Mário Lima, um dos responsáveis pela criação do sindicato, e ofereceram-lhe uma casa na Vila de Mataripe em troca de uma linha de ação mais acomodada do sindicato (LIMA, 2007).

Em um outro momento, as diferenças entre os habitantes da Vila e os outros trabalhadores ficaram bastante evidentes. Em novembro de 1960 o Sindipetro decide pela deflagração de uma greve, buscando, sob o *slogan* "equipara ou aqui pára", a equiparação salarial dos trabalhadores da Bahia com os trabalhadores da Refinaria de Cubatão. Quando começam as articulações para a paralisação, surge o boato de que os operadores que moravam em Mataripe não participariam do movimento por temerem retaliações por parte da diretoria, inclusive, a perda da moradia. A estratégia adotada pelos dirigentes sindicais para garantir a participação dos colegas no movimento foi mostrar cópias dos contra-cheques dos operários de São Paulo, indicando quanto os trabalhadores da RLAM iriam ganhar caso o movimento fosse bem sucedido (LIMA, 2007). Além disso, os sindicalistas argumentaram que muito embora a casa fosse propriedade da empresa, o lar pertencia ao trabalhador, portanto, ninguém poderia entrar nas casas para obrigá-los a trabalhar. Diferentemente da estratégia da empresa, a campanha dos sindicatos é bem sucedida, uma vez que os moradores de Mataripe não só participam da greve, mas também criam uma rede de envio de alimentos para os

[3] Conhecida, geralmente, como casas de pau-a pique.

grevistas que permaneceram dentro da refinaria para garantir a paralisação das atividades (LOPES, 2006).

Além da questão da moradia, mais dos aspectos aparecem como importantes pontos para compreendermos os procedimentos adotados pelos gestores da indústria em questão. As suas principais bases eram controle pessoal e a rígida hierarquia conforme as funções dos empregados. O poder pessoal e praticamente inquestionável dos chefes e engenheiros, juntamente com a diferença qualitativa da alimentação fornecida aos funcionários aparecem nas falas dos depoentes e na imprensa militante do período como os principais instrumentos de opressão dos trabalhadores.

O jornal *O Momento*, órgão de propaganda do Comitê Baiano do PCB, foi o maior veículo de divulgação para o grande público das condições de vida dos trabalhadores baianos. O mundo do trabalho petroleiro ocupou em diversas ocasiões as suas páginas. O teor das reportagens variava de acordo com a linha política seguida pelo PCB nas diferentes conjunturas. As matérias, porém, apontaram em diversas ocasiões para o poder quase ilimitados de diversos engenheiros que dispensavam "aos trabalhadores um tratamento grosseiro", transferindo, demitindo, insultando e aplicando multas de acordo com suas vontades (O MOMENTO, 02/07/1957).

Tal forma de exercício de autoridade incomodava, de fato, os trabalhadores, muitos deles se referem a esse período como aquele em que as demissões eram tão banais que chegavam a ser "despachadas em papéis de cigarro". José Carlos Vivas, por exemplo, operário da extração relata o episódio de perseguição sofrido por ele, em que foi rebaixado de função e teve diversas promoções barradas por um determinado engenheiro que havia antipatizado com ele. O depoente ainda recorda de um outro colega que ao topar com o mesmo engenheiro em uma rinha de galo e, após a tentativa do referido superior em prejudicá-lo nas apostas, saiu com um facão em punho em perseguição ao engenheiro, dizendo que se no ambiente de trabalho ele devia obediência ao mesmo, isso não era aplicado na hora do lazer ela ele não admitiria de forma alguma mais um desmando vindo dele (VIVAS, 2007).

O momento de realização das refeições pode ser considerado como o maior indicador das diferenças. Além dos refeitórios diferenciados na Refinaria, nos campos de produção o quadro, segundo o jornal comunista, era o seguinte:

> *A alimentação servida nos campos é a pior possível e por isso os trabalhadores chamam-na de "gororoba". O café da manhã é acompanhado de pão sem manteiga. No almoço arroz, farinha e carne, tudo mal cozido e sem o mínimo sabor. No jantar é a mesma coisa pra variar.*(O Momento, 10/10/1954)

Nos campos de extração os engenheiros e técnicos recebiam marmitas ou "quentinhas". Além disso, recebiam salários mais altos e podiam comer em algum restaurante por conta própria. A comida dos operários vinha "num panelão", que era "arrastado por um carrinho e no caminho se enchia de poeira"[4]. Em maio de 1956, um operário não identificado escreve à redação do jornal e conta que a direção da Petrobrás não mandava pratos para as refeições, desse modo, os operários eram obrigados a usar como prato "latas, caixas de papelão e objetos dessa natureza", os talheres, portanto, eram "as mãos, muitas vezes sujas de óleo, graxa lama" (O Momento, 08/05/1956). Outra possibilidade era a utilização do capacete como prato. Wilton Valença relata que quando a comida chegava, o operário tirava uma armação contida no capacete, limpava-o com uma pequena flanela (quando tinha alguma junto a ele) e improvisava em prato. Fazia a sua refeição sentado ao chão ou encostado em algum lugar (VALENÇA, 2006). Não por acaso o capacete se tornou um dos maiores símbolos dos petroleiros baianos.

Para o sr. José Carlos Vivas, o trabalho era tão cansativo e dava uma fome tão grande que quando a comida chegava não dava nem para pensar na falta de qualidade, a única coisa que se fazia era comer. Valença, por sua vez, nos conta que "não aceitava aquilo" e embora não fosse obrigado a comer no capacete, por ser trabalhador mais graduado, se recusava, em sinal de protesto, a compactuar com aquela segregação, não comia a comida da empresa e gastava boa parte de seu ordenado alimentando-se em algum outro lugar.

Não é acaso, portanto, que a atuação tanto do sindicato da extração quanto do do refino de no início da década de 1960 tenha privilegiado a solução de tais questões. Após o primeiro grande movimento da categoria que é a greve de 1960, começam a ser encaminhadas propostas como, por exemplo, a de criação de uma comissão Paritária de Disciplina e uma outra de Enquadramento Funcional. As lutas das instituições de classe nascentes não passavam somente pelo apoio a lideranças políticas ou bandeiras nacionalistas. O sucesso de ambas na conjuntura 1962-1964 não pode ser entendido sem uma observação mais atenta aos problemas cotidianos dos trabalhadores e as formas de ação desenvolvidas para responder a esses problemas.

[4] VIVAS, José Carlos. **Entrevista concedida ao autor**. Salvador: 2007. VALENÇA, Wilton. **Entrevista concedida ao autor**. Salvador: 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MATTOS, Wilson Roberto de (et. all.). **Uma luz na noite do Brasil:** Refinaria Landulpho Alves – 50 anos de história. Salvador: Solisluna Design Editora, 2000.

Abreu, Alice Rangel de Paiva & PESSANHA, Elina Gonçalves de Fontes. **O trabalhador carioca:** estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

OLIVEIRA JR., Franklin. **A usina dos sonhos:** sindicalismo petroleiro na Bahia (1954-1964). Salvador: EGBA, 1996.

FONTES IMPRESSAS:

A significação de uma visita. In: O Observador Econômico [S.l.], ano XVII, nº 198, julho de 1962.

COSTA, Eunápio Cavalcanti. **No rio dos papagaios:** histórias, casos e causos mataripenses. Salvador: Gráfica Arembepe, 1990.

Jornal **O Momento**, edições de 1949 a 1957.

PIMENTEL, Petronilha. **Milagre em Candeias.** Poema publicado como suplemento do livro: PIMENTEL, Petronilha. **Afinal quem descobriu petróleo no Brasil:** das tentativas de Allport no século passado às convicções científicas de Ignácio de Bastos. Rio de Janeiro: Graphos Editorial Gráfico, 1984.

FONTES ORAIS:

LIMA, Mário. **Depoimento concedido ao autor**. Salvador: 2007.

LOPES, Raimundo. **Depoimento concedido ao autor**. Salvador: 2006.

MELO, Gonçalo dos Santos. **Depoimento concedido ao autor**. Salvador: 2006.

VALENÇA, Wilton. **Depoimento concedido ao autor.** Salvador: 2006.

VIVAS, José Carlos de S. **Depoimento concedido ao autor.** Salvador: 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A política de D. João VI para as províncias do rio da Prata: o caso da Cisplatina portuguesa

Fábio Ferreira*

Resumo: Com o processo de independência dos antigos domínios espanhóis na América e a conseqüente desagregação do Vice Reino do rio da Prata, a parte denominada Banda Oriental atravessa uma árdua guerra civil. Neste quadro, D. João VI organiza expedição militar, liderada pelo general Carlos Frederico Lecor, para invadir o território oriental. Em 1817 Lecor ocupa pacificamente Montevidéu, após um processo de negociação com o Cabildo desta cidade. Em 1821, com a ascensão do liberalismo e a perspectiva da sua volta à Europa, D. João VI reconhece a independência dos governos platinos e ordena a Lecor que realize um Congresso para definir o futuro da Banda Oriental. Entretanto, o general e seus aliados manipulam o Congresso, criando o Estado Cisplatino Oriental, e anexando-o à monarquia lusa. Assim, o trabalho pretende analisar a política de D. João VI para a região do rio da Prata, a partir do caso da Cisplatina.
Palavras-chave: Rio da Prata – Cisplatina – D. João VI

Abstract: Because of the independence of the Spanish colonies in America and its desegregation, the part called Banda Oriental throws a periodo of a civil war. In this context, the king of Portugal, John the 6th, organizes a military expedition, commanded by the general Carlos Frederico Lecor, to invade the Banda Oriental. In 1817, after political negotiations with the city's authorities, Lecor conquests Montevideo. In 1821, John the 6th recognizes the independence of the governments of the Río de la Plata, and order that Lecor made a Congress to decide the future of the Banda Oriental. But, Lecor and his political group manipulated the Congress, creating the Estado Cisplatino Oriental, and making that its becomes part of the Portuguese monarch. This paper pretends to analysis the politics of John the 6th to the region of the Río de la Plata.
Keywords: Río de la Plata – Cisplatina – John the 6th

Com o processo de independência dos antigos domínios espanhóis na América e a conseqüente desagregação do Vice Reino do Rio da Prata, a parte denominada Banda Oriental, que corresponde à atual República do Uruguai, atravessou uma árdua guerra civil, que destruiu grande parte do seu setor produtivo e levou a desorganização da sociedade oriental.

Neste quadro, o príncipe regente D. João tentou, em dois momentos, estender as fronteiras dos seus domínios americanos até o Rio da Prata, se apossando da Banda Oriental.

* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1811, o príncipe realizou a primeira incursão militar nesta área. No entanto, por pressão inglesa, D. João retirou as suas tropas no ano seguinte.

Em 1816 ocorreu a segunda tentativa expansionista, que obteve êxito. Neste ano, as forças militares do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, lideradas pelo general português Carlos Frederico Lecor, veterano das guerras napoleônicas, invadiram o território oriental. Conquistaram pacificamente Montevidéu em 20 de janeiro de 1817, após articulações com o Cabildo deste núcleo urbano. A partir de então, Lecor instalou-se na cidade, que passou a ter um governo luso.

Concomitantemente, as forças revolucionárias do oriental José Gervásio Artigas resistiam a Lecor, entretanto, em 1820, Artigas foi derrotado, exilando-se no Paraguai. Lecor trouxe para a sua órbita diversos dos antigos aliados de Artigas, exercendo, assim, um governo composto por diversas e importantes figuras locais.

Enquanto Lecor realizava a sua administração da Banda Oriental, em Portugal, mais especificamente no Porto, ocorria, em agosto de 1820, a Revolução Liberal, que logo chegava a Lisboa e, no ano seguinte, proporcionava agitações em distintas partes do Reino do Brasil. Dentre as demandas dos revoltosos estava o estabelecimento das Cortes, a elaboração de uma constituição e o retorno de D. João VI para a Europa.

Em 26 de fevereiro, a guarnição militar do Rio de Janeiro rebelou-se e, com a participação do príncipe D. Pedro, obrigaram D. João VI a jurar a Constituição que estava a ser elaborada em Lisboa. Além disto, o monarca comprometia-se a retornar a Portugal e foi-lhe imposto um novo ministério, em que, dentre outras figuras, estava o liberal Silvestre Pinheiro Ferreira, que ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra.

Em 16 de abril, dez dias antes de retornar para Portugal, D. João VI expediu duas medidas importantes para a região do Prata. A primeira delas foi o reconhecimento da independência das províncias platinas em relação à Espanha. A segunda foi no sentido de resolver a questão da ocupação da Banda Oriental. Assim, ordenou-se a constituição do Congresso Cisplatino, para que os orientais votassem o futuro do seu território.

Primeiramente, sobre o Congresso, a idéia deste partiu de Pinheiro Ferreira, que era contrário à permanência dos portugueses na Banda Oriental, argumentando junto ao rei que esta acarretava uma série de prejuízos, seja pela ação de corsários contra o comércio português, seja pela despesa anual que gerava ao tesouro público.

Outros fatores apontados pelo ministro liberal que deveria levar-se em conta para o abandono da Banda Oriental era o descontentamento e as insubordinações das tropas lusas estacionadas no Prata, bem como as reivindicações da Espanha em relação ao território

oriental. Segundo Pinheiro Ferreira, se D. João VI não resolvesse a questão envolvendo a Banda Oriental antes de partir da América, teria que negociá-la com os espanhóis quando estivesse de volta à Europa.

Além disto, Pinheiro Ferreira inviabilizava a incorporação do território oriental ao Brasil, afirmando que um decreto não iria transformar os orientais em portugueses, sendo, assim, D. João VI não poderia contar com a fidelidade dos habitantes desta província e, ainda, questionava a idéia de que a Banda Oriental desejava unir-se ao Brasil, argumentando que este era o anseio de alguns indivíduos, os aliados de Lecor, que se auto-intitulavam portadores dos desejos da província para fazerem o que lhes fosse conveniente. Assim, a única solução que o ministro encontrava era a de que os orientais se reunissem em Assembléia para definir o futuro de sua província.

Somada à questão de um possível abandono da Banda Oriental, Pinheiro Ferreira sugeriu o envio de João Manoel Figueiredo a Buenos Aires, em missão que mostrasse aos portenhos e aos governos circunvizinhos, como a República de Entre Rios, o desejo de D. João VI de ter relações amigáveis com eles, bem como para incrementar o comércio destes governos com o Reino Unido português. Na proposta do ministro, Figueiredo entraria, uma vez em Buenos Aires, em contato com Chile, Entre Rios, dentre outros governos, e "[...] ao General Barão da Laguna se dará ordem para que coopere com elle [Figueiredo] para restabelecer a boa intelligencia entre aquelles differentes Estados e os Povos do Brazil." Além disto, "Por esta occasião se lhes participará as medidas de liberal conducta que na maneira acima exposta S.M. tem adoptado a respeito da Banda Oriental como huma prova do espírito de Justiça e disinteresse de que o Governo Portuguez se acha animado" (DEVOTO, 1937:167)

No dia 16 de abril de 1821, nos últimos dias em que a monarquia portuguesa encontrava-se no Rio de Janeiro, Pinheiro Ferreira escrevia a Lecor comunicando que D. João VI ordenava que os orientais votassem pelo futuro do território ocupado, de maneira livre, sob a proteção das armas lusas, mas sem qualquer tipo de pressão. Além disto, Pinheiro Ferreira afirmava que o resultado mais provável do Congresso era o da Banda Oriental constituir-se em um Estado Independente, então Lecor ficaria encarregado de acertar com o novo governo a proteção da fronteira e a segurança interna dos orientais. O governador do Rio Grande cuidaria das forças militares responsáveis pela fronteira entre o novo estado oriental e o Brasil.

A união da Banda Oriental com o Brasil era definida pelo ministro como pouco provável, porém, ele qualificava como algo que não era impossível. Assim, Pinheiro Ferreira

expunha que D. João VI desejava que Lecor permanecesse como Governador e Capitão Geral da Nova Província.

Por fim, João Manoel Figueiredo portava o ofício que seria entregue a Lecor com as ordens do Congresso Cisplatino e o general deveria ajudá-lo, para que se lograsse a paz com os vizinhos do Brasil. Entretanto, a missão de Figueiredo não foi duradoura. O cônsul apresentou-se ao governo de Buenos Aires em 28 de julho de 1821, porém, menos de um mês depois, em 21 de agosto, o cônsul expirava, nesta cidade, de maneira súbita.

Sobre as relações de Lecor com os governos limítrofes, é importante observar que eram relacionamentos instáveis, de desconfiança mútua, que variavam de conflitos armados prontos a eclodirem a alianças contra inimigos comuns. Além disto, no que referia-se às relações entre a Banda Oriental e as antigas áreas de dominação espanhola, Lecor tinha o interesse em estar sempre bem informado do que estava a ocorrer nas províncias que compuseram o Vice-Reino do Prata e, até mesmo, no Chile e no Peru.

Do mesmo modo, o general buscava manter boas relações, principalmente, com os governos de Buenos Aires e Entre Rios, provavelmente pelo fato de que estes apresentavam grande potencial para rivalizar com os portugueses, por questões como a proximidade geográfica e pelas pretensões destes governos em conquistar a Banda Oriental.

Evidentemente, a atenção dispensada por Lecor aos antigos domínios espanhóis era reflexo da preocupação que existia em setores do Reino Unido português em relação aos seus vizinhos hispânicos. O Correio Brasiliense expunha, em várias de suas edições, que os assuntos referentes aos governos limítrofes eram, depois dos de Portugal, os mais importantes para o Brasil. Observa-se, ainda, que se os assuntos dos vizinhos do Brasil eram relevantes, as questões que envolviam os governos do Prata eram-no ainda mais. O governo de D. João VI tinha interesse pelo que estava a acontecer no espaço platino, buscando informações sobre as províncias desta região. Pinheiro Ferreira entendia que as relações com os vizinhos do Prata era uma das questões mais importantes da sua pasta.

Assim, além de líder militar e político, Lecor também funcionava como uma espécie de informante do governo do Rio de Janeiro sobre os acontecimentos do antigo Vice-Reino platino e, até mesmo, de áreas mais distantes, como o Chile e Peru. Por sua vez, o general luso também tinha a sua rede de informantes em diversos pontos do Prata, sendo, deste modo, abastecido com dados concernentes aos fatos ocorridos nos territórios hispânicos.

Em função dos adventos ocorridos no Reino Unido português, em especial após os acontecimentos de fevereiro de 1821 na Bahia e no Rio de Janeiro, Buenos Aires começava a articular os meios para entrar em conflitos armados com Lecor, esperando, somente, o

resultado de expedição buenairense enviada a Lima. Os desdobramentos do liberalismo em Portugal e no Brasil só vieram a fortalecer o projeto de Buenos Aires e, ainda, nesta cidade tinha-se a ciência de que restabeleceria-se na Europa a sede da monarquia lusa, que, por sua vez, na concepção portenha, poderia prejudicar o *systema americano*.

Além disto, Buenos Aires sabia que no Manifesto Nacional os portugueses apoiavam as queixas da Espanha sobre a ocupação da Banda Oriental, bem como expressavam a sua insatisfação em relação aos altos custos da ocupação do território oriental e o conseqüente desejo de Portugal abandonar a conquista platina. Deste modo, nos planos de Buenos Aires, era chegada a hora de indispor-se com a Banda Oriental portuguesa. Segundo Lecor, os planos dos portenhos era expulsá-lo da Banda Oriental e, ainda, levar às províncias do Brasil a guerra, fomentando a separação do reino americano de Portugal.

Após discorridas as questões relativas ao Congresso Cisplatino e à relação dos portugueses com Buenos Aires, é válido retomar as ordens expedidas pelo governo luso nos seus últimos dias no Rio de Janeiro. Aos portenhos, em ofício de 16 de abril, Pinheiro Ferreira mostrava o desejo de D. João VI de ter relações de amizade com os vizinhos do Brasil, sendo que as províncias de Buenos Aires ocupavam o primeiro lugar e, expressava, igualmente, o reconhecimento do rei à independência portenha. No mesmo documento, o ministro português comunicava a realização do Congresso Cisplatino, mas com o cuidado de construir a imagem das Cortes de Montevidéu como feitas da maneira mais *livre* e *popular*, sem a *menor sombra* de coerções e de manipulações.

Além disto, no ofício, havia a justificativa do reconhecimento da independência dos governos limítrofes não ter sido feita antes pelo monarca, associando-se, assim, esta ação à ascensão do liberalismo no Reino Unido português, bem como a outras questões internas e externas, sem mencionar no documento quais e, ainda, à política dos Estados europeus. Igualmente, o governo de D. João VI anunciava que receberia em seus domínios os agentes portenhos, fossem eles comerciais ou diplomáticos, com todas as honras e considerações.

Seguidamente a estas exposições, Pinheiro Ferreira afirmava aos portenhos que esperava que o reconhecimento feito por D. João VI gerasse nas províncias vizinhas similar reconhecimento em relação aos domínios lusos.

No mais, o ofício redigido por Pinheiro Ferreira para o governo instalado em Buenos Aires era enviado, através de cópias, para as províncias do interior, para o Paraguai, Chile e Colômbia. Entretanto, as amigáveis intenções do ministro não conquistaram a confiança portenha. Por mais que as comunicações dirigidas a Buenos Aires tenham sido repletas de expressões e vocabulários indicadores de uma política de boa vizinhança e típicos

do liberalismo, Martin Rodriguez, que estava a frente do governo portenho, escrevia à Junta de Representantes da Província de Buenos Aires, ao Chile e ao Paraguai expressando a sua desconfiança e ojeriza em relação ao ministro liberal e ao Congresso Cisplatino.

Na carta a Francia, Rodriguez expunha que acreditava que o reconhecimento das independências era um meio para obrigá-los a consentir na incorporação do território oriental. Além disto, Rodriguez entendia a Banda Oriental como parte da *nação* que Buenos Aires também fazia parte.

Em Buenos Aires havia a desconfiança do que poderia haver por trás do reconhecimento da independência dos governos do Prata. Suspeitava-se que poderia ser uma espécie de moeda de troca com as forças políticas platinas, para que estas reconhecessem a presença lusa na Banda Oriental. Existia esta desconfiança antes mesmo da realização do Congresso Cisplatino.

É, ainda, importante ressaltar que as desconfianças portenhas de que as forças de Lecor na Banda Oriental permaneceriam, concretizaram-se meses depois. O Congresso, que aconteceu em julho e agosto de 1821, foi composto por diversos aliados de Lecor, estabelecendo que os portugueses deveriam permanecer no território oriental e anexando-o à monarquia portuguesa sob o nome de Estado Cisplatino Oriental.

Assim sendo, é provável que o reconhecimento da independência das Províncias do Prata esteja relacionado com o Congresso Cisplatino, significando uma espécie de troca, pois o reconhecimento da independência poderia ter sido feito pelo monarca em outro momento. Evidentemente, a ascensão do liberalismo no Reino Unido português não pode ser negada, pois mudava a correlação de forças no âmbito interno e externo dos domínios joaninos, com a ascensão de novos ministros e a mudança de Portugal dentro do jogo diplomático europeu.

Provavelmente, D. João VI, partindo para a Europa, desejava resolver definitivamente as pendências existentes no espaço platino, neutralizando, com o reconhecimento da emancipação, a oposição do governo de Buenos Aires ao governo português. Também é provável que significasse que o monarca acreditasse que o resultado do Congresso viesse a desagradar os portenhos e, para amenizar a ira destes, reconhecia a sua independência.

Referências bibliográficas e documentais

Fontes primárias

ACTAS DEL CONGRESSO CISPLATINO. Montevidéu, 1821. Archivo General de la Nación. (Archivo General de la Nación – Montevideo)

COLEÇÃO CISPLATINA. Caixas 975-979. (Acervo do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro)

COSTA, Hipólito José da. Correio Braziliense, ou, Armazém literário, v.-XVI-XXIX. (1816-1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Brasiliense, 2002.

LECOR, Carlos Frederico (Barão da Laguna). Guerra Cisplatina. Correspondência do Barão da Laguna. 1820 a 1822. Lata 396, doc. 10, 3v. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB)

Fontes secundárias

ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Andrés Vázquez. **Crónica general del Uruguay**, vol. 3. Montevidéu: Banda Oriental, 1999.

ACEVEDO, Eduardo. **Anales históricos del Uruguay**, t. I. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1933.

BERRA, F.A. **Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay**. Montevideo: Francisco Ybarra, 1895.

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. **Don Pedro I de Brasil, posible rey de España** (Una conspiración liberal). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CASTELLANOS, Alfredo. **La Cisplatina, la independência y la república caudillesca**. Historia Uruguaya, t.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

DEVOTO, Juan E. Pivel. **El Congreso Cisplatino (1821)**: repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

DUARTE. Paulo de Q. **Lecor e a Cisplatina 1816-1828**. 3v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

FERREIRA, Fábio. *A administração Lecor e a Montevidéu portuguesa: 1817 – 1821*. In: **Revista Tema Livre**, ed.10, 25 abril 2005. Disponível em: http://www.revistatemalivre.com

_____. **O General Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina**: 1820–1822. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. La Independencia de Brasil y el Estado Cisplatino Oriental: articulaciones y conflictos políticos. In: **Anais** do 52º International Congress of Americanists. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2006.

GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HEINZ, Flavio M.; HERRLEIN JR, Ronaldo. **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

NARANCIO, Edmundo M. **La Independencia de Uruguay**. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: A cultura política da independência (1820-1822): Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M.L. Coligan. **Historia del Uruguay.** Montevidéu: Editorial Monteverde, 1985.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata** *(1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

RELA, Walter. **Uruguay cronologia histórica anotada**: dominación luso-brasileña (1817-1828). Montevideo: Alfar, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Ação Mediadora de Irmã Olga pelo Direito à Terra

Tereza Bressan de Souza[1]

Resumo: Historiar sobre pessoas não é tarefa fácil. Sempre temos a sensação de sermos superficiais. Este trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento, que tem por objetivo sistematizar alguns passos e ações de alguém que se destacou na luta pelos Movimentos Sociais. O período de sua atuação foi um dos mais difíceis. No final dos anos 70, a ditadura Militar estava no auge da repressão. Em São Paulo, surgiam as greves do ABC. Os Sindicalistas tomavam a Nicarágua, e a Teologia da Libertação parecia ser o caminho revolucionário das mudanças pela expansão das CEBS. Na Igreja, foi o momento em que, pelas conclusões de Medellín e as teorias de Leonardo Boff, centenas de religiosos partiram para o campo pastoral junto aos operários, camponeses e marginalizado. Foi neste contexto que Irmã Olga Manosso iniciou sua trajetória, assumindo uma ação político-pastoral-mediadora, atuando na organização da Comissão Pastoral da Terra - CPT em Mato Grosso do Sul.
Palavras-chave: Ação político-pastoral-mediadora; Irmã Olga Manosso.

Abstract: Telling the story about people is not an easy task. We always have the feeling of being superficial. This paper is about a current research that aims to systematize some steps and actions of someone who was in evidence during the fight for Social Movements. This person acted in one of the most difficult periods. In the late 70s, the military dictatorship was in the apogee of repression. Strikes in ABC region came up in São Paulo. Syndicalists were taking Nicaragua, and the Liberty Theology seemed to be the revolutionary way of changes for CEBS spread. At churches, devotees went out to the pastoral field with workers, country folk and marginalized people. It was in this context that Sister Olga Manosso began her trajectory, assuming a political-pastoral-mediator action, acting in the organization of the Land Pastoral Commission - CPT in Mato Grosso do Sul.
Key-words: political-pastoral-mediator action, Sister Olga Manosso.

Apresentar somente um currículo não bastaria para justificar a escolha de Irmã Olga Manosso como conteúdo desse artigo, por tratar-se de uma liderança marcante na construção histórica da Comissão Pastoral da Terra – CPT- e, porque não dizer, dos movimentos sociais, em geral, no Estado de Mato Grosso do Sul. Conforta-nos a visão que Phillipe Lévillain expressa a respeito de relatos biográficos:

[1] Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e professora da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP – DouradosMS.

> *A biografia histórica, hoje reabilitada, não tem por vocação esgotar o absoluto do "eu" de um personagem, como já se quis e ainda se quer [...]. Ela é o melhor meio de mostrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida* (2003, p. 176).

Para nosso percurso, ao elaborar estas reflexões, servimo-nos de dois instrumentos de pesquisa. Inicialmente, os depoimentos concedidos pela biografada diretamente à pesquisadora, gravados em março de 2006, através de entrevistas (orais e escritas). Além disso, dialogamos também com alguns autores que estabelecem reflexões sobre a importância da biografia como fundamento histórico, dentre os quais destacamos Le Goff que, em 1989 afirmou: "[A biografia é] um complemento indispensável da análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos". Dez anos depois, vai mais longe: "A biografia é o ápice do trabalho do historiador". Além disso, Borges (2005) contempla a nossa intenção com a presente pesquisa quando ressalta que "o tipo mais completo de uma biografia seria aquele em que o biógrafo realiza um "mergulho na alma" de seu biografado, conseguindo penetrar na sua intimidade".

Ao iniciar "o mergulho" na vida de Irmã Olga, temos a nítida noção de que é algo pacífico, hoje, a inexistência de uma única "verdade", em razão de que para cada fato pode haver, e há, mais de uma versão. Parece-nos que todo o trabalho biográfico é uma "representação". Todos os seres humanos reconstroem representações sobre o passado: toda a história é uma construção, resultante de quem a escreve, do seu tempo e espaço, marcado por ideologias, instituições e grupos. Neste aspecto, Richard Holmes ressalta: "Fico fascinado pelas muitas formas através das quais uma 'história verdadeira' pode ser contada" (apud BORGES, 2005).

Ao fazermos opção por narrar a vida de Irmã Olga Manosso, sob a ótica de sua participação nos movimentos sociais em Mato Grosso do Sul[2], mais especificamente no movimento dos trabalhadores rurais, rica em fatos, inovações, lutas e acontecimentos de diferentes ordens, estes passam por uma seleção permanente, pois não há outra forma para narrar a não ser selecionando o que nos parece significativo. Essa escolha já se apresenta como uma forma de interpretação, ou seja, uma atribuição de sentido.

Temos certeza que a riqueza de vida da biografada é bem maior do que a que conseguimos registrar. Por isso, corremos o risco de sermos injustos em algumas situações, por não conseguirmos interpretar e expressar a verdade dos depoimentos.

---

[2] O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de outubro de 1977. Para efeito deste texto, mesmo para períodos anteriores à referida data, empregaremos o nome atual para as regiões que o compõem.

Em virtude disso, como se trata de uma pesquisa em andamento, o presente texto pretende relatar, a trajetória de vida de Irmã Olga e suas contribuições na implantação da CPT no Mato Grosso do Sul. Ressaltamos a encruzilhada decisória que se encontrou a biografada, ao precisar decidir entre o viver sua vida religiosa, ministrando aulas em colégios ou engajar-se na luta pelos movimentos sociais, mais especificamente na Comissão Pastoral da Terra, com a paixão que uma missionária seguidora de Jesus Cristo é capaz.

Essa missionária foi sempre uma das inspiradoras da Pastoral da Terra e de tantas outras frentes de evangelização e articulação popular em Mato Grosso do Sul. Como ela mesma nos relata, em entrevista:

> *Tive participação direta na preparação e na realização de encontros pastorais que deram origem à CPT, no Mato Grosso do Sul. Para a sua construção fomos buscar, na memória daqueles que participaram da gestação e do nascimento desta pastoral em outros estados, a luz necessária para a compreensão da CPT, que veio se alinhar aos trabalhadores e trabalhadoras da terra para apoiar sua organização e a busca de saída para as difíceis situações em viviam. (MANOSSO, 2006).*

Desde que veio para o estado, em meados de 1971, Irmã Olga assumiu, na sua vida religiosa, uma opção preferencial, qual seja, escolheu o movimento dos trabalhadores rurais para exercer seu mandato evangélico. Iniciou sua trajetória em Vicentina/MS, considerada "terras missionárias" e começou a conhecer a realidade das comunidades, prestando apoio na organização da catequese e juventude, além de ministrar aulas no colégio da Vila Vicentina.

Após um ano de serviços prestados nesta Vila, foi transferida para a cidade de Glória de Dourados, onde permaneceu até 1988. Em 18 de maio de 1975, a irmã fez seu Juramento Perpétuo na Congregação das Irmãs de São José de Chambery, província de Caxias do Sul. Fazer juramento, segundo a biografada "[...] é entregar-se completamente a Deus e ao serviço do seu Evangelho".

Neste período histórico do país, a Ditadura Militar estava no auge da repressão. Em São Paulo, no ABC, eclodiam greves. O mundo vivia um momento de tensão. Na Nicarágua, os Sandinistas tomavam o poder. Mas, uma luz parecia iluminar esse memento tenebroso, a Teologia da Libertação mostrava ser o caminho revolucionário das mudanças. O grito libertador de Leonardo Boff, através de seus escritos, despertou muitos religiosos que se encontravam adormecidos em suas comunidades religiosas, mas que já traziam o anseio do trabalho político-pastoral, a assumirem um trabalho pastoral específico, junto aos operários, camponeses e marginalizado. (POLETTO; CANUTO, 2002).

Com a Conferência Nacional de Medellín houve a expansão das CEBs, criou-se centros de Pastoral com o objetivo de preparar religiosos e leigos para assumirem uma ação político-pastoral em áreas de Missão, entre eles o Centro de Orientação Missionária, de Caxias do Sul, do qual a Irmã Olga participou de diversos cursos. Nesses cursos, descobriu com mais clareza que sua atuação enquanto missionária não se resumia só em trabalhar na questão religiosa interna de sua congregação, mas que o Evangelho deveria atingir a população em suas diferentes organizações.

Com estas inquietações, regressava para sua missão fortalecida. O lugar social que Irmã Olga escolheu para desenvolver sua ação pastoral foi um dos mais perigosos. No Estado de Mato Grosso, o latifúndio mantinha uma organização feudal, violenta e atrasada, os assassinatos de trabalhadores rurais ocorriam constantemente, a exploração dos trabalhados do campo não tinha limites e a Igreja, para se manter em meio a este fogo, mostrava-se comparsa com o estado em questões sociais. Em depoimento, a biografada afirma: "essa postura tornava difícil o trabalho de quem realmente queria desenvolver um trabalho político-social-pastoral".

Foi neste bojo que Irmã Olga, morando já em Glória de Dourados, iniciou sua trajetória como missionária coordenando a Comissão Pastoral da Terra, da qual participava desde a fundação em 1975. Começou a perceber, então, que só o trabalho nas Comunidades, como Igreja, não era suficiente. Fez contato com trabalhadores e através de reunião em reunião, encontros e mais encontros, quiçá até milhares deles falando, conscientizando e organizando, porque, como afirmava: "somente o povo organizado deixa de ser explorado", plantava a semente da libertação na terra fecunda dos corações humildes e simples dos camponeses.

As reflexões fizeram com que se decidisse que seria importante a organização dos mesmos em Sindicatos Rurais, mas para isso, surgiu a necessidade de realizar um encontro intermunicipal na grande região de Dourados/MS, para pensar, de forma conjunta a organização dos trabalhadores rurais. A partir deste encontro, alguns objetivos foram traçados e decidiram incentivar a organização a partir dos sindicatos, assumindo a fundação de novos, ou mesmo opondo-se aos existentes que não cumpriam o seu papel e assumir abertamente a luta pela reforma agrária.

Nesse processo de discussões e busca de caminhos, dois acontecimentos marcaram o período, conforme a Irmã Olga. Em fins de 1977 e início de 1978, foi organizado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de oposição, de Glória de Dourados. Seu primeiro presidente foi o Carlos Ferrari, um pequeno sitiante de Glória, que se tornou mais

tarde um líder sindical junto a CUT Nacional e no MST (Movimento dos Sem-Terra), obtendo um lote num dos assentamentos do município de Itaquiraí, MS, no qual permanece até hoje.

O Sindicato de Glória de Dourados passou a ser uma referência para a formação da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais, contra o então "peleguismo" da Fetagri Federação dos Trabalhadores da Agricultura de MS então, manipulada por setores do governo. Esse Sindicato foi um marco, o TRONCO, de onde mais tarde surgiram os Sindicatos de Deodápolis e região, base rural e histórica da construção, juntamente com a CPT, o PT e a CUT no estado. (CHICO; GENI).

A Igreja de Mato Grosso do Sul começava a mudar seu lugar histórico, e já falar dos Trabalhadores Rurais e da Reforma Agrária. Irmã Olga, segundo afirmações de Chico e Geni, (1996), foi rompendo as barreiras internas e externas. Na Congregação, era tida como muito "avançada" perante as outras. Também pudera uma freira baixinha, gaúcha de olho azul, dirigindo uma Toyota cheia de trabalhadores rurais, gente pobre, mal vestida, indo para encontros e reuniões, ou então pegando um advogado, o Presidente do Sindicato e enfrentando situações perigosas para ir até posseiros e arrendatários em conflito como o das Fazendas Jequitibá e Entre Rios. A partir desses fatos começaram a se aglutinar pessoas em defesa dos trabalhadores rurais e Irmã Olga sempre no meio da luta.

Em meados dos anos 60 e início da década de 1970, aparecem em pauta no cenário nacional a luta pelos direitos humanos, a defesa das minorias étnicas, a luta pela terra, a recuperação da dignidade dos trabalhadores. Como estratégias, destacam-se a organização do povo e a valorização de sua capacidade de ser agente de transformação. Desses desafios vão se fortalecendo muitos movimentos, dentre os quais a CPT.

O outro fato relevante foi o início da organização da CPT a partir de Glória de Dourados. A Comissão Pastoral da Terra se organiza, oficialmente, em Mato Grosso do Sul, em 1978. Nesta construção, contaram sempre com apoio e assessoria das CPTs de Goiânia e de Mato Grosso que se encontravam melhor estruturadas e solidificadas, sobretudo para os cursos de formação de lideranças e organização em geral.

É importante considerar que a CPT foi um dos organismos criados para defender as pessoas da crueldade da ditadura e abrir caminhos no sentido da derrota desse sistema que fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais. A CPT nasceu ligada à Igreja católica porque a repressão estava atingindo até mesmo os agentes de pastorais, junto com as lideranças populares, não a todos, já que muitos, infelizmente, julgaram que ficar do lado da ditadura seria a melhor forma de ser cristão. E esses foram tantos que, como afirma

Poletto (2002, p. 16), "a ditadura nem sentiu a necessidade de agredir a instituição eclesiástica". Somente algumas dioceses e prelazias por causa de suas opções pastorais, que tentavam levar à prática as intuições e orientações da conferência realizada em Medellín (Colômbia), foi o que aconteceu com Dom Hélder, no Recife, e com Dom Pedro Casaldáliga, no Araguaia, foram perseguidas. Estes foram os que, iluminados pela prática e pela palavra de Jesus, perceberam que a única forma de testemunhar com veracidade o Evangelho era "anunciar a boa nova aos pobres, proclamar a remissão aos presos e aos cegos restauração da vida, restituir a liberdade aos oprimidos [...]" (Lc. 4, 18-19). Como já dissemos, a Igreja, em Mato Grosso do Sul, neste período, fazia o jogo do estado em questões sociais.

O assassinato do Dr. Joaquim das Neves Norte, advogado de Navirai, que mantinha claro compromisso com os trabalhadores rurais e ligações com a CPT, foi o primeiro choque com o poder do latifúndio e do que ara capaz. Depois, as mortes de Marçal de Souza, dos padres franceses e outros líderes assassinados. Nem por isso Irmã Olga intimidou-se à frente da CPT e, muitas vezes, até recebendo ameaças. (CHICO; GENI, 1996).

A CPT, no Mato Grosso do Sul, depois de uma fase marcada pela ligação do trabalho com as dioceses e percebendo uma igreja reticente com as questões sociais, mostra-se mais descolada das instituições eclesiais e mais inserida no movimento dos trabalhadores e na sociedade, enfatizando o aspecto técnico da pastoral, ressaltando o caráter político e econômico de seu trabalho. Para a CPT no Mato Grosso do Sul, a integralidade do camponês, o reconhecimento de sua importância, para além da classe social, como indivíduo e comunidade, que vivem e se expressam de maneira simbólica e marcadamente religiosa, ganham peso maior em relação a outras dimensões da vida. A ação pastoral se apresenta como "ação mediadora e motivadora da construção de identidade social e política, implementada com redobrado empenho na formação de seus agentes" (RICCI , 1995).

Irmã Olga tem clareza de que se deve investir na formação dos agentes de pastoral, uma vez que, historicamente, a igreja se renovou sob o impulso dos movimentos da ação católica, com espacial destaque para suas formas especializadas de ação. A esse respeito, a biografada assim se expressa:

> *O método "Ver, Julgar e Agir" da Juventude Operária Católica (JOC) operou uma profunda modificação na pedagogia da educação da fé. A simplicidade do método e sua capacidade de operacionalizar decisões fizerem dele um embrião de todo o processo futuro da pedagogia da ação pastoral e da manifestação pública e profética da Igreja. (MANOSSO, 2006).*

Irmã Olga percebeu que sem a participação do povo e uma noção mais clara de cidadania, as forças de transformação social ficavam restritas ao âmbito de quem as

controlava ou tinha maior poder político. Não bastava ocupar terras, fincar uma bandeira no assentamento, era importante unir o povo a partir de uma consciência política arraigada em valores éticos e morais. Era importante formar pessoas capazes de assumir lideranças.

A CPT, segundo Irmã Olga, não pode atuar em substituição ao trabalhador e às suas organizações legítimas, como também não lhe compete evangelizar pelo anúncio explícito da Palavra, mas pelo seu caráter de serviço mediador. Essa compreensão é o que poderíamos caracterizar como oficial da CPT. Na prática, no entanto, nem sempre foi o que aconteceu. "Muitas vezes tomei à frente e tive que negociar cara-a-cara com os governantes, como o Secretário de Educação Aleixo Paraguassu e Aparício Rodrigues, ex-Secretário de Assuntos Fundiários, sem com isso prostituir-me ideologicamente e macular minhas opções".

Irmã Olga soube, com maestria, enfrentar o preconceito e o radicalismo de seus companheiros, negociar com o governo e iniciar um trabalho de formação de educadores para os assentamentos. Com isso conquistou o respeito e a admiração de muitos políticos e educadores e lideranças de diferentes pastorais.

Nesta construção, a Irmã Olga teve papel fundamental. Com o apoio da CPT nacional visitou todas as Comunidades de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de identificar pessoas que pudessem iniciar algum trabalho com a Pastoral da Terra nas diversas regiões do estado. Conseguiu estruturar vários núcleos nas cidades de Três Lagoas, Dourados, Corumbá. Aquidauana e Campo Grande. Atualmente, após anos de trabalho e lutas, resta um núcleo em Campo Grande. Os demais, por razões de ordem financeira, praticamente foram desativados.

No entanto, o grande mérito da CPT, no Mato Grosso do Sul, foi, sem dúvida, o trabalho educativo organizativo que realizou no meio rural, proporcionando o surgimento de lideranças no campo da educação, sindicatos e dirigentes políticos. Por isso, concordamos com Chico e Geni (1996) quando afirmam que a CPT foi a RAIZ, de onde emergiram, mais tarde, outras entidades, como, por exemplo, o Movimento dos Sem Terra e, no início dos anos de 1980, o Partido dos Trabalhadores.

E, nesta RAIZ, está a Irmã Olga. Mulher apaixonada que conseguiu e, ainda hoje com os seus sessenta anos, consegue manter vivo o seu ideal de vida lutar pelos mais humildes. Com convicções muito firmes conseguiu romper as barreiras de uma igreja reticente e multiplicar o número de pessoas comprometidas com questões sociais. Mas tudo isso lhe custou também lágrimas. Muitas vezes chorou diante da injustiça de um despejo ou pela morte de algum companheiro assassinado. Sabia e sabe que a luta pelos mais pobres não tem data marcada, mas que também não acontece se não houver trabalho, dedicação e compromisso. Assim, como afirmam Chico e Gina (1996) o importante não é semear para

comer os próprios frutos, mas semear para que estes frutos possam alimentar os outros. Esta é a virtude do Educador dos Movimentos Populares. Irmã Olga tem uma trajetória de vida marcada por esta posição de humildade e reconhecimento da historicidade do seu próprio agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

CHICO; GINA. Homenagem prestada, em forma de discurso, por ocasião da entrega do prêmio Marçal de Souza a Irmã Olga em Abril de 1996.

LÉVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas: da biografia. In: REMOND, René. **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Pp. 141-184.

LE GOFF; NORA, Pierre. **Faire de l'histoire**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **Revue Le Débat,** n. 54, Paris: Retz, 1989.

POLETTO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas Pegadas do povo da terra:** 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002.

RICCI, Rudá. In: CPT, **"Se Deus quiser, amanhã chegaremos lá**". Goiânia: CPT-Publicação interna, 1995

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e Teatro no Palco da Cidadania

Thelma Lopes Carlos Gardair[1]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal estimular a reflexão sobre possíveis relações entre linguagem teatral e o ensino de História, a partir da análise do evento Mostra de Teatro, Ciência e Cidadania. O evento foi produzido pelo Museu da Vida, em parceira com a Casa das Artes de Laranjeiras (CAL), tendo reunido cerca de 400 espectadores.
Palavras-chave: Teatro – História – Cidadania

Abstract: The article "Theater and History on the Stage of citizenship" will have as objective main to argue possibilities of joint of the Theatre with education in the area of History, from the reflection on the event named "Festival of Theater, Science and Citizenship". The event, produced for "Science on Scene" congregated young people of different neighboroughs of the city of Rio De Janeiro, with the objective of sharing experiences in the fields of Theater and Science and the practical relation between them and the exercise of citizenship. The event received about 400 spectators and aimed to improve the dialogue between young people of different social classes on subjects related to the History of Brazil, History of the Theater, citizenship and interfaces between Science and Art.
Key-words: Theatre – History - Citizenship

Vendo o Mundo e a si Mesmo

> *O homem tem necessidade de compreender os sentidos de sua existência na terra, de rir e de chorar. A arte não apresenta respostas, mas é um meio de manifestar concretamente que temos consciência da vida. (...) Graças à arte, nos colocamos questões sobre nós, e nos tornamos autores de nós mesmos (...) O Teatro coloca em cena o mundo para nos ajudar a compreendê-lo. Os homens se vestem de outros homens.* (GWENDOLA, 2003:4).

O Lugar De Onde Se Vê...

A palavra Teatro se origina de um verbo grego que significa olhar, ver, contemplar. Lugar do homem se ver como num espelho, o Teatro, muito mais que reflexo, é um modo de ver o mundo. Disso sabiam os gregos, que embriagados por Dionísio eternizaram suas paixões e sua época em tragédias e comédias que, encenadas até os dias atuais, dialogam com o cidadão de hoje. O Teatro tem se mostrado um dos mais potentes meios de expressão humana ao longo dos tempos, apesar do surgimento de tantas outras formas de comunicação

[1] Mestre em Teatro. Ciência em Cena/ Museu da Vida /Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ

artística. Entretanto, "a morte do teatro foi decretada muitas vezes, quando surgiu o cinema, (...) o rádio, (...) a TV. Mas o Teatro não morreu. Enquanto houver alguém com capacidade de vivenciar uma história com sua voz, (...) sua cabeça e seu coração, haverá alguém para assisti-lo (...) haverá teatro". (AUTRAN, 2005:8). Talvez a longevidade e atualidade do Teatro possam ser atribuídas ao seu caráter coletivo e ao fato da linguagem teatral sintetizar tantas faculdades criativas do homem, na medida em que reúne variadas formas de expressão como a Literatura, a Música, a Dança, a Arquitetura ou a Pintura. Sendo arte coletiva, o Teatro vai ao encontro do instinto ancestral do ser humano, que buscou se agrupar para criar melhores condições de sobrevivência. "Em conjunto, era mais fácil resistir às forças da natureza, e as ações poderiam se dar de maneira cooperativa. A linguagem, dando-lhe a consciência reflexiva, possibilitou também a conjugação das atividades, no esforço de transformar o mundo". (DUARTE, 1998:37). Desde os tempos das cavernas, em todas as culturas, das mais antigas às mais atuais, é possível identificar manifestações artísticas. E hoje, o que podemos esperar da arte dramática? Certamente não haveria como responder a pergunta em poucas linhas. As linhas que o leitor encontrará no presente texto terão como objetivo principal discutir possibilidades de articulação da linguagem teatral com o ensino na área de História, a partir da reflexão sobre a *Mostra Teatro, Ciência e Cidadania*. O evento, produzido pelo *Ciência em Cena* – espaço do *Museu da Vida* dedicado à pesquisa e ao desenvolvimento de atividades que relacionem Arte e Ciência – reuniu jovens de diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de compartilhar experiências nos campos do Teatro e da Ciência e a relação de suas práticas com o exercício da cidadania. Fruto de parceria entre duas instituições de referência em suas respectivas áreas de atuação – a *Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)* e a *Casa das Artes de Laranjeiras (CAL)*, o evento recebeu cerca de 400 espectadores e buscou promover o diálogo entre jovens de diferentes camadas sociais sobre temas relacionados à História do Brasil, História do Teatro, cidadania e interfaces entre Ciência e Arte.

Peças Para Fazer História...

A linguagem teatral pode constituir importante contribuição para o ensino de diversas disciplinas. Há várias ações que buscam integrar as Artes em geral, e o Teatro em particular, ao ensino formal. Em Dezembro de 2006, por exemplo, a revista *Nova Escola* publicou edição especial sobre Arte, listando 20 projetos didáticos testados em escolas e 30 atividades para turmas de creche a 8ª série. É importante ressaltar que se a linguagem teatral pode exercer influência no ensino formal, esta influência percorre via de mão dupla. Eduardo

Tolentino, diretor do grupo *Tapa*, acredita que há uma crise no Teatro Brasileiro, no que se refere à produção dramatúrgica, relacionada à dimensão do ensino do idioma. Tolentino questiona: "um país que não lê, em que se passam os alunos de ano para não abalar a estima deles, como esperar uma ótima dramaturgia?" (TOLENTINO, 2007:22). Em relação ao ensino de História, especificamente, por meio da linguagem teatral é possível estimular visões mais abrangentes e múltiplas de conteúdos históricos, sublinhando que há sempre diferentes versões para um fato. Isto porque, devido, principalmente, à organização globalizante da linguagem teatral, que integra outras disciplinas artísticas e recursos técnicos é possível apresentar temas com riqueza de detalhes, e contar histórias de forma atrativa e multifacetada. Bertolt Brecht defendeu a incorporação de recursos técnicos à cena teatral, tais como projeção de slides ou película cinematográfica, enquanto a ação dos atores transcorria no palco, visando polemizar o que estava sendo exibido no tablado. Por meio das projeções seria possível exibir uma profusão de imagens, de modo a multiplicar visualmente diferentes pontos de vista sobre a ação transcorrida. Sobre este aspecto, diz Brecht: "(...) temos que nos exercitar para uma ato visual completo. Nas circunstâncias que preconizamos, refletir sobre o decurso da ação é quase mais importante do que refletir adentro do decurso da ação." (BRECHT, 1978:26) Algumas peças teatrais tratam de assuntos cuja historicidade é evidente, como por exemplo: *Vida de Galileu*, de Bertolt Brecht; *Henrique V* ou *Ricardo III* de William Shakespeare. Vejamos um trecho de *Ricardo III:*

> *Rainha Margarida – Como! Estáveis discutindo antes de minha chegada, prontos a despedaçar-vos uns aos outros, e agora volveis todos vossa cólera contra mim? As terríveis maldições de York influíram tanto no céu que a morte de Henrique, a de meu amado Eduardo, a perda de seu reino, meu triste desterro, não serão senão o justo castigo pela morte daquele impertinente fedelho?(...) Se não for por guerra, sucumba vosso rei vítima de libertinagem como pereceu o nosso pelo assassinato para fazê-lo rei. (SHAKESPEARE,1995:592)*

Nestes casos, as peças podem funcionar como um sedutor ponto de partida para a discussão sobre os personagens que dão nomes aos títulos e acerca dos contextos histórico e social, nos quais se inseriram, seja na ficção ou na vida real. Os chamados "dramas históricos" de Shakespeare ocupam importante espaço no conjunto da obra deste dramaturgo inglês, somando cerca de dez peças que retratam mais de dois séculos da História da Inglaterra. Por meio de peças brasileiras como *Rasga Coração* (1972), de Oduvaldo Viana Filho ou *O Último Carro* (1976), escrita por João das Neves, por exemplo, é possível recompor importante momento da história política do nosso país e estimular o debate sobre os dramas concretos do povo brasileiro durante o período da ditadura militar. Não que se queira

reforçar a idéia errônea (que por vezes parece ainda permanecer) de que a História deve estar centrada nos grandes eventos e personalidades, ao contrário, é fundamental que os "marcos políticos" sejam relativizados e que os acontecimentos relacionados ao chamado cidadão comum sejam valorizados, mas peças como as citadas acima devem ser consideradas, em primeiro lugar, porque são expressão de uma época, e, portanto, ajudam a compreender um determinado momento cultural, e, também, porque podem funcionar como ponto de partida para a discussão sobre este modo factual de "fazer" História.

Mostrando Ciência, Cidadania e História por meio do Teatro

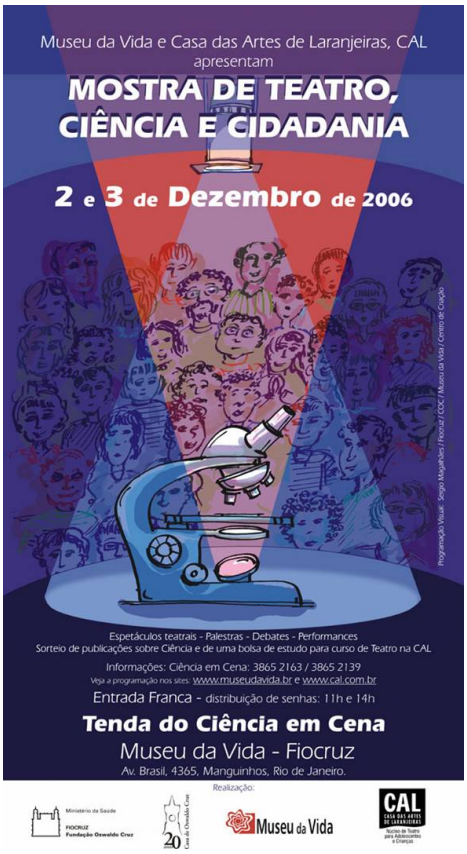

A *Mostra Teatro, Ciência e Cidadania* ocorreu nos dias 02 e 03 de Dezembro de 2006, na Tenda do *Ciência em Cena,* no campus da FIOCRUZ e reuniu jovens entre 14 e 20 anos de diferentes regiões da cidade, e o principal objetivo foi estimular o diálogo entre jovens oriundos de diversas camadas sociais e com diferentes experiências culturais, a partir de suas vivências nos campos da Ciência e do Teatro. Para tanto, foram planejados dois dias de evento, que incluíram espetáculos teatrais, dramatizações, palestras e debates mediados por profissionais das áreas de Teatro, Ciência e Pedagogia. Os espetáculos apresentados foram: *Bailei na Curva,* adaptação do roteiro de Júlio Conte e do Grupo *Do Jeito que Dá; Geração*

Trianon, adaptação do original de Anamaria Nunes; *A Trupicante Cia. De Teatro Armorial,* adaptação livre das peças *O Santo* e a *Porca* e *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna e *Lição de Botânica,* de Machado de Assis. Este último, em cartaz desde 2002 no *Ciência em Cena,* integra a grade de atividades regulares do *Museu da Vida*, sendo apresentado por atores profissionais e estagiários de nível superior, estudantes dos cursos de direção teatral e de interpretação, das Universidades Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Rio de Janeiro (UNI-Rio), respectivamente. Entretanto, especialmente para o evento, a peça *Lição de Botânica* foi encenada por elenco formado por uma estagiária de Pedagogia (UFRJ) e três estudantes do ensino médio que participam do programa de *Formação de Monitores em Centros e Museus de Ciências*, desenvolvido pelo *Centro de Educação do Museu da Vida* com as comunidades do entorno da FIOCRUZ. As apresentações geraram discussão produtiva acerca de temas que, embora diferenciados, estão relacionados entre si. Como fazer Teatro e Ciência foram questões que surgiram a partir da exibição da peça de Machado. A vida do cientista, criado pelo autor, que julgava que a Ciência e os afetos humanos eram incompatíveis, suscitou perguntas relacionadas ao compromisso do cientista com a sociedade em que ele se insere e sobre os costumes dos habitantes do Rio de Janeiro no início do século XX, época em se passa a peça.

Após o espetáculo *Bailei na Curva*, apresentado por estudantes da CAL, o debate girou em torno do período da ditadura militar no Brasil, e de como seria possível elaborar uma história sobre o tema, sem construir personagens caricatos, de maneira a conferir maior veracidade e humanidade à trama. Tendo como pano de fundo acontecimentos dos anos 60 e 70, estudantes e platéia discutiram sobre os hábitos, comportamento e música de uma juventude transformadora em meio a uma época de opressão.

O debate que se seguiu à apresentação de *Geração Trianon*, foi mediado por um dos atores que integrou o elenco original na montagem de 1988, Gustavo Ottoni, e se concentrou nos contextos social, histórico e artístico que contribuíram para constituir uma determinada forma de fazer Teatro. Encenada por estudantes da CAL, a peça proporcionou uma analogia entre os processos de criação vivenciados pelos estudantes, pelo ator que integrou a montagem original e pelos próprios personagens, uma vez que da peça aborda a vida numa companhia de Teatro brasileira, durante as décadas de 20, 30 e 40. Jean Maciel, do grupo *Maré-Arte* e ex-integrante do *Curso de Monitores* mediou debate sobre noções de cidadania nos textos de Ariano Suassuna. Jean enfatizou a necessidade da discussão sobre cidadania para fortalecer o conceito e contribuir para o exercício da cidadania mais amplo e

contínuo por parte da sociedade como um todo e dos jovens em particular. "Teatro é cidadania, e cidadania se constrói todo dia. Vocês não vão parar depois desta apresentação de hoje aqui não, não é?", pergunta ele aos alunos da CAL que dramatizaram cenas inspiradas nos textos do autor pernambucano. A peça propiciou boa discussão acerca do polêmico "jeitinho brasileiro", a partir das artimanhas do personagem João Grilo e sobre a importância da valorização da cultura nordestina. Essa experiência nos mostra que eventos como *Mostra de Ciência, Teatro e Cidadania,* podem constituir importante oportunidade para explorar conteúdos do campo da História e para a discussão sobre objetivos e fundamentos do trabalho histórico, uma vez que estão baseados em conceitos que constituem matérias-prima do trabalho do historiador, tais como a memória e a cidadania. A linguagem teatral auxilia a construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, tão relevantes no processo de compreensão da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre o Teatro*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1978.

DUARTE Júnior, João Francisco. *Por que Arte-Educação?*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

GWENDOLA, David. *Ô théâtre!*.Paris: Autrement, 2003.

KAZ, Leonel *et alli. Brasil: palco e paixão. Um século de Teatro.* Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2005.

SHAKESPEARE, William. *Ricardo III.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

Revista Língua Portuguesa. Número 17. São Paulo, Editora Segmento, 2007.

Revista Nova Escola Arte. Edição especial. São Paulo, Editora Abril, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Espaços públicos na cidade-mercadoria: modernização e cultura política em Florianópolis (1960-2005)

Reinaldo Lindolfo Lohn*

Resumo: O trabalho pretende delimitar contornos políticos em processos socioculturais de transformação urbana em Florianópolis (SC), os quais incluem investimentos que alteram as sociabilidades e as apropriações dos espaços públicos, em especial no centro da cidade, promovendo manifestações de segregação sócio-urbana.
Palavras-chave: cidade – espaço público – cultura política

Abstract: The work intends to delimit contours politicians in sociocultural processes of urban transformation in Florianopolis (SC), wich include investments that modify the sociabilities and the appropriations of the public spaces, in special in the center of the city, promoting manifestations of socio-urban segregation.
Keyworks: city – public space – culture politics

1. Introdução

Florianópolis, Capital de Santa Catarina, passa por um intenso processo de transformações urbanas nas últimas décadas. Ações governamentais e projetos de grupos empresariais transformam a cidade num produto de mercado. Para tanto, instrumentos socioculturais vêm sendo empregados no sentido de promover a adesão social à imagem mercadológica construída. Ao mesmo tempo, diversos espaços, em especial o centro histórico da cidade, são esvaziados como locais privilegiados de sociabilidade pública. Este trabalho procura discutir a interação problemática entre esses dois movimentos.

O turismo tem aparecido nas falas e iniciativas de diversos agentes do poder público, da imprensa e de segmentos empresariais, como o principal setor econômico da cidade. Ao tentar se inserir num conjunto de cidades que disputam espaço no mercado turístico, Florianópolis sofre intervenções que não apenas a renovam e reorganizam, mas servem como base para vendê-la, através do chamado *city marketing*. Isso tem implicações no planejamento, mas também diz respeito ao âmbito das apropriações culturais dessas imagens, por diferentes segmentos sociais, constituindo novas formas de cultura urbana (SÁNCHEZ, 2003: 39-73).

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Mas uma cidade não é uma mercadoria qualquer: "é um complexo sócio-espacial, onde várias leituras e interpretações coexistem, competindo entre si e refletindo interesses divergentes" (SOUZA, 2004: 302). Nesse particular o espaço público deixou de aparecer como lugar de homogeneidade. Entre as camadas médias, observa-se sua fragmentação, impactando formas de acessibilidade e participação política, resultando em singularidades comunitárias, que tendem a recusar o contratualismo impessoal, com o apego às identificações e vínculos afetivos e estéticos privados (MAFFESOLI, 1997). A uma vida pessoal desmedida corresponde uma vida pública esvaziada, retraindo os espaços cívicos e os engajamentos ativos, substituídos por uma apreensão instrumental das relações sociais. O presente estudo pretende ser um esforço de atribuir contornos políticos para a compreensão de tais fenômenos urbanos em Florianópolis.

2. O centro e a cidade

Em 1977 um articulista de um jornal apresentava algumas preocupações quanto às mudanças que ocorriam na cidade: "Florianópolis tem tudo para ser uma cidade de verdade, ou seja, comunidade harmônica e civilizada". E continuava: "turismo? Tudo bem. Mas em primeiro lugar há que pensar na cidade, na ilha, nas pessoas que aqui vivem". E concluiu: "Florianópolis ainda é uma cidade onde as pessoas se sentam nas praças, se encontram nas ruas, e conversam" (BOM DIA DOMINGO, 27/03/1977: 9). Esta é uma representação das sociabilidades da cidade, marcadas por uma visão que acentua fatores como harmonia e tranqüilidade, remetendo ao centro da cidade como espaço físico e sociocultural articulador das populações da região da Ilha de Santa Catarina e litoral adjacente (PIMENTA, 2005: 35-60).

Ao longo do século XX, o centro da cidade, constituiu-se como lugar de "ritos coletivos", como reivindicações políticas e sindicais, comícios, manifestações de protestos, procissões religiosas, espetáculos artísticos e competições esportivas, garantindo condições de acessibilidade e participação a diversos segmentos da população (VAZ, 1991: 74). Também é o lugar de visibilidade mais intensa das clivagens de classe, com a proximidade dos morros, habitados, em geral, por camadas populares. Em suas ruelas estreitas, diariamente, populações de toda a cidade encontram-se e convivem com as diferenças e desigualdades.

Há uma forte presença física e simbólica do Estado e da Igreja Católica. Contudo, essa silhueta da cidade sofreu intervenções ao longo do século XX. Entre os marcos urbanos significativos está a inauguração da Avenida Hercílio Luz em 1922, que demarcou uma

primeira fronteira de separação em relação às moradias populares e aos cortiços. Mais tarde, nos anos de 1940, ocorreu a abertura da Avenida Mauro Ramos, na base dos morros centrais, delimitando o lugar dos pobres no centro da cidade.

A partir da década de 1950, o centro da cidade recebeu um outro olhar por parte dos administradores, quando da elaboração do primeiro Plano Diretor. O objetivo era a reativar a atividade portuária, passo para um processo de industrialização e superação do atraso (PAIVA, 1952: 14-15). A estagnação econômica atingia a cidade desde a agonia do porto, no início do século XX. A economia urbana dependia do aparato burocrático do Estado, com poucas alternativas de emprego. Com isso, a urbanização era tímida. Novas construções e criação de postos de trabalho surgiam apenas através da intervenção direta do poder público. Mesmo assim, a população citadina crescia. Essa situação começava a gerar uma ampliação da população pobre, instalando-se em especial nos morros da região central e no Estreito, na área continental (PELUSO, 1981: 15).

Na segunda metade da década de 1960 houve o engajamento de grupos dirigentes e empresariais em um novo padrão de expansão urbana. Uma nova classe média ampliava o mercado consumidor e buscava moradia nos loteamentos e condomínios que a indústria da construção civil ofertava. Verificou-se uma "ofensiva nas construções". Enquanto o ritmo anual de construções no início dos anos de 1950 variava entre 226 e 334 unidades, em meados da década seguinte saltava para até mais de 800 por ano (LAGO, 1967: 14-15).

Na área central, uma região em particular destacava-se: a Baía Norte. A compra de um imóvel naquela região demonstrava ascensão social. Em 1966, uma pesquisa por amostragem realizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Econômicos da então Faculdade de Ciências Econômicas, detectou a tendência para a compra de apartamentos por parte das camadas médias da cidade. Os anúncios publicitários já indicavam a preferência pelo centro e, assim, intensificou-se o processo de verticalização (PEREIRA, s/d: 88).

Uma manchete de 1969 vaticinava: "a cidade não pára. O crescimento vertical comprova a certeza no futuro". Os jornais já se referiam à "ex-velha Florianópolis" e que agora confiava plenamente no "futuro promissor", liberta "para sempre dos velhos tabus" (A GAZETA, 10/08/1968: 4). Naquele momento, "o consumo de cimento na Capital" era maior que "o total consumido por três das maiores cidades catarinenses reunidas: Joinville, Blumenau e Itajaí" (O ESTADO, 28/09/1969: 12).

As propostas de planificação do crescimento urbano associaram-se definitivamente à implementação de um novo sistema viário, alterando o eixo de expansão urbana para o Norte da Ilha de Santa Catarina. Seguindo as diretrizes estabelecidas pelo

governo federal, seria elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, entregue em 1971, base para o novo Plano Diretor, aprovado em 1976.

O centro da cidade foi tomando um novo contorno social. O que antes era conhecido e familiar foi invadido por uma multidão indistinta de "estranhos": visitantes, turistas ou simplesmente novos moradores. Novos personagens passaram a ocupar o espaço físico do centro da cidade e a praça XV de Novembro foi tomada por artesãos, *hippies*, homossexuais e outros freqüentadores (CORADINI, 1992: 150). Essa passagem começou a ser reconhecida como uma "experiência de perda da cidade", pelos autodenominados "nativos", opondo-se aos "estrangeiros". Construiu-se o discurso de que "a cidade não é mais só dos 'seus'. Não é mais só daqueles que aqui nasceram". E o mais importante: "ela passa a ter outros 'donos', passa a ser compartilhada por outros moradores" (FANTIN, 2000: 35-46).

Uma cidade é "um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar" (SENNETT, 1989: 58). Viver na cidade, portanto, é estar entre estranhos e manejar esta condição. Isso constitui uma cultura política, ou seja, uma prática de uma vida civil que compreende a necessidade de encontrar-se constantemente com os "outros", tendo que não só tolerá-los, mas desenvolver sociabilidades e formas de ação pública. Contudo, na contemporaneidade, verifica-se que tais interações com estranhos são evitadas (BAUMAN, 2001). São novas culturas políticas, voltadas não necessariamente para o Estado e para os poderes públicos, mas na esteira de sociabilidades marcadas pela privatização e intimidade, implicando em segregação social. Culturas políticas que limitam o espaço público.

3. Espaço público e segregação sócio-urbana

No verão de 1964, as praias de Canasvieiras e Jurerê receberam iluminação pública. Os jornais afirmavam ser "a energia necessária ao desenvolvimento turístico de Florianópolis" (O ESTADO, 05/01/1964: 8). Ao mesmo tempo, urgia preparar-se para a recepção dos turistas: "o mais importante é criarmos uma mentalidade turística instruir o publico de nossa capital é um fator básico para esta indústria que virá" (A ILHA, 03/1966: 7). O mercado imobiliário ganhou impulso com a criação de empreendimentos em regiões mais ou menos distantes do centro, abrindo novas fronteiras de expansão da cidade. A construção civil transformava-se num importante vetor de desenvolvimento.

Próximas a Florianópolis, aos poucos cresceram cidades-dormitório, abrigando muitos trabalhadores da construção civil. Os jornais apresentavam preocupações com o

processo: "o que irão fazer esses milhares de trabalhadores não especializados que afastados da lavoura pela crescente mecanização vieram se agregar nos centros urbanos, encontrando como única atividade em que se podiam engajar, a construção imobiliária?". A conclusão é ilustrativa: "cumpre lembrar que na capital o problema é bem mais grave do que em qualquer outra cidade brasileira; a indústria de Florianópolis é a indústria da construção civil" (BOM DIA DOMINGO, 20/11/1977: 8).

Ao longo da década de 1970, no Norte da Ilha de Santa Catarina, novos empreendimentos imobiliários tomaram o lugar do centro como atrativo das camadas médias e altas. O isolamento passava a ser uma mercadoria procurada. Ao anunciar a inauguração de um centro comercial em fins daquela década, seus construtores afirmavam que "a principal característica do prédio" seria "seu isolamento do vizinho centro urbano" (BOM DIA DOMINGO, 30/07/1978: 16). Por essa época mesmo um anúncio de uma nova rádio, apostava em atributos prestigiantes de classe: "se o produto ou serviço que a sua empresa vende é destinado ao público classe 'A', utilize uma emissora que convive com a classe 'A' nas 24 horas do dia. Sompur FM 96.9 MHz. A emissora dos executivos, profissionais liberais e mulheres de alto poder aquisitivo" (BOM DIA DOMINGO, 16/09/1978).

Este processo ganhou maior dimensão nas décadas de 1980 e 1990. O resultado foi a constituição de um espaço urbano fragmentado e dividido entre balneários valorizados e núcleos urbanos restritos. Tais cenários urbanos aproximam-se da "gentrificação", ou seja, processos de renovação urbana voltados para as camadas médias e altas. Isto ocorre através da interação de fatores como: "o novo papel do Estado; a penetração do capital financeiro; as mudanças nos níveis de oposição política; a dispersão geográfica; e a generalização da gentrificação", com a qual "os projetos imobiliários se tornam a peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais" (SMITH, 2006: 59-60). Morar em Florianópolis tornou-se mais custoso não só para os grupos populares, mas para as próprias camadas médias. Segundo dados publicados na imprensa:

> *"(...) apenas 20% dos novos empreendimentos são destinados às classes média e baixa. E os prédios de alto padrão estão se espalhando pelos bairros do entorno do Centro de Florianópolis, onde há terrenos disponíveis e mais acessíveis. (...) Além de o Centro quase não ter mais espaço físico, os preços dos terrenos são muito altos. (...) 20% dos novos empreendimentos são de altíssimo padrão, 60% de padrão médio alto e apenas 20% destinados às classes menos favorecidas" (DIÁRIO CATARINENSE, 09/01/2005: 4).*

Dados de liberação de alvarás, publicados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, mostram que nos últimos anos, entre 2000 e 2005, a área construída nos balneários no Norte da Ilha tem crescido em escala igual ou superior ao centro da cidade. Tomando o ano de 2005, verifica-se que a soma dos bairros Canasvieiras, Ingleses e Jurerê Internacional, chegou a mais de 96 mil metros quadrados de área construída, enquanto que no centro foram expedidos alvarás para cerca de 80 mil metros quadrados. (http://www.sinduscon-fpolis.org.br, Acesso em 04/04/2007).

Além disso, recentemente, a construção de novos *shopping centers*, *resorts* e grandes condomínios, com a competição entre as empresas para a obtenção de alvarás e licenciamentos ambientais, revelou o alto custo para a cidade dos interesses envolvidos, com tráfico de influência e denúncias de corrupção e de suborno de vereadores e autoridades (DIÁRIO CATARINENSE, 07/05/2005).

Articulado a esse processo, a inscrição da cidade no circuito de um capitalismo terciarizado, através do turismo e dos apelos às imagens do *city marketing*, chamam a atenção para a constituição de enclaves urbanos sofisticados e de alto padrão de consumo, voltados para dimensões sociais privatizadas. Um desses cenários urbanos de atração das camadas médias e altas é o bairro de Jurerê Internacional. Já na década de 1950, a região era anunciada na imprensa como um futuro "balneário modelo" (A GAZETA, 21/02/1957: 1). O bairro é constituído principalmente por grandes residências à beira da praia, com uma população de alto poder aquisitivo. Uma revista distribuída entre os moradores, pertencentes à Associação de Proprietários, mostra uma das principais preocupações dos habitantes: segurança. Com o apoio ostensivo da Polícia Militar, que mantém um sistema de monitoramento e também através de uma empresa privada, espera-se "manter a tranqüilidade peculiar" do bairro. Comerciantes entrevistados pela revista, afirmam sentir-se intimidados pela cidade: "os últimos acontecimentos mostram a fragilidade da cidade diante da violência. Os assaltos são nosso maior temor". É comum a publicação dos relatórios de ocorrências policiais, com a constante detenção de "elementos suspeitos", "veículos suspeitos", ambulantes sem credenciamento, esmoleiros, dentre outros, que são "retirados do loteamento". O plano de segurança envolve ainda o "controle de pessoas estranhas ao bairro", barreiras quando da existência de "ocorrências de vulto no bairro vizinho", cadastramento e fiscalização de catadores de lixo, além de demolições de "casas em ruínas" e de "barracos" nas imediações, os quais alegadamente servem para abrigar usuários de drogas (FOLHA DE JURERÊ, 10/2006: 10-11).

Poucos são os espaços públicos compartilhados, pois mesmo a praia não garante acessibilidade irrestrita. As ruas e a praia são territorializadas, extensões da vida privada e das expectativas singulares e individuais de cada um dos habitantes. Não são espaços públicos, mas "espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público", ou seja, nem sempre segregação espacial e segregação social querem dizer o mesmo, pois mesmo quando há acesso físico, uma série de outros constrangimentos sociais se impõe (SERPA, 2007: 39).

O apelo ao discurso da segurança e da reclusão já ganhava imagens fortes nas páginas de jornais da cidade no início da década de 1980: "dormir tranqüilo é uma coisa que o florianopolitano já não pode há algum tempo" (A PONTE, 06/1981: 2). Isso fundamentou um novo padrão de segregação urbana, com privatização da segurança, reificação da desigualdade social, imposição de regras que diferenciam e separam ricos e pobres, "protegendo" os primeiros em seus "enclaves fortificados" e deixando poucos espaços para os últimos, os quais são paulatinamente criminalizados: "uma cidade de muros com uma população obcecada por segurança e discriminação social" (CALDEIRA, 2000: 231).

Estes são alguns apontamentos de uma reflexão historiográfica que vem sendo desenvolvida nesta pesquisa. Compreende-se que o espaço público urbano não é apenas uma instância ou um domínio delimitado fisicamente, mas pode ser entendido como um lugar sócio-cultural que articula relações sociais e suas representações. As tentativas de construir a adesão de amplas camadas sociais aos projetos de renovação urbana que tem na segregação social um de seus resultados, estão expressas em práticas, imagens e símbolos cuja eficácia atravessa o tempo presente.

Referências Bibliográficas

A GAZETA. Florianópolis, 1957-1969.

A ILHA. Florianópolis, 1966.

A PONTE. Florianópolis, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOM DIA DOMINGO. Florianópolis, 1977-1978.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 43/Edusp, 2000.

CORADINI, Lisabete. **Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis**. Dissertação. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 2005.

ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. **Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis**. Florianópolis, 1971.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FOLHA DE JURERÊ. Florianópolis, 2005-2006.

http://www.sinduscon-fpolis.org.br. Acesso em 04/04/2007.

LAGO. Paulo F. **Reflexões sobre a estrutura urbana de Santa Catarina (Documento básico de discussão)**. Florianópolis: I Jornada Social, 1967.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

O ESTADO. Florianópolis, 1963-1970.

PAIVA, Edvaldo et al. **Plano Diretor de Florianópolis**. IOESC: 1952.

PELUSO JR., Victor A. *Crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e estrutura urbana da cidade*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, 3ª. Fase, N° 3, p. 7-54, 1981.

PEREIRA, Nereu V. **Desenvolvimento e modernização** (um estudo de modernização em Florianópolis). Florianópolis: Lunardelli, s/d.

PIMENTA, Margareth C. A. *Florianópolis como espaço do público*. In: _____ (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 59-97.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VAZ, Nelson P. **O centro histórico de Florianópolis**: espaço público do ritual. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Graça, Livre-Arbítrio e a Arte de Governar: Apontamentos sobre a *Rázon del Instituto de la Religión de la Compañía de Iesús* de Pedro de Ribadeneyra (1605)

Silvia Patuzzi*

Resumo: Neste trabalho nos deteremos na análise de uma das obras do jesuíta espanhol Pedro de Ribadeneyra, a *Rázon del Instituto* (1605), identificando o esforço de constituição de uma nova identidade para a Companhia, em resposta aos desafios teológicos e políticos que enfrentava na Espanha dos Habsburgo. A hipótese deste trabalho é que na *Rázon* o autor revelava o seu duplo programa: dotar a Companhia de uma história e fornecer à Monarquia um novo horizonte em função do qual orientar a sua ação política e confessional.
Palavras-chave: Historiografia Jesuíta – Razão de Estado – Teologia

Résumé: L'objectif de ce travail est d'analiser une des oeuvres du jesuit espagnol Pedro de Ribadeneyra, la Rázon del Instituto (1605), et identifier l´effort de constitution de une identité par la Compagnie, face aux défis théologiques et politiques qu´elle ira affronter dans l ´Espagne des Habsbourg. L´idée ici c´est que dans la Rázon l´ auteur révèle son double programme: donner une histoire à la Compagnie e donner à la Monarchie un nouveau horizont par orienter son action politique e confessionel.
Mots-clef: Historiographie Jesuite – Raison d´État - Theologie

1. Em 1526, quando Pedro de Ribadeneyra nasceu, a importante família aristocrática toledana à qual pertencia o orientou para os estudos sacros, mas assim que concluiu o primeiro ciclo de sua formação, aos 13 anos, Pedro viajou para Roma como pajem do Cardeal Alessandro Farnese, futuro Paulo III (em 1534).

Logo em seu primeiro ano em Roma, Ribadeneyra conheceu e estreitou laços de amizade com outros *hidalgos*: Inácio de Loyola e Diego Laínez. A Companhia ainda não havia sido formalmente aprovada, mas o jovem toledano candidatou-se para ser membro desta Ordem, sob a orientação espiritual do fundador que o enviou para Paris, Louvain e finalmente para Pádua, a fim de completar seus estudos (1542-45).

Uma década depois, aos 27 anos, Ribadeneyra foi ordenado sacerdote em Roma e, durante sete anos, cimentou suas capacidades intelectuais: o domínio teológico, a eloqüência sagrada, a capacidade de penetrar e atuar nos seletos círculos políticos das cortes de Flandres

* Docente de História Moderna na PUC-Rio e doutoranda em História pelo IFCS.

e dos Países Baixos, contra príncipes luteranos e teólogos calvinistas. Os bons resultados destas missões o capacitaram para assumir funções de comando na Companhia. Entre 1560 e 1574, sob o generalato de Francisco de Borja – Duque de Gandia, descendente de Fernando de Aragão e conselheiro de Carlos V – foi reitor de vários colégios, supervisor provincial e suplente do assistente geral.

Sua carreira ascendente na Companhia sofreu uma inflexão com as reviravoltas do ano de 1572. Em maio, Ugo Buoncompagni foi nomeado Papa Gregório XIII e em outubro faleceu o terceiro superior geral da Companhia. O novo pontífice pressionou a Congregação da Ordem, de maioria espanhola, para que o novo geral não fosse hispânico e o impacto da eleição do flamengo Everardo Mercuriano foi imediato: muitos jesuítas espanhóis que ocupavam postos importantes em Roma tiveram que regressar para seu país de origem, entre eles, Pedro de Ribadeneyra.

Para os biógrafos do jesuíta[1], começava então a segunda fase da vida de Ribadeneyra, longe da corte romana, mas ainda ativo em Madri, onde atuará como escritor até sua morte, em 1611.

Em sua "forçada" estadia hispânica o jesuíta passou a dedicar-se quase exclusivamente à atividade intelectual. Sua vasta produção desse período – biográfica, hagiográfica, moral, política e histórica – foi uma outra via para continuar a ocupar-se do embate com o mundo reformado e para alinhavar uma política de corte que reaproximasse o vértice da Companhia à monarquia espanhola, mesmo após a orientação anti-hispânica de Gregório XIII.

Foi também uma segunda fase porque todo esse labor literário e intelectual inseria-se em um momento de inflexão na história da Companhia de Jesus. As últimas duas décadas do século XVI, e mais particularmente o longo generalato de Claudio Acquaviva, corresponderam a um vasto movimento de refundação da Ordem; de atualização em relação às grandes transformações da época e de reaparelhamento institucional, de modo a poder enfrentar a que poderia ter sido uma crise de crescimento em "escala planetária". Entre 1580 e 1615, o número de jesuítas passou de 5.000 para 13.0000, foram criadas mais de 11 províncias, fundados 200 colégios e a Companhia se estabeleceu em China, Filipinas, Indochina, Canadá, Paraguai, Brasil e Japão[2].

---

[1] O principal biógrafo é J.-M. Prat. *Histoire du Père Ribadeneyra*. Paris: Victor Palme, 1862, que serviu de base para o estudo atualizado de J. M. Iñurritegui Rodríguez. *La Gracia y la república. El lenguaje político de la teologia católica y el Príncipe Cristiano de Pedro de Ribadeneyra.* Madri: UNED, 1988.

[2] G. Imbruglia, "Un impero d´età moderna: la Compagnia di Gesù", *Cromohs*, 10, 2005, 1-9 e L. Giard & L. Vaucelles. *Les jésuites à l'âge baroque, 1540-1640*. Grenoble: Millon, 1996.

Simultaneamente, no front interno, com a dissolução do "partido papista" na Espanha (1578/79), os atritos com os castelhanistas e com Felipe II se intensificaram e a ordem jesuíta enfrentou uma grave crise institucional que poderia tê-la levado a uma cisão entre Roma e Madri. As vozes mais alarmistas falavam em cisma e acenavam para uma águia bicéfala[3].

Durante todo esse período conturbado, desde seu regresso para a Espanha em 1572, Ribadeneyra escreveu dezesseis obras, entre as quais a mais conhecida hoje, a única reeditada e ainda amplamente estudada, é o tratado antimaquiaveliano intitulado *Tratado de la religión y virtudes que debe tener el príncipe cristiano para governar y conservar sus Estados. Contra lo que Nicolás Machiavelo y los políticos de este tiempo enseñan*, publicado de 1595 em Madri, na tipografia do amigo Pedro Madrigal. Entre suas obras, esta foi a que menos tempo levou para ser aprovada, tendo tramitado apenas cerca de um ano entre o parecer do provincial e a supervisão do censor real, enquanto a biografia de D. Laínez demorou uma década para ser aprovada internamente.

A publicação de um livro, na Espanha do século XVI, por parte de um jesuíta, seguia trâmites específicos voltados ao controle da produção e circulação de idéias. O autor enviava uma carta para seu provincial – nesse caso o de Toledo – justificando a utilidade de sua obra e anexava o resumo do manuscrito. O provincial examinava o pedido e, em uma segunda etapa, lia a obra. Caso a julgasse digna de publicação, expedia uma licença (*imprimatur*) e enviava cópia do seu parecer para o geral. Uma vez satisfeitos os trâmites da Companhia, era preciso submeter o trabalho à censura monárquica, obtendo o aceite do escrivão real, a aprovação do consultor sobre o tema e o *cum privilegio* do supervisor das tipografias, o censor real[4].

Na década que antecede a publicação do *Príncipe Cristão*, por meio deste mesmo processo, Ribadeneyra havia publicado em latim e em espanhol a maior parte de suas obras, sempre na tipografia de Pedro Madrigal. A leitura detalhada desta produção por parte do

[3] Trata-se da "crise dos memoriais" que coloca a Companhia numa situação difícil perante Felipe II e o tribunal da Inquisição, à medida que um setor espanhol de jesuítas (liderados por Dionísio Vázquez) desafiava abertamente o núcleo romano ao propor um formato bicéfalo para a *Societatis Iesu,* além de questionar o caráter vitalício do generalato. Esta crise interna foi acompanhada de perto pela corte espanhola (Felipe II e o setor castelhanista) e pelos dominicanos, então empenhados na controvérsia *de auxiliis* e chega ao ápice quando o monarca espanhol autoriza uma inspeção da Ordem por parte da inquisição espanhola e do Santo Ofício romano. Consultar a respeito o artigo de José Martinez Millán, "Transformacion y crisis de la Compañía de Jesús (1578-1594)", *in Rivista Storica Italiana* 117, fasc. 1, 2005, pp. 101-129. Ainda de J. M. Millán. *La corte de Felipe II*. Madri: Alianza, 1994 e J. L. González Novalin, "La inquisición y la Compañía de Jesús", *in Anthologica Annua*, XXXVII, 1990, pp. 11-57.

[4] Essas informações foram extraídas dos *Prolegomena* de Cándido Dalmases à *Vita Ignatii Loyolae* de Ribadeneyra, nos quais o autor reconstitui a história editorial da biografia de Inácio (*Monumenta Histórica Societatis Iesu* 1965, pp. 1-54).

provincial, o registro e controle de sua publicação e circulação pelos censores reais, sobretudo mediante uma fiscalização rigorosa das principais tipografias, demonstravam os procedimentos de censura e controle da produção e circulação das idéias. Também nos permite aferir a capacidade produtiva do jesuíta toledano, bem como os interesses que motivaram sua reflexão nesta década que antecedeu a edição do *Príncipe*, sem os quais a própria leitura daquele tratado ficaria comprometida.

As obras mais importantes editadas pessoalmente por Ribadeneyra e pelo tipógrafo madrilenho entre a biografia de Inácio de Loyola (1583) e o tratado antimaquiaveliano (1595) foram a *Historia Ecclesiástica del Scisma del Reyno de Inglaterra* (1588), o *Tratado de la Tribulación* (1589) e as biografias de Francisco de Borja e de Diego Laínez (1592 e 1594, respectivamente), além de uma coletânea de suas obras ampliada e revista (1595). Um conjunto de escritos que revelava, ao mesmo tempo, preocupações históricas, políticas e morais, a serviço de um duplo programa: dotar a Companhia de uma história e fornecer à Monarquia um novo horizonte em função do qual orientar sua ação política e confessional.

2. Em 1590, em carta ao provincial Gonzalo Dávila, o jesuíta confessa a sua determinação de empreender a composição de um "tratado em que se desse a razão da Instituição da Companhia" e essa obra, a *Rázon del Instituto de la Religión de la Compañía de Iesús,* cujo processo de composição se prolonga por doze anos não encontra obstáculos editoriais na hierarquia romana, sendo publicada pela tipografia do Colégio da Companhia em Madri em 1605, quando a sua redação terminara em outubro de 1602 e recebera a permissão de ser impressa em 15 de novembro de 1604.

Na *Rázon*, o teólogo toledano se contrapõe às críticas mais ferinas da tradição anti-jesuíta espanhola – antimolinista e dominicana – e regalista galicana, proclamando como singularidade da Ordem o comportamento pessoal virtuosos em comunhão com a Providência, única fonte de merecimento da graça divina, verdadeiro horizonte da ação do indivíduo em busca da salvação da própria alma.

Os ecos do grande debate doutrinal da época reverberam com força, as controvérsias *de auxiliis gratiae* que estavam polarizando as reflexões teológicas mais intensas e estruturadas acerca do acordo entre a *graça* e a *liberdade humana* são a espinha dorsal da obra. Graça e livre-arbítrio: tema espinhoso que foi tratado com prudência no Concílio tridentino, mas que reaflorava com ímpeto no último quarto do século XVI com a disputa entre dominicanos e jesuítas sobre a verdadeira relação existente entre o poder soberano de Deus, sua causalidade e o livre-arbítrio humano. Quanto a este tema, a

Companhia e o padre Ribadeneyra acabavam cristalizando suas posições ao redor da defesa das teses molinistas, expostas na *Concórdia* de 1588.

A doutrina teológica molinista foi objeto de uma longa polêmica entre jesuítas e dominicanos (controvérsia *de auxiliis*) que, por quinze anos (de 1593 a 1613), primeiro na Espanha e depois diretamente em Roma, ocupou as mentes mais argutas e preparadas das duas ordens acerca do nexo causal entre onipotência divina e ações livres do homem. A obra disparadora da disputa foi a *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione* (1588), do jesuíta espanhol Luis de Molina (1535-1600). Nesta obra Molina introduzia duas novidades importantes e polêmicas: (1) na graça eficaz a vontade humana desempenharia um papel ativo e (2) a onipotência e a onisciência divinas poderiam ser acordadas com o livre-arbítrio humano mediante o novo conceito de "ciência média": conhecimento que o Criador possui dos futuros contingentes, das infinitas possibilidades pelas quais nós, criaturas, podemos responder, ou não, ao chamamento divino[5].

A antropologia molinista, ao enfatizar a autonomia das causas segundas, reconhecia a "multiplicidade das formas do apelo divino segundo a multiplicidade dos caracteres individuais" e abria espaço para o reconhecimento de que cada indivíduo seria dotado de uma interioridade própria, irredutível ao campo absolutizante e homogêneo da onipotência divina[6].

Possivelmente, a experiência missionária, com sua experimentação de outras realidades sociais e culturais, alimentava subterraneamente a defesa e a adesão ao molinismo, o qual, em certa medida, permitia traduzir a constatação da variedade enorme da "psicologia humana" – do "outro" que é o reformado, mas é também o pagão de além-mar – em heterogeneidade de formas convergentes para o mesmo horizonte salvífico. Afinal, este "salto" seria possível apenas a uma teologia e filosofia moral que enfatizassem a liberdade da ação e da personalidade humanas.

Assim, o debate entre livre-arbítrio e graça submetido ao enquadramento teológico molinista, contribuiu para uma reorganização do campo ético, e, também, influiu significativamente na produção historiográfica jesuítica do mesmo período: (1) facilitando a

---

[5] A respeito cfr. os ainda indispensáveis verbetes "Molina" e "Molinisme" escritos por Edmond Vansteenberghe para o *Dictionnaire de théologie catholique, contenant l'éxposé des doctrines de la theologie catholique, leurs preuves et leur histoire*. Dirigido por J.-M. Alfred Vacant e Eugène Mangenot. Paris: Émile Amann, 1903-1972, vol. X/2, 1929, coll. 2090-92 e coll. 2094-2187.

[6] Essa leitura mais contemporânea do molinismo, interpretando-o não apenas como debate dogmático, propriamente escolástico, mas como reflexão da arte de "governar as consciências" é sugerida por Franco Motta. *Bellarmino*. *op. cit.,* pp. 534-38.

conversão das categorias explicativas da ação humana próprias do relato histórico renascentista (a virtude reabsorvida como livre-arbítrio; a fortuna como "agente clandestino" da providência); (2) interferindo nos mecanismos de auto-representação da Companhia e na constituição de sua memória/*monumenta*, permitindo criar para si mesma um poderoso e apologético mito de origem: o da vocação missionária, verdadeira "*rázon*" da Companhia de Jesus.

3. Nessa obra, os modelos historiográficos elaborados por Sacchini e mais tarde por Daniele Bartoli (1635-85), são retomados por Ribadeneyra que adere à nascente fórmula da "história domus" e utilizava o conhecimento histórico como ilustração (*exemplus*) e argumento (*ratio*) de específicas teses teológicas. A opção doutrinal, por sua vez, presidia os limites e o sentido da retomada do corpus literário e filosófico humanista, assim como permitia uma absorção "disciplinada" das forças agentes na história, afirmadas pelo modelo historiográfico renascentista – virtude, glória e fortuna –, agora traduzidas pelos conceitos de livre-arbítrio, glória celeste e graça. Supomos aqui que tal conversão tenha sido possível aos intelectuais jesuítas pela adoção oficial, dentro da Companhia, de um enquadramento teológico específico, o molinismo, capaz de assegurar a autonomia e o valor da ação livre do homem sem desmerecer o influxo da graça divina.

Finalmente, cabe ressaltar que o fato do pensamento histórico e moral de Rybadeneira ter sido elaborado no embate direto com importantes correntes do antijesuitismo católico do final do século XVI – a corrente dominicana entre outras – incentivou mecanismos de auto-representação que, de forma especular, forjaram uma identidade institucional missionária e ativista, em oposição à "decadência" de ordens tradicionalistas, como a *Ordo Praedicatorum*.

Referências Bibliográficas:

BARBUTO, G. M. **Il príncipe e l'anticriso. Gesuiti e ideologie politiche**. Napoli: Guida Ed., 1994.

BARTOLI, Danielo. **Istoria della Compagnia di Gesu dell'Italia**. (ed. de 1643) Firenze: Ponte alle Grazie, 1994.

BERTELLI, Sergio. **Rebeldes, libertinos y ortodoxos en el Barroco**. Barcelona, Ed.Península, 1984.

FIRPO, Massimo. (org). **Nunc alia tempora, alli mores. Storici e storia in età postridentina**. Firenze: Olschki, 2005.

FUMAROLI, Marc. **L'Âge de l'éloquence**. Paris, A. Michel, 1994.

OLIVIERI, Achille. (org). **Immagini dell´uomo e trasformazioni della storia nel Rinascimento**, Milano: Unicopli, 2000.

NEVEU, Bruno. **Erudition et religion**. Paris, A. Michel, 1994.

RIBADENEYRA, Pedro de. **Tratado en el qual se da Rázon del Instituto dela Religión de la Compañía de Iesús**. Madrid: Imprenta del Colégio de la Compañía de Iesús, 1605.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Urbanização e Paisagem na Região da Baía NoroestedDe Vitória

Eneida Maria Souza Mendonça[1]

Resumo: Este artigo expõe as transformações na paisagem da região noroeste de Vitória, intensamente ocupada a partir da década de 1970, em aterro de lixo sobre mangue. As fontes para identificar as referências da paisagem até o século XIX foram os relatos de viajantes, seus desenhos e cartografia. As transformações do século XX foram investigadas a partir de crônicas e levantamento aerofotogramétrico. Até o início do século XX, a região estudada, mantinha inalteradas suas referências paisagísticas. A manutenção da linha d'água, da vegetação de mangue e da visibilidade das elevações rochosas alcançava convivência diante da economia da época. A abertura de estrada propiciando o transporte rodoviário ofereceu novos pontos de vista para admiração da paisagem, neutralizou o percurso marítimo e propiciou ocupação conflitante com a permanência de alguns dos referenciais da paisagem.

Palavras-chave: paisagem, urbanização, história urbana

Abstract: This paper shows the landscape changes on the north-west region of the island of Vitória. The region was intensively occupied since 1970 after land-filling in some of its mangroves. Sources to identify landscape references up to the 19 th century were travelers' writings, drawings and maps. Changes in the 20 th century have been analyzed using chronicles and bird eye photography. Up to the beginning of this century, the region has kept its landscape references without changing. The maintenance of the water line, the mangrove vegetation and the rock formations allowed conviviality according to that time economy. The opening of a road for the circulation of vehicles has offered new points of view for landscape contemplation. However it has also neutralized the sea circulation and has led to conflicting occupation of the region which has only kept some of its landscape references.

Key-words: landscape references, urbanization, urban history.

INTRODUÇÃO

A região aqui abordada corresponde à delimitação delineada em pesquisas anteriores realizadas pela autora, com o intuito de estudar aspectos relacionados à paisagem. A área apresenta uma relativa homogeneidade quanto aos aspectos sócio-econômicos e quanto à configuração espacial, conformada por urbanização, em grande parte, promovida por meio de autoconstrução. Esta delimitação envolve estreita faixa costeira acompanhando a região

[1] A autora é professora adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

oeste e norte da Ilha de Vitória, entre a chamada *2ª ponte* e a Ponte da Passagem e entre a rodovia Serafim Derenzi e a linha d água. A despeito de contar com exceções, como os bairros de Ilha das Caieiras e Santo Antônio, a região em sua grande extensão teve sua ocupação intensificada a partir da década de 1970, em aterro de lixo sobre mangue, por população excedente do processo de desenvolvimento econômico que se instaurava em Vitória e no Espírito Santo. Tratava-se da transição de economia até então voltada para a agro-exportação, com base na cultura cafeeira, para a economia voltada para a grande-indústria, sobretudo de base siderúrgica, que inseriu o estado no contexto nacional dos grandes projetos (ROCHA e MORANDI, 1991). A área compreende cerca de cinqüenta mil habitantes, conforme o Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, abrangendo quatorze bairros. São eles: Andorinhas, Santa Marta, Joana D'Arc, Resistência, Nova Palestina, Redenção, Santo André, Ilha das Caieiras, São Pedro, Grande Vitória, Estrelinha, Inhanguetá, Santo Antônio e Mário Cyprestes.

As questões voltadas ao estudo da paisagem foram anteriormente tratadas em pesquisa denominada ***Método de análise e construção da paisagem*** com objetivo de estruturar metodologia para orientar a futura ocupação urbana, diante do intenso processo de urbanização vigente, de modo a manter, entretanto, os principais referenciais da paisagem. A pesquisa iniciada em 2003 teve como área objeto de estudo inicial, a região leste de Vitória, foco do interesse imobiliário local. No ano seguinte, o método preliminarmente estruturado foi ensaiado na área oeste de Vitória, área também objeto deste artigo, de modo a testar os procedimentos metodológicos alcançados em área diferenciada da anterior do ponto de vista social, econômico e imobiliário. Neste sentido, cabe observar que a região da Baía Noroeste de Vitória, embora alheia ao mercado imobiliário local, contou com intenso processo de urbanização, a partir da autoconstrução, gerando também, a exemplo da área leste, significativa transformação na paisagem. Estes estudos, ao partirem da preocupação quanto à visibilidade dos referenciais da paisagem, procuraram sem dúvida, também, abranger a acessibilidade e apropriação destes ambientes. Como conseqüência, pesquisas posteriores àquela procuraram tratar da ***Análise e construção do espaço público de Vitória***, alcançando em estudo comparativo, o oeste e o leste da ilha.

Como base para a realização destas pesquisas, cabe indicar o conhecimento no campo da história como fundamental à compreensão dos processos atuais e como referência para a formulação de proposições. Neste sentido, um dos procedimentos do método de análise e construção da paisagem, consistiu na identificação dos referenciais da paisagem sendo as

fontes históricas de relevante importância. Neste contexto, são considerados os escritos diversos que possam apresentar o contexto paisagístico anterior ao processo de urbanização, do mesmo modo que iconografia relativa a desenhos, fotografias e cartografia, por meio da qual seja possível acompanhar as transformações da paisagem ao longo do tempo. Os projetos de urbanização e respectivos memoriais são também fontes importantes de consulta.

No caso específico deste artigo, as fontes privilegiadas para tratar a transformação da paisagem na região oeste de Vitória foram os relatos de viajantes que percorreram a região até o século XIX e respectivos desenhos, bem como cartografia da época. Com relação ao contexto relativo ao século XX, outras fontes se fizeram presentes de modo mais significativo, como os relatórios de governo, crônicas e fotografias.

Deste modo, os capítulos a seguir, tratam separadamente o período até o século XIX, abrangendo deslocamento temporal mais amplo, porém sem alterações paisagísticas significativas e posteriormente, o século XX, reportando às transformações mais marcantes.

BAÍA NOROESTE DE VITÓRIA: URBANIZAÇÃO E PAISAGEM ATÉ O SÉCULO XIX

A região oeste de Vitória participa do processo de ocupação desde o início da colonização, como porto inicial, em praia, considerando-se a dificuldade das embarcações da época, de aportar na região sul da ilha, conformada por falésias (MENDONÇA, 2005). Esta abordagem é confirmada por Oliveira[i] que descreve a descoberta da ilha, em 1535, logo que os portugueses chegaram ao Espírito Santo, desembarcando em Vila Velha, sede primeira da capitania. A estreiteza das águas da baía na qual a ilha de Vitória encontra-se encravada fez os colonizadores imaginarem que se tratava de um rio.

Cerca de quinze anos depois, após Vitória ter se tornado sede definitiva da capitania, observou-se modificação na paisagem, adaptando-se a região sul da ilha à possibilidade de aportar embarcações, uma vez que a vila e posteriormente cidade foi erguida na área elevada situada nestas proximidades.

Nos relatos examinados, observou-se que a menção à condição insular de Vitória remetia muitas vezes à navegação ao redor, que de forma indireta incluía as águas da região oeste. De todo o modo, como aspectos gerais da paisagem sobressaem os elementos relativos à ilha, às montanhas e às águas.

Neste sentido o padre jesuíta Jácome Monteiro em 1610, conforme transcreve Oliveira, apresenta descrição genérica da imagem geral do lugar: “A Capitania está situada

em uma boa ilha, cercada em contorno de grandes montanhas ou rochas de pedra viva..." (OLIVEIRA, 1995: 136-7).

Por outro lado, Francisco Manoel da Cunha em 1811, em Bittencourt, descreve de modo mais detalhado a inserção insular de Vitória em sua baía:

> *Esta vila de Vitória, está situada em uma espécie de ilha: o braço de mar, que forma o ancoradouro, segue o oeste por mais de légua e meia, e dirigindo-se para o norte e leste, torna a engolfar-se no mesmo mar: a largura desta ilha de norte a sul será pouco menos de duas léguas, e de leste a oeste a sua extensão não é regular.* (BITTENCOURT, 1989: 56)

Também com relação ao contexto geral da paisagem e tratando a baía de Vitória como o "belo rio do Espírito Santo", o príncipe Maxilimiliano, em 1816, registra:

"A bela superfície do rio vasto é semeada de numerosas ilhas verdejantes, e a vista, aonde quer que lhe siga o curso através da região, encontra sempre um pouso ameno nas altaneiras e fragantes montanhas vestidas pela mataria." (BALESTRERO, 1976: 49)

Ainda observando a questão relativa à navegação e tratando especificamente da região oeste, o rio Santa Maria que desemboca na Baía de Vitória e o pequeno porto na Ilha das Caieiras, como intermediário à navegação entre Vitória e as fazendas no interior, são os elementos da região oeste de Vitória, mais marcantes nos relatos de viajantes, no século XIX. A ilha das Caieiras é constantemente mencionada como ponto de baldeação de embarcações de portes diferentes, tendo em vista que somente às menores era possibilitado adentrar ao rio Santa Maria. Sobre este rio, há referências a diversas fazendas às suas margens, e respectivos portos, bem como, à constante navegação de mercadorias e passageiros por canoas, denotando vitalidade econômica. Os valores estéticos da paisagem que envolvia o rio também era motivo de destaque, como o relato de Francisco Manoel da Cunha em 1811: "O rio Santa Maria, que deságua no braço de mar que forma o ancoradouro da vila de Vitória, é assaz belo: as suas margens são cobertas de fazendas, e as matas vizinhas compõem-se de preciosas madeiras" BITTENCOURT, 1989: 57. Observa-se aqui que as fazendas, aparecem como elementos artificiais que inseridos à paisagem, contribuem para a beleza do lugar, cabendo aqui, neste contexto estético, destaque para a relação e escala, no sentido das dimensões físicas, entre estes elementos e a paisagem pré-existente.

Era comum, nos relatos estudados perceber não só menções genéricas aos morros da região, mas também descrições e desenhos referentes a alguns específicos. Dentre estes, encontram-se referências a morros avistados a partir da região oeste de Vitória, como o

Mestre Álvaro, conforme registro de D. Pedro II "do caminho para a foz do rio Santa Maria..." (ROCHA, 1980: 91) e da princesa Teresa da Baviera em 1888, conforme descrição de Rocha:

"As capoeiras das margens tornavam-se sem interesse para a naturalista: sua vista não podia alcançar panoramas vastos, em virtude das colinas e das elevações. Tal ocorreu no pequeno povoado do Porto das Pedras, donde ainda se admirava a serra de Mestre Álvaro" (ROCHA, 1971: 136).

Neste sentido, até o final do século XIX, a paisagem da região noroeste de Vitória era marcada pelas águas, onde era exercida a navegação e comunicação com o interior pelo Rio Santa Maria, a vegetação das margens e as matas das regiões mais elevadas, os morros como o Mestre Álvaro e os artefatos construídos pelo homem, como as fazendas e os pequenos portos, como o da Ilha das Caieiras, ponto de baldeação entre a capital e o interior.

BAÍA NOROESTE DE VITÓRIA: URBANIZAÇÃO E PAISAGEM ATÉ O SÉCULO XIX

Até a construção da Ponte Florentino Avidos em 1928, a navegação era fundamental em Vitória, tanto no que dizia respeito ao transporte de passageiros, quanto ao de mercadorias (MENDONÇA, 2005). Ligando Vitória ao continente, esta ponte apresentou-se como elemento complementar e estruturador do transporte portuário, que ao longo da primeira metade do século XX, exigiu vultuosos investimentos em recursos e em transformações urbanas modernizando a capital capixaba e sua economia (SIQUEIRA, 1984). O reaparelhamento do porto permitiu a centralização em Vitória do poder político, administrativo e econômico, conforme idealizado ao final do século XIX por Muniz Freire. Até então, dividindo o movimento portuário com Itapemirim ao sul e São Mateus ao norte, Vitória escoava apenas a produção relativa à região central do estado, que até ela chegava por intermédio da navegação pelo Rio Santa Maria (CAMPOS JUNIOR, 1996). Mesmo com o incremento gradativo do porto e a conformação de rede ferroviária a ele complementar, o Rio Santa Maria permaneceu como escoadouro da produção de parte da região central do estado, até que os meios rodoviários fossem incrementados.

Embora seja possível afirmar que as transformações mais significativas da paisagem na região noroeste de Vitória tenham ocorrido a partir da década de 1970, com a ocupação do mangue por palafitas, seguida de aterro sobre lixo, algumas situações anteriores

são dignas de menção. Uma delas refere-se à instalação da ponte Florentino Ávidos, em estrutura de metal, de origem alemã, em cinco módulos contínuos, ligando o continente à pequena Ilha do Príncipe e outro módulo isolado ligando esta à Ilha de Vitória. Este aparato, edificado na região sudoeste de Vitória, tornou-se desde então significativo marco da paisagem. Este não se encontra exatamente na área de estudo delimitada; mas por ser a ela vizinha e pelo forte impacto que representa, merece aqui esta menção. Outro elemento relevante, também a sudoeste, é o cais de hidroaviões em Santo Antônio, que nas décadas de 1930 e 1940 permitiu a inserção de Vitória em nova modalidade de transporte. O próprio bairro de Santo Antônio na década de 1910, onde passou a chegar a linha de bonde e recebendo também o cemitério, constituiu-se em caracterização de paisagem urbanizada, diferenciando-se, portanto, da anteriormente composta de manguezal na orla e mata atlântica nas partes mais elevadas.

No entanto, relevante não só pela transformação imediata, na paisagem, mas sobretudo pela possibilidade de deslocamento e experimentação do ambiente, abrangendo toda a área de estudo, a Estrada do Contorno da Ilha de Vitória, é lançada em 1939, com vistas à melhoria do escoamento de produtos agrícolas e também com vistas ao turismo(REVISTA VIDA CAPIXABA, 1941), conforme relato a seguir.

> *A estrada do Contorno à ilha de Vitória é, talvez, a iniciativa de maior expressão para a vida da cidade, nestes últimos tempos. Não só pelo maravilhoso espetáculo, com lindas perspectivas conhecidas até agora pelos próprios capixabas como ainda pelo atrativo de seus aspectos, oferecendo um dos melhores e mais agradáveis pontos turísticos.* (REVISTA CHANAAN, 1939)

A Ilha das Caieiras seria mantida como porto intermediário das embarcações que desciam o rio Santa Maria; no entanto, as mercadorias seguiriam para outros pontos da capital e para o próprio porto de Vitória, por terra.

Independente das dificuldades e da ausência de infra-estrutura de apoio para que a estrada do Contorno, atual rodovia Serafim Derenzi se tornasse de fato via para escoamento da produção, cabe salientar seu papel relevante na transformação da paisagem, tendo propiciado um novo ponto de vista para visualização e apropriação do lugar.

Tal apropriação teria ocorrido de modo abrupto, algumas décadas mais tarde. Conforme já indicado, nos anos de 1970, a área oeste de Vitória foi ocupada por população migrante (ALMEIDA e GOBBI, 1983), de baixa renda e excedente do processo de desenvolvimento econômico que passou a vigorar no Espírito Santo com a instalação dos Grandes Projetos Industriais. A partir de então, a transformação na paisagem foi significativa

em intensidade e em extensão, além de contar com sucessivas e superpostas etapas. Estas, iniciadas pelo lixo sobre o mangue, têm como seqüência a construção de palafitas e estreitas pontes de madeiras sobre o misto de lixo e mangue, recebendo posteriormente aterro, urbanização e construção de alvenaria, tornando-se então bairros.

A densa ocupação constituída na baía noroeste, na margem de Vitória, contrasta com o ainda verde mangue da foz do rio Santa Maria, na margem dos municípios vizinhos de Serra e Cariacica, com o morro do Mestre Álvaro ao fundo, a despeito das pressões imobiliárias residenciais e empresariais que se aproximam de seu entorno. Dentre estas cabe indicar a previsão de construção do condomínio de luxo Alphaville Jacuí, às margens do mangue, na Serra, projeto que inclui acesso náutico, por meio da Baía Noroeste de Vitória.

Deste modo, observa-se que ao longo do século XX, embora fosse possível perceber a manutenção de determinadas referências paisagísticas anteriores, como as águas, a vegetação e os morros, constatou-se principalmente que o processo de urbanização empreendido foi responsável pela conformação de uma nova paisagem. Este processo inicialmente acrescentou novos elementos construídos, marcantes e articulados às águas, como a ponte Florentino Avidos e o Cais de Hidroaviões. Outro tipo de alteração da paisagem ocorreu a partir de um processo de urbanização que se instalou no lugar da natureza, empreendendo melhorias urbanísticas da época, como o bonde, o cemitério e o Bairro de Santo Antônio. Um elemento considerado especialmente marcante na paisagem, foi a rodovia Serafim Derenzi, pela intervenção longitudinal ao longo de toda a extensão oeste-norte-nordeste da ilha, mas também como veículo que passou a permitir novas experiências relacionadas à paisagem. Entre elas estão os novos pontos de vista para apreciação da paisagem; uma outra experiência, mais intensa e abrangente, resultou na ocupação maciça do manguezal, sucessivamente por lixo, palafitas, aterros até alcançar a urbanização formal.

Como perspectiva imediata para o início deste século XXI, percebe-se a possibilidade de alteração do valor imobiliário do local, com a perspectiva de instalação de condomínio de luxo às margens do mangue. Esta possibilidade alude para novas transformações na paisagem e também, inquietações, quanto às extremas desigualdades sociais, se considerada a destoante configuração social emergente próximo à região que abriga a população mais pobre de Vitória.

BIBLIOGRAFIA

A estrada do contorno à Ilha de Victoria e suas perspectivas. **Revista Vida capixaba**. Vitória, nº520, mar.1941.
ALMEIDA, Amylton de; GOBBI, Henrique. **Lugar de toda pobreza.** Vitória:UNIGRAFIC – Editora gráfica LTDA., 1983.
BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **O povoamento do Espírito Santo (a marcha da penetração do território)**. Viana: 1976.
BITTENCOURT, Gabriel. **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1989.
CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
Estrada de Contorno.**Revista Chanaan**. Vitória, nº36 e 37, out.1939.
MENDONÇA, Eneida Maria Souza A reinvenção da orla como ambiente urbano em Vitória – ES In: **XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz**, Londrina: ANPUH/Universidade Estadual de Londrina, 2005.
OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1995.
ROCHA, Haroldo Correa, MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo - 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.
ROCHA, Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Brasília: EMBRASA, 1971.
ROCHA, **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1980.
SIQUEIRA, Maria da Penha. **O Desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Amarelo Manga e o Beco dos Milagres:
Cinema e identidade cultural na américa latina

Joelma Ferreira dos Santos*

Resumo. Este trabalho tem como objetivo identificar elementos que expressem a identidade ou as identidades culturais na América Latina a partir de dois filmes: **O *Beco dos Milagres*** (*El callejón de los milagros*, México, 1994, direção de Jorge Fons) e ***Amarelo Manga*** (Brasil, 2003, direção de Cláudio Assis). Devido à complexidade que envolve a questão da identidade cultural, uma discussão acerca do tema é essencial. Para tanto são utilizadas, como referencial, as abordagens teóricas de Stuart Hall e Nestor García Canclini. O trabalho está pautado na análise comparativa das narrativas fílmicas utilizadas como fontes, buscando pontos de semelhança e divergência, e usando como parâmetro a latinidade expressa em alguns estereótipos.

Palavras-chave: Cinema – Identidade Cultural – América Latina.

Abstract: This work aims to identify elements which express the identity or culturals identities in Latin America from two films: *El callejón de los Milagros* (Mexico, 1994, directed by Jorge Fons) and *Amarelo Manga* (Brazil, 2003, directed by Cláudio Assis). Due to the complexity that involves cultural identity matter, is essential a clear discussion about this subject. In fact, the theoretical approaches by Stuart Hall and Nestor Garcia Canclini has been used as a referencial for that. The work is ruled in the comparative analyses of film's narratives used as sources, fetching for points of similarity and divergence, and using as parameter the expressed latinidade in some stereotypes.

Words-key: Cinema – Cultural Identity – Latin America.

Observando diversos filmes estrangeiros, especialmente hollywoodianos, pude constatar que havia características comuns entre os personagens apresentados como latinos. A "latinidade" que esses filmes buscam mostrar não é percebida apenas pelos traços fisionômicos dos personagens, mas também por suas características psicossociais. A imagem estereotipada da América Latina não se atém apenas ao povo, estende-se também ao espaço territorial. Mesmo em filmes cujos enredos se desenvolvem com personagens e em cidades norte-americanos, a imagem estigmatizada dos latinos é transmitida.

A partir de uma observação semelhante, Mirian Rossini realizou uma investigação, buscando analisar a maneira como somos representados pelo cinema norte-

* Especialista em História: Cultura Urbana e Memória, pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

americano, o que ensejou um trabalho complementar, cujos resultados foram apresentados no ensaio intitulado "O que mostramos de nós. A América Latina nas telas", através do qual ela percebe que esses estereótipos não são apresentados apenas através das obras hollywoodianas; são tomados como espelho, na medida em que, segundo sua análise, o próprio cinema latino os projeta como características latino-americanas.

Lançando um olhar mais cuidadoso sobre as sociedades periféricas na contemporaneidade, não é difícil compreender as constatações da referida autora. A intensificação do processo de globalização diminui, segundo Canclini (2005:130), "a importância dos referenciais tradicionais de identidade". Grandes mudanças ocorrem com a abertura das economias locais para os mercados globais.

Para Stuart Hall (2003:24-25), "a época moderna fez surgir uma forma nova e decisiva de *individualismo,* no centro da qual erigiu-se uma nova concepção de sujeito individual e sua identidade". A intensificação das transformações sociais vai desestabilizá-lo, tornando sua identidade múltipla, instável, fragmentada, diante da diversidade de papéis que passa a assumir em sua interação com o social, fazendo emergir o que ele chama de "sujeito pós-moderno". É a partir da idéia de sujeito fragmentado que Stuart Hall pensa a identidade cultural que, para ele, está diretamente relacionada à idéia de identidade nacional, sendo, portanto, uma "comunidade imaginada", conforme expressão de Benedict Anderson. De acordo com Hall, "as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*". O autor analisa, ainda, que "uma cultura nacional é um *discurso*" (HALL, 2003:48, grifos do autor). Hall traz aqui, portanto, dois conceitos chave para a reflexão acerca de identidade: discurso e representação.

Embora haja diversas discussões em torno do conceito de representação, Stuart Hall a concebe como um conjunto de significados produzidos no interior de um sistema cultural. Por discurso compreende "um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (HALL, 2003:50). É nesse sentido que utilizo os referidos conceitos e é através dos discursos que analiso as obras.

Para pensar em identidade cultural na América Latina, a partir da perspectiva de Hall, foi necessário refletir sobre esse complexo operador que é a pós-modernidade. Existem vários teóricos que discutem a pós-modernidade e não há um consenso no que se refere a ela: se significa ou não uma ruptura com a modernidade ou mesmo quando tem início. A questão se torna ainda mais complicada quando se pensa em termos de América Latina, já que, para muitos autores, ela sequer entrou na modernidade.

Canclini (2000:28) concebe "a pós-modernidade não como uma etapa ou tendência que substituiria o mundo moderno, mas como uma maneira de problematizar os vínculos equívocos que ele armou com as tradições que quis excluir ou superar para constituir-se". Para Canclini, a América Latina é um continente heterogêneo onde, em cada país, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento. Utiliza o termo *culturas híbridas* para dar conta da complexidade cultural latino-americana.

A respeito de hibridismo cultural, Homi Bhabha traz uma importante contribuição, embora sua discussão não seja específica sobre a América Latina. Bhabha vê o hibridismo como uma negociação de valores e argumenta que "a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica" (BHABHA, 2003:20-21).

Nelson Vieira, por sua vez, percebe o hibridismo como estratégia, na medida em que vislumbra a possibilidade de "obras ou discursos que podem criar um certo desconforto cultural", por manifestarem hibridismo ou alteridade, poderem "ser vistas como vias para se descobrir novas referências culturais e sociais e, sobretudo, para se reconhecer a *coexistência* de identidades, culturas e histórias múltiplas..." (VIEIRA, 1996:08, grifo do autor).

Seguindo as pistas de Vieira em relação à literatura, pude observar que no cinema latino-americano, especialmente a partir da última década do século XX, têm surgido, cada vez mais, obras que causam desconforto cultural, embora muitas permanências sejam observadas. *O Beco dos Milagres* (*El Callejón de los Milagros*, México, 1994), direção de Jorge Fons, e *Amarelo Manga* (Brasil, 2003), dirigido por Cláudio Assis, são exemplos disso. Embora tais filmes tenham como fios condutores de suas narrativas os encontros e desencontros amorosos de seus personagens, trazem, como discurso subjacente, diversas questões relacionadas à identidade cultural.

Em *Amarelo Manga*, os personagens são tipos muito diferentes entre si, não apenas no que concerne às características étnicas, mas, especialmente, em relação ao comportamento que apresentam. As características em comum se restringem ao fato de pertencerem às camadas populares e morarem na mesma zona periférica.

A narrativa se desenvolve basicamente em dois ambientes internos: o Texas Hotel, que funciona em um prédio decadente, e o Bar Avenida. As cenas externas mostram uma Recife cheia de periferias e mazelas sociais. No desfile de personagens de *Amarelo Manga* há espaço para a religiosidade, a homossexualidade, a perversão, a insatisfação, a angústia, o preconceito, a reflexão e, principalmente, o conflito. Embora os personagens não

apareçam totalmente estereotipados, apresentando, cada um, características diversas, ainda vêm à tona alguns dos estereótipos atribuídos ao brasileiro.

Já *O Beco dos Milagres* é ambientado na Cidade do México e, a exemplo do primeiro, também traz personagens e relações conflituosas, como a que envolve Rutilio, a esposa e o filho numa das três histórias que se cruzam na narrativa fílmica.

Amarelo Manga apresenta um tipo de narrativa clássica, conforme definido por Xavier (2003:68). No início do filme um dos personagens passeia de carro pelas ruas de Recife enquanto ouve uma notícia policial através de uma rádio local. A notícia, que pode passar despercebida para os espectadores que estão assistindo pela primeira vez, é a culminância do filme. A partir de então, a narrativa se desenvolve.

O Beco dos Milagres, por sua vez, utiliza uma estrutura pouco usual à época e que terá sua fórmula repetida, com algumas variações, por outros que se seguiram, como *Amores Brutos* (Amores Perros, México, 2000), dirigido por Alejandro Gonzalez Iñarritu. São três histórias que se cruzam. Entretanto, enquanto *Amores Brutos* tem início com a cena que marcará a vida dos três personagens cujas histórias serão contadas a partir de então, *O Beco dos Milagres* narra as histórias dos três personagens, além do desfecho das mesmas, numa seqüência linear e sucessiva. Os enredos dos personagens centrais são retomados do mesmo ponto e seguem repetindo a narrativa sob o ponto de vista de cada um deles. Para o espectador é como ver/ouvir a versão de cada um para o mesmo fato, ou como acompanhar os caminhos diversos desses personagens seguidos por diferentes câmeras. As cenas por vezes se repetem, como em *flashback*, mas sob outro ponto de vista.

As relações matrimoniais constituem um tema central em *O Beco dos Milagres*. O casamento aparece no filme de Jorge Fons como uma possibilidade para os jovens e como uma necessidade premente para os mais idosos.

Os conflitos gerados em torno desse tema também estão presentes em *Amarelo Manga* e se expressam no binômio esposa/amante. A personagem Kika se mostra a esposa ideal, "porque é crente" e isso implica em um comportamento diferenciado em relação às outras mulheres. "Na cama ela até que é fraquinha, ela é boa é como mulher [entenda-se, esposa], é crente..." Essa observação de seu marido marca uma diferença construída ao longo dos séculos entre a esposa virtuosa e a amante. Ao ressaltar essa característica da esposa, Wellington acaba por justificar o fato de ter uma amante. A ambigüidade do seu comportamento em relação à esposa, no entanto, não pára por aí. Mesmo sabendo da sua opinião acerca da traição, não hesita em traí-la. Entretanto, ao mesmo tempo em que a desrespeita, traindo-a, exige dos outros o mais absoluto respeito e não admite que ninguém se

refira a ela com palavras de insulto. Quanto à amante, em sua opinião, merece todos os adjetivos que lhe são imputados.

Ao expressar nítido conforto com essa situação, Wellington acaba reforçando um discurso construído ao longo dos séculos. O verdadeiro macho precisa de uma esposa honesta, dedicada ao lar, e de uma amante para ser exibida como troféu perante os amigos e satisfazer suas fantasias. Na sociedade colonial portuguesa essa regra foi estabelecida e seguida à risca: os senhores tinham em suas esposas recatadas o protótipo da virtude, e nas escravas a certeza do prazer carnal.

Essa atitude machista se perpetuou através das gerações e por intermédio de um outro comportamento, mas que segue essa mesma linha. As moças de famílias distintas deviam se guardar puras para o casamento enquanto os homens tinham sua iniciação nos prostíbulos ou com as empregadas domésticas, vistas também como uma subcategoria de mulher. A conservação do "estado de pureza" no aguardo do casamento, obrigação de qualquer "moça de família" foi tema exaustivamente explorado por obras da literatura, cinema e televisão, como exemplifica *Os sete gatinhos (1980)*, filme dirigido por Neville d'Almeida, adaptado da obra vanguardista de Nelson Rodrigues, cujo desfecho é dramático.

Com uma carga de dramaticidade um pouco menor, uma situação parecida é explorada através da personagem Alma, em *O Beco dos Milagres*. Permanecendo virgem, Alma se torna uma espécie de moeda nas mãos de sua mãe, que sonha e, acima de tudo, corre atrás de um casamento à altura do "tesouro" guardado pela filha. Não conseguindo mais esperar por Abel que, embora apaixonado não apenas a respeita como se recusa a deixar-se seduzir por ela, Alma acaba cedendo aos impulsos sexuais e financeiros, cai em mãos de um traficante e se prostitui. Neste caso, a prostituição voluntária de Alma acaba funcionando como uma dupla punição ao noivo que, por considerá-la "moça de família", ignora seus apelos antes do casamento e acaba perdendo não só a noiva como a própria vida.

Esse tipo de história remete, portanto, aos filmes melodramáticos das décadas de 40 e 50, quando os enredos tinham um fundo moralista, acentuando ainda mais os valores judaico-cristãos cultivados.

Os dois filmes em questão tratam também, de forma madura, de um tema ainda espinhoso em países latino-americanos, impregnados com traços de uma cultura onde, historicamente, não houve espaço para minorias de qualquer tipo: o homossexualismo. Ao longo dos séculos essa questão foi abafada ou tratada de maneira sutil, seja pelo cinema, literatura ou televisão. Ilustrativo do cuidado que a abordagem suscita foi o fato da maior rede

de TV do Brasil realizar pesquisas de opinião pública antes de decidir levar ao ar um beijo gay em suas novelas.

Em *O Beco dos Milagres* a homossexualidade de Rutilio, ainda que manifestada relativamente tarde, é abordada como uma opção, tanto quanto a heterossexualidade. Após viver longos anos formando uma família tradicional, no mais amplo sentido do termo, já que se comporta como um verdadeiro patriarca, Don Ru se dá conta de que a relação com a esposa não lhe dá mais prazer.

Embora assumindo sua nova opção, Rutilio permanece formalmente casado, mesmo depois que sua esposa toma conhecimento de suas aventuras. A indignação demonstrada pelo filho e pela esposa é compreensível na medida em que o fato pode representar um rompimento do núcleo familiar, e até necessária, numa sociedade onde a tradição tem um peso considerável. Mas a abordagem de Fons não reforça os estereótipos criados e mantidos em torno dos gays. A diferença estabelecida entre ele e os demais homens que freqüentam seu bar está mais no fim que propriamente nos meios. Como homem de meia idade, que já não pode contar somente com os atributos físicos, Rutilio usa a estabilidade econômica adquirida em anos de trabalho para seduzir parceiros, aliás, a mesma estratégia utilizada por Don Fidel para conquistar Alma.

Já Dunga, em *Amarelo Manga*, é o oposto de Rutilio. Frágil diante de situações imprevistas como a morte, ardiloso nas artes do amor, Dunga é um personagem complexo. É, ao mesmo tempo, amigo e traidor. Mas é também estereotipado. A homossexualidade é quase uma deformação do caráter. Quando não se trata das relações amorosas, comporta-se de maneira digna, é humano, trabalhador, amigo. Paradoxalmente, a tentativa desesperada de conquistar Wellington faz com que ele se mostre falso, mesquinho, ardiloso, intolerante. Mesmo sendo gay, fala do possível lesbianismo de Dayse de maneira pífia e preconceituosa.

Assim como Dunga, muitos outros personagens se mostram multifacetados. Lígia é um deles. Ela é uma mulher sozinha, dona de um bar, freqüentado pelos tipos mais diversos. Por ser mulher e ter uma atividade tipicamente masculina, de acordo com padrões pré-estabelecidos, é vítima de preconceito, não obstante a sua cor ou, talvez até, por causa dela. Sendo loura e trabalhando num ambiente freqüentado majoritariamente por homens, torna-se objeto de desejo sexual dos freqüentadores. Silvia Oroz (1999:46) argumenta que a loura enquanto objeto de desejo na América Latina é uma construção, tanto quanto a morena na América do Norte.

Embora seja cortejada por todos que freqüentam seu bar, Lígia é uma mulher solitária. Apresenta-se frágil e, ao mesmo tempo, extremamente forte quando o assunto é

defender sua integridade física e moral. É uma mulher que foge aos padrões ditos femininos: joga (no bicho), gosta de futebol, enfrenta e bate ela mesma nos homens que a assediam. Mas, acima de tudo, é uma mulher angustiada e insatisfeita com o tipo de vida que leva. Lígia representa as dificuldades encontradas por mulheres que procuram desempenhar um papel diferente do que foi construído e determinado para elas durante séculos. As grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas parecem ter se refletido com mais força no comportamento feminino que no masculino.

As personagens de *Amarelo Manga*, portanto, dão a chave para a análise de outra questão: a representação feminina em ambos os filmes. As mulheres na obra de Assis apresentam um perfil mais complexo que no filme do mexicano. Oscilam entre a subversão e a submissão a valores estabelecidos.

A partir das situações vividas por mulheres nas duas abordagens aqui discutidas, é possível considerar que a forma como são representadas reflete os ranços de séculos de dominação, distante das transformações pelas quais vêm passando – ainda que se reconheça a generalidade que o termo "mulheres" encerra – e acaba reforçando o discurso machista.

É perceptível nos filmes em questão, principalmente em *Amarelo Manga*, talvez por ser mais recente, que o comportamento apresentado por seus personagens reflete, em grande medida, a complexidade da sociedade atual, mormente no que se refere a suas contradições. Contudo, ainda expressam uma tendência ao multiculturalismo, com mudanças que apontam em direção a uma forma de abordagem onde o hibridismo cultural que caracteriza a América Latina está mais presente.

Portanto, embora conserve diversos estereótipos do povo latino americano, o cinema latino tem se mostrado em consonância com as transformações ocorridas especialmente nos grandes centros urbanos. A exemplo das décadas de 40 e 50, quando os filmes melodramáticos seguiam uma lógica que tinha por finalidade criar um sentimento de pertencimento a uma dada nação ou uma identidade nacional, porque era o momento de formação dos estados nacionais, em tempos mais recentes as produções cinematográficas refletem as sociedades complexas que são, como designa Canclini, um híbrido de tradição e modernidade, com tudo que daí advém.

Dessa forma, se a identidade cultural na pós-modernidade, conforme demonstrado por Stuart Hall, é uma identidade fragmentada, ainda que se questione a pós-modernidade latino-americana, o cinema na América Latina reflete esse caráter fragmentário não apenas na multiplicidade dos tipos que aborda, mas também na complexidade que envolve cada personagem.

REFERÊNCIAS:

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A,1997.

OROZ, Silvia. **Melodrama:** o cinema de lágrimas da América Latina. Rio de Janeiro: Funarte, 1999.

ROSSINI, Miriam de Souza. **O que mostramos de nós.** A América latina nas telas. <Disponível em www.elojoquepiensa.udg.mx/espanol/revis_03/secciones> Acesso em: 30 nov. 2004.

SARAIVA, Juracy Assmann. Literatura e Cinema: encontro de linguagens. In: _____. (Org.). **Narrativas verbais e visuais:** leituras refletidas. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

VIEIRA, Nelson. **Hibridismo e alteridade:** estratégias para repensar a historiografia literária. Conferência apresentada na Universidade de Brown, USA, 1996.

XAVIER, Ismail. Do texto ao filme: a trama, a cena e a construção do olhar no cinema. In: _____. PELLEGRINI, Tânia et al. **Literatura, Cinema e Televisão.** São Paulo: Editora Senac São Paulo : Instituto Itaú Cultural, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Memória Vai ao Cinema: visualidade e convívio social nas lembranças de vida no Cine Theatro Capitólio (Porto Alegre, 1928-1994)

Cláudio de Sá Machado Júnior*

Resumo: O presente artigo é resultado de pesquisa realizada sobre a memória oral do Cine Theatro Capitólio, uma edificação voltada para a projeção de filmes que esteve em atividade entre os anos de 1928 a 1994. A pesquisa objetiva o estabelecimento de vínculos entre a experiência visual do cotidiano como parte integrante de uma rede mais ampla inserida no universo da experiência social. O trabalho caracteriza-se como parte integrante das iniciativas referentes ao processo de constituição da Cinemateca Capitólio, que deve concentrar a memória fílmica e audiovisual do estado do Rio Grande do Sul.
Palavras-chave: Cultura Visual – História Oral – Redes de Sociabilidade.

Abstract: The present article is resulted of research carried through on the oral memory of the Cine Theatro Capitólio, a construction directed toward the projection of films that was in activity between the years of 1928 and 1994. The objective research the establishment of bonds between the visual experience of the daily one as integrant part of an inserted ampler group in the universe of the social experience. The work is characterized as integrant part of the referring initiatives to the process of constitution of the Capitólio Film Library, that must concentrate the movies and audiovisual memory of the state of the Rio Grande do Sul.
Keywords: Visual Culture – Oral History – Groups for Sociability.

Patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre, o Cine Theatro Capitólio foi entregue a população em 1928, através de seu idealizador que se chamava José Faillace. Sabe-se que este homem de raízes italianas investiu grande quantia de dinheiro para a concretização do empreendimento, sacrificando seus rendimentos acumulados durante o período em que trabalhou como alfaiate. Na época, ainda não existia uma das principais vias de acesso que viria a ligar o centro de Porto Alegre à zona sul da cidade. Tratava-se da Avenida Borges de Medeiros, cuja obra somente viria a se concretizar na década de 1930. Desta forma, a saliência geográfica que separava a área do Capitólio das demais partes do centro da cidade fazia com que a edificação do Sr. Faillace se caracterizasse como um local de preferencial visitação daqueles que habitavam as casas de suas redondezas, constituindo-se num dos grandes acontecimentos da região.

[1*] Mestre em História pela PUCRS, coordenador de pesquisa financiada pela FUNDACINE e Petrobrás.

Poder-se-ia afirmar que esta pequena introdução sobre a história do Cine Theatro Capitólio foi realizada através de uma pesquisa com base em documentos de época, arquivos oficiais ou de circulação na imprensa geral. Poder-se-ia ainda ter sido reproduzida a partir de um dos vários livros que narram a história porto-alegrense. Contudo, as fontes de informação da pesquisa são de outra natureza, caracterizam-se por depoimentos orais de cidadãos que tiveram a história de suas trajetórias individuais confundidas com a história da trajetória de exibições do cinema Capitólio. Nas palavras de Marieta Ferreira (1994:08), a linha que relaciona os estudos históricos com os estudos sobre a memória humana "rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente" ao identificar as relações do contemporâneo com este mesmo tempo passado.

Imagem 1 – Fachada central do Cine Theatro Capitólio em dia de exibição do filme *Amando Sem Saber*. Sem data. Fonte: Acervo pessoal de Malvina Pianca.

A fundação do Cine Theatro Capitólio insere-se num contexto mais amplo da iconosfera referente à cultura visual, emergente desde o final do século XIX, da cidade de Porto Alegre, considerando-se a implementação de tecnologias decorrentes de um processo, mais abrangente espacialmente e de longa duração (BRAUDEL, 1986), dados os acontecimentos do desenvolvimento industrial. Na cidade, estes reflexos são sentidos no âmbito da cultura visual com o aparecimento ainda no final do século XIX dos primeiros

ateliês fotográficos e do fetiche da fotografia enquanto artefato que passou a incorporar os elementos que compuseram os meandros da vida cotidiana. Segundo os relatos orais, o ato de ir ao cinema tinha extrema importância numa época em que as opções de lazer eram relativamente limitadas. Como se pode verificar na fotografia da página anterior, o cinema sempre foi um lugar de grande procura pelo público. Em Porto Alegre, a experiência social cotidiana passava pelos "cinemas de calçada" ao menos uma vez por semana, preferencialmente aos domingos e nas sessões matinês.

As projeções de filmes em casas de cinemas caracterizaram-se como componentes da cultura visual de Porto Alegre, ou seja, elementos constituintes de uma diversidade do mundo das imagens, das representações visuais, dos processos de visualização e dos modelos de visualidade (KNAUSS, 2006) da cidade. Tal qual uma grande casa de espetáculos de artes cênicas, houve o tempo em que antecedia a projeção dos filmes uma cortina grande, do tamanho da tela, que ao se abrir anunciava que o filme deveria começar. Na vida real, as pessoas aguardavam com ansiedade o momento preciso da projeção, num desejo que poderia ter sido alimentado durante toda uma semana e que somente viria a ser saciado dias depois, numa sessão específica destinada ao programa do fim de semana.

Imagem 2 – Cena do filme *Amor Cubano*, com chamada na legenda sobre exibição nos cinemas Capitólio, Ypiranga, Orpheu, entre outros. Fonte: *Revista do Globo*, fascículo 20, outubro de 1929.

Na tela do Cine Theatro Capitólio, em plena Porto Alegre da primeira metade do século XX, representava-se um dos ícones mais expressivos da modernidade, que expandia

não somente os valores da cultura estrangeira – como na propaganda vinculada à Revista do Globo, na página anterior, visando a divulgação de um filme que passaria no circuito de cinemas porto-alegrense – como também as pretensões de produção cinematográfica nacional em produções especificamente de estúdios do Rio de Janeiro. Segundo Cláudia Damiani Meyer (1992), a democratização do alcance do cinema, comparada aos outros expoentes das artes, possibilitou uma maior atração de indivíduos em segmentos sociais mais amplos. Além disso, o cinema, e comprovadamente o Cine Theatro Capitólio, atraía um público diversificado em faixas etárias, tanto que, com o decorrer do tempo, foi necessária a formalização pelo governo de uma censura que classificasse os filmes como adequados ou inadequados para determinadas idades.

FÔLHA DA TARDE 24.11.1948 11

OS MENORES E O CINEMA

Declarações do presidente do Sindicato dos Exibidores, sr. Romeu Pianca, a respeito da determinação do Juizado de Menores sôbre o ingresso dos menores de 14 anos nos cinemas da capital

O sr. Romeu Pianca, presidente do Sindicato dos Exibidores de Porto Alegre, quando prestava as declarações que estampamos nesta página, sôbre o ingresso dos menores de 14 anos nos cinemas, à reportagem desta fôlha.

Imagem 3 – Matéria sobre as restrições ao acesso de menores nos cinemas de Porto Alegre. Fonte: *Jornal Folha da Tarde*, 24 de novembro de 1948.

Imagem 4 – *Flyer* do filme *Num Corpo de Mulher*, considerado impróprio para menores de 10 anos. Fonte: Acervo pessoal de Malvina Pianca.

Segundo os depoimentos orais, a inadequação dos filmes estava vinculada aos valores sociais vigentes às suas épocas de reprodução. A indústria cinematográfica compartimentada em segmentos etários chegou a Porto Alegre com a reprodução de filmes e desenhos voltados para o público infantil e infanto-juvenil. O Cine Theatro Capitólio entrou neste circuito e criou sessões especiais para o público jovem, que socializava no intervalo das sessões trocando gibis cujos personagens muitas vezes estavam sendo os protagonistas das telas. Neste processo de tradução intersemiótica, dos quadrinhos aos filmes, as crianças de Porto Alegre eram incitadas a comparar ambas as produções, visando realizar a identificação de diferenças e semelhanças entre elas.

Cinema e sociedade possuem suas temporalidades. Em diferentes tempos, o indivíduo encontrou no cinema o espaço privilegiado para a efetivação de interações sociais. A presença do outro, de todos aqueles que foram integrantes da rede de relações de determinado indivíduo (SCHULTZ, 1979), fortalece o desenvolvimento de atos de sociabilidade que encontrou no cinema um lugar privilegiado para a sua efetivação. Além de caracterizar-se como um lugar de diversão e lazer cujo foco principal era o filme, o cinema, e neste caso específico o Cine Theatro Capitólio, constituía-se como um local de sociabilidade, onde as pessoas se expunham publicamente e os grupos, com determinadas identificações comuns, encontravam-se. O ato de sociabilidade do cinema se estendia para a rua, em atos que poderiam anteceder ou suceder as sessões de cinema, realizando-se em bares, cafés e outros lugares do gênero onde era possível discutir, além de filmes, acontecimentos compartilháveis da experiência cotidiana.

É possível afirmar que na narrativa da experiência de vida mesclam-se acontecimentos de um fato concreto que são submetidos a um filtro narrativo elaborado pela memória e pela linguagem (CONSTANTINO, 2004). Nesta filtragem de acontecimentos, um ponto comum analisado em todos os depoentes caracteriza-se pelo fato de que a sua grande maioria não se recorda com maior vivacidade dos filmes que assistiu, mas sim dos momentos de socialização com os outros ou na experiência de determinado acontecimento que tenha ocorrido dentro da casa de cinema. Neste sentido, apesar do poder exercido pelo visível (MENESES, 2005) das narrativas fílmicas, o que mais permaneceu na memória dos entrevistados foram as recordações vinculadas ao espaço e às pessoas que compartilhavam este espaço. Em outras palavras, quando a memória vai ao cinema, ela demonstra que a composição da cultura visual de uma sociedade vai além das expectativas de uma peculiar diversidade de elementos geradores de representações imagéticas, pois enfatiza mais o convívio do espaço do que o próprio conteúdo visual.

Apesar de ter sido realizado num espaço curto de tempo e numa rede restrita de depoentes, os trabalhos sobre a memória oral de Porto Alegre, vinculada a elementos característicos da visualidade da cidade, demonstram que a abordagem deve ser retomada para que ocorra uma nova reflexão sobre a concepção e sobre o confronto dos conteúdos resultantes de uma memória oral em contraponto a uma visual. O que tem diferenciado uma da outra, atualmente, é seu estado de composição: a oralidade considera o registro de uma atividade física, que é a fala, enquanto a visualidade, vestígios de registros mecânicos realizados por suportes inorgânicos que por vezes auxiliam ou subvertem a imagem mental

(BERGSON, 1999). Neste sentido, a visualidade também pode ser imaterial, pois foi captada pela retina e armazenada na memória individual, caracterizada como orgânica.

Imagem 5 – Fachada central do Cine Theatro Capitólio após o processo de restauração.
Fonte: *Cinemateca Capitólio*, disponível em **www.capitolio.org.br**.

A pesquisa sobre a memória oral do Cine Theatro Capitólio integra as iniciativas referentes à construção da Cinemateca Capitólio, que visa além da recuperação da arquitetura do prédio, à instituição de um espaço para receber a produção de filmes e audiovisuais em geral do estado do Rio Grande do Sul. Os trabalhos foram solicitados pela Fundação Cinema RS (FUNDACINE), instituição originada de uma parceria inédita entre iniciativa privada, governos e produtores e exibidores cinematográficos. Foi parceira expressiva desta iniciativa a Associação dos Amigos do Capitólio (AAMICA), que, a fim de efetivar a concretização do projeto, incitou a mobilização social e a ação de órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, atual proprietária da edificação. O Cine Theatro Capitólio encerrou suas atividades em 1994, época em que os "cinemas de calçada", comumente conhecidos, já estavam numa fase decadente. Após 13 anos, ressurge como importante espaço cultural tanto para Porto Alegre quanto para o estado do Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas:

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1986.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Teoria da História e Reabilitação da Oralidade: convergências de um processo*. In: ABRAHÃO, Maria H. Barreto (org.). **A Aventura (Auto)Biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Pp. 37-74.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História Oral: um inventário das diferenças*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al.. **Entre-Vistas**: abordagens e usos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994. Pp. 01-13.

KNAUSS, Paulo. O Desafio de Fazer História com Imagens: arte e cultura visual. In: ArtCultura. Volume 8, número 12. Uberlândia: UFU, jan-jun de 2006. Pp. 98-115.

MEYER, Cláudia Damiani. *O Cinema em Porto Alegre Visto pela Imprensa (1921-1930)*. In: **Veritas**. Volume 137, número 146. Porto Alegre: PUCRS, junho de 1992. Pp. 273-284.

MENESES. Ulpiano Toledo Bezerra de. *Rumo a uma "História Visual"*. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornélia e NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005. Pp. 33-56.

SCHULTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Literatura portuguesa de resistência: a mulher, a guerra e o intelectual como armas de luta contra o salazarismo.

Maria Antonia Dias Martins*

Resumo: O trabalho aborda a literatura portuguesa de resistência à ditadura imposta pelo Estado Novo português no que se refere aos temas relacionados à condição da mulher portuguesa, à guerra colonial e ao escritor militante. O período estudado se estende de 1968 à 1974 – governo Marcelo Caetano.
As obras analisadas são: "*Novas Cartas portuguesas*", escrita por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, publicada em 1972 que trata da questão feminina; "*O capitão Nemo e eu*", de Álvaro Guerra, publicado em 1973, que retrata lembranças da guerra na Guiné de um ex-soldado português e "*Contos da Solidão*" de Urbano Tavares Rodrigues, publicado em 1970, livro escrito quando o autor encontrava-se preso acusado de conspirar contra o governo.
Palavras-Chave: Salazarismo, Literatura de Resistência, Guerra Colonial.

Abstract: This study deals with the Portuguese literature of resistance against the dictatorship imposed by the Portuguese New State, referring to the topics related to Portuguese woman status, to colonial war and to the militant writer. The studied period lasts from 1968 to 1974 – Marcelo Caetano administration.
The analyzed works were: "*Novas Cartas portuguesas",* written by Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta and Maria Velho da Costa, published in 1972, which deals with the feminine matter; "*O capitão Nemo e eu*", by Álvaro Guerra, published in 1973, which portrays memories of the war in Guinea of a Portuguese ex-soldier and "*Contos da Solidão*", by Urbano Tavares Rodrigues, published in 1970 and written when the writer was imprisoned accused of conspiring against the government.
Key Words: Salazarismo, Literature of Resistance, Colonial War.

A Revolução dos Cravos em Portugal encerrou uma das ditaduras mais longas da história. Esta ditadura havia começado em 1926 com a Revolução que derrubou a Primeira República portuguesa e teve continuidade com o Estado Novo, ancorado na figura do homem forte Antônio de Oliveira Salazar, substituído em 1968 por Marcelo Caetano, que manteve a mesma estrutura política econômica e social do salazarismo.

A imprevista facilidade e a maneira inesperada com que o Movimento das Forças Armadas obteve sucesso no objetivo de derrubar o salazarismo, chocou o mundo. Em um dia o MFA conseguiu derrubar uma ditadura que durava há mais de quatro décadas.

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

Esse sucesso na derrubada do regime salazarista só foi possível por que os militares rebeldes encontraram respaldo na sociedade portuguesa, que tão logo foi acordada pelos revoltosos, tomou para si as reivindicações do Movimento das Forças Armadas e saiu para as ruas exigindo liberdade, democracia e justiça.

Esse contexto social que antecede a Revolução dos Cravos, marcado por conflitos travados entre os que desejavam mudanças e aqueles que impunham a continuidade do regime, acabou afetando a produção cultural. Parte dela passou a refletir esse estado de ânimo do povo lusitano.

Isto é particularmente refletido na literatura portuguesa que surge em Portugal a partir de 1960 e que usa o "experimentalismo da forma" para problematizar a história, o homem e o seu "estar no mundo". A estética é usada na desmontagem de toda uma maneira fossilizada de pensar, viver e de comunicar. O escritor ao manipular sua ferramenta – a palavra – busca re-inventar sentidos, transgredindo formas e significantes para produzir novos significados.

O objetivo deste trabalho é analisar uma parte desta produção literária portuguesa que tinha como objetivo ser um instrumento de resistência à esta ditadura, principalmente no seu último período, ou seja, de 1968 a 1974, governo de Marcelo Caetano.

A base da ideologia salazarista era Deus, Pátria, família e autoridade. Portanto pretendo neste estudo focar a oposição feita pela literatura portuguesa, tendo como base a resistência a esta ideologia, mas que não se circunscreve a ela. Para isso enfoco três obras: *Novas Cartas Portuguesas,* escrita por Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta; *O Capitão Nemo e Eu* de Álvaro Guerra e *Contos da Solidão* de Urbano Tavares Rodrigues.

A escolha destas obras foi pautada pelos assuntos abordados bem como pela experiência vivida pelos autores no que tange ao tema proposto.

O livro *Contos da Solidão*, de Urbano Tavares Rodrigues, publicado em 1970, foi escrito clandestinamente pelo autor no tempo em que ele esteve preso. Urbano Tavares Rodrigues é um escritor que se afirmou como voz dissonante do regime ditatorial português. Sua literatura procurava alimentar na sociedade a indignação e o inconformismo com as práticas exercidas pelo regime, incitando a desobediência e resistência.

A analise deste livro, pretende mostrar como o autor procura estimular a resistência ao sistema político vigente, através das histórias em que ele denuncia os problemas sociais existentes na sociedade lusitana, apontando a fraternidade social como único caminho viável a felicidade humana.

Nesta obra a maioria das personagens femininas é ativa e combatente. Estas personagens são relevantes porque representam uma mulher carregada de angústias, questionamentos e que, acima de tudo a partir de um determinado ponto revela-se atuante, na luta não só pela igualdade de direitos para homens e mulheres mas também, por uma sociedade melhor.

A conscientização e a participação política, ao mesmo tempo em que podem libertar, também podem levar ao sofrimento insuportável. A vida sob ameaça e coerção torna-se muitas vezes, mais pesada do que a capacidade do homem de suportá-la. O autor mostra que um projeto de vida libertador não está livre de sofrimentos. Mas a opção é individual e para o autor Urbano Tavares Rodrigues, era necessário ter liberdade para optar por uma vida digna.

O engajamento político caracteriza as obras de Urbano Tavares Rodrigues que se orienta pelas idéias de Jean Paul Sartre. De todas as relações que se estabelecem na filosofia de Sartre, talvez não se possa apontar alguma mais íntima do que aquela que se dá entre liberdade e engajamento. (Leopoldo e Silva: 2005: 49).

Dentro dessa concepção de liberdade, responsabilidade e compromisso, o papel do intelectual ganha especial destaque. O próprio Sartre era uma expressão deste compromisso.

O autor condensa seus pensamentos e seu momento nos personagens que compõem cada um dos contos. Dois personagens masculinos, Daniel e Mateus, representam a fragilidade dos presos que, na sua condição de encarceramento vivem a solidão, o temor do abandono e do esquecimento por parte dos que estão do outro lado dos muros da prisão e os isola do resto da sociedade.

Outros personagens expressam a impossibilidade de conseguir a felicidade através do amor egoísta, repressor, venal e individualista. Através deles o autor está demonstrando que a felicidade não existe se não estiver acompanhada de justiça, igualdade e liberdade.

Novas Cartas Portuguesas, livro publicado em Portugal em 1972, provocou e ainda provoca nos seus leitores algum tipo de reação que ultrapassa o prazer da leitura. É um livro que incomoda, seja pela linguagem ou pela maneira cruel e chocante que as autoras utilizaram as palavras para representar o universo que as circundava.

A forma como este livro está estruturado não permite que possamos classificá-lo em algum gênero literário como romance, poesia, ficção, etc. Ele perpassa todos estes gêneros inovando também no que se refere à autoria que é tripla – caso *sui generis* dentro do campo literário. Suas autoras são Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria [de Fátima] Velho da Costa, que por causa do livro ficaram conhecidas como as ""Três Marias"". Por

existir uma autoria conjunta não é possível individualizar a participação das escritoras no livro em análise, pois não assinaram nenhuma das partes que compõem a obra.

A obra é uma alusão às *Cartas Portuguesas*, um conjunto de cinco cartas escritas no século XVII, cuja autoria é atribuída a Sóror Mariana Alcoforado, tendo como destinatário um oficial francês marechal Chamilly que participara de expedições francesas em Portugal na época da consolidação da sua independência em relação à Espanha.

Além das personagens recuperadas da obra de Sóror Mariana e daquelas criadas pelas autoras, as próprias escritoras também se tornaram personagens deste livro.

Esta idéia das autoras enquanto personagens é reforçada por cartas que por não possuírem um nome de remetente e/ou destinatário, levam a supor que se trata das próprias autoras falando de seu próprio tempo.

As cartas estão intituladas da seguinte maneira: Primeira Carta I, Primeira Carta II, Primeira Carta III, etc. e estão intercaladas com outros textos, poesias, cartas, estórias, etc. que formam o livro. Nestas epístolas, as autoras manifestam, inclusive, o que esta obra representa para elas, revelando seus receios, anseios, objetivos.

A leitura do livro nos faz perceber que as autoras estavam cônscias do que pretendiam. A proposta é passar do amor (Sóror Mariana) para a história (a condição da mulher) e à política (a simpatia com todas as classes e grupos explorados) alargando a luta feminista à luta contra toda forma de opressão.

Novas Cartas Portuguesas foi recolhida pela censura três dias após ter sido lançada no mercado, em abril de 1972. Além da proibição de sua circulação, o livro foi enviado à Polícia Judiciária, para efeitos de instrução do respectivo processo-crime contra as autoras pelo fato do conteúdo ser considerado imoral. As autoras acabaram sendo absolvidas, somente após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Parto do pressuposto de que ao falarem das mulheres, as autoras estavam falando delas próprias, da forma como viam o mundo e principalmente, como faziam da obra uma forma de intervenção nesse mundo. Pode-se perceber que a intenção era reivindicar a condição de sujeito da própria história, capaz de transformá-la através da escrita.

De Mariana, as autoras detêm a paixão, pois a grande característica do livro *Cartas Portuguesas* está justamente em explicitar uma paixão desenfreada; paixão essa que não conhece limites como a moral religiosa ou secular, ignorando o tom reservado que deveria caracterizar as demonstrações de afeto realizadas por uma mulher, principalmente se esta fosse religiosa, como era o caso de Sóror Mariana do Alcoforado. Ousadias que somente uma paixão poderia provocar. A paixão que determina a ousadia da ação vem de Mariana,

porém o objeto desejado ou o exercício desta paixão pertencem às autoras. Além da paixão as "Três Marias" e Mariana têm em comum a literatura, lugar onde expressam suas paixões.

As opiniões das "Três Marias" ficaram transparentes nas *Cartas* que escrevem. Ao todo são 24 cartas que não trazem estórias ou personagens, mas argumentações. Como não há assinatura na obra não há possibilidade de creditá-las a uma ou outra autora.

Os personagens deste livro são constituídos por mulheres que poderiam ser chamadas de heterônimos das "Três Marias". Elas (as autoras) brincam com os nomes de Maria e Ana, Mariana, onde se juntam Joana, Mônica, fazendo uma ciranda de estórias e situações em que de mãos dadas tentam contar a história do seu tempo, e abertas chamam para a roda quem quiser entrar.

Outro ponto de muita controvérsia neste período da história lusitana foi a guerra na África.

A guerra colonial foi tema de literatura em Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Porém não podemos abordar as obras literárias que tratam do assunto como um conjunto, pois suas representações são construídas a partir de olhares diferentes.

A literatura de guerra feita por portugueses é chamada de "literatura de guerra colonial" e a literatura de guerra elaborada por africanos é identificada como "literatura de movimentos de libertação nacional".

Dentre os autores portugueses que escreveram tematizando a guerra colonial a partir de sua vivência na África, podemos estabelecer distinções, pelo grau de participação no confronto, em três grupos diferentes: os combatentes da tropa de elite: Vale Ferraz/Matos Gomes, comando, ferido em combate, Alpoim Calvão e Modesto Navarro, fuzileiros, Carmo Vicente, pára-quedista. Outros que combateram, mas não pertenciam à tropa de elite: Álvaro Guerra, ferido em combate, Manuel Alegre, combatente e desertor. Há os que cumpriram a sua missão numa das três ex-colônias africanas mas não eram combatentes como Assis Pacheco, Antônio Lobo Antunes ou João de Melo, sendo que estes dois últimos atuaram nos Serviços de Saúde, alferes médico e furriel enfermeiro, respectivamente. (Teixeira, 2001:46)

Álvaro Guerra se destaca dentre estes escritores justamente por ter publicado seus livros quando o Estado Novo português ainda se encontrava em pleno vigor. O *livro Capitão Nemo e Eu – Crônica das Horas Aparentes* escrito pelo autor, foi publicado em 1973. Aborda o tema da guerra colonial, quando ela ainda era tabu na sociedade portuguesa. A singularidade da obra consiste no fato de que ela foi escrita a partir de uma experiência vivida; o autor lutou e foi ferido na Guiné, defendendo a posição portuguesa.

Entre estes dois momentos – a experiência e a narrativa que diferenciam Álvaro Guerra dos outros autores, existe uma ação do tempo que vai alterando as condições da guerra e a situação de Portugal como metrópole. A narrativa se desenrola no "tempo presente" da guerra, o que explica a carga emotiva que a envolve.

O autor assume uma postura de denúncia e de luta contra a permanência do "absurdo" vivido por ele naquele conflito. Enquanto Álvaro Guerra buscava dar visibilidade a uma África em chamas, outros, como Antônio Lobo Antunes, que escreveram após o fim da guerra, lutavam para que ela não fosse esquecida, num tempo em que os portugueses não queriam se lembrar que lá estiveram.

O livro Capitão Nemo constrói uma representação da guerra, como um testemunho. O seu protagonista fala por um eu-coletivo. Assim como as "Três Marias" no livro *Novas Cartas Portuguesas* , que falam de um "*eu-nós"*, Álvaro Guerra está falando de toda uma geração ameaçada pelo drama colonial.

O protagonista do *Capitão Nemo e Eu* é um ex-soldado, que lutou na Guiné. Após a queda de um penhasco ele é levado ao hospital onde é diagnosticada amnésia. Neste livro o personagem-narrador relembra paulatinamente fatos de sua experiência em solo africano como se fossem cenas de um filme, ou trechos de um sonho. Em alguns episódios o vivido e o ficcional se confundem na trágica situação.

A narrativa não é linear. Os fatos aparecem sem uma ordem aparente. Álvaro Guerra fez parte de uma geração de autores que marcaram sua obra por um experimentalismo formal e de linguagem. Como não pôde narrar sua experiência na Guiné de forma direta e clara ele usou outros caminhos para isso. É uma tentativa de preencher a ausência da ficção direta, numa perspectiva de restituição do vivido, impossível antes do 25 de Abril.

A utilização de uma linguagem experimental e de uma narrativa não linear possibilitou que as obras de Álvaro Guerra não fossem censuradas pelo governo. O livro *Capitão Nemo e Eu* foi publicado e ficou em circulação.

As "Três Marias" usaram a linguagem para chocar e abalar as estruturas da sociedade tradicional portuguesa. Álvaro Guerra se utiliza da metáfora, de uma narrativa simbólica, da sutileza, da linguagem fragmentada para furar o cerco da censura. Por isto, para lê-lo é necessário remontar o quebra-cabeça do quadro nefasto que ele constrói, assim como o protagonista junta as partes do *puzzle* da sua memória.

O livro *O Capitão Nemo e eu – "Crônica da horas Aparentes"* está dividido em duas partes: a primeira intitulada "Sono, sonhos" e a segunda "Vig (íl) a, Vida*"*. A primeira está subdividida em 25 capítulos e a segunda em oito. "Sono, sonhos*"* é a narrativa da

memória que aparece desordenadamente, permitindo que a história do protagonista vá sendo construída pela narrativa. "Vig (íl) a, Vida*"* trata da recuperação do soldado e o seu regresso à vida.

No seu estado de sono/sonhos as imagens, acontecimentos, pessoas, surgem através de lapsos. Em vários momentos o personagem declara que recusa suas lembranças, preferindo o sono à vida. Assim como o capitão Nemo, personagem da obra de Júlio Verne, que preferia as profundezas do mar à terra segura dos homens, o protagonista do livro de Álvaro Guerra prefere o esquecimento de uma mente blindada à lembrança acusatória.

A guerra colonial é a zona de contato em que o tecido colonial estava sendo corroído lentamente, quase imperceptivelmente pelos portugueses. Somente aqueles que tinham ido para lá é que sabiam o que lá estava acontecendo. Enquanto estes viviam e conheciam a África, quem ficava na metrópole continuava a levar sua vida, respeitando os "brandos costumes", sem perceber que dormia sob um inferno de luta, exploração, ódios e medos.

Foi na África que o regime político português enfrentou sua maior resistência. Lá estavam as comunidades que suportavam todo o peso da dominação caracterizada pela desigualdade econômica, cultural e social advindas de um Estado que pretendia fazer do seu passado o futuro.

A literatura nascida desta experiência da guerra colonial portuguesa tem uma base emocional de culpa e se caracteriza como autopunitiva, antimilitarista e anti-heroica.

A guerra transforma os homens. Os que foram para a África viveram uma experiência para a qual não haviam sido preparados, pois foram defender o império de alguns poucos agentes infiltrados do comunismo internacional e o que viram foi muito mais que isto. Além da própria violência característica de um conflito destas proporções, perceberam que estavam longe de serem os agentes da civilização como indicava a ideologia oficial. Desta forma, quando retornaram não conseguiam se reconhecer no país que deixaram, como também não se reconheciam nas terras pelas quais haviam lutado. Estavam num "entre-lugares" que era lugar algum.

Encontramos nesta obra literária o registro de contradições e tensões que não se esgotam ou se resolvem na própria obra. Elas fazem parte integrante da sociedade na qual se integra o autor da obra que expressa sua própria versão do tempo presente.

Esta observação torna-se importante porque a necessidade de ruptura apontada pelo autor não era um sentimento particular seu. De certa forma os militares que participaram

dos combates compartilhavam este sentimento e isso explica, em parte, o Movimento das Forças Armadas que, em 1974 derrubou a ditadura do Estado Novo.

A ruptura política festejada em manifestações de massa e através dos símbolos de vitória não permite perceber como foi sendo construída essa transformação anunciada nas obras literárias que tiveram papel importante na preparação de um ambiente propício à concretização de práticas políticas que resultara na queda da ditadura.

O autor, ao transformar em texto o contexto em que vive, traz uma reflexão, e não reflexo, do quadro social e político que enxerga. Dessa forma contribui para a estruturação de uma resistência a um poder que se quer neutralizar além de fornecer uma perspectiva organizadora de uma nova compreensão do mundo vivido.

As obras literárias que analisamos desempenharam um papel fundamental nessa transformação política porque atuaram, de forma decisiva, como arma de resistência à ditadura instaurada pelo Estado Novo português.

Bibliografia

ALCOFORADO, Sóror Mariana . **Cartas Portuguesas**, Lisboa, Europa-América, 1966

AZEVEDO, Cândido. **A Censura de Salazar e Marcelo Caetano. Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro,** Lisboa, Caminho Nosso Mundo, 1999.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa e COSTA, Maria Velho. **Novas Cartas Portuguesas**, Lisboa, Editorial Futura, 1974.

GUERRA, Álvaro, **O Capitão Nemo e Eu**, Lisboa, Editorial Estampa, 1973.

LEOPOLDO e SILVA, Franklin. Liberdade e Compromisso, in **CULT** nº 91, Abril 2005, São Paulo, SP, editora Bregantini.

RODRIGUES, Urbano Tavares, **Contos da Solidão**, Amadora, Livraria Bertrand, 1972.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sobras da vida: o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil[1]

Antônio de Pádua Bosi[2]

Resumo*:* Este artigo discute o trabalho dos catadores de recicláveis no período de 1985 a 2005 a partir de uma pesquisa realizada nas cidades de Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra e Marechal Cândido Rondon, localizadas no Oeste do Paraná. Contrariamente às leituras que geralmente mostram o trabalho dos catadores como uma atividade "informal" sem estar subordinada diretamente a patrão ou empresa as informações levantadas nesta pesquisa indicam que a organização desse trabalho é realizada a partir dos interesses do capital mobilizado pelos que compram, reciclam e comercializam todo material reciclável recolhido por esses catadores.
Palavras-chave*:* Catadores; trabalho informal; recicláveis; História Social do Trabalho.

Abstract*:* This article argues the work of the catadores of recycle in the period of 1985 the 2005 from a research carried through in the cities of the Iguaçu Falls, Toledo, Guaíra and Marechal Cândido Rondon, located in the West of the Paraná.
Keywords*:* Informal work; Social History of the Work.

A existência de pessoas que vivem do lixo não é recente no Brasil. Estiveram presentes no registro do poeta Manuel Bandeira, em 1947, quando escreveu "O Bicho", denunciando o fato de pessoas viverem "catando comida entre os detritos" (Bandeira, 1993, p.222). Entretanto, os personagens de Bandeira não eram catadores de recicláveis. Reviravam o lixo a procura de comida e não de material descartado que pudesse ser reaproveitado como mercadoria. Um pouco mais de trinta anos depois o dramaturgo Plínio Marcos retomaria a denúncia de Bandeira escrevendo a peça de teatro "Homens de Papel" (Marcos, 1978). Nela salientou os conflitos entre Berrão, que comprava e revendia papel para reciclagem, e diversos catadores que recolhiam o material em sacos. Na rotina diária da catação de papel os catadores tentavam disputar com Berrão o controle sobre o trabalho.

Os catadores mencionados por Plínio Marcos já atuavam como trabalhadores, pois recolhiam reciclados para outra pessoa que as revendia para as recicladoras. Porém, ainda não tinham se espalhado por todo o país. Concentravam-se nas grandes cidades restringindo-se à

---

[1] Esta Comunicação é resultado parcial da pesquisa "A organização capitalista do trabalho 'informal': um estudo sobre os catadores de recicláveis do Extremo Oeste do Paraná", desenvolvida com o apoio material e financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
[2] Professor Adjunto Doutor da Graduação e no Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

cata de papel, de garrafas de vidro e de sucata de metal e estavam longe de se constituírem como uma das populações trabalhadoras mais numerosas da atualidade do Mundo do Trabalho. Sua presença parecia ser percebida apenas pelos poetas e dramaturgos. Na década de 1970 as pesquisas acadêmicas não lhes tinham ainda capturado como objeto de estudo. As parcelas desocupadas da força de trabalho – ou precariamente ocupadas – eram apresentadas como um fator "complementar" ao capitalismo brasileiro e não compunham como hoje mais da metade da população economicamente ativa do país. Eram trabalhadores que atuavam no custo da alimentação e em bens e serviços propriamente urbanos tais como quaisquer tipos de serviço "autônomo" que ajudasse na reprodução da força de trabalho empregada no sentido de barateá-la (Oliveira, 1976, p.12). Eram sapateiros, técnicos em eletrônica, vendedores ambulantes de utensílios domésticos e todo tipo de trabalhadores que reparavam bens de consumo. Os serviços e artigos produzidos por esse tipo de trabalhador encontravam mercado entre trabalhadores assalariados e de emprego fixo colaborando de modo indireto para o aumento da taxa de mais valia (Prandi, 1978, p.156). Contudo, não foram essas as características que definiram a existência dos catadores de recicláveis como força de trabalho numericamente expressiva em meados da década de 1980.

Quando os catadores fizeram-se visíveis nas grandes cidades podia-se quantificá-los em milhares. Estima-se que no ano de 2005 a população de catadores no Brasil ultrapassou 1 milhão de trabalhadores[3]. O crescimento dessa força de trabalho foi bastante intenso nos últimos 15 anos. Se considerarmos, por exemplo, que no ano de 1999 existiam cerca de 300 mil trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis, o aumento percebido em relação ao ano de 2005 foi superior a 240%[4]. Com relação ao crescimento brasileiro pode-se projeta-lo retrospectivamente para a década de 1980 se computarmos como evidência a criação de diversas associações de catadores nas capitais e em algumas grandes cidades. Portanto, quando os catadores tornaram-se realidade como força de trabalho por volta da segunda metade da década de 1980 sua posição não foi de complementaridade tal como eram definidos os trabalhadores autônomos na década de 1970. De outro modo, os catadores tem sido desde lá um elemento fundamental na estruturação do setor de reciclagem no Brasil. Aliás, a idéia que se tenta destacar aqui é a de que a expansão histórica desse setor guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável

[3] Este número foi produzido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e divulgado no artigo "Resíduos sólidos estão entre os problemas emergenciais dos futuros prefeitos", presente na página eletrônica http://www.comciencia.br, acesso em 3-05-2005.

[4] Não há dados oficiais que quantifiquem a população de catadores. Aqui utilizei as estimativas do CEMPRE, Organização Social de natureza patronal (Compromisso Empresarial para a Reciclagem). Consultar informações sobre 1999 no sítio: <http://www.cempre.org.br/>.

como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores desocupados ou semi-ocupados convertíveis em catadores.

Sobre isto, cabe salientar que a estruturação da reciclagem no Brasil, desde o seu início, operou a partir dos catadores porque não encontrou uma solução mais barata de recolhimento e seleção dos materiais recicláveis. Para que a reciclagem pudesse se estabelecer sem a presença dos catadores teria sido necessário que a separação de resíduos fosse realizada por meio de uma Coleta Seletiva de lixo. Isto poderia ter sido feito pela empresa que recolhe o lixo desde que as residências ou empresas que participassem dessa coleta tivessem separado antecipadamente os tipos de lixo, mas os programas pioneiros de coleta seletiva datam de meados da década de 1980, mas não se generalizaram antes de meados da década de 1990. Portanto, essas condições não foram estabelecidas antes do ingresso de milhares de trabalhadores na cata de recicláveis. Quanto à periodização acerca da consolidação do setor de reciclados no Brasil os dados conseguidos indicam os últimos 25 anos, em especial a partir de meados da década de 1995. Como rápida exemplificação note-se que o Brasil assumiu, em relação a esse período, posição de destaque em relação tanto à quantidade do material reciclado quanto ao volume do faturamento conseguido nesse negócio. No caso de plásticos (principalmente PET), em 2003, o índice de reciclagem (quantidade de plástico consumida que é reciclada) do Brasil (16,5%) só foi menor do que os apresentados pela Alemanha (31,1%) e pela Áustria (19,1%). O faturamento atingido com os plásticos girou em torno de 1,22 bilhão de reais.

Por outro lado, também cabe ressaltar que não é razoável determinar a composição dessa força de trabalho pela existência de técnicas e tecnologias disponíveis para a reciclagem de materiais descartados diariamente em toneladas. Elas já estavam disponíveis no mercado (talvez não do ponto de vista do custo-benefício do investimento a ser realizado). Havia desde a década de 1970 "know-how" para a reciclagem em grande escala de papel, papelão e de resíduos plásticos, fundamentalmente embalagens plásticas, PET e PVC. No caso do alumínio e dos plásticos no Brasil é verdadeiro que só houve o que reciclar após, principalmente, a substituição de vasilhames de vidro pelos confeccionados de PET e de alumínio, o que ocorreu em meados da década de 1980. Porém, os recursos técnicos e tecnológicos para a transformação desses tipos de resíduos em matéria-prima para novos vasilhames já existiam[5]. Assim, ao contrário do que se pode pensar, foi uma força de trabalho

[5] Nos Estados Unidos as latas de alumínio começaram a ser recicladas no ano de 1968, cinco anos após a sua introdução no mercado. Cf. CEMPRE. Latas de Alumínio: o mercado pra reciclagem. Disponível em: http://cempre.org.br/. Acesso em 17 nov. 2005.

numerosa de catadores que tornou tais tecnologias viáveis para serem empregadas possibilitando a expansão do negócio da reciclagem no Brasil.

Portanto, a hipótese mais razoável é a de que a reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos mostraram-se uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. Qualquer que fosse a organização desse tipo de trabalho, sua taxa de lucro deveria competir com preços determinados pelo mercado mundial, responsável por derivados de petróleo (PET, PVC e demais embalagens plásticas), pela produção de alumínio e de celulose, por exemplo. Nestes termos, explica-se porque essa força de trabalho surgiu composta de trabalhadores sem contrato de trabalho e com uma produtividade que pudesse ser definida pela remuneração por produção. Estes fatores garantiram o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços de recicláveis cada vez mais próximos dos materiais não reciclados, o que efetivamente já era verificado nos últimos anos da década de 1990.

Os catadores que formaram uma força de trabalho cada vez mais visível em todo Brasil, a partir de meados da década de 1980, não foram catadores desde sempre e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, fosse pela determinação do mercado, fosse por incapacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho. Neste sentido, os catadores que foram entrevistados em quatro cidades do Oeste do Paraná[6], entre os anos de 2002 e 2005, apresentaram trajetórias ocupacionais bastante comuns no que se refere ao ingresso na catação de recicláveis como única possibilidade de trabalho, seja para sobreviver exclusivamente dela, seja encarando-a como atividade fundamental na complementação da renda.

No conjunto dos casos pesquisados os catadores constituíram trajetórias ocupacionais marcadas pela precariedade das ocupações, o que se deveu basicamente à falta de qualificação para o trabalho urbano ou à perda desta. Grande parte desses catadores nasceu e cresceu no campo. O aprendizado para o trabalho seguiu a agricultura, a suinocultura e em menor escala a pecuária, independentemente se tinham a propriedade da terra ou se eram empregados. Os que migraram para a cidade fizeram-no de outros municípios e estados, saindo, na maioria dos casos, ainda na infância ou no final da adolescência. Portanto, quando

[6] Foram entrevistados 91 catadores, entre 2004 e 2005, pertencentes a quatro cidades: Marechal Cândido Rondon (41.339 habitantes), Guairá (28.348 habitantes), Toledo (100.715 habitantes) e Foz do Iguaçu (279.620 habitantes).

chegaram a uma dessas quatro cidades, desempenharam todo tipo de ocupação que não exigia qualificação profissional e cuja aprendizagem dispensasse a escola.

Sobre isso, apesar da instrução ser valorizada por muitos catadores como um meio de garantir melhores condições de vida para seus filhos, nenhum dos entrevistados alenta a expectativa de retomar os estudos para tentar outro tipo de ocupação. Com relação à catação de recicláveis o conhecimento mais útil refere-se às operações matemáticas básicas para a conferência da pesagem e do pagamento do material recolhido. Assim, quantificadas as informações sobre a escolaridade dos catadores, o quadro formado é fortemente marcado por uma baixíssima instrução. Dos 91 entrevistados, 14 catadores nunca freqüentaram a escola, 33 deles não completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental, 25 não chegaram a completar o segundo ciclo do ensino fundamental e apenas 2 catadores concluíram o ensino médio.

Entretanto, essa formação escolar tipificada como insuficiente, não explica sozinha o processo pelo qual os entrevistados tornaram-se catadores. Para muitos destes, outros fatores influenciaram esse processo tais como o envelhecimento ou a perda parcial e acidental da capacidade física para ser empregado. Cerca de 70% destes concentram-se entre 31 e 60 anos. Considerando uma faixa de idade mais avançada, entre 41 e 60 anos, encontramos quase 50% dos catadores entrevistados. Com alguma cautela é possível sugerir, a partir desses dados, que a força de trabalho envolvida com a catação de recicláveis de fato mostra-se envelhecida. Este fator, mesmo ponderando que muitos desses trabalhadores se tornaram catadores antes dos 40 anos de idade, pode ter sido decisivo no momento do ingresso nessa ocupação. À idade, associam-se os casos dos trabalhadores que já exerceram alguma profissão e que o ingresso na cata de recicláveis é atribuído a algum tipo de perda de capacidade física exigida no antigo emprego. Há também casos de catadores jovens que tiveram uma trajetória ocupacional caracterizada por atividades temporárias, informais e sem exigência de escolaridade.

Nesta perspectiva, quando os catadores são pensados como força de trabalho, eles apresentam um perfil caracterizado pela baixa escolaridade, idade avançada, e por uma qualificação profissional considerada inadequada para grande parte dos empregos existentes tanto do setor industrial quanto do setor de serviços. Contudo, estes três fatores não têm transformado esses catadores (entendidos como força de trabalho) em "excluídos" do mundo do trabalho. Tampouco os converteu em desnecessários para o capital. Ao contrário, é noutra direção que apontam os dados problematizados nessa análise, ao revelarem como a estruturação do negócio da reciclagem necessitou estritamente de trabalhadores cada vez mais expropriados ao longo de suas trajetórias ocupacionais. No processo histórico em que esses

trabalhadores perderam suas condições de trabalho (uns mais rapidamente do que outros), foram concomitantemente "qualificados" para a catação de recicláveis. Juntos com outros trabalhadores presentes na região que expressam um perfil semelhante (carpidores de jardins e lotes, chapas, diaristas, carroceiros etc.), os catadores têm formado uma "superpopulação relativa de trabalhadores" que atualmente é recrutada e ocupada aparentemente sob a forma de "trabalho por conta própria" ou "autônomo", o que significa dizer que são acionados para ocupações cujo trabalho não é vendido sob a forma de salário e de uma jornada sistemática, mas que tem sua organização realizada pelo capital.

Nas quatro cidades pesquisadas, não há indústrias de reciclagem instaladas. Todo o material reciclável recolhido é prensado e encaminhado para as empresas que reciclam papelão, papel, alumínio, vidros e plásticos. No caso do Paraná, são cinco as recicladoras de papel cadastradas no CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem). Se este número for comparado à constatação de que a catação de reciclável é uma realidade em mais de 200 municípios paranaenses que estão relacionados ao Projeto "Paraná Ambiental"[7], caminha-se para uma caracterização dessas recicladoras como formadoras de um oligopsônio. Tal fato restringe quase que completamente a margem de manobra que os catadores (associados em cooperativas ou não) teriam para negociar o preço de seu trabalho. Além disso, existem situações em que o material recolhido percorre mais de um comprador que, provavelmente, reduz ainda mais o preço pago aos catadores com o objetivo de manter a margem de lucro sobre os recicláveis comprados.

Nesse contexto, praticamente não há concorrência de preços entre os compradores de recicláveis. Assim, se em alguns casos os catadores parecem escolher entre um ou outro comprador, o motivo não se deve a um preço melhor pelo reciclável, mas se explica por outros fatores tais como o adiantamento de dinheiro na forma de gêneros alimentícios, o recolhimento do material feito pelo comprador (alguns catadores acondicionam os recicláveis em suas próprias moradias como forma de "economizar" tempo na entrega desse material) e a cessão do carrinho de recicláveis. Porém, mesmo esse tipo de procedimento não é visto como vantajoso por todos os catadores. Muitos recusam tais vantagens quando se vêem frente às contrapartidas cobradas pelos compradores como, por exemplo, defasar em até 20% o valor que já fora adiantado ao catador, referente ao material reciclável. Nessas situações, pode-se tomar tais fatores menos como vantagens para os catadores e mais como recursos desenvolvidos pelos compradores para definir um contingente fixo e freqüente de

[7] Projeto estadual que prevê, dentre outras medidas voltadas para a "recuperação do meio ambiente", a separação do lixo reciclável a partir de convênios estabelecidos com prefeituras com o objetivo de instalar a coleta seletiva em determinados bairros (Cesconeto, 2002. p.69-71).

trabalhadores. Sendo este o contexto, é mais do que plausível afirmar que a organização do trabalho dos catadores é determinada a partir dos preços pagos pelos recicláveis, fator que sugere a adoção de uma abordagem sobre a jornada e a renda dos catadores absolutamente articulada ao preço dos recicláveis.

As informações sobre os rendimentos dos catadores obtidas nas entrevistas, foram levantadas a partir de indagações feitas a eles considerando, inicialmente, a possibilidade de que houvesse mais de uma fonte na composição de tais rendimentos. Com essa preocupação de não perder componentes da sobrevivência dos catadores, a adoção de um conceito amplo de rendimentos auxiliou sobremaneira esta tarefa. Dessa maneira, tornou-se possível definir a renda média dos catadores conseguida com a cata de recicláveis, sem deixar escapar outras atividades e recursos que compusessem os seus rendimentos. Analisando os dados da tabela 1, a primeira informação relevante indica que 65 catadores conseguem uma renda inferior a 1 salário mínimo, o que representa 71.4% do universo dos entrevistados. Com relação aos catadores que recebem valores superiores a 1 salário mínimo, é preciso considerar que, em sua grande maioria, esse segmento trabalha acompanhado de seu cônjuge ou filho, possuindo, não raras vezes, dois ou mais carrinhos. No geral, a renda média dos catadores entrevistados não supera 1 salário mínimo. Os casos em que essa ocupação é assumida como complementar também não são maioria. Dentre eles estão os catadores que computam a aposentadoria ou pensão como renda e que se tornaram catadores porque o benefício recebido do INSS não era suficiente para suas despesas. Além de tudo isso, muitos dos catadores entrevistados contam com programas sociais, federais e municipais, de complementação de renda tais como bolsa escola, vale gás e cestas básicas distribuídas pelas prefeituras.

Tabela 1 – RENDIMENTO MÉDIO DA CATA DE RECICLÁVEIS

Renda Média[8]	Catadores	Percentual
Até 100,00	8	8.8
De 101,00 a 200,00	17	18.8
De 201,00 a 300,00	40	43.9
De 301,00 a 400,00	4	4.4
De 401,00 a 500,00	10	10.9
De 501,00 a 600,00	2	2.2
Acima de 601,00	8	8.8
Não soube dizer	2	2.2
Total	91	100

[8] Os valores são em Reais. A época da aplicação dos questionários sobre renda o salário mínimo equivalia a R$300,00.

A renda conseguida apenas com a cata de recicláveis foi indicada por muitos catadores. Considerando o catador e seu carrinho, poucos atingiram ou superaram 1 salário mínimo. Quando isto aconteceu, verificou-se condições de trabalho baseadas em extensas jornadas trabalhadas e numa clientela definida (moradores que guardam materiais recicláveis para determinado catador). Porém, as situações mais comuns são outras. Jornadas diárias médias de 8 horas, praticadas em seis dias da semana, a partir das quais consegue-se entre R$150,00 e R$200,00 mensais catando, principalmente, papel e papelão, o que representa recolher aproximadamente mais de uma tonelada de reciclados por mês[9]. Nesse sentido, a percepção de muitos catadores indica que a tendência nos próximos anos será a de intensificar o trabalho devido a uma concorrência que só faz aumentar.

Enfrentando essa realidade, os catadores esforçam-se de diversas maneiras para atingir uma renda com capacidade de suprir suas necessidades, o que permite concluir que a quantidade *per capita* de trabalho despendida diariamente é determinada, principalmente, pela composição de sua renda. Alguns contam com outras fontes de renda tais como aposentadoria, pensão, bolsa escola, vale gás, cesta básica e mais de uma ocupação. Mas quando indagados sobre a jornada diária de trabalho destinada à catação de recicláveis, as respostas encontradas apontaram para uma ocupação bastante rotinizada e semelhante ao trabalho assalariado, executado em jornadas diárias superiores a 6 horas, conforme se pode interpretar na tabela 2.

Tabela 2 – JORNADA DE TRABALHO

Horas trabalhadas por dia	Catadores	Percentual
Menos de 5 horas	6	6.7
De 6 a 7 horas	23	25.2
De 8 a 9 horas	30	32.9
De 10 a 11 horas	15	16.5
Mais de 12 horas	15	16.5
Não soube dizer	2	2.2
Total	91	100

Mais de 90% dos catadores trabalham jornadas acima de 6 horas diárias e mais de 65% trabalham jornadas superiores a 8 horas diárias. Perguntados sobre a freqüência dessas jornadas de trabalho, mais de 80% responderam que trabalham seis dias da semana. Indagados

[9] Este cálculo foi realizado a partir de informações dos catadores. Os valores de referência para venda do quilo de papel/papelão e do alumínio são R$0,15 e R$0,28, respectivamente.

sobre porque não trabalham menos tempo, as respostas se uniformizaram: não se recebe o suficiente. Além de ter sua extensão determinada pela quantidade de material recolhido, a jornada trabalhada tem sua distribuição, ao longo do dia e da noite, norteada por variáveis que não são controladas pelos catadores. Além de não se realizar nos dias chuvosos, a produção de cada catador depende, principalmente, (a) de um bom relacionamento com moradores das cidades, (b) do conhecimento dos pontos mais promissores para a cata e (c) de se anteciparem aos seus próprios pares e ao caminhão do lixo. A concorrência de alguns lojistas também afeta a rotina de trabalho dos catadores à medida que as lojas passam a vender o papel e papelão diretamente para os intermediários ou para os próprios catadores. No primeiro caso, os catadores "deixam" de recolher papel e papelão que seria vendido ao intermediário pelo preço costumeiro. No segundo caso, os catadores "perdem" a metade do preço costumeiramente pago, já que precisaram comprar o papel e papelão dos lojistas.

Premidos por esse quadro os catadores tendem não só a estenderem suas jornadas de trabalho como também a intensificá-las. Desse modo, o árduo e prolongado trabalho dos catadores encontra sua principal razão de ser na composição de uma renda mensal que seja suficiente à sua sobrevivência. Esta conexão entre jornada e renda revela que a organização dessa modalidade de trabalho obedece a uma lógica que tem sido historicamente determinada, em larga medida, pelos compradores e pelas recicladoras que se apropriam indiretamente do trabalho dos catadores. Este fato garante, do ponto de vista do capital que controla o negócio de recicláveis, o sistemático e cada vez mais intenso retorno dos catadores para as ruas em busca de papel, papelão e alumínio.

Bibliografia:

BANDEIRA, Manuel. (1993), O bicho, In Estrela da vida inteira. Rio de Janeiro, Fronteira.

CESCONETO, Eugênia A. (2002), *Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no Oeste do Paraná (Toledo, 1988/1999)*. Tese de Mestrado. Universidade Federal Fluminense.

MARCOS, Plínio. (1978), Homens de Papel (Teatro). São Paulo, Global Editora.

OLIVEIRA, Francisco. (1976), "A economia brasileira: crítica a razão dualista", *in Seleções CEBRAP 1*. São Paulo, Brasiliense.

PRANDI, Reginaldo. (1978), O Trabalhador por conta própria sob o Capital. São Paulo, Edições Símbolo.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A leitura da paisagem no momento da definição da fronteira Oeste no Guaporé.

Ana Paula de Oliveira Lopes*.

Resumo: Na segunda metade do século XVIII, a fronteira Oeste da colônia portuguesa na América vivenciou o processo de disputa pela sua posse entre Portugal e Espanha. Na região do vale do Guaporé, esse momento foi marcado pela fundação de núcleos urbanos como a Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria de Cáceres, Casalvasco, e pela edificação de fortes; como parte da estratégia defensiva também foram realizados acordos "diplomáticos" com os povos indígenas, transformando-os em súditos reais da majestade lusitana. É neste cenário de mutação da região da fronteira banhada pelo rio Guaporé, Mamoré e Madeira em território lusitano, que situo a trabalho aqui proposto. Pretende-se realizar uma leitura da paisagem Água, Terra e Povos, através dos documentos construídos pelo português Ricardo Franco de Almeida Serra.
Palavras-chave: História colonial, Paisagem, Fronteira.

Abstract*:* In the second half of the 18th century, the west border of the Portuguese colony in the Americas, experienced a disputed process engaging Portugal and Spain. On the Guaporé valley region, this moment was pointed by the foundation of urban nucleus like Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria de Cáceres, Casalvasco and edifications of forts; as part of defensive strategies, were also made "diplomatic" agreements with indigenous peoples, transformed in royal vassals by the Portuguese. It is in this mutation scenario on border by Guaporé, Mamoré and Madeira Rivers, on Lusitan territories that this work is focused. We pretend to make an approach onwater, land and people landscapes, through documents written by the Portuguese Ricardo Franco de Almeida Serra.
Keywords: Colonial history*,* landscapes, west border.

O comissário

Coronel e engenheiro, Ricardo Franco de Almeida Serra nasceu na cidade de Lisboa, Portugal, em 1748 e chegou a Vila Bela em 12 de março de 1782, com a comissão para demarcar a fronteira Oeste, em decorrência do Tratado de Santo Ildefonso celebrado em 1777. Faleceu no Forte de Coimbra, na região da fronteira luso-espanhola, no dia 21 de janeiro de 1809. A Comissão por ele chefiada compõe a III Divisão que teve como ordenação levantar os seguintes pontos:

* Professora efetiva da rede pública de ensino de Mato Grosso e mestranda em história pela Universidade Federal de Mato Grosso.

> *"(...) começarão a Demarcação do lugar que na Margem Austral do Guapuré foi assinalada para termo da Raya: E, baixando a fronteira por toda a corrente do Rio Guapuré até mais abaixo da sua união com o Rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra, e atravessa a Missão dos Moxos formando juntos o Rio que chamam da Madeira (...). Continuando depois as mesmas Divisões Portuguesa e Espanhola a fazer a Demarcação pelo Rio da Madeira até a paragem situada em igual distância do Rio das Amazonas, ou Maranhão, e a Boca do dito Mamoré: E desde aquela paragem continuando por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a Margem do Rio Javari ou Tabari (CARNEIRO, 1985:146).*

Para desenvolver os trabalhos de reconhecimento e registros desses lugares foi composta uma comissão com 46 pessoas, juntando-se ao engenheiro Ricardo Franco os matemáticos Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes, doutores diplomados pela Universidade de Coimbra em Portugal.

Os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Demarcação possibilitaram a construção de inúmeros documentos (escritos, cartográficos e imagéticos) que serviram de referência, chamados pela Rainha Mariana Vitória[1] de "Documento Autentico, e de Título demonstrativo, do Tratado definitivo de Limites" (CARNEIRO, 1985: 145).

O Conjunto documental denominado de "Documento Autêntico" era composto de:

> *"(...) Mapas Topográficos e Geográficos daquela parte da Fronteira, e dos Terrenos Adjacentes (...) que lhes parecem convenientes dos Sítios mais remarcáveis, que forem encontrando, ou descubrindo e, em que sejam notados quanto for possível os Montes, Bosques, Vales, Passagens, Rios, Cachoeiras, e o mais que achem digno de notar-se; formando depois sobre estas Bases um Mapa Geográfico de todo Distrito, e Fronteira (...) (CARNEIRO, 1985: 145)*

Muito dos escritos de Ricardo Franco, como memórias, descrições e diários foram publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Já as cartas e ofícios, tanto os enviados quanto os recebidos por ele são passíveis de consulta no livro: Rio Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil, organizada por Marcos Mendonça de Carneiro (1985).

Para este artigo, apreender as representações das paisagens desse comissário lisboeta será caminhar ao encontro das marcas da cultura ocidental no Oeste da colônia portuguesa da América.

A obra - *A condição Humana* - do artista plástico René Magritte[2] nos instiga a pensar sobre o conceito de paisagem. Nesta obra há uma sobreposição de um quadro sobre a

---

[1] Mulher de Dom João I que era irmã do rei D. João III da Espanha e mãe da rainha D Maria I.

[2] As obras de René Magritte podem ser visualizadas acessando o site da Fundação Magritte no seguinte endereço eletrônico: http://www.magritte.be/

paisagem retratada, de modo que o todo forma um contínuo e afirma: "Vemos um quadro como exterior a nós, embora seja apenas uma representação do que experimentamos em nosso interior".

Nessa mesma perspectiva o historiador da arte Simon Schama é elucidador na forma de construir o conceito de paisagens afirmando:

> *(...) [que] é evidente que o próprio ato de identificar o local (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos. Afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia (....). Até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, pode-se revela-se como seu produto (SCHAMA, 1996:17-20).*

Portanto, imaginar um espaço geográfico, mítico, cultural, social e religioso pressupõe a presença do seu construtor, seja ele um artista ou um comissário. Pois os seus registros são marcados pelas suas *teias de significados.*

Para este artigo dividimos as paisagens em três perspectivas, mas todas estão inter-relacionam: *Água, Terra e Povo*.

Água

Para mergulhar nas águas do Guaporé, Madeira e Mamoré descritas por Ricardo Franco, recorro a Joseph Conrad, na sua obra - *Coração das Trevas* - para perceber que o curso d'água [o rio] "Conheceu e serviu a todos aqueles de quem a nação se orgulha (...) Conduziu todos os navios cujos nomes são como uma jóia que reluzem na noite dos tempos (..) em direção aos mistérios de uma terra desconhecida!" (CONRAD, s/d:13)

São nesses cursos d'água que necessitavam ser mensurados e localizados nas suas nascentes e junções no momento da construção de seus Mapas de Limites, que localiza-se o ingresso de Ricardo Franco no Oeste da colônia portuguesa na América. Também aqui, como na África dos contos de Conrad, os comissários adentraram no Oeste da fronteira, movidos pelos desejos de controle e impulsionados em desvendar seus mistérios.

No período final do século XVIII, os rios, nos registros de Ricardo Franco aparecem de forma muito explícita como uma rota de penetração comercial, e os desejos que alimentam a busca pela garantia da posse não se desvinculam de um sonho de riqueza.

> *Pela Madeira acima navegam os botes, que se destinam ao commercio de Mato-Grosso, de mil até duas mil arrobas de carga, mais de 245 legoas, a rumo geral de Sudoeste, até a confluencia que nelle faz pela oriental margem do rio Mamoré, igualmente grande e caudaloso. O rio, chamado do Madeira pelo Portuguezes, é navegado e conhecido pelos Hespanhois, desta juncção para cima, com o nome de Beny (...) até as suas remotas fontes nas serras dos Andes, contíguas à cidade de la Paz (...) Um dos ricos e auríferos braços do rio Beny, mais próximo à fronteira*

> *Portugueza é o rio Tipuani (...). Este rio, que pela sua rapida corrente sobem os Hespanhois desde a dita Missão [Missão de Reis], em quarenta dias de trabalhosa navegação, pela fazerem em balças até as minas (...). O ouro destas minas é grosso, de vinte e três quilates, e colhido pelos Hespanhois (...).(SERRA, 1800:20-21)*

Em outra passagem de suas descrições dos registros desses cursos d'águas da fronteira Oeste Guaporé, a sua relação com a imensidão o faz traçar uma inevitável comparação com as sua referencias de território. Para tanto se utiliza das dimensões territoriais da França para referenciar os *terrenos que deságuam para o rio Madeira*.

> *Combinando pois a extensão e nascimento dos rios Guaporé e Mamoré, que unidos deságuam no rio Beny ou Madeira (...), e se vê que este grande rio é o maior de todos que entram no Amazonas pela sua margem meridional (...) O Guaporé os tem 230 legoas a nascente das do Beny ou Madeira, distancia que em nenhum dos outros grandes rios que engrossam o Amazonas se nota; de que resulta ser a superficie dos vastos terrenos que desaguam para o rio da Madeira por mais de 90 rios, muito maior que a superfície total da França. (SERRA, 1857:430)*

Mas essa grandiosidade expressa na sua forma de definir as superfícies cortadas pelo rio Madeira e os seus afluentes, demonstra uma visão utilitarista do território a ser consolidado como posse lusitana pelos Tratados de Limites. Principalmente a margem a ocidental do rio Madeira desde a sua *desembocadura* no Amazonas até a confluência no Mamoré, por exemplo, é descrito com um olhar sobre as suas potencialidades econômicas, como:

> *(...) coberta de grandes arvoredos, dos quais se podem tirar as melhores e mais finas madeiras e óleo do Brasil (...) É este grande rio saudável e fartíssimo de tartarugas e de mais de 30 espécies de peixes differentes, e alguns de tal grandeza, que podem alimentar vinte homens. (SERRA, 1857:416).*

Ainda seguindo essa perspectiva utilitarista dos rios e dos seus entorno, podemos partir em busca dos caminhos das águas do Guaporé que é representado diferentemente do Madeira como "muito estreito e de águas cristalinas"(SERRA,1857: 419) e "defensável em si mesmo" (SERRA, 1874:383) e continua a sua descrição como sendo

> *(...) o mais tortuoso (...), as voltas que forma, principalmente do rio Verde para cima, são tão repetidas e breves, que muitas vezes em um minuto aponta a agulha rumos oppostos. É também muito estreito, e a maior parte das suas margens alagadas e interrompidas por um sem número de bahias, mas é de fácil navegação ainda além de Villa Bella (SERRA,1857:395-396).*

Sobre o prisma da defesa da Capitania de Mato Grosso, os corredores das águas do "O rio Paraguay e parte dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, formam um largo fosso de 500 léguas de circuito, que fecha, separa e defende esta Capitania dos domínios hespanhóis" (SERRA, 1844:136).

Essas *imagens* descritas por Ricardo Franco sobre as paisagens que denomino como Águas nos possibilitam perceber momentos de deslumbre e espanto, afinal, os seus *olhos* são marcados pela cultura lusitana, ocidental. Sua atuação como comissário na fronteira lusa-espanhola visava tornar esses curso d'água, mensuráveis, economicamente viável e sobretudo sobre o controle luso.

Terra

A paisagem denominada Terra, neste artigo segue os caminhos das águas do rio Madeira, Mamoré e Guaporé, mas aportaremos por caminhos secos adjacentes às águas desses rios.

Ricardo Franco, no documento que intitula como Memórias ou Informações, demonstra a sua posição e definição para a Capitania de Mato Grosso:

> *(...) Uma das mais importantes de todo o Brasil, tanto pela sua extensão e pelas sabidas, mais ainda intacta riqueza, que guardam os seus vastíssimos sertões, como por ser fronteira ao vasto, prospero e rico Peru.(...) deve ser considerada como uma barreira, que cobre e guarda o interior da vastíssimo Brasil (...). A superfície desta capitania é com pouca diferença de sessenta e cinco mil léguas quadradas: área igual à de toda a Alemanha (...) (SERRA: 1874: 378)*

Localiza também pontos importantes na exploração do recurso mineral [ouro], como as Minas dos Guarajus, mas sempre tendo como horizonte os limites territoriais e a necessidade do estabelecimento dos marcos da materialidade (forte, povoação, atividade das minas) da colônia portuguesa a Oeste, como estratégia para a garantia da posse.

> *As Minas dos Guarajus um logar importante, de que se deverá lançar mão na primeira circunstancia favoravel, para com elle, na margem opposta do Guaporé, a respeito do forte do Príncipe, e Destacamentos das Pedras, se segurar a interessante e privativa posse de ambas as margens deste rio, que ficará interrompida logo que os Hespanhóis se estabeleçam nestas minas, de cujo ouro tem Mato Grosso a maior carência (SERRA, 1840:25)*

Esse trecho da documentação possibilita pensar no plano de posse da fronteira Oeste. Esse tem como alguns dos elementos a defesa da fronteira externa, a preservação das ligações internas, a salvaguarda das minas, a formação de pontos de apoio à navegação, de entrepostos comerciais e fiscais e de locais de gênero alimentício e mão de obra. Todos eles formam elementos construtores da Fronteira Oeste. Ricardo Franco é um executor dessa política onde os seus escritos são preciosos para a percepção desse plano de posse e as suas ações como engenheiro na construção do Forte de Coimbra mostra a consonância com a

política da consolidação da fronteira e tendo, portanto os olhos guiados para ler as paisagens que encontra.

Sobre a exploração dos recursos vegetais e as possibilidades que o *sertão* lhe apresentava além de viabilidade do tráfego comercial:

> *Este estabelecimento ficaria no centro de um vasto e abundantíssimo sertão, rico em todos os effeitos que do Estado do Pará se transportam para a Europa, como são salsaparrilha, cacáo, cravo, baunilha, pexiri, gommas e madeira de toda a qualidade, e outros mais que a natureza espontaneamente crea, não só nas margens do rio Madeira, mas em todos os outros rios lateraes que n´elle deságuam, todos de fácil e concertada navegação, e formados por terreno capaz e próprio para uma grande cultura em anil, algodão, arroz, etc. (...) para onde se pode conduzir nas maiores canoas (não de menor porte e carga do que os maiores barcos de águas acima do Tejo) em 30 dias de viagem (...) até o Pará. (SERRA,1857:405-406)*

Esses documentos nos permitem apreender algumas das imagens de paisagens construídas como sertão. Categoria sertão traz consigo a bagagem cultural do seu construtor.

Dessa forma, *sertão*[3] é um elemento identificador português provavelmente desde o século XIV para referenciar as áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa . Já no século XV era utilizado para caracterizar os espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas na África, Ásia e América. No Brasil colônia *sertão* tanto designou quaisquer espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitados ou pouco habitados, mas também o desconhecido, inacessível, isolado, perigoso, dominado pela natureza bruto, e habitado por bárbaro, herege, infiel enfim sede de um homem "inclassificável".

Povo

Na construção da paisagem que denominamos Povo, o recorte se dará sobre o outro lado da fronteira do Guaporé, nas missões jesuíticas. mais precisamente sobre a Província de Chiquito.

> *Consta a população total da Província de Chiquito, de 20.000 almas, índios. O terreno é regularmante saudável, e nas suas campanhas tem fazendas de gado vaccum e cavallar. (SERRA,1844.:187). Povoado por vinte mil almas, é como uma barreira, que cobre por Sul, e por não pequena extensão, os estabelecimentos Portuguezes adjacentes a Villa Bella (...) é saudável, tem gado vaccum e cavallar, bellas terras para cultura, sendo os Índios, que a povoam, menos hábeis do que os de Moxos. Os Hespanhois tem nestas duas Províncias [Moxos e Chiquitos], tão próximas da extrema Portugueza, grande auxilio e socorro, para nos fazerem vantajozamente a guerra, ou seja pela extremidade da fronteira do forte príncipe da Beira, ou pelo centro da raia contíguo a Villa Bella (SERRA, 1840:27-28)*

[3] Para apresentar esse conceito utilizamos o trabalho de AMADO, Janaína.

A Província de Chiquitano[4] foi formada por um conglomerado de missões, viviam povos de culturas e línguas distintos. As missões de Chiquitos foram fundadas a partir de 1691, pelos jesuítas.

Na representação portuguesa da fronteira Guaporé, as Missões formavam um agrupamento de grande densidade populacional. Nos alerta afinal Haubert "que o estabelecimento das Missões em lugares estratégicos cumpria a função de "estado-tampão", isto é, de barrar caminho às áreas de metais preciosos in (MALDI 1997:196-197)

E nesta fronteira lusa espanhola, os sinais de alerta, se juntam as práticas do contrabando e de um comércio entre colônias. Aliada a essas relações comerciais é agregada estratégias que acentuasse um fluxo de povos entre as fronteiras lusitanas quanto as espanholas.

Nesse processo de estímulos a migração há registros de forte presença Chiquitano nos núcleos urbanos da Fronteira como em Vila Bela, Vila Maria de Cáceres e Casalvasco.

O artigo buscou desenvolver as idéias proposta por Simon Schama (1996) através da análise dos documentos produzidos pelo comissário Ricardo Franco de Almeida Serra de que a paisagem antes de poder ser um repouso para os sentidos é obra da mente. As leituras das paisagens são marcadas pela cultura, são as projeções das nossas camadas de memória, quem constroem e nomeiam as paisagens.

Bibliografia

CONRAD, Joseh. **O Coração das Trevas.** São Paulo: PROL, S/d.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro : LTC, 1989.

LOPES, Ana Paula de Oliveira. A fronteira Oeste: o desconhecido território lusitano. In **Mato Grosso Português: Ensaios de Antropologia Histórica**. Cuiabá: EdUFMT, 2002 (Série Ensaios Antropológicos n.º 06).

MACHADO, Maria de Fátima Roberto (org). **Mato Grosso Português: Ensaios de Antropologia Histórica**. Cuiabá: EdUFMT. (Série Ensaios Antropológicos n.º 06), 2002.

MALDI, Denise. De Confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVII e XIX. **Revista de Antropologia.** Vol. 40, nº 02. São Paulo: USP, 1997.

[4] Moreira da Costa (2006) o autor traz um panorama histórico do povo Chiquitano, discute a noção de território e territorialidade sendo guiado pelo viés da religiosidade.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

MOREIRA da COSTA, José Eduardo Fernandes. **A coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano.** Cuiabá: Ed UFMT, 2006.

SCHAMA , Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERRA, Ricardo Franco de A. Diário do Rio Madeira: viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do Rio Negro até Villa Bella, capital do Governo de Matto-Grosso . **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo XX, v. 20. 1857. Pp 397-432.

SERRA, Ricardo Franco de A. Extrato da Descrição Geográfica da Província de Mato Grosso feita em 1797. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo VI, v. 6. 1844. Pp. 156-196.

SERRA, Ricardo Franco de A. Memória ou informação dada ao governo sobre a Capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente Coronel Engenheiro, em 31 De Janeiro de 1800. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo II, v. 7. 1840. Pp. 19-49.

SERRA, Ricardo Franco de A. Roteiro Corografico da viagem que se costuma fazer do Príncipe da Beira a Villa-Bella, capital de Matto-Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo VI, 1844. Pp. 390-396.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por Deus, pela Pátria e pelo coco da Bahia!
O tropicalismo como construção cultural.

Clarita Ribeiro Gonzaga*

Resumo: Mais que um modismo, o Tropicalismo foi o marco de uma nova maneira de compor e cantar a MPB. As letras eram irreverentes, despojadas do tom militante que ditava os padrões estéticos da época mas ainda assim comprometidas com o que tomavam por "brasis"; as melodias contavam com arranjos refinados e recursos completamente inéditos até então; aparentemente descompromissadas, as performances eram verdadeiros happennings, explosões de sons e corpos na encenação do devaneio frenético que fundou a "estética da inclusão". Mais que baianidade, anunciava-se como a latinidade inerente ao "ser brasileiro" misturando odores e sabores em uma salada de elementos superficialmente caóticos carregada de um gostinho de liberdade, com uma pitadinha de azeite de dendê.
Palavras-chave: Tropicalismo, música popular, hibridismo cultural.

Abstract: More than a style, "tropicalismo" was a landmark for a new way of composing and singing Brazilian Popular Music (MPB). Lyrics where irreverent, stripped of the militant tone that dictated aesthetical standards of the age but still committed to what they took as "brazils"; melodies relied on fine arrangements and absolutely innovative resources at the time; apparently uncommitted, the performances were true happenings, explosions of sounds and bodies within the acting of the frenetic day-dream that founded an inclusive aesthetic. More than "baianidade", it presented itself as inherent "latinidade" to the "Brazilian being", mixing smells and flavors in a salad of superficially chaotic elements filled with a taste of freedom, with a pinch of "dendê" oil.
Keywords: Tropicalismo, popular music, cultural hybridism.

QUANDO?

"A política e a poesia são demais para um homem só."[1] (HOLLANDA e GONÇALVES, 1987: 48)

Para o Brasil de 1964, modernidade tem sabor de modernização. Mas a máquina administrativa estava engasgada pelos extremos da radicalização ideológica que solavam a massa da nação brasileira e não deixavam o bolo crescer. Enquanto isso, espiando pelo vidro engordurado do forno, as classes médias minguavam à mercê dessa receita econômica embatumada e carente de fermento. Vai daí que, quando os militares tomaram a colher e

* Historiadora, mestranda em Música pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, na área de Análise das Práticas Musicais.
[1] Fala de Paulo Marins, personagem de Terra em Transe, de Glauber Rocha.

emplacaram seu discurso de desenvolvimento nacional e coisa e tal, a massa lambeu os beiços com água na boca. O golpe militar estava legitimado e pronto pra fritar a oposição.

A ditadura passou feito um rolo de macarrão por sobre a mais que heterogênea "pasta" popular brasileira. No balanço de forças entre a repressão e a oposição, as peculiaridades inerentes ao ser brasileiro foram sovadas e amassadas; cada pequenina bolha de ar, estourada e alisada na intenção de se conseguir uma massa homogênea, moldável e de fácil degustação. Autoritarismo e contestação corriam afoitos rumo a um banquete de modernidades aparentemente distintas.

À direita, uma mesa composta pela industrialização acelerada e a inserção definitiva do país no capitalismo internacional. A política, por assim dizer, de especiaria passou a ingrediente meramente administrativo enquanto a ideologia de segurança e integridade nacional resumiram a nação a um imenso território cheio de brasileiros. E SÓ!

À esquerda, sentavam-se os perseguidores incansáveis do sabor libertário da igualdade, inflamados pela ânsia patológica dos viciados. Pratos fundamentados na negação do autoritarismo e apimentados pela ideologia revolucionária. Iguarias com um reconhecível buquê afrancesado que nos remete à revolução como fundadora de uma sociedade igualitária onde todos comem o mesmo prato e cheiram igual.

Culturalmente, de ambos os lados, a prática era a da exclusão. Afinal de contas, é sempre mais fácil negar o sabor do outro do que degustar seus exotismos, como diria Tocqueville, renomado "gourmet" francês. O Brasil que queria tanto ser moderno meio que deixou passar / meio que finalmente trouxe à tona um gostinho de fel sobrando do modelo exportação que tentava promover. A industrialização e a efervescência econômica simplesmente não combinavam com o subdesenvolvimento latente que país teimava em cozinhar em banho-maria. Existia uma pressão crescente e constante entre o Brasil urbano, bonito, vibrante e um outro, tampado com a peneira, interiorano, analfabeto, doente, agrário e faminto. Uma tensão que se tornava perigosa na medida em que o Brasil pobre vai para as cidades construir arranha-céus para o gêmeo rico. Óleo e água em panela quente. A combinação explode e quase sempre derrama sobre o lado mais fraco.

ONDE?

"Se vocês, em política, forem como são em estética, estamos feitos!"[2] (FAVARETTO, 1996: 125.)

[2] Caetano Veloso, em discurso-happening no III Festival da Canção Popular, em 1968.

A bem da verdade, os pratos do dia eram mesmo a industrialização e o desenvolvimento a qualquer preço, acompanhados pelas grandes obras de infra-estrutura, tudo regado pelo capital estrangeiro, bem à moda das multinacionais. O "Milagre" foi um sucesso até que a inflação galopante e o arrocho salarial levaram o trabalhador a clamar por um antiácido, "pelo amor de Nosso Senhor do Bonfim"!

A reboque, o mercado interno de bens culturais tomava forma, alimentado por tendências muito pouco seletas que superabasteciam o consumidor com todo e qualquer tipo de enlatados. Importava-se de tudo: o Chicletes, a Coca-Cola, a calça jeans, o Elvis Presley, o James Dean, os filmes do James Dean, o topete do James Dean, a conduta do James Dean e, finalmente, (SALVE, SALVE!) o Rock and Roll.

Já a esquerda radical, por sua vez, exaltava a arte popular, democrática e didática, talhada para conscientizar as massas, no melhor estilo gramsciano. Neste sentido, tínhamos no cardápio os Centros Populares de Cultura e um nacionalismo tendencioso de um purismo tacanho com gosto de xenofobia que, por princípio, rejeitava indiscriminadamente todo e qualquer tempero "imperialista".

Para lidar com os gourmets mais afoitos, o governo adotou uma política cultural de "conciliação". Valendo-se da dinâmica de mercado e das atenções "carinhosas" da "Tia Censura", a "Ordem" garantia que os conflitos fossem, na medida do possível, cozidos em fogo brando no tacho das preferências "estéticas", que, por sua vez, passaram a refletir muito mais o gosto político do que qualquer outro.

Na indústria do disco, concorriam a Bossa Nova e a Jovem Guarda. A primeira, preferida por uma esquerda mais "refinada e esclarecida", composta por intelectuais e universitários. A segunda, com seus acordes de guitarra e um jeito meio "*rocker*" de ser, passou a representar a "face insossa da alienação da juventude aculturada". A música de protesto, por motivos óbvios, era devidamente mantida fora das cozinhas comercias. No fritar dos ovos essa concorrência convenientemente definida mantinha a pressão sob controle e não deixava a panela explodir.

O caso é que a cultura de massa tem um apetite voraz pela novidade e a Música Popular Brasileira caminhava para a estagnação comercial. Prevendo a crise, as redes Globo, Record e Excelsior resolveram inovar e passaram a promover os grandes festivais da canção antes que o caldo entornasse de vez.

Curiosamente, em meio à repressão, os festivais, enquanto espaços potenciais da distinção, nasceram com o espírito da pura liberdade, já que "a vida de um homem livre depende

da presença de outros" e "a própria liberdade demandava um lugar onde as pessoas pudessem se reunir."(ARENDT, 1988: 25) No entanto, o total comprometimento do público com a radicalização ideológica acabou transformando aquilo tudo em verdadeiras arenas romanas, onde os polegares apontavam para cima ou para baixo indicando a ovação ou o escárnio público do artista segundo seu compromisso ou descompromisso para com a liberdade/libertação. Em 1967, as guitarras dos Mutantes e a simples presença dos Beat Boys arrancaram vaias estrondosas da platéia do III Festival de Música Popular Brasileira. Antes disso, em 1966 aconteceu uma passeata contra as guitarras elétricas. Contra as guitarras!!! Ou melhor, contra sua utilização por músicos brasileiros na composição e execução de músicas brasileiras. E bradou Nara Leão: "Isso aí é um horror! Parece manifestação do Partido Integralista! É Fascismo mesmo! (CALADO, 1995: 96.)

COMO?

"Tropicalismo é às margens plácidas! É assistir ao Direito de Nascer! Tropicalismo é uma bênção dos céus! Está inaugurado o Tropicalismo na televisão brasileira*!"*[3] (FAVARETTO, 1996: 125)

Mais que um modismo, o Tropicalismo foi o marco de uma nova maneira de compor e cantar a MPB. As letras eram irreverentes, despojadas do tom militante que ditava os padrões estéticos da época mas ainda assim comprometidas com o que tomavam por "brasis"; as melodias contavam com arranjos refinados e recursos completamente inéditos até então; aparentemente descompromissadas, as performances eram verdadeiros *happennings*, explosões de sons e corpos na encenação do devaneio frenético que fundou a estética da inclusão. Mais que baianidade, anunciava-se como a latinidade inerente ao "ser brasileiro" misturando odores e sabores em uma salada de elementos superficialmente caóticos que carregava, escondidos entre verdes folhas de alface, aquele gostinho especial de liberdade, com uma pitadinha de azeite de dendê.

> *"É essa abertura sem reservas para o novo que é responsável também por um fato inédito em nossa música popular: a colaboração íntima com músicos eruditos de vanguarda, como Rogério Duprat, numa associação incomum mesmo no plano mundial. E que faz com que as linhas mais avançadas da música de vanguarda - música eletrônica e antimúsica - se encontrem com a música popular numa implosão informativa da qual tudo pode resultar, inclusive uma nova música, uma música ao mesmo tempo de "produção e consumo" , ou de "produssumo" como diria Décio Pignatari."* (CAMPOS, 1968)

[3] Deixa de Grande Otelo para a estréia do programa de Gil e Caetano na TV.

Alegria, alegria, de Caetano, é uma amostra dessa festa. A estrutura tradicional ganha nova roupagem com o arranjo moderno e a introdução com uma seqüência de acordes nacionalistas faz uma ironia óbvia ao *"pátria amada, idolatrada, salve, salve"*. Na alegoria da rotina do Brasil urbano, o Sol que *"se reparte em crimes, / espaçonaves, guerrilhas, / em cardinales bonitas"* é um desdobramento do eu que toma uma Coca-Cola, se consola com uma canção e sempre vai, *"sem lenço e sem documento"* rumo à alegria e cujo único compromisso é com o desejo, o novo e a liberdade.

Na verdade, falar cultura pura no país da miscigenação é quase um acinte às deliciosas misturas que nós levamos mais de quinhentos anos para elaborar. A cultura brasileira sempre foi povoada de ingredientes importados e essa discussão já vinha desde a Semana de 22, com a antropofagia de Oswald de Andrade - um impulso quase orgânico de devoração e digestão/mutação para, numa golfada, devolver ao público o que finalmente seria a arte genuinamente brasileira. Até a Bossa Nova de João Gilberto e Tom Jobim possui uma grande proximidade harmônica com o bom e velho Jazz norte-americano e ainda assim, não é Jazz, é Bossa Nova. Brasileira em todos os sentidos que se possa imaginar.

> *"Para a criação de uma verdadeira cultura brasileira, característica e forte, expressiva ao menos, essa herança maldita européia e americana terá de ser absorvida, antropofagicamente, pela negra e índia da nossa terra, que na verdade são as únicas significativas, pois a maioria dos produtos da arte brasileira é híbrida, intelectualizada ao extremo, vazia de um significado próprio."* (OITICICA, www.tropicaila.com.br)

Por outro lado, o panelão das gravadoras já estava botando gente pelo ladrão. Era um céu lotado de estrelas onde não cabia mais ninguém, então o jeito era fazer o que nenhum dos grandes fazia e tentar abrir um espaço completamente novo.

O Tropicalismo foi uma tentativa de aposta na novidade absoluta. Chegou reinventando a MPB, despindo o discurso de qualquer resquício de caráter sacro que a palavra ainda pudesse ter, assumindo a mistura, o subdesenvolvimento e até mesmo a dominação cultural. Chegou criando polêmica e, por isso mesmo, fazendo moda e virando programa de TV no dia da morte de Vicente Celestino, um camarão graúdo da Velha Guarda, num desses repentes de coincidência que o destino costuma ter.

> *"Os acarajés eram feitos pegando o feijão fradinho, tirando a casca, botando de molho e rolando ele numa pedra especial pra fazer acarajé, a mesma pedra que se usa na África. (...) Hoje em dia, muita gente bota no liquidificador. Não sai a mesma coisa. Agora, você não pode exigir que aquelas pessoas passem o dia inteiro*

> *pra fazer cinco acarajés, e morrer de fome, somente porque é mais bonito e culturalmente maispuro."*[4] *(HOLLANDA e GONÇALVES, 1987: 53.)*

"Sobre a cabeça os aviões / Sobre os meus pés os caminhões / Aponta contra os chapadões / Meu nariz" (Tropicália / Caetano Veloso). Primeiro, a introdução em blocos. Logo depois, a percussão primitivista vai se mesclando à orquestração elaborada sobre cordas e metais. No meio dessa enumeração aparentemente caótica ergue-se a mão direita "*com uma roseira aberta / autenticando eterna primavera*", a força da imutabilidade, e "*no pulso esquerdo, um bangue-bangue*", a caricatura do imobilismo político. Entre eles, o vazio de onde emerge um nariz intrometido apontando galhardamente para os chapadões do poder e para a possibilidade do surpreendentemente inédito.

Era uma mistura daquele descompromisso que cutuca a nossa inteligência com vara curta e nos faz pensar, entre uma pipoca e um *"drops de anis"*, na força do ingrediente social tirado das telas do Cinema Novo. A linguagem alegórica, a sensibilidade política; o figurativo como elaboração crítica da diversidade de informações. O fervilhar da rebeldia primitiva, o espaço revolucionário nu e cru de Graciliano Ramos e a desmoralização do estereótipo do intelectual de esquerda. TERRA EM TRANSE, onde "(...) a montagem não é demagogia, mas pontuação do nosso ambicioso discurso sobre a realidade humana e social do Brasil."[5] (HOLLANDA e GONÇALVES, 1987: 39.)

Tudo isso escaldado na imensa frigideira da juventude dos Mutantes, livres freqüentadores das mesas do Rock And Roll, iguaria pop. Sátiros, encarnações da "violência poética" perseguida por Caetano Veloso e da liberdade criativa sinceramente invejada por Gilberto Gil. Transgressores, contestadores, mais ousados que prudentes. O fogo característico aos espíritos tropicais.

O QUÊ?

"It was twenty years ago today / Sgt. Pepper taught the band to play / *They've been going in and out of style / But they're guaranteed to raise a smile" (*Sgt. Pepper's lonely hearts club band / Lennon e McCartney)

A influência dos Beatles no trabalho dos tropicalistas é declarada. Sobretudo no que diz respeito aos Mutantes, que se disseram desnorteados quando do fim da banda inglesa, em 1970.

---

[4] Caetano Veloso, entrevista ao jornal Bondinho.
[5] Glauber Rocha, sobre o Cinema Novo.

Em 1967 os Beatles lançaram o LP "Sgt. Pepper's lonely hearts club band". Foi o primeiro disco lançado simultaneamente no mundo inteiro e trazia as letras das músicas por escrito, sugerindo que os Beatles eram um sucesso internacional e não apenas dos países de língua inglesa. No mesmo ano, tivemos o "Tropicália ou Panis et Circensis" lançado pelos lados de cá.

Os discos mantém algumas coincidências para além do ano de lançamento. Como primos. A estruturação das faixas é ininterrupta; não há espaço entre as músicas, que, por sua vez, se relacionam como os fragmentos de um todo. A música inicial é retomada ou aludida no final do disco, como em uma sonata; no "Sgt. Pepper's", o tema reaparece como penúltima música e no "Tropicália", "Miserere nobis" "faz um link com "Hino ao Senhor do Bonfim". Finalmente, as capas: fotos de família. No primeiro, uma platéia de caras públicas de pessoas públicas; no segundo, uma foto de família no melhor estilo patriarcal, burguês, provinciano, estilizado sob roupas psicodélicas.

No caso tupiniquim, é interessante escarafunchar melhor a rapa do tacho. O jeitinho brejeiro de Nara, em retrato, e a fotografia de formatura nas mãos de Gil são as mais artificiais amostras das relíquias de um Brasil que insiste em não passar do formalismo de uma receita démodé. Fora isso, uma interrogação ainda me intriga: o que haveria no penico de Duprat? Talvez os degustadores não tenham consciência dos horrores que engolem.

É isso aí. Panis et circensis, o disco, uma distorção macarrônica da expressão latina panem et circensis. As especulações a respeito podem agradar a paladares gregos e troianos. Aos que preferirem um sabor mais engajado, temos a alusão evidente à expressão "pão e circo", que nos remete à Roma antiga e à prática de se utilizar o lúdico como válvula de escape das pressões sociais; ou talvez a balbúrdia do festejo seja o verdadeiro espírito do povo. Ou talvez nada mais seja do que o reflexo do espírito satírico da obra: a desconstrução lúdica do já estabelecido, o cafona que avacalha o chique até tirar a "caretice" do sério.

O Tropicalismo foi o retrato sonoro de uma atitude: "Assumir completamente tudo que a vida dos trópicos pode dar, sem preconceitos de ordem estética, sem cogitar de cafonice ou mal gosto, apenas vivendo a tropicalidade e o novo universo que ela encerra ainda desconhecido."[6] (www.tropicalia.com.br)

Foi o *kitch* sem tirar nem por ou a tentativa de se sonhar enquanto o mundo todo insiste na mesmice de "sempre e sempre, para todo o sempre, até que a morte perca a paciência e faça alguma coisa, amém".

[6] MOTTA, Nelson. "A cruzada tropicalista". *Última hora*, 5/02/1968.

EPÍLOGO:

batmacumbaiêiê batmacumbaoba

batmacumbaiêiê batmacumbao

batmacumbaiêiê batmacumba

batmacumbaiêiê batmacum

batmacumbaiêiê batman

batmacumbaiêiê bat

batmacumbaiêiê ba

batmacumbaiêiê

batmacumbaiê

batmacumba

batmacum

batman

bat

ba

bat

batman

batmacum

batmacumba

batmacumbaiê

batmacumbaiêiê

batmacumbaiêiê ba

batmacumbaiêiê bat

batmacumbaiêiê batman

batmacumbaiêiê batmacum

batmacumbaiêiê batmacumba

batmacumbaiêiê batmacumbao

batmacumbaiêiê batmacumbaoba (BATMACUMBA / Gilberto Gil e CaetanoVeloso)

Seria um poema concretista, autenticamente inspirado no Modernismo literário?!

Seria uma evidente soma sincrética entre a macumba, elemento tipicamente nacional, e o personagem Batman, um enlatado americano, um modismo perfeitamente enquadrado nos moldes clássicos da cultura de massa?!

Quem tem mais de trinta anos e não se lembra daquele seriado divertidamente cafona, cheio de efeitos de câmera e lições de moral?!

Será que existe alguma coisa mais tropicalista que a batmacumba?!

THE END:

Que *THE END* que nada! Isso aqui é só o começo...

BIBLIOGRAFIA:

ARENDT, Hannah. *Da revolução.* Brasília, DF: UNB; São Paulo: Ática, 1988.

CALADO, Carlos. *A Divina Comédia dos Mutantes.* Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

CAMPOS, Augusto de. *Balanço da bossa e outras bossas.* São Paulo: Perspectiva 1968.

FAVARETTO, Celso. *Tropicália: Alegoria, Alegria.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora USP, 1997.

HOLLANDA, Heloísa B. De e GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUCCHESI, Ivo e DIEGUEZ, Gilda Korff. Caetano. *Por que não? Uma viagem entre a aurora e a sombra.* Rio de Janeiro: Leviatã, 1993.

MUGGIATI, Roberto. *Rock: o grito e o mito*. Petrópolis: Vozes, 1973.

NAPOLITANO, Marcos e VILLAÇA, Mariana Martins. *Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate.* In: Revista Brasileira de História. www.scielo.br

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.* São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANCHES, Pedro Alexandre. *Tropicalismo: decadência bonita do samba.* São Paulo: Boitempo, 2000.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular.* Petrópolis: Vozes, 1975.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

http://www2.uol.com.br/tropicalia

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A leitura Tupinambá da alteridade: o mito sobre a origem da guerra

Juliana Fujimoto*

Resumo: Analisarei o mito Tupinambá sobre a origem da guerra presente no texto de Jean de Léry, avaliando a influência do contato europeu com esses índios na re-elaboração do referido mito cujo tema evidencia também a possível visão do índio sobre as diferenças culturais entre ele e o europeu. Partirei de uma concepção de mito que tenha em conta sua historicidade: utilizarei a crítica histórica tanto para a reavaliação das minhas categorias de análise quanto para a contextualização dos meus documentos. Esta linha teórica é dada pela Escola Italiana de História das Religiões que utiliza um método histórico comparativo na análise dos fatos religiosos. No contexto estudado é a linguagem da religião cristã que constitui o principal instrumento de mediação na comunicação entre missionários e indígenas e de tradução da alteridade americana para a cultura européia (POMPA, 2003). Essa tentativa de compatibilização da religião católica com relação ao mundo indígena gerou mal-entendidos que resultaram em uma religião híbrida (AGNOLIN, 2000). É esse hibridismo religioso que pretendo verificar nesse mito.
Palavras Chave: mito, origem da guerra, Tupinambá, tradução religiosa.

Abstract: I will study the Tupinambá myth about the origin of the war related by Jean de Léry evaluating the influence of European contact with these Indians on re-elaboration of above-mentioned myth which theme brings too the Indian's vision about the cultural differences between him and the European. I will follow a myth concept that considers its historicity: I will use the needed historical critic in the re-evaluating of the my categories of analysis and for my resources contextualization. This theoretical line is given by the Italian School of Religion's History which uses a comparative-historical method for analyzing the religious facts. In my study is the Christian religion language the mediation of the communication between missionary and Indians, and the main translation's instrument of the American difference for the European culture (POMPA, 2003). This compatibility trying of catholic religion in relation to the Indian world had cretated problems of understanding that resulted in a hybrid religion (AGNOLIN, 2000). This fact that I intend to check in this myth.
Key words: Myth, origin of war, religious translation.

O mito sobre a origem da guerra entre os Tupinambá relatado por Jean de Léry missionário calvinista francês, que veio ao Brasil entre os anos de 1557 e 1558 em *Viagem à Terra do Brasil* (LÉRY, 1972), conforme veremos, representa uma re-fundação da história Tupinambá a partir da inclusão do europeu nos motivos que deram origem ao sistema de vinganças vigente entre os Tupinambá e seus inimigos nos primeiros séculos de contato entre

* Mestranda, Universidade de São Paulo.

europeus e indígenas. Tal inserção é representativa da historicidade[1] presente nos mitos Tupinambá e da forma como essa sociedade se relaciona com o tempo e com a diferença. Além disso, é significativo o fato desse mito relacionar o valor primordial da sociedade e da cultura Tupinambá, a guerra, com o elemento fundamental da cultura missionária, a religião cristã,, que constituiu também a linguagem de mediação entre europeus e indígenas.

Para realizar essa análise, a partir dos elementos apresentados por esse mito, optamos por utilizar as teorias desenvolvidas pela Escola Italiana de História das Religiões. A escolha dessa vertente de análise deve-se ao fato dos estudos produzidos por essa escola nos permitirem uma abordagem da problemática referente ao mito que tem em conta a sua historicidade e, conseqüentemente, a historicidade das culturas de interesse etnológico, nos fornecendo a base necessária tanto para a realização de uma análise histórica do mito quanto uma reavaliação das nossas categorias de compreensão da alteridade.

A referida vertente de estudos históricos nasceu na Itália na década de 20 com os trabalhos desenvolvidos por Raffaele Pettazzoni. Embasando estes trabalhos está uma proposta de estudo histórico das religiões que ressalta:

> *"a historicidade dos fatos religiosos, tanto a partir de sua possível e necessária redução à razão histórica, quanto pela necessidade de acolher e definir, nesta perspectiva, os fatos que não resultassem redutíveis aos modelos analógicos (isto é, constituídos ao redor de denominadores comuns) sugeridos pela pesquisa comparada".* (MASSENZIO, 2005: 19)

Marcello Massenzio supõe que tal teoria tenha sido elaborada devido ao fato das análises científicas produzidas sobre as culturas de interesse etnológico, utilizarem, na maior parte dos casos, a cultura Ocidental como parâmetro de comparação em suas tentativas de compreensão da realidade cultural alheia. (MASSENZIO, 2005: 148)

Dessa forma, Raffaele Pettazzoni desestrutura o conceito de cultura primitiva que inaugurou as análises antropológicas sobre a alteridade a partir do princípio da pluralidade cultural e do fundamento histórico dessas culturas, ou da pluralidade das religiões e da historicidade dessas religiões. Por meio desse método, ele determina o fundo comum das religiões através de uma comparação histórica entre as mesmas para, posteriormente, poder definir de modo rigoroso a especificidade de fenômenos de cada contexto. (MASSENZIO, 2005: 150)

A partir dessa teoria, outros estudiosos da Escola italiana reavaliaram a concepção de mito. Como veremos, a novidade trazida por essa vertente de estudos para a questão do

[1] Nessa pesquisa, defino como "historicidade do mito" a inclusão da diferença (cultural e histórica) por meio de mecanismos mítico-rituais que possibilitam a refundação de uma cultura que entra em crise a partir do contato com elementos não presentes na antiga fundação da realidade, visto que nessas culturas a fundação da cultura e da história é dada pelos mitos.

mito se deu pela historicização do processo de emergência e estabelecimento da consciência histórica no Ocidente que, por sua vez, passou a se diferenciar e a se contrapor à consciência mítica das outras sociedades. Tal abordagem permitiu a análise da alteridade não mais a partir do modelo ocidental, possibilitando assim a busca pelo lugar da história nas análises sobre os mitos das sociedades extra-européias.

Das teorias sobre o mito desenvolvidas por essa escola, optei pela análise que De Martino realiza a respeito desse tema nas obras *Il mondo magico: prolegomeni a una storia del magismo* (1948) e *La fine del mondo: contributo all'analisi delle apocalissi culturali* (1977)[2]: a primeira obra desenvolve uma teoria sobre o sistema cultural das sociedades tradicionais que enfatiza a centralidade da simbologia mítico-ritual para essas sociedades, uma vez que tal simbologia, além de fundar a presença atuante do homem no mundo uma realidade a ser construída, "constitui uma série de mecanismos, de técnicas protetoras contra a ameaça suprema de 'não ser mais no mundo'" (POMPA, 1995: 54). No segundo trabalho, De Martino analisa a questão da crise: para ele, toda crise é um "fim do mundo", a ser recuperado pela cultura por meio da atribuição de sentido à realidade transformada (historicamente) "num momento de-historificado, protegido sacralmente e, sobretudo, gerido pelo homem, pela comunidade, que se reconhece e identifica naqueles atos que 'todo mundo faz'" (POMPA, 1995: 57).

As duas perspectivas de análise sucintamente expostas acima, forneceram, como veremos, um viés de análise que permitiu articular e compreender os elementos, apresentados ou deduzidos pela leitura do mito em questão: o mito (enquanto narrativa da fundação de uma realidade – a guerra), a história (que surge nessa narrativa a partir da inserção do europeu) e o rito (a guerra, rito central para a cultura Tupinambá, é fundada nessa narrativa), já que, no conceito de mito apresentado por esses trabalhos, o mito é um elemento fundador da cultura e da história (sendo assim o fornecedor dos instrumentos conceituais que proporcionam a significação do mundo) que necessita do rito, responsável por manter a cultura e a história dessas sociedades, como elas deveriam ser. Em tempos de crise aqueles em que, nas palavras

[2] Conforme poderá ser visto, por meio das indicações de autoria no corpo do texto, ainda não tive a oportunidade de ler os trabalhos de De Martino acima mencionados. Contudo, uma pesquisa sobre os sentidos assumidos pelo termo mito, desde o início dos estudos do Ocidente sobre esse tema, demonstrou a insuficiência da maior parte dessas concepções, para o meu estudo. Reconheço a proximidade dessa concepção de mito, com aquela utilizada por Sahlins (1990). Todavia, preferi utilizar o enfoque teórico de De Martino, já que o mesmo adota uma linha teórica que tem em conta a historicidade da religião universal do Ocidente, o cristianismo, fator significativo na conceituação sobre o outro realizada no período em que eu estudo. Além disso, tive contato com vários trabalhos que me propiciaram o conhecimento da teoria sobre o mito desse autor: Mazzoleni (1992), Pompa (1995), Agnolin, (1998), Pompa (2003), Massenzio (2005), Mazzoleni (1992). Por fim, esse trabalho ainda é um ensaio para minha dissertação de mestrado que, quando concluída, contará com a minha interpretação do texto original de De Martino.

de De Martino, a sociedade correria o risco de "não ser mais no mundo" o recurso ao mito por meio do ritual forneceria os meios através dos quais a sociedade agiria culturalmente para solucionar a crise instaurada.

Em outras palavras, as sociedades que não compartilham da nossa consciência histórica, não estariam, por isso, "fora da história", nem negariam cotidianamente o curso dos acontecimentos, já que o recurso ao mito é realizado nos momentos de crise para proteger a existência (histórica e cultural) desses povos. Em tempos "normais", o mito seria o fornecedor das bases dessas sociedades que, no entanto, são re-fundadas, a cada crise, pela assimilação do elemento estranho a essa fundação: "assim, a história se abre de novo para o homem, descarregada de sua periculosidade e carregada dos valores positivos do *ethos* cultural". (POMPA, 1995:56)

Delineada a metodologia de análise, passemos, enfim, ao mito:

> *"há muito tempo, não sei mais quantas luas, um mair como vós, e como vós vestido e barbudo, veio a este país e com as mesmas palavras procurou persuadir-nos a obedecer a vosso Deus, porém, conforme ouvimos de nossos antepassados, nele não acreditaram. Depois desse veio outro e em sinal de maldição doou-nos o tacape com o qual matamos uns aos outros; e há tanto tempo já o usamos que agora se desistíssemos desse costume as outras nações vizinhas zombariam de nós".* (LÉRY, 1972: 168)

Esse relato integra o diálogo ocorrido entre Léry e um ancião que, observando os modos de Léry e seus colegas à mesa, antes e depois da refeição estes tiraram o chapéu, e ouviram atentamente as palavras de um deles questionou tais gestos e se as palavras proferidas por um dos franceses seriam dirigidas a alguém ausente. Observando nesse questionamento a oportunidade de falar do deus cristão, Léry estabelece um longo colóquio sobre esse assunto:

> *"Depois de responder ao velho que era a Deus que dirigíamos as nossas preces, o qual, embora não seja visto por ninguém a todos ouve perfeitamente e conhece o que têm no coração, falei-lhes da criação do mundo; e disse-lhes que se Deus havia feito o homem superior aos demais seres era para que pudesse glorificar o criador; e acrescentei que como o servíamos, ele nos preservava do perigo quando atravessávamos os mares em viagens de quatro a cinco meses sem pôr pé em terra. Declarei-lhes ainda que pôr esse motivo não temíamos os tormentos de Anhangá (aygnon) nem nesta vida nem na outra e que se eles, selvagens, quisessem libertar-se dos erros em que os mantinham os caraíbas mentirosos e trapaceiros, gozariam das mesmas graças que nós (...)"* (LÉRY, 1972: 167-8)

A leitura das palavras ditas pelo ancião demonstra que o que foi dito por Léry sobre o deus cristão não era novidade para os Tupinambá: faziam aproximadamente três décadas que as missões jesuítas haviam se estabelecido no Brasil, se esforçando na

compreensão da alteridade e na difusão da religião cristã, que se encontrava em fase de extensão de seu implícito universalismo. Portanto, o mito em análise constitui um dos exemplares da tradução indígena das palavras dos jesuítas: para dar inteligibilidade aos novos elementos não previstos miticamente, os Tupinambá refundaram sua cultura a partir da reelaboração de seus mitos. Para essa reelaboração da matéria mítica, contribuiu de forma decisiva, o projeto das igrejas cristãs sobretudo da católica de conversão dos povos "bárbaros" ao cristianismo e à civilização uma vez que foi nas missões que se estabeleceu o contato mais prolongado com o outro e que foi a linguagem religiosa cristã o principal instrumento de comunicação intercultural, que buscou na língua indígena os elementos necessários para a tradução dos termos cristãos.[3] (AGNOLIN, 2000)

No caso em estudo, essa tradução resultou na inclusão de um antagonista na narrativa sobre a origem da guerra: o *mair* que amaldiçoou os índios com a guerra pelo fato destes se recusarem a seguir o deus cristão. Considero a ação atribuída ao europeu, o ponto central do mito a partir do qual poderemos discutir o alcance da inserção do cristianismo nas bases da cultura indígena. Eis a questão: o ponto de vista que concebe a guerra como uma maldição é de Léry ou do ancião Tupinambá?

Lembremos que o mito é uma transcrição mediada pelos filtros culturais de um missionário calvinista que concebe negativamente a guerra, fugindo de um país em guerra religiosa, na esperança de fundar no Brasil a moradia dos calvinistas franceses perseguidos em seu país de origem. O horror à referida guerra é freqüentemente expresso por Léry em sua obra sobre o Novo Mundo e influencia o olhar desse autor para com os Tupinambá que, em comparação à visão de outros autores, seus contemporâneos, é muito "positiva": em alguns momentos este autor afirma que os Tupinambá não são mais bárbaros que seus conterrâneos que guerreiam entre si em nome da religião. Dessa forma, podemos afirmar que para Léry a guerra é uma maldição.

Por outro lado, os Tupinambá tiveram que re-fundar sua tradição a partir da crise gerada pelo encontro com os europeus, para explicá-lo[s] culturalmente, e porque estes últimos, sobretudo seus missionários, conforme podemos verificar na documentação por eles produzida, condenavam o sistema de vingança indígena, que eles viam como o maior empecilho à conversão dos índios. Contudo, qual o valor desse sistema de vinganças para a cultura Tupinambá, no momento e no contexto do diálogo estabelecido entre Léry e o ancião?

[3] Contudo, foi constatada por meio das missões a insuficiência da linguagem indígena para dar conta da tradução dos termos cristãos. Para resolver esse impasse – Anchieta é um bom exemplo disso – os missionários utilizaram-se da linguagem ritual na conversão dos indígenas. Tal solução gerou, por sua vez, a assimilação de elementos do rito católico, nos rituais indígenas. Os resultados rituais dessa assimilação é relatado de forma recorrente nas fontes analisadas.

Florestan Fernandes, em seus estudos sobre a organização social (FERNANDES, 1948) e sobre a função social da guerra entre os Tupinambá (FERNANDES, 1970) demonstra a centralidade da guerra como um mecanismo de reprodução da sociedade e de manutenção do equilíbrio cultural Tupinambá. Viveiros de Castro, a partir da leitura dos documentos produzidos sobre os Tupinambá pelos missionários jesuítas, constatou a freqüência com que o tema da "inconstância da alma selvagem" na fé católica aparecia nos referidos textos, por um lado e, por outro, a constância desses índios em seu sistema de vinganças (CASTRO, 2002).

Outros estudos corroboram essa visão segundo a qual a guerra é o valor fundamental da cultura Tupinambá. Contudo, devemos considerar que: se a documentação referente aos Tupinambá produzida nas primeiras décadas do contato entre europeus e indígenas atesta esse fato, nos últimos textos sobre os Tupinambás as queixas sobre a guerra e a antropofagia entre esses povos diminuem. Assim, a guerra não é um ponto negociável da cultura Tupinambá e constitui a forma por meio da qual os Tupinambá se relacionam com a alteridade (CASTRO, 2002: 198), *no período em que o mito foi registrado*. Em suma, naquele momento, esse valor não poderia ser concebido negativamente, sem uma concepção negativa da própria cultura. Portanto, acreditamos que o termo maldição, presente na transcrição do mito, pode tanto ser um juízo de Léry sobre o sistema de vinganças dos Tupinambá, quanto a demonstração da compreensão, por parte do indígena, da forma como os europeus concebiam a essência de sua cultura.

A desobediência dos Tupinambá às palavras dos *mair*, como ato fundador da guerra, é um forte indício da compreensão, por parte dos Tupinambá, da guerra como algo que se contrapõe a um valor fundamental da cultura do missionário a religião cristã, já que foi a linguagem desta última, como já apontamos, a principal mediadora na comunicação entre índios e europeus e também porque a constante condenação da guerra pelos missionários, provavelmente trouxe uma questão para ser resolvida pelos mecanismos mítico-rituais dessa sociedade. Assim, se o mito justifica a continuidade da guerra entre os nativos, o rito continua sua ação, agora justificada miticamente perante a condenação dos missionários, restando à história extrínseca à cultura estudada o papel de "catalisador" da matéria mítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLIN, Adone. Jesuítas e selvagens: o encontro catequético do século XVI. *Revista de História.* São Paulo, n.144, 2000. pp.19-71.

AGNOLIN, Adone. *O apetite da antropologia, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupinambá.* São Paulo: Humanitas, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem", in: *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

DE MARTINO, Ernesto. *Il mondo magico: prolegomeni a uma storia del magismo.* Turim, 1973 (1°. ed. 1948)

_____.*La fine del mondo: contributo all' analisi delle apocalissi culturali* . Turim, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambás.* São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

_____. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá.* São Paulo: Livraria Pioneira/ Edusp, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira.* Época colonial, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp. 147-160

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil.* São Paulo: Martins/ Edusp, 1972.

MASSENZIO, Marcello. *A história das religiões na cultura moderna.* São Paulo: Hedra, 2005.

MAZZOLENI, Gilberto. *O Planeta Cultural: Para uma antropologia histórica.* São Paulo: Edusp; Istituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1992.

POMPA, Cristina. *A religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial.* Bauru-SP: ESDUSC, 2003.

_____. *Memórias do fim do mundo: Para uma leitura do movimento sócio religioso de Pau de Colher.* Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"O Cine Jornal Brasileiro e as imagens do projeto propagandístico e educativo do Estado Novo". (1937-1945).

Márcia Juliana Santos[1]
majusan1@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa algumas imagens produzidas pelo "Cine Jornal Brasileiro" entre os anos de 1939-1945 como um projeto de propaganda e educação veiculado pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. A partir da apreciação de temas, como "Trabalho", "Guerra" e "Propaganda" discutiremos as imagens de alguns documentários produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o objetivo de entendê-las enquanto um empreendimento cultural na formulação e divulgação de práticas sociais, políticas e culturais do período.
Palavras-Chave: Cine Jornal Brasileiro, Estado Novo, Departamento de Imprensa e Propaganda.

ABSTRAT: The present article analyzes some images produced for the "Cine Brazilian Periodical" enters the years of 1939-1945 as a project of propaganda and education propagated for the government of Getúlio Vargas during the New State. From the appreciation of subjects, as "Work", "War" and "Propaganda" we will argue the images of some sets of documents produced for the Department of the Press and Propaganda (DIP), with the objective to understand them while a cultural enterprise in the practical formularization and spreading of social, cultural politics and of the period.
Key-words: Cine Brazilian Periodical, New State, Department of the Press and Propaganda.

No início da década de 30, a partir dos decretos-lei nº 21.111 e 21.240, o Ministério da Educação tornou-se o responsável pelas produções do cinema voltado para as atividades de Educação e Propaganda. Em 1934, Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que seria o embrião do DIP, ligado diretamente ao Ministério da Justiça e o encarregado pela propaganda e produção cinematográfica no país. Acirrou-se a predominância de questões de ordem burocrática referente às disputas por espaços entre os Ministérios da Educação e da Justiça.[1]

Muitos cineastas brasileiros da época estavam situados nas polêmicas em torno das diferenças entre o "cinema de propaganda" e o "cinema educativo", dicotomia esta

[1] Doutoranda do Programa de Estudos Pós-graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Estefânia K. C. Fraga. Este texto foi desenvolvido como parte da escrita do Doutorado em andamento cujo título "O Cine Jornal Brasileiro em rede: propaganda, imagem e discurso no Estado Novo" (1937-1945), financiado pela CAPES.

colocada com mais avidez por Roquete Pinto. O próprio Ministro da Educação Gustavo Capanema entedia a necessidade da separação entre a propaganda do Estado, da produção de um cinema voltado para fins educacionais.

Roquete Pinto enfatizava que o cinema voltado para a educação deveria contar com aparatos teóricos e técnicos específicos, subordinado a um órgão voltado para este fim. Daí a criação do INCE, em 1936. Nota-se, nos conflitos institucionais, a "necessidade" de separar propostas diferentes em nome de uma burocratização administrativa que previa a criação de cargos e destinava pessoas para o cumprimento de tarefas específicas dentro dos órgãos estatais.

Roquete Pinto e Humberto Mauro desde as primeiras atividades do INCE, trataram de documentar e, sobretudo, construir a imagem do Brasil, que logo seria apropriada pelo projeto do governo provisório. Mais tarde, foi criado o DIP, um órgão responsável não só pela administração técnica, mas por toda a confecção do arsenal de idéias que se refletiriam em sons e imagens capazes de divulgar e criar valores positivos em torno do Estado e do presidente.

A partir do Estado Novo em 1937 e por ocasião dos conflitos administrativos e a necessidade em aliar as atividades do cinema educativo, com a propaganda, viu-se urgente à produção em larga escala de um jornal cinematográfico que ao nosso entender cumpriu as duas funções: propaganda e educação. Criar e divulgar modelos para uma conduta atreladas ao Estado só seria possível quando uma proposta política caminhasse concomitante a propaganda e a educação.

O objetivo do governo em construir uma imagem do Estado Varguista, através do cinejornais, mostrando o Brasil e unificando a nação em torno de uma "consciência nacional" não surgiu aleatoriamente. Partiu das experiências anteriores referentes às atividades do INCE entre outras que vislumbraram a documentação de um país ainda desconhecido e que deveria ser exibido através do cinema, para o seu povo.

As imagens em movimento produzidas pelo cinejornal significaram um aparato de idéias do Estado, que pretendiam ir além do registro dos acontecimentos cotidianos; via-se ali a própria construção dos acontecimentos. É importante destacarmos que a história do Brasil era o foco. Buscava-se no passado à evocação de "fatos gloriosos" para estabelecer uma ligação com o presente, ou seja, a construção de discursos para exaltar o Estado. Sendo assim, era da alçada do cinejornal, a filmagem do cotidiano e das comemorações de datas "importantes" para o Estado; enumerando os temas que constituíram uma rede discursiva em

torno de projetos para a educação, propaganda, saúde, indústria, trabalho, artes, lazer, guerra, etc.

Numa observação inicial, os títulos dos cinejornal, focalizaram temas relativos ao "trabalho". Porém, esses e outros temas não foram abordados isoladamente. Todos estavam conectados em "planos horizontais", para atender um projeto de propaganda e educação vertical. A política desenvolvida pelo governo Vargas era "arborescente", de um Estado de exceção, ditatorial que apontava para um projeto político enraizado em discursos e práticas de unidade.[2]

Provavelmente a criação do DIP, a partir da orientação política do Estado Novo, consolidou as disputas políticas em torno do cinema educativo *versus* cinema propaganda, lideradas pelos cineastas do INCE, ainda durante o governo provisório. A partir de 1937, a educação e a propaganda estavam associadas ao cinema como instrumentos de construção de nacionalidade. Portanto, era necessária uma estrutura que fosse capaz de censurar e vetar qualquer tipo de produção que não visasse o enfoque direto nos "interesses nacionais". Como ponderou Maria Helena Capelato, o veto seria conferido a qualquer cena de filme que estimulasse:

> *(...) cenas que induzissem ao mau costume, incitando contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes, cenas prejudiciais à cordialidade das relações com outros povos, cenas ofensivas às coletividades e as religiões, cenas que ferissem, por qualquer forma, a dignidade ou os interesses nacionais, cenas que induzissem ao desprestigio das forças armadas. (CAPELATO, 1998, p.107)*

O governo, por meio do DIP fez uso de ações coercitivas com o objetivo de censurar e moldar informações que deveriam ser vinculadas nos meios de comunicação. O governo instigado para a produção e centralização do monopólio da imprensa e dos meios de comunicação investiu no exercício do controle, a fim de impedir que informações ou imagens julgadas impróprias viessem à tona.

O cinema, durante o Estado Novo foi um "elo" entre outros de uma rede de propaganda do governo e era visto por muitos ideólogos do Estado como um meio pelo qual o Brasil seria unificado. Vargas, já em meados da década de 30, enfatizava a importância do cinema como um meio de comunicação que eficazmente acompanhava o progresso. O sentimento de nacionalidade e de identificação com o Estado brasileiro, em sua versão "moderna", deveria romper com as "velhas" estruturas e grupos sociais já ultrapassados. Assim, "a fala do presidente" pode ser compreendida como um instrumento que se entrecruzava com outras falas, para conferir uma ligação que garantiria uma "unidade"

discursiva. Ao mesmo tempo, preservava um caráter hierarquizado, para garantir a construção do que chamamos de propaganda educativa do Estado Novo.

Iniciado com o golpe do Estado Novo, em 1937, esse projeto fundamentava-se sob a égide da construção de um país que buscava suas "raízes históricas", com a finalidade de compor a sua unidade territorial e harmonia política. Essa busca tinha como motivação "fatos" do passado, reformulados a partir de uma ótica do presente, como visto pelo projeto da "Marcha para o Oeste" de Cassiano Ricardo, que propôs uma redescoberta do Brasil, evocando a saga dos bandeirantes nos séculos XVII-XVIII.[3]

O DIP promoveu em vários lugares do país, festividades, eventos, principalmente a "céu aberto". Eram comemorações em estádios esportivos, no qual a maioria contava com a presença do presidente. O dia do Trabalho, no 1º de maio, a semana da Raça e da Pátria, ambas comemoradas no mês de setembro, a Revolução de 30, em 3 de outubro, o aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro, e o Aniversário de Getúlio, no dia 1º de abril.[4] E as lentes do Cine Jornal Brasileiro estavam lá, prontas para captar e divulgar as imagens dessas festividades.

Para o projeto estadista, tornava-se fundamental o desenvolvimento de uma "consciência coletiva" que deveria urgir da sociedade, por intermédio do líder o responsável por evocar um "dever patriótico" que o presente integrava. Dessa maneira, o que era preciso, segundo o governo, para conservar, criar e transformar nas mais diversas áreas para o fortalecimento desse projeto? Era necessário o financiamento, uma política, uma arte, equipamentos urbanos, uma arquitetura, enfim, um conjunto de práticas que efetivassem esse discurso, para garantir um reconhecimento da sociedade em torno dele. Este caminho, portanto, de "mostrar a realidade" estava intimamente ligado ao processo de criação e veiculação das imagens educativas e propagandísticas.

"Nação e pátria", atreladas a "cidadão, cidadania e civilização". O projeto de "unidade nacional" fomentou na mídia o uso de palavras que estavam presentes nos discursos oficiais, fossem eles no rádio, revistas, cartilhas, livros ou nas imagens dos cinejornais. Como no artigo da revista Cultura Política, também produzida pelo DIP.

> *Tínhamos, até 37, um povo, uma nação, mas sem organização superior sem, portanto uma consciência uma vontade, uma personalidade (...) Só agora descobrimos a nossa razão nacional de viver, que está na formação de uma grande pátria. Só agora com o Estado Novo, nos vamos organizando conforme essa razão última de ser de povo. (...) Por tudo isso, vamos ganhando um modo particular de ser (...) começamos a construir uma nacionalidade.*[5]

O cinejornal ao mostrar, por exemplo, a arquitetura dos estádios de futebol em ocasião as comemorações de datas especiais, traduzia o projeto estadonovista de "modernização" no concreto armado, nas linhas e no gramado a fim de eternizar o fato nas paredes e na memória dos participantes. E Vargas aproveitava o dia 1º de maio, para a realização dos pronunciamentos, como o anúncio de leis trabalhistas, que eram transmitidas pelo rádio e focalizados por cineastas do DIP, para a realização dos cinejornais. As festas eram realizadas em grandes estádios de futebol como o São Januário (RJ) e o Pacaembu (SP). Como na descrição do cinejornal, "A festa do trabalho na capital do país".

No primeiro plano é mostrada a multidão entrando no estádio que logo é acompanhada por aviões sobrevoando. Logo depois, um plano mais aberto que mostra as arquibancadas lotadas e um desfile nas pistas de atletismo com centenas de pessoas. A banda de música e os aplausos da multidão. Em seguida, uma marcha dos militares e um cartaz com a fotografia de Getúlio Vargas. Os ministros são mostrados, ao mesmo tempo em que a câmera volta o seu foco para o desfile de trabalhadores com faixas que traziam os dizeres: "Companhia Siderúrgica Nacional". O último plano é o enfoque de uma faixa vertical: "Salve Getúlio Vargas, criador da Companhia Siderúrgica Nacional" e fecha o plano em panorâmica na multidão de pé aplaudindo sem parar.[6]

Por outro lado, os produtores de cinema no Brasil negociavam a aprovação de leis de amparo à cinematografia nacional. Como foi o caso do decreto-lei 1.949/39 que, além de institucionalizar a exibição dos filmes oficiais pelo DIP, legitimaria também o caráter obrigatório de exibição de um longa-metragem nacional em todas as salas de cinema do território brasileiro.[7]

Durante o governo Vargas tomou-se uma série de medidas legislativas no bojo da regulamentação de leis específicas para a cinematografia brasileira, estreitando assim, a relação entre cinema e estado. Muito mais que "mecenas" do cinema, o governo procurou através dos cinejornais, produzir histórias cujas temáticas nacionais deveriam estar atreladas à imagem do Estado.

Como parte do esforço de guerra no início da 2ª guerra, o Brasil recebeu a visita de ilustres cineastas norte-americanos com o intuito de fortalecer a chamada Política da Boa Vizinhança. Aqui estiveram John Ford, Walt Disney e Orson Welles[8]. E o DIP na ocasião das visitas filmou a presença dos cineastas no país durante os primeiros anos da década de 1940.[9]

Em tempos de guerra, as pessoas buscavam imagens e informações dos conflitos armados. O rádio ainda era o maior veículo de informação do país. O DIP construiu um cinejornal de guerra, a partir de fotografias dos brasileiros lutando na Itália, combatendo os

fascistas. Os programas de rádios, as cartilhas, as revistas e os textos jornalísticos ajudaram a conferir um grau de "veracidade" às imagens do cinejornal com temáticas referentes à 2ª Guerra Mundial, a partir da montagem de seqüências de fotografias. Os álbuns de fotografias mostravam imagens de guerra, diretamente dos "fronts" de batalha. Essa estratégia, articulada ao texto escrito, adquiriu um movimento a ser exibido na tela do cinema. O DIP enviou cinegrafistas e fotógrafos para a Itália, a fim de captar imagens que demonstrassem a participação das tropas brasileiras na guerra.[10] Além de noticiarem a guerra, as imagens ajudavam também no projeto de "pertencimento" e "identificação" com a "comunidade nacional" representada pela FAB e FEB que agora lutavam contra o inimigo na Europa.

O fato é que a política de propaganda e educação do DIP teve que se adequar aos "novos tempos". Houve uma reorganização da estratégia de propaganda do órgão, devido à adesão do Brasil a 2ª Guerra e o apoio ao chamado bloco dos países democráticos. Até a "imparcialidade" política em relação à guerra, o Brasil aproximava-se da Alemanha nazista. O "homem forte" do DIP o jornalista Lourival Fontes demonstrava grande afinidade e forte simpatia aos ideais nazi-fascistas, chegando particularmente a espelhar-se nos métodos de propaganda utilizados na Alemanha e Itália.

No entanto, a partir de 1942, os militares começaram a se destacar no Departamento, afinal o Brasil agora estava na guerra, mas ao lado dos Aliados. E foi aí que Fontes foi exonerado do cargo, em 17 de maio de 1942 e logo substituído pelo Major Antonio José Coelho dos Reis. Esta mudança estava refletida no DIP e em seus veículos de propaganda e educação, como foi o caso da revista Cultura Política que mudou o seu editorial logo após a exoneração de Lourival Fontes. Os artigos que antes privilegiavam um enfoque nas artes e na produção intelectual, agora começavam a enfatizar "uma cultura militar", "voltada para a segurança da pátria e destinada a garantir a "defesa nacional".[11]

Concomitante a isso, a mudança estética do cinejornal, os temas que antes passeavam na relação do líder: Vargas com a multidão, agora em função da guerra, buscava noticiar a participação brasileira nos conflitos e "informar" os brasileiros sobre a atuação dos seus "pracinhas" na Itália. Assim, o governo encontrava-se num grande dilema: conciliar o controle sobre os meios de comunicação e construir um discurso democrático de participação ao lado dos países Aliados, em ocasião a Guerra. O DIP ao produzir as imagens do cinejornal mostrava uma dicotomia não só temática e/ou estética, mas política em relação aos assuntos civis e militares, assim como as influências ideológicas norte-americanas *versus* nazi-fascistas européias.

Em certa ocasião, o DIP filmou uma ação da polícia secreta, invadindo um suposto aparelho de divulgação de propaganda dos países do Eixo. Como visto em: "São Paulo: Defesa Nacional. A polícia anula a ação dos agentes do Eixo". As imagens sem áudio mostraram uma sala com quadros de Hitler, símbolos, rádios e transmissores. Além de álbuns de militares alemães, condecorações e quadros e escritos em japonês.[12] Provavelmente, um cenário montado para reiterar o governo em ação contra as forças totalitárias. Através deste exemplo, cabe ressaltar a montagem do espaço da encenação, a atuação dos sujeitos e a preocupação institucional em convencer que atua contra os inimigos, ao mesmo tempo em que educa, propondo uma ação também de atuação.

Outro tema que sempre fora privilegiado para a produção de imagens, diz respeito ao ambiente de trabalho. Como no cinejornal: "Uma nova era econômica: trabalha-se sem tréguas para as novas instalações dos siderúrgicos". No primeiro instante, cabe observar o ponto de partida da câmera, bem como o seu foco, entrecruzando com o próprio trabalhador, mostrando o seu ofício e o significado de sua atividade. [13]

No primeiro plano, a apresentação de um vale com plantações. Em seguida, trabalhadores debaixo de um sol escaldante na atividade da construção civil. Em seguida, o foco da câmera se volta para buracos abertos e materiais como: canos, madeiras, esqueletos de obras, tratores e gigantescos dutos de irrigação. O filme finaliza com um grande caminhão da Siderúrgica Nacional.

Como podemos interpretar inicialmente o encadeamento dessas imagens sem locução? O campo é visto como uma extensão da cidade. Vemos um imenso vale, como um elemento poético, mas que precisa dar lugar à modernização. As ferramentas, as máquinas vão devastando o que antes era visto como arcaico e ultrapassado. Trata-se de um projeto realizado em conjunto pelos trabalhadores da construção civil e o Estado que articulou e recebeu financiamento norte-americano para as obras da Siderúrgica Nacional. O caminhão que traz o letreiro estabelece o "elo" entre o Estado e os trabalhadores.

Assim como os trabalhadores, a juventude foi focalizada pelas câmeras do Cine Jornal Brasileiro. O DIP promoveu diversos documentários que filmavam as grandes concentrações de estudantes, como nas comemorações da Semana da Raça e da Pátria. Os cinejornais, voltados para os jovens, tinham por objetivo estimular os sentimentos cívicos, através da realização de cerimônias públicas, captando imagens em lugares abertos, enfocando as grandes concentrações de pessoas.

Num único cinejornal encontravam-se imagens retratando várias temáticas. E para além dos temas, são importantes também os artifícios técnicos: ruídos, marchas, batidas, a voz

em OFF do locutor[14], atrelados as cenas do povo e de seu dirigente nos mais diversos planos: close, panorâmica, ângulos vistos de cima para baixo, ou contrário.

Na década de 90, o Cine Jornal Brasileiro é redescoberto e tratado como fonte indispensável para o entendimento da propaganda e educação do período, apesar de não ter sido a única fonte de para milhões de espectadores atentos às informações sobre o governo. Muitos cines foram recuperados e restaurados pela Cinemateca Brasileira durante a década de 80 e devidamente listados e catalogados pela instituição e pela pesquisa realizada por José Inácio Melo de Sousa. Porém, no processo de transposição da película para o VHS os pesquisadores não conseguiram restaurar o som associando-o à imagem. Resta-nos, portanto, alguns cinejornais com imagem e sem o som.

Dessa forma, cabe a observância de uma documentação que persegue a historicidade das filmagens realizadas pelo Cine Jornal Brasileiro: os seus roteiros, os cenários, a montagem, os enquadramentos, a locução (e sua ausência), enfim, os elementos que vão constituir a técnica e a imagem cinematográfica, E é nesse sentido que enxergamos a potencialidade dessas imagens produzidas entre os anos de 1939-1945, enquanto um empreendimento cultural e político fundamental para a determinação de usos e práticas discursivas de um dado momento na história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo.** São Paulo: Atual, 1990

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas: Papirus, 1998.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

FUNDAÇÃO CINEMATECA BRASILEIRA. **Cine Jornal Brasileiro, DIP (1938-1946).** São Paulo, Fundação Cinemateca Brasileira/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1982.

GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo: ideologia e propaganda política, a legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas.** São Paulo: Loyola, 1982

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LACERDA, Aline Lopes de. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime". **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: V. 7, 1994.

MELO SOUZA, José Inácio de. **A ação e o imaginário de uma ditadura: Controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo.** São Paulo, USP, 1990, Dissertação de Mestrado.

SANTOS, Márcia Juliana. **"It's All True" e a construção das imagens do Brasil** (1942-93). Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004

SCHVARZMAN, Sheila. **Humberto Mauro e as imagens do Brasil.** São Paulo: Ed. Unesp, 2004

SCWARTZMAN, Simon (Org.) **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil.** São Paulo: Annablume, 1996.

Souza, Carlos Roberto de. "Cinema em Tempos de Capanema" In: Bomeny, Helena (org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

[1] As polêmicas em torno da criação do INCE e a separação entre cinema educativo e a propaganda, cf: SCWARTZMAN, Simon (Org.) *Tempos de Capanema.* São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 104-107.

[2] Observamos o projeto estadonovista de propaganda de forma hierarquizada. Foi um projeto verticalmente concebido na sua formulação e implementação para articular mídias, com o objetivo de convencimento e adesão da sociedade. DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia,* vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

[3] RICARDO, Cassiano. A marcha para o oeste: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil. V. I e II, 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

[4] BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990, p.48.

[5] FIGUEIREDO, Paulo A de. "O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo". Revista Cultura Política, [s.d] nº 13, p.44-5

[6] Cine Jornal Brasileiro (DIP) Rio de Janeiro. Volume II. nº 123, [s.d]. Acervo da Cinemateca Brasileira, S P.

[7] SIMIS, Anita. Estado e cinema no Brasil. São Paulo: Annablume, 1996, p.120-121

[8] Orson Welles em 1942 veio ao Brasil, focalizar através de suas câmeras, o carnaval no Rio de Janeiro. Além de reconstituir a viagem de quatro jangadeiros cearenses que em 1941, realizaram um longo percurso no litoral brasileiro, saindo de Fortaleza em direção ao Rio de Janeiro numa pequena jangada, a fim de assegurar do governo Vargas direitos trabalhistas para a categoria. Cf: SANTOS, Márcia Juliana. "It's All True" *e a construção das imagens do Brasil (1942-93).* Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004. Dissertação de Mestrado.

[9] Cine Jornal Brasileiro (DIP) Rio de Janeiro. Orson Welles recebe um prêmio conquistado pelo seu filme "Cidadão Kane". [s. d] Cinemateca Brasileira, SP.

[10] Cf: O artigo de Aline Lopes sobre as imagens fotográficas e as publicações do Estado Novo. LACERDA, Aline Lopes de. "A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime". Revista *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro: V. 7, 1994, p. 241-263.

[11] GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp.125-130. Com o fim do Estado Novo, não fora reavaliada a função do DIP. O Decreto-Lei nº. 7.582 de 25 de maio de 1945, foi responsável pela extinção do Departamento.

[12] Cine Jornal Brasileiro (DIP) São Paulo: [sem locução e sem data]. Acervo da Cinemateca Brasileira, SP. Volume 3. nº 61.

[13] Cine Jornal Brasileiro (DIP) Volta Redonda-RJ: [sem catalogação]. Acervo da Cinemateca Brasileira, SP.

[14] Cf: Reportagem de Daniela Pinto Salvador. Jornal da USP. Ano XVIII nº. 668. 07 de novembro de 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Feitos de Mem de Sá sobre os nativos: Extermínio, escravidão e submissão indígena nos fins do século XVI.

Bruno Abrantes Amorin

Resumo: A escolha de Mem de Sá para assumir o cargo de Governador Geral em 1557 vem atender as necessidades da colônia naquele momento: combater os nativos que faziam guerra aos portugueses, seja subjugando-os, exterminando populações, escravizando-os ou aldeando-os. Como o mesmo narra em diversos momentos em seu Instrumento de Serviços e suas cartas, ou no poema de Anchieta sobre este.
Este processo de submissão é o um dos principais fatores para a redução das populações nativas no litoral brasileiro nos fins do século XVI, que foram exterminadas em combate ou posteriormente, vitimadas por doenças para as quais não possuíam defesas, ou fugiram para o interior para não serem subjugados.

Abstract: The choice of Mem de Sá to assume the position of General Governor in 1557 meets the needs of the colony at that moment: to fight against the natives who made war to the Portuguese, either overwhelming them, exterminating populations, enslaving them or gathering them in villages. As he describes at several moments in his Service Instrument and in his letters, or in the poem of Anchieta about him.
This process of submission is one of the main reasons for the reduction of the native populations in the Brazilian coast in the end of 16th Century, that had been exterminated in combat or later on, falling victim to illnesses to which they did not have defence against, or had run away to the countryside not to be overwhelmed.

A questão nativa foi um dos principais problemas enfrentados no século XVI pelos colonos lusitanos na América, seja para os projetos de conversão dos nativos, no uso desta mão-de-obra nos engenhos, ou para a obtenção de mais terras esse assunto sempre percorreu a nossa historiografia.

> *"Os índios foram problema central da montagem da colonização portuguesa na América. A sua inserção e\ou resistência ao projeto europeu e a percepção da alteridade estiveram no centro da preocupação dos colonos e da historiografia em suas diferentes vertentes, desde a defesa ou denúncia de sua submissão até compreensão da dinâmica das sociedades indígenas e as suas múltiplas formas de inserção no processo colonial." (SANCHES: 2001,151)*

Desta forma, durante a construção da colônia portuguesa a imagem do nativo muda radicalmente do bom para o irremediável selvagem. "O estereótipo do índio brasileiro como filho da natureza no estado mais puro foi logo substituído pela convicção portuguesa popular de que era um selvagem irremediável..." (BOXER, 2002:99) Assim, "o índio é bom quando 'pouca coisa tem de índio' e por conseguinte muito que aproxime do português."

(HOONAERT. 1992:141) A poligamia, o canibalismo, as práticas religiosas ancestrais e principalmente as rivalidades inter-tribais que afetavam de maneira significativa a vida dos colonos e os esforços de doutrinamento que os jesuítas aplicavam.

> *"E porque os padres vêem a inconstância que há neles e a pouca capacidade que têm para observar os mandamentos da lei de Deus (principalmente os mais antigos, que são aqueles em quem menos frutifica a semente de sua doutrina, procuram em especial plantá-la em seus filhos, os quais levam desde meninos instruídos nela." (GÂNDAVO. 240:169-170)*

Afinal promover esta conversão na América colonial era uma necessidade para toda a sociedade, já que disto dependia o sucesso da empresa colonial através do uso da terra e do trabalho dos índios. "A apreensão da história cristã no mundo era uma ação conversora de máxima importância, pois redefinia as bases do entendimento da realidade." (LEITE. 2001:71)

> *"Propagar a religião significa que os índios são considerados como iguais (diante de Deus). E se eles não quiserem entregar as suas riquezas? Então será preciso subjugá-los, militar e politicamente, para poder tomá-las à força; em outras palavras, coloca-los, agora do ponto de vista humano, numa posição de desigualdade (de inferioridade)" (TODOROV. 2003: 62)*

Com esta preocupação, inclusive, a Coroa Portuguesa cria o Governo Geral e começa a tratar como função do Estado os freqüentes ataques entre portugueses e nativos, contudo chamando-os de "alevantamentos" , tratando-as não como revoltas mas ações sem importância.

> *"(...) ao longo de todo o Regimento, a reação indígena é referida como 'alevantamentos', o que significa atribuir exclusivamente aos índios as razões da sua agressão aos portugueses, colocando-a como se fosse composta de ações incidentais, sem motivo e de caráter provocativo, não se tratando de uma rejeição à dominação colonial. (...) É como se o problema da agressão indígena fosse conseqüência da índole ou da personalidade de certos grupos tupinambás, marcados pelo seu 'pouco entendimento'." (MENDONÇA, 1991:105)*

Claro este estado de revolta dos nativos não era apenas um problema localizado, mas uma reação a agressividade da empresa colonial e a tentativa de retirar a autonomia cultural e tribal destes povos.

> *"Teoricamente, podemos presumir três formas básicas de reação do índio a esse desdobramento da conquista: a) de preservação da autonomia tribal por meios violentos, a qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do lavrador branco; b) submissão, nas duas condições indicadas, de 'aliados' e de 'escravos'; c) de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva." (FERNANDES, 1970:97)*

Portanto, para impedir estes "incidentes" com os nativos era um dever do Governo Geral, principalmente de Mem de Sá que estabelece uma política para "apaziguar" esta situação, utilizando-se da guerra para isto. Esta foi o grande trabalho de pacificação da terra de Mem de Sá e em geral a motivação de todas as suas empresas militares em diversos lugares , como: São Vicente, "...dahy fuy a são vicente onde o gentio estaua aleuantando e o pus em paaz..." (DOCUMENTOS. 1905:134); Espírito Santo, "Tornando a capitania do espírito santo achei o gentio outra vez allevantado e detreminei fazer lhee guerra e atemorzados disso me vierão a pedir pazes..." (DOCUMENTOS. 1905:135); Rio de Janeiro, "Por o gentio do Rjo de Janeiro não fiquar de todo pasifiquo..." (DOCUMENTOS. 1905:135). A pacificação é sempre uma regra, um espaço onde o elemento lusitano é sempre o agredido e não o agressor. "o gentio da capitania do espírito santo estaua allevantado (...) asoseguei o gentio que quis pazes e os que a não quiserão forão castigados e mortos muitos..." (DOCUMENTOS. 1905:136)

> *"(...) o documento acerca dos atos de governo de Mem de Sá conclui sempre destacando a 'pacificação', ou a solução de 'ficar pacífico', ou ainda 'assossegar o gentio', associando a obra do governo geral com o apaziguamento e nunca com a agressão, o domínio ou sequer a conquista. (...) Nesse sentido, pode-se avaliar, apesar de essencialmente guerreiro, instalou-se sobre uma ordem de valores sustentada no ideal de 'pacificação', constituindo-se em autêntica metáfora do processo conquistador" (MENDONÇA, 1991:107)*

Nesse processo o uso da guerra como castigo pelos crimes é utilizado para incutir terror frente aos inimigos e conseguir "dobrá-los" a vontade do Governador. A agressividade nos ataques torna-se um instrumento útil quando bem empregado: "Poucos escaparam à lança e a rútila espada\ dos cristãos que os cercavam." (Anchieta. s.d:s.p.) Assim o medo se espalha pelos nativos. "...porque além do Gentio estar mui sujeito e atemorisado, deixam também com isto de commeter alguns pecados que dantes antre elles eram muito usados." (DOCUMENTOS. 1905:136) Contudo, atemorizar os inimigos não é a única razão do uso da forsça, o discurso religioso da conversão dos gentios também é forte no imaginário da época. "(...) Também a seus ouvidos soava\ a voz de Cristo: 'Força-os a entrar em meu santuário!\ que de povos diversos a minha casa transborde." (Anchieta. s.d:s.p.) O próprio discurso de Mem de Sá é um misto de violência e religiosidade em: "o próprio chefe exorta seus homens a serem valente,\ a despedaçar o inimigo de Cristo em renhido combate." (Anchieta. s.d:s.p.)

Para que tal estratégia torne-se completa a reunião dos sobreviventes aos ataques é necessária nos aldeamentos, os jesuítas poderão catequizá-los de maneira intensiva

conseguindo maiores resultados. "Ho ajuntar dos Yndios, que o Governador faz se milhor poderem doutrinar (...). Outros, despois que virão o gentio, com estas cousas que se fizerão antre eles, domados e metidos no jugo e sobjeição que nunca tiverão..." (LEITE. 2000:340)

> *"O missionário sai de 'sua' sede mas não para percorrer aldeias 'índias' tais como são e onde estão. Ele sai para coordenar um trabalho de reunião de tais aldeias em um ponto determinado por ele, que é a Aldeia. Esta fica em um ponto considerado conveniente por múltiplas razões (políticas, militares, geográficas, etc.). Este ponto que é a Aldeia não é mais um espaço indígena. É um espaço criado pela cultura cristã e onde seus porta-vozes não são mais visitas" (NEVES, 1978:117)*

Desta situação os senhores de engenho também se aproveitam utilizando estes aldeados como mão-de-obra barata. "Essas aldeias localizavam-se originalmente muito perto das colônias e cidades brancas, uma vez que os jesuítas eram obrigados a permitir que seus protegidos realizassem trabalhos manuais para os moradores portugueses, sob certas condições e garantias." (BOXER, 2002:108)

Enquanto para "os inacianos entenderão sua obra missionária basicamente como redentora..." (LEITE. 2001:71) para a população o aldeamento é inclusive um meio de regulamentar e controlar o comportamento nativo com a capacidade de grandes resultados para a disciplina dos nativos. "O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor." (FOUCAULT. 2005:143) O trabalho era fundamental para este poder disciplinador e de seus resultados: "Dobra-os o trabalho assíduo e o cuidado incessante de arrancar os Brasis às trevosas fauces do abismo" (Anchieta. s.d:s.p.) Os discursos dos jesuítas é repleto destes, como em:

> *"Em todas há escola de muytos meninos; pequeno nem grande morre sem ser de nós examinado se deve ser baptizado, e asy N. Senhor vay ganhando gente pêra povoar sua glória e a terra se vai pondo em sobjeição de Deus e do Governador, o qual os faz viver em justiça e rezão, castigando os delinquentes com muyta moderação, com tanta liberdade como aos memos christãos. E cada povoação destas tem seus meirinhos, os Principais delas, os quais por mandado do Governador prendem e lhe trazem os delinqüentes, e asi lhes tira a liberdade de mal viver e os favorece no bem." (LEITE. 2000:335)*

Neste processo os nativos deixam seus costumes se cristianizam por medo de represálias do Governador Geral. "Todos, assi gentios como christãos, guardam a lei de Christo uns por serem obrigados, e outros por se apparelharem pêra bautisar..." (DOCUMENTOS. 1905:136)

> *"Todos estes vão perdendo o comer carne humana, e si sabemos que alguns a têm para comer e lh'a mandamos pedir, a mandam, como fizeram os dias passados, e nol-a trazem de mui longe, para que a enterremos ou queimemos, de maneira que todos tremem de medo do Governador..." (DOCUMENTOS. 1905:136)*

Assim a figura de Mem de Sá torna-se exaltada pelos colonos e em especial pelos jesuítas tornando-se de vital importância para a colônia. "Ho ajuntar dos Yndios, que o Governador faz se milhor poderem doutrinar (...). Outros, despois que virão o gentio, com estas cousas que se fizerão antre eles, domados e metidos no jugo e sobjeição que nunca tiverão..." (LEITE. 2000:340) Anchieta também exalta o governador, em seu poema épico: "O primeiro a vingar os ultrajes do gentio inumano\ e dobrar-lhes a cerviz 'as tuas ordens justas\ Ao peso do teu braço, os altivos Brasis esqueceram seus ferozes costumes e seus sangrentos ritos" (Anchieta. s.d:s.p.) Esta imagem construída contudo contrasta com a realidade das batalhas e da ferocidade com que seus inimigos são tratados. "Nossas almas gloriosas prostaram o feroz inimigo,\ rompendo a força as trincheiras com vasta matança." (Anchieta. s.d:s.p.)

Numa época em que a colônia corria o risco de ser perdida, homens como Mem de Sá tornaram-se heróis, como foi descrito por Anchieta, contudo este atos de heróicos são massacres promovidos contra nativos em represálias a ataques que não provocaram, promovendo o fim da presença dos nativos não aldeados no litoral.

Bibliografia

ANCHIETA, Padre José. Feitos de Mem de Sá. s.l., s.e., s.d..

BOXER, Charles Ralph. O Império Marítimo Português (1415 – 1825). São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 442p.

DOCUMENTOS relativos a Mem de Sá, Governador Geral do Brasil. In: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Off. Typ. da Bibl. Nac., 27: (127-280), 1905.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes Indígenas: organização social das tribos tupis, História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial, do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro, t. 1, v. 1: 83-99, Bertrand Brasil, 13ª ed., 2003, 17p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. Petrópolis, Editora Vozes, 32ª ed., 2005, 288p.

GÂNDAVO, Pero Magalhães. A Primeira História do Brasil: História da Província de Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge ZAHAR Editor, 2004, 207p.

HOONAERT, Eduardo. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época. Petrópolis, t.II/1, Vozes, 4ª ed., 1992, 442p.

LEITE, Edgard. História e Essência: historiografia jesuítica colonial (séculos XVI – XVII). Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos da Antiguidade – UERJ, 2001, 152p.

LEITE, Serafim (org.). Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manoel da Nóbrega. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2000, 570p.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultura, Divisão de Editoração, 1991, 136p.

NEVES, Luis Felipe Baeta. O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária, 1978, 175p.

SANCHES, Marcos Guimarães. Governá-los e Conservá-los: os índios e a sociedade colonial. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), Anais da XXI Reunião: 151–157, 2001, 7p.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: A questão do ouro. São Paulo, Martins Fontes, 3ª ed., 2003, 387p.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Noel Rosa e Chico Buarque - a construção da tradição na canção popular brasileira.

Celso Branco*

Resumo:Esta pesquisa de mestrado pretende localizar, através das obras de dois autores de inegável popularidade, Noel Rosa (1910-1937) e Chico Buarque de Hollanda (1944) a trajetória de uma mesma "linguagem" da música urbana, relacionando-os às práticas e espaços musicais e literários que constituíram duas importantes fases de "fixação" da canção brasileira moderna: os anos 1930 e os anos 1960/70 como *maistream* – tradição – da música popular brasileira.

Abstract:This research intends to locate, through the workmanships of two authors of undeniable popularity, the musical and literary Noel Rosa (1910-1937) and Chico Buarque de Hollanda (1944) the trajectory of one same "language" of urban music, relating them it practical and spaces that had constituted two important phases of "setting" of the modern Brazilian song: years 1930 and the years 1960/70 as they maistream - tradition - of Brazilian popular music.

A canção popular brasileira estabeleceu uma "tradição", um *modus operandi* próprio que, para além dos aspectos puramente musicais, podemos definir como uma leitura ou interpretação dos muitos aspectos da vida e dos sonhos dos brasileiros – o cotidiano e o imaginário do nosso país – expressos na forma musical desde o final do século XIX e reiterados ao longo do século XX. Essa tradição não corresponde, no entanto, há um projeto definido por um único agente ou instituição específica, mas sim por inúmeras tentativas de construção de uma imagem auto-representativa da cultura brasileira. São discursos diversos e ás vezes até contraditórios que irão definir para o brasileiro, numa de suas manifestações culturais mais contundentes, a música popular, um conjunto de características eminentemente nacionais. O objetivo da pesquisa aqui apresentada é revelar e analisar as características mais permanentes, ou mais presentes, que traduzem o conceito do que é verdadeiramente brasileiro, ou aceito pelo nosso povo como tal, e de que maneira elas se solidificaram, durante o século XX, ao ponto de se tornarem "tradicionais" na produção musical e no ideário cultural brasileiro.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGCH), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista da Capes.

Para alcance desse objetivo, pretende-se aqui investigar as tentativas mais eficazes de representação da brasilidade e da "tradição" e a que intenções elas serviam, buscando identificar a especificidade nacional e os principais agentes ou construtores da "tradição musical brasileira". Após essa etapa, identificamos através da comparação, esse e outros aspectos das obras de Noel Rosa e Chico Buarque de Hollanda, evidenciando os pontos coincidentes ou reiterativos, semelhanças (e também diferenças) nos olhares sobre a sociedade brasileira e a atuação de ambos na construção de um mesmo ideário nacional.

As sociedades urbanas, bem como o contexto mais geral das produções musicais, dos dois períodos estudados estarão também sendo automaticamente comparadas e analisadas, ao mesmo tempo em que o espaço poético e musical, eternizado por estes compositores dentro da música popular, se mostrará definido ou fixado.

Definir a participação de Noel Rosa e Chico Buarque na construção da tradição cultural brasileira significa identificar também um determinado "procedimento consagrado" na criação da música popular compartilhado por estes e outros autores. Ou seja, explicitamos também as práticas usuais da cultura musical brasileira, tais como: a articulação entre a palavra e a melodia, as soluções musicais e os recursos sonoros consagrados, os gêneros privilegiados e os temas "canônicos" explorados por eles, conceitos morais e personagens; enfim, elementos que traduziram todo um universo comum e popular, um espaço específico da expressão moral, política e sentimental do povo brasileiro, que foram se confirmando em torno de signos próprios ao longo do século XX, e que deram vazão a uma "índole autenticamente brasileira", apesar de ser basicamente urbana e carioca.

Para além de belas melodias e poemas, as composições musicais deixaram registradas, de forma especial, os sentimentos ou impressões da nossa sociedade resultantes dos mais variados acontecimentos históricos. Compositores populares brasileiros de todas as diversas tendências contribuíram para a formação de um imenso painel histórico-musical, um quadro formado por um quebra-cabeças onde os acontecimentos estão registrados pela ótica popular, ou seja, que traz versões populares sobre os fatos, e onde cada peça se encaixa numa seqüência temporal de percepções dos fatos e confirma uma visão ideológica de conjunto. A cada revisão do conteúdo histórico de cada uma das nossas canções, nos saltam aos olhos registros sobre o universo moral e ético do contexto de suas produções: julgamentos, normas, ilusões, desejos, medos, traumas, enfim, um conjunto harmônico de mentalidades predominantes no contexto de cada produção.

Ao mesmo tempo em que a música popular procurou traduzir as sensações decorrentes dos fatos, ela mesma passou a produzir novos fatos e sensações, realimentando

dialeticamente as suas estruturas de reprodução. A música popular passou a ter uma enorme influência na formação de uma opinião pública especificamente "brasileira", por exemplo, com a ampliação das transmissões radiofônicas, já no início dos anos 1930. Ora ressaltando a intenção da paráfrase, como encontraríamos numa ode ou exaltação qualquer, ora ressoando na crítica (muitas vezes aliada ao humor da paródia), ou ainda com matizes de intenções diversas, a música, capaz de confirmar ou provocar uma emoção coletiva, pode facilmente revelar o relacionamento íntimo com seu contexto histórico. Referindo-se comumente a um fato, fenômeno ou personagem importante ou à percepção de uma época sobre si mesma, encontramos na produção musical o que para os historiadores significa o registro de uma opinião pública autêntica, datada e em geral auto-justificada. Ora, essa opinião "coletiva" parece ser uma das grandes contribuições da música popular brasileira à História, pois é o registro da percepção dos fatos pela ótica das camadas populares, distinta, portanto das interpretações dos intelectuais, e que contém sua "sabedoria" numa linguagem própria. Uma "sabedoria de vida" ou de vivências, uma espécie de "antologia da experiência brasileira", por trás das estruturas da linguagem verbal e da linguagem musical. Na nossa música, como nas demais músicas e outras artes identificadas com um projeto de nação, encontramos uma expressão franca e rica de autenticidade, ou no caso de brasilidade, um consciente e um inconsciente coletivo, que informam e nutrem o estudo da História. O historiador Marcos Napolitano, que produziu o melhor compêndio em nossa língua sobre a utilização da música popular pela História (História & Música – História cultural da música popular, 2002), explicita a importância dessa fonte já no primeiro parágrafo desse seu livro (NAPOLITANO, 2002: 7)

> *A música, sobretudo a chamada 'música popular', ocupa no Brasil um lugar privilegiado na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional. Além disso, a música tem sido, ao menos em boa parte do século XX, a tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais. Para completar, ela conseguiu, ao menos nos últimos quarenta anos, atingir um grau de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental.*

Ouvir a voz o povo, através dos artistas que pretendem representá-lo em suas canções, tem aqui a importância de entrar em contato com a "atmosfera popular" ou "clima social" produzidos pelos fatos, ou seja, com todo um universo moral popular transitório, num conjunto de valores nascidos aqui, após terem sido mesclados pelos diversos povos que formaram a sociedade brasileira. As músicas populares são, portanto, fontes muito especiais para a História, pois através delas entramos em contato com o universo popular e seu conjunto

de valores, crenças, ideais e preconceitos. A favor da utilização dessas fontes, ainda contamos com a profusão criativa e com o consumo generalizado da música do Brasil pelo seu território, que graças à difusão exponencial do rádio e mais tarde da TV, iria definir e confirmar o conteúdo moral, ético, estético e simbólico que se tornou o núcleo da nossa identidade cultural de brasileiros.

Para entrar efetivamente na "atmosfera" dos fatos proporcionada pela música popular e nela descobrir novos elementos para a história da nossa sociedade utilizaremos o método comparativo na amplitude da definição de Ciro Flamarion Cardoso (1976): "Explicar as semelhanças e diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos" (CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H., 1983: 409) e por este meio compreender as principais causas e os mecanismos de construção do fenômeno da tradição na música popular brasileira. Nosso objetivo aqui é então o mesmo apontado pelo renomado historiador brasileiro, qual seja o de colaborar para a pesquisa das influências ou da filiação entre sociedades e para o estudo das semelhanças e diferenças existentes na evolução das mesmas.

Ainda sobre este método, Heinz-Gerhard Haupt, (HAUPT, H.G., 1998: 206-208) nos informa que apesar de termos apenas dois setores da História com tradições comparatistas declaradas: a demografia histórica e a história econômica, o método comparativo recentemente vem sendo aplicado à inúmeros temas historiográficos: "grandes indústrias, alfabetização, iconografia, homeopatia, professores universitários, ensino agrícola, engenheiros de minas, mineiros, livros, vida urbana". À essa lista acrescenta-se ainda os novos elementos trazidos pelo método para a analise de novos e velhos temas, explicitados por Alzira Alves de Abreu (1995), como a "história das 'atitudes coletivas': diante da morte (P. Aries, M. Vovelle), diante do medo (J. Delumeau), diante da vida (j. Gélis), a história dos gestos (J. C. Schmit), das cores (m. Pastoureau), dos nomes (L. Perouas, J.Dupâquier) ou dos estados afetivos (A. Corbin)" (ABREU, 1995: 307-308). Todos estes são temas que constituem grandes linhas de debates da história no presente e que cada vez mais se utilizam do método comparativo, pois em todos os exemplos encontramos a descrição de uma linha evolutiva, e, portanto de uma visão mais ampliada do fenômeno. Acrescentamos aqui a música popular, propondo para este caso, o que Haupt chama de uma "interpretação das evoluções" (HAUPT, H.G., 1998: 211)., uma busca das estruturas mais gerais, e que foram muitas vezes definidas como integrantes de uma "tradição" cultural determinada.

Concordamos, portanto, com esses autores quando afirmam que, pelo método comparativo, o historiador se torna orientado para a produção de um sentido, seja o da

explicação ou de uma interpretação histórica - o que nos induz a ter cuidado redobrado com as formulações e conclusões. Apesar de manifestarmos a necessidade do rigor científico e apreciarmos os dados empíricos, devemos salientar que não se propõe aqui, por outro lado, a construção de "leis gerais", nem a explicação de origens ou essências dos fenômenos enfocados - seguindo os sábios conselhos das pesquisadoras e professoras do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, Neyde Theml e Regina Bustamante (THEML, N. e BUSTAMANTE, R. M da C, 2004: 9-30), mas sim, de percebermos algumas das "formas" permanentes ou constantes que vieram a definir a brasilidade e a integrar a noção de tradição cultural popular.[1].

Apesar de vários autores defenderem e aplicarem o método comparativo, os exemplos práticos nos revelam que até agora, porém, não há uma metodologia definida para todos os casos, pois para isso ainda é necessário, segundo alguns deles, mais tempo de prática da pesquisa empírica e um conhecimento mais ampliado sobre línguas e linguagens, que permitam melhores comparações. Aplicamos aqui, portanto, um processo comparativo próprio, em parte intuitivo, mas que se mostrou eficiente e adequado aos objetivos almejados. Confirmamos, no caso aqui proposto, que de fato, tornou-se mesmo necessário um aprofundamento das linguagens em questão: a linguagem musical e poética e a suas inter-relações, para perceber melhor as intenções e mensagens dos compositores.

Cabe ressaltar por fim que, em termos historiográficos nos estudos sobre a música popular, vamos encontrar em muitos casos os chamados "detratores" da atividade, que a classificam, em períodos históricos determinados, como "ópio", ou elemento alienante através do qual a classe dominante pôde manipular as massas, na sublimação da miséria cotidiana no sucesso passageiro de uma música ou de um intérprete (assim como de um time de futebol - outro elemento de grande capacidade representativa da brasilidade), em catárticas festas coletivas. Os admiradores, por outro lado, vêem a música, com um papel muito mais significativo como fonte de identidade de um grupo, além de escada para a mobilidade social e agente poderoso para uma construtiva integração nacional, como na construção da brasilidade. Ora, os dois papéis coexistem: embora esta arte, tão brasileira, tenha sido usada pelas elites para apoiar a ideologia oficial e dirigir a energia social por caminhos compatíveis

---

[1] Segundo as pesquisadoras Neyde Theml, e Regina M. da C. Bustamante, no artigo citado acima, a abordagem comparativa no modelo mais indicado aos pesquisadores, criado pelos historiadores Paul Vernant e Marcel Detienne, "*não visa a construção de leis gerais, nem origens ou essências dos fenômenos, mas sim as formas moventes e múltiplas representadas pela sociedade – o estranhamento, pluralização, censo comum, habitus*". p. 23.

com os valores sociais prevalecentes, não podemos esquecer que a música, assim como o esporte, também representou espaços de manifestações de resistência e crítica a essa direção, como atestam estudos semelhantes de Norbert Elias e Eric Dunning (1992) - dotando essas modalidades de lazer (a música popular e o futebol) de uma enorme capacidade dialética, com momentos de fluxo e refluxo da capacidade organizativa da nossa sociedade e de crítica constante que ela faz sobre si mesma.

As coincidências fazem constatar muito mais do que apenas a inspiração que Noel legou ao Chico. Revelam um universo popular fixado também nas obras de inúmeros outros autores que compartilham e repetem os conceitos presentes nestes dois grandes compositores. Percebemos, por exemplo, que Chico e Noel colaboraram sobremaneira para a permanência de um espaço moral na música bastante distinto do moralismo presente nas regras de convívio social, um lugar mais ousado e livre, tolerante ou compreensivo, que não é tão comum nas relações cotidianas. É como se a música suprisse, nesse caso, a necessidade de uma realidade mais afetiva, harmoniosa e interessada. Daí a exaltação aos malandros, prostitutas, enjeitados, e á todos os representam os extremos do nosso mosaico social sobrecarregado de emoção e pobreza.

A brasilidade dos autores se expressa de inúmeras formas. Usam sem pudor a linguagem das ruas, a língua "brasileira", tida como inculta e carregada de gírias, sem perder a profundidade poética da reflexão. Linguagem de indivíduos que não pertencendo exatamente á "sociedade", conhecem a sua falsa moral "por dentro" ou "por baixo" e exprimem sua realidade na forma de comunicação que se lhes permitem: a música. Para eles, por exemplo, o samba sempre será um espaço de catarse, onde o trabalhador "explorado" tem o seu refúgio. Os autores reclamam a nossa autenticidade e a sua preservação, a nossa moral permissiva, solidária e alegre – "as coisas nossas" - numa imagem menos séria e mais libertária do que as autoridades, os bons costumes e as leis gostariam de impor.

Cronistas, ambos cantaram paixões e personagens comuns ou incomuns de maneira a emocionar pela "verdade" da narração. Mantiveram um olhar crítico em relação ao meio social e político brasileiro e utilizaram formas poéticas especiais, como o uso de expressões populares, rimas surpreendentes e bem humoradas, antíteses e metáforas presentes na literatura de salões, mas "adaptadas por eles para o povo". Através deles, os ouvintes poderiam perceber melhor nossos contornos sociais, poderiam se identificar com seus

personagens ou reconhecê-los nas ruas. Entre eles há também a semelhança do jogo de palavras, do significado duplo das frases. A alegria, a irreverência e o "jeitinho brasileiro" são alguns dos temas privilegiados por ambos que mantiveram semelhantes estilos de composição e idéias que os identificam com a classe média urbana e os tornam ricas fontes de pesquisa da nossa cultura:

Todos esses aspectos serão estudados em busca da definição do universo musical dos compositores e da importância de suas obras para a própria sociedade brasileira, permitindo uma visão do significado e da razão do alcance extraordinário que elas têm e tiveram entre nós.

Referências bibliográficas:

ABREU, A. A. "Historiografia: uma revisão". In: *Estudos Históricos*, vol.8, n.16. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1995. p.307-8

ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1963.

CABRAL, Sérgio. Getúlio Vargas e a música popular brasileira. In: Ensaios de Opinião, Rio de Janeiro: Inúbia, 1975. vol.2, pp.36-41

_____. No tempo de Almirante -.Uma história do rádio e da MPB. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.

_____. No tempo de Almirante -.Uma história do rádio e da MPB. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CALDEIRA, Jorge. A voz: samba como padrão de música popular brasileira (1917 / 1939). Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1989.

CAPELATO, Maria H. "Propaganda política e controle dos meios de comunicação". In: PANDOLFI, Dulce C. (org.). Repensando o Estado Novo. Rio De Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. *O Método Comparativo na História*. In: *Os métodos da História*. Trad. J. Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CONTIER, Arnaldo. "Música no Brasil: história e interdisciplinaridade. Algumas interpretações (1926-1980)". História em Debate. Atas do XVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, 1991, ANPUH/CNPQ.

HAUPT, H.G. "O lento surgimento de uma História Comparada". In: BOUTIER, J., JULIA, D. (org). *Passados Recompostos - campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998.

HOBSBAWN, Eric e TERENCE, Ranger (orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, *Chico Buarque de. Chico Buarque, letra e música*. incluindo Gol de Letras de Humberto Werneck e Carta ao Chico de Tom Jobim – São Paulo: Companhia das Letras, 1898. 2 volumes.

LAGO, Mário. *Na Rolança do Tempo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

MÁXIMO, João e DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*, Brasília: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1990.

NAPOLITANO, Marcos & WASSERMAN, Maria Clara. "Desde que o samba é samba: A questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira". In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, vol. 20, n.º 39, 2000.

NEVES, Santuza C. *O violão azul*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilizacion.* México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

SANDRONI, Carlos . *Feitiço decente. Transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933).* Rio de Janeiro, Jorge Zahar / Editora UFRJ, 2001

SEVERIANO, Jairo & MELLO, Zuza Homem de. A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras. Vol. 1: 1901-1957. São Paulo:Ed. 34, 1997.

SUSSEKIND, Flora. As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova

THEML, N. e BUSTAMANTE, R. M da C, Editorial: História Comparada: olhares plurais. PHOÏNIX 10, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2004.

VASCONCELOS, Ary. Panorama da Música Brasileira. São Paulo, Livraria Martins, 1964.

VENEZIANO, Neyde. O Teatro de Revista no Brasil: Dramaturgia e Convenções. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1991.

VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed./Ed. UFRJ, 1995

WASSERMAN, Maria Clara. "Abre a cortina do passado" - a Revista da Música Popular e o pensamento folclorista (Rio de Janeiro: 1954 – 1956). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

WISNIK, José Miguel, "Getúlio da Paixão Cearense", In: O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira - Música. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

_____. "Algumas questões de música e política no Brasil". In BOSI, A. (org.). Cultura e Política. Temas e situações. São Paulo, Ática, 1987.

WISNIK, José Miguel e ÊNIO, Squeff. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira – Música.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cinema e Cidade: memória e experiência urbana na obra cinematográfica de Ozualdo Candeias (1967-1992)

Ângela Aparecida Teles*

Resumo: Este artigo discute a experiência histórica do Cinema da Boca do Lixo e sua importância na trajetória de Ozualdo Candeias como morador da cidade de São Paulo e cineasta. Partindo dos fragmentos de memória registrados em depoimentos publicados, das fotografias e documentários sobre o Cine Boca, interpretam-se os sentidos que o diretor atribuiu à rua do Triunfo como espaço social da "gente de cinema" e de outras sociabilidades que ancoravam suas existências naquela rua e imediações.
Palavras-chave: Ozualdo Candeias, cinema, São Paulo.

Abstract: This article discuss the historical experience of the Cinema at the Boca do Lixo and its importance for the trajectory of Ozualdo Candeias as a São Paulo city resident as well as a movies director. Starting from the fragments of memory registered in published statements, from the photos and documentaries on the Cine Boca, we interpret the meanings which the director attributed to the rua do Triunfo (Triumph Street) as a social space for the "movies people", and for some other sociabilities that achored their existences in that street and neighborhood.
Key-words: Ozualdo Candeias, cinema, São Paulo.

As produções de Ozualdo Candeias - filmes de ficção, documentários, fotografias - foram realizadas, na sua maioria, na área central de São Paulo, entre os bairros da Luz, Campos Elíseos, Santa Ifigênia e Bom Retiro e documentaram seus moradores e as pessoas que por ali circulavam. Desse conjunto, interpreto os documentários, uma seqüência dos filme *As Bellas da Billings* e as fotografias sobre os sujeitos envolvidos com a atividade cinematográfica da rua do Triunfo e que registraram a vitalidade e a precariedade do cinema que se desenvolvia na área da cidade associada à decadência e ao baixo meretrício.

A escolha da obra de Candeias como objeto de reflexão histórica articula-se à nossa preocupação como sujeito histórico situado no presente e que busca através da pesquisa trazer para o debate experiências históricas e estéticas que provocaram deslocamentos no olhar ao questionarem imagens e narrativas consagradas através do cinema de espetáculo produzido por *Hollywood*. A interpretação dessas construções imagéticas é significativa, pois

* Doutora em História Social, PUC-SP.

também nos permite contribuir para o debate acerca das intervenções políticas no espaço público da cidade.

Nos documentários *Uma Rua Chamada Triumpho 1969/70*, *Uma Rua Chamada Triumpho 1970/71* e no livro *Uma Rua Chamada Triumpho*, de 2001, todos baseados em fotografias, os profissionais de cinema foram os personagens principais de Candeias. Tais obras de não-ficção mostram a vocação especial desse diretor para a documentação e sua relação afetiva com o *Cine Boca*, tema único de seu trabalho fotográfico e referência mais ou menos explícita em grande parte de sua obra de ficção, como no filme *A Margem* de 1967, *Zézero* de 1973, *O Candinho* de 1976, *Aopção ou as Rosas da Estrada* de 1981 e *As Bellas da Billings* em 1987. Como um andarilho atento à diversidade da vida que acontece nas ruas da cidade, Candeias usou sua câmera para flagrar outros sujeitos sociais que circulavam na zona de fronteira constituída na rua do Triunfo.

Essas criações de Candeias estão sendo tomadas como trabalhos da memória que eternizaram em sonoridade, visualidade e oralidade uma experiência coletiva, sempre vivida subjetivamente. Através dos procedimentos criativos adotados na feitura desses trabalhos podemos interpretar as singularidades de alguém que viveu o *Cine Boca* como um participante crítico. Esse trabalho da memória é perceptível tanto no tratamento que o material produzido recebeu ao longo de mais de 30 anos, no caso do uso das fotografias para a montagem do livro, e no próprio trabalho de edição e sonorização dos documentários.

O cinema que se desenvolvia numa rua associada ao baixo meretrício e à pobreza, que ironicamente chama-se Triunfo, contrastava com a imagem de uma São Paulo rica e dinâmica. Naquele contexto, dar visibilidade a esse cinema e dirigir outro olhar a sociabilidades marginalizadas nas ruas da cidade não interessava aos exibidores da época que, segundo o diretor, as classificaram como imagens "domésticas". A singularidade dessa experiência narrada em imagens, seu caráter "doméstico", confrontava as aspirações por produzir imagens abstratas e universais da nação e do povo brasileiro, de acordo com o projeto de Brasil Grande do governo militar.

A disposição de caminhar pela cidade e a experiência como cinegrafista de atualidades aguçaram em Candeias a intuição do instante único a ser documentado. Esta sensibilidade desenvolveu-se para registrar e informar sobre os diferentes acontecimentos das ruas. Como um andarilho que ora recolhe vestígios com sua câmera, ora seleciona os fragmentos das histórias vividas e narradas, este diretor comunicou sua experiência

produzindo trabalhos com dimensão sociológica, política e estética, como o livro de fotografias *Uma Rua Chamada Triumpho,* publicado em 2001.

Na elaboração desse livro se entrecruzam uma narrativa sobre o histórico do nascimento da área de baixo meretrício, a *Boca do Lixo*, uma narrativa sobre os profissionais do cinema que, a partir da legislação cinematográfica protetora do cinema nacional, construíram o Cine Boca, e um ensaio sociológico sobre as sociabilidades marginais da rua do Triunfo. O presente foi o ponto do qual essas narrativas foram enunciadas. Não há uma rigidez temporal na forma de uma teleologia encenada, mas um embaralhar da memória que atualiza a experiência.

Na abertura de *Uma Rua Chamada Triumpho 1969/70*, curta-metragem feito a partir de fotografias em preto e branco produzidas na sua maioria por Candeias, uma voz em *off* adverte que "a rua chamada Triunfo, não fosse o caráter mutante de seus usuários durante as 24 horas por dia, seria uma rua como outra qualquer". A partir desse preâmbulo, o narrador começa a caminhar à noite, quando essa rua era tomada pelo *trottoir*. Continua a voz em *off*: "À noite, os prazeres do pedaço da *Boca do Lixo*. Minas e seus arrimos. Os fumaceiros mocós das imediações costumam ser matéria para as manchetes do dia seguinte nas colunas especializadas em submundo, apesar do zelo da polícia". Utilizando os movimentos de *zoom*, o narrador aproxima o espectador dos rostos das prostitutas. Algumas estão sorrindo para o fotógrafo. A voz narradora, em tom irônico, enuncia-se através da oralidade própria daquela rua.

Nessa primeira seqüência de fotografias, a iluminação da rua do Triunfo está refletida em poças d'água, construindo um cenário sedutor. As prostitutas, que jamais são nomeadas enquanto tais pela voz em *off,* estão envoltas numa atmosfera de lascívia. A ação da polícia é sublinhada apenas para mostrar sua ineficácia. Assim, a noite da rua do Triunfo era tomada por práticas ilícitas. Esse ambiente encenado nas fotografias está muito distante do espaço perigoso e violento construído pela imprensa sensacionalista. Nesses primeiros planos, outra perspectiva sobre personagens que só existiam para as crônicas policiais como o lixo das ruas da cidade foi sendo construída. O narrador, à vontade, encena seu passeio noturno como um conhecedor do pedaço. Preenche a tela com rostos em primeiro plano, permitindo que se observem de perto as relações que se efetivavam naquela rua entre mulheres, homens e a polícia.

Na segunda seqüência, o narrador conduz até as primeiras horas do dia, quando a rua muda e passa a ser ocupada por outros personagens, que ele define como ”gente de profissões marginais que procuram ganhar o seu pão”. São catadores de papel, moradores de rua e dos hotéis e pensões daquelas imediações. A câmera recorta da fotografia uma mulher recolhendo papelão na calçada. Ela está olhando para a câmera. Em outro enquadramento vemos outros personagens da fotografia. Mas essa mulher em especial foi acompanhada em outros momentos pela câmera. A voz narradora é breve. Os movimentos de câmera fazem os comentários mais densos, ao decompor a foto e chamar a atenção, informar a respeito de uma prática cotidiana daquela rua que precisa ser denunciada. Mas essa “gente de profissões marginais” foi apresentada não apenas como marginalizados que sofrem e estão abandonados.

Ao acompanhar a mulher em contato com outros personagens, por exemplo, quando tem o cigarro acendido por freqüentadores daquela rua, o narrador quebra a idéia de segregação e constrói a rua do Triunfo para além do espaço da violência, da pobreza e do abandono, como uma zona de fronteira onde aconteciam trocas, ainda que efêmeras, entre classes sociais com experiências e visões de mundo antagônicas. Nessa seqüência curta, a moradora da rua surge como sujeito que trabalha, possui uma rotina e faz parte do cotidiano daqueles que por ali circulam.

Abrindo a terceira seqüência, a voz em *off* informa que aquele “é um bairro central que vem resistindo ao chamado progresso, nota-se pela arquitetura de suas casas”. A Estação Júlio Prestes e os prédios da região são apresentados. Continua a voz em *off*: “Dezenas ou centenas de fitas deixam essa rua diariamente para cumprirem alhures ou algures o seu sacro fadário por esses Brasis afora. Ainda bem que mais ou menos 15% daquelas fitas são brasileiras. Nem só para os puxadores de fita!” Aqui há várias imagens de latas de filme próximas a carroças estacionadas na rua ou sendo conduzidas por puxadores de carroça. Tais imagens são ambíguas, pois ironizam a “indústria cinematográfica brasileira” mostrando a precariedade e o seu caráter artesanal. Mas a profusão de latas de filmes e a voz do narrador fazem emergir a vitalidade desse cinema que garantia a sobrevivência não só dos transportadores autônomos daquelas carroças, mas de inúmeros profissionais ligados ao cinema.

Segue a voz em *off:* “o dia começa logo cedo para todos os habitantes da rua e se prolonga pela noite adentro”. Vemos os moradores, nos prédios, cuidando de seus afazeres domésticos. “No quarteirão Vitória-Gusmões, todos os dias alguém compra ou vende fitas em produção ou terminadas. Todo ou em parte! Aqui se procura ou se dá chance no cinema na

frente ou atrás das câmeras. Como também se sabe como ganhar dinheiro ou prêmios, pois, afinal, nessa rua todos são donos de verdades cinematográficas". As fotografias e a fala dessa seqüência constroem um intenso movimento em torno da comercialização e distribuição de fitas cinematográficas. Naquela rua, profissionais de cinema (técnicos, diretores) formados nos estúdios da Vera Cruz, da Maristela e da Multifilmes, na TV Excelsior e nas agências de propaganda; distribuidores, produtores e exibidores; estudantes de cinema, críticos de cinema e artistas de espetáculos populares costuravam relações e buscavam alternativas para concretizar projetos heterogêneos de cinema.

O narrador se detém a comentar as atividades da rua relacionadas ao cinema. Voz em *off*: "À tardinha, o ajuntamento de gente de cinema é bem maior e bem mais variado neste pedaço de rua, mais alegre e mais agradável". Aqui o narrador sente-se mais confortável, pois é o momento em que a rua era tomada e significada pelos profissionais de cinema, grupo com o qual se identificava, mas que não percebia como homogêneo, pois eram variadas as vivências e expectativas em relação ao "pólo industrial de cinema" que ali se constituía. A efervescência daquele cinema que acontecia naquela rua passa a ganhar visibilidade à medida que o narrador vai nomeando as pessoas fotografadas em frente ou no interior do Bar Soberano, "cada uma delas com sua verdade cinematográfica".

A voz narradora vai nomeando. Os profissionais de cinema são citados de maneira informal, sem muito rigor em fornecer pormenores. Apenas o fluxo da memória, que vai nomeando e descrevendo fragmentos de nomes, apelidos que surgem a partir das imagens registradas, sem o rigor da documentação científica, e posteriormente recortadas e agrupadas pelo trabalho da montagem e edição de som para significarem aquela experiência histórica.

Em grupos, e quase sempre posando para o fotógrafo, essas imagens captadas, na sua maioria, em plena luz do dia desconstroem o *glamour* do cinema. O fotógrafo criou um espaço sem hierarquias entre os produtores, distribuidores, exibidores, diretores, técnicos e atores de cinema. Há uma empatia entre o fotógrafo e seus personagens, que quase sempre estão olhando para a câmera e sorrindo, criando uma atmosfera de descontração e espontaneidade. Mas não há intimidade. A câmera enquadrava os personagens de corpo inteiro, guardando distância e observando o movimento daquela rua.

No cinema da rua do Triunfo narrado em sons e imagens, não há uma isenção, nem tampouco uma tentativa de esconder as ambigüidades e as diferenças que se enunciavam naquele pedaço. O narrador irônico toma partido do cinema nacional e procura não esconder

nada daquela experiência coletiva, mostrando o máximo para que o espectador tire suas conclusões, construindo, assim, legitimidade para sua narrativa.

Encerrando a jornada pela rua do Triunfo, a voz narradora em *off* conclui: ”à noitinha o pessoal que não se foi com o sol se manda para os botecos e boliches da rua... Depois da noitinha vem a noite. E à noite, no pedaço desta rua, tudo começa de novo, ou recomeça, para continuar no dia seguinte”. Voltam as imagens do início do documentário. Continua a voz narradora: “a rua chamada Triunfo fica nessa cidade, num bairro chamado da Luz. Essa cidade foi fundada no ano de 1554 pelo jesuíta Anchieta e foi primeiramente chamada São Paulo de Piratininga e hoje somente São Paulo”.

Quando se imagina que o documentário já está encerrado, o narrador faz uma observação, uma espécie de *post-scriptum*. Com imagens distorcidas que caricaturizam alguns diretores de cinema (como Luiz Sérgio Person, Carlos Reichenbach e também Ozualdo Candeias), a voz narradora provoca: “esses caras, ou melhor, alguns desses caras falam de cinema sério. O que seria ser sério em cinema? Quem é ou quem tem sido sério no nosso cinema?”.

Em 1987, com o filme *As Bellas da Billings*, esse diretor relembrou a experiência do *Cine Boca*, agora pela ficção. Nas seqüências iniciais James, o protagonista, perambulando pela rua do Triunfo em companhia de Almir Sater, para em frente a um bar e diz: “Olha, aqui era o Bar dos Artistas”. Corta. Câmera baixa e, em primeiro plano, a tabuleta em que se lê “Bar Restaurante Soberano”. Voz de James em *off*: “Mas quem mais andava por aqui era os diretor”.

Câmera fechada no perfil de Bentinho, ator do primeiro longa de Candeias, *A Margem* e de outras produções da *Boca*. Um *zoom out* faz a câmera afastar-se e vê-se Bentinho conversando com o diretor Oswaldo de Oliveira numa mesa de bar. Outro movimento de câmera, ainda no mesmo plano, um *zoom in* e vê-se entre os dois Ody Fraga, diretor e roteirista da pornochanchada. Ouvimos uma música que também compõe a trilha sonora do filme *A Margem*, no mesmo plano, como comentário sonoro, além da voz de James, sempre em *off*: “As artistas mesmo só de vez em quando. Mesmo assim as da pornochanchada. Pornochanchada não é muito comigo.”

Câmera fechada numa fotografia em preto e branco. Vêem-se Carlos Reichenbach, Rogério Sganzerla e Antonio Lima na rua do Triunfo, olhando para a câmera. A foto passa para as mãos dos que conversavam numa mesa no interior do mesmo bar.

Comentário de James em *off*: ”Eu andei vendo umas fitas dos marginais.” Câmera fechada numa foto em preto e branco de Luis Sérgio Person fazendo *ok* para o fotógrafo. Outro plano. Uma *zoom in* introduz Inácio Araújo, crítico de cinema, conversando no mesmo bar com Oswaldo de Oliveira. Câmera fechada em Carlos Reichenbach em diálogo com o crítico de cinema Jairo Ferreira, agora dentro do bar. Comentário de James em *off*: ”Nem sei, eu fui ver porque os caras estavam sempre no jornal, no rádio e eu via eles sempre por aqui.” Corte final. Câmera alta fora do Bar Soberano enquadra James e o violeiro. James sentencia: “A *Boca* não é mais aquela!”.

Nessa seqüência, o narrador (MACHADO, 1997:146)[1] comentou a experiência de profissionais do cinema paulista que se aglutinavam no Bar Soberano. Alguns dos sujeitos que construíram sua atuação cinematográfica a partir das condições de produção e exibição existentes na rua do Triunfo reencenaram aquela atmosfera em que os profissionais com ou sem experiência no ramo cinematográfico buscavam trabalho nas funções de técnico, diretor, roteirista ou ator de cinema.

O Bar Soberano, construído como território dos diretores de cinema, irrompeu como memento, ou seja, uma recordação preciosa ”propositadamente recuperada da grande massa de coisas recordadas” (LOWENTHAL, 1998:78). Através das músicas e dos comentários em *off* de James e dos movimentos de câmera, o narrador, localizado no presente (1987) reconstruiu aquela experiência histórica vivida entre o final da década de 1960 e anos 1970. Ao mesmo tempo em que olhou de fora, com distanciamento, para aquele lugar, repentinamente mergulhou no seu interior como se quisesse reviver aquela experiência, mostrar a sua vitalidade, para logo depois retomar a distância temporal e decretar em tom de ironia que a ”*Boca* não é mais aquela!”. Nesse fragmento-memória, o espaço-social do Bar Soberano emergiu atualizado, como um elo vivido no presente (NORA, 1993).

Nessa cena, vemos condensada a marca de Candeias, um conjunto de procedimentos cinematográficos que é a sua assinatura. Primeiro, os traços de um registro-reportagem construído pela sua longa experiência em cinejornais. Há nessa cena o tom de documentário que busca apreender a ”realidade” sem ocultar a presença da câmera,

[1] Entendo o narrador cinematográfico como mediação necessária entre a representação inscrita nos diferentes planos de um filme e o público. “O narrador seria, portanto, aquela entidade invisível /.../ que organiza a matéria fílmica e lhe dá uma forma de apresentação ao espectador. Por meio de hábil seleção das durações, dos campos e dos ângulos de visão, o narrador torna possível ao espectador, num certo sentido, ‘entrar’ no universo diegético e circular dentro dele como um observador privilegiado, que vê sem ser visto.”

evidenciando que se trata de um filme, não havendo interesse em construir uma ilusão de realidade objetiva sem a interferência do cineasta (MOURÃO; LABAKI, 2005:96-141).

A descrição dos documentários e de uma seqüência do filme *As Bellas da Billings* pretendeu chamar a atenção sobre a importância de se considerar as produções imagéticas e seus procedimentos discursivos próprios para que as imagens não sejam tomadas apenas como ilustração ou complemento de fontes documentais escritas mais "confiáveis". No caso específico da obra de Ozualdo Candeias, a visualidade, a sonoridade, a montagem e a caracterização de personagens pouco visíveis são documentos preciosos para a escrita de uma história que valoriza os diferentes sujeitos sociais e suas práticas na constituição de um espaço público democrático.

A câmera de Candeias não busca uma visão totalizante de São Paulo. Ela recorta, seleciona e junta fragmentos desconexos. A cidade-fragmento revela a vida que acontece nas ruas através das práticas cotidianas que constroem territórios efêmeros e também lugares de memória.

Referências bibliográficas

ARANTES, Antonio Augusto. (Org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

_____. **Paisagens Paulistanas.** Campinas, Editora da Unicamp/ Imprensa Oficial, 2000.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **In: Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política**. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Cinema II. A imagem-tempo**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

FELDMAN- BIANCO, Bela; LEITE, Míriam L. Moreira (Orgs.). **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas, Papirus, 1998.

LÖWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998.

MACHADO, Arlindo. **Pré-Cinemas & Pós-Cinemas**. São Paulo, Papirus, 1997

MOURÃO, Maria Dora; LABAKI, Amir (Orgs.). **O Cinema do Real**. São Paulo, Cosac &Naïf Edições, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, **n. 10**, 1993.

PUPPO, Eugênio. **Ozualdo Ribeiro Candeias 80 anos**. São Paulo, Heco Produções, 2002.

TELES, Ângela Aparecida. **Cinema e Cidade: mobilidade, oralidade e precariedade no cinema de Ozualdo Candeias (1967-92).** 2006. Tese (Doutorado em História Social) apresenta à PUC-SP, São Paulo.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Um modelo de Côrte: a descrição da casa do duque Carlos da Borgonha (1467-1477)

Ana Cristina Campos Rodrigues*

Resumo: Escrito a partir de 1471 por Olivier de La Marche, a pedido do rei Eduardo IV de Inglaterra, "L'état de la maison du duc Charles de Bourgogne" é tido como a obra mais importante desse retórico e pensador do fim da Idade Média. Nesse tratado, o servidor borgonhês descreve em minúcias as formas de comportamento de seu senhor, Carlos de Borgonha, tanto no governo quanto no trato social. Junto com as suas 'Memoires', essa obra forma um testemunho apaixonado do último duque Valois da Borgonha. Nesse trabalho, iremos de forma breve indicar como La Marche, ao tornar a corte borgonhesa um exemplo e um padrão a ser seguido, foi crucial para conformar a imagem desta como a mais suntuosa e importante de sua época, ao mesmo tempo em que servia aos interesses políticos dos duques.
Palavras-chaves: Corte, Ducado da Borgonha (1467-1477), Poder

Resumé: 'L'état de la Maison du duc Charles de Bourgogne' est considerée comme l'ouvre plus important d'Oliver de La Marche, chroniste e maitre d'hotel de la maison duchale bourguignonne. Dans cette traité, ecrit pour le roi Edouard IV d'Anglaterre, La Marche decrit avec precision les habits de son seigneur, Charles de Bourgogne, dans le governement de ses terres et comme un homme de cour. Avec ses 'Memoires', cette ouvre est un temoin passioné du dernier duc Valois de Bourgogne. Ici, nous allons travailler comment La Marche a transformer son seigneur en un example de homme courtois pour servir a les interets politiques.
Mots-clés: Cour, Duché de Bourgogne (1467-1477), Pouvoir

Tornou-se lugar comum na historiografia referir-se à pompa e ao esplendor da corte borgonhesa no século XV como precursora dos hábitos cortesãos que caracterizariam a Europa "absolutista". Embora inúmeros trabalhos tenham sido feitos sobre este período, ressaltando diversos aspectos, a imagem mais marcante é a da pompa e da riqueza desta corte. Graeme Small fez um balanço da produção recente sobre os dois últimos duques da Borgonha. Destacou, inclusive, o fascínio que o assunto desperta nos historiadores, influenciando a publicação de fontes, em grande parte voltada para destacar aspectos da vida ritual. (SMALL, 2002, pp. IX-LI)

A bibliografia citada por Small sobre os hábitos cortesãos borgonheses possui três tendências. Uma, analisar as estruturas da corte, com seus cargos e recompensas. Que levaria a uma segunda, preocupada com os indivíduos que ocupavam esses postos, gerando estudos biográficos e prosopográficos. Por fim, uma série de estudos que buscam utilizar outras

* Mestra pela Universidade Federal Fluminense e Doutoranda pela mesma. Funcionária da Fundação Biblioteca Nacional.

metodologias, influenciadas pela Sociologia e pela Antropologia, no caminho aberto por Johan Huizinga; tendência na qual se encontra o presente trabalho.

Assim, os rituais, festas, protocolos e etiquetas seriam analisados à exaustão. Graeme Small, por fim, discorda desse senso comum historiográfico, dizendo que apesar da corte borgonhesa não poder ser vista como simplesmente sendo um modelo para as do Antigo Regime, está "claro que o exemplo borgonhês, com seu senso pronunciado de hierarquia e marcas de respeito, prefigurou a complexa sociedade de corte do tempo de Luís XIV, como estudada por Norbert Elias." (SMALL, 2002, p. XXXI)

Podemos considerar a ritualização excessiva desta corte como uma busca no sentido de reforçar um dos poucos elementos de coesão legítima de domínios diversificados, espalhados entre o reino da França, o Império e os Países Baixos. Pois o poder pode apresentar-se de diversas formas, e a maneira pela qual se legitima influi em como se mostra: quanto mais fraca for a legitimação do poder, maior será a necessidade de enfatizá-lo. Por isso a necessidade dos duques demonstrarem de forma constante seu poderio e independência. Sendo nobres, tendo recebido aquele que consideravam como seu principal título por apanágio dos reis da França, para reforçarem sua posse precisavam construir uma nova legitimidade, calcada nas características pessoais daquele que pretendia exercer o poder. Pois durante o governo dos dois últimos duques a extensão do poderio ao seu alcance já transcendia em muito o que estava associado ao seu maior título. A busca por uma "realeza", que incluiu as longas negociações entre Carlos e o Imperador, também intensificou os esforços da exibição. Uma nova legitimidade estava em vias de se construir.

Para isso, centraram a vida cultural de suas cortes em si mesmos, reforçando suas qualidades e características pessoais, tornando-se "líderes carismáticos". Tal legitimidade carismática produzia-se, ou pelo menos buscava se construir, através de todo um aparato simbólico que tinha como forma de expressão os rituais de corte e as obras literárias feitas sob o patrocínio da corte borgonhesa.

O ducado da Borgonha representava bem a época de mudanças por que passava a Europa. Um dos últimos refúgios dos ideais cavaleirescos, lar de uma das mais importantes ordens de cavalaria, os duques tinham ao redor de si uma corte imponente e majestosa, que se reunia em festas e celebrações constantes, organizadas ao seu redor. Principesca, sem dúvida: uma das grandes casas do reino, organizada e hierarquizada segundo regras muito precisas de etiqueta e prestígio, mas ainda devedora de laços vassálicos ao rei de França: o aparato de corte seria uma das formas do duque demonstrar sua força.

O ritual é uma forma de poder. No livro de Marc Bloch sobre o poder taumatúrgico dos reis, isso pode ser visto. Afinal, além de curar os escrofulosos, os reis o faziam da maneira mais visível e ritualizada possível, destacando sua atuação e sua capacidade de cura. Como Bloch indica, o rei não curava os doentes, esse poder era simbólico, e dependia da crença dos súditos franceses e ingleses na legitimidade sacra do seu rei para existir. (BLOCH: 1999, p. 320) Também os intrincados rituais de etiqueta são uma maneira de expressar o poder simbólico. Por exemplo, Luís XIV e sua sociedade de corte, estudados por Norbert Elias: ao destacar e acentuar a preponderância do rei, centro da corte, a etiqueta mostrava que ele também deveria ser centro da sociedade. (ELIAS, 2001, pp. 85 e passim)

O poder simbólico do duque da Borgonha era baseado na força da ritualização e nas regras de etiqueta estabelecidas no ducado. Andrew Brown chegou a falar em "teatro-estado borgonhês", aplicando o termo de Clifford Geertz. (BROWN, 1999, p. 580) Houve, sim, uma teatralização do poder na Borgonha, mas esta não chegou aos extremos indicados pelo antropólogo em seu estudo sobre Bali. Na Borgonha, o ritual foi um instrumento para o poder, que foi devidamente normatizado. Havia o patrocínio do duque a cronistas e escritores, mas através desses escritos, as formas de comportamento dessa corte foram estabelecidas e espalharam-se. Ciro Cardoso, em artigo, sublinha a característica mais marcante dos autores borgonheses em geral relacionados aos demais memorialistas dessa época: o destaque dado à narrativa de eventos festivos. (CARDOSO, 2005, p. 130)

Ao começar sua descrição de um banquete feito em 1454, o memorialista Olivier de La Marche, que entre outras atribuições também era *maitre d'hotel* da casa da Borgonha, justificou sua ação: permitir a eternidade da boa memória das obras grandes e honradas, feitas pelos senhores a quem servia. E essa pode ser tida como a justificação de toda a produção literária desse servidor borgonhês, nascido em 1425. Entrou para o séqüito dos duques da Borgonha em 1437, quando foi admitido como pajem de Felipe, O Bom, e cresceu na hierarquia dos postos da intricada corte. Quando Carlos, conde de Charolais e herdeiro do ducado, fundou sua própria casa, La Marche o seguiu, tornando-se companheiro deste até o fim. Se Georges Chastellain foi o cronista de Felipe, O Bom, tornando-o protagonista de sua *Chronique*, Olivier de La Marche vinculou-se ao último duque dessa linhagem, mantendo-se fiel inclusive aos seus descendentes.

Ao tornar-se *maitre d'hôtel* – ou mestre-de-cerimônias – da casa ducal, em 1461, foi alçado a um dos cargos mais importantes da estrutura organizacional da casa. Era

responsável pelo controle e organização dos demais serviçais e também era o encarregado pelos diversos banquetes e festas, característicos da vida social de uma corte do século XV. [1] Boa parte dos textos que deixou como legado enfatizam esse seu lado e sua preocupação com o cerimonial. Mesmo as suas memórias são mais do que reminiscências de sua vida pessoal, apresentando relatos minuciosos e detalhados dos eventos importantes dos governos dos duques a quem serviu até sua morte. (EMERSON, 2004, pp. 50-1)[2]

Com a morte de Felipe, o Bom, em 1467, Carlos tornou-se senhor das possessões borgonhesas, e La Marche acompanhou o novo duque em sua ascensão, e esteve presente na sua queda. Participou ativamente da guerra que o borgonhês travou contra o então rei da França, Luís XI, e estava junto de seu senhor quando, em janeiro de 1477, o duque da Borgonha foi derrotado pelo exército de soldados lorenos e mercenários suíços no mal-sucedido cerco que havia empreendido à cidade de Nancy. A partir de então, permaneceu leal aos seus antigos senhores, passando ao serviço da única herdeira de Carlos, Maria da Borgonha. Passou a defender a causa desta como legítima possuidora das terras deixadas pelo duque, combatendo ao máximo as pretensões do rei francês de se apoderar dos territórios borgonheses, tanto na França como nos Países Baixos.

Olivier de La Marche passou a servir à casa da Áustria, herdeira da Borgonha, até sua morte, em 1502. Foi nomeado *grand maitre d'hotel*, passando a ser o mais importante na hierarquia interna do *hotel* ducal. Participou, em 1481, como comissário de Maximiliano, da Assembléia dos Estados do Hainaut. Com o peso da idade, afastou-se da vida política mais ativa. Em 1484, foi encarregado da educação de Felipe, O Belo, então com seis anos, passando a se dedicar a escrever suas memórias e algumas obras de edificação moral para o seu pupilo, até sua morte. Foi *maitre d'hotel*, soldado, embaixador, representante político e tutor do jovem príncipe. Teve algum renome como poeta, participando da confraria de Charles de Orléans. (EMERSON, 2004, p. 104)

Sua prosa foi ampla e variada. Porém, entre suas atribuições, jamais esteve a de narrar os feitos do duque borgonhês. Sua produção versou sobre diversos temas e assuntos. [3]

---

[1] La Marche foi também um dos embaixadores que participaram das negociações para o casamento deste com a irmã do rei da Inglaterra, Margarida de York, além de ser soldado nas guerras empreendidas pelos duques.

[2] Apesar do título de "Memórias", a obra em si dá poucos detalhes da vida pessoal do cronista, deixando-o em segundo plano perante os grandes atores, os duques.

[3] Muitas das obras de Olivier de La Marche encontram-se disponíveis em formato digital no *site* do projeto Gallica da Biblioteca Nacional da França, em http://gallica.bnf.fr/.

Perto do final de sua vida, em 1500, redigiu o *Épître pour tenir et célébrer la noble fête de la Toison d'or*, para seu aluno, um verdadeiro manual, detalhando a preparação das festas anuais da famosa ordem de cavalaria borgonhesa.

Como moralista e retórico, também deixou escritos. Sobre a morte foi uma de suas obras mais influentes, *Le chevalier deliberé*, de 1483. Um diálogo entre "Acidente" e "Velhice", filhos da Morte, sobre o fim dos últimos representantes da casa Valois da Borgonha: Felipe, O Bom, Carlos e Maria. As figuras comparavam o final trágico de Maria, em um acidente de caça, com o de seu pai, "assassinado" em Nancy, contrastando com a morte de Felipe, que faleceu em idade avançada. Dessa forma, mostrou como todos os homens, mesmo os mais poderosos, estão sujeitos aos desígnios da Morte. A influência da obra foi grande, principalmente na Espanha, onde recebeu sucessivas edições no século XVI. Segundo Javier Varela, foi lida por Carlos V, e a mando deste recebeu uma tradução espanhola. (VARELA, 1990, pp. 18-20)

Sua experiência como *maitre d'hotel* teve como resultado *Estat de la Maison du duc Charles de Bourgogne*. Escrito em 1474, a pedido do rei Eduardo IV da Inglaterra, apresentava um relato completo e minucioso da organização da casa borgonhesa. A hierarquia dos funcionários, a ordem dos serviços, os procedimentos para audiências ducais. Tudo descrito em detalhes, para que a corte borgonhesa pudesse ser reproduzida no outro lado do canal da Mancha.

Tendo nos concentrado mais nas memórias de La Marche, só agora começamos a destrinchar essa outra obra. Nossas considerações aqui serão apenas apontamentos para posterior reflexão.

A ordem pela qual La Marche apresenta todos os componentes da casa é bem sugestivo. Começa pela capela ducal, para depois descrever o estado da justiça e do conselho, 'porque após o serviço de Deus feito na Igreja, a Justiça é o segundo serviço pelo qual Deus é servido'. (LA MARCHE, vol. X, p. 480). Em seguida, vem a guerra, 'apoio e bastão... da senhoria e da coisa pública'. (LA MARCHE, vol. X, p. 484), fechando com as finanças.

Todos esses 'estados' são descritos com minúcias. O *maitre d'hotel* faz questão de deixar claro a quantidade de funcionários, o seu tipo e como eles devem se apresentar ao serviço. Não se importava em descrever as orações ou as petições, nem mesmo as formulas jurídicas ou devocionais como elas deveriam ser feitas. Na descrição do cerimonial da justiça, mais importante do que descrever a forma das requisições, era apresentar a ordem em que os nobres deveriam se colocar na sala, quantos servidores estariam presentes e suas respectivas

posições. Mesmo o detalhe da cadeira onde o duque se sentaria, forrada de ouro, é indicado. (LA MARCHE, vol. X, p. 480)

Após descrever os quatro estados e seus servidores, La Marche envereda pela *entourage* ducal, seus servidores pessoais. E eles são inúmeros. Enumera rapidamente os grandes que habitam a 'casa', o círculo mais próximo do duque, dizendo que são quarenta e quatro grandes personagens, entre duques, barões, príncipes e outros nobres. É a partir desse momento que o autor começa a relatar as preparações dos eventos típicos da corte da Borgonha, tendo como ponto de partida as atribuições de cada cargo na corte e sua especificidade. (LA MARCHE vol. X, p. 487)

O primeiro funcionário a ter destaque seria o *premier chambellan*, o principal camareiro, portador da chave do quarto de Carlos e o que tem o direito de portar a bandeira do duque em batalhas. Mas La Marche não se demora muito nessa figura. Seu foco são as festas e comemorações do ducado, e para isso ele apresenta de forma muito mais detalhada os responsáveis pela preparação dos eventos borgonheses e a forma como trabalham e se organizam. A figura central é, claro, o *maitre d'hotel*, responsável por coordenar todos os demais servidores da casa. Podem comparecer aos conselhos e servir ao duque nas principais festividades do ano, além de organizar as recepções e embaixadas. (LA MARCHE, vol. X, p. 489)

Não iremos aqui colocar todos os detalhes transcritos por La Marche, porque são inúmeros. Do alto de sua função, com a experiência de participado de festividades como o Banquete do Faisão, o borgonhês descreve, em números e minúcias, desde como montar os enfeites e colocar as pessoas em seus lugares devidos, até a forma como os demais funcionários ducais deveriam trabalhar. Descreve a posição da faca do *ecuyer* encarregado de servir a carne ao duque (LA MARCHE, vol. X, p. 497) e por que lado a água de lavar as mãos deve ser levada até a mesa principal (LA MARCHE, vol. X, p. 499).

Não pretendemos aqui esgotar a análise dessa obra, apenas apontar alguns indícios. Carlos de Borgonha era aliado de Eduardo IV de Inglaterra, tendo casado com a irmã deste, Margarida de York. A aliança durou até 1475. A obra de La Marche, escrita em 1474, corresponde a um período em que os dois governantes tinham fortes laços entre si.

A encomenda feita por Eduardo de um livro onde constasse toda a organização do governo e da casa do duque borgonhês pode ter sido um ato de diplomacia. Porém, mostra a

força que os rituais da corte borgonhesa – para a qual se dirigiam inúmeros observadores, para aprender os seus modos e suas maneiras – detinham nas demais cortes européias.

A minúcia de detalhes e a grandiosidade dos atos e das recepções ducais presentes no tratado escrito pelo *maitre d'hotel*, mostra como o governo borgonhês – não só na sua forma administrativa, mas também representativa – buscava pelo menos divulgar a sua natureza ritual, normatizada, regida por regras e tradições de comportamento.

Bibliografia

LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de La Marche avec L'Estat de la maison du duc Charles de Bourgogne* in PETITOT, M. (ed.) *Collection Complète des mémories relatifs a l'histoire de France depuis de le règne de Phillipe-Auguste , jusqu'au commencement du dix-septième siècle. Avec des notices sur chaque auteur et des observations sur chaque ouvrage* Paris: Foucault Libraire, 1825. Tomos IX e X. Digitalizado em 1995 pelo projeto Gallica http://gallica.bnf.fr/

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. 1999, São Paulo: Companhia das Letras.

BROWN, Andrew. "Bruges and the burgundian 'theatre-state': Charles the Bold and Our Lady of the Snow", 1999 *History*, vol. 84, n º 276, pp 573-587.

CALMETTE, Joseph L. *The Golden Age of Burgundy: The Magnificent Dukes and their Courts*. 2001, Londres: Phoenix Press.

_____. *Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaios*. 2002, Bauru, SP: Edusc.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2001, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

EMERSON, Catherine. *Olivier de la Marche and the Rhetoric of Fifteenth Century Historiography.* 2004, Suffolk: Boydell e Brewer.

GEERTZ, Clifford *Negara. O teatro-estado balinês no século XIX*. S.d. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel.

SMALL, Graeme. "Introduction to the 2002 edition" 2002 in VAUGHN, Richard. *Phillip the Good*. , pp. IX-LI

STRONG, Ray. *Banquete*. 2002 Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

VAUGHAN, Richard. *Philip the Good : The Apogee of Burgundy*. 2002ª Nova Iorque: Boydell & Brewer.

_____. *Charles the Bold : The Last Valois Duke of Burgundy*. 2002b Nova Iorque: Boydell & Brewer; 2002.

VARELA, Javier. *La muerte del rey. El ceremonial funerario de la monarquia española. 1500-1885*. 1990 Madri: Turner Libros.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Igrejas, capelas e Opy: as áreas de reza das lideranças missionais

Jean Baptista*

Resumo: a existência de áreas de reza nos povoados missionais geradas a partir do contato entre jesuítas e sul-ameríndios iniciados em 1610 e interrompidos em 1750, possibilitou o convívio de distintas lideranças com notável autonomia político-religiosa. Considera-se, com isso, a possibilidade de religiosidades paralelas às normativas da catequese, singulares conforme suas origens étnicas e/ou culturais, assim como a institucionalização estratégica de caciques-feiticeiros integrados aos seus familiares.
Palavras-chave: missões – xamanismo – religião

Abstract: During the period of 1610 to 1750, the Missions of the Jesuits in Spanish America, always presents special places to the prayers. That is why the different kinds of leadership could have some political autonomy regarding religious issues. Since we are considering the distinct ethnic and culture contexts, we are also considering the strategical presence of *xaman-caciques*. Therefor, it is possible that we are able to analyze distinct expressions of religious in the Missions context.
Key-Words: Missions – xamanismo - religions

O complexo central dos povoados longe está de ser o único pólo de reflexões políticas e religiosas dos povoados missionais do antigo Paraguai. Em verdade, por de trás do traçado urbano de caráter cartesiano, vivenciou-se a diversidade entre culturas, idiomas, políticas e religiosidades. Nesse sentido, a sociedade missional esforçou-se para encontrar meios de manutenção de práticas tradicionais, assim como não esteve à parte de reformulações ou novidades oriundas da situação colonial.

Tal proposição remete à constatação de que não são todos os moradores do povoado vinculados aos jesuítas, tanto no sentido político quanto religioso. De fato, as ruas daqueles povoamentos são formadas justamente por centenas de *cacicados*, família-extensa conforme denominação da época, sob os quais os missionários exercem um poder bastante restrito. Escondidos sob uma cobertura comum, laços tradicionais são mantidos pelos nativos, assim como sobrevivem instituições e organizações caras àquelas culturas. O *tekoha*, no seu sentido territorial mais amplo, subsiste.

* Doutorando pelo PPGH da PUCRS, Professor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Autonomia em meio à diversidade, eis a marca de tais *cacicados*. Como se evidenciará ao longo desse estudo, fragmento da tese de doutorado do autor onde os temas são mais bem aprofundados, a existência de diversos caciques oriundos de culturas distintas exerceram a autonomia político-religiosa ao representar os interesses de suas famílias extensas. Tal fato caracteriza a formação da organização urbana, política e religiosa dos povoados missionais (Conf. Monteiro, 1992, p. 488). E, dentre todos os espaços caracterizáveis por meio da documentação jesuítica, são as igrejas e capelas as mais adequadas na verificação das práticas religiosas autônomas.

Tão logo os missionários exponham os motivos para se elevar uma igreja, a coletividade indígena espontaneamente se apresenta, tanto homens quanto mulheres, sem se queixar do trabalho. Manifestam, com isso, relações solidárias de apóio mútuo e muita animação envolta em festas, bebidas, pinturas e plumagens. Na elevação da primeira igreja de Nossa Senhora da Candelária, um jesuíta observa: "Os índios têm acudido com grande fervor e gosto a fazer o telhado, a sacar a linda madeira que por estes matos têm descoberto" (MCA, 1970: 104-105).

Não raras vezes, esta disposição indígena registrada pelos jesuítas inclui rituais em outras circunstâncias condenáveis. Assim foi com a construção da igreja de São Nicolau: "a seu modo bizarro", os índios benzem os troncos, o Cacique oferece a construção a Deus, seguindo "uma grande gritaria e vozes, respondendo os cantores com suas músicas de dois ou três choros, cantando louvores a Deus Nosso Senhor". As índias, por sua vez, prepararam previamente "cento e cinqüenta cabaças de seu vinho que fazem de milho para presentear aos trabalhadores". Cai a noite e "todos se juntaram e beberam a seu modo com grande festa e alegria". Nos olhos dos Padres "lágrimas de devoção e alegria por ver alegrado Nosso Senhor que antes não conheciam nem adoravam, mas que agora levantavam Igrejas" (MCA, 1969: 58). Comumente, caracterizando o sistema de solidariedade entre os povoados missionais, nativos "há mais tempo presos na fé" são convocados (ou se convocam) para colaborar na construção de igrejas dos povoados alheios. "De boa gana", por exemplo, uma tropa de jovens da Redução de Corpus vai ao auxílio da Redução de Santa Maria tão logo uma pequena parte da nova estrutura já está coberta, começam "a entrar na Igreja as festas" (MCA, 1970: 62). As "borracheiras demoníacas", até então condenadas, nesses casos são consideradas pelos Padres como devoção cristã. A tolerância jesuítica impressiona: o problema não está na prática, mas, sim, no destino de sua devoção.

A participação das populações, assim como as coordenações dos trabalhos, aparecem nos registros sempre vinculadas aos caciques aliados aos missionários. Tal fato

remete a um significativo aspecto das funções de um cacique Guarani: organizar os trabalhos da comunidade (Catafesto, 2002: 229), situação fundamental no desenvolvimento das igrejas e dos povoados. Assim percebem os Padres José Cataldino, Diego de Salazar e Montoya. Tão logo tenham angariado mais um cacique, assistem a uma cena comovente: "Com isso, [o cacique] voltou-se a uns índios que estavam construindo uma choça (...) e lhes ordenou o que deviam fazer" (Montoya, 1997: 95.). Enquanto as oficinas missionais não se consagram, isso já na segunda metade do seiscentos, quando, enfim, os missionários tomariam à frente da coordenação das obras, são os caciques os verdadeiros responsáveis pela elevação das igrejas.

A colaboração das lideranças vincula-se, em muito, ao tradicional sistema solidário Guarani conhecido na antropologia do século XX como *mutirão* ou *puxirão*. De caráter sócio-religioso, a instituição é antes de tudo um mecanismo de coalizão entre membros de uma mesma família (Conf. Schaden, 1974: 50-51). Esse detalhe é crucial para se compreender a motivação indígena na elevação das primeiras igrejas: a manifestação material de uma relação de parentesco estabelecida entre nativos, jesuítas e o deus que dizem representar.

Enquanto o mutirão indica um determinado vínculo familiar entre nativos e jesuítas, o material empregado nas igrejas remete ao caráter sagrado atribuído as mesmas. Ao sujeitar "aos golpes do machado a enorme multidão de árvores" (Sepp, 1980: 219), as populações indígenas recorriam a criaturas místicas das florestas. Naturalmente, preferiam as espécies monumentais: troncos de "sessenta ou mais pés de largura" (MCA, 1970: 105) ou "árvores mui altas e grossas" (Cardiel, 1989: 5) são transportadas por homens a pé pelos "passos dificultosos" no início do seiscentos (MCA, 1970: 105) e por grandes juntas de bois no setecentos (Sepp, 1980: 219/ Cardiel, 1989: 58). Quando introduzidos nos povoados, os grandes troncos são recebidos com louvores. "Um enorme cedro" é recepcionado pelos construtores de São João "ao som do tambor e dos bárbaros clamores da bugrada" (Sepp, 1980: 219). Outras vezes os índios os adornam (MCA, 1970: 105), enquanto os Padres, conforme as normativas, devem sempre benzer as estruturas fundadoras dos templos elevados. Trata-se, evidentemente, de um material sagrado.

Dentre todas as espécies, é o cedro o mais recorrente na documentação. Conforme Cardiel, dele são feitas sustentações dos telhados, ripas e tábuas das igrejas (1989: 5). Boa parte das esculturas sacras em madeira também possuem essa origem, assim como os retábulos e adornos diversos (Custódio, 2002: 90/ Sepp, 1980: 134). Nada mais adequado. Afinal, o cedro entre os Guarani não é uma árvore qualquer. Conhecido vulgarmente como *ygary* aos tempos de Montoya (2002: 95), *ygaray* entre os informantes de Cadogan (1992:

193) e y*caraí* entre os Apapocuva de Nimuendaju (1987: 31), essa árvore é capaz de fornecer muito mais que madeira. Na vernácula sagrada, o cedro é o *yvyra Namandu*, *a vara do criador* e por isso dotada de uma "alma dócil" (Cadogan, 2003: 160). Pertence a um grupo de árvores chamadas de *yvyra ñee'ery*, árvores de alma, responsáveis pelo emanar da palavra-alma manifesta na neblina matinal, por esse meio alcançando os fundamentos da palavra-humana (Cadogan, 1971: p. 34).

Assim, ao introduzir o cedro no interior das igrejas, os nativos acrescentavam um importante pilar a compreensão das relações entre ocidentais e nativos. Não era para menos. Afinal, eles não conhecem as igrejas pelo nome ocidental. Conhecem-na, sim, como a casa de um dos quatro guardiões do mundo: *Tupã Óga*, casa de Tupã, é a forma usual de a elas se referir no mundo reducional (Conf. Montoya, 2002: 376). Justamente, é esse deus morador do além-Atlântico do qual os missionários se dizem oriundos e representantes, não sem convidar aos demais a integrarem o mesmo laço de parentesco divino por meio do batismo *amotupãray* (Montoya, 2002: 70), fazer-se filho de Tupã (Conf. Cadogan, 1992: 127 e 217), é a forma usual de referir-se a esse importante sacramento cristão.

Somente compreendendo a relação simbólica gerada entre os missionários e reduzidos mediante as igrejas é que se pode explicar a difusão arquitetônica nos trinta povoados, sobretudo após a crise demográfica de 1730. A igreja de São Miguel é o melhor exemplo dessa reunião entre espiritual e temporal gerada entre as partes. Foi projetada por um dos mais ilustres Irmãos Leigos promovido a jesuíta pela historiografia, o italiano Gian Battista Primoli, responsável pelo planejamento de grandes obras do século XVIII (Custódio, 2002: 102). Contou com a colaboração de mais de mil índios, passando dez anos de construção, isso sem falar nos adornos e decorações ali inseridos até a chegada do Tratado de Madrid, causa do encerramento de suas obras (Cardiel, 1989: 82). Feita em quase sua totalidade de pedra alternada com cedro, assim como a Igreja de Trinidad, ao contrário das demais onde se mesclavam o adobe e madeira, a catedral é tida como um verdadeiro tesouro pelos missionários daí a ofensa que lhes causa a oferta do Rei pela compensação mediante o Tratado de Madrid: apenas um milhão de pesos, valor indigno, pois, conforme Cardiel, só pagaria seus fundamentos (1989: 83).

As estruturas templárias ocidentais com fins religiosos penetram na religiosidade indígena, especialmente a Guarani, de forma marcante. Logo nos primeiros anos de contato entre jesuítas e nativos há notícias do aparecimento de "grande templo" "bem adornado" com "um reservado de duas portas em que se achava o corpo, pendurado de dois paus numa rede ou balanço". Por todos os lados, mantos de plumas coloridas (por vezes cobrindo algo

semelhante a um altar), incensos perfumados e oferendas alimentícias. É um templo indígena, onde o diabo imitador, conforme os Padres, tenta copiar uma igreja (Montoya, 1985: 52/ Conf. Santos, 1993: 257). Ainda que a assimilação de ritos e percepções ocidentais sejam inegáveis e estas, por si mesmas, indicam muito mais uma *aceitação* daquilo que se considera legítimo *a priore* , os templos indígenas apontam a um fenômeno recorrente nas relações simbólicas estabelecidas entre os envolvidos. Pode-se inferir que se trata de uma materialização das percepções indígenas quanto a espaços sagrados, onde, tal qual uma *Opy* atual, guardam-se, como sempre se guardou, os segredos da vernácula.

Função semelhante àquela exercida pelas igrejas, embora ainda mais diversificada, possuem as capelas no mundo missional. É possível estabelecer a existência de ao menos três gêneros de capelas espalhadas por aqueles espaços, cada qual com uma função distinta. Essa tipologia longe está de implicar em uma mera formalidade espacial; implica, sim, na demarcação de espaços religiosos que em muito podem explicar a dinâmica operacional do interior dos povoados.

A história do desenvolvimento das congregações é preenchida materialmente pelo desenvolvimento de suas capelas. As primeiras notícias desse gênero de construção datam dos anos de 1630 e estão diretamente vinculados com a história dos congregantes. Seu sepulcro destina-se geralmente senão à igreja ao interior das capelas centrais do povoado (MCA, 1969: 44). Em 1636, um conjunto de "capelletas" em homenagem aos mártires do Caaró "estão já em obra com fervor" (MCA, 1970: 313). Durante os anos de 1650, tal gênero de estrutura parece estar bastante difundido nos povoados mais antigos, sendo as capelas destinadas a Maria bastante popular fenômeno diretamente correlacionado com o aumento de congregantes marianos (Conf. MCA, 1952: 245). Os sucessivos surtos epidêmicos parecem colaborar na geração de capelas para São Roque já em 1660, como ocorre em Concepción (MCA, 1970: 200). No povoado de São Ignácio de 1671, "uma devota capela de Nossa Senhora do Loreto" é inaugurada, "cuja limpeza e asseamento" são garantido pelos congregantes "pelo maior cuidado que podem" (MCA-CPH. Cx. 18. Doc. 22). Ao final do setecemtos, a profusão, riqueza de detalhes e quantidade por povoado aumenta em relação às capelas. Em Santa Ana de 1690, "fez-se uma capela mui buena de pedra em Reverência do Santo Anjo da Guarda, do Glorioso San Isidro e São Roque", padroeiros dos homens, da fome e da peste, respectivamente (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 5). Em 1711, em Loreto, eleva-se uma capela "com as mesmas medidas da de Loreto de Itália" em honra de Nossa Senhora de Nazaré (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 28). No povoado de Apóstoles de 1713, a popularidade que alcança Antônio de Pádua rende-lhe "várias capelas" nas plantações para afugentar os enxames de

gafanhotos tão freqüentes na região (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 32). Cinqüenta anos após a expulsão dos jesuítas dos chamados sete povos, o viajante francês Saint-Hilare encontra "uma pequena capela, coberta de palha, dedicada a Santo Isidoro" "no meio das choupanas dos plantadores" da antiga redução de São Luiz Gonzaga (1987: 304), alguns anos mais tarde já consumida pelo tempo (Conf. Silveira, 1979: 234). De fato, o tempo e a inserção de novas populações nos territórios missioneiros foram implacáveis com tais estruturas.

Das quatro capelas existentes ao redor da praça central restou apenas uma aos dias de hoje. É a capela dedicada a Nossa Senhora de Loreto no povoado de Santa Rosa, hoje um pequeno e modesto museu. Seu interior conta com ricos afrescos pintados provavelmente por mãos indígenas, onde se narra a fundação e o desenvolvimento do povoado entre outros temas bíblicos visivelmente apropriados pelas percepções nativas. Se estendermos tal característica aos demais povoados, pode-se inferir que a função coletiva de cada uma das capelas centrais fosse de suma importância à geração de uma história e uma identidade específica dos povoados missionais, comprovando explicitamente que a área central serve para unir simbolicamente os moradores dos povoados, não para subjugá-los.

Contudo, de maior importância à identificação da dinâmica espacial dos povoados, são as capelas particulares de cada cacique. Desde 1616 os missionários surpreendem-se com a disposição dos caciques em montar no interior de suas casas algo semelhante a pequenos oratórios, contando com retábulos, *Agnos Dei*, velas e imagens sacras (Conf. DHA, 1929: 91/MCA, 1969: 73). A esses altares os familiares dos caciques prestam devoção, equiparando-se, assim, a função da igreja pertencente ao jesuíta e às atuais *Opy* em aldeias Guarani. De fato, a partir de 1715 já parece ser comum aos povoados do Uruguai a existência de capelas no distrito de cada cacique, onde eles "rezam ao tempo que haviam de assistir à Igreja, juntando a todos *chicos* e grandes que se acham no contorno" (MCA-CPH. Cx. 30. Doc. 36). Dessa forma, a autonomia religiosa dos *cacicados* se consagra ao longo da experiência; e a instituição de cacique-feiticeiro, tal qual se percebe nas funções exercidas pelos missionários, parece ser a marca registrada do gênero de liderança que predomina no espaço reducional.

Assim, a construção de espaços de reza (igrejas e capelas) levanta uma importante problemática. De um lado, a inserção dos missionários em dinâmicas correlacionadas ao sistema de parentesco indígena, aspecto a ser aprofundado neste nos demais capítulos. Por outro, a distância entre a cultura material dos povoados e os conteúdos a eles atribuídos, como ocorre com o cedro, indicando a fragilidade da aparência ocidental dos templos. Trata-se,

evidentemente, de um *curto-circuito* entre forma e conteúdo, capaz de indicar os caminhos das relações simbólicas operadas entre nativos e jesuítas.

Formas aritméticas, conteúdos primitivos a sociedade reducional fez de suas estruturas um campo de construção dialógica em torno de importantes instituições. Pois se por um lado os missionários ansiavam materializar a forma ocidental por meio de suas técnicas, tais realizações só foram possíveis por contarem com motivações simbólicas oriundas das culturas nativas capazes, inclusive, de subverter importantes conceitos ocidentais. Entre forma e conteúdo, portanto, missionários e nativos constroem seus povoados.

Referências abreviadas

DHA= Documentos para História Argentina. Casa Pastelis: 1929, tomo XX.

MCA= Manuscritos da Coleção De Angelis

MCA/CPH= Coleção micro-filmada adquirida da Biblioteca Nacional pelo Centro de Pesquisas Históricas da PUCRS

MCA: 1951= CORTESÃO, Jaime (org.). **Jesuítas e bandeirantes no Guairá** (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. v.I. (Manuscritos da Coleção De Angelis)

MCA: 1952= CORTESÃO, Jaime (org.). **Jesuítas e Bandeirantes no Itatin** (1596-1760). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952. v. II. (Manuscritos da Coleção De Angelis)

MCA: 1969= CORTESÃO, Jaime (org.). **Jesuítas e bandeirantes no Tape** (1615-1641). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. v. III. (Manuscritos da Coleção De Angelis)

MCA: 1970= VIANNA, Helio (org). **Jesuítas e bandeirantes no Uruguai.** (1611-1758). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970. v. IV. (Manuscritos da Coleção De Angelis)

Referencias bibliográficas

CADOGAN, León. **Dicionário Mbya-Guarani castellano**. Asunción: CEADUC, 1992.

_____. **Tradiciones Guaraníes en el folklore Paraguayo.** Asunción: CEPAG, 2003.

_____. **Ywyra ñe'ery:** flui del árbol la palabra. Asunción: CEPAG, 1971.

CARDIEL, José (S.J.). **Las misiones del Paraguai.** Madrid: Historia 16, 1989.

CUSTÓDIO, L. A.. **A redução de São Miguel Arcanjo.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

MONTEIRO, John. Os Guarani e a história do Brasil Meridional. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTOYA, Antônio Ruiz. **Catecismo de la lengua Guarani**: Madrid: Leipzig, [s.d].

_____. **Conquista Espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

_____. **Conquista Espiritual**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

_____. **Vocabulario de la lengua Guarani.** Asunción: CEPAG, 2002.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos apapocúva-guarani.** São Paulo: Editora da Universidade de SP, 1987.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SANTOS, Ma. Cristina dos. **Aspectos de la Resistência Guarani.** Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Tesis Doctoral), 1993. (Orientação Pedro Perez Herrero)

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Editora da Universidade, 1974.

SEPP, Antônio. **Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

_____. **Viagem às missões jesuítas e trabalhos apostólicos.** São Paulo: Ed. da Universidade, 1972.

SILVEIRA, Hemetério. **As Missões orientais e seus antigos domínios.** Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

SOUZA, J. Catafesto. O sistema econômico nas sociedades indígenas Guarani pré-coloniais. In: **Horizontes antropológicos**: arqueologia e sociedades tradicionais. Porto Alegre, ano 8, n. 18, dezembro de 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imigração: tradição multidisciplinar e usos da teoria social

Giralda Seyferth[1]*

Resumo:A imigração tem sido objeto de estudo de diferentes disciplinas, mas no que concerne às práticas interdisciplinares houve maior aproximação entre a História e as Ciências Sociais. O uso de metodologias e abordagens teóricas comuns intensificou-se nas últimas décadas, acompanhando as mudanças ocorridas no âmbito de cada disciplina. O presente trabalho enfoca formas de apropriação das teorias da etnicidade e identidade, envolvendo temporalidade, em estudos sobre a imigração no Brasil, que apontam para seus usos na interface entre Antropologia e História.

Palavras-chave: Imigração, abordagens interdisciplinares, etnicidade.

Abstract: Immigration is a phenomenon which has been studied by many different academic disciplines, but within the field of multidisciplinary studies, the best and most creative work has been the result of interactions between history and the social sciences. The use of certain commonly held methodologies and theoretical approaches has intensified over the past few decades, accompanying changes which have occured in each of the separate disciplines. The present article focuses on ways in which theories of ethnicity and identity have been appropriated in a temporal manner in studies regarding immigration in Brazil. It is hoped that the reflections presented here will deeper our understanding of how the interface beween anthropology and history functions.

As migrações internacionais têm sido objeto de estudo de diferentes disciplinas, cada uma com seus interesses específicos, caso da Geografia, da Demografia, da História, da Psicologia, das Ciências Sociais. Mas ocorreu uma aproximação maior entre a História e as Ciências Sociais, configurada desde o início do século passado, envolvendo, sobretudo, o debate entre historiadores e antropólogos, nem sempre conciliador. No prefácio para o primeiro número da revista *Année Sociologique*, Durkheim (1969) procurou aproximar a Sociologia de algumas ciências, mais especificamente, da História, dizendo que os historiadores se preocupam com questões gerais que extrapolam os fatos particulares que observam. E acrescentou: a História só pode ser ciência comparando os fatos e, desde que

[1] * Professora do PPGAS – Museu Nacional – UFRJ. Doutora em Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

compare, ela se torna indistinta da Sociologia (lembrando que na concepção durkheimiana a Sociologia engloba a Etnologia). Isso não significa, necessariamente, uma desqualificação do trabalho dos historiadores, mas certamente a aproximação pretendida por Durkheim supõe uma História feita sociologicamente, numa inversão do postulado de Fustel de Coulanges, que afirma que a verdadeira sociologia é a História. Não pretendo focalizar essa discussão tão antiga, que também reflete a luta pela institucionalização das disciplinas reunidas depois na rubrica "ciências sociais", e que reaparece no contexto do estruturalismo em autores tão diversos quanto Levi-Strauss e M. Sahlins (no campo da antropologia) e F. Braudel e M. I. Finley (no campo da história). Evans Pritchard (1962), por outro lado, criticando o funcionalismo, afirmou a importância da diacronia nos estudos antropológicos, tendo em vista o fenômeno da mudança social, preconizando a aproximação com a história social.

A tradição oral usada como fonte tornou-se mais comum nos anos 1950, e o uso de documentos escritos e outras fontes de natureza historiográfica passaram a ser consideradas essenciais nas pesquisas antropológicas realizadas nas chamadas "sociedades complexas" ou mesmo em estudos realizados nas sociedades sem escrita. Ou, conforme Sahlins (1981), é preciso que o antropólogo devote maior atenção aos eventos e à diacronia, observando como a história é organizada por estruturas de significado.

Em parte, a perspectiva diacrônica e a aproximação com a História está presente desde que Franz Boas privilegiou o fenômeno dinâmico da mudança cultural numa referência precisa à **aculturação** (Boas, 1920), conceito que alude às conseqüências do contato entre grupos culturais distintos. De modo mais expressivo, um outro conceito comum aos estudos migratório o de **assimilação** contém a mesma premissa da mudança social, e foi apropriado por diferentes disciplinas desde sua consolidação conceitual na década de 1920, especialmente pela Escola de Chicago e pela historiografia americana, com repercussão no Brasil.

O uso de metodologias e abordagens teóricas comuns intensificou-se nas duas últimas décadas, refletindo a ampla discussão sobre o trabalho etnográfico, a relevância das narrativas e depoimentos individuais, das histórias de vida (um termo caro à Antropologia da década de 1960), para o entendimento de processos sociais, bem como a proeminência da micro-história e da história social e cultural cujos procedimentos são muito próximos das ciências sociais. O presente trabalho enfoca, de forma sumária, algumas apropriações da teoria da etnicidade / identidade nos estudos sobre a imigração no Brasil, que apontam para

seus usos comuns nas abordagens dos processos de mudança social, anteriormente subsumidos no conceito de assimilação.

A noção de grupo étnico, subjacente às especulações sobre etnicidade e identidade, aparece com bastante destaque no estudo clássico de Thomas e Znaniecki sobre a emigração de camponeses da Polônia para os Estados Unidos, mais precisamente para a cidade de Chicago. Esse texto também introduz procedimentos metodológicos de certo modo ausentes na historiografia sobre a imigração basicamente, o uso de cartas e depoimentos pessoais (denominados "*life records*"). O volumo estudo foi publicado em 1918 realizado na interface entre Sociologia e Psicologia Social, ressalvando que as histórias de vida também eram recurso metodológico próprio da antropologia cultural. A expressão grupo étnico não aparece no trabalho, mas há uma referência implícita de organização de tipo étnico no capítulo intitulado "a comunidade polonesa-americana", considerada pelos autores um "grupo social primário" com velhos laços sociais reafirmados e atitudes uniformes (Thomas e Znaniecki, 1974, p. 1511 – 1574). Segundo esse princípio organizacional, há "colônias polonesas" formadas em diferentes pontos dos Estados Unidos, destacando-se principalmente a de Chicago que, na época da pesquisa atingia a impressionante cifra de 360 mil indivíduos. Tais "colônias" estavam unificadas e coesas em territórios particulares marcados também pela pertença religiosa, destacando-se aí a paróquia como algo mais do que uma associação de católicos. Os autores não falam em identidade polonesa-americana, mas a noção de membro da comunidade é suficientemente forte, ao mesmo tempo que subjetiva, expressada através da categoria hifenizada e seu princípio de auto-consciência pessoal e coletiva. Tratava-se de formular uma teoria social para dar conta da transformação provocada pela migração internacional de camponeses para a cidade, de uma situação de dominação para outra, lembrando que na época da grande emigração de poloneses a Polônia não existia como estado independente uma teoria explicativa da mudança comportamental e social, sem recorrer à noção de assimilação que dominou a historiografia e os estudos sociológicos da imigração nas décadas seguintes, observável, por exemplo, na influência de autores como Fairchild (1933), que tratou assimilação como sinônimo de americanização em 1913, Park e Burgess (1929) que a definiram como um processo de "interpretação e fusão" em 1921, e do historiador Handlin (1951), que abordou as conseqüências sociais e psicológicas dos processos migratórios, os conflitos na nova sociedade e a progressiva assimilação (e perdas culturais) no sentido da integração nacional que, de certa forma, também supõe a americanização e a formação da nação.

Apesar da sua influência na sociologia americana, as considerações de Weber sobre as relações comunitárias étnicas estão ausentes nessa literatura. Sua concepção de comunidade étnica, porém, está muito próxima da idéia de comunidade polonesa-americana de Thomas e Znaniecki. Weber (1991, p. 270) define grupo étnico como "aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva". Está suposta aí uma consciência de comunidade alimentada pelas diferenças de costumes, honra e dignidade; mas são os interesses coletivos que estimulam a identificação com uma comunidade e não o inverso.

As contradições e as dificuldades de aplicação do conceito de assimilação tão caro aos sociólogos e historiadores da imigração até a década de 1960 ficam evidentes no trabalho de Emílio Willems (1946) sobre a imigração alemã, cujo modelo de assimilação social e aculturação influenciou a maior parte dos estudos sobre a grande imigração no Brasil nas décadas seguintes. Criticou, porém, a noção de **abrasileiramento** anunciada por alguns pensadores sociais brasileiros e chamou a atenção também para as diferenças sociais e culturais produzidas pela imigração alemã no contexto da colonização no sul do país. Isto é, percebeu que, numa situação de mudança decorrente do contato com a sociedade nacional, emergiu um subsistema cultural, ou "cultura híbrida". Willems não deu destaque ao conceito de comunidade no sentido empregado por Weber ou Thomas e Znaniecki, mas usou a expressão "sociedade e cultura teuto-brasileira", que supõe uma singularidade produzida no Brasil, especialmente no contexto da colonização, cujos elementos constitutivos são tão evidentes quanto os indicadores sociológicos da assimilação. Essa análise, porém, nada tem de contraditória e expressa a mudança operada nas formas de organização social e econômica e na cultura dos imigrantes no curso da interação com um novo ambiente e uma outra sociedade. Tal procedimento aparece em outros autores que operaram com o conceito de assimilação, aculturação e seus sucedâneos, caso de Azevedo (1982), que estudou a imigração italiana no Rio Grande do Sul, e Vieira (1973), que tratou dos japoneses em Marília (SP). Ambos publicaram os resultados de pesquisa no início da década de 1970, quando começou a revisão conceitual já observada desde fins da década de 1950. Vieira, por exemplo, adotou o modelo teórico da absorção (uma teoria da mudança social voltada para a imigração procurando superar os problemas do modelo assimilacionista), proposto por Eisenstadt (1954)

para analisar o fenômeno da integração de imigrantes na sociedade nacional de acolhida. No texto de Vieira emergem questões hoje açambarcadas pela idéia da etnicidade e seu postulado da diferenciação cultural que remete à formação de identidades específicas em contextos plurais. Eisenstadt procurou resolver alguns problemas postos pelas distinções de natureza étnica ou nacional com a noção de estrutura pluralista – a integração possível porém em congruência com identidades separadas. Nos autores citados é destacada a formação das identidades italiana e japonesa enquanto expressão de consciência coletiva e de um modo de vida próprio, apesar da continuidade do processo de absorção desde a primeira geração de imigrantes.

Os autores brasileiros mencionados são antropólogos que, em razão do seu objeto de estudo, enveredaram no campo da História, mas fizeram isso a partir da teoria social. Para entender processos migratórios de longa duração não basta a pesquisa etnográfica no tempo presente. Por outro lado, mesmo usando o recurso das entrevistas com informantes escolhidos, e olhando para trajetórias ou histórias de vida exemplares, é necessário mapear os fluxos sucessivos, a interveniência transnacional, ir aos arquivos e materiais muitas vezes fragmentados, jornais, etc., para entender tanto as possibilidades integrativas como a dinâmica da mudança social produzida pelo contato interétnico e as distinções culturais próprias das situações plurais criadas pela imigração.

Isso não mudou muito quando os antropólogos interessados na dinâmica da imigração se afastaram da teoria da assimilação para abordar a problemática da etnicidade, tendo a identidade como uma noção estratégica para entender as relações sociais nas sociedades plurais. Nesse ponto é preciso destacar a influência de Roberto Cardoso de Oliveira particularmente através do conjunto de textos reunidos no livro *Identidade, etnia e estrutura social* (Oliveira, 1976), cujo embasamento empírico são os sistemas interétnicos envolvendo populações indígenas e a sociedade nacional. Entre outras coisas, destaca as duas dimensões da noção de identidade pessoal e social (ou coletiva) e o fato de que no âmbito das relações interétnicas existe um código de categorias que tende a se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes. Aponta à relevância do etnocentrismo como sistema de representações e, por extensão, das ideologias étnicas. Deu destaque ao trabalho de Barth (1969) que tornou-se central na discussão sobre cultura e etnicidade. Autor de vasta obras enfocando relações interétnicas, Barth formulou um modelo teórico considerando que as fronteiras intergrupais não devem ser tratadas como aspectos fixos da realidade social. A identidade étnica, sua produção e reprodução na interação social cotidiana, deve ser analisada

como característica problemática da realidade social; tem uma dupla dimensão pois define-se pela auto-atribuição e pelos outros (aqueles que não pertencem ao grupo); não é imutável pois é situacionalmente definida e variável, em permanente negociação. Essa perspectiva analítica foi, em parte, contemplada na dissertação de mestrado (inédita) de Maria Helena Beozzo de Lima, defendida em 1973 um estudo de caso, de base exclusivamente etnográfica, sobre a Casa do Minho, um espaço cultural freqüentado por imigrantes portugueses e descendentes no Rio de Janeiro, e onde a identidade lusa é permamentemente atualizada. Na perspectiva da longa duração, minha tese de doutorado (Seyferth, 1981) focaliza o desenvolvimento da noção de comunidade étnica e de identidade teuto-brasileira no Vale do Itajaí, usando o recurso da etnografia, entrevistas com pessoas que vivenciaram os conflitos produzidos pelos sentimentos de pertença étnica nas duas guerras mundiais, e especialmente durante a nacionalização forçada pelo Estado Novo – portanto, trata-se de apelar à memória de certos acontecimentos –, bem como documentos, matérias de jornais, literatura em língua alemã e outros veículos de divulgação da ideologia subjacente à noção de germanismo / germanidade.

No âmbito das ciências sociais os conceitos de etnicidade e identidade tiveram desdobramentos que enfatizaram, por um lado, seu caráter instrumental e primordialista, e por outro, o repertório seletivo de contrastes culturais empregados para definir as identidades e organizar a interação social, tendo em vista que a etnicidade, e as identidades que produz, não dá conta de todos os aspectos da vida social – é apenas uma dimensão dela, uma identidade social primária atinente à cultura. Ou, como observou Jenkins (1997), refere-se, em primeiro lugar, à diferenciação cultural e suas implicações na interação social cotidiana e, em segundo lugar, conforma um processo dialético confrontando similaridade e diferença.

Os conceitos de etnicidade e identidade tem sido usados para analisar a imigração tanto por antropólogos e outros cientistas sociais, como por historiadores. Lesser (2001), por exemplo, tratou da imigração japonesa enfocando a interseção da etnicidade com a identidade nacional, usando a idéia de "negociação" tema bastante antigo nos estudos das relações interétnicas, assinalado, inclusive, por Barth.

Os limites dessa comunicação impedem uma demonstração mais acurada dos usos desses conceitos por historiadores e antropólogos. Há, porém, mais uma observação a fazer. Se o debate mais amplo envolvendo historiadores e cientistas sociais em torno de princípios teóricos relacionados à temporalidade das estruturas sociais (entre outras coisas) criou oposições e críticas mais do que consenso, no caso da imigração houve uma apropriação bem

pouco diferenciada de teorias sociais, apesar das especificidades metodológicas de cada disciplina. Isso vale tanto para os usos das teorias pautadas pela assimilação/aculturação, como, mais recentemente, pela etnicidade e identidade – conceitos que chegaram às ciências sociais em fins da década de 1950. As abordagens recentes pautadas por essas teorias tem outro ponto em comum: não focalizam os grandes processos, a historiografia mais geral dos fluxos migratórios; antes, observam o cotidiano de grupos localizados num dado espaço, seja no tempo presente ou na longa duração. Isso aponta ao fato de que as fronteiras disciplinares são tênues. Afinal, as ciências sociais e as humanidades em geral têm um passado formativo comum.

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. Cátedra, Fundação Nacional Pro-Memória, 1982.
BOAS, Franz. "The methods of Ethnology". *American Anthropologist*, N.S., v.22, 1920.
BARTH, Fredrik. "Introduction" In: *Ethnic groups and boundaries*. Bergen/Londres, Universitetsforlaget/George Allen and Unwin, 1969.
DURKHEIM, Emile. *Journal Sociologique*. Paris, PUF, 1969.
EISENSTADT, S.M. *The absorption of immigrants*. Londres, Routledge, 1954.
EVANS-PRITCHARD, E. E. *Essays in Social Anthropology*. Londres, Faber, 1962.
FAIRCHILD, H. P. *Immigration*. 3ª. ed. New York, Macmillan, 1933.
HANDLIN, Oscar. *The Uprooted*. Boston, Little e Brown, 1951.
JENKINS, Richard. *Rethinking Ethnicity*. Londres, Sage, 1997.
LIMA, M. H. Beozzo de. *A missão herdada*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1973.
OLIVEIRA, R. Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
PARK, R. E. e BURGESS, E. W. *Introduction to the Science of Sociology*. 2ª. ed. Chicago, The University of Chicago Press, 1929.
SAHLINS, M. D. *Historical metaphors and mythical realities*. Ann Arbour, The University of Michigan Press, 1981.
SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*; Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
THOMAS, W. I. e ZNANIECKI, F. *The polish peasant in Europe and America*. New York, Octagon Books (Reprint), 1974.
VIEIRA, F.I.S. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.
WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed. UnB, 1991.
WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1946.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O DOMINAR PELA ADMINISTRAÇÃO:
Instituições administrativas na corte de d. João VI: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil e a Intendência Geral da Polícia (1808-1821)

Marieta Pinheiro de Carvalho*

Resumo: a administração do príncipe regente d. João estabelecida após a sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1808, é o tema de análise dessa comunicação. Mais precisamente, ela visa discutir alguns aspectos sobre duas instituições então criadas – a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil e a Intendência Geral de Polícia da Corte do Rio de Janeiro – por meio das quais é possível investigar o enraizamento da Corte portuguesa na América. Partindo-se do princípio de que a dominação se estabelece pela administração, pretende-se, pelo estudo desses dois órgãos perceber qual foi o eixo da política de d. João para o Brasil. Tal propósito será alcançado tanto sobre o ângulo da estrutura organizativa, ou seja, pelo exame do seu corpo burocrático, como através da identificação das principais focos de ação política desses órgãos na sociedade.
Palavras-chave: Administração; d. João VI; poder político

Abstract: The administration of d. João VI, which was stablished after his arrival in Rio de Janeiro in 1808, is the main subject of this assignment. This analisys intends to discuss about two institutions which were created during d. João VI administration: the " Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil" and " the Intendência Geral da Polícia da Côrte do Rio de Janeiro". Through the analisys of both institutions it is possible to investigate enraizamento of the Portuguese courts in America. Keeping in mind the idea that the domination is stablished throughout the administration of D. João VI, we intend, by studying these two institutions, what was the focus regarding the politics adopted by the prince in Brazil.
Key-words: Administration; d. João VI; politcs

A transmigração da corte portuguesa para a América em 1808 alterou essencialmente o cotidiano dos habitantes da pacata cidade do Rio de Janeiro, então capital do vice-reino do Brasil. A notícia da vinda da família real de Lisboa para cidade, foi o suficiente para o Senado da Câmara iniciar os preparativos para a recepção dos honrados visitantes: iluminação da cidade e de seus arrabaldes durante oito dias; cumprimentos a cada um dos membros da comitiva, além da pronunciação de um breve discurso pelo presidente do Senado da Câmara; incentivo ao povo para demonstrações de *"felicidade"*, por meio de danças; a realização de missas e *te-déuns* em homenagem à família real, e, em agradecimento, à escolha

* Doutoranda em História Política -UERJ.

da cidade para ser a nova capital do Império português. (FBN–Mss II-35, 4,1, 1808). No dia 7 de março desse mesmo ano, chegava ao Rio de Janeiro o príncipe regente d. João.

Logo que aportou em terras americanas d. João iniciou o estabelecimento de uma estrutura administrativa, política e social que permitiu a criação de um estado nos trópicos. A abertura dos portos aos países estrangeiros, que rompia com o exclusivo comércio, principal base da política colonialista portuguesa – foi decretada em 28 de janeiro durante a sua curta estada na Bahia. No Rio de Janeiro, várias leis e ordens régias demonstram como procedeu a instalação do poder: tanto por meio da criação de novas instituições ou pelo simples estabelecimento de algumas já existentes em Lisboa.

Assim, a nomeação dos ministros de Estados responsáveis pelas três secretarias de governo ocorreu em 8 de março. D. Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar, ocupou a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e da Fazenda; o visconde de Anadia foi nomeado secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e d. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, secretário de Estado dos Negócios do Estrangeiro e da Guerra. Sucedeu-na o alvará de 1º de abril, pelo qual se instituía o Conselho Supremo Militar e de Justiça. Logo após, em 22 desse mesmo mês criava-se o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens. Em 10 de maio se elevava a Relação da cidade do Rio de Janeiro à Casa de Suplicação do Brasil. Dessa mesma data constava a criação do lugar de intendente geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Em 28 de junho instituía-se o Erário Régio e o Conselho de Fazenda; e o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação foi estabelecido pelo alvará de 23 de agosto. Ao final do ano de 1808 já era possível perceber boa parte da organização política e administrativa instalada na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre essas instituições estabelecidas, duas propriamente nos interessam: a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, ou como também era conhecida Secretaria de Estado do Brasil, e a Intendência de Polícia da Corte do Rio de Janeiro. Ambas são objetos de análise da minha tese de doutorado em história política, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Não tendo um decreto de criação para o seu estabelecimento na América – apenas a nomeação do secretário – no caso d. Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar, que exerceu essa função até a sua morte em 1817, sendo seguido pelo Conde da Barca e por Tomás Antonio Vila Nova Portugal – a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino era uma continuação da existente em Lisboa. Era regulada pelo decreto de 28 de julho de 1736 que instituiu as três Secretarias de Estado em Portugal: dos Negócios Interiores do

Reino, da Marinha e Domínios Ultramarinos e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Á época, o estabelecimento das secretarias de governo ocorreu dentro do início de maior racionalização da administração, que passava lentamente de uma administração passiva, nos moldes jurisdicionalista cuja primazia no poder era a justiça, para uma fase de administração ativa, com a ampliação das esferas de atuação da Coroa. Nessa lógica, o príncipe, assumindo características de uma atividade dirigida por razões específicas (*Razões de Estado*) incumbia-se de uma função interventora, objetivando organização da sociedade, por meio da imposição de uma ordem (SUBTIL, 1998: 143). Tais idéias, marcadas essencialmente pela acepção de *polícia*, a qual vai se fazer muito mais efetiva a partir de meados do século XVIII, com no reinado de d. José I e com seu ministro de Sebastião José de Carvalho e Melo, trazia "um novo designo ordenador do poder em relação à sociedade que já não é mais considerada como refletindo uma ordem natural, mas carece de ser organizada" (HESPANHA, 1984: 68)

Conforme o decreto de 1736, as principais atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino eram:

> *"as criações e provimentos de títulos, e dos oficiais maiores da Casa Real; as doações de Senhorios de terras, Alcaidarias-mores, Jurisdições, Privilégios e Rendas; os Pleitos e Homenagens de qualquer Governo, Fortaleza, ou Capitanias dos Domínios de Sua Majestade; os despachos de todas as mercês; os Provimentos de Presidentes e Ministros para todos os Tribunais, Relações e Lugares de letras do mesmo reino e domínios; nomeações na Universidade de Coimbra; os provimentos de quaisquer ofícios e cargos do mesmo Reino, que forem da Nomeação Régia; todos os demais negócios pertencentes assim as ditas Ordens Militares e Universidade, como ao Governo interior do Reino, Administração da Justiça e da Real Fazenda, Polícia, Bem Comum dos povos, ou Interesse Particular dos Vassalos do mesmo Reino, que a Sua Majestade se hajam de fazer presentes, seja por Consultas dos Tribunais ou por Cartas de Conta, ou Petições de Partes; os quais Negócios se encaminharão pela dita Secretaria. d'Estado declarando – se assim nos sobrescritos das cartas, e maços das consultas, e por ela serão expedidos as Resoluções, e mais Ordens, que não tocarem ao Expediente particular das Outras Secretarias."* (ARN, cód.796, vol.2)

A inexistência de um decreto específico para a instalação desta secretaria no Brasil, dificulta a apuração de informações sobre estrutura organizativa e o perfil do oficialato. Por ora, é possível afirmar que o seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro foi realizado provisoriamente com alguns oficiais que vieram com a família real de Lisboa os "quais seguiram em tudo os usos, costumes, e chavões que se observava nas Secretarias de Estado em Portugal", acrescentados de outros nomeados na nova corte. (IHGB, lata 144, pasta 1) Abaixo do secretário de Estado, encontrava-se o oficial-maior; os oficiais; o porteiro e o guarda-livros e o ajudante de porteiro e guarda-livros. Os almanaques da cidade do Rio de Janeiro, ainda que incompletos pois não abarcam todo o período de estada de corte portuguesa no Brasil, ajudam-nos identificar alguns desses oficiais:

Tabela 1: Oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1811-1817)

Ofício	Almanaque de 1811	Almanaque de 1816	Almanaque de 1817
Ministro e Secretario de Estado	Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar	-----	Conde da Barca
Oficial Maior	Melitão José Álvares da Silva	José Joaquim Carneiro de Campos	----
Oficiais	Felipe Corrêa Picanço	----	----
	Felix José de Souza Rosa	----	----
	Francisco Bernadino Ferreira Duarte	----	----
	João Alves de Miranda Varejão (2)	----	----
	João Baptista de Alvarenga Pimentel (3)	----	----
	João Manoel Martins da Costa de Amorim e Castro (7)	----	----
	João Manuel de Azevedo (4)	Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa	----
	Joaquim Antonio Lopes da Costa (5)	----	----
	José Egídio Álvares de Almeida	----	----
	Manuel Corrêa Picanço* (11)	----	----
	Romão José Pedroso (8)	----	-----
		João Carneiro de Campos	----
		José Balbino de Barbosa e Araújo	----
		Manoel Simões Batista	----
Porteiro e Guarda Livros	Luiz Antonio Valladas	-----	----
Ajudantes do Porteiro e Guarda Livros	Salvador da Silva Campelo	----	----
	José Antonio da Câmara	----	----
	Bento Manoel Besteiros dos Santos	----	----

continua no mesmo ofício.
Fonte: *Almanaque do Rio de Janeiro para os anos de 1811, 1816 e 1817.*

No que se refere aos ordenados dos oficiais dessa Secretaria, houve uma redução do valor do salário em relação a Lisboa. Os vencimentos anuais dos oficiais nomeados em Lisboa eram de 1000$ reis, enquanto no Brasil vencia somente 830$ reis. Tal diferença ocorria mesmo em relação ao secretário de Estado que em 1808, possuía um ordenado anual de 4800$ reis, menos da metade do que recebiam em Portugal, cujo valor era de 9600$ reis. (IHGB, lata 144, pasta 1)

Se comparada às outras secretarias de Estado, a dos Negócios Reino possuía um efeito centralizador sobre os demais órgãos do poder português. Ainda que os outros dois secretários de Estado tivessem audiências e se comunicassem diretamente com o rei, as respostas do príncipe aos ofícios, requerimentos, etc eram encaminhados por meio dessa secretaria. Igualmente, a administração do reino que ficou a encargo de uma Junta de Governadores, estava subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Daí a sua importância para compreender o eixo da política portuguesa desenvolvida a partir da América, pois é por meio da sua documentação que é possível identificar tais caminhos.

A Intendência de Polícia da Corte e Estado do Brasil, por sua vez, foi chefiada por Paulo Fernandes Viana, que antes da chegada do príncipe regente exercia a função de ouvidor-geral do crime da cidade do Rio de Janeiro. Instalada aos moldes da sua congênere lisboeta, fundada em 1760, era uma instituição de caráter político-administrativo, cuja criação se inseriu no mesmo contexto que promoveu o estabelecimento das secretarias de Estado na administração portuguesa.

A amplitude de atribuições do intendente de Polícia dá uma dimensão da importância deste órgão para o governo português, "como um lugar de *administração*". (CARVALHO, 2003: 92) Maria Beatriz Nizza da Silva, em artigo sobre o tema, descreveu o rol de incumbências. Estas eram: a polícia política; a segurança pública; o controle de espetáculos e de festejos populares; o fichamento dos moradores da cidade; a informação sobre a conduta; a interferência em conflitos conjugais e familiares; o recolhimento de mulheres em conventos; a elaboração de devassas e sumários; a perseguição a marinheiros desertores; a colaboração com o recrutamento de homens para o trabalho nas obras públicas; a urbanização da cidade do Rio de Janeiro; o auxílio aos ministros de Estado; a preocupação com o aumento da população; e a matrícula de estrangeiros. (SILVA, 1986:187-204)

As diferenças da Intendência Geral da Polícia do Brasil para a sua congênere em Lisboa advieram apenas da organização administrativa que o órgão teve a partir da sua instalação na cidade do Rio de Janeiro. A estrutura adquirida pode ser acompanhada por meio do *Plano para a criação dos oficiais da Polícia*, escrito pelo intendente Paulo Fernandes Viana, em 10 de junho de 1808. Nele se encontram informações referentes ao número de oficiais, que assessorariam os trabalhos de Polícia, bem como relativas às rendas que formariam o fundo do cofre do órgão.

Tabela 2: Relação dos cargos da Secretaria da Polícia (1808)

CARGOS	ATRIBUIÇÕES	RENDAS/ANO
Oficiais (3)		
1º Oficial Maior	incumbido dos teatros e divertimentos públicos, exercendo atividades de intérprete e tradutor, de línguas, encarregado dos alvarás de licença e casas de jogo, botequins e objetos semelhantes e para a mendicidade, mapas de população e expediente de corte.	400$000*
2 º Oficial	encarregado do expediente de todas as capitanias ou províncias, do alistamento relativo a transportes de mar e terra, como são, carros, carroças, seges e cavalgaduras que se alugam, barcos, catraias e lanchas que igualmente se fretam, serve, igualmente, de escrivão pagador ou tesoureiro da polícia, incumbido de despesas dela e de todos os objetos de casas de pasto, estalagens, albergues, dos presos e da iluminação da corte.	300$000*
3º Oficial	encarregado do expediente dos passaportes, e da legitimação dos estrangeiros, do registro e expediente da Casa de Correição, dos escravos ou calabouço.	300$000*
Praticante	Serve também de porteiro, auxiliando no registro, e em quaisquer outras repartições por moléstias ou impedimentos dos oficiais.	200$000*
Alcaide da Polícia	Execução de ordens	Sem ordenado, recebe por portaria
Escrivão de Polícia	Execução de ordens	Sem ordenado, recebe por portaria
Meirinhos (10)	Execução de ordens	Sem ordenado, recebem por portaria

(*): Além de remunerações extraordinárias.
Fonte: *Coleção de leis e ordens régias...,* 1808, Decisões n º15, Brasil, 22/06/1808, pp.12-13.

O intendente da Polícia contava para o exercício de suas atividades com três oficiais, um praticante que também se ocuparia como porteiro, um alcaide, um escrivão e dez meirinhos. Se for comparado ao regimento da Secretaria da Polícia lisboeta, que serviu de base para a criação do estatuto do órgão no Rio de Janeiro, perceber-se-á que Paulo Fernandes

Viana optou pela diminuição do número de funcionários. Em Lisboa havia sete oficiais e as atividades de porteiro e praticante eram separadas. A ampliação desses cargos ocorreria ao longo da existência da instituição, a partir da adaptação às necessidades da cidade. Pelos almanaques da cidade dos anos de 1811, 1816 e 1817, já é possível denotar uma ampliação do corpo de funcionários:

Tabela 2: Oficiais da Intendência de Polícia da cidade do Rio de Janeiro

Ofício		Almanaque de 1811	Almanaque de 1816	Almanaque de 1817
Intendente		Paulo Fernandes Viana	----	----
Oficial Maior		Nicolau Viegas de Proença	----	----
Oficiais		Luiz José dos Santos Marques	----	----
		João Antonio dos Santos	----	----
		Valeriano José Pinto		Bernardo Francisco Monteiro
Praticantes	Primeiro	Bernardo Francisco Monteiro		
	Segundo	Argimiro Reveriano Torres		
	Terceiro	Agostinho Manuel de Castro		
Tesoureiro		Joaquim Ribeiro Guimarães	Antonio Nicolau Ribeiro	-----
Porteiro			Bernardo Francisco Monteiro	João Antonio dos Santos
Oficiais supranumerários, que não vencem ordenado			Valeriano José Pinto	-----
			Agostinho Manuel de Castro	-----
			Maximiano da Silva Amaral	-----
			Antonio Xavier da Rocha	-----
			Bernardo Avellino Ferreira e Souza	-----
			Francisco de Paula Vieira de Azevedo	-----
			Antonio Casimiro de Moura	-----
			Joaquim Moreira Maia	-----
Correio		(1)	(2)	(2)
Alcaide		(1)	(1)	(1)
Escrivão		(1)	(1)	(1)
Meirinhos		(10)	(10)	(10)

--- continua no mesmo ofício.

Fonte: *Almanaque do Rio de Janeiro para os anos de 1811, 1816 e 1817.*

Muito mais do que os outros órgãos, a Intendência de Polícia encontrava-se subordinada à Secretaria dos Negócios do Reino, conforme estipulava seu decreto de fundação em Lisboa. Dessa maneira, o estudo sobre a administração na nova Corte requer que ambas instituições sejam mapeadas em conjunto, de modo a permitir melhor compreensão dos caminhos traçados na construção do Império português nos trópicos.

Referências bibliográficas:

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811. Rio de Janeiro, *RIHGB*, V.282, pp.97-236, jan/mar.,1969.

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816. Rio de Janeiro, *RIHGB*, V.268, pp.179-330,1965.

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. Rio de Janeiro, *RIHGB*, V.270, pp.24-370,1966.

Anais do Seminário Internacional Dom João VI: Um rei aclamado na América. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.

ARAUJO, Elysio de. **Estudo histórico sobre a polícia na capital federal de 1808 a 1831**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ARN) - Diversos Códices SDH - códice 796, vol. 2

ASTUTI, Guido. *O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia.* In: Antônio Manuel Hespanha (org). **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp.249-306.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma *idéia de cidade* ilustrada: as transformações da nova corte portuguesa (1808-1821).** Rio de Janeiro: UERJ/ IFCH, 2003.

DIAS, Maria Odila da S. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

Fundação Biblioteca Nacional – Manuscritos (FBN-Mss) - II-35, 4,1. "Preparatórios para receber a família real portuguesa, janeiro, 16 de 1808".

HESPANHA, Antonio Manoel *Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime*. In: Antônio Manuel Hespanha (org). **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984., pp. 1-114.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Memórias sobre as Secretarias de Estado tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro por José da Silva Arêas (desde de 1643) S/l / s/d., lata 144, pasta 1.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Processo administrativo ibero-americano: aspectos socioeconômicos - período colonial.** Rio de Janeiro : Biblioteca do Exercito, 1962.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa de 1811 a 1821.* In.: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 56. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** São Paulo: HUCITEC, 1985.

RUDÉ, George. **A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês**. Lisboa: Gradiva, 1988.

SCHIERA, Pierangelo. *A 'polícia' como síntese de ordem e de bem-estar no moderno Estado centralizado*. In: Antônio Manuel Hespanha (org). **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. pp.307-319.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Intendência Geral da Polícia: 1808-1821*. In: **Revista Acervo**, ano 1, nº 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986, pp.187-204.

SUBTIL, José. *Governo e Administração*. In.: José Mattoso (dir.). **História de Portugal.** Vol.4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998, pp.141-205.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX.** Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. (coord.) **História administrativa do Brasil; Brasil sede da monarquia, Brasil Reino.** Vicente Tapajós. Brasília: Ed. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984, v.8.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808).** Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____. *O funcionário colonial: entre a sociedade e o rei.* In.: Mary Del Priore. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de historia.** Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp.139-159.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A caridade e a Assistência Pública: Estado, Misericórdias e a distribuição da assistência no Rio Grande do Sul (1850-1900)

Cláudia Tomaschewski[1]

Resumo: A comunicação apresenta uma discussão sobre o financiamento do Estado às instituições de assistência (especialmente à Misericórdia de Pelotas) no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Neste momento, após a Revolução Farroupilha, as instituições governamentais funcionaram com relativa estabilidade, e as principais cidades, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, já contavam com serviços de assistência organizados. O termo Assistência Pública passou a ser utilizado em documentos oficiais a partir da criação de uma instituição homônima pelo governo estadual em 1898. Anteriormente, o termo "caridade pública" foi comumente utilizado em documentos do Estado e das associações filantrópicas. Ao contrário do que se poderia pensar, o Estado subvencionou regular e significativamente as instituições de caridade.
Palavras-chave: dádiva, política social, história da assistência.

Abstract: This paper is a discussion about the financing of the State to assistance institutions (specifically the Misericórdia of Pelotas) in Rio Grande do Sul during the second half of nineteenth century. In this moment, after the Revolução Farroupilha, the government institutions working whit relative stability, and the primordial cities: Porto Alegre, Rio Grande and Pelotas, already count whit assistance services organized. The term Public Assistance started to be used in official documents from that the creation of an homonymic institution by state government in 1898. Before the term "public charity" was used in the State and philanthropic associations documents. On the contrary as one could think, the State gives a regular and significant subvention for this charity institutions.
Keywords: gift, social policy, assistance history.

Até o advento do Estado de bem estar social, a assistência aos pobres não era considerada uma obrigação do Estado: a ajuda era prestada por associações ou indivíduos que se dispusessem praticar a caridade e filantropia. No mundo lusófono as principais instituições organizadas para gerir os bens da caridade foram as irmandades da Santa Casa de Misericórdia. Durante o século XIX, no Brasil a assistência aos grupos considerados merecedores pelos contemporâneos era distribuída como dádiva pelos indivíduos que controlavam o Estado e as instituições locais, normalmente os grandes comerciantes, capitalistas, proprietários, charqueadores e elites letradas (entenda-se médicos, advogados e no final do século engenheiros), muitos deles políticos locais e regionais.

[1] Mestre em História pela PUCRS. O trabalho aqui apresentado é uma parte modificada do sub-capítulo 3.3 da minha dissertação de mestrado financiada pela CAPES (TOMASCHEWSKI, 2007).

As Santas Casas eram responsáveis por quase todos os serviços de assistência, mesmo aqueles que eram tidos como de responsabilidade do Estado. O seu campo de atuação era vasto: assistência jurídica, aos presos, aos expostos, aos velhos, aos doentes, aos considerados loucos, aos pobres, aos mortos (cemitérios, transporte fúnebre e preces). As 12 obras de misericórdia podem ser tomadas como um código de direito mínimo, ou melhor de dádiva mínima: dos homens ricos para com os pobres, do Estado para com os administradores da assistência e, indiretamente, do Estado para com seus súditos pobres. Pensado que toda dádiva espera retribuição (MAUSS, S/D: 184), pode-se dizer que, neste caso, Deus retribuiria com misericórdia, os pobres com preces, e as Santas Casas com promoção dos doadores entre os homens.

A organização das Misericórdias no Brasil era regulamentada por um Alvará régio de 1806, este determinava que as Misericórdias seriam de imediata proteção régia e que deveriam ser reguladas pelo compromisso da irmandade homônima de Lisboa. O alvará Imperial de 28 de setembro de 1828 apenas modificava o órgão de fiscalização e regulamentação das irmandades: ao extinguir a Mesa de Consciência e Ordens, determinava que as eleições das irmandades fossem fiscalizadas pelo juiz de primeira instância e, que a aprovação do compromisso na parte temporal cabia ao Governo. Segundo o Alvará de 1806, às Santas Casas era concedido o privilégio de manutenção dos bens e ajuda financeira no caso terem "menos renda do que for necessário para a satisfação dos seus encargos". Em contrapartida, tinham como principal obrigação tratar de doentes paisanos e militares, cuidar dos expostos, socorrer os pobres e indigentes, não deixar vagar os mendigos "procurando que antes se ocupem de trabalho honesto", socorrer os encarcerados, distribuir dotes e organizar funerais. Em 20 de maio 1811, foi concedido outro privilégio mantido durante o Império: a isenção do imposto sobre legados. No Rio Grande do Sul as primeiras Santas Casas foram organizadas de acordo com esta legislação, sendo que as primeiras irmandades desse tipo foram fundadas em Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, respectivamente em, 1814, 1841 e 1847.

A tentativa de compreender a postura em relação à assistência a partir da relação entre a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e o Estado – representado pela província, e posteriormente estado do Rio Grande do Sul – demonstrou uma separação não muito explícita entre o público e o privado. Uma instituição de caráter privado aparece como principal dispensadora da assistência pública, enquanto o Estado assume a postura paternalista de auxiliar a Misericórdia, fundamentado no mesmo princípio: a "caridade pública". Caridade e filantropia determinavam os cuidados ou socorros oferecidos dentro de uma estrutura de

assistência constituída em âmbito privado que, no entanto, possuía caráter de serviço público, recebendo apoio e subvenção do Estado. Andrés Thompson referindo-se à Hermandad de La Santa Caridad, associação semelhante organizada em Buenos Aires, diz que estas mesclaram "lo público com lo privado, lo confesional com lo civil, la provisión com la explotación y el control social"(THOMPSON, 1995:27). Neste caso, há uma identificação entre caridade e assistência, ou seja, a assistência no abandono, na doença e na morte não pode ser encontrada no direito, mas em um dever religioso e moral dos mais ricos para com os mais pobres. Deste modo, os indivíduos que são objeto desta assistência não podem reivindicar melhoria na sua prestação ou exigir algum tipo de serviço, já que estão recebendo esta ajuda como um dom. Este tipo de concepção, longe de ser uma especificidade do Brasil, era comum no século XIX. Ao abordar o caso da França Robert Castel afirma que: "mesmo no quadro da recusa a elaborar políticas públicas, práticas de 'beneficência' não são excluídas, mas, ao contrário, são recomendadas, inclusive por parte do governo"(CASTEL, 1998:303). A ajuda não é percebida como uma obrigação, mas uma virtude espontânea. Tanto doadores individuais, quanto os representantes do Estado que concediam subvenção à instituições de ajuda, compreenderam suas ações como atos de benemerência.

As Santas Casas de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, bem como outras fundadas posteriormente, recebiam subvenções diretas do Estado, tendo como contrapartida a obrigação de cuidar os expostos, presos pobres, policiais, e, no caso da capital também dos menores do Arsenal de Guerra, órfãs e alienados, cuidados estes tidos como da esfera de responsabilidade do Estado. Também eram recebidos fundos diretamente provenientes de impostos. Tal como era feito no Rio de Janeiro, em 1837, houve um decreto imperial que destinava impostos pagos por embarcações às Misericórdias de Porto Alegre e Rio Grande (RODRIGUES, 1985:41). Em 1861, o provedor da irmandade de Pelotas Barão de Piratini, fazia menção em seu relatório sobre a necessidade de se receber o imposto sobre os iates também em Pelotas(RELATÓRIO SCMP, 1861). A recusa ao pagamento para esta Misericórdia tinha a seguinte alegação: normalmente esse imposto era cobrado em cidades portuárias, e sua concessão para Porto Alegre era porque esta era a capital da província. Como Pelotas não era nem cidade portuária, nem capital da província, não teria direito a receber o imposto.

As verbas consignadas nem sempre eram pagas como deveriam, e há constantes reclamações da Santa Casa de Pelotas quanto ao não pagamento das somas estabelecidas. Afora os relatórios, a maior parte dos ofícios enviados pela irmandade ao Presidente da

Província diziam respeito a pedidos de pagamento das verbas consignadas pela Assembléia Provincial. Em 1864, o Presidente da Província justifica o não pagamento de tais somas:

> *Responda que os cofres públicos não podem comportar despesas com a edificação de hospitais, nem seria isto conveniente. Que algumas consignações que se dá é apenas como auxílio à caridade particular e por isso é preciso que as obras estejam em andamento para haver o direito de exigir o pagamento.*[2]

Não cabia ao Poder Público financiar a construção de hospitais. Não havia uma delimitação clara sobre quem deveria ser responsabilizado pela assistência. A Constituição do Império do Brasil de 1824 previa em seu artigo 31º a garantia dos socorros públicos (clausula não mais existente na constituição de 1891), o que pode ser compreendido como: socorros em casos de epidemias, calamidades naturais, ou seja, eventos se evidenciavam como perigo para a população em geral. Segundo Andrés Thompson, no caso da Argentina, o Estado não tomaria para si a Assistência Pública, pois "mientras que al Estado se le puede exigir la prestación de tales o cuales servicios como un derecho de los ciudadanos, los servicios brindados por las instituciones privadas son discrecionales" (TOHMPSON, 1995:43). Parece ter sido esta a postura assumida pelo governo da província do Rio Grande do Sul: as subvenções destinadas às Misericórdia eram compreendidas como benfeitorias do Estado, que estaria também praticando a caridade, e não assumia tais responsabilidades para não embargar a iniciativa privada, que deveria ser estimulada para que fossem criadas outras instituições semelhantes.

Até 1884 todas as subvenções dadas à Santa Casa de Pelotas, com exceção de poucas "esmolas" concedidas pela Câmara local e das vilas vizinhas, provinham dos cofres provinciais. E ainda que houvesse reclamações quanto ao atraso no pagamento e, diminuição ou insuficiência das verbas, elas sempre foram pagas. Entre 1878 e 1882, a subvenção variava entre 10 e 12 contos de réis. A partir de 1883 baixou para 7 contos, e foi diminuindo até chegar aos 4 contos em 1889.

Sobre esta redução (e, também a possibilidade de que outras irmandades possuíssem carros fúnebres) houve um embate em 1882 entre dois deputados provinciais no jornal *Diário de Pelotas*. São escritos sete artigos entre críticas e réplicas. A discussão começou em razão de um texto publicado no relatório anual da Santa Casa. Neste texto afirmava-se que um Representante Provincial havia "concorrido com todo o seu esforço" para reduzir os rendimentos do cemitério e a subvenção provincial (RELATÓRIO SCMP 1881/82:4). Pouco tempo depois da publicação do relatório, Joaquim José Affonso Alves (o

[2] Anotação a lápis feita no ofício enviado pela SCMP ao presidente da província em 18 de setembro de 1864.

representante provincial em questão e diretor do Asilo de Órfãs) escreveu um artigo no jornal *Diário de Pelotas* criticando a atitude do provedor de fazer aquele tipo de comentário, pois segundo ele a lei apenas havia restituído às irmandades um direito que elas tinham pelo regulamento dado pela província aos cemitérios de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande em 1850. Quanto à afirmação de que a Santa Casa teria um fim mais "sublime" do que as outras irmandades e aplicaria melhor os seus rendimentos, opina não ser verdade "tendo a prova no próprio relatório, onde se diz, que se está construindo uma Igreja suntuosa, para cuja conclusão se precisa de 32 contos". E se o objetivo era o culto, as irmandades também se dedicavam a ele e, além disso, prestavam um serviço às famílias proporcionando condução e sepultura grátis.[3] A prática da caridade, na concepção de Alves não comportava a construção de Igrejas, o dinheiro deveria ser empregado no auxílio aos pobres. A resposta foi dada no dia seguinte por Francisco Antunes Gomes da Costa (escrivão da irmandade), dizendo que apenas procurava informar a nova Mesa sobre as reduções na receita. Alves rebate dizendo que a diminuição da receita era por causa da obra da Igreja, e que sua intenção era torná-lo "odioso à humanidade sofredora e à sociedade cuja estima procuro granjear". Como se vê, Alves parecia bastante preocupado com a sua imagem pública por ter "influenciado" na diminuição da subvenção à Santa Casa de Pelotas (note-se que a subvenção foi também diminuída para as Santas Casas de Porto Alegre e Rio Grande), pois por mais que existissem críticas à atuação da administração da Santa Casa, a instituição era normalmente bem vista.[4]

As subvenções estaduais voltaram a ser mais significativas e regulares a partir de 1893. Em seu relatório de 1897 a 1900 o provedor da Santa Casa de Pelotas menciona a subvenção estadual que "foi de R$ 12:000$000 anuais no período de que tratamos. Ainda que escassa, é essa verba de grande valor para a nossa receita, agradecendo nós ao patriótico Governo a sua benévola determinação"(RELATÓRIO SCMP 1897-1900:11). Como se vê o adjetivo para designar a ação governamental, sugere que ela fosse uma benfeitoria. Em 1912, a Santa Casa também contou com uma loteria federal. A Intendência Municipal de Pelotas começou a subvencionar diretamente a Misericórdia em 1899. Durante os primeiros anos da República, houve uma indefinição sobre quem deveria ser responsável por atividades assistenciais antes abarcadas pela Santa Casa, mas a sua distribuição como caridade não diferiu significativamente.

Segundo Beatriz Weber, um serviço de Assistência Pública mantido pelo estado, foi criado no Rio Grande do Sul em 1898, cabendo às intendências organizá-lo. No caso de

[3] *Diário de Pelotas*. Pelotas 17 de agosto de 1882, p.1.
[4] Os artigos escritos por Alves foram em: *Diário de Pelotas*. Pelotas, 17, 20, 23 e 26 de agosto de 1882. Os artigos de Gomes da Costa estão em: *Diário de Pelotas*. Pelotas, 18, 22 e 25 de agosto de 1882.

Porto Alegre, este serviço foi organizado no mesmo ano da lei. Os principais fins deste serviço seriam o socorro de vítimas de acidentes e posterior envio para hospitais, levantamento de óbitos de indigentes, de pessoas com doenças contagiosas, e das que habitassem locais sem higiene. Ainda segundo Weber, inicialmente o serviço oferecia apenas medicamentos, e seus organizadores afirmavam que o atendimento ambulatorial que poderia ser prestado era suprido pela Santa Casa (WEBER, 1999:59). No caso de Pelotas não houve organização deste serviço, que continuava sendo prestado como dom pela Santa Casa local. Segundo o provedor Bruno Chaves "A Assistência Pública em Pelotas é feita pela Santa Casa; e isto sem obrigação ou contrato algum com os poderes competentes". (RELATÓRIO SCMP, 1915-1916)

No começo do século XX, poucas medidas foram tomadas pelo Estado no que diz respeito à assistência. Havia também a recusa da Santa Casa em cuidar dos assistidos que comumente recebia no século XIX. Uma indefinição sobre a responsabilidade de ajudar em caso de doença, acidentes, abandono, velhice: este foi o contexto da assistência no começo do século XX. Podemos dizer que a Santa Casa em Pelotas atendia a um serviço público: distribuía a "caridade pública" no século XIX e era responsável pela "Assistência Pública" no século XX. Porém, as decisões sobre quem receberia ou não socorro (e também de que forma) eram tomadas pelos membros da Mesa administrativa, pelos médicos e pelas Irmãs de Caridade. Dependendo dos critérios de avaliação, o sujeito podia ser considerado não merecedor de tal serviço. Nas primeiras décadas do século XX, são comuns críticas nos jornais locais quanto à recusa da Santa Casa em receber diversas pessoas que deveriam ser assistidas. Normalmente, essas críticas diziam respeito aos velhos e inválidos, indivíduos que os dirigentes da irmandade recusavam-se a receber porque diziam que o hospital não era um asilo.

A partir do final do século XIX, a definição e separação das esferas do público (como iniciativa estatal) e do privado parece mais nítida, apesar das indefinições sobre a responsabilidade para com a Assistência Pública. As Santas Casas recebiam recursos dos doadores e do Estado como dádivas e distribuíam a assistência como caridade. Assim, a melhoria dos serviços não poderia, ou seria mais dificilmente, reclamada. Não havia um completo desinteresse do Estado pela assistência; esta, porém, não era tomada como sendo sua responsabilidade. A assistência se deu em nível local, orientada pela caridade/filantropia das elites. Neste sentido, os termos caridade e filantropia não diferem muito: são atitudes necessárias para a organização do espaço urbano e controle dos mais pobres. Reduzem a tensão subjetiva (e, talvez objetiva) das desigualdades sociais.

Referencias Bibliográficas:

Alvará de 18 de outubro de 1806. In: Colleção da Legislação portuguesa de 1802 a 1810. Lisboa: typografia Maigrense, 1826, p. 214-218.

Alvará de 28 de setembro de 1828. Legislação brasileira. Tomo V. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve e comp., 1844, p. 294 e 295.

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos 'lugares de além-mar' na formação do Império Português. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos.* V. 8, n. 3. Rio de Janeiro Set/dez 2001. P. 591-611.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1997.

FRANCO, S.C.; STIGGER, I. Santa Casa 200 anos: caridade e ciência. Crônica histórica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 2003.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, S/D.

NEDER, Gizlene. *Autoridade e Justiça Social no Pensamento Político Brasileiro: entre o dever e a caridade.* Trabalho apresentado no 3º Encontro da Associação brasileira de Ciência Política. Niterói, 2002. Disponível na Internet: http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/teopol6.4.doc, consulta realizada em 08/11/2005.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. *Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande*. A saga da Misericórdia. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos.* A Santa Casa da Misericórdia da Bahia 1550-1775. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800.* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997. Disponível na Internet: http://hdl.hadle.net/1822/4311. Consultado em 24 de abril de 2006.

THOMPSON, Andrés. Beneficencia, filantropía y justicia social. El "tercer sector" en la historia argentina. In: *Público y privado. Las organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires: UNICEF-ed. Losada, 1995, p.20-63.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar:* medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense 1889-1828. Santa Maria: UFSM, EDUSC, 1999.

Fontes citadas:

Alvará de 20 de maio de 1811. Colleção da legislação portuguesa de 1811 a 1820. Lisboa: typografia Maigrense, 1825.

Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Aprovado por lei provincial n. 1802, de 16 de abril de 1889. Pelotas: Typografia da Livraria Universal, 1889.

Livro n. 1 de Atas, deliberações e eleições da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – de 1847 até 1856. [AHSCMP]

Livro n. 3 de Atas, deliberações e eleições da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – de 1863 até 1875. [AHSCMP]

Relatório do Provedor da Santa Casa de Pelotas Barão de Piratinym, publicado em: *O Brado do Sul*, ano IV, sexta-feira, 30 de agosto de 1861, n. 41, p. 1 e 2. CEDOV-BPP, pasta AP-22.

Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas Joaquim José de Assumpção 1881/1882. Pelotas: Imp. A Vapor do Correio Mercantil, 1882, p. 4. [AHSCMP]

Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas Coronel Alberto Roberto Rosa 1897 - 1900. Pelotas: Imprensa a vapor da Livraria Universal, 1902. [BPP]

Relatório da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas 1915-1916, Bruno G. Chaves. Pelotas: Off. Do Diário Popular, s/data. [AHSCMP]

Ofícios enviados pela SCMP ao Presidente da Província. Assuntos Religiosos: Maço 2 – caixa AR1, AHRGS

Correspondência expedida pela Câmara Municipal de Pelotas [BPP/CEDOV; pasta CAMP – 13].
Livro n. 1 de Registro de Ofícios e Documentos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – de 1847 a 1869. [AHSCMP]

Diário de Pelotas. Pelotas: 2º semestre de 1882. [BPP].

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fluxos migratórios no Espaço Rural Paranaense: uma leitura preliminar

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra[1]

Resumo: O presente artigo reflete sobre as particularidades dos fluxos migratórios do espaço rural das mesorregiões paranaenses, a partir da análise dos dados de migração oriundos dos microdados do Censo Demográfico 2000. Procura-se observar, na análise destes dados, elementos que permitam compreender tanto a dinâmica ou "modos de vida" destas regiões paranaenses como a resposta das políticas públicas a elas destinada. Entende-se que as diferenças destas mesorregiões específicas possam ser compreendidas não só, mas inclusive pelos processos de ocupação histórica do território paranaense e que demandaria dinâmicas distintivas para cada região. Neste sentido, entende-se a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para compreensão destas dinâmicas e que alie: sociologia, demografia e história.
Palavras-chave: espaços rurais – migrações – sociologia rural

Abstract: The present article thinks about the particularities of the migratory flows of the rural space of the mesorregiões paranaenses, starting from the analysis of the migration data originating from of the microdados of the Demographic Census 2000. He/she tries to observe, in the analysis of these data, elements that you/they allow to understand as much the dynamics or "manners of life" of these areas paranaenses as the answer of the public politics to them destined. He/she understands each other that the differences of these specific mesorregiões can be understood not only, but besides for the processes of historical occupation of the territory paranaense and that it would demand distinctive dynamics for each area. In this sense, he/she understands each other the need of an approach multidisciplinar for understanding of these dynamics and that he/she allies: sociology, demography and history.
Keywords: rural spaces – migration – rural sociology

Os determinantes das migrações

São diversas as possibilidades de motivos que os indivíduos e ou famílias tem para partir de seu local de origem. Entre várias, podem ser de ordem política, de emergência, étnico culturais, de mão de obra especializada, sendo que a mais generalizada das motivações é de origem econômica (ROCHA-TRINDADE, 1995: 40-44). Se por um lado, as razões de partida podem ser entendidas a partir de fatores econômicos, por outro lado, a escolha do *destino* da migração apresenta uma complexidade que excede as questões econômicas.

Há uma tendência em concentrar as análises dos condicionantes dos processos

[1] Mestrando em Sociologia (Linha de Ruralidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná; Pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Email: anaelcintra@ipardes.pr.gov.br

migratórios nos fatores econômicos que provocam desequilíbrios nos salários, nas estruturas de emprego, no crescimento e desenvolvimento dos países de origem e destino de mão-de-obra, em detrimento de outras abordagens que podem estar relacionadas aos fatores que motivam os atores individualmente a migrar. Fatores estes que podem ser influenciados por ainda outras variáveis, como por exemplo, as *redes sociais* que podem afetar tanto a propensão para emigrar, como a direção da corrente migratória (ROCHA-TRINDADE, 1995: 90).

A introdução do conceito de *redes sociais*, no âmbito da Sociologia das Migrações se deu a partir da década de 1970, permitindo o estabelecimento de uma ponte de ligação entre as abordagens micro e macroscópica dos fenômenos migratórios. Se de fato os fatores econômicos e ou estruturais motivam os indivíduos ou as famílias a migrar, alguns autores defendem que a ligação entre esses indivíduos ou famílias aos locais de destino (espaços) das migrações se dá através das redes de sociabilidades existentes entre as pessoas interligadas entre os diversos espaços geográficos, ou seja, as chamadas *redes sociais*. Assim...

> *Partindo do pressuposto de que os factores estruturais estabelecem as condições fundamentais no âmbito das quais as decisões individuais ou dos grupos são tomadas, alguns autores defendem a idéia segunda a qual o que interliga os indivíduos no espaço são as redes sociais. Quer isto dizer que há um contexto macroscópico que estabelece condições estruturais, mas que ao nível microscópico as decisões migratórias são influenciadas pela participação em redes sociais que proporcionam o acesso dos actores a determinados recursos nomeadamente assistência e informação. Quando estas redes se desenvolvem, elas não só apóiam como estimulam novas correntes migratórias, o que contribui para explicar a persistência de determinados fluxos populacionais mesmo quando cessam as condições estruturais que lhes deram início* (ROCHA-TRINDADE, 1995: 91)

É nesta visão mais ampliada dos condicionantes não econômicos dos processos migratórios, em especial, na valorização da influência das redes sociais, que se encaminha o presente trabalho. Neste sentido, buscam-se informações que permitam verificar a predominância (ou não) de movimentos migratórios circunscritos nas mesorregiões paranaenses que destaquem estas redes sociais. Numa perspectiva histórica, entende-se, num primeiro olhar, que os padrões dos fluxos migratórios resultam da ação de *redes sociais* que, possivelmente, apresentam correspondência com os fluxos populacionais oriundos dos primeiros processos de colonização e ocupação do território paranaense. Altiva Balhana (2003) a este respeito identificou a formação de três comunidades regionais, ondas de povoamento, que constituíram a história da ocupação do Paraná, a saber:

> *do **Paraná tradicional** que se esboçou no século XVII, com a mineração do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado, e, mais tarde, nas atividades extrativistas e comércio da erva-mate e da madeira, e as do Paraná moderno, a **do Norte**, da agricultura do café que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais diretamente ligada a São Paulo, e a do **Sudoeste e Oeste**, dos criadores de suínos e*

> *plantadores de cereais que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas ondas de povoamento criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades. (BALHANA, 2003:137, grifos no original)*

Essas ondas de povoamenteo de que fala Balhana, apresenta similaridades com o movimento dos fluxos migratórios circunscritos nas mesorregiões paranaenses – estas também definidas não somente por indicadores setoriais, mas também por dimensões outras que lhe conferem uma identidade regional, como exposto a seguir. Observa-se que parte dos movimentos migratórios identificados a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, se direcionam no interior ou nas proximidades dos espaços geográficos das mesorregioes paranaenses definidas pelo IBGE, e que são entendidas da seguinte forma:

> *Entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional.* (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1990: 7-8)

Por outro lado, os fluxos interestaduais de algumas mesorregioes apresentam destinos convergentes, como já observado por KLEINKE et. al (1999), com mesorregiões de estados vizinhos por relações de proximidade. Relações estas que estão sendo entendidas, como decorrentes do processo histórico de construção de redes sociais oriundas desde os primeiros movimentos populacionais no Paraná. Retomando rapidamente Balhana, confirma-se com os microdados do Censo Demográfico 2000 no Paraná a correspondência de fluxos entre as mesorregiões localizadas no Norte do Paraná com o Estado de São Paulo, ao passo que as mesorregiões do Sul do Estado mantém fluxos com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo.

Migrações nos Espaços Rurais

Neste trabalho, o espaço rural é considerado o espaço geográfico composto pelos municípios cuja população total, segundo o Censo Demográfico 2000 apresentava número de habitantes inferior a 50.000, apresentava densidade inferior a 80 hab/km^2, e não fazia parte de aglomerações metropolitanas, nem aglomerações não-metropolitanas e centros urbanos identificados na pesquisa do IPEA, IBGE, NESUR, UNICAMP (1999), sendo, portanto, classificados como municípios rurais. Esta tipologia foi proposta por VEIGA (2001, 2002), como uma alternativa mais atualizada à definição oficial de urbano e rural que se encontra em

uso no Brasil desde 1938. A relação completa dos municípios rurais, classificados segundo a tipologia de Veiga, tanto do Paraná, quanto de outros estados pode ser acessada no banco de dados disponibilizado pelo autor no Consórcio de Informações Sociais (VEIGA, 2006).

Através da análise dos microdados do Censo Demográfico 2000, no Paraná, somente os municípios rurais receberam 35,9% da população de 1.047.793 do total de imigrantes oriundos de fluxos intra-estaduais e interestaduais. Os fluxos populacionais de emigração, movimentaram 1.073.137 pessoas, sendo que os municípios rurais foram responsáveis por 50,8% dessa população, evidenciando a importância dos municípios rurais na dinâmica dos fluxos intramesorregionais (intra-estaduais), intermesorregionais (intra-estaduais) e interestaduais com mostra a tabela 1.

TABELA 1 – IMIGRANTES E EMIGRANTES INTRAMESORREGIONAIS (INTRA-ESTADUAIS), INTERMESORREGIONAIS (INTRA-ESTADUAIS) E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA,(1) SEGUNDO TIPOS DE MUNICÍPIOS – PARANÁ – 1995/2000

IPOS DE MUNICÍPIOS(2)	T	IMIGRANTES(3)				EMIGRANTES(4)			
		I ntramesor-regionais	I ntermesor-regionais	I nteres-taduais	T OTAL	I ntramesor-regionais	I ntermesor-regionais	I nteres-taduais	T OTAL
		4	3	2	1	4	3	3	1
	!	11.537	38.945	97.311	.047.793	11.537	38.945	22.655	.073.137
	A	2	3	3	3	2	1	1	2
M		9,0	6,2	1,7	2,1	9,5	1,5	8,5	0,5
	A	1	1	2	1	1	1	1	1
NM		7,1	7,6	2,2	8,7	2,4	3,2	5,7	3,6
	C	4	7	6	5	3	9	6	6
U		,3	,5	,2	,9	,7	,1	,7	,3
	A	7	7	7	7	6	1	8	8
MB		,6	,4	,3	,4	,0	2,3	,7	,8
	R	4	3	3	3	4	5	5	5
UR		1,9	1,4	2,7	5,9	8,5	3,9	0,4	0,8
	T	1	1	1	1	1	1	1	1
otal		00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0	00,0

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES
(1) Dados referentes à migração de data fixa, tendo como referência pessoas maiores de cinco anos que, em 1995, não residiam no município de residência atual.
(2) AM – Aglomeração Metropolitana de Curitiba; ANM – Aglomeração Não-Metropolitana de Londrina, Maringá e Cascavel; CU – Centros Urbanos; AMB – Ambivalente; RUR – Rurais;
(3) Exceto Brasil sem especificação; Exceto Paraná sem especificação.
(4) Exceto Paraná sem especificação.

Entre os deslocamentos populacionais com destino aos espaços rurais, predominavam os deslocamentos de origem intramesorregionais, com 45,9% dos fluxos, ao passo que os deslocamentos de origem intermesorregionais (intra-estadual) e interestaduais abrangiam 28,3% e 25,8% dos fluxos respectivamente. Com relação aos deslocamentos

originados dos espaços rurais, há um equilíbrio entre o destino dos fluxos, sendo que os destinos intramesorregionais, intermesorregionais e interestaduais apresentam 36,6%, 33,5% e 29,8% respectivamente conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2 – IMIGRANTES E EMIGRANTES INTRAMESORREGIONAIS (INTRA-ESTADUAIS), INTERMESORREGIONAIS (INTRA-ESTADUAIS) E INTERESTADUAIS DE DATA FIXA,(1) SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS(2) – PARANÁ – 1995/2000

MES ORREGIÃO	IMIGRANTES (%)				EMIGRANTES (%)			
	I ntramesor-regionais	I ntermesor-regionais	I nteres-taduais	A bs.	I ntramesor-regionais	I ntermesor-regionais	I nteres-taduais	A bs.
Noro	4	2	3	5	3	3	3	7
este	5,2	4,5	0,3	2.892	5,8	1,4	2,8	2.607
Cent	4	3	2	2	2	4	3	5
ro-Ocidental	0,8	9,1	0,1	6.864	2,2	6,6	1,2	1.609
Nort	4	2	2	5	4	2	2	8
e Central	8,3	4,9	6,9	7.599	6,0	5,0	9,0	2.085
Nort	4	2	3	5	3	3	3	6
e Pioneiro	0,0	4,1	5,9	1.783	1,4	5,6	3,0	5.825
Cent	4	3	2	2	3	4	1	2
ro-Oriental	1,2	6,8	2,0	1.724	7,9	5,5	6,6	1.800
Oest	5	2	2	5	4	2	2	8
e	6,1	1,9	2,0	7.009	6,7	6,1	7,3	4.232
Sudo	4	2	2	3	2	3	3	6
este	9,5	3,2	7,3	3.598	9,9	1,9	8,2	3.085
Cent	3	4	1	3	2	4	2	5
ro-Sul	9,2	2,1	8,7	7.705	9,7	3,9	6,4	2.132
Sude	3	4	2	1	2	5	2	2
ste	2,3	3,4	4,3	9.701	3,6	0,1	6,3	9.568
Metr	5	2	2	2	6	1	2	2
op. de Curitiba	5,1	3,2	1,7	8.352	7,5	0,0	2,5	2.229
Total	4	2	2	3	3	3	2	5
	5,9	8,3	5,8	87.227	6,6	3,5	9,8	45.170

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (microdados)
NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES
(1) Dados referentes à migração de data fixa, tendo como referência pessoas maiores de cinco anos que, em 1995, não residiam no município de residência atual.
(2) Somente Municípios Rurais (RUR);

A tabela 2 permite observar que, de um modo geral, as migrações no Paraná, a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, apresentam concentração no interior das mesorregiões (fluxos intramesorregionais), sendo que em algumas delas, a exemplo do Norte Pioneiro, Norte Central e Sudoeste, há um fluxo maior de migrações interestaduais.

Migrações Interestaduais nos Espaços Rurais

Para observar a congruência entre os atuais fluxos migratórios e as ondas de ocupação e colonização descritas por Balhana para o Paraná, basta observar a tabela 3 a seguir.

TABELA 3 – IMIGRANTES INTERESTADUAIS, DE DATA FIXA,(1) SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS(2) – PARANÁ – 1995/2000

ESORREGIÃO	IMIGRANTES(%)								
	MORO	RGCP	MSCS	SSRS	MTMS	OUTRAS	TOTAL		
Noroeste	3,6	29,4	25,7	43,1	16,7	18,1	185.654		100
Centro-Ocidental	3,5	27,0	26,7	49,8	14,5	20,2	105.259		100
NorteCentral	2,6	36,3	37,6	50,0	19,8	17,7	185.029		100
NortePioneiro	4,0	30,3	38,5	22,0	19,1	29,9	182.240		100
Centro-Oriental	0,1	11,1	46,0	12,3	1,2	5,3	43.644		100
Oeste	5,5	24,4	25,8	22,0	4,4	10,4	11,8	13,9	112.113
Sudoeste	9,9	31,1	39,9	54,8	43,5	12,2	55,8	11,5	80.914
Centro-Sul	1,1	34,4	30,5	14,7	13,8	11,1	46,8	18,4	60.773
Sudeste	4,1	18,0	13,8	15,4	63,3	8,9	09,9	26,6	46.661
Metrop. de Curitiba	4,1	19,2	23,2	36,6	56,2	25,5	27,7	40.940	59
Total	7,7	27,8	49,8	19,4	16,4	16,6	17,1	7.228	

(1) Dados referentes à migração de data fixa, tendo como referência pessoas maiores de cinco anos que, em 1995, não residiam no município de residência atual.
(2) Somente Municípios Rurais (RUR);

Nas mesorregioes Noroeste, Centro-Oriental, Norte Central, Norte Pioneiro e Centro-Oriental, há uma predominância de fluxos de imigrantes interestaduais oriundos do estado de São Paulo, ao passo que, nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste, predominam fluxos imigratórios oriundos do estado de Santa Catarina. Destaca-se também um fluxo considerável de pessoas entre a mesorregiões Sudoeste e o estado do Rio Grande do Sul.

TABELA 4 – EMIGRANTES INTERESTADUAIS, DE DATA FIXA,(1) SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS(2) – PARANÁ – 1995/2000

ESORREGIÃO	EMIGRANTES(%)								
	MORO	RGCP	MSCS	SSRS	MTMS	OUTRAS	TOTAL		
Noroeste	2,8	21,8	58,7	52,5	70,5	01,1	14,4	72,2	23.827	2
Centro-Ocidental	3,8	39,9	49,9	59,4	65,5	10,3	51,2	17,1	6.092	1
NorteCentral	1,8	05,5	58,5	66,7	60,8	03,1	36,0	76,2	3.818	2
NortePioneiro	0,5	47,6	48,9	82,7	00,9	00,3	01,0	13,2	1.723	2
Centro-Oriental	1,7	19,6	56,5	61,6	17,0	01,1	25,3	3.622	3
Oeste	5,1	31,1	62,9	61,2	02,7	96,7	19,9	2.960	2
Sudoeste	5,5	15,5	57,2	11,6	58,2	23,5	27,4	4.113	1
Centro-Sul	9,3	02,4	21,2	15,5	25,5	03,1	3.748	7

udeste	,7	,7	4,0	2,6	,3	,4	,9	0,4	.766
	M		3	1	6	2	0	1	1 5
etropdeCuritiba		- ,1	7,6	2,7	,8	,4	,5	2,0	.005
	T	2	3	4	2	5	4	8	6 1
otal	,4	,6	5,0	3,6	,6	,8	,4	,7	62.673

(1) Dados referentes à migração de data fixa, tendo como referência pessoas maiores de cinco anos que, em 1995, não residiam no município de residência atual.
(2) Somente Municípios Rurais (RUR);

Da mesma forma como foi observado para o fluxo de imigrantes, o fluxos de saída interestadual (emigrantes) apresenta um comportamento semelhante, evidenciando-se que na direção contrária de todo fluxo populacional de emigração há um contra-fluxo de imigrantes destas mesmas regiões.

O que sobressai neste estudo é a necessidade de uma maior interdisciplinaridade entre diversas áreas do conhecimento no que se refere aos estudos dos processos migratórios, em especial, uma maior interação entre a demografia, a história e a sociologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALHANA, A. P. Nota Prévia ao Estudo da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. [1976]. v2. In: WESTPHALEN, C. M. (Org.). *Un Mazzolino de Fiori***.** Curitiba: Imprensa Oficial, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, 2003. p.137-159

IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas: Unicamp/Nesur/Ipea/IBGE, 2v., 1999.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1985-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 95, p. 27-50, 1999.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. *Bahia análise & dados*, Salvador, BA, v. 10, n. 04, p. 193-206, 2001.

VEIGA, José Eli. *Cidades Imaginárias*: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Hierarquia Urbano-Rural, 1991 a 2000 (Banco de Dados), São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2001. In: *Consórcio de*

*Informações Sociai*s, 2006. Disponível em http:/www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx. Acesso em 10/18/2006

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Como a Ação Popular escreveu e reescreveu o sentido de sua história

Reginaldo Benedito Dias*

Resumo: Este trabalho investiga como a Ação Popular, organização de esquerda das décadas de 1960 e 1970, elaborou e reelaborou o sentido de sua experiência, em face das redefinições políticas que vivenciou. Caracterizada por sua origem heterodoxa, aberta a diferentes influências doutrinárias, a AP rompeu, na conjuntura posterior a 1964, com sua identidade de origem e filiou-se à tradição do marxismo-leninismo. Analisa-se como a AP atualizou sua memória e reescreveu o sentido de sua história, com o objetivo de legitimar as opções recentes, inspiradas no marxismo-leninismo.
Palavras-chave: Ação Popular Marxista Leninista; Maoísmo no Brasil; Esquerda Católica.

Abstract: The manner "Popular Action", a 1960s and 1970s leftist organization, formed and re-formed its experience in the wake of undergone political redefinitions is provided. Characterized by its heterodox origin and open to several doctrinarian influences, after the 1964 events "Popular Action" disrupted its primitive identity and affiliated itself to Marxist-Leninist traditions. It re-established itself in 1968 with the slogan that the "old Popular Action" had deceased. An analysis is thus undertaken to investigate how the "Popular Action" re-wrote its history through an up-dating of its memory and political identity so that recent Marxism-Leninism-inspired decisions could be legitimated.
Key words: Marxist and Leninist "Popular Action"; Maoism in Brazil; Catholic Left.

Introdução

Este trabalho investiga como a Ação Popular, organização de esquerda das décadas de 1960 e 1970, elaborou e reelaborou o sentido de sua experiência, em face das redefinições políticas que vivenciou. Conforme demonstrou Dulce Pandolffi, a produção da memória é inerente à práxis dos partidos marxistas, que mantêm uma relação diferenciada com a história. A produção da memória faz com que sejam entrelaçadas três temporalidades: passado, presente e futuro. A memória é uma construção do presente sobre o passado (HALBWACHS, 1990), mas, nesse caso, ela sofre influência do projeto político, articulado com um futuro de longo alcance. Esse exercício se faz com a subjetividade dos agentes políticos e obedece às hegemonias instauradas, exigindo a atualização da construção da memória e da identidade política (PANDOLFFI, 1995).

Atento ao papel que a memória desempenha na produção da identidade, Michael

* Professor do Dep. de História da Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História Política.

Pollak observa que as instituições políticas não podem "mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento". Tal risco pode ocorrer, como exemplificam as cisões partidárias, se os membros deixarem de se "reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização" (POLLAK, 1989: p. 10).

A singularidade da AP precisa ser ressaltada. A AP caracteriza-se por ter uma origem heterodoxa, aberta a diferentes influências doutrinárias, e por filiar-se, na segunda metade da década de 1960, à tradição do marxismo-leninismo. O caminho da definição da linha marxista levou, em mais de uma conjuntura, a acirradas lutas internas e a dramáticas fraturas. Entretanto, consideradas as nuanças de cada período, a identidade marxista manteve-se até o fim. Pretende-se verificar como, na busca de determinada ortodoxia, a AP procurou reler sua origem e cada fase de sua existência, com o objetivo de legitimar, nos marcos do que considerava o verdadeiro marxismo-leninismo, as opções recentes.

Usos e sentidos da história da AP

Em 1966, o Comando Nacional da Ação Popular elaborou um documento, intitulado "Histórico da AP", realizando um balanço de sua experiência. A história da AP foi dividida em quatro fases. A primeira se estenderia dos primeiros contatos e articulações para a formação da AP, datados de 1961, até seu congresso de fundação, ocorrido em 1963. A segunda iria desse congresso até o "golpe de abril" de 1964. A terceira iria do "golpe de abril" até a elaboração da **Resolução Política**, em 1965. A quarta se estenderia até o momento vivido (AÇÃO POPULAR, 1966). Tal exercício se justifica. O advento da ditadura militar impôs ao conjunto da esquerda uma reflexão sobre a derrota sofrida em 1964. O "histórico" aponta que, na terceira fase de sua trajetória, a AP vivia uma crise, caracterizada pela desarticulação da base social, por desorientação política e por uma tendência à desagregação. Essa tendência teria sido revertida a partir de 1965, quando foi aprovada a **RP**.

As balizas do citado "histórico" foram elaboradas pela **RP**, cujo objetivo era definir uma política revolucionária e inserir a AP em uma nova fase de sua história (AÇÃO POPULAR, 1965). Entretanto, ao examinar a orientação da fase anterior, condensada no **Documento base,** a **RP** não promove uma ruptura total. De um lado, faz uma crítica frontal à parte da estratégia política. Por intermédio do conceito de Revolução Socialista de Libertação Nacional, propõe a conquista do poder por via insurrecional. De outro, valoriza a fundamentação filosófica do DB, cujas linhas mestras ainda seriam atuais: "O que ele precisa

é ser, antes de tudo, conhecido e entendido, e depois urgentemente completado" (AÇÃO POPULAR, 1965, p.9).

No **DB**, a AP definia-se como socialista, mas era crítica do modelo erigido a partir da URSS, no qual identificava a formação de novas formas de alienação. Defendia a possibilidade de que houvesse caminhos diversos de passagem ao socialismo e para a construção socialista. Perseguia, enfim, uma ideologia própria, cujo horizonte era o socialismo como humanismo. O ideário da AP era influenciado pelo cristianismo, pelo marxismo e pelo existencialismo.

A mudança da orientação filosófica não tardaria a acontecer. Em 1967, a AP abriu o processo do Debate Teórico e Ideológico. O documento que convocou o debate propõe a ruptura:

> *Pedir de menos seria negar a necessidade de centralizar o debate no estudo do marxismo, e pretender estudar, ao mesmo tempo, o pensamento de Teilhard Chardin, Emanuel Mounier, Bertrand Russel etc. (...). Na etapa atual, para que se possa chegar a resultados coerentes e inclusive preparar etapas futuras, é necessário considerar o estudo crítico do marxismo como eixo e princípio ordenador da discussão (AÇÃO POPULAR, 1967: 14).*

Emergiram posições conflitantes no debate. A AP se dividiu em duas grandes correntes, às quais correspondiam pontos de vista divergentes sobre a estratégia revolucionária. A "corrente 1" apresentou o "Esquema de 6 pontos", identificado com o maoísmo, declarado como a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. O Brasil passa a ser caracterizado como um país semicolonial e semifeudal. A revolução deveria ser de tipo nacional-democrático, por intermédio da guerra popular prolongada. Defendia-se que existira um partido de vanguarda no Brasil e que era necessária a sua reconstrução. Estabeleceu-se que a militância da AP fosse reeducada em um processo de "proletarização". A "corrente 2" definia a sociedade brasileira como capitalista e que a revolução deveria ter um caráter imediatamente socialista. Não aceitava a tese da terceira etapa do marxismo e recusava a política "de proletarização". Nunca existira, em sua ótica, um partido proletário no Brasil. Era necessário construí-lo. Em 1968, na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, prevaleceram as posições da "corrente 1" e, evidência da contundência da disputa, membros da "corrente 2" foram expulsos da AP.

Saliente-se que as duas correntes, em nome do marxismo-leninismo, rompiam com a origem da organização e tinham o objetivo de superação da "velha" AP. Na seqüência, a ruptura com o passado se acentuou. A documentação dá conta do ritual de autodestruição da AP, desenvolvido voluntariamente, para reconstrução em novas bases. Segundo o documento

Esboço de uma história da corrente 1, a transformação ideológica da AP não poderia ocorrer numa evolução linear: "O partido pequeno-burguês deveria promover uma autodestruição, condição para surgir o partido do proletariado ou melhor um núcleo desse partido"(AÇÃO POPULAR, 1969: 4). Esse **Esboço** serve de subsídio para a elaboração do documento **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**, extraído da II Reunião Ampliada da Direção Nacional, ocorrida em 1969. Declara-se que a AP entrara em uma nova etapa de sua história, em que se transformava em "um partido revolucionário proletário" (AÇÃO POPULAR, 1969b: 4).

A transformação era acompanhada de uma drástica autocrítica do passado, idéias e práticas da AP. A dinâmica da morte e recriação é explícita:"ao mesmo tempo em que começava a morrer a velha Ação Popular, começava a nascer uma nova Ação Popular, marxista-leninista, proletária; o processo de crise combinava-se com o processo de transformação e proletarização do partido"(AÇÃO POPULAR, 1969b: 3). A ruptura com a história da AP foi detalhada na formulação de 12 tarefas para reconstrução do partido operário, sempre dirigidas ao passado da organização. Ao proclamar a morte da "velha AP" e o nascimento da "nova AP", o documento procura fundá-la na tradição marxista, procedendo a um extenso resgate da história do movimento socialista, desde a época de Marx e Engels até o período então vívido. Declara-se combate ao revisionismo contemporâneo, representado pela nova direção da URSS e, no Brasil, pelo PCB.

A II Reunião Ampliada definiu-se pela tese da Reconstrução do Partido Operário Unificado do Brasil. Entende-se que o marxismo vivia a etapa do pensamento de Mao Tse-tung. Aponta-se que duas organizações fundadas em 1962, AP e o PC do B, eram as mais aptas para liderar o processo de redefinição do partido de vanguarda. A união entre as duas seria a base da reconstrução do partido operário unificado.

Abrir-se-ia, no entanto, uma nova fase de luta interna. Por um lado, surgiram questionamentos à interpretação do Brasil como um país semifeudal e semicolonial e à concepção da revolução nacional-democrática. Para a ala que formulava essas questões, tornar-se-ia necessário construir um partido de tipo inteiramente novo. Por outro lado, dirigentes da AP aproximaram-se do PC do B e viriam a defender a incorporação a esse partido. Nesse caso, havia afinidade quanto ao caráter da revolução, definida como nacional-democrática.

Em 1971, por ocasião da III Reunião Ampliada da Direção Nacional, a organização passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista. Consagra-se, no início do **Programa Básico**, então aprovado, a seguinte periodização da história da AP:

> *A nova Ação Popular (...) surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês-reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967) e depois, através de um árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969). (AÇÃO POPULAR, In REIS FILHO & SÁ, 1984: 293-294).*

Havia acentuadas divergências sobre os temas colocados a respeito da concepção de revolução e de partido, mas chegou-se a uma espécie de solução de compromisso entre as posições que amadureciam no interior da AP. O **PB** absorveu os pontos de vista em disputa. O II Congresso seria convocado para dar solução definitiva às divergências.

As disputas se acirraram, entretanto. Formou-se, na direção da AP, uma maioria favorável à incorporação ao PC do B, com base na afinidade de programas e no reconhecimento de que ele seria o partido histórico da classe operária, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. Assumia-se, assim, a visão que o PC do B forjara sobre si próprio (SALES, 2002). Outra ala sistematizou a visão da revolução imediatamente socialista e a necessidade da constituição do partido inteiramente novo, próprio da etapa vivida pelo marxismo. Com o aquecimento da disputa, a chamada maioria destituiu os líderes da outra ala de seus cargos de direção e, em seguida, expulsou-os da AP, acusando-os de fracionismo.

O conflito teve desenlace. Em 1973, expressivo número de militantes se incorporou ao Partido Comunista do Brasil. A outra ala, citada como minoria, acusou a primeira de tentar liquidar a história da AP, de valer-se de maiorias ocasionais e de não respeitar os protocolos da organização para a tomada de decisões. Fundamentalmente, procurou reorganizar a Ação Popular.

Mais do que cotejar os termos das acusações recíprocas, interessa verificar como a disputa reescrevia o sentido da história da AP. Para militantes que se incorporaram ao PC do B, fechara-se, em 1973, o ciclo de existência da AP. Ao aderirem ao PC do B, abraçaram também sua história e passaram a contar a história da AP pela ótica de seu novo partido. Essa fronteira é um dos marcos de disputa de memória. Na verdade, antes que se consumasse a incorporação de uma ala ao PC do B, os dois agrupamentos reivindicariam o nome da legenda. O setor remanescente vai se referir ao episódio da expulsão dos dirigentes como a "cisão de setembro/outubro de 1972". Esses militantes procuraram manter a organização, disputar a memória dos fatos da luta interna, assim como da correção da linha política que

representavam. Na seqüência, atualizariam, nas situações vividas, sua leitura sobre os marcos da história da organização, que foi reconstituída e teve existência até 1981 (DIAS, 2004).

Logo após a cisão, a Ação Popular viveu um período de grande fragilidade organizativa. Na segunda metade de 1973, os tentáculos do aparato repressivo provocaram uma série de "quedas" de militantes. A AP não perderia sua existência independente, mas sua intervenção, na conjuntura próxima, esteve pautada pela construção da Tendência Proletária, a ser constituída entre as organizações do campo da Esquerda Revolucionária. Em 1976, o processo de reorganização da AP atingiria um patamar mais elevado. Em fevereiro desse ano, foi constituído o Núcleo Provisório de Reorganização Nacional. A reorganização é tida como consolidada em 1977, quando foi aprovado o estatuto, que reafirma a identidade com o marxismo-leninismo.

O objetivo de construir a TP levou a AP a se aproximar do MR-8, do MEP e da PO. Um dos resultados foi a publicação da revista **Brasil Socialista**, editada no exterior. A revista veiculava tanto textos doutrinários quanto de intervenção na conjuntura do país. Em seguida, manteve relações privilegiadas com o MR-8, fato que levou ao objetivo de proceder à fusão entre as duas organizações. Mas as relações vieram a se deteriorar.

Em março de 1978, o Secretariado Nacional da AP editou um amplo documento de avaliação, com vistas à preparação da IV Reunião Ampliada Nacional. Nesse momento, a AP relacionava-se com o processo de rearticulação dos movimentos sociais. O vigoroso movimento sindical incidiria sobre a pauta da abertura política e da reforma partidária, servindo de suporte à constituição do Partido dos Trabalhadores.

A IV RAN ocorreu em fevereiro de 1979, enumeração que obedece à seqüência histórica dos eventos da organização. Em pauta: a conjuntura nacional, o futuro da AP e a opção partidária institucional. Revogou-se, finalmente, o **Programa básico**, aprovado pela III RADN, ocorrida em 1971. Essa revogação foi acompanhada de algumas autocríticas. Principalmente, teria sido cometido o erro de considerar o maoísmo a terceira etapa do marxismo, com suas derivações de diagnóstico da realidade brasileira e de estratégia revolucionária. O marxismo-leninismo continuaria sendo a base teórica da AP. A rigor, não se trata mais do que de um rito formal. Havia muito tempo que se considerava o **PB** superado. Percebe-se, nos documentos da última fase da AP, uma tendência de inserir a história da organização na trajetória da Esquerda Revolucionária. É sempre no campo da ER que sua experiência é referida. A IV RNA concluiu que não havia condições para a formulação de uma teoria revolucionária para a construção do partido do proletariado no Brasil. Remete o aprofundamento do debate ao II Congresso.

Nessa conjuntura, sem abrir mão do objetivo de constituir a TP, a AP propôs a formação de um partido socialista para atuar na nova legalidade, o Partido Popular. Em meados de 1979, inviabilizada a proposta do PP, o CC decidiu participar do Movimento pró-PT. Em seguida, aderiu ao PT como tendência interna. Em outubro de 1980, no Rio de Janeiro, finalmente se realizou o II Congresso, objetivo tantas vezes adiado. A pauta concentrou-se nos debates de conjuntura e tática e construção partidária.

Em 1963, o I Congresso foi o de fundação da AP. O segundo foi uma espécie de "canto de cisne". Quando foi colocado em pauta, deveria concluir o debate sobre o partido operário. Essa pendência se mantinha, mas a conjuntura era muito diferente. A AP passara pelo que os remanescentes chamavam de cisão, tinha feito autocrítica do período anterior e, agora, relacionava-se com uma conjuntura em que os movimentos dos trabalhadores ocupavam a cena política. Sua a fragilidade organizativa era muito grande. Foi aprovado um documento genérico e a constituição da Comissão Nacional Provisória. Esta funcionou, precariamente, até 1981, desarticulando-se por si própria.

Considerações finais

Na atualização do projeto da Ação Popular, ocorrida em várias conjunturas, verifica-se o exercício de reconstrução de sua memória e de recomposição de sua identidade. Todavia, não foi um processo linear e indolor. Por conta da intensidade das disputas e das acentuadas redefinições, houve dramáticas cisões.

Sua conversão ao marxismo, com ritos que declaravam morta a "velha AP" e saudavam a "nova AP", significou uma ruptura com seu passado e a atualização de sua memória, forma de recompor sua identidade. Nas disputas acerca da definição de qual linha deveria ser seguida, cada qual entendida como o verdadeiro marxismo, havia a compreensão, a despeito das divergências, de que essa ruptura com o passado era necessária, a fim de que fosse reorganizada com base na tradição marxista.

A busca dessa tradição se fez sentir, de forma nuançada, nos debates sobre o partido de vanguarda do proletariado. Viu-se como uma ala aderiu ao PC do B por entender que se tratava do partido histórico do proletariado. Outra ala manteve-se organizada como AP, entendendo que o partido deveria ser construído em bases novas, de acordo com a etapa vivida pelo marxismo. Na fase de seguinte, manteve-se a pauta do partido de vanguarda, sempre apontado como principal carência do processo revolucionário. Nesse momento, a identidade da AP se insere no campo da Esquerda Revolucionária, inspirada no marxismo-leninismo.

É com a identidade de pertencer ao campo da Esquerda Revolucionária marxista-leninista que a AP se incorporou ao processo de formação do PT.

Referências

AÇÃO POPULAR. **Documento base**. In: SOUZA, Luiz A. G. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.
AÇÃO POPULAR. **Resolução política,** 1965.
AÇÃO POPULAR. **Histórico**. 1966.
AÇÃO POPULAR. **Resolução sobre o debate teórico e ideológico**, 1967.
AÇÃO POPULAR, **Esboço de uma história da Corrente 1**, 1969,
AÇÃO POPULAR, **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**, 1969B.
AÇÃO POPULAR**.** Programa básico**.** In REIS FILHO, D. A. & SÁ**,** J.F. (orgs)**. Imagens da revolução.** Rio de Janeiro: marco zero, 1985.
AÇÃO POPULAR**. Resoluções políticas da IV RNA**, 1979.

DIAS, R. B. **A cruz, a foice o martelo e a estrela**: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular. Tese (doutorado). Unesp, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

PANDOLFFI, Dulce. **Camaradas e companheiros**. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
SALES, J. R. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. In **Diálogos**. UEM-Maringá, 2002, v.6. p.155-172.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Isto é só para não deixares de ter por este vapor, uma carta minha.": a correspondência de uma mãe na virada do século XX

Débora Clasen de Paula*

Resumo: Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel, Baronesa de Três Serros, escreveu entre 1899 e 1918 mais de 148 cartas endereçadas a filha Amélia Hartley Maciel. Residindo no Rio de Janeiro após tornar-se viúva, a Baronesa fez da correspondência a principal forma comunicação com a parentela e especialmente com a filha que morava com o marido e os filhos em Pelotas. No artigo trabalharemos com doze cartas enviadas durante o ano de 1899, ano em que a filha não viaja para o Rio de Janeiro. Anualmente a família deslocava-se para lá nos meses de abril a setembro fugindo do rigoroso inverno do sul. Responsáveis por estreitar os laços entre mãe e filha, as correspondências acabam por revelar o cotidiano e as preocupações destas duas mulheres a poucos meses do ano de 1900.
Palavras-chave: correspondências, mulheres, início do século XX.

Abstract: Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel, Três Serros Baroness, wrote more than 148 letters addressing her daughter Amélia Hartley Maciel, between 1899 and 1918. Living in Rio de Janeiro after becoming a widow, the Baroness made her letters the major kind of contact with her relatives and specially her daughter, who lived in Pelotas with her husband and children. In this article we will analyze twelve letters sent in 1899, period in which her daughter could not visit her in Rio de Janeiro. Every year, Amelia Maciel's family used to go to this city during April and September, in order to escape the strong cold in the South of Brazil. These letters were instruments to make them closer, and became very important in the sense they showed day-by-day life and worries of the two women some months before the start of 1900.
Key-words: letters, women, early XXth Century

O presente artigo vincula-se a um projeto de mestrado em andamento junto a UNISINOS que tem como objetivo analisar a correspondência de Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel entre os anos de 1899 e 1918.

Amélia Hartley de Brito nasceu em 1848 no Rio de Janeiro e casou-se aos dezesseis anos com o rio-grandino Aníbal Antunes Maciel. Após o casamento em agosto de 1864 o casal estabelece residência em uma propriedade presenteada pelo pai de Aníbal nas imediações da cidade de Pelotas. Neste período, a cidade atravessava importante

* Mestranda em História da UNISINOS com bolsa CNPq.

desenvolvimento econômico tendo por base a charqueada (MAGALHÃES, 1993). Esta opulência se manifestava na construção de luxuosas residências e no investimento do espaço urbano, promovendo o embelezamento e a modernização da cidade.

Em 1884 com o objetivo de desvincular a abolição da questão republicana o império concedeu títulos de nobreza aqueles que emancipassem, pelo menos formalmente, seus escravos. Desta forma muitos estancieiros e charqueadores de Pelotas atingiram os títulos de barões e viscondes na segunda metade do século XIX (MORAES, 1997: 10-14). Em 26 de julho de 1884 Dom Pedro II conferiu ao estancieiro Aníbal Antunes Maciel o título de Barão de Três Serros, nome de uma das propriedades de Aníbal na Serra dos Tapes (GONÇALVES, 1984: 16).

Amélia, Baronesa de Três Serros, ficou viúva em 1887 aos 39 anos de idade, e transferiu-se por volta de 1897 para o Rio de Janeiro. Em sua residência em Pelotas ficou morando a filha mais velha Amélia Aníbal Hartley Antunes Maciel casada com seu primo Lourival Antunes Maciel[1].

A Baronesa mantinha o hábito de corresponder-se com a família e amigos através de cartas e enviou entre os anos de 1899 e 1918 mais de 148 cartas a filha Amélia, também chamada de Dona Sinhá. Estas cartas encontram-se no arquivo do Museu Municipal Parque da Baronesa em Pelotas, antiga residência da família que foi entregue como parte do pagamento de impostos à prefeitura e tombado como Patrimônio Histórico em 1985. O acervo documental do Museu conta com cartas, bilhetes, fotos, livros, anotações e livros de despesa de mãe e filha. Com relação às cartas temos apenas as remetidas pela Baronesa e mesmo assim não em sua totalidade como se sabe através da menção feita por ela aos dias em que escreve a filha. As cartas podem ter sido extraviadas e/ ou selecionadas como "cartas boas" que conservadas e classificadas permitiram mostrá-las aos descendentes, transmitindo sentimentos religiosos e morais, virtudes e valores compartilhados pela família (DAUPHIN; PUBLAN, 2002: 81).

O artigo tratará de 12 cartas enviadas no ano de 1899 do Rio de Janeiro entre os meses de abril e dezembro. Sabemos através da primeira carta arquivada no Museu, datada de 17 de abril, que a baronesa já havia escrito outras cartas naquele ano respondendo às cartas da filha. Desta maneira,

> *"Ler uma carta é entrar em uma história sem conhecer a primeira palavra, sem saber o que aconteceu antes nem o que chegará depois, o que se disse antes, nem o que se dirá depois. Sabemos somente que essa carta é um momento de longa*

[1] Estudo realizado sobre os casamentos entre descendentes da nobreza pelotense aponta para o uso do matrimônio como forma de manutenção do status e patrimônio familiar (MORAES, 1997: 22).

> *duração, apenas um elo de uma cadeia sem começo nem fim*." (DAUPHIN; POUBLAN, 2002: 76)

Produzidas tendo em vista um destinatário com quem vão estabelecer relação às correspondências guardam suas singularidades com relação aos demais documentos privados. Condicionadas pela ausência e pela distância, as cartas obedecem a um ritmo descontínuo e cíclico estabelecido pelos missivistas (GOMES, 2004: 20). Este ritmo pode se acelerar ou tornar-se mais lento dependendo da distância que separa remetente e destinatário, do momento de vida de cada um deles, de acontecimentos externos, etc.

Os aspectos formais que caracterizam as cartas são de extrema importância para localizar e datar o diálogo, detectar possíveis interrupções e demoras "Com certeza deixastes de receber alguma carta minha, pois apesar de minha falta de memória, lembra-me bem de ter mandado contar" (20/12/1899)[2]. Os vocativos utilizados por Amélia, mais do que uma formalidade epistolar, servia para demonstrar sua afetuosidade. Termos como "Minha querida filha" e "Minha boa e querida filha" além de expressar a quem o emissor se dirige, revelam os sentimentos de Amélia, bem como o comportamento da filha já que a baronesa vale-se do adjetivo "boa" para tratá-la. Ou seja, possivelmente, na opinião da mãe, Sinhá cumpria bem seu papel de filha.

O trabalho com correspondências pressupõe um deslocamento nos procedimentos de crítica das fontes. Conceitos como sensibilidade e subjetividade se tornam valiosos para análise ao mesmo tempo em que se abandonam questões relativas à "mentira" e "erro". O que passa a interessar ao pesquisador é o que o autor disse que viu, sentiu e experimentou com relação a determinado acontecimento (GOMES, 2004:15). Da mesma forma, deve-se atentar para a "ilusão biográfica" e o processo de mútua construção entre autor e texto. A escrita, esta "construção do eu" cumpre o papel de ordenação e significação da vida ao mesmo tempo em que obedece a mecanismos de contenção e aceitação social.

O foco direciona-se para o que Amélia disse ter visto, sentido, experimentado com relação a determinado acontecimento. Ricoeur assinala a carta como um testemunho involuntário do passado sendo este testemunho, um confidente privilegiado do acontecimento (RICOEUR, 2003: 224).

Devemos levar em consideração no momento de análise do documento, o lugar do narrador. Trata-se de uma mulher que pertence à elite, viúva, 51 anos de idade vivendo o início do século XX no Rio de Janeiro e escrevendo para a filha. A discussão sobre gênero é de extrema importância para se analisar o lugar social de Amélia. O papel historicamente destinado às mulheres como filhas, mães e esposas relaciona-se a vida privada e é neste

[2] Na citação das fontes houve atualização da grafia.

contexto que elas buscam tecer suas redes. "A memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma memória familiar, semi-oficial" (PERROT, 1989: 14).

As residências tornam-se o espaço propício para a elaboração de diários, memórias e cartas, formas de sociabilidade privada (GONTIJO, 2005: 267). O local em que as cartas são redigidas também é relatado, "Estou escrevendo do quarto da Zilda, do qual faço o meu refúgio. Aqui só eu entro." (06/06/1917). Este "refúgio", o quarto da neta, possivelmente era um dos lugares onde a Baronesa se sentia mais próxima da família, tornando-se local de concentração para a feitura das cartas. As condições em que ela escreve também eram relatadas na busca de justificar a pressa "Escrevo-te ligeiramente, porque já estou com o carro na porta para ir ao Cemitério (...)" (06/09/1899) ou então a demora em escrever "Acabo de receber tua segunda cartinha, com data de 13 do corrente, sem ter tido ainda a coragem de responder à primeira! Tu, porém não terás estranhado essa falta, por que bem avalias, o quanto me é doloroso, o assunto delas." (22/07/1899) Na seqüência ela conta a filha o quanto era doloroso tentar escrever "Por vezes tentei escrever-te, mas as lágrimas iam apagando o que escrevia, e por isso desisti deixando para mais tarde." (22/07/1899) A tristeza que abatia Amélia a ponto de a impedir de escrever era o sentimento de luto pela morte da filha Dulce.

Alvo de suas preocupações, a saúde tanto da filha quanto dos demais familiares é assunto recorrente em todas as suas cartas. O fato de Sinhá não mencionar sobre seu estado de saúde em uma carta era algo que não passava despercebido por Amélia, "Em nenhuma delas, me falas sobre o teu estado de saúde (...)" (20/12/1899) Tal como coloca Pesavento, "Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real." (PESAVENTO, 2004:05) E este sentimento de medo, preocupação, e até mesmo saudade fazia com que ela enviasse telegramas em busca de notícias a fim de se certificar de que estava tudo bem. Assim ela inicia sua carta de 24 de agosto, "As saudades, e os cuidados fizeram-me passar um telegrama a Lourival, pedindo notícias (...)" (24/08/1899)

Na carta de 22 de julho, dezesseis dias depois da morte de Dulce Amélia escreve a filha tentando relatar o acontecimento, mas já a previne que: "Sobre os horrores que passamos no dia 6, só de viva voz te poderei contar!" (22/07/1899) Materializar seus sentimentos em palavras escritas era uma tarefa bastante difícil para ela. A morte da filha Dulce havia sido um golpe muito duro que precisou de tempo para ser expresso com maiores detalhes em uma carta. Passado algum tempo a fim de acalmar as angústias agora ela escreveria agradecendo aos parentes e amigos que haviam manifestado pesar. A perda de uma filha abria espaço para

um desabafo sobre como estava sendo sua velhice, "Ah! Minha filha, que velhice tem sido a minha! Porque rudes provações tenho passado!" e também para um agradecimento a filha "estou resignada com a vontade de Deus, que ainda me concede a felicidade de ter filhas como tu, para ajudar-me, a carregar o pesado fardo, destes últimos anos de existência!"(22/07/1899)

Além de escrever com freqüência estreitando os laços entre as duas, Amélia demonstra interesse em responder aos assuntos levantados por Sinhá em suas cartas. Seu texto começa invariavelmente pelo comentário sobre as cartas recebidas da filha, "Tenho 3 cartas tuas a responder, sendo a primeira de 5, e as outras recebidas ontem a noite do Paulino, recebi de 16 e 17 do atual." (24/11/1899) passando a responder os assuntos abordados que se entrelaçam a relatos do seu cotidiano como a saúde de parentes, visitas que recebe e passeios que realiza.

As cartas assumem o tom de conversas "Já vês, minha filha que é questão de consciência, e que tu não podias adivinhar" (17/04/1899) e apresentam perguntas para serem respondidas por Amélia "Pelo Francisco te remeti o bicarbonato de soda que pedistes. É o mesmo que querias?" (24/11/1899).

Amélia preocupava-se com a aparência da carta e a ordenação dos assuntos, "adivinhando os garranchos, vai dividindo os assuntos, cuja importância, revela somente, o desejo que tem uma mãe ausente, de conversar com uma filha tão querida como tu." (02/12/1899)

As cartas, muitas vezes, também eram acompanhadas de "presentinhos", pequenos mimos trocados entre as duas,

> *"Pelo mesmo Paulino recebi um encapado, com algumas lembranças que mandastes, e que de todo coração te agradeço. Não te enganastes calculando a satisfação de minha Filó, ao ver as 2 garrafas de molho de tomates! Ficou contentíssima! O mesmo me aconteceu com a farinha de cachorro, que está esplêndida! O que mais me admirou porem, foi a ... cocada puxa! Quem te ensinou? Está muito boa, e já hoje sofreu grande ataque. O licor e Cognac, ainda não provei, mas devem ser bons a regular pela vista."(24/11/1899)*

Da mesma forma, Amélia faz pequenos agrados, "O que tem um caju é para Lourival, que tanto gosta dessa fruta, e os de pimentão, é um para ti, Alzira e Nico. Os pequenos vão marcados, e o menor, é para Zilda." (06/09/1899).

Para finalizar suas cartas Amélia despede-se desejando sempre saúde a todos, dizendo palavras carinhosas a Sinhá e sua família "Adeus minha boa filha, que Deus te abençoe, e a todos os teus, é o que lhe peço constantemente. Aceita saudades de todos de casa, aceitando milhares de beijos para ti, e caros netinhos, abraçando a Lourival." (06/09/1899) Satisfazendo a última formalidade da carta, a assinatura do remetente, aproveita para frisar

seu afeto. Em todas as cartas, utiliza-se das palavras "mãe" e "amiga" complementando ainda com "verdadeira", "do coração", "grata" ou "certa". Pode-se inferir deste tratamento que o sentimento maternal não supunha necessariamente e, por isso, ela sentia necessidade de acrescentar que, além de mãe, era também amiga. O trabalho com missivas pressupõe atenção aos pequenos detalhes do documento já que estes se tornam indícios a serem interpretados.

Referências Bibliográficas:

DAUPHIN Cécile e POUBLAN, Danièlle. *Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX.* In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Orgs.). ***Destino das Letras:*** história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002. Pp. 75-87.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.) **Escrita de Si, Escrita da História.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, Ladi Maria da Silva. **Os Barões de Três Serros.** Pelotas: UCPel, 1984. (Monografia de conclusão do curso de História).

GONTIJO, Rebeca. *História, cultura, política e sociabilidade intelectual.* In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊA, Fátima S. (Orgs). ***Culturas políticas:*** *ensaios de história cultural, história política e ensaio de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul:** um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: UFPel/ Mundial, 1993.

MORAES, Silvia Beatriz Pierebom. **Os casamentos entre descendentes de nobres pelotenses na segunda metade do século XIX.** Pelotas: UFPel, 1997. (Monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em História).

PERROT, Michelle. *Práticas da Memória Feminina*. In: ***Revista Brasileira de História.*** Vol. 9, nº.18. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, ago-set1989. Pp.09-18.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.* In: **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. nº.4, 2004. Disponível em: www.ehess.fr/cerma/Revue, acessado em 25 mar.2007.

RICOEUR, Paul**. La memoria, la historia, el olvido.** Madrid: Editorial Trotta, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História da arte e história da imagem: entrecruzamentos com a arte, tecnologia e mídias digitais

Nara Cristina Santos*

Resumo: Os entrecruzamentos da história da arte e da história da imagem proporcionam uma discussão dos seus respectivos domínios na experiência artística, tendo em vista o que a obra pode despertar. Ao aproximarmos a arte, tecnologia e mídias digitais, a produção e recepção da obra são redimensionadas por uma dinâmica em que o "artista, a obra, o interator, o entorno e o contexto", marcam uma mesma presença no tempo. Este fato desencadeia questões emergentes para a elaboração de um discurso, permeado pelas inter-relações da história da arte e da história da imagem. Nesse sentido a pesquisa em arte, a partir do contexto cultural e do entorno digital em que se inserem as imagens e as instalações multimídia, por exemplo, pode colaborar para nos interrogarmos sobre a história e a teoria da arte contemporânea.
Palavras-chave: história da arte, história da imagem, mídias digitais

Resume: L'entrecroisement de l'histoire de l'art et de l'histoire de l'image ils fournissent une discussion de leurs domaines respectifs dans l'expérience artistique, à propos des questions que l'oeuvre peut réveiller. Quand nous rapprochons l'art, technologie et médias numériques, la production et réception de l'oeuvre sont agrandies pour une dynamique dans que "le artiste, le travail, l'interactor, l'autour et le contexte", ils marquent une même présence dans le temps. Ce fait provoque sujets émergents pour l'élaboration dans un discours, en considerant les corrélations de l'histoire de l'art et de l'histoire de l'image. Dans ce sens la recherche dans art, dedans du contexte culturel et du autour numérique dans le quel sont les images et des installations multimédia, par exemple, elle peut collaborer pour nous interroger sur l'histoire et la théorie de l'art contemporain.
Palavras-chave: histoire de l'art, histoire de l'image, médias numériques

A história da arte tem marcado seu espaço na história, retomando em meio ao senso comum uma produção "artística" que remete à antiguidade negligenciando na maioria das vezes que a concepção de arte começa a tomar corpo no século XV. Quando Hans Belting publica *Bild und Kul: Eine Geschichte des Bildes vor dem Zeitalter der Kunst (1990)* discorre sobre a produção de imagens sacras relacionadas ao universo cristão que não corresponderiam a uma concepção de arte, como entendida posteriormente na história da arte, esta produção só

* Doutora em Artes Visuais/História, Teoria e Critica da Arte (UFRGS, 2004). Doutorado Sanduíche Paris 8 (2001). Professora Adjunto II do Departamento de Artes Visuais, CAL/UFSM.

poderia integrar uma história das imagens. Arthur Danto retoma em seu livro *After the end of art: Contemporary art and the pale of history* (1997) a questão levantada por Belting:

> *Não que aquelas imagens deixassem de ser arte em um sentido amplo, mas serem arte não fazia parte da sua produção, uma vez que o conceito de arte ainda não havia surgido de fato na consciência geral, e essas imagens – ícones, realmente – desempenhavam na vida das pessoas um papel bem diferente daquele que as obras de arte vieram a ter quando o conceito finalmente emergiu e alguma coisa como considerações estéticas começaram a governar nossas relações com elas" (DANTO, 2006:4)*

Esta abrangência da história da arte pensada apenas nos períodos históricos em que de fato pode ter havido ou há arte, atendendo a (existência de uma) concepção de arte, mantém-se presente. E o próprio Danto retoma esta questão a partir das considerações de Belting, para pensar em "arte depois do fim da arte" quando diz: "Se isso é perfeitamente concebível, poderia então ter havido outra descontinuidade, não menos profunda, entre a arte produzida durante a era da arte e a arte produzida após o término desta." (DANTO, 2006:5).

A história existe, e no caso da história da arte, ela tem se estabelecido e também tem sido questionada e vem se questionado. Mas de que arte trata e aborda a história da arte, partindo do pressuposto que a concepção de arte pode ser transformada no decorrer do percurso, revista ou apontar, inclusive, seu fim. E como historiar sobre a arte, cuja concepção se transforma, e quando o que recomeça a preponderar é uma noção de imagem, talvez similar àquela predisposta à idolatria, daquelas imagens votivas da Idade Média.

> *As imagens tem o propósito de lhe representar o mundo. Mas ao fazê-lo, [entrepõem-se] (sic) entre o mundo e o homem. O seu propósito é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver o mundo em função de imagens. Cessa de decifrar as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como um conjunto de cenas. Esta inversão da função das imagens é a idolatria. Para o idólatra – o homem que vive magicamente - , a realidade reflecte imagens. Podemos observar hoje, de que forma se processa a magicização da vida: as imagens técnicas, actualmente omnipresentes, ilustram a inversão da função imagética e remagicizam a vida. (FLUSSER, 1998 : 29)*

Então, eis a questão, como tratar da história de algo, da arte ou da imagem, decorrente do entrecruzamento da arte, da tecnologia[1] e das mídias digitais[2], cujo resultado

---

[1] "**Enquanto a técnica é um saber fazer, cuja natureza intelectual se caracteriza por habilidades que são introjetadas por um indivíduo, a tecnologia inclui a técnica, mas avança além dela. Há tecnologia onde quer que um dispositivo, aparelho ou máquina for capaz de encarnar, fora do corpo humano, um saber técnico, um conhecimento científico acerca de habilidades técnicas específicas". (SANTAELLA, 2003, p. 152-3).**
Acrescentamos que a palavra tecnologia neste texto é compreendida relacionada à tecnologia informática.

[2] O termo mídias digitais refere-se neste texto aos meios de "criação, produção, visualização, disponibilização e manutenção" (SANTOS, 2004) que são mediados pela informática, mais precisamente pelo computador.

pode ser entendido como artemídia[3], diante da produção contemporânea cuja previsão possa ser aquela preconizado por Flusser, de "remagicizar a vida".

Os entrecruzamentos da história da arte e da história da imagem de fato podem proporcionar uma discussão dos seus respectivos domínios na experiência artística, considerando o modo pelo qual a obra surge e o que ela pode despertar em cada época, em diferentes contextos. É possível que esses domínios definidos pelas concepções distintas do que possa ser arte ou do que possa ser imagem apresentem-se interligados, nesse momento de nossa história, exatamente pelo mesmo motivo que os distancia em outros períodos, o caráter mágico, a magia, agora a remagicizar a vida.

O contexto cultural da arte

Ao tratarmos da contemporaneidade podemos perceber que o contexto da arte se altera mais ou menos pelos condicionantes culturais, religiosos, sociais, econômicos e tecnológicos, como em todas as épocas. Mas ao tratarmos mais precisamente da idade contemporânea (ARDENNE, 1997), percebemos um redimensionamento no contexto da cultura sob a influência da tecnologia e das mídias digitais no entorno na arte contemporânea, compreeendida a partir de Anne Cauquelin, em *L'art contemporain (1992),* relacionada ao regime da comunicação.

A arte contemporânea, no final do século XX e início do século XXI, pode ser reconhecida como aquela que está imersa neste contexto definido pela ampliação dos limites tecnológicos e comunicacionais de uma época distinta da história: aquela em que a tecnologia informática aponta outra territorialidade, expandindo (ou implodindo) os limites com o entorno e levando-nos a repensar o papel do artista, da obra e do tradicional espectador, agora interator, numa estrutura dinâmica emergente, construída numa temporalidade distinta.

A artemídia, sem dúvida, poderia ser, entre outras, uma referência emergente, dinâmica, e viva da arte. Mas convém pensá-la no seu entorno digital, na cibercultura, no

[3] O vocábulo *artemídia*, forma aportuguesada do inglês *media art,* tem se generalizado nos últimos anos como a expressão mais universal, de todas as formas de expressão artística que se apropriam de recursos tecnológicos recentemente desenvolvidos, sobretudo, pelas indústrias da eletrônica que disponibilizam interfaces áudio-tátil-moto-visuais propícias para a realização de trabalhos artísticos, seja nos campos mais consolidados das artes visuais, da literatura, música e artes performáticas, seja em campos ainda não inteiramente mapeados e conceitualizados, como arte colaborativa baseada em ambientes físicos ou virtuais, aplicação de recursos de *hardware* e *software* para a geração de obras interativas, probabilísticas, potenciais, acessíveis. O termo abrange, portanto, todos aqueles trabalhos criativos que, pelas suas qualidades no plano da conceitualização, da realização e da exploração de linguagens abertas pelos novos meios, possam ser fruídos como formas de expressão artística de nosso tempo. Abrange também experiências de intervenção crítica nos meios de comunicação de massa. Nesse sentido a artemídia abrange e extrapola expressões anteriores, como arte & tecnologia, arte & comunicação, poéticas tecnológicas, etc. Itaú Cultural in <http//www.itaucultural.org.br>.

universo da cultura inserida no contexto contemporâneo, compreendendo seu poder de transfiguração, transformação e transmutação constante.

As novas tecnologias de informação e de comunicação definem o território específico do acontecimento, estabelecendo características culturais próprias. As pesquisas artísticas que acontecem neste território, influenciadas por seu contexto, também transcendem este espaço ao relacioná-lo ao campo da arte. Os artistas que se sentem chamados para interagir com as novas tecnologias são os mesmos que experimentam e questionam o contexto da cultura digital.

A cultura digital, da produção digital, causa algum desconforto quando relacionada diretamente ao campo artístico, nas instituições mais conservadoras. A capacidade do computador para reunir uma vasta variedade de informação digital lhe faz ocupar um papel central na cultura contemporânea, pois, como sistema dotado de informações digitais, que controla as informações no mesmo equipamento, ele representa a base da revolução multimídia. As novas tecnologias informáticas apresentam-se como espaço para a criação artística, como também para sua reprodução e sua difusão, de modo, até então, não visto no sistema cultural. Elas desencadeiam uma revolução no âmbito da arte, introduzindo o meio, ou melhor, a mídia, como elemento essencial de sua existência na contemporaneidade.

> *A revolução em curso é também importante para o futuro dos homens como a aparição do alfabeto, a invenção da imprensa ou o nascimento da revolução industrial. A tecnologia ocupa hoje uma posição central na paisagem em formação, porque ela serve de reveladora, de catalisadora e de aceleradora. A revolução 'tecnológica' atual é um fato evidentemente predominante, mas não é certamente o único.*[4]

Convém relembrarmos que a arte esteve sempre e, de fato, associada a diversos suportes, diferentes materiais e técnicas, meios de "produção, visualização e distribuição" (COUCHOT,1998) provenientes de um determinado contexto ou época e a aquisição ou a apropriação de novas técnicas ou tecnologias gera, inquietações no campo da história da arte. As inovações e os questionamentos introduzidos pela tecnologia digital na arte não são, definitivamente, sobre a própria tecnologia, mas sim sobre um universo ou uma paisagem diferente daquela para a qual estávamos acostumados a olhar. Uma paisagem em que a

[4] QUÉAU, 2000, p. 30. *"La révolution en cours est aussi importante pour l´avenir des hommes que l´apparition de l´alphabet, l´invention de l´imprimerie ou la naissance de la révolution industrielle. La technologie occupe aujourd´hui une position centrale dans le paysage en formation, parce qu´elle sert de révélateur, de catalyseur et d´accélérateur. La révolution <<techo-logique>> actuelle est un fait évidemment prédominant, mais ce n´est certainement pas le seul".*

história da arte e a história da imagem aproximam-se no contexto da cultura, de um entorno contemporâneo definido pelas mídias digitais.

O entorno da arte contemporânea

A produção em arte e tecnologia digital vem seguindo o seu curso, iniciado nos anos 60 pelos artistas, com o apoio dos laboratórios e instituições, de ensino ou pesquisa que propiciavam um ambiente criativo, disponibilizando equipamentos e tecnologias. A mostra dessa produção, passa a acontecer a partir de exposições e eventos, na sua maioria, promovidos pelos próprios artistas, no entorno da arte contemporânea e contribuindo para uma história em formação. A teoria e a história da arte precisam dar conta de abordar as inter-relações provocadas pela tecnologia digital na da arte contemporânea através das imagens, das instalações, de obras/projetos de natureza diferenciada que exigem a presença de um interator, as quais dificilmente podem ser compreendidas no mesmo espaço e a partir do mesmo discurso que servia para descrever a história da arte até o momento.

> *Tanto como a arte contemporânea, que em se reunindo com as novas multimídias numéricas e as tecnologias da percepção, da cognição e do comportamento, prolonga e absorve os movimentos da arte do passado - o ponto de vista móvel de Cézanne, a interpenetração cubista do tempo e do espaço, a dinâmica futurista, o conceitualismo de Duchamp, o actionismo de Pollock, a arte cinética, as intermídias, a performance, o cinema, a fotografia, o vídeo e as primeiras imagens por computador -, da mesma maneira nós podemos esperar, ao início do século XXI, à evolução de formas, de idéias e de mídias inteiramente novas, enraizadas na arte de hoje.*[5]

A história da arte com as novas tecnologias e mídias digitais, em parte está apoiada na produção artística anterior, mas os dispositivos passam a ter uma importância diferenciada na atividade artística atual, de modo que é necessário levar em conta os avanços tecnológicos constantes e seus efeitos sobre a arte contemporânea. A cada década, com esses avanços apresentados pela indústria informática, os artistas e profissionais de áreas afins têm oportunidade de acompanhar as mudanças ocorridas, aproveitando-se delas e, principalmente, buscando novas possibilidades para a sua criação e produção artística e, ao mesmo tempo, gerando novas pesquisas tecnológicas.

A discussão sobre a necessidade de uma nova abordagem sobre a história da arte ou sobre a história da imagem na contemporaneidade diz respeito a esse entorno da arte contemporânea, mais especificamente da produção em artemídia . Se a arte produzida a partir

[5] ASCOTT in: POISSANTa 1995, p. 379.

da tecnologia informática intensificou-se na década de 1990, os próprios artistas, os críticos e principalmente os teóricos e historiadores se depararam com a ausência de parâmetros para compreender uma arte, que vem se impondo e determinando a revisão dos paradigmas existentes no campo da história e teoria da arte.

> *Na arte contemporânea a realidade das mídias, assim como antes a realidade da natureza, também incita o artista à reflexão de um mundo presente de signos e aparência. A arte moderna começou a questionar a natureza como superfície da experiência sensível. A arte contemporânea prossegue essa análise com a interrogação das mídias técnicas que produzem uma realidade de informação própria entre o nosso olhar e o mundo.(BELTING, 2006:243)*

Se existe a emergência de uma nova história da arte ou da imagem, ou de muitas histórias dentro da história, ela vem ao encontro da reflexão sobre as novas práticas artísticas, vinculadas à tecnologia e as mídias digitais; ela vem ao encontro de um modo diferenciado de apreender o tempo e o espaço; ela vem ao encontro e à necessidade de compreender o outro, não apenas como observador e espectador, mas, sobretudo, como interator do processo artístico de uma dada obra/projeto; ela vem, enquanto imagem, ao encontro do que pode vir a ser concebido como arte.

Ao aproximarmos a arte, tecnologia e mídias digitais, a produção e recepção da obra são redimensionadas por uma dinâmica em que o "artista, a obra, o interator, o entorno e o contexto", marcam uma mesma presença no tempo estabelecendo a emergência da arte como sistema.(SANTOS, 2004)

A arte produzida através de programas e linguagens informáticas, tem como suporte primeiro, os computadores. Ela tem por operadores as telecomunicações, as transmissões por satélite, o tratamento informático e as imagens digitais. As redes, são suportes e recursos usuais, destinados ao transporte de informações e, em conjunto, são máquinas para comunicar. Estas máquinas exigem o conhecimento dos sistemas, mais ou menos sofisticados, de sua manipulação e de seus efeitos que, em funcionamento, respondem ao seu próprio fim.

É necessária uma ação eficaz para que a máquina funcione e, por outro lado, esta ação não existe sem a inteligência de seu processo. No caso da tecnologia informática, a imagem calculada assume importância pela maneira como ela foi concebida e as possibilidades interativas proporcionadas. Ela pertence ao registro de sua construção digital,

cujo conceito integrado à condição maquínica, torna seu resultado visível. A imagem não representa mais do que uma etapa de seu percurso informacional, em que o seu processo pode ser dado a ver num momento específico. Talvez as imagens apresentam mais sobre seu processo e sua tecnologia de construção, mas não estariam deixando de abrir-se como possibilidade artística.

O processo de produção da arte das mídias digitais implica vários produtores: o artista, os informatas, os técnicos, etc. Na artemídia, a medida da originalidade que as obras apresentam é complicada de ser analisada, pois elas apresentam o novo, como modo de aparecer. É por isto que as obras afirmam mais o processo do que o resultado, porque é no decorrer, no acontecer do processo que o resultado aparece, pois o produto artístico surge desta sinergia. Nas imagens digitais o processo é, ele próprio, um integrante das obras e não apenas um meio para as realizações materiais de um projeto, que seria ele mesmo a obra, em processo.

A artemídia vem impondo-se pelo seu processo, que acreditamos estar em sensível emergência com o entorno digital. A arte vem instituindo-se, aos poucos, em espaços por ela mesma criados, aproximando significativamente muitas pessoas em todos os países, estabelecendo percursos próprios, independentes daqueles já instituídos como espaços de exposição da arte, como os museus e as galerias, pois a artemídia abre-se ao ciberespaço.

A nova maneira de apresentar a artemídia relaciona-se mais com a indústria do espetáculo de entretenimento, do que com a antiga estrutura dos museus. Os centros de artemídia, como ZKM, por exemplo, entre outros, utilizam-se da atração provocada pelas mídias digitais e pelas novas tecnologias na arte para promover não apenas exposições, mas simpósios e festivais que vêm legitimando a sua existência.

Nesse sentido sua história aproxima-se mais de uma história da imagem, em que a própria artemídia poderia ser considerada no sentido da idolatria, em que os indivíduos envolvidos estivessem conscientes da sua inserção no mundo de uma magia, daquela que visa "remagicizar a vida" através das técnicas e tecnologias. Talvez esse entendimento posso ser melhor elaborado a partir da inter-relação de diferentes contextos como o cultural, o tecnológico, o midiático, o artístico, cuja escritura se estabeleça para além do texto, em um modelo de hipertexto, como em momento mágico em que todos os dados possam concorrer para a aproximação de uma compreensão da produção em arte contemporânea, e os entrecruzamentos possíveis com a arte, a tecnologia e as mídias digitais.

"A pesquisa em arte é realizada hoje num ambiente em que as mídias técnicas da imagem marcam nossa imagem do mundo e nosso conceito de realidade, principalmente quando desconhecemos sua intenção ideológica propriamente dita" (BELTING, 2006:242). Este fato aponta para o cuidado e ao mesmo tempo o comprometimento diante da produção em artemídia, no entorno da arte contemporânea, no contexto da cultura digital. Nesse sentido a pesquisa em arte continuará permeada pelas inter-relações da história da arte e da história da imagem, as quais talvez contribuam para repensar a multiplicidade da produção artística na contemporaneidade, o papel do sujeito no contexto cultural e sua noção de realidade, diante do mesmo poder da magia que tem aprisionado e libertado historicamente os homens. Talvez seja essa uma das questões para continuarmos nos interrogando sobre a história e a teoria da arte contemporânea.

Referências Bibliográficas:

ARDENNE, Paul. Art l'Âge Contemporain. Paris : Ed. du Regard, 1997.

BELTING, H. L. O fim da história da arte. São Paulo : Cosacnaify, 2006.

CAUQUELIN, Anne. *L´art contemporain*. Paris : PUF, 1998,

COUCHOT, Edmond. A tecnologia na arte: da fotografia à realidade virtual. Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2003.

DANTO, Arthur. *La transfiguration du banal*. Paris : Seuil, 1989.

DANTO, Arthur. *L'art contemporain et la clôture de l'histoire*. Paris : Seuil, 2000.

DANTO, Arthur. Após o fim da arte. A arte contemporânea e os limites da história. São Paulo : Edusp, 2006.

FLUSSER, Vilém. Ensaio sobre a fotografia. Lisboa : Relógio D'Água, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. Culturas e artes do pós-humano. São Paulo : Paulus, 2003.

SANTOS, Nara Cristina. Arte (e) Tecnologia em sensível emergência com o entorno digital. Tese de Doutorado PPGAV/UFRGS, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Hugo, Maupassant, Racine, Balzac e Flaubert na formação escolar de parte do século XX

Cristina Casadei Pietraróia*

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a evolução do texto literário no ensino do francês na escola secundária brasileira. Nessa análise, mostramos que, de base e objeto central do ensino no início e meados do século XX, o texto – sobretudo o literário – conheceu um grande descrédito por parte dos manuais, sendo deixado para ser trabalhado em níveis mais avançados da aprendizagem. A partir dos 70, o meio didático como um todo passa a clamar pela volta do texto literário no ensino do francês língua estrangeira, mostrando a grande importância que esse tipo de documento tem para a formação do aluno e do leitor.
Palavras-chave: francês, ensino, leitura

Résumé: Cet article a pour but d'analyser l'évolution du texte littéraire dans l'enseignement du français à l'école secondaire brésilienne. Dans cette analyse, nous montrons que, d'objet central et de point de départ de l'enseignement au début et à la moitié du XXe siècle, le texte particulièrement le littéraire a été banni des manuels, étant plutôt destiné aux étudiants de niveau avancé. A partir des années 70, pourtant, le milieu didactique demande sa réintroduction dans l'enseignement du français langue étrangère, montrant par là son importance dans la formation de l'élève et du lecteur.
Mots-clé: français, enseignement, lecture

Victor Hugo, Guy de Maupassant, Gustave Flaubert, Paul Claudel.... Para grande parte dos estudantes inscritos no curso ginasial do início até meados do século XX, os textos desses autores eram conhecidos, estudados e muitas vezes sabidos de cor durante as aulas de francês, disciplina obrigatória até os anos 70 e responsável pela formação literária e humanística de muitos brasileiros. Nesta formação, o texto, de preferência literário, e a leitura tiveram uma posição privilegiada, na medida em que eram a base e o objetivo do ensino. Logo na capa do livro ***Pages françaises,*** de Henri de Lanteuil, publicado pela Companhia Editora Nacional de São Paulo em 1940, a citação de Fénelon "*Heureux ceux qui aiment à lire*" confirma esse papel de destaque da atividade de compreensão escrita.

---

* Professora doutora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A pesquisa dos manuais citados nesse artigo foi realizada junto ao acervo didático da APFESP (Associação dos Professores de Francês do Estado de SP), na Biblioteca do Livro Didático e nas bibliotecas Paulo Bourroul e Macedo Soares, essas três últimas localizadas na Faculdade de Educação da USP. O presente artigo foi escrito dentro do projeto temático FAPESP "Livros e Memória", coordenado pela Profa. Dra. Circe Bittencourt (FE-USP) e contou com os dados coletados em pesquisa de iniciação científica realizada por Sahsha Kiyoko Watanabe Dellatorre (bolsa FAPESP IC).

É, aliás, de Henri de Lanteuil professor do Colégio Pedro II e inspetor federal de ensino secundário que nos chegam os principais manuais publicados nas décadas de 30 e 40: ***Nouvelle anthologie d'auteurs français*** (1934), ***Textos franceses explicados para a mocidade católica - 1ª e 2ª séries*** (1937), ***Textos franceses explicados para a mocidade católica - 3ª e 4ª séries*** (1937), ***Pages françaises*** (1940), ***Pages brésiliennes*** (1941). Os títulos dessas obras já nos revelam o objetivo da aprendizagem do idioma francês: formar leitores nessa língua, tanto no aspecto lingüístico, quanto moral e cultural.

Assim, no livro ***Pages françaises*****,** que inaugura a seqüência didática prevista para o ensino ginasial, sendo utilizado no primeiro ano de ensino do idioma francês, todas as lições são construídas em torno de um texto, de linguagem simples, com explicação lexical, e bagagem moral relevante. Logo após o texto, algumas perguntas orientam a progressão da aquisição lingüística. O primeiro texto desse manual, por exemplo, intitula-se "*Un enfant poli*" e versa sobre algumas expressões e atitudes educadas que devem ser usadas pela criança em casa e na escola (*s'il vous plaît, merci, lever sa casquette*, etc). Seguem-se ao texto, lido em voz alta pelo professor e estudado pelos alunos, as *phrases courtes*: "*Bonjour monsieur, Bonjour madame, Bonsoir monsieur, Bonsoir madame, Bonjour mademoiselle, Bonsoir, Comment allez-vous?, Bien, merci monsieur, et vous*?", trabalhadas em sala de aula de forma repetitiva e oral. A partir da metade do livro, essas frases dão lugar à gramática, apresentada de forma sucinta e sem exercícios. Quanto aos textos, a seu conteúdo moral (*Le mensonge,Le fils prétentieux, L'égoïsme*) somam-se as fábulas (*Le cheval,la cigale et la fourmi, Le singe de l'avare*), as « lições das coisas » (*Pour ne pas perdre son argent, Le bon lait, le café, La définition de l'écrevisse*) e conteúdos de civilização francesa (*L'empereur Charlemagne, Les jardins de Crésus,* de Fénelon, *La France*). São 54 textos no total, e o manual se encerra com três documentos bastante significativos: a palavra *livro* em diversos idiomas, a *Marseillaise* e o Hino Nacional Brasileiro.

Embora em 1934 o método direto já estivesse oficialmente imposto no Brasil, os manuais de Lanteuil seguem a metodologia tradicional, ou gramática-tradução, e que consistia no estudo do vocabulário, da gramática e da prática da tradução-versão. Tendo de um lado um livro de gramática normativa e de outro um dicionário bilíngüe ou listas temáticas de palavras com os termos equivalentes na língua materna, o aluno exercitava-se traduzindo textos de preferência e sempre que possível literários da língua estrangeira para a língua materna e vice-versa. (COSTE, 1978). Esses textos eram apresentados em antologias ou seletas, como a ***Nouvelle anthologie d'auteurs français*** (Henri de Lanteuil, A. Coelho Branco Fº. Editor, Rio

de Janeiro, 1934), utilizada para a 3ª e a 4ª série do ensino ginasial e cujos programas oficiais estavam assim organizados:

> *Para a 3ª série. Leitura e interpretação* ***pelo método direto de autores do século XX****. Análise literária elementar. Apreciação gramatical das leituras feitas. Uso moderado da tradução, como meio de estudo* ***comparativo*** *entre as duas línguas. Composição oral e escrita para* ***comentar*** *os trechos estudados. Cartas e narrações. Emprego excepcional da língua materna para aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos neste período e pôr em relêvo as semelhanças e dissemelhanças entre as duas línguas.*
> *Para a 4ª série.* ***Leitura e interpretação de autores dos séculos XVIII e XIX.*** *Uso moderado da língua materna, a título de comparação. Estudos gramaticais em língua estrangeira. Composições gramaticais e literárias. Correspondência. Descrições de cenas e típos. Problemas de sintaxe comparada entre a língua materna e a língua estrangeira. Alguns exercícios graduados de versão, a título de comparação entre as duas línguas, permitindo-se o uso moderado do dicionário.* (Diário Oficial, 31-7-931, apud LANTEUIL, 1943) (destaques do texto original).

A primeira parte da antologia, dedicada aos autores contemporâneos, inicia-se com a seguinte citação, que indica bem a importância do ensino da língua francesa como elemento de formação cultural e literária: "*La France rayonne dans le monde par ses artistes, ses savants et ses littérateurs".* Seguem-se textos de autores contemporâneos da época — nem sempre conhecidos no Brasil —, como Pierre Loti, Jean Jaurès, Anatole France, Paul Bourget, Maurice Leblanc e muitos outros da Academia Francesa, sobre os quais é fornecida uma pequena biografia ao final dessa primeira parte que, na verdade, encerra-se com um poema do próprio Lanteuil, "*L'heure du silence*".

Na segunda parte da antologia, dedicada aos grandes escritores dos séculos XIX e XVII, são abordados textos de grandes autores simbolistas, realistas e românticos, tanto de poesia quanto de prosa e crítica literária, precedidos de uma apresentação do autor e, sempre que possível, de um seu manuscrito, o que mostra o cuidado e a atenção dada ao texto literário por essa edição. Dessa forma, além de se debruçar, por exemplo, no capítulo referente ao parnasianismo francês, sobre três poemas de Baudelaire (*Le chat, Harmonie du soir, L'homme et la mer*), o aluno também podia observar o manuscrito do poema escrito e ilustrado pelo autor.

O que podemos observar, então, é a grande preocupação em, pelo ensino do idioma francês, trazer uma formação literária e humanística ao aluno brasileiro, focalizando, é claro, a importância cultural francesa na época, mas fazendo do texto autêntico (no sentido de que não havia manipulações didáticas na íntegra do material escolhido) um objeto de estudo constante, o que, infelizmente, irá se perder na evolução da didática das línguas estrangeiras.

O manual de francês contribui, dessa forma, para a construção da cultura que imperava no início e meados do século XX. Segundo Jérôme Bruner (1986), a cultura é um

fenômeno simbólico, produzido pelo homem, que legitima a realidade de certos produtos do espírito em detrimento de outros e, o mais importante a nosso ver, ela é construída:

> *La culture est* ***construite*** *(...).Bien qu'elle soit transmise de génération en génération, elle n'en doit pas moins être rafraîchie et relégitimisée par chaque nouvelle génération. Ce qui donne à une culture sa continuité intergénérationnelle, ce sont les 'œuvres' qu'elle crée et qu'elle transmet d'une génération à la suivante : sa science, ses arts, ses lois, ses dispositifs institutionnels, sa mythologie.* » (BRUNER, 1986 :7) (destaque do autor)

Dentro dessa perspectiva, os manuais escolares produzidos no Brasil são legados importantes de um momento da história cultural do país, pois fazem parte de nossa cultura escolar, esta última vista como

> *um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)*" (JULIA, 2001:10).

Aline Gohard-Radenkovi (1999) lembra bem que os tipos de discurso encontrados nesses manuais, assim como a escolha do nível de língua utilizado, são representativos de uma concepção do ensino da língua e da civilização francesas característica do século XIX e vigente até metade do século XX. Essa concepção humanista, baseada no ensino das línguas clássicas e com ênfase aos textos literários ou moralizadores, coincidia, na verdade, com o papel da própria língua francesa no império colonial francês nascente. Valorizar as qualidades morais, a família, a casa, o país, levava o aprendiz a sair de um círculo mais imediato para alcançar um espaço mais vasto, indo do concreto e do conhecido para o abstrato e o desconhecido, E, em um sistema de "inclusões encadeadas", eram-lhe inculcados valores moralizadores e patrióticos que, aos poucos, podiam ser transpostos do solo natal para o novo país e a nova cultura que se descortinava.

Essa perspectiva parece-nos explicar inclusive um outro manual de Lanteuil, ***Pages Brésiliennes*** (Companhia Editora Nacional, Porto Alegre, 1941), apenas com textos sobre o Brasil: sua beleza, sua história, sua geografia, seus produtos agrícolas, suas lendas, seus principais personagens, o hino nacional. Todos os textos, muitos de autores brasileiros, são apresentados em francês, pois se tratava de um manual para o ensino da língua francesa com questionários, exercícios, conjugações, mas de alto valor moralizante e patriótico. O texto que encerra o livro *Devoirs envers la patrie* de Voltaire, confirma essa orientação.

No entanto, independentemente do objetivo de formar os alunos na língua culta e na civilização francesas, com ênfase em valores morais, cristãos e patrióticos, o que nos parece ser de grande importância nesse período é a presença maciça de textos e, mais

particularmente, de textos literários, que oferecem, além da experiência estética, a abertura para os sentimentos e o prazer, como tão bem afirma Amor Séoud em seu livro ***Pour une didactique de la littérature***: "*l'expérience littéraire relève de l'expérience esthétique et (...) celle-ci est de l'ordre du sentir. De façon plus précise encore, elle a pour fin une jouissance*" (SEOUD, 1997:37).

Tal possibilidade começa a desaparecer dos manuais de francês a partir dos anos 50, quando a didática das línguas estrangeiras, já marcada pelo pragmatismo e pela imperativa necessidade da comunicação oral objetivos que poderiam ser alcançados com a metodologia áudio-oral e seu "método do exército" (PUREN, 1988) decretou a progressiva expulsão do texto literário das séries iniciais de aprendizagem.

Utilizamos o adjetivo "progressiva", pois o próprio programa oficial de ensino de 1951 previa, nas quatro séries do ginásio, uma progressão que partia da conversação e da expressão oral a partir de conteúdos bem delimitados (a escola e a vida escolar; as côres; os números; o tempo e as idades; o clima e as estações; o corpo humano e os sentidos; o vestuário; a casa e a família; os alimentos e as refeições; animais e plantas; transportes e comunicações; a cidade e a vida urbana, etc.). E tais conteúdos deveriam ser assim trabalhados:

> "*Nessas séries* [primeira e segunda séries ginasiais] *o ensino deve ser essencialmente oral. O aluno é posto em contato com expressões e formas novas, às quais deve habituar o espírito, o ouvido e os órgãos da voz.*
> *Há três fatores que concorrem poderosamente para a aquisição de uma língua estrangeira: a intuição, a imitação e a repetição. A intuição faz aprender diretamente, ou sugere, o sentido das palavras e das expressões novas; a imitação leva o aluno a tomar o mestre como modêlo; a repetição conduz da fase da compreensão à prática."* (Programa de Francês, in SCHMIDT, M.J., 1954:8)

A partir da terceira série do curso ginasial, os textos literários eram introduzidos, mas ainda dentro de temas de civilização e, muitas vezes, adaptados:

> *Leitura e interpretação de trechos de autores dos dois últimos séculos, trechos que tenham principalmente por assunto as paisagens e a vida na França e em outros países de língua francesa.* (Programa de Francês, 3ª série, in SCHMIDT, M.J., 1962:10)

Apesar de a literatura francesa ainda estar presente na formação do aluno brasileiro nas décadas de 50 e 60, quando foi grande a produção de coleções didáticas voltadas para o ensino do idioma francês (coleções de autores como Paulo Rónai e Pierre Hawelka, Irma Aragonés Forjaz, Maria Junqueira Schmidt, Blanche Thiry Jacobina, Marcel Debrot), a tendência dos próprios didatas franceses era a de não mais usar o texto literário no ensino de sua língua. Tal fato se explica pela necessidade sentida pela França de conquistar novos públicos e novos campos de atuação e não mais ser considerada apenas um país de

belas obras literárias. Tendo perdido sua hegemonia no mundo do pós-guerra para a língua inglesa (Jover-Faleiros, 2006), era urgente fomentar novas aprendizagens, atrair o público aprendiz para a modernidade francesa e suas conquistas científicas, mostrar que havia espaço a profissionais de outros países e outras línguas. Ao lado, portanto, dos métodos audio-visuais visando uma comunicação fluente em francês, surge o francês científico, de especialidade, voltado para as áreas técnicas e profissionais.

E, cada vez mais, o ensino que fazia do texto literário seu principal objetivo é criticado, como se pode observar no comentário bastante ferino e irônico de Jean Orecchioni, em seu ***Petit guide pratique du professeur de français*** , publicado pelo Serviço Cultural do Consulado Geral da França em São Paulo no ano de 1968:

> *Jusqu'à une époque récente, l'objet principal de l'enseignement du français au niveau du second degré pouvait être légitimement d'amener l'élève à déchiffrer les textes littéraires écrits en français, c'est-à-dire de lui donner accès à un musée renfermant d'innombrables trésors. Il est également intéressant, certes, de pouvoir lire dans le texte un discours de Cicéron, une idylle de Théocrite…et même le code d'Hammourabi. Mais on conviendra qu'il y a, pour l'immense majorité des hommes du XXe. Siècle, des nécessités plus urgentes et plus impérieuses, même dans le seul domaine des activités de l'esprit.* (ORECCHIONI, 1968 :11).

A nova abordagem, voltada para a comunicação, teve poucas publicações representativas feitas no Brasil, uma vez que, a partir de 1970, o francês deixa de ser uma disciplina escolar obrigatória para dar lugar ao inglês. Vemos assim aportar em terras brasileiras um número cada vez maior de métodos produzidos na França, voltados para todo e qualquer público estrangeiro (métodos ditos "universais") e geralmente utilizados nas escolas de idiomas. Essa produção, que inclui desde ***La France en direct***, de Guy Capelle (1969, Paris, Hachette) até ***Sans Frontières***, de Philippe Dominique (1985, Paris, Clé International) ou ***Espaces***, de Capelle e Gidon (1990, Paris, Hachette) mantém a exclusão do texto literário nos primeiros níveis de ensino, resgatando-o como fonte de ilustração ou aprofundamento gramatical nos níveis mais avançados, mas sem praticamente nunca mais tratá-lo como objeto de leitura ligado ao prazer estético e à emoção.

Mas, reações não faltaram: os trabalhos de Jean Alter (1971), o livro já mencionado de Amor Séoud (1997) ou ainda a organização, em 2003, de um Colóquio Internacional inteiramente voltado ao ensino da literatura. Intitulado "*Textes, poèmes, contes dans l'enseignement du français: les faire découvrir, les aimer, les écrire* », o XII Colóquio da Federação Internacional de Professores de Francês reuniu especialistas do mundo inteiro para discutir a introdução – ou melhor, a reintrodução – do texto literário nos programas de francês língua estrangeira.

E qual a razão de todo esse movimento? Para Alter (1981) o mundo da literatura, em seus equívocos e ambigüidades, solicita ao leitor e ao aluno o mesmo trabalho de investigação, o mesmo esforço de compreensão exigido pelo mundo real, e, dessa forma, o ensino da literatura tornar-se também uma aprendizagem da vida. Para Séoud (1997), a literatura, o contato com os textos, graças a sua polissemia, é o terreno mais favorável à expressão intercultural e, portanto, à aceitação do outro, à prática da tolerância, e à expansão dos próprios referenciais do leitor. Para a autora desse artigo, porque aprender uma língua estrangeira é se deixar impregnar por novas sensações, novas referências, novas visões de mundo, o que só pode ser obtido pelo contato direto e prazeroso com as produções autênticas e características desse novo universo de conhecimento, encontradas a mãos cheias na literatura de um país. *Ler para viver,* como afirmou Gustave Flaubert.

Referências Bibliográficas

ALTER, J. (1981) – «Pourquoi enseigner la littérature ? », in DOUBROVSKY, S., TODOROV, T. (dir.) - ***L'enseignement de la littérature***, Paris-Gembloux, Ed. Duculot.

COSTE, D. (1978) — «Le renouvellement méthodologique dans l'enseignement du français langue étrangère», in BOUACHA, A. (Sel.) — La pédagogie du français langue étrangère. Paris, Hachette, pp. 10-28.

GOHARD-RADENKOVIC, A. (1999) – "Représentations culturelles véhiculées sur l' Orient et l'Occident dans un manuel intitulé *Le Tour d'Europe*. » in SALEMA, M.J., KAHN, G. (dir.) - Actes du Colloque *L'enseignement de la langue et de littérature françaises dans la seconde moitié du XIX e siècle*, **Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde**, n.23, Saint-Cloud, SIHFLES.

JOVER-FALEIROS, Rita (2006) - ***A experiência da leitura literária em um curso de francês instrumental***, Dissertação de mestrado, FFLCH-USP.

LANTEUIL, H. de (1934) - ***Nouvelle anthologie d'auteurs français*** , Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Fº. Editor, 2ª edição.

_____ (1940) – ***Pages françaises*** , São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____ (1941) – ***Pages brésiliennes***, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

ORECCHIONI, J. (1968) - ***Petit guide pratique du professeur de français***, São Paulo, Serviço Cultural do Consulado Geral da França em São Paulo.

PUREN, C. (1988) — ***Histoire des méthodologies de l'enseignement des langues***, Paris, Clé International.

SCHMIDT, M.J. (1953) – ***Cours de français – Première année***. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 18ª edição.

_____ (1954) – ***Cours de français – Deuxième année***. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 15ª edição.

_____ (1962) – ***Cours de français – Troisième année***. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 24ª edição.

SÉOUD, A. (1997) - ***Pour une didactique de la littérature***, Paris, Didier FLE, Collection Langues et Apprentissages des Langues.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Em Busca Da Felicidade: Os Loteamentos como Construtores Do Imaginário Urbano – São Gonçalo, RJ 1950 / 1959.

Renato Coelho Barbosa de Luna Freire*

Resumo: A busca pela felicidade motivou os homens, ao longo do tempo, a construírem variadas concepções de cidades idealizadas. O município de São Gonçalo, na década de 1950, assistiu a uma grande euforia urbana com a introdução de diversos loteamentos. Na esperança de alcançar a cidade perfeita através do Progresso, entendido como o estágio de realização plena, os políticos do município, tanto vereadores quanto prefeito, no período compreendido entre 1950 e 1959, motivados pelos loteamentos, construíram cidades imaginárias vistas nos variados documentos expedidos pela Prefeitura e Câmara necessários à prática política, bem como nas Atas de reuniões dos Vereadores e nas diversas reportagens do jornal local O São Gonçalo. Alocada na história cultural do urbano, esta pesquisa percorreu as variadas representações sobre a cidade de São Gonçalo, refletindo menos nas construções materiais e mais nos desejos de construção da cidade perfeita.
Palavras-chave: 1. História de São Gonçalo. 2. cidade de São Gonçalo. 3, Luna Freire, Renato Coelho Barbosa de, 1977-.

Abstract: The search for happiness has motivated the men, troughout the time, to build various concepcions of idealized cities. The city of São Gonçalo, during the 1950's has had a great urban euphoria with the creation of many building lots in the hope of developing a perfect city with the progress, understood as being the step o full accomplishment. The politicians of the city – the councilmen and the mayor – beltween 1950 and 1959, motivated by the building lots, built imaginary cities that can be seen in many documents issued by the municipality and the councilmen. These documents were necessary to the Political Campaigns, to the meetings of the councilmen and to the reports of the local newspaper "O São Gonçalo". Set in cultural history of the urban, this research has gone through the different examples about the city of São Gonçalo, givingmore emphasis to the dream of building the perfect city, and less atention to the real material constructions.
Key-words: 1. São Gonçalo's history. 2. São Gonçalo city. 3. Luna Freire, Renato Coelho Barbosa de, 1977-

Certa noite, o imperador dos tártaros Kublai Kan questiona Marco Polo sobre a concretude das cidades por ele relatadas, pois percebia a decadência de seu império. O jovem veneziano, rebatendo o mau humor do soberano, diz que, ao investigar "os vestígios de felicidades que ainda se entrevêem, posso medir o grau de penúria (do império)"(CALVINO, 1990: 57). Enquanto o imperador buscava erguer cidades perfeitas, Polo recolhe as cinzas de

* Mestrando em história pela UERJ.

outras cidades possíveis que vão desaparecendo concomitantes ao surgimento da cidade real "e que agora não poderão ser nem reconstruídas nem recordadas" (CALVINO, 1990, 58).

As linhas de Ítalo Calvino, sempre recheadas de surpresas, me leva a refletir sobre a realização de possíveis cidades para além da cidade real. A cidade de São Gonçalo / RJ, na década de 1950, assistiu a um vertiginoso crescimento urbano-populacional ao transformar suas fazendas em "jardins", através do intenso processo de retalhamento de suas terras para fins comerciais, fornecendo assim moradia aos trabalhadores a baixo custo. Esse rápido crescimento processou mudanças no cotidiano da cidade, fazendo com que o imaginário, através de imagens e discursos, trabalhe no sentido de tornar possível a concretização de um sonho: fazer da cidade ideal a cidade real.

Através de práticas sociais e representações dos políticos locais (prefeitos e vereadores) do período, foi possível perceber outros caminhos para a formação urbana gonçalense, dentro de um campo concreto de possibilidades (LEVI, 1992). A investigação dos Anais de reuniões da Câmara dos vereadores, projetos de lei, Mensagens do Prefeito à Câmara, moções, deliberações, etc., somados as idéias circuladas através do jornal local O São Gonçalo, possibilita desvendar as variadas concepções de cidade ideal que vão diretamente influenciar no imaginário social, fazendo com que representantes da sociedade, visualizados na documentação oficial, se mobilizassem em torno das questões urbanas, permitindo perceber as relações entre Estado (entendido em nível local) e Sociedade através do imaginário social.

A imagem poética, em Bachelard, permite que a imagem venha antes do pensamento. Sendo variacional (ao contrário do conceito que é constitutivo), possibilita que cada indivíduo reconstitua, dentro de si, o sentido da imagem - o que ele denomina *transubjetividade,* pois o passado próximo dessa imagem é desconsiderado (BACHELARD, 1993: 3). A atividade viva da imaginação desprende o indivíduo, ao mesmo tempo, do passado e da realidade, colocando-se para o futuro. A *função do real* que se orienta pelo passado, portanto, de uma análise psicológica onde não capta a imagem enquanto ser, é preciso acrescentar a *função do irreal* o que faz com que o indivíduo penetre no poema e não simplesmente se adapte à sua linguagem. "Como prever sem imaginar?" (BACHELAD, 1993: 18).

As cidades ideais surgem a partir da crítica à realidade visível da cidade real, colocando para um tempo futuro a possibilidade de concretização, o que lhe assegura a existente enquanto projeto e, na medida em que determinados aspectos redefinem sua forma a partir de sua existência no concreto, a cidade é conjugada no pretérito. Partindo sempre do

novo, pretende se realizar a partir da cidade real, motivo pelo qual não se contrapõe aos seus aspectos lógicos, porém redefine seus espaços ou acentua determinadas formas, transbordando aos limites da realidade o que lhe permite ser lida enquanto ficção. Ligando-se ao novo, permitem serem figuradas, descritas e representadas espacialmente, pois seus elementos são conhecidos, tornando possíveis a comunicação através das imagens e mantendo sua qualificação de projetos (RODRIGUES, 2000: 136).

A cidade ideal, portanto, é um ponto de referência para a cidade real. É uma obra de arte que paulatinamente vai sendo destruída quando se executa dos traços no espaço concreto. A cidade ideal é recebida através da imagem de cidade perfeita, existindo apenas enquanto plano e que jamais sairá do papel da maneira que se encontra ali. A cidade real, por sua vez é "a coisa já existente", sendo a concretude dos projetos de arte no espaço físico, motivo pelo qual sofre com seus deslizamentos de sentidos. Portanto, a cidade real pode ser entendida como uma acomodação da cidade-arte à realidade, que não é perfeita como o papel no plano e em branco no qual se desenhou o ideal (ARGAN, 1985).

As cidades renascentistas como concepção artística que acomodava em suas construções os sonhos e desejos de acordo com os usos que a cidade permitiria aos homens (RODRIGUES, 2000: 132) não foi singular em expressar através da cidade sua visão de mundo. Variando conforme as crenças e desejos dos homens ao longo do tempo, a cidade é lida como símbolo humano, retratando suas visões de mundo: Paraíso, Jardim do Éden, Apocalipse, "Jerusalém descida do Céu", milenarismo, cidade de Deus evocam, cada qual a sua maneira, uma concepção de salvação espiritual realizada ora no plano terrestre ora no plano celeste, determinado a sua concepção de tempo, pois a salvação é entendida como algo que virá. A felicidade é entendida aqui como caminho para se alcançar a salvação espiritual, de acordo com a visão de mundo estabelecida pelos homens da época. Tais cidades orientaram o imaginário dos homens através das artes e literatura, com determinados grupos impondo ou tentando impor sua concepção de mundo através de símbolos e signos retirados da realidade (DELUMEAU, 1997; 2003).

Enquanto esses correntes acreditam que a felicidade baseia-se na salvação que por sua vez é representada pelo acesso do homem à cidade, seja construída pelos homens em harmonia com Deus, seja dada como graça, o advento do progresso promoveu uma descontinuidade com o pensamento cristão ao propor o progresso como meio de se alcançar a felicidade. O homem, ao dominar a natureza através de técnicas, produziria para si próprio suas necessidades, sem necessitar da ajuda direta de Deus. A cidade agora tornou-se campo de ação onde ela mesma sofre intervenções para possibilitar seu aproveitamento racionalizado,

entendendo o progresso como caminho para felicidade eterna, com a linearidade do tempo demarcando o tempo de civilização da humanidade (DELUMEAU, 1997, p. 281).

No Brasil, os anos 1930 incluíram a habitação na "questão social". Promovendo deslocamentos na concepção da questão social ao perceber a pobreza como obstáculo à modernização e à constituição da nacionalidade, o Estado intervém, através de uma política de valorização do trabalho e obrigação da cidadania. A habitação é uma estratégia adotada visando o aumento da capacidade de trabalho e o apaziguamento social através da preservação da família.

O planejamento urbano no período Vargas (1930-1950) tem duas características fundamentais: a) a concepção organicista em formular diagnóstico, onde a categoria de meio natural e social organiza um discurso que condena a realidade, fazendo emergir a concepção de cidade ideal e b) "embelezamento, monumentalidade e controle social sobre o uso do espaço orientando a intervenção". "Grandes operações de renovação/construção e normatização das práticas sociais" (RIBEIRO & CARDOSO, 1996: 64).

O nacional-desenvolvimentismo, a partir dos anos 1950, desloca o projeto de constituição da nação para o eixo econômico articulado a uma prática de modernização acelerada baseada na internacionalização da economia. A "sociologia do desenvolvimento" desemboca nas "teorias da marginalidade", cristalizando uma concepção dualista da sociedade, tendo na matriz tradicional-moderno a idéia de oposição campo-cidade. (RIBEIRO & CARDOSO, 1996: 65-66). Através da valorização da industrialização e modernização, a constituição da nacionalidade deixa de lado a "essência rural" e o urbano é visto como um meio de superação do atraso, logo "a constituição da nacionalidade passa necessariamente pela modernização, o que implica em urbanização" (RIBEIRO & CARDOSO, 1996: 67).

A cidade de São Gonçalo, localizada no então antigo Estado do Rio de Janeiro recebe migrantes que se dirigiam à Capital Federal atrás das industrias. Tendo até a crise capitalista de 1929 a laranja como principal atividade econômica, nos anos seguintes é se caracteriza por receber indústrias que já estavam se instalando desde a década de 1910, devido sua proximidade com a cidade de Niterói, então a Capital do Estado do Rio. Transformando as fazendas estagnadas em loteamentos para acomodar os migrantes que não poderiam se instalar na cidade do Rio de Janeiro frente aos altos valores dos imóveis (ABREU, 1987: 94), os loteamentos deram forte impulso na década de 1950, transformando-se em "questão" para o poder público municipal, visto na grande documentação produzida a partir desta data, bem como tematizado nas diversas reuniões dos Vereadores e no volume de reportagens do jornal local O São Gonçalo (LUNA FREIRE, 2002).

A mudança fez com que seus habitantes visualizassem uma mudança para melhor, pois o período era de otimismo: industrialização (CSN, Petrobrás, Eletrobrás, Furnas), leis trabalhistas, participação direta na 2ª grande guerra ao lado dos vencedores, modernização da economia, volta de Getúlio Vargas pela via democrática, trouxeram a esperança de transformar a São Gonçalo ideal na São Gonçalo real, através dos loteamentos. A mudança para melhor é entendida como progresso.

A imagem visualizada na paisagem através das mudanças cotidianas, além das falas dos políticos e as matérias veiculadas no jornal local O São Gonçalo, dentro de um contexto urbano otimista, fizeram com que a cidade ideal se projetasse no imaginário dos indivíduos e acolhidos de acordo com a visão de mundo de cada indivíduo, a chamada *transubjetividade,* fazendo emergir diversas cidades ideais. Os políticos locais, através de seus discursos e projetos, externalizavam sua concepção de cidade e assim sua visão de mundo, ambas entendidas como complementares. Os atores sociais que acessavam o jornal local expunham suas idéias através da escrita, sendo também uma forma de se transmitir sua visão de mundo através de suas intenções com a cidade. Já a população que não tinha acesso ao jornal ou aos meios políticos, interpretam suas visões de mundo através de ações na cidade, elaborando sua crítica e fazendo suas reivindicações.

A história política, assim, torna-se um campo muito enriquecedor para a abordagem da história urbana de São Gonçalo, ao cotejá-la com a história cultural. Busca-se apreender o real através das representações que os grupos elaboram de si e dos outros, já que toda a realidade dialoga com suas representações (SIRINELLI, 1998: 385). Nesse cruzamento entre o político e o cultural surge a noção de cultura política designando um conjunto de representações que mantém firmemente ligado um grupo humano no plano político, partilhando visões de mundo que não se limitam às disputas políticas e socioeconômicas, mas também se constituem através de crenças, normas e valores partilhados.

Nesse sentido, os conceitos de prática, representação e apropriação são ferramentas utilizadas para identificar o modo como em diferentes lugares determinada realidade social é construída. A utilização das representações buscou compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, seus valores e domínio(CHARTIER, 1990), viabilizando a construção de sentido. O historiador do urbano, segundo Bernard Lepetit, deve compreender como os grupos sociais, em suas relações, criam e recriam solidariedades e alianças (LEPETIT, 2001: 53), pois são os atores do passado, que atualizam seus sistemas de representações, fornecendo um sentido próprio aos tais sistemas em meio a situações particulares, através de práticas que terminam

por modificar as interpretações do mundo. Como colocou Robert Darnton, a história cultural permite analisar como determinada sociedade tem suas maneiras de pensar e interpretar o mundo, fornecendo significados e infundindo emoção (DARNTON, 1986: XIII). Logo, tanto a crença dos trabalhadores, quanto dos políticos diante das propostas de alicerçar a cidade ideal, não estavam numa simples "ingenuidade" de ambas as partes, mas dentro de um sistema simbólico, fazendo com que a representação tomasse força de existência, e por vezes o seu lugar.

Localizando a pesquisa na história cultural do urbano, busco perceber a cidade enquanto representações de discursos, acreditando que a representação do mundo é parte constituinte da realidade, podendo conter uma força maior para a existência do que o real concreto. Os discursos políticos sobre a cidade foi o caminho escolhido para apreender os "imaginários sociais que os homens, ao longo de sua história, puderam construir sobre a cidade" (PESAVENTO, 2002: 8). Enquanto os políticos buscam, através de suas práticas sociais, construírem a cidade ideal, seus habitantes procuram reivindicar a cidade prometida através dos discursos e imagens, símbolos de excelência da representação.

> *Sr. Presidente e Snrs. Vereadores, a habitação do Rocha cresceu demais (sic), em relação do tempo. Ali o surto de habitantes é um fato. Mas ainda há muita terra para se construir. Há uma imensidade de áreas loteadas. Há porém um grande obstáculo empacando o progresso daquele bairro e dificultando os que ali residem: é o morro que separa a cidade do bairro, cognominado "Morro do Rocha". O dia em que aquele morro for demolido, ou pelo menos, desbastado (sic), o Rocha se transformará, como por encanto, em uma grande cidade e uma grande renda trará, por certo, aos cofres municipais (BRITO, 1951).*

Migrantes saídos de áreas rurais estagnadas, motivados pela promessa de uma vida melhor para si e para família, buscou trabalhar em ofícios urbanos com seus direitos trabalhistas resguardados, percebendo o otimismo presente nos discursos. A percepção da sociedade pela documentação oficial leva em conta de que são os políticos efetuando uma representação sobre a população, através de diversas reivindicações, ou seja, aparelhos urbanos e infra-estrutura que permitissem à população o acesso ao conforto urbano, aos bens que eles vieram buscar quando saíram de suas localidades na promessa de encontrar a felicidade.

Assim, para cada novo loteamento que surgia, o jornal local noticiava como uma "cidade" surgida dentro do município, já que o loteamento, enquanto cidade ideal, parte de um plano, que expõe, através da imagem, seus espaços racionalizados, possibilitando antever a cidade ideal. Para ilustrar temos "Bairro Mutuá nivelado a uma verdadeira cidade" (O SÃO GONÇALO, 1950) ou na reportagem "São Gonçalo e seu progresso" fazendo a relação entre

os novos bairros, fruto dos loteamentos, "marcos seguros de futuras e próximas cidades", ao contrário da Sede do município, alcunhada de Vila. Na segunda reportagem, a relação temporal se mostra presente na oposição tradicional-moderno em vila-cidade, deslocando o discurso na temporalidade passado-futuro, ao remeter o atraso da Sede e as "futuras cidades".

Das cidades ideais de São Gonçalo nenhuma se idealizou; seu destino não foi conforme planejado, pois transformou-se na estigmatizada "cidade-dormitório", uma cidade da periferia (carregada de preconceitos que o conceito sugere) da cidade do Rio de Janeiro, carente dos requisitos básicos. Mas pelos vestígios de felicidade encontrados no passado, podemos traçar outras cidades que permitem perceber as diferentes visões de mundo dos atores sociais investigados.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhias das Letras, 1990.

CARDOSO, Adauto Lúcio e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. "Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil"**.** In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queirozo e Pechman, Robert (orgs.). Cidade, Povo, Nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 53 – 78.

CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELUMEAU, Jean. "Nascimento do milenarismo". In: _____, *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 1-31.

_____, "Os textos fundadores". In.: _____,*O que sobrou do paraíso?* São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 33-45.

Jornal "O São Gonçalo". *O Bairro Mutuá nivelado a uma verdadeira cidade*. Nº 1038, 01/10/1950.

LECROIX, Jean-Yves. *A utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LEPETIT, Bernard. *Por Uma Nova História Urbana*; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

LUNA FREIRE, Renato Coelho Barbosa de. *Poder e Sociedade na [Trans] Formação da Cidade: História dos loteamentos no município de São Gonçalo – Década de 1950*. Monografia apresentada à Faculdade de Formação de Professores da UERJ: São Gonçalo: reprodução, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. "Os sonhos renascentistas: cidades ideais e cidades utópicas". In: _____. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 131-156.

SÃO GONÇALO, Arquivo da Câmara Municipal. *Requerimento n.º 679/51*. Daniel José de Brito, 1951.

SIRINELLI, Jean-François. "De la demeure À l agora. Por une histoire cuturelle du politique". In: BERSTEIN, Serge & MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998, p. 381-398.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Italo Calvino e a construção de passados invisíveis

Márcio Romão[1]

Resumo: Retomando discussões iniciadas por Paul Veyne, Michel de Certeau, Roland Barthes e Hayden White, este artigo pretende se aventurar no arriscado território de confluência entre história e literatura. Nossas reflexões baseiam-se no livro *As Cidades Invisíveis*, escrito por Italo Calvino. Sendo assim, tencionamos utilizar um texto literário como ferramenta teórica para se pensar a escrita da história.
Palavras chaves: História – Literatura – Italo Calvino

Abstract: Retaking quarrels initiated by Paul Veyne, Michel de Certeau, Roland Barthes and Hayden White, this article intends to venture in the risky territory of confluence between history and literature. Our reflections are based on the book Invisible Cities, written by Italo Calvino. Thus, we intend to use a literary text as theoretical tool to think the writing of history.
Key-Words: History – Literature – Italo Calvino

O passado já passou. Recuperá-lo, tal como foi, é impossível. É justamente dentro desta impossibilidade que trabalham os historiadores. A escrita da história é um desafio ao inefável. Escrever sobre um tempo que já passou é como entrar num mundo de silêncios. Neste mundo, a única voz que pode ser ouvida é a do historiador que com sua linguagem do presente desperta os silêncios do passado, concedendo-lhes uma linguagem própria, que chega até nós como narrativa histórica. Ao narrar uma história, portanto, o historiador traz de volta para o presente o que estava esquecido no passado. Quase como um mago do tempo, o historiador consegue fazer uma conjunção do impossível: na escrita da história o passado passa a habitar o presente na forma de um relato. Mas que passado é esse que nos é narrado? É o passado que realmente aconteceu? Se de fato aconteceu, pressuposto básico para uma narrativa ser histórica quem nos dirá com precisão como ele aconteceu de que forma, de que maneira? Não se espera que os historiadores tenham a resposta exata para essa pergunta, mesmo que eles disponham dos documentos e dados mais confiáveis possíveis para reconstituir o passado. O que se espera sempre é que a história narrada por um historiador tenha um compromisso com a verdade, ainda que ela não seja totalmente verdadeira. Mas o que seria totalmente verdadeiro?

[1] Mestrando em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Durante muito tempo a história foi vista, por muitos, como sinônimo de verdade ou espelho da realidade. Ainda hoje, sem dúvida, essa é uma idéia muito comum. Ao contrário da literatura, a história trabalha com aquilo que aconteceu, não inventando fatos. Este é um pensamento corriqueiro, que, além de diferenciar a história como uma forma de saber específico, concede a ela um lugar de poder, de onde é possível produzir um discurso de verdade. A edificação das bases da cientificidade histórica situa-se, assim, neste espaço de autoridade garantido por uma suposta verdade em relação ao real. É também no processo de construção deste campo específico que podemos situar a cisão radical entre o discurso literário e o historiográfico. A partir, então, do século XIX, com a disciplinarização e formalização científica da história, a literatura passa a ser, se assim podemos dizer, sua antagonista.

A oposição entre história e literatura assegura ao historiador uma posição tranqüilizadora em relação à sua escrita. Sua preocupação é o real. Sua orientação, a verdade. Reconstruir o passado, baseado nesses dois pressupostos, funciona como uma espécie de garantia contra as armadilhas de um discurso ficcional. Em suma, um historiador jamais escreveria ficção. Criação e invenção, em hipótese alguma, poderiam ser associadas à produção textual de um historiador. Estas palavras pertenceriam a uma outra ordem discursiva, a dos escritores, romancistas e poetas. Percebemos, então, claramente, a existência de dois espaços distintos.

Foi a partir desta distinção que, na década de 70 do século passado, Hayden White fundamentou muitas de suas críticas ao modo de como era escrito a história. Para White, a escrita da história guarda muitas semelhanças com a de um texto literário. Considerada perigosa por muitos, mal entendida por outros, a aproximação da história com a literatura promovida por White reivindica que o passado só é inteligível pelo uso da linguagem. Por essa razão, ao escrever a história de forma narrativa, o historiador utilizaria os mesmos artifícios literários que um escritor usaria para compor o seu romance, por exemplo.

> *Todas as narrativas históricas pressupõem caracterizações figurativas dos eventos que pretendem representar e explicar. E isso significa que as narrativas históricas, consideradas meros artefatos verbais, podem ser caracterizadas pelo modo do discurso figurativo* (WHITE, 2001, p.111).

Portanto, todo discurso histórico se enquadraria em um modo tropológico metáfora, metonímia, sinédoque e ironia, o que revela, obrigatoriamente, o seu caráter

figurativo. Sendo assim, a tropologia de Hayden White sugere que toda narrativa histórica é, de certa forma, uma ficção elaborada pelo historiador, pois, "se há um elemento do histórico em toda poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico do mundo" (WHITE, 2001, p. 114).

Tratar as narrativas históricas como "ficções verbais" (WHITE, 2001, p.98), tal qual fez Hayden White, abala os principais alicerces da disciplina histórica, pois, praticamente, invalida a possibilidade de um conhecimento científico sobre o passado. White deixa claro que, na sua opinião, a história estaria muito mais próxima da literatura do que de qualquer saber científico. Para o crítico norte-americano, a capacidade inventiva de um historiador, quando este escreve, é semelhante a de um romancista.

Se seguirmos nesta linha de pensamento, poderemos concluir que a escrita da história seria tão inventada ou criada quanto um texto literário, já que as duas narrativas seriam idênticas no que diz respeito ao uso de figuras de linguagem para estruturar uma história. Dessa forma, a obtenção de um conhecimento verdadeiro sobre o passado estaria ameaçada, pois a história não passaria de mais uma ficção um aspecto irreal de uma realidade construída por um historiador. A reação dos historiadores não demorou a aparecer. Foi no historiador francês Roger Chartier que as idéias de White encontraram mais resistência.

A resposta de Chartier às polêmicas considerações de Hayden White sobre a história foi enfática. Dentre outros textos que estabelecem diálogo com a obra de White, podemos destacar o artigo "Figuras retóricas e representações históricas" (CHARTIER, 2002, p.101-116), publicado em *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude* sem o seu subtítulo original, que é "Quatro questões a Hayden White". Nesse texto, como o título indica, Chartier questiona o autor americano sobre a validade de sua teoria, atentando para pontos dúbios e paradoxais de sua escrita. Chartier afirma que:

> *(...) considerando a história como form of fiction-making operation, Hayden White fez-se o arauto de um relativismo absoluto (e muito perigoso) que denega toda possibilidade de estabelecer um saber 'científico' sobre o passado. Assim desarmada, a história perde toda a capacidade para escolher entre o verdadeiro e o falso, para dizer o que foi, para denunciar as falsificações e os falsários* (CHARTIER, 2002, p.110-111).

Percebe-se, claramente, a preocupação de Roger Chartier com o estatuto epistemológico da história. Para o historiador francês, as idéias de Hayden White colocam em risco a própria possibilidade de se pensar a história como uma disciplina. Por isso, a réplica ao pensamento tropológico de White foi forte e incisiva. Nesse sentido, Chartier, acreditando

em uma realidade exterior à linguagem figurativa, questiona: "[...] se a realidade dos fatos tramados não importa à natureza do saber produzido, a 'operação historiográfica' não seria tempo e pena perdidos"? (CHARTIER, 2002, p.112)

Roger Chartier sabe que não existe um passado dado aos historiadores, onde eles poderiam ver e encontrar uma única realidade possível e imutável. Ele entende, valendo-se do pensamento de Michel de Certeau, que o passado só é acessível através de uma "operação historiográfica" (CERTEAU, 2002, p.66). É justamente por isso que Chartier critica Hayden White pela falta de uma análise mais detalhada sobre as práticas sociais que delimitam a ação dos historiadores na construção de seus discursos históricos. O fato de a história ser uma forma de narrativa não é o que preocupa Chartier. Pelo contrário, ele mesmo reconhece que:

> *[...] mesmo que escreva de uma forma 'literária', o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo [...]. Dependência, continuando, em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são as do seu 'ofício' (CHARTIER, 2002, p.97-113).*

Diferentemente de Chartier e Michel de Certeau, Hayden White fala de um outro tipo de operação. Ao explicar que a configuração de uma situação histórica depende muito da habilidade do historiador para tornar sua escrita em um texto harmônico e lógico, White conclui: "Trata-se de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção" (WHITE, 2001, p.101). Portanto, as operações propostas por White e Chartier são, essencialmente, diferentes entre si.

É verdade que Roger Chartier, escrevendo sobre o livro *Meta-história*, de Hayden White, reconhece sua importância: "Sem nenhuma dúvida, o livro liberou a historiografia dos limites severos na qual ela continha uma abordagem clássica totalmente insensível às modalidades e às figuras do discurso" (CHARTIER, 2002, p.116). Contudo, Chartier convoca os historiadores a ficarem vigilantes na defesa de seu campo disciplinar, o que demonstra, em certa medida, o receio da proximidade dos discursos históricos e literários.

Hoje a historiografia não tem mais a mesma rigidez de décadas atrás. No entanto, os limites que a separam da literatura ainda estão muito bem definidos. Apesar de novos objetos e novas abordagens que estabelecem diálogos com a literatura, o campo historiográfico permanece fechado e reticente a uma total aproximação dessa outra forma de narrativa, que são os textos literários. Nessa perspectiva, é oportuno retomarmos, aqui, o questionamento que Durval Muniz de Albuquerque Jr. fazia no último Simpósio Nacional de História da ANPUH, ocorrido em Londrina:

> *Por que será que os historiadores temem tanto a literatura? Porque esta obsessão por defender nosso ofício da invasão literária? Porque precisamos fazer da literatura este outro, este estrangeiro, este invasor que nos ameaça? Sempre nos defendemos dizendo que o nosso lado é o da realidade e o da verdade. Não existirá, da parte dos historiadores, uma compreensão pobre e descarnada da realidade e da verdade, que a literatura vem problematizar, vem pôr em perigo? Por que os historiadores, que têm nas últimas décadas se aproximado do discurso de outras disciplinas, continuam reticentes em relação a pensar o próprio ofício a partir de um encontro com textos literários? A literatura tem sido usada, pelos historiadores, no máximo como documento, tomando uma série de cuidados metodológicos, no sentido de que esta se torne uma fonte objetiva e fidedigna. A literatura não tem sido boa para pensar a história, para teorizá-la, como tem sido a filosofia ou as ciências sociais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005).*

De fato, a literatura não é, comumente, utilizada para que um historiador reflita sobre seu ofício. Talvez por se tratar de uma forma de conhecimento assumidamente fictícia, para muitos historiadores a literatura nada teria a acrescentar à sua metodologia de trabalho. Considerada por muitos como um saber inferior, por não ter práticas científicas que a definam, a literatura continua, de certa forma, à margem do discurso histórico. Na maioria das vezes, reduz-se o texto literário a uma fonte de onde se pode extrair conteúdo histórico, por assim dizer. Assim, a literatura é vista como um objeto de análise, que demonstraria algo de uma época, de um passado.

Efetivamente, no que diz respeito ao uso da literatura como base para se teorizar a escrita da história, vemos que pouco avançamos, apesar da crise epistemológica que levou os historiadores a repensarem a disciplina histórica. Portanto, é nessa nova perspectiva apontada pelo historiador Durval Muniz que pretendemos elaborar um caminho conciliatório para os discursos históricos e literários, adotando a literatura, sem constrangimentos, para refletir sobre a escrita da história.

A reflexão que tencionamos fazer em torno da fabricação de um passado terá como fio condutor o célebre livro *As Cidades Invisíveis*, escrito por Italo Calvino e publicado em 1972, na Itália. Neste livro, acreditamos haver inúmeras questões que nos possibilitam interrogar a história a partir da literatura. Baseado na relação entre Marco Polo e Kublai Khan originalmente relatada no livro *As viagens*, tem um enredo simples. Enquanto Kublai Khan permanece em seu palácio, o viajante veneziano Marco Polo percorre o império em missões diplomáticas a mando do imperador. Ao voltar destas missões, Polo descreve para Kublai Khan as várias cidades por ele visitadas. A partir desta premissa simples, Italo Calvino desenvolve uma história complexa, com múltiplas interpretações, onde, em meio à construção

discursiva de cidades invisíveis, a memória de Marco Polo torna presente para Kublai Khan o seu próprio império.

> *"Não se sabe se Kublai Khan acredita em tudo o que diz Marco Polo quando este lhe descreve as cidades visitadas em suas missões diplomáticas, mas o imperador dos tártaros certamente continua a ouvir o jovem veneziano com maior curiosidade e atenção do que a qualquer outro de seus enviados ou exploradores.(...) Somente nos relatórios de Marco Polo, Kublai Khan conseguia discernir, através das muralhas e das torres destinadas a desmoronar, a filigrana de um desenho tão fino a ponto de evitar as mordidas dos cupins"* (CALVINO, 1990, p. 09).

A citação acima está no início do livro de Italo Calvino e dela já podemos depreender algumas questões centrais para nossa reflexão. Imediatamente, notamos a importância da crença na relação de Polo com Kublai. O imperador conhecia pouco de seu império devido a sua imensidão territorial. Crer no que Marco Polo relatava era uma das poucas maneiras que Kublai Khan tinha de mesurar e conhecer as terras do seu império. Portanto, a crença de Kublai em Marco Polo é, na verdade, a crença no passado deste viajante. O que ficou para trás nas viagens de Polo é o que se fará presente para Kublai Khan. Para o imperador é impossível saber até que ponto Marco Polo exagerava, omitia ou inventava nos seus relatos, de modo que o que define se eles são meras ficções ou fatos reais é a crença que se tem no enunciador de um passado.

De acordo com François Hartog, "A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença" (HARTOG, 1999, p.273). Portanto, o outro que é reproduzido pelas narrativas de viagens é uma figura do passado que se faz presente pela "retórica da alteridade" (HARTOG, 1999, p.273). A crença neste outro depende da retórica do enunciador deste passado no presente. O enunciador, para que a comunicação se estabeleça positivamente, precisa que seu destinatário creia nele. Na tentativa de ser crido, ele recorre aos seus sentidos para a sua apreensão do real.

Primeiramente, o olho ou a vista é o sentido que mais se valoriza, quando a enunciação se pretende verdadeira. "O olho escreve (ou, pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso)" (HARTOG, 1999, p.276), escreve Hartog. O testemunho ocular, o fato de ter visto e presenciado o ocorrido que depois vira passado é uma comprovação de que o enunciador fala a verdade. Quando a visão falha na apreensão do real, a audição pode substituí-la como prova de veracidade. "O eu ouvi reveza com o eu vi, quando este último não é possível (...)"(HARTOG, 1999, p.281).

O que vimos acima são marcas de um mundo ainda "dominado pela oralidade" (HARTOG, 1999, p.284). Por essa razão, a visão e audição, juntas com a fala serviam como

documentos enunciadores de verdades. A relação de Marco Polo com Kublai Khan também deve ser pensada dessa forma. Marco Polo será acreditado por Kublai somente se este desejar crer no que fala o veneziano. Ou seja, "o fazer-crer do narrador enxerta-se, com efeito, no querer-crer do público, do mesmo modo que em sua recusa de crer" (HARTOG, 1999, p.301).. Curiosamente, o próprio François Hartog cita o Marco Polo de Italo Calvino, o que, de certa forma, corrobora a nossa intenção de refletir a história a partir deste texto. Reproduzo aqui uma parte da citação usada por Hartog, trocando, apenas a edição que ele utilizou pela nossa edição brasileira. " Eu falo, falo, diz Marco, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. (...) Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido" (CALVINO, 1999, p.123).

Marco Polo age, portanto, como um verdadeiro historiador. "Seu trabalho consiste em criar ausentes, em fazer de signos dispersos na superfície de uma atualidade, vestígios de realidades 'históricas' porque outras" (CERTEAU, 2002, p.57). Polo não oferta a Kublai Khan nada além de seus passados disformes, multifacetados e que saberá? inventados. A visibilidade brota do invisível. Os passados, assim como as cidades, são invisíveis, no entanto o grande Khan os enxerga nitidamente.

"Substituto do ser ausente, prisão do gênio mau da morte, o texto histórico tem um papel performativo" (CERTEAU, 2002, p.108). Polo parece saber disso. "[...] as suas eram as narrativas mais precisas e minuciosas que o Grande Khan podia desejar, e não havia questão à qual não respondessem" (CALVINO, 1999, p.10). Assim, as cidades invisíveis de Polo transformam-se no opulento império sensorial de Kublai Khan. O passado de Marco Polo é o melhor presente que Kublai Khan poderia ter. Através, então, de um discurso histórico específico, o real se torna inteligível rompendo com a lógica de um espaço geográfico através de um espaço imaginativo.

Muito mais poderia ser explorado, mas, devido ao espaço disponível, consideramos, por fim, que teorizar a história e suas práticas científicas através de um texto literário é um caminho possível de ser seguido. O encontro da história com a literatura tende a enriquecer estes dois tipos de narrativas, que não precisam ser pensados sempre em oposição, ou como formas de conhecimento que se anulam. A ficção só acontece na realidade. O contrário também é verdadeiro. "Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve" (CALVINO, 1999, p.59), adverte Marco Polo em um determinado momento. No entanto, as cidades invisíveis são o próprio discurso de Polo, que as torna visíveis através de uma viagem pela memória da linguagem.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. . *A Hora da Estrela: história e literatura, uma questão de gênero?*. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina/PR. História: Guerra e Paz. Londrina : Editorial Mídia, 2005

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.* Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto – Ensaio sobre a representação do outro* . Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*; Tradução de Alípio Correa de Franca Neto. – 2.ed. – São Paulo: Edusp, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cidadania, Imprensa e Governo: "As Queixas do Povo" do Jornal do Brasil (1900-1910)

Everton Costa Santos*

Resumo: Esse trabalho pretende tecer reflexões sobre a questão da cidadania na Primeira República, mais especificamente na primeira década do século XX (1900-1910), na cidade do Rio de Janeiro – então capital federal – através das reclamações dos citadinos expostas na coluna Queixas do Povo do Jornal do Brasil. Sustentamos a idéia de que parte da população da urbe carioca, frente às limitações institucionais impostas pelos primeiros governos republicanos, reconheceu na imprensa um grande aliado na sua relação com o governo. O nosso objetivo é analisar como esse espaço destinado pelo Jornal do Brasil às demandas da população da urbe carioca cumpria o papel de elo entre os citadinos, a própria imprensa e o poder público, engendrando, assim, uma relação, cujo intuito último dos cidadãos era a observância de direitos para o bem viver na cidade, como a oferta de água, saneamento, saúde, segurança, transporte.

Abstract: : This paper suppose to do reflection about the citizenship subject on First Republic, more specifically in the first decade of XX century (1900-1910) in the Rio de Janeiro's city – that time capital – through the citizen complains exposed in the *Jornal do Brasil's* column called "Queixas do Povo". We have a strong opinion that part of population of Rio de Janeiro, facing the institutions limitations imposed for the firsts republicans governments, recognized the press a huge allied on his relations with the government. Our point is analyze how this *Jornal do Brasil*'s space used by the population's demands served as link between city's residents, the press and the public power, working, this way, a relation, which the citizen last objective was the rights observation for a good life in the city, with water offer, sanitation improvement, health, security, transportation.

As análises atinentes às questões relacionadas à cidadania e à imprensa, ora separadamente, ora em conjunto, vem trazendo à baila uma série de profícuos trabalhos nos últimos decênios, não só no cenário acadêmico internacional, mas também no Brasil, especialmente a partir do processo de redemocratização na década de 1980.

Dentre os trabalhos que surgiram no bojo desse momento de enorme inquietude política e iniqüidade social, uma série dedicaram-se a repensar o Rio de Janeiro, antiga capital federal, *lócus* extremamente rico para tal exercício, na qual a cidade é situada enquanto campo simbólico e material, cenário de embates e uniões em torno de uma multiplicidade de interesses, nos quais grupos os mais heterogêneos acessavam e continuam acessando códigos e leituras de mundos igualmente heterogêneos, que nem sempre se colocam de forma direta

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação *Stritu Sensu* em Historia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

com os aspectos meramente econômicos, tão usual em trabalhos de pouco fôlego em alguns trabalhos marxistas. A imprensa, por certo, cumpre um papel extremamente importante quando do forjar dessas leituras de mundo, recriando a cidade, objetivando uma série de interesses, tanto econômicos como simbólico no campo do prestígio e poder.

Dentre os trabalhos de grande repercussão que buscaram repensar o Rio de Janeiro, o que atingiu maior destaque foi a obra *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, de José Murilo de Carvalho. Nessa obra, José Murilo de Carvalho constrói, indiscutivelmente, uma nova concepção acerca do lugar ocupado pela população da antiga capital quando da instauração do regime republicano, via golpe militar, em novembro de 1889. Segundo o autor, o povo do Rio de Janeiro não encenou o papel de simples aglomeração amorfa de indivíduos completamente apáticos, ou, nas palavras de Aristides Lobo, completamente "bestializados" com aquela movimentação, achando que se tratava de uma simples parada militar (LOBO: 1889).

Carvalho afirma que o povo do Rio de Janeiro, ao perceber que a política das elites não o inseria como ente verdadeiramente participativo no novo regime republicano, preferiu uma espécie de "auto-exclusão", e aí reside, não o "bestializado", mas sim o "bilontra"

> *"Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra(...)" (CARVALHO,1987: 160).*

No intuito de apresentar o quão afastado estava a população em geral, Carvalho afirma que a participação eleitoral foi em torno de 1% da população nos primeiros pleitos do período republicano, frente aos 13% atingidos antes da reforma de 1881[1]. Essa diminuição foi provocada por limitações institucionais que excluía, significativamente, a massa de analfabetos no Brasil, mostrando um cenário nada animador, nem mesmo na capital, tamanho o descaso com a instrução pública (apenas 20% dos homens no Rio de Janeiro eram alfabetizados). As limitações constitucionais de 1891 excluíam também as mulheres, mendigos, praças de pré e membros de ordens religiosas, explicando assim a baixa participação nos pleitos.

Não obstante, alguns avanços institucionais no que tange ao exercício do voto um dos elementos constitutivos da tríade de cidadania (MASHALL, T.H:), deram-se,

[1] Carvalho analisa o impacto da lei das eleições diretas de 1881, em termos de redução da participação política, em: "Eleições e partidos: o erro da sintaxe política", in ***Teatro de sombras:* a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, pp. 359-382

fundamentalmente, nos âmbitos da diminuição da idade mínima de 25 anos para 21 anos, ainda na reforma eleitoral de 1881; e a extinção do voto censitário na Carta Magna de 1891.

No entanto, apesar das limitações institucionais, a questão da participação política deve ser relativizada quando posta em comparação com diversos países centrais do ocidente na *Belle Époque*: na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos, os limites instituídos foram extremamente excludentes.

Mesmo em um cenário marcado por uma série de instrumentos institucionais que limitavam severamente a participação nos pleitos, a nossa tese central é de que a participação da população não pode ser medida apenas pela quantidade de votos. A cidadania, por certo, não está limitada a tal exercício. Em nosso trabalho de dissertação, interessa-nos vislumbrar as inserções outras por parte da população do Rio de Janeiro, já que canal do voto e as benesses desmedidas do Estado republicano estavam limitadas a um pequeno grupo da população.

Marcelo Magalhães, quando da sua dissertação de mestrado, analisando o Conselho Municipal, sinalizou para a importância do uso e da enorme validade de se analisar outros mecanismos utilizados pela população quando esses objetivavam a solução de seus problemas. A imprensa, um dos elos da população com o poder público, a qual explicitava as mais variadas questões existente na cotidianidade, principalmente na capital federal, que sofreu com as fortemente com as rápidas transformações da urbe, no afã das suas elites, que desejavam inseri-la no mundo capitalista pós - Segunda Revolução Industrial, o mundo do progresso:

> (...) Existiam, para além das eleições, outras formas de participação popular no campo político-institucional. Não se pode esquecer que **qualquer reivindicação, feita por um cidadão aos poderes municipais, deve ser entendida como forma legítima de participação política** (.(nosso grifo) (MAGALHÃES, 1995: 80)

Interessados em captarem aos anseios da população, os jornais ao longo da primeira década foram criando colunas destinadas para tais fins. Os jornais, através dos seus editoriais ou mesmo através das próprias colunas, se imputavam o papel central na intermediação entre a população constantemente vilipendiada dos seus direitos e o Estado, que, ora era posto como réu; ora como um protetor iminente frente aos problemas da cotidianidade na urbe carioca.

A coluna "Queixas do Povo" que destinava como espaço de intermediação entre os leitores do *Jornal do Brasil* (o jornal mais vendido do Brasil) e o poder público, com algumas características importantes: em primeiro lugar, era um espaço inteiramente gratuito,

sendo as queixas recebidas no *JB* por meio de carta ou oralmente, tanto na sede, como também nas diversas agências do Jornal do Brasil espalhadas pela cidade. Logo a coluna transformou-se em um grande sucesso.

Sendo o jornal mais importante da Primeira República no Rio de Janeiro e talvez do Brasil a coluna passou a ser vista como um canal encontrado pela população para pressionar o poder público a não ser furtar das suas obrigações. O *JB*, para inúmeros leitores, por seu turno, passou a representar uma espécie de *advogado* influente o bastante para auxiliá-los na busca cotidiana pela cidadania. O *JB*, que convivia em um cenário ríspido de disputa por leitores, prestígio e poder, vangloriava-se, ostensivamente, por esse papel especial.

Uma indagação ascende com grande importância: o que torna a "Queixa do Povo" importante para o nosso intento, que é perceber o exercício da cidadania especialmente entre as camadas populares da primeira década do século XX? Para em parte responderemos, nos apropriaremos da análise de Eduardo Silva sobre as *Queixas*:

> *Uma queixa pressupõe, para ser formulada, tanto quanto para ser socialmente aceita, o reconhecimento de um direito. O conjunto das Queixas do Povo deve refletir, portanto, não apenas um quadro de carências sociais, mas sobretudo o que essa sociedade – o Rio de Janeiro da consolidação da República – considerava justo no exercício cotidiano da cidadania" (SILVA, 1988: p.34)*

Assim, a pequena mostra de queixas que iremos apresentar nesse artigo, além de expor as carências sociais da *Belle Époque* e o exercício cotidiano da cidadania, devem ser vistas como relatos dos próprios populares – não de forma direta, pois passava pela "filtro" do jornal – de como se dava a vida na horizontalidade das ruas, casas e ruelas na cidade-capital através da segurança pública e da saúde pública.

Segurança Pública

A capital do Brasil era marcada cotidianamente por sobressaltos comuns as grandes cidades do mundo ocidental. Roubos, furtos, agressões físicas e morais, estupros, corrupção policial e vadiagem, são algumas das ações corriqueiramente presentes nas *Queixas*. Longe de estar integrada às "etiquetas afrancesadas" tão propaladas na grande imprensa, a cidade e a população eram organismos dinâmicos, multiculturais e multifacetados em momento histórico especial, onde o país e a cidade se reformulavam depois de quase 400 anos de escravidão.

Imerso nesse cenário de reformulações das diretrizes da nação, a polícia – e também a imprensa - atuam, não só no auxílio aos detentores dos meios de produção nesse momento em que a lógica capitalista não estava ainda firmemente assentada, mas também como instrumento das classes dirigentes, no sentido de tentar impor o seu projeto "civilizador" em um período de profundas iniqüidades na capital federal. O aparato policial tinha, por certo, uma posição especial na *Belle Époque*, não sem crítica dos seus atos por parte da população, que sofria de forma desmesurada com tais ações*:*

> *Sr. Redator do JB – Além de tantos favores que já me tendes prestado, peço-vos mais este, para o qual solicito a atenção dos srs. Dr. chefe de polícia e general Hermes da Fonseca.*
> *O que se passa atualmente na 3ª circunscrição policial urbana é degradante para todos nós, que temos foros de* ***civilizados****, e para a polícia que ainda não sabe respeitar a nossa* ***Constituição****, principalmente quanto à* ***inviolabilidade do lar****. Anteontem, às 9 da noite, algumas praças de polícia, acompanhados de um sargento, de inspetor e de um delegado da 3° circunscrição, constituindo a chamada 'canoa', perseguiram um menor, e, como este entrasse em sua residência, à ladeira do Livramento, n° 8 residência também de um distinto capitão de navio, a arrojada 'canoa' prendeu o aludido menor em um dos aposentos da referida casa, onde penetrou violentamente, sem o consentimento do morador, tendo cometido cenas de vandalismo.*
> *Este caso de perguntar: onde está o parágrafo 9° do art. 72 da Constituição da República que diz: 'A casa é asilo inviolável do indivíduo: ninguém pode aí penetrar, de noite, sem o consentimento do morador, senão para acudir a vítima de crimes ou desastres; nem de dia, senão nos casos e pela forma prescrita na lei?*
> *Não é incrível por ser verdadeiro, o que afirmo sob minha responsabilidade e por ter ciência própria.* (nossos grifos) (Jornal do Brasil, 08/11/1903).

Apesar da lei da inviolabilidade, o Estado empreendeu ações no sentido de não só controlar e normatizar os hábitos das classes populares nas ruas da capital da República, mas também, em seu espaço mais difuso, mais distantes, em tese, dos tentáculos estatais. O limite entre o público e o privado era, em nome da tentativa de controlar sistematicamente as ditas "classes perigosas", inúmeras vezes ignorado, tornando as leis simples elementos de decoração na Carta Magna.

Nesse caso, o Estado é chamado a agir, posto que a insegurança, efetiva e simbólica, presente na grande cidade, tão carente de oportunidades de empregos formais. É nesse cenário conturbado que emerge essa queixa, incrivelmente atual nos dias atuais:

> *O Jornal do Brasil queixaram-se os moradores da rua da América esquina da rua Visconde de Sapucaí, de que todas as noites um bando de desordeiros, das 22:30h à meia-noite, provoca desordens e diverte-se a disparar revólveres contra as janelas dos queixosos. Os guardas noturnos não fazem caso, e a polícia parece gostar do divertimento. Ao Sr. delegado competente, providencias! (Jornal do Brasil*, 22/11/1906).

<u>Saúde Pública</u>

No campo da saúde pública, a coluna *Queixas do Povo* retratou e trabalhou – em suas palavras – como advogado em uma questão que inquietava de sobremaneira a população do Rio de Janeiro, que foi a questão da oferta de água, tão fundamental em um período com sérios problemas no campo da higiene pública.

> *Apesar de terem, por várias vezes, ido reclamar das Obras Públicas providências sobre a completa falta d'água que existe nas casas da rua São Braz, em Todos os Santos, até o n° 10 inclusive, os moradores dessa parte daquela rua continuam a sofrer privações com a falta do precioso líquido há, seguramente, seis meses a esta parte.*
> *Os encarregados da distribuição da água fazem ouvidos de mercador,* ***justamente em uma quadra de epidemias****, em que a higiene pública exige o mais completo asseio nos lares domésticos.*
> ***Como haver higiene se não há ao menos para mitigar a sede?*** *Piedade, srs. Funcionários das Obras Públicas, para os sedentos daquele ponto do subúrbio, que, ao menos querem água duas vezes por semana. (nossos grifos) (Jornal do Brasil*, 22/11/1906).

Se, nesse caso específico, era realmente descaso dos encarregados ou a mais completa impossibilidade dada as precárias condições materiais as quais estavam submetidos, em nome do lucro desmedido da *The Rio de Janeiro City Improvemmnet Limited,* não temos, aqui, a possibilidade de expor. O que nos interessa aqui sublinhar é a percepção da população de que o Estado era dotado de obrigações, mesmo quando a falha do serviço era provocada pela inoperância de um concessionário. Era observado pela população que o dever do Estado era cobrar do seu concessionário o cumprimento satisfatório da oferta do serviço para população citadina, como o estabelecido contratualmente. O Estado tinha, na concepção da população, a obrigação de zelar, em suma, pela vida dos cidadãos.

No subúrbio da cidade o cenário era igualmente grave, como evidenciado na queixa da professora Maria Loreto Machado:

> *Sr. Redator do JB - É tal a falta d'água na povoação da Penha que sou forçada a recorrer à vossa folha, pedindo sua intervenção para que cesse, ou ao menos diminua o martírio que estamos sofrendo, eu e meus alunos.*
> *Segundo declaração do respectivo guarda, a água deve correr nas duas torneiras de uso público, três vezes por semana, só durante à noite; raras vezes, porém, isto acontece e quando aparece é sempre um tênue filete, que, dificilmente permite encher-se um barril, além do plantão a que obriga a incerteza da hora, acompanhada de empurrões e gritos entre os que esperam a água.*
> *Imagine, Sr. Redator, as dificuldades com que luto, principalmente no verão, para fornecer água aos 105 alunos da escola sob minha regência. (Jornal do Brasil*, 19/11/1906).

Essa queixa, além de evidenciar a dificuldade que era estudar, principalmente nos dias mais quentes, possui um relato sobre a espera pela água digno de nota, na medida em que nos fornece uma visão de parte do cotidiano da população menos abastada da cidade do Rio de Janeiro. Em um cenário marcado por "empurrões e gritos", a espera pela água figurava como um dos momentos de sociabilidade entre vizinhos, marcada por solidariedades e por tensões múltiplas no difícil caminho da sobrevivência na urbe carioca.

Dentre as tensões entre vizinhos, parte residia na ameaça à saúde pública, que levava às denúncias de vizinhos contra imóveis em situações precárias, por medo de contrair uma série de doenças que não cessavam de grassar a cidade do Rio da *Belle Époque*, tal como febre amarela, tuberculose, peste bubônica, varíola. Dentre as queixas que os citadinos pediram a intervenção do Estado na habitação vizinha, encontramos essa na rua Malvino Reis:

> *O Sr. Manuel Antunes Batista, morador à rua Malvino Reis, n° 112, veio mais uma vez queixa-se ao Jornal do Brasil de que continua fechada pela Inspetoria de Higiene e Assistência Pública, a casa contígua àquela de número 114, onde se acoitam* ***vagabundos e gatunos****. Da dita casa,* ***despende-se um fétido insuportável de carniça****; pousando ali dezenas de* ***urubus.***
> *Mais uma vez, a bem da saúde dos moradores da citada rua, endereçamos a justa reclamação ao diretor geral da saúde pública municipal. (Jornal do Brasil*, 25/11/1903).

Queixas como essa, que davam conta de atores que contrastavam com os "louváveis morigerados", serviram como rica justificativa para as ações do Estado, por meio do uso dos agentes sanitários, com o apoio da força policial para a intervenção nos recônditos das habitações. Segundo Bretas,

> *As determinações da higiene pública eram muito úteis aos delegados interessados em eliminar as estalagens e casas de cômodos de suas circunscrições, consideradas focos de desordem e abrigo de criminosos.(...)* ***queixas*** *encaminhadas à diretoria de higiene motivavam fiscalizações e relatórios que concluíam, geralmente, pela intimação dos proprietários para executar reformas, sem as quais as casas seriam fechadas. (nosso grifo)* . (BRETAS, 1995: p.61).

Apesar das ações dos agentes de saúde, o número era insuficiente frente a magnitude das habitações superpovoadas e sem observância mínima para o funcionamento. As epidemias encontravam, assim, espaços férteis para se multiplicar, causando morte em todas as partes da cidade.

Considerações Finais:

Essa pequena amostra no presente artigo pôde evidenciar o equívoco de uma série de trabalhos que dirimia a participação da população, acusando-a de bestializada, despolitizadas e desconhecedora dos seus direitos. Pelo contrário: sabendo do cenário institucional extremamente limitador, parte da população vai transpor tais limitações utilizando a imprensa, denunciando, expondo o mal governante ou funcionário pela má condução da coisa pública ou, até mesmo, pelo total desleixo, não atuando.

A imprensa, numa posição de elo e formador de opinião, através dos intelectuais, mesmo em uma sociedade pouco letrada encontrou, com o auxílio das leituras coletivas, um público amplo que consumia as informações sobre a cidade e que não aceitam as condições da mesma.

BIBLIOGRAFIA:

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Ruas: o povo e a polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras. 3ªed. 1987.

_____. ***Teatro de sombras:*** **a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Encenação da Questão da Higiene: O conselho municipal como teatro (Rio de Janeiro – 1892-1902)**. Tese de Mestrado. UFF. 1995.

MARSHALL. T.H. ***Cidadania, Classe Social e Status***. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOVAIS, Fernando (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: **da *Belle Époque à Era do Radio***. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As relações entre a música popular e o ensino de história na Argentina e no Brasil: o período ditatorial

Alexandre Felipe Fiuza*

Resumo: Esta comunicação estabelece comparações entre as trajetórias dos músicos brasileiros e argentinos, suas militâncias políticas e suas canções durante as ditaduras argentina (1976-1983) e brasileira (1964-1984). Portanto, por meio da atuação dos músicos, nas intersecções do campo artístico e político, igualmente pela produção musical daí advinda, propõe-se reflexões no ensino de história sobre os dois países. Tal perspectiva busca analisar a importância da preservação da memória do período ditatorial a partir de canções, a exemplo das compostas e/ou interpretadas pelos argentinos Maria Elena Walsh, Mercedes Sosa, Charly García e León Gieco, e pelos brasileiros Raul Ellwanger, José Rogério Licks e Manduka.
Palavras-chave*:* Ensino de história, canções, ditaduras.

Abstract: This communication aims at establishing comparisons between the personal histories of Brazilian and Argentinian musicians, their political militancy and their songs composed during the Argentinian (1976-1983) and Brazilian (1964-1984) dictatorships. Therefore, by means of the musicians' activities in the intersections of the artistic and political fields, as well as by the musical production originated from that, this study proposes some reflections on the teaching of the history of both countries. Such perspective highlights the importance of preserving the memory of the dictatorial period by means of songs, like the ones composed and/or interpreted by the Argentinian Maria Elena Walsh, Mercedes Sosa, Charly García and León Gieco, and by the Brazilian Raul Ellwanger, José Rogério Licks and Manduka.
Key-words: History teaching, songs, dictatorships.

Com o Golpe Militar[1] em 1964, o Brasil passou a viver uma experiência não tão comum, a do exílio. Imediatamente ao início desta ditadura uma primeira leva de exilados afastou do país brasileiros de já destacada atuação, como profissionais liberais, políticos e professores. Já conhecidos em suas atividades no Brasil e mesmo no exterior, foram contratados por Universidades e diferentes órgãos não-governamentais de diferentes países. No exterior, realizaram atividades de denúncia contra a ditadura e criaram redes de informação para abastecer de notícias sobre as ações da ditadura brasileira, particularmente sobre a repressão política e a censura.

---

* Professor do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em História – UNESP/ Assis.

[1] Inúmeras pesquisas apontam para a necessidade de uma revisão da caracterização do regime mediante a incorporação do termo "civil-militar". Por esta perspectiva, o Golpe e a manutenção da ditadura se constituiriam da conjugação de interesses civis e militares. Ao nosso ver, tal preocupação procede desde que não maximize este apoio civil e atenue o decisivo protagonismo dos militares nestes vinte anos de ditadura no Brasil.

Contudo, em relação aos músicos, poucos se exilaram no início da ditadura. Uma significativa parcela destes fugiu do país a partir de 1968, quando da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Este ato manteve a Constituição imposta pelos militares em 1967, mas acresceu a possibilidade de fechar as assembléias legislativas estaduais e federal, decretar a intervenção nos Estados e Municípios, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, cercear ainda mais a liberdade, decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, suspender a garantia de *habeas corpus*, entre outras. Tal endurecimento do regime não se deu unicamente nesta legislação, afinal, esta política possibilitou também um maior controle sobre os sindicatos, o movimento estudantil, a oposição política como um todo.

A Censura já era exercida antes mesmo do Golpe, mas, a partir de 1964 e em maior grau a partir de 1968, o veto aos temas políticos e morais acentuou-se significativamente. Portanto, estavam banidos do cenário político não apenas os movimentos políticos, mas também qualquer atividade jornalística ou manifestação artística contrárias aos interesses do regime militar. Em meio a esse clima repressivo, alguns dos músicos da chamada música popular brasileira, que encontraram nos festivais da canção a partir de 1966 uma vitrine decisiva, foram atingidos duplamente na medida em que conjugavam a militância política nas universidades com a atividade artística cada vez mais cerceada.

Portanto, para aqueles músicos que tiveram relação direta ou indireta com os movimentos armados de oposição ao regime e para aqueles que tiveram um controle acentuado de sua produção artística através da censura e das freqüentes intimações para prestar depoimentos nas delegacias, o exílio foi a saída escolhida. Em Paris, no *Quartier Latin* quase tudo era possível para estes exilados: as revoluções, os contratos com as gravadoras, os movimentos políticos, sindicais e de luta contra as ditaduras e pela anistia. Não foi diferente em Santiago do Chile, em Buenos Aires, ou em alguns bairros londrinos. Nessas pequenas "ilhas", entre as décadas de 1960 e 1970, se encontravam músicos advindos das ditaduras da América Latina, da Península Ibérica, da Grécia, como náufragos de mares agitados por golpes militares.

Contudo, houve também um movimento inverso com a vinda de músicos chilenos e argentinos para o Brasil, apesar da ditadura em comum. Foi também em razão da existência da ditadura, no caso da Argentina, que levou o violonista argentino Juan Falú, natural de Tucumán, a exilar-se no Brasil. Juan é sobrinho do também renomado violonista argentino Eduardo Falú. A militância política de Juan Falú começou nos tempos de Universidade, como aluno de Psicologia Clínica e teve continuidade mediante sua participação em grupos revolucionários. Em seu exílio, entre os anos de 1978 e 1980, integrou-se ao grupo *Tarancón*

e também acompanhou Abílio Manoel em suas apresentações. O grupo musical, a exemplo do grupo *Raíces de América*, foi fundamental para a divulgação de canções folclóricas latino-americanas, além de serem responsáveis pelo êxito das canções de protesto argentinas e chilenas no Brasil.

Nos arquivos dos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) também se encontram prontuários de inúmeros músicos estrangeiros. Por exemplo, no DEOPS estão dezesseis documentos em que o nome da cantora argentina Mercedes Sosa foi citado primária ou secundariamente entre 1977 e 1982. Esta documentação se refere a espetáculos no Brasil; participação em eventos, como no *Festival Nacional Mulheres nas Artes*, em 1982; por ter sido aludida em um manifesto: "Ref. Citada no panfleto ref. 30.000 desaparecidos na Argentina"[2]; ou ainda por ser "cantora conhecida como intérprete de canções de protesto"[3]; entre outros. No Brasil, também não foi diferente a repressão aos estrangeiros considerados inimigos da Segurança Nacional, constam entre os "desaparecidos" três argentinos: Noberto Armando Habeger, o padre Jorge Oscar Adur e Ernesto Ruggia (TELES, 2001: 179).

O músico gaúcho Raul Ellwanger é um dos músicos advindos do movimento estudantil e que entrou na luta armada. Ele é muito citado nos documentos dos DOPS. Novamente a causa principal não se deve diretamente às suas composições. Sua ficha foi encontrada no DEOPS/SP e a dois mil quilômetros de distância no arquivo do DOPS do Estado da Paraíba, cujo prontuário de nº. 230, trazia apenas seu local de nascimento e filiação, além da informação de que era "militante foragido da VAR [Vanguarda Armada Revolucionária] – Palmares, Rio Grande do Sul". No mesmo arquivo aparece numa lista de procurados, sob o pseudônimo de "Gaspar". No arquivo paulista, aparece na relação dos elementos envolvidos em subversão, "implicados com a VAR – Palmares e procurados pela SSP/RS".[4]

Ainda em São Paulo, a ficha de Ellwanger remete a outros 120 documentos, trazendo num deles um outro pseudônimo, "Juca". Num outro documento do DEOPS está anexa sua ficha originada na 2ª Seção do II Exército: "Comunista fanático. Elemento ligado à ex-UNE [União Nacional dos Estudantes]. Considerado um dos mais violentos esquerdistas dentro da PUC. Orador com temas esquerdistas (festivais de canção)". [5] Sua ficha é adensada

[2] Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivo DEOPS, Divisão de Informações do DOPS, nº. 20-C-44-9505, datado de 13 abr. 1980.
[3] Idem, nº. 21-Z-14-3836 rm, datado de out. 1977.
[4] Pasta 30-Z-10-7113, Arquivo do DEOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
[5] Pasta 50-Z-9-181728, idem.

com: "Agitador. Orador de alguns recursos. Participa de concursos de música com temas esquerdistas (Festivais de Canção)." [6]

Raul Ellwanger teve uma significativa inserção no meio musical do Cone Sul. Gravou em 1984 um disco intitulado *Gaudério* que contou com a participação de dois argentinos: o músico León Gieco e a cantora Mercedes Sosa, além da participação do cubano Pablo Milanés. Este disco teve duas de suas dez faixas gravadas em Buenos Aires e as demais no Rio de Janeiro. Em *Pialo de Sangue*, contou com a produção de León Gieco, autor da outra faixa *Eu só peço a Deus*, numa versão de Raul, mais tarde gravada por Beth Carvalho. Estes contatos foram iniciados ainda durante seu exílio na Argentina entre 1973 e 1977. Em seu disco *Raul Ellwanger*, de 1980, grava uma canção intitulada *O Pequeno Exilado*, composta em homenagem ao filho de um casal de amigos que conviveu com ele durante o exílio no Chile. Segundo o encarte do disco, é "dedicada a Charles Hugo Metzger, Bobito, radicado em Paris".

Esta gravação contou com a participação de Elis Regina: "Navegas, navegas, navegas, lá do outro lado do oceano/ na palma da mão já carregas/ vinte mil léguas de sonhos/ seguindo teu pai que te leva/ a bordo dos teus nove anos/ pequeno exilado sem pátria/ navegas teu barco de engano/ navegas teus olhos molhados/ na capital dos franceses/ carrega teus olhos chorados/ contando dias e meses/ menino crescido sem terra/ teu único plano primeiro/ é ver terminar tanta espera/ é ser cidadão brasileiro/ guerreiro do bairro da Glória/ duende do bairro Floresta/ vem cá conhecer nossa história/ malandros, calçadas e festas/ só quero te ver na cidade/ cantar com bom português/ canções de gritar liberdade/ daquela que usa o francês/ Vou-me embora, vou-me embora/ navegas, navegas, navegas [...] Boi, boi, boi, boi da cara preta".

A melodia e o arranjo apontam para a melancolia que envolve o tema. Afinal, seu personagem é o menino que sai do Chile rumo à Paris, "a capital dos franceses", como afirmamos anteriormente o destino de muitos exilados brasileiros. Um teclado remete a uma sonoridade que remete à canção infantil, de ninar. Os *vocalises* de Elis Regina potencializam ainda mais a tensão melódica da canção. A música incidental *Boi da cara preta* no início e no final dão a tônica dos dramas dos filhos dos exilados. Drama ainda mais grave nos casos em que envolveram o assassinato dos pais destas crianças, como aconteceu no Chile com Vânio José de Matos. A volta destas crianças do exílio[7] provocou ainda novas experiências não

[6] No pasta 50-Z-30-735, Arquivo do DEOPS, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

[7] Sobre esta questão, ver o artigo de nossa entrevistada, a historiadora uruguaia Cristina Porta: La cuestión de la identidad en los hijos de los exiliados – Desexiliados. In: *Anais - Segundas Jornadas de História e Integración Cultural del Cono Sur.* Concepción del Uruguay/ Argentina: Universidad Autónoma de Entre Ríos, 2005 (CD-ROM).

menos traumáticas. Afinal, muitas delas cresceram no exílio e ali cresceram e tiveram alicerçados inúmeros referenciais e voltar ao Brasil era "ver terminar tanta espera", mas novamente para viver num país pouco familiar.

O universo infantil na canção também encontrou na Argentina uma outra grande expoente da poesia e da canção, trata-se da argentina María Elena Walsh (1930). Suas canções guardam uma simbiose entre o lúdico e o político. Das filigranas do cotidiano criou personagens e histórias que foram êxitos em distintas gerações de crianças e de adultos. Sua poesia alicerça-se em expressões de liberdade, de exercício imaginativo, de crítica ao *status quo*, dentro e fora do período ditatorial. Na canção *Manuelita, la tortuga,* a exemplo da humanização dos animais na literatura infantil e nas fábulas, a tartaruga Manuelita também é o personagem que um dia "se marchó" e embora ninguém soubesse por que "a París ella se fue (...) en los tiempos del rey Luis". É possível que não tenha sido uma homenagem deliberada da autora ao drama do exílio, mas o fato é que foi freqüentemente aludida como uma canção sobre o exílio.

A produção de Maria Elena Walsh guarda algumas similaridades com os trabalhos de Chico Buarque voltados às crianças, a partir de uma sofisticação literária e musical incomum no campo dos músicos, como em *Os Saltimbancos*, numa tradução e adaptação da peça italiana *I Musicanti* (de 1976), com música do argentino radicado na Itália, Luis Enriquez Bacalov e textos do italiano Sergio Bardotti. Nesta versão do musical por Chico Buarque, o referencial político foi ainda mais latente, muito embora sua originalidade advenha justamente desta capacidade de aliar a crítica política ao universo lúdico inerente ao texto e às canções que compõem a obra. Encenada sob a direção de Antônio Pedro, em 1977, foi gravada em disco no mesmo ano. Apesar do seu conteúdo de crítica social e política, não se encontrou registros na Censura relacionados à sua liberação.

Nesse sentido, há uma rica produção musical neste e sobre o período das ditaduras na América do Sul. Contudo, para além das canções freqüentemente citadas, há ainda uma diversa produção musical e de diferentes gêneros que podem compor um interessante mapa sonoro e histórico do período. Há que se levar em consideração ainda as observações dos historiadores Geni Duarte e Emílio Gonzalez. Eles reiteram sobre a necessidade de se perceber que a canção latino-americana (em espanhol) de cunho mais tradicional também trazia uma forte representação de contestação à ordem estabelecida: "Embora os compositores tenham se voltado para as raízes tradições populares dos seus próprios países, determinadas trocas tinham o objetivo de mostrar que havia um território comum por trás desta diversidade" (DUARTE, GONZALEZ, 2007: 55). Se havia um projeto similar das oposições às ditaduras,

também havia uma similaridade e um projeto de eixos comuns entre estes governos ditatoriais. Antes mesmo da chamada "Operação Condor", as redes de informação e de repressão extra-nacional foram ativas, as polícias políticas e os militares dos países do Cone Sul tiveram livre trânsito e apoio logístico.

Um dos casos exemplares desta circulação está relacionado à prisão do músico brasileiro Francisco Tenório Cerqueira Júnior. Ele fazia parte da banda de Vinícius de Moraes que fazia uma temporada em Buenos Aires em 1976. Ele havia descido de seu quarto de hotel Normandie, no centro da capital, para comprar cigarros e remédios quando foi preso e levado como suspeito unicamente pelo seu tipo hippie. Justamente o pianista Tenório Jr. que não tinha nenhuma atuação junto a movimentos políticos, aliás, que era até mesmo filho de um delegado de polícia.

No caso Tenório, a Embaixada do Brasil na Argentina foi novamente conivente com o Governo Brasileiro na sonegação de informações aos familiares de desaparecidos políticos. Segundo o relato do militar argentino Cláudio Vallejos, um diplomata sabia da prisão e do local onde se encontrava Tenório, tratava-se de "Marcos Cortes (Marcos Henrique Camillo Cortes, Ministro-Conselheiro do Itamaraty em Buenos Aires entre 74 e 78, depois promovido a Ministro de Primeira Classe e transferido para a Austrália)." [8] Este diplomata não foi o único a saber do caso, ainda segundo Vallejos, participaram da ação dois outros brasileiros que foram até Buenos Aires participar do interrogatório e das sessões de tortura: o major Souza Batista e do capitão Visconti. O pianista foi barbaramente torturado e executado com um tiro na cabeça. Seu corpo não foi encontrado até hoje e sua família só recebeu o parecer favorável de indenização pelo estado Brasileiro trinta anos depois do caso.

Foi esta violência que inspirou inúmeros compositores a burlar a censura para denunciar através de canção a política de terror que se abateu sobre a América Latina. Um desses exemplos vem da canção *Los Dinossaurios*, de Charly García, por sua vez autor de inúmeras canções clássicas do rock argentino das décadas de 1970 e 1980: Los amigos del barrio pueden desaparecer/ los cantores de radio pueden desaparecer/ los que están en los diarios pueden desaparecer/ la persona que amas puede desaparecer/ Los que están en el aire pueden desaparecer en el aire/ los que están en la calle pueden desaparecer [...] Los amigos del barrio pueden desaparecer/ pero los dinosaurios van a desaparecer". Esta canção de 1983 revela o clima vivido na Argentina com seus milhares de desaparecidos, como genocídio ali

[8] OLIVEIRA, Frederico Mendonça de. *Terceira Parte*. Mimeo, 2005. Capítulo gentilmente cedido pelo autor, diga-se de nota, outro grande instrumentista e ex-integrante do aclamado grupo *Som Imaginário*. (capítulo inédito da nova edição de *O Crime contra Tenório,* Alfenas, MG: Atenas, 1997).

praticado. Os presos políticos que eram jogados em alto-mar, o que também acredita-se ter acontecido no Brasil, são aqui lembrados: "los que están en el aire".

O músico brasileiro José Rogério Licks ou "Gaúcho" é um dos personagens do livro de memórias *O Crepúsculo do Macho* (1980), de Fernando Gabeira: "[...] um refugiado do sul do Brasil, [que] conseguira saltar com um violão e dedilhava algumas notas" (p.153). Chegou ao Chile em 1972 e lá conheceu inúmeros músicos, escritores e outros brasileiros exilados.

Após o golpe contra Allende em 1973, os refugiados políticos que antes estavam asilados na Embaixada da Argentina na capital chilena foram sendo instalados pelo interior da Argentina. Já vivendo em Buenos Aires, os músicos brasileiros Raul Ellwanger, Leopoldo Paulino, Eliana Lorentz Chaves, Zeca Leal, José Luís Sabóia, Edu, José Rogério Licks e Márcia Savaget Fiani, dirigidos pelo teatrólogo Augusto Boal, formaram o grupo *Caldo de Cana* que apresentou em Buenos Aires o espetáculo *Canción del Exilio*[9]. Segundo o ex-integrante do *Caldo de Cana* e da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e hoje vereador na cidade de Ribeirão Preto, Leopoldo Paulino:

> *Sob a direção de Augusto Boal, organizamos um show de música popular brasileira no último final de semana de março de 74, que foi apresentado no Teatro Latino, localizado na esquina das Ruas Cochabamba e Defensa. Denominamos o grupo de "Caldo de Cana", e era integrado por Márcia, Edu, Sabóia, Gaúcho, Raul e eu, cuja apresentação foi uma denúncia contra os crimes da ditadura brasileira* (PAULINO, 2004: 309).

O músico "Gaúcho" recorda-se de uma das canções feitas para este espetáculo. Trata-se de *Canción del refugiado* (Tierra mía), que segundo o próprio músico: "Era a que abria o show no Teatro Latino em Buenos Aires". Composta em espanhol, dava bem a tônica das angústias de então: "Sí, esta tierra es tan linda/ su pueblo es tan pueblo como el de mi hogar/ Sí, yo agradezco esta tierra/ vivir nuevamente y de nuevo esperar/ Pero es que allá he dejado/

la gente sufrida que me acompañó/ Allá quedaron mis muertos/ en la tierra herida de amor que cayó/ Tierra lejana y tan mía/ escupida de agravios no más estarás/ Y en la semilla de sangre/ de todos tus muertos renacerás, renacerás". A experiência do Chile foi traumática e não unicamente para os chilenos. De acordo com o ex-preso político Clayton Netz, agentes do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), além de oferecerem cursos de tortura aos militares chilenos, também barbarizaram os presos políticos brasileiros no

[9] Conforme *folder* obtido junto ao músico José Rogério Licks, conhecido na Alemanha pelo nome artístico de José Rogério. Ver algumas letras de canções de Licks compostas para o grupo, em anexo.

Estádio Nacional em Santiago do Chile, transformado então em uma espécie de campo de concentração. Há depoimentos de corpos jogados e amontoados na rua para disseminar o terror.

Apesar das tentativas de controle das ditaduras latino-americanas sobre os músicos, houve um significativo intercâmbio entre os músicos brasileiros exilados e os portugueses (como se vê na citação anterior), argentinos, uruguaios, chilenos e cubanos. Um exemplo deste contato encontrado nesta pesquisa relaciona-se ao músico Manduka, que, em razão do exílio de seu pai no Chile, iniciou uma parceria com os músicos chilenos do grupo *Los Jaivas*. Eles se conheceram no início da década de 1970 no Chile, de onde surgiu um coletivo de músicos chamado: "[...] *Los Piratas del Bembirá*, formado por Los Jaivas, Illapu, Manduka, Geraldo Vandré, Antonio Smith, Matías Pizarro".[10]

Tais contatos levaram também o músico exilado brasileiro Geraldo Vandré a participar da gravação do disco *El Volantín*[11], de *Los Jaivas*, em 1971, cantando a faixa *Bolerito*. Quanto à parceria entre Manduka e *Los Jaivas,* esta renderia o disco *Los sueños de América*[12], gravado na Argentina em 1974. Manduka teve uma trajetória incomum. Viveu em inúmeros países durante o exílio: Chile, Argentina, Alemanha, México, Venezuela, França e Espanha. Com Augusto Boal fez a trilha musical da peça *A tempestade*, uma adaptação do clássico de Shakespeare, em pleno exílio argentino. Venceu um festival de música no Peru, em 1972, com a canção *Pátria Amada, Idolatrada, Salve, Salve*,[13] numa parceria com o então exilado Geraldo Vandré. Em 1979, novamente teria êxito com o primeiro lugar no *Festival 79 da Música Popular* (da Tupi) com sua composição e de Dominguinhos *Quem me levará sou eu*, interpretada por Fagner. Em 1986, gravou o disco *Sétima Vida* com Pablo Milanés em Cuba. Apesar da efervescência de seu trabalho plural (era também ilustrador), morreu em 2004 sem ter reconhecida a sua importância no cenário cultural do país.

Enfim, a documentação dos órgãos da censura, dos arquivos da repressão, os depoimentos dos músicos e principalmente suas canções contribuem sobremaneira para o trabalho com o ensino de história, e não apenas do Brasil.

---

[10] LOS SUEÑOS de América. Disponível em: <http://www.jaivaamigos.com/discografia/id48.html>. Acesso em: 13 mar. 2005.
[11] Los Jaivas. *El Volantín.* Santiago do Chile: RCA, 1971. 33 rpm, stereo.
[12] Los Jaivas. *Los Sueños de América.* Madrid: Movieplay, 1979. 33 rpm, stereo.
[13] Gravada no disco de Manduka, *Brasil 1500*. Chile: IRT/ILS, 1972, LP.

Bibliografia:

DUARTE. Geni Rosa, GONZALEZ, Emilio. Pensando a América Latina: música popular, política e ensino de História. CERRI, L. F. (org.). *Ensino de História e Educação:* olhares em convergência. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007, pp.45-64.

FIUZA, Alexandre Felipe. *Entre um samba e um fado:* a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970. Assis, SP: UNESP, 2006. (Tese de Doutorado em História).

GABEIRA, Fernando. *O Crepúsculo do macho*. 14 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. (Coleção Edições do Pasquim; 82).

PAULINO, Leopoldo. *Tempo de Resistência*. 5 ed. Ribeirão Preto: COC Empreendimentos Culturais, 2004.

PORTA, Cristina. Un nacimiento en Ezeiza. *Escritos Documentales.* Ediciones del Movimiento, 2004.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos:* reparação ou impunidade? 2 ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH – USP, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A literatura e a cidade brasileira nos anos 90

Luciana Paiva Coronel[1]

Resumo: A literatura, desde a origem das cidades modernas, invariavelmente desempenhou o papel de mapeadora das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que marcaram o processo de modernização no cenário urbano. Instrumento construtor de identidades, o texto literário será aqui analisado na condição de mediador simbólico capaz de expressar a dinâmica cultural brasileira no seu todo e também a particularidade dos grupos sociais de periferia, cuja exclusão social e cultural começa a ser rompida nos anos 90 com a publicação de obras de autores como Paulo Lins e Férrez, que ampliam o âmbito de representatividade social da literatura brasileira a partir da sua inserção, como autores egressos das classes menos favorecidas, no *stablishment* cultural, até então refratário à presença de escritores egressos dos grotões das grandes cidades brasileiras.
Palavras-chave: Literatura brasileira, periferia urbana, inclusão cultural.

Abstract: Literature has artistically elaborated the economic, social, political and cultural transformations that characterizad the modern urban scenario since the begining of modern cities. The literary text, as a tool of building identities, will be analysed here in the condition of symbolic mediator, able to express brazilian cultural dinamic as a whole. The peculiarity of outscurts groups will also be studied here. The exclusion of these groups started to be broken in the 1990s with publishing of books of Paulo Lins and Ferréz. These writers broadened the scope of social representativity of Brazilian literature because of their own insertion as writers who came from less favored in the cultural stablishment.
Key-words: Brazilian literature, urban outskirts, cultural inclusion

> *As massas não têm necessidade dos intelectuais para saber, elas sabem perfeitamente, muito melhor do que eles, e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e este saber... Os intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são os agentes da consciência e do poder, ela própria, faz parte desse sistema. Michel Foucault*

Nos anos 90, obras literárias realizadas por sujeitos egressos das periferias das grandes cidades invadem a cena cultural brasileira, dotando de particular interesse a produção ficcional brasileira desta década. Estas obras, cujo fio de continuidade em relação à proposta estética de grupos musicais de rap como os *Racionais Mcs,* cujas músicas deram o tom da agenda cultural dos anos 80, é evidente.

---

1 Professora de História no Centro Universitário Metodista IPA, doutora em Literatura Brasileira pela USP

Os *Racionais,* cujas músicas produziram uma fala significativa e nova sobre a exclusão, consagraram-se como "o mais importante fenômeno musical de massas no Brasil dos anos 90", segundo Maria Rita Kehl (2000, p.215). O esforço comum de construção de uma "atitude" de protesto social por meio da arte permite que se reúnam as propostas do grupo de rap e as propostas dos literatos que emergem nos anos 90 sob uma mesma intencionalidade estética, identificada com uma crítica contundente à exclusão social e cultural em que vive boa parte da população brasileira. A presença desta produção artística fortemente empenhada no resgate da cidadania e da dignidade dos habitantes da periferia marca indelevelmente a cena cultural brasileira contemporânea, dotada de uma pluralidade de vozes e de discursos, e por isso mais rica e representativa da vida social brasileira do que o foi outrora.

Em um artigo intitulado "O direito à literatura", o crítico literário Antonio Candido define o acesso à literatura como um dos direitos humanos básicos, indispensável não à sobrevivência física, mas à integridade espiritual dos seres humanos de todos os tempos. Ressaltando o papel humanizador em sentido profundo exercido pelas manifestações literárias, capazes de ordenar nossa mente e organizar a visão de mundo que temos, Candido situa a literatura no interior da matriz cultural e do tecido social no qual surge e produz sentido:

> *os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, favorecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante. (CANDIDO, 2004, p.175).*

A força de contestação de determinados bens literários deve-se à sua capacidade de fazer uma proposta de sentido por meio de um arranjo especial de palavras. As palavras organizadas comunicam sempre alguma coisa ao leitor porque obedecem a uma certa ordem, que sugere um modelo de superação do caos. A organização da palavra comunica-se com o espírito do leitor e o leva, primeiro, a se organizar e depois a organizar o mundo à sua volta.

Ocorre que, além do conhecimento latente, que provém da organização das emoções e da visão do mundo, há na literatura, para o crítico paulista, níveis de conhecimento intencional, planejados pelo autor com intenção de propaganda, ideologia, crença, revolta.

Nestes casos, a literatura satisfaz a necessidade de conhecer a sociedade, ajudando o leitor a tomar posição em face das iniqüidades sociais que lhe são apresentadas.

Mesmo no que diz respeito à literatura de forte viés social, Antonio Candido não deixa de definir que "a eficácia humana é função da eficácia estética", e que, portanto, "o que na literatura age como força humanizadora é a própria literatura, ou seja, a capacidade de criar formas pertinentes." (CANDIDO, 2004, p.182). Por isso, é preciso sempre levar em conta as soluções formais escolhidas para a veiculação da crítica contundente que os autores referidos dirigem à sociedade que os oprime e renega.

Veículo de potencial crítica social cuja eficácia depende essencialmente da maneira como se apresenta, a literatura, desde o Romantismo, dirigiu esta espécie de olhar generoso e humanitário aos segmentos sociais espoliados, fato atestado por obras como O*s miseráveis*, de Victor Hugo, legítima resposta das letras francesas ao impacto da industrialização, que promoveu a concentração urbana e novas e mais terríveis formas de miséria.

Assim, pode-se afirmar que o pobre entra na literatura como tema importante, tratado com dignidade e respeito, durante o período romântico. No cenário dos movimentos artísticos pós-românticos, será o Naturalismo, a partir da militância estética e política de Émile Zola, que se incumbirá de manter acesa a chama da denúncia das péssimas condições de vida do povo tornado mão-de-obra barata no processo de consolidação do capitalismo na Europa.

No Brasil, o Naturalismo cumpriu função similar, merecendo destaque a obra *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo (1890), na qual se denunciam as péssimas condições de vida e moradia das populações cariocas de baixa renda, tomadas coletivamente, durante o processo de modernização conservadora que culminaria na Abolição e na República.

Seria, no entanto, no interior do que se convencionou chamar Romance de 30, que o homem do povo, com todos os seus problemas, passou para o primeiro plano da representação literária, sendo a matéria principal de que se ocupam os mais destacados ficcionistas brasileiros: Jorge Amado, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Dyonélio Machado, vários deles comunistas proscritos durante a vigência do Estado Novo de Vargas.

Em outro ensaio seminal (2004b), Antonio Candido define que a literatura produzida no país neste momento estava procedendo à descoberta e conseqüente valorização do povo brasileiro, ligando-o, portanto, ao nosso patrimônio estético e ético, num magnífico trabalho de preparo ao aspecto político da questão. E estava, ao mesmo tempo, garantindo a sua sobrevivência como fenômeno cultural, por meio do exercício de um papel de rara qualidade civilizadora em nossa cultura.

Dando um sentido humano ao programa estético do movimento modernista de 1922, os romancistas da década de 30 vão incorporar o povo não mais como objeto de contemplação estética, mas de realidade rica e viva, criadora de poesia e ação, a reclamar seu lugar na nacionalidade e na arte.

O romance começa, segundo este que pode ser considerado o maior dos críticos literários brasileiros vivos, a não ser mais romance *para classe*. É ainda romance *de classe*, porque os seus autores não podem se desprender da sua origem burguesa, mas tentam com todas as forças não oferecer à burguesia o romance que lhe convinha, e que ela queria, usando como matéria viva de criação o povo brasileiro que seria em seguida incorporado à cena política nacional por meio do populismo varguista.

Segundo Candido, "o romance procedeu a uma espécie de preparo do terreno à integração das massas na vida do país." (2004b, p.43). A seleção dos temas e a intenção que animava os criadores de 30 falam bem claramente do espírito de missão de que estavam imbuídos, propiciando à literatura brasileira um vento de renovação, de revisão de valores, de reajustamento do sistema de equilíbrio social e literário.

A literatura brasileira dos anos 90, realizada por autores pertencentes às camadas historicamente excluídas tanto da vida social quanto da vida cultural do país, a população miserável que até então não desempenhara papel importante como sujeito criador na cena literária do país, pode igualmente ter aberto os caminhos para a ascensão ao poder, pela primeira vez na História nacional, de um membro dessas camadas espoliadas, num raro momento de superação de preconceitos arraigados.

Na mesma medida em que o romance de 30 apresentou para o país, por meio da palavra de autores empenhados na construção de uma literatura profundamente crítica da situação social do país, os dramas das populações mais pobres, dotadas a partir de então de

dignidade literária pelo acesso franqueado ao âmbito da literatura, do qual estavam largamente excluídas, a literatura da década de 90, dando continuidade à esta missão civilizatória, apresentou para o país estes mesmos dramas, agora por meio da palavra dos próprios indivíduos excluídos, que assumem a palavra e fazem ouvir a sua voz distoante e profundamente crítica.

A literatura de Paulo Lins e de Ferréz pode ter procedido à mesma espécie de preparo do terreno para a chegada de um ex-pau-de-arara nordestino à condição de presidente do país.

Não é recente a presença de segmentos excluídos no interior da produção literária brasileira, como se viu. Incorporados na condição de *assunto* sobre o qual tratava a literatura que era invariavelmente feita por sujeitos pertencentes às classes mais abastadas, o povo apareceu e deixou sua marca em momentos representativos da história cultural nacional, fato atestado por Roberto Schwarz em *Os pobres na literatura brasileira*.

Havia ainda muito a avançar, no entanto. A participação de indivíduos oriundos de camadas excluídas da população brasileira na condição de autores de literatura brasileira não se inicia nos anos 90. Maria Carolina de Jesus, papeleira, publicou no início dos anos *60 Quarto de despejo*, livro que reunia as anotações que fazia em um diário, dando conta das dificuldades sofridas.

Esporadicamente, um e outro autor de origem mais humilde, podia romper o cerco e fazer sua palavra chegar ao público, mas isso não chegava a constituir um fenômeno digno de nota, tanto pela pequena quantidade de publicações desse tipo, quanto pelo pouco impacto que essas publicações tinham em termos de público e divulgação.

É consenso para a crítica literária brasileira que os anos 90 constituem uma fase particularmente marcada pela presença de autores cuja inserção no universo letrado e culto constitui uma grande ruptura em termos sociais e culturais. A publicação de *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, em 1997, constitui um marco na cena cultural contemporânea pelo fato de o livro ter se tornado fenômeno de vendas, sendo posteriormente adaptado para o cinema, o que permitiu o acesso a um público ainda mais amplo.

O autor, um dos raríssimos moradores da favela Cidade de Deus que dispunha de título universitário, auxiliar na pesquisa científica *Crime e criminalidade no Rio de Janeiro,* conduzida pela professora doutora Alba Zaluar, antropóloga da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, já havia publicado um livro de poesias, *Sobre o sol*, em 1986.

No momento em que Lins decide utilizar o extenso material de pesquisa coletado como matéria-prima de um romance, no qual, o autor insiste, assume o papel de ficcionista, de autor de literatura, dotado de imaginação criativa e empenho formal, a cena literária brasileira recebe um impacto cujos desdobramentos ainda não foram avaliados em profundidade.

Insistindo no fato de que não fez um mero relato da vida na favela onde nasceu e cresceu, mas criou arte, Paulo Lins, professor formado em Letras, abriu um importante caminho, sendo seguido por outros autores empenhados como ele na conquista de espaço no cenário literário nacional.

Ferréz, residente na favela paulista Capão Redondo, dá continuidade a esta vertente literária publicando *Capão pecado*, em 2000, que ficcionaliza as condições de vida miseráveis naquela favela, e a seguir *Manual prático do ódio*, em que explora a necessidade da revolta dos segmentos excluídos, e *Fortaleza das desilusões,* livro de poesias.

Ambos os autores tem na elaboração literária apenas uma das instâncias de atuação na qual militam em prol da igualdade social. Paulo Lins dá aulas na periferia do Rio de Janeiro e como professor afirma se constituir como agente de conscientização e de mudança social. Ferréz montou em sua casa na favela uma biblioteca com a intenção de socializar bens culturais à população de baixa renda ali residente e edita a revista *Literatura marginal*, voltada à divulgação de autores com trajetórias similares à sua.

A revista organizada por Ferréz foi premiada como modelo de iniciativa voltada à inclusão social e cultural e deu origem a um livro, intitulado *Literatura marginal*: talentos da escrita periférica, que reúne o depoimento artístico de outros periféricos como ele e também escritos de sua própria autoria anteriormente publicados na revista *Caros amigos*, na qual é articulista.

Este trabalho recorre às conceituações do teórico Fredric Jameson, que considera a etapa histórica atual como um período inserido na dinâmica peculiar do capitalismo tardio,

que requer, para seu bom funcionamento, uma dinâmica propriamente cultural, tornando a cultura elemento-chave da própria sociedade de consumo. Para o crítico norte-americano as manifestações culturais contemporâneas devem ser investigadas

> *não só como veículos para um novo tipo de hegemonia ideológica, a que é funcional para o novo estágio do capital globalizado, mas também como configurações que permitem ao crítico de cultura destrinchar os germes de novas formas de coletivo até hoje quase impensáveis. (JAMESON, 1997, p. 7).*

Uma vez que a esfera cultural expandiu-se, aculturando desde os anos 60 o conjunto da vida cotidiana e tornando-se ela própria o principal combustível que alimenta a lógica do consumo, tratar de cultura popular permite abordar as estratégias formais de resistência a este sistema, por meio das quais certos bens culturais semeiam os "gérmens de novas formas de coletivo" impensáveis no discurso cultural hegemônico, voltado simultaneamente para o lucro e para o entretenimento descomprometido.

Jameson fornece considerações muito pertinentes para a caracterização da cena cultural mais recente, na qual formas comerciais e formas mais críticas misturam-se, requerendo a argúcia do crítico que tiver a intenção de compreendê-las. Para o autor de *Cultura do dinheiro*, ocorre nos tempos que correm o fenômeno do

> *"apagamento da antiga (característica do modernismo) fronteira entre alta cultura e cultura de massa ou comercial e o aparecimento de novos tipos de textos impregnados das formas, categorias e conteúdos da mesma indústria cultural que tinha sido denunciada com tanta veemência por todos os ideólogos do moderno." (JAMESON, 1997, p. 28).*

A crítica Flora Sussekind considera o aspecto da "germinação entre econômico e cultural" (SUSSEKIND, 2002, p.6) como uma das premissas dominantes da experiência literária contemporânea, traço não exclusivo à fase mais recente da literatura brasileira, mas certamente uma de suas peculiaridades por conta da intensificação e disseminação de sua ocorrência no período.

Trata-se, portanto, de entender globalmente as maneiras pelas quais dá-se a resistência a esta "germinação entre econômico e social" nos quadros da ficção brasileira mais recente, levando em conta obras que problematizem a linguagem dos produtos da indústria cultural triunfante, forçando a barra para que a cara dos pretos, pobres e excluídos em geral seja definitivamente incluída no retrato atual do país.

Tal processo lingüístico complementa o movimento de desliterarização, presente na ficção brasileira, segundo Antonio Candido (1989), desde o romance regionalista dos anos 30, herdeiro, por sua vez, das conquistas do modernismo dos anos 20, que tinha como meta modernizar a linguagem da literatura, tornando-a mais natural e mesmo coloquial.

Nelson de Oliveira, organizador da coletânea *Geração 90: manuscritos de computador*, reforça a pertinência desta modalidade de pesquisa ao identificar o perfil dos contistas por ele próprio selecionados como conformado por meio da influência da comunicação de massa, que não cessa de reforçar os padrões de exclusão vigentes no tecido social brasileiro.

Diz Oliveira acerca dos autores que compõem a sua coletânea: "Vale a pena ressaltar que esta é a primeira geração de escritores cuja infância foi bombardeada pelo veículo de comunicação mais agressivo do planeta: a televisão." (OLIVEIRA, 2001, p. 9).

Avaliar se o bombardeio televisivo foi efetivamente sofrido por estes criadores de ficção desde a mais tenra infância crítica é assunto de interesse, pois pode ter havido repercussões do mesmo nas opções formais adotadas por eles em seus discursos de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. A nova narrativa: pp.199-215.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escrit*os. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.

CANDIDO, Antonio. Poesia, documento e história. In: *Brigada ligeira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p.41-55.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto, 2000.

FERRÉZ. *Manual prático do ódio*. São Paulo: Objetiva, 2003.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo; Ática, 1997.

JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo*.

KEHL, Maria Rita (org). A fatria orfã: o esforço civilizatório no rap na periferia de São Paulo. In: *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000, p.209-244.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Nelson de. *Geração 90: manuscritos de computador*. São Paulo: Boitempo, 2001. p.7-13: Contistas do fim do mundo.

SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SUSSEKIND, Flora. A literatura brasileira dos anos 90. *Folha de SP*, 23 jul 2000, mais! p.4 -11.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Questões urbanas: história, memória e identidade

Zueleide Casagrande de Paula*

Resumo: O presente artigo trata da Ação Popular movida, na década de 1980, pelos moradores do bairro Jardim América e dos associados da SAJEP, contra o governo municipal, que resultou no processo de tombamento da área conhecida na cidade de São Paulo, como os "Jardins".
Palavras-chave: Jardim América, bairro-jardins, cidade de São Paulo

Abstract: In decade of 1980s, the issue deals with people action by neighbours of Jardim América region and SAJE´s members against Council Government. The official resut was registration process of the area known in the city of São Paulo as "Jardins".
Key-words: Jardim América, garden quarter/district, city of São Paulo

A região dos "Jardins", em São Paulo, herdou a "tradição" que caracterizava apenas a área do bairro Jardim América, construída com base em sua originalidade, qual seja, a de ser um bairro jardim projetado por Barry Parker (arquiteto que junto com Raymond Unwin, projetou a primeira cidade jardim inglesa, Letchworth). Porém, essa era uma construção simbólica, visto que o planejamento havia sido alterado ainda na década de 1930, sem que Parker fosse consultado a respeito. Então, cabe perguntar: como foi arquitetada e corroborada uma história celebrativa acerca da origem do bairro, expressa desde o lançamento de sua área para venda dos terrenos por meio das propagandas, e ainda: como a originalidade de seu traçado e a tradição do Jardim América foi compartilhada com seu vizinho mais "nobre", o Jardim Europa, e os contíguos Jardins Paulista e Paulistano?

Essa trama histórica é constituída por muitos atos e, em sua base, está o coroamento do Jardim América como célula de identidade de uma área que fundiu sua história e traçado aos demais tornados "bairros-jardins", sem que todos apresentassem as mesmas características.

A participação e o papel desempenhado pela comunidade do Jardim América ao longo do processo serão priorizadas, pois, embora o Jardim Europa tenha liderado a ação pela salvaguarda das áreas, o papel do loteamento planejado pelo arquiteto inglês Barry Parker

* Doutora do Departamento de história da Universidade Estadual de Londrina – Pr. Capes

ocupou um lugar especial na história de preservação da região conhecida na cidade de São Paulo como Jardins.

Os moradores se organizaram sob a liderança da Sajep, que, desde 1967, representava os Jardins América, Europa e Paulistano: "Sociedade dos Amigos dos Jardins América, Europa e Paulistano – Sajep [que] foi fundada em 14 de dezembro de 1967. Sociedade sem fins lucrativos e apartidária, tem por objetivo estabelecer ação comum entre seus membros, visando à defesa e a promoção dos interesses do bairro"(www.sajep.org.br/tombjardins.1986.pdf, visitada em 10/01/2005. 20:02).

Tratava-se de uma "sociedade" fundada em pleno Regime Militar e com funções e interesses claramente definidos, o que aponta para o alto grau de familiaridade desses moradores com seus direitos civis e a alta taxa de escolaridade. Seu texto é uma cópia do manual da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (Emplasa), que define o que é uma Sociedade Amigos de Bairros (SAB)

As Sociedades Amigos de Bairros nasceram a partir dos anos 1950, estruturadas por "seu caráter amplo, não religioso e apartidário". Podiam "se tornar eixo unificador das lutas de bairros, congregando o conjunto da população"(idem, ibidem)

Por essa definição podemos iniciar uma diferença estrutural entre Comunidades Eclesiais de Bases CEBs (ROLIM ,1980, p. 89-114) e SABs. Enquanto a primeira exercia um inegável poder político dentro da sociedade brasileira, a segunda desempenhava um papel de auxiliar na estrutura organizacional urbana, e seu caráter apartidário agradava os olhos vigilantes da repressão. Essas entidades ofereciam elementos para que as comunidades se organizassem a partir de sua realidade concreta e buscassem a solução de problemas imediatos e cotidianos mais ligados às necessidades básicas.

O papel da Sajep na organização e no encaminhamento da Ação Popular e, posteriormente, do Processo de Tombamento dos Jardins América e Europa foi decisivo para a preservação de suas áreas, dada a iniciativa dessa sociedade de amigos na composição de forças que encetaram a Ação Popular propriamente dita. Muito antes de 1980, ano em que foi impetrada a Ação Popular, a comunidade dos dois bairros foi incentivada a defender seu local de moradia, perceptível em reportagens e artigos veiculados pela imprensa desde 1973, quando a primeira ameaça concreta da abertura da área ao comércio se delineou. Tal quadro perdurou até o tombamento da área (1986), incluindo-se aí dois bairros que não participaram do processo reivindicatório.

A imprensa foi um fator contundente para a organização e a ação dos moradores dos Jardins América e Europa. Contudo, o fato de o movimento ter sido organizado em um

período de repressão política e seu caráter ser popular, nem todas as sociedades de amigos ou CEBs tinham acesso à imprensa como demonstrou ter a Sajep. O caráter dessa sociedade elitista no que se referia a seu propósito e à condição de seus membros proporcionou esse acesso.

Não por acaso que boa parte da documentação que compõe a Ação Popular e o tombamento seja composta de material da grande imprensa. Um primeiro registro data de 18 de fevereiro de 1973, oportunidade em que o jornal *Folha de S. Paulo* publicou matéria na qual denunciava a invasão do Jardim Europa pelo comércio. Segundo a reportagem, as mais de 300 famílias moradoras pretendiam entrar na justiça contra a Municipalidade em razão da mudança da Lei de Zoneamento, que transformava a Avenida Europa em corredor comercial, o que alterava sua condição de Z-1 (estritamente residencial) para Z-2 (propícia ao comércio) e que dividia o bairro em duas zonas distintas. Ainda se acusava a Prefeitura de estar cometendo uma ilegalidade ambiental (Processo de Tombamento nº 23.372/85 p. 357).

Os protestos iniciaram quando se soube da venda de terreno para comerciantes, que construiriam ali um supermercado no Jardim América, no cruzamento das ruas Colômbia e Groelândia, num terreno de 830 metros em frente à casa do industrial Bahij Gattás. Em 31 de março de 1973, outra matéria, intitulada "Ferraz suspende aprovação de construção nos Jardins" (idem, p. 358), informava ao leitor que diante da organização da comunidade, a Prefeitura havia recuado. A possibilidade da construção impeliu os moradores a fazer um abaixo-assinado para impedir o início das obras.

No caso do Jardim Europa, o bairro era ameaçado por um futuro shopping center no cruzamento da Avenida Europa com a rua Alemanha, o mesmo lugar onde a comunidade acusava a Prefeitura de ter destruído o meio ambiente em surdina e a altas horas da noite, em frente à casa da Srª Madalena Manso e do Sr. Marius Rathsam (*O Estado de S.* Paulo, São Paulo, 12 mar. 2002. Caderno Cidades.). O alvará também foi suspenso. Os moradores exigiam que a Lei de Zoneamento fosse revista e que a área fosse, como há mais de 50 anos, estritamente residencial (Processo de Tombamento nº 23.372/85 p. 357).

O prefeito da época, Figueiredo Ferraz, suspendeu "a aprovação de plantas e projetos de construção previstos para os chamados 'corredores de comércio diversificado' " (idem, p. 358). Porém, no caso do Jardim América, a reportagem da *Folha* informava que "o prolongamento das ruas é considerado como Z-2, o que permite a edificação e a instalação de casas comerciais", e que a proposta da Prefeitura era permitir a instalação de lojas selecionadas, destinadas ao público específico do bairro, com o que os moradores não concordaram. O jornal tentou, dessa forma, defender a posição da Prefeitura por ter aplicado

ao bairro Jardim América a nova Lei de Zoneamento, alterando sua condição; mas diante dos protestos o prefeito reconheceu que não agiu de maneira correta e suspendeu os alvarás que autorizavam as construções.

O jornal *O Estado de São Paulo* noticia que prefeito recebeu telegrama de Faria Lima "lembrando-lhe" que a inserção do comércio na região não era adequada, pois a medida viria "deturpar as características daquele bairro, sendo necessário preservar a área mais nobre de São Paulo, que serve de exemplo urbanístico para todo o mundo'" (idem, p. 358). A publicação do telegrama espelha os enfrentamentos entre os que defendiam a inserção do comércio e os que queriam o bairro como permanentemente residencial, contenda também enfrentada pela Sociedade dos Amigos dos Jardins Europa e Paulistano.

Ainda na matéria de 31 de março de 1973 do jornal *O Estado de S. Paulo* (idem: p. 358), os Jardins América, Europa e Paulistano são tratados em suas unicidades e a identidade de cada bairro era mantida, como transparece no trecho relativo à suspensão dos alvarás: "A medida tomada pelo prefeito ontem atendeu aos interesses dos 25 mil habitantes dos jardins América, Europa e Paulistano, que recentemente iniciaram seu protesto contra a invasão comercial que ocorre atualmente naquela área". A construção da idéia dos "Jardins" como um novo lugar, que substituía cada bairro, tragava a singularidade de cada bairro-jardim, agregando todos como se fossem originários da mesma concepção urbanística.

A menção aos Jardins Europa e América, na imprensa, naquele momento, era perpassada por um jogo político que entremeava a construção da idéia de "Jardins", mas ia além dela. Pautamo-nos, para tal assertiva, na trama que envolveu a Ação Popular e conduziu ao Tombamento, percebida nos documentos arrolados nesses dois processos jurídicos. Analisamos, em um desses documentos, cuja característica era a denúncia, como se pronunciava a construção dos "Jardins".

O jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ), em 18 de abril de 1973, noticiou um conluio entre o prefeito Figueiredo Ferraz e o ex-governador Abreu Sodré para mudar o zoneamento da cidade, de modo que o comércio fosse permitido no bairro Jardim Europa, o que era de interesse de empresários, entre eles o próprio Sodré, ligado ao empresário Alexandre Kliot. Tais forças econômicas e políticas estariam por trás da idéia de "plantar" um shopping center na área. O jornal destacava até o silêncio da imprensa, visto que não era de conhecimento público os nomes dos responsáveis pelo negócio, que teria retorno certo. Um intertítulo da reportagem, "Novas investidas", descrevia as iniciativas de Sodré e Kliot na derrubada das 56 árvores que se encontravam há muitos anos no terreno em questão. O jornal *Folha de S. Paulo* também noticiou a derrubada, mas o curioso é que não importava a derrubada das

árvores e a natureza em si, mas a quem pertencia essa natureza, o que ela proporcionava e a quem.

A natureza aparece muito mais como um apoio para um dos lados do que como objeto de preocupação ambiental urbana, voltada para os benefícios coletivos e irrestritos de uma cidade profundamente caótica e cinzenta (CARNEIRO, 1999). A disputa pela inserção do comércio na área prosseguiu e a existência de uma denúncia e o pagamento de uma multa de 26 mil cruzeiros ao Serviço de Fiscalização Florestal não deteve os empresários. O passo seguinte foi definido por uma medida do prefeito Figueiredo Ferraz, que determinou o gabarito de construção, tendo como referência o "castelinho" da família Lafer, com 15 metros de altura, o que permitia a construção de um shopping com três andares, negociação que envolvia bilhões de cruzeiros, pois as luvas de cada loja montavam a 400 milhões de cruzeiros e a mensalidade, a 5 mil cruzeiros para um conjunto de 60 lojas.

As medidas de Ferraz favoreciam a dupla Sodré-Kliot, o que corrobora a proximidade insinuada pela *Tribuna da Imprensa*. O governador Laudo Natel, por sua vez, convocou a comunidade envolvida a enviar representantes para discutir o caso, atitude imitada pela Câmara de Vereadores, que debateu amplamente as denúncias do matutino carioca sobre irregularidades na Lei de Zoneamento e benefícios à dupla de comerciantes. Os vereadores Carlos Ergas e Celso Matsuda solicitaram que os deliberações fossem sintetizadas e enviados ao governo, ao SNI (Serviço Nacional de Informação) e à imprensa.

A polêmica continuou a ocupar as páginas dos diários. Em 11 de maio, *O Estado de S. Paulo* publicava novas críticas ao prefeito, alegando falta de esclarecimentos em relação às irregularidades denunciadas. No dia seguinte, outra nota no mesmo periódico informava que os moradores dos dois bairros entrariam com um mandado de segurança para impedir que a rua Colômbia e a Avenida Europa se tornassem corredores comerciais. Em 25 de maio de 1973, a *Folha de São Paulo* publicou a notícia sobre o recuo do prefeito e a revisão dos corredores comerciais no interior dos dois bairros.

Em 15 de outubro de 1975, a seção livre do jornal *O Estado de S. Paulo* publicou telegrama do presidente da Sajep, Geraldo Prado Guimarães, dirigido ao presidente da República, General Ernesto Geisel, que participaria da inauguração da Casa Manchete, no Jardim Europa.

O presidente não veio a São Paulo, episódio que atesta a força política da Sajep. A atitude resguardou a postura do deputado Faria Lima e dos vereadores Ergas e Matsuda, políticos filiados à Arena, partido político do presidente, e que haviam se manifestado a favor do movimento de defesa do bairro. Pela imprensa, eles cobraram uma posição de Figueiredo

Ferraz, e a vinda do Presidente da República só acirraria os ânimos(Processo de Tombamento nº 23.372/85: p. 258).

O Jardim Europa voltou à imprensa em 1977, no artigo do arquiteto Carlos Lemos "O MIS e os Ricos", mas o Jardim América não; a não ser quando o autor trouxe à tona a área dos "Jardins", que incluía o América. O referido texto está arrolado no Processo de Tombamento, datado de 28 de julho de 1977 e publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na seção "Tendências/Debates"(idem, p. 203-204). Nesse artigo, Lemos faz uma breve narrativa histórica do processo de alteração urbana na cidade de São Paulo, em virtude do crescimento e do progresso.

Destacou, ainda, o crescimento que conduziu à "cidade nova" e enfatizou a existência das chácaras do Arouche, Glete, Northmann, Bouchard e os bairros Campos Elísios, Higienópolis e as chácaras Dona Angélica e Dona Veridiana, todas loteadas. Ressaltou o fato de os ricos sempre defenderem seus direitos e exemplificou com o fato de o Código de Obras haver atendido às exigências da Cia. City. O arquiteto discorreu acerca das ruas, hoje corredores comerciais, que um dia foram locais tranqüilos de residências, como o caso da Nove de Julho. Porém, o crescimento da cidade culminou no deslocamento desses moradores para outros lugares, principalmente os ricos, visto que "não há cortinas e veludos que resistam à fumaça grudenta dos carros e ônibus que tudo enegrece. Há o barulho enlouquecedor." (idem). Mencionou o caso da Avenida Europa, no Jardim Europa, cujo fim, provavelmente, seria o mesmo da Rua Augusta e da Avenida Nove de Julho, pois: "Há o desconforto e esse é o destino da Avenida Europa. Rico não mora mal e ele aos poucos vai sendo expelido dali. Reclama, mas sai e vai procurar novos bolsões de silêncio e disso sabem muito bem os Gomes de Almeida Fernandes da vida"(idem, ibidem).

Em síntese, os ricos sempre iriam morar bem, fosse nos "bairros-jardins" ou em outro lugar por eles escolhido, mas aquela área verde, uma vez destruída, faria falta à cidade de São Paulo, o que justificava sua preservação. Advertia sobre a possível destruição da grande área verde. Destacava, sobretudo, seu valor ambiental e histórico, não somente pela sua condição exclusivamente residencial.

Portanto, o tema ambiental urbano estava no cerne da preservação dos Jardins Europa e América, do ponto de vista do arquiteto, pois que sua lógica profissional o conduzia a esse raciocínio, ao passo que as duas comunidades, provavelmente, não estavam muito preocupadas com essa questão. Esses defensores do lugar sabiam fazer uso das informações a sua disposição e buscar na lei meios para resguardar seus interesses (SILVA, 2005 p. 207).

O movimento em defesa dos Jardins América e Europa pode ser apontado como a vanguarda de uma proposta preservacionista de bairro, visto que, além de abordar a questão do meio ambiente, ainda tratava da preservação de áreas verdes urbanas, algo totalmente inusitado para a época (RODRIGUES, p. 168 a 179). O singular estava em preservar ruas e praças urbanas em razão da vasta arborização que apresentavam e em garantir a imutabilidade de seu desenho. Embora a iniciativa de preservação da área fosse vanguardista, caracterizava-se por interesses particulares muito fortes e pela própria condição sócio-cultural das comunidades envolvidas.

Ressaltar o nível educacional e informacional dessa comunidade se faz necessário, com o propósito de apontar o quanto sua qualidade de vida estava diretamente ligada à consciência de sua condição social e do nível de informação que tinha a seu dispor, além dos instrumentos que possuíam para atingir seus objetivos. A organização das comunidades dos Jardins América e Europa aconteceu de dentro para fora, ou seja, nasceu em seu bojo, em virtude da defesa de seus interesses. Desde então, esse grupo fez uso das ferramentas de que dispunha, entre elas o discurso ambientalista.

Há ainda que se enfatizar o fato de essas mulheres exercerem cotidianamente atividades vinculadas ao bairro, como os encontros no clube local e reuniões beneficentes. E a própria comissão que se formou em torno da criação do MuBE (Museu Brasileiro da Escultura), além de estar motivada a preservar as relações ali estabelecidas e o próprio modo de vida construído, colocou-as ao lado e com a Sajep. A história do MuBE, descrita em seu *site*, revela a atuação dessa sociedade de amigos não somente em defesa do bairro, mas também em favor das atividades culturais. Esta foi a alternativa encontrada pelos moradores do Jardim Europa: plantar um museu no terreno onde haviam estado as árvores cortadas para dar lugar a um shopping. Sua construção ficou pronta em 1995, 22 anos depois da primeira denúncia e 15 anos após impetrada a Ação Popular para deter a implantação do shopping.

Entretanto, esse "final feliz" foi próprio de uma luta marcada pela ambigüidade: de um lado, a idéia de preservação de uma área verde urbana, que enobrece a cidade; de outro, uma área verde cujos habitantes concentram poder, riqueza e isolamento. A própria suntuosidade das residências e os artefatos de segurança que as cercam afastam quem por ali deseje excursionar para conhecer o oásis na grande megalópole de concreto e vidro. O olho alerta das câmeras instaladas em cada portão transforma a rua numa passarela onde o visitante fica vulnerável e exposto ao observador que se esconde por trás dos muros altos e cercas anteparadas por espessas grades de ferro. Esse caminhar pelas ruas do bairro, vigiado sem que se conheça o observador, intriga, inquieta e desestimula, subtraindo a idéia de um passeio

agradável no contato com áreas verdes, que, em princípio, deveriam proporcionar deleite em oposição à espacialidade caótica da cidade cinza.

Referências Bibliográficas:

CARNEIRO, S. R. de F. M. **O olhar cinza da cidade. A imagem do centro de São Paulo.** São Paulo, 1999, f. Tese (Doutorado em Arquitetura).Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, M. **Imagens do Passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987.

ROLIM, F. C. Comunidades Eclesiais de Base e camadas populares. **Encontros com a Civilização Brasileira***,* Rio de Janeiro, v. 23, p. 89-114, 1980.

SILVA, Z. L. da. As Percepções das Elites Brasileiras dos Anos de 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para seu uso. In: (org.) ARRUDA, Gilmar. **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas.** Londrina: Eduel, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Olhares sobre natureza e cultura em comunidades sertanejas do vale do Rio Jaguaribe - Ceará

José Josberto Montenegro Sousa*

Resumo: Analisar a historicidade de culturas de populações rurais do sertão cearense, em particular a indissociabilidade sujeito/natureza de moradores do vale do Rio Jaguaribe – Ceará, em seus modos de pensar, agir e transmitir conhecimentos. Os significados de experiências sociais de homens e mulheres sertanejos reconhecidos em suas comunidades como portadores de saberes tradicionais populares, asseguram-lhes meios de sobrevivência, uma vez preservados como conjuntos de saberes próprios, aos quais estão associados costumes, ritos e valores fundamentados em tradições culturais vinculadas à preservação da natureza. Esses saberes e experiências lhes possibilitam lidar com as variações climáticas, como seca e inverno, a partir de observações de fenômenos naturais, comportamentos de pássaros e de plantas, capacidade para localizarem reservas subterrâneas de água, dentre outros. Os saberes tradicionais resultam de práticas culturais históricas transmitidas por seus antepassados, de interações com a natureza, constituindo o alicerce de sua existência. Nesse sentido, abordarei experiências natureza/cultura de populações sertanejas, transmitidas por tradições de oralidade e mantidas em diferentes suportes de suas memórias. Palavras chave: Natureza/sociedade/cultura; Saberes tradicionais.
Palavras chave: Natureza/sociedade/cultura; Saberes tradicionais.

Abstract: To analyze the historicity of cultures from rural populations of Ceará's hinterland, particularly the indissociability subject/nature of the Jaguaribe River Valley's inhabitants. The way of their thinking, acting and transmitting knowledge. The meaning of social experiences of hinterland's men and women are recognized in their communities as they are the holders of popular traditional knowledge. It ensures them ways of survival, once preserved as a collection of their own knowledge in which are associated customs, rituals and values that are deep-rooted in cultural traditions bound to nature's preservation. This knowledge and experiences allow them to struggle with weather variations, like drought and winter, from the observations of natural phenomena, the behavior of birds and plants, the capability to find subterranean reservoir of water, among others. The traditional knowledge is the result of historical cultural practices transmitted by their ancestors, of the interactions with nature that consist the basis of their existence. In this way, the experiences nature/culture of hinterland's population that were transmitted by oral traditions and kept in different places of their memories will be broach.
Key words: Nature/Society/Culture; Traditional Knowledge.

Saberes sobre o solo, as plantas e animais, técnicas de criar, cultivar, produzir alimentos, condições de moradia e utensílios, como também hábitos e costumes, constituem

* Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

alguns aspectos que integram a relação indissociável que sertanejos estabelecem em seu cotidiano na co-existência natureza/sociedade/cultura. Por meio destas, organizam seus modos de vida e meios de sobrevivência próprios. Entre os moradores da região do Vale do Rio Jaguaribe, localizado no sertão cearense, estas experiências são preservadas e transmitidas de uma geração à outra por tradições de oralidade. O estudo destas tradições, que em sentido amplo constituem suas culturas, oferece possibilidades para compreensão de expressões de suas historicidades.

As experiências vividas por sertanejos do Vale do Rio Jaguaribe, mesmo em face às transformações do espaço social e das condições de vida do campo, mantêm diversas práticas/saberes adquiridos ancestralmente, permanecendo como meios essenciais às suas formas de sobrevivência, todo um conjunto de episódios da existência que se faz conhecer ao historiador através da experiência vivida, que corresponde a modos de vida específicos.

Raymond Willians propõe uma definição social de cultura, compreendida como "modo determinado de vida, que expressa certos significados e valores não somente na arte e na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento ordinário" (WILLIAMS, 2003:51). Desta forma, a análise de uma cultura abrange leituras do pensamento e de experiências, bem como detalhes da linguagem e a forma e a convenção como se manifestam, relacionando-os com as tradições e as sociedades em que surgiram, imputando significados e valores implícitos e explícitos em modos específicos de vida, que inclua todas as categorias mencionadas.

> *Uma atitude que, a partir do estudo de significados e valores particulares, não pretenda tanto compará-los, de maneira a estabelecer uma escala, mas descobrir, mediante o estudo de suas modalidades de mudança, certas leis ou tendências gerais, graças às quais seja possível alcançar uma melhor compreensão social e cultural em seu conjunto* (WILLIAMS, 2003:52).

O conjunto de práticas inerentes à vida material e simbólica de sertanejos, subjacentes às suas memórias e identidade sócio-culturais, faz parte de suas tradições frequentemente mobilizadas como meios de sobrevivências de suas culturas, transmitidas oralmente. Esse aspecto nos remete a lidar com linguagens características de tradições de oralidade.

As tradições e modo de transmissão de saberes praticados em comunidades sertanejas do Vale do rio Jaguaribe, assemelham-se a processos culturais e de transmissão de saberes, analisados por estudiosos de sociedades tradicionais africanas, como J. Vansina e A. Hampaté Ba. Esse último, ao analisar o valor que determinadas sociedades atribuem ao testemunho e ao relato, suscita uma discussão que remete à produção do conhecimento histórico a partir de relatos de testemunhos orais.

A principal questão que se coloca, é saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata de testemunhos sobre o passado.

Para o autor, o testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano. E, portanto, vale o que vale o homem.

> *Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe forma narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo o narra.* (HAMPATÉ BÂ, 1992:223).

As tradições inscrevem-se em dimensões de temporalidade não passíveis de fixação, recortes ou limites temporais estanques. A temporalidade da História é uma atribuição, isto é, um atributo que têm as coisas e os seres humanos e que,

> *apesar de a história estar no conjunto dos homens, e de que a história de um coletivo não ser a soma das histórias dos indivíduos, há também, com pleno sentido, uma história individual. E isto não significa que a história do indivíduo não seja também social.* (HAMPATÉ BÂ, 1992:223),

abrangendo dimensões da noção de experiência reivindicadas por E. P. Thompson, ao chamar atenção para diversos fatores que interferem na análise e compreensão da cultura.

> *Sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência* (THOMPSON, 1981:189)

Para Thompson, a construção e a transformação das culturas devem ser apreendidas desde que vinculadas a sua historicidade e a múltiplas interferências sofridas ao longo dos tempos, ora perdendo elementos, ora incorporando outros e produzindo algo novo.

Natureza/Sociedade/Cultura

A vida de moradores das zonas rurais da região jaguaribana, especificamente no âmbito de relações estabelecidas historicamente na interação natureza/sociedade/cultura, marcadas por práticas específicas de seus habitantes ao agregar sentidos de seus modos de vida ao rio e ao vale que os comporta, transforma o espaço em lugar de memórias e práticas sociais.

Perceber a complexidade deste universo cultural, reestruturado nos meios de sobrevivência dessas populações, perpassa por uma busca de especificidades das condições enfrentadas no dia-a-dia. Na maneira como organizam suas vidas, na percepção do modo como foram vistos e de como se vêem e nas suas inter-relações cultura/natureza.

Estas interações ocorrem em ocasiões nas quais mantêm contato com modos de vidas e valores de sujeitos pertencentes a universos culturais distintos, seja nos espaços de

trabalho, nas visitas a cidade, por ocasião de feiras ou festas - principalmente nas de cunho religioso - dentre outras, que asseguram aos moradores da zona rural permanente trocas de experiências que contribuem para a reelaboração e reatualização de suas práticas culturais.

Por esse viés, a "cultura vivida" possibilita articular as instâncias de ordem econômica ou política, como também sistemas simbólicos de representações, trazendo à centralidade dessa discussão "homem como o sujeito da sua própria história", na qual a cultura assume um "conteúdo radical com sua ênfase no 'homem que se faz a si mesmo' pela produção de seus próprios meios de vida."(WILLIANS, 1979: 25-26)

Os sertanejos organizam e produzem seus meios de sobrevivência nas relações que estabelecem com a natureza a partir de uma sintonia que os habilita ao manuseio e à utilização daquilo que o meio ambiente e as experiências históricas ali vivenciadas oferecem.

De acordo com suas necessidades e condições específicas em que vivem, para produzir seus meios de sobrevivência revelam-se técnicas corporais, instrumentos e rituais de produção e transmissão de saberes, cuja explicação requer exercícios de sensibilidade que nos permitam apreender atos e percepções que lhes conferem sentido desde que inseridos em instâncias cujos valores orientam-se por práticas de preservação de relações comunitárias e interações culturais de re-equilíbrios com o meio ambiente.

Nas experiências cotidianas de homens e mulheres do sertão, não há como estabelecer limites do que seria natureza e do que seria cultura. As relações que constroem resultam de injunções complexas entre sociedade/cultura/natureza, cujas inter-relações, somente podem ser apreendidas se abordadas de forma indissociada.

A análise histórica do processo social vivido por esses sertanejos, quando vistas a partir da interação indissociada cultura/natureza/sociedade, aponta diretrizes de compreensão de modos de vida que tem muito a contribuir com a possibilidade de pleitear uma história que respeite e perceba o outro como portador de sabedorias distintas das que nos convencemos a tratar como legítimas.

Gilmar de Carvalho indica, ao tratar a obra do poeta Patativa do Assaré, haver em sua poesia - inspirada em suas vivencias no sertão cearense - um caráter de "subversão", percebendo nestas a não conformação, a relutância frente à dicotomia que afasta os sujeitos dos lugares que conferem sentidos à vida.

A poesia de Patativa manifesta uma sensibilidade admirável ao buscar, nas condições do mundo vivido, inspiração para fazer crítica política.

"Eu nasci ouvindo os cantos
das aves de minha serra
e vendo os belos encantos

que a mata bonita encerra
foi ali que eu fui crescendo
fui vendo e fui aprendendo
no livro da natureza
onde Deus é mais visível
o coração mais sensível
e a vida tem mais pureza.
Sem poder fazer escolhas
de livro artificial
estudei nas lindas folhas
do meu livro natural
e, assim, longe da cidade
lendo nessa faculdade
que tem todos os sinais
com esses estudos meus
aprendi amar a Deus
na vida dos animais.
Quando canta o sabiá
sem nunca ter tido estudo
eu vejo que Deus está
por dentro daquilo tudo
aquele pássaro amado
no seu gorjeio sagrado
nunca uma nota falhou
na sua canção amena
só canta só canta o que Deus ordena
só diz o que Deus mandou (ASSARÉ, 2001:19)

O natural, social e cultural, aparecem imbricados, evidenciando não existir qualquer paradoxo na convivência do que consideramos ordens distintas, o que a poesia de Patativa explicita como "uma visão ou possibilidade de leitura ampla, sensível e generosa, mas nem por isso menos rigorosa, da natureza e da cultura que para o poeta são uma coisa só" (CARVALHO, 2002). Gilmar de Carvalho enfatiza que tais instâncias fazem parte de um conceito adotado para interpretar uma "Humanidade que busca outras mediações e amplifica a importância de um canto persistente como uma litania e rico como um mundo que nunca chegamos a descobrir." (CARVALHO, 2002)

Faz-se necessário repensar a concepção de racionalidade que disseminou a idéia de natureza hostil para justificar suas intervenções e impor a necessidade de superar e dominar a hostilidade de fatores naturais, de modo que relação indissociável homem-natureza seja negada, já que essa posição ignora que a humanização do homem acontece através do trabalho social no processo histórico de transformação da natureza.

A questão nos remete ao que Bruno Latour identificou como separação da produção do conhecimento e o exercício do poder. Essa separação, prerrogativa da modernidade ocidental, é marcada pela comparação de culturas, desde que a sua possua o privilégio de considerar-se universal. Opondo de maneira absoluta natureza e cultura, ciência e sociedade, enquanto que para as sociedades alheias a estas determinações, não há como

"separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é daquilo que suas culturas requerem"(LATOUR, 1994:98)

A modernidade ocidental impôs, de maneira radical, a separação entre natureza universal e cultura relativa. Latour, no entanto, aponta para a impossibilidade da compreensão de uma cultura por exercícios de comparação. Para se explicar cada sociedade, mobiliza aquilo que construir em termos de signos, símbolos e coisas que as constituem enquanto coletivo. Por exemplo, as sociedades tradicionais mobilizam seus ancestrais. A sociedade "moderna" mobiliza a ciência.

> *A natureza é atravessada pela experiência/cultura (...) a natureza não pode ser nunca uma espécie de dado primeiro, original, anterior ao homem, mas uma natureza já culturalizada, enformada pela cultura* (ANTONACCI, 1999:194-195)

Os significados de práticas e ofícios realizados por homens e mulheres sertanejos, reconhecidos em suas comunidades como portadores de saberes tradicionais populares - agentes de práticas tradicionais - mantêm seus modos de vida organizados sob formas tradicionais onde são preservados elementos de um saber próprio, ao qual estão associados ritos e valores fundamentais sobre os solos, as plantas, as técnicas de plantio e criação de animais (WOORTMANN , 1997:13-14)[1].

No dia a dia de sertanejos, os saberes tradicionais são postos em prática como fundamento da própria existência através dos quais constroem suas visões e posturas diante da própria vida. Desta maneira, podemos observar no cotidiano de seu Idelfonso dos Santos, que trabalha do amanhecer ao pôr-do-sol, como constantemente mantêm seus sentidos atentos aos sinais que decodifica no comportamento dos animais, das plantas, dentre outros. Suas tarefas são solitárias e, concentrado em seu mundo, tem como dever prover alimento para seus animais, sua família, buscar água, preparar cerca, dentre outros.

Ao entrar em contato com a realidade de seu Idelfonso, o assunto mais pertinente para nossa conversa não poderia ser outro senão aquilo que ele acabara de perceber:

> *...Sabe esse cupim, cupim de mato. Eles criando asa, eles tão adivinhando chuva. Eles só avoa quando chove. Eu tava acolá fazendo uma cerca, preparando uma terra, tinha demais, criando asa, né. Mais ele só avoa no dia que chove. Se chover de tarde, logo de tarde ele sai voando (...)* (SANTOS, 2003)

As observações desse sertanejo evidenciam suas preocupações e expectativas, ou seja, se iria ou não haver inverno naquele ano. Como já era a segunda quinzena de janeiro e

[1] A respeito dos saberes constituídos por mediações natureza cognitiva e simbólica de camponeses, ver: WOORTMANN, Ellen. *O Trabalho da Terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. p.13-14.

ainda não havia chovido, seu Idelfonso começa a checar os diversos sinais e experiências em que costuma se basear para saber quando vai ou não ocorrer bom inverno, a, portanto, se vai chover nos primeiros meses do ano.

Nesta maneira de se relacionar com o sertão há uma articulação permanente entre suas condições de sobrevivência, diretamente associadas aos fenômenos naturais. Os sinais de chuva, por exemplo, podem ser observados por uma série de experiências utilizadas para esse fim, como a das "formigas nos formigueiros, botando o barro veio pra fora. Elas tão esperando a chuva". Essas observações fundamentam-se em um rigoroso e sensível olhar sobre a natureza, manifestado no comportamento dos animais.

> *...O tatu, eu já ouvi dizer que tem tatua pren'a. Agora o que ainda não vi, é o gavião vermelho. É ele fazer nin. Eu ainda não achei e nem vi ninguém dizer que tenha achado. A gavião vermelho, ele fazendo o nin, ele pondo, ele vendo que não há inverno ele bota os ovos pra fora. Derruba no chão que é pra num nascer. Em ano de seca eles pode pó, mais quando eles vê que não há inverno eles quebra os ovos. Porque não vai haver inverno, não vai haver comer pra ele dá pros filho, né?* (SANTOS, 2003)

Exatamente a condição que liga seu Idelfonso a seu universo de práticas o torna hábil a ler em sinais das plantas e dos animais, coexistentes em sua realidade, a possibilidade em fazer inferências a respeito do clima, neste caso, como em tantas outras instâncias de sua vida.

É importante ressaltar, que os saberes tradicionais são freqüentemente re-elaborados, pela "incorporação de conhecimentos e práticas novas, como respostas a mudanças no ambiente natural e social". Portanto, recuperar a historicidade de experiências e tradições de sertanejos é o começo de um processo que pretende questionar preconceitos e negatividades construídas em relação aos sertões e seus habitantes. Requer aprender os sentidos e significados dos modos de ser, viver e pensar dos sertanejos a partir deles próprios.

Referência Bibliográfica:

ANTONACCI, Maria Antonieta M. Reservas Extrativistas no Acre e Biodiversidade: relações entre cultura e natureza. *Projeto História* núm 18. São Paulo: Edusc, 1999.
ASSARÉ, Patativa do. *Digo e não peço segredo*. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.
CARVALHO, Gilmar. *Patativa do Assaré: natureza e cultura*, em <http: /www.noolhar.com.br/> disponível em 04.03.2002.
HAMPATÉ BÂ, A. A tradição Viva. In: *História Geral da África*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.
LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
SANTOS, Idelfonso dos. Entrevista na comunidade Viuvinha, Limoeiro do Norte, 17.01.2003.
THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.
_____ *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
_____ *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
WOORTMANN, Ellen. *O Trabalho da Terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A teoria da relação cinema-história na reconstrução do paradigma histórico

Jorge Nóvoa*

Resumo: A relação cinema-história é a problemática-objeto que pode ser abordada como lugar de memória ou como representações cinemáticas sobre o processo histórico. Incorpora o imaginário, mas também linguagens e suportes, inclusive para o ensino da história. As imagens áudio-imagéticas construíram, ao longo do século XX, um imenso laboratório para a epistemologia que incluem, pesquisar o lugar da imaginação, das novas tecnologias ou da inteligência sensível e da recepção e cognição para o historiador. É preciso observar tanto as narrativas que se constroem através do cinema e que recriam, representam, descrevem e/ou explicam a história, quanto os modos pelos quais se dão a construção e a circulação desse discurso, quanto ainda os sujeitos que os absorvem. Diante da crise de paradigmas da história, a relação cinema-história acha-se carregada de potencialidades capazes de ajudar a reconstrução do pensamento e dos métodos da história e suas formas de exposição. É chegada a hora em que o historiador se comunicará através do cinema. Assim, as novas práticas colocam a necessidade urgente de sua teoria.
Palavras-chave : Relação cinema-história. Reconstrução da história. Razão poética

Résume : La relation cinéma- histoire est la problématique-objet qui peut être abordée comme lieu de mémoire ou comme représentations cinématiques du processus historique. Incorpore ce qui est imaginaire, mais aussi des langages et des supports, inclusivement pour l'enseignement de l'histoire. Les représentations audio-imagétiques sont construites, tout au long du XX siècle, un immense laboratoire pour l'épistémologie qui inclut les recherches sur lieu de l'imagination, des nouvelles technologies ou de l'intelligence sensible, ainsi que de la réception et de la cognition pour l'historien. Il faut observer les narratives construits à travers le cinéma et qui représentent, décrivent et/ou expliquent l'histoire, toutes les manières par lesquelles on donne à la construction et la circulation de ce discours, autant qu'encore les sujets qui les absorbent. Devant la crise de paradigmes de l'histoire, la relation cinéma-histoire est chargée de potentialités capables d'aider la reconstruction de la pensée et des méthodes de l'histoire et ses formes d'exposition. L'heure où l'historien pourra si communiquer à travers le cinéma est arrivée. Ainsi, les nouvelles pratiques exigent la nécessité urgente d'une autre théorie.
Mots clés : Relation cinéma-histoire. Reconstructions de l'histoire. Raison poétique.

* * *

O ponto de partida da nossa elaboração sobre a relação cinema-história diz respeito ao fato de que ela é, ao mesmo tempo, um objeto de investigação e uma problemática

* Jorge Nóvoa é Professor Adjunto IV do Departamento e Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Coordenador do grupo de pesquisa Oficina Cinema-História, Núcleo de Pesquisas da Relação Imagem-História (www. oficinacinemahistoria.ufba.br) e Editor da Revista O Olho da História (www.oolhodahistoria.ufba.br).

que interroga permanentemente a investigação. A importância que o discurso cinematográfico sobre os processo históricos adquiriu ao longo do século XX superou, ao menos em impacto, todas as outras formas de expressão historiográfica. Não é por acaso que o século XX é denominado o século das imagens. Isto já é um grande indicativo de que o cinema não é, nem pode ser, uma linguagem que não se nutre de si mesma, *o belo, do belo, pelo belo*! A historiografia e as ciências sociais se utilizam, por sua vez, de teorias, métodos e linguagens diversas – inclusive a cinemática - com a finalidade de comunicar suas inquietações, investigações e explicações dos fenômenos da realidade social e histórica. O cinema não visaria em primeira instância à explicação dos fenômenos, sobretudo quando se trata de ficções. A historiografia sim. É o seu principal objetivo. Suas "narrativas" não fariam sentido se não tivessem, além da descrição, a explicação como objetivo. A descrição é assim, muitas vezes, a própria explicação. O cinema é arte e como tal não pretenderia outra coisa senão o deleite estético. Mas será realmente essa a realidade? E se estendermos a dimensão de tal fenômeno à relação literatura-história e às relações da história com as outras linguagens estéticas de todos os tempos. Elas visariam apenas divertimento, passatempo ou deleite estético? Essa é bem a realidade de muitas obras. Mas mesmo aquelas que visam apenas o entretenimento, no ponto de partida se debruçam, que seja, sobre um fragmento da vida, da história natural e/ou social. Mesmo a obra cinematográfica mais ilógica, menos linear, mais abstrata ou surrealista, através de múltiplas mediações, é "filha de seu tempo", é condicionada por ele, quer dizer algo sobre ele, é provocada por ele. Qual seria, portanto, nossa dificuldade diante da mais bela escultura de Da Vinci ou do Aleijadinho, em explicá-las como se pudéssemos destituí-las de suas historicidades. A mesma dificuldade experimentaríamos ao tratar a obra de um Goya ou de um Monet, a música de um Mozart ou de um Stravinsky, um "romance" como Hamlet ou um outro como Dom Quixote de la Mancha. Todas essas manifestações podem ser objetos de pesquisas históricas. Interferiram e ainda interferem na história, do seu tempo e do nosso. Em alguma medida modificaram o seu/nosso mundo. Mas não testemunharam apenas. Formularam interrogações, interpretações, conclusões transcendentes às suas historicidades. A relação cinema-história é, portanto, dialética. Ela não é um objeto passivo, vez que é também sujeito. Problematiza, portanto, o mundo, seu tempo e seus fenômenos. Interpreta-os, representa-os e em muitas medidas, explica-os. O cinema, em grande medida por sua capacidade de produzir discursos sobre a história, por sua capacidade ontológica e epistemológica de representar a historicidade de uma época ou de um fenômeno, constrói, ao mesmo tempo, uma narrativa na qual se acha imbricada uma explicação, que por mais que queira ser descritiva, é explicativa. A especificidade de uma verdadeira obra de arte

e da linguagem estética é que, passado os eventos e as condições que lhes deram origem e sobre os quais buscou interferir e explicar, guarda o mesmo gosto metafísico pelo "belo". Transcende a seu mundo e a seu tempo, sem perder suas particularidades e sua historicidade. Adquire - já tendo potencialmente desde seu nascimento, os elementos de sua transcendência que experimentados em outros contextos históricos adquirem novos sabores, guardando os antigos, renovando-os.

Mas o que é impactante para o historiador é que as referidas "obras de arte" e o cinema mais que todas do século XX, não somente procuraram explicar os fenômenos históricos, como em muitos casos foi mais além que o discurso e a representação historiográfica. Este é o caso de filmes como por exemplo, *JFK* e *Terra e Liberdade*, para citar dois exemplos dentre muitos. Grandes questionamentos "historiográficos" do século foram realizados pela filmografia (A Batalha de Argel, O Grande Ditador, Cidadão Kane, Metrópolis, Ladrões de Bicicletas, Rocco e seus Irmãos, Longe do Vietnam, Morrer em Madri, e tantos outros) e o impacto que produziram foi maior do que qualquer clássico da historiografia. Poder-se-ia inverter seus resultados. A rigor o cinema mundial produziu muito mais "ilusão" de realidade que conhecimento. Mas o impacto que os filmes citados produziram na consciência histórica crítica de várias gerações não tem comparação com nenhuma obra escrita, historiográfica ou não. Em alguns casos a escrita cinematográfica da história ultrapassa a historiográfica e em outros, a ultrapassagem traz conseqüências concretas, políticas, históricas imediatas. Este foi o caso do filme de Oliver Stone que reabriu o caso tabu do assassinato de Kennedy. Às vezes as conseqüências ficam no nível mais interpretativo, provocando o historiador, como no caso de *Amém* de Costa Gavras ou mais recentemente em *O Labirinto do Fauno* de Guillermo Del Toro. No primeiro, a colaboração da igreja católica com o nazismo é levada às consciências de milhares de espectadores em todo mundo através de um fato real. No segundo, as resistências ao Poder Franquista na Espanha pós-1939, fica como que exigindo dos historiadores que se debrucem sobre o fenômeno, pois normalmente é dado que depois da derrota dos Republicanos e dos revolucionários se instaurou um poder não apenas absolutista, mas também absoluto.

Cinema-história como problemática-objeto exige na pesquisa e realiza na exposição, inevitavelmente, uma abordagem transdisciplinar. Não se trata de interdisciplinaridade cordial. Nesta se reconheceria a existência das outras mas sem admitir a legitimidade de trocas de percepções e fusões de visões com essas alteridades. Os olhares respectivos não são santuários sagrados. Não admitem apenas os que se submeteram aos ritos de passagem dessa ou daquela perspectiva ou disciplina. Posição ainda mais complicada é a

daqueles que expressam a crise maior na qual a história se encontra hoje. Assume aparentemente o referido "diálogo" ao admitir a relatividade de cada posição, menos a própria. Admitir a relatividade de cada posição, inclusive a própria, seria adotar uma a perspectiva anti-relativista. A abordagem competente é aquela que nos revela aspectos que passariam despercebidos ao olho nu. Na verdade, cada disciplina realiza, ao mesmo tempo, o esforço inconsciente e "inalcançável" da busca estratégica da não menos inalcançável totalidade histórica. Cada disciplina realiza através da divisão de trabalho que existe entre elas ao mesmo tempo a admissão de suas relatividades e a possibilidade de transcenderem através das sínteses e das funções em direção a uma saber mais completo. Mas sua completude só pode ser totalizante, jamais total.

Distinto é exigir do historiador que se limite ao seu conhecimento parcial ou no extremo oposto que se contente numa espécie de relativismo agnóstico e absoluto, para o qual a realidade histórica será sempre impenetrável. Os argumentos esteticistas para os quais abordar o processo histórico investigando ou comunicando através das imagens e do cinema como fontes, agentes sociais, como suportes ou lugar de memória, de imaginário, de ideologias etc. o historiador penetraria num mundo que não é o seu, não podem ter mais lugar. A estética do nada é a natureza sem consciência de si mesma. Toda estética é histórica, por conseguinte. Cineastas e historiadores querem explicar as relações sociais e psicológicas dos homens. Com suas narrativas o cineasta será competente, sobretudo, quando conseguir divertir ou envolver o público ou mostrar-lhe o belo do ponto de vista estético. Esse é seu objetivo maior e afora isso não tem que prestar conta à não ser àqueles que financiaram seu filme. Já com a narrativa historiográfica o historiador busca a cada passo comprová-la através da documentação, portanto, através do método indutivo, mas também através da imaginação lógico-dedutiva à sua disposição. Não cabe, portanto, nem uma posição esteticista, nem uma outra historicista, sobretudo se buscarmos o diálogo. Seria um encontro de surdos. A recusa de uma tal cacofonia reconhece a necessidade de outros olhares. Adota um princípio metodológico correto para o diálogo: a transdisciplinaridade. Mas tais pressupostos não são suficientes. Mesmo aprendendo as diversas linguagens e reconhecendo suas importâncias, tampouco será garantia para um melhor resultado. O historiador procede muitas vezes como o arqueólogo. No processo da leitura de tábuas com inscrições obscuras, se adquire informações e se ilumina o real, mesmo que parcialmente através de conquistas fragmentárias. É legítimo, e é mesmo necessário ao historiador aprender a partitura dessa especificidade. Mas o historiador, enquanto tal, não pode confundir seu ofício com o do gramático. Ao dominar latim ou grego o historiador torna-se possuidor de um instrumento inegavelmente potente com

a finalidade de elaborar conhecimentos históricos mais precisos. É inegável sua necessidade para um pesquisador da antiguidade greco-romana. Mas isso não tornará alguém em historiador, nem este num lingüista.

Estudar a história através de suas imagens em movimento se tornou algo mais visível. Mas muita confusão ainda paira entre os historiadores ou entre estudiosos das artes visuais. Se os historiadores tradicionais já não mais rejeitam com a antiga força a legitimidade de estudos históricos que utilizem fontes visuais, sobrevive o que poderíamos chamar de sobrevivência positivista. Existem aqueles que requerem as imagens apenas como objetos da história da arte, ou como objeto da sociologia ou mesmo psicologia da comunicação. Do outro, aqueles que negam a essas imagens especificidades estéticas e de linguagens e querem vê-las apenas como produtos de uma sociedade e de uma época. Ao historiador e ao pensamento histórico é necessário - além de considerar o cinema como agente histórico, documento e testemunha do "presente" ou como discurso ou representação do passado - é preciso que considere que a transposição dos fenômenos históricos para a tela tem uma outra dimensão que "ultrapassa" a estética. É o potentíssimo poder de comunicação e sua dimensão pedagógica extraordinária. Mesmo quando uma obra do cinema não tem valor estético superior, mesmo assim, sua dimensão pedagógica é muito grande. Isto seria suficiente para arrebatar o interesse de muitos cientistas sociais e induzi-los a admitirem todo o tempo perdido. Mas porque o cinema consegue esta performance que nenhum outro mecanismo de linguagem consegue? Nenhuma outra linguagem ou suporte é capaz dar a sensação de vida e de processo histórico como o cinema. A ilusão de que o filme provoca é aquela da história com todas as suas contradições. Mas se como diz o poeta "a dor da gente não aparece no jornal", na escrita da história cinematográfica ela não apenas aparece, como é a tônica da particularidade de sua linguagem. Em nenhuma outra forma de expressão algo que é imanente na comunicação entre os seres humanos. O cinema é uma forma de expressão onde a razão aparece mesclada a tudo mais que é humano como pensamento e como sentimento. Em *A Rosa Púrpura do Cairo* Wood Allen conta a história de um personagem que sai da platéia, do público, e se apaixona por um outro personagem e entra num "filme" e à partir de então, a realidade se confunde para "nós" e para tais personagens, com a imitação da vida que eles próprios vivem, no interior do verdadeiro filme. Só o cinema pode proporcionar isto da maneira tão real, verossímil, como o faz.

A capacidade de o cinema capturar a objetividade do real, assim como a dor, o prazer e o desejo, constitui um aspecto da relação cinema-história tão rico quanto inexplorado e de conseqüências transcendentes. Trata-se do modo como o pensamento é constituído físio,

bioquímica e neuro-psiquicamente. Essa base "material" e a descoberta de seu funcionamento abre novas possibilidades para se reconstruir as formas de pesquisar, de representar, de narrar e de comunicar os resultados dos conhecimentos em geral e históricos em particular e isto quer seja analisando a relação cinema-história pelo seu aspecto didático-pedagógico-comunicativo, quer seja à partir da própria produção do conhecimento. Cinema-história é o lugar por excelência da razão-poética e um verdadeiro laboratório para a reconstrução do paradigma da história. A maior ou menor capacidade de produzir "verdades" sobre os fenômenos através de graus variados de verossimilhança empurra o historiador não apenas a se debruçar sobre a relação cinema-história como objeto de investigação, mas também, através de uma ciência que inevitavelmente deve admitir sua subjetividade, empurra-o admitir a legitimidade da escrita da história através das imagens em movimento (cinema, cd-rom, etc.). No extremo, ao historiador é colocada, pelo menos "teoricamente", a possibilidade de ele inverter a relação cineasta-historiador, fundando a prática do historiador-cineasta. Assume assim total coerência perquiri a partir da relação cinema-história – expressão particular da razão-poética - qual o verdadeiro estatuto da história. A idéia da utilidade social da história pode ser medida ou examinada a partir do mesmo prisma das ciências naturais? Qual o conceito de ciência que temos e qual o que aplicamos para tratar a história? Ela é tão somente representação, "literatura bem informada" como na conceituação de Veyne no seu *Como se escreve a história*. Em que o cinema e as imagens podem nos ajudar a elucidar a questão dos estatutos respectivos e ao mesmo tempo, permitir compreender a tese de Rosenstone, para quem cineastas com Oliver Stone têm sido verdadeiros historiadores (Rosenstone: 1995: 120-131).

As imagens, e o cinema em especial, produziram ao longo do século XX uma experiência fabulosa e impar que precisa ser pensada em todas as suas conseqüências e transcendências. A questão do inconsciente, por exemplo, nunca foi assumida como pertinente ao trabalho do historiador e portanto, ela se expressa nos documentos, na pesquisa e nos discursos, representações e narrativas que construímos, por mais objetivistas que queiramos ser. A crise dos paradigmas da história inclui também isto que é uma aquisição da psicanálise, assim como as descobertas das neurociências, das novas tecnologias, ou ainda o lugar de algo que parece antípoda ao trabalho científico: a imaginação. Cinema-história permitiu-nos perceber que se os documentos são indispensáveis, a imaginação é, não apenas imprescindível. A relação cinema-história ajuda-nos a criticar o paradigma maior do pensamento ocidental: o da razão pura. Uma primeira crítica que foi elaborada por Kant. Para ele o conhecimento científico é o resultado da colaboração entre as sensações e os conceitos.

A transcendência dessa hipótese que não encontrou, de imediato, base empírica sistemática. Mas permaneceu extraordinariamente revolucionária em particular no que concerne à perspectiva de reconstrução do paradigma científico em geral e do historiográfico em particular. O método analítico de Descartes separava os conceitos das sensações. A história do século XIX reproduziu o espírito cientificista, cartesiano, erudito e factualista de Ranke, Comte, Langlois e Seignobos. Mas no século XX, antes dos historiadores, os cineastas foram os maiores críticos da posição positivista e naturalista. O cinema nos permite, de imediato, ver em dois níveis pelo menos, o quanto a crítica da razão pura (Kant: 1980: 87-90), guardava uma potencialidade extraordinária. Trata-se da melhor pedagogia e que está a exigir a reformulação total dos currículos pedagógicos.

Portanto, não podemos deixar sem reflexão sua abordagem ou tratar da história real admitindo em todas as suas conseqüências imanentes a emoção. A relação cinema-história exige isso. Nem as classes sociais, nem as ideologias são rejeitadas, quer seja como objetos de investigação, quer seja como categorias da análise. Mas os sonhos, os sons, a oralidade, os odores, a multiplicidade dos tempos históricos e de suas narrativas na história, também não os são. São tratados como elementos constitutivos da realidade exterior e interior à nossa percepção, como elementos que interferem na realidade enquanto agentes condicionantes ou transformadores e mantenedores dos processos históricos. São suportes ou elementos constituintes das novas linguagens narrativas. Para aqueles que não se rendem às evidências é preciso dizer que o artista, ele mesmo, não é senhor absoluto da sua linguagem ou da especificidade que ela encerra. Assim, se o ato de criar não é senhor de tudo, como o ato de pensar criticamente, ou historicamente, a criação poderia ser completo?

Nietzsche, resgatado pelos relativistas como inspirador, foi de fato critico do eruditismo que dominou a história do século XIX. A sociedade urbano-industrial e mercantil transformou a busca do fato histórico documentado, num fim em si mesmo (Nietzsche: 1999: 273-287). Ele teve razão ao buscar apoio nos pré-socráticos ionianos. As descobertas das neurociências mostram que os sentimentos são indissociáveis daquilo à que chamamos de razão (Damásio: 1996: 23-76). Suas conseqüências mostrarão que o século XXI será aquele da conquista de novas formas de narrativas e representações da história. Se mais de 80% das informações (que são também formadoras) são estruturadas pelas imagens, se a proliferação das novas tecnologias são mais que incontornáveis, como poderão os historiadores permanecer à margem desses novos processos sobretudo considerando que a razão histórica, como a razão cinematográfica, é fundadora de um novo paradigma: o da razão poética ou sensitiva.

Referências bibliográficas

DAMÁSIO, Antônio. *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

FERRO, Marc. *Cinema et histoire*. Paris, Gallimard, 1977.

KANT, Emmanuel. *Critique de la raison pure.* Paris, Gallimard, 1980.

NIETZSCHE, Friedrich.*Da utilidade e desvantagens da história para a vida*, capítulo de A Filosofia na época trágica dos gregos.in Obras Incompletas. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

ROSENSTONE, Robert. *Visions of the past : the challenge of film to our idea of history.* Londres, Harvard, 1995.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Lisboa, Edições 70, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mouriscos cavaleiros e mouriscos de bens no Império Português

Rogério de Oliveira Ribas/UFF

O Islão é a religião revelada na península Arábica, no século VII, que pregava a submissão total a Deus, nominado em árabe por "Allah". Muhammad ibn Abdullah ibn Abdul Mutlib ibn Haxime, membro da tribo dos Banu Qoraysh da cidade de Meca, a quem chamamos Maomé, do galicismo "Mahomet", foi o que recebeu a revelação de Deus, através da intercessão de um "nâmous", identificado pela visão popular dos submetidos, os muçulmanos, com o Arcanjo Gabriel. A reunião destas mensagens divinas, recebidas durante a sua vida, acabou por dar origem ao Alcorão, o livro sagrado do Islamismo[1].

Apoiado na revelação alcorânica, que o titulava de "Profeta de Allah", Muhammad promoveu a unidade das tribos árabes da citada península através da substituição dos laços de consanguinidade pelos laços da fé, dando origem à formação do estado teocrático: o califado. Motivados pela *jihad* ("o combate pela causa de Deus"), os muçulmanos, sob a direção dos califas (delegados do Profeta), moveram extraordinária expansão pela orla do Mediterrâneo ao longo dos séculos VII e VIII. Conquistaram aos "infiéis", no caso os bizantinos, a Síria, a Palestina, o Egito e o norte da África, a antiga Mauritânia romana. A conversão islâmica dos habitantes desta última região, chamados de *mouros* pela cristandade européia, engrossou as fileiras do "exército de Allah", permitindo aos muçulmanos, na primeira metade do século VIII, conquistar a península Ibérica, onde permaneceriam por séculos. Somente seriam dali expulsos, progressivamente, a partir do século XI, com a chamada Reconquista Cristã, concluída no século XV com a conquista de Granada.

Mas, não obstante o avanço cristão na península Ibérica ao longo da Baixa Idade Média, parte da população muçulmana permaneceu nos reinos hispânicos, bem como em Portugal, sempre por mercê régia, sob a denominação de "mudéjares" (palavra derivada do

---

[1] Em relação a história das origens do Islão ver: Bernard Lewis - *Os árabes na história.* Lisboa: Estampa, 1982; Robert Mantran - *Expansão muçulmana: séculos VII - XI.* São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1977; André Miquel - *O islame e a sua civilização: séculos VII - XX.* Lisboa: Ed. Cosmos, 1971; Dominique Sourdel e Janine Soudel-Thomine - *La civilización clásica del Islam.* Barcelona: Ed. Juventud, 1981 e Maxime Rodinson - *Maomé.* Lisboa: Caminho, 1992.

árabe muddajan, ou seja, "aquele a quem se permite que fique")[2]. No caso português, o decreto de D. Manuel (1496) expulsando as minorias moura e judáica do reino, sob pena de morte e confisco de bens ou, em opção, a sua conversão ao cristianismo, fez surgir no reino a comunidade conhecida como *mourisca* _ comunidade aliás adensada consideravelmente pela expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI, responsável pela introdução de levas de mouros cativos no reino lusitano.[3]

O termo mourisco, formado pela junção do substantivo "mouro" com o sufixo latino "iscus", veio a designar "o que procede ou tem procedência de mouro", entendendo-se mouro, em seu sentido religioso medieval, como sinônimo de muçulmano. Portanto, o problema mourisco no Reino de Portugal se iniciou em 1496, quando, por decreto del rei D.Manuel, foram expulsos ou obrigados à conversão todos os judeus e mouros forros do reino, sob pena de morte e confisco de bens[4].

De maneira que, no caso português, deu-se a conversão forçada de judeus e mouros sem que, contudo, ficassem eles sujeitos a qualquer inquisição, ao contrário da Espanha, onde, antes de se proceder à conversão forçada de judeus, em 1492, ou de mouros, a partir de 1502, já havia se havia instalado o poderoso tribunal do Santo Ofício desde os anos 1470.

Seja como for, também os mudéjares portugueses, doravante chamados, na linguagem oficial de *cristãos mouriscos*, *cristãos novos de mouros*[5] ou, mais vulgarmente, de *mouriscos*, passaram a gozar de certa proteção nos tempos manuelinos. Maria Filomena Barros afirma, a propósito, que os mudéjares que ficaram em Portugal após 1497 puderam conservar seu nome original, foram poupados dos trâmites da conversão e foram mesmo contemplados com privilégios.[6]

Apesar da tolerância do rei para com diversos mudéjares portugueses, diz-nos a citada autora que grande parte deles, senão a maioria, deixaram o reino. Aliás, as "aljamas e moros del reyno de Portogal"[7] solicitaram permissão aos Reis Católicos para se assentarem no reino vizinho, no que tiveram êxito. A maioria dos mudéjares portugueses foi, possivelmente, engrossar a já numerosa comunidade mudéjar espanhola, destinada a se tornar mourisca no

---

2 José Pedro Machado - *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977. Vol. 4º, p.176. Sobre os mudéjares no reino de Portugal ver: Maria Filomena Lopes de Barros - *A comuna muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*. Lisboa: Hugin, 1998.

3 *Ordenações Manuelinas* . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Livro II, tit. XLI, pp. 212 - 214.

4 *Ordenações Manuelinas*, Livro II, 1984, Título XLI, pp. 212-214.

5 *Ordenações Manuelinas*, Livro V, 1984, Título LXXXII, pp. 244-246.

6 Maria Filomena Lopes de Barros, *ob. cit*., p. 155.

7 Idem, Ibidem, p. 156-157.

século seguinte, ou então, retornou para as terras do Islão e, Portugal ficou praticamente sem a sua tradicional comunidade mudéjar. Paradoxalmente, enquanto os judeus de Espanha em grande parte se refugiavam em Portugal, onde seriam convertidos à força por D.Manuel, os mudéjares portugueses passavam à Espanha, onde também seriam, no século XVI, convertidos à força pelos Reis Católicos que os abrigaram.

O maior paradoxo de todos, no entanto, reside, porém, em que o problema mourisco em Portugal, inaugurado em 1496-97, se deslanchou exatamente quando o reino perdeu sua tradicional comunidade mudéjar, o que nos leva à importante questão de saber qual era, afinal, a população de origem muçulmana que ali veio a ser considerada como mourisca.

Este foi um ponto chave de nossa investigação, em especial porque contribuiu para elucidar a enorme diferença que de facto havia entre os mouriscos de Espanha e Portugal. No caso espanhol, Míkel de Espalza sublinha: "son moriscos los musulmanes hispánicos obligados a bautizarse y a ser cristianos en la sociedad española de los siglos XVI-XVII"[8]. Eram, portanto descendentes dos antigos mudéjares dos vários reinos hispânicos, acrescentados, no final do século XV, pelos muçulmanos de Granada e pelos contingentes de mudéjares lusitanos a que fizemos menção. No caso português, os mouriscos eram estrangeiros de várias procedências, sobretudo da região magrebina, que vinham ingressando em Portugal, na condição de escravos, em meio à expansão marítima.

O marco desta diáspora muçulmana em Portugal é, sem dúvida, a tomada de Ceuta, em 1415, seguida da expedição a Tânger, em 1437, e sobretudo dos feitos de D.Afonso V, o *Africano,* com a tomada de Alcácer Ceguer, em 1458, Arzila e Tânger, em 1471, ano da fundação do Reino do Algarve de Além Mar, marco institucional da presença portuguesa em África[9]. Mais tarde, após a circunavegação da África, já no reinado de D.Manuel, Portugal chegaria à Índia, alargando para o oriente seu vasto império ultramarino[10]. De África, especialmente do Marrocos, vinham mercadorias diversas, negociadas nos portos de Safim e Azamor onde os portugueses estabeleceriam praças militares, como também o fariam em Mazagão. Da Índia, viriam as cobiçadas especiarias, no comércio garantido pela rede militar de Goa ou Diu. Mas tanto do Norte da África como do Oriente, viriam também escravos, em sua maioria muçulmanos, principal fonte dos mouriscos do reino, com destaque para os magrebinos.

---

8 Míkel de Espalza, *Los moriscos antes y después de la expulsión*. Madrid, Ed. MAPFRE, 1994, p. 16.

9 António Dias Farinha, "Norte de África", in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa,* Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, pp. 118-136

10 Kirti Chaudhuri, "O estabelecimento no Oriente", in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *ob. cit.*, pp. 163-191.

Portanto, o conceito de mourisco por nós adotado para o caso português difere muito do conceito utilizado pelos historiadores dedicados aos *moriscos* espanhóis. Se para eles, os mouriscos eram os descendentes de mudéjares nascidos na Península Ibérica, em nosso caso entendemos que o termo mourisco abrangia muçulmanos de origem diversa, batizados no cristianismo, inclusive os nascidos em Portugal. Na prática, a maioria era mesmo estrangeira, sobretudo do Norte da África, ao contrário dos mouriscos espanhóis, entre os quais predominavam os nascidos na Península.

Não obstante a pobreza e degradação que, no geral, marcavam a condição dos mouriscos no reino português, incluindo os forros, é-nos possível constatar, mesmo no interior de nossa amostragem de 349 réus processados pela prática do cripto-islamismo, alguns mouriscos que receberam mercês e privilégios e outros e outras que desfrutavam de certas posses que os fazia, por vezes, passar por gente rica.

Houve mesmo casos em que alguns mouriscos alcançaram mercês e posições que tangenciavam privilégios de fidalgo e certa respeitabilidade em termos de *status*. Entre eles, vale citar Henrique Luis, mourisco, turco de nação, refugiado político, que tinha sido Alcaide de Arzila e também Capitão de Tremecem na África. Na altura de 1554, quando foi processado, tinha moradia dada pelo Rei[11]. O Alcaide Bastião Quaresma, mouro de nação, viera para o Reino se converter, fora mandado ao Convento de São Roque onde vivia as expensas do Rei e, por volta de 1577, tinha por criado pessoal o mourisco Pero de Carvalho[12]. Um certo mourisco forro de Lisboa era conhecido como Dom Alberto e era filho do xeque de Suz, o que não o impediu de ser processado pelo Santo Ofício em 1590[13].

É possível dizer que, de maneira geral, tais mouriscos que desfrutavam de privilégios eram homens descendentes de autoridades islâmicas refugiadas em Portugal, funcionários de xarifados, homens que gravitavam em torno de *mouros de sinal* cuja conversão era politica e simbolicamente importante, daí os privilégios concedidos. Com efeito, nas entrelinhas de vários processos, encontramos, entre factos narrados ou testemunhas intervenientes, vários outros mouriscos com ares de nobilitação, a exemplo de Dom Pedro, mourisco que estava de partida para Safim[14], ou D.Luís e D.João, ambos mouriscos que

---

11 ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo n.° 10379.

12 Idem, *Ibidem*, processo n.° 8346.

13 Idem, *Ibidem*, processo n.° 6623.

14 Idem, *Ibidem*, processo n.° 5488.

estavam de partida para a Índia, frequentavam a casa de Muley Mafamede, o aliado de D.Sebastião, e ainda dormiam "contra natura" com o mourisco Felipe, tudo na casa do xarife destronado do Marrocos[15].

A existência desta espécie de "fidalguia mourisca" se comprova, ainda, pelo estudo de Isabel Drumond Braga que, apoiada nos códices da *Chancelaria de D.João III* e no *Corpo Cronológico*, afirmou que, à semelhança de Espanha, mouriscos portugueses foram contemplados com mercês e privilégios, proventos monetários, peças de roupa e isenções de certas obrigações, amiúde por terem auxiliado Portugal nas almogaverias praticadas no Norte da África[16]. Assim ocorreu com os mouriscos António Fernandes, António Vermejo, António Perez e Filipe Fernandes, moradores de Safim contemplados com carta de cavaleiro por acções militares em favor dos portugueses. Os *bailadores de mourisca*, por sua vez, também receberam mercês monetárias de D.João III e de D.Catarina. João Mendes, moço da estrebaria do rei, dele recebeu mercê de 2.000 reais, em 1541. Outro mourisco, que conduzira cativos para Portugal, fora agraciado pelo rei com peças de vestuário avaliadas em 250 reais. Poderíamos, de facto, multiplicar exemplos deste tipo.

Voltando à nossa documentação, encontramos, não entre os mouriscos processados, mas entre personagens coadjuvantes em vários enredos, mouriscos exercentes de ofícios mais nobres, e mesmo letrados, o que faz presumir serem eles, alguns dos descendentes da comunidade *mudéjar* que optou por permanecer no reino mesmo após a conversão forçada de 1496. É o caso de Simão Carvalho, mourisco que actuava como solicitador das partes, morador em São Vicente de Fora, sendo, pois, advogado[17]. Talvez fosse o caso de Diogo Fernandes e de Francisco Idabrum, ambos rendeiros da "imposição do vinho", ou seja, haviam arrematado o direito de cobrar a sisa que recaía sobre os vinhateiros instituída por Carta Régia de 1522[18]. No caso de Simão Carvalho, homem de letras jurídicas, ou no dos arrematantes de direito impositivo régio em hasta pública, é-nos difícil supor que se tratavam de mouriscos alforriados da escravidão, senão de descendentes da antiga mouraria lisboeta estudada por Maria Filomena Barros.

---

15 Idem, *Ibidem*, processo n.° 10867

16 Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *ob. cit*., pp. 81-83.

17 ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo n.° 10867.

18 Idem, *Ibidem*, processo n.° 10837.

De todo modo, seja entre os sentenciados de nossa amostragem, seja entre testemunhas ou acusadores, encontramos exemplos de mouriscos detentores de algumas posses. Homens e mulheres com pequenos negócios ou praticantes de algum ofício especializado, os quais por vezes eram vistos pela própria comunidade como mouriscos ricos ou mouriscos abastados. Alguns tinham amealhado seus recursos ainda no cativeiro, logrando juntar pecúlio para a alforria, além de iniciar algum negócio. Foi o caso de Afonso Fernandes, mourisco forro de Azamor, mais um dos alarves capturados em almogaverias, que havía sido cativo do Duque de Aveiro, forrado por 20 mil réis, que vivia do arrendamento anual de sua vinha e olival em Setúbal[19]. Francisco Gomes, que não foi processado, é um dos mouriscos pertencentes à comunidade do Algarve, mais especificamente da cidade de Lagos, mencionada por Romero de Magalhães e Borges Coelho: casado, taverneiro, era tido pelos mouriscos por "homem rico que tem huã casa sobre o muro de banda do mar...o qual lhes dava de comer por seu dynheyro..."[20].

Dentre os mouriscos forros da estrebaria del rei, embora a maioria dos "moços de cavalariça" ou "moços de espora" fossem pobres, alguns, dentre eles, logravam juntar valioso pecúlio e mesmo enriquecer. Bom exemplo disso dá-nos António de Abreu, moço de estribeira del rei, primo de Duarte Fernandes, o marabuto ou cacis da comunidade mourisca de Lisboa. António de Abreu possuía uma casa em Almeirim, outra em Lisboa, criados e escravos a seu serviço, deixando tudo registrado em testamento. Um das testemunhas de seu processo inquisitorial, mencionou três criadas que Abreu tinha em casa; outra testemunha mencionou "huum seu negro", que por sinal lhe fugiu; uma terceira mencionou que António de Abreu emprestara 3 mil réis a um cristão para comprar uma besta[21]. Não resta dúvida, portanto, que o primo do marabuto de Lisboa era um mourisco de posses.

Outro mourisco abastado era António Alberto, um dos taverneiros lisboetas de nossa amostragem de sentenciados, o que bem nos mostra que, dentre esses negociantes, alguns podiam enriquecer. António Alberto era tido como notoriamente "homem rico e abastado" que tratava com vinhos. Possuía casas de aluguel que lhe rendiam cerca de 14 mil réis por ano; era capaz de comprar de uma só vez quarenta pipas de vinho; arrendava uma

---

19 Idem, *Ibidem*, processo n.° 7457.

20 Idem, *Ibidem*, processo n.° 10849.

21 Idem, *Ibidem*, processo n.° 10867.

quinta em Torres Vedras por 15 mil réis anuais; era credor de dívidas que montavam a "pouco mais ou menos" 60 mil réis; possuía recursos para comprar uma casa avaliada em cerca de "trezentos e tantos mil réis", que só não comprou por estar o imóvel embargado[22].

Os exemplos expostos neste texto nos permitem matizar o quadro de pobreza e degradação que marcavam as condições sociais da comunidade mourisca no Portugal quinhentista. Tivemos que, para tanto, recorrer a casos de mouriscos não sentenciados, embora alguns indivíduos de nossa amostragem forneçam bons exemplos de mouriscos abastados. De todo modo, pode-se dizer que alguns mouriscos alcançaram mercês e privilégios, enquanto outros juntaram pecúlio e prosperaram em seus negócios. Mas, a bem verdade, a confiar na representatividade de nossa amostragem, poucos conseguiram superar as difíceis condições que marcavam a vida de cativos e de forros no século XVI.

---

22 Idem, *Ibidem*, processo n.° 10837.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As Representações da Mulher no Pasquim

Nair Sutil*

Resumo: Duas razões especificamente nos levaram a desenvolver o presente trabalho, a primeira delas é pela característica peculiar desse jornal, ao tratar de maneira criativa e bem humorada assuntos sérios e relevantes como as vozes femininas e feministas que se manifestavam no período. A segunda razão é pela sua longa circulação, aproximadamente 15 anos; durante todo esse período, apesar de ser acusado ferrenha e freqüentemente de ser um jornal machista, abriu sempre espaço para as discussões feministas e para as mulheres em geral. A nossa proposta através deste trabalho é analisar como se dava esse diálogo.
Palavras-chave: gênero, mulheres, imprensa.

Abstract: Two reasons in had specifically taken them to develop the present work, the first one of them are for the peculiar characteristic of this periodical, when dealing with creative way and humorada serious and excellent subjects well as the feminine voices and feminists who if revealed in the period. The second reason is for its long circulation, approximately 15 years; during all this period, although to be accused ferrenha and frequently to be a machista periodical, it always opened space for the quarrels feminists and the women in general. Our proposal is to analyze as if it gave this dialogue.
Keywords: woman, sort, the press.

Nascido nas mesas de bares da zona sul do Rio de Janeiro, dentro do espírito da patota[1], o Pasquim viera para ser "uma brincadeira num tempo triste" na opinião de Paulo Francis, um dos membros da equipe do Pasquim. Mas a brincadeira cresceu, ganhou foros de desabafo coletivo e embalou um processo irreversível. O humor do título, no início, fazia supor o quanto de desafio ia por algumas cabeças privilegiadas mas em disponibilidade, em face do golpe militar. Talvez por evasão queriam elidir o desconforto do enfrentamento político e preferiam o "descompromisso" a uma atitude deliberada de fazer um jornal "sério", de combate, partindo então para uma publicação de texto leve, sobre música, artistas, cinema, futebol, feminismo e outros assuntos, em que, só eventualmente, entraria a política. Em nenhum momento os seus criadores tiveram a ilusão de algo que não fosse destinado a uma

* Universidade Estadual de Maringá. Aluna do Programa de Mestrado em Política e Movimentos Sociais, Linha de Pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais.

[1] Termo utilizado pela equipe do Pasquim em substituição à expressão pauta, onde cada jornalista trazia uma contribuição inteiramente pessoal e independente ao jornal, sem obedecer a nenhum plano.

vida efêmera, porém não foi exatamente isso que se constatou. Se comparado a outros jornais alternativos do período, o Pasquim teve vida longa.

Sem se dar conta do terreno movediço em que caminha, o Pasquim, mais lúdico do que exatamente político, é um órgão tagarela, falando de tudo, que no seu humor não poupa nem a si próprio, ficando célebres as suas frases de capa, de pura auto-gozação, como esta: "Pasquim – ame-o ou deixe-o", de alusão óbvia. A língua solta e atrevida, a crítica aos costumes, o palavrão e a apologia à liberdade sexual fazem as delícias dos leitores, mas a censura prévia à imprensa, que se instala via AI-5, prenuncia uma fase difícil de proibições e cerceamento da liberdade de expressão. Na verdade, as provocações ao regime eram feitas de forma sutil, indireta, em que pese a ação corrosiva do humor.

Os militares, que queriam a todo custo preservar a imagem de que o regime mantinha as liberdades públicas, não pretendiam fechar o jornal, preferindo o terror sobre seus editores. É necessário observar no Pasquim "a importância de sua contribuição como oposição à política dominante, como contestação ao silêncio e à repressão, como criação original de imprensa e como sustentação de valores alegremente libertários, em sua essência, populares"[2].

Com o governo na mão dos militares, foram ignorados direitos constitucionais. Houveram perseguições políticas, prisões, exílios, desaparecimentos, torturas e mortes, pois o poder estava com os generais, pessoas com formação militar e não política. A censura foi imposta à mídia, todos os meios de comunicação, programas de televisão, rádio, reuniões escolares, palestras e missas. Qualquer lugar, qualquer grupo de pessoas era suspeito e tudo passou a ser vigiado. Na censura prévia à imprensa (1970), o general Médici advertia "que não seriam toleradas publicações contrárias ao regime, à moral e aos bons costumes, em quaisquer meios de comunicação, aí incluídos os livros"[3].

Esses profissionais e artistas, por suas falas, se mostravam incompatíveis com o regime militar. O Pasquim reforça suas páginas com cartuns selecionados dos grandes nomes internacionais, como Pfeiffer, Virgil Patch, Wolinski e Copi. Foi um jornal que modificou a linguagem do período, pois, com freqüência, apresentava palavras novas ao vocabulário cotidiano. A dinâmica do jornal era dada pelo estilo pessoal de cada um dos membros da equipe. Tudo era escrito ou desenhado de forma muito pessoal. Tinha uma linguagem que falava tanto pelas sátiras escritas, quanto pelos desenhos, a partir das diversas caricaturas de cada exemplar.

---

[2] BRAGA, J. L. O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba. Brasília. Universidade de Brasília.1991. p.13
[3] MORAES, Denis de.**Humor de Combate: Henfil e os 30 anos do Pasquim**. Rio de Janeiro, 1999. Consultado na monografia de Edinéia Aparecida da Silva.

Quanto à temática, comentava questões internacionais do momento, como imperialismo americano, Guerra do Vietnã, subdesenvolvimento, regimes autoritários em vários países, censura e repressão; temas nacionais, problemas sociais, dependência econômica, má administração, meios de comunicação, censura, costumes, feminismo. Mas também falava de cinema, teatro, literatura, música, sexo, em resumo, de cultura. Em relação à forma, apresentava artigos sérios, artigos irônicos, fotos, foto-montagens, entrevistas, dicas, cartuns, charges, etc. E, sobretudo, utilizava o humor. Através da ironia os jornalistas e humoristas procuravam questionar o momento político em que viviam.

Nos primeiros anos após o golpe de 1964, a clareza dos fatos, a consciência do que estava em andamento, o espaço de ação que tomariam os golpistas, não haviam ainda se formado. Os limites da história política autoritária que estava se desenrolando no Brasil não estavam desenhados e nem eram visíveis para a grande maioria da população. Os partidos políticos de esquerda estavam com problemas para explicar a derrota e o futuro dos acontecimentos, os intelectuais estavam perplexos, os estudantes confusos, as 'massas' apáticas. Era mais ou menos esse o desenho da sociedade[4].

A ditadura militar tem apoio em alguns setores sociais, em particular numa parcela da classe média conservadora – que será alvo das críticas do Pasquim – e outra parcela da população está esclarecida ou intelectualizada, se contrapõe, critica a atitude dos militares, mas é calada pelo medo ou pela força. O regime autoritário faz grande uso dos aparelhos coercitivos do Estado, que já existiam anteriormente, mas que neste momento são ampliados, na tentativa de eliminar as oposições reais ou 'possíveis'.

Com Médici inicia-se o período mais polêmico do regime autoritário brasileiro, caracterizado pela propaganda de enaltecimento nacional. Braga percebe a importância do discurso militar para justificar sua manutenção e ocultar suas ações repressivas:

"A fala otimizante do novo presidente esconde a ação repressiva e violenta dos governos militares. A operação Bandeirantes combate os esforços de resistência armada à ditadura, enquanto o Brasil, campeão do mundo, tem sua atenção desviada para os sucessos do futebol"[5].

A desinformação é constante após a implantação da censura prévia, como já havíamos dito. O Decreto-lei de número 1077, de janeiro de 1970, coloca nas mãos do ministro da Justiça a verificação e o julgamento dos livros e periódicos, através do artigo da Constituição que diz: "Não serão toleradas publicações e exteriorizações contrárias à moral e

[4] SCHULZ, Rosângela Marione. A Censura como limite às informações. In: Barbarói. Santa Cruz do Sul, nº4/5, p. 45-62, jan/dez, 1996.
[5] BRAGA, J.L. O Pasquim e os anos 70, 1991, p 33

aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação"[6]. Como é possível ver através do artigo, o regime militar não assume diretamente seus atos de força, pois justifica a censura em função da moral e dos bons costumes.

A questão da segurança interna é determinante: cria-se a imagem do inimigo interno, que pretende inviabilizar o desenvolvimento nacional e, até mesmo, transformar o país através de uma revolução comunista. Para o regime autoritário brasileiro, o "inimigo interno" faz parte de um complô comunista que tenta minar a sociedade brasileira através da destruição da sua base moral, a família brasileira[7]. Este inimigo é qualquer indivíduo que seja apresentado como opositor à ditadura militar.

O regime permanece, durante todo período de vigência da censura prévia, perseguindo um inimigo não tão real ou perigoso como os repressores desejavam. A criação deste inimigo está ligada aos interesses de sustentar o apoio da classe média conservadora e de grande parte da população desinformada dos acontecimentos. A repressão à imprensa não se resumiu a cortar textos. O processo da censura é composto por uma série de atos impostos aos jornais, que projetam com o tempo a dificuldade de manutenção de sua estrutura. Muitos dos jornais alternativos acabam quebrando devido a esta série de obrigações e de despesas. Inviabilizar economicamente, desgastar os jornalistas e humoristas, entre outras coisas, foi a forma encontrada pelo regime autoritário para eliminar das bancas a maioria dos jornais nanicos, não precisando assumir, em muitos casos, a própria ação repressiva[8].

O pasquim e as mulheres

O movimento feminista parece ser um movimento recorrente, sempre que as condições sociais determinam uma reestruturação da distribuição de tarefas do homem e da mulher, isso interfere nos papéis sociais assumidos dentro ou fora da família, ampliando ou fechando o espaço de interdependência da mulher. Induz-se daí um movimento ativo na luta por uma expansão de direitos. No Pasquim, esse assunto é tratado de várias formas, incluindo defesas e ironias.

Uma acusação freqüente que se fez ao Pasquim é que embora crítico e avançado, o jornal era machista[9]. Não se pode afirmar que essa acusação era inexata e improcedente, pois não é tarefa fácil configurar se o jornal era ou não machista. O conceito mesmo de

[6] SCHULZ, Rosângela Marione. A Censura como limite às informações. In Barbarói. Santa Cruz do Sul, 1996.
[7] SCHULZ, Rosângela Marione. In Barbarói. Santa Cruz do Sul. 1996.
[8] LIMA, Marcus Antônio. Professor no Centro Universitário de Belo Horizonte. In Breve histórico da Imprensa homossexual no Brasil. P157.
[9] BRAGA, J. L. O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba. Unb, p.193

machismo é extremamente complexo: defesa da supremacia e do privilégio masculino adquiridos historicamente, negação simplista de que as mulheres são desprivilegiadas; uma ou outra dessas alternativas percebidas nas relações interpessoais ou ao contrário consideradas em termos de estrutura social e não é nosso objetivo configura-lo.

A estrutura social brasileira é complexa na divisão da riqueza, no acesso à qualificação profissional, nas condições materiais de cuidar e educar os filhos, nas oportunidades de trabalho, na formação e socialização do homem e da mulher. No Brasil, essas complexidades definiram a atuação do feminismo muito mais que nos países industrializados. Além disso, o setor mais ativo do movimento feminista foi o das mulheres sintonizadas com algum tipo de informação internacional, ocorrendo então, algum desajuste com as necessidades de outras faixas sociais, motivo que favoreceu enormemente várias das críticas do Pasquim. Conforme já referenciado, Simone de Beauvoir já lembrava "as mulheres não são solidárias enquanto sexo, acham-se primeiramente ligadas à sua classe; os interesses das burguesas e o das proletárias não coincidem[10]". É importante lembrar eu o setor mais ativo do movimento pertencia à classe média, cujo sistema de valores morais reforçou o golpe de 1964 contra os movimentos populares. Portanto, as posições muitas vezes "anti-feministas" do Pasquim não eram puramente gratuitas.

Para José Luiz Braga[11], ao invés de oferecer às teses feministas um acordo ou uma recusa, o jornal oferece uma antítese. O feminismo encontra no Pasquim um interlocutor – desrespeitoso- e ao mesmo tempo um espaço de exposição de idéias e debate.

Entrevista

"O Pasquim Um jornal onde a gente pode dizer as coisas"

(Rose Marie Muraro)

"Rose Marie Muraro é uma escritora de grande repercussão nos meios interessados nos problemas relacionados com a posição da mulher na sociedade. O seu último livro, **A libertação sexual da mulher,** lançado em janeiro, já está com a primeira edição esgotada e a segunda está quase saindo. Os outros livros **A mulher na constituição do mundo futuro** e a **Automação e o futuro do homem** – estão na quinta edição, o que demonstra a receptividade de suas teses. Por tudo isso, a patota do Pasquim decidiu discutir

[10] BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949 p. 159
[11] BRAGA, J.L. Op.Cit. p.195

estes assuntos com Rose Marie, que enfrentou com bravura e inteligência as provocações, revelando coisas sobre nós mesmos que desconhecíamos inteiramente" (equipe do Pasquim).

Com esse comentário a equipe do Pasquim abre a entrevista com Rose Marie Muraro feita para a edição de número 91 de março de 1971. Os entrevistadores são Paulo Francis, Flávio Rangel, Sérgio Cabral e Glauber Rocha. A entrevista se dá por ocasião da vinda de Betty Friedan ao Brasil para lançar seu livro traduzido por Rose e também por esta ser uma feminista de destaque inclusive com vários livros publicados.

Como já é característica do Pasquim as perguntas não obedecem a nenhuma ordem pré-estabelecida cada entrevistador fica livre para perguntar sobre o assunto que quiser e inclusive para interromper o entrevistado ou mudar o rumo da conversa. É o que acontece na entrevista com Rose Marie, freqüentemente ela é interrompida na sua resposta ou no seu comentário. Os assuntos abordados na entrevista são bastante variados, de um modo geral, mas predomina o assunto relacionado à situação das mulheres, no Brasil, na sociedade de consumo, no mundo ocidental e as razões da dominação masculina. Ela faz uma análise econômica e sociológica da dominação masculina antes e depois da Revolução Industrial, passando por questões da psicanálise como o Complexo de Édipo, bastante explorado pela equipe. Questões pessoais também são levantadas como: número de filhos, idade destes, se faz análise, se é feliz no casamento entre outras. Um ponto bastante interessante da entrevista é a maneira com que a equipe se relaciona com a entrevistada. Podemos observar pelo número de intervenções da equipe durante as respostas ou comentários de Rose, onde ela, freqüentemente pede para continuar o seu raciocínio. Paulo Francis e Flávio Rangel são os que mais interrompem. Um exemplo que ilustra é quando ela está explicando sobre as razões sociológicas e econômicas do Complexo de Édipo, que se dá numa sociedade rural patriarcal onde a mulher é reprimida sexualmente pelo marido e transmite toda essa frustração para o filho etc. e Francis a interrompe dizendo:

Francis: "Mas Complexo de Édipo não tem nada a ver com sociologia. É uma descoberta puramente psicológica".

Rose: "Mas deixa eu falar o que o homem tradicional achava da mulher..."

Flávio: "Édipo não sabia que tinha complexo de Édipo. Por isso é que ele ficou feliz, então?"

Rose: "Como é que você me faz uma pergunta dessas, rapaz? Vocês não estão deixando eu completar os meus pensamentos".

A militância de Betty Friedan no feminismo americano é um outro ponto sobre o qual a equipe do Pasquim interrompe bastante, quase comprometendo a seriedade do mesmo.

Rose discorre sobre os trabalhos, a postura e a forma com que Betty encaminha a questão do feminismo e fala sobre a vinda desta ao Brasil. Enquanto ela, com toda seriedade está comentando esses assuntos Flávio Rangel a interrompe perguntando:

Flávio Rangel: "A Betty Friedan virou machona mesmo? A filha dela é bonitinha?".

Desviando a seqüência da resposta e ela sempre pedindo para concluir seus pensamentos e isso faz render um comentário de Paulo Francis:

Paulo Francis: "Isso aqui não é uma entrevista formal. Essa sua ânsia de ordem revela no fundo, no fundo que você gostaria de uma sociedade hierarquizada, com categorias definidas, com disciplina, com um pai autoritário e um marido dominador. No fundo você está querendo reagir contra a sua natureza, você tem uma grande ânsia de ordem".

Rose: "Não, é uma grande ânsia de dizer o que eu preciso".

Glauber: "Eu acho que o problema da entrevista é que você está no meio de homens e está querendo tirar uma de homem muito grande. É melhor você ficar como mulher que a coisa vai melhor".

Francis: "O Glauber é daqueles que acha que as boas mulheres são aquelas que conhecem o seu lugar".

Glauber: "(...) Se você quiser derrubar algum homem aqui reacionário mesmo, celibatário, patriarcal é o Paul Francis".

Pelo que se pode observar estes comentários ilustram um dos momentos de mais "tensão" durante a entrevista, onde Rose é "desafiada" pela sua maneira de querer conduzir ou organizar a entrevista. Mas na verdade não se trata de querer conduzir a entrevista, apenas que seus assuntos, pensamentos sejam concluídos. Pode ser que ela não estivesse familiarizada com a maneira da equipe do jornal realizar suas entrevistas, talvez quisesse ser "levada mais a sério" e por outro lado uma outra razão, pode ser que a equipe do jornal não estivesse esperando a seriedade e a profundidade e o nível do debate para o qual ela estava preparada muito mais do que uma agitadora feminista. Sobre o movimento feminista objetivamente Sérgio Cabral pergunta se ela pretende fundar alguma organização feminista e ela responde: "Deus me livre! Eu acho desnecessário. O que eu acho necessário é você levar às mulheres tradicionais, dominadas pelo machão brasileiro a consciência de que essa dominação machão-mulher já era".

Mais tarde, a militância de Rose, aliada a de outras feministas caracterizou-se num movimento feminista, mas não que em princípio fosse esse o objetivo.

Trinta anos depois, em seu livro Memórias de uma Mulher Impossível, Rose comenta sobre a entrevista que deu ao Pasquim.

> *"O Pasquim me chamou para uma entrevista que dei para preparar a vinda dela (Betty Friedan). Paulo Francis, Ziraldo, Glauber Rocha, Jaguar, Borjalo, Fortuna, essas pessoas é que me entrevistaram[12]. Algumas já morreram, mas fizeram história. Digo uma coisa, jantei aqueles homens todinhos, que tinham uma idéia machista do feminismo. Eu já conhecia a ideologia machista e o que eles iam dizer. Foi uma entrevista memorável. Paulo Francis era louco. Ele tinha uma personalidade dividida. Por um lado,dizia-se uma pessoa contra o sistema, e, por outro, bajulava esse mesmo sistema. (...) Era etnocentrista. O consciente dele ia para um lado e o inconsciente para o outro. Não sei como ele tinha tanto impacto sobre os leitores aqui no Brasil que ele esnobava solenemente. Paulo Francis começou como jornalista nos anos 60. Depois, em 69, ele e os outros foram para o Pasquim. Assim como para mim foi o Instituto Villa-Lobos, o Pasquim foi para aquele pessoal: Ziraldo, Jaguar, Sérgio Cabral... O primeiro número do Pasquim saiu com uma entrevista com Leila Diniz[13], cheia de palavrões, substituídas por estrelinhas, que imediatamente fez do Pasquim o jornal mais popular do Brasil. E o Pasquim não só foi a grande resistência contra o regime militar na área da imprensa, mas também marcou a mentalidade da juventude. A gíria da juventude até hoje é o "sifu", "mifu". E gírias ainda hoje correntes tiveram origem no Pasquim, há mais de vinte anos... O Jaguar era um doido! Conheci Luis Carlos Maciel também. Foi por intermédio dele que encontrei Norman O. Brown.*
> *Quanto ao Glauber, só o vi durante a minha entrevista. Gostava do Glauber. Agora, posso estar maluca, mas pelo que lia nas entrevistas, via que ele tinha declarações de um esquizofrênico mesmo"[14].*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, José Luis. **O Pasquim e os 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

LIMA, Marcus Antônio. Professor no Centro Universitário de Belo Horizonte. In **Breve histórico da Imprensa homossexual no Brasil**.

MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência ao golpe de 1964. In **História**, São Paulo, v. 14, p. 49-59, 1995.

MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma Mulher Impossível**. 4 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

SCHULZ, Rosângela Marione. A Censura como limite às informações. In: **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, nº 4/5, p. 45-62, jan/dez, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

---

[12] Os entrevistadores que aparecem na entrevista não são todos estes citados por Rose. Certamente estiveram presentes, mas não fizeram perguntas.

[13] A entrevista com Leila Diniz foi no Pasquim de número 5. Certamente é uma forma de se expressar de Rose.

[14] MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma Mulher Impossível**. 4 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Afirmação da Identidade dos Presos Políticos Durante seu Convívio com os Presos Comuns na Ditadura Brasileira (1969-1979)

Cátia Faria*

Resumo: O decreto lei 898/69, conhecido como nova Lei de Segurança Nacional, não diferenciava as ações praticadas por aqueles que se opunham à ditadura dos assaltos cometidos por bandidos. Assim, todos os enquadrados nessa lei respondiam a um Inquérito Policial Militar, eram julgados por um tribunal militar e cumpriam pena em uma galeria do presídio da Ilha Grande. Através de pesquisa documental e da História Oral o trabalho pretende resgatar a memória e a luta dos presos políticos para que a ditadura reconhecesse sua existência.
Palavras-chave: Ditadura – Presos políticos – Presos comuns.

Abstract: The law 898/69, named the new National Security Law, didn't distinguish politics crimes of crimes done by bandits. So all of them received the same trial, in a military court, and after the sentence, were sent to the Ilha Grande prison. This article intends rescue the memory and the fight of the politics prisoners to be recognized by the dictatorial brazilian government
Keywords: Dictatorial brazilian government – Politics prisoner – Bandits.

Este estudo pretende refletir sobre duas grandes questões. A primeira é a afirmação da imprensa, principalmente a carioca, de que a organização criminosa Comando Vermelho (CV) surgiu do convívio e das relações estabelecidas entre presos políticos e comuns durante o período em que estiveram na Colônia Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande. É importe frisar que realmente houve um amplo entrelaçamento entre bandidos e revolucionários, porém não da forma apresentada pela mídia.

A comprovação ou não de que o Comando Vermelho tenha surgido graças ao convívio de seus membros com os integrantes das organizações de vanguarda ocorrido no cárcere durante a ditadura, é importante na medida em que esclarece o processo vivido por estes homens que lutaram contra o regime e cujo projeto político foi derrotado.

Repensar a incorporação da versão da imprensa por boa parte da sociedade brasileira sem maiores questionamentos, assim como havia também ocorrido quando da instauração da ditadura, é importante na medida em que contribui para a melhor compreensão das relações entre a sociedade brasileira e o regime civil-militar. Nesse sentido, este estudo foi

* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estácio de Sá.

desenvolvido com base na análise das complexas relações entre a sociedade e a ditadura civil-militar no Brasil, que se encontram nas obras e palestras de alguns professores tais como René Dreifuss, Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Jorge Ferreira e Beatriz Kushnir. Eles analisam o comportamento da sociedade brasileira durante a ditadura instaurada em 1964 e enfatizam a passividade, a participação, e até mesmo a colaboração de importantes segmentos sociais no processo de instauração e evolução da ditadura em nosso país.

Interessa-me resgatar a história recente do país e compreender de que maneira a memória desses anos foi sendo construída e está permanentemente sendo reconstruída. Durante muito tempo foi impossível fazer e divulgar trabalhos sobre os anos 60 e 70 cujo conteúdo divergisse da história oficial. Por isso, após a Abertura, houve um aumento na produção e no consumo de obras a respeito deste período tão conturbado.

A segunda questão é discutir a recusa da ditadura em admitir a existência de presos políticos. Ao fazê-lo possibilitou que assaltantes de bancos sem engajamento político-partidário fossem enquadrados junto com os guerrilheiros na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969. Ou seja, diferente da ditadura Vargas, os presos políticos desse período conviveram apenas com um tipo de presos comuns, os chamados Leis de Segurança ou LSNs, aqueles cujos crimes se assemelhavam aos praticados pelos guerrilheiros que estavam empenhados na luta armada.

Não admitindo a existência de presos políticos no Brasil a ditadura também não reconhecia o caráter político de sua prisão. À legislação que descaracterizava as ações armadas praticadas pelos guerrilheiros somava-se o total desprezo pela condição dos presos políticos obrigando-os a travar uma série de lutas dentro das cadeias para terem sua identidade de presos políticos reconhecida.

Em 1978, quando a anistia estava na ordem do dia, foi necessário reformar novamente a Lei de Segurança Nacional para readequar as penas dos chamados "terroristas" – aqueles que escolheram ingressar na luta armada e cometeram "crimes de sangue" – já que não havia intenção do governo brasileiro em anistiá-los. E realmente, eles foram excluídos da lei de anistia promulgada em agosto de 1979. A Lei de Segurança Nacional de 1978 teve ainda uma outra finalidade: ao diferenciar em seu texto crimes políticos de crimes comuns evitou que os presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional de 1969 recebessem quaisquer benefícios que viessem a ser concedidos aos presos políticos.

Entretanto, bandidos, revolucionários e marginais não interagiram apenas no Brasil. Na Rússia tzarista, na região da Geórgia, os revolucionários fizeram uma série de

expropriações sem o consentimento do partido e com a ajuda de ladrões locais. Pancho Villa, um exemplo de bandido herói, aderiu à Revolução Mexicana, alfabetizou-se e chegou ao posto de general do exército revolucionário mexicano. Mao sempre foi a favor da participação de bandidos e contou com o apoio deles na Revolução Chinesa. Durante a guerra de independência argelina, marginais e bandidos eram recrutados na cadeia. Cuba contava com a presença de marginais e até de um plantador de maconha entre os revolucionários. No Brasil, tentativas de "conversão" de presos ao socialismo aconteceram bem antes de 1964 - durante o governo Vargas comunistas tentaram politizar presos comuns e guardas prisionais.

Para estudar as duas grandes questões que norteiam esse trabalho - a tese da imprensa de que o Comando Vermelho teria nascido da troca de experiências entre presos comuns e políticos durante o convívio na Ilha Grande, durante a ditadura - e a luta pelo reconhecimento da existência de presos políticos no Brasil nesse mesmo período, é necessário estudar a legislação relativa a Segurança Nacional porque ela foi responsável pelo entrelaçamento entre presos políticos e comuns e pelo desrespeito ao caráter político da prisão dos primeiros. Todas as agruras vividas pelos presos políticos nas celas estavam no contexto do desprezo pela condição de preso político. Não diferenciando um assalto a banco, feito para lucro pessoal, de uma expropriação, na qual o produto auferido é utilizado para estruturar revoluções, a ditadura se recusava a admitir a existência de presos políticos no Brasil. Por isso, a legislação da Ditadura e seus desdobramentos permeiam todo o trabalho.

A relação entre bandidos e revolucionários é bastante complexa e tem sido trabalhada por vários autores, Hobsbawn entre outros, e, no caso brasileiro, a legislação elaborada durante a ditadura civil-militar complexificou ainda mais essa relação. Por essa razão, esse trabalho inicia apresentando e refletindo sobre a legislação criada na época da ditadura, principalmente aquela cujo objetivo principal era o de a garantir a segurança nacional.

Embora alguns autores só identifiquem a preocupação com o "inimigo interno" durante a ditadura, tais ameaças já estavam presentes desde a década de 1930, ou seja, a "ameaça vermelha" já existia e motivava salvaguardas legais. Os anarquistas, com forte atuação nos sindicatos e/ou associações profissionais, além dos comunistas poderiam "seduzir" os brasileiros com uma ideologia considerada estrangeira e perigosa.

Logo, a LSN de 1935, a primeira deste gênero a ser editada, demonstra que o governo de Vargas e alguns segmentos da sociedade[1] desejavam prevenir-se contra o ódio e a

[1] Não podemos esquecer que a lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e que não houve protestos da imprensa ou da sociedade.

luta violenta entre as classes sociais; contra atentados a pessoas ou bens com motivação ideológica; contra a existência de partidos, sindicatos, associações profissionais e agremiações que exercessem atividades subversivas da ordem política e social; e contra os estrangeiros com atividades políticas nocivas ao interesse nacional.

O fórum escolhido para julgar os crimes previstos pela lei foi a Justiça Federal e seus praticantes eram sujeitos a julgamento singular, ou seja, havia distinção entre crimes políticos e comuns.

A ESG, Escola Superior de Guerra, foi criada em 1949, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, nos moldes dos centros para treinamentos de militares já existentes nos Estados Unidos, objetivando estabelecer um intercâmbio entre o exército brasileiro e o estadunidense e absorver suas táticas e teorias -, a mais importante delas foi a da intervenção militar em nome da segurança nacional e da ordem interna. Após 1964 inicia-se um processo de gradual decadência na ESG, entretanto, nesse período, a doutrina ou ideologia de segurança nacional estava estruturada - embora tenham existido "momentos e/ou grupos em que certos aspectos da "doutrina" sobrepuseram-se a outros" (FICO, 2001:42).

A Lei de Segurança Nacional instituída em 5 de janeiro de 1953, durante o segundo governo Vargas, tem poucas diferenças em relação à anterior. Em plena Guerra Fria, o "perigo vermelho" mantinha o Ocidente em estado de alerta constante. Talvez por isso ela tenha permanecido em vigor até 1967.

Esses exemplos demonstram que, a preocupação e a perseguição aos cidadãos brasileiros que aderiram à ideologia marxista já existiam antes da ditadura militar. Na verdade, o que houve nas décadas de 1960-1970 foi um dimensionamento exacerbado da teoria do "inimigo interno". Em outras palavras, após o golpe civil-militar de 1964, o governo passou a ver os brasileiros que lutavam pelas reformas sociais e pelo fim da ditadura como seus opositores e potenciais inimigos. Ou seja, todo aquele que discordasse da política estabelecida era considerado inimigo nacional.

Na verdade, mais do que uma simples lei que garantisse a segurança nacional, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada basicamente pela ESG, "aperfeiçoada" com a criação dos órgãos de informação e repressão da ditadura brasileira e compartilhada com os outros regimes ditatoriais estabelecidos na América Latina –, ou seja, as leis foram sendo criadas na medida em que o regime se consolidava. Isso não quer dizer que a legislação fosse alterada em resposta aos atos da oposição, várias vezes as leis os antecederam.

Entretanto, observando sob uma perspectiva mais geral, percebe-se que a DSN, em sua ânsia por terminar a chamada "guerra interna", institucionalizou a tortura e criou um aparato legal para garantir o estado de exceção. Dela derivam os expurgos, as cassações de parlamentares e partidos políticos, o fechamento do Congresso e dos sindicatos, os banimentos, os decretos secretos, o fim do *habeas corpus*, os mortos e os "desaparecidos", além da censura e do estímulo à delação.

A politização da sociedade brasileira havia atingido seu ápice, do ponto de vista da história republicana, no período 1961-1964. O golpe civil-militar foi uma ruptura neste processo de organização política e social. Em nome da "ordem", os militares, com o apoio de parcelas importantes da sociedade civil, pretenderam atuar no sentido de conter, desmobilizar ou reprimir os movimentos sociais.

O primeiro Ato Institucional (AI) foi decretado, em 2 de abril de 1964, pelo autonomeado Supremo Comando da Revolução e atribuía ao Executivo poderes para expurgar as principais instituições do país, enquanto o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli assumia interinamente a presidência do país. Como resultado do Ato, entre abril e novembro, aconteceu "uma onda" de prisões de líderes políticos, sindicais e camponeses e, oficiais do Exército, Marinha e da Aeronáutica foram transferidos para a reserva. Os ex-presidentes Juscelino Kubtschek, Jânio Quadros e João Goulart, seis governadores, vários deputados federais e senadores, líderes estudantis, intelectuais e funcionários públicos tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em novembro do mesmo ano, setores do governo já falavam da necessidade de um segundo ato institucional para a ampliação do processo punitivo.[2]

O AI-2, porém só foi editado em 27 de outubro de 1965. Através dele os partidos existentes foram extintos e instituíram-se a Arena (Aliança Renovadora Nacional), representante do *status quo*, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), no qual a oposição se agregaria - interessante notar que a palavra partido não podia compor a sigla dos novos movimentos políticos. Além disso, tornaram-se indiretas as eleições para os cargos de presidente da República e vice-presidente, reinstituindo-se os poderes do executivo para dar continuidade às cassações. Quanto aos governadores de estado e seus respectivos vices, também passaram a ser eleitos indiretamente com o AI-3, decretado em 5 de fevereiro de 1966.

A nova Constituição, promulgada em 24 de janeiro de 1967, incorporou as medidas político-administrativas centralizadoras implantadas até o momento, apesar de alterar

[2] Idem, p. 46.

o nome do país de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil.[3] Neste ano foram também sancionadas uma nova Lei de Imprensa , em 9 de fevereiro, e outra Lei de Segurança Nacional, em 13 de março, institucionalizando as medidas coercitivas do regime.

O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, foi o ponto culminante do processo de restrição aos direitos civis iniciado em 1964. Conferia poderes quase absolutos ao governo. Através dele, o presidente podia decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por ato complementar, em estado de sítio ou fora dele; no "interesse nacional", tinha liberdade para intervir nos estados e municípios; com o apoio do Conselho de Segurança Nacional, os direitos políticos de qualquer cidadão poderiam ser suspensos por até dez anos e mandatos eletivos federais, estaduais e municipais poderiam ser cassados; ficava suspensa a garantia de *habeas corpus*; e o estado de sítio poderia ser instituído e prorrogado à luz da conveniência presidencial. Enfim, o governo, particularmente o poder Executivo, assumia o controle integral da sociedade brasileira.(VIZENTINI, 2000: 13-14)

O decreto-lei 510, promulgado em março de 1969, já colocava os assaltos a banco e seqüestros no âmbito dos crimes contra a segurança nacional, embora com sentenças mais brandas e sem a pena de morte. Assim, em 29 de setembro de 1969, foi assinado o Decreto-Lei Nº 898, conhecido como a nova Lei de Segurança Nacional ou a nova LSN, na qual os artigos 27 e 28 restauravam a pena de morte no Brasil para os crimes descritos acima praticados ou não com objetivos políticos. Logo, ao enquadrar qualquer ato praticado, tivesse ele conotações políticas ou não, dentro desses artigos, seus praticantes respondiam ao mesmo tipo de processo e as penas resultantes dos julgamentos eram cumpridas em presídios e celas comuns. Ao contrário das Leis de Segurança anteriores, o fórum eleito para julgar os inclusos na nova lei não era civil. Após a prisão estabelecia-se um IPM, Inquérito Policial Militar, e as sentenças eram estabelecidas por auditorias militares. Esse procedimento seria natural nos casos em que as ações eram contra quartéis ou patrimônios militares, mas levar para um tribunal militar os assaltos a banco ou até mesmo as expropriações feitas a estes estabelecimentos é, sem dúvida, uma deformação do sistema penal.

O Executivo, através de decretos-lei ou de atos institucionais, continuou a legislar. Antes da nova LSN, já haviam sido sancionados o AI-13, em 15 de dezembro, e imediatamente depois, o Ato Complementar nº 64, ambos estabelecendo o banimento. Aos brasileiros banidos o governo não fornecia passaportes. Com isso tencionava transformá-los em apátridas. Entretanto, a Convenção de Genebra não reconhece facilmente essa condição,

3

assim: os "trocados" através dos seqüestros, apesar das intenções da ditadura, mantinham a nacionalidade ante a comunidade signatária da Convenção. (ROLEMBERG, 1999: 76)[4] Seus filhos, nascidos no exterior, porém, não podiam ser registrados nas embaixadas brasileiras e não recebiam a cidadania brasileira. O AI-14, previa a pena de morte em casos de "guerra revolucionária ou subversiva".

Era importante para um governo não eleito pelo voto popular tentar legitimar suas ações perante os brasileiros e a comunidade internacional. Havia toda uma preocupação em criar uma legislação que "mascarasse" o regime ditatorial aqui instaurado. É nesse contexto que podemos compreender a manutenção de eleições, ainda que indiretas, de um partido político de oposição e do alto número de Atos Institucionais e de decretos-lei. Essa preocupação com a legalidade chegou a um nível tal que, em 11 de setembro de 1971, foi assinado o decreto n.º 69.534 que dava ao presidente o poder de redigir decretos secretos relativos a quaisquer situações nas quais a segurança nacional estivesse ameaçada. Abria-se assim uma brecha na legislação para justificar as prisões sem mandado ou acusação formal.

A exceção é a característica principal de qualquer ditadura, entretanto a ditadura brasileira apresenta uma singularidade, a preocupação em criar um aparato legal que conferisse a esses regimes uma aparência democrática. Assim, no Brasil mantiveram-se as eleições presidenciais, embora indiretas. Seguiram-se a legitimação da censura através da Lei de Imprensa, os poderes quase ilimitados que o AI-5 conferiu ao Executivo, o banimento, fruto do AI-13, a LSN-69, trazendo em seu bojo a pena de morte e a negação da existência de opositores ao regime etc. Ou seja, de forma inédita a ditadura foi legislando não como resposta aos atos da esquerda mais sim para garantir interna e externamente uma semelhança com os regimes democráticos existentes em outros países. Ë fato notório que todos os generais-presidentes se fizeram eleger.

O motivo pelo qual a ditadura optou por manter essa aparente democracia é objeto de controvérsias. Existe uma corrente historiográfica que defende a tese de que o governo ditatorial adotou essa postura apenas para "salvar as aparências", sobretudo para se preservar da opinião pública internacional. E uma outra, na qual este trabalho se baseia, que sustenta que a razão desse comportamento deriva da frente heterogênea que deu o golpe. A ditadura militar brasileira sempre foi devedora, embora tenha se distanciado dessa frente em certos momentos, dessas inspirações. É claro que havia pressão internacional e que isso gerava uma certa dose de preocupação', mas não podemos esquecer que o golpe no Brasil foi dado para

[4] Grifos no original. A autora ressalta que o termo banido não foi a princípio aceito pela esquerda. Mais tarde acabou sendo assimilado.

"salvar a democracia", uma democracia sem o presidente João Goulart e sem a "baderna". A frente heterogênea que apoiou o golpe acreditava que os militares ficariam no poder por pouco tempo. Não queriam uma ditadura a longo prazo, apenas o suficiente para que novas eleições se realizassem, ou seja, seria um governo de transição. Entretanto, em nome dessa aparente democracia houve um endurecimento inédito do regime e atos discricionários foram cometidos.

BIBLIOGRAFIA

FICO, Carlos *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

HOSBAWM, Eric J. *Bandidos* 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

REIS FILHO, Daniel A. *A Revolução Faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense,1989.

ROLLEMBERG, Denise *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de janeiro: Record, 1999.

VIZENTINI, Paulo G. F. "O Brasil Contemporâneo: autoritarismo e desenvolvimento (1961-1990)" in: *Ciências & Letras*. n.º 28 (jul./dez.) PortoAlegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"As mestiçagens da fé: mulheres cristãs-novas e heresia no Nordeste colonial"

Angelo Adriano Faria de Assis*

Resumo: Com a implantação do monopólio católico em Portugal, a partir de 1496-97, e a transformação dos antigos judeus em cristãos-novos, crescem as desconfianças de práticas judaizantes dentre os neoconversos portugueses – dos principais motivos para a criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em Portugal, no ano de 1536. No grupo dos principais acusados, destaque para as mulheres, responsáveis de primeira linha pela manutenção das práticas judaizantes dos antepassados entre os descendentes. Esta comunicação busca analisar a Família Lopes Mendes, originárias do reino e fixadas na Bahia desde meados do século XVI, apontadas como matriarcas do judaísmo proibido no Brasil colônia, fortemente acusadas perante a Mesa do Santo Ofício durante a Primeira visitação ao Brasil, entre 1591-95.
Palavras-chave: Inquisição, mulheres judaizantes, Brasil colônia.

Abstract: With the implantation of the catholic monopoly in Portugal, from 1496-97, and the transformation of the old Jews in New Christian, the diffidences of "judaizantes" practical amongst the Portuguese new conversed was one of the most important reasons for creation of Inquisition´s Court in Portugal, in the year of 1536. In the group of main accused, we found the prominence for the women, responsible of first line for the maintenance of the practical "judaizantes" of ancestor between the descendants. This communication searchs to analyze the Family Lopes Mendes, originary of the kingdom and fixed at Bahia since middle of XVI century, pointed as mothers family head of the judaism forbidden in Brazil colony, strong accused before the Table of the Inquisition during the First Visitation to Brazil, between 1591-95.
Key-words: Inquisition, *judaizantes* women, Colonial Brazil.

É conhecido pela historiografia o sofrimento dos judeus portugueses e seus descendentes convertidos ao cristianismo – os neoconversos - por conta das leis monopolizadoras impostas em fins do século XV em Portugal e seus domínios. Igualmente, o processo de implementação da Inquisição no reino a partir de 1536 e sua predileção pela perseguição aos cristãos-novos, apontados como os grandes ameaçadores da pureza católica. Se a historiografia, nos últimos anos, vem abordando os mais variados aspectos da presença cristã-nova e do funcionamento e estruturação da Inquisição no mundo luso-americano. A micro-história é aliada destas análises, responsável pela recuperação de histórias e biografias

* Professor Adjunto – Universidade Federal de Viçosa.

dos personagens atingidos pelo Santo Tribunal ao longo dos 285 anos que atuou em Portugal, apesar das críticas, muitas vezes infundadas, que recebe.

Na documentação correspondente à primeira visitação inquisitorial ao Nordeste brasílico, encontra-se extenso rol de acusações contra mulheres, das mais diversas origens e classes sociais, denunciadas por judaizar, em todas as regiões que receberam a presença do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça. Se, no contexto da visitação, as denúncias envolvendo cristãos-novos acusados de judaísmo representam destaque significativo no total de acusações, o número, dentre eles, de mulheres delatadas por prática judaizante não seria desprezível fato que comprova o papel de destaque reservado à mulher para a divulgação criptojudaica. Em linhas gerais, repetiam-se as denúncias que pesavam sobre Ana Rodrigues e suas descendentes. As acusações versavam sobre a insistência de cristãs-novas em costumes considerados, ao menos, indícios explícitos de prática criptojudaica, tais como: guarda dos sábados; preparação de alimentos e práticas jejunais; celebrações de festas e datas do calendário judaico, a exemplo do *Iom Kipur*, leitura e posse de livros sagrados, como a *Torá*, costumes e ritos funerários, bênçãos e juramentos ao modo dos judeus, realização de esnoga.

Durante a visitação na Bahia, vários denunciantes compareceriam à mesa do Santo Ofício para delatar o comportamento de mulheres que insistiam na manutenção de práticas referentes à religião proibida. As denúncias também envolveriam as murmurações das ruas, boatos, fatos sem comprovação, notícias de "ouvi dizer" e "pública fama", acusações contra personagens indevidamente identificados, relatos que, em geral, demonstravam desconhecimento do judaísmo tradicional tanto por parte dos denunciantes quanto dos denunciados. Por vezes, as acusações identificavam qualquer atitude considerada herética como sinal indiscutível de prática judaica, embora comportamentos desviantes da norma católica não se limitassem aos cristãos-novos, principais acusados de criptojudaísmo.

Em alguns casos, a documentação revela famílias inteiras acusadas perante a Inquisição. Dentre os grupos familiares mais denunciados de prática judaizante durante a primeira visitação, encontramos a família de Mestre Afonso Mendes, bacharel cirurgião d'El Rey. Mestre Afonso viera para o Brasil acompanhando a Mem de Sá. Em Portugal, atuava como Cirurgião-mor da Cidade de Lisboa, mas pediu sua remoção para o Brasil, provavelmente, devido ao aumento das perseguições aos cristãos-novos no reino, com a crescente estruturação da Inquisição. Fora o médico responsável por prover os doentes a bordo, evitando uma perda de gente ainda maior do que as quarenta e duas mortes ocorridas na viagem que trouxera o governador-geral. Na colônia, continuaria atuando como médico do

governador e de sua família, acompanhando-o por todas as incursões que fazia contra os índios rebeldes.

Era o chefe de uma família seguidamente denunciada durante a visitação. Ele próprio apesar de falecido cerca de catorze anos antes da chegada de Heitor Furtado , juntamente com a esposa, seriam insistentemente acusados de açoitar um crucifixo, além, de terem sido vistos comendo carne de frango durante o dia de Endoenças. A fama geral da família era de que judaizavam, e a história da profanação do símbolo do martírio cristão era repetida aos quatro cantos. Com a morte de Mestre Afonso, a antiga lei continuaria a ser seguida pela mulher e filhos. Da esposa, dizia-se que mantivera a tradição judaica no cuidado com os mortos. Dizia-se que, na morte de Mestre Afonso, a esposa o pranteara ao modo judaico.

Também marcante seria a acusação de que apoiara o suicídio de um certo tio que permanecera no reino, Mestre Roque, que, preso nos cárceres inquisitoriais, teria preferido matar-se a morrer pelas chamas inquisitoriais: A própria esposa do cirurgião d'El Rey compareceria à mesa do visitador para contar sua versão das culpas que lhe eram imputadas. Natural de Évora, mulher de sessenta e cinco anos, Maria Lopes confessaria durante o tempo da graça conferido à cidade de Salvador e moradores vizinhos, alguns hábitos característicos do judaísmo, como não comer galinhas e qualquer outra ave que tenha morrido de doença. Maria Lopes confessaria também seguir alguns dos costumes funerários atribuídos aos judeus, como lançar a água em caso de falecimento e o trabalho, condenado pela Igreja, em dias sagrados para os cristãos:

Admoestada pelo licenciado do Santo Ofício, procuraria negar o caráter judaizante de suas culpas, admitindo realizá-las apenas por desconhecimento, afirmando que, nunca teve intenção judaica, e é boa cristã.

Branca de Leão, embora já falecida à época da visitação, seria a filha mais acusada do casal Lopes Mendes. De acordo com os denunciantes, Branca especializara-se no combate ao culto de imagens, tão comum aos cristãos, mas entendido pelos judeus como idolatria. Assim como os pais, acabaria denunciada, entre outras culpas variadas, de desrespeitar o crucifixo, arremessando-lhe certa vez um púcaro de água, repreendendo, em seguida, aos que a repreendiam: "calai-vos, mana, que isto não é Deus, que é papel, porque Deus está nos altos céus". Também fora surpreendida a picar com os dedos e fazer descortesias a um crucifixo, e de beliscar e romper uma carta de Nossa Senhora, indagando: "para que presta isso"? O marido de Branca, Antônio Lopes Ilhoa, também seria acusado

publicamente de possuir uma esnoga de judeus ao lado da capela que mantinha em seu engenho. É possível que Branca tomasse parte, ao lado do esposo, nas reuniões e celebrações sinagogais da família.

Depoimento dos mais impressionantes de toda a primeira visitação seria uma das acusações feitas contra Ana d'Oliveira, outra das filhas de Mestre Afonso e de sua esposa Maria Lopes. Trata-se do único documento conhecido relativo à visitação de Heitor Furtado de Mendonça que faz referência à observância do preceito da circuncisão. Fato ainda mais destacável se levarmos em conta que a acusação de realização do episódio inédito de circuncisão é imputada a uma mulher, e não aos homens, conforme orienta a lei judaica.

De acordo com as denúncias, Ana deve ter herdado do pai algumas de suas práticas, repetindo as tradições judaicas com os próprios filhos. As notícias sobre a realização de rituais específicos dos judeus ganhariam fama por toda a capitania, espalhando-se a história de que circuncidava as crianças que paria depois que vinham de batizar, e que uma vez fora vista uma criança sua ensangüentada, e fora ouvida chorar quando a circuncidava".

No judaísmo, a circuncisão, ou *brit milá*, remonta à tradição da aliança de Deus com Abraão (Gen. 17:11-12), salvando os circuncidados de serem castigados por Abraão após a morte. Representa a iniciação do menino judeu como integrante pleno do povo judaico, ao assinar com o próprio sangue seu contrato com Deus, que ficará marcado eternamente em sua carne. A circuncisão é praticada em obediência ao mandamento da *Torá*: "Este é o meu pacto, que guardarei entre mim e vós, e a tua semente depois de ti: que todo varão será circuncidado" (Gen. 17,10).

O papel reservado à mulher durante a realização da circuncisão, de acordo com a tradição, está longe daquele exercido por Ana d'Oliveira na circuncisão de seus próprios filhos. O *brit milá* deve ocorrer no oitavo dia após o nascimento, no mesmo dia da semana em que nasceu o menino a ser circuncidado. A cerimônia exige um quorum religioso (*minyan*) de dez homens adultos, caso seja possível, mas deve ser realizada mesmo sem a presença deste grupo. A operação é feita por um judeu praticante e cumpridor das leis, além de perito nas leis e técnicas de circuncisão, denominado *mohel*. O *minyan* reúne-se com o pai e o padrinho da criança e o *mohel*. Em geral, a criança está com a mãe em outra sala até ser conduzida por um homem escolhido pelo pai (*kvatter*) para a sala onde ocorrerá a circuncisão. Não é permitido à mãe assistir ao momento da operação. Com a chegada do *kvatter*, todos ficam de pé — exceto aquele que vai segurar a criança durante a operação, o *sandek* —, e a criança é entregue ao *mohel*, que a coloca sobre uma cadeira especial, a *Cadeira do Profeta Elias* (os judeus acreditam que Elias, o anunciador do Messias, está presente em todas as circuncisões). O filho

é entregue pelo *mohel* ao pai, que a repassa ao *sandek*. Feito o pronunciamento de uma bênção pelo *mohel*, a operação é realizada. Imediatamente após a retirada do prepúcio, o pai recita uma bênção de agradecimento a Deus pelo ingresso "no pacto de nosso pai, Abraão", ao que os presentes respondem, "assim como ingressou no pacto, possa também ingressar na *Torá*, no casamento e nas boas ações". Após a circuncisão, o *mohel* certifica-se de que não houve aderência à glande de nenhum resquício do prepúcio; em seguida, cobre-se o pênis com uma proteção, deixando-se a glande exposta. O *mohel* segura um copo de vinho recitando uma bênção em que proclama o nome do menino, colocando em seguida um pouco de vinho na boca da criança e dizendo as bênçãos restantes, dando, em seguida, por terminada a reunião. Como se pode perceber, em nenhum momento a mulher toma parte direta na cerimônia, o que torna ainda mais excepcional a atitude de Ana d'Oliveira na circuncisão dos filhos, quando desempenhou, ela própria e concomitantemente, na falta de alguém mais preparado, o papel reservado ao pai e as funções de *kvatter*, de *sandek*, e principalmente, de *mohel*.

Depoimento igualmente importante, pela vastidão e riqueza de detalhes sobre a prática criptojudaica e os conflitos familiares entre os seguidores de Moisés e os fiéis de Cristo, seria a confissão de outra representante da família, Antônia d'Oliveira, "cristã-nova de todos os costados", de idade de trinta e oito anos, casada e moradora em Salvador. Antônia era aparentada de Mestre Afonso e Maria Lopes, pois era sobrinha de Dona Maria, filha de uma irmã desta, de nome Ana Rodrigues. Em sua sessão de confissão, Antônia revelaria, que, ainda durante o tempo em que morava em Porto Seguro, cerca de quinze anos antes, partindo seu esposo para Portugal, passaria a manter práticas jejunais "quartas e sextas-feiras e sábados do carnal, os quais dias ela jejuava encomendando-se a Deus Nosso Senhor e à Virgem Nossa Senhora, e aos santos do paraíso, encomendando-lhes também ao dito seu marido ausente, e rezando-lhes pelas contas das orações da Santa Madre Igreja". Seu primo com irmão, Álvaro Pacheco, um dos filhos do casal Lopes Mendes, observando suas práticas, a aconselharia a realizar o verdadeiro jejum, sem comer e fartar-se ao meio-dia, ao modo dos antepassados que deste modo se salvaram.

Apesar de acreditar nas palavras e ensinamentos do primo, confessaria ter realizado os jejuns duas vezes somente, quando foi à presença de uma tia para que lhe fosse lançada a bênção, e a sua tia lhe pôs a mão na cabeça, nomeando Abraham. Lembraria ainda ao visitador outro episódio que confirmaria o relato do primo Álvaro: há cerca de seis anos, no Espírito Santo, ouvira variadas vezes de um compadre, enquanto rezava: "como reza, e não sabe como se há de salvar", dizendo-lhe que "os seus antepassados todos se salvaram na

glória, e que se "ela jejuava como se costuma na Santa Madre Igreja, que seus avós dela jejuavam doutra maneira", e o mesmo faziam os avós de seu marido.

O depoimento de Antônia d'Oliveira, ao contrário de apontar um verdadeiro sentimento de manutenção judaica por parte da confessante, apesar dos ritos e práticas judaicas que assumidamente manteve, parece, antes, retratar a dualidade religiosa vivida dentro da família, em que uma parcela, sem dúvida, continuava a celebrar a tradição da antiga lei (caso dos avós, da mãe também chamada Ana Rodrigues, como sua companheira de fé de Matoim , das tias e do primo, assim como dos parentes de seu marido), enquanto outra parcela procurava adequar-se aos preceitos do cristianismo e às imposições do monopólio católico, apesar das pressões da camada judaizante para que adotasse os costumes dos antepassados. Quadro este, diga-se de passagem, bastante semelhante ao que ocorria dentre os Antunes, e intensificado pela presença de cristãos velhos na família, em que uma parcela do clã preocupava-se, ao menos, em dissimular a prática criptojudaica com bom comportamento cristão, buscando apagar as suspeitas sobre os demais membros judaizantes. Informa Vainfas que, apesar disso, Antônia d'Oliveira acabaria processada pelo visitador por atos de judaísmo, por não ter confessado suas culpas durante o período de graça concedido à cidade. Porém, "considerando ser nova quando delinqüiu, recebeu pena branda: abjuração de leve suspeita na fé, feita na mesa" logo, julgada pelo próprio visitador, na Bahia, sem que o caso fosse enviado para o Conselho Geral da Inquisição em Lisboa , mais "admoestação e penitências espirituais".

Como Antônia e outras mulheres de sua família, várias mulheres lutaram pela sobrevivência judaica no mundo colonial, permitindo uma sobrevida ao judaísmo que, com novas cores, se redesenhava no ambiente brasílico, mas sempre, apesar de (de certo modo) oculto, permitindo às novas gerações conhecer as histórias e crenças de seus antecessores. Judaísmo oculto, dissimulado, limitado, mas forte e zeloso de suas máximas graças ao papel desempenhado pela mulher em seu seio.

Referências bibliográficas:

Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações da Bahia 1591-593. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, 3 vols.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Confissões da Bahia, 1591/1592. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Ed., 1935.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil Pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça — Confissões de Pernambuco, 1594/1595. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil — Denunciações e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR): política, intelectuais e a criação da República no Rio Grande do Sul (1882 – 1902)

Manoel José Ávila da Silva*

Resumo: O trabalho tem o objetivo de relacionar a atividade política desenvolvida pelos membros que formaram o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), nas duas últimas décadas do século XIX no Rio Grande do Sul, com o que pode ser definido com uma ação intelectual. Procura-se demonstrar que as atividades políticas do grupo condutor da criação republicana no estado foram acompanhadas de características que as vinculam ao que pode ser definido como práticas intelectuais.
Palavras-chave: Partido Republicano Rio-grandense - Idéias políticas - Ação intelectual.

Abstract: The work has the objective to relate the activity politics developed for the members that had formed Partido Republicano Rio-grandense (PRR), in the two last decades of century XIX in the Rio Grande do Sul, with what it can be defined with an intellectual action. It is looked to demonstrate that the political activities of the conducting group of the republican creation in the state had been followed of characteristics that tie them what it can be defined as intellectual practices.
Keywords: Partido Republicano Rio-grandense – Political ideas - Intellectual Action.

I

A análise do grupo republicano gaúcho entendido como um conjunto que associa ação política e atividade intelectual intelectuais está vinculada a duas premissas. A primeira diz respeito à consideração dos republicanos como um grupo. A segunda ao fato deles desenvolverem, na luta política, a criação (ou recriação) de idéias e conceitos para a intervenção na realidade.

Para a definição e circunscrição dos republicanos gaúchos no final do século XIX me valho de um recorte que já fora feito por Pinto (1979). Na sua dissertação de mestrado a autora elabora um levantamento, através de inventários e vínculos políticos, do grupo de lideranças republicanas gaúchas. Eles são escolhidos por pelos vínculos que têm com a causa republicana através da assinatura de manifestos e de atas, pela elaboração de artigos na imprensa, na fundação de órgãos de imprensa republicanos, na própria fundação do PRR em

* Professor dos Cursos de História, Relações Internacionais, Economia e Ciências Contábeis do Centro Universitário La Salle–UNILASALLE, Canoas-RS, professor e assessor da Rede Municipal de Ensino da SMED-Porto Alegre e doutorando do PPG em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos–UNISINOS, São Leopoldo-RS. E-mail: manoeljo@terra.com.br, manoel@lasalle.tche.br.

1882, por suas participações nas comissões executivas do PRR, como representantes na Assembléia Geral do Império, na Assembléia Provincial e, depois por serem os representantes eleitos para as Assembléias Constituintes do que elaboram as primeiras constituições republicanas do país e do estado.

A autora faz a ressalva que o período em que considera a constituição do grupo se divide em duas partes. A primeira quando o grupo, na década de 80 do século XIX antes da Proclamação da República, está envolvido na propaganda das idéias republicanas. A segunda parte, depois de instalada a República, quando o PRR e seus membros estão ocupados com, além da discussão e consolidação das idéias republicanas, as práticas administrativas e legislativas. Segundo esses critérios ela chega a um grupo composto por 71 membros.

As relações com as idéias republicanas ficam de fora do trabalho. Esse é o passo que quero, de modo sucinto, dar aqui.

A ação política dos republicanos gaúchos é acompanhada da formulação de idéias tanto sobre a República como sobre a realidade brasileira em geral. A crítica ao Império e a busca de uma maior participação no plano das decisões políticas leva o movimento republicano no país (nos centros em que se formam núcleos com suficiente articulação e atividade significativa – na Corte, em São Paulo, em Recife e no Rio Grande do Sul) a estabelecer um debate político que não tinha espaço nos canais institucionais. Esse debate implica na formação de um conjunto de idéias que serve de elemento aglutinador do movimento. A própria concepção de República, acompanhada pela discussão sobre o *federalismo*, e a *abolição da escravidão*, servem de pontos de inflexão para a crítica ao regime imperial. A necessária modernização da economia, das relações sociais e a ampliação das formas de participação política já faziam parte de uma agenda de reformas reclamada por setores progressistas ligados ao Império.

É nesse contexto que se forma um movimento intelectual que a historiografia chama de *Geração de 1870*. Alonso (2002) elabora um estudo sobre esse movimento no qual estabelece algumas perspectivas de análise que adoto para entender o movimento republicano no Rio Grande do Sul.

Alonso estabelece uma ligação estreita entre a ação política e a atividade intelectual, e isso produz uma análise em que o *locus* das práticas dos membros da *Geração de 1870* deixa de ser exclusivamente o intelectual ou o político, para se constituir na combinação dessas duas esferas (Alonso, 2002: 29 e segs.). Uma justificativa importante para tal opção, que tem grandes implicações teóricas, é a constatação da indistinção dos campos político e intelectual no Brasil do final do século XIX.

> *Observando as trajetórias individuais e o conjunto de obras publicadas nos anos 1870 e 1880 é impossível distinguir "intelectuais" de "políticos". No Brasil da segunda metade do XIX não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual. A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção. (Alonso, 2002: 30)*

A partir dessa perspectiva, de que os republicanos gaúchos são parte da *Geração de 1870* e de que sua ação política é uma atividade intelectual orientada para a transformação político-social do Brasil, adoto a caracterização que Alonso faz do grupo. No subgrupo dos *Federalistas Positivistas* analisado pela autora (composto por 11 membros) não há coincidência com o grupo selecionado por Pinto (1979) somente em um nome, Horácio de Carvalho, que não aparece na lista da segunda autora.

Os republicanos gaúchos tinham vínculos predominantemente regionais, apresentavam uma grande homogeneidade e se aglutinaram, inicialmente, em torno de requisições contra a centralização do Império exigindo maior representação no cenário político nacional. Em função do controle estadual ser exercido pelo Partido Liberal, os republicanos constituíram-se fora do sistema político imperial. Com as lideranças oriundas de regiões periféricas à economia, não pertenciam à elite pecuarista que dominava o estado. Suas lideranças tinham uma formação comum (bacharéis formados quase na totalidade na Faculdade de Direito de São Paulo), mas não aspiravam, em função dos laços com a manutenção de suas propriedades e de seus negócios regionais, uma posição na Corte.

> *Esta situação explica a configuração mais homogênea tanto social quanto regional [do grupo]. Seus membros não tentaram a carreira do funcionalismo público, iam buscar o diploma de bacharel tendo em vista sua utilidade precípua de passaporte para a política. (Alonso, 2002: 156)*

Além dos laços acadêmicos, os republicanos gaúchos também se ligavam através de laços pessoais. Ou já tinham sido colegas nos estudos antes de ingressarem nos curso de direito, ou mesmo vieram a ter laços familiares através de casamentos.

> *A plataforma do grupo gaúcho era predominantemente política: a República Federativa. Seu diagnóstico da crise imperial apontava a incapacidade do sistema político em processar demandas dos que, como eles, estavam de fora das instituições políticas centrais. O repertório da política cientifica em particular, o positivismo, ajudou a formular o problema como anomia a ser superada por uma nova forma "evolutiva". (Alonso, 2002: 158)*

A proposta de Alonso é a de que todo movimento intelectual no Brasil no final do século XIX, dada a inexistência de um campo intelectual autônomo, redundava em um evento político. O movimento da *Geração de 1870* era, portanto, político e os grupos no seu interior associavam uma construção intelectual para a solução da crise do Império com ações que remetiam a uma necessária *performance* no plano político (Alonso, 2002: 38 e segs.). A análise dos republicanos gaúchos não escapa desse esquema. Considerando a ação política dos republicanos gaúchos, procuro entender onde residiam as suas motivações intelectuais. Como formularam, para orientar a sua ação política, os conceitos de República, de Federação e de uma *política científica*.

Novamente, é Alonso que fornece os recursos teóricos para entender a formação do grupo republicano gaúcho, a origem e a operacionalização dos conceitos de que fazem uso e a constituição de suas organizações e práticas político-administrativas. Considerando a *estrutura de oportunidades políticas*, a formação de uma *comunidade de experiência* e o *repertório* utilizado, a autora busca entender a formação do movimento da *Geração de 1870* (Alonso, 2002: 41-4). É possível fazer o mesmo na análise do grupo de republicanos gaúchos.

O grupo se forma num determinado contexto histórico no qual as condições de ação são determinadas por uma série de limites estruturais: a indistinção dos campos político e intelectual, a estrutura política do sistema representativo imperial e as relações econômicas. Isso constitui uma estrutura de relações de poder histórica que define a possibilidades de embate político e permite estabelecer quais são as possibilidades de ação política.

A própria constituição do grupo, e a posterior institucionalização com a formação do PRR, podem ser entendidas como decorrentes de um conjunto de práticas, ambientes e formação comuns, experimentados pelos seus componentes. A constituição de interesses e práticas comuns se dá no interior de uma experiência vivida pelos republicanos gaúchos. Mais que as suas origens sociais, aparecem como resultantes na constituição do grupo, e das idéias republicanas defendidas pelos membros do PRR, as relações entre as posições ocupadas pelos membros na conjuntura específica do final do século XIX no Rio Grande do Sul e as idéias que serviam de base para a contestação e crítica ao Império. É importante não esquecer que os republicanos gaúchos ocupavam posições marginais, tanto em relação ao sistema político nacional como no plano da província, antes da Proclamação da República. Essa comunhão segue válida na República e se estabelece através da manutenção dos vínculos e práticas administrativas em geral, contaminadas pelas ligações pessoais.

Decorre daí que essas idéias, longe de serem meras cópias ou adaptações das idéias originais, especialmente européias no caso dos republicanos gaúchos, vão compor um

repertório. Em associação com a conjuntura política do final do Império, algumas idéias vão sendo incorporadas pelos seus críticos. São recursos para a crítica ao Império. E eles abrangem desde idéias até *formas de agir* (Alonso, 2002: 44). As práticas políticas, não institucionalizadas em virtude dos vetos da estrutura do sistema político imperial, dos republicanos gaúchos incluíam desde manifestações públicas, manifestos, criação de clubes, até a consolidação do grupo em trono do PRR. E depois seguem, na busca da afirmação da República, nas práticas administrativas do pós-1889.

II

A pesquisa que dá ensejo a este ensaio ainda está em andamento. Apresento apenas evidências que relacionam as questões acima referidas com os conceitos operacionais para a análise. Na documentação, especialmente correspondências entre os republicanos, petições e processos, pode-se encontrar exemplos da existência de uma *comunidade de experiência* e de um *repertório* que passa por um processo de ressignificação.

Dois exemplos de como havia uma relação que misturava os vínculos pessoais e os públicos entre as lideranças e representantes do PRR, já no final do século XX, com a República instalada.

Aureliano Barbosa, em 20 de abril de 1899, de Itaqui escreve uma carta para Antônio Augusto Borges de Medeiros com o cabeçalho grafado "*Confidencial*". Aureliano era então deputado na Câmara Federal. A carta trata da investigação sobre o assassinato de um correligionário, Gabriel Machado. Antes Borges de Medeiros havia enviado o delegado de São Francisco de Assis para as diligências, nas quais Aureliano ajudou "espiritualmente tanto quanto me foi possível e o caso comportava". Como o caso permaneceu sem solução Aureliano seguiu as investigações por conta própria e pelo interesse pessoal em desvendar quem fora o assassino de Gabriel Machado, liderança republicana em Itaqui. Numa passagem da carta Aureliano afirma:

> *Em conversa intima com Pinheiro Machado e outros amigos, no Rio, ao recebermos a notícia do assassinato, eu disse lhe que suspeitava do cidadão Marinho Fernandes e n'outrem de quem elle fallou te em telegramma. (IHGRGS - Arquivo Borges de Medeiros; correspondência 2499-2)*

As suas suspeitas são postas em dúvida por ele mesmo e de posse de uma carta de Marinho Fernandes, que pede sua ajuda para voltar ao Brasil e se apresentar como inocente no crime, ele pede que Borges o informe se o suspeito pode retornar sem problemas (já que fora

considerado desertor da Brigada Militar na "*revolução*"). Aureliano acima de tudo não quer ser leviano e expor Marinho ao castigo injusto das autoridades locais. Vale-se dos vínculos pessoais com o governador e da referência ao senador Pinheiro Machado para tentar solucionar o assassinato de um outro republicano.

Outra evidência da existência de uma base de experiências comuns é apresentada em outra carta do mesmo Aureliano Barbosa (IHGRGS - Arquivo Borges de Medeiros; correspondência 2500-7). Datada de 13 de maio de 1899, também foi enviada de Itaqui. No cabeçalho apresenta a inscrição "*Íntima*". Na carta recorre ao julgamento de Borges de Medeiros e de Julio de Castilhos sobre o seu pedido de ausentar-se da sessão parlamentar daquele ano no Rio de Janeiro e renunciar ao mandato de deputado federal. Alegando motivos pessoais e dívidas (muitas ainda como conseqüência do fato de ter vendido o seu gado durante "*revolução*", a Revolta Federalista de 1893), ele afirma que para sobreviver tem se dedicado cada vez mais às atividades de advogado. Os vínculos como republicano histórico, a alusão ao envolvimento na Revolta Federalista de 1893 e a carreira comum de advogado (atividade que Aureliano expõe em detalhes, fazendo até uma crítica à morosidade dos juízes e do Superior Tribunal do Estado) demonstram uma formação acadêmica semelhante e um equivalente denodo à causa republicana. E justificam a renúncia da atividade pública em função de compromissos particulares. A obediência e o senso de pertencimento ao grupo e ao PRR aparecem no encerramento da carta:

> *Creio que com esta tenho motivada a minha falta de homem publico. Julgareis da procedencia ou improcedencia de minha escusa e, como meus superiores [Borges de Medeiros e Julio de Castilhos] nas deliberações do partido, vos condennareis ou não.*
> *Saudo vos Com estima e consideração*
> *O Vosso Am°. e Correlig.*
> *Aureliano Barbosa (IHGRGS - Arquivo Borges de Medeiros; correspondência 2500-7)*

Uma última evidência, esta ligada a existência de um *repertório* que é ressignificado pelos republicanos gaúchos aparece numa carta remetida pelo Club L. D. 20 de Setembro a Apolinário Porto Alegre. Está em discussão a própria definição de República e Apolinário é demandado que dê sua opinião sobre a validade dos conceitos e sobre a pertinência do sistema parlamentar:

> *Secretaria do Club L. D. 20 de Setembro*
> *Em Porto Alegre, 25 de outubro de 1885.*
> *Cidadão*
> *Envio-lhe a seguinte these, para o distincto co-religionario, como director da Comissão de Redacção, dar o competente parecer:*

1ª Parte – A republica deve ser constituida sob os dogmas metaphisicos de J. J. Rousseau – soberania do povo e igualdade – e o dogma de Voltaire – liberdade de consciência, dogmas estes demolidores, que serviram para decompor o regime catholico-feudal, ou deve ser ela constituida pelos princípios fornecidos pela nova sciencia-social - a Sociologia?
2ª Parte: É conveniente ou não o systema parlamentar? Será elle a discussão ampla ou o monopólio da discussão?
Christiano Reis
Saude e fraternidade
Cidadão Appolinario Porto Alegre
O 1º Secretario
Souza Moura
(IHGRGS; pasta Apolinário Porto Alegre – Porto Alegre (1862-1970))

A referência às fontes das idéias é explícita. A necessidade de ressignificação também. Ela é uma necessidade imposta pelas circunstâncias históricas e pelo contexto regional.

A continuação da pesquisa deve fornecer mais evidências que permitam a construção de uma afirmação mais categórica sobre a validade do uso de tais conceitos.

III

Procurei ao longo do ensaio demonstrar duas coisas. A primeira é a de que os republicanos gaúchos no final do século XIX exerceram, para além da aparência política de suas ações, e por causa delas mesmo, uma atividade intelectual, criadora de interpretações da realidade estrutural e vinculada à conjuntura. É através dessa criação e ressignificação de conceitos como República e Federação que foi possível orientar as ações políticas e estabelecer as práticas políticas do movimento republicano e as posteriores práticas administrativas.

A segunda coisa que tentei fazer foi apresentar uma abordagem que, com os conceitos de estrutura de oportunidades políticas, de comunidade de experiência e de repertório, considerasse a possibilidade de estudo do movimento republicano no Rio Grande do Sul como um movimento em que as idéias têm uma importância tão grande quanto a descrição das ações políticas.

A formação do grupo republicano, anterior ao próprio aparecimento do PRR, coloca em destaque a relevância dessa abordagem. Fora do processo político institucionalizado pelo Império os republicanos recorrem a estratégias diversas que podem ser detectadas quando se estudam os processos interpretativos que eles estabeleceram com a realidade política, social e econômica do período. Encará-los como tendo uma atividade

intelectual permite percorrer esse processo de incorporação e recriação das idéias que informavam o movimento republicano.

Qual República e qual Federação? Que sentido dar para uma política científica e racional? Estas perguntas podem ser respondidas através da consideração do movimento republicano como um movimento intelectual. Num momento histórico em que o público e o privado aparecem de modo indistinto, as esferas intelectual e política também surgem integradas.

A análise das idéias dos republicanos gaúchos, olhada através da composição do grupo (estabelecido por Pinto) e dos conceitos que as informam, no contexto de um movimento intelectual, como foi o da *Geração de 1870* (investigado por Alonso), permite entender a relação existente entre o material que os informa e as criações e práticas políticas resultantes. Trata-se de entender a criação da República no Rio Grande do Sul no que ela deve a um modelo geral, definido por uma clara separação entre o interesse privado e o público, e no que tem de um modelo circunstancialmente instalado, sujeito às influências de uma política científica, aos anseios federalistas e às práticas personalistas e clientelísticas que marcaram a política brasileira no final do século XIX e início do XX.

Referência bibliográfica

ALONSO, Angela. 2002. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra.

BOBBIO, Norberto. 1996. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora Unesp.

BOURDIEU, Pierre. 1992. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 183-202.

CARVALHO, José Murilo de. 1981. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____. 1988. **Teatro de sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ.

CHARLE, Christophe. 2001. **Intelectuales en el siglo XIX**. Madrid: Siglo XXI de Espana.

PINTO, Céli Regina Jardim. 1979. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)** (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. mimeo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Raça" e ocupação em Estados pós-coloniais: Chile, México e Peru (1858-1872)

Adhemar Lourenço da Silva Jr.*

Abstract: Between sovereignty and the "government of things", the use of statistics in XIX century is a matter of historiography. Could we compare how post-colonial states use statistics? The paper try to compare statistics in Chile, Mexico and Peru (searched in Internet), and show how "race" and occupation appear in these sources.
Keywords: statistics, race, occupation

Resumo: Entre a soberania e o "governo das coisas", o uso de estatísticas no século XIX já foi objeto de estudo. Podemos comparar como os estados pós-coloniais usaram estatísticas? A comunicação pretende fazê-lo no cotejo de fontes do Chile México e Peru (localizadas na Internet) para mostrar como "raça" e ocupação aparecem nessas fontes.
Palavras-chaves: estatística, raça, ocupação

Introdução

Uma questão fulcral, tanto da sociologia quanto da história social, diz respeito à definição de sociedade.[1] A história social tende a ser mais afetada pela questão, uma vez que as sociedades por nós trabalhadas podem variar seus elementos constitutivos e sua importância relativa ao longo do tempo. Desse modo, fica em aberto a especificação do quanto a variação desses elementos constitutivos ao longo do tempo e do espaço são capazes de modificar as definições aplicadas ao que seja a sociedade. Outra característica que também faz com que a história social seja mais afetada do que a sociologia diz respeito às eventuais distâncias e/ou correspondências entre as definições hodiernas de sociedade e as definições dos próprios contemporâneos àquelas sociedades estudadas. Esta comunicação pretende inventariar os elementos constitutivos de sociedades, tal como percebidos por seus contemporâneos, de modo a relevar distâncias e correspondências. Contudo, há limites nesse inventário, uma vez que a interrogação de tipo histórico pode se ressentir de um excesso ideográfico capaz de gerar a incapacidade de pensar qualquer definição de sociedade. Com isso, deixariam de existir razões que fundamentem definições de sociedade, porque cada caso

* Dr. em História pela PUCRS. Prof. da Universidade Federal de Pelotas. Contato: adhemarj@ufpel.edu.br.
[1] Considerada a abstrusa normalização da formatação necessária para publicação nestes anais, que pedem resumo menor do que o resumo inscrito, que pedem abstract,que pedem referência autor-data, de execução difícil quando os historiadores lidamos com documentos, tomo a liberdade de não referenciar o texto a cada passo, consciente da incapacidade de atender a tais normas sem atentar contra a lisura da referência.

histórico se esgotaria em si mesmo. Para evitar esse tipo de risco, me proponho a estudar a forma como se compreendem como sociedades 3 casos relativamente restritos. Os universos empíricos analisados são Chile, México e Peru entre 1858 e 1870, para os quais se tomarão os registros estatísticos aí produzidos. A primeira seção aborda as condições de comparabilidade e seus limites. A segunda, a forma como aparece a classificação por "raça" (ou semelhantes), ao passo que a terceira faz o mesmo com as ocupações. Ao final, indico algumas possibilidades dos resultados desse tipo de análise para pensar também o Brasil.

1. Condições e limites da comparação

Algo mais deve ser dito sobre a escolha dos universos empíricos: são todas fontes obtidas na Internet, e isso acarreta vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens, pode-se elencar o acesso a exemplos de fontes históricas de várias partes do mundo, cuja investigação demandaria recursos financeiros talvez inacessíveis a pesquisadores de gerações passadas. Contudo, entre as desvantagens, sobrevém tão-somente a curiosidade sobre fundos documentais completos que, estes sim, permitiriam uma abordagem profunda sobre os problemas propostos. A essa desvantagem, acrescente-se outra: se me for permitido um auto-elogio, sou quase completamente ignorante acerca dos universos empíricos analisados, de forma que, com algum esforço, mal consegui conhecer a bibliografia secundária sobre os temas em apreço.

Michel FOUCAULT (2000: 288) adequadamente salienta que o desenvolvimento da estatística, um instrumento para pensar o "governo das coisas", se opunha à concepção da reflexão política como exclusivamente centrada nos problemas da soberania que, ao fim e ao cabo, tomava a população exclusivamente como fonte de impostos e tropas. Que "coisas" são essas que se quer governar? Como já dito, esta comunicação pretende encontrar o lugar dessas "coisas" que reconheceríamos como "raça" e ocupação em territórios que há poucas décadas obtiveram sua emancipação política e que, portanto, sequer tinham segurança sobre sua soberania. Há outros elementos comuns, que garantem a comparabilidade dos casos, porque incidem em outros tantos universos empíricos ainda no século XIX: a desconfiança com a atividade estatística e as dificuldades institucionais de sua implementação. Quanto ao primeiro ponto, é largamente sabido que amiúde a população temia recenseamentos com fins militares ou fiscais, uma vez que os Estados do Antigo Regime costumavam utilizar o inventário dos habitantes para "conocer el número de personas aptas para la guerra y establecer las posesiones individuales para imponer los impuestos respectivos" (ESTEFANE JARAMILLO, 2004: 35; v. ainda: MARTIN, 2001: 15). Esse é um temor que também

aparece explicitamente nas fontes nas fontes, pois a Estadística General de Lima, datada de 1858 (p. 38) explicitamente trata do tema, enquanto o Anuario Estadistico de Chile, datado de 1870-1871 (p. XVII) só elenca o receio ao gravame de impostos; já a Estadística de la República Mexicana, publicada em 1862 menciona brevemente (p. 8). Quanto às dificuldades institucionais da coleta estatística, talvez por serem mais candentes ao incidirem amiúde como críticas à burocracia, costumam ser narradas com mais vagar. A fonte do Peru, por exemplo, critica a própria legislação estatística que encarregava "indivíduos de notória responsabilidad y honradez" de obter informações. Como provavelmente pertenceriam "a la primera clase social (...) esas personas no perseguirán a los habitantes de tiendas, posadas, tambos y callejones, en las primeras y últimas horas del día…". Além de mencionar um "señor municipal" que recusou responder às questões sobre sua família, o responsável ainda queixou-se de que sequer obtivera resposta ao pedido para que um dos engenheiros do serviço público obtivesse a correta medida da área de Lima (p. 38-40). As dificuldades encontradas no interior da burocracia para o cumprimento das prescrições estatísticas também aparecem na fonte chilena, com a diferença de que prefere estender-se em elogios aos funcionários empenhados com o cumprimento do dever. Segundo a mesma fonte, o que ocorria era que os funcionários provinciais de estatística dependiam da Oficina Central para instruções de execução dos levantamentos estatísticos, "pero son de todo independientes para darles o no cumplimiento" (p. XI-XVIII).

A importância do Estado Nacional para a construção dessas estatísticas é imensa, porque, nos três casos aqui tratados, existe uma descrição das repartições e níveis de governo, isso quando não exibem a nominata de todos os governantes civis, militares e clericais, bem como a descrição da divisão política dos novos países, e as menções àquilo que hoje denominamos "direitos de cidadania". Particularmente interessante é o destaque dado à participação eleitoral. A fonte peruana elenca nacionalidades e procedências dos eleitores (p. 624), enquanto a fonte chilena traz nove páginas de quadros com a proporção de votantes por província e departamiento (p. 602-610). Tais procedimentos tendem a ser um alento àqueles que percebiam seus países como assolados por guerras externas e intestinas, como as próprias fontes o lamentam.

Não obstante, há que perceber limites à comparação das fontes, e o primeiro elemento é a diferença entre a fonte peruana, que se limita à cidade de Lima, e as outras duas que têm a pretensão de abarcar o país inteiro. Ainda que tal limite obste a comparação dos números propriamente ditos, é flagrante que a condição de capital peruana dá ao autor limeño a pretensão de resumir o país, sobretudo quando adota critérios de procedência, por exemplo,

de prostitutas, tipificando-as como nascidas na capital, nascidas em outros pontos do país e nascidas no exterior (p. 608-609). Some-se a este limite na comparação, o caráter para-estatal das estatísticas mexicana e peruana, por oposição à chilena, que é um documento assumido como de autoria do Governo Nacional. O fato das outras duas estatísticas terem autores indica que esses autores trabalhavam nos limites entre o amadorismo estatístico típico do século XIX e a posição burocrática, uma vez que a fonte norte-americana, mesmo com forte intervenção autoral, é publicada pela Tipografia del Gobierno.

2. O lugar da "raça"

Poucas são as vezes em que a palavra "raza" aparece nas estatísticas, tampouco a palavra "color". Mais freqüente é o uso do termo "casta", que recende ao Antigo Regime. Não obstante, o Chile, que suprimira entre 1824 e 1835 a divisão em "castas", não utiliza qualquer critério que possa ser aproximado ao de "raça", sequer uma nomeação de grupos indígenas. O elemento que mais se aproximaria, na estatística chilena, àquilo que compreenderíamos como "raça" seria o da nacionalidade, que aparece em vários quadros. Contudo, também aí seria difícil encontrar elementos próximos da "raça", pois raros são os quadros onde aparece a categoria "chinos", diferente do Peru, do qual falarei a seguir. Mais do que isto, mesmo em quadros que pretendem tipificar indivíduos segundo sua nacionalidade, o critério básico de definição é o de naturalidade, uma vez que constam as procedências dos indivíduos do interior do Chile.

A fonte peruana, por seu turno, oscila entre o uso dos termos "raza" e "casta", com visível preferência para o segundo. Um de seus primeiros quadros, na p. 47, exibe a distinção entre "castas" e "blancos" da população limeña, sem especificar quais seriam essas castas, mas indicando que os brancos seriam o oposto de "casta". Contudo, pouco mais adiante, na p. 52, a oscilação parece mais gritante, quando um quadro toma por título "Clasificación por razas dos que mueren anualmente em la capital" e elenca, entre as raças, não só os brancos, mas também os de "casta ignorada". Em um quadro da mesma página, a classificação por nacionalidades dos mortos exibe, entre as "Pátrias" dos defuntos, África.

Um elemento que nunca está explícito no texto peruano é a "raça" dos "chinos". Um quadro dos enfermos dos hospitais, na p. 92, traz, na classificação das raças, brancos, índios, negros e mestiços, mas onde estariam colocados os 443 chineses internados naquele ano? Nem a bibliografia consultada (GLAVE, ROSAS LAURO, 1999), tampouco a fonte o revelam. Na verdade, pode-se observar na fonte peruana que os critérios de casta, raça e nacionalidade versam sobre condições parcialmente coincidentes, mas cuja diferença não está

explicitada, talvez porque os próprios contemporâneos não tivessem clareza sobre isso. O fenômeno também aparece na descrição das irmandades, quando se constata a existência de dois sodalícios dedicados à Nossa Senhora do Rosário: uma, "de los Españoles" e outra, "de los Pardos" (p. 552 e 556). De outra parte, ainda existia uma Hermandad Bascongada de Nuestra Señora de Aransazu (p. 556).

A estatística peruana advoga notoriamente o branqueamento. Assim, condena prolixamente as diversões públicas onde se enfrentam "moros e cristianos" e ainda os "diablos" e bonecos gigantes dos festejos de carnaval, atribuindo-os à barbárie dos negros (p. 595-603). O autor debate a classificação por castas de outro intelectual, que teria encontrado categorias como "mulatos, quarterones, quinterones, zambos y chinos", mas defende que essa classificação não seja utilizada, por difícil e "inútil". Aparentemente joga todas essas categorias entre os "mestizos", inclusive os chineses. Sobranceiro, estima o branqueamento progressivo da população limeña, mas destaca que a introdução de chineses seria "uma semilla muy opuesta al mejoramiento de las razas" (p. 620).

Talvez por ser uma estatística de âmbito municipal, não confere tanto destaque aos indígenas, como faz a mexicana. Esta última, com efeito, por ser nacional, exibe as "tribus bárbaras" e os "índios mansos", qualificando as primeiras de "mostruos de la humanidad" (p. 65-67). Em uma série de passagens, louva o passado do império asteca, mas não estabelece nenhuma conexão com o presente, exceção feita às línguas ainda usadas. Nesse texto, a classificação de raças envolve caucasianos, amarelos (ameríndios), etiópicos e as miscigenações discriminadas (p. 74). Talvez por não temer tanto a imigração chinesa, pouco fala dela, mas qualifica a "raza etiópica" de "siempre atrasada, indómita y estúpida" (p. 76). Por outro lado, o autor, explicita o quanto o México pretendia ter "nacionais" mexicanos, ao enunciar os critérios por meio dos quais alguém se tornaria um: "Son mejicanos los nacidos en el territorio de la República, ó fuera de él si fueren sus padres mejicanos; los extranjeros naturalizados; los mismos si adquieren bienes raíces ó tienen hijos mejicanos, á no ser que conserven su nacionalidad" (p. 174).

É flagrante que, a julgar pelas estatísticas, México e Peru almejavam uma população branca. O Chile, por meio da eliminação da classificação em "castas", obteve uma população totalmente incolor.

3. O lugar da ocupação

Para os cientistas contemporâneos, usualmente as classificações de ocupação são instrumentos para obter elementos de estratificação social. Para os viventes do século XIX,

contudo, poucos elementos permitiriam um rápido trânsito das ocupações para as classes. Por outro lado, ainda hoje os registros estatísticos parecem temer a estratificação, quando apenas tomam por critério a ocupação (PORTES, HOFFMANN, 2003: 42). Não obstante, a estatística de Lima esboça uma estratificação, sem explicitar o modo por meio do qual se passava desde o registro ocupacional. Ao fazer um inventário das "doenzas especiales de las clases", distingue entre as classes "acomodada, indigente e trabajadora", com a observação de que a classe trabalhadora padece das mesmas doenças dos indigentes (p. 74).

De um modo geral, as ocupações ocupam um grande espaço nas estatísticas. A mexicana, por um lado, alinha 57 ocupações (p. 77-79); a peruana, por seu turno, em que pesem os erros no processo de digitalização da página, permite que se estimem pelo menos 81 ocupações diferentes (p. 622). Já a estatística chilena não traz um quadro geral das ocupações, apenas a esboça em universos específicos. Assim, por exemplo, existem 12 categorias nas quais os réus julgados e absolvidos são enquadrados (p. 157), ou 22 ocupações dos pobres internados nos hospícios (p. 99).

Essa profusão de quadros ocupacionais sobre universos empíricos específicos nas três estatísticas, capazes de abordar funcionários públicos, patentes militares (incluindo as "rabonas" na peruana, p. 60), encarcerados, loucos, funcionários ocupados com a justiça, etc., indica algo relevante: a ocupação não é necessariamente um critério estatístico, mas uma auto-compreensão do informante. O caráter descritivo das ocupações é flagrante, pois a estatística mexicana, ao abordar soldos militares segundo a patente, incorpora cavalos e mulas (p. 224), enquanto a estatística limeña estima os jogadores de azar segundo dize categorias ocupacionais (p. 606). Um dos exemplos mais pormenorizados (e, portanto, indicando uma auto-compreensão nas categorias ocupacionais) é o dos 53 tipos de oficinas e fábricas limeñas, cujos trbalhadores estão discriminados em Mestres, Oficiais e Aprendizes (p. 724-725).

4. Considerações finais

A estatística chilena, por ser a mais recente, é a tendencialmente mais racionalizada. Contudo, sua carência de critérios raciais e ocupacionais indicam que os problemas da sociedade chilena apenas não estavam explícitos em suas estatísticas. O caráter mais autoral das fontes mexicana e peruana, que trazem consigo um caráter menos profissional, revelam que a paixão desses autores em compreender sua própria sociedade se ressentia de critérios claros para classificação, que não os definidos pelo território sobre o

qual pesava a soberania. Daí o interesse das estatísticas em propagandear a soberania na qual sonhavam viver.

A efetividade dos critérios de classificação racial dificilmente seriam abordados por registros estatísticos, e a fonte limeña, ao debater tais critérios, indica seu caráter fluido. Já as categorias ocupacionais parecem claras, como se não dependessem de decisão governamental, e pertencessem à vida privada do informante. Será assim? A comparabilidade das estatísticas dependem da formulação de uma gramática, que nos permita lê-las não apenas como registros quantitativos de fenômenos, mas como desejos expressos por critérios de classificação que impõem ordem ao real. Essa ordem mal se revela, sobretudo quando percebemos as deficiências na racionalização dos procedimentos censitários e nos próprios critérios por meio dos quais se elencam os fenômenos passíveis de observação. Acabaram as "castas" no Chile? O que significa sua ausência como categoria recenseada? Qual a diferença de "castas" e raças nos demais países?

Bibliografia

ANUÁRIO estadistico de la República de Chile, correspondiente a los años 1870 i 1871. (tomos undécimo e duodécimo), Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 1871. (MC0007885.pdf) (www.memoriachilena.cl)
ESTEFANE JARAMILLO, Andrés. *"Un Alto en el Camino para saber cuántos somos…"*. Los censos de población y la construcción de lealtades nacionales. Chile, siglo XIX. *Historia* N. 37, Vol. I, enero-junio 2004, p. 33-59.
EYLER, John M.. Constructing vital statistics: Thomas Rowe Edmonds and William Farr, 1835–1845. *Sozial .- Präventivmedezin.* Basel, V. 47 (2002) 6–13.
FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15. ed. Petrópolis: Vozes>>>, 2000.
FUENTES, Miguel A. *Estadística General de Lima*. Lima: Typ. Nacional de M. N. Corpancho, 1858 (disponível para download em www.google.books.com).
GLAVE, Luis Miguel, ROSAS LAURO, Claudia, Imigração estrangeira para o Peru (1850-1930). In: FAUSTO, Boris (org.) Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999, p. 505-549.
HUTCHISON, Elizabeth Quay. La Historia Detrás de las Cifras: la Evolución del Censo Chileno y la Representación del trabajo femenino, 1895-1930. *Historia*. N. 33, 2000.
MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001.
PÉREZ HERNANDEZ, José Maria. Estadística de la República Mexicana. Guadalajara: Tip. del Gobierno, 1862 (disponível para download em www.google.books.com).
PORTES, Alejandro; HOFFMAN, Kelly. Latin American Class Structures: Their Composition and Change During The Neoliberal Era. *Latin American Research Review.* V. 38, n. 1, Feb-2003, p. 41-82.
SCHWEBER, Libby. Manipulation and Population Statistics in Nineteenth-Century France and England. *Social Research*, Summer, 2001.

SCHWEBER, Libby. Manipulation and Population Statistics in Nineteenth-Century France and England. Social Research, Summer, 2001, >>>LookSmart's FindArticles where you can search and read 3.5 million articles from over 700 publications. http://www.findarticles.com
SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. V.1: Estatísticas desejadas (1822-c1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
WALDOW, Florian. The Suggestive Power of Numbers. Some Remarks on the Problem of the Accuracy of Quantitative Indicators in Comparative Historical Research. *Historical Social Research,* V. 26. n. 4, p. 125-140, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modernidade em conflito: o teatro de Nelson Rodrigues

Victor Hugo Adler Pereira*

Resumo: O trabalho discute as relações do teatro de Nelson Rodrigues com o "teatro de idéias" e aproxima procedimentos artísticos destacados em sua obra com alguns dominantes na obra de Dostoievski, procurando refletir sobre as atitudes diante da modernidade implícitas às escolhas formais nos exemplos estudados.
Palavras-chave: teatro de idéias - Nelson Rodrigues – Dostoievski

Abstract: This paper discusses the relationship between the "theatre of ideas" in Brazil and the theatre of Nelson Rodrigues. Also compares some artistical procedures in Dostoievski works with Nelson Rodrigues', bringing into discussion the attitudes toward modernity implied in the aesthetical choices of those artists.
Key words: theatre of ideas – Nelson Rodrigues - Dostoievski

Neste trabalho, apresento algumas reflexões em torno de duas referências que Nelson Rodrigues apontou sobre sua formação intelectual e suas preferências artísticas. Uma delas é a declaração de que nada conhecia da dramaturgia moderna quando escreveu suas primeiras peças, somente havia lido a Maria Cachucha de Joracy Camargo – declaração que soa, no mínimo, curiosa na atualidade. Em primeiro lugar, por levantar a suspeita que tenha como intenção afirmar a originalidade e o gênio inato do dramaturgo. Em segundo lugar, para o leitor ou freqüentador de teatro mais atual, parece uma ironia que a formação de nosso "primeiro dramaturgo moderno" tenha sido baseada na leitura de uma peça que parece vinculada a um teatro popularesco ou totalmente comercial. Outra referência fornecida por Nelson sobre sua formação e seu gosto artístico, e que será analisada neste trabalho, é a menção insistente a Dostoievski, ao universo de sua obra ficcional, a personagens que criou, em especial a Sonia e a Raskolnikov de **Crime e Castigo**. A afinidade com a obra de Dostoievski se associa, até pelos personagens escolhidos como emblema, à constante afirmação do valor da humildade e interesse em focalizar as peculiaridades existenciais dos humildes. Essa preocupação com os "humilhados e ofendidos" – transformando em clichê o título do romance de Dostoievski - é levada radicalmente até ao exame do grotesco e do

* Doutor em Letras Vernáculas (Literatura Brasileira) , Professor-Adjunto de Teoria da Literatura UERJ, pesquisador em Artes CNPQ.

sombrio que acompanha a miséria econômica e moral. E, ainda, principalmente nos anos sessenta – em que Nelson Rodrigues detecta o prestígio do marxismo nas altas rodas da sociedade carioca – ao assumir o caráter dostoievskiano de seu interesse pelos humildes, o dramaturgo assume sua distância do ideário e das práticas de esquerda: ao contrário do que percebe como um modismo, ele procura relevar um lado um tanto anacrônico (ou atemporal e universal) de suas posições ao baseá-las em valores como a solidariedade ou a piedade, e não em considerações que, a seu ver, partiam do aprendizado ou da repetição inconseqüente de um ideário da moda.

Já por esse tipo de expectativa provocado pela eleição dos modelos de referência do autor, um tanto desajustados dos cânones em voga ou representando sua falta de atualidade aos modismos culturais, a obra e a figura de Nelson Rodrigues como intelectual situam-se como elemento de provocação aos valores instituídos na modernidade que contraditoriamente ele havia ajudado a consagrar no teatro brasileiro. A própria natureza dessas referências fornecidas pelo autor servia como elemento discordante de um certo bom gosto burguês e internacional que começara a se instalar no teatro brasileiro, a partir de São Paulo, depois dos primeiros sucessos do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e se revelava no desprezo votado ao teatro pra rir realizado pelas companhias profissionais ainda em meados dos anos quarenta no Rio de Janeiro. O "teatro de idéias", exercitado por Renato Vianna e Joracy Camargo, não fora propriamente incorporado a essa experiência de modernização, e embora pareça anunciar alguns temas e preocupações, corriqueiros na obra de Nelson Rodrigues, sob um ponto de vista atual, também representam uma experiência artística e cultural muito distante dela.

O Teatro de Idéias e **Maria Cachucha** –

Herdeiro do "drama de casaca", que se desenvolveu no Brasil oitocentista à sombra do Conservatório Dramático, o "teatro de idéias" almejava dar continuidade à tarefa de "elevação" dos padrões de gosto de nossas platéias. Trazia a vontade de atualização de nossas platéias às discussões de idéias modernas, do pensamento social e psicológico considerado avançado, diante de uma sociedade patriarcal e conservadora como a brasileira. Um problema quanto a essa missão era o modo com que "traduzia" essas idéias, aproximava-a do público a que se destinava, facilitando as teses identificadas com o pensamento de esquerda ou as polêmicas teorias psicanalíticas, mas deixando marcada a distância em relação ao chamado "teatro pra rir", conforme se constata num comentário de Afrânio Coutinho sobre Joracy Camargo:

> *Por outro lado, ninguém vá procurar no teatro de Joracy Camargo um puro divertimento. A sua arte não é arte pura, ou arte pela arte. Ela encerra uma intenção. O seu teatro é um veículo apenas para um ensinamento, a propagação ou*

> *a defesa de uma tese social. É um teatro de idéias. Não se espere apenas achar graça, porém sobretudo aprender, fazer exame de consciência social (CAMARGO, 1985: 7).*

Nesse pretenso espírito crítico, entretanto, Joracy Camargo nunca chegou ao embate que José de Alencar teve que enfrentar com as forças conservadoras pela alegada crueza com que apresentou as relações da burguesia da corte, a alta sociedade carioca, com a prostituição, em *As Asas de Um Anjo*.

Em 1932, estréia em São Paulo, com a Companhia Procópio Ferreira, a peça que mais sucesso de público obteve no gênero "teatro de idéias": **Deus Lhe Pague** de Joracy Camargo. Embora parte da responsabilidade por esse sucesso seja atribuída ao desempenho de Procópio Ferreira no papel do protagonista apenas denominado Mendigo, outras potencialidades do texto original pesaram indiscutivelmente para atrair o gosto do público na época, e não somente o brasileiro, como comprova a trajetória internacional, incluindo a adaptação cinematográfica por diretores argentinos que acabou correndo mundo, conforme relata Raimundo Magalhães Júnior (CAMARGO, 1985: 5).

A peça **Maria Cachucha**, citada como referência por Nelson Rodrigues, parece ter sido criada sob medida para dar continuidade ao rastro de sucesso de **Deus Lhe Pague**. A edição do texto publicada pelo Serviço Nacional de Teatro, em 1974, informa: "Com esta peça foi inaugurado o Teatro Serrador do Rio de Janeiro, no dia 1º de março de 1940, pela Companhia Procópio Ferreira, que a representou 205 vezes" (CAMARGO, 1974: X).

Em ambas as peças, a mendicância é focalizada como uma forma de crítica e resistência ao espírito do capitalismo. Na primeira delas, explica as teses que fundamentam a sua recusa à sociedade burguesa através de diálogos que estabelece com um interlocutor, à porta de uma igreja, menos experiente na mendicância:

> *Outro – Realmente, complicaram muito a vida, sem necessidade nenhuma!*
> *Mendigo – É por isso que eu abandonei a vida... essa vida complicada pelos outros. Vivo à margem. Sou espectador do sofrimento humano, e deixo que os homens lutem para livrar-se dos seus próprios erros. Não sou conviva desse grande banquete, obrigado a casaca e a outros suplícios. Contento-me com os restos que vão caindo da mesa...(CAMARGO, 1985, 27).*

O diálogo acima evidencia o tipo de recurso empregado em grande parte do desenvolvimento do drama, em que a exposição de clichês na conversação procura caracterizar a sabedoria e o espírito crítico do falso Mendigo, que na verdade acumulara riquezas pela exploração da culpa dos ricos. A ação se desenvolve em dois planos, explorando o outro lado da vida deste personagem: a jovem e bela companheira seduzida por sua sabedoria e o proveito interesseiro de sua riqueza, autorizado por um ideário desenvolvido

propositalmente pelo próprio Mendigo. A tensão dramática construída pela possibilidade de interpenetração entre esses dois mundos apartados, termina na conciliação entre eles: o reconhecimento pela moça de que o ricaço bizarro que a seduzira era um mendigo, mas era superior ao jovem belo, porém sem dinheiro, que a cortejava.

A peça **Maria Cachucha** coloca em cena também o convívio entre o mundo dos ricos e a mendicância. Com mais personagens em jogo e situações dramáticas mais complexas, o enredo propicia a intromissão de falas identificadas com os saberes mais prestigiados na época, através de personagens como um psiquiatra e, mais uma vez, um mendigo que tem falas instruídas, dessa vez, devido a seus estudos médicos. As discussões se travam em torno das atitudes de Maria Cachucha, uma mendiga que alterna momentos de identificação com a situação de pedinte e moradora de rua com momentos de retorno a seu passado requintado de moça que freqüentava a alta sociedade. A peça se inicia com uma reunião social tediosa na casa do solteirão ricaço Paulo, em que Maria Cachucha foi convidada para quebrar a monotonia dos convivas. A proximidade com essa personagem se estreita porque o psiquiatra, amigo de Paulo, pede que este deixe ficar alguns dias alojada em sua casa para que a possa observar mais detidamente. Por uma série de lances melodramáticos também o mundo da mendicância e o da elite burguesa vão-se interpenetrando e mostrando as suas afinidades e contradições na peça, e Maria Cachucha será o pivô de todas essas conexões. O que importa destacar é, apesar da constante problematização da irracionalidade imperante nas relações, esta não chega a abalar mais profundamente a estrutura do enredo ou as falas dos personagens. Mantém-se até mesmo tradições oriundas do teatro do século XIX, como a presença do "raisonneur", função desempenhada pelo mendigo Francisco, e o modo com que tematiza a falta de consistência do comportamento humano e a prevalência da loucura ao dizer: "Não tenha ilusões: nós somos todos loucos. Cada um de nós tem o seu delírio, ou a sua mania" (CAMARGO, 1974: 28) não chega a constituir um desafio ao pensamento. Pois, um pouco adiante, recupera o grão de racionalidade existente na loucura: "Os loucos, meu caro amigo, também têm as suas razões. Eles comem, bebem e dormem, como os outros. Só excepcionalmente é que fogem a todas as realidades da vida" (CAMARGO, 1974, 38).

E é esse mesmo personagem o porta-voz das definições sobre o comportamento de Maria Cachucha, resolvendo o caráter contraditório e socialmente conflituoso deste:

> *Não! Maria é a mulher normal, que ficou na miséria. Cachucha não é mulher: é um delírio! A mulher prefere sempre, como todas, um amor verdadeiro; o delírio de grandeza é que prefere o luxo, o dinheiro, o outro, aquele que lhe satisfaz a mania, mas não lhe conquista os sentimentos! (CAMARGO, 1974, 44).*

Embora se observe que a forma artística não absorveu completamente os conflitos que apresenta no enredo, podem-se considerar alguns elementos que apontam para uma força disruptiva mais tarde explorada por Nelson Rodrigues. Por exemplo, realiza-se uma tentativa de contrapor, nos diálogos e nas situações cênicas, a perspectiva burguesa à dos marginalizados pela mendicância sobre a convivência social e sobre os relacionamentos amorosos. Esse interesse por testar a verdade a partir da visão dos marginalizados, embora conduzido de modo bem comportado, anuncia uma mudança de perspectiva no teatro e na cultura no país.

- O dialogismo no teatro de Nelson Rodrigues e seu parentesco com Dostoievski

Diante do modo com que se apresentavam os conflitos de opiniões, as possibilidades de angulação diversificada sobre a realidade no "teatro de idéias", a obra de Nelson Rodrigues apresenta uma revolução. De início, recebida por uma parcela de público intelectualizado como uma renovação bem vinda, quase como um fetiche absorvível na onda de modernização na sociedade brasileira dos anos quarenta. Posteriormente refutado, por grande parte do público e da crítica especializada, como inquietante ou de mau gosto.

Na verdade, o teatro de Nelson Rodrigues vai fazer uma espécie de intensificação no tratamento concedido a alguns temas que se anunciavam no "teatro de idéias". Por exemplo, em Joracy Camargo, o conflito de classes nas relações cotidianas e em outro representante, um pouco mais polêmico do "teatro de idéias", Renato Vianna, a crise de valores patriarcais diante das novas correntes de pensamento como a doutrina de Freud e às mudanças de comportamento das mulheres. Essa intensificação ativa alguns procedimentos artísticos que surgiam como potencial no âmbito dessa corrente que antecedeu e acompanhou o surgimento do teatro de Nelson, mas implode certos princípios de estruturação do espetáculo teatral porque o introduzem num outro âmbito. Este âmbito em que se entroniza a produção teatral de Nelson Rodrigues constitui-se numa perspectiva radicalmente diferente da cultura, afinada com que Mikhail Bakhtine identificou nas tradições carnavalescas (BAKHTINE, 1970: 169).

Desde **Vestido de Noiva**, estreada em 1943, já está em ação esse tipo de força motriz das transformações na linguagem teatral no texto de Nelson Rodrigues. A concepção do enredo em torno da busca de Alaíde por sua identidade no momento da morte remete às tradições da cultura carnavalesca. Em primeiro lugar, concebe-se o personagem, como nos romances de Dostoievski, como um ponto de vista sobre a realidade, que passa a ser a matriz de onde todo o mundo diegético é gerado. No caso da peça de Nelson, os espaços cênicos

serão determinados primordialmente pela memória, as fantasias e delírios de Alaíde, com muito pouco destaque para o plano da realidade de seu atropelamento. Transforma-se em princípio de geração da realidade o procedimento dialógico que Bakhtine observou na obra de Dostoievski: "Não apenas a realidade do herói, mas o mundo a seu redor, seu modo de viver, são carregados no processo de tomada de consciência de si, são transportados do campo de visão do autor ao do personagem" (Bakhtine, 1970, 85). Nelson Rodrigues conseguiu traduzir na linguagem teatral esse princípio quando leva à radicalidade a recomposição das cenas no palco a partir da memória de Alaíde. A intervenção de Madame Clessi, situada como um desdobramento imaginário da personagem, funcionará como um ponto de vista capaz de "corrigir" as distorções provocadas pelos mecanismos psíquicos da agonizante. Um modo sutil de explicitar a vigência dessa regra de funcionamento do mundo diegético se dá no desencontro das falas de Madame Clessi e Alaíde em torno da Mulher de Véu (que depois se revela como Lúcia, irmã em conflito com a protagonista). Assim num primeiro fragmento de cena surge a dúvida no diálogo em torno do possível assassinato de Pedro, o marido de Alaíde:

> *Alaíde – Interessante. Estou-me lembrando de uma mulher, mas não consigo ver o rosto. Tem um véu. Se eu a reconhecesse!*
> *Clessi – Deixa a mulher de véu. Como foi que você matou?*

Um pouco adiante, a Mulher de Véu reaparecerá em cena e revelará sua identidade na trama. E o ponto de vista de Madame Clessi demonstrar-se-á autônomo, conduzindo suas próprias memórias; que, no entanto, sabemos terem sido lidas no diário encontrado por Alaíde em sua infância. Instauram-se, desse modo, ricas possibilidades dialógicas, que indicam a clivagem entre a mulher casada e o sonho da prostituição – que será uma temática recorrente na obra de Nelson Rodrigues.

A aproximações com o gênero da menipéia evidenciam-se, porque "a menipéia é o gênero das últimas questões" (BAKHTINE, 1970, 161). O recurso às potencialidades desse gênero artístico em sua vinculação às tradições carnavalescas será uma constante na obra de Nelson Rodrigues. Na peça **Toda Nudez Será Castigada** (1965), por exemplo, é uma morta que conta a sua versão dos acontecimentos vividos na sua trajetória de prostituta à esposa de um homem reconhecido socialmente, do seio do bordel até uma residência patriarcal respeitável e repressiva. A autonomização da idéia possibilitada pelo procedimento dialógico, em ambas essas peças, permite expor obscenamente o mundo imaginário da prostituta em confronto com o da mulher casada. As personagens Geni e Alaíde, portanto, não se reduzem a construções psicológicas bem acabadas – como conceberam alguns diretores teatrais em

montagens desastrosas. A sua riqueza não está em fornecer explicações às platéias burguesas sobre a psicologia desta ou daquela mulher num determinado contexto que a conduza a procurar ou abandonar a prostituição. Suas falas e as fantasias que delas emanam e se concretizam em cena, como é característico do teatro de Nelson Rodrigues, provocam à discussão e ao pensamento sobre o desejo e suas vicissitudes, inclusive sobre os mecanismos a que esteve e está submetido especificamente em nossa formação social.

Em duas peças situadas muito próximas na produção teatral de Nelson Rodrigues radicaliza-se o exercício dos variados recursos que rompem com a arquitetura monológica do mundo ficcional: em **Dorotéia** (1949), que ele mesmo classificou de "farsa irresponsável", criando um espaço onde se leva às últimas conseqüências o isolamento das mulheres diante da repressão sexual – um trabalho de recriação e intensificação de Nelson da peça **A Casa de Bernarda Alba** (1936) de Garcia Lorca; e em **Senhora dos Afogados** (1947), em que os espaços do prostíbulo, da residência familiar e a "ilha das prostitutas mortas" se relacionam na consciência dos personagens masculinos e femininos. Em ambas as peças, esses três espaços físicos em que transcorre a ação são recriados continuamente a partir das considerações éticas e da memória afetiva dos personagens. Evidencia-se a materialização de um mundo pautado apenas na discussão de valores, quanto à pureza, à fidelidade, à virgindade e às funções da mulher na ordem patriarcal (como mãe, esposa ou prostituta). Na primeira peça citada, o corpo das personagens é marcado por esses valores, recuperando-se um recurso caro à melhor tradição da farsa popular ou do circo: as mulheres têm mais marcas no rosto ou não em ordem inversa ao de sua castidade. Objetos cênicos surgem como fruto dos delírios das personagens. Na segunda peça, a luta que se estabelece entre esses espaços aponta para uma pergunta sobre a viabilidade de fluidez entre eles na rigidez da ordem patriarcal.

O radicalismo com que Nelson Rodrigues traduz em formas teatrais a discussão dos valores morais indica o papel central que essa referência tem em seu pensamento. Levanta também a pergunta sobre as implicações dos conflitos éticos se tornarem o fulcro gerador da representação artística tanto em sua obra como na de Dostoievski, que admirava tão profundamente. A possibilidade da pluralidade de respostas provocada no receptor da obra pela ruptura da representação monológica não elimina a pergunta quanto ao profundo pessimismo diante da modernidade que acompanha essa pluralidade de formas e vozes. Talvez seja o anseio por uma harmonia imaginada como irremediavelmente perdida com a morte de Deus na modernidade que faculte perspectivas tão agudas sobre as mazelas agravadas por esta, mas também impliquem numa desconfiança no quantum de emancipação pôde ocorrer nesse processo. Na questão que inquieta Ivan Karamazov sobre se "tudo é

permitido" se a alma não é imortal parece estar indicada uma ponta de explicação para o mundo descosido e desarmônico em que (se) debatem os personagens de Nelson e Dostoievski.

Referências bibliográficas:

BAKHTINE, Mikhail. **La poétique de Dostoievski**. Paris: Editions du Suil, 1970.

CAMARGO, Joracy. **Deus lhe pague, Figueira do inferno e Um corpo de luz**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1985.

_____.**Maria Cachucha:** comédia em três atos e seis quadros. Rio de Janeiro: SNT / MEC, 1974.

RODRIGUES, Nelson. **Teatro Completo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Crimes interpessoais e a Ação da Justiça em Minas Gerais: uma análise dos processos-crime, Mariana (1747-1820)

Edna Mara Ferreira da Silva[1]

Resumo: A presente proposta pretende enfocar as manifestações da violência cotidiana dos habitantes da cidade mineira de Mariana, a partir da segunda metade do século XVIII, até as décadas iniciais do século XIX. . Buscamos através da análise dos crimes de cunho pessoal: explicitar as regras de comportamento e condutas sociais assentadas sobre a violência, a vingança e a honra; assim como verificar o significado social da justiça, seus espaços de ação e, sobretudo o modo pelo qual a população estabelece relações com essa representação de poder. Dessa forma podemos situar os pontos de entrecruzamento desses modelos comportamentais e valorativos com a ação da justiça na capitania de Minas Gerais.
Palavras-chave: História, Justiça e criminalidade

Abstract: This paper intends to focus the demonstration of everyday violence of the inhabitants in Mariana, a city of Minas Gerais, from second half of XVIIth century until the initial decades of XIXth century. We search through crimes analysis of personal character to explicit the rules of behavior and social conduct based on violence, revenge, and honor; as well as to check the social meaning of justice, its action spaces, and especially the way which the population establishes relations with power representation. From that way we can situate the points of intersecting these behaviors and worth models with lawsuit in Minas Gerais captaincy.
Key words: History, Justice, Criminality

O crime em si não existe. Ele é produzido por uma prática social de discriminação e de marginalização, pratica mutável e obedecendo a uma lógica social muito complexa. (HESPANHA, 1993:335)

Vários estudos já se detiveram sobre a análise das tensões sociais em Minas Gerais no século XVIII. Desde o universo de suas revoltas e insurreições, até as tentativas de controle social empreendidas pelas instâncias administrativas, passando pelos conflitos cotidianos dos que habitavam o território mineiro.

A ocupação e fixação da população nas Minas se efetuaram de maneira desordenada, sem a presença efetiva do Estado secular.

Os conflitos entre emboabas e paulistas serviram para que a Coroa portuguesa, temendo a integridade da promissora região econômica do Império resolvesse normatizar a

[1] Aluna do programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e professora - titular do departamento de Ciências Humanas e História da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG/Campus Campanha.

tumultuada população mineira. A criação da capitania de Minas em 1709 e o seu desligamento de São Paulo em 1720, bem como a criação de comarcas, e de vilas com suas câmaras, ou seja, de uma estrutura jurídica administrativa local, são medidas que revelam as preocupações da Coroa com o governo das Minas.

Ao tratar da instabilidade social em Minas Gerais no século XVIII, Laura de Mello e Souza na obra *Desclassificados do Ouro,* aponta outra preocupação da Coroa portuguesa no que tange ao controle social da população mineira. "A falta de laços familiares da população foi outro fantasma que perseguiu as autoridades, e sanar este mal tornou-se um dos pontos básicos da política normalizadora então levada a cabo." (SOUZA, 1982: 113).

Mas dadas as especificidades da organização social mineira, ou seja, seu caráter essencialmente urbano, seu grande e diversificado contingente populacional (o que determina particularidades também nas relações escravistas e nas atividades econômicas), além da grande mobilidade espacial dos habitantes da capitania, fazem com que o domínio de formações familiares sob os moldes do patriarcalismo não tenham sido predominantes.

> *Em uma sociedade urbana como a de Minas, na qual o patriarcalismo esteve, em uma perspectiva geral, bastante atenuado, o Estado precisava estender seu controle sobre o sistema de alianças e parentescos, que regulava o universo mais rasteiro da organização social. Somente assim poderia disciplinar desde a raiz a vida social dos grupos mineiros. (FIGUEIREDO, 1997: 29-30)*

A falta de laços familiares entre a população mineira seria um dos problemas a serem solucionados.

Desse modo o casamento figurou como uma tentativa de controle social nas Minas empreendida pela Igreja como sócia da Coroa Portuguesa através da política do Padroado. Tudo que fosse contra a instituição da família legítima deveria ser combatido. "(...) a ação da Igreja dividia-se em duas frentes muito nítidas: atacar as formas ilegítimas de relacionamento e administrar a produção de matrimônios." (FIGUEIREDO, 1997: 32)

A Igreja se incumbiu de combater os desvios da moral, os chamados *tratos ilícitos,* concubinato, ligações transitórias, adultério e prostituição, para assegurar as determinações legais e divinas de construir uma família e viver de maneira cristã.

Os códigos tanto civis quanto eclesiásticos, observavam as infrações contra a moral, havendo algumas diferenças no que se refere às punições e a qualificação dos delitos. Crimes para o Estado ou pecados para a Igreja, esses delitos considerados de foro misto, poderiam ser julgados nos dois tribunais, civil e eclesiástico.

Esse inter-relacionamento entre as esferas de poder e justiça, eclesiástica e civil no que tange a esses delitos, tem raízes na profunda influência que a Igreja católica exerceu sobre o Estado português. Portugal foi o único estado a acatar a determinações do Concilio de Trento (1545 – 1563) sem restrições. O fortalecimento dos sacramentos do matrimônio e da confissão foi um dos resultados desse concilio. (VAINFAS, 1997)

As determinações tridentinas foram copiladas, durante o primeiro sínodo colonial (1707) nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que passou a vigorar como código eclesiástico, tendo sido publicadas em 1720. A preocupação com o matrimônio e com a moralidade do clero está presente no texto dessas constituições.

As Ordenações Filipinas[2] compreendem o conjunto das leis civis em vigor, durante quase todo o período colonial. Influenciadas pelo Direito Canônico, considera os crimes que se seguem como sendo contra a moral.

> *(...) Quando se procede contra públicos adúlteros, barregueiros, concubinários, alcoviteiros, e os que consentem as mulheres fazerem mal de si em suas casas, incestuosos, feiticeiros, benzedeiros, sacrílegos, blasfemos, perjúrios, onzeneiros, simoníacos, e contra quaisquer outros, que cometerem públicos delitos... os que dão publicas tabolagens de jogo em suas casas (...) (ALMEIDA, 1985: 428)*

O código Filipino foi criado em1602 e teve vigência até 1830 quando foi promulgado o Código criminal do Império. Junto e paralelamente às Ordenações, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, formavam o conjunto de disposições legais a que estavam sujeitos os habitantes da América portuguesa, bem como da capitania das Minas Gerais.

> *(...) o código Filipino e as Constituições Primeiras impuseram juridicamente no Brasil as determinações tridentinas que alteraram profundamente os princípios ocidentais no que diz respeito a moral e a sexualidade. Portugal estabeleceu em terras brasileiras uma linha legislativa derivada do Concilio de Trento na qual o que não era virtude, era pecado, o que não competia ao espírito, pertencia à carne, envolvendo a humanidade em um combate maniqueísta em torno da salvação. (GOLDSHMIDT, 1998: 27)*

Mesmo amparado pelas determinações jurídicas, esse intenso controle nas Minas não se efetivava, o grande número de uniões consensuais (concubinatos) que sobressai da própria documentação eclesiástica através de suas devassas, nos dão conta da grande incidência desse delito. "O número de funcionários era pequeno para se ocupar, além da

[2] As Ordenações Filipinas, copiladas por ordem do rei espanhol Felipe II, eram uma atualização das Ordenações Manuelinas (1521), que por sua vez, foram recopilação, que pouco haviam alterado as Ordenações Afonsinas (1446). Suas fontes jurídicas são além do Direito Canônico, o Direito Romano e o Direito Consuetudinário.

assistência espiritual corriqueira, da condenação de uma prática tão generalizada entre as populações." (FIGUEIREDO, 1997: 34)

Para Luciano Figueiredo, ao empreender seus esforços no controle das práticas extra conjugais, a Igreja setecentista mineira não conseguiu se estruturar para efetivar a disseminação dos casamentos. Dessa forma sem a generalização do casamento, fracassou a tentativa de se utilizar a família como forma de regular a população mineira. O controle preventivo da sociedade através do casamento não funcionou. "O cotidiano acabava por vencer as instituições, que deveriam agir na moralização e normatização social." (FIGUEIREDO, 1997: 39)

A falta de rígidos organismos de fiscalização na colônia possibilitou certa liberdade entre seus habitantes, traduzida no grande número de transgressões morais e sociais. E mesmo a ação punitiva da justiça encontrava entraves. Não são muitas as sentenças encontradas nos arquivos dos juízos eclesiástico e civil sobre as transgressões morais, tanto sexuais quanto sociais. O que não diminui a existências desses delitos.

A ação do judiciário em Minas Gerais ao mesmo tempo em que apresentava as normas sociais, obedecendo aos códigos morais e legais, procurava afirmar de maneira gradual o poder publico como um espaço de mediação e de articulação de interesses os mais diversos. A interpretação das relações entre justiça e sociedade não pode se restringir a observação da norma jurídica, mas deve ser avaliada a partir das praticas sociais.

É possível através da documentação criminal observar as soluções encontradas para os mais diversos conflitos entre os habitantes de Minas. Os processos criminais do período colonial são os chamados processos-crime[3].

Os processos-crime são uma fonte riquíssima que permite estabelecer alguns dos padrões de comportamento e igualmente alguns dos valores aceitos pela sociedade. Além disso, o crime pode ser uma indicação de uma maneira particular de entender o conjunto das normas escritas ou sociais e sua aplicação

Muitos crimes refletiam o embate entre a importância da palavra e sua fragilidade em meio a conturbada sociedade mineira, o rompimento da palavra dada podia se configurar em delito. A preservação da honra se torna desse modo um dos caminhos para a erupção da

[3] Os processos-crime, ou o auto de querela pertencente a alçada criminal, era iniciado por denúncia ou queixa feita por uma das partes. E tratam de atos que violam de alguma maneira a ordem pública, como ferimentos, mortes, incêndios, furtos, arrombamento, feitiçaria, ou a propriedade privada e os direitos natural e das gentes como os crimes contra escravos, defloramento, rapto, adultério, espancamentos, ofensas e injúrias verbais

violência. Assim se a tipologia da criminalidade define o forte peso da palavra, a recorrência a vingança indica sua fragilidade.

Violência, honra e vingança organizavam-se com modelos valorativos e comportamentais da sociedade mineira, levando em consideração os rearranjos cotidianos para a solução dos conflitos em virtude da ineficácia ou inadequação dos mecanismos de controle

Inserindo-se neste universo de incertezas em relação aos delitos de conduta a partir das fontes criminais carregadas dos impulsos mais instintivos de preservação ou de afirmação humana, procuramos encontrar as soluções para as distorções entre a vivência cotidiana e o conjunto de normas que regiam a sociedade mineira do século XVIII.

Através do levantamento primário das fontes criminais, especificamente dos processos-crime pertencentes ao no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, podemos indicar certas características da criminalidade em Minas nos séculos XVIII E XIX

Mariana encontra-se em posição privilegiada para estudos sobre moral e sexualidade do período colonial em Minas, sendo sede de bispado, estava, pois sob a ação e influência do tribunal eclesiástico, bem como das instâncias normatizadoras das autoridades civis estabelecidas nas vilas e cidades coloniais.

Foram arrolados os seguintes: crimes assassinatos e tentativa de assassinato; lesões corporais (ferimentos, agressões, espancamento, facadas, tiros); injúrias, insultos e desrespeito de autoridade; rapto, roubo de mulher e defloramento (estupro); adultério; ameaças e extorsão;e os processos de presos por suspeita de algum crime violento.

Os 389 processos[4] que constam desse levantamento têm como principal parâmetro classificatório as possíveis relações entre moral, honra e violência. Assim, as agressões ou ofensas que tenham como mote disputa de terras; roubos ou furtos; crimes contra a propriedade ou contra o patrimônio, não constam nesse levantamento.

Verificamos na tabela 1 o grande número de crimes contra a integridade física das pessoas. Se somarmos ferimentos, agressões[5], espancamentos, tentativas de homicídio,

[4] Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício – Crime

[5] Sobre os processos-crime das agressões verificamos que dos 18 processos, 7 se referem a ameaças de agressão, ameaça de morte e agressões verbais, portanto apenas 11 integram o somatório dos crimes que provocaram algum tipo de lesão corporal.

facadas e tiros, ou seja crimes que causaram lesões variadas, mas que não necessariamente levaram ao óbito, aos homicídios teremos o total de 64% dos processos levantados.

Tabela 1: Crimes interpessoais, Mariana, 1738-1884

Crimes	Número de processos	Percentual (%)
Injúria	94	24,2%
adultério	17	4,4%
ferimentos	119	30,6%
Ameaças e agressões	18	4,6%
assassinato	43	11,1%
espancamento	52	13,4%
facadas	8	2,1%
Tentativa de assassinato	9	2,3%
tiros	8	2,1%
insultos	6	1,5%
extorsão	2	0,5%
preso pro suspeita ou denúncia	5	1,3%
defloramento	5	1,3%
Outros [6]*	8	2,1%
total	389	100%

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime

Numa sociedade em que o castigo físico fazia parte dos mecanismos legais de punição, é possível pensar que a população enxergava também a sua maneira ferir como formas de punir os que de alguma maneira não seguissem as normas.

A permissão dada pela moral da época aos maridos, de castigar fisicamente suas esposas contribui pra o maior numero de ocorrência de vitimas mulheres. Além dos ferimentos, as agressões e espancamentos também contam com um maior numero de vitimas mulheres, como sugere as tabelas de 2 a 4.

Tabela 2 Agressões, Mariana, 1746-1848

Crimes	Mulheres vítimas %
agressões	60%
Agressão e ameaça de morte	55%
Ameaça de agressão	71%
Tentativa de morte	59%

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime

[6] Na tabela 1, os crimes que tiveram apenas uma ocorrência foram agrupados e classificados como outros

Tabela 3: Espancamentos, Mariana, 1746-1848

Crimes	Número de processos	Percentual %2
Espancamento(s)	24	46,2%
pancadas	16	30,8%
Pancadas e ferimentos	7	13,5%
bordoadas	3	5,8%
Violência e espancamento	2	3,8%
total	52	100%

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime

Tabela 4: Percentual de espancamentos por sexo da vítima, Mariana, 1746-1848

Crimes	homens	mulheres	Outros[7]*
Espancamento(s)	20,8%	70,8%	8,4%
pancadas	12,5%	62,5%	25,0%
Pancadas e ferimentos	14,3%	42,9%	42,9%
bordoadas	33,3%	66,7%	0%
Violência e espancamento	50%	50%	0%
total	19,2%	63,5%	17,3%

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime

Analisando especificamente os processos-crime de adultério, encontrados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, podemos notar algumas questões em torno do significado da preservação da honra.

Dados que inclusive apontam para uma organização cotidiana no que se refere a solução dos conflitos e usos da justiça, diferenciada em relação as determinações impostas pela legislação

Essas especificidades podem ser exemplificadas no processo que se segue. Na realidade, são dois processos[8], um movido contra a mulher e outro contra o suposto amante. Primeiro Manuel Antunes oferece a denuncia ao vereador mais velho do Senado da Câmara e Juiz de Fora e dos órfãos, contra Serafim Gonçalves, que não chegou a ser preso pois apresentou *carta de seguro,* quando primeira audiência. E foi nessa audiência em que o

[7] Referente aos processos em que as vítimas são de ambos os sexos; ou ainda aos processos que no levantamento inicial não tiveram as vitimas identificadas.

[8] Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2º Ofício – Crime: códice : 231 auto:5767 e códice : 202 auto:5052,

promotor acusava Serafim Gonçalves que o próprio Manuel Antunes acusou sua esposa Anna Caetana de Souza.

Foram ouvidas as mesmas testemunhas nos dois processos. Em ambos, as alegações das testemunhas, tanto de acusação, quanto de defesa, revelaram que Anna Caetana vivia apartada do marido a mais ou menos 6 ou 7 anos, vivendo de sua prostituição[9]. Segundo as testemunhas de acusação a mais ou menos um ano os réus viviam amancebados. Acusação que foi desmentida por Serafim Gonçalves ao afirmar que Anna Caetana era encarregada de cozinhar sua comida e da lavagem de sua roupa. Situação que foi confirmada pelas testemunhas de defesa.

Porém outra questão sobressai à fala das testemunhas de defesa, o fato de que Manuel Antunes teria sido incitado a fazer a acusação por Felisberto Lopes, inimigo de Serafim Gonçalves. Felisberto teria *arrumado e pago* as testemunhas de acusação contra Serafim. O que justificaria a demora do marido em acusar sua esposa, 6 ou 7 anos, e seu posterior silencio em relação ao processo, o que acabaria inocentando Anna Caetana.

Observando as disposições legais contra o adultério presentes nas Ordenações e sua severa punição, a princípio, justificaria a baixa incidência de processos contra mulheres. No entanto, os próprios processos demonstram que o rigor do código não prevalecia.

Revelador das ofensas morais, o crime de injúria compreende ofender alguém em sua dignidade ou decoro. O crime de injúria assemelha-se em alguns processos a uma traição, ou nos termos das Ordenações do Reino aos crimes cometidos aleivosamente.

Curioso no entanto são os processos de injúria em que os autores apresentam sua argumentação de queixa em relação ao comportamento dos réus com suas esposas. A injúria, assemelhada a traição, apresenta-se como uma ofensa grave em relação a confiança depositada pelo autor no réu.

A ofensa moral apresentada como crime de injúria às vezes pode disfarçar um crime de adultério.

Num processo de1768, um libelo de injúria, o autor José Peixoto Guimarães, acusa José Vieira Cardozo de cometer "a traição mais detestável (...) desencaminhando a mulher do autor para a falsidade mais abominável, de faltar as invioláveis leis do matrimonio, adulterando com ela no próprio leito conjugal."[10].Trata-se, portanto de um crime de adultério, mas aparece na documentação num libelo de injúria. Ao longo do processo percebemos que o autor temia o réu, acusando-o inclusive de tramar contra sua vida, talvez por isso tenha usado da prevenida cautela de tentar evitar que a noticia da traição se tornasse pública. Dessa forma

[9] Idem

[10] Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. 2ºOfício – Crime: códice : 188 auto: 4716.

numa tentativa de poupar sua honra o autor, aguarda quase dois anos até a traição se tornar irremediavelmente pública, para procurar a justiça e mover a revelia do réu , uma ação de injuria atroz.

As transgressões da moral em Minas, revelam-se através de crimes cotidianos, demonstrando os descaminhos de uma sociedade, em que a população procurava solucionar suas desavenças através da violência.

E mesmo dentro do espaço da justiça oficial, prevaleciam as normas de conduta sobre a legislação vigente, fazendo com que o código de leis, fosse utilizado segundo critérios próprios, não importando, nesse sentido, o real significado dessa legislação.

Referências bibliográficas:

Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado Del Rei D. Felipe I, livro II, título IX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 (ed. de Cândido Mendes de Almeida).

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas Famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOLDSHMIDT, Eliana Maria Rea**.Convivendo com o Pecado na sociedade paulista** (1719-1822).São Paulo: Annablume, 1998.

HESPANHA Antonio Manuel. **Justiça e Litigiosidade**: História e Prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste :Gulbekian, 1993., p.335

_____. **As vésperas do Leviatan**: instituições e poder político, Portugal – séc, XVIII. Coimbra: Livraria Almedina. 1994.

LARA, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SOUZA, Laura de Mello e**. Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____; NOVAES, Fernando (org.). **História da Vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 1

TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O real serviço ao som de Caixas: tropas militares, cotidiano e poder na capitania do Ceará (século XVIII)

José Eudes Arrais Barroso Gomes*

Resumo: Esse texto procura discutir alguns aspectos da organização e das práticas de funcionamento das tropas militares na capitania do Ceará como espaços de formação de hierarquias sociais a partir de uma lógica de diferenciação e distinções socialmente compartilhada.
Palavras-chave: Tropas militares – hierarquias sociais – poder.

Abstract: This paper discuss the organization of the military troops in the captaincy of Ceará on the formation of social hierarchies related with the search for social differentiation and privileges.
Keywords: Military troops – social hierarchies – power.

Corria o mês de abril de 1755 quando se fez registrar na capitania do Ceará a Ordem de 21 de abril de 1739 através da qual "Sua Majestade" o rei de Portugal, D. José I, determinava que:

> *...em cada vila não houvesse mais que um Capitão-Mor com seu Sargento-Mor e ajudante, e os Capitães que forem necessários conforme o número dos moradores, e nas Vilas em que não houver mais de cem moradores em todo o seu distrito não haja Capitão-Mor, e se governe, por bem Capitão, e em cada companhia haja sómente um Capitão, um Alferes, um Sargento do número e outro supra, e os Cabos-de-Esquadra, necessários extinguindo-se todos os meus cargos, ficando reformados os que atualmente tem exercicio para irem entrando nos postos que vagarem nos seus distritos e nesta consideração, ordeno não possais criar cargo algum de ordenança sem embargo das ordens que têm havido, tendo entendido que pelo meu Conselho Ultramarino se não há de mandar passar confirmação de postos que não forem providos nesta conformidade (INSTITTUTO DO CEARÁ: 1964, 169-189).*

Apesar de estabelecer a criação de terços auxiliares nos portos de mar, a dita ordem régia visava fundamentalmente à regularização e limitação dos postos de ordenança nos seus domínios americanos. Segundo explicava o próprio texto da ordenação, isso se devia à "desordem" gerada pela "multiplicidade de postos militares, que há nesse Estado do Brasil, e Maranhão de que resultou também multiplicidade de requerimentos". Tal desordem dizia

* Mestrando em História Social, Universidade Federal Fluminense – UFF.

respeito, mais especificamente, ao grande "número dos oficiais da ordenança" na América portuguesa.

Quer aquele registro se tratasse da publicação tardia ou da reedição da dita ordem na capitania Ceará, tudo parece indicar que a reafirmação daquela medida, estava diretamente ligada à carta que o capitão-mor das ordenanças da vila Aquiraz, João Antônio Ribeiro, havia dirigido ao monarca em fevereiro de 1754. Através daquela missiva o capitão-mor procurava mostrar-se cioso no serviço das armas na capitania, informando que havia passado mostra às tropas do seu distrito e "desalistado", isto é, dado baixa, a nada menos do que 107 praças. O motivo: os soldados "de qualquer sorte se aprezentavão montados em egoaz, ou em cavallos emprestados pellos não terem próprios, nem os mais aprestos" (PROJETO RESGATE, doc. 396). Assim, ao mesmo passo que era revelado que a maioria dos moradores da vila de Aquiraz e seus termos não possuía cavalo, ficava flagrante o seu interesse em servir nas companhias montadas em detrimento das companhias "de pé", que se achavam incompletas.

Em 1751, portanto apenas poucos anos antes, o mestre-de-campo das tropas auxiliares do Ceará, Jorge da Costa Gadelha, representava ao rei sobre irregularidades das tropas militares na capitania, acusando o capitão-mor da capitania, João Teyve Barreto e Menezes, de esvaziar o terço de auxiliares formado localmente através da transferência de soldados milicianos para os corpos de ordenança, desconsiderando a sua autoridade. Ainda segundo e denúncia de Jorge Gadelha, ele não era o único a se sentir incomodado com as atitudes do capitão-mor, dado que também seus oficiais se sentiam prejudicados: "há companhia que nem dês soldados tem tendo desgosto este terço nesta cappitania por mais velho preferência aos maes corpos de cavallo e de pé. Cauzando notável desgosto aos officiaes em passar qualquer soldado matriculado para a ordenança". O mestre-de-campo encerrava a sua carta reivindicando a sua autoridade no cumprimento do serviço das armas e requerendo para si e para seus oficiais o gozo das regalias e privilégios que lhe seriam concedidos em sua função:

> *...nam atendo estes capp.es mores, que posto em o Real Serv.co de V. M. eu deva obedecer a suaz vozes, e mandado, com tudo, para as operaçõens de meo 3º. devo ser ouvido e os meus Off.es de ordens, pois estes tão bem querem gozar do regalio e privilégios que V. M. por Sua Real grandeza nos concedeo (PROJETO RESGATE, doc. 342).*

Tanto a multiplicidade de companhias e de postos, quanto a existência de companhias incompletas e a preferência pelo serviço nas tropas montadas parecem revelar que uma mesma lógica lhes era subjacente: a busca por poder, distinção social e vantagens

através da organização militar na capitania cearense. A multiplicidade de companhias, muitas das quais flagradas incompletas, correspondia a uma conseqüente a multiplicação dos postos do oficialato e proporcionava o enlarguecimento das possibilidades de obtenção de uma patente que emprestava certos poderes, privilégios e prestígio em âmbito local. A tentativa de servir nas companhias de cavalaria deixa entrever a distinção social que era atribuída à participação naquele tipo de tropa, tanto pela associação do cavalo como símbolo de nobreza, quanto pelo próprio fato de consistir em um bem ou propriedade não acessível à maioria dos moradores. Atente-se para o fato de que os moradores esforçavam-se para serem incluídos nas tropas montadas, quer apresentando-se montados em éguas, quer em cavalos emprestados, o que no mínimo comprova o reconhecimento, senão o compartilhamento, da mesma lógica de diferenciação social demonstrada pelos potentados locais na busca por patentes do oficialato, mesmo que a partir de posições sociais diversas.

Referências bibliográficas:

INSTITUTO DO CEARÁ. "Câmara de Aquirás: registro de ordens régias, alvarás, provisões, regimentos, cartas de governadores, bandos". In: **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo LXXVIII, 1964, pp. 169-189.

PROJETO RESGATE. **Documentos manuscritos avulsos da capitania do Ceará**. Ministério da cultura, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação Escolar Indígena em Dourados (Ms): as instituições e os professores índios

Marta Coelho Castro Troquez*

Resumo: A educação escolar na Reserva Indígena de Dourados esteve a cargo do órgão indigenista oficial (SPI - FUNAI) até 1991. Neste período, o SPI e, posteriormente, a FUNAI manteve escolas na reserva em acordos com a Missão Evangélica Caiuá e a Prefeitura Municipal de Dourados. A partir de 1991, por conta da legislação nacional, o estado de MS e o município de Dourados assumiram, oficialmente, esta responsabilidade. Este trabalho destaca a participação das diversas instituições envolvidas no processo de educação escolar indígena em Dourados na formação e constituição do quadro de professores índios de Dourados evidenciando as relações estabelecidas entre eles e estas instituições.
Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Professores índios; Instituições

Abstract: The school education in the Indian Reserve of Dourados was in responsibility of official the indigenista agency (SPI - FUNAI) up to 1991. In this period, the SPI and, later, the FUNAI kept schools in the reserve in agreements with the Mission Evangélica Caiuá and the Municipal City hall of Dourados. From 1991, on account of the national legislation, the estate of MS and the City of Dourados had assumed, officially, this responsibility. This work detaches the participation of the diverse involved institutions in the process of Indian school education in Dourados in the formation and constitution of the group of Indian teachers of Dourados evidencing the relations established between them and these institutions.
Key words: Indian School Education; Indian teachers; Institutions.

1 A Reserva Indígena de Dourados

A Reserva Indígena de Dourados (RID), instalada, atualmente, próxima aos municípios de Dourados e Itaporã no estado de Mato Grosso do Sul, foi "criada" em 1917. Em 1925, nesta área, foi fundado o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa.

A composição étnica da RID, desde os seus primórdios, tem sido singular e atípica, ou seja, formada por de três etnias, a saber: Kaiowá, Guarani e Terena. Em princípio, conforme documentos da época de sua criação, esta área foi reservada aos Kaiowá, pois este era o grupo "tradicionalmente" predominante na região. Porém, conforme apresentado por Monteiro (2003: p. 32), já havia alguns índios das etnias Terena e Guarani na região na ocasião da criação da reserva.

* Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mestre em História.

A descrição do Posto Indígena Francisco Horta Barbosa feita pelo inspetor interino Antonio Estigarribia, em 1927, evidencia a preocupação do órgão indigenista (SPI) com o oferecimento de educação escolar para os indígenas. Conforme sua descrição, "na sede do posto foi feita uma boa casa para residência do encarregado e **escola...**" (ESTIGARRIBIA citado por MONTEIRO, 2003, p. 33. Grifo meu).

2 O órgão indigenista oficial (SPI/FUNAI), a Missão Evangélica Caiuá e os professores índios

A criação de escolas nos postos indígenas foi vista como um importante instrumento de "nacionalização" de espaços (fronteiras) pela nação brasileira. Conforme Barbosa, estes eram espaços "cuja posse [o país] só tinha na teoria" (citado por MONTEIRO, 2003, p. 97). Outros documentos registrados por Monteiro (2003, p. 33) evidenciam a intenção do SPI em ter escolas na RID já no primeiro prédio construído entre 1924 a 1925.

Desde o surgimento das primeiras escolas, no final dos anos 20, até o início dos anos noventa, a educação escolar na RID - assim como no restante do país -, serviu às políticas assimilacionistas e integracionistas do órgão indigenista oficial. Inicialmente, esteve a cargo do SPI, passando posteriormente, a partir de 1967, às orientações da FUNAI.

As primeiras atividades escolares realizadas no Posto do SPI, na reserva, foram desenvolvidas por missionários da Missão Evangélica Caiuá (MECA)[1]. Houve um tipo de relacionamento estreito entre o SPI, e, posteriormente, a FUNAI com a MECA ao ponto da instituição oficial depositar sua responsabilidade na área da educação escolar "nas mãos" desta instituição. Em 1931, o missionário e médico da Missão, Dr. Nelson de Araújo, iniciou as atividades de alfabetização, na RID, na sala destinada à escola construída pelo SPI no prédio do posto. A partir de 1938, a MECA construiu sua própria escola na sede da instituição; mesmo assim, continuou a realizar atividades escolares dentro da RID apoiada pelo SPI.

---

[1] Em 28 de agosto de 1928, foi fundada a "Associação Evangélica de Catequese dos Índios", em São Paulo, com estatutos e regulamentos próprios. A associação, formada por representantes das igrejas Presbiteriana dos Estados Unidos, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente e Metodista, tinha o objetivo de criar postos de evangelização e assistência social. A partir de então, foi criada a MECA que iniciou suas atividades junto aos indígenas em Dourados em 1929. Os trabalhos missionários visavam, principalmente, prestar assistência aos indígenas nas áreas de **evangelização, saúde e educação**. O trabalho que se iniciou na RID foi estendido, posteriormente, às outras reservas indígenas do Estado de MS. Atualmente (2007) a instituição atua em quase todas as reservas Kaiowá e Guarani do sul do Estado (MS). De acordo com as "Atas das Reuniões da Missão Evangélica Caiuá" (1929-1933), em princípio a sede da MECA era no "Arraial de Dourados" (1928 até início dos anos 30). Posteriormente, a MECA adquiriu uma chácara próxima ao posto do SPI onde instalou sua sede para facilitar o trabalho com os índios.

A MECA manteve sua escola, ao longo dos anos, em acordos com o órgão indigenista e o poder público estadual e municipal. A partir de 1973, a escola da Missão passou a ser uma escola municipal com o estabelecimento de um "acordo" não oficializado entre a Missão e prefeitura de Dourados. Em 1989, a Prefeitura de Dourados e a MECA firmaram um "Contrato de Comodato" oficializando o "acordo". Segundo este contrato, a Missão cede as instalações para o funcionamento da escola e a prefeitura arca com as despesas para o seu funcionamento, como: material didático e pagamento de recursos humanos.

Embora os dados históricos sobre o processo de educação escolar dentro da RID sejam lacunares, temos informações de que funcionários do SPI/da FUNAI e missionários da MECA atuaram em outras escolas (do SPI/da FUNAI) dentro da reserva.

A inserção de professores índios no processo de educação escolar dentro da reserva se deu em meados da década de 60. Nesta ocasião (1966), havia duas (02) professoras índias Guarani atuando nas escolas e/ou salas multisseriadas (dentro da reserva) mantidas pelo antigo SPI em convênios com a Missão Caiuá. A partir da década de 70, gradativamente, outros índios foram inseridos na Educação Escolar Indígena (EEI) na RID.

Por muitos anos, a Missão indicou os funcionários e os professores que eram contratados pela prefeitura de Dourados para atuarem na sua escola – sendo, a maioria, missionários que também atuavam no trabalho evangelístico. Alguns indígenas que mantinham um contato mais intenso com a MECA e se destacavam de alguma forma eram incentivados a se preparar para o magistério e a assumir aulas na escola, especialmente, a partir dos anos 80.

A escola da Missão foi responsável pela formação "ginasial" (séries finais do Ensino Fundamental - 5ª à 8ª séries) de quase todos os professores índios da RID (a partir dos anos 80) visto que até 2004 não havia nenhuma escola na RID que oferecesse as séries finais do Ensino Fundamental. Os moradores da reserva, pela proximidade da MECA e por se sentirem menos discriminados na escola da Missão em relação às escolas da cidade, preferiam estudar nesta escola. Desta forma, alguns concluíam as séries iniciais do Ensino Fundamental nas escolas ou salas da RID e continuavam os estudos na MECA. Entretanto, a maioria dos professores índios atuantes, hoje, na RID fez todo o Ensino Fundamental na MECA, pois as salas dentro da reserva eram insuficientes para atender toda a demanda de alunos da RID e muitos pais preferiam por seus filhos para estudar na Missão.

A MECA foi uma instituição importante para a formação e contratação de muitos professores índios na sua escola, nas escolas da RID e em escolas das aldeias Guarani e Kaiowá do MS. Algumas pessoas que trabalharam na sede da instituição (casas de missionários ou no hospital em serviços gerais), moravam na Missão e estudavam na cidade à noite. Isto favoreceu para que estas pessoas fizessem o curso de magistério regular na cidade ou o curso superior e fossem contratadas pela prefeitura para trabalhar na escola da Missão a partir do início dos anos 80.

Os professores índios que conseguiram se formar e obter aulas no período entre as décadas de 60 a 80 na RID, tiveram uma história de contato mais intenso com as instituições não-índias que atuavam na reserva e no entorno, como: a MECA, o Colégio Imaculada Conceição e próprio órgão indigenista oficial (SPI / FUNAI). Alguns professores que conseguiram aulas, neste período, foram indicados pela direção da MECA à prefeitura ou ao SPI/FUNAI, outros tinham alguma relação de parentesco ou proximidade com funcionários do SPI (ou da FUNAI) o que facilitou sua contratação.

No ano de 1990, a FUNAI possuía 03 "escolas" funcionado na RID: Agustinho (01 sala), *Ara Porã* (02 salas) e Francisco Hibiapina (04 salas). Atuavam nestas escolas 08 professores indígenas e alguns não-índios.

Grosso modo, podemos dizer que o SPI e, posteriormente, a FUNAI manteve escolas na reserva (em acordos com a MECA e a Prefeitura de Dourados) até que, em 1991, retirou-se da FUNAI a incumbência exclusiva de conduzir processos de educação escolar junto às comunidades indígenas. Desde então, atribuiu-se ao MEC a coordenação das ações referentes à EEI, bem como a sua execução junto a estados e municípios.

A partir de 1991, por conta da legislação nacional (Decreto 26/91; Portaria Interministerial nº 559/91), o Estado (MS) e o Município (Dourados), também, tiveram que assumir oficialmente esta responsabilidade. Na realidade, a EEI na RID foi assumida, em princípio, pela Prefeitura de Dourados em convênios com a FUNAI e a MECA até final dos anos 90, quando o Estado de MS passou assumir processos específicos de formação de professores índios (1999) em parcerias com as universidades (UFMS, UCDB), a prefeitura e o CIMI, dentre outras ações.

3 A Prefeitura Municipal de Dourados

A partir de 1991, a Prefeitura de Dourados assumiu a educação escolar referente às séries iniciais do Ensino Fundamental **dentro** da reserva. Em 1992, a prefeitura construiu a **Escola Municipal *Tengatuí Marangatu*-Pólo** (em português, Local de Ensino Eterno), criada em 1992, pelo Decreto Municipal nº 013 de 13 de fevereiro de 1992 (conhecida também como CEU – Centro de Educação Unificada). Na ocasião, as salas de aulas e/ou escolas existentes na RID tornaram-se extensões desta escola.

Em 2004, a Prefeitura de Dourados criou no município a categoria de *Escola Indígena* através do Decreto Nº 2442 de 16 de Janeiro de 2004 de acordo com as normas legais instituídas em nível nacional (Resolução CNE/CEB nº 3/99) e estadual para esta categoria de escola. Algumas extensões tiveram seus prédios ampliados pela prefeitura e, a partir de 2004, tornaram-se *Escolas Indígenas* autônomas, tornando-se independentes da Escola Municipal Tengatuí Marangatu.

Na EM *Tengatuí Marangatu*, os cargos de diretor e de coordenadores (03) da escola são ocupados por indígenas e o quadro de professores e funcionários, na maioria, é composto por indígenas. Cabe ressaltar que a maioria dos professores índios de Dourados está concentrada nesta escola (29 professores índios e 03 não-índios na sede e 16 professores índios nas três extensões - dados de 2006).

Além das escolas de ensino regular, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) mantém salas provisórias[2] de alfabetização de jovens e adultos na RID pelo programa *MOVA* desde 2002. No primeiro semestre de 2005, havia 24 alfabetizadores índios atuando em 27 salas de alfabetização do MOVA. Dos 24 alfabetizadores do MOVA, 01 atuava, também, como professora do Ensino Fundamental na RID.

Em 2005, a SEMED contava com 76 professores índios nas escolas municipais de ensino regular destinadas aos indígenas. Estas escolas atendiam 2.639 alunos indígenas matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Destes alunos, 2.518 eram da RID, 107 da Aldeia Panambizinho e 14 de Passo Piraju. Dos 76 professores índios da SEMED[3], 71 são provenientes da RID. Houve um notável processo de inclusão de professores índios na reserva a partir da criação da Escola Municipal *Tengatuí Marangatu* e da criação da categoria de *Escola Indígena* no município.

4 O Estado de Mato Grosso do Sul

[2] As salas funcionam, geralmente, em espaços "extra-oficiais", como: casas dos professores, casas de líderes indígenas, congregações (extensões) da igreja da MECA, dentre outros espaços.

[3] Cinco (03 K e 02 G) não são provenientes da RID e atuam na EM *Pai Chiquito*, na Aldeia Panambizinho.

Em 1999, atendendo às reivindicações de lideranças e professores indígenas do estado, a Secretaria Estadual de Educação do MS (SEE/MS) implantou o **Curso Normal em Nível Médio para a Formação de Professores das Etnias Guarani e Kaiowá[4] do MS - Projeto "*Ará Verá*"** (*Espaço-Tempo-Iluminado*).

Este curso contribuiu muito para a inclusão de professores índios no processo de EEI em Dourados e nas outras áreas indígenas do Estado de MS. Muitos dos que não atuavam na EEI, ao ingressarem no curso, foram contratados pelas prefeituras para atuarem nas áreas indígenas de sua procedência ou em outras áreas indígenas do MS. Dos 75 alunos-professores da 1ª turma (1999-2002), 13 eram provenientes da RID; dos 56 da 2ª turma (2002-2006), 08 são da RID.

Desde março de 1999, a SEE/MS mantém uma extensão escolar para o oferecimento do Ensino Fundamental na RID. Em 2005, atendia 169 alunos na RID e o corpo docente era composto de 07 professores não-índios.

Em 2001, a SEE/MS implantou, em Dourados, o ***Ensino Médio Intercultural*** específico para alunos indígenas da RID. Em 2002, o curso atendia 12 alunos da RID. Inicialmente, o curso funcionou como uma extensão da Escola Estadual Vilmar Vieira Matos (Dourados/MS). Em julho de 2005, o curso de ***Ensino Médio Intercultural*** tornou-se uma escola indígena denominada *Escola Estadual Indígena do Ensino médio Intercultural GUATEKA[5] Marçal de Souza.* Em 2005, a escola atendia 52 alunos na RID e possuía apenas um professor indígena (Terena). Devido à falta de professores indígenas habilitados em Curso Superior, a SEE/MS tem lotado nesta escola professores não-índios.

Como o número de alunos indígenas aumentou consideravelmente nos últimos anos, a demanda por professores também aumentou. E, como não havia, até final dos anos 90, políticas consistentes para a formação e contratação de professores indígenas, não há, na RID, número suficiente de professores índios formados ou em formação para suprir as vagas em todas as suas escolas.

5 As instituições de Ensino Superior em Dourados

Os alunos indígenas que cursam o Ensino Superior em Dourados o fazem – a

[4] O projeto do curso usa o termo "Guarani/Kaiowá" para se referir aos Guarani e aos Kaiowá (duas etnias distintas).

[5] Iniciais dos etnônimos: Guarani, Terena e Kaiowá.

grande maioria - no Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN[6]. Muitos são professores que atuam nas escolas que atendem a comunidade indígena de Dourados.

A criação de um curso superior específico para formação de professores indígenas foi reivindicação de um grupo de professores índios do estado de MS, especialmente da etnia Guarani e Kaiowá, os quais desencadearam o processo de discussão nas universidades da região, em várias secretarias municipais de educação e na SEE/MS.

Em 2006, o projeto dos professores Guarani e Kaiowá[7] foi implantado na UFGD em convênios com a Secretaria de Educação do MS e os municípios onde os alunos (professores índios) residem. O curso conta com um número significativo de alunos que são professores da RID.

6 A constituição do grupo de professores indígenas em Dourados

Os primeiros professores (as) a atuarem na EEI, seja na RID, seja na "Escola da Missão", foram aqueles que primeiro conseguiram se escolarizar. Estes indivíduos ou suas famílias mantiveram algum tipo de aliança com as agências não-índias importantes no contexto da época (SPI, FUNAI, Missão Evangélica Caiuá, Escola Imaculada Conceição). Estas agências lhes deram apoio para se formarem ou para conseguirem o espaço profissional, pois não havia, ainda, políticas públicas específicas de inclusão de professores índios para a EEI antes de 1988.

Ressaltamos que o fato de estes professores receberem apoio das agências ou instituições não-indígenas não lhes priva de serem sujeitos do seu processo de formação e profissionalização, pois os mesmos souberam fazer as alianças necessárias e se apropriar dos recursos disponíveis na época a fim de atingirem seus objetivos. Ainda, lembramos que o processo de formação e a conquista do espaço como atores no processo de EEI não foi nada fácil pra eles.

Conforme os depoimentos destes professores, eles tiveram de enfrentar grandes adversidades que vão desde as dificuldades em relação ao trajeto até as escolas onde se formaram às discriminações e/ou preconceitos que tiveram que enfrentar.

---

[6] Por conta de um convênio firmado entre FUNAI e UNIGRAN, em 2000, os alunos indígenas recebiam bolsa integral de estudos, sendo 50% de responsabilidade da UNIGRAN e 50% da FUNAI.

[7] Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul. *Curso de Licenciatura Intercultural Indígena no Contexto dos Guarani e Kaiowá* – Projeto *Teko Arandu* (*viver com sabedoria*). Dourados, UFGD, 2005. Digitado.

Como só a partir de 1980 a MECA passou a oferecer o ensino ginasial (5ª a 8ª séries), os professores que concluíam a 4ª série, em período anterior, tinham que continuar os estudos na cidade. Sobre os preconceitos enfrentados para se formar para o magistério na cidade, uma professora Terena explica:

> *E, quando eu comecei a fazer o magistério, o meu trajeto, assim, não foi fácil, né. Que num tinha condução pra ir. Aí, à noite, quando começou, é, aí, na época passava o ônibus que vinha de Itaporã, aí, eu fui tentar, né, ver se conseguia, é, ir junto, né. Eu sei que o pessoal não gostava muito não de levar. O pessoal que vinha de lá, né. A gente sofreu um pouquinho com esse, eu falo, assim,* ***preconceito****. Porque, uma vez a gente chegou até, até a discutir no ônibus. Daí, começou a ir outros colegas, né, que ia dali da vila, aí, um dia começou a fazer gozações, aí, as meninas cobrava também, né, aí, teve que falar as coisas também. Eu sei que não foi fácil. [...] Era ônibus de estudante. Eu pagava. [...] Mesmo assim, eles num queriam. Os próprios estudantes, né. Só que eu fui lá, conversei com, a gente teve que conversar lá com o prefeito. É, é, inclusive, até, até, num me lembro se foi, eu acho que o chefe [de posto da FUNAI] daqui até andou escrevendo, pedindo uma carta de, assim, que pedindo pra eles, pra eles cedê a gente no ônibus, pra gente ir. [...]Na época, só começou eu e minha irmã, só. Aí, depois que foi, aí nos próximos anos que foi juntando mais, né (*Entrevista gravada em 27 de maio de 2005).

Esta professora, ao concluir o estudo ginasial (5ª a 8ª), foi convidada, em 1981, pelo chefe de posto da FUNAI para dar aulas na escola do posto e por isso precisava estudar à noite na cidade para fazer o curso de magistério. Além dos preconceitos enfrentados no ônibus, alguns professores reclamaram dos preconceitos enfrentados nas escolas da cidade por parte de alunos e professores não-índios.

Apesar de todas as adversidades enfrentadas, estes primeiros professores (cerca de 10 em 1991) foram persistentes e continuaram seus estudos até chegar à universidade. De modo geral, eles fizeram o curso superior à noite e trabalhavam durante o dia nas escolas da aldeia ou na MECA. Alguns que estudaram em instituições particulares, como a UNIGRAN, pagaram seus próprios estudos, outros receberam ajuda financeira da MECA. Aqueles que não eram funcionários efetivos da FUNAI, fizeram concurso público e, a partir de 1992, se tornaram professores efetivos nas escolas municipais da RID. Destes professores, a maioria, atualmente (2007), ocupa os cargos de liderança na EM *Tengatuí Marangatu* (direção, coordenação) e duas professoras trabalham na SEMED.

Como visto, gradativamente, o número de professores indígenas, em Dourados, foi aumentando, especialmente, após 1992 com a criação da EM *Tengatuí Marangatu* e das demais escolas indígenas (em 2004). A partir de 2001, por conta das garantias legais e intervenções da SEMED, muitos professores não-formados ainda para o magistério ou em processo de formação foram inseridos no processo, especialmente das etnias Guarani e Kaiowá (esta última é a mais numerosa na RID). Em 2005, havia 71 professores índios de

Dourados atuando nas escolas municipais que atendem alunos indígenas da RID e de outras áreas (02 no Panambizinho e 01 em Passo Piraju). Havia, ainda, 23 alfabetizadores provisórios atuando na RID. Somando um total de 94 indígenas da RID trabalhando com processos de EEI.

Os poucos professores que assumiram aulas em período anterior a 1988 não se constituíram em categoria específica (professor indígena), ou melhor, trabalhavam mais individualizados seguindo as normas do sistema vigente.

Em relação aos professores índios que assumiram aulas em período mais recente, verificamos que as conquistas legais (decorrentes dos movimentos sociais) consubstanciadas na Constituição de 1988 e as políticas públicas implementadas no Estado (MS) através da SEE/MS e no município (Dourados) através do COMED e da SEMED foram fundamentais para que a categoria de professores indígenas se constituísse.

Com as conquistas legais de 88, surgiram algumas ações em prol do fortalecimento da identidade e autonomia indígena que ajudaram a criar uma consciência de grupo ou classe entre os professores índios do estado, particularmente, em Dourados onde o grupo é maior. A criação do *Movimento de Professores Guarani/Kaiowá* no Mato Grosso do Sul (contando com alguns representantes da RID) também ajudou muito neste sentido.

Em relação ao processo de inclusão de professores, pós-1988, observamos que, nos anos 90, a formação para o magistério, ou em curso superior, aliada a fatores políticos (famílias hegemônicas, relações com o chefe de posto da FUNAI, com os capitães da RID e com a MECA) foi fundamental para que muitos conseguissem seu espaço nas escolas. Parte significativa dos professores que atuaram na EM *Tengatuí Marangatu* no início de sua criação foram indicados à Prefeitura de Dourados pelo diretor da EM Francisco Meireles (Missão) na época. E os alunos para o magistério específico (Projeto *Ará Verá)* eram indicados pelo chefe de posto da FUNAI ou pelos capitães da RID.

Referências Bibliográficas[8]

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá.* Coleção Fragmentos da História do indigenismo, 2. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

[8] Grande parte das informações contidas no trabalho foram obtidas pelos métodos da História Oral através de entrevistas gravadas com professores e demais atores envolvidos no processo de EEI na RID e em consulta a documentos escritos como as Atas da Associação Evangélica de Catequese dos Índios. *Atas.* Períodos de 1928-1943 e de 1950-1966.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. *Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico*: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005). 2006. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O cinema documentário e a representação do conflito no meio rural

Antônio da Silva Câmara[1]

Resumo: Neste texto abordo o cinema documentário como objeto histórico e sociológico, como recriação veraz da realidade cotidiana. Analiso três documentários sobre o MST. Dois dele da cineasta Tetê Moraes: Terra para Rose e Sonho de Rose fornecem farto material imagético que nos remonta às origens da lutas deste movimento no Rio Grande do Sul. O ultimo documentário dirigido e produzido por Carlos Pronzato, enfoca a luta e a negociação do MST, já sob o governo Lula, na disputa por terras com a empresa multinacional Veracel no extremo sul da Bahia.

Resume : Dans ce texte j'analyse le cinéma documentaire en tan que sujet historique et sociologique, je pense que le documentaire est une recréation de la réalité quotidienne, où il y a de véracité. J'analyse trois documentaires sur le MST. Deux de la cinéaste Tetê Moraes : Terre pour Rose et Rêve de Rose ces deux films nous donne des images qui nous faire retourner à l'origine des luttes de ce mouvement à Rio Grande do Sul. Je finis en analysant le documentaire dirigé et produit par Carlos Pronzato, que focalise la lutte et la négociation du MST avec le gouvernement Lula da Silva, dans la dispute des terres avec la société multinationale Veracel dans l'extrémité sud de la Bahia.

1. Terra Para e o Sonho de Rose – A emergência do MST documentada

Os documentários Terra Para e o Sonho de Rose foram produzidos com dez anos de distância temporal, e mostram momentos distintos de um movimento social através de pessoas que lutaram pelo direito à reforma agrária. Tetê de Morais em depoimento posterior, constante nos extras na publicação do DVD com estes filmes, relata a sua motivação para filmar essa luta pela terra, despertada em 1986 quando realizava para a BBC de Londres vários documentários sobre o Brasil. A sua vontade de filmar a questão da terra ligada à problemática feminina, foi bruscamente alterado pela ocupação na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, de imediato a cineasta viajou para aquele Estado e decidiu-se pela filmagem

[1] Dr. Em sociologia, Universidade de Paris 7. Professor Associado I do Departamento de Sociologia e da Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia

da ocupação, pois "era uma história completamente nova". O início das filmagens será precipitado pelos acontecimentos, pois, enquanto a diretora buscava verbas para financiar o filme, iniciou-se a marcha histórica dos sem-terra da fazenda rumo a Porto Alegre, distante quatrocentos quilômetros.

1.1 Terra para Rose – O épico do MST

Terra para Rose está organizado em cinco significativas partes: A Abertura sobre a ponte, a promessa, a pressão, a luta, o confronto e o sonho. O primeiro momento lembra cenas épicas, com pés marchando sobre uma ponte, logo depois os corpos inteiros, as mulheres liderando a marcha e o close sobre Rose com o filho nos braços. As fortes imagens das pessoas marchando sobre a ponte, empunhando bandeiras, com ramos verdes nas mãos que são balançados ao vento, associados aos cânticos da mística religiosa do MST, referindo-se à terra, e o entoar do hino nacional compõem o quadro símbolo da luta dos sem-terra.

O segundo momento **a promessa**, circunscreve a questão da reforma agrária, relembrando a luta pela terra, a estrutura agrária arcaica e os marcos da Nova República com a promessa do governo Sarney em pagar a dívida da reforma agrária. A esta cena sucede-se o retorno a um passado mais distante: as promessas do governo Goulart; as lutas camponesas no Nordeste, o comício da Central do Brasil, o golpe de Estado em 64. A promessa se encerra com o retorno ao presente: Sarney lembrando o Estatuto da Terra, promulgado pelo "insuspeito" Castelo Branco; e a sucessão de ministros da reforma agrária. Assim, o documentário situa a ação do movimento em uma conjuntura, ao tempo em que lembra a história recente, a manutenção do latifúndio e os obstáculos postos pela classe dominante para realização da reforma agrária e dá a dimensão do comprometimento da diretora com a temática.

O terceiro momento – a pressão - Também parte do pressuposto anterior, pois mostra a Fazenda Anoni que após 14 anos de desapropriação pelo Estado, permaneceu parada, vazia, improdutiva, sem uso. A narradora cita o ato de ocupação em Outubro de 1985 por 1500 famílias, passando logo depois ao contraste de imagens e entrevistas entre o proprietário da Fazenda e personagens dos sem terra. Ao longo do filme, a intercalação de falas do proprietário, com jeito distante e arrogante, dará conta de uma versão da ocupação: um ato político estimulado pela Igreja e por políticos de esquerda; uma criação de pessoas que não tem vínculo com o campo; um ato que tira a tranqüilidade dos produtores rurais. O oposto do

será dito pelas mulheres do movimento: a difícil vida do sem terra antes do acampamento, a necessidade de dar um futuro para os filhos, de utilizar-se da terra para melhorar a vida das pessoas.

O cotidiano da dura vida no acampamento é descrito imageticamente: animais domésticos, o trabalho, crianças brincando ou reunidas cantando músicas da reforma agrária. A cena que a meu ver dar um fecho à descrição da vida no acampamento é o carro de boi transportando víveres e crianças. A dura faina diária com uso de tecnologias atrasadas que ainda se mantêm no campo brasileiro.

O documentário retorna ao acampamento na Fazenda Anoni e agora, aparece o momento que deveria ser o inicial, mas que só pôde ser reconstruído posteriormente: crianças gritam palavras de ordem "crianças unidas jamais serão vencidas. A decisão da multidão pela marcha aparece de forma singular: um orador fala "fizemos esta caminhada ou não fizemos ? ". Todos respondem: "Fizemos". Sucede-se uma oração: "O povo deste acampamento fará a caminhada com a benção de Deus" . Sucedem-se imagens, ações e exortações a Deus, a marcha com uma cruz à frente com fitas pretas e brancas, as primeiras (segundo a narradora) lembrando os mortos no acampamento. As palavras de ordem gritadas pelos manifestantes, as exortações místicas (um religioso compara a marcha com o povo de Deus saindo do Egito), as faixas e os cartazes exigindo a reforma agrária. Na faixa principal: Romaria da conquista da terra prometida.

A marcha para Porto Alegre é agora acompanhada com a solidariedade ao longo do caminho, com a narradora afirmando que "os quinhentos quilômetros que separam de Porto Alegre se tornaram mais curtos" devido à solidariedade. E com depoimentos de mulheres: "Chegar a frente do palácio e eu falar o que sinto pra ele (...) que eles tirem tire do papel, tire da televisão, a faça a reforma agrária" (Rose). Em contraste com ministros e políticos que alegam que será difícil cumprir as metas de assentamento.

Segundo a narradora, a marcha que começou com 300 pessoas chega a Porto Alegre, 28 dias, com 100 mil pessoas. Na capital do Estado uma imensa marcha é saudada com papel picado jogado dos prédios, as igrejas tocam sino, os manifestantes concentram-se na praça principal da cidade.

A experiência em Porto Alegre é enfocada a partir da solidariedade e da vida em comunidade. Rose ressalta o companheirismo: "se nós conseguir a terra e a reforma agrária nós não vai parar, estaremos ajudando os companheiros da cidade". A disposição das

mulheres para continuar a luta é enfocada a partir de depoimentos de outras mulheres, destacando-se o de Rose: "Minha vida mudou desde o acampamento até aqui, a gente aprendeu a viver com os companheiros como irmão (...) é daqui que vamos aprender a formar uma nova sociedade quando voltar para a terra (...)".

O relato da voz em off (atriz Lucélia Santos) dá conta dos meses de acampamento em Porto Alegre e da vida dos acampados na cidade; destaque para o depoimento a fala de uma mulher lavando roupa que reclama do barulho e da dificuldade em fiscalizar as crianças desacostumadas com a vida na cidade.

O quarto momento é o do confronto: policiais cercam o acampamento, não deixam os sem terra que retornam de Porto Alegre, adentrarem na Fazenda, tentam também impedir que os acampados semeiem a terra, é Outubro de 86. No documentário registram-se fortes imagens da brigada militar do Rio Grande do Sul com dois mil homens armados cercando o acampamento, além da vigilância de helicópteros; a narradora nos lembra agora, que o "confronto é incorporado no dia a dia do acampamento".

Outras imagens são significativas: a apresentação à imprensa, após terem sido acusados de portar armas, de suas foices e enxadas, (símbolos do trabalho); a reação das mulheres à violência policial; as cenas de violência contra dois sem terras; e o discurso policial mostrando o limite do Estado ao tratar os sem terra como marginais: "Nossa missão é manter os elementos dentro do acampamento".

Esse conflito diuturno durou um mês, durante o qual o ministro Dante de Oliveira justificou o cerco como cuidado do governador para impedir novos confrontos no Rio Grande do Sul. Em novembro de 1986, a emissão de posse da Fazenda Anoni é expedida; apenas 200 a 300 famílias poderão ser assentadas. Um balanço de esperança e desesperança é dado ao fim do filme, poucas famílias assentadas, e Rose, "Rose morreu atropelada, despedaçada" por um caminhão que perdeu o controle. O filme se pergunta acidente ou assassinato? Circunstância jamais elucidada como tantas outras na luta do latifúndio contra os sem terras.

1.1 **O Sonho de Rose.**

No segundo filme o foco são os protagonistas do movimento 10 anos depois, amplas imagens da Fazenda Anoni dá início ao filme, evidenciando a capacidade produtiva dos ex-

sem terra. Nos relatos dos assentados as mulheres são integrantes, mas não ocupam o primeiro plano como no filme anterior, seus maridos são entrevistados e a visão de mundo deles parece ser determinante nas deliberações familiares.

A busca por resultados materiais parece também perseguir a diretora, os dados referentes à produção são bastante enfatizados. Mas surge uma pergunta que pouco a pouco dirige a investigação do documentário: qual o destino do trabalho coletivo e da solidariedade na vida atual dos ex-acampados? Surge timidamente e ganha força ao longo do relato. Assim é que saberemos que na Fazenda Anoni apenas 40 famílias integraram a Cooperativa, e que destas restam apenas 18, os demais decidiram pelo trabalho familiar.

Um dos dirigentes locais do MST, informa que o movimento respeita as decisões dos que optaram pelo trabalho familiar, oculta, no entanto, que isso implica em retrocesso para o projeto de avançar para uma sociedade socialista. Na Anoni a cooperação firmou-se apenas na comercialização. A narradora do documentário fala com entusiasmo do fato destes trabalhadores repassarem seus produtos para um mercado popular (dirigido pelos próprios assentados) com preços mais baixos, mas mantêm esse entusiasmo para a associação dos pequenos produtores com a multinacional do leite (Parmalat). A busca de provar o sucesso do assentamento leva à inclusão no filme até mesmo de reportagens do Jornal Nacional (Rede Globo). Assim o documentário perde em veracidade e aproxima-se da propaganda, servindo assim a interesses tanto do movimento quanto do governo, e contribuindo pouco para entender o complexo problema dos assentamentos, da distância entre a pauta do MST e a prática efetiva dos assentados.

Nos outros assentamentos visitados (Agrovila Coopatrisul, Nova Ramada e arredores de Porto Alegre) a mesma situação se repetirá com antigos acampados (sobretudo as mulheres, agora escudadas por seus maridos) falam dão trabalho coletivo e, em sua maioria como passaram para o trabalho familiar. Encontra-se também pessoas que foram referencia no acampamento que agora habitam Porto Alegre não desenvolvendo mais atividades no campo.

O momento mais dramático do filme é o reencontro com a família de Rose, habitando em Porto Alegre. Seu ex-marido agora trabalha como pintor de paredes, adiou o sonho da terra após muito tempo de espera no acampamento. Vários personagens falam sobre o fato da família de Rose não ter terra, alegam o fato de o homem ter ido embora. O dirigente do MST informa que na época o movimento não poderia dar privilégio para a família pelo fato de uma companheira ter tombado na luta por isso essa família não foi atendida com prioridade. A

amargura da família de Rose mescla-se com a saudade; com sonhos da terra que agora aparece com outras possibilidades de trabalho na cidade (ao ver dos filhos). O homem e a nova companheira lamentam não ter conseguido terra. Os filhos lembram da mãe e de sua luta.

Ao fim do filme a narradora informa que o debate em torno do vídeo modificou a situação da família que teve por parte do INCRA a concessão de um lote em um assentamento. E como se a lembrança de Rose se tornasse permanente a diretora leva para estréia do filme no Rio de Janeiro os filhos e o ex-marido de Rose que consideram o filme uma homenagem merecida à luta de Rose pela Reforma Agrária.

Como já referido no início deste item, estamos diante de um anticlímax tanto da epopéia apresentada no primeiro filme quanto dos personagens que o protagonizaram. Com raras exceções agora se vê as limitações da reforma agrária diante do apoio limitado dos órgãos públicos; vê-se a prevalência da esfera da vida privada sobre a coletiva criada no acampamento. E, em que pese o cuidado cênico da diretora, transparece as contradições internas, até hoje motivo de bastante discussão no movimento sem terra, em torno da luta e do trabalho coletivo, e por menos que se afirme, contra o individualismo da família camponesa, que busca o sucesso do seu grupo familiar. Ainda que timidamente, o filme talvez nos dá a dimensão dos limites postos pela tradição camponesa que pode sim ser vista como um entrave ao próprio projeto do movimento sem terra.

Neste item o filme Terra Para Rose foi privilegiado por ser emblemático para entender a luta do MST e, sobretudo suas origens. Partindo do pressuposto de que o documentário situa-se no campo da arte, não podendo ser analisado como se fosse simples resultado de uma técnica de registro da realidade, mas entendendo que o seu objetivo não é ficcionar a realidade (mesmo podendo utilizar-se de recurso ficcionais) busquei entender como a diretora de Terra Rose reconstruiu o momento mais significativo da luta pela terra na década de 80. O documentário de Tetê Morais tornando-se um documento histórico e sociológico de importância singular para compreender aquele período, bem como um forte instrumento de divulgação das lutas do MST. Já o segundo documentário apresenta limitações e oscila entre a vocação para um documento oficial e uma tímida exploração das contradições internas dos assentamentos. A força congregada no primeiro filme onde o simbólico (a luta das mulheres) e os sentimentos aparecem unificados por objetivo racional, qual seja, a busca da reforma agrária, perdem força no segundo filme que se restringe à pergunta sobre a felicidade dos assentados e em compará-los imageticamente com o período anterior.

2. A Veracel no Abril Vermelho

Este documentário de Carlos Pronzato guarda características distintas das analisadas até aqui, talvez seguindo o exemplo do cinema verdade este cineasta argentino radicado na Bahia, tem se notabilizado por fazer filmes com parcos recursos (praticamente apenas usando a sua câmera digital). Logo, os seus filmes tendem a ater-se aos depoimentos e às ações captadas diretamente quando do seu acontecimento. Assim o cineasta não reconstrói cenas e não estiliza imagens. Mesmo o uso da música como complemento das imagens nos filmes de Pronzato é posto de forma econômica, neste filme especificamente ele insere músicas produzidas pelos próprios sem terras.

O filme que analiso aqui registra todo um processo de ocupação de uma propriedade pertencente à multinacional Veracel que hoje é proprietária de 75 mil hectares no extremo sul da Bahia. O diretor registra desde o momento da ocupação até a decisão de sair da Fazenda.

A ocupação é filmada quando os sem terra à noite chegam ao acampamento, e sua seqüência com novos sem terra no dia seguinte. Expõe imageticamente a decisão de limpar a área para plantar que implicou na destruição de 25 hectares de Eucaliptos e, através da fala dos personagens reconstrói, sem comentar, os motivos dessa ocupação Através dos entrevistados entende-se porque uma Fazenda (Água Fria) considerada produtiva pelas leis do país foi ocupada, as declarações de sem terra desmonta a noção de produtiva, questionam: como pode ser produtiva uma fazenda de eucalipto que não produz alimento, que desemprega e que não traz recursos para a região? Logo, estamos diante de uma propriedade improdutiva, pois o povo não come eucalipto.

Um terceiro momento do vídeo diz respeito à repercussão do evento, jornais nacionais e internacionais repercutem a ocupação, o jornal nacional da rede Globo idem. Essa repercussão retorna aos sem terra a partir de um radio sintonizado em emissora local que lembra os prejuízos que a empresa estaria tendo com a ocupação da sua fazenda, citando a imprensa inglesa e norte-americana. Pressões políticas e empresais são relatadas também no Jornal à Tarde (todas elas com imagens reproduzidas no vídeo).

Distante do tempo de Terra para Rose as manifestações agora não aparecem como místico-religiosas, as canções entoadas nas manifestações agora pregam aliança operária e camponesa. Assim a reforma agrária e a luta pela terra não estariam isoladas n campo mas seria tarefa das duas classes. A exceção de algumas poucas falas, o discurso é politizado e padronizado. Parecem aproximar-se de uma padronização política do próprio movimento, de certa forma de uma ideologização forte, uniforme, objetiva. A anima que estava presente no filme Terra para Rose com as pessoas expressando seus sentimentos mesclados com necessidade objetiva da luta, parece ter cedido lugar ao esvaziamento individual em função de uma única visão coletiva.

Por outro lado o grau de combatividade dos sem terra aparece com a mesma força apresentada na Fazenda Anoni, os trabalhadores desbastam os eucaliptos visando o plantio e exigem a presença de representantes da Veracel para negociar. O fim desta etapa da luta indica um controle muito forte da direção do MST sobre suas bases, pois com promessas do governo local e federal, sem nada de fato concretizado, aceitam sair da Fazenda e acampar na Estrada. Os acampados continuarão sem terra e o governo Lula ganha um crédito de confiança.

Este documentário nos dá elementos para compreendermos um novo momento da luta do MST pela reforma agrária, de um lado o desafio à legislação burguesa que criou o limite para desapropriação com a definição de terra produtiva; de outro, a esperança no novo governo, que mesmo após quase dois anos de mandato não tinha feito avançar a reforma agrária. O compromisso das lideranças do movimento com o governo aparece no recuo final com o abandono da Fazenda.

Bibliografia consultada

BENJAMIN, Walter. (1985) A Obra de Arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Obras Escolhidas*. São Paulo. Ed. Brasiliense. Pp. 165-197.

CÂMARA, Antônio da Silva. A atualidade da reforma agrária: de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra. O Olho da História. Revista de História Contemporânea. 1995. V. 2. N° 3. pp. 29-45.

CARROL, Ficção e não ficção e o cinema da asserção pressuposta: uma análise conceitual. In Teoria Contemporânea do Cinema.. SENAC. SP. 2005.

COUTINHO, Eduardo, Brasil, Giba Assis, SARAIVA, Leandro, SANTOS, Myrian Sepúlveda. Debate: Cinema e Ciências Sociais.. Interseções. Revista do PPGCS. UERJ. 2003. Ano 5. Número 1. pp149-163.
HEINICH, Nathalie. Ce qui l'art fait à la Sociologie. Les editons de Minuit. Paris. 1998
JAMESON, Fredric. (1993) Espaço e Imagem. Teorias do Pós Moderno e Outros Ensaios. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ
LUKACS, G. El film. Estética I. Grijalbo. 1982. pp. 173-207.
NICHOLLS, Bil A Voz do Documentário. .In Ramos, Fernando Pessoa, Org. Teoria Contemporânea do Cinama.
BRASIL, Umbelino. O filme como "documentário da verdade".O Olho da História. Revista de História Contemporânea. 1995. V. 1. N° 1. pp. 130-140.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Companhia Estável de Repertório (C.E.R.): cena, interpretação e dramaturgia - marcas da história no teatro brasileiro contemporâneo

Rosangela Patriota*

RESUMO: Neste artigo diversos trabalhos artísticos de Antonio Fagundes são analisados de modo a salientar os seus contornos estéticos e políticos e os problemas enfrentados pelas propostas desse artista.
PALAVRAS-CHAVE: História e Teatro – Teatro Brasileiro – Antonio Fagundes.

ABSTRACT: In this article somes Antonio Fagundes's works are analyzed in order to point out the impact and troubles confronted by aesthetics and politics proposals of this artist.
KEYWORDS: History and Theater – Bazilian Theater – Antonio Fagundes.

Estudar o teatro brasileiro contemporâneo é estar em contato com uma produção artística que, em termos de repertório, estabeleceu contrapontos com as peças que, na década de 1970, clamavam pela participação popular na derrubada da ditadura militar, as peças desse período privilegiaram temas como Liberdade e Respeito ao Direito de cada Cidadão o que, sem dúvida, abriu espaços para a utilização de temas históricos como escudos para falar do presente.

Nesse sentido, uma das justificativas para tornar esse período objeto de pesquisa é a possibilidade de refletir sobre as condições de produção que propiciaram a existência deste circuito comercial. Aliás, esta questão revela um outro aspecto que também precisará ser estudado de maneira mais detalhada: o teatro de oposição à ditadura militar, realizado nas décadas de 1960 e 1970, foi todo apresentado no circuito comercial, isto é, por meio de compra e venda de ingressos. Desse ponto de vista, quais as restrições estéticas e políticas que se estabeleceram em relação a alguns espetáculos, que passaram a ser vistos como comerciais?

Essa indagação faz com que nos reportemos às experiências das décadas de 1960, em especial, no que se refere ao Teatro de Arena e ao Teatro Oficina que, no nível da circulação, também foram comerciais. Porém, existe um aspecto, pouco explorado na historiografia do teatro brasileiro, que diz respeito à composição do público teatral. Ou, em

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – MG. Esta comunicação é resultante de pesquisa, ora em andamento, financiada pelo CNPq.

outros termos, quais as expectativas culturais, sociais e políticas das platéias que assistiram a essas montagens?

Em consonância com esta última interrogação, um outro componente deve ser considerado: o processo de redemocratização, iniciado em meados de 1979, propiciou o retorno paulatino das liberdades democráticas, do fim da censura; enfim, de elementos fundamentais que constituem o Estado de Direito. A emergência desta nova conjuntura fez com que se redefinisse o teatro que, de forma majoritária, havido se pautado pelo incansável exercício da resistência. As gavetas da censura foram abertas. As peças proibidas estavam sendo encenadas, e, neste contexto, quais as bandeiras que deveriam ser novamente levantadas? Concomitante a estes acontecimentos, vive-se também o momento de grandes encenações.

Nesse novo quadro político-cultural, começaram a intensificar as críticas ao "teatro engajado". Pouco a pouco, decretou-se a "morte das ideologias" e a retomada, para muitos, do princípio da "arte pela arte". Substituiu-se um princípio pelo outro. De um lado, estavam os que se intitularam em "sintonia" com seu tempo. De outro, aqueles que passaram a ser vistos como "ultrapassados", pois nada mais tinham a dizer ou a contribuir tanto estética, quanto politicamente. Na ânsia de inaugurar essa nova era, era necessário reinterpretar os recentes acontecimentos teatrais. Para tanto, afirmou-se que dramaturgos como Oduvaldo Vianna Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, entre outros, haviam cumprido seu papel. Seus trabalhos, por estarem excessivamente comprometidos com a luta política, não eram adequados aos novos tempos que estavam sendo anunciados.

Quais seriam esses novos tempos? Que perspectivas estéticas e culturais estariam sendo anunciadas?

Com o objetivo de ampliar nossa perspectiva de trabalho e, ao mesmo tempo, perseguir essa temática de suma importância para a História da Cultura no Brasil iremos investigar a trajetória e as proposições estéticas e sócio-culturais da Companhia Estável de Repertório, criada em 1980 por Antonio Fagundes e que se manteve em atividade até o ano de

1990. Porém no decorrer da década de 1990 até o momento, Fagundes continua sendo produtor de seus espetáculos, mas já não mais à frente de uma companhia teatral.

A escolha da Companhia Estável de Repertório para dar continuidade ao nosso diálogo entre História e Teatro é resultado de várias perspectivas de interlocução. A primeira delas tem a ver com a carreira profissional de Antonio Fagundes, não só um dos maiores atores brasileiros em atividade no país, mas pelo caminho por ele percorrido.

Fagundes aproximou-se da atividade teatral quando ainda era estudante no Colégio Rio Branco, em São Paulo, participou das montagens de *A Ceia dos Cardeais* (Júlio Dantas), em 1963 e de *Os Fuzis da Senhora Carrar* (Bertolt Brecht; direção: Afonso Gentil), em 1964, espetáculo que foi suspenso, devido a invasão do teatro pelo DEOPS. Devido ao ocorrido, o teatro, pelo menos nas dependências da escola, ficou fora das atividades. No entanto, fora do ambiente escolar, fundaram o grupo teatral Semáforo e elaboraram um espetáculo com dois textos *O Terrível Capitão do Mato* (Martins Penna) e *Atlantic's Queen* de Eugene O'Neil. Com esse trabalho, inscreveram-se no VI Festival de Teatro Amador e obtiveram vários prêmios e, dentre eles, o de melhor ator para Antonio Fagundes.

Diante do repentino reconhecimento, o Colégio Rio Branco convidou o grupo a retornar para suas dependências. Porém, Fagundes havia recebido de Afonso Gentil uma proposta muito mais instigante para os seus anseios profissionais: participar das montagens destinadas ao público infantil do Teatro de Arena de São Paulo. Assim sendo, em 1965, atuou como em *As Artimanhas de Scapino* (Molière) e *O Carrossel Zangado* (Maurício Rosencof), ambos os espetáculos dirigidos por Afonso Gentil.

As peças fizeram sucesso e ficaram algum tempo em cartaz. Os atores do Arena, por sua vez, levavam seus filhos para assistirem às montagens e, dessa maneira, Fagundes passou a ser conhecido por artistas como Augusto Boal, Miriam Muniz, Gianfrancesco Guarnieri, entre outros. Esse contato fez com que ele passasse a ser notado pelos integrantes da companhia.

Com *Arena conta Tiradentes* (Augusto Boal/Gianfrancesco Guarnieri; direção: Augusto Boal), a companhia pela primeira vez excursionaria pelo país, então, para o espaço teatral não ficar ocioso, Boal solicitou ao Núcleo 2, que era composto por três grupos, que ocupasse o teatro durante a sua ausência. O grupo de Fagundes, dirigido por Afonso Gentil, encenou, em 1966, *Farsa de Cangaceiro com Truco e Padre* (Chico de Assis). Com a saída de Jairo Arco Flexa do *Arena conta Tiradentes*, Fagundes, por indicação de Miriam Muniz e Guarnieri, entre outros, foi convidado por Boal a integrar o espetáculo. Iniciou-se, assim, de maneira efetiva, a trajetória de Antonio Fagundes no teatro profissional.

Após essa montagem, Fagundes esteve presente, no ano de 1967, em *O Círculo de Giz Caucasiano* (Bertolt Brecht; direção: Augusto Boal) e *La Moscheta* (Ângelo Beolco/Il Ruzante; direção: Augusto Boal). Em 1968, integrou o elenco de *I Feira Paulista de Opinião* (direção: Augusto Boal) nos seguintes trabalhos: *O Líder* (Lauro César Muniz), *É Tua a História Contada* (Bráulio Pedroso), *A Receita* (Jorge Andrade), *Verde que Te Quero Verde* (Plínio Marcos) e *A Lua muito Pequena e a Caminhada Perigosa* (Augusto Boal).

Por outro lado, cabe observar que, se na década de 1970, a crítica aos espetáculos fora feita porque as grandes produções contribuíram para retirar o caráter político das montagens, na década de 1960, houve ênfase quase que total às proposições políticas dos envolvidos sem, entretanto, considerar as condições de trabalho a que o elenco esteve submetido.

Nesse período, 1969, Guarnieri e Boal desentenderam-se e o primeiro retirou-se do Arena. Guarnieri, então, que havia acabado de escrever *Marta Saré* teve seu texto encenado no Theatro São Pedro, com direção de Fernando Torres, espetáculo do qual Antonio Fagundes participou. Nesse mesmo ano, Fagundes esteve no elenco de *O Cão Siamês* (Antônio Bivar; direção: Emílio Di Biasi) e, em 1970, no de *Hair* no Theatro São Pedro.

Em 1970 retornou ao Arena para participar do espetáculo *A resistível ascensão de Arturo Ui* (Bertolt Brecht; direção: Augusto Boal). Porém, embora houvesse esforços, o Arena não sobreviveu à conjuntura política e à prisão de Augusto Boal e encerrou suas atividades.

Embora possuindo essas premissas norteadoras de um trabalho conseqüente, o ator, como qualquer outro profissional, sem ser proprietário de seus meios de produção, tem possibilidades mais restritas em suas escolhas. No entanto, Fagundes ficou relativamente próximo dos profissionais que o haviam acolhido no Arena, tanto que em 1970, com a produção de Othon Bastos Produções Artísticas participou da montagem de *Castro Alves Pede Passagem*. Em 1971 é a vez de *Pequenos Assassinatos* (Jules Feiffer; direção: Osmar Rodrigues Cruz). As próximas atuações serão: em 1972, *Um grito de liberdade* (Sérgio Viotti; direção: Osmar Rodrigues Cruz); em 1973, *Evangelho Segundo Zebedeu* (César Vieira; direção: Silney Siqueira) e *Godspell* (Shwartz; direção: Altair Lima). Em 1974, Fagundes trabalhou novamente com a Othon Bastos Produções Artísticas em *Caminho de Volta* (Consuelo de Castro; direção: Fernando Peixoto) e em 1975 *O Duelo* (Bernardo Santareno; direção: Roberto Vignati).

Nesse processo, como já ponderado anteriormente, o momento é o da constituição da resistência democrática. O público em potencial da década de 1960 ora tinha ido para a luta armada, ora estava desenvolvendo trabalho de base nas periferias da cidade. Dessa maneira, a qual público se dirigir? Para quem o espetáculo deveria ser pensado? Essas inquietações farão com que Fagundes, em 1975, produza o seu primeiro espetáculo: *Muro de Arrimo*, de Carlos Queiroz Telles.

> *Montei o que eu podia montar, um monólogo, mais especificamente, Muro de Arrimo. Com o meu espetáculo, conseguia pagar a produção e, naturalmente se desse certo, pagaria o banco e ainda teria um lucro. Isso me possibilitaria continuar produzindo. Continuei produzindo, assim, a vida inteira. Essa história do patrocínio, por exemplo, é um problema grave que estamos enfrentando agora, também, ideologicamente é uma contradição nossa. (Fagundes, 2002)*

Nessas circunstâncias, talvez, tenha se evidenciado a singularidade de Antonio Fagundes como homem de teatro. Em verdade, ele conseguiu interpretar, à luz de um olhar brechtiano[1], a sua condição de ator porque, não basta possuir idéias, é preciso construir condições para viabilizá-las e, desse ponto de vista, Fagundes buscou efetivá-las. Após esse trabalho, mais dois convites. Em 1977, *Gata em Teto de Zinco Quente* (Tennessee Williams; direção: Paulo José) e em 1978 *A História É Uma História* (Millôr Fernandes; direção: Jô Soares).

Já em 1979, novamente à frente da produção, protagoniza *Sinal de Vida* (Lauro Cesar Muniz; direção:Osvaldo Mendes) e, em 1980, nas dependências do Teatro Brasileiro de

[1] De acordo com Bertolt Brecht, nas discussões sobre a criação artística, "o erro reside, tão somente, em que as engrenagens não serem ainda, hoje em dia, da comunidade, em os meios de produção não pertencerem aos produtores e em se atribuir ao trabalho em carácter mercantil, sujeitando-o às leis gerais da mercadoria. A arte é, pois, uma mercadoria; sem meio de produção (engrenagem) não seria possível produzi-la!" (BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre Teatro*. Lisboa: Portugália Editora, s/d, p. 19.

Comédia (TBC), junto com Antônio Abujamra cria o *Projeto Cacilda Becker*, no qual é responsável pelos seguintes espetáculos: *Arte Final* (Carlos Queiróz Telles; direção: Leda Senise) e *O Senhor Dos Cachorros* (José Augusto Fontes; direção:Hugo Barreto). Nesse mesmo ano fundou a Companhia Estável de Repertório (C.E.R.) que se manteve em atividade no período de 1980 a 1990. Pela C.E.R. ocorreram as seguintes produções: 1981 – *O Homem Elefante* (Bernard Pomerance; direção: Paulo Autran); 1982 – *Morte Acidental de um Anarquista* (Dario Fo; direção: Antonio Abujamra); 1984 – *Xandu Quaresma* (Chico de Assis; direção: Adriano Stuart); 1985 – *Cyrano De Bergerac* (Edmond Rostand; direção: Flávio Rangel); 1986 – *Carmem Com Filtro* (Daniela e Gerald Thomas; direção: Gerald Thomas); 1986 – *Nostradamus* (Doc Comparato; direção: Antonio Abujamra); 1988 – *Fragmentos de um Discurso Amoroso* (Roland Barthes; direção de Ulysses Cruz); 1989 – *O País dos Elefantes* (Louis Charles Sirjacq; direção: Alain Millianti); 1990 – *Muro de Arrimo* (Carlos Queiroz Telles; Direção: Antonio Abujamra).

Em 1990, a Companhia Estável de Repertório não conseguiu mais manter um elenco fixo e permanentemente em cartaz, encerrando, assim, suas atividades. Não obstante essa nova situação, Fagundes continuou suas atividades como produtor e no decorrer da década de 1990 encenou os seguintes espetáculos: 1991 – *A História do Soldado* (Igor Stravinsky; direção: Ulysses Cruz); 1992 – *Macbeth* (William Shakespeare; direção: Ulysses Cruz); 1994 – *Vida Privada* (Mara Carvalho; direção: Ulysses Cruz); 1995 – *Oleanna* (David Mamet; direção: Ulysses Cruz); 1999 – *Últimas Luas* (Furio Bordon; direção: Jorge Takla); 2002 – *Sete Minutos* (Antonio Fagundes; direção: Bibi Ferreira).

A exposição, de maneira sucinta, das trajetórias do Theatro São Pedro, da Othon Bastos Produções Artísticas e da Companhia Estável de Repertório demonstra não só a capacidade de trabalho e de proposições de discussão da realidade brasileira por essas companhias, mas também propicia refletir sobre o diálogo Arte e Política que, efetivamente, impulsionou o teatro brasileiro, a partir da década de 1950.

É possível reconhecer os temas que perpassaram essas iniciativas, assim como a existência de motivações de ordem teórica e/ou ideológica na escolha por determinados textos e/ou opções estéticas no nível da encenação. O período correspondente ao final da década de 1950 até o ano de 1964 foi impulsionado pelo tema da Revolução Democrático-Burguesa que, esteticamente, se traduziu em uma dramaturgia que privilegiou temáticas sócio-políticas, por meio de personagens coletivos, representando trabalhadores urbanos e camponeses, e em um teatro de agitação e propaganda (*agitprop*), que teve no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE a sua expressão mais acabada. Contudo, o golpe de 1964 redimensionou não só a vida

institucional do país, mas as produções culturais e artísticas viram-se impelidas a encontrar alternativas para o estado de arbítrio que começava a se delinear.

O estágio de euforia e de imensa confiança no futuro do país foi substituído por percepções diversas. De um lado, os que estavam próximos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao fazerem sua autocrítica, apontavam como alternativa a construção da resistência democrática. Por outro lado, os que criticaram duramente as análises e as determinações dos comunistas foram, a pouco e pouco, optando por outras iniciativas, entre elas, a luta armada[2]. No âmbito artístico esses embates envolveram tanto o Teatro de Arena, quanto o Teatro Oficina, porque o primeiro, inicialmente, abraçou o caminho da resistência democrática como estratégia de luta, traduzindo-o em musicais que exaltaram a luta política de heróis brasileiros (Zumbi dos Palmares e Tiradentes), enquanto o segundo, por percalços particulares e muitas vezes circunstanciais, ao aproximar-se de Bertolt Brecht e de Antonin Artaud, releu a tradição cultural brasileira sob o signo da Antropofagia e da peça de Oswald de Andrade, *O Rei da Vela*[3].

Em meio a este cenário, no qual explicitamente a ação cultural correspondeu a uma ação política, os protagonistas deste projeto de pesquisa surgiram e atuaram. Foram aqueles que não fizeram opção nem pela luta armada nem pela morte do teatro e/ou da palavra. Sobreviveram ao recrudescimento da luta política e cultural, em fins da década de 1960, e chegaram ao início dos anos 1970 com o firme propósito de resistir. Cada grupo à sua maneira. Inicialmente, aninhados no Theatro São Pedro e, alguns deles, posteriormente, sob as propostas da Othon Bastos Produções Artísticas. Utilizaram metáforas, encenaram a impossibilidade da comunicação. Discutiram a modernização conservadora, por intermédio das agências de publicidade, enfim, nos limites do espaço da legalidade estimularam reflexões de cunho político e humanitário.

Esses artistas, à luz de seus próprios caminhos profissionais e intelectuais, enfrentaram as transformações que ocorreram na sociedade brasileira. Economicamente o país mudara, as condições de trabalho e de produção não seriam mais as mesmas. Acrescente-se a isso o fato de que, com retorno ao Estado de Direito, suas bandeiras deixavam de ser necessárias. Então, o que fazer?

Nesse momento, um grande tema emerge, apesar de não ter sido estudado, de forma sistemática, pela historiografia do teatro brasileiro: a arte como mercadoria. Em

---

[2] Este tema foi longamente discutido no livro *Vianinha – um dramaturgo no coração de seu tempo* (São Paulo: Hucitec, 1999).

[3] Este tema foi discutido, por mim, em diferentes textos. No entanto, a título de referência, cabe citar: PATRIOTA, R. A cena tropicalista no Teatro Oficina de São Paulo. *História*, São Paulo, 22 (1): 135-163, 2003.

verdade, tradicionalmente, costumamos a nos deparar com as seguinte oposição: teatro de idéias e/ou teatro de vanguarda x teatro comercial. Pela construção dessa dicotomia, o primeiro é sempre visto como depositário de propostas políticas e culturais que visam à transformação da sociedade, questionando valores morais e/ou políticos. Muitas vezes, realiza uma arte de denúncia, onde as desigualdades sociais vêm para o centro do palco. E no nível organizativo, na maioria das vezes, é um grupo com discussões teóricas e práticas acumuladas por trabalhos anteriores. Já o segundo, geralmente, é associado às comédias de costumes, aos grandes espetáculos, viabilizados por meio de produtores que almejam o retorno financeiro, sem a preocupação em consolidar uma equipe de trabalho e de pesquisa. Essas interpretações cristalizaram-se na historiografia do Teatro Brasileiro.

Diante disso, o projeto de pesquisa *O Palco no Centro da História: Cena – Dramaturgia – Interpretação – Theatro São Pedro; Othon Bastos Produções Artísticas e Companhia Estável de Repertório (C.E.R.)* discutirá historicamente o fenômeno teatral, isto é, mesmo reconhecendo a existência de um teatro de oposição, há que se considerar que ele não transformou as relações de produção em que esteve inserido, da mesma maneira que, evidentemente variando o grau de investimento em pesquisa de cada espetáculo, todos os trabalhos elencados estabeleceram relações comerciais, isto é, de compra e venda de ingressos, com o seu público.

Ao lado disso, no que se refere especificamente à Companhia Estável de Repertório (C.E.R.) há uma possibilidade de pesquisa, até hoje, inédita. Antonio Fagundes, durante o período ativo da Companhia, realizou ensaios abertos de seus espetáculos. Todavia, essas atividades não significaram a presença de uma platéia que assistia, silenciosamente, ao que ocorria no palco, porque, à medida que o tempo foi passando e só permaneceram aqueles que efetivamente estavam interessados no processo criativo, Fagundes convidou-os a discutir os processos de composição do espetáculo, das interpretações, dos cenários, figurinos, iluminação, enfim, todos os elementos que compõem uma montagem teatral.

Remanescentes desse grupo, denominado pelo ator de *assíduos*, tornaram-se constantes nas encenações de Antonio Fagundes e, diante disso, o próprio ator encarregou-se de estabelecer o primeiro contato, propiciando a elaboração de análises qualitativas acerca da relação palco/platéia.

Por fim, é oportuno recordar que nas análises existentes sobre o Arena e o Oficina esses aspectos da trajetória deles praticamente nunca foram abordados. Assim sendo, a nossa perspectiva de trabalho é apreender estas relações e, à luz delas, discutir como se produz e se mantém teatro e as companhias teatrais no Brasil contemporâneo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O som e as formas: As racionalidades do século XX e a História da Música sob o olhar de Foucault

Daniel Canecchio*

Resumo: A partir dos apontamentos feitos por Michel Foucault sobre o pensamento musical pretende-se cartografar uma linha estética considerando o papel da forma na história da música como um campo da racionalidade ocidental. Partindo de um estudo genealógico da história da música, procura-se apontar conexões entre o pensamento de um grupo de compositores e as importantes inovações do pensamento no século XX presentes na obra de Foucault. Um estudo comparativo entre Foucault e a história da música tem um movimento duplo: jogar uma nova luz sobre as formas estéticas de racionalidade do século XX e oferecer alternativas de abordagem aos estudos das obras de Foucault.
Palavras-chave: Foucault; História da Música; Estética.

Abstract: Using the work of Michel Foucault about musical thinking as basis, we intend to draw an aesthetic line considering the role that the form played in the history of music as a field of western rationality. Using as a start a study of the origin of the history of music, we intend to point connections between a group of composers thought and the important 20th century's thought innovations that are part of Foucault's works. A comparative study between Foucault's works and the history of music has a double movement: to lighten the aesthetic forms of rationality in the 20th century and to offer alternatives of approach to the works of Foucault.
Key words: Foucault; History of Music; Aesthetics.

Na análise proposta por este trabalho considera-se que o século XX, como todos os outros séculos, foi campo de uma série de propostas. No campo estrito da música observa-se o surgimento de uma vertente cujo destino não é o de ser cantada nas comunidades, nem mais ser dançada, uma música que ninguém mais usaria para falar de um amor, uma saudade, uma dor. Uma música considerada por muitos como absolutamente muda. Paralelamente há, por outro lado, toda uma força que se apoderou daquela música que se dançava e cantava para colocá-la como motor histórico de uma sociedade, uma música popular. Pode-se considerá-la como uma música que está a serviço de disciplinas e controles dissimulados. Nosso objetivo é, ao tratar de uma dessas propostas, evitar apresentá-la como uma oposição binária "erudito" *versus* "popular". Para tanto, procuramos escapar de uma dicotomia muito comum quando se coloca de um lado uma música que não se comunica mais e de outro, uma a serviço do controle.

* Mestrando da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Para realizarmos a análise partiremos de propostas, pistas, conceitos lançados por Michel Foucault. O que se procura é deslocar suas idéias e utilizá-las, como bem apontado por ROSE (2001), como uma plataforma para este trabalho. Ou, como o próprio Foucault propôs para seus trabalhos:

> *São pistas de pesquisa, idéias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que não tenho de estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que eu faço. (FOUCAULT, 2005: 4)*

Em busca de pistas partimos do ano de 1983, quando dois "notáveis analistas e profissionais da cultura", como BAUMAN (1998:131) chamou Michel Foucault e Pierre Boulez, encontraram-se para discutir a relação entre essa música erudita contemporânea e sua recepção por parte do público. Foucault nos dá uma primeira plataforma:

> *(...) os problemas teóricos que a música colocou para si mesma, a maneira com que refletiu sobre sua linguagem, suas estruturas, seu material decorrem de uma interrogação que, acredito, atravessou todo o século XX: interrogação sobre a 'forma', aquela de Cézanne ou dos cubistas, a de Schoenberg, e também a dos formalistas russos ou a da Escola de Praga (FOUCAULT, 2006:391).*

Mas o que seria esse grande objeto de reflexão musical, a forma?

Para o pensamento musical em geral, a forma seria uma espécie de contorno, de um mapa no qual estão inscritos os principais pontos de mudança de um percurso. A forma seria a maneira de a música começar, depois passar para um segundo momento contrastante, retomar alguns de seus elementos (temas, harmonias, frases curtas, acordes) e tecer com isto uma espécie de desenvolvimento, para depois voltar ao primeiro e ao segundo momento. O importante é ressaltar. A forma não seria uma simples descrição de um encadeamento de fatos e coisas, ela atribui funções e qualidades a cada parte e cada elemento de uma obra. Ser contrastante, desenvolver, retomar, são papéis que agregam uma coisa a outra em um plano de organização e de hierarquização.

Durante quase toda a música do século XIX a forma não é um problema de reflexão. Ela é uma simples moldura, uma tela branca sobre a qual o compositor transitará. A forma só será assunto de discussão quando se pretender (des)qualificar uma obra, pois ela é fixa, já dada, e uma boa música cumpre suas regras dentro dessa forma. A criatividade do compositor do século XIX está em aproveitar os entremeios dessa forma para depositar seu trabalho. A música nunca foi meros espaços a serem preenchidos, mas quando a forma é fixa o compositor cria definindo cada um dos momentos nos quais desenhará os lugares.

Já no século XX, para o compositor Arnold Schoenberg, pensar na forma significa deslocar a atenção do conteúdo do que estava se dizendo, no caso a melodia e a harmonia, para a estrutura onde tais elementos estavam sendo escritos. Mas não significou somente isto, a problematização sobre a forma desfez a atenção, antes relevante, dada ao fluxo e aos elementos de consistência de uma obra. Pensar a forma seria antes de tudo combater as regras e os métodos estéticos nos quais se balizava a construção, a criação e a análise musical.

Pensando o papel da análise musical, podemos, a partir de Foucault, colher mais uma pista para expandir a análise deste trabalho:

> *A análise musical era a forma assumida por essa relação com a história uma análise que não buscava as regras de uso de uma forma canônica, mas a descoberta de um princípio de relações múltiplas. Via-se nascer através dessa prática uma relação com a história que negligenciava os acúmulos e zombava das totalidades: sua leitura era a dupla transformação simultânea do passado e do presente pelo movimento que destaca um e outro através da elaboração do outro e um (FOUCAULT, 2006: 390).*

A reflexão do compositor contemporâneo sobre a forma de seu trabalho aproxima como nunca dois campos musicais diversos: a análise musical e a criação musical. Aparece, desde o século XIX, no campo discursivo um fenômeno cada vez mais comum quando se escuta uma música: o interesse por saber como ela foi composta. Aos poucos, naturalizou-se na música a idéia de que há na arte um sentido metafísico para ser entendido. Poderíamos perguntar em eco com Foucault: "Qual falsa idéia o conhecimento faz de si mesmo e a que uso excessivo ele esteve exposto; a qual dominação, por conseqüência, ele se encontrou ligado?" (FOUCAULT, 2000:182).

Parece ser por essa pergunta que os assim chamados músicos contemporâneos do século XX se guiaram. A estética se concentrará em torno não de um acontecimento musical, mas na relação do sujeito diante desse acontecimento. A pergunta seria como, por meio de quais regras e leis, a música foi capaz de nos causar uma sensação que antes não existia.

A nova análise musical que começa a despontar é repensada a partir da apreensão musical. Parte-se para se entender a experiência sonora como parte do descortinar de novas dimensões comunicativas que ampliam as prerrogativas de escuta. Não se trata apenas de criticar as estruturas fundamenteis da tradição da música ocidental, mas de pensar a composição não mais como uma questão com respostas, mas como um campo problemático, que não traz mais suas respostas consigo, e cujas respostas só se obtêm de uma maneira: compondo, fazendo soar o tempo e a memória.

Assim, é por esse processo que Schoenberg entende a música tonal e a harmônica do século XIX e a partir disso procurará desmontar a música como a realização, no tempo, de uma única sonoridade. O sistema tonal, portanto, é visto como sinônimo da tradição e de uma certa existência, a realização, no tempo, de uma única forma, universal em cada um de nós e em tudo que existe.

O que Schoenberg procura ao propor um novo sistema, o sistema serial, não é acabar com a idéia de forma musical, mas retirar um determinado caráter fixo da temporalidade de cada nota musical. A idéia de sistema associada à forma não desaparece: é a sua unidade, excessivamente determinada, que constitui o problema. O que suscita a criação de um novo sistema e sua investigação é o desaparecimento de uma hierarquia universal obedecendo ao princípio da harmonia. A dispersão das notas por meio de séries fixas não aniquila a idéia de sistema, mas oferece uma pluralidade de posições e uma descontinuidade de funções: um *sistema de descontinuidades* temporal, tema tão caro a Foucault.

Por outro lado, o compositor francês Pierre Schaeffer (1910-1945), em seu "Tratado dos Objetos Musicais", procura criar uma nova noção de timbre. Para o compositor haveria uma diferença entre o timbre de um instrumento referente a um objeto sonoro e o timbre de um som o qual indicaria a fonte sonora. Para Schaeffer, o timbre de um som é percebido como uma variação de outros elementos musicais (um conteúdo harmônico e de evolução dinâmica), sendo que, nos casos de sons breves ou de duração média, a forma como se atinge o som (o ataque) tem um papel primordial (SCHAEFFER, 1966).

Ao retirar a dimensão da significação da música transformando-a em um objeto sonoro, Schaeffer traz toda a realização estética da criação musical para o elemento sonoro. Ao se praticar uma "escuta reduzida", o que permaneceria da música seria a sua matéria bruta: suas variações textuais, sua cor, enfim, o fenômeno sonoro isolado. A forma da obra daria a significação a uma matéria sonora destituída de significado. Pode-se exemplificar essa "escuta reduzida" com o processo de repetição contínua de uma palavra qualquer até a perda de sua identificação e sua saturação semântica, permitindo que apenas a variação da matéria, e com ela o fenômeno musical, permaneçam e sejam percebidos.

Um passo para atingir esses objetivos seria o de afastar qualquer traço que ligue a idéia de música à noção de fonte sonora, de material sonoro, ou de pensamento musical. Por que tal posição?

Primeiro porque a música, limitada ao material e ao pensamento, estaria sempre tratando de um *a priori,* e este *a priori* não permite ver a música como um fato em movimento. Acrescenta-se que a música comumente definida a partir de um desses dados,

limita a possibilidade de criação. Segundo, porque para o compositor, o interesse está mais naquele dado que desenhe a música, sem estar atado a uma tradição, mas também sem estar preso a uma idéia como a de unidade, de princípio unificador, ou mesmo de variação.

A escuta tradicional (escuta do nome do instrumento, do significado das notas, das melodias, das harmonias...), lida em sentido inverso, resultaria no passo de Schaeffer para fundar uma música concreta. Ou seja, partir não mais da nota musical, mas da sonoridade, considerando todas as etapas da escuta, sem pular nenhum modo de pensar o som. Buscar tanto regras quanto noções de ordenação de material, buscar tudo a partir do que se ouve, a partir das sonoridades quase que ainda sem nome. Dar nome assim como se dá concrescência a algo. Ou seja, não se relacionar com o som apenas como fenômeno de percepção, mas, sobretudo, como acontecimento de apreensão. Em uma música concreta o som ganha forma e materialidade ao mesmo tempo em que é ouvido. Uma composição sem *a priori.*

É assim que Schaeffer distingue ainda uma "escuta musicista", aquela que distingue detalhes de ataque, detalhes de timbres, arcadas, toques, sopro, empostação de voz etc., de uma "escuta musical" que só escuta relações entre notas e significados. E liberta o som também da dualidade entre uma escuta técnica e uma escuta teórico-analítica, para propor uma música que funde técnica e teoria na apreensão de seu objeto: escuta técnica e teoria que partem do próprio objeto sonoro e não que a ele sejam acopladas.

Desse modo, destituem-se de nexo afirmações do tipo "é musical o que se quer ouvir como música" ou ainda "é música o que se liga ao som". Pois, ouvir como música implica uma cadeia de idéias e noções que coercitivamente passam por tradições e hábitos de escuta e produção. As musicalidades estariam por trás da ação de colocar sons em relação e atribuir valores específicos para sons específicos: sons musicais, sons não musicais, instrumentos musicais e ruídos não musicais. Transpondo para o campo filosófico poderíamos dispor a mesma questão em termos como fundamental não fundamental, real ou ilusório, racional ou irracional, ou verdadeiro ou falso.

Já o compositor e regente francês Pierre Boulez (1925-) afirma que a música tem tanto uma propriedade objetiva ao ser perceptível como um fenômeno acústico, como possui um atributo subjetivo, um aspecto qualitativo, constituinte de uma linguagem musical (BOULEZ, 1995). No entanto, o caráter subjetivo da música é uma função complexa formada pela organização de seu material sonoro, pelo seu caráter objetivo. Para Foucault: "Boulez jamais admitiu a idéia de que todo pensamento, na prática da arte, seria demasiado se não fosse a reflexão sobre as regras de uma técnica e sobre seu próprio jogo" (FOUCAULT, 2006:390).

Segundo Boulez, a música só existe esteticamente quando está diretamente ligada à constituição propriamente dita do objeto musical. A identidade estética só acontece se há a composição, a escritura. De acordo com o compositor, existem dois tipos de escritura composicional: a interna e a externa. A escritura pode situar-se no interior dos objetos, para construí-los, ou no exterior, para organizá-los formalmente. A composição com base nessa idéia de escritura traz mudanças significativas nos aspectos de elaboração formal das obras - escritura externa - e, principalmente, na construção e escolha do material sonoro sobre o qual os compositores se debruçam - escritura interna. E a escritura poderá ocasionar formas heterogêneas de som (BOULEZ, 1986).

Boulez desenvolverá sobre a sintática musical o conceito de heterofonia. A principal técnica de sobreposição de estruturas na música estaria baseada na idéia de polifonia. O que pode ser compreendido pela definição proposta por Boulez em "Apontamentos de Aprendiz". A heterofonia se distinguiria da polifonia pela não-responsabilidade, isto é, pela ausência da fixação de leis nas relações de sobreposição dos elementos. Para Boulez, o conceito de heterofonia vai desde a sobreposição de elementos quase idênticos até a sobreposição de elementos bastante divergentes (BOULEZ, 1995). Não é a heterogeneidade das estruturas sobrepostas que caracteriza a heterofonia, mas sim a ausência de relações condicionais instituídas previamente para sua organização simultânea no tempo.

A heterofonia seria em termos foucaultianos uma heterotopia do som, o lugar de um material sonoro não é mais do que um ponto em seu movimento, como o seu repouso ou o seu silêncio não passa do movimento infinitamente ralentando do material sonoro. Em outras palavras, o espaço toma a dimensão do tempo musical e o tempo se dilui na forma.

Conclusão

Quando BAUMAN (1998) procura retomar o debate de 1983 entre Pierre Boulez e Michel Foucault chama ambos de "dois analistas e profissionais da cultura contemporânea". Em princípio, chamaríamos Boulez somente "de um profissional da cultura" e Foucault "de apenas um analista". A perspicácia de Bauman nos revela uma similaridade tanto do ofício artístico do compositor francês com Foucault, como a dimensão analítica do filósofo por parte de Boulez. Seja pelas reflexões da música contemporânea dos artistas tratados aqui, seja em muitas das pesquisas levadas a cabo por Foucault, descobre-se que o sentido dado tanto pelas formas musicais como pelas dinâmicas sociais se constituem pelas estruturas de coerção.

Percebe-se que como a razão se fixou nos mecanismos de repressão e de exclusão da nossa sociedade, ela se atou à forma musical.

Dois campos lutam em torno dessa questão. No caso de Foucault procura-se fazer uma análise histórico-filosófica, de produzir artisticamente por ficção a história que será atravessada pela questão das relações entre as estruturas de racionalidades que articulam o discurso verdadeiro e os mecanismos de sujeição; no caso de Boulez, a partir da idéia de análise musical, procura-se fabricar analiticamente expressões e princípios artísticos por meios dos quais se busca não mais uma técnica e uma forma totalizantes, mas relações de princípios múltiplos que disfarçam as noções absolutas e fixas. "Fornecer a força para romper as regras no ato que as faz atuar" (FOUCAULT, 2006: 390).

Teoricamente, a forma é vista como uma moldura de gesso a ser preenchida, como uma estante fixa com prateleiras móveis que devem manipuladas. A maioria das tentativas musicais procura preencher a estrutura da música com elementos que tornem clara a própria forma. O ofício artístico passa assim a ser o de destacar um objeto, depois buscar um outro que lhe faça contraste e, em seguida desenvolvê-lo, tudo didaticamente elaborado para deixar a forma clara. No entanto, o pensamento moldado na forma eclipsa uma força que dá vida a cada momento, a cada instante da peça. Os compositores analisados procuraram não se preocupar com a tentativa de tornar a forma clara e sim partiram para a ação mais desafiadora: a de tornar sensível uma força específica que sonoramente encontra-se no mundo do não-sentido, o mundo do que não é ainda sensível.

Com isso não se trata de uma construção, mas de um plano de composição cuja guia não é a ordenação, mas a composição de um bloco de sensação: uma encruzilhada. Não se faz música com uma matéria, mas sim buscando fazer ou refazer um material, reencontrar a sensação de uma força que foi possível por meio de um material. Completamente diferente da idéia de uma música surda ao mundo a sua volta, como tantas vezes essa música é acusada.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOULEZ, P. **Apontamentos de Aprendiz**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **A Música Hoje**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FOUCAULT, M. *O que é a crítica?* IN: **Cadernos da FFC**. Vol. 9, nº. 1. Marília: FFC/UNESP, 2000. Pp. 169-189.

_____. **Em Defesa da Sociedade. Curso no Collége de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Coleção Ditos & Escritos. Vol. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GRIFFTHS, P. **A Música Moderna. Uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MENEZES, F. **A Música Eletroacústica. Histórias e Estéticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

RABINOW, P. & DREYFUS, H. **Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica para Além do estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ROSE, N. *Inventando nossos Eus*. IN: SILVA, T.T. (org.). **Nunca fomos humanos. Nos Rastros do Sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Pp. 137-204.

SCHAEFFER, P. **Traité des Objets Musicaux**. Paris: Editions du Seuil, 1966.

SCHOENBERG, A. **Style and Idea**. Berkeley: Universuty California Press, 1984.

_____. **Fundamentos da composição musical**. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. **Harmonia**. São Paulo: UNESP, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Biblioteca Escolar: Um Espaço de Leitura nos Grupos Escolares de São Paulo (1890-1920)

Luciene S. de Souza*

Resumo: Este trabalho pretende analisar a existência de bibliotecas nos Grupos Escolares de São Paulo (1890-1920) para entender quais razões, finalidades e práticas permearam a instalação e uso desses espaços. Ao investigar, por meio da biblioteca escolar, a circulação de livros pode-se entender a constituição de um espaço de leitura específico e compreender essas práticas no contexto educacional das primeiras décadas da República. Refletindo sobre o passado das bibliotecas escolares busca-se compreender a sua função, seu uso social e seus modos de leitura, contribuindo para o debate sobre as bibliotecas atuais.
Palavras-chave: Bibliotecas Escolares; Grupos Escolares; História da Leitura.

Abstract: This paper intends to analyze the libraries existence in primary school of Sao Paulo, between 1890-1920, in order to understand the reasons, purposes and experiences that made part of the installation and use of these spaces. By investigating, through school libraries, the book circulation, we can understand the constitution of a specific reading space and comprehend these practices in the educational context of the first decades of the Brazilian Republic. By thinking about the past of the school libraries we want to understand their function, social use and means of reading, contributing for the debate about libraries nowadays.
Keywords: School Libraries; Primary School; History of Reading.

A biblioteca escolar muitas vezes é vista de forma imutável, como se não tivesse tido sua função e acesso inalterados durante a sua história. A descrição feita por Paulo da Terra Caldeira, por exemplo, parece-nos remeter à idéia de a biblioteca escolar sempre ter sido pensada para uso de alunos e professores:

> *"Fileiras de estantes cheias de livros, revistas em mostruários, mesas e cadeiras espalhadas e repletas de pessoas lendo e estudando, crianças debruçadas sobre volumes de enciclopédias, fazendo suas pesquisas. Essa é, e ainda continuará a ser por um bom tempo, a face visível de uma biblioteca"* (CALDEIRA, 2005:47).

Embora verifiquemos aqui uma finalidade de biblioteca escolar cuja forma de organização é um espaço onde vários suportes de textos são reunidos com o propósito específico de atender à formação educativa de alunos e professores, essa imagem de biblioteca escolar nem sempre foi verdadeira.

* Mestranda em História da Educação. Faculdade de Educação - USP.

Podemos acompanhar e entender parte da história das bibliotecas escolares dentro do contexto das mudanças na instrução pública ocorridas no final do século XIX no Brasil, a partir da instalação da Primeira República.

As Escolas Primárias e as Bibliotecas Escolares

Instaurada a nova ordem, a educação universal e gratuita é reconhecida pelas elites como o principal instrumento de formação do patriotismo, da moralidade e pilar de sustentação da República. Para o sucesso desse ideal civilizatório, é necessário reformular a escola, para evidenciar o novo mundo que se consagra ao progresso e à modernidade (CARVALHO, 1989; QUEIROZ, 2004).

No interior desse projeto republicano de reformulação de métodos, processos, materiais e espaços da educação, uma das mais significativas reformas foi a implementação, em 1893, no Estado de São Paulo, de uma modalidade de Escola Primária que se denominará "Grupo Escolar"[1]. Nessas escolas é estabelecido um ensino seriado, com classes reunidas em um único prédio sob uma única direção, alunos separados por sexo e de acordo com seu grau de aprendizagem. No período de aproximadamente duas décadas, o Estado implementará 195 Grupos Escolares em São Paulo. (COSTA, 1983; SOUZA, 1996; CARVALHO, 2000; MARCÍLIO, 2005; VIDAL, 2006).

O Estado assumirá a construção de edifícios apropriados para os Grupos Escolares, edificações imponentes com espaços coerentes com os processos e finalidades desses novos métodos pedagógicos: "gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio" (SOUZA, 1996:128).

De acordo com Souza (1996) e Wolff (1992), a maior parte dos Grupos Escolares das primeiras décadas do período republicano não contará com todos esses recursos, possuindo apenas salas de aulas, pouca diferenciação interna e reduzidos espaços administrativos.

Entretanto, Corrêa, Mello e Neves (1991) colocam que programas arquitetônicos mais elaborados com biblioteca, anfiteatro e laboratórios cabiam às Escolas Normais, porém, alguns Grupos Escolares existentes no Interior e na Capital também possuíam esses espaços.

Em relação ao espaço das bibliotecas, o mesmo é apontado por Vidal (2004): "desde o fim do século XIX, salas de bibliotecas eram previstas nas plantas das escolas para uso e instrução do professor" (VIDAL, 2004:191). E mesmo Wolff (1992) ao se referir aos

[1] Lei n. 169 de 7 de agosto de 1893.

Grupos do Interior, expõe que "as escolas com maior número de classes ficavam com a possibilidade de organizarem turmas extras ou de instalar adequadamente bibliotecas" (WOLFF, 1992:202).

A discussão sobre a existência de bibliotecas nas escolas está presente desde o início dos debates para a reforma da instrução pública pós-Império, sendo defendida por professores, de acordo com o Plano Oferecido ao Governo para a Reorganização do Ensino Popular de 1889 publicado no jornal "A Província de São Paulo" [O Estado de S. Paulo]: "as escolas de ensino primário funcionarão em um só prédio com vastas salas bem arejadas, pátios arborizados, museus escolares, bibliotecas populares, mobílias" (ESCOBAR:1889)[2].

O Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo datado de 1892 também previa existência de bibliotecas nas escolas preliminares do Estado:

> *"Para uso e instrucção do professor, haverá sob a sua guarda e responsabilidade, em cada escola preliminar uma bibliotheca escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarizasação das principaes applicações da sciencia à agricultura e à industria"*[3] (SÃO PAULO, 1892:10).

Quanto aos Grupos Escolares, esse mesmo regimento não só pressupõe a instalação de bibliotecas nessas instituições, como também estabelece a quem compete o cuidado da mesma, de acordo com o artigo 84 § 8º: "Ao diretor compete: (...) Velar pela boa guarda do edificio, bibliothecas, officinas, gabinetes, moveis e objectos escolares" (SÃO PAULO, 1892:39).

Numa análise das plantas arquitetônicas, datadas de 1902, presentes nas obras de Wolff (1992) e Corrêa, Mello e Neves (1991) verifica-se nos Grupos Escolares de São João da Boa Vista e de Rio Claro, a inclusão da biblioteca [imagem 1]. Em outros projetos constantes das obras desses autores, no decorrer dos anos entre 1893 e 1920, a maior parte das escolas apresenta um espaço destinado a objetos ou materiais escolares, normalmente ao lado da sala dos professores ou do diretor.

---

[2] Assinado pelos professores Carlos Escobar, Artur Breves, Sebastião Ponte, Pompeu B. Tomassini e Gregório da Costa Muniz. 23/11/1889.

[3] Capítulo III: Material escolar. Artigo 22.

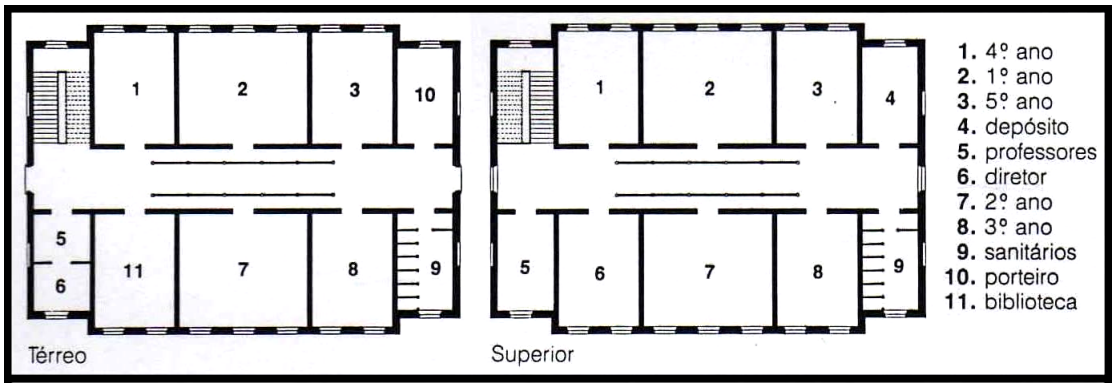

Imagem 1 - Planta dos G.E. de São João da Boa Vista e de Rio Claro. Fonte: Corrêa, Mello e Neves (1991)

Esses indícios por si só não nos permitem inferir se, na prática, foram instaladas bibliotecas nas escolas primárias. Entretanto, outros indícios podem nos ajudar a verificar se elas, de fato, existiram nesse período, como a Revista de Ensino (1902-1918), publicação da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de S. Paulo (ABPPSP), que em agosto 1902, especifica na descrição do Grupo Escolar Prudente de Moraes uma área destinada à biblioteca: "neste pavimento [superior] encontram-se também o salão de honra do estabelecimento, e dois gabinetes, um para a diretoria, e outro para a bibliotheca escolar" (ABPPSP,1902:544).

Essa mesma revista, em dezembro de 1902, descreve um espaço para o armazenamento de livros no Grupo Escolar do Carmo: "salas bem ventiladas, com janellas de dimensões bastantes para a renovação do ar, saletas com cabides e lavatorios para uso dos alumnos, sala para archivo de livros e guarda de materiaes escolares" (ABPPSP,1902:957).

O decreto nº 1216 de 27 de abril de 1904 que aprova o regimento interno dos Grupos Escolares e das Escolas-Modelo nos fala da organização e função das bibliotecas:

> *Artigo 15. Cada grupo escholar e eschola modelo terá uma biblioteca, que se organizará de acordo com o artigo 10*[4]*, destinada á consulta dos professores.*
> *Artigo 16. Nessa bibliotheca haverá um catalogo e um livro de carga e descarga dos volumes retirados para consultas.*
> *Artigo 17. Os volumes retirados deverão ser restituidos dentro de oito dias.*
> [...] *Artigo 96. São deveres do porteiro: Ter sob sua guarda a bibliotheca, sendo responsavel pelo que constar do respectivo catalogo.* (SÃO PAULO, 1905:55)

O decreto nº 1253 de 28 de novembro de 1904 nos mostra que, por algum motivo que ainda nos escapa, a forma de utilização da biblioteca escolar é alterada, não sendo esta mais uma biblioteca circulante:

[4] Artigo 10: "Os livros e mais objectos destinados ao ensino preliminar serão os aprovvados e adoptados pelo Secretario do Interior e da Justiça, com exclusão de quaesquer outros".

> *Artigo 13. Cada grupo escholar terá uma biblioteca destinada á consulta dos professores.*
> *Artigo 14. Nessa bibliotheca haverá um catalogo, não podendo nenhum livro ser retirado sinão para consulta dentro do proprio estabelecimento".* (SÃO PAULO, 1905:156)

Gomes (1983) aponta que no período compreendido entre 1890/1919 foram criadas 59 bibliotecas, sendo 31 bibliotecas escolares, dessas 21 pertenceriam a escolas estaduais: 3 instaladas na capital e 18 no interior. A autora define biblioteca escolar como aquela "anexa a estabelecimentos de ensino de qualquer categoria abaixo de ensino superior e destinada principalmente aos respectivos professores e alunos" (GOMES, 1983:46).

Previstas em plantas arquitetônicas, em decretos e regulamentos governamentais, nos debates sobre a escola em revistas e jornais, as bibliotecas passariam a se configurar em espaços institucionalizados destinados à leitura e conservação de livros com uso e função específicos.

Os documentos pesquisados apontam que durante o período de 1890 a 1920, a biblioteca escolar se configurará principalmente como apoio ao professor, somente durante as décadas 1920 e 1930 o seu uso será ressignificado, atendendo a objetivos específicos de um modelo pedagógico pensado para a escola pública pela chamada "Escola Nova". No caso das bibliotecas das escolas primárias, a Escola Nova defenderá a reestruturação das mesmas para que seu acesso seja permitido também às crianças, deixando de ser um espaço de uso exclusivo do professor.

Os Estudos sobre Bibliotecas e Grupos e Escolares

Considerando que nossa pesquisa tem como objetivo estudar as bibliotecas escolares dos Grupos Escolares, entendendo esse objeto na sua especificidade, pois, embora seja uma biblioteca pública, seu acesso é pensado, principalmente, para professores e alunos, procuramos identificar trabalhos que considerassem a biblioteca escolar a partir dessa definição.

Em relação ao Brasil, constatou-se a quase inexistência de estudos sobre as bibliotecas escolares. Uma análise dessas bibliotecas é feita por Diana Gonçalves Vidal, mas, seus estudos referem-se essencialmente aos anos 1920 e 1930 (VIDAL, 1995, 2004).

Um trabalho levantado que trata de forma relevante as bibliotecas escolares dos anos de 1890 a 1920 é "Bibliotecas e Sociedade na Primeira República" elaborado por Sônia de Conti Gomes (1983). O objetivo da autora é relacionar a criação das bibliotecas aos

aspectos políticos e socioculturais da época. Porém, no que diz respeito às bibliotecas escolares, sua pesquisa pauta-se mais em dados quantitativos do que qualitativos.

Sobre os Grupos Escolares no Estado de São Paulo, um estudo abrangente é a tese de doutorado de Rosa Fátima de Souza (1996) "Templos de Civilização", o qual procurar analisar as origens e institucionalização desse modelo de escola no Estado de São Paulo.

Recentemente foi publicada a obra coordenada por Diana Gonçalves Vidal (2006) "Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)", que apresenta pesquisas acerca desses Grupos em diferentes Estados.

Entretanto, nenhuma dessas obras aponta para investigações específicas sobre as bibliotecas existentes nos Grupos escolares, seja no Estado de São Paulo ou em outros Estados do Brasil.

Fontes e Referencial Teórico

A pesquisa está sendo feita a partir de fontes documentais impressas e manuscritas do Arquivo do Estado de São Paulo compreendendo o período de 1890 a 1920. Essa documentação é composta por leis, decretos, relatórios, ofícios, requerimentos, projetos e regulamentações, os quais abarcam temas como grupos escolares, bibliotecas, professores do Ensino Primário, livros didáticos, inspetores e diretores escolares.

Outro conjunto de documentos em processo de investigação é o de periódicos referentes à educação, as revistas "A Eschola Publica" (1893-1897) e "Revista de Ensino" (1902-1919), e os jornais existentes na época: "O Correio Paulistano" e "O Estado de São Paulo [A Província de São Paulo]".

Essa documentação levantada permite a análise de dados referentes às bibliotecas escolares como número de escolares que possuem bibliotecas, quantidade de livros adquiridos e importância dos acervos.

A fundamentação teórica que embasa a pesquisa empírica e a análise das fontes impressas e manuscritas parte da abordagem historiográfica identificada como História Cultural. No Brasil, os estudos em História e em História da Educação marcadamente influenciados pela História Cultural[5] surgem nos anos 1990, referenciados principalmente por Roger Chartier e Robert Darnton, e no caso da educação, também por autores como Dominique Julia, Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (FONSECA, 2003).

Para Chartier (1990), a História Cultural "tem como principal objetivo identificar

[5] A respeito da problemática entre História da Educação e História Cultural, ver Frago (1995) e Fonseca (2003).

como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990:16-17).

Uma das vertentes da História Cultural é a História da Leitura, que se volta para os estudos da história do livro, dos leitores, das edições, das culturas escrita e oral, objetivando compreender os modos de ler, as representações, as práticas e os sentidos da leitura em diferentes contextos de recepção. Para uma História da Leitura é necessário determinar quem, o quê, como, onde, quando e o porquê se lê. (DARNTON, 1990; MARTINEZ, 2003)

Dentro dessa perspectiva, uma parcela importante da História da Leitura é a análise de bibliotecas, privadas ou públicas (FRAGO, 1989), pois como colocado por Darnton (1990): "como o historiador do livro poderia negligenciar a história das bibliotecas?" (DARTON, 1990: 111).

Acreditamos que a partir dessas fontes e desse referencial teórico a pesquisa permitirá o entendimento da instituição e manutenção de bibliotecas nos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, colaborando para o estudo das instituições escolares, para a análise do cotidiano escolar e contribuindo para o debate sobre as bibliotecas atuais.

Referências Bibliográficas

ABPPSP. Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de S. Paulo. **Revista de Ensino**. nos. 3 e 5. São Paulo: Typographia do Diario Official, ago/dez 1902.

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

_____ e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). **Cultura letrada no Brasil: Objetos e Práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

CALDEIRA, Paulo da Terra. *O Espaço Físico da Biblioteca*. IN: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al*. **A Biblioteca Escolar. Temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Pp. 47-49.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e Outros Ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. *Reformas da Instrução Pública*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Pp. 225-251.

_____ e VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Biblioteca e Formação Docente. Percursos de Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão, MELLO, Mirela Geiger de, NEVES, Helia Maria Vendramini. **Arquitetura Escolar Paulista. 1890-1920**. São Paulo: FDE, 1991.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi. **A Escola na República Velha. Expansão do Ensino Primário em São Paulo**. São Paulo: EDEC, 1983.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ESCOBAR, Carlos *et al. Plano Oferecido ao Governo para a Reorganização do Ensino Popular*. IN: **Jornal A Província de São Paulo**. Datado de 23/11/1889.

FONSECA, Thaís Lima de Nívia. *História da Educação e História Cultural.* IN: _____ e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntinca, 2003. Pp. 49-75.

FRAGO, Antonio Vinão. *A la Cultura por la Lectura. Las Bibliotecas Populares (1869-1885).* In: GUEREÑA, Jean-Louis, TIANA, Alejandro (eds.). **Clases Populares, Cultura, Educación. Siglos XIX-XX. Coloquio Hispano-francés.** Madrid: Casa de Velázquez/UNED, 1989. Pp. 301-335.

_____. *Historia de la Educación y Historia Cultural: Posibilidades, Problemas, Cuestiones.* IN: **Revista Brasileira de Educação**. nº 0. São Paulo: ANPED, set-dez 1995. Pp: 63-82.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como Objeto Histórico*. IN: **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1. São Paulo: SBHE, jan-jun 2001. Pp. 9-43.

MACEDO, Neusa Dias de. **Biblioteca Escolar Brasileira**. São Paulo: Senac, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINEZ, Jesús A. *Historia de la Cultura e Historia de la Lectura en la Historiografia*. IN: **Revista Ayer**. v. 52. Madrid: Marcial Pons, 2003. Pp. 283-294.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e Poder Público na Cidade de São Paulo: 1889-1954*. In: Porta, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo. A Cidade na Primeira Metade do Século XX**. Vol.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Pp. 15-51.

SÃO PAULO. **Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo**. Manuscrito. 1892.

_____. *Decreto 1216 de 27 de abril de 1904 e Decreto 1253 de 28 de novembro de 1904*. IN: **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1904**. São Paulo: Diário Oficial, 1905.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Um Palácio de Livros nos Trópicos: Metáforas, Projetos e Concretizações.* IN: **Projeto História**. nº 26. São Paulo: EDUC, 2003. Pp.93-115.

_____. *Das Ficções no Arquivo: Ordem dos Livros e Práticas da Leitura na Biblioteca Pública e Nacional do Rio de Janeiro.* In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. Pp. 273-312.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: Um Estudo sobre a Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910).** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 1996.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O Exercício Disciplinado do Olhar: Livros, Leituras e Práticas de Formação Docente (Instituto de Educação, 1932-1937)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 1995.

_____. *Bibliotecas Escolares: Experiências Escolanovistas nos anos de 1920-1930*. In: MENEZES, Maria Cristina de (org.). **Educação, Memória, História. Possibilidades, Leituras.** Campinas: Mercado de Letras, 2004. Pp. 187-211.

_____ (org.). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Primeira Infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Espaço e Educação. Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fotografia e Patrimônio: Memórias da Folia - Itabuna-BA

Janete Ruiz de Macedo[1]

Resumo: Partindo do reconhecimento da fotografia como fonte/documento, pretendo realizar uma rápida discussão quanto ao seu caráter no que diz respeito à memória e ao patrimônio tendo como pano de fundo um bem intangível, as festas carnavalescas ocorridas na cidade de Itabuna/Ba
Palavras-Chave: Fotografia, Patrimônio, Carnaval

Abstract: Leaving of the recognition of the photograph as source/document, I intend to carry through a fast quarrel how much to its character in what it says respect to the memory and the patrimony having as deep cloth of a intangible good the occured carnavalescas parties in the city of Itabuna/Ba
KeyWords: Photograph, Patrimony, Carnival

A ampliação do conceito de fontes descortinou um amplo espectro para a produção, no campo da História e da Historiografia, essa amplificação de possibilidades investigativas gerou como conseqüência a necessidade de reflexão e problematização dos variados caminhos a serem trilhados. Fabris (1998:.217-224) afirma que uma dessas possibilidades é o trabalho com fontes imagéticas que traz, subjacente aos procedimentos de levantamento de documentos e sua análise, a urgência da discussão de suas especificidades materiais, funções e a própria redefinição do conceito de imagem. Se as imagens visuais ainda não alcançaram o mesmo estatuto do texto escrito, necessário se faz, observá-las como um *diferente*, como um interlocutor privilegiado do texto escrito, compartilhado no texto cultural, com suas especificidades materiais e formais e história própria. Seriam os indícios históricos referentes, presentes nas imagens, necessários, mas não suficientes para a pesquisa de caráter histórico?

Jacques Le Goff, (1994:.535-549).afirma que mesmo as imagens produzidas como documentos ilustrativos podem ser problematizadas enquanto documentos Benjamin nos fala da *aura* e da capacidade da fotografia de *desauratização*. A fotografia, em sua possibilidade infinita de reprodução, aproxima-nos de tal maneira o objeto fotografado, que impede o movimento de distância e acercamento, necessário para a instauração da relação *aurática*. Para Benjamin, a *aura – "figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a*

[1] Doutora em História pela Universidade de Leon- Espanha. Professora titular da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus/Bahia

aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja" (BENJAMIN, 1994: 170) – é quase impossível na modernidade.

. Talvez a pesquisa histórica a partir de imagens encontre sua fertilidade desenvolvida na relação entre este silêncio afirmativo e a polifonia dos discursos escritos, sonoros, arquitetônicos, ou orais compartilhantes da mesma trama em que se insere: alguns tão próximos que funcionam quase como comentário, outros tão distantes, escolhidos pelo faro do historiador. No caso das imagens – como de outros textos – a hipótese é a de que a trama não seja apenas bidimensional, mas que possamos ler as formas em sua diacronicidade.

. Fontes, (1989:151) afirma que um problema a ser discutido é o discurso do real fotográfico, Kossoy, (1989:37) centra suas discussões nas diversas realidades contidas pela fotografia, Guran, (1992:10), na sua característica eminentemente sensorial e sensitiva, Paiva, (2002:19) aponta a perspectiva de a imagem ser uma "espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente", Bittencourt, (1994:236) focaliza a leitura das imagens "fotografias não são decodificadas como uma linguagem, elas são interpretadas criativamente", enquanto Koury, (1998) afirma a independência do documento imagético apresentando a concepção de que"a foto torna-se o referente de si mesma" E por fim não poderíamos deixar de registrar o pensamento de Camargo, (1999:.33), as imagens fotográficas são antes de tudo "objetos culturais autônomos" Essas discussões trazem elementos significativos para o avanço dos estudos históricos que utilizam as imagens como fonte/documento. Borges em seu artigo "História e Fotografia" afirma que historicamente o boom da pesquisa na área imagética vem na esteira do movimento de questionamento de paradigmas em que o pensamento pós-moderno relativiza a tradição materialista

Temos verdadeira fascinação pelas imagens. Desde muito antes da fotografia, a humanidade sente a necessidade e o prazer de registrar a beleza da natureza, os momentos familiares, sociais e políticos em pinturas, as quais revelam verdadeiras preciosidades. O advento da fotografia, no século XIX, ampliou e democratizou essa possibilidade de eternizar momentos e espaços. Inaugurou um novo esforço de modernidade, graças à sua capacidade de abstração das diferenças locais em prol da universalização, e por tanto, fomentadora de modelos passíveis de disseminação, formatadores de memória, de documentos e de história Na contemporaneidade só vimos aprofundar a preponderância do visual na vida urbana, advento detectado por Simmel e Benjamin, agora apoiada por meios eletrônicos de produção e reprodução de imagens, assim como por instrumentos de interferência nessas imagens, elas

ocupam, com seus diferentes meios de produção, com diferentes funções, todo o espectro da cultura.

A fotografia como tecnologia fundou novos modelos de percepção e novas formas de subjetivação tendo efeito nas relações espaciais e temporais, somente depois do advento da fotografia e que o homem teve a chance de ver-se ontem, quando criança e observar com base materiais como o tempo passa através de si. Foi no âmbito do privado que a fotografia avançou e se consolidou como um importante elemento da nossa memória desde as primeiras imagens com a câmera escura até as máquinas de filmes, passando pelos lambe-lambes, que engrandeciam as praças e esquinas de nossas cidades. Esses registros, muitas vezes já amarelados pelo tempo, bem ou mal guardados, consubstanciam uma espécie de memória histórica do nosso cotidiano. As fotografias revelam fragmentos do que foi vivido e apresentam aquilo que queremos guardar da gente e que pensamos em mostrar para os outros. A fotografia serve, então, como suporte da memória, não de como aconteceu de fato e, sim, como um ponto de onde se sai para reconstruir a história que ela ajuda a contar. "A vida não é a que a gente viveu, mas a que a gente lembra, e como lembra dela pode contá-la", diz o escritor Gabriel Garcia Márquez (apud Izquierdo, 2004:59)

As imagens produzidas com câmeras fotográficas são momentos de intersecção, um ponto de fim e de início. Às vezes a fotografia traz mais do que se podia esperar. Não somente registra fragmentos do mundo, mas pode recolher o gesto revelador, a expressão, o lugar. A nossa experiência de fugacidade nos impulsiona a fotografar nossas vidas e as de nossos entes queridos. Assim, vamos criando o universo de imagens que resistirão a nós mesmos. Fotografamos para recordar, para tornar a habitar esse lugar em que sabemos quem somos.

J

ohn Berger em seu trabalho *Mirar* compara a memória com a fotografia. Aponta que antes da invenção da câmara não existia nada que pudesse manter "intactas as aparências". Essa função era cumprida somente pela memória dos homens. Pontua, entretanto que se faz necessário apontar as diferenças: "as fotografias não conservam em si mesmas significado algum. Oferecem aparências privadas de seu significado" (BERGER, 1998:45). Susan Sontag é mais categórica em sua analise "as fotografias por si mesmas são incapazes de explicar coisa alguma, a rigor nunca se compreende nada graças à fotografia. Mediante a fotografia o mundo se transforma em uma série de partículas desconexas e independentes" (SOTANG,1981:105) Para significar, para dar um sentido, para explicar as relações, é necessária a narração, o encadeamento. Mas as fotografias são apenas instantes. Nelas, todo

tempo se encontra obstruído. Para Kossoy (1998), as imagens fotográficas de outras épocas, apresentadas e vistas isoladamente ou em conjunto, para serem interpretadas necessitam de um exercício de reconstituição mental que envolve uma "sucessão de construções imaginárias" (p. 41). Uma vez que há a recriação de realidades, poderíamos inferir a proximidade com o aspecto ficcional. Para lê-las precisamos descontrui-las em um processo que envolve imaginação e sentimentos em um movimento muito peculiar, particular, que envolve, principalmente, o afeto. As inúmeras leituras e representações possíveis realimentam o imaginário em um processo sucessivo e interminável de construção e reconstrução de realidades. Nas palavras de Maria E.Dantas

> *"entre o leitor, a fotografia e o autor há um campo de intencionalidade impossível de ser registrado, mas que impregna o acontecimento (...) Assim, o que emerge é resultado da impossibilidade de redução, sendo sempre o espaço reservado a criação que alimentam e reciclam leituras do mundo" (DANTAS, 1999)*

Faz mister distinguir quanto a esse aspecto as fotografias de uso no âmbito privado e público. Na fotografia pública o instante prevalece sobre a continuidade, oferece a quem olha, apenas uma informação, uma cena deslocada do seu contexto e distanciada da experiência do apreciador ou pesquisador São fotografias empurradas, arrastadas, separadas da continuidade da memória viva dos membros do grupo para o mundo social de imagens fragmentadas, desconexas. Em contraposto às fotografias privadas são apreciadas e lidas em um contexto de continuidade, elas apesar de representarem apenas instantes selecionados do vividos permanecem ligadas ao significado do qual foram separadas, evoca a lembrança do acontecimento familiar, sem substituí-lo.

Para se avançar no que poderíamos intitular de uma História da Visualidade e necessário utilizar como método “a imaginação e os sentimentos como campos que tecem o itinerário argumentativo do conhecimento” visto que “ "a memória contida nos dados materiais só é passível de ser acionada quando permite que uma rede de sentidos - olhar, desejos, emoção - possam vir à tona borrando a exatidão disponível na fotografia" (Dantas, 1999).

Fotografia e Patrimônio

O termo patrimônio se referia apenas a um conceito legal relacionado com o conjunto de bens e direitos que uma pessoa ou instituição possuía. A essa noção tradicional e economicista de patrimônio agregou-se os termos histórico, artístico, arqueológico,

documental, enfim bens materiais que seriam produto da cultura de um povo. E ao incorporar a palavra "**cultural**", passou a designar um conjunto de referencias que inclui aspectos que podem ser tangível ou intangível, englobando, portanto elementos além da mera materialidade, como festas folclóricas e religiosas, técnicas de artesanato e outras manifestações culturais.

Nesse artigo estaremos trabalhando um bem cultural intangível através do patrimônio documental. A maior parte dos bens patrimoniais estão impregnados de valor afetivo, simbólico e alguns, dado a sua fonte produtora, como por exemplo, uma fotografia, uma carta, um objeto; são classificados de bens de interesse individual que podem ser considerados patrimônio sentimental.

Buscamos através de um conjunto documental fotográfico, recolhidos pelo Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz,a reconstituição das festas carnavalescas, estando ciente de que a fotografia é uma construção imaginária fruto de um contexto particular, momentos daqueles personagens que estão retratados, mas que sob o olhar do historiador transformam-se em fontes, na égide do arquivista um patrimônio documental a conservar e preservar e para comunidade local patrimônio cultural,referencia da seu modo de brincar e viver

A festa e Imagens da festa

As festas populares são rituais e, assim sendo consistem em momentos especiais de convivência social, São momentos diferenciados, pontuados pela alegria, chegando ao júbilo; esse estado de êxtase propicia a quebra de barreiras levando a aproximação dos indivíduos. Trazem também uma nuance transgressiva, onde os excessos são fundamentais. Canclini,(2000:.55) afirma que a "A festa sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, a sua organização econômica e suas estruturas culturais, as suas relações políticas e as propostas de mudanças" ().

O Carnaval é a festa popular brasileira mais famosa em todo o mundo. A origem mais provável de seu aparecimento por aqui, é o entrudo português, que aglutinava várias brincadeiras, muitas delas gerando violência. Porém, o mais comum eram as pessoas atirando água, farinha, ovos podres e fuligem umas nas outras. Combatido como jogo selvagem, o entrudo prevaleceu até aparecerem elementos de brincar menos agressivos, como o confete, a serpentina e o lança-perfume. Daí em diante, através dos tempos, o carnaval foi inovando.

Ainda em meados do século XIX, grupos de foliões começaram a tocar bumbos e tambores, fazendo arruaças e muito barulho a partir das 22 horas do sábado. Essa iniciativa ficou conhecida como "Bloco do Zé Pereira".

No Brasil os primeiros bailes de Carnaval surgiram por volta de 1840 e eram animados por canções portuguesas, sobretudo as quadrilhas e as chamadas chanças lusitanas Em 1870, surgiu uma música tipicamente brasileira, o maxixe. Nesse ano, o povo cantou a primeira música carnavalesca do país: "Viva Zé Pereira".

Muitos ritmos animaram os carnavais do passado,. Entre os grandes compositores de músicas carnavalescas do passado, podem ser citados Chiquinha Gonzaga, Noel Rosa, Ari Barroso, Lamartine Babo e Pixinguinha. Várias dessas canções certamente foram entoadas pelos "Turunas" grupo musical fundado em 1922 por João Natal e que animou durante três décadas os foliões da cidade de Itabuna, seja nas ruas ou nas residências.

Imagem I Cordão ou clube "O Mangangá " dirigido Sr. Juvenil Almeida, esteve presente no carnaval itabunense no período de 1926 a 1939. Acervo CEDOC/UESC

Apesar do estrondoso sucesso dos bailes de salão, foi na esfera popular que o carnaval adquiriu formas genuinamente brasileira. Nas ruas para a comemoração do carnaval: apareciam então os blocos e cordões. Dentre as agremiações que marcaram e ainda se faz presente no carnaval itabunense destaca-se o Bloco "Maria Rosa". Os velhos e os moços aguardavam com ansiedade a passagem do bloco formado por rapazes transvestidos, com suas gritarias estridentes, suas fantasias, tintilitar de guizos e o soar dos tamancos causando delírio e surpresa.

Imagem II Bloco Maria Rosa, década de trinta. Acervo CEDOC/UESC

A classe média invade as ruas com os desfiles de carros alegóricos. Em Itabuna os desfiles de caminhões ou carros sem capota, adornados, conduziam famílias ou grupos de carnavalescos dispostos a brincar com os pedestres ou com os ocupantes de outros veículos. O confete, a serpentina e o lança-perfume eram muito utilizados pelos animados foliões. Muitos motivos inspiravam os foliões no enfeite dos seus carros,

Imagem III - Desfile de carros alegóricos, em primeiro plano o carro "Sonho Indiano", em seguida o " Paisagem Holandesa"

Nos clubes e teatros, foram surgindo competições entre os grupos e famílias que ostentavam fantasias formando animados blocos carnavalescos. Esses grupos poderiam ser formados apenas de moças ou rapazes e em outras oportunidades se apresentam com

elementos de ambos os sexos. Eles estavam presentes no Grapiuna Tênis Clube, no Itabuna Sport Clube entre outros clubes sociais existente na cidade.

Imagem IV Grupo carnavalesco "As Ciganas", 1949. Acervo Museu Casa Verde/Itabuna

Os bailes à fantasia revestiam-se de mais brilho proporcionando maior vibração aos clubes. Em Itabuna nas décadas de sessenta e setenta os concursos de fantasia e máscaras movimentavam os foliões nos clubes sociais da cidade.

Imagem V Concurso de Máscaras promovido pelo Lord Hotel na década de sessenta. Acervo CEDOC/UESC

Em 1950 os carnavalescos soteropolitanos foram surpreendidos por uma novidade, era um calhambeque Ford T1929, equipado por dois alto-falantes. O dono do carro, Osmar Macedo, e seu amigo, Adolfo do Nascimento, ambos já falecidos, tocavam frevos de Pernambuco com guitarra, baixo e bateria. Batizado mais tarde de Trio Elétrico, a novidade se espalha por toda Bahia ao ponto de ser considerado símbolo identitário do carnaval baiano. Incorporando essa nova forma de brincar os festejos carnavalescos itabunense foram amimados por vários trios elétricos, destacando-se "O Tocantins" que foi presença constante década de sessenta.

Imagem VI Trio elétrico "Tocantins" na Praça Adami,centro principal dos festejos carnavalescos na década de sessenta.

E como não poderia deixar de acontecer o samba encontra seu espaço, apesar de nunca ganhar a expressividade e a perenidade dos blocos

A coleção composta por quarenta e cinco fotografias com suas irradiações de sentidos nos permitiu reconstituir vivências do passado, pois como diz Roland Barthes (1984), a fotografia é uma prova de sua presença. O sabor e a fruição de velhos carnavais chegaram até nós através das imagens – fotografia é instrumento de religação e memória.

Que possamos ser auxiliados na reconfiguração da nossa identidade a partir da resistência arregimentada pelo fotografo. Que venha a lembrança no lugar do esquecimento, que venha a espontaneidade no lugar da masterização, que Itabuna possa vazar através de algumas imagens.

Referências

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
BENJAMIN, W.. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
BERGER, John **Mirar,** Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1998.
BITTENCOURT, Luciana Aguiar. *Algumas considerações sobre o uso do imagem fotográfica na pesquisa antropológic*a, In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam Moreira (org). **Desafios da Imagem.** Campinas: Papirus,1998.
CANCLINI,Nestor Garcia **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo:EDUSP,2000
DANTAS, Maria Eugênia**. Educação-fotografia:** impressões e sentidos. Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999. Disponível em http://www.anped.org.br/0209t.htm - Acesso em 10 março de 2001.
FABRIS, Annateresa (org).. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
_____. *Redefinindo o conceito de imagem*. In ***Revista Brasileira de História.*** São Paulo, 1998,.v.18, nº 35, p.217-224.
GURAN. Milton. **Linguagem Fotográfica e Informação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
IZQUIERDO, I. **A arte de esquecer**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.
KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Atica, 1989.
_____. *Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia.* In: SAMAIN, E. (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998.
KOURY, Mauro Guilherme. *Fotografia: realidade ou ilusão*. **Revista Política & Trabalho,** João Pessoa, 1998. Disponível em http://www.geocites.com/CollegePark/Library/8429/13-koury.html - Acesso em 02 de março de 2007.
LE GOFF, Jacques**. História e Memória**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP. 1994
SONTAG,Susan .**Sobre la Fotografía**, Barcelona:Editorial Edhasa, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Percursos e percalços no cerrado mato-grossense: memórias sobre a cooperativa e a migração – Lucas do Rio Verde – MT (1981- 1987)

Sandro Aparecido Lima dos Santos*

Resumo: Este trabalho aborda o deslocamento de um grupo de famílias da região Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo que, na década de 1980, migraram para a Gleba de Lucas do Rio Verde – MT em busca de condições para adquirir ou ampliar propriedades fundiárias e reproduzirem-se enquanto agricultores, organizando-se na Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS). Para tanto, realizamos pesquisas nos arquivos da cooperativa e em órgãos públicos (INTERMAT, INCRA, Banco do Brasil e cartórios) e recorremos à construção de fontes orais com depoimentos das famílias que vivem na cidade de Lucas do Rio Verde. Obtivemos a memória e o significado deste deslocamento e da permanência.
Palavras-chave: migração, memória e história oral.

Abstract: This work approaches the displacement of a group of families of the region West and Southwest of the State of São Paulo that, in the decade of 1980, they had been changed for the Soil of Lucas do Rio Verde- MT in search of conditions to acquire or to extend real properties and to multiply while agriculturists, organizing itself in the Mixing Farming Cooperative of Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS). For in such a way, we carry through research in the archives of the cooperative and public agencies (INTERMAT, INCRA, Bank of Brazil and notary's offices) and appeal to the construction of verbal sources with depositions of the families who live in the city of Lucas do Rio Verde. We got the memory and the meaning of this displacement and of the permanence.
Keywords: migration, memory and oral history.

1) CONSIDERAÇÕES INICIAIS: MIGRAÇÃO RECENTE E FONTES ORAIS

Na década de 1960, um conjunto de políticas definidas e articuladas pelo Governo Federal desencadeou a migração de homens e mulheres das áreas mais densamente povoadas, sobretudo das regiões Sudeste, Sul e Nordeste para os supostos "vazios demográficos" identificados nas Regiões Norte e Centro-Oeste do país.

No Estado de Mato Grosso, a ocupação mais intensiva através dos projetos de colonização oficiais capitaneados pelos governos federal ou estadual e das colonizações

* O autor é mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Cuiabá e professor da área de Sociologia e Ciência Política dos cursos de graduação da UNED – União do Ensino Superior de Diamantino - MT

realizadas por empresas privadas ocorre entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo Cardoso e Muller (1977) a colonização dirigida para a área identificada como Amazônia Legal, pode ser entendida:

> *como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a 'pressão' demográfica em certas áreas do país. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade.* (CARDOSO & MULLER, 1977:141).

Nesse contexto mais amplo, o objeto de nossa pesquisa foi o deslocamento de um grupo de famílias, originariamente estabelecidas na região oeste e sudoeste do Estado de São Paulo, que se mudaram para a Gleba de Lucas do Rio Verde, entre 1982 e 1984, em busca da realização de condições para se reproduzirem enquanto agricultores organizados em cooperativa.

A reconstituição da trajetória desses migrantes foi feita a partir de fontes orais com depoimentos coletados junto aos mesmos. Este tipo de trabalho ofereceu a oportunidade de inclusão de variados informantes cujas falas puderam ser intercruzadas, favorecendo a constituição de uma trama no qual diferentes pontos de vista podem estar enredados. "A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muita maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original dos pontos de vista" (THOMPSON, 1992: 25-26).

A memória construída pelo depoente está permeada de inferências subjetivas como interesses, frustrações, interesses, dilemas, resignações, crenças que compõem representações que colocam ao historiador a tarefa de sua interpretação. Os homens e mulheres que narraram suas lembranças modularam suas falas conforme suas representações, nos interessando compreender as circunstâncias e experiências que modularam o conteúdo e a forma de suas falas, como instruem Fernandes e Montenegro na citação que encerra essas considerações iniciais:

> *no entanto, o fascínio que despertam alguns depoimentos, pelo que reconstroem de vivências, experiências e acontecimentos, muitas vezes completamente desconhecidos não devem fazer com que esqueçamos a especificidade do nosso oficio de pesquisador. Este se define a partir da análise que transcende a informação obtida através do documento oral, devendo produzir conhecimento que possa oferecer outra compreensão ao que está dado, ao que é dito, ao que está estabelecido como verdade.* (MONTENEGRO & FERNANDES, 2001:08).

2) A EXPERIÊNCIA ANTERIOR, AS DIFICULDADES PARA PERMANÊNCIA E A EXPECTATIVAS DA MIGRAÇÃO:

Algumas experiências e interesses comuns a estas famílias migrantes, antes mesmo de seu deslocamento para a Gleba de Lucas do Rio Verde, podem ser identificados, sem pretensões de uniformização ou homogeneização dessas trajetórias.

Entre as famílias migrantes estavam holandeses, suíços e descendentes destes pertencentes às Holambras, I e II e, que por essa trajetória específica, tinham interesses próximos e contatos mais recorrentes, bem como figuravam, também, os lavradores arrendatários, os empregados rurais, os meeiros ou pequenos proprietários rurais estabelecidos nas proximidades dos municípios de Avaré e de Paranapanema nas vizinhanças da Holambra II.

Além dos laços de vizinhança decorrentes da proximidade geográfica em sua área de origem e das relações de parentesco existentes entre algumas dessas famílias, as mesmas partilhavam em comum algumas experiências e expectativas relacionadas com a insuficiência da área agrícola disponível e a dificuldade em adquirir ou ampliar esta naquela região do interior de São Paulo; com o desejo e/ou a necessidade ampliar seu patrimônio e a experiência e com a disposição para o trabalho de cultivo da terra como informa o depoimento a seguir:

> *A idéia de adquirir terras no Mato Grosso foi através de um grupo... Aí, o objetivo era adquiri terra, mesmo, no Mato Grosso. Só que nós não sabíamos nada de Mato Grosso. ...A gente tava, meio assim, entrando sem saber no que estava entrando... Mas, adquirir terra...Este era o objetivo nosso.*[1]

A dificuldade em sanar financiamentos passados, a insegurança quanto a garantia de outros financiamentos e o receio pelo futuro das famílias comprometiam a reprodução da sua condição de agricultores no Estado de São Paulo e a procura de outros destinos possíveis com a possibilidade de migração tornou-se presente nas conversas das famílias de Holambra e do Paranapanema:

> *Muitas vezes nós nos encontrávamos com os pais, com os outros irmãos e conversava sobre as dificuldades que existia na época, principalmente na área agrícola. (...) Daí surgiu muitas vezes a idéia: Vamos vender tudo? Vamos vender tudo e começar de novo? Vender, talvez, um trator ou dois e vamos começar uma vida nova.* [2]

A predisposição em liquidar parte do patrimônio para financiamento de uma "vida nova", de um recomeço em outro lugar, configurou-se como uma alternativa para essas

[1] Depoimento do Sr. Paulo Vieira
[2] Depoimento do Sr. Niklauss Huber.

famílias, sendo que a constituição de uma cooperativa foi a estratégia que congregou este grupo.

3) A AFINIDADE DE INTERESSES, O MODELO DE COOPERATIVA E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO MATOGROSSENSE.

Antes da constituição da cooperativa ocorrida em 1981, as famílias interessadas estavam organizadas em torno sob a forma de um "*grupo de interessados"* formado nos final dos anos de 1970 e com uma diretoria financiada com as contribuições desses interessados e encarregada de pesquisar áreas que pudessem estar disponíveis para ocupação, desde que "que fossem terras do governo, que fossem terras assim, devolutas para que a gente pudesse achar um jeito de ocupar essas terras de maneira calma e sem ter conflito e que houvesse reconhecimento oficial da ocupação"[3]. A Gleba de Lucas do Rio Verde foi escolhida devido ao pequeno número de posseiros, o que atendia a uma das prerrogativas do *grupo de interessados* que não queria arriscar-se em uma área com um histórico de ocupação que pusesse em risco os investimentos.

O modelo de cooperativa que inspirava o grupo de interessados era bastante próximo as Holambras. Niklauss Huber narrou que enquanto aguardavam a legalização do projeto o grupo ia elaborando os estatutos da nova entidade que era

> *... para ter bastante espírito comunitário, espírito social e que fosse envolvido tudo que os ser humanos precisa: aspecto religioso, social, escolar, saúde e que isso não fosse esquecido. Mesmo que a cooperativa não pudesse assumir, mas que não fosse esquecido. E, também, foi levado em bastante consideração que a cooperativa não pudesse crescer demais em matéria de número de associados ou pelo menos em área e que abrangeria, pra evitar que perdesse o verdadeiro espírito cooperativista, porque quando a cooperativa fica muito grande, começa a delegar tudo às autoridades, à diretoria e o associado, que é o primeiro interessado, fica muito distante.* [4]

Ainda que a direção da Holambra II estivesse desvinculada do projeto do grupo de interessados, esta cooperativa foi a inspiração do modelo desejado porque era bem-sucedido até aquele momento, sendo conhecida pelos que haviam vivido ali ou em sua vizinhanças.

Contudo, para muitos membros do grupo de interessados o espaço mato-grossense era um tipo de território hostil repleto de perigos e esta representação acabou desestimulando alguns interessados, conforme Paulo Vieira informou em seu depoimento:

> *"A gente chegava ao vizinho lá, que tinha um tratorzinho, plantava dez alqueires, coisinha assim né. – Vão pro Mato Grosso cara? Lá é bom, nós vamos expandir a lavoura, vamos cobrir bastante roça. O cara olhava e falava:*

[3] Depoimento do Sr. Niklauss Huber.
[4] Depoimento do Sr. Niklauss Huber.

> *vocês estão com vontade de passar fome no mundo? Eu não vou não! Aqui eu estou vivendo bem, porque eu vou para o Mato Grosso? Chegava no outro lá, que tinha outro tratorzinho, plantava dez, vinte alqueires. Claro, plantava bem, colhia bem. Só que era dez alqueires, pouquinha coisa. Vamos para o Mato Grosso, fulano?... não, não posso ir não porque minha família não quer ir, lá é muito feio, lá tem gente que mata, lá tem bandido, lá tem índio, lá tem onça.*

Como afirma Martins "no Brasil para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade de fronteira, a fronteira aparece freqüentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela está o não humano, o natural, o animal." (MARTINS, 1997:163).

4) A RELAÇÃO COM O INCRA, A INTERAÇÃO COM POSSEIROS E ASSENTADOS E A REFORMULAÇÃO DOS PLANOS.

Segundo Cardoso e Muller em obra de 1972

> *"o INCRA tem como objetivos principais a realização da reforma agrária no Brasil, a promoção da colonização particular e a execução da colonização oficial e do desenvolvimento no campo, através do cooperativismo e da eletrificação rural (...) desde 1971 foi possibilitada à iniciativa privada a implantação de projetos de colonização em áreas considerada prioritárias para a reforma agrária e nas terras devolutas da União, mas somente para projetos aprovados pelo INCRA"* (CARDOSO & MULLER, 1972:122).

Contudo, a compatibilidade entre os objetivos do grupo de interessados e os do Incra, que já havia discriminado a Gleba de Lucas do Rio Verde para fins de colonização, não aceleraram a efetivação do projeto. Enquanto isso, um número maior de posseiros chegava a região.

Outra ameaça à obtenção dessas terras pelo grupo de interessados é narrado por Niklauss Huber e Cristiano Kurmann que lembram da surpresa quando um telejornal divulgou uma notícia referente aos acampados da Encruzilhada Natalino:

> *E, então, numa noite resolveram anunciar num jornal, num noticiário de televisão, de que o pessoal dos sem-terra que estava acampado no Rio Grande do Sul, lá na Encruzilhada Natalino seria assentado aqui em Lucas do Rio Verde. E pra nós, nós fomos pegos completamente de surpresa, porque não sabíamos nada... que estava sendo armado alguma coisa neste sentido, senão nós estaríamos armando tudo, preparando tudo para que nós pudéssemos ter esta área destacando para nosso grupo uma área pra duzentas famílias ou, talvez, duzentas pessoas que nem todos eram casados... eu não me lembro, e fomos todos pegos completamente de surpresa. (...).* [5]

Após contato telefônico com a unidade do INCRA em Brasília "ficou claro que esse pessoal do Rio Grande do Sul, seria assentado aqui, mas nós entraríamos de carona.

[5] Depoimento do Sr. Niklauss Huber.

Inclusive ficaria mais fácil. O pessoal do Incra falou: Vocês já estão esperando tanto tempo, vocês vão se encaixar nesse projeto do INCRA e fica mais fácil.”.

O projeto da COOPERLUCAS foi desenvolvido incorporando alterações em relação à concepção original. Entre estas alterações estavam a redução da área destinada à COOPERLUCAS e a redução do tamanho dos lotes particulares, o deslocamento da área original pretendida para mais de 35 km de distância da BR 163 que implicaria isolamento e dificuldades para o escoamento da produção e para o desenvolvimento de um núcleo urbano (sendo este último uma intenção ausente na Ata de Criação, mas confirmada por diversos depoentes que citaram inclusive o nome da futura cidade: Bell Rios. [6]), a inclusão gradativa dos assentados como associados da cooperativa enquanto imposição do INCRA para a regularização do projeto e a responsabilização da cooperativa pela saúde e educação tanto dos cooperados, quanto dos assentados do INCRA.

As alterações citadas figuraram como um risco para alguns interessados particularmente para os holandeses, suíços e seus descendentes, acostumados ao convívio em uma colônia fechada e que foram desestimulados com estas mudanças.

O Pacto de Ação Conjunta entre o INCRA e o grupo de interessados - agora reunidos sob a pessoa jurídica da COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde Ltda. foi firmado e a Ata de Criação foi registrada no Cartório de Diamantino em 22 de dezembro de 1981.

Os assentados, além de vizinhos representavam uma redefinição das estratégias de deslocamento desses homens e mulheres. Lembrando Martins, a fronteira se caracteriza por uma situação de conflito e, “nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, é isso que faz dela uma realidade singular... mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.” (MARTINS,1997:151).

5) A MUDANÇA, AS DIFICULDADES INICIAIS E A REFORMULAÇÃO DO COTIDIANO DOMÉSTICO.

Alguns associados migraram antes com a incumbência de garantir condições mínimas para a instalação dos demais familiares: a identificação e a abertura do lote, a construção de um barraco, a escavação de um poço. Contudo, as informações passadas pelos

[6] Depoimento do Sr. James Elton Rowe.

associados que haviam estado na gleba antes não foram suficientes para formar um quadro das dificuldades a serem enfrentadas. Os sentimentos despertados pela chegada ao novo endereço envolviam surpresa como no depoimento de Paulo Vieira que afirma "claro, quando nós chegamos aqui em Lucas do Rio Verde, com toda dificuldade que tinha no mundo, Deus me livre!... Não gosto nem de lembrar daquele começo que era muito feio aqui, mas a gente veio com o objetivo de ganhar dinheiro[7]

Iniciam-se os dias de abertura de divisas entre os lotes e noites de cuidados com o resto do jantar porque "se você deixasse resto de comida, de noite, lá fora... a onça vinha e comia o resto da comida, de noite, lá fora do barraco". [8]

A chegada das esposas e das famílias ocorreu, na sua maioria, em 1983, quando as casas de madeira já haviam sido construídas e as condições mínimas de sobrevivência estavam garantidas. Mas algumas esposas e famílias já migraram junto com os maridos:

> *Então as famílias vinham na maneira em que dava condições de viver, condições mínimas, todos eles vieram em condições mínimas, morando os primeiros meses em barraca de lona mesmo e você pode imaginar, com chuva e tudo né, alguns vinham com mudanças, tocaram os guarda roupas, camas e tudo dentro da barraca de lona e, dentro da lona mesmo, eles começaram a desmanchar. Às vezes, a noite tinha que sair pra segurar a barraca, porque a ventania a era tão forte com chuva que a gente tinha que sair fora e segurar o barraco pra não molhar o conteúdo né. A gente poderia se secar de novo, mas a cama e o guarda-roupas não secava fácil né. Então era interessante e ao mesmo tempo sofrido né.*[9]

Uma vez instalados os homens e mulheres associados a COOPERLUCAS que migraram para o projeto descobrem (ou redescobrem) um novo cotidiano com privações de confortos já conhecidos e usufruídos, em algum grau, por quase todos: energia elétrica, telefone, asfalto, loja, supermercado, etc.

Os cuidados com vida doméstica impuseram a reutilização de saberes e práticas conhecidos, porém em desuso, como a lavagem de roupa com a água do rio ou do poço, a conservação dos alimentos sem geladeira, a diversão sem a televisão, a caça e a pesca como meios de obtenção de carne fresca. Novos saberes e práticas foram desenvolvidos sob a forma de aparente improviso e converteram-se em estratégias de sobrevivência tais como o leite de soja feito em casa para as crianças, o chuveiro a gás, a geladeira a gás, o poço, a casa de madeira e a dieta com os produtos da COBAL, como lembraram Cristiano e Tile:

> *(Cristiano interfere) – Como é que é? Pizza é... tomate. Tomate você achava na COBAL... tomate com queijo ralado, né, assim em cima...fazia a massa. (Tile retoma)-Tomate quando tinha!(Cristiano volta) E não era ruim, não!(Tile retoma)*

---

[7] Depoimento do Sr. Paulo Vieira.
[8] Depoimento do Sr. Celso Vieira.
[9] Depoimento do Sr. Niklauss Huber.

> *Não era não. Não era. Nossa! Era até muito bom, fora os leite Moça de sobremesa [uma marca de leite condensado].* [10]

Essas dificuldades e as formas encontradas para superá-las transparecem nos depoimentos como ocorrências de uma época "onde tinha muita união porque as dificuldades aproximavam as pessoas e um dependia do outro"[11].

6) COMENTÁRIOS FINAIS: O SIGNIFICADO DA PERMANÊNCIA

Os percalços enfrentados na criação da COOPERLUCAS e na chegada aos lotes são lembrados, entendidos e narrados de um modo que, segundo os depoentes, tais situações só seriam suportáveis por homens e mulheres com qualidades notáveis como empreendedorismo, iniciativa, determinação, coragem, resiliência, espírito aventureiro entre outras. A partir destes depoimentos é construída uma identidade destes migrantes e a permanência é entendida como o exercício ininterrupto das qualidades mencionadas. O drama ou aventura da migração desses homens e mulheres é narrada com contornos épicos.

BIBLIOGRAFIA

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: EDIUPF. 1997.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo. 1997.

MONTENEGRO, Antonio Torres & FERNANDES, Tânia Maria (orgs.). *História Oral: um espaço plural*. Recife: Universitária. 2001.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von, org. *Os desafios contemporâneos da história oral* – 1996. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP. 1997.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes. 1994.

[10] Depoimento do Sr.Cristiano Kurmann e da Sra.Tile Kurmann.
[11] Depoimento do Sr.Cristiano Kurmann e da Sra.Tile Kurmann

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Por Dentro da Batcaverna: um debate teórico-metodológico sobre HQs e História através do universo Ficcional do Batman

Thiago Monteiro Bernardo*

Resumo: Este trabalho pretende**,** através de um estudo do universo ficcional do *Batman*, apresentar uma discussão teórico-metodológica sobre a possibilidade do uso de histórias em quadrinhos como fontes documentais para a pesquisa histórica. Para tanto, faremos um rápido balanço sobre os trabalhos já desenvolvidos sobre o tema e um ensaio sobre as relações entre a as HQs do Batman e a política nos EUA.
Palavras chaves: Histórias em quadrinhos – Batman – Mídia

Abstract: This paper will, between a study of case of the fictional universe of the Batman, discuss a method and a theory to analyze the comic books as documental sources for a historical research. For this we will, at first, make a bibliographical review of the studies developed about this topic, and an assay about the relations between the Batman comic books and the political transformations in the USA.
Keywords: Comic Books – Batman – Media

Este trabalho é parte de nossa pesquisa de mestrado, na qual analisamos o imaginário da ameaça nos Estados Unidos através das histórias em quadrinhos (HQs) . Desenvolveremos um ensaio em que discutiremos as possibilidades teórico-metodológicas para abordar este tipo de fonte. Algumas perguntas demarcam nosso campo de discussão: Quais os cuidados metodológicos que devemos ter ao analisar as histórias em quadrinhos como fontes documentais? Poderíamos considerar a mídia como um campo mediador deste processo? Quais são as relações entre a cultura da mídia e o poder? Não temos a pretensão de esgotar estas questões neste trabalho. Nele buscaremos mapear o terreno do debate entre HQs e história, assim como e apontaremos uma trilha na qual consigamos relacionar este artefato cultural com o contexto cultural e político de sua produção, tendo eixo norteador as representações a cerca da ameaça.

A opção por analisar as representações sobre a ameaça no universo ficcional das *HQs* do *Batman* se deveu as próprias características internas de suas próprias narrativas. Suas histórias contam as aventuras de *Bruce Wayne*, um bilionário que atua secretamente como um vigilante urbano, utilizando uma fantasia estilizada de morcego para combater o crime. O universo e a origem deste personagem, criado em 1939 por Bob Kane (1916-1998), são

[1]* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

reveladores de uma visão dos perigos que rondam a sociedade moderna, onde a escolha do morcego como símbolo corresponde ao uso do medo como arma para combater outros medos urbanos.

Sua origem é demarcada pela tragédia. Em uma noite, um Thomas e Martha Wayne levam seu filho ao cinema. Na saída, enquanto caminham por beco, são abordados por um estranho armado que anuncia o assalto. Durante o assalto o criminoso aciona o gatilho de sua arma, assassinando Thomas e Martha na frente de seu jovem filho, fugindo logo em seguida em direção as sombras de onde ele havia surgido. Daquela família, só restou criança que assistiu horrorizada a morte de seus pais, de joelhos junto ao sangue que aos poucos se espalha pelo chão. Uma história contada e recontada centenas de vezes em histórias em quadrinhos, séries de televisão, animações e filmes e que por sua força simbólica ganhou o status de mito de origem. Assim nascia um dos mais poderosos ícones culturais do século XX: O *Batman*.

O assassinato dos Pais de Bruce Wayne, representado na capa de *Batman # 404* (1987), no arco de história *Year One*. O Símbolo do Morcego no Título abraça a escuridão que cerca a criança em frente aos corpos de seus pais. Autoria de David Mazzucchelli. Fonte: "Batman: Ano Um – Edição Definitiva". São Paulo: Panini Brasil, Julho, 2005

A representação do mesmo assassinato no filme *Batman Begins (2005)*. Aqui o assassinato ocorre depois de uma Ópera e não na saída do cinema. *Fonte: DVD Batman Begins.*

Ambientado na fictícia cidade de *Gotham City* da cidade, este universo é impregnado de uma atmosfera sombria e trágica, em que o doloroso binômio – modernidade e perda – se faz presente na formulação da maioria de seus personagens. Mais do que um cenário, *Gotham City* é um grande personagem coletivo, investido de estética gótica, cujas torres de concreto – ornamentadas por gárgulas pendentes nos parapeitos que expelem/expõem os seus demônios mais internos sob a marcante presença da Lua. Suas sombras projetam-se pelas ruas e invadem os becos, tal como aquele que foi cenário para o assassinato de *Thomas* e *Marta Wayne*. Este evento marcaria indelevelmente universo mental de *Bruce* levando-o a jurar vingança contra o crime e a criar seu complexo heróico de "homem morcego". O trauma da perda violenta ou da deformação física de pessoas amadas é um núcleo constante que caracteriza o ambiente psicológico do universo deste personagem, englobando até mesmo seus vilões. Estes não são propriamente estranhos àquela sociedade, ao contrário, esta é a causa de sua gênese, sendo todos eles loucos excluídos daquele modelo de sociedade. Poderíamos classificá-los como "viscosos" (BAUMAN, 1993: 39), entendendo-os como elementos que pertencem àquele meio, mas que ao mesmo tempo estão extremamente desconfortáveis e são destrutivos a ele. Essa característica fica evidenciada nas conclusões de suas histórias: os vilões principais não são mortos ou encaminhados para uma penitenciaria, mas sim levados para o *Asilo Arkham*, um manicômio onde são isolados. É válido ressaltarmos que, embora estes sejam os marcos balizadores deste universo ficcional, as construções narrativas que o compuseram ao longo de mais de 68 anos de publicações ininterruptas[2], além de filmes e séries, incorporaram diferentes representações a este tema. Desta forma, este universo é polissêmico, incorporando diferentes representações ao longo dos anos.

Curiosamente, apesar de terem marcado todo o ambiente cultural do século XX, as histórias em quadrinhos foram alvo de poucas análises históricas. Pouco se refletiu, dentro do campo historiográfico sobre as especificidades deste tipo de fonte, assim como suas inúmeras relações intertextuais com outras mídias. Mais do que tentar definir a razão desta ausência, tentaremos traçar um panorama sobre as principais abordagens sobre as histórias em quadrinhos, com destaque para as que relacionaram o campo cultural e político a este tipo de artefato cultural.

[2] Em maio de 2007, quando esta comunicação foi redigida, comemorava-se o 68º aniversário da criação de *Batman*, que foi introduzido na revista *Detective Comics # 27*, em maio de 1939.

Uma breve discussão bibliográfica sobre o tema:

Uma referência clássica para o estudo sobre *HQs* e política, e ainda hoje muito citada, foi escrita por Ariel Dorfman[3] e Armand Mattelart em "*Para Ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo*" (DORFMAN e MATTELART, 1978). Escrito nos anos de 1970, sob influência marxista, este livro pretendeu desvelar a construção de uma ideologia colonialista e imperialista que estaria oculta sob uma máscara de inocência pueril nas histórias em quadrinhos produzidas pela Disney. Segundo os autores, tal construção ideológica, seria extremamente eficiente por se dirigir ao público infantil. Nota-se que o público-alvo do gênero infantil de *HQs* fora delimitado de antemão, havendo a intenção de educá-lo, onde seu autor, um adulto, "dificilmente poderia propor para sua descendência uma ficção que colocasse em xeque o futuro que ele deseja que esse pequeno construa e herde" (DORFMAN e MATTELART, 1978:19). Neste sentido, os enredos do universo Disney são analisados como um instrumento ideológico e pedagógico para a construção dos valores da sociedade burguesa e manutenção das diferenças sociais. Tal relação seria demonstrada através de diferentes situações, como na submissão dos personagens à autoridade patriarcal e na legitimação da dominação e da violência sobre o *Outro*.

Ainda que reconheçamos a importância deste trabalho, afastamo-nos de sua abordagem estritamente instrumental das *HQs*, pois, mais do que um simples doutrinamento ou manipulação ideológica engendrado pelas classes dominantes, encaramos as *HQs* como formas expressivas do imaginário de uma sociedade a respeito de seus medos, sonhos e mitos. Nesse sentido, a relação entre texto e contexto é complexa, posto que, é permeada por diferentes formas simbólicas nem sempre coerentes ou unívocas entre si. Portanto, em vez de simples "instrumentos ideológicos", encaramos as *HQs* como mediadores culturais de uma "visão de mundo", sendo detentoras de ressonância própria. Ou seja, como artefatos culturais, as *HQs* possuem um poder de alcançar um mundo maior, além de seus limites formais, de evocar as forças complexas e dinâmicas das quais emergiu, e em relação às quais podem ser consideradas pelo historiador como metáforas (GREENBLATT, 1991). É valido ainda citar que em verdade não é de um só autor, mas sim de uma enorme equipe de artistas fantasmas (*ghosts*) cujos créditos são na maior parte das vezes omitidos – não se opera uma

[3] Um outro trabalho de Ariel Dorfman que seguiu por esta mesma linha teórica foi DORFMAN, Ariel e JOFRE, Manuel. *Super-Homem e seus amigos do Peito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

intencionalidade imperialista, com a "exportação da ideologia dos países centrais, veiculados por meios culturais da sociedade de massas".

Nos anos de 1970, tivemos ainda a publicação de importantes livros sobre histórias em quadrinhos no Brasil, os quais abriram espaço para este tipo de estudo acadêmico. Entre estes pioneiros, citamos o livro *A Explosão Criativa dos Quadrinhos* (CYRNE, 1970), de Moacyr Cyrne[4]. Este um dos primeiros livros sobre tema no Brasil, que se propõe a realizar um estudo dos elementos da estrutura lingüística das HQs, como a utilização de balões, onomatopéias, ou ainda a presença de influencia barroca nas artes de *Tarzan* e *Flash Gordon*. Neste mesmo período, destaca-se também o trabalho de Álvaro Moya que escreveu sobre o tema e organizou livros como *SHAZAM!* (MOYA, 1977), coletânea de artigos com diferentes abordagens sobre as HQ. Estes estudos, no entanto se prendem demais a análise das HQs de um ponto de vista formal, pouco revelando as relações entre as narrativas destas histórias com seu contexto de produção.

Nesta mesma linha, temos ainda os importantes trabalhos de Will Eisner e Scott McCloud, dois artistas do campo das HQs que se tornaram importantes referências para o estudo deste tipo de linguagem: *Quadrinhos e Arte Seqüencial* (EISNER, 1985) e *Understanding Comics: the invisible art* (McCLOUD, 1993). Estes livros buscam dissecar os aspectos técnicos estrutura narrativa das HQs, analisando temas como as relações entre texto escrito e imagem neste suporte e a criação do efeito de passagem de tempo entre os diferentes quadros.

Recentemente, na linha dos *Estudos Culturais* temos ainda o trabalho de Will Brooker (BROOKER, 2000), que investiga os diferentes contextos da construção referencial do personagem *Batman*, da DC Comics, como um ícone da cultura popular do século XX. O seu estudo pretende perceber esta construção através das apropriações deste personagem por diversos segmentos da mídia, como as HQ*s*, séries para *TV* e filmes, relacionando-as com diferentes contextos culturais e sociais. Desta forma, Brooker explica as transformações deste personagem em diferentes contextos discursivos: a propaganda de apoio ao esforço de guerra durante a II Guerra Mundial (1939-1945); as políticas de censura prévia nas HQ*s* durante o Macartismo; a ascensão da *Cultura Pop* e os diálogos entre as HQs e a famosa série de TV estrelada por Adam West; por fim, a interatividade promovida pela *Internet* entre leitores, escritores, desenhistas e editores das revistas, que interfere no processo de identificação com o herói e, de certa forma, influencia o plano de novos enredos.

[4] Em verdade a produção de Cyrne sobre o tema não se restringe aos anos de 1970. Ele prosseguiu publicando trabalhos sobre o tema, tendo lançado em 2001 o livro *Quadrinhos, Sedução e Paixão*, também pela Editora Vozes.

Mais raros, são os trabalhos acadêmicos na área de História sobre o tema. Contudo, este quadro vem sendo alterado nos últimos anos, com o surgimento de estudos relacionando de diferentes maneiras HQs e História, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Nos Estados Unidos, alguns autores vêm desenvolvendo trabalhos com perspectivas bem interessantes, como o historiador Bradford W. Wright (WRIGHT, 2001). Em seu livro, *Comic Book Nation: The transformation of youth culture in America*, Wright analisa a transformação da cultura jovem – entendida aqui como um nicho cultural específico nos EUA ao longo do século XX a partir das narrativas das HQs norte-americanas. O autor opta por dividir transformações e rupturas nas narrativas das HQs em eixos temáticos cronológicos, identificando assim as principais mudanças nas formulas narrativas deste gênero. Wright, em cada um destes eixos, busca construir uma análise que aprofunde as interações entre mudança política, mudanças sociais e cultura popular.

No Brasil, aos poucos, começamos a ver no horizonte o surgimento de algumas produções acadêmicas sobre o tema. Um dos primeiros autores a trabalhar este tema foi Ciro Flamarion Cardoso, apresentando uma proposta de análise de HQs e Ficção Científica, baseada no corpo metodológico da semiótica (CARDOSO, 2004). Em outra vertente, observamos o surgimento de diferentes trabalhos que buscam analisar as inter-relações entre as HQs e diferentes transformações sociais. Tomando como demonstrativo os trabalhos apresentados no Simpósio Nacional de História, realizado em 2005 na cidade de Londrina, observamos um crescente interesse pelo tema. Nesta ocasião, foram apresentados, além de painéis sobre o tema, três trabalhos sobre HQs. São eles: *Inimigos na Noite: Política Externa, Cultura Política e Imaginário nos EUA, na Segunda Guerra Fria, através das histórias do Batman*, de minha autoria (BERNARDO, 2005); *O feminino e os quadrinhos: Mulher Maravilha (1942-1960)*, de Lenita Gerez (GEREZ, 2005) e *Um Caipora na corte do Brasil* de Carlos Manuel de Hollanda Cavalcanti (CAVALCANTI, 2005). Estes trabalhos vêm desenvolvendo uma nova tendência, ligando a história cultural a diferentes elementos, como as representações do feminino nas HQs, a relação entre a narrativa das HQs e mitos políticos, além de um diálogo interdisciplinar entre diferentes temporalidades. Identificamos aqui a possibilidade de inauguração de uma tendência de pesquisa que vem ganhando espaço, através publicação de textos como o verbete *Histórias em Quadrinhos e Política*, (BERNARDO, 2004) de minha autoria, que relaciona as HQs de super-heróis as principais transformações políticas e culturais do Século XX.

Em busca de uma metodologia para as HQS:

Do ponto de vista de sua estrutura de linguagem, as *HQs* realizam um amalgama da mensagem verbal com a icônica, possibilitando a criação de sentido dos enredos a partir de quadros seqüenciais (McCLOUD, 1993). Um outro componente formal importante que caracteriza as *HQs* é a continuidade de seus enredos em torno de um personagem central. As histórias em quadrinhos de super-heróis quase sempre seguem um roteiro que preserva, ao longo do tempo, as características principais de seus personagens centrais para que não haja uma quebra no processo de identificação com o leitor – fator calculado como garantia de nichos de consumo. Portanto, não se deve perder de vista que a composição de um personagem está ligada a uma expectativa de processo de identificação com o leitor mais ou menos calculada por quem produz e vende os roteiros de *HQs*.

Na busca por procedimento metodológico para a análise deste tipo de fonte, aproximamo-nos da abordagem de Douglas Kellner em "*A Cultura da Mídia*" (KELLNER, 2001). Inserido no campo dos *Estudos Culturais*, Kellner analisa a mídia norte-americana e sua cultura, buscando através dela compreender a sociedade contemporânea. Para tanto, o autor desenvolve o que chamou de *diagnóstico crítico* – uma espécie de análise de discurso com enfoque na contextualização histórica do objeto analisado – como ferramenta metodológica para desenvolver análises sobre ícones da cultura norte-americana. Desta forma, o autor utiliza a cultura da mídia para diagnosticar, a partir da definição de temas-eixo, comportamentos sociais, "lendo em suas entrelinhas as fantasias, os temores, as esperanças e os desejos que ela articula" (KELLNER, 2001:15). Segundo Kellner, a cultura da mídia é são um terreno de disputa que reproduz, em nível cultural, os conflitos fundamentais da sociedade, não podendo ser encaradas como meros instrumentos de dominação. Aliamos aqui esta noção de diagnóstico crítico com a proposta de Cecília Azevedo, que ao analisar as culturas políticas nos Estados Unidos no século XX, indica que, em lugar de haver uma cultura política, existiriam diversas culturas políticas em conflito (AZEVEDO, 2005). Desta maneira, podemos ver as HQs como um local de destaque para a observação desta disputa entre diferentes culturas políticas.

Contudo, para realizar uma contextualização temática adequada, é importante salientar que as relações entre artefato cultural e contexto não são imediatas ou lineares. Como artefato cultural, as HQs têm uma forma própria de expressão comunicativa, sendo atuadas e atuantes por/em seu contexto de produção e consumo. Entendemos, assim, a contextualização como um instrumento de interpretação, no sentido de alcançar melhor a

visão interna do plano expressivo das HQs. Sem o parâmetro contextual, não poderíamos perceber em que medida as construções das narrativas das HQs endossam, repelem ou contestam idéias, valores e convenções sociais e políticos de seu momento de produção.

Bibliografia:

AZEVEDO, Cecília. Sob Fogo Cruzado: A política externa e o confronto de culturas políticas nos EUA. IN: Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Soihet, Raquel e outros (org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GIUCCI, Guillermo, DIAS DAVID, Maurício (org.). Brasil - Eua. Antigas e novas perspectivas sobre sociedade e cultura. Rio de Janeiro 1994.

BERNARDO, Thiago Monteiro. "História em Quadrinhos e Política". IN**:** Silva, Francisco Carlos Teixeira da (org.). ENCICLOPÉDIA DE GUERRAS E REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 450-453.

BERNARDO, Thiago Monteiro. "Inimigos na Noite: Política Externa, Cultura Política e Imaginário nos EUA, na Segunda Guerra Fria, através das histórias do Batman". IN: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Querra e Paz [CD-ROM]/Associação Nacional de História ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

BROOKER, Will. *Batman Unmasked: Analyzing a cultural Icon*. New York: Continuum, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Um conto e suas transformações: Ficção Científica e História". In: Tempo / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História. – Vol. 9, nº 17, Jul. 2004 – Rio de Janeiro: 2004. pp 129-151.

CAVALCANTI, Carlos Manuel de Hollanda. "Um Caipora na corte do Brasil". IN: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Querra e Paz [CD-ROM]/Associação Nacional de História ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

CYRNE, Moacyr. *A Explosão Criativa dos Quadrinhos*. Petrópolis: Vozes, 1970.

EISNER, Will. *Quadrinhos e Arte Seqüencial*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GEREZ, Lenita. "O feminino e os quadrinhos: Mulher Maravilha (1942-1960)". IN: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História: Querra e Paz [CD-ROM]/Associação Nacional de História ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

GERSTLE, Gary. American Crucible: Race and nation in the twentieth century. Princeton: Princeton University Press, 2002.

GREENBLATT, Stephen. "O Novo Historicismo: Ressonância e Encantamento". In Estudos Históricos, vol.4, n.8. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1991. pp.244-261

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia, Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

LEUCHTENBURG, William E (org.). O Século Inacabado: A América desde 1900. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

McCLOUD, Scott. Understanding Comics: The invisible art. New York: Kitchen Sink Press, 1993.

MOYA, Álvaro (org.). *SHAZAM!*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996.

WRIGHT. Bradford W. *Comic Book Nation*: The Transformation of Youth Culture in America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mudança de Foco

Taciana Mendonça Santos *

Resumo: No decorrer de nossas pesquisas tentamos visualizar as mudanças ocorridas no cenário político do estado de Pernambuco, em decorrência da lei que concedeu à sua capital a escolha do seu prefeito através do voto direto (1955). No texto que ora apresentamos buscamos expor nosso entendimento de como a citada lei fora recebida pelos diversos grupos políticos, assim como as estratégias adotadas pelos mesmos a fim de pleitear a preferência dos eleitores da cidade do Recife. Para tanto buscamos inserir nossas questões dentro do cenário político nacional, levando em consideração desde as políticas desenvolvimentistas que marcaram a década de 1950 às possíveis particularidades ocorridas em Pernambuco.

Palavras chave: Autonomia municipal (municipal autonomy), política (politics), eleições (elections).

Abstract: During our researches we essayed to view the changes that have been occurred in the politic scene of Pernambuco because of the law that has conceded to its capital the direct choice of the mayor through vote (1955). In the text henceforth presented, we seek to expose our understanding of how the cited law was received by the various politic groups, such as the strategies adopted by them in the aim to plead the preference of Recife electors. Hence, we seek to insert our questions in the national politic scene, pondering from the politics of development which mark the 50', until the possible particularities that have occurred in Pernambuco.

Antes de nos determos sobre as disputas políticas ocorridas em Pernambuco no período compreendido entre os anos de 1955 e 1964, objeto principal desse estudo, faremos uma breve incursão a anos anteriores. Visitaremos um momento político consagrado na historiografia como a "redemocratização" pós Estado Novo, tendo como intuito principal conhecer a formação dos partidos políticos aos quais iremos nos deter posteriormente. Comecemos por 1945. Ano marcado por acentuadas mudanças no quadro político nacional, entre as quais podemos destacar as discussões acerca da criação de uma nova legislação eleitoral. Discussões que se prolongam desde o estabelecimento de datas para a realização de futuras eleições até a promulgação de uma nova Carta Constituinte[1].

Entre os diversos pontos levados à cena emerge a criação dos partidos nacionais. São criadas pequenas e grandes agremiações, algumas das quais viriam a conquistar uma ampla base eleitoral como é o caso do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), do PSD (Partido

* Mestranda em História - UFPE
[1] Lavareda, Antônio...

Social Democrata) e da UDN (União Democrática Nacional). Embora cada partido apresentasse uma diretriz nacional a ser seguida pelos diretórios estaduais, desde cedo foi possível observar a existência de discordâncias entre os interesses dos dirigentes nacionais e estaduais. Em Pernambuco, já a partir dos primeiros anos da década de 1950, podemos acompanhar através da imprensa o desdobramento dessas desavenças. Como exemplo podemos citar o embate ocorrido entre a direção nacional do PSD e Etelvino Lins, líder do mesmo partido em Pernambuco, por ocasião da campanha federal de 1955, momento no qual o partido apoiava a candidatura de Juscelino Kubitschek enquanto Etelvino buscava apoio junto a outros grupos para lançar sua própria candidatura[2].

Essa falta de identificação entre indivíduos sob a mesma legenda pode ser utilizada para explicar a existência, em âmbito local, de alianças destoantes com o cenário nacional. Nesse sentido atribui-se ao general Cordeiro de Farias[3] a afirmação de que "*em Pernambuco, um Cleofista seria chamado a colaborar no governo*" aludindo assim à oposição existente no país entre membros da UDN e do PSD.[4]

Autores como José Arlindo Soares, defensores da "singularidade política" de Pernambuco comumente apóiam-se na projeção alcançada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) no estado, diferentemente do que ocorria em outras áreas do país. De acordo com Soares, enquanto o PTB nacionalmente despontava como o terceiro maior partido em termos de representantes eleitos, em Pernambuco essa colocação pertenceria aos comunistas[5]. Entre os anos de 1945 e 1947, os comunistas teriam conquistado uma base eleitoral considerável na cidade do Recife. Segundo Roberto Oliveira de Aguiar, tais votos seriam mais "esquerdistas" que comunistas, fato que teria contribuído para a sobrevivência das esquerdas após a cassação do registro eleitoral do PCB, ocorrida em 1947.

Ao nos questionarmos acerca de que grupos constituiriam essas "esquerdas" nos deparamos com diferentes delimitações. A partir de autores como Dulce Chaves Pandolfi, Roberto Aguiar, José Arlindo Soares, Flávio Brayner e Antônio Lavareda buscamos construir

---

[2] No decorrer dos meses de abril e maio de 1955 a imprensa de Pernambuco oferece diariamente novas informações referentes à formação de uma aliança entre diversos partidos do estado em torno da candidatura de Etelvino Lins. No dia 8 de abril o Diário de Pernambuco, em sua primeira página anuncia que "*... o sr. Etelvino Lins reuniu a imprensa para fazer o primeiro pronunciamento oficial após o lançamento de sua candidatura, pelas chamadas forças de união nacional, à presidência da República*." No dia 31 do mesmo mês, a primeira página daquele jornal oferece destaque à seguinte manchete: "*Ultimatum aos pessedistas pernambucanos – Ou apóiam Juscelino ou serão expulsos do partido.*"

[3] O general Cordeiro de Farias ocupou o cargo de governador de Pernambuco entre os anos de 1956 e 1959.

[4] O termo "Cleofista" é aqui utilizado para identificar os partidários de João Cleofas (UDN) em contraponto ao "governo" do PSD.

[5] O autor utiliza dados referentes à eleição de 1947, anterior à cassação do registro eleitoral do PCB.

nosso próprio entendimento sobre esse conceito. Desse modo poderíamos afirmar que a esquerda em Pernambuco, inicialmente, seria formada pelo PCB, Esquerda Democrática (ED)[6] e alguns pequenos grupos políticos que se reconheciam como "esquerda independente"[7]. Com a criação do PSB em Pernambuco (1947), representantes da Esquerda Democrática e dos "independentes" passaram a integrar o novo partido, além de alguns comunistas que foram levados a mudar de legenda em virtude da cassação já mencionada, numa manobra política consagrada na historiografia sob o nome de 'entrismo'[8]. O PCB, agremiação consolidada em Pernambuco desde a década de 1930, possuiria uma máquina burocrática e um poder de articulação bem consolidado, os outros grupos de esquerda (visto que não tiveram seus registros cassados sob a alegação de representar uma ameaça à democracia nacional) possuiriam aceitação pública e legitimidade social. De modo que, com a formação de uma aliança, a experiência e a articulação desenvolvidas pelos comunistas desde a década de 1930 aliar-se-iam à legalidade vivenciada pelos demais grupos de esquerda.

No cerne dessa aliança estaria o desejo comum de promover mudanças no cenário político local, extirpar do poder os representantes do PSD, partido ligado aos interesses dos grandes latifundiários do agreste e do sertão. Os grupos de esquerda apresentavam como base eleitoral o operariado urbano da capital e de cidades vizinhas, como Olinda, Paulista e Jaboatão[9]. Locais em que o desenvolvimento industrial e a conseqüente criação de novos postos de trabalho atraíam um número crescente de migrantes, muitos dos quais provinham do interior do estado tendo migrado para a capital em busca de emprego e melhores condições de vida. Fugiam da exploração patronal e da dura realidade do trabalho sazonal, no qual passavam vários meses do ano sem uma fonte de subsistência garantida. Intelectuais, profissionais liberais e estudantes somavam-se a esses operários na formação dos grupos de esquerda em Pernambuco[10].

Embora existisse uma preocupação, por parte dos comunistas, em estender sua atuação até as regiões mais interioranas do Estado, o agreste e o sertão continuavam sob forte dominação dos líderes políticos locais. Nas eleições de 1947, Pelópidas Silveira, candidato do PCB e da Esquerda Democrática teve o maior número de votos no Grande Recife (56,7%),

[6] A Esquerda Democrática seria formada por indivíduos de idéias esquerdistas que, por ocasião da redemocratização de 1945, teriam integrado a UDN formando uma ala do partido. Posteriormente, os membros da Esquerda Democrática teriam formado a base que deu origem ao PSB de Pernambuco.
[7] Aguiar, Roberto. Recife da Frente ao Golpe. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
[8] Idem.
[9] Embora autores como Roberto Aguiar utilizem a expressão "Grande Recife" para nomear a área de maior atuação das esquerdas em Pernambuco, vale lembrar que o conceito de Região Metropolitana data de período posterior ao aqui obordado, motivo pelo qual optamos por nos referir a essas cidades nominalmente.
[10] Soares, José Arlindo. A Frente do Recife e o Governo do Arraes.

mas não logrou êxito nas áreas do agreste e do sertão recebendo apenas 4,1% dos votos dessa região[11]. Desse modo, a superioridade numérica conquistada na capital e cidades vizinhas era sobrepujada pelos votos do interior, o grande número de eleitores do Grande Recife era insuficiente para garantir que as esquerdas chegassem ao governo estadual. Barbosa Lima Sobrinho, candidato do PSD, foi eleito governador com a inexpressiva margem de 575 votos em relação ao candidato da UDN, Neto Campelo Júnior.

A oportunidade

> "*Recuperou, assim, a terceira cidade o direito de escolha do chefe do seu executivo, que lhe haviam negado os constituintes de 1946...*"[12]

No ano de 1955 alguns acontecimentos políticos alcançaram grande repercussão. O Brasil vivenciava a expectativa do primeiro pleito presidencial após a morte de Getúlio Vargas. Alguns partidos tentavam aliar forças numa coligação que tinha como intuito principal derrotar o então governador do estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que, naquele momento, apresentava-se como "o homem a ser batido nas urnas"[13]. No Recife, a imprensa local, além de se ater às questões nacionais, fervilhava com as discussões referentes à autonomia da cidade que agitavam o quadro político local[14].

> *"A lei de autonomia do Recife pode ser recebida como uma legítima conquista vermelha... Tanto que, nas hostes vermelhas, já começa o assanhamento para indicação de candidatos, através da inocência útil dos pequenos partidos".*[15]

A agitação ocorrida em torno da existência de uma disputa direta ao cargo de prefeito do Recife, num ano em que o pleito presidencial causava uma grande expectativa sob que rumo o país tomaria após a morte de Getúlio Vargas, e a constante afirmação de que a autonomia seria, na realidade, uma vitória comunista, nos levou a uma reflexão sobre quais os desdobramentos da referida lei sobre os acontecimentos políticos que estavam por vir[16].

Para entendermos as mudanças e os impactos ocasionados pela citada lei temos que recuar um pouco na história política do Brasil, visto que a legislação eleitoral então

---

[11] Dados retirados de Lavareda,

[12] Diário de Pernambuco, 2 de janeiro de 1955.

[13] A repercussão da candidatura de Juscelino Kubitschek e a formação de possíveis alianças entre seus adversários podem ser acompanhadas através do Diário de Pernambuco e de outros periódicos.

[14] A lei de autonomia do Recife estabeleceu que a partir de 1955 o cargo de prefeito que até então era indicado pelo governador do estado passava a ser escolhido através de eleições municipais.

[15] Diário de Pernambuco, 2 de janeiro de 1955, pág 4.

[16] Através do Diário de Pernambuco é possível acompanhar notícias nas quais a emancipação política da cidade do Recife é comumente considerada "uma legítima conquista das hostes vermelhas".

vigente baseava-se na Constituição Federal de 1946, documento no qual apresenta-se a distinção de poderes e obrigações aplicados à federação, estados, territórios e municípios. Além de estabelecer as áreas de atuação em que cada esfera deveria atuar e que impostos deveria recolher a Constituição de 1946 trata da questão eleitoral, designando quais cidades teriam seus prefeitos eleitos pelo voto direto e em quais esse cargo seria ocupado por indicação do governador do Estado.

Todavia, não devemos naturalizar a lei de autonomia como se a mesma fosse um mero ponto de partida para um novo momento político. O que passa a existir é uma nova legislação que cria um novo domínio de disputas políticas - a prefeitura - no entanto, os embates entre os grupos envolvidos já existiam. A própria lei é produto desses embates, visto que fora proposta e aprovada para atender aos interesses de determinado(s) grupo(s). Portanto, não se trata de um ponto de chegada e tão pouco de um momento de partida, mas sim um pequeno movimento no constante vai-e-vem do fazer político.

Em termos jurídicos a expressão "autonomia municipal" é passível de diversas interpretações. Cada uma delas está representada nos dois artigos da Constituição dedicados às atribuições da municipalidade. A autonomia pode ser política, administrativa e/ou financeira. No campo das Ciências Jurídicas há um hiato no que tange à aplicação dessa divisão relacionada à Constituição de 1946. Essa distinção comumente faz menção a Constituição de 1989, carta na qual se estabelece a criação de Leis Orgânicas, indispensáveis para a autonomia política dos municípios.

Em âmbito legalista poderíamos afirmar que a *autonomia política* dos municípios brasileiros foi alcançada em 1989 com as Leis Orgânicas, visto que a mesma caracteriza a liberdade de criar leis próprias; a *autonomia administrativa* refere-se à liberdade em gerir os assuntos de interesse exclusivo do município (obras e serviços públicos, funcionalismo); a *autonomia financeira* refere-se à arrecadação e aplicação dos impostos de responsabilidade do município. Podemos observar que há uma relação de interdependência entre as mesmas, já que legislação, finanças e administração estão amplamente relacionadas. Se tomarmos o termo no seu significado de acordo com o *Aurélio* – faculdade de se governar por si mesmo; direito ou faculdade que tem uma nação de se reger por leis próprias – e acrescentarmos a esse as divisões jurídicas, podemos estabelecer qual autonomia foi concedida ao Recife em 1955.

Feita essa conceituação podemos afirmar que em 1955 o Recife teve promulgada sua "autonomia eleitoral", permanecendo extremamente dependente do Estado em outros aspectos. Lembremos ainda que o legislativo da cidade era eleito através do voto direto,

portanto os benefícios da lei restringiam-se à ocupação dos cargos de prefeito e vice-prefeito[17].

Contudo, a lei de autonomia parece oferecer um novo fôlego aos comunistas, tendo alguns deles abandonado a postura revolucionária e vislumbrado a possibilidade de uma conquista democrática. Vale lembrar que em âmbito nacional o PCB passa por uma mudança nesse sentido. Em vários estados do país há uma tendência de formação de alianças buscando a vitória através das urnas. O ideário nacional-desenvolvimentista e a oposição ao capital internacional, principalmente o norte-americano, contribuíram para uma aproximação entre comunistas e trabalhistas. Em suma, buscando a conquista de um interesse comum, alguns partidos políticos optaram por formar alianças contra aqueles que defendiam o desenvolvimento nacional com base no capital estrangeiro.

Com a realização de eleições em âmbito municipal, comunistas e socialistas têm diante de si a oportunidade de chegar ao poder executivo. Enquanto isso, partidos como o PSD e a UDN passam a repensar sua postura diante do novo quadro político, visto que historicamente haviam negligenciado o eleitorado urbano em expansão.

Nesse sentido, nos apoiamos no trabalho de Dulce Chaves Pandolfi, no qual a autora descreve de forma detalhada como, por ocasião da campanha municipal de 1955 e diante da necessidade de seduzir o eleitorado urbano, o PSD[18] não obteve êxito na sua tentativa de angariar o apoio de pequenos partidos em torno do nome de Paulo Germano de Magalhães[19]. Dessa forma podemos imaginar que se por um lado a esquerda tinha consciência de que precisava unir forças em prol de um interesse comum, por outro lado, os grupos ditos de direita (e mais especificamente o PSD) em virtude das disputas internas e da acomodação em relação ao eleitorado urbano, presenciou o fracasso de uma possível aliança.

Embora acreditemos que a autonomia tenha sido um fator preponderante para que os integrantes do PSD passassem a voltar seu interesse ao crescente eleitorado urbano, não podemos afirmar que tenha sido o único. Se acompanharmos o crescimento demográfico do Recife e a migração de indivíduos pobres, oriundos do interior, poderemos supor que essa

[17] No Recife, o cargo de vice-prefeito foi implantado na eleição de 1955. Até aquele ano, em caso de ausência do prefeito, suas atribuições passariam a ser de responsabilidade do presidente da Câmara Municipal.

[18] O PSD, desde o governo de Agamenon Magalhães, apresenta-se como o principal partido do estado. Reunindo em torno de si o apoio de pequenos partidos e contando com o apoio político dos grandes pecuaristas do agreste e do sertão de Pernambuco.

[19] Segundo a autora, houve uma tentativa de angariar o apoio de políticos de outras agremiações, em torno da campanha de Paulo Germano de Magalhães, filho de Agamenon Magalhães, e com o fracasso dessa tentativa o então líder pessedista, Etelvino Lins, teria acusado diversos políticos de traição.

transferência geográfica de eleitores mais cedo ou mais tarde influenciaria uma revisão na abordagem política daquele grupo.[20]

Pensando assim, optamos por dar ênfase à autonomia política da cidade do Recife[21], pois compreendemos que a partir das alterações estruturais decorrentes da mesma, ocorreram mudanças nas relações existentes entre os diversos grupos políticos locais. E também na postura desses para com os demais integrantes da sociedade. O partido majoritário em Pernambuco (PSD), que ocupava o governo estadual a mais de vinte anos, concentrava seus esforços políticos e, conseqüentemente, sua penetração eleitoral, nas regiões do interior, negligenciando um eleitorado urbano em plena expansão[22]. Diante da autonomia, os membros do PSD se viram diante de um novo cenário, no qual o apoio dos grandes latifundiários do agreste e do sertão não era suficiente para garantir-lhes a permanência no poder.

Bibliografia

AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife, da Frente ao golpe*: ideologias políticas em Pernambuco. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1993.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte – 1946-1969. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *"(...) AI NÓIS ISTÔRA DOTÔ !" Mudança e Conservação na Atividade do Partido Comunista Brasileiro*. Recife, Massagana, 1987.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*: da Coluna Prestes à queda de Arraes. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*: 3 - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil – 1955 / 1964*. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife, Massangana, 1984.

[20] No tocante a esta temática existe uma carência de estudos dedicados a uma análise demográfica que nos possibilite oferecer uma precisão numérica quanto a citada migração.

[21] No início do ano de 1955 foi aprovada a lei que concedia a autonomia política a cidade do Recife. Tal lei estabelecia que o cargo de prefeito, que até então era concedido através de indicação do governador do estado, a partir daquele ano passaria a ser concedido através de eleições diretas.

[22] Pandolfi, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Recife: Editora Massangana, 1984.

_____. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social*: o caso da Frente do Recife (1955-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Pescadores Açorianos: as alteridades necessárias para o reconhecimento das identidades.

Sinara Santos Robin*

Resumo: O artigo discute a necessidade de estabelecimento de alteridades para elaboração de estudo com populações tradicionais e aponta a importância do imaginário como constitutivo da realidade histórica .
Palavras-chaves: pescadores – imaginário – historia cultural

Abstract: The article argues the necessity of establishment of alteridades for elaboration of study with traditional populations and points the imaginary importance of as the constituent one of the historical reality.
Keywords: fishermen - imaginary – cultural history

O Tempo leva muita coisa, mas tem coisas que só o tempo traz.

As experiências, as memórias, as temporalidades e a dimensão do imaginário têm um aspecto fundante na construção das nossas contemporaneidades. O mundo imaginal organiza as experiências sociais. A imaginação criadora configura a duração das sociedades humanas.

Walter Benjamim, em "Por um retrato de Proust", nos diz que

> *un acontecimiento vivido puede considerarse como terminado o como mucho encerrado en la esfera de la experiência vivida, mientras que el acontecimiento recordado no tiene ninguna limitación puesto que es, en si mismo, la llave de todo quanto aconteció antes y despues del mismo (* Benjamim: 20;1933)

Quando trabalhamos com reminiscências tudo é amalgamado pelo passado: o passado é passado, Mas o presente e o futuro também são passado. A vivência de um e a projeção do outro são possíveis a partir do que está registrado. A memória está assentada nos instantes dos acontecimentos e que, em função da sua construção cotidiana, acabou por adquirir um ritmo. O ritmo dos acontecimentos é a medida da duração do tempo.

A Historia Cultural nos aponta a necessidade dos estudos sobre o imaginário. Esta questão representa uma retomada epistemológica da história com disciplina científica. Podemos partir do princípio de que trazer o passado na sua integridade é tarefa impossível,

* UFRGS/UNISINOS sinrobin@terra.com.br

pois aquela concretude jamais poderá ser reconstruída. Trabalhamos pois, no âmbito das representações entendidas como uma re-aprensentação de algo que neste momento se encontra ausente. Se a história nunca deixou de ser repreentação, o que se apresenta para nós é o reconhecimento da cientificidade desta perspectiva. Estamos falando de verdades, tanto quanto a história tradicional o faz(ia). Porém o real que está apontado é um real encharcado de sonhos, utopias, inconscientes coletivos, de intenções e também das ideologias. Vimos incorporados à ciência tudo o que fora renegado ao plano do mito. E o imaginário se nutre incansavelmente de produtos do pensamento mítico. Estamos diante de um reordenamento. São imagens dialéticas que resgatam uma termporalidade passada. È sabido que "a natureza não é linear", nada é simples, a ordem se esconde na desordem, o aleatório esta constantemente a refazer-se. O desafio é perceber o movimento. E é a história que reatualiza a memória coletiva necessária em tempos de modernidade que esconde a permanência sob a superfície agitada da mudança.

Os pescadores açorianos são descendentes dos imigrantes açorianos e também dos madeirenses e portugueses continentais que se estabeleceram no litoral catarinense e riograndense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil passaram a combinar a agricultura com a pesca. Segundo Franklin Cascaes, os açorianos começaram a pescar tainha, entre maio e agosto, quando abandonavam suas atividades agrícolas para se dedicar à pesca. Como grande parte deles viviam isolados, de início garantiram sua subsistência tomando emprestado técnicas e espécies cultivadas dos indígenas, como, por exemplo, a mandioca. O óleo para iluminação era retirada de peixes e baleias. As igrejas eram o ponto de encontro para onde iam, aos domingos, usando carroças e carros de boi. Na pesca, ainda no século XVIII, dedicaram-se à captura da baleia, com uma embarcação chamada baleeira e que se t ornou fundamental para os outros tipos de pesca realizados até hoje. Essa situação começou a se alterar na metade deste século com a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir desse momento iniciou-se uma especialização nas atividades pesqueiras, em detrimento da agricultura embora, até recentemente, na maioria das vezes, os açorianos exercessem conjuntamente a pesca e a lavoura. Esta última é o domínio do trabalho da mulher, principalmente, no preparo da farinha de mandioca, e a pesca é o domínio masculino.

Os pescadores de origem açoriana ficaram conhecidos como excelentes profissionais da pesca, migrando sazonalmente entre o Rio Grande do Sul e São Paulo onde eram conhecidos como pescadores andorinhas. Muitas artes de pesca novas foram introduzidas por esses pescadores nos locais para onde migravam em suas campanhas de pesca .

Desde os primeiros que vieram Em busca da terra prometida" nas palavras de Eloisa Capovilla[1], até estes que hoje moram no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, muito tempo passou. Muito já foi transformado, Mas os saberes sobre os ofícios, as orientações de ordem valorativa, os *habitus*, muitos deles, estão presentes na narrativa das famílias e na sua rede de relações que a familiaridade, a parentalidade e a socialidade lhe conferiram

Desvendar os significados mais profundos das ações cotidianas rotinizadas, na busca de descobrir o verbalmente (ir)revelado. A comunidade açoriana que pratica a pesca e vive na Lagoa do Peixe, hoje Parque Nacional vive o **conflito** posto na sociedade moderno-contemporânea: relacionar as exigências desta sociedade com o seu saber tradicional.

O tempo social comandado pelo Estado e instituições modificam o espaço de acordo com seus interesses e conveniências. Os povos tradicionais constróem suas próprias vidas, conforme a familiaridade e/ou especificidades que mantém com seu espaço e as necessidades de suas vidas.

Bibliografia

BENJAMIM, Walter. **Por un retrato de Proust**. In Vanguarda Y Revlución. Einaudi. Turim, 1933.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**. Paris,: Minuit, 1987

CARUSO, R (org)., Franklin Cascaes. Vida e Arte. E a colonização Açoriana. Florianópolis, EdUFSC. 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. (orgs) **Usos e Abusos da História Oral** Rio de Janeiro: FGV. 1998.

GEERTZ, Cliford. **Nova luz Sobre a Antropologia**. RJ: Jorge Zahar Editores, 2001.

[1] RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Em busca da terra pormetida. Cadernos do PPG em Historia da UFRGS, n. 30. 1994.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Em busca da terra pormetida**. Cadernos do PPG em Historia da UFRGS, n. 30. 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Levando a vida na ponta do facão: crimes e cotidiano dos trabalhadores na urbanização de Itabuna-Bahia (1925-1950)

Philipe Murillo S. de Carvalho[1]

Na madrugada do dia 30 de outubro de 1948, enquanto parte da cidade dormia tranqüilamente esperando pelo raiar de um novo dia, os moradores da Caixa D'água, periferia de Itabuna, foram subitamente despertados em meio às gritarias e sons de espacamentos. Ao amanhecer, a polícia chegara ao local e tomara conhecimento da morte de um indivíduo a duros golpes de cacetetes e alguns ferimentos por golpes de facão. Esse parecia não ser um cenário estranho aos moradores do bairro da Caixa D'Água. O local abrigava parte da população pobre de Itabuna, sendo cortada pela linha férrea da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, ficando próximo da saída em direção ao vizinho município litorâneo. Além disso, a existência de estabelecimentos de prostituição e de casas de jogos ocasionava freqüentes barulhos nas redondezas por conta de embriaguez e brigas de jogadores.

Na manhã do dia 31 de outubro, o delegado de polícia do termo e da comarca de Itabuna, o senhor Humberto Gesteira, buscava solucionar a morte do indivíduo ainda não identificado, realizando um trabalho de investigação dentro do bairro. Após alguns dias de trabalho, o chefe de polícia já tinha os nomes dos acusados. Segundo as documentações policiais sobre o caso, o evento criminoso era fruto de um conhecido grupo da cidade, compostos pelos seguintes indivíduos: Francisco Mascarenhas de Oliveira, Astor Alves de Oliveira (parente do primeiro), José Carvalho da Silva, vulgo Zeca (autor do golpe mortal à facão); Waldomiro Carvalho, vulgo Miro; e José Alves da Silva. Nos autos de investigação do caso, o senhor delegado caracterizou os membros do grupo como "elementos dados à desordens, acabadores de festas, espancadores de indefesos, desclassificados, cachaceiros, viciados e incorrígiveis." Para ressaltar a violência e a crueldade do bando liderado por Francisco Mascarrenhas de Oliveira, o senhor Gesteira classificou o ato como o resultado da ação de uma "sub-raça desta cidade progressista e trabalhadora."[1]

A breve narrativa de um dos muitos processos criminais que se sucedeu em Itabuna exposta acima nos oferece uma noção parcial das tensas relações sociais existentes na

[1] philipesantana@yahoo.com.br
Mestrando em História Regional e Local, Universidade Estadual da Bahia – Campus V.

região cacaueira durante o século XX. Francisco Mascarenhas e seus companheiros, e o delegado Humberto Gesteira são personagens de um contexto de transformação pelo qual a microrregião de Itabuna passou. Cada um desses personagens investigados durante a pesquisa nos permite entender as experiências sociais e as vivências cotidianas dos agentes históricos que construíram a história dessa região. Estes viveram momentos em que a base da economia local era sustentada pela monocultura cacaueira, cujos alicerces eram os latifúndios, em que parte considerável das pessoas estava submetida às instabilidades da produção anual de cacau e dos seus produtores (coronéis).[2] Há também um crescente processo de urbanização, especialmente com a chegada de levas de migrantes à procura de melhores oportunidades de trabalho. O reflexo disso é o crescimento demográfico e urbano de Itabuna que entre o início e o final do século passado assistiu o distrito de "Tabocas" se tornar uma cidade, permeadas por ruas e avenidas e rodeada de bairros.[3]

Em 1930, Itabuna já era considerada uma das maiores cidades do interior da Bahia, apesar dos modestos 20 mil habitantes que viviam na sede do município, em decorrência do fluxo migratório sobre a região que se mantinha desde o final do século XIX, atraindo sertanejos do interior da Bahia, sergipanos e alagoanos. Economicamente, centralizava parte do comércio de cacau das cidades e dos distritos que ficavam ao seu redor graças a uma posição estratégica privilegiada, sendo cortada pelo mais importante canal de transporte da época – A Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista.[4] Mesmo após a década de 30, a chegada de migrantes tardios à cidade itabunense ainda era contínua[5], chamando à atenção das autoridades e das elites locais sobre a necessidade de se organizar a cidade, promovendo intervenções urbanas e controlando os espaços habitados pelas classes populares. Vale ressaltar que uma parte considerável dos membros dos setores populares local era composta por migrantes tardios que, ao chegar à região, não encontraram as mesmas oportunidades que os seus antecessores. Frustrados com as poucas oportunidades de trabalho, esses migrantes acabam ficando marginalizado, sendo protagonistas nos crimes locais. Quase sempre acompanhados do facão que deveria ser utilizado na lavoura do cacau, esses migrantes excluídos usavam o instrumento de trabalho para resolver seus conflitos com a sociedade, seja na briga com vizinhos, seja no roubo de casas, ou até mesmo, na arruaça feita em bairros periféricos ou no centro da cidade. Portanto, essa é a conjuntura na qual está inserido o grupo de Francisco Mascarenhas, revelando um cenário de conflito e de tensão, resultado direto da estrutura econômica assentada sobre a monocultura do cacau e do latifúndio.

O contexto desenhado nos parágrafos anteriores nos ajuda a compreender a problematização do objeto de pesquisa desse breve ensaio, dentro da sua inserção temporal.

Nesse sentido, nosso objetivo é compreender as experiências sociais dos grupos populares de Itabuna frente ao processo de urbanização da cidade, apontando para as vivências desses indivíduos, percebendo seus espaços de convivência, suas origens e suas práticas dentro da estrutura social construída. O espaço temporal delimitado para esta exposição escrita está inscrito entre os anos de 1925 e 1950. A opção por limitar a exploração dos documentos relativos à essa época deve-se ao fato de considerarmos que o processo de urbanização de Itabuna ocorreu nesse intervalo de tempo. Para este ensaio, trabalharemos apenas com quatro processos crimes intercalados com outros tipos de fontes escritas (hemerográfica, relatórios e códigos de posturas).

Estamos agora no dia 5 de fevereiro de 1938, sábado, dia no qual os trabalhadores rurais deixavam suas roças de cacau e partiam rumo a cidade para realizar sua feira na praça Adami.[6] Após o término das feiras e depois de contabilizar suas vendas e/ou suas compras, era comum que uma parcela da população buscasse os botecos da rua do Quartel Velho (atual rua Ruy Barbosa) ou da periferia de Itabuna para se distrair tomando uma cerveja ou uma cachaça junto com amigos.[7] Esse é o cenário em que se desenrola mais um dos crimes que passamos a narrar agora. Por volta das 19 horas, no botequim do senhor Joaquim Manoel de Sant'anna, conhecido pelos moradores locais como "Velho", situado à rua da Burundanga, periferia local, entraram em conflito aberto Antonio Garcia Pinheiro e José Antônio Mattos, ferindo-se mutuamente a cacetes e a facão.

O conflito em questão parece ter sido motivado das tensas relações amorosas entre José Antonio Mattos e Camila Mattos. Dias antes Camila saíra de casa, dirigindo-se à casa de seu pai e levando consigo a filhinha do casal, Adalgisa, de apenas 9 meses. Com o objetivo de ver Adalgisa, o senhor Mattos foi até a casa do sogro, deparando-se com sua esposa, Camila, e Antonio Garcia. O clima de provocação se estabelecera quando este último aos berros gritava: - Essa criança não é sua! Naquele momento, o pai da criança relevou as afirmações do seu inimigo, prorrogando o derradeiro dia da altercação entre ambos para o narrado sábado, dia 5 de fevereiro de 1938.[8]

Enquanto o "Velho" fechava as contabilidades de suas vendas, surgiram Antonio Garcia e José Mattos atracados em luta corporal, ambos munidos de facão. Em depoimento a delegacia de Itabuna, "Velho" afirmava que os procedimentos dos dois rapazes eram distintos. Enquanto José Mattos era conhecido pela sua tranqüilidade e bom comportamento, Antonio Garcia era famoso pelas suas constantes bebedeiras e freqüentes provocações às pessoas. No entanto, durante o inquérito, as contradições encontradas dentro do inquérito policial, levando

as autoridades locais a tomarem uma posição curiosa. Em 12 de fevereiro de 1938, o capitão delegado da Comarca e Termo de Itabuna encerra o inquérito policial tecendo o seguinte comentário:

> *Verificados e imparcialmente estudados este inquérito policial, julgo não só ser passíveis das penas das leis a José Antonio de Mattos, queixado ofendido, como também Antonio Garcia Pinheiro, queixoso ofendido, porque ambos em flagrante desrespeito às autoridades e socêgo [sic] público, por motivos que absolutamente não esclarecemos feriram-se mutuamente; e as contradições no depoimento dos dois são manifestas e escapatórias onde a mentira campeou ao sabor de cada qual, entretanto a perspicácia da polícia não se deixou vencer.*[9]

Longe de resolver o caso entre os dois querelantes, a polícia procurou o caminho mais fácil para enquadrar juridicamente ambos, julgando o acontecimento como perturbação da ordem pública. O julgamento inicial proferido no relatório de polícia encaminhado para a justiça pública está inserido dentro das idéias de civilidade e de urbanidade na qual Itabuna estava inserida durante as décadas de 1930 a 1950. O aumento da população em função da chegada contínua de migrantes colocava em xeque a condição de sociedade ordeira e civilizada da qual as autoridades locais tanto zelavam. Tal sentença revela a preocupação em manter os setores populares numa situação de constante vigilância, reprimindo os espaços habitados por estas categorias sociais através da disciplina[10]. Nesse caso, a sentença carregava um significado de punição exemplar, deixando claro à população que qualquer exemplo de desordem, tal como este, não seria tolerado pela polícia itabunense. As autoridades locais também estavam fundamentada no principal dispositivo de disciplinarização da cidade – Código de Posturas do Município de Itabuna de 1933 – o qual estabelecia que entre os hábitos urbanos "Ninguém tem o direito de perturbar, de qualquer modo, o socêgo dos habitantes da cidade", quem assim o fizesse correria o risco de pagar uma multa de 20$000 réis ou 24 horas de prisão na cadeia pública.[11]

Além da ação policial, os locais freqüentados e habitados pelos grupos populares em Itabuna era alvo de atenção nos periódicos locais, em que diversas oportunidades publicavam reportagens sobre a necessidade do controle dos bairros periféricos. Esse é o caso da Burundanga, espaço integrante do Bairro Mangabinha, em que os conflitos entre moradores eram constantes. O Jornal de Itabuna, periódico mantido por Lafayette Borborema, advogado e funcionário público do Tribunal de Justiça da Bahia e da Delegacia de Polícia da Comarca de Itabuna, denunciava a presença de desordeiros e de viciados na região da

Burundanga. Na oportunidade, o folhetim colocava que "a polícia precisava acabar com esses antros de desordens, de vícios e de imorallidades do qual se constituía a Burundanga."[12]

O caso que passamos a narrar agora tem o mesmo bairro da Mangabinha como cenário. Era por volta das 18 para as 19 horas, no final da tarde do dia 10 de agosto de 1938, em que se encontravam conversando Maria Ivete de Souza, com 20 anos, residente na Avenida Mangabinha, e Francisca Maria da Conceição, com 55 anos, solteira, doméstica, *natural do estado de Pernambuco*, residente também na Avenida do Mangabinha, analfabeta. O teor da conversa deveria estar girando em torno da vida alheia, quando Francisca contou para Ivete que seu pai, Izidoro Ribeiro Souza, com 42 anos, viúvo, pedreiro, *natural de Conquista*, residente nesta cidade e analfabeto, se casaria novamente com uma viúva desconhecida da cidade vizinha. Ao receber a informação com espanto, Ivete exclamou para sua companheira de conversa: "- Assim que meu pai retornar, darei providência de confirmar esta notícia, fazendo-lhe uma boa cama!" Horas depois, quando se passava um pouco mais da 20 horas, Izidoro chegava de surpresa à residência de Francisca, empunhando um facão com o qual golpeou a cabeça da senhora, fazendo-lhe um corte profundo à altura da sua testa e na parte posterior do tronco, ficando "a depoente completamente ensangüentada e com as costas preta". Não bastasse os graves ferimentos, Francisca Maria tinha péssimas condições de vida, já que tirava seu sustento da mendicância no centro de Itabuna e que também cuidava de uma parente que possuía deficiência visual, não podendo assim pagar os cuidados médicos de que precisava. [13]

Apesar da versão contada pela vítima, Izidoro Ribeiro em depoimento à delegacia de polícia da cidade de Itabuna contesta a acusação da queixosa. Alegava que sua vizinha havia injuriado sua filha, inventando histórias falsas para provocar a discórdia e que por conta disso havia perdido a cabeça e lhe dando alguns empurrões, resultando na queda da velha e partindo a cabeça no chão. Ressaltou também que não fez uso de facão para ferir a vítima. Além disso, Izidoro se queixava que há tempos vinha sofrendo ofensas e injúrias da sua vítima, uma mulher de quem todo mundo tinha queixa.

Este caso se torna ainda mais instigante em função das diferentes versões dadas em depoimento pelas testemunhas de acusação e de defesa, facilitando a problematização. Vejamos então o que coloca a testemunha da vítima. Trata-se de Francisco Xavier Borges, com trinta anos, solteiro, negociante, natural deste estado da Bahia, sabendo apenas assinar o nome. O depoente contou que na noite de 10 de agosto encontrou com a senhora completamente ensangüentada, em razão de um talho que havia em sua cabeça por "panadas" de facão. Sobre o procedimento de Francisca Maria, a testemunha afirmava que ela tem por

"hábito se embriagar, porém nesse estado não ofende a pessoa alguma e que a mesma vive pedindo esmolas para sustentar uma velha cega que vive em sua companhia."[14] A versão passada por essa testemunha passa uma noção de complacência com a vítima, condenando delicadamente as bebedeiras da mendiga, mas justificando a ajuda que a oferecia à companheira cega.

Já as testemunhas de defesa conta uma versão diferente acerca dos procedimentos de Francisca. Para João Laudilino Santos, com vinte anos, solteiro, marceneiro, *natural do estado de Sergipe*, residente na Avenida da Mangabinha, sabendo ler e escrever, a causa da altercação se deveu ao estado de embriaguez naquele dia, quando dirigiu palavras insultuosas à Ivete, filha do acusado. Não obstante, disse que a senhora "quando se embriaga, não respeita ninguém, pronunciando palavras obscenas em locais públicos." De acordo com João, foi por isso que Izidoro teria lhe dado um empurrão, batendo com a cabeça na parede e ferindo-se.

As diferentes versões oferecidas pelas testemunhas que fizeram parte deste processo crime nos ajudam a problematizar as duras condições de vidas das camadas populares. De início é importante observar que a maior parte dos sujeitos sociais envolvidos nesse caso é analfabeta, migrante e pertencente às classes populares. Em muitos casos, a falta de acesso à educação leva os indivíduos a tentarem resolver suas diferenças a base da violência, revelando a face de uma realidade social oposta a conhecida história de riqueza do cacau. Em conseqüência disso, assistimos ao rude comportamento dos setores mais humildes da população itabunense, fruto da falta de estrutura para os migrantes que continuamente chegavam à região e à Itabuna, engrossando o número de habitantes dos bairros periféricos. No início da década de 1940, o bairro do Mangabinha era estigmatizado como um bairro de pobres, violento e perigoso.

Em Trabalho, Lar e Botequim, Sidney Chalhoub expõe uma necessária forma de problematizar pesquisas assentadas no uso de fontes hemerográficas e jurídicas, afirmando que

> *"(...) a história recuperada através de jornais e, principalmente, dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas (grifo do autor): das lutas de classes na sociedade, lutas estas que se revelam pela sistemática da imprensa em estigmatizar os padrões comportamentais dos populares (...) nas estratégias de controle social dos agentes policiais e judiciários, e também na reação dos despossuídos a estes agentes"*[15]

Tanto as fontes hemerográficas como as jurídicas criminais são registros feitos por instituições pertencentes à estrutura burguesa, porém elas nos permitem enxergar as contradições que envolvem a realidade social brasileira do passado. No nosso caso, é possível

também fazer um cruzamento de fontes. Francisca Maria da Conceição supostamente deveria ser mais um dos diversos mendigos que freqüentavam o centro de Itabuna durante a década de 1930, sofrendo certamente com as desconfianças e perseguições promovidas pelas autoridades locais contra a presença desses indivíduos na área comercial das urbes. Pode-se notar isso na medida em que os jornais dessa época denunciavam a presença desses agentes socialmente indesejáveis. Em 30 de junho de 1936, o jornal O Intransigente, mantido por Henrique Alves dos Reis, um dos coronéis da região, chamava atenção dos poderes públicos à freqüente presença de mendigos no perímetro central da cidade. Em nota, o artigo dizia que

> *"os mendigos e os loucos, (sic) perambulam nas ruas da cidade e os meninos vadios e maltrapilhos, para dar curso à sua má educação e a conseqüente falta de caráter, apupam e apedrejam, num alarido ensurdecedor, estes infelizes a quem a sorte nem siquer o sendo lhes deu. (...) o descaso e desprezo lançados sobres esses fatos, envergonham e diminuem os foros de civilizada e culta de Itabuna."*[16]

Numa sociedade que se autoproclamava civilizada e progressista, a presença de mendigos e loucos na zona urbana era visto como uma patologia social, a ser curada com boas doses de repressão. A onda de higienização que avançou sobre a urbanização de diversas cidades do Brasil também afetou Itabuna. Diante da política de reformas urbanas implantada por Claudionor Alpoim que, essencialmente, são as mesmas idéias do urbanismo progressista, que enxergava na cidade a importância de manter a ordem, através da organização espacial urbana e social, para alcançar o progresso,[17] a existências das consideradas classes perigosas[18] era visto como símbolos do arcaísmo, da insalubridade e da periculosidade. A pressão realizada pelos mais importantes periódicos da época parece ter surtido efeito. No mesmo ano de 1936, a delegacia de polícia de Itabuna baixava um edital para combater a falsa mendicância e a vadiagem no município, e reprimir os atos que contrariavam a moral e os bons costumes, promovendo desordens e insegurança na comunidade local, instituindo o uso obrigatório de uma carteira que comprovasse o estado de invalidez dos mendigos.[19] Através desses dispositivos de controle e de disciplinarização, as autoridades locais buscavam reprimir a ação dos vadios e dos mendigos apertando o cerco contra as categorias de ociosos que viviam na cidade.[20] Os espaços escolhidos para atuação pelos mendigos em Itabuna eram denunciados frequentemente nos periódicos. Buscavam estar presentes em locais de grande circulação de pessoas. Em Itabuna, os locais selecionados eram o entorno da estação de trem, principalmente a praça Dr. João Pessoa (Atual José Bastos), as feiras livres da Praça Adami e do Pontalzinho, e as redondezas dos cinemas. Em 15 de dezembro de 1942, o Jornal A Época,

pertencente ao coronel latifundiário Gileno Amado, denunciava a presença de "indivíduos maltrapilhos, que viviam numa lamentável promiscuidade, pronunciando palavras de baixo calão."[21] Portanto, João Laudilino Santos, testemunha de defesa do inquérito policial contra Izidoro Ribeiro, ao dizer que Francisca Maria, mendiga, era dado ao costume da bebedeira e, quando nesse estado vivia a provocar as pessoas; estava reproduzindo a idéia corrente dos valores burgueses de comportamento, difundidos por parte da mídia escrita de Itabuna.

As experiências sociais[22] dos agentes históricos aqui discutidas revelam uma nova compreensão da história da Região Cacaueira. Tradicionalmente pautada na memória coletiva da ação dos coronéis do cacau, este estudo pretende entender a realidade social dos indivíduos que não desfrutaram das riquezas e do luxo produzido pela monocultura sul baiana. Os modos de vida de Francisca Maria, Izidoro Ribeiro, Francisco Mascarenhas, José Mattos e Antonio Garcia se define a partir de um campo de forças que permite o entendimento das contradições sociais ocorridas nessa região durante o período da urbanização de Itabuna. Ao perceber as dificuldades enfrentadas por Francisca Maria, das péssimas condições de sobrevivência, questionamos os valores difundidos pela elite local e o comportamento das classes populares. A moral, o procedimento e os valores das classes populares são identificados nos processos crimes como baderna e desordem, como vimos nos caso de José Mattos e Antonio Garcia, gerando a necessidade do controle por meio da vigilância e da punição por parte das autoridades locais.

[1] APEBa. Caixa 35, Maço 2. Cópia de relatório de inquérito em que figuram como acusados Francisco Mascarenhas de Oliveira e outros. (20/11/1948)
[2] Ver GARCEZ, Angelina N. R. Mecanismo de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Ilhéus-Itabuna 1890-1930 (Um estudo de história agrária). Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1977. A autora desenvolveu pesquisa sobre o processo de formação dos latifúndios que compõem a monocultura do cacau através do autoritarismo dos coronéis.
[3] Philipe Murillo Santana de Carvalho. A Construção da Cidade: idéias de urbanidade e de civilidade em Itabuna (1910-1930). Monografia deGraduação. Ilhéus: UESC, 2005.
[4] Ver FREITAS, Antonio G. Caminhos ao Encontro do Mundo. Antonio Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. – Ilhéus: Editus, 2001.
[5] Para maiores informações sobre dados demográficos da região sul, ver SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
[6] APMJD (Arquivo Público Municipal José Dantas). Jornal Oficial do Município de Itabuna, 23 de novembro de 1935, ANO IV.
[7] Jornal O Fanal. (...)
[8] Arquivo Permanente do Poder Judiciário da Comarca de Itabuna. Processo Crime da Vara Crime da Comarca de Itabuna contra Antonio Garcia Pinheiro e José Antonio Mattos. Fevereiro à Dezembro de 1938.
[9] Relatório do Delegado de Polícia para o Juiz da Vara Crime de Itabuna, 12 de fevereiro de 1938.
[10] Michel Foucault. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, pp.174.
[11] Código de Posturas Municipais de Itabuna, Ano 1933, Ato n.184, de 9 de junho de 1933. Itabuna. Typographia de A Época.
[12] Jornal de Itabuna, Quarta-feira, 27 de Agosto de 1930. A identificação dessa fonte não está completa em função do estado de danificação em que se encontra a fonte.
[13] Arquivo Permanente do Poder Judiciário da Comarca de Itabuna. Processo Crime da Vara Crime da Comarca de Itabuna contra Izidoro Ribeiro Souza
[14] Arquivo Permanente do Poder Judiciário da Comarca de Itabuna. Processo Crime da Vara Crime da Comarca de Itabuna contra Izidoro Ribeiro Souza. Depoimento da Testemunha de acusação Francisco Xavier Borges.
[15] Sidney Chalhoub. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle epoque*. 2 edº. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 41.
[16] CEDOC/UESC. Jornal O Intransigente. 20 de junho de 1936.
[17] Françoise Choay. O Urbanismo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996.
[18] O conceito de "Classes Perigosas" foi primeiro utilizado por Louis Chevalier. Laboring classes and dangerous classes in Paris during the first half of the nineenth century. New Jersey: Princenton University Press, 1973, em tese de doutorado produzida na Universidade Princeton. No entanto, aqui no Brasil, o conceito tem sido debatido pelo historiador Chalhoub. Para maiores informações, ver Sidney Chalhoub. Cidade Febril. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
[19] APMJD (Arquivo Público Municipal José Dantas). Jornal Oficial do Município de Itabuna, 30 de maio de 1936, ANO V.
[20] Sobre o conceito de Vadios e Mendigos, ver a obra de Walter Fraga Filho. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX. São Paulo/Salvador: Hucitec, EDUFBA, 1996.
[21] CEDOC/UESC. Jornal A Época. Quarta-feira, 15 de dezembro de 1942. Ano XVI.
[22] E.P. THOMPSON. As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001 pp.240-242. e Déa Ribeiro Fenelon. O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou história do povo? IN: História & Perspectivas, nº 6. Uberlândia, Jan e Jun de 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Ensino de História no Sudeste Goiano: Análise e reflexões

Luzia Márcia Resende Silva[1]

Resumo: As considerações aqui apresentadas são fruto de pesquisa desenvolvida no interior do projeto "O ENSINO DE HISTÓRIA NO SUDESTE GOIANO: ANÁLISE E REFLEXÕES" que está sendo desenvolvido desde 2005. Este projeto tem como objetivo mapear as práticas levadas a efeito por professores de História atuando nos níveis fundamental e médio de ensino nas escolas estaduais de Catalão e Região do sudeste goiano. Em 2005 foram mapeadas as concepções de história dos professores e alunos e no ano de 2006, buscou-se compreender a forma como professores de História têm lidado com a pesquisa em suas práticas de Ensino.
Palavra-chave: Concepções de História. Escolas públicas estaduais. Pesquisa.

Abstract: This text is a result of a research developed since 2005 "O ENSINO DE HISTÓRIA NO SUDESTE GOIANO: ANÁLISE E REFLEXÕES". The project aims to map the History teachers' educational practices of the state public schools from Catalão - GO and southeast Goiás, Brazil. The teachers' and pupils' conceptions of History education was mapped in 2005.In 2006, the subject was the comprehension of how teachers and pupils conceive research in their day-by-day work.
Key-words: History conceptions. Public School. Research.

As considerações aqui apresentadas são fruto de pesquisa desenvolvida no interior do projeto "O ENSINO DE HISTÓRIA NO SUDESTE GOIANO: ANÁLISE E REFLEXÕES" que venho desenvolvendo desde 2005 e que contou, em 2005 e 2006, com a participação de duas alunas: Camila de Sá Reis e Juliana Carvalho Costa, atuando como bolsistas pelo programa PROLICEN da PROGRAD/UFG. Este projeto tem como objetivo mapear as práticas levadas a efeito por professores de história atuando nos níveis fundamental e médio de ensino nas escolas estaduais de Catalão e Região do sudeste goiano. Em 2005 mapeamos as concepções de história dos professores e alunos e no ano de 2006, buscamos compreender a forma como professores de História têm lidado com a pesquisa em suas práticas de Ensino. A metodologia utilizada para coleta de dados foi a aplicação de questionários.

Compreender quais concepções de História temos e estamos ensinando aos nossos alunos e como as temos ensinado tem sido uma preocupação não só para pesquisadores que

[1] Doutora em História Social pela PUC/SP e professora do Curso de História do Campus da UFG em Catalão E-mail: luzia.marcia@uol.com.br

têm o ensino de História como objeto de reflexão, mas também para professores que atuam nos vários níveis de ensino. Esta preocupação é expressa no caloroso debate que envolve as relações entre a produção historiográfica e o ensino de História e também nas constantes publicações que têm como objetivo, além de discutir as práticas do ensino de História, também narrar e publicizar experiências de trabalhos realizados por professores de História nos diversos níveis de ensino em todos os lugares do país, ancorados nas mais diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

O trabalho de sistematização de alguns dados da pesquisa realizada possibilitou reflexões a respeito do Ensino de História no Sudeste Goiano. Pudemos compreender vários elementos da realidade do ensino que está sendo ministrado, tais como: elementos do perfil acadêmico dos professores que atualmente ministram a disciplina, tipos de compreensões da História que estão sendo ministradas, comportamento dos alunos diante do ensino de História e compreensões que os mesmos são capazes de expressar a partir dos estudos que estão realizando.

No que diz respeito ao perfil dos professores, a constatação é de que a maioria deles é habilitada em História, tendo se graduado no Curso de História do Campus Avançado da UFG em Catalão. Este elemento do perfil dos professores nos remete à importância do Campus Avançado da UFG para a Região do Sudeste Goiano, dentre outros motivos, por sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação que é ministrada nas escolas da região, no caso, marcadamente, das escolas públicas estaduais. Contar com a quase totalidade dos professores envolvidos nesta pesquisa habilitados para lecionar História nos remete a uma grande mudança de quadro, uma vez que dez anos atrás desenvolvemos um programa de capacitação para professores da rede estadual de ensino, junto a, à época, Delegacia Regional de Ensino, e o quadro de formação que tínhamos era exatamente o inverso do que temos hoje: a quase totalidade dos professores de História não era habilitada.

Quanto à concepções de História que compõe o perfil acadêmico dos professores, notamos que aquilo que Fonseca (2003) afirma ter se explicitado durante o processo de elaboração dos PCNs de História, ou seja, uma hegemonia de perspectivas vinculadas á História tradicional e de perspectivas ligadas à Nova História Francesa, com presença de perspectivas inspiradas na historiografia marxista inglesa, se confirma, e, no caso dos professores pesquisados, ligeira vantagem para as perspectivas inspiradas nas tendências marxistas. Notamos também, no modo como os professores se manifestam, uma crítica à História tradicionalmente conhecida como positivista, centrada em uma exaltação dos grandes feitos da História política nacional. As concepções de História apresentadas pelos professores,

hoje atuando no ensino de História da rede pública, estão profundamente enraizadas no tipo de formação que tiveram e descortinam o perfil do curso de História do CAC/UFG.

Quanto a como o trabalho realizado pelos professores tem repercutido junto aos alunos, uma constatação que consideramos relevante ressaltar, porque rompe com um mito vigente entre os professores de História, é que os alunos das escolas públicas da região sudeste goiano **gostam de estudar História.** Isto significa que os professores têm conseguido despertar o interesse, motivando os alunos para estudar História e têm feito isso principalmente a partir de um processo de explicitação da importância de se estudar História. A ampla maioria dos alunos que respondeu que gosta de estudar História, justificou seu gosto a partir a compreensão que desenvolveram do que seja a História e o seu significado, ou seja, a importância de estudá-la. Notamos também que os alunos que disseram não gostar de estudar História justificaram seu desgosto, expressando exatamente incompreensão do que seja a História e a importância em estudá-la.

O modo como os alunos dizem gostar de estudar História e expressam a compreensão do que seja, e, portanto de sua importância, é bastante claro e objetivo, independente da concepção e também rompe com o mito de que História para os alunos seja um elenco de "nomes de heróis e datas". As respostas dadas nos permitem perceber que entre os alunos das escolas públicas da região sudeste de Goiás ainda aparece a perspectiva tradicional de História, mas, notamos uma ampla vantagem para leituras ligadas à nova História e também uma presença da inspiração marxista.

O projeto "O Ensino de História no Sudeste Goiano: reflexões e práticas" procurou em um segundo momento, compreender como tem sido ministrado o ensino de história nos níveis de ensino fundamental e médio, partindo da questão de como os professores têm lidado com a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e como têm utilizado diferentes linguagens no seu trabalho.

As mudanças que ocorreram na política educacional durante a década de 1980 tornaram-se um dos fatores decisivos na construção de um novo conceito do saber escolar como um todo, definindo, principalmente, seu papel no contexto social, político e econômico da sociedade brasileira. As lutas que se estenderam dos anos 1980 até a primeira metade de 1990 do século XX que tinham como foco a reformulação dos currículos de história, tiveram, como um dos seus frutos, a inserção no debate sobre que história ensinar e como ensinar história, do principio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa também para os níveis fundamental e médio.

Em 1996, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) enunciam como um dos objetivos gerais do ensino de história no nível fundamental "que os alunos gradativamente

possam utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo históricos propugnando que as aulas antes reprodutivistas modifiquem-se, possibilitando o uso de diversas ferramentas e novos métodos que orientem o aluno no ato de aprender. Entretanto, pesquisadores da educação consideram, muitas vezes, os professores despreparados e desprovidos de técnicas para trabalhar com esta nova prática de ensino – a pesquisa.

O nosso processo de investigação captou, através dos questionários distribuídos no ano de 2006, as concepções de pesquisa que o professor que está atuando nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio possui. Mesmo não contando com a participação de todos os professores de história em exercício em 2006 na cidade de Catalão-GO, nos arriscamos a dizer que, paulatinamente, podemos notar que os professores de história, que estão atuando na rede no ano de 2006, têm procurado incorporar a prática da pesquisa.

Muitas dificuldades são apontadas pelos professores neste processo, tais como a falta de tempo, a falta de interesse por parte dos alunos e a falta de materiais para iniciar o aluno nos caminhos da pesquisa. Dados os limites colocados pelo questionário, enquanto instrumento de coleta de dados, mesmo tendo acesso a respostas de cerca de 73% dos professores que atuam nas escolas públicas estaduais da cidade de catalão, falta-nos elementos que nos possibilitem auferir a qualidade das pesquisas realizadas, porque as respostas dadas foram vagas e poucos professores descreveram de modo detalhado algum de seus projetos.

Todos os professores acreditam que é possível desenvolver trabalho de pesquisa nos níveis fundamental e médio, porém somente na metade dos questionários respondidos, eles dizem desenvolverem regularmente o trabalho de pesquisa na sala de aula. Se considerarmos que o total de questionários obtidos representa pouco mais de 70% do total de professores atuando, temos que apenas cerca de entre 35% a 40% dos professores atuando em Catalão no ano de 2006 já desenvolveram algum projeto de pesquisa com seus alunos. Optamos por olhar para estes números de maneira positiva, valorizando o trabalho daqueles que, apesar dos limites, procuram investir gradativamente em uma nova forma de ensinar história.

Ao contrário do que intelectuais como Marcos Bagno (1998) e Selva Guimarães Fonseca (2003) afirmam e, ambos, no momento de suas reflexões mostraram-se bastante pessimistas com relação à qualidade das pesquisas realizadas no ensino fundamental e médio, considerando os professores despreparados e muitas vezes desprovidos de técnicas para trabalhar com a pesquisa, os professores da rede estadual de ensino atuando em 2006 na cidade de Catalão afirmaram terem instrumental em sua formação para a lida com a pesquisa. Aqueles que não a praticam como princípio educativo atribuem isso a fatores da estrutura educacional e às condições sociais vividas pelos seus alunos. Entretanto surpreendentemente

não enumeram obras de iniciação à pesquisa que utilizam e, do total de 19 professores que devolveram o questionário, apenas 03 apontaram de maneira clara que oferecem orientações precisas aos alunos para elaboração de projetos, tais como problema, objetivos, fontes, bibliografia e forma de apresentação dos resultados.

O projeto ainda está em desenvolvimento e o próximo passo será aplicar à rede particular de ensino os mesmos instrumentos de coleta de dados aplicados aos professores e alunos da rede estadual de ensino para estudo comparativo e ampliação das reflexões sobre os significados dos dados obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola / O que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 1998.

CABRINI, Conceição**. O ensino de História** – revisão urgente. São Paulo: Brasiliense. 1987.

FENELON, Dea Ribeiro. A formação do profissional de História. In: **Projeto História nº2**, São Paulo: EDUC/PUC/SP, 1982.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
_____. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

NIKITIUK, Sônia L. **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 2001.

NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino de História.** Campinas: Papirus, 1996.

Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia, Ministério da Educação e do desporto e SEF. 2ª ed, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICCI, Cláudia Spag. **Da intenção ao gesto:** quem é quem no ensino de São Paulo**.** São Paulo: Annablume,1999.

SILVA, Marcos A. **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

_____ **História: O prazer do ensino e da pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

ENSINO DE HISTÓRIA E PCN: DO PROPOSTO AO EFETIVADO
Apropriações e táticas dos professores na elaboração da História ensinada

Jaquelini Scalzer*

Resumo: Minha pesquisa se insere no contexto de ressignificação do ensino de História e sua prática, e teve como objetivo investigar as apropriações que os professores de História do Ensino Fundamental, fizeram e fazem, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como seu emprego na elaboração do saber histórico escolar. Busquei identificar, também, as estratégias e táticas que permeiam este processo, envolvendo relações de poder nem sempre identificáveis pelos sujeitos nele envolvidos. Como resultado, conclui-se que os professores de História ressignificaram a proposta do documento em questão, apropriando-se somente do que lhes convinha em função de seu contexto e de sua estrutura de trabalho e, para efetivar esta proposta, fazendo valer no cotidiano escolar suas atribuições de sentido, utilizaram-se de táticas diante do elemento normatizador que pretendia modelar sua prática.
Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais – apropriações – táticas.

Abstract: My inquiry had as objective investigate the appropriations that the teachers of History of the basic education (third and fourth cycle) did and do of the National Curricular Parameters, as well as his apllication in the elaboration of the educational knowledge. This study looked to identify, also, the strategies and tactics that permeate this process, that goes of the proposed to the executed, involving power relationships that are not always identified for the subjects involved. As result, I concluded that the teachers of History resignified the proposal of the document, appropriating only what suited them in function of context and work structure, making to be worth in their daily school sense attributions, being used of tactics before the element normative that intended to mold his practice.
Keywords: National Curricular Parameters. Appropriations. Tactics**.**

Questionando-me sobre a consciência que os professores de História têm da especificidade do saber histórico escolar, bem como de sua efetiva participação na elaboração deste saber original do espaço escolar, propus-me investigar as *apropriações* e *táticas* utilizadas para construir, no cotidiano da sala de aula, a História ensinada.

Para tanto, trago os PCN em sua dimensão curricular e de política pública ao pensá-lo enquanto *estratégia* da noosfera, que tem por objetivo interferir na (con)formação cultural da população. Todavia, minha abordagem se fundamenta em uma perspectiva cultural e tem como foco as possibilidades de ação dos "consumidores" desse produto, por meio das

* Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em educação, Petrobrás.

artes de fazer que se consolidam no cotidiano, muitas vezes de formas imperceptíveis, mas que constituem uma "antidisciplina" capaz de transformar a ordem pré-estabelecida.

Dessa maneira, esta pesquisa pretende demonstrar como, dentro de um contexto histórico-cultural no qual os sujeitos atuam dialeticamente na *apropriação* e construção do saber, os professores fazem "leituras" diferenciadas de tudo o que lhes chega, inclusive dos PCN. Essa *leitura*, *apropriada* em relação estreita com o que Chartier denominou "*comunidade de interpretação*", será incorporada à sua *prática* por meio de *táticas* e *estratégias* integrantes de seu fazer cotidiano, por meio de uma dinâmica conflituosa e conciliatória simultaneamente. Essa *apropriação* resulta em *práticas* que atuam diretamente na elaboração do saber histórico escolar, originando-se daí o saber ensinado.

A fim de contemplar diferentes realidades do Estado do Espírito Santo, uma vez que o objeto da pesquisa é carregado de aspectos culturais que variam de espaço/tempo a espaço/tempo, realizei minha pesquisa em três escolas: uma na capital do Estado – Vitória, que denominei escola C, com a professora R.C; uma em Santa Teresa, cidade interiorana, tradicional e permeada de cultura imigratória européia, que denominei escola A, na qual atua o professor R.D; e uma em Várzea Alegre, zona rural do município de Santa Teresa, onde funciona um sistema de escola convergente que possibilita ao indivíduo do meio rural estudar sem ter que abandonar o campo, a qual denominei escola B e onde atua a professora A.M.

REPRESENTAÇÃO PESSOAL

Uma das questões que esta pesquisa buscou responder é em que medida a representação identitária que o professor constrói sobre si interfere na sua prática. Dessa forma, faz-se necessário definir conceitualmente o termo "*identidade*". Segundo Pesavento

> *Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro. [...] Para elaboração identitária, que cria o sentimento partilhado de pertencer a um grupo dado, as identificações se dão a partir do defrontamento com o outro, identificações de reconhecimento estas que podem ou não guardar relações de proximidade com o real. As representações de identidades são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação à alteridade (PESAVENTO, 2004, p.89-90).*

Como se pode perceber, a idéia de pertença é crucial na construção de identidade por parte do indivíduo. Para desenvolver este sentimento faz-se necessário a localização de um grupo com o qual ele se assemelhe em função de alguns critérios previamente estabelecidos. Chartier trata da seguinte forma a relação entre identidade e representação:

> *[...] o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que dele é dada por ele próprio ou pelos outros. A realidade de uma posição social não é mais do aquilo que a opinião considera que ela é [...] Numa formação como esta, a construção da identidade de cada indivíduo situa-se sempre no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação (CHARTIER, 1990, p. 111 – 112).*

Dessa forma, em busca de uma localização social, o professor de História cria uma representação identitária por meio da forma como ele percebe a si próprio e pela forma como os demais o percebem. Como esta representação identitária o inscreverá em todas as implicações da posição que ocupa, ele buscará identificar o referencial positivo do grupo no qual ele se inscreve, a fim de estabelecer parâmetros de identificação com este referencial, resultando daí um sentimento de pertença ou de exclusão, bem como as respectivas práticas decorrentes do sentimento desenvolvido.

Foi possível observar que a relação existente entre *representação* e *prática* é extremamente estreita, envolvendo elementos e sujeitos externos como a formação inicial e a matriz referencial da mesma, o universo intelectual que circunda o professor, os modelos positivos e negativos construídos e legitimados pela demanda da sociedade e do meio acadêmico com relação ao grupo referencial do profissional em questão e as *representações* dos alunos e demais companheiros sobre o professor.

REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DOS PCN

Os professores de História, uma vez em contato com o elemento normativo PCN enquanto objeto cultural produzido pela noosfera, não se curva à ideologia que lhe quer fazer crer inatingível e irredutível, mas, se *apropria* conforme suas *representações*, incorporando-o às suas *práticas*, por meio de *táticas* que lhe são possíveis em função do lugar que ocupa.

O que se percebe é que, cada professor estabeleceu relações conforme seu referencial de contingência, ou seja, conforme os conhecimentos acumulados ao longo dos

anos e a mobilização que fazem dos mesmos. Neste sentido, o universo intelectual de cada um foi decisivo. Por isso, de agora em diante, tratarei separadamente os professores observados.

PCN E PROFESSORES: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE UMA RELAÇÃO DE PODER

A maioria dos professores ainda não tem muito bem definida qual a finalidade do ensino de História. E mais: parece que nenhum deles parou ainda para analisar quem é que define essa finalidade, ou finalidades. A noosfera estabeleceu uma finalidade para o ensino de História segundo seus interesses contextuais. Esses interesses guardam jogos e relações de poder que, quase sempre, privilegiam uma elite em detrimento das camadas menos favorecidas.

Os PCN foram lançados aos professores como uma *estratégia* da noosfera, a fim de envolver os demais sujeitos numa teia de sedução com jogos de palavras e utilização de discursos conciliatórios que integram as exigências da Academia e as demandas da sociedade civil. De posse dessa proposta os professores buscam liberdade de ação por meio dos elementos que ela mesma lhe oferece. Logo, por meio de *táticas* que se aproveitam da ausência que a exterioridade do elemento de poder possui, os professores ressignificam esta proposta conforme suas possibilidades de trabalho.

Mas, o que eu considero como *tática* extraordinária é que os professores se *apropriaram* apenas do que lhes interessava no documento, especialmente a metodologia que, segundo eles contempla um dos maiores desafios do professor na sala de aula, qual seja, conquistar a atenção e o interesse do aluno.

Todavia, pareceu-me que nenhum dos professores refletiu ainda sobre as relações de poder que permeiam essa esfera de produção do saber histórico escolar e, consequentemente, na necessidade de reverter essa situação.

Cada aula observada, revelava-me um confrontamento entre as *estratégias* utilizadas pela noosfera para modelar a prática docente, e as *táticas* criadas pelos professores para efetivá-la no seu fazer cotidiano. A História ensinada é gestada entre lances e golpes de um jogo inconsciente por parte de alguns jogadores, e ciente demais por parte de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, as posições da noosfera que propõe modelos de ensino, e dos professores, que efetivam estes modelos por meio de suas práticas, foram repensadas em uma condição de pluralidade que viabiliza uma variedade de *práticas*, nem sempre passivas e sim transformadoras.

A hegemonia do texto e do discurso nele contido, é contestada por uma prática de *apropriação* decorrente das *representações* que os professores possuem de si, da História, de seu ensino, do documento(PCN) e do mundo que os cerca.

As *representações* que os professores têm dos PCN dependem, em grande medida, do contato inicial que estabeleceram com o documento. Com base nesta *representação*, os professores realizam as *apropriações* cabíveis, gerando *práticas* originais deste contexto. Todavia, essa *representação* não é permanente e imutável. Enquanto leitor/escritor, os professores podem atribuir novos sentidos ao texto em função do lugar de onde eles fazem a leitura. Assim, observei que os professores de minha pesquisa, demonstraram ter possuído duas *representações* distintas dos PCN: uma elaborada no momento do contato teórico com a proposta; e outra elaborada em função da confrontação com a *prática* cotidiana. Mas, esta *representação* elaborada neste segundo momento guarda muito da *representação* inicial, de modo que as *práticas* resultantes trazem elementos dos dois momentos.

A *representação* identitária do professor também é de extrema relevância na elaboração de seu fazer cotidiano. Esta necessidade de identificação com o modelo referencial é tão forte, que chega a levar alguns professores a criarem um discurso que o aproximem do modelo desejado mesmo que sua *prática* demonstre outra realidade.

Nesta dinâmica, podemos concluir que os professores que estabeleceram um contato inicial com os PCN proporcionado pela noosfera, criaram uma *representação* positiva do documento. Ao confrontar a proposta com a realidade na qual ela deveria ser aplicada, esta *representação* foi reformulada. Todavia, como os aspectos teóricos da proposta não foram discutidos na apresentação conduzida pela noosfera, estes permanecem com uma *representação* positiva. Já, os aspectos diretamente ligados à *prática* do contexto da sala de aula, como a metodologia e a organização curricular, foram submetidos à nova *representação* em virtude de seu confronto com a aplicabilidade. Desta nova *representação*, conclui-se que as inovações metodológicas sugeridas pelos PCN são amplamente *apropriadas* pelos

professores, ressignificando suas *práticas*. Mas, a organização curricular por eixo temático não foi *apropriada* pelos professores observados, de modo que o currículo real tem sido estruturado mediante *táticas* empregadas pelos docentes para viabilizar sua efetivação.

Neste sentido, as *apropriações* realizadas pelos professores estão inseridas em um jogo de poder, que envolve *estratégias e táticas* próprias do contexto de elaboração do saber histórico escolar. Assim, a noosfera, ao elaborar os PCN, utilizou-se da *estratégia* de um discurso híbrido, portador de uma flexibilidade aparente, e permeado de uma retórica imperativa que inibe discussões a respeito de aspectos conceituais e epistemológicos relevantes.

Dessa relação que os professores estabelecem com o saber a ser ensinado, onde as *estratégias e táticas* atuam como instrumentos de diferentes sujeitos, tendo em vista os objetivos de cada um deles, o grau de consciência dos professores a respeito de seu papel na elaboração da História ensinada é de suma importância. Conforme esta pesquisa, os professores têm um posicionamento preocupante neste sentido, pois, mesmo reconhecendo as especificidades do saber histórico escolar, mantém a hierarquia do saber acadêmico e pensam de forma limitada sua participação na elaboração do saber escolar. Percebendo-se como criador de um saber original, com finalidades e métodos próprios, os professores têm condições de agir de forma mais crítica e comprometida, levando o ensino de História para além da sala de aula.

Frente à realidade de uma sociedade feita texto, perverter o texto que tem por finalidade homogeneizar as *práticas* docentes tornando-a aparelho mediador do discurso que se pretende imprimir na sociedade, prescinde de uma *prática* que se comprometa com a sociedade como um todo. Ler o texto da noosfera não se restringe somente a interpretar e apropriar-se dos PCN ou de qualquer outro documento que chegue com o propósito de modelar a *prática* do docente, mas sim ler a própria sociedade buscando redescobrir o lugar de ação do professor, especialmente o professor de História. Perverter o texto hoje, é perverter essa postura conformista da educação mediante as desigualdades e injustiças que se inscrevem em nosso cotidiano. É utilizar-se das *táticas* como possibilidade de ação perante um duelo de forças desiguais. Perverter o texto materializado nos PCN sem perverter o texto inscrito na sociedade, é ser subjugado pelas *estratégias* do poder instituído.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia M . Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária, In: BITTENCOURT, Circe M. F. (Org.). O saber histórico na sala de aula. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 28-41.

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. Nas tramas da didatização escolar: entre histórias a ensinar e histórias ensinadas. In: 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu. Anais da 27ªReunião Anual da ANPED. Sociedade, Democracia e Educação: Qual a Universidade?, 2004. p. 1-15.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, 369 f.

_____. Propostas Curriculares de História: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas Brasileiras. São Paulo: Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1998, p.158 - 170.

_____ (Org.). O saber histórico na sala de aula. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. História. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, Oldimar Pontes. Representações dos professores sobre o saber histórico escolar. In: História & Ensino, Londrina, v.10, out. 2004, p. 53 – 63.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: - 1. Artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____ . A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria & Educação. n. 2. Porto Alegre: Pannonica Ed, 1990, p. 177 – 229.

CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica. Del saber sábio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, s.d., 1991.

CIAMPI, Helenice. Epistemologia e metodologia: diálogos interdisciplinares na pesquisa do ensino de História. In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). Dez anos de pesquisas em ensino de História, Londrina: Atritoart, 2005, p. 122 – 134.

FONSECA, Selva Guimarães.. Caminhos da História ensinada. 8. ed. São Paulo: Papirus, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. In: Teoria & Educação, n.5, Porto Alegre: Pannonica Ed., 1992, p. 28 – 49.

GALZERANI, Maria C. Bovério. Políticas públicas e ensino de História. In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). Dez anos de pesquisas em ensino de História. Londrina: Atritoart, 2005, p. 157 – 177.

GROSSI, Ester (apres.). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Pargos, 1997.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas? Debates e ilusões em torno do ensino de História. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Humanitas/FAPESP, v.19, n.38, 1999.

LOPES, Alice R. C. Conhecimento escolar: processos de seleção cultural e mediação didática. In: Educação & Realidade. nº 22, jan-jun/1997, p. 95 – 112.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Ensino de História: entre saberes e práticas. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2002, 256 f.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Identidade social e Ensino Fundamental: leituras, práticas e representações sociais. In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). Dez anos de pesquisas em ensino de História. Londrina: Atritoart, 2005, p. 879 – 887.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de & ALVES, Nilda (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas – sobre rede de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Ana de. A disciplina escolar História: reinterpretações curriculares no contexto da prática. In: 28ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – anped: Caxambu, 2005. Anais da 28ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – anped: Caxambu, 2005. CD ROOM.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROCHA, Ubiritan. História, currículo e cotidiano escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Lucíola L. de C. P. Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). In: Educação & Sociedade, Campinas, v.23, n.80, set.2002, p.349 – 370.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SIMAN, Lana Mara de C. A sala de aula de História como espaço de produção de sentidos e novos significados. In: ARIAS NETO, José Miguel (Org.). Dez anos de pesquisas no ensino de História. Londrina: Atritoart, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Museu do Imperador: a apresentação de D. Pedro II colecionista

Regina M. .M. C. Dantas*

Resumo: O trabalho é um recorte da dissertação sobre o cotidiano de d. Pedro II no Paço de São Cristóvão (atual prédio do Museu Nacional). Com a pesquisa foi identificado um espaço do monarca pouco divulgado e chamado de "gabinete de curiosidades" – o Museu do Imperador. As fontes utilizadas foram: narrativas do monarca (diários), de naturalistas viajantes, documentos manuscritos do Museu Imperial e Nacional (antigo Museu Nacional), manuscritos do imperador (no Museu Imperial de Petrópolis), Relatórios Ministeriais e jornais da época. A descoberta do espaço e de parte dos objetos representou um melhor entendimento sobre a transferência do Museu Nacional para o prédio do Paço de São Cristóvão (em 1892); a relação entre o monarca e a instituição no desenvolvimento das ciências no Brasil do séc. XIX e a apresentação de um novo perfil do imperador – o d. Pedro II colecionista.
Palavras-chave: d. Pedro II – Paço de São Cristóvão – Museu Nacional.

Abstract: The work is a clipping **o**f the dissertation on the daily life of Dom Pedro II in São Cristóvão Palace (current building of the National Museum). With the research**,** a space of the monarch**,** not so well divulged, was identified and called **"**the cabinet of curiosities" - the Emperor's Museum. The sources used were: narratives of the monarch (diaries), of traveling naturalists, handwritten documents of the Imperial and National Museum (old National Museum), the emperor's manuscripts (in the Imperial Museum of Petrópolis), Ministerial Reports and newspapers of the time. The discovery of the space and of part of the objects shed more light on the likely motives regarding the transfer of the National Museum to the building of São Cristóvão Palace (in 1892); the relationship between the monarch and the institution in the development of the sciences in Brazil of the XIX century and the introduction of a new profile of the emperor - Dom Pedro II**,** the collector.
Keywords: D. Pedro II. São Cristóvão Palace. National Museum.

Durante a realização da pesquisa para a identificação dos objetos que pertenceram ao Paço de São Cristóvão, atual prédio do Museu Nacional/RJ, como tema da dissertação de Mestrado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, ousamos por procurar alguns dos artefatos que pertenceram ao "gabinete de curiosidades" do imperador. A partir da comprovação de que os objetos foram depositados no Museu Nacional – MN e diante do desconhecimento do assunto por parte dos pesquisadores da instituição, decidimos percorrer as atuais coleções (munidos de documentos) em busca dos artefatos do monarca.

* Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Historiadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

No início da pesquisa, algumas questões foram levantadas e nos serviram como roteiro, mas as principais foram: Qual teria sido a intenção do imperador em colecionar diferentes objetos? Qual a relevância de pesquisar sobre o Museu do Imperador?

Durante o levantamento dos artefatos do monarca, foi possível responder às indagações, porém, encontramos apenas alguns dos objetos (nem era o objetivo encontrar todos), devido a não termos tido acesso até o momento do inventário completo desse acervo[1]. O importante para a pesquisa foi analisar o processo colecionista do monarca, diante disso, recorremos a diferentes documentações: às narrativas dos viajantes; aos registros em jornais da Biblioteca Nacional; aos documentos da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional; ao Arquivo Histórico do Museu Imperial; e ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Com a constatação de que o imperador se preocupava em criar documentos que registrassem sua memória (seus diários), foi identificado que o monarca desenvolveu a atividade de acumulação de objetos. Assim, poderemos entender o porquê do ato de colecionar, a sua estratégia para a seleção dos objetos e identificar o perfil do observador que o monarca pretendia atingir.

Em relação à nomenclatura "Museu do Imperador", propomos utilizá-la, em vez do termo "gabinete de curiosidades", por termos encontrado o uso da palavra nos documentos oficiais do MN identificando-o como *museu do ex-imperador*,[2] no inventário de 1890 como *Muzeu*,[3] e devido ao próprio imperador nomear o local como *museu*.[4]

Gabinetes de curiosidades ou museus foram se espalhando nos séculos XVI, XVII e XVIII, destacando-se os dos príncipes (de Luís XIV, por exemplo) e dos colecionadores particulares. Em Paris do século XVII, já existiam 723 coleções que, na análise de Peter Burke, representaram a era da curiosidade. "Foi a época em que a as palavras 'curioso', *curious*, *curiosus* ou *curieux* passaram a ser usadas com maior freqüência" (BURKE, 2003: 100-104).

Trazendo o foco da memória para a coleção do monarca – aqui intitulado "Museu do Imperador" –, lembramos que ele foi iniciado com a união de um gabinete de mineralogia e numismática acrescido de um herbário, todos herdados de sua mãe, a imperatriz Leopoldina (1797-1826). Além de ter acrescido rapidamente as suas coleções, vale ressaltar que a imperatriz teve presença marcante na criação do Museu Real da Corte do Rio de Janeiro, em 1818, o posterior Museu Imperial e Nacional, atual Museu Nacional - MN.

---

[1] MI II – DMII 02.07.1890.
[2] BR MN MN. DR.CO, AO. 5314.
[3] Inventário entregue à 2ª. Vara de órfãos. MI II – DMI 02.07.1890 TC.B. rç.
[4] Carta do monarca no exílio doando o seu museu ao Museu Nacional. MI.CI.SC, I-DAS, 08.06.1891-PII.B.c.

Assim, durante a segunda metade do século XIX, d. Pedro II foi acrescentando ao herbário, ao gabinete mineralógico e ao numismático de sua mãe muitos objetos armazenados e recebidos em conseqüência de distintas visitas: dos viajantes, dos chefes de Estado, dos naturalistas brasileiros, além de ter adquirido peças oriundas de suas viagens realizadas dentro e fora do país, um conjunto de objetos que ilustram a diversidades dos povos, da fauna e da flora dos diferentes continentes. Diante disso, o monarca foi aumentado o acervo inicial e construindo a sua coleção particular selecionada e classificada por ele próprio (EWBANK,1976: 115). O conjunto desse material foi armazenado em um espaço específico para a exposição e pronto para a apreciação de observadores especialistas. Esse local o imperador denominou como *museu.*

Estudar coleções é penetrar no processo de construção de identidades, no caso de d. Pedro II, nosso imperador de "longa duração", todo um conjunto de imagens foi produzido como explicitou Lilia Schwarcz em *As barbas do imperador* (SCHWARCZ,1998: 325-328).

É impossível recriarmos a coleção do imperador, nem é o objetivo da presente pesquisa, mas, ao apresentarmos os objetos que pertenceram a sua coleção particular, estamos provocando um olhar para um conjunto de peças que sofreram um processo de seleção, foram classificadas e preservadas pelo imperador, e que posteriormente foram apropriadas pelo MN. Destacamos que alguns departamentos mantiveram os objetos unidos em formato de coleção inseridos no chamado *Livro de Tombo*, enquanto outros pulverizaram os objetos do monarca na coleção maior. O interessante é destacar que em todos os departamentos visitados os professores desconhecem a informação de que realizam a guarda de objetos que pertenceram a um museu de d. Pedro II que existiu no prédio.

O que o imperador queria destacar através do colecionamento de objetos das áreas de ciências naturais e antropológicas? Em primeiro lugar, torna-se relevante apresentar como os objetos chegaram até o MN, para que, em um segundo momento, possamos conhecer parte de sua coleção.

É importante destacar o interesse do imperador em enviar sua coleção particular para o MN, conforme o documento em resposta ao seu procurador em 8 de junho de 1891:

> *O meu Museu dou-o também ao Instituto Histórico, no que tenha relação com a Etnographia e a História do Brasil. A parte relativa às sciencias naturaes, e à mineralogia sob o nome de Imperatriz Leopoldina, como os herbários, que possão, ficar no Museu do Rio.*[5]

Diante de não termos encontrado o inventário completo da documentação enviada à 2ª. Vara de Órfãos, referente aos pertences do museu do monarca, recorremos aos

[5] MI.CI.SC, I-DAS, 08.06.1891-PII.B.c.

documentos da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional e encontramos ofícios que foram despachados pela Diretoria e que comprovam o recebimento dos objetos do Museu do Imperador pela instituição.

Foi solicitado em 7 de novembro de 1894, pelo diretor-geral interino, Domingos Freire (1893-1894), aos diretores das Seções da instituição, que providenciassem o inventário dos objetos oriundos do Museu do Imperador e separassem aqueles que por sua natureza não deveriam figurar nas coleções.[6]

A transferência do museu do monarca para o MN foi em virtude de a instituição científica ter manifestado interesse em ficar com o acervo, conforme documento solicitando a instalação de trilhos que iriam ligar a Quinta da Boa Vista ao MN (localizado no Campo de Santana) para que a instituição recebesse o museu do monarca. Constatamos, assim, que não foi um processo natural de doação: o acervo que pertenceu ao Museu do Imperador estava sendo preparado para ser leiloado, conforme correspondência de Ladislau Netto, de 19 de julho de 1890.[7] Foi um ato de conquista da instituição, pressionando as autoridades por meio de documentos e idas ao palácio para avaliação do material. A partir dessas ações, quase dois anos depois a instituição conseguiu se apropriar não só do acervo que pertenceu ao imperador, mas também do próprio palácio.

Partindo dessa reflexão, a partir do inventário incompleto das peças, das descrições de viajantes (Ewbank e Burmeister) e uma relação existente em artigo de jornal (*O Paíz* de 1890), foi possível identificar 700 artefatos que figuraram no Museu do Imperador.

Problematizar alguns objetos que pertenceram ao Museu do Imperador irá proporcionar a retirada dos artefatos da área do esquecimento, poderá articulá-los com as ciências naturais e antropológicas em voga no século XIX e com um imaginário construído por d. Pedro II para a nação brasileira, do qual era o principal representante.

Iniciaremos nosso percurso pelo museu do monarca através da descrição de parte do seu conteúdo registrado no artigo do jornal *O Paíz*, de 6 de agosto de 1890, intitulado "Acervo Augusto":

> *(...) relíquias de Herculanum e Pompéia (as cidades que o Vesúvio soterrou). Estatuetas, hermas, caçarolas ou panelas, vasos, repuxos, trabalhos de cerâmica, de ferro e de bronze. (...) armas modernas e antigas da Ásia e da África, yatagans recurvados dos ferozes guerreiros syrios e árabes, espadas e punhaes de aço legítimo de Damasco, escudos e elmos. Ainda a gente islamita figura no museu pelos seus instrumentos de música civil e militar. A história e a civilização da América ali tem conspícuo lugar, desde os Incas até os nossos dias. A anthropologia indígena tem objectos de estudos nas múmias e nas igaçabas, nos*

[6] BR MN MN. DR.CO, AO. 5314.
[7] BR MN MN.DR.CO, RA.9/f. 169-169v.

> *corpos e nas cabeças mumificadas ou pelo tempo ou pela arte. Há ali uma cabeça de guerreiro mumificada e tão reduzida, que parece a de uma criança.*[8]

Partindo da narrativa do príncipe de Joinville,[9] foi possível identificar que o Museu do Imperador foi distribuído em um total de quatro salas,[10] e com as escritas do viajante norte-americano Thomas Ewbank (1792-1870), identificamos a localização das salas (EWBANK,1976: 115), referentes ao atual Departamento de Geologia e Paleontologia, no primeiro piso.

Com o alemão Herman Burmeister (1807-1892), constatamos que no museu do monarca os visitantes eram selecionados, sendo os naturalistas viajantes parte de seu público-alvo (BURMEISTER, 1980: 82). Portanto, nem todos que visitavam o imperador tinham acesso ao museu. Assim, identificamos uma intenção do monarca em desenvolver uma política dos objetos que tinha como ordenação o discurso político.

Por isso, principalmente após a guerra do Paraguai, as imagens oficiais do monarca passaram a ter sua representação associada à ciência e ao conhecimento de sua época, o que fortaleceu o perfil de estadista mecenas (SCHWARCZ, 1998: 325-328).

Ewbank denominou o Museu do Imperador como um "lugar destinado à ciência, à antigüidade, à mineralogia, etc." (EWBANK, 1976: 115), e, diante dessa narrativa, podemos pensar no cotidiano de armazenamento do imperador destacando-o como um colecionador preocupado em selecionar e preservar suas áreas de interesses, algumas herdadas por sua mãe (botânica e mineralogia) e outras sensíveis à companheira Thereza Cristina (arqueologia).

Pormenorizando o acervo, não foi possível identificar se o material era apresentado através de categorias. Entretanto, ao falarmos sobre a referida coleção nós a identificamos utilizando as áreas do conhecimento do atual MN, o que muito facilitou nossa busca: a antropologia, a botânica e a geologia/paleontologia. Nada foi encontrado na Zoologia.

Na segunda metade do século XIX, a arqueologia estava voltada para a recuperação de vestígios do passado glorioso da humanidade, fortemente inspirada pelas descobertas feitas em Pompéia e Herculano no século anterior. Alavancada pelo espírito colecionista da época e pelo fascínio pelas culturas exóticas ou muito antigas do Velho Mundo, em partircular pelo Egito, despertado especialmente pelas campanhas napoleônicas, a arqueologia tinha um caráter eminentemente empírico, marcado pela acumulação.

---

[8] *O Paíz*, coluna "Salada de Frutas". Rio de Janeiro, 6.8.1890.
[9] D. François Ferdinand Philippe. que desposou dona Francisca, irmã de D. Pedro II.
[10] MI.CI.SC, AMI-5 e 6. Diário do príncipe de Joinville.

No Museu do Imperador, existiram coleções arqueológicas, verdadeiras relíquias, destacando-se os objetos de Pompéia e de Herculano, como: panelas, vasos e artefatos de bronze.

Para representar a antropologia, destacamos um dos poucos objetos que pertenceram ao imperador e que se encontra na atual exposição do MN, destacamos a múmia egípcia *Sha-Amun-Em-Su*, uma cantora do Templo de Amon, ainda fechada em seu ataúde original, que data da XXII dinastia – cerca de 750 a.C. (BRANCAGLION, 2005: 75-79). Essa múmia foi enviada ao Brasil para d. Pedro II pelo quediva (vice-rei) Ismail Paxá (1830-1895), por ocasião de sua segunda visita ao Oriente, em 1876, por ter proferido a palestra "O vandalismo dos viajantes", alertando para a situação dos constantes saques acontecidos nos templos do Egito, o que poderia comprometer a cultura egípcia para a população futura. O monarca selou a amizade com o quediva Ismail enviando-lhe um livro sobre o Brasil,[11] e Ismail, sensível ao interesse do imperador sobre a cultura egípcia, remeteu-lhe um presente como agradecimento a sua preocupação: a múmia *Sha-amun-em-su.*

Passando para a etnografia, durante a segunda metade do século XIX, as atividades de observação das sociedades consideradas "primitivas" eram realizadas pelos naturalistas viajantes, e a segunda parte, referente à análise dos materiais, eram executadas pelos eruditos nas metrópoles. Nesse mesmo período, d. Pedro II apresentou-se como o líder do romantismo no Brasil, fortalecendo a imagem do índio como símbolo nacional (SHWARCZ, 1998: 132-144). O movimento teve importante penetração na literatura e na pintura, retornando ao modelo do "bom selvagem" de Rousseau[12] (SCHWARCZ, 1993: 45). Diante disso, destacamos a realização de estudos do monarca sobre as línguas *tupi* e *guarani*,[13] o que fortalece o interesse de d. Pedro II pelos povos "primitivos.

Diante do empenho do monarca em fortalecer um símbolo nacional associado ao indígena brasileiro, destacamos seu interesse em colecionar objetos que representassem o índio do Brasil e que figuraram no museu do monarca e hoje se encontram guardadas no Setor de Etnografia do MN.

Em paralelo ao fortalecimento dos estudos da antropologia durante a segunda metade do século XIX, o MN foi impulsionado pela administração de Ladislau Netto (1874-1893), acompanhando o desenvolvimento da "*sciencia*" antropológica, que analisava os índios com uma visão biológica e física, afastada da análise social ou filosófica. Com isso, o

[11]MI. Arquivo Grão-Pará, Correspondências recebidas – 8090.
[12] Jean Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo suíço, aqui destacado por seu pensamento político pautado na bondade natural do homem.
[13] Estudos sobre línguas do Brasil. MI. CI. maço 29, doc. 1035.

novo índio "científico", em oposição ao índio romântico, passou a ser objeto de estudos, sendo inclusive apresentado em mostras nacionais e internacionais, tendo utilizado acervos etnográficos da coleção do imperador.

Em relação a botânica, através do estudo da flora é possível criar estratégias para o melhor investimento na terra rumo ao desenvolvimento. No caso brasileiro, eram desenvolvidas pesquisas sobre diferentes espécies, visando a aumentar a produção de determinados produtos, como, por exemplo, o algodão, as plantas produtoras de borracha, o café. Além disso, esse estudo era necessário para identificar e conhecer os diferentes tipos de plantas existentes em cada região do Brasil.

Durante o período de d. Pedro II, de semelhante modo ao que registramos na área de antropologia, houve uma interação entre o monarca e os botânicos de sua época. Além disso, o imperador possuía um herbário[14] composto por exemplares de madeiras, plantas, flores e frutos, um verdadeiro gabinete de botânica da época. No Museu do Imperador, uma sala específica abrigava o seu herbário contendo poucas mobílias e uma coleção de espécimes coletadas por Martius. O MN herdou o herbário do imperador que, atualmente, é composto por 43 espécies.

Sobre a geologia e paleontologia, durante os séculos XVIII e XIX, o pensamento científico valorizava o estudo da mineralogia interagindo com os trabalhos de expansão territorial. Raro era o rei que não possuía um gabinete de mineralogia. Tratava-se de uma filosofia criada por Abraham Gottlob Werner, da região da Saxônia, que consistia em considerar que o estudo da mineralogia deveria estar ligado ao conjunto da natureza, ao conjunto da história humana e ao conjunto dos interesses e às aspirações da sociedade.

É provável que a influência de Werner tenha chegado ao imperador d. Pedro II e seu interesse tenha rompida fronteiras, pois sua coleção de mineralogia recebeu doações de diferentes regiões do mundo, da Rússia czarista aos Estados Unidos, por ocasião de sua segunda viagem ao exterior, em 1976. As coleções de minerais e de rochas do imperador foram guardadas pelos naturalistas da antiga Divisão de Mineralogia do MN, sem pulverizá-las na grande coleção. Os minerais estão identificados como Coleção d. Pedro II, registrados separadamente daqueles que pertenceram a dona Leopoldina e à d. Pedro Augusto, o que muito facilitou nossa busca.

A antiga Divisão de Mineralogia da instituição hoje é caracterizada pelos estudos da geologia e da paleontologia, o que nos remete ao considerado pai da paleontologia

[14] Conjunto de plantas preservadas e organizadas por um método determinado, visando à sua análise para estudo. O método mais utilizado para preservação é através da desidratação do vegetal.

brasileira, Peter Wilhelm Lund (1801-1880), também botânico. O interesse do monarca pelas pesquisas de na área de paleontologia estão registrados nos documentos do Arquivo Histórico do Museu Imperial. No atual MN foi identificada uma ostra fossilizada que figurou no Museu do Imperador e que pertenceu a imperatriz Leopoldina.

Pesquisar o Museu do Imperador foi relevante para apontar diferentes visões da sua intenção como colecionador, além da relação estreita entre a instituição científica e o d. Pedro II em diferentes ações: na comunicação entre o monarca e os naturalistas do estabelecimento; na atuação do MN como órgão consultor do Governo Imperial, principalmente na participação de comissões científicas e no envio pelo próprio imperador de materiais à instituição para análise; e na comunicação entre d. Pedro II e a direção do MN na organização da participação do Brasil nas *Exposições Universais*.

Referências bibliográficas:

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**/ Trad. Manoel Salvaterra. Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia, 1980.

BRANCAGLION JUNIOR, Antonio. Revelando o passado: *Estudos da coleção egípcia do Museu Nacional.* In: LESSA**,** Fábio de Souza, BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha**. Memória & Festa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. Pp. 71-80.

EWBANK, Thomas. **A Vida no Brasil: ou, Diário de uma visita à terra do cacaueiro e das palmeiras**.Trad. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Ed.a Itatiaia, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O papel da informação-comunicação na Historiografia das Relações Internacionais: Uma análise da Escola Francesa

Julia Faria Camargo*

Resumo: O objetivo desta pesquisa concentrou-se na análise do papel da informação na literatura da Escola Francesa das RI. Na obra de Renouvin e Duroselle, "Introdução à História das Relações Internacionais", estudou-se a importância oferecida à comunicação no que diz respeito à formação das mentalidades coletivas. No livro de Duroselle, "Todo império perecerá", nos concentramos na importância da informação no que tangencia a sua classificação, acessibilidade e as fontes sobre o estrangeiro. De René Girault, Robert Frank e Jacques Thobie, estudou-se o papel da mídia na mobilização dos espíritos durante a II Guerra Mundial, como explicado na obra "La lois des géants 1941-1964". Concluiu-se que o papel oferecido à informação nesta Escola é relevante, podendo ser até mesmo considerado como uma das forças profundas que ajudam a compreender a vida internacional.
Palavras-chave: Escola Francesa das Relações Internacionais –Comunicação- Historiografia

Abstract: This research analysis the role played by the media in the French School of International Relations. The paper draws on the work of key thinkers of that School: Duroselle, Renouvin, Jacques Thobie, René Girault and Robert Frank. The reading of those books showed us that the issues on communication–information are quite meaningful in the French School of International Relations, and even they could be considered as a deep force, which help us to understand the international life.
Keywords: French School of International Relations – Communication - Historiography

A Comunicação Internacional (CI) é uma disciplina recente no campo de estudos das Relações Internacionais (RI). No inverno de 1952, a edição especial de número quatro da revista acadêmica *The Public Opinion Quartely* tentou decifrar o que era e sobre o que concerniam os estudos da CI na época. Na introdução desta edição especial, Lowenthal fez um panorama sobre o surgimento da nova disciplina:

> *It is within this framework of needs, frustrations and poor "public relations" that a new discipline in the social sciences makes its bow before enlightened, and let us hope sympathic audience. As it almost invariably the case, this infant-science was born of practical expediency. The baptism of this new science as a specific discipline was a deliberate attempt to establish some means of systematically observing the infant's rapid growth.* (1952: vi)

* Mestranda em História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília. CNPq.

O advento do estudo da Comunicação Internacional ocorreu no período entre as duas Guerras Mundiais e foi originado por três razões principais: a utilização da propaganda durante as duas Guerras Mundiais; o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação; e o advento do rádio, o qual trouxe, para as ciências sociais, as pesquisas de audiência. (op cit). Os primeiros estudos a preocuparem-se com a temática são os trabalhos de Harold Lasswell (1938) e Walter Lippman (1922). Ambos inauguraram a investigação das técnicas de propaganda e a sua relação com a opinião pública. Enquanto as preocupações de Lippman refletiam sobre a manipulação da opinião pública pelas instituições e pelos Estados, Lasswell fazia um trabalho pioneiro em uma análise sistemática da propaganda de guerra.

O impacto da emergência dos meios de comunicação nas RI permite a reflexão do papel da mídia como um ator do cenário global. Dougherty & Pfatzgraff (2001:109) ao classificarem os agentes do Sistema Internacional em diferentes grupos, citam os conglomerados midiáticos como sendo parte do que eles denominam de *Subnational Group*. Joseph Nye, em entrevista feita por mim, em 2004, por correio eletrônico, classifica a mídia como um ator transnacional do Sistema Internacional: To the extent that the media is read across borders and gathers news across borders, I would consider it a transnational actor. (NYE, 2004, on-line)

De tal forma, o papel desempenhado pela mídia exibe um leque amplo de possibilidades de tópicos: seu desempenho no processo decisório, na configuração do poder, no desenvolvimento do sentimento nacional, na formação das identidades nacionais, nas percepções e visões que um povo nutre por outro, na formação da opinião pública, na diplomacia pública, entre outros. A proposta desta pesquisa visa refletir sobre esses estudos por meio de um tema bastante específico: a análise do papel dedicado à informação-comunicação na literatura da Escola Francesa das Relações Internacionais.

Nessa pesquisa abarcamos ao conceito de informação o que diz respeito à imprensa, à propaganda, à formação da opinião pública e aos meios de comunicação em geral. Com esta finalidade, analisamos as obras de autores relevantes desta Escola: Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle, René Girault, Robert Frank e Jacques Thobie. Na obra de Renouvin e Duroselle, *Introdução à História das Relações Internacionais,* estudamos a importância que esses autores oferecem à comunicação no que diz respeito à formação das mentalidades coletivas ou "forças espirituais". No livro de Duroselle, *Todo império perecerá,* nos concentramos principalmente no quinto capítulo, *A Informação*, no qual o autor desmembra a importância desta no que tangencia a sua classificação, acessibilidade e as fontes sobre o estrangeiro. Igualmente, analisamos as ligações entre diplomatas e propagandistas, e a ação

psicológica da propaganda. Tal ponto corresponde especificamente ao capítulo 4, *Os agentes das relações internacionais,* e ao capítulo 9, *A eficácia das forças*. De René Girault, Robert Frank e Jacques Thobie estudamos o papel dos meios de comunicação na mobilização dos espíritos durante a Segunda Guerra Mundial, como explicado na obra *La lois des géants 1941-1964* (Histoire des Relations Internacionales Contemporaines, tome 3).

No Brasil, o estudo da mídia e da opinião pública é um assunto ainda pouco pesquisado pelos acadêmicos brasileiros pertencentes à área das Relações Internacionais. Entretanto, seu estudo destaca-se na Historiografia das Relações Internacionais de outras Escolas. Além da Escola Francesa, centros de estudos ingleses e italianos dedicam-se ao estudo histórico dos assuntos relacionados à Comunicação Internacional. Na Inglaterra, de acordo com Sombra Saraiva, atualmente, o estudo da mídia internacional tem sido um tema relevante para a historiografia:

> *"[...] é igualmente interessante o movimento da escola britânica na renovação dos seus temas e objetos. Destacam-se as novas abordagens empreendidas sobre a mídia e as Relações Internacionais, a interação entre a opinião pública e as crises internacionais, e o pacifismo, entre outros temas" (SARAIVA, 2001:28).*

De acordo com o Professor Cervo (2002), pode-se dizer que a Escola Italiana das Relações Internacionais chega a dialogar com a Escola Francesa: Italian school became fertile and diversified. Its originality lays on the insistence on spiritual forces inherent to the movement of international life: mentalities, sentiments, public opinion, collective passions, systems of values. Liderado por um dos principais pesquisadores da área, Brunello Vigezzi, diretor do Centro per gli Studi di Política Stera e Opinione Pubblica da Universidade de Milão, fundado em 1980, este centro tem se mostrado muito fértil em destacar a opinião pública como uma das forças profundas que movem as Relações Internacionais.

Apesar desses esforços paralelos, o papel desempenhado pela mídia é um estudo ainda pouco pesquisado pelos historiadores das Relações Internacionais. Para Philip M. Taylor, muitos historiadores expõem suas considerações na concepção de que somente políticos, soldados, homens de Estado são os únicos atores a fazerem parte da História e, assim, acabam por negligenciar o papel da mídia no cenário internacional:

> *Although mass communication and the mass media are comparatively recent phenomena, barely a century old, we have scarily begun to appreciate their relationship to the international system, whether as contributors to, or merely conveying a sense of, its order and disorder. Historians as a profession, it has to be said, have not served this uniqueness particularly well. Even now, very few history text books mention communication and the media, except possibly in passing, and although a considerable amount of high-quality historical research has been undertaken into specific areas and specific subjects – the two World Wars, the role of cinema and radio, the use of media as an instrument of propaganda – very little*

> *of it has yet to penetrate the mainstream of historical writing and teaching about this mass media century of ours (TAYLOR, 1997: 4).*

Como já explicitado, o foco desta pesquisa desenvolveu-se em torno da Escola Francesa das Relações Internacionais. Sua origem está relacionada a uma grande transformação epistemológica na historiografia, a qual foi fortemente influenciada pelos historiadores franceses, os quais consagraram seus pensamentos com a criação, em 1935, na Sorbonne, do "*Institute d'Histoire des Relations Internationales Contemporaines*". Este Instituto agregou ao longo de suas diretorias nomes como: Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle, René Girault e Robert Frank, sucessivamente. Pierre Renouvin, primogênito irradiador dos pensamentos da Escola Francesa, exprimiu a vontade de sobrepor à noção de história diplomática, a qual segundo ele representava um horizonte limitado, uma História das Relações Internacionais caracterizada por uma perspectiva cognitiva mais ampla dos temas internacionais. No mesmo movimento de ruptura da Escola dos Annales, Renouvin, na Escola Francesa, utilizou essas reflexões epistemológicas no estudo da História das Relações Internacionais. Assim, criou novos conceitos e ofereceu à comunidade científica a noção de "forças profundas", ou seja, as forças que influenciam e estão presentes no curso das Relações Internacionais; "forças materiais", as quais correspondem aos fatores geográficos, às condições demográficas e às forças econômicas; e as "forças espirituais" ou "mentalidades coletivas", que correspondem ao sentimento nacional e aos movimentos pacifistas.

Entre as principais características da Escola Francesa estão: a noção de vida internacional (aquém dos jogos, diplomacias, disputas, etc); A noção de que o Estado possui um papel menor; um interesse nas relações que os povos exercem entre si; os movimentos de opinião pública; senso de totalidade (evolução da História como um todo). Nesta mesma esteira de pensamento, o professor Cervo explica que os historiadores franceses, com o objetivo de compreender as Relações Internacionais, definiram quatro direções complementares de investigação. Primeiro, os historiadores deveriam identificar os componentes da vida internacional que envolvessem o Homem de Estado. Aqui se incluem as investigações psicológicas e antropológicas sobre o seu temperamento; as imagens que os grupos fazem uns dos outros; a importância dos grupos e das fronteiras; as questões que envolvem o Estado–Nação e as organizações plurinacionais. Segundo, é esperado que o historiador investigue as origens e causas das Relações Internacionais, compreendendo diversas forças históricas (elementos naturais, demografia, economia, princípios e valores), cujos movimentos deveriam relacionar-se com as decisões de política externa. Terceiro, os estudos deveriam concentrar-se na identificação dos propósitos das ações internacionais, os

quais envolvem a determinação dos agentes, o papel da informação e os custos e riscos dos planejamentos estratégicos. E por fim, em quarto lugar, os historiadores deveriam seguir o movimento, o processo das Relações Internacionais por meio do tempo, revelando o esquema das relações simétricas e assimétricas, das negociações pacíficas e conflituosas, da diplomacia, da guerra. These four groups of factors represent diverse ways of research and illuminate the object of study in an attempt to provide it with an understanding. The multiple causes system consists precisely of this complex approach (CERVO, 2002).

De tal forma, "múltiplas causas" são as palavras que explicam de maneira simples, porém densa, os pressupostos da Escola Francesa das Relações Internacionais. A preocupação em demonstrar que o entendimento de um evento que ocorre na arena do cenário internacional deve ser compreendido por meio de uma gama de fatores, nos permitiu estudar o papel oferecido à informação no pensamento desta Escola. A proposta de se fazer uma releitura da Escola Francesa das Relações Internacionais observando em algumas obras o papel oferecido à informação nos remete a uma frase do livro *L'histoire des Relations Internationales*, escrito por Renouvin. Nas considerações finais da obra o autor afirma: *L'histoire des Relations Internationales est inséparable de l'histoire des civilizations.*

Nesta pesquisa observou-se que a Escola Francesa com a finalidade de compreender as Relações Internacionais como algo mais totalizante, na qual as múltiplas causas dos acontecimentos históricos engendram o entendimento da dinâmica do cenário internacional, oferece ao tema da comunicação uma análise muito consistente. Constatou-se que nas três obras analisadas, o diálogo com esse tema não se passa de uma maneira superficial, contudo, como uma das múltiplas causas que nos ajudam a compreender a arena internacional em sua totalidade.

Na obra *Introdução à História das Relações Internacionais*, escrita por Renouvin e Duroselle (que em conjunto com Renouvin escreveu a segunda parte do livro, intitulada o "Homem de Estado") encontramos um campo fértil, no qual os estudos da comunicação, de uma maneira geral, perpassam por quase todos os treze capítulos do livro. Entretanto, são nos capítulos VI "O sentimento nacional"; VII "Os nacionalismos"; VIII "O sentimento pacifista" ; XI "A ação das forças profundas sobre o Homem de Estado" ; XII "A ação dos homens de Estado sobre as forças profundas" e XIII "A decisão", que esse tema sobressai-se de maneira relevante nas linhas de toda a obra.

O livro *Todo Império Perecerá* além de tecer importantes considerações a respeito da História das Relações Internacionais, sublinha a questão das múltiplas causas e também presta muita relevância ao papel da informação na definição do cenário internacional. Nesta

obra, a tentativa de traçar as forças profundas que definem as Relações Internacionais perpassa pela questão da informação, engendrando desde a relação entre os propagandistas e os diplomatas, à tomada de decisões pelos chefes de Estados. Nesta parte, o tom de conselheiro muitas vezes toma conta do autor, o qual alerta os grandes chefes de Estado a respeito das causas e conseqüências que a utilização da informação pode trazer à vida política.

No livro *Le loi des géants 1941 – 1964* escrito por René Girault, Robert Frank e Jacques Thobie, estes autores fazem uma reflexão a respeito do papel da comunicação na Segunda Guerra Mundial. Na tentativa de explicar quais foram as forças profundas que levaram à dispersão de energia para uma guerra total, eles citam: a questão econômica, a mobilização dos espíritos e a "arma"cultural. A leitura desta obra surpreendeu, pois se reflete sobre o papel do rádio e do cinema como meios de mobilização coletiva. Tal perspectiva histórica, ou seja, uma perspectiva construída por meio da atuação de determinados meios de comunicação raramente é considerada pelos historiadores. De tal forma, converge-se novamente em uma das principais características da Escola Francesa das Relações Internacionais, isto é, o princípio de multicausalidades. Como muito bem colocado pelos autores: La guerre totale n'est pas seulement une question d'économie. Elle est aussi guerre psychologique, avec une dimension idéologique, morale et espirituelle (GIRAULT, FRANK, THOBIE, 1993 p. 52).

Ao abordar temas como a mentalidade coletiva; a formação de sentimento nacional; o papel da informação nos processos de decisão; a utilização dos meios de comunicação como uma ferramenta de coesão nacional; e a utilização da propaganda com intuito de conquistar as massas e a opinião pública, a Escola Francesa oferece como um de seus principais méritos a construção de uma História Internacional com sujeitos e, como explicado por Renouvin, que considera a atuação da civilização como um todo. Por fim, a releitura dessas três obras escritas por autores renomados dessa Escola surpreende na medida em que o papel oferecido à informação no pensamento desses historiadores sobressai-se de maneira relevante e densa. Apesar das limitações quantitativas de nossa análise, pensamos que é possível considerar essas preocupações com as questões afetas à informação-comunicação como igualmente sendo uma das características da Escola Francesa das Relações Internacionais. Considerando-a como uma das múltiplas causas que nos ajudam a entender a vida internacional, pelo menos em parte de sua totalidade. E até mesmo considerando o seu papel como uma força profunda dessa Escola.

Referências bibliográficas

CERVO, A. L. **History of International Relations** . In: Neil J. Smelser. (Org.). International Encyclopedia oh the Social & Behavioral Sciences. 1 ed. Oxford: Elsevier Science, 2002, v. , p. 7824-7829.

DOUGHERTY, James; PFZATAGRAFF, Jr Robert. **Contending theories of international relations**, New York: Longman, 2001.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília:Universidade de Brasília e Imprensa Nacional, 2000.

FRANK, Robert. **Penser historiquement les relations internationales**. Disponível em: < http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/FD001267.pdf> Acesso em: 21/05/2006.

GIRAULT, René. De Renouvin à Renouvin. In: **Histoire des Relations Internationales**. Hachette Livre, 1994.

GIRAULT, René; FRANK, Robert; THOBIE, Jacques. **La loi des géants 1941 -1964**. Masson, 1993.

LASSWELL, Harold. **Propaganda techniques in the world war**. New York: Peter Smith, 1938.

LIPPMAN, Walter. **Public opinion**. New York: Free Press, 1922.

LOWENTHAL, Leo. Introduction: Special Issue on International Communications Research. **The Public Opinion Quarterly**, Vol. 16, N.4, p. v-x, winter 1952-1953.

NYE, Joseph. **Entrevista concedida sobre o papel da mídia como um ator das Relações Internacionais**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: julia_fcamargo@hotmail.com . Em: 15 de out. 2004.

RENOUVIN, Pierre; DEROSELLE, Jean-baptiste. **Introdução à história das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **Relações Internacionais**: dois séculos de história, v.1. Brasília: IBRI, 2001.

_____. **Relações Internacionais:** dois séculos de história. Vol. II: entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)**.** Brasília: FUNAG; IBRI, 2001.

TAYLOR, Philip, M. **Global communication, international affairs and the media since 1945**. Londres: Rotledge, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imagem, forma e espaço – os limites de uma abordagem histórica da cidade contemporânea

Denise Gonçalves*

Resumo: A recente inserção da cidade no campo da história da arte trouxe importante contribuição para o estudo da forma urbana em suas relações com aspectos culturais, e mais especificamente com as questões espaciais que permeiam a produção artística moderna. A nova experiência do espaço-tempo instituída pela era industrial, importante fator de modernização das artes, engendra uma nova espacialidade urbana que consegue articular forma e imagem dentro de uma coerência histórica. Hoje, no entanto, a fragmentariedade do espaço urbano parece ter quebrado essa coerência e ter subvertido as relações entre espaço-forma-imagem dentro de uma temporalidade descontínua. Os conceitos da história da arte revelam-se importantes auxiliares para a compreensão dessas relações; já a abordagem histórica deve constituir-se numa história dos fragmentos urbanos e das modalidades de coesão destes dentro da trama da cidade..
Palavras-chave: cidade contemporânea – história urbana – história da arte

Resumé: L'insertion récente de la ville dans le domaine de l'histoire de l'art représente une contribution importante pour l'étude des formes urbaines et de ses rapports avec la culture, surtout, en ce qui concerne les questions relatives à l'espace qui traversent la production artistique moderne. La nouvelle expérience de l'espace-temps instituée par l'âge industrielle implique une nouvelle espacialité urbaine qui articule forme et image selon une cohérence historique. Cependant, aujourd'hui, le caractère fragmentaire de l'espace urbain semble avoir brisé cette cohérence en même temps qu'il bouleverse les relations espace-forme-image selon ume temporalité descontinuelle. Les concepts de l'histoire de l'art aident à la comprehension de ces relations; l'approche historique doit se constituer en tant qu'histoire des fragments urbains et de leurs modalités de cohésion dans la trame de la ville.
Mots-clé: ville contemportaine – histoire urbaine – histoire de l'art

A recente inserção da cidade no campo da história da arte trouxe importante contribuição para o estudo da forma urbana em suas relações com aspectos culturais, e mais especificamente em suas relações com as questões espaciais que permeiam a produção artística a partir da Idade Moderna. A constituição de um espaço moderno, teorizada a partir do Renascimento com base na geometria e na perspectiva, se dá a partir da construção de uma visualidade nova que, rompendo com as estruturas medievais, atinge as várias escalas da produção e da percepção humanas – do objeto artístico à cidade – e que adquire nuances

* Comitê Brasileiro de História da Arte, Doutora em História da Arte pela Université Catholique de Louvain-la-Neuve

segundo as especificidades do pensamento estético nos três séculos que se seguem. Apesar da era industrial ter representado uma ruptura em relação a uma série de aspectos históricos e culturais, e da cidade ter adquirido uma complexidade nunca vista – voltaremos a esse ponto mais detalhadamente – a questão do espaço moderno se mantém como elo entre as escalas cada vez mais específicas do urbanismo, da arquitetura e das artes.

O estudo do espaço, quer seja nas artes plásticas ou na escala urbana, pode ser assim revelador de aspectos culturais importantes de determinados grupos sociais, em determinados períodos. Espaço e tempo são categorias fundamentais da experiência e da percepção humanas; no entanto, longe de serem estáveis, estão constantemente sujeitos a mudanças decorrentes, em grande parte, da própria mutabilidade das situações históricas. Apesar da dimensão material do espaço – a forma – manter-se permanente pelo menos durante um certo período de tempo, sua dimensão perceptiva – a imagem – é efêmera, podendo adquirir significados os mais diversos. Dentro de uma abordagem histórica da cidade, se considerarmos a produção do espaço urbano como componente da produção cultural de uma sociedade, teremos que necessariamente estabelecer as relações entre a dimensão objetiva da forma, em sua materialidade construída e de caráter permanente, e a dimensão subjetiva e cambiável da imagem, cada uma correspondendo a temporalidades em geral distintas.

A construção de uma visualidade moderna no século XIX se dá em função de problemas espaciais inéditos. A nova experiência espaço-temporal engendrada pela atividade industrial – o encurtamento das distâncias e a aceleração do tempo resultantes do desenvolvimento tecnológico, tema desenvolvido por David Harvey (HARVEY, 1998) entre outros teóricos da pós-modernidade – traz rupturas profundas na concepção e representação do espaço, constituindo importante fator de modernização das artes, da arquitetura e da cidade. A cidade moderna é concebida em sua origem como uma transformação radical do espaço. A destruição, inevitável segundo o modelo haussmanniano, dos tecidos existentes e considerados obsoletos, confronta novo e antigo, colocando o problema da preservação de formas pré-existentes consideradas referências históricas, e que devem ser inseridas nas novas estruturas por suas potencialidades simbólicas. Além disso, a cidade passa a ser pensada não mais como um organismo único e fechado, mas como um nó articulador de um sistema de circulações estabelecido na escala do território e que se reproduz ao interior dela própria, no fluxo das largas avenidas retilíneas que constituem a própria imagem da modernidade.

Apesar da profundidade da ruptura, a cidade oitocentista consegue articular no seu espaço forma e imagem, passado e presente dentro de objetivos precisos e segundo uma

coerência histórica que vai gradativamente se perdendo durante o século XX. Se pensarmos o processo histórico da cidade como uma constante atualização das formas existentes e assimilação dos novos objetos, juntando-os todos sempre num mesmo presente – como considera Bernard Lepetit (LEPETIT, 2001) – podemos enxergar importantes fatores de continuidade em relação à cidade antiga. De lá para cá, entretanto, o contexto é outro: a crescente desespacialização das atividades humanas, fruto da tecnologia da comunicação assim como a instantaneidade do tempo, modificam profundamente os mecanismos de percepção do homem pós-moderno e atingem em cheio a problemática urbana contemporânea. A dinâmica urbana se acelera, o espaço perde os contornos, se fragmenta e se distancia do passado, a imagem se banaliza. Teóricos como Françoise Choay pregam a morte da cidade, Paul Virilio fala de "cidade sem portas" e "superexposta" – diante desse quadro, ainda é possível se construir, analogamente à historia da arte, uma abordagem histórica da cidade que relacione, no tempo, espaço, forma e imagem?

Começando pela relação **forma-tempo** retomamos Lepetit, para quem a materialidade e a durabilidade das formas urbanas esconde uma dinâmica que não pode ser inserida num tempo histórico linear. "A materialidade de uma cidade é marcada pela ação contínua do tempo": as formas quase sempre provém de passados diferentes e seguiram ritmos de evolução diversos, mas pertencem sempre ao espaço urbano do presente. "Na cidade, elementos oriundos de diferentes épocas se acumulam. Como por contágio, mesmo se não têm relações entre si na origem, encontram-se próximos uns dos outros, num presente que os mantém coesos. São modalidades dessa "coesão", no presente, que precisamos tentar analisar" (LEPETIT,2001:179).

Fazemos aqui um parêntese para observar que este é um dos pontos fundamentais dentro do estudo da forma urbana contemporânea: a permanência de objetos e áreas antigas dentro das estruturas constantemente renovadas da cidade. A situação histórica é clássica: a expansão física das áreas urbanas, a perda da antiga centralidade com a criação de novos centros em áreas recém-ocupadas, o abandono progressivo dos centros antigos e, nas últimas décadas, a revalorização destes através de projetos de revitalização que exploram suas potencialidades culturais e turísticas, o mesmo fenômeno se reproduzindo na escala dos edifícios. As conseqüências desse processo também são clássicas: substituição dos grupos sociais locais causada pela gentrificação, transformação desses espaços, que nas estruturas antigas faziam parte do cotidiano, em espaços de consumo, e a manutenção das formas graças aos mecanismos legais de preservação – no Brasil o tombamento – e também a restaurações cuidadosas que conferem aos objetos e conjuntos urbanísticos a imagem de um passado

idealizado e atemporal – quando não acontecem as "maquiagens estilísticas" em objetos "destoantes", ou oriundos de épocas diversas, visando conferir uma aparência uniforme aos conjuntos e/ou entornos destes.

A esses fragmentos herdados e dissonantes Lepetit chama *traços*; eles constituem, a nosso ver, um bom instrumento para se examinar as diferentes situações históricas e espaciais possíveis decorrentes da permanência de determinadas formas num contexto espacial continuamente em movimento. O *traço,* para o autor, se forma dentro de uma relação **espaço-tempo**, resultando do distanciamento ocasionado por ritmos de evolução diferentes: dentro do fluxo contínuo das situações urbanas, os objetos antigos podem acomodar-se por meio de uma série de ajustes parciais. Nesse caso, e ainda que antigos, se mantém num presente continuado de formas e de usos que é o do próprio espaço urbano, e graças a isso ainda não constituem traços: "O traço começa com a desadaptação, com o fim das possibilidades de ajuste" (LEPETIT,2001:180).

Dentre as modalidades de reaplicação do traço no presente, as alternativas segundo o autor resumem-se a: ser destruído, ser deixado como está, ser musealizado através de intervenções como as acima descritas, ou ser inserido, através da atribuição de novos usos, dentro da lógica de sua contemporaneidade com o contexto espacial. No primeiro caso, talvez permaneça na memória de algumas gerações; no segundo, sua presença material pode ser conservada mas o objeto perde o valor social, podendo entretanto constituir uma possibilidade futura; no terceiro, sua permanência física é assegurada mas sua inserção no espaço é discutível – voltaremos nesse ponto a seguir –; no quarto e último, o objeto é reinserido segundo uma reinterpretação de sua função social.

Em torno da permanência de uma mesma forma num contexto urbano vemos assim resultarem, num determinado momento, quatro situações históricas e espaciais diferentes correspondendo a significados diversos. Apesar da permanência da forma caracterizar três delas, apenas uma, a nosso ver, pode ser considerada modalidade de coesão : a da atribuição de um novo uso segundo as práticas sociais do momento. A musealização dos objetos e conjuntos em geral resulta no efeito inverso, já que enfatiza a fragmentação do espaço urbano: institui uma temporalidade estática e uma única atribuição de sentido, quebrando a dinâmica das sucessivas atualizações das formas urbanas e das diversas possibilidades de percepção e interpretação do espaço que caracterizam a cidade.

A discussão em torno da permanência das formas urbanas também envolve, assim, a dimensão perceptiva do espaço – a relação **forma-imagem**. A imagem não possui um caráter meramente conceitual; como afirma o historiador da arte Pierre Francastel, "ela

prescreve uma das mais importantes formas de organização da sociedade" (FRANCASTEL,1983:18), do mesmo modo que o espaço construído. Relacionando forma e imagem na obra de arte, o autor afirma que deve-se abandonar a crença de que a forma constitui a projeção sensível de uma imagem estável – suas referências significativas fazem parte do imaginário e por isso pode-se dizer que a verdadeira imagem não está no objeto e sim nas memórias diferenciadas, individuais e coletivas. Todo objeto de civilização[1] – incluímos aí o espaço construído – é assim "uma forma de renovação do imaginário", é a concretização de um universo cujas dimensões estão manifestas tanto nos atos como nas representações. "Qualquer ação, qualquer imagem é, de certo modo, criadora de realidade" (FRANCASTEL,1983:32-62)

Um dos fatores da mutabilidade da atividade perceptiva é a relação **imagem-tempo**, que por sua vez implica na intervenção da memória. Só que, segundo Francastel, uma memória de caráter diferente daquele atribuído à lembrança dos acontecimentos passados. Trata-se de uma memória atual, imediata, de uma micro-memória onde o tempo intervém a uma velocidade mais fenomenológica que histórica. Quando o tempo ou a memória incidem sobre a apreensão espacial supõe-se o reconhecimento, além do conjunto e das partes, da ordem antiga e da atual. "Em última análise, a única coisa que se percebe é a alteração, e é a razão pela qual a visão nos transmite, não o espetáculo de um mundo estável, mas o de um mundo em transformação". Desta forma, o espaço-tempo não poderá ser reduzido a uma apreensão única, nem a uma oposição. A percepção das categorias de espaço e tempo não pode tampouco estar apoiada em séries de fatos exteriores, mas sim "nas modalidades em que se manifesta a atividade global do espírito" (FRANCASTEL,1983:97).

Voltemos nesse ponto à permanência das formas urbanas para exemplificar a problemática da imagem-tempo. Acreditamos que enquanto os objetos permitem, sob o ponto de vista da percepção ou da imagem, a atualização das memórias e do imaginário – ou a visão do "mundo em transformação" a que se refere Francastel – eles confirmam sua coesão no espaço urbano. No entanto, considerando-se o mesmo objeto em sua materialidade, uma semelhante inserção se torna quase impossível com a musealização, já que a ele é imposta uma imagem determinada e ancorada na memória pré-fixada de um passado imutável, impedindo a vitalidade das reinterpretações sucessivas do espaço a que nos referimos acima. A experiência perceptiva nesse caso fica empobrecida e a imagem estática do objeto torna-se defasada em relação à dinâmica das temporalidades urbanas.

[1] Para Francastel, qualquer produto de uma ação do homem constitui um objeto de civilização.

Tentaremos agora analisar alguns aspectos da relação **espaço-imagem** específicos da pós-modernidade. Fredric Jameson aponta a problemática contemporânea da constituição de uma sociedade e de uma cultura das imagens, onde a superabundância destas cria a ilusão de uma nova naturalidade, tão próxima que já não se pode reconhecer a singularidade histórica da própria situação pós-moderna. Esta primazia da visualidade traz problemas paradoxais:

> *Ela significa uma mais completa estetização da realidade que é também, ao mesmo tempo, uma visualização ou colocação em imagem mais completa dessa mesma realidade (...) se toda a realidade tornou-se profundamente visual e tende para a imagem, então, na mesma medida, torna-se cada vez mais difícil conceituar uma experiência específica da imagem que se distinguiria de outras formas da experiência (JAMESON,2004: 135-136)*

No que se refere à cidade, espaço e imagem tenderiam a confundir-se, assim, numa mesma realidade estética que não se encontraria necessariamente vinculada ao processo histórico das atualizações sucessivas. Entretanto, talvez pudéssemos considerar a função estética como uma modalidade de reinserção no espaço urbano, já que ela não deixa de ser inerente à alternativa da musealização dos objetos[2]. Fica a pergunta: a dissolução do espaço em imagem estetizada não estaria mais relacionada à crescente desfuncionalização deste como lugar da ação, do que a uma intensificação da atividade perceptiva, ou simplesmente a uma tendência cultural?

Paul Virilio escolhe outra vertente para a abordagem da relação espaço-imagem na pós-modernidade: a tecnologia da comunicação. Para ele, o aparato dos sistemas de comunicação – a *construção das técnicas* – engendra um conjunto de mutações espaciais e temporais que reorganizam incessantemente, através do cotidiano, as representações do território contemporâneo. Desse modo, "o espaço construído não o é exclusivamente pelo efeito material e concreto das estruturas construídas, da permanência de elementos e marcas arquiteturais e urbanísticas, mas igualmente pela súbita proliferação, a incessante profusão de efeitos especiais que afetam a consciência do tempo e das distâncias, assim como a percepção do meio". A polêmica em relação aos medias e ao espaço virtual por eles instituído teria assim, como uma das principais críticas, a deformação da atividade perceptiva do homem contemporâneo, já que eles engendram uma drástica redução das referências espaciais causada pela ausência de materialidade:

[2] A musealização está ligada ao conceito de monumento, cuja definição envolve valores simbólicos e estéticos.

> *A arquitetura é um instrumento de medida, um saber que, ao nos colocar no mesmo plano que o ambiente natural, é capaz de organizar o espaço e o tempo das sociedades. Ora, esta faculdade "geodésica" de definir uma unidade de tempo e espaço para as atividades entre agora em conflito direto com as capacidades estruturais dos meios de comunicação de massa. (VIRILIO,1993:16)*

Esse espaço virtual e paralelo instituído pelos sistemas de comunicação e descrito por Virilio não incide diretamente sobre a materialidade da forma construída, no entanto é responsável pela transformação radical das qualidades tradicionais do espaço. O encurtamento virtual das distâncias, a dissolução dos limites espaciais, a crescente desespacialização das atividades humanas, associados à fragmentação e instantaneidade do tempo implicam num redimensionamento destas duas categorias. A crise da atividade perceptiva, inevitável e sem precedentes, torna-se histórica e ultrapassa em muito os aspectos culturais apontados por Jameson. Um ponto parece comum aos dois teóricos: o fenômeno contemporâneo da intensificação da imagem constitui um fator de desmaterialização do espaço. Uma ruptura fundamental da pós-modernidade seria então a de que a imagem não é mais "criadora de realidade", como quer Francastel, mas substitutiva dela, e conseqüentemente substitutiva do próprio espaço.

Diante desse quadro, poderíamos questionar a utilidade ou a própria possibilidade de se tecer uma análise histórica das formas urbanas. O fato é que todas essas questões do espaço-imagem na pós-modernidade por enquanto estão limitadas às grandes metrópoles; seus efeitos sobre a maior parte das cidades ainda se encontram bastante diluídos, sendo perceptíveis em geral apenas sob alguns aspectos e segundo graus de intensidade diferenciados. Nesta diferenciação se encontra uma situação histórica específica, e é preciso compreendê-la.

Sob o ponto de vista metodológico, ao quadro fragmentado do espaço contemporâneo só pode corresponder uma história dos fragmentos, e nesse ponto retomamos Bernard Lepetit: objetos bem delimitados segundo recortes adequados, que permitam a análise detalhada do processo histórico gerador das formas, através da identificação de cronologias precisas e dos agentes modificadores do espaço. Como instrumentos da pesquisa, todos os que estiverem accessíveis: documentos os mais variados (legislações, publicações e periódicos em geral, inventários, documentos particulares, etc.), mapas, imagens, relatos orais, e quaisquer outros. O mais importante, no entanto, já que se trata de uma análise do espaço: a proximidade física com o objeto. A experiência espacial não pode ser reproduzida. Compreender o espaço requer um olhar atento e minucioso, treinado para "ler" nas formas, e nas suas representações, as marcas do tempo, as rupturas e permanências, os temas

recorrentes – o olhar do historiador da arte. Se toda imagem é criadora de realidade, a análise do processo imagem-forma-espaço, análoga à da obra de arte, pode fornecer uma das chaves para a compreensão da cidade contemporânea.

Referências bibliográficas

FRANCASTEL, Pierre. **Imagem, visão e imaginação**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JAMESON, Fredric. **Espaço e Imagem**. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fotografia e história: imagens fotográficas do cangaço

Marcos Edílson de Araújo Clemente*

Resumo: Análise da relação história e fotografia em seus aspectos teóricos e metodológicos, com enfoque no cangaço da fase de Virgulino Ferreira da Silva – Lampião - entre 1926 e 1938. Há imagens fotográficas de Lampião e seu bando em pelo menos duas ocasiões: a primeira, em 1926, quando esteve em Juazeiro, Ceará, para encontro com Padre Cícero. Na segunda ocasião, em 1936, o mascate Benjamim Abrahão Botto filmou Lampião e seu bando no deserto do Raso da Catarina. As fotografias mostram os cangaceiros em cenas da vida cotidiana, em poses de guerra, rezando, lendo. Tal aparato fotográfico expõe um conjunto de representações do cangaço. Duas questões são colocadas: qual o lugar da imagem fotográfica enquanto evidência histórica? Quais são os limites e as possibilidades da iconografia fotográfica do cangaço?
Palavra-chave : Cangaço – História – Fotografia .

Abstract: Analysis of the relationship between history and photograph concerning its theorical and methodological aspects, emphasizing the cangaço during the phase of Virgulino Ferreira da Silva - Lampião – from 1926 and 1938. There are photographic images of Lampião and his band on at least two occasions: firstly, in 1926, during his stay in Ceará to meet with Padre Cícero. Secondly, in 1936, the peddlar Benjamin Abrahão Botto filmed Lampião and his band in the desert of Raso da Catarina. The photographs show the cangaceiros in their everyday lives, posing with weapons, praying, reading. Such an photographic apparatus displays a bulk of representations of the cangaço. Two questions arise then: what is the location of the photographic image while historical evidence? Which are the boundaries and the possibilities of the photographic iconography of the cangaço?
Key word: Cangaço – History - Photograph

O objeto deste trabalho é cangaço, banditismo típico do sertão nordestino, mais exatamente o cangaço da época de Virgulino Ferreira da Silva - Lampião. Este ciclo de cangaço caracteriza-se pelos registros fotográficos de parte do cotidiano dos cangaceiros. Estudos apontam que Lampião, diferentemente de cangaceiros famosos, teria se empenhado na construção da sua própria imagem pública. O exame das circunstâncias históricas de produção, reprodução e circulação do *corpu*s fotográfico do cangaço pode ser útil pelo que revela sobre o universo cultural, material e simbólico dos cangaceiros em diferentes contextos da época. Portanto, a abordagem recairá sobre a relação fotografia e história. Para tanto, faremos um breve esboço da questão, discutiremos o encontro de Lampião com o Padre Cícero em 1926 e depois o encontro de Lampião com o libanês Benjamin Abrahão Botto, em

*Mestre em História. Universidade Federal do Tocantins / Campus de Araguaina.

1936. Finalmente, tentaremos sistematizar teórica e metodologicamente as questões abordadas**.**

O CANGAÇO ENTRE TEXTO E IMAGEM

A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento de uma realidade passada, além de ser a intromissão do fotógrafo num instante dos tempos. Para o historiador é mais que isso. Conforme Marc Ferro, a fotografia é um inventário temático onde se encontra a "enumeração de motivos – objetos representados, papéis sociais postos em cena, produção e recepção culturais." (FERRO, 1978: 289-291) Com efeito, já sabemos que os fotógrafos realmente interferem e que o seu olhar não é "inocente." Seria muito, porém, atribuir-lhe exclusividade no ato fotográfico. De Paula, em livro surpreendente sobre a guerra de imagens na Revolução Constitucionalista em São Paulo, mostra como em torno de uma fotografia existem narradores visuais, e que além da subjetividade do fotógrafo "é preciso considerar a visão do próprio fotografado, que pode estar exprimindo, de forma consciente ou não, seus anseios e sua auto-imagem idealizada" (DE PAULA, 1998: 36-37).

A literatura do cangaço costuma reproduzir em suas páginas fotografias de cangaceiros, sobretudo fotografias do ciclo de Lampião. São imagens persuasivas, dirigidas ao leitor como prova da ocorrência do fato histórico. Não obstante a consagração do texto escrito, com seu cânone secularmente estabelecido, a fotografia entremeia o texto, intrusa e ao mesmo tempo laudatória do seu próprio texto. É conveniente pensar a fotografia não apenas no texto, afinal "todo texto dá a ler, toda imagem dá a ver. Mas todo discurso se reporta a uma imagem mental, assim como toda imagem comporta uma mensagem discursiva" (PESAVENTO, 2004: 86**).**

Uma dessas fotografias já consagradas[1] expõe espetacularmente as cabeças decapitadas de Lampião, Maria Bonita e de mais nove cangaceiros, exibidas ao público na escadaria da Igreja de Piranhas, Alagoas. Cabeças ao centro, algumas apoiadas por calços de pedra, cabelos desgrenhados, feições rígidas, olhos fechados. A ordem de apresentação do escalão é inversa e quebra a hierarquia que tiveram em vida. No plano mais baixo, isolada, a cabeça de Lampião; acima a de Maria Bonita tendo à direita a de Luís Pedro e à esquerda Quinta-Feira; degrau acima, as cabeças dos cangaceiros Mergulhão, Elétrico e Caixa de Fósforo; no plano mais alto, as cabeças de Enedina, Cajarana, um cangaceiro não identificado, dito "desconhecido" e o cangaceiro Diferente.

[1] Fotografia em dimensão (16,5 X 22,7) da coleção Frederico Pernambucano de Mello,Recife, Pernambuco.

A cena parece forjada para conjurar o espectro dos cangaceiros e de tudo o mais que representam. As arrumações reforçam uma imagem de Lampião solitário, que não mais detém o comando do grupo. Ademais, rompe com a imagem à época já lendária do casal Lampião e Maria Bonita, pois esta não aparece ao seu lado. Para tanto, a contemplação fúnebre não é suficiente. Aloca-se nos espaços da escadaria os pertences dos mortos. Pelo modo como são expostos, não identificam seus donos, seus usuários. Identificam, contudo, o espólio material do cangaço. No plano superior, à esquerda e à direita, duas máquinas de costura. Ao centro, artefatos de couro. Ladeando as cabeças, pistolas, mosquetões e punhais longos e medianos; chapéus de couro com abas viradas, pontuados com estrelas em diferentes padrões. Um dos chapéus repousa sobre uma caixa com a marca registrada da Companhia inglesa *Standar Oil Company of Brazil*, inscrição somente identificada quando colocada a imagem de cabeça para baixo. Embornais, cartucheiras, peças da indumentária adornada com moedas de ouro e traços geométricos. A autoria da imagem não é identificada.. Os mortos são nomeados em ordem numérica, vendo-se logo após a data: 28 de julho de 1938. Oficialmente, esta é a data da morte de Lampião, em Angico, sertão do Estado de Sergipe.

Hobsbawm em estudo clássico sobre os bandidos sociais abordou a composição da imagem pública de Lampião. Ele classificou os cangaceiros como bandidos "vingadores". A principal característica desses foras da lei seria a prática do terror como parte integrante de sua própria imagem pública: "São vistos como homens que provam que até mesmo os fracos e pobres podem ser terríveis" (HOBSBAWM, 1975: 54). Hobsbawm faz suas leituras de Lampião a partir da literatura de cordel.

A imagem dos cangaceiros como bandidos sociais foi contestada pelo historiador americano Billy Jaynes Chandler. Chandler reconhece que Lampião, mesmo após a sua morte, continuou sendo um dos personagens históricos mais famosos da cultura popular brasileira: "Os livros e os filmes sobre sua vida, (...) garantem sua sobrevivência por muitos anos ainda." (CHANDLER, 1980: 265). Contudo. ao contrário de Hobsbawm, interessou a Chandler analisar a figura histórica de Lampião e não uma pesquisa do folclore sobre ele. A lenda, segundo este autor, não teria muita importância na compreensão do personagem histórico, concorrendo mesmo para obscurecê-lo. A questão é: Apenas as fontes documentais impressas seriam suficientes a uma compreensão do cangaço? Chandler não explora as vinte e duas fotografias arroladas sem seu livro, expostas em ordem cronológica. Afinal, a análise do documento fotográfico pode abrir novos campos explicativos.

Os jornais, por exemplo, reproduziram fotografias do cangaço da fase de Lampião. Neles, devem-se considerar os compromissos políticos da linha editorial, os silêncios e formas de manipulação: a excisão de figuras, cortes e atenuações para alterar a interpretação do observador, uso arbitrário das legendas. Considere-se ainda que o próprio Lampião ajudou a construir a sua própria imagem pública, conforme conclusão de Élise Grunspan Jásmin:

> *Lampião foi o primeiro cangaceiro (...) a cuidar de sua personagem; utilizou métodos de comunicação – principalmente a imprensa e a fotografia, que não faziam parte de sua cultura – para impor a imagem que queria dar de si mesmo. (...) Essa elaboração de imagens pela imprensa, pela fotografia e pelo cinema repercutiu nos diferentes protagonistas da luta contra o cangaço que (...) devolveram regularmente contra-imagens a Lampião. (GRUNSPAN-JASMIN, 2006: 28).*

Portanto, supõe-se que Lampião produziu a sua própria imagem, auxiliando-se de jornais, folhetos e fotografias. Quanto à fotografia, é necessário examinar alguns aspectos da sua produção e recepção.

LAMPIÃO EM JUAZEIRO – "CANGACEIRO EMÉRITO"

Em 1926, Lampião à frente de 49 cangaceiros, entrou em Juazeiro do Norte, Ceará, atendendo a chamado do Padre Cícero Romão Batista. Juazeiro era considerada a Meca dos sertanejos. Queria o Padre Cícero que Lampião combatesse os militares revoltosos comandados por Luís Carlos Prestes. Para tanto, não hesitou em armar, municiar e fardar os cangaceiros e, em arranjo controverso, outorgar a Lampião a patente de "Capitão das milícias patrióticas" [**Imagem 1**]. Aclamado pelo povo, Lampião entrou em Juazeiro, concedeu entrevistas, deixou-se fotografar. Em uma das entrevistas, ele teria afirmado seu empenho em prestar serviço ao governo da Nação, justificando que "geralmente, as forças legalistas não têm planos estratégicos e d'aí os insucessos dos seus combates que de nada tem valido" (JORNAL PEQUENO, 1926).

Imagem 1. Lampião, comandante do Batalhão Patriótico (13,9 X 9,0). Autoria: Lauro Cabral de Oliveira. (In: MELLO, 1993:51)

Para, Grunspan-Jasmin, "se até ali Lampião era conhecido apenas por meio de narrativas marcadas pelo *phátos* de jornalistas e escritores, doravante ia-se conhecer o seu rosto" (GRUNSPAN-JÁSMIN, 2006, 105). Coube ao fotógrafo Lauro Cabral fotografar Lampião. Cabral propôs-lhe fotografar, prometendo que "...dentro de oito dias seria conhecido em todo o Brasil." As fotografias foram tiradas dias depois em Juazeiro quando Lampião e os cangaceiros "se prepararam exclusivamente para isso porque eles estavam praticamente nus, todos rasgados, sujos. Então, depois que fizeram a rouparia boa, se vestiram, foi que bati a fotografia" (GRUNSPAN-JÁSMIN, 2006, 105-106).

As fotos mostram Lampião ao lado de irmãos e irmãs, entre os quais os que já viviam em Juazeiro.**[Imagem 2]** Em outra foto, vê-se Lampião encenando combate, com o uniforme dos batalhões patrióticos, portando o famoso lenço amarrado em um anel, o punhal e o alforje que lembram sua vinculação com o cangaço. Entre fotografias e entrevistas, Lampião projetou múltiplas imagens: chefe guerreiro, homem apegado à família, moralizador dos costumes, vingador de honra., legalista. A imprensa local denunciou estes "clichês": " Lampeão lá esteve como trimphador; e, como requinte de civilização e de estética, (...) fazendo-se photografar em várias attitudes clássicas de cangaceiro emérito" (O CEARÁ, 1926).

Imagem 2. Lampião (D) e família em Juazeiro de Norte (14,4 X 22,3). Autoria presumida de Lauro Cabral de Oliveira, 1926. (In: MELLO, 1993:60).

O próprio Lampião teria distribuído essas fotografias à população de Barbalha, segundo noticiou *O Nordeste*: "apareceram aqui photografias de Lampeão , ostentando duas cartucheiras, que se cruzam sobre o peito, um lenço sobre o pescoço" (O NORDESTE, 1926). A estada em Juazeiro teria servido para refinar a imagem do cangaceiro, pois ele conhecera o sabor da fama, estivera em contato direto com o povo, com fotógrafos, com jornalistas e autoridades. Depois de 1926, Lampião cuidaria dos pormenores cenográficos de sua aparência, estilizando a indumentária com chapéus de couro decorados com medalhas, correias recobertas com peças de ouro, alforjes bordados com requinte, longos punhais. Ao lado do terror como força de imagem pública, a estética do cangaço que o consagrou, fazendo-se reconhecer entre todos.

LAMPIÃO EM CARTÃO DE VISITA

Em 1936 abria-se a Lampião outra grande oportunidade de ser fotografado junto com o seu bando. O fotógrafo foi o mascate libanês Benjamin Abrahão Botto. Benjamin Abrahão instalou-se no Recife, em 1915; depois em Juazeiro no início dos anos 20, quando se tornou secretário particular do Padre Cícero. Em 1926, Benjamin Abrahão teria organizado vinda de Lampião e seu Estado Maior a Juazeiro do Norte e teria encomendado o trabalho do fotógrafo Lauro Cabral. Segundo Holanda, Benjamin Abrahão "notara que uma boa imagem do já mitológico cangaceiro poderia ter suas reproduções vendidas com sucesso" (HOLANDA, 2000: 42). O fato é que, em 1934, Benjamin Abrahão associa-se com a Ademar Albuquerque, proprietário da *Aba Films*, empresa de divulgação fotográfica sediada em Fortaleza. A *Aba Films* representava a firma alemã *Zeiss*, tendo esta firma apoiado financeiramente o empreendimento. Quando, finalmente, Benjamin Abrahão conseguiu entrar em contato com Lampião, em maio de 1936, portava equipamento e material fotográficos cedidos pela Carl *Zeiss* Para agradar o chefe dos cangaceiros, foi-lhe oferecido um par de óculos de fabricação alemã, cartões de visita e cartões postais com sua foto no verso (MELLO, 1994: 5).

Longe de tratar-se de flagrante, a filmagem fora pacientemente negociada. A revista *O Cruzeiro*, em edição *de* 1937, noticiou o encontro e deu ares de façanha a Benjamin Abrahão: "O Sr. Benjamin Abratias (sic) numa façanha sem par nos anais do cinema nacional, foi encontrar o bandido em seu covil, e conseguiu convencê-lo a posar para ser admirado pelo público de todo o Brasil !" Três meses antes, a 27 de dezembro de 1936, na cidade do Recife, o centenário *Diário de Pernambuco* estampava com igual sensação:

"Lampião filmado com todo o seu bando em ponto incerto da caatinga!". Ao final de 1936, Abrahão entrega a *Aba Film* cerca de quinhentos metros de filmes para revelação. Em abril de 1937, de acordo com Grunspan-Jasmin, havia mais de mil metros de filmes processados.

A intensa exposição de parte deste material na imprensa nacional gerou reação no governo de Getúlio Vargas, em plena vigência do Estado Novo. Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda –DIP - ordenou a apreensão de todo o material produzido na filmagem. Na seqüência, em 9 de maio de 1938, Benjamin Abraão foi assassinado em uma cidade do interior de Pernambuco. Em julho de 1938, Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros foram mortos pela polícia alagoana, encerrando-se praticamente ali a saga do cangaço nos sertões do Nordeste.

Poucas fotografias restaram:[2] Em algumas vê-se Lampião lendo um exemplar da Revista *Noite Ilustrada*, tendo Maria Bonita ao lado **[Imagem 3]**; Lampião em destaque; em companhia de Maria Bonita apontando um longo punhal; Lampião costurando. Vê-se Maria Bonita em companhia do cangaceiro Luís Pedro e sua mulher Neném. Corisco, famoso subchefe de cangaço, com sua mulher Dadá. Os cangaceiros simulam combates, rindo; sangram um animal, dançam; reúnem-se em torno de Lampião, contritos, em momento de oração.

[2] Há um contrato firmado entre as famílias de Lampião (sua neta Vera Ferreira), Benjamin Abrahão e a Aba Filmes que regulamenta o uso e reprodução das fotografias preservadas.

Imagem 3. Maria Bonita e Lampião na caatinga, em 1936 (13,9x 8,8). Autoria: Benjamin Abrahão Botto. (Acervo Aba film, Forlaleza – CE/ Família Benjamin Abrahão -RJ/ Família Ferreira Nunes, Aracaju-SE.)

FOTOGRAFIA E HISTÓRIA

Detalhemos a fotografia 3. Maria Bonita sentada, pernas cruzadas, cabelos cuidados, tom sereno, segurando dois cães. O equipamento alemão, máquina Ica de última geração, da Karl Zeiss, 35 mm, contendo um maço de filmes Gevart Belgium. focaliza Lampião, ao lado, em pé, olhos fixos na câmera, tendo em mãos um exemplar da revista *Noite Ilustrada.* O historiador Frederico Pernambucano de Mello afirma ter visto uma fotografia semelhante acrescida do enquadramento de Maria Bonita ao lado de um cartaz contendo propaganda do remédio *cafiaspirina*, espetado nos galhos de uma planta típica da caatinga, a quixabeira. A imagem fotográfica sugere que Maria Bonita recomenda o remédio cafiaspirina. Sugere ainda uma imagem de Lampião como leitor e mais especificamente leitor de *Noite Ilustrada* (MELLO, 1994: 5). Facilmente percebe-se a encenação em ambiente natural, a pose seguida das representações para a posteridade. Esta foto fornece pistas da relação dos cangaceiros com o mundo do negócio e da comunicação. O documento fotográfico esconde atrás de si uma história cuja intencionalidade deve ser esclarecida. Barthes diz que devemos "fazer a fotografia existir" (BARTES, 1984: 47). Para isto, é necessário analisá-la como monumento e como documento. Enquanto monumento, a fotografia é uma escolha das forças atuantes no real, uma herança do passado; enquanto documento, é uma escolha efetuada pelo historiador. Marc Ferro propõe partir das imagens, mas "não procurar somente nelas exemplificação, confirmação ou desmentido de um outro saber, aquele da tradição escrita. Considerar as imagens tais como são, com a possibilidade de apelar para outros saberes para melhor compreendê-los" (FERRO, 1995:203). Decerto, o documento fotográfico não dispensa o trabalho de análise e de crítica, sequer dispensa o apoio de outras fontes. Porém, sua especificidade está em que "a imagem permite que se faça uma contra-análise do social, por aquilo que revela do não dito, do não visto, dos lapsos de uma sociedade." (FERRO, 1978:290). Burke sugere a utilização do termo "indício" em substituição ao termo "fonte." Indício refere-se a "muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras e fotografias." (BURKE, 2004:16). Contudo, adverte

Burke, indo além do visível fotográfico, devem-se examinar as diferentes configurações de contextos culturais, materiais e políticos. (BURKE, 2004: 237).

A análise da imagens fotográfica requer, a distinção entre os conceitos de iconografia e de iconologia. O primeiro refere-se ao conteúdo da imagem, seus elementos icônicos. Iconografia deriva do grego *eikon*, é a imagem registrada. A análise iconográfica inventaria o conteúdo das imagens em seus elementos icônicos formativos. A análise iconológica, por sua vez, advém da síntese, busca o significado intrínseco do documento fotográfico e refere-se à realidade interior. Panofsky sistematizou este método em três níveis de interpretação: (1) descrição pré-iconográfica, o significado "natural"; (2) análise iconográfica, o significado convencional icônico e (3) interpretação iconológica, o significado intrínseco de uma imagem. (PANOFSKY, 1939: 25-31).

Para ultrapassar ir além do realismo fotográfico é necessário desenvolver a análise iconológica, levando-se em conta as representações e as práticas culturais construídas em torno delas e por meio delas. Para o caso das imagens fotográficas do cangaço, vimos que diferentes sujeitos atuam com representações distintas nos processos de produção, reprodução e recepção das imagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BURKE, Peter**. Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CHANDLER, Billy J. **Lampião**: o rei dos cangaceiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DE PAULA, Jeziel. **1932**: Imagens construindo a história. Campinas / Piracicaba: Editora da UNICAMP / Editora da UNIMEP, 1998.

FERRO, Marc. **Imagem**, In: Le Goff, Jacques (org) **A Nova História.** Almedina, Coimbra, 1978.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise. **Lampião, senhor do sertão:** vidas e mortes de um cangaceiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

HOLANDA, Firmino. **Benjamin Abrahão.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 (Coleção Terra Bárbara; 6)

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

MELLO, Frederico P. de. **Quem foi Lampião**. Recife / Zürich, Editora Stäli, 1993.

PANOFSKY, Erwin. **Studies in iconology**. New York: Oxford Up, 1939.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERIÓDICOS

O ceará, Fortaleza, 29 dez. 1926

Diário de Pernambuco, Recife, 27 dez 1936

Jornal Pequeno , Recife, 29mar.1926

O Nordeste, Fortaleza, 10 de mar. de 1926

O Cruzeiro*,Rio de Janeiro,* 27 de mar.1937

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leitores de Freud no Brasil e seus projetos de nação (1920-1940)

Cristiana Facchinetti*

Resumo: O Brasil, de 1920 a 1940, foi pontilhado por projetos de nação que enfatizavam desde a cultura até a educação e saúde. Neste período, Freud se difundiu no país, influenciando, de modo múltiplo, de literatos, como Oswald e Mário de Andrade, a eugenistas e higienistas como Renato Kehl e Júlio Porto-Carrero. A presente proposta - a leitura de Freud no Brasil pelo movimento da higiene mental e eugênico, bem como pelos modernistas e sua apropriação criativa – pretende apresentar recortes de leitura que servem como argumento para apoiar projetos políticos muitas vezes contraditórios. Com este intuito, irei focalizar nestes dois grupos de intelectuais a sua explícita admiração por Freud, mas, igualmente, pretendo demonstrar que, enquanto os literatos apresentavam uma leitura da obra freudiana que a fazia instrumento para a revolução cultural e para a construção de uma identidade nacional particular a partir do conceito central de *retorno do recalcado*, os médicos, neste mesmo período, tratavam-na como aporte de base das medidas sanitárias e higiênicas, que visavam a criação de homens "normais", i.e, marcados pelo *recalque* como referência necessária para a construção dos cidadãos.
Palavras-chaves: história, psiquiatria, modernismo, psicanálise

Abstract: Between 1920 and 1940, Brazil was full of nation's projects that emphasized the culture, as the education and health as well. On that period, Freud was disseminated throughout the country, having influenced literates as Oswald and Mario de Andrade, eugenists and hygienists as Kehl and Porto-Carrero in many ways. The present paper – the different readings of those social actors – intends to present the different ways that they have read Freud in order to serve them as an argument to many times contradictory politic projects. With this objective in mind, I will focus on both groups of intellectuals with the purpose of showing that while the literates used him as an instrument for cultural revolution and for national identity's construction, with the support of the concept of *repression's return*, the doctors, at the same time, treated Psychoanalysis as a support for sanitary and hygienic measures to reach population's pattern of normality, that is, using the concept of *repression* as a necessary reference to built good citizens.
Key-words: history, psychiatry, modernism, psychoanalysis

Desde o início do século XIX, teorias deterministas acerca do clima e do meio haviam traçado um futuro bastante desfavorável para o Brasil e, em especial, para sua população. A virada para o século XX encontrou o mesmo cenário. O crescimento das cidades, a expansão da imigração e da mão-de-obra operária, as epidemias, bem como as endemias rurais contribuíam para as sombrias perspectivas. Para muitos, clima e raça

* Psicanalista, pesquisadora e professora do PPGHCS da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

continuavam a explicar os problemas nacionais e a justificar a inviabilidade do Brasil como nação moderna.

No entanto, o início do século foi também palco do crescimento de um sentimento nacionalista, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. Uma onda de otimismo tomou conta de parte da *Intelligentsia* que passou a explicar então o processo de degeneração da população como fruto de questões sócio-históricas e políticas. Para superá-la, passaram a buscar compreender e erradicar os obstáculos para o progresso através de um projeto educativo e profilático, fundamentado na idéia de que ganharíamos uma identidade nacional (cf. Lima e Hochman, 1996) através do grande esforço de regenerar a população ao adequá-la a valores e hábitos que a levariam rumo a um novo perfil humano, capaz de fazê-la alçar o ideal moderno de riqueza das nações modernas (Birman, 2006:5-9).

Mas o otimismo frente ao progresso incompatibilizou uma outra parcela de intelectuais (Schwarcz, 1993:68). Por desconfiarem dessa visão totalizante e triunfal da ciência, esse grupo passou a denunciar os efeitos nocivos do progresso e a questionar o ideal científico como modelo para a cultura local. O influxo da industrialização e a busca a uma independência política e econômica promoveram, assim, ao lado do desejo de progresso, o desejo da emancipação intelectual.

Com efeito, o embate entre essas forças acabou por promover uma dicotomia e uma discordância do que seria moderno. A discordância de opiniões foi tomando corpo, enquanto o modelo da tradição, bem como os ideais de civilização europeus, ameaçavam a ruir, aumentando o ponto de colisão entre os grupos, que se sentiam agora com a missão de salvar a nacionalidade: o primeiro apontava o caminho da subjetividade e da singularidade como saída para a cultura nacional; o segundo acusava seus opositores de estarem lutando contra o progresso da nação, na medida em que ao invés do desejo de construir uma nova Europa, privilegiavam os valores que ecoavam dos grupos de vanguarda e das leituras de Freud, Baudelaire, Nietzsche e Bergson.

A partir dos pressupostos acima, desenvolvidos através do estudo das problemáticas em torno da *Intelligentsia* dos anos de 1920 a 1940, buscamos compreender a recepção de Freud nas primeiras décadas do século XX, em que a política ocupava um lugar de destaque e onde a obra desse autor era utilizada comoinstrumento na consecução de um projeto de construção de nação (civilização) por um lado, e de cultura, por outro[1].

[1] Com o apoio teórico-metodológico em Jauss (1986) e em Aschheim (1994), o legado de Freud foi compreendido neste trabalho como produto da interação dinâmica entre as múltiplas característica de seu pensamento e de suas apropriações. Este é um recíproco e criativo, que sugere uma filtragem sempre em aberto e uma constante reformulação das temáticas do autor de acordo com as necessidades percebidas muitas das vezes de modo divergente.

1. O Freud dos defensores do Progresso e da Civilização

Fundada em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) reuniu a elite do pensamento psiquiátrico brasileiro em torno de um projeto para a nação, no qual a conformação de um ideal de brasileiro se destacava nos debates entre psiquiatras, juristas, jornalistas, militares. Seus objetivos situavam-se em torno da prevenção de doenças mentais; a melhoria dos meios de assistência e tratamento; e a realização de um programa de higiene nas atividades individuais, escolares, profissionais e sociais (Ponte, 1999).

A psicanálise começou a ser difundida no Brasil nesse ambiente por grande parte da psiquiatria nacional. Envolvidos na tarefa de construir uma nação saudável e próspera, os psiquiatras incorporaram-na como instrumento auxiliar para chegar à preservação da espécie e prosperidade da nação.

Assim, numa atmosfera marcada pela degenerescência e higiene, em que o comportamento público e privado era tido como fundamental para a viabilidade da nação moderna, a psicanálise era percebida como o meio de investigação da interioridade que faltava à psiquiatria organicista. E era valorizada não só por ser capaz de detectar as causas das *anormalidades;* mas acima de tudo, como compreendiam-na os psiquiatras do período, pela oportunidade que ela lhes oferecia de moldar espíritos (Ponte, 1999). Porto-Carrero, por exemplo, cantava em verso e prosa as potencialidades da obra freudiana para deslindar a vida quotidiana e acessar seus problemas:

> *"Sou um convicto da ciência de Freud. Penso que suas aplicações na vida diária, à pedagogia, até mesmo ao comércio, à educação da caserna, aos inquéritos judiciários, aos sistemas penitenciários, há de vir como coisa corrente, mais ano, menos ano" (Porto-Carrero, 1933*).

Foi também nesse campo discursivo, e impelida pelas descobertas feitas em laboratório, que a eugenia ganhou espaço no meio científico, como ferramenta para o projeto sócio-político de *cura* da nação, mais do que como ciência *stricto sensu*. De acordo com Nancy Stepan (2005:98-9), a eugenia tornou-se metáfora da saúde pública, oferecendo soluções científicas no combate dos problemas sociais. A articulação entre hereditariedade e ambiente permitia a sobreposição entre higiene, sanitarismo, saúde racial (Stepan, 2005:92) e mental, o que levou a se divulgar a idéia de que "*sanear* era *eugenizar*" (Kehl,1923:20), em uma compreensão da eugenia bastante *sui generis*, quando comparada à européia e norte-americana.

A sociedade, pensada a partir de 1930 como resultante do somatório de elementos individuais, se organizaria a partir do funcionamento ideal de seus componentes

(Carvalho,1999:133-56). O deslocamento do campo sócio-histórico e das coletividades, típico na década de 20, para o campo do indivíduo levou a eugenia a se debruçar mais atentamente sobre o campo do psiquismo e da personalidade. Ao campo da eugenia e da genética, unia-se também a endocrinologia. No campo da psiquiatria, a hegemonia do modelo alemão organicista, era, ainda, acompanhado de novas contribuições advindas de uma psicanálise psiquiatrizada. Era este o ambiente em que Renato Kehl publicou *A psicologia da personalidade* (1941).

> *Em virtude das últimas revelações feitas nos domínios da biologia, era lógico que se traçassem outras diretrizes frente à concepção de individualidade e de personalidade. Entre essas descobertas, como as de Pende e de Freud, ressalta a que descreve as influências das secreções internas sobre o nosso psiquismo, como todo funcionamento fisiológico. (Kehl, 9/8/1930).*

Kehl associava o caráter (que ele atribuía a uma articulação entre a constituição e as glândulas de um indivíduo) àquilo que, nos homens, "é anterior à sua história e subjacente a ela", a hereditariedade, curiosamente relacionada ao inconsciente freudiano, na medida que ele era ali circunscrito como aquele que seria capaz de nos fornecer "os elementos estáveis para uma dedução, senão dos atos de determinado homem, pelo menos dos móveis profundos desses atos que determinam os delineamentos gerais de sua conduta".

As referências a Freud se multiplicam, especialmente quando Kehl busca colocar o outro elemento constitutivo da personalidade, resultante do embate entre o indivíduo e a sociedade. Assim nos diz Kehl:

> *"Todos nós vivemos, nos situamos e nos movimentamos, em primeiro lugar em virtude do nosso caráter de base, ou o conjunto das disposições constitucionais, gerador da virtude e das energias vitais de defesa e de protesto; em segundo lugar, de acordo com o sub-consciente e o consciente, resultantes de nossa adaptação funcional ao meio, sob os influxos do convencionalismo que a civilização nos impõe". (Kehl, 1932, s/n.p.)*

Haveria lugar, então, para o meio ambiente na psicologia de Kehl. Entretanto, essa "super-estrutura revelada ou fisionomia mental e moral condicionada pelo meio e pela educação" assentar-se-ia sobre a individualidade no que ela teria de mais verdadeiro, isto é, no caráter (Kehl, 1932), a sub-estrutura básica.

Kehl então observa que o homem, desde seu nascimento permanece, sob a injunção do determinismo biológico, em constante embate com o meio, em contingência mais ou menos acentuada de adaptação social (s/r & s/d – II) e cada qual age segundo a constituição e o temperamento que lhe são próprios, "uns procurando emperrar o carro do progresso, outros a acelerar-lhe a marcha, enquanto outros, ainda, permanecem estáticos e contemplativos na passividade de pesos-mortos" (Kehl, 1941:70). Assim, os indivíduos

seriam "influenciados pela sorte dos circundantes, num permanente jogo de interesses, de preconceitos, de simpatias ou de antipatias, em suma de sentimentos *controlados* ou *descontrolados* que se chocam com os núcleos fundamentais da personalidade individual", (....) "com manifestações claras ou ocultas de sensibilizações e de dessensibilizações psico-alérgicas".

Kehl recorre à teoria freudiana para explicar a segunda camada constituinte da personalidade, e que se reflete na seguinte fórmula de Ingenieros acerca da ontologia física: hereditariedade+educação=personalidade (Kehl, 9/8/1923). A personalidade seria, portanto, constituída de tal modo que, diante do encontro dessa camada mais profunda e fundamental com a sociedade, todos viveríamos também de acordo com o "sub-consciente e o consciente", resultantes de nossa "adaptação funcional ao meio, sob os influxos do convencionalismo que a civilização nos impõe" (Kehl, 1932). A educação, a moral e os bons costumes funcionariam como o elemento recalcador das camadas profundas fazendo-nos "disfarçar" nossas tendências, permitindo, portanto, que mesmo indivíduos cuja sub-estrutura estivesse degradada, pudesse ser controlado pela educação.

> *É este fundo, reprimido da "intencionalidade íntima", na expressão de Pulver, que cumpre investigar porque só ele nos pode levar ao diagnóstico do caráter". (KEHL, 1932s/n.p.)*

Assim, saudada por seus propagandistas como um conhecimento de largo alcance, a psicanálise passou então a ser vista como um instrumento de investigação e explicação do homem e de suas relações em sociedade.

> *Penetramos numa nova e promissora fase de estudos, que superam os da psicologia, como era entendida e praticada até o presente, estudos estes, que realçam a importância do núcleo constitucional ou Id, considerado o reservatório, não só da libido, como de todas as peculiaridades inatas.A importância da caracteriologia para a interpretação do homem, advém do fato de se ter verificado que a psicologia da sub-consciência se superpõe à psicologia da consciência. (KEHL, 1932, s/n.p.)*

2. O Freud da Cultura Nacional e o Retorno do Recalcado

O pensamento psicanalítico circulava no meio intelectual do país desde a década de 1910. As propostas freudianas desembarcaram no país muitas vezes por intermédio dos vanguardistas viajantes – como Oswald, Graça Aranha, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, além de Tristão de Athayde, Sérgio Milliet, Paulo Prado –, assimiladas a partir de uma leitura enviesada das vanguardas européias, que já propunham uma releitura de Freud. Aqui cumpriram a quarentena de análise e digestão, como nos aponta Oswald: "Se alguma coisa eu trouxe das minhas viagens à Europa dentre duas guerras, foi o Brasil mesmo. O primitivismo nativo era o nosso único achado de 22". (Andrade, O, 1945:96).

Enquanto a vanguarda européia partira em busca de outros modos de existência, se afastando de sua própria cultura, o modernismo brasileiro, na carona das entradas sanitaristas pelo interior, foi buscar adentrar o país e descobrir o brasileiro - não para reformá-lo, mas para descobrir a cultura popular e permitir que ela fosse apropriada como referência para a construção da brasilidade.

> *"Debaixo de um Brasil de fisionomia externa, havia um outro Brasil, de enlaces insondáveis, ainda incógnito, por descobrir. O movimento, portanto, seria de descida às fontes genuínas, ainda puras, para captar os germens da renovação; retomar esse Brasil subjacente, de alma embrionária, carregado de assombros, e procurar alcançar uma síntese cultural própria, (....)" (Bopp, 1977:41)*

Deste modo, o carro-chefe das aspirações modernistas era a emancipação do brasileiro de suas relações aprisionadas pela cópia (Facchinetti, 2001:69-74). Propunham, para tanto, uma mudança radical na concepção da cultura: longe de considerar o popular e a emoção como marcas perigosas para os ideais de construção de nação, o modernismo passou a valorizar a formação de subjetividades com características locais para a formação de uma cultura verdadeiramente nacional.

Ao romper com as premissas de um mundo natural, o modernismo questionava certezas ocidentais: desconstruía os ideais de raça, a determinação das características hereditárias, a idéia de progresso e evolução e o papel da seriedade e da ordem na construção de nação. Sua proposta era de romper com a ideologia de uma única civilização e seus diferentes estágios, trazendo como alternativa a idéia de diferença e singularidade do grandioso e desordeiro / Povo Brasileiro."(Andrade, O.,1945:111).

A interação entre o modernismo e a psicanálise não se limitou ao plano intelectual. Vinculada aos processos de criação e produção, ela acabou também por afetar os posicionamentos pessoais e políticos dos artistas frente ao país. Sua entrada funcionou como uma nova chave de compreensão do mundo e da escrita e, com ela, a intelectualidade passou a operar a partir de novos enunciados na busca de soluções para o Brasil.

A cultura passou a ser percebida em termos de uma tensão irreversível entre a civilização, relacionada intimamente às regras, à razão e, portanto à consciência *versus* o sujeito do desejo, a sexualidade, o primitivo e o caos nele existente.

Freud serviu de instrumento para a busca de uma cultura própria, cultura que seria criada pelo movimento de suspensão do recalque, permitindo o encontro entre o popular e o pensamento ocidental. A leitura dos modernistas da primeira hora deixa transparecer que acreditavam na idéia de que a memória brasileira fora forjada a partir de um recalque primordial (Lafetá, 1974, p. 11-2)

No *Manifesto Pau-Brasil* (1924), Oswald vislumbrava uma realidade nacional primitiva e original, oculta anos e anos de falsa erudição e imposição acadêmica. "Acertar o relógio império da literatura nacional", "A reação contra todas as indigestões de sabedoria" – são princípios do *Manifesto* que apresentam um país capaz de trazer à tona o recalcado e encarar suas contradições e misérias como modo de fazer a travessia rumo à modernidade. Vale lembrar que se a realidade é psíquica, apresentar o Brasil de novo modo e conseguir disseminar a crença em tal viés é revolucionário, pois permitiria aos brasileiros se reconhecerem e se apropriarem de sua cultura.

> *"Os fatos históricos não podem ser tomados isoladamente (a história anedótica não nos interessa), mas do ponto de vista da sua maior ou menor capacidade de ressonância, da sua "repercussão". O problema que deve resolver a critica histórica, informa Pareto, não é o da crítica dos textos somente. Mas o de reconstituir, com a imagem deformada do objeto, o objeto mesmo. A nossa historia tem sido mal contada, exige uma revisão. Somos ainda a terra "adonde nasce la gente com cola", de Colombo. Vítimas da histeria literária dos europeus. Reclamamos, pois, um historiador: Capistrano foi um bleuff no sr. Paulo Prado. O mal dos nossos escritores é estudar o Brasil do ponto de vista, falso, da falsa cultura e da falsa moral do Ocidente. A mentalidade reinol, de que não se libertaram, é que os leva a esse erro. Na mãos do índio puseram um terço e o catecismo quiseram que ele cantasse em abanheenga o Kyrie Eleison. Na inocência dele viram o fantasma do pecado sexual, corrupções hediondas, vícios nefandos. (....) O índio, então, perguntou: Mamé taa yané Iara? onde está o nosso Senhor? o jesuíta respondeu: Michucui i trono opé pecador etá çuhy. Lá está no seu trono separado pelos pecadores. Freud sentou os pecadores também no trono, o que nossos historiadores ignoram ainda. Outro preconceito deles é o da tristeza do índio. O prejuízo nasceu daquela bobagem velha de Galliano: omne animal post coitum triste. Ora, a marquesa de Santos responderá. (....) O Brasil ocidentalizado é, portanto, um caso de pseudomorfose histórica. (consulte-se Spengler). Só a antropofagia consegue resolvê-lo. Como? Comendo-o". (Revista de Antropofagia, 17-03-1929)*

Mário de Andrade é um dos maiores pesquisadores da psicanálise do modernismo. Além de sua pesquisa na psicanálise ter sido ampla, os livros de Mário na Biblioteca do IEB/USP, estão apinhados de anotações e indicações do uso da teoria para personagens e poemas, demonstrando de maneira clara a vinculação entre sua obra na década de 1920 e os conceitos freudianos. Sua pesquisa tinha o intuito de auxiliá-lo a tornar consciente o inconsciente, aceitar o material inconsciente junto à consciência, reconstituindo as pegadas do que havia sido *seqüestrado*[2], a fim de tornar possível a assimilação de nossas origens e a construção de nossa identidade como resultado de uma síntese.

Com este intuito, Mário criou a estratégia de um escrever primitivo, feito através do método da associação livre. A idéia do primitivismo é central nessa primeira fase e visa romper com os limites do tabu ocidental da consciência. A estratégia visava resgatar do

[2] Segundo tradução para *refoulement* (recalque) tal como Mário de Andrade e depois, sob sua influência, por Carlos Drummond de Andrade e Sérgio Milliet o traduziram. A medicina psiquiátrica da época traduziu o mesmo termo como *repressão*.

recalcado o material da terra, a língua falada pelo brasileiro, bem como a poesia e a música populares – material considerado como estando no inconsciente do artista e na outra face da mesma moeda, as entranhas do Brasil.

O estratagema do primitivismo não serve então apenas para buscar o que é da terra, mas também para possibilitar uma releitura do legado europeu, que se faz através do viés freudiano. Em *Losango Caqui*, Mário diz que procura "realizar a poesia mais psicológica possível (...) Não há verbo, palavra, pontuação que não se justifique pela psicologia" (Andrade, M.,1926:16).

Em *Macunaíma* (1928) o auge da marca do inconsciente está soldado na construção de um estilo brasileiro. Assim, além da novidade radical de sua escrita, há uma importante análise a respeito do brasileiro, o herói sem caráter. Ao estabelecer novos espaços e leituras dos mitos e costumes pela via do automatismo psíquico e da associação livre, o texto está também traçando o *entre-dois-mundos* do brasileiro, este *outro* ainda desconhecido. Afinal, qual o padrão de cultura que definia nossa cultura?

O psicodiagnóstico do brasileiro que Mário se autoriza a dar em *Macunaíma* é o de que a ausência de caráter do "herói da nossa gente" representa a oscilação entre nossa subserviência voluntária e a estrutura mesma da castração. Apesar de sua busca incessante por uma síntese que una o brasileiro a uma identidade, Mário nos mostra claramente através desse romance o quanto é cético quanto à total cicatrização dessa ferida que nos daria identidade e, por conseguinte, um caráter pleno.

A proposta para a brasilidade errática e dividida, marcada pelos conceitos de inconsciente e pulsão, não estarão presentes em Mário por muito tempo – aliás, a psicanálise será mesmo desvalorizada por grande parte dos intelectuais modernistas na década seguinte. A psicanálise ganhara hegemonia como instrumento para a civilização, afastando de si os que buscavam a cultura nacional. Apenas da década de 1950 é que a o viés revolucionário da psicanálise voltaria a sair do esquecimento, através dos concretistas. Mas aí já é uma outra história.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mário de. (1926) Losango Caqui, Poesias Completas, São Paulo: Martins, 6a. ed, 1980, p.67-108.

ANDRADE, Mário. [1928] Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte: Vila Rica. 29. ed., 1993

ANDRADE, Mário. "Prefácio Interessantíssimo", Paulicéia Desvairada, in: Poesias Completas, São Paulo, Martins, 1980.

ANDRADE, O., "Manifesto Antropófago", in: Do Pau Brasil à antropofagia e às utopias, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANDRADE, Oswald. (1945) "O caminho" Ponta de Lança; polêmica. Obras Completas, vol. V. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, 3.ª ed.

ANDRADE, Oswald. [1924] Pau-Brasil, Obras Completas de Oswald de Andrade, São Paulo: Globo, 6a ed., 1998.

ASCHHEIM, Steven. The Nietzsche Legacy in Germany - 1890-1990. Los Angeles/London UCP, 1994.

BIRMAN, Joel. "A biopolítica na genealogia da psicanálise – da salvação à cura". Texto datilografado, 2006.

BOPP, R., Vida e morte em antropofagia, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1977.

CARVALHO, A. M. T. de: 'Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil'. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, VI(1): 133-56, mar.-jun. 1999

FACCHINETTI, Cristiana. Deglutindo Freud: histórias da digestão do discurso psicanalítico no Brasil (1920-1940). Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

JAUSS 1986

KEHL, Renato. "O caráter em caracteriologia". S/referências e s/d. (Acervo Pessoal Renato Kehl – DAD/COC – Fiocruz - de agora em diante, APRK)

_____. Eugenia e medicina social; problemas da vida (2. ed). Rio de Janeiro: Alves, 1923.

_____. "a puberdade", Gazeta de notícias, 9/8/1923. (APRK)

_____. "Os homens no ano de 2030 – a fórmula biológica do homem", Aparas Médicas, Correio da Manhã, 9/8/1930 (APRK)

_____. "diagnóstico do caráter – a força do sub-consciente", s/ref., 1932. (APRK)

_____. A psicologia da personalidade – guia de orientação psicológica.RJ, Francisco Alves, 1941.

LAFETÁ, J. L. 1930: A Crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 23-40.

PONTE, Carlos Fidélis da. Médicos, Psicanalistas e Loucos: uma contribuição à História da Psicanálise no Brasil. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, ENSP, 1999.

PORTO-CARRERO, Julio Pires. Psicanálise de uma civilização. Rio de Janeiro: Editora Guanabara; Waissman: Koogan, sem data [1933].

Revista de Antropofagia. (1928) São Paulo, no 1, maio de 1928, In: Reedição fac-símile de José Mindlin da primeira e segunda dentições. São Paulo, Abril/Metal Leve, 1975. (BNRJ)

Revista de Antropofagia, 2. dentição, n.1, 17-03-1929 In: Reedição fac-símile de José Mindlin da primeira e segunda dentições. São Paulo, Abril/Metal Leve, 1975. (IEB/BNRJ)

SCHWARCZ, L. M., O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 1993.

STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América latina.*RJ: Editora Fiocruz, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O monge e o rei: um estudo sobre a construção do religioso ideal na *Vida de Santo Domingo de Silos*

Bruno G. Alvaro*

Resumo: Este artigo discute, calcado nos pressupostos da História Cultural proposta pelo historiador francês Roger Chartier, como em Castela do século XIII foram construídas as virtudes de um clérigo dito ideal para a sociedade do período. Para isso, utilizaremos, ainda, o Método Comparativo em História para analisarmos o poema-hagiográfico *Vida de Santo Domingo de Silos* que apresenta o embate entre o monge Domingo de Silos e o rei Garcia de Nájera.
Palavras-chave: História Cultural – Método Comparativo em História – Hagiografia Medieval

Abstract: In this article, using the theoricals presuppotitons of the french historian Roger Chartier about Cultural History as base, we will investigate how the virtues of a clergyman seen as ideal for the society in Castila, in the XIII century, are build. To do so, we will use the Comparative Method of analysis in History by confrontating the monk Domingos de Silos and the king Garcia Nárjera, in the hagiographic poem Life of Saint Domingo of Silos.
Keywords: Cultural History – Comparative Method in History – Medieval Hagiograhy

I - Introdução:

Em nossa pesquisa desenvolvida junto ao mestrado em História Comparada da UFRJ sob orientação da Profª. Drª. Andréia C. L. Frazão da Silva, temos discutido, através da análise comparativa de dois textos medievais – o poema-hagiográfico *Vida de Santo Domingo de Silos* e o poema épico *Poema* (ou *Cantar*) *de Mio Cid* –, a aproximação/ distanciamento na caracterização dos protagonistas das obras. Nesta comunicação, trabalharemos apenas com uma das fontes em questão, fixando-nos no embate entre Domingo de Silos e o rei García de Nájera, narrado na *Vida de Santo Domingo de Silos*. Nosso objetivo é analisar como no confronto desses dois personagens, dentro do poema-hagiográfico, são delineadas virtudes do clérigo ideal.

II - Um breve olhar sobre a *Vida de Santo Domingo de Silos* e seu autor

* Mestrando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ) e colaborador no Programa de Estudos Medievais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pem-UFRJ).

Antes de tratarmos de nossa temática específica, julgamos necessário traçar um breve histórico sobre a *Vida de Santo Domingo de Silos* e seu autor, Gonzalo de Berceo.[1]

Gonzalo nasceu muito provavelmente em meados do século XII, no povoado de Berceo. Criado no Mosteiro de San Millán de la Cogolla, provavelmente recebeu ali, na "escola" do mosteiro, sua primeira formação. Segundo Andréia Frazão, apesar de ter sido educado em um cenóbio, o poeta não se tornou monge, mas optou por seguir a carreira eclesiástica como preste neste mesmo mosteiro.

Com as informações que temos atualmente, não cabem dúvidas que Gonzalo de Berceo foi um homem culto, o que derruba uma das muitas leituras historiográficas sobre o autor, que o caracteriza como um clérigo ingênuo e com escasso conhecimento do latim, interpretação baseada em uma passagem da *VSD* em que Berceo se autodescreve: *"ca non son tan letrado por fer otro latino"* (VSD 2d, 1987:59). Manuel Alvar, combatendo tal visão historiográfica, assinala, por exemplo, que: "el hagiógrafo pertenece a un mundo culto y en él se instaura" (ALVAR, 1992:30). Ou seja, se clérigo-poeta escreve em língua vulgar não é por desconhecimento ou falta de domínio do latim, mas sim porque objetivava, através dos escritos hagiográficos, edificar os fiéis ao escrever de uma forma mais acessível aos ouvintes. Este pesquisador ainda ressalta que o caráter de exemplaridade que queriam ter as vidas de santos só poderia ser alcançado se contadas popularmente, ou seja, na língua local. Alvar alerta que os versos "Quiero fer una prosa en romám paladino/ en cual suele el pueblo fablar con so vezino" (VSD 2ab, 1987:59) demonstram tal intuito em Berceo e deixam vazio de significado o verso que se segue, já citado anteriormente por nós.

Podemos pontuar ainda mais uma característica que corrobora com a idéia de homem culto: grande parte das fontes que Gonzalo de Berceo utiliza para escrever suas obras foram produzidas originalmente em latim. A *VSD*, por exemplo, foi escrita a partir do texto em latim *Vita Dominici Siliensis*, da autoria do monge Grimaldus no século XI.

A *VSD* foi composta por Gonzalo de Berceo, provavelmente, por volta de 1240 e é formada por três livros, que juntos formam uma mensagem coesa e indivisível. Cada um desses livros corresponde a um momento da trajetória de Santo Domingo de Silos: o primeiro começa com seu nascimento e a apresentação das virtudes que caracterizaram sua vida, enfoca ainda seu auto-exílio, resultado direto do fato do santo não se dobrar aos caprichos do rei García de Nájera, que é retratado no poema como uma pessoa sem valores morais; o segundo livro se encerra com sua morte edificante e com sua entrada no paraíso, em grande

[1] A partir deste trecho utilizaremos a abreviação *VSD* quando nos referirmos à obra *Vida de Santo Domingo de Silos*.

parte graças a essa vida cheia de atitudes virtuosas e, por fim, o terceiro livro engrandece ainda mais seu triunfo, pois Domingo de Silos é estabelecido como a ponte que liga Deus aos homens, transformando-o assim em um verdadeiro intercessor. Podemos observar, então, toda uma gradual ascensão por parte do personagem construída por Gonzalo de Berceo, o que comprova a coerência entre os três livros.

Quanto aos aspectos formais da composição do poema hagiográfico, segundo Frazão da Silva, o autor utilizou "(...) versos de quatorze silabas, divididos em dois hemistíquios simétricos, com acento rítmico na sexta silaba, e rima consoante. Cada grupo de quatro versos formam uma estrofe, denominada cuaderna via ou tetrásforo alexandrino" (FRAZÃO DA SILVA, 1997:3).

As características formais utilizadas por Gonzalo de Berceo na *VSD* e demais obras de sua autoria são traços também encontrados em outros textos contemporâneos aos seus, como por exemplo, o *Libro de Alexandre*, de autoria anônima. Segundo análise desenvolvida por especialistas, esta unidade formal encontrada nesses poemas demonstra que tais obras "foram fruto da aplicação de uma técnica que não fora desenvolvida por um único poeta, ou ainda por diversos poetas isolados" (FRAZÃO DA SILVA, 1997:4). Como já ressaltamos, Berceo recebeu sua primeira formação educacional na "escola" do cenóbio, tendo ali os primeiros contados com o latim e a retórica, tanto antiga quanto medieval. Há uma série de debates acerca da formação intelectual do nosso autor, porém, não é nesta problemática que queremos nos ater, contudo, a principio, corroboramos com a idéia de que o mesmo tenha estudado na Universidade de Palencia, graças a proximidade formal de seus textos com as obras chamadas de *Mester de Clerecia*, que incluem o já citado *Libro de Alexandre*, o *Libro de Apolonio* e o *Poema de Fernan González*, todos de autoria anônima e que foram produzidos neste ambiente. Este é o principal motivo para acreditarmos que tais características formais encontradas nos escritos berceanos são o resultado de seu contato direto com a técnica desenvolvida pelo grupo de poetas que compôs as chamadas obras de *Mester de Clerecia* no âmbito intelectual de Palência.

III – Os aportes teóricos

Os dois personagens em questão, Domingo de Silos e García de Nájera, podem ser inseridos em categorizações específicas da sociedade medieval, respectivamente, um clérigo e um cavaleiro. Não nos fixaremos em nosso debate na estreita relação ou não entre estas duas categorias, no entanto, ressaltamos que através da comparação das adjetivações presentes na construção histórico-literária dos dois, defenderemos a hipótese de uma possível

elaboração de um religioso ideal na *VSD*. Analisaremos, assim, os dois como personagens desenvolvidos por Gonzalo de Berceo mediante um contexto específico de relações de poder em Castela do século XIII e para tal, alguns instrumentais teóricos devem ser explicitados.

Em seu livro A História Cultural: entre práticas e representações, Roger Chartier apresenta alguns postulados que são fundamentais para o estudo de caso que pretendemos realizar. Um dos principais conceitos de Chartier que compartilharemos em nosso trabalho é sua definição para História Cultural, cujo principal objetivo é "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 2002:16). Ainda outro enunciado do historiador francês nos será imprescindível, como por exemplo o de representação.

Segundo o autor, as representações do mundo social, por exemplo, são construídas aspirando à universalidade, no entanto, "são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza" (CHARTIER, 2002:17). Desta maneira, para nós, Gonzalo de Berceo, através da *VSD*, por dominar o discurso hagiográfico e ao mesmo tempo inserir em seus escritos elementos acessíveis ao que muito genericamente poderíamos chamar de "grande público", já que em suas obras encontramos elementos poéticos, como versos, estrofes, rimas, etc, acaba impondo sua representação de mundo ou, melhor conceituando, sua tentativa de imposição de mundo, representando através do personagem Domingo de Silos o clérigo ideal.

No poema-hagiográfico o religioso é apresentado com vários adjetivos e substantivos positivos, a saber: "confessor santo" (VSD, 1d, 1987:59), "de todo muy derecho, sin nula depresura" (VSD, 5d, 1987:60), "sirvié a los parientes de toda voluntad; mostrava contra ellos toda humildad" (VSD 10ab, 1987:61), etc. Porém, para uma construção de exemplaridade, ou seja, uma idealização do religioso, se faz necessário no desenvolvimento da trama a presença de contrapontos que valorizem seu protagonista. Vários são, então, os coadjuvantes e situações apresentados no poema-hagiográfico escrito por Gonzalo de Berceo. A partir de agora nos fixaremos especificamente nos diálogos entre Domingo de Silos e García de Nájera para entendermos como se desenvolveram as relações de poder na sociedade castelhana no período em que viveram não os personagens, mas o clérigo-poeta que os descreve.[2]

[2] Daí a importância fundamental do conceito de *representação*. A fonte que temos em mãos, se trata de uma apropriação de um discurso que está inserido num âmbito cultural, social e institucional e como alerta Chartier quando define o conceito de *apropriação* em História Cultural, as mesmas estão "estão inscritas nas práticas específicas que as produzem" (CHARTIER, 2002:26).

IV – Os *atores* da trama: o monge e o rei

O rei García IV de Nájera foi o primogênito de Dom Sancho III, conhecido como o Maior. Após a morte de seu pai, que havia repartido o reino entre seus filhos, herdou o trono de Navarra. García de Nájera derrotou seu irmão Ramiro de Aragão, reconquistou Calahorra que estava nas mãos dos mulçumanos e, ainda, por causas não muito claras, lutou contra seu irmão Fernando I de Castela,[3] vindo a falecer na batalha de Atapuerca. Após esse fato, Nájera foi anexada ao reino de Castela. Segundo Teresa Labarta de Chaves, na edição crítica que utilizamos para elaboração deste artigo, García de Nájera foi piedoso e muito generoso com a Igreja, especialmente com o monastério de San Millán de la Cogolla, porém não é exatamente isso que Berceo descreve: "El reÿ don García, de Nágera señor,/ fijo del rey don Sancho, el que dicen Mayor,/ un firme cavallero, noble campeador,/mas pora Sanmillán podrié seer mejor (VSD, 127, 1987:85).

Como podemos observar, o clérigo-poeta não deixa de destacar as qualidades militares do monarca: firme cavaleiro, nobre, etc. Contudo, segundo Berceo, para San Millán, patrono do mosteiro em que no momento atuava como prior, Garcia de Nájera poderia ter sido melhor. Duas são as linhas interpretativas sobre a descrição do monarca na *VSD*: a primeira é que se configura um eco em Gonzalo de Berceo do texto matriz escrito por Grimaldus no século XI, já que comparando os dois textos observa-se que o primeiro autor também constrói uma imagem negativa do monarca. A segunda linha, que corroboramos em nossa análise, é apresentada no artigo *Hagiografia e Poder nas Monarquias Ibéricas Medievais*, escrito por Frazão da Silva. Segundo tal autora, os diálogos fictícios entre Domingo de Silos e García de Nájera elaborados pelo clérigo-poeta "estavam totalmente em sintonia com os problemas enfrentados pela Igreja castelhana e, especificamente, pelo bispado de Calahorra*"* (FRAZÃO DA SILVA, 2001:157), onde estava inserido Gonzalo de Berceo.

Acreditamos que para se obter sucesso na idealização de algo/alguém, faz-se necessária a sua contraposição com outro elemento. Daí a necessária presença de García de Nájera na *VSD*, com todas as suas perfeições e imperfeições, em confronto com as virtudes de Domingo de Silos, que aos poucos passa ser retratado como a personificação do clérigo ideal.

A situação que gera o embate entre o poder temporal do monarca e a fidelidade de Domingo de Silos ao Divino ocorre devido o primeiro querer usufruir das riquezas do mosteiro: "Quiero de los tesoros que me dedes pitança" (VSD, 133d, 1987:87). O religioso, por sua vez, sem questionar a autoridade do rei, se recusa a atender as ordens de García de

[3] Também presente na *VSD* e retratado como mais caridoso que seu irmão.

Nájera, já que o mesmo como monarca tinha direito a tributos, etc: "Rey, guarda tu alma, não fagas tal pecado,/ ca serié sacrilegio, un crimen muy vedado. / Señor, bien te consejo, que nada non end prendas,/ vive de tus tributos, de tus derechas rendas,/por aver que non dura la tua alma não vendas,/gárdate ne ad lapidem pedem tuum ofendas" (VSD, 140cd e 141, 1987:88).

O clérigo idealizado toma forma no texto em diversas passagens. A que se segue identificamos como o momento áureo de Domingo de Silos descrito por Gonzalo de Berceo, ao criar os seguintes fictícios:

Fabló el Rey e dixo: - "Don monge denodado,
fablares com qui siede en castiello alçado,
mas si prender vos puedo, de fuera de sagrado,
seades bien seguro que seredes colgado."

Fablo Santo Domingo, del Crïador amigo:
Reÿ, por Dios, que oyas esto que yo te digo:
en cadena te tiene el mortal enemigo,
por esso te enciende que barages comigo.

La ira e los dichos adúcente grand daño,
el dïablo lo urde, que trae grand engaño,
embargado so mucho, reÿ, del tu sosaño,
cuantos aquí sedemos, yacemos en mal baño (*VSD,150, 151 e 152*, 1987:90).

Como podemos ver, o monge não se ira com as afrontas do rei, pelo contrário, aconselha-o várias vezes. Por fim, destacamos as duas estrofes seguintes do poema, nas quais Gonzalo de Berceo enfatiza sobremaneira a postura do clérigo:

Puedes matar el cuerpo, la carne maltraer,
mas non as en la alma, reÿ, ningún poder.
Dizlo el evangelio, que es bien de creer
el que las almas judga, esse es de temer.

Rey, bien te consejo, como atal señor,
non quieras toller nada al santo confessor.
De lo que ofrecist non seas robador,
si non veer nos puedes la faz del Crïador (*VSD, 153 e 154*, 1987:91).

Nestas passagens, podemos observar o embate entre o poder temporal e o poder divino, representado através do discurso de Domingo de Silos. Ou seja, o rei tinha poderes para matar o corpo, mas sobre a alma só quem tem poder é Deus. Mais uma vez, o monge não se contrapõe a autoridade monárquica, mas aponta os seus limites. Segundo Frazão da Silva:

> *Neste episódio narrado na VSD, as relações entre realeza e Igreja ocupam um papel de destaque. (...), García de Nájera, mesmo possuindo diversas virtudes e, dentre elas, conforme destaca a própria obra, ter lutado contra os mulçumanos e reconquistado Calahorra, por ter cobiçado os bens do Mosteiro de San Millán, acabou recebendo um tratamento negativo* (FRAZÃO DA SILVA, 2001:158).

A caracterização de García de Nájera por parte de Gonzalo de Berceo pode nos remeter a variadas leituras e análises. Destacaremos apenas uma, relacionada às hipóteses de nosso estudo sobre a configuração de um clérigo ideal na *VSD*, já que, como ficou claro para nós, esse poema, mesmo se tratando de uma releitura da *Vita Dominici Siliensis*, não se configura como uma mera cópia, pois Gonzalo de Berceo insere fatos contemporâneos em seu poema. Por este principal motivo, defendemos que o clérigo-poeta representa e impõe um ideal de religioso através da *VSD*. Um religioso que apesar de não se insubordinar perante o rei, não aceita que seu mosteiro sofra interferência laica e seja lesado financeiramente. Esse comportamento ideal estava em harmonia com o esperado por Roma. Basta nos recordarmos dos muitos conflitos entre o papado e o Imperador e reis ocidentais pelas investiduras.

Estas foram nossas primeiras reflexões acerca do que possivelmente foi, pelo menos para Gonzalo de Berceo em Castela do século XIII, a idealização de um clérigo perfeito aos moldes do discurso da Igreja. Durante a nossa pesquisa vamos não só identificar outros traços, como também confrontá-los com o do herói ideal, o Cid.

V – Referências bibliográficas

ALVAR, Manuel. *Gonzalo de Berceo como Hagiógrafo*. In: GONZALO DE BERCEO. **Obra Completa.** Coordinado por Isabel Uría. Madrid: Espasa-Calpe, 1992. Pp. 29-60.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: Entre Práticas e Representações**. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou O Imaginário do Feudalismo**. Tradução de Maria Helena C. Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

FRAZÃO DA SILVA, Andréia Cristina Lopes. *Hagiografia e Poder nas Sociedades Ibéricas Medievais*. In: **Humanas**. Curitiba: Editora UFPR, Nº 10. 2001. Pp. 135-172.

_____. *Literatura e História: reflexões a partir de um estudo de caso*. In: **Redes**. Rio de Janeiro.Nº 3. Set./dez. 1997. Pp. 14-26.

GIMENO CASALDUERO, Joaquín. Berceo. *La Norma Hagiográfica de la Vida de Santo Domingo de Silos*. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISPANISTAS, 5. **Actas...** Bordeaux: P.U. de Bordeaux, 1977. Pp. 441-448.

GONZALO DE BERCEO. **Vida de Santo Domingo de Silos**. 3ª Ed. Edición, introducción y notas de Teresa Labarta de Chaves. Madrid: Editorial Castalia, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Viajando com um Projeto Político-Pedagógico (PPP) de intencionalidade emancipatória e ad-mirando a formação universitária e a ação de seus sujeitos

Maurício Cesar Vitória Fagundes*

Resumo: A discussão que apresento tem por objetivo construir alguns caminhos para conhecer a formação acadêmica e suas possíveis ações na perspectiva emancipatória. Utilizo o PPP como veículo por possibilitar um olhar crítico por dentro do processo; por entendê-lo como totalidade concreta que concentra as múltiplas relações de seus sujeitos e com o meio, considerando suas construções históricas e suas condições objetivas. A educação de forma geral e o PPP em particular, a partir de uma compreensão dialética, possibilitam compreender para além dos fenômenos e conhecer "a lei de sua transformação, do seu desenvolvimento, isto é, da transição", para intervir na vida social (MARX, 1989:427).
Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Totalidade, Emancipação.

Abstract: This issue that I introduced has the objective to construct some ways to know the academic formation and its possible actions in the emancipatory perspective. I use the PPP as vehicle that makes possible an critically look inside the process; for understanding it as a concrete totality that concentrate multiples relations of its characters and with the environment, considering its historical constructions and its objectives conditions. The education in a general way and the PPP in particularly, from a dialectic comprehensions, make possible to comprehend beyond the fenomenous and know the "law of its transformation, development, of the transition", to intervene in social life (MARX, 1989:427).
Keywords: Educational Political Project, Totality, Emancipation.

1- Viajando com o PPP

Um dos muitos caminhos para entender o movimento da formação acadêmica e os reflexos na ação dos sujeitos desse processo é a pesquisa aportada na realidade concreta, percebendo a teoria e prática como unidades de uma totalidade dialética. Nesse caminho investigativo, entendo que o PPP pode ser um instrumento de muitas possibilidades, principalmente quando construído com a intencionalidade emancipatória. Olhar a partir dessa lente, permite ao pesquisador ter a apreensão das múltiplas relações que são estabelecidas na formação universitária, entender as possibilidades e limites, as contradições e mediações de uma totalidade aberta, porém historicamente situada.

* UNISINOS, doutorando em Educação e bolsista do CNPq.

Ao explicitar a utilização do PPP como veículo de mediação entre os processos pedagógicos e sociais, desencadeados na formação universitária, pretendo viajar e construir diálogos com meus interlocutores na busca de seu entendimento. Realizar o exercício da indagação intencional, o que irá constituir, conforme VIEIRA PINTO uma experiência científica que por sua vez torna-se "uma situação prática, simultaneamente objetiva e subjetiva, na motivação e no término. [...] A prática experimental é finalista por essência. A experimentação não se produz espontaneamente [...]" (1979:221), mas corresponde a maneira como o sujeito se articula para responder aos desafios da realidade e as interrogações que dela surgem. No caso específico da pesquisa que estou realizando, a intencionalidade é marcada pela interrogação e pelo desejo de descobrir - que formação acadêmica e ações são possíveis a partir de um PPP de intencionalidade emancipatória?

Nessa viagem onde o PPP é o veículo, o pesquisador tem a condição de ocupar uma janela que lhe possibilite uma grande visibilidade, o que torna possível, como no dizer de FREIRE (1982:37) "um adentramento crítico que nos leva à apreensão mais profunda" das relações desenvolvidas nesse espaço de formação. Portanto, permitindo ver além das aparências e dos resultados, para criticamente entender o processo. Reforça o Autor (id., ibid.), "para o ponto de vista crítico que aqui defendemos, a operação de mirar implica noutra – a de ad-mirar. Ad-miramos e ao adentrar-nos no ad-mirado o miramos por dentro e desde dentro, o que nos faz ver" .

Nessa condição o PPP nos permite "*ad-mirar"*, mirar de dentro o processo de formação, bem como todas as relações que o constituem. Buscando com tal ação uma cisão da totalidade em suas distintas partes constitutivas, o que permite, posteriormente, "retornar a ela (totalidade) alcançando desta forma uma compreensão mais vertical de sua significação" (FREIRE, 1982:38), com a clareza que essa totalidade será sempre limitada, incompleta e referenciada a um momento histórico definido. Com a preocupação de esclarecer esse movimento de cisão e posterior retorno à totalidade ad-mirada, o autor explica que "são operações que só se dividem pela necessidade que tem o espírito de abstrair para alcançar o concreto. No fundo, são operações que se implicam mutuamente" (id., ibid.).

Problematizar a formação acadêmica, considerando suas relações fundantes e suas ações dentro de uma perspectiva histórica de conhecimento, significa colocar e entender os acadêmicos como sujeitos concretos, considerando suas condições objetivas e do meio em que estão inseridos e percebê-los como seres que estabelecem relações com o meio em que vivem, a partir de uma ordem historicamente produzida. Assim, entendo como PRADO JUNIOR (1960:27):

> *A situação de cada momento deve assim ser considerada à luz dos fatos de que é resultante. Esse passado nos dará não somente a sua caracterização, [...] mas dará ainda a maneira pela qual tais indivíduos e grupos reagem sob o estímulo da posição em que se encontram, contribuindo com isso para a configuração dos fatos ocorrentes .*

O autor reforça e resume essa idéia ao escrever que a perspectiva histórica "nos fornece, ou pelo menos é suscetível de nos fornecer, em conjunto, tanto a natureza e caráter da situação [...] como ainda a maneira em que os indivíduos se situam em frente a ela e determinam com isso a sua ação" (PRADO JUNIOR, 1960:27).

A investigação que proponho tem por objetivo construir alguns caminhos para conhecer a formação acadêmica e suas possíveis ações e repercussões de perspectiva emancipatória, decorrentes do diálogo com o projeto que a sustenta. Inicio a trajetória pela apreensão sensível da realidade concreta, ou seja, o Centro Formador e seu Projeto - PPP, a ação discente/docente e suas relações, para captar o fenômeno, explicitado por KOSIK (1986:30) como sendo "um détour (onde) o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação parte".

Utilizo o PPP como veículo por possibilitar um olhar crítico por dentro do processo; por entendê-lo como totalidade concreta que concentra as múltiplas relações de seus sujeitos e com o meio, considerando suas construções históricas e suas condições objetivas, bem como suas contradições.

Nos itens que seguem explicito, de forma abreviada, a fundamentação epistemológica a partir da dialética, focada pela totalidade concreta, pela contradição e mediação, como caminhos possíveis para conhecer a formação universitária e a ação de seus sujeitos.

2 - A dialética como fundante do PPP para ad-mirar a formação-ação acadêmica

A educação de forma geral e o PPP em particular, a partir de uma compreensão dialética, possibilitam compreender os processos, ações, diálogos, relações, contradições e a totalidade para além dos fenômenos, e conhecer "a lei de sua transformação e do seu desenvolvimento" (MARX, 1989:427), como forma de instrumentalizar seus atores no desenvolvimento de suas práticas sociais.

Ainda nesse enfoque dialético, o Autor (id., ibid.) continua a indicar caminhos que ajudam na compreensão do movimento das relações desenvolvidas a partir de um PPP, ao observar que, após conhecer a lei dos fenômenos, torna-se importante conhecer a "lei de sua transformação, do seu desenvolvimento, isto é, da transição de uma forma para outra. Uma vez descoberta essa lei, ele passa a investigar detalhadamente seus efeitos na vida social...".

Reforça o Autor (id., ibid.) que somente os fenômenos exteriores e não as idéias lhe podem servir de ponto de partida e que a "crítica deve se limitar a confrontar um fato não com a idéia, mas com um outro fato".

PRADO JUNIOR (1969:589) enfatiza essa afirmativa, observando a importância do materialismo amparado na dialética, como se verifica em MARX (1989), por permitir penetrar "o mais profundo das feições e fatos do Universo porque põe inteiramente em contato o pensamento e sua mobilidade natural e orgânica, com aqueles fatos, e sem ser através da barreira imobilizadora e portanto deformadora as rígidas categorias lógicas da Metafísica".

Essa dinamicidade é proporcionada pela história, na qual a verdade torna-se relacional ao momento histórico vivido; pela consciência histórica acrescida das experiências e das novas verdades que passam a ser formuladas. Para complementar essa compreensão, busco MARX (2001:101) quando explicita que "a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais".

Nesse movimento explicitado através da dialética quero conhecer e reconhecer a intensidade e dinâmica possível do que problematizo. Para balizar essa intencionalidade coloco a primeira questão da pesquisa: como o professor universitário dialoga com o PPP de seu Curso e Universidade, considerando o tensionamento de sua construção histórica, a realidade concreta do meio onde está inserida a Universidade e as constantes demandas oriundas do mercado globalizado?

Assim, ao problematizar o PPP, a partir de uma perspectiva dialética de conhecimento, entendo-o como elemento que totaliza, em espaço micro, as relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas desenvolvidas na sociedade. E, assim sendo, o Projeto, explicitado ou não nas suas intencionalidades e fazeres, reflete na formação/ação, nas relações entre os sujeitos do processo acadêmico e destes com o meio onde estão inseridos, como também nas ações desencadeadas por esses sujeitos, seja como confirmação dessas intencionalidades, negação ou uma absorção acrítica nesse momento. Porém, sempre contribuindo com elementos para uma concepção de mundo.

Como anuncio no título deste artigo, utilizo o PPP em uma concepção dialética e, freireanamente, colocado como uma possibilidade de adentrar criticamente no tema em uma atitude de "ad-miração".

FREIRE (1982:37) utilizou o termo "ad-mirar" no momento em que escreveu sobre o papel do trabalhador social no processo de mudança. Ao ad-mirar, o sujeito realiza o adentramento, desde um ponto de vista crítico, que o levará "à apreensão mais profunda de

seu significado, supera a percepção ingênua, que sendo simplista, nos deixa sempre na periferia de tudo o que tratamos". Esse movimento de mirar irá desencadear um outro, o de ad-mirar. Ao ad-mirar a formação acadêmica e as ações desencadeadas a partir do PPP de intencionalidade emancipatória, a busca se projeta para além de sua intencionalidade explicita; irá buscar, criticamente, as suas partes constitutivas e suas relações, diálogos e ações, para poder assim retornar ao PPP como totalidade, alcançando uma melhor compreensão, tanto vertical[1] quanto horizontal[2].

O movimento que FREIRE propõe ao ad-mirar nada mais é do que o movimento dialético. A esse respeito PRADO JUNIOR (1969:648) escreve que

> *a primeira condição para abordarmos dialeticamente qualquer assunto é colocar-nos no interior dos fatos e processos com que o conhecimento desse assunto se elabora [...] tal como ele de fato se realiza, a começar pelo seu momento inicial e essencial que é o da experiência sensível, o contato do indivíduo pensante com a realidade objetiva e exterior; contato esse que constitui o ponto de partida e de retorno, pela ação, de tal processo.*

Ao estudar dialeticamente a formação através do PPP constrói-se a possibilidade de fugir de uma concepção idealizada. Esse constructo se dá no momento em que o sujeito pesquisador adentra ao processo educativo concreto e parte das premissas reais e não as abandona por um instante sequer. "Essas premissas são os homens [...] envolvidos em seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições, desenvolvimento esse empiricamente visível" (MARX, 2001:20).

Vale perceber, como sugere KOSIK (1986:12), que esse caminho investigativo através do PPP pode possibilitar a apreensão sensível da realidade concreta, pela captação do fenômeno, para então conhecê-la em sua intimidade, decompondo-a, indo ao detalhe "analisando suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima entre elas", considerando sempre a totalidade das relações históricas constitutivas desse processo, bem como entendendo seus limites.

3. – O PPP como totalidade concreta

A totalidade é entendida, como escreve KOSIK (1986:35) "como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido". O autor esclarece, ainda, que acumular

---

[1] Ao termo vertical, refiro-me a possibilidade de compreender os diversos diálogos e influências estabelecidas entre o global e o local; entre a estrutura e a superestrutura refletidas no PPP e vice-versa.

[2] Ao utilizar o termo horizontal, reporto-me as diversas relações estabelecidas entre os sujeitos da comunidade escolar acadêmica, como também destes com o meio onde estão inseridos. Apenas conceituo e explicito o termo vertical e horizontal separadamente, por uma questão didático-metodológica, pois os entendo inseparáveis e em diálogo constante.

todos os fatos não significa conhecer a realidade e todos os fatos no seu conjunto não constituem a totalidade, mas uma representação dessa totalidade.

É importante perceber o PPP a partir da dialética da totalidade concreta, não como um método que possa ou tenha a pretensão de exaurir todos os aspectos constitutivos da realidade estudada, mas justamente por afirmar sua essência em constante devir. Porém, nas relações tanto entre e intra/partes e dessas com todo, torna-se possível sua iluminação para a apreensão dos movimentos de um PPP, situado historicamente. Por isso uma totalidade aberta que se desenvolve a partir de suas contradições que lhe dão movimento, tendo a clareza de que o "processo objetivo é infinitamente rico de aspectos e relações apreensíveis, e por isso jamais será esgotado por uma idéia que dele seja formada" (VIEIRA PINTO, 1979:200). Dessa maneira, continua o autor, não há possibilidade de a representação encerrar – "no duplo sentido de 'conter' e 'terminar' – todo o conteúdo inteligível de qualquer aspecto ou fato da realidade".

É fundamental reconhecer o PPP como uma parte de um todo maior – processo educativo regional/nacional e uma sociedade estruturada – de forma não isolada, mas imerso nele, constituindo-se numa relação parte-realidade maior, em uma unidade dialética da estrutura e da superestrutura. Aqui me reporto a segunda questão desta pesquisa onde quero descobrir que construções o professor universitário realiza com os acadêmicos, considerando que estes trazem consigo suas realidades e construções históricas e ao chegar à Universidade são apresentados a um PPP que deverá pautar os diálogos de sua formação. Diálogos esses que ainda serão tensionados pela realidade de um mercado globalizado.

O PPP, nessa perspectiva, é entendido como totalidade concreta e, portanto, não como algo que tem existência em si, mas somente a partir da produção social de seus sujeitos, ou seja, do diálogo entre professores, alunos, funcionários, pais, direção e comunidade. No dizer de MARX (2001), serão eles sujeitos histórico-sociais que constroem e manifestam sua essência.

Na visão da dialética, a explicitação da totalidade concreta, como fundante e, portanto, elemento e/ou condição que permeia o ppp, é entendida de acordo com KOSIK (1986:36) como sendo:

> *concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável e nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio metodológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade .*

Assim compreendido, nessa visão de totalidade, o PPP evidencia sua perspectiva ontológica, assume seus sujeitos concretos que, por suas práxis objetivas, produzem a realidade enquanto sujeitos histórico-sociais de seu tempo. Ontologia que carrega consigo a tensão dialética entre a permanência e a mudança como percebido por GADOTTI (1994:579), ao denifir que "projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente". Entendendo, de acordo com o autor que, nesse quadro de provisoriedade, dialeticidade, historicidade e contextualização, o PPP pode ser de grande valia na problematização que fundamenta a formação e a ação do discente/docente.

4- Fazendo uma parada para reabastecer

Com essas reflexões me reporto a Instituição em que realizo a pesquisa e seus sujeitos.Meu desejo de descoberta está muito ligado, além do já exposto, a mirar as novas tramas a serem construídas pelos acadêmicos com seu meio social, político e econômico. Que contradições serão desencadeadas já na formação? Sendo que a proposta curricular, de intencionalidade emancipatória, é fundada na realidade social do acadêmico, da qual é elaborado um projeto de estudos, que objetivará atuar nessa realidade que, sabidamente, é construída a partir de princípios neoliberais. O que permanecerá dessa formação acadêmica como fundante na sua ação e reflexão junto ao meio social? Que denúncias e anúncios ele conseguirá efetivar? Como se manifestará em seu fazer e relações os princípios dessa formação emancipatória? Como lidará com essa contradição, considerando que a sociedade continuará (ao menos a curto prazo) neoliberal e possivelmente o mercado ditando as necessidades gerais da sociedade? Qual será a reação do meio onde irá atuar?

Como é foco da ação dessa Instituição, devemos considerar a possibilidade de que a sociedade local também seja alcançada pelos propósitos do PPP e desencadeie um processo de transição. Essa transição deverá explicitar contradições e que possivelmente estabelecerá uma outra forma de relação e cobrança junto a Universidade, pois o parâmetro será o da igualdade ou de sua busca e não mais o da autoridade sagrada e vertical imposta historicamente pelas Universidades. Que cobranças serão essas? Como será instaurada essa nova relação? Como será percebida e recebida pela Universidade enquanto Instituição? Como será percebida e recebida pelos professores/técnicos e acadêmicos, sujeitos até então mais ativos do processo, uma vez que terão que, efetivamente, dividir o protagonismo com a comunidade local? Significa perder o status, atribuído pelo pensamento moderno, de produtora exclusiva do conhecimento. Embora este questionamento não seja foco desta

pesquisa, entendi pertinente ao menos mencioná-lo no diálogo, pois como parte dessa totalidade concreta, possivelmente seja um fator que a curto ou médio prazo estará interferindo na formação e ação acadêmica. Os questionamentos até então levantados são, possivelmente, apenas alguns de muitos outros que ainda surgirão no decorrer desta pesquisa. Esse é o grande desafio que me move e certamente movimenta os sujeitos protagonistas do PPP em foco.

Ao caminhar pelo caminho da "admiração", da dialética, da contradição, da totalidade e da mediação, quero apreender elementos para compreender o processo, na totalidade possível, para entender as possibilidades da formação-ação acadêmica por meio de um PPP de intencionalidade emancipatória.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 6. ed. Paz e Terra, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28,8 a 2, 9,1994.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ **História.** FERNANDES, Florestan (org.), São Paulo: Editora Ática, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio**. Dialética do conhecimento.** 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

_____. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O nacionalismo literário: o pensamento político de Plínio Salgado em Trepandé

Leandro Pereira Gonçalves*

Resumo: Este trabalho pretende analisar a obra literária de Plínio Salgado como testemunho de uma determinada classe social, seguindo o referencial teórico proposto por Lucien Goldmann. Nessas obras, pode ser encontrada uma fonte historiográfica reveladora para a compreensão da ideologia presente na Ação Integralista Brasileira. A partir daí, foi possível observar um discurso conservador e autoritário para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Utilizou-se o estruturalismo genético goldmanniano a fim de se verificar a existência de artifícios e formas que possam comprovar se as obras literárias de Plínio Salgado são consideradas romances e, portanto, expressão burguesa.
Palavras-chave: Literatura, Estruturalismo genético, Integralismo.

Abstract: This essay intends to analyze the literary works of Plínio Salgado as a testimony of a specific social class, following the theoretical reference proposed by Lucien Goldmann. In these works, there can be found a revealing historiographical source for understanding the ideology present in the Brazilian Integralist Action. From then on, it has been possible to observe a conservative and authoritarian speech to the development of the Brazilian society. The genetic structuralism of Goldmann was used to verify the existence of artifices and ways that may prove whether the literary works of Plínio Salgado are considered novels, and therefore are expressions of bourgeoisie.
Keywords: Literature, Genetic Structuralism, Integralism.

A formação do movimento integralista brasileiro deu-se no início da década de 1930, sob a liderança do escritor e jornalista Plínio Salgado. Em outubro de 1932, o escritor divulgou o **Manifesto de Outubro**, propondo a formação de um grande movimento nacional.

O movimento registrou-se sob a denominação de Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua organização, influenciada pelos movimentos fascistas europeus, priorizava a arregimentação de militantes e seu enquadramento em uma estrutura hierárquica. A partir de então, logrou intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937.

Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento do Sapucaí, em São Paulo, em 1895. Sempre teve uma grande participação política e tornou-se um jornalista conhecido na cidade de São Paulo, a partir de 1919. Participou das agitações modernistas, tornando-se um

* Mestre em Letras: Literatura Brasileira. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora/MG.

romancista respeitado após a publicação de uma trilogia romanesca denominada "Crônicas da Vida Brasileira", composta pelas obras: **O estrangeiro**, de 1926; **O esperado**, de 1931, e **O cavaleiro de Itararé**, de 1933. Plínio Salgado escreveu mais três romances: **A voz do oeste**, em 1934; **Trepandé** – redigido entre 1938 e 1939, mas publicado apenas em 1972 – e **O dono do mundo**, escrito no fim de sua vida, aproximadamente entre o período de 1974 e 1975. Este último romance não foi finalizado em decorrência de sua morte, sendo publicado apenas no ano de 1999.

A aproximação entre o campo literário e o histórico é algo que ocorre com freqüência, atualmente, no meio acadêmico, como conseqüência da renovação francesa da historiografia, com os *Analles*, nos anos 1920. Segundo esta nova corrente historiográfica, tudo que se passou é objeto de interesse da história e é com ela que pode ser percebida a totalidade histórica, pois, por meio da visão defendida por esta renovação, os fatos e acontecimentos não têm importância alguma, mas sim os critérios escolhidos pelo historiador. Portanto, é possível afirmar que tudo que possui registro é histórico e, sendo assim, passível de ser analisado.

Assim, dentro dessa visão, analisar romances é pertinente. Contudo, no escopo teórico deste trabalho, as razões da inclusão de fontes não ordinariamente examinadas pelo crivo dos historiadores – no caso específico, de textos literários e, mais especificamente ainda, de romances – se estendem a outros fatores.

O referencial teórico que orienta este trabalho segue as análises de George Lukács (2003) e Lucien Goldmann (1990), que coloca o romance como gênero literário criado pela sociedade burguesa, como reprodução literária homóloga do processo de estruturação social.

Ao verificar os romances de Plínio Salgado, pretende-se transformar essas obras em fonte historiográfica, não enquanto um *doublé* das fontes tradicionais (documentos oficiais), muito menos enquanto descrição de sistemas sociais, mas como testemunhos de uma determinada classe social (burguesia, ou pequena burguesia, no caso), mirando uma formação social específica (a brasileira, da primeira metade do século XX). Nessa análise poderão ser recuperadas dimensões ideológicas (conotativas) expressadas pelo autor por meio da ficção.

Como foi proposto por George Lukács (2003) e por Lucien Goldmann (1990), o romance é, ideologicamente, o gênero literário burguês e, portanto, expressão estética do Estado burguês. A criação literária constitui um campo privilegiado de aplicação do estruturalismo genético. Lucien Goldmann parte do princípio de construção das estruturas cognitivas para aplicá-lo às relações entre o autor e o grupo social. O autor passa a interagir com esse grupo, procurando responder às suas expectativas. A criação cultural artística surge

como uma resposta significativa e articulada, como expressão das possibilidades objetivas presentes no grupo social.

Observa-se nas obras literárias de Plínio Salgado uma crítica a todo o sistema brasileiro, sendo a sociedade colocada como infeliz; daí a necessidade de mudança para a defesa do forte nacionalismo. Enquanto o comunismo e o liberalismo são tratados como males que têm de ser extirpados da sociedade, o Integralismo é colocado como o único capaz de salvar a humanidade desses inimigos da ordem. Em seus romances, essa análise da sociedade brasileira é clara, pois seus pensamentos de salvação para o Brasil são expressos por meio da crítica à sociedade que, em muitos momentos, é considerada apática por não lutar contra o mal.

Para desenvolver essa questão teórica, foram avaliados os seis romances de Plínio Salgado: **O estrangeiro**; **O esperado**; **O cavaleiro de Itararé**; **A voz do oeste**; **Trepandé**; **O dono do mundo**.[1] Deles, foi selecionada a obra **Trepandé**, última obra modernista do autor e cuja realização coincide com o período em que Plínio Salgado é obrigado a se exilar, em decorrência do decreto do Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse período, Plínio Salgado já havia vivido a fase mais importante de sua trajetória política, justamente no momento em que se consagra chefe supremo do movimento integralista.

O sociólogo Lucien Goldmann considera que uma estrutura tão complexa como o romance não pode ter nascido da invenção individual, e sim de concepções ideológicas vividas no grupo social de origem do escritor. Segundo o estruturalismo genético, os verdadeiros sujeitos da criação cultural são os grupos sociais, cabendo ao sociólogo da literatura estabelecer a homologia entre a ideologia do grupo a que pertence o autor e o pensamento formulado por sua obra. A literatura passa a ser um produto e uma expressão da cultura e da civilização de um povo. (GOLDMANN, 1979a:22).

Em qualquer obra de Plínio Salgado, desde que analisada de forma mais cuidadosa, será possível observar a defesa do lema integralista: "Deus, Pátria e Família". Plínio revelava ser um defensor de uma sociedade religiosa e conservadora, como já se podia observar no **Nhengaçu Verde Amarelo** (Manifesto do verde-amarelismo, ou da Escola da Anta), elaborado pelo próprio Plínio Salgado, ao lado de nomes como Cassiano Ricardo, Alfredo Élis, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho.

---

[1] Esta pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, área de concentração: Literatura Brasileira e teve como resultado a Dissertação de Mestrado intitulada: **Literatura e Autoritarismo**: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado, orientada pelo Prof.Dr. Gilberto Mendonça Teles. Na versão completa foram analisados três romances de Plínio Salgado: **O estrangeiro**, **Trepandé** e **O dono do mundo.**

No **Manifesto de outubro de 1932**, Plínio Salgado expõe com clareza seus propósitos para o Brasil. O autor e político deixa muito claro no Manifesto seu desejo ideológico para o Brasil: a defesa de uma política nacionalista baseada no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, a aversão ao cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista. (1982:3-18).

A busca do autor pelo valor autêntico ocorre por meio do pensamento intelectual. Plínio Salgado buscava o nacionalismo na teoria; entretanto, por ela o intelectual não encontra a resposta, já que não consegue realizar a transcendência vertical do mundo burguês em que vive. O ato de agir é um reflexo de sua instância econômica; portanto, em sua tomada de posição diante da realidade social; Plínio Salgado terá em sua concepção política a defesa da sociedade que o cerca, a burguesa, buscando por sua própria conta os meios estético-ideológicos adequados à reprodução da realidade pensada por ele.

Plínio Salgado tinha ao seu redor o grupo integralista, formado, em sua maioria, por médios e pequenos burgueses. (TRINDADE, 1979:131). Os seus romances foram escritos dentro do contexto burguês que era o Estado Brasileiro Republicano. Essa ruptura com a sociedade burguesa não será possível, argumento que ele não aceita, pois seu objetivo, como foi dito, é romper com todas as forças capitalistas vinculadas ao modelo liberal. Voltemos, portanto, ao objetivo deste estudo: os romances de Plínio Salgado são realizados de uma maneira completa? Na investigação dessa hipótese, deve-se levar em conta que criação burguesa do escritor é o romance e, para ele existir, é necessário ter a presença do herói problemático, que tem como objetivo a busca dos valores autênticos.

No último romance modernista de Plínio Salgado: **Trepandé**, a ruralização é decisiva para a existência do verdadeiro nacionalismo. Nesse romance, o ponto central é a influência negativa que as metrópoles passam a ter sobre as zonas interioranas, tema já abordado no primeiro romance de Plínio Salgado, quando o professor Juvêncio exaltava a nacionalidade, dizendo que o urbanismo é o fim da nacionalidade, expressando o anti-cosmopolitismo existente no **Manifesto de outubro de 1932**. Em **O estrangeiro**, o autor exalta e defende o universo rural, símbolo da pureza nacional. Essa ideologia de vida política de Plínio Salgado será a base do último romance modernista: **Trepandé.**

A modernização e o progresso das metrópoles são consideradas como uma influência externa e, por isso, vistas com maus olhos por Plínio Salgado, já que a essência da pureza é retirada em decorrência da presença exterior. Em toda a sua obra Plínio Salgado trata a modernização e o progresso como pestes que provocarão feridas morais e materiais.

Para Plínio Salgado as nações industriais assumem uma postura hegemônica sobre as nações agrícolas O conceito de civilização passa a ser sinônimo de industrialização e o cosmopolitismo é visto como o grande mal da sociedade, já que Plínio é um verdadeiro apologista do Brasil agrário. (SALGADO, 1956:78-79).

O cosmopolitismo é a grande causa da devastação da pequena cidade de Trepandé: "Um soluçado clamor subiu de todos os lares. Era a ruína dos pequenos comerciantes e agricultores; o esfacelamento de humildes economias domésticas; as desgraças privadas transformando-se em calamidade pública." (SALGADO, 1972:168).

Plínio Salgado coloca na obra que tudo fora completamente excluído da vida social – até mesmo a cidade havia desaparecido, passando a ser distrito de Iguape. Essa barbaridade ocorre justamente por causa da prosperidade urbana, mas que não ocorreu por incentivo nativo, e sim por um desenvolvimento externo, o grande mal que Plínio Salgado sempre quis evitar no Brasil: o cosmopolitismo:

> *O desenvolvimento da nossa vida urbana não pode efetivar-se numa progressão maior do que a do crescimento de nossas forças do interior. A fascinação das cidades é a fonte das discórdias sociais. A luta é nelas mais violenta. Em conseqüência do próprio desequilíbrio econômico que gera o seu excessivo progresso, a impressão de mal-estar se acentua na urbe, a concorrência agrava as revoltas e, sob a forma coletivista, rugem, não raro, os individualismo mais ferozes. (SALGADO, 1956:96).*

No romance, a cidade de Trepandé é vista como a verdadeira representante do herói problemático, pois é uma cidade que busca o nacionalismo defendido pelo ideólogo integralista, o que ocorre de uma equivocada, o que leva à destruição pela ação cosmopolita, pois essa influência externa e sua "morte" representam uma ruptura com o mundo, buscando valores autênticos para o desenvolvimento da sociedade:

> *A cidade brasileira é, em tudo, parecida com a cidade européia. Pelo mesmo motivo por que Paris, Londres, ou Nova York se parecem. É verdade que cada uma dessas grandes metrópoles guarda certas feições próprias. O arranha-céu que sobe do formigueiro humano. Os largos parques londrinos assentados sobre a inquietude dos squares. Os crepúsculos iluminados na febre boulevardiana. Mas a vida social e o contato permanente com outros povos, outras raças, criam uma só fisionomia, como um só problema, como um só estado de espírito nos limites em que se enquadra a existência urbana. É que as cidades respiram no Tempo, ao contrario dos campos, que respiram no Espaço. (Ibid.:95).*

A cidade, para Plínio Salgado, pode ser analisada neste caso como uma personagem, pois o autor dá a ela uma tônica de importância. Em **O estrangeiro**, diz: "As cidades têm uma alma, que paira sobre o panorama urbano: a projeção de todas as lamas que lutam, sofrem e sonham no seu bojo" (1936:19).

A designação de Trepandé como personagem central do romance é balizada no **Manifesto Unanimista**, elaborado por Jules Romains, em 1905, no qual o teórico, ao perceber a agitação dos transeuntes e dos comerciantes de Amsterdam, percebe:

> *a existência de uma alma comum, um estado de espírito coletivo, que o levou a formular a teoria do unanimismo, ou seja, a teoria de que a vida humana não devia ser vista na sua individualidade, mas nas suas relações através das quais se poderiam perceber afinidades psíquicas que pareciam formar um ser novo e superior – a alma coletiva. Em todo agrupamento humano [...] haveria portanto um ser coletivo que deveria preocupar a atenção do escritor. (TELES, 2002:73).*

Seguindo essa teoria, a cidade de Trepandé é colocada como a detentora da consciência possível que busca a verdadeira autenticidade dos povos. A cidade se refaz somente no momento em que os autênticos portadores da vida de Trepandé ressurgem com o objetivo de reerguê-la, movimento que ocorre na pureza dos seus pescadores, definidos como: "estranho lavrador da incerta lavoura" (SALGADO, 1972:31).

Para Plínio Salgado, a pureza nacional está presente nos verdadeiros nativos da terra:

> *É claro que não sugiro voltemos exclusivamente ao tupi: mas quero significar quanto nos afastaremos da Humanidade, afastando-nos da Nacionalidade. [...] É evidente, portanto, que não pretendo um novo indianismo [...] Essa afirmação do homem da nossa terá darse-á em definitivo, quando as cidades cosmopolitas forem invadidas pelo Espírito Nacional. (SALGADO, 1935:50).*

O pensamento político e ideológico de Plínio Salgado está claramente expresso dentro do romance. O autor não realiza a transcendência vertical assim como não consegue a desvinculação com o mundo burguês existente. Nessa obra, Plínio Salgado quer demonstrar a situação vivida no período em foi escrita – após o decreto do Estado Novo – quando os integralistas foram levados à ilegalidade. A obra pode ser lida como uma metáfora de vida para exemplificar a situação dos "verdadeiros nacionalistas" dentro do Brasil. Para eles, Getúlio Vargas traz o progresso industrial, mas de uma maneira que não tem o objetivo de beneficiar a sociedade brasileira.

Após o momento de desagregação, que seria o fim do governo varguista, os integralistas chegariam ao poder e colocariam em prática suas doutrinas nacionalistas. Por realizar uma relação entre crônica social e biografia, **Trepandé** pode ser considerado um romance e, assim, a maior expressão burguesa literária.

Este pequeno ensaio obteve como objetivo analisar de maneira sucinta apenas um romance de Plínio Salgado para servir de amostragem da possível relação com o

estruturalismo genético goldmanniano. Nos estudos realizados sobre as obras ficcionais de Plínio Salgado, percebe-se uma crescente politização da temática do autor, permitindo constatar que Plínio Salgado mostra-se sensível aos problemas políticos e, ainda, aberto às influências ideológicas. Assim, nota-se que o autor pretendeu transformar os seus romances em fontes ideológicas, pois neles percebe-se claramente a ideologia integralista.

Nos romances, o intelectual Plínio Salgado não conseguirá desvincular-se do mundo em que vive para buscar o valor autêntico. Por isso a vitória não ocorre, pois o caminho é percorrido de maneira equivocada devido à impossibilidade de desvinculação do Estado burguês existente. O nacionalismo almejado passa a ser um valor burguês da sociedade, uma vez que seu objetivo é atender o grupo que o ronda: a pequena burguesia.

Os romances não conseguem mostrar a saída para os problemas, devido a não realização da transcendência vertical, ou seja, o herói problemático, por ser a retratação do próprio autor, passa a ser uma biografia inserida em uma crônica social. Assim, não encontrando saída para o personagem, o autor decide exterminá-lo. Na medida em que falha o processo de adaptação à sociedade, o personagem vive a experiência do estranhamento; passa a duvidar de si e da sua capacidade de ação e, com isso, perde a valorização de sua existência e busca a morte.

Plínio Salgado realiza um romance completo por representar, em cada obra, o contexto burguês existente com o herói problemático em busca de um valor autêntico nunca alcançado devido ao mundo de convenções existentes.

Assim, pode-se afirmar que Plínio Salgado realizou uma relação entre a política doutrinária e a literatura romanesca, comprovando a teoria de Lucien Goldmann, segundo a qual o mundo burguês está presente dentro do romance.

Referências Bibliográficas

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Falar literariamente da alteridade: Plínio Salgado em *O Estrangeiro*. **Letterature d'America**, Roma, v. 87, p.53-83, 2001.

GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna.** São Paulo: Difel, 1972.

___. **A sociologia do romance.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

___. **Ciências humanas e filosofia:** o que é sociologia? São Paulo: Difel, 1979a.

___. **Crítica e dogmatismo na cultura moderna.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

___. **Dialética e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.

LUKÁCS, Georg. **A Teoria do romance.** São Paulo: 34, 2003.

SALGADO, Plínio. **A voz do oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

___. **Despertemos a nação!** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

___. Literatura e política. In: ___. **Obras completas.** São Paulo: Américas, 1956. v.19. pp. 5-125.

___. **Manifesto de outubro de 1932.** São Paulo: Voz do oeste, 1982.

___. **O cavaleiro de Itararé**. São Paulo: Panorama, 1948.

___. **O dono do mundo.** São Paulo: GRD, 1999.

___. **O esperado**. São Paulo: Voz do oeste, 1981.

___. **O estrangeiro**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

___. **O que é integralismo.** Rio de Janeiro: Schmidt, 1937.

___. **Trepandé.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo**. O fascismo brasileiro da década de 30. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia curupira*:*** análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A censura no Brasil: do Alvará de D. Maria I à liberdade de imprensa (1794-1821)

Carlos de Faria Júnior[1]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estudar as bases da Censura Régia no Brasil contidas no Alvará de D. Maria I, bem como discutir alguns aspectos deste alvará e da prática dos censores régios até o decreto que determinou a liberdade de imprensa.
Palavras-chaves: 1- Censura; 2- Normas; 3- Livros.

Abstract: This paper has the following objectives: study the bases of Real Censureship in Brazil, contained in the warrant of D. Maria I as well as discuss some aspects of this warrant and the pratice of the Real Censur up to the decree that determined the press's liberty.
Keywords: 1- Censure; 2- Norms; 3- Books.

No desenvolvimento de minha pesquisa para elaboração da tese de doutoramento, que tem como um de seus desdobramentos as atividades e os cargos exercidos por José da Silva Lisboa, tive de analisar sua atuação como censor régio.

Esta análise me levou a pesquisar os pareceres da censura régia desde a chegada de D. João VI ao Brasil até o decreto de D Pedro que abolia a censura – decreto este que receberia as críticas do próprio Silva Lisboa.

Mas a pesquisa de tais documentos não poderia, para o bom desenvolvimento do assunto, se limitar aos pareceres de Silva Lisboa, de modos que, querendo ou não, me deparei tanto com pareceres de outros censores, como também com todo o tipo de petições a respeito de publicação de livros e de liberação de material retido na alfândega ou impedido de circular. Seria impossível para mim analisar Silva Lisboa isoladamente.

Não tenho a pretensão de dizer tudo sobre a censura e seus desdobramentos neste texto, o que também o colocaria fora dos padrões exigidos. Para maior clareza e coerência no que pretendo desenvolver, decidi centralizar a discussão em torno das normas estabelecidas para a censura no governo de D. Maria I e sua relação com os pareceres dos censores régios, procurando discutir estes últimos de forma bastante generalizada e, ao meu ver, correta e apropriada às dimensões deste texto.

[1] Universidade de São Paulo, doutorando; Universidade Gama Filho, professor.

Sem qualquer intenção de desmerecer as pesquisas sobre o assunto, baseio este texto exclusivamente nos documentos por mim pesquisados no Arquivo Nacional, justamente por entender que isso me proporcionará uma boa articulação da discussão aqui desenvolvida. Espero que este esforço venha a contribuir com tantos trabalhos já existentes sobre este tema.

As Regras Rígidas da Censura

O alvará de 17 de dezembro de 1794, sob o reinado de D. Maria I, estabeleceu as regras específicas para a censura em Portugal e nos domínios ultramarinos. Tais determinações estabeleceram as bases para todas as discussões posteriores sobre a censura para o estabelecimento da censura régia no Brasil.

As disposições contidas neste documento apontam para preocupações de caráter político e social – naquilo que o social viesse afetar ou ameaçar o pode político. As preocupações a que me refiro dizem respeito aos questionamentos e críticas à ordem vigente, ou seja, a tudo aquilo que viesse a ameaçar os poderes temporal e espiritual, representados pelo Estado e pela Igreja, respectivamente.

As opiniões a respeito da censura eram variadas, direcionando-se estas para a aprovação ou não de tal atividade. As discussões sobre liberdade são comuns neste período. Os que defendem a censura argumentam que esta existe justamente para garantir a liberdade, mas não é pequeno o número daqueles que entendem na censura um entrave às "luzes" e à liberdade. Segundo Lúcia Pereira das Neves, a despeito das preocupações com o abuso das liberdades, este conceito surgia com grande intensidade e surgia, no contexto da independência, como definidor de uma nova ordem política, sendo empregado de forma afetiva por seus defensores[2].

O caminho percorrido pelos pensamentos referentes à censura à partir desta legislação é repleto de controvérsias e questionamentos, seja pelas disposições contidas no alvará, como objetos de censura e dúvidas dos censores a respeito do conteúdo das obras, seja pelo questionamento direto da censura, sobretudo em se tratando de um período no qual as discussões sobre a liberdade de pensamento possuíam grande intensidade tanto para revolucionários quanto para reformistas.

[2] NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política a independência(1820-1822),*Rio de Janeiro, Revan/FAPERJ, 2003, p. 143.

Tais questionamentos geraram novas disposições e um novo alvará, datado de 7 de março de 1795. Este documento procura reafirmar o anterior e esclarecer mais a respeito dos censores e de sua atividade. Discutia-se a censura, mas prevalecia sua importância.

A primeira grande preocupação refere-se ao que seria da alçada dos poderes temporal e espiritual em matéria de censura, ou seja, quem deveria analisar o que. Ao "Poder Espiritual da Santa Igreja" foi concedido o "direito de censura doutrinal sobre as matérias de Religião", e ao Estado, o "Supremo Poder Temporal", dois campos de ação que seriam desenvolvidos de maneira distinta: o da "censura doutrinal nas matérias civis e do Estado" e o da "permissão ou proibição externa de livros, e papéis, ou já estampados, ou que hajam de se estampar" e se introduzir no Reino e domínios. As leis estabeleciam, portanto, uma distinção entre o material produzido no Reino ainda por imprimir e impressos vindos do estrangeiro ou clandestinos produzidos em Portugal e tentando burlar a censura, sendo os dois últimos, ao meu entender, os mais preocupantes aos censores.

Com referência a estes três campos de atuação, o alvará anteriormente citado procura explicitar detalhadamente as delimitações de cada um e as respectivas competências, de modo a não deixar dúvida sobre quem deveria censurar o quê: "...que cada uma das três autoridades se contenha dentro dos limites de sua competência, sem que uma não se intrometa no que é próprio, e privativo das outras".[3]

O dito alvará estabelecia critérios rígidos para evitar a extrapolação dos censores em termos do que devia ser objeto de censura e mesmo o abuso de poder que acabaria causando problemas para escritores, editores e livreiros. Se algum autor entendesse "que se lhe fez manifesta violência, e injustiça na censura de suas obras", o que teria por conseqüência direta a negação da licença para impressão e circulação das mesmas, poderia recorrer à autoridade real pela Mesa do Desembargo do Paço, para que se pudesse proceder a uma reavaliação do parecer da censura:

> *"E porque é necessário precaver para o futuro todos os perniciosos efeitos do despotismo literário, tão danosos à religião, e ao Estado, como à mesma liberdade ilimitada d pensar, e de escrever, a qual pode facilmente, se não atalhar, como convém, abater as produções do entendimento humano, estancar opiniões, e doutrinas úteis, e luminosas, para a instrução de meus vassalos, e atrasar com irreparáveis prejuízos os progressos da literatura nacional".*[4]

[3] Alvará dispondo sobre a censura de livros no Reino e Domínios Ultramarinos, Lisboa, 7 de março de 1795; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Códice 980, volume único.
[4] Idem.

A atividade do censor, portanto, era limitada por estas e outras regras. Implícito nas regras encontra-se mesmo um debate sobre a liberdade de imprensa.

O objetivo central da censura era impedir a existência de críticas e opiniões contrárias à ordem estabelecida pelo estado e pela Igreja:

> *"Como todo o fim destas prévias censuras, e da licença, hei de impedir de modo possível, que se espalhem no público por meio de estampa quaisquer doutrinas falsas,e corruptas, que possam fazer dano, e perverter meus fiéis vassalos, ou da submissão às verdades da fé, da prática da moral evangélica, ou da obediência aos cânones da Igreja e às leis do Estado".*

Estavam isentos da cesura as instruções da Igreja e mandados dos bispos, os editais do inquisidor geral, uma vez que estes escritos estivessem assinados por estas autoridades. Contudo, nenhum deles se poderia publicar ou promulgar sem o "real beneplácito". Com relação às matérias não pertinentes à Igreja, os seguintes tipos de manuscritos estavam isentos da censura:

> *"Visto não conterem doutrina que necessite ser examinada, as listas de contratos, fazendas, e navios, os editais, e outros semelhantes papéis do expediente de qualquer dos tribunais, e juntas de meus reinos, e domínios, hei por bem outrossim permitir, que sendo assinados todos estes papéis pelo presidente,m e dois ministros do respectivo tribunal, ou junta, se possam imprimir com esta declaração – Com Licença de Sua Majestade".* [5]

A censura aos periódicos também tinha uma qualidade especial, para que não se retardasse a expedição dos mesmos e, com isso, se causasse prejuízo aos editores: em cada periódico o respectivo editor deveria solicitar aos censores a nomeação de um "qualificador fixo", o qual teria por obrigação a revisão dos periódicos e sua "qualificação em tempo oportuno".

Por último, eram isentos da censura as produções acadêmicas destinadas ao ensino e as teses, ficando a cargo da Universidade de Coimbra uma fiscalização mais direta referentemente a estes escritos.

Excetuando os casos anteriormente citados, os demais eram objeto da censura em seu pleno rigor:

> *"Nenhum livro, ou papel, por pequeno que seja, depois de impresso nas oficinas de meus reinos (...) poderá neles correr, e entrar no giro do comércio, sem que seja primeiro apresentado à Mesa e por ela mandado conferir, e confrontar com o seu próprio original, para que constando de sua conformidade, lhe conceda licença para poder livremente correr, e de outra maneira não correrá".*[6]

---

[5] Idem.
[6] Idem.

Este alvará também determina a criação de um index contendo uma lista de livros considerados perniciosos ao Estado e à Igreja, um "Index Expurgatório Nacional, em que se enumerem debaixo de duas classes gerais os livros conta a religião, e os livros contra o estado, que hão de ser defesos, e suprimidos; e também os outros que devem ser corrigidos, e expurgados". Para este fim, foram acionados os bispos, a inquisição e a Mesa do Desembargo do Paço, e cada um destes, dentro de sua competência, formaram o catálogo dos livros considerados perigosos. Esta tarefa, contudo, foi estendida à outro grupo de pessoas importantes, letrados que assumiriam o papel de censores em circunstâncias especiais que iremos discutir adiante:

> *"E recomendo, e mando igualmente à Universidade de Coimbra, nomeie pessoas doutas, pias, prudentes, e zelosas do bem público, que mais se distinguirem em suas corporações, que hajam de tomar a seu cargo formar também catálogos daqueles livros que podem corromper os costumes, particularmente da mocidade, e alterar os sólidos prinípios da educação religiosa, política e literária".*

Uma vez que cada uma das partes anteriormente citadas tivesse terminado seu trabalho, ou seja, o seu catálogo, deveria remetê-lo imediatamente à Secretaria do Estado dos Negócios do Reino, de onde passaria às mãos de pessoas portadoras de "luzes, piedade e prudência", para ordenar os assuntos nas categorias espiritual e temporal e, posteriormente, proceder-se-ía à publicação do Index Expurgatório Nacional.

Este index estaria sendo renovado anualmente através de um suplemento elaborado nas mesmas condições que o Index original, considerando a lei, portanto, a possibilidade de surgirem novas obras de caráter pernicioso.

As obras contidas no Index estavam expressamente proibidas para impressão e comercialização, a exceção daquelas às quais os censores sugeriram correções ou supressão de alguma parte considerada ofensiva ou perigosa dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei. Estas últimas, uma vez obedecidas as determinações censorias - e isto sendo rigorosamente conferido pelos mesmos censores – teriam permissão para circular no Reino, e domínios. Os escritos inteiramente reprovados por um ou mais censores deveriam ficar "defesos e suprimidos" na Real Biblioteca Pública, criada aliás no mesmo momento em que foi sancionada esta lei:

"...ficarão sob custódia na classe dos mais livros proibidos, que nela houver, para nunca poderem ser lidos senão por pessoas doutas, pias, e prudentes, que necessitarem de os consultar, e para isso tiverem as competentes licenças, e faculdades".

Havia, contudo, além dos próprios censores, um grupo de cidadãos livres de qualquer censura, que por serem considerados "doutos, pios e prudentes" lhes era concedida

uma licença para poderem ler os livros proibidos. Este grupo de cidadãos existia justamente para auxiliar na censura, não apenas na formação do Index, mas também nos casos em que houvessem divergências entre censores, pois o mesmo alvará determinava que, quando houvessem tais divergências, fosse a matéria de censura submetida a uma outra pessoa que tivesse conhecimento sobre o assunto. Tais pessoas eram de confiança do Estado e dos censores, considerados com capacidades especiais de entendimento dos escritos em relação aos demais, e a quem o Estado mesmo incentivava que lessem as obras proibidas. Estes letrados compunham uma verdadeira reserva de censores, a qual poderia ser convocada a qualquer momento para emitir um parecer:

> *"...que a alguns varões doutos, pios e prudentes, se conceda licença par terem, e lerem livros proibidos, prejudiciais ao comum dos leitores, porque possam mais plenamente inteirados de suas razões, e fundamentos, refutar doutrinas, e erros, que neles se contém, ou deles tirem algum proveito".*[7]

Quando nos reportamos a Censura Régia no Brasil, estamos falando de uma censura definida por estes códigos do fim do século anterior. Tudo o que diz respeito a como os censores devem proceder em sua atividade ali se encontra. Não encontrei, nos pareceres dos diversos censores que analisei, qualquer diferença ou antagonismo às leis estabelecidas no reinado de D. Maria I.

Como pessoas de extrema confiança do governo, os censores régios agiam a serviço do mesmo. A despeito das críticas intensas sofridas pela censura, sobretudo em se tratando de um período em que as "luzes" articulavam fortes ideais de liberdade, os censores acreditavam na sua atividade como algo extremamente benéfico para o bem comum e para o Estado, pois consideravam que a liberdade sem limites estava fora do contexto das luzes e da razão. Para os censores, portanto, a liberdade verdadeira não poderia existir sem a censura. José da Silva Lisboa irá se referir ao Decreto de 2 de março de 1821, que concedeu liberdade de imprensa, como uma atitude política, "para satisfazer o voto do povo".[8]

Portanto, os pareceres dos censores régios deviam muito as regras antes de se apoiar em opiniões pessoais ou levar em conta afetos ou desafetos com algum autor, editor ou comerciante de livros. As regras do Alvará de 1795 eram cumpridas a risca.

A censura teve especial cuidado sobre livros vindos do exterior e impressos clandestinos. Os vindos do estrangeiro, sobretudo os franceses. As idéias francesas sempre eram suspeitas, pois eram vista como causadoras de problemas e desordem, tanto pelos

---

[7] Idem.

[8] *O Conciliador do Reino Unido,* Nº 5, 25 de abril de 1821, Rio de Janeiro, Impressão Régia.

movimentos de fim do século XVIII quanto pela política napoleônica para com Portugal. Mas este posicionamento específico da censura para com os escritos franceses não se especificou no Alvará, que falava dos livros vindos do estrangeiro de maneira generalizada:

> *"E mando que todos os administradores, juízes, e oficiais das alfândegas, e casas de despacho, a que chegarem quaisquer livros, e papéis impressos dentro e fora destes reinos, de qualquer classe, e qualidade que sejam, que os tenham sob sua custódia, e guarda, e não os entreguem às partes sob pena de suspensão dos seus ofícios pelo tempo que me parecer justo, sem que estas lhes apresentem o necessário despacho da Mesa, e aqueles, que por ela lhes forem pedidos, os remetam logo, e fielmente à casa de sua revisão, cobrando do oficial, a que estiver incumbida a guarda deles, recibo de sua entrega, com declaração do dia em que foi feita".*[9]

Além da intensa fiscalização, as penalidades para quem não cumprisse as regras então estabelecidas, fazendo circular livros censurados ou não analisados, eram de seis meses de cadeia, com a perda dos exemplares confiscados, evidentemente, de multa do dobro do valor das obras apreendidas na primeira vez, e de três vezes o dobro em caso de reincidência. Em caso de uma outra reincidência, sob as mesmas penas pecuniárias anteriores, o degredo em Angola pelo período de dez anos.

Os pareceres dos censores podem, de maneira geral, ser caracterizados em três tendências: aprovação, negação e desconhecimento. Quando no caso deste último, os escritos deveriam ser submetidos a uma pessoa que tivesse competência sobre o assunto. Percebi, na análise dos pareceres dos censores, uma cautela extrema quanto ao conhecimento daquilo que deveria submeter ao seu exame, e não são raras as vezes em que os censores indicam em seus pareceres não estarem aptos para avaliarem uma ou outra obra. É raro, inclusive, nos pareceres sobre encomendas de livros vindos do estrangeiro, um consenso de um censor em termos de estar apto a examinar todas as obras, e comum a permanência de várias delas para avaliações posteriores de outros censores ou daquelas pessoas consideradas competentes para isso – os que tinham acesso às obras proibidas.

As avaliações das encomendas vindas do estrangeiro geralmente são bastante demoradas, chegando a levar, em diversos casos, meses entre os pedidos para liberação e os pareceres dos censores.

No caso de pareceres favoráveis ou desfavoráveis, percebe-se também a preocupação dos censores de cumprir rigorosamente as normas estabelecidas. Opiniões e comentários ocorrem, mas sempre tendo por base as normas da censura.

---

[9] Idem.

As avaliações dos manuscritos que alguém desejasse imprimir ocorreram da mesma forma. Em tese, levava-se em conta a utilidade do manuscrito e sua concordância com a ordem estabelecida. Escritos que possam no mínimo despertar pensamentos questionadores desta ordem são rejeitados sumariamente ou sujeitos às correções indicadas nos pareceres dos censores. A maioria dos escritores, contudo, tomava a precaução de não enviar para a avaliação dos censores textos controversos em relação ao sistema, evitando assim inclusive dissabores possivelmente maiores que um parecer desfavorável da censura.

Em 2 de março de 1821, D. Pedro, então Príncipe Regente, decretou a liberdade de imprensa e, com isso, o fim das atividades dos censores régios.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Além da cidade: história, etnografia, urbanismo e comunicação

Clara Luiza Miranda*

Resumo: A formação material e imaterial da esfera pública global conduz a reavaliação da cidade como produto da manufatura. A logística e as tecnologias da informação e da comunicação permitem processos de intervenção territorial, que extrapolam o espaço físico tangível. Estas promovem diversas situações de reconhecimento e de abordagem. Para compreender os novos paradigmas que compreendam as mediações simbólicas e sociais da metapolis, aliam-se à história, geografia e urbanismo, a etnografia e a comunicação, que se soma às disciplinas que estudam a cidade, a fim de examinar criticamente a complexidade relacional entre as novas tecnologias e os tecidos sociais e urbanos.
Palavras-chave: Cidade . Comunicação . Interdisciplinaridade

Abstract: The material and immaterial formation of the global public sphere drives the revaluation of the city as product of the manufacture. The logistics and the information and communication technologies enable processes of territorial intervention that supersede the tangible physical space. These promote several recognition situations and methods of approach. The history, geography and urbanism, ethnography and communication integrate their insights to work together looking for understand the new paradigms of the city, the metapolis and its symbolic and social mediations, in order to make critical analysis the complexity relational between the new technologies and the social and urban structure.
Keywords: City . Communication . Interdisciplinarity

> *"Onde estamos nós? Que, se os planos e desenhos que regulavam os nossos lugares habituais, as nossas redes os prolongam sem qualquer limite?" Michel Serres.*

Com o advento da sociedade da informação, a cidade moderna de morfologia compacta e desenho urbanístico catalogado no vocabulário acadêmico e técnico, está sendo substituída por novas situações territoriais urbanas cada vez mais complexas. Estas resultam de dinâmicas produtivas e comunicativas, que intensificam a eficácia do agenciamento do controle apartado fisicamente na cidade, de modo que os problemas urbanos ultrapassam aos da localização, tendo em vista as incidências locais de problemas transitórios e globais.

A separação entre o controle social da produção e os contextos locais se dá mediante novas formas de desterritorialização, que fundamentam as relações sociais,

* Programas de Pós Graduação em Artes e em Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUCSP

simbologias e novos dispositivos sócio-técnicos. Estes mecanismos asseguram as conquistas de mercado por tomada de controle, suplantando a colonização ou o domínio territorial estrito.

A distância não é o meio predominante de ordenação do mundo global, em face à conquista do espaço com o tempo, visando facilitar as comunicações e superar as restrições da distância. A compressão espaço-tempo é produto do aumento da mobilidade, da co-presença local-global e da ubiqüidade do mercado e das informações, que abolem ou reduzem ao mínimo as distâncias. O problema de organização social da distância corresponde à maximização das condições de interações entre cidades através das redes mundiais.

Pierre Veltz (2000) e outros autores levantaram a hipótese de que com a globalização advém um arquipélago mundial que concentra as principais potencialidades tecnológicas mundiais, o poder financeiro, simbólico e da mídia. A cartografia do arquipélago realça a cisão entre cidades e entorno desplugado das redes, promovendo seleção e inclusão diferenciada nos processos de acumulação e na hierarquia entre matriz organizativa e operação nas cadeias produtivas. O território do arquipélago é articulado em escalas intermitentes, materializa-se mediante espaços de acessibilidade controlada, que transformam a desterritorialização global em isolamento corpóreo da localidade daqueles que necessitam de encaixe territorial.

A idéia do arquipélago é um pouco diversa, da definição de metápolis (ASCHER, 1998), mas não inteiramente controversa. A metápolis se baseia no princípio comunicacional regente do mundo contemporâneo e produz uma territorialidade geourbana, com alto grau diversidade infra-estrutural e cognitiva, disseminando uma multiplicidade de acontecimentos e espaços inter-relacionados. A metápolis ultrapassa a estrutura tradicional da cidade, mediante o processamento e a combinação de informações simultâneas (tanto localizadas quanto deslocadas no espaço). Este aspecto relacional configura um território multimídia, pois, se recorre a multimeios como forma de informação e formação urbana.

A metápolis converte-se em um hiperterritório onde "não há mais um fora" para circunscrever lugares (HARDT, 2000), uma vez que, todo o planeta está sob a regulamentação do mercado e dos circuitos de controle telemáticos. Isto incorpora a tendência de separação entre a estrutura física da cidade e os processos sócio-culturais da urbanização.

Em todo caso, as formas de cidade densa ou difusa e a urbanização extensiva do campo têm referenciais imprecisos, assim como, são indistintos os limites entre centro e periferia. Por causa da interação entre produção e comunicação, a periferia não exerce apenas a mera função de fonte de recursos. Lugares de consumo, da circulação e de produção interagem em rede mundial.

A intensificação dos fluxos da matéria-energia, da população e do urbano gera descodificações que tendem a escapar para a periferia, descolando-se do centro, onde se formam espaços intersticiais, que desenvolvem desequilíbrio das capacidades de uso ou de significação. Isso pode suceder tanto nas metrópoles, em pequenas cidades quanto nos subúrbios.

A indistinção de limites submete as implicações físicas dos lugares à multiplicidade de espaços virtuais, com dados e determinações intangíveis, que desestruturam a urbe e desreferencializam os processos de sociabilidade. Na impossibilidade de circunscrição, o território urbano é esfacelado, dificultando a sua designação e complicando o planejamento urbano. Por isso, a necessidade de criação de conceitos não é apenas epistemológica, mas antes um projeto ontológico, pois, é uma atividade que combina inteligência, comunicação e operacionalidade (NEGRI & HARDT, 2002).

Registram-se, todavia, inúmeros neologismos para batizar as novas territorialidades, tais como os termos: metápolis, hiperterritório, cidade difusa, cidade espraiada, urbanização extensiva e rurubia. O geógrafo Joan Vicente Rufí (2003) diz que entender e relacionar estes neologismos pode "clarear" a ocorrência dessas situações, propiciando conhecimento dos velhos e dos novos territórios. As novas terminologias pressupõem o desaparecimento de modelos de urbanização preexistentes, o esvaziamento do espaço público, a diversidade estética e a "irrupção da ficção", mas, na verdade, configuram diferentes urbes e tipos de sociabilidade, que desmancham, vampirizam, assumem ou soterram as cidades tradicionais, diz Rufi.

No estágio inicial da globalização e com o esgotamento do urbanismo moderno foi incentivada uma "terapia da recordação" com o resgate de modelos culturais urbanos pré-modernos, a difusão de programas de reconstrução da comunidade como unidade social. Determinados discursos sobre a memória e a história, nesse período, ocuparam o lugar das utopias renegadas tanto como projeção do futuro quanto como modelos formais. A definição das diretrizes da globalização e o amortecimento do debate entre moderno e pós-moderno apontaram outros vieses de realização histórica.

Neste momento, devido incertezas dos sistemas, impactos das temporalidades urgentes e transitórias e necessidade de adequação a situações em constante mutação instituíram-se dinâmicas produtivas e comunicativas, que prescindem do planejamento, substituído pela programação[1]. Isso implica em recurso a modelos precários ou dinâmicos que

[1] O plano presume o domínio de um campo institucional, que dispõe objetos e sistematiza enunciados. O projeto visa o momento da realização. Programa é uma concretização provisória e fragmentária de objetivos. "Os programas passam, o projeto permanece" (CASTORIADIS, 1986).

não colocam a durabilidade ou permanência como metas, o contexto físico e histórico pode ser eventualmente desconsiderado. Por outro lado, os graves problemas da sustentabilidade das decisões de intervenção demandam a coerência das ações, considerando um tempo mais dilatado e cíclico. De todo modo, sempre em "qualquer medida do tempo que se queira considerar, parece ser sempre imprescindível a continua reformulação dos mecanismos de planejamento urbanístico" diz Pedro Silva (2001).

A perplexidade dos arquitetos diante da crise das cidades tradicionais, assenta-se no fato de que "qualquer tentativa de reunificação parece anti-histórica", tal como ponderou Marina Waisman. Se a crise da cidade tradicional é uma conseqüência física da fragmentação social e econômica, "certamente, não vai ser com a pureza formal que se reverte essa tendência, visando à reunificação física da cidade" (WAISMAN, 1995). Há quem comemore a liberação dos modelos tradicionais e da camisa de força da identidade, é o caso do arquiteto Rem Koolhaas (2004). Françoise Choay (2004) por sua vez, diz que se deve admitir sem sentimentalismo o desaparecimento da cidade tradicional, porém, interrogar-se sobre a "não-cidade" e sobre a natureza da urbanização das sociedades avançadas.

Os dados duros, macro-sociais que descorporificam os lugares no mapa requerem a investigação das descrições sócio-culturais, que captam processos específicos do lugar e as possibilidades de ação em tais processos.

O novo espaço público imaterial e virtual global incita a reavaliação da cidade e da arquitetura, como produtos da manufatura, seus decorrentes impactos sólidos, táteis, hápticos, do quais provém o sentido da objetividade do mundo, como parte da "condição humana" tal qual define Hannah Arendt (1995). As novas tecnologias da informação e da comunicação e a logística propagam processos de intervenção territorial, que não se restringem apenas ao espaço físico e fixo. As condições globais estão progressivamente híbridas e multifacetadas, superpõem flutuações e mutações, acumulando extratos de realidade e de informações além da localização sensível. As conseqüências urbanas de tais processos sintetizam diversas situações de reconhecimento e de abordagem.

As informações que circulam em *bytes* sobrepõem-se à rede física industrial, suporte do movimento e da comunicação do urbanismo moderno. Mesmo assim, as redes das novas tecnologias da informação e da comunicação reproduzem-se nos espaços intensivos da conjunção das infra-estruturas e das capacitações técnicas que ocorrem nas cidades, que são os motores da interdependência do sistema inteiro.

Por sua vez, a produção flexível estendida inclui fábricas, transportes, circulação, portos, aeroportos, depósitos de produtos, campos de operação urbanos, suburbanos e rurais.

As redes estendem-se por zonas cada vez mais remotas, além da estrutura metropolitana que domina a cena contemporânea. Por esse motivo, a histórica oposição entre cidade e campo é confrontada pela urbanização extensiva, que diz respeito não apenas a conversão do espaço rural aos propósitos da produção flexível, mas também ao alcance das novas tecnologias de controle do agro-negócio. Estas tecnologias rompem com as características definidoras das atividades primárias, industriais, comerciais e de serviços.

A organização espacial que coordena a dispersão da produção flexível depende da estratégia de manobra (logística), cuja finalidade é dominar o espaço a partir de qualquer ponto. Não é necessário controlar estritamente o espaço pelo qual se visa propagação. Enfim, os espaços dos fluxos e os espaços dos lugares não são excludentes, operam simultaneamente produzindo situações espaciais e sociais conjugadas.

Entre os territórios da operação rotineira e do consumo conspícuo, aparecem espaços liminares, cidades de passagem ou cidades pontes. Estas se constituem dispositivos que interligam fisicamente ou logicamente em rede os vários sistemas ou suas partes, lugares que funcionam como zonas de encontro entre elementos globais e locais, são espaços de coexistência e de transformação. Em oposição à característica espectral da cidade contemporânea e de seus habitantes, assinalada por Paul Virilio, tais zonas de transição são potencialmente experimentais de novos elementos culturais e de novas regras de atuação.

Há, além destes, os espaços residuais, identificados com a pobreza, à margem dos densos fluxos comunicacionais. Para Antonio Negri (2003) a pobreza não é tão somente miséria, mas, o desejo, a busca de inúmeras coisas. Sua abertura ao possível, a mestiçagem, a migração modificam o mundo. Por isso, consideram-se o nomadismo e a miscigenação "as primeiras práticas éticas" globais (NEGRI & HARDT, 2002). Milton Santos por seu turno diz que a força dos fracos é seu tempo lento.

Como os espaços são criados por práticas sociais, é possível identificar agenciamentos ligados às segmentações e hierarquias de poder. Nas redes materiais e imateriais multiplicam-se senhas e protocolos de acesso às informações e aos lugares. Isso contribui para a exigência de se entender como o global se dispõe nas zonas de liminaridade e de multiculturalidade das cidades e igualmente, na segmentação de públicos midiáticos. "Como chegar à globalização significa, para a maioria, aumentar o intercâmbio com os outros mais ou menos próximos, ela serve para aumentar nossa compreensão sobre suas vidas" (CANCLINI, 2003).

Para poder reconhecer as diversas camadas que configuram os territórios culturais, pode-se recorrer a uma imersão nos âmbitos dos discursos e das subjetividades

coletivas que compartilham espaços de contato. O papel da etnografia, como uma prática antropológica de campo, torna-se relevante para o levantamento de informações dos fenômenos da cultura, sua interpretação, a tradução de sua complexidade e de seus focos e, ainda, no mapeamento de situações críticas.

A tarefa do etnógrafo começa pelo reconhecimento de que as relações econômicas não são determinantes exclusivas das transformações urbanas, e, mormente, pela estima da alteridade. O etnógrafo maneja métodos de análise que apreendem teias de significação, estabelecidas sob comunicações simbólicas, sob a lógica do senso comum e do verossímil. Aspectos do comportamento, formas de apropriação do espaço tornam-se material e mediação para a análise da cultura que envolve determinado objeto.

As técnicas de estudo etnográficas tem sido um recurso de abordagem da cidade e da arte, manifestações constituintes da cultura. Xavier Costa (1998) defende a figura do arquiteto etnógrafo desapegado dos programas ideológicos estritamente disciplinares, de seus impulsos colonialistas e do confinamento do escritório, apresentando-se disposto para interpretar a complexidade cultural contemporânea como fenômeno sem precedentes.

No campo da arte, a etnografia torna-se paradigma de refletividade e de leitura autoconsciente da cultura, tanto textual quanto estética. Hal Foster (1996) menciona que entre os atrativos que o método etnográfico oferece aos artistas, destacam-se sua reputação de ciência da alteridade; a abordagem da cultura como campo de referência ampliado; e a sua condição contextual, compartilhada entre muitas práticas e pensada de modo interdisciplinar. A etnografia penetra no campo da arte com a arte conceitual e da performance, com a exploração do corpo e das condições espaciais de percepção, que ampliam as limitações do formalismo e do purovisibilismo, indicando alternativas de se pensar e expressar o contato corpóreo imediato e renovado com o mundo e os afetos.

A indissociabilidade entre comunicação, produção flexível e as novas territorialidades incluem a comunicação entre as disciplinas que estudam a cidade, junto à geografia, as ciências sociais, a história e o urbanismo. A situação contemporânea da cultura e história do local, sua morfologia urbana devem ser desdobradas em tramas multidimensionais (MOMPART, 1998) e inclusivas: forma, transformação e informação, afora a cidade ser interface dos processos comunicacionais e a necessidade de interpretação da batalha dos signos que se trava nos espaços real e virtual.

Josep Mompart afirma que compreender o território sob a perspectiva da comunicação, implica em encarar o entrelaçamento e a permutação entre a vida urbana e as tecnologias da informação e da comunicação. Estas tecnologias justificam-se na esfera

pública, ampliada e adensada por elas, constituindo-se mediações na construção simbólica e social da realidade.

As novas tecnologias da informação e da comunicação possibilitaram a transformação das formas de organização produtiva e social e intensificaram as comutações globais. O território é interface destes processos. As inovações tecnológicas não se limitam às estruturas (hardware) e à programação (software), relacionam-se, principalmente, as suas potencialidades operativas, evidenciando o papel produtivo do consumidor. A rede atualiza a virtualidade produtiva e cooperativa constituída pela sociedade, interrelacionada pelo território. E esta é uma dimensão que apenas começa a ser explorada, a interdisplinaridade e a multidisplinaridade são imprescindíveis neste empreendimento conceitual e operativo.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. **A condição humana**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

ASCHER, François. **Metapolis, Acerca do Futuro da Cidade**. Oeiras: Celta, 1998

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização, as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

CANCLINI, Nestor. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra. 1986

CHOAY, Francoise. El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In RAMOS, Ángel Martin. **Lo Urbano: En 20 autores contemporâneos.** Barcelona: Edicions UPC, 2004

COCCO, Giuseppe (org). **Capitalismo Cognitivo, trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003

COSTA, Xavier. El arquitecto como etnógrafo. In. GAUSA, Manuel; GUALLART, Vicente; MÜLLER, Willy (orgs.). **Barcelona Metápolis. Festival de idéias para la futura multiciudad.** Barcelona: Actar, 1998

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Felix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol 5. Rio de janeiro: Ed. 34, 2002

FOSTER, Hal. **The Return of the Real.** Massachusetts: MIT Press: October, 1996

GEERTZ, Cliffort. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GRAHAN, Stephen. Rumo à cidade em tempo real. www.eesc.usp.br/nomads/ Acesso em 2007

HARDT, Michael. A Sociedade Mundial de Controle. In. ALLIEZ, Éric. (org). **Gilles Deleuze:** Uma vida Filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002

KOOLHAS, Rem. La Ciudad Genérica In RAMOS, Ángel Martin. **Lo Urbano: En 20 autores contemporâneos.** Barcelona: Edicions UPC, 2004

MOMPART, Josep Lluís Gómez. La configuración mediática de la ciudad contemporánea. In. **IV Congresso de ALAIC**: Recife, 1998

NEGRI, Antonio. **5 lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

PEREIRA, Carolina G. **Simbolismo do Espaço habitado**. Trabalho final de Graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo. UFES, 2007

RUFÍ, Joan Vicente. ¿Nuevas palabras, nuevas ciudades?. Universitat de Girona. **Revista de Geografia**. n. 2. 2003, pp. 79-103

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993

SERRES, Michel. **Atlas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

SILVA, Pedro. Nova Urbanística, Anacrónicas Práticas e Hipóteses de Planeamento Urbano: Aventuras de Reinterpretação. Lisboa: Associação Portuguesa de Planeadores do Território, março**,** 2001

VELTZ, Pierre. **Mondialisation, Villes et Territoires, l'économie d'archipel**. Paris: PUF, 2000

VIRILIO, Paul. **Espaço Crítico**. São Paulo: Ed. 34, 1993

WAISMAN, Marina. La cittá que há perduto il centro. Milão. **Revista Zodiac**, n. 13, 1995. pp. 12-19.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Escravidão, Bastardia e poder: a ascensão de pardos no Espírito Santo no final do século XIX ao início do XX.

Juliana Sabino Simonato Gonçalves*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a situação de um pardo, bastardo e forro, Marcelino Bernardes de Souza, filho de um grande proprietário de terras, o Barão de Guandu, com uma de suas escravas. Dessa forma, busca-se evidenciar um novo enfoque em relação às práticas de sociabilidades, ocorridas no recorte temporal do período final do século XIX e início do XX no Espírito Santo, que permitiram o desenvolvimento de estratégias favoráveis à ascensão de alguns pardos e ex-escravos. O caso evidencia relações sociais diferenciadas das situações comumente estabelecidas pela historiografia tradicional. Através de fontes primárias, como inventários e livros de registros cartoriais, procura-se demonstrar alguns dos "espaços", encontrados por esse pardo e forro para se distanciar das heranças do cativeiro.

Palavras-chave: Pardo, bastardo e ascensão social.

Abstract: This paper has as objective analyzes the situation of a dusky, free and bastard, Marcelino Bernardes de Souza, a great land owner`s son, the Barão de Guandu, with one of their female slaves. In that way, it is looked for to evidence a new focus in relation to the practices of sociabilities, happened in the temporary cutting of the final period of the century XIX and beginning of the XX in the Espírito Santo state, that they allowed the development of favorable strategies to the ascension of some duskys and ex-slaves. The case evidences different social relationships of the situations daily established by the traditional historiography. Through primary sources, as inventories and books of registrations cartoriais, it tries to demonstrate some of the "spaces", found by that dusky and free to distance of the inheritances of the captivity.

Keywords: Dusky, bastard and social ascension.

A temática envolvendo a situação de pardos, forros ou livres, e bastardos está recebendo nos últimos tempos, por parte da historiografia, uma atenção constante e inovadora, porém, não há intuito de criticar tudo o que já foi produzido em relação ao tema da escravidão e seus desdobramentos. É necessário ressaltar que as abordagens historiográficas dos pesquisadores, evidentemente, acompanham seu contexto, não sendo nossa função promover um julgamento de épocas marcadas por outros valores culturais diferentes do nosso cotidiano,

---

* Este texto faz parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, cujo título é "Fazenda Santa Helena: Escravidão, bastardia e poder". Desenvolve-se junto ao Programa de Pós-Graduação, Nível Mestrado da UFES, sob a orientação de Geraldo Antônio Soares.

mas nos apropriarmos do que já foi produzido como conhecimento científico para uma nova interpretação à luz de novos métodos.

Poderíamos citar entre essas análises as que desconsideraram a situação do pardo, bastardo, forro ou livre na sociedade colonial, direcionando-se para uma visão econômica da organização do Brasil, apenas visualizando a situação entre os senhores e os escravos, negligenciando, dessa forma, o papel dos outros indivíduos, desfavorecendo a análise dos outros segmentos que envolviam a sociedade da época[1].

Desde os anos de 1930-1940, os historiadores e demais cientistas sociais, através de vários esquemas explicativos, procuraram compor um quadro sobre as características da escravidão brasileira.

A partir das décadas de 50 e 60, procedeu-se a uma revisão sistemática de várias obras e as pesquisas realizadas estabeleceram novos e fecundos estudos sobre a temática. [2] De certo modo, muitos desses estudos não poderiam deixar de ter, como referência central, a realidade dual da escravidão: a oposição entre *cativo* e *senhor*. Movendo-se entre as questões arbitrariedade, subordinação e revoltas - não avançam, em grande medida, no sentido de indicar as especificidades da escravidão brasileira, bem como quanto às formas de resistência cotidianas e mais "silenciosas", ou mesmo na difusão de pequenos poderes e hierarquias no âmbito das sociedades escravistas que a historiografia contemporânea procura documentar.

Nos anos 80, estudos rompem com a tendência na pesquisa que se ateve, preferencialmente, à problemática da dominação senhorial ou das resistências escravas mais amplas. Apontam ainda para a necessidade de perceber que as diretrizes que marcam as esferas de controle e reprodução da ordem escravista contextualizam-se, no tempo e no espaço, marcos essenciais para estudos de experiências históricas na sua singularidade.

Outra tendência, que caminha lado a lado a essa, tem sido o abandono das pretensões macrossociais e um redimensionamento do estudo das relações escravistas no seu fazer cotidiano. Contribuições teórico-metodológicas desta ordem auxiliam a romper a generalização que o tema da escravidão assumiu, bem como, indicam que a condição de

---

[1] Ver as obras de Caio Prado Júnior (Evolução Política do Brasil e A Formação do Brasil Contemporâneo) e Celso Furtado (Formação Econômica do Brasil).

[2] Desse debate destacam-se, dentre outros, Freyre, 1978; Oliveira Viana, 1973; Azevedo, s.d.; Bastide e Fernandes, 1959; Ianni, 1962; Costa, 1966.

explicitação de um tema está no plano de sua especificidade histórica, levando em conta sua articulação com os processos históricos mais amplos.

As pesquisas em arquivos, aliadas a uma mudança do enfoque temático, têm sido fundamentais e vêm direcionando, nos últimos anos, o estudo da escravidão para aqueles agentes sociais que até então estiveram silenciados na nossa história: negros ou pardos, escravos, forros ou livres.

Com um novo olhar sobre o tema, muito se tem dito sobre as formas de resistências montadas pelos negros ou pardos, forros ou livres para sobreviverem ou ascenderem socialmente dentro dos limites de existência que lhes eram impostos.

Os espaços de constituição das experiências são variados: a moradia, o trabalho, a rua, etc. Estes são espaços de conflito, resistência, acomodação e improvisação.

Entender os lugares dos conflitos é significativo para a análise da mobilidade, das vizinhanças, do nível das relações sociais e sociabilidades, bem como a dinâmica socioeconômica da região. Inscreve-se como tentativa de reconstituir o chão social das experiências desses segmentos.

Este estudo, no campo da história social, baliza-se nos conceitos de *cultura* e *experiência* desenvolvidas por Edward P. Thompson.

> *Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981:182).*

Há a pretensão na realização desta pesquisa em romper com uma linha interpretativa da escravidão que desprezou o negro ou pardo, escravo, forro ou livre, como sujeito histórico, pois podemos averiguar que houve, até então, pouco interesse em registrar seus meios de sobrevivência, seus valores e aspirações.

Acredito que a posição de indivíduos no meio social, ao se considerar apenas a classe a que pertencem, não permite um total entendimento de seu papel, pois as pessoas acabam por assumir papéis diversos, congruentes e até mesmo antagônicos, por exemplo, quando encontramos cativos como consumidores e profissionais especializados; ou forros como proprietários de terras e escravos.

Nesses últimos anos, algumas pesquisas objetivam analisar a trajetória de famílias de pardos forros, que utilizaram várias estratégias para conseguirem "brechas" de liberdade,

entre elas, o trabalho, as estabilidades familiares e alianças, sobretudo com as elites, na busca pela ascensão social.

Dentro dessa ótica, os pardos forros ou livres e seus descendentes procurariam se afastar gradativamente de um antepassado escravo. Além disso, a especialização em um determinado ofício ou ser um trabalhador habilidoso poderiam contribuir ou não para graus variados de mobilidade social e acumulação de riqueza.

A pesquisa em desenvolvimento, ***Fazenda Santa Helena: bastardia, escravidão e poder***, tem como objeto de estudo a formação da Fazenda e a trajetória vivenciada por Marcelino Bernardes de Souza, buscando estabelecer um debate sobre os meios encontrados pelos pardos escravos, nascidos bastardos, que alcançaram a liberdade e ascenderam socialmente em virtude de sua condição de ilegitimidade, ou aqueles que se tornaram livres em virtude da Lei de 1871. Essa Lei do Ventre Livre proporcionou alterações significativas na escravidão, mesmo sem libertar os escravos de maneira completa, pois os deixava sob a guarda do senhor até sua maioridade, mas não podemos deixar de analisar que essa medida do Estado Imperial foi uma proposta gradualista em prol da escravidão. Inclusive demonstrando a intervenção do Estado no setor privado, isto é, nas relações entre *senhor* e *escravo* no final do século XIX.

No entanto, Marcelino não foi beneficiado por essa Lei, uma vez que nasceu em 1870, antes de sua implantação. Mas, segundo os levantamentos obtidos, sua liberdade foi concedida, muito provavelmente, em decorrência de sua situação de bastardo. Porém, ocorre que esse benefício, ao invés de modificar sua situação, permitindo-lhe gozar de sua liberdade em relação ao Barão, ao contrário, o torna ainda mais fiel e dependente.

Tal situação é analisada por Sidney Chalhoub, em seu livro *Visões de Liberdade*, quando o autor narra um conto de Machado de Assis, no qual exemplifica que essas concessões, na verdade, serviam como uma estratégia utilizada pelos senhores para aumentar os laços de dependência entre eles e seus cativos. Em virtude dessa situação, a análise da vida de Marcelino nos parece muito significativa, por ser uma situação muito específica, e ao mesmo, tempo ilustrativa da realidade percebida por Sidney Chalhoub através da ficção de Machado de Assis.

A historiografia atual aponta que o excepcional pode ser normal adquirindo dois significados. O primeiro designaria os grupos minoritários "excepcionais", que se constituem de indivíduos cujos comportamentos e crenças diferentes da "maioria", e o segundo refere-se

ao documento revelador que escapou ao silenciamento, ou distorção imposta à fonte. Essa definição cabe exatamente ao objeto desta dissertação, uma vez que Marcelino, na sua singularidade, pode explicar, em parte, o conjunto do qual se diferenciava e os registros históricos de sua vida revelam elementos desse segmento de descendentes de negros, pardos forros e bastardos, que alcançaram alguma ascensão social. É mais comum encontrarmos informações de que esses indivíduos foram relegados à exclusão, vivendo situações de pobreza e miséria, sem conseguirem destaque ou reconhecimento social.

É claro que não podemos deixar de evidenciar que a sociedade estabelece, por intermédio de representações sociais ou simbólicas, identidades assumidas e aceitas como "normais" por seus membros. No entanto, a história de Marcelino evidencia a formação de uma rede de sociabilidades, que ocorre quando um mesmo indivíduo exerce vários papéis em uma dada sociedade. Espera-se, assim, estabelecendo um diálogo com a antropologia e a sociologia, devolver à história seu caráter multidimensional, descartando as interpretações cartesianas, pois o ser humano como objeto da história é complexo, assim como o é a própria história.

Infelizmente, durante muito tempo, poucas pesquisas estiveram ligadas ao tema da bastardia, pois os estudiosos estavam mais preocupados em destacar as questões do cotidiano: a casa, as relações pais e filhos e a criança de modo geral.

Em relação à questão do filho ilegítimo, podemos verificar que, durante o período colonial, houve um número significativo de pessoas ligadas a essa situação. Em virtude da própria escassez populacional, tanto em Portugal como no Brasil, houve, segundo Gilberto Freyre, o desenvolvimento do que poderíamos chamar de certa tolerância em relação a essas uniões e ao surgimento desses filhos ilegítimos.

Sendo assim, tendo encontrado na colônia um solo fértil que estimulava a mistura étnica, as imposições realizadas pelos senhores em relação às suas escravas e a baixa densidade populacional, podemos verificar uma facilidade de aceitação do filho ilegítimo durante a organização dessa sociedade.

Apesar de não ter apoio, no que se refere à legislação em vigor no Brasil, que não dava direitos aos chamados filhos ilegítimos, há a constatação de que muitos acabaram sendo beneficiados pelos próprios pais, através de testamentos que garantiam uma parte da riqueza familiar ao bastardo.

Em relação àqueles que eram escravizados, podemos verificar que a concessão da liberdade, não só do filho, mas também das amantes ou concubinas, tornou-se prática comum, desde que a esposa concordasse com a decisão do marido. Até a promulgação da Lei do Ventre Livre, o filho da escrava obtinha o mesmo *status* da mãe, a não ser que houvesse o reconhecimento da paternidade. Mas, numa sociedade em que o escravo possuía mais valor que a terra, o sentimento paternal, geralmente, não assumia uma importância maior que aquela relacionada à preservação de um bem material de grande valor.

Essas questões de interesses econômicos levavam o bastardo a ficar à mercê da família com a qual tinha uma ligação de parentesco. Algumas famílias chegavam a reservar uma parte da herança ao ilegítimo, enquanto outras simplesmente o desconheciam. Mesmo entre as famílias em que havia a integração e, mesmo uma possível aceitação dos bastardos, o reconhecimento não era integral, pois sua condição estava ligada a uma desqualificação social acarretada pela atuação conjunta de vários fatores, entre eles, a ilegitimidade, a mistura racial e a ausência de *status*.

Ao ilegítimo, portanto, restavam dentro da sociedade colonial duas vias: ou ascender socialmente em direção ao núcleo legal familiar ou ser marginalizado.

A história de Marcelino Bernardes de Souza, um pardo forro, filho ilegítimo de João Bernardes de Souza, o Barão de Guandu, com uma de suas escravas, chamada Luzia "Mineira", nascido na atual região de Cachoeiro de Itapemirim, demonstra que, no Espírito Santo, no recorte temporal entre 1870 e 1928, as relações sociais estabelecidas não estavam convencionadas apenas por hierarquia. A hipótese deste trabalho é a de que Marcelino, mesmo não sendo reconhecido como filho do Barão pelos instrumentos legais da época, acabou por efetivamente alcançar certa ascensão social, graças a sua posição de bastardo. Tornou-se proprietário, por meio de compra de terras da Fazenda Santa Helena, que pertencera ao seu pai, e que foram herdadas pela esposa desde, a Baronesa Maria Pinto Coelho de Souza, e seus filhos.

A trajetória do pardo Marcelino será estudada nesta dissertação como a de um escravo nascido bastardo, que obteve a alforria sem o reconhecimento da sua origem, mas ascendeu socialmente, ao adquirir por meio da compra a sede da Fazenda Santa Helena, devido às relações de afetividades criadas durante sua convivência com a família de seu pai. Neste contexto, pretende-se discutir a escravidão a partir da ótica dos pardos, bastardos forros ou livres na sociedade capixaba do final do século XIX e começo do XX. O conhecimento

sobre a vida de Marcelino nos permite analisar que as relações de poder podiam ser alteradas, de acordo com os laços parentais existentes entre a elite proprietária e os negros ou pardos, em uma sociedade multifacetada pela presença de pardos bastardos, forros ou livres, em busca de uma ascensão na sociedade.

O patriarcalismo foi muitas vezes discutido sob a perspectiva da passividade do negro, sem nele perceber outras possibilidades interpretativas. Mas, a resposta do negro e seus descendentes em relação à melhoria de sua condição, constituía-se na busca de mecanismos ou brechas de liberdade dentro da própria sociedade que o posicionava como marginalizado. Situação que pode ser observada nos momentos em que o negro ou pardo figurava como trabalhador a jornal ou servidor doméstico, ou formando uma família, estabelecendo redes de relações com os livres, além de definir uma hierarquia nos espaços específicos onde vivia.

Fica clara, portanto, a relevância da dissertação, uma vez que será possível, evidenciar um novo olhar sobre as relações sociais de trabalho e poder no final do Império e início da República. Em acordo com a temática do Programa de Pós-Graduação de História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, o objeto da investigação discorre exatamente sobre a inserção social, por meio de estratégias familiares, do bastardo forro ou livre nas hierarquias da sociedade brasileira de transição entre o trabalho escravo e o livre, inclusive com uma trajetória ascendente em relação a sua situação civil anterior.

O método de pesquisa utilizado no desenvolvimento da dissertação será o da micro-história, aplicado por Carlo Ginzburg em seu livro *Queijos e Vermes*, publicado no Brasil na década de 1980. Com base nas produções do italiano Carlo Ginzburg, que apresenta uma técnica peculiar em relação à abordagem das fontes primárias, com as quais tal pesquisa é realizada, poderemos adentrar no universo social e compreender melhor as relações estabelecidas entre os indivíduos que viviam no Brasil, durante o período de transição do Império para a República.

Muitos historiadores, como João Fragoso, consideram esse método, a micro-história, como sendo muito eficaz na análise das relações sociais escondidas por trás dos números apresentados nos documentos analisados, destacando a importância numérica que eles podem nos fornecer.

> *Com isto, as relações sociais passaram a ser inquiridas sob seus diversos ângulos. As práticas culturais, parentais, econômicas, políticas etc., tornaram-se inseparáveis. Compunham as experiências e as estratégias de pessoas e grupos sociais. Por meio destes fenômenos, podia-se perceber a lógica da sociedade estudada, não mais petrificada, porém em movimento (FRAGOSO, 2002:41-70).*

Nessa perspectiva, a intenção é procurar valorizar a particular trajetória de Marcelino Bernardes de Souza, as singularidades de seu cotidiano, que constituem um conjunto de informações capazes de inseri-lo no contexto geral da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Adriana Pereira & MERLO, Patrícia da Silva. **Sob as bênçãos da Igreja**: o casamento de escravos na legislação brasileira. Topoi, v. 6, n. 11, p. 326-360, Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade***:* uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliese, 1984.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Pardos**: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850. RJ: PPGHIS/UFRJ - tese de doutorado.

FRAGOSO, João. **Afogando em nomes**: Temas e experiências em história econômica. Rio de Janeiro: Revista de História Topoi, dezembro de 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como**. In GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991.

LOPES, Eliane Cristina. **O Revelar do Pecado***:* Os filhos ilegítimos na São Paulo do Século XVIII. São Paulo: Annablume, 1998.

MAGALHÃES, Elione Silva. **Dos negros e dos crimes***:* afrodescendentes, leis, direitos e justiça. Juiz de Fora – MG – 1848-1920. RJ: PPGHIS/UFF – tese de doutorado.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII**: estratégias de resistências através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da libertade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume, 2003.

RODRIGUES, Márcia B. F. **Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma do indiciário**. In: *Dimensões* - Revista de História da UFES. CCHN: Vitória, nº17, 2005.

SOARES, Geraldo Antônio. **Gilberto Freyre, Historiador da Cultura**. Estudos Afro-Asiáticos, n° 27, 2002, 223-248.

SOARES, Márcio de Sousa. **De Pai para Filho**: Legitimação de escravos, herança e ascensão social de forros nos Campos dos Goytacases, C. 1750 - C. 1830. – Rio de Janeiro: PPGHIS/UFF – tese de doutorado.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre tensões e estratégias: a cultura política da Revista Civilização Brasileira como instrumento de combate ao regime militar.

Ozias Paese Neves[1]

Resumo: O presente texto divide-se em duas partes: de início procuramos delinear brevemente a Revista Civilização Brasileira como uma amostra das ações e dos valores de parcela da esquerda intelectual brasileira entre o pós-golpe e o Ato Institucional n. 5 de 1968, neste sentido a revista pretendia ser fundada numa visão plural da realidade e na defesa dos valores democráticos em face do regime ditatorial; a seguir trataremos de uma situação limite que ocorreu na publicação quando um autor conservador exige que a revista faça valer seu direito de resposta, verdadeiro teste para os valores e para as convicções dos escritores da revista e exemplo adequado para abordarmos o agir e a cultura política daquele grupo de intelectuais.
Palavras Chave: Revista Civilização Brasileira - Golpe Militar de 1964- Cultura Política.

ABSTRACT: This text is split in two parts: to begin we try to delineate the "Revista da Civilização Brasileira" as a sample of actions and values of one part of the left Brazilian intellectuals between the time after the Military Putsch and the Institutional Act number 5 of 1968, with this meaning the magazine intentions foundation was to be a plural of reality and the defense of the democratic values against the dictatorial regime; after this we will treat one limit situation that occurred in the publication when one conservative author demands RCB magazine to accept his right to reply, a real test for the writers values and convictions and one adequate example to approach the intellectuals group way of action and political culture.
Keywords: Revista Civilização Brasileira – Militar Putsch – Political Culture.

A cultura de esquerda no pós-golpe foi cenário de elevada complexidade em face dos valores dos atores que se opuseram ao regime, da dinâmica do período e das diferentes estratégias utilizadas que muitas vezes mesclavam ironia, alegorias, enfrentamentos diretos, indiretos etc. Neste pano de fundo surgiu a Revista Civilização Brasileira - que daqui em diante chamaremos simplesmente de RCB - cujas pretensões orientavam-se para a discussão teórica e prática de problemas brasileiros e mundiais.

Os criadores da RCB procuravam criar um veículo plural e democrático para albergar forças de diversos matizes contra o regime militar. Tal tarefa não foi fácil e diversas

[1] Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná e professor das Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil e da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP.

vezes o instituto da polêmica, foi testado em seu limite em face às tensões entre as diferentes perspectivas presentes na publicação. Procuraremos tratar da descrição geral da RCB, como, amostra da cultura de esquerda do pós-golpe e, a seguir, de uma situação limite enfrentada pela revista: o caso da *História nova* e do direito de resposta de Américo Jacobina Lacombe.

O primeiro exemplar da revista foi publicado em março de 1965 e o último em dezembro de 1968 quando o AI-5 implementou nova dinâmica ao regime militar. Durante esse período foram produzidas 22 revistas regulares e três volumes especiais; sinteticamente, podemos dizer que pautou sua atuação em questões atinentes à política interna e externa, economia, artes, cultura no sentido amplo, com debates no campo literário, musical, teatral, cinematográfico etc. Atuou ainda como memória que registrou vários ´incidentes´ da vida pública brasileira. A publicação trouxe mais de quinhentos (500) textos, em quase seis mil e quinhentas páginas (6500) e mais de duzentos e sessenta autores (260); vários deles escreveram sob pseudônimos, tal como Marco Antônio Coelho, que assinava seus artigos como Assis Tavares, e o católico Alceu Amoroso Lima, que escrevia como Tristão de Athayde.

O projeto da revista pode ser resumido em seus *Princípios e propósitos* destacados logo no seu primeiro exemplar em que constava:

> *... o povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do País numa linha democrática e independente? Será capaz de abandonar formulações meramente especulativas e, através de estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas? Terá capacidade para destruir os mitos e clichês que dificultam ou impedem aprofundamento maior desse estudo? Cremos que sim. Cremos, também, que esta tarefa, nessa quadra, caberá principalmente aos intelectuais. Em seus variados campos de atuação e de pesquisas, serão eles os que, acima de injunções ou posições partidárias poderão estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira. (PRINCÍPIOS e propósitos.* ***Revista Civilização Brasileira****, Rio de Janeiro, v. 1, p. 03-04, mar.1965).*

Nesse editorial percebemos o interesse da publicação em discutir questões atinentes ao desenvolvimento nacional livre e autônomo, ou seja, mantinha a esfera de discussões sobre os valores que haviam norteado a década anterior no âmbito do desenvolvimentismo e nacionalismo. Buscava apresentar-se como um veículo para um amplo fórum de debates e com colaboradores permanentes e ocasionais com o intuito de apresentar estudos e pesquisas como alternativas ao regime ditatorial.

Em tempos de ditadura, a união de forças parecia fundamental. A RCB trabalhava nesta lógica, mencionando que não seria orientada por qualquer partido ou concepção sectária

legitimando o seu debate acadêmico na pluralidade de opositores ao regime. Mesmo assim, a direção da revista deixara explícito que ela não seria ecumênica, delimitando com a clareza possível no momento, que

> *Não se deve inferir dessa atitude, porém, que a Revista será ecumênica ao ponto de abranger todas as correntes de pensamento. É preciso deixar bem claro que não somente repudiará, como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil ou entender como inevitável ou necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem (PRINCÍPIOS e propósitos.* ***Revista Civilização Brasileira****, Rio de Janeiro, v. 1, p. 03-04, mar.1965).*

Evidente que essa pluralidade de autores levava a tensão quanto as visões sobre quais caminhos a RCB deveria trilhar, para analisar esse grupo o conceito de cultura política[2] nos serve de ferramenta, pois visa "... dar conta da visão do mundo dos personagens ou dos grupos que eles estudam e [assim, poder] encontrar nela a explicação de seus itinerários, de suas tomadas de posição ou de seus atos, ultrapassando assim o estágio da crônica ou da narrativa "evénémentiel" para passar a uma interpretação fundada nas convicções grandemente interiorizadas e legadas pela formação dos homens ou pelas experiências vividas" (BERSTEIN, 2003, p.09).

É lugar comum para aqueles que investigam a RCB destacar que "nem o regime censurou a revista por suas atitudes tidas como subversivas nem o partido conseguiu determinar sua linha editorial (ainda que Ênio Silveira fosse filiado ao PCB no ano de 1965)" (CZAJKA, 1999, p. 94) de outro lado, não há dúvidas que seus atores foram censurados, a partir daí podemos inferir que houve a necessidade de constantes mudanças estratégicas na forma e nos temas publicados para que a RCB mantivesse seus objetivos. Para tentar compreender esse cenário complexo precisamos utilizar a *história intelectual* no sentido que lhe define Helenice RODRIGUES DA SILVA, para quem ""a história intelectual deve levar em conta a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos" (RODRIGUES DA SILVA, 2002, p. 12), ou seja, apenas cruzando trajetórias, texto e contexto poderemos compreender a dinâmica da publicação e da cultura de esquerda no período.

Ao longo da sua existência, ocorreram várias mudanças como a troca do diretor responsável; do secretário geral; a supressão do conselho de redação, bem como dos aspectos

---

[2] Neste sentido apesar de Almod e Verba terem criado o conceito de cultura política com vistas a trabalhar com fenômenos de maior duração e em sistemas de caráter democrático, a história cultural se apropriou dele e o resignificou para trabalhar situações circunscritas a períodos menores e mesmo para analisar a relação de pequenos grupos. Neste sentido vide BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo Perspectiva**, out.-dez. 2001, vol.15, no.4, p.98-104. e BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques em France**. Paris: Points Histoire, 2003.

gráficos, a apresentação de textos por seções, mudanças nas capas, ocorreram atrasos diversas vezes, editaram-se volumes duplos e especiais, dentre tantas outras. Tal como no teatro e na música foram buscadas metáforas e alegorias para ludibriar os aparelhos repressores, a RCB precisou construir formas de agir típicas para o cenário político hostil.

Tomamos as mudanças estruturais e temáticas existentes na publicação como indícios das estratégias que os integrantes do grupo da RCB usaram para insistir no seu projeto editorial, precisamente como o Tancredi teria dito ao príncipe Salina no clássico *O leopardo*, de Giuseppe de LAMPEDUSA, "se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude"(LAMPEDUSA, 1983, p. 35). A revista se modificava para atender a dinâmica do período e continuar a se opor ao regime e ao conservadorismo que aflorava com ele (NEVES, 2006, p.10).

Um dos instrumentos utilizados pelo regime militar para intimidação e pressão eram os IPMs – inquérito policial militar - uma vez que tal inquérito era realizado sem a inspeção judicial, e ficavam a encargo de militares, que inquiriam ao seu gosto as testemunhas, por vezes recusando-se a mencionar os métodos, assuntos e paradeiros até mesmo para seus superiores hierárquicos. A máquina repressiva montada pelo próprio Estado ditatorial não era controlada integralmente por ele, mas servia a seus propósitos. O terror e a intimidação se davam também pelas notícias de torturas que usualmente aconteciam ao longo desses inquéritos e do desrespeito às garantias de integridade à vida, ao corpo e aos demais direitos fundamentais. A RCB denunciou tais práticas várias vezes, numa delas Nelson Werneck SODRÉ manifestou suas preocupações, ao destacar

> *... a mim, há um mês ameaçam, pelo DIP dos IPMs, de prisão. Todos os dias, pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, majores e coronéis afirmam que está iminente a minha prisão. Depois que um major decidiu fazer de público alusões grosseiras a um marechal (...) a disciplina e a hierarquia não foram subvertidas apenas pelos marinheiros do Sindicato dos Marinheiros (SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 3, p. 40, jul.1965).*

Ênio Silveira criador e diretor responsável pela publicação desde seu início, afastado formalmente a partir do quarto volume, sofreu quatro prisões ao longo do regime, sendo a primeira delas em março de 1964, a segunda em maio de 1965, apenas dois meses depois de lançada a RCB. Essa prisão repercutiu muito mal na sociedade e mereceu do presidente Castelo BRANCO um bilhete confidencial encaminhado ao General Ernesto Geisel, no qual questionava:

> *Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar 'que se pode prender'. Isso nos rebaixa. [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros*

> *imorais. O resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural'GASPARI, 2002, p. 231).*

A RCB publicou manifesto em favor da soltura de Ênio com assinatura de intelectuais de diversos matizes desde Sartre, Sérgio Buarque de Hollanda, a João Honório Rodrigues e Américo Jacobina Lacombe.

Esse tipo de denúncia fora trazida no *Correio da manhã* por Carlos Heitor Cony e reproduzida na seção de documentário da RCB num texto de Alceu Amoroso LIMA, que escrevia sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, "os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender" (TERRORISMO cultural. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 239-299, mar.1965. p. 248).

Todavia, nem sempre a intelectualidade estava de acordo com as estratégias e os valores a defender, mesmo contra o regime. Era nesses casos que o caráter plural e democrático da revista era testado e afloravam os valores daquela cultura política.

A partir dos diferentes matizes dos escritores supra-mencionados podermos dizer que a multiplicidade de atores que escreviam na revista reforçava seu caráter democrático, ou ao menos plural.

Uma situação que era reflexo e limite dessa pluralidade de forças reunidas na RCB diz respeito a controvérsia criada em torno da *História nova* e do direito de resposta de Américo Jacobina Lacombe.

O ISEB, através de Nelson Werneck Sodré e um grupo de professores, produziu uma série de livros didáticos sobre a história do Brasil no início da década de 1960. Seu intuito era revistar os temas de nosso passado através de um olhar crítico, muitas vezes se valendo da leitura marxista e deu nome a tal projeto de História Nova (GIORDANO, 1993).

Américo Jacobina Lacombe era presidente do Instituto Histórico e Geográfico e da Casa de Rui Barbosa e emitiu parecer de caráter duvidoso e tendencioso contra a *História Nova,* a partir dele foram instaurados IPMs contra os professores e decretadas as prisões de dois deles, outros tiveram que se refugiar fora do país e a sanha repressora apreendeu toda a publicação realizada pelo ISEB com financiamento do Ministério da Educação e ainda a edição privada editada um ano depois do golpe pela Brasiliense. Em face disso, a RCB noticiou o absurdo da censura nos volumes 3 e 4.

Nas páginas da RCB Nelson Werneck Sodré promoveu a defesa do material didático e refutou o parecer contrário que Américo Jacobina Lacombe fizera pelo IHG, este, por sua vez, insurgiu-se com a posição de Sodré e exigiu a publicação de uma carta sua como direito de resposta na RCB.

A RCB ficou num situação difícil afinal quando Ênio Silveira fora preso Lacombe assinou um manifesto em favor da sua soltura. Ênio, proprietário da Editora Civilização Brasileira e criador da RCB, entendia ser necessário atender ao seu pedido de réplica até mesmo em razão do caráter plural e democrático que a revista tinha como projeto. Sodré, por sua vez, era um pilar da revista e do PCB, sentia-se ultrajado com a situação e não admitia a publicação. A partir desse ponto foi gerado um impasse por meses na revista que congelou o pedido de direito de resposta.

Somente no volume 8 a carta de Lacombe veio a ser reproduzida na RCB, no entanto, foi precedida de uma nota explicativa na qual Manoel Cavalcanti Proença, então o diretor responsável, relembrava toda a história das prisões e do caráter falacioso do parecer já referida nas páginas da revista e fazia contundente defesa de Sodré. Tal procedimento ilustra a forma pela qual era gerida a revista. Na *configuração* de nós e eles, era clara a subordinação dos textos publicados à *cultura política* da esquerda e seus valores. O direito de resposta vindo de agente do outro lado do jogo político podia vir como parte da abertura ´democrática´ da RCB, mas seria tratado como adversário. Nesse sentido "a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama"(BERSTEIN, 1998, p. 9).

Desse modo, a tensão entre os que viam como necessário o direito de resposta e aqueles que consideravam-no um ultraje foi respondido através de uma estratégia simples e que encontrava referência dentro da própria cultura do grupo. Respeitou-se formalmente o direito de resposta, mas com o posicionamento forte e marcado da revista sobre quem estava inserido e quem não comungava com seus valores. Desse modo, causava duplo efeito, de demonstrar seu aspecto 'democrático' aberto e estigmatizar, neutralizando os discursos externos opositores.

A controvérsia foi, no modo de ver de Nelson Werneck Sodré, a maior crise da RCB, pois tratava de direito de resposta, o que parecia implícito dentro da política aberta da revista, no entanto, é elucidativo o comentário de SODRÉ em entrevista que demonstra a complexidade da situação:

> *Olha, o direito de resposta supõe igualdade de condições. Eu só escrevo na Revista Civilização porque os jornais não aceitam o que eu escrevo. Lacombe escreve em todos os jornais. Se ele quiser se defender do que digo na Revista, defenda-se nos jornais. Isso criou um impasse para o Ênio, uma situação... (...) Proença resolveu o impasse da maneira seguinte: ele era funcionário da Casa de Rui Barbosa, dirigida por Lacombe. Mas ele publicou o artigo do Lacombe e junto publicou uma esculhambação que ele passava no Lacombe. O Lacombe o demitiu na Casa da Moeda, os métodos como eram (AZEVEDO, 1999, p. 254)*

A demissão que Lacombe impingiu a M. Cavalcanti Proença só confirmou a coerência dos grupos rivais: a esquerda queria ser democrática e esculhambou Lacombe na revista ainda quando lhe ´deu espaço´ de defesa; já a direita ..., bem, foi a direita de sempre.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira:** 1965-1968 – Produção cultural em revista. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (mestrado em Letras). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo Perspectiva**, out.-dez. 2001, vol.15, no.4, p.98-104.

BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques em France**. Paris: Points Histoire, 2003.

CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIORDANO, Cláudio (ed.). **História Nova do Brasil 1963-1993**. São Paulo: Loyola, 1993.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos históricos:** dossiê Cultura Política. 1999-2. v. 24.

NEVES, Ozias Paese. **REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1965-1968):** uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial. Curitiba, 2006. Dissertação (mestrado em História). Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

RIOUX, Jean-Pierre. **Para uma história cultural**. Lisboa:Estampa, 1998.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. **Fragmentos da história intelectual:** entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

SCHWARZ, Roberto. **Pai de família e outros ensaios**.2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. .

SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **1964: visões críticas do golpe:** democracia e reformas do populismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

VIEIRA, Luis Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

Fonte:

Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Ênio Silveira, 1965-1968.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História Oral e Memória: os caminhos de uma pesquisa em História da Educação

Lisiane Sias Manke[1]

Resumo: O trabalho corresponde à investigação realizada em minha pesquisa de mestrado, recentemente concluída, que teve como objetivo investigar e analisar a história de vida profissional de professoras primárias leigas. A história oral foi utilizada como principal metodologia de pesquisa, de forma a buscar uma aproximação com a memória de treze professoras leigas, assim, a memória foi revisitada e colocada em destaque por ser a principal fonte de investigação. Desta forma, através das lembranças individuais relacionadas com o contexto social, se estabelece a (re)construção da história de determinado grupo social que, neste caso, é representado pela história de vida profissional de professoras primárias leigas.
Palavras Chaves: História da Educação – Memória – Professoras Primárias Leigas

Abstract: This paper corresponds to the investigation done in my master's research, recently concluded, that had as an objective to investigate and analyse the primary lay teachers' professional live history. The oral history was used as the main researching methodology, willing to reach closely the thirteen primary lay teachers' memory, thus, the memory was visited again and receveid a close look because it was the main source in the investigation. Thereby, through individual rememberances relationed to the social context, a determined social group history is (re)constructed, in this case, represented by the primary lay teachers' professional life history.
Keywords: History of education, memory, primary lay teachers

Considerações Iniciais

Este artigo propõe-se discutir a metodologia utilizada em uma pesquisa desenvolvida em História da Educação, a qual buscou conhecer a história de vida profissional de professoras primárias leigas. Professoras que ingressaram entre as décadas de 1960 e 1980 no ensino primário da rede municipal de Pelotas, e que se constituíram profissionais da educação no contexto escolar, no qual, através das relações cotidianas, desenvolveram os saberes relacionados à prática pedagógica. O objetivo do estudo, portanto, foi o de entender como as profissionais investigadas tornaram-se professoras e de que forma realizaram a prática pedagógica sem formação específica para o desempenho da profissão. Emprega-se, portanto, o termo "leigo" relacionando-o ao profissional da educação que não tem formação específica para o desempenho da docência, especificamente, neste caso, no magistério

1 Mestre em Ciências da Educação (PPGE/FAE/UFPel), pesquisadora do grupo HISALES (FAE/UFPel), licenciada em História (ICH/UFPel).

primário.

Não há, no entanto, dados específicos relacionados ao número de docentes leigos do município de Pelotas; mas, percebe-se, a partir dos depoimentos coletados, que a presença de professoras sem formação neste município era bastante significativa. As professoras entrevistadas afirmam que tinham muitas amigas que ingressaram no magistério de forma leiga e que esta era uma situação comum na educação primária, não havendo inclusive a necessidade de investir na formação. Diante desta realidade e da inexistência de estudos sobre a trajetória de vida de professoras leigas, firma-se a relevância do tema. Assim, através da metodologia apresentada pela história oral, foram realizadas 14 entrevistas, como meio de apropriação da principal fonte histórica da pesquisa: a memória de professoras leigas.

Os primeiros passos

Ao dar início a investigação buscou-se localizar uma professora que atendesse ao seguinte requisito: ter iniciado a carreira profissional sem ter tido formação pedagógica específica para o magistério primário. A partir deste critério foi localizada a primeira depoente e realizada a primeira entrevista, de forma livre. Posteriormente foram definidas algumas categorias de análise, e a segunda entrevista foi realizada a partir de questões semi-estruturadas. A partir da história de vida narrada por esta professora, pode-se constatar um universo rico em informações que possibilitavam o desenvolvimento do tema proposto. Portanto, conforme Thompson (1992:p.254) indica, esta primeira entrevista foi "exploratória", e contribuiu para mapear a futura pesquisa.

A partir da entrevista "exploratória", buscou-se outras depoentes que viessem a contribuir com o estudo desta coletividade de professoras, pois, conforme Alcàzar i Garrido (1991/1993:p.38), a "história oral não é a soma de entrevistas independentes entre si, mas o conjunto orgânico e coerente de entrevistas. Uma entrevista concreta não é mais que uma parte do conjunto e somente adquire seu real significado no todo que integra a amostra". Neste movimento em busca de novas depoentes, variadas eram as informações da existência de professoras leigas, principalmente na zona rural, não havia, no entanto, dados mais concretos, como por exemplo, os seus endereços atuais. Aos poucos, a partir de algumas indicações, as professoras foram sendo localizadas, assim, em um curto espaço de tempo foram realizadas sete entrevistas, além da entrevista "exploratória", somando um total de oito depoimentos.

A partir das entrevistas realizadas, tornou-se possível definir o foco da pesquisa, a

saber, analisar a história de vida de professoras primárias leigas que atuaram/atuam na rede pública de ensino, do município de Pelotas, no período determinado entre as décadas de 1960 e 1980. O foco foi definido, portanto, a partir do levantamento das fontes orais.

Após este período inicial, definiu-se por ampliar o grupo pesquisado, somaram-se novamente esforços na localização das demais depoentes. Desta vez, a busca se deu inicialmente através da Secretaria Municipal de Educação, e posteriormente a pesquisa foi ampliando-se, principalmente através do método "bola de neve", na qual uma depoente indica a outra. Desta forma, o número de entrevistadas passou para treze professoras, número considerável frente à riqueza e diversidade das histórias relatadas.

Além das entrevistas com as professoras leigas, realizou-se uma entrevista com uma Orientadora de Ensino, a professora Marlene, que foi indicada por uma das professoras. Com esta professora, Orientadora de Ensino no município de Pelotas durante 20 anos consecutivos, apurou-se dados importantes referentes à Educação Primária em Pelotas e sobre o trabalho docente.

Um aspecto relevante do trabalho com história oral, refere-se ao primeiro contato com o/a depoente. Torna-se necessário deixar claro, os objetivos e intenções da pesquisa desde o primeiro contato, para que os sentimentos de desconfiança e dúvida quanto à entrevista sejam logo anulados. Ainda, ressalta-se que durante as entrevistas, é necessário que haja uma interação de ambas as partes, e, por parte do entrevistador, a demonstração de um grande interesse quanto ao que está sendo narrado. Tudo deve ser analisado e levado em conta, pois muitas vezes a partir de uma informação aparentemente sem relação com a pesquisa vem uma lembrança valiosa relacionada ao tema pesquisado. Thompson (1992) aponta como características que devem ser consideradas por um pesquisador que opta pela história oral, o respeito pelo outro, a capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião do entrevistado e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar.

As entrevistas realizaram-se a partir de uma questão inicial, que compreendeu-se em: Como você tornou-se professora?. Entrevistas estas, realizada de forma livre, na qual as depoentes tiveram a liberdade de falar sobre seu passado, pontuando aspectos significativos de sua trajetória pessoal e profissional. Quando concluído um pensamento, uma lembrança, então, era solicitada alguma informação que não havia ficado clara no decorrer da fala, sempre com perguntas abertas, que dessem a liberdade para a depoente continuar rememorando a partir da resposta. Thompson esclarece o real significado de uma entrevista

livre:

> *O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro "subjetivo" de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque são importantes para a compreensão do texto fundamental a ser estudado. Assim, quanto menos seu testemunho seja moldado pelas perguntas do entrevistador melhor (1992: p. 258).*

Desta forma, a entrevista livre proporciona ir além do que está sendo narrado e buscar o significado de um silêncio ou de um sorriso, sendo este um desafio que se coloca ao pesquisador. Estar atento àquilo que não é dito e buscar seus significados, valorizando a subjetividade presente neste tipo de trabalho, muitas vezes, dá o real significado à pesquisa, o que não foi diferente neste trabalho.

A memória como fonte de pesquisa

Este estudo está vinculado a História da Educação, que inicialmente situou-se distante dos institutos de pesquisa, estando diretamente atrelada ao campo da Pedagogia. No entanto, as tradicionais, história das idéias pedagógicas e história das políticas educacionais, foram sendo superadas e incrementadas por outros objetos e problemas. Segundo Lopes e Galvão (2001:p.29), "é sobretudo a partir dos anos de 1950 e 1960 que começa a se configurar um campo de pesquisa em História da Educação, com a realização, por exemplo, de levantamentos de fontes". Nesse sentido "entre os chamados novos objetos, predominam a história da leitura e dos impressos, sobretudo os escolares, a história da profissão docente, os processos de escolarização, a cultura escolar e as práticas educativas e pedagógicas" (FONSECA, 2003:p.61).

Desta forma, a História da Educação vem se estabelecendo significativamente no território da pesquisa, o que tem enriquecido amplamente os estudos históricos e pedagógicos. Sendo assim, este trabalho apropriar-se da contribuição teórica oferecida pela Nova História Cultural, ao investigar um tema ligado à História da Educação. Ao buscar a história dos agentes educacionais, através da análise da história de vida de professoras leigas, utilizam-se novas fontes e métodos baseados nas novas tendências historiográficas. Cita-se, por exemplo, a metodologia apresentada pela história oral, já que a pesquisa tem como principal fonte histórica à memória de professoras leigas. A história oral, desta forma, apresenta-se como uma ferramenta de aproximação com a fonte analisada.

A memória recebe destaque, como exercício cultural, desde os povos gregos. Na

Antiguidade *Mnemosyne* era a deusa memória, mãe das musas protetora da arte e da história. Desde então, se estabelece uma forte ligação entre memória e imaginação, memória e poesia. Hoje, busca-se a memória para dar conta de identidades e subjetividades. Sabendo-se que, tanto no plano individual, como no coletivo, a memória se constitui de lembranças e esquecimentos que são constantemente recriados, evocados e marcados pelo presente. Desta forma, o uso da memória como fonte histórica requer alguns cuidados, como, por exemplo, "saber distinguir separadamente o fenômeno histórico e a memória que o indivíduo ou grupo de indivíduos mantêm daquele fenômeno" (ALCÀZAR I GARRIDO, 1992/1993:p.39). Esse aspecto deve ser cuidadosamente observado, tendo em vista que a percepção do sujeito ou do grupo em relação a um acontecimento difere do "fato real". Em cada fala que narra um acontecimento, existe uma carga de subjetividade, construída por meio de vivências, de recordações que o tempo tratou de modelar. Assim, entende-se que a memória é mediada pelo presente, não deixando de ser uma forma legítima de reconstrução do fato passado. Apesar de ser este o principal argumento usado por críticos, em relação à confiabilidade da memória como fonte histórica, visto que esta, com o passar dos anos, seria distorcida pela deterioração física e pela nostalgia própria da idade.

No entanto, o processo de afloramento de lembranças com o tempo passou a contribuir para explorar os significados subjetivos das experiências vividas e, assim, as distorções da memória, embora aparentemente representassem um problema, tornaram-se um recurso, como observa Samuel (1997:44) ao observar que a memória, "longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica, o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra".

No caso das professoras investigadas neste trabalho, percebe-se que a maneira como as histórias de vida são narradas varia conforme a trajetória pessoal destas. Por exemplo, em alguns casos, as lembranças brotavam a partir de recordações da vida profissional, pois esta foi a que definiu a vida pessoal; em outros casos, a trajetória pessoal (de mulher, mãe, filha), é que definiu a trajetória profissional, e é a partir destas recordações que a trajetória profissional foi narrada. Sendo este um aspecto que se apresenta subjetivamente, na fala de praticamente todas as entrevistadas.

O início profissional destas professoras foi marcado pelo fato de não terem formação pedagógica, em alguns casos a formação foi concluída durante a atuação profissional. Portanto, das treze professoras analisadas seis realizaram a formação pedagógica, os relatos destas professoras expressão contundentemente a preocupação que tinham em

relação aos estudos e a imensa satisfação e orgulho por terem concluído a formação. As demais professoras, tendem a justificar a não realização da formação apresentando os motivos que as impediram de estudar, apoiando-se em problemas da vida pessoal. Assim, o fato de terem concluído, ou não, a formação pedagógica apresenta-se com grandes particularidades em cada história de vida, desta forma, a partir dos relatos torna-se necessário buscar a subjetividade inerente em cada fala, afim de compreender que aspectos pessoais e sociais foram definitivos no processo de formação, ou não, das professoras em evidência.

A este respeito Cruikshank (1996:p.157) afirma que: "o que as pessoas dizem está intimamente ligado ao como dizem". As falas revelam aquilo que é permitido, ou seja, aquilo que pode justificar um procedimento ou outro frente à sociedade. Percebe-se, por exemplo, que as professoras que não concluíram sua formação tendem a justificar esta atitude afirmando que a teoria não acrescenta muito a prática, pois as escolas estão cheias de professores recém formados, que não sabem como começar o trabalho e, muitas vezes, buscam auxilio na experiência das professoras leigas, sendo a experiência o mais importante. Já as professoras que buscaram a formação, demonstram grande orgulho pelo diploma que conquistaram, apesar de também atribuir grande significado a aprendizagem adquirida no cotidiano escolar, uma vez que iniciaram a carreira profissional sem formação. Sobre a construção da identidade Pollak esclarece:

> *Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.(...) Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (1992:p.5).*

Partindo desse pressuposto, sabe-se que a construção da memória é carregada de afetividade, imaginação, crenças e acontecimentos reais, que foram sendo repensados e reconstruídos com o passar do tempo, pois os atos de lembrar ou esquecer são construídos socialmente, não podendo se desconsiderar o contexto vivido pelo sujeito que está recordando acontecimentos do passado. Sendo assim, a memória individual está intrinsecamente envolvida ao social. Segundo Rousso (1996:p.94), a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. No entanto, sendo a memória um fenômeno construído em nível individual ela pode ser consciente como inconsciente, pois Pollak (1992:p.5) afirma: "o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de

organização".

Desta forma, ao desenvolver um trabalho cuja principal fonte histórica baseia-se na memória, é preciso considerar a afirmativa de Rousso (1996:p.97) que alerta ser a tarefa do historiador dupla, por um lado, cumpre-lhe satisfazer a necessidade de estabelecer ou restabelecer verdades históricas, ainda que seja ilusão descrever ou explicar "o que realmente aconteceu" e, por outro lado, com métodos e questionamentos diferentes, deve expor e explicar a evolução das representações do passado. Assim, nos últimos anos os historiadores orais vêem procurando criar métodos de análises e de entrevistas que se fundamentam em um entendimento mais complexo da memória e da identidade. Desta forma, a memória passa a ser estudada e firma-se como sinônimo de lembrança, reminiscência, tempo passado, tradição, esquecimento, assim como, a garantia da identidade individual e coletiva de determinados grupos sociais; sendo, este trabalho de reconhecimento da memória fundamental.

Constata-se, contudo, que a oralidade traz a possibilidade singular, simbólica e subjetiva de retratar, através da fala, das lembranças e esquecimentos, aspectos que talvez não sejam perceptíveis em outras fontes documentais. Através da análise realizada tornou-se possível conhecer os motivos que levaram essas mulheres a tornarem-se professoras, evidenciando-se aspectos específicos dessa coletividade. Observou-se, ainda, o difícil início profissional dessas professoras, os meios utilizados para realizarem a prática pedagógica e o controle a que estavam submetidas. Além disso, em relação à opção pela carreira docente, algumas das professoras analisadas demonstraram o desejo pela profissão desde cedo, como um "sonho a ser realizado". A maioria das professoras, no entanto, ingressou nesta profissão por ser uma atividade remunerada, que possibilitava a independência financeira; ou por vontade da família, que reconhecia a docência como atividade feminina. Observa-se, desta forma, que a possibilidade de ingresso na profissão sem formação específica deve ser considerada como uma das principais razões para o ingresso na carreira docente, foi, neste sentido, a oportunidade que as "fez professoras".

Referências Bibliográficas

ALCÀZAR I GARRIDO. Joan del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Ed. Marco Zero. Vol. 13, nº25/26, set. 1992/agosto, 1993. p. 33-54.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima. (orgs). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOPES, Eliane M. T.; GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. RJ: DPeA, 2001.

POLLAK, Michael**. Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, p.200-212.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Projeto História. Cultura e Representação.** (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC/SP). São Paulo. N° 14, fev., 1997. p. 41-88.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Corpo Supliciado

Dores e horrores da escravidão na literatura

(1871-1895)

Rogério Ivano*

Resumo: Em *Vigiar e punir*, Michael Foucault trata do "corpo supliciado", o corpo de quem sofria os tormentos da dor como forma de punição pelos crimes cometidos ou atribuídos. No Brasil de anos antes e após a abolição da escravidão negra, o suplício dos escravos mostrou-se ora como barbarismo arcaico, ora como atavismo de uma sociedade escravocrata. Em exemplos literários do período, o corpo supliciado é tanto o espetáculo de uma justiça privada e infame, como também o membro da sociedade mortificada pela cultura escravista. Buscar a imagem do corpo supliciado na literatura brasileira é historicizar práticas de poder que não pretenderam apenas arrancar a força de trabalho e as dores do escravo, mas exercitar ferozmente o exercício da autoridade, da violência e do olhar.

Palavra-chave: literatura, escravidão, suplício.

Abstract: Michael Foucault's *Discipline and Punish* deals with the tortured body, the body of who suffered the torments from pain as form of punishment for the committed or attributed crimes. In Brazil of years before and after the abolition of the black slavery, the capital punishment of the slaves revealed however as archaic barbarism, however as atavism of a slavery society. In literary examples of the period, the executed body is in such a way the spectacle of a private and defames justice, as well as the member of the society mortified for the slavery culture. To search the image of the tortured body in Brazilian literature is to historicize practices of power that had not only intended to pull out the work and pains of the slave, but to exercise fiercely the authority, violence and vigilance.

Key board: literature, slavery, punish.

Foi a "alma" que livrou o corpo do suplício da dor. Em pouco tempo, relata Foucault, o castigo corporal aplicado como forma de punição aos crimes e más-condutas foi banido da sociedade disciplinar. Deixando o corpo, o castigo é deslocado para a forma incorpórea e espessa da "alma". É ela que passa a sofrer com a justiça punitiva. O justo passa a buscar não mais a carne, mas o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. Um complexo científico-jurídico – laudos psiquiátricos, teses da criminologia, tipologias da antropologia criminal, avaliações médicas - cria a realidade impalpável da "alma" como objeto da punição. É a consciência abstrata do condenado que deve sofrer, pagar pelo crime

* Universidade Estadual de Londrina; Doutor em História.

cometido ou atribuído, fixando a certeza da justiça (FOUCAULT, 1991:11-32), daquilo que é punido por ser intolerável, bárbaro, infame.

Na Europa, a saída de cena do corpo no espetáculo punitivo teria se dado numa dezena de anos entre fins do século XVIII e começos do XIX, quando a repressão penal trata de se instalar no consciente e no inconsciente dos indivíduos. A justiça faz lembrar, a qualquer um, que antes de cometer uma ação criminosa é literalmente preciso pensar nas conseqüências, arrepender-se antes de agir, ficar moralmente convicto de que o crime não compensa. O objeto do castigo se modifica, passa "de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos". Não é mais o corpo o objeto a ser justiçado, mas a realidade incorpórea criada por este complexo médico-jurídico-psiquiátrico-antropológico-educacional -, que busca cientificamente qualificar as predisposições criminosas dos indivíduos e penalizar a consciência do criminoso (FOUCAULT, 1991:24).

Enquanto dura esta "economia do castigo", o suplício toma o corpo enquanto objeto da repressão penal. O corpo supliciado é resultado de um regime punitivo quando nem o capital e nem a produção encontram-se plenamente desenvolvidos. Onde estão pouco ou parcialmente implantados, este corpo é mostrado como espetáculo público de uma ordem que faz desse mesmo corpo um objeto de posse. Historicamente, é o momento em que o corpo é um dos maiores bens a que um sujeito pode desejar e adquirir. Patriarcal e escravista, a sociedade brasileira que se capitaliza no século XIX faz do corpo sua grande propriedade, "coisa" que deve ser submetida à força de trabalho, que deve ser vergada para ajustar-se à ordem da exploração compulsória.

Décadas antes e após a abolição da escravidão negra, o suplício dos escravos mostra-se ora como barbarismo arcaico, medieval, que logo deverá extinguir-se; ora como profundo atavismo de uma sociedade escravocrata, incapaz de não supliciar os corpos dominados. Na literatura do período, o corpo supliciado aparece tanto como o espetáculo de uma justiça privada e infame, como também a viva presença de uma sociedade mortificada pela cultura escravista. Em poemas e prosas, principalmente no "romance de casa-grande e senzala"[1], o suplício está entranhado na família patriarcal, unindo a todos, ao mesmo tempo em que a envenena.

Submetido ao poder pessoal, o corpo cativo é um território de disputa, que deve ser física e ideologicamente posto sob dominação. Ele "está ligado, segundo relações

[1] A expressão e a caracterização estão em FREYRE, Gilberto. José de Alencar, renovador das letras e crítico social. In: ALENCAR, José de. **O tronco do ipê**: romance brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p.11.

complexas e recíprocas, à sua utilização econômica"[2]. A insubordinação é um prejuízo à ordem moral, mas antes de tudo é prejudicial às finanças familiares, à economia escravista. O tempo do escravo é todo do senhor, e dele quer dispor em sua integridade. Em *A Escrava Isaura* de Bernardo Guimarães[3], publicado primeiramente em 1875, as cativas confinadas num barracão a fiar algodão vêem, com maus agouros, os tempos sombrios que se aproximam.

> *- Minhas camaradas, - dizia a suas vizinhas uma crioula idosa, matreira e sabida em todos os mistérios da casa desde os tempos dos senhores velhos, - agora que sinhô velho morreu, e que sinhá Malvina foi-se embora para a casa de seu pai dela, é que nós vamos ver o que é rigor de cativeiro.*
> *- Como assim, tia Joaquina?!...*
> *- Como assim!... vocês verão. Vocês bem sabem, que sinhô velho não era de brinquedo; pois sim; lá diz o ditado - atrás de mim virá quem bom me fará. Este sinhô moço Leôncio... hum!... Deus queira que me engane... quer-me parecer que vai-nos fazer ficar com saudade do tempo de sinhô velho...*
> *- Cruz! ave Maria!... não fala assim, tia Joaquina!.. então é melhor matar a gente de uma vez...*
> *- Este não quer saber de fiados nem de tecidos, não; e daqui a pouco nós tudo vai pra roça puxar enxada de sol a sol, ou pra o cafezal apanhar café, e o pirai do feitor aí rente atrás de nós. Vocês verão. Ele o que quer é café, e mais café, que é o que dá dinheiro.* (GUIMARÃES, 1973:74)

O romance de Bernardo Guimarães não vai muito além dos cômodos luxuosos de uma casa-grande ou de um salão de festas da sociedade senhorial, indo vez ou outra à senzala. Indica, quase ao acaso, que se passa na região de Campos de Goitacases, Rio de Janeiro, à época em que o café faz a fortuna e os infortúnios dos homens, fossem fazendeiros, escravos, libertos, capitalistas. É o cenário histórico de um país à beira da capitalização – materializada na construção de ferrovias, estradas, melhores portos, produtos importados e investimentos financeiros –, mas ainda agrário e escravocrata, monocultor, possuído pelos latifúndios[4]. Senhores e escravos multiplicam-se à sombra dos cafezais, marcando fundamente o romance, a paisagem e a personalidade de todo lugar que avança. A cafeicultura se alastra, fazendo render a propriedade de terras e de homens. E os senhores, embora retratados ociosos e perdulários, sabem do valor que tem cada minuto da vida do escravo.

Em *A mocidade de Trajano* do Visconde de Taunay[5], publicado de 1871, um escravo larga o ancinho e deita-se furtivamente à sombra de um cafezeiro para acender um

---

[2] É, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991, p. 28.

[3] Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1825-1884) participou da campanha abolicionista, sendo A Escrava Isaura a obra que melhor o situaria no contexto de crítica e combate à escravidão. Foi magistrado, professor e jornalista.

[4] Ver STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

cachimbo. Por um minuto rouba o tempo do seu senhor. "Cachorro!... Malandro, sem vergonha!", grita o feitor ao surpreender o ladrão. O escravo estremece, quer fugir, mas o chicote lhe alcança, é facilmente dominado. O feitor ordena a outros escravos que cortem varas... "e boas".

> [...] *O escravo, amarrado solidamente a um pé de peroba, abarcava o tronco com os braços e pernas distendidos, ficando todo enleado por cordas de embiras e cipós. Chegaram os varapaus e as pauladas começaram a chover sobre o corpo do desgraçado que, ao princípio, procurou não gritar. Gemia surdamente e torcia dolorosamente o pescoço; mas depois, vencido pela dor, prorrompeu em exclamações* [...] *O surrado clamava em altos berros: - Chamem!... Chamem meu senhor moço... Nhonhô... Acuda o seu negro* [...] *A voz perdia-se exausta entre os cafezais. O suplício continuava...* (TAUNAY, 1984:163-164)

A insubordinação é tanto mais prejudicial quanto mais improdutivo torna-se esse corpo. Não apenas à estrutura monocultora e escravista, mas também à ordem sexual, que regra uma economia dos instintos. A perversão do corpo ataca a sanidade do sujeito, tornando-o instável, indisciplinado, imoral. Em *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha[6], de 1895, uma corveta decadente abriga entre os marujos toda sorte de homens, inclusive escravos fugidos das fazendas de café, como o personagem principal, o negro Amaro. As primeiras cenas do romance tratam do seu suplício, que sofre juntamente com outros escravos moralmente indisciplinados. A razão do castigo de Amaro está em sua insubordinação, quando defende um grumete de maus-tratos, um menino loiro e de olhos azuis, que logo se tornará seu "gozo proibido, gozo pederasta". Esmurra um suboficial do navio, é preso e posto a ferros. Diante de todos, recebe mais uma vez as chibatadas.

> *A chibata não lhe fazia mossa; tinha costas de ferro para resistir como um hércules ao pulso do guardião Agostinho. Já nem se lembrava do número das vezes que apanhara de chibata.....*
> *Uma! cantou a mesma voz — Duas!.... três!...*
> *Bom-Crioulo tinha despido a camisa de algodão, e, nu da cintura pra cima, numa riquíssima exibição de músculos, os seios muito salientes, as espáduas negras reluzentes, um sulco profundo e liso d'alto a baixo no dorso, nem sequer gemia, como se estivesse a receber o mais leve dos castigos.*
> *Entretanto, já iam cinqüenta chibatadas! Ninguém lhe ouvira um gemido, nem percebera uma contorção, um gesto qualquer de dor. Viam-se unicamente naquele costão negro as marcas do junco, umas sobre outras, entrecruzando-se como uma grande teia de aranha, roxas e latejantes, cortando a pele em todos os sentidos.*(CAMINHA, s/d:17)

---

[5] Alfred d'Escragnolle Taunay (1843-1889), o Visconde de Taunay, era monarquista e abolicionista, adotava as teses então correntes, de que era o escravo uma presença que corrompia a sociedade. Exerceu múltiplas funções e deixou ampla obra ficcional utilizando o pseudônimo de Silvio Dinarde.

[6] Adolfo Ferreira Caminha (1867-1897) é lembrado como um dos principais autores do naturalismo no país, caracterizado pela presença de personagens criminosas e perversas. Ao contar o drama homossexual do crioulo Amaro, Caminha também faz a crítica aos sistemas de valores e domínios sociais.

Para quem olha de fora, como o narrador do romance de casa-grande e senzala, a cena mais dantesca da escravidão é aquela do espetáculo da punição, pintada com sangue, carnes lanhadas e outras atrocidades. Como cena costumeira de uma realidade escravocrata, é testemunhada em pormenores, onde as cores variam conforme a reação e a dramaticidade de cada escravo supliciado. Mas a reação também varia de acordo com as técnicas utilizadas para se arrancar a dor. Ela pode ser representada conforme a menção ou descrição de cada instrumento de tortura. Basta contempla-los para evocar o grau de sofrimento a que o escravo será submetido, por crimes ou resistências à ordem escravista.

> *Neste momento chega André* [o pagem] *trazendo o tronco e as algemas, que deposita sobre um banco, e retira-se imediatamente. Ao ver aqueles bárbaros e aviltantes instrumentos de suplício turvaram-se os olhos a Isaura* [a escrava], *o coração se lhe enregelou de pavor, as pernas lhe desfaleceram, caiu de joelhos e debruçando-se sobre o tamborete, em que fiava, desatou uma torrente de lágrimas.*
> *- Alma de minha sinhá velha! - exclamou com voz entrecortada de soluços, - valei-me nestes apuros; valei-me lá do céu, onde estais, como me valíeis cá na Terra.*
> *- Isaura, - disse Leôncio* [o proprietário] *com voz áspera apontando para os instrumentos de suplício, - eis ali o que te espera, se persistes em teu louco emperramento* [de se entregar a ele]. *Nada mais tenho a dizer-te; deixo-te livre ainda, e fica-te o resto do dia para refletires. Tens de escolher entre o meu amor e o meu ódio. Qualquer dos dois, tu bem sabes, são violentos e poderosos. Adeus!...*(GUIMARÃES: 1973:97-98)

Varas e chibatas, as correntes e algemas. Há mesmo uma tecnologia da dor para submeter o sujeito à escravidão. Ao longo da história disciplinar do país, uma infinidade de instrumentos serviram para capturar, conter, suplicar e aviltar o homem posto sob o domínio senhorial. Correntes de ferro, gargalheiras que se prendiam ao pescoço, algemas para pés e mãos, máscara de folha de flandres – para impedir a alimentação, o suicídio ou o furto –, anéis e ferro para comprimir os dedos, a palmatória, ferros quentes com iniciais, libambos, o tronco (LARA, 1988). Usava-se das mãos, dos pés, da mais bruta força muscular para se promover o espetáculo do suplício. Publicado em 1888, o romance *A Carne* de Júlio Ribeiro[7] detalha a ciência arquitetônica do tronco e da chibata, como se fossem os mais vis instrumentos de submissão. Detalhes que parecem servir para atacar, com sua descrição naturalista, os últimos pudores escravistas de seus leitores. Ou para fazê-los recordar de um prazer que deixará de existir.

> *A um canto espalmava-se um estrado de madeira, engordurado, lustroso pelo rostir de corpos humanos sujos. As tábuas que o constituíam embutiam-se em um sólido pranchão de cabreúva, cortado em dois no sentido do comprimento: as duas peças por ele formadas justapunham-se, articulando-se de um lado por uma dobradiça forte, presas de outro por uma fechadura de ferrolho. Na parte superior da peça fixa, e na inferior da móvel havia piques semicirculares, chanfrados, que, ao*

[7] Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890) era republicano, jornalista e filólogo. Publicou A carne primeiramente como folhetim num jornal de Sorocaba. Embora desacreditado pela crítica, o romance conheceu grande popularidade. Ribeiro, ao contrário, morreu pobre e doente em Santos.

> *ajustarem-se essas peças, coincidiam, perfazendo furos bem redondos, de um decímetro mais ou menos de diâmetro. Era o tronco*
> *Sobre o estrado, de ventre para o ar, com as pernas passadas, pouco acima dos tornozelos, nos buracos dos pranchões, envolta em uma velha coberta de lã parda, despedaçada,, imunda, tinha atravessado a noite o escravo fugido* [...].
> [A chibata] *é um instrumento sinistro, vil, repugnante, mas simples.*
> *Toma-se uma tira de couro cru, de três palmos ou pouco mais de comprimento, e de dois dedos de largura. Fende-se ao meio longitudinalmente, mas sem separar as duas talas nem em uma, nem outra extremidade. Amolenta-se bem em água, depois se torce e se estira em uma tábua, por meio de pregos, e põe-se a secar. Quando bem endurecido o couro, adapta-se um cabo a uma das extremidades, corta-se a outra, espontam-se as duas pernas a canivete, e está pronto.* (RIBEIRO, 1972:50)

Os instrumentos podiam ser combinados, alternados, recriados. Há mesmo um cálculo anatômico e moral para garantir que o suplício seja condizente com as faltas, pois o escravo podia cometer diferentes crimes ao longo de sua vida, ou vários de uma só vez: fugir, furtar, injuriar, assassinar, corromper, se rebelar. Para punir e disciplinar cada ato, o senhor dispunha de técnicas e aparelhos de tortura que funcionavam a muito nas metrópoles e seus interiores medievais, e que até fins do século do XVIII e começo do XIX ainda faziam uso de um ou outro desses instrumentos de supliciar (FOUCAULT, 1991:14). Mas o que o senhor possuía, antes de tudo, era a voraz e ardilosa necessidade de manutenção da ordem escravista, pois qualquer objeto podia mesmo servir para castigar.

Entretanto, o suplício não é raiva cega nem selvageria inexplicável. A produção do sofrimento é quantitativa, varia conforme o valor moral ou econômico de cada ato considerado criminoso ou injurioso. A dor do suplício deve ser infinita enquanto dura a expiação da culpa ou da resistência. É a morte que pode livrar o sujeito do sofrimento, mas que só chega depois do corpo ter sofrido tudo de atroz. "A morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em "mil mortes" (FOUCAULT, 1991:34).

A punição deve ser uma cena extrema, onde aquele que maltrata é tão ou mais selvagem que o crime cometido, e cujo efeito moral deve ser proporcional à intensidade visível do sofrimento. Quando a vontade de disciplinar não está na própria força do senhor, é a truculência do carrasco que responde pela dominação senhorial. Em *A Escrava Isaura*, o narrador onisciente observa o fundamento da relação entre feitor e escravo, mostrando a transferência da violência e a infâmia que une a ambos. Como na sociedade punitiva européia, o feitor enquanto carrasco é o instrumento pelo qual o poder do soberano se faz exercer, agindo através dele, mas não se identificando com ele (FOUCAULT, 1991:48-49). O exercício do castigo cria a relação de inimizade necessária entre quem deve disciplinar e quem deve obedecer, ao mesmo tempo em que reforça o paternalismo do senhor.

> *- Um raio que te parta, maldito! - Má lepra te consuma, coisa ruim! - Uma cascavel que te morda a língua, cão danado! - Estas e outras pragas vomitavam as escravas*

> *resmungando entre si contra o feitor, apenas este voltou-lhes as costas. O feitor é o ente mais detestado entre os escravos; um carrasco não carrega com tantos ódios. Abominado mais do que o senhor cruel, que o muniu do azorrague desapiedado para açoitá-los e acabrunhá-los de trabalhos. É assim que o paciente se esquece do juiz, que lavrou a sentença para revoltar-se contra o algoz, que a executa.*(GUIMARÃES,1973:78).

Sem a intermediação do feitor, a lógica paternal torna-se frágil, ou melhor, expõe a infâmia que ata senhor e escravo. Roberto Sobral, o decadente fazendeiro de *A mocidade de Trajano*, exaure suas energias físicas e morais para disciplinar a escravaria depois que sua esposa morre. Reclama ao filho Trajano a torpeza de precisar castigar, que o rebaixava ao mesmo nível do escravo, pois a escravidão só pode existir quando há a vontade senhorial de tratar alguém como coisa.

> [...] *É um suplício horrível. O tormento a que me sujeitam estes servidores forçados e indignos esgota-me a paciência, aniquila-me a existência. Quando tua mãe era viva, repartíamos o ingrato trabalho: eu tomava conta dos escravos, dirigia-os, castigava-os; ela se ajeitava com as escravas. Hoje tudo isso me toca. Não sei se deveras enlouqueço. Meu gênio está mudando. Sinto que vou me tornando mau, caprichoso e que, continuando assim, irei direitinho para o inferno, se é que na terra já não estou nele.* (TAUNAY, 1984:46)

Há um corpo torturado, marcado, lanhado porque há uma vontade senhorial irreconciliável com a do sujeito que nega a barbárie insistente da escravidão, que corrompe a sua humanidade. Ao mesmo tempo, a violação à ordem moral e econômica não pode ser efetivamente reparada pela justiça punitiva. E nem ela pode sujeitar completamente a vontade do escravo, já que não consegue alcançar a sua "realidade incorpórea", inexistente para o sujeito escravizado, pois considerado unicamente como um bem. Mas enquanto há um mercado de homens, pode haver um corpo supliciado exposto aos olhos. Não mais um espetáculo a ser contemplado, mas reproduzido nas fronteiras meridionais do país, em regiões potencialmente prósperas do Oeste paulista, já afazendadas pela lavoura cafeeira. Suplício executado quase às escondidas, longe do público e das autoridades, mas sancionada até os últimos momentos da escravidão – como observa Júlio Ribeiro em *A Carne* –, quando o próprio escravo não era mais a força de trabalho da economia capitalizada. Ainda escravo, ainda destituído de estatuto jurídico, somente a sua humanização poderia acenar para sua condição de pessoa, de ser constituído de razão e instituído de direitos. O arcaísmo do suplício é a resistência a essa humanidade.

No "romance de casa-grande e senzala" e suas variações, o corpo supliciado não cicatriza conforme o fim se aproxima. A pele não encobre as feridas abertas na carne, os lanhos sucessivos feitos pela chibata vão descobrindo outras regiões do corpo, castigam todos os membros, arrancando-lhes seu próprio urro de dor. Torturado, marcado, sofrido, o corpo é

deformado, embrutecido e horrorizado pela violência punitiva. Supliciado, já não podendo trair, roubar ou fugir, é deixado inerte em algum canto da narrativa, incapaz de participar dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. São Paulo: Escala, s/d.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 9ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escava Isaura**. São Paulo: Três, 1973.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Júlio. **A carne**. São Paulo: Três, 1972.

TAUNAY, Visconde de. **A mocidade de Trajano**. 2ed. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Passado Remodelado: a "Coleção Brasília" e o problema da experiência temporal

Cristiano Alencar Arrais*

Resumo: Este trabalho analisa a Coleção Brasília – coletânea de documentos publicados em 1960 como parte das comemorações da inauguração da nova capital federal – e a forma como, em suas páginas, a história do Brasil foi remodelada de maneira a corresponder ao campo de experiência das forças políticas e sociais envolvidas na construção da nova capital do País e, ao mesmo tempo, orientar a construção da memória sobre aquele evento.
Palavra-chave: Coleção Brasília, história, tempo.

Abstract: This work analyzes the Coleção Brasilia - collection of documents published in 1960 as part of the commemorations of the inauguration of the new federal capital - and the form as, in its pages, the history of Brazil was remodelled in way to correspond to the field of experience of the forces involved social politics and in the construction of the new capital of the Country and, at the same time, to guide the construction of the memory on that one event.
Key-works: Coleção Brasília, history, time.

Introdução

O tempo não é um elemento dado pela natureza. Construída pelo homem com o intuito de orientar sua ação no mundo, o sentido da duração é uma das experiências humanas mais importantes quando se pretende analisar o nível de desenvolvimento das sociedades. Neste caso, o que comumente compreende-se por tempo é o símbolo de uma instituição social que age de forma a disciplinar a sensibilidade do indivíduo em relação à duração, contribuindo decisivamente para formar seus hábitos sociais (ELIAS, 1998). Ora, como construção social que reflete acima de tudo os valores e privilégios existentes no interior de cada sociedade, é possível considerar a possibilidade de articulação entre uma determinada concepção de tempo com um tipo de discurso que se proponha reorientar a experiência coletiva de uma sociedade e, em última análise, a própria construção de sua identidade social.

A construção das histórias nacionais, através de monumentos fundadores ou obras arquitetônicas evocando determinados nichos da memória nacional, são os exemplos mais evidentes de uma demanda recorrente em reinterpretar o passado de acordo com as

* Doutorando em História pela UFMG. Professor da UFG-Catalão.

necessidades de orientação do presente, demonstrando a suscetibilidade do discurso histórico aos usos políticos (HARTOG & REVEL, 2001;WIEVIORKA, 1993).

Movimento semelhante foi realizado no período de construção de Brasília, pelo Serviço de Documentação da Presidência da República, em 1960. Agregado a uma exposição com peças, mapas e fotografias que reconstituíam o processo de escolha e construção de Brasília realizada no Palácio Itamarati entre maio e junho daquele ano, chegava a termo um projeto de reunião das mais variadas fontes documentais que sistematizavam em dezesseis volumes aquilo que seus editores chamaram de "o desenvolvimento da idéia de interiorização da capital"[1].

Para além do objetivo declarado da "Coleção Brasília", é possível localizar um outro projeto que interfere no trabalho heurístico da coleção: ao mesmo tempo que aquelas personalidades trabalhavam no intuito de construir uma obra de história política, construíam também uma obra política. Isto porque existe por trás de sua organização, um projeto de memória empreendido por parte de seus organizadores sob a sombra dos interesses do Poder Executivo. É um projeto porque estava explicitamente direcionado para o futuro. Porque compreendia o presente como um marco histórico e, portanto necessitava cristalizar o seu sentido para o futuro, a "interpretação correta", através da facilitação do trabalho de pesquisa documental.

Seguindo essa proposta é que procuro concentrar minha análise nos primeiros quatro volumes que integram a "Coleção Brasília": os *Antecedentes Históricos*. Seriam estes antecedentes da fundação de Brasília o momento de *preparação* e *antecipação* de todas as forças sócio-políticas brasileiras para o evento que se seguiria: a refundação da Nação em sua romântica procura pelo centro.

O Passado como Preparação

Reunida em quatro volumes, *Antecedentes Históricos* tem a pretensão de abranger *toda* a história do Brasil, desde seu descobrimento até o final do governo Dutra. Seu público-alvo são os estudiosos e pesquisadores que se voltavam ou futuramente se voltariam para as

[1] O Objetivo da "Coleção Brasília" era tornar-se um repositório documental de todo o processo de interiorização da capital do Brasil desde a fundação de Salvador. Daí o privilégio dado à transcrição dos documentos originais e à historiografia que tratava, ao menos tangencialmente, daquele movimento. Apesar de ter sido idealizada por Donatello Grieco, Antonio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa, e levado adiante por Raul de Sá Barbosa, todos diplomadas de carreira, outros nomes de figuraram como colaboradores daquele projeto historiográfico: Horácio Láfer (Chanceler); José Carlos de Macedo Soares (presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); Celso Ferreira da Cunha (diretor-geral da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), José Honório Rodrigues (diretor do Arquivo Nacional), Josué de Souza Montello (diretor do Museu Histórico Nacional), Américo Jacobina Lacombe (diretor da Casa Rui Barbosa) e João Gomes Teixeira (diretor do Arquivo Público Mineiro), entre outros.

origens históricas do processo de transferência da capital federal. Como objetiva fornecer antecipadamente os documentos que descrevem o processo de interiorização da capital, *Antecedentes Históricos* estabelece como paradigma para sua história da interiorização da capital do Brasil a concepção de uma história identificada com a reunião de eventos cristalizados dos documentos legados pelo passado.

Antecedentes Históricos é, portanto, no mínimo, uma bela coletânea de fontes para a história do Brasil. Uma história com viés necessariamente político, é verdade. Mas que não perde, por isso sua validade em termos de descrição processual. Seu próprio objetivo deixa explícito o tom descritivo e heurístico de toda a coleção da qual aqueles volumes fazem parte:

> *A Coleção Brasília (...) tem o objetivo de oferecer aos estudiosos os elementos documentais relativos à interiorização da Capital do Brasil, tanto de seu aspecto histórico quanto do político, social e econômico, desde os antecedentes mais recuados até a data fixada por lei para a transferência do Governo para Brasília, 21 de abril de 1960" (COLEÇÃO BRASÍLIA, TI, 1960: 09).*

Identificado seu objetivo e seguido o percurso realizado por seus organizadores ao longo dos três primeiros tomos estaríamos aptos a compreender todo o processo histórico que levou à construção de Brasília através da fixação dos principais marcos temporais ali arrolados. Analisado junto à descrição sintética do marco referente, torna-se possível identificar a mecânica do pensamento acerca da trajetória percorrida pelo ideal de interiorização da capital.

São 205 eventos distribuídos de forma heterogênea ao longo de todo o período compreendido entre 1549 e 1955. O primeiro dado importante está relacionado à distribuição das datas, que tornam-se mais próximas umas das outras à medida que se aproximam do presente. Conectados às datas temos os eventos, que seguem a mesma lógica de acumulo. Dessa relação é possível deduzir a formação de uma espécie de campo de dispersão que distribui e localiza no espaço-tempo um sentido para o devir histórico brasileiro.

A dispersão de elementos identificados na escala temporal representaria, na simulação acima, uma dispersão de interesses ou atos que ao menos tangenciariam o tema do processo de interiorização da capital federal. A concentração dos mesmos, ao contrário, representaria a consolidação do ideal mudancista, que, através de atos e intenções, marcaram o processo histórico brasileiro.

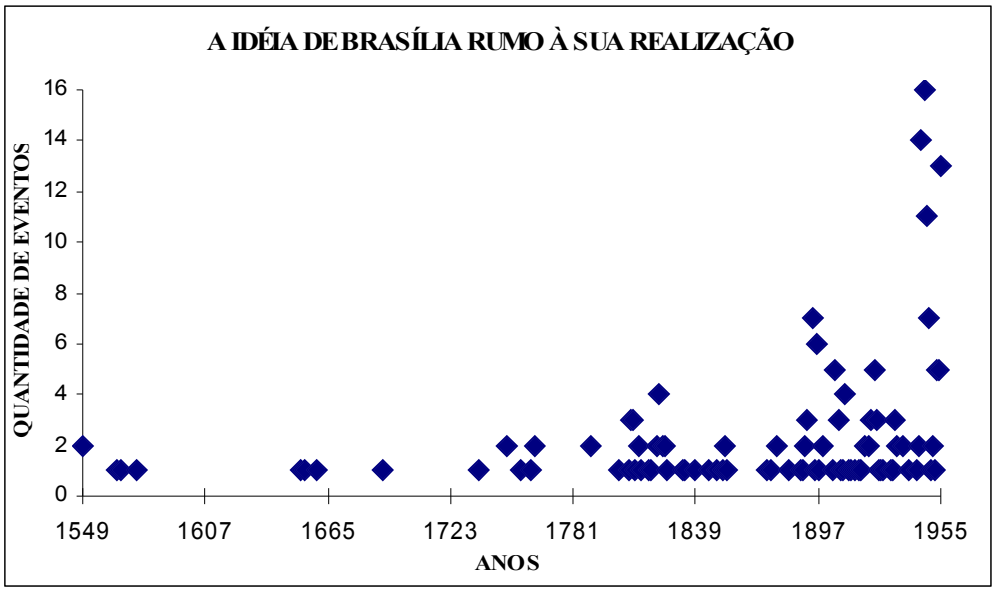

Gráfico 1: Relação entre datas e quantidade de eventos relacionados à idéia de interiorização da capital entre os anos de 1549-1955, segundo a Coleção Brasília.

Estamos diante, portanto, segundo *Antecedentes Históricos*, de um ancestral processo de concretização do ideal mudancista que terá como último ato a primeira desapropriação da área destinada à Nova Capital em 30 de dezembro de 1955. Daí seu caráter de *preparação*: a idéia seminal lançada com a fundação da cidade de São Salvador, propaga-se e ganha contornos cada vez mais definidos, crescendo e espalhando-se, num movimento acelerado em busca de sua auto-realização.

Evidentemente que tal análise não pode ser sustentada apenas através da reunião da cronologia adotada pela obra e pelo número de eventos citados. Ela deve ser complementada através de uma atenção mais aprofundada a cada um dos eventos destacados. Mas, quais eventos? A resposta a essa pergunta está relacionada ao debate que movimentou a vida política e intelectual brasileira ao longo da primeira metade do século XX: a definição da identidade nacional, dos elementos constituidores do Brasil enquanto Nação. Enfim, a viabilidade do projeto de nacionalidade capaz de agregar a heterogeneidade territorial e social brasileira.

Assim, torna-se evidente o tipo de evento que deve ser valorizado dentro deste momento de preparação para a realização da construção de Brasília: aquele que, segundo a versão institucional do período, contribuiu para a formação do Brasil – seja como descoberta ou redescoberta: a fundação do Rio de Janeiro, a descoberta e exploração do ouro no interior do Brasil, a Inconfidência Mineira, a chegada a Família Real e a viagem de Varnhagen ao Planalto Central, são alguns dos eventos que marcam essa trajetória.

Mas não importa somente a descrição do evento em si. Importa ressaltar o *como* do evento, a sua montagem e tradução em evidência empírica de uma identidade nacional em formação. Daí a necessidade de um tomo que re-narre o passado, sintetizando aquele passado heterogêneo, sem centro, tangencial, cuja dispersão timidamente demonstrava, através do tempo, uma necessidade, uma razão ou interesse nacional eminente.

O quarto tomo dos *Antecedentes Históricos* é, na verdade, esse momento de síntese e resgate da totalidade histórica apenas descrita nos três primeiros tomos. A começar por sua numeração que, ao invés de ser anotada como Tomo IV, reclama para si o número III-A: se por um lado, destaca-se dos demais como um apêndice ou anexo aos trabalhos que o antecederam, por outro indica claramente que sua existência só é possível graças ao trabalho heurístico e documental que lhe é anterior[2]. Ao caracterizar-se como "condensação do material reunido, em forma de efemérides e documentos, (...) acerca de um acontecimento de transcendental importância – a transferência da Capital Federal para o Planalto Central" (COLEÇÃO BRASÍLIA, T.III-A: 11), o índice daquele volume garante ao leitor acesso aos principais marcos da história nacional.

Mas não é somente por isso que *Brasília, a história de uma idéia* constitui-se no elemento-chave para identificar o projeto político implícito em seus autores e, como conseqüência nos grupos que giravam em torno da Presidência da República e da construção da nova capital. É porque, através da atualização da idéia romântica de redescoberta da Nação via crescimento para dentro, a obra reconfigura toda a trajetória dos movimentos sócio-políticos nacionais com o objetivo de comprovar a busca pelo centro como o *sentido para* da história do Brasil. Um sentido já indicado nos próprios discursos do presidente, ao afirmar que,

> *... estou comprador o dever de convocar-vos, de prevenir-vos, de procurar vossa adesão para esta marcha rumo ao oeste, na conquista do interior da nossa patria, conquista que neste momento deixa de ser imagem oratória, frase de efeito, promessa vã, para constituir-se, na realidade, em algo de concreto, de palpável: a continuação de uma viagem que se iniciou com a chegada da frota de Cabral à Bahia, que prosseguiu com Mem de Sá para o Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das bandeiras, e que agora, para alta e imerecida honra de minha vida, retomo com o pensamento na integração do Brasil em si mesmo, para posse do povo brasileiro no seu próprio e imenso território. (COLEÇÃO BRASÍLIA, T.III-A: 07)*

[2] Tal articulação estaria perfeita caso não fosse necessário estabelecer que tipo de relação existe entre acontecimento e narrativa dentro de uma obra histórica. Uma das contribuições das teses narrativistas está justamente em negar a antiga idéia de submissão da narrativa em relação ao acontecimento, dando-lhe autonomia ou mesmo, sob certas condições, invertendo a antiga ordem. Ela pode, assim, constituir o "sentido para" do objeto e, portanto, o próprio acontecimento.

Em função dessa idéia é que *Brasília, a história de uma idéia* percorre a historiografia brasileira do período à procura de elementos que possam fundamentá-la. Esses elementos são encontrados, por exemplo, na recorrência à historiografia do imaginário europeu à época dos descobrimentos. Neste caso, se por um lado, o movimento inicial de ocupação do Brasil está cercado por mitos que apontavam o centro do território como a localização de tesouros e maravilhas fantásticas, por outro, todos os movimentos posteriores de desbravamento do Brasil,

> *embora desligados uns dos outros, na intenção como no tempo (...) tiveram o mesmo rumo [o interior do país]. E, de maneira difusa embora, procuraram, direta ou indiretamente, aquêle centro mágico do país, aquele planalto nas cabeceiras dos grandes rios, Amazonas, Prata e São Francisco, cuja efetiva ocupação, desde o começo da nossa história, tinha parecido essencial.*
> *(...) Assim, além de todas as muitas razões que a justificam, e que têm sido examindas à exaustão, razões de ordem política e econômica, entre outras, Brasília é, de certo modo, necessária como coroamento de um processo histórico quase tão velho quanto o país.*
> *(...) E é agradável pensar, embora um pouco românticamente, que a construção da nova capital no planalto (...) completa a ocupação da Ilha Brasil; e que, posta, como o foi, naquele privilegiado lugar onde o Dorado deveria estar, resplandescente, Brasília realiza, afinal, o mito.* (COLEÇÃO BRASÍLIA, T.III-A: 20 – 21).

Agregada ao trecho do discurso de Kubitscheck, que é, por sinal, a epígrafe de abertura daquele tomo da Coleção Brasília, a citação anterior completa o *sentido para* dos *Antecedentes Históricos*. Estão aí presentes todos os elementos que iriam, naquele momento compor o universo mental que conduzia a construção da nova capital federal. Um deles, em especial tornara-se uma constante na retórica política que defendia a mudança da capital: seu efeito de síntese, de termo e conclusão, de realização de um destino manifesto.

A interpretação dada por *Brasília, a história de uma idéia* para esse processo de interiorização da Nação, está fundamentada numa recuperação de eventos habilitados para uma leitura positivada. Neste caso, como afirmávamos acima, seu índice é, hegelianamente, uma síntese da trajetória da Nação em busca de si mesma. Temos nele, os marcos fundadores dessa secular nacionalidade em busca de seu centro.

Dos 63 temas identificados em seu índice, 14 referem-se ao período colonial, 10 ao período imperial e 39 ao período republicano. Comparado à cronologia dos três primeiros tomos, podemos perceber o mesmo tipo de concentração temporal (Brasil República) e a mesma predominância temática: o elemento político. Essa predominância é reforçada pela concentração da ação em indivíduos realizadores ou propositores de idéias que pudessem, de alguma forma contribuir com a Nação ou com a construção da nacionalidade. Acresce-se a isso a atualização de projetos e indivíduos na imagem de Kubitscheck e de suas realizações

tanto no campo infraestrutural quanto simbólico[3]. No âmbito desta *preparação*, a inauguração do regime republicano marca um período de aceleração do ideal mudancista, identificado como elemento solucionador do ambiente politicamente incerto da república.

Os eventos se sucedem de forma cada vez mais próxima e concreta á medida que os anos avançam em direção à posse de Kubitscheck. A partir de 1944, a dinâmica de eventos-anos torna-se uma constante. É que a cada ano a idéia de mudança da capital ganha mais força e motivação, tornando-se uma questão nacional que precisa ser levada a termo: Brasília tornava-se, nesse sentido, a solução para os grandes problemas nacionais. E, transformada em meta-síntese no decorrer da campanha presidencial de Juscelino, teria a função de acelerar o crescimento do país, encerrando uma etapa de estagnação econômica e social.

Essa concatenação de eventos tem como ato final a posse de Juscelino Kubitscheck na presidência da república, a mensagem de Anápolis e a constituição da NOVACAP, em 1956, que dirigiria a construção de Brasília: "Tudo estava preparado. Faltava o construtor - um governo com a coragem de empreender a obra, e com a visão necessária para desejar fazê-lo" (COLEÇÃO BRASÍLIA, T.III-A: 149).

Preparação, coragem e visão de futuro: dos três elementos necessários para iniciar a construção de Brasília, um foi dado pela história nacional. Os outros dois seriam fornecidos por um indivíduo.

O Passado Remodelado

Existem muitas possibilidades de articulação entre memória e narrativa histórica. Em épocas de rápida transformação ou de debilidade e desagregação de antigos padrões sociais, a memória pode funcionar como um dos elementos fornecedores do cimento social necessário à solução de continuidade com o passado, através da alteração de seu sentido. Esse "aspecto pragmático da memória" (RICOEUR, 2000) teria a função de, remodelando o sentido do passado em função do presente, dar existência concreta às noções abstratas que formam as representações dos indivíduos sobre o passado.

Mas o que é o sentido do passado senão uma constante reavaliação das experiências coletivas mais profundas de uma sociedade em função do presente? Sob tal ponto

[3] Neste caso, Kubitschek não é somente o novo presidente do Brasil que está a construir uma nova capital para o País. É também o indivíduo no qual todas as forças históricas dos grandes homens passado se concentram. Kubitscheck torna-se então, Colombina, ao realizar seu sonho de ligação rodoviária entre litoral e sertão, através da construção da rodovia Brasília-Santos. Torna-se Couto Magalhães ao realizar o sonho de integração do interior brasileiro ao litoral, e ainda Dom José de Vasconcelos, civilizador dos indígenas da Ilha do Bananal, que deixou às gerações futuras sua colonização e proteção. E como centro dessa dinâmica histórica, ele, e somente ele torna-se capaz de reordena-la, atualiza-la, redimi-la e prepara-la para o futuro ao mesmo tempo que realiza as promessas até aquele momento não cumpridas.

de vista é impossível compreender a "Coleção Brasília" apenas como simples interpretação do passado. A máxima de Lucien Febvre de que a história é filha de seu tempo não comporta o tipo de tratamento construído por aquela obra política. Além disso, apesar de se caracterizar como verdadeira história, ela carece dos elementos normativos que elevam a história, de categoria formadora de sentido para o mundo ao grau de cientificidade exigida pela razão histórica moderna (RUSEN, 2001).

Seria equivocado também, entendê-la sob o viés da manipulação: não estamos diante de verdadeiras distorções do passado ou de farsas da história. Pelo contrário, a materialidade, o núcleo duro do passado – se assim se pode chamar os vestígios que nos foram legados pelos homens de outr'ora – *não* é violada. Trata-se sim de uma rearticulação, via narrativa, não somente do passado, mas do próprio mundo experimentado.

Nesse sentido é que podemos entender *Antecedentes Históricos* como uma obra produtora de memória[4]. A articulação documental ancorada pelo interesse institucional de conceber a história legítima acerca do processo de construção da Nova Capital do Brasil (legítima porque não se submete ao contraditório) inverte e corrompe a relação entre experiência e expectativa ao projetar para o passado e não para o futuro, as expectativas do presente. Este não se torna mais o local privilegiado de articulação entre os tempos históricos e portanto, repleto de virtualidades, mas um ponto de flexão que faz coincidir passado e futuro num mesmo projeto.

Assim, além de *preparação* – trabalho de construção do futuro esperado mas não realizado - *Antecedentes Históricos* torna-se também *antecipação* – ato de tornar o futuro presente – porque as expectativas do presente foram também projetadas num passado e, através da narrativa histórica, foi cronologicamente reconstituído e, em alguns casos, orientado, no intuito de corresponder ao campo de experiência das forças políticas e sociais envolvidas na construção da nova capital do País.

Passado e futuro, enquanto categorias puras da experiência temporal, são aqui dissolvidas numa única e contínua cadeia de eventos "a história de uma idéia e de um fato, concretizados nas sucessivas sedes de governo de nosso país" (COLEÇÃO BRASÍILIA, T.I: 10). Que idéia e que fato são esses que, concretizados em três capitais, tem a capacidade de atração tão grande para mobilizar toda a história nacional? É a viagem, é a caminhada

[4] Narrativa é entendida aqui como um conceito relacional que, através da invenção de uma intriga, tem a capacidade de dar sentido ao heterogêneo a partir do esquema interpretativo que deriva da imaginação produtora (individual ou coletiva): "a intriga de uma narrativa é comparável a essa assimilação predicativa: ela 'torna conjuntivamente' e integra numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo" (RICOEUR, 1994: 10).

"iniciada por Cabral", levada adiante por Mem de Sá e as sucessivas levas de bandeiras e que, naquele momento chegava a termo. Projeto de memória voltado para as gerações futuras que se debruçariam sobre a construção da nova capital e um projeto de recuperação do tempo para as gerações do presente que podiam ver agora realizado no passado uma verdadeira marcha da nação: "a procura do centro", "a integração do Brasil em si mesmo", "a realização do mito": Brasília.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARTOG, F; REVEL, J. (Org.) **Les usages politiques du passé**. Paris, França: Éditions EHESS, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Coleção Brasília, T. I, III-A.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa, T I**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. **Memóire, histoire, L'oubli**. Paris, França: Seuil, 2000.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

WIEVIORKA, A. **1992: réflexions sur une commémoration**. In.: **Annales, économies, sociétés, civilisations**. N° 3. Paris, França: EHESS, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Condutas, cooperação e escolhas: O Serviço de Orientação Educacional no Colégio Estadual do Paraná (1968-1975)

Alicia Mariani Lucio Landes da Silva[1]

Resumo: A Lei 5.692/71 trouxe modificações para o sistema educacional brasileiro. No artigo nº 10, fixou a obrigatoriedade do Serviço de Orientação Educacional nas escolas, estabelecendo cooperação nas relações entre professores, família e comunidade. Considerando que a Orientação Educacional foi um departamento significante na escola, tem-se como objeto deste trabalho o Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual do Paraná (1968-1975) no objetivo para compreender como o colégio lidou com as determinações da Lei 5.692/71 em relação a esse departamento. Nele vemos origens e orientações legais sobre a Orientação Educacional e as funções desta no Colégio Estadual do Paraná.
Palavras-chave: História da Educação, Lei 5692/71, Orientação Educacional.

Abstract: The Law # 5.692/71 brought modifications to the Brazilian Educational System. The article # 10 determines the obligatoriness of Educational Counseling Service in the schools, establishing cooperation in the relationship between teachers, family and community. Considering that the Educational Counseling was a significant department in the school, the object of this paper is the Educational Counseling Service of the Colégio Estadual do Paraná (1968-1975), which the aim is to understand how this high school was worked with the determinations of Law # 5.692/71 in relation to this service. In this document we see the origins and lawful orientations about Educational Counseling Service and its functions in the Colégio Estadual do Paraná.
Key-words: History of Education, Law # 5.692/71, Educational Counseling

A Orientação Educacional: origens e orientações legais

No início do século XX, nos Estados Unidos da América, a Orientação Educacional (ainda no sentido profissional) surgiu com o objetivo de orientar estudantes para uma escolha profissional. Acredita-se que a Orientação Educacional no âmbito profissional tenha surgido em São Francisco (EUA) no ano de 1895 e em Boston no ano de 1898.

Com o passar dos anos verificou-se a necessidade de levar a prática da orientação profissional para o ambiente escolar, pois como estava sendo "realizada fora da escola passa a ser solicitada a atuar no interior desta, como forma de orientar os alunos nos planos de estudo

[1] Graduada em História pela Universidade Tuiuti do Paraná, especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná e atual mestranda em Educação, na Linha de História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal do Paraná.

e carreira conforme aptidões de cada um. Esta orientação receberá o nome de escolar" (PIMENTA, 1991:21).

As primeiras aparições da orientação educacional no Brasil ocorreram em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, quando era feito um trabalho com o objetivo de selecionar e orientar os alunos matriculados naquela instituição. O primeiro serviço de orientação profissional no Brasil surgiu em São Paulo no ano de 1931 e a primeira escola a instalar um Serviço de Orientação Educacional foi a Escola Amaro Cavalcanti, em 1939.

A Orientação Educacional não possuía características específicas dentro do processo educacional, por isso continuava ligada à orientação pedagógica. Os objetivos eram bem abrangentes, envolvendo atividades extracurriculares, o relacionamento entre pais e mestres e até o controle disciplinar" (NÉRICI, 1992:29).

Uma das formulações mais claras sobre a Orientação Educacional estava na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4.424, de nove de abril de 1942) ao decretar:

> *Art. 81 – É função da Orientação Educacional, mediante a necessária observação, cooperar, no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com sua família.*
> *Art. 82 – Cabe ainda a Orientação Educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições de maior convivência pedagógica.*

A Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) fixou normas para a formação do orientador educacional de ensino médio e primário. Outra medida legislativa sobre a Orientação Educacional se deu com a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, ao prever sobre o exercício da profissão do orientador educacional. No entanto, o coroamento da Orientação Educacional nas instituições escolares ocorreu com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, quando essa lei instituiu a obrigatoriedade da orientação em seu art. 10, ao firmar que "Será instituída, obrigatoriamente, a Orientação Educacional, incluindo Aconselhamento Vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade".

Com a Lei nº 5.692/71 ampliou-se a atuação do orientador educacional, levando-o a um campo de ação mais integrado com os demais sujeitos escolares e à comunidade, além de ser o indicador das decisões profissionais do aluno. Por último, verificamos o Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973, que veio regulamentar a Lei nº 5.564/68, que previa o exercício da profissão de orientador educacional.

Colégio Estadual do Paraná: funções do Serviço de Orientação Educacional

Mesmo antes da exigência da Lei nº 5.692/71 de que todos os estabelecimentos educacionais tivessem um serviço de Orientação Educacional, o Colégio Estadual do Paraná (CEP)[2] já contava com esse trabalho. O Parecer nº 205/69 do Conselho Estadual de Educação, que aprovou o Regimento Escolar do CEP, regulamentou que o Departamento de Docência passaria a se chamar Departamento Educacional, responsável pela organização didático-pedagógica do Colégio. Sobre a Orientação Educativa e Vocacional, o anteprojeto de Regimento escolar previa em seu art. 27 que esta seria responsável pelo:

> *Entrosamento com Associação de Pais e Professores; organização de testes para orientação vocacional–profissional entrosada com a secção de formação especial da Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica; cursos, palestras e conferências por especialistas nas áreas de educação sexual, higiene e educação sanitária, etiqueta, relações humanas, dinâmica de grupo (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ,* ***Anteprojeto Regimento,*** *s/d[3]).*

A Orientação Educacional do CEP, entre os anos de 1968–1970, estava subordinada diretamente à Divisão Educacional, que também englobava a Coordenação de Docência, Coordenação de Experimentação Pedagógica, Coordenação de Atividades Para-Escolares, Coordenação de Educação Física, Coordenação de Escolinha de Arte e Coordenação de Recursos Áudio-Visuais, como previsto no artigo 17º do Regimento interno aprovado em sessão nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de junho de 1966.

Durante esses anos o trabalho da Orientação Educacional, estava voltado para nove tipos de trabalho específicos: entrevistas, reuniões, contato realizado com coordenadores de disciplinas, dinâmicas de grupos com alunas, psicometria, sociogramas, estatística, fichário e assistência escolar. O contato com os pais era realizado de duas maneiras, mediante entrevistas e reuniões. Os professores também eram convocados a participarem de entrevistas e reuniões, momentos que poderiam servir como Conselho de Classe, discussões sobre regimentos e projetos da Orientação Educacional. Os alunos eram acompanhados mais de perto por meio de reuniões, entrevistas, dinâmicas e testes. Já em 1969 eram realizados os aconselhamentos vocacionais, mesmo antes da obrigatoriedade instituída pelo artigo 10 da Lei

---

[2] O CEP foi fundado em 1846 com o nome de Licêo de Coritiba. Para saber mais sobre a história do Colégio Estadual do Paraná ver: STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Coritiba ao Colégio Estadual do Paraná:** 1846-1993. Curitiba: Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, 1993.

[3] O documento não está datado, no entanto justifica-se sua utilização aqui por estar arquivado dentro de uma pasta com a especificação dos anos 1972-1975.

5.692/71. Associados a esses aconselhamentos estavam a aplicação de testes e a avaliação de questionários.

Outro tipo de atendimento era a assistência escolar. Nérice lembra que uma das funções da Orientação Educacional era "assistir todos os educandos, desde os mais carentes, bem como os que não revelarem carências" (1976:24). Em projetos posteriores a 1970, verificou-se que a assistência social atendia alunos que não estavam acompanhando o ritmo escolar em decorrência da baixa renda familiar. Os dados apresentados no Anuário Estatístico de 1970 revelam que o número de alunos com problemas financeiros não era insignificante: no ano de 1969, de 4760 alunos, foram assistidos 1218. No entanto, em 1970 a assistência ao aluno diminui grandemente para 51 atendimentos realizados no Colégio, que contava naquele ano com 4953 alunos matriculados.

Todos os trabalhos eram registrados. Era realizado um levantamento das notas dos alunos e, a partir deste, gráficos eram confeccionados. Outra maneira de sistematizar o trabalho era a montagem de uma espécie de arquivo, um fichário contendo informações, sobre alunos, atualizadas quando necessário.

A partir de 1972, os orientadores educacionais, começaram por meio de reuniões, regimentos ou projetos o processo de implementação da lei. Em 1973 a Orientação Educacional elaborou um projeto de atuação para o ano de 1974, no qual justifica sua elaboração com o seguinte texto:

> *Considerando o novo posicionamento da Orientação Educacional face à Lei 5.692 e atendendo ao dispositivo do artigo 10º, que institui a obrigatoriedade da Orientação Educacional com aconselhamento vocacional em cooperação com os professores, e a comunidade, o Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual, através da dinamização deste setor, procurará desenvolver um trabalho cooperativo de atendimento ao aluno, favorecendo seu ajustamento ao meio e possibilitando a opção consciente de uma profissão que permita sua efetiva participação e realização como pessoa (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ,* ***Projetos 1.974****: s/p).*

O SOE pretendia dar a possibilidade ao discente de escolher uma profissão "conscientemente", permitindo que ele efetivasse sua participação na escolha profissional, para alcançar a sua realização como pessoa. Num primeiro momento essa fala permite deduzir que o SOE estava preocupado com o conforto da escolha para o aluno, porém, mais do que isso, a escola estava preocupada com a sociedade a partir do momento que se alertava sobre a participação desse cidadão no convívio social. A escolha de uma profissão envolvia certas aptidões e interesses do aluno e era uma necessidade de fazer com que o ele se realizasse

como pessoa, ou então tornar pessoas em cidadãos comprometidos com as necessidades da sociedade, que atendessem a demanda social de trabalho. O CEP estava comprometido com a:

> *"(...) missão de formar a juventude provendo o Estado e a Nação de jovens capazes e cumpridores do dever, a quem entregaremos os destinos do Paraná e do Brasil" (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.* ***Anuário Estatístico do Colégio Estadual do Paraná – 1970,*** *s/p, 1971).*

Três objetivos maiores foram apontados nessa fase do projeto. O primeiro focava a importância de reunir informações sobre o aluno, codificando-as de modo a favorecer seu "ajustamento" no ambiente escolar, para então sondar aptidões e orientar o aluno na opção "consciente" de uma profissão. O segundo objetivo estava direcionado para a necessidade de organizar, em cooperação com áreas específicas do conhecimento e empresas, possibilidades e programas de estágios para os alunos dos cursos que ofereciam uma habilitação. O último intento se justificava por "entrosar o estágio dos alunos da Faculdade, curso de Orientação Educacional, com o trabalho do Serviço de Orientação Educacional" (COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Projetos 1.974**:s/p). Esse objetivo podia ter relação com a nova demanda que as universidades estavam lançando na sociedade, em decorrência da obrigatoriedade na lei de haver orientadores educacionais nas escolas. No item de número três o SOE solicitava recursos materiais e humanos para poder desenvolver suas propostas. Com esses pedidos pode-se notar uma preocupação por parte dos orientadores educacionais de conhecerem os aspectos teóricos da função, além de contar com materiais auxiliares para aprofundamento das questões que envolviam o ato de orientar alunos. Como recursos humanos, estavam trabalhando para a efetivação do projeto: os orientadores educacionais e o "pessoal de apoio" que seriam datilógrafas, arquivistas e estatísticos, que ao final do projeto realizaram uma tabulação dos resultados.

Ainda, estratégias[4] de ação eram realizadas para dar conta dos objetivos propostos. Essas estratégias foram divididas em treze pontos: Orientação individual; Orientação de grupo; Reuniões com pais, professores e coordenadores; Dinâmica de grupo; Conselhos de classe; Sociometria; Fichário; Orientação Profissional e Vocacional: Profissiodrama, Sondagem de interesse e acompanhamento; Conselho de representantes;

[4] Estratégia aqui entendida segundo Certeau, como "o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado" (1994:99). A estratégia postula ser possível que um lugar seja *algo próprio*, ou ser a base de um local de onde se possam construir relações com uma *exterioridade* de alvos ou ameaças, como exemplo a administração de uma escola, a qual procura racionalizar uma estratégia para distinguir o seu lugar como ambiente próprio de poder e querer.

Escola de pais; Aconselhamento de estágio; Visita a empresas; Assistência social ao educando.

Mediante as informações acima citadas, podemos lembrar que por anos a historiografia brasileira tratou o período da Ditadura Militar no Brasil como sendo um momento apenas de repressões e dominação hegemônica do Estado. Em relação às leis que foram publicadas na época, os estudos direcionavam para uma forte intencionalidade governamental. Por esses fatores, ao iniciar esta pesquisa, cogitou-se a possibilidade de que a Lei 5.692/71 fosse um mecanismo do Estado para controlar o sistema educacional, impondo regras próprias para submeter a sociedade aos seus ideários.

No entanto, ao estudar a bibliografia existente sobre o assunto e revisitar as legislações anteriores ao período pesquisado, verificou-se, pelo menos em relação à Orientação Educacional, que as leis formuladas durante a Ditadura Militar não eram uma inovação sobre o tema, muito menos uma tentativa de imposição de padrões estabelecidos. As Leis 5.564/68 e 5.692/71 vieram, na verdade, para regulamentar uma prática que já vinha sendo desenvolvida na escola durante muitos anos, firmando obrigatoriedades e objetivos que no dia-a-dia do Colégio Estadual do Paraná (CEP) estavam sendo praticados. Dessa forma não se consegue enxergar uma manipulação do Estado em relação às orientações voltadas para o aconselhamento educacional e principalmente vocacional. Havia a necessidade de indicar aos alunos rumos profissionais voltados para as necessidades da sociedade, mas também ocorria a preocupação de que essa escolha fosse "consciente" e "voluntária", para que a desistência do curso profissionalizante e da futura profissão não ocorresse.

Foram poucas as adaptações realizadas pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE) do CEP. O trabalho maior de adaptação da Lei de 1971 ficou para o processo de implementação de novos cursos profissionalizantes no Colégio. O SOE teve somente uma preocupação maior de envolver com mais freqüência a participação de professores, alunos e pais, ou seja, dar maior ênfase ao que já estava realizando.

Uma estratégia de atuação foi a Semana de Informação Ocupacional, realizada a partir de 1972, com o objetivo de melhor informar acerca das profissões existentes; outra, foram as apresentações teatrais realizadas pelos próprios adolescentes que encenavam possibilidades, cuidados e privilégios de uma profissão, podendo discutir os benefícios e os pontos desfavoráveis da escolha ocupacional.

Não se pode negar que o controle sobre os alunos estava presente. A escolha de representantes de turma foi um exemplo de que, apesar da aparente democracia de escolha e atuação, o SOE tinha o domínio da situação ao direcionar a escolha dos representantes, que

seriam os olhos e a voz do SOE. Os olhos por estarem em contato com os demais alunos e poderem transmitir as informações cotidianas sobre alunos e professores para os orientadores educacionais. A voz, porque representavam os interesses do Colégio ao compartilhar com seus colegas de turma como deveriam ser suas ações, comportamentos e condutas internas.

Em relação aos pais viu-se que também havia uma preocupação de que estes fossem agentes de cooperação entre escola e família. Procurou-se orientar os pais sobre as funções do Colégio e sobre o comportamento e educação de seus filhos.

Não é objetivo desta pesquisa negar as medidas repressivas que realmente ocorreram durante a Ditadura Militar brasileira, mas minimizar o poderio de conspiração do Estado. Na verdade, em relação à Orientação Educacional não ocorreram mudanças com a Lei 5.692/71, nas normatizações do que acontecia na prática escolar de muitos colégios, entre os quais o CEP. Verificou-se que o SOE já oferecia um sistema de Orientação Educacional mesmo antes da obrigatoriedade da lei e que seus projetos privilegiavam três ações principais: a conduta dos alunos, assistida de perto por professores e orientadores; a cooperação da família no processo educacional e as escolhas profissionais realizadas pelos alunos. Em torno de todos esses objetivos manteve-se a necessidade de demonstrar uma representação de escola padrão para a sociedade mediante um trabalho sistematizado, organizado (por meio de regimentos e projetos) e "consciente".

Considera-se que o SOE atendeu a todas as orientações legais (federais e estaduais) e a todas as indicações de atuação definidas internamente no CEP, realizando seu trabalho através de controles e concessões a alunos, professores e pais.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, M. M. C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 329-353.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1: Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FARIA FILHO, L. M. A Legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.) **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIRALDELLI. J. P. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério – 2º Grau. Série Formação de Professores.

MATHIAS, S. K. **A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1990). São Paulo: UNESP, 2004.

MELLO, G. (Org.) **Educação e transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1989.

NÉRICI. I. G. **Introdução à orientação educacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1977.
_____. **Introdução à orientação educacional**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, M. A. T. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. IN: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, p.51-75, jan/jun. 2002.

PENTEADO. W. M. A. (org.) **Fundamentos de orientação educacional**. São Paulo: EPU, 1976.

ROMANELLI. O. O. **História da Educação no Brasil** (1930-1973). 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As imagens dos índios na cultura escolar no Brasil

Leia Adriana da Silva Santiago
Maria de Fátima Sabino Dias

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre o ensino de História e sociedades indígenas, com a intenção de refletir e compreender o que tem sido veiculado sobre a questão indígena na cultura escolar, especialmente nos manuais didáticos destinados as primeiras séries do ensino fundamental, e se esses conteúdos, idéias, imagens têm contribuído para estimular à formação de uma consciência histórica e cidadã.
Palavras-chave: Cultura escolar, livros didáticos, sociedades indígenas.

Abstract: The present work has as objective to present the aboriginal results of a research on the education of History and societies, with the intention to reflect and to understand what he has been propagated on the aboriginal question in the pertaining to school culture, especially in didactic manuals destined the first series of basic education, and if these contents, ideas, images have contributed to stimulate to the formation of a historical conscience and citizen.
Keywords: School culture, pedagogical book, Indian societies.

Este trabalho se propõe refletir e compreender o que tem sido veiculado nos livros didáticos de Estudos Sociais acerca da temática indígena, e se esses conteúdos, idéias, representações, imagens têm contribuído para uma re-significação do ensino de história no ensino fundamental no Brasil.

O livro didático tem sido considerado o principal veiculador do conhecimento sistematizado e um instrumento auxiliar, em sala de aula, para professores e alunos. O livro, juntamente com as disciplinas e o currículo, encontra-se inserido na cultura escolar. Como cultura escolar Dominique Júlia define:

> *Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sócio-políticas ou simplesmente a socialização). (JÚLIA, 2001, p. 10)*

Nesta perspectiva, entendemos o livro didático como um dos componentes da cultura escolar, na medida em que ele exerce o papel de canal de transmissão de ideologias,

---

Graduada em História, Mestre em Educação, pela Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História (NIPEH).
Doutora em Educação, professora do departamento de Metodologias de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História (NIPEH)

de valores, de mitos e estereótipos, e é também portador de um saber escolar articulado às finalidades sociais, políticas e culturais de uma dada sociedade.

Isso nos remete a pensar nos saberes sobre a temática indígena veiculados na cultura escolar. Entretanto, para podermos compreender a relação entre esses saberes veiculados pelos livros didáticos na cultura escolar temos que entender que a finalidade do ensino de História é o estímulo à formação de uma consciência histórica.

A consciência histórica é a realidade a partir da qual é possível compreender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária.

> *A consciência histórica está fundada na ambivalência antropológica de que o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim, interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são. (RÜSEN, 2001, p.59)*

Segundo Rüsen (2001), a consciência histórica é o trabalho intelectual que o homem realiza para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Este trabalho é efetuado na forma de interpretação das experiências no tempo. Para Rüsen (2001) o ato constitutivo da consciência histórica, que consiste na interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo, pode ser descrito como transformação do tempo natural e do tempo humano.

Assim sendo, tendo o entendimento de que a finalidade do ensino de história é o estímulo à formação de uma consciência histórica, faço neste trabalho o que tem sido denominado, por alguns autores, de estado da arte, intencionando levantar, nos diferentes estudos, os aspectos que os pesquisadores no Brasil têm refletido sobre esta temática, na medida em que busco delinear sinais importantes acerca das imagens, dos preconceitos, dos estereótipos e da visão etnocêntrica que tem sido veiculada na cultura escolar através dos livros didáticos de história.

No caso desta presente investigação, a pesquisa bibliográfica efetuada inicialmente, e que tem continuado até agora - quer através da consulta de anais de Encontros de Pesquisadores do Ensino de História, quer através de índices bibliográficos de teses - surpreendeu-me pela escassez de trabalhos que, especificamente, tematizam sobre a questão indígena nos manuais didáticos de História.

Mediante esta constatação, dividi essa investigação em dois subtemas intitulados

---

Segundo Rüsen (2001, p. 60) o tempo é experimentado "como perturbação de uma ordem de processos temporais na vida humana prática, como perturbação de uma ordem na qual o homem tem que pensar seu mundo e sua vida, para poder orientar-se corretamente."

"é aquele em que as intenções e as diretrizes do agir são representadas e formuladas como um processo temporal organizado da vida humana prática." (RÜSEN, 2001, p. 60)

"A produção mais antiga Década de 80" e "Os indígenas nos livros didáticos de História Década de 90". O primeiro subtema fará uma breve explanação de dois estudos que foram escritos antes de 1995 e, no segundo subtema, farei a explanação de algumas pesquisas referentes à temática indígena, que foram publicadas a partir de 1995.

A produção mais antiga – Década de 80

Durante todo o período em que procedi ao levantamento de referências bibliográficas que tem por tema o indígena nos livros didáticos, e que foram produzidas a partir do ano de 1995, constatei a necessidade de refletir sobre dois trabalhos desenvolvidos anteriormente ao recorte temporal que eu havia delimitado.

Constatei dois aspectos recorrentes que sinalizaram para a inclusão destes trabalhos. O primeiro aspecto decorreu do fato de que um deles, especificamente o trabalho de Silva (1987), encontrava-se citado, como referência bibliográfica, em todas as pesquisas aqui apresentadas. Já no segundo aspecto, interessei-me por acrescentar a dissertação de mestrado de Nosella, produzida em 1979, como um recurso que, juntamente com o trabalho de Silva (1987), permitirão ao leitor esclarecer dúvidas que possam surgir quanto ao teor de mudanças e permanências contidas nos livros didáticos. Esta dissertação, muito embora não seja especificamente na área de História, dedicou um capítulo para retratar a temática indígena inserida nos manuais didáticos de Comunicação e Expressão.

A obra organizada por Silva (1987) encontra-se dividida em duas partes. Detendo-me apenas na primeira parte da obra, sinalizo que a autora faz referência aos manuais didáticos de História do Brasil como fonte importante no aprendizado de crianças e adolescentes e na formação da imagem do "outro", porque estes mostram como as coisas e as sociedades chegaram a ser o que são, como se formaram e o que é a cultura. No entanto, Silva (1987) percebe a existência de algumas lacunas da história que se encontra posta nos livros didáticos. Para esta autora, os manuais possuem a presença: de uma história que privilegia os feitos ocidentais e é etnocêntrica; de uma ótica na qual a destruição das culturas ameríndias aparece como fatal, inevitável e desejável; de um modelo de evolucionismo cultural e social; do índio com um conceito vago, com imagem empalidecida e fantasmagórica; de um índio como um ser inferior, que não sabe construir bem sua moradia, não tem moral e é supersticioso. Já no que se refere à contribuição dos indígenas à sociedade brasileira, Silva (1987) observa que os livros didáticos a resumem a uma série de vocábulos que, de sua língua, foram inseridos na nossa. Na perspectiva desta autora, "a simplificação dos manuais didáticos não ajuda a conhecer o processo de formação da sociedade nacional". (SILVA,

1987, p.80)

O trabalho de Nosella (1979) foi fruto de uma pesquisa realizada no decorrer do ano de 1977, através da análise dos textos de leitura contidos nos livros adotados nas primeiras séries do primeiro Grau, na área de Comunicação e Expressão. A escolha da área de Comunicação e Expressão se deu como fator significativo para o objetivo da pesquisa, por serem eles aparentemente menos comprometidos com a ideologia da classe dominante, exigindo-se, portanto, um esforço maior para explicitar a ideologia dominante neles subjacente. As questões referentes à temática indígena são levantadas por Nosella (1979) em todo o capítulo dez de seu livro. Nele, a autora narra e descreve as imagens dos indígenas que se encontram veiculadas nos textos de leitura das salas de aula. De modo sintetizado, trago aqui as descrições destas imagens que são narradas pela pesquisadora:

1- As narrações sobre o índio e seu modo de vida são freqüentes nos textos, porém, são apresentadas com caráter impessoal, como descrições de uma cultura diferente.

2- As descrições trazem elementos que demonstram a inferioridade do índio e de sua cultura. São "supersticiosos", são "selvagens", "bárbaros", em estágio de civilização mais atrasado.

3- O índio é citado como um elemento importante na história do Brasil, entretanto, esta "importância" é salientada quando o mesmo se coloca a serviço do branco. Estes foram grandes colaboradores de seus conquistadores e exploradores portugueses, e são desprovidos de qualquer discernimento crítico sobre sua situação de dominados pelos brancos.

4- O índio e a igreja também mantêm boas relações. A igreja, como portadora da verdadeira cultura e da salvação eterna, se preocupava em catequizar e ensinar aos índios os rudimentos da cultura branca.

5- Sempre que se descreve o índio como corajoso ou ridículo, o enfoque está em lhe considerar como o "animal mais interessante que se encontrou na América."(NOSELLA, 1979, p. 185)

6- A vida do índio é narrada de forma idílica, onde tudo é belo e harmonioso. Eles vivem nas florestas, são felizes e conservam sua cultura própria.

7- Por fim, destacando-se das demais descrições, a autora verbaliza que os textos de leitura "descrevem os relacionamentos verticais entre brancos e índios, onde os primeiros são os doadores da verdadeira cultura e, os segundos, os receptores ignorantes; civilizados à medida que vão assimilando a verdadeira e superior civilização, a branca." (NOSELLA, 1979, p.187)

Os indígenas nos livros didáticos de História – Década de 90

Das pesquisas produzidas a partir de 1995, sobre a temática indígena, começo pelo artigo de Grupioni (1995). Este autor, embora analise pesquisas de antropólogos e historiadores da década de 1980 sobre os manuais didáticos, tem como ponto de partida a constatação de que uma grande produção de pesquisas sobre as sociedades indígenas brasileiras não ultrapassa os muros das academias e o círculo restrito dos especialistas, propiciando, assim, que a questão das sociedades indígenas seja mal trabalhada nas escolas. Assim sendo, Grupioni (1995) observa que os livros didáticos, em sua grande maioria, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. O autor expõe essas "deficiências" encontradas nos livros didáticos por meio de três subtemas cujos títulos são: Principais críticas ao livro didático; O Índio na história do Brasil; Bons e maus selvagens. No subtema "Principais críticas ao livro didático", o autor aponta como quatro principais críticas, o fato dos índios e os negros serem sempre enfocados no passado; a historiografia ser basicamente européia marcada por eventos o que resulta no aparecimento do índio como um ator coadjuvante da história ou em função do colonizador; a negação de seus traços culturais significativos através da apresentação isolada e descontextualizada de documentos históricos que a eles se referem e, como última crítica apontada sobre os livros didáticos, está a noção de índio genérico, tratado como se formassem um todo homogêneo, ignorando, assim, a rica diversidade sócio-cultural existente.

No subtema "O Índio na história do Brasil", a passagem do índio na história do Brasil se dá, nos livros didáticos, segundo Grupioni (1995), dentro de uma seqüência de momentos históricos distintos. Num primeiro momento, os índios, quando da chegada dos europeus, são amigáveis, cordiais e ensinam aos brancos como sobreviver e a conhecer a nova terra. Logo em seguida, de cordiais eles passam a ser traiçoeiros, aliando-se aos franceses e promovendo ataques aos núcleos dos brancos. Posterior a este momento, a figura do indígena aparece ligada à figura do bandeirante, na expansão do território e como mão-de-obra utilizada na colônia. Segue-se, então, o desaparecimento da figura indígena. Entretanto, os indígenas não desaparecem sem legar uma herança cultural generalizada, pois, agora eles são Tupis, adoram Jaci e Tupã, moram em ocas e tabas, ensinam a fabricação de redes, esteiras e deixam suas lendas à nossa sociedade.

A apresentação "do bom e do mau selvagem" , presente em muitos livros didáticos, é verificada por Grupioni (1995) como imagens opostas que parecem catalizar o

imaginário sobre os índios em nossa sociedade. Neste sentido, os livros didáticos são apontados como criativos em mesclar estas figuras diferentes e contraditórias, dando a elas uma sensação de unicidade. A solução apresentada em vários livros didáticos, na história do Brasil, é a de que este índio bom contribuiu para a colonização, deixou traços culturais e acabou por desaparecer. Já o índio mau, este é o que ainda ocupa espaços e atrapalha o desenvolvimento. Para Grupioni (1995, p.491) "os manuais escolares continuam a ignorar as pesquisas feitas pela História e pela Antropologia no conhecimento do "outro", revelando-se deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil, dos tempos da colonização aos dias atuais, e da viabilidade de outras ordens sociais."

Um outro texto importante é o trabalho de Bittencourt (1998), que focaliza a produção iconográfica inserida nos livros didáticos. Esta reflete e argumenta sobre as deficiências de pesquisas no Brasil, especialmente dedicadas à produção iconográfica na área da História, e destaca o uso das imagens como recurso pedagógico utilizado há mais de um século.

Chamando a atenção para situar o professor como leitor crítico da obra e para a utilização cuidadosa dos livros didáticos, Bittencourt (1998) exibe algumas características peculiares ao conjunto de imagens do livro didático. Em primeiro lugar, está a existência da marca francesa nas ilustrações dos livros de História, por serem as reproduções retiradas de obras francesas. Segue-se, para o caso da produção de história do Brasil, a organização de um acervo próprio de ilustrações e gravuras, sendo, no conjunto destas variáveis, o Sete de Setembro de Pedro Américo e a Primeira Missa do Brasil de Vitor Meirelles, as mais reproduzidas. Na história política, houve o cuidado de se pesquisar retratos de personagens que ficaram famosos posteriormente, como Tomé de Souza e Pedro Álvares Cabral.

Ao se concentrar nas ilustrações dos indígenas, a pesquisadora constata a sua presença, nos livros didáticos, ao longo da história escolar, desde 1860. Neste caso, ao acompanhar a literatura didática, a autora verifica que, nas representações dos indígenas, percebe-se uma variação significativa entre os autores e as obras. As obras escritas nos anos 70 e 80 do século XIX representavam os indígenas como "selvagens", ressaltando a importância histórica da obra missionária e civilizatória da catequese. Na primeira década do século XX, as imagens iconográficas das obras evidenciavam as características culturais específicas dos índios, destacando a importância de se entender as culturas indígenas em suas peculiaridades, evitando considerações genéricas, como, por exemplo, classificá-los de

Estas primeiras obras foram: Pequena História do Brasil, escrito por Cônego Fernandes e Joaquim Maria Lacerda, publicado ao final de 1870 e História do Brasil das escolas primárias, escrita por João Ribeiro em 1900.

"povos selvagens". Já em 1916, dada a importância do embranquecimento da população brasileira para que ela pudesse chegar ao estágio civilizatório, nas imagens contidas nos livros didáticos os indígenas reaparecem como "selvagens" e ainda responsáveis pela mestiçagem, preguiça e aversão ao trabalho produtivo da maior parte da população brasileira. Mais recentemente, ao acompanhar a literatura didática, analisando as várias versões sobre as populações indígenas, Bittencourt (1998) sinaliza, nas publicações, as mudanças e permanências das ilustrações e seu contexto. Entretanto, a pesquisadora ainda alerta para a permanência, nas obras atuais, de ilustrações escolhidas ainda no século XIX.

Lemos (1999) traz uma proposta que examina a imagética de sentidos na produção do conhecimento histórico e, por conseguinte, do ensino de História, focando ausências ou esquecimentos ao que pode ser chamado da construção de uma etno-história. O autor, baseando-se na abordagem de como o ensino de História sem etnicidade participa da construção dos índios invisíveis, considera que este compromete a formação do conhecimento e reconhecimento da pluralidade que nortearam o povo brasileiro. Neste sentido, Lemos (1999) qualifica a produção histórica, os livros didáticos e os cursos de formação de história como agentes merecedores de novas dinâmicas de conhecimento, atualização, abordagem e socialização. Considerando estes fatores importantes e um grande desafio para tornar visível a etnicidade da história, o autor expõe alguns aspectos, presentes nos livros didáticos, que viabilizam esta ausência de etnicidade. Segundo as reflexões deste pesquisador, é difícil não ser encontrada, nos livros, a categoria generalizadora de "índios" para falar dos povos e nações que primeiro habitaram o território Americano. Para Lemos (1999), o índio é visto como um ser invisível, que habita os livros didáticos quase sempre conjugado no singular. Quando estes são "classificados" genericamente nunca se encontram identificados etnicamente com suas línguas, em seus diferentes espaços, em suas formas sociais de organização e cultura.

O trabalho de Rodrigues (2005) tem, em sua introdução, uma avaliação sobre a questão indígena da década de noventa e apontamentos que indicam que há, nos livros didáticos, algumas informações incorretas sobre os povos indígenas, carregadas de uma visão etnocêntrica e preconceituosa. A mesma argumenta que essa situação pode ser derivada, por um lado, pela questão da política do livro didático no Brasil e, por outro, pela limitação com que são concebidas as questões específicas e genéricas pelos autores dos livros didáticos.

Como questões genéricas são entendidas aquelas que afetam a maneira como os autores concebem os conteúdos a serem ensinados e a forma de como devem ser ensinados. Derivadas das questões genéricas estão as questões específicas. Nestas se inclui o tratamento

da temática indígena que a autora apresenta, nos manuais, como simples aporte de um conteúdo mais abrangente, como ilustrativas, que permitem a exposição dos povos indígenas de forma generalizada. Partindo destas considerações e da premissa de que os livros didáticos de História também são responsáveis por aquilo que é ensinado nas aulas, a autora coleta dados de seis livros de História, entre os anos de 1989 a 1999 e expõe os conteúdos recorrentes nos mesmos para o ensino dos povos indígenas:

1. A Pré – história do Brasil: apontamentos sobre a ocupação humana.
2. A demografia dos povos indígenas na chegada dos europeus.
3. Aspectos das sociedades indígenas no Brasil:
   "elementos" da organização social.
   as "crenças"; as "religiões"; e a "religiosidade".
   a relação com a natureza.
4. A diversidade lingüística.
5. A participação dos povos indígenas na construção do Brasil.
6. A situação atual dos povos indígenas do Brasil:
   a dizimação como conseqüência irreversível.
   os povos indígenas e a questão fundiária.

No quadro das análises realizadas com base nos conteúdos acima citados, vejamos quais as constatações delineadas pela pesquisadora:

- Nesses manuais didáticos, a arqueologia é utilizada apenas para revelar ao público que os elementos arqueológicos aparecem somente em relação à Pré-história;

- O enfoque antropológico se distancia das discussões e dos estudos mais recentes. A "visão de índio" que é ensinada ainda permanece a mesma de anos atrás;

- Os povos indígenas não fazem parte do Brasil atual - eles aparecem apenas nas descrições sobre a Pré-história brasileira, à época do contato, na abordagem do bandeirantismo, no momento da abertura política na primeira metade da década de oitenta;

- Os povos indígenas desaparecem do cenário de constituição do Estado Nacional brasileiro. As diferenças entre etnias formadoras da "nação brasileira" foram suplantadas em favor de um projeto que lutou para diluir os povos indígenas na sociedade geral, através da omissão, negação da identidade, dos direitos e expropriação territorial;

- A imagem das sociedades indígenas comuns ao público em geral continua sendo estática, vivendo em aldeias isoladas na floresta, representando um passado remoto, uma etapa evolutiva do homo-sapiens.

Perante estas constatações, Rodrigues (2005) conclui com a afirmativa de que a prática escolar até hoje tem sido a da negação e da exclusão social desses povos e os livros didáticos contribuem para reforçar o preconceito e a exclusão, na medida em que colocam as populações indígenas no nível do exótico e como elemento do folclore nacional.

Mediante todas estas constatações levantadas nesta pesquisa bibliográfica, percebi que os livros didáticos ainda necessitam de um longo percurso para que seja possível re-significar um ensino de história que estimule uma consciência histórica e cidadã. Ainda há uma história que silenciosamente mantém conteúdos, idéias, representações e imagens preconceituosas e etnocêntricas no tratamento da temática indígena.

Daí a necessidade de que os resultados da pesquisa histórica sejam didaticamente transpostos para as carências de orientação que os tornam necessários, como também é necessário que haja uma superação do abismo existente entre o conhecimento adquirido pelos especialistas sobre as sociedades indígenas e o que é veiculado na cultura escolar. Para tanto, é preciso continuar a aperfeiçoar a análise das políticas públicas, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Guias Didáticos, dos materiais didáticos dos saberes e práticas dos professores de história, enfim, da cultura escolar, contribuindo para a compreensão e a implementação de políticas e saberes que atendam aos atuais desafios deste novo século, referentes ao tratamento da temática indígena e ao ensino de história no Brasil.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria F. **O Saber Histórico na Sala de Aula.** São Paulo, Editora Contexto, 1997.

_____ , Livros Didáticos Entre Textos e Imagens. In:_____. **O Saber Histórico na Sala de Aula.** São Paulo: Editora Contexto, 1998.

GRUPIONI, Luís D. B. Livros Didáticos e Fontes de Informações sobre as Sociedades Indígenas no Brasil**.** In:__ SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís D. B. **A temática Indígena na Escola.** Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

JÚLIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira da Educação,** Campinas, Autores Associados, nº 1, janeiro/junho 2001.

LEMOS, César de Miranda. Os Índios Invisíveis: O ensino de História sem etnicidade**.** In: **IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História -Anais**. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

NOSELLA, Maria de Lourdes C. D. **As Belas Mentiras : A ideologia subjacente aos textos didáticos.** São Paulo: Cortez&Moraes, 1979.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica.** Brasília: Editora UNB, 2001.

SILVA, Aracy Lopes. Mito, razão, história e sociedade: inter-relações nos universos socioculturais indígenas. In: __ SILVA, Aracy Lopes. **A temática Indígena na Escola**. Brasília: 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Identidade e tradição na prática dos cultos de origem afro-brasileira em Canoas/RS

Elsa Gonçalves Avancini[1]
Maria Cristina Caminha de Castilhos França[2]

Resumo: A comunicação propõe refletir sobre as estratégias de definição identitária e de diferenciação em grupos de religião de origem afrodescendente em Canoas /RS. A partir de um estudo histórico e etnográfico ainda em andamento, observaram-se os jogos de distinção entre grupos religiosos locais, suas práticas legitimadoras no campo religioso e as suas disputas pela hegemonia no espaço do sagrado local. A definição das identidades dos grupos religiosos em questão se dá através de tensões recorrentes e jogos interativos em que a auto-identidade se constrói diretamente na relação com o outro. O "batuque" nas práticas de Umbanda e de Nação aparece como expressão atribuída externa, de caráter muitas vezes pejorativo, mas assumida por líderes religiosos dos dois grupos com outros significados associados, ora como modelo de festa relacionada ao elemento musical dos cultos, ora como modelo de manifestação religiosa de matriz africana chamada de candomblé no resto do país. O conceito de tradição buscado nos cultos caboclos ou africanos aparece como estratégia legitimadora das práticas dos grupos, conferindo-lhes um "status de integridade" e garantia de sua preservação. Essas tradições fornecem aos participantes dos cultos modelos operados através de história míticas, ou reais, reinventadas, ressemantizadas e ressimbolizadas pelos atores sociais em presença no campo da disputa por hegemonia social.
Palavras-chave: identidade, religião afro-brasileira, conflito e legitimidade**.**

Abstract: The communication considers to reflect on the strategies of identitária definition and differentiation in groups of origin religion afrodescendents in Canoas /RS. From still in progress a historical and ethnographic study, the games of distinction between local religious groups, its practical legislators in the religious field and its disputes for the hegemony in the space of the sacred place had been observed. The definition of the identities of the religious groups in question if gives through recurrent tensions and interactive games where the auto-identity if constructs directly in the relation with the other. The "row" in the practical ones of Umbanda and Nação appears as expression attributed external, of character many times pejorative, but assumed for religious leaders of the two groups with other meanings associates, however as model of party related to the musical element of the cults, however as model of religious manifestation of African matrix called Candomblé in the remaining portion of the country. The concept of tradition searched in tribal origin or African cults appears as strategy legislator of practical of the groups, conferring to them "statuses of integrity" and guarantee of its preservation. These traditions supply to the participants of the cultured models operated through history mythical, or reals, (re)invented, (re)meants and (re) symbolized for the social actors in presence in the field of the dispute for social hegemony.
Keys words: identity, religion afro-brazilian, conflict and legitimacy.

Introdução

Este texto parte da análise de entrevistas realizadas com o senhor Noé André da Silva, Pai Noé de Oxalá, representante da AFROCAN em Canoas, e de outros dirigentes

[1] Doutora em História e Profª. de Graduação e Mestrado em Educação no Unilasalle.
[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS e Profª. de Graduação no Unilasalle.

religiosos de cultos de Umbanda e Nação na cidade de Canoas. Entre eles contamos o senhor Nelson Fernandes, dirigente do Centro Espírita de Umbanda Pai José de Aruanda, o senhor Jorge Lopes do Centro Espírita de Umbanda Pai Tomé, o senhor Ricardo Rangel da terreira Pai Ricardo de Ajagunã, Jussara de Oliveira Dorneles, da Mãe Jussara de Xapanã e o Babalorixá Liege de Ogum, cuja Terreira se situa na comunidade do quilombo da antiga Chácara das Rosas na cidade de Canoas.

Procuramos detectar neste texto o processo identitário desses grupos, registrando sua história local que, em muitos casos, remonta a uma ancestralidade de mais de cinqüenta anos. Analisamos nestas entrevistas o modo como esses grupos se autodenominam, como vêem as denominações que os outros lhes emprestam e como se situam no campo do sagrado na localidade frente a outros credos afro brasileiros ou não e como se legitimam publicamente.

Os títulos dos itens pinçados para análise foram retirados dos temas abordados pelos entrevistados e revelam aspectos cotidianos que nos fornecem os dados empíricos tratados como sinais/indícios a serem interpretados a luz dos conceitos de identidade por nós trabalhados. Mesmo falas entrecortadas e fragmentárias são tomadas para análise como cacos, ou rastros no dizer de Paul Ricoeur, que nos permitem situar e perceber a escultura de uma cultura e sociedade que imersas no dia a dia não conseguem ver os nexos mais amplos do cotidiano em que se inserem.

Batuque e preconceito

Pai Noé de Oxalá, presidente da associação das casas de religião afro de Canoas explicou como se deu a formação dessa associação, fornecendo dados sobre o número aproximado de terreiras e centros de culto, além de nos oferecer dados sobre suas práticas e a relação com o mundo religioso da cidade.

De acordo com Pai Noé de Oxalá a AFROCAN é uma organização que congrega as casas de cultos afro em Canoas, com a finalidade de orientar a regularização jurídica das terreiras e encaminhar suas reivindicações comuns junto ao poderes constituídos. Surgiu em 1996 por iniciativa do senhor Noé André da Silva, Pai Noé de Oxalá, que criou seus estatutos. Outros grupos da comunidade que já vinham se reunindo de forma independente com o mesmo objetivo, sabedores da existência legal da associação a ela aderiram após reunião conjunta com o Pai Noé. Atualmente a Associação tem entre 30 e 40 casas filiadas, mas pagantes mesmo são poucas, pois a maioria se inscreve também na AFROBRAS para onde canalizam seus recursos.

Pai Noé de Oxalá recorda como foi difícil o reconhecimento da Instituição em virtude dos preconceitos contra os Cultos de Nação ou Batuque: *"Somos chamados de batuqueiros e somos batuqueiros mesmo"*, assume, observando que seus cultos nem sequer são reconhecidos como religião pela constituição brasileira, onde "somos denominados como seita". E explica porque assume o termo batuqueiro:

> *"[...] porque fica melhor , batuqueiro, feitiço, aquela coisa. Então a gente vai fazer trabalho religioso, é como eu sempre digo, a gente não pode colocar pejorativo e chamar :"ô ceguinho!"aí, como se diz, o ceguinho é: - ô sr portador de deficiência visual cuidado com o buraco!"- Já caiu. Então se diz: -"ô ceguinho cuidado o buraco! Então a gente é batuqueiro e tem que assumir que é batuqueiro, né?!" (Pai Noé de Oxalá, 2006)*

Nessa fala Pai Noé de Oxalá faz uma analogia entre os termos "ceguinho" e "batuqueiro" como termos pejorativos exoatribuídos, como expressões que acabam colando por permitir uma comunicação mais rápida e eficaz no convívio social onde o grupo é não hegemônico. Isto fica perceptível quando justifica a expressão "ceguinho" como forma mais rápida de chamar a atenção do deficiente visual para não cair no buraco. A expressão nova além de composta, não é esperada pelo cego que não está habituado a esse tratamento técnico e provavelmente não a compreenderia a tempo de evitar o acidente. O termo ceguinho ou batuqueiro embora pejorativo é assumido como forma de incorporação dos padrões exoatribuidos em virtude da dominância estabelecida pelos grupos sociais hegemônicos dos portadores de eficiência visual e ou dos grupos de culto instituídos como religião. No caso dos grupos de culto hegemônicos estes se contrapõem aos demais, estigmatizando-os como "seitas" conforme destaca Pai Noé. Portanto o termo batuqueiro provem da enunciação daqueles que os classificam como seita e não os reconhecem como culto religioso em pé de igualdade social, como revela o ressentimento do depoente quando se refere ao tratamento constitucional do termo. Pai Noé de Oxalá rememora momentos históricos em que o preconceito aflora, provocando o medo dos próprios praticantes que passavam a cultuar em locais ermos ou em fundos de quintal:

> *"Quando era criança, achar uma casa de religião era difícil, tinha de ir pra Porto Alegre, no Partenon, onde as casas eram escondidas, situadas em chácaras, e não abriam, jamais dariam uma entrevista". Quando alguém perguntava onde elas se situavam, as pessoas respondiam rudemente:"Ah tu quer saber, vai procurar do teu jeito, te vira!", mas procediam assim por medo e preconceito (Pai Noé de Oxalá).*

Durante a recente ditadura militar o preconceito era explícito e se manifestava através da repressão e proibição dos cultos. Pai Noé de Oxalá recorda sua infância junto da mãe:"No tempo de ditadura , era proibida a religião, eu lembro que minha mãe saia pra fazer um despacho,

alguma coisa (...). A gente saia com medo, medo da Brigada, medo da guarda, tinha uma guarda, eles chegavam e batiam mesmo, batuqueiro apanhava, tem casos que "a polícia entrava a cavalo nas terreiras" (2006*)*.

Já em 2001 a luta foi contra Lei do Deputado Estadual Manoel Maria que proibia o corte de animais no uso cerimonial. Mas esta lei já foi modificada através de projeto do deputado Rubens Portilho, e permite essa atividade em âmbito privado.

Desse modo a identidade dos cultos de Nação como Batuque, em Canoas, é afirmada através de uma designação que vem de fora, e se expressa quando Pai Noé de Oxalá se refere ao fato de que os membros do culto são chamados em tom pejorativo de batuqueiros, mas que efetivamente ele se assume como tal: "*somos batuqueiros mesmo*. Registramos também essa mesma manifestação por parte do Sr Nelson Fernandes, dirigente do Centro Espírita de Umbanda Pai José de Aruanda em Canoas"(AVANCINI, FRANÇA e SIMÕES, 2005: 206).

Desse modo assistimos aí ao jogo de espelhos em que a definição do "eu" passa também pela atribuição do outro. A exo-identificação que é assumida como auto atribuição, ou seja como forma de apresentar-se aos demais através de um traço diferencial destacado pelo outro.

Parque de Oferendas

Segundo Prandi, o culto no candomblé realiza-se a partir do sacrifício de sangue animal, oferta de alimentos e vários ingredientes. Os animais abatidos nos sacrifícios votivos transformam-se em comida dos membros participantes do ritual, enquanto o sangue e certas partes do animal são oferecidos aos orixás. (PRANDI, 1995.p 16)

O representante canoense da AFROCAN, Pai Noé de Oxalá , engajado na africanidade e na luta pela livre manifestação dos cultos afro, apresenta uma proposta disciplinadora, no sentido da criação de espaços na cidade dedicados a colocação de oferendas Parque de Oferendas de modo a garantir a integridade do culto e ao mesmo tempo preservar a natureza através de ações ecologicamente corretas como a recolha de vasilhames e objetos não degradáveis após a realização da oferenda. Segundo nosso depoente "*sacrificar é sacralizar*" e que nesse sentido o ato da oferenda como ato de sacralização da natureza deve exigir os cuidados correlativos a sua preservação.

A vida nas cidades e o avanço processo de urbanização que tem se expandido até mesmo para o campo têm colocado para as terreiras questões novas relativas ao uso coletivo dos espaços públicos e ambientais. A consciência ecológica tem colocado para estes grupos a necessidade de refletir e rever suas práticas, justamente por colocar-se como uma religião que

se dedica ao culto da natureza num mundo onde ela está sendo vilipendiada. Segundo esses representantes do cultos afro-brasileiros os Orixás como representações das forças da natureza não poderiam estar alheios aos movimentos pela preservação do equilíbrio do planeta e as medidas de preservação ambiental das fontes aqüíferas e das matas seja nos logradouros rurais ou urbanos. O depoimento de Mãe Jussara de Xapanã aponta também nessa direção de forma enfática:

> *"Matar cabrito deixar nas esquinas, galo nas esquinas isso não se deixa. A gente faz sim trabalho com aves: ou seja, galo, galinha, mas isso é plantado, enterrado numa praia, é plantado no mato. ( ) Na porta do cemitério, isso não pode acontecer, ISSO NÃO PODE. Porque que é um órgão público, é onde vai muitas pessoas, então/ entendeu? ISSO NÃO PODE ACONTECER,? (...)Muita gente faz isso, aí eles generalizam, acham que é todo mundo a mesma coisa". (Mãe Jussara,2007- maiúsculas representam as ênfases de voz no depoimento)*

A fala de Mãe Jussara de Xapanã também se insere na mesma linha de preocupação ecológica de Pai Noé de Oxalá e outros Pais de Santo e chefes de terreiras entrevistados, o que demosntra o processo constante de mudança e adaptação do cultos à realidade social.

Esse conjunto de fatores leva-nos à reflexão de Clifford Geertz (2001:149) sobre a religião e a religiosidade no início do século XX a partir de uma perspectiva do autor William James. Sua concepção sobre o fenômeno era traduzida enquanto o "beliscão individual do destino", tal como o indivíduo o sentia. Ou seja, a religião era percebida como uma questão precisamente individual, vivenciada de forma particular e subjetiva de um "estado de fé" de modo a construí-la inflexível diante da coletividade. Os indivíduos eram detentores exclusivos sobre a escolha no que podiam acreditar. Geertz traz a transposição da concepção de religião e religiosidade para o final do séculoXX, concluindo que

> *"[...] no que gostamos de chamar de vida real, o "sentido", a "identidade", o "poder" e a "experiência" estão inextricavelmente emaranhados, implicando-se mutuamente, e é tão impossível fundamentar ou reduzir a "religião" a esta última, a "experiência", quanto a qualquer dos demais. Não é na solidão que se constrói a fé." (GEERTZ, 2001: 164)*

Nesse sentido a religiosidade aqui é produzida ou vivida individual e coletivamente pelos grupos praticantes em interação com outros grupos religiosos e com a comunidade em geral como se percebe nas falas a respeito de outros grupos religiosos e nas falas sobre as disposições constitucionais do país a respeito das classificações religião e seita. Os entrevistados se auto classificam como grupos religiosos e não como seita que vêem como uma subclassificação e, portanto, como desqualificação frente aos grupos religiosos cristãos historicamente constituídos no país como as Igrejas protestantes e católica.

O toque dos tambores e as leis do silêncio

Outra questão enfrentada pelas Terreiras tem sido a realização dos cultos de forma a não perturbar o sossego público com as batidas de tambores em horários de descanso.

> *"A maior reclamação é o barulho. Aqui em Canoas quem faz a fiscalização é o CEMPA, eles vêm com o medidor de decibéis, porque dentro da lei é permitido até 45 decibéis. Mas a igreja católica, sem querer comparar, quando faz uma novena usa o auto-falante. A Igreja universal coloca várias caixas de som". (Pai Noé de Oxalá, 2006).*

O toque dos tambores é uma temática muito referida no trabalho das casas de religião de origem afro sejam elas de Umbanda ou Batuque, por causa do "barulho". O barulho é a forma que os não iniciados, os leigos e vizinhanças se referem a linguagem do ritmo musical executado nos rituais sagrados como instrumento de articulação entre o céu e a terra, o mundo dos vivos – espíritos encarnados - e o mundo dos desencarnados –espíritos -. Os tambores chamam e anunciam a chegada dos orixás e entidades espirituais à terreira. Como salienta Pai Noé de Oxalá enquanto as casas de Nação tem todo o seu funcionamento regrado pela polícia com códigos de postura e normas bem determinadas, inclusive com a medida de 45 decibéis tolerada para o grau de som permitido durante os trabalhos, outras religiões e templos que também cantam, fazem festas com execução de som, não tem essa exigência, usando inclusive auto-falantes a todo volume nas suas festas.

Essa mesma temática foi registrada também na pesquisa junto aos Centros de Umbanda, onde alguns como a C.E.de Umbanda Pai José de Aruanda trocaram o tambor pela maracá num evidente esforço por se adaptar ao convívio de suas comunidades de bairro. (AVANCINI, FRANÇA e SIMÕES, 2005: p. 203)

Além dessas normas relativas ao som dos instrumentos durante o culto o representante da AFROCAN se refere também a outras como a obtenção de Alvarás de funcionamento sem as quais as casas de culto não podem funcionar. Com relação a isso questiona se a Igreja católica recebe esse mesmo tratamento no momento de abrir seus templos. Independente da resposta a esta questão percebe-se no discurso do religioso um ressentimento contra todas essas normas e controles que ele imputa à reminiscências da escravidão quando os cantos e cultos dos negros eram proibidos nas senzalas pelos senhores de escravos.

De outro lado do ponto de vista da religiosidade e da autenticidade dos cultos o líder das AFROCAN critica os efeitos da legislação na medida em que permite a qualquer um abrir casa de religião, mesmo sem ter preparo para isso, isto é sem ter sido iniciado por um Pai de Santo, que sempre deve ter recebido sua iniciação de outro Pai de santo. Isto pode

significar um desvirtuamento dos cultos que podem adquirir um aspecto puramente mercenário.

Nossos entrevistado sempre fizeram questão de declinar sua linhagem espiritual:

> *"A casa que eu fiz obrigação foi a do Pai de Santo José na Monte Castelo, também filho de santo do Noé, foi a primeira casa que eu fiz obrigação de nação. Por que filha de Umbanda eu era da minha mãe, mas tem muitos anos, já tem 26 anos que ela é morta então eu fiz Umbanda com ela e nação e quimbanda eu fiz na casa do Seu José. Depois eu vim pra minha casa, montei minha casa e tenho meus seguidores". (Mãe Jussara, 2007)*

Mãe Jussara também indica sua filiação e suas redefinições:

> *"Meu segmento é OIÓ, do Pai Noé é Jejá. Eu fui parida no Jejá também, mas meu segmento hoje de ODÉ IFA é OIÓ né:: fui parida só né, ou seja, só filha da Eva, mas fui adotada pelo um americano entendeu? Então meu segmento HOJE É OIÓ, (...) sou brasileira, to nos Estados Unidos mas sou brasileira, então fui parida no Jejê, mas hoje meu segmento hoje é de Oió."* (Mãe Jussara, 2007)

Pai Ricardo iniciado na Cabinda considera-se neto de Valdemar de Xangô, tendo mais tarde se filiado ao candomblé nagô-igbo através do professor e Babalorixá Pai Antonio dos Santos Penna , relata sua trajetória:

> *" Valdemar de Xangô deixou filhos, inclusive no Cabinda eu era descendente direto dele. Porque ele teve duas filhas que se destacaram, Palmira de Oxum e Madalena, eu sou neto de Palmira e bisneto de Valdemar. Aí depois eu saí do Cabinda e fui para (batuque jejê-oió) onde fui recebido pela que considero minha mãe, Gratulina de Xapanã Erubê" (Pai Ricardo de Ajagunã, 2007).*

Já Pai Noé se diz da Nação Gêge:

> *"Gêge porque quem me iniciô era de Gêge (..) É, e a minha linhagem veio assim se conservando pura, só Gêge Como no caso da Liege de Ogum. A Liege é cabinda, né, mas nós nos damos muito bem, a gente se integra bem, ela vem às minhas festas, eu vou às festas dela, ela é meu padrinho de religião, então se mescla até aí". (Pai Noé, 2007).*

O disciplinamento do culto

Atualmente para organizar uma Terreira, além do apronte espiritual do seu dirigente conforme os segredos da religião, a casa deve requerer junto a Prefeitura um Alvará de Existência, cuja licença de funcionamento está sujeita aos quesitos da lei tal com dependências com banheiro público e presença de extintores de incêndio. O respeito ao horário para o término dos rituais e festas até 12 horas é outra exigência de caráter público a que as Terreiras devem estar sujeita. A Associação orienta para que os filiados se adaptem a esses requisitos de modo a não sofrerem multas e constrangimentos.

A designação de lugares para colocação de oferendas é outra reivindicação organizativa tal como a designação de cruzeiros para colocação de oferendas como já existe no município de Esteio e tal como aparece no projeto do Parque das Oferendas em Canoas onde se espera a abertura de cruzeiros para se colocar as oferendas. "Já tem uma área

destinada pra gente, que é aqui no Paquetá... Eu quero pedir pra cercar e colocar uma iluminação, inclusive abrir com trator. Vai ser a princípio só para os associados, mas se não der vai ser aberto para comunidade religiosa".

Contudo o representante ressente-se de que apesar da destinação da área estar aprovada até o momento não houve nenhuma iniciativa oficial no sentido efetivá-la. Sua preocupação se dá no sentido de que essa iniciativa além de facilitar e preservar o culto facilitaria também a limpeza pública da cidade

> *"Por exemplo,a gente faz um despacho, então se leva um uma saco plástico, uma garrafa plástica e o resto é biodegradável que é milho, batata, carne, etc. Então a gente orienta para pegar os utensílios plásticos , não deixar ali e põr o lixo. Em são Leopoldo a prefeitura destinou quatro encruzilhadas para despacho, depois a limpeza pública vinha e recolhia". (Pai Noé de Oxalá, 2006)*

. Depoimento neste mesmo sentido pode ser encontrado na fala de outros dirigentes como o senhor Nelson Fernandes e outros entrevistados do Centro de Umbanda Pai José de Aruanda como Maria Inês Voigt (AVANCINI, FRANÇA e SIMÕES, 2005: p. 220). Isto demonstra uma preocupação ecológica associada ao culto dos Orixás e das forças da natureza explicitada tanto por representantes dos cultos de Nação quanto de Umbanda.

A Identidade do Batuque no Rio Grande do Sul

As casas de batuque são originalmente chamadas por seus seguidores de casas de Nação, denominação auto atribuída dos seguidores desses cultos por sua filiação à diferentes linhas, cujas origens étnicas estão na procedência africana diversa dos rituais seguidos no culto do Orixás, nome pelo qual se generalizou no Brasil o culto dos *inquices*, da linha Cabinda e culto dos *voduns* das casas de Tambor de Mina no Maranhão.

Pai Ricardo de Ajagunã um dos entrevistados situa seu culto como de candomblé nago-igbo e busca a origem de suas tradições na África, para onde sonha viajar em seguida.. Perguntamos para onde ele pretendia ir, na África, e ele respondeu prontamente: "Nigéria claro, eu também queria ver a cidade de Elégbo , que é o berço da minha nação Igbo. Nigéira entre o povo Igbo" (Pai Ricardo de Ajagunã,2007)

Com relação as origens do culto canoense Pai Noé de Oxalá busca suas referências em Pedro Custódio e no culto Yorubá de origem gê*je* ligado diretamente ao culto africano, evocado como matriz original depositária de autencidade, embora segundo Ari Oro as matrizes do culto riograndense sejam controversas tendo em vista que não há estudos suficientes a respeito da origem dos escravos gaúchos. Estes se constituiriam em geral de "escravos ladinos", ou seja indivíduos nascidos no Brasil, e africanos, aqui chegados após terem vivido em outras regiões brasileiras, como Bahia, Pernambuco, São Paulo, Santa

Catarina, e também africanos provenientes da Argentina e do Uruguai (ORO, 1994: 47). Donde se pode depreender que nossas tradições podem ter vindo tanto de influências vindas dos cultos sincretizados nessas regiões quanto de influência direta de escravos recém vindos da África no decorrer dos séculos XVIII e XIX

Segundo Pai Noé as nações vindas para Canoas são Jegê, Ijexá, Oió e Cabinda. Segundo ele as diferenças entre os cultos destas são mais de ordem prática, na forma de cultuar os Orixás, que são os mesmos para todas. O babalorixá busca as referências identitárias do batuque canoense diretamente nas tradições africanas onde busca sua legitimidade. Faz questão de afirmar a pureza de suas práticas distinguindo-se de cultos que misturem diferentes tradições ou cultos de Pretos velhos e caboclos como os praticados nada Umbanda.

Percebe-se na fala de Pai Noé que a vinculação com a tradição Yorubá e com Pedro Custódio está inserida num jogo de *interação social* em que seleciona características destinadas a distinguir os cultos de Nação (Batuque) de outros grupos religiosos, sejam de origem africana, sejam de outros credos recentes que disputam o espaço do sagrado na cidade de Canoas.

> *Não se pode pensar a tradição como um simples reservatório de idéias ou elementos culturais: ela é antes de tudo, um modelo de interação social. E por isso torna-se um dos principais instrumentos da construção da identidade, por meio da seleção de um número determinado de características que ajudam a estabelecer as fronteiras entre nós e os outros (CAPONE: ano: 257)*

Verificamos que efetivamente no processo das entrevistas os depoentes procuram durante toda a fala marcar as características do seu grupo de culto, demarcando suas diferenciações frente a outros grupos religiosos da cidade. Segundo Pai Noé de Oxalá o culto canoense seria mais a filiado ao culto Gêje de tradição sudanesa, embora pelos dados até agora apurados se tenha a população banto no Rio Grande do Sul como superior em número aos sudaneses (CORRÊA, 2006:47). Resta, contudo investigar como transcorreu o processo de surgimento dos cultos na cidade de Canoas para que se possa avaliar a estratégia de identidade presente na busca de filiação diretamente aos cultos africanos. Atualmente talvez estejam presentes também elementos de reafricanização recente como se pode depreender das falas de Pai Noé e Pai Ricardo com menção e desejo de viagens à Nigéria onde se percebe a busca de elementos de autencidade para seus cultos.

> *"Inclusive teve uma..., foi da AFROBRAS, uma delegação que foi até a África, foi até a Nigéria (...) onde as obrigações - lá na África eles conseguiram (ir) a festa, porque é muito fechado, muito restrito, conseguiram - (...), as obrigações são muito semelhantes às nossas aqui do sul." (Pai Noé de Oxalá,2006).*

Essa busca das origens do culto na África estão presentes também nas falas de Pai Ricardo que cita entre outras leituras a de Sheik Anta Diop, pai da histotiografia africana moderna, e sua tese sobre a africanidade egípcia:

> *O Egito, o que é o Egito? É a África, quem comandou o Egito (...), a Cleópatra, os Faraós não foram todos negros? (...) Quem conta é um estudioso chamado Sheik Anta Diop conhece ? Porque foi assim, pela desertificação do Saara, as tribos periféricas ( ) foram pelo Nilo e subiram o Nilo e foram se fixar na foz do Nilo ( ) foram se fixar lá onde é a foz do Nilo. Aí se fixaram, os negros que fugiram do deserto, aí durante 10 mil anos formou-se a civilização egípcia. (Pai Ricardo, 2007)*

Pierre Verger é citado com orgulho por Pai Ricardo de Ajagunã porque possui um exemplar autografado de sua obra em sua biblioteca. Isto demonstra a profundidade da busca do conhecimento da africanidade como elemento de legitimação dos cultos pelas origens negro-africanas. Independentemente da cor dos entrevistados, uma negra entre quatro Pais de santo brancos, a julgar pelo critério da cor da pele. Mãe Jussara declarou-nos que ao fundar sua casa tinha como propósito formar um grupo negro, mas que ao longo do tempo essa situação não se verificou, pois seu corpo de freqüentadores e médiuns é misto, composto tanto de brancos quanto de negros.

Contudo se mencionamos esse processo de busca de legitimidade na África, por outro lado Pai Ricardo menciona outro movimento inverso, em que os africanos também vem buscar formas de cultos aqui mais perpetuados do que lá, sugerindo um processo renovado de troca atlântica que vale a pena pesquisar:

> *"O deserto Saara pega tudo né, agora não existe mais a região africana, só existe islamizados, então isso é o nosso grande problema,(...),a África Negra, o Islã tomou conta, não existe mais região africana, eles estão vindo tudo pro Brasil, pra conhecer os Orixás, nós conservamos muito mais a religião africana do que na própria África, eles estão vindo." (Pai Ricardo de Ajagunã, 2007.)*

Provisoriamente podemos afirmar que a busca de legitimação dos grupos religiosos de matriz africana em Canoas se processa através da busca de organizações coletivas, associações que os representem junto à comunidade local e nacional, através do disciplinamento dos cultos colocando sua práticas dentro da lei no que tange aos horários de toque de instrumentos e a busca de locais adequados para colocação das oferendas tendo em vista a necessidade de manter o asseio público e ambiental, e também pela busca das raízes africanas seja na chamada tradição nagô ou quetu do culto yorubano dos orixás, seja diretamente da Àfrica através de visitas e relações de intercâmbio entre os dois lados do Atlântico. Contudo ainda não temos dados suficientes sobre o número de casas de religião e de religiosos seja de Umbanda, seja de Nação ou de Casas de culto misto para que possamos

avaliar com maior precisão as tendências aqui registradas. As análises feitas indicam algumas temáticas que só a continuidade da pesquisa poderá elucidar.

Referências bibliográficas:

AVANCINI, Elsa; FRANÇA, Maria Cristina C. de C. e SIMÕES, Rodrigo Lemos. Casa Espírita Pai José de Aruanda: a reordenação da memória histórica de uma comunidade umbandista do município de Canoas/RS. In: "Diálogo" nº 8. Canoas: Centro Universitário La Salle, 2005.

CAPONE, Stefania. *A busca da África no candomblé*. Tradição e poder no Brasil. \rio de Janeiro: Contra Capa/Pallas, 2004

CORREIA, Norton F. O Batuque no Rio Grande do Sul. Antropologia de uma Religião Afro-brasileira. 2ªed. São Luis/MA: Cultura e Arte, 2006

GEERTZ, Clifford. Nova Luz sobre a Antropologia. Tradução Vera Ribeiro. RJ: Jorge Zahar, 2001.

LIMA. Fábio. Candomblé na encruzilhada da tradição e da modernidade. CEAO http://www.google.com/search?q=cache:8tQELie_MPYJ:www.ceao.ufba.br/fabrica/prog8-material.htm+Candombl%C3%A9+F%C3%A1bio+Lima&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1

OLIVEN, Ruben George. A Invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: *Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade*. Ilka Boaventura Leite (Org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996

ORO, Ari Pedro (org).As religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. P.Alegre/RS: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994

PRANDI, Reginaldo. Deuses africanos no Brasil contemporâneo: introdução sociológica ao Candomblé de hoje. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre: PPGAS/UFRGS: 1995, ano 1. nº 3, pp.10-30.

____ Segredos guardados. Orixás na Ama Brasileira. São Paulo: Companhia de Letras,2005

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As escolas rurais na *Reforma Francisco Campos* (Minas Gerais – Década de 1920)

Larissa Assis Pinho[1]

Resumo: A década de 1920 constituiu-se um período importante na reestruturação do Ensino no Estado de Minas Gerais. As mudanças advindas da modernidade intervieram na relação que a população estabelecia com o espaço. Há, então, um aumento crescente da migração das populações rurais para o espaço urbano. A educação foi tomada como uma estratégia de fixação da população rural no campo. Em 1927, o Governo promulga a *Reforma Francisco Campos*, que pretendeu instituir os pressupostos da "Escola Nova", em um discurso de uma escola renovada. Assim, este trabalho pretendeu analisar a conformação das escolas rurais a partir do texto da *Reforma*. Percebe-se uma especificidade em relação ao programa de disciplinas e à organização escolar das escolas rurais ao compará-la aos grupos escolares.
Palavras-chave: História da Educação - Educação rural - *Reforma Francisco Campos*

Abstract: The decade of 1920 consisted an important period in the reorganization of Education in the State of Minas Gerais. The happened changes of modernity had intervined in the relation that the population established with the space. It has, then, a increase in the migration of the agricultural populations for the urban space. The education was taken as a strategy of setting of the agricultural population in the field. In 1927, the Government promulgates the *Reforma Francisco Campos*, that it intended to institute the estimated ones of the "Escola Nova". This work intended to analyze the conformation of the agricultural schools from the text of the *Reforma*. It is perceived a differentiation of the agricultural schools when comparing to school groups in relation to the program of disciplines and to the school organization.
Keywords: History of Education - Agricultural school – *Reforma Francisco Campos*

O prefácio do livro "Pedagogia do Movimento Sem Terra" foi o ponto de partida para pensar a constituição desta pesquisa:

> *Lembro-me de que, pesquisando as reformas educacionais dos anos 20, me deparei com um discurso do então governador de Minas Gerais, que defendia a urgência da renovação dos currículos e dos métodos de ensino nas escolas das cidades mineiras. Entretanto, pensando nos trabalhadores (as) do campo, afirmava: 'para o cultivo da terra, para mexer com a enxada e para cuidar do gado não são necessárias muitas letras...'.(ARROYO, 2004: 7).*

[1]Mestranda - Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais

Recorri, então, à legislação educacional de Minas Gerais da década de 1920 com o intuito de compreender o funcionamento de escolas para as populações rurais. Segundo o Regulamento da Reforma de 1924,

> *Art. 118. As escolas primarias são classificadas em:*
> *1º rurais, nocturnas e ambulantes, com o curso de dous annos;*
> *2º districtaes e urbanas singulares, com o de três annos;*
> *3º urbanas reunidas e grupos escolares, com o de quatro annos.*
> *Parágrafo unico. Consideram-se urbanas as escolas localizadas na sede do município ou prefeitura; districtaes, nas sedes dos demais districtos; rurais, fora destas ultimas. (MINAS GERAIS, 1924: 249)*

Enfim, a questão motivadora foi: como era o funcionamento das escolas rurais mineiras no início do século XX? O que definia uma escola rural, o meio no qual ela se localizava ou os seus conteúdos ministrados?

Realizar uma pesquisa que aborde a história da educação rural em Minas Gerais não foi uma tarefa fácil. A escassez de trabalhos que tratem sobre o tema foi um dos maiores desafios. Dessa forma, me apoiei nas produções bibliográficas da História da Educação e da História Cultural na constituição do campo teórico-metodológico desta pesquisa.

Com o advento da República, a educação foi tomada como condição essencial para o desenvolvimento da população. Através dela, pretendia-se transformar a massa de analfabetos em sujeitos civilizados, trabalhadores, responsáveis pela "ordem e progresso" do Estado e do País (FARIA FILHO, 1996). Este período foi

> *historicamente marcado pelas mudanças advindas da modernidade social, que intervieram na estrutura social de forma geral e tiveram, na década de 1920, a configuração de um importante momento na transição do país agrário para um país urbano-industrial, compondo uma significativa alteração da vida moderna. (CHAVES, 2002: 24).*

A busca por um país moderno influenciou as relações que a sociedade brasileira estabelecia com o espaço. Os valores associados à modernidade relacionavam-se com a constituição da vida social no espaço urbano. Segundo Gouvêa (2004: 179) "aos termos rural e urbano associa-se uma série de significantes que se deslocam em torno da oposição entre modernização e tradição, ruptura e continuidade [...]".

Vê-se, então, um crescente aumento da migração de populações da zona rural para a cidade. Para a elite urbana, este quadro migratório poderia caracterizar uma ameaça à pretendida estabilidade social. Assim, a educação poderia ser o meio de conter este processo de migração (BARREIRO, 1989: 90). Surge, então, na década de 1920 um movimento

nacional, denominado "ruralismo pedagógico", no qual a escola deveria valorizar a vida e os valores do meio rural.

Em Minas Gerais, a década de 1920, principalmente, a segunda metade, caracterizou-se pelo discurso da inserção de uma educação renovada no Estado. Seria necessário revisar o sistema educacional mineiro, oferecendo à população maior oportunidade de acesso e melhoria da qualidade do ensino. As Reformas do Ensino Primário e Normal de 1927/28[2] foram, assim, importantes estratégias para a reestruturação da Instrução Pública no Estado. Conhecida como *Reforma Francisco Campos,* ela caracterizou-se, principalmente, por abordar um conjunto de princípios da chamada "Escola Nova", que pretendia alterar o modelo de "escola tradicional", empregando diferentes práticas e saberes escolares.

Com o aumento do número de escolas e do número de alunos, a escola recebia crianças das mais diversas condições. Seria necessário, então, compreender cada criança com as suas condições individuais de desenvolvimento. Há um aumento crescente nos estudos referentes à biologia e à psicologia da infância.

Estes princípios se alargaram, relacionando-se também "com outros muito numerosos, relativos às funções da escola em face de novas exigências, derivadas de mudanças da vida social" (LOURENÇO FILHO, 1978: 17). Segundo o texto da Reforma, a escola deveria ser o lugar de continuidade da vida social, onde os ideais e os interesses da sociedade seriam tratados de forma sistematizada, educando as crianças e trazendo para dentro da escola, os pais, a família, a comunidade.

Além disso, a escola como um meio civilizador, deveria proporcionar um desenvolvimento físico, mental e moral da criança, preparando-a para "viver na sociedade a que pertence e a comprehender a sua participação na mesma", transformando a escola de "uma classe sem sociabilidade numa sociedade em miniatura" (MINAS GERAES, 1927: 1128).

Se a escola deveria se adequar às condições do seu meio e às transições dos modos de vida social, como deveriam se constituir as escolas rurais em face às novas exigências da vida moderna? Já que a *Reforma Francisco Campos* vem instituir este ideal de escola renovada, como foi abordada as escolas rurais no seu Regulamento e no seu Programa?

Esta pesquisa pretendeu, então, investigar, analisar e compreender a conformação das escolas rurais mineiras, a partir do Regulamento e do Programa da Reforma do Ensino

[2] A Reforma que regulamentou o Ensino Primário foi promovida em 15/10/1927 através do Decreto nº. 7970 A. Já a Reforma que aprovou o Regulamento do Ensino nas Escolas Normais foi promulgada em 20/01/1928 pelo Decreto nº. 8162. Nesta pesquisa, interessou-me analisar a Reforma do Ensino Primário (1927).

Primário de 1927. Para tanto, utilizei como fontes: os artigos da *Revista do Ensino* de Minas Gerais; as teses defendidas no Primeiro Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte, maio de 1927); e o próprio Regulamento e Programa da Reforma do Ensino.

O Primeiro Congresso de Instrução Pública tinha o objetivo de "estudar e discutir todos os assumptos altinentes ao ensino primário", sendo o intuito do Governo "aproveitar as contribuições do Congresso para a obra da reforma que [tinha] em vista e [que pretendia] realizar o mais breve possível"[3]. Dessa forma, o Governo organizou o Congresso com a pretensão de servir de referencial para a elaboração da Reforma do Ensino de 1927.

A partir da análise de artigos publicados na *Revista do Ensino* e no *Jornal Minas Gerais* foi possível compreender a organização e a realização do evento. As teses (trabalhos) apresentadas no Congresso eram discutidas a partir de Comissões. Não houve uma tese específica sobre o ensino rural, ou sobre as outras categorias de escolas. Houve sim uma ampla discussão sobre possíveis diferenciações da organização escolar de acordo com as categorias de escolas.

Na tese, "Que matérias devem ser ensinadas em cada categoria de escolas?"[4], os relatores defendem que deveria haver um programa específico para as diferentes classificações de escolas, sendo que para as:

> *escolas ruraes, coloniaes e nocturnas, devem ser ensinadas as seguintes disciplinas: leitura, escrita, língua pátria, arithmetica, apenas as 4 operações de inteiros e decimais e systema métrico, noções elementares de geographia e historia do Brasil, ensinada esta disciplina pelas datas nacionaes e estaduaes.*

Porém, o Programa do Ensino promulgado na Reforma instrui o professor das escolas isoladas urbanas, distritais e rurais a utilizarem as mesmas disciplinas destinadas aos grupos escolares com diferenciação na quantidade de matérias ensinadas. Ou seja, deveria haver uma "simplificação dos programmas das demais disciplinas [exceto Leitura, Língua Pátria e Aritmética], principalmente nas escolas ruraes e districtaes, e urbanas isoladas".

Havia também uma diferenciação entre as escolas rurais e os grupos escolares na organização das salas de aula. Nas escolas rurais, as classes eram multiseriadas e a freqüência era bastante inconstante, já que muitos alunos trabalhavam com a família na colheita. A duração do ensino primário também era diferenciada: nas escolas rurais era de três anos, enquanto nos grupos escolares era de quatro anos.

---

[3] REVISTA DO ENSINO, nº 20, abr. 1927: 418.
[4] JORNAL MINAS GERAIS, 16 e 17 de maio de 1927: 12.

Em muitos municípios, as escolas rurais funcionavam de forma muito precária, com salas de aula e com equipamentos não apropriados. Em entrevista a Fortes (1994: 84), uma professora de escola rural descreve que em sua sala "eram mais de quarenta crianças. Não tinha 'casa de escola'[5], eu dava aula na Igreja, eles [os alunos] levavam uma tabuinha para escrever e colocavam no joelho. Era muito sem conforto".

Haviam escolas administradas pelo Estado, pelo Município e por particulares, geralmente, fazendeiros que instalavam escolas no interior de suas propriedades com o objetivo de garantir os estudos dos seus filhos, sendo ampliado à freqüência dos filhos dos empregados.

Se o objetivo do Estado era ampliar o acesso da população à educação, seria necessário fazê-lo chegar à população rural, já que neste período a maioria da população mineira vivia no campo. Porém, o que se percebe era uma forte influência dos políticos locais, restringindo o Estado ao papel de regulamentação do ensino, a partir das Reformas, e controle e fiscalização das escolas, através dos inspetores e assistentes técnicos do ensino.

A fragilidade de comunicação entre as escolas rurais e o Estado era dificultada também pelos meios de transportes. Em artigo[6] publicado na *Revista do Ensino,* o autor defende uma ampliação do sistema de estradas de rodagem como uma forma de desenvolvimento da educação rural, de aproximamação tanto a população à escola, quanto o corpo docente à escola.

A *Revista do Ensino* foi um periódico que circulou em Minas Gerais de 1925 a 1971[7], constituindo-se, dentre outros, como um dispositivo do Estado na formação do professorado. Através da *Revista* pretendia-se "orientar, estimular e informar os funccionarios do ensino e os particulares interessados em assumptos com este relacionados"[8]. A *Revista* constituía-se assim como uma "instituição mediadora" entre os professores e a Diretoria de Instrução Pública, coordenando "um movimento de mudanças na cultura pedagógica do professorado" (BICCAS, 2000: 77).

---

[5] A "casa de escola" era um lugar provisoriamente ocupado, alguma casa abandonada ou local cedido para o funcionamento das escolas rurais até a construção de um prédio próprio.
[6] SILVESTRE, Honório. *As estradas de rodagem e a distribuição do ensino primario ás classes ruraes.* Revista do Ensino, nº 23, out. 1927: 532.
[7] Cf Souza, 2001: 14.
[8] MINAS GERAES, 1924: 333-334 (Art. 479).

Apesar da *Revista* ser um importante meio de comunicação entre o Estado e o professorado, há poucos artigos referentes ao ensino rural publicados no período pesquisado, 1925 a 1927. Dentre as 24 edições da *Revista* publicadas neste período, aparecem quatro artigos (Quadro 1) que abordam especificamente o ensino rural.

QUADRO 1: Artigos da *Revista do Ensino* dedicados ao Ensino Rural (1925-1927)

ANO	NÚMERO	MÊS	ARTIGOS
1925	2	Abril	- O methodo "Montessori" e uma escola rural - Adaptação da escola ao meio e ao fim do desenvolvimento technico-econômico.
	3	Maio	- O Cinematographo Rural
1927	23	Outubro	- As estradas de rodagem e a distribuição do ensino primário ás classes ruraes.

O artigo "Adaptação da escola ao meio e ao fim do desenvolvimento technico-econômico"[9] aborda uma discussão interessante. Defende que as escolas deveriam se adaptar às condições e valorizar o meio no qual elas se localizam. Assim, uma escola rural "deve tender a desenvolver as aptidões dirigidas para o cultivo da terra [...]".

Esta questão parece afirmar o "ruralismo pedagógico", no qual a escola deveria valorizar os modos simples de vida da população rural e desenvolver um "sentido rural da civilização brasileira" (PAIVA, 1973: 127). Porém, para desenvolver este ideal seria necessário adaptar os programas e os currículos ao meio e às práticas culturais locais.

Há, inclusive, no Primeiro Congresso de Instrução uma tese, "Quaes os objectivos geraes da escola primária? Quaes os seus valores, actividades e ideaes?"[10], na qual o sr. Júlio de Oliveira, um congressista, defende a importância de uma escola "prática e utilitária" que valorize a agricultura, a mineração, as riquezas naturais, como um meio de desenvolvimento do país. Ele defende, ainda, que a "escola combata o urbanismo", adaptando todo o seu currículo ao conhecimento rural. Segundo o congressista, toda escola primária deveria utilizar a "cultura da terra" para formar o cidadão desenvolvido e para a "definitiva emancipação financeira do Brasil". Apesar da longa exposição do congressista, a Comissão aprovou outras conclusões, que nada tinham a ver com o foi exposto por ele.

[9] REVISTA DO ENSINO, nº 2, abr. 1925: 43.
[10] JORNAL MINAS GERAIS, 16 e 17 de maio de 1927: 10.

A pesquisa ora encerrada pretendeu, então, investigar e compreender a conformação das escolas rurais mineiras, a partir do Regulamento e do Programa da Reforma do Ensino Primário de 1927.

Tal como anunciado no início do trabalho, a década de 1920 constitui um período importante no âmbito educacional. Pelos princípios da "Escola Nova", a escola deveria ser uma continuidade da vida social, no qual os programa de ensino deveriam se adaptar às condições do meio social. Porém, o que se percebe no Programa da Reforma das escolas rurais foi uma simplificação em relação aos Programas dos grupos escolares, com ênfase nos conteúdos elementares: ler, escrever e contar.

Já em relação à organização escolar, as escolas rurais diferenciavam-se das outras categorias de escolas. Em alguns casos, essa especificidade das escolas rurais era tratada pelo Regulamento, tais como: a diferenciação nos conteúdos, a multiseriação e a duração do ensino primário. Porém, havia uma outra diferenciação referente à precariedade na qual funcionavam algumas escolas rurais: a improvisação do espaço e dos materiais escolares, a dificuldade de contato entre a escola e o Estado e a falta de apoio didático e pessoal às professoras.

Outras tantas questões surgiram no decorrer da pesquisa, e ainda necessitam ser melhor exploradas: como as propostas da *Reforma* foram recebidas pela comunidade escolar? Quem era o corpo docente das escolas rurais e qual era sua formação? E os alunos, havia uma continuidade do ensino primário?

São todas questões que constituir-se-iam em uma possibilidade de investigação, contribuindo para os estudos da História da Educação, mais especificamente, para a história da educação rural em Minas Gerais e para as questões referentes à educação e ao campo.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel. Prefácio. In CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*: escola e mais do que escola. Petropolis: Vozes, 2004, p. 7-16.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. *Educação rural capitalista*: a contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural. Campinas/SP, 1989. 288f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História:* da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

BICCAS, Maurilane Souza; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a *Revista do Ensino.* In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs). *Biblioteca e formação docente:* percursos de leitura (1902-1935). Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica. 2000. Cap. 3, p. 63-91.

CHAVES, Elisangela. *A escolarização da dança em Minas Gerais* (1925-1937). 2003. 146 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios:* cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república. Passo fundo: UPF, 1996.

FORTES, Maria de Fátima Ansaloni. *Escola Rural Mineira:* observações produzidas a partir de depoimentos de antigas professoras. Educação e Revista, nº 18/19, Belo Horioznte, p. 80-92, dez. 1993/jun.1994.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *O mundo da criança:* a construção do infantil na literatura brasileira. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2004.

JORNAL MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, maio de 1927.

LOURENCO FILHO, M. B. *Introducao ao estudo da escola nova*: bases sistemas e diretrizes da pedagogia contemporanea. 12 ed.. Sao Paulo: Melhoramentos, 1978. 271p.

MINAS GERAES. Decreto nº. 6655, de 19 agosto de 1924. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1924.

MINAS GERAES. Decreto nº. 7970A – 15 de out. 1927. Aprova o Regulamento do Ensino Primário. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

MINAS GERAES. Decreto nº. 8094 - 22 de out. 1927. Aprova os Programas do Ensino Primário. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

MINEIRO, Emílio (org). *Vida Escolar em Minas* Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1926.

NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas. *Historiografia da Educação e fontes*. Cadernos Anped, nº 5, Porto Alegre (RS), p. 7-64, set. 1993.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos:* contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

PATARRA, Neide L. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: o período pós 30. In: FAUSTO, Boris (org). *O Brasil Republicano*: economia e cultura (1930-1964). Tomo 3, Vol 4. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 249-268.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A Reforma educacional Francisco Campos* – Minas Gerais, Governo Presidente Antonio Carlos. Belo Horizonte/MG. 1981. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais.* Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2003.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. *Representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. 2004. 210 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

REVISTA DO ENSINO*,* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, nº 1 a 24, 1925-1927.

SOUZA, Rita de Cássia de; *Sujeitos da educação e praticas disciplinares*: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930). 2001. 355 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. In LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000, p. 497-517.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Através do espelho: identidades políticas de rebeldes e legalistas na Sabinada (Bahia, 1837-38).

Juliana Serzedello Crespim Lopes[1]

Resumo: Este trabalho propõe a investigação das identidades políticas envolvidas na revolta liberal conhecida como Sabinada (Bahia, 1837-1838). A análise basear-se-á na documentação produzida pelos próprios envolvidos e também nas fontes referentes à repressão do movimento, de modo que se ofereça um panorama comparativo entre a auto-identificação dos rebeldes e a identificação destes pelos seus adversários. A investigação proposta se insere no amplo debate a respeito da formação da identidade nacional brasileira, dada a partir do reordenamento das múltiplas identidades engendradas no processo de formação e desagregação do Império Português na América.
Palavras chave: identidade – nação – federalismo

Abstract: This paper proposes to investigate the political identities involved in the liberal rebellion called Sabinada (Bahia, 1837-1838). The identities of the rebels as seen by themselves and by their opponents will be compared. The analysis will be based on the documentation produced by the people involved in it and also by the sources regarding the repression of it. The proposed investigation becomes part of a broad debate concerning the Brazilian national identity, given after the rearrangement of multiple identities generated in the formation processes and the disintegration of the Portuguese Empire in America.
Key Words: identity, nation, federalism

O objetivo deste trabalho é verificar quais as nuances da politização de rebeldes e legalistas envolvidos na Sabinada, revolta de caráter liberal ocorrida em Salvador entre os meses de novembro de 1837 e março de 1838. Vale, de início, uma breve apresentação do horizonte factual sobre o qual a investigação está sendo feita.

A 6 de novembro de 1837, rebeldes civis e militares se dirigiram ao Forte de São Pedro, onde se articulou o levante. No dia seguinte, os rebeldes saíram do Forte e marcharam até a Câmara Municipal, onde anunciaram as primeiras medidas revolucionárias entre elas, a declaração de independência da província através de uma ata. Em resposta, o governo legal estabeleceu-se no Recôncavo, onde pôde contar com o auxílio dos senhores de engenho na articulação da reação. A estratégia escolhida para debelar o movimento conhecido como Sabinada em razão de ser liderado por Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira foi a mesma

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH-USP. Esta pesquisa conta com financiamento da FAPESP.

utilizada para expulsar as tropas portuguesas na guerra de Independência: o cerco de Salvador por terra e por mar, impedindo o abastecimento da capital e visando conter a expansão da revolta para outras partes da província. Minando aos poucos a resistência dos rebeldes, a reação fortificava suas tropas e aguardava o momento de atacar sem riscos de derrota, o que ocorreu em 15 de março de 1838, quando os últimos rebeldes foram acuados no Forte de São Pedro, onde a revolta começara.

A Sabinada produziu documentos de diversas naturezas, tanto entre os rebeldes no comando da cidade, como entre os legalistas instalados no Recôncavo. Para este artigo selecionou-se dois conjuntos de fontes. O primeiro deles é a coleção *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia: A Revolução de 7 de novembro de* 1837 PAEBa, que contém um grande conjunto de documentos reunidos junto aos arquivos públicos e particulares do país. Além disso, foram analisadas folhas da imprensa rebelde da Bahia, que se encontram digitalizadas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

A revolta baiana de 1837 tem sido considerada como o ápice de um ciclo iniciado com a chamada "Revolta dos Alfaiates". Segundo Souza, é possível "ver na conspiração de 1798 o primeiro movimento antecessor da Sabinada (...). Ela foi a expressão última do descompasso entre os ideais de renovação política ludibriados pela Independência – e as forças mantenedoras da velha ordem" (SOUZA, 1987: 188). É importante, contudo, questionar em que sentido a revolta de 1837 estaria vinculada ao mesmo processo histórico dos levantes federalistas e conflitos sociais que lhe antecedem. O acúmulo de experiência política ao longo dos anos pelos sujeitos históricos não pode ser visto como uma forma de repetição, ao longo do tempo e naquele espaço, de uma mesma batalha entre os mesmos protagonistas. Em suma, considerar as revoltas baianas ocorridas a partir de 1798 como movimentos antecessores da Sabinada é fazer uma espécie de tábula rasa das muitas transformações históricas ocorridas nestes quarenta anos, seja no âmbito provincial, seja no âmbito imperial.

Para melhor compreender a polaridade rebeldes-legalistas, é fundamental analisar o contexto político em que o embate se deu. O período regencial tem sido interpretado de diferentes formas pela historiografia. Autores como José Murilo de Carvalho e Ilmar de Mattos apontaram para a progressiva implantação de um projeto centralizador, empreendido por elites sediadas na Corte do Rio de Janeiro. Miriam Dolhnikoff, por outro lado, destacou a manutenção das principais reformas descentralizadoras promovidas no início da década de 1830. Segundo esta autora, houve ao longo da Regência um processo de acomodação político-institucional das principais demandas por autonomia provincial, através de um pacto de tipo federativo entre as elites provinciais e o centro político do Império (CARVALHO, 1996; MATTOS,

1987; DOLHNIKOFF, 2005). Pretende-se, a seguir, compreender de que maneira os rebeldes envolvidos na Sabinada analisavam e se contrapunham ao processo político do Império brasileiro durante o período regencial.

No texto que segue, procurar-se-á esboçar a riqueza de identidades políticas manifestas pelos contemporâneos da Sabinada. Será realizado um panorama bilateral da questão, no qual se pretende compreender como rebeldes e legalistas construíram sua própria imagem e a de seus oponentes.

O discurso construído pelos defensores da ordem político-institucional estabelecida para qualificar os rebeldes não foi o mesmo ao longo de toda a Sabinada, nem tampouco após o fim da revolta.

Antes de tomada a cidade a 7 de novembro de 1837, o governo provincial já tinha notícias da articulação rebelde. Três dias antes, em proclamação dirigida ao povo baiano, o presidente da província, Francisco de Souza Paraíso, afirmou a "existência nesta Província de um partido desorganizador, que simpatizando com os sentimentos dos que têm infelizmente sujeitado as Províncias do Pará e Rio Grande do Sul às desgraças que não ignorais, tenta a separação desta" (PAEBa, vol. 2: 56).

Interessa notar neste excerto que o presidente da província afirma que as motivações dos rebeldes baianos eram semelhantes às dos rebeldes da Cabanagem, no Pará, e da Farroupilha, no Rio Grande do Sul. O movimento é tido, antes mesmo de sua primeira ação efetiva, como essencialmente civil e separatista. Entretanto, observa-se na documentação que passa a existir uma intenção deliberada da organização legalista em mudar a qualificação dos rebeldes. Esta iniciativa parece ter partido do chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins, sabedor da existência de *clubs* revolucionários civis antes da tomada da cidade. Martins insistia junto ao presidente da província que o movimento rebelde deveria ser qualificado como uma sublevação de tropas. Esta recomendação pode ser comprovada na correspondência trocada entre Martins e Paraíso, no dia seguinte à tomada da capital. Após detalhar as primeiras medidas a ser tomadas para a organização do governo legal, Martins acrescenta, em *post scriptum*: "advirto que as proclamações devem sempre dizer que foi uma revolta militar" (PAEBa, vol.2: 284). Uma hipótese para explicar esta intenção em classificar a revolta como essencialmente militar pode ser o esforço em torná-la corriqueira, colocando-a no mesmo rol das já conhecidas sublevações de tropas, comuns na década de 1830. Além disso, seria mais interessante ao próprio Martins atribuir o início da revolta a uma ação circunscrita ao meio militar, obscurecendo a ação rebelde organizada anterior – da qual o

chefe de polícia tinha pleno conhecimento e contra a qual não tomou nenhuma medida efetiva, como comprova o seu próprio relato dos acontecimentos (PAEBa, vol.2: 225-260).

Os legalistas tinham também a intenção de desqualificar a Sabinada a partir da associação dos rebeldes aos setores mais pobres e marginalizados da população. Ao receber denúncias de que um movimento rebelde estava sendo tramado, o próprio presidente da província, Francisco de Souza Paraíso, pensou serem inofensivos os grupos que se mobilizavam contra o governo (PAEBa, vol.2:381). O sucesso dos rebeldes em tomar o governo da cidade a 7 de novembro de 1837 demonstrou o quão enganado estava Paraíso. Os sabinos não eram pessoas sem crédito, riqueza, nem tampouco homens de pouca ciência, conforme se verá adiante. Ao qualificar desta forma os revoltosos, Paraíso visava justificar sua incompetência de reprimi-los em tempo de evitar a tomada da capital.

A ótica sobre os rebeldes, entretanto, foi transformada na ocasião de sua repressão. A partir de então, a Sabinada passou a ser qualificada como movimento essencialmente popular. Na Corte, o Deputado Moura Magalhães afirmou, em discurso de maio de 1838, que "os indivíduos entrados na revolução da Bahia eram os mais aptos para efetuá-la: isto é, gente muito ordinária e sem prestígio algum" (PAEBA, vol2:123). Os condenados ao degredo em Fernando de Noronha são desta forma descritos: "no mais deplorável estado de moléstia, fome e nudez, muitos dentre eles são de todo incapazes de serviço, por adiantada velhice, e aleijões, e admira que tal gente pudesse causar o mínimo receio" (PAEBa, vol.3:418).

Seriam estes esfarrapados os articuladores de um movimento que tomou o governo de Salvador por quatro meses? Seriam eles os responsáveis pela sedução das tropas da cidade e pela elaboração de conceitos políticos sofisticados como os expressos nas atas revolucionárias? Provavelmente não. Antes é possível afirmar que a repressão privilegiou a condenação dos grupos mais pobres e com menos condições de defesa, conferindo à restauração um importante caráter didático.

Até aqui foi possível observar que o discurso acerca dos rebeldes transformava-se ao sabor das necessidades dos legalistas. Quando era preciso evitar o início da revolta tratava-se apenas de boatos, originados entre pessoas sem nenhum prestígio social. Depois, iniciada a Sabinada, seus autores passaram a ser qualificados como perversos sedutores da tropa, comprometidos com o separatismo e a traição ao trono, ainda que o governo sabino afirmasse o contrário. A tropa foi, após o final do movimento, responsabilizada por todo o seu devir. A população pobre, tida por indiferente no início da revolta, foi preferencialmente condenada por fazer parte dela, ao seu final. Tudo isso sugere que os legalistas evitaram afirmar a origem

civil, média e letrada dos articuladores da Sabinada, bem como enfraquecer suas reivindicações políticas, apresentando-a como um movimento essencialmente militar, por um lado, coadjuvado pela população mais baixa da cidade, por outro.

Os expoentes da reação legalista se articularam, principalmente, em torno da defesa de suas propriedades. Como forma de atrair a colaboração dos senhores de engenho do Recôncavo, o governo utilizou-se do forte argumento de que o restabelecimento da ordem era condição fundamental para a manutenção de suas vidas e propriedades. Os proprietários locais ofereceram todo tipo de reforço às tropas legalistas, seja em homens, seja em armas, munições "de guerra e de boca", transportes e muitos outros, confirmados pela correspondência do presidente da província. Sem a politização da identidade proprietária, a reação organizada a partir do Recôncavo, incluindo o cerco da capital por terra e por mar, não teria sido possível.

Ao colaborar com as forças legalistas, os proprietários do Recôncavo não visavam apenas o restabelecimento da ordem. Era fundamental também a utilização deste gesto como moeda de negociação junto ao Império, seja na obtenção de títulos, cargos ou outras vantagens posteriormente à Sabinada. Isso pode ser observado no grande interesse com que estes colaboradores registravam seus gestos patrióticos. Após o fim da Sabinada, listas nomeavam os colaboradores legalistas assim como detalhavam a contribuição de cada um, para que a mercê recebida do governo correspondesse à altura do seu gesto.

Esta luta se compunha de importantes elementos ideológicos que conferiam unidade ao discurso e às práticas legalistas. Entre os defensores da ordem havia uma identificação com Portugal como mãe-pátria, exaltando-a como fonte de civilização. O discurso legalista procurava reabilitar a imagem dos colonizadores portugueses. No relato do comandante das armas, Luiz da França Pinto Garcez, a Bahia é chamada de "primogênita de Cabral" (PAEBa, vol.2:301-320). A defesa do trono de Pedro II representaria a continuidade da civilização européia.

Sob os vivas ao jovem imperador e à Constituição, os legalistas traziam demandas políticas importantes, que compunham sua identidade e os punha em confronto com os rebeldes: a defesa de suas propriedades era um objetivo imediato. A possibilidade de auferir benefícios junto ao centro de poder era o horizonte de futuro. A preservação da tradição colonial portuguesa, ou seja, da civilização européia em terras americanas, era o esteio de seu passado.

O discurso político rebelde pode ser apreendido em sua maior radicalidade através da análise das folhas e jornais que circulavam em Salvador às vésperas e durante o desenrolar da Sabinada. Ali se encontram análises e críticas diretas à política provincial e central.

Nos momentos anteriores à eclosão da revolta, a imprensa baiana de inspiração liberal discutia o conceito de soberania, baseando-se na idéia de que o poder político reside na delegação de poder aos governantes pelo povo. O jornal *A Luz Bahiana*, editado por João Carneiro Rego Filho, afirmava a menos de dez dias do início da revolução que "qualquer que possa ser a forma porque se apresente a opressão, não pode a Sociedade tributar-lhe obediência (...); ela pode reassumir seus direitos, e empregar até a força para repelir seus opressores" (ALB, 27/10/1837). Uma vez rompido o pacto por uma das partes, portanto, deixaria de existir o vínculo de obrigação entre ambas, e tornava-se legítima a desobediência e o questionamento.

A análise da documentação de imprensa evidenciou que o cerne da insatisfação dos setores médios da cidade de Salvador se encontrava na questão tributária. A lei do orçamento geral foi qualificada como "desbaratadora e iníqua, todos os anos acrescentada com novas disposições tirânicas" (OC, n°2, out.1837). Entre essas disposições, causa escândalo a que passaria a cobrar 10% sobre o valor do aluguel dos estabelecimentos comerciais, na Corte e também em algumas capitais provinciais, como as da Bahia, Pernambuco e Maranhão. A lei representava na prática um aumento no valor cobrado dos comerciantes que pagavam o imposto anterior. Além disso, houve um aumento do número de contribuintes. Como exemplos das categorias que passaram a ser taxadas, o jornal destaca "escritórios de negociantes, advogados, tabeliães, escrivães, corretores, cambistas e etc" (OC, n°2, out.1837). Este ponto é muito importante para a compreensão do movimento rebelde que viria em novembro, uma vez que as novas disposições tributárias vindas do governo central abriam precedentes para a cobrança de profissionais liberais antes isentos das taxas comerciais. Estes grupos, segundo se observa na documentação e na historiografia, foram os principais articuladores da Sabinada.

Reunidos em torno do evidente desgosto pelas novas taxas, homens de pequenos negócios e profissionais liberais de Salvador tinham também algumas considerações a tecer a respeito das reformas liberais dos primeiros anos da Regência imperial. O Ato Adicional é uma das questões mais polêmicas na imprensa liberal baiana anterior à Sabinada, e visto como a lei que permitiu a cobrança de taxas mais abusivas que as praticadas anteriormente pelo Estado unitário. Para compreender esta decepção, é possível levantar a hipótese de que os grupos que se rebelaram foram aqueles que não conseguiram uma articulação eleitoral efetiva e que, na prática, não tinham acesso às instâncias de poder provincial criadas pelas reformas políticas das primeiras regências. O Ato Adicional, sobretudo na figura das Assembléias Provinciais, não teria sido eficiente na proposta de acomodar toda a demanda por participação

política na província da Bahia. Os espaços de poder delegados às províncias não eram considerados acessíveis por estes homens da cidade, que embora tivessem algum prestígio, diploma ou casa comercial, não tinham condições de financiar uma campanha eleitoral nos moldes praticados pelos senhores de terras e escravos. As urnas eleitorais, "prostituídas pela cabala, intriga e artefatos" (OC, n°3, nov.1837), eram manipuladas por aqueles que tinham condições de dominar tais artes, de modo que os assentos da Assembléia Provincial, palco de elaboração ou mudança institucional das regras do jogo administrativo, estavam muito distantes dos setores médios urbanos da Bahia.

É importante lembrar que o pacto político estabelecido a partir das reformas do início da década de 1830 tinha como objetivo acomodar no interior do arranjo institucional as demandas autonomistas *das elites provinciais*, para que se pudesse contar com elas na composição do Estado imperial (DOLHNIKOFF, 2005:126). No caso da Sabinada, observa-se a politização radical de setores médios urbanos alijados dos meios de participação política delimitados institucionalmente, e que se consideram especialmente vitimizados pela política tributária regencial. Mais do que estabelecer um conceito político ao qual defender, como por exemplo o federalismo, os sabinos pretendiam promover um regime de governo considerado mais justo para seus pares e para a Bahia. Sua proposta era a ruptura com um quadro político-institucional reconhecido como nocivo. Sua identidade é mobilizada, sobretudo, pela noção de intervenção política radical.

As ações políticas pautavam-se na rivalidade construída naquele momento entre grupos insatisfeitos com a ordem política-institucional vigente e grupos dispostos a compor alianças com esta ordem, visando auferir vantagens posteriores no interior deste sistema. Não é possível afirmar, portanto, que a Sabinada encerrou um conflito entre elites, antes tornou possível a visualização da radicalidade política de uma camada social intermediária. Esta, por um lado, não era parte do "povo mecânico", e por outro estava distante social e economicamente dos grandes proprietários que dominavam a cena política e administrativa da província. O horizonte da crítica revolucionária está, portanto, no presente vivenciado por aqueles homens, e não na possibilidade de reformas centralizadoras no futuro imediato. Nas palavras de Sabino, restava somente uma forma de fazer política: "às armas! às armas!" (NDB, 18/12/1837). Este convite foi aceito por muitos, e o projeto paralelo de governo vigorou durante quatro meses.

Fontes citadas

- Impressas:

Publicações do Arquivo do Estado da Bahia: A Revolução de 7 de novembro de 1837. 5 vol.

- Imprensa/Jornais:

A Luz Bahiana

O Censor

Novo Diário da Bahia

Bibliografia citada:

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1987.

SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada – a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Dois periódicos em torno da questão servil – Côrte: 1867/1870"

Vera de Oliveira Dias*

Resumo: Este artigo analisa dois jornais brasileiros, a partir da Fala do Imperador na abertura do Parlamento de 1867 até 1871 quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Os jornais colocavam em evidência as opiniões acerca da formação do público leitor e da formação do jornal como instrumento formador da opinião pública a respeito da questão servil.

Résumé : Cet article analyse deux journaux politiques brésiliens, dés l'apresentation de l'impereur D. Pedro II au Parlement en 1867 jusqu'au 1871 quand il a passé au Conseil d'État la "Lois du Ventre Libre". Les journaux ont mis en evidénce les opinions a cause de la formation d'un publique lecteur et la formation du journal comme un instrument pour former l'opinion publique a cause de la "question servile".

Apresento esta comunicação é parte das pesquisas que desenvolvo junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, linha de pesquisa História e Sociedade.

Na fase atual, inicio a leitura de dois periódicos de caráter político que circulavam na Corte Imperial, no período balizado pelas Falas do Trono de 1867 e a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871.

O estudo de fontes primárias está em andamento, o que nos permitiu fazer uma leitura direta dos periódicos que estão microfilmados na Sessão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional e no Arquivo Edgar Leuenroth na UNICAMP. A dificuldade de acesso nos limitou a leitura do periódico "A Reforma" até 1869.

Procuro estabelecer um diálogo entre os artigos dos periódicos *"Opinião Liberal"* e "*A Reforma"* e os debates políticos em torno da questão servil, que naquele momento tornava-se uma questão de Estado. Para tanto, faço um breve histórico dos jornais, sua inserção política e de seus principais colaboradores.

Os problemas fundamentais eram a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, a reforma do sistema eleitoral, a Guerra do Paraguai, a implantação de um modelo

* Mestranda em História Política Universidade do Estado do |Rio de Janeiro, desenvolve o projeto: " Opinião Pública na Corte Imperial: Debates em torno da questão servil (1867/1871)". Professora das Redes Públicas SME/SEE

civilizador sob a hegemonia Saquarema, problemas contundentes com os quais o Império Brasileiro precisou lidar, muitas vezes fazendo o papel de árbitro entre os interesses das elites políticas e um projeto civilizador de progresso e modernização.

A conjuntura de crise política (Hollanda, 1997:105-112) aliada à liberdade de imprensa facilitou o aparecimento de um jornalismo noticioso, muitas vezes de vida efêmera, sobretudo destaque de uma série de periódicos de caráter panfletário, cujas opiniões polemizavam, divergiam, desafiavam e conciliavam a ordem estabelecida.

Os jornais tinham na vertente política sua base de sustentação, como ramificações de partidos políticos ou facções de partidos. (Basille, 2000:264-269)

Os articulistas, muitas vezes homens de Estado debatiam os problemas políticos posto que não havia ainda o jornalismo de profissão.

A imprensa era o eco e voz principalmente nas críticas ao Imperador. Era também lócus de divulgação de idéias e opiniões ao reduzido público letrado, que minimante representava o alvo das questões emblemáticas, tendo em vista a formação de uma rede de opiniões que se tornava pública, das quais a imprensa deveria mediar à formação do público leitor, exercendo sua função pedagógica e civilizatória. (MOREL, 2003:97-98)

Ainda que discretamente, a "questão servil" era veiculada nos jornais *"Opinião Liberal"* e *"A Reforma"*, a partir do encaminhamento das sugestões do Imperador ao Conselho de Estado. Era a "sutil defesa da solução ao elemento servil" [1] que ganhava corpo demonstrando que a temática era primordial para a manutenção da hegemonia Imperial. Nos termos da época era "uma questão de forma e oportunidade".

"Sutil defesa da solução ao elemento servil"[2]

Criado em 1866 por elementos descontentes com a orientação da Liga Progressista os articulistas da " Opinião Liberal" procuraram definir sua posição exaltada através do "caráter pedagógico e a função de prestar um serviço esclarecedor à nação" (*"OL"* – 21/04/1866) [3]

Redigido por Rangel Pestana, Limpo de Abreu e J. L. Monteiro de Sousa, o periódico panfletário era publicado duas vezes por semana entre 1866 e 1867 na Tipografia de Mello situada à R. do Sabão, 130; em 1868 passou a ser impresso na Tipografia D. L. dos Santos situada à R. Nova do Ouvidor, 20, circulava uma vez por semana.

[1] Cf. Perdigão Malheiro. A escravidão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.
[2] "Opinião Liberal" doravante "OL" (setembro-1867)
[3] Ainda que extrapole os cronológicos do tema, procuramos fundamentar o caráter pedagógico da folha.

Em 1868 passou por tipografias diferentes, foi impresso na Tipografia Progresso na atual Rua Gonçalves Dias, 60; no último ano de sua existência em 1869, o jornal foi impresso na R. São José, 14; na Tipografia e Litografia Esperança, de Santos e Velloso.

O perfil dos jornais nos ajuda a perceber a existência efêmera desta imprensa panfletária, que deviam constantemente solicitar ajuda dos seus assinantes para manutenção da folha em circulação.

Os artigos não eram assinados, apareciam no periódico sob pseudônimos: *"Filhos do povo", "Anjo Custódio", "Jovens redatores"*, os articulistas muitas vezes preferiam manter o anonimato. Havia também uma sessão especial de colaboradores.

A partir de 1867("OL", julho 1867) encontramos críticas ao momento político, as pressões sobre o Ministério Zacarias e a questão da "substituição lenta e gradual e prudente do trabalho servil pelo trabalho livre". (NABUCO, 1997: 695-736) O que começava a circular na imprensa era a discussão sobre a Fala do trono de 1867, em que o Imperador expressava a resposta à carta da Junta de Emancipação Francesa, que cobrara uma posição do governo Imperial em torno da solução da questão do elemento servil.

O governo imperial encaminhou a questão solicitando que o Parlamento e o Conselho de Estado estudassem melhor maneira de resolver o problema sem abalo de nossa agricultura. A situação que estava em jogo era:

> *"O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeita a propriedade atual e sem abalo profundo em nossa primeira indústria- a agricultura- sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação."*(Nabuco, 1988: 62)

O governo submetia ao mais alto escalão do Império, tanto no aspecto político quanto jurídico a solução da questão servil (PENA, 2001: 145-215), no Conselho de Estado ocorria debate acerca do encaminhamento prático da emancipação, sendo que de forma lenta e gradual, que culminou sob a liderança de Rio Branco com a promulgação da Lei do ventre Livre.

No periódico "Opinião Liberal" a tomada de posição do governo foi vista como "mero e leviano cortejo às sociedades filantrópicas estrangeiras, acendeu-nos um facho de insurreição". ("OL" set. 1867)

A conjuntura da Guerra do Paraguai trazia à cena questões contundentes a respeito do recrutamento de voluntários junto à população de escravos, pois tocava de perto a propriedade servil, conferia estímulo implícito à extinção do escravismo: esse efeito tornou-se evidente logo depois de finda a Guerra.

A folha passou a sugerir, em 1868 a alforria dos escravos do governo imperial para lutar na guerra. O articulista, sob pseudônimo de "Anjo Custódio" ("OL"- 15/12/1868) sugeria que a família imperial alforriasse seus escravos, para que pudesse dar exemplo e pôr em prática as sugestões do Imperador na Fala do Trono de 1867.

A crise política de 1868, iniciada com a Queda do Gabinete Zacarias de Góis, o último Gabinete Liberal, destacava-se o fim da conciliação política entre os partidos. Ao mesmo tempo em que proliferam os Clubes de caráter político, tendo na imprensa seus órgãos de difusão de opiniões.

O avanço das discussões na Imprensa em 1869 demonstram a preocupação com os rumos dados pela Coroa à libertação dos escravos. O articulista denunciava: "Corre pela boca pequena que o discurso da próxima abertura do Parlamento agitará de novo o Imperador essa importante questão". ("OL" – 13/04/1869)

A preocupação que aparece no artigo demonstra a articulação entre o momento político e a imprensa como idealizadora de uma opinião pública, a sociedade aguardava um encaminhamento prático da abolição. O articulista argumentava: "A libertação do ventre desde já, e a fixação de um prazo de 30 anos talvez com a qual termine completamente a escravidão no Brasil". O anseio dos redatores era ver a questão debatida no Parlamento, como órgão de representantes da nação e não na alta cúpula dos Conselheiros do Imperador. ("OL" – 13/04/1869)

Por outro lado, o Senador Nabuco de Araújo foi um dos que defendia a idéia de que o governo deveria liderar a solução, antes de convulsionar a sociedade, era uma "questão de alta política", antes que o movimento tomasse as ruas.

Nesta esfera não havia consenso, a Fala do Trono de 1869 se referia ao assunto da escravidão: "O elemento servil (...) objeto dos meus mais sinceros estudos e imperial consideração", enquanto o articulista da *"Opinião Liberal"* se pronunciava a respeito da função da imprensa em instruir o povo nos seus direitos, concorrendo para que se formasse uma vontade e a opinião nacional. Ao mesmo tempo em que assistia ao encaminhamento dos debates no Conselho de Estado e aos entraves da Câmara de escravocratas a lhe fazerem oposição.

Na virada 1860/70, o Imperador tomou as rédeas dos debates acerca da questão servil, sem estar respondendo exclusivamente às pressões políticas externas, como ocorrera em relação às pressões britânicas pelo fim do tráfico em meados do século XIX.

O debate foi tomado pelo governo no momento de crise de hegemonia do Estado Imperial. (SALES, 1996:170-171)

O que estava na ordem do dia eram as conseqüências para o Império Brasileiro em manter a escravidão, com o sinônimo do atraso do país do concerto das nações civilizadas.

Imprensa de caráter político doutrinário se via na missão de "caminhar ao lado da tribuna" considerada como sublime missão de guiar a opinião.

Em 1870, *"Opinião Liberal"* apresentava extenso comentário contra a escravidão, sob olhar do articulista a questão era filantrópica e considerava o atraso que a escravidão imprimia no país. Se a função do periódico era esclarecer o público leitor em seus objetivos políticos, a opinião pública é "aquela possuidora de um poder que deve ser esclarecida com bom senso, patriotismo, razão esclarecedora como emanações da nação, soberana da opinião implícita e solenemente proclamada.".("OL" – julho 1867)

Em um longo artigo de 1870 a folha reiterava a função política que a imprensa devia assumir em relação a questão servil e, convidava as redações dos jornais que tomassem uma posição a respeito da necessidade da emancipação, a este respeito ensinava:

> *"Todos os jornais desta cidade e das províncias, sem distinção de crenças, políticas, têm aplaudido e animado a propaganda civilizadora contra escravidão.*
> *Não há dúvida que este procedimento faz honra às ilustradas redações dos jornais brasileiros.*
> *(...) Basta que todos os jornais, diários ou periódicos, desta Corte e das províncias, recusem publicar em suas colunas vendas, arrematações e aluguéis , qualquer anúncios ou editais tendentes à auxiliar este horrível comércio de carne humana, e bem assim os anúncios para a apreensão de escravos fugidos.*
> *Quando o legislador brasileiro cobriu a face de envergonhado, a mandou que cessassem os pregões e leilões de escravos, não é a imprensa farol da civilização, quem há de empunhar o martelo e repetir os brados consternadores que o pudor público comprimiu nos lábios mercenários dos leiloeiros de escravos.*
> *(...) Ao menos assim, já que não somos, pareceremos civilizados aos olhos do mundo europeu, e daremos um grande passo na regeneração do país.*
> *"Encaminhando este convite, a 'Opinião Liberal' confia que ele será benignamente acolhido pelas ilustradas e mui dignas redações de todos os jornais, assim da Corte como das Províncias". ("OL" – 14/05/1870)*

Assim, a opinião que se expressava através da imprensa, tinha também que tomar uma postura de prática política diante da questão, de modo que não ficassem exclusivamente na alta cúpula, mas também no seio das elites letradas formadores da opinião pública.

"A Reforma: Ou a reforma ou a revolução"

"A Reforma: Órgão democrático"[4] duradouro jornal político, em suas páginas discutiam-se grandes temas do Império Brasileiro, circulava nas províncias com preços diferenciados da Corte.

A princípio o diário circulou na Corte entre 1869 e 1874, em 1870 teve oficina própria, comprado pelo Centro Liberal . A impressão ficou a cargo da Tipografia de

[4] "A Reforma: Órgão democrático" doravante "A REF."

Francisco Sabino de Freitas Reis, situada à Rua do Ouvidor, 148 ; apresentava anúncios de diversos gêneros, como remédios , serviços de advogados, leilões de peças e escravos.

Dentre os articulistas[5] estavam estadistas como Joaquim Nabuco, Sousa Franco, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Chichorro da Gama , Benedito Otoni, Afonso Celso, Rodrigo Otávio,José Cesário Alvim, Tavares Bastos entre outros. Apresentando-se como órgão de divulgação do Novo Partido Liberal, o jornal pretendia fazer oposição aos Liberais históricos sob a direção de Joaquim Serra. [6] (SODRÉ, Op. cit p. 236)

Os artigos eram assinados e, esta era uma particularidade do jornal para aquele período: " Não admitimos testas de ferro" apresenta em todas as páginas principais de seu editorial, acreditando que com esta prática estariam exigindo que todos os artigos viessem à Reforma com convicção e força moral de seus autores.

Composto por quatro páginas em boa impressão, periódico de muito boa qualidade, tinha uma preocupação ideológica em formar e informar os leitores sobre a importância do jornal enquanto veículo de divulgação e propaganda do programa do Centro Liberal, pede adesão dos liberais de todos os matizes além da reforma eleitoral, reforma judiciária, abolição do recrutamento militar e da Guarda Nacional, abolição da escravatura, levantava a voz: " Ou a reforma ou a revolução."

O jornal tinha seu editorial dividido em página principal apresentando o programa do Partido Liberal, seguidos de artigos políticos, páginas de cultura em geral, notícias provinciais, notícias do exterior, ciências, indústria, noticiários públicos, de profissões e congêneres também imagens em alguns anúncios pagos de boticas. Foi considerado um jornal importante para o período, polemizando as principais questões de sua época. (SODRÉ, 2004:211-214)

A imprensa começava a se organizar enquanto empresa, com redes de assinantes, com escritório e solicitando que os assinantes declarassem com urgência a falha na entrega da folha. Iniciava-se um período proliferação dos folhetins, a partir de 1870, posteriormente popularizando crônica, as reportagens policiais num processo de transformação do jornalismo carioca. (BARBOSA, 2000:11-16)

Além das assinaturas e dos anúncios pagos, havia uma parte não editorial em que poderiam aparecer artigos de caráter políticos ou de respostas a outras folhas sobre os mais variados temas, mas o que chamou a atenção era o diálogo entre os articulistas de uma folha sobre o caráter da própria imprensa de opinião

[5] As pesquisas sobre os articulistas estão em fase inicial. O método utilizado será prosopográfico para se articular os jornalistas enquanto homens públicos e a criação de ligas e clubes.
[6] Joaquim Serra foi um dos expoentes da imprensa brasileira inclusive no movimento abolicionista.

O jornal cita alguns leilões nos quais aparecem arremates públicos de escravos. Não se verifica neste período a apologia de uma propaganda emancipacionista. A questão do ventre era tocada sutilmente tendo com base a emancipação gradual. Em amplo artigo da *Revista Agrícola*[7], apresentava-se o artigo de J. M. de Souza Gonzaga que comentava:

> *"(...) Escrevendo sobre tão grave questão, cumpre-nos declarar, não o fazemos tanto por considerações de lealdade às idéias do partido, sob cuja bandeira militamos, (...) na solução que ela tiver, ou refletido e judiciosa, ou imprevidente e perigosa, conforme for dada a tempo de se poder deliberar, com espírito clamo ou se deixar à mercê dos acontecimentos, os quais, fatalmente, podem impor-nos sacrifícios, que afetem desastradamente a fortuna pública e particular.*
> ***(...) O direito de propriedade do senhor sobre o escravo deriva da lei civil: mas entra na classe geral dos direitos de propriedade e esses direitos são garantidos em toda sua plenitude pelo artigo 179 da Constituição do Império.***
> *Será, portanto, uma violação da Constituição qualquer solução dada à questão do elemento servil que não respeitar os direitos adquiridos de propriedade sobre os escravos existentes.*
> *(...) As idéias que o Partido Liberal tem externado sobre a questão da emancipação, seu modo de ver e de resolvê-la, partem do princípio de respeito aos direitos adquiridos; não se cogita de ofender e violar esses direitos. A necessidade de indenização do valor que representam os escravos é a base sobre que se assentam todas as medidas que houverem de apresentar tendo-se muito em vistas os meios considerados menos prejudiciais à produção da grande e da pequena lavoura. (...)"*
> *("A REF." 30/05/1869)*

Na prática, faziam a apologia do programa do Partido Liberal, que em seu 5º artigo apresentava a emancipação dos escravos: "consistindo na liberdade de todos os filhos de escravos que nascerem desde a data da lei e uma alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado". ("A REF." 13/05/1869)

Veículo de divulgação do Clube da Reforma, cujo presidente era Nabuco de Araújo, estadista com ampla participação nas discussões em relação à tramitação da "questão servil" no Senado. O Clube era lugar de sociabilidades, ponto de encontro dos partidários. Esclarecia o tipo de reforma se queria dar ao país, pela via liberal para o sistema representativo. ("A REF." 12/05/1869)

Em crônica, não assinada, apresentava crítica à Fala do Trono de 1869, que não tocava na "questão servil". E assim argumentava:

> *"Há um ano apresentava-se sua Majestade ante a Assembléia legislativa e chamava pela segunda vez a sua atenção para a questão do elemento servil" (...) Porque então? Foi o imperador colhe os louros de aplauso como sustentáculo daquela idéia, o que dirá agora? Será que os conservadores vão já aceitando a máxima de que o rei só reina? (...) Vós sois monarquistas, a monarquia sitiada por todos os lados, não tem outra salvação a esperar, senão precipitando-se no espírito do século. " ("A REF."20/05/1869)*

Em 1869, Tavares Bastos apresentava crítica à ausência de continuidade em relação a questão servil nas Falas do Trono de 1869:

[7] Revista Agrícola citada em "*A Reforma*", questão servil como um problema de mão-de-obra.

> *"As Falas do Trono de 1867e 1868, a carta dirigida à sociedade francesa, os decretos que emanciparam os escravos da nação para servirem na guerra, os títulos e condecorações distribuídas pela alforria de escravos, coincidindo com esses atos públicos, acabam de ser virtualmente anulados ou condenados pelo silêncio da fala que o imperador leu ontem perante a Assembléia Geral." ("A REF." 20/05/1869)*

As divergências quanto à solução da questão servil no Senado e no Conselho de Estado tramitaram, até que se optasse por uma solução conciliatória. Os conselheiros preferiam aguardar melhor ocasião para a emancipação, passando em 1871 a Lei do Ventre Livre, de modo que se fizesse o mínimo abalo na economia e na prejudicasse os interesses escravistas estabelecidos.

Bibliografia:

BASILLE, M. Consolidação e crise do Império. In: Linhares. Mª Yedda, (org.) História Geral do Brasil, 9ª ed. RJ: Campus, 2000.

CONRAD, R. Os Últimos anos da escravatura no Brasil 1850/1888. 2ª ed. RJ:Civilização Brasileira: 1978.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. (org.) História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico, Tomo II (Reações e Transações) , 7ª ed. SP: Diffel, 1997.

IPANEMA, Marcelo e IPANEMA, Cybele. História da Comunicação. (Série Comunicação Coletiva). Brasília: UNB, 1967.

MALHEIRO, P. A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

MOREL, M. Palavra, imagem e poder. RJ: Dp&A, 2003.

NABUCO, J. Um estadista do Império. V.I. 5ª ed. RJ: Topbooks, 1997.

PENA, Eduardo Spiller. Pajens da Casa Imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. SP:UNICAMP, 2001.

SALES, Ricardo. Nostalgia Imperial - a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. RJ: Topbooks, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4ª ed. RJ: Mauad, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Maçonaria e República em Pernambuco: organização, difusão e propaganda (1900-1912).

Augusto César Acioly Paz Silva*

Resumo: Os estudos sobre a maçonaria no Brasil, tiveram nos últimos anos, um forte desenvolvimento. Muito desta visibilidade ocorreu em consonância com todo um conjunto de transformações no interior da disciplina História, que fizeram com que instituições, problemas, grupos sociais e culturais, antes visto como "sem importância", começassem a ocupar espaço privilegiado nas reflexões dos historiadores. Dentro deste contexto, o estudo de uma instituição como a Maçonaria justifica-se. A nossa comunicação tem como objetivo discutir os campos de ação, as práticas políticas, sociais e culturais desenvolvidas pela maçonaria nas duas primeiras décadas da República em Pernambuco.
Palavras-chaves: Maçonaria, República e Pernambuco

Abstract: The studies about freemasonry in Brazil had in the last years, a solid development. Most of this visibility happened in consonance with all a group of transformation in the inner of the sullied matter History that made the institutions, problems social end cultural. Groups, before seen as "without importance", started to occupy privileged spaces in Historians' reflections. In the study of an institution like the Freemasonry justify itself.
Our communication has how objective to discuss the fields of actions, the politic, social and cultural practices, developed by Freemasonry in the two first decades of Republic in Pernambuco.
Key-works*:* Freemasonry, Republic, Pernambuco.

1.1. Difusão e propaganda no contexto republicano.

Dentro do contexto de organização e difusão da propaganda republicana no Brasil, poucos trabalhos se ocuparam em mostrar o papel que coube à maçonaria na construção do regime republicano. A historiografia maçônica encarrega-se de construir um discurso histórico dentro dos parâmetros de celebração e da ação de pessoas isoladas como Deodoro da Fonseca, Silva Jardim e outros maçons que tiveram um papel importante na instauração do governo republicano em 1889. Ficam a desejar em relação à Maçonaria e à Republica, após a instauração do governo, estudos (BARATA, 1999: p.117; ANDRADE, 2002:105p) mais

* Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, professor da Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira (AEDAI), lecionando as disciplinas de História da África e Introdução a História. Além de professor da rede estadual de Pernambuco.

abalizados quanto ao lugar de inserção das forças maçônicas na efetivação do modelo republicano pós-proclamação.

Além da historiografia ligada à Maçonaria, a desenvolvida na academia pouco tem se preocupado com as suas ações fora do espaço temporal do Império. A sensação passada é de que a Maçonaria, enquanto instituição porta-voz de um projeto político, social e cultural para a nação, somente teve ações durante o período imperial, principalmente nas fases em que esteve envolvida com as campanhas libertárias de 1817, da Independência, da Confederação do Equador, Revolução Praieira, Questão Religiosa e abolição.

Na tentativa de mostrar um contraponto a essa visão, este capítulo propõe-se a iluminar um pouco mais como a Maçonaria se organizou e se comportou, suas práticas e ações desenvolvidas nas primeiras décadas da República, principalmente na fase de 1900-1912, em Pernambuco.

Alex Moreira Andrade (2002: 105p), no seu estudo sobre o quadro ideológico no cenário republicano, coloca a maçonaria como uma perspectiva a ser pensada dentro do conjunto de ideologias e correntes políticas, que fizeram parte da luta ideológica, forjada na implantação da República. Ao lado do liberalismo de vertente americana, do positivismo e jacobinismo de tendência florianista, uniu-se, também, a vertente maçônica, apresentando como característica marcante o seu caráter híbrido muitas vezes casando pontos de cada uma das vertentes citadas.

Sabe-se que, durante o Império, a Maçonaria teve uma presença ativa junto a vários indivíduos de projeção política, como Mauá, o visconde do Rio Branco[1], o seu filho José Maria Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e outras figuras ligadas à política imperial. Por outro lado, a sociedade maçônica cultivava, no seu interior, dissidências, dentre elas uma facção mais liberal, contando com indivíduos republicanos que tinham como principal líder Saldanha Marinho e muitos dos iniciadores da campanha republicana, como Silva Jardim, Quintino bocaiúva, Alberto Sales e outros.

Tentar rastrear a ação dos maçons pernambucanos, enquanto participantes do partido republicano é uma tarefa difícil, pois nos faltam dados mais objetivos no sentido de dar, com precisão a parcela e o significado real da maçonaria e dos maçons na campanha republicana e proclamação da República, em Pernambuco. Podemos supor que essa participação não tenha sido tão forte assim, como ocorreu no eixo Rio - São Paulo, por algumas questões, entre elas, a incipiência do partido republicano pernambucano. Mesmo

[1] O visconde foi por muitos anos foi grão mestre do Grande Oriente do Lavradio, tendo um forte poder junto a este agrupamento e conduzindo os destinos desta vertente da instituição ligada ao monarquismo.

sendo um estado com um agrupamento anterior ao manifesto de 1870, os republicanos locais não conseguiram projeção junto ao Estado ou junto aos grupos econômicos de destaque em Pernambuco.

Outro ponto que não nos permite tecer argumentos mais categóricos sobre a ação direta dos maçons na campanha republicana em Pernambuco, é por ser esta uma fase de dificuldades para a maçonaria pernambucana, iniciada principalmente após a Questão Religiosa que culminaram com a dissolução de muitas das lojas existentes no estado.

Outra questão espinhosa é perceber as ações diretas de adeptos da maçonaria no sentido de forjar a República, pois, como se tratou de uma fase de desarticulação da maçonaria local, como já foi frisado, não conseguimos localizar nenhum conjunto de documentos que dessem conta destas ações. O que foi possível observar em nossas pesquisas é que umas das figuras históricas do republicanismo local, Isidoro Martins Junior, era republicano de longa data. Tal constatação leva-nos a supor de forma indireta, a presença de discussões sobre a República nas oficinas. Torna-se porém, complicado avaliar a intensidade de tais discussões e como elas poderiam ter contribuído de alguma forma na construção do governo republicano em Pernambuco.

A falta de expressão e participação na construção do novo modelo de governo não foi privilégio só dos republicanos, mas da Maçonaria local como discutimos acima. Os segmentos do partido republicano local, como os maçônicos, não estavam muito articulados ao movimento a nível nacional. Isto, pode ser atestado com a escolha para integrar o governo que se instalava não de um nome do movimento republicano local, mas o nome Coronel José Cerqueira de Aguiar, companheiro de armas do Marechal Deodoro.

Com relação às noticias da instauração da República em Pernambuco, segundo o historiador pernambucano Costa Porto (1986: 651p), as informações sobre a proclamação chegaram ao Recife às três horas da tarde do dia quinze de novembro, através do serviço de telegramas do Diário de Pernambuco. Porto analisa o contexto da Proclamação da seguinte forma:

> *Em Pernambuco, por exemplo, embora se acompanhasse o agravamento da crise político-militar, ninguém esperava que a República viesse tão cedo, tudo na verdade, dando a impressão de solidez – no País e na Província – tamanha à tranqüilidade [...] e quando menos esperava, o pernambucano seria siderado por aquela noticia que o DIARIO DE PERNAMBUCO, de 16.11.1889, publicava em primeira pagina - mas sem relevo – miúda, concisa, seca, em telegrama sem titulo - O General Deodoro foi a câmara Municipal e ai proclamou a Republica, havendo entusiásticas aclamações....Reina paz na cidade (PORTO, 1986: 8).*

A sensação de surpresa e alheamento da população do Recife e de Pernambuco, pode ser comprovada com a pouca importância dada ao fato por um dos mais importantes

jornais do Estado, o Diário de Pernambuco, que noticiou o nascimento da República num pequeno espaço, não concedendo a devida importância a tal fato. Ao que parece, a sensação de surpresa de instauração do novo sistema não atingiu só parte da população da capital mas também do interior do estado.

1.2. As Ações Maçonaria em Pernambuco: imprensa, escola e propagação das lojas (1900-1912).

Passado o primeiro momento de instauração do governo republicano no Estado de Pernambuco ressurgem, a partir de 1895, algumas oficinas desaparecidas. A Maçonaria retoma seu espaço nas discussões na sociedade, avaliando e se posicionando com relação ao regime republicano. Uma preocupação presente nesta parte do artigo é estudar como, a partir de 1895, mas detendo-se de forma mais efetiva entre os anos de 1900 à 1912.

Durante o período acima delimitado, a imprensa foi um meio adotado pela maçonaria, no sentido de irradiar suas finalidades e idéias. Atuando ao mesmo tempo como porta-voz do discurso maçônico e espaços de discussão política. Especificamente, no caso de Pernambuco, a imprensa maçônica sempre contou com uma vida irregular, muitas das folhas organizadas para propagarem e defenderem o ideal maçônico não tiveram, aqui, uma vida longa.[2]

A utilização das fontes jornalísticas e da imprensa, como elementos importantes na prática da pesquisa histórica com a finalidade de ajudarem na construção de um determinado olhar sobre o passado, é, de certa forma, recente como nos informa Tânia Regina Luca. Ela discute o processo de utilização da imprensa e dos jornais como objeto e fontes, e as formas como tais recursos, passaram a figurar enquanto meio importante no desenvolvimento da pesquisa e do pensamento histórico.

Tânia Regina Luca elenca um conjunto de autores e obras que se valeram, antes mesmo das influências e discussões propostas pela "Nova História", do tratamento e das formas que deveriam trabalhar com as fontes jornalísticas. Os trabalhos pioneiros, no Brasil, foram iniciados por Gilberto Freyre, que se utilizando dos anúncios de jornais do século XIX, perscrutou várias dimensões da sociedade brasileira, aliado aos de Emilia Vioti da Costa, além de Fernando Henrique Cardoso, Stanley J. Stein, Nicia Luz e leôncio Martins Rodrigues e Nelson Werneck Sodré, com sua história da imprensa no Brasil. Estes São exemplos que,

[2] Temos como exemplo destes periódicos maçônicos do final do século XIX ao inicio do XX, os seguintes: **A Família Universal** – Órgão da sociedade Universal dos maçons – Tip. Mercantil/ Semanal julho a junho de 1872; **O Livre Pensador** – Orgão da nova propaganda philosophica – Tip. Própria – Semanal. Junho de 1877 não vem especificado o fim; **O Oriente** – Periódico de propaganda maçônica e idéas liberaes – Tip. Melo – Semanal, março 1898 a outubro 1900; **Luzeiro da Verdade.** 14 de julho de 1906; **Archivo Maçônico,** 1906-1913.

segundo a autora, dimensionam a importância da utilização dos jornais na pesquisa histórica (LUCA. *In* PINSKY, 2005:111-117).

Retornando à questão da atividade jornalística da maçonaria em Pernambuco, podemos verificar o seu inicio durante o século XIX, mais intensamente na segunda metade do século. O objetivo esboçado por alguns jornais era trazer, para o espaço profano,[3] as discussões, a essência e os ideais maçônicos, discutidos no interior das suas oficinas. Dentre esses periódicos, destacaram-se os seguintes: a *Família Universal* (1872); o *Livre Pensador* (1877), um órgão voltado para a livre discussão de idéias e princípios, posição defendida pela Maçonaria.

Uma das experiências da Maçonaria pernambucana, no campo da imprensa, com uma vida mais longa, foi o jornal *O Oriente*, começando suas atividades no ano 1898 e estendendo-se até 1900. As suas colunas estavam sempre abertas à discussão política e social, com um farto conjunto de matérias versando sobre a Igreja, o divórcio, a tolerância religiosa, as posturas políticas locais e a questão social.

A imprensa maçônica pernambucana só experimentaria uma nova fase de revigoramento a partir da organização do periódico *Archivo Maçônico*, iniciado por um conjunto de obreiros da loja maçônica Segredo e Amor da Ordem, localizada na cidade do Recife.

Com o passar do tempo, o *Archivo Maçônico* foi contando com a participação de integrantes de outras lojas da cidade, do interior e de outros estados, fato que garantiu ao periódico um corpo de redação diversificado. Muitos dos seus colaboradores eram jornalistas de profissão como Manoel Arão, Mário Melo, Caetano Andrade, Vicente Ferrer e Pereira da Costa. Outros desenvolviam suas aptidões de escritores com a participação nessa revista. Uma coisa é importante frisar, todos os seus redatores de alguma maneira eram indivíduos ligados à vida cultural, política, social e intelectual do Recife, do interior ou de outros estados.

A vida do Archivo Maçônico estendeu-se de 1906 até 1913. Não possuímos dados mais concretos sobre o principal motivo da sua extinção, tudo leva a crer que o fim desta publicação foi devido questões de ordem financeira. A coleção que foi por nós localizada nas dependências da Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem, chegava até o ano de 1912. Mas Segundo informações de Luiz do Nascimento, contidas na sua *História da Imprensa de Pernambuco*, o fim das atividades do Archivo Maçônico aconteceu no seu número 86, do mês de outubro de 1913 (NASCIMENTO, 1975: 192-193).

[3] Termo utilizado pelos maçons para reportarem-se ao espaço não maçônico.

Outro ponto de ação dos maçons foi a Questão educacional evidenciada através da luta e defesa por um ensino leigo, democratizado e preocupado na formação da cidadania. O alvo da maçonaria ao que tange a instrução tinha uma preocupação prioritária no atendimento às classes menos favorecidas. Compartilhando dessa orientação, a maçonaria pernambucana esforçava-se no sentido de difundir uma discussão e ação sobre o ensino laico na sociedade, contrapondo-se, principalmente, às aspirações dos religiosos do Estado, críticos vorazes a este sistema de ensino, qualificado, por eles de "ateu, materialista e libertino".

Tal conflito inseriu-se no choque entre as posturas liberais e conservadoras, a primeira, representada pela Maçonaria e a segunda, pela Igreja Católica. O campo de combate destes dois grupos, além da política era também o da educação, em especial primária, base essencial para formação do "novo homem", almejado pela Maçonaria.

Um dos temas recorrentes na imprensa maçônica era o da implementação do ensino religioso[4] nas escolas públicas. Na tentativa de mostrar os pontos negativos do ensino religioso, o Archivo Maçonico, veicula o respectivo artigo:

> *Este ensino dogmático da religião está em perfeita contradicção com a sciencia e com a cultura da época[...] este ensino é um entrave à liberdade de consciência do professor[...] não offerece a menor base sufficiente para a formação moral da creança, porque não se colloca senão sob o ponto de vista dogmático e faz pouco caso da vida actual[...]A escola deve estar separada da egreja, afim de que possa se desenvolver litteralmente e estabelecer a cultura moral da creança sobre bases psychologicas. (**Archivo Maçonico**, 1906:11-12).*

Os argumentos fixados por parte da Maçonaria pernambucana na defesa da não influência religiosa nos assuntos ligados ao campo educacional, baseava-se no principio da tolerância religiosa expressa na Constituição de 1891.

A Maçonaria pernambucana não fugia à tarefa de irradiar as luzes da educação pelo Estado através da educação primária. Das dezenove lojas maçônicas, existentes em Pernambuco no fim do ano de 1912, cinco delas mantinham bibliotecas franqueadas ao público. Esse número podia parecer pequeno, mas é importante salientar que das dezenove, pelo menos nove delas, as localizadas no Recife, compartilhavam do mesmo espaço físico (**Archivo Maçonico**,1912:17-27).

Dentre as bibliotecas existentes nas Lojas pernambucanas, uma chamava a atenção pela estrutura, a da Loja Fraternidade e Progresso da cidade de Goiana, que contava em 1910 com mais de 6.000 títulos, todos disponíveis à população (**Archivo Maçonico**, 1910: 17-18). Outras lojas nas cidades do interior como a Obreiros do Norte, em Timbaúba, e

[4] Os maçons combatiam o ensino religioso na época, pelo motivo deste esta associado a religião Católica.

Instrução e Beneficência, na cidade de Paudalho, tinham as portas das suas bibliotecas abertas para a população, principalmente a menos favorecida.

A fundação destes centros de ensino pela maçonaria pernambucana contou, pelo que pudemos observar, com duas fases de organização: uma primeira, iniciando-se na primeira década do século XX até o ano de 1912 e a segunda, desta data até o ano 1922. Os dados que dispomos para construir este perfil foi coletada no *livro do Centenário*, uma publicação realizada pela maçonaria, para a comemoração do Centenário da Independência em 1922 (BASTOS; CARAJURÚ; DIAS, 1922: 445p).

Uma das coisas que podemos observar na segunda fase de investimentos da maçonaria pernambucana no campo da educação, é que houve uma mudança no estabelecimento de centros de ensino. Se na primeira fase todas as escolas foram organizadas nas cidades do interior, no segundo momento apenas uma delas localizava-se fora da área da cidade do Recife.

Ao que diz respeito a estrutura organizacional da Maçonaria durante o período republicano, Pernambuco contava, principalmente na sua região interiorana, contou com uma forte difusão da propaganda maçônica em relação, por exemplo, a Bahia. Observamos que entre a década de noventa do século XIX e a primeira década do século XX, dez novas lojas foram fundadas em várias localidades do interior pernambucano. Ao contrário do que acontecia em Pernambuco, na Bahia, até pelo menos o ano de 1910, Salvador era o único reduto maçônico do estado (BARATA, 1999: 81).

O ano de 1895 foi significativo no processo de ressurgimento e expansão da Maçonaria Pernambucana. Nesse ano, renasceram quatro lojas maçônicas que haviam desaparecido e tinham sido focos tradicionais na participação dos mais importantes movimentos políticos e culturais da história de Pernambuco. Foram elas a Segredo e amor da Ordem, a Seis de Março de 1817, Luzeiro da Verdade e a Restauração Pernambucana. Podemos perceber como desenvolveu-se este processo de irradiação da ação institucional e organizacional da Maçonaria, através do quadro abaixo:

Nome da Loja	Cidade	Data de Fundação
Segredo e Verdade	Victoria	5 de agosto de 1906
Obreiros do norte	Timbauba	24 de fevereiro de 1907
Instrução e beneficência	Paudalho	5 de setembro de 1907
Dever e humanidade	Caruaru	16 de julho de 1907
Frei Caneca	Limoeiro	12 de janeiro de 1908
Aurora pernambucana	Quipapá	20 de dezembro de 1908
Obreiros da Caridade	Catende	25 de abril de 1909

Fonte: Archivo Maçonico. Recife, dezembro de 1912.pp.26.

A partir dos dados acima, é possível ver o nível de propagação e de fundação de lojas da maçonaria pernambucana no período de 1907 a 1908. Nos anos de 1909 a 1912, ocorre um processo de estabilização das oficinas constituídas na fase anterior, muitas delas foram regularizadas e receberam outras distinções maçônicas como a implantação de capítulos e dos altos graus da maçonaria. Após 1912 a maçonaria pernambucana permaneceu, do ponto de vista expansivo, sem grandes novidades, preocupando-se mais com a manutenção e fortalecimento das oficinas do que com a fundação de novas lojas.

Referências Bibliográficas:

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras**: A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BASTOS, Octavio; CARAJURÚ, Opfato; DIAS, Everardo. **Livro Maçônico do centenário**. Rio de Janeiro, 1922.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos.In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**.São Paulo: Contexto, 2005.

MEDEIROS, Maria da Glória Dias. **O Social no Governo de Sigismundo Gonçalves**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1989.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)**. Periódicos do Recife:1901-1915. Recife:universitária, 1975.

ANDRADE, Alex Moreira de. **A Maçonaria no quadro ideológico republicano.** 2002. Monografia (licenciatura em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ontem e o hoje na narrativa de uma negra guató: componentes da memória e da identidade.

Eudes Fernando Leite[1]

Resumo: Esta comunicação objetiva tratar da memória individual no contexto das preocupações com o passado de sociedades ágrafas "excluídas" de espaço de vivência histórica, pelo menos desde a presença humana na região do Pantanal brasileiro. Para tal, tomo como temática a história de vida de uma índia Guató, a senhora Francolina Rondon cuja trajetória apresenta elementos significativos para a compreensão da forma de vida no Pantanal em um contexto de recuperação de sua memória como parte da memória do grupo.
Palavras-chave: Pantanal; Memória; Identidade.

Abstract: This communication objectives to treat of the personal memory in the context of the concerns with the past of the societies exclused, without written registrations, of the space of historical existence, a least from the human present in the area of the Brazilian Pantanal. For such, I take as theme the history of life of an Indian Guató, the Mrs. Francolina Rondon whose the trajectory introduces meaningful elements for the understanding of the life way in the Pantanal in a context of recovery of it memory as part of the memory of the group.
Key words: Pantanal; Memory; Identity.

As preocupações com fenômenos do presente alcançaram lugar de importância no campo das pesquisas históricas atualmente. Um exemplo pode ser notado no Caderno Mais! Publicado em 17 de dezembro de 2006. Suplemento cultural de grande circulação, publicado aos domingos por um dos maiores jornais do país, o Caderno trouxe para seus leitores a seguinte chamada para esse dia "Um guia para entender o futuro". Tomado como uma espécie de pequeno dicionário, o suplemento publicou vários verbetes entre eles dois diretamente ligados à História: História e História do Brasil, escritos respectivamente por dois reconhecidos intelectuais da academia brasileira de hoje, os professores Ronaldo Vainfas e Angela de Castro Gomes, cada qual assinando um verbete segundo a ordem acima anotada.[2]

---

[1] Doutor em História. Universidade Federal da Grande Dourados/FUNDECT.
[2] Caderno Mais! Jornal Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 2006. p. 4 e 9.

A presença de historiadores na imprensa, especialmente a escrita nos grandes centros urbanos do país não é propriamente algo novo. O destaque fica por conta do fato de que os dois professores fazem referências – ou escreverem verbetes – sobre o tempo presente. Não é possível e nem importa aqui estabelecer comparações entre as duas breves compreensões sobre o significado da noção e do lugar da noção de tempo presente, mas enfatizar que o destaque verificado implica a presença de preocupações não propriamente com a noção mas com os fenômenos que ela encerra. Não é descabido referir o seguinte trecho:

> *Toda história e bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente* (LE GOFF, 1992: 51).

Neste texto, a questão principal é discutir a história de vida da índia Guató Francolina Rondom, entendendo-a como agente de sua história e testemunha da trajetória de seu grupo. Há em sua narrativa – de difícil entendimento – várias pistas que nos favorecem o entendimento dos mecanismos que permitiram a ela identificar-se como Guató sem apagar de sua memória a trajetória de alguém que chegou "de fora para dentro".

Em três entrevistas realizadas entre os anos de 2001 e 2002, na periferia de Corumbá, cidade encravada no Pantanal sul-mato-grossense e bordejada pelo rio Paraguai, Dona Negrinha, pseudônimo da entrevistada conversou com seus visitantes.[3] As entrevistas, realizadas em três encontros, não podem tomadas como temáticas ou de vida, de forma distinta, porque seu conteúdo e forma revelam que as duas modalidades se confundem.

Sua narrativa está articulada com a História dos Guató[4], índios canoeiros que atualmente habitam o Pantanal mato-grossense e cujas primeiras notícias a seu respeito foram dadas pelos primeiros visitantes não-indígenas da região, ainda no período colonial.

No interior das entrevistas encontram-se múltiplos temas relacionados ao Pantanal e aos Guató, sobressaindo-se as referências a sua vida em um contexto que mostra a sobrevivência junto aos seus e no espaço urbano de Corumbá. Temas de caráter mítico também são relevantes em suas entrevistas favorecendo uma visada sobre a memória coletiva que a narrativa permite. Seria exagero tomar a entrevista de Dona Negrinha como portadora de uma percepção totalizadora da memória Guató, especialmente porque a história do grupo é

[3] Nas entrevistas em questão estivemos os pesquisadores Jorge Eremitees de Oliveira e Eudes Fernando Leite.
[4] Sobre os Guató, consultar OLIVEIRA, Jorge E. de. *Guató*; argonautas do Pantanal. Porto Alegre: EPUCRS, 1996.

peculiar, assim como a da narradora. Não obstante, a memória de Dona Negrinha é importante até mesmo pelos lapsos e incongruências que se apresentam no conjunto das entrevistas e ao serem avaliadas sob o perfil histórico Guató.

A narrativa traz informações sobre a vida da entrevistada articulada ao contexto cultural em que Dona Negrinha estruturou sua própria identidade. Não menos significativo que os traços indicadores das relações com os Guató são as referências a fatos indicativos da perda de um momento áureo que se tornou algo afastado no passado; momentos de vida que são recordados como mais ricos que o presente. Essa característica, segundo compreendo, é inerente a memórias de pessoas mais idosas e que se enxergam numa situação de desprendimento da história vivida, ainda que contrariando parte da vontade pessoal. Em tal circunstância o presente parece perder força especialmente quando o narrador se refere às ligações familiares e a pessoas que morreram.

Um dos pontos marcantes é a lembrança da mãe. D. Negrinha afirma, ao ser perguntada sobre sua infância, que não se lembra, ainda que um fio de memória permitiu dizer que [...] *a única coisa que me lembro... mamava na minha mãe*! Ao mesmo tempo, vem a lembrança do local de moradia no Pantanal, o aterro, lugar de morada e de memória coletiva já que esses espaços guardam fragmentos da cultura material do grupo. Para ela, *[...] to sentindo sozinha porque tá morrendo todo meu pessoal!* Nesse rememorar a gastronomia também se faz presente, até mesmo por contrates com a alimentação urbana: peixes, capivaras, jacarés, tatus, pássaros, cervos, veados, caititus, onças e caramujos. Macaco não, bugiu sim! Além de contar sobre o que a natureza oferecia também nos conta sobre como preparar algumas caças e certas propriedades terapêuticas de plantas e animais.

Mas a história Guató é complexa o suficiente para ser apreendida pela memória de um individuo embora alguns eventos recordados possam ser associados à história nacional. Essa situação se dá quando a narradora menciona a possível destruição do acampamento Guató, às margens do Rio Paraguai. Esse local cuja existência é obscura porque a narradora afirma que a presença indígena Guató em Corumbá funcionava como uma espécie de posto que deveria impedir a circulação de outros grupos *bárbaros*, na expressão de D. Negrinha.

Na entrevista, como já foi apontado, apareceram diversos temas que podem ser melhor trabalhados partindo da compreensão de que a fonte oral adquire maior expressão ao ser submetida à uma problemática particular. O conjunto de narrativas de Dona Negrinha, sem prejuízo, das informações que traz não pode, a meu ver, ser analisado como uma fonte cuja estrutura funcional é a oralidade e, o que poderia ser denominada, de memória evocada cujas

marcas são as referências às experiências rememoradas. Em tempo, considero que a memória, em definição simplíssima, [...] *no sentido básico do termo, é a presença do passado* (ROUSSO, 1996: 94). É certo que esse passado está sinalizado pelas indagações feitas à entrevistada e ao ser retomado aparece na entrevista como elaboração ou compreensão mediada pelo tempo e amadurecimento da entrevistada.

A história de vida da entrevistada integra o repertório das múltiplas ocorrências de integrantes das sociedades "marginalizadas" ao longo da história brasileira em que um dos traços mais recorrentes e que se apresenta como um problema irresoluto é a expulsão de suas áreas tradicionais.[5] Dona Negrinha, em vários momentos das entrevistas, disseca sua memória revelando os lados mais sombrios de sua vida na condição de criança, de mãe, de mulher constantemente violentada e, por fim, uma espécie de exilada na cidade.

Do ponto de vista da História, a narrativa de Dona Negrinha apresenta fortes referências à Guerra contra o Paraguai, a expulsão dos Guató da Ilha Ínsua, o período de permanência do grupo na periferia da cidade de Corumbá e as disputas políticas pela liderança no processo de retorno à área tradicional. Sobre este último aspecto, a narradora deixa a entender que o retorno à região Pantaneira da ilha Ínsua, do Caracará (ou Cracará) provocou alterações significativas na forma de condução do processo de organização do grupo e, especialmente, nos elementos que integram a sustentação das relações de poderes *no e* sobre o grupo. A questão de fundo é o espaço que os mais velhos perderam para jovens lideranças as quais passaram a sustentar sua ação em outras bases além daquelas imanentes ao grupo.

Neste texto não se procura esgotar os temas recorrentes na entrevista, mas destacá-los como integrantes de um referencial memorativo. Essa circunstância um duplo viés, qual seja o da narradora e aquele dos entrevistadores.

O conteúdo das entrevistas traz duas características importantes: a) a memória de Dona Negrinha e, b) as razões que articularam a provocação dessa memória por parte dos entrevistadores. Na primeira situação, Dona Negrinha definiu como transformaria suas lembranças em narrativa a ser partilhada com os entrevistadores, embora as indagações nos parecessem precisas o que foi trazido para a "conversa" apareceu claramente filtrado pelos lapsos e mais ainda pela vontade da entrevista em tratar daquele tema. Mesmo a respeito da presença indígena Guató na cidade, fato decorrente da expulsão do grupo de suas áreas tradicionais por fazendeiros, ganha um significado peculiar na entrevista, principalmente porque o fenômeno adquire um sentido pouco estrutural e mais pessoal.

---

[5] Sobre a desterritorialização e reterritorialização Guató ver RIBEIRO, Marilene da S. 2005.

A respeito da segunda característica pode-se apontar que os historiadores movidos pelas indagações de seu tempo e ao voltaram o olhar para o passado superam bastante o próprio ato de elaborar conhecimento histórico. No tema em questão surge a problemática da compreensão das particularidades regionais enquanto razão da atenção do historiador sobre as múltiplas dimensões da história de "histórias" que ocorrem nos encontros de sociedades distintas. E aqui reaparece a questão central da pesquisa e, ainda, do que estamos praticando na condição de historiadores atualmente. Ao enfocar a entrevista de Dona Negrinha configura-se a compreensão de que há fenômenos recorrentes na história brasileira os quais se misturam ao processo de consolidação do entendimento de que há uma sociedade definida historicamente.

A memória ou fragmentos desta que aparecem nas entrevistas é tomada como componente de uma história de inserção e diálogo individual na sociedade não indígena, embora essas mesmas entrevistas reflitam experiências que são também do grupo Guató. O olhar do pesquisador sobreposto ao da entrevistada permite o estabelecimento de um conjunto informativo sobre um povo que se transformou, como resposta ao processo de colonização da região que foi tomada por projetos alheios aos interesses indígenas.

Tomando-se esses pontos é possível considerar que os estudos comprendidos como pertinentes ao tempo presente de fato trazem para a pauta historiográfica as continuidades da história. Se consideramos que há uma história *do hoje* esse fenômeno decorre do alargamento da noção de história e mesmo de sua tradicional ligação com o passado. A memória e a identidade parecem estar distantes de uma finalização enquanto objeto de análise no campo histórico porque ambas conferem algum tipo de sentido ou identidade ao fazer historiográfico. É nessa teia do presente que se encontra nossa relação sistêmica com o pretérito e configura o ato propositivo de uma compreensão sobre o passado, ainda que o passado seja estabelecido como problemática do tempo presente.

Referências bibliográficas.

Caderno Mais! *Jornal Folha de São Paulo*, 17 de dezembro de 2006.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/Cosmos, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Edunicamp, 1992.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na História*; comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Campo Grande;EDUFMS, 2003.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de M e AMADO, Janaína (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: EFGV, 1996. p. 94-101.

OLIVEIRA, Jorge E. de. *Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre, EPUCRS, 1996.

RIBEIRO, Marilene da S. *Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX)*. Dourados. 2005.146p. (Mestrado em História). UFMS.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O livro didático no cotidiano: a atuação do professor de história em questão

Isaíde Bandeira Timbó*

Resumo: Um dos objetivos desta pesquisa em andamento é identificar como acontecem os processos de escolhas e usos dos livros didáticos de História nas escolas públicas, através da atuação do professor de História. A percepção do que existe para além do dito nas linhas e entrelinhas desta literatura, dependerá muito do docente. Como acontece o processo de escolha dos livros didáticos de História nas escolas da rede pública do Ceará? Quais as coleções mais adotadas nestas escolas? Quais os usos que se faz do livro didático em sala de aula? A metodologia: realização de entrevistas com Secretários(as) Municipais de Educação, diretores de escolas e professores de história, observação em sala de aula e ainda aplicação de questionários aos alunos do Ensino Fundamental II.
PALAVRAS CHAVES: ENSINO DE HISTÓRIA, LIVRO DIDÁTICO E ESCOLA.

Abstract: One of the objectives of this research in process is to identify how the processes of choices and uses of the text books of History happen at the public schools, through the teacher's of History performance. The perception of what exists for besides the statement in the lines and implied sense of this literature, it will depend a lot on the teacher. How does the process of choice of the text books of History happen at the schools of the public net of Ceará? Which the collections more adopted at these schools? Which the uses that it is done of the text book in class room? The methodology of accomplishment of interviews with Secretaries of Education, directors of schools and history teachers, observation in class room and still application of questionnaires to the students of the Fundamental Teaching II.
KEY WORDS: TEACHING OF HISTORY, TEXT BOOK AND SCHOOL.

1- Introdução

Na sociedade contemporânea, a escolha do livro didático é algo inerente à função docente. É um momento que requer, em tese, que venham à tona seus princípios teórico-metodológicos adquiridos no decorrer do curso de licenciatura. Neste contexto é possível dissociar teoria do conhecimento, teoria histórica, conteúdo e metodologia de ensino? Como se tornar sujeito histórico frente às imposições legais e às (im)possibilidades de rompimento?

Os usos que se faz dos livros didáticos de História, no caso desta pesquisa em andamento, os do Ensino Fundamental II (6º. ao 9º. Ano) dependerá muito da atuação do professor em sala e de sua relação pedagógica com os alunos. Como destaca SCHMIDT, "Na sala de aula se realiza um espetáculo cheio de vida e de sobressaltos."(1999:56).

De acordo com uma breve pesquisa (aplicação de questionários) de sondagem que fiz em algumas escolas do Sertão Central do Ceará sobre os livros adquiridos, em geral, as

coleções de livros didáticos de História mais adotada pelos professores nas escolas públicas são justamente aquelas menos recomendadas pelo Guia de Livros Didáticos do PNLD. Como acontece o processo de escolha dos livros didáticos de História nas escolas da rede pública municipal do Ceará? Que tipo de avaliação é feito pelo professorado ao escolher o livro didático? O Guia de Livros Didáticos/PNLD é consultado? Caso afirmativo, como?

E, ainda, como cada livro didático é imbuído de uma proposta de ensino-aprendizagem com definições educacionais (proposta pedagógica) e historiográficas, é pertinente ainda indagar: Que uso se faz do livro didático nas aulas de História? Que práticas escolares, professores e alunos estão fazendo no seu cotidiano dos livros didáticos de História?

2- A Educação Escolar e o Ensino de História

A educação ultrapassa os limites de um saber sistematizado, pois se processa na relação entre os seres humanos, num convívio social, na interação e assimilação de um conjunto complexo de valores, conceitos, atitudes, hábitos e idéias que permeiam a sociedade e se refletem de maneiras diferentes em sala de aula. Por isso, é pertinente a afirmação de FREIRE de que "a educação é uma forma de intervenção no mundo" (1998:110), com um papel de impacto para transformação reflexiva frente à realidade.

É preciso entender a escola como um espaço social e engajado na sociedade, não podendo a educação formal, de modo especial a disciplina História, se furtar das transformações que se processam no cotidiano. De acordo com APPLE (1983), a escola tem duplo papel: reprodutora da ideologia dominante por um lado e, por outro, estimuladora das lutas contra as injustiças, mediante projetos alternativos de ensino, com práticas pedagógicas inovadoras a partir de uma concepção educacional que se contraponha à pedagogia tradicional e favoreça o pensamento crítico.

O ensino de História a cada dia, de modo especial, a partir da última década do século XX, ganha relevância como área de pesquisa, e já ocupa o pensar e o produzir de muitos educadores e historiadores, a se refletir na programação de Encontros Regionais e Nacionais da Associação Nacional de História (ANPUH) como, por exemplo, o último Encontro Nacional de História, que ocorreu em julho de 2005 em Londrina, no qual houve a apresentação de 08 (oito) Simpósios Temáticos[1] ligados a área do Ensino de História, cada um

[1] *Simpósio Nacional de História* (23:2005: Londrina, PR). Programas e Resumos [do] XXIII Simpósio Nacional de História: guerra e paz/Associação Nacional de História – ANPUH. – Londrina: editorial Mídia, 2005. 579p. ISBN 85-98711-02-0.

com uma média de 30 trabalhos, perfazendo um total de 269 (duzentos e sessenta e nove) trabalhos apresentados. Estes e outros encontros focalizaram tanto a produção historiográfica, quanto às experiências e pesquisas desenvolvidas no âmbito do Ensino de História.

Como lembra DEMO, a "educação qualitativa é precisamente aquela que constrói a capacidade de questionar, para melhor agir."(1994:50) Destarte, os questionamentos são suscitados e a busca pelas respostas se dá numa troca de experiências práticas, de acordo com o cotidiano, na compreensão de que ensinar História, ou qualquer outra disciplina, não é mero treinamento da memória, mas, antes, formação de capacidade crítico-reflexiva.

3- O Livro Didático e as Políticas Governamentais

É importante contextualizar que o Estado brasileiro interfere na produção do livro didático desde quando a educação escolar passou a ser responsabilidade sua, no Período do Império. No século XIX, o texto didático deveria visar à formação da identidade nacional, tanto que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fez em 1837 um concurso de monografia para escolher a melhor História do Brasil a ser contada nos livros didáticos e aprovou o trabalho do alemão Von Martius, que defendia a tese da contribuição das três raças para formação do povo brasileiro, eliminando as contradições e conflitos pertinentes à formação do povo brasileiro. Em seguida, o Colégio Pedro II, a partir de 1838, passou a popularizar a História oficial, com o viés quadripartite de perspectiva européia.

Com a Proclamação da República brasileira houve a necessidade de se formar um sentimento de patriotismo. Nessa perspectiva, o livro didático de história se pautava por uma história cronológica identificada com os grandes vultos nacionais, em detrimento da experiência de outros sujeitos históricos, e cuja temática central era a nação. Assim, para se "aprender" História, bastava memorizar fatos e datas da História oficial e ser capaz de reproduzir nas provas e tirar "dez" (como diz a música de Gabriel – O pensador: "...não aprendi nada, mas tirei dez, quero ver quem me reprova..." [2]).

Em 1929, o Estado brasileiro criou o Instituto Nacional do Livro (INL) para legitimar o livro didático e estimular sua produção. E, através do Decreto-Lei no. 1.006, de 30 de dezembro de 1938, instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), e esta passou a ser a primeira política de legislação, controle e produção do livro didático.

Com a Ditadura Militar imposta em 1964, frente à massificação do ensino (que foi impulsionada a partir de 1950), a indústria cultural produtora de livros didáticos teve grande

[2] Pensador, Grabriel O. CD: *Ainda é só o começo*. Faixa 6: "Estudo Errado". Rio de Janeiro: Sony Music, 1992.

ascensão, entretanto, para obter subsídio do governo, os livros precisavam estar de acordo com a ideologia de Segurança Nacional. Assim, FONSECA afirma que "...os novos programas curriculares elaborados e implementados na década de 1970 se corporificaram no livro didático."(2003:50)

Vale lembrar que nesse período aconteceram os acordos MEC e USAID (Ministério da Educação e Agency for International Development of United States), para coordenar ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Então, pela portaria no. 35, de 11 de março de 1970, o MEC implementou o sistema de co-edição de livros com as editoras nacionais com recursos do INL.

Neste contexto, a tecnização da formação escolar em História se fortaleceu pela perda e descaracterização da identidade desta disciplina, viabilizada pela integração da História e da Geografia numa nova disciplina, denominada Estudos Sociais (Cf. FONSECA, 1993), e do aprofundamento da vinculação aos princípios da Educação Moral e Cívica e Organização Sócio-Política Brasileira (OSPB).

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) surgiu pelo Decreto no. 91.542, de 19 de agosto de 1985, tendo como função avaliar, indicar, comprar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas. Então, o governo brasileiro traçou uma política de ação educacional em torno do livro didático, fato que acabou gerando uma espécie de controle do mercado editorial de livros didáticos, pois os livros que não se coadunassem com as propostas oficiais de ensino não eram indicados e conseqüentemente diminuiria seu público e seu lucro.

Nos anos de 1990, houve um processo de descentralização da seleção dos livros didáticos, que passou a ser feita pelos próprios professores e enviada ao Governo. Desta forma, o PNLD em 1995 reconfigurou-se e, no ano seguinte, iniciou-se o processo de avaliação pedagógica para os livros inscritos para o PNLD/1997. Assim surgiu o 1º Guia de Livros Didáticos.

É considerável o montante governamental para produção e a distribuição de livros didáticos nas escolas. O investimento que o governo federal brasileiro fez na última compra de livros didáticos foi em torno de R$ 680 milhões, [3] através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por isso, a produção didática tem-se adequado (pelo menos buscado) ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tanto no que diz respeito aos aspectos pedagógicos quanto historiográficos.

[3] Informações fornecidas pela professora Margarida Dias no minicurso denominado: "De herói ou vilão a material didático por um novo olhar sob o livro didático de História.", no II Encontro Estadual da ANPUH/RN, que se realizou em Caicó, em maio de 2006, do qual tive oportunidade de participar.

No Guia do Livro Didáticode 1999, salienta-se que os critérios de avaliação para escolha do livro didático pautam-se sob três aspectos principais: correção dos conceitos e informações básicas; correção e pertinência metodológicas; contribuição para a construção da cidadania. Conforme o último (2005) Guia do Livro Didático, esses critérios continuam válidos, mas não há mais menções distintivas às obras, que até então eram acompanhadas, por exemplo, por estrelas, pois chegaram à conclusão de que uma obra pode ser muito boa e não ser a mais adequada à realidade escolar específica. Entretanto, a avaliação dos pareceristas responsáveis pelas resenhas no GUIA valoriza obras com o seguinte perfil:

> *"...que contribuam para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas como observação, investigação, compreensão, argumentação, organização, memorização, análise, síntese, criatividade, comparação, interpretação, avaliação."(2004:204)*

Assim, é fundamental compreender como se dá à escolha do livro didático e os diferentes usos que os professores fazem dele em sala de aula, pois, a depender de sua escolha e uso este material didático favorecerá ou não a reflexão e a construção do saber histórico. Entretanto, é inegável que a "recepção feita pelos usuários é variada..." (BITTENCOURT, 2004:317).

4- A Atuação Docente e o Livro Didático de História

Uma sala de aula tem encantos e mistérios imprevisíveis, como anota NETO: "A aula, toda ela, todas elas, devem ser um ato de amor, uma dança, (...), um ato político, uma manifestação de indignação contra as injustiças."(1999:mimeo). Nesta perspectiva convém salientar que no ensino-aprendizagem de História é imprescindível problematizar o que será ensinado, por exemplo, a partir do que consta nos livros didáticos, fazer indagações que estimulem docentes e discentes a pensarem de forma reflexiva e que favoreça uma postura transformadora diante da sociedade, como protagonistas da cena histórica que se desenrola a cada dia.

É inegável que ainda hoje, primeira década do século XXI, o livro didático constitui-se a principal fonte de trabalho e estudo para muitos docentes e discentes, tendo em vista seu fácil acesso e promoção governamental, além da divulgação "gratuita" das editoras responsáveis por este mercado. Contudo, segundo FONSECA (2003), nos debates sobre Ensino de História uma questão é recorrente: ou o livro didático é apresentado como o "bode expiatório", ou "panacéia universal" para todos os problemas da educação escolar.

As finalidades do ensino de História sofreram diferentes transformações que interferiram e interferem na produção do livro didático. A escolha do material didático requer compromisso do docente e da comunidade escolar perante a formação do aluno. Conforme destaca ABUD, o livro didático

> *é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado conhecimento do homem comum. É ele o construtor do conhecimento histórico cujo saber não vai além do que lhe foi transmitido pela escola..(1986:81)*

Vários profissionais trabalham para que o livro didático chegue até os alunos, e este passa de modo especial por três etapas: produção, circulação e consumo. A parte que nos interessa, fundamentalmente, é a terceira, da qual, de acordo com CERTEAU (1994), não há consumo passivo, pois no cotidiano há inúmeras maneiras de fazer uso de algo material.

O livro didático veicula valores e ideologias, através de características básicas: primeiro a forma, segundo, os conteúdos históricos escolares conforme orientações curriculares oficiais, e em terceiro, os conteúdos pedagógicos, pois divulga não só conteúdos específicos da área, mas também uma concepção de aprendizagem. Entretanto, de acordo com WASSERMAN (2000), o debate sobre o livro didático não pode mais ser simplificado a questões como anacronismo, eurocentrismo, cronologia, dualismo.

Afinal, como instrumento pedagógico, o livro didático pode até condicionar o trabalho em sala de aula, uma vez que traz textos carregados de razões ideológicas e econômicas, exercícios, além de outras sugestões de trabalho. Contudo, BINTTENCOURT (1998) ressalta que este fato, dos múltiplos usos possíveis, merece maior atenção dos pesquisadores e lembra:

> *...preocupações atuais recaem na compreensão das relações entre conteúdo escolar e métodos de aprendizagem expressos nessa literatura pedagógica, (...), dos vínculos entre políticas públicas educacionais e os processos de escolhas desses livros pelos professores e dos diferentes usos que professores e alunos fazem do material. (BITTENCOURT, 2004:306)*

Trabalhar com o livro didático requer, portanto, uma série de conhecimentos, historiográficos e pedagógicos que otimizem sua utilização, percebendo-o como um documento que comporta vários outros documentos na sua estrutura, ou seja, além do texto principal de cada capítulo, um volume didático traz, em geral, uma série de fontes textuais e iconográficas, como também diferentes linguagens visuais (exs.: charges, maquetes, quadros, gráficos, representações cartográficas, esquemas, ilustrações etc), que podem favorecer à uma

"série de técnicas de aprendizagem" (BITTENCOURT ,1998:71). O livro didático é, assim, um caleidoscópio, com diferentes possibilidades de uso.

Também nesta perspectiva, FONSECA chama a atenção dos docentes para a compreensão de que "...o livro didático é uma das fontes de conhecimento histórico e, como toda e qualquer fonte, possui uma historicidade e chama a si inúmeros questionamentos."(2003:56). Esta posição exige uma formação profissional decente, ou seja, responsável, com abordagens teórico-metodológicas consistentes, fazendo interagir ensino e pesquisa no decorrer de toda a licenciatura e da formação continuada (em serviço).

5. Considerações Finais

Desta forma, é possível arriscar a seguinte afirmação: a qualidade do ensino de História na Educação Básica passa pela escolha e pelos diferentes usos que se faz do livro didático no cotidiano escolar.

Este debate requer uma rearticulação com os conteúdos estabelecidos e, quando possível, a superação da ordem cristalizada destes, no processo constante da disputa, entre táticas e estratégias. O que exige uma percepção para além do simplismo de classificar o livro didático como "vilão" ou "panacéia" pois, agindo assim, continuar-se-á na incansável busca do livro didático ideal, que se sabe não existir.

Entre o oficial e o real, há um mundo a ser pesquisado, no qual se encontram as diferentes maneiras de lidar com os livros didáticos. Então é urgente a percepção do ensino de História como objeto de pesquisa como salienta OLIVEIRA (2002), para que não só a externalidade da sala de aula sejam estudadas, mas também a internalidade, para que uma ação (trans)formadora da consciência crítico-reflexiva possa de fato acontecer nas aulas de História de inúmeras escolas da Educação Básica.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. "O livro didático e a popularização do saber histórico." In: SILVA, Marcos A da Silva. *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, 1986.

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. "Livros e Materiais Didáticos." In.: _____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional do Livro Didático – Guia de Livros Didáticos. Brasília, 1999.

CERTEAU, Micheu de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Frerreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. *Educação e Qualidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. "Livros didáticos e paradidáticos de História. In: _____. *Didática e Prática de Ensino*. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. São Paulo: Papirus, 1993.

_____. *Didática e Prática de Ensino*. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da Autonomia*: Saberes necessários à pratica educativa. São Paulo: Cortez: Paz e Terra, 1998.

GUIA de livros didáticos 2005: vol. 5: História. Nabiha Gebrim (cood.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História*: Novos Objetos. 4ª edição. Tradução de Terezinha Marinho, Revisão Técnica de Gadial Perruci. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o Ensino de História*. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. "O Ensino de História como Objeto de Pesquisa." In: *SAECULUM*: Revista de História – No. 6/7 Jan. Dez. 2000/2001 – João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. "O livro didático e o ensino de História". In. SCHIMIDT, Maria e CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

_____. "Saber Histórico na Sala de Aula". In.: *ANAIS. III Encontro Perspectivas do Ensino de História.* Curitiba: Aos 4 ventos, 1999.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. “A Aula”. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Mimeo, 1999.

WASSERMAN, Claudia. “O Livro Didático: aspectos teórico-metodológicos relevantes na sua produção.” In.: GLAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et ali (orgs). *Questões da Teoria e Metodologia da História*. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A questão nacional na "Carta à nobreza cristã da nação alemã", de Martinho Lutero (1520)

João Henrique dos Santos [1]

Resumo: Ao redigir a *Carta à Nobreza Cristã da Nação Alemã sobre a Melhora do Estamento Cristão*, Lutero não se dirigiu apenas ao recém-eleito imperador Carlos V ou ao Grande Eleitor, Frederico, mas a toda a nação alemã. MacCulloch ressalta que a *Carta* era um documento de ruptura com o Papado, visto afirmar que, ao contrário de ser o vigário de Cristo na terra, o Papa era um impostor e uma ameaça para o bom governo do Império. Acentua, ainda, que "este é freqüentemente chamado um livro nacionalista", sendo a questão explorada por Lutero, que afirmava no início da *Carta*, que "a aflição e dificuldade que oprimem todos os estamentos da cristandade, sobretudo os territórios alemães (...) obrigou-me também a gritar e clamar, [para ver] se Deus haveria de conceder a alguém o Espírito de estender sua mão à miserável nação alemã**".**

Abstract: By writing the *Address to the Christian Nobility of the German Nation concerning to the improvement of the Christian Estate*, Martin Luther addressed not only to the newly elected emperor Charles V or to the Great Elector Frederick of Saxony, but to all the German Nation. MacCulloch emphasizes that the *Address* was a declaration of breakthrough with the Papacy, as in it was stated that instead of being Christ's deputy on earth, the Pope was an impostor and a threat to the good government of the Empire. This author remarks, yet, that "this is often called a nationalist book", being this point exploited by Luther, who, at the beginning of the *Address* that "all the estates of the Christendom, particularly in Germany, are now oppressed by distress and affliction. (…) It has even compelled me now at this time to cry aloud that God may inspire someone with his Spirit to lend a helping hand to this distressed and wretched nation".

"Com a Reforma, os protestantes fizeram sua revolução". (Hegel)

O DOCUMENTO

A *Carta* foi escrita, em alemão, em junho de 1520, sendo a dedicatória feita a Nicolas von Amsdorf datada de 23 de junho desse ano. Dentre os importantes documentos redigidos pelo Reformador naquele ano, a *Carta* é o que apresenta mais acentuadamente um duplo papel, sendo a um só tempo teológico-pastoral e político.

[1] Mestre em História Social (UFRJ); Doutorando em Ciência da Religião (UFJF); Professor da Universidade Gama Filho. E-mail: jhsantos@mandic.com.br

Investiu Martinho Lutero contra "as três muralhas erigidas pelos romanistas", a saber: a distinção entre estamento espiritual, o Papa e todo o clero, e estamento secular, príncipes, senhores, artesãos e agricultores; a exclusividade na interpretação da Escritura, e a terceira muralha sendo o absolutismo papal.

Já em sua dedicatória (que é feita ao cônego Nicolas von Amsdorf), Lutero explicita que as propostas que ele fazia eram para "caso Deus queira ajudar sua Igreja através dos leigos, uma vez que o clero, a quem isto caberia com muito mais razão, se descuidou disso por completo" (LUTERO, 2000: 279), o que evidencia que ele, de certa forma, já perdera ,àquela altura, a confiança em que pudesse haver alguma reforma a partir do seio eclesiástico.

Por entender que somente através da intervenção dos nobres alemães e do próprio Imperador Carlos V é que reformas se poderiam fazer na Igreja, Lutero inicia o texto de sua *Carta* ponderando que os papas oprimiram os Imperadores Frederico I e Frederico II "e muitos outros imperadores alemães que o mundo temia" (LUTERO, 2000: 280) pois estes confiaram em seu poder e não no poder de Deus, advertindo ao Imperador que era necessário ter certeza de que nessa questão não se lidavam com seres humanos, "mas com os príncipes do inferno" (LUTERO, 2000: 281).

A associação do Papa e do Papado ao anticristo e às potências infernais, respectivamente, não era nova na argumentação de Lutero, pois este já o fizera quando de sua audiência com o Cardeal Cajetan [2], como lembra MacCulloch (MACCULOCH, 2004: 128); contudo, esta era a primeira vez na qual isso era expresso em um documento.

Visando a esvaziar o poder temporal do Papado, Lutero argumentou que, quando pressionados pelo poder secular, argumentaram os pontífices romanos que o poder secular não tinha direito sobre eles. Quando interpelados com base na Escritura, os papas argumentavam que somente a eles cabia a interpretação da Escritura Sagrada, e, por fim, quando instados a convocar um concílio, negavam-se afirmando que somente o Papa tem a autoridade para convocar concílios. Esta última argumentação, de fundo teológico, era a principal reivindicação de Lutero desde 1517, sendo reiteradamente negada pelo Papa Leão X.

Ao defender o sacerdócio universal de todos os cristãos batizados, sem qualquer privilégio aos clérigos ordenados, Lutero não apenas equipara o estamento secular ao

[2] Essa entrevista, em 07 de outubro de 1518, foi determinada pelo Papa, que nomeou o Cardeal Cajetan como legado pontifício, e tinha por objetivo a retratação de Lutero e sua abjuração de seus escritos e pregações, especialmente as "95 Teses".

espiritual, como o faz superior a este, uma vez que aos nobres e aos príncipes é confiada a guarda e o provimento do bem-estar da população.

Lienhard salienta que, neste documento, Lutero explicitava que "a Igreja é a comunhão dos crentes" (LIENHARD, 2006:846), significando assim um rompimento com a Igreja institucionalizada, embora Léonard reconheça que "o sacerdócio universal não impede o ministério especializado" (LEONARD, 1988: 60).

Porém, é ao investir contra os privilégios materiais e terrenos dos eclesiásticos que Lutero se dirige com mais ênfase ao Imperador e aos príncipes alemães, quase que os instando a cancelar as anatas recolhidas pelos nobres em favor da Santa Sé, e questionando a legitimidade de outras benesses concedidas ao estamento espiritual, dentre os quais a venda de prebendas e feudos pelos bispos e pelo Papa (LUTERO: 2000: 297 ss.).

O documento transita entre o temporal e o espiritual todo o tempo, propondo inclusive que, na concertação para forjar a unidade dos alemães, se chegasse a um acordo com os boêmios, com os quais havia tensões desde a condenação e a execução de Jan Hus.

É concluída a *Carta* com 26 propostas de Lutero ao Imperador e aos nobres, abrangendo aspectos da vida civil e religiosa, que se poderiam chamar de um manual sobre a condução da direção eclesiástica pelo estamento civil, sendo proposto ser abolido todo poder secular do Papa e dos bispos, tarefa que Lutero entendeu que poderia ser confiada ao Imperador e aos nobres alemães. Nas palavras de Léonard, "o poder temporal tem, por função, o direito de intervir [nas matérias eclesiais] por solicitação do ministério especializado" (LEONARD, 1988:61).

AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Como Skinner salienta (SKINNER, 2005:12-19), a teologia de Lutero teve uma profunda repercussão política, sendo que na *Carta*, "o foco do ataque de Lutero não eram os abusos dos poderes da Igreja, mas, antes, o direito de a Igreja reclamar algum direito na sociedade cristã" (SKINNER, 2005:13). Isto, associado à pregação do sacerdócio universal dos cristãos, provocou uma rejeição da lei canônica. Esta serviria apenas para que os eclesiásticos permanecessem isentos de julgamento e punição pela lei civil (LUTERO, 2000:283 e SKINNER, 2005:13).

As idéias de Lutero sobre esse tema seriam mais explicitadas no tratado *Sobre a autoridade civil*, publicado em 1523, o qual se constitui no mais importante documento sobre o pensamento político do reformador alemão.

É importante salientar que Lutero, com esse escrito visava à salvação do indivíduo e a melhora da sociedade, ainda que esta, "formada por pecadores, seria sempre pecadora e perversa" (LEONARD, 1988:69). A sociedade somente entraria no Reino de Deus – que é distinto do Reino da Graça e da redenção, na teologia luterana -, onde haveria o estabelecimento de uma economia da criação e da lei, quando cada homem encontrasse sua vocação divina em seus deveres de estado. Para tanto, o estamento secular deveria promover todas as condições para que isso viesse a ocorrer.

Importante é a observação feita por Schulze (SCHULZE, 1997:57):

> *Também no centro da Europa, no Santo Império Romano-Germânico, se revelou que a luta pelo poder do Estado era extensiva aos combates pela Igreja. Contrariamente aos outros Estados da Europa Ocidental, tinham sido aqui constituídas duas estruturas políticas que se encontravam em concorrência. De um lado, havia o imperador e o Império, este último representado pelos diferentes estados da Dieta; de outro, a multiplicidade dos territórios e das cidades que haviam precedido o Império – em diversos graus – no caminho para a estatização".*

Este autor aponta os diferentes estados, ducados e cidades-estado cuja unificação havia sido tentada por Maximiliano I, e que Carlos V, que o sucedera, tentaria implementar como a *Monarchia universalis*, englobando, além da Alemanha, a Boêmia, Milão, a Espanha e os territórios ultramarinos recentemente descobertos. Schulze registra que "Carlos V tinha plena consciência de que esse imenso império não poderia ser transformado em um Estado moderno sem limitar o poder do papado" (SCHULZE, 1997:57).

Desta forma, pode ser entendido que os postulados de Lutero iriam ao encontro dos anseios não apenas dos nobres alemães, mas também do próprio Imperador.

CONCLUSÃO

Todos os biógrafos de Lutero e os historiadores dedicados a estudar a Reforma Protestante são convergentes na opinião de que os escritos de Lutero de 1520 são mais do que os textos e sermões de 1517 a 1519 os marcos referenciais da Reforma. Se outros textos serviram para balizar teologicamente a Igreja que se desejava, a *Carta à Nobreza Cristã* vai além disso: propõe as diretrizes para a condução da Igreja pela autoridade secular, que tinha a obrigação de intervir nas ações da Igreja a pedido do sacerdócio ordenado.

A *Carta* ainda aponta no sentido de que as soluções para os problemas que o estamento cristão da população alemã enfrentava encontravam-se dentro da própria Alemanha, sendo o Papa e as demais autoridades católicas romanas referidas sempre como usurpadoras de poderes e, no limite, inimigas da nação alemã. Desta forma, era o dever dos

príncipes alemães e do próprio Imperador defender o povo, mitigar-lhe os sofrimentos, ainda que, para isso, devessem confrontar todos os "romanistas" e mesmo o Papa.

Ainda que não seja citada explicitamente por Elias em sua obra *Os Alemães*, a *Carta*, ou melhor, seu espírito permeou toda uma ideologia que culminou na unificação da Alemanha no século XIX, como se nota nas referentes passagens que referem as relações entre os príncipes alemães naquela quadra de tempo.

Citando Benedetto Croce, "a Reforma, na época que é denominada a partir dela, foi muito mais um grande fermento do que uma revolução espiritual" (CROCE, 2006:111). Desta forma, deve ser entendida a *Carta* como uma semente que viria a germinar, florescer e frutificar nos anos seguintes, mas cujos efeitos e frutos chegam à contemporaneidade, sendo ressignificados e reinterpretados ao longo da história da nação alemã. Que seja neste caso entendida a Nação como anterior à formação do Estado e como sua edificadora.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRECHT, Martin. *Martin Luther – his road to Reformation 1483-1521*. Minneapolis: Fortress Press, 1993.

CROCE, Benedetto. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Martin Luther: un destin*. Paris: Quadrige/PUF, 1999.

GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. (org.). *El Imperio de Carlos V – Procesos de Agregación y Conflictos*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2000.

GIORDANI, Mário C.. *História dos séculos XVI e XVII na Europa*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GISEL, Pierre e KAENNEL, Lucie (orgs.). *Encyclopédie du protestantisme*. Paris: PUF, 2006.

HÖPFL, Harro (ed.). *Luther and Calvin on secular authority*. New York: Cambridge University Press, 2005.

JOHNSTON, Pamela e SCRIBNER, Bob. *The Reformation in Germany and in Switzerland*. New York: Cambridge University Press, 1999.

LEACH, Katherine. *The German Reformation*. New York: Palgrave, 1991.

LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas (vol. 2)*. S. Leopoldo: Sinodal, 2000.

_____. *Three Treatises*. New York: Fortress Press, 1970.

MACCULLOCH, Diarmaid. *The Reformation – a History*. New York: Penguin Books, 2003.

PETTEGREE, Andrew (ed.). *The early Reformation in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. *The Reformation World*. New York: Routledge, 2002.

PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RUBLACK, Ulinka. *Reformation Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SCHULZE, Hagen. *Estado e Nação na História da Europa*. Lisboa: Presença, 1997.

SCHWIEBERT, Ernest G.. *Luther and his times – The Reformation from a new perspective*. New York: Concordia Publishing, 1950.

TREVOR-HOPER, Hugh. *The Crisis of the Seventeenth Century – Religion, the Reformation and Social Change*. Indianapolis: Liberty Fund, 1967.

WYLIE, James Aitken. *The History of Protestantism*. London: Cassell, 1878.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Epistemologia da História e sua reterritorialização no ensino

Rosa Maria Godoy Silveira*

Resumo: Este trabalho trata dos deslocamentos epistemológicos contemporâneos na História (processo), mapeando condicionantes, processos e efeitos na reconfiguração dos domínios da História-conhecimento, e problematizando tais mudanças no âmbito do paradigma hegemônico. Também examina o trinômio memória-identidade e historiografia em suas relações com os processos de socialização no ensino de História, educando no e para a temporalidade.
Palavras- chave: Epistemologia–Memória e Historiografia–Ensino de História

Abstract: This work deals with the epistemology's displacements of the historic present, mapping conditions, processes and effects towards a reconfiguration of the History's domaines as knowledge; and putting in problem these changes in the scope of current hegemonic paradigm. It also examines Memory-Identity-Historiography in its relationships with the socialization processes in the History education in and for the temporality.
Keywords: Epistemology–Historiography–History Teaching

Introdução

Os processos históricos da 2ª. metade do século XX a esta data vêm tendo efeitos consideráveis sobre a Humanidade, tanto em extensão quanto em profundidade. Se tem sido polêmica a sua configuração e, por conseguinte, a sua denominação[1] —, é consensual que os seus impactos sobre a organização do conhecimento (produção e transmissão) têm-se manifestado sob a forma de deslocamentos epistemológicos e educativos, desterritorializando as perspectivas modernas clássicas de ver o mundo, a natureza e a sociedade, reterritorializando-se em novas abordagens que buscam dar inteligibilidade a este mundo tão transformado/em transformação.

Nesta esteira de mudanças, particularmente a História, enquanto "ciência do Homem no Tempo", na frase consagrada de Marc Bloch, não poderia ficar imune a este movimento reflexivo sobre o tempo presente que, em decorrência, revisita os passados com outros recursos compreensivos e prospecta o campo de possibilidades futuras para a espécie humana. Os domínios da História, então relativamente estabilizados pela sedimentação das vagas epistemológicas seculares (do Iluminismo até por volta da 1ª. metade do século

* Universidade Federal da Paraíba/Programa de Pós-Graduação em História. Doutora em História (USP).
[1] Entre as nomenclaturas circulantes no pensamento social: pós-modernismo (JAMESON, 1996), alta modernidade (GIDDENS, 2002), sociedade pós-industrial (KUMAR, 1997), sociedade informacional ou em rede (CASTELLS, 2000), globalização (SANTOS, 2004).

passado), são revolvidos: novas vagas epistemológicas assaltam suas fronteiras e atacam suas paliçadas, suas estratificações se estilhaçam (DOSSE, 2003), e se processam reestratificações dos saberes e fazeres históricos.

A reorganização da produção dos conhecimentos históricos, ou a retemporalização da própria Cultura Histórica – aqui entendida como as acumulações reflexivas sobre as temporalidades históricas, suas permanências e transformações – implica em outro movimento: o de socializações culturais, em que os seres humanos vivem e se educam e que transmitem/comunicam para gerações subseqüentes. Trata-se aqui dos processos educativos, nos vários espaços formativos onde eles acontecem. As alterações operadas na produção do conhecimento afetam sua transmissão quanto a conteúdos e a linguagens com que são repassados. No caso do ensino de História: na medida em que as concepções sobre as temporalidades mudam, os modos de ensinar mudam (nem sempre: esta é uma das problematizações a se fazer: a defasagem ou deslocamento de tempo (social) entre a produção e a circulação dos conhecimentos históricos.

No percurso da epistemologia contemporânea, um dos campos mais revirados foi o da relação Memória-História, a primeira alargando sua extensão devido a uma série de condicionantes societários contemporâneos, especialmente, o amplo movimento de (re)construções identitárias, que vem incidindo sobre a elaboração dos conhecimentos históricos (Historiografia).

1. História e deslocamentos epistemológicos

Uma das mais portentosas e admiráveis inflexões a que vimos assistindo, neste início do século XXI, recai sobre a esfera da produção do conhecimento. Estamos vivendo uma nova Revolução Científica como aquela dos séculos XV- XVI- XVII? Parece-nos que sim.

A diferença é que seria inadequado denominá-la de Revolução *Científica*, melhor se dizendo Revolução *do Conhecimento* ou *Epistemológica*, considerando-se as críticas que vêm sendo assestadas contra o pensamento científico construído pela modernidade. Ou talvez devêssemos continuar a chamá-la assim, pois a ciência é uma conquista hoje inseparável da Humanidade e suas virtualidades criativas não se esgotaram.

Têm mudado o mundo, a sociedade, as relações dos seres humanos com a natureza, e dos seres humanos entre si.

As bases produtivas da sociedade passaram por movimentos inauditos, ampliando-se o patamar da acumulação capitalista, por altíssimas inversões em capital morto

(sistemas informacionais) e diminuição do capital vivo, gerando um elevado nível de desemprego (estrutural) ou a reformatação diversificada do mercado de trabalho: empregos temporários, empregos por empreitada, trabalho informal, relações estas denominadas, eufemisticamente, de flexíveis, quando, de fato, endurecem as exclusões sociais e impactam sobre as classes trabalhadoras, mudando os seus contornos. Novos materiais e novos processos se convertem em novos produtos para um mercado que se sofistica e se segmenta segundo o perfil dos consumidores. A rotação do capital se acelera, deslocaliza as outrora unidades fabris completas, agora fragmentadas articuladamente pelo planeta. Este gigantesco processo de reestruturação produtiva abre espaços para outras atividades ou serviços (informática, propaganda e *marketing*, turismo, etc), que passam a constituir nichos adicionais e ponderáveis da acumulação capitalista.

No plano político, o *mapa mundi* se redesenha, pelo impacto da Globalização econômica e o chamado fim da Guerra Fria[2] sobre os Estados Nacionais e, também, pela decomposição política do *socialismo real*, desencadeando situações diversas: o desaparecimento de alguns destes Estados, o surgimento de outros e, ainda, a reorganização de muitos, segundo um ajuste global que faz sucumbir sua soberania face às políticas macro-econômicas globais e globalizantes.

Talvez as transformações de maior diferencial estejam na esfera cultural. A sociedade informacional, encurtando os espaços e desestorizando o tempo pela presentificação (CASTELLS, 2000:457-496), estreita os nós de uma potente rede comunicacional, aproximando povos e culturas os mais diversos, alargando horizontes para quantos estejam incluídos no mercado globalizado e no universo internético. Por outro lado, milhões de pessoas são removidas de seus lugares geográficos e sociais.[3] Modos de vida são afetados, identidades são desestabilizadas e outras, agenciadas, conforme os estranhamentos ou as familiaridades diante deste quadro de mudanças.

Em síntese: o mundo está atravessando uma *nova socialização*. *Nova*, termo discutível sob a perspectiva da estrutura da temporalidade, quando se interroga sobre as permanências – reiterações – da acumulação capitalista, da exploração de enormes massas de trabalhadores, das desigualdades socioeconômicas e culturais agora globalizadas. Contudo,

[2] Ao menos, a explícita, com a conotação do embate ideológico entre liberalismo e socialismo. Não estaríamos vivendo hoje uma nova Guerra Fria e, muitas vezes, quente, agora confrontando o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul, ou, mais apropriadamente, países ricos e países pobres/miseráveis?

[3] A partir da 2ª. metade do século XX, com os processos de descolonização dos países asiáticos e africanos, grandes contingentes demográficos de ex-colônias européias, migram para as ex- metrópoles, em busca de sobrevivência, o que desencadeia complexos processos interculturais, para além de efeitos apenas econômicos, sociais e políticos. A Globalização amplifica estes deslocamentos geo-demográfico-culturais, acirrando, em muitos países europeus ocidentais, conflitos suscitados pela difícil convivência de heterogêneos.

nova, conjunturalmente, quanto às formas do Mesmo, isto é, da dominação encetada pelos países ricos de uma civilização ocidental, branca, cristã e patriarcal contra a maior parte da Humanidade. *Nova*, também, nos agentes, processos e formas de resistência, molecularmente se horizontalizando em uma globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2004).

A História-processo se desloca. Estamos vivendo em plena época de uma transição histórica em que, como historiadores e agentes históricos, enfrentamos o dilema desta dupla personalidade que nem sempre compatibiliza o seu Eu fragmentado. Corremos o risco de Plínio o Velho, que, extasiado pela massa ígnea do Vesúvio cuspindo sobre Pompéia, alçou a sua curiosidade de pesquisador sobre a cautela da sobrevivência e pereceu intoxicado.[4]

A História-Conhecimento se desloca no âmbito dessa História-processo movente, como um vulcão incandescente, revolvendo camadas estratificadas do pensamento (DELEUZE e GUATTARI, 1995). O movimento nos fascina, como a Plínio, ou nos aterroriza, como aos habitantes de Pompéia?

Não há uma plena e direta correspondência entre socialização processual e socialização epistemológica, esta, fazendo parte daquela, mas preservando seu espaço de autonomia. Evocando Braudel, não esqueçamos os ritmos do tempo. Uma mudança paradigmática é uma longa travessia temporal por várias conjunturas, saturada de múltiplos acontecimentos, que abrem uma outra condição temporal (RICOUER, 1997).

Podemos vislumbrar, desde o âmago do próprio Iluminismo e da trajetória racionalista moderna, a crítica ao percurso, as possibilidades de outros caminhos para o conhecimento.[5] Ainda na 1ª metade do século XX, a Física Quântica e as manifestações e expressões estéticas continuaram, de variadas formas, a acordar o vulcão adormecido e, aparentemente, sedimentado, de uma concepção positivista, determinista e progressista de História. Historiograficamente, os *Annales* de 1ª. e 2ª. gerações revolvem uma camada fina, estratificada próxima à boca da cratera. A História Social Inglesa revolve outra camada (ou a mesma camada, de forma diferente?), também perto da boca do vulcão. Mas ele não cospe muito fogo.

Somente quando as sedimentações profundas são atingidas, o núcleo vulcânico, isto é, o cerne das visões de mundo, depositadas mais profundamente na sociedade, se ejecta. Da metáfora do fogo e de uma geologia térrea, para a metáfora flutuante da água e da glaciação: a cratera como a ponta de um *iceberg*, sob a qual jazem, submersos, imensos

[4] Considerado o maior naturalista da Antigüidade, Plínio resolveu observar o fenômeno vulcânico mais de perto. Morreu em Stabia, alcançada por gases tóxicos do Vesúvio.

[5] Caminhos sugeridos pelo Romantismo, a dialética marxista, o compreensivismo de Dilthey, a filosofia de Nietzsche.

blocos de gelo que se movem, lentamente, mas se movem; as estratificações, na profundezas do vulcão, a se moverem, lentamente, mas a se moverem. E, de repente (será?), a erupção.

O que a provoca, epistemologicamente? O que a provoca, nos domínios da História?

2. Reterritorialização epistemológica e os domínios da História

Muitos percursos heterogêneos, muitos rizomas[6] vão se confluindo até (se) constituírem novas segmentaridades, flexíveis ou duras. Novas estratificações do pensamento. Podemos, por analogia, considerar um paradigma de conhecimento como um conjunto dessas segmentaridades.

Questiona-se hoje se estamos passando por uma mudança paradigmática.

Difícil, em meio ao fluxo do acontecer, avaliar as camadas de pensamento que estão sendo deslocadas, pois tais movimentos se processam subterrâneas, e detectar a sua intensidade, a sua multiplicidade, requer ouvidos e lentes bastante sensíveis. Elas demandariam atualmente, para se acomodarem, uma tão longa duração, como os paradigmas anteriores?

Talvez, seja possível melhor identificar rizomas irrompendo:

- o antidedeterminismo ou recusa de um sentido transcendente na História, dado pelas origens ou o destino, aparentemente, dois trajetos distintos, que, em primeira e última instância, se canalizam em um único, ao qual se contrapõe a perspectiva da História como possibilidades de trajetórias a se fazerem, fazendo-se;
- a reinstauração do sujeito em sua potência criativa, ainda que relativizada pelos condicionantes sociais, contra a impotência estruturalista ou a potência pretensamente absoluta de um *self* (GIDDENS, 2002: 70-103) hedonista e narcísico, relativista e incomunicável, portanto, impotente;
- a relocalização do sujeito no seu próprio tempo de vivência – o cotidiano, o presente histórico, entre-lugar de fluxos entre as experiências vividas (passados) e seus horizontes de expectativas (futuros);

[6] Na Epistemologia: modelo de conhecimento em que não há uma subordinação hierárquica (base ou raiz que origine múltiplos ramos) na organização dos elementos, podendo cada um afetar o outro; onde não há um centro.

- a retemporalização do sujeito no seu espaço existencial, singularizando os fluxos sobrecodificadores[7] (o Estado, o mercado), diante dos quais recria o espaço-tempo de convivência/a comunidade;
- os intensivos processos de criação de alteridades, ou diferenças socioculturais, de que são cosntitutivas as recodificações simbólicas espaço-temporais dos sujeitos, em movimentos identitários que, em simultâneo, pendulam entre distanciamentos e aproximações culturais frente às sobrecodificações;
- a reinstauração da dialogia entre-sujeito-objeto do conhecimento, reciprocamente implicados, como viabilidade para uma razão aberta, contraditando a razão instrumental hegemônica, a serviço do poder que, portanto, constitui um horizonte epistemológico fechado, melhor dizendo, a falta de horizonte;
- a crítica e a busca de superação de um olhar redutor e simplificador do mundo, mediante o alargamento e o aprofundamento da visão pela complexidade (MORIN e MOIGNE, 2000).

Tais rizomas, se epistemológicos, embebidos dos deslocamentos societários contemporâneos. Se desterritorializações, também reterritorializações. Quase desnecessário explicitar suas implicações para os domínios da História, pois impensáveis sem historicidade. Porém, na acepção mais específica do campo de atividades do historiador, algumas outras considerações ainda são necessárias.

Envolta no complexo movimento de crítica ao e desconstrução do paradigma de conhecimento edificado na e pela modernidade, crítica que se acentua desde a 2ª. metade do século XX, a História-conhecimento, do mesmo modo, vem empreendendo uma vigorosa auto-reflexão sobre os seus próprios campos e procedimentos de trabalho.

Vem realizando múltiplos deslocamentos: da noção do *fato-dado positivista* ao *fato como construção* do sujeito cognoscente; da concepção *do tempo linear* para a *representação do tempo em suas diferenças e contradições*; da noção do *passado como um tempo encerrado e inquestionável*, para a sua problematização a partir do presente, aberto e reaberto de forma incessante; do *sentido transcendente pretérito ou futuro da História* para a sua *significação no presente*; da *ênfase no Eu discursivo* para a *polifonia de Outros*; da *percepção unidimensional da existência* para uma *perspectiva multidimensional*; da

[7] Processos de territorialização operados pelos Estados nacionais, sobre formas anteriores de organização social, sobretudo, desterritorializando e transcendendo as diferenças. Cf. DELEUZE- GUATTARI, **op. cit.** Podemos dizer que, atualmente, as sobrecodificações vêm se fazendo por instituições supranacionais.

unificação e consenso narrativos dos heterogêneos para o *foco nas diferenças e dissonâncias*. Em conseqüência, tais deslocamentos fizeram emergir novos problemas, novos temas e novas abordagens.

À instituição de novos conhecimentos históricos, respondem novas institucionalidades na História. Novas sub-áreas foram abertas, desestabilizando os marcos fixos de suas fronteiras (digamos, as territorialidades), desde o confronto com o positivismo, levado a efeito pela Escola dos *Annales* mas também pelo marxismo da História Social inglesa e outras tradições historiográficas ou filosóficas, desdobrando-se para a História Econômica, a História Social, e, em tempos mais recentes, a História Cultural e a História Política redimensionada, isto nos restringindo aos domínios mais abrangentes, não adentrando nos recortes internos a cada um ou nas várias combinações entre os mesmos.

Outros procedimentos metodológicos foram incorporados tanto por este elastecimento dos seus, até então, domínios quanto pelo rebaixamento de seus limites também pela penetração (uma invasão epistemológica) de outros domínios do conhecimento: Sociologia, Antropologia, Lingüística, Geografia, Psicologia, etc).

De modo que a oficina de Clio tem passado por (analogia escandalosa para os antimarxistas) uma reestruturação produtiva. Novos materiais: as fontes históricas potencializadas pela explosão da Memória; novos processos: métodos diferentes, o documento como monumento, técnicas de pesquisa adicionais; novos produtos: as narrativas historiográficas expressas em múltiplas e inéditas linguagens; novos mercados de consumo: não somente de especialistas acadêmicos, mas de cidadãos comuns, de variados perfis.

3. Memória, Identidade e Historiografia no Ensino de História

Reiterando que a socialização processual-existencial em urdidura pela contemporaneidade é, também, uma socialização epistemológica, completamos que é, ainda, indissociavelmente, uma socialização educativa.

As mudanças sociais, entre elas, as do/no conhecimento, estão nos subjetivando e objetivando como seres humanos temporalizados diferencialmente de outros tempos, muito embora possamos nos analogizar (RICOUER, 1997: 173-215; 241-259) com nossos antepassados, mediante um dialógica Eu-Outro, presente- passado.

Os espaços socializadores se modificam. Alguns se enfraquecem. Outros se reformam e se renovam. Outros se instituem.

Nos processos de socialização, o Ensino de História-conhecimento é uma constante, pelo fato do tempo ser dimensão-âncora de localização, situação, referencialidade

do sujeito no mundo. Contudo, o educar no e para o conhecimento histórico, para a socialização na e para a temporalidade, tem sido, sobretudo desde a modernidade e, principalmente, para as classes subalternas da sociedade, uma socialização restringida pelo fechamento paradigmático do poder.

Assim, opera-se, internamente ao paradigma e seus controladores, um deslocamento epistemológico não na acepção que lhe vínhamos dando no texto, de mudanças nos modos de produção e transmissão do conhecimento. Aqui, o sentido é outro: refere-se a uma transmissão mínima do patrimônio cultural da espécie, pela sua apropriação e privatização nas mãos dos grupos sociais detentores do poder; refere-se, mais gravemente, à desestorização, que tais grupos buscam subjetivar nos subalternos mediante a sua alienação de uma temporalidade mais abrangente (societária) e/ou o seu confinamento em suas temporalidades estritas, restritas (grupais), não-relacionais.

Esta desestorização é reificada, presentemente, pela socialização dos subalternos na temporalidade dos dominantes como ***o*** único trajeto histórico, inevitável e irreversível (a Globalização sistêmica), e/ou os velhos confinamentos temporais grupais e/ou por um deslocamento das temporalidades dos subalternos e sua reinserção descontextualizada na temporalidade sistêmica.

Fica evidente, pois, a importância da relação entre Memória-Identidade-Historiografia no Ensino de História para que o conhecimento seja socializado *em situação*, portanto, contextualizado.

Pela Memória, que é viva, presente, são agenciadas as Identidades grupais e coletivas, situando e re-situando as pessoas e os grupos sociais historicamente, no tempo e no espaço. A falta de memória ou o esquecimento fabricado, a exemplo da desestorização referida, desidentifica, deslocaliza, dstemporaliza, aliena.

Pela Historiografia, se possibilita a socialização como formação, qualificação, educação: o acesso ao repertório de representações sobre as experiências vividas pelas mais diversas culturas e sociedades, e mais os procedimentos de leitura e interpretação de tais representações, viabilizam para o sujeito as condições para a construção de suas próprias interpretações históricas, conferindo-lhe a autonomia de reflexão sobre o seu mundo, o seu tempo, o seu lugar, o seu ser-no-mundo.

A Identidade,é, pois, esse feixe de relações e fluxos, de encontro presente-passado-futuro, cuja construção o Ensino de História deve mediar para que as pessoas e os grupos sociais não sejam alienados da sua própria existência.

Referências Bibliográficas:

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede***:* a era da informação – economia, sociedade e cultura. 3 ed. v. 1. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1: 1995.

DOSSE, François. **A História em Migalhas***:* dos Annales à Nova História. 2 ed. São Paulo: Edusc, 2003.

JAMESON, Fredric**. Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna***:* novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 1997.

MORIN, Edgar & MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. 2 ed. São Paulo:Petrópolis, 2000.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa.** Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente:** "Um discurso sobre as Ciências' revisitado**.** São Paulo: Cortez, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O modelo ocidental de guerra em questão: reflexões sobre seus fundamentos e limites.

Henrique Modanez de Sant'Anna*

Resumo: Este artigo analisa o "modelo ocidental de guerra", seus fundamentos e limites, tendo como direcionamento o sistema elaborado pelo historiador Geoffrey Parker. Por meio da reflexão acerca das bases clássicas (gregas e romanas) que sustentam esse construto historiográfico, procuramos enfatizar suas recorrências, possibilidades e limites.
Palavras-chave: cultura, guerra, ocidente, disciplina, militarismo cívico, tática e estratégia.

Abstract: This article analyses the "western way of war", its fundaments and limits
and has been directed for the system development by historian Geoffrey Parker. Trough the reflection about the classical bases (greeks and romans) that support this construct, we objectify to emphasize its recurrence, possibilities and limits.
Key words: culture, warfare, west, discipline, civic militarism, tactics and strategy.

No momento atual de produção do conhecimento histórico surgem dois novos questionamentos referentes à fundamentação metódica deste modo específico de representação do passado. De um lado, não podemos mais pensar na narrativa histórica sem nos perguntarmos a quem ela se dirige. De outro, a lógica peculiar que rege a retórica dos historiadores nos conduz a reflexões sobre as diversas formas e prefigurações poéticas que delimitam a inevitável ficcionalidade da história (G*eschichte*).[1] A partir desta ênfase quase sempre compreendida como pós-moderna, sustentamos a coerência na abordagem que desenvolvemos com o intuito de fixar alguns limites ao "modelo ocidental de guerra", percebendo-o como discurso (enunciado localizado).

O estabelecimento de um padrão de guerrear característico do mundo ocidental explicita, neste sentido, a intenção de legitimar a atuação militar do Ocidente (frequentemente

* Professor de história da Universidade Estadual de Goiás e discente de mestrado em história pela Universidade Federal de Goiás.
[1] Para um aprofundamento das questões referentes à ficcionalidade na produção do conhecimento histórico, ver as obras de Hayden White.

liderado pelos Estados Unidos) nas consideradas "áreas de tensão". Personifica o exemplo ideal para a condução da crítica que aponta o paradoxo do sistema de governo moderno, ou seja, a tentativa de promoção da democracia como forma superior de governo (pautada no consenso e na liberdade) é frequentemente acompanhada de violações dos princípios democráticos. (RÜSEN, 1997, 83)

A guerra que marcou o século XX pode ser pensada como fruto de um processo de intensificação na militarização nacional, vinculada quase sempre ao estabelecimento de uma economia capitalista forte e à expansão do "projeto modernizador", que em âmbito político tem a ver com a fixação dos governos democráticos. Segundo John Keegan, o desdobramento desta militarização levou ao estado em que o mundo se encontra, isto é, a frustração diante da impossibilidade de unir dois códigos públicos: o dos "direitos inalienáveis" (a liberdade e a vida) e o da abnegação para a realização estratégica (KEEGAN, 2006: 80). Neste sentido, devido a máxima letalidade das armas nucleares, a perspectiva de guerra mundial tende a perder cada vez mais espaço para ceder lugar não a uma pacificação geral, mas à realização do que chamamos de "guerras de ajuste", isto é, intervenções militares em regiões "tensas" devido a seus governos ou culturas distantes das concepções de liberdade produzidas no mundo ocidental capitalista.

Como processo de construção de identidade, o modelo ocidental necessariamente "orientaliza", hierarquiza e exclui[2]. Os diversos níveis de orientalismo dizem respeito a um mundo oriental construído (unificando por estruturas narrativas regiões e culturas completamente distintas) de forma estranha à análise das práticas discursivas que conferem as construções certa precisão hermenêutica. Este tipo de exclusão do "outro" pode ser notada em posicionamentos como os do historiador Donald Kagan, que trata a condução da democracia como sendo vinculada à manutenção da superioridade militar americana.

Ao lado da insistente "imaginação do outro", o modelo organizado inicialmente pelo historiador Victor Davis Hanson sustenta a existência de uma tradição militar ocidental, fundada na retórica da continuidade, mas precavida das diversas especificidades históricas. Em linhas mais detalhadas, um conjunto de valores articulados que demarcam a atuação militar ocidental no decorrer de mais de dois mil anos de história, dos gregos antigos ao mundo moderno, compõem um padrão de guerra que não é só específico, mas também superior[3].

---

[2] Para análise mais detalhada do processo de construção de identidades a partir da negação do outro e de sua conseqüente exclusão, ver as reflexões de Stuart Hall.

[3] Como esta tradição militar foi, segundo Hanson, "fundada" no mundo clássico, as ilustrações para os aspectos que se seguem encontram-se pautadas quase sempre em casos do mundo greco-romano.

Seguindo esta idéia, cabe a interrogação acerca da plausibilidade científica do "modelo ocidental de guerra", uma vez que já o localizamos a partir de sua relação com as intenções de estabelecimento da supremacia bélica ocidental. Em outras palavras, de acordo com os pressupostos metódicos (regras de pesquisa empírica) e conceituais produzidos a partir da atualização constante dos três princípios da consciência histórica (a relação dialética entre tradição e liberdade – pensada como discurso, a cientificidade da construção do passado e a defesa de que os eventos situados no passado não são indiferentes uns aos outros)[4] qual pode ser a validade do modelo de Hanson?

Segundo Geoffrey Parker, o "modelo ocidental de guerra" pode ser pensado a partir da combinação de cinco aspectos, resumidos em: tecnologia superior, capacidade rápida de resposta a possíveis melhoramentos bélicos, tradição militar agressiva, disciplina e a primazia da utilização do capital para a resolução de conflitos, substituindo em muitos casos a força militar. (PARKER, 2005: 10) Pensamos que o último elemento implica a existência de uma economia globalmente articulada e que tenha o capitalismo como modelo.

Sendo assim, consideramos conveniente desenvolver a análise referente ao modelo ocidental de guerra sem levar em consideração tal aspecto**,** uma vez que nosso interesse está centrado na formação dos fundamentos clássicos da guerra ocidental. Aplicando a "fórmula" de Parker ao nosso direcionamento temático, assumimos a interdependência dos quatro aspectos salientados, percebendo a "armadilha cívica" como seqüência lógica da disciplina ocidental, pautada na coesão da tropa mais próxima da agricultura que do profissionalismo marcial.

Sustentar que o mundo ocidental foi marcado pela utilização de tecnologia superior em guerra não é o mesmo que dizer que todo recurso tecnológico bélico eficiente foi produzido necessariamente no Ocidente. Essa constatação nos remete a uma expansão da idéia de superioridade tecnológica, conduzindo-nos à percepção do uso letal de tecnologias estrangeiras. A capacidade de produzir ou adaptar esses recursos, juntamente com os demais aspectos, quase sempre compensou a inferioridade numérica, conforme analisado por Hanson no confronto entre britânicos e zulus ou nas referências aos *Dez mil*, de Xenofonte. (HANSON, 2001: 4)

---

[4] A atualização dos três elementos parece ser o ponto central para a compreensão do que foi dito acerca da consciência histórica. De um lado, sabemos que a idéia de liberdade existe somente como discurso e que, exatamente por isso, confere especificidade a esse modo de pensamento. Em segundo lugar, a cientificidade na reconstrução do passado está vinculada a novas formas de conceber a objetividade histórica, especialmente no que se refere às possibilidades intersubjetivas. Por último, as relações estabelecidas entre eventos não são mais percebidas como existentes fora da narração, uma vez que assumimos a postura de *"tell a story"*. Neste sentido, a relação entre eventos é parte da forma, isto é, de todo o esforço narrativo do historiador em conceber ao passado uma unidade.

Objetivando ilustrar a sustentabilidade do aspecto tecnológico, basear-nos-emos na adaptação letal dos maquinários de assédio utilizados na conquista de Tiro (332 a.C.), cidade fenícia submetida ao Império Persa quando da Campanha dirigida por Alexandre Magno. A poliorcética diz respeito ao conjunto de técnicas envolvidas no ataque e na defesa de fortificações ou cidades e sem condições avançadas na execução dos cercos, a *anabasis*[5] de Alexandre teria sido interrompida pela grandeza de uma muralha. Em outras palavras, a tecnologia empregada pelas tropas ocidentais sob comando do rei macedônio desempenhou papel crucial no decorrer da conquista do Império Persa, uma vez que os persas possuíam logística apurada e souberam se utilizar muito bem das vantagens defensivas.

De todos os casos de assédio narrados por Arriano em sua obra *Anábasis* de Alexandre Magno[6], o mais decisivo parece ser o cerco de Tiro, dado a grande profusão na utilização de maquinários e artilharia. O direcionamento das atenções a região fenícia vinculou-se claramente a preocupação em assegurar o poderio marítimo e esgotar as forças do Grande Rei antes de lhe dar a estocada final, com o aniquilamento da "resistência armada oficial", ocorrida em Gaugamela (331 a.C.).

De acordo com Arriano, Alexandre teria dito irritado aos habitantes de Tiro, justificando o cerco e sua relevância na campanha, uma vez que a cidade fenícia mostrou-se hostil ao *hegemon* dos gregos:

> *Se tomarmos Tiro, presumo que caia toda a Fenícia; e especialmente toda sua frota, que forma a maior e mais forte parte da esquadra persa, passará ao meu comando (...) E Chipre, vislumbrando isto, ou passará facilmente para o nosso lado, ou a tomaremos facilmente quando do ataque de nossa frota.* (ARRIANO, *Anábais de Alejandro Magno*, II, 17)

Tiro estava situada em duas ilhas, sendo que para seu assédio Alexandre mandou construir uma ponte por onde seu exército atravessaria até as muralhas. Obviamente, a construção da via de comunicação entre a velha e a nova Tiro (de uma ilha a outra) sofreu diversos ataques dos soldados fenícios, basicamente com navios e projéteis arremessados das torres da cidade. Diante da resistência armada que impedia a construção da ponte, Alexandre fez avançar duas torres de madeira cobertas de couro (o que praticamente anulava os efeitos dos projéteis inflamados, além de assegurar um contra-ataque aos navios e agir como escudo aos construtores), mas que foram rapidamente repelidas com um ataque fenício sustentado em

[5] Campanha militar vitoriosa.

[6] Daqui por diante, quando nos referirmos as informações obtidas em Arriano, historiador do século II d.C. que baseou seu testemunho nos relatos de Calístenes (sobrinho de Aristóteles encarregado de registrar a campanha) e Aristóbulo (um dos responsáveis pela engenharia de máquinas), estaremos tratando de sua "*Anábasis de Alexanre Magno*".

dois níveis: a explosão de barcos carregados com materiais inflamáveis e a invasão da ponte em construção por soldados.

Finalmente, tendo Alexandre percebido que não poderia tomar Tiro sem consistente força naval, utilizou-se de parte de sua conquista e recrutou um número considerável de embarcações. Desse modo, pôde bloquear as entradas da cidade e forçar o confronto direto com as máquinas de assédio. Após insistentes tentativas, a parte sul da muralha cedeu e permitiu a invasão dos soldados macedônios, que escalavam os muros danificados, adentravam a cidade que já não podia mais oferecer resistência e colocavam fim a um cerco que durava mais de seis meses.

Seguindo a idéia da potencialização das tecnologias militares, a cultura ocidental possibilitaria, de acordo com a proposta do "modelo ocidental de guerra", o oferecimento de respostas rápidas a desafios advindos da prática militar. Em outras palavras, a tensão que reside na vontade de controle, ou seja, na elaboração da eficácia, torna-se dependente da tradição que advém dos gregos: "a abstração de formas ideais, edificadas em modelos, que se projetariam sobre o mundo e que a vontade teria como meta realizar". (JULLIEN, 1998: 9)

A essa resposta dada em prol da consolidação de uma eficácia que privilegia o desejo de controle do mundo, percebemos dois tipos de "aprimoramentos": um técnico e um tático (vinculado às disposições das tropas em campo de batalha). Para detalhar o caso técnico, podemos citar a resistência dos mamelucos à utilização do mosquete, arma de fogo introduzida nos fins da Idade Média, em contraposição à massificação das armas de fogo na Europa. Os mamelucos, advindos da prática de recrutamento de jovens não muçulmanos para serem treinados nos princípios do islamismo e servirem como soldados-escravos, sustentavam sua influência nas decisões políticas a partir do monopólio de certas práticas militares (montaria e manejo do arco). (KEEGAN, 2006: 57) Nestes termos, a resistência mameluca a utilização dos mosquetes em geral está vinculada à manutenção de determinadas relações de poder e, consequentemente, ao exercício de práticas que caracterizam a cultura militar mameluca.

No que se refere ao elemento tático, deve ser mencionada a adaptação da manobra envolvente feita por Cipião, pupilo e flagelo de Aníbal Barca. A manobra envolvente, tática desenvolvida por Filipe II ao longo do século IV a.C., combinava elementos de duas linhas de desenvolvimento militar: uma desenvolvida no Oriente Próximo (que primava pela utilização de cavalaria, infantaria levemente armada e logística apurada) e outra no mundo ocidental, especificamente grego (pautada na utilização de infantaria pesadamente armada, consolidada em valores de disciplina e liberdade estranhos ao mundo não-ocidental). (FERRILL, 1997:

223) Durante o século III a.C., o exército cartaginês foi reformado a partir da contratação do mercenário grego chamado Xantipo, que reestruturou todos os dispositivos táticos conhecidos por Cartago a partir do conhecimento da *anabasis* de Alexandre Magno. Aníbal Barca, em sua expedição contra Roma, da submissão de Sagunto ao massacre de Canas (216 a.C.), utilizou-se das emboscadas e, nos casos mais decisivos, de diversos princípios da manobra envolvente. A própria batalha de Canas foi vencida a partir de uma reinvenção da manobra de Filipe II. Sendo assim, podemos afirmar o "exercício" de elementos da tradição militar clássica (a partir de seu sofisticado pensamento tático) por comandantes não-ocidentais, em especial com a intensificação das relações romanas e cartaginesas no mar Mediterrâneo.

Tendo observado Aníbal por quase 14 anos, Cipião desenvolveu uma nova adaptação da manobra envolvente, dependente da produzida pelo comandante cartaginês, mas que superava a movimentação regressiva de Canas[7]. Ao contrário de Barca, Cipião realizou em Zama um avanço das tropas, desdobrando-a e impedindo, desse modo, o envolvimento. O argumento está, portanto, vinculado à capacidade de resposta dada a possíveis melhoramentos bélicos e à grande flexibilidade tática do mundo ocidental, sendo as alterações táticas executadas muitas vezes em curto espaço de tempo.

O tema que circunda a idéia de uma tradição militar pautada na agressividade diz respeito à busca por batalhas decisivas, isto é, direcionadas ao centro político e com resultados duradouros. Ao invés de evitar combates, a legitimidade do comandante ocidental reside em atingir resultados significativos em batalhas únicas e de grandes proporções.

Na cultura militar chinesa da Idade dos Estados em Guerra (403 – 221 a.C.), pensada a partir da *Arte da Guerra*, atribuída a Sun Tzu, a eficácia reside em evitar a todo custo o combate direto e, portanto, a batalha decisiva. (DAWSON, 1999: 23) O objetivo constitui o esgotamento das forças inimigas sem provocar-lhe diretamente o combate, conforme argumenta Sun Tzu:

> *"Capturar o exército inimigo é melhor que destruí-lo. Apanhar intacto um batalhão, uma companhia ou um esquadrão de cinco homens é melhor que aniquilá-los. Pois obter cem vitórias em cem batalhas não constitui o máximo da habilidade. O máximo da habilidade é subjugar o inimigo sem lutar".* (SUN TZU, III, 2 -3)

Esta idéia de eficácia é impensável no mundo ocidental, especialmente porque o padrão de guerra fundado pelos gregos necessita da busca pela batalha decisiva, a fim de cumprir sua realização máxima: homens que acreditam na liberdade como participação nas

[7] Em outros termos, a tática de Aníbal em Canas produziu uma bolsa que provocou a centralização da investida legionária.

decisões políticas reúnem-se em campo aberto e, lutando ombro a ombro, na condição de iguais e com o intuito de romper a linha inimiga, resolvem questões referentes à *polis*. (HANSON, 2005: 20)

Ao lado da busca de batalha decisiva está a capacidade de garantir coesão e bloquear acessos de pânico que comprometam a formação, a partir da unidade na marcha e nos demais movimentos. Nas palavras de Geoffrey Parker, é a "habilidade de agüentar firme diante do inimigo, (...) sem conceder mecanismos para impulsos naturais de medo ou pânico". (PARKER, 2005: 3) Deste modo, em termos ocidentais, disciplina está vinculada a um tipo específico de infantaria, concebida na tradição clássica pela formação *hoplita* e pelas legiões romanas. Apesar da necessidade de utilização de tropas montadas, essas sempre foram relegadas à categoria de auxiliares ou, quando conquistaram espaço político (os eqüestres nos fins da república romana, por exemplo), mantiveram-se a margem no estabelecimento de virtudes militares. Em última instância, a garantia das fronteiras do Império romano ou da supremacia política *políade* era garantida pela infantaria pesadamente armada e consolidada no ideal da disciplina. Nesse sentido, disciplina deve ser entendida nos termos de Ardant Du Picq (1860), isto é, como "uma instituição, uma tradição" (DU PICQ, apud: FERRILL, 1989: 30)

Mesmo no medievo ocidental, quando pensamos as alterações posteriores ao desastre sofrido em Adrianópolis (378 d.C.), batalha na qual a cavalaria visigoda mostrou-se eficiente ao flanquear e destruir as legiões romanas (inciando por sua ala esquerda), a infantaria continuou a ser o centro ao redor do qual as manobras de cavalaria eram executadas.

A imagem que mostra o "triunfo da cavalaria bárbara sobre a infantaria romana" é basicamente produto de abordagens românticas do século XIX. No desenrolar do século XX, historiadores reconhecem que os exércitos desses povos entendidos como bárbaros (germanos e hunos, por exemplo) eram compostos especialmente por tropas de infantaria, muito embora as forças montadas desempenhassem relevante função tática (FERRILL, 1989: 10). Desse modo, o argumento que aponta para o fracasso no emprego da infantaria durante a Idade Média em prol de uma massificação da cavalaria é impreciso e equivocado.

Retomando a relação entre disciplina e ênfase no emprego da infantaria, torna-se interessante ressaltar que o vínculo que se estabelece entre a disciplina característica do mundo ocidental e a agressividade peculiar de sua tradição militar é tão evidente quanto profundo. Uma vez que a máxima eficiência encontrada na utilização de uma formação pesada e disciplinada de infantaria produziu a busca constante pela resolução de guerras em

batalhas decisivas, não podemos descartar sua relação. Em outras palavras, a cultura clássica sistematizou uma concepção de guerra que está pautada no aniquilamento pelo choque frontal, em contraposição ao que Keegan trata como "guerra limitada", isto é, regida por rituais que impedem ou evitam o massacre em campo aberto e desconhecem a relação entre batalha decisiva, choque frontal, disciplina e militarismo cívico (elemento que garante a simplificação das habilidades envolvidas no manejo das armas e produz uma sustentação da disciplina como solução ao pânico pela inexperiência dos soldados nas práticas militares).

Pensar o "modelo ocidental de guerra" implica perceber sob quais elementos o discurso ocidental pôde firmar a construção retórica de uma especificidade na maneira de guerrear, de forma a legitimar sua superioridade bélica. As diversas re-significações de elementos produzidos inicialmente na cultura clássica, firmando uma prática militar que prima pela guerra de aniquilamento e pela sobreposição da idéia ao mundo sensível (físico), servem como parâmetro explicativo para a atuação militar ocidental nas consideradas "áreas de tensão". Além disso, e talvez localizando melhor o discurso, confere uma unidade ao passado que reclama as continuidades nas práticas militares ocidentais, vinculando o modelo fundado pelos antigos gregos à idéia de racionalização moderna do conflito armado.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. *Dimensiones de la conciencia histórica*. México: Fondo de cultura económica, 1992.

ARRIANO, *Anábais de Alejandro Magno.* Tradução de Antonio Guzman Guerra. Madrid: Gredos, 1982.

DAWSON, Doyne. *As origens da guerra no ocidente*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. pp. 23.

FERRILL, Arther. *The Origins of War*. New York, 1985.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HANSON, V. D. *Why the west has won*. Nova York: Faber and Faber: 2001

JENKINS, Keith. *História repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

JULLIEN, François. *Tratado da eficácia*. São Paulo, Ed. 34, 1998

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2006

PARKER, G (ed). *The Cambridge History of Warfare*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

RÜSEN, Jörn. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.

WHITE, Hayden. Meta-história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Fardas e batons, armas e saias: política, gênero e militarismo na Polícia Militar do Paraná 1977 – 2000

Andréa Mazurok Schactae*

Resumo: Os estudos de gênero emergem na década de 1980, marcando uma transformação nos estudos do feminino e do masculino. Já a década de 1970 é um período representativo para os estudos das relações de gênero em instituições militares. Foi nessa década de a OTAN e as Polícias Militares do Brasil iniciaram um processo de abertura para o ingresso de mulheres. Espaços exclusivamente masculinos foram abertos para as mulheres e em 1977 foi criado o Pelotão de Polícia Feminina na Polícia Militar do Paraná (PMPR). Diante desse fato é mister compreender os processos de incorporação de mulheres pela instituição Polícia Militar do Paraná, entre os anos de 1977 e 2000, enquanto instituínte de significações do masculino e do feminino pelo militarismo, cujos significados simbólicos objetivados - armas, fardas, quartéis, rituais de formação dos soldados entre outros - estão relacionados a construção de uma masculinidade. A abordagem do objeto dar-se-á numa perspectiva relacional entre as concepções de política, gênero e militarismo.
Palavras-chaves: gênero; militarismo; polícia militar

Abstract: The gender studies emerge in the decade of 1980, marking a transformation in the studies of the feminine and of the masculine. The decade of 1970 is already a representative period for the studies of the gender relationships in military institutions. It was on that decade of NATO and the military police of Brazil began an opening process for the women's entrance. Spaces exclusively masculine they were open for the women and in 1977 the Platoon of Feminine Police was created in the military police of Paraná (PMPR). Before of that fact it is occupation to understand the processes of women's incorporation for the institution military police of Paraná, among the years of 1977 and 2000, while a moment of construction of different significances of the masculine and of the feminine for the militarism, whose aimed at symbolic meanings - weapons, uniforms, barracks, rituals of the soldiers' formation among other - they are related the construction of a manliness. The approach of the object will feel in a perspective that relates the politics conceptions, gender and militarism.
Word-keys: gender; militarism; military police

O ingresso de mulheres em instituições militares é recente. Na Europa Ocidental da Idade Moderna eram os homens que integravam os exércitos. Apesar das imagens de amazonas e os feitos de Joana d'Arc estarem povoando os pensamentos de homens do século

* UFPR/UEPG/PMPR, aluna do curso de Doutorado em História da UFPR; mestre em História pela UFPR; soldado da PMPR.

XVII, os exércitos e as armas são para os homens. As mulheres que acompanham os exércitos são esposas, criadas e prostitutas. No século XX elas são convocadas a participar das duas "Guerras Mundiais", mas com o fim dos combates elas são retiradas das instituições militares. No final da década de 1970 elas passaram a fazer parte do quadro permanente das Forças Armadas da OTAN. Fato que marca o início de um processo de inclusão de mulheres em instituições militares no Ocidente.

Apesar de haver inúmeras pesquisas na área de história da mulher e de gênero no Brasil, uma produção historiográfica sobre gênero e militarismo ainda é incipiente. O estudo das relações de gênero em instituições militar, possibilitará perceber o processo de incorporação de mulheres em um espaço masculino e a necessidade de (re)significação do masculino.

A partir da análise dos documentos de uma instituição militar, relacionando com as diretrizes políticas no âmbito estadual, nacional e internacional, permitirá construir uma leitura das identidades de gênero no âmbito da instituição estudada. Um espaço eminentemente masculino que precisou se (re)significar para incorporar as mulheres. Os espaços dos quartéis precisaram ser adaptados; foi necessário criar uma farda; uma legislação que permitisse diferenciar, a militar e o militar. Essas mudanças são elementos construtores das relações de gênero e do militarismo. A partir (re)construção das identidades dentro do espaço dos quartéis, foi (re) significado o militarismo.

Para H. Carreras, que realizou um estudo sobre a presença de mulheres nas Forças Armadas da OTAN, a década de 1970 significou uma ruptura com a tradição militar, pois é a primeira vez que mulheres são admitidas em instituições militares em tempos de paz. Para a pesquisadora, dois fatores movem essa ruptura: um deles relaciona a questão social e cultural, isto é, as transformações nas políticas de participação das mulheres, as buscas por igualdade de direitos; outro está relacionado às organizações militares e é marcado pelas transformações tecnológicas, possibilitam o emprego de mulheres, e por uma crise de pessoal. Todavia a presença da mulher em espaços militares afetou a construção das "identidades no mundo militar". (CARRERAS, s/d:1-9)

Na década de 1970 a ONU passou a defender políticas de defesa dos direitos das mulheres e instituiu a década da mulher (1975-1985). Em 1975 ocorreu a I Conferência Mundial sobre a Mulher, no México. Com a intervenção das Nações Unidas nas políticas de gênero, o governo Geisel deu início a ações governamentais, "visando a erradicação da desigualdade com base em gênero, e permitiu que as mulheres brasileiras organizassem

encontros, conferências e passeatas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher."(ALVAREZ, 1988:327)

No Brasil, a década da mulher, foi marcada pelo processo de "democratização" do país, com o fim do regime autoritário, período em que cresceu o número de entidades que reivindicavam políticas de gênero. Também foi nessa década que ocorreu o ingresso das mulheres em instituições militares, um espaço exclusivamente masculino.

As primeiras instituições militares brasileiras a admitir as mulheres foram às polícias militares do Estado de São Paulo e do Paraná. Em 1970 foi criada a PMESP (Polícia Militar do Estado de São Paulo) a qual incorporou o efetivo da guarda civil, na qual havia um corpo de guardas civis feminino desde 1959. Dessa forma a PM do Estado de São Paulo é a primeira instituição militar a admitir mulheres. No final da década de 70 foi a PM do Estado do Paraná, que abriu seus quartéis. Entre as Forças Armadas brasileiras, a Marinha foi a precursora e em 1980 foi aberto o primeiro concurso para elas atuarem e serviços burocráticos.

QUADRO – 1

Mulheres nas PMs do Brasil nas décadas de 1970 e 1980: ingresso e unificação do quadro até o ano 2000

Estado	Ano de ingresso	Unificação do quadro
São Paulo	1959 (1970)	Não
Paraná	1977	2000
Rio de Janeiro	1982	1993
Amazonas	1982	1982
Maranhão	1982	Não
Minas Gerais	1982	Não tem informação
Santa Catarina	1983	1998
Espírito Santo	1983	1990
Brasília (DF)	1983	1998
Acre	1985	1988
Rio Grande do Sul	1986	1997
Goiás	1986	1995
Rio Grande do Norte	1987	Não
Paraíba	1987	Não
Alagoas	1988	Não
Amapá	1989	Não tem informação

Fonte: Banco de Dados Polícia Militar e Gênero, CESeC/Ucam e Senasp/MJ. In: SOARES, B. **Mulheres Policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 173.

Ao ingressarem nas polícias militares, elas passaram a fazer parte de um quadro próprio. Na década de 1990 alguns Estados unificam os quadros, tornando extinto o quadro feminino e as policiais passaram a ser parte do quadro que pertencia aos homens.

É preciso considerar que na década de 1970, até meados de 1980, o Brasil era governado por militares e as polícias militares estavam subordinadas ao Exército e aos Governadores, de onde saiam os coronéis para comandarem as polícias militares. Dessa forma a legislação que regulamentava e normatizava a atividade policial militar, era forjada pela Inspetoria Geral das Policias Militares (IGPM), criada em 1967, integrada ao estado-maior do Exército, cujo inspetor geral era um general. Em 1976 a IGPM alterou a lei de Organização Básica das Policiais Militares e Corpos de Bombeiro Militares, permitindo o ingresso de mulheres nas PMs.

Um estudo da presença de mulheres em uma instituição militar, cujo espaço foi historicamente construído para o domínio masculino, é importante no conhecimento das relações de gênero nas sociedades. Todavia se faz necessário o recorte temporal, espacial, temático e documental. Optou-se pela análise de uma instituição militar, a Polícia Militar do Paraná, a partir de um estudo que relacione as variáveis de política, gênero e militarismo, entre 1977 e 2000.

A baliza temporal é marcada por alterações na legislação e está relacionada ao ato de criação da polícia feminina (1977) e o de extinção da companhia (2000). Neste momento, elas foram incorporadas ao quadro masculino, com a adoção de uma cota, que destinava para as mulheres até 6% do total das vagas para o ingresso na instituição. Ambos os fatos foram marcados por atos políticos e delimitam um período de construção das identidades masculina e feminina nessa corporação.

Ao analisar a lei que definiu a finalidade e o emprego da polícia feminina, nota-se que a policial deveria reproduzir o mesmo papel que socialmente se esperava das mulheres naquele momento. Com relação à finalidade básica, a diretriz definiu que era função das policiais: "orientar, proteger e informar a população especialmente o menor, a mulher, e o ancião [grifo no original] na situação de abandono"[1]. Esse trecho do documento define a função das policiais e a população junto a qual deveriam atuar. O mesmo documento impede as mulheres policiais de usarem arma de forma ostensiva, o que era permitido aos homens policiais.

[1] POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Finalidade e Emprego da Organização de Polícia Feminina. Diretriz n.º 076, de 27 de Novembro de 1979, Curitiba.

O modelo de "policial feminina" expresso na legislação representa uma identidade feminina que foi forjada em relação a uma identidade masculina existente na Policia Militar do Paraná. A existência de diferenças entre as funções exercidas pelas policiais e pelos policiais, aponta para a preservação de uma masculinidade, que é identificada em práticas e símbolos. O uso da arma e da força eram atributos de homens.

Para P. Bourdieu essa relação expressa na legislação pode ser lida como:

> *"Sendo o produto da inscrição no corpo de uma relação de dominação, as estruturas estruturadas e estruturantes do habitus são o principio de atos de conhecimento e reconhecimento práticos da fronteira mágica que produz a diferença entre os dominados, isto é, sua identidade social, inteiramente contida nessa relação. Esse conhecimento através do corpo é o que leva os dominados a contribuir para sua própria dominação ao aceitar tacitamente, fora de qualquer decisão da consciência e de qualquer manifestação da vontade, os limites que lhe são impostos, ou mesmo produzir ou ao reproduzir por sua prática, limites abolidos na esfera do direito." (BOURDIEU,1995:146)*

No caso de analisar o texto da lei, que definiu a finalidade da polícia feminina, se identifica uma permanência na lei das práticas presente nas relações de gênero fora das fronteiras dos quartéis. Dessa forma a legislação reproduz as relações de dominação, todavia permite a presença das mulheres em um espaço de domínio masculino.

O estudo das relações de gênero na PMPR abre possibilidades para pensar as questões políticas que estão relacionas ao ingresso das mulheres em um espaço identificador da masculinidade: as instituições militares. A relação entre as alterações na legislação e o contexto nacional e internacional sobre as questões dos direitos das mulheres, constitui o ponto de partida para se compreender a abertura das instituições militares para as mulheres, não só no Estado do Paraná, mas no país.

Recentemente B. Soares e L Musumeci publicaram o resultado de uma pesquisa sobre a presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ambas as pesquisadoras são sociólogas e se referem ao pequeno número de estudos sobre a presença de mulheres nas polícias militares no Brasil. Segundo as autoras, a presença de mulheres nas PMs, no fim da ditadura, está relacionado a "um desejo de humanizar a imagem da polícia".(SOARES,2005:16)

Nas áreas de Psicologia e Educação existem alguns trabalhos acadêmicos sobre a presença de mulheres nas polícias e outras instituições militares. Em 2003, M. Calazans defendeu sua dissertação: "A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar d ((o Rio Grande do Sul", no programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, na UFRGS. Em 2002, E, Takashashi, defendeu tese no curso

de Pós-Graduação em Educação, da Unicamp, sobre a formação da identidade militar e examina a questão do assédio feminino na Aeronáutica.

No campo historiográfico brasileiro o principal trabalho que aborda o gênero em instituições militares é o de M. D'Araujo, pesquisadora do Cpdoc/FGV e professora da Universidade Federal Fluminense. O seu último trabalho foi publicado, em 2004, no livro Nova História Militar Brasileira. A principal fonte da autora são as entrevistas realizadas com oficiais das Forças Armadas Brasileiras, cujas transcrições estão disponíveis na rede.

O estudo das relações entre o(s) "masculino(s)" e o(s) "feminino(s)", em uma instituição militar, cujo espaço foi historicamente construído para o domínio masculino, é um passo importante no conhecimento das construções de gênero nas sociedades, principalmente quando se visa construção de um discurso historiográfico relacionando *política, gênero* e *militarismo*, tendo com espaço a Polícia Militar do Estado do Paraná. A análise das relações de gênero expressas nos documentos dessa instituição aponta para a existência de uma identidade masculina institucional que fora forjada em relação a uma feminina antes do ingresso das mulheres na corporação, com o ingresso de mulheres ocorreu uma necessidade de (re)construir essas identidades. Essas alterações nas relações de gênero ocorreram em função de atos políticos, que influenciaram a organização de uma instituição que até então fora identificadora da masculinidade.

O estudo da *legislação* que regulamenta o ingresso das mulheres na PMPR, considerando o processo político que a envolveu, aponta para a influência da *política* nas construções de *gênero*, com a inclusão de mulheres em um espaço de domínio masculino, provocando alterações nesse espaço. A partir desse movimento se inicia um processo de alteração nas representações do feminino, do masculino e do *militarismo.* A análise dos Boletins Gerais da instituição militar, nos quais são publicados o dia-a-dia institucional, permitirá compreender a (re)significação do masculino e do feminino pela instituição, cujos significados simbólicos das armas, das fardas e dos quartéis, estão relacionados a construção da masculinidade e da virilidade.

O(s) masculino(s) e o(s) feminino(s) são construções sociais, assim como os corpos de mulher e de homem, sendo as relações de gênero que dão identidade aos corpos e ao seres sociais. Segundo M. de Certeau é a sociedade que faz dos corpos tábuas nas quais são inscritas as leis, sendo a dor da inscrição compensada pelo reconhecimento social do corpo como portador de uma identidade (CERTEAU,1994:231-232), no caso masculina/feminina, homem/mulher, policial feminina/policial masculino. Mas como construir uma identidade

feminina em um espaço masculino, onde supostamente só adentram corpos masculinos? Onde a forma de falar, vestir, andar, são identificadores de masculinidade?

Para P. Bourdieu a dominação do masculino sobre o feminino é de longa duração. Sendo assim as instituições mantêm essa dominação em suas leis e normas "constituindo-se assim em suportes simbólicos privilegiados daquelas significações e valores que estão de acordo com os princípios da visão falocêntrica do mundo". O reconhecimento e a identidade ocorrem pela modelagem social do corpo, que passa ser "um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. (...)". Para o autor todo o processo de "(...) somatização do cultural é construção do inconsciente." As relações entre gêneros masculinos e femininos são dadas por um jogo entre dominados e dominantes. Uma troca simbólica entre o sujeito e o objeto, do agente e do instrumento, relação que marca as identidades dos envolvidos. Todavia nesse jogo que constitui o sistema simbólico de dominação masculina, as mulheres são objetos. (BOURDIEU, 1995:149-157)

Para J. Scott é preciso identificar a influência das relações de gênero nas relações sociais, assim como, nas construções de "sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico". O gênero deve ser analisado sem perder de vista as construções sociais que envolvem os masculinos e os femininos existentes. Considerando os "sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero" e utilizam-no "para articular regras de relações ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido."(SCOTT, 1990:11)

Outra questão apontando por J. Scott, para a utilização do gênero como categoria de análise é a teoria política, que segundo a autora, não reflete apenas a organização social, mas,

> *"a mudança nas relações de gênero [que] pode acontecer a partir de considerações sobre as necessidades do Estado. (...). Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder. (...) Uma afirmação de controle ou de força que tomou a forma de uma política sobre as mulheres(...) podem nos dar idéias sobre os diversos tipos de relações de poder que se constróem na história moderna,(...)." (SCOTT, 1990:17-18)*

A utilização de gênero como categoria de análise indica para as construções sociais do(s) masculino(s) e do(s) feminino(s) e a influência dos diversos campos sociais nas relações de gênero bem com essas relações afetam a economia, a política e o todo social. Para J. Scott, os sistemas de significação, são as maneiras com que as sociedades representam os gêneros e são eles que vão organizar as relações sociais e dar sentido a essas experiências sociais.

As diferenças entre os sexos são construções sociais. Os significados dados ás diferenças biológicas entre humanos, são compreendidos a partir do estudo de gênero em um contexto espacial e temporal. Estudar as relações de gênero em uma instituição é necessário para desnaturalizar às construções sociais e perceber a incorporação das identidades de gêneros na sua estruturação.

A cultura de um grupo ou de uma instituição expressa representações dos gêneros que são construídas e construtoras do social. Para R. Chartier as representações sociais são formas de percepção e construção do social e são elas que constroem as identidades dos grupos ou instituições.

O conceito de gênero de J. Scott, isto é, "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos" (SCOTT,1990:14) utilizado com o conceito de representações de R. Chartier, que é uma forma de dar sentido a realidade social, possibilita dar significado ao processo de incorporação de mulheres em uma instituição militar. A partir da análise de documentos produzidos pela instituição e pelo governo, será possível dar significado as construções de gênero em uma instituição militar, cuja cultura institucional foi forjada para ser identificadora de uma masculinidade.

Bibliografia:

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrado a democracia. In: STEPAN, Alfred(org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.315-380.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: **Educação e Realidade**. 20 (2), 1995, p. 133-184.

CARREIRAS, Helena. A situação das mulheres nas Forças Armadas: Portugal no Contexto Internacional. IV Congresso Português de Sociologia, p. 1-9, s/d.

CERTEAU, Michael. **A invensão do cotidiano**: a arte de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

D'ARAUJO, Maria C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCOTT. Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Sociedade,** Porto Alegre, vol. 15, n. 2, 1990, pp 5-22.

SOARES, Bárbara M.;MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TORRÃO, Amílcar Filho. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, Jan/Jun, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Corpo e Sangue de Têmis: os homens de letras e a prática da justiça em Minas Gerais, 1750-1808.

Álvaro de Araujo Antunes[1]

Resumo: Este texto apresenta a perspectiva adotada em nossa investigação de doutorado acerca da prática da Justiça em Minas Gerais, entre 1750 e 1808. Na pesquisa, um grupo de advogados de Vila Rica e Mariana foi analisado de maneira a revelar aspectos socioculturais que envolviam e conformavam a prática local da administração da Justiça. Para além de detalhar o caminho e os referenciais historiográficos que nos levaram a uma abordagem sociocultural da prática da Justiça, este artigo chama a atenção para o perfil dos advogados enquanto "homens de letras", isto é, detentores de uma linguagem escrita, profissionais de formação universitária, que serviram de mediadores e difusores das leis. Eram eles agentes que contribuíram para o reconhecimento da Justiça oficial em uma região de especial importância para o Império Português.
Palavras chave: Prática da Justiça, Advogados, Minas Setecentista.

Résumé: Nous nous proposons, dans ce travail, et selon la perspective adoptée lors de notre doctorat, d'étudier la pratique de la justice dans le Minas Gerais, dans la période de 1750 à 1808. Dans notre recherche de doctorat, nous avons analysé un groupe d'avocats de Vila Rica et de Mariana ce qui a contribué à révéler des aspects socioculturels concernant la pratique locale de l'administration de la Justice. Dans un premier temps, nous présenterons l'itinéraire suivi ainsi que les références historiographiques adoptées. Par la suite, nous dessinerons le profil de ces avocats en tant qu'"hommes de lettres", c'est-à-dire possédant le langage écrit, des professionnels ayant une formation universitaire, et servant de médiateurs et diffuseurs des lois. Ce sont eux qui ont contribué à la reconnaissance de la Justice officielle dans cette région d'une si grande importance pour l'Empire Portugais.
Mots-clé: Pratique de la Justice – Avocats – Minas au XVIIIe siècle.

Direta ou indiretamente, uma série de trabalhos, em especial os dedicados aos aspectos administrativos, se dispôs a desenvolver pesquisas sobre a Justiça na América portuguesa. Em um quadro geral, pode-se observar que esses estudos apresentam algumas características: 1) normalmente versam sobre caráter legal e estrutural da administração colonial; 2) há uma aproximação entre a concepção dos estudiosos acerca da estrutura administrativa colonial e a caracterização que fazem dos seus agentes; 3) tais concepções variam entre a defesa do "sucesso da imposição da ordem pública [...] a eficácia do aparelho burocrático repressivo e fiscalizador" e aqueles que advogam o fracasso ou relativo sucesso

[1] Doutor em História pela Unicamp e Professor da UFOP

na transposição do aparelho administrativo do Além-Mar para a América; 4) em alguns trabalhos, especialmente os mais recentes, existe uma articulação entre a análise estrutural-legal-administrativa e o universo social com o qual interagiam os letrados, o que denota uma aproximação com o cotidiano administrativo; 5) todavia, quando versam sobre a prática dos serventuários da Justiça, fazem-no, geralmente, sem considerar aspectos importantes do instrumental cultural que envolveu e viabilizou a prática da advocacia. Desenvolveremos esses pontos a seguir.

Em vários trabalhos, inclusive nos memorialistas do século XVIII e XIX, nota-se a preocupação de se conhecer melhor a estrutura e a organização do sistema administrativo na América portuguesa (VASCONCELOS, 1994). Em tempos mais recentes, Hélio de Alcântara Avelar, Graça Salgado, José Subtil, Maria de Fátima Machado, entre outros, avançaram com seus estudos sobre esse campo, buscando definir os contornos da estrutura administrativa na Metrópole e na Colônia (AVELAR, 1983; SALGADO, 1985; SUBTIL, 1993; MACHADO, 2003). As análises assentadas e restritas às leis, regimentos, estrutura administrativa seguem uma tendência que, ainda hoje, pode ser entendida à luz da dificuldade de se traçar, com precisão, a configuração de organização administrativa taxada de caótica. Para além da caracterização do sistema administrativo como excêntrico, alguns trabalhos mais empíricos reconhecem a necessidade e a possibilidade de se conhecer e tonar compreensível a disposição e atribuição dos ofícios, as incumbências das instâncias e os limites e as especificidades dos poderes (PIRES, 2004; LEMOS, 2003; ANTUNES, 2004). Com suas obras, os memorialistas e os estudiosos na área da história administrativa buscaram apresentar caminhos para que seus leitores, de ontem e de hoje, pudessem se orientar em meio às leis.

Nas sendas da administração da América portuguesa, os trabalhos de Caio Prado Junior e de Raimundo Faoro tornaram-se referências obrigatórias. Para Faoro, o sistema administrativo que se desenvolveu no mundo ibérico, ao longo de alguns séculos, foi instalado com sucesso no Brasil. Por meio de seus agentes e da legislação, o soberano teria controlado a Colônia com êxito e impedido que atitudes lesivas ao Estado prosperassem a ponto de colocá-lo a perder. Esse sistema administrativo, que teria se fixado nas Minas antes mesmo de sua população, seria íntegro, rígido, racional e coeso. Fosse com violência, fosse com transigência, o Estado manteria o controle. Contribuía para isso funcionários sempre fiéis à ordem, "uma carapaça burocrática vinculada à metrópole, obediente ao rei, [que] criou a cúpula da ordem política" (FAORO, 2000: 165). O autor acaba por subordinar a imagem dos agentes administrativos à sua concepção de sistema administrativo, bem como a realidade às

leis, fiel à crença de que o Brasil foi construído com decretos e alvarás (FAORO, 2000: 187; SOUZA, 1982: 92).

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* Caio Prado Júnior apresenta uma perspectiva contrastante à de Faoro. Para Caio Prado Junior, o aparato administrativo colonial, ante a "incapacidade" dos portugueses em criar algo mais apropriado às condições específicas de suas possessões, foi simplesmente transposto de Portugal para o Brasil. Este herdou das terras lusas todos os inconvenientes de seu modelo administrativo secular, como a falta de uniformidade, de simetria e as indefinições das funções (PRADO JÚNIOR, 1996:299). Adstritos às vilas e distantes do olhar vigilante da Metrópole, os serventuários contribuíam para o sistema administrativo irracional e ineficiente descrito por Caio Prado Júnior. A analise da administração colonial empreendida por Caio Prado Junior não se restringia às leis, envolvendo as contingências e a dinâmica social.

É certo que os estudos que descrevem e elucidam a "intrincada" estrutura administrativa portuguesa e seu funcionamento trazem contribuições importantes e, nos casos mencionados, chegam a constituir verdadeiros paradigmas analíticos. Todavia, a natureza ativa e relacional da Justiça pede um maior aprofundamento analítico dos estudos sobre as dimensões sociais que ela procurava regular e gerir. Tais aspectos são bem visíveis no exercício vivo e cotidiano da administração, que, para além dos aspectos estruturais, possuí suas particularidades e especificidades regionais. Assim, a investigação da prática administrativa dos homens de letras, além de considerar as diretrizes explícitas nos regimentos e leis, pede uma atenção especial sobre a relação da Justiça com a sociedade.

Nesse sentido, o trabalho de Stuart Schwartz sobre o Tribunal da Relação da Bahia pode ser considerado um marco. Para o período de 1609 a 1751, Schwartz investigou as relações sociais firmadas pelos magistrados e constatou que tais relações compunham um campo de "poderes não oficiais" que intervinham na execução da Justiça. O autor considera que o governo e a sociedade no Brasil se "estruturavam a partir de dois sistemas interligados de organização": o sistema controlado pela metrópole, burocrático e impessoal; e o sistema das relações interpessoais, de parentesco e amizade, um sistema formal, mas não oficial. No geral, constata que, os magistrados seguiam as diretrizes legais e doutrinárias zelando pelos interesses da Metrópole, não obstante, em determinadas ocasiões, o peso das relações sociais, familiares e comerciais fizessem a balança pender para o lado das arbitrariedades (SCHWARTZ, 1979). Em seu trabalho, Schwartz ainda faz menção ao papel desempenhado pelas universidades européias, especialmente a Universidade de Coimbra, na formação de um corpo de funcionários ligados à administração da Justiça. Segundo o autor, o "estudo do

direito de um ponto de vista técnico mais que preparava o estudante para o exercício de sua profissão e para o ingresso no serviço real; inculcava nele também um complexo padrão de ações e critérios aceitos" (SCHWARTZ, 1979: 60). Desempenhando o ofício ou ocupando algum cargo administrativo, os advogados concentravam um número grande de relações sociais respaldadas pelo poder dispensado pelo rei jurisdição , homologado pelas universidades e ostentado nos signos do saber, como o anel de bacharel ou uma fornida biblioteca pessoal. Mas, em que medida essa formação intervinha efetivamente na prática da Justiça? Estariam elas afinadas aos interesses da Coroa? Não seriam essas questões essências para a compreensão da prática da Justiça?

A formação universitária e literária dos advogados intervinha na prática da justiça em diversos níveis, como na constituição dos arrazoados, no encaminhamento dos processos, na disposição de uma sentença, na constituição de identidades e de grupos de advogados, enfim, uma enormidade de assuntos que haveria como explorar em detalhe nesse texto. Com relação às mencionadas possibilidades, gostaríamos de apresentar alguns dados e considerações sobre a presença dos advogados em Minas Gerais e seu papel de mediadores de uma cultura letrada e de uma lei escrita.

Os advogados promoviam a interconexão entre o saber jurídico escrito e a população destituída do domínio das letras ou do saber formal das leis. Quanto ao domínio das letras, acredita-se que grande parcela da sociedade mineira não fosse alfabetizada, o que, para o século XVIII, significava saber assinar o nome. Alguns os índices de assinaturas estabelecidos a partir de registros documentais, todavia, indicam índices percentuais superiores a 50% (VILLALTA, 1997: 356; SILVEIRA, 1997). Entrementes, trabalhando com índices de assinaturas em livros de compromissos de irmandades negras, Renato Pinto Venâncio chegou a 1,5% de prováveis conhecedores das letras (VENÂNCIO, 2001). Um índice bem abaixo dos 50% apresentados em outros trabalhos, que estariam lidando com setores mais bem colocados na sociedade. Uma disparidade significativa, que, se considerada a supremacia numérica de escravos e forros, colocava a grande parcela da sociedade das Minas fora dos domínios da escrita. Esse desconhecimento da leitura poderia ser considerado como mais um limite para a Justiça oficial, na medida em que dificultava o acesso ao conhecimento que se encontrava grafado, as leis, por exemplo.

Todavia, as ações judiciais e suas sentenças, algumas delas executadas publicamente, propiciavam que "os eventuais litigantes, consultando as decisões proferidas, [tivessem] uma idéia da solução que poderá se dada sem deles decidir ir a juízo" (HESPANHA, 1993: 69). Essa ação pedagógica difundia um saber jurídico, ainda que de

forma lacunar. O Direito não era estranho à população em geral. Ela o conhecia em versões vulgarizadas em tópicos e brocardos. Embora de forma limitada, uma Justiça oficial penetraria no solo duro das tradições, misturar-se-ia com uma espécie de "Direito rústico". Determinar o grau em que isso ocorria, todavia, é algo que escapa do alcance deste texto. Ainda assim, não seria demais supor que o acesso ao Direito oficial variasse conforme as diversas competências de setores da sociedade. Nesse sentido, pode-se pensar na difusão da escrita e da leitura, bem como na proximidade da população dos mecanismos e dos agentes de promoção da Justiça oficial.

A atuação dos letrados e das câmaras dispunha ao alcance da sociedade um conhecimento de normas e procedimentos legais. Vez ou outra, as ações judiciais dão mostra do acesso dessa população considerada rústica à Justiça oficial, executada nos auditórios das vilas e cidades. Em uma das ações que defendeu no ano de 1794, o Dr.José Pereira Ribeiro justificou sua demora em dar resposta a um embargo, alegando que seu constituinte "é morador em grande distância desta cidade, rústico e ignorante dos termos de direito, motivo porque não acudiu em tempo a dar informações para o despacho". (ANTUNES, 2005:185) Estratégia do advogado ou não, o fato é que o argumento só teria força se tivesse algum lastro na realidade. Os advogados serviriam de mediadores de uma cultura e de uma Justiça letrada, constituíam "um verdadeiro órgão de Justiça pública" (PRADO JÚNIOR, 1996: 294).

A atuação de advogados, presentes em considerável número nas estruturas da administração da Justiça local, também aproximaria as Câmaras de Mariana e Vila Rica do direito escrito. A tradição historiográfica, todavia, tem frisado o despreparo dos juízes ordinários e o apartamento da administração local da Justiça letrada. Russel-Wood considera que os funcionários da Justiça estavam mergulhados em uma "mediocridade geral" que se fazia notar na Câmara de Vila Rica que, no princípio do setecentos, teve um sapateiro substituindo o ouvidor da Comarca. Segundo o autor, poucos homens de letras se deslocaram para Minas Gerais, causando uma "carência crônica de candidatos adequados para os cargos municipais [...] totalmente desprovidos de experiência em assuntos legais". Tal carência e inépcia em assuntos legais "constituía um sério obstáculo à efetiva legislação da justiça ao nível local" (RUSSEL-WOOD, 1977: 37-40).

Em Minas, na segunda metade do século XVIII, essa imagem de carência e de desconhecimento dos serventuários da Justiça merece ser relativizada. Em primeiro lugar, há de se questionar a ausência de funcionários qualificados nos auditórios de Mariana e Vila Rica. Em Mariana, somente no ano de 1761, foram contabilizados 14 advogados oferecendo os seus serviços. Pela análise das ações judiciais, dos *Autos de Devassa da Inconfidência*

Mineira e da *Relação de Pessoas Ilustres,* de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, foi possível identificar 45 advogados atuando em Vila Rica, entre 1750 e 1808 (VASCONCELOS,1994:161; AUTOS, 1980). No mesmo período, para Mariana, as mesmas fontes indicam a existência de pelo menos 34 advogados.

Apesar de a historiografia destacar a ignorância e desqualificação jurídica dos juízes de primeira instância e demais funcionários, a Justiça de Mariana e de Vila Rica não esteve apartada do direito letrado, pelo menos na segunda metade do setecentos. Em dissertação recém defendida, constatou-se que, das 122 devassas que investigou, 82 (67,20%) foram procedidas por juízes ordinários não letrados e somente 10 deles, ou seja, 8,19%, não fizeram uso explícito de um assessor letrado (LEMOS, 2003: 68-71). De fato, a partir de 1737, é possível distinguir a presença de bacharéis em leis e cânones entre os vereadores e juízes de Vila Rica. De 1750 a 1808, essa presença torna-se ainda mais marcante se considerarmos que em apenas uma dezena de anos não se encontra referência a advogados entre os juízes e vereadores da câmara.

É comum, ademais, encontrar advogados dando abertura às ações por comissão dos ouvidores ou juízes. Tratava-se do "juiz comissário" ou "juiz por comissão", letrado que, até onde foi possível apurar, tinha função de dar abertura dos processos, tomando lugar de juízes e ouvidores em audiência, muito provavelmente, em troca de alguma comissão pecuniária. Diversas vezes o Ouvidor Tomás Antônio Gonzaga, personagem conhecido pelo envolvimento com a conjuração mineira de 1789, passou sua incumbência na abertura de processos aos doutores Paulo José da Costa Dantas e Joaquim Antônio Belo, advogados em Vila Rica. Os mesmos advogados também serviram a Cláudio Manuel da Costa, outro inconfidente, quando foi juiz nos anos de 1781, 1786 e 1789.[1] Entre letrados, a prática da comissão poderia constituir troca lucrativa para ambas as partes: de um lado, o juiz desafogava as demandas, de outro, o comissionado ganhava pelo serviço prestado. Uma prática que, muito provavelmente, envolvia afinidades entre as partes. Já entre os juízes sem formação jurídica, os advogados, enquanto assessores ou juízes comissários, promoviam uma circulação do conhecimento adquirido em Coimbra e nos livros de suas bibliotecas (ANTUNES, 2005).

Esse foi um dos aspectos analisados em nossa tese de doutorado, na qual buscamos distinguir os contornos do cotidiano da administração local da Justiça. Esta foi entendida como sendo, essencialmente, uma prática, na qual intervinha não apenas as leis,

[1] AHMI- CSP (Arquivo Histórico Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar) - 1 Oficio Códice 256, Auto 4634, 1 Oficio Códice 273, Auto 5395, 1 Oficio Códice 199, Auto 2774, 1 Oficio, Códice 259, Auto 4828, 1 Oficio, Códice 243, Auto 4078, 1 Oficio Códice 248, Auto 4261.

mas também aspectos do universo sociocultural dos advogados que davam ânimo, sangue e corpo a Têmis.

Referência Bibliografia

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais (1750-1808).* Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM), 2.ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980.

AVELAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil:* administração pombalina. 2ed., Brasília: FUNCEP/Editora UNB, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas:* sobre a teoria da ação. Tradução de Maria Corrêa. Capinas: Papirus, 1996, p.107.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 10.ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

HESPANHA, António Manuel. *Justiça e Litigiosidade*: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEMOS, Carmem Silva. *A justiça local: os juizes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808).* Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Univerdidade Federal de Minas Gerais.

MACHADO, Maria de Fátima. *O central e o local:* a vereação do Porto de D. Manoel a D. João II. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

PIRES, Maria do Carmo Pires. O poder local na Comarca de Vila Rica no século XVIII: os juizes vintenários. *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÍRIA DA ANPUH-MG,* 14, 2004, Juiz de Fora-MG: Editora UFJF, 2004. *Anais...* CD-ROM. Resumo

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo;* Colônia. 24 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RUSSEL-WOOD, A.J. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de Histórica,* São Paulo, n.109, v.55, 1977.

SALGADO, Graça. (coord.). *Fiscais e meirinhos:* a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1985.

SCHWARTZ, Stuart. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial:* a suprema corte e seus juizes: 1609-1751.São Paulo: Perspectiva, 1979.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro:* poder e miséria no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SUBTIL, José. Os poderes do Centro. In. José Mattoso (org.). *História de Portugal*: o antigo regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4. p.157.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Migração e alfabetização em Mariana Colonial. In: CASTILHO, Ataliba T. Castilho. (Org.).*Para a história do Português Brasiieiro.* São Paulo: Humanitas, 2001, v.II, p.391-399.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil:* cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das letras, 1997. v. 1, p.356.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica e política da Capitania de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memórias de Guerra em Belém Antiga

Venize Rodrigues*

Resumo: O tenso cotidiano da Segunda Guerra, vivido por pessoas de distintas origens e experiências sociais em meados dos anos 40 do século passado em Belém do Pará, constitui a trama deste texto. A metodologia da História Oral, mediada com outras fontes, permitiu-nos o exercício de capturar lembranças de tempos que já se foram, mas que rememorados conferem novos sentidos ao presente. As entrevistas com testemunhas da Segunda Guerra Mundial em Belém, foram realizadas no Asilo Pão de Santo Antonio e na residência de alguns intérpretes, que através de suas memórias, deixam perceber o impacto deste acontecimento no dia a dia da cidade e do povo de Belém.
Palavras – Chave: História – Memória – Guerra Mundial.

Abstract: The Second War tense everyday, which was lived by people from distinct origins and social experiences, in the middle of the 1940's, last century, in Belém of Pará, constitutes this text plot. The methodology of Oral History, mediated by other sources, allowed us the exercise of capturing memories of past times, but when remembered they give new senses to the present time. The interviews with Second War witnesses, who live in Belém, were carried out in the Pão de Santo Antonio, an old folk's home, and in some interpreter residences, who, through their memories, let us perceive this happening impact in the day by day of the Belém city and of its people.
Key-words: History – Memory – World. War

A cidade de Belém, embora distante dos campos de batalha, foi afetada no seu cotidiano pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial. A Amazônia foi chamada para produzir o látex necessário para movimentar a indústria da guerra que mobilizava os distantes países em conflito. Este dado atraiu milhares de combatentes - os soldados da borracha - para Belém, provocando um inchaço populacional e uma crise no abastecimento da cidade, cujo povo sofreu os efeitos nefastos do conflito bélico, mesmo antes de nele se envolver diretamente.

Ocupada também por soldados americanos, com fins de abastecimento, Belém acolhia os hidroaviões que chegavam das Antilhas e partiam para a Europa, tornando-se ponto privilegiado na rede de comunicações e esforço de guerra.

A necessidade de um campo de pouso adequado para os Catalina, hidroavião bimotor de uso militar de patrulha durante a Segunda Guerra Mundial, fez a Panair do Brasil, empresa

aérea americana, criada no ano de 1929, optar por Val de Cães, onde estabeleceu sua base de apoio e manutenção. Localizado a 18 km. de Belém, esta base que originou o atual aeroporto de Belém, favorecia a amerissagem dos Catalina, sem a vulnerabilidade dos aeroportos existentes na cidade, ambos localizados no perímetro urbano de Belém: o da Marechal Hermes e o da Condor, na Praça Princesa Isabel.

Narra o poeta Alonso Rocha que muitos americanos se hospedavam no Grande Hotel ou no Anexo Grande Hotel, onde hoje se localiza o Banco da Amazônia, BASA. O fluxo era tão grande que tiveram que alugar o Hotel da Paz e o Hotel Suice, (espaço onde hoje se localiza o banco BRADESCO), cujo gerente fez apenas uma divisão com pano pintado de cal para ficar branco, onde dispôs camas para hospedar tanta gente. As mudanças ocorridas no dia a dia da cidade ficaram marcadas na suas lembranças:

> *Os americanos vieram para cá e a vida começou a ficar mais cara, porque eles compravam tudo: os ovos, o mercado. Então, o cara quer vender para o americano, pagava mais. E os costumes começaram a fugir da Europa. Os que vieram começaram a mudar os costumes da roupa, (roupa cheia de "papagaio e periquito"), outro tipo de vida e criaram o cassino no próprio Grande Hotel, onde vinham apresentar-se os grandes astros nacionais e internacionais para os soldados americanos. (Alonso Rocha)*

Em suas memórias de expedicionário da FEB, Forças Expedicionárias Brasileiras, Miranda (1998) ressalta que a presença ostensiva dos americanos por toda parte da cidade, era vista como invasão e ingerência à soberania brasileira. Em parte, atribui esta responsabilidade aos simpatizantes da Ação Integralista, (que) faziam sua "guerra psicológica", com propaganda nazista e anti-americana. (MIRANDA, 1998, p. 27). O autor atenta ainda para "os tempos difíceis de racionamento, provocado pelos obstáculos ao transporte para Belém, pois dependíamos somente do transporte aéreo e marítimo, ambos então perigosos naquele tempo de guerra".(op. cit,p.29)

A memória dos mais velhos habitantes da cidade remete aos tempos difíceis de racionamento. Iolina Ferreira recordava das imensas filas para comprar leite, embora afirmasse que "dessa guerra se diz que teve coisas horrorosas que não atingiram muito o Brasil, graças a Deus." Terezinha Manfredo, no entanto, reconhecia que "faltava tudo, alimentação, tudo." O que amenizava esse quadro era que seu tio trabalhava nos galpões próximos ao Ver O Peso, feira livre, referencia histórica e turística da cidade. Lá conseguia alimentação necessária para estocar, "ele não comprava aquilo não, era saca de arroz, saca de feijão, assim vinham as coisas pra casa, mandavam deixar nesses carrinhos de mão". Admite, mesmo assim, que a guerra provocou uma

situação de carência, até mesmo para sua família que tinha recursos. Confessa que "até lá na minha casa, que a mercadoria vinha do armazém, as coisas faltou pra nós. O meu pai mandava do interior rapadura, não sei se você sabe o que é rapadura, a empregada ralava, passava no crivo pra adoçar o café e tudo".

Mario Nazareth recorda da carestia, responsabilizando sim os americanos, pela situação. "Era a maior facilidade que tinha antes da guerra, antes do norte americano chegar aqui. Depois que eles chegaram encareceu tudo". O exército brasileiro teve que tomar providências, pondera, "pois os americanos tinham dinheiro e compravam tudo antes dos outros, contribuindo para a crise no abastecimento de Belém".

> *O americano comprava tudo a preço mais alto, então as pessoas vendiam pra eles. Tinha muito americano, enorme quantidade, a ponto do exercito ter que intervir: primeiro o exercito se abastece, depois o americano se abastece, porque senão, eles compravam muita coisa. (Mario Nazareth)*

Lenora, musicista, lembra que "não havia açúcar branco em Belém, as coisas começaram a faltar". Os navios eram bombardeados no mar, "então o papai conseguia com os caboclos, naquele paneirinho forrado com a folha de banana, o açúcar mascavo, era com aquilo que a mamãe adoçava nosso café e tudo".

> *Carne, pra se achar carne, me lembro dos meus irmãos reclamando, eles tinham que ir de madrugada, um ficava da meia-noite as quatro, aí o outro ia às quatro horas, e o outro voltava pra dormir o resto, eles conseguiam um pedacinho de carne. Eles vinham segurando num fio, num cipó assim, traziam a carne assim, não era, não tinha virose, não tinha nada, a carne vinha desprotegida pela rua, aí daquele pedacinho a mamãe fazia milagre, fazia uma sopa, fazia um desfiadinho, fazia, uma outra coisa.(Lenora Menezes Brito)*

Vivia-se assim tempos de carestia, provocados pela falta de alimentos, pois 2/3 dos gêneros alimentícios eram importados do sul. A produção pecuária e agrícola encontrava-se nas mãos de poucos, devido à carência de mão de obra, pois os trabalhadores embrenhavam-se pelos seringais, a fim de produzir o látex necessário aos esforços de guerra. Eram os soldados da borracha.

Os gêneros alimentícios logo se esgotavam. Comerciantes escondiam feijão manteiga, café e açúcar para majorar os preços. A CAEPA-Comissão de Abastecimento do Estado do Pará decidiu pela realização de um censo de toda a população do Estado com a ajuda da Força Policial do Pará e dos guardas do serviço da febre amarela. Com o conhecimento do volume dos

consumidores, dividiu a cidade em zonas, tendo cada uma delas um Mercado Público por sede. Cartões de racionamento foram então distribuídos aos chefes das famílias recenseadas com cupons para a aquisição de carne verde, de porco ou vísceras, duas vezes por semana. (Relatório ao Sr. Presidente da República pelo Cel. Joaquim Cardoso de Magalhães barata interventor do Para, 1944, p. 7, 8 e 9). Esperava-se desta forma, enfrentar a crise de abastecimento na cidade.

Faltava batata, café, açúcar, lembra ainda o poeta Alonso Rocha. Para ilustrar a carestia em Belém, relata cenas do cotidiano, através da conversa de duas comadres no mercado, registrada na revista manuscrita O Boêmio, editada em 1942, por ele, por Max Martins e Jurandir Bezerra.

Aqui o assunto era a disputa pela carne verde, que teve como conseqüência a prisão de uma senhora, entre cenas de violência, enormes cobrinhas e guardas insolentes com seus inseparáveis cacetetes:

> *"Conversam duas comadres sobre a vida na cidade, nosso repórter parou a cata de novidade: - Como a vida está ruim aqui no nosso Pará, nada se tem para comer, nada se tem para comprar. Acredite minha comadre, acordei de manhãzinha para eu poder arrumar um quilo de carne ou galinha. E fui lá no frigorífico e entrei numa 'cobrinha': um moleque sem vergonha rasgou toda uma blusa minha. O guarda me assegurou com o cacetete na mão: não vê que é proibido entrar por esse portão. Minha comadre, eu me enfezei e sapequei um palavrão: chamei ele de assanhado, de safado e de alemão (alemão naquele tempo era pejorativo). Passei a manhã implurando pro açougueiro. Gente churava, era lágrima que parecia um chuveiro. Até que no fim, o danado do mudrongo me atendeu (mudrongo era o português). Quarta de osso sem carne, mas o troco não me deu. Suando como uma burra queria saí da cobrinha, quando um pretinho danado me bateu com uma sombrinha. Gritei chamando pro guarda, o pessoal vaga e ri, com simples quarta de osso, eu na central fui dormi.*

A briga pelo açúcar inspira o diálogo abaixo, tendo como protagonistas soldados, povo, delegado de polícia, onde até terçado, revolver e tamanco ilustram a cena, na invasão do mercado.

> *-Quase igual, minha comadre foi em São Brás, no mercado. Por causa do açúcar branco houve revorve e terçado, era um garboso paisana, gordo, baixo, convencido, óculos na cara, charuto, fato azul encardido (isso era um delegado, arbitrário naquele tempo...). Tendo no lado dois guardas, quis bancar galo mandão: mandou entrar dois sordados, deixando o povo na mão, mas aí eu nem lhe conto, a turma quebrou o portão e invadindo o mercado trouxeram frutas na mão: jenipapo, saputilha, tudo voou pelos ares e na cara do paisano tudo foi se borrachar. Houve tiro, houve tamanco, que até Cristo acreditar, mas, é assim minha comadre, a vida aqui no Pará"(O Boêmio,31/12/1942).*

Ainda para ilustrar esta disputa, Alonso Rocha cita um caso sui generis, "... para você ter uma idéia, a Rádio, acho que a Marajoara, num programa de auditório, deu como prêmio um quilo de açúcar". Reforçando os outros intérpretes, admite que "na época da guerra, para conseguir açúcar, chamado moreno, aquele açúcar escuro, a gente ficava numa fila imensa".

Apesar deste clima, o interventor do Pará durante a guerra, Magalhães Barata, contemporizava a situação de conflito nas falas oficiais. Relatava que "apesar dessa situação angustiosa, insuficiência das primeiras fontes de alimentação pública (...) a nossa população acolheu sempre as medidas restritivas que lhe eram impostas, com notável espírito de compreensão das circunstâncias decorrentes da guerra e de patriótico sacrifício, não se mencionando nenhuma perturbação da ordem pública." (VEIGA, 1984) Na verdade, o governo tentava escamotear uma insatisfação que se manifestava em freqüentes tumultos.

O clima de insegurança e medo com os perigos da guerra também marcava a vida das pessoas. Iolina Ferreira lembra de sua adolescência e de sua rotina escolar marcada pelo toque de recolher.

> *Olha, a Segunda Guerra Mundial foi uma coisa que gravou assim na minha mente, eu estava assim numa fase de adolescente, adolescente eu ia pro colégio, pra esse colégio Santo Afonso, eu morava na Boaventura... Então,... tinha o Zepelim, não sei se você já ouviu fala do Zepelim. Era uma espécie assim dum peixe, era como eu comparo assim o formato dele e não tinha asas... Era uma espécie de avião, não era bem um avião, e tinha assim pouca velocidade, eles vinham e diziam assim:*
>
> *"_ Hoje vai ter, vai ter passiva, hoje vai ter a passiva."*
>
> *Passiva era um treinamento de guerra, então eles treinavam a gente, pra que se chegasse a guerra aqui, a gente já tava treinado. Eu sei que às vezes tinha aula, às vezes aula nem tinha. (Iolina Ferreira)*

Era o treinamento militar e segundo a entrevistada, tão logo as usinas apitavam, dando o alarme, o zepelim - espécie de avião de guerra anunciava a "passiva", as casas, o comércio, as escolas fechavam e todos tinham que ficar alertas. As usinas e os rádios anunciavam o pseudo ataque inimigo. "Quando alertava antes, a gente já sabia, dava no rádio e também as usinas apitavam. Então, nós ficávamos em casa, todo mundo, todo mundo, não ia trabalhar, nem nada, ficava em casa".

Às vezes havia tempo, a população era avisada previamente. Outras vezes era surpreendida nas ruas e Iolina batia nas casas pedindo proteção, ”pois não queria sujar meu uniforme ao jogar-me no chão”.

> *Eu era estudante, aí naquela época a gente podia bater numa casa. Fechava tudo, comércio, tudo, a cidade dava o alarme. Naquele tempo as usinas apitavam, apitavam seis horas da manhã, seis horas da tarde, assim. Mas elas apitavam pra dar o sinal, que ia ter a passiva, elas apitavam. Então, nessa hora que apitava, o povo já sabia, tinha que se acomodar, ou entrar numa casa se tivesse na rua, ou tinha que se jogar no chão e ficar deitado. (Iolina Ferreira)*

É fato que as autoridades brasileiras tratavam de preparar a população para os ataques, cabendo à Defesa Civil simular as investidas inimigas à cidade de Belém, mobilizando o povo para possíveis investidas dos inimigos de guerra. Miranda relata em suas memórias: (Miranda, 1998, p. 27).

> *A sirene da “Folha” soava, as lojas fechavam, carros apitavam, as pessoas procuravam locais mais seguros para se abrigarem e os aviões americanos vindos das Antilhas faziam vôos rasantes sobre a cidade, dando uma pálida idéia do que seria um ataque aéreo, o que felizmente nunca aconteceu. (Miranda, 1998, p. 27)*

Havia também passiva a noite. Holofotes varriam as ruas e todos tinham que fechar janelas e portas, apagar as luzes. “Hoje vai ter passiva” era a senha. Iolina relatava: “... eles tinham uns holofotes, onde você estivesse, eles iam com aqueles holofotes, eles colocavam em cima de você.” O serviço de vigilância era constante, segundo ela:

> *. Olha, a nossa casa que a gente morava era enorme, tinha porão.“ - Vamos descer pro porão pra gente olhar. ”Pra nossa surpresa, nós estávamos abrindo a janela pra, pro lado, pra onde era o porão, lá vinha o foco em cima da gente, meu Deus do céu! Porque quando dava o foco, eles se comunicavam, não sei qual era o meio, com as pessoas que estavam na rua. E as pessoas vinham e batiam na porta da casa da gente, não sei se era por causa do foco, né? Eu sei que eles batiam na casa da gente pra dizer que tinha alguma janela aberta ou coisa assim, que era proibido, e a gente se jogava no chão. (Iolina)*

A iluminação precária da cidade facilitava o trabalho das patrulhas noturnas para descobrir informantes alemães ou transmissões clandestinas de rádio que denunciassem a movimentação das tropas da FEB em Belém. (MIRANDA, 1998).

O policiamento da cidade era realizado pela polícia local e estrangeira. Ao toque de recolher, mendigos, bêbados, loucos, prostitutas, marginais e menores eram recolhidos para manter a ordem e o controle do espaço.

As manifestações antialemãs eram constantes. Das praças, estudantes saiam em passseata, exigindo providências contra as agressões. Proliferam as manifestações contra os estabelecimentos comerciais e residências de pessoas de origem japonesa, alemã e italiana, que viviam na cidade. Miranda registra que "a turba enfurecida e indisciplinada aproveitava-se da situação para destruir os bens destes imigrantes. Procuravam vingar os irmãos brasileiros mortos pelos submarinos alemães". (MIRANDA, 1998, p.321). Alonso Rocha confessa não saber a causa do afundamento dos navios de guerra brasileiros e se foram realmente por submarinos alemães, ou os próprios aliados querendo forçar o Brasil a entrar na guerra. "O fato é que (...) faziam uma terrível pressão emocional sobre o povo, colocando a Itália e Alemanha como bárbaros, até certo ponto foram. Criou-se na mentalidade popular um ódio ao alemão, particularmente, ao italiano".

> *Um dia afundaram um navio brasileiro. Eu vou para o colégio Paes de carvalho, quando vejo naquela praça uma pilha de madeira pegando fogo, caixas, etc. o pessoal invadindo aquelas lojinhas. Naquele tempo já era japoneses, italianos e alemães, quebrando tudo, quase me incorporo a esse grupo, mas eu tinha sempre uma resistência a qualquer tipo de violência, por mais que a gente fosse agredida a violência não me agrada. Fiquei apenas... Mas meu coração estava alegre de ver aquela barbárie. (Alonso Rocha)*

O sentimento anti guerra expressava-se em manifestações de repúdio e belicosidade contra aqueles que o discurso oficial identificava como inimigos:

> *O que me penalizou mais foi a invasão à Praça da Bandeira, era uma quitanda dos japoneses, cheia de frutas, tomates. O pessoal invadindo e a velha chorando, abraçando uma bandeira brasileira, com criança e o marido e eles arrebentando tudo. Sabe quando a multidão perde a cabeça? (Alonso Rocha)*

Os quartéis alistaram muitos paraenses que foram incorporados à FEB, muitos como voluntários. O poeta Alonso Rocha tinha amigos que estavam na frente do combate:

> *Eu me correspondia com dois expedicionários, que foram para a guerra. Um, o Antônio Cumaru Leal, foi voluntário, não queriam aceitá-lo. Ele foi com o general para implorar pra ir para guerra. Tenho uma carta que até cedi para a 8ª região Militar, em que ele me escreve, dando idéia que ele não podia dizer que ele estava em frente da batalha. Inclusive as cartas recebiam o carimbo da censura das Forças Expedicionárias Brasileiras. Tanto as que a gente mandava, quanto as que recebíamos. Ele mandava com todos os cartões da Itália. (Alonso Rocha)*

A cidade de Belém fervilhava à época da Segunda Guerra. Navios estrangeiros chegavam trazendo combatentes, prosperavam as empresas ligadas ao negócio da borracha.

A deflagração da segunda guerra mundial e a conseqüente ocupação dos seringais asiáticos pelo Japão, abrem novas possibilidades para a exploração do látex, componente básico

da indústria bélica. Premidos por mais uma seca, nordestinos transformavam-se na Amazônia em soldados da borracha**.** Veiga (VEIGA, 1984) refere-se que sob o slogan "para ganhar a guerra é preciso ganhar a batalha da borracha", são celebrados os Acordos de Washington em 1942 entre órgãos federais brasileiros e norte-americanos. Dirigido pela Rubber Development Corporation, mobilizam-se recursos do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), da SAVA (Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico), do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), do SNAPP (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Para), do B.B (Banco da Borracha) para produzir 70.000 toneladas de borracha. Seringais abandonados há 30 anos são reexplorados com orientação técnica para o melhor aproveitamento do látex. No entanto, em 1944 produziu-se apenas 30.000 toneladas de borracha, pouco, se comparável às 42.410 toneladas, em 1912.

Estima-se em 25.000 o número de trabalhadores encaminhados para a Amazônia numa reedição da epopéia nordestina no final do século XIX na Amazônia. Até hoje muitos destes combatentes da selva reivindicam tratamento igual aos ex combatentes da FEB, pois, soldados esquecidos, não foram reconhecidos como heróis de guerra. Tocantins registra este drama através da frase símbolo conferida a um cearense: "Vim para enterrar meus ossos nos barrancos do Acre". (TOCANTINS, 1982, p. 145)

O fim da guerra foi festejado com festas. A entrada do exercito soviético em Berlim trouxe às ruas o povo paraense, numa das maiores demonstrações democráticas já realizadas nesta capital. Na passagem do 1º de maio as classes trabalhadoras de Belém promovem desfile à frente do qual formaram os presidentes dos sindicatos ladeando o Sr. Paulo de Oliveira, Delegado Regional do Trabalho. As passeatas de estudantes do Colégio Estadual Paes de Carvalho festejaram a queda de Berlim e as vitórias da FEB nos campos da Itália. (VEIGA, 1984 p. 28)

Mesmo no interior do Estado, o povo comemorou. Pinduca, famoso musicista e intérprete do carimbó, ritmo peculiar do Pará, assim relata: "Eu estava em Igarapé Miri quando deu que acabou, (...) houve a grande passeata, depois terminou na igreja com missa e aquela movimentação muito bonita, da alegria do povo".

Iolina também não ficou indiferente aos festejos. Suas memórias localizam os pracinhas desfilando nas principais ruas de Belém, Largo da Pólvora, Nazaré, em carros alegóricos. Havia um em especial "A Cobra está fumando", símbolo da FEB.

Assim relembra o carnaval na chegada dos rapazes:

> *Olha, fizeram o navio da marinha representado no carro alegórico, coisa mais linda, todos vestidos com a farda da marinha, coisa mais linda, linda, até hoje eu não vi coisa igual, assim desfilavam nas principais ruas, Presidente Vargas, Largo da Pólvora, né? Também al, na Avenida Nazaré. Então ficava lotado de pessoas ali pra ver, era muito bonito, tinha os carros, uns que eu lembro bem, 'olha a cobra fumando', que tinha uma música assim: "Olha a cobra fumando" (Iolina).*

Referencias bibliográficas

A PROVÍNCIA DO PARÁ. **O Ciclo de Magalhães Barata**. Coleção História dos Municípios do Pará. Fascículo 8. Belém, Pará.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MIRANDA, Antonio Batista de. **Guerra...Memórias...Destino**. Belém: Gráfica Sagrada Família, 1998.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto História. Cultura e Representação, nº 4, EDUC, São Paulo, fev. 1997.

RELATÓRIO ao Sr. Presidente da República pelo Cel. Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, Interventor Federal, Pará, 1944.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia- Natureza, Homem e Tempo**.Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1982.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

VEIGA, Hecilda. **A redemocratização em Belém (1945-1947)**: **Os Comitês Democráticos e a Campanha Contra a Fome.** Belém, FASE. 1984.

Entrevistas:

Raimunda Iolina Souza Ferreira (in memorian): Moradora do Asilo Pão de Santo Antonio, entrevistada em 1 de dezembro de 2004.

Mario Nazareth de Souza: Morador do Asilo Pão de Santo Antonio entrevistado em 24 de novembro de 2004.

Maria Lenora Menezes de Brito: Musicista paraense entrevistada em 8 e 11 de novembro de 2005.

Alonso Rocha: Poeta paraense entrevistado em 3-02-2006.

Aurino Pinduca Quirino Gonçalves, Pinduca: Consagrado músico e intérprete do carimbó, entrevistado em 11 de novembro de 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imigração e importação de bens culturais:
A música de Offenbach e a cocotte *comédienne* no Rio de Janeiro

Lená Medeiros de Menezes*

Resumo: No tema amplo da e(i)migração, o trabalho dá ênfase à imigração urbana, colocando em foco a presença francesa na cidade do Rio de Janeiro e o 'processo civilizatório' que tinha na França seu principal foco de irradiação. Nesse contexto, propõe a discussão do processo de importação de bens culturais a partir do exemplo dado pelo teatro de variedades na segunda metade do novecentos, demonstrando como a música de Offenbach fez sucesso na capital brasileira e possibilitou o surgimento de uma nova personagem urbana: a *cocotte comédienne*, que trouxe para o cotidiano carioca o esplendor do *demi-monde* francês.

Palavras-chave: franceses no Rio de Janeiro – importação de bens culturais – teatro de variedades

Resumé: Dans la vaste thématique de l'immigration / émigration, ce travail se concentre sur l'immigration urbaine, en mettant en évidence la présence française à Rio de Janeiro et le « processus civilisateur » qu'avait en France sa principale source d'irradiation. Dans ce contexte, il propose le débat du processus d'importation des biens culturels à partir de l'exemple du « théâtre de variétés » dans la deuxième moitié du siècle dix-neuf. Il démontre également comment la musique de Offenbach a fait du succès dans la capitale brésilienne, en permettant l'apparaissance d'une nouvelle personnage urbaine : la *cocotte comédienne*, que a rapporté au quotidien carioca le glamour du demi-monde français.
Mots-clés: français a Rio de Janeiro – l'importation des biens culturelle - théâtre de variétés

Em carta escrita à irmã Luísa em 30 de novembro de 1817, a princesa Leopoldina comunicava-lhe ter a seu serviço um costureiro francês que a ela tinha servido em Paris. (D. Leopoldina, Cartas de uma Imperatriz, 2006:315) Nesse momento, ela parecia surpresa com a existência de "muitos estrangeiros" circulando pela cidade do Rio de Janeiro, oferecendo produtos e serviços variados. Faziam, então, nove anos que os portos brasileiros haviam sido abertos às "nações amigas" e que, junto com a corte, desembarcassem no Rio os primeiros imigrantes franceses.

Os acordos firmados em 1816 permitiriam que franceses e francesas, atraídos pelas possibilidades oferecidas pela presença da Corte, passassem a se dirigir para a capital de

* Professora Titular de História Contemporânea da UERJ. O trabalho é desdobramento de pesquisa financiada pelo CNPq, sobre francesas no Rio de Janeiro e contou com a colaboração dos bolsistas de Iniciação Científica Alexandre Pereira Caldas (*in memorian*), Angélica Bello Raymundo, Angélica Ferrarez de Almeida e Gisele Pereira Nicolau.

um reino transcontinental. Se em 1815 apenas um francês anuncia na Gazeta do Rio de Janeiro um leilão em sua residência, em 1816 homens e mulheres podiam ser encontrados nas páginas do jornal oferecendo serviços variados, como Ms. Ambrozio Bourdon e Charles Durand, que se tornaram famosos pelos leilões que ofereciam ao público carioca, Ms. Gudin, alfaiate estabelecido na rua dos Latoeiros e Ms. Cathelineau, cabelereiro de homens e senhoras e sua "consorte modista".

Para além do circuito da Corte, franceses e francesas estabelecidos com casas comerciais no centro da cidade ofereciam produtos variados ao público, dividindo sua presença nas ruas com negociantes de escravos dedicados aos ofícios urbanos, alguns de propriedade dos próprios estrangeiros que haviam se fixado na cidade.

É sabido por todos que a influência francesa na vida cotidiana da capital brasileira marcou todo o século XIX. Essa constatação, porém, não se tem desdobrado em uma produção historiográfica significativa acerca dos fluxos humanos provenientes da França e de sua inserção no cotidiano das cidades brasileiras; processo alimentado pelas dificuldades encontradas na terra de origem e pela *attirance* de brasileiros e portugueses pelos produtos e bens produzidos na França, com destaque a Paris, representado como o 'farol da civilização'.

Mais do que os bens materiais que aportavam no Brasil, bens culturais ligados a novas formas no ser e estar tornaram-se objetos de desejo, ensejando mimetismos e reinvenções variadas, com o consumo ávido das novidades que chegavam de Paris. Da moda ao teatro, passando pelo trabalho de costureiras, professoras, parteiras, atrizes e meretrizes, a influência francesa difundiu-se na cidade do Rio de Janeiro, atendendo às necessidades da corte e das camadas urbanas que se desenvolviam e enriqueciam, principalmente a partir da virada dos anos cinqüenta, com o fim do tráfico e os lucros do café.

Ao colocar o teatro de variedades como objeto de análise, cabe Barreto Filho e Lima quando afirmam que a verdadeira vida noturna carioca deveu-se aos franceses, tendo início com a inauguração do *Alcazar Lyrique* à rua da Vala (atual Uruguaiana), números 47, 49 e 51. (B. FILHO e LIMA, 1943: 550)[1] Parte de seu sucesso foi garantido pelos números de canto e dança que eram oferecidos ao público; parte importante, porém, pela beleza das mulheres que se apresentavam no palco, esbanjando sexualidade e independência. Desde cedo apelidado de café-cantante pelos cariocas, o Alcazar tornou-se pioneiro na apresentação de *vaudevilles* e operetas e local destacado da apresentação das peças musicais de Offenbach.

[1] Segundo o autor, esta inauguração teria ocorrido a 17 de fevereiro de 1859, embora pareça ter havido equívoco de sua parte, tendo em vista que os anúncios publicados pelo *Jornal do Commercio* apontam o ano de 1862 como o da abertura do estabelecimento.

Nascido a 20 de junho de 1819, em uma pequena cidade alemã, Jacques Offenbach desde cedo manifestou sua tendência artística, que aprimorou após deslocar-se para Paris, em 1833. Apesar de uma formação clássica, o compositor muito cedo deixou-se seduzir pela atividade teatral e pela ópera cômica, gêneros que o consagrariam por todo o mundo.

Sua primeira peça teatral foi um *vaudeville*, apresentado ao público em 1839. A partir de então, sua produção musical foi intensa e o sucesso veio rápido. Em 1855, ao tempo da Exposição Universal, abriu uma primeira casa teatral: *Les Bouffes-Parisiens,* atraindo um público internacional ansioso por encontrar novidades em Paris. A experiência acumulada com o primeiro empreendimento possibilitou que nova tentativa alcançasse o êxito esperado e nos palcos do novo *Les Bouffes Parisiens*, operetas nesquecíveis garantiam a celebridade do compositor.

Formando um 'trio infernal' com Meilhac et Halévy, muitos outros sucessos foram levados aos palcos de Paris e correram o mundo, a ponto de Offenbach ter seu nome definitivamente ligado ao esplendor do Segundo Império Francês. Ao todo, foram apresentadas ao público 135 obras, dentre peças musicais, operetas,[2] óperas cômicas[3] e óperas bufas[4]), entre o ano de 1839 e 1880,[5] todas elas oferecendo ao público uma música leve, melodiosa, jovem, espiritual, brilhante e moderna.

No Rio de Janeiro, o sucesso de *Offenbach* pode ser comprovado pelas inúmeras apresentações de suas peças nos teatros da cidade, com destaque ao Alcazar. Sob a direção de Ms Arnaud, o sucesso do teatro fez-se acompanhar pelo surgimento de um novo personagem urbano: a atriz cortesã ou, como ficou conhecida em língua francesa, a *cocotte comédienne.* Presença garantida nas noites e símbolo de prestígio e riqueza por parte de políticos e barões do café era ela a musa privilegiada do teatro ligeiro e de operetas como *Orphée aux Enfers*, *Geneviève de Brabant*, *Le Pont des Soupirs*, *La Belle Hélène*, *La Vie Parisienne*, *Barbe Blue*, *La Grande Duchesse de Gerolstein* e tantas outras.

Na capital brasileira, as *cocottes comédiennes* tornaram-se alvo permanente da curiosidade do público, garantindo a procura por notícias e fofocas sobre as 'alcazalinas', como as intitulava Manuel de Macedo. (MACEDO, 1988) A revista *Ba-ta-Clan,* por exemplo, dedicava uma de suas colunas: *L'Alcazar en Robe de Chambre*, à divulgação de notícias

[2] A opereta é uma espécie de ópera cômica sentimental.
[3] A ópera Cômica define-se como gênero intermediário entre a ópera e a comédia, com a alternância de diálogos cantados e falados.
[4] A Ópera bufa distingue-se da opereta pela adoção de um tom de sátira social. A grande contribuição de Offenbach, Havély e Meilhac ao gênero foi a introdução dos diálogos falados.
[5] Este foi o ano da morte do autor, ocorrida na noite de 4 para 5 de outubro de 1880, em Paris.

sobre cantoras e dançarinas do Alcazar, alvos dos desejos masculinos e da inveja e de sentimentos controversos nas mulheres, que oscilavam da inveja ao ciúme. Suas

A leitura da coluna permite saber, por exemplo, que Émilie Foucaud era muito alegre e tinha um nariz que dava um ar picante à sua fisionomia, que Mlle Valentine era uma cantora ligeira, com voz fresca e charmosa, embora tivesse pouca extensão, que Jeanne de Bar tinha "corpo escultural" e era uma comediante de "dicção irreprovável", que Amélie Abel só não conseguia eclipsar a famosa Aimée porque lhe faltavam os papéis adequados e que Marie Barbotti amava "dançar e mostrar suas formas" sempre que se ocupava do público da galeria. (BA-TA-CLAN, 1867)

A circulação das profissionais de canto e dança por Paris e pelo Rio de Janeiro, como indicam jornais e revistas de época era considerável. Marie Kruth, por exemplo, já tinha dançado em Paris, Viena e Berlim, Amélie Abel fora ex-figurante do *Théâtre des Bouffes Parisiens,* Mlle Walter, havia sido cantora cômica do *Palais d'Hiver à Paris* e Adèle Lovato, após grande sucesso no Alcazar do Rio, voltou para a Paris para trabalhar no *Opéra Comique* (BA-TA-CLAN, 1867). No caso da famosa Delmary, ela havia estreado no *Bouffes Parisiens* em maio de 1865, deslocando-se posteriormente para a capital brasileira.

Na ainda provinciana cidade do Rio de Janeiro, o surgimento do Alcazar nos idos de 1860 representou mais um dos episódios possibilitados pelo progresso material e desenvolvimento urbano vividos a partir do fim do tráfico. Não é por acaso que sua inauguração deu-se apenas cinco anos depois da implantação da iluminação a gás na capital brasileira, que contemplou, inicialmente, as ruas São Pedro, Sabão, Rosário, Ouvidor, Direita e o largo do Paço. Como fruto dos lucros do café, o Rio de Janeiro passou a contar com uma camada social intermediária, de origem essencialmente urbana, ávida por consumir os bens culturais que lhe eram oferecidos, principalmente quando estes eram importados de Paris, modelo maior das possibilidades civilizatórias.

Muito distante a capital brasileira já estava das narrativas de viajantes estrangeiros dando conta que "à noite, quando já bem escuro, a cidade pare[cia] estar completamente vazia de qualquer habitante decente", pois "nas esquinas e nas ruas" encontravam-se apenas "negros e também brancos de ambos os sexos, cujo aspecto jamais poderia atrair ou divertir o transeunte".

Lógico que em meados do novecentos, havia transcorrido mais de um século desde que novidades, como os cafés, passaram a ser absorvidos pela cidade, tendo me vista que a Paris de 1789 já contava com muitos estabelecimentos do gênero, freqüentados por revolucionários e revolucionárias e importantes locais tanto de sociabilidade quanto de

sedição.[6] Os distanciamentos temporais, porém, encurtaram-se imensamente a partir dos anos 50 e o maior exemplo disto foi a própria inauguração do Alcazar, cerca de cinco anos apenas após a entrada em funcionamento do congênere de Paris e a circulação concomitante da *cocotte comédienne* nos dois lados do Atlântico.

O progresso material ofereceu à cidade um leque amplo de novas opções. A iluminação a gás, por exemplo, veio a permitir que as lojas da rua do Ouvidor permanecessem abertas para além do crepúsculo, propiciando condições para a mulher fazer compras em horários antes impossíveis de serem imaginados. Suas *vitrines*, por outro lado, viraram *fetiches* possíveis de ser admirados tanto de dia quanto de noite, fazendo com que a hégira das modistas francesas para a rua do Ouvidor se prolongasse por todo o século, com a rua sendo representada como um pedaço de Paris em terras brasileiras; representação tropica da *rue Vivienne* da *Rive Gauche*.

É bem verdade que o Alcazar não se localizava na rua do Ouvidor, como afirmara Gobineau, mas sua proximidade da emblemática rua permitiu que ele compusesse em mesmo espaço de circulação na noite, formado pela rua da Vala, rua do Ouvidor e largo da Carioca.

Ao mesmo tempo que o público carioca deliciava-se com as melodias de Offenbach, sua jocosidade promovia adaptações e traduções absolutamente irreverentes, algumas de autoria de Arthur Azevedo. Foi assim que *Barbe Bleu* virou 'Barba de Milho', *Orphée aux Enfers* transformou-se em 'Orfeu da Roça', *Mini Bamboche* passou a ser 'Mini Bilontra', a *Grã-duchesse de Gertolestein* recebeu o nome de 'Baronesa de Caiapó' e *La Fille de Madame* Argot foi intitulada 'A Filha de Maria Angu'. (Cf. Revistra Illustrada,)

As canções com letras de duplo sentido, alegres, picantes e brejeiras logo eram memorizadas pelos freqüentadores do estabelecimento, atingindo um público maior através de sua reprodução nas ruas e em diferentes circuitos de sociabilidade.

Não só os espetáculos que eram oferecidos ao público quanto as atrizes que deles participavam causavam nos que os assistiam fascínio ou escândalo, aplausos frenéticos ou críticas contundentes. Terminado o espetáculo, a circulação das alcazalinas pelos hotéis e cafés das proximidades, eletrizavam a noite no entorno da casa de espetáculos, criando um verdadeiro *demi-monde*[7] tropical, onde circulavam atrizes-cortesãs, francesas aut~enticas ou não, acompanhadas por protetores endinheirados.

[6] Foi no *Café de Foy* no *Palais Royal*, por exemplo, que Camile Desmoulins exortou o povo a tomar a Bastilha. O número de cafés não parou de crescer após 1789, quando totalizavam 3000. Em 1840 eram 4500; em 1870, 22000 e em 1880 seu número atingia o total surpreendente de 30000 cafés espalhados pela cidade. Cf. HAINE, 1992)

[7] Termo foi criado por Alexandre Dumas Filho, autor da Dama das Camélias e amante de Marie Duplissis, que se inspirou para caracterizar o mundo no qual circulavam mulheres que não eram nem prostitutas nem senhoras.

Segundo apreciação de um dos principais autores que retrataram o cotidiano carioca:

> *Para ir ao espetáculo, quando as conduções, além de morosas, eram escassas, melhor seria ficar logo pelo centro. Para as ceias, nem sempre se encontraria assim um propósito tão razoável. Nem razoável nem honesto. Entra-se-ia muitas vezes num hotel ou numa cervejaria à procura de uns olhos ou de umas pernas vistas no tablado do Eldorado ou do Alcazar. E para isto, havia-se de ir, preferencialmente, ao Renaissance, paredes-meia com essa última casa de diversões, ou ao Hotel des Princes, na Praça da Constituição, ou chegar ainda até os Frères Provenceaux, na rua do Ouvidor, esquina de Latoeiros (Gonçalves Dias), com uma pensão de 'meninas' mal comportadas no sobrado. (BARRETO FILHO e LIMA, 1943: 550)*

No conjunto das atrizes do Alcazar, a maior fama coube, sem dúvida laguma, a Mlle Aimée: *"dona* de uma fisionomia provocante, olhos cintilantes, nariz fino, boca pequena, pernas perfeitas, boa voz, ótima inteligência", fazendo com que "tudo seduz[isse] nela". (BA-TA-CLAN, 1867). Ou, segundo a visão conservadora de Gastão Cruls, uma mundana que entre tantas outras "pelas suas altas proezas e a récua de adoradores e chichisbéus que trazia à rabadilha, levou o nome aos jornais e à página de livros", correspondendo, no Brasil ao que Hortense Schneider e mais tarde Sarah Bernardt representaram em Paris. (CRULS, 1965: 554).

Estrela de primeira grandeza no elenco do Alcazar, após alguns anos no Brasil, Aimée teria voltado rica para a França, levando consigo mais de um milhão e meio de francos, amealhados graças a seus fiéis admiradores e patrocinadores. Sua partida teria sido um acontecimento memorável na cidade, despertando sentimentos contraditórios naqueles que, direta ou indiretamente, com ela haviam convivido. Enquanto deixava saudades em muitos maridos chorosos, alegrava o coração daquelas que por ela sentiam um misto de raiva, desdém, ciúme, inveja ou admiração.

Fazendo jus à fama, Aimée continuou a ter presença nos jornais, mesmo após a partida, protagonizando histórias fantásticas e ensejando atitudes inusitadas. Conta-se, por exemplo, que os leilões de seus artigos pessoais tornaram-se concorridíssimos e que um certo objeto muito pessoal fora vendido pela espantosa quantia de cem mil réis. (CRULS, 1965:554)

Dentre seus admiradores, coube ao jovem Machado de Assis tornar-se aquele que, mais amorosamente, a imortalizaria em seus escritos, caracterizando-a, romanticamente, como:

> *Demoninho louro – uma figura leve, esbelta, graciosa – uma cabeça meio feminina, meio angélica – uns olhos vivos – um nariz como o de Safo – uma boca amorosamente fresca, que parece ter sido formada por duas canções de Ovídio, enfim, a graça parisiense, 'toute pure'.* (CRULS, idem)

O mesmo Machado que, comentando seu nome, diria que Aimée era "uma francesa que em nossa língua se traduzia por amada, tanto nos dicionários como nos corações" (ASSIS, 1897) e que, para o *Ba-ta-clan*, teria "uma fisionomia provocante; olhos cintilantes, nariz fino, boca pequena, pernas perfeitas, boa voz e ótima inteligência". (BA-TA-CLAN, 1867)

A até hoje célebre Aimée viveu na cidade do Rio de Janeiro entre 1864 e 1868 e foi cantora cômica e estrela das operetas do Alcazar, tendo abrilhantando as noites cariocas desde sua ruidosa estréia (em junho de 1864) à data de sua última apresentação (agosto de 1868). Artista exclusiva dos palcos do Alcazar encarnou personagens memoráveis, causando *frisson* em uma platéia quase exclusivamente masculina. Estrela de primeira grandeza, foi Eurydice em *Orphée aux Enfers*, Héléne em *La Belle Hélène,* Boulette em *Barbe Bleu* e Penélope em *Le retour d'Ulysse*. Residente na Rua dos Ciganos, hoje Constituição, sua fama permitiu-lhe acumular "mais de um milhão e meio de francos", que lhe permitiram voltar a Paris e viver uma existência de luxo e conforto antes a ela interditada. Se Aimée partiu, outras optaram por ficar. Algumas casaram-se com brasileiros respeitados e libertaram-se das fronteiras do demi-monde. Outras, passados os anos de esplendor, perderam-se no anonimato e no silêncio da história.

A influência cultural da França e a sedução das francesas marcaria todo o século XIX na capital brasileira, estendendo-se da chegada das primeiras modistas, que eternizaram a rua do Ouvidor, até o glamour da *Belle Époque*, quando prostituição de luxo era sinônimo do meretrício exercido por francesas, a ponto de Lima Barreto, com sua crítica mordaz afirmar que via "naquelas francesas" e em outras que como elas se apresentavam, "com espaventosos chapéus, ao jeito de velas enfunadas ao vento, continuadoras de algum modo da missão dos conquistadores. (BARRETO, 1956:105/6)

Resta dizer, portanto, que desde que se impôs a tendência de importação das modas e costumes afrancesados, esse processo não parou de ampliar-se e diversificar-se, quer com relação a vestimentas e adereços, quer com relação aos prazeres e lazeres, onde se incluía o meretrício de luxo protagonizado pela *cocotte comédienne.*

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO FILHO, Mello e LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Aspectos da cidade e da vida carioca. Rio de Janeiro: a Noite, 1943, p. 550.

BARRETO, Lima. *Vida e morte de J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BA-TA-CLAN, especialmente os números publicados em 14/07/1867, 21/09/1867, 29/06 e 22/06/1867, 31/10/1867, 29/06/1867.

BURMEISTER, Hermann Burmeister. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Univ. São Paulo, 1980.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Notícia histórica e descritiva da cidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. (coleção Rio 4 séculos), p. 554.

HAINE, Scott W. *The world of ther Paris Café*. Baltimore and London:The Johns Hopkins University Press,1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Memória da independência 1808-1825": a construção de um discurso através da celebração do sesquicentenário da Independência do Brasil.

Talita Veloso Cerveira*

Resumo: Em 1972, foi montada no Rio de Janeiro, no Museu Nacional de Belas Artes, a exposição "Memória da Independência 1808-1825", cujo objetivo era comemorar a Independência do Brasil.
Em meio a diversas comemorações, esse evento oficial tinha como objetivo não apenas homenagear o passado e seus principais personagens históricos, mas construir um discurso bem específico que começava em 1808, tinha em 1822 seu ponto culminante e terminava em 1972 apontando projeções para o futuro.
Em um momento bem delicado para a história política do Brasil, a celebração, por meio dessa leitura, pretendia elaborar um discurso histórico e transformá-lo em memória nacional.
Dessa forma, seria mais fácil transmitir a mensagem que os militares pretendiam: levar a população a acreditar que a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a independência política alcançada em 1822, graças principalmente a D. Pedro I, eram o princípio de um caminho para a civilidade e para o progresso econômico. Este último, contudo, só seria alcançado com a ajuda dos militares, que se colocavam como fundamentais para o alcance desse objetivo.
Palavras chave: comemoração-memória-discurso

Abstract: The "Independence Memory 1808-1825" exhibition was designed in 1972 with the purpose to celebrate the Independence of Brazil.
Among several commemorations, this official event aimed not only to pay homage to the past and its main historical figures, but also to construct a quite specific discourse, covering a which began in 1808, reached its climax in 1822 and ended in 1972 pointing at projects for the future.
The celebration, interpreted in such a way, meant to elaborate a historical discourse capable of shaping the memory of the nation. Therefore, it would be easier to convey the message the forces wanted, that is, to make people believe that the moving of the royal family to Brazil and the political independence the country reached in 1822, thanks particularly to D. Pedro I, marked the beginning of the road towards civility and economical progress, and this latter goal could only be achieved with the help of the military, who considered themselves as fundamental for this to happen.
Keywords: celebrate-memory-discourse.

Celebrações sempre foram vitais ao bem-estar da população. Elas pontuam a vida com rituais, cerimônias e eventos festivos, além disso, são uma força de coesão para as tensões e conflitos sociais. Comemorações dos mais diversos tipos são uma constante na

* Mestre pela Universidade do estado do Rio de Janeiro

historia da humanidade. Elas não está restrita necessariamente ao campo do entretenimento. Solenes ou insignificantes, sérias ou alegres, elaboradas ou simples, comemorações cumprem, sobretudo, funções normativas, ao mesmo tempo em que são necessárias ao bom funcionamento das sociedades. Entretenimentos, feriados, calendários específicos, ritos religiosos, aniversários de líderes políticos, eventos nacionais, paradas, festivais e carnavais sempre existiram; contudo, as formas de celebrar um acontecimento ou alguém podem mudar e suas implicações variam com determinada cultura.

Seguindo essa lógica, em 1972, foi montada no Rio de Janeiro, no Museu Nacional de Belas Artes, a exposição "Memória da Independência 1808-1825", cujo objetivo era comemorar os cento e cinqüenta anos da separação política entre Brasil e Portugal.

Em meio a diversas comemorações, esse evento oficial tinha como objetivo não apenas homenagear o passado e seus principais personagens históricos, mas construir um discurso bem específico que começava em 1808, tinha em 1822 seu ponto culminante e terminava em 1972 apontando projeções para o futuro.

Toda celebração requer a valorização de acontecimentos passados comuns a um determinado grupo social: seja um país, uma pequena comunidade ou até a um indivíduo. Em um momento bem delicado para a história política do Brasil, a construção de uma determinada leitura sobre o passado pretendia elaborar um discurso histórico e transformá-lo em memória nacional.

O calendário preparado para o sesquicentenário foi, um ato social, pois representou um fenômeno de necessidade de coesão, organização e ordem. Esta necessidade se expressa através da observação de uma cultura sensorial e persuasória que põe em evidência a complexidade sóciopolítica do evento organizado em 1972, momento de reiteração da ordem política militar e também de autopromoção para as novas possibilidades de desenvolvimento econômico.

Em espaços públicos museológicos, o ato de comemorar se relaciona à perpetuação e elaboração de uma narrativa. Há uma função pedagógica presente nestes espaços. Ao elaborar uma exposição, estão presentes processos como a criação de conhecimentos científicos a partir de determinado contexto acadêmico político, seleção e priorização de um conteúdo por um grupo social que possui algum marco ou motivo interpretativo. Dessa forma, surge um discurso museográfico. Diferentes saberes estão em diálogo/conflito nessa constituição. Em cada museu, dependendo da finalidade da exposição, diferentes saberes irão legitimar algum discurso.

Há, portanto, uma seleção de conteúdos, condicionada tanto por elementos internos como a história, quanto por elementos externos, relacionados à forma de apresentação (comunicação visual), aos financiamentos, à administração e gestão do museu, à origem e especificidade do acervo, entre outros. Segundo Michel Foucault,

> *em toda sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhes os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua temível materialidade.*[1]

A exposição comemorativa do sesquicentenário da Independência do Brasil pode ser considerada uma unidade pedagógica, aonde o visitador buscaria a compreensão de uma mensagem em um sistema didático existente no espaço, neste caso, no Museu Nacional de Belas Artes.

Trazendo à tona imagens que rememorassem os tempos da transferência da corte portuguesa ao Brasil até os primeiros anos da independência política do país, o Governo Federal baseado em uma idéia de unidade política e ideológica, elaborou um projeto no qual as comemorações oficiais do sesquicentenário foram, ao mesmo tempo, transformadas em lembrança, documento e narrativa histórica, discurso e, principalmente, ato político. Cabe mais uma vez lembrar as análises de Foucault relacionando o discurso e sua construção à vontade de poder, neste caso a perpetuação do poder político militar, o único capaz, segundo o governo, de perpetuar um desenvolvimento econômico digno do Brasil.

Com a celebração, mobilizavam-se os indivíduos, pois estes deveriam se sentir como peças fundamentais do processo pelo qual o país atravessava. O futuro dependia como dizia uma peça publicitária da época da "união de todos".

Por meio de uma amálgama de elementos patrióticos evocados por apelações emocionais, a população, ao acompanhar a organização e visitar a exposição oficial, era imbuída da importância que o governo atribuía à história. O Brasil deveria festejar o sesquicentenário; para tanto, o amor e a participação foram salientados. A história e alguns de seus fatos eram vistos como determinantes para a riqueza da nação, e sua lembrança garantia uma boa cidadania.

De acordo com Roger Chartier o objetivo da história é identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. "Memória da Independência 1808-1825" nos possibilita a visualização da singularidade de uma sociedade, no que diz respeito a seu contexto social, temporal,

[1]

econômico, cultural e político. (CHARTIER, 1988)

Ao se resgatar o passado na intenção de recuperar uma memória, ele passa a possuir algum significado. Não se pode reconstruir o mundo; pode-se abrir caminho para as informações que, recuperadas, serão investidas na realidade. A memória social resgatada transforma-se então em memória histórica.

A partir do momento em que um grupo em exercício do poder se autodelega a função de julgar o passado e o que deve ou não ser esquecido ou lembrado, sacramenta-se então um lugar a partir do qual se deve ler a História.

A afirmação e reafirmação da nacionalidade, em todo o momento destacada pelos organizadores do evento, relacionando memória, nação e símbolos, tornam pertinentes as análises feitas por Nora sobre os meios de organização da memória na sociedade moderna, que necessita conservar informações utilizando-se de instrumentos que sacralizam o passado em si, através de monumentos, museus, imagens, exposições. Infere-se, dessa forma, o que o autor conceituou como "lugares de memória", que resultam da necessidade de preservação da identidade. (NORA, 1993: 37-44)

Ainda seguindo as análises de Nora: "Quando a memória não mais está em todo lugar, ela não estará em lugar algum a não ser que se tome a responsabilidade de recapturá-la através de meios individuais".(NORA, 1994: 14)

Toda funcionalidade presente nos espaços simbólicos possuía então uma interpretação do passado, montada pelo grupo de intelectuais eleitos pelo governo, em um esforço de construção de uma memória histórica nacional, pelo exercício da lembrança, a partir da elaboração de um discurso que se pretendia hegemônico. Na medida em que o Museu Nacional de Belas Artes representava um lugar de preocupação com o passado, preservando-o, seus objetos não eram vistos apenas como coleções ou relíquias, mas como fontes de interpretação. Representavam, portanto, a transformação de monumentos em documentos. Sobre essa transformação, afirma Jacques Le Goff:

> *[...] o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado, os historiadores.*
>
> *Esses materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.* (LE GOFF, 1996: 535)

A partir destas observações feitas por Le Goff, vê-se que esses materiais de

memória existem sob duas formas principais: o monumento, que o autor classifica como "herança do passado"; em contraponto ao documento, que seria uma "escolha do historiador".

O documento enquanto um suporte de informações só é preservado e colocado em exposição mediante a vontade de alguém: historiador, museólogo. Os objetos não nascem como documentos. Não surgem com uma função documental nem representacional; isto só ocorre mediante a vontade de um indivíduo ou grupo, ou seja, mediante uma intervenção social.

No espaço do Museu Nacional de Belas Artes, um contingente de informações que deveria se transformar em memória aparecia na medida em que era recolocado no presente através de identificação, classificação e exposição do testemunho: os objetos/documentos. O processo desenvolvido não inaugura caráter de suporte de memória no objeto – este já chega à exposição com tal qualidade. O que o trabalho desenvolvido pelos especialistas faz é devolver o suporte de memória a um contexto: historicizá-lo. Isto significa colocá-lo em sintonia com o discurso histórico construído pela exposição: um discurso que buscava recuperar a tradição, entendida como a glorificação do passado. Promover a propaganda não só de pessoas exemplares como D. João VI ou o Príncipe D. Pedro, mas da estrutura da qual fizeram parte: a mobilização para o ideal do passado como fonte do presente.

De acordo com José Neves Bittencourt:

> *Colocar objetos em um museu é, pois, como pendurar quadros em uma parede. Vistos, eles forçam a lembrança, ou pelo menos forçam a uma interrogação, que é melhor do que o total esquecimento. Os museus são lugares de memória, lugares de lembrança. Lembranças que afloram, e que apontam para o passado, não como ele foi, mas como ele é lembrado, e, assim, reconstruído. É esta sua parte na negociação – executar um trabalho que está além das forças do possuidor do objeto, seja ele gerador ou doador. Sua exposição, ou mesmo suas reservas técnicas garantirá a conservação da memória de forma não inteiramente aleatória. E isto será feito pela operação dos suportes de memória, tratados como suportes de informações.* (BITTENCOURT, 2001: 11)

O discurso histórico construído para o evento oficial aspirava proporcionar aos indivíduos uma idéia de continuação em relação ao passado, de continuidade com antigas tradições, embora o Estado tenha rompido com o conceito da democracia moderna liberal. O voto não era mais um direito. O exercício eleitoral estava vetado à população. Este fato, contudo, em épocas de festejar, acabava por ser praticamente esquecido, até porque era isso que o governo desejava. Entretanto, para suprir esta perda, foi então "oferecida" uma importância participativa ao público nas celebrações. A este não caberia apenas o papel de visitar a exposição e acompanhar seus preparativos pacificamente. Ele era também peça

fundamental na construção de uma nova nação. Mesmo que não através de direitos políticos, os indivíduos eram convidados enquanto sujeitos históricos a participarem como responsáveis na elaboração de um Brasil melhor que se projetava estar surgindo, embora suas participações fossem restritas, já que os passos que seriam dados já estavam traçados, e os que ainda não estavam não eram de competência do povo, mas do Estado militar.

Na intenção de reforço da memória, a comemoração chama o povo e faz com que este se sinta ativo em meio a um processo em que, na verdade, não tem grande participação.

A presença do presidente da República em festejos por todo país, como em desfiles, torneios e conferências era um incentivo para a participação das demais pessoas, pois servia como um elo de identificação ao nacionalismo. A celebração não explicitou apenas uma continuidade com o passado, mas também o trouxe para o dia-a-dia, ou melhor, para o cotidiano; ela foi também um momento privilegiado de utilização do espaço público como símbolo de expectativas, difusor da ideologia da consciência nacional, patriotismo, nacionalismo e identidade.

Sobre a relação entre comemorações, identidade e memória, John R. Gillis acrescenta:

> *Hoje, parece que todos reclamam o direito a sua própria identidade [...]. Ironicamente, intensas lutas por identidade e memória eclodem no exato momento em que psicólogos, antropólogos e historiadores cada vez mais se dão conta da natureza subjetiva de ambos. Tais lutas tornam mais aparente o fato de que identidades e memórias são altamente seletivas, inscritivas, ao invés de descritivas, servindo a interesses e posições ideológicas particulares. Assim como memória e identidade apóiam uma a outra, também sustentam certas posições subjetivas, fronteiras sociais, e, certamente, poder. [...] A relação entre memória e identidade e histórica; e o registro dessa relação pode ser traçado através de diversas formas de comemorações. A atividade de comemorar é, por definição, social e política, pois envolve a coordenação das memórias individual e coletiva, cujos resultados podem parecer consensuais quando são, na verdade, produto de processos de intensa contestação, luta e, em alguns casos, aniquilação.*(GILLIS, 1994: 4-5)

As comemorações dos cento e cinqüenta anos de independência e a exposição oficial "memória da Independência 1808-1822", serviram para subjetivar, nos brasileiros, idéias que lhes permitissem reconhecer o potencial do país para seu progresso, suas propriedades, assim como para desenvolver e implantar um comportamento em sintonia com a tradição e com o futuro.

O patriotismo do povo, na década de 1970, sinônimo da solidez moral iniciada politicamente em 1808, viria a ser o fim do desbravamento para a entrada do Brasil, e conseqüentemente dos brasileiros, no cenário desenvolvido e civilizado internacional. A busca dos primórdios da independência se justificava com a invocação de um tempo de

referência histórica que atendia aos propósitos de nacionalidade naquele momento.

A nomeação dada como título ao evento oficial fundamenta a construção de um ato discursivo e sua relação com a elaboração de uma memória histórica. Não é de se estranhar que a exposição foi denominada "Memória da Independência 1808-1825". A utilização, como título do projeto, da expressão "memória da independência", em vez de "história da independência", revela alguns dos objetivos buscados pelos patrocinadores o governo militar: a manipulação da lembrança que a sociedade tinha de um passado específico e sua articulação com o presente. A memória histórica dá à lembrança, baseada em suportes oficiais, aparência de respeitabilidade, que torna possível à memória se fazer passar por história.

Referências bibliográficas:

FOUCAULT, Michel. ***A ordem do discurso***. São Paulo: Loyola, 2000, p. 16.

CHARTIER, Roger. ***A história cultural entre práticas e representações***. Lisboa: Difel, 1988.

NORA, Pierre. *Entre* ***história e memória: a problemática dos lugares***. Projeto História**,** São Paulo: UNICAMP, 1993, volume 10, p. 37-44.

NORA, Pierre. "Betwen Memory and History". In: GILLIS, John R. ***Commemorations – The Politics of National Identity***. Pricenton: Pricenton University Press, 1994 . p.14

LE GOFF, Jaques. ***História e memória***. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535.

BITTENCOURT, José Neves. "A parede da memória – algumas observações sobre nobreza, memória e perenidade no Museu Histórico Nacional". In: ***Anais do MHN***, volume 33, 2001, p.

GILLIS, John R. ***Commemorations – The Politics of National Identity***. Pricenton: Pricenton University Press, 1994, p.4-5.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Identidades em revista: O Itiberê (1919-1930)

Bruna Scheifer*

Resumo: Nossa intenção é discutir, a partir da revista o Itiberê (revista literária), publicada em Paranaguá a partir de 1919, a construção de identidades (como constructo, artefato, daí o papel da imprensa na difusão destas imagens mentais), seja regional e nacional, percebendo de que forma a revista representa o Paraná e sua relação com a Nação brasileira. Colaboravam com a revista, criada sob iniciativa do Clube Literário de Paranaguá, diversos autores que tinham vínculos como Instituto Histórico e Geográfico e o Movimento Paranista.
Palavras chave: identidades, Paraná, regional

Abstract: Our intention is to discuss, based on the Revista O Itiberê, published in Paranaguá from 1917 on, theconstruction of identities (like a construction, artifact, it explains the role of the press in the diffusionof these mental images), being regional and nacional, feeling how the magazine represents Paraná andits relation with the Brazilian nation. They collaborated with the magazine, created under the initiativeof the Clube Literário de Paranaguá, several authors who were hooked on the Instituto Histórico e Geográfico and the Movimento Paranista.
Palavras chave: Identities, Paraná, Regional.

> *O Itiberê (...) O máximo expoente da sociabilidade paranaguense, reunindo nos seus quadros os elementos mais finos e aprimorados da nossa comunhão, do ponto de vista da posição social do intelecto em radiosa projeção no futuro e constituindo o movimento primas da civilização deste lindo trecho da terra paranaense". (ITIBERE, 1930: 15)*

Este texto tem como objetivo situar o tema de pesquisa da revista *O Itiberê*, autodenominada "A revista mensal e ilustrada mais antiga do Paraná", publicada a partir de 1919 em Paranaguá, cidade portuária e litorânea do estado do Paraná.

A revista, nascida sob uma iniciativa do Clube Literário de Paranaguá, circulou com poucas interrupções entre 1919 e 2001, revelando-se uma fonte significativa da imprensa paranaense.[1] Já nos primeiros anos de circulação, a revista acolheu em suas páginas artigos de conhecidos intelectuais paranaenses, alguns deles de projeção nacional, como o historiador Rocha Pombo,[2] jornalista, professor, poeta e historiador e membro do Instituto

* Aluna do Curso de Mestrado em História – UNIOESTE. Orientadora: Profa. Dra. Méri Frotscher.
[1] existiam outras revista como o Almanaque Paranaense (1916-1919), de circuclação de curta duração
[2] Iniciou-se cedo no jornalismo ao fundar e dirigir "O Povo", em cujas páginas fez as campanhas abolicionista e republicana. Sua colaboração se estendeu a outros órgãos da imprensa.

histórico e Geográfico Brasileiro. Colaboravam com artigos para a revista diversos autores que tinham vínculos com o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e Brasileiro e também com o Movimento Paranista, os quais tiveram papel importante na constituição de uma identidade cultural paranaense.

Desde a sua fundação, até 1930, a revista foi dirigida por Zenon Pereira Leite, funcionário da Receita Federal em Paranaguá. Além dele, a revista tinha como redatores o Dr. Leocádio Correira, médico, político, ator, escritor e jornalista, nascido naquela cidade, e Aluízio de Abreu que, mais tarde, em 1928, chegou assumir provisoriamente a edição da revista.[3] O recorte temporal desta pesquisa inicia em 1919 e termina em 1930, ano em que ocorreu a mudança da direção da revista, coincidindo com o fim da Primeira República. A revista era apoiada financeiramente pelo Clube Literário, por comerciantes locais e funcionários públicos, sobretudo ligados às atividades do porto. Além dos anúncios, a revista sobrevivia das mensalidades pagas pelos seus sócios.

Era composta por material variado, sobretudo textos de caráter literário, poesias (em sua grande maioria voltadas a exaltar o Estado do Paraná e Paranaguá), crônicas, incluindo artigos dos mais variados assuntos, caricaturas, humor, página feminina, fotografias e outras imagens e anúncios . Sobre os assuntos, a revista publicava além de literatura, relatos de viagens, textos de conteúdo histórico, estatísticas, informações sobre a economia do estado, entre outros. A maioria do material era escrito especialmente para a revista, havendo material extraído de outras publicações, com a autorização do autor. As revistas que estão sendo analisadas, tem um formato de página de 26 cm de altura e 21 cm de largura, contendo entre vinte e duas e quarenta e oito páginas, com imagens coloridas um diferencial na época já que a maioria dos periódicos eram em preto e branco.

A circulação deste periódico não se restringiu apenas a Paranaguá ou ao Estado do Paraná. É o que se percebe através da publicação de notas de outros periódicos de outros municípios do Paraná e estados brasileiros, nas páginas da revista. A publicação destas notas, sobretudo de periódicos dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, era, certamente, uma forma de procurar dar maior legitimidade à revista entre o público leitor. A maior repercussão d´*O Itiberê* na primeira fase de sua circulação foi por conta dos comemorativos do Centenário da Independência, em 1922, quando *O Itiberê* publicou um número comemorativo referenciando a república em 1922.

[3] A substituição se deu por conta da ausência momentânea do editor, Zenon Pereira Leite, que assumiu função na Receita Federal em Recife, por nomeação do Ministério da Fazenda.

O presente trabalho é uma investigação histórica sobre a organização da Revista O Itiberê, entendendo que a análise não se restringe apenas ä história de circulação e de produção da revista no seu período de edição, mas também abarca o estabelecimento de relações que se foram articulando entre as características deste impresso, bem como a sua inserção e articulação com a dinâmica do contexto histórico em que circulava, tendo por objetivo, analisar de que forma a Revista O Itiberê representa o Paraná e sua ligação com o País. Objetiva, portanto, examinar o papel desempenhado pela revista em relação à construção de uma identidade paranaense e de uma identidade nacional, sem perder de vista o alcance da revista, centrado em Paranaguá. Estas construções de "identidades" serão entendidas como constructos, artefatos e representações que segundo BURDIE (1989), servem a interesses e jogos de poder. Daí o papel da imprensa na difusão destas imagens mentais, seja regional e/ou nacional, percebendo de que forma a revista representa o Paraná e sua relação com a Nação Brasileira.

A proposta de investigação, sistematização e análise das fontes, seguem alguns critérios. A revista é tratada como objeto de estudo, portanto, produção impressa a ser historicizada em suas diversas facetas sócio-históricas, e como principal fonte de análise, complementada por sua vez, como os demais tipos de documentação referentes ao objeto e ao período. A revista como fonte de estudo, como o restante da imprensa em geral, não é um transmissor neutro e imparcial dos acontecimentos, mas espaço de representação do real, ou melhor de momentos particulares da realidade, cujos textos estão midiatizados pela interpretação de seus autores e condicionados pelo tempo de sua produção. A "realidade" divulgada nos periódicos está ainda atrelada aos interesses de classe, de grupos e de indivíduos responsáveis pela sua edição.

Na Obra de Heloísa de Faria Cruz, São Paulo em Papel e Tinta, a autora mostra como as práticas letradas e em especial a escrita e a leitura constituem importantes relações culturais na cidade. No caso desta pesquisa, esta "cultura letrada", será trabalhada na dimensão da construção e não da imposição sobre a cultura considerada "iletrada".

È esta "cultura letrada" que vai definindo os interesses de classe, de grupos e de indivíduos que tem relações diretas com o porto, a economia, e a emergência de uma cultura letrada. E é nesta experiência social destes indivíduos que a cultura impresa vai se modelando, concretizada principalmente pela difusão da imprensa periódica, constituindo-se como dimensão importante da experiência social. A partir da última década do século XIX, seja através da incorporação das novas formas de produção e representação, seja através da

construção de temáticas e formas de contar, o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa (CRUZ, 2000:15-20).

A presente pesquisa procura compreender a relação entre as práticas e as representações, conforme aponta Roger Chartier: "A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler". Atenta-se, nesta investigação, para as relações entre representações e jogos de poder. Como afirma CHARTIER (1990:16), "as lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreeender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio".

A revista em estudo se apresenta como veículo condutor de idéias e imagens. A intelectualidade, no início do século XX passou a refletir sobre questões do Brasil, tentando circunscrever as suas especificidades. Dessas tentativas resultaram conjuntos de representações que, segundo Tânia de Luca, que analisou o conteúdo da *Revista do Brasil,* periódico de circulação nacional, "instituíram problemas, imaginavam soluções e acalentavam diferentes sonhos e projetos de futuro" (LUCA, 1999). As análises das várias interpretações existentes sobre a Nação e, no caso, sobre o Paraná, permitem perceber como a intelectualidade elaborava sua visão de mundo, qual o arsenal analítico que manejava e qual a missão social e política que se auto-atribuía.

Esse grupo de homens de letras utiliza-se não apenas da linguagem escrita, mas também da visual. A capa do número da revista referente a março de 1923,[4] observa-se uma Araucária e uma poesia, de autoria de Rodrigo Júnior[5], pseudônimo de João Batista Carvalho de Oliveira[6], que tenta legitimar o pinheiro como símbolo do Paraná.

Os símbolos como o pinheiro, a bandeira, heróis nacionais estão presentes na maioria das edições da revista. BERGER e LUCKMANN (1996:88;140-141) afirmam que o universo simbólico localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro, ordenando a história. Liga os homens com seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido; instituições e papéis particulares são legitimados por sua localização num mundo compreensivelmente dotado de significado.

---

[4] Revista O Itiberê. Ano V, nº 47, Paranaguá, março de 1923.

[5] Este mesmo poema de Rodrigo Júnior está editado no site do Governo do Estado: www.pr.gov.br/seec/simbolos_pinheiros.shtml

[6]

A construção de idéias e imagens utilizado para afirmar uma idéia positiva do Paraná e de Paranaguá o porto de Paranaguá aparece como o "grande" promissor de progresso e trabalho para a população e, ao mesmo tempo, mostrar a sua importância na formação da nacionalidade brasileira bastante rica, foi composta de múltiplas referências. Resumidamente, era baseado nas raízes e tradições históricas, nas potencialidades reveladas pelas riquezas guardadas pela terra e na posse de certos dons e talentos peculiares que caracterizavam apenas a sua gente (mas sobretudo as suas elites).

Vários são os autores que colaboraram com os artigos da revista, e entre eles encontramos fundamentos e ligações da revista com outros institutos existentes no período: Romário Martins, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, também era o principal líder do Movimento Paranista. Este movimento, para PEREIRA (1998:33), tinha como base a crença na ciência, na tecnologia, na fé e no progresso, se encarregou de construir uma história regional.

Como destaca SCHWARCZ, o papel reservado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aos institutos regionais foi o de construir uma história da nação, de recriar um passado, de solidificar mitos de fundação, de ordenar fatos, que buscavam homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. A tarefa dos Institutos vinculou-se à composição de uma história nacional para um país tão vasto e carente de delimitações não apenas territoriais.

O discurso da Revista concentrou uma parcela significativa da sua energia reivindicatória promovendo uma complementaridade simbólica entre a construção de uma "identidade" regional e a afirmação de uma "identidade" nacional. Dito de outro modo, diria que foi reforçando elementos identitários locais/regionais, produzindo discursos de grandezas passadas e presentes, salientando o papel do Estado na História nacional, descrevendo suas riquezas e qualidades, apresentando uma versão alternativa de nacionalidade dentre outras ações similiares, que engajou na luta pela recuperação de um lugar proeminente na ordem republicana. Com isso, opunha-se a outros discursos identitários regionalistas que serviam para justificar a proeminência de um ou outro estado na nação, como o mito bandeirante ou a idéia de locomotiva do país, ambos advindo de São Paulo (LOVE, 1982).

Os espaços da produção da Revista O itiberê eram compostos por uma elite(s) intelectual, econômica e financeira, com pretensões políticas, e a simbologia era a via para chegar até "povo iletrado". Neste espaço da produção da revista - havia uma busca da verdade na difusão desta produção que possibilitasse a construção de uma representação de "identidade regional" e "nacional". Essa busca se reflete principalmente na construção e

projeção dos grandes heróis nacionais e regionais, nos símbolos destacadamente a bandeira do Brasil e do Paraná - e nas festas cívicas. Para LE GOFF (1996), as comemorações cívicas alimentavam as recordações que se querem manter na memória.

No início da semana da Pátria, a imprensa paranaense apresentava à sociedade a programação referente à Comemoração do Centenário no interior do Estado. No início da manhã do dia 7 de setembro haveria alvorada, onde as bandas locais tocariam os hinos da Independência e o Nacional, sendo hasteada a bandeira nacional e a do estado nas repartições públicas e associações particulares.

Ainda para LE GOFF, as festas cívicas são um instrumento do governo ou das classes dominantes no trabalho de influenciar a memória da coletividade. Na primeira república brasileira, assim como na república francesa, as festas foram utilizadas como meios legitimadores: "se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é, sobretudo um apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo" (LE GOFF, 1996:426).

Outra imagem presente na revista é a cidade de Paranaguá. As imagens mostram a cidade na linha do progresso, quando coloca, por exemplo, imagens do Porto de Paranaguá[7], mostrando que a cidade está inseria na idéia de progresso e civilização presentes no período.

Sobre essas visões da cidade, pautadas pela ideologia do progresso que, nesse momento de consolidação do regime republicano, passa a ser veiculada em caráter nacional OLIVEIRA (1985, p. 232-233) assim comenta: "A modernização do Brasil, isto é, a adoção de instituições e do estilo de vida dos países mais avançados - e a França aparece nesse contexto como o modelo por excelência- é o grande objetivo da elite intelectual brasileira comandada pelos bacharéis".

O Nacionalismo e o Regionalismo, estão presentes nos artigos da revista, e se complementavam, num contexto em que emergia uma nova idéia de nação e, pela descentralização política, um novo espaço para os regionalismos.

Para, Pierre BOURDIE (1989), as idéias que compõe a construção de uma idéia de região são produzidas numa prática social, e, portanto, são sempre objeto de representações mentais. A idéia de região é resultante de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento, e de representações objetais, presente em coisas (insignas, bandeiras e emblemas), ou em atos, se constituindo inteiramente em estratégias de manipulação simbólica.

[7] Revista O Itiberê. Ano X, nº 105, Paranaguá, janeiro de 1928.

Não se pretende neste trabalho buscar continuidades históricas na afirmação de identidades regionais e nacionais, pelo contrário, mostrar como foram sendo construídos e utilizados discursos e imagens representativos da intelectualidade paranaense. Trata-se de pensar que práticas discursivas e imagéticas estão presentes na revista que representam Paraná surgir como região, que anseios, preocupações impulsionaram intelectuais a pensar uma "identidade" regional para o Paraná, mas sem deixar de afirmar uma identidade nacional. Investigar como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de verdades, uma dizibilidade sobre o Paraná, através da Revista o Itiberê, é um dos focos principais desta pesquisa.

Investigar como se formulou um arquivo de imagens e enunciados, um estoque de verdades, uma dizibilidade sobre o Paraná, através da Revista o Itiberê. E ao mesmo tempo, estar questionando a construção destas "identidades", que não podem ser tratadas destituídas do conceito de região.

Referências Bibliográficas

BERGER; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. "**A identidade e a representação**. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéias de região. "In: Poder Simbólico. Lisboa:Diefel, 1989.

CARVALHO, Murilo J. **A formação das Almas**

CANCLINI, N. G. *et al*. ***Culturas híbridas***: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CHARTIER, R. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa:Difel, 1990. p.17

CHARTIER, R. **O Mundo como Representação**. In: Estudos Avançados, São Paulo, v.5, n.11. p. 173-191, jan-abr. 1991.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo:Educ, 2000.

DECCA, E.S.de. **Memória e Cidadania**. In: REIS, A.C.F. O Ensino da História no Brasil. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.

JUNIOR, Rodrigo. Revista O Itiberê. Ano V, nº 47, Paranaguá, março de 1923.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas. São Paulo: editora da Unicamp, 1996.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na Federação Brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

LOVE, Joseph. **A República Brasileira**: federalismo e regionalismo (1889-1937). In MOTA,

Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta:** a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 123-160.

LUCA, Tânia Regina de. ***A revista do Brasil***: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

MARIZ, Herculano. **"Belo sonho**". Revista O Itiberê, ano VII, nº 69-70, janeiro – fevereiro, 1924. (s/p).

MELLO, Silvia Gomes B. **Terras do futuro, terras do Paraná**. Apontamentos sobre a integração territorial (Paraná, I república).

NAGLE**,** Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária. Data

NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República**. O Brasil na virada do século XIX para o século XX, in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila, (orgs.). O Brasil Republicano I. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República á Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo***:* cultura e imaginário no Paraná dos anos 20. In: Cultura e cidadania. Paraná, ANPUH, vol. 1, p. 273-292, 1996.

POLLACK, M. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*: Teoria e História, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

SCHENA. Denílson Roberto. **O lugar da Escola Primária como Portadora de um Projeto de Nação**: o caso do Paraná (1890-1922). Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal do Paraná. 2002.

SZESZ, Christiane M. **O conceito de Região**: Discursos e representações do Paraná. (mimeo)

SWARZA, Décio. **O forjador***:* ruínas de um mito. Curitiba: UFPR, Dissertação de mestrado, (mimeo), 1993. p.33.

www.gov.br/grandes nomes paranaenses.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Representações culturais e imigração: estudo comparativo entre o Vale do Saint-Laurent e o Vale dos Sinos (século XIX)

Maria Luisa Nabinger de Almeida[1]

Resumo: À medida que desenvolvemos os estudos comparativos entre duas sociedades americanas – Brasil e Quebec, observamos que o "lugar da cultura" produziu-se a partir do meio agrícola. A construção de uma cultura pós-colonial colocou um "entre lugar" em uma tênue fronteira cultural na representação das antigas relações entre o colonizador e o colonizado, fizeram nascer os diferentes modelos e sistemas culturais do trabalho social agrícola. Nosso trabalho objetiva estudar as práticas culturais empreendidas pelos imigrantes-colonos tanto no Vale do Saint-Laurent quanto no Vale dos Sinos, em particular os alemães, em favor das representações inovadoras.
Palavras-chave: Brasil e Quebec; modelos e sistemais culturais; imigração e cultura agrícola no pós-colonial.

Résumé: Au fur et à mesure qu'on a développé les études comparées entre les deux sociétés américaines – le Brésil et le Québec, on a remarqué que le "lieu de la culture" demeurait dans le milieu agricole. La construction d'une culture postcoloniale a mis un "entre-lieu" là où une très faible frontière culturelle à la représentation des anciens rapports entre le colonisateur et le colonisé a fait naître les différents modèles et systèmes culturels du travail social agricole.
Nous avons le but d'étudier les pratiques culturelles entreprises par les immigrants-colons, aussi bien à la Vallé du Saint-Laurent qu'à la Vallé des Sinos, surtout chez les allemands, en faveur des représentations inovatrices.
Mots-clés: Brésil et Québec; modèles et systèmes culturels; immigration et culture agricole au postcolonial.

Nosso estudo visa traçar um paralelo entre as representações advindas dos sistemas culturais criados com os imigrantes-colonos tanto no Vale do Saint-Laurent1 – um sistema de pequena produção autônoma, quanto no Vale dos Sinos – um sistema de colonização de pequena propriedade com o traçado de *linha ou picada*, no século XIX.

Na literatura histórica do Quebec, o trabalho de referência continua sendo os *Habitants et marchands de Montréal au XVIIème siècle*, de Louise Dechêne (1974), onde a autora questionou os mitos e as representações com relação aos estudos dos colonos-imigrantes no meio rural até então produzidos pelos missionários franceses. Considerou-se os inventários após os falecimentos para que fossem apreendidas a distribuição do solo e o

---

[1] *Professora Doutora, Associada I, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.
1 Os estudos canadenses resultam de pesquisas realizadas em anos anteriores em Montréal, sob o concurso do Conselho Internacional de Estudos Canadenses/ICCS, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional do Canadá.

povoamento colonizador; o sistema senhorial; a agricultura e a sociedade rural; a socioeconomia e o campesinato para alcançar uma história rural, cujo Vale do Saint-Laurent têve um duplo papel: por um lado, para a possessão e ocupação do território houve a implantação do regime senhorial, e, por outro lado, para a reprodução e evolução da sociedade oriunda da colonização como o comércio de peles estabelecido em Montréal.

Imagem 1 – Vale do Rio Saint-Laurent, Província do Québec, Canada. Fonte: Wikipédia.

De fato, o descaso do Estado francês[2] na América setentrional favoreceu o surgimento do sujeito colonizador-empreendedor – comerciantes na Nouvelle-France e na Acádia. Assim, ao lado da agricultura senhorial, da pesca e da exploração de florestas (corte de madeira), foi no Vale do Saint-Laurent, na cidade de Montréal, que os anglo-normandos reconheceram, no século XVII, o melhor lugar para o comércio de peles de castor. Desde então, várias empresas teriam sido criadas, entre elas a dos "Cem Associados", contribuindo para toda a sorte de eliminação de monopólios. Pouco a pouco a "penetração do capitalismo na agricultura" no Quebec deu à terra o valor de mercadoria permitindo o nascimento de um fenômeno social diferente do sistema senhorial: a criação da pequena produção autônoma. Este processo transformador têve início justamente com o estabelecimento de direitos quase-feudais:

> *'Os senhores, em troca de vastas extensões de terra concedidas pela deveriam pagar a passagem dos camponeses imigrantes que, esperava-se, iriam* se *constituir na maioria da população. O direito de propriedade rendia lucros para o senhor que poderia, assim, impor aos camponeses diversos encargos, oonde o mais*

> *importante era uma renda. Os camponeses se viam com o direito de uso hereditário sobre um trecho delimitado da terra, mas sem qualquer direito de propriedade. O sistema senhorial foi, portanto, desde o início, um sistema aproximado de arrendamento". (BERNIER, 1980: 77)*

O povoamento sob o regime senhorial, no entanto, não ocorreu. À exceção dos direitos de arrendamento concedidos às ordens religiosas e às paróquias católicas, a produção agrícola cedeu lugar ao comércio e tratamento de peles, que se sobrepôs à administração e financiamento da imigração. Assim, a título de comparação, vemos que enquanto a colônia francesa possuía 60.000 habitantes em 1760, a Nova-Inglaterra já alcançava 1.5 milhão de habitantes.

Foi somente na segunda metade do século XIX que o Quebec adquirindo a soberania política de 1867, conseguiu criar uma produção agrícola com base nos produtos leiteiros para atender a demanda inglesa de queijo e de manteiga. Desde então, o Quebec teria conhecido um reordenamento da produção agrícola e a abertura para a economia de mercado, indicando uma "consciência 'da contradição da cultura' colonial" (BHABHA, 2005:19-42). A percepção "da diferença" entre as práticas do domínio francês permitiu ao Quebec a formação mais de um nacionalismo cultural que político (CANET, 2003:129-200), formado, inclusive, por grupos étnicos como alemães oriundos, quase sempre, das mesmas regiões que aqueles que vieram para o Brasil: Würtemberg, Wissembourg, Lorena e Alsácia, e outras (MAIRE, 1993:20-31).

No Brasil, a vinda dos estrangeiros foi sempre um negócio de Estado, ou um "negócio doentio". Com a chegada da família real em 1808, porém, passou-se a considerar a "criação de um sistema de colônias estrangeiras" (LEMOS, 1993: 9-10). O que, de fato, ocorreria a partir do enlace entre a Casa dos Bragança e a Casa dos Habsburgo em 1817, fortalecendo, ainda, o pacto da Santa Aliança. Logo se vê que a escolha dos imigrantes-colonos alemães para a região de fronteira do Rio Grande do Sul com as ex-colônias espanholas, não foi casual (ALMEIDA, 2007: 135-140).

Após a Independência do Brasil em 1822 e com criação da Federação no Canadá em 1867 que permitiu a autonomia política e administrativa da Província do Quebec, há um avanço do capitalismo na agricultura, cujas relações sociais tenderam a uma justaposição de velhos e novos atores. Se no Vale do Saint-Laurent os camponeses conseguiram reaver as terras dos senhores feudais para quem antes eles trabalhavam, transformando-se em produtores e pequenos proprietários, no Vale dos Sinos os escravos e os "barões de escravos" coexistiram ao lado dos imigrantes-colonos (UMMANN, 1981: 47). O sistemasenhorial, o latifúndio e a pequena propriedade, existentes lado a lado no início do século XIX, refletem antes a passagem dos antigos sistemas coloniais para um sistema multicultural no pós-colonial.

Haveria alguma inovação? Acreditamos que as instituições pós-coloniais como a terra arrendada para a pequena produção autônoma no Vale do Saint-Laurent e o sistema de colonato no Vale dos Sinos, baseados em uma economia de mercado, originaram-se dos antigos mecanismos de dominação das sociedades coloniais: o sistema senhorial e o latifúndio, respectivamente.

Apesar do equívoco teórico de Alberto Passos Guimarães em *Quatro Séculos de Latifúndio* sobre as relações sociais com base no "latifúndio colonial, feudal-escravista" (1968:115), a existência de posseiros e de agregados ao lado do escravo nos latifúndios, permite-nos buscar na agricultura os traços de uma cultura agrícola pós-colonial. E foi o próprio autor quem estudou a colonização ou a imigração estrangeira que permitiu a criação da pequena propriedade.

A chamada "via pacífica" com a colonização alemã em São Leopoldo entre 1824 e 1823 (GUIMARÃES, 1968: 125-129), instalada no Vale dos Sinos, teria ocorrido em meio a uma série de conflitos, pressupondo que as representações culturais da nação tradicional, de base social latifundiária e escravista, chocou-se com as novas práticas culturais agrícolas com dos recém-chegados. Se, por um lado, a aparente tolerância dos senhores rurais com o acesso à terra do pequeno produtor estrangeiro fazia-os acreditar no suprimento de braços para as lavouras, para os imigrantes-colonos, por outro lado, nada mais seria que o desencantamento com a nova terra. Basta-nos considerar as memórias de Josef Ummann:

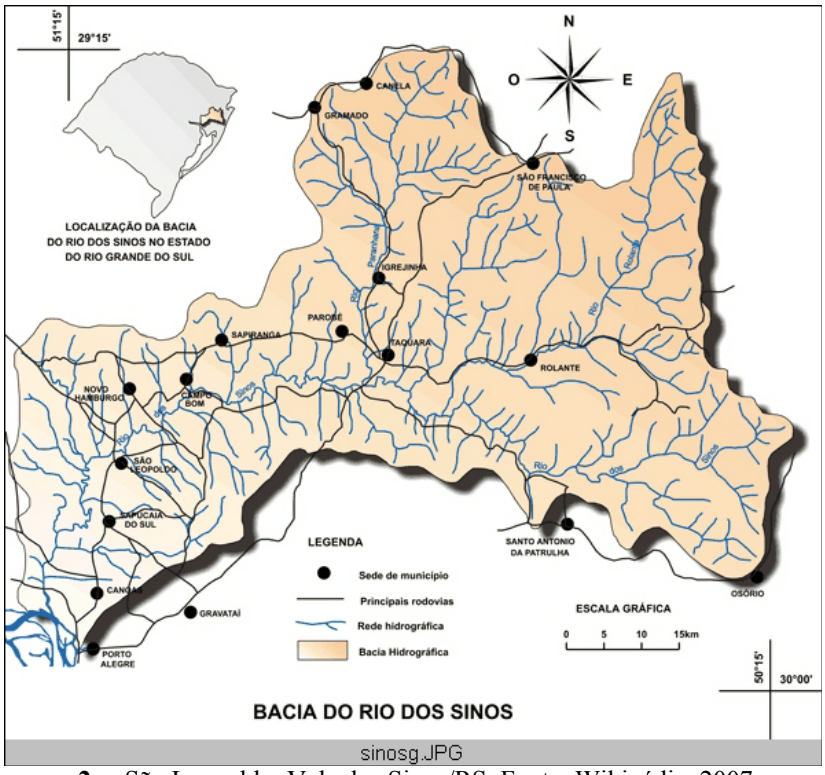

Imagem 2 – São Leopoldo, Vale dos Sinos/RS. Fonte: Wikipédia, 2007.

> *Mas como sabíamos que não podíamos esperar nenhumaajuda Governo, ou de quem quer que fosse, não nos restava senão executar nós mesmos o trabalho árduo e não habituado, se quiséssemos colocar nossos produtos.*
> *O Governo mandava demarcar os lotes coloniais, mas em absoluto não se preocupava com a abertura e conservação de estradas, o que por certo muito prejudicou às jovens colônias.*
> *Muito desgosto e desperdício de trabalho teria sido poupado aos colonos se o Governo ou os proprietários de loteamentos particulares tivessem realizado o traçado certo do caminho, simultaneamente à demarcação das terras.*
> *(UMMANN, 1981: 67)*

As profissões dos recém-chegados, veremos que entre a maioria dos chefes de família encontramos ferreiros, marceneiros e sapateiros. Os lavradores, entre os evangélicos, representavam 23,9% de um universo de 1.325 ofícios arrolados na pesquisa de Weimer (FLORES, 1983: 51-52). Se, no início do século XIX, entre as regiões de origem dos imigrantes-colonos encontravam-se Renânia-Palatinado (Rheinhessen-Pfalz), Hamburgo e Hanover (Niedersachen), região de Baden-Würtemberg e outras, o problema maior foi a selva:

"Só poucos imigrantes sabem exatamente o que significa o termo selva", ou "terra virgem" (UMMANN, 1981:61-62).

Desta forma, pudemos conhecer uma economia de mercado, distinta daquela cafeeira e de exportação, com o plantio e a comercialização do milho, mandioca, feijão, batata-inglesa, banha e carne na cidade de Porto Alegre, entre 1824 e 1950. Os excedentes da produção logo deram lugar às fábricas de azeite, de sabão e de curtumes, os quais seriam os embriões da atual indústria de couro do eixo São Leopoldo e Novo Hamburgo (ROCHE, 1969: 467, volume II; e, : 97, volume I).

A vocação para o comércio, porém, esbarrou na questão técnica. Era de supor que seriam empregadas técnicas agrícolas tipicamente européias no trabalho dos imigrantes como o "arado, da grade e da carroça de quatro rodas". Na verdade, encontramos os colonos usando a "técnica primitiva da queimada". (PICCOLO, 1979: 722-723), em razão da pouca familiaridade dos colonos com o meio rural.

Voltada para o comércio, a Colônia de São Leopoldo praticava as trocas através da "loja", cujo agente apoiava os exportadores e impotadores em uma "solidariedade étnica" (ROCHE, 1969: 403, volume II). O que permitiu não só a afirmação de uma identidade entre os imigrantes-colonos como também a ampliação das relações sociais de trocas.

Assim, se a imigração européia atendeu a objetivos diversos do Estado brasileiro e à elite política latifundiária que o apoiava, a Colônia de São Leopoldo no Vale dos Sinos concorreu para uma situação excepcional: tratava-se de resguardar as fronteiras do Império

com a vinda também de mercenários face às ambições dos povos platinos. Foi o que permitiu maior autonomia até mesmo na demarcação dos assentamentos com o " 'habitat' em fileira" para as *linhas,* cujo povoamento origina-se das regiões montanhosas de leste da Alemanha no final da Idade Média. Ainda que tal povoamento não tenha sido espontâneo, foi nas terras distribuídas pela administração brasileira que o colono inovou, culturalmente com o tipo de povoamento, na construção da casa com técnica de enxaimel(ROCHE, 1969: 209-211, volume I).

As representações culturais pós-coloniais que emergem nas duas sociedades estudadas sistema de pequena produção autônoma e sistema de pequena propriedade de *linha ou picada*, colocam em causa os mitos criados com relação aos conceitos de nação e de cultura, pois g*rosso modo*, os imigrantes-colonos tanto no Vale do Saint-Laurent quanto no Vale dos Sinos, conquistaram um um *savoir-faire* de sobrevivência na América. O que significa que o "local da cultura" foi, também, a criação de uma categoria conceitual com base em agrupamentos étnicos, sem recorrer à "mímica colonial".

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Luisa Nabinger de. "A História que o Império não contou" In: *Presença Literária* – Revista da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, organizado por Hilda Agnes Hübner Flores, Porto Alegre: Ediplat, 2007.

BHABHA, Homi K. "Locais da Cultura" In: *O Local da Cultura*, Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves, 3a. Reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DECHÊNE, Louise.*Habitants et marchands de Montréal au XVIIème siècle*, Paris: Plon,1974.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos Imigrantes*, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1983.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*, Apresentação Antônio Houaiss, 2a. edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

LEMOS, Juvencio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador – A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)*, Porto Alegre: Palmarinca, 1993

MARIE, Camille. *En route pour l'Amérique: l'odyssée des émigrants en France au XIXè siècle*, Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1993.

PICCOLO, Helga I. L. "A Técnica em Núcleos Coloniais Alemães do Rio Grande do Sul no Século XIX" In: *Anais do IX Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História*, São Paulo: ANPUH, 1979 (volume III).

ROCHE, Jean. "A Enxamagem dos Pioneiros" In: *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, Tradução de Emery Ruas, Prefàcio de René Poirier, Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

UMMANN, Josef. *Memórias De Um Imigrante Boêmio*, Tradução e notas: Hilda Agnes Hübner Flores, Porto Alegre: Escola Superiorde Teologia São Lourenço de Brindes,1981.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação não-formal: os cadernos de educação do MST e a identidade política dos "sem terra"

Rosivaldo Pereira de Almeida[1]

Resumo: A partir da expansão dos cursos de pós-graduação em Educação no Brasil, sobretudo na década de 70, muito se produziu acerca da educação escolar e das práticas e teorias do ensino formal e muito pouco se fez sobre outras modalidades, como a Educação Não-Formal, que para Gohn (2001) ocorre em processos organizativos da sociedade civil, nos movimentos e organizações sociais. O MST desenvolve ações e práticas educativas que interferem na identidade política dos Sem Terra em movimento e produz uma vasta literatura e outros materiais impressos possibilitando a formação ideológica dos militantes a partir da pedagogia que tem por princípio educativo o próprio movimento nas múltiplas relações da organização com o Estado e a Sociedade. O que pretendemos nesse trabalho é apresentar reflexão acerca da interferência dos cadernos de educação do MST na constituição da identidade política dos Sem Terra.
Palavras Chaves: MST, Educação Não-Formal, Cadernos de Educação, Identidade Política.

Breve relato Histórico da Formação do MST no Brasil

O Brasil desde o início de sua colonização foi marcado pela má distribuição de suas riquezas ao longo da sua história (SODRÈ, 1962), pois logo na efetivação da colonização, foi dividido em quinze partes formando assim, as Capitanias Hereditárias e as Sesmarias, constituindo-se os latifúndios que na verdade eram concessões da coroa portuguesa aos colonos. Nestas Capitanias e Sesmarias, configurou-se um sistema econômico agro exportador onde prevalecia a monocultura tipo exportação e o trabalho escravo inicialmente indígena e conseqüentemente negreiro (GORENDER, 2001).

Em meados do Império, percebendo ser inevitável o fim da escravatura, e também diante dos conflitos por terra em várias regiões, especialmente no sudeste cafeeiro, a coroa brasileira estabeleceu uma lei restringindo o direito de posse da terra. Isso para que os ex-escravos, os brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes não pudessem se tornar

[1] Mestrando em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. historiago@hotmail.com

proprietários, mas sim, constituíssem a mão de obra assalariada necessária aos latifúndios. Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a coroa, constituindo assim a Lei de Terras como o casamento do capital e a propriedade da terra, onde somente os que tinham capitais poderiam comprar tal mercadoria (MORISSAWA, 2001: 70).

Já com mais de 500 anos de história, o Brasil não passou pelo processo de Reforma Agrária, sendo que vários países capitalistas no final do século XIX e início do século XX, como condição para o desenvolvimento realizou-a. No Brasil, vários movimentos de luta pela terra ocorreram após a abolição da escravatura. Movimentos Sociais que foram caracterizados lutas messiânicas (Idem, Ibidem, p.86) como o de Canudos no sertão da Bahia sob liderança de Antônio Conselheiro, o de Contestado entre Paraná e Santa Catarina (como revolta dos camponeses pobres e desempregados que se organizaram contra as oligarquias locais e o capital estrangeiro norte-americano), e o Movimento de Trombas e Formoso no Norte de Goiás em que um grupo de trabalhadores rurais liderados por José Porfírio estabeleceram posses em uma área de terras devolutas e organizaram uma verdadeira sociedade solidária. Percebe-se que todos estes Movimentos expressaram o sentimento de luta contra as injustiças causadas pela concentração do poder econômico e político nas mãos de uma minoria que ao longo da história do Brasil se estabeleceu como classe dominante, ao passo que muitos destes que lutaram pela distribuição adequada das riquezas, tornaram-se mártires da Reforma Agrária, pois todos estes Movimentos localistas citados sofreram repressões principalmente por parte do estado como protetor da propriedade privada.

Durante a ditadura militar (MORISSAWA, 2001: 133), a partir da primeira metade da década de 80, após muitas conquistas por parte dos Sem Terra que se organizaram e empreenderam várias ocupações em regiões distintas como, por exemplo: a luta dos trabalhadores rurais e ocupação da Fazenda Macali (1979), Fazenda Brilhante (1979), Fazenda Annoni (1980), todas no Município de Sarandí no Rio Grande do Sul. Conseqüentemente, o fortalecimento das lutas pela terra materializaram-se na fundação do MST em Cascavel, Estado do Paraná no 1.° Encontro Nacional dos Sem Terra no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST[2], nos dias 20, 21 e 22 de Janeiro de 1984 (idem, ibidem, p.136). Estavam presentes trabalhadores e trabalhadoras de vários Estados e

[2] Sobre o MST ver o *livro História da luta pela terra e o MST* de Mitsue Morissawa, publicado pela Expressão Popular em 2001, ou *Pedagogia do Movimento Sem Terra* de Roseli Salete Caldart, publicado pela Editora Vozes no ano de 2000.

representantes de várias instituições ligadas a Movimentos de Trabalhadores Urbanos e Rurais. O objetivo imediato do Movimento criado era a Reforma Agrária, porém, no decorrer da efetivação de sua organização foram surgindo vários setores e entre eles o setor de educação[3] que foi gestado no Rio Grande do Sul no acampamento da Fazenda Annoni (idem, ibidem, p. 240).

Os cadernos de educação do MST e as práticas educativas

Uma vez criado o Setor de Educação a partir de 1990 os educadores organizaram e publicaram o Caderno de Educação nº. 01 em São Paulo no ano de 1992 com o título: *MST. Como fazer a escola que queremos,* continuando o material já editado em julho de 1991 no Caderno de Formação nº. 18 "*O que queremos com as escolas de assentamentos*". O que se percebe com a organização dos setores de Formação e Educação é a preocupação do próprio movimento com a questão educativa, ou seja, com a formação dos sem terra com uma identidade política do próprio movimento.

Podemos analisar que em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), sendo o local da chegada dos trabalhadores à organização, se efetivam práticas sociais de educação, uma vez que no cotidiano de seus integrantes há múltiplas "situações de Aprendizagens". Percebe-se que na luta pela da terra os trabalhadores passam pelo processo educativo. Conforme da CRUZ (2000), escrevendo sobre a luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins destaca que:

> *A luta pela posse da terra contribuiu para educar os agentes sociais que dela participaram, por intermédio dos enfrentamentos , das disputas que a luta pela terra comporta. Seus atores construíram um aprendizado, um saber social e descobriram que seus direitos são lesados por setores que detêm recursos e/ou poderes. Por esse prisma, a luta pela terra tem contribuído para a ampliação da cidadania no Brasil. (CRUZ, 2000: 87)*

José Adelson da Cruz ao realizar entrevistas em pesquisa de campo no processo de construção de sua dissertação de mestrado, percebeu que expressões e situações como: "aprendemos com a vida", "a consciência do direito à terra", "o conhecimento da história", "a luta foi nossa escola" apareceram nas entrevistas de posseiros e agentes de pastoral como

[3] Conforme Roseli Salete Caldart na cartilha FUNDEP/DER/MST/RS - Publicada em junho de 1990 o Setor de educação do MST foi criado numa reestruturação interna, e das equipes de educação formada por professores no acampamento da Fazenda Anonni (1986) foi criado o setor de educação no ano de 1988 (Cadernos de educação n° 13 Edição Especial - Dossiê/ MST ESCOLA - Documentos e estudos 1990-2001, p. 16).

saberes importantes, construídos ao longo do processo que direcionou sua luta e sua organização (CRUZ, 2000:93).

O acampamento se constitui nesse processo o lugar em que se toma "a consciência do direito à terra", e o início da luta por ela. Nele se efetivam as práticas cotidianas de organização e de enfrentamento aos que detêm o poder econômico e/ou político. Pode-se dizer que neles, (nos acampamentos) constituem internamente sistemas organizativos que democraticamente estruturam os núcleos de base com 10 a 30 famílias, sendo que partir destes núcleos são estabelecidos nos acampamentos as principais comissões que desenvolvem serviços e tarefas cotidianas desempenhadas pelos próprios trabalhadores que possibilitam a garantia do funcionamento e crescimento do acampamento(MORISSAWA, 2001:200).

O cotidiano do acampamento é marcado pelo ensino e aprendizagem, neste contexto os professores que formam as comissões de educação nos acampamentos e assentamentos, estruturam o setor de educação da Organização Social com todo. Pode se dizer que, entendendo a educação como prática social, os professores e professoras que atuam nos processos educativos contribuem para a formação dos sem terra com a identidade política do movimento uma vez que são norteados pelo material pedagógico produzido pela Organização como folders, cartilhas, cadernos, boletins e outros livros que de certa forma exercem influência nesta formação. Conforme NETO:

> *O MST conta, no seu trabalho educacional, com a produção de materiais pedagógicos, como os boletins da educação, e cadernos de educação e fazendo história, e materiais produzidos a partir das atividades dos próprios educadores, sobretudo nos regionais que contam com maior infra-estrutura na área educacional. (1999:58)*

Nessa direção o professor "sem terra" atua nas escolas que são organizadas preferencialmente nos próprios acampamentos, e após passarem por cursos de formação de professores, a ele (a) cabe o papel:

> *de criar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas e coerentes com a vida do assentamento e com os princípios do MST. Por isso o professor tem necessariamente que ser alguém engajado no movimento; caso contrário, a educação não atingirá seus objetivos com relação ao educando. (idem, ibdem, p. 69).*

A Educação para o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2002) é apresenta como cultura, sendo esta, natureza transformada e significada pelo homem, ou seja, um

processo de significação das ações e relações do homem com a natureza. A Educação não acontece somente na escola, conforme Brandão (1995:09):

> *talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o único praticante. Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas (1995:09).*

No cotidiano do acampamento há ensino e aprendizagem[4], onde, os mais experientes ensinam e reciprocamente aprendem com os mais novos de movimento. O Acampamento torna-se um ambiente onde ninguém escapa do processo de ensino-aprendizagem a partir da sóciointeração.

Identidade e Movimentos Sociais

A partir das múltiplas "situações de aprendizagem" (BRANDÃO, 1995 p. 20) se constitui a identidade política dos sem terra. Mas o que seria identidade? E mais, o que seria identidade política?

Pode se dizer que a identidade se relaciona com a representação de pertencimento e é formada no indivíduo em um processo educativo, para Stuart Hall, um dos que trata da questão da identidade, em seu livro *A identidade cultural na pós – modernidade:*

> *A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". As partes "femininas" do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (2001 p.38).*

A identidade está sempre "em processo", sempre "sendo formada", e arriscaria dizer diferente de (HALL, 2001) que no cotidiano, "conscientemente" esta representação de pertencimento torna-se imanente ao indivíduo. Mesmo na chamada pós – modernidade com a fragmentação da identidade apresentada por Hall (2001) a identidade de classe social prevalece na diferença, por exemplo, sou sem terra por não ter terra! Embora seja pai, mãe, católico, cristão, mas continuo "sem terra" pelas *"condições materiais de existência"*.

---

[4] Luiz Bezerra Neto escreveu um livro publicado pela Editora Autores Associados com o título: "SEM-TERRA APRENDE E ENSINA: Estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais" que aborda questões relacionadas ao ensino e a aprendizagem no Movimento dos Sem Terra. Livro este que resultou da dissertação de mestrado apresentada à Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

Conforme SILVA:

> *A identidade, tal como a diferença, é uma relação sócial. Isso significa que sua definição – discursiva e lingüística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 1999 p.81).*

Pose-se dizer que a identidade como representação de pertencimento está estritamente relacionada com a diferença social e com a questão da classe em que aquele indivíduo ou grupo social está relacionado.

> *A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". (idem, ibidem, p.82)*

Percebe-se nessa perspectiva dois posicionamentos teóricos em relação a categoria "identidade", que não gostaria de reafirma. Em primeiro lugar a afirmação de Hall (2001) que a identidade se constitui através de "processos inconscientes". Em segundo lugar a afirmação de Silva (1999) que as identidades são "impostas".

Pode-se dizer que a categoria identidade passou a ser tratada na teoria social a partir das ações coletivas dos chamados "novos movimentos sociais". O termo passou a ser utilizado no momento em que os movimentos identitários começaram a se afirmar defendendo bandeiras específicas principalmente a partir da década de 1990. O Movimento Negro, Movimento Homossexual, Movimento pela paz, Movimento Feminista, entre outros, se afirmaram e reivindicavam seu reconhecimento perante a sociedade. Diferente dos Movimentos sociais "clássicos" que sobretudo na década de 1970 no Brasil tinham um posicionamento político anti-Estado, antipartido, anti-sistema político em geral, e colocava o Estado como inimigo a ser combatido (CARDOSO, 2001: 82), os novos movimentos sociais, se constituem como ações coletivas de caráter reivindicatório. A preocupação é com a afirmação dos diferentes (SILVA, 1999) dos direitos multiculturais (PINTO, 2000) e com a

questão da identidade cultural (HALL, 2001). Nessa direção é que se precisa de identidade e pode-se dizer contrapondo a categoria "classe social".

Analisando a categoria identidade, pode-se afirmar que também está relacionada à classe social. Esta identidade é formada a partir da e nas relações sociais que se estabelecem o contexto de nossa formação humana de forma relacional e política, ou seja, toda identidade é política por que em muitas situações está ligada a grupos que aspiram e tentam construir os seus espaços. Conforme MASCARENHAS[5]:

> *A identidade é um modo específico de articulação de um grupo. É um fato de consciência significando uma auto-representação ou uma auto-definição, manifestada tanto no comportamento quanto no discurso. É um jogo dialético entre o mesmo e o diverso. O conflito e a heterogeneidade constituem terreno propício à formulação da autoconsciência. A identidade se constitui como uma categoria de atribuição de significados específicos estabelecido nas relações entre grupos e pessoas. A identidade de uma pessoa ou grupo é relativa à identidade de outras pessoas ou grupos. Em cada identidade reside a relação "com", portanto,. uma mediação, uma ligação-relação do mesmo consigo mesmo tendo o outro como parâmetro. A representação como elemento básico de composição da identidade pode ser denominada como uma expressão do sujeito, constituída por símbolos construídos coletivamente e também individualmente. (2002 p.15)*

Educação Não-Formal e Movimentos Sociais

A educação se divide em três modalidades básicas: Informal, Formal e Não-Formal. A educação informal ocorre nas múltiplas relações familiares e não possui uma intencionalidade política. Nesta modalidade não há um profissional munido de teorias da aprendizagem e nem de um projeto político pedagógico norteando a prática. A Educação Formal é aquela que se efetiva em um espaço específico tradicional, a escola. Nesta modalidade há o currículo, a grade curricular, as teorias pedagógicas e seus profissionais de aplicação exclusiva, os professores. Há por traz de todos estes elementos a intencionalidade política e a apropriação desta modalidade pelo Estado e a sociedade para formar indivíduos para a vida em sociedade.

Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn (2005) a "educação não-formal" abrange práticas educativas que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil abrangendo movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos. A autora define a educação não-formal como ações e práticas

[5] Ângela Cristina Belém Mascarenhas em 2002 escreveu um importante livro que trata da questão da identidade política da classe trabalhadora que foi resultado da pesquisa doutoramento na UNB.

coletivas organizadas nos movimentos, organizações, e associações sociais, define-se como um conceito amplo de educação associado ao conceito de cultura e que a aprendizagem se dá por meio da prática social em trabalhos coletivos sendo vivida como práxis concreta de um grupo.

Carlos Alberto Torres citando Thomas La Belle, afirma que Educação Não-Formal é toda atividade educacional organizada, sistematizada, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população (TORRES, 1990: 20). Este tipo de educação, para os movimentos revolucionários define-se na formação dos camponeses e operários para as práticas revolucionárias, de contra hegemonia. Educação Não-Formal está estritamente ligada aos movimentos sociais e aos processos de mudança social. Enquanto a formal está voltada para as práticas e valores da sociedade estabelecida, a Não-Formal se relaciona com a prática política articulada nas organizações e ao movimento social.

Conclusão

Enfim, a Educação Não-Formal, a Identidade, os Movimentos Sociais, são categorias de análise que propus discutir desde o início do texto. Logicamente existem variações teóricas e metódicas em relação a cada uma delas, são vários os posicionamentos em relação a identidade, porém, o que considero novo nessa discussão é o aparecimento da "Identidade Política" e sua relação com a Educação Não-Formal e com os Movimentos Sociais. Se tem falado tanto em "identidades", principalmente, na chamada "pós-modernidade" onde a categoria classe social para muitos multiculturalistas não explica mais as relações sociais, porém, o que considero de suma importância é o seu caráter relacional que transita por várias áreas do conhecimento, como a Antropologia Cultural, Psicologia Social, Sociologia e a História Cultural.

Nos cadernos de educação do MST se tem as orientações teóricas e metodológicas para a prática pedagógica dos agentes que irão atuar no campo da educação, mas é na prática política com os seus enfrentamentos que se efetivam as práticas educativas da Educação Não-Formal. É no processo de luta pela terra que os Sem Terra são formados como sujeitos históricos na transformação social. Nessa perspectiva que se dá a tomada de consciência, uma

nova consciência política e social para a vida em sociedade, não por uma questão de etnicidade ou de gênero, mas por pertencer a classe trabalhadora. Identidade Política não é uma imposição, é uma construção social, partindo de um processo de tomada de consciência que leva o ser social ao nível do enfrentamento político. Os cadernos de educação são documentos históricos que registram as peculiaridades desse processo formativo de representação de pertencimento. Contudo, não quero simplificar o que é complexo, apenas desvelar aquilo que se coloca como resolvido.

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação***.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

CALDART, R. Salete**.** *Educação no MST, Balanço 20 anos.* Boletim da Educação. São Paulo: Peres, 2004.

_____. *Pedagogia do MST.* Boletim da Educação. São Paulo: Peres, 2002.

CARDOSO, Ruth. *A trajetória dos Movimentos Sociais*. In. DAGNINO, Evelina.(org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.*-

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1998.

CRUZ, José Adelson da. *Luta pela terra, Práticas Educativas e Saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*.; tradução: Tomas Tadeu e Silva, Guaraeira Lopes Louro – 5° edição. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.

NETO, Luis Bezerra. *Sem Terra aprende e ensina: Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Democracia desafiada: A presença de direitos multiculturais*. In: AVRISTER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício. (orgs.) *Teoria Social e Modernidade no Brasil.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SILVA, Tomáz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: _____. (org), *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000.

TORRES, Carlos Alberto. *A Política da Educação Não-Formal na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"A arte de embelezar as cidades": O uso da eletricidade na construção de novas paisagens

Alenuska Andrade*

Resumo: A cidade do Natal nos anos 1920 experimentou um processo de modernização que edificou paisagens e estimulou novas formas de viver na cidade. Segundo essa noção de progresso, a natureza dentro da cidade devia ser ordenada, construíram-se passeios públicos, praças e planos urbanísticos foram elaborados conforme modelos importados. Tais ações tinham o intuito de fazer emergir novas paisagens na cidade – salubres, belas e iluminadas. Este estudo busca analisar como o uso da eletricidade, e dos equipamentos que dela dependiam, contribuiu para introduzir em Natal um embelezamento que seguia os valores estimados entre os séc. XIX e XX. Postes de iluminação, bondes e relógios, receberam elementos aplicados à arte de embelezar os espaços urbanos. A associação entre técnica e estética propiciou aos habitantes da cidade novas formas de fruição da paisagem.
Palavras-chaves: Eletricidade – Cidade – Progresso.

Abstract: The city of Natal around years 1920 tried a modernization process that built landscapes and it stimulated new forms of living in the city. In these progress idea, the nature inside of the city it should be ordered, was build public spaces of amusement for people and urbanistic plans were elaborated according to imported models. Those actions had an objective construct new landscape in the city – salubrious, beautiful and illuminated. This study to analyze as the use of the electricity and of the equipments that depended it contributions to introduce in Natal an embellishment that followed the estimated values among the 19th century and 20th century. Illumination posts, trolleys and clocks, received applied elements to the art from beautifying the urban spaces. The association between technique and aesthetics propitiated the inhabitants of the city new forms of fruition of the landscape.
Keywords: Electricity – City – Progress.

> "É o humor de quem olha que dá forma à cidade" (CALVINO, 1990: 64).

Desde o século XIX os viajantes ao passarem por Natal observavam uma cidade em devir

> *Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nesta costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse país, porque, se lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade, o predicamento não lhe foi dado*

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História e Espaços da UFRN.

> *pelo que é, ou pelo que haja sido, mas* ***na expectativa do que venha a ser***[1] *para o futuro (KOSTER, 2003:119).*

George Dantas cita outros olhares, ou relatos, como o dos naturalistas Spix e Martius, os quais entre 1817 e 1820 registram que "a cidade de Natal, é a mais insignificante entre as cidades da costa norte do Brasil ('Cidade – não há tal', dizem os vizinhos)". Para Dantas interessa a forma como estes relatos foram apropriados na historiografia, e como ajudaram a legitimar os anseios de modernização urbana das elites locais, com intuito de edificar novas paisagens, em oposição às herdadas do período colonial. Neste sentido, cabe o uso da expressão "desconstrução da cidade colonial" para explicar os melhoramentos que visavam modernizar a estrutura física da cidade e, principalmente, visavam o abandono de "um conjunto de significados" como "Atraso, ignorância, indolência, insalubridade, falta de ordem", temas recorrentes nos discursos sobre o espaço colonial brasileiro (DANTAS, 2004: 61-62).

Natal foi um lugar que já nasceu cidade em fins do século XVI (CASCUDO, 1999: 50), mas que chega ao século XX constituída por apenas dois bairros – Cidade Alta e Ribeira. O resto era apenas "expectativa do que venha a ser".

A cidade se reconstrói a partir dos desejos e dos atos humanos. Igualmente sua forma é imposta pelos anseios e invenções dos homens, produtores e consumidores do espaço. As elites dirigentes estão entre os produtores do espaço, para estes "há a projeção de uma 'cidade que se quer', imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem" (PESAVENTO, 1995: 283). Concretizada ou não, a "cidade do desejo" simboliza as concepções de quem a projetou, de quem a sonhou.

As elites políticas, econômicas e intelectuais das primeiras décadas do século XX em Natal foram agentes "produtores de espaço", produziram uma "cidade do desejo".

Esse período marca o princípio de ações sistematizadas do Estado na produção do espaço urbano. Tais ações, influenciadas pelos princípios higienistas vigentes à época promoveram melhoramentos pontuais e a criação de normas e prescrições legais que visavam modernizar a estrutura física da cidade e ainda incentivar novas práticas, novos usos dos espaços.

Entre meados do século XIX e início do XX disseminousse a idéia de progresso civilizatório, baseado na crença de que o avanço da ciência e da tecnologia possibilitaria o triunfo da modernidade (HOBSBAWM, 1988).

O progresso era apoiado em um substrato material, marcado pelo aumento da produção de bens e equipamentos, desenvolvimento das indústrias, utilização de novas fontes de energia (gás, eletricidade), além do crescimento da população residente nas cidades.

[1] Grifo nosso.

Transformações que produzem as bases para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Como afirma Hobsbawm no final do XIX "a economia muda de marcha", aumenta seu ritmo de produção e anuncia eventos que se manifestarão com intensidade no século XX. (HOBSBAWM, 1988).

As mudanças estruturais da sociedade tinham que se refletir no espaço urbano. A cidade de Paris, radicalmente reformada pelas ações empreendidas por Haussmann, entre 1853 e 1870, inaugura um novo ideal de modernidade urbanística (que dá ênfase a construção de grandes vias e a circulação) e torna-se modelo desse ideal (ORTIZ, 1991).

Segundo essa noção de progresso, a natureza dentro da cidade devia ser ordenada, construíram-se passeios públicos, praças, balaustradas e planos urbanísticos foram elaborados conforme modelos importados. Um conjunto de mudanças que tinham o intuito de fazer emergir novas paisagens na cidade – salubres, belas e iluminadas.

Paisagens que exibissem os novos tempos, que possibilitassem um modo de vida moderno. Pesavento diz que o "progresso era algo possível de ser verificado: máquinas novas, inovadores processos, inventos surpreendentes modificavam o mundo" (1997: 15).

Este estudo busca analisar como o uso da eletricidade, e por sua vez dos equipamentos que dela dependiam, contribuiu para introduzir na capital do Rio Grande do Norte um embelezamento que seguia os valores que vigoraram entre os séculos XIX e XX.

Construindo novas paisagens

Em 1901 foi proposto o primeiro projeto[2] de urbanização da cidade de Natal, o de construção do bairro Cidade Nova, cujo próprio nome é representativo dos desejos das elites governantes de negação da cidade existente, e da expectativa de Natal como uma cidade do futuro:

> *O Governo Municipal comprehendeu as vantagens e futuro grandioso da Cidade Nova, como bairro desta capital destinado a ser o nucleo da grande cidade que, neste seculo será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades importantes do mundo.*
>
> *(...)*
>
> *O governo municipal está seriamente empenhado nesse problema patriotico da construcção de uma cidade que seja o futuro padrão da gloria norte riograndense (A REPUBLICA, 1902: 1).*

Foi grande a repercussão na impressa local a proposta desse bairro, são muitas as matérias que tratam do assunto nos principais jornais do período, o A República (órgão oficial do governo do estado) e O Diário de Natal (jornal oposicionista). Estes travaram um confronto em torno da construção do novo bairro, que pode ser percebido como reflexo de

[2] Elaborado pelo técnico agrimensor Antônio Polidrelli, esse Plano deu origem aos atuais bairros de Petrópolis e Tirol.

uma luta de interesses e forças políticas na disputa pelo poder. Contudo, cumpre neste texto entender como o desejo de modernização da cidade divulgado na impressa local ajudou a embelezar o cenário urbano. Nesse sentido, cabe observar que a proposta do novo bairro atendia aos anseios das elites locais de construir e reformular a cidade, tendo em vista os ideais estéticos do início do século XX, os quais eram fundamentados na relação saúde e beleza[3] – característica do urbanismo influenciado pelos paradigmas higienistas no início do século. Nos jornais da época é comum encontrar a associação saúde e beleza:

> *A belleza, diz è como o talento um dote que a arte aperfeiçoa; e a primeira condição da belleza é a saude (...) Traça então um quadro para fazer resaltar o contraste do corpo são e do corpo enfermo; mostra como no primeiro há luzx, cor, brilho, vida. No segundo indolencia, alquebramento. Refere-se á hygiene, como poderoso elemento de belleza, e quando diz "hygiene, tem em mente apenas as leis fortes que nos foram legados pelos antigos" (NETO, 1906: 2).*

Para alcançar o embelezamento e a higienização, a elite política local elaborou leis e medidas disciplinares dos hábitos da população[4], de modo a enquadrar a cidade nos padrões que estavam sendo dotados por outras capitais brasileiras. Como por exemplo, o Rio de Janeiro, cujo espaço urbano foi remodelado na administração prefeito Pereira de Passos (1901-1904)[5].

Natal chega aos anos 1920 ainda com os princípios higienistas continuando a direcionar as intervenções, as elites locais continuaram a rogar a necessidade de equipar os espaços e investir em novos serviços urbanos. Nesse período, devido a sua posição geográfica, Natal é elevada a um patamar de destaque na aviação brasileira e internacional – daí porque Natal foi chamada de "Caes da Europa"[6]:

> ***Natal é uma cidade que vem se embellesando*** *á medida que o seu progresso commercial, industrial e cultural se alarga, se engrandece e vae ecoar nos rincões mais afastados do paiz.* ***Caes da Europa*** *- para onde convergem todos os enthusiasmos, todas as maiores manifestações de trabalho humano nessa época de* ***aviões e eletricidade - foco irradiador das maiores ideaes liberaes que revolucionam o mundo*** *- capital do feminismo e metropole dos aeroplanos - cidade - vida,* ***cidade movimento*** *- não seria admissivel que Natal não assimilasse a vertigem* ***dynâmica*** *que impulsiona o globo para maiores e mais formidaveis conquistas (O URBANISMO natalense, 1928:1 – Grifos nosso).*

---

[3] Acerca da relação saúde e beleza ver capítulo 5 de: ARRAIS, Raimundo P. A., **O pântano e o riacho**, 2001.

[4] Relacionar higiene e educação foi uma tarefa realizada por muitos pesquisadores que se debruçaram sob a temática da construção da cidade moderna brasileira e, em especial, a importância da atuação dos médicos, engenheiros e educadores nesse processo. Ver HERSCHMANN, Micael M., PEREIRA, Carlos A. M. **A Invenção do Brasil Moderno**: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

[5] Sobre os casos da modernização de Porto Alegre e Rio de Janeiro ver PESAVENTO, S. J. **O imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999. E sobre a cidade de Recife ver ARRAIS, R. **Recife, Culturas e Confrontos**: As camadas urbanas na campanha salvanista de 1911. Natal: EDUFRN, 1998.

[6] Leia-se: DANTAS, George. **Natal "caes da Europa"**: o Plano Geral de Sistematização no contexto da modernização da cidade (1929-30). Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – DARQ, CT, UFRN, 1998.

No Brasil os anos 1920 são marcados por uma intensificação das discussões sobre a modernização das cidades. Nicolau Sevcenko analisa os "frementes" anos 20 como momento onde "a cidade viraria ela mesma a fonte e o foco da criação cultural, se tornando um tema dominante explícita ou tacitamente, para as várias artes" (SEVCENKO, 1992: 18).

Neste contexto se insere a administração municipal do engenheiro Omar O'Grady (1924-1930). Período de intensificação das obras de saneamento, drenagem, abertura e pavimentação de ruas, reforma da rede de água, projetos de arborização como o da Praça Pedro Velho. A continuação da matéria intitulada "O urbanismo natalense" ressalta essa intensificação:

> *Assim vão nascendo e se refazendo as ruas de Natal. As suas largas e arejadas avenidas são um lindo e maravilhoso esforço de trabalho constructor. O prefeito Omar O'Grady, é, de facto, um dirigente activo e operoso, que comprehende o sentido modernista dos grandes centros urbanos. E Natal deve a Omar O'Grady a impressão consoladora de vida nova, de rythmos fecundos e promissores que a capital potyguar offerece aos viajantes que transitam em nosso porto (...), Natal há de progredir, há de engrandecer-se, há de ser a legitima capital do Nordeste e da potyguarania (A REPUBLICA , 1928: 1).*

Pedro Lima afirma que na década de 1920 "Natal viveu uma espécie de *belle époque*, com ações públicas voltadas para a educação, atividades artísticas e culturais. Junto com a ordenação física da cidade" (2006: 112). Neste momento, a ordenação física e a expansão da cidade necessitavam ser organizados. Era, portanto de um plano urbanístico que a cidade carecia:

> *O plano de construção para as cidades e villas, o 'city planning' dos americanos, marcha de par como progresso de arquitectura domestica e com o progresso de todas as coisas. Cada um se convence que não deve interessar na casa sem que se interesse tambem nas ruas e na cidade. (...) A epoca automobilistica inicia uma grande epoca de transformação nos centros de população do paiz, pela maior perfeição outorgada ao transporte e às relações humanas em geral. (...) Não se reclama apenas canalizações apropriadas, systema adequado de distribuição de aguas, de banhos, de luz, de eletricidade. Não; tudo isso já constitue quase que um dever das municipalidades em face dos progressos modernos. Quer se mais ainda: o ar puro, a campina, arvores pelo menos, alcatifas de verdura, flores no inverno como no calor magico da primavera (DANTAS, Christovam, 1923: 01).*

Intervenções pontuais não eram suficientes para promover o progresso, só a elaboração de planos urbanísticos poderia direcionar e controlar a expansão da cidade, promover a adaptação do espaço ao transporte automobilístico e garantir a ordenação da natureza, para desse modo assegurar o verdadeiro embelezamento da cidade. Por isso o título da matéria era "A arte de embelezar as cidades"[7].

O olhar depende de luz: o belo depende de luz

[7] Em 1929, fins do governo de Omar O'Grady é elaborado o Plano Geral de Sistematização de Natal, pelo arquiteto Giacomo Palumbo.

As exposições universais que aconteceram na passagem do século XIX para o XX são representativas do ideário de construção da civilização moderna. A cidade tinha de ser dotada dos avanços tecnológicos; as áreas centrais ganhavam destaque e a cidade assumia a obrigação de atestar o progresso, de educar pelo exemplo da salubridade, da ordem, como também se tornava o centro produtor de riquezas e centro de produção artística das vanguardas.

A energia elétrica foi a grande atração das Exposições Universais do final do século XIX, por exemplo, a Exposição de Paris de 1881 foi conhecida também como Exposição Internacional da Eletricidade. As exposições tinham o objetivo de expor e exaltar tudo que representasse o moderno. Assim, foi "efetivo o interesse da eletricidade como 'moderna' fonte de energia". Afinal, "esta nova fonte de energia representou uma versão 'moderna' de ciência, capaz de produzir efeitos que 'anteriormente' eram associados à magia" (ROCHA, 1997:5).

Nas "passagens", espaço de contemplação, do consumo e do "*flâneur*", enfim, a iluminação tinha papel de destaque no palco de modernidade do século XIX que era a cidade, "cenário onde pela primeira vez se pode apreciar a iluminação a gás" (BENJAMIM, 1984: 06). Assim, a iluminação fez parte do espetáculo da modernidade das cidades, como um elemento a ser a apreciado por aquele que passeia e deleitasse com as paisagens.

Na Natal das três primeiras décadas do séc. XX essa noção de progresso implicava em construir um meio urbano livre das epidemias e dentro dos princípios de salubridade, como também promover o embelezamento e uma maior dinâmica urbana, introduzindo serviços urbanos de transporte (bonde elétrico) e iluminação – introduzida em 1911. Neste contexto, os serviços elétricos atuaram também como ornamentos nos espaços de passeio público.

Imagem 1: Praça André de Albuquerque. Fonte: DANTAS, 1998.

Postes de iluminação, bondes e relógios que usavam a eletricidade como força motriz, recebiam elementos estéticos e compunham o cenário dos passeios, jardins e avenidas. Ou seja, contribuíam ao aformoseamento da cidade.

Peter Hall ocupa-se do movimento "city beautiful" e afirma que este "teve suas origens oitocentistas nos bulevares e passeios públicos das grandes capitais européias", citando como exemplos clássicos a reconstrução de Paris empreendida por Haussmann e a construção coetânea da Viena Ringstrasse (1995: 207).

Seguindo a tendência nacional de usar os modelos urbanísticos da reforma de Paris como referência, fazia-se preeminente a construção de jardins e passeios públicos em Natal, sobre a construção desses espaços Arrais afirma que "os jardins, espaços públicos dotados de arborização, bancos, chafarizes e pequenas edificações como kiosques japoneses ou pagodes chineses (tributos prestados ao espírito cosmopolita do fim de século), estátuas e monumentos, proporcionavam aos moradores um ambiente público aprazível para passeios e deleite artístico com as exibições das bandas de música" (2007:10).

Ainda de acordo com este autor, para que o jardim "desempenhasse plenamente sua função, proporcionando um local de passeio" ele "necessitava de um complemento indispensável: o meio de iluminação que fascinara o século, proporcionado pela energia elétrica" (ARRAIS, 2007: 07).

Imagem 2: Avenida Tavares de Lyra, década de 1910. Fonte: DANTAS, 1998.

Jardins, praças, novas avenidas e passeios públicos, a cidade ganha espaços que anunciavam o progresso. Barros reflete sobre a idéia da cidade como um artefato,"o maior artefato produzido pelo homem" (2007: 21), e assim a "cidade deve muito de seu poderoso impacto no imaginário social ao atributo de poder ser contemplada" (2007: 22).

Os espaços públicos da cidade do Natal, no início do século XX, estavam à espera que o olhar contemplativo dos homens buscasse seus adornos, como os inseridos aos postes de iluminação da Avenida Tavares de Lyra (imagem 2).

A cidade "como uma obra de arte" que "inclui dentro de si muitos e muitos objetos e produtos artísticos, (...) na sua inteireza" é "como um objeto artístico por ela mesma" (BARROS, 2007: 27). A iluminação pública, relógios movidos à eletricidade, e letreiros iluminados faziam parte desses "muitos e muitos objetos" de que fala Barros. Arrais diz ainda que "espalhada nos jardins e nas avenidas, a iluminação elétrica era o inegável sinal do progresso, (...) e foi apresentada aos moradores da cidade suspensa nos receptáculos forjados na leveza do *art nouveau* presos aos postes alinhados ao longo das avenidas, num enlaçamento entre adorno artístico e progresso técnico" (ARRAIS, 2007: 07).

De fato, em matérias do jornal *A Republica* sobre o projeto de embelezamento da Avenida Atlântica, "com passeios amplos e muros balaustrados - beneficiando uma panorâmica de Natal" (O GOVERNO do municipio,1925: 2), a iluminação aparece como um dos elementos necessários, junto ao calçamento e balaustradas.

O uso contínuo da luz artificial representou uma mudança na imagem da cidade. À noite, como num passe de mágica, uma cidade distinta e sedutora surgia. O que imprime na

arquitetura da época novas perspectivas, representadas na busca da transparência, com o intuito de unir a iluminação do interior das construções à luz externa, fazendo as construções brilharem, efeito possível a partir da utilização do vidro outro grande invento da modernidade (DETHIER & GUIHEUX, 1994: 50). O uso de novos materiais, como o ferro e o vidro, nas construções exaltavam o grau de progresso da mente humana e da sociedade (PESAVENTO, 1997: 74).

Considerações Finais

Assente em bases do final do séc. XIX, a cidade passou a ser vista também como lugar de exibição burguês, independente da atividade, trabalho ou passeio. Pegar o bonde elétrico e percorrer as ruas proporcionava o deleite das paisagens urbanas. É no urbano que se vive à modernidade e os espaços são construídos para permitir a apreciação dos novos inventos da humanidade (máquinas e produtos).

As novas tecnologias eram caras mercadorias, por isso para consolidar o desejo de progredir, de viver conforme o modo de agir moderno, o urbano se torna palco do espetáculo da modernidade e para tanto, tinha de ser belo.

O estudo da cidade do Natal nas três primeiras décadas do século XX evidencia uma valorização da eletricidade, enquanto invenção moderna, capaz de embelezar os espaços. Estética e técnica proporcionavam funcionalidade em um ritmo dinâmico e veloz.

Fontes:

A REPÚBLICA. N. 121, ANO XXXVII, 30/05/1925, p. 1.

DANTAS, Christovam. Impressões da America - A arte de embelezar as cidades. **A Republica**, n. 196, ano XXXV, 12/07/1923.

GOVERNO do Município. **A República**. n. 113, ano XXXVII, 21/05/1925.

NETO, Coelho. A arte de ser bella. **Diario de Natal**, n. 3076, ano XV. 20/11/1906.

O URBANISMO Natalense. **A República**, 28/07/1928, n. 167.

Bibliografia:

ARRAIS, R. O mundo avança!: os caminhos do Progresso na cidade do Natal no início do século XX. In: BUENO, Almir (Org.). **Revisitando a história do Rio Grande do Norte**. Natal-RN: EDUFRN, 2007. (No prelo)

BARROS, J. D'A. **Cidade e História**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

BENJAMIM, W. Paris, capital do século XIX. **Espaços & Debates:** revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, ano 4, n. 11, 1984.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, L. da C. **História da cidade de Natal**. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.

DANTAS, G. **Linhas convulsas e tortuosas retificações**: transformações urbanas em natal nos anos 1920. Dissertação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, São Carlos/SP, 2004.

DETHIER, J., GUIHEUX, A. **Visiones Urbanas**: Europa 1987 – 1993: La ciudad del artistas: La ciudad del arquitetos. Madrid: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1994.

HALL, P. **Cidades do Amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1995.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12. ed. Fortaleza: ABC Editora, 2003.

LIMA, P. **Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. Natal: EDUFRN, 2006.

PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

ROCHA, A. A sedução da luz: Eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Èpoque. **Revista de História Regional**. v. 2. n. 2. 1997. (http://www.rhr.uepg.br/v2n2/amara.htm).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Agricultura brasileira e impactos ambientais no século XIX: a grande lavoura, a agricultura de subsistência e o diagnóstico do atraso tecnológico

Carlos Renato Carola*

Resumo: A agricultura, juntamente com a domesticação de animais, foi uma das invenções mais importantes de toda história da sociedade humana, e a metalurgia foi a invenção que mais propiciou conforto material e ao mesmo tempo a que mais potencializou o poder tecnológico de domínio sobre a espécie humana e a natureza não-humana. Este trabalho analisa alguns dos aspectos relacionados com a agricultura brasileira e os impactos ambientais, no século XIX, na perspectiva da história ambiental. O foco da discussão gira em torno do diagnóstico que procura explicar as causas do atraso tecnológico da agricultura, problematizando o trabalho escravo e a destruição ambiental provocada pela grande lavoura de exportação. Entre as fontes selecionadas, foram analisados obras clássicas da historiografia brasileira e publicações e documentos que abordaram a história da agricultura e a vida rural no Brasil.
Palavras chaves: monocultura; agricultura de subsistência; ideologia do progresso.

Abstract: The agriculture, in conjunction with the domestication of animals, was the most important invention of the history of human society, and the metallurgy was the invention which more propitiated material comfort and, at same time, which more potentially works the technology power of domain about human specie and the not human nature. This work analyses some aspects relatives with the Brazilian's agriculture and the ambiental impacts, in the 20th Century, at the ambiental perspective of history. The focus of discussion is about the diagnostic which pretends explaining the causes of delay technology of the agriculture, arguing the slave's work and the ambiental destruction caused by the enormous farming of exportation. Among the selected fonts, was analyzed classic works of the Brazilian historiography and publications and documents which discussing the agriculture history and the rural live in Brazil.
Key Words: monoculture; subsistence agriculture; ideology of progress.

Introdução

Analisar a história da agricultura brasileira sob a ótica ambiental é um desafio instigante, mas também problemático. Se o Brasil foi uma "civilização de feições rurais" construída ao longo de cerca de 400 anos, que modelo agrícola foi projetado a partir do processo de independência? O objetivo deste trabalho é fazer algumas reflexões sobre alguns dos discursos e estudos relacionados com agricultura e impactos ambientais, estudos que se preocuparam em explicar as razões do atraso técnico da economia agrícola no século XIX.

* Professor de História Ambiental da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Na história do pensamento social brasileiro, um tipo de "crítica ambiental" que problematiza a relação da cultura humana com o mundo natural pode ser percebido em documentos e crônicas que se preocuparam em registrar os feitos e as dificuldades que caracterizam o período da América Portuguesa e o sistema colonial. Entretanto, uma crítica ambiental fundamentada em estudos e publicações começa a surgir no final do século XVIII e atinge seu auge no século XIX, a ponto de José Augusto Pádua caracterizá-la como uma "tradição" no seio do pensamento político brasileiro.

A idéia de "modernizar" a estrutura agrária do Brasil emerge como um desafio tanto para o Brasil Imperial quanto para a Primeira República, assim como para os demais governos do século XX. Evidentemente que cada época expressa um modelo predominante de sociedade e cada governo procura solucionar os principais problemas nacionais existentes no seu período de gestão. Mesmo levando em consideração as circunstâncias históricas de cada época, percebe-se que, à medida que os países industrializados expandem seus mercados para além das fronteiras nacionais, impunha-se para as sociedades não industrializadas a necessidade de modernização da estrutura produtiva do meio rural. Eis o foco central de discussão: por que os discursos e estudos sobre a cultura agrícola brasileira do século XIX revelam um desprezo em relação à agricultura rudimentar, tradicional ou de subsistência? Que tipo de crítica ambiental pode-se perceber no interior do discurso que tenta explicar as razões do atraso técnico da agricultura brasileira? A utopia da modernização da cultura agrícola brasileira evidencia que tipo de relação e concepção de natureza?

O "problema" da agricultura na historiografia clássica brasileira

Em *Raízes do Brasil*, quando Sérgio Buarque de Holanda (1997) apresenta sua interpretação weberiana sobre a formação social e econômica do Brasil, o "problema" da cultura agrícola colonial aparece como uma das heranças resultante da conjunção do português com o indígena. Sérgio Buarque assinala que os portugueses e seus descendentes imediatos demonstraram uma capacidade de adaptação ao "Novo Mundo" como nenhum outro povo; adaptaram-se facilmente ao plantio e ao consumo de alimentos típicos da América; habituaram-se a dormir em redes, a usar os instrumentos de caça e pesca dos índios; a praticar a queimada antes do plantio; adaptaram-se a um novo tipo de moradia, moradia com varandas. Entretanto, do sistema de produção da cana-de-açúcar "herdamos o modelo de exploração latifundiária das grandes propriedades rurais" e o princípio que predominou em

todo o período colonial também predominou na produção agrária, ou seja, "todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios" (1997: 52).

Sobre o tradicional debate que lamenta e explica as razões do atraso econômico da agricultura brasileira, Sérgio Buarque apresenta uma perspectiva que se diferencia das versões mais simplistas, mas ainda sim sua preocupação é explicar as razões do atraso técnico da agricultura colonial. Observa, por exemplo, que no século XVI a atividade agrícola não ocupava "posição de primeira grandeza" em Portugal, e para o português de "espírito aventureiro" que veio se aventurar no "Novo Mundo", o "labor agrícola era menos atraente" do que "as aventuras marítimas e as glórias da guerra e da conquista". Por isso, "quando lamentamos que a lavoura, no Brasil, tenha permanecido tão longamente aferrada a concepções rotineiras, sem progressos técnicos que elevassem o nível da produção, é preciso não esquecer semelhantes fatores", salienta o mesmo. Além disso, "é preciso ter em conta que o meio tropical oferece muitas vezes poderosos e inesperados obstáculos à implantação de tais melhoramentos". O nível rudimentar da técnica portuguesa aplicada na agricultura "representou em alguns casos, comparada às da Europa, um retrocesso, em muitos pontos verdadeiramente milenar", mas é preciso reconhecer "que para isso contribuíram as resistências da natureza, de uma natureza distinta da européia, não menos do que a inércia e a passividade dos colonos". Isso explica, por exemplo, "o escasso emprego do arado" na lavoura colonial, ou seja, o uso disseminado da enxada e o pouco uso do arado "tem sua explicação, em grande parte, nas dificuldades que ofereciam freqüentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal" (HOLANDA, 1997: 50).

Na década de 1930, Gilberto Freyre apresenta um estudo sobre os efeitos da monocultura da cana na cultura e no meio natural. Em *Nordeste*, Freyre (2004) apresenta sua obra caracterizando-a como uma tentativa de ensaio de "estudo ecológico do Nordeste do Brasil". Assume a perspectiva ecológica e diz se tratar de uma análise do Nordeste agrário, aquele que em tempos passados foi "o centro da civilização brasileira"; focaliza "o homem colonizador, em suas relações com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais da região ou importados da Europa ou da África" (p. 37). Freyre preocupa-se em mostrar a influência da "civilização do açúcar" no meio natural e cultural, enfatizando os efeitos mais danosos de um modelo agrário edificado sob três grandes pilares: monocultura, escravidão e latifúndio.

Nesse estudo ecológico sobre o nordeste brasileiro, Freyre analisa a relação entre sociedade e natureza. Emprega uma perspectiva analítica relacional centrada na economia da cana-de-açúcar e aborda a relação entre: a cana e a terra; a cana e a água; a cana e a mata; a

cana e os animais; a cana e o homem. Freyre condena e destaca os efeitos mais perversos da monocultura, ou melhor, da "civilização do açúcar": a exclusão de culturas de subsistências; a devastação de matas virgens; a exploração do trabalho escravo; foi inimiga do indígena, opressora do negro, do menino e da mulher; foi causa de fome até mesmo para as camadas abastadas, a ponto de motivar "as senhoras trocarem jóias de ouro por punhados de farinha" (2004: 171). Mas Gilberto Freyre também destaca os paradoxos deste modelo de civilização. Apesar de ter gerado conseqüências nefastas para o homem e o meio natural, também "deu ao Brasil alguns dos maiores valores de cultura, hoje caracteristicamente brasileiros, dissolvidos em outras civilizações, distribuídos por outras áreas, diluídos em outros estilos de vida, mas com a marca de origem ainda visível a olho nu" (2004: 194).

Na perspectiva econômica, Caio Prado também elaborou uma interpretação singular sobre a história da economia brasileira. Em relação à agricultura colonial, distingue hierarquicamente dois setores que, do seu ponto de vista, possuem natureza e propósitos diversos: a *grande lavoura* e a *agricultura de subsistência*. A grande lavoura é aquela que se organiza para o comércio exterior, enquanto que a agricultura de subsistência se volta para a produção de "gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno" – principalmente na produção de mandioca, milho e feijão. A grande propriedade de exportação "representa o nervo da agricultura colonial", enquanto que a pequena lavoura "foi apenas um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária", voltada para a produção de gêneros alimentícios para o Senhor de engenho e os escravos. Caio Prado caracteriza a organização da grande lavoura fazendo uma analogia com uma organização fabril.

Em comparação com a grande lavoura "nervo da economia colonial" a "agricultura de subsistência" é sempre qualificada como algo inferior e desprezível. Caio Prado caracteriza-a como um "setor subsidiário da economia colonial", um setor que depende exclusivamente da grande lavoura, "que lhe infunde vida e forças". Por isso, "o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária". Em geral, salienta o mesmo, "a sua mão-de-obra não é constituída de escravos: é o próprio lavrador, modesto e mesquinho, que trabalha", contando às vezes com a ajuda de "um ou outro preto, ou mais comumente, de algum índio ou mestiço semi-servil" (2006: 160).

Na visão de Caio Prado, o desenvolvimento da agricultura colonial revela "o seu ínfimo nível técnico", uma agricultura assentada na "rotina e na ignorância". O sistema geral da colonização estava alicerçado "no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano". O trabalho escravo, no entanto, não era o único responsável pelo baixo nível técnico da agricultura brasileira. Caio Prado argumenta que "a razão da diferença está,

não pode haver outra, na natureza do colono português, e sobretudo no regime político e administrativo que a metrópole impôs à sua colônia"; era uma colônia constituída por uma "chusma de burocratas incapazes e pouco escrupulosos que a metrópole nos remetia para este lado do Atlântico" (2006:140).

A agricultura brasileira no século XIX: sensibilidade ambiental e fé no progresso técnico

No Brasil do século XIX, a principal atividade econômica a agricultura foi um tema que se manteve na ordem do dia durante todo o reinado imperial. A partir da vinda da família real, em 1808, e, sobretudo a partir da independência, em 1822, começa a surgir um conjunto sistemático de estudos e políticas voltadas para o melhoramento técnico da economia agrícola do jovem país. É nesse contexto que emerge uma incipiente sensibilidade ambiental preocupada com os efeitos destrutivos que determinadas práticas agrícolas estavam provocando sobre o solo, as matas e os rios.

Essa crítica ambiental, por exemplo, está presente na obra do jovem engenheiro e professor da Escola Militar, Frederico Burlamaque, que escreveu a sua *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*, em 1837. Como o próprio título sugere, o foco central do livro "estava em retomar a reflexão crítica que associava o escravismo ao atraso econômico e social do país, inclusive no plano ambiental". Segundo Pádua, "Burlamaque retomou a crítica bonifaciana do caráter improdutivo e ambientalmente destrutivo da economia brasileira" (Apud PÁDUA, 2004: 228). A escravidão e a monocultura de exportação eram dois pilares essenciais de uma economia que estava fortemente enraizada numa cultura atrasada, perversa e destrutiva.

Nessa mesma época (1839), o francês naturalizado no Brasil, Carlos Augusto Taunay, publicou no Rio de Janeiro o *Manual do agricultor brasileiro*. O manual está centrado em três propósitos principais: implementar uma gestão eficiente dos escravos, estimular a agricultura de exportação e estimular o plantio de gêneros de primeira necessidade. No manual, Taunay propõe inovações técnicas para o desenvolvimento da agricultura; caracteriza o Brasil como um país abençoado pela sua riqueza natural, mas ao mesmo tempo afirma que "a ignorância, os prejuízos, o apoucamento que o jugo do despotismo" havia produzido na inteligência brasileira pareciam "ter-se dado as mãos para neutralizar todas as vantagens que a natureza prodigalizou ao solo" (TAUNAY, 2001:34).

Não se conformava com o atraso técnico e intelectual da cultura brasileira; critica os "métodos imperfeitos" e os instrumentos "grosseiros" usados na agricultura. Destaca a

necessidade imperiosa do melhoramento e da inovação técnica para o aumento e diversidade da produção agrícola; recomenda a construção de boas estradas, ou melhor, um "sistema de artérias" que facilitasse o acesso e o transporte da produção agrícola até os portos de exportação, salientando que no Brasil a arte de fazer estradas ainda era desconhecida no início do século XIX.

De todas as inovações propostas, a que realmente considerava fundamental era a adoção do arado. Em sua perspectiva, o arado era "a base da civilização", era uma máquina útil, simples e de grandes resultados. Taunay depositava uma fé fervorosa na inovação do arado a ponto de sugerir que seria uma das formas de o Brasil se livrar da "praga da escravidão".

Ainda sobre o "problema" da indústria agrícola no Brasil escravista, Fernando Antônio Lourenço (2001) analisou um conjunto de documentos e publicações editadas no século XIX, tendo como propósito central perceber conexões entre o pensamento liberal-escravista e projetos que idealizavam o aperfeiçoamento moral e técnico da lavoura brasileira. Lourenço caracteriza o surgimento – no final do século XVIII – de um movimento intelectual de origem luso-brasileira, chamada de *Ilustração Brasileira*, que difundia a idéia de uma reforma sócio-econômica que iria impulsionar o Brasil para os tempos modernos, "inaugurando uma era de progresso". Essa elite "ilustrada" idealizava a construção racional de uma nação moderna e civilizada, tendo como uma das premissas fundamentais a reforma da estrutura agrária do país.

Considerações Finais

De um modo geral, todo o diagnóstico voltado para o estudo da cultura agrícola brasileira do século XIX, independentemente da perspectiva ideológica, propunha a mesma receita: mudar a mentalidade do agricultor tradicional; investir em inovações técnicas, desde o uso do arado e adoção de fertilizantes artificiais; valorização da agricultura de exportação; implementação de uma gestão eficiente das fazendas. Em síntese, no século XIX a prática da agricultura tradicional, seja a de subsistência como a grande monocultura de exportação, foi sistematicamente criticada tendo em vista um novo modelo de economia agrícola: a agricultura moderna. E esse modelo se tornou uma realidade no século XX sob a forma do agro-negócio, da empresa rural ou produtores rurais.

Assim, ao longo do século XX, a agricultura brasileira foi se moldando de acordo com a lógica de produção do capitalismo industrial. Impôs-se uma modernização fortemente

orientada pela racionalidade econômica e técnico-científica. E é justamente neste tipo de racionalidade que o movimento ambientalista mundial identifica as raízes da crise ambiental atual. Por isso, Henrique Leff propõe a construção de uma *racionalidade ambiental* e uma "reapropriação social da natureza". A racionalidade alternativa surge como resposta dos movimentos sociais, das práticas sociais e do saber ambiental; é uma resposta frente ao poder de destruição de uma racionalidade capitalista que se associou "à racionalidade científica e tecnológica no propósito de incrementar a capacidade de controle social da realidade e uma eficácia crescente entre meios e fins". No capitalismo, "a irracionalidade se converteu em razão", uma vez que o aumento desenfreado da produção em escala planetária e a conquista da natureza se converteram em "forças destrutivas". Em sentido oposto, "no conceito de racionalidade ambiental prevalece um valor de adaptação e convivência sobre a vontade de domínio da natureza no qual se fundam a racionalidade capitalista e os paradigmas da ciência moderna" (LEFF, 2006: 252).

Henrique Leff informa ainda – contrariando todo o discurso da agricultura modenra-que os estudos mais recentes sobre a cultura tradicional de cultivo da terra revelam que muitas das práticas tradicionais são ecologicamente mais sustentáveis que as práticas modernas. Atualmente a própria ciência e a prática da agroecologia confirmam o manejo sustentável de técnicas de cultivos em diferentes povos que constituíram uma cultura rural ou camponesa. E que essas técnicas tradicionais desenvolvidas ao longo de séculos e de geração em geração foram silenciadas e combatidas pela ideologia do progresso industrial. Como salienta Donald Worster citando a percepção de Miguel Altieri, "muitas práticas agrícolas, outrora consideradas primitivas ou mal orientadas, estão sendo reconhecidas como sofisticadas e apropriadas" (2003: 7).

Referências Bibliográficas

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

LEFF, Henrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOURENÇO, Fernando Antônio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira.* Campinas-SP: Unicamp, 2001.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista - 1786/1888*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 8ª reimpressão da 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TAUNAY, Carlos Augusto (1791-1867). *Manual do agricultor brasileiro*. Organização Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: companhia das Letras, 2001.

WOSTER, Donald. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. In: Ambiente & Sociedade, vol. 5, nº 2/vol. 6 nº 1, Campinas, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Violência sutil e relações conjugais: reflexões acerca de agressões que fazem mal à alma feminina.

Maria Beatriz Nader*

Resumo: A violência que se utiliza de investidas contra a mulher não deixando seqüelas aparentes é a que a impossibilita comprovar materialmente um fenômeno que vai além da agressão física. É uma forma de agressão que humilha, constrange e provoca a *dor moral*. Considerada atitude "comum" no casamento, passa despercebida pela sociedade, que naturaliza gestos que oprimem e cerceiam desejos e ações. 30 mulheres responderam um questionário sobre sua relação conjugal e, na análise dos dados constatamos que mais de 90% das mulheres passaram por alguma violência. Muitas mulheres ocultam da família as agressividades sofridas, pelo medo e vergonha de conviver com um homem que a maltrata e a humilha. Não denunciam às autoridades, apesar das políticas públicas destinadas ao combate à violência contra a mulher.
Palavras-chave: gênero, violência, políticas públicas

Abstract: The male violence that makes use of onrushes against women, and that does not let visible sequels through is the one that makes women unable to corroborate physically a phenomenon whose comprehension gets the upper hand over female body aggression. It is indeed an aggressiveness that humiliates, constrains and brings about someone to feel *moral suffering*. Considered a "common" marriage attitude, it is not normally detected by society that naturalize gestures that oppress and cut off desires and activities at the root. 30 women responded to a questionnaire related to their conjugal relationship. Based on data analysis we have verified that more than 90% of them suffered some male violence. Nevertheless, those women are used to hide of their family the aggressiveness they suffer because of the fear and the shame they feel when they have to live together with men who abuse and humiliate them. They are not used to denounce, in spite of the public politics for fighting counter to male violence against woman.
Key words: Gender – violence – public politics

As relações de gênero dentro das unidades domésticas da cidade de Vitória há vários anos são temas de minhas pesquisas. Meus estudos direcionam-se principalmente para a relação do fim do rompimento conjugal com a inserção das mulheres no mercado de trabalho feminino que se abriu em Vitória após os anos de 1970. As diversas pesquisas que fiz

* Professora Doutora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

com mulheres em Vitória, contudo, tem me apontado que a grande maioria das mulheres que se inserem no mercado de trabalho sofre algum tipo de violência doméstica.

Essa violência não se manifesta apenas por meio de agressões físicas, sob a forma de tapas e empurrões, mas, principalmente se apresenta da forma que denominamos de violência sutil. (NADER; 2006: 235-252) Sob essa forma umas mulheres sofrem maus tratos como xingamentos, ofensa à conduta moral e com ameaças de ter seus pertences quebrados, suas roupas rasgadas e seus objetos atirados para fora de casa. Outras sofrem agressão de forma indireta, como a humilhação e o constrangimento que provocam a chamada *dor moral*. A violência sutil é uma agressão que agressão que se apresenta sob a forma de hostilidade verbal, como insultos, desprezo, críticas, bloqueio de iniciativa, confinamento e ameaça de abandono.

Pelo fato de a mulher ter sido historicamente ligada à família, torna-se a maior vítima das práticas de violência que se estabelecem no seio familiar cujas relações nem sempre são desajustadas emocionalmente. Em vários aspectos, essas práticas se camuflam sob gestos de ternura que destroem o indivíduo, constituindo-se em um problema social que chega a tornar-se uma violação dos direitos humanos, tal como a promoção da alienação e a proibição da expressão e da locomoção. [1]

Contudo, a violência sutil não está em nenhuma estatística, não pode ser contabilizada, nem tão pouco observada a "*olho nu*". Muito embora bastante conhecida e sofrida pela maioria das mulheres que vivem uma relação conjugal, a violência em epígrafe é abstrata e impalpável, além de somente ser percebida pela pessoa que a experimenta. A humilhação e o constrangimento são dois exemplos que podem ser destacados como violência sutil, ou seja, aquela que não deixa marcas no corpo físico, mas magoa e transforma o interior da vítima, fazendo muitas vezes com que esta mude o seu comportamento sem que aja uma explicação aparente.

Discutido por áreas do conhecimento que pesquisam somente uma vertente disciplinar ou atuam em termos de interdisciplinaridade, como nas áreas Biomédicas e Humanas, a violência de gênero é abordada pela Antropologia, Medicina, História, Psicanálise, Enfermagem e Sociologia, que dissertam sobre todos os fenômenos que perpassam a vida do gênero feminino. Mas, os estudos que se apóiam em estatísticas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, por informações de Secretarias de Segurança Pública de alguns estados do Brasil, em estudos de organizações como a

[1] - No contexto da violência sutil, contudo, não cabe a mesma definição que é dada à violência psicológica, pois a definição desta última se aproxima mais da ocorrência de destruição de pertences pessoais, de gritos e ameaças como meios predominantes de resolver conflitos.

Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre outros, são poucos. Normalmente esses trabalhos se limitam a abordar os números de mulheres que sofreram alguma violência física.

Recentemente o *Journal of the American Board of Family Medicine* publicou uma pesquisa realizada pela Wayne State University School of Medicine com um grupo de 47 mulheres que sofreram 'abuso emocional' e 47 mulheres que não sofreram nenhum tipo de violência. O resultado da pesquisa mostra que as mulheres do primeiro grupo apresentam mais sintomas físicos e psicológicos do que as mulheres do segundo grupo. O que demonstra haver uma associação entre a violência conjugal com as ditas doenças femininas.

No Brasil, as pesquisas quantitativas que demonstram as taxas da violência física contra a mulher, até hoje são precárias. Em 1988, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística FIBGE realizou uma pesquisa nacional que contabilizou somente pequeno alcance do problema. Somente alguns dados oportunizaram verificar a informação de que a violência cometida contra as mulheres se dava em maiores proporções no interior do ambiente doméstico. Dentre as mulheres que afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência, 65% disseram ter sido agredida dentro de casa e 35% em outros lugares. A Fundação Perseu Abramo, durante o ano de 2001 realizou uma pesquisa sobre a mulher brasileira em 187 municípios do país, incluindo obrigatoriamente todas as capitais e municípios que tivessem mais de 500 mil habitantes. A pesquisa contou com um universo feminino respondente de 2.502 mulheres, com faixa etária a partir de 15 anos, e versou sobre temas como saúde, trabalho, sexualidade, violência, educação, atividades domésticas, cultura política e lazer, revelando dados mais abrangentes sobre a questão da violência doméstica. Tudo isso torna penoso o caminho da abordagem acadêmica da violência contra a mulher.

Em Vitória, especificamente, a violência doméstica é um tema que vem sendo abordado de forma muito incipiente. Embora seja uma capital que cresce economicamente a "olho nu", a cidade é muito pequena e as mulheres ainda têm medo e vergonha de mostrar que convivem com homens que as maltratam e as humilham. Muitas mulheres não querem responder aos questionários distribuídos ou mesmo participar de entrevistas e ainda ocultam da própria família as investidas agressivas que recebem de seus maridos e companheiros.

Frente às problemáticas expostas e com o objetivo de situar um perfil da violência feminina contra a mulher, na Região Metropolitana de Vitória, tomei como objeto de estudo 30 mulheres que responderam a um questionário, principal fonte de obtenção de dados para o presente artigo. A intenção desse instrumento era de obter informações que oportunizassem a

verificação de como a mulher vê e convive com a violência doméstica, assim como observar e analisar seus conhecimentos em relação à violência sutil e a utilização das políticas públicas que têm sido implementadas para sua proteção contra a violência.

A pesquisa e as mulheres pesquisadas.

A pesquisa começou a ser organizada em fins do ano de 2006 e foram convidadas 30 mulheres a responderem um questionário que versava sobre o tema violência conjugal. As questões, de certa forma, sistematizam a maneira como as mulheres observam as situações de agressão, quais as formas e causas da possível violência sofrida e como reagem a elas.

Os questionamentos seguiram um roteiro de entrevista etnográfica, o que permitiu a posterior sistematização dos dados, empregando-se focos temáticos para organizar a resposta de cada uma das respondentes.

As mulheres pesquisadas são, em sua maioria, nascidas no Estado do Espírito Santo (24), com idade variada entre 26 e 58 anos. As nascidas em outros estados são provenientes de Minas Gerais (1), Pernambuco (1) e Rio de Janeiro (4) e já vivem em Vitória há muitos anos, o que já as faz se considerar capixabas.

Notadamente 67% tiveram sua origem no meio urbano e dessas, 6 têm formação em curso superior completo e 7 tem curso de pós-graduação, são 10 professoras, 1 médica, 1 assistente social, 1 jornalista e 1 se intitulou funcionária pública. Somente 1 mulher afirmou ter feito o curso de Direito, sem concluí-lo. Das que nasceram no interior 2 são auxiliar de serviços gerais, 1 é cozinheira, 1 é balconista e 6 se denominaram como 'dona-de-casa' ou simplesmente 'do lar'. Essas últimas informaram que não têm profissão e trabalham somente no âmbito doméstico, contudo, somente 1 afirmou que depende completamente da ajuda de seu companheiro. As 5 outras mulheres afirmaram que, mesmo sem profissão contribuem para o sustento da casa.

A média dos salários de todas as mulheres pesquisadas situava-se acima de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), sendo que 20% recebem mais de R$ 3.000,00 (três mil reais). Nenhuma mulher se indispôs a informar quanto percebia mensalmente.

Em relação ao estado civil 5 mulheres afirmaram não viver com um companheiro no momento da pesquisa. Somente 13 mulheres foram ou estão casadas oficialmente, 12 estavam vivendo um segundo ou terceiro relacionamento. Dentre as casadas oficialmente, a duração mínima da relação conjugal é de 2 anos. A média de tempo de casamento situa-se em torno de 11 a 15 anos. E o maior tempo de casamento revelado foi de 33 anos. Por outro lado,

dentre as respondentes que afirmaram estar convivendo com um companheiro, sem haver casamento oficial, a média de duração de convivência situa-se entre 6 e 10 anos.

Quanto ao número de filhos, somente 4 mulheres afirmaram não tê-los. Três têm curso superior completo, são assistente social (1), funcionária pública (1) e professoras (2) e, dessas, 2 vivem um relacionamento de 10 anos, 1 vive com um companheiro a 8 anos e outra depois de se divorciar não conviveu com mais ninguém. Somente uma das mulheres sem filhos fez o ensino médio e trabalha como funcionária pública.

No grupo das 26 mulheres que têm filhos destacam-se dentre elas as que têm dois filhos ou mais (53,30%). Dessas, coincidentemente 13 tem filhos do sexo masculino e 13 do sexo feminino. No total de mulheres pesquisadas 10 têm somente um filho.

As mulheres, os tipos de agressão e os motivos que provocaram o conflito.

Ao serem questionadas se já sofreram algum tipo de violência física, 8 mulheres responderam afirmativamente. Dessas mulheres 1 afirmou que recebeu ameaça a sua integridade física com arma, 6 receberam tapas e empurrões e 2 foram obrigadas a manter relações sexuais contra sua vontade.

A mulher que foi ameaçada com uma arma tem 28 anos, cursou o ensino médio somente até o primeiro ano, recebe em torno de R$ 1.500, 00 (um mil e quinhentos reais) e ajuda nas despesas da casa, apesar de se denominar 'do lar'. Ela afirmou que sofreu tapas e empurrões. Também foi obrigada a manter relações sexuais com seu companheiro, com quem convive uma relação conjugal consensual e tem três filhas.

A outra mulher que foi obrigada a manter relações sexuais e também recebeu tapas e empurrões, depois de ter sofrido essas agressões físicas separou-se oficialmente de seu marido. Atualmente mora somente com seus dois filhos Tem curso superior incompleto, é funcionária pública e tem um salário em torno de R$ R$ 3.000,00 (três mil reais).

Das outras 4 mulheres que receberam tapas e empurrões, 1 não é casada oficialmente, sustenta a casa sozinha e somente estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Outra mulher tem a profissão de diarista, tem o ensino médio completo e tem um filho do sexo masculino. A terceira mulher, auxiliar de serviços gerais, convive a 11 anos com seu companheiro e tem 3 filhos do sexo masculino. A última mulher desse grupo tem curso superior, recebe mais de R$ 3.000,00 (três mil reais), tem dois filhos do sexo masculino e não é casada oficialmente.

No que diz respeito às questões sobre outros tipos de violência, tais como ameaça a espancamento de filhos, xingamentos a respeito de sua conduta moral, desqualificação do trabalho doméstico, critica sistemática à atuação como mãe e quebrar as coisas dentro de casa, jogar coisas, bater portas e rasgar roupas, observamos que somente 3 mulheres responderam negativamente a todas as perguntas. Todas elas são professoras universitárias, são casadas oficialmente e somente um não tem filhos.

Das outras 27 mulheres, 12 afirmaram que seus filhos já foram ameaçados de espancamento por seus maridos (9) ou companheiros (8), 17 sofreram xingamento e 12 passaram pela situação de ter os pertences da casa quebrados e suas roupas rasgadas. Dessas mulheres, 12 tiveram seus trabalhos domésticos desqualificados e 14 sofreram criticas quanto à sua atuação como mãe.

A principal causa, tanto da agressão conjugal exposta pelas mulheres foram o ciúme (8), a desconfiança de que a ela estava saindo com outro homem (7), o ciúme da própria mulher (8), a desconfiança de que o marido ou companheiro tivesse uma outra mulher (1), a divergência de opiniões (12), a recusa em obedecer aos mandos masculinos (5), os fatos dela estar trabalhando fora de casa e saindo todos os dias (3) e por ele achar que a mulher deve estar disponível para o sexo sempre que ele a procurasse (3).

Perguntadas sobre as causas que levaram o marido ou companheiro agredi-las fisicamente ou sutilmente, 7 responderam que ele estava bêbado e é muito agressivo (7), é machista (8) e não queria que ela saísse de casa sozinha ou com parentes e amigas (5). Somente 1 respondeu que o seu marido é viciado em drogas.

Violência conjugal e o silêncio

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1980, afirmava que a violência contra a mulher e crianças era o crime encoberto mais numeroso do mundo (CAVALCANTI, 2006: 253-273). Tal assertiva encontra no silencio feminino o principal fator de sua manutenção. A preservação da privacidade familiar, o entendimento do que vem a ser violência contra a mulher, medo e vergonha de expor entre parentes e amigos a situação de violência conjugal, faz com que a mulher, principal vitima dessa violência não procura ajuda.

Essa assertiva encontra respaldo na observância das respostas dadas pelas mulheres ao serem questionadas sobre uma possível busca de ajuda. Com parentes, somente 2 mulheres afirmaram buscar ajuda com a mãe, 2 com o pai e 4 com irmão. Com vizinhas (3) e com amigas (3) mulheres afirmaram ter conversado e 'dividido sua dor'. Uma mulher afirmou

ter pedido ajuda a Deus, 1 foi conversar com um padre e outra assinalou que buscou a justiça. As outras mulheres assinalaram que não pediram ajuda a ninguém.

Desconhecimento de políticas públicas de gênero

Nos anos de 1970, quando os excessos de violência foram percebidos no espaço público brasileiro, grupos sociais se mobilizaram para denunciar e pedir a punição dos agressores. As situações de violência dentro das unidades domésticas no Brasil, na década seguinte, passaram a ser questionadas. O movimento de abertura política do país, as discussões a respeito de cidadania e dos direitos humanos e as reivindicações dos movimentos feministas da época proporcionaram meios para que fossem criadas as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), Núcleos de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica, Centros de Atendimentos à Vítima de Violência Doméstica, Programas de Atendimento às Vitimas de Violência Sexual, Programa SOS Mulher, dentre outros órgãos de instituições coletivas, governamentais e de organizações não governamentais.

Por todo o Brasil, os programas de atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal foram difundidos e, de modo geral tiveram a incumbências de atender especialmente mulheres vítimas de crimes. No país, atualmente, existem aproximadamente 310 DDMs.

Das mulheres pesquisadas 21 conhecem os serviços que prestam as DDMs e somente 7 conhecem o programa SOS Mulher. Contudo 100% delas nunca os utilizou.

O Estado do Espírito Santo conta hoje com 10 DDMs e na Região Metropolitana de Vitória, existem estão localizadas 6. Outros 10 programas de ajuda às mulheres vítimas de violência se encontram no espaço urbano dessa região, afirma o Portal Violência Contra a Mulher (2007). O que chama atenção nas mulheres pesquisadas é que somente 6 sabem onde fica a DDM mais próxima de sua casa. O restante sequer sabe o endereço de uma DDM na região da Grande Vitória.

Talvez o fato de ser uma política recente contribua para que muitas mulheres temam em procurar ajuda nos programas de atendimento à vítima. Uma mulher escreveu no fim do questionário que tinha medo de, ao procurar ajuda, estar provocando a vingança masculina e, consequentemente, maiores violências contra si e seus filhos.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Da Violência.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

CAVALCANTE, Vanessa Ribeiro Simon. Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In. SILVA, Gilvan Ventura & NADER, Maria Beatriz & FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES, 2006. p. 253-273.

COELHO, Carolina Massa Simões. **Cidadania em políticas públicas voltadas para mulheres em situação de violência de gênero.** 2005. 168 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Journal of the American Board of Family Medicine. Disponível em: <http://www. notisa.com.br> Acessado em 23 de abril de 2007.

LIMA, Lana Lage da Gama e NADER, Maria Beatriz. Família, Mulher e Violência. **Revista Rumos da História**, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em História Social das Relações Políticas, Vitória, nº 8, 2007.

LANGLEY, Roger & LEVY, Richard. **Mulheres espancadas:** fenômeno invisível. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MORRISON, Andrew R. & BIEHL, Maria Loreto. **A família ameaçada:** violência doméstica nas Américas.Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

NADER, Maria Beatriz Nader. **Mudanças Econômicas e relações conjugais:** novos paradigmas na relação mulher e casamento. Vitória (ES) 1970-2000. 2003. 312 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

___. **Mulher:** do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001.

Portal Violência Contra a Mulher. Disponível em www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=155. Acessado em 05 de maio de 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Conquista do Estado para além das Armas. O IPES como órgão produtor de consenso.

Pâmella Deusdará*

Resumo: O fim do governo Jango em 1964 marcou fortemente a história política brasileira, o golpe que se concretizava, simbolizou a vitória não somente dos militares, mas também de um importante setor da sociedade civil. No entanto, é preciso questionar que elementos colaboraram na legitimação desta vitória. Partindo desta indagação tomamos como referência a concepção de Estado Ampliado proposta por Gramsci, na qual articula-se sociedade política (coerção) e sociedade civil (consenso). Elegemos como objeto de nosso estudo o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), tomando como fontes alguns materiais produzidos pelo referido órgão, propomos uma reflexão acerca do discurso anticomunista do IPÊS, que em nossa hipótese muito colaborou na produção do consenso necessário para a conquista do Estado por uma parcela da classe dominante.
Palavras-chave: anticomunismo; golpe de 1964; estado ampliado

Abstract : The end of Jango's government in 1964, made history in the Brazilian politics. The imminent coup d'état simbolized not just the military's victory, but also the victory of an important share of the civil society. However, which elements did contribute to the legitimacy of this victory? When it comes to answering this question, we take as reference the conception of an "Extended State" proposed by Gramsci, in which political society (coercion) and civil society (consensus) articulate with each other. We have chosen the "Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)" as the object of study, taking as source some material produced by this organ. We propose a reflection about the "IPÊS' anticommunist speech, in which according to our hypothesis, had a remarkable collaboration in the consensus to the State's conquest by a share of the society's dominant class.
Keywords: anticommunism; 1964 Coup d'État; extended state

O presente artigo se propõe a discutir a conjuntura de inicio dos anos 60, analisando o contexto que antecede o golpe de 1964, sob o prisma da produção de "consenso" acerca da intervenção militar que viria. Essas reflexões vêm sendo desenvolvidas no Mestrado em História política, no PPGH/UERJ, constituindo a linha de pesquisa Política e Cultura. A temática de nosso estudo, qual seja, o período entre 1961 e 1964, pode parecer a muitos um tema bastante discutido e por isso talvez esgotado no âmbito da historiografia.

No entanto propomos um olhar diferente sobre os anos que antecedem os episódios de 1964. Uma das questões norteadoras de nossa investigação é a produção de legitimidade do golpe através do discurso anticomunista. Pois acreditamos que a derrubada de

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro -FAPERJ.

Jango e a posterior ditadura teve como pilar de sustentação a construção de um respaldo social a esse movimento. Partindo destes pressupostos elegemos como objeto de pesquisa o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), mais especificamente alguns materiais impressos produzidos por este instituto.

Dentre os diversos órgãos que podem ser identificados como colaboradores da desestabilização de Jango, como: ESG, CAMDE, IBAD, Jornal O Globo, Correio da Manhã entre outros, optamos por tomar investigar o IPÊS. Essa opção decorre essencialmente de dois fatores: o primeiro é de ser o IPÊS um instituto de grande importância para a conjuntura de inícios da década de 60, atuando de forma muito significativa no cenário político; e o segundo diz respeito a falta de estudos no campo da historiografia que tematizem esse instituto.

> *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) tomou como sigla o nome da árvore originária das matas da Bahia e do Espírito Santo, primeiro, porque, sem acento IPES resultava em um fonema sem imponência ou sonoridade. Segundo, por ser a árvore símbolo do país, o que caía como uma luva no exacerbado espírito nacionalista do grupo fundador da instituição, criada com o propósito de desestabilizar o governo João Goulart, o qual acusavam de estar prestes a implantar o comunismo no Brasil. Outra razão, essa carregada de simbologismo, por ser o ipê uma árvore resistente e que para florir perde as folhas. Na teoria, era o que pretendiam: derrubar o poder para fazer florir uma "nova" sociedade á imagem e semelhança dos seus idealizadores. Burguesa e, acima de tudo, voltada para defesa do capital.*

No fragmento destacado(ASSIS, 2001:13), podemos observar, já na justificativa apresentada para a sigla do instituto, elementos que colaboram no entendimento de quais eram os objetivos dos fundadores do IPÊS, e mais, qual papel estratégico fora traçado para o referido órgão. Desse modo, pode-se destacar a matiz nacionalista constituindo o discurso do IPÊS, nacionalismo esse que apresentava como objetivo justificar toda a 'luta' pela necessidade de defender o Brasil.

Outro elemento que ainda podemos ressaltar nesse fragmento é a característica da árvore ipê que: *"*para florir perde suas folhas*"*. Por coincidência, seria interessante pensarmos que para fazer florir seu projeto de sociedade, o IPÊS, foi perdendo pouco a pouco suas folhas,ou ainda sua função, e em 1972 é extinto.

No presente artigo procuraremos analisar de forma mais complexa o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, compreendendo sua estrutura, seu funcionamento político, para que possamos ter uma perspectiva de sua dimensão social. Partindo da caracterização de que o IPÊS insere-se numa luta simbólica, apropriando-se de uma luta ideológica, lançaremos um olhar sobre este órgão, identificando-o como um dos pilares do golpe de abril de 1964, sendo

um dos principais articuladores daquilo que os militares não conseguiriam sozinhos: a legitimidade do golpe.

Em nossa perspectiva, a tomada do poder pelos militares em 1964 não se deu exclusivamente pela ação desse grupo social. O movimento que depõe o presidente João Goulart e instaura a ditadura no país, é fruto de uma ação de classe, da qual fizeram parte elementos civis e militares.

Como propusemos no título, pretendemos trabalhar com a conquista do Estado além das armas, pensando o movimento que culminou em 1º de abril de 1964 não somente pela ótica das estratégias militares traçadas para a tomada do poder, mas também pelo prisma da legitimidade social à ação dos militares.

Antes de conquistar o Estado e derrubar Goulart, a burguesia nacional de capital associado através de seu discurso anticomunista conquistou corações e mentes . Nessa perspectiva investigamos a complexidade do golpe, propondo um determinado modo de abordá-lo, pondo a lupa sobre a dimensão discursiva desse contexto histórico.

Pretendemos, com isso, focar nossa investigação em uma determinada parcela dos elaboradores do movimento que culminou em abril de 1964. Nossos olhares voltar-se-ão para aqueles que tiveram um papel ímpar na construção da legitimidade do golpe, legitimidade essa que se sustentou na crença de que um inimigo vermelho precisava ser combatido, e que o país passava por uma invasão comunista.

Criado em 1961, o IPÊS surge com objetivo claro de aglutinar a incipiente burguesia nacional de capital associado, formulando para isto um conjunto de propostas e ações que dessem conta dos interesses da burguesia. Além desse papel aglutinador, consideramos que a tarefa primordial do IPÊS constituía-se na produção de uma consciência de classe para esse grupo que irá formar a elite orgânica articuladora do golpe, produzindo vontades coletivas.

Partindo dessa reflexão, torna-se mais esclarecedor o fato de o IPÊS ter como base de sua fundação a Aliança para Progresso e a Encíclica Mater et Magistra. A primeira diz respeito a um programa de ajuda econômica e social desenvolvido pelos EUA e voltado para a América Latina, com objetivo de conter uma possível disseminação do ar revolucionário cubano. A segunda refere-se a um pronunciamento do Papa João XXIII no qual o sumo pontífice faz um chamado a todos os homens de boa vontade para que defendam os direitos humanos. Nesse pronunciamento, ele ressalta o papel que devem desempenhar os dirigentes industriais, empresários, na defesa da família, que no discurso anticomunista era ameaçada pelo comunismo.

O objeto de nossa pesquisa, o IPÊS, surge como um organismo formulador de propostas, produtor de encontros, seminários e programas, agindo nas mais diversas áreas da política nacional. Trabalhamos com a idéia de que sua principal função era produzir uma identificação classista para a incipiente burguesia nacional, colaborando na formulação e implementação de um novo modelo de sociedade, orientada pelo capitalismo associado.

Ao analisarmos alguns documentos fundadores do instituto, identificamos que, em seus estatutos, o IPÊS é definido como sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e intuitos educacionais, sociológicos e cívicos e cuja finalidade é:

> *I- Promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos.*
> *II- Desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social.*
> *III- Obter, por meio da pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e recomendações que contribuam para o progresso econômico, o bem estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil.*[1]

Essa definição produzida pelos próprios fundadores do instituto não oferece por si só motivos que façam do IPÊS um relevante objeto de pesquisa. Porém, não encaramos o IPÊS meramente como uma instituição filantrópica como tantas outras, identificamos este instituto como sendo um órgão de caráter anticomunista atuando como um dos principais formuladores do golpe.

O papel de destaque atribuído a esse instituto foi pioneiramente apresentado por René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981) em sua obra *A conquista do Estado*, na qual o autor apresenta o complexo IPES/IBAD como um dos principais articuladores do movimento de 1964. Na presente pesquisa optamos por focar nossos estudos no IPÊS a fim de realizar uma análise mais ampla desse instituto. Tomamos assim, como referência o minucioso estudo desenvolvido por Dreifuss no qual o autor nos apresenta a engenhosa organização deste instituto, que caracteriza essencialmente como anticomunista.

O IPÊS sob a ótica Gramsciana

Entre os diversos aspectos trazidos por Dreifuss, destacamos o referencial teórico-metodológico nas obras de Gramsci, pois este nos parece ser um ponto fundamental a ser abordado por nós, visto que compartilhamos de muitas de suas reflexões.

O pensamento de Antonio Gramsci é fortemente marcado por sua crítica feroz ao economicismo e ao reducionismo muitas vezes presentes na trajetória marxista. Assim, sem perder em nenhum momento a perspectiva de classe, Gramsci trabalha com díades, ou pares como: consenso /coerção, sociedade civil / sociedade política, ocidente / oriente, guerra de movimento /guerra de posição, que contribuem para um melhor entendimento dos processos

[1] Estatutos do IPES, Arquivo Nacional. RJ

históricos. É interessante ressaltar, que, na perspectiva do referido autor, esses pólos não se excluem, ao contrário se combinam, permitindo a compreensão da realidade histórica por uma perspectiva visceralmente dinâmica.

A noção de *Estado Ampliado* apresentada por Gramsci, na qual o Estado abarca em seu seio tanto a sociedade política, produtora por excelência da coerção, como a sociedade civil tradicionalmente elaboradora de consenso muito colaborou nas reflexões que propomos acerca do movimento de 1964.

Para o presente artigo, interessa-nos explorar a combinação existente nas díades consenso / coerção, sociedade civil / sociedade política. Sob os prismas gramscianos, a dominação de um grupo social sobre os demais não se dá somente pela força, mas sim através da hegemonia. Assim o autor elabora uma teoria da hegemonia, na qual identificamos que a manutenção de um determinado *status quo*, bem como sua completa alteração, através de uma revolução, só pode ocorrer através da conquista da hegemonia, e esta se dá pela articulação entre: coerção e consenso.

Visando uma melhor compreensão de sua teoria Gramsci propõe uma distinção metodológica entre sociedade política, aparelhos de Estado *stricto-senso*, órgãos como: administração pública, parlamento, justiça, escolas públicas e etc, e sociedade civil, constituída pelas instituições representativas de classe como: associações profissionais, sindicatos, imprensa, igrejas, partidos e etc.

É fundamental destacar que essa separação feita pelo autor é absolutamente metodológica, não existindo para ele uma separação orgânica, ou seja, de fundo, entre essas duas esferas. Cabe perceber que as díades estruturantes do pensamento gramsciniano não podem ser compreendidas como simples oposições. Tal compreensão nos levaria ao equívoco de imaginar que entre a sociedade civil e a sociedade política haveria uma fronteira bem marcada, o que efetivamente seria uma interpretação indevida de seu pensamento.

Desta maneira, as reflexões do pensador italiano acerca da articulação entre a produção de consenso e a utilização da coerção a fim de conquistar a hegemonia, apresentam-se como possibilidade metodológica para compreender os episódios de 1964 que levaram a deposição de João Goulart, um presidente democraticamente eleito, e a posterior instauração de uma ditadura militar. Ou seja, o governo brasileiro não poderia ser conquistado somente pelas armas, a garantia da conquista do poder em 1964 está extremamente atrelada a articulação entre consenso e coerção.

A proposta de analisar o anticomunismo no Brasil e sua relação com o golpe, a partir do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais inspira-se nas reflexões gramscianas, muitas

delas contidas em *Maquiavel, a política e o Estado moderno*(GRAMSCI,1988). Assim como Maquiavel, em sua famosa obra *O Príncipe*(MAQUIAVEL,1996) formula ações políticas necessárias para a unificação italiana, Gramsci reflete acerca da conquista do Estado, ou ainda da conquista da hegemonia, característica das sociedades contemporâneas.

Em Gramsci, o príncipe moderno de Maquiavel metaforiza-se no partido, já que ele reuniria as condições necessárias para a tomada do poder, ou ainda, a conquista da hegemonia. Cabe destacar que o sentido assumido pelo partido não restringe aos partidos políticos. Desse modo, o sentido ampliado do termo faz partido equivaler a grupos formuladores de consensos, como podemos observar no fragmento abaixo(GRAMSCI,1988: 6):

> *O moderno príncipe, o mito príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação.*

Deslocando essas reflexões para uma leitura do período aqui estudado, pode-se identificar a organização de um partido da burguesia, ou ainda, da elite orgânica. No entanto, é preciso ter o cuidado de não o restringir à UDN ou a outro partido político, pois dele participavam setores militares, da Igreja, a CAMDE, o IBAD, e o próprio IPÊS, objeto de nosso estudo.

Optamos por analisar os materiais impressos produzidos pelo IPÊS, identificando os discursos anticomunistas produzidos por esse instituto como colaboradores na produção do consenso necessário para a conquista do Estado brasileiro. Partindo da perspectiva de Gramsci destacamos a importância da produção de discursos contra o comunismo e seus adeptos no projeto de tomada do Estado por esta classe emergente chamada por Dreifuss (1981) de elite orgânica.

Nessa perspectiva, a partir de suas propostas e das iniciativas e ações concretas do instituto, pode-se identificar o IPÊS como sociedade civil encarregada de produzir o consenso que elite orgânica necessitava para desferir o golpe contra Goulart. Em nossa hipótese, o objetivo de produzir esse consenso deu-se de forma ampla, pois o instituto formulava projetos de: educação, reforma agrária e economia entre outros. O IPÊS produzia, sobretudo, uma concepção de mundo, concepção esta que emergia com a nova burguesia nacional associada e que possuía um caráter anticomunista.

Retomamos assim as reflexões de Gramsci, para quem o intelectual exerce um papel fundamental na manutenção e também alteração do *status quo*. Para o autor todos os homens são intelectuais, que podem estar desempenhando esta função na sociedade ou não.

Ele ressalta ainda que os intelectuais que exercem essa função podem estar engajados com um projeto de sociedade e assim tornam-se intelectuais orgânicos.

> *Os intelectuais são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e por tanto da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.* (Gramsci, 1989: 11)

Sob esta ótica, o papel dos intelectuais torna-se elemento chave na compreensão das mudanças políticas ocorridas nos processos históricos, pois estes desempenham a função de produtores do consenso que visa a assegurar ou conquistar a hegemonia. A produção desse consenso pode se dar de diversas formas. Para o presente trabalho privilegiamos o âmbito discursivo.

Em nossa perspectiva, os intelectuais do IPÊS são orgânicos, advindos de um determinado grupo social e defendendo seus interesses. A principal tarefa desses intelectuais, além de produzir um discurso anticomunista que fragilizasse Jango, era a de elaborar um projeto de sociedade que se adequasse aos interesses da burguesia nacional de capital associado que estava surgindo.

Após uma ampla leitura sobre o contexto pré-64 e ao analisarmos diversos materiais produzidos pelo IPÊS, trabalhamos com a idéia de que este instituto atuou como um dos principais formuladores de consenso que, ao articular-se com a coerção desferida pelos militares, produziria a conquista do Estado, ou ainda, a conquista da hegemonia.

Como ressalta Maria José de Rezende, (2001) a ditadura militar brasileira tentou legitimar-se a todo momento, desde o golpe, usando, entre outros elementos, a estratégia denominada pela autora de psicossocial, na qual o apelo anticomunista se destacava.

A legitimidade que o regime necessitava não se restringia à obediência, o que estava em jogo era a aceitabilidade de valores para a implementação desse regime, que trazia em seu bojo a construção de uma determinada forma de sociedade, burguesa e associada ao capital internacional.

Não propomos uma análise que afirme que a ditadura militar instaurada a partir de 1º de abril de 1964 se deu apenas pelo consenso, ou mesmo pela sua preponderância nessa dada conjuntura. Ao contrário, em 1964 o que preponderou foi a coerção, pois em última instância o que se instaurou foi uma ditadura e não uma democracia. No entanto, cabe

ressaltar que a ditadura que se instaura no país a partir de 1964 não se sustenta apenas nas armas, mas também produz modos de pensar e sentir. Não bastaria reprimir, era preciso convencer a todos do combate necessário ao comunismo. É sobre a produção dessas idéias que ajustamos o foco de nossas análises.

Bibliografia

ASSIS, Denise. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962-1964).* Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique.*Dicionário de Análise do Discurso.* Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Trad. Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO,Carlos et alii(orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras,2004.

FIGUEREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*.(v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. (v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. (v. 5: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.* Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Maria Lucia Cumo.16ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP,1998.

MATTOS, Marcelo Badaró.Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. In: R*evista história & lutas de classes*. Nº 1. Rio de Janeiro, ADIA, abril de 2005.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP:Edusc, 2004.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL,2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologia.* .2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *1964*: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: Crítica Marxista nº 19.p. 34,2004.

Inéditos

ANDRADE, Francis Wellington de Barros. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*.Dissertação de mestrado.Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.Niterói, 2006.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Tramas do mal: a Revolução de Outubro no plano das representações (1917-1921)*. Tese (Titular)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. Mimeo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Poder Sutil da Gestão Paternalista

Sueli de A. Montesano[1]*

Sérgio de Araújo[2]**

Resumo: Esta comunicação refletirá a gestão paternalista de uma grande empresa sobre uma cidade, no interior de São Paulo, no período de 1940-1970. A dominação sutil, foi engendrada num contexto de expansão, com intuito de garantir a fixação da mão-de-obra no local, sua estabilidade, produtividade no interior da organização e para tanto era necessário proporcionar privilégios aos trabalhadores. Atuou de diversas formas na cidade, eliminou e amenizou as contradições que dificultavam a dinâmica da acumulação e produziu o espaço atendendo aos interesses empresariais. Essas realizações se mantém na memória dos antigos trabalhadores e da população como benesses, com reduzido conteúdo crítico.
Palavras-chave: gestão paternalista, poder, benefícios.

Abstract: This paper is the result of a research about a business management style that took place within a big company in a small town, in the state of São Paulo, during the period 1940-1970. A subtle domination had been engendered as the company was going through an expansion plan. During this period the blue-collar workers were given some privileges as means of assuring their permanence and productivity in the company. This paternalist style of running a business was facilitated by the fact that its owner was also the mayor of the town. As such, every decision he made had an overt popular appeal. His purpose was not only achieving his entrepreneurial interests but also keep the population distracted from them. As a consequence, the enterprise former workers' and the population in general have reminded his actions as great achievements, without any critic sense.
Keywords: paternalist style of management, domination, privileges.

O paternalismo como estratégia de dominação: O paternalismo, adotado por inúmeras empresas, consiste numa forma de administrar em que "...o patrão é visto como pai ao proporcionar trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história de sua família (festas de casamento ou outros acontecimentos familiares)"(PERROT,1988:82-83). Os trabalhadores se identificam com ela como se fosse sua "casa", apreciam a estabilidade no emprego, o recrutamento envolve amigos, parentes e vêem a organização como uma grande família. Esse tipo de gestão supõe pelo menos três elementos:" 1- a presença física do patrão em locais de produção e mesmo à moradia patronal; 2- linguagem e prática de tipo familiar

[1] * Doutora em Ciências Sociais, PUC- SP. Profª da FACCAMP.

[2] ** Doutor em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Gregoriana-Roma.Prof. Universidade Católica de Goiás.

entre patrões e operários; 3-adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. (PERROT,1988:idem) É, portanto, uma estratégia sutil de poder e controle.

Poder em Weber significa "probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a resistência"(WEBER,1991:33), ou seja, aquele que o exerce domina, sua autoridade é legítima e aceita. São relações desiguais que encontram submissão e quanto mais forte a dominação, maior serão os meios de coerção e o cumprimento de ordens. Como as relações sociais são conflituosas, são relações de interesses, o poder não é total, há possibilidade de desobediência, de resistência. Uma das maneiras de exercê-lo com menor desgaste, evitando tensões é utilizar-se de incentivos, concessões, que neutralizam conflitos, revoltas e minimizam as punições e repressões.

A gestão paternalista adotada por vários industriais e, por este em particular, não se restringiu à produção, atingiu também a força de trabalho no espaço da reprodução, conquistou a simpatia o respeito da cidade e enfrentou resistências.

A fábrica de tornos: A empresa focalizada, iniciou a fabricação de tornos, seu novo produto, nos anos 40 e o industrial precisava atrair mão-de-obra especializada, carente no local. Recorreu ao mercado de trabalho de diversas regiões do Estado, às escolas profissionais, às relações de parentesco e de amizade dos próprios operários (MONTESANO,1998:173). Atraídos pelas ofertas de bons salários e emprego, chegavam de diferentes regiões, cheios de sonhos, desejos, esperanças de melhores oportunidades profissionais e ascensão social. Porém, a empresa deparou com uma outra dificuldade, que se estendeu, de certa forma, até os anos 70, a adaptação do trabalhador e de sua família ao lugar. A precariedade urbana e habitacional se chocavam com as quais alguns estavam acostumados, principalmente aqueles procedentes de cidades maiores, mais urbanizadas e que residiam em melhores condições. Estes ou suas famílias se recusavam a se submeterem às condições tão desfavoráveis de vida. O desafio era proporcionar melhores moradias até então insuficientes e precárias. Ao contrário da tendência da época de organizar vilas operárias[3], o empresário estimulava os proprietários de pequenas e mal conservadas casas, a reformá-las e até mesmo a construir. Tal procedimento era atraente para ambas as partes, pois o locador teria a garantia da ocupação, do aluguel e a empresa não investiria em construções, poderia fixar a força de trabalho de maneira mais econômica. Porém o valor da locação não deveria ser majorado em caso de troca de inquilinos e ficava defasado. O poder da empresa sobre o controle dos preços

[3] A construção de vilas operárias estava calcada na política sanitarista de urbanização da cidade,de higienização dos espaços públicos e privados, pela ação de médicos, higienistas sociais que elaboravam estratégias para eliminação de focos responsáveis por surtos epidêmicos de moléstias.Também representavam a imposição velada de um estrilo de vida, instalando uma nova forma de moralização e vigilância. (RAGO,1985:169).

dos aluguéis, para proteger os empregados, pode ser interpretado como a luta pela "economia moral" (THOMPSON,1989), ela não sofreria pressão dos trabalhadores por aumentos salariais. Assim foi ao longo dos anos e, com o crescimento urbano, mais pessoas ofereciam seus imóveis pelas garantias que eram proporcionadas. Porém, os limites da cidade exigiram maior interferência do industrial e foram de diversas formas por ele aproveitados.

1-O empresário e a política local: a empresa aumentava, com ela a população local e consequentemente os problemas do município se colocavam: enchentes provocadas pelo ribeirão; pernilongos atacavam a população, faltava água, esgotos, moradias e energia elétrica. As ruas mal-tratadas, faltava coleta de lixo, higiene e os logradouros públicos estavam abandonados.O industrial, vereador (1951), discutia essas questões que afligiam os moradores, porém não pensava a cidade apartada dos objetivos empresarias. Suas sugestões apareciam como preocupação com o bem-estar coletivo, mas ocultavam a necessidade de manter da força de trabalho e ao mesmo tempo de criar condições à infra-estrutura produtiva. Assim ele atendia sutilmente aos seus interesses e enfatizava os interesses da população.

1.1. Empresário Prefeito (1952-55): organizou a cidade, ampliou as redes de água, esgoto, a iluminação pública, abriu ruas, avenidas, estradas, asfaltando-as, integrando melhor o município entre si e os vizinhos. Ao produzir seus espaços, viabilizou o processo de reprodução do capital, atendeu aos interesses empresariais, gerenciou situações de conflitos, enfim, procurou amenizar e eliminar as contradições que dificultavam a acumulação. Sua gestão ficou no imaginário da população como tendo rompido com o atraso e dinamizado a cidade para o progresso. Em seus discursos identificava a grandeza de sua indústria com o interesse geral, enfatizava que o seu sucesso beneficiava a todos e, em particular, o município. Vozes dissonantes o denunciavam por colocar seus interesses pessoais acima dos interesses da cidade.

1.2.Educação: como prefeito se preocupou com a educação, que atenderia também aos filhos dos trabalhadores, seus futuros funcionários. O Ginásio Estadual funcionava num prédio pequeno e com o crescimento da cidade, a população há muito reivindicava sua ampliação. Conseguiu agilizar junto ao governo do estado a aprovação das novas instalações e um novo prédio foi construído. Passou a ter Curso Normal, de formação de professores, posteriormente, o Científico e Clássico, além de abrigar o Curso Primário. O Ginásio Estadual foi denominado Colégio Estadual e Escola Normal e em 1958, através de um movimento promovido pela cidade, mas induzido indiretamente pela empresa, foi incorporado ao Colégio o nome do empresário.

2. A construção da Vila da família: em 1946, ao lado da empresa, organizou uma Vila particular com o seu nome, construiu moradias para poucos funcionários qualificados, reservou uma área para sua mansão e de seus filhos. Nos anos 50 transformou parte dessa propriedade num espaço de lazer aos trabalhadores e aberto ao público. Denominado pela população de "Bosque", era um local agradável, familiar freqüentado por diversas gerações. Bem cuidado com muitas flores, verdes, belos recantos, fontes, lagos e um ribeirão que possibilitava boa pescaria. Um mini-zoológico com animais de fauna brasileira era o grande sucesso.Tudo era planejado, freqüentado pela população da cidade e atraía pessoas da região. Festas ali foram promovidas com a presença dos trabalhadores, familiares, políticos importantes entre eles governadores, deputados, quando o empresário ainda era o prefeito da cidade. Esse espaço, constituía-se na marca visível de seu poder, projetava a imagem do homem de sucesso, exemplar no trato com as pessoas, que trazia os trabalhadores e a população simbolicamente "para dentro da Casa Grande"(LEITE LOPES,1988:183).

3. O Sesi: seus serviços foram amplamente utilizados pelas famílias dos operários e comunidade. Essa entidade patronal promovia suporte no âmbito alimentar, da educação, saúde e lazer, aos trabalhadores e familiares que precisavam ser construídos, sintonizados com a política nacional dos anos 40 aos 50[4]. Oferecia ensino fundamental, cursos de alfabetização, alguns destinados às suas esposas e filhas como: corte e costura, artesanato, higiene, nutrição entre outros (SESI,1996:82-84). Tinham como meta preparar a mulher para a vida do lar, multiplicando indiretamente a receita familiar. Os cursos transmitiam fundamentos importantes de formação moral, cívica e social, preocupava-se em formar "a família operária" interferindo não apenas no processo de produção com também da reprodução da mão-de-obra. Proporcionava lazer, esportes, aproximava trabalhadores da mesma cidade e diferentes localidades, com campeonatos pelo interior do estado. Investia na assistência médica, odontológica, laboratórios de análises clínicas, saúde ocupacional, mercados com produtos alimentícios, para construir operários saudáveis e produtivos. Ao longo dos anos, seus serviços foram utilizados por eles, pela população da cidade, pacificaram de certa forma as relações de trabalho, contribuíram com os propósitos do desenvolvimento capitalista que nortearam a cidade o país (MONTESANO,1998:214-216).

4. A idealização de uma Fundação: decorreu da decisão da organização em não pagar impostos sobre seus altos lucros e de melhor aplicá-los, direcionando-os à formação de profissionais, tão carente na cidade e região. Incorporou os fundos da Caixa Beneficente que

[4] O Brasil acabava de sair da ditadura do Estado Novo e a meta do presidente Dutra era devolver ao povo a democracia e a liberdade.

já funcionava desde 01/01/50[5] e a Fundação, surgiu como uma entidade com fins beneméritos em 29/06/57. Ela se manteria com uma percentagem dos lucros anuais da empresa, também produto do trabalho de seus funcionários, portanto sustentada por eles, que lhes eram devolvidos sob a forma de serviços. Nos discursos operários, particularmente dos mais novos, esses benefícios apareciam apenas como benemerência do empresário e não como resultado do trabalho de todos. (MONTESANO,1998:188-191). A fundação era composta pelos departamentos: educação, para a formação da força de trabalho; médico, assistência social, jurídica e esportes, sintonizados com os objetivos de governo Vargas e Kubitschek[6]. Um prédio moderno, diferenciado para a época, foi construído para abrigá-la e onde passou a funcionar o ensino industrial com suporte técnico do Senai, extensivo à população da cidade.

4.1. O ensino industrial: a meta do empresário e sua principal preocupação era "educar o homem para o trabalho e com o trabalho, atingir seu bem-estar social"[7]. À princípio, a empresa preparava os operários dentro da fábrica e eram treinados por colegas profissionais. Em 1958 foi estabelecido um convênio com o Senai e iniciaram-se alguns cursos, para ela fundamentais, numa área contígua à indústria. Abertos a toda comunidade, para suprir a falta de trabalhadores especializados, tinham a duração de 1 ano e 8 meses e, pelo volume de sua produção, todos alunos eram contratados. Já nos anos 60 a escola instalou-se em prédio próprio, formando profissionais até os anos 80, entre eles: torneiros, ajustadores, mecânicos gerais, enfim toda mão-de-obra que necessitava. Para Roberto Mangue[8], o aprendizado industrial "era muito mais que um meio de aquisição técnica de trabalho; era um excelente instrumento disciplinador, formador de caráter dos jovens aprendizes" e através dele, os alunos receberiam educação moral e cívica (MEDEIROS, 1980: 153). A idéia do dever profissional, do serviço bem executado, o orgulho pela profissão, eram formas de valorização do trabalho e maximização de seu rendimento. A obediência as chefias, aos regulamentos, transmitidas pela instituição, visavam construir o operário obediente, dócil, disciplinado, para moldar-se aos objetivos da empresa. Ao estender o ensino à população, o industrial construía um excedente de força de trabalho, e aos olhos dos moradores do lugar se

[5]Tinha por objetivo prestar aos seus associados assistência médica, hospitalar, auxílio natalidade, funeral, mantendo convênios com hospitais na cidade de Campinas. Descontava-se em folha de pagamento 1% do salário de cada associado e a empresa contribuía com 2% do total arrecadado dos operários (MONTESANO,1998:190).

[6] No governo Vargas o desenvolvimento econômico e a industrialização eram vistos como produtor de riqueza,portanto, necessários à superação da situação de pobreza no país. Direcionou seus esforços para o estabelecimento das empresas tendo continuidade no governo de JK. Mesmo que a industrialização não eliminasse a pobreza,associada a outras medidas, poderia oferecer uma situação mais humana, conforme a orientação da doutrina social da igreja, desde a *Rerum Novarum*. (CASTRO GOMES,1994:189)

[7] Revista Fundação, 1960.

[8] Idealizador e diretor do curso de Mecânica prática, do Liceu de Artes e Oficio de S.Paulo. (SEGNINI,1982:103)

promovia pelas benesses que propiciava. Suas atividades eram divulgadas pelo jornal local, de sua propriedade, que reforçava sua imagem junto aos trabalhadores, à comunidade, região e clientes.

4.2. Assistência médica: oferecida pela Fundação aos seus operários e familiares, com médicos credenciados que atendiam na cidade, as urgências em domicílios, compreendia também os exames de laboratórios e consultas aos especialistas[9]. No interior da empresa havia médicos e enfermeiros para os atendimentos de emergência e o intuito era recuperá-los e devolvê-los rapidamente ao trabalho. Desta forma, contribuíam à diminuição do absenteísmo e facilitavam continuidade das tarefas com menor perda de produtividade. A medicina"...é uma oficina de reparos ou de manutenção destinada a manter em estado de funcionamento o homem gasto por uma produção inumana"(ILLIVH. In: POSSAS, 1981:IX)

4.3. Assistência social: à princípio, era proporcionada informalmente aos trabalhadores, pelo próprio empresário e às vezes por sua esposa, que atendiam os casos isolados. Com a ampliação da empresa, a tarefa passou para o chefe do departamento do pessoal, posteriormente para uma assistente social. Esta, além do atendimento dos funcionários, prestava serviços aos familiares como: orientações diversas, encaminhamentos para os recursos da comunidade, postos de saúde, puericultura, prefeitura, hospitais da cidade e região[10]. Essa atividade profissionalizada, auxiliava nas soluções de problemas de relações no trabalho, familiares, proporcionava certa tranqüilidade aos operários, minimizando a interferência em sua produtividade.

4.4 Esporte e lazer: eram incentivados na empresa, particularmente futebol, futebol de salão, basquete e também os trabalhadores participavam de disputas externas com outros times da cidade e região. O objetivo do esporte na organização, além de propiciar o desenvolvimento físico dos indivíduos, possibilitava estreitar laços de amizade, integrá-los entre si, desenvolver o espírito de solidariedade necessários à paz, a harmonia no interior da

[9] A empresa concedia 70% do valor e financiava os 30% restantes. Também financiava medicamentos em farmácias conveniadas, fornecia auxilio natalidade, funeral correspondendo a 50% do salário mínimo e era reembolsada pela Previdência. Os débitos com a empresa eram descontados em 10 vezes em folha de pagamento.

[10] A assistência social tanto praticada pela Igreja quanto pelo Estado, tinha caráter de caridade,apoiando-se nos princípios éticos e morais.Visava atenuar as dificuldades matérias,orientar o comportamento dos trabalhadores tratando de suas carências individuais e familiares. Com o desenvolvimento do capitalismo, houve a necessidade dessa prática se reformular, tornar-se eficiente e racional. O caráter apenas assistencial não atendia as novas exigências da sociedade e o profissional do serviço social surge para desenvolver um trabalho mais complexo além do assistencialismo. O serviço social aparece não apenas como importante instrumento de controle para assistir e humanizar as relações familiares e dentro da fabrica, como para administrar as lutas internas e amenizar o perigo das reivindicações .

fabrica. Nos anos 70, foi construído um clube de Campo extensivo aos dependentes e aposentados, à beira de uma represa, mantendo sua boa imagem e visibilidade na cidade.[11]

Assim, os serviços proporcionados pela organização, pela Fundação e Sesi, cada um com suas particularidades, representavam a imposição muitas vezes velada de vigilância, construía, controlava trabalhadores dóceis e disciplinados que a indústria necessitava.

Os limites do município possibilitaram a intervenção em seus espaços, tendo em vista conciliar as exigências operárias com a acumulação. Sua dominação se expressa por todo um aparato, pela visibilidade das construções que trazem seu nome: a Vila da família, o Ginásio Estadual, a Fundação, o Clube de Campo e o Conjunto Educacional do Sesi. Estes edifícios constituem a escrita da cidade e como se fosse um alfabeto conta histórias (ROLNIK,1992:70-72). Sob o manto da ajuda, da cooperação à serviço dos empregados e da população, ocultam os objetivos de formação, controle e disciplina. É "o poder estático, visível, majestoso, onipresente"(LEITE LOPES,1988:182-183) e a empresa apresentava-se como modelo não apenas para o lugar, como também para a região, aos políticos, aos empresários que constantemente visitavam a cidade e assim construía sua imagem.

Tais atitudes geraram uma mescla de sentimentos de cumplicidade, gratidão, estabelecendo laços de dependência paternalista que, de certa forma, diminuiu e neutralizou revoltas. Ao conceder benesses, realizava sonhos, desejos, atendia necessidades dos trabalhadores, de familiares e de seus habitantes . A pessoa que doou viverá na memória de quem recebeu e a retribuição moral deverá vir em forma de obediência, sendo esta dimensão simbólica que alimenta o pacto social (CASTRO GOMES,1994:213). Exercer autoridade não apenas no interior da fábrica, lócus privilegiado da dominação, mas no conjunto da vida social de seus empregados e da população foi uma de suas particularidades. A cidade viveu por longos anos à sombra da empresa.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. 2.edição, Rio de Janeiro, Relime-Dumará, 1994.

[11] A interferência do estado e dos industriais na vida dos trabalhadores, ocorreu na Itália fascista de Mussolini pelo *"dopolavoro"* que consistia de programas abrangendo moradias, recreação, saúde e educação. Entendiam que o descanso e a recreação reforçariam os laços de solidariedade entre patrões e operários, diminuindo resistências, maximizando a produção pela oferta de melhores condições de vida.

_____. *O Estado Novo - Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Trama e poder - trajetória e polêmica em torno das indústrias de juta*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1996.

MEDEIROS, Marluce. *Estrada de ferro e ensino industrial- um estudo de caso*. Rio de Janeiro,FGV, mestrado em Educação,1980.

MONTESANO, Sueli de Araújo. *Trajetórias, desafios e tensões: Indústrias Romi, operários e cidade (1940-1980).* São Paulo, Tese de doutorado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1998.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

PROJETO MEMÓRIA. *O giz e a graxa - meio século de educação para o trabalho*. São Paulo, Senai, 1992.

POSSAS, Cristina. *Saúde e trabalho: a crise da previdência social*. Rio de Janeiro. Graal, 1981.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio. ***Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX.*** Salvador, Faculdade de Arquitetura,1992.

SEGNINI, Liliana.*Ferrovia e Ferroviários: uma contribuição para a análise do poder* disciplinar na empresa. São Paulo, Cortez,1982.

SESI 50 anos. São Paulo, Dorea and Ar

THOMPSON, E.P.*Tradición, Revuelta y Consciência de Clase*. Barcelona, Editorial Critica, 1984.

TEIXEIRA, Palmira P. *A fábrica do Sonho: trajetória do industrial Jorge Street* Rio de Janeiro, Paz e Terra,1990

TRAGTEMBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo, Moraes,1980.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia.Economia e Sociedade*,5ed.Brasília,UNB,1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

CNBB e a (re)articulação do pensamento católica no Brasil (1952 a 1971)

Carlos Henrique de Carvalho

Introdução

Com esta proposta de trabalho pretendemos apresentar os princípios que nortearam a criação e atuação da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), a partir de 1952, ano de sua fundação e, de que forma, se relacionou com Estado. Por outro lado, buscamos identificar e evidenciar a presença de elementos democráticos no pensamento católico brasileiro, decorrente do próprio contexto criado pelo Pós-Segunda Guerra Mundial, que exige a (re)articulação da Igreja no quadro social, principalmente no cenário brasileiro. Tal postura se coloca em oposição ao ideário defendido pelos pensadores conservadores dos anos que antecederam à criação da referida entidade, expressos por meio da revista *A Ordem* e pelo *Centro Dom Vital*, que se colocaram como ponta de lança do núcleo dos intelectuais católicos liberais. É nosso propósito também discutir a forma pela qual foi conduzido o debate teórico em torno da ação da Igreja no campo educacional, isto é, qual era sua linha de atuação, no que se refere à educação, diante das transformações políticas que ocorreram no país no período compreendido entre 1952 a 1971.

Estado e Igreja no Brasil.

No Brasil as transformações que se desencadearam desde os primeiros anos da República Velha demontram a existência de vários fases no relacionamento entre Estdo e Igreja, que nesses momentos iniciais, foram caracterizados por uma outra relação política e novos padrões de comportamento sociais[1], por conseguinte, há clamores em favor de um sistema público de educação, que se configura em duas tendência nos primeiros anos do regime republicano do país, denominadas por Jorge Nagle[2] como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. Para os partidários dessa última perspectica não bastava apenas a oferta de ensino, mas também a necessidade de oferecê-lo com qualidade. Por outro lado, haviam os

[1] Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. **História Política da República**. Campinas: Papirus, 1990.
[2] Cf. NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: E.P.U, 1976.

defensores da expansão da oferta do ensino primário, uma vez que eles atribiam importância significatia à educação, como propagadora dos "tempos de modernidade brasileira", ao colocarem em pauta, no contexto da época, a preocupação com a formação do cidadão laico, em decorrência do país apresentar um número desanimador de analfabetos. Desta forma, era necessário alfabetizar, mas ainda formar um quadro de professores que viessem a viabilizar o projeto educacional republicano.

Acrescentando a este contexto, existem as complexidades da vida republicana, que depararam com as tradições e conservadorismo do povo brasileiro, como fruto de uma sociedade paternalista e um governo autoritário, que acentuava as diferenças sociais profundas entre o povo e a elite brasileira. Dada esta complexidade, a presença do liberalismo no Brasil resultou num liberalismo em que consagrou as desigualdades e de sanção da lei do mais forte. Em consonância com tal argumento, Silva afirma:

> *Se me perguntarem se existe liberalismo no Brasil, responderei que se existem alguns que se consideram liberais, liberalismo não existe, porque nunca existiu. Houve liberais, uns com maior relevo na cena política, outros menos importantes. Enquanto movimento de idéias e práticas políticas, no entanto, o liberalismo nunca chegou a se estruturar (portanto a existir), em boa medida porque a realidade social militava e continua militando contra ele, seja no terreno das idéias, seja no das práticas sociais, políticas e econômicas*[3].

Por outro lado, a separação da Igreja e Estado foi condenada por ela, ao apontar essa separação como uma agressão ao povo brasileiro, que em sua essência religiosa era católico. De acordo com a análise de Araújo[4], "nos primeiros anos republicanos, a Igreja Católica no Brasil armou-se de um projeto ideológico. Sua finalidade é muito objetiva: trazer a sociedade brasileira de volta ao espírito cristão com a ajuda, julgada imprescindível do Estado". A Igreja defendia a ideologia de Sociedade Perfeita: o que direcionaria suas ações para os aspectos sociais[5], mas não deixaria de afirmar a própria recristianização da sociedade.

Este pensamento foi confirmado por Leão XIII, Papa atuante no fim do século XIX., ao procurar esclarecer a posição da Igreja diante da sociedade moderna, e embora o mundo fosse subversivo,

> *foi sensível aos apelos da cultura moderna: à autonomia da consciência, à liberdade de pesquisa, de expressão, e de religião. Percebeu que a atitude de*

---

[3] SILVA, S. V. **República, Liberalismo, Cidadania.** Piracicaba (S.P.): UNIMEP, 2003, p.19.

[4] ARAUJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil:** um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo, Paulinas, 1986 , p.42.

[5] Ameaçada pelos ideais liberais a Igreja procurou assegurar sua influência na sociedade, implicou um lento trabalho de fortalecimento da função episcopal, e procuravam defender uma "mútua colaboração entre o poder civil e eclesiástico em favor da nação". Unir Igreja e povo deveria ser a missão dos católicos, pois "assumir a *causa social* era então confiada a Igreja" MATOS, H C, **Nossa História:** 500 anos de presença da igreja católica no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2003, p.19.

> *condenação ao liberalismo só levaria os cristãos a um isolamento cultural, prejudicial a uma redefinição do papel da Igreja diante da sociedade moderna.*[6]

O discurso da Igreja voltou-se para o reordenamento social, com propósito de iniciar sua obra restauradora por meio de valores fundamentados pela sua religião. A encíclica *Rerum Novarum* (1891) foi o sinal de uma nova mentalidade da Igreja diante do mundo. Ela defende a questão social e operária, fundamentando a ação social da Igreja com o objetivo de fazer acalmar os ânimos quanto às diferentes realidades sociais:

> *em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação do infortúnio e de miséria imerecida*[7].

É neste contexto que a Igreja Católica[8] iniciou um movimento de reação contra os princípios da República, em vista de seu caráter laico; havia ainda muitos prelados e clérigos saudosistas da época imperial, quando a instituição eclesiástica gozava de uma série de privilégios, por ser o catolicismo a religião oficial do país[9]. Esta preocupação é externalizada por Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, em sua Carta Pastoral de 16/07/1916, através da qual expressa os meios para enfrentar os problemas que atingem a Igreja Católica no Brasil, ao preconizar a importância da pregação, da evangelização do trabalhador, da leitura, da instrução religiosa no lar e, acima de tudo, nas escolas. Portanto, conforme argumenta Tristão de Athayde (Alceu de Amoroso Lima),

> *o ideal pedagógico, da realidade e do método, é condição prévia de ordem e harmonia necessária à ciência da educação. E só assim poderemos chegar a uma pedagogia integral, que não sacrifique o equilíbrio fundamental entre a ordem natural e sobrenatural das coisas. E o caminha da pedagogia católica, a meu ver, deve ser justamente o estudo acurado de todos os métodos novos, introduzidos pela pedagogia moderna, de todos os fatos revelados pela psicologia experimental ou pelas experiências seculares do tema à luz de uma filosofia verdadeiramente católica da vida. E o sentido que damos aí ao termo católico é tanto de substantivo como de adjetivo, isto é, tanto de doutrina da verdadeira posição do homem na vida histórica, como da universalidade, integralidade de sua expansão.*[10]

Contradizendo a pregação católica, os republicanos acusam-na de manter um

---

[6]DIAS, R. **Imagens de Ordem:** A doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: EDUSP, 1996, p.43..

[7] LEÃO XIII. **Rerum Novarum.** São Paulo: Paulinas, 1980, p.10.

[8]Cf.VILLAÇA, Antonio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

[9] O Estado, para os católicos, está para a pessoa e não a pessoa para o Estado. A razão de ser do Estado é a de vir ao encontro das necessidades do individuo e da família, por si só insuficientes para atender todas as solicitações do Bem Comum. Nesse sentido, deve-se submeter a Igreja, pois os interesses da ordem espiritual superam os da ordem temporal. Para este grupo, mesmo que a religião católica não seja a oficial do Estado, ela se constitui na religião nacional, em razão do Brasil ter nascido, crescido e educado sob a égide do cristianismo. Cf. ATHAYDE, Tristão. **Debates pedagógicos.** Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

[10] ATHAYDE, Tristão. **Debates pedagógicos.** Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931, p.19.

posicionamento de total inércia frente a um dos problemas mais graves do país naquele momento, ou seja, o combate ao analfabetismo do povo brasileiro. A esse respeito, Jorge Nagle faz as seguintes colocações:

> *(...) a Igreja Católica foi acusada de não colaborar para o combate ao analfabetismo apesar de possuir recursos e organização para isso. Ainda mais, o Catolicismo no Brasil, como ocorreu em outros países, foi culpado de ser um fator de analfabetismo, pois, nas nações em que vingou, se encontram os maiores índices de população analfabeta. Disso tudo, decorre o grande dever do Catolicismo no Brasil: exercer, no máximo, o papel educativo que lhe cabe, mas sem procurar enfraquecer e desvirilizar o povo brasileiro, com o emprego de noções e teorias.*[11]

Por outro lado, os republicanos ganham legitimidade pelo apoio, quase que incondicional, dos positivistas[12] e liberais[13], cuja às doutrinas obtiveram grande aceitação nos estratos sociais das elites, as quais procuraram incentivar o espírito cívico, em torno do ideal republicano[14], encontra posição ao pensamento conservador da Igreja Católica, que se apresentava contrária ao processo de secularização da sociedade brasileira levada adiante pela Primeira República.

Essa posição da Igreja se afirma nos anos de 1920, com as pregações de Dom Sebastião Leme, líder do episcopado brasileiro, que assume papel fundamental na política social da Igreja no Brasil, conforme já dissemos acima. Do ponto de vista político, temos nele um notável estrategista, criador de formas de convivência com o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado. Com esse propósito é fundado em 1922 o Centro Dom Vital, por Jackson Figueiredo com o apoio de Dom Leme, que já em 1921 criara a revista *A Ordem*,[15] pois seu objetivo é "recatolizar"o Brasil, a partir da manutenção da ordem simbólica religiosa, contribuiria também para a permanência da ordem política, principalmente durante todo governo Vargas, ao discutir, de maneira enfática, temas como educação, ação católica e combate ao comunismo, isso num primeiro momento. Posteriormente, condena o liberalismo, cujo erro fundamental era ignorar a suposta unidade espiritual brasileira, vista pelos intelectuais d`*A Ordem* como a base de toda unidade nacional. Com esses princípios, a revista

---

[11] NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1976, p. 106.

[12] Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e CARVALHO, Carlos Henrique e CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. O positivismo e o pensamento educacional de Durkheim. **Educação e Filosofia.** Uberlândia: Vol. 14, nº27/28 jan/jun e jul/dez 2000, pp-81-90.

[13] Cf. PAIN, Antônio. **O liberalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

[14]Cf.PAIM, Antônio (org). **Plataforma política do Positivismo ilustrado.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da História da República.** Tomos I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

[15]Cf. RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem**: uma revista de intelectuais católicos. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.

se constituiu no principal canal de divulgação dos valores católicos, na sua ação para se reaproximar do Estado, ou seja,

> *para se compreender o processo de a aproximação [entre Estado e Igreja] cabe lembrar que o período republicano, especialmente até a década de 1920, foi marcado pelas fissuras provocadas pelo decreto de separação assinado unilateralmente, por aqueles que puseram fim ao Império, proclamaram a República, assumiram o governo e decretaram a laicidade do estado igualando, de uma única vez todas as instituições religiosas. A partir de então, embora a separação pouco afetassem a convivência entre o poder público e o poder religioso na vida local e regional, a Igreja passou a perseguir dois objetivos: o primeiro buscou redefinir suas relações com o Estado, manter sua autonomia nos assuntos da religião e garantir a continuidade dos recursos para as obras sociais e institucionais; o segundo visou consolidar sua estrutura interna de acordo com o modelo romano.*[16]

Diante das contradições que nortearam a República Brasileira, compreendemos que a Igreja persistiu na luta pela restauração, daí a necessidade de fazer prevalecer sua autoridade e ordem numa sociedade cristalizada pelos interesses religiosos desde os tempos coloniais.

Nesse quadro, o novo momento exigia não só a participação política dos católicos, como conclamava o povo para as grandes passeatas em defesa da fé cristã. O Centro foi fundado com o propósito de catolizar as leis, lutar pelos direitos do povo, pela paz, bem como para contribuir com a Igreja na defesa pela recristianização da sociedade. Surgiu em um momento singular para a história do país, o ano do centenário da Independência do Brasil, época em que os sentimentos nacionalistas, renovadores e católicos se acentuaram. Conforme Dias,

> *Três revoluções tiveram assim no ano de 1922 seu marco inicial: a revolução política, com o início do movimento tenentista que culminou com a "Revolução de 30"; a revolução literária, representada pela Semana de Arte Moderna, no mês de fevereiro, em São Paulo; e a revolução espiritual, desencadeada, pelo Centro Dom Vital. Lembremos ainda que neste mesmo ano foi fundado o Partido Comunista no Brasil*[17].

Dentre estes acontecimentos, a Revolução de 1930 marcaria o esforço da Igreja para se reaproximar do Estado, rumo à sua proposta de restauração. Essa mesma Igreja adotou o pacto de colaboração com a Segunda República, pois o governo encontraria nela uma aliada diante do povo, apontado por Fausto como

> *uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica [...] a Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas pública*[18].

---

[16] MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: Visibilidade e Legitimação. In: SZESZ, Chistiane Marques *et alli* (orgs) **Portugal-Brasil no século XX:** Sociedade, Cultura e Ideologia. Bauru (SP): EDUSC, 2003, pp.209-210.
[17] Op. Cit. DIAS, 1996, pp. 89-90.
[18] FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002, p.186.

A aproximação entre Igreja e Estado foi claramente percebida no evento da inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931, "Getúlio e todo o ministério concentravam-se na estreita plataforma da estátua pairando sobre o Rio de Janeiro."[19] Antecedendo a inauguração da estátua do Cristo Redentor, a Igreja aclamou, no mesmo ano de 1931, Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. Atitudes que reforçam a ação política da Igreja direcionada para as massas, firmando seus valores e testemunhos nas gerações vindouras, que tem na ritualização desses monumentos um importante instrumento da crença católica. Na verdade, há uma aliança, durante os anos de 1930 a 1945 do governo Vargas,

> *entre Igreja e Estado, suas necessidades e vantagens, é explicita na Encíclica Divini Illus Magistri, de Pio XI que retoma as palavras do cardeal Silvio Antoniano: "Quanto mais concorre para a conservação do estado. Pois que, enquanto o superior eclesiástico procura formar um homem cristão com a autoridade e os meios espirituais, segundo o seu fim, procura ao mesmo tempo e por necessária conseqüência formar um bom cidadão como ele deve ser sob o governo político". [...] Colocando-se a serviço da classe dominante, a Igreja contribui para a manutenção do status. [...] A Encíclica Divini Illus Magistri, ao expor a doutrina da Igreja sobre educação, afirma que somente a educação cristã é adequada e perfeita, que a educação pertence de modo sobreeminente à Igreja e a família, que ao estado cabe a suprir as deficiências da família, sendo injusto e ilícito o seu monopólio educacional.*[20]

A (re)articulação católica: CNBB

Mas nos anos posteriores a esses marcos referenciais o Brasil enfrentará toda sorte de adversidades e procurará caminhos que lhe permitam superar tanto as mazelas herdadas da República, como também definir os contornos para sua redemocratização do país, depois da Era Vargas, e promover o seu desenvolvimento econômico. No início era necessário não apenas defender e garantir a continuidade da aliança entre Estado e Igreja Católica, mas também formar uma ideologia que permitisse todos se enxergarem como cidadãos, responsáveis e empreendedores de uma nova era. E para a consolidação destes princípios a educação é chamada à cena para preparar a população para esta nova realidade.

No entanto, o país vivencia momentos de grade agitação política entre 1945 a 1964; com o fim do Estado Novo, a eleição e o posterior suicídio de Getúlio Vargas em 1954; o conturbado processo eleitoral de 1955, com a vitória de Jucelino Kutischek[21], o qual faz o Brasil experimentar uma fase de desenvolvimentismo econômico, seguida por uma profunda crise político-financeira, já no governo de Jânio Quadros em 1961, acentuada com a posse de

[19] Idem, Ibdem, p. 186.
[20] BUFFA, Ester. **Ideologias em Conflito:** Escola Pública x Escola Privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979, p.101.
[21] Cf. MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kutischek.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

seu vice João Goulart, devido a renúncia de Jânio em agosto desse mesmo ano, que acabou desaguando no golpe militar de 1964[22]. Todos esses fatores conjugados impedem que o país consolide um sistema nacional de educação, mesmo depois da aprovação da Lei n◦ 4.024 de 1961[23], que durante as discussões do seu projeto, faz emergir novamente o conflito entre os defensores do ensino público os favoráveis à escola partícula, que ficou arrefecido durante a vigência do Estado Novo. Sobre esse cenário contraditório Maria Elizabete S. P. Xavier observa que

> *No Brasil, entretanto, os limites da realidade concreta, expressos na parca diversidade da atividade econômica nacional, na simplicidade das formas de produção exigidas pelas formas de dominação capitalista vigentes e na extremada concentração de privilégios, parecem ter-se imposto sobre as ilusões de ascensão ocupacional via ascensão escolar. E os ideais liberais da escola 'redentora', promotora de progresso individual e social, móvel do desenvolvimento econômico, acabaram por se traduzir na acanhada defesa da ampliação do sistema tradicional que produzia elites dominantes*[24].

Diante dessas transformações em curso na sociedade brasileira, observa-se um processo de mudança de paradigmas no interior da Igreja Católica no Brasil, que ganha força a partir do início dos anos de 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II. Nos anos de 1950 a 1960, a Igreja irá priorizar a questão do desenvolvimentismo, uma vez que essa ideologia assume papel importante dentro do pensamento econômico da CNBB, contagiada "pela idéia de progresso e pela crença de que o desenvolvimento é possível na periferia do sistema capitalista."[25] Claudia Fuser destaca que esse posicionamento da CNBB pode ser entendido como um apelo, ou seja,

> *a Igreja foi chamada a assumir, nesse período um papel de mediadora entre o aparelho estatal e a sociedade civil. Essa chamada, contudo, não foi feita pelo Governo. Nasceu da remontagem das estratégias de influência por parte da própria Igreja. Em outros termos, a Igreja percebeu que, para manter sua força institucional, necessitaria desenvolver ações que a levassem a se colocar como porta-voz dos interesses da sociedade civil e simultaneamente como consciência moral de um processo histórico. Ora, o desempenho desse papel exigia uma atitude de aceitação dos fundamentos sobre os quais se assentavam o Estado e a organização econômica da sociedade. [...] Isso não quer dizer, contudo, que toda a Igreja se torno desenvolvimentista ou que o processo de modernização da Igreja teve como único reflexo, a nível ideológico, a doutrina desenvolvimentista.*[26]

---

[22]Cf.DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses:** um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; DREYFUS, René A. **1964:** a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1987; FAUSTO, Boris (Org.) **O Brasil Republicano. Economia e cultura** (1930-1964**).** Rio de Janeiro: Bertrand , 1996.

[23]Cf. CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira:** Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984; FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

[24] **Capitalismo e Escola no Brasil**: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961). São Paulo: Papirus, 1990, p. 61.

[25] Cf. MONTEIRO, Paula. A Igreja Católica diante da Modernidade Brasileira. In: PAIVA, Vanilda(org.). Catolicismo, Educação e Ciência. São Paulo: Loyola, 1991, p.82.

[26] FUSER, Claudia. **A economia dos Bispos:** O pensamento econômico da Conferência Nacional dos Bispos do

Apesar dessa postura inicial um tanto quanto centrada no viés econômico, percebe-se que, ao contrário da posição adotada durante o Estado Novo de Vargas, no qual a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante desse regime autoritário, a CNBB desempenha um papel muito importante na articulação da sociedade civil, bem como na defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e em favor da redemocratização do país, mas é bom lembrar que a Igreja Católica brasileira, mesmo apresentando essa mudança de rumos, em relação ao Estado e seu papel perante a sociedade, tem que enfrentar divisões internas entre reformistas e os modernizadores conservadores, que evidencia uma resistência às mudanças propostas. No entanto, também buscaram estabelecer uma relação de equilíbrio. Sobre essa situação Scott salienta:

> *Estava dividida entre reformistas e os modernizadores conservadores. Os modernizadores conservadores eram a facção dominante na Igreja durante o início e a metade da década de 50 e, até o final da década de 60, dividiram a hegemonia com os reformistas. Como os reformistas, eles acreditaram que a Igreja devia mudar, mas promoviam um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa [...] Como os reformistas, os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja necessitava promover uma participação leiga, mas estavam preocupados em manter a obediência hierárquica do que os reformistas que adotavam a noção de Igreja como o povo de Deus [...] Os reformistas aceitaram a secularização como inevitável e acreditavam que ela traria algumas conseqüências positivas. Eram menos antiprotestantes e mais anticomunistas do que seus predecessores e mais preocupados com a justiça social e com a comunidade.*[27]

É em meio a esse caleidoscópio que são consubstanciadas as relações entre Estado e Igreja Católica no Brasil, ora há tensões no interior das próprias instituições eclesiásticas, como as materializadas no âmbito da CNBB. Por outro lado, há momentos de conflitos agudos no relacionamento da Igreja com o Estado, como aqueles vivenciados em torno da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61), como ainda todas aquelas ligadas às questões sociais.

Brasil – CNBB (1952/82). São Paulo: Bienal, 1987, pp.100-102.

[27] MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasilense, 2004, pp.65-66.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Educação e civilização: a instrução pública na República Velha uberabinha (1888-1930)

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar as primeiras iniciativas da Câmara Municipal do município de Uberabinha (hoje Uberlândia), uma cidade que nasceu com a República e o seu poder legislativo tomou várias iniciativas no campo educacional. Deste modo, a pesquisa procura sublinhar como a política municipal foi concomitantes com aquelas tomadas pelo governo republicano e, de certa forma, também antecederam a própria legislação mineira. A data de 1888 é tomada como referência inicial por ser o ano de emancipação política de Uberabinha, sendo organizadas as instituições políticas específicas da cidade, como a Câmara Municipal e a ação do agente executivo.
Palavra-Chaves: Educação, Poder Legislativo, República, Política.

Abstrat:The present work has for objective to present the first initiatives of the City council of the city of Uberabinha (today Uberlândia), a city that was born with the Republic and its legislative took some initiatives in the educational field. In this way, the research looks for to underline as the municipal politics was concomitant with those taking for republican government e, of certain form, had also preceded the proper mining legislation. The date of 1888 is taken as initial reference for being the year of emancipation politics of Uberabinha, being organized the institutions specific politics of the city, as the City council and the action of the executive agent.
Word Key: Education, Legislative, Republic, Politics.

Introdução

A utilização de documentação de caráter político tem sido de fundamental importância para o conhecimento e compreensão dos processos sociais. A partir destes dados foi possível recuperar, mesmo que parcialmente, os conflitos de poder, a formação das alianças, a ascensão e queda de grupos políticos, a ideologia dominante e algumas das principais representações da Primeira República. Mas esse manancial de dados não interessa apenas ao campo da política e da economia, liga-se, também, às preocupações de setores mais relacionados às questões culturais, como a educação ou, mais especificamente, a História da Educação.

Ao apresentar as primeiras iniciativas da Câmara Municipal do município de Uberabinha (hoje Uberlândia), estado de Minas Gerais, Brasil; uma cidade que nasceu com a

* Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas.

República e o seu poder legislativo tomou várias iniciativas no campo educacional. Deste modo, a pesquisa procurou sublinhar como as políticas municipais foram concomitantes com aquelas tomadas pelo governo republicano e, de certa forma, também antecederam a própria legislação mineira. Assim, discute-se inicialmente o sentido da educação na Primeira República para, posteriormente, caracterizá-la no contexto da província de Minas Gerais. Finalmente, são apresentados os atos iniciais do poder legislativo uberabinhese relativos à educação, salientando como eles trazem um certo "pioneirismo" neste campo. No entanto, a nossa preocupação primeira foi analisar e interpretar o percurso da História da Educação em Uberabinha, e Patos de Minas, no final do século XIX e até 1930, utilizando-se do estudo da documentação oficial, principalmente das atas da Câmara Municipal e de atos do executivo, complementados por reportagens da imprensa e da bibliografia especializada, compondo um quadro que esteja inter-relacionado com o processo educacional de Minas Gerais e do Brasil.

República e Educação

Ao ser implantado no Brasil, o regime republicano trouxe consigo, sob a égide do positivismo e do liberalismo, oriundos da Europa e Estados Unidos, idéias que exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo homem que conseguisse conjugar as necessidades de seu tempo. Para tanto, fez-se necessário uma reestruturação em diversos setores da sociedade, incutindo, assim, os grupos sociais, os princípios éticos e morais do Estado Republicano.

Politicamente, o Brasil apresentava-se sob o domínio do coronelismo, como elemento formador da base da estrutura do poder do país, reafirma-se, no Regime Republicano enquanto elemento retroalimentador das formações oligárquicas, alocando-se na então chamada "política de Governadores".

Dessa maneira, as condições políticas estavam sendo perpetuadas, inalizando assim a manutenção de um imobilismo estrutural que embora demonstre claros sinais de abalo, está longe de ruir-se, pois o Estado brasileiro, nesse período encontra-se entregue a uma composição de poder restrita e dominadora. Alastra-se pelo país uma política baseada nos jogos de poder e interesses que iria marcar a história do país.

Paralelamente a esse quadro político, o Capitalismo e a industrialização começavam a ser implantados no Brasil, onde a sociedade brasileira, que era uma sociedade marcada pelas desigualdades, teve que ser reestruturada. Para isso, plantou-se a idéia liberal de igualdade para todos, pois essa nova ordem econômica necessitava da participação de

todos, ao exaltar o espírito de igualdade e participação, em prol do desenvolvimento do país.

Embora apresentou-se como um período de destaque no quadro educacional brasileiro, não podemos negar que a república também caracterizou-se por profundas desigualdades sociais. Devido a esse fato, a educação assumiu um caráter dualista, transformando-se em uma grande distorção, pois, não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. E na tentativa de reestruturar o modelo educacional, as reformas de ensino, embora consideradas importantes por sinalizarem mudanças expressivas na educação brasileira, reforçam o dualismo, ao legitimar os preceitos políticos que estavam sendo firmados em nome do desenvolvimento do país, fazendo com que as causas educacionais enquanto aspecto social não detivessem suas especificidades nesse campo, mas migrassem para o campo político e econômico, colocando-as a serviço do poder e usando-as para dar sustentabilidade a ordem e progresso tão almejadas pela elite dirigente do país.

Buscava-se homogeneizar a cultura, através de um consenso de unidade nacional. E essa unidade só seria conseguida via educação, através da instrução. Porém, uma instrução mínima necessária, ou seja, a educação primária. Afinal, o país apresentava no início do séc. XX uma população composta de 80% de analfabetos e, nesse momento, todos os esforços estavam centrados em instrumentalizar a população para, atender às necessidades exigidas pelo novo contexto.

Daí a necessidade de construir grupos escolares e promover reformas estaduais e federais. Vale lembrar aqui que o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de profundas modificações e que se transforma em um eixo norteador para legitimar os preceitos da classe dirigente do país é a educação, que passa a ser usada como instrumento viabilizador de um processo civilizatório, buscando dessa maneira, formar o cidadão para uma sociedade "democrática" de direito aos moldes do liberalismo.

A partir desse momento, inicia-se um intenso debate acerca da educação no país. Essa inquietação de idéias culminará em reformas educacionais que almejavam uma maior organização e estruturação do sistema educacional brasileiro.

Desta forma, o espírito republicano, que teve seu fortalecimento com o fim do império, gradativamente penetra na sociedade brasileira e a educação passa a ser considerada pela primeira vez neste país como o "motor da história", o que irá caracterizar paulatinamente o Entusiasmo da Educação e o Otimismo Pedagógico.

Neste sentido, inicia-se uma alteração nos instrumentos e conteúdos pedagógicos, pois até então, a questão da educação, enquanto instrução para o povo, sequer era discutida. E

essas discussões em torno de uma estruturação educacional irá materializar-se no Otimismo Pedagógico e no Entusiasmo pela educação.

Jorge Nagle, considera que o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico, foram movimentos que alavancaram fervorosos debates acerca da educação em todo o país, culminando na criação da ABE que de acordo com suas observações teria surgido como desdobramento do Entusiasmo pela Educação.

Em 1924 surge a Associação Brasileira de Educação (ABE), formada por um grupo de intelectuais que tinham como objetivo sensibilizar o poder público e os educadores para os profundos problemas educacionais existentes no país. Nesse sentido, a ABE, embora representasse uma luta ideológica que atravessaria o tempo, apresenta-se segundo Marta Maria de Carvalho, como elemento restruturador dos mecanismos de controle da população urbana, reforçando assim, o "velho" em nome do "novo".

Assim, a ABE dissemina pelo país discursos cívicos buscando através da unidade nacional, introduzir via educação e em nome do progresso um novo modelo de "homem" que atendesse as atuais necessidades do novo tempo e para isso, seria necessário uma verdadeira campanha de saneamento, que extirpasse da sociedade brasileira todos os males. Sobre este aspecto.

Entretanto, toda essa luta ideológica, que consubstanciou-se com a criação da ABE, viria a culminar em dois acontecimentos de suma importância para a educação brasileira, a saber.

O primeiro foi a Reforma Francisco Campos de 1931, a qual marcou o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação. Esta reforma assumiu para si a responsabilidade de conduzir o país no âmbito educacional, sendo a primeira a oferecer uma estrutura orgânica à educação. Cabe salientar que, pela primeira vez na história da educação brasileira, uma reforma estava sendo imposta em todo o território brasileiro, ou seja, a legislação de ensino teria que ter aplicabilidade em todo o país, fazendo assim, com que o problema educacional fosse discutido e resolvido de maneira ampla e não somente no interior dos estados, como vinha ocorrendo até então.

Apesar da Reforma Francisco Campos, teoricamente ter sido uma reforma ampla, ela também representou um marco que iria consolidar o dualismo educacional, pois traz no seu âmago um conservadorismo exarcebado. Ao estabelecer o exame de seleção obrigatório como condição básica para ingressar no ensino secundário. Reforça uma educação elitista e discriminatória, aumentando a lacuna já existente entre o ensino primário e o secundário. E

mais uma vez a expansão do ensino e sua renovação ficaram subordinadas ao jogo de forças oriundos da estrutura do poder.

O segundo aspecto, e o mais relevante de todos, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto, elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de "renovação educacional", já de início, enfatiza a importância da relação dialética que deve existir entre educação e desenvolvimento e destaca a primeira como sendo fundamental, o carro chefe do desenvolvimento do País e um dos principais problemas da nação.

> *Pois como diz o movimento, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (Manifesto dos pioneiros da educação da Escola Nova, 1934.)*

Entretanto, o Movimento Renovador, teve suas vitórias e suas derrotas, pois apesar do Manifesto estar engajado na luta pela educação, estruturada e orgânica, e ter consciência da defasagem existente entre a escola e o desenvolvimento, comprometia-se na luta pela redução dessa defasagem. Fica claro que esse documento não questionava a nova ordem que estava sendo implantada, pelo contrário, ele propõe adequar o sistema educacional a ela, o que representa um avanço.

Se por um lado o Manifesto proclamava a educação como direito individual que deve ser assegurado a todos, por outro, ele não se preocupou com a sistematização desse mesmo. Entretanto, essa racionalidade acaba gerando uma certa irracionalidade, embora lutasse por uma educação que fosse direito de todos, não havia condições de permanência, dentro do modelo de ensino, que estava sendo implantado a partir dos anos 30.

> *Embora o Manifesto ao refletir sobre as incoerências de seu tempo, e por essa razão apresentar-se inconsistente e romântico em alguns momentos, ele também "representou a reivindicação de mudanças totais e profundas na estrutura do ensino brasileiro, em consonância com as novas necessidades do desenvolvimento da época". (ROMANELLI, 1978, p.150).*

Porém, devido a questões políticas o movimento renovador da educação entrou em hibernação por um longo período, ao menos no campo das idéias, pois no campo efetivo os educadores continuaram sua luta. E no auge dessa hibernação e uma década depois da reforma Francisco Campos, foi decretado a lei Orgânica do Ensino Secundário, ponto central da chamada Reforma Capanema, implantada a partir de 1936.

Essa reforma apresentou-se como sendo o prosseguimento do trabalho de expansão do ensino secundário no país, iniciado por Francisco Campos, mas reforçava o dualismo expresso na primeira. Entretanto com um diferencial, a reforma Capanema vem enfatizar a necessidade do ensino profissionalizante.

Configurando a educação em Uberabinha na Primeira República

A cidade de Uberabinha possuía cerca de 11.856 habitantes, no final do século XIX, já 1920, somava uma população de aproximadamente 24.420 moradores[1], desde 14.073 eram analfabetos, o que resulta em torno de 10.347 habitantes alfabetizados. Verifica-se, que o número de alfabetizados na população de Uberabinha estava próximo do percentual de 42,37%. Esses dados foram publicados pelo jornal A Tribuna,

> *Uberabinha possuia em 1920 inclusive de Santa Maria 4390 em edade escolar de 07 a 14 anos, 1228 das quaes estudavam, 3505 que não estudavam. O número de analfabetos era de 14.073, 1959 das quaes cabiam ao distrito de Santa Maria. Nesta época a nossa população orçava por 24.420 habitantes dos quais 14.195 do sexo masculino, 1060 estrangeiros. A nossa produção bovina sem a taxa de deficiência orçava por 54.984, cabendo a Santa Maria uma contribuição econômica de 14.812 cabeças*[2].

Os números obtidos a partir do recenseamento de 1920, no Brasil e no Estado de Minas Gerais, apresentavam, respectivamente, 75,0% e 79,3% de analfabetos. Outra análise possível, diz respeito aos dados sobre o número de analfabetos da população de Uberabinha na faixa etária entre 07 a 14 anos, estando em torno de 3.505, de um total de 4.390 crianças, que alcançava o percentual de 79,84%. Comparada com os percentuais da população de crianças analfabetas entre 07 a 14 anos, do país e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, 80,2 % e 84,3%, possibilitou constatar um fato novo: Uberabinha possuía um percentual menor de analfabetos em relação ao números do Estado de Minas Gerais e do país, conforme a quadro abaixo.

---

[1] CENSO de 1920. *A Tribuna*. Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305. p. 1.
O número de habitantes do município de Uberabinha em 1920, obtido na imprensa local é de 24.420. O valor deste número Cf. SENNA In: Brandão Apud SOARES, 1995: p.67 é de 27.956. O valor deste número segundo dados do censo de 1920 do IBGE era de 22.956. Optou-se pela dado veiculado pela imprensa escrita, por estar próximo à média dos três valores apresentados, em torno de 25.110 habitantes e incluso os dados sobre a população alfabetizada.

[2] UBERABINHA. *A Tribuna*, Uberabinha, 22 Set. 1925, Ano VIII, nº 305, p.1.

Quadro I

Quadro Comparativo de Percentuais de Analfabetos e da População de 07 A 14 Anos, entre Uberabinha, Minas Gerais e Brasil, em 1920:

DESCRIÇÃO	UBERABINHA		MINAS GERIAS		BRASIL	
POPULAÇÃO TOTAL	2 4.420*	%	5 .888.174* *	%	30. 635.605* *	%
POPULAÇÃO DE ANALFABETOS	1 4.073*	5 7.62	4 .671.533* *	7 9,33	23. 142.248* *	7 5,54
POPULAÇÃO TOTAL 07 A 14 ANO	4 .390*	%	1 .318.365* *	%	6.5 82.917* *	%
POPULAÇÃO DE ANALFABETOS -07 A 14 ANOS	3 .505*	7 9,84	1 .112.073* *	8 4,35	5.2 82.886* *	8 0,25

Fontes: * Dados extraídos do Jornal A TRIBUNA, Uberabinha, 22 Fev. 1925, p. 1. * * Dados extraídos do IBGE. 1941: 590 [3].

Pode-se considerar que diante deste quadro há uma massa de analfabetos espalhados em todo o país, e de uma minoria que sabe ler e escrever, entre estes, os considerados alfabetizados, provavelmente, alguns com mínimas habilidades de leitura e escrita. Todavia a cidade de Uberabinha, se comparada com os dados estatísticos apresentados, em relação ao Estado de Minas Gerais e do país, apresentava um maior número de alfabetizados, em comparação às médias estadual e nacional.

Portanto, para sustentar situação educacional, a sociedade uberabinhense sob os princípios de progresso e desenvolvimento, proclamados pela elite local, empreenderam esforços para a cada nova geração oferecer maiores oportunidades de acesso e de permanência no processo de escolarização as futuras gerações. Assim, entre 1919 a 1922, no final do segundo período administrativo do Agente Executivo de Uberabinha, Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, o número de estabelecimentos de instrução subiu de 6 para 8. O desenvolvimento dos estabelecimentos (são as escolas isoladas) municipais de Ensino Primário direcionavam-se, principalmente, para atender grupos em média de 50 crianças na área rural, e caracterizam-se por terem um funcionamento instável, em razão de diversos fatores, como falta de prédios próprios, baixa remuneração dos professores e a freqüência inconstante dos alunos que estava, oficialmente, vinculada ao utilização dos alunos no período de colheita agrícola.

[3] IBGE., 1941, p. 590.

Os estabelecimentos institucionais do Estado, bem como de particulares, estavam situados na área urbana de Uberabinha. Entre estes, se destacavam, pelo Estado, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, que funcionava com maior regularidade, do que os estabelecimentos do município, atendiam neste período, mais de oitocentos alunos, e cada ano aumentavam o número de matrículas, indicativo do crescimento populacional do município. O estabelecimento de instrução particular, de propriedade de Sr. Antônio Luiz Silveira, denominado Gymnásio de Uberabinha, oferecia o Ensino Primário e Secundário na cidade, a mais de duzentos alunos, incluindo dez alunos, cujos estudos eram subvencionados pela Câmara Municipal do município.

Após 1922, houve em Uberabinha um surto do crescimento no número de estabelecimentos escolares, marcando de fato os anos vinte. Resultado da convergência de ações, tanto de agentes público, quando privados, os quais estavam para se constituir como especialista na área educacional. Essa preocupação é percebida durante a última gestão, entre 1918 a 1922, do Agente Executivo da Prefeitura de Uberabinha e Presidente da Câmara Municipal, o Sr. João Severiano Rodrigues da Cunha, no governo no período de 1911 a 1922, foi promulgada a Lei nº 230 de 21 de novembro de 1919, que isentou de impostos e liberou material básico para a construção dos novos prédios destinados à instrução em Uberabinha.

Por decisão do governo municipal, a **Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha**, receberia o benefício de isenção de impostos e pedras para a construção do edifício, e apenas aguardava, a planta do referido prédio escolar, que estava sendo elaborada em São Paulo.

Associam-se as ações do governo municipal, as da iniciativa privada, que também contribuem para o desenvolvimento da instrução em Uberabinha. Entre essas ações encontra-se a de particulares movidos, ao certo, pelo compromisso de minimizar o grave problema da nação, caracterizada pelo elevado número de analfabetos, fator este, considerado um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento e modernização da sociedade, que ainda estava, economicamente, alicerçada no comércio, principalmente, de carnes e cereais.

Ressalta-se que esta "*triste vergonha do analphabetismo",* segundo as palavras do Dr. Afhonso Penna Júnior, localizava-se em, aproximadamente, 75% da população brasileira, que forma uma massa de analfabetos, herança de um longo processo de extrativismo de riquezas do país para a Europa e outras partes do mundo, conduzido por estrangeiros. Associado este, ao cultivo da instrução dualista, uma para "*dizer",* reservado a minoria da população, à classe dominante*,* e outra *"serviente",* para a servidão, para o fazer, conduzido

pelos dirigentes do país, inculcada, primeiramente, pedagogia jesuítica e continuada pela católica, tanto no período colonial, quanto no Império.

Em razão de a educação ser considerada, pelos intelectuais republicanos, como uma das alavancas para o progresso da sociedade, recebeu contribuição dos governos municipal e estadual, e num percentual menor da iniciativa privada. Obteve-se, neste período, quase o dobro do número de estabelecimentos de ensino. O aumento de escolas fora acompanhado também, de uma elevação substancial do número de alunos.

Considerações Finais

Ao analisarmos o período proposto, podemos observar que a elite dirigente do país, ao implantar o Regime Republicano, tomou para si a responsabilidade de alcançar a passos largos, o progresso da nação, usando como elementos de sustentação, os princípios liberais de democracia e cidadania e os preceitos harmônicos do positivismo. Esses elementos, iriam contribuir para disseminação dos ideais de civilidade e da ordem e progresso por todo o país.

Para atingir seus objetivos, era necessário que os governantes, reestruturassem a sociedade aos moldes do novo regime. Para tanto, deveriam criar um novo homem que em consonância com o novo tempo, contribuiria de maneira efetiva para a constituição de uma nação. Nesse sentido, o regime republicano fez da educação o instrumento ideal para amalgamar as massas, recrutando o povo, via instrução para a grande marcha em prol de desenvolvimento do país.

Todo este processo, deveria propiciar o ajustamento do indivíduo que inserido em uma sociedade que buscava a ordem e o progresso, não poderia destoar da estampa coesiva que ilustrava a nação, sob pena de transformar-se em um grande mal, que deveria ser estirpado da sociedade, para não comprometer a harmonia vigente.

Entretanto, para que estas concepções educativas penetrassem no imaginário das pessoas e se transformasse em um corpus social, era necessário sua disseminação. Dessa forma, a imprensa e as Câmaras Municipais apresentam-se como principais elementos propagadores dos ideais republicanos. Nesse sentido, o pensamento divulgado pela imprensa uberabinhense, vinha de encontro aos setores dominantes nacionais, ao divulgar a necessidade de criação de escolas na região, enfatizando com caráter de urgência, a importância da instrução para o processo de civilidade e chamando para participar da condução do país em direção a modernidade.

Portanto, a educação foi considerada um fator de promoção social. Sua função era o enquadramento dos indivíduos à vida social, considerando-os como seres individualizados, desvinculados dos grupos sociais a quem pertenciam. Assim, o fracasso ou o sucesso de cada um dependia dele mesmo, de suas tendências inatas. Todos tinham acesso às mesmas condições educacionais, e só não obtinham sucesso quem não respeitasse as suas inclinações naturais.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os vários ângulos do "problema Negro": multidisciplinaridade e anti-racismo nos estudos das populações e culturas de origem africana em Arthur Ramos (1935 e 1949)

Julio Claudio da Silva*

Resumo: O estudo do papel das populações e culturas de origem africana na formação social brasileira foram ampliados, nas décadas de 1930 e 1940, por intelectuais como Arthur Ramos, Gilberto Freyre, entre outros. O presente trabalho recupera alguns aspectos da história desta produção a partir do manuscrito "O Problema negro", de Arthur Ramos. Um documento emblemático por reunir algumas das principais polêmicas dos Estudos Afro-brasileiros como, a adoção de abordagens multidisciplinar, a multiplicação de temas e o anti-racismo.
Palavras chave: Afro-Brasileiros,multidisciplinar, anti-racismo

Abstract: The study of the paper of the populations and cultures of African origin in the Brazilian social formation had been extended, in the decades of 1930 and 1940, for intellectuals as Arthur Ramos, Gilberto Freyre, among others. The present work recoups some aspects of the history of this production from the manuscript "the black Problem", of Arthur Ramos. An emblematic document for congregating some of the main controversies of the Studies Afro-Brazilians as, the adoption of boardings to multidiscipline, the multiplication of subjects and anti-racism.
.**Words keys** Afro-Brazilians multidiscipline anti-racist

O estudo do papel das populações e culturas de origem africana na formação social brasileira foi um dos temas mais importantes das ciências sociais do século XX. Nosso objetivo é recuperar alguns aspectos da história desta produção acadêmica nas décadas de 1930 e 1940. Propomo-nos a analisar o significado das concorrências em torno da legitimidade de abordagens multidisciplinares e da proliferação de temas ligados ao então denominado Estudos Afro Brasileiro. O presente artigo tem como fio condutor a análise de anotações manuscrita por Arthur Ramos (1903-1949) para a sua conferência, "O Problema negro" [1]. O documento sem data ou local é uma fonte privilegiada por sintetizar várias das polêmicas dos Estudos Afro-brasileiro e das posições assumidas pelo autor ao longo de sua trajetória intelectual.

---

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

[1] "O problema negro" manuscrito de Arthur Ramos, S/D, S/L. Arquivo Arthur Ramos/ FBN. O documento está depositado junto a outras conferências proferidas entre 1935 e 1949.

O professor catedrático em Antropologia e Etnologia da Faculdade Nacional de Filosofia, Arthur Ramos, foi reconhecido em seu tempo, como um dos maiores especialistas nos estudos das populações e culturas de origem africana no Brasil. Foi um dos principais responsáveis pela substituição do conceito de raça pelo de cultura e um combativo crítico das análises cientificistas nas ciências sociais. A ampliação, dos Estudos Afro-brasileiros, neste período, se deve, em parte, ao empenho coletivo de estudiosos como Arthur Ramos, Gilberto Freyre (1900-1987), entre outros, dentro de um campo intelectual (BOURDIEU, 1992) marcado por questões acadêmicas e políticas. A documentação do período revela alguns posicionamentos anti-racistas desses intelectuais, como a reivindicação de que os estudos científicos sejam utilizados como instrumento de combate público às teses de inferioridade racial, como a "do menor valor mental" de africanos e afro-descendentes (SILVA, 2005).

Em 1935, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Roquette Pinto (1884-1954), entre outros, assinaram o Manifesto dos Intelectuais Brasileiros Contra o Preconceito Racial. Este documento é a expressão da tomada de posição política feita por seus signatários, a saber. Combater o "racismo político", desenvolver e dar um tratamento cientifico aos estudos dos diferentes "grupos étnicos", preservar o ideal de nação brasileira, a "unidade da família brasileira."[2] Segundo François Sirinelli, os intelectuais se organizam a partir de uma identidade ideológica ou cultural e afinidades difusas: as estruturas de sociabilidade. O meio intelectual possui um núcleo central no qual os laços (entre os atores) se atam ou desatam. Nesse sentido os manifestos e os abaixo-assinados podem ser pensados como estruturas de sociabilidade, pois permitem, aos seus signatários perceberem-se. Possuem a força de adesão e de exclusão (SIRINELLI, 1998). Esses documentos também podem funcionar como um instrumento para se aferir o alcance e os limites de determinados compromissos acadêmicos e políticos assumidos pelos intelectuais.

O Manifesto de 35 foi uma reação às agruras daquele tempo: o período entre guerras (1918 a 1939). Os desequilíbrios decorrentes da Primeira Guerra provocaram forte impacto nas reflexões acerca do pensamento social e político. Desse ambiente surge o moderno racismo, cuja marca seria o deslocamento dos "antagonismos" da esfera econômica e política para a cultural, estabelecendo, portanto, as rivalidades entre os grupos étnicos. O "moderno racismo", tinha uma dimensão mundial e influenciava a análise e reflexão dos

[2] O "Manifesto dos Intelectuais brasileiros contra o preconceito racial" foi publicado em (RAMOS: 1943, p.171). Uma do Carta do Movimento Brasileiro Contra o Preconceito Racial a Arthur Ramos indica que seu lançamento ocorreu no Rio de Janeiro, por volta do dia 9 de outubro de 1935. Arquivo Arthur Ramos-FBN/RJ.

intelectuais brasileiros. Para os signatários do Manifesto de 1935, o Brasil estaria suscetível aos elementos derivados da crise de civilização: "O Brasil não está escapando, nem podia mesmo evitar a repercussão a que aludimos"(RAMOS, 1943: p.171).

Através do Manifesto de 35 os intelectuais tornam público seus compromissos em garantir o tratamento cientifico aos estudos dos diferentes "grupos étnicos" formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido contrapõem-se aos partidários das idéias racistas de base cientificista (RAMOS, 1943: p.171). Ao defini-las como "racismo político", demarcam: sua identidade de grupo dentro do campo intelectual de reflexão acerca da formação social brasileira, assumem o atributo de encaminhar os estudos científicos dos traços diferenciadores dos grupos étnicos sob o ponto de vista antropológico, refutam os estudos produzidos a partir de uma ideologia política de orgulho e depreciação racial.

Duas questões fundamentais parecem ter se apresentado para aqueles homens da década de 1930. A primeira diz respeito ao combate as idéias e teses de cunho racial, o "racismo político". Esta questão colocava Arthur Ramos e Gilberto Freyre em confronto direto com os sociólogos arianistas entre os quais Oliveira Vianna (1883-1951). Mas ainda havia uma segunda. Como organizar, no âmbito acadêmico, esses estudos? Ou como dar o tratamento cientifico aos estudos dos diferentes "grupos étnicos", formadores da sociedade brasileira? Nesse ponto, os signatários do Manifesto de 35 assumem posições antagônicas diante de seus objetos de estudo. Estabelecendo, desta forma, concorrências no campo intelectual de reflexão.

A posição assumida por Gilberto Freyre, em relação ao tratamento cientifico nos estudos dos diferentes "grupos étnicos", parece ser anterior ao Manifesto de 35. No capítulo "O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro", do clássico *Casa Grande e Senzala* (1933), Gilberto Freyre confere à escravidão, as origens das características atribuídas pelos sociólogos arianistas á raça negra. Residiria na redução à condição de cativo, e não as características biológicas, as explicações atribuídas à raça. Para Gilberto Freyre, a influência pura do negro "que nos é quase impossível isolar", é a do negro na condição de escravo. E define: "Sempre que consideramos as influências do negro sobre a vida íntima do brasileiro é a ação do escravo e não a do negro per si, que apreciamos" (FREYRE, 1961: p, 438).

Gilberto Freyre e Arthur Ramos, auto definiram-se como seguidores da Escola Nina Rodrigues, mas, há uma clara distinção em suas posturas acadêmicas. Gilberto Freyre é enfático ao rechaçar a possibilidade de se estudar as influências negras ou das populações e culturas de origem africana fora do âmbito institucional, ou seja, da escravidão. Apesar de reconhecer a obra de Nina Rodrigues como um marco fundador nos estudos sobre o negro,

Freyre também a vê como o início do que considera equivoco metodológico a ser apontado. Nina Rodrigues não teria analisado o negro na condição de escravo, mas na de colono. "Mas isto é impossível. Impossível a separação do negro introduzido no Brasil, de sua condição de escravo (FREYRE, 1961: p, 439)" Para Gilberto Freyre o negro deve ser estudado sob o critério da História Social e Econômica e da Antropologia Cultural e reiteradas vezes afirma a impossibilidade de "separá-lo da condição degradante de escravo". A escravidão foi responsável pela perda de "suas melhores tendências criadoras" e também pela acentuação de outras, "artificiais e até mórbidas". É em função de tal condição que o africano teria se tornado o agente "patogênico" na sociedade brasileira. Sem citar nomes ou obras, Freyre refutou os "sociólogos arianistas" que atribuem as supostas características negativa do negro à "inferioridade de raça" (FREYRE, 1961: p, 410-416 e 448).

Arthur Ramos não só considerava possível estudar o negro para além da escravidão, como o fez em grande parte de seus estudos (1934; 1935; 1942; 1943; 1971; 1979). Os prefácios desses trabalhos são como caixa de ressonância dos debates e polêmicas nos quais Arthur Ramos esteve envolvido, pois, muitas vezes seus conteúdos são os mesmos de suas palestras e conferências. As anotações para a Conferência "O Problema negro" reproduzem uma série de questões presentes em "O problema do negro no Brasil" (introdução ao seu livro *O Negro Brasileiro*). Nas primeiras linhas desta introdução Arthur Ramos revela uma das características de seus estudos sobre as populações e culturas de origem africana no Brasil e no Novo Mundo: a análise comparativa. Os pesquisadores ao pensarem essa temática, mormente Arthur Ramos, o fazem sem perder de vista a perspectiva internacional, ou, como bem definiu Luitgarde Barros: "as dinâmicas do seu tempo" (BARROS, 2005).

A primeira observação da conferência "O problema negro" foi à pluralidade de abordagens do tema para aqueles dias: "O problema negro pode ser visto descrito de vários ângulos". Ao mesmo tempo, observou Arthur Ramos: é necessário historicizar as abordagens dos precursores nesta matéria. "Tem de ser analisado hoje diferentemente do tempo de N. Rodrigues e M. Querino"[3]. Em várias oportunidades Arthur Ramos marcou a importâncias dos seus antecessores nesses estudos, ainda que reiteradamente observasse seus limites teóricos e metodológicos, pois nesses aspectos os estudos acadêmicos estariam limitados pelo seu tempo (SILVA, 2004: p. 65). "O estudioso que, no Brasil, quiser dedicar-se à etnografia religiosa de sua população negra terá inevitavelmente que partir de Nina Rodrigues, cujos trabalhos estão sendo agora revelados ao público...". Arthur Ramos aponta o que entende ser

[3] Idem.

um dos caminhos possíveis para o processo de ampliação e sistematização desses estudos e a superação do percurso feito por Nina Rodrigues. Os novos estudos deveriam ser feitos em duas partes: a coleta de material etnográfico e a comparação com a documentação disponível. Após essa indicação, Arthur Ramos faz uma narrativa de si reivindicadora do legado de Nina Rodrigues. "A esse trabalho, que exige um esforço formidável, demos início na Bahia e no Rio de Janeiro, acompanhados por outros estudiosos, em vários pontos do Brasil". A segunda tarefa dizia respeito à exegese documental, aplicando-se as novas metodologias científicas, pois "Muitas idéias do mestre baiano já não resistirão à crítica científica de nossos dias" (RAMOS, 2001: p. 29-30). A envergadura dessas produções parece ter exigido o trabalho em conjunto e a formação de redes de solidariedade intelectual para este fim (SILVA, 2005).

Voltemos ao manuscrito. Arthur Ramos preparou-se para defender duas propostas durante a conferência: a multiplicidade de temas e de disciplina, no estudo do "problema negro". E assim os definiu: "Problema histórico – tráfico negro questão controversa"; "Problema biológico" – geográfico, etnográfico "(sentimento religioso)", demográfico; sociológico "(civilização? Negra)" e, por fim, "Problemas sociais – decorrente de outros – igualdade de raça – opressão escravidão". O desenvolvimento desses estudos, segundo Arthur Ramos, "Requer vários especialistas".[4] Parece que, nesta parte da apresentação, o conferencista responderia a pergunta que não se calava: como dar o tratamento cientifico aos estudos dos diferentes "grupos étnicos" formadores da sociedade brasileira?.

Outro tema previsto pelo conferencista foi "O negro e a Nova América". Nele se relacionaria dados demográficos dos afro-descendentes nos Estados Unidos, América Latina e no Brasil. E, também, as impressões de Jung sobre a influência das populações e cultura de origem africana dos Estados Unidos. Segundo Jung, elas se manifestavam no riso, na postura corporal, na música, nos bailes, religião, jogos entre outras. Para Arthur Ramos esta influência estaria presente não só nos Estados do Sul, mas também nos estados do Norte, como Nova Iorque. O conferencista pretendia valorizar positivamente essas influencias e negativamente a prática do racismo. A referência à experiência norte-americana parece ligar-se a percepção de Ramos em relação a dimensão mundial que atingia o moderno racismo. O que talvez explica sua intenção em pontuar esta questão na seção "prejulgados norte-americanos dos Estados do Sul"[5]:

> "- *O negro é inferior*!
> - *Os negros estão em minorias*!

[4] Idem.
[5] Idem.

> *- Este país é de brancos – eliminem os negros*
> *- O negro é crédulo, mentiroso, fanático e hiper-sexual.*"[6]

Arthur Ramos destacaria cinco aspectos do problema racial norte-americano, para ao fim compará-los experiência brasileira.

> *1 – Extinção da raça negra no EUA proposta por Brice – crítica*
> *2 – Abordagem de facto da raça negra – uma escravatura continua. Incrível no país da liberdade*!
> *3 – Tutela constitucional – Devia fomentar a revolta.*
> *4 – Emigração organizada para a África – Veio de lá? Pois para lá voltem. Foi a sol. proposta desde.XVIII. soc. Libéria*!
> *5 – Criação de um Estado Negro dentro dos E.U. É Semelhante ao E...I. índio proposta pelo Rev. Washington Gladdem.*
> *6 – Fusão das Raças – Brasil!*[7] (Os Grifos são de Arthur Ramos)

Coerente com a posição assumida como signatário do Manifesto de 35, Arthur Ramos sintetiza as especificidades da questão racial brasileira em quatro temas a saber: "Raças formadoras do Brasil"; "Negro mão-de-obra!"; "*Melting Pot*"; "Nossos problemas são outros". Estudos recentes têm identificado Arthur Ramos como um dos principais divulgadores do mito da democracia racial brasileira (CAMPOS, 2002; GUIMARÂES: S/D). Parece que sua idéia de democracia racial ou seu o compromisso com a promoção da harmonia étnica no Brasil, não excluía o reconhecimento do racismo no Brasil e tão pouco a relação de aliança com as associações negras (SILVA, 2005).

Para a conferência também estava prevista a refutação das teses do malefício da miscigenação no Brasil e a valorização positiva das populações e culturas de origem africana. Na seção intitulada "Contra - fusão velhos preconceitos: inferioridade do negro [...] do mestiço", o conferencista refutaria esses pressupostos em dois blocos: o primeiro combateria à idéia da inferioridade dos africanos e afro-descendentes. "O negro não é inferior em antropologia pura [...]. O mal dos Kehl e de Oliveira Vianna. - Dr. Gobineau [...] dos teóricos do doliclio loiro". No segundo bloco a refutação aos críticos da mestiçagem no Brasil, em função de seu suposto poder de degeneração. "A mestiçagem não há degenerência". Seus argumentos se sustentariam nos exemplos positivos de mestiçagem ao longo da história da humanidade. "As grandes civilizações mestiças da antiguidade e de hoje".[8] Este foi mais um momento, em quase duas décadas, em Ramos refutou, publicamente, teses defendida por Oliveira Vianna, com a do menor valor mental do negro e dos malefícios da mestiçagem (SILVA, 2005: p 125-159).

[6] Idem. .
[7] Idem.
[8] Idem.

Para o fim da conferência estava prevista uma seção onde se abordaria questões relativas ao ativismo negro. "O Movimento de reivindicação – Movimento pan-negro – Movimento Negro". Ela se iniciaria com a exclamação: "Vamos ao encontro dele antes que ele venha ao nosso encontro!". Teria lugar na conferência o movimento dos grandes escritores negros nos EUA, como DuBois, a atuação das associações norte-americanas como a *National Association for the Advancement of Colored Peopleo* e o nome de estudiosos como Frobenius. Contudo merece relevo a sugestiva exclamação com a qual Arthur Ramos enceraria sua conferência: "Vamos ao encontro dele!".[9] Esta seção é mais uma evidência da existência, nas décadas de 1930 e 1940, de uma ampla rede de solidariedade intelectual com conexões com os movimentos sociais (SILVA, 2005, p 73-124). Parece ter feito sentido para a assistência e o conferencista a defesa do olhar constante dos intelectuais para as ações e reivindicações das, então, denominadas "associações negras contemporâneas" (RAMOS, 1971).

"Vamos ao encontro dele!", exclamaria Arthur Ramos. Talvez esteja aí o ponto de distinção entre Ramos e Freyre, em relação ao tratamento cientifico aos estudos dos diferentes "grupos étnicos". Ambos concordam com abordagens multidisciplinar na estratégia do combate ao racismo. Suas divergências iniciam na multiplicação de temas para além da escravidão. Em 1939 Arthur Ramos definiu os candomblés como uma das "associações negras contemporâneas", assim como a Frente Negra Brasileira. Dois anos antes seus estudos e o de Nina Rodrigues, sobre as religiões afro-descendentes, legitimaram a reivindicação da liberdade desses cultos. Eles provavam que a prática dessas religiões não atentariam contra a moral e os bons costumes (SILVA, 2005: p. 53-55). Freyre só identificava a influência da população e cultura de origem africana na formação social brasileira, sob o prisma da escravidão, não reconhecia, portanto, a legitimidade da proliferação das associações negras. Arthur Ramos ao defender a multiplicação de temas, como o das religiões afro-descendentes, dialoga com o ativismo negro e sua luta pela ampliação da cidadania. Talvez esteja, na possibilidade do uso político desses estudos, o ponto fundamental a distinguir o posicionamento desses dois intelectuais.

Bibliografia

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de seu**

[9] Idem

Tempo. Maceió, EDUFAL, 2005.(2º Edição Revisada e Ampliada)

BOURDIE, Pierre. *Campo do Poder*, *Campo Intelectual e Habitus de Classe* In: **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos: Luz e Sombra na Antropologia Brasileira**: Uma Versão da Democracia Racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PPGAS-FFLCH-USP, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala** (1933). Rio de Janeiro-São Paulo, José Olímpio, 1946.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Democracia Racial*. www.fflch.usp.br/sociologia/asag. Visitado em 2/5/2007.

RAMOS, Arthur. **O Negro Brasileiro** (1934). Rio de Janeiro, Graphia, 2001.

RAMOS, Arthur. **O Folclore Negro do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935.

RAMOS, Arthur. **As Culturas Negras no Novo Mundo** (1937). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira** (1939). Rio de Janeiro - Guanabara, Editora Casa do Estudante do Brasil, 1971.

RAMOS, Arthur. **A aculturação Negra no Brasil**. S. Paulo-Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre, Companhia Editora Nacional, 1942.

RAMOS, Arthur. **Guerra e relações de raça**. Rio de Janeiro, Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira**: as culturas não européias. Rio de Janeiro, Editora Casa do Estudante do Brasil,1943.

SILVA, Júlio Cláudio da. **O Nascimento dos Estudos das Culturas Africanas, o Movimento Negro no Brasil e o Anti-racismo em Arthur Ramos (1934-1949)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, PPGHS-UFF, 2005.

SIRINELLI, Jean-François, *Os intelectuais* In: RENÉ, Remond. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Ed. UFR/Ed. FGV, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Limites da Liberdade: a polícia na Bahia pós-abolição

Iacy Maia Mata*

Resumo: A partir de pesquisa em jornais, documentos policiais e atas da Assembléia Provinical, este trabalho analisa o impacto da abolição na Polícia da Bahia no período imediatamente posterior à aprovação da lei de 13 de Maio de 1888. O texto busca discutir as ações dos libertos e os conflitos em torno do trabalho e da propriedade, como parte da disputa em torno do significado da emancipação, e a atuação da polícia na definição dos limites da liberdade.
Palavras-chave: Abolição, Polícia, Liberdade

Abstract: In base on research in newspaspers, policial records and documencts of Bahian Provincial Assembly, this work pretends to analyse the impact of abolition of slavery in Bahia's police just after the emancipation law in May 13th, 1888. We want to discuss the freedmen's actions and social conflicts regarding work, propriety and its disputs as a part of the meanings of emancipation. Beside, it is our concern to pay attencion to the policial role when imposing limits to the freedom.
Keywords: Emancipation, Police, Freedom

A partir da segunda metade do século XIX, com o declínio da população africana e escrava em geral, o medo da rebelião foi substituído pelos cuidados com a desordem urbana da população livre de cor. Os objetos da atenção policial, ao invés de sedições africanas, principal preocupação no momento da fundação e consolidação da polícia baiana, passaram a ser bêbados, jogadores, desordeiros, prostitutas, indigentes, insanos, e todos aqueles que podiam ser enquadrados no conceito amplo e ambíguo de vadiagem, acusados de fomentadores e agentes de desordem social.

No ano de 1883, o debate sobre o aumento da Força Policial nas sessões da Assembléia Provincial girou em torno da falta de atributos morais dos membros da instituição. Para a maioria dos deputados eleitos, os praças do Corpo de Polícia, que deveriam coibir e reprimir as práticas ditas não civilizadas, eram muitas vezes responsáveis por estas. Não raros eram os momentos em que os soldados eram acusados de embriaguez, desordens, participação em jogos e batuques.

Dissipara-se o medo das insurreições africanas, tão presente no início do século. A estabilidade política e social da província não necessitaria mais de um grande efetivo policial.

A manutenção da ordem dependeria menos da quantidade de praças no Corpo de Polícia e mais da qualidade dos seus membros. Segundo esses legisladores, mais valeria uma força pequena, com melhores atributos morais. Assim, no ano de 1883, ignorando o apelo feito pelo Presidente da Província, que solicitou o aumento do número de praças para 1.200, a Assembléia Provincial aprovou um projeto de Força Policial que previa a diminuição do número de praças para 800 (BROWN, 1998: 238-268).[1] A partir de então, registra-se uma intensa crise no Corpo Policial. Nos anos seguintes, houve inúmeras reclamações acerca do pequeno efetivo. Em 1886, do Corpo de Polícia serão desmembradas duas companhias para o serviço de policiamento da capital, formando a Companhia de Permanentes. A Força Policial, cuja atuação se restringira ao policiamento das vilas e cidades do interior, foi diminuído para 600 homens, incluindo praças e oficiais.

A redução do Corpo suscitou uma constante queixa, por parte de delegados e subdelegados, da capital e do interior, em relação à falta de praças para cobrir o serviço policial. Existiam localidades cuja presença da Força era inexistente; em outras, os destacamentos não conseguiam sequer dar conta do serviço da cadeia. Tarefas elementares, como acompanhamento de presos para julgamento e patrulhamento de rua, deixavam de ser feitas por absoluta falta de pessoal. Era esse o quadro em que se encontravam as forças policiais da Bahia no momento da aprovação da lei que aboliria a escravidão no Brasil.

Pós-Abolição: um tempo de desordem social

Em 13 de maio de 1888, aprovou-se a lei que aboliu a escravidão no Brasil. Lei sumária e incondicional, não previa qualquer vínculo que prendesse o ex-cativo ao seu antigo senhor. A grande surpresa para muitos ex-proprietários foi a resposta de alguns libertos à abolição, que se recusaram a permanecer nas fazendas ou a prestar qualquer serviço para o ex-senhor (MATA, 2002).

A polícia baiana também fora surpreendida pela Abolição imediata e incondicional. A partir da aprovação da lei, explodiram pedidos e solicitações de aumento da Força Policial. Várias localidades requeriam presença de maior contingente policial a fim de garantir a proteção contra os libertos, que, segundo um contemporâneo, "andavam com as cabeças exaltadas" (GRADEN, 2001: 374). A Abolição e os libertos passaram a ser a principal justificativa para o pedido de reforço policial.

[1] Cabia à Assembléia Provincial legislar sobre a Força Policial a partir do relatório apresentado pelo Presidente da Província.

O Corpo de Polícia, tão desprestigiado nos anos anteriores à abolição, não por acaso voltou com força à agenda dos debates políticos e aos jornais. Nesse momento de reordenação, de organização de uma sociedade em novas bases sociais, cujas hierarquias antigas haviam sido varridas com a extinção da escravidão, a polícia ocupará um papel central (CASTRO, 1995: 26, 280).

Festas, batuques, incêndios, furtos de objetos e de animais e invasões de fazendas realizados por alguns libertos no período imediatamente posterior à abolição, foram os principais argumentos para inúmeros apelos de envio de praças feitos pelas autoridades policiais das mais diversas localidades da província. Pelo menos para os prepostos policiais, o diagnóstico da desordem parecia ser consensual.

O delegado da vila de Itapicuru, em 21 de maio de 1888, solicitou do Presidente da Província o reforço do destacamento policial, naquele momento reduzido a duas praças, alegando que: "Se em épocas normais, esse mesmo é absolutamente insuficiente", depois de 13 de maio, aumentava "a necessidade de maior número de praças [pelo] estado de excitação em que esta[va] uma considerável quantidade de libertos, de chofre restituídos à liberdade, prontos para cometer todos os excessos."[2]

Da Vila de Inhambupe, em 28 de maio de 1888, o delegado reiterou o pedido de aumento do número de praças, com o que o Presidente da Província muito concorreria para a manutenção da ordem e "evitaria a marcha que os ameaçava", já que se tornaram freqüentes na vila os "conflitos provocados por indivíduos insubordinados, e auxiliados, já com a falta de polícia e correção, já com o grande número de libertos, que abusa[va]m da liberdade."[3]

A reivindicação de que se reforçasse o destacamento da Imperial Vila da Vitória, feita pelo Subdelegado ao Chefe de Polícia, em 7 de junho de 1888, fora também motivada pela presença de libertos que, segundo a autoridade policial, dirigiam-se àquela localidade e viviam a vagar pelas ruas, "sem emprego algum honesto, a não ser sambas, roubos, ferimentos etc."[4]

O discurso do racismo científico construiu a idéia de que o negro possuía uma tendência natural ao alcoolismo, à marginalidade e à recusa ao trabalho e preencheria os atributos para ser um criminoso em potencial (AZEVEDO, 1987; CHALHOUB, 1990: 80, 141). Esse discurso foi mobilizado muitas vezes pelos escravocratas com o fim de exigir leis que obrigassem o liberto ao trabalho se possível nas mesmas condições do tempo da escravidão.

[2] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3139-77.
[3] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3003.
[4] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3002.

Muitos dos conflitos envolvendo libertos, polícia e ex-senhores na Bahia no período imediatamente posterior à Abolição giram em torno do trabalho, já que uma reação de alguns libertos baianos à Lei de 13 de Maio foi justamente fazer uso da prerrogativa de não trabalhar, ou pelo menos não nos moldes desejados pelos ex-senhores. Esta é uma das disputas em torno da definição do significado da liberdade. O proprietário de um engenho no Recôncavo observou que muitos dos "13 de Maio", como eram chamados os recém-libertados, apesar de permanecerem próximos aos engenhos, optavam por viver sem trabalhar. Segundo esse contemporâneo, os libertos tencionavam criar um caos total (BRITO, 1996: 238).

A experiência escrava certamente "moldou as ações e reivindicações dos libertos no pós-abolição" (LARA, 1998: 36). No cativeiro, furtos, roubos e desvios da produção eram vistos pelos escravos como algo legítimo, como uma espécie de direito pelo seu trabalho (MACHADO, 1987). Os escravos baianos cometiam diariamente pequenos furtos aos senhores e eram constantemente acusados de desobediência. Várias prisões feitas pela polícia, até o ano de 1888, foram resultado das requisições de senhores que queriam a punição para cativos que cometiam esse tipo de transgressão (BROWN, 1998: 188-189). Com a liberdade, algumas dessas ações continuaram, mas podem ter sido agora percebidas como uma forma de compensação por todo o tempo em que trabalharam na condição de cativos e sem direito à remuneração (GRADEN, 2001: 390; FONER, 1988). Em Canavieiras, por exemplo, pediu-se aumento de destacamento porque grupos de ex-cativos, após a abolição, passaram a invadir as fazendas, armados, para saquear.[5]

O Presidente da Câmara da Vila de São Francisco requisitou ao Delegado que tomasse providências contra a presença de "vagabundos, desordeiros e vadios", que traziam em sobressalto a população e tendiam a aumentar em razão da chegada de libertos que abandonavam os engenhos e se recusavam a trabalhar. O delegado, sentindo-se impotente para resolver a situação, solicitou, em 16 de junho de 1888, ao Chefe de Polícia que providenciasse a respeito, lembrando que no local ocorriam "constantemente pequenas desordens, provocadas também pela acumulação de libertos vadios, que se entrega[va]m à noite a ruidosos sambas, e embriagados provoca[va]m estas desordens."[6]

Os libertos, ocupando talvez o lugar, em menor proporção, antes preenchido pelas insurreições africanas, tornaram-se, nos anos de 1888 e 1889, a grande preocupação das forças policiais. Assim é que o delegado de Campo Largo, em 4 de julho de 1888, solicitou ao

[5] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3003.
[6] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3003.

Chefe de Polícia que enviasse um oficial e 10 praças para residir pelo menos três meses na vila, com o que pretendia pôr fim às correrias de bandidos que ocorriam no Porto das Barreiras e evitar que os libertos desmoralizassem a força policial.[7]

A fragilidade das forças policiais era conhecida por todos. A solicitação de aumento do número de praças não foi feito apenas por autoridades policiais. Um padre se tornou porta-voz do pedido de aumento do número de policiais, desta vez, na Vila de Canabrava. O pároco reivindicou do Presidente da Província, em 9 de outubro de 1888, a presença de um subdelegado acompanhado de duas ou três praças, posto que a vila se achava sem qualquer autoridade policial. Ele se queixou de que "os desordeiros e turbulentos campea[vam] impunes, de tudo zombando e calçando aos pés as leis e a justiça." A presença do subdelegado seria, segundo o padre, necessária mesmo que temporariamente para manter a ordem "principalmente [naquele momento] em que o comércio esta[va] cheio de ex-escravos, que [viviam] sem emprego e sem a menor ocupação, entregando-se às bebedeiras, aos jogos e aos furtos."[8] Alegando ter sido procurado por diversas pessoas prejudicadas, o padre afirmou ter encetado uma "santa cruzada" no sentido de encaminhar os libertos, aconselhando-os nas missas "a ver os seus deveres, incutindo-lhes no espírito o respeito que devem ter às leis e o amor que devem ter pelo trabalho."

O ano de 1888 não foi dos melhores para as autoridades policiais baianas. Solicitações como estas despontaram de todos os pontos da província e trouxeram sempre como alvo preferencial para a ação policial o liberto, como agente de distúrbios e desordens. O ano seguinte parece não ter sido capaz de acalmar os ânimos. Os pedidos de aumento de força continuariam chegando e a avaliação que se fez da situação, através dos jornais, não diferia das feitas pelas autoridades policiais.

É certo que esses discursos estão informados pelo racismo científico e pelo desejo de leis que obrigassem os libertos ao trabalho, que talvez funcionassem como garantia para a permanência das hierarquias do tempo da escravidão. O que chama a atenção é a coincidência entre o diagnóstico apresentado pelas autoridades policiais, pelos deputados da Assembléia Provincial e pelos textos veiculados nos jornais no que diz respeito ao comportamento de alguns libertos após a emancipação. Através dessas fontes, é possível perceber ações e estratégias utilizadas pelos libertos para disputar os significados da liberdade.

Segundo o jornal *Diário do Povo*, o direito de propriedade, "fonte de todos os outros direitos e baluarte da família e da ordem, garantidor de todas as instituições", não

[7] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6226.
[8] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 3138.

existia mais no interior da província. Sem dúvida, a disputa em torno da propriedade gerara a maioria dos conflitos na Bahia pós-Abolição (SILVA, 1984: 55-56). Os saques, incêndios e furtos de animais, de que se acusavam os libertos, não foram apenas parte do discurso da vadiagem, elaborado por ex-senhores ressentidos. Essas ações constituíram a resposta de alguns ex-escravos a uma liberdade que mudara muito pouco a sua condição. Como atestam os documentos policiais, embora não tenham se dado numa escala tal que pusessem em risco a ordem social, foram suficientes para assustar parte dos proprietários baianos e provocar calorosas discussões na Assembléia Provincial.

No artigo "A Ociosidade e a Lavoura", de 14 de abril de 1889, publicado pelo *Diário da Bahia* e assinado pela Tribuna Liberal, fez-se uma avaliação do interior da província após a lei. Para os signatários, a situação do interior era de caos. Os libertos não seriam os únicos "afetados do contágio da vadiação." O "mal" estaria tomando proporções avassaladoras e a "rapina" estava se tornando "um modo habitual de ocupação." Os lavradores exigiam que fosse permitida "a garantia de sua propriedade, a manutenção de condições normais e legais, a fim de que eles [pudessem] trabalhar para si, concorrendo para o aumento da riqueza pública." Queixavam-se por ter que manter uma vigilância constante sobre suas propriedades e bens, sob pena de perder tudo, já que se tornara comum roubarem-lhe a maior parte da produção. O artigo indagava: "Pois este governo já não tem polícia, pois os nossos códigos já desapareceram?".[9]

O Corpo de Polícia, cuja crise de efetivos se agudizara desde o ano de 1883, viu-se em apuros para responder às inúmeras requisições policiais no período posterior à abolição. Apesar disso, as forças policiais baianas recorreram a diversos recursos e estratégias a fim de manter sobre os libertos o controle social.

A reação policial

A despeito das dificuldades enfrentadas pelo Corpo de Polícia, não se abriu mão da repressão ao liberto, tomando-se várias medidas que buscavam manter o ex-cativo num lugar de subordinação. Uma das alternativas mais buscadas pelos delegados foi a chamada prisão correcional ou para averiguação, que consistia em manter o indivíduo na cadeia por alguns dias, sem que contra ele fosse feito qualquer procedimento legal. Não houve uma mudança significativa na estatística criminal por causa disso. Esse tipo de prisão era uma espécie de lição que se impunha a acusados de vadiagem, desordem e furtos, crimes

[9] BPEB, *Diário da Bahia*, 14 de abril de 1889.

considerados de menor monta, para os quais dificilmente se abria um processo judicial. Detidos por dias ou semanas, os acusados depois eram liberados sem qualquer formalidade (BROWN, 1998: 71).

Um outro mecanismo bastante usado pela polícia era obrigar os libertos a assinar termo de bem viver. Esse era um meio de informar ao indivíduo que assinava o termo de que estava sob vigilância policial, e que se cometesse qualquer deslize seria conduzido para a prisão. O termo colocava sobre o acusado o estigma da suspeição.

O recrutamento foi um recurso utilizado pelo exército, em alguns momentos até pela força provincial, para preencher seus postos (ARAÚJO, 1997:15). Os escolhidos para recrutas eram geralmente homens sem emprego e de "má" conduta; essa última expressão, dúbia e abrangente, permitia enquadrar os diversos tipos de comportamento social: bebida, jogo, briga, desordem... Os alvos preferenciais eram os indivíduos robustos, que viviam sem ocupação - facilmente enquadrados como ociosos e vadios. Os responsáveis pela escolha dos recrutas eram os delegados e subdelegados, que usaram esse artifício, muitas vezes, para afastar das localidades sob sua jurisdição os libertos que consideravam ter um "mau viver". Esse artifício forçava os libertos a buscar ocupação (BROWN, 1998:90-93).

O recrutamento era inspirado na idéia de redenção pelo trabalho. Benedito, ex-escravo, foi recrutado pelo Delegado da Vila de Curralinho, em 15 de janeiro de 1889, e apresentado ao Chefe de Polícia, que, por sua vez o encaminhou ao comandante das armas. Nas razões elencadas pelo delegado para justificar o recrutamento estava o seu comportamento desregrado. Foi acusado de ser um "completo vagabundo", e de viver "à mercê do tempo, ora roubando, ora vivendo embriagado, ora provocando desordens." O recrutamento seria, para o delegado, a "única forma de torná-lo, através do trabalho, amante da ordem".[10]

O delegado da Vila de Santarém escreveu ao Chefe de Polícia pedindo permissão para recrutar alguns libertos da lei de 13 de Maio que viviam a provocar desordens, "completamente na ociosidade cometendo roubos, e insultando geralmente, sem o menor respeito à lei e à moralidade".[11]

Esses recursos prisão correcional, termo de bem viver, recrutamento - foram utilizados pela Força Policial como armas contra alguns libertos de 13 de Maio para resolver os conflitos envolvendo trabalho e propriedade que emergiram na Bahia no período pós-emancipação.

[10] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6227.
[11] APEB, Seção Colonial e Provincial, Maço 6228.

A atuação da polícia, na segunda metade do século XIX, caracterizara-se pela ambiguidade no trato das tensões existentes entre senhores e escravos. As autoridades agiam ora punindo os escravos a mando do senhor, ora intervindo a fim de conter a violência senhorial (BROWN, 1998). Esse comportamento é a expressão da quebra do consenso em torno da escravidão. Mas o período pós-abolição, na Bahia, marcou o fim do caráter ambíguo das ações policiais; a unidade em torno da luta contra a desordem e a vadiagem passou a orientar daí em diante a sua atuação. A reação da Força Policial à Abolição será marcada pela uniformidade das ações em relação à repressão aos libertos, definindo-se o sentido da liberdade em proveito do antigo senhor que agora se tornava patrão.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Major Oséas. *Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no Século XIX* - Edição comemorativa ao 172º aniversário da Polícia Militar do Estado da Bahia. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 1997, [c1949].

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRITO, Jailton. "A Abolição na Bahia". Dissertação de Mestrado, UFBA, 1996.

BROWN, Alexandra Kelly. "On the Vanguard of Civilization': Slavery, the Police, and Conflicts between Public and Private Power in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888". Doutorado, University of Texas, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das Cores do Silêncio.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Adroaldo Ribeiro. *150 Anos da Polícia Militar da Bahia*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1995.

FONER, Eric, *Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRADEN, Dale T. "Abolition and Freedom: Bahia, 1835-1900", manuscrito submetido à UNC Press, 2001.

LARA, Silvia ."Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil". In *Projeto História*, 16(1998). MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão. Crime, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888.* São Paulo: Brasilense, 1987.

MATA, Iacy Maia. "Os 'Treze de Maio': ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-Abolição (1888-1889). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2002.

PALMA, Alcides Passos. *História da Polícia Civil da Bahia.* Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, 1978.

SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O corpus documental na pesquisa sobre os alemães no Rio de Janeiro (1808-1866)

Sylvia Ewel Lenz[1] *

Resumo: Neste artigo partilho das etapas e dos locais da pesquisa sobre a imigração alemã na capital imperial. Diferentes abordagens a diplomacia prussiana e hanseata com o Brasil, profissões e sociabilidade demandaram vasto corpus documental. Recorremos a tratados consulares e documentos paroquiais, relatos de viagem e obras celebrativas, respaldados pela historiografia alemã. Também delineamos o seu perfil profissional negociantes, artífices e fabricantes e as suas formas de associação. Percebemos que os imigrantes se reuniam tanto em torno de interesses comerciais, como confessionais, seja luterano ou calvinista.

Palavras-chaves: imigração alemã, profissões, sociabilidade

Abstract: Herewith I trace the steps and places used to research the German migration to Rio de Janeiro. Different aproaches – the Prussian and Hanseatic diplomacy with Brazil, professions and sociabilties – demanded various sources and literature. Thus I have used consular treaties, travellers reports, celebration works, backwarded by the German historiography I have also traced the professional profile tradesmen, artesans, fabricants and their association forms. I have perceived that the immigrants gathered themselves for their commercial purpose as well as for their protestantism either lutheran and calvinists

Key-words: German migration, professions, sociability

A presente pesquisa sobre a imigração alemã ao Rio de Janeiro demandou uma tipologia documental variada assim como o recurso à bibliografia adquirida no exterior. Assim, parti da abordagem política diplomática dos tratados consulares entre o Brasil e alguns Estados alemães e à sociológica, no que tange ao mundo do trabalho e às formas associação destes imigrantes urbanos. No primeiro caso, recorri à historiografia alemã sobre a Liga de Estados Alemães, constituída após as guerras napoleônicas; a questão migratória; o comércio secular das cidades hanseáticas com a América Portuguesa; o reconhecimento dos Estados recém-independentes pelo sistema estatal; as respectivas relações comerciais com o Brasil. Sobre o perfil profissional e a vida social dos imigrantes há vasta documentação na

[1] * Professora adjunta em História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina

paróquia Marthin Luther, da antiga Igreja Alemã, além das obras dispersas pelos arquivos no Rio de Janeiro.

Hermann Kellenbenz, por exemplo, especialista em comércio luso-alemão no período colonial, também apresenta estudos sobre o comércio teuto-brasileiro e seus homens de negócios, abrindo caminho para que seus seguidores aprofundassem o tema. Jürgen Schneider, por ele orientado, pesquisou o comércio franco-brasileiro, baseando-se em dados quantitativos e referindo-se a alguns negociantes alemães no Rio de Janeiro. Luis de Nascimento analisa as relações comerciais entre a Alemanha e o Brasil durante o II Reinado baseando-se em dados arquivísticos e enfocando a conjuntura econômica após a abertura comercial do Brasil ao mercado europeu. Já o Dr. Penkwitt, aprofundou-se nas relações consulares entre o Brasil Império e o Reino da Prússia.

O estudo sobre a Liga Alemã, constituída em 1815 até Confederação da Alemanha do Norte, instituída em 1866, iluminou as diferenças da economia pública dos governos prussianos, austríacos e hanseáticos, ou seja: a) a importância de Hamburgo e Bremen no comércio atlântico, desde o período colonial; b) a relevância de seus portos como escoadouros da emigração alemã, rumo às Américas, durante o oitocentos; c) a influência política exercida pelo governo prussiano sobre os Estados do norte; d) a preocupação do seu monarca com os súditos no estrangeiro, pela preservação de sua identidade cultural; e) a resistência da Casa da Áustria no que tange a emigração, ao processo industrial e à inserção no comércio além-mar.

Assim, percebi três tendências divergentes na condução econômica dos governos alemães. Ao norte, a política econômica dos Hohenzollern, centralizada, burocrática, modernizadora e industrial, respaldada pela racionalização da agricultura intensiva. A sul, a economia pública conservadora dos Habsburgos e de alguns príncipes alemães, cuja produção agrícola e manufatureira voltava-se para o mercado doméstico. Finalmente, a tradição mercantil das cidades-hanseáticas que, como entrepostos comerciais, resistiam à política econômica modernizadora do governo prussiano. Hamburgo, por exemplo, embora inserida no comércio marítimo europeu, aberta a estrangeiros, era governada por uma elite de negociantes conservadores, zelosos em manter o antigo *status quo*. O corpo senatorial aderira à Restauração protegendo-a contra eventuais inovações jurídicas e políticas e mantendo a sua autonomia citadina em meio às potências vizinhas.

Assim, vislumbrei três tipos ideais de elite na sociedade alemã. Primeiro, a mais antiga, constituída por uma nobreza rural, voltada para o continente, cujo perfil na condição de uma elite *rentière* indica que os proventos vinham do trabalho servil, portanto, da terra,

bastando esta para a economia imperial. Outra, intermediária e minoritária, herdeira do comércio terrestre, mas também marítimo, das hansas, sobreviveu nas cidades-Estado da na Liga Alemã. Formada por negociantes, caracterizou-se pelo espírito empreendedor e pelo estilo mercantil de viver, tanto no cotidiano, como na esfera pública. Finalmente, uma elite emergente, representada pela supremacia governamental prussiana, com vistas a modernizar, fortalecer, e inserir o Estado no mercado mundial com a eventual fundação de colônias.

Desta feita, comecei por rastrear a procedência dos alemães: a maioria vinha Bremen, Hamburgo e Frankfurt, além dos reinos de Hannover e da a partir de documentos diversos, tais como a lista de membros da Sociedade Germania, do Registro de Entrada de Estrangeiros do Arquivo Nacional, além de eventuais referências em diversas crônicas de viagem e biografias da época. Na Alemanha, estudei sobre a constituição da Liga Alemã - não se tratava de analisar um Estado mas sim uma federação de governos autônomos cuja economia era refreada por fronteiras, aduanas e câmbios. Notei o dualismo alemão resultante da tensão política entre Prússia e Áustria em torno da hegemonia sobre os outros Estados alemães, e a política econômica prussiana voltada para a racionalização da agricultura e da produção industrial. Então, passei para o estudo da inserção das cidades hanseáticas no mercado mundial, em meio à transição do monopólio mercantilista ao liberalismo econômico e as suas relações com a Liga. A seguir, estudei a questão emigratória e as polêmicas a favor ou contra a perda de capital humano para as Américas. Finalmente, reuni material bibliográfico sobre as as formas de associação e o cotidiano sócio-cultural dos negociantes e artesãos alemães. Então, decorrente dos dados obtidos nos registros paroquiais e oficiais, elenquei o Reino da Prússia e as cidades-Estado de Bremen e Hamburgo. O primeiro, por incluir em seu território a principal área produtora dos bens exportados para o Brasil: a Silésia e a região manufatureira da Renânia; as demais, por serem os portos exportadores desta produção, assim como importadoras de matérias primas do Brasil. Delimitei o tempo partindo do fim do monopólio comercial da metrópole sobre a América Portuguesa, em 1808, seguido pela gradual abertura do mercado brasileiro às demais nações. O período estudado finda em torno de 1866, quando a Confederação do Norte da Alemanha liderada pela Prússia acaba com a autonomia das cidades-hanseáticas. Nesta época, o presbitério da Igreja Evangélica Alemã rompeu com a Prússia, indicando discórdia com as regras impostas pelo Consistório de Berlim.

Nos arquivos do Rio de Janeiro encontrei relatos de viajantes estrangeiros inclusive de alemães, a maioria escrita por ex-mercenários, informando sobre as possibilidades de ganho e trabalho no Brasil. Seu conteúdo deu vida aos dados quantitativos

obtidos pelos Almanaques Laemmmert (1844-1866) referentes às atividades profissionais, formando uma tipologia sócio-econômica. Finalmente, procurei entender a importância das associações na Alemanha oitocentista, cotejando seus princípios e objetivos com as fundadas aqui. Analisei o corpus documental e o material bibliográfico das associações alemãs principalmente a partir de: a) arquivos paroquiais, impressos ou manuscritos em alemão antigo, da Igreja Evangélica Alemã, incluindo a obra centenária escrita por Hoepffner assim como a biografia do pastor Billroth; b) a obra do engenheiro H. Hinden, *Deutsche und Deutscher Handel*, escrita para o centenário da Sociedade Germania, em 1921, substitui a quase ausência de documentos desta associação, uma vez que só restaram algumas atas, em estado bastante deteriorado e listas de nomes; c) os documentos colhidos em arquivos alemães e brasileiros, tais como periódicos e moções individuais.

Ao que tudo indica, os livros da Sociedade Germania foram doados à Biblioteca Nacional[2] durante a devassa ocorrida no primeiro mandato de Getúlio Vargas quando a cúpula governamental proibiu associações laicas alemãs, tais como sociedades, clubes, escolas, e os alemães, inclusive os descendentes foram perseguidos e proibidos de falar na língua dos pais. A sua destruição aniquilou u a memória cultural de uma associação fundada pelos primeiros negociantes alemães e não-alemães emigrados para o Rio de Janeiro. Somente os documentos da Igreja resistiram às ações do tempo, de incêndios e das intervenções políticas. Mas pude reconstruir a vida social da comunidade alemã apesar da dispersão e fragmentação do *corpus documental,* composta de vários indivíduos, vindos de regiões diferentes. Estes como os demais imigrantes, também procuravam dar continuidade às tradições, formas de associação, relações sociais, lazer e confissão, além de consolidarem o comércio teuto-brasileiro.

Comparando a história prussiana e hanseática, constatei duas tendências antinômicas. Por um lado, o Reino da Prússia, visando inserir a economia do país no mercado mundial o que demandava a consolidação política e econômica do mesmo. Isto significava o controle centralizado e burocrático dos diversos níveis estatais, além de uma política econômica racional e produtiva, portanto, modernizadora. Por outro, os citadinos preferiam manter-se à parte deste processo maior, continuando as suas tradicionais atividades mercantis. Acima de tudo, estes almejavam manter externamente, a sua autonomia política; internamente a cultura cosmopolita e a mobilidade social. Apesar do caráter empreendedor, os hanseatas eram conservadores pois resistiam à modernização estatal e econômica liderada pela Prússia de tal modo que tais tendências antagônicas acabaram por refletir-se entre os alemães daqui.

---

[2] Cf. *Seção de Obras Raras* da Biblioteca Nacional, catálogo "Coleção Sociedade Germania", com uma anotação sobre esta doação durante a Segunda Guerra e da qual só restam, hoje, três livros.

A segunda, refere-se ao caráter temporário e assimilativo destes alemães, ou seja, quando não emigravam só por um tempo determinado, mas cá se estabeleciam, tendiam a ser assimilados, por meio de matrimônios e/ou associações comerciais. Desta forma, os imigrantes urbanos diferiram daqueles que fundaram as comunidades rurais, com algumas tendências perceptíveis nas fontes. Priorizavam mais a identidade profissional do que regional, integrando-se com outros estrangeiros. Interesses econômicos ditavam a fundação de uma sociedade com comerciantes de outras nações enquanto que outras afinidades fomentavam uniões consensuais e casamentos mistos com as brasileiras católicas. Já a religiosidade reuniu os protestantes alemães, suíços e franceses em torno de uma congregação luterana e calvinista, bilingüe.

É um trabalho de história social, uma vez que dei voz aos alemães mediante relatos, biografias, dados pré-estatísticos e documentação paroquial. Elaborei um arcabouço político-econômico com a devida presença do indivíduo, de modo a compreender como os alemães estavam inseridos naquela conjuntura e foram agentes do seu tempo Procurei compreender como se deram o trabalho e a sociabilidade dos alemães no pelo método comparativo, percebendo o quanto eles reproduziram do seu *modus vivendi* no destino. A abordagem sobre as associações alemãs nos oitocentos possibilitou a análise das que foram fundadas no Rio de Janeiro, além de elucidar os conflitos decorrentes surgidos entre os alemães no estrangeiro. Também considerei as rupturas e as permanências com as tradições de origem, até mesmo os retrocessos em relação às mudanças que ocorriam na pátria, tendo em vista uma forma peculiar, nem teuta, nem brasileira, de viver. Documentação variada, bibliografia nacional e estrangeira, objeto de pesquisa amplo, levaram-me a empregar técnicas de pesquisa diferenciadas de acordo com as temáticas abordadas. À medida que mudava o tipo de bibliografia e/ou documento a ser processado, empreguei técnicas específicas: análise da historiografia estrangeira; citações e tradução livre dos relatos de viajantes e biografias de alemães; levantamento de dados individuais para elaborar tabelas pré-estatísticas; resumo e tradução de alguns documentos paroquiais; a compreensão das associações na origem e de sua concretização no destino.

O estudo inter-relacionando a história da Liga Alemã, a questão migratória em geral, o comércio além-mar, os tratados com o Brasil, a situação específica das cidades hanseáticas, a história das associações e dos casamentos alemães no século XIX, permitiu dar sentido à documentação. Afinal, embora as fontes apontassem para certas tendências era necessário contextualizá-las e, como em um mosaico, reunir as peças para elaborar a conjuntura. A sua junção com estudos a partir do material levantado em bibliotecas alemãs

viabilizou resultados inéditos. Assim, rastreei parte da trajetória de certos indivíduos, como nas associações, cujos membros provinham de lugares diferentes, embora com interesses comuns, tais como negócios, vida social e cultural. Alguns se empenhavam em reaparecer nas diretorias destas associações, a maioria, no entanto, permaneceu no anonimato. Estrangeiros protestantes, como tantos outros não-católicos, os alemães estavam sujeitos à legislação brasileira. Mas, ao contrário dos imigrantes rurais, estes, urbanos caracterizavam-se pelo fato de serem negociantes em contato direto com as rápidas mudanças econômicas e tecnológicas; outros, como os artífices e os artistas resistiam à crescente proletarização decorrente do processo industrial em sua região de origem. Por meio de narrativas, de dados profissionais, de relatórios das associações, juntou-se as pedras do mosaico. Apresentei a história dos alemães no Rio de Janeiro vinculada à abertura de novos mercados mundiais além de trazer à tona aspectos de sua vida social, profissional e confessional no exterior. A interpretação dos textos, os diversos relatos e documentos, devidamente inseridos na conjuntura histórica alemã e brasileira, viabilizaram os objetivos. O acesso inicial a algumas fontes indicou o caminho a ser percorrido; a historiografia alemã justificou e, finalmente, os documentos corroboraram os pressupostos.

DOCUMENTOS

ARQUIVO NACIONAL - AN:

- *Registro de Entrada de Estrangeiros – REE (1808-1822)*

EVANGELISCHES ZENTRALARCHIV IN BERLIN - ZEB:

- *Jahres Bericht des Hülfsvereins*, Rio de Janeiro, 1855
- *Jahres Bericht der Deutschen Schule*, Rio de Janeiro, 1855
- *Statuten der Deutsche Schule,* Rio de Janeiro, 1855
- *Preussischer Correspondenz.* Berlin, 289, de 10.12.1854.
- *Glaubengenossen! Landesleute! A*anônimo. Rio de Janeiro, 15.2.1857.

ARQUIVO DA PARÓQUIA MARTIN LUTHER - APML:

- *Registros paroquiais IEA*

  Trau Register (8.4.1837-15.3.1860)

  Tauf Register (02.06.1837-23.11.1850)

Atas-IEA - Protokollbücher der Deutsch-Evangelischen Kirche zu Rio de Janeiro / Communité Evangelique Protestantique: 1845-1858

- *Documentos diversos arquivados em pastas numeradas e datadas:*

21 1847-1848: *Correspondenz: Financen, Abberufung P. Lallemant, Bewerbung P.Winkler, Brief P. Sauerbronn.**

24 - 1849: *Lithographierte Ansicht der Deutschen Kirche*

26 - 1849-1873: *Schweizer Anschluss*

31 1854-1856:*Correspondenz: Grundsaetzliches über Pastorenwahl,*

Abschied P.Winckler, P. Schmidt, Zuschuss des Hilfsvereins zur Schule

40- 1858-1864: *Auszüge aus den (verbrannten) Protocollbüchern*

43- 1860:*Correspondenz: Hilfsvereinszuschuss, Schule und Lehrer, Ehegesetzgebung, Schulstatuten*

47- 1861:*Correspondenz: Abschied P. Schmidt, zur Statutengenehmigung,P. Billroth, Schule*

- *Estatutos IEA*

Allgemeine Kirchen-Statuten der Deutsch-Evangelischen Gemeinde in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Laemmert, 1850 (Ref. A 1844).

Allgemeine Kirchen-Statuten der deutsch-evangel. Gemeinde in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Georg Leuzinger, 1857.

Statuten fuer die Deutsch-Evangelische Gemeinde Zu Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Laemmert's Universal=Buchdruckerei, 1865.

- *Relatórios - IEA*:

Versammlung der dt.-evgl. Gemeinde am 11. Mai 1845

Bericht der Vorsteherschaft, 1845-1846

Versammlung der dt. -evgl. Gemeinde am 2. Mai 1847

Circular an die verehrlichen Mitglieder, 11. August 1848

Bericht des Vorstandes, 21 Mai 1848-1849

Jahres-Bericht des Vorstandes, 1849-1866(

Jahres-Bericht, 1857-1858 - Bericht des Vorstandes, 14. November 1858

Jahres-Bericht, 1858-1859, Übersetzung des Ehe-Gesetz-Entwurfes / Bericht der Friedhofskommission

Jahres-Bericht des Vorstandes, 1860-1861; Voto de Reconhecimento – Dankadresse

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOBRÁFICO DO BRASIL – RJ

Almanaques do Rio de Janeiro. Anos de 1811, 1816, 1824, 1825 e 1827 – editados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Almanak Industrial e Comercial do Rio de Janeiro (de 1844 a 1866). Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert .

FONTES SECUNDÁRIAS

AVE=LALLEMANT, Robert. [1858] *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900.* Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.

BILLROTH, Albert. *Ein Evangelist in Brasilien - Aus dem Nachlass des vormaligen Pfarrers der deutsch-evangelischen Gemeinde in Rio de Janeiro*, Hermann Billroth. Bremen: Müller Verlag.

BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros alternados - Impressões do Brasil de D. Pedro I.* São Paulo: Garraux, 1929.

BURMEISTER, Herman. 1853. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro* e *Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Editora USP, 1972.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 197l.

FERREZ, Gilberto. (org.) *Saudades do Rio de Janeiro. Dedicado a S. M. O Senhor D. Pedro II por Carlos Guilherme von Theremin*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

GARDNER, George. [1836] *Viagens no Brasil.* Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

HANDELMAN, Heinrich. *História do Brasil.* 4a.ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1982.

HINDEN, H. 1921. *Deutsche und Deutscher Handel in Rio de Janeiro - Ein hundertjaehriges Kulturbild zur Zentenar Feier der Gesellschaft "Germania*". Rio de Janeiro, texto inédito.

HOEPFFNER, L. 1927. *Festschrift zur Jahrhundert-Feier*. Rio de Janeiro: Deutsch-Evangelische Gemeinde.

KIDDER, D.P.; FLETCHER, J.C. [1845-1867] *O Brasil e os Brasileiros.* 7.ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830).* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1975.

MINNEMANN, Herbert. (org.) *Tratado de Comércio e Navegação entre os Senados das Cidades Livres e Hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo e sua Majestade o Imperador do Brasil.* Hamburg: Iberoamerikanisches Institut, 1977.

NAEGELI, Julia; BORGES, Eugênio Leite. *Centenário 1862 Deutsche Schule -Colégio Cruzeiro 1962.* Rio de Janeiro: Sociedade Beneficente Humbold. 1962.

PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. *Pintores alemães no Brasil durante o Século XIX - Deutsche Maler in Brasilien im XIX Jahrhundert - German Painters in Brazil during the XIX Century*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1989.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora USP, 1978.

RANGO Capitão; LEITHOLD Cavaleiro. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

SAINT-HILAIRE, August de V*iagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Editora Itatiaia; São Paulo, Editora USP, 1975.

SANSON, Maria Lucia David de et al. *O Rio de Janeiro do fotógrafo Leuzinger. 1860-1870.* Rio de Janeiro: GMT Editores, 1998.

SCHAEFFER, *Ritter von. Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, merkantilistischer und poilitischer Beziehung*. Altona: Hammerich, 1824.

SCHLICHTHORST, Carlos. *O Rio de Janeiro como ele é (huma vez e nunca mais).* Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1943.

SEIDLER, Carl. [1835] *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo:

Editora USP, 1980.

WALSH, R. *Notícias do Brasil.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Editora USP, 1985.

WEECH, Friedrich von. *Brasiliens Gegenwärtige Zustände*. Hamburg: Hoffmann-Campe, 1828.

WEHRS, C. (1865-1942) *O Rio antigo - pitoresco e musical*. Rio de Janeiro, 1980.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Principios da Didática na Educação Histórica

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt[1]

Resumo: As questões relacionadas aos pressupostos de uma Didática da História têm sido relevantes, como atestam trabalhos de Moniot (1993); Prats (2003); Fonseca (2003); Schmidt e Cainelli (2004). Destacam-se os que têm como objeto de estudo as relações entre professores e alunos com as idéias históricas, constituindo o campo científico da Educação Histórica (BARCA,2005). O objetivo desse projeto é, tomando como referência alguns pressupostos da Educação Histórica, buscar a concretização de uma didática da história, fundamentada nos seguintes princípios: 1.A investigação e análise dos conhecimentos tácitos dos alunos; 2. A tematização e problematização do conteúdo a ser trabalhado; 3. A identificação e interpretação de fontes primárias e secundárias; 4. A compreensão contextualizada (metacognição); 5. A expressão das experiências – como categorias a serem desenvolvidas pelos professores. Buscou-se sistematizar reflexões desenvolvidas a partir de uma experiência realizada em escolas publicas da rede estadual de ensino no Paraná, bem como avaliar as potencialidades dos seus fundamentos, na constituição de uma didática da história cujo foco seja a consolidação da forma de conhecimento situacional em aulas de história.
Palavras-chave: didática da história – educação histórica – formação de professores.

Abstract: The questions related to the presupposition of the History didactics are relevant in recent studies and researchs, as reported by Moniot (1993); Prats (2003); Fonseca (2003); Schmidt and Cainelli (2004). Among these, the outstanding are the ones in which the objective is the relationship between teachers and students with historical ideas in History classes establishing the scientific field of Historical Education (Barca, 2005). The purpose of this project is, taking as a reference some presuppositions of Historical Education, to seek for the concretization of the History didactics, based on the following principles: 1 – The investigation and analysis of the tacit knowledge of the students; 2- The thematic and problematic of the contents to be worked; 3 – The identification and interpretation of primary and secondary sources; 4 – The contextualized comprehension (metacognition); 5 – The expression of experiences – like categories to be developed by the teachers. Thus, the present work has the aim to systemize reflections developed from an experience made in public schools of Paraná State – southern Brazil. Also to evaluate the potentiality of its basis, on the constitution of a didactics based on the presuppositions of Historical Education, which focus would be the consolidation of the situational knowledge form in History classes.

Key words: History didactics, Historical Education, Teachers formation

[1] Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPR; professora de Metodologia e Prática de Ensino de História-UFPR. Projeto com financiamento do Cnpq; Schmidt@qualityware.com.br

O campo da pesquisa desse trabalho foram duas escolas publicas estaduais de ensino fundamental. Na Escola A foi feito com uma professora e duas turmas de quintas séries; e um professor numa turma de sétima série. Na Escola B, em uma turma de oitava série, uma de sexta e uma de sétima, atendidas por uma mesma professora; e três turmas de sétima série, com outra professora. Tomou-se com referências estudos já realizados no campo educacional e na própria área do ensino de História. No campo educacional, estudos de CHARLOT (2000; 2001) têm apontado a importância de se levar em consideração as relações de alunos e professores com o saber, como objeto de estudo em pesquisas educacionais. Segundo este autor, "a noção de relação com o saber começa a se expandir e a ser utilizada por pesquisadores de diversos campos disciplinares: sociologia, psicanálise, psicossociologia, didática e, evidentemente, ciências da educação". (Charlot,2001,p.11). Neste sentido é que propõe a sua teoria da relação com o saber, para conceituar esta relação como "uma relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com os outros. É relação com o mundo como conjunto de significados, mas, também, como espaço de atividades, e se inscreve no tempo."(2000;p.78). Esse autor foi tomado como referência, estimulando debates e orientando perspectivas de se olhar o significado do conhecimento histórico na sala de aula.

Na mesma direção, do ponto de vista didático, os trabalhos de EDWARDS (1994) têm revelado preocupações com a relação entre os sujeitos e o conhecimento. A partir de pesquisas qualitativas de cunho etnográfico e realizando observações em aulas, essa autora construiu o conceito de "*formas do conhecimento"*, o qual pode ser utilizado para designar a existência social e material do conhecimento na escola. Para ela, alguns pressupostos influem na forma do conhecimento, como: 1. na sua lógica – pressupostos epistemológicos a partir dos quais determinados conhecimentos são sistematizados -; 2. a lógica da interação – forma segundo a qual o conhecimento se objetiva em um conjunto de relações que estabelecem professores e alunos; 3. no conteúdo, na maneira de ensinar e na relação professor/aluno.

Nesta perspectiva, EDWARDS (1997) propõe três categorias ou formas que foram utilizadas, neste trabalho, para que os alunos-investigadores observassem as práticas de professores de História.

A primeira é a "**Forma de conhecimento tópico**". Neste caso, estão excluídas as explicações e participações dos alunos. O saber tem um status em si mesmo e não como um significado para quem aprende. O conhecimento histórico é apresentado como uma verdade absoluta. A segunda é a "**Forma do conhecimento como operação**", a qual pressupõe uma

orientação e uma tarefa que conduza os alunos a realizar alguma operação com o conhecimento, ou seja, a aplicá-lo..Segundo a autora, esta é uma das formas que se afasta da memorização. A terceira e última é a **"Forma do conhecimento situacional**", baseada no interesse em dar a conhecer, no sentido de tornar inteligível a realidade dos sujeitos. Trata-se de um conhecimento que parte da investigação de como o sujeito já sabe, e busca intervenções para tornar o conhecimento significativo para ele. Tendo como referência as reflexões de EDWARDS foram realizadas as observações das aulas. O critério de seleção das aulas foi do próprio professor do campo de pesquisa. Os investigadores limitaram-se a acompanhar o desenvolvimento do conteúdo, durante 6 aulas, registrando em detalhes a forma como o professor o trabalhava com os alunos. Estas observações constataram que apenas uma professora apresentava proposta de trabalho que se aproximava mais da "forma de conhecimento como operação", na medida em que ela se preocupava em despertar mais o interesse dos alunos, indo além dos conteúdos e atividades sugeridos no manual didático, mesclando aulas expositivas e atividades com textos diferenciados. No entanto, nenhum dos professores apresentou qualquer tentativa que evidenciasse um trabalho na perspectiva do "conhecimento situacional".

O resultado produziu a necessidade de se pensar alternativas didáticas que pudessem contribuir para a superação das formas de relação com o conhecimento, predominantes nas aulas de História de 5ª. A 8ª. Séries, nas escolas campo de pesquisa . Buscou-se apoio, então, nas reflexões que têm surgido a partir das pesquisas constitutivas da linha de investigação em Educação Histórica.

O campo da Educação Histórica tem sido desenvolvido em países como Inglaterra, Canadá, Estados Unidos e Portugal, com algumas ramificações no Brasil. Segundo BARCA (2005)

> *" Nestes estudos, os investigadores têm centrado a sua atenção nos princípios, fontes, tipologias e estratégias de aprendizagem em História, sob o pressuposto de que a intervenção na qualidade das aprendizagens exige um conhecimento sistemático das idéias históricas dos alunos, por parte de quem ensina (e exige também um conhecimento das idéias históricas destes últimos. A análise destas idéias implica um enquadramento teórico que respeite a natureza do saber histórico e que deve reflectir-se, do mesmo modo, na aula de História".(p.15).*

Dentro desse campo específico optou-se pelos pressupostos da Aula Oficina (BARCA, 2004), da investigação e do trabalho com os conhecimentos prévios (BARCA,2004; AINSENBERG, 1994; FERREIRA/DINIS/CHAVES, 2004) e a possibilidade

de progressão de idéias históricas em jovens (LEE, 2001;2003) para laboração do projeto de investigação-ação, o qual consistiria nas seguintes fases, além daquela já realizada na observação:1 Elaboração do instrumento,investigação e avaliação dos conhecimentos prévios dos alunos. 2. Desenvolvimento das atividades da aula oficina, com utilização de fontes históricas; 3. Aplicação do questionário de metacognição; 4. Análise dos dados e elaboração de relatório.

Uma das dificuldades encontradas nessa fase do projeto foi a de superar as investigações dos conhecimentos prévios como mera obtenção de informações específicas sobre o que os alunos já sabiam sobre os conteúdos. Partiu-se da concepção de Aula Oficina (BARCA, 2004), segundo a qual o professor é um investigador social que busca compreender e transformar o mundo conceitual dos seus alunos, realizando um processo que passe *por uma compreensão contextualizada do passado, com base na evidência disponível, e pelo desenvolvimento de uma orientação temporal que se traduza na interiorização de relações entre o passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado" (2004,p.134).* Neste processo, o aluno é entendido como agente da sua formação com idéias prévias e experiências diversas e o professor como investigador social e organizador de atividades problematizadoras; o conhecimento histórico é visto a partir de sua natureza multiperspectivada e nos seus vários níveis: senso comum, ciência e epistemologia; as estratégias e recursos são múltiplos e intervenientes; a avaliação é feita a partir de todo o material produzido pelo aluno; e os efeitos sociais são focados nos agentes sociais.

A Aula Oficina, segundo BARCA tem os seguintes passos: Interpretação das fontes (ler fontes diversas com suportes diversos, com mensagens diversas, cruzar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade; selecionar as fontes com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses descritivas e explicativas). Compreensão contextualizada entender ou procurar entender situações humanas e sociais em diferentes tempos, em diferentes espaços; relacionar os sentidos do passado com a sua própria vida presente e com projeções ao futuro; levantar novas questões, novas hipóteses para serem investigadas, o que, para BARCA, constitui a essência da progressão do conhecimento. Comunicação exprimir a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade das linguagens culturais.

Este processo sugerido na Aula Oficina de BARCA (2004) resultou na necessidade de incorporação da atividade de investigação dos conhecimentos prévios, como o primeiro passo da aula, seguido do uso e interpretação de fontes históricas, construção da compreensão contextualizada, comunicação e construção de narrativas históricas, e análise da metacognição.

Para investigar os conhecimentos prévios sobre os conteúdos que seriam trabalhados Fundação de Curitiba , Egito Antigo, Império Muçulmano, Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, Guerra do Contestado, Civilização Mesopotâmica , os investigadores procuraram construir um instrumento referenciado, principalmente, no trabalho de FERREIRA/DINIS/LEITE/CHAVES (2004)sobre o conceito de Renascimento. Este trabalho baseia-se em metodologia de estudo sobre a cognição histórica com características da investigação-ação, particularmente por se tratar de um estudo in loco, com o objetivo de se conhecer um problema concreto, localizado numa situação imediata, permitindo, ainda, que seus resultados sejam traduzidos em modificações e ajustamentos, para produzir mudanças. Cada grupo de dois ou três pesquisadores construiu o seu instrumento de investigação a partir de critérios como: chuva de idéias, definição o conceituação do tema, análise espontânea de imagens, opiniões pessoais sobre determinadas explicações históricas.

Esta investigação foi realizada em uma aula pelos próprios pesquisadores , como este feito por SILVEIRA/PEREIRA (2005) -"Aplicação do questionário para verificação dos conhecimentos prévios. Duração 30 média de 30 minutos. Os alunos se mostraram interessados em responder as questões. Entretanto, ficaram um pouco receosos com as respostas, pois acreditavam que valia nota ou que poderiam responder de maneira errada. Foi esclarecido que não existem respostas erradas, desta maneira, ficaram mais calmos. Os alunos, também, nos pediram auxílio para responderem as perguntas". Estes registros motivaram discussões e reflexões em torno da avaliação e do significado do erro na relação ensino-aprendizagem.

A análise dos resultados desta primeira investigação foi realizada a partir da organização das respostas dos alunos em categorias ou níveis de idéias. Esta análise foi apresentada aos alunos, em aula, quando todos puderam observar as diferentes maneiras de expressar idéias sobre o mesmo conteúdo, identificar-se nas respostas apresentadas, além de permitir que o aluno-mestre fizesse a contextualização e problematização do tema. Ademais, serviu como fonte de orientação para a seleção das fontes para serem exploradas, para escolha

das narrativas historiográficas complementares, bem como dos outros materiais que foram utilizados em aulas, tais como mapas e textos informativos.

Segundo os investigadores, o contato com as idéias prévias dos alunos trouxe elementos interessantes para a interpelação do conteúdo a ser ensinado, como pode ser observado em alguns exemplos.A partir dos conhecimentos prévios sobre o conceito de civilização e guerra, puderam, por exemplo, construir aulas na 8ª. Série sobre a Guerra do Contestado "As respostas apresentadas no questionário de conhecimentos prévios mostraram que os alunos traziam conceitos pouco históricos sobre a noção de guerra, demonstrando que ainda estavam presos essencialmente a imagens de violência e conflito bélico, em detrimento de uma compreensão mais problematizada. Com relação à noção de civilização, os alunos apresentaram uma idéia difusa que remetia a idéias de boas maneiras, respeito".(SEIXAS/RIBEIRO, 2005). A investigação sobre o que os alunos sabiam sobre revolução industrial (7ª. Série) pode indicar que eles "tinham uma visão da Revolução Industrial mais voltada para o campo tecnológico e que as pessoas saíram do campo para a cidade para melhorar de vida (...) Por isso, nas intervenções que realizamos, fundamentamos três pontos para ampliar a idéia de Revolução Industrial: a noção de divisão do trabalho, as conseqüências sociais e a transposição para os dias atuais" (FILA/MOLEDO/GUEIBER,2005).

O planejamento das intervenções foi realizado a partir da análise dos conhecimentos prévios dos alunos, como pode ser observado neste exemplo referente ao conteúdo "Fundação de Curitiba",desenvolvido por STRAPASSON e COSTA FILHO – "Planejamos nossas intervenções em cima da análise dos conhecimentos prévios dos alunos. Nesta análise constatamos que a maioria dos alunos (quase dois terços da turma) atribuiu a fundação da Vila de Curitiba à passagem dos tropeiros na região, outros alunos atribuíram a fundação a um "achamento" da cidade pelos europeus, mas pelo motivo de quererem conhecer outros povos ou terra para dominar, ou seja, ninguém citou, nem mesmo na questão três onde os alunos deveriam citar palavras ou expressões que se relacionassem com a fundação de Curitiba, a questão da procura por metais preciosos, mas precisamente o ouro – que é o real e principal motivo que fez com que o litoral do Estado fosse povoado, que levou os portugueses a transporem a Serra do Mar, conseqüentemente, a colonização do primeiro planalto, primeiro de maneira precária com arraiais auríferos e depois de maneira definitiva com a fundação da Vila de Curitiba" (2005, p. 14).

Para desenvolver a compreensão contextualizada, Strapasson e Costa Filho trabalharam com mapas históricos: mapa do Tratado de Tordesilhas (1494); mapa do Tratado de Madrid (1750); mapa do Traçado dos principais caminhos que existiam na região do atual Estado do Paraná e mapa da Baía de Paranaguá, por meio dos quais procuraram desenvolver a localização espacial e temporal, além de resolver um equívoco que apareceu de modo recorrente, nos conhecimentos prévios dos alunos, qual seja a de que a cidade de Curitiba havia sido fundada pelos tropeiros. Ademais, foram utilizados fragmentos de narrativas historiográficas, sob a forma de documentos escritos, a partir dos quais os alunos puderam construir explicações sobre a fundação da cidade de Curitiba.

Segundo ASHBY (2003), os professores precisam compreender quais as idéias que os alunos trazem consigo para a sala de aula para que sejam capazes de criar materiais de aprendizagem e oportunidades de ensino. Ademais, para esta mesma autora, os alunos precisam demonstrar sua compreensão histórica, ou seja, mostrar que não aprenderam apenas a regurgitar fatos e pormenores históricos, " mas têm que ser capazes de dar-lhes significado e de organizá-los em relação a outros, como explicações ou narrativas que envolvem mudanças, desenvolvimento e continuidade. Também lhes deve ser pedida a compreensão de como as particularidades da História são estabelecidas com base na evidência e de como a evidência é usada para construir narrativas e interpretações do passado.(p.37-38)". A utilização de documentos históricos foi uma das atividades privilegiadas pelos a pesquisadores em suas intervenções, buscando superar dificuldades apresentadas pelos alunos, principalmente o fato de que esta metodologia ainda não é freqüente nas aulas de História.

A análise dos níveis de compreensão dos alunos foi realizada a partir das categorias propostas por LEE (2003), para quem a História ensinada nas escolas "não pode ser confundida com o senso comum, mas precisa fazer com que os alunos, tal como os historiadores, têm de compreender por que motivo as pessoas atuaram no passado de determinada forma e o que pensavam sobre a forma como o fizeram, mesmo que não entendam isto tão bem quanto os historiadores"(p.19). Neste sentido, somente quando as crianças e os jovens compreendem os vestígios do passado como evidência no seu mais profundo sentido, isto é, como algo que deve ser tratado não como mera informação, mas como algo de onde podem retirar respostas a questões, é que o conhecimento histórico passa a ter significado para eles. LEE,(2003), elaborou um modelo de progressão em empatia histórica, com sete níveis. Nível 1 – tarefa explicativa não alcançada; Nível 2 – Confusão;

Nível 3 – Explicação por meio de assimilação e déficit; Nível 4 – Explicação por meio de papéis e/ou esteriótipos; Nível 5 – Explicação em termos da lógica da situação vista à luz do cotidiano/presente; Nível 6 – Explicação em termos do que as pessoas naquele tempo pensavam – empatia histórica; Nível 7 – Explicação em termos de um contexto material e de idéias mais amplo.

Exemplo desta análise pode ser encontrado na experiência dos alunos-investigadores BERTOLI e DAVID JOÃO (2005) que trabalharam o conteúdo "Chegada da Corte Portuguesa no Brasil", conforme relatam –"Pudemos notar que grande parte dos alunos nunca tinha ouvido falar na palavra corte, confundindo-a com a variação do verbo cortar. Em um momento inicial, buscamos esclarecer exatamente o que seria esta corte portuguesa (sempre em relação com as respostas apresentadas), para mais tarde nos aprofundarmos no conceito no decorrer das aulas.(...)." Após a concretização das atividades em suas intervenções (exploração das evidências, construção de narrativas pelos alunos), o resultado surpreendeu os investigadores, pois, uma aluna conseguiu relacionar a permanência da Corte Portuguesa com as conseqüências que a sua permanência no Brasil trouxe. A aluna colocou que esta permanência representou o fenômeno de distinção social, e também de poder político nas mãos de funcionários portugueses, conseguindo relacionar a um sistema de valores os conhecimentos que já possuía sobre o assunto. Desta forma demonstrou um trabalho de interpretação.

A última parte da Aula Oficina foi a aplicação de um instrumento de metacognição, em que se procurou analisar a consciência que os alunos tinham de sua própria aprendizagem (BARCA,2004), a partir de questões como: - o que você aprendeu de novo nestas aulas? O que você já sabia? O que gostou mais de aprender? O que gostaria de saber mais sobre esse assunto? -.Ademais, nesta avaliação final, foram incluídas questões referentes ao conteúdo estudado, que estimulassem os alunos a fazerem relações entre o presente e o passado, a partir da construção de argumentações históricas pessoais.

Pode-se afirmar que este projeto, cujos referenciais se baseiam nos pressupostos da Educação Histórica trouxe uma grande contribuição à especificidade da didática da Histõria, destacando-se: uma orientação para se observar a formas de conhecimento e aulas de história, as especificidades da relação dos sujeitos com o saber histórico escolar e uma proposta para planejamento de aulas de história na escola fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHBY, Rosalyn. Conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos. In. BARCA, I. (org.) **Educação histórica e museus.** Braga: Uminho, 2003, p.37-57.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: um projecto à avaliação. In. BARCA, I. (org.) **Para uma educação histórica com qualidade.** Braga: Uminho, 2004, p.131-144.

_____ Educação Histórica: Uma nova área de investigação. In. ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez anos de pesquisa em ensino de História.** Londrina: AtritoArt, 2005, p.15-25.

BERTOLI, André Luiz/ DAVID JOÃO, Maria Thereza. **Relatório de pesquisa.**. Curitiba: UFPR, 2005.

EDWARDS, Verônica. Las formas del conocimiento em el aula. In. ROCWELL, Elsie (coord.). **La escuela cotidiana**. México. Fondo de Cultura Econômica, 1995, p.145-172.

_____ **Os sujeitos no universo da escola.** São Paulo: Ática, 1997

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber. Elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____ A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In. CHARLOT, B. (org.). Os jovens e o saber. Porto Alegre: Artmed, 2001, p.11-31.

FERREIRA, Arminda/ DINIS, Celeste/ LEITE, Eduarda/ CHAVES, Fátima. O conceito de renascimento: uma experiência educativa com alunos de 8º.ano. In. BARCA, I.(org.).**Para uma educação histórica com qualidade**. Bga: Uminho, 2004,p.147-166.

FILA, Adriane/ MOLEDO, Nelson/ GUEIBER, Vanderlei. **Relatório de pesquisa no ensino fundamental..** Curitiba: UFPR, 2005.

LEE, Peter. "Nós fabricamos carros e Eles tinham que andar a pé": compreensão das pessoas no passado. In. BARCA, I. (org.) **Educação Histórica e Museus**. Braga: Uminho, 2003, p.19-36

_____ Progressão da compreensão dos alunos em História. In. BARCA, I. **Perspectivas em educação histórica.** Braga: Uminho, 2001.

SILVEIRA, Vera Lucia da/ PEREIRA, Welson Luiz. **Projeto – Aula Oficina.** Curitiba: UFPR, 2005.

STRAPASSON, Marcus Vinicius/ COSTA FILHO, Arylton Casimiro. **Relatório de pesquisa na Escola Fundamental**. Curitiba: UFPR, 2005

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estado nacional, soberania e a questão científica: o imperativo transfronteiriço

Ana Lucia Villas-Bôas*
Luiz C. Borges**

Resumo. Propomo-nos a analisar o Programa Espacial Brasileiro enfocando as políticas e práticas científico-tecnológicas, dando ênfase a questões relativas ao alcance transfronteiriço dos mecanismos de supervisão que permeiam a produção, utilização e transferência nesse campo de conhecimento. Examinaremos as noções de soberania e sustentabilidade nacionais face aos discursos com vistas à governabilidade global. Entendemos que a transfronteiridade e a governabilidade global são correlatos sócio-políticos da conjuntura mundializada, em face da competência de atuação e controle por parte das nações que detém a supremacia científica e tecnológica. Mobilizaremos, sociológica e discursivamente, os conceitos de global-local, sustentabilidade científico-tecnológica e soberania nacional para discutir as imbricações entre políticas científicas e de estado no Brasil.
Palavras-chave: Estado, Políticas transfronteiriças, Soberania, Tecnologias espaciais

Abstract. We propose to analyze the Programa Espacial Brasileiro regarding its scientific and technologic policies and practices, focusing some questions related to the cross-border impact of the supervisory mechanism that permeate the production, use and transfer in this particular knowledge field. We will exame notions such as national sovereingty and sustainability in view of the discourses conveying a global governability. As we understand them, cross-borderness and governability are socio-political co-related in the current trends of a worldsystem, if we consider the control and leadership held by those nations that are scientific and technologically powerful. We will focus, both sociologically and discursively, concepts such as global-local, scientific and technologic sustainability and national sovereingty to discuss the bonds between scientific and state policies in Brazil.
Keywords: State, Cross-border policies, Sovereignty, Space technology

1. Ciência e sociedade: uma relação multidimensional

Na arena mundial na qual cresce o papel de atores tais como a tecnologia, principalmente no campo da comunicação informatizada e do monitoramento remoto, observa-se também a tendência de creditar aos Estados nacionais um papel proeminente, cabendo a eles intervir e avalizar as negociações e programas multilaterais ou transnacionais. Supõe-se um fortalecimento do Estado, conquanto imerso em questões transnacionais, como garantidor, no âmbito de sua soberania territorial, das condições necessárias à sua sustentabilidade econômico-política e científico-tecnológica.

* Tecnologista sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST-MCT.
** Pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST-MCT.

> Os impactos do modelo de desenvolvimento sobre as nações têm sido consideráveis. No cenário internacional, marcado pela fluidez e uniformidade, os Estados nacionais reagem às pressões externas dos meios de produção. O reconhecimento desses impactos fez com que a auto-sustentabilidade integrasse a agenda política internacional. Ocorre, ainda, um movimento, amparado no discurso da preservação ambiental, com vistas à governabilidade global VIOLA (1997). Trata-se de um sistema institucional inter e transnacional, descentrado e desterritorializado, cujo objetivo é gerir os problemas (ambientais) do planeta, e cuja ação reguladora dar-se-ia através de empresas que não reconheceriam limites nacionais ou interesses locais.

Este processo transcende as fronteiras nacionais, embora entrelaçe-se com a da soberania dos Estados, e inaugura uma nova etapa da função civilizadora do capitalismo (IANNI, 2004), gerando uma série de efeitos transfronteiriços que podem ser avaliados pelo estágio atual do alcance industrial e tecnocientífico (VIOLA e LEIS, 1991; HARDT e NEGRI, 2001; SANTOS, 2006). O questionamento da autonomia e da territorialidade dos Estados nacionais, seja como estratégia discursiva, seja na forma de pressões inter-Estados, remete à mundialização de um capital cada vez mais fluido, diante do qual as fronteiras e os interesses nacionais-locais são flexibilizados (GRUPPI, 1978; DARC, 2002).

Considerando que "as relações internacionais reagem (...) sobre as relações políticas", vemos que um Estado se organiza e atua de acordo com as transformações da estrutura sócio-econômica, de modo que "quanto mais a vida econômica (...) se subordina às relações internacionais", mais os seus mecanismos de soberania e sustentabilidade tendem a ser afetados por essa relação (GRAMSCI, 1978: 44). Configura-se uma arena de fricções internacionais na qual sobressai-se a transfronteiridade. Esta é um componente do aparelho hegemônico que se institui seja na arena político-econômica internacional, seja na produção e principalmente nos impactos econômicos e sociais causados pelo avanço científico. Já é lugar-comum dizer-se que a sociedade se define pela forte presença da ciência e da técnica. É inegável que, uma vez que a racionalidade científica produziu uma mudança na relação do homem com a natureza e que isso foi determinante para a mundialização, a ciência e tecnologia têm um papel preponderante nos meios de produção e na formação cultural da sociedade contemporânea.

Enfocaremos as relações entre a ciência e a sociedade em um quadro histórico-social marcado pela hegemonização, de um lado e, de outro, pela imbricação entre a prática científico-tecnológica e meios de produção. Daremos ênfase às tecnologias espaciais, por nos

permitirem evidenciar as complexas interações entre ciência, tecnologia, Estados nacionais, território, soberania e a geopolítica atual. As tecnologias espaciais de sensoriamento e monitoração remotos atuam como o meio essencial de implementação de padrões sustentáveis de desenvolvimento econômico; como meio e resultado do próprio desenvolvimento econômico-tecnológico voltado para orientar a exploração não predatória do ecossistema; como vetor sócio-político que subsidia as decisões políticas; como determinante geo-tecnológico e político que qualifica como de ponta aquelas nações que dominam esse tipo de tecnologia.

2. Estados nacionais: soberania e transfronteiridade

Ao considerarmos a relação ciência-sociedade, ressaltamos que técnica e ciência comparecem de forma conjugada na formação do capitalismo. O estreitamento dessa relação é expresso na feição cientificizada da sociedade contemporânea, que não pode mais ser examinada sem que se faça referência ao componente científico-tecnológico, cujo papel organizador é relevante, pois "a atividade científica converte-se cada vez mais em uma parte integrante do fazer do social, (...) em nosso tempo alcança um grau tal de institucionalização que, pelo menos para os países desenvolvidos, constitui um dos mais poderosos instrumentos de poder, tanto político como econômico" (HERRERA, 1981: 22).

A presença do campo científico-tecnológico no contexto de reprodução da sociedade pode ser medida por sua incorporação à definição e ao funcionamento da sociedade, desempenhando uma função estratégica, como força produtiva ou mesmo como mercadoria. Isto mostra que o estado da política e o estado da técnica têm reciprocidades, visto que os avanços científicos e tecnológicos são oferecidos “como um sistema e realizados combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso” (SANTOS, op. cit: 23).

O papel da ciência na formação da sociedade mundializada aponta para uma simbiose entre ciência, poder do Estado e mercado, onde as expectativas relativas às aplicações das ciências são cada vez mais imediatas, em função de seus resultados e interesses. Assim, “novos laboratórios são chamados a encontrar novas técnicas, novos materiais, novas soluções organizacionais e políticas que permitem às empresas crescer sua produtividade e seu lucro” (SANTOS, op. cit.: 31), influindo na produção da mais-valia globalizada. A conseqüência política dessa simbiose manifesta-se no poder de que se revestem os países detentores dos avanços técnico-científico.

Discutir o imperativo tecnológico como base das transformações que vêm se

processando na sociedade é tocar a questão da diversificação dos locais de decisão que redefinem o espaço do político e das relações de poder, as quais vêm recolocando a necessidade de se rediscutir a soberania e a territorialidade dos Estados. Este novo contexto funda-se na concentração comercial, tecnológica e financeira, combinando acumulação de capital e controle na difusão do conhecimento científico-tecnológico, gerando uma polarização econômica e tecnocientífica, sobre a qual se edifica, entre as nações, um sistema de relações de poder (DARC, op. cit.).

A transfronteiridade relaciona-se ao conceito hardt-negriano de império, caracterizado pela ausência de fronteiras fixas e pelo descentramento do poder (uma espécie de soberania que chamaríamos de líquida, a partir de BAUMAN, 2001), tecendo uma rede econômico-sócio-política, composta por "organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única" (HARDT e NEGRI, op. cit.: 12). Esse conceito remete-nos à noção gramsciana de hegemonia, cuja expressão sócio-política é o bloco histórico (cf. GRAMSCI, op. cit.; PORTELLI, 1977; GRUPPI, op. cit.; BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

O que caracteriza a hegemonia é o exercício da liderança para manter uma rede de alianças, baseando sua atuação política e cultural em um conjunto de atores e fatores que constituem o aparelho da hegemonia, isto é, a formação de uma ordem e de uma orientação ideológico-cultural, cuja finalidade é "mediar os extremos, 'socializar' as inovações técnicas que permitem o funcionamento de toda atividade de direção" e, desta forma, manter a rede de correlação de forças em um sistema e em equilíbrio (GRAMSCI, op. cit.: 51, 192-193).

O Estado nacional é discursivamente construído como "fenômeno universal inevitável", do mesmo modo que a "economia-mundo-capitalista" é alçada a um patamar global WALLERSTEIN (1991). Compreende-se, desta forma, porque os centros irradiadores do progresso técnico e da concentração de capital são também a parte mais beneficiada. Assim, os conceitos de centro e periferia funcionam como uma metáfora espacial vinculada ao caráter transfronteiriço da economia capitalista, visto que organicamente a periferia não é extrínseca ao centro, faz parte dele, mesmo quando integra-se ao conjunto de atores engajados na disputa pela hegemonia. A periferia define-se quanto ao estatuto econômico-político, mas igualmente científico e tecnológico, de sua inserção na rede econômica mundial (VILLAS-BÔAS, 2001).

O espaço econômico e tecnocientífico internacional se constitui como um espaço hierarquizado, cuja expansão realiza-se na competição acirrada entre os integrantes do sistema hegemonizado, e em que a disputa pelo poder nas periferias do sistema tende a recrudescer, especialmente com relação à sustentabilidade, sinalizando o alargamento do território

simbólico e informatizado dessa disputa em nível mundial, quando já se encontram articulados os meios tecnocientíficos e econômico-político-bélicos da dominação (ADDA, 1999).

Em função do progresso científico-tecnológico, e do grau de acumulação de capital alcançado pelos países que lideram esse processo, se impôs um *modus operandi* a um só tempo político-cultural e sócio-econômico que continua predominante até hoje. No século XIX já é possível verificar alguns sinais desse processo, uma vez que se assiste ao "apogeu de uma economia ainda não mundializada mas já fortemente internacionalizada, em que as rivalidades interestatais se cruzam com as concorrências dos capitalismos nacionais, provocando (...) a sujeição das regiões periféricas e dos corpos sociais às nações centrais" (ADDA, op. cit.: 5-6).

Ciência e tecnologia são bens estratégicos e mercadorizam-se, especialmente em Estados que têm uma longa tradição de investimentos em pesquisas científicas, dispondo mesmo de toda uma estrutura institucional capacitada, com investimentos generosos em metas e com projetos estabelecidos e constantemente redefinidos segundo o grau de competitividade que lhes serão conferidos no âmbito da economia mundial. Como bens estratégicos, ciência e tecnologia tornam-se instrumentos de poder no circuito inter-estados. E é como bens que são protegidos, daí porque não serem livremente repassados, pois sua disponibilidade é estrategicamente restrita no mercado mundial, privatizado e comercializado pelos grandes agentes econômicos.

Esse processo de expansão das fronteiras econômicas das potências mundiais, associado ao desenvolvimento tecno-científico, subentende uma estrutura econômica mundial dividida em subsistemas econômicos com diferentes níveis de desenvolvimento, estabelecendo-se, em razão disso, um circuito relacional entre economias nacionais rivais (HOBSBAWN, 1977).

Nesse contexto internacional bastante competitivo é que emerge a problemática resultante da simbiose entre ciência e política na sociedade contemporânea,cujos resultados logo se fazem sentir, notadamente no campo da Física, da Engenharia, da Química e da Biologia, dado o estreitamento cada vez maior entre o desenvolvimento científico-tecnológico e as estratégias político-econômicas dos Estados nacionais. Por outro lado, essa evidëncia (apontada por SHINN e RAGOUET, 2005) põe a descoberto um preconstruído pelo qual a prática científica e a prática política mantinham-se discursivamente apartadas. Sabemos que a história do conhecimento científico constitui parte e efeito de um processo histórico determinado e, particularmente, da própria produção econômica (PÊCHEUX, 1988), cujos

indicativos encontram-se na sua aplicação prática e em sua utilização política.

Com a II Guerra Mundial se inaugura um momento decisivo de nova recomposição na relação ciência e sociedade: "a bomba atômica fruto de uma possibilidade aberta pela chamada 'ciência pura', ou seja, descomprometida relativamente a aplicações técnicas" (BARTHOLO Jr., 1987: 120). Trata-se de uma expressão bastante representativa da contemporaneidade, dado que o potencial destrutivo marcha paralelo ao potencial produtivo, podendo mesmo ultrapassá-lo, segundo BARTHOLO Jr., op. cit.: 120):

> "*... menos de seis anos se passaram entre a descoberta da possibilidade teórica, o êxito tecnológico-organizacional do 'Projeto Manhattan' e Hiroshima. O 'Projeto Manhattan' é o maior exemplo (...) da viabilidade operacional de se inserir a prática científico tecnológica" em "uma complexa divisão do trabalho, cujos atributos de especialização e parcelarização engendram uma cadeia de atividades diferenciadas entre a produção e a prática do conhecimento, no interior da qual cada elo contribui com condições adicionais para o êxito do empreendimento, embora cada qual deles isoladamente possa ser interpretado como apenas contribuindo com a geração de possibilidades de ação, descomprometidas com respeito ao sentido finalista do todo.*"

A relação ciência/sociedade permeia todas as esferas de reprodução da sociedade capitalista. A lógica da competitividade emanada do mercado e do enfrentamento intersistemas estende-se e se internaliza na prática científica, aberta e formalmente integrada aos objetivos dos Estados, os quais direcionam seus esforços para objetivos politicamente estratégicos e economicamente vantajosos. As economias mais fortes voltam-se para a criação da infra-estrutura de um aparato institucional e instrumental que exige recursos financeiros dispendiosos. Inicia-se o período da *Big Science*, da realização de pesquisas científicas complexas, audaciosas, no sentido de romper limites, inclusive disciplinares, passando da incomensurabilidade à comensurabilidade; tornando transparentes as fronteiras interdisciplinares com a aplicação de protocolos transdisciplinares. Com isso, podemos estabelecer, ainda que não causativamente, um liame entre a fluidez das fronteiras científico-tecnológicas com a transfronteiridade econômico-política. Em ambos os casos, não se anulam as territorialidades, nem as identidades, mas ocorre uma porosidade pela qual penetram as representações da matriz sócio-econômico-cultural, portanto, tecnocientífica, pelo qual penetra o discurso hegemonizante.

3. Sociedade, ciência e hegemonia

As atividades espaciais encontram, no terreno político-ideológico e tecnológico das disputas entre as nações pela supremacia, um campo muito promissor, e que nos ajuda a compreender porque os objetivos militares são colocados como metas prioritárias dos

programas espaciais. O Programa Espacial Brasileiro (PEB) não se diferencia, em sua gênese, dos demais programas espaciais.

Pode-se dizer que conjunturalmente a capacitação espacial foi determinada mais por imperativos científico-militares do que por razões econômicas e ainda em menor grau, pelas forças do mercado (LEBEAU, 1980). Essa perspectiva remete, por um lado, a uma demonstração simbólica de que as tecnologias de ponta são uma privilegiada vitrine de poder das potências mundiais, à semelhança do que ocorria nas grandes exposições científicas do século XIX; e, por outro, à dupla referência discursiva a que já nos referimos anteriormente.

Ora, como vimos apontando, a organização e a prática científicas, enquanto formas sociais, compõem relações e mediações com o conjunto da sociedade em um determinado processo histórico. Como tal, integra o aparelho da hegemonia formado por uma rede interdiscursiva, práticas e agentes, envolvendo organismos nacionais e internacionais, meios de comunicação, sistemas educacionais e culturais. Destaca-se o papel do intelectual-cientista cuja atuação, no campo do conhecimento e da divulgação, garante e mantém a adesão à hegemonia vigente, especialmente no que tange à imagem da ciência como portadora da ampla e extensa gnoscibilidade da realidade em que estamos imersos. Participam dessa rede discursiva todos os processos de produção, procedimentos inter e extracampo, organização corporativa, hierarquias e associações, meios de divulgação e protocolos de avaliação e legitimação (BORGES, 2004).

O PEB integra a esfera estratégica das decisões e necessidades estatais, daí o forte componente militar-industrial de que se reveste. De mais a mais, os programas e as tecnologias espaciais, além de pertencerem a um seleto grupo altamente controlado, têm um alcance e um impacto transdisciplinares e, sobretudo, transfronteiriços. A exploração e monitoração quer do espaço, quer da superfície terrestre, seja para fins de prevenção, preservação ambiental, seja como aporte à produção, envolvem questões que transcendem os interesses locais. Do ponto de vista tecnológico, a estrutura de um programa espacial depende de uma rede de relações que vão das tecnocientíficas às industriais e comerciais.

A competição pelas tecnologias e investimentos necessários à manutenção de um programa espacial resulta, de um lado, em associações do tipo ciência-indústria e civil-militar; e, de outro, no exercício de um controle por parte daqueles que detém os avanços nesse campo. Desse modo, a transmissão e a comercialização dessa tecnologia inserem-se na estratégia dos Estados produtores para manter a hegemonia, reforçando relações de dependência.

Em VILLAS-BÔAS e BORGES, 2006, traçamos o perfil histórico e sócio-político

do PEB, mostrando a capacitação institucional do Brasil nessa área de ponta, considerada um elemento importante em termos de soberania territorial, em uma ordem mundial marcada pelas contradições entre o local e o global. O Brasil investe em programas de desenvolvimento tecnológico, em sistemas espaciais e em infra-estrutura de apoio. Consolidou uma comunidade científica, internacionalmente reconhecida, na área de sensoriamento remoto, meteorologia, oceanografia e em engenharia e tecnologia espaciais; acumulado um considerável patrimônio espacial, com impactos positivos na indústria de componentes e peças de altíssima precisão.

Na arena de disputa em que território e soberania nacionais se confrontam com uma economia transnacionalizada, em que se observa uma concentração comercial, tecnológica e financeira, levando à polarização econômica, e em que a informação circula dos grandes centros produtores para os demais integrantes da rede, a luta por maiores investimentos e por uma autonomia no campo científico e tecnológico representa uma meta estratégica prioritária para aqueles Estados que almejam manter sua soberania e garantir sua sustentabilidade.

Referências

ADDA, Jacques. *A mundialização da economia. 1. Gênese*. Lisboa: Terramar, 1999a.

BARTHOLO Jr., Roberto S. *Os labirintos do silêncio: cosmovisão e tecnologia na modernidade*. Rio de Janeiro: Marco Zero/COPPE/UFRJ, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, 2001.

BORGES, Luiz C. De ciência a mito: competência e legitimação científicas. In. XI ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RJ – DEMOCRACIA E CONFLITO, 11, 18 a 22.10.2004. Rio de Janeiro. *Livro de Resumos...* Rio de Janeiro: ANPUH/EDUERJ, 2004. p. 53-54.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DARC, Costa. Globalização e violência. In. FRIDMAN, Luis Carlos (org.). *Política e cultura. Século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Alerj, 2004. p. 43-62.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERRERA, A. *Ciência y política en América Latina*. México: Siglo Vientiuno, 1981.

HOBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEBEAU, A. Activités spatialles et forces économiques. In. *Proceedings of the International Colloquium on Economic Effects of Space and Other Advanced Technologies*. Paris, 1980. p. 11-22.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VILLAS-BÔAS, Ana Lucia do Amaral. *Sustentabilidade e soberania geopolítica das tecnologias espaciais*. Rio de Janeiro: Leccgragh-Autores Independentes, 2001.

VILLAS-BÔAS, Ana Lucia; BORGES, Luiz C. O Estado brasileiro e a questão das tecnologias espaciais: do GOCNAE à AEB. In. XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH-RJ: USOS DO PASSADO. 12. Rio de Janeiro, 14 a 18.08.2006. *Resumos e Programação...* Rio de Janeiro: ANPUH/UFF, 2006. p.35.

SHINN, Terry; RAGOUET, Pascal. *Controverses sur la science*. Pour une sociologie transversaliste de l'activité scientifique. Paris: Raison d'Agir, 2005.

VIOLA, Eduardo. Globalização, democracia e sustentabilidade: as novas forças sociopolíticas transnacionais. In. BECKER, B.K; MIRANDA, M. (orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 1997.

VIOLA, Eduardo; LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In. LEIS, H.R. (org.). *Ecologia e política mundial*. Petrópolis: Vozes/Rio de Janeiro: FASE/AIRI/PUC, 1991.

WALLERSTEIN, I. *geopolitics and geoculture: essays on the changing worldsystem*. London: Cambridge, 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A re-significação da Universidade nos marcos das mudanças no estado brasileiro nos anos 1990

Maria da Graça Nóbrega Bollmann[1]*

Resumo*:* Este estudo trata da concepção de universidade no contexto da reforma educacional brasileira, a partir da análise da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do papel dos movimentos da sociedade civil frente às ações da sociedade política, nos anos de 1990. Integra a pesquisa "A Educação Superior em Santa Catarina-Brasil: um estudo na perspectiva do Direito à Educação", do Programa de Pós-Graduação-Mestrado, da Universidade do Sul de Santa Catarina. Toma-se como referência, a concepção de universidade, cuja legitimidade de atribuições lhe é conferida pelo princípio da autonomia, *locus* da produção de conhecimento, diferenciando-a de outras instituições sociais. A concepção de universidade pública e autônoma, no Brasil, é influenciada pela redefinição da concepção de Estado, fruto da "nova" ordem capitalista neoliberal."
Palavras–chave: Universidade – Reforma – Estado.

Résumé: Cette étude traite de la conception de l'université dans le contexte de la réforme de l'éducation brésilienne, depuis l'analyse de la Constitution du Brésil de 1988 et du rôle des mouvements de la société civile face aux actions de la société politique, dans les années 1990. Elle s'intègre dans le cadre de recherche «L'Éducation Supérieure à Santa Catarina - Brésil: une étude de la perspective du Droit à L' Education », du programme de Post-Licence-Maîtrise en Education, de l' Universidade do Sul de Santa Catarina. Comme référence, cette étude utilise la conception de l'université dont la légitimité d' attributions lui est donnée par le principe de l'autonomie, locus de la production du savoir, qui la différencie des autres institutions sociales. La conception de l'université publique et autonome, au Brésil, est influencée par la redéfinition de la conception de l'état, fruit du "nouvel" ordre capitaliste néo-libéral.

Mots-clé: Université – État – Réforme .

[1] * Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC;
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
gracabol@uol.com.br

Como fruto da "nova" ordem capitalista neoliberal, o "novo" modelo de Estado redefine, também, um "novo" modelo de universidade funcional, para atender às novas exigências do mundo capitalista. Surge, então, no âmbito do chamado Estado Mínimo, uma "universidade para o mercado", ou ainda, "uma organização social".

A história da educação superior tem início, no mundo, com a criação da Universidade de Karueein, em Fez, Marrocos (859), e com a Universidade de Al-Azhar, no Cairo, Egito (988). Na Europa, cem anos depois (1088), foi criada a Universidade de Bolonha na Itália, conhecida, até hoje, entre outras razões, pela Declaração de Bolonha, que integra o processo de Bolonha. [2]

A discussão da concepção de universidade, em geral, e de universidade autônoma, em particular, está presente, no âmbito europeu, no "processo de Bolonha". No Brasil, é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 que, no artigo 207 do Título da Educação, define a concepção de Universidade.

Renunciando ao aprofundamento teórico que esse tema requer, tentaremos, neste trabalho, fazer algumas considerações sobre o processo de re-significação de conceitos da educação superior, em especial, de universidade, frente às mudanças na concepção de Estado nos anos de 1990. Para isso, percorremos a história da criação das universidades, detendo-nos no processo de Bolonha, também influenciado pela globalização neoliberal.

O processo de Bolonha teve início no final do século XX e refere uma das mais importantes transformações das universidades européias. De acordo com os estudos de Hortale & Mora (2004, p.940), as universidades européias, na sua grande maioria, eram e continuam sendo públicas; a autonomia universitária como expressão da liberdade acadêmica é definida por lei, e os cursos, em geral, são homogêneos e de caráter nacional. Essas

exigências, do ponto de vista do atendimento ao *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), continuam apesar das reformas do processo de Bolonha.

O principal objetivo das mudanças estruturais nas universidades européias sob o signo do processo de Bolonha parece, então, contraditoriamente, ser o de adaptar-se aos tratados da União Européia (UE), os quais entendem que as universidades não estão ensejando "a necessária" diversidade cultural; a necessária integração das universidades

[2] Em 19 de junho de 1999, Ministros da Educação de vinte e nove (29) países europeus se reuniram em Bolonha, para subscrever o acordo "Declaração de Bolonha" com validade até 2010, para possibilitar uma "Área Européia de Educação Superior". Após, na cidade de Bergen – Alemanha, em 2005, quarenta e cinco (45) Ministros de Estado da Educação acrescentaram novas orientações, que, do ponto de vista do "novo" momento histórico, redefinem o chamado Processo de Bolonha.

públicas com a sociedade; o "suficiente" financiamento privado das universidades públicas; o distanciamento entre essa instituição e a prestação de serviços, necessário ao mundo do trabalho globalizado; e, também, a necessária "eficácia" e "eficiência", sem as quais há um constante desatrelamento dos fins da universidade: "possibilitar competitividade em nível nacional e internacional".

Procuramos analisar are-significação da universidade tendo, como referência, a concepção de universidade construída historicamente, no Brasil, no âmbito dos movimentos organizados da sociedade civil. Neste caso, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública:

> *A universidade, como importante patrimônio social, caracteriza-se pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. Ela é, essencialmente, um elemento constitutivo de qualquer projeto estratégico e de construção de uma identidade social, além de uma instituição social de interesse público, independentemente do regime jurídico a que se encontre submetida. (ANDES-SN, 2003, p.15).*

Esta formulação derivou, também, do artigo 207 da Constituição Federal de 1988: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão"(http://legis.senado.gov.br/con1988/CON1988-5.10.1988/art_207_.htm).

Não temos intenção, neste texto, de realizar análise exaustiva da Declaração de Bolonha, mas, sim, de apontar, aspectos que expressam a concepção de universidade como instituição social, ou como organização social. Conforme afirmamos anteriormente, há contradições expressas nos conteúdos da Declaração de Bolonha, pois, se de um lado, é reafirmada, pelos Ministros signatários, a necessidade de a universidade continuar pública e de qualidade, com ênfase na pesquisa, de outro está clara, na formulação do parágrafo abaixo, a identificação com a concepção de universidade na ótica do mercado, com uma organização social:

> *Teremos que fixar-nos no objectivo de aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas através da atracção que a sua cultura tem por outros países. Teremos que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atracção que seja semelhante às nossas extraordinárias tradições culturais e científica.(* Declaração de Bolonha, 1999, p. 2)

Marilena Chauí, em 2003, ao proferir a Conferência de Abertura na 26ª Reunião Anual da ANPEd, acrescenta novos elementos de análise, que continuam atuais, face à re-significação de conceitos de universidade:

> *[...] em última instância, a universidade, mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria antes um reflexo deles.[...] a mudança sofrida por nossa universidade pública nos últimos anos, particularmente com a reforma do Estado realizada no último governo da República. De fato, essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como Setor de Serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura.[...] ANPEd, 2003, p.3)*

O apelo à reestruturação da universidade vem seguindo as normas dos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os quais localizam a educação no ramo de serviços não-exclusivos do Estado,deixando de ser um direito público e dever do Estado, para ser considerada um "serviço". E, como tal, definido pela lógica do mercado e não pela sua importante função científica.

A universalização de um "novo" modelo de universidade é definida no processo de globalização e por ele. Em sociedades desenvolvidas, como as européias, o "Estado de Bem Estar Social" atenuou as conseqüências do modelo capitalista excludente durante muitos anos. Isso se percebe, no caso da educação superior-universidade, pela quantidade de instituições públicas. E, embora o processo de Bolonha expresse, nos objetivos da Declaração do mesmo nome, o necessário "aumento de **competitividade** entre as universidades européias" e, ainda, a "formação para o **mercado** dos graduados" dessas instituições, o fato é que universidades as quais, historicamente, se caracterizaram como instituições sociais de domínio público, pode transformar-se em organizações sociais de domínio privado.

. A orientação para essa mudança surge no âmbito das orientações necessárias para conter a chamada crise do Estado de Bem Estar Social e do Estado Desenvolvimentista, nos escritórios da OMC, Banco Mundial e FMI. Surge da "necessidade" do modelo capitalista realizar o ajuste de sua economia nos moldes neoliberais. Surge, no caso da reforma das universidades públicas, do documento do Banco Mundial "El desarrollo en la práctica. La Enseñanza Superior: l*as lecciones derivadas de la experiencia",* datado de 1994. Surge, enfim, do chamado *"Consenso de Washington*" e que, de acordo com SGUISSARD (2005, p.14), resume-se no que segue:

> *a) o Estado se desvencilhe da manutenção da educação superior (mantendo, porém, seu controle) e ocupe-se da*

educação básica, deixando o nível superior, preferencialmente, a cargo da iniciativa privada;

b) as instituições de educação superior sejam organizadas e geridas à imagem e semelhança de empresas econômicas;

c) a excelência acadêmica seja medida por critérios de qualidade nos moldes administrativo-empresariais (produto/custo/benefício);

d) *as universidades públicas sejam privatizadas ou diversifiquem suas fontes de recursos via cobrança de mensalidades, contratos de pesquisa com empresas, venda de serviços e consultorias, e, ainda doações da iniciativa privada;[...]*

No Brasil, a concepção de universidade autônoma, de qualidade social e sustentada no princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e na universalidade na produção do conhecimento, tem, ao longo dos últimos vinte anos, dificuldade em se manter.

Em primeiro lugar, a sociedade brasileira, a maioria excluída desse nível de ensino

– apenas 11% dos jovens entre 18 e 24 anos consegue matricular-se na universidade brasileira, sendo que, destes, apenas 22% na universidade pública –, desconhece o papel dessa instituição de ensino superior, associando-a, quase sempre, com o pragmatismo de suas funções de ampliação dos níveis de empregabilidade e mercado de trabalho. Com isso, o senso comum que reforça a visão conservadora e "natural" da exclusão, própria da sociedade de classes, impede à maioria da população brasileira, muitas vezes com o concurso da mídia, conhecer os fins e os princípios da universidade e da sua autonomia didático-pedagógica, administrativo-patrimonial e de gestão financeira. Também, os parlamentares, de um modo geral, são poucos os defendem a concepção de universidade e de sua autonomia e o(s) Governo(s), por sua vez, sempre se comprometeram com a lógica dos organismos internacionais.

Então, não por acaso, em 1992, ainda no Governo Collor de Melo, surge pela primeira vez, na forma de Proposta de Emenda Constitucional (PEC n. 56-A / 1991), a tentativa de mudança do artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Outra Proposta de Emenda Constitucional, a PEC n. 370 / 1995, tenta derrubar o preceito constitucional da autonomia universitária, projeto que tramitou no Congresso Nacional, por mais de 6 anos, praticamente durante todo o primeiro mandato do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e do seu Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996) estabelece, nos artigos n. 53 e 54 do Capítulo da Educação Superior, normas para a autonomia universitária. E, ainda que, durante os oito anos de sua tramitação, os movimentos organizados de educação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública se tenham posicionado contrários às mudanças por ela estabelecidas, em especial, na Educação Superior, foi aprovada e sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Novamente, em 1999, um Projeto de Lei da Câmara Federal tenta mudar a norma legal da Constituição Federal no que se refere à autonomia da universidade, a qual também não se concretizou, em virtude da intervenção dos movimentos organizados da sociedade civil.

Essa é uma característica da reforma da universidade brasileira, que, sob o efeito da mudança nas conjunturas nacional e internacional do mundo globalizado, imprime outro significado às instituições de um modo geral e à universidade, em particular.

Portanto, no cenário de "enxugamento do Estado", era necessária a mudança no aparato legal que possibilitasse o "necessário" processo de privatização das políticas públicas, como saúde e educação. Deste modo, é no contexto da re-significação do Estado Brasileiro, que as propostas e orientações de mudança na concepção de Universidade – o que, por sua vez, contribui para sua re-significação–, são realizadas.

Assim, a Universidade, importante patrimônio social da humanidade, se submete às mudanças socioeconômicas advindas da transformação do Estado, o qual, no Brasil, teve como marco, em 1994, enquanto tramitava no Congresso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Diretor da Reforma do Estado, de autoria de Luis Carlos Bresser Pereira, após, Ministro do Governo Cardoso. Esse documento também se constituiu como base para as diferentes reformas da Constituição Brasileira, fragmentando-a e redefinindo os direitos, transformados, então, em serviços privados.

Emprestando a Chauí (2003, p.2):

> *[...] desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social,[...], num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais e, estruturada, por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado [...]. (CHAUI, 2003, p.2)*

Nos últimos anos, mais do que nunca, a universidade, autônoma, pública e gratuita está ameaçada. A autonomia tem constituído uma preocupação constante desde a origem da universidade, como também, a "Reforma Universitária", nos últimos anos. Se nos anos de 1980, especialmente, em 1988, muito se conquistou para atribuir à universidade brasileira sua autonomia, nos anos de 1990 foram inúmeras as tentativas de descaracterizá-la como instituição que produz conhecimento por meio de atividades indissociáveis de pesquisa e ensino.

E, nos anos de 2000, aparece, pela primeira vez, desde 1968 [2], a expressão "Reforma Universitária", mais precisamente em 2003, no Governo de Luiz Ignácio Lula da Silva. Foi no período compreendido entre 2003 e 2006 que mais projetos de reforma universitária surgiram, seja sob a iniciativa do Poder Executivo, seja no Parlamento.Essa decisão de "reformar a universidade brasileira" se sustenta na adequação à nova ordem mundial e nos "novos" conceitos estabelecidos por essa nova ordem, como: flexibilidade, competitividade, eficácia, eficiência, produtividade, excelência, competência, eqüidade, entre outros.

Nessa perspectiva, a possibilidade de se extrapolarem as fronteiras do conhecimento prático e utilitário e de se conceber a universidade como uma instituição social jamais como uma organização derivada do mercado–, exigirá que a sociedade brasileira como um todo e a sociedade civil organizada se disponham a intervir com muito fôlego nessa disputa de projetos

de universidade, a qual está submetida, por sua vez, à disputa mais ampla de projeto de mundo, de estado, de sociedade.

Nessa perspectiva, a possibilidade de se extrapolarem as fronteiras do conhecimento prático e utilitário e de se conceber a universidade como uma instituição social – jamais como uma organização derivada do mercado–, exigirá que a sociedade brasileira como um todo e sociedade civil organizada se disponham a intervir com muito fôlego nessa disputa de projetos de universidade, a qual está submetida, por sua vez, à disputa mais ampla de projeto de mundo, de estado, de sociedade.

[2] Em 1968, durante a Ditadura Militar, entre outras medidas, foi promulgada a Lei n. 5.540 de 28 de novembro, conhecida como Lei da Reforma Universitária, revogada pela Lei 9394/1996 – LDB

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. **Cadernos ANDES** 3ª Ed. Brasília, DF, 2003**.**

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Fomento – Banco Mundial: **El desarrollo en la práctica**. **La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Buenos Aires: (mimeo), 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. Disponível em:<http://www.senado.gov.br> Acesso em 05 Jan.2007.

BRASIL. Congresso. Lei n.9.394, de 20/12/96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:< http:// www.planalto.gov.br > Acesso em: 15 jan.2007.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28/11/1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisabasica.actio> Acesso em 2 mai. 2007.

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional – PEC n. 370 de 1995**.Disponível emhttp://camara.gov.br>Acesso em 20 jan.2007.

BURBULES, C.;Torres, C.A. **Globalização e Educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre. ARTMED Editora S&A, 2004.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Conferência de Abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu, MG: (mimeo), 2003.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã,1996.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999. Documento disponível em: < http:// : www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/5FE89836-7A33-4FA6-994A- E7A841BAA5/1818/Declaracao_**Bolonha**_portugues.pdf > Acesso em 3 mai.2007.

HORTALE, V.S. e MORA, J.G. Tendências das Reformas da Educação Superior na Europa no Contexto do Processo de Bolonha**. Educação & Sociedade,** Campinas, v.25, n. 88, p.937-960, 2004.

SGUISSARD, W. et al. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

SHIROMA, E. O., EVANGELISTA, O., TORRIGLIA, P. L. **Iluminismo às Avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As políticas públicas na esfera cultural no Império: o caso da Reforma Pedreira

Débora El Jaick Andrade*

Resumo:O artigo avalia as faces e objetivos da Reforma Pedreira (1854-57), uma tentativa de modificar o cenário educacional e cultural do Império implementada pelo ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz, convidado pelo Marquês de Paraná para integrar o Gabinete de setembro de 1853, chamado de Gabinete da Conciliação. Em meio a outras reformas do Gabinete e à aprovação da Lei eleitoral, Couto Ferraz, Ministro do Império, tinha como atribuições zelar pela saúde pública, instrução básica e profissional, habitações urbanas. Criou e interveio em várias instituições educacionais como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, os cursos jurídicos, a Academia Militar, o Colégio Pedro II, o Conservatório de Música, a Academia Imperial de Belas Artes, implementando regulamentos e formas de fiscalização com o objetivo de garantir a uniformidade do ensino no Império. Constituiu comissões para pesquisa sobre sistemas de educação em "nações civilizadas européias" e para coletar documentos relativos à história do Brasil para procurar e explorar riquezas e conhecimentos no Norte do país.
Palavras –chaves: Reforma Pedreira- Império- política

Abstract: This article analyses the features and aims of the Pedreira Reform (1854-57), an attempt to transform the educational and cultural background of brazilian Empire put forward by Luis Pedreira do Couto Ferraz, the minister of the Cabinet of Reconciliation. Among other reforms planned by the Cabinet, such as the passing of the Electoral Bill, Couto Ferraz was in charge of public health, primary and professional education, urban dwellings. He created and interfered in several educational institutions such as the Imperial Institution of Blind Children, law studies, Military Academy, Imperial School of Pedro II, the Music Conservatory and the Imperial Academy of fine Arts, passing rules and inspecting. In order to unify the education system over the Empire. He formed commissions of research on educational systems of the more civilized european nations and to collect documents concerning brazilian history to search and explore riches on the Northern part of the country.
Key-words: Pedreira Reform- Empire- politics

Em 1853 assumia como Presidente do Conselho e Chefe do Gabinete de Ministros Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, impondo de forma mais completa a idéia da Conciliação (IGLÉSIAS, 2005:53) Entre 1853 e 1857, Paraná, ele mesmo um político influente e conservador que já passara por diversos cargos importantes, compôs seu ministério com políticos que não estavam tão fortemente identificados com o conservadorismo.

O grupo saquarema defendia um Estado forte e centralizador, com a ação política coordenada, em que a administração seria vital e útil para levar o bem a um maior número de

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense

pessoas, de acordo com as idéias utilitaristas. As discordâncias políticas essenciais entre liberais e conservadores também iam se abrandando no período, especialmente após o fim do Tráfico Negreiro internacional em 1850. Surgia para além das considerações de facções e partidarismos, uma percepção de que a política estava relacionada a um Estado fortalecido em que o poder moderador não só governava mas seria a "chave de toda a organização política"(MATTOS,1994:185).

Ilmar Mattos argumenta que com a restauração da moeda colonial o imperador deveria governar e administrar, porque sua figura sintetizava o papel do Partido era uma grande agência administrativa (MATTOS, 1994:188). A sua ação objetivava a preservação do mais importante dos monopólios, a escravidão e também das diferenças no interior da própria classe *senhorial* interesses de regiões de agricultura mercantil escravista que deviam se impor sobre os demais. Caberia à Coroa conduzir as relações externas e as internas, através de seu braço, o Executivo. O Executivo, que deveria ser fortalecido, seria o cérebro do poder político, enquanto a administração os agentes de diferentes ordens, hierárquicos ou não espalhados pelo territorial nacional seria seu braço.(MATTOS,1994:188) Acaba se forjando uma noção da administração pública como apolítica, subordinada aos objetivos, à estrutura e ao próprio poder de que o Estado dispõe. Apesar desta representação conservadora, ainda que instâncias separadas, a administração estava intimamente ligada aos poderes políticos.

Desde a maioridade, os referenciais da classe dirigente eram a manutenção da ordem e a difusão da civilização. No Executivo, o titular da pasta da Justiça dividia ainda com o titular da pasta dos Negócios Império, as decisões sobre as questões referentes à distribuição de honrarias, ao controle de opinião (organização das eleições e controle de imprensa) e à manutenção da ordem interna. Á medida que os saquaremas foram consolidando suas posições no mundo do governo, o tema da ordem deu lugar ao da difusão da civilização, enquanto a pasta da Justiça se esvaziava, a do Império e da Agricultura, criada em 1860, a suplantaram em importância.(MATTOS, 1994:190).

Dentro do novo equilíbrio de forças, competia à Secretaria de Estado dos Negócios do Império um vasto campo de atividades e atribuições :

> *...conhecer a população do Império, por meio da organização do registro civil, da realização de recenseamentos e da regulamentação dos direitos civis e políticos dos estrangeiros; cuidar dos assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário; organizar o ensino primário na Corte e o superior em todo o Império, além do ensino de cunho profissional; estabelecer regulamentos para as diferentes profissões, com exceção da magistratura; administrar os hospitais e regulamentar as habitações urbanas (cortiços); supervisionar os templos de cultos não católicos; regulamentar as eleições e supervisionar os presidentes de províncias – entre inúmeras outras atribuições que propiciavam a difusão entre os homens livres do*

> *Império do Brasil dos valores, normas e padrões que distinguiam as "nações civilizadas.(MATTOS, 1994:191)*

A maior atenção para com estes setores sociais relaciona-se com a compreensão de que a administração do Império deveria promover a civilização tanto física e materialmente, quanto moralmente. As reformas requeridas para tal promoção partiriam assim do poder político sediado na Corte, garantindo a centralização, com supremacia do Centro-Sul. Entendia-se que o poder central administraria melhor as localidades, quando estas são ignorantes, divididas pelas paixões e aquele ilustrado e mais imparcial (MATTOS, 1994: 192) em um extenso Império, que padecia pelas divisões territoriais, dificuldades de comunicações, pelo reduzido grupo de pessoas para gerência dos negócios nas localidades e uma restrita integração econômica.

Ao cargo da Secretaria dos Negócios do Império do Gabinete Paraná, Luís Pedreira do Couto Ferraz, nomeado barão em 1867 e Visconde do Bom Retiro em 1872, ex-político liberal com uma carreira política, assumiria um papel ativo no encaminhamento de Reformas, em especial na esfera cultural. Neto de abastados fazendeiros em Minas e em Goiás, era filho de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, magistrado e juiz de fora na província e na cidade do Rio de Janeiro, condecorado fidalgo cavaleiro pelo regente D. João, desembargador e deputado eleito. Luís Pedreira, a exemplo do pai formou-se bacharel em direito em 1839, doutorou-se nesta faculdade, tornando-se desembargador honorário.Dedicou-se por vocação à política, tendo sido deputado e presidido a Província do Espírito Santo, ao Rio de Janeiro na Assembléia Fluminense (de 1853 a 1854), tendo sido eleito presidente da província do Rio de Janeiro em 1848, permanecendo até 1853.

Na pasta do Império em que permaneceu de 1853 a 1856, Couto Ferraz implementou as reformas especialmente na esfera educacional e cultural, assumindo de fato a direção das modificações. A iniciativa das Reformas já partira do Imperador que escrevia as instruções aos ministros a respeito da condução dos negócios públicos e procurava inteirar-se dos assuntos de todas as pastas.(IGLÉSIAS, 2005. p.55-56)

Couto Ferraz deu prosseguimento às comissões formadas na gestão anterior para averiguar as condições da instrução primária nas províncias distantes da Corte, com o objetivo de regulamentar, modelar e centralizar o ensino no Império. Este empenho pelas reformas revelava o papel que a instrução pública cumpria para os dirigentes imperiais, unificando os valores, os conhecimentos sobre ciências e artes e as expectativas da *classe senhorial.*

Antonio Gonçalves Dias, por exemplo, foi incumbido pelo governo ainda em 1851, da missão de examinar o desenvolvimento da instrução pública e colher os documentos

que encontrasse sobre a história pátria em suas viagens ao Norte na Comissão de Instrução. Visitou colégios, seminários, bibliotecas e arquivos, verificando as suas necessidades e inventariando os documentos e obras existentes e teve uma impressão global do estado da educação primária, secundária e profissional em sua época. Apontava a falta de escolas normais como fator de deficiência do ensino primário, apontava os problemas e limitações do ensino, a ausência de fiscalização e de compêndios para a aprendizagem, a necessidade de escolas industriais e para a ação moralizadora da educação. (PEREIRA, 1943.p 171)

Gonçalves Dias também foi encarregado da visitação às escolas européias, com o objetivo de compor um relatório que servisse como base para a Reforma educacional de 1856. Esta Reforma, bastante pouco estudada pela historiografia do Império, ambicionava reverter o atraso cultural do ensino fundamental e médio, entregues aos governos provinciais, com o Ato adicional de 1834. Mesmo as instituições de ensino superior, sob a tutela do poder central, careciam de estatutos, regras internas e por vezes de profissionalização do corpo docente. As ações tomadas pela Secretaria eram pela criação de currículos mínimos, aumento do salário dos professores, exigindo sua qualificação através de concursos de admissão, mudanças no método e no funcionamento das instituições de ensino, uniformização do ensino, estabelecendo a separação entre ensino elementar e secundário e o controle sobre as escolas particulares.

Couto Ferraz empreendeu a reformulação dos cursos de direito e uma ampla Reforma (a Reforma Bom Retiro) na Faculdade de Medicina do Império no Rio de Janeiro e na Bahia. Os novos regulamentos apresentaram novos estatutos, com a reformulação da administração e a ampliação do quadro docente, a realização de viagens para seu aperfeiçoamento em instituições de ensino superior européias, o aumento de disciplinas, com inclusão de anatomia, patologia, química orgânica e farmácia. A Reforma mostrava grande preocupação com a questão disciplinar, suprimindo a liberdade de ensino.

Bom Retiro e Pedro II ainda idealizaram uma reforma na Academia Imperial de Belas Artes convocando Araújo Porto Alegre, que foi discípulo de Debret e professor da Academia para a dirigir em sua fase de reestruturação. Em seu discurso de posse, o novo diretor da Academia, afirmava que pretendia "cuidar do ensino e estabelecer-lhe uma base permanente e progressiva; substituir o método imitativo pelo método racional, fazer criadores em vez de copistas". (PORTO-ALEGRE. 1931:438).

Esta proposta transformada no que seria chamada de a Reforma Pedreira, em alusão ao Ministro dos Negócios do Império, consistiria na inovação dos padrões de ensino e de reconhecimento da profissão de artista consolidando as iniciativas da década de 1830.

Visando adequar as finalidades até então pouco práticas da Academia de Belas Artes às necessidades de uma cidade em transformação, voltando-a para a "educação industrial" (SQUEFF,2000:166.), a Reforma Pedreira estabeleceu cadeiras para o desenvolvimento da seção de Arquitetura, do Curso Industrial e das aulas noturnas. Em seus *Apontamentos,* Porto Alegre registra suas realizações na direção da Academia:organização dos estudos, as aulas de matemáticos aplicadas e de desenho geométrico, teoria de sombras e perspectiva, as aulas industriais de desenho e escultura de orfanatos a obrigação de se lecionar por um programa de estudos, aprovado pelo Corpo Acadêmico, o melhoramento dos ordenados dos professores e da sorte dos pensionistas, que passou de três a seis anos; e o mandar estes8para a escola de Paris, a primeira da Europa.(GALVÃO, 1980:438).

Esta reforma do ensino#das Belas Artes8era central para r}alização do objetivw de efetuar o progresko artístico e cultural qme definiriam a importância do Brasil enqmanto nação. A consolidação desta reforma r}tirava dos artistas e mestres8individuais a incumbência da formação de discípulos e profissionalizava do ensino. De um lado a Academia dedicaria-se a qualificar artistas nacionais para pensar e pintar sua pátria com as suas próprias cores. De outro, ao introduzir o ensino técnico, ela capacitaria artífices, engenheiros e operários à produção dos objetos e instrumentos de consumo necessários à civilização. Com a substituição de Paraná pelo Marquês de Olinda em 1857, o apoio de Porto Alegre esvaiu-se ocasionando sua demissão.

A preocupação com a instrução pública fez Couto Ferraz criar o Instituto dos Meninos Cegos ao qual se manteve ligado até sua morte em 1886. Além da criação e reestruturação de instituições, era necessário a constituição de um ambiente literário e cultural adequado aos leitores e homens cultos através da organização da Biblioteca Pública da Corte. Na sua correspondência demandava informações e relatórios ao frei Camilo de Monserrate, bibliotecário desde 1853. Durante a gestão de Bom Retiro, Monserrate conseguiu autorização para a tão esperada mudança das instalações de trás do antigo hospital do Carmo para um prédio no Largo da Lapa, também bastante impróprio para abrigar uma biblioteca com mais de 80 mil volumes, entre manuscritos,mapas, estampas, documentos administrativos e desenhos.(MACHADO, 2001: 200). Monserrate não tinha autonomia para adquirir livros, assinar revistas, aceitar doações, precisava do aval do Ministro(MACHADO,2001:201). Pedreira demonstrava interesse e atenção às requisições do frei, autorizava a compra de livros, documentos e doações obtidas graças ao decreto imperial sobre o depósito legal, procurava saber sobre o acervo da biblioteca e sobre os preços de obras requisitadas pelo frei, dava instruções provisórias sobre o empréstimo de livros (FERRAZ,1855-56). Em contraste, seu

sucessor Olinda emitia avisos quase insultuosos em razão das altas despesas de mudança dos livros ou da encadernação de brochuras.

A Secretaria do Império cobrava o desempenho das comissões, pedia-lhes relatórios, como na carta a Gonçalves Dias de fevereiro de 1855:

> *Aguardo os trabalhos que V. S.tem prometido sobre os diversos fins da sua comissão. Limitar-me-ei apenas mui amigavelmente a recomendar-lhe que não deixe de mandar-me informações nas épocas prescritas em suas instruções... Contando com a sua promessa tenho demorado a publicação da Reforma daqui – o que me tem acarretado censuras e feitio realmente transtorno. (PEREIRA,1943:208)*

Os pedidos pelos relatórios repetiam-se nas cartas e Couto Ferraz acabou por destituir Dias da função de copiar os documentos históricos. Por outro lado, sabemos através de cartas de Gonçalves Dias que os relatórios remetidos perdiam-se na burocracia do Ministério do Império. Contudo, o Conselheiro Couto Ferraz lhe incumbiria de outra missão em parceria com o Instituto Histórico em 1856. Nomeou-se uma comissão de engenheiros e naturalistas, que explorariam algumas das províncias menos conhecidas do Império com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de animais e minerais que "de tudo quanto pudesse servir de prova do estado de civilização industrial, usos e costumes dos nossos indígenas".Dentre os membros nomeados para a Comissão Científica de Exploração e estavam Gonçalves Dias, chefe da a seção etnográfica, o Conselheiro Freire Alemão, Capanema, Giacomo Raja Gabaglia e Manuel Ferreira Lagos, este diretor da Seção de Zoologia do Museu Nacional.

Gonçalves Dias e a Raja Gabaglia compraram na Europa os instrumentos científicos e livros necessários para a Comissão. Couto Ferraz depositava muitas expectativas no trabalho da comissão e em uma carta a Gonçalves Dias afirma: "O Governo liga muita importância à exploração de que se trata. Pela minha parte especialmente encaro-a como de imenso alcance para o futuro do país. É pois, nosso maior desejo que ela o quanto antes se realize" (FERRAZ, 1857) O próprio Ministro fez uso dos livros trazidos por Gonçalves Dias e Gabaglia da Europa, estudou as várias especialidades de botânica, zoologia, astronomia, geologia para instruir os membros da Comissão sobre os objetivos da Expedição às províncias do Norte do País. Em seu libreto "Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil menos conhecidas" escrito em abril de 1857 e publicada em 1858, ele orientava as várias seções da Comissão, de botânica, geologia e mineralogia, zoologia, astronomia e geologia e etnografia e narrativa de viagem.

Neste documento e nas expectativas dos membros do Instituto fica claro que imaginavam desbravar o interior e encontrar carvão e minas de ouro ou minerais preciosos

intocadas, a exemplo dos bandeirantes do século XVII. As instruções à seção botânica de coletar espécimes e o máximo de informações sobre de árvores, plantas, flores e sementes para o Museu Nacional, referem-se primordialmente ao seu aproveitamento na medicina, indústria e na construção e tentativa de cultivo.

A seção geológica e mineralogia deveria buscar minerais, cristais, rochas, jazidas de metais, analisando sua procedência, ambiente e quantidade e capacidade de serem explorados. Deveria atentar para a exploração de outros materiais como mármores, asfalto, carvão, cimentos, salitre, bórax, soda, sal de Glauber, sal amoníaco e outros que eram importados do estrangeiro e que poderiam ser empregados pela indústria nacional. Cabia-lhes também descrever os terrenos, entender as formações, a decomposição dos solos, as formas de se fertilizar os terrenos para diferentes culturas, a desertificação, averiguar sobre a possibilidade de abrir poços artesianos.Da mesma maneira a seção zoológica tinha importante missão de coletar e estudar fisicamente, os animais e insetos identificando o seu proveito para as artes, a medicina e a economia doméstica e a indústria. Os membros da expedição deveriam aprender e registrar as formas de criação, pesca e medicina dos indígenas e os habitantes do interior. À comissão etnográfica caberia a missão de estudar os indígenas do Brasil em seus aspectos físico, moral e social, de modo a se ter deles um conhecimento perfeito através de desenhos, antes que desaparecessem e ainda colecionar múmias, crânio, armas ornatos utensílios domésticos e de trabalho e instrumentos musicais. Deveriam anotar seus aspectos físicos e costumes, língua, religião, vida social, métodos e agricultura e comércio, com o objetivo prático de remover os obstáculos para que pudessem "chamar à indústria tantos braços perdidos".

Objetivando o conhecimento científico, colocado à disposição do progresso da lavoura, da pecuária, das comunicações e comércio, e do avanço da indústria, a comissão partiu para o Ceará com uma extensa e árdua missão, mas por insuficiência de recursos e dificuldade de deslocamento na região, a Comissão acabou retornando à Corte em 1861, ridicularizada e apelidada de "Comissão das Borboletas", sem o apoio do governo e sem exibir nenhuma descoberta de vulto para prosseguir os trabalhos.

Enfim, o conjunto das reformas implementadas por Couto Ferraz, visaram tanto integrar e unificar as várias regiões do Império, interferindo através da reestruturação institucional na formação de elementos para a função da direção e de intelectuais atuantes na esfera da produção. Os avanços científicos e materiais que elevariam o país ao patamar das nações civilizadas nem sempre se realizaram no século XIX através destas iniciativas, porque

esbarraram em entraves que concerniam a própria disposição, limitação e compromissos de classe que constituíam o Estado imperial.

BIBLIOGRAFIA

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz (http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br)

FERRAZ, Luís Pedreira do Couto. *Instruções para a Comissão scientífica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1858.

_____. *Carta a Gonçalves Dias*.8/02/1854.(Manuscrito)

_____. *Carta a Gonçalves Dias. 11/02/1856. (Manuscrito)*

_____. *Carta a Gonçalves Dias. 15/03/1857. (Manuscrito)*

_____. *Aviso ao diretor da Biblioteca Pública da Corte*.23/05/1855. (Manuscrito)

_____. *Correspondência dirigida ao diretor da Biblioteca Pública da Corte.09/08/1854-06/12/1856.(Manuscrito)*

GALVÃO, Alfredo. "Araújo Porto Alegre"In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. .nº327 Rio de Janeiro. 1980.

HEIZER, Alda, VIDEIRA, Antonio Augusto P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*.Rio de Janeiro, Access, 2001.

IGLÉSIAS, Francisco. *História da Civilização Brasileira*, Brasil Monárquico. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2005. Vol.5

MACHADO, Ubiratan. *Vida literária no Brasil durante o romantismo*, Rio de Janeiro, ed. UERJ, 2001.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema. a formação do Estado Imperial*, 3ª ed, Rio de Janeiro, Access, 1994.

MONSERRATE, Camilo frei.*Carta a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro de Estado dos Negócios do Império*.Rio de Janeiro, 30/01/1857.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1943.

PORTO ALEGRE, Manoel de Araújo. "Apontamentos biográficos" In: *Revista Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, 1931. vol 37, nº117.

SACRAMENTO BLAKE. *Diccionário Bibliográfico Brasileiro*.vol V. p447.

SQUEFF, Letícia Coelho.*O Brasil nas Letras de um pintor:Manuel de Araújo Porto Alegre*.São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.(Dissertação de Mestrado)

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Da Rua ao Lar: o discurso moralizante e disciplinador dos postos e puericultura e da LBA em Chapecó nas décadas de 1940 e 1950

Michele Rodrigues Tumelero*

Resumo: Com a intenção de constituir um Estado brasileiro forte e coeso, Getúlio Vargas cria, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Esta instituição, preocupada em garantir a moralização e o reajustamento infantil, se disseminou por todo o território nacional imbuída do discurso de proteção à maternidade, à infância e à adolescência desprovidas de recursos. Esta política respinga também no Oeste Catarinense através da implantação da LBA e dos postos de puericultura nas décadas de 40 e 50 que, em parceria com a Liga Brasileira de Higiene Mental, buscava educar e disciplinar os futuros brasileiros que habitavam na região. Neste sentido, a pesquisa procura analisar em que medida a instalação da LBA e dos postos de puericultura se relaciona com a implantação do projeto da civilidade e da moralização da sociedade chapecoense.

Palavras Chave: infância, moralização, disciplinamento.

Abstract: With intent to constitute a strong and cohesive Brazilian Nation, Getúlio Vargas created the Legião Brasileira de Assistência – L.B.A.(Assistance Brazilian Legion – LBA) in 1942. This institution,concerned about assuring moralization and infant reajusting, scatteredall over the national territory aiming at protecting maternity, infancy and adolescence due to the lack of resources. These politics also expended to west of Santa Catarina state through the implementation of L.B.A. and child care centers in the 40´s and 50´s, which in partnership with Liga Brasileira de Hiegiene Mental (Brazilian Legion for Mental Health Care), kept trying to educate and discipline future Brazilians living in the region. This study, based on the above issue, tries to analyze to what extent L.B.A. installations and child care centers is related to implementation of the civil society project and moralization in Chapeco's community.

Key Words: infancy, moralization, discipline.

A preocupação do estado em constitui mecanismo de controle e vigilância social, não é uma coisa recente. Muitas são as investigações que versam sobre história da vigilância e disciplina exercida sobre a sociedade e seus indivíduos. Essas estratégias de controle não eram sem razão, amarradas as preocupações políticas e econômicas da nação, o Estado, sobretudo a partir do século XVI, procurava consolidar estratégia de intervenção e controle social.

* Graduada em história pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ.

É neste sentido que no período mercantilista, estas estratégias ampliam-se. A preocupação com aumento da população e com o fortalecimento dos exércitos, faz com que o Estado intervenha de forma corretiva no corpo social. A população passou a ser um conjunto de indivíduos que deveria ser contabilizado em seu número de nascimento e morte.

A criação desta cultura urbana a partir do século XVIII, associada ao higienismo, exige redimensionamento dos espaços destinados à família, a célula base, que garantiria a moralidade natural, tão bem difundida pelo Estado. Neste sentido, a família passa a desencadear um papel fundamental para sociedade. Torna-se a base da sociedade civil, a grande transmissora de valores simbólicos (casamentos, construção de uma nova identidade nacional, amor à pátria e a criadora da cidadania). Se, até o século XVIII, a preocupação com o controle da sociedade voltava-se para o fortalecimento do Estado, a partir do século XIX, a preocupação com a formação biológica, moral e filosófica das crianças estavam associadas à construção de homens e mulheres voltados ao mundo do trabalho.

Essa nova política de formação, intencionava moldar homens e mulheres para suprir a necessidade de mão-de-obra do setor industrial. A preocupação com a criança a partir do século XIX faz parte deste projeto racional. A criança passa a ser vista como um ser particular, separando do adulto e, portanto, alvo dos princípios da disciplina e da racionalidade. Torna-se fundamental enquadrá-los ao novo sistema que inclui o controle moral.

No Brasil, os posto de puericultura podem ser melhor percebido através da política de controle social e mental no início do século XX. Esta política tinha como objetivo promover ações preventivas que ajudassem a identificar doenças que ocasionassem a má formação corporal e intelectual. Assim, a política desenvolvida ainda no início do século XX, no Brasil, preocupava-se em garantir o bom desenvolvimento infantil e, consequentemente a formação da nação brasileira. Através dos postos de puericultura, o Estado buscou elevar o nível de vida social e material das crianças. Intencionava ainda, impedir que concepções erradas sobre saúde circulassem entre as pessoas ricas e pobres. Esta preocupação buscava desde a década de 20, trabalhar dentro da lógica de valorizar a saúde mental dos futuros cidadãos. Projeto que interligou o Estado e setores organizacionistas das psiquiatras no Brasil, através da Liga Brasileira de higiene Mental - LBHM, na busca da educação e disciplinamento da nação brasileira.

Dessa forma, a intenção do Estado era associar-se a instituições como a LBHM, para promover o bom desenvolvimento físico, psíquico e moral das crianças, oriundas dos grupos sociais desfavorecidos economicamente, portadoras de más condutas, desenvolvidas

pela incapacidade familiar. Assim, este segmento social passa a ser alvos dos olhares disciplinadores dos órgãos e agentes do Estado Nacional, garantindo o futuro da nação.

De acordo com Sposati e Falcão (1989), até o início dos anos 30, o Estado Brasileiro assumia a questão social basicamente como uma questão de polícia e não política social. A idéia de desenvolver um estado forte a partir da constituição de cidadãos saudáveis física e mentalmente, já vinha sendo difundido desde a década de 20, quando a LBHM, vê a necessidade de começar a agir nos primeiros meses de vida das crianças ou, logo, após seu nascimento. Intencionavam interferir nos hábitos, nas questões da saúde física e higiene mental que segundo a LBHM, deveria ser iniciado pela mãe já que esta função era de sua inteira responsabilidade.

Como forma de garantir este bem estar nacional tornava-se necessário criar órgãos que dessem sustentação a este ideal. Para Vargas, apenas um Estado forte seria capaz de impedir a divisão que ameaçava a sociedade. O controle social foi uma das primeiras ações deste Estado Intervencionista. Seu desdobramento se daria a partir de ações políticas que visavam a manutenção da ordem pública através da família.

Para o governo pensar na ordem, era voltar os olhos às vivências cotidianas dos cortiços, das ruelas, dos amontoados humanos que degradavam o estado e a nação. ISAIA (1995), afirma que multiplicação dos cortiços é fruto do inchamento dos grandes centros urbanos, do crescimento industrial e dos problemas trazidos pela migração. Estes agiram como um estimulador para se processar uma emergente organização do espaço urbano:

> *A multiplicação dos cortiços, a proliferação de uma população colocada à margem da vida das famílias honestas, compostas por desocupados, crianças abandonadas, prostitutas, etc, tudo isso desorganiza o espaço urbano outrora ocupado de maneira bem mais tranqüila pelos pacatos cidadãos.(ISAIA, 1995:38)*

Interferindo na moradia, o poder público também interferiu nas expressões culturais, crendices, misticismos e nas relações sociais. As práticas populares eram permitidas desde que estivessem de acordo com os padrões toleráveis pelo governo. Assim é, que a idéia de trabalho plantada pelo Estado Novo, como o único meio possível de superação a pobreza, e com ela o atraso em que estava mergulhada a sociedade brasileira, levava as pessoas a naturalizarem a idéia de cidadania como trabalho, ocupação. Nesse sentido, a família deveria tornar-se o alicerce desta nova ordem. É nesta estrutura que o Estado Novo estabelece uma política de vigilância e controle familiar. Isto se tornaria possível na medida em que o Estado centrasse forças no campo da saúde e educação.

Para Piazza (1983), a administração de Nereu Ramos, quer como governador, quer como interventor, em perspectiva de consolidar estes dispositivos de controle e de disciplinamento da sociedade, teve duas temáticas principais: a educação primária e a saúde pública. Sendo que, na primeira, ampliou a rede estadual de ensino da educação primária e na segunda, além da ampliação, organizou todo o sistema de saúde a partir do Departamento Estadual de Saúde Pública atingindo todos os municípios catarinenses. A aplicação destes dispositivos, respaldada em princípios científicos, como a racionalização do tempo, compunha a base política do governo getulista, no sentido de consolidar o progresso da nação brasileira respaldada na ordem e no progresso. Nesta perspectiva, Vargas assume o papel de "condutor do povo brasileiro" dentro de uma ordem que levaria ao progresso. Para tanto seria preciso dar ênfase a certos aspectos do projeto pedagógico: educação física e militar, educação moral e cívica e educação para o trabalho.

Neste sentido, a família ideal seria a chamada família nuclear. Esta possibilitaria assim, uma educação regrada e disciplinada, calcada nos valores dominantes. Qualquer outra organização familiar não atenderia a expectativa do Estado. A habitação aconchegante favorecia o clima de envolvimento do trabalhador. Ele deveria se sentir feliz neste lar com tudo organizado, nos horários determinados, esposa e filhos disciplinados e bem humorados. A esposa trabalharia de forma a garantir esta "boa educação" para que todos os seus membros estivessem em plena forma e gozando de perfeita saúde.

As políticas intervencionistas do Estado Novo e a criação da LBA

Donzelot (1986), ao tratar da normalização, aponta o controle social, a partir de ações políticas, com instrumento que visava a manutenção da ordem pública através da família e do Estado. As ações e projetos cujo objetivo era controlar e esquadrinhar a vida da sociedade brasileira; seus valores, costumes, hábitos e práticas eram uma forma de consolidar e garantir um Estado moderno. Sendo assim, o Estado precisava estabelecer uma vigilância moral e sanitária sobre as famílias.

É nesta lógica, tratada por Donzelot que o Estado através do interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, cria políticas convergentes com os interesses nacionais e traz para o Oeste, mais especificamente para Chapecó, práticas, ações e discursos amplamente difundidos pelas instituições. Assim agia-se através das escolas, das Igrejas, das áreas da saúde, sobre tudo dos postos de saúde.

Uma outra forma encontrada como solução para transformar a sociedade na

década de 30, foi o corpo. Este, conforme nos coloca Lenharo (1986), passa a ter uma atenção significativa de especialistas conseguindo assim obter toda a integridade do ser humano. Esta preocupação com o corpo não estava somente associada a preocupação com a transformação da sociedade, mas também a transformação daquele para o trabalho. Assim LBHM exige ampliação do papel intervencionista do Estado e juntamente com a ciência, executa um trabalho de reajustamento na formação de bons cidadãos trabalhadores, o que significa dizer que, na dificuldade das famílias educarem seus filhos dentro dos padrões normativos exigidos pela civilização, o Estado assumiria este propósito. Com isso trás para si a responsabilidade de vigiar a família e controlar a educação doméstica, a fim de modelar a criança no sentido de garantir o homem do futuro.

É com este propósito que é criada a Legião Brasileira de Assistência - LBA. Instituição instaurada em 28 de agosto de 1942, com finalidade não econômica e voltada à congregação as organizações assistenciais de boa vontade. A ação da LBA não era sistemática, mas ocasional, em épocas de calamidades públicas, como no caso de secas, enchentes, prestação de assistência social em suas diversas formas, às famílias dos soldados convocados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e afins. A LBA se insinuava como a mãe da sociedade, da pobreza, lar dos carentes, marcada por ações paternalistas de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria. Comprometendo-se a atender a população com carinho e atenção, para suprir de alguma forma as carências não só materiais como também espirituais. Com este ideal a LBA passa a ser implantada em todo território nacional com o objetivo de estender sua luta em defesa da maternidade e da infância em prol do Estado nacional.

Segundo reportagem veiculada pelo jornal A Voz de Chapecó, em 1947, toda a sociedade deveria voltar seus olhos para as famílias carentes e desprovidas de meios materiais e morais em sua existência. A criação do posto de puericultura em Chapecó teria, junto com toda a sociedade, de trabalhar em prol das mães e das crianças, para que a saúde e o desenvolvimento da criança não fosse afetado. Estas práticas higiênicas e médicas são vistas por Margarete Rago (1997), como mecanismo, do Estado e de uma certa elite, para combater a desordem social, considerada a causa dos problemas de saúde existentes. Em sua base encontra-se o projeto higienista articulado à ordem e a moral. Assim, era preciso intervir na sociedade para eliminar as habitações coletivas e afastá-las dos centros urbanos. Era preciso moralizar e educar para uma vida sadia que serviria de base ao crescimento infantil, dentro das normalizações higiênicas. Dessa forma, as classes pobres não são motivo de atenção por serem pobres, mas por serem portadores de possíveis patologias como: doenças, vícios,

ociosidade que poderiam transmitir aos seus filhos. Implantar um sistema de saúde pública colaboraria para o controle desses grupos de forma que não trouxessem ameaça ao projeto modernizador.

A preocupação com a criança/menor no Governo Nereu Ramos, também flui, em meio a comemoração da Semana da Criança, iniciada no dia 10/10/1943. Membros do governo, entidades filantrópicas e segmentos da imprensa discutiram sobre os programas de assistência a criança/menor e sobre os decretos destinados ao amparo e punição dos mesmos. Para o Juiz Alves Pedrosa de Santa Catarina, o abandono da criança era fruto da pobreza e da desorganização familiar, ou seja, abandono moral e material. Além desta preocupação a vadiagem, a mendicância e a delinqüência foram pauta nas discussões. A partir disso, visavam combater a inserção das crianças no mundo dos vícios e da criminalidade.

LBA e os postos de puericultura em Chapecó.

Deliberado pela LBA, é o Posto de Puericultura, inaugurado em setembro de 1947. O trabalho de assistência médica era executado pelo Médico Darci Camargo, diretor do hospital Santo Antonio e Chefe do posto de saúde, em Chapecó. Essa instituição visava atender as classes pobres do município, as futuras mães, para que seus filhos nascessem saudáveis. Funcionava anexa ao hospital fornecendo três serviços essenciais: pré-natal, infantil, e lactário.

O Chefe do Posto de Saúde de Chapecó divulgava a informação de que no centro urbano de Chapecó, de 100 crianças nascidas, 30 morriam; frisando que no interior do município, os dados de mortalidade eram ainda maiores devido à ignorância ao nível cultural. Baseado nesses conceitos, divulgava uma lista das principais causas dos óbitos de crianças. "1º Doenças hereditárias e congênitas (sífilis, tuberculose e alcoolismo); 2º Doenças infecciosas e suas complicações; 3º Erros alimentares" (JORNAL a Voz de Chapecó, 21/10/1948). Como forma de ressaltar a função social e política do posto e a preocupação do poder executivo com uma suposta qualidade de vida social, o médico Darci Camargo, no dia da inauguração do Posto de Puericultura fez o seguinte pronunciamento:

> *Esperamos que a população chapecoense, culta e humanitária, reconheça o valor inestimável desta organização que irá beneficiar, não somente a infância pobre e desamparada, mas também as futuras mães para que seus filhos nasçam fortes e sadios , pois além da parte da puericulura, propriamente dita, teremos uma sessão de maternidade com internato de gestante (A VOZ DE CHAPECÓ 11/07/1947).*

Este novo ramo da medicina denominada puericultura, implantando mecanismos para acabar com a mortalidade infantil, procurou de forma sutil introjetar hábitos saudáveis, à mãe que incidissem na formação de uma criança saudável dentro das políticas de eugenia. A partir disso, o pré-natal tinha a função de educar, aconselhar as futuras mães sobre os procedimentos durante o tempo da gestação, indicar causas do parto pré-maturos, bem como o de nascimento congênito.

Além do atendimento nos postos, orientações e cuidados eram divulgavam em jornais de circulação regional, para prevenir doenças contagiosas como sarampo, que era causa de grande mortalidade infantil e gerava grande preocupação à saúde pública. A data do Dia da Criança também se constituía, em Chapecó, num momento de reflexão sobre as crianças. Era preciso sensibilizar a sociedade chapecoense sobre a significação da criança para o fortalecimento da nação, já que seriam os futuros cidadãos, conforme aponta o Jornal, "A Voz de Chapecó", em matéria de 10 de outubro de 1948. Além disso, várias são as reportagens veiculadas, conclamando todos os segmentos sociais do município a resolver um dos grandes problemas sociais que afetavam seu progresso: a mortalidade infantil. Interessante notar que, a partir de 1948, durante a semana da criança, foi oficializado um concurso para crianças até 6 meses, cujo mérito seria a robustez da criança, ou seja, sua condição física. Quanto mais gordinhas, bochechudas e com pernas grossas, mais saudáveis eram consideradas. Para o médico Darci Camargo, responsável pela saúde do município e dirigente da LBA, o concurso era um termômetro de que a política de cuidados com mães e crianças estava dando certo.

A partir desse imaginário social e da legislação instituída pelo Estado, especialmente no período de gestão do Governador Nereu Ramos, se pretendia gestar uma sociedade brasileira de bons cidadãos, pautada na saúde e na educação. Efetivamente, essas ações estabelecem uma política de controle, disciplina e vigilância familiar. Dessa forma, a cidade de Chapecó, ainda que distante geográfica e culturalmente da capital, precisou organizar-se, inserir novas políticas que contemplassem uma certa ordem, re-enquadrando e re-disciplinando as famílias chapecoenses, sob pena de, em contrário, estar à margem da onda do progresso, que se estabelecia então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.ªEd.,1981.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro:Graal, 1983.

_____. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon ed., 1989.

DONZELOT, J. A. **Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal,1986.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e a economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinada Brasil 1890- 1930.** 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SPOSATI, Adaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA identidade e efetividade das ações no enfrentamento a pobreza brasileira.**

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano VII. Nas datas de 11/08/1946; 18/08/1946 e 21/09/1946;

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano VIII. Nas datas de 11/07/1947 e 20/07/1947;

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano VIII. De 03/08/1947;

Jornal **A Voz de Chapecó**. Ano XIX. Nas datas de 10//10/1948 e 21/10/1948;

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Social-Democracia e a "Nova Mulher": o feminismo revolucionário de Alexandra Kollontai

Joana El-Jaick Andrade[1]

Resumo: O relevante papel desempenhado pelas militantes socialistas no período histórico que antecedeu a Primeira Guerra Mundial possibilitou a criação de grupos femininos organizados no interior dos partidos social-democratas europeus. Tais grupos concebiam a luta pela emancipação da mulher como parte integrante do projeto emancipatório socialista, cuja concepção radical de igualdade afastaria todas as formas de opressão. O trabalho em questão pretende analisar a contribuição de Alexandra Kollontai – célebre revolucionária russa – para a articulação teórica entre as categorias de gênero e classe social no âmbito da teoria marxista, bem como sua importância para o desenvolvimento e organização de estratégias de ação das "novas mulheres revolucionárias".
Palavras-chave: Feminismo – Marxismo – Social-Democracia

Abstract: The significant role played by militant socialist women during the historic period before the First World War led to the creation of many feminine groups inside social democratic parties in Europe. These groups understood the struggle for women's emancipation as been a part of a wider emancipator socialist project, embracing a radical conception of equality which would exclude all forms of oppression. The paper intends to analyze the contribution of Alexandra Kollontai – famous Russian revolutionary – to the combination of class and gender within the Marxist theory, as well as its importance to the development and organization of action strategies for the "new revolutionary women".
Keywords: Feminism – Marxism – Social democracy

As profundas transformações econômicas, políticas e sociais em processo na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão industrial e do predomínio das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada. O crescimento das cidades, o surgimento de novas técnicas de produção, a ruína dos pequenos camponeses, a precarização da indústria doméstica ou "à domicílio" e a implementação do grande sistema fabril elevaram o grau de insegurança dos trabalhadores e provocaram a rearticulação das relações sociais e da organização tradicional da família (THERBORN, 2006). Neste sentido, o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho, conforme observado por Engels em "A situação da classe operária na Inglaterra", de

[1] Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/ USP). Pesquisa desenvolvida com apoio do CNPQ.

1844, foi compreendido como um aspecto social relevante vinculado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Segundo Michele Perrot, em 1906 o trabalho industrial absorveria apenas uma pequena parte da mão-de-obra feminina da Europa, somente 25%, enquanto 36% estariam empregadas em trabalhos à domicílio e 17% em trabalhos domésticos, estando as demais empregadas no setor terciário (PERROT, 2005:195). Malgrado a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sua opressão e dominação no âmbito familiar e sua exclusão da esfera pública persistiam – cabe lembrar que o sufrágio feminino só foi estabelecido antes de 1914 em parte dos Estados Unidos, na Nova Zelândia (1893), Austrália (1903), Finlândia (1906) e Noruega (1913) (ELEY, 2005:46).

Como Geoff Eley atenta, "a industrialização não subverteu tanto os velhos padrões de subordinação feminina, mas antes, os reproduziu sob novas formas" (ELEY, 2005: 48). À exploração das mulheres em profissões precárias, serviços domésticos, indústrias de suadouro, trabalhos informais e na prostituição somou-se a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário, na sujeição à autoridade masculina paterna e marital e na dificuldade de sua integração a associações políticas e sindicais.

A forte resistência encontrada no meio operário à incorporação das mulheres refletia não apenas o apego a valores tradicionais e a preocupação com a dissolução ou arrefecimento dos laços familiares, mas, sobretudo, uma reação ao que representaria um rebaixamento quase generalizado dos salários. Com efeito, além da miséria, exploração e reificação, típicas da sociedade burguesa, as trabalhadoras enfrentavam ainda a tirania familiar e os entraves impostos por relações de dependência material, política e psicológica[2].

Tal situação conduziu a uma forma particular de inserção das mulheres nas fileiras do movimento operário. Ao mesmo tempo em que procuravam engajar-se nos órgãos e instituições de classe, exigindo a inclusão de suas demandas à pauta reivindicatória, constituíam grupos exclusivamente femininos que se debruçavam sobre questões específicas das mulheres. Assim, as mulheres forjaram múltiplas estratégias de resistência com vistas à assunção de um papel mais ativo e significativo no interior do movimento operário. Carlos Bauer nos oferece vários exemplos deste tipo de organização:

> *em muitos lugares da Europa e da América, a persistente negativa dos sindicatos em admitir as trabalhadoras levou-as a constituir sindicatos femininos. Surgiram associações nas mais diversificadas profissões. Na indústria têxtil algodoeira*

[2] Cabe lembrar que na maioria dos países europeus o regime jurídico que regulava as relações familiares havia se espelhado no Código Civil Napoleônico de 1804, que consagrava o poder marital e a subordinação total das mulheres e filhos ao marido/pai. Em seu artigo 213, o Código dispunha: "O marido deve proteção à mulher; a mulher, obediência a seu marido" (GUTIÉRREZ, 1984:42).

> *inglesa estas sociedades protagonizaram importantes lutas em defesa de melhorias salariais na perspectiva de equiparação com os dos salários masculinos. O movimento feminista deu apoio absoluto a criação destas organizações sindicais específicas (BAUER, 2001: 83-84).*

Esta orientação manifestou-se, inclusive, no cerne do movimento socialista, entrando em contradição com o princípio segundo o qual a luta pela emancipação da mulher seria indissociável da luta de classes, pois aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa acabar com todas as formas de opressão. Sob este prisma, portanto, somente a transformação revolucionária da sociedade – a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista – poderia dar origem a um sistema verdadeiramente igualitário, que conferisse validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

Destarte, conforme os ensinamentos de Marx e Engels, haveria uma inter-relação entre a dominação de classe e a dominação de gênero, no âmbito da família, de forma que a superação de ambas só poderia ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção:

> *A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher (...) é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado (ENGELS, 2000: 80).*

Aderindo à concepção socialista, parte significativa das mulheres operárias passou a clamar pela redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar relações sociais hierarquizadas construídas historicamente, típicas da sociedade patriarcal capitalista[3].

Como afirmara Rosa Luxemburgo, a luta de classes proletária ampliou os horizontes das mulheres trabalhadoras "tornando suas mentes flexíveis, desenvolvendo seu pensamento e apontando para o grande objetivo a que deveriam dirigir seus esforços" (LUXEMBURGO, 2007)[4]. Desta forma, segundo a autora, o socialismo teria conseguido proporcionar o "renascimento" da massa de mulheres proletárias. Tal renascimento implicaria

---

[3] Utilizamos a concepção de patriarcado subjacente à análise de Therborn, segundo a qual: "o patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e gênero" (THERBORN, 2006: 29). Com efeito, destaca-se a assimetria nas relações sociais, o dever de obediência, a deferência, a heteronomia e a submissão ao controle e domínio masculinos.

[4] Discurso de 12/05/1912, intitulado "*Women's Suffrage and Class Struggle*".

o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento do seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua individualidade através do seu livre desenvolvimento intelectual e profissional.

Ao colocarem em questão as relações de gênero e de classe presentes na ordem burguesa partindo em defesa da reformulação do papel feminino, uma nova concepção de mulher passou a emergir. Michelle Perrot aponta algumas especificidades destas mulheres, que, em sua visão

> *não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história (...). Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo (PERROT, 2005: 222).*

A revolucionária russa Alexandra Kollontai foi uma das primeiras teóricas a identificar o surgimento, nas décadas de 1870 e 1880, deste novo tipo de mulher, forjado "na luta pesada da necessidade vital", cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos : "uma mulher com novas necessidades e emoções, plena de luminosidade e encanto" (KOLLONTAI, 2005:44). Estas mulheres enfrentariam "a velha e decadente ordem da vida", através da ação, da luta e do "trabalho construtivo" (KOLLONTAI, 2005:173). Logo, criariam condições para a conquista de sua completa independência e para a livre formação de sua personalidade, com base no princípio da camaradagem e da solidariedade.

O despertar da consciência da comunidade de interesses constituiria laços sentimentais e espirituais entre os membros da classe trabalhadora, uma sensibilidade recíproca que se manifestaria através de uma "unidade de ação e de vontade na criação comum". Deste modo, a "tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força : a solidariedade fraterna" (KOLONTAI, 2005:158).

As "novas mulheres revolucionárias" originadas de diferentes classes sociais, porém firmemente engajadas na causa proletária possuiriam, assim, visão de mundo e prática política substancialmente distintas das gerações passadas, estando imersas na luta revolucionária como legítimos sujeitos do processo histórico. Neste sentido, conforme atenta

Kollontai, a tarefa fundamental da social-democracia deveria consistir na mobilização do potencial transformador destas mulheres com vistas ao objetivo revolucionário. Assim, a conscientização e organização das mulheres seria condição *sine qua non* para a vitória do movimento operário, uma vez que retiraria da burguesia seu derradeiro recurso: a exploração capitalista de sua "última vítima indefesa" (KOLLONTAI, 1984)[5].

Para a autora, a indiferença de socialistas em relação ao despertar da consciência política das mulheres abriria caminho para a sua cooptação por organizações femininas de caráter burguês tais como a Aliança por Igualdade das Mulheres e o Partido Progressista Feminino na Rússia puramente dedicadas à reivindicação de mudanças parciais na legislação. Os apelos das "feministas burguesas" à união de todas as mulheres, independentemente de sua condição social, em prol da extensão do sufrágio e ampliação de direitos civis e políticos, segundo Kollontai, somente encobriria os profundos laços de exploração vinculados à estrutura econômica e social capitalista responsáveis pela opressão das mulheres trabalhadoras. Em lugar de colocar em questão as bases sociais da exploração, dependência e submissão feminina, as "feministas" e sufraggettes reduziriam a luta à conquista da igualdade formal e da assunção de uma posição mais confortável, principalmente para as mulheres oriundas das classes privilegiadas, dentro de um sistema opressivo e desigual:

> *Para a maior parte das mulheres do proletariado, direitos iguais aos dos homens significaria apenas uma igual divisão na iniqüidade, mas para as "poucas escolhidas", para as mulheres burguesas, abriria as portas para direitos e privilégios sem precedentes que até hoje têm sido desfrutados somente pelos homens burgueses. Mas cada nova concessão ganha pelas mulheres burguesas daria a elas uma nova arma para a exploração de suas jovens irmãs e aumentaria a separação entre as mulheres dos dois campos sociais opostos (KOLLONTAI,1984)*[6].

No entanto, a ênfase no objetivo final revolucionário não representaria a renúncia à mobilização por reformas parciais que elevassem o status e a condição das mulheres trabalhadoras, mesmo nos estreitos limites do sistema burguês. Ao contrário, Kollontai percebe estes avanços como meios importantes para a intensificação da luta de classes com vistas à real aquisição de direitos iguais, liberdade, autodeterminação, harmonia e justiça – algo inatingível sob o regime de produção capitalista. Para tanto, a luta não poderia se dar "em oposição aos homens", mas sim pela atuação conjunta e solidária de homens e mulheres proletários, unidos em função de sua consciência de classe.

---

[5] Discurso proferido por Alexandra Kollontai em Stuttgart (1907), na "Primeira Conferência de Mulheres Socialistas".

[6] Cf. KOLLONTAI, A. "The social basis of the women question" (1909). In: **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

O paradigma da "nova mulher revolucionária", representante da nova postura assumida por grupos de mulheres no final do século XIX e início do século XX, atingiu seu auge na Rússia durante a primeira década do século XX. A organização das mulheres e sua ampla adesão a greves e ações de massa tornaram-se notórias nos anos de 1905 e 1906[7]. A negação do direito ao voto feminino para as eleições da Duma não esmaeceram o ímpeto transformador das organizações socialistas feministas emergentes, que passaram a intensificar sua atuação, tornando-se um movimento de massas. Kollontai teve importante participação neste projeto, através de sua atividade jornalística e militante, intensificada nos anos em que passa no exílio, de 1908 até 1917, tendo estabelecido contato com os movimentos socialistas da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Itália, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos, entre outros países.

A Revolução de 1917 testemunhou uma nova onda de radicalização das mulheres, que conseguiram levar adiante um extenso rol de reivindicações vinculadas à questão de gênero. Neste contexto, uma vez vitoriosa a revolução, tratava-se não apenas de concretizar seus ideais de igualdade, há muito tempo prometidos, mas também de expandir o movimento das mulheres trabalhadoras no âmbito internacional, como forma de auxiliar a propagação da revolução socialista nos demais países da Europa.

O papel desempenhado por Kollontai durante os primeiros anos da revolução, seja através de sua nomeação como Comissária do Povo para a Assistência Social (1918-1922) seja pela organização política das mulheres no Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras de toda a Rússia (1918) e criação do *Zhenotdel* – seção feminina do Partido Comunista – foi fundamental para o reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres. Tratava-se, portanto, de estimular e promover a participação política das mulheres na vida pública e na formulação dos projetos sociais. Neste sentido, corroborava o entendimento de Lênin que, em discurso de 22 de fevereiro de 1920, observou que

> *existe uma longa distância entre igualdade na lei e igualdade na vida; para que as mulheres trabalhadoras alcancem a igualdade em relação aos homens é fundamental que cada vez mais tomem parte na administração dos negócios públicos e do Estado. (...) o proletariado não conseguirá alcançar a completa liberdade a não ser que alcance a completa liberdade para as mulheres (LÊNIN, 2007).*

Apenas entre 1917 e 1930 foram criados 301 decretos e resoluções do partido concernindo a mulher – incluindo a legislação sobre o divórcio, o casamento civil, a igualdade entre marido e mulher, a igual remuneração para ambos os sexos, o acesso da mulher à terra, a

[7] Cf. KOLLONTAI, A. "On the history of the movement of women workers in Russia" (1919). In: **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

legalização do aborto, além do Código de Família Russo, de 1926, que introduzia o reconhecimento dos casamentos *de facto* e a igualdade de condições entre filhos legítimos e ilegítimos (ELEY, 2005: 229)[8]. Além disto, foram concebidos projetos de proteção à maternidade e à infância, incluindo a concessão de benefícios sociais e a criação de creches.

Embora Kollontai saudasse com otimismo as mudanças introduzidas pelo governo revolucionário quanto aos direitos da mulher[9], suas idéias referentes à transformação do matrimônio e da moral sexual e à dissolução da família como unidade isolada econômica e emocionalmente não chegaram a ser concretizadas. Para a revolucionária, o Estado deveria assumir gradualmente os encargos e tarefas de educação e manutenção das crianças, liberando as mulheres do serviço doméstico. Da mesma forma, o casamento deveria ser visto como uma união livre de iguais, unidos por laços de companheirismo e afinidade.

A partir da década de 1930, o avanço nas questões femininas estagnou, ou mesmo sofreu um retrocesso. Visando angariar o apoio de setores conservadores, muitas medidas foram revogadas pelo governo, de modo que nos 30 anos seguintes apenas 3 leis versavam sobre reivindicações femininas (ELEY, 2005:130). Assim, a luta feminista ficou relegada a segundo plano e a participação política ativa das mulheres trabalhadoras foi desestimulada. Em seu lugar, o governo passou a voltar-se para políticas de caráter assistencialista, em nome da promoção do "bem-estar da família". Como salientou Göran Therborn:

> *O que quer que tenha sido a dimensão feminista da Revolução Bolchevique, não foi nem oportunista nem simples decoração ideológica. Tratou-se de uma afirmação de princípio, muito difícil de realizar contra forte resistência e tenaz resiliência, mantida com reservas pelos líderes soviéticos posteriores que, todavia, não puderam nunca abandoná-la completamente (THERBORN, 2006:129).*

Após dissentir com o PC e criticar a sua tendência à burocratização, Kollontai foi afastada da direção política do governo, sendo nomeada embaixatriz da Rússia na Noruega, México e Suécia (1923-1945), tendo assumido, até o fim de sua vida em 1952, o posto de conselheira em assuntos internacionais. Contudo, o legado de Kollontai, para o marxismo e sua vinculação teórica entre classe e gênero, concebidos como dimensões emancipatórias complementares e indissociáveis de um projeto democrático e libertário socialista, ainda hoje mostra-se fundamental.

---

[8] Cabe notar que o Terceiro Congresso em junho de 1921 aprovou diversas resoluções sobre o tema, dispostas na forma de tarefas dos partidos membros. No Quinto Congresso, em 1924, foi adotado um programa de "igualdade total entre homens e mulheres perante a lei e na vida social; de reforma radical da legislação sobre o casamento e a família" (THERBORN, 2006:129).

[9] Cf. KOLLONTAI, A. "What has the October Revolution done for women in the west?" (1927). In: **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

Referências Bibliográficas:

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.
BEBEL, August. **Woman under socialism**. New York: New York Press, 1923.
CASTRO, Mary Garcia. "Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais". In: **Crítica Marxista**. n.11. São Paulo: Boitempo, 2000.
CLIFF, Tony. "Class Struggle and Women's Liberation". In: **www.marxists.org**, 1984. Acesso em fevereiro de 2007.
ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
ENGELS, F. **A origem da Família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Escala, 2000.
GUTIÉRREZ, Rachel. *O feminismo é um humanismo*. [dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia/ IFCS, 1984.
KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
___. **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.
___. **Sobre la liberacion de la mujer: seminário de Leningrado de 1921**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1979.
___. **Marxisme & révolution sexuelle**. Paris: Maspero, 1977.
___. **La oposición obrera**. Barcelona: Anagrama, 1976.
LENIN, V. "To the Working Women". In: **www.marxists.org**. Acesso em Janeiro de 2007.
LUXEMBURG, Rosa. "Women's Suffrage and Class Struggle". In: **www.marxists.org**. Acesso em fevereiro de 2007.
PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.
SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações**. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Serviço Social, 2003.
THERBORN, Göran. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Etno-*grafando*: a Antropologia como prática discursiva

João Paulo Cordeiro Reis*

Objetivo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre o caráter transitório, plural e diverso do discurso etnográfico. A partir das tensões experimentadas no contexto de iniciação à prática antropológica, busca-se pensar as relações entre pesquisador e "nativo", não apenas no contexto do trabalho de campo, mas também no momento da escrita etnográfica. As considerações de Michel Foucault sobre a posição de sujeito e a noção de autor são tomadas como base de reflexão para o questionamento sobre o saber e o fazer antropológicos e suas implicações.
Palavras-chave: etnografia, discurso, autor

Abstract: The aim of this work is to reflect about the transitory, plural and diverse character of the ethnographic discourse. From the tensions experienced in the context of the initiation to the anthropologic practice, it is intended to think about the relations between the researcher and the "native", not only in the context of the fieldwork, but also at the moment of the ethnographic writing. Michel Foucault's considerations about the position of the subject and the notion of the author are taken as the basis of the reflection for the discussion about the Anthropologic knowledge and practice and their implications.
Key-words: ethnography, discourse, author

"Meu objeto de estudo é o naturismo!" Essa afirmação – hoje proclamada na primeira linha de um texto – foi durante muito tempo motivo de angústia e reflexão para este pesquisador. Confrontado pela possibilidade de ser mal compreendido, tanto no círculo acadêmico quanto no pessoal, tive de ir me acostumando aos poucos com a idéia de poder vir a ser identificado com uma prática considerada marginal em relação aos mais diversos grupos sociais, inclusive no meio acadêmico, muito embora pessoalmente tivesse por ela curiosidade e simpatia.

Porém, o motivo pelo qual dou início ao meu texto com essa afirmação tão categórica vai muito além de uma busca por compreensão ou reconhecimento em relação ao meu objeto de estudo. Trago esta afirmação especificamente porque minha percepção sobre o

* Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa, mestrando em Sociologia e Antropologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

saber e o fazer antropológicos veio a se modificar de forma bastante significativa a partir do momento em que me tornei um pesquisador naturista do naturismo.

Quando optei pelo estudo do naturismo, uma das questões que me acompanhava dizia respeito justamente à possibilidade de poder experimentar corporalmente as mesmas sensações que o grupo estudado. A idéia de realização de uma Antropologia mais "encorpada", no sentido proposto por Loïc Wacquant (2002), aparecia aos meus olhos como um modo privilegiado de reflexão sobre a própria prática antropológica, lançando um olhar renovado sobre uma de suas principais características: o trabalho de campo.

Minha proposta inicial em relação a esse aspecto centrava-se de forma mais específica no questionamento acerca da distinção quase automática entre os antropólogos e os "nativos" nos contextos de suas pesquisas. A distinção entre pesquisador e grupo parecia uma premissa necessária para o saber e o fazer antropológicos, fator que muitas vezes se transformava em motivo de angústia e inquietação.

A antropologia é herdeira de uma tradição que investe na construção de uma relação bastante específica entre o pesquisador e seu "objeto" de estudo. A idéia de observação participante, como proposta por Malinowski no famoso *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), constitui-se ainda hoje como o método privilegiado de acesso aos modos de vida "nativos", fator que justifica a compreensão do autor como uma espécie de mito fundador da Antropologia, para utilizar a definição de George Stocking (1983).

Em sua etnografia das ilhas Trobriand, considerada a principal obra de referência para a introdução à Antropologia, Malinowski descreve de forma minuciosa o desenvolvimento de sua pesquisa, atentando para as relações que lhe permitiram reconhecer o universo social dos trobriandeses "de dentro", a partir das percepções e práticas dos próprios nativos.

A descrição de Malinowski atenta para um fator de grande importância no contexto da disciplina: a necessidade de construção de uma relação direta e empática com os "nativos" a fim de poder acessar elementos que permaneceriam desconsiderados numa observação externa. Viver como um nativo entre os nativos significaria, portanto, permanecer com o grupo e ser por ele reconhecido, numa espécie de "imersão total" que permitisse, em alguma medida, que o pesquisador se "tornasse nativo".

O método de Malinowski propunha que o pesquisador realizasse as mesmas atividades e tarefas do grupo, bem como seguisse seus padrões de comportamento e conduta. Nenhum aspecto dos modos de vida "nativos" poderia escapar a uma observação constante e detida, traduzida não apenas em palavras, mas também em atos. Apenas a realização diária e

constante das práticas "nativas" permitiria o acesso do pesquisador aos seus significados mais íntimos e característicos.

Contudo, a iniciativa de Malinowski insere-se num contexto de busca por uma legitimidade científica para a Antropologia, até então relegada a ser um aspecto de pesquisas mais abrangentes na área das ciências naturais e sociais. A construção da autoridade do pesquisador, a partir da idéia de "eu estive lá e vi com meus próprios olhos", tinha como objetivo o reconhecimento e a consolidação de um campo científico ainda marginal.

É interessante pensar, portanto, no modo como a Antropologia vai se consolidar a partir da idéia de que uma espécie de "transmutação" do pesquisador em "nativo" permite ao primeiro compreender os significados sociais mais imbricados em relação ao grupo, traduzindo-os num discurso elaborado dentro dos padrões do campo científico. A idéia de que o antropólogo conseguiria reproduzir o discurso "nativo" e resignificá-lo aos olhos da ciência aparece como uma premissa fundamental para a construção da Antropologia enquanto campo específico do saber.

Desse modo, a proposta de Malinowski exerceu uma influência considerável na construção do pensamento antropológico, deixando suas marcas nas reflexões sobre a disciplina até os dias de hoje. A observação participante continua sendo o método privilegiado do fazer antropológico, transformando o trabalho de campo numa das características fundamentais para a prática. E a escrita etnográfica, tão aproximada das categorias de pensamento "nativas", tende a figurar como o produto discursivo final deste fazer, diante da idéia de que tal texto seria construído a partir do discurso dos próprios "nativos".

Contudo, o modelo proposto por Malinowski é ainda hoje motivo de tensão para muitos pesquisadores, traduzindo a instabilidade de um campo do saber fundamentado muito mais na constituição de um determinado olhar e de um determinado discurso sobre esse olhar do que na aplicação de um método efetivo. Como acentua Evans-Pritchard (1978), ninguém sabe exatamente como faz o próprio trabalho de campo; a pesquisa etnográfica encontra-se em larga medida influenciada pelas condições específicas de sua realização, bem como pelas características do próprio pesquisador envolvido. E é esse tipo de compreensão que vai vir a modificar os rumos da disciplina num contexto mais recente.

A consideração de que a subjetividade do pesquisador encontra-se envolvida de maneira particular na construção da reflexão antropológica vai tornar-se uma premissa fundamental no contexto deste campo disciplinar. O reconhecimento de que a necessidade de estabelecer uma relação com os "nativos" atua de forma direta nas percepções do pesquisador, não apenas sobre o grupo, mas também sobre si mesmo, modificando-o e transformando-o de

maneira significativa durante o desenvolvimento da pesquisa, passa a figurar com um elemento da reflexão mais recente sobre a prática. Muito mais do que análise e observação, o exercício antropológico exigiria, então, uma interação profunda, definindo relações que extrapolariam os modos de conhecimento e apreensão de mundo.

No contexto de meu trabalho, estas considerações pareciam fazer ainda mais sentido, uma vez que meu corpo participaria de forma direta de toda a experiência, expondo minha nudez, evidenciando minhas características mais particulares, desvelando a fronteira de minha intimidade e acionando as mais diversas sensações e receios.

Mesmo no contexto da produção antropológica mais recente, poucos são os trabalhos onde o corpo interfere de maneira tão direta na interação com o grupo. A vivência do naturismo exige mais do que um acesso às representações e modos de vida do grupo, mas pressupõe também o compartilhamento de uma experiência corporal, proporcionada apenas no contexto da prática. A nudez naturista é interpretada pelos praticantes como reveladora de uma série de significados, tornando qualquer marca ou postura inadequada um elemento potencial de risco para o estabelecimento de uma relação.

Lembro-me que meus primeiros esforços nos momentos iniciais da prática vinham no sentido de conseguir reservar algo propriamente meu durante o trabalho de campo. A entrada em campo significava muito mais do que uma visita à praia do Abricó, mas traduzia também uma espécie de dupla iniciação: no naturismo, por um lado; e na Antropologia, por outro.

Em ambos os casos, experimentava uma sensação semelhante. Cumprir o ritual de iniciação exigia que eu me despisse não das roupas, mas de elementos que até então estavam estreitamente relacionados com minha noção de identidade. Para concretizar minha pesquisa, eu precisava "transformar-me", ao mesmo tempo, em naturista e em antropólogo. Ou mais ainda, precisava ser simultaneamente pesquisador e "nativo".

O reconhecimento como "nativo" se tornava fundamental, na medida em que apenas ele me permitiria o acesso aos naturistas. No contexto de minha pesquisa, somente o fato de pertencer ao sexo masculino já me colocava numa posição de difícil aceitação[1]. Fazia-se necessária uma espécie de sujeição aos padrões e critérios estabelecidos pelo grupo, fator que não vinha livre de desconfortos e tensões em alguns momentos.

Por outro lado, a iniciação na Antropologia me parecia ainda mais incômoda. Investir na identidade de pesquisador como única referência em campo era uma estratégia ao

[1] Os naturistas tendem a ter resistência em relação aos homens desacompanhados que visitam seus espaços, justificando-se em função da preservação e proteção em relação ao corpo e à nudez feminina.

mesmo tempo conflituosa em termos éticos e inatingível nos termos da experiência. Na condição de pesquisador, jamais me seria possível atingir o estatuto de "nativo", o qual, por sua vez, limitava a minha construção como pesquisador.

Muito embora houvesse uma tensão inicial entre a possibilidade de que eu me tornasse apenas um pesquisador ou apenas um "nativo", transitando entre estes dois pólos distintos, eles nunca me pareceram efetivamente inconciliáveis. Fixar um padrão identitário me parecia em larga medida um exercício complicado e desnecessário. Minha própria concepção de Antropologia se modificava na medida em que percebia o estatuto sempre ambivalente do pesquisador. Assim, fui aos poucos me tornando um tanto "nativo", um tanto pesquisador, um tanto visitante ocasional, outro tanto uma pessoa inserida em círculos de relações bastante específicos.

Muito daquilo que pode ser produzido no contexto da Antropologia é resultado das relações desenvolvidas entre o pesquisador e o grupo, em decorrência de encontros provocados, interrrogações freqüentes, buscas incansáveis ou ainda pelo mais puro e simples acaso. No contexto de minha pesquisa, talvez o último elemento tenha tido um peso mais do que considerável em relação aos demais. Ao buscar vivenciar a praia da maneira como os naturistas o faziam, aos poucos fui sendo inserido num círculo de relações, enquadrado em suas definições específicas, reconhecido como uma presença satisfatória e agradável na praia.

Seria difícil precisar o momento que fui realmente reconhecido como naturista. A idéia de seguir para a praia, prestar atenção nos modos de comportamento, nas falas, nos gestos, nos assuntos das rodas de conversa, tudo isso me parecia um artifício ao mesmo tempo produtivo e prazeroso. Os significados veiculados pelo grupo começavam aos poucos a fazer sentido. Sentia-me um pouco como Paul Rabinow (1977) em seu trabalho de campo no Marrocos, onde uma sucessão de encontros fortuitos e incidentes inesperados tornou possível que ele fosse aceito numa pequena comunidade local. Uma vez que os limites entre os naturistas e eu não estavam definidos numa idéia de diferença étnica, religiosa, nem tampouco social, era-me possível ir aos poucos sendo reconhecido como um entre eles. Não apenas um pesquisador, nem apenas um naturista, mas certamente um pouco de ambos.

Em sua ausência de regras e parâmetros fixos, o trabalho de campo desenvolve-se de maneira estritamente subjetiva, sendo definido a partir da relação particular desenvolvida entre o pesquisador e os "nativos", embora muitas vezes as definições se misturem no decorrer do processo. Não foram poucas às vezes em que os próprios naturistas iluminaram minhas reflexões controversas a partir de suas próprias considerações acerca de um determinado aspecto relacionado com a prática. Não foram menos vezes aquelas em que teci

minhas próprias considerações e me envolvi pessoalmente nas questões e reflexões do grupo. Acredito que seja esse caráter de complementaridade e transição entre o antropólogo e os "nativos" que permita à Antropologia a elaboração de interpretações mais consistentes e aprofundadas.

Todavia, as relações vivenciadas durante o campo começaram a ganhar um sentido diferente quando comecei minha escrita etnográfica. A idéia de escrever sobre os naturistas, com quem havia convivido durante os últimos meses, deixava questões bastante específicas em relação ao processo de elaboração e construção dos significados da pesquisa. E foi essa tensão em relação à multiplicidade de discursos e experiências que compunham minha vivência na praia do Abricó o ponto de origem deste trabalho.

A escrita etnográfica possui um papel fundamental na consolidação da Antropologia como ciência. Como se pode perceber ainda no estudo de Malinowski, é a partir da descrição minuciosa das condições de pesquisa e dos métodos utilizados que a Antropologia pôde integrar o quadro geral do pensamento científico.

Porém, como bem evidenciam os diários do autor[2], o processo de construção etnográfica exige uma elaboração bastante específica e é precisamente neste momento que a identidade do pesquisador busca se desvencilhar do contexto das relações mais amplas e distanciar-se delas.

Contudo, a publicação dos diários de Malinowski coloca novas questões para o saber e o fazer antropológicos. A partir deles, torna-se possível identificar dois níveis discursivos utilizados pelo autor: o primeiro deles, relacionado com as experiências particulares do pesquisador durante o período em que esteve em campo; o segundo, caracterizado por sua escrita monográfica, relacionado com a busca de legitimidade e autoridade científicas que permitiram a consolidação da Antropologia como ciência.

Desse modo, a escrita etnográfica seria questionada e considerada nos mais diversos níveis. Primariamente entendida como uma espécie de *tradução* em relação ao discurso "nativo", ela começa a ser encarada como uma *interpretação*, como um discurso produzido por um *sujeito*.

Clifford Geertz (1989) pode ser considerado um dos principais expoentes da idéia de Antropologia como interpretação, consolidando uma escola específica a partir deste tipo de abordagem. Segundo o autor, o exercício antropólogo pode ser percebido como uma prática

[2] A publicação dos diários de Malinowski, em 1967, constitui um marco no contexto da disciplina, evidenciando de forma característica a construção discursiva do autor em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. No diário aparecem de forma característica os conflitos e dificuldades do pesquisador em campo, comprometendo as imagens de empatia e convivência plena junto à população nativa.

essencialmente interpretativa, trabalhando a partir da coleta de dados de segunda ou terceira mão, que seriam analisados e construídos discursivamente pelo pesquisador.

Essa concepção do discurso antropológico como prática *autoral* promove uma mudança significativa no quadro da disciplina, questionando os critérios de legitimidade e autoridade que caracterizavam esse saber em sua concepção mais clássica. A idéia de uma Antropologia interpretativa tende a considerar de maneira bastante destacada a elaboração e construção dos dados da pesquisa por parte do pesquisador, atentando para o papel de um sujeito particular no processo de construção do discurso etnográfico. A idéia de que evidenciar o "lugar" específico de onde o sujeito profere seu discurso tornaria possível situar a interpretação do autor e livrá-la, portanto, de sua pretensão enquanto verdade inconteste vai produzir efeitos significativos nos modos de se fazer Antropologia, tendo como conseqüência uma série de trabalhos voltados mais para o pesquisador do que para os "nativos" especificamente.

O que se pode observar, de maneira mais ampla, é uma espécie de virada epistemológica bastante característica: se no contexto clássico a Antropologia tende a ser pensada como uma espécie de reflexo do discurso "nativo", elaborado e sistematizado pelo pesquisador, a Antropologia contemporânea tende a observar uma ênfase detida na figura do pesquisador, entendido como sujeito de elaboração do discurso. Assim, seria possível pensar, dentro da perspectiva de Geertz (2002), na idéia do "antropológo como autor".

A associação entre Antropologia e autoria tem se tornado cada vez mais comum em relação ao saber e ao fazer ligados à disciplina. De um lado, ela procura resolver alguns limites colocados em relação aos modos tradicionais de se pensar este campo, desmistificando a idéia do discurso antropológico como critério de verdade.

Todavia, sua ênfase na posição do autor coloca novas questões para os pesquisadores da área, uma vez que a idéia de um sujeito fixo e "localizado" se faz necessária para este tipo de construção. Evidenciar a posição do autor, característica que tem sido amplamente defendida na Antropologia contemporânea, seria também assumi-lo como um sujeito estático e centrado, distanciado de um quadro de relações mais amplo a partir do momento em que se põe a escrever.

Essa mudança de perspectiva no contexto da disciplina, marcando a passagem de um critério de verdade centrado na possibilidade de apreensão do universo social "nativo" a partir de suas próprias percepções para um contexto no qual o papel do pesquisador assume uma importância na definição deste olhar sobre o "nativo", demonstra de maneira característica o modo como a Antropologia vai se definir muito mais como um modo de ver

do que como uma disciplina ligada à construção de um objeto específico, fator que terá influência considerável nos modelos de construção do discurso antropológico. Se o olhar tende a ser percebido como característica de um sujeito, esta própria noção de sujeito aparece como premissa para realização das pesquisas.

É diante desse quadro que a Antropologia vai ser pensada como construção discursiva de um sujeito particular, assumindo que a posição deste sujeito afeta de maneira característica a elaboração, o desenvolvimento e a conclusão da pesquisa. Assim, evidenciar o "lugar de onde o autor está falando" aparece como uma maneira de resolver o impasse entre o discurso "nativo" e o discurso do pesquisador, estabelecendo um novo critério de verdade: a verdade interpretativa, característica do sujeito.

Assim, o exercício antropológico vai ser pensado como uma prática autoral, como construção subjetiva dos significados percebidos pelo pesquisador em seu contato e convivência com os "nativos" e como mediação entre dois discursos tradicionalmente diferenciados. Haveria, portanto, duas "vozes" em relação no contexto da pesquisa etnográfica: aquela dos "nativos" e aquela do pesquisador/autor.

Todavia, esta perspectiva tende a assumir um sujeito essencializado, capaz de articular duas ordens discursivas diferenciadas e a partir delas construir uma terceira: o discurso antropológico. O quadro seria composto por três níveis diferenciados o do pesquisador, o dos "nativos" e o da própria Antropologia todos centralizados num sujeito em si: o autor. Porém, um deslocamento deste eixo, a partir da crítica de Foucault (1992; 2006) à idéia de um sujeito essencializado, permite reconhecer a inviabilidade de um projeto antropológico centrado na construção de uma verdade, uma vez que a própria posição do sujeito da pesquisa estaria em cheque.

Adotando a idéia de uma subjetividade nômade, perpassada por uma variedade de fluxos discursivos que impediriam sua fixação numa noção essencializada de sujeito, Foucault permite reconhecer o modo como o discurso antropológico é também, em alguma medida, destituído de autor e de verdade, podendo ser percebido muito mais como uma multiplicidade de "vozes" e ordens discursivas entrelaçadas que dariam significados específicos ao texto etnográfico. Pensar a Antropologia sob esse viés, é uma maneira de reconhecer a pluralidade de relações e contextos que caracterizam não apenas a experiência antropológica, mas também a experiência humana, colocando questionamentos sobre que tipo de Antropologia se deseja fazer e como. Entender a construção do autor como uma instância elaborada discursivamente é acentuar o caráter transitório, plural e diverso tanto das relações em campo quanto dos textos etnográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRAPANZANO, Vincent. 1977. "On the writing of ethnography". *Dialetical Anthropology* 2 (1).

EVANS-PRITCHARD, E. E.. 1978. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FOUCAULT, Michel. 2006. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 1992. *O que é um autor?*. Lisboa: Veja.

GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

_____. 2002. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 [1922]. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril.

_____. 1997 [1967]. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record.

RABINOW, Paul. 1977. *Reflexions on fieldwork in Morocco*. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press.

STOCKING JR., George. 1983. *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork.* HOA v. 1. Madison: The University of Wisconsin Press.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. "O nativo relativo". *Mana. Estudos de Antropologia Social*. 8 (1).

WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Baixa Idade Média, Mulher e Povo em Michelet: Um Projeto Político de Nação para o Século XIX

Jacqueline Nunes Pereira [1]
Terezinha Oliveira [2]

Resume: Ce travail a pour objectil analyser comme l' historiateur français Jules Michelet , du XIX siècle, présente et valorise le moyen âge. l' aspect principal de l' analyse consis la forme comm l' auteur relatinne les questions mediévales del siècle XIV, avec les conflics politiques de son époque.`A partir de cela, on regarde deux questions que,à notre avis, sont importantes parur comprendre le penssée de l' auteur. L' primiére est liée du rolê que l' éducation dégage dans le procéssus de la transition due medievo à la modernité. La deuxiéme montre la façon comme Michelet acullitte l' education de la femme et du peuple.
mot-clé: Éducation ; puevo;la moyen Âge

Iniciaremos esta comunicação, apresentando algumas questões importantes para compreendermos a historiografia romântica em que Jules Michelet viveu. Em seguida, apresentaremos as discussões acerca da temática a partir da análise realizada nas seguintes obras: *O Povo,* escrita em 1846 e *A Mulher* em 1859. Pontuar seu olhar histórico sobre essa época é importante para nós, especialmente porque, entre um e outro livro, muitas coisas aconteceram e seu esclarecimento nos auxilia a avançar na compreensão do de transformação social.

Trata-se, em primeiro lugar, de avaliar a posição de Michelet entre os historiadores românticos, uma vez que é muito comum que alguns historiadores contemporâneos o identifiquem com essa historiografia. Por outro lado, outros historiadores, e o próprio Michelet, estabelecem um diferencial no interior desse pensamento. É fundamental, neste caso, demonstrar que, nesse diferencial, está implícita uma maneira particular de Michelet entender a história e a educação, especialmente a função do povo e da mulher na sociedade.

Como um escritor que pretendia ser um porta-voz da consciência do povo, Michelet atribuía aos historiadores românticos um papel social importante; caberia a eles a

[1] (DEF/CESUMAR)
[2] (DFE/PPE/UEM)

orientação do povo sobre os acontecimentos que ocorriam na sociedade. Ele acreditava que isso seria o começo para a consciência coletiva, seria a base para a educação do povo.

Em Michelet, Gèrard (1970, p. 53) vê aflorar, sob muitos aspectos, a história da Revolução de 1848. Nos prefácios que escreveu de 1847 a 1868, ele estaria apregoando um posicionamento quase agressivo contra os "sistemas" existentes. "Parcial, de modo franco e vigoroso", a posição de Michelet, do seu ponto de vista, assim se define:

> *-contra o fatalismo, sobretudo de Thiers. "A adoração do fato era em nós um legado de 1815". As três gloriosas introduziram de novo na história a espontaneidade em todos os sentidos: "A liberdade apresentou reclamações contra a sociedade. É o momento de reclamar também da ciência".*
> *- contra o socialismo de Buchez-Roux e de L. Blanc: "Eles quiseram impor à Revolução de 89 o caráter socialista dos tempos posteriores".*
> *- contra a teoria da salvação publica que é abordada sem rodeios e da mesma maneira condenada por ele, em 1847 (prefácio III).*
> *- contra o cristianismo que para ele encarna a anti-revolução: o reino da graça é exclusivo do reino da justiça, "o novo dogma, o dogma da vida". Essa mística anti-cristã o situa na mais profunda oposição, a partir de 1845, a seu amigo Quinet ("A Revolução não adotou igreja alguma. Por quê? Porque ela mesma era uma igreja"), a L. Blanc ("Nós somos de duas religiões, ele é semicristão") e a todos os outros "garatujeiros ecléticos de religião e revolução" encabeçados pelos buchezianos.*
> *- contra a concepção "monárquica" ou "aristocrática": "o ator principal é o povo". "A Via real" para o historiador é seguir a tradição popular e interpretá-la ("o memorialista", no dizer de Péguy), desenvolvendo simplesmente o "catecismo histórico do povo" __ "Quem trouxe a revolução? Voltaire e Rousseau... Quem estragou a revolução? Marat e Robispierre" etc.*
> *- contra esse credo, purificado pelo retorno às fontes, excluindo a religião robespierrista-difere sensivelmente do adotado pelos outros historiadores democratas. Michelet se entusiasmara sempre com a primeira revolução, "a época humana e condescendente". O escrito da revolução é o da jovem liberdade (GÉRARD, 1970, p. 53).*

Por fim, a autora afirma que ele se mantém em comunhão com os seus contemporâneos no plano do messianismo revolucionário.

Oliveira (1997) também escreve sobre Michelet e o destaca como um historiador que sempre esteve envolvido com as ações de seu tempo. Por isso, explica que, no período em que Michelet viveu, duas correntes teóricas e políticas do século XIX retomavam a historiografia produzida no período das perturbações de 89. Na França, destacava-se que os românticos tinham sido os primeiros a valorizar e recuperar esta época de turbulência como um período positivo para formação da nação.

> *Foi em torno da preocupação com a formação da Nação Francesa e da busca de uma identidade nacional que os historiadores dessa nova escola se uniram em busca do passado, mais precisamente para as origens do Terceiro estado. Na*

> *recuperação da história medieval, estava embutida a luta pela consolidação da nação fundada em 1789 (OLIVEIRA, 1997, p. 179).*

Cita Tierry como um historiador que via a idéia de unidade na história das origens da França como algo novo, que não fazia parte das questões do século XVIII. Segundo Oliveira, o que separava as duas correntes históricas e conduzia as visões diferentes da Idade Média era a posição de cada uma na luta a favor do Terceiro Estado.

> *Na verdade, a diferença histórica que separava essas correntes historiográficas tão próximas e que as conduziu a visões distintas da Idade Média é o momento em que cada uma se colocou na luta em favor do terceiro estado. No século XVIII as questões estavam colocadas no plano da liberdade do indivíduo, daí a importância adquirida pelo direito romano, as questões apresentavam-se sobre a forma de questões filosóficas e da necessidade de um rompimento radical com o que pudesse estar identificado com o mundo feudal (OLIVEIRA, 1997 p. 179).*

No século XIX, as questões giravam em torno da consolidação da ordem burguesa, no intuito de dar aos indivíduos a idéia de unidade, de governo único. Enfim, de constituir uma nação coesa com leis e direitos iguais para todos. Não se tratava mais de destruir a sociedade, mas de consolidar uma sociedade a partir das classes que a compunham.

Cabe agora nos dedicarmos ao fato de que Michelet se considera um historiador que se distingue dos demais românticos.

Segundo White (1992), na obra *Meta-História,* embora Michelet negasse ser um romântico, assumia e representava uma posição diferente *dentro* do movimento romântico, especialmente em razão de sua concepção do processo histórico. "Michelet pretendia descobrir um meio de elevar a apreensão romântica do mundo à condição de um enfoque científico" (WHITE, 1992, p. 160). Segundo ele, Michelet tinha uma sensibilidade poética, mas totalmente reflexiva, na qual se manifestava a sua autoconsciência.

Michelet e suas diferenças com os demais historiadores românticos

Michelet se considerava diferente dos historiadores românticos porque escrevia suas obras com realismo, porque se contrapunha ao pensamento de muitos deles, especialmente os da metade do século XIX, que, quase sempre, queriam diminuir no espírito do povo, a idéia de união popular que teria predominado com a deflagração da Revolução Francesa. Segundo ele, esses historiadores caracterizavam o povo francês como uma classe

totalmente limitada, frágil, cheia de conflitos. É justamente isso que ele condena, procurando em seu olhar demonstrar o outro lado do povo.

Ele vê no povo, em especial, nas mulheres, como sendo as indicadoras da construção social. Podemos dizer que, a compreensão sobre a transformação dos valores da sociedade medieval, sobre como o povo vai se educando, poderá ser o suporte para identificarmos a linha de raciocínio de Michelet, especialmente quando se dedica a discutir a educação.

Dá voz às pessoas do povo, como Joana D`Arc, porque procura realçar, para os homens de seu século, as manifestações que moveram a civilização em tempos anteriores e, por isso, descreve as pessoas do povo como atores que também mudaram a história. Segundo ele, o episódio de Joana D' Arc expressaria um embrião nacional, um elemento da pátria que ele almeja e quer construir no século XIX.

Michelet encontra na mulher outro aspecto relevante a ser pontuado nesta comunicação: sua ação na política. "Ora, as mulheres não ficaram alheias à batalha política; muitas delas haviam participado dos acontecimentos de 1848 e o amor ia precisamente ao encontro de suas aspirações[3]" (MICHELET, 1995). Segundo a autora da introdução da obra *O Povo*, Thérese Moreaus, elas reivindicavam direitos políticos e sociais, não um marido idólatra que as encerrasse de novo no gineceu.

Michelet aborda a mulher como mãe, esposa, instinto, feiticeira e até mesmo como multidão. Todos estes papéis fazem dela uma agente revolucionária que, tendo suas ações refletidas diretamente na opinião dos homens, acaba por se tornar um elemento fundamental na estrutura da nação, seja em questões políticas, seja em questões civis. O que é louvado por Michelet nessas mulheres que participaram de uma maneira ou de outra na Revolução é simplesmente seu amor pela pátria e seu comprometimento para com o povo e os ideais de liberdade.

Assim, podemos afirmar que, de uma forma particular, Michelet evidencia em suas obras a necessidade de levar o povo em consideração nas propostas de transformação da sociedade no século XIX. Nos cursos ministrados no Colégio de França e que já mencionamos anteriormente, ele e Quinet ensinavam e incitavam seus alunos a se aproximar das massas.

> *Esses jovens, tal como os vejo diante de minha cátedra, apresentam melhores tendências, sempre acolheram generosamente toda palavra em favor do povo. Que façam mais, que lhe estendam a mão e formem logo com ele a aliança da regeneração comum (MICHELET, 1989, p. 12)*

[3] MICHELET, J. 1995. XXV. Prefácio de Thèrèse Moreau.

Percebe-se, assim, que a perspectiva com que Michelet olha a história é diferente daquela de muitos escritores, como Guizot[4], Tierry, thierry, Villemain e Cousin. Mesmo que fizessem parte da Historiografia Romântica e tivessem, tanto para a Revolução Francesa, quanto para a Idade Média, uma atenção especial, cada um tinha uma particularidade na forma de analisar a história, que, de certa maneira, era coerente com a sua posição política.

Michelet se diferencia destes importantes historiadores porque atribui ao povo, mais do que à burguesia, um papel de grande relevo na constituição da nação francesa. Essa perspectiva diferente não diz respeito apenas à sua disposição em se aproximar das massas, mas sim a um posicionamento geral, teórico a respeito da sociedade.

Segundo Oliveira (1997), não se tratava mais de condenar esta ou aquela tendência, como ocorrera no período revolucionário; não se tratava mesmo de destruir as tradições, mas de criar interesses gerais que se contrapusessem à tendência ao individualismo burguês. Foi neste contexto que se colocou como questão a recuperação das tradições francesas. Era preciso dar aos homens e as instituições um sentido de unidade e de tradição. Foi isto que levou os franceses da restauração a se voltar para o passado, mais do que o passado voltarem-se para a história.

É dessa maneira que analisamos a "história" em Michelet. De nosso ponto de vista, ele busca encontrar em seu estudo da Idade Média a solução para os problemas sociais de sua época. Podemos dizer, de acordo com Oliveira (1997, p. 131), que os exemplos que ele destacava na época feudal eram, de fato, um instrumento de crítica às relações sociais vigentes no século XIX. É o que ele faz em *O Povo*,

Michelet destaca sempre a forma de viver do povo. Ele aponta certos valores, como união, fraternidade e bondade, que, a seu ver, deveriam nortear a sua vida como historiador e, sobretudo, como um homem que queria transformar a nação. A união, a fraternidade e a bondade do povo francês durante a revolução são relacionadas a um retorno à natureza humana, ou seja, um exemplo de como os homens poderiam ser semelhantes e esquecer as diferenças sociais que os fizeram sofrer durante tantos séculos.

Por fim, podemos concluir esta apresentação, pontuando que o maior conflito de Michelet é com a "desigualdade social". Poderíamos dizer que a falta de respeito entre as pessoas, a desarmonia familiar, o desequilibro emocional, entre outros, que se manifestam nos

[4] O que diferencia Guizot, thierry, Villemain, e Cousin de Michelet, são as questões políticas. Este grupo acreditava na sociedade burguesa e na monarquia constitucional como ideal de governos, Michelet acredita no povo como ideal de governo.

dias de hoje são reflexo de uma sociedade em total desequilíbro. Por isso, cabe-nos destacar a importância das obras desse para a atualidade, não só nos campos da política e da história, mas, especialmente na educação. Elas nos mostram que precisamos intervir na desigualdade social e lutar pelo resgate de valores, como bondade, fraternidade e união.

REFERÊNCIAS

GÉRARD, A. *A Revolução Francesa:* mitos e interpretações. São Paulo: Perspectiva, 1970.
GUIZOT, François. História da Civilização da Europa.Lisboa: 1974.LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito da Idade Média* editoria estampa, 1980

_____. *A História Nova.* 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.

_____.*Os Intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
MICHELET. Jules. *O Povo*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

_____. *A Agonia da Idade Média.* São Paulo, EDUC/ Imaginário, 1992.

_____ . *A Feiticeira.* 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

_____ . *A Mulher.* São Paulo, Martins Fontes, 1995.

OLIVEIRA, T. *Guizot e a Idade Média*: civilização e lutas políticas. Assis: UNESP, 1997. (Tese de Doutorado)

WHITE, A. *Meta-História:* a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reformando a vivência da fé, alterando a sensibilidade religiosa: irmandades e um Bispo ultramontano em Porto Alegre (século XIX).

Mauro Dillmann Tavares•

Resumo: Dom Sebastião Dias Laranjeira foi o Bispo que se empenhou na consolidação da religiosidade católica ultramontana na Província do Rio Grande do Sul, especialmente na Porto Alegre das últimas décadas do século XIX, e visou a alterar as manifestações de devoção existentes, por não condizerem com o desejado "espírito religioso" ultramontano. A proposta de alterar a vivência religiosa da população incluiu a divulgação dos sacramentos, a constituição de um Cabido, a organização do Seminário e o aumento do poder dos párocos perante os fiéis irmanados. Estas medidas, entretanto, não estiveram orientadas para o confronto entre o catolicismo reformador da Igreja e o catolicismo tradicional das irmandades na medida em que ambos representavam a religiosidade católica, que precisava ser avivada , mas sim orientadas para a renovação da sensibilidade religiosa.

Palavras-chave: Bispo, irmandades religiosas, religiosidade.

Abstract: Dom Sebastião Dias Laranjeira was the bishop who tried to consolidate ultramontane Catholic religiousness in Província do Rio Grande do Sul, specially in Porto Alegre City in the last decades of XIXth century. He even tried to change the existing demonstrations of devotion, because these were not consistent with desirable ultramontane "religious spirit". His proposal to change people's religious lives included the spread of sacraments, the creation of a Cabido, the organization of a Seminary and increasing priests' power before their followers. However, these measures were not intended to face the Church reforming Catholicism versus brotherhoods' traditional Catholicism - as both represented Catholic religiousness, which needed to be revived -, but they were directed to a renewal of religious sensitiveness.

Key-words: bishop, religious brotherhoods, religiousness.

Visando a alterar o comportamento religioso dos fiéis e os ideais de fé católica, Dom Sebastião Dias Laranjeira, Bispo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1861 e 1888, se empenhou na consolidação do ultramontanismo. Este foi um movimento reformador da Igreja Católica que buscou consolidar um novo ideal de religiosidade, mais cumpridor dos dogmas, dos sacramentos e mais obediente às determinações papais de

• Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O texto aqui apresentado constitui parte integrante de minha Dissertação de Mestrado, defendida em abril de 2007, intitulada: "Irmandades religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)".

interiorização dos sentimentos de fé, de resgate das propostas do Concílio de Trento e de combate ao liberalismo. Esta comunicação pretende apresentar e analisar as medidas tomadas pelo Bispo para alterar as manifestações de devoção existentes na Porto Alegre da última metade do século XIX e a perspectiva de renovação da sensibilidade religiosa a partir do contato com os fiéis vinculados a irmandades religiosas, associações de culto católico formadas por leigos.

Numa das suas primeiras cartas pastorais, o Bispo Laranjeira dizia ser "com suma consolação de nossa alma, vos anunciamos que se acha estabelecido, aos sábados, nas igrejas matrizes de Nossa Senhora do Rosário e das Dores, desta capital, o ensino do catecismo, em que, a par da doutrina cristã, se explicarão todos os deveres do homem para com Deus...".[1] A tentativa do Bispo era de incutir um ideal religioso que parecia estar longe dos hábitos da população católica, quando ele refere "a pouca ou nenhuma freqüência dos sacramentos, a transgressão do preceito da santificação dos dias de domingo e de guarda, nos quais nem só se não cumpre com o dever de ouvir a santa missa". Num esforço de vinculação entre catequização e salvação divina, o Bispo condenava

> *"esta avidez insaciável de divertimentos, bailes e teatros, onde muitas vezes periga a inocência e se bebe sutilmente o veneno de doutrinas subversivas e imorais, que produzem freqüentemente tristes resultados no seio das famílias, faz-nos crer que desapareceu completamente o espírito religioso, e que deixou de ser cristã a sociedade atual"*[2]

A descrição que o Bispo faz dos sentimentos religiosos da população porto-alegrense aponta para sua visão da religiosidade: a de uma situação degradante da fé, ligada a espetáculos e divertimentos públicos festivos. Por não condizerem com o "espírito religioso" ultramontano, estas manifestações devocionais foram condenadas pelo Bispo, que buscou reformá-las. O seu temor em relação à sensibilidade religiosa tradicionalmente vivenciada pela população se revela na transcrição acima, assim como a incompreensão de que através das irmandades religiosas, a exteriorização da devoção poderia possuir aspectos sagrados. Se compararmos com o país vizinho, Uruguai, para o mesmo período, temos a seguinte conclusão do historiador José Pedro Barran: "el juego, la risa, la diversión, (...) el baile, la función de teatro, podían formar parte del culto religioso, es más, constituían algo de su essencia" (BARRAN, 1991, p. 137).

---

[1] AHCMPOA, Carta Pastoral do Bispo Dom Sebastião em 14/02/1864. Dom José Barea faz referência ao mesmo documento como sendo datado de 16/02/1863. BAREA, Dom José. *História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.* Porto Alegre: EST, 2004, p. 204.

[2] Id. Ibid.

Para estabelecer e fazer cumprir estes ideais catequistas e sacramentais era preciso possuir uma administração eclesiástica de apoio. Para tal, entre as primeiras medidas do Bispo esteve a constituição do Cabido, um senado diocesano que auxiliava o Bispo na administração da Diocese. Segundo a publicação eclesiástica *A Estrela do Sul* (TAVARES, 2006), numa manhã de novembro de 1863, Porto Alegre presenciou a instalação, em tom festivo, desse importante instrumento da administração eclesiástica. Nas palavras do Bispo, a Igreja sul-riograndense "de hoje em diante recebe novo brilho e vai ocupar o lugar de honra e dignidade que lhe compete entre as outras Igrejas em comunhão com a Santa Sé Apostólica e seu Supremo (...) o Papa Pio IX".

Em seu discurso, Dom Sebastião dizia se congratular

> *"com toda a minha Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, devendo hoje anunciar que está formado o venerável Corpo Capitular Diocesano, graças a munificência do nosso Pio e Augusto Imperador, o Senhor D. Pedro II, que tão solicito se tem mostrado em aumentar o esplendor da Igreja Brasileira!"*[3]

O Bispo deixa entrever em seu discurso que não somente representava os interesses da Igreja, como do também do poder imperial, ratificando a defesa dos ideais cristãos com a necessária manutenção material do culto pelo Estado, em função do Padroado[4]. O que se observará mais tarde, entretanto, é que o empenho da Igreja em reformar sua estrutura a afastaria gradativamente do amparo do Império.

O Cabido representava uma mudança significativa na maneira de viver a religiosidade católica na capital da Província, pois esta seria, a partir de então, fiscalizada por um grupo de párocos designados pelo Bispo. Este corpo eclesiástico foi organizado com a finalidade de estabelecer um contato freqüente com os leigos que, apesar de se organizarem em associações autônomas, também deveriam respeitar as novas regulamentações. Cabido e irmandades mantinham, geralmente, uma relação respeitosa, mesmo que a ingerência do Cabido no trato das coisas sagradas e do culto nem sempre fosse bem vista pelos irmãos.

Tornava-se necessário ainda a criação de cursos e a organização do Seminário Episcopal, estabelecimento de administração e instrução eclesiástica, a fim de atender às demandas da comunidade cristã das freguesias da Província e à formação de padres mais espiritualizados e voltados ao catecismo. O Seminário da capital do Rio Grande do Sul foi

---

[3] AHCMPOA, Alocução pronunciada pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira em 31 de dezembro de 1863. Cfme. *A Estrela do Sul*, ano II, n. 14, 10 de janeiro de 1864.

[4] O Padroado deve ser entendido como "uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas romanas em vastas regiões da África, da Ásia e no Brasil". BOXER, Charles. *O Império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1969, p.257.

fundado pelo Bispo Dom Feliciano[5] em 1855 e funcionou durante anos em casas particulares uma vez que não possuía sede própria. Dez anos depois, em 1865, Dom Sebastião deu início à construção do prédio (hoje Cúria Metropolitana), que somente ficaria pronto para inauguração em 15 de fevereiro de 1879. Na Ata de inauguração foi expresso o contentamento em concluir "este edifício de tanto alcance e magnitude para instrução da mocidade, como para formação [e] aperfeiçoamento (...) do clero"[6]. Dom Sebastião estava disposto a reordenar a vida dos párocos no Rio Grande do Sul, inserindo-se nos objetivos da Igreja neste período em que "passou a exigir dos sacerdotes uma fidelidade aos deveres sacerdotais e uma devoção à causa religiosa, em sua forma estritamente eclesiástica que antes não fora exigida nem sequer esperada deles" (FREYRE, 2000, p. 693 [1959]).

Na busca pela universalização da religião católica e estruturação de uma nova sensibilidade religiosa, a construção do Seminário representou a possibilidade de um novo clero. A hierarquia organizada muito contribuiu para a bem sucedida atuação do Bispo Laranjeira e para a observância dos sacramentos pelos fiéis, o que pode ser observado pelo ocorrido no dia 16 de julho de 1882, na igreja de Nossa Senhora do Carmo, ocasião em que o Bispo celebrou e administrou o sacramento da crisma pela manhã, antes dos atos festivos[7].

A pregação da santificação do domingo foi outro meio utilizado pela hierarquia eclesiástica para modificar, não o clero, mas os hábitos religiosos mais tradicionais dos fiéis. O dia de domingo sempre foi dedicado ao descanso, ao lazer e às sociabilidades no Brasil, tendo a Igreja defendido, desde os tempos da Colônia, os princípios religiosos e sagrados dominicais. *A Estrela do Sul* publicou, em 1866, longo artigo dedicado "a guarda ou santificação do domingo", e no qual fez a defesa do domingo como dia de purificação e de reserva ao culto.

> *"Uma (...) razão de guardar o santo dia de domingo é o cuidado que devemos ter de nossa alma procurando-lhe todas as graças de que ela necessita, e todos os remédios que exigem suas enfermidades. O negócio principal é a salvação da alma, negócio que reclama toda vigilância e zelo quer consideremos sua importância infinita e os grandes perigos a que esta incessantemente exposta, quer encaremos o preceito que Jesus Cristo nos deixou, o fim de nossa redenção e de todos os outros mistérios operados em nosso favor"*[8]

---

[5] Primeiro Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, era gaúcho, pároco de Santa Bárbara de Encruzilhada, antes de se tornar Bispo, em 1852, com 70 anos de idade. HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica, 1987, p. 113.
[6] AHCMPOA, Ata primeira da Inauguração do Seminário. Lançada em 06 julho 1880.
[7] AHCMPOA, *O Thabor*. Ano1, n.45, 15 julho de 1882, fl.4.
[8] AHCMPOA, *A Estrela do Sul,* 06 de maio de 1866.

O periódico *O Thabor* publicou, em 1881, uma pequena nota, cujo título "Movimento religioso" vinha anunciar as "práticas" que deveriam ser observadas aos domingos nas seis igrejas da capital: "Na matriz desta cidade faz-se a exposição do evangelho em todos os domingos e dias santos do ano"[9], através do que pretendia-se consolidar o preceito ultramontano de santificação dos domingos.

Este foi um intento que atravessou o Bispado de Dom Sebastião Laranjeira, e que se acentuou com o passar do tempo, em função das doutrinas racionais e filosóficas que conduziam os espíritos "ao mais radical ceticismo"[10]. A defesa do domingo santificado passou a ser associada a um combate travado para que seu rebanho não se perdesse para o Protestantismo e para o Espiritismo em ascensão. O jornal eclesiástico *O Thabor* publicou em 1882, artigo com o título "Influência do domingo sobre a idéia religiosa na sociedade", destacando que "faltando o domingo, a sociedade permanece sem Deus, sem crença, sem princípios, direção moral". A observação da "lei do domingo" era fundamental para a "manutenção da religiosidade", da crença na "esfera sobrenatural" e na infalibilidade "da Igreja"[11].

Dentre as tantas medidas do Bispo, já referidas, para modificar a vivência da fé e o "espírito religioso" da população católica, uma ganhou atenção especial do Diocesano: o aumento do poder dos párocos perante os fiéis leigos. Esta preocupação ficou bem evidente na ingerência do Bispo sobre as irmandades. Como os compromissos – documentos que regiam as irmandades dependiam, em parte, da aprovação eclesiástica, estes ficavam à mercê de modificações. Isto pode ser constatado no compromisso da irmandade de Santo Antônio, organizado em 1862, e que teve em vários de seus artigos a recomendação feita pelo Bispo da inclusão da expressão: com licença do Rev. Pároco[12].

Na segunda metade do XIX, principalmente após o episódio da prisão dos Bispos, durante a *Questão Religiosa*, o Bispo do Pará, Dom Antônio Macedo da Costa, em carta dirigida ao Imperador, ressaltou que a intervenção da autoridade civil na administração dos bens das confrarias não alterava "a natureza religiosa dessas instituições", nem subtraía a "ação da autoridade eclesiástica no que diz respeito às funções do culto", afirmando, por fim, que "como associações religiosas, estão debaixo da exclusiva alçada da autoridade diocesana"[13]. Conforme Vivien Ishaq, o Bispo aconselhou, em 1877, aos demais Bispos do Brasil, "não mais aprovar estatutos de novas confrarias na forma de costume", pois a "lei

[9] AHCMPOA, *O Thabor* , n. 4, 08 de outubro de 1881.
[10] Id.Ibid.
[11] AHCMPOA, *O Thabor*, ano1, n.44, 8 julho 1882, fl.2,3.
[12] BPP, Compromisso da irmandade do Glorioso Santo Antônio. Porto Alegre. Coleção das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lei n. 571 de 22 de abril de 1864, p.47.

prescreve que esses estatutos sejam também aprovados pelo governo e esta aprovação civil abre as portas dos mais graves inconvenientes".

> *"Os bispos deveriam se limitar a fundar 'simples associações piedosas, sem organização oficial, sem existência civil – a lei o permite. Essas simples associações de devoção, segundo o arcebispo, seriam mais fáceis de 'permanecerem sob o poder exclusivo do bispo e é desta maneira que podem prestar bons serviços ao culto'"*[14]

Investindo-se destes poderes, os Bispos estavam, ao menos teoricamente, aptos a legitimar o poder dos párocos perante as freguesias[15], e a instá-los a buscarem o reconhecimento de sua autoridade sobre a devoção dos fiéis organizados em irmandades. As fontes consultadas, no entanto, revelam que estas determinações nem sempre foram seguidas à risca nas associações, já que uma maior intervenção dos párocos implicava numa redução de sua autonomia. Não sem conflito foi a relação entre a arquiconfraria do Rosário e o pároco Vicente Sebastião Wolffenbuettel, na década de 1880, em torno de decisões religiosas, políticas e controle de propriedades.

O Bispado organizado, o funcionamento do Cabido e do Seminário, proporcionou gradativamente um ambiente propício mas não menos tumultuado em termos políticos à implementação do projeto ultramontano de religiosidade[16]. A pregação enfática do respeito aos dogmas, do cumprimento aos sacramentos, de santificação do domingo e da legitimidade do poder dos párocos sobre as confrarias foram estratégias adotadas pela Diocese visando à alteração da sensibilidade religiosa dos porto-alegrenses.

Como podemos perceber, as medidas adotadas por Dom Sebastião Dias Laranjeira para modificar as manifestações religiosas da população e introduzir um novo padrão de devoção, foram bastante diversas. Incluíam a criação do Cabido, a estruturação de funcionamento do Seminário, a divulgação do ensino do catecismo, a necessidade de santificar o dia de domingo e o aumento do poder dos párocos diante dos leigos. Todas almejavam uma renovada sensibilidade religiosa[17], que ficou bem expressa nas palavras do

---

[13] *Memória dirigida a Sua Majestade o Imperador, pelo Exmo. Sr. Bispo do Pará acerca do Recurso interposto para o Governo Civil por parte de algumas irmandades suspensas das funções religiosas, Belém do Pará*, 1873, p. 6. In.: MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 118.

[14] ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. *Compromisso das almas: irmandades leigas na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII*. PUC-RJ, Dissertação de Mestrado em História, 1996, p. 200. Citação de D. Antônio Macedo da Costa. *Memória sobre a situação presente da Igreja do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 38.

[15] Pequena divisão administrativa de um território, ligado a uma capela.

[16] Este projeto consistia, como vimos, em normatizar a ritualística católica e moralizar seus sacerdotes a partir dos preceitos vindos de Roma, reavivando através do movimento ultramontano do século XIX, um ideal de religiosidade baseado no Concílio de Trento que, para a Igreja, estava esquecida pelos fiéis.

[17] Segundo Barran, uma abordagem da história da sensibilidade trata de "analizar la evolución de la faculdad de sentir, de percibir placer y dolor, que cada cultura tiene y em relación a qué la tiene". No caso aqui apresentado

Bispo D. Macedo Costa, do Pará: "Queremos o catolicismo, não um catolicismo deturpado, de mascarada, religião só composta de exterioridades hipócritas, acompanhada de indecentes saturnaes e de sacrilégios que fazem gemer nossos templos; mas o catolicismo verdadeiro, como ele é, na plenitude de seus dogmas, de sua disciplina, de sua moral"[18].

Esse pretendido catolicismo em sua "plenitude", pregado em Porto Alegre pelo Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira acabou orientando uma nova sensibilidade religiosa, uma vez que, as irmandades religiosas continuaram atuando naquela sociedade, com suas características próprias de devoção e organização dos cultos, mas foram também influenciadas pelas determinações do Bispo. Uma acomodação entre a religiosidade proposta pela Restauração Católica e a vivenciada pelos devotos esteve em pauta. As medidas adotadas pelo Bispo não estiveram orientadas para o confronto entre o catolicismo reformador e o catolicismo tradicional, na medida em que ambos apresentavam um fundo em comum que, segundo ele, precisava ser avivado, a religiosidade católica. Apesar de investido de uma autoridade simbólica e do poder de representante máximo da Igreja na Província, Dom Sebastião procurou estar mais próximo de seus diocesanos, o que ampliou sua autoridade e conferiu legitimidade e reconhecimento aos seus pronunciamentos[19].

Referências Bibliográficas:

BAREA, Dom José. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Porto Alegre: EST, 2004 [1932].
BARRAN, José Pedro. **Historia de la sensibilidad em el Uruguay. Tomo 1. La cultura 'Barbara'. (1800-1860).** Montevidéu: Ed. La Banda Oriental, 1991.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989.
BOXER, Charles. **O Império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1969.
FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1959].
HASTENTEUFEL, Zeno. **Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica, 1987.
ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Compromisso das almas**: irmandades leigas na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. PUC-RJ, Dissertação de Mestrado em História, 1996.
MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.
TAVARES, Mauro Dillmann. Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil, Porto Alegre - século XIX. **Revista Histórica**, www.arquivoestado.historica.sp.gov.br , jun. 2006.

trata-se de perceber as maneiras de sentir e de pensar a devoção. BARRAN, José Pedro. *Op. Cit.*, p. 11.

[18] COSTA, Dom Macedo. *A Questão Religiosa do Brasil perante a Santa Sé ou a Missão especial a Roma em 1873 à luz de documentos publicados e inéditos pelo Bispo do Pará*. Lisboa: Fornecedores da Casa de Bragança. 1886, p. x.

[19] Segundo Bourdieu, "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras". BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Universo infanto-juvenil: a historicidade da história da infância no Brasil

Ivonete Pereira[1]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo trazer algumas reflexões acerca da historicidade da história infanto-juvenil no Brasil. Apresentamos como ponto de partida a concepção de que as duas principais vertentes de pesquisa deram origem à História da infância e juventude no Brasil, foram os estudos realizados por pesquisadores ligados ao CEDHAL- USP, composto basicamente por historiadores e as pesquisas feitas através do antigo CESPI-USU/RJ, que aglutinava pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e das Ciências humanas. Partindo desta perspectiva apresentamos algumas reflexões sobre as diferentes abordagens do universo infanto-juvenil no Brasil, feitas pelos pesquisadores de ambos os Centros, bem como suas contribuições à criação de um novo campo de pesquisa histórica no Brasil: A história da infância e da juventude.
Palavras chaves: Crianças/adolescentes, história, multidisciplinariedade

Abstract: This work has the objective of reflecting about the historicity of the children and youth history in Brazil. It is presented, as a starting point, the conception that two main research tendencies had originated the History of infancy and youth in Brazil, they were the studies made by researchers related to the CEDHAL- USP, mainly composed by historians and the researches made by the old CESPI-USU/RJ, that brought together researchers from the Social Sciences and Human Sciences areas. Taking these aspects as a base it is showed some reflections about the different approaches of the juvenile universe in Brazil, made by the researchers of both Centers, as well as its contributions to the creation of a new historical research field in Brazil: The history of infancy and youth.
Key words: Children/adolescence, history, multidisciplinary

A história da infância no Brasil ainda é jovem. Fora do corolário das pesquisas acadêmicas realizadas no país, a infância não se constituía como tema privilegiado do interesse de estudiosos, mesmo dos que se dedicavam a analisar temas que incluíssem sujeitos e objetos que, até pouco tempo, eram completamente alijados de qualquer análise ou debate[2].

Na década de 1980, na esteira das mudanças de perspectiva dos objetos de estudos das áreas das ciências sociais e humanas ocorridas em vários países da Europa e América do Norte e de fatos acontecidos no contexto internacional, como a indicação, em 1978, do Ano Internacional da Criança, e, mesmo no contexto brasileiro, como, por exemplo,

1 Doutora em História, professora do Colegiado de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.
2 O recorte por nós realizado neste trabalho, prioriza a historicidade da História da Infância apenas no Brasil, haja vista que em outros países, principalmente nos europeus, a população infanto-juvenil, no mínimo há uma década e meia, já vinha sendo objeto estudos, quando tais pesquisas tiveram início no Brasil.

a revisão do Código de Menores em 1979, a Academia lançou seu olhar sobre a infância e pesquisadores passaram a privilegiar crianças e adolescentes como tema central de seus estudos.

Como parte integrante da chamada "Nova História", o tema sobre a infância no Brasil deslanchou a partir do que consideramos como três núcleos básicos de estudos. O Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância – cujas atividades, desde seu início, estiveram associadas ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica do Instituto Franciscano de Antropologia, da Universidade São Francisco/São Paulo (DAPH), é considerado por nós como primeira das bases da História da Infância no Brasil. O Núcleo, buscando contemplar diferentes perspectivas, sob diversas óticas, aglutinou renomados pesquisadores que fizeram da infância seu objeto central de estudo.

Na primeira coletânea das pesquisas editada pelo Núcleo, o volume recebeu o título de "História Social da Infância no Brasil" e foi publicado pela Editora Cortez/USF-IFAN, em 1997, organizado pelo então coordenador do Núcleo, Marcos Cezar de Freitas. A obra apresenta uma variada gama de análises a partir de diferentes fontes de pesquisas que têm por objetivo, "oferecer aos estudiosos da Infância no Brasil uma cartografia das representações sobre a criança, trazendo ao debate interlocutores de diversas matrizes investigativas." (FREITAS, 1997:12)

Neste volume, pesquisadores de diferentes áreas de atuação, como a sociologia, história, antropologia, psicologia e educação, apresentam importantes análises sobre a situação de crianças e adolescentes em diferentes períodos da história do Brasil. Apenas para citar alguns nomes, Fúlvia Rosemberg, ao estudar o Projeto Casulo, a LBA e a Doutrina de Segurança Nacional do regime militar instalado em 1964, analisa a criação de políticas públicas destinadas à infância, marcadas por uma exacerbada conotação de controle e autoritarismo. Miriam Moreira Leite, através da memória dos relatos dos viajantes e de livros de memórias de homens e mulheres que eram crianças na época em questão, analisa as múltiplas imagens criadas sobre a infância brasileira no século XIX. Marta Maria Chagas de Carvalho, analisando discursos de higienistas e disciplinadores do final do século XIX e início do século XX, dá a dimensão dos referidos discursos na educação/escola, enquanto uma instituição organicamente disciplinar.

A Coletânea apresenta diferentes investigações e debates, alguns resultados de pesquisas mais amplas, como a contribuição dada por Maria Luiza Marcílio, que, ao analisar a história da assistência caritativa à infância abandonada entre o período de 1726-1950, dando ênfase à história da Roda dos Expostos, trouxe um recorte da pesquisa que, no ano seguinte,

1998, foi publicada pela Editora Hucitec com o título de "História Social da Criança Abandonada. (Marcílio, 1998).

Percorrendo arquivos e bibliotecas de diversos países, a autora lançou mão de uma inigualável série de documentos que lhe possibilitou analisar a trajetória do abandono de crianças desde a Antiguidade até o Brasil do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. No percurso de sua pesquisa, além do abandono, a autora apresenta também análises das políticas públicas de proteção e assistência a essa infância "desvalida".

O trabalho de Marcílio faz parte do Projeto de Pesquisa que consideramos como o segundo núcleo de estudos sobre a infância no Brasil, ligado ao Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), criado em 1984, na USP. Juntamente com a inauguração do Centro, foi iniciado pela então coordenadora, Maria Luiza Marcílio, o Projeto de Pesquisa Interdisciplinar com o título "A Família e a Criança na História Social da População Brasileira". Neste, engajaram-se pesquisadores como Mary Del Priori, Fernando Torres Londoño, Renato Pinto Venâncio, Ana Silva Volpi Scott, Dario Scott, Maria de Fátima Rodrigues das Neves e Maria Lucia Mott, entre outros.

A inserção destes pesquisadores junto ao Projeto desenvolvido no CEDHAL resultou em importantes pesquisas, que originaram obras como a organizada por Mary Del Priori, "A História da Criança no Brasil", a qual teve sua primeira edição publicada em 1991 pela Editora *Contexto*. Nesta, estão aglutinadas pesquisas como a de Esmeralda Blanco de Moura, que analisa, no contexto das primeiras décadas do século XX, em São Paulo, o mundo da criança pobre mesclado ao mundo adulto das fábricas, no qual está sujeita a todo tipo de trabalho, acidentes e abusos. Luiz Mott, ao refletir sobre a prática da pedofilia e da pederastia na época colonial brasileira, questiona (pré) conceitos e denuncia as violências sexuais contra crianças e adolescentes.

Através de inventários, testamentos e cartas de alforrias, Kátia de Queirós Mattoso analisa a partir de qual momento o filho de uma escrava deixava de ser criança e passava a ser visto como escravo e até que ponto a Lei do Ventre Livre contribuiu para que os filhos de escravas continuassem sendo crianças ao invés de se tornarem adultos, escravos ou não. Tendo como tema central o abandono de crianças negras na capital, Rio de Janeiro, Renato Pinto Venâncio e Lana Lage Lima demonstram que houve um aumento significativo de crianças pardas e negras "enjeitadas" e entregues à Santa Casa de Misericórdia, através da Roda dos Expostos, após a Lei do Ventre Livre.

Importantes contribuições à obra prestaram Edson Passeti e Fernando Londoño. O primeiro, focalizando o Brasil republicano, principalmente do pós-golpe militar de 1964,

discute a criação de instituições como a Funabem e Febens e de que forma essas instituições exerceram a função de vigilantes e controladores dos "menores" e, por extensão, aos membros de suas famílias. Fernando Londoño analisa os discursos do final do século XIX e início do XX, no Brasil, que descaracterizam o termo *menor* como uma designação de faixa etária, dando uma nova conotação a ele: denominação utilizada para referendar crianças e adolescentes pobres "delinqüentes" ou "em risco de ser".

Na esteira desses trabalhos, tais pesquisadores ampliaram seus estudos. Como exemplo, Renato Pinto Venâncio que, em 1988, havia defendido a dissertação de mestrado em história pela USP, com o título "Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII", na qual, através de registros de batismo de paróquias localizadas em zonas rurais e urbanas do Rio de Janeiro, analisou o abandono de crianças pobres na capital, bem como sua proveniência. Em 1999, o pesquisador publicou, pela editora Papirus, a obra "Famílias Abandonadas: assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador séculos XVIII e XIX", uma adaptação de sua tese de doutorado defendida em 1993, na Universidade de Paris IV, Sorbonne. Nesta, o autor analisou as práticas assistenciais, leis e normas direcionadas à infância pobre nos séculos XVIII e XIX, no Rio de Janeiro e Salvador, privilegiando, em seus estudos, os motivos que levavam as famílias a recorrerem à Roda dos Expostos, bem como a representatividade desse ato perante as elites e autoridades públicas.

De acordo com Maria Luiza Marcílio, a documentação levantada pelo historiador foi extremamente importante para o enriquecimento do Banco de Dados para a História da Infância, disponível não apenas no CEDHAL-USP, mas também na Coordenação de Estudos e Pesquisa sobre a Infância CESPI-USU/RJ. Esta é por nós considerada o terceiro núcleo básico de fomentação e aglutinação de pesquisas que deram origem à história da infância no Brasil. Cabe ressaltar que a ordem da apresentação dos três núcleos foi feita de maneira aleatória, não sendo considerado o período de seu surgimento até porque são praticamente contemporâneos - nem o nível de importância, já que os consideramos pilares desse novo ramo da história no país.

Fundada em 1984, na Universidade Santa Úrsula/RJ, a Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI), criou o Centro de Documentação da Infância (CDI), reunindo, organizando e disponibilizando uma infindável série de documentos, provenientes de diferentes arquivos com a finalidade de estimular e desenvolver pesquisas sobre a infância pobre no Brasil e em outros países da América Latina, com vistas à promoção de ações sociais junto a essa população infanto-juvenil. No intuito de registrar os muitos olhares – de

pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humana – sobre a infância brasileira, muitas obras tiveram como origem pesquisas realizadas através da CESPI/USU.[3] Difícil para nós seria elencar e discorrer sobre todas, porém é impossível nos esquivarmos de citar algumas delas.

Publicado pela Editora universitária Santa Úrsula/AMAIS, em 1997, o livro "O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil", de Irene Rizzini, traz, à luz da discussão histórica, o significado social que ganhou a infância pobre na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Analisando principalmente o debate travado entre médicos e juristas brasileiros da época, a autora mostra como as medidas de "proteção" à infância propostas pelos "reformadores sociais", além de se basearem em princípios humanitários e científicos, coincidiam com o discurso e prática do novo regime que se instalava no país – o republicano.

Sob a organização de Irene Rizzini, a CESPI/USU já havia lançado, em 1993, pela Editora Universitária Santa Úrsula, com o apoio da organização não-governamental Amparo ao Menor Carente (Amenca), a obra "A Criança no Brasil Hoje: desafio para o terceiro milênio". Nesta, estão nomes como o de Sérgio Adorno, que traça um paralelo entre a legislação européia e a brasileira em relação às crianças e adolescentes, a partir principalmente da década de 1970 e, ao analisar preferencialmente a legislação direcionada a jovens infratores, destaca que as "inovações" legislativas no Brasil estão descontextualizadas a partir do momento em que seguem as tendências internacionais. Ainda nesta obra, ao refletir em torno do grande número de crianças e adolescentes que vivem a maior parte de suas vidas em casas de famílias que não são as suas de origem, Cláudia Fonseca aponta a construção no Brasil de uma outra experiência familiar, que difere da lógica do modelo dominante de família.

Ao delimitar como período de suas análises os anos de 1923 a 1941, partindo da criação do Juízo de Menores à instituição do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), Irma Rizzini analisa como os discursos jurídicos do período, ao darem distintas concepções aos termos crianças e menores, determinaram a discriminação e exclusão de crianças e adolescentes pobres que, sob a luz da ciência, passaram a ser o foco de suas práticas. Polêmico, o livro aglutina análises de autores que, além de mostrarem através da história recente do país, o estado em que se encontram crianças e adolescentes pobres, lançam

3 Infelizmente, até setembro de 2005, com a extinção do CESPI, o Centro de Documentação da Infância – CDI – estava desativado e a documentação que formava o rico acervo deste, encaixotada e guardada em uma sala pertencente a Biblioteca Central da Universidade Santa Úrsula, sem nenhuma condição de pesquisa. Por sorte, e boa vontade do funcionário da Biblioteca Central, Marcelo, pudemos vasculhar algumas caixas e encontrar material caro a nossa pesquisa.

desafios às autoridades públicas por meio de questionamentos e sugestões na busca de alternativas para a situação vigente no país.

Não poderíamos deixar de destacar ainda, como obra da CESPI/USU, o livro "Crianças Desvalidas, Indígenas e Negras da Colônia, do Império e da República". Organizado por Irma Rizzini, foi lançado pela Editora Universitária Santa Úrsula, com o apoio da FINEP, em 2000, como sendo o 7° volume da *Série Banco de Dados*, lançada pela CESPI/USU. O artigo de abertura da obra versa sobre a atuação da Companhia de Jesus na catequização de crianças indígenas no Brasil.

Neste, Alessandra Martinez Shuler aborda as relações vivenciadas por colonizadores/jesuítas e colonizados/crianças indígenas enquanto relações importantes na formação da sociedade colonial. Tomando como foco de análise o pensamento e discursos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos em relação às crianças negras e mestiças do final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro, Marta de Abreu, em tal livro, discute as imagens e preconceitos criados em torno do comportamento e da vida destas crianças. Ao fazer tais reflexões, a autora vai desconstruindo estereótipos como a associação entre cor e criminalidade, ainda tão presentes na sociedade brasileira de hoje. Maria Luiza Marcílio fecha a obra discorrendo sobre as fontes existentes para a tecedura da história da infância nos períodos coloniais e imperiais brasileiros. A autora chama a atenção ao fato de essas fontes, em quase sua totalidade, terem sido produzidas por homens membros da elite político-administrativa ou religiosa, o que não inviabiliza a reconstituição da história que até então foi negada.

Paralelo ao lançamento desse livro, a CESPI/USU e o Centro de Documentação da Infância, CDI, lançaram a segunda edição, ampliada e revisada, do cd- rom: **"**CD Base de Dados Bibliográficos: infância e adolescência no Brasil Colônia a República". Este, além de reunir uma produção interdisciplinar resultado de várias pesquisas como livros, artigos de revistas, teses, dissertações, monografias, relatórios e anais de congressos, também apresenta documentos primários que retratam a infância, principalmente a partir do século XIX.

O "CD Base de Dados", a partir do amplo levantamento feito e apresentado, possibilita, aos pesquisadores das mais diversas áreas, que privilegiam a infância como tema central de suas pesquisas, tomarem conhecimento da produção científica e da documentação sobre os assuntos existentes nas mais diferentes instituições do país.

A produção bibliográfica, mais especificamente a historiografia, acima apresentada, de maneira geral passou por significativas mudanças. Em um primeiro momento, percebemos que a história da infância por ela retratada se resumia à história das instituições

que agiam em torno da infância pobre. No bojo da discussão institucional surgiram os questionamentos em torno dos altos índices de abandono de crianças, bem como o destino dado a crescente demanda destes personagens. Assim, partindo da análise de instituições como Asilos e a Roda dos Expostos, a historiografia reconstituía a história das crianças das quais tais entidades se ocupavam.

Na perspectiva de analisar os meandros das intervenções das organizações filantrópicas principalmente na figura da Igreja e particulares na vida dessa infância pobre, essa historiografia começou a expandir seu foco de reflexão suas relações pessoais e quotidianas.

No segundo momento dessa pesquisa historiografia, já incorporando a figura do adolescente, os estudos se voltam, às relações familiares desta população infanto-juvenil, não apenas em suas relações pessoas, mas inserindo um novo viés de análise o do "mundo do trabalho". Dentro do quadro de um sistema de produção emergente o capitalismo ganhou atenção a pauperização dos núcleos familiares das camadas populares e junto à inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal paralelo ao informal . Nestas pesquisas, ganharam destaques os interiores das fábricas. A presença de crianças e adolescentes passou a ser analisada através das relações de poder, manifestadas via exploração, negligência acidentes e violência. No foco das reflexões, o quotidiano dessa população infanto-juvenil no "mundo do trabalho", é retratado dentro da perspectiva da luta de classes, em que crianças e adolescentes eram parte integrante da classe pobre "dominada".

Paralelo a essa abordagem, os historiadores passaram a dar destaque também a população infanto-juvenil "marginal" e marginalizada, tais estudos cresceram junto ao interesse pela legislação direcionada a esse grupo social. Crianças e adolescentes como "problema" que deveria ser solucionado por diferentes saberes principalmente o médico e jurídico através de políticas públicas diversificadas Código de Menores, Juízo de menores, Abrigos, Colônias agrícolas, Escolas Industriais, entre outras, passaram a ser as teses centrais dos estudos historiográficos.

Necessário salientar, em relação a essa historiografia, que apesar de várias obras trazerem em seus títulos "História da Infância no Brasil" ou algo semelhante, em sua grande parte, os estudos realizados são relativos ao eixo Rio - São Paulo, tornando-se generalizante, pois não dão conta das particularidades existentes nos diferentes contextos regionais, estaduais e municipais. Contudo, é inegável a contribuição dessas pesquisas, uma vez que servem de base, através do suporte empírico e teórico, para pesquisas historiografias locais, que não fazem parte do circuito Rio - São Paulo.

É bom lembrar também que na "História da Infância", existe muito ainda para ser pesquisado em relação às crianças e adolescentes do Brasil, em seus diferentes períodos históricos; chamo a atenção, dentre muitas outras questões, para a educação, o universo lúdico, o lazer e práticas culturais, vivenciadas por eles. Não esquecendo que os filhos de famílias abastadas, igualmente aos filhos de famílias pobres, são crianças e adolescentes do Brasil, também sujeitos históricos, com direito a revelação de sua presença na história do país.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CD– CESPI/CDI– Base de Dados Bibliográficos: **infância e adolescência no Brasil** Colônia à República. 2ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. USU, 2000;

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997;

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998;

PRIORI, Mary Del. **História da Criança no Brasil.** 1º edição. Rio de Janeiro: Contexto, 1991;

VENÂCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas:** assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador- séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papirus, 1999;

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas publicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula / AMAIS, 1997;

----------, Irene. **A criança no Brasil hoje**: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/AMENCA, 1993;

RIZZINI, Irma. **Crianças desvalidas:** indígenas e negras da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/FINEP, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Envolvimento do Brasil na Questão Timorense

Leandro Leone Pepe*
Suzeley Kalil Mathias**

Resumo: Discute-se neste texto como o processo de desocupação do Timor Leste pela Indonésia, coincidente com as mudanças processadas no cenário internacional em razão do fim da Guerra Fria, redundaram em uma nova postura brasileira frente à segurança internacional, traduzida na crescente participação deste em missões de paz dirigidas pela ONU, e como os interesses gerados no Brasil pelo processo de globalização, levou a uma aproximação maior deste relativamente aos países de língua portuguesa, redundando na construção de uma nova política exterior do país para o século XXI.

Palavras-Chave: CPLP, missões de paz, militares do Brasil

Abstract: It is argued in this text as the process of inoccupation of the Timor East for Indonesia, coincident with the processed changes in the international scene in reason of the end of the Cold War, had resulted in a new Brazilian position front to the international security, translated in the increasing participation of this in missions of peace directed by the ONU, and as the interests generated in Brazil for the globalization process, led relatively to a bigger approach of this to the countries of Portuguese language, resulting in the construction of a new foreign policy of the country for century XXI.

Keywords: Brazil's militaries, CPLP, peacekeeping missions.

Até o 11 de setembro de 2001, a questão do Timor Leste foi um dos eventos mais importantes das relações internacionais no pós-Guerra Fria, em particular no que concerne à defesa dos direitos humanos. As missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) atuaram por quatro anos no país e se tornaram, reconhecidamente, um caso de sucesso de intervenção internacional em crises humanitárias. Para o Brasil, a resposta aos conflitos timorenses também teve significado especial, pois representou uma das formas de inserção internacional do país.

Os principais desdobramentos da questão timorense nos anos 1990, que culminaram no fim da dominação indonésia e abriram caminho para a independência do Timor Leste, coincidiram com uma fase da política externa brasileira de reforço dos laços com países em desenvolvimento que enfatizou os países que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP. O objetivo brasileiro era aproximar-se de outros países

fora do eixo EUA–União Européia, mostrando que o Brasil procurava diferentes formas de reinserção no cenário internacional, não mais moldado pelo conflito ideológico leste-oeste, característico da Guerra Fria.

Tendo sempre em mente assumir um novo papel, o envolvimento brasileiro na questão timorense tomou diversas formas, entre as quais, a de mediador entre as partes litigantes (anos 1990) – o que significou abandonar o até então distanciamento brasileiro do caso, passando pelo comportamento pró-ativo nas diversas operações de paz da ONU , e, em seguida, liderando a cooperação nas mais diversas esferas com o objetivo de contribuir para a viabilização da libertação e uma verdadeira construção da nação timorense.

Para avaliar este processo, buscar-se-á neste artigo acompanhar a atuação do governo brasileiro no caso do Timor Leste, verificando quais interesses estavam em jogo e as implicações disso nas relações com outros atores de relevo para a chancelaria brasileira, como Portugal, os PALOPS (países africanos de língua portuguesa) e a Indonésia. Com isso, será possível identificar algumas das diretrizes básicas da política externa brasileira dos anos 1990 e do início de novo século. Igualmente, poder-se-á verificar a real importância do Timor Leste no cálculo externo brasileiro, se o crescimento em importância daquele foi fruto de assumir a causa humanitária de um país que possui fundamentalmente laços lingüísticos ou se houve outras motivações, como a de estimular parcerias na Ásia

Antecedentes

Na década de 1970, quando houve a dissolução do império português com as independências de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o Timor Leste também buscou ter o mesmo destino. No processo de definição da situação política da colônia, em meio às incertezas na metrópole, três grupos políticos surgiram no Timor, a UDT (União Democrática Timorense), que defendia a manutenção dos laços com Portugal, a APODETI (Associação Democrática Popular Timorense), que buscava integrar-se à vizinha Indonésia, e a FRETILIN (Frente Timorense de Libertação Nacional), que desejava a independência completa do país. Este último grupo era o mais numeroso e o melhor organizado politicamente.

A independência do Timor chegou em 1975, com uma convulsão social dirigida pela FRETILIN, que com isto se impôs aos outros dois movimentos e declarou a independência do país.

A Guerra Fria era o mote das relações internacionais e a vitória da FRETILIN era vista como um foco de expansão comunista no sudeste asiático. Deve-se lembrar que o Timor é um território encravado no meio da Indonésia (e esta é o maior arquipélago do mundo, com 18.108 ilhas), e o país foi fonte de disputas entre Portugal e Holanda (colonizadora da Indonésia) por vários lustros. A Indonésia foi reconhecida como país independente logo após a II Guerra Mundial, enquanto o Timor permanecia sob bandeira portuguesa.

Desde sua independência, a Indonésia buscava aumentar sua influência no Timor, o que foi alcançado com a independência deste em 1975. Naquele momento, o governo de Suharto já estava no poder há dez anos e seu poder tinha por principal pilar as Forças Armadas. Assim, não é de estranhar o temor provocado nas autoridades do país de que a independência do Timor Leste incentivasse movimentos emancipatórios em províncias da Indonésia, como Aceh, Kalimantan e Irian Jaya.

A partir de então, obstruir a consolidação do Estado timorense passou a ser encarada como questão de segurança nacional. O objetivo era garantir a frágil unidade política da Indonésia (VATIKIOTIS, 1994: 185). Em vista disso, as tropas indonésias invadiram o Timor Leste, dando início a vinte e quatro anos de dominação sobre o país. Finalmente, se realizava o objetivo holandês de subordinar todo o território da região ao seu domínio. Agora a Indonésia assumia este papel.

O processo de anexação do Timor Leste pela Indonésia foi marcado pela violência, pois os interesses e a cultura de ambos os povos eram demasiado diferentes, para não dizer incompatíveis. Os timorenses, que lutaram durante anos por sua própria independência, viram seus objetivos frustrados antes mesmo da comemoração da vitória. Por outro lado, os indonésios, para consolidar sua presença no Timor, entendiam ser necessário destruir qualquer vestígio da antiga presença portuguesa. Assim, os timorenses sempre foram tratados com muita truculência e, ao contrário das expectativas do novo colonizador, isso contribuiu para inviabilizar a integração de fato dos timorenses à sociedade indonésia. As denúncias de abusos na área de direitos humanos foram feitas ao longo dos anos e levaram à sensibilização da opinião pública internacional em torno do que se constituía como "causa timorense".

Desse modo, começou a ressoar nos *fora* internacionais questões envolvendo os conflitos no Timor Leste. Primeiro, lembrou-se do direito de autodeterminação do povo timorense que fora cerceado com a invasão do país por seu vizinho insular , conflito que,

segundo a ONU, definia-se como "guerra injusta". A segunda questão foi provocada pela violência da nova ocupação, com as crescentes e comprovadas denúncias de violações dos direitos humanos praticadas por forças de segurança da Indonésia.

A questão timorense sempre girou em torno destes dois temas. A princípio os partidários da independência levantaram a bandeira da autodeterminação. Porém, o mundo apenas se sensibilizou com o Timor Leste quando vieram à tona as notícias de abusos, desmandos e massacres que o povo timorense sofria. Foi por meio da necessária defesa dos direitos humanos que o caso foi popularizado e passou a exigir uma solução com participação da comunidade internacional.

O governo português contribuiu muito para a internacionalização do problema timorense, mormente por denunciar os abusos contra os direitos humanos cometidos pela Indonésia no país vizinho. Fator importante para a internacionalização da questão timorense foi a entrada de Portugal na *Comunidade Econômica Européia*, âmbito no qual Lisboa denunciava a situação insustentável do Timor Leste.

Em todo este processo, o governo brasileiro acompanhou atentamente os desdobramentos que pudessem vir à luz. Porém, não se envolveu diretamente na questão. Na época, o país buscava aproximar-se de países do sudeste asiático, pois eles apresentavam altas taxas de crescimento econômico e auspiciosos mercados consumidores. A Indonésia estava entre estes, expunha ao público consideráveis taxas de crescimento econômico e de formação de mercado consumidor profícuo. Não por acaso, a Indonésia estava entre os chamados "novos tigres asiáticos".

Havia, assim, o receio de que uma posição peremptória por parte do Brasil a favor do Timor Leste pudesse azedar as relações com Jacarta,. receio este que esteve presente até o momento da efetivação da independência timorense. A primeira abordagem do governo brasileiro ao tema, segundo Cunha (2001: 200), "...foi de fidelidade ao princípio da autodeterminação, entendido este como direito do povo do Timor-Leste a expressar-se livremente sobre seu futuro, sem prejulgar as aspirações timorenses. Mas não cabia ao país assumir nenhum protagonismo naquele tema específico".

Por um lado, o Brasil buscou, a partir dos anos 1980, incrementar seu comércio exterior e, por isso, promoveu uma aproximação maior com os países da ASEAM (Associação de Nações do Sudeste Asiático), na qual a Indonésia ocupa posição destacada. Nessa direção, "o Brasil, encorajado pelo peso de sua economia [da Indonésia] e por sua crescente inserção

num mundo a caminho da globalização, sentia-se apto a disputar, ao lado das potências industriais, nichos de oportunidade naquela promissora região" (CUNHA, 2001: 198). Brasília entendia, então, que apoiar explicitamente a causa timorense poderia minar seus objetivos de estreitar laços com a região asiática.

No entanto, esse distanciamento estratégico da questão foi rompido ainda nos anos 1980. Após o fim do governo dos generais, o papel do Brasil ganhou destaque na ONU. É nessa época que a questão dos direitos humanos entra com mais força na agenda internacional e passa a ter importância renovada também na política externa brasileira.

Um mundo multiplo

Em meados dos anos 1980, com o fim do regime burocrático autoritário e a instalação de um novo governo civil, o Brasil adotou uma nova orientação no cenário internacional, coincidente apenas em suas linhas mestras com aquele que vigorou ao longo dos anos sob os militares. Tal atitude envolveu uma redefinição de postura no âmbito das Nações Unidas e demandou novo posicionamento frente à entrada dos chamados novos temas na agenda internacional. Um desses novos temas era a questão dos direitos humanos. As violações humanitárias passaram a receber maior atenção por parte da comunidade internacional, o que aumentou ainda mais nos últimos decênios do século XX, particularmente em razão do término da Guerra Fria (BARTOLOMÉ, 1999).

Naqueles anos, as questões humanitárias também se destacaram na agenda política nacional: "abandonando posições conservadoras e defensivas que vinham caracterizando sua atuação na CDH [Comissão de Direitos Humanos da ONU], o Brasil inaugurou, em 1985, uma fase de progressivo engajamento nas atividades daquele foro[sic.]." (Cunha, 2001: 202). Exemplos desta nova postura brasileira estão no voto a favor das oito resoluções condenatórias à Indonésia pela Assembléia Geral da ONU.

O fim da Guerra Fria, com a superação do conflito ideológico leste-oeste, levou a uma postura dos Estados, especialmente dos europeus, de não mais ignorar as arbitrariedades de governantes contra cidadãos de seu próprio país, que passaram a não ser mais acobertadas nas instituições internacionais. Também contribuiu para isso o aumento de guerras étnicas que assolaram diversas regiões do globo e que chocaram o mundo, aumento este diretamente relacionado ao fim do "conflito improvável, paz impossível" que, segundo Raymond Aron, marcou o período do conflito a frio entre EUA e URSS. A própria ONU teve a sua atuação renovada no cenário político internacional. Apesar disso, mesmo condenando a Indonésia nos

organismos internacionais, rechaçando sua postura colonialista e violenta diante do Timor Leste, Noam Chomsky (1977:125) acredita que países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e França apoiaram discretamente Jacarta ao venderem armas ao país.

Na prática, a ONU passou a se envolver em um número maior de conflitos, pois, com o fim da Guerra Fria, diminuíram, consideravelmente, os vetos dos membros permanentes do Conselho de Segurança, que tanto emperravam os trabalhos relativos à aplicação de sanções aos países que violavam os preceitos da ONU, o que redundou não apenas no aumento quantitativos, mas também no próprio número de tarefas realizadas pelos capacetes azuis, como bem sintetiza Simone Pinto (2004: 295):

> *A partir do fim da Guerra Fria, novas operações de manutenção da paz foram sendo empreendidas, com mandatos mais amplos e complexos, como monitoria de eleições, remoção de minas, verificação de respeito aos direitos humanos, distribuição de ajuda humanitária, reconstrução de Estados falidos, desarme e desmobilização de combatentes e muitas outras tarefas antes consideradas assunto puramente doméstico dos Estados.*

Desejando assumir uma posição de destaque no sistema internacional, era inevitável que a chancelaria brasileira desse espaço crescente ao tema dos Direitos Humanos em sua agenda externa. Isso ajuda a explicar, em parte, a inclinação brasileira para a causa timorense e a busca por uma solução pacífica para o problema. Destaque-se ainda que a importância renovada que adquiriu a temática de direitos humanos na agenda política brasileira acompanhou as próprias mudanças na sua política interna. O fim do regime autoritário exigia uma postura diferente da adotada entre 1964 e 1985, um posicionamento firme na defesa dos direitos humanos era deveras importante para que ficasse evidente não apenas o interesse do Brasil em construir sua democracia, mas também que a sua política externa estava em sintonia com a ascensão de novos temas na agenda internacional.

Pode-se sintetizar a trajetória da temática humanitária na política externa brasileira da seguinte maneira:

> *A política exterior do Brasil envolveu-se com os direitos humanos de modo distinto, em três fases: ao ensejo e logo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, foi assertiva na promoção desses direitos adquirindo experiência no plano regional (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e global (Comissão de Direitos Humanos da ONU); a partir de 1960, em nome do constitucionalismo, mas em razão do regime autoritário, abandonou tal esforço, tomando posições defensivas e isolacionistas nos foros multilaterais; com o fim do ciclo autoritário, remediou-se e recuperou-se, desde 1985, aquela assertiva original (Cervo & Bueno, 2002: 466).*

Tomando outra direção, Celso Lafer (1990) defende que no processo de globalização, as regiões menos favorecidas foram a América Latina e a África. Isto porque, por um lado, a prosperidade econômica da Ásia não se repetiu nas citadas regiões,

especialmente devido aos graves problemas da dívida externa que ali se apresentavam. Por outro lado, diferente da redemocratização dos países do Leste Europeu, que foi acompanhada da possibilidade de aproximação com a Europa ocidental e lhes abriu caminho para sua entrada na União Européia, na África e América Latina, sobretudo no Brasil, não havia a mesma conjuntura favorável e, portanto, não se traduziram em oportunidades no campo da política internacional; ao contrário, a interferência dos países mais ricos, notadamente dos EUA, ensejou um afastamento maior das regiões das decisões internacionais. Sendo assim, de certa forma à margem do processo de globalização, o Brasil procurou se inserir no mundo pós-conflito ideológico leste-oeste através de uma atuação mais ativa no seio da ONU. Ganhou força, nesse processo, a idéia de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil, há tempos defende uma reforma no Conselho, que inclua novos membros permanentes, entre eles, países do mundo em desenvolvimento. O governo brasileiro acredita que o país possua as credenciais para ocupar uma das novas vagas e se tornar o representante da América Latina na instância decisória máxima da ONU. Como se sabe, esta é uma discussão que está longe de terminar.

O Brasil nas missões da ONU

Se o desejo era exercer papel destacado na ONU, o Brasil teria que adotar uma ação pró-ativa no apoio à agenda mundial, o que foi parcialmente obtido por meio da volta do Brasil, em 1988, ao Conselho de Segurança da ONU como membro não-permanente, depois de mais de vinte anos de seu afastamento dessa função (AGUILLAR, 2002:47). Envolveu, igualmente, um engajamento maior do país em operações de paz das Nações Unidas. Assim, nos últimos 20 anos, o país apresentou-se nas seguintes missões: **Europa**: Croácia; **África**: Angola, Moçambique, Ruanda/Uganda, Guiné-Bissau, Costa do Marfim; **Ásia**: Camboja, Timor Leste; **América Latina**: Peru/Equador, Guatemala, El Salvador e Haiti.

Nota-se, pois que o Brasil atuou em todos os continentes, mas, como já foi dito anteriormente, procurou papel mais ativo naquelas operações realizadas em regiões consideradas importantes para o governo brasileiro América Latina e países de língua portuguesa. A importância dada pelo Brasil às ex-colônias portuguesas revelou-se, por exemplo, no conflito angolano, tendo o governo brasileiro enviado 1.200 homens divididos em três missões coordenadas pela ONU: UNAVEM (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola) I, II e III e MONUA (Missão de Observadores das Nações Unidas) para o

país. Entre os objetivos destas missões figuravam a saída pacífica das tropas cubanas do país, a negociação de um cessar-fogo entre as facções beligerantes, a organização de eleições e implantação de um programa de "desminagem".[1]

Conforme vimos discutindo, ao longo dos anos 1990, o país teve um papel mais ativo na causa timorense. Além dos votos em favor da ex-colônia portuguesa nos organismos internacionais, procurou atuar como mediador entre resistência timorense e governo indonésio, sendo diligente no processo que culminou com a independência do Timor. Embora vivendo sérios problemas orçamentários, o Brasil associou-se à ONU nas missões no Timor, tais como UNAMET (Missão das Nações Unidas em Timor Leste), INTERFET (Força Internacional para o Timor Leste), UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste) e UNMISET (Missão de Apoio das Nações Unidas em Timor Leste).

Em outubro de 1999, foi organizada a UNTAET, com a missão de organizar a entrega do poder ao povo timorense. Para administrá-la, a ONU convocou o brasileiro Sérgio Vieira de Mello falecido em missão do próprio organismo, no Iraque em 2003, cujo papel foi coordenar os trabalhos de reconstrução do país, falido pelo conflito com a Indonésia, e de estruturação do governo e do sistema produtivo no Timor Leste, garantindo um futuro democrático e economicamente inclusivo. Ainda hoje, o Brasil colabora em projetos educacionais e de capacitação profissional em território timorense.

Evidencia-se, assim, que a questão da ex-colônia portuguesa na Ásia, passou a estar cada vez mais presente nas relações do Brasil com a Indonésia e também estreitou os laços com a Europa por meio de sua relação especial com Portugal. Vale dizer também que uma omissão por parte do Brasil poderia ser mal vista pelos países lusófonos, ardorosos defensores da causa timorense e com os quais o Brasil procurava manter bom relacionamento. Assim, o interesse brasileiro foi crescente em estreitar seus laços com os países de língua portuguesa, tendo o idioma por principal mediador na promoção de políticas de relacionamento junto às nações da CPLP.

Outra razão que levou o governo brasileiro a atuar no Timor foi a oportunidade de participar de uma operação de paz da ONU que esteva em franca sintonia com os interesses nacionais, entre os quais continua a ser alçado a membro permanente do Conselho de

---

[1*] Leandro Leone Pepe é mestre pelo Programa de Mestrado em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUCSP) e foi bolsista CNPq.
[**] Suzeley Kalil Mathias livre docente em Ciência Política, professora do curso de História (UNESP, Franca) e pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES-CELA-UNESP, Franca).
"Desmilhagem" significa a retirada e/ou desmontagem das minas terrestres que mutilaram e ainda mutilam um grande número de pessoas no país.

Segurança considerando a ampliação deste com a possível reforma daquela. Contudo, talvez o fator determinante tenha sido a própria forma como o Brasil encara seu relacionamento com as demais nações, que se baseia nos princípios do respeito às diferenças e da solução pacífica dos conflitos, tento como prioridade as regiões americana e africana.

Embora na Ásia, a questão timorense ganhou importância na percepção brasileira na medida em que o envio de tropas para o Timor representou uma ruptura no modo pelo qual o Brasil participava em operações de paz. Historicamente, a percepção brasileira é a de que a autodeterminação dos povos é valor fundamental nas relações entre os Estados. Por isso, nunca houve apoio brasileiro explicito às chamadas operações de interposição, ou seja, aquelas em que não há anuência das partes envolvidas para a intervenção. No caso do Timor, o país atuou na INTERFET (International Force in East Timor), uma missão coercitiva, o que evidencia a importância da questão timorense na pauta externa brasileira, bem como revelou uma nova forma de Brasília encarar a política exterior em matéria de segurança internacional.

Em síntese, desde o início dos anos 1990, é consenso que a participação brasileira em operações de paz é importante tanto para os países nos quais atua quanto para atingir seus interesses, mormente o de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Ainda que a escassez de recursos financeiros seja um obstáculo considerável, o Brasil se envolveu em missões de paz em Angola, Moçambique e Haiti, entre outros. A mesma motivação impulsionou as tropas brasileiras para o Timor.

Ainda que o conflito tenha sido superado, o Timor Leste não tem uma organização governamental e pública que possa manter a paz no país e estimular seu desenvolvimento. Ao contrário, permanecem focos de violência que redundou, por exemplo, na morte do missionário evangélico brasileiro no início de 2006 em razão da pouca legitimidade que tem o governo e a luta entre diferentes visões para o futuro do país. A permanência do Brasil no Timor representa uma garantia de continuidade nas políticas de pacificação e consolidação do regime democrático e, ao mesmo tempo, representa um meio de mostrar para o mundo que o Brasil pode ser um *global player*, interesse maior da política externa adotada pelo governo Lula.

Referências bibliográficas

BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JR., Domício (orgs.). **Brasil e o Mundo: Novas Visões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2002.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasi***l.* Brasília: Ed. UnB, 2002.

CHOMSKY, Noam. *O Mundo Precisa Saber.* In: SANT´ANNA, Sílvio L. (org.) **Timor Leste – Este País quer ser Livre**. São Paulo: Ed. Martin Claret. Pp. 22-36.

CUNHA João Solano Carneiro da. **A Questão do Timor-Leste:** Origens e Evolução. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001.

LAFER, Celso (1990). Reflexões sobre a Inserção do Brasil no Contexto Internacional. Rio de Janeiro: *Contexto Internacional*, nº 11, jan. - jun.

VATIKIOTIS, Michael R. J. (1994). *Indonesian Politics under Suharto:* Order, Development and Pressure for Change. Nova York & Londres: Routledge.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da belle époque da borracha (1890-1910)

Geraldo Mártires Coelho*

Resumo: último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram essenciais para a história da Amazônia contemporânea, integrada às engrenagens do capitalismo industrial e financeiro, e peça-chave na economia e na cultura internacionais pela cadeia produtiva do *látex*.
As dinâmicas da reprodução do capital foram os eixos da mundialização da cultura, nas formas e nas representações da chamada *belle époque*, formas proclamadas como civilizadas e próprias do sujeito social do progresso.
Teatro, literatura, associações musicais constituíam os indicativos da sociabilidade urbana, reproduzindo, em escala, na Belém de então, os cenários da *belle époque*. Mesmo considerando seus processos sintéticos, foi a configuração mimética da mundializada cultura capitalista e burguesa do *fin de siécle*.

Abstract: The last quarter of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century were essential to the contemporary history of the Amazon, as the region became integrated into the mechanisms of industrial and finance capitalism, and became a key component of international economics and culture through the chain of latex production.
The dynamics of the reproduction of capital formed the axis for the globalization of culture, in the forms and in the representations of the so-called *belle époque*, forms widely proclaimed as civilized and appropriate for the social subjects of progress.
Theater, literature, and musical associations constituted the marks of urban sociability, reproducing on a local scale, in the Belém of that era, the settings typical of the *belle époque*. Even considering certain particularities, these sites can be regarded as the mimetic configuration of a globalized bourgeois capitalist culture of the *fin de siécle*.

O que no léxico da História Cultural ficou configurado como *belle époque* indica um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais desenvolvidas no interior de um *corpus* reconhecido historicamente como o da cultura burguesa e da sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo industrial no final do século XIX. Em nome da identidade de um tempo cujos sujeitos sociais emergiram das novas condições econômicas e sociais dominantes no mundo do capital, a *belle époque* implica reconhecer linguagens, gostos, atitudes, estéticas, sociabilidades que, produzidas nos centros hegemônicos da economia do capitalismo industrial, reproduziam-se, em escala planetária, também na

* Professor Associado I do Departamento de História da Universidade Federal do Pará.

condição das formas de ser e de agir em tempos que implicavam o triunfo do Progresso e a afirmação da Civilização.

Os valores, os códigos e os rituais da cultura da *belle époque*, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em maior ou menos escala, pelas sociedades contemporâneas. Paris, Lisboa, Buenos Aires, São Petersburgo, Viena, Belém e Manaus, cidades de topografias sociais e físicas distintas, integravam-se ao circuito mundial da cultura burguesa, na medida em que abrigavam elos da cadeia mundial do mercado. A cultura burguesa da b*elle époque* transitava pelos mesmos canais da circulação das mercadorias, dos capitais e dos bens de produção, o que implicava bem definir o sentido da mundialização da economia capitalista e do capital simbólico da cultura burguesa.

A *belle époque*, entendida como manifestação da Idade de Ouro da cultura urbana da burguesia contemporânea, e cujos quadros tradicionais, como visto, remetem para a Paris do final do século XIX e começo do XX, sempre foi um domínio visitado pela narrativa social brasileira. As próprias transformações urbanas de cidades como Belém e Rio de Janeiro no mesmo período, foram tratadas como dimensões especulares da *belle époque* matricial nas latitudes sociais e mentais do trópico brasileiro. A leitura da crônica de um Olavo Bilac e de um João do Rio, para a Capital Federal, e a de um Humberto de Campos e de um Eustáquio de Azevedo, para Belém do Pará, revela, essa leitura, que seus autores acreditavam que os cenários essenciais da cultura e da sociabilidade urbana e burguesa de Paris haviam sido transpostos para as cidades brasileiras em causa.

O Rio de Janeiro, Belém ou Manaus, mas não o Brasil como um todo, *civilizam-se*, parodiando o jornalista Figueiredo Pimentel, um dos arautos da *belle époque* e da cultura dos *boulevards* do Rio de Janeiro, cuja coluna "O Binóculo", publicada pelo jornal *Gazeta de Notícias*, transformara-se no leme da nau burguesa na Capital Federal no início do século XX. Esse aforismo pretensamente histórico atravessou décadas do pensamento social brasileiro, da mesma forma como alimentou a imaginação social do país acerca de um progresso e de uma civilização que se estabeleceram no país na condição de universais. O natural pendor dos nossos homens de letras e de nossos artistas teria conseguido produzir, em solo cultural tão diversificado, a ambiência social e mental de cidades como Paris, Viena, Lisboa, São Petersburgo, vitrines das conquistas do progresso e da civilização. Desde os anos finais do Império que a europeização e o branqueamento do Brasil, homologias do progresso e da civilização, assumiram, por força de uma identidade discursiva, a face visível e relevada da Nação Brasileira. Compreensível, portanto, que para as mentalidades das elites urbanas do Brasil, a *belle époque* coroasse o empenho histórico para a construção do país real, cujas

estruturas fundadoras encontravam-se no país imaginário. Da Natureza passávamos à Cultura, chegávamos à História.

Mais recentemente, nos domínios da História Social, da História Cultural e da Literatura, a *belle époque* brasileira, suas linguagens simbólicas e suas representações sociais têm sido objeto de uma nova leitura. Tanto em termos do Rio de Janeiro como de Belém e de Manaus, cenários referenciais do *civilizar*-se brasileiro na passagem do século XIX para o XX, a *belle époque* passa a domínios outros do pensamento social. Essa passagem, claro está, processa-se em vários domínios, na medida em que o universo visitado abriga campos formalmente diferenciados da sua orgânica, ainda que, de um modo ou de outro, digam respeito às formas e representações com que o capitalismo e a cultura burguesa mundializaram-se. No caso da Amazônia, revisitar a *belle époque* das grandes capitais regionais implica, em última análise, mergulhar em domínios da história regional por muito tempo encobertos pela própria fácies do seu discurso fundador. Somente pelas vias de um outro discurso, o da problematização da genealogia narrativa da *belle époque* amazônica, será possível manter em aberto o passado recente da sociedade e da cultura amazônicas.

# # #

Numa das mais conhecidas passagens do *Manifesto Comunista de 1848*, Marx e Engels, a propósito do poder de subversão da economia capitalista, e de modo a realçar a dissolução das bases materiais e mentais da sociedade européia, diziam que, diante do avanço do modo de produção do capitalismo industrial e das novas relações sociais de produção, tudo que era sólido desmanchava no ar. A sólida definição da era do capital industrial, do capital financeiro, significava, também, diria Eric Hobsbawm, a construção de um era correlata, a era dos impérios. No léxico histórico, império implica o sentido de mundialização, tomando-se os exemplos clássicos do império macedônico e do império romano, mundializações do poder material e do poder cultural da Macedônia e de Roma no mundo antigo. Ainda na Idade Moderna, a expansão ultramarina ibérica produziu outra leva de mundialização do poder material do mercantilismo e do poder cultural das sociedades luso-hispânicas da Europa, processo de hegemonia, de mediação e de síntese desenvolvido na longa duração entre as culturas envolvidas na sua historicidade.

As artes, a literatura, a cena lírica, a indumentária e o gestual, a exaltação do bom-gosto, o ideal da cidade planejada, limpa e higiênica, o encobrimento da pobreza e da mendicância, a sociabilidade mundana, as aspirações estéticas e literárias presentes nas

agremiações e associações lítero-musicais...Essa forma e esse modelo de um novo viver transformam-se no ideário da cultura do homem civil do final do século XIX. Sepultadas as revoluções e superadas as descontinuidades produzidas pelos processos revolucionários na Europa contemporânea, retomava-se à historicidade do tempo histórico, diacrônico, historicista, finalista e utópico. Todo esse grande cenário é, em síntese, o caleidoscópio dos signos e dos ritos que alimentaram o mito da *belle époque* como representação da Idade de Ouro do Progresso e da Civilização, um estado de construção do sujeito histórico que se realizaria universalmente graças às conquistas da ciência, à força dos maquinismos e aos processos civilizacionais mundializados.

E na Amazônia, existiu uma *belle époque*? A resposta a essa pergunta implica um feixe de problemas conceituais e empíricos com que se defrontam os historiadores brasileiros em geral e os amazônidas em particular. Afinal, a mesma questão aplicar-se-ia ao Rio de Janeiro do começo do século XX, quando, já foi anteriormente referido, a cidade, a Capital Federal, aos olhos da sua burguesia, do poder público e dos seus homens de letras, enfim, *civilizara-se*. A questão, em si mesma, é uma daquelas argüições cujas respostas buscadas poucas vezes avançam no sentido de iluminar um dado recorte da história recente da Amazônia. Se, por questão de aceitação de um léxico aplicado à leitura das realidades culturais, sociais e materiais pelas quais a Amazônia da borracha passou, e forçando-se uma correlação com os cenários da Europa do capitalismo industrial, da cultura e da sociabilidade burgueses do final do final do século XIX e inícios do XX, admite-se, por transposição e adequação terminológica, que a Amazônia de então viveu a *sua*, repita-se, a *sua belle époque*.

Se, no entanto, por *belle époque* for considerado apenas os quadros históricos da Belém *fin de siécle*, com as formas de suas sociabilidade urbana e com os ritmos de seu consumismo, perde-se de vista o complexo de transformações que a Amazônia começou a sofrer finda a primeira metade do século XIX. Bens de consumo e bens culturais de Paris já estavam presentes no cotidiano de Belém; a navegação a vapor pelo Amazonas, iniciada em torno de Mauá e sua Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852), interiorizou essa nova etapa do cotidiano econômico e social no Pará. Viajantes e cronistas estrangeiros por aqui passados a essa altura admiravam-se com a presença em Belém e em Santarém de bens, valores e costumes da cultura francesa do II Império.

A percepção dos extremos desse arco é que permite, em última análise, que o observador não caia nas muitas armadilhas instaladas pelo reducionismo histórico e sociológico, principalmente no tocante à idéia de que a *belle époque* amazônica manifestava tão-somente um mimetismo imediato e imediatista. Seria como se, de um momento para

outro, segmentos da sociedade de Belém, de Santarém e de Manaus descobrissem nas lojas de suas cidades um conjunto de produtos diferentes, estranhos, e que os passassem a usar porque vieram de um lugar misterioso, desconhecido e exótico chamado Paris...E que os cafés e os teatros parecessem fantasmagorias surgidas do encantamento da floresta...

O sentido de pertencimento a um tempo entificado e mítico, transformando o sujeito singular em cidadão do mundo, em homem da modernidade, sintonizou e enquadrou os nossos intelectuais, os nossos homens de letras no interior do painel maior da cultura da Europa *fin de siécle*. Um Olavo Bilac, um João do Rio, um Figueiredo Pimentel, no Rio de Janeiro, um Augusto Montenegro, um Justo Chermont, um Eustáquio de Azevedo, em Belém do Pará, sentiam-se como sujeitos de uma cultura e como construtores culturais matricialmente fora do lugar, mas legitimada pelos gens sociais da sua orgânica originária. Era preciso, pois, criar condições para que os compostos dos processos civilizacionais europeus pudessem florescer em latitudes culturais outras. Veja-se, por exemplo, que o argumento político legitimador de um teatro lírico no Pará e no Rio de Janeiro, mesmo com décadas de diferença nas manifestação favoráveis a um e a o outro, foi o mesmo: a música e a cena lírica andavam a par com a civilização...Argüir a lógica do discurso dos intelectuais da *belle époque* paraense e conhecer a constituição e a funcionalidade das práticas institucionais por eles desenvolvidas ou das quais foram partícipes, significará também conhecer a identidade e a visão de mundo do sujeito da Civilização e do Progresso criado pela mundialização da cultura, e tribuno do grande e planetário discurso da modernidade burguesa.

Lançar o olhar sobre a *belle époque* em Belém é retomar antigos percursos da memória histórica, da memória coletiva e do próprio discurso da história. Diferenças substanciais assinalam as formas e os lugares dessas narrativas, ainda que, como será depois argüido, um mesmo veio, um mesmo fio pareça conduzir o corpo dos muitos discursos construídos sobre a Belém que viveu o *boom* da borracha amazônica e conheceu representações da cultura urbana e da sociabilidade deflagradas pela mundialização dos padrões e dos ritos culturais da burguesia européia *fin de siécle*. O impacto das mudanças processadas no cotidiano urbano da Belém que passava do século XIX para o XX foi poderoso o bastante para gerar a necessidade de narra-lo. E essa narrativa, observe-se, deu-se também na forma da imagem, nas fotografias e nos cartões postais que procuravam capturar e congelar as visões radiante da Idade de Ouro da Civilização e do Progresso.

Da *débâcle* da economia da borracha, nos anos de 1910, aos dias de hoje, a Belém da *belle époque* conheceu visitações esporádicas da pesquisa histórica, no mais das vezes nos domínios da história econômica e não nos campos da história cultural. Nesses casos, o olhar

do historiador estava mais claramente voltado para a cadeia produtiva do *látex* e para os mecanismos de financiamento, comercialização e circulação do produto. A cidade modelar da civilização tropical era, em essência, a praça comercial, seus bancos, suas casas importadoras e exportadoras, seus estabelecimentos de crédito, seu variado comércio e sua capacidade de alimentar os tentáculos que levavam o comércio ao seringal e traziam o seringal ao empório urbano da capital. De qualquer modo, as leituras econômicas da Belém e da Amazônia da borracha marcavam um avanço narrativo significativo comparativamente às crônicas meramente mnemônicas e saudosistas que, por vezes, pontuavam uma ou outra publicação do gênero.

# # #

Parece evidente que muitos podem ser os percursos em direção às mentalidades da Belém da *belle époque*. Alguns desses percursos já foram apontados em itens anteriores, e dizem respeito aos muitos retratos, aos vários exteriores da capital paraense nos anos de ouro da economia do *látex*. Foi referido, entretanto, que muitos homens de letras da Belém da borracha viveram a condição de intelectuais do tempo do Progresso e da Civilização, cujos discursos mais claros estavam nos equipamentos da vida moderna, das comunicações, da eletricidade, da higiene e do saneamento urbanos, da navegação a vapor. Para tanto, esses homens de letras, *au delà de la vie de bohème*, fundaram e mantiveram associações culturais e produziram um dado tipo de narrativa que pretendiam fosse reflexiva das matrizes intelectuais da Europa, leia-se, da Paris cujos espectros a borracha parecia haver deslocado como fantasmagorias tropicais.

Explicando melhor, a Belém que caminhava para o final do século XIX conheceu e conviveu com um mosaico de associações culturais, lítero-musicais, sociedades literárias, sociedades musicais, agremiações culturais de profissionais do comércio, e mais um bom número de jornais e de revistas nascidos como veículos dessa ação dos escritores locais, alguns dos quais no interior dessas agremiações. A maior parte desses pequenos grêmios de homens de letras e suas respectivas publicações, teve vida rápida e fugaz, mas nem por isso deixam de ser importantes como espelhos a refletir a relação entre exterior e interior da Belém da *belle époque*, entre a cidade moderna e a rede de micro-organismo da sua sociabilidade urbana e intelectual. Dentre as muitas agremiações intelectuais atuantes na Belém que vencia o Oitocentos e chegava aos anos iniciais do século XX, estavam as seguintes: Oficina Literária, Club Coelho Neto, Apostolado Cruz e Souza, Grêmio Estudantino Paraense,

Grêmio Literário Fagundes Varela, Escola Literária Antônio Lemos e Oficina das Letras, Cenáculo dos Novos e Sociedade dos Homens de Letras do Pará.

Alguns indicadores podem lançar luz sobre a vida intelectual incluindo, é claro, a sua dimensão científica da Belém que atravessou a segunda metade do século XIX. Na medida em que a cultura é um dos níveis, o simbólico, das relações concretas das sociedades entre si, fica evidente o atrelamento do homem de letras do tempo às matrizes do pensamento europeu e às leituras que produziu acerca do sentido de Progresso e de Civilização. Afinal, observou-se em passagem anterior, a *Belle Époque* encarnou e representou o otimismo burguês diante da inevitabilidade do progredir e do civilizar que o tempo das conquistas técnicas e das realizações materiais do capitalismo exaltava. Da organização da *Sociedade Filomática Paraense* (1866) à constituição da *Mina Literária* (1895), passando pela instituição do *Museu Etnográfico e de História Natural* (1871), depois *Museu Paraense Emílio Goeldi*, ciência e literatura eram pensadas como atributos e virtudes do sujeito social de um tempo em que Progresso e Civilização eram imperativos categóricos da História.

As dinâmicas que levaram à constituição, a 1º de janeiro de 1895, da associação cultural *Mina Literária*, revelam que a constituição de uma corporação de homens de letras era estratégica à definição de um campo intelectual socialmente representativo, reconhecido e legitimado na Belém cosmopolita e mundana do final do Oitocentos. Uma das principais figuras desse movimento, J. Eustáquio de Azevedo, bem define a figura do intelectual, mas, sobretudo, do polígrafo, do escritor de muitas narrativas que dominou os cenários letrados do Brasil urbano do final do século XIX, em particular do Rio de Janeiro nos anos da *Belle Époque* carioca. Artigos, crônicas, conferências, poesia, novelas, e mais traduções de escritores ingleses e franceses, saíam da pena de Jacques Rolla, pseudônimo muito tempo usado por Eustáquio de Azevedo.

Bem mais do que uma sociedade de *dilettanti*, a *Mina Literária* procurou manter uma atividade editorial básica, expressivamente significativa considerando-se as dificuldades editoriais num mercado fora do eixo livreiro de Rio de Janeiro e São Paulo. Afinal, o livro era um produto, um bem de mercado, regida a sua existência pelas leis da compra e venda. Dos títulos dados à estampa sob a chancela da *Mina Literária*, alguns indicam a presença, o consumo e a redefinição textual do naturalismo de Zola em meio aos intelectuais de Belém, como o fez, aliás, o próprio Eustáquio de Azevedo. Outros títulos publicados revelam o gosto eclético da época, marcado pela crônica, pelo texto, pela poesia de circunstância, formas, em última análise, das fantasmagorias estéticas que a *Belle Époque* produziu para o *divertissement* nos salões da cultura mundana do tempo.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, J. Eustáquio de. *Literatura Paraense*; síntese histórica do seu movimento. Belém: A Semana, s/d.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

CHAVES, Ernani. *No limiar do moderno*; estudos sobre Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. Belém: Paka-Tatu, 2003.

CAMPOS, Humberto de. *Carvalhos e roseiras*. 2.ed. São Paulo: José Olympio, 1934.

COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova*; a morte bela de Carlos Gomes. Rio de Janeiro: Agir, Belém: UFPª, 1995.

_____. *No coração do povo*; o monumento à República em Belém (1891-1897). Belém: Paka-Tatu, 2003.

CUNHA, Euclides. *Um paraíso perdido*; ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto*. Manaus – 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

LANGLE, Henry-Melchior de. *Le petit monde dês cafés et débits parisiens*. Paris: PUF, 1990.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*; sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OEHLER, Dolf. *Quadros parisienses*; estética antiburguesa 1830-1848. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Mundialização e cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RACINE, Nicole & TREBITSCH, Michel (Dir.) *Sociabilites intellectuelles*; lieux, milieux, réseau. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (20), 1992.

REGO, Clóvis Moraes. *A Mina Literária Nortista de Eustáqio de Azevedo e n' " O Pará Literário de Theodoro Rodrigues"*. Belém: Editora da UFPª, 1997.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e suas época*; história política do Pará. 2.ed. Belém,: Cejup, 1996.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia* (1800-1920). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará*. Rio de Janeiro: Civilização, 1963.

SALLES, Vicente. *A música e o tempo no Grão-Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*; tensões sócias e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Cinema e ensino de história.

Marcos Silva

Este Seminário Temático reunirá experiências de Ensino de História com Cinema, procurando refletir sobre suas potencialidades.

O Cinema aborda freqüentemente a História como tema. O Cinema mais elaborado (Luchino Visconti, Ingmar Bergman, John Ford, Federico Fellini, Michelangelo Antonioni, Glauber Rocha, etc.) transforma essa abordagem em reflexão profunda, porque mergulha com recursos da Grande Arte – Razão sensível e expressiva - nas experiências humanas. Quanto maior a capacidade Cinematográfica do Cineasta, maiores os resultados reflexivos a serem explorados pelo Ensino.

É importante, conseqüentemente, trabalhar com os Alunos a compreensão desses grandes filmes (como as cenas foram filmadas, como os atores trabalharam, quais os significados derivados desse processo), extraindo deles modos de encarar aspectos das experiências históricas. Isso não impede, evidentemente, a discussão de filmes menos profundos, explorando seus níveis de historicidade.

O Cinema tem sido usado em larga escala nas salas de aula de História, mas, em muitas ocasiões, de uma maneira pouco reflexiva. É habitual o Professor escolher um filme exclusivamente pelo tema, sem estar atento ao trabalho de pensamento feito sobre esse assunto pela Arte cinematográfica. Por outro lado, alguns Professores e alunos tendem a encarar o filme como "revelação da realidade", o que é um grave equívoco. Os filmes (inclusive as obras-primas) são reflexões sobre uma questão, e não sua chave explicativa universal. É necessário dialogar com os filmes, não transferir para eles a responsabilidade explicativa. Os filmes nos convidam, ainda, a pensar sobre o que é mesmo História – não apenas personagens e temas já estabelecidos enquanto tal...

Jean-Patrick Lebel, no livro *Cinema e ideologia*, argumentou que quanto mais profundo é o trabalho da linguagem cinematográfica num filme, maior é sua capacidade de superar o discurso meramente ideológico, atingindo um espaço reflexivo crítico. Todo filme tem vínculos profundos com o tempo em que é feito. Nesse sentido, um filme que aborda

temas do passado mais remoto evidencia interesses do momento em que foi concebido e realizado, como ideologia ou como pensamento crítico.

Dois grandes exemplos dessa natureza são: *A fonte da donzela*, de Ingmar Bergman (ambientado na Idade Média sueca, evidencia um olhar para as diferenças sociais e tensões com um Deus que parece indiferente aos sofrimentos humanos); e *Deus e o diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (aborda os movimentos messiânicos e o cangaço, historicamente associados à passagem para o século XX e à primeira metade desse século, mas também realiza uma reflexão sobre papéis de intelectuais e classe média no Brasil dos anos 60).

Todo filme remete à ideologia ou à critica do momento em que foi realizado porque é impossível se falar sobre um puro passado – processo semelhante ocorre no campo do Conhecimento Histórico mais formal (Razão conceitual e demonstrativa). As diferenças entre filmes e pesquisas históricas acadêmicas se dão nos caminhos para garantir que as relações com o tempo presente não se transformem em banal ideologia. No caso da pesquisa histórica, existem os recursos de método crítico. No campo cinematográfico, trata-se de pensar nas possibilidades narrativas e poéticas, que transcendem aquela dimensão imediatista.

É por esse motivo que não precisamos concordar com a perspectiva nazista de Leni Riefensthal para entender que ela possuía uma enorme capacidade organizativa da narração cinematográfica, chegando a transcender o Nazismo – vide a beleza de corpos e os desempenhos de atletas de diferentes "raças" (o negro norte-americano Jesse Owens e os muitos asiáticos), em *Olympia*, desmentindo a falácia ariana.

O filme *A Queda*, mais recentemente, mostrou Hitler de uma forma humanizada (com medos, gentilezas, afetos), sem deixar de ser quem era – um criminoso. Trata-se de uma obra muito perturbadora porque nos diz que os terríveis crimes nazistas foram cometidos por seres humanos, não por demônios ou ETs. Daí, ele nos provocar o pensamento sobre como foi possível que isso acontecesse numa pessoa que a maioria de nós julga monstruosa e que sentimos, a partir do filme, de alguma maneira, próxima de nós. Afinal, se fossem diabos ou criaturas de outros planetas, tudo seria muito mais fácil de explicar! O excepcional trabalho dos atores, nesse filme, contribui em muito para tais resultados. Isso não se confundirá jamais com apoio àqueles crimes, antes nos convida a vê-los como riscos que a condição humana abriga, e que devem ser radicalmente e sempre combatidos.

A História do Brasil, por sua vez, foi muito contada em filmes - e continuará a sê-lo, certamente. Cabe lembrar dificuldades de produção do Cinema brasileiro (a indústria de entretenimento, entre nós, se consolidou especialmente na televisão), que significam barreiras

para filmes de época, por exigirem cenários e guarda-roupas complexos, dentre outros campos de grandes investimentos. Existem, todavia, filmes brasileiros de muito interesse sobre Cangaço, Messianismo, Estado Novo, Ditadura Militar... E qualquer filme, à sua maneira, diz algo sobre História.

A entrega à ficção, no Cinema e noutras linguagens artísticas, não significa renúncia ao espírito crítico. Cada filme é uma construção, portanto uma interpretação. Dialogamos com essa interpretação, pensamos sobre outras abordagens daquele assunto, outras possibilidades. E o filme é um convite para encarar aspectos da História que nem sempre são tratados no ensino formal.

Usar o Cinema como uma face do Ensino de História não significa transferir para ele outras tarefas de Professores e Alunos. Continuaremos a ler livros, a visitar museus, a pensar...

CURRÍCULO MÍNIMO DO PROPONENTE:

Nome completo: Marcos Antonio da Silva.
Endereço: Rua Purus, 218 – Vila Mazzei – SÃO PAULO – SP - 02308-040.
Titulação: Livre-Docente em Metodologia da História.
Instituição onde se titulou: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Filiação institucional: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (desde 1983).
CPF: 532490208/00.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Costurando vidas: Os itinerários das professoras Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)[1]

Carlos Gilberto Pereira Dias

No livro *Nas Margens* a historiadora Natalie Zemon Davis[2], entrecruza a vida de três mulheres que viveram no século XVII. Ao longo deste trabalho, a autora "aprendeu" com suas semelhanças e diferenças. Diz ela: "Eu quis mostrar seus pontos em comum e suas disparidades sobre si mesmas e o que [...] fizeram. Quis mostrar como se distinguiam dos homens de seu mundo e como se assemelhavam." (DAVIS, 1997, p. 12).

As trajetórias de Ana Aurora do Amaral Lisboa e Julia Malvina Hailliot Tavares encontra paralelo com as vidas das três mulheres descritas por Davis. Este exemplo inspirou-me a perseguir e "aprender" com estas duas professoras que, embora não vivam mais, nos deixaram lembranças, retratos, cartas, diários, etc., afinal, uma vida não se constrói apenas no tempo biológico de uma existência.

O cruzamento dessas trajetórias colabora para compreendermos que mesmo diante das limitações impostas pelo contexto, as duas personagens encontram um *campo de possibilidades* para realizar seus *projetos* e esta prática "tensa" traduz-se, sobretudo, numa reação, numa resistência tolerante à época em que suas trajetórias se desenrolam. Por outro lado, repensar os estudos sobre a "escrita de si", observando o alcance e os limites de tal enfoque, nos leva a compreender as ambigüidades que permeiam nossas vidas.

A discussão da problemática teórica esboçada neste estudo prioriza a análise dos estudos recentes referentes à **biografia,** que tem suscitado inúmeras contribuições à História. O enfoque adotado envolve ainda, questões ligadas à **memória -** enquanto reconstrução da identidade das duas professoras -, particularmente, no que se refere à "escrita de si" de Ana Aurora e Malvina.

Nossa proposta de trabalho tem como ponto de partida a perspectiva de análise da micro-história. Giovanni Levi (1992) a define como uma prática historiográfica baseada na

[1] Este texto é parte das discussões teórico-metodológicas que desenvolvo no estágio inicial do meu projeto de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS, sob orientação do Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt.

[2] Ver DIAS, Carlos Gilberto Pereira. "*Um olhar sobre o livro 'Nas Margens' de Natalie Zemon Davis: Em busca de uma reflexão a partir do gênero biográfico*". In: *Histórica*, n. 5. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 2001.

redução de escala de observação. Entretanto, esta prática metodológica não se restringe apenas ao estudo da comunidade ou do grupo, mas atinge a própria vivência individual, pois, "[...] a indagação microhistórica remete desse modo diretamente à biografia, e vice-versa." (LIMA FILHO, 1993, p. 3). Nesse sentido, Levi ainda acrescenta: "[...] a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial [...] da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições." (LEVI, 1996, p. 180).

Pensamos que a pesquisa biográfica é o espaço por excelência da compreensão dos limites da liberdade do sujeito individual, das ambigüidades das regras sociais, e, principalmente, porque "[...] a biografia oferece, melhor que outros gêneros históricos, a possibilidade de explorar os recursos da escritura histórica." (LE GOFF, 1989, p. 53, tradução nossa) [3].

Nesse sentido, a noção de *campo de possibilidades* apontada por Carlo Ginzburg (1989) evita que a dimensão determinista enclausure trajetórias, nos fazendo refletir sobre as margens de atuação de Ana Aurora e Malvina. Em outras palavras, estas mulheres experimentam a "tensão" no *campo de possibilidades* da época, a partir de suas escolhas, de seus *projetos*. A historiadora Rachel Soihet, amparada na obra de Simone de Beauvoir (1980) argumenta "[...] que a mulher, ao viver em função do outro, **não tem projeto de vida própria** [...]" (1997, p. 278). (grifo nosso).

Esta compreensão se traduz em outra noção problemática: a de que as mulheres não tinham história e, portanto, não tinham até então um *projeto* de vida próprio. Em que sentido a ausência de um projeto de vida é perceptível nas trajetórias de Ana Aurora e Malvina?

Para Gilberto Velho, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades*, podem ser analisadas numa clivagem complementar, revelando uma perspectiva também presente nos indícios sobre as duas professoras.

> *[...] evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 1994, p. 40).*

Acreditamos que os *projetos* de Ana Aurora e Malvina revelam uma margem de "emancipação" reservada ao "recôndito feminino" de sua época, ou seja, "[...] os *projetos*

[3] La Biographie lui offre, mieux que d'autres genres historiques, la possibilité d'exploiter les ressources de l'écriture historique.

individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*." (1994, p. 46). Por outro lado, levantamos outra hipótese sobre a potencialidade destes *projetos* no transcorrer de suas vidas: em que sentido a prática educacional conduz suas vivências para as mudanças que serviram de inspiração ao longo de suas trajetórias? Afinal, "[...] os *projetos*, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus *projetos*. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente". (VELHO, 1994, p. 48).

Compreender os itinerários de Ana Aurora e Malvina, encontrando naquele contexto possibilidades de atuação, não implica necessariamente, em aprisioná-las neste cenário[4]. Como nos diz Sabina Loriga, devemos "[...] conceber o singular como um elemento de tensão: o indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado". (1998, p. 249).

Portanto, a dimensão de suas vidas, ou seja, a apreensão que nos propomos neste estudo, implica necessariamente em entender que "[...] a vida não se reduz aos papéis sociais que são desempenhados no dia-a-dia. Cada indivíduo é bem mais que isso: parte de uma vida mais longa, é um elo na cadeia de uma história que o contém e lhe dá transcendência [...]." (BARROS, 1989, p. 41).

Nosso fio-condutor nesta "apreensão" de alguns aspectos de seus itinerários, nos leva a refletir sobre questões teórico-metodológicos que se referem a "escrita de si"[5] de ambas. Tanto as cartas e os textos escritos por Ana Aurora quanto o diário de Malvina, enquadram-se no que poderíamos chamar de "escrita de si". Naturalmente que as intenções e as representações entre uma carta, um texto ou um diário são diversas. Porém, é a partir desta "produção de si" que buscamos indícios para compreender aspectos importantes de suas vidas.

No caso de ambas as professoras, o "arquivamento do eu" [6] ocorre de maneira irregular, ou seja, levantamos a hipótese de que não houve a constituição de um arquivo

---

[4] "[...] utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas" (LORIGA, 1998, p. 246-247).

[5] Historicamente, o hábito da "escrita de si" ganha notoriedade no século XVIII, o período significativo em que "[...] indivíduos 'comuns' passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si". (GOMES, 2004, p. 11).

[6] Utilizamos aqui a noção de Phillipe Artières, quando diz que o indivíduo mantém suas "lembranças" "[...] para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar nossas vidas; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro e, sobretudo, para existir no presente (1998, p. 14). Outro é o sentido que Priscila Fraiz utiliza quando se refere à arquivos pessoais, particularmente, ao arquivo pessoal de Gustavo Capanema. Diz ela: "Quando ordenamos, classificamos, estamos produzindo um sentido para nossa vida. [Gustavo Capanema] reconstrói minuciosamente seu arquivo pessoal, servindo para construir a identidade de Capanema, como ele elaborava uma autoconstrução moral de homem público" (1998, p. 52).

pessoal voluntário. A "escrita de si" dessas duas mulheres, ainda que constante, se mostra dispersa no tempo. Nesta perspectiva é fundamental perceber que:

> *As práticas de escrita de si podem evidenciar [...] com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão [por outro lado] os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas (GOMES, 2004, p. 13).*

O diário de Malvina obedece à estrutura "impessoal" em que os registros (nascimento, morte, etc.) ou toda a contabilidade familiar estava apontada rigorosamente. Nestas anotações pouco se revela sobre sua intimidade. A subjetividade de Malvina praticamente está desaparecida daquelas páginas amareladas que contam sua vida, ou pelo menos, parte dela! O diário desta professora parece cumprir uma função prática: controlar sua vida familiar. A "escrita de si" de Malvina foi construída aos poucos, no ritmo de uma vida, entre 1891 e 1939, ou seja, "[...] ao escrevê-lo, cria uma história para si. Ao inscrever o presente entre o passado e o futuro, ela estrutura sua vida. O presente é o que menos aparece, transformando-se imediatamente em passado e objeto de referência." (MARTIN-FUGIER, 2003, p. 195). Neste sentido, até que ponto o diário representa a vida de Malvina? Além disso, em que medida houve uma preocupação em sistematizar esse tempo que passa?

A história que aprendemos com estas mulheres, se faz a partir de palavras ditas na privacidade, que se transformaram em texto escritos – em diários, como no caso de Malvina ou em cartas, no caso de Ana Aurora. Estas mulheres fizeram de suas anotações o retrato de suas vidas, ou melhor, "construíram" a imagem de si a ser perpetuada, pois "[...] narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida." (CALLIGARIS, 1998, p. 49)[7].

Porém, pensamos que suas memórias inserem-se não apenas na ruptura que poderiam dar as suas vidas, mas como uma necessidade de marcar o tempo que passa, ou mesmo, de resistir ao fulgor vulnerável da vida, como dissera Gabrielle Brune-Sieler nos idos da década de 1930: "escrever é minha única defesa." (BORGES, 2004, p. 298).

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: o que essas duas mulheres desejavam preservar no relicário de suas memórias e, por outro lado, o que teriam mantido em segredo?

No repouso da velhice, o tema da ausência e das perdas afetivas são melancolicamente evidenciadas por Ana Aurora e Malvina. Os registros do tempo que passa é cada vez mais restrito, afinal, o futuro retrai-se. Quando Simone de Beauvoir nos ensina que é

---

[7] Ver DELGADO, Andréia Ferreira. A Rede de Memórias e a invenção de Cora Coralina. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O Biográfico*: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 131-178.

preciso ter atingido a velhice para compreender o sentido retumbante da vida (1990) nos perguntamos em que perspectiva a velhice foi o "tempo da memória"[8] de Ana Aurora e Malvina?

Se na "escrita de si" revelam-se aspectos pouco expressivos de suas intimidades, é de pensarmos também no que Michael Pollak chamou de "não-dito". Para este autor, a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável é tênue e, portanto, pode ser constitutivo das anotações de Ana Aurora e Malvina[9].

Ana Aurora revela a amargura e a dor vivenciada pela perda de suas duas queridas irmãs Carlota e, principalmente, Zamira. Malvina anota cuidadosamente em seu diário a perda de cada ente querido, a partida dos filhos e gradativamente em seus devaneios demonstra o quanto vai sendo consumida pela solidão: "A ausência é o mais terrível sacrifício para um coração que ama"[10]. O medo da velhice e da solidão se faz presente no final da vida de Malvina Tavares: "Saudade é um sentimento amargo que experimentamos pela ausência de uma pessoa amiga, é filha da amizade sincera e das recordações dos tempos idos".[11] A saudade, a ausência dos entes queridos, as impele a experimentar melancolicamente o tempo que passa.

* * *

A expressão "recôndito feminino" demonstra o paralelismo diferenciado entre os papéis experimentados entre homens e mulheres ao longo da história, o que via de regra Ana Aurora e Malvina vivenciam no período delimitado neste estudo, ou seja, um refreamento no *campo de possibilidades* de suas atuações. Porém, isso não implicaria necessariamente em dizer que as mulheres estavam circunscritas à esfera doméstica apenas, mas é justamente nesta "resistência" que ampliam e realizam seus *projetos*.

A maneira que as diferenças entre mulheres e homens assumem nas diversas sociedades no transcorrer da história configura-se em geral como "gênero", ou seja, parece haver um consenso em que as características de gênero são construções sócio-culturais que

---

[8] Para Henry Rousso, o atributo mais imediato da memória é "[...] garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao "tempo que muda", às rupturas que são o destino de toda vida humana." (p. 1996, p. 94).

[9] "[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento [...] É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior." (POLLAK, 1989, p. 8).

[10] Diário de Malvina Tavares. p. 50.

[11] Idem, p. 51.

variam através da história e se referem aos papéis psicológicos e culturais que a sociedade atribui a homens e mulheres.

O texto antológico de Joan Scott[12] tem despertado inúmeras reflexões sobre o uso do termo "gênero" na historiografia. Para a autora, a definição de "gênero" tem duas partes, que embora se interrelacionem devem ser analiticamente diferenciados "O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [e, por outro lado] é uma forma primária de dar significado às relações de poder." (SCOTT, 1995, p. 86).

Essa parece ser a leitura de Guacira Lopes Louro que avalia o impacto do texto de Joan Scott na literatura sobre o assunto e acredita que desde então,

> *[...] a grande 'virada' teórica que nos foi proposta foi a passagem de uma história das mulheres para uma historia das relações de gênero [...] Essa nova perspectiva é importante não apenas porque nos permite perceber melhor os sujeitos excluídos (as mulheres, no caso) e olhar de outros modos aqueles que eram o objeto central de estudos, mas, principalmente, porque nos direciona para as relações, as práticas e as disputas de poder em que eles se envolvem. (LOURO, 1995, p. 126).*

Nesta desigual relação de força entre o "gênero" masculino e feminino, cabem as provocações suscitadas por Simone de Beauvoir: "[...] como realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar?" (1980, p. 23).

Essa discussão permeia nosso estudo e nos instiga a compreender como a "construção social" das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres são incorporadas historicamente, afinal, compartilhamos a noção de que as práticas cotidianas de Ana Aurora e Malvina são tensas na medida em que experimentam através da sala de aula um *campo de possibilidades* incomum para a época, ainda que esta resistência esteja ancorada em outras "vozes" no recôndito feminino de seu tempo.

Fontes Primárias

Diário de Júlia Malvina Hailliot Tavares, 1891-1939 (cópia)
Correspondências de Ana Aurora do Amaral Lisboa, (Arquivo Histórico de Rio Pardo-RS)

Referências Bibliográficas

[12] A utilização mais recente do termo "gênero" fez sua aparição inicial entre as feministas norte-americanas, [...] que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo [pois] a palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 72).

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998. p. 09-34.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 29-42.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 287-312.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 11, n. 21, 1998. p. 43-58.

DAVIS, Natalie Zemon. Nas Margens. Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. "Em busca de si: A história pelo viés biográfico". In: BONAMIGO, Antonio Carlos et al. *História: Construção de Múltiplas Interfaces*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2006. p. 27-44.

_____. "Um olhar sobre o livro 'Nas Margens' de Natalie Zemon Davis: Em busca de uma reflexão a partir do gênero biográfico". In: *Histórica,* n. 5. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 2001. p. 103-110.

_____. *Antonio Chimango no limiar da velhice*. Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1930-1934. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2001.

FRAIZ, Priscila. "A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998. p.59-87.

GINZBURG, Carlo. Provas e Possibilidades à Margem de 'Il Ritorno de Martin Guerre', de Natalie Zemon Davis. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

LACERDA, Lílian M. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena; CUNHA, Maria Teresa (Orgs.). *Refúgios do Eu*: Educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 81-108.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui?. In: *Le Debat*, n. 54, mar/abr, 1989. p.

LEAL, Elisabete. O Positivismo e os Prazeres da Educação Feminina. In: GRAEBIN, Cleusa Maria G.; LEAL, Elisabete (Orgs.) **Revisitando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1995. p. 149-157

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 48-53.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1991.

LIMA F°, Henrique Espada R. Biografia e Microstoria: o uso da biografia na historiografia italiana contemporânea. In: *Cadernos*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Belém, v. 12, n. 1/2, jan./dez., 1993. p. 01-11.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a* experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil.* 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.

_____. Gênero, História e Educação: Construção e Desconstrução. In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.) *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 03-15.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 93-101.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

_____. (Org.). *O Biográfico*. Perspectivas Interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 297-311.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade*. Uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os regulamentos da instrução pública em Sergipe e a educação física no ensino primário (1890-1930)

Ana Carrilho Romero Grunennvaldt[1]

Resumo: O estudo investigou a introdução da Educação Física nas propostas de reformulação educacional do Brasil, a partir da legislação educacional sergipana que normatizou o ensino primário nas primeiras décadas republicanas. As fontes examinadas demonstram que a Educação Física tornou-se objeto de projetos de reformas educacionais que despertaram a atenção do Estado, de intelectuais e políticos, embora se constate que, em Sergipe, a realidade da rede de ensino dificultava o desenvolvimento das atividades e dos exercícios físicos que então se recomendavam. Conclui-se, enfim, que a disciplina em foco, passava a ser defendida como requisito fundamental para a formação integral do cidadão, pois potencializava a ação educativa na medida em que canalizava as energias vitais do indivíduo na direção social do processo produtivo.
Palavras-chave: Educação Física na Primeira República; Educação Física em Sergipe; Educação Física e reforma educacional.

Abstract: The legislation of Public Instruction in Sergipe and the Physical Education in Primary Education (1890-1930)
This study investigated the introduction of Physical Education in the proposals of educational reformulation in Brasil, from the educational legislation of Sergipe which regulated Primary Education during the first republican decades. The examined sources demonstrate that Physical Education became an object of projects of educational reformation which called the attention of the political State, intellectuals and politicians, although in Sergipe the reality of schooling represented an obstacle for the development of activities and physical exercises which were then recommended. We came to the conclusion that the discipline turned out to be defended as a fundamental request for the integral formation of citizenship, once it made educational action stronger, channelling vital energies of individuals towards the social direction of productive process.
Keywords: Physical Education in the First Republic; Physical Education in Sergipe; Physical Education and Educational Reformation.

Introdução

O final do século XIX apresenta um quadro de mudanças, cujos desdobramentos se estendem até o século XX. Nesse momento, que se denominou de imperialismo, as grandes potências da Europa passam a praticar políticas intervencionistas no resto do mundo, dividindo entre si as regiões ainda não colonizadas, e reconhecendo-se nas extensões

[1] Universidade Federal de Sergipe

extraterritoriais onde exerciam influência, poder e monopólio, principalmente de ordem econômica.

A expansão desses países se fundamentou, primordialmente, no grande avanço científico e tecnológico que permitiu a produção econômica em larga escala e na conseqüente busca de novos mercados, fontes de recursos naturais e, em especial, de matérias-primas, seguindo, em menor escala, a exportação dos grandes excedentes de recursos financeiros e capitais. Como resultado, nações de tradição agrícola viram-se envolvidas pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização, algumas expandindo suas fronteiras territoriais e todas adquirindo novos hábitos de produção e consumo, conformes aos novos padrões ditados pela economia de base científico-tecnológica (SEVCENKO, 1999).

Tratar dos processos de inclusão das sociedades que, ainda calcadas em modos de vida tradicionais, já se viam impregnadas de hábitos e práticas compatíveis com padrões de economia de base científica e tecnológica, certamente requer destacada atenção para as diversas esferas da base econômica e cultural. Neste trabalho, privilegiaremos a segunda, sem perder de vista que ambas interagem e que há uma determinação, em última instância, da primeira. Focalizaremos, especialmente, o processo de inserção da escola como agente de construção da modernidade no Brasil, durante as três últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Da luta desenfreada das nações européias em busca de novos mercados e novos campos de fornecimento de matéria-prima, conseqüências nefastas foram deixadas para trás. Essas tentativas resultaram em mudanças de culturas seculares: suas bases foram desestruturadas, desencadeando uma série de revoltas e levantes, de guerras regionais contra o invasor europeu. A superioridade bélica e econômica era o elemento decisivo com que contava o europeu na conquista de novos mercados e possessões. No entanto, apenas territórios e mercados não eram suficientes para estabelecerem-se as hegemonias pretendidas; corações e mentes teriam que ser convertidos a padrões compatíveis com os da civilização moderna, e à educação coube a incumbência de converter e assimilar esses contingentes populacionais.

No Brasil, por motivos históricos, sociais, políticos e etnográficos, o processo de assimilação provocou instabilidades que geraram novas proposições que se tornaram mais intensas nas últimas décadas do século XIX. O panorama do período favorecia a articulação de idéias novas, abarcando os vários campos do saber e da ação, entre eles os da Filosofia, da Ciência, da política e da cultura, implicando posições contestadoras, que procuravam instaurar

uma nova ordem (SEVCENKO, 1999, p.15). Diante disso, as então províncias brasileiras pretenderam acompanhar o quadro de mudanças, adotando medidas que fossem compatíveis com a nova conjuntura que despontava.

Em Sergipe, contornos desse processo podem ser reconhecidos em algumas ocorrências, como a consolidação de Aracaju como capital, logo se firmando a mais atraente cidade do Estado, para onde convergiam sergipanos do interior, buscando os serviços e benefícios de um centro urbano que oportunizava melhores condições de vida. A adaptação do setor açucareiro, no período a maior fonte de riqueza da província, é outro aspecto, substituindo-se seu meio de produção, da manufatura para o processo industrial[2]. Além das usinas de produção de açúcar, a cultura do algodão ganha importância, possibilitando a instalação das primeiras unidades de beneficiamento do produto e fábricas de tecidos na província, as quais vão marcar forte presença em alguns municípios, no decorrer do século XX. O crescimento urbano e o desenvolvimento do setor industrial sergipano, conseqüentemente, vão favorecer a formação de uma camada social intermediária que, no campo, é composta por pequenos e médios proprietários e, na cidade, por uma certa diversidade de indivíduos ligados ao comércio, à burocracia provincial ou às profissões liberais. Esses indivíduos, apesar de serem ainda poucos e dispersos, desfrutando de fraco prestígio político, paulatinamente e de modo interativo, irão se envolver em iniciativas que, com o transcorrer do tempo, darão origem a novas preocupações e interesses sociais, destoantes das propostas políticas vigentes, ou seja, farão surgir aspirações sociais por mudanças de significado (DANTAS, 1999, p. 54).

A reorganização da província em Estado e o processo de urbanização foram fatores decisivos na consolidação da República em Sergipe, acrescentando-se, ainda, o afloramento de novas necessidades da população sergipana, dentre elas a da escolarização que, associada ao ideário republicano, tinha um propósito específico, o de sustentar a participação dos cidadãos no novo regime político. Todavia, tratava-se de uma aspiração que não se realizou em sua amplitude, nem mesmo de forma sofrível. Nagle (1976) ressalta que as tentativas brasileiras naquele período, para desenvolver o sistema escolar, sempre acabavam perdendo a força inicial, frustrando-se a luta contra as condições então predominantes. É nesse sentido que procuramos pensar que, apesar dos limites estabelecidos pela conjuntura, houve, realmente, iniciativas para definir e organizar o ensino primário em Sergipe.

---

[2] Era a técnica que avançava e o homem diante dos desafios procurava utilizar novas máquinas para atender a maiores exigências. E os engenhos a vapor que deixavam obsoletos os de tração animal eram por sua vez superados por um novo complexo industrial mais eficiente: as usinas (DANTAS, 1999, p. 43).

O fato é que na região Nordeste, especialmente em Sergipe, onde o Estado não teve a mesma presença e os mesmos desenvolvimentos, perduraram, por bom tempo, sistemas educacionais dissociados das necessidades locais, presos a estruturas políticas por demais arcaicas, incapazes de promover a renovação social.

Nas propostas de reformulações educacionais associadas ao processo de instituição do regime republicano em nosso país, houve a busca de referência num projeto educacional de vanguarda, no caso representado pela proposta paulista[3]. As mudanças na educação sergipana, nos primeiros tempos republicanos, são marcadas por uma expressiva diversidade de leis, decretos e outros atos, como mostra Oliveira[4].

> *Em Sergipe, chama a atenção a freqüência com que ocorriam as tentativas de mudanças na organização da escola pública, através de regulamentos dirigidos á instrução pública. A descontinuidade política e administrativa era visível. Nos quarenta anos de Primeira República as mudanças se sucediam em todos os ramos da instrução pública alterando no todo ou em parte a organização da escola. No ensino primário foram vinte e sete atos dos poderes executivo e legislativo, no ensino secundário trinta e seis, e no ensino normal trinta e cinco, no ensino profissional doze e no ensino superior três (OLIVEIRA, 2004, p. 11).*

A maneira com que se efetivam as iniciativas do poder executivo e do legislativo, na regulamentação da instrução pública do Estado, sinaliza, para a autora, visões diferenciadas na construção da República. Seriam mudanças que ocorriam num quadro de instabilidade política, destacando-se as dos primeiros anos republicanos, observando-se a ausência de rumos pela falta de uma coordenação nacional da educação, embora se realçasse o papel do governo como um agente intencional de mudanças (Ibidem, p.47).

---

[3] Saviani (2004) destaca que, em São Paulo, houve a tentativa de preencher os requisitos básicos implicados na organização dos serviços educacionais na forma de sistema: a) Organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas; b) construção ou aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; c) dotação e manutenção nesses prédios de toda a infra-estrutura necessária para o adequado funcionamento do ensino;d) instituição de um corpo de agentes, com destaque para os professores, definindo-se as exigências de formação, os critérios de admissão e a especificação das funções a serem desempenhadas; e)definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema de ensino em seu conjunto; f) organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhos por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo, assim, a questão da coordenação dessas atividades também no âmbito das unidades escolares. (SAVIANI, 2004, p.18).

[4] O estudo de Dilma de Oliveira (2004), *Legislação e Educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe ma Primeira República – 1889/1930* mostra-nos um relevante itinerário percorrido pelo ensino primário sergipano e ressalta que, "no conjunto de ações e procedimentos, tanto de natureza pedagógica como política, constatamos a ausência de rumos, de um desenho nítido na conduta de um projeto amplo que favorecesse o acesso da maioria da população à educação escolar. Por outro lado, o volume de atos dirigidos à instrução no sentido de reformulá-la indicou que a educação foi pensada e reafirmada insistentemente no sentido de incorporar-se a um projeto republicano de sociedade que também não se afirmou" (OLIVEIRA, 2004, p. 5).

Procedimentos metodológicos e resultados

O presente estudo toma como referência os regulamentos da instrução pública de Sergipe, no período enfocado. A legislação é instrumento hábil que autoriza a intervenção do poder público, no sentido de estabelecer uma ação uniforme e unidirecional, para a concretização de um objetivo predeterminado, indicando métodos e disponibilizando meios para tanto. A eficácia de sua ação, decerto, dependerá das possibilidades dos indivíduos necessariamente envolvidos na apropriação do que lhes é transmitido. Nessa perspectiva, a partir das leis educacionais da época, cabe a consideração dos atos normativos do poder executivo e suas práticas em relação às matérias constitutivas do ensino primário, focalizando-se, especialmente, a Educação Física, considerando-se, de antemão, que também recebia essa disciplina outras nomenclaturas, tais como Higiene, Exercícios Físicos, Exercícios Militares e Ginástica. Isso implica conhecer e analisar as determinações que nortearam as escolhas de disciplinas, seus conteúdos, práticas e tratos metodológicos, em detrimento de outras opções.

O período abordado pelo estudo (1890-1930) é uma fase em que as necessidades sociais urgiam novos procedimentos, medidas e propostas educacionais condizentes com o processo desencadeado, principalmente pela mudança do regime político. Ademais, com os tempos modernos, aspira-se a transformações de valores, normas e atitudes, desígnios cujas envergaduras exigiam encadeamentos de ordem cultural substanciais, que, necessariamente, se dimensionariam nos procedimentos educacionais.

> *Nos anos oitocentos e novecentos a educação torna-se quase um centro de gravidade da vida social: o momento em que se organizam processos de conformação às normas coletivas, em que a cultura opera sua própria continuidade, em que os sujeitos superam sua própria particularidade (de indivíduos, de etnia, de classe) para integrar-se na coletividade, mas através do qual também recebem os instrumentos para inserir-se dinamicamente neste processo, solicitando soluções novas e mais abertas (CAMBI, 1999, p. 381).*

Indagamos sobre as interpretações desse contexto educacional e apontamos para uma perspectiva histórica que busca compreender os mecanismos que induziram a determinadas posturas e o porquê de algumas interpretações prevalecerem sobre as outras. A respeito disso, recorremos a Chervel (1990), que ressalta que fenômenos educacionais são suscetíveis de serem interpretados, segundo as finalidades sociais que se impõem ao contexto escolar.

> *A história das disciplinas escolares, colocando os conteúdos de ensino no centro de suas preocupações, renova as problemáticas tradicionais. Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última, buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e transformação históricas da escola (CHERVEL, 1990, p. 219).*

Para o exame da realidade sergipana e das circunstâncias em que a prática pedagógica da Educação Física se estrutura, temos como referência a legislação formulada no período. Nunes (1994) coloca-nos que os governos municipais e estaduais e as diretorias ou secretárias de Educação se configuram como um lócus privilegiado para a definição do direito escolar, responsáveis por um conjunto de textos que são predominantemente normatizadores, justificadores e operacionais das modificações pretendidas. E, ainda, que a farta legislação escolar produzida, com conteúdos práticos, codifica espaços, saberes e poderes, definindo o que é considerado justo, ao mesmo tempo em que delimita um conjunto de soluções jurídicas para problemas postos pelo contexto pedagógico.

A documentação investigada evidenciou que em Sergipe, inicialmente, a Educação Física foi temática que ganhou concepções alargadas nas discussões. Isso se deu a partir da necessidade de responder às circunstâncias da inovação pedagógica que então se difundia, lançando mão de uma proposta educativa integral: física, moral e intelectual. Num momento posterior, os entendimentos sobre a Educação Física atêm-se a um conteúdo que passa a compor o programa do ensino primário sergipano e vai incorporar as exigências de um encaminhamento metodológico específico e conseqüente, prevendo-se, inclusive, a qualificação dos professores para melhor aproveitamento desse conteúdo.

Percebe-se, a partir dos regulamentos analisados, que as propostas para a Educação Física contemplam ambos os momentos, de forma tal que aparecem entrelaçados. Constatou-se o entusiasmo com as propostas de Educação Física, primeiramente nos atos normativos ligados à instituição do regime republicano brasileiro, verificando-se, todavia, que pouco sucesso foi obtido no enfrentamento das idéias resistentes e da falta de condições concretas para sua sustentação. O que se efetivou, de fato, foi um reordenamento de forças conservadoras em que, no tocante à Educação Física, nenhuma proposta digna de nota desenvolveu, atendo-se, tão-somente, à contemplação breve e indireta de sua especificidade.

Encerrado esse período, em especial na administração de Rodrigues Dória(1908-1911), começa a ser definida uma proposta para a Educação Física que, nos regulamentos

educativos sergipanos, é expressa mediante propósitos por um alinhamento com as propostas já implantadas nos estados da região Sudeste, principalmente em São Paulo. Objetivava-se, em Sergipe, uma ação mais incisiva para a implementação das propostas educacionais, expectativas que não se efetivaram, devido a certas adversidades incontornáveis, principalmente à falta de recursos orçamentários do Estado.

Apesar da fragilidade comprometedora da ação do Estado, a proposição da Educação Física na norma educacional sergipana foi efetiva, observando-se, a partir dela, a ginástica como prática obrigatória nas escolas, sendo um dos itens para a inspeção escolar, e o estabelecimento de determinações quanto ao trato metodológico no programa da matéria. Quanto à atuação do poder público estadual, podemos verificar que se procurava encaminhar um ajustamento de Sergipe aos moldes da modernização do país. Porém, é bem oportuno considerar:

> *No emaranhado dos desafios que compõem e descompõem o Brasil como nação, as produções científicas, filosóficas e artísticas podem revelar muito mais o imaginário do que a história, muito menos a nação real do que a ilusória. Mas não há dúvida de que a história seria irreconhecível sem o imaginário. Alguns segredos da sociedade se revelam melhor precisamente na forma pela qual ela aparece na fantasia. Às vezes, a fantasia pode ser um momento superior da realidade (IANNI, 1996, p.48).*

A Educação Física, pelo observado no contexto educacional sergipano, era muito menos do que se desejava ou do que poderia ter sido realmente. Ela se associava a um conjunto de aspirações, num momento em que havia uma sociedade ansiosa por uma situação mais desenvolvida, republicana, democrático-burguesa, mas que não se desarraigava de uma tradição fortemente consolidada, mantendo uma estrutura sobremaneira arcaica, contrária aos tão defendidos "novos tempos".

As normas, certamente, possuem um aspecto positivo que lhes é inevitável. Segundo Barros (1986, p. 11), "as idéias que se exprimem em lei não têm por função, simplesmente, consagrar a situação presente: a lei é 'educadora', exprime um ideal ainda irrealizado e deve ser uma das forças a trabalhar sua realização".

No caso do quadro educacional sergipano da época estudada, evidencia-se um distanciamento entre o "dever ser" dos regulamentos e a realidade, constatando-se que os regulamentos não apenas se antecipavam aos fatos, anunciando novos tempos e buscando a escola do futuro, mas ignoravam-nos e apenas semeavam esperanças. Confirma-se, assim, uma profunda contradição entre a realidade e a ação possível, e o discurso e a formalidade dos atos normativos que aconteceram no Estado de Sergipe nos anos pesquisados.

Bibliografia

BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade.** São Paulo: Edusp, 1986.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2, p.177-229, 1990.

DANTAS, José Ibarê C. **O Tenentismo em Sergipe**. 2.ed. Aracaju: Gráfica Editora J.Andrade Ltda, 1999.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/USP, 1976.

NUNES, Clarice. A cultura jurídico-política e a educação brasileira: um campo de estudos em aberto. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, nº 18/19, p.6-15, dez/1993-jul/1994.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. **Legislação e Educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República – 1889/1930.** 2004. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do "longo século XX" brasileiro.** In. SAVIANI, Dermeval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. República: da Belle Époque à Era do Rádio. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, v.3, 1999. p.9 – 48.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A educação militar e a formação de oficiais para exercerem funções intelectuais na sociedade (1890-1929)

José Tarcísio Grunennvaldt *

RESUMO: O estudo distanciou-se das investigações em que o interesse centrou-se no papel político exercido pelo Exército com o olhar que privilegiou a perspectiva da "intervenção armada". Formados para exercerem funções intelectuais, é evidenciado pelas bases de formação dos quadros e pela bagagem cultural requerida para o exercício das funções.De 1890 a 1913, os regulamentos prescreveram que o ensino fosse ministrado a partir de planos cujas bases teóricas precediam os exercícios práticos. De 1913 a 1923, os planos propuseram que o ensino fosse teórico-prático ou tão-somente prático e que o conhecimento fosse apreendido do concreto para o abstrato. Em 1924 e 1929 houve uma nova significação atribuída aos conhecimentos científicos, que nortearam o ensino militar teórico e prático, aliou a competência técnico-profissional da fase anterior aos aspectos da formação política. Constatou-se com a pesquisa que o Exército brasileiro formou quadros aptos para o exercício de funções intelectuais.
Palavras chave: Escola militar – Oficiais do Exército - Intelectuais -

ABSTRACT: This study took some distance from the investigations in which the interest is concentrated in the political role exerted by the army with the focus on the "armed intervention". That they were formed to assume intellectual functions is an evidence which is shown by the basis of formation of personnel and the cultural background required by the exercise of the function. From 1890 to 1913, the regulations prescribed that teaching had to be ministered from the plans whose theoretical basis were preceded the practical exercises. From 1913 to 1923, the plans proposed that teaching should be theoretical-practical or only practical and that knowledge should be learned from the concrete to the abstract. In 1924 and 1929 there was a new meaning attributed to scientific knowledge, which guided theoretical and practical military teaching and allied the technical-professional competence of the of the previous phase to the aspects of political formation. We come to the conclusion that the Brazilian army formed personnel apt to exert intellectual functions.
Keywords: Military school – Army officers- Intellectuals

Apresentação

Submeter a instituição militar a um estudo delimitado pelo recorte temporal da Primeira República, visando verificar como o Exército acionou mecanismos internos de formação para responder aos imperativos da moderna burocracia estatal, ou em resposta aos

* Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. Estudo de Doutorado realizado na PUC-SP com bolsa Capes.

enfrentamentos que as determinações da nova ordem mundial impunham às nações, é dar vazão ao sentido da instituição como portadora de caráter particular e específico, bem como sua função ampliada. Assim, a pesquisa procura sustentar uma posição de insatisfação a crítica dos estudos que pressupõem a atuação do Exército exclusivamente no âmbito do exercício da força, e que conseqüentemente, julgam as suas intervenções sociais e políticas como abusivas.[1]

A bibliografia que trata do Exército e seus sujeitos políticos – os oficiais – destacando seu profissionalismo e sua organização, considera-os como partícipes de primeiro plano na estrutura burocrática do Estado (Huntington, 1996; Janowitz, 1996; Giddens, 2001). Nesse sentido, vislumbra-se para a "instituição superior" *Escola Militar*, da Primeira República, a condição de formadora de quadros para compor a *intelligentsia* brasileira, assumindo-se o entendimento de ser a Instituição um *locus* formador de quadros que, entre outras preocupações, se envolviam também com questões que ultrapassavam a manipulação das armas. Ademais, o Exército dispunha de quadros e formava outros que acabavam sendo atuantes na formação do Estado e da nação brasileira, com reflexos na política, na vida intelectual, nos direcionamentos do saber e da cultura acadêmica brasileira.

Privilegiando-se a perspectiva de estudo que compreende a instituição *Escola Militar* como formadora de quadros de oficiais com funções intelectuais a serviço do Estado, ousa-se, com determinação, adentrar um terreno da História da Educação que não tem dado o destaque para os estudos acerca do Exército, em comparação com a Igreja, pois, a exemplo desta, "os exércitos constituem uma das instituições políticas básicas das sociedades no hemisfério[América Latina], desde os tempos da Independência" (MANAUT, 1988:. 119).

De modo que, ao ter em perspectiva a formação de quadros de oficiais do Exército e conformá-los para o exercício de funções intelectuais na sociedade, torna-se imperativo

---

[1] Dois motivos principais justificam o destaque aqui conferido à formação de quadros de oficiais do Exército. O primeiro, diz respeito à *Escola Militar*, pois foi centro irradiador de idéias que contribuíram para a formação de quadros que exerceriam funções intelectuais no âmbito da sociedade inclusiva. Os constantes ajustes dos Regulamentos que organizavam e definiam as bases da formação dos quadros dos soldados-intelectuais, indiciam que o Exército procurou se manter em consonância com os debates acadêmicos e com os avanços da ciência e da arte da guerra. As formalizações regulamentares possibilitaram à Instituição defender postulados teóricos diferenciados de outras instituições, de modo a se impor como uma das expressões da Modernidade.
O segundo motivo diz respeito à legitimidade conquistada por quadros oriundos da *Escola Militar* como competentes intérpretes do Brasil, assim como combativos defensores de soluções para as mazelas nacionais, embora a referida legitimidade não derivasse exclusivamente da sua peculiar combatividade. A *Escola Militar* lhes dava respaldo institucional e os cobria de respeitabilidade. A *Escola Militar*, sintomaticamente, organizou-se na estrutura educacional de forma bastante similar àquela adotada pelo *campo acadêmico.* Deve-se compreender que "a produção desse efeito de legitimidade não se dá apenas no âmbito discursivo, ou seja, nos lugares das idéias e projetos para o país, mas na celebração e validação das práticas internas de hierarquização de saberes, de atribuição de poderes e trajetórias de ascensão aos altos postos do ensino e da administração daquelas instituições" (WARDE, 2001: 2).

estabelecer o entendimento que os componentes constitutivos de formação curricular, oriundos do humanismo científico, e o adestramento técnico-profissional devem concorrer em condições tais, a ponto de configurarem quadros de oficiais que correspondam ao movimento estrutural do qual emergem as condições sócio culturais de determinado período.

É plausível que tais quadros conformados para produzir o "consenso espontâneo" devam abarcar, no seu arcabouço cognitivo de formação, uma alargada base científica aliada à especialização profissional. Na sociedade atual, o problema do Estado moderno não é mais o da revolta armada, mas o da relação do técnico com o político, em vista do que a fronteira entre o Estado e "sociedade civil" tendem a se diluir.

Ao estabelecer um diálogo com os trabalhos já realizados sobre a formação dos oficiais do Exército e suas funções na sociedade, pretendeu-se, neste estudo, argumentar em favor da hipótese de que os militares, durante a Primeira República, não apenas manuseavam armas, mas também eram formados para desempenhar funções intelectuais determinadas ou que emergiam do sistema de valores encontrados no conjunto geral das relações sociais.

Compreender os processos de formação dos quadros de oficiais do Exército brasileiro ao longo da Primeira República é, então, o objetivo para esta pesquisa, para o que se fazem necessárias certas considerações acerca do período compreendido entre as duas intervenções militares e que pode ser denominado Primeira República (Carvalho,1990). Na abordagem do recorte temporal da pesquisa, privilegiou-se o mesmo período**,** porém atribuindo-lhe singularidade a partir das análises, leituras e interrogações sobre fatos e documentos, suscitadas pelas contingências internas do objeto de estudo. Entende-se que com essa abordagem, foi possível dar luz às contradições que ocorreram no seio do Exército, flagrando-se processos de articulações orgânicas mais envolventes que procuravam, com as constantes mudanças dos Regulamentos, instituir, por intermédio, principalmente, da instrução, quadros de intelectuais capazes de dar a direção ao próprio Exército e projetarem via Estado a "modernidade-nação" ou "primeira modernidade" (Ianni, 2004).

Teoria e metodologia

Na leitura das fontes, e no âmbito deste estudo dos Regulamentos, muito contribuíram certas noções apreendidas em Hobsbawm (1998). Com efeito, nas análises históricas de situações concretas, ganha ênfase o caso da modernização do Exército brasileiro no declínio do Império, nesta tentativa de buscar compreender um pouco mais acerca da imbricada relação entre passado/presente e continuidade/ruptura. Hobsbawm (1998), afirma

que o problema de se rejeitar sistematicamente o passado apenas surge quando a inovação é identificada como socialmente desejável, em outras palavras, quando implica "progresso".

Para o autor, no entanto, isso traz conseqüências que se expressam em duas questões distintas: **a)** a de como a inovação em si é identificada e legitimada e; **b)** como a situação que dela deriva poderá ser especificada e, para a operacionalização, de que maneira um modelo poderá ser formulado quando o passado já não mais puder fornecê-lo.

Hobsbawm, seguramente, sente-se mais à vontade para responder a primeira das questões; no entanto, ambas se tornam fundamentais para compreender a situação concreta da passagem do último Regulamento do ensino militar do período imperial de 1889 para o Regulamento republicano de 1890. Em virtude das circunstâncias e do envolvimento dos sujeitos políticos na elaboração desses Regulamentos no âmbito dessa análise, é a segunda questão que ascende em importância[2]. Podemos entender assim, porque ela expressa um paradoxo, na medida em que, na educação militar, as bases de sua formação foram plantadas sob as luzes que inspiraram a educação moderna do século XVIII, portanto, a análise implica o enfoque sob a luz da longa duração da história que compreende mais as permanências que rupturas propriamente ditas.

Uma questão que parece tornar-se imperativa no âmbito do diálogo que se estabeleceu com as fontes,[3] parafraseando Gramsci, é a seguinte: quais são os limites "máximos" da acepção de "intelectual"? Essa questão do autor desencadeou outra que, por certo, pode ajudar a pensar um pouco mais sobre a suposta "fabricação" de perfis de oficiais do Exército na Primeira República: "é possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais?".

---

[2] "Do Diário de Benjamin Constant constam as seguintes passagens: 24 de julho de 1888: 'O Exmo Sr. General José Semeão concordou afinal com o plano por mim proposto para o ensino da Escola'; 26 de fevereiro de 1889: 'Estive todo o dia lendo e escrevendo para preparar o plano de reforma de devia apresentar ao Ministro da Guerra em substituição ao dele, que é mau'; 27 de fevereiro: 'Fui à conferência sobre a escola Militar: bati energicamente o projeto, que é muito defeituoso. Falaram a favor sem destruírem as acusações o Conselheiro Luz e o Major Carneiro, colaboradores da reforma'; 5 de março: 'O Trompowsky esteve hoje aqui e trouxe passados a limpo os projetos das escolas Militares; aceitei duas modificações propostas por ele. Uma delas a junção das cadeiras de Sociologia e Moral em uma só'"(TEIXEIRA MENDES, *apud* MOTTA: 172).
Participaram da elaboração do Regulamento de 1889, o Ministro da Guerra José Simeão, os professores Benjamin Constant, Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, o conselheiro Francisco Carlos da Luz e o major Antônio Ernesto Gomes Carneiro. Por sua vez, o Regulamento Benjamin Constant expedido pelo Decreto 330, de 12 de abril de 1890, tiveram participação de sua elaboração os seguintes oficiais: O Ministro da Guerra Benjamin Constant, Marechal José Miranda Reis, Coronel João Tomás Cantuária, Tenente Coronel Antônio Vicente Guimarães, Majores Roberto Trompowsky Leitão de Almeida e Inocêncio Serzedelo Correa e o Tenente Aníbal Cardoso (Motta, 2001).

[3] O corpus documental desta pesquisa compõe-se de fontes de várias espécies que podem ser agrupadas da seguinte forma: 1) Regulamentos que propunham as bases dão ensino militar: 1890, 1898, 1905, 1913-14, 1918, 1919, 1924 e 1929; 2) Editorais da Revista *A Defesa Nacional*; *3*) Artigos e livros de intelectuais militares

Gramsci procede com cautela sobre a questão, e descarta a possibilidade de um critério único para caracterizar todas as atividades intelectuais. Ademais, considera o erro metodológico mais difundido, buscar o critério de distinção das atividades intelectuais em aspectos intrínsecos às atividades intelectuais e que, portanto, não considera o conjunto do sistema de relações sociais em que as atividades são cimentadas e no âmbito em que se encontram no conjunto das relações sociais. Desse modo, diferentes grupos sociais podem personificar atividades intelectuais, a partir das circunstâncias sociais que as determinam, mas não perdendo de vista que tal imbricar-se só é possível pelos seus nexos de reciprocidade.

No âmbito deste estudo, recorreu-se à reflexão de Gramsci sobre os intelectuais visando compreender a formação de quadros de oficiais do Exército brasileiro para o exercício de funções intelectuais na sociedade determinados pelo tempo histórico em que eram conformados**.**

Conclusões

Os três Regulamentos do primeiro capítulo, no que tange ao encaminhamento e à orientação do ensino, não foram mudanças bruscas que marcassem a passagem dos Regulamentos. Nem mesmo na transição do último Regulamento do período imperial para o republicano se fez com modificação profunda das cadeiras e conhecimentos. Nesse sentido, os Regulamentos do ensino militar, até 1905, devem ser vistos como um *continuum*, seu diálogo com a longa tradição da formação, na qual as bases do ensino militar eram plantadas, sob uma base geral científica para, posteriormente, aplicar os conhecimentos profissionais.

De certo modo, o Regulamento de 1905 destaca-se como transição, ao introduzir uma nova fase no ensino militar, tendo em vista que vários dispositivos regulamentares traziam a marca da inovação, de modo que suas prescrições anunciavam e correspondiam ao tempo rápido das novas necessidades do século. Contemplava, contudo, outras que estavam imbricadas com o longo passado da escola em formar oficiais técnicos e especialistas de longa formação, privilegiando também os altos estudos.

O segundo capítulo comporta as informações do conjunto de três Regulamentos do ensino militar brasileiro, os de 1913-14, 1918 e 1919. Verificou-se que o Exército, a partir da formação de quadros de oficiais, procurou implantar uma nova "ordem" intelectual, impulsionado pelas mudanças estruturais que requeriam um face a face entre a instrução e o trabalho os quais imprimiram à formação humana dinamicidade, e pelas circunstâncias

conjunturais de belicosidade que concorreram na orientação do ensino de modo mais direto e imediato, na profissionalização do ensino militar.

Portanto, na década que presenciou a guerra total, verificou-se também a aceleração do tempo e, conseqüentemente, os Regulamentos do ensino militar estabeleceram diretrizes, passos, ritmos de aprendizagens dos quais os programas das aulas não poderiam se afastar. O exército de modo geral e o brasileiro em particular, foram uma destas instituições que viram mudar sua rotina, sendo levados a viver o tempo de modo mais intenso, em vista de que sua função de defesa externa se acentuava nos momentos de beligerância e, para tanto, era imperativo estar sensibilizado para as "mudanças".

Em vista disso, verificou-se uma reestruturação curricular significativa da *Escola Militar*, introduzindo-se um Curso Fundamental de dois anos, seguidos de quatro Cursos Especiais, um para cada arma; portanto, algo inédito no ensino militar brasileiro, desde a sua criação em 1810. Eram Regulamentos que preconizavam a utilização do "caso concreto", em que a aula era somente "teórico-prática" ou simplesmente prática, a teoria reduzida ao que tivesse "um fim útil". Esta década viveu a fase dos Regulamentos com prescrições para que se evitassem os "excessos de teoria", as "divagações inúteis", as "generalizações prematuras". Enfim, os alunos eram levados a aprender "de conformidade com a marcha natural do espírito humano, do concreto para o abstrato".

O Regulamento de 1913-14 inaugura e os dois seguintes seguem-no e quando não o aperfeiçoavam, aprofundavam-se em suas alíneas com recomendações que, muitas vezes, se excediam em especificidades, com minúcias de como deveria ser administrado, nas aulas, os conteúdos para que se evitasse tudo o que não tivesse "aplicação ou valor prático" ou, ainda, que os conteúdos atendessem "ao caráter experimental". A asseveração da conduta objetiva para o resultado foi se caracterizando com vigor nos Regulamentos de 1918 e mais ainda no de 1919, quando uma nova concepção de moral, ela é representada pelo que provém do espetáculo das regras do campo visual e as figuram esquematicamente e, por conseguinte, são estas regras que formam a matéria da ciência e, não a visão sumária que dela temos e fazemos (Durkheim, 1990).

Emergindo da ambiência da década de 1910, de aceleração do tempo, um grupo de renovadores, os Jovens Turcos, conseguiram legitimar as mudanças e imprimindo-lhes radicalidade distinta das mais sutis, propostas em 1905. Adquirida a confiança e legitimados pelo "calor da hora" que emergia das circunstâncias de beligerância, os Regulamentos de 1918 e 1919, procuraram valorizar sobremaneira as disciplinas que operacionalizavam com o trabalho produtivo *tout court*. Daí se depreende que foi o coroamento de uma luta de vários

anos defendida na revista *A Defesa Nacional,* acerca da necessidade de preparar o oficial, a partir da composição em que a tropa e a escola se achassem intimamente entrelaçadas no preparo da função do oficial**.** A valorização deste preparo ganhou um colorido especial com o Regulamento de 1919, que estabelecia que a promoção dos aspirantes a oficial se faria por ordem de merecimento geral, no qual estava incluído o grau de qualidades morais com o coeficiente "cinco", destacando-se significativamente dos demais componentes. As qualidades morais eram quantificadas a partir da observação criteriosa e constante dos instruendos, observando-se-lhes as qualidades de caráter, resolução, sangue-frio e tenacidade, de modo que, com tal quantificação, pudesse subsidiar o julgamento da desenvoltura na capacidade de comando dos futuros oficiais do Exército, capacidade que ascendeu em importância, a partir das circunstâncias da Grande Conflagração.

No terceiro capítulo foram destacados os dois Regulamentos, o de 1924 e o de 1929, continuava prevalecendo no ensino militar um Curso Fundamental, seguido de quatro Cursos Especiais para as diferentes armas. No Curso Fundamental, o ensino dividia-se em geral e militar para todas as armas. Este último era dividido em ensino teórico e ensino prático; sem abandonar a expressão "ensino teórico-prático" instituído em 1913-14 para os cursos especiais.

Destaca-se o controle destinado aos exames finais, os quais seriam realizados mediante provas escritas, orais e práticas, de acordo com a "natureza das aulas e materiais do ensino militar". No que tange ao ensino militar teórico, os exames eram apenas "interrogatórios sobre os diversos Regulamentos" e procedidos oralmente.

Com a re-introdução da base ampla de conhecimentos científicos em 1924 e 1929, diversamente do que se pensava, a tendência à especialização e à ênfase aos aspectos profissionais não diminuíram. A observação se confirma verificando-se os mecanismos e rigores dos diferentes exames, com provas envolvendo os detalhes técnicos, enfatizando o desempenho que demonstrasse no aluno envolvimento e desenvoltura em situações de "caso concreto". Contudo, a estratégia da re-introdução do Curso Preparatório em 1924, sua valorização e bifurcação para dois cursos no Regulamento de 1929, somando-se à re-significação dos conhecimentos científicos de base do ensino geral ou fundamental, respectivamente, contemplados nos Regulamentos de 1924 e 1929, evidenciaram a necessidade de o Exército brasileiro formar quadros de oficiais que transcendessem a formação profissional *tout court* que configurava a formação do oficial *troupier* da década de 1910.

Os procedimentos previstos nos Regulamentos analisados e que foram adotados no encaminhamento de aulas, cadeiras e conteúdos, na formação do oficial do Exército, ou seja, o lastro científico que procurou racionalizar as ações para o âmbito da ciência política, foi o sustentáculo da intervenção dos oficiais do Exército. Nesse sentido, levanta-se a assertiva de que foi legítimo o seu envolvimento político nos acontecimentos da Revolução de 1930, reconhecendo-se, também, que a formação de quadros intelectuais – pautados sobre bases com fundamentos científicos e humanísticos, para sua qualificação técnica e política – serviram como respaldo institucional para essa intervenção. Tais informações deixam evidente a preparação do Exército para exercer sua função intelectual na ordem societária inclusiva.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In FAUSTO, Bóris (Dir) **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930).** São Paulo: Difel, 1990 t. III, v. 2.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 14 ed. São Paulo: Editora Nacional.GIDDENS, Anthony. 2001. *Estado-nação e violência.* Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: EDUSP, 1990

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Cadernos do cárcere II).

HOBSBAWM, Éric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. **A ordem Política nas sociedades em mudança**. Trad. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

IANNI, Otávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2004.

JANOWITZ, Morris. Militares.(Ed). OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MANAUT, Raúl Benítez. O Pensamento militar de Clausewitz. **Política e Estratégia**. Revista trimestral do Centro de Estudos Estratégicos. Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura. São Paulo, 1988, v. 6, n. 1, pp. 119- 137.

MOTTA, Jehovah. **A formação do oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

WARDE, Mirian Jorge. Cultura e educação: O americanismo e a fabricação do homem novo. (**Projeto de pesquisa do programa de estudos pós-graduados em Educação: história, política, sociedade. PUC/SP)**, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Temer não humilha tanto como ser temido: controle e perseguição a "Gangue da AIDS" (Florianópolis 1987).

Graziele Regina de Amorim*

Resumo: O surgimento da AIDS/SIDA (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida), na década de 1980, provocou mudanças em relação ao comportamento sexual da população. Pretendo investigar os discursos acerca da "Gangue da AIDS", e como a cidade de Florianópolis se viu em perigos na sua normalidade. Tratava-se assim da denominação ao grupo acusado de ter disseminado o vírus da AIDS, através de seringas contaminadas e relações sexuais sem o uso de preservativo. Nos discursos foram bem presentes: o pânico, acusações e o controle do corpo. Aos portadores do vírus HIV, a discriminação ocorreu por serem vistos como pessoas entregues à promiscuidade, a luxúria, à perversão sexual e aos grupos de risco. Assim busco compreender a história da "Gangue da AIDS" e de que forma este fato contribui para aumentar o preconceito e a vigilância sobre o outro.

Palavras-chave: AIDS – controle - preconceito.

Abstract: The sprouting of the AIDS/SIDA (Syndrome of Acquired Imunodeficiencia) in the decade of 1980 it provoked changes in relation to the sexual behaviour of the population. I intend to investigate the speeches concerning "Gang of the AIDS" and as the city Florianópolis if it saw in perigos in its normality. One was thus about the denomination to the accused group to have spread the vírus of the AIDS through contaminated syringes and sexual relations without the condom use. In the speeches they had been property in possession: the panic, accusations and the control of the body. To the carriers of vírus HIV the discrimination occurred for being as people you deliver to the promiscuity the luxury to the sexual perversion and the groups of risk. Thus I search to understand history of "Gang of the AIDS" e of that if forms this fact contributes to increase the preconception and the monitoring on the other.

Keywords: AIDS – control – preconception.

Na década de 1980 com o surgimento da AIDS, o comportamento sexual e as práticas sociais passaram a ser permeadas pelo preconceito e o medo do outro. As alterações na normalidade de uma cidade, causadas pela síndrome, trouxeram uma série de preconceitos, sendo o grande alvo o corpo. E dessa forma, que em outubro 1987, na cidade de Florianópolis, histórias de uma suposta "Gangue da AIDS" vieram a tona nos jornais de circulação local. Estes traziam a história de um grupo de jovens, acusados de estarem disseminando o vírus da AIDS, através de seringas contaminadas e relações sexuais sem o uso de preservativo de maneira dolosa. Pânico, acusações e o controle do corpo fizeram parte dos discursos sobre o grupo.

* Mestranda em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

As acusações recaíram sobre um casal que residia no Edifício Helsinque parte do condomínio Europa, localizado no bairro Trindade. Os acusados eram: Rosângela Corrêa, conhecida como "Zú" e João Machado, o "Dedinho", moradores do apartamento 821. Outra acusada foi a Patrícia de Oliveira Bastos, moradora do apartamento 841, local em que segundo a moradora (ROSINHA, 2006), que reside até hoje no edifício, aconteciam os encontros dos jovens, festas e supostamente sessões de aplicações de cocaína utilizando à mesma seringa. Toda acusação partiu de uma outra jovem, que estava residindo a pouco tempo neste edifício, morando algum tempo com Patrícia Bastos e o com casal logo depois. Natural de canoas, Rio Grande do Sul, a garota Márcia Regina Corrêa da Silveira, acabou entregando o suposto "esquema" à polícia depois que fora acusada por "Zú" e "Dedinho" por prática de furto. No 5° Distrito Policial da capital no dia 18 de outubro de 1987, a garota presa, deu início então a "Caça a Gangue da AIDS".

A AIDS síndrome, que pune aqueles que são desregrados em relação a sua sexualidade, proporcionou na sociedade florianopolitana e em muitas outras cidades, o medo e o pânico em relação ao outro, como se este pudesse pelo simples contato social ameaçar a nossa vida. "O comportamento perigoso que produz a AIDS é encarado como algo mais do que fraqueza. É irresponsabilidade, delinqüência o doente é viciado em substâncias ilegais, ou sua sexualidade é considerada divergente" (SONTAG, 1989: 31).

As enfermidades geralmente são encaradas pela nossa sociedade como uma condenação, e nesse sentido, ocorrem muitas metáforas, como bem colocou a autora (SONTAG, 1989: 9), "A metáfora, escreveu Aristóteles, consiste em dar a uma coisa o nome de outra". E em se tratando da AIDS corporificada como uma doença, que no começo da de década de 1980 se apresentava resistente a tratamentos e inteiramente desconhecida, não tardou para que ocorresse a metaforização da AIDS,

> [...] a metaforização da AIDS a transforma numa condenação, as pessoas acostumam-se à idéia de que a doença inevitavelmente se espalhará por todo o mundo. Essa é a utilidade tradicional das doenças sexualmente transmissíveis: apresentá-las como castigos impostos não apenas a indivíduos, mas também a todo um grupo ("licenciosidade geral") (SONTAG, 1989: 64).

A falta de medicamentos e recursos para se estacionar a síndrome no começo da epidemia, ainda proporcionou a representação de que a AIDS era uma doença que matava o indivíduo rápido e era extremamente contagiosa. O portador da AIDS tornou-se assim uma ameaça à sociedade, que o via como o resultado dos abusos cometidos em relação à sexualidade. A homossexualidade foi motivo para que se criassem os mais variados discursos que, desde o começo do século XIX, foram alvo de hipóteses. Assim para uns, a

homossexualidade é uma perversidade, enquanto, para outros, ela está mais relacionada aos tempos atuais e pode ser entendida como uma doença. Na primeira, é preciso condenar, enquanto, na segunda, compreender e tratar (VINCENT, 1992).

Na memória, como a do médico (IWERSEN, 2006), histórias sobre o caso diziam que o bairro Trindade era chamado de "Trindaids". Isto devido a estas representações, espécie de "lendas urbanas", que criavam no imaginário da cidade a idéia de que os portadores do vírus da AIDS se caracterizavam como uma ameaça àquela localidade. Segundo (CHARTIER, 1990), representação designa a maneira pela quais diferentes realidades são construídas, pensadas e lidas por diferentes grupos sociais. Assim podemos entender como a sociedade florianopolitana, representou aquela realidade e construiu concepções que orientaram as práticas sociais.

E ainda, podemos dizer que o jornal *Diário Catarinense*, no qual trouxe estas matérias sobre o episódio, além de cometer atitudes antiéticas, quando revelou nomes de pessoas que estavam sendo acusadas de participarem do dito grupo disseminador do vírus da AIDS, posicionou-se como formador de opinião também. De forma que podemos pensar, no que (FLORES, 1997) discorre quando analisa a forma que a mídia representou a Farra do Boi. Para a autora, a mídia não se limitou a aumentar o curso das informações, como também modelou suas características, estabelecendo relações complexas entre informação e imaginação,

> *A informação é recebida de forma contínua, diversas vezes por dia, atomizada e fragmentada. O acontecimento será posto no esquecimento dentro de pouco tempo, mas, no momento em que está em foco, é realçado, ocupa grandes espaços em horários nobres, em manchetes de capa, etc. (FLORES, 1997: 95).*

A AIDS, enfermidade sexualmente transmissível, foi posta assim, como conseqüência dos nossos excessos entendidos pela sociedade como transgressões. E nesse sentido, os jovens acusados foram alvos de perseguições, conseqüências da onda de pânico na capital criada pelos jornais, pelas autoridades públicas e por alguns moradores do edifício Helsinque. Neste, ocorreu medo entre os moradores, que não deixavam seus filhos saírem na rua para brincar, com medo de que as crianças pudessem pisar nas seringas contaminadas pelo grupo. (DELUMEAU, 1989) nos diz que este termo "medo" é uma emoção precedida de surpresa que provoca a nossa consciência de um perigo presente, ameaçando nossa conservação.

A filósofa (CHAUI, 1987:36), nos fala sobre medo, em que este: "Rouba-nos a coragem e dá ensejo à crueldade". (CHAUI, 1987: 44). Isso pode ser evidenciado quando

analisamos situações de medo, que geraram perseguições, como no episódio da "Gangue da AIDS".

A imprensa apesar dos esforços em divulgar os estudos e descobertas da comunidade científica em relação ao tratamento da síndrome, na maioria das vezes, tratou os casos e histórias sobre a AIDS de maneira sensacionalista, reforçando o imaginário coletivo de que a AIDS era um efeito necessário para resolver condutas socialmente reprováveis. (NASCIMENTO, 2004).

Nesse sentido, podemos pensar sobre as metáforas,

> *A idéia de que a AIDS vem castigar comportamentos divergentes e a de que ela ameaça os inocentes não se contradizem em absoluto. Tal é o poder, a eficácia extraordinária da metáfora da peste: ela permite que uma doença seja encarada ao mesmo tempo como um castigo merecido por um grupo de "outros" vulneráveis e como uma doença que potencialmente ameaça a todos (SONTAG, 1989: 76).*

Parte desta onda de pânico foi construída pela mídia impressa da cidade, que tratou o caso de maneira sensacionalista e abusiva. Os nomes dos acusados, bem como supostas histórias eram postas constantemente nas capas e matérias dos jornais locais. Nestas, o conteúdo amedrontava os leitores sobre a história da "Gangue da AIDS", estigmatizando-os, ao ponto dos moradores e a população em geral, revoltar-se contra o grupo. Era como se qualquer desordem na cidade fosse culpa destes jovens. Não tardou para que se começassem perseguições ao grupo, bem como pessoas suspeitas de estarem fazendo parte da gangue. Boates, e outras casas noturnas, estiveram na mira da polícia como locais supostamente perigosos à sociedade. Os freqüentadores foram obrigados a realizarem testes para detectarem o vírus da AIDS. Acreditavam as autoridades policiais e as da saúde, ser tais medidas as mais eficazes no combate a doença, Assim,

> *O delegado e diretor da DEIC (Departamento Especializado em Investigações Criminais) Elói Gonçalves de Azevedo, planeja uma blitz em boates e casas noturnas de florianópolis, em busca de novos casos de aidéticos que poderiam espalhar o vírus. Os alvos principais da blitz serão os toxicômanos. "Precisamos identificar os contagiados levar para exames", diz Elói. A partir de agora, o DEIC começará a fazer um mapa de boates e de pontos de prostituição da cidade, identificando os frequantadores e intimando-os a fazer o teste (LUNGE, Diário Catarinense, 28 out. 1987: 10).*

Percebe-se medidas de controle sobre os corpos dos indivíduos, atitudes eugênicas e uma criminalização dos indivíduos acusados de serem transgressores das normas da sociedade. De acordo com (SONTAG, 1989), nesta onda de medo da contaminação de doenças infecciosas exigem-se que as pessoas sejam submetidas a "exames", e isoladas, levantando barreiras contra a contaminação, seja ela real ou imaginária.

E alguns leitores ainda enviaram cartas para o jornal *Diário Catarinense* colocando opiniões com um teor bem radical também, como a de uma mãe inconformada com a situação que ela acreditava ser bem real,

> *Como mãe de três adolescentes, dois rapazes e uma menina, estou estarrecida com o noticiário sobre a chamado "Gang da AIDS", composta por garotas e marginais, que transformaram um apartamento na Trindade em cenário para toda a sorte de depravações, e em foco de transmissão desta doença fatal, A que ponto chegamos! E doloroso ver a degeneração moral desta gente, agora condenada à morte, e que, conscientemente transmitiu a doença a outros tantos indivíduos. Um crime sem perdão! (LEMOS, Diário Catarinense, 26 out. 1987).*

Esse comportamento passou a ser freqüente em tempos de uma epidemia, que tem a relação sexual como uma das formas de contágio. De forma que foi possível pensar através de (FOUCAULT, 1985) a maneira que a sociedade passa a ver o indivíduo cada vez mais como responsável pela doença, através do cuidado de si. Por um lado, a prevenção tem importância fundamental, na medida em que, tenta conscientizar a população do uso do preservativo durante as relações sexuais. Mas além dessa preocupação com a disseminação do vírus, temos um discurso que condena a questão do prazer e do comportamento sexual.

Uma das primeiras notícias esteve presente no jornal *Diário Catarinense*, no qual trouxe a seguinte reportagem: "*Caça à gangue da a AIDS*" (22 out. 1987: 18), parte de uma das várias matérias que, no mês de outubro de 1987, fez-se bem presente no jornal. As perseguições aos jovens passaram a ser frequentes,

> *Com 70 homens da Polícia Militar e 35 do DEIC (Departamento Especializado em Investigações Criminais), a polícia cercou o Morro do Mocotó, centro, no início da manhã de ontem, para prender alguns traficantes que estariam vendendo cocaína aos moradores do apartamento 821, do Edifício Helsing, na Trindade, João Machado, o "João Dedinho", Rosângela Corrêa, a "Zu" e Patrícia de Oliveira 27 anos. Eles são possíveis portadores do vírus da AIDS e estariam disseminando propositalmente a doença, com o objetivo de contagiar o maior número de possível de pessoas. (Diário Catarinense, 22 out. 1987: 18).*

Os portadores do vírus da AIDS passaram a ser vistos como criminosos, aumentando mais o preconceito. O medo criado pela mídia impressa, que não se limitou a noticiar fatos, também acabou exercendo o poder de influenciar a opinião pública. O medo foi responsável por fazer, até mesmo muitos moradores deixarem seus apartamentos, como se os acusados fossem sair pelas ruas tentando injetar uma seringa contaminada nas pessoas.

Os títulos e manchetes das matérias são sempre assustadores. Como as colocadas logo nas primeiras matérias, "Com o objetivo de disseminar o vírus e obter dinheiro para cocaína, garotas fizeram programas com pessoas conhecidas na cidade" (Diário Catarinense, 22 out.1987: 18). Através de alguns relatos da jovem Márcia Regina Corrêa da Silveira, a

reportagem tenta mostrar aos leitores um esquema organizado por garotas "drogadas" com objetivos de contaminar o maior número de pessoas com o vírus, não só através de seringas, mas também através de relações sexuais.

Todo esse preconceito pode ser compreendido pela maneira que a AIDS foi vista desde o seu surgimento, no começo década de 1980. No começo da epidemia, a sociedade acreditava que somente pessoas ligadas aos grupos de risco poderiam contrair o vírus da AIDS. Os primeiros alvos foram os homossexuais, que já sofriam um preconceito pela sociedade por serem considerados anormais e fracos moralmente. A variedade de sintomas da AIDS provoca nos indivíduos a necessidade de classificá-los, como tentativa de controlar a síndrome, vista geralmente na idéia de uma doença e não como um estado clínico em que o organismo perde sua imunidade. É como se depois de classificar a doença se pudesse isolá-la, e desta forma ter o controle para destruir a AIDS. Podemos nos perguntar se não foi da mesma forma que, tão logo, foram criados determinados grupos de risco, e entre esses grupos classificaram as pessoas que usavam drogas, como mais um "grupo de risco".

Em resposta ao medo e às atitudes preconceituosas surgiram vários grupos sociais preocupados em ajudar os portadores a resgatarem a cidadania, da qual estavam desprovidos por conta da rejeição e da tentativa de isolamento. Neste contexto surgiram ONGs (Organizações Não Governamentais) com o intuito de promoverem campanhas de prevenção, assistência aos portadores do vírus da AIDS. Em 1987, surge na capital de Santa Catarina o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids), com o objetivo de atender os portadores do vírus.

A perseguição ao grupo denominado de "Gangue da AIDS", pode ser entendido como o resultado do medo, informações veiculadas de forma sensacionalista e errônea pela mídia impressa e outros meios de comunicação durante a década de 1980. Até mesmo, programas como o *Fantástico*, da rede globo, noticiaram o caso, como bem colocou a autora (BARATA, 2006) em dissertação sobre como a mídia noticiou a AIDS. E os jovens do bairro Trindade ainda foram indiciados por fazerem parte da "Gangue da AIDS", no qual esta acusação desencadeou um Inquérito Policial. Neste inquérito é interessante observar o depoimento das autoridades locais: médicos, delegados e os moradores que residiam no edifício Helsinque..

Este caso acabou ganhando tal repercussão, que os acusados acabaram sendo enquadrados como disseminadores de moléstia grave. E para isso, responsáveis pela segurança pública da cidade, buscavam incansavelmente provas e legitimações nas leis. De acordo com o delegado Luiz Carlos, entre as autoridades responsáveis pelo caso "Gangue da

AIDS", era preciso comprovar a existência do crime cometido pelos acusados. Buscou-se respaldo através do Código Penal Brasileiro que, na visão do delegado, era defasado, datado de 1940. Mesmo assim, o caso foi posto de acordo com o artigo 131 do código. Segundo este: "Perigo de contágio de moléstia grave, com pena de um a quatro anos de reclusão e multa de CZ$ 1 mil e 20 mil pela falta de uma legislação específica". (Diário Catarinense, 22 out. 1987: 18). Umas das provas que a polícia precisava para provar intenção dolosa por parte da "Zú", "Dedinho" e Patrícia estava pautada no exame da jovem que denunciou todo o caso, a jovem Márcia Regina Corrêa da Silveira. Expectativa e especulação ocorreram, por parte da imprensa e das autoridades, que aguardavam o resultado do exame da garota, para que este servisse como prova do crime.

Mas o Inquérito acabou por ser arquivado, pois o exame foi negativo, e em fins do ano de 1987, a mídia impressa já não noticiava mais sobre o caso. Mesmo assim, este evento curto deixou na memória de muitos moradores da cidade de Florianópolis a idéia de que o bairro Trindade era sinônimo de contágio da AIDS. E ainda, pôde nos mostrar como o preconceito, culminou em controle do corpo e medo.

Referências bibliográficas:

BARATA, Germana Fernandes. **A primeira década da Aids no Brasil:** o *Fantástico* apresenta a doença ao público (1983-1992). 2006. Dissertação – Universidade de São Paulo.

BOATES e prostituição estão na mira. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 out. 1987: 18.

CHARTIER, Roger. **A historia cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

CHAUI. Marilena. **Sobre o medo**. In: CARDOSO, Sérgio (Org) Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi:** palavras, sentidos e ficções. Florianópolis: UFSC, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 3**: o cuidado de si. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

IWERSEN, Rui Martins. **Entrevista concedida a Graziele Regina de Amorim**. Florianópolis, 11 maio. 2006. (fundador do GAPA).

LEMOS, Cecília Barros. **AIDS**. Diário Catarinense. Florianópolis, 26 out. 1987.

LUNGE, Rubens. **Blitz contra suspeitos de AIDS**. Diário Catarinense. Florianópolis, 28 out. 1987: 10.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. (Orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Paralelo 15. Brasília, 2004.

RISOS e medo no círculo da morte. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 out. 1987: 18.

SONTAG, Susan. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SPIER, Rosinha. **Entrevista concedida a Graziele Regina de Amorim**. Florianópolis, 21 de setembro de 2006.

VINCENT, Gérard. **Uma história do segredo?.** In: PROST, Antoine. VINCENT, Gérard. (Org.) História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

COMPONDO IDENTIDADES, FAZENDO HISTÓRIAS

ELEONORA ZICARI COSTA DE BRITO[1]
MATEUS DE ANDRADE PACHECO[2]

Resumo: Objetiva-se discutir o trabalho que vem sendo desenvolvido por um grupo de professores e estudantes da Universidade de Brasília e que tem, como objeto de estudo e fonte, um repertório de cantores e/ou compositores da Música Popular Brasileira que atuaram entre os anos de 1960 a 1990. A unir esses estudos, há a preocupação comum em discutir questões acerca das identidades, da memória e das representações do mundo inscritas nessas canções. Referimo-nos, por exemplo, ao movimento da *Jovem Guarda*, compreendido como fomentador de novas identidades de parte da juventude brasileira; aos *Mutantes*, considerando sua performance em relação aos movimentos contraculturais dos anos 60 e 70; a *Lecy Brandão*, cujo repertório dialoga com um discurso sobre a construção identitária do negro no Brasil; ao *Rappa*, que redesenha a cidade do Rio Janeiro em suas contradições e embates; e, ainda, à performance de *Elis Regina*, a quem nesta oportunidade será dada maior ênfase, considerando seu repertório à luz das práticas de engajamento político vigentes nos anos 60 e 70 do século XX, no Brasil.

Palavras-chave: História e música, identidades, memória, representação.

Resume: Nous avons pour but de discuter la recherche qu'un groupe de professeurs et d'étudiants de l'Universidade de Brasília met à l'exécution, dont l'objet d'étude et la source se basent sur un répertoire de chanteurs et/ou de compositeurs de la Musique populaire brésilienne qui étaient en acitivité entre les années 1960 et 1990. Le lien entre toutes ces études c'est la préoccupation commune de discuter des questions sur les identités, la mémoire et les réprésentations du monde inscriptes dans ces chansons. Nous nous référons, par exemple, au mouvement Jovem Guarda, ici compris comme un facteur de formation de nouvelles identités chez une partie de la jeunesse brésilienne; au groupe Os mutantes, en ce qui concerne sa performance par rapport aux mouvements contre-culturels des années soixante et soixante-dix; la Lecy Brandão, chanteuse dont le répertoire dialogue avec un discours sur la construction identitaire des Noires au Brésil; au groupe O Rappa, qui redessine la ville de Rio de Janeiro avec toutes ses contradictions et ses chocs; et encore à la performance d'Elis Regina, chanteuse qui, dans cette opportunité, est mise en relief, en considérant son répertoire sous l'éclairage des pratiques d'engagement politique courantes dans les années soixante et soixante-dix au XXe siècle au Brésil.

Mots-clés: Histoire et musique, identités, mémoire, représentation

[1] Doutora em História. Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília.
[2] Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

INTRODUÇÃO

As pesquisas que aqui serão apresentadas e que servem de pretexto para discutirmos a relação entre música e história, são parte de um conjunto mais amplo de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por um grupo de pesquisadores participantes do Laboratório de História, Identidades e Representações,[3] do Departamento de História da Universidade de Brasília. No caso, trata-se de cinco pesquisas, algumas já iniciadas, outras em fase de projeto, outras ainda, desdobrando-se para novas problemáticas. A uni-las, há a preocupação comum em discutir questões acerca das identidades, da memória e das representações do mundo inscritas nas canções que servem de objeto a esses estudos.

A seguir, apresenta-se cada uma delas, salientando-se os recortes responsáveis por definir os objetos de pesquisa, assim como a inserção teórica e as problematizações que envolvem tais propostas.[4]

"COISAS DO MEU PESSOAL"[5]

> *... o samba – esse gênero musical brasileiro que aglutina referências negras e africanas e que, também por isso, é capaz de exteriorizar aspirações e visões de mundo da população afro-brasileira – impera solene nas vitrolas, nas palmas e nas gargantas de seus interlocutores. Seja na síncopa das palmas batidas, no canto rouco entoado alegremente, no refrão caloroso de algum partido-alto cantado à beira do fogão (...), o samba (...) é uma voz coletiva, capaz de guiar passos, atos, relações interpessoais, sentidos e percepções de vida e do viver. (PEREIRA, 2007:01).*

Desvelar os aspectos identitários do samba, situando-o como instrumento de afirmação de uma identidade negra e compreender, nesse processo, o papel do sambista, como sujeito de voz ativa e participante do cenário/*locus* ao qual se refere, pela via da tradição, da poesia, da letra e melodia, é o objetivo da proposta aqui desenhada. Para isso, pretende-se

[3] O grupo é coordenado pelas professoras doutoras Maria T. Ferraz Negrão de Mello, Márcia de Melo M. Kuyumjiam e Eleonora Zicari Costa de Brito, e conta com a participação de alunos da Graduação, do curso de Especialização em História Cultural, e do Mestrado e Doutorado em História Cultural do PPGHIS.

[4] A redação dos próximos três itens segue de perto aquela registrada pelos autores nos referidos projetos.

[5] Pesquisa desenvolvida por Cristiane dos Santos Pereira (crisperei@yahoo.com.br), sob orientação da professora Eleonora Zicari, apresentada e aprovada, em 2007, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, para a seleção de Mestrado na Área de Concentração de História Cultural.

delinear aspectos identitários registrados na produção musical da sambista Leci Brandão, observando como a sua visão de mundo exterioriza, constrói e reforça formas de "ser" negro, expressas em suas simbologias e relacionadas a um processo histórico nacional. Pretende-se, assim, extrair uma compreensão de como o samba encontra em seu próprio sistema recursos para (re)afirmar sua origem e identidade negra. Entende-se que na apreensão da construção de uma identidade negra positivada dentro da tessitura social brasileira, que historicamente tende a inviabilizá-la, é importante percebê-la em sua dimensão subjetiva, simbólica e, sobretudo, política.

A marca de cronista social vinculada à produção musical da cantora e compositora Leci Brandão, irá lhe render um ostracismo cultural que se estende de 1980 a 1985, visto que as gravadoras da época consideravam excessivas as temáticas sociais trazidas em suas composições. Dessa forma, Leci Brandão experimenta um duplo tolhimento: o racial e o artístico, transformados por ela em letra, melodia, força e luta. Nessa linha, a artista ficou marcada por seu olhar e voz insurgentes.

Pretende-se observar de que maneira o sambista e em especial a sambista Leci Brandão, pode ser não apenas um expectador dos acontecimentos e anseios dinamizados à sua volta, mas sim o sujeito de uma história que, somadas a outras histórias, vem edificando a própria identidade negra no Brasil. Além disso, aposta-se na investigação voltada às relações entre história, música e produção do conhecimento e reforça-se a necessidade de se compreender a história da arte como um todo (música, literatura, artes visuais), integrada aos movimentos sociais e históricos. Na pesquisa serão consideradas como fontes históricas onze discos[6] da compositora Leci Brandão, gravados e lançados no período de 1977 a 1995.

NO TOM DO RAPPA[7]

> *Crê-se (...) que a produção cultural de uma sociedade está totalmente carregada de representações sobre esta sociedade, visto que, conforme Boudelaire, a arte, de acordo com a concepção moderna, seria: "uma magia sugestiva contendo ao mesmo tempo o objeto e o sujeito, o mundo exterior ao artista e o próprio artista". O mesmo autor salienta ainda que a própria arte (plástica) destinou-se "a pintar arquivos históricos"*

[6] *Coisas do meu pessoal* – Gravadora Polydor, 1977/ *Metades* – Polydor, 1978/ *Essa tal criatura*– Gravadora Polydor, 1980/ *Leci Brandão* – Gravadora Copacabana, 1985/ *Dignidade* – Gravadora Copacabana, 1987/*Um beijo no seu coração* – Gravadora Copacabana, 1988/ *As coisas que mamãe me ensinou* – Gravadora Copacabana, 1989/ *Cidadã Brasileira* – Leci Brandão da Silva – Gravadora Copacabana, 1990/ *Comprometida* – Gravadora Copacabana, 1992/*Atitudes* – Gravadora RGE, 1993/*Anjos da Guarda* – Gravadora RGE, 1995.

[7] Pesquisa desenvolvida por André Santos Medeiros, sob orientação da professora Eleonora Zicari, em 2006, como monografia final do Curso de Especialização em História Cultural: identidade, tradições, fronteiras, oferecido pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília.

> *em determinadas épocas, retratando povos e "suas crenças religiosas".(MEDEIROS, 2006:34).*

Foi partindo desse princípio que a pesquisa em tela propôs-se analisar um conjunto de letras da banda *O Rappa*, considerando algumas faixas dos três primeiros cd's da banda carioca.[8] A partir daí, a idéia foi sondar as representações sócio-histórico-culturais que remetem ao "lugar praticado" para ficar com a rica noção cunhada por Michael De Certeau que serve de cenário à produção musical da banda. Procurou-se apreender os significados que os sujeitos/personagens que povoam o repertório da banda imprimem ao espaço que habitam, assim como aquelas imagens que os constroem como sujeitos responsáveis por sustentar certos discursos sobre a cidade. Em outras palavras, procurou-se, nas letras do *Rappa*, apreender o *onde*, o *quem* e, finalmente, *o quê* elas evocam. Dedicou-se a esses discursos musicados um olhar investigativo que buscou retirar deles dados que nos auxiliassem a compor um panorama sobre um dado espaço e tempo históricos, o Rio de Janeiro e os anos 90 do século XX, e os personagens que os animam.

As representações encontradas remetiam a um espaço físico-representacional e desenhavam múltiplas imagens ao longo da leitura do material empírico. Em geral foi a periferia da cidade do Rio de Janeiro que vimos surgir das fontes auscultadas (mas não apenas ela), e diversas foram as representações da cidade ali presentes: ora era um "buraco negro" que fica no "fim do terceiro mundo", espaço que as pessoas habitam e transformam, ora remetiam a um Rio de Janeiro cercado de grades, mas aonde ainda proliferam os bailes, as muitas tardes no Maracanã, ou na praia, assim como na Escola de Samba do coração.

Canclini nos fala sobre a relação artista/arte/sociedade, dizendo que o este assume um "novo" papel nas sociedades contemporâneas, tendo em vista que "pelas funções de uma projeção mais ampla, mais global, o artista poderia chamar-se agora, o 'mediador' (...). De uma realidade a outra, o artista sociológico estabelecerá contatos e conexões. Nas mais fechadas, ao passar, introduzirá a perturbação." (CANCLINI, 1979: 24).

Ao percorrermos a cidade do Rio de Janeiro, durante os anos de 1994/99, através das letras da banda *O Rappa,* podemos perceber que a outrora "cidade maravilhosa", dá lugar a práticas bastante complexas, cujas motivações estariam, segundo *O Rappa*, fortemente ligadas ao fato de que "A cidade é gigante/A cidade é covarde/Com os que mais precisam dela."[9]

---

[8] *O Rappa (1994), Rappa Mundi (1996) e Lado B Lado A (1999*).
[9] *O Rappa.* Sujo. 1994.

QUALQUER BOBAGEM[10]

> *Os Mutantes produziram uma arte que (...) traduzia as novas demandas, hibridando aspectos culturais nacionais e internacionais, tratando dos temas em voga e imprimindo um sentido pop ao que faziam. A fala de Arnaldo Baptista exemplifica esse caráter "móvel"[11] das identidades nas culturas contemporâneas: "Tudo o que a gente quis fazer, fez: rock, caipira, psicodélico, tropicalismo. Aí quisemos ser progressivos. Foi a última viagem dos Mutantes.[12]" (BAY, 2006:61).*

Neste estudo escolheu-se tomar como objeto de pesquisa a banda *Os Mutantes*, enfocando seu período inicial, de 1967 a 1971, muito embora sua produção tenha-se estendido até o ano de 1978. O recorte se justifica por ser nesse interregno que mais facilmente podemos identificar a produção musical da banda com as propostas do movimento tropicalista.

Como pressuposto, tomou-se *Os Mutantes* como formadores (assim como vários dos integrantes da Tropicália) do movimento de contracultura que marcou muito da cena artística brasileira à época. A presença de representações associadas à contracultura pode ser percebida nos comportamentos dos integrantes da banda, sendo indissociáveis da forma como produziam sua arte, e perceptíveis pela análise de sua história e obra. Por tudo isso, foi importante buscar captar essas representações em suas canções, e entender como *Os Mutantes* "materializavam"[13] seu modo de vida na música que defendiam.

A existência da banda correspondeu a um período de busca, pela juventude, de novos valores e costumes que fizessem sentido frente às necessidades daquela geração. Esse momento pode ser caracterizado, como feito por Stuart Hall,[14] como de crise de identidades, quando estas passam por um processo de fragmentação devido a mudanças nas percepções de mundo e do "eu". Essas mudanças, por sua vez, estariam relacionadas à busca de novas respostas para velhas

---

[10] Pesquisa desenvolvida por Eduardo Kolody Bay (edukolody@gmail.com), em 2006, como monografia final de graduação, defendida no Departamento de História da Universidade de Brasília. Atualmente, a pesquisa foi desdobrada e aprovada na última seleção de Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da mesma universidade, e vem sendo orientada pela professora Eleonora Zicari.

[11] "A identidade torna-se "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam." (HALL, 2005: 13).

[12] Apud GASPERIN, E. "Algo mais". Revista *Show Bizz*. Edição n° 184, São Paulo, novembro de 2000. p. 74.

[13] Sobre essa "materialização", Geertz afirma, referindo-se à obra de Matisse, que: "os rabiscos coloridos de Matisse (em suas próprias palavras) e as composições de linhas dos Ioruba não celebram uma estrutura social nem pregam doutrinas úteis. Apenas materializam uma forma de viver, e trazem um modelo específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível." (GEERTZ, 1998: 150). Embora a música em si não seja "material", é uma forma de comunicação entre o modo de vida do artista e seus ouvintes e espectadores, que absorvem esse modo de vida ao apreciarem sua execução e as mensagens por ela transmitidas.

[14] Sobre esse momento de crise de identidades, Stuart Hall afirma: "O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. " (HALL, 2005: 12).

perguntas, em que os discursos unificadores não mais corresponderiam às expectativas de um sujeito que consegue perceber suas contradições internas. A produção tropicalista foi representativa e indissociável do momento histórico em que foi produzida, e os versos de *2001* (*Sou casado sou solteiro/Sou baiano e estrangeiro*) bem exemplificam essa inserção.

QUE MEMÓRIAS GUARDA A *JOVEM GUARDA*?[15]

Compreendida como responsável por fomentar novas identidades, logo partilhadas por parte da juventude brasileira, a *Jovem Guarda* é tomada nesta pesquisa como objeto privilegiado para a análise dos impasses e possibilidades vivenciados pela juventude dos anos 60 e 70 do século XX, no país. Um dentre inúmeros movimentos musicais que sacudiam o país no referido período, a *Jovem Guarda* foi vista por uns como responsável por conectar a juventude com representações bastante transgressoras, e por outros, como um movimento que domesticou essa mesma juventude. Revolucionário ou conservador, ou quem sabe as duas coisas, esse movimento representou, sem dúvida, um importante canal de expressão dos anseios juvenis, e ajudou a configurar o universo imaginário de grande parte da juventude brasileira.

A busca de indícios capazes de desvelar esse imaginário, que se acredita, encontram-se presentes na produção musical do grupo, configura-se um dos objetivos desta proposta. Outro eixo procura problematizar a forma como essa experiência é reconstruída pelo trabalho de memória empreendido por aqueles que partilharam dessa experiência: os artistas e seu público.

Procurando atender a esses objetivos, a pesquisa toma por fontes documentais, por um lado, o repertório musical do grupo, a performance de seus intérpretes, suas declarações nas mídias à época do movimento, assim como reportagens produzidas sobre a *Jovem Guarda* durante as décadas de 60 e 70; por outro, reportagens e entrevistas com artistas e fãs produzidas posteriormente, de maneira a fornecer respostas quanto à forma como no presente se constrói a memória daquela experiência, considerando-se, como bem alerta Fernando Catroga trata-se, aqui, da questão do pertencimento "em que cada subjetividade se auto-reconhece filiada em totalidades genealógicas que, vindas do passado, se projetam no futuro."(CATROGA, 2001:51).

Ainda quanto ao segundo eixo desta proposta, vale lembrar que os laços do passado com o presente são criados arbitrariamente, de forma que cada presente constrói a sua história, "não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do

[15] Pesquisa em fase inicial, sob coordenação da professora Eleonora Zicari (zicari@hotmail.com), a ser desenvolvido nos anos de 2007/2008.

presente."(CATROGA, 2001a:22). Além disso, memória também significa esquecimento, pois "há que pensar que as pessoas são ensinadas a lembrar e a esquecer, fazendo com que determinados acontecimentos não sejam considerados importantes ou mesmo que não tenham acontecido." (PESAVENTO,2003:96). O que remete à reflexão proposta por Adélia Meneses que assinala que "há, por sinal, no verbo 'esquecer-se', em grego, uma ambigüidade extremamente significativa. Assim, 'eu me esqueço' pode ser entendido também como 'eu me escondo'".(MENESES, 1995:156).

Os Brasis de Elis[16]

Na pesquisa que tem Elis Regina como objeto de análise, (PACHECO, 2006) procuramos refletir sobre alguns aspectos da trajetória da cantora a partir de um contexto marcado pela presença da arte engajada. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o cenário artístico nacional foi marcado pela presença de manifestações artísticas que se preocupavam em problematizar a sociedade brasileira, caminhando em direção a uma tentativa de compreensão da "realidade" em que se encontrava o país a partir de reflexões sobre os problemas políticos, sociais e culturais que o envolviam. No campo musical, essas reflexões ganhariam importante lugar na MPB, sigla que ficou conhecida por combinar bom gosto estético com letras politizadas e, muitas vezes, associadas ao nacionalismo. Para os artistas, tratava-se do momento de dar voz ao povo brasileiro, aos anônimos de nossa sociedade.

Neste contexto, deve-se considerar que com a instalação da Ditadura Militar, o campo das artes apareceria como um dos poucos espaços de resistência ao regime autoritário, seja pelo fato dele ter contado com relativa liberdade de atuação nos primeiros anos da ditadura, seja pelos mecanismos encontrados por artistas, como o uso de artifícios de linguagem, para driblar a censura que se fortaleceria posteriormente (período pós AI 5).

Ao se falar em Elis Regina, a associação de seu nome a sigla MPB é quase instantânea. Ela conseguiu se firmar, ao longo de sua carreira, como um dos grandes nomes da nossa música, sendo seu aparecimento reconhecido como um dos marcos da MPB. No livro *Cultura Brasileira: utopia e massificação*, Napolitano nos apresenta uma foto de Elis cantando acompanhada por Edu Lobo ao violão. A legenda destaca: "Elis Regina e Edu Lobo no festival da

[16] Pesquisa desenvolvida por Mateus de Andrade Pacheco (mateusandpac@gmail.com), em 2006, como monografia final de graduação, defendida no Departamento de História da Universidade de Brasília. Atualmente, a pesquisa foi desdobrada, apresentada e aprovada na última seleção de Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da mesma universidade, e vem sendo orientada pela professora Eleonora Zicari.

TV Excelsior em 1965. Nascia a moderna MPB."(NAPOLITANO,2004:59) Seu nome, portanto, aparece como uma referência ao falarmos da moderna música popular brasileira. Elis foi, ao mesmo tempo, criatura e uma das criadoras(os)/ pensadoras(os) dessa vertente musical.

Ao considerar a música como um importante espaço para se refletir sobre a "realidade" brasileira e perceber Elis Regina como um dos seus grandes nomes, nos marcos dos anos 1960 e 1970, uma das questões que se colocou, logo que iniciamos esta pesquisa, foi a de como esta realidade, este Brasil, é representado nas canções por ela cantadas. Pudemos verificar que as preocupações de Elis estavam associadas a ideais como o de dar voz ao povo brasileiro e de denunciar as atrocidades contra ele cometidas. Merece ainda especial destaque a associação da imagem do país a uma diversidade de elementos culturais, que o apresentava como um grande mosaico, composto por diferentes traços identitários.

Questões relativas ao nacionalismo aparecem como um dado importante ao considerarmos que um dos pontos de preocupação da arte engajada seria o de dar o merecido lugar ao que era reconhecido como traço de nossa cultura, no caso da música, tanto em temas de letras das canções, como em referências a estilos musicais tidos como naturais daqui, como é o caso do samba.

Tal temática ainda ganha relevância ao refletirmos sobre os debates em torno da questão da defesa da música nacional. Ao analisarmos a trajetória da cantora Elis Regina e seus posicionamentos em relação a esses debates percebemos que tal discussão não é tão simples como pode parecer. Além de dar voz a diferentes traços da cultura brasileira, a cantora, ao longo de sua carreira, dialogou com estilos musicais estrangeiros, como é o caso do jazz, importante referência musical ao pensarmos em Elis Regina. Ao falar dessa questão, a própria Elis destaca que

> *A coisa é abstrata. Quando a gente fala assim, proteção à música nacional, não quer dizer que a gente esteja brigando contra a música estrangeira em princípio. A gente briga é contra a música de péssima categoria estrangeira que está sendo executada no Brasil. Eu acho que quanto a isto a gente não pode nem dizer que se não está falando a verdade. Esse "chibum, chibum, chibum" de discoteca que está pintando aí, eu juro que não é nem o melhor de lá. Lá deve ter coisa muito melhor. É o que tem de pior que está sendo tocado aqui, né? Então, em princípio, a gente não pode ser contra a música estrangeira porque, de repente, você pode está sendo contra Duke Ellington e aí a gente tá sendo imbecil. Então, à música estrangeira, a gente não é contra. A gente é contra uma imposição de música estrangeira num mercado de trabalho que pela sua própria constituição é estreito e que vem a estreitar ainda mais a coisa.*[17]

[17] Entrevista com Elis Regina no *Vox Populi*, em 1978, na TV Cultura. O programa foi reapresentado no dia 19 Janeiro de 2002, em lembrança aos 20 anos da morte da cantora.

A cantora se coloca contrária à música estrangeira de baixa qualidade, voltada quase que exclusivamente para o consumo, mas valoriza o que considera de boa qualidade, apresentando sintonia com estilos musicais estrangeiros como o jazz, por exemplo, o que demonstra ser importante refletirmos sobre a sua posição frente ao que se entendia como engajamento, à época, principalmente no que se refere a formas de se posicionar em relação à defesa do nacional, muitas vezes compreendida como recusa radical do que era estrangeiro.

Devemos ainda destacar uma questão se apresentou desde o princípio desta pesquisa como fundamental o fato de Elis Regina ser uma intérprete. Talvez aqui esteja um dos mais importantes pontos a serem trabalhados nesta pesquisa, ou seja, refletir sobre o papel da intérprete na composição dos sentidos atribuídos aos discursos impressos nas canções que ela interpretava. Dito de outra forma, acredita-se que mesmo não assinando a autoria das canções de seu repertório, Elis Regina foi responsável, a partir de sua performance, por imprimir sentidos aos discursos musicais de que se fazia porta-voz,[18] o que a tornava co-autora daquelas canções. Ao analisarmos os conteúdos das canções interpretadas por Elis Regina percebemos que através do ato de cantar, ela acentuava alguns dos sentidos de melancolia, irreverência, tristeza, etc das músicas, ou mesmo atribuía novos sentidos a essas canções. No caso das canções que explicitam traços identitários percebemos a cantora usando sotaques, entonações que dão maior consistência à identidade ali evocada.

Um bom exemplo para pensarmos nessa questão é a interpretação de Elis Regina para a canção *Conversando no bar*, composta especialmente para ela por Milton Nascimento e Fernando Brant e que está presente no álbum *Elis*, de 1974. O conteúdo da canção é de denúncia de uma das ações do governo militar, a extinção, em 1965, de uma das grandes companhias aéreas brasileiras, a Panair do Brasil S.A.[19]

> *Lá vinha o bonde no sobe e desce ladeira/ E o motorneiro parava a orquestra um minuto/ Para me contar casos da campanha da Itália/ E de um tiro que ele não levou/ Levei um susto imenso/ Nas asas da Panair/ Descobri que as coisas mudam/ E que tudo é pequeno/ Nas asas da Panair /E lá vai menino xingando o padre e pedra/ E lá vai menino lambendo podre delícia/ E lá vai menino senhor de todo fruto/ Sem nenhum pecado, sem pavor/ O medo em minha vida/ Nasceu muito depois/ Descobri que minha arma/ É o que a memória guarda/ Dos tempos da Panair/ Nada de triste existe/ Que não se esqueça/ Alguém insiste e fala ao coração/ Tudo de triste existe/ Que não se esquece/ Alguém insiste e fere no coração/ Nada de novo existe/ Neste planeta que não se fale/ Aqui na mesa de bar/ E aquela briga e aquela fome de bola/ E aquele tango e aquela dama da noite/ E aquela mancha e a fala oculta/ Que no fundo do quintal morreu/ Morri a cada dia/ Dos dias que vivi/ Cerveja que tomo hoje/ É apenas em memória/ Dos*

[18] Sobre a noção de porta-voz e de seu papel na construção do discurso, ver: (BOURDIEU, 1998).
[19] http://pt.wikipedia.org/wiki/Panair_do_Brasil.

> *tempos da Panair/ A primeira coca-cola foi/ Me lembro bem agora/ Nas asas da Panair/ A maior das maravilhas foi/ Voando sobre o mundo/Nas asas da Panair/ Em volta dessa mesa velhos e moços/ Lembrando o que já foi/ Em volta dessa mesa existem outras/ Falando tão igual/ Em volta dessas mesas existe a rua/ Vivendo seu normal/ Em volta dessa rua uma cidade/ Sonhando seus metais/ Em volta da cidade la ra la ra la/ A la ra la ra la ra.*

Associando os aviões da Panair a momentos do cotidiano, a canção os define como algo que está para além da simples máquina. Cria-se uma memória afetiva em relação à companhia aérea e seus aviões, que ultrapassam a fronteira do simples meio de transporte para servir ao progresso material. É através dos aviões da Panair que todo um mundo pode ser descoberto, que os provincianismos podem ser rompidos, que as maravilhas podem ser acessadas e as visões ampliadas. Acabar com a Panair é comprometer todas essas possibilidades, é se fechar em uma realidade restrita, como por exemplo, aquela que marca o contexto de uma ditadura.

Essas questões nos fazem pensar que, para além da importância corrente, a Panair se transforma, naquela canção, em metáfora de liberdade. A saudade dos tempos da Panair, é a saudade dos tempos de liberdade, dos tempos "sem pecado", "sem pavor", onde o medo ainda não havia se instalado, onde a fala ainda não precisava ser oculta. Diante da repressão imposta pelo regime autoritário, o autor e a intérprete recorrem às lembranças desse tempo e lamentam o retrocesso estabelecido. A idéia de se sentir reprimido ganha força nas três últimas estrofes, onde através de uma ampliação de ambientes (mesa, mesas, rua, cidade), que parece levar ao infinito, através do "la ra la ra", percebemos o destaque dado para a questão das lembranças dos tempos da Panair, sendo talvez estas lembranças o único refúgio diante de uma ditadura rígida, que tortura e que mata muitos dos que contra ela se posicionam.

Se a princípio a canção é marcada por sutilezas, perceberemos, ao nos atentarmos para seu conteúdo, uma forte mensagem que, em sua interpretação, Elis Regina tenta destacar. Ao cantar *Conversando no Bar*, ela demonstra uma carga de tensão em sua voz e utiliza-se de uma articulação bem marcada das palavras, como se estivesse contando uma história, que precisava ser compreendida, ouvida com atenção. Esta postura de Elis pode ser observada no vídeo que registra a inauguração do Teatro dos Bandeirantes em São Paulo, no ano de 1974. Nesta gravação, percebemos, além da bem marcada articulação das palavras, um olhar atento, arregalado, direcionado ao público de forma a convidá-lo a prestar atenção. A expressão do rosto traz certa agonia que acaba por derrubar as sutilezas da letra da canção. Através de sua interpretação, Elis torna claro o caráter de denúncia existente em *Conversando no bar*.

Acreditamos que estas reflexões são relevantes por nos permitir perceber como uma intérprete pode agir de forma ativa na constituição dos sentidos que envolvem a canção de um compositor. As demarcações de palavras e gestos são de fundamental importância para que uma canção seja compreendida dessa ou daquela forma. Numa cantora como Elis Regina, que buscou sempre se aperfeiçoar, trabalhar melhor seus recursos vocais, isso fica evidente ao ouvirmos canções como *Conversando no bar.*

BIBLIOGRAFIA

BAY, Eduardo Kolody. *Qualquer Bobagem. Uma história dos Mutantes.* Monografia final de Graduação. Departamento de História da Universidade de Brasília, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. 2ª ed., São Paulo: Edusp, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *A produção simbólica* – teoria e metodologia em sociologia da arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: Sandra Jatahy Pesavento (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CATROGA, Fernando. Recordação e esquecimento. In: *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001a.

GASPERIN, Emerson. Algo mais. Revista *Show Bizz*. Edição n° 184, São Paulo, novembro de 2000.

GEERTZ, Clifford. A arte como sistema cultural. In *O saber local – Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MEDEIROS, André Santos de. *No Tom do Rappa.* Monografia de Especialização em História Cultural: identidades, tradições, fronteiras. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2006.

MENESES, Adélia Bezerra de. Memória e ficção II (Memória: matéria de mimese). In: *Do poder da Palavra. Ensaios de literatura e psicanálise*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira:* utopia e massificação (1950 / 1980). 2. ed., São Paulo: Contexto, 2004.

PACHECO, Mateus de Andrade. *Brasis de Elis*. Monografia final de Graduação. Departamento de História da Universidade de Brasília, 2006.

PEREIRA, Cristiane dos Santos. *"Coisas do meu pessoal". Samba e (re)afirmação da identidade negra na discografia de Leci Brandão (1977 a 1995).* Anteprojeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, para a seleção de Mestrado na Área de Concentração de História Cultural, 2007.

PESAVENTO. *História & história cultural*, Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O conceito de sistema carcerário no pensamento de Michel Foucault: algumas considerações

Haroldo de Resende*

Resumo: Trata-se do conceito de sistema carcerário em Michel Foucault a partir de suas análises sobre a dispersão de técnicas disciplinares por toda a sociedade, fazendo funcionar uma rede de vigilância, controle e punição. Em uma palavra, é o carcerário. É a migração dos dispositivos penais para todo o corpo social, provocando a difusão do instrumental técnico da instituição prisão pela sociedade, produzindo determinados efeitos que estabelecem a formação de uma rede, cujas ligações agrupam dispositivos disciplinares, configurando assim tal sistema em seu vivo e pleno modo de materialização. Ao desenvolver o conceito de carcerário Foucault desloca a noção de sistema penitenciário do ambiente puramente prisional para a sociedade inteira, mostrando que tal conceito e suas relações não pertencem estritamente ao campo jurídico-penal, propriamente dito, mas é algo que se generaliza, espraiando-se por todas as relações sociais. A onipresença dos mecanismos disciplinares na sociedade garante o reinado do carcerário, permitindo compreender que a instituição prisão não se limita a muros e grades, mas está arraigada em nós, fazendo-nos exercer o poder normalizador realizando, a cada dia, um pouco do carcerário.

Palavras-chaves*:*sistema carcerário, prisão, poder disciplinar.

Abstract: The conception of penitentiary system in Michel Foucault since his analysis about the dispersion of disciplinary techniques all around the society, functioning one security, control and punishing web. In one word, it's about the penitentiary. Is migration one of the penal devices for all the society body, provoking a diffusion of the institutionally technical instrument, prison by community, producing effects determined that establish the construct of the web, which connection grouping disciplinary apparatus, configuring, in this way, this system in its own alive and ample mode of materialization. Developing the concept of penitentiary, Foucault move the notion of the this system neatly captive to the entire community, showing that this aspect and its relations do not pertain strictly into penal – juridical, but is something that generalize itself, enlarging to all the social relationship. The omnipresence of the disciplinary mechanisms in the society guarantee the reign into jail system, accepting to comprehend that the prisoner institution do not limit yours walls and grates, in other hand it's into our soul, ingrained in us, doing us to exercise the normalization power, realizing, each day, a little bit of the prisoner.

Key words*:* prisoner system, prison, disciplinary power.

* Universidade Federal de Uberlândia/Faculdade de Educação; doutor em Educação: História, Política, Sociedade.

Quando nos referimos a sistema carcerário ou penitenciário, em geral, nos reportamos a imagens e conceitos que se ligam de maneira imediata ao que convencionalmente se entende por sistema de justiça criminal, como penitenciárias, cadeias, sentença penal, delegacia de polícia, processo penal, execução condenatória; enfim, tudo aquilo que se relaciona ao aparato jurídico-penal.

No entanto, Michel Foucault provoca um deslocamento desse conceito em seu pensamento, de maneira que subverte a forma convencional de se perceber o sistema carcerário. Em sua leitura não há, em nossa sociedade, um local específico para o carcerário se realizar. O aparelho penal se dissipa por todos os espaços sociais e ganha formas concretas por ações de cada um de nós, em cotidianos exercícios de poder disciplinar, ainda que ínfimos, mas sempre normalizadores.

O panoptismo, modelo social, cuja principal característica é a incessante difusão de técnicas disciplinares por toda a sociedade, faz funcionar toda uma rede de vigilância, controle e punição. Trata-se do sistema penitenciário, é a materialidade das disciplinas penais em seu vivo e pleno modo de operacionalização. Em uma palavra, é o carcerário, conceito que Foucault utiliza para definir exatamente essa dispersão generalizada da técnica penitenciária. É a transposição dos dispositivos carcerários para todo o corpo social, provocando a difusão do instrumental técnico da instituição penal.

1. O carcerário e o corpo social

Para desenvolver o conceito de sistema carcerário e demarcar a data em que se completa a formação desse sistema, Foucault recorre à inauguração de Mettray, uma instituição aberta oficialmente no século XIX e que, segundo ele, "é a forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que se concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento" (Foucault, 1991: 257). Era uma instituição[1] na qual se detinham jovens delinqüentes condenados, menores interpelados pela justiça, mas absolvidos e também alunos internos para correção paterna.

Havia ali a superposição de diferentes modelos de controle na determinação da função específica de adestramento dos internos, de moldagem de seus comportamentos. De

[1] Essa instituição foi fundada em 22 de janeiro de 1840, em Tour. Trata-se de uma instituição parapenal que sobrepunha vários e diferentes modelos coercitivos de comportamento, determinando a função de adestramento, naquilo que tinha de específico. Aproximava-se de outras formas de controle como a medicina, a religião e a educação, nas quais se apoiava para seu funcionamento e para a difusão justificada da punição, constituindo o que Foucault denominou *arquipélago carcerário*, expressão que, a seguir, será melhor explicitada.

modo que no papel dos chefes dessa instituição se acumulavam funções de juiz, professor, contramestre, médico, pai e, ao mesmo tempo nenhuma dessas funções era exercida plenamente, pois o que ocorria era a busca de apoio em variadas formas de controle, que atuavam como coadjuvantes na especial tarefa de adestrar.

Pela técnica comportamental aplicada em Mettray eram fabricados corpos dóceis e capazes, constituindo o produto do adestramento que age constantemente pela observação, por uma avaliação contínua da conduta do indivíduo institucionalizado.

Com a história dessa instituição Foucault busca mostrar como o penitenciário se ramificou pela sociedade inteira, instaurando em todo o corpo social o sistema carcerário, extrapolando os estritos limites do direito penal, num avanço de profunda abrangência dos mecanismos disciplinares por todos os flancos sociais. Neste sentido, é que Foucault utiliza também a expressão "arquipélago carcerário" (Foucault, 1991: 261), justamente para descrever a migração da tecnologia penitenciária para a vastidão das relações sociais. Há a formação de um

> continuum *carcerário que difunde as técnicas penitenciárias até as disciplinas mais inocentes, transmite as normas disciplinares até a essência do sistema penal, e faz pesar sobre a menor ilegalidade, sobre a mínima irregularidade, desvio ou anomalia, a ameaça da delinqüência* (Foucault, 1991, p. 260).

Ao se espalhar por toda a sociedade o sistema carcerário produz determinados efeitos que estabelecem a formação de uma rede cujas ligações agrupam todos os dispositivos disciplinares, configurando assim tal sistema. Foucault enumera seis desses efeitos que, na seqüência, passaremos a descrever.

2. Efeitos do sistema carcerário na socieade

2. 1. O funcionamento da extensão disciplinar

O carcerário faz funcionar a extensão disciplinar das instituições. Os mecanismos de vigilância e punição se estendem e se ligam entre si estabelecendo uma continuidade dos critérios e mecanismos de punição que pelo simples desvio fazem valer a regra. Cria-se um vínculo de reciprocidade entre as instituições, de modo que os padrões punitivos de uma dada instituição remetem aos de outra que já vêm de uma terceira, forjando a materialidade de um arcabouço que estende os mecanismos carcerários de maneira complexa, dispersa, mas coerentemente organizada.

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola se comunica com a prisão, assim como a fábrica se comunica com o hospício, que se comunica com o quartel, numa rede de relações intermináveis. É a continuidade, é a extensão disciplinar das instituições que faz entrar em jogo a anomalia, isto é, o que se leva em conta é o desvio em relação ao padrão estabelecido. O que ameaça é o perigo da desordem, do crime, da rebeldia, é o perigo da diferença; e é exatamente por isso que se tem entre a mais ínfima irregularidade até o mais hediondo dos crimes a circulação de um único significado, que é o desvio, a anormalidade.

> (...) *o carcerário com suas formas múltiplas, difusas ou compactas, suas instituições de controle ou de coação, de vigilância discreta e de coerção insistente, assegura a comunicação qualitativa e quantitativa dos castigos; coloca em série ou dispõe segundo ligações sutis as pequenas e as grandes penas, as atenuações e os rigores, as más notas e as menores condenações* (Foucault, 1991, p. 262).

2. 2. A formação da delinqüência

O carcerário promove a formação da delinqüência. A generalização carcerária disposta na canalização das funções disciplinares, ao mesmo tempo e com os mesmos mecanismos disciplinares que adestram e docilizam, acabam por fabricar também a delinqüência, organizando as próprias exclusões, diferenciações e rejeições operadas por esses mesmos mecanismos. O carcerário gerencia a produção da delinqüência como que oferecendo uma *formação disciplinar* na qual há um *curso pedagógico* que profissionaliza a criminalidade propiciando a efetivação de verdadeiras carreiras delinqüentes.

> *Nesta sociedade panóptica, cuja defesa onipresente é o encarceramento, o delinqüente não está fora da lei; mas desde o início, dentro dela, na própria essência da lei ou pelo menos bem no meio desses mecanismos que fazem passar insensivelmente da disciplina à lei, do desvio à infração* (Foucault, 1991, p. 263).

Foucault chama a atenção para o fato de que a delinqüência não é algo que se dá na marginalidade, nas bordas da sociedade, fora da lei e pela exclusão das disciplinas, mas ao contrário, a criminalidade se dá justamente pela inclusão nas disciplinas, pela vigilância cada vez mais cerrada, pela sanção das irregularidades.

> *Se é verdade que a prisão sanciona a delinqüência, esta no essencial é fabricada num encarceramento e por um encarceramento que a prisão no fim de contas continua por sua vez. A prisão é apenas a continuação natural, nada mais que um grau superior dessa hierarquia percorrida passo a passo. O delinqüente é um produto de instituição, não admira, pois, que, numa proporção considerável, a biografia dos condenados passe por todos esses mecanismos e estabelecimentos dos quais fingimos crer que se destinam a evitar a prisão* (Foucault, 1991, p. 263).

2. 3. A naturalização do poder de punir

O carcerário naturaliza e legitima o poder de punir. Há, pela própria continuidade e progressão instaurada pelo carcerário, que estabelece relações interinstitucionais de poderes disciplinares que vão das minúsculas sanções até a grande detenção, uma naturalização e legitimação do poder de punir. Pelo efeito extensivo do sistema carcerário, em sua linha de progressão e continuidade, a prisão, enquanto forma de disciplina, autoriza o poder disciplinar, dando-lhe uma espécie de garantia legal, legitimando-o em sua função de punir.

> *De um extremo a outro dessa rede, que compreende tantas instituições 'regionais', relativamente autônomas e independentes, transmite-se com a 'forma-prisão', o modelo da grande justiça. Os regulamentos das casas de disciplina podem reproduzir a lei; as sanções, imitar os veredictos e as penas; a vigilância, imitar o modelo policial; e acima de todos esses múltiplos estabelecimentos, a prisão que é em relação a todos eles uma forma pura, sem mistura nem atenuação, lhes dá uma maneira de caução de Estado* (Foucault, 1991, p. 264).

Assim, qualquer sombra de arbitrariedade das disciplinas e seu funcionamento de poder desaparece frente à chancela que a prisão lhes oferece, pois a ação de tais disciplinas é a mecânica do próprio aparelho judiciário, evitando, justamente o aprisionamento, máxima intensificação da disciplina. É nesse sentido que o carcerário estabelece a naturalização do poder de punir, ou seja, é como se o caminho da progressão dos aparelhos disciplinares levasse naturalmente à prisão que, por sua vez, não iniciaria nenhum trabalho disciplinar, nenhum processo de adestramento, mas apenas daria continuidade a um trabalho já iniciado além de seus muros, na amplidão do corpo social, sobre cada indivíduo, por intermédio de toda uma gama de mecanismos disciplinares.

2. 4. A instauração do poder normalizador

O carcerário instaura o poder normalizador. A rede carcerária com suas canalizações espalhadas no corpo social em seus esquemas de observação, vigilância, organização, concentração, disseminação, traça uma forma muito singular de operacionalização do poder (Cf. Foucault, 1991: 265), fundando a norma como sendo uma nova espécie de lei na qual aspectos legais, propriamente ditos, naturais, prescritivos e constitutivos se misturam para estabelecer um padrão de julgamento que deve estar condizente com aquilo que é normal, que está nos parâmetros de normalidade.

O juiz em seu papel de julgar e condenar ou absolver terá, antes como atividades de base desse papel a função de diagnosticar, medir, comparar, enfim, verificar se se trata de

algo normal ou anormal. Essa função judiciária, exercida pelo juiz, tem seu patamar de atuação ditado pela lei, mas em sua essência provém do poder normalizador. E, em nossa sociedade panóptica, esse funcionamento do poder judiciário ganha terreno na sociedade inteira, extravasando os limites puramente judiciários.

> *Levado pela onipresença dos dispositivos de disciplina, apoiando-se em todas as aparelhagens carcerárias, este poder se tornou uma das funções mais importantes de nossa sociedade. Nela há juízes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do assistente-social-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos* (Foucault, 1991, p. 266).

2. 5. A formação de conhecimento

O carcerário torna-se instrumento para formação de conhecimento. A gestão dos homens em toda a aparelhagem punitiva da sociedade requer saberes específicos para a própria manutenção desse aparelho de punição e que, por sua vez, são produzidos exatamente a partir do funcionamento desse aparelho. Ao fixar, separar, hierarquizar, registrar, dividir, a máquina panóptica acabou por desenvolver a atividade do exame que propiciou a objetivação do comportamento humano (Cf. Foucault, 1991, p. 266).

A política do corpo introduzida, no sentido de administrar a vida dos homens, deu lugar a uma formação de saber, já que essa modalidade específica de poder trazia a exigência de correlacionar conhecimentos definidos nas relações de poder. "homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento, aqui pouco importa) é o efeito-objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação" Foucault, 1991, p. 267).

2. 6. A resistência ao fim ou à modificação da prisão

O carcerário produz uma resistência ao fim ou à modificação da prisão. Fazendo funcionar o regime do panoptismo, em que os dispositivos disciplinares, na densidade de sua rede, nunca se desligam e têm na prisão a representação máxima do funcionamento dessa rede, onde todos vigiam em nome da normalidade, o carcerário está de tal forma arraigado na sociedade inteira, que qualquer projeto de mudança da estrutura prisional é prontamente rejeitado[2].

---

[2] A exemplo disso pode-se apontar o que ocorre com a proposição de penas alternativas no Brasil atualmente, uma vez que há uma relutância para a manutenção da prisão da forma como se encontra montada, sob calorosos argumentos de que a solução para a criminalidade é a ampliação de vagas ou a construção de novos presídios, levando a entender que o problema da segurança se resolve simplesmente com a prisão.

Nesse sentido, convém lembrar a argumentação de Foucault, segundo a qual,

> *quando se pretende modificar o regime de encarceramento, as dificuldades não vêm só da instituição judiciária; o que resiste não é a prisão-sanção penal, mas a prisão com todas as suas determinações, ligações e efeitos extrajudiciários; é a prisão como recurso de recuperação na rede geral das disciplinas e das vigilâncias; a prisão tal como funciona num regime panóptico* (Foucault, 1991, p. 267).

Em suma, o que Foucault faz ao desenvolver o conceito de carcerário é deslocar a noção de sistema carcerário, de penitenciário, do ambiente puramente jurídico para a sociedade inteira. Sua análise mostra como o conceito e suas relações não pertencem estritamente às malhas da justiça, ao poder judiciário propriamente dito, mas é algo que se generaliza, espraiando-se por todos os cantos.

A onipresença dos mecanismos disciplinares na sociedade inteira garante o reinado do carcerário. A prisão com suas ligações, determinações e efeitos não pode ser entendida apenas como um lugar específico para onde se levam aqueles que "necessitam de seu tratamento por algum crime cometido". A prisão não se restringe aos seus muros e grades, ela está no meio de nós e em cada um; e cada um, em maior ou menor grau, exercendo o poder normalizador, realiza um pouco do carcerário a cada dia. Ao se espalhar pelo corpo social o carcerário também toma conta de nossos corpos que também ficam presos aos exercícios específicos do poder disciplinar.

Referências bibliográficas

EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. Tradução: António Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1993.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975. 360p.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Lígia M. P. Vassalo. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 277p.

FOUCAULT, M. *Micofísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução: Roberto Machado e Eduardo Jardim. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

FOUCAULT, M. "Sobre a prisão". In: *Microfísica do poder.* Tradução: Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 129-165.

_____."O olho do poder". In: *Microfísica do poder.* Tradução: Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 209-227.

RESENDE, H. *Vidas condenadas: o educacional na prisão*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Educação: história, política e sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Marcas Femininas nas Agroindústrias do Distrito Federal

Iracilda Pimentel Carvalho*[1]

Resumo: A pesquisa revelou a presença de mulheres trabalhadoras rurais, mulheres fortes e ativas que estão à frente de suas agroindústrias e são responsáveis pelo trabalho, pela produção e pela distribuição dos produtos. Os depoimentos coletados apontam para perfis identitários outros que os disseminados no senso comum, revelam trajetórias de vida em que elas foram autoras de seus projetos, explicitam mudanças em suas relações com outras pessoas, consigo próprias e com a vida. Mudanças de posturas como a conscientização dos problemas produtivos, econômicos. E isso porque, se antes não ocorria ali a preocupação com uma política de gênero, a inclusão de tal recorte tornou-se incontornável, graças às demandas, ao trabalho e às experiências das trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais – Empoderamento - Agroindústrias.

Abstract: The research disclosed the presence of agricultural diligent women, strong and active women who are to the front of its agrarian industries and are responsible for the work, the production and the distribution of the products. The collected depositions point with respect to "identitários" profiles others that the spread ones in the common sense, disclose life trajectories where they had been authors of its projects, changes in its relations with other people, with themselves and them lives. Changes of positions as the awareness of the productive, economic problems. And this because, if before the concern with one politics of sort did not occur there, the inclusion of such clipping became incontornável, thanks to the demands, to the work and the experiences of the agricultural workers.

Keywords: Agricultural workers - empowerment – Agrarian industries.

Segundo a historiografia convencional, as mulheres estiveram praticamente ausentes da história construída sobre Brasília, pois apenas em locais específicos de práticas identificadas como desviantes, como a prostituição da Cidade Livre, (Núcleo Bandeirante) elas tiveram sua presença assinalada.

Nesse estudo, procurei justamente, em outro momento e espaço, focalizar as mulheres, principalmente no que concerne à participação das trabalhadoras rurais na produção doméstica de alimentos, revelando-as como mulheres ativas e dinâmicas, conformando uma categoria que é predominante no trabalho e no gerenciamento das

[1]* Doutora em História, Universidade de Brasília.

agroindústrias haja vista que estão presentes em 90% do conjunto das agroindústrias familiares do DF, no período de 1995/2002.

São mulheres que acordam com o galo cantando e dormem quando o sol se põe, que aqui também chegaram, encantadas ante a possibilidade de construção de uma nova vida, de uma sobrevivência mais digna, de uma sociedade melhor, projeto que parece ir se concretizando, ao se tornarem proprietárias de agroindústrias.

Como tais, elas vivenciam, em suas agroindústrias, um cotidiano vincado por uma tríplice jornada de trabalho, já que plantam, colhem, preparam os produtos, embalam, cuidam da distribuição e ainda da administração de suas casas. Ou seja, respondem pela produção e distribuição de produtos, bem como pelos trabalhos domésticos típicos de uma dona-de-casa.

Tal cotidiano revela as assimetrias e as desigualdades de gênero, presente em trabalhos freqüentemente realizados por mulheres, principalmente as rurais, que estiveram, durante muito tempo, ocultos, encobertos, graças a uma política de silenciamento informada por múltiplas e diferenciadas convenções e representações, entre elas as de sexo/gênero, raça, classe e escolaridade, que respondem por sua invisibilidade como sujeitos sociais.

Proceder a uma leitura dos mundos das mulheres trabalhadoras rurais e proprietárias de agroindústrias no DF que não se restringisse à visibilidade de sua presença na história foi desafio a que me propus. O esforço esteve, assim, centrado não apenas em sua inclusão no discurso histórico, mas, sobretudo, em conhecer as marcas femininas nas agroindústrias do Distrito federal. Daí minha opção por suas histórias.

São histórias de pessoas comuns que compõem a matéria-prima de uma história dos excluídos, de uma história "vista de baixo", de uma história, parodiando Foucault, de "mulheres infames", pessoas desconhecidas, simples, sem fama. A opção por uma história de pessoas comuns se deu porque, conforme ressalta E. P. Thompsom, é perspectiva que permite trazer a:

> *(...)história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (...) Propicia o contato- e, pois, a compreensão- entre classes sociais e gerações....Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história(...) (Thompsom,1982:44)*

Uma perspectiva, portanto, que não obstante seus limites – particularmente o da dificuldade em "precisar que história vem de baixo" (Sharpe,1982:43) – é, reconhecidamente, plena de possibilidades, pois permite

> *(...) explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (...) (Idem,ibidem:41)*

‘’Extrair” as histórias dessas mulheres de dentro de sua comunidade e trazê-las para dentro das mesma, de modo a melhor compreender os seus mundos, foi operação que se tornou possível graças, principalmente, ao uso da história oral e de histórias de vidas. E isso porque, tal como Sharp, entendo ser a “abordagem dos indivíduos tão valiosas quanto as coletivas, mais familiares a história social”. (Idem,ibidem:45)

Trata-se de perspectiva e de procedimento que me permitiram “explorar” os mundos dessas mulheres, atentando para as representações e práticas constitutivas de seu cotidiano. Uma história, enfim, que prioriza um coletivo anônimo e aparentemente banal, “miudezas”, nos dizeres de Jim Sharp (Idem,ibidem:46), ignoradas pela historiografia tradicional, embora igualmente relevantes para a apreensão das experiências das pessoas, pois permitem o reconhecimento de terrenos até então pouco explorados, como vida familiar, maternidade, sexualidade, sociabilidades, condutas, valores, costumes e tradições.

Como avalia Peter Burke, com a incorporação de novas abordagens, como a da “história vista de baixo”, de novas fontes, como a história oral, de novos objetos como as mulheres/trabalhadoras rurais, a historiografia jamais será a mesma,

> *(...) até mesmo por ter se aventurado a dialogar com outras áreas do conhecimento, por ter sido atrevida ao ampliar a acepção das fontes e os critérios para a análise documental, criando talvez um novo paradigma para a composição da história (...) (Burke,1982:22)*

Assim, “descobri-las”, atentando para suas experiências, implicou o desafio de também dar visibilidade aos espaços ordenados dentro das agroindústrias por outras lógicas que não as puramente econômicas. Implicou atentar para as relações de gênero que presidem seu cotidiano, expressas na discriminação que atravessa as relações de trabalho, de produção e das sociabilidades familiares e comunitárias.

Assim, significou algo mais que revelar sua presença numérica, por meio de estatística, porque busquei “des-cobrir” como são vistas e particularmente como se vêem, como se auto-representam a partir de seu lugar social. Ou seja, o esforço esteve centrado tanto em apreender como elas se dão a ler e também como fazem suas leituras de mundo, de forma a permitir perceber quem são, onde se encontram, o que fazem, como se localizam nos processos produtivos, quais conceitos/valores/tradições/imagens informam suas visões de mundo e conformam suas identidades sociais.

Implicou, assim, desvendar como são representadas e auto-representadas, isto é, como são discursivamente construídas as identidades/subjetividade destas mulheres trabalhadoras. Incluiu, finalmente, atentar para as relações de poder que atravessam tais construções, bem como para suas experiências à frente das agroindústrias, como lugares de significação, ou seja, não apenas como lugar onde o poder é organizado e difundido, mas também de empoderamento das mulheres. Empoderamento, no sentido de um movimento de dentro para fora.

E isso se dá porque o mundo do trabalho e a sociedade brasileira em geral ainda se encontram presididos por um imaginário social onde o masculino representa o todo, o universal, transcendente e produtivo, enquanto o feminino é visto como parte, menor, alteridade, especificidade, imanência e reprodução.

Essa é uma das dimensões da vida social em que se manifestam as concepções de mundo binário que fragmentam e reduzem o todo a duas partes distintas e facilmente discerníveis. Esse é um reducionismo contra o qual se colocam as teorias feministas que, em sua crítica à cultura, apresentam-se indispensáveis como saber, como epistemologia própria para falar das mulheres sobre elas, de suas experiências e formas de agenciar seus espaços e da constituição de suas identidades.

Sob tal perspectiva é que estive atenta, nas entrevistas, à força instauradora das representações, não com a pretensão de procurar confirmá-las, mas como possibilidade de apreender melhor as experiências das mulheres, proprietárias de agroindústrias e os mundos que elas criaram e nos quais foram criadas. Afinal, entendo as representações como matrizes e efeitos de práticas sociais. Procurei, assim, enfocá-las, sintonizada com o que propõe Jodelet no sentido em que elas,

> *(...) intervém em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (...)(Jodelet,2001:26)*

Como constructos socialmente elaborados e partilhados que "definem e orientam as ações dos indivíduos e dos atores sociais de uma sociedade dada", as representações operam, em sua dimensão instituinte, como uma das forças reguladoras da vida coletiva, mas também em sua dimensão criadora, transformadora da realidade instituída.

Ainda que sua força instituinte não seja plena, absoluta, não se pode deixar de reconhecer que, no caso das trabalhadoras rurais do Distrito Federal, o tornar-se proprietária de uma agroindústria foi elemento fundamental nas mudanças operadas em suas vidas, haja

vista os significados sociais conferidos à representação de "proprietárias".Mulheres, cujos "arranjos", formas informais de sobrevivência para si e seu familiares, têm sido visualizadas pela historiografia feminista, ao revelar sua presença na história e suas estratégias de luta.

Uma auto-representação engendrada na experiência como proprietária de agroindústria, mediante a qual D. Cosma percebe-se como pessoa capaz de produzir, administrar, comercializar seus produtos, prover sua família, ser reconhecida como tal.

Uma experiência que lhe permitiu perceber que pode ter existência própria, "pode ter tudo", no momento em que têm assegurados sua independência financeira e seu reconhecimento como cidadãs, sinalizadas também nas falas de outras proprietárias como: Dona Helena, Salete e Dona Clara, quando fazem referência à capacidade de gerenciar suas agroindústrias:

> *(...) nós conseguiu provar que até hoje em dia qualquer pessoa dessas chácaras que chega lá e quer renovar (empréstimos) eles oferecem até dinheiro prá gente entendeu?(...)*[2]
>
> *(...)Graças a Deus consegui quitar tudo, né. Aí, depois eu fiz um outro empréstimo prá*
> *comprar uma máquina né.Também tô terminando de quitar(...)*[3]
> *(...) Hoje trabalho na certeza que já cresci e ainda vou crescer muito(...)*[4]

Mulheres que são percebidas atuando dentro do mercado, não mais como meras ajudantes e executoras de um trabalho gratuito, mas como responsáveis pela produção, transformação e comercialização dos produtos, não obstante parte expressiva da literatura ainda insistir em ocultar seu trabalho.

Pelo fato de a subordinação das mulheres parecer normal dentro do imaginário patriarcal, isto é, já se encontra naturalizado, como pertencente à ordem natural das coisas, a mudança no sentido do empoderamento não ocorre espontaneamente, ela inclui a desestabilização dessa construção, legitimadora da relação de dominação/subordinação.

O empoderamento é processo que demanda a tomada de consciência da discriminação de gênero. Ou seja, as ações têm que ser formuladas com base na compreensão de que, para superar os quinhentos anos de desigualdade de gênero, no caso brasileiro, e possibilitar às mulheres condições de igualdade em relação aos seus parceiros do sexo masculino, serão necessárias não apenas medidas específicas, que levem em conta as diferenças, mas também a igualdade de chances entre os sexos, que passa pela desnaturalização das diferenças fundadas na divisão de gênero.

[2] Depoimento D.Helena,idem,ibidem
[3] Depoimento Salete,idem,ibidem
[4] Depoimento D.Clara,idem,ibidem

Assim, ao dessexualizarmos o conceito de "tarefa produtiva", observa-se que as mulheres aparecem como protagonistas e não como coadjuvantes no espaço da agricultura familiar, como é o caso de Dona Clara, Dona cosma, Dona Helena, Dona Iolanda e Salete, uma vez que são as proprietárias de suas agroindústrias. Usufruem, portanto, em razão dessa condição, do direito de participação em programas do governo para agricultura familiar.

Inegavelmente, é ainda muito baixa a representatividade das mulheres nos programas governamentais de apoio e fomento à agricultura familiar, já que, do ponto de vista legal, não existe impedimento para que elas sejam beneficiárias diretas. Todavia, o que prevalece é a permanência de práticas misóginas tradicionais. Estas estão presentes até mesmo em algumas agroindústrias do DF, tendo-se em vista que, apesar de todas as atividades de produção, gerência e distribuição serem executadas pelas trabalhadoras rurais, verifica-se, de acordo com a lista oficial da secretaria da agricultura do DF, que apenas 10% das mulheres ali são identificadas como titulares.

Não é, pois, sem razão que os referidos programas sofram críticas por parte das trabalhadoras, pois são identificados como iniciativas onde as mulheres permanecem tendo tratamento diferenciado e desigual em relação aos homens.

E isso ocorre porque estão ainda vincados por convenções de gênero, que respondem pela reprodução das desigualdades entre mulheres e homens, haja vista que simplesmente ignoram, porque se encontram naturalizadas, as relações de opressão e exploração das mulheres, nesse modelo de produção, revelador da permanência de uma construção generizada de que o trabalho feminino é sempre uma extensão de seus papéis de mãe, esposa, dona-de-casa, administradora do lar e educadora dos filhos.

Tais pregnâncias caracterizam uma situação de dupla exploração das mulheres nesse modelo de produção, bem como de explícita violência de gênero, ao manter sua invisibilidade como trabalhadora e ao negar seus direitos como cidadã.

Assim, a inclusão de uma política de gênero é fundamental para romper com esta situação de discriminação, já que a agricultura familiar é responsável por 60% da produção nacional, e incorpora maciçamente o trabalho das mulheres[5].

Referências Bibliográficas:

[5] A esse respeito ver: "Balanço da Reforma Agrária e Agricultura Familiar". Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000; "Política Pública e Agricultura Familiar: Uma leitura do PRONAF". In. Estudos – Sociedade e Agricultura, n.8, Rio de Janeiro, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam e Castro, Mary Garcia. Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In. Jodelet, Denise (org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

AGUIAR, Neuma (org.). Mulheres na força de trabalho na América latina. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CARVALHO, Iracilda P. Brasília: Imagens e representações. In. Costa, Cléria B. da e Magalhães, Nancy A. (orgs.). Contar história, fazer História – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

----------. Imagens e representações no nascimento de novas cidades: Brasília (1958/60), Samambaia (1989/93), In. Dissertação de Mestrado UnB, His, Brasília, 1993, p.245

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

----------. O mundo como representação. Estudos Avançados, 11 (5). São Paulo, 1991.

COSTA, Albertina de Oliveira e Bruschini, C. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROCHA, M. Isabel Baltar da. (org.). **Trabalho e gênero Mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1982.

THOMPSON, E. Paul.. **A voz do Passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Todos fazem aqui o que querem"*: conflitos pelos espaços de poder entre Professores Régios e Autoridades Coloniais em Pernambuco na segunda metade do séc. XVIII e princípio do XIX.*

Elaine Cristina Gomes da Cunha*

Resumo: Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, desmantela-se a principal estrutura pedagógica tanto na Metrópole quanto no além-mar. Com o intuito de remediar tal situação, a Coroa Portuguesa nomeia homens que deveriam instruir a mocidade e levar até aos domínios ultramarinos as reformas pedagógicas e administrativas empreendidas por José Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Estes homens eram denominados de Professores Régios. Entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX na Capitania de Pernambuco, observa-se uma ativa atuação e conflito destes docentes pelos espaços de poder e de legitimação diante das autoridades régias coloniais. Tais conflitos são compreendidos pelo caráter representativo dos docentes em relação às reformas pombalinas, pela recusa de alguns na inserção da malha clientelista e pela interferência das autoridades coloniais na nomeação dos mesmos.
Palavras-chave: Reformas pombalinas – Professores Régios – Conflitos pelos espaços de poder

Abstract: With the expulsion of the Jesuits, in 1759, it is dismantled in such a way main pedagogical structure in the Metropolis how much in the beyond-sea. With intention to attenuate such situation, the Portuguese crown nominates men, who formed under a reformist prism, would have to instruct the youth and to take until the overseas domínios the pedagogical and administrative reforms undertaken by Jose Sebastião de Carvalho e Melo, Marques de Pombal. The second half of century XVIII enters and beginning of the XIX in the Captainship of Pernambuco, observes an active performance and conflict of the Regal Professors for the spaces of being able ahead and legitimation of other regal authorities. Such conflicts are understood by the representative character of the professors in relation to the pombalinas reforms, by the refusal of some in the insertion of the clientelist mesh and by the interference of the colonial authorities in the nomination of the same ones.
Keyworks: Reforms pombalines – Regal Professors – Conflicts for the spaces of being

Nos estudos sobre a educação em Pernambuco são estabelecidos como referências três momentos: a atuação dos jesuítas no ensino, a expulsão destes em 1759 e a abertura do Seminário de Olinda em 1800, sob a administração do Bispo Azeredo Coutinho. Entre estes dois últimos marcos, poucos foram os estudos encontrados sobre a situação do ensino na referida Capitania após a expulsão dos inacianos e a atuação dos docentes que os substituíram: os Professores Régios.

* Mestranda em História Social da Cultura Regional (UFRPE)

Estes docentes emergiram das reformas pedagógicas que o então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal elaborou com o auxílio de pensadores lusitanos, como Luis Antonio Verney[1] e Ribeiro Sanches [2]. Tinham por objetivo estreitar os laços de dependência político-administrativos da América Portuguesa que desde o século XVIII se tornou a principal fonte de riqueza da Coroa através da formação de um corpo de oficiais leais à Coroa. Não estavam atreladas a uma concepção de formação de individuo autônomo, pensante, mas tecnicista. Assim, privilegiaram-se as ciências naturais não por que estivessem inseridas dentro da concepção empirista do iluminismo, mas porque essas ciências eram necessárias para localização, levantamento e extração de bens naturais e minerais que dada região poderia oferecer. Assim, os Professores Régios inscreveram-se não apenas nas mudanças estipuladas por Pombal e seus aliados no âmbito pedagógico, mas, eram também representantes nas colônias daquele projeto de estreitamento, porque a eles cabia o papel de formadores desse corpo de oficiais técnicos e leais ao projeto de reerguimento do Império Lusitano, então decadente e dependente da Inglaterra (CARVALHO, 1978 e SILVA b, 1997).

Em *Cartas sobre a educação da mocidade,* Ribeiro Sanches propôs um conjunto de medidas para a reforma do conteúdo e prática pedagógica que levariam à formação desse corpo oficial. Nelas expôs com clareza a preocupação com as colônias e enfatizou a necessidade de "criar-se a mocidade dos domínios do ultramar no reino*"* (SANCHES, s/d: 141). Os mestres, assim como "todas as honras, cargos e empregos deviam sair somente da jurisdição do soberano, para ficar dependente a dita colônia da capital*"* (SANCHES, s/d: 140). Os melhores discípulos seriam avaliados e caso passassem ingressariam nas escolas maiores européias, como as francesas, italianas, inglesas e holandesas, para se aperceberem dos novos métodos e conhecimentos e assim retornarem como mestres e preencherem as vagas no reino e demais domínios. O ensino deveria ser laicizado, pois em sua perspectiva de judeu perseguido pela Inquisição, a intolerância gerada pela ignorância e arrogância de algumas ordens religiosas cristalizadas no Tribunal do Santo Ofício não poderia legar bons frutos ao tipo de mocidade que se esperava. Assim, os mestres deveriam ser tementes a Deus, católicos por se tratar de Portugal, mas sob hipótese alguma deveriam ser submetidos ao

[1] Pensador português, nascido em Lisboa a 1713 e falecido em Roma em 1792, reconhecido estrangeirado, ou seja, pensador cuja influência filosófica ou carreira acadêmica é externa a Portugal, teve como principal obra *O verdadeiro método de estudar* publicada em 1746.

[2] Pensador português, também estrangeirado, nascido em Penamacor a 1699 e falecido em Paris em 1783, publicou em 1759 *Cartas sobre a educação da mocidade,* onde defende um ensino laicizado, sob a tutela do Estado, e da manutenção do exclusivismo português no ensino, isto é, somente em Portugal tanto colonos quanto metropolitanos seriam instruídos. Ao lado de Luis Antonio Verney, tornou-se o principal artífice das reformas pedagógicas pombalinas. Sobre os estrangeirados ver SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação:* intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.

processo de "inquirição de limpeza de sangue" (SANCHES, s/d: 142-146). Estas propostas foram postas nos Alvarás que se seguiram após a expulsão dos inacianos e pautaram a seleção dos Professores Régios, mas nem todas, como as bolsas européias, foram colocadas em prática.

Como mostrou Luiz Carlos Villalta, o ensino neste momento era um instrumento de ascensão e consolidação do *status* social ao permitir a inserção dos filhos das elites coloniais aos diversos cargos oferecidos a partir das reformas administrativas do Marquês de Pombal. A declaração de um Professor Régio de que dado aluno foi instruído por ele era condição obrigatória para concorrer a algum daqueles cargos além de ser importante testemunho para o ingresso na Universidade de Coimbra, principal centro de formação superior para os filhos daquelas elites, tal como aconselhou Ribeiro Sanches. Assim, com a retirada da hegemonia da Companhia de Jesus frente à instrução, a reforma no conteúdo, a exigência de exames para ingressarem na Universidade de Coimbra e cartas de recomendação que comprovassem o desempenho do candidato à universidade as elites coloniais ficariam excluídas dessa inserção social e política nos quadros oficiais da Coroa.

Assim, ao aportarem na Capitania de Pernambuco em 1760, os Professores Régios Manuel da Silva Coelho e Manuel de Castro e Melo imaginaram trazer alívio aos angustiados habitantes e administradores da capitania. Acreditaram que ao apresentarem as cartas de recomendação do secretário do rei D José I, assumiriam sem atropelos suas funções. Acreditaram que seriam recepcionados com alegria e festa já que não apenas Pernambuco, mas todo o domínio português passava por profunda crise na educação gerada pela expulsão dos padres da Companhia de Jesus. Apenas acreditaram. Assim que se apresentaram ao Bispo de Pernambuco, D Francisco de Xavier Aranha, e ao Comissário representante do Diretor Geral dos Estudos, Bernardo da Gama e Casco, foram surpreendidos pela recusa de suas presenças, pela descrença na eficácia de seus métodos pedagógicos e "aconselhados" a se lembrarem da distância entre a Metrópole e Pernambuco.

Indignado com a receptividade da população e ainda mais com as autoridades que deveriam garantir seu sustento em Pernambuco, Manuel da Silva Coelho escreve uma carta. Nela, além de descrever as agruras pelas quais passou com seu colega, Coelho alertou o futuro Marquês de Pombal do risco de não serem bem sucedidas as reformas na instrução pública caso "remédios" eficazes não fossem administrados. E de fato ocorreram, apesar dos esforços em contrário do super secretário de D José I. Outros mestres régios vieram, e em suas solicitações e reclamações são relatadas as dificuldades referentes não apenas ao ensino, mas, sobretudo, aos obstáculos que as interferências constantes de autoridades, tanto laicas quanto

eclesiásticas, proporcionaram. Tais obstáculos, referiam-se à acusações de desvio do imposto que deveria garantir o pagamento de seus salários, o subsídio literário, à recusa de serem aceitos como representantes legítimos do Estado tanto quanto aquelas autoridades e a pressão exercida por esses oficiais em deter o direito de nomear os docentes na Capitania.

Em *O poder simbólico,* o sociólogo francês Pierre Bourdieu, compreende a existência de um "poder invisível" que se legitima a partir do consenso daqueles que lhe estão subjugados através de uma "violência simbólica*",* isto é, arbitrária, não reconhecida. Neste poder, a classe detentora dos meios de produção de uma visão específica de mundo e de ordenamento social, a qual o autor identifica como "classe dominante*",* atua em campos ou espaços múltiplos. Constitui assim, redes relacionais de poder que lidam com capitais simbólicos, ou seja, com capitais não apenas econômicos, mas políticos, educacionais ou culturais, "contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados*"* (BOURDIEU, 2004: 7-14). Para que os Professores Régios participassem daquelas redes, eles deveriam concordar e reconhecer a detenção pelas autoridades e elites coloniais dos meios de produção e reprodução do capital simbólico e material.

Os que aceitaram essa condição estabeleceram vínculos aos interesses das autoridades, e com isto, conseguiram pareceres e indicações positivas e assim, em vez de conflito o que se teve foi a reprodução das posições sociais e simbólicas daquelas elites. Àqueles que não aceitaram a ordenação social e a atuação dos oficiais administrativos e eclesiásticos, que requereram à Coroa para que esta fizesse lembrar aos administradores dos seus deveres régios, foram-lhes negados o salário e a legitimidade. Disto, na concepção de Bourdieu, resultaram os conflitos pelas "vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima*"* (BOURDIEU, 2004: 125)*,* ou seja, confrontos pelos benefícios de ascensão social, por exemplo, que o reconhecimento público proporcionaria.

Lutas simbólicas e também representativas, dentro da concepção do historiador francês Roger Chartier. Desta maneira, o estudo dos conflitos entre estes representantes legítimos do Estado revela a tentativa de cada um sobrepor o capital simbólico, o poder político e a situação social sobre o outro. Ou ao menos, no caso dos Professores Régios, ter sua representatividade política, social e simbólica legitimada na malha da sociedade pernambucana. Como afirma Chartier, o conceito de representação

> *permite designar e ligar três realidades maiores: primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e "performances" simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de "estilização de vida"; finalmente, a "presentificação" em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade.* (CHARTIER, 1994: 8)

Como ressaltou o historiador Edval de Souza Barros, a abordagem destas lutas entre representantes régios se enquadra na perspectiva de micro-história, por priorizar um espaço circunscrito, a Capitania de Pernambuco, porém imersa numa macro-abordagem, uma visão que possibilite identificar a complexidade das interações entre aqueles representantes. Para isto, "deve-se evitar o recurso a um modelo dicotômico que situa os poderes e competências no pólo estatal, expropriando as demais instâncias da capacidade de ação legitima e efetiva" dos agentes envolvidos (BARROS, 2001). Porque as relações políticas, especificamente aquelas características ao Antigo Regime, não se pautaram apenas no poder régio, mas na "coexistência de direitos, jurisdições e corpos autônomos e distintos, dos quais a Coroa era apenas mais um" (BARROS, 2001). Desta forma, esboçaram-se lutas pelos espaços de poder e de legitimação dos agentes administrativos que revelam, também, os limites da autoridade metropolitana na Capitania de Pernambuco.

Através de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, compreende-se que os embates travados pelos Professores Régios e as elites coloniais ultrapassa a luta pelos espaços de poder material e adentra por disputas pelo poder simbólico e de representatividade, pela capacidade de produzirem e reproduzirem visões de mundo e de capitais simbólicos e, assim, inserirem-se no topo social da Capitania. Possibilita também, a análise das delimitações das autoridades da Metrópole portuguesa e de seus representantes nos domínios ultramarinos; pois a disputa não gira em torno apenas de segmentos de oficialato, mas na recusa da aceitação pela legitimidade que os Professores Régios possuíam e do caráter reformista que eles representavam. No momento o qual o Professor Régio, Manuel da Silva Coelho, afirma que "todos aqui fazem o que querem" ele indica à Metrópole que os administradores coloniais convergiam, assim, com os interesses das elites coloniais ao tentarem assumir a nomeação dos mestres, a arrecadação e a distribuição do subsídio literário destinado ao pagamento deles. Com isto, tentaram moldar as exigências régias às realidades locais e pessoais e elaboram um projeto político, administrativo e pedagógico distinto do intencionado pela Coroa Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Notas sobre a Reforma Pombalina dos estudos menores no Brasil*. In: MAGALDI, Ana Maria *et alli* (org). **Educação no Brasil***:* história, cultura e política. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2003. p 99 -116.

BARROS, Edval de Souza. *Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séculos XVI – XVIII)*. In: **Revista de Sociologia e Política**. n° 17. Curitiba: nov. de 2001.

BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação***:* fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas na instrução pública**. São Paulo: Edusp, 1978.

CHARTIER, Roger. *A História hoje:* dúvidas, desafios e propostas. In: Revista **Estudos Históricos.** Vol 7, n° 13. Rio de Janeiro, 1994.

FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. *O Altar e a Coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados.* In: MAGALDI, Ana Maria et alli (Org). **Educação no Brasil***:* história, cultura e política. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2003. p 73 - 97.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan***:* instituições e poder político em Portugal (séc. XVI). Coimbra: Almedina, 1994.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal***:* o paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1999.

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985.

NOVAIS, Fernando A. *Condições da vida privada na colônia*. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, [s/d].

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a nação***:* intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império (1750-1808).* In: **História da América Latina***:* história da América Colonial. BETHELL, Leslie (org). vol 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Ação Popular (Ap) e o I Encontro Nacional Operário

Carlos Eduardo Moura de Mendonça*

Resumo: No ano de 1966 a organização de esquerda Ação Popular (AP) realizou o I Encontro Nacional Operário. Tinha como objetivo indicar a posição a ser tomada por seus militantes frente aos trabalhadores urbanos, bem como, avaliar o potencial quantitativo do operariado no interior da organização indicando as condições em que estavam sendo efetuados os trabalhos de luta contra a ditadura militar nas diferentes regiões em que se encontrava dividida. Pretendemos nesse trabalho analisar os resultados do encontro relacionando-os com a conjuntura do período. Valemo-nos para isso do relatório do Encontro. Este é parte integrante de documentação gerada no interior da AP no mesmo ano e distribuída para os diversos comandos regionais.

Palavras-chaves: Ação Popular - I Encontro Nacional Operário - ditadura militar.

Abstract: In the year of 1966 the organization of left Public interest action (AP) carried through the I Laboring National Meeting. It had as objective to indicate the position to be taken by its militant front the urban workers, as well as, to evaluate the quantitative potential of the work force in the interior of the organization being indicated the conditions where they were being effected the works of fight against the military dictatorship in the different regions where if it found divided. We intend in this work to analyze the results of the meeting relating them with the conjuncture of the period. We analyze the report of the Meeting. This is integrant part of documentation generated in the interior of AP in the same year and distributed for the diverse regional commands.

Keywords: Popular Action – I Laboring National Meeting - military dictatorship.

Introdução

Após o golpe civil-militar de 1964 a repressão as instituições[1] que ofereciam resistência ao regime estabelecido era uma realidade a ser encarada pelos derrotados. Colocados a margem do processo político revisões teóricas e avaliações dos procedimentos adotados pelas organizações de esquerda tentavam explicar o indigesto momento vivido pelo golpe. O ano de 1965, por meio do Ato Institucional nº2 (AI-2), marcou o fim dos partidos

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

[1] O Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes e ligas camponesas, foram algumas das instituições extintas pela repressão do Estado.

políticos e qualquer possibilidade das esquerdas chegarem ao poder pelas vias institucionais. Instalou também um período pautado pelo bipartidarismo que se prolongaria por duas décadas. Representando o governo estava a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que dava sustentação ao governo militar. A oposição "consentida" estaria representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

A princípio houve certa expectativa em torno de uma retomada da democracia. As Forças Armadas intervinham em momentos de crise política utilizando-se da prerrogativa de restabelecimento da ordem. Posteriormente, o poder era restituído aos quadros civis, embora a presença de militares tenha se efetivado no período de retomada democrática com o Marechal Eurico Gaspar Dutra em 1945, o que nos leva a entender as Forças Armadas como uma instituição política[2] (CARVALHO, 2005: p. 134). No entanto, mesmo que, se Castelo Branco também tenha pensado nessa possibilidade, como alguns defendem, as articulações do grupo militar denominado "linha dura" impediram tal procedimento. Enfim, se as expectativas criadas por João Goulart frustraram-se para a esquerda, mais ainda frustraram-se para os civis que apoiaram o golpe. Carlos Lacerda, então governador do Rio de Janeiro, figura proeminente da UDN (União Democrática Nacional), liberal convicto e defensor da aliança com o capital estadunidense e que obstinava o poder desde 1954, sofreu um revés com a permanência de Castelo, voltou-se contra o regime e embarcou para o exílio após ser cassado em 1968 como tantos outros que foram contrários a ele e a sua agremiação política.

Mas, e as organizações de esquerda que se encontravam nesse momento desarticuladas, desprovidas de seus principais líderes, abatidas pelos "impasses da utopia" e "utopias do impasse"[3] (REIS Fº, 1990: p. 21 e 45) e sem representação institucional, como deveriam agir? Estava dentro de suas possibilidades reorganizarem os movimentos de massa? Com a vigilância exercida pela repressão do Estado seria possível uma aproximação do meio operário? A consciência de classe estava amadurecida entre os trabalhadores urbanos, o que permitiria uma reorganização destes com critérios políticos fundamentados em postulados teóricos?

Pretendemos nesse trabalho responder a essas questões com base em documento originado no I Encontro Nacional Operário realizado pela Ação Popular (AP) nos dias 15 e 15

[2] Essa institucionalização política das Forças Armadas encontra seu embrião no início da década de 1930 e se constituía basicamente em eliminar a política dentro das Forças Armadas ao mesmo tempo em que as liberaria para agirem com maior eficácia como atores políticos. Tais procedimentos adotados pelas Forças Armadas e principalmente pelo Exército foram elaborados pelo general Góes Monteiro e denominados de doutrina Góes. Fazia parte ainda desse projeto, e parece-nos importante citar, "[...] a tutela sobre as forças políticas civis e uma política de industrialização baseada na iniciativa estatal". (CARVALHO, 2005. p. 134).

[3] Referência aos dois primeiros capítulos de **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil.

de outubro de 1966.

A Ação Popular - AP

A organização revolucionária Ação Popular (AP) tem sua origem e formação nos quadros dissidentes na Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), no ano de 1962 e, seu Documento Base foi publicado em fevereiro de 1963[4] durante realização em Salvador de seu I Congresso. Seus preceitos ideológicos estavam condicionados ao humanismo e ao socialismo onde "A Ação Popular considera que os Homens só serão livres numa sociedade socialista, voltada para as necessidades humanas e cujo valor principal é o trabalho" entendendo ainda que "[...] o socialismo só será atingido através da ruptura revolucionária das estruturas de dominação do capitalismo e imperialismo, com a implantação de base operário camponês"[5] (DOCUMENTAÇÃO INTERNA DA AP – (DOC. INT. AP): ARQUIVO PARTICULAR DE DERLEI CATARINA DE LUCA – (ARQ. PART. DL), o que podemos entender como uma antecipação de sua posição maoísta adotada a partir da I Reunião Ampliada da Direção Nacional em 1968.

Até o ano de 1974 a AP sofreu algumas mudanças em seu caráter ideológico. Sem se desviar do socialismo, transitou entre a opção da luta armada e o caminho pacífico da revolução. A partir de 1968 integrou seus quadros as linhas de produção em fábricas o que chamou de "Proletarização pela integração a produção" e que, em seu entender, viabilizaria a experiência de seus militantes como operários e favoreceria sua inserção junto a estes. Em 1971 decidiu-se pelo marxismo-leninismo resultando na sigla Ação Popular Marxista-Leninista (APML). No mesmo ano aproximou-se do Partido Comunista do Brasil (PC do B) incorporando-se a esse definitivamente em 1973. Os quadros que se opuseram mantiveram a sigla e o programa definidos em 1971.

Por sua origem a AP esteve diretamente ligada ao movimento estudantil disputando a hegemonia na UNE com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em pesquisa realizada em 1966 os dados apontavam para uma organização com quadros voltados para militância e práticas políticas estudantis com um número não maior que 50% de militantes com alguma "[...] experiência de luta de massa" o que demonstra o pouco contato entre a

[4] Consideramos aqui as duas datas por se tratar dos anos de sua formação em 1962 (SILVA, s/d: p. 89) e de sua efetivação por meio do Documento Base em 1963 (REIS FILHO, 2006: p. 48-50).
[5] Item "OBJETIVOS" incluso em seus "ESTATUTOS" do documento intitulado "ESTRUTURA DA AÇÃO POPULAR – NORMAS PARA ADMISSÃO DE MILITANTES" impresso em 9 de outubro de 1965.

organização e operários. A militância na área estudantil chegava a 55% enquanto na área operária, especificamente nos sindicatos, o número correspondia a inexpressivos 5%.[6] (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL). A organização reconhecia a deficiência nesse setor. No entanto, a AP foi constituída anteriormente ao golpe civil-militar e, embora seu programa estivesse voltado para uma revolução operário-camponês, os dados da pesquisa, levantados posteriormente ao golpe, nos levam a inferir que esta preocupação se apresentou após o estabelecimento do regime militar.

A profissionalização de seus quadros direcionada à política estudantil impediu essa aproximação com a classe operária o que perdurou nos anos imediatamente após o golpe. Essa situação foi reavaliada, também em 1966, quando se tornou necessário "desenvolver no movimento estudantil um amplo trabalho de mobilização e organização das massas" sugerindo o desenvolvimento de uma orientação que se apoiasse "nas massas para conduzirmos [sic] uma política correta no movimento estudantil" questionando os procedimentos "de alguns companheiros" que "ainda se apegam a uma orientação errônea de controle de entidades estudantis e não de hegemonia"[7] (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL).

Assim, o I Encontro Nacional Operário foi realizado com a finalidade de convergir os interesses entre uma organização de esquerda com base estudantil com os da classe trabalhadora, reavaliar procedimentos e práticas militantes da organização frente ao proletariado, levantar estatísticas sobre o número de militantes presentes no meio operário, organizar um plano de luta bem como, organizar uma política para a organização do movimento operário.

O I Encontro Nacional Operário

As organizações revolucionárias de esquerda que atuaram na clandestinidade em oposição ao regime militar foram de encontro a um aparelho repressivo estruturado com relativa antecedência. Foi em torno da Ideologia de Segurança Nacional, produzida no seio da Escola Superior de Guerra (ESG) que o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável imediato pela idealização dos órgãos repressores, que o aparelho de repressão será gerado.

A Doutrina de Segurança Nacional fornecerá os elementos ideológicos para a manutenção do regime divulgando o conceito de "guerra total". "Guerra total" "no sentido de

[6] Pesquisa sobre a situação da organização – Área estudantil e profissional.
[7] O MCD – Movimento contra a ditadura – I) Sobre a retificação da perspectiva e dos métodos de trabalho do MCD – Item 7 – Retificação do estilo de trabalho no movimento estudantil.

que o antagonismo dominante se encontra, igualmente, nas fronteiras nacionais. Portanto, a agressão pode vir do exterior (comunismo internacional) quanto do interior (inimigo interno)" (BORGES *in* FERREIRA & DELGADO 2003: p. 25). Dessa forma, o comunismo e sua possível interferência em território americano, justificam as ações repressivas do Estado enquanto que, no campo ideológico, pressupõe a "guerra total" entre Oriente e Ocidente.

A partir de então, para o Estado Brasileiro, a mobilização da sociedade passou a ser seu inimigo interno e direto, ou seja, todos aqueles que se opunham à política ditatorial que estava se estabelecendo não eram apenas opositores, mas inimigos da pátria brasileira. As perseguições, imediatamente após o golpe, deram-se em todos os setores que representassem ameaça ao projeto militar. Denominada "Operação Limpeza", o aparelho repressivo do novo modelo de Estado passou a efetuar prisões de forma intransigente. Em virtude de considerarem-se revolucionários, ditavam as regras sem a necessidade de prestar satisfação a sociedade. Sempre justificando a manutenção da ordem, o "regime" passou a cassar, prender e torturar.

Mesmo que a repressão tenha se intensificado após o AI-5, os espaços para qualquer tentativa de reorganização no período anterior a esse foram extremamente reduzidos. A intensificação do controle sobre a sociedade impediu uma maior mobilização das organizações revolucionárias e sua aproximação das classes trabalhadoras. Por outro lado, a sociedade civil que, em grande parte, havia apoiado o golpe vivia uma nova expectativa. As ações repressivas eram entendidas como parte do processo de restabelecimento da "ordem". Somente quando o terrorismo de Estado, a partir do final da década de 1960 é exposto, alguns grupos civis pró-golpe manifestaram-se em desacordo e, mesmo revelados os mecanismos de coerção a sociedade não apoiou os métodos de tomada de poder utilizados pelas organizações, seja a luta armada[8], seja a opção pela via pacífica como no caso do PCB e AP. O depoimento recolhido junto a Daniel Aarão Reis Filho, quadro do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), ilustra, em sua perspectiva, o sentimento da sociedade civil com relação às práticas revolucionárias: "A sociedade não estava apática, ela só não concordava com nossos métodos" (DEPOIMENTO DE DANIEL AARÃO REIS FILHO).

[8] Não entraremos no tema "luta armada" bem como em mencionar as organizações que seguiram essa linha, por não ser nosso objeto. Para o assunto, cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: Um relato para a história. 15. ed. Petrópolis (RJ) : Vozes, 1996. REIS FILHO, D. A & SÁ, J. F. (org.) REIS FILHO, D. A. **A Revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993. GORENDER, J. **Combate nas trevas.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1999. GASPARI, E. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. SILVA, A. O. **História das tendências no Brasil:** origens, cisões e propostas. 2 ed. (revisada e ampliada). São Paulo: Impressão e Acabamento: Dag Gráfica e Editorial. s/d.

Diante dessa situação as possibilidades de sucesso para reorganizarem as classes proletárias encontraram não só a repressão do Estado, mas também a indisposição de uma sociedade, sem qualquer tradição libertária, em aderir a um movimento contrário a ideologia ocidental anticomunista desenvolvida durante a Guerra-fria. As evidências disso estão nos números do relatório do I Encontro Nacional Operário da AP ocorrido no ABC paulista. Os dados apontam para uma desarticulação entre organização e proletariado. Reconhecem a preocupação tardia em se aproximarem do trabalhador "Estamos apenas no início de nosso trabalho operário. Em muitas regiões o trabalho se inicia agora"[9]. A comprovação dessa pouca articulação esta ainda indicada no "Balanço inicial da situação do movimento na área operária (resultados parciais)"[10]. A AP esteve distribuída pelo país dividida em regiões, a saber: R 1 - RS, R 2 - PR e SC, R 3 - São Paulo, R 4 - Rio de Janeiro, R 5 - Minas Gerais, R 6 - Bahia e Espírito Santo, R 7 - Pernambuco e Rio Grande do Norte, R 8 – Ceará, R 9 - Maranhão e Pará (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL).

A R1 era a que apresentava o menor número de militantes operários, provavelmente por não ser uma região com desenvolvimento industrial como a R3 que compreendia São Paulo e possuía 25 militantes que em sua maioria pertenciam à categoria metalúrgica. Possuíam 25 e 27 ampliações[11] respectivamente. Em Minas Gerais, R5, o dado é de 26 militantes. "Os dados da região englobam operários e militantes que trabalham junto à classe". Nesse ponto há uma imprecisão na informação que lança a dúvida: os militantes também são operários? Ou são militantes que só trabalham junto aos operários? Chama a atenção, ainda, as atividades na R1, o relatório demonstra que essas se encontravam na rua e se manifestavam por meio de pixações, campanhas, voto-protesto, entre outras, práticas essas semelhantes as do movimento estudantil, o que reforça esse caráter na AP. A R3, por outro lado, tem seu trabalho no interior das fábricas e junto aos sindicatos, certamente por apresentar um maior número de militantes operários[12]. Para a R4, no Rio de Janeiro, os dados são imprecisos quanto aos militantes. Da mesma forma que os da R5 não mencionam o perfil e somente citam os números, 27 militantes e 20 ampliações, considerando que concentram seus trabalhos nas favelas "bairros operários por excelência". Não há menção da R2, R6, R8 e R9. As R7 e 10 compareceram em data anterior por erro de comunicação, o que podemos atribuir à vigilância do Estado que os obrigava a encontrarem formas de burlar os órgãos de inteligência e que nem sempre foram bem sucedidos (DOC. INT. AP: ARQ. PART. DL).

[9] I Encontro Nacional Operário – Item 2. Lições positivas e negativa do encontro, 2.1. Organização.
[10] Idem.
[11] Termo designado a pessoas que participavam de alguma manifestação e que poderiam ser convidados e integrados a organização. As 27 ampliações da R3 eram de maioria operária.
[12] Balanço inicial da situação do movimento na área operária.

A que atribuir número tão reduzido de operários dentro de uma organização que pretende uma revolução operário-camponesa? Talvez a resposta se encontre na indisposição do trabalhador em não se submeter a uma estrutura intelectualizada e teórica ou até mesmo em uma concepção equivocada das organizações revolucionárias clandestinas serem "pré-destinadas" a "vanguardear" os movimentos sociais.

Em 1968 havia mais de 40 organizações de esquerda em atividades clandestinas no Brasil. Fruto de divergências ideológicas e da incompatibilidade na adoção de métodos revolucionários, os "rachas" provocaram uma fragmentação extenuante para os comunistas. No entanto, todas convergiam para um ponto: a implantação de um partido de vanguarda que lideraria as massas para a tomada do poder, fosse pelas armas, fosse pela via pacífica, era fundamental no processo revolucionário.

A idéia de revolução realizada sob a orientação de um partido de vanguarda foi adotada pelas organizações comunistas. A revolução passou então a ser uma questão de estudo científico e que deveria ser dirigida por intelectuais que dominassem os pressupostos teóricos. A teoria tomou lugar do desejo e "é ela que *distingue,* independentemente de reconhecimento ou aparências externas, ou de circunstâncias de qualquer natureza, uma organização, ou um grupo, como comunistas, ou seja, como vanguardas políticas" (REIS Fº, 1990: p. 113). Ou seja, caberia a organização pensar a ação das massas trabalhadoras, o que pressupõe um corpo burocrático descolado da ação e provavelmente fora da realidade dessas. Em sua crítica Castoriadis sustenta que "a burocratização significou que a relação social fundamental do capitalismo moderno, a relação entre dirigentes e executantes, reproduziu-se no seio do próprio movimento operário" o que resultou na "cristalização de uma nova camada de dirigentes separados da massa dos militantes agora reduzidos ao papel de executantes" (CASTORIADIS, 1974: p. 161-2).

No entanto, sabemos que a classe operária não aderiu aos termos propostos pelos revolucionários. As reivindicações operárias perecem ser de ordem econômica e não política. Poderiam estar contra a ditadura, mas não necessariamente a favor do socialismo. Como já dito, no ano de 1966, as expectativas de um futuro com índices inflacionários menores que os anteriores a 1964 e aumento do poder de compra dos salários ainda estavam presentes. A classe trabalhadora, embora, tenha apoiado Jango durante seu governo, em 1º de abril de 1964 não esboçou reação. Mesmo que os anos 1960 tenham significado anos de politização, as organizações comunistas não lograram o sucesso desejado de penetrarem e cooptarem a classe operária para o projeto revolucionário pretendido.

Considerações Finais

Não raro, o olhar retrospectivo remete a questionamentos sobre as ações desenvolvidas pelas organizações revolucionárias. O quanto havia de utópico em uma geração que se dispôs a enfrentar o imenso aparelho de repressão do Estado militar? Os militantes, intelectuais, trabalhadores, envolvidos na resistência a ditadura acreditavam nas possibilidades de uma revolução?

O anacronismo muitas vezes impede que seja avaliado o contexto revolucionário dos anos 1960 que estimulou essa geração a subverter a ordem estabelecida. Fatores externos influenciaram de forma decisiva na elaboração de uma perspectiva possível de ser alcançada. Para citar o mais próximo exemplo, a Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, era modelo a ser seguido e representava reais possibilidades. De outro lado, o conflito no Vietnã era exemplo de política imperialista a ser combatido. Os movimentos culturais anunciavam uma transformação nos costumes e uma reformulação das concepções de moralidade o que ameaçava o *status quo* e as políticas conservadoras. O entusiasmo justificava-se por acontecimentos globais que acabaram por estabelecer uma conduta comportamental insurgente em todos os níveis da sociedade.

Assim como o AI-2 estabeleceu o início do fechamento político, oportunizou também, nesse caso, a aproximação, embora tímida, do Movimento Estudantil com o Movimento Operário. A pretensão de levar adiante a luta contra a ditadura e o imperialismo só poderia ocorrer por meio de uma reorganização compondo forças sociais distintas e a isso serviu o I Encontro Nacional Operário. A presença das organizações comunistas foi imprescindível nesse processo e mesmo que a sociedade não tenha compartilhado de seus métodos a revisão histórica tem mostrado que somente com a apreensão, tortura, banimento e exílio de jovens revolucionários os diversos setores da sociedade mobilizaram-se contra a ditadura militar.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Documentação interna da AP (Doc. int. AP).
Arquivo particular de Derlei Catarina de Luca – (Arq. part. DL.).
Depoimento de Daniel Aarão Reis Filho recolhido nos dias 18-19 de outubro de 2006.

Fontes Secundárias

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucila. A. Neves. **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – O Brasil Republicano; v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp. 13-42.

CARVALHO, José. Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTORIADIS, Cornélius. **A experiência do movimento operário.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

REIS FILHO, D. A. **A Revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel. Aarão & SÁ, Jair. Ferreira de. (org.) **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Antônio Ozai. **História das tendências no Brasil:** origens, cisões e propostas. 2 ed. (revisada e ampliada). São Paulo: Impressão e Acabamento: Dag Gráfica e Editorial. s/d.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A egiptomania na América do Sul: um estudo multidisciplinar e comparativo

Margaret Bakos[1]

O *Obelisco* da Av. 9 de julho em Buenos Aires, a *Casa egípcia* no Rio de Janeiro, a *publicidade da máquina de escrever* da Revista *O Globo*, o *Motel O Faraó* em São Paulo, o *Convite de réveillon* para uma Noche en el Nilo em Punta del Leste, entre tantos, tantos outros. Que fenômeno é este que ressurge, se reapresenta sob diferentes matérias, linguagens e suportes: prédios, monumentos, esculturas, pinturas, filmes, outdoors, cartões, ornamentos de todos os tipos, e com funções tão diversas? Encontros sexuais ou amorosos, enfeites, propagandas e anúncios!

Desde há muito, essa permanente convocação e apropriação de elementos e traços da cultura egípcia vem despertando minha curiosidade como pesquisadora, mas, durante muito tempo, desconhecia que esse tipo de prática tivesse mesmo um nome próprio. Foi somente com a localização do conceito de ***egiptomania*** de Humbert que vislumbrei a possibilidade de encará-lo como objeto de uma investigação científica regular.

Ocorre que a manifestação de interesse pelo Egito antigo pode assumir três pontos de vista diversos: o da *egiptologia*, ciência que surgiu no século XIX, a partir da decifração dos hieróglifos por Champollion, dedicada ao estudo de tudo o que é relativo ao antigo Egito, dando conta de um olhar acadêmico e rigoroso sobre os fenômenos advindos dessa cultura; o da *egiptofilia*, que consiste no gosto pela arquitetura, arte e textos egípcios ou que versam sobre eles, preocupando-se com o exotismo daquela sociedade e aspirando à posse desses objetos; e, finalmente, o da *egiptomania*, que consiste na apropriação e reutilização, meio à revelia, de elementos de gramática de ornamentos do antigo Egito, de tal forma com que lhes sejam atribuídos novos significados. Assim, ao se analisarem os achados de práticas de egiptomania, devem-se considerar bem do mais do que as origens da apropriação, examinando essas peças em seu estatuto de manifestação cultural, *da* e *na* sociedade, pois, ao

[1] Profª.drª. do Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (PUC-RS)

trazer esses objetos espetaculares novamente à vida, seus usos acrescem-lhes sentidos e significação. A representatividade dessa prática vem fazendo dela um domínio próprio de estudos no âmbito da egiptologia, privilegiado e singular, atinente à história da arte e da cultura dos apropriadores: é que o entendimento desses fenômenos, como *transculturação*, dota-os de uma dimensão histórica. Assim, o domínio de estudos da egiptomania examina as práticas e formas de apropriação particulares que cada cultura e sociedade faz de elementos do antigo Egito, pois elas dizem muito de seus imaginários, hábitos e práticas culturais, falando não só da permanência de valores representativos da cultura egípcia, mas daqueles da cultura que os acolhe, os modifica e os transforma.

As três imagens da história egípcia mais conhecidas como ícones da egiptomania foram criadas por volta de 2800 a.c., quando o primeiro rei Djoser, da III dinastia, inaugurou o antigo império, no qual se constituiu, do ponto de vista estético, sócio-econômico, político e religioso, um conjunto de elementos e instituições bastante representativos da civilização egípcia, com destaque no caráter divino do poder faraônico. Nessa fase áurea, deu-se início ao projeto arquitetônico que levou à criação das pirâmides de Gizé, da esfinge de Quefrém e dos obeliscos; desenvolveu-se a mais bela de todas as escritas - a hieroglífica; cultivaram-se rituais mortuários magníficos, originando mitos fundados na hibridização entre o humano e o divino, a fauna e a flora. Eram imagens que, de tão fortes e presentes no cotidiano, passaram a expressar uma segunda natureza egípcia – original, fascinante e mágica, tanto que perdura no tempo.

Ao que tudo indica, o fenômeno *egiptomania* teve seu início no século IV a.C, com a conquista do Egito por Alexandre da Macedônia; a partir de então, pela bacia do Mediterrâneo oriental navegaram, do continente africano ao europeu, obras primas originais dos egípcios antigos, que hoje se constituem em peças das coleções egípcias de museus do mundo inteiro, fornecendo modelos e inspiração às práticas de egiptomania, essas também universais.

A vitória das forças bélicas de Marco Antônio sobre as da rainha Cleópatra VII, contribuiu, a longo prazo, para um paulatino abandono dos hieróglifos (a última inscrição encontrada nessa escrita data de 24/8/394 d.c), mas efetivamente foi a partir da conquista do Egito por al-Ási, (642 d.c.), que ela caiu em desuso, devido à adoção, por parte dos egípcios, da língua, da escrita, da religião, do *habitus* e dos padrões estéticos orientais dos conquistadores. A beleza e o mistério da cultura egípcia, não obstante, sobrevive no imaginário coletivo ainda hoje, favorecido por toda uma historiografia de origem grega, que confere ao Egito a imagem de terra de prosperidade, perenidade e riqueza – o *celeiro da*

antigüidade –, lugar onde, ao invés de fome, se encontravam riquezas entesouradas, faraós imortais e deuses poderosos. Esses traços de *abastança*, *poder*, e *perenitude*, de certa forma, são os atributos simbolizados pelos ícones da egiptomania, que, aliás, dentre as sete maravilhas do mundo antigo, são únicos que permanecem.

O sentido original dessas imagens se perdeu, ao longo da Idade Média, quando surgiram novas formas de pensamento religioso. Nenhuma delas é tão importante como o hermetismo que vai buscar o nome a Hermes, equivalente helênico do Thot egípcio, deus benevolente, (...) criador do mundo graças à sua voz demiúrgica. (Lévèque,1967,p.155).

De lá para cá, um mundo fantasioso sobre os egípcios antigos, partilhado também pelos povos asiáticos, vem, na verdade, sendo continuamente fomentado, através da reutilização de suas criações. Nessa direção, a campanha de Napoleão ao Egito, a decifração dos hieróglifos, bem como a descoberta da tumba intacta de Tutankhamon só fizeram tornar mais populares as práticas de egiptomania, elevando seu estudo à condição de nova especialização da egiptologia, e fomentando a egiptofilia em nível internacional.

No Brasil, a rota da egiptomania passa por Portugal devido ao papel desempenhado pela família real portuguesa na introdução de elementos do antigo Egito. Já no primeiro projeto de urbanização do Rio de Janeiro, em 1783, o passeio público foi planejado de forma a configurar um jardim ao gosto aristocrático, em que havia largos espaços destinados às representações das antigas tradições paradisíacas orientais. Além disso, os monarcas D. Pedro I e II são os responsáveis pela constituição da mais importante coleção de peças egípcias da América do Sul.(BAKOS, 2004, p.17)

Por tudo isso, não é de causar surpresa um convite para festa temática *Noche en el Nilo*, realizada no hotel Conrad, em Punta del Este, Uruguai, por ocasião da passagem de ano; ele, aliás, serve bem para ilustrar essas práticas de egiptomania. Obviamente, destinava-se ao turista endinheirado, fantasioso, acostumado a serviço VIP 5 estrelas, em veículo equipado com TV, frigobar, incluindo a *infaltable* champagne: afinal, esses são os freqüentadores da cidade e do cassino do Conrad nessa época de final de ano.

As festas são manifestações da existência coletiva; sua teatralização põe em cena a ação comportada por uma narrativa. Não cabe aqui uma análise aprofundada; mas, não se pode deixar de dizer que, no contexto, se trata de escolha temática plausível e adequada, tendo em vista a necessidade de criação de um cenário festivo de caráter internacional, cujo motivo pudesse ser compartilhado por todos, hóspedes e convidados, congregando gente de várias partes do mundo. As apropriações foram produzidas tendo como suporte um conhecimento histórico, conforme fica demonstrado por alguns detalhes eruditos empregados. Houve

critério e capricho nas escolhas e na apresentação visual dos ícones da história egípcia – a esfinge, as pirâmides e outros monumentos altamente representativos do poder e da riqueza da instituição faraônica, apontando para a forma como o imaginário coletivo, de modo geral, concebe a sociedade egípcia: gente jovem e bonita, muito fausto, lazer e sensualidade; dirigentes, cercados por criadagem servil, bem nutridos e satisfeitos; muito mistério e, acima de tudo, um brinde à *perenidade*.(BAKOS, 2005, p. 235) Não é este o anseio mais profundo de todos os homens?

O uso do tema *Egito antigo* para uma festa é prática de egiptomania bastante antiga. Como esta, muitas outras vêm sendo realizadas pelo mundo afora, e já há milênios. Há mesmo muitos exemplos dessas apropriações aqui no Brasil. Mas essa festa em Punta del Este chamou a atenção pela suntuosidade e uso político, social e publicitário que fez dessa apropriação.

O achado e questionamento sobre essa prática de egiptomania vai em direção à proposta deste simpósio temático ao evidenciar a necessidade da multidisciplinaridade necessária à análise, apontando às características fundamentais da egiptomania, que apresenta

(1) muitas formas, desde a criação de logotipos, esculturas, pinturas, gravuras, objetos de uso pessoal (como jóias e objetos decorativos), monumentos públicos, música, pintura, escultura, até a escolha de motivos para festas temáticas. Enfim, como afirma Jean-Marcel Humbert, não há gênero que tenha escapado à sua influência, o que dificulta qualquer tentativa de sistematização;

(2) grandes problemas no que tange a indiferenciação entre as óticas da egiptologia, da egiptofilia e da egiptomania; A pesquisa, em curso, por exemplo, embora se realize com objetivos e métodos próprios da egiptologia, versam sobre práticas de egiptomania e, ao mesmo tempo, pode ter como alvo de interesse muito grande a egiptofilia;

(3) a questão da identidade cultural, como categoria de análise nas investigações sobre as mediações no processo de recepções e de produções transnacionais do Egito;

(4) a necessidade de conhecer sobre os seus ícones. Por exemplo, a própria palavra obelisco parece que desapareceu do vocabulário coloquial básico, pois, quando investigamos o obelisco no Brasil diversas das pessoas sequer sabiam o que a palavra significava. Esse desconhecimento levou a um segundo grande problema. Enviamos 145 questionários às capitais de todos os Estados brasileiros, e para outras localidades maiores, em

vários deles. Somente 28 % foram respondidas, ou seja, 41 mensagens. Em três, as pessoas escreveram afirmando que, nos seus municípios, não havia obeliscos. Quando tínhamos conhecimento da existência deles e escrevíamos novamente ou enviávamos fotos, recebíamos, numa segunda resposta, a confirmação de que na verdade havia um obelisco lá

(5) diferentes *suportes* para a apresentação, desde construções arquitetônicas, convites para festas, objetos decorativos, cartões de visitas, e inúmeros espaços, cada vez mais ampliados através do aumento dos meios de comunicação de massa, desde a imprensa escrita: jornais, revistas, livros, bem como televisivos, mas principalmente pela propaganda de estabelecimentos comerciais e industriais, em outdoors, nomes e divulgados de maneiras as mais diversas.

Considerações finais

A *egiptomania* destaca o papel maior do Egito antigo: o de agente de um dos mais longos fenômenos de transferência cultural já contabilizado, matriz de valores e de gostos estéticos mundiais contemporâneos.

A *egiptomania* é o fenômeno mais antigo e mais longo de transculturação jamais ocorrido na história da humanidade e pode ser estudado, tanto em relação a essa longevidade através do uso sistemático dos três grandes ícones já referidos as pirâmides, esfinges e obeliscos, como através do entendimento, de cunho genealógico, dos casos isolados, particulares de cada local do planeta em que foi localizado e/ou produzido essa cópia.

Os achados sobre egiptomania são, em geral, inimagináveis *a priori* tanto em âmbito quantitativo quanto qualitativo no continente americano e no mundo em territórios tão longínquos, do Egito, como Austrália, Nova Zelândia e China. Quando eles aparecem costumam causar emoção comparável às descritas nas descobertas de cunho arqueológico. Assim, inúmeros outros exemplos poderiam ser citados e, até mesmo, estudos comparativos entre práticas de egiptomania estampadas em um mesmo suporte material: como por exemplo, as capas de dois livros publicados em Portugal e na Argentina, que estampam imagens de obeliscos, erigidos em suas respectivas capitais nacionais, com propósitos turísticos e literários.

Bibliografia

BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi (Anthropos-Homem).* Lisboa: Imprensa Casa Nacional da Moeda, 1986. n.5.

BAINES, J. ; MÁLEK, J.Atlas of Ancient Egypt. London, British Libray, 1996: p.84

BAKOS, Margaret Marchiori. *Um olhar sobre o antigo Egito no novo mundo:* a biblioteca pública do Estado do Rio Grande do Sul, 1922. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC/RS, 27, (2), 2001. p. 153-172.

BAKOS, Margaret Marchiori. Egyptianizing motifis in architecture and art in Brazil. In.:HUMBERT, Jean- Marcel; PRICE, Clifford, org. *Imhotep today:* egyptianizing archicteture. London: University College, 2003, p. 231-245. v. 8.

BAKOS, Margaret Marchiori. O Egito antigo: na fronteira entre ciência e imaginação. In: NOBRE,C.; CERQUEIRA, F.; POZZER, K., org. *Fronteiras & etnicidade no mundo antigo*. (13º Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Pelotas, 2003) Canoas: ULBRA, 2005. p. 271-281.

BAKOS, Margaret Marchiori. O Egito antigo na rota dos navegadores: do começo ao fim do novo mundo. Phoînix .Rio de Janeiro,12: 46-86, 2006.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Uma noche em el Nilo*: egiptomania no Uruguai. In: LESSA, F; BUSTAMANTE, R. org. *Memória & festa.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 235-239.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Egiptomania:* o Egito no Brasil. São Paulo: Contexto, 2005. Selo Paris.

BERND, Z., org. *Americanidades e transferências culturais.* Porto Alegre: Movimento, 2003.

BERND, Z.; LOPES, C. *Identidades estéticas compósitas.* Porto Alegre e Canoas: UFRGS e PPGLetras-La Salle, 1999.p.214-238.

BONNARD, A. *Civilizacion griega.* Buenos Aires: Sudamericana, 1970.

BRIER, B. *Egyptomania:* surveying the Age-Old Fascination with Ancient Egypt. San Francisco: Spring, v. 4, (1), 1993. p.40-52.

BRITO, M. Penduricalhos da memória: usos e abusos dos obeliscos no Brasil. Dissertação para obtenção do título de Mestre, Programa de Pós-graduação em História.Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

BRWIER,M.C. *Présence de L´Égypte* , Namur, Bibliothèque Universitaire Moretus Plantin, 1994.

CARDOSO, C.F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. São Paulo: Edusc, 2005.

CURL, J.S. *Eyptomania. the egyptian revival:* a recurring theme in the history of taste. New york: Manchester University, 1994.

DONADONI, S. et alii. *Egypt from myth to egyptology.* Torino: Fabri, 1990.

DUVIGNAUD, J. *Festas e civilizações*. Fortaleza: UFRJ/Tempo brasileiro, 1983.

FALLOT, Jean. *La pensée de l'Egypte* a*ntique*. Paris: Publisud, 1992.

FUNARI, P. P; GARRAFONI, R.S. O Egito na sala de aula. In: BAKOS, Margaret Marchiori, org, *Egiptomania:* o Egito no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Selo Paris.

FUNARI, P. P; GARRAFONI, R.S. *Imagens do Egito antigo*. Campinas: UNICAMP, 2004 (Dissertação de mestrado).

FUNARI, R S. O Egito na sala de aula. In: BAKOS, Margaret Marchiori, org. *Egiptofilia:* o Egito no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Selo Paris.

GOFF, J. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 1992.

GUTIERREZ, Alberto Prebisch R. *Una vanguardia con tradición*. Buenos Aires: Cedodal, s/d.

HUMBERT, J-M.; PANTAZZI, M.; ZIEGLER, C. Egyptomania: egypt in western art, 1730-1930. In : *Réunion des musées nationaux/national gallery of Canadá.* Paris: Ottawa, 1994.

HUMBERT, J.M. (org.) *L'Égyptomanie à l'éupreuve de l'archéologie.* Paris: Musée du Louvre, 1996.

JACKS, N. Querência. *Cultura regional como mediação simbólica.* Porto Alegre: Da Universidade, 1999.

LÉVÉQUE, P. *O mundo Helenístico* Lisboa: Ed. 70, 1987.

MARTINET, André. *A lingüística sincrônica.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

LOPES, C.*Identidades estéticas compósitas.* Porto Alegre, Canoas: UFRGS e PPG/Letras-La Salle, 1999. p.214-238.

PERNIGOTTI, S. *L'Egitto fuori dell'Egitto.* Milano: Archeo, 1991.

SAID, E. *Orientalismo:* o oriente como uma invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

ZIVIE-COCHE, C. Sphinx. *History of a monument.* London: Cornell University Press, 2004.

Sobre egiptomania, visite: http://www.pucrs.br/ffch/historia/egiptomania/

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"A construção de um projeto político: os caminhos da memória e cultura integralistas"

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro*

Resumo: Na década de 1930, o movimento integralista liderado por Plínio Salgado, de características fascistas, conseguiu reunir milhares de militantes. Nos anos seguintes ao da implantação do Estado Novo, o integralismo foi perdendo a sua força organizativa. Porém, os ideais da Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, vêm atualmente sendo recuperados por grupos que almejam fazer florescer e chegar à hegemonia da sociedade política brasileira o modelo de Estado Integral. Na atualidade, alguns grupos que se intitulam integralistas se organizam em várias partes do Brasil com o objetivo de reestruturação do movimento. Estes grupos defendem a construção de uma memória do movimento que seja produzida pela própria militância e propõem , a partir de releituras da Doutrina do Sigma, tornarem-se portadores de uma verdadeira e única história integralista.

Palavras-chave: integralismo, memória, fascismo

Résumé: Aux années 1930, le mouvement intégraliste, commandé par Plínio Salgado, de caractéristiques fascistes, a réussi à réunie milliers de militants. À la suite de l'instauration de l'Etat Nouveau, l'intégralisme a perdu désormais sa force organisatrice. Cependant, les idéaux de l'Action Intégraliste Brésilienne [Ação Integralista Brasileira], crée en 1932, récupère des groupes qui souhaitent faire le modèle de son « État Intégral » épanouir et arriver à l'hégémonie de la société politique brésilienne à nos jours. Actuellement, quelques groupes, qui s'intitulent intégralistes, s'organisent partout dans le Brésil avec le but de restructurer ce mouvement. Ces groupes défendent la construction d'une mémoire du mouvement produite par les militants eux-mêmes et proposent, à partir de relectures de la Doctrine du Sigma, devenir les porte-paroles d'une véritable et unique histoire intégraliste.

Mots-clés: intégralisme, mémoire, fascisme

A fundação da Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1932, marcou o início de um movimento político-social brasileiro sem igual na história do Brasil. Não somente representou a adesão de milhares de brasileiras e brasileiras a um projeto de governo autoritário, mas também significou o alcance do ideário fascista além do continente europeu, em terras e condições que não correspondiam às determinações ideais de uma possível gradação evolutiva do capital. Mas, o fato do ideário fascista encontrar ressonância em terras brasileiras, não significa que o fascismo não seja uma espécie de solução burguesa de Estado, como perceberam alguns marxistas. Significa a reação ao liberalismo, ao temor à desordem

* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Instituto Superior de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira.

que, segundo o pensamento conservador, teria sido provocada pela entrada da classe popular nos espaços da luta política no âmbito do Estado, reivindicando sua auto-representação, após as Revoluções Francesa e Industrial.

O fascismo deve ser entendido aqui, como bem colocou Silva, como "uma possibilidade da moderna sociedade de massas, e não apenas de um período histórico determinado e já findo da aventura humana." (SILVA, 2000: 113). As idéias fascistas, de intolerância às escolhas fora dos parâmetros do próprio fascismo, continuam sendo acalentadas. Os limites da intolerância são flexíveis nos contornos contextuais, mas permanece a visão de que somente o Estado forte pode conter e resolver os "abusos" da participação democrática, como, por exemplo, da pluralidade de idéias e de formas de representação política.

A doutrina integralista, que se organiza com a criação da AIB, detém certos aspectos que a aproximam, tanto do ideário fascista como da Igreja Católica organizada a partir do Concílio Vaticano I. E, são estas perspectivas que levaram milhares de pessoas a aderirem ao integralismo. Estas encontraram no movimento, as suas próprias perspectivas, as respostas para entender e dar um contorno mais ordenado ao mundo. Uma ordem que necessitava excluir o que se considera desordem, para que não houvesse conflitos. Uma ordem governada pelo espírito cristão, pelo exercício de um governo forte, que, sob os auspícios divinos, poderia garantir a integração salvadora através de uma identidade uniformizada pelas idéias e pela submissão a uma única e confiável Chefia. E o apelo à ordem, à idealização da função salvífica que continha o movimento motivou a adesão às suas fileiras.

O movimento iniciado em 1932 organizava-se com base numa rígida hierarquia. No topo desta, o Chefe Nacional e mentor da AIB, Plínio Salgado. O movimento demonstrava externamente as características fascistas com uso da camisa-verde, em cujas mangas era bordado o Sigma (∑) – o símbolo matemático do somatório. A proposta do movimento, com a escolha deste símbolo era fazer-se representar nele a própria doutrina integralista. Esta, ao integrar a síntese, através da soma do conjunto de toda a produção filosófica, política, social e econômica da humanidade ocidental, era entendida como a única escolha possível e correta, excluindo as ideologias consideradas pelos ideólogos do movimento como perniciosas á ordem moral social. Ao buscar as raízes nacionais, o integralismo propunha salvar o país das influências materialistas representadas tanto pelo capitalismo quanto pelo comunismo. Assim sendo, todas as representações e manifestações sociais estariam limitadas à idéia de síntese integralista – como marca de uma visão de mundo. Neste sentido, o integral se limita às

fronteiras da síntese – nada fora do que a Doutrina do Sigma considera aceitável – nada fora do integralismo.

Após a implantação do Estado Novo, em 1937, o integralismo foi perdendo a sua força organizativa. Porém, os ideais integralistas permanecem ainda vivos e são recuperados na atualidade por grupos que se organizam em várias partes do Brasil com o objetivo de reestruturação do movimento. A memória do movimento vem sendo reconstruída ao longo de setenta anos, considerando-se, cada grupo que se organiza, os portadores da verdadeira idéia integralista. Os "novos" integralistas propõem-se, a partir de releituras da Doutrina e da absorção de memórias construídas ao longo do tempo, seja pelo acúmulo das produções endógenas seja pelas lembranças que buscam extrair dos "velhos militantes". A Doutrina do Sigma permanece como parâmetro para a construção de uma História a partir da memória produzida pelos intelectuais e militância do movimento. Esta História congrega os aspectos em conflito da construção de uma memória integralista influenciadas pelas visões particulares de cada grupo que disputa hoje a "posse" da memória integralista. Nesta estão representados os projetos de futuro para o Brasil de parcela da sociedade brasileira, autoritária e intolerante para com a diversidade cultural e política. A preservação dessa memória se dá pelo respeito à continuidade de uma coerente linha de pensamento produzida pelos ideólogos da AIB. Esta direção pode ser constatada, desde a década de 1930, tanto na literatura produzida pelo integralismo quanto pela existência dos inúmeros grupos que defendem suas idéias e que se propagam por vários locais do Brasil, ou através da *internet,* nos que podem ser considerados núcleos virtuais. No entanto, isto não significa a obediência a uma leitura única da doutrina originariamente construída entre 1932 e 1937.

A presença "imortal" do Chefe Nacional Plínio Salgado, como representação de autoridade no que se refere à "posse" da memória pelos grupos atuais é preponderante. Nada, nem ninguém, pode substituir o Chefe, que faleceu em dezembro de 1975. A preservação do culto ao Chefe constitui parâmetro para os que seguem a Doutrina do Sigma. E esse respeito à memória do Chefe confirma, como Hannah Arendt percebeu na sua interpretação de totalitarismo, a importância do líder e do que significa o que escreve ou fala. Além da autoridade hierárquica, está a capacidade do líder tornar seu desejo a expressão da vontade de um grupo. Segundo Arendt, o exercício do poder, já que não haveria níveis intermediários definidos no totalitarismo, se daria pela relação do líder com seus liderados. Uma relação direta que deveria ser mantida "em qualquer lugar e a qualquer momento" (ARENDT, 1979: 154). Assim, o desejo do líder, transmutado em vontade de seus liderados, representaria a permanência do corpo vivo do próprio líder através da idéia, já que o desejo do líder pode

encarnar-se. Conhecer e interpretar, segundo a perspectiva filosófico-doutrinária do Chefe, significa torna-se seu herdeiro, um verdadeiro integralista.

Os grupos de hoje procuraram reproduzir a mesma arrumação simbólica, os mesmos ritos do movimento na década de 1930, como o de abertura da reunião com a entoação do Hino Nacional e do Hino "Avante".[1] Também continuam a reproduzir as demonstrações públicas de respeito na quantidade de "Anauês" recebidos pelos chefes, assim como o simples cumprimento com a mão direita levantada, ao saudarem-se entre si com o "Anauê" tradicional. Alguns se vestem como os primeiros integralistas com o uniforme tradicional: camisas verdes com o Sigma, símbolo do integralismo, bordado na manga. Usam gravatas e calças pretas. Outros, ao invés do Sigma bordado das antigas camisas sociais, apresentam impresso o símbolo do movimento em *silk screen* nas camisetas de algodão sintético.

A arrumação do ambiente para as reuniões de hoje, segue as regras do período fundador: a mesa principal, onde ficam os que fazem os discursos; na parede atrás da mesa, ao centro, fica o retrato do Chefe Plínio Salgado. A bandeira azul com o Sigma pode ladear o retrato do Chefe. A bandeira do Brasil também deve estar presente. Senta-se ao centro, o principal membro do grupo, ou o organizador do evento. Ao seu lado, em reuniões periódicas, o secretário. Em reuniões festivas, os convidados.

A sessão era e é aberta pelo dirigente principal com um discurso para expor os motivos da reunião. Na década de 1930, estes eram os chefes municipais e tinham como objetivo maior a doutrinação. Nos períodos posteriores, a doutrinação continua importante, mas, de certa forma, o esvaziamento do movimento, desde a decretação do fim da AIB, tornou mais necessária a discussão das formas de enfrentamentos das questões políticas e a manutenção do próprio integralismo. As reuniões doutrinárias se dão com apresentação de palestras nas quais, os integrantes do movimento apresentam discussões atualizadas à luz da perspectiva da doutrina produzida pelos principais ideólogos do período da AIB. Não se pode fugir à esta regra. Expressar-se de outra forma demonstraria desconhecimento dessa perspectiva fundamental para o integralismo.

A base doutrinária segue o *Manifesto de Outubro*, no qual a idéia de síntese filosófico-espiritualista é essencial. Nesta síntese, está contida toda a visão específica do

[1] Na década de 1930, as reuniões eram abertas com a entoação do Hino Nacional, cantado apenas a primeira parte. A segunda parte do hino, iniciada por "Deitado eternamente em berço esplêndido", não era aceita pelos integralistas, pois não admitiam uma suposta alusão à incapacidade do povo brasileiro de reagir às suas mazelas. Atualmente, somente alguns núcleos, principalmente os que têm na direção um velho militante da AIB respeitam essa regra. Mas não se nota atualmente esta preocupação em cantar ou não a segunda parte do hino, ou por não a considerarem nociva à honra nacional, ou, principalmente por desinformação dos novos integralistas.

integralismo das condições da família; da concepção integralista do trabalho; da interpretação do significado integralista para democracia; dos conceitos de liberdade; do comunismo e do que significa o imperialismo como fator de destruição da humanidade do homem e vitória do materialismo. Neste sentido, o que denominam "capitalismo judeu", "o capitalismo sem pátria", seguindo a ótica do intelectual do movimento e Chefe das Milícias, Gustavo Barroso, também é apontado como fator importante a ser combatido. Outro ponto privilegiado na construção da memória integralista re-produzida em todos os contextos é a sua especificidade em relação ao fascismo. Este tema ganhou maior importância, conforme a derrota do modelo europeu foi sendo tratada diante da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial. E, atualmente, diante da ascensão dos neo-fascismos, principalmente na Europa, a mídia atualiza constantemente o discurso da memória do holocausto e da intolerância.

Na busca por adesões, o integralismo fundador procurou incorporar à doutrina visões e versões de mundo já existentes no substrato cultural do povo brasileiro, principalmente no que se refere à ligação do povo brasileiro com o catolicismo. Nesse sentido, procurava absorver do senso comum, concepções de mundo que seriam facilmente digeridas pelas massas. O próprio lema "Deus, Pátria e Família" reproduz o apelo da Encíclica Papal *Rerum Novarum* de ordenação do mundo, pelo controle moral, tendo a família cristã como suporte primeiro, sustentando toda a sociedade. Estas idéias hoje são revisitadas sob o argumento da grande crise de moralidade que, segundo a "nova militância", tem na televisão sua principal divulgadora.

Considerando um dos impasses da modernidade a universalização de aspectos culturais hegemônicos e a aparente destruição das diferenças nacionais, parte da juventude brasileira resgata memórias da história do integralismo e a re-visita buscando nas bases filosóficas, elementos para a construção de uma utopia que, ao invés de assentada no processo do devir, assume a posição contrária a de fazer revolver a marcha da história. A idéia de revolução, neste sentido, tem significado de eterno retorno ao tempo de antes, o que teria sido o melhor. Momentos de mudanças no mundo do trabalho e das relações sociais ainda são vistos pelos novos integralistas como norteadores de suas posições, ainda que as exigências de respostas, neste início do século XXI requeiram decisões múltiplas diante da diversidade de respostas que as transformações tecnológicas impuseram à sociedade pós-industrial. Deste modo, tanto os integralistas de 1930 quanto os de hoje mantém certas posturas e buscam preservar tradições que consideram as do povo brasileiro: o comportamento moral conservador, uma nacionalidade extremada, um anti-semitismo arraigado à uma ótica cristã discriminadora e autoritária, um intolerância com qualquer movimento ou pensamento que

seja considerado à parte dos princípios cristãos. Tal como versava, na atualidade, o Estatuto aprovado no Encontro integralista de dezembro de 2004 que criou o Movimento Brasileiro Integralista e que durou pouquíssimo tempo: "O MIB se intitula de cunho cristão, porém aberto a todas as pessoas de todas as denominações religiosas, desde que respeitem os costumes, a moral, as tradições e os princípios cristãos e brasileiros."

Os novos integralistas absorvem as memórias das obras e do contato com os integralistas de gerações anteriores e apresentam o novo trunfo: a *internet*. O meio mais importante de propagação dos ideais integralistas. O que se rememora? Também o Chefe, que a maioria não conheceu. Por isso, apesar das demonstrações públicas de respeito, alguns ousam contestar os escritos. Embora digam estar dando continuidade, interpretam a doutrina sob novas condições, numa conjuntura tão dinâmica que o pensamento vai tornando apenas referência.

No caso da Frente Integralista Brasileira (FIB), a obediência aos princípios básicos é respeitada quanto à interpretação católica da doutrina. Seguem a *Rerum Novarum* e os caminhos de explicação da fé indicados por Tomás de Aquino. A FIB tem como seu setor de estudos da doutrina o apoio do CEDI, o Centro de Estudos e Debates Integralistas, com núcleos espalhados por diversas partes do Brasil e que se comunicam por meio da *internet*, mas mantém independência em termos de produção e organização interna. A FIB utiliza a Casa de Plínio Salgado para reuniões.

O Movimento Integralista Linearista Brasileiro (MIL-B) interpreta a doutrina, como dizem, com os olhares do século XXI. Incorporam a leitura científica, da ordenação newtoniana, da negação dos dogmas e do relativismo mas submetendo todo conhecimento produzido pelos homens à inspiração divina. Seguem Santo Agostinho ao quererem demonstrar a existência do divino apenas pela fé. Pois Deus apenas existe e move o Universo. Este é visto através da coerência da ordem da natureza concebida por Deus que defendia Leibniz. Seguem, principalmente Gustavo Barroso. Consideram o sionismo o mal da humanidade posto que as principais casas bancárias pertencem a judeus que, segundo os linearistas não têm compromisso com as pátrias que habitam. Por isso o seu capital é internacional e só enriquece aos próprios donos do capital e não são revertidos para o resto da população.

Os linearistas chamam a atenção para a distinção que fazem entre sionismo, que definem como poder econômico, e semitismo, que trás a referência ao povo judeu. Deste modo, defendem que não há discriminação racial, mas constatação que certos grupos formados por judeus controlam o mundo através do poder econômico. Acham que há uma

conspiração sionista para dominação do planeta[2] e que urge a reação dos homens espiritualizados, guiados por uma elite superior, para defender o mundo que está sendo governado pelo próprio demônio. Pois, se existe Deus como força absoluta e motor de toda a natureza, há o outro lado espiritual que habita as trevas, que governa os interesses de destruição da moral, da família e da Pátria. O objetivo central do linearismo seria alinhar a visão cientificista de mundo com a visão espiritualista e congregar os dois paradigmas num só. Para os linearistas não se pode analisar a espiritualidade sem analisarmos as condições científicas e racionais de nossa realidade. No entanto, tem que se tomar cuidado em não se cair numa visão dogmática e relativista da realidade humana, na sua concepção, a oposição ao materialismo não significa apenas negá-lo. É necessário estudá-lo e compreendê-lo. O MIL-B, como associação, ainda conta com o apoio da SENE, a Sociedade de Estudos Nacionalistas e Espiritualistas que seria uma instituição de estudos acadêmicos e filosóficos.

A Ação Integralista Revolucionária, outro grupo importante, com base na cidade de Rio Claro defende a submissão à doutrina, mas com independência de interpretação. Pretende ser a força capaz de unir os grupos integralistas, entendendo que a organização do novo integralismo deve partir de células menores até fortalecer-se nacionalmente.

Na reconstrução das memórias por todos os "novos" grupos, ainda se preserva a história da traição de Vargas, com a implantação do Estado Novo, que impôs o fim da AIB e dos liberais, no episódio conhecido como "Intentona Integralista" – a tentativa de tomada do Palácio Guanabara, residência oficial da presidência em 11 de maio de 1938. E esta é a versão oficial, divulgada para as gerações que se sucederam á primeira geração que viveu os acontecimentos e que a ela foi endereçada a tarefa de replicar.

Todos são contra as mudanças instituídas pelo Concílio Vaticano II. Consideram os movimentos de luta de origem popular, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) uma excrescência da sociedade brasileira, sob uma democracia que não reconhecem como sistema capaz de manter o controle sobre o povo que governa

Desta forma, os integralistas mantêm viva a idéia primordial que gerou o movimento. Ao longo da história brasileira, desde 1932, mantém-se viva a utopia de se construir o Estado Integral. Malgrado as mudanças nas perspectivas da humanidade sobre seu próprio devir, no qual se percebe a necessidade de se reconhecer como um todo universal que incorpore a diversidade e as multiplicidades de pensar, os integralistas ainda buscam defender

[2] Esta "teoria da conspiração" está delineada n'*Os Protocolos dos Sábios de Sião* (LAMBERLIN e outros. São Paulo: Centauro, 2001). Gustavo Barroso seguia esta teoria, considerando verdadeira a idéia de que grupos de banqueiros internacionais de origem semita mantêm a dominação do mundo pela exploração capitalista internacional.

seu projeto de síntese. Anulando as diferenças, o integral reduz-se à unidade e o total, restringe-se à imposição de uma vontade única: ao totalitarismo.

Referências Bibliográficas:

ARENDT, Hannah. *Totalitarismo, o paroxismo do poder – uma análise dialética*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

CARNEIRO, Márcia R. S. R.. *Do Sigma ao Sigma – entre a nata, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2007 (*mimeo*).

LAMBERLIN et alli. *Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Centauro, 2001.

SILVA. Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In AARÃO, Daniel et alli. *O século XX – O Tempo das Crises – Revoluções, fascismos e guerras, Vol. 2.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Espiritismo no Recife segundo a psiquiatria do Estado Novo: "fábrica de doentes mentais"

Maria Concepta Padovan

Resumo: O período do Estado Novo caracterizou-se por um momento de organização social, baseado na moralidade e religiosidade através da família. A psiquiatria encontrou espaço para seu desenvolvimento, atuando juntamente ao governo, de forma que a ordem fosse preservada a partir da prevenção e reintegração da loucura. Neste sentido procurou-se estudar as formas pelas quais os praticantes de cultos de origem africana viram-se alvos da perseguição policial e médica: a loucura foi sendo traçada como a "desobediência" dos padrões estabelecidos, e os aspectos considerados inadequados e intoleráveis acabaram por se mostrar como a real vivencia da loucura.
Palavras-chaves: Loucura, Espiritismo, Estado Novo.

Abstract: The "Estado Novo" period was characterized as a moment of social organization, based in morality and religiousness through family. The psychiatry found its development space, acting with the government, in form that the order was preserved through prevention and reintegration of madness. In this direction, the study looked up for the forms wich the praticants of african origin cults turned into targets of the police and medical persecution: madness was being traced as disobedience of the established standards, and these inadequate and intolerable considered aspects ended showing the real experience of madness.
Key words: madness, Espiritism, Estado Novo.

O Estado Novo constituiu-se em um regime baseado em um poder central forte, exercido através da ação de interventores nomeados para os governos dos Estados, visando um maior controle de todas as áreas da sociedade. Todo esse contexto era amparado por uma ideologia de cunho moralista, forjada e difundida para ser tomada como verdade: o amor à pátria, à família e à igreja. (AMLEIDA, 1995)

De acordo com Sá , foram esses os motivos que levaram o Estado Novo a encontrar forte aliado na Igreja católica, que além de aceitar o golpe que levou Getúlio ao poder e integrar-se ao trabalho social populista, também buscava uma uniformização da fé religiosa, fazendo campanha contrária às demais igrejas pagãs.(SÁ, 2001)

Segundo a autora, que cita artigo de Miranda, essa "fórmula" era seguida à risca em Pernambuco, onde o Interventor Federal Agamenon Magalhães, protótipo do construtor dessa nova ordem, foi buscar seu secretariado entre os membros do movimento católico

representante de Igreja no Recife, a Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica.

Para Miranda (MIRANDA, 1997), a congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, criada pelo Arcebispo de Olinda e Recife D. Miguel de Lima Valverde, tinha como principal objetivo combater as idéias "pagãs" e promover um maior engajamento religioso por parte dos católicos. Seu funcionamento constituiu-se em discutir temas nacionalistas, religiosos e anti-comunistas; dar o "bom exemplo" de conduta moral e boa educação cristã. Foi desta Congregação que em 1929 foi criada a "Liga para restauração das idéias" - associação para jovens, "com intuito ´patriótico-religioso` de combater as doutrinas de esquerda, bem como, o espiritismo, protestantismo e maçonaria" (MIRANDA, 1997:73).

Esse início de combate ao espiritismo tornou-se posteriormente uma campanha de repressão oficial aos cultos afro-brasileiros, que segundo Vera B. de Sá, foi lançado em Pernambuco em 1938, sob o comando do Delegado João Roma. Neste processo, além da prisão, fichamento e humilhação das pessoas envolvidas, colocava-se sob a decisão do D.O.P.S. a liberdade e o licenciamento de funcionamento dos terreiros.

Com base nestas circunstâncias, os movimentos espíritas começaram a apresentar-se como uma religião diferente dos cultos afro-brasileiros; como praticantes do bem e da assistência, e tendo a questão do exercício da mediunidade apenas como uma "atividade secundária". Foi neste contexto que nasceu em 1938 a Liga Espírita Suburbana, com o intuito de uniformizar o espiritismo de maneira dissociativa dos cultos afro-brasileiros.

Os cultos procuraram diferenciar-se sob dois aspectos: em relação ao poder aquisitivo e cor da pele de seus participantes; e o teor de misticismo dos cultos. Nesta tentativa de distinção, o Estado e a sociedade acabaram se posicionando contra os centros formados pelas classes mais populares, que passaram a representar não só a "enganação", como o próprio "mal", questão clara, inclusive, pelo próprio nome pelo qual esses cultos afro-brasileiros eram reconhecidos: "baixo espiritismo".

O "baixo espiritismo" era caracterizado no período do Estado Novo em oposição ao "verdadeiro espiritismo" (segundo Sá), ou ao "alto espiritismo" (segundo Campos). Sua principal diferença, em relação aos cultos "tolerados" pela sociedade católica cristã, era o fato de cobrarem por seus serviços geralmente de cura ou para provocarem malefícios em terceiros; além da prática de invocação dos espíritos.

Essa diferenciação começou a ser processada já nos anos de 1930, época que, segundo Campos, houveram os primeiros acordos entre a Secretaria de Segurança Pública e o Serviço de Higiene Mental (S.H.M.), com o intuito de alijar esse "mal" da sociedade.

O S.H.M. de Pernambuco, primeiro do gênero criado no Brasil, deveria ser o

responsável pelo esclarecimento e educação da população sobre as doenças mentais, no que se referia a suas causas, curas e prevenções (MEDEIROS, 2001). Mas foi a partir de 1932 que, para a autora, a questão do espiritismo passou a figurar entre os males de forma mais expressiva.

As principais contribuições do S.H.M. foram os estudos realizados sobre os cultos, que na verdade funcionaram como uma forma de "controle científico", numa substituição à ação policial. Mediante as observações dos cultos e os exames mentais de seus dirigentes (testes psicológicos e de Q.I. - quociente intelectual), uma licença concedida ao médico, garantindo o funcionamento do centro, permitia não só mediar e vigiar essas práticas, como também intervir – a partir do momento em que permitiam ou não seu funcionamento.

Este período, porém, não teve longa duração. Com o advento do Estado Novo, há um afastamento da antiga elite do poder e a ascensão de outra muito mais católica. Para Campos, esse processo representou o início de um período em que os cultos afro-brasileiros sofreram maior intimidação e combate por parte do governo, uma vez que não foram mais permitidas licenças de funcionamento de espécie alguma. Todos os cultos de "baixo espiritismo" estavam proibidos.

Para Agamenon Magalhães, as idéias que motivaram a interferência do S.H.M. na mediação dos cultos era de caráter comunista, e um "mal" que, tal qual os próprios terreiros, precisava ser combatido. Segundo essa perspectiva, os xangôs eram associados ao crime, à selvageria, à luxúria, e ao charlatanismo.

E apesar de contrários aos eugenistas, os partidários do governo também acreditavam que os cultos eram "fábricas de doentes mentais", de forma que foram criados órgãos especializados da polícia (Secretaria de Segurança Pública, 1930; Delegacia Auxiliar 1931; e Delegacia de Ordem Política e Social, o D.O.P.S, 1935) para realizarem a "manutenção da ordem"; um sistema de propagandas no rádio e imprensa, não só para alertar a população contra os malefícios do "baixo espiritismo", mas para fazer crer que a batalha entre polícia e "catimbozeiros" era uma luta do "bem contra o mal", não restando dúvidas sobre quem venceria no final.

Dessa forma, notícias como as do fechamento de centros, e de confisco do material utilizado nas seções eram freqüentemente encontradas nos jornais, de forma a mostrar que o governo não tinha intenção de desistir ou dar trégua aos espíritas:

> *"CATIMBÓ – O investigador 26, Lourival Campos, communicou, hontem, ao comissario Hidelfonso Vasconcellos que procedeu uma busca, na residencia da catimbozeira Maria Magdalena Pereira, vulgo ´Maria Praça`, apprehendendo vários objectos empregados no catimbó e baixa magia, [...]. A catimbozeira reside a Rua 21 de abril, 80, sendo presa e identificada na polícia."(FOLHA DA MANHÃ,*

1939:46)

Toda esta ação baseava-se na legalidade da Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, que dizia no seu capítulo 2:

> *"artigo 122*
> *4º parágrafo – Todos os indivíduos de diferentes confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observando as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes"*
> *"artigo 141*
> *7º parágrafo – É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo os que contrariem a ordem pública ou dos bons costumes" (CAMPOS, 2001:228)*

Para Campos, a principal questão então combatida nos cultos não era o espiritismo em si, mas a forma como ele era praticado, e que estava associado não só a uma perseguição religiosa, mas também racista. No fundo, apesar da eugenia ter sido "condenada" como comunista, podia ser encontrada por trás do discurso de "profanação e desrespeito à tradição" empunhado pelo governo.

Nos discursos acerca dos cultos e seitas (tanto por parte dos psiquiatras do S.H.M., quanto dos governantes estadonovistas) é possível perceber a influência de idéias eugênicas[1], que apesar de utilizadas com propósitos políticos diferentes, acabavam por caracterizar o "baixo espiritismo"como errado.

Nesta perspectiva, o espiritismo estava associado as doenças mentais mais temidas pelos médicos as chamadas "mentes fracas": pessoas com caráter moral fraco e conduta "anormal" (promíscua, criminosa e outros). Segundo Piccinini, tais doentes ainda eram associados a um baixo Q.I., e o temor que provocavam se dava pelo fato de que podiam se passar por pessoas normais, e o pior, procriar com pessoas normais.

No Brasil, durante o Estado Novo, estas idéias estavam associadas à noção de degenerescência de Benedict Morel, que evidenciava ainda a grande influência de fatores externos na personalidade prejudicada pela hereditariedade. A cidade e seus "vícios civilizados" passaram a ser, então, os principais culpados pelo grande número de doentes.

---

[1]A eugenia foi uma idéia nascida na Europa, cujo termo foi criado por Francis Galton, e definida como: *"o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente"* (PICCININI, 2001:4). Segundo esta ideologia, a inteligência seria originada principalmente da herança genética, tendo o ambiente social pouco a contribuir. Dessa forma, os eugenistas acreditavam que, a partir de seus ideais, poderiam promover um aprimoramento da população, encorajando a reprodução de pessoas com "bons genes" e desencorajando aqueles com "maus genes." (PICCININI, 2001:5)

Dentro desta perspectiva, Campos mostra como os psiquiatras brasileiros utilizaram esta noção para a construção de uma "nova sociedade": onde a loucura foi associada ao crime, e desvinculada da razão – passando a ser uma questão de comportamento e possibilitando a "transposição de muros" dos asilos; e o embranquecimento da população é defendido – com base na idéia de diferenciação de raças, e na suposição de que no "contágio" de raças diferentes, o "sangue inferior" prevaleceria.

Para a autora, em Pernambuco, o teor racista entre os psiquiatras seguidores de Ulysses Pernambucano não era tão forte, mas também existia, uma vez que acreditavam na maior incidência de doenças mentais em negros, por causa de seus cérebros "menos resistentes", além da questão da predominância em negros de doenças com origem toxinfecciosas (sífilis, alcoolismo, etc.).

De fato, o problema dos "vícios civilizados" era uma constante nos estudos pernambucanos, sendo o alcoolismo o principal tema abordado pelas campanhas do S.H.M. nos anos de 1930. Sua utilização era apontada como uma forma de "perda de caráter e dignidade social" e meio para "degradar a raça" (CAMPOS, 2001:38-39).

Outra questão também de muito interesse aos psiquiatras, segundo a autora, foi o tema do "baixo espiritismo", que era visto como uma conduta extremamente inapropriada. Os males do "baixo espiritismo" eram classificados pelos psiquiatra desde a década de 1930 em basicamente dois: a possessão e o curandeirismo.

Nas pesquisas empreendidas por Campos, sobre os estudos médicos acerca do espiritismo, percebe-se que compreendiam a possessão como uma crise histérica, motivada por uma ação de auto-sugestão do sub-consciente podendo ser, desta forma, curado também por sugestão; ou uma psicose desenvolvida pelo hábito de freqüentar cultos (CAMPOS, 2001: 68).

A questão do curandeirismo era, talvez, um pouco mais complexa, por tratar-se do exercício não autorizado da profissão médica. Seu tratamento oficial, enquanto doença mental, requeria o estudo e a determinação das causas. Mas, os tratamentos dispensados pelos curandeiros aos mesmos males partiam do pressuposto de que as doenças eram influências de espíritos maus e "despachos", e assim sendo eram remediadas da mesma maneira. A falta de uma "racionalidade científica" era apontada como a forma de incapacidade dessa "medicina popular", juntamente com a certeza de que a crença em poderes de cura (de caráter sobrenatural) só poderia ser fruto de uma personalidade doente.

Além disso, a autora mostra que esses cultos eram considerados degradantes pela questão do sincretismo religioso (mistura entre as religiões negras, católica e espírita), e pelo

consumo de bebidas alcoólicas e maconha – que levariam à doença mental, segundo as teorias da época.

Em suas pesquisas, procurou mostrar que, com o advento do Estado Novo, o trabalho dos psiquiatras e do S.H.M. é substituído pela ação policial, e os médiuns e curandeiros passaram a ser encarados como "charlatães" acima de tudo. Seu trabalho não procurou focar a continuação do trabalho daqueles profissionais que, apesar de não contar com o apoio do governo, como anteriormente, não foi totalmente paralizado.

Foi possível perceber, através dos registros médicos de então, que o estudo do espiritismo continuou sendo realizado, e como seus praticantes continuaram sendo alvo dos hospitais e internamentos. De fato, é interessante destacar que em determinado campo do prontuário ("antecedentes sociais"), a grande maioria dos casos analisados continha informações a respeito da participação (ou não) dos pacientes em seções espíritas.

Exemplo disto foi o caso de Mariana[2] , internada no Hospital da Tamarineira como indigente pela polícia em 06 de novembro de 1939, aos 26 anos de idade. Nascida na cidade do Recife, Mariana foi criada por uma conhecida, sendo bem comportada, obediente e aprendendo facilmente as lições durante os seis anos em que freqüentou a escola. Segundo seus próprios relatos, sua vida mudou apenas quando, no período já citado do internamento, passou a sofrer de terríveis dores de cabeça, "chegando ao ponto de perder o seu emprego" (Prontuário nº 3037, 1939: 3). Mas, durante seu exame mental, a paciente informou que julgava como causa de sua doença o abandono sofrido por seu namorado, que lhe prometera casamento.

Contudo, as verdadeiras causas de seu internamento, segundo uma parente, foram as manifestações espíritas da paciente: "a mesma andava se manifestando em casa, dizendo ser acompanhada por um espírito, não dormindo, passando a noite manifestada, batendo e gritando, tendo crises convulsivas, porém não perdendo a consciência durante as mesmas" (Prontuário nº 3037, 1939: 3). Apesar do Hospital ter solicitado maiores informações sobre seus antecedentes ao S.H.M., nunca conseguiu obter nada que ajudasse a elucidar questões relativas ao caso, como por exemplo, sobre o parentesco de Mariana.

Ela acabou sendo diagnosticada histérica, e foi tratada com soro liposedativo até 13 de dezembro de 1939, "por não necessitar de internamento em Hospital fechado" (Prontuário nº 3037, 1939: 10).

O caso de Mariana parece bastante revelador quanto aos aspectos da ação

[2] Todos nomes reais dos pacientes e seus familiares, citados a aprtir dos prontuários, foram substituidos por fictícios para preservar suas identidades.

psiquiátrica no Estado Novo, frente as questões do 'baixo espiritismo". Primeiro, seu caso encaixa quase que perfeitamente no perfil montado pelos médicos sobre como seriam as personalidades dos indivíduos que alegavam possessão, uma vez que foi diagnosticada histérica.

Segundo, colabora também para reforçar a idéia defendida pelos psiquiatras de que freqüentar cultos era prejudicial, uma vez que seu caso piorou após ter tentado tratamento espírita.

Sua experiência também ajuda a mostrar que S.H.M. ainda estava em funcionamento para o estudo do "baixo espiritismo", na medida em que existem registros da tentativa deste serviço em obter maiores informações sobre a paciente em questão.

Já no caso de José, um mecânico branco de 27 anos, ocorreu uma situação diversa, tendo ele não só seus sintomas apresentados como conseqüência da prática dessa religião, como também seu próprio diagnóstico: "delírio episódico espírita" (Prontuário nº 9539,1945). O estabelecimento do diagnóstico baseado nas questões espíritas parece ser muito raro ao longo do Estado Novo, só sendo possível encontrar este caso entre os prontuários da época.

Criado por seus pais, José teve uma infância normal, apesar do ambiente em que vivia ser pobre. Freqüentou a escola com pouco aproveitamento e, apesar de negar passado venéreo, era tabagista e não vivia em harmonia com os seus (Prontuário nº 9539,1945).

Entre seus 10 irmãos vivos, o paciente possuía duas irmãs[3] que freqüentavam um centro espírita na várzea, na residência de uma mulher chamada "D. Maria", e convenceram-no de assistir as seções semanais. Após dois meses, começou o doente a sentir um "nervoso", acompanhado de insônia, e "ondas de calor" a lhe percorrer o corpo até penetrar a cabeça em forma de "redemoinho". Em seu exame mental declarou:

> "Tem alucinações auditivas. Vozes lhe ordenam que faça o que ´não presta`, isto é, faça agressões, roubos, etc. Certa noite, passou a noite toda ouvindo gritos perto de si. Tem alucinações visuais. Vê figuras luminosas deformadas, que zombam do observado, fazendo caretas, rindo-se. Não pode assistir calmamente as seções espíritas. Tem crises de choro." (Prontuário nº 9539,1945)

Este tipo de diagnóstico, além de ser extremamente raro entre os prontuários por colocar toda a culpa da doença diretamente no espiritismo, ainda contribuía com a idéia de que as mulheres eram perigosas, na medida que foram as irmãs de José que o levaram a pratica de cultos afro-brasileiros.

Por fim, observou-se que outro caso também muito esclarecedor foi o da paciente

---

[3] O prontuário refere que uma delas, de nome Adélaide, era inclusive a medium do centro.

Carolina, internada no mesmo Hospital como contribuinte pelo marido, em 27 de outubro de 1939, aos 18 anos. Segundo seu marido, a paciente não vinha exercendo muito bem suas funções de doméstica católica:

> *"tornou-se irritada [...] passando os dias a brigar com seu marido. De quatro dias para cá tornou-se agitada, falando muito, pronunciando palavras obscenas, dizendo ser espírita e estar manifestada pelo espírito de Ubirajara o caboclo. Tem crises de agitação tentando espancar as demais pessoas da casa, chegando mesmo a desejar matar seu filho pequeno."* (Prontuário nº 9539,1945: 3)

Seu diagnóstico de esquizofrenia foi tratado com eletrochoques do tipo completo que, segundo os registros, somaram 22 crises para a obtenção da remissão completa.

Além do caso de Carolina representar mais uma indicação do interesse e do trabalho realizado pelos psiquiatras em relação ao espiritismo, ainda colabora com a idéia de associação entre os praticantes desta e o crime, já que a paciente era acusada de desejar matar seu filho pequeno.

Por fim, pode-se ainda dizer que colabora da mesma forma com a idéia de que o espiritismo corrompia a "civilização", e trazia hábitos impróprios, pois o que seria mais inadequado socialmente, especialmente no caso feminino, que proferir palavras obscenas e brigar com o marido?

Neste trajeto, foi possível perceber que o maior temor que o espiritismo provocava na sociedade como um todo eram as questões da possessão e curandeirismo, que de doenças mentais passaram a ser encaradas como charlatanismo.

É comum, entre os estudos já realizados sobre o espiritismo no Estado Novo, a visão de que o combate de sua versão mais popular, conhecida por "baixo espiritismo", se deu quase que exclusivamente pela ação policial, numa tentativa de eliminar costumes considerados "impróprios" a uma nação que buscava modernizar-se.

Contudo, pudemos perceber que durante este mesmo período não houve apenas a ação policial na tentativa de impedir os progressos do espiritismo, mas também uma continuação dos estudos psiquiátricos e dos serviços do S.H.M., num esforço para melhor entender as causas que levavam essas práticas a fragilizar ainda mais as "mentes fracas".

Através das observações dos prontuários, foi possível perceber como os praticantes dos cultos afro-brasileiros ainda eram enquadrados de acordo com os perfis estabelecidos pela psiquiatria de início dos anos 20-30: a histeria caracterizando os casos de possessão; a freqüência às seções religiosas como uma "petição assinada" com destino ao hospício; a relação entre o espiritismo e o crime...

A medida em que alguns praticantes dos cultos foram encontrando seus destinos

"no xadrez", outros continuaram a encontrar um outro destino: o da estigmatização por uma crença diferente; o da loucura.

Referências Bibliográficas

-ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataide de . **A Construção da Verdade Autoritária: Palavras e Imagens da Interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-1945)**. Tese de Doutorado em História Social apresentada a Universidade de São Paulo, 1995.

-CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta.** Tese de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

-FOLHA DA MANHÃ, Edição Vespertina de abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 1938; março e dezembro de 1939;março, setembro e dezembro de 1940; fevereiro de 1942; abril, maio e junho de 1943.

-MEDEIROS, José Adailton de . **Ulisses Pernambucano**. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2001. Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira.

-MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **Congregação Mariana: uma associação religiosa à serviço da reforma católica**. Revista do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, v. 42, nº 47, dezembro de 1997.

-PICCININI, Walmor J. Voando sobre a história da psiquiatria II. **Psychiatry On-line Brazil** (5) setembro de 2001.

-_____. História da Psiquiatria – A Guerra do Eletrochoque. **Psychiatry On-line Brazil** (11) dezembro de 2006.

-Prontuários n° 3037 (1939), n° 9539 (1945), e n° 9539 (1945).

-SÁ, Vera Borges. **Religião e poder: introdução à História do espiritismo em Pernambuco**. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Humor e Republicanismo no Eclipse do Império

Maria da Conceição Francisca Pires*

Resumo: O artigo analisa as manifestações de crença nos ideais propulsores do republicanismo, presentes na produção humorística do caricaturista Ângelo Agostini. O italiano Ângelo Agostini se tornou referência na imprensa satírica brasileira da segunda metade do século XIX pela forma como utilizou seu oficio na defesa da causa abolicionista, na exposição dos conflitos sociais existentes e na crítica de determinados vícios e práticas políticas. A análise se centrará nos periódicos ilustrados O Mosquito (1869-1877) e a Revista Illustrada (1876-1898), assinalando as referencias críticas com relação às ações do Estado e de seus representantes no parlamento.

Palavras-chave: monarquia, republicanismo, intelectuais.

Abstract: The article analyzes the manifestations of belief in the propeller ideals of the republicanismo, gifts in the humorística production of the caricaturista Ângelo Agostini. Italian Ângelo Agostini if became reference in the Brazilian satirical press of the second half of century XIX for the form as he used its I officiate in the defense of the referring to abolitionism cause, in the exposition of the existing social conflicts and in the critical one of determined vices and practical politics. The analysis will center in periodic illustrated O Mosquito (1869-1877) and A Revista Illustrada (1876-1898), designating the critical referencias with relation to the actions of the State and its representatives in the parliament.

Key Words: monarchy, republicanismo, intellectuals.

Durante a pesquisa que ora venho desenvolvendo sobre semanários humorísticos que circulavam na capital fluminense no século XIX, chamou-me a atenção o tratamento dado às questões de cunho político nas revistas: "O Mosquito" e "A Revista Illustrada". É fato que a política era um tema importante para grande parte dos leitores que não só acompanhavam de forma intensa as discussões travadas no parlamento, como participavam ativamente das sessões e reuniões no Parlamento. Essa importância dada aos problemas políticos do país talvez explique a preponderância desses temas entre os caricaturistas que, em muitos casos, se apresentavam como comentaristas e/ou narradores que buscavam no conhecimento dos leitores a chave para suas notas.

* Doutora em História Social e Pesquisadora Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Em comum O Mosquito e a Revista Illustrada revistas apresentam dois aspectos importantes, além do explícito posicionamento crítico com relação às ações do Estado e de seus representantes no parlamento: o significativo tempo de circulação, quando comparado às demais, e as contribuições artísticas (em diferentes momentos) do caricaturista Ângelo Agostini.

O italiano Ângelo Agostini se tornou referência na imprensa satírica brasileira da segunda metade do século XIX pela forma como utilizou seu oficio de caricaturista na defesa da causa abolicionista, na exposição dos conflitos sociais existentes e na crítica de determinados vícios e práticas políticas. Após uma significativa atuação na imprensa ilustrada paulista, nas revistas Diabo Coxo (1864-1865) e no Cabrião (1866-1867), Agostini se instalou na capital do Império no momento de expressiva transformação e amadurecimento da imprensa, se integrando prontamente à tendência liberal que se avolumava naquele momento e ao confronto estabelecido com as revistas e jornais conservadores que não poupavam linhas para defender a Monarquia.

Antes de colaborar nas revistas citadas Agostini demarcou seu espaço na imprensa ilustrada carioca através de sua participação nas revistas "O Arlequim" e "A Vida Fluminense". Na primeira revista sua participação se destacou pela abordagem a respeito da questão da manutenção da escravidão no Brasil e as contradições inerentes à mesma. Já na Vida Fluminense se sobressaiu o tratamento crítico dispensado à Guerra do Paraguai, representando um expressivo contraponto ao discurso nacionalista oficial. Basicamente o que foi colocado em questão, sobretudo nas estampas que tratam das arbitrariedades cometidas para o alcance da vitória sobre Solano Lopez, foi o desempenho do Estado durante a guerra, dando indícios de um progressivo descrédito do artista com o governo Imperial e com as práticas políticas por ele alimentadas.

Sua contribuição na Vida Fluminense se encerrou em novembro de 1871 e em janeiro do ano seguinte Agostini assumiu a direção d'O Mosquito (1869-1877), fundado pelo seu sucessor n'A Vida Fluminense, Cândido de Faria. Diferentemente d'A Vida Fluminense, O Mosquito se apresentava como um jornal caricato e crítico, sinalizando para a adoção de uma postura contestatória.

O perfil da revista se evidencia na primeira apresentação do personagem guia da folha ao público chamando-o de "povo soberano", fazendo uso de um dos preceitos regentes do movimento republicano: a idéia de soberania[1], algo jamais ventilado no Brasil Imperial.

[1]Consta na primeira página do Manifesto Republicano de 03 de dezembro de 1870, publicado no jornal A República de Quintino Bocayuva, a seguinte assertiva: "Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos."

Ao mesmo tempo tal recurso, de oferecer aos leitores o poder supremo, fortalecia o compromisso da revista com os mesmos e reforçava o seu caráter independente. Trata-se, portanto, não só de definir a linha adotada pela revista, mas também de intervir de forma irônica nos debates que tomavam conta da ordem do dia no parlamento referentes às necessidades de reformas políticas e sociais.

O grande tema do qual se acercou O Mosquito durante a estada de Agostini na revista foi a questão religiosa. Através do debate sobre a relação entre Estado e igreja no Brasil, Agostini não só problematizou a influência da igreja romana na política imperial, mas, sobretudo, pressionava por mudanças amplas no Estado brasileiro que favorecessem a superação de instituições consideradas pelo artista tão obsoletas quanto a escravidão. Também através da abordagem da questão religiosa Agostini fez sobressair a discussão sobre a liberdade como a religiosa e direitos civis, freqüentemente desrespeitados no Brasil, o que conduzia ao problema da cidadania (ou da ausência de cidadania) no país.

N'O Mosquito Agostini conseguiu consolidar seu espaço na imprensa caricata do século XIX. Em setembro de 1875 ele pôs termo a sua participação naquele periódico e partiu para a criação de um projeto editorial com um caráter marcadamente autoral e com um cunho empresarial mais sofisticado. Este projeto se expressou na criação da Revista Illustrada em janeiro de 1876.

A principal marca da Revista Illustrada foi a ênfase na noção de independência que se fundava tanto na noção de imparcialidade como na de liberdade partidária ou ainda de autonomia empresarial. Na condição de proprietário Agostini buscou valorizar o vínculo estabelecido com seus leitores e assinantes como o aspecto que o distinguiria dos demais periódicos. Este caráter autoral, independente e crítico da revista foi ressaltado logo na primeira capa onde consta, além do nome de Agostini, a propriedade da oficina litográfica onde eram impressos os números da revista. Também na primeira capa da Revista foram fixados seu programa, princípios, alvos e público leitor.

A frente da revista apresenta-se o personagem Don Beltrano, uma espécie de alter ego do próprio caricaturista que tenta representar a neutralidade do artista perante a cobertura dos fatos, compondo uma revista cuja postura e atividade a transforma numa empresa jornalística que transcende o mero entretenimento.

A postura politizada se aguçou na Revista Illustrada que, como sugere o lema utilizado "liberdade, igualdade e imparcialidade", buscava atuar de forma independente rejeitando vínculos comerciais, empresariais ou partidários. A propalada independência da Revista causou forte impacto no meio editorial, como se depreende da análise do debate que

se instaurou imediatamente após sua inauguração, especificamente em no Jornal do Commercio de fevereiro de 1876, sobre os limites a serem impostos às sátiras presentes em determinadas revistas ilustradas.

Além de assinalar questões referentes a liberdade de imprensa, a contenda oferece elementos para que se defina a natureza do tipo de humor produzido na Revista Illustrada: distante de interesses meramente mercantis ou recreativos. Conforme Agostini, a junção entre entretenimento e informação com responsabilidade garantia a resposta positiva do público ao seu projeto, bem como o seu sucesso editorial.

A partir dessa controvérsia Agostini assumiu de vez a responsabilidade pública pela Revista, extinguindo aos poucos o personagem Don Beltrano, passando a responder e assinar em nome da Revista. Foi priorizando um texto e um desenho livre de amarras que Agostini abordou na Revista os problemas cotidianos que afligiam a cidade (doenças, insalubridade), a expansão do movimento abolicionista e questões referentes a cidadania política e social.

A respeito desse último tema chamou-me a atenção a cobertura jornalística que o artista fez do episódio conhecido como Revolta do Vintém, ocorrido entre os meses de dezembro de 1879 e janeiro de 1880 na cidade do Rio de Janeiro. A revolta, liderada pelo jornalista e liberal republicano Lopes Trovão, consistiu num movimento popular, de caráter contestatório, contra a cobrança de um imposto no valor de 20 réis para o tráfego de passageiros nos bondes da cidade. Os protestos se organizaram em torno da aplicação do dinheiro e a forma como este seria arrecadado, ou, nas palavras de Agostini, "na ação criminosa do Estado", já que o dinheiro arrecadado destinava-se inteiramente aos cofres públicos.

O aspecto marcante nesse evento foi o fato de trazer para a pauta de discussão dos homens livres e pobres, no mesmo momento de ascensão, depois de dez anos afastados do poder, de um gabinete liberal liderado pelo Senador e Conselheiro João Lins Vieira da Cansanção de Sinimbu, princípios liberais ainda pouco discutidos entre os mesmos naquele momento, como a defesa das liberdades civis e individuais contra o poder arbitrário do Estado.

Dado o impacto desse episódio Agostini fez a opção de produzir suplementos especiais que acompanhariam de forma mais detalhada o desenrolar dos acontecimentos, dando ao seu leitor uma visão minuciosa do que estava ocorrendo. A cobertura de Agostini colocou em relevo três aspectos específicos: em primeiro lugar, a capacidade de organização desses homens livres e pobres no pleito por seus direitos e de atuarem como agentes de

transformação social; em seguida, permite que se perceba a inserção da população livre no Império; finalmente, o artista assinalou a opção pela repressão armada e a inabilidade das elites políticas em articular formas de negociação com a população, considerada por essas elites informe e sem capacidade de ações estruturadas. Assim, conforme a narrativa de Agostini, à polícia coube a responsabilidade sobre os atos de violência ocorridos no desenrolar dos acontecimentos.

Subjacente a discussão dos impostos estavam as idéias de soberania e nação, já trazidas para a ordem do dia com a Guerra do Paraguai. Para a imprensa republicana do período, o evento trouxe ainda a oportunidade de discutir o governo imperial e a idéia de nação que se almejava construir. Foi com a cobertura proposta por jornais como O Cruzeiro e a Gazeta de Notícias que o evento ganhou um sentido político diferenciado, na medida em que valorizava o povo como um personagem político e as ruas como um novo lugar da política.

A narrativa de Agostini tentava dialogar, e se contrapor, as outras versões apresentadas no interior da imprensa, travando um interessante debate interno (sobretudo com o Jornal do Commercio e O Apóstolo). Ao mesmo tempo, buscou se distinguir das demais ao apresentar detalhes verificados nos locais onde ocorreram os distúrbios. Entretanto, alguns elementos inseridos nos desenhos esvaziaram a condição de autêntica narrativa de fatos, tornando-se uma tomada de posição: enfatizam o caráter ordeiro do povo e tornou fundamental o papel de uma liderança política no estímulo a cidadania entre a massa não instruída.

A "Revolta do Vintém" foi apenas um entre tantos temas discutidos pelo lápis de Agostini e que tem como pano de fundo uma reflexão sobre as lideranças e práticas políticas locais e o próprio regime de poder instituído, especificamente o alheamento do governo com relação às demandas populares e sua incapacidade para organizar a população brasileira para o exercício pleno da cidadania. Objetivamente não é possível afirmar o caráter republicano de suas observações, mas é inegável que muitas vezes essas se fundaram em vários elementos da propaganda republicana.

A leitura e análise do material humorístico produzido por Agostini oferecem indícios da construção de uma crítica política ora a Monarquia, ora aos seus representantes políticos. Em minha perspectiva com esta produção crítica o humorista se inseriu num movimento intelectual e político que, por não ser participante das instituições políticas formais, buscava integrar e construir formas alternativas de expressão e de intervenção política.

O trabalho doravante é identificar elementos do repertório político-intelectual empregados na produção humorística de Agostini, assinalando como este o auxiliou a sistematizar suas críticas a elite política imperial e como tal emprego tornou sua obra partícipe do debate político.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O processo de demarcação das reservas indígenas Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, pelo SPI, e os conflitos de terra, entre as décadas de 1910-1940

Antonio Jacó Brand[1]
Eva Maria Luiz Ferreira[2]
Fernando Augusto Azambuja de Almeida[3]

Resumo: O trabalho apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa sobre o contexto das demarcações das terras dos Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, no período de 1910-1940. Com o término da Guerra do Paraguai instala-se na região a Cia Matte Larangeira, para explorar os ervais nativos. Na seqüência chegam os primeiros imigrantes sulistas, em busca de terras baratas e consideradas "devolutas". A pesquisa está apoiada em ampla bibliografia, análise documental e trabalho de campo, com levantamento de fontes orais. Conclusões parciais indicam que do território indígena tradicional, de aproximadamente 20.000 km2, restavam, legalmente, aos Kaiowá e Guarani, em 1980, apenas 18.124 hectares, correspondentes ás reservas demarcadas pelo SPI, configurando um dos processos mais radicais de confinamento de índios e liberação do restante do território para a colonização.
Palavras-chave: demarcação de terras, índios kaiowá e guarani, Mato Grosso do Sul

Abstract: This work presents the partial results of the research project on the context of the landmarks establishment of the Kaiowá and Guarani lands, in the Mato Grosso do Sul, Brasil, during the period of 1910-1940. With the ending of the Paraguay War, the Matte Larangeira Company was installed in the region, to explore the native herbs. Following that, first immigrants from the south arrived, looking for cheap and considered "vacant" land. The research is supported by ample bibliography, documentary analysis and field work, with survey of verbal sources. Partial conclusions indicate that from the traditional native territory, of approximately 20,000 km^2, what remained, legally, to the Kaiowá and Guarani, in 1980, was only 18,124 hectares, corresponding to the reserves demarcated by the Native Protective Service (Serviço de Proteção Indígena – SPI), configuring one of the most radical processes of native confinement and the release of the remaining territory for colonization.
Key-words: landmark demarcation, Kaiowá and Guarani natives, Mato Grosso do Sul

[1] Doutor em História, professor do curso de História e dos mestrados de Educação e Desenvolvimento Local e coordenador do Programa Kaiowá/Guarani, na UCDB – Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande-MS. brand@ucdb.br

[2] Mestranda em História pela UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados em Dourados - MS, integra a equipe do Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB evam@ucdb.br

[3] Graduado em História, Coordenador do Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, em Campo Grande – MS. . azambujahist@yahoo.com.br

A pesquisa está centrada no estudo do contexto em que se deu a demarcação, pelo Serviço de Proteção aos Índios, SPI, das oito reservas de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, no sul do então Estado de Mato Grosso, entre os anos de 1915 e 1928, e a liberação do restante das terras indígenas para a colonização por frentes não-indígenas. Relatórios e documentos do SPI previam reservas de terra mais extensas do que as efetivamente demarcadas e atestam a interferência direta de pretensos "donos" das terras, naquele período ainda legalmente devolutas.

Há uma vasta documentação do SPI, nos arquivos públicos e cartórios relativos às demandas fundiárias ainda não suficientemente pesquisada, constatando-se uma lacuna no conhecimento desse tema. Essa investigação busca desvendar os interesses e conflitos decorrentes da apropriação das terras devolutas pelos novos chegantes não-indígenas. A realização da pesquisa pretende contribuir com a melhor compreensão das questões fundiárias atualmente vivenciadas pelos Kaiowá e Guarani.

Com o término da Guerra do Brasil, Argentina e Uruguai, contra o Paraguai, conhecida como Guerra do Paraguai (anos de 1864 – 1870), uma comissão de limites percorreu a região ocupada pelos *Kaiowá* e *Guarani,* entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul, e o Salto de Sete Quedas, em Guairá, Paraná. Essa comissão constata a abundância terras e de ervais nativos na região. A guerra do Paraguai alterou o isolamento de parte importante da atual região da Grande Dourados. Segundo Campestrini e Guimarães (1991: 92), em 1870 permaneciam como território dos índios "as matas ao longo do Ivinhema, do Brilhante, do Dourados, do Pardo (...), vistas apenas como território de índios e as terras ao Sul do Ivinhema, matas de ervais nativos, em mãos de Thomás Laranjeiras".

Inicia-se, então, intensa disputa em torno das terras, em especial de seus ervais. Tomáz Laranjeira conseguiu, por meio do Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, tornar-se o primeiro concessionário legal para a exploração da erva mate nativa, por um período inicial de 10 anos. A área do arrendamento em território indígena chegou a abranger um total de aproximadamente 5.400.000 hectares, por um prazo superior a 5 décadas, claro indicativo da forte influência política dos acionistas da Companhia Mate Larangeira.

A indústria ervateira foi a primeira frente econômica de ocupação do território indígena, tendo, inclusive, contestado a entrada de concorrentes na atividade ervateira ou de agricultores e pecuaristas em busca de terras, que seguiam como sendo devolutas. Uma série de conflitos são verificados envolvendo a presença indígena, a atuação da Cia Matte Larangeira e/ou a chegada de novos migrantes.

Em 1943 é criado o Território Federal de Ponta Porã, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, que libera as terras da região para a colonização. Segundo Castelo Branco (apud. Foweraker, 1981: 135), ao anular os direitos da Cia Matte Larangeira, o governo pretendia "romper com o que era um controle patentemente privado e estrangeiro de uma região na fronteira política". A própria Companhia se transforma em proprietária de terras rurais, requerendo por compra ao Estado de Mato Grosso extensas fazendas. O fim dos arrendamentos da Cia Matte Larangeira, segundo Lenharo (1986ª: 50), "mudou significativamente o panorama, mas do modo que a política governamental queria. Em primeiro lugar, abriu-se espaço para o colono do Sul, branco de origem européia, preferido ao nacional, geralmente de origem nordestina". No mesmo ano, em 1943, instala-se em pleno território indígena, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, retirando cerca de 300 mil hectares do domínio indígena. Segundo Lenharo (1986b: 47), as colônias eram "a menina dos olhos da política de colonização do Estado Novo".

A preocupação de Vargas era, segundo Lenharo (1986b: 22), "consolidar definitivamente, os alicerces da Nação". Com o fim dos arrendamentos da Cia Matte Larangeira, amplia-se a instalação de empreendimentos agropecuários, que acirram em muito a disputa de terras no interior do território indígena, acelerando o processo de privatização das terras devolutas. Para Foweraker (1981: 56), "violência, lei e burocracia se complementam para mediar a luta pela terra na fronteira" e, segue o autor (1981: 163), afirmando que a especulação e a corrupção na apropriação das terras devolutas que compunham o território indígena foi tanta que o próprio Departamento de Terras do então Estado de Mato Grosso teve que ser fechado por três vezes.

No mesmo período, era criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que iniciou suas atividades junto aos *Kaiowá e Guarani* cinco anos depois, ou seja, em 1915, com a demarcação de 8 reservas. No documento do funcionário Antonio Estigarribia, da inspetoria de Mato Grosso, datado de 1923, fica explicitado que cada uma dessas terras teria a extensão de 3.600 hectares:

> *[...]* ***INDIOS CAYUAS, de Dourados****. Concedidos 3.600 hectares, para cuja medição está designado o Engenheiro Militar Nicolau Bueno Horta Barboza, que ainda não poude effectuar; [...].* ***6° INDIOS CAYAS de Nhu-Verá****: Concedidos 3.600 hectares, estando quanto a medição nas condições da anterior.* ***7º INDIOS CAYAS: Aldeia Ténynqué,*** *30 individuos, em terras arrendada campanhia da Companhia Matte Laranjeira, necessitando 1 legua quadra da que vae ser pedida ao Estado, com condicção excluir os hervaes naturaes. [...]. Podesse calcular em 8 o numero dos grupos de cayuas que necesitam de terras, vide pagina 16 do Relatório de 1923, a rasão de uma legua por grupo, no vale dos rios Dourado, Brilhante e Ivinhema, [...].*

Porém, várias delas acabam tendo suas extensões reduzidas por pressão dos novos chegantes. É o que verificamos na primeira terra indígena demarcada, onde se abrigará o Posto Indígena de Fronteira Benjamin Constant, com a extensão inicial de 3.600 hectares, mas que sofreu, de imediato, a redução de sua área, ficando com apenas 2.429 hectares. Em 1926, o governo do Estado do Mato Grosso concedera título definitivo sobre parte desta área a um particular (Relatório do auxiliar Pimentel Barboza, 1927: CLVI-CLVIII)[4].

O SPI objetivava prestar assistência e proteção aos índios, promovendo, ao mesmo tempo, a sua passagem da categoria de índios errantes e sem utilidade, para a de agricultores. Para isso, sob a ótica do órgão, era fundamental a criação de reservas de terra, nas quais essa população pudesse ser atendida pelo Governo durante o tempo necessário para essa transição. De outra parte, o objetivo mais importante almejado com a criação dessas reservas, parece ter sido o de liberar o restante da terra, tradicionalmente ocupada pelos índios, para ocupação e apropriação dos novos colonizadores.

No Relatório de Inspeção nas Dependências do SPI, no então Estado de Mato Grosso (l943:12), do funcionário Mário de Oliveira e dirigido ao ministro da Agricultura, dando conta das inspeções feitas nas dependências do SPI no Estado, durante o ano de l943, lemos o seguinte:

> *"(...) interessou-me especialmente a inspeção desse Posto [refere-se ao Posto Indígena Francisco Horta, de Dourados], visto achar-se o mesmo localizado na zona que está sendo considerada para a instalação da Colônia Agrícola de Mato Grosso. Tendo visitado também a região central (cabeceiras do Rio Lourenço) onde estão situadas as terras oferecidas pelo Governo do Estado para esse fim, declaro-me inteiramente solidário com o diretor da Divisão de Terras e Colonização, o qual optou pela localização da Colônia no Município de Dourados...".*

Analisando a demarcação dessas parcelas de terra para usufruto dos índios, percebe-se que a política do SPI estava, perfeitamente, integrada aos projetos de ocupação geopolítica da região. Para Pacheco (2004: 40), "com a demarcação das reservas criava-se a idéia de que as únicas terras indígenas eram essas, para onde os índios dispersos deveriam se dirigir ou levados compulsoriamente". A partir dessa ótica, instaurou-se um modelo de colonização, "através da introdução de colonos em território indígena". Concentrando as populações indígenas em pequenos espaços a partir da instalação de postos indígenas, o Estado disponibilizava as terras então declaradas devolutas para a expansão e colonização.

---

[4]. Para compensar a parte da terra titulada a terceiros, os Kaiowá receberam, em área próxima, um lote de 900 hectares, conforme relatório anual da I.R. 5 referente a 1927, de Antônio Martins V. Estigarribia (*apud* Monteiro, 1981:23-24) e Decreto nº 835, de 14 de novembro de 1928, reduzindo assim a perda dos índios.

Ao demarcar essas porções de terra, mais do que garantir terras para os Kaiowá e Guarani, o governo estava preocupado em liberar terras para a colonização. Através da definição desses "pedaços de terra" como de posse dos índios, o Governo liberava, arbitrariamente, o restante do território indígena como "*espaços livres para a empresa privada*" (1992: 125). É o que deixa claro o administrador da CAND, em oficio dirigido ao chefe da I.R. 5º, do SPI, datado de agosto de 1952: "Acredito que V. S. deve saber, que tanto o Serviço dos Índios, como a CAND, são dependências do Ministério da Agricultura, e nenhum diretor pode tomar qualquer medida drástica, sem autorização ministerial" (Ofício do administrador da CAND, de agosto de 1952). O deslocamento para dentro das reservas, localizadas ao redor dos postos estabelecidos pelo SPI, era a fórmula mágica para criar os espaços vazios numa região densamente ocupada por aldeias kaiowá e guarani.

Para Lima (1992:40), as reservas eram definidas à custa de um processo de alienação das dinâmicas internas as comunidades étnicas nativas. Relatórios do SPI confirmam que o órgão tenha conhecimento de que os Guarani e Kaiowa eram uma população significativa distribuída por toda a região, e que, se o órgão indigenista cumprisse suas finalidades de proteção aos índios, "então os postos onde se encontram serão pequeno para eles" (Relatório de Joaquim Fausto Prado, 1948:110)[5].

Um forte indicativo para explicar as razões do SPI para reservas tão reduzidas, quando se tratava, ainda, de terras devolutas[6], vem das constante ameaças que pesavam sobre as terras já demarcadas e legalmente de posse dos índios. Vários documentos do SPI, desse período, atestam esse fato. O Ofício nº 112, de 7 outubro de 1952, do chefe da I.R. 5º , do SPI, Iridiano Osmarinho de Oliveira, ao diretor da Delegacia Especial de Terras e Colonização, alertava:

> *"Indivíduos aventureiros, movidos por interesses gananciosos de lucros fáceis, nessa desabalada corrida às terras férteis deste Estado, já requereram e estão requerendo lotes de glebas reservadas por decreto e já pacificamente ocupadas por índios".*

[5] Reconheceu também, no mesmo documento, o grave problema com os índios que ocupavam terras no "Vale do Igatemy e outras zonas que eram ocupadas pela Cia. Matte Larangeira e das quais estão sendo dados título" e que se negavam a deixar essas terras.

[6] A Lei nº 725, de 24 de setembro, de 1915, ao mesmo tempo em renovava o arrendamento sobre um total de 1.440.000 hectares, também, liberou a venda de até dois lotes de 3.600 hectares a terceiros, extinguindo, assim o seu monopólio.O artigo 31º dessa lei previa: "(...) a cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavouras situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais" (Correia Filho, 1957:67).

Um ano depois novo edital foi publicado no Jornal do Comércio, de 21 de março de 1953, oferecendo a venda da área de uma reserva indígena, como se terra devoluta fosse (Ofício nº 76, de 6 de abril de 1953). O Ofício nº 180 de 27 de julho de 1953, do chefe da I.R. 5º, ao Diretor da Delegacia Especial de Terras e Colonização, traz nova denúncia, apontando que a própria coletoria de Amambai estava fornecendo certidões negativas a requerentes de terras sobre as reservas indígenas de Sassoró, Porto Lindo e Benjamim Constant. Portanto, nem esses restos de terra foram respeitados.

As demarcações das reservas fizeram parte de uma política programada do governo federal, atraindo para elas os índios das demais aldeias tradicionais, dispersas por todo território, visando a liberação das terras para a implantação da agricultura e pecuária em grande escala. Demarcavam-se as reservas e criavam-se os atrativos para que os Kaiowá e Guarani viessem viver nelas: escolas, postos de saúde, remédios, sementes e outros. Por outro lado, os que não aceitassem trasferir-se para as reservas viviam sob extrema tensão, pois a qualquer momento poderiam ser expulsos ou transferidos por fazendeiros e pela Companhia Matte Larangeira, em conluio com o SPI, como atesta o M/M n. 96 de 20/03/1953, dirigido ao Sr. Iridiano Amarinho Oliveira, Chefe da IR5, de Campo Grande:

> *Em virtude de termos vendido várias glebas de nossa propriedade nos municípios de Ponta Porá, Amambaí e Dourados, e tendo de entregar as mesmas livres de intrusos, vimos solicitar de V.S as providencias necessárias para que sejam retiradas do lote "Taquara", 50 a 60 silvícolas lá existentes e que se negam em abandonar essa propriedade, como assim também os existentes na altura do quilometro 20 - da estrada campanário – Porto Felicidade, em números de 30, mais ou menos. Estamos nos dirigindo a V.S. a conselho do Sr. Pantaleão Barbosa de Oliveira – Chefe do PI "José Bonifácio - Alfredo Justino Amaral - Cia Matte Larangeira S.A.*

Vê-se que os índios são tratados como intrusos em suas próprias terras (ver Pacheco, 2004). O relatório do servidor Joaquim Fausto Prado, de 19 de julho de 1948 (p. 110), referindo-se aos índios na área da Cia. Matte Larangeira, dá conta que "os índios que ocupam essas terras negam-se a deixá-las e os invasores usam de todos os expedientes possíveis para expulsá-los ou para servirem-se deles como mão-de-obra em condições de servidão", como atesta o Ofício, nº 2, de 12 de outubro de 1949, de Dayen Pereira dos Santos, funcionário do Posto Indígena Benjamin Constant, ao chefe da I.R. 5º. Refere-se ele à expulsão de uma comunidade de 80 pessoas.

> *"Agora estes índios foram de lá expulsos com toda a violência, por um grupo de civilizados, todos armados a armas cumpridas (fuzis e mosquetões), alegando eles que ditas terras estão reservadas para uma colônia agrícola (não sei se isto é exato). (...), o grupo que os expulsou da terra era composto das seguintes indivíduos:" (seguem os nomes).*[7]

[7] . Ao que tudo indica refere-se ele a violências contra os índios na região de Botelha Guasu.

O funcionário informa que já havia tentado várias soluções por meio da autoridade policial local, mas "encontra pouca vontade da mesma agir com energia em defesa dos interesses dos índios".

Sob a ótica das políticas desenvolvimentistas, implantadas pelo governo federal e local, a partir do século XX, o único papel reservado, de fato, aos Kaiowá e Guarani, era o de reserva de mão-de-obra nesses empreendimentos. O SPI executou, com destreza, seu papel de desocupar territórios indígenas para que estes não impedissem o desenvolvimento regional. Deste modo, a política de confinamento dos índios buscou e alcançou, efetivamente, diversos objetivos importantes sob a ótica do desenvolvimento regional: impedir o indesejável confronto entre colonos e índios, que geraria instabilidade nos empreendimentos econômicos, a liberação das demais terras para a colonização e, ainda, a disponibilização de uma abundante mão-de-obra, necessária para a implantação de obras públicas como as rodovias e dos empreendimentos agropecuários.

A demarcação das reservas, por parte do SPI, configurou um dos processos mais radicais de confinamento de índios, permitindo a liberação do restante do território para a colonização. Os novos ocupantes das terras indígenas sempre puderam contar com o apoio do órgão de proteção aos índios na sua liberação. O SPI firmou entendimento de que os índios fora das reservas eram "índios desaldeados", atribuindo-se a si a tarefa de aldeá-los, ou seja, transferi-los para dentro das reservas demarcadas. Contribuiu, dessa forma, para sedimentar argumentos que contestam o conceito de ocupação tradicional, explicitado no texto constitucional de 1988.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. in: **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 195-310,1986. (Série Histórica. Coletânea).

BRAND, Antônio **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani:** os difíceis caminhos da Palavra. 1997, 382 f Tese (Doutorado em História) - PUC/RS, Porto Alegre.

CAMPESTTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande/Brasília, 1991.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO TEKO ARANDU/NEPPI/UCDB [BRASIL], Relatório do auxiliar Pimentel Barboza, apresentado ao Dr. Inspetor Antonio Martins Viana Estigarribia, da IR5, de 1923.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil**. Trad. de Maria J. Goldwasser, Rio de Janeiro: Zahar, l981.

GRESSLER, Lori A.; SWENSSON, Lauro J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Dag, l988.

LENHARO, Alcir. **A Terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar.-ago./86a.

_____. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986b. (Série Pesquisas).

LIMA, Antônio C. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** 1992, 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do RIO DE Janeiro – Museu Nacional, Janeiro,RJ.

MUSEU DO ÍNDIO, Microfilme n° 40, fotograma 1494-0495. ***Indicações sobre as terras necessárias aos Índios desta Inspetoria***. Rio de Janeiro. 1923. Acervo com cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Campo Grande, 2007.

_____. Microfilme n° 001-A, fotograma 37. ***Ofício refere-se a expulsão de uma comunidade de 80 pessoas***. Rio de Janeiro, 1949. Acervo com cópia no Centro de documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Campo Grande, 2007.

PACHECO, Rosely A. Stefanes. **Mobilizações Guarani Kaiowá e Ñandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o direito indígena**. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História da UFMS – Câmpus de Dourados.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Segurança Nacional e Guerra Fria na mídia impressa pernambucana, no final dos anos de 1950.

Grazielle Rodrigues do Nascimento*

Resumo: Terminada a IIª Guerra Mundial, observamos que o ordenamento da geopolítica internacional foi sendo em torno do controle econômico mundial, o qual a URSS e os EUA garantiram esse controle numa disputa ideológica chamada Guerra Fria. Os EUA tiveram com alvo para esse controle, a latino América, percebido no Brasil, nos discursos visto em torno da soberania e segurança nacionais. E tomando como uma das pretensões de "ajuda" brasileira a "ameaça vermelha", os EUA se colocaram como os "salvaguardas" dessa nacionalidade. Em Pernambuco essas notícias eram trazidas pelos jornais que se dividiam entre a posse de JK e o direcionamento deste a "cooperação entre americanos e brasileiros". O trabalho ora esboçado tenta compreender os efeitos e significados dessas notícias e que vão repercutir na continuidade ou não desses estrangeiros no Brasil.

Palavras-chaves: Guerra Fria – Soberania Nacional – EUA e Brasil.

Abstract: Ending the World War II, the international geopolitics order turned toward the world economics control. It's seen USSR and USA taking this control over an ideological content toward the Cold War. USA took the Latin America as the target of its geopolitics control, perceived in Brazil through speeches about National Sovereign. Presuming to help Brazil against the "red threaten", the USA entitled themselves as "safeguards" of Brazilian nationality. In Pernambuco, the news were brought by the newspaper, which were divided by the swearing of JK and the progress of the "Brazil-USA cooperation", followed by the headlines against the communism, and the measures taken by the USA to combat it. The project now outlined tries to understand the effects and meaning of the news and the influence in the continuity, or not, of theses foreigns in Brazil.

Key-Words: World Cold – National Sovereign – USA e Brazil.

1956. Os jornais pernambucanos traziam em suas manchetes a posse de um novo presidente brasileiro, seguido por notícias a respeito da "cooperação amigável" que existia entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil frente a nova ordem mundial, configurada pela guerra fria, e que estabelecia as áreas de influências econômicas na divisão feita pelos chamados "mundo livre e mundo soviético"[1]. Mais a frente outras manchetes – como uma

* Mestranda do PPG em Historia da UFPE.

[1] Expressões utilizadas pelo DP (Diário de Pernambuco) em sua edição de 03 de fevereiro de 1956, ao noticiar as influências estadunidense e russa no mundo.

segunda notícia, mas uma notícia de escala internacional – que tinham como tema o comunismo, os seus efeitos pelo mundo e as medidas tomadas pelos capitalistas para combatê-lo. Estas informações circulavam na sociedade pernambucana do pós-guerra em confluência a um clima de esperança para o desenvolvimento do Brasil com Juscelino Kubitschek na presidência.

No cenário internacional, a guerra entre os dois blocos, capitalistas e socialistas ,se acirrava, enquanto que na esfera micro das relações interamericanas, os encontros entre os vices-presidente brasileiro e estadunidense faziam amolecer a opinião internacional de que o governo de Kubitschek não compactuava com as "idéias vermelhas", como promulgavam os udenistas. "E que estas inverdades contra o governo de JK de ser um governo aliado dos comunistas, era uma forma de desmoralizar a sua administração" (Apeje, HEMEROTECA; DP, 05 DE JUNHO DE 1956). A idéia de vincular os comunistas a Kubitschek servia mais como uma tática para causar insegurança econômica, frente aos acordos arrolados para o desenvolvimento do Brasil entre os investidores estrangeiros públicos e privados, por exemplo. Não querendo dizer que não havia um "quê" de apoio, haja vista que o vice-presidente eleito, João Goulart, pertencia ao PTB e tinha ligações com os sindicatos brasileiros. No entanto, havia pressa em fazer com que a imagem de uma administração pautada no nacional desenvolvimentismo não fosse vista como negativa, principalmente entre grupos das forças armadas, guardiã da integridade e soberania da democracia brasileira[2]. Isso, se pensarmos na inviabilidade de comunistas serem considerados patrióticos e nacionalistas, para os grupos políticos brasileiros mais conservadores, que os construíam como traidores da pátria e da constituição[3].

Segundo uma notícia impressa pelo Diário de Pernambuco, em 08 de janeiro, Kubitschek havia falado a respeito da participação dos comunistas brasileiros no processo eleitoral do seu mandato. O que é possível de ser percebido é a tentativa deste de se desligar de qualquer indício que fosse capaz de constatar o apoio "vermelho" ao seu governo. Essa

[2] Esta idéia, produzida por algumas correntes das forças armadas pode ser percebida quando se tenta objetivar as funções da Escola Superior de Guerra: que fazia o papel de formar *"uma elite capaz de elevar os níveis de representação política e administrativa do país. A ESG tem como principal finalidade estudar objetivamente os problemas de Segurança Nacional"*, de acordo com o professor Soares de Mello, em 24 de maio de 1956.

[3] Marieta de Moraes Ferreira em seu livro, João Goulart: entre a memória e a história, tenta desconstruir e indagar uma memória, construída de "forma depreciativa", em torno da imagem que se fez de João Goulart. Ela põe em discussão a pouca ou a falta de pesquisas que acabam favorecendo essa idéia e reforçando uma outra memória vista como positiva e de sucesso que se fez em torno do personagem de JK, até então tido como "um líder maior da história brasileira" e símbolo de uma era definida como "anos dourados". Estas imagens em torno de João Goulart reforça o pouco interesse em pesquisá-lo, o que nos faz cair na armadilha de vê-lo apenas como uma figura importante para a esquerda brasileira, não ressaltando a sua participação nas decisões que levaram o Brasil a embarcar na órbita das relações internacionais, principalmente com os EUA.

ligação partidária poderia prejudicar o desenvolvimento da economia do país frente ao capital estrangeiro e ao seu plano de trabalho desenvolvimentista:

> *"O partido comunista tinha já pouca força antes de ser posto fora da lei e que esta força vai declinando à medida que se desenvolve a economia do país. Pessoalmente não tinha compromisso algum com os comunistas e não tinha feito qualquer pacto com eles na campanha eleitoral". (Apeje; HEMEROTECA; DP, 08 DE JANEIRO DE 1956).*

Esta tentativa de tornar o seu governo limpo dessa influência, desconstruia o receio dos estadunidenses de estreitarem as suas relações econômicas com o governo brasileiro, já que se vivia um clima de guerra fria. Não era nada confortável para os EUA, viver sob o risco de uma aliança soviética com o Brasil. Para JK, a relação partidária poderia prejudicar e muito os seus planos em escalas internacionais, já que se tinha interesse - e ele havia sinalizado para tal - de abertura ao capital estrangeiro, principalmente estadunidense.

As inquietações em torno de qual eixo pertenceria o Brasil era analisado não apenas pelos líderes mundiais, mas também pelas forças políticas brasileiras, como os grupos das forças armadas mais conservadoras; a extrema esquerda; os intelectuais da ISEB, que segundo Thomas Eskidmore[4], eram considerados moderados; os neoliberais, etc. Vivíamos entre o limite do comunismo e do capitalismo liberal, seguindo as diretrizes da política internacional que resultava da relação conflitante entre a URSS e os Estados Unidos. O mundo, até então na ordem da guerra fria[5], experimentava a geopolítica internacional prescrita na conferência de Washington, a qual algumas tomadas de decisões visavam os rumos políticos da latino-América de assistência para o seu desenvolvimento, como por exemplo, o Ponto IV, cujo dizer do economista Fernando Alvarez era" um programa de assistência técnica com escopo de ajudar o Brasil a ajudar-se a si mesmo ... é um órgão permanente do departamento de Estado norte-americano que age em cada país que a ele recorra sob o título de United States Operation Mission". "Ajudar o Brasil a se ajudar" partia da idéia da abertura de linhas de investimentos ao capital estrangeiro; cobertura cambial externa para importar maquinarias para as indústrias que fossem montadas, e isenção fiscal a esses investidores estrangeiros.

Em escalas territoriais, o que se pode entender é a preocupação do governo EUA por garantir sua influência na América do Sul. E que essa se encontrasse fora do perigo russo,

---

[4] Eskidmore em seu livro, Brasil: de Getúlio a Castelo, no capítulo V, traz-nos uma percepção da administração de Kubitschek, de base tecnocrata, a uma política de nacionalismo desenvolvimentista, e que tinha como um dos objetivos a expansão da produção industrial brasileira. Este, enquanto presidente da república brasileira, tomou a construção de Brasília como símbolo dessa nova era, e que alguns historiadores e estudiosos do período a chama de "anos dourados". SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964.

[5] Que era uma guerra também de caráter psicológico e que deixava o mundo em um alerta constante a deflagração de um 3º conflito mundial.

no que se entende por compromissos econômicos. Ora, tínhamos um presidente disposto a desenvolver o Brasil a qualquer preço, mesmo que para isso ele se visse obrigado a ceder partes do território brasileiro a estrangeiros, como observamos no início de 1957, no caso "Projeto Nordeste"[6]. E sobre esse aspecto econômico, o vice dos Estados Unidos, Richard Nixon, mostrava a importância de cooptar cada vez mais o mundo ao ideal liberal capitalista, isolando a Rússia com as armas da economia: "um país que se torna um satélite econômico da Rússia se tornará inevitavelmente também um satélite político e militar" (Apeje; HEMEROTECA; DP, 22 DE FEVEREIRO DE 1956). Esse receio, ou quem sabe até medo, que a Rússia (União Soviética) tivesse êxito ideológico, a partir da ajuda econômica aos países ditos, nesta época, subdesenvolvidos, acirrava as relações de poder entre os americanos[7]. Esse receio de perder o controle econômico e político nas novas diretrizes das relações internacionais do período fazia com que os Estados Unidos estreitassem ainda mais as relações entre estes ditos aliados. Assim, garantiam que a autonomia governamental e a soberania destes territórios seriam asseguradas contra a "ditadura soviética"[8], tornando-os livres delas:

> *Os EUA estão travando uma forte competição com os paises comunistas no fornecimento de ajuda aos paises pouco desenvolvidos do mundo. A derrota nesta competição poderia ser tão desastrosa como a derrota na carreira armamentista ... os EUA podem triunfar oferecendo mais ajuda do que os comunistas e convencendo ao mesmo tempo paises atrasados de que não devem se afastar da comunidade das nações livres ... os EUA não pensam em competir com a URSS oferecendo sempre mais ajuda do que ela, mas obtendo créditos no Congresso para assistir os paises poucos desenvolvidos* (Apeje; HEMEROTECA; DP, 12 DE JANEIRO DE 1956).

"Oferecer mais ajuda"; "convencer os países atrasados de que não devem se afastar da comunidade das nações livres" eram importantes argumentos a manutenção do poder estadunidense na América. Esse tipo de tipo de relação construída entre os governos dos Estados Unidos e da União Soviética para que se chegasse ao caráter de guerra ideológica e psicológica, fazia de cada cidadão um instrumento potencial ao monitoramento das ações de ambas, criando um alerta constante na mentalidade desse período. A titularidade dada a cada nação envolvida de se considerar líder nessa batalha direcionava o mundo a dividir-se entre: capitalistas e comunistas. Era uma disputa de poder que dava uma cara nova ao que se

---

[6] Quando se permite, sob acordos militares assinados entre Brasil e Estados Unidos, a instalação de uma base da marinha americana na ilha de Fernando de Noronha. Esta atitude diplomática criou um ambiente favorável para os nacionalistas exaltados, as esquerdas e os udenistas acusarem Juscelino de ser um governante *"entreguista do solo pátrio"* e por isso *"atentar contra a soberania brasileira"*. Folha do Povo, 05 de fevereiro de 1957.

[7] E aqui se entende como os países da América Latina ditos aliados dos Estados Unidos e não apenas os estadunidenses.

[8] No dizer do Vice-presidente dos Estados Unidos.

entendia, até então, por Guerra. Não se precisava mais atirar bombas e enviar soldados para o campo de batalha. A disputa pelo controle econômico mundial fazia com que os governos EUA e URSS se construíssem como tais potencias, tidas como hegemônicas e concorrentes, únicas capazes de ditarem a nova ordem política. Essa unicidade não era posta em discussão. E o mundo seguia esse direcionamento.

A literatura sobre a época não nos garante entende-lo sem essa problemática dos EUA *versus* União Soviética, como se quiséssemos retornar a batalha do bem contra o mal, cujo bem não estaria com os soviéticos. E que construção de poder era essa? Qual economia iria prevalecer? A atrelada ao capitalismo liberal ou a atrelada ao comunismo stalinista? Qual seria a melhor opção para o mundo aquela época? Que verdade era essa? O que seria dos EUA e URSS se não houvessem relações de poder que os ligassem mutuamente, como também os seus efeitos de verdade, trabalhando em conformidade a esse poder?[9]

O que pude observar entre os documentos lidos era que a garantia de proteger a soberania brasileira, e por extensão latino-americana, fazia dos Estados Unidos os salvaguardas destas. Mas tomando como base para se entender soberania, não estava os EUA desrespeitando essa idéia de assegurar a territorialidade (nacional) do Brasil, já que se intitulavam também, uma nação democrática e defensora da democracia? Que democracia e para quem? A idéia de teoria da soberania não exige que um Estado respeite a soberania dos demais? De acordo com Liziane Paixão, "o Estado não esta subordinado a nenhum outro, pois com base no Direito Internacional, são considerados iguais" (OLIVEIRA, JAN/MAR.2006: 86). Contudo, precisamos assinalar que a soberania se verticaliza à noção de poder. Essa idéia de construir um Estado com poderes absolutos em seu território, faz com que a idéia de pertencimento a uma nacionalidade e identidades o defina como tal. É uma disputa de poder lançada a mão das regras do mercado internacional de 1950. Quando os Estados Unidos se intitulavam os "salvaguardas", a idéia do não pertencimento fazia sinalizar uma interferência nessa idéia de pertencimento: do Brasil ser soberano nas decisões de caráter internacional, já que acordos econômicos estavam sendo assinados. E por que não estreitar essas relações econômicas com a Rússia naquele momento de 1950? Conveniência de mercado; ou seja, a oferta estadunidense saíra melhor que a soviética. E quando digo isso, é porque os resultados de uma aliança entre Brasil – URSS não atendiam aos interesses desenvolvimentistas de Kubitschek. E também devemos lembrar que numa ótica da política brasileira, as idéias

[9] Nesta ótica Foucault observa que o poder se exerce mais que se possui e não é um privilégio apenas de quem se põe no lugar de dominador. As relações de poder se aprofundam dentro da sociedade que não se localizam nas relações entre os Estados, entre o Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes. Ele se multiplica entre o desejo e as estratégias de possuí-lo. FOUCALT. Obras cit.

comunistas não eram bem aceitas pelas forças armadas que se dividiam entre os herdeiros de Vargas, os antigetulistas e os anticomunistas. Havia uma competição entre quem tinha mais poder na geopolítica da guerra fria. E nessa relação de forças o Brasil se encaixava entre os aliados do "mundo livre":

> *A melhor resposta a ditadura e a tirania soviética está na verdadeira democracia de um povo, trabalhando paulatinamente, porém com segurança pela consecução do aumento do poder aquisitivo de todos, salários mais altos, uma economia sadia e cada vez mais perfeita*[10].

Tornar o Brasil um membro pertencente aos "Estados da União" fazia com que estadunidenses e brasileiros ocupassem um lugar comum e oposto às idéias defendidas pela economia soviética que estava, também, atrelada à ideologia comunista. Para tanto, era necessário fazer crer que essas idéias deveriam ser postas em dúvida, fazendo com que o cidadão, dito de bem, não encontrasse um lugar comum dentro dessa concepção política. Torná-la estranha socialmente e ideologicamente ao ponto de construir uma verdade com base no modelo capitalista liberal. Era importante no combate a expansão dessas idéias, chamarem de "mundo livre" todo aquele território de democracia e liberdade protegidos pelos EUA e de "inimigos potenciais sem restrição moral" aos que se enquadravam a ordem soviética. A aqueles Estados eram assegurados a integridade e liberdade democráticas essenciais a manutenção da idéia de soberania nacional, sendo considerados livres da ameaça soviética como se houvesse limite entre ser livre e ser moral.

A documentação sobre os finais dos anos cinqüenta nos permite a um recorte micro do que havia por traz da guerra fria. Uma disputa de poder, cujo prêmio seria o controle econômico e político mundial, fazia com que o mundo estivesse entre o que seria certo e o que seria errado. Nessa ordem, percebemos o governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, entrar nessa disputa geopolítica, uma vez que o Brasil era visto como um forte aliado, tanto ao combate a expansão das idéias ditas "vermelhas", como aos interesses econômicos do governo dos Estados Unidos.

Assim, os EUA inserem o Brasil em uma área de influência estratégica, cujas possibilidades de controle efetivo, constituíam no principal argumento da geopolítica de segurança, e que, como contrapartida, visava transforma-lo num representante escudeiro do imperialismo capitalista, dentro da própria América do sul, fechando, assim, o cerco a esses mercados. Portanto, é com o argumento de salvaguardar a soberania brasileira contra a "ameaça vermelha", vimos os governos estadunidense e brasileiro assinarem acordos militares

[10] Nixon em discurso proferido numa visita feita ao Brasil quando se deu a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em 03 de fevereiro de 1956.

e econômicos, visando o "bem-estar" da democracia desse aliado e tornando-o membro de um "mundo livre". Essa presença "americana" em solos brasileiros era apenas um indício do que aconteceria nos anos seguintes, e de como os grupos políticos, que apoiavam essa cooperação, mudaria de discurso anos mais tarde em nome da "retomada da soberania brasileira".

Referencias Bibliográficas:

Acervo da hemeroteca do Arquivo Publico do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano; Diário de Pernambuco: JAN/ MARÇO 1956.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história.* In: **João Goulart: entre a memória e a história** Marieta de Moraes Ferreira (org.). Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão; tradução Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópilis. Editora Vozes, 1987.

_____. Estratégias, poder e saber. Manoel Barros da Motta (org. e seleção de textos). Coleção Ditos & Escritos vol. IV. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

MOURA, Gerson. O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: relatório de pesquisa FGV/ CPDOC, 1990.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. O conceito de soberania perante a globalização. In: revista CEJ, Brasília, nº 32, p. 80-88, jan/mar, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964. Ismênia Dantas (tradução). 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Empresariado e Política Industrial no Primeiro Governo Lula (2002-2006)

Ignacio Godinho Delgado[1]

Resumo: A comunicação discorre sobre a noção de *política industrial* e sua prática no Brasil. Analisa, ainda, as relações entre o primeiro governo Lula e o empresariado, focalizando a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Por fim, avalia as possibilidades de uma colaboração entre empresariado e Estado favorável à promoção do desenvolvimento.
Palavras chave: empresariado, política industrial, governo Lula

Abstract: The presentation deals with the notion of *industrial policy* and its practice in Brazil. It analyses the relationship between Lula's government (first mandate) and the business sector, focusing on the Confederação Nacional da Indústria (CNI-National Confederation of Industry) and the Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI-Research Institute for Industrial Development). It finally evaluates the possibilities of a collaboration between the business sector and the State favoring the promotion of development.
Key words: business sector, industrial policy, Lula government

Política Industrial é a coordenação *ex ante* do processo de desenvolvimento. Envolve, através da colaboração entre o Estado e o empresariado, a definição de metas, objetivos, regulamentações e de um aparato institucional de apoio à industrialização. Estritamente, toda política industrial é seletiva. Processos de *catch up*, de promoção da inovação tecnológica ou do emprego, implicam o uso de instrumentos diversos (proteção tarifária, cambial, subsídios, dentre outros) para fortalecer atividades consideradas estratégicas. A intervenção estatal *ex post*, para corrigir *falhas do mercado* e restabelecer situações de equilíbrio, não é propriamente política industrial, pois o objetivo central desta é, no limite, alterar certas configurações estruturais (SUZIGAN e FURTADO, 2005).

A colaboração acima indicada envolve contrapartidas. Do empresariado espera-se um ritmo adequado de investimentos. Do Estado, ações para favorecer e dar segurança aos investimentos privados, junto à preservação de um cenário político estável, que assegure a confiança empresarial na condução das ações definidas. Dilema central na ação do Estado,

[1] Doutor em Ciências Humanas – Sociologia e Política, pela UFMG. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da UFJF. Autor de *Previdência Social e Mercado no Brasil – a presença empresarial na trajetória da política social brasileira.*

hodiernamente, é compatibilizar estabilidade macroeconômica, proteção social e expansão do investimento. Políticas macroeconômicas restritivas e gastos sociais extensos subtraem recursos da acumulação, por conta dos juros elevados, da tributação, ou da conjugação de ambos. A política industrial visa compatibilizar tais circunstâncias com o desenvolvimento, através de ações compensatórias para o empresariado, que estimulem o investimento (DELGADO, 2005).

A realização de políticas industriais é favorecida pela presença de uma burocracia estatal weberiana – tornando o Estado mais infenso a interesses particularísticos -, e de associações empresariais abrangentes - de modo a restringir deserções aos objetivos da colaboração (EVANS, 1993; SCHNEIDER, MAXFIELD e HAGGARD, 1997). No Brasil, a ausência de tais condições foi contornada pela criação de agências públicas *insuladas*, coexistentes a uma representação empresarial fortemente setorializada, em diversos momentos da trajetória do corporativismo setorial e bifronte (BOSCHI, 1991; LEOPOLDI, 2000). Sob o *desenvolvimentismo*, a proteção a setores industriais inteiros, tomados como estratégicos, combinou-se à indução pública do desenvolvimento, através de inversões estatais freqüentemente à frente da demanda. Não se criou, todavia, capacidade endógena de inovação tecnológica nas empresas privadas, favorecidas pela presença de um mercado internacional que associava preços baixos à interdição de pesquisas em torno da tecnologia adquirida (DELGADO, 2001). Na década de 1980, a gestão econômica de curto prazo, decorrente da crise da dívida e do processo inflacionário, esmaeceu, enfim, as iniciativas de política industrial.

A agenda neoliberal da década de 1990 tornou a política industrial quase um anátema, em meio à influência da noção que afirma ser o Estado cativo de comportamentos predatórios da burocracia e/ou das elites políticas, bem como de *coalizões redistributivas* (CHANG, 1996). No Brasil, imagina-se que o alcance do equilíbrio macroeconômico e a realização das *reformas estruturais* – para a desregulamentação dos mercados, a abertura da economia e a redução do peso e do papel do Estado –, criariam um ambiente favorável à atração de capitais externos, à elevação da competitividade das empresas e das inversões privadas, centrais a um novo ciclo de crescimento, que superaria a *crise do Estado Desenvolvimentista* (DELGADO, 2001).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) inaugurou-se sob elevado consenso das elites brasileiras com a agenda neoliberal, com grande expectativa de retomada do crescimento, se efetivadas as *reformas estruturais* e reduzido o *Custo Brasil*, através, dentre outras medidas, da *desoneração tributária* da produção - incluídas as contribuições

para custeio da seguridade social (DELGADO, 2001). Os empresários subscreveram o sentido geral dessa perspectiva, com objeções diversas ao seu detalhamento. O apoio à estabilização macroeconômica associou-se a críticas à paridade cambial, vigente entre 1994 e 1998, à política de juros altos e à ausência de canais de intermediação com o governo. No segundo mandato de FHC (1998-2002), os empresários deploravam, principalmente, a ausência de políticas industriais ativas e a não complementação das *reformas estruturais*.

Em 2002, tal balanço consubstancia-se em diversos eventos e documentos, que buscam nortear as ações do futuro governo. Neles, a estabilidade macroeconômica aparece como condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento, postulando-se a definição de políticas públicas de apoio à indústria. Desta forma, ainda que CNI, entidade central no formato corporativo, alertasse para os riscos de incremento da inflação, da carga tributária e de postergação das *reformas estruturais*, com a eventual eleição de Lula, havia a expectativa de que o novo governo adotasse uma política econômica pró crescimento e instituísse canais de intermediação diretos com o empresariado (DELGADO, 2005).

Para a CNI, era preciso superar os "falsos dilemas" em torno da necessidade de uma política industrial, mesmo que sem "o retorno" do "uso indiscriminado de subsídios" e de interferências no sistema de preços (CNI, 2002). A política industrial deveria buscar a elevação da competitividade, a continuidade das *reformas estruturais*, a melhoria da "infra-estrutura física e social", a definição dos marcos regulatórios, a preservação do meio ambiente. Como prioridades, o comércio exterior, o apoio à inovação e o desenvolvimento regional.

O IEDI, que agrupa líderes empresariais de grandes empresas nacionais, não se preocupa em rechaçar o passado protecionista e reivindica "um projeto de desenvolvimento", em que o "Estado não substitui a iniciativa privada", mas é "o agente fundamental", cabendo-lhe "uma parte ativa que jamais será preenchida por forças de mercado" (IEDI, 2002). As parcerias público-privadas, o apoio à inovação, a subordinação dos acordos internacionais e da atração de investimentos à política de desenvolvimento nacional são as principais diretrizes destacadas.

Em boa medida, as perspectivas empresariais são absorvidas, já em 2003, pelas proposições do governo Lula, anunciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior e outras agências estatais (MDICE, 2003). Nelas, assinala-se que o crescimento econômico sustentável, primeiro objetivo da "agenda de desenvolvimento", passa pela redução dos juros, "na esteira da consolidação da estabilidade econômica", mas envolve, também, medidas microeconômicas e reformas institucionais. O crescimento do comércio

exterior aparece como o segundo objetivo. Definem-se como prioridades a infra-estrutura e a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, para o aumento da eficiência da estrutura produtiva, da capacidade de inovação das empresas e a expansão das exportações.

Em março de 2004, vêm à luz as *Diretrizes* da política industrial (MDICE, 2004). A definição dos marcos regulatórios, a desoneração das exportações, a redução do custo do crédito, o fortalecimento do comércio exterior e da eficiência da empresa brasileira são seus objetivos centrais. A *Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior* (PITCE) aponta, ainda, como prioridades, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, a inserção externa, a modernização industrial, a ampliação da capacidade e da escala de produção das empresas, a definição de opções estratégicas. Nestas, a indústria de semicondutores, *softwares*, fármacos e bens de capital, às quais são acrescentadas, em 2005, as *atividades portadoras de futuro* - biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e outras fontes de energia renováveis (MDICE, 2005a). A coordenação da PITCE caberia ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), de caráter consultivo, e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), responsável pela execução e coordenação das ações (MDICE, 2005 b).

A CNI e o IEDI apontaram como uma resposta positiva às suas aspirações a criação do CNDI, a retomada da idéia de política industrial e a ênfase conferida à inovação. Assim, apesar da apresentação de proposições para ampliar o alcance dos programas e das medidas de desoneração tributária associados à PITCE, vêem-na como uma efetiva mudança de rumo nas ações do Estado brasileiro em favor do desenvolvimento (DELGADO, 2005).

A gestão macroeconômica permanece, entretanto, como o principal elemento de discórdia entre o governo e os empresários. No início de 2003, diante dos riscos do recrudescimento da inflação, revelam desconfortável tolerância com a elevação da taxa de juros e a política cambial. Em junho, todavia, incontida exasperação recebe a primeira proposta de reforma tributária do governo e a extensão da política de elevação da taxa SELIC, que perdura até julho. Entre agosto de 2003 e setembro de 2004 observa-se significativa aproximação. A retomada da elevação da SELIC, em setembro de 2004, reaviva as queixas empresariais, reforçadas pelo impasse na regulamentação das PPPs, pela operação irregular do CNDI e, adiante, pela deterioração das relações entre o Executivo e o Congresso, incapaz de deliberar sobre temas caros ao setor. Em 2005, retrai-se a expectativa de crescimento da economia e dos investimentos produtivos. Na CNI é formulada a proposição de uma *agenda mínima*, para o funcionamento do Congresso, em meio à crise política. Nas duas entidades, irrompem sugestões de ampliação do Conselho Monetário Nacional, acenos favoráveis à

proposta de *déficit nominal zero*, de Delfim Neto, e apelos contra a "paralisia e retrocesso" (DELGADO, 2005).

Dos últimos meses de 2005 à reeleição de Lula, em outubro de 2006, a CNI e o IEDI evidenciam acentuado desencanto com as possibilidades do crescimento econômico. A reiterada objeção à política monetária e cambial é acompanhada de manifestações contra a timidez da proteção dispensada à indústria doméstica *vis a vis* à praticada em outros países emergentes , e da projeção de cenários pessimistas para a indústria. (MONTEIRO NETO, 2005, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d; FERREIRA, 2006; IEDI, 2005a, 2005b, 2005d, 2006b). Se a política industrial ainda permanece na agenda das entidades, especialmente no que se refere à inovação tecnológica, são cada vez mais proeminentes, na CNI, proposições de retomada das *reformas estruturais* (com ênfase nas reformas previdenciária, trabalhista, tributária e do Estado), e de efetuação de rigoroso ajuste fiscal que, incidindo sobre os gastos correntes do Estado, liberasse recursos para o investimento em infra-estrutura (CNI, 2005 e 2006). Afirma-se, no IEDI, que o Brasil trocou o combate à inflação por um crescimento medíocre" (IEDI, 2005b). Ao final de 2005, *Manifesto pelo Desenvolvimento do Brasil*, divulgado pelo IEDI e pela FIESP, assinala que "os vitoriosos se impõem diante dos que fracassam por sua tenacidade na construção de um projeto nacional de desenvolvimento, [que depende da] capacidade gerencial de seus governos" (IEDI, 2005d). Principal porta voz, no meio empresarial, do tema da política industrial, o IEDI deixa de conferir-lhe destaque em suas publicações, em 2005 e 2006. Ao mesmo tempo, abraça a proposição de um ajuste fiscal rigoroso como condição para o desenvolvimento (IEDI, 2005c e 2006a).

Considerações Finais

A PITCE restabelece elos entre empresariado e Estado, que vão além da preservação da estabilidade macroeconômica para segurança dos investimentos. Aponta, ainda, para a recuperação de um papel ativo do Estado, ainda que sem a primazia do investimento estatal, típica do *desenvolvimentismo*. Ademais, a criação do CNDI instaura um mecanismo de intermediação diverso da prática setorializada de períodos anteriores.

Na CNI, a criação do *Fórum Nacional da Indústria*, acena para a possibilidade de profunda metamorfose da entidade. A incorporação das *entidades paralelas* da indústria às suas instâncias de deliberação, esmaece, em certa medida, o *peleguismo dourado*, inerente ao formato corporativo (DELGADO, 1997). É incerto se a entidade vai adquirir a abrangência de suas congêneres em outras paragens. A concentração regional da indústria no Brasil confere forte peso à FIESP. Por seu turno, desacelerou-se o andamento das mudanças previstas na

reforma sindical em debate no *Fórum Nacional do Trabalho*, que acentuariam a representatividade da CNI, hoje excluída da negociação coletiva com os trabalhadores, distanciando-a de parte expressiva dos interesses empíricos de seus associados.

O IEDI tem sido um interlocutor privilegiado do governo Lula. Dispõe de assento no CNDI, ao contrário da FIESP. Nesta posição, pode lastrear a definição de uma identidade mais nítida da grande empresa nacional, diluída pelo caráter dependente do desenvolvimento no País e pelos efeitos institucionais do formato corporativo.

As possibilidades de uma colaboração virtuosa, em favor do desenvolvimento brasileiro, vinculadas à PITCE e às mudanças na representação do empresariado, enfrentam, contudo, ameaças significativas. A redução da confiança empresarial na efetividade da política industrial, em face do apego do governo Lula à ortodoxia monetária e da fragilidade da sua condução política, tem mitigado a disposição de investir, bem como acarretado frustrações com a PITCE e os canais de intermediação que institui. O peso que a CNI tem atribuído às *reformas estruturais* e à realização de um rigoroso *ajuste fiscal* não eliminou as referências à necessidade de uma *política industrial*, mas reduziu sua incidência nos pronunciamentos da entidade. Por seu turno, a introdução do tema do ajuste fiscal na agenda do IEDI, junto à diminuição das manifestações sobre a política industrial, revelam uma aproximação pouco usual a sugestões caras à agenda liberal, embora a entidade permaneça como o núcleo mais estridente, no meio empresarial, de crítica à ortodoxia monetária.

Há, também, o risco de que não se cristalizem o papel do IEDI e as mudanças em curso na CNI. Para tanto, parece indispensável que resultem em ganhos efetivos para os industriais e sejam retomadas as reformas no ambiente institucional (reforma sindical), que ampliem a representatividade das entidades corporativas.

Por fim, a perspectiva de uma concertação nacional em favor do desenvolvimento é minada pela congênita resistência do empresariado à constituição de elos mais intensos com atores sociais de extração popular. O apelo ao aprofundamento do arrocho fiscal, com impacto direto nas políticas sociais, aliena o empresariado de tais atores, favorecendo a percepção de que as medidas de política industrial representam, tão somente, a concessão de privilégios ao setor e não parte indispensável de um projeto nacional de desenvolvimento.

Referências

BOSCHI, Renato & DINIZ, Eli. *O Corporativismo na Construção do Espaço Público*. In: BOSCHI, Renato (org). **Corporativismo e Desigualdade - A Construção do Espaço Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

CHANG, Ha-Joon**. The Political Economy of Industrial Policy**. London: Macmillan Press, 1996.
CNI. **A Indústria e o Brasil: Uma Agenda para o Crescimento.** Rio de Janeiro: CNI, 2002.
CNI. **Crescimento – A Visão da Indústria.** Rio de Janeiro: CNI, 2006.
CNI. **Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015).** Rio de Janeiro: CNI, 2005.
DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de um Revés – Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
DELGADO, Ignacio Godinho. *Empresariado e política industrial no governo Lula*. In: PAULA, João Antônio (Org.). **Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Pp. 205-226.
DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência Social e Mercado no Brasil**. São Paulo: LTr, 2001.
EVANS, Peter. *O Estado como Problema e como Solução*. In: **Lua Nova**. Nº 28/29. São Paulo, CEDEC, 1993.
FERREIRA, Carlos Eduardo Moreira. *Fuga de fábricas e empregos.* In: **Indústria Brasileira.** Nº 64. Rio de Janeiro: CNI, 06.2006.
IEDI. *Ajuste Fiscal e Gestão Pública: A Hora é Agora.* In: **Carta IEDI.** Nº 238, 15.12.2006a. . Disponível em http://www.iedi.org.br . Acesso em 14.04.2007.
IEDI. *Como Bloquear a Desindustrialização?* In: **Carta IEDI.** Nº 186, 16.12.2005a. Disponível em http://www.iedi.org.br . Acesso em 10.03.2006.
IEDI. *Crenças do IEDI – Um Roteiro para a Construção do Desenvolvimento*. In:
Carta IEDI. Nº 12, 29/07/2002. Disponível em http://www.iedi.org.br.Acesso em 12.03.2004.
IEDI. *Debatendo para Crescer*. **Carta IEDI**. Nº179, 26/09/2005b. Disponível em http://www.iedi.org.br . Acesso em 10.03.2006.
IEDI. *Investimento Público e Política Fiscal: Por uma Nova Agenda de Debate*. In: **Carta IEDI.** Nº 187, 23.12.2005c. Disponível em http://www.iedi.org.br . Acesso em 10.03.2006.
IEDI. *Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil?* In: **Carta IEDI.** Nº 183, 25.11.2005d. Disponível em http://www.iedi.org.br . Acesso em 10.03.2006.
IEDI. *Um Ano de Baixo Dinamismo*. In: **Carta IEDI.** Nº 236, 01.12.2006b. Disponível em http://www.iedi.org.br . Acesso em 14.04.2007
LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Política e Interesses.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
MDICE. **Acompanhamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.** MDICE, 2005(a). Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em 12.07.2005.
MDICE. **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.** MDICE, 2004. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em 14.05.2004.
MDICE. **Roteiro para a Nova Agenda de Desenvolvimento.** MDICE, 2003. Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em 10.08.2003.
MDICE. **Informações sobre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)**. MDICE, 2005(b). Disponível em http://www.desenvolvimento.gov.br . Acesso em 14.08.2005.
MONTEIRO NETO, Armando Monteiro. *A verdade sobre a mesa*. In: **Indústria Brasileira.** Nº 58. Rio de Janeiro: CNI, 01.2006d.
MONTEIRO NETO, Armando Monteiro. *O País deve enfrentar o desafio dos juros*. In: **Indústria Brasileira.** Nº 56. Rio de Janeiro: CNI, 10.2005.
MONTEIRO NETO, Armando. *Agenda de Reformas*. In: **Indústria Brasileira.** Nº 69. Rio de Janeiro: CNI, 11.2006a.
MONTEIRO NETO, Armando. *Crescer exige escolhas*. In: **Indústria Brasileira.** Nº 62a. Rio de Janeiro: CNI, 04.2006c.

MONTEIRO NETO, Armando. *O Brasil e a questão fiscal.* In: **Indústria Brasileira.** Nº 59. Rio de Janeiro: CNI, 02.2006b.
SCHNEIDER, Ben Ross, MAXFIELD, Sylvia & HAGGARD, Stephan. *Theories of Business and Business-State Relations.* In: SCHNEIDER, Ben Ross. & MAXFIELD, Sylvia (edited**). Business and the State in Developing Countries**. Cornell University Press, 1997.
SUZIGAN, Wilson e FURTADO, João. *Política Industrial e Desenvolvimento*. In: PAULA, João Antônio (org). A. **Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Pp. 181-204.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A sanha brejeira contra os jacobinos regenciais. Os cabanos de PE-AL (1832-1836)

Janaina Cardoso de Mello*

Resumo: Em abril de 1833, uma carta do líder cabano Vicente Ferreira de Paula no Brejo (PE) expressava a ira dos "pobres das matas" contra a Regência, responsabilizada pela queda do Imperador D. Pedro I. Na escrita, os ideais políticos restauracionistas aliando demandas como: posse territorial de índios e mestiços, liberdade religiosa, abrigo de negros fugidos da escravidão, fim dos recrutamentos. Palavras contestadas nas correspondências provinciais publicadas nos periódicos oitocentistas de PE, AL e RJ. Discursos marcando a "selvageria" das "gentes do sertão" ou silenciados da memória historiográfica ao revelarem a fragilidade da Nação. Fragilidade exposta em desacertos militares e políticos da administração provincial e do centro-sul, percebida nos Relatórios de Ministros. Os cabanos negociaram seus interesses, sendo fundamental correlacioná-los às idéias de E.P. Thompson, George Rudè e James Scott.
Palavras-chave: rebeldes; periódicos; negociação.

Abstract: In April of 1833, a letter of the cabano leader Vicente Ferreira de Paula in Brejo (PE) expressed the anger of the “poor persons of the bushes” against the Regency, made responsible for the fall of Emperor D. Pedro I. In the writing, the ideals restauracionistas politicians uniting demands as: territorial ownership of indians and mestizos, religious freedom, shelter of blacks run away from the slavery, end of the conscriptions. Words contested in the published provincial correspondences in the periodic of the century XIX at PE, AL and RJ. Speeches marking the “savagery” of the “people of the hinterland” or silenced of the memory and history when disclosing the fragility of the Nation. Fragility displayed in military mistakes and politicians of the provincial administration and the center-south, perceived in the Reports of Ministers. The cabanos had negotiated its interests, having been basic to correlate them it the E.P ideas. Thompson, George Rudè and James Scott.
Key-words: rebels; periodic; negotiation.

Originário na Revolução Francesa (1789), o termo **jacobinismo**[1], também chamado **jacobismo**, tem um significado difuso. É geralmente direcionado de forma pejorativa a qualquer corrente de pensamento que, para quem aplica o termo, seja "defensora

* Profa. Assistente de História do Brasil na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus III* e Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a orientação dos Professores Doutores Marcos Bretas e Marco Morel. Coordenadora do Núcleo de Estudos Argonautas (NEAR) da UNEAL. E-mail: janainamello@uol.com.br

[1] Receberam a denominação de "jacobino" pois reuniam-se inicialmente no Mosteiro de São Tiago (do nome "Tiago" em latim: *Jacobus*). Seus membros defendiam mudanças mais radicais que os girondinos: eram contrários à monarquia e queriam implantar uma república; achavam que todos os cidadãos da França deviam ter o direito de voto; eram favoráveis à abolição da escravatura nas colônias e ao tabelamento de preços. Esse grupo era apoiado por um dos setores mais populares da França - os *sans-cullotes* - e, juntos, lutaram por outras mudanças sociais depois da revolução. Sentavam-se à esquerda do salão de reuniões.

de opiniões revolucionárias extremistas". É atribuído por pessoas de direita à pessoas com tendências liberais ou que defendem um populismo radical.

No Brasil, o termo jacobino foi aplicado no início da República Velha, para designar os republicanos radicais (entre eles, alguns positivistas e militaristas) que defendiam um governo populista autoritário. Todavia, de acordo com a análise política de José Murilo de Carvalho sobre a herança imperial legada ao regime republicano recém-instaurado:

> *Bem ou mal, a Monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram esses os países que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais.* (CARVALHO, 1990:23)

Aliada à idéia de jacobinismo está o pensamento liberal, uma ideologia burguesa com origem no desenvolvimento do capitalismo e crise da sociedade senhorial, tendo seus princípios também oriúndos da Revolução Francesa com a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa "cartilha do cidadão" deveria:

> *(...) refletir os interesses coletivos, já que teoricamente todos passavam a ser iguais perante a lei, ficando abolidos privilégios, distinções ou hierarquias que não resultassem de mérito individual. Além disso asseguravam-se aos cidadãos as liberdades individuais e o direito de propriedade.* (GUIMARÃES, 2001:103)

Ideário presente nos periódicos oitocentistas moderados ou exaltados, ressaltando-se àqueles que própriamente eram vistos como jacobinistas: *Sentinella da Liberdade* de Cipriano Barata e *Nova Luz Brazileira* de Ezequiel Corrêa dos Santos, articuladores de uma linguagem política instituidora de matrizes sócio-intelectuais e fundamentos ideológicos configurando um vocabulário político em evidência nos estudos de John Pocock e Quentin Skinner, para quem:

> *a linguagem normativa disponível, expressa em termos de um vocabulário próprio, configura-se como um elemento fundamental no estabelecimento, na definição e na resolução das principais questões problematizadas em uma dada época; contribui para determinar os parâmetros de discussão, ao mesmo tempo em que fornece um elenco de possibilidades de escolha para aqueles que pretendem expressar e legitimar suas idéias e condutas (ou contestar e denegrir as de outrem), constituindo-se, então, em um fator determinante das ações praticadas pelos agentes sociais envolvidos no debate político.* (BASILE, 2001:91-92)

A proliferação de idéias via períodicos oitocentistas, embora tenha alcançado maior visibilidade na Corte, também ao norte do país propagou várias correntes de opinião.

A fala que vem das matas impressa na Typographia!

O papel desempenhado pelos periódicos oitocentistas no que tange as questões políticas e pedagógicas que suscitam, uma vez que direcionados a formação de uma opinião publica, encaminha um processo de formação e construção de um dado imaginário que determinada vertente queira imprimir na sociedade. (Cf. BASILE, 2001; NEVES, 1992; MOREL, 2000, 2003, 2005)

Expressa visões de mundo que instituíam falas transmitidas boca a boca, num enredar de disse-me-disse do cenário urbano, que eram apreendidas de diversas formas (convergentes ou antagônicas) de acordo com os interesses e interpretações pessoais dos atores sociais envolvidos na *Vox Populi* ou mais precisamente no que Arlette Farge (1992) denominou "opinião púbica" no século XVIII. Isso posto que os sujeitos encontram-se permeados por traços discursivos e termos lingüísticos que se imiscuem a sua formação identidária (VOTRE, 2000).

No Brasil desde os anos de 1820 a esfera dos impressos, das vozes e dos gestos públicos constitui um importante material para redimensionar a historiografia brasileira em suas conformações políticas. Os panfletos e periódicos de caráter rudimentar, produzidos em tipografias rústicas, tornaram-se condutores de idéias profícuas e intensos debates nas lutas pelo poder institucional.

Durante o período regencial, entre 1832 e 1835, um conflito que envolveu proprietários de engenhos sob a bandeira restauracionista do trono a D. Pedro I, brancos e mestiços pobres, livres, que viviam como moradores ou lavradores, índios aldeados e negros fugidos, denominados "papa-méis" foi deflagrado nas matas do norte de Alagoas e sul de Pernambuco. O conflito foi denominado "cabanada selvagem" por Thomas Espíndola (2001) em 1871.

A guerra dos cabanos ganhou as páginas de periódicos nas duas províncias, ressoando em outras localidades, promovendo o temor de presidentes de províncias vizinhas e demais segmentos que não partilhavam das idéias revoltosas e enxergavam nas brechas criadas pelas cisões das elites regionais uma possibilidade consubstancial para que as ditas "classes perigosas" acendessem ao cenário político nacional com suas demandas sociais.

Dentre estas, liberdade para os escravos, posse de terras para diversas etnias, liberdade de culto religioso, etc. (MELLO, 2006:30-32)

Em janeiro de 1835, foi publicada a proclamação do chefe dos cabanos, Vicente Ferreira de Paula no *Diário da Administração Pública de Pernambuco*. Nesse documento manuscrito, datado de 16 de novembro de 1833, constam as palavras revoltosas do mulato que assumira a condução da guerra cabana para lhe dar uma feição eminentemente popular, mas cujo discurso expressava um léxico restaurador: "Jacobinos. Vós tendes abusado do nosso sofrimento, o qual não tem limites pois a todos os momentos nos estais cobrindo de apelidos e vitupérios que mais parecem de brutos do que de homens". (DAPPE, 1835)

O líder cabano refere-se às alcunhas pelas quais os homens das matas eram apelidados nos periódicos oitocentistas de Pernambuco e Alagoas. Aquele a quem os ditos "civilizados" ressaltavam a barbárie, iniciava sua fala num tom de recriminação culta que subvertia o próprio discurso governista, destoando da forma pejorativa como era retratado no mesmo periódico (DAPPE, 1834):

> *(...) vera V. Ex. o proveito tirado contra os **Saltiadore**s por uma partida sahida de Paquivira, e do original da carta do **Saltiador** Vicente Ferreira de Paula, de que trata o mesmo officio verá V. Ex. a perversidade deste infame chefe cabano, a quem não tem sido possível prender.*[grifo meu]

Os cabanos classificados como: *salteadores*, *facínoras*, *hordas de assassinos*, *ladrões*, *perversos*, *bandidos*, dentro outras adjetivações de cunho negativo constituíam a representação social do homem pobre conflitante com a ordem estabelecida. Nesse sentido podemos entender essa representação como uma elaboração de comportamentos inferindo na comunicação dos indivíduos (MOSCOVICI, 2003), bem como na construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001), ou mesmo na reconstituição do real e atribuição de uma significação específica (ABRIC, 1994).

Construía-se o imaginário da barbárie do sertão personificada naquela liderança e seus comandados para reforçar um poderio militar legalista que recorrentemente havia fracassado em por fim ao conflito que se prolongava a ponto de gerar nos soldados governistas: "o medo da guerra eterna".

Vicente Ferreira de Paula enfatiza ainda em sua fala direcionada aos seus algozes:

> *Vós rabiscais nessas pardas proclamações forjadas na Aula da traição todas as sortes de imposturas e falsidades, pois chegais a afirmar que me não avistastes no fogo, sendo sempre o primeiro a perseguir-vos, nunca mudando trajes para que vos escape à vossa vista, e nem por isto tendes tido coragem de um por um me fazerdes frente! Deixai que vos diga que sois muito fugitivos, e que era mais próprio*

> *entregar a espada e abraçar o fuso. Vede com que precipitação o vosso camarada Teto no fogo do Tigre largou a espada, e na fuga se salvou. Neste fogo conhecestes a perda que tivestes qual é nosso valor, e ainda vos lembra o choque de Bom Jordim, Farricosa, Vila, Bosque, Barra Grande e Massangano, e neste último tiramos um monstro que oprimia a humanidade! É desnecessário pintar-vos miudamente a grande perda que tendes sofrido, e só vos digo que já muitos de vós mergulhasteis no Oceano, onde barraquearam vossas vidas!* (DAPPE, 1835)

Com esse discurso a liderança cabana expõe a fragilidade governista e o poderio de seus combatentes das matas. Pois mesmo os relatos oficiais destinados a engrandecer os feitos militares e os sucessos do governo, terminavam por revelar os temores da administração e da sociedade com a grande mobilidade das forças cabanas que não se deixavam derrotar:

> *Em outro ponto os defensores da Pátria costumavão dormir a somno largo, e tão largo, que d'uma feita acordarão a força de repetidas facadas dos habitantes das Cabanas, que aproveitando se da opportunidade que lhes offerecia a occazião conseguirão fazer algumas mortes!* (O Topinambá, 1832)

O Mentor Pernambucano aproveitava-se de seus escritos para criticar os governos provinciais de Pernambuco e Alagoas, com relação as suas ações dispendiosas e infrutíferas no combate aos cabanos. Dessa forma, no inicio de 1833, conclamava seus leitores:

> *lancemos hum golpe de vista sobre as authoridades estancionadas em Panellas, e ficaremos então convencidos, de que só aspiramos obter qualquer emprego, para fazermos a nossa felicidade, e que a felicidade Publica jaza no esquecimento, pouco nos importa. Sim, Srs., eu quizera que essas authoridades, de quem fallo me dissessem, onde se achao sepultados tantos e tantos contos de rs. Sahidos do nosso Thesouro para aquelle lugar, quando os nossos pobres soldados alli vivem lamentando-se, por não terem o que comer, e por não receberem aquelle jornal, que pelos seos relevantes serviços tanto merecem? Estarão por ventura seguindo o exemplo de dous indivíduos das Alagoas, cujos nomes oculto, porque o meo fim he corrigir o delicto, e não desmascarar o delinqüente, sim, estarão elles seguindo o exemplo desses dois homens zelosos do bom êxito dos negócios do Brasil, que dizem (vaiha-nos a verdade do tempo da guerra) recebem do Erário o dinheiro para o pagamento das tropas estacadas no Porto Calvo em prata, e fazem o pagamento em cobre prescinto, e sem valor? Oh! Tempos! Oh! Costumes!* (O Mentor Pernambucano, 1833)

As palavras apontam a corrupção de representantes do governo, o desvio de dinheiro ocasionando os insucessos na condução das tropas legalistas que desertavam cotidianamente em função da escassez de viveres para garantir uma sobrevivência mínima, além dos pagamentos de soldos feitos em atraso ou com moedas falsificadas que não eram aceitas no comércio. Elementos esses que atuavam no prolongamento da guerra que "ceifava vidas e erários dos cofres públicos".

Em Alagoas, provem do periódico *O Federalista Alagoense*, as informações sobre o conflito entre os cabanos de Jacuípe/ Panellas do Miranda e as forças militares provinciais, ressaltando a participação dos *Caramurus* na empreitada contra a terra que carecia de sossego para progredir:

> *O nosso actual Prezidente dezenganado de que senão deve capitular com traidores, que huma vez o apanharão a Patria roubando-a sem rebuço, conheceo o perigo, que corríamos, e marchando immediatamente a Porto Calvo, e Barra Grande, foco de malvados, tomou as medidas conducentes a apagar o incendio apenas principiado.* (O Federalista Alagoense, 1832).

Passagem reforçada pela proclamação de Vicente Ferreira de Paula ao declarar a relação do movimento cabano com o retorno de D. Pedro I ao trono:

> *Adoramos o nosso Imperador o Senhor D. Pedro primeiro, respeitamos seu Ausgusto Filho, porém odiamo-lo no caráter de Imperador, porque seu Pai não abdicou a Coroa Brasileira por sua espontânea liberdade, mas sim foi um roubo feito que todo o Brasil conhece! Tendes esse Jovem na companhia dessa carniceira Regência que pretende manietar os Brasileiros ao carro da miséria enquanto essa corruta Assembléia vai enstisicando os cofres públicos, e mergulhando-vos na baixeza. Esses homens só tem a mira em seus interesses e a sombra dessa decantada constituição pretendem sepultar o Brasil no caos do esquecimento.*(DAPPE, 1835)

A apropriação do discurso restauracionaista das elites proprietárias de homens e terras pelos segmentos populares cabanos foi compreendida pelos autores marxistas que trabalharam essa temática (ANDRADE, 1965; FREITAS, 1978; LINDOSO, 1983; ALMEIDA, 1995) como uma contradição da *práxis*. Mas o aporte das ciências sociais permite outro caminho possível de interpretação no qual as palavras do líder cabano que revelam o desenvolvimento de uma *hibridação*, ou seja: "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas". (CANCLINI, 2006:XIX).

Nesse sentido: "a hibridação interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares que querem apropriar-se dos benefícios da modernidade". (IDEM: XXII). Assim, os cabanos como filhos de seu tempo aproveitam-se das cisões entre as elites para desenvolverem ações contestadoras do *status quo*, mesmo de forma localizada e isso fica patente ao manterem seus roçados nas matas, com a posse de terras por ocupação e produção e vivenciando nas matas uma liberdade possível para escravos outrora submetidos às agruras da *plantation*. O discurso de aliança é a ponte que os direciona para um território onde emerge uma nova perspectiva de existência. Pois frente à desigualdade fundamental no exercício das

relações de poder; deve-se ter atenção às negociações possíveis entre senhores e escravos (THOMPSON,1997). Assim, no último trecho de sua carta Vicente Ferreira de Paula avisa e conclama:

> *Minhas tropas vão tomar toda a coragem, para patentearem ao Mundo inteiro seu valor.*
> *Soldados. Corramos às armas, é tempo de acabarmos com quanto for jacobino. Soldados. Viva a Religião Católica Romana. Viva o Nosso Imperador o Senhor D. Pedro Primeiro e Sua Augusta Dinastia.* (DAPPE, 1855)

É do Brejo, em Pernambuco, nas "matas perigosas", concebidas como: *brenhas* ou *esconderijos dos salteadores*, *espaço inculto*, posse de terra por ocupação (MENESES,1774/ 1918 – 1923) que se prolifera o terror de uma massa que deseja muito mais que o retorno do príncipe português, mas sobretudo anseia por ter seu valor reconhecido enquanto sujeitos que movimentam a história.

Referências Bibliográficas:

ABRIC, J. C. **Pratiques Sociales et Representations**. Paris: Presses Universitaires de France,1994

ALMEIDA, Luís Sávio de. **Memorial Biographico do Capitão de todas as matas**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

BASILE, Marcello. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império* In: **Revista Topoi**, v. 3, Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ - 7 Letras, setembro de 2001. Pp.91-130.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2006

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1990

ESPÍNDOLA, Thomaz. **A Geografia Alagoana**. Maceió: Cataventos, 2001.

FARGE, Arlette. **Dire et mal dire. L'opinion publique au XVIIIe siècle**. Paris: Senil, 1992.

FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do Imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P.; PRADO, Maria Emília (Orgs.) **O liberalismo no Brasil imperial.** Rio de Janeiro: UERJ/REVAN, 2001.

JODELET, Denise (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada. Rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

MELLO, Janaina. *O perigo vem das matas*. In: **Revista Nossa História**, Ano 4/ nº 37, São Paulo: Vera Cruz, Novembro/ 2006. Pp.30-32

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840).** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Cipriano Barata e a sentinela da liberdade**. Salvador: Academia de letras da Bahia, 2000

_____. As transformações dos espaços públicos. Atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência. 1820-1822**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

RELATÓRIO DO CAPITÃO-GENERAL JOSÉ CÉSAR DE MENESES. Idéia da população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios e Povoações notáveis, agricultura, número de Engenhos, Contratos e Rendimentos Reais, aumento que estes tem tido & desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitanias o Governador e Capitaim General... In: **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. XL (1918). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

THOMPSON, E. P. **Senhores & Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

VOTRE, Sebastião. **Linguagem, identidade, representação e imaginação**. Rio de Janeiro: Digitado – UNIRIO, 2000.

Fontes:

Diário da Administração Pública de Pernambuco. nº 1, Tomo 5º, Vol. 3, 02/01/1835; 1834 In: APE

O Federalista Alagoense. Jornal Político, Literário e Moral. nº 19, 03/10/1832. Maceió. In: Biblioteca Nacional (BN), sessão de microfilmes (Obras Raras)

O Mentor Pernambucano, nº 1, 01/01/1833. In: APE

O Topinambá, nº 12, 27/11/1832. In: Arquivo Público de Pernambuco (APE)

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Orixá Ogum e os Filhos de Fé: devoções, mudanças e permanências nas manifestações ritualísticas na Umbanda douradense de 1970 a 2000

Joseph Espíndola[1]

Resumo: Este trabalho tem um caráter exploratório e objetiva evidenciar o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que busca analisar as relações de fé estabelecidas entre a divindade africana Ogum e os praticantes da religião de matriz africana Umbanda, conhecidos como umbandistas ou como "filhos de fé". As formas e características dessas devoções e ainda as contribuições ou implicações destas relações na construção do processo histórico, junto a comunidade envolvente a que os partícipes da religião em questão se encontram inseridos. O trabalho busca também evidenciar alguns aspectos já analisados com relação as permanências e mudanças nas manifestações ritualísticas da divindade Ogum, o conjunto de elementos que cercam, permeiam e cerceiam essas representações e seu papel na construção das identidade dos devotos de Ogum.

Palavras-Chave: umbanda – devoções - Ogum

Abstract: This is an explanatory and objective study which aims to provide evidence for the development of a research project that tries to analyse the faith relations established between the African divinity Ogún and the followers of the African matrix umbanda. They are known as umbandistas or as filhos de fé. The forms and characteristics of these devotions and even the contributions or implications of such relations in the development of the historical process along with the involved community to which the followers of this religion are linked are inserted in this research. This study also tries to evidence (1) some aspects already analysed as fas as the permanences and changes in the ritualistic manifestations of the Ogún divinity are concerned, and (2) the set of elements which involve, surround and interpose these representations and their role in the forming of the Ogún devotees´ identity.

Key words: umbanda, devotions, Ogún

O OBJETO.

As relações entre os humanos e as divindades, bem como as implicações na organização das sociedades, principalmente no aspecto sócio-cultural, desde longa data têm sido objeto de análise, tanto empírica quanto cientifica.

O delineamento do objeto desta pesquisa se evidencia a partir da busca de elementos que possibilitem uma reflexão crítica, realizadas à luz de procedimentos teórico-

[1] Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Aluno do Programa de Pós Graduação – Mestrado em História, bolsista da FUNDECT.

metodológicos de três disciplinas; da História, da Sociologia e da Antropologia, ou seja, interdisciplinar. O que tem contribuído para uma compreensão mais ampla do objeto estudado, objeto este que em outros termos, e quando não no documento acadêmico se materializa nas práticas ritualísticas dos terreiros de umbanda da cidade de Dourados.

De uma forma ainda mais amiúde, esta pesquisa se preocupa da analise e compreensão das cantigas dedicadas ao orixá Ogum, das festas a ele *devocionadas*, que sempre regadas a muita cerveja e vinho branco, trazem o axé e a renovação da fé nos *filhos* deste *santo,* na forma de ser devoto a São Jorge ou a Ogum, as compreensões do sincretismo manifesto nesta relação do santo católico com o orixá africano, quem é quem na fé do devoto, quem é este devoto e o porque desta devoção.

E para completar o delineamento do objeto, considero importante as mudanças e permanências nas formas e aspectos das manifestações desta divindade, as contribuições culturais geradas ou desenvolvidas a partir das práticas ritualísticas das manifestações da divindade Ogum, o espaço de representações e ainda a profundidade dessas representações, na organização do processo histórico a que esta inserido.

A importância de se analisar um determinado objeto sob um conjunto interdisciplinar de metodologias e procedimento, é o fato de haver a possibilidade de se ter a compreensão de uma forma mais global de cada momento, de cada nuance ou aspecto. Que se analisado por um único prisma, talvez ocultasse detalhes importantes para a compreensão de um determinado evento, ou pior, a adoção de posicionamentos unilaterais com relação a tais detalhes.

O estudo das relações entre o Orixá Ogum e os "filhos de fé", a priori não se trata de apenas uma analise da religião em si, ou mesmo das relações internas ao grupo religioso, trata-se entretanto de um estudo das relações estabelecidas entre os umbandistas e a construção cosmológica, relações sociais, culturais e econômicas, tanto endógenas quanto exógenas.

Para analise dos aspectos acima expostos, estabeleci um recorte temporal que se inicia em meados do séc XX e termina com o último quartel deste mesmo século, embora o estabelecimento de um fim deste recorte seja um tanto penoso, uma vez que pretendo analisar permanências, e permanências são e devem ser analisadas e identificadas na atualidade. O que dolorosamente fere o caráter diacrônico da investigação histórica, entretanto penso que realizar uma analise diferente não teria a mesma contribuição para o conhecimento e compreensão do objeto, conforme observa Magalhães.

> *A urdidura e a trama têm permanências que não são permanências, continuidades que não são continuidades, porque são latências; pois o passado, não é mantido, é transformado, porque revela a possível realização de apelos negligenciados do passado, caso consigamos captá-los. "Esses apelos ainda podem se perder se não forem lidos ou percebidos nas linhas do atual". (MAGALHÃES, 2002: 78)*

Além do recorte temporal, busquei estabelecer uma delimitação geográfica e espacial, utilizando nesta "de-limitação" o conceito adotado por Cássio Hissá, *Uma reflexão sobre limite é também uma reflexão sobre o poder*, (Hissá, 2002:00). a definição de uma espacialidade portanto, ficou definida como a cidade de Dourados-MS. Entretanto, é necessário esclarecer que as relações estudadas pelo projeto de pesquisa em questão, não se delimitam fisicamente a na cidade de Dourados, pois existem festas e eventos que acontecem na cidade vizinha, Fátima do Sul, e em outras da adjacência, que expressa uma forte presença de participes oriundos dos terreiros de Dourados. Na fala de um umbandista podemos compreender tais fatos, "macumbeiro é danado, não pode ouvir falar que vai ter uma macumbinha que lá tá o bicho, sorte do povo que só tem trabalho na sexta-feira, que se tivesse todo dia, todo dia ele ia no batuque. Da chuva, dá sereno, dá geada, mas o bicho ta lá, as vezes o pé parece que vai congelar..."

A umbanda por muito tempo foi duramente reprimida pela policia, repressão esta que conforme Sá Júnior apresenta em sua dissertação de mestrado, se enrijece a partir da constituição de 1937, e do Código Penal de 1940, que prevê pena para a prática do "baixo espiritismo". É uma religião que teve a liberdade de culto garantida somente com a constituição de 1988, juntamente com todas as outras religiões de matriz africana. Na cidade de Dourados a umbanda surge na década de 60 do Séc. XX, segundo a Sra Lourdes – 78 anos (Dona Lurdinha do Girassol), um dos primeiros terreiros de umbanda de Dourados foi o da Dona Maria Boiadeira – Tenda da Cabocla Iara[2], assentado pelos idos de 1960. Dona Vaní 59 anos, lembra desse terreiro com o seguinte comentário

> "*naquele tempo o povo dava umas festas boas pra Ogum, muita cerveja, carne assada, varava o dia. No terreiro da Dona Maria Boiadeira vinha uns Ogum brabo, brabo que chegava ronca, e não era pouco não, quatro cinco Ogum duma vez só, se tivesse com o quengo[3] fraco ficava com medo mesmo, Ogum brabo menino, cê nunca viu!*".

Dos aspectos que o projeto se propõe a discutir, o que toma um melhor delineamento a luz das pesquisas realizadas, é a identificação da entidade Ogum, portanto neste texto que se pretende realizar a apresentação do estado em que se encontram os estudos

---

[2] Fechado na década de 90 do século XX.

[3] Maneira de se referir a "cabeça". Exemplo: *Firmar o quengo*, é equivalente a firmar o pensamento, pensamento positivo.

propostos, considero importante que me atenha em considerações que evidenciem a profundidade das investigações.

QUEM É O ORIXÁ OGUM NA UMBANDA?

Em um primeiro aspecto e de uma forma muito simplificada a resposta a essa pergunta seria, Ogum é São Jorge! Entretanto essa afirmação está muito mais carregada de valor simbólico do que aparenta, afinal quem é Ogum antes mesmo de ser o São Jorge na Umbanda. É a Pierre Fatumbi Verger que recorro para apresentar o terceiro Orixá do sagrado panteão iorubano.

> *Ogum, como personagem histórico, teria sido o mais velho filho de Aduduá, o fundador de Ifé. Era um terrível guerreiro que brigava sem cessar contra todos os reinos vizinhos (...) apossou-se da cidade de Ire, matou o rei, e ai instalou seu próprio filho no trono e regressou glorioso, usando ele mesmo o título de Onirê, Rei de Ire (...) Ogum lamentou seus atos de violência e declarou que já vivera bastante. Baixou a ponta de seu sabre em direção ao chão e desapareceu pela terra adentro com uma barulheira assustadora, antes de desaparecer, entretanto, ele pronunciou algumas palavras. A essas palavras, ditas durante uma batalha, Ogum aparece imediatamente em socorro daquele que evocou. Porém elas não podem ser usadas em outras circunstâncias, pois, se não encontra inimigos diante de si, é sobro o imprudente que Ogum se lançará . Como Orixá, Ogum é o deus do ferro, dos ferreiros e todos aqueles que utilizam esse metal: agricultores, caçadores, açougueiros, barbeiros, marceneiros, carpinteiros e escultores (VERGER, 1981: 86-87)*

É evidente que o próprio processo histórico do culto á Ogum em terras americanas e posteriormente brasileiras, foram dando a essa divindade características específicas e peculiares de modo que pudesse responder as necessidades de seus devotos, e "filhos", diante das diferentes demandas encontradas ao decorrer dos anos e séculos que nos separam desde a origem do mito divino de Ogum, ou mesmo das práticas relacionadas ao referido orixá em sua terra de origem. É lógico também, que objetivo desta pesquisa nem é a busca por uma originalidade ou de uma forma correta de cultuar o orixá, até mesmo porque a umbanda é em sua gênese uma religião sincrética, e é nesse sincretismo que o orixá que é tido como o protetor da umbanda. Segundo uma entidade[4] em uma gira de Baiano, Ogum é importante para a Umbanda porque é o protetor da religião, "quando Ogum vem no terreiro, ele vem de ronda, tira as quizila[5] que esse povo de zóio gordo vem bota ai no lado de fora... ele vem faz a ronda e segue em seu cavalo pra Aruanda[6]".

A relação São Jorge e Ogum dentro de um processo sincrético vai além de estabelecer alguns paralelos que poderiam justificar a adoção do santo católico para a

[4] Espíritos desencarnados e que se manifestam nos cultos de possessão da umbanda, neste caso o Sr. Mané Baiano.
[5] Mesmo que intriga, problemas trazidos por pessoas por vezes mau intencionadas.
[6] Espaço Mítico (Orum = céu).

representação da divindade africana, como por exemplo o fato dos dois serem guerreiros, dos dois serem defensores da fé, com características de virilidade e de combatividade. Entretanto podemos dizer que as característica param por ai. Isso porque na umbanda douradense, a imagem do legionário romano Jorge da Capadócia, montado sobre um corcel, com sua linda capa matando um dragão verde, que para o cristianismo católico representa a proteção da fé, destoa sobremaneira ao guerreiro africano, envolto em palha de *mariwo*, com uma semitara na mão, besuntado de sangue e areia, após ter participado de um combate. O São Jorge é branco, plasticamente aceito como belo para os padrões ocidentais, entretanto o ogum é negro, discriminado, vítima do racismo a *lá brasileira*. Se em um primeiro momento não pode ter sua representação física apresentada aos fieis porque a polícia perseguia, agora não pode ser exposto porque será vinculado ao lado feio da cultura negra, que deve ser negado legado aos quartinhos de assentamento dos terreiros. Seria injusto dizer que isso se dá apenas coma as representação do orixá Ogum, tal fato se dá com todos os orixás. Alguns fieis se chocam quando descobre que Ogum é negro, pois na sua devoção Ogum é São Jorge, o branco e não o negro, o negro é o Exu.

AS MANIFESTAÇÕES.

O Orixá Ogum, a exemplo de outros orixás, só se manifesta em um terreiro de Umbanda, em situações muito especiais. Essas manifestações são sempre um evento importante para todos os participes presentes na ocasião, entretanto é visivelmente muito mais importante para os devotos da divindade,que apresentam uma maior animosidade e entusiasmo quando se encontram diante da presença de seu santo de devoção, que se dá principalmente sob diversas circunstâncias. A primeira é quando o orixá é chamado, nesta, normalmente o oficiante do culto informa o motivo de pelo qual será invocada a presença da divindade, escolhe o médium que vai *virar no santo* e inicia o entoamento de uma série de cantigas que invocam a presença da divindade, que quase sempre, salvo situações muito específicas, incorpora no médium, sendo recebido com muita reverencia e devoção, afinal, é o próprio deus que está ai manifesto. A segunda maneira se dá quando a manifestação do orixá não é conduzida ou controlada pelo oficiante. Na explicação do Sr Lourival, dirigente de um terreiro de umbanda, isso acontece quando o orixá sente que alguma coisa está ameaçando o terreiro, ou quando o médium, ou outro integrante do grupo está precisando de uma intervenção direta da divindade, nesses casos a divindade se apresenta quase sempre sem manifestar nenhum sinal prévio, e toma a maioria dos partícipes de surpresa, fato que não diminui o entusiasmo no recebimento do orixá em terra.

Ao analisar as fontes, que são em sua maioria fotografias captadas e conservadas pelos umbandistas, entrevistas e mesmo fragmentos de diálogos colhido a partir da convivência entre os Filhos de Fé, pude identificar inicialmente, uma sensível mudança na plasticidade das manifestações ritualísticas. A partir da analise das fontes nota-se que durante as manifestações do orixá Ogum, a divindade era paramentada com indumentárias e instrumentos característicos, por exemplo: Quando esta se manifestava, era saudada, dava uma volta no terreiro realizando uma dança característica de saudação, em seguida era vertido por pessoas com funções específicas no ritual, a divindade recebia um capacete, uma espada cerimonial, um pano de costa, normalmente vermelho, que sobre a roupa branca, caracteristicamente utilizada nas cerimônias de umbanda, representam a paz e a guerra. Em seguida eram cantadas cantigas que obedeciam uma trajetória ritual; saudação *ronda* e subida, em seguida era a divindade recolhida em um cômodo específico chamado de *runcó* ou camarim onde *desvirava*. Este ritual tem se tornado cada dia menos pomposo, atualmente na maioria das vezes, as manifestação de Ogum, se dão de uma forma muito simples a entidade se apresenta, é saudada com a mesma reverencia que em outros tempo, dança em saudação, não é mais paramentada, nem o ritual seqüenciado por pontos característicos se dá mais, embora possa ainda ser identificada as fases do ritual, chegada, ronda e subida. Embora cada dia a ordem das cantigas tenha se tornado mais aleatória.

CONSIDERAÇÕES

Alem das análises aqui apresentadas, um fato que gostaria de aqui apresentar, como consideração apenas, são as implicações do processo de mudança e permanência na construção da identidade dos devotos de Ogum. Estes devotos em sua maioria homens, apesar de uma evidente mudança no ritual de manifestação da entidade, o surgimento de tecnologias que distanciam a cada dia o homem pós moderno do campo, dos trabalhos braçais, e portanto distanciando aparentemente o homem das necessidades de devoção. Nota-se que apesar disso, a fé em Ogum como deus da virilidade, da conquista amorosa e do sucesso profissional tem se tornado mais nítida, considero que tal fato tem se dá porque existe uma mudança no rol de necessidades, e a divindade Ogum, tem, pelo menos a esses devotos, dado respostas para estas necessidades atuais.

As observações aqui apresentadas evidenciam apenas o inicio de uma busca, é óbvio que está pesquisa está ainda em sua fase inicial, ainda são necessárias analises, cruzamentos de fontes que estão sendo levantadas e leituras que estão sendo realizadas. A

compreensão na certa será muito mais fácil quando este pesquisador beber um pouco mais do vinho da ciência e da cerveja do axé de Ogum, e esta pesquisa estiver mais bem delineada.

BIBLIOGRAFIA

BASTIDE. Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da USP, 1971.
BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
BOURDIEU, Pierre. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática, 1983.
BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Novas perspectivas/UNESP, 1992
CAMARCK, R. M. *Etnohistoria y teoria antropológica*. Guatemala: Ministério de Educación. 1979.
CASALI. Rodrigo, *Quando os baianos se pintaram de Dourado(s): aspectos das práticas religiosas Umbandistas da cidade de Dourados MS*. Dissertação de mestrado (Programa de mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2006.
ESPÍNDOLA, Joseph. Caderno de campo, Dourados-MS, 2006.
LEITE. Eudes Fernando, *Marchas da História*: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Campo Grande: MS Ed. UFMS, 2003.
LE GOFF. Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 1993
LODY. RAUL - O *povo do Santo religião, história e cultura dos Orixás, Voduns, Inquices e Caboclos*. 2ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006 Raízes.
MAGALHÃES, N. A. *História Oral*. São Paulo: ABHO. 2002.
MOTTA, Roberto (org.). *Os Afro-brasileiros*: Anais do III Congresso Afro-Brasileiro. Recife: Massangana, 1985.
ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. *"Nostalgia do outro e do alhures"*. In: Roger Bastide. São Paulo: Ática, 1983.
PIERUCCI, Antônio Flávio & Prandi, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.
PINTO, Roquette (org.). *Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.
PORDEUS JR., Ismael. *Lisboa de Caso com a Umbanda*. Trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade, no XIX Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 1995.
PORTUGAL, Fernandes, *Curso de cultura religiosa afro-brasileira,* Ed Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1988.
PRANDI. Reginaldo. *Exu, de mensageiro a diabo*: sincretismo católico e demonização do orixá Exu. Revista Usp, São Paulo: nº. 50, p. 46-65, 2001.
RODRIGUES, Raimundo Nina. *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
SÁ JUNIOR. Mario Teixeira, *A Invenção da Alva Nação Umbandista*: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influencia na produção dos intelectuais da Umbanda (1840 – 1960). Dourados, MS: Dissertação de Mestrado - UFMS, CPDO, 2004.
SILVA, Vagner G. – "*Religiões afro-brasileiras*. Construção e legitimação de um campo do saber acadêmico (1900-1960)". In: Revista USP. São Paulo: USP/CCS, n.55, 2002.
SILVA, Glacie Loureiro da. *O nordestino em Dourados*. Monografia (Especialização em Geografia) – UFMS/Dourados, MS, 2000.
THOMPSON, P. *História Oral e Contemporaneidade*. In: História Oral. São Paulo: ABHO. No. 5, junho 2002.
VALENTE. Waldemar. *Sincretismo religioso afro-brasileiro*, São Paulo: Nacional 1955.

VERGER, Pierre. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio, 1981
VIEIRA. M. P. A, PEIXOTO. M.R. C. P & KHOURY. Y. M. A. *A pesquisa em História.* São Paulo: Atica 1991.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tradução Cultural: contar e representar

Maria Luiza Martini[1]

Resumo: Teatro e História é parte de uma investigação das formas narrativas mais difundidas numa comunidade pouco letrada. O teatro, opção preferida pela comunidade onde localizou-se o estudo, Vila Pinto, é um instrumento tanto prazer quanto uma forma de expor problemas. Assumimos a hipótese de que, do Teatro Épico, poderia transitar-se para uma escrita da história.
Palavras chaves: metáfora, teatro épico, cooperativa de reciclagem

Abstract: A research driven study "teatro e história", starts from a project related to the most spread narrative forms into an illiterate community. The drama reveals itself to the members of the Vila Pinto, where the study was realized, as an instrument for pleasure as much as a form to expose their own problems. For instance, we assume the hypothesis that through the epic drama would be developed some capacities to write the History.
Key words: metaphore; epic theater; recycle cooperative.

O que vamos apresentar a seguir é recorte de um trabalho bem mais amplo. Ele envolveu a Escola Municipal Mariano Beck, a Cooperativa de Reciclagem e a Organização não governamental, Centro de Educação Ambiental (CEA), localizados em Porto Alegre, na Grande Bom Jesus. Tratava-se de conhecer, no estudo exploratório, a narrativa da vila sobre os adolescentes e deles por si mesmos. Refere-se a uma tentativa de participar num trabalho comum com a Escola o CEA e outras ONGS num esforço de prevenção da drogadição e contravenção com adolescentes, sempre com o objetivo específico de acumular referências para criar uma narrativa infanto-juvenil popular sobre a história da Rua da Praia. Em qualquer ação de que participei, sempre mencionei o projeto e minha identidade profissional, Profa da UFRGS.

A etapa exploratória, a que me refiro, começou por uma reunião e terminou "num teatro", como dizem meus parceiros, num pequeno espetáculo, a que demos o nome de

[1] UFRGS, Doutora em História

"reciclando a realidade". Interessa registrar que as falas de pessoas fonte citadas neste texto foram recolhidas em reuniões abertas.

Já na primeira reunião surgiram propostas (capoeira, artes plásticas, educação ambiental, percussão, experiências de informática e a minha de narrativa histórica) Percebi que os representantes do CEA não tinham se manifestado. Perguntei o que pensavam: "esperavam apreender muito conosco e não tinham idéia formada". (JUSSARA, 23/04/ 1999) Sugeri alguns encontros para que nos conhecêssemos melhor e assim recolher mais elementos para chegar a uma proposta de ação com os adolescentes.

Jussara estudou até a 4ª série. 36 anos. 5 filhos. É avó. O marido é pintor. Trabalhou como doméstica. Enquanto ficou sem trabalho vendia calcinha e sutiã na vila. Participava das reuniões da Associação das Mulheres de onde saiu o CEA e a Cooperativa de Reciclagem, desde o início. Então, "me diziam que eu perdia tempo com isso, a reunião da ilusão" Quando a reciclagem começou a funcionar ela "tinha arrumado serviço" (JUSSARA,05/05/1999) Só entrou um ano e meio depois.

Em meu turno de exposição procurei seguir seu procedimento: sou Maria Luiza, nasci e me criei em POA. Tenho um filho estudante. Sou Professora de História da UFRGS. Há pouco tempo escrevi um livro sobre a história da rua mais antiga de POA. Gostaria de trabalhar esta história com os adolescentes da vila.

Paraguassu não nascera na vila. Natural de Sombrio trabalhara em Porto Alegre, como servente da construção, voltara para Sombrio, sempre na construção civil, atualmente estuda a noite e trabalha na Cooperativa de Reciclagem da Vila Pinto com prensas e fardos. Daniel, nascido e criado na Pinto, também trabalhara desde pequeno na construção civil. Agora é reciclador, estudando à noite. Marcia, filha de Jussara, tem 22 anos, trabalha na Cooperativa e está grávida.

Perguntei sobre o que faziam para se divertir.

... "Baile, dançar. Seguido eu vou no Corujão, lá no centro. De dançar eu prefiro um pagode . Escutar, a melhor é a sertaneja. - PARAGUASSU, 12/05/ 1999)". "Eu gosto de um 'charme', na lenta ou rap. Charme é o maior sucesso. Dá sempre na TV. Cláudinho e Bochecha. Eles fazem a música e cantam. Era pedreiros, serventes de obra, sempre aparecem na Xuxa." (DANIEL,12/05/1999) "Eu sou a Dona Festa, adoro uma festa. Eu prefiro mesmo um bom pagodinho." (JUSSARA, 12/05/1999). "Rap, como os Racionais, é o conjunto mais famoso. Mas eles não aceitam aparecer na TV. Eles falam contra a violência e a droga, contando a história deles. É de São Paulo. Um dos letristas ainda é presidiário. (MARCIA, 12/05/1999)

A conversa voltou-se para a relação entre a reciclagem e a vila: “tem gente... tenho certeza que sem emprego, pobre de passa fome, que chama a gente de lixeiro e debocham de nós. Garanto que agora se abrisse vaga no galpão fica tudo aí na porta”...(MARCIA, 12/05/ 1999)

A Cooperativa de reciclagem originou-se da luta das mulheres para se libertarem da violência de seus parceiros, a maioria deles vinculados ao tráfico. Elas fizeram passeatas pelo direito de trabalharem, escoltadas pela brigada militar. Sofreram represálias e pressão para desistirem. Duas mulheres morreram.O próprio terreno onde se instalou a Cooperativa era apropriado pelo tráfico. Ultrapassada a primeira fase, ainda aconteceram violências, tais como apedrejamento do lugar. A filha da presidente da Cooperativa teve o olho vazado por uma pedra arremessada contra as instalações da Reciclagem. Mas esta não é uma historia para ser lembrada: A presidente do CEA e também coordenadora da Reciclagem, prefere, uma vez conquistado seu espaço, “olhar para o futuro” (PRESIDENTE DO CEA 26/05/1999) Relativiza-se o ocorrido: *“*Eles, criança, adolescente, jogaram mais [...] Não é que tivessem atirado de propósito, no olho dela, mas foi como aconteceu"(MARCIA, 12/05, 1999).

Segundo, ainda, a Presidente do CEA, o Rap fala em droga e violência, quando em vez disto “tem que mostrar outras coisas, tirar para fora desse panorama da violência e da droga”(PRESIDENTE DO CEA, 26/05/1999), uma estratégia de esquecimento provocada por substituição, novas aprendizagens (IZQUIERDO, 2004: 44-45) Em reunião geral, ela ainda levantou duas questões: “As mães quando não sabem mais o que fazer com os filhos dizem que vão procurar a Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (FEBEM). É preciso criar alguma alternativa, concreta... (PRESIDENTE DO CEA: 26/05/1999). O Departamento Municipal de Limpeza Urbana apoiaria atividades em torno de reciclagem.

Meu ponto de vista era de preservar um espaço de comunicação (conhecer o poder e saber falar com ele). Mas isso não é sustentação para um pedido de financiamento, como “esse lado assim, que dá serviço como o computador ” (JUSSARA, 02/06/1999).

Voltei para a Escola. Ofereceria atividade opcional em horário complementar. Mas no início da outra semana o CEA me propôs “um teatro” com adultos: uma festa, celebração: comemorar o aniversário da instituição e a inauguração da nova unidade do Galpão de Reciclagem.

Propus uma forma muito simples de teatro épico: atores como narradores, que contem a reciclagem, que se dirijam ao público, buscando eventualmente a participação da platéia como fator de provocação do inusitado. No primeiro encontro conversamos durante quase uma hora e as questões centrais foram aparecendo:

"tem gente de vila que já tem reciclagem, que já vem pra cá o seco, que não separam, não é seco, não é resíduo sólido é nojento, fazem a gente de lixeira; o de shopping e de bairro do centro é caprichado, vem até coisa de presente"; "tem que ser ligeiro pra ganhar. Tu vês. As sacolas caem em cada box; tem mesmo que usar luva por causa da porcaria e pode se machucar mas tem que ser ligeiro pra render, fazer fichas (peso), se tem gente que conversa muito, que sai, atrasa o serviço geral; (entre muitas risadas) e todos tem prejuizo por causa de um. Por isso que a Coordenadora passa gritando:olha a mão no bolso"!

É verdade que em meio aos pontos negativos também existe o sonho de encontrar preciosidades. Alguém já teria achado dólares, relógios. Isso, uma parte do grupo me contou na hora de intervalo. Ao retomar o levantamento de questões propus: vamos lembrar porque o trabalho de vocês é tão importante? "Tem o negócio do petróleo, se desmancha o plástico e faz outra coisa"; "o plástico se não é reciclado não desmancha nunca". Fiz uma intervenção contando que até os sete, oito anos de idade, tomava banho de rio, no Guaíba, em Ipanema, na casa de minha prima. Também lera num livro, numa série sobre história de bairros de Porto Alegre, as lembranças de um Senhor de mais de 60 anos, se não me engano, contar que nadava todos os dias no riacho, nessa mesma época, 1952, 53. Já pensaram que maravilha: Guaíba limpo, riacho limpo. Só descer e tomar banho de riacho? Pela nascente a água é limpinha...(Demais!! E com muita agitação concluímos que água é alegria e é essencial, que a reciclagem protege a água)

Perguntei ainda: para vocês, o que aumentaria a renda da reciclagem?

"Antes não havia reciclagem por falta de consciência ambiental, as coisas foram indo e ninguém dizia nada (JUREMA)"; "poderia ser pelo aumento de reciclagem do papel branco e a qualidade de sua separação o papel vem muito sujo, misturado com ponta de cigarro, chiclete, papel de bala"(ZICA). Divertimo-nos associando pesquisa de eleição com pesquisa de secretarias que separassem corretamente o papel, " se desse voto..."

A partir desse roteiro improvisamos. Criamos um pequeno espetáculo, com metáforas feitas de palavras, corpos e objetos usando questões chave como seria ou como se fosse, isto é, o modo e sua possibilidade. Em outras palavras, o teatro se utiliza de vários recursos, do verbal ao não verbal para construir a semelhança (informação) e a violação de ordem (desvio) (RICOEUR, 2000: 39), o dar a ver pela metáfora. Por exemplo, eu disse: "seria bonito o rio, como seria o rio?" E todos se puseram a imaginar **como** seria o nosso rio. Criamos um mito fundador, cuja marca de historicidade é o rio e o riacho dos anos cinqüenta; a representação da reciclagem, como regeneração do ambiente, com seu rastro: o tempo da cooperação, a repercussão do "lixo" na vida das pessoas, a coleta seletiva etc.

O resultado final foi este texto com as rubricas.

Divertimento: reciclando a realidade

CORO DE RECICLADORES(*Os atores compõem um coro, isto é, um personagem coletivo que representa e, de vez em quando, comenta a ação dramática. De início forma-se uma roda. Cada um aproxima-se do centro realçando o movimento descrevendo um semicírculo com o braço direito, enquanto avança o primeiro passo com a perna esquerda. Todos juntam as mãos, erguendo-as acima da cabeça, enquanto falam no mesmo ritmo*). Somos a vida.(*Soltando as mãos e voltando-se para o público. Passo à frente enquanto o braço direito descreve novamente o semicírculo*).

TODOS (*Metade à direita do público*). Reproduzimos a Natureza (*pausa; a outra metade do grupo diz*) reproduzimos a vida. (*todos juntos dizem*). –Recicladores do Centro de Educação Ambiental

(*Durante as falas do coro, PARAGUASSU e FU ajudam MÁRCIA a vestir o 'rio poluído'; a veste é uma túnica ampla, que toma conta do espaço, nylon marrom com resíduos sólidos grampeados. Isso deve estar concluído quando termina a fala Centro de Educação Ambiental. Nesse instante todos agitam, realçam o movimento do pano – é preciso que cada um saiba onde está seu lugar. JUREMA e SANTA ficam bem na ponta de modo que possam erguer os braços, apontando MÁRCIA*).

SANTA (*Saindo da túnica e ocupando a frente da cena*). Esta é a natureza em agonia. (*Ao iniciar esta frase o coro recolhe a túnica menos JUREMA que se dirige a platéia*). Por falta de consciência ambiental. (1)

1 – DANIEL (*Da platéia*). E também de cidadania. (2) (durante as próximas falas, numeradas, desde 1, PARAGUASSU e NANI ajudam MÁRCIA a vestir outra túnica azul com o mesmo modelo da anterior; cada um entra no seu lugar, no mesmo esquema da túnica anterior. Cada um deve saber o seu lugar. Ao lado de MÁRCIA , fora da túnica, FU segura a Nenê.(*filha de ambos*)

ZICA Que viva o rio, o riacho, o arroio e todas as águas (1)

ZIANE Pelo respeito a natureza: separação e reciclagem (2)

TODOS. Esta é uma cidade renascendo (*cada dois atores dizem a fala com um volume diferente, do segredo ao grito de alegria. Movimento coordenado: sai o casal e a criança, enquanto parte do coro recolhe a túnica, os recicladores vão se instalando com os sacos de lixo e as bambonas coloridas, primeiro os que ficam na parte mais alta do palco*).

PARAGUASSU (*Entrando pela esquerda no estrado mais baixo*). Coleta seletiva (***Ziane, Liane e Nani*** *também pela esquerda se colocam no estrado mais alto; Zica entra pela direita e coloca-se próximo a Paraguassu; Santa e Daniel na extrema direita*).

SANTA Sem desperdício

JUREMA (A*travessa correndo da esquerda para a direita, salta no meio como torcedor de futebol*) que economiza petróleo!

NANI Ih! tem gente viajando no sapatinho...(*referência a um tipo de música que gostam muito de dançar, parecida com a 'boquinha da garrafa'*).

PRETA Quem é que não sabe que plástico vem do petróleo...

ZIANE (*Como propaganda de TV*). Recicla? Não gasta mais!

LILIANE (*Do mesmo modo*). Não polui, não é sonho nem propaganda enganosa ! !

NANI Ah gente, mas o meu sonho!

JUREMA (*Entra com o telefone celular no ouvido*). Sonhando? A essa hora? Olha aí ó... Olha a mão no bolso! (*referência à partilha*)

ZIANE Sonhava com lixo bem separado...

LIANE Tem uns que são maravilhosos...

ZIANE Esse aqui está bárbaro!

LILIANE Mais uns quantos assim rendiam um monte de fichas. (No estrado de baixo ZICA vê qualquer coisa, desmaia e PARAGUASSU apara, abana com o boné. SANTA olha e desmaia também. GEREMIAS apara e abana.)

NANI Socorro, tragam vinagre!

JUREMA Álcool é melhor. (*Quando iniciar a 3ª fala, Preta olha, descobre o rato e atira-o para Jeremias, que está na platéia. As desmaiadas se acordam. Jeremias atira o rato para Daniel que passa para Nani, que joga de novo para Preta*]

JUREMA Vamos parar com o fiasco. Esse cesto baixa ou não baixa? (*PRETA joga o rato para DANIEL na platéia*)

ZICA (*Como se estivesse anunciando um produto*). Olha a camisinha

ZIANE (*Do mesmo jeito*). Olha a fralda descartável!

LILIANE Estão limpas porque são do teatro!

NANI (*Sempre no celular*) Janete, resolveram fazer teatro realista (*pausa como quem escuta a pergunta 'o que é que tem'*) mostrar toooda a verdade? !O que é que o prefeito vai dizer...

ZICA Que a gente tá xingando a cidade modelo em coleta seletiva...

NANI (*Abraçando uma bambona*). Ai gente, mas eu sonho sabe com que?

ZIANE (*Retirando uma rodela qualquer como se fosse o volante de um carro*) uma limusine.

LILIANE (*Retirando um trapo como se fosse uma peça de seda*). Um vestido chiquérrimo.

ZICA (Retirando um tênis furado) Um sapatinho de cristal !

SANTA (Mostrando um maço de papéis) papel, papel branco!

TODOS (S*ambam passando folhas de papel de mão em mão) papel de secretaria, papel de repartição!(soa o tambor*). Quantas será que separam de verdade!? (*PARAGUASSU sobe para o ponto mais alto; assobios e tambor*) Heim?

ZICA Pesquisa! (apontando para o centro).

PRETA Pesquisa (apontando para o centro).

LILIANE Pesquisa (apontando para o centro).

TODOS Pesquisa!!!

DANIEL (*Puxando a participação da platéia como se estivesse numa passeata*) burocracia cidadã, (*todos sentados à beira do palco, com pose de burocracia em reunião*).

PRETA (*Como mãe que faz recomendação à criança*) secretaria cidadã.

JUREMA (*Vindo da direita*) e Nani (*vindo da esquerda; as duas se dão o braço, fazendo um giro*) olha a mão no bolso! (*voltam aos cestos menos Paraguassu e Zica*)

ZICA O meu sonho é o quente (*subindo na cadeira onde Paraguassu ficou sentado*) Companheiros e Companheiras. Vamos "espraiar" a coleta seletiva. (*todos rodeiam o orador assobiando e batendo palmas*). A vila Pinto! Todas as vilas terão sua coleta.

Os ensaios às vezes ficavam tensos. Cada um cobrava as falhas e tentava corrigir as dos outros. Resolvemos o problema quando conseguimos combinar que as observações cabiam a diretora do espetáculo. A apresentação foi preparada com requintes. Vi metros de papel crepon. Já sabia que o madeiramento do estrado, do palco, seria escondido. Mas, além disso, no teto, pendurado à esquerda da platéia um enorme sol com olhos e sorriso, feito com restos de uma bambona amarela e outros materiais recicláveis. No outro canto havia um coração com o nome do CEA, sugerindo futuro claro e solidariedade, acima de qualquer "mão no bolso". Antes da apresentação, convidaram para rezarmos de mãos dadas um Pai Nosso e uma Ave Maria "para acalmar os nervos e fazer uma boa apresentação" (LILIANE).

E, assim, graças a trabalho e a energia da crença, a apresentação correspondeu à expectativa. Houve admiração e participação nos momentos adequados. O quadro inicial foi destaque: o rio sujo e o rio limpo (MARCIA, com FU e o bebê, portando o longo véu de tule azul, protagonizando o reciclador como herói refundador da natureza). Muito riso sobre o rastro de historicidade presente na imitação da Coordenadora de celular no ouvido, gritando "olha a mão no bolso". A seqüência do contraste sonho realidade presentificado pelo rato de

pano foi preocupante. O jogo foi tão intenso que cheguei a me preocupar pelo retorno a seqüência. O "samba do papel de secretaria" foi outro momento perigoso, mas o ator escalado comportou-se como um diretor de bateria. A apresentação do projeto de reciclagem do papel branco, procurando pelo "espraiamento", presentificava a energia utópica num objeto definido, tal como apareceu no primeiro roteiro: papel de secretaria, sem chiclete nem cigarro.

Pretendi atuar como outro - eu, minha cultura e meu lugar – procurando uma tradução cultural através das questões para roteiro, da movimentação dos protagonistas, da criação do espaço cênico, figurinos e objetos. Eles foram urdidos na relação com o grupo através da simples pergunta "como seria", que desencadeia metáforas. Cometi traições? Todas as que não saiba.

Referências Bibliográficas

BRECHT, Bertolt. **Écrits sur le Théatre**. Paris: L'Arche, 1968..

GUIMARÃES ROSA, João. **Meu tio Iauaretê**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira , 2001.

HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memória. Barcelona: Anthropos, 2004

HARTOG. François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

IZQUIERDO. Iván. **Sobre memória.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004

LOPES, Antonio Herculano. PIMENTA Velloso, Monica. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações.** Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, sete letras, 2006.

MARTINI, Maria Luiza. Criatividade e História, entre ação e discurso. In **Anos Noventa.** Porto Alegre: Revista do PPGH, n 21/22, 2006, p.p. 333/368

RICOEUR, Paul. **A metáfora Viva.** São Paulo: Loyola, 2000

VANGELISTA Chiara. **Meu tio, o Iauarete: um homem onça nas fronteiras brasileiras**. In PESAVENTO, Sandra. **Pelas margens**. Porto Alegre: UFRGS 2000

PESAVENTO, Sandra. **História e Literatura: uma velha – nova história**. Belo Horizonte: FMG, 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Com as fardas nos braços": motins de soldados no Pará e no Rio Negro (1755/1757)

Fabiano Vilaça dos Santos*

Resumo: Nas capitanias do Pará e de São José do Rio Negro, dois motins marcaram a posição da tropa diante das determinações metropolitanas e dos desmandos dos governadores. O primeiro ocorreu em Belém, em 1755, quando soldados armados de paus cercaram o Palácio do Governo, despiram as fardas e declararam-se fora do Real Serviço. O motim foi deflagrado por uma ordem régia que determinava o desconto da farinha de munição, considerado injusto pois contrariava o costume da terra. Dois anos depois, no Rio Negro, militares rebelaram-se contra o governador Gabriel de Sousa Filgueiras, prendendo-o e praticando assaltos no arraial de Mariuá e rios próximos. Enquanto as autoridades reiteraram sua desconfiança quanto à lealdade dos soldados, os amotinados demonstraram clara consciência de sua importância para a defesa das fronteiras da região.

Palavras-chave: Motins militares – Pará – São José do Rio Negro

Résumé: À Pará et à São José do Rio Negro, deux mutineries ont mis en évidence la position de la troupe face aux déterminations métropolitaines et aux impositions des gouverneurs. La première a eu lieu à Belém, en 1755, lorsque des soldats armés avec des bâtons ont entouré le Palais du Gouvernement, se sont déshabillés, et quitté le Service Royal. La mutinerie a été provoquée par un ordre du Roi qui déterminait le décompte de la farine, consideré injuste parce qu' il contrariait les habitudes locales. Deux ans après, à Rio Negro, des militaires se sont rebellés contre le gouverneur Gabriel de Sousa Filgueiras. Ils l' ont emprisonné et ont cambriolé le village de Mariuá et les fleuves de la région. Si les autorités ont réaffirmé leur méfiance quant à la loyauté des soldats, d' autre part, les rebelles on pu démontrer qu' ils croyaient vivement à l' importance de leur rôle pour la défense des frontières de la région.

Mots-clés: Mutineries militaires – Pará – São José do Rio Negro

No início do século XIX, Robert Southey registrou em sua *História do Brasil* que o ódio do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado pelos jesuítas, levou-os a fomentar uma sublevação entre os militares da recém-criada capitania de São José do Rio Negro. Corria o ano de 1757 e Mendonça Furtado, na qualidade de primeiro comissário para a demarcação do Tratado de Madri, havia deixado o arraial de Mariuá, sede da nova capitania, e retornado a Belém. Sentindo-se perseguidos em seu trabalho de evangelização, os jesuítas teriam se aproveitado do atraso no pagamento dos soldos e da falta de ração e de fardamentos

* Doutorando em História Social – FFLCH/USP.

para insuflar os ânimos já descontentes. No intuito de reabilitar os padres, vítimas da tirania do governador, Southey afirmou, ainda, que Mendonça Furtado nada fizera para remediar o mau estado da tropa (SOUTHEY, 1954: 56).

Na versão do historiador inglês, os soldados da guarnição de Mariuá arrombaram a caixa militar que o governador deixara vazia, assaltaram os armazéns, saquearam e queimaram missões vizinhas ao rio Negro e, por fim, desertaram, "indo procurar fortuna na província espanhola dos Omáguas" (SOUTHEY, 1954: 56). À primeira vista, diante da animosidade entre os padres da Companhia de Jesus e Mendonça Furtado, no contexto de redefinição do trabalho de evangelização na Amazônia, a interpretação de Southey não estaria totalmente destituída de sentido. Os soldados teriam reagido a um ardil dos jesuítas, que despovoaram as próprias aldeias – comprometendo a produção de alimentos e a distribuição de braços para o serviço particular – e destruíram seus depósitos de suprimentos a fim de por "em aperto as tropas do Rio Negro e provocá-las à deserção" (SOUTHEY, 1954: 56-57).

Tal interpretação encontrou aceitação na historiografia tradicional sobre a Amazônia colonial (REIS, 1989: 116), mas um exame mais atento das fontes demonstra que, apesar dos atritos envolvendo as instâncias administrativas e os jesuítas, os militares aparecem na crônica dos acontecimentos como os protagonistas dos motins. A primeira alteração em análise aconteceu na cidade de Belém, em agosto de 1755, durante o governo interino de frei Miguel de Bulhões e Sousa, bispo do Pará, enquanto o governador Mendonça Furtado encontrava-se no Rio Negro para a demarcação do Tratado de Madri.

Por volta das 10 horas da noite, conforme o relato enviado ao rei, soldados das guarnições do Pará se sublevaram e entregaram as fardas. A correria de gente à casa do bispo levou o prelado a oferecer garantias aos amotinados, por intermédio do capitão da guarda Feliciano Soares Serrão, a fim de conter os ânimos exaltados. Mas, apesar das instâncias do oficial para "reprimir o insulto", seus subordinados já se encontravam "com as fardas nos braços", declarando-se fora do Real Serviço, e dispostos a continuar o levante.[1]

A razão dos tumultos era a exigência do cumprimento da ordem régia de 11 de dezembro de 1752, que estabelecia o desconto da farinha de munição (a ração da tropa) "ou pelo que era costume, ou pelo preço atual do país". A notícia consternou os soldados, pois o valor descontado (10 tostões por alqueire de farinha) absorveria de tal modo os soldos, por

[1] Todas as citações aos motins no Pará e no Rio Negro se encontram em: Correspondência dos governadores do Pará com a metrópole. **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**. Belém: Instituto Lauro Sodré, t. 4, 1905, p. 179-182. Idem, t. 5, 1906, p. 235-242. Doravante, as citações de documentos do Arquivo Público do Pará serão identificadas por APEP.

sinal, bastante atrasados, que seria impossível garantir o sustento de suas famílias. A pronta ação do capitão da guarda não foi suficiente para calar as vozes descontentes, e os "grandes alaridos com que passaram quase toda a noite nos quartéis" deixaram insone e cheio de "susto" o bispo do Pará.

Ao amanhecer, dando continuidade ao ritual encenado na noite anterior, os amotinados saíram dos quartéis armados de paus, cercaram a cidade e se dirigiram à praça do Palácio do Governo, onde bradaram em altas vozes, e em tom ameaçador, "que se lhes mandasse descontar a farinha, e se lhes não satisfizessem as meias fardetas não serviam mais" ao monarca português, pois além da exorbitância do desconto da ração, o rei prometera e não cumprira dar-lhes "quatro vinténs livres a cada dia".

O desenrolar dos acontecimentos permite identificar uma série de providências tomadas pelas autoridades para debelar o motim. À "brandura" com que as ordens do bispo foram dadas e acatadas pelos soldados, seguiu-se a decisão – partilhada pelo ouvidor-geral e mais dois oficiais de alta patente – de conceder aos amotinados o abatimento da farinha de munição a oito tostões por dia, em lugar dos 10 cobrados no Pará, e as meias fardetas igualmente requeridas. Frei Miguel ponderou que a solução tinha o propósito primordial de aplacar os ânimos e de evitar que os oficiais seguissem o exemplo dos subalternos. Observou, ainda, que em Belém a farinha era normalmente vendida a cinco ou seis tostões, o que confere sentido ao requerimento dos soldados. Mesmo assim, a punição exemplar não foi totalmente descartada.

Apesar do perdão concedido aos amotinados, ficou acertado "que passados alguns dias se procede[ria] a devassa para serem castigados exemplarmente os cabeças daquele levante". Mas, como em outros episódios de revolta, para que fossem aplicados os castigos e as penas exemplares era preciso, antes, que os ânimos se acalmassem (FIGUEIREDO, 2005: 68). O pragmatismo evidenciado nas decisões acima só não foi plenamente verificado porque os cabeças do motim não foram descobertos.

No relato do bispo não há registro de brados da tropa amotinada contra a injustiça da decisão régia, nem de qualquer ameaça às autoridades do Pará. Por sua vez, a aparente facilidade com que frei Miguel e alguns oficiais reconduziram a situação à normalidade, como sugere a carta enviada ao rei, pode ter servido para assegurar a confiança que o monarca depositava no prelado e em sua capacidade para governar, conforme havia indicado a Francisco de Mendonça Furtado quando este se preparava para deixar Belém à frente da expedição ao Rio Negro.

Se o desfecho do motim ocorrido em Belém não contou com a aplicação das punições exemplares previstas pelas autoridades, trouxe à tona uma importante reflexão acerca do papel da tropa na manutenção da soberania lusitana, sobre os territórios que compreendiam o Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo, nas áreas confinantes com domínios de potências rivais, principalmente a Espanha. A respeito da tropa, concluiu frei Miguel de Bulhões:

> *Em todo este sucesso nada penetrou o meu sentimento mais que a prudente reflexão da pouca confidência que podemos fazer destas tropas em qualquer ocasião que fossem precisas para a defensa (sic) destas conquistas. E suposto hei de aplicar todos os meios para que estes soldados vivam menos descontentes confio tão pouco deles, que nada será bastante para lhes infundir os ditames da honra e do valor (APEP, 1905: 182).*

A segunda alteração em análise, anunciada no início desta comunicação, aconteceu na capitania de São José do Rio Negro, meses depois da partida do governador Mendonça Furtado, que não conseguiu efetuar a demarcação do Tratado de Madri porque os comissários espanhóis não se dirigiram ao arraial de Mariuá para iniciar os trabalhos. No dia 1º de março de 1757, os soldados dos dois regimentos locais se amotinaram e atacaram a residência do comandante militar e governador interino do Rio Negro, Gabriel de Sousa Filgueiras. Preso e vigiado por quatro sentinelas, o sargento-mor não conseguiu impedir a ação dos levantados.

Senhores do arraial por dois dias, saquearam os mantimentos e a pólvora dos armazéns e roubaram o escasso numerário encontrado nos cofres da capitania, informações que contrariam a versão apresentada por Robert Southey, no que concerne à total ausência de recursos nos cofres públicos. Nem mesmo o desenhista da expedição de limites, José Antônio Landi, foi poupado das pilhagens. Assustada com os tumultos, a população fugiu para os matos.

O motivo das alterações no arraial de Mariuá foi, mais uma vez, o desconto da farinha de munição e dos fardamentos, o que levou o próprio Mendonça Furtado a relembrar o motim ocorrido no Pará dois anos antes, além dos excessos do sargento-mor Gabriel de Sousa Filgueiras contra seus subalternos. O governador tratou de desmentir os amotinados quanto ao desconto das fardas, procedimento, segundo ele, não adotado no Estado. A versão parece não ser totalmente fiel à realidade, pois em uma carta de 26 de maio de 1756, enviada ao bispo do Pará, o secretário Diogo de Mendonça Corte Real mostrou-se de acordo com a exorbitância

do desconto dos fardamentos, uma vez que os panos de algodão eram fabricados no próprio Estado[2], dando a entender que o desconto era uma prática corrente a ser redimensionada.

Aparentemente organizados, os amotinados deixaram o arraial de Mariuá em 10 canoas e seguiram pelo rio Solimões conquistando adeptos em fortalezas e outras guarnições militares, além de assaltarem embarcações carregadas de mantimentos pelo caminho. Segundo Francisco de Mendonça Furtado, em carta ao secretário Tomé Joaquim Corte Real, apesar de tomarem o fortim de São José do Rio Negro e de conseguirem a adesão de integrantes de uma companhia de granadeiros estacionada na aldeia de Coari, os amotinados deram sinais de descontrole ao perderem a canoa da pólvora, num acidente durante a fuga, e quando as supostas lideranças começaram a trocar agressões na forma de cutiladas.

De acordo com o governador do Estado, o objetivo dos soldados era "buscar a primeira povoação de Castela" e o itinerário seguido parecia confirmar o projeto. No caminho para a aldeia de Tefé, tendo em seu poder o capitão de granadeiros José da Silva Delgado, encenaram um dos atos mais interessantes do motim. Começaram a falar em perdão e a demonstrar certo arrependimento pelos excessos cometidos. Já em Tefé, "entraram a falar com mais largueza sobre o dito perdão", conscientes de "que se necessitava neste Estado muito das suas pessoas".

As negociações do perdão obedeceram a um modelo presente em outros episódios de revolta (FIGUEIREDO, 2005: 65). Os "requerimentos" dos soldados foram entregues a Mendonça Furtado, em Belém, por intermédio do capitão de granadeiros José da Silva Delgado, que estava em poder dos amotinados e foi nomeado seu procurador. O perdão geral aventado pelos soldados demandou a reunião de uma junta presidida pelo governador do Estado e formada pelos oficiais de maior patente. Ficou acertado que todos receberiam o perdão, exceto os cabeças, que não foram encontrados , os quais ficariam "ao arbítrio de Sua Majestade".

A decisão pelo perdão não excluiu a reflexão das autoridades sobre alguns pontos essenciais para evitar novas alterações da tropa. Temia-se a possibilidade de os soldados se homiziarem na primeira povoação castelhana, na boca do rio Içá, de onde os mesmos, acreditava-se, seriam capazes de promover "insultos nas miseráveis povoações dos índios vassalos de Sua Majestade que não têm defesa alguma".

Embutida nessas considerações, a crença de que os índios precisavam ser tutelados tornava premente que se evitasse a deserção dos soldados, pois se fugissem ao controle das

[2] APEP. Códice 86, fl. 46.

autoridades e se sentissem suficientemente livres para atentar contra as aldeias indígenas, levariam os nativos a se "meter nos matos", comprometendo o sucesso dos núcleos populacionais que dariam origem às vilas pombalinas. A fim de evitar tais prejuízos e "conter a estes insolentes", planejou-se fixar um destacamento militar na boca do rio Içá. Com isso, estaria vedada a passagem para os domínios de Espanha.

Certos aspectos presentes nos motins de 1755 e 1757 merecem algumas considerações, à luz da conjuntura política de meados do século XVIII e das diretrizes para a retomada da colonização da Amazônia no período pombalino. Uma expectativa de tensão entre os militares e o governo, no momento em que alguns projetos metropolitanos, especialmente o fim da escravidão indígena, começassem a ser implantados surgiu logo no início da gestão de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Em uma carta enviada ao secretário Diogo de Mendonça Corte Real, apenas dois meses depois de tomar posse, Mendonça Furtado confessou-se cheio de dúvidas e de receio quanto à aplicação do 6º parágrafo do seu regimento, justamente o que previa a extinção da escravidão indígena. Temia que a "pouca força que aqui tem os governadores para poderem obrar contra o comum dos mesmos povos com violência" os encorajasse à revolta. Referia-se a uma instituição vista por aqueles súditos, descendentes dos primeiros conquistadores do Pará e do Maranhão, como um direito a ser preservado a todo custo.

E o receio se justificava não só pelo fato de "senhores de grossos engenhos" possuírem vastos plantéis, mas porque muitos oficiais e mesmo alguns soldados dispunham de escravos índios.[3] Enquanto aguardava novas instruções, Mendonça Furtado procurou executar o que previa seu regimento "com suavidade e dissimulação" (FIGUEIREDO, 2001: 229), uma recomendação da Coroa, a fim de evitar reações contrárias.

Nos preparativos para a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, concretizada em 1755 (mesmo ano das leis de liberdade dos índios), os militares foram convidados a assumir posição de destaque. Quando Mendonça Furtado percebeu a relutância dos negociantes do Pará e do Maranhão em aceitar uma companhia monopolista, decidiu convocar os oficiais de Belém "que me pareceu poderiam compreender melhor a importância" do projeto (MENDONÇA, 1963: 461). A intenção era angariar os fundos necessários à formação do capital da companhia que seria responsável, dentre outras atribuições, pelo fornecimento de escravos africanos – em substituição aos índios – às praças de Belém e de São Luís. Embora Mendonça Furtado tenha obtido resposta favorável da

[3] Arquivos Nacionais - Torre do Tombo. Ministério do Reino. Belém do Pará, maço 597. Carta de 30/11/1751.

oficialidade, que possivelmente desejava sondar, os fundos arrecadados resultaram insuficientes.

A percepção de que a liberdade dos índios e a criação de uma companhia de comércio

poderiam sensibilizar os militares pode ser acrescida de um terceiro item da agenda metropolitana: a demarcação do Tratado de Madri. Os planos de ratificar a soberania portuguesa na região setentrional, garantida pelo *uti possidetis*, acabariam seriamente prejudicados pela generalização dos distúrbios. Nesse sentido, a concessão do perdão aos soldados amotinados em Belém e no Rio Negro não foi fruto da benevolência das autoridades, mas de sua percepção de que a delicada conjuntura recomendava prudência e brandura, termos freqüentes nos discursos da época. Até o momento não há registro de que o perdão tenha precedido a punição exemplar após os ânimos serenarem, tal como na revolta do Terço Velho, ocorrida em Salvador, em 1728 (FIGUEIREDO, 2005: 45-47).

Desconfiados da lealdade da tropa, como ressaltou o bispo do Pará, e temendo reações contrárias às inovações introduzidas na região, os representantes do rei acabaram cedendo à "prudência" e à "razão de Estado" em lugar de aplicar punições violentas (FIGUEIREDO, 2001: 228). O que explicaria o aparente desinteresse em capturar os cabeças dos levantes. Além disso, os castigos exemplares poderiam despertar furores indesejáveis, agravar uma prática – a deserção – recorrente na vasta floresta que oferecia abrigo a toda sorte de fugitivos (GOMES & NOGUEIRA, 1999: 195-209), e comprometer definitivamente a segurança dos domínios portugueses.

De acordo com essa interpretação, a procura de asilo em território castelhano é sugestiva, pois leva a crer na possibilidade de aqueles soldados, atuantes em região inóspita e cientes da disputa travada pelas duas monarquias ibéricas, almejarem a proteção de um soberano rival (FIGUEIREDO, 2005: 70) que não ameaçasse a sua sobrevivência com medidas excessivas. Diante do exposto, não é improcedente admitir que, não obstante os atritos entre os representantes do poder régio e os jesuítas, os militares pudessem atuar em prol de suas demandas sem a interferência de outros grupos envolvidos no processo colonizador.

Referências bibliográficas:

FIGUEIREDO, Luciano. *O império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII*. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). ***Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português***. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001, p. 197-254.

_____. **Rebeliões no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista*. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). ***Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)***. Belém: Ed. Universitária/UFPA, 1999, p. 195-224.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (coord.). **A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759)**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, t. 2.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *"Esses miseráveis delinqüentes": desertores no Grão-Pará setecentista*. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik (orgs.). ***Nova história militar brasileira***. Rio de Janeiro: Ed. FGV / Bom Texto, 2004, p. 87-109.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **História do Amazonas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954, t.6.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Frida Kahlo por Extenso

Ila da Silva Brognoli *

Resumo: As cartas de Frida Kahlo, compiladas e publicadas postumamente por Marta Zamora, configuram uma rica fonte de informações a respeito desta figura tão importante no contexto artístico e revolucionário da América Latina. Assim sendo, me proponho a, partindo do exposto por ela no livro "Cartas Apaixonadas de Frida Kahlo", traçar um perfil preliminar da realidade de Kahlo dentro do contexto da Revolução Mexicana na primeira metade do século XX, bem como as percepções da artista acerca deste período histórico. Suas impressões quanto à vivência deste momento foram expressas extensivamente através de seus quadros e de seus escritos; e as cartas que escreveu ao longo de sua vida demonstram alguns fragmentos destas mesmas impressões.

Palavras-chave: América Latina – Arte –Revolução

Abstract: The letters of Frida Kahlo, compiled and published posthumously by Marta Zamora, configure a rich source of information about this so important figure in Latin America's artistic and revolutionary context. Therefore, I propose myself, starting from the content of the book "The Letters of Frida Kahlo: Cartas Apasionadas", to map a preliminary profile of Kahlo's reality inside the Mexican Revolution environment on the first half of the XX century, as well as her own perceptions as an artist about this historic period. Her impressions of living this moment were expressed largely trough her paintings and writings; and the letters wrote during her life demonstrate some fragments of them.

Key-words: Latin America – Arts – Revolution

Magdalena Carmen Frida Kahlo Calderon nasceu em julho de 1907, poucos anos antes de eclodir a Revolução Mexicana, que se opunha ao regime ditatorial imposto por Porfírio Díaz ao país. Filha de pai judeu alemão e de mãe mexicana católica, contradições e batalhas pessoais marcaram profundamente a história desta artista que se destacou principalmente no cenário das artes plásticas. Famosa por pintar inúmeros auto-retratos ao longo de sua vida, Frida foi a primeira artista latino-americana do século XX a ter uma tela adquirida pelo Louvre, museu de arte francês, no ano de 1939. Certamente uma grande conquista, não apenas pessoal, mas para a arte latino-americana como um todo.

Porém a vida de Frida não foi marcada apenas por momentos de grande felicidade e louvor, como ter uma tela exposta em tão importante galeria. Frida Kahlo teve uma trajetória permeada por situações muito difíceis, principalmente relacionada à sua saúde frágil. Aos seis anos teve poliomielite, o que a deixou com o pé esquerdo atrofiado e manca desta perna. Alguns anos mais tarde, em 1925, ao voltar da escola na companhia de seu namorado, Alejandro Gómez Arias, sofre um terrível acidente que a deixaria acamada por vários anos e principalmente com lesões na coluna que a acompanhariam até a sua morte.

Em decorrência deste acidente, Frida passou praticamente um ano inteiro de cama se recuperando. Foi neste período que começou a pintar. E foi também neste período que ela aprofundou o hábito de escrever cartas para as pessoas queridas. Cartas estas que constituem o foco deste artigo. O principal destinatário destas primeiras cartas, que foram compiladas postumamente por Martha Zamora, era Alex, como chamava carinhosamente Alejandro Gómez Arias, seu primeiro namorado. A relação de intimidade que se estabeleceu entre o casal teve início quando Frida entrou para a *Escuela Nacional Preparatória*, tida como a melhor instituição de ensino do México. Por este feito, Frida reafirmava o que seu pai dizia a seu respeito desde que era muito pequena. Ele afirmou certa vez que "Frida utiliza muito bem o seu potencial."[1]

Sua vivência na Escola Preparatória teve fundamental importância na vida intelectual e artística de Frida. O colégio era dirigido neste momento por simpatizantes da Revolução, de forma que as questões políticas que permeavam o México eram amplamente discutidas e vividas por seus jovens alunos. Acredito que tenha surgido dentro deste contexto o interesse, que mais tarde se transformaria em militância, pelas experiências filosóficas e questionadoras da realidade em que a artista estava inserida. Realidade esta que se refletiriam posteriormente em seus quadros, mas que também podem ser reconhecidas nas cartas que ela escreve a pessoas próximas, principalmente depois de filiar-se ao Partido Comunista, e quando escreve à família em Coyoacán durante sua estada nos Estados Unidos, em período posterior, quando já era uma artista reconhecida.

As cartas que Frida a Alex escreviam entre si, começaram antes ainda do acidente, uma vez que a família do rapaz não simpatizava com a relação dos dois[2] e esta era uma das formas encontradas pelo casal par trocar confidências. Porém elas se intensificaram após o ocorrido, principalmente quando Alex viaja para uma temporada de estudos na Europa. Neste

---

[1](*)Aluna do Programa de Pós-Graduação em História em nível de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.
JAMIS, Rauda. *Frida Kahlo*. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p.23
[2] Cf nota da autora na página 15.

período, Frida está convalescendo de mais uma das inúmeras cirurgias a que foi submetida e as cartas são repletas do sentimento de dor e solidão que ela refere estar passando. É nas cartas desta época que ela começa a falar sobre a tristeza que tem por acreditar que nunca poderá ter filhos, onde descreve os relatórios médicos a respeito de sua saúde, e também o coloca a par das dificuldades financeiras pelas quais sua família está passando. É com Alex, através das cartas, que começa partilhar as descobertas que faz com seu cavalete e suas tintas. É para ele que ela pinta seu primeiro quadro e, é também com ele, que divide o desenrolar dos quadros seguintes, que seriam a mola propulsora de sua carreira. Suas cartas para Alejandro Gómez Arias são uma importante fonte para compreender o quanto o acidente mexeu com a realidade de Frida, principalmente neste período inicial. A última carta endereçada a ele nestes anos é de 1927, na qual cita o seu primeiro retrato e pede, encarecidamente, que ele não a esqueça.

Neste mesmo ano, após alguma melhora de sua situação de saúde, Frida decide mostrar os quadros que pintou enquanto estava de cama para Diego Rivera, que conhecera durante os estudos na Escola Preparatória. A partir deste primeiro contato eles começam a aproxima-se cada vez mais. Esta aproximação apresenta Frida aos militantes revolucionários companheiros de Diego e o convívio mais próximo com os militantes acabam impulsionando-a a filiar-se ao Partido Comunista em 1928. Em 1929 os dois se casam. Logo eles se mudam para os Estados Unidos, em função de trabalhos encomendados a Diego. Frida viaja para acompanhá-lo e passa a escrever muitas cartas carinhosas e saudosas para sua família e amigos que ficaram no México. Nestas cartas, atém-se a contar o que sente com relação ao fato de estar longe da terra que tanto ama e da falta que sente de sua cultura. Frida chamava muito a tenção durante sua estada nos Estados Unidos, entre outros fatos, em função das roupas coloridas e extravagantes que usava, bastante características da realidade mexicana pré-colombiana e com a qual Frida se identificava muito.

Durante o tempo que viveram em São Francisco, na Califórnia, Frida conheceu o Dr. Leo Eloesser, médico com quem fez um longo tratamento. Ele passa a ser seu grande amigo e confidente e, ao retornar ao México, troca muitas cartas com ele falando a respeito de sua saúde, mas também de sua vida pessoal. É uma figura muito importante com quem divide as agruras de seu relacionamento tumultuado com Rivera. São partilhadas com ele as muitas lamentações a respeito dos abortos espontâneos que sofreu e do quanto saber que não poderia, de fato, ser mãe a fazia infeliz.

Além das cartas acima citadas, muitas outras registraram a vida de Frida Kahlo em diferentes momentos, desde as realizações profissionais que pode experimentar, até as

suas profundas decepções e sofrimentos pessoais, tanto em decorrência de sua relação intensa e conturbada com o marido quanto por conta das limitações físicas que a acompanharam eternamente. E não há dúvida de que , a partir das cartas encontradas e hoje transformadas em livro, é possível termos uma importante fonte de informação a respeito de toda a trajetória desta personalidade latino-americana que tanto se destacou em seu tempo.

A dor e a paixão expostas em sua obra visual, podem ser partilhadas por todos nós através também das suas palavras. Frida Kahlo por ela mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAHLO, Frida. *O Diário de Frida Kahlo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. *Cartas apaixonadas de Frida Kahlo.* Marta Zamora (Org.); Trad: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. 3 ed.

KETTENMANN, Andréa. *Frida Kahlo 1907-1954: Dor e Paixão*. Koln: Taschen, 2004.

JAMIS, Rauda. *Frida Kahlo*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LAIDLAW, Jill A. *Frida Kahlo*. São Paulo: Ática, 2004.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Era. 1994.

MENZES, Ulpiano T. Bezerra. "Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares." *In: Revista Brasileira de História.* São Paulo: ANPUH / Humanitas publicações, vol. 23, nº45, 2003. p.14.

PAZ, Octávio. *Labirinto da Solidão Post-Scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

VILLA, Marco Antonio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Ática, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As analogias no Corpo do Império: narrativa histórico-profética e hierarquia das partes na teologia política do século XVII.

Luís Filipe Silvério Lima*

A proposta dessa comunicação é discutir o papel da analogia nas representações do chamado Império Português no século XVII. A operação analógica, fundamental no pensamento aristotélico tomista e na segunda escolástica, em especial com a obra de Tomás Vio Cajetano, foi uma das chaves centrais para constituir uma idéia de soberania e ordem no espaço ibérico e tridentino, seja em seu espelhamento com Deus seja na organização das partes da República. Mais do que isso, era por meio da analogia que se pensava o tempo e os sucessos históricos, fundados em uma concepção figural de cosmos que era regulada pela Presença Divina.

Palavras-chave: Império, Analogia, Profecia

This paper investigates uses of analogy in the representations of 17th Century Portuguese Empire. Essential in aristotelic-thomistic thought and Second Scholastic, analogy played a central role to establish an idea of sovereignty and order in Iberian world, either in the organization of Republic or as mirror of God. More important, analogy itself defined how time and historical events were thought, based on a figural conception of cosmos regulated by the Divine presence.

Keywords: Empire, Analogy, Prophecy, Time

Vieira, no terceiro livro da *Clavis prophetarum*, preocupou-se com a possibilidade de determinar ou prever os tempos futuros por meio das profecias. Pertencendo o futuro, "hemisfério escondido", somente a Deus, como definir quando os eventos proféticos aconteceriam, bem como quais seriam, com certeza, esses eventos? Na linguagem cifrada das profecias: "dia não significa dia; ou hora, hora; ou semana, semana; assim como ano não significa ano; nem século cem anos ou o próprio tempo que é de significação indefinida significa tempo indefinido, mas sim definido"[1]. O tempo como reflexo figural do infinito podia ser múltiplo. As setentas semanas enumeradas pelo anjo a Daniel podiam ser mais do que 210 dias, pois não eram "semanas de dias mas de anos". Isaías disse que iriam reconstruir

* Professor de História Moderna da Universidade Federal de São Paulo. Esse texto é desenvolvimento de meu doutorado, que foi financiado pela Fapesp.

[1] VIEIRA, A. *Clavis prophetarum = Chave dos profetas.* (ed. crítica, fixação do texto, trad., notas e glossário de Arnaldo Espírito Santo). Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000, v. 3, p. 23-25.

"ruínas abandonadas desde há um século", mas podia dizer tanto do exílio para Assíria quanto da dispersão por Tito, e por isso, "veja-se quantos séculos há em um só século"[2].

O tempo profético obedeceria à história sagrada, não à história mundana, efeito daquela, subordinada àquela como causa final. Porém, os eventos profetizados diriam respeito ao tempo secular, pois seria nele que as ações humanas, causa segundas, realizariam os desígnios anunciados pela Primeira Causa por meio de visões. O século profetizado completar-se-ia no século ou nos séculos temporais. Nessa junção de causas e efeitos fundava-se a temporalidade da compreensão dos destinos e sua influência no presente da época. Século do tempo humano, definido pelas visões proféticas. Visão, fenômeno muitas vezes anímico e humano, pelo qual a Eternidade da "primeira e invisível Causa (isto é, da divina providência e da graça)"[3] revelava-se figuralmente.

O(s) século(s) era(m) mediado(s) pelas ações humanas, ou melhor, projetado para as causas segundas realizarem os planos divinos. Qualquer século, qualquer visão, qualquer tempo, seria relativo ao Eterno. Mas, segundo Vieira, o seu particular. Seria o tempo no qual as causas segundas realizariam um evento importante revelado no desígnio divino, a consumação do Reino de Cristo na Terra, o Quinto Império anunciado e confirmado, em prosa e verso, por visões e sonhos bíblicos, de santos, de reis, de heróis e de visionários. Seria a ante-sala do momento no qual, pelo Juízo Final, a temporalidade finita da humanidade se encerraria e se plasmaria na eternidade dos gozos e prêmios ou das punições e castigos eternos. A Idade do Espírito Santo, nos termos joaquimitas, seria aquela, o século XVII (ou XVIII), e se daria ali, em Portugal ou no Brasil. Os sinais eram evidentes, as interpretações das visões mostravam-no. Se a precisão em definir o rei ou o ano falhava ou a espera pelo retorno era mais demorada do que as esperanças iniciais, devia-se à incerteza e multiplicidade dos tempos contidos no tempo profético. Contudo, aquela seria a era de instauração do último e sempiterno Império.

O diálogo sobreposto entre esses diferentes tempos e temporalidades era permitido por serem efeitos da Eternidade. Os tempos eram figuras do Eterno, o mundo era figura de Deus; a criação, figura do Criador. O tempo humano como figura seria sempre organizado de modo analógico. Como mostrou Auerbach, a interpretação figural das Escrituras entendia nos episódios bíblicos mais do que símbolos que continham um aspecto mágico em si ou alegorias que encerrassem princípios éticos a serem desvendados, com caráter puramente espiritual e desvinculados da história[4]. A Bíblia continha uma história, que era, porém, mais do que a

---

[2] *Idem,* p. 25-27.
[3] *Idem,* p. 93.
[4] AUERBACH, E. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997, espec. p. 32 e ss.

história literal de um povo; era uma história orientada para o seu final, teleologicamente instruída, e que participava, pela graça, da Eternidade, princípio e fim organizador do tempo. O Velho Testamento era figura do Novo; Moisés, de Cristo. Essa história não tinha preenchimento por si, ela buscava um preenchimento, que estava dado na essência criadora de Deus, e, portanto, sempre corria para se locupletar e tinha, eternamente, um sentido figural, não preenchido. Figura e preenchimento eram os dois motores pelos quais se movimentava o tempo. O confronto entre os dois pólos fez surgir, inclusive, a história:

> *um desenvolvimento [da história] em três estágios: a Lei ou a história dos judeus como figura profética do surgimento de Cristo; a encarnação como preenchimento desta figura e ao mesmo tempo como uma nova promessa do fim do mundo e do Juízo Final; e, por último, a decorrência futura destes acontecimentos como o preenchimento derradeiro.*[5]

Por conseqüência, a concepção de tempo histórico resultante também se fundou nessas correlações. Regidas todas por dois princípios: a linearidade do início ao fim dos tempos, da expulsão do Paraíso ao Juízo Final, e por isso a não repetição dos eventos; e a analogia entre os eventos, pela semelhança figural entre eles. Essa analogia era possível porque como figuras de algo – a figura entendida como imitação da verdade – os eventos sempre poderiam ser comparados. Ou melhor, como tinham um elemento comum, Deus – alfa-ômega, e eram imagem dessa Verdade, como efeitos de uma Causa, era passível de relacionar quaisquer episódios ou par de episódios entre si. Nenhum momento era idêntico, mas estava ligado a Deus, que é sempre o Idêntico, o Incriado, o Imutável[6]. Por essa atribuição, eram semelhantes entre si, o que permitia fazer, em seu limite, qualquer comparação pela proporcionalidade dada nas relações entre as partes.

Por exemplo, nas referências evocadas pelo Juramento de Afonso Henriques. Gedeão e os Judeus estavam para os Medianitas, assim como Constantino e os Romanos para os exércitos de Maxêncio, assim como Afonso Henriques e os Portugueses para os exércitos muçulmano de Ismar, assim como D. João IV (ou D. Sebastião) e os mesmos Portugueses para os castelhanos de D. Filipe. Por conseqüência, por verossimilhança e figurativamente, a estrutura retórico-narrativa também deveria redundar nessas semelhança e proporções, portanto, se no episódio de Gedeão e Constantino houve sonhos e prenúncios envolvendo a eleição e os sinais, o mesmo aconteceria nos de Afonso Henriques e D. João IV. Como a relação era descrita como óbvia, a estrutura montada como paralela, as figuras ficavam evidentes: ao se falar num sermão restauracionista na "espada de Gedeão" que caiu na cabeça dos madianitas, pensava-se em Afonso Henriques e a luta contra os ismaelitas, e em D. João

---

[5] *Idem*, p. 36.
[6] HANSEN, J.A. "Vieira: tempo, alegoria e história", *op. cit.*

IV e a Restauração[7]. Ao se ver um quadro do sonho de Constantino, reportava-se para o Milagre de Ourique e a décima-sexta geração atenuada; ao se esculpir estátuas de Constantino e de Santa Helena, colocava-se ao lado uma de Afonso I. Ao se estampar na *Crônica de D. João I*, a gravura do Milagre de Ourique com todos os seus elementos, inclusive o sonho, anunciava-se a dedicatória ao restaurador D. João IV, (re)fundador de um novo reino, assim como D. João I, cuja "restauração" também fora sonhada e narrada no texto então impresso. Ambos, João I e IV, continuando, em novas dinastias, o que Afonso Henriques havia começado. A analogia construía tópicas e imagens que deveriam ser operadas para explicitar a mesma lógica que as permitira serem construídas: a relação figural das ações humanas para com o seu Criador e o seu fim último. Ao estabelecer essas figuras e relações, e utilizá-las, mostrava-se que Portugal pertencia à história e validava-se seu destino, no caso, o mesmo destino que os Hebreus e os Romanos tiveram como povos de Deus combatendo os infiéis e conquistando os territórios para a verdadeira Palavra. D. João IV (ou outro rei luso) e os portugueses restaurados preenchiam a figura dada em Ourique; Afonso Henriques e os primeiros lusitanos, a figura dada em Maxêncio; Constantino e os romanos convertidos, a dada em Madiã; e, por fim, Gedeão e os hebreus anunciavam, enquanto povos de Deus, o destino da história – que seria preenchido pelos portugueses no Quinto Império, última era antes do preenchimento derradeiro. O caminho do fim estava anunciado desde o início, mas não havia espaços para repetições, mas sim semelhanças e analogias, dadas na figura profética e no seu preenchimento que redundava em outra figura.

O sonho profético foi o meio pelo qual essa analogia entre figura e preenchimento foi explicada em Portugal ao longo de um estendido século XVII, formulando uma idéia e um projeto de destino para a monarquia lusitana e seu império. Como efeito dos cuidados, estava regido pelas ações do e no tempo humano; como anúncio do futuro, definido pelo dom da profecia, partilhamento do Conhecimento eterno. O sonho profético podia ser simultaneamente fruto dos cuidados no tempo humano, e anúncio e denúncia do futuro pelo tempo profético por ligar as esferas, os hemisférios das temporalidades contidas, no limite, em Deus infinito. Fundava-se na interpretação figural, que Auerbach descreveu e identificou desde o princípio do pensamento cristão, confrontado com a duplicidade do livro sagrado no Novo e Velho Testamento. Porém ampliava-se em uma concepção de história que não era nem somente providencialista, deixando ao homem a busca dos significados espirituais e alegóricos dos textos pois o destino estava dado e corria independente, nem fabulosamente cavalheiresca, constituindo tipos míticos e símbolos quase-mágicos nas narrativas que

[7] MARQUES, J.F. *A paranética portuguesa e a Restauração*, *op. cit.*.

serviam seja de inspiração seja de amuleto[8]. A ação humana como agente do desígnio divino era essencial, dada a graça do Criador no livre-arbítrio que implicava a participação da humanidade como causas segundas da consecução do plano último.

O Concílio de Trento ao reafirmar, contra as Reformas protestantes, o livre-arbítrio e os sacramentos reforçava a interpretação figural do mundo. Particularmente, o concílio tridentino defendeu o sacramento do sacrifício, a Eucaristia, que condensava a história como profecia e figura. Segundo Auerbach, "este sacramento, que é tanto figura quanto símbolo, e que possui uma longa existência histórica – já que foi estabelecido pela primeira vez na velha aliança [a Páscoa] – , dá-nos a mais pura imagem do aspecto concretamente presente, velado e provisório, assim como do aspecto eterno e supratemporal contido nas figuras."[9]

O símbolo do sacramento na Eucaristia era na verdade figura de Cristo, imagem do ungido que, como cordeiro pascal, foi levado a holocausto para remir seus filhos. Por sua vez, seu sacrifício era profecia figural que anunciava uma nova aliança e o Juízo último, ao mesmo tempo, que sua vinda era preenchimento das revelações do Antigo Testamento, que anunciavam a vinda do Messias libertador. Ao se comungar o corpo e sangue de Cristo, não se repetia o sacrifício tal qual fora, mas, por analogia, a figura de Cristo era reencarnada no tempo e, materialmente, o corpo transubstanciava-se porque repetição do Idêntico que era fora do tempo. Essa centralidade do sacramento advogada pela Reforma Católica permitiu a Alcir Pécora propor uma unidade teológica-retórica-política dos escritos vieirenses como um *Teatro do Sacramento*. Essa unidade também era entendida por meio da ação permitida no livre arbítrio, que permitia Vieira afirmar que ação sem fé é como corpo sem alma.

Essa defesa da interpretação figural, compreendida na defesa do sacramento e do livre-arbítrio, encontrava na analogia sua formulação mais precisa. Seja pela analogia de proporção, como propunha Cajetano, reforçando-a como comparação entre elementos, inclusive etimologicamente[10]. Seja pela de atribuição, como postulava Suárez, acentuando a Presença criadora como elemento comum e organizador[11]. A segunda escolástica, que marcou Trento, a Igreja Católica reformada e a Companhia de Jesus, desenvolveu e aplicou o conceito de analogia. Particularmente nos países ibéricos e depois na ibero-américa, como mostrou Richard Morse, intensificou-se uma visão organizativa do mundo, na qual a classificação era sempre relacional, nunca dada em princípio, na qual uma resposta provável, mesmo a menos

---

[8] Para o método de leitura "espiritualista-ético-alegórico" e o simbólico em contraposição ao figural-histórico, ver AUERBACH, p. 47-9.

[9] AUERBACH, *op. cit.*, p. 51.

[10] HOCHSCHILD, J.P. *The semantics of analogy according to Thomas de Vio Cajetan's* *De nominum analogia*. Tese de doutorado, Universidade de Notre Dame, 2001.

[11] "SUÁREZ" In: BLUM, R. *Filosofia do Renascimento: uma introdução*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

provável, podia verossimilmente ser tomada como certa[12]. A Verdade não estava aqui, mas em Deus, e o aqui era somente imagem dessa Verdade, enquanto efeito; portanto não existiriam na natureza as respostas verdadeiras, mas somente as figurais, tomando a Lei Natural como reflexo da Lei Eterna e a Lei Positiva como leitura das duas. Para Morse, a compreensão ibero-americana, fundada na escolástica tardia e na verossimilhança da imagem, contrastava com a anglo-americana, baseada nas religiões reformadas e seu pessimismo apocalíptico da danação do corpo humano pelo pecado original, no racionalismo e no empirismo e na classificação tipológica da veracidade da natureza – seja do cogito, seja da experimentação.

Essas duas tradições civilizatórias, como chama Morse, também poderiam ser definidas como duas operações regidas por gramáticas diferentes, uma dada na analogia, outra dada na polaridade[13]. A segunda buscava classificar por oposições, que, mesmo quando complementares, como definiu Clark, identificava nos campos contrários grupos e categorias definidas e estabelecidas. Branco é o contrário de Preto. Homem é o contrário de Mulher. Celeste é o contrário de Terreno. Bom é o contrário de Mal. Anjo é o contrário do Diabo. Branco, Homem, Celeste, Bom, Anjo estão no mesmo grupo que é oposto ao grupo de Preto, Mulher, Terreno, Mal, Diabo. A primeira, analógica, porém, só poderia propor uma classificação por comparação. Branco estava para Preto, assim como Homem estava para Mulher, Celeste, para Terreno, Bom, para Mal, Anjo, para o Diabo. Branco, portanto, era como Homem, Celeste, Bom, Anjo, mas somente a medida em que o Preto fosse como Mulher, Terreno, Mal, Diabo. Havia oposição, mas ela era relacional, regida pela analogia. Por essa analogia, seria possível conceber que se descrevesse um diabo com um anjo preto, pois se o anjo está para branco, assim como diabo está para preto, ao se inverter o atributo de anjo (branco) pelo de diabo (preto) entende-se que se trata de um diabo[14]. Pela polaridade, no limite, isso seria contrasensual, quase um oxímoro, pois um anjo jamais poderia ser preto, pois estão em categorias opostas e radicalmente diferentes.

Numa primeira vista, essa classificação analógica é mais fluida e maleável, porém ela, ainda que sempre relacional, está longe de ser relativista – como por vezes poder-se-ia aduzir do texto de Morse. As organizações que se explicaram e propuseram com essa gramática implicavam a defesa de estruturas, sociais inclusive, que eram mais hierarquizadas pois sempre fundamentadas nas diferenças entre partes nunca evidenciadas nem definidas por

---

[12] MORSE, R. *O espelho do próspero*. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

[13] LLOYD, G.E.R *Polarity and analogy: two types of argumentation in Early Greek thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. (Agradeço a Robert Rowland a indicação desse livro).

[14] Para outros exemplos, particularmente, na poesia, ver HANSEN, J.A. "Fênix renascida & postilhão de Apolo: uma introdução" In: *Poesia seiscentista – Fênix renascidade & Postilhão de Apolo*. (org. Alcir Pécora) São Paulo: Hedra, 2002, cf. p. 55-57.

si. As partes só existiam em relação às outras e, portanto, de chofre, estavam com um lugar definido numa ordem. Mesmo que esta posição pudesse, em teoria, variar conforme se estabelecesse a analogia, sempre estava remetida a uma hierarquia relacional, que começava e era organizada em Deus. Ao mesmo tempo, para entender essa hierarquia analógica a fim de moldá-la, dependia-se de uma agudeza capaz de operar os conceitos para inverter, enquanto figuras, as partes[15]. Agudeza que era letrada ou cortesã, portanto, privilégio e domínio de poucos – assim como participar do conhecimento divino pela profecia também o seria.

Se na polaridade que contrapunha as categorias estava-se condenado ao preto no branco, a um mundo em opostos, exatamente por essa cristalização simplificadora dos elementos e das definições em campos explícitos por si, talvez fosse possível subverter e redefinir os princípios classificatórios mudando ou invertendo, revolucionariamente, os grupos ou os elementos de lugar. Assim quiseram de diferentes formas Levellers, Quakers, Shaker, Puritanos, Pentamonarquistas ingleses e americanos ao dizer, entre outras, que a propriedade era uma invenção dos nobres, que a monarquia deveria ser abolida, pois sinal do pecado, ou que os homens deveriam ser iguais e as terras, comunais, como no Paraíso[16]. Se antes a monarquia e a propriedade da terra pelos nobres e pelo rei era o correto, pois divino, a inversão desses princípios, dizendo que eram vis e pecaminosas (de quem era a terra no paraíso?), colocavam-nos no pólo oposto, onde as coisas eram más e erradas, e permitia-se que se defendesse a necessidade imediata da sua extinção, pois iníquas.

Uma leitura mais alegorizante e apocalíptica dos sonhos e profecias de Daniel permitia ver um reino a-histórico e milenarista de felicidades, de justos que esmagavam o mal terreno, entre eles a propriedade e a nobreza, na pedra da Quinta Monarquia dos puritanos. A polaridade estabelecia a oposição entre o reino dos justos, fiéis e pios, e o pecado da monarquia corrupta, que era passível de ser expulsa do pólo positivo do mundo – e nessa possibilidade está a diferença. Contrastava com a interpretação messiânica de Vieira (ou mesmo antes, D. João de Castro, que entendiam na pedra o estabelecimento de um outro reino que somente levaria à perfeição os princípios que regiam Portugal e a Cristandade). Princípios marcados pelas diferenças entre as partes, dada na analogia do corpo místico e nos efeitos da essência criadora.

Havia diferenças entre a interpretação dos sonhos e no desenrolar do reino de Cristo ou dos Justos na Terra do pentamonarquismo da Revolução Puritana e o Sebastianismo e Messianismo Brigantino durante a Restauração. Os primeiros entendiam o mundo como terra

[15] cf. HANSEN, J.A. "Vieira e a agudeza". In: FURTADO, J.P (coord). *Antônio Vieira. Imperador do púlpito*. São Paulo: IEB, 1999 (Cadernos do IEB – Cursos & conferências).

[16] HILL, C. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

repleta de pecados e iniqüidades e o monarca como símbolo dessa iniqüidade, os quais, deveriam ser extirpados ou substituídos por um governo milenarista de homens pios e cristãos. Tratava-se de um entendimento marcado por um pessimismo protestante quanto às coisas seculares[17]. Cortava o universo internamente entre bem e mal, certo e errado, e postulava que a ruptura com esse mundo iníquo precisava ser radical, na raiz, senão estar-se-ia condenado à perdição. Os segundos compreendiam a história nessa relação de causas e efeitos que caminhavam para a consecução do plano divino, a partir da integração do corpo da Cristandade, tanto internamente ao mundo católico, com a paz entre as partes das monarquias e impérios, quanto externamente, com a conversão dos gentios, retirando e excluindo aqueles que se tinham excluído, como os protestantes, os ismaelitas e, em algumas leituras, os judeus. Um corpo no qual as partes estavam ligadas e dispostas hierarquicamente, seguindo a lei divina que se espelhava na natural que se refletia na positiva, ecoando assim na organização social existente e no modo de governo perfeito, a monarquia. Menos do que ruptura, a volta ao plano divino precisava de acertos, de reformas ou restauros no pacto existente em torno de um rei-messias, e não a revogação ou refundação do pacto que fundamentava a república, para se retomar uma continuidade perfeita, anterior e paradisíaca.

A leitura dos sonhos e visões era entendida, no mundo católico, mas especialmente no mundo ibérico e português, como um anúncio da melhoria do já existente, mesmo em leituras consideradas heterodoxas, como a de Vieira ou D. João de Castro. A sua sobrevivência e permanência nas práticas letradas talvez resida exatamente no desejo da manutenção de uma ordem existente, ainda a ser aperfeiçoada ou retomada pelos seus princípios ideais, e, portanto, divinos, somada a uma visão que relaciona as partes em busca de uma suposta harmonia, baseada na hierarquia, nas diferenças e na ordem.

[17] DELUMEAU, J. *A história do medo no ocidente. 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Design editorial, conceitos e processos: editora Civilização Brasileira (1959-1970).

Guilherme Cunha Lima[1]
Ana Sofia Mariz[2]

Resumo: A editora Civilização Brasileira foi, sem dúvida, um marco na história moderna brasileira. Não apenas por ter sido um veículo de um discurso político-ideológico de vanguarda, mas também por servir de exemplo de excelência em vários aspectos da produção editorial. Neste trabalho enfocaremos o design gráfico de seus livros publicados no período de 1959 a 1970, quando a produção da editora atingiu seu ápice de qualidade visual, gráfica e editorial. O regente deste período áureo foi Ênio Silveira, editor que ficou a frente da empresa de 1952 a 1996.

Palavras-chave: Design editorial, história, Brasil

Abstract: The Civilização Brasileira publishing house was undoubtedly a landmark in modern Brazilian history It serves as an example of excellence in several aspects of editorial production and was also a vehicle of a vanguard politico-ideological discourse. What we shall present in this article is the graphic design of the books published between 1959 and 1970. This is the period when this publishing house riched it's higher quality levels of editorial and graphic design production. The ruler of this period was Ênio Silveira who had been editor at Civilização Brasileira from 1952 to 1996.

Key-words: Design, publishing, history, Brasil

O início da editora

A editora Civilização Brasileira foi fundada em 1929 no Rio de Janeiro por Ribeiro Couto, poeta e diplomata, Gustavo Barroso, escritor integralista, e Getúlio M. Costa, livreiro. O período que nos interessa, no entanto, se inicia em 1932, quando as ações de Ribeiro Couto e Getúlio M. Costa são compradas por Octalles Marcondes Ferreira, dono da Companhia Editora Nacional, com sede em São Paulo. Em 1937, o irmão de Octalles, Fenício Marcondes Ferreira, diretor do Banco Português do Brasil, adquire as ações de Gustavo Barroso, ocasião em que se inicia a expansão da editora.

Nos anos 1930, a Cia. Editora Nacional já era uma das maiores editoras do país. Ao controlar a Civilização Brasileira, passou a funcionar com uma loja própria no Rio de Janeiro, então capital. A partir daí, o enfoque na área de livros didáticos e infantis foi se

[1] PPDESDI/UERJ, PhD, CNPq.
[2] ECO/UFRJ, MSc.

tornando predominante na sua produção, enquanto que a Civilização Brasileira publicava majoritariamente clássicos da literatura universal. Monteiro Lobato, um dos principais autores e colaboradores da Cia. Editora Nacional, era grande amigo de Octalles. Em 1944, a pedido de Lobato, Octalles contratou um jovem estudante de sociologia para a sua editora: Ênio Silveira.

A Cia. Editora Nacional, nas palavras de Ênio, "foi uma universidade aberta". Lá, onde ele iniciou sua carreira de editor, conviveu com os seus primeiros autores, escreveu orelhas de livros, aprendendo tudo sobre administração com Octalles. Foi lá também que ele conheceu a sua primeira esposa, Cléo, filha de Octalles. Neste período, decidido a continuar no ramo editorial, Ênio resolveu aprimorar a sua formação como editor e viajou para os Estados Unidos, indo estudar editoração na Universidade de Columbia. Durante sua estada, além de fazer importantes contatos no meio editorial, estagiou em uma das mais importantes editoras americanas, a Alfred A. Knopf, chegando a fazer amizade com o próprio dono da empresa. Segundo Ênio, Knopf era um homem, que "tinha bom gosto e *feeling* para a coisa editorial, [...] Editava os melhores autores americanos na época." Desta experiência, ele absorveu "técnicas de divulgação do livro e modernização dos contatos", visitou todos os departamentos da Alfred A. Knopf e voltou ao Brasil "com uma visão bastante profunda da atividade editorial". (FERREIRA, 1992)

Em 1951, recém chegado de Nova York, Ênio é chamado por Octalles para assumir a direção da Civilização Brasileira no Rio de Janeiro, que estava com problemas. Ênio, casado há pouco tempo e com sua casa recém construída em São Paulo, titubeou no início, mas acabou viajando para o Rio, com a intenção de ficar alguns meses, a título de experiência. Logo viu na Civilização Brasileira um campo fértil para implantar suas novas idéias editoriais. Assim, em 1952, Ênio Silveira mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro e gradativamente iniciou o processo de transformação da editora colocando-a, já no final da década, como uma das mais importantes do Brasil. É nessa época que ele é aceito como sócio:

> *Comprei as ações e a editora Civilização Brasileira rapidamente entrou no que eu chamaria um verdadeiro boom, ela passou a ser uma editora em expansão [...] com uma visão não-elitista do livro [...] Subindo a galope, chegou um dado momento, em 1960, [...] em que a editora [...] já estava publicando 20 livros por mês o que significa mais de um livro por dia útil. (FERREIRA, 1992)*

Desde 1952, ano em que Ênio Silveira decidiu se radicar no Rio de Janeiro, até 1963, quando ocorreu a separação definitiva no plano empresarial entre Octalles e seu genro,

houve um gradual distanciamento entre os discursos das duas empresas. Durante este período, Ênio, além de ir comprando gradativamente as ações da editora que gerenciava, a fez prosperar, ganhando mercado, com um estilo de quem apostava na ousadia, inovação, qualidade e valorização da cultura brasileira. Quando se observa esse processo, fica nítido que Ênio tinha um projeto claro sobre o que fazer da sua editora. É um projeto que vai além do gerenciamento da saúde financeira e do crescimento contábil da empresa. Esta premissa é fundamental para tentarmos compreender o que fez da Civilização Brasileira um marco. Na medida em que Ênio vai ganhando autonomia, ele procura criar um time de colaboradores e fornecedores mais afinados com as propostas e o discurso institucional da editora.

No final dos anos 1950, Ênio se torna acionista majoritário. A partir deste momento as mudanças tanto no que se refere ao design dos livros, como no direcionamento político da editora, começam a ocorrer de maneira mais radical. Como estopim da para o novo padrão visual temos a contratação do designer Eugênio Hirsh, no segundo semestre de 1958.

Construção da identidade visual - Eugênio Hirsch

Nascido em Viena, Eugênio Hirsch foge com sua família da Europa nazista de 1938, indo para a Argentina. Em 1945, Monteiro Lobato, em visita a Buenos Aires, conhece Hirsch e que, já trabalhando no setor editorial, havia ilustrado a edição argentina de seus livros. Entusiasmado, Lobato logo o quis trazê-lo para o Brasil para ilustrar seu libreto. Mas com a morte do escritor em 1948, isso não se concretizou. Hirsch, porém acabou vindo para o Rio de Janeiro em 1957. Passou a trabalhar para diversas agências de propaganda e para a Cia Editora Nacional. Em 1958 começou a fazer capas para a editora Civilização Brasileira. Seu trabalho, de grande sensibilidade e sofisticação, é marcado pela agressividade do traço, pelo movimento, expresso no uso do texto em diagonal e ainda pelo contraste forte de cores.

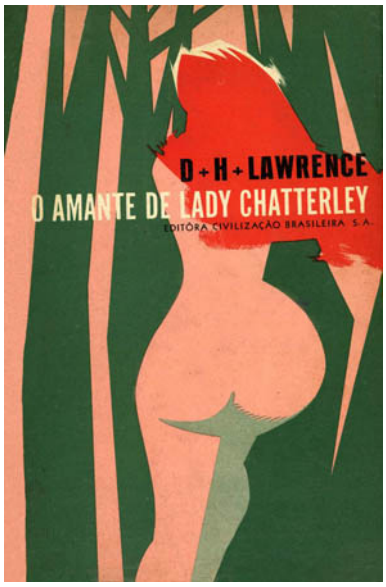

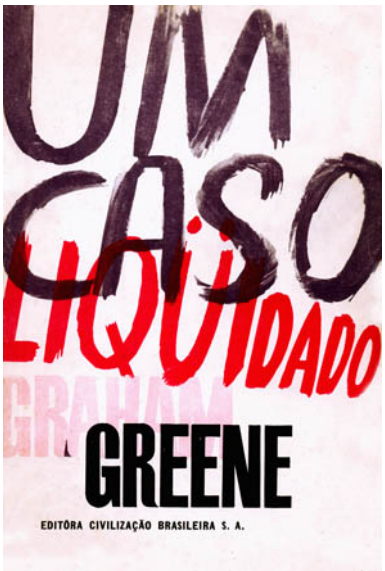

Capas de Eugênio Hirsch 1959 e 1961.

A frase de Hirsch, “capas deveriam ser feitas para agredir, não para agradar”, caracteriza bem o seu trabalho (CASTRO, 2001). Seu design parece ter um efeito de choque no espectador. Hirsch era profundamente experimental e também conhecedor das artes gráficas. O designer João Batista de Aguiar comenta com admiração: "Impressionante que naquela época o Hirsch já pesquisava materiais como a tinta fosforescente, algumas texturas, coisas que hoje eu estou começando a fazer" (LEON, 1991: 113).

Este estilo de Eugênio Hirsch teve um perfeito entrosamento com o momento em que a editora Civilização Brasileira estava passando. A audácia e a criatividade da linguagem singular usada por ele, combinava muito bem com o conceito que Ênio construía na sua editora. Assim, dando uma grande independência ao design, Ênio Silveira iniciou a construção de uma nova abordagem visual para a sua editora.

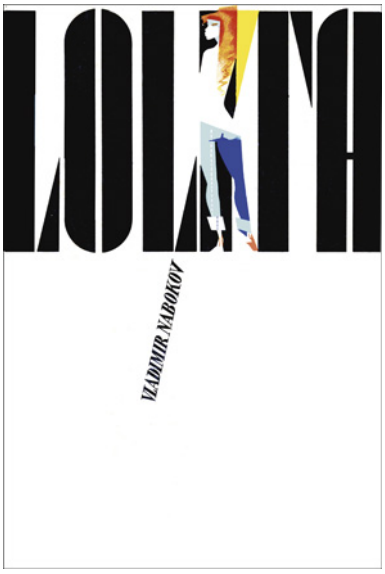

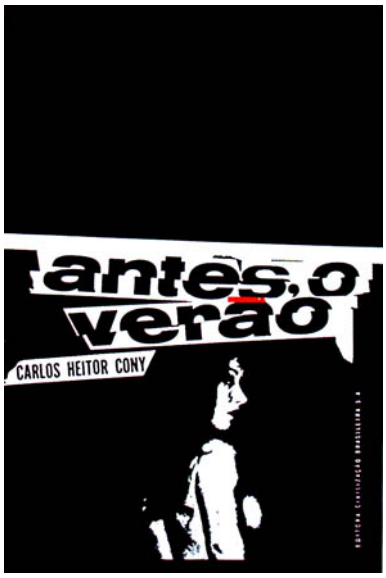

Capas de Eugênio Hirsch 1959 e 1960

O livro que inaugurou a nova fase visual-gráfica da editora Civilização Brasileira foi *Lolita*, de Vladimir Nabokov. Tanto no exterior como no Brasil, este romance teve um grande impacto na época em função do polêmico tema que abordava – o relacionamento amoroso do padrasto com a enteada. Seu lançamento foi marcado por uma ampla campanha publicitária promovida por Ênio Silveira através da agência Abaeté Propaganda. A divulgação foi feita em duas etapas, antes e após o lançamento do livro. Durante todo o ano de 1959 foram publicados anúncios nos principais meios de comunicação de todo o país. A chamada simples "*Lolita* vem aí" e, após o lançamento, "*Lolita* já chegou" sintetiza um produto que parece ter vida própria podendo invadir o cotidiano do público leitor à maneira da sua personagem principal. A prática publicitária, por sinal, foi uma constante da administração de Ênio, e um dos aspectos vanguardistas de sua atuação como editor. *Lolita*, contudo, teve investimento ímpar destacando-se como o livro mais divulgado deste período.

De igual impacto foi o conceito visual da edição brasileira. Seu design aparentemente simples é também de forte expressão e inovação. Deixando uma grande área em branco, Hirsch consegue um contraste intenso, colocando um tipo anguloso e pesado no topo da página, criando um efeito de agressividade e impacto. A ilustração feminina, com formas harmoniosas, único elemento colorido, ao mesmo tempo em que se integra perfeitamente ao título (substituindo a letra "i" de Lolita), destaca-se pela sua delicadeza, remetendo ao conflito abordado no texto.

Apesar dos mais de quarenta anos decorridos, a capa de *Lolita* permaneceria ímpar nas livrarias dos dias de hoje. Se isso ocorre no presente, quando o repertório de

imagens disponíveis para o público parece dobrar a cada instante, é fácil imaginar a dimensão do impacto visual produzido por esta capa no final dos anos 1950.

A ausência da assinatura ou qualquer outra marca da editora na primeira capa de *Lolita* é mais um detalhe que não deixa de denotar a prerrogativa da composição visual sobre a nomenclatura institucional. Até 1967 a assinatura da Civilização Brasileira não obedecia a um padrão rígido de aplicação. Seu uso é facultativo e quando aparente na primeira capa ela podia entrar em qualquer posição, inclusive na vertical.

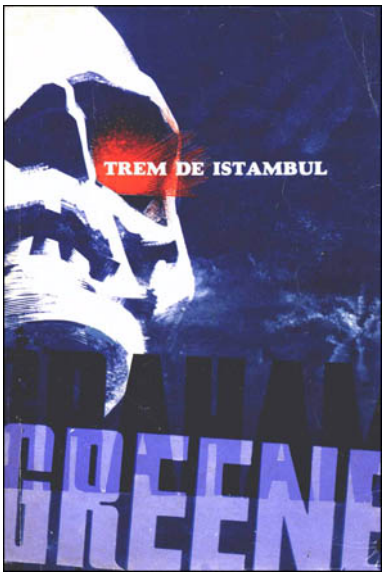

Capas de Eugênio Hirsch 1960 e 1963

A grande capacidade de trabalho de Hirsch e, principalmente, sua abordagem visual-gráfica tornou-o conhecido em outras editoras que passaram a encomendar-lhe também projetos. Contudo, sua maior produção no Brasil foi para a Civilização Brasileira – um total aproximado de 380 capas entre 1959 e 1965 – a grande maioria da produção desta editora. Em 1965 Hirsch é convidado a trabalhar na revista *Playboy* nos Estados Unidos, porém fica pouco tem nesta revista se mudando para a Espanha onde continua a desenvolver projetos gráficos. Desfalcado de seu principal designer, Ênio Silveira, logo encontra um substituto à altura.

Identidade visual amadurecida – Marius Lauritzen Bern

Nascido em 1930 na cidade do Rio de Janeiro, Marius é filho único de pais estrangeiros. Seu pai William era húngaro e sua mãe Anna, que faleceu no parto, era dinamarquesa. Cursou por um ano a Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de

Janeiro. No entanto, sua formação se deu predominantemente de maneira informal e foi seu tio Miksa Bern, artista e fotógrafo, que o iniciou nas artes plásticas. No início de 1950 foi viver no Recife, onde tinha parentes de sua mãe, e acabou participando e tendo um certo destaque no movimento de artistas modernos de Pernambuco. Em 1953, ganha o primeiro prêmio de pintura do Salão do Museu do Estado de Pernambuco com o quadro "Agosto", óleo sobre eucatex medindo 80x65 cm. Foi também no Recife que começou a trabalhar em publicidade, na Abaeté Propaganda. Em 1954 decide abandonar o nordeste e tentar a sorte no Rio de Janeiro.

Recém chegado na então capital do País, vai trabalhar como cartunista no jornal *Tribuna da Imprensa*. Trabalha também para os jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, onde neste último é contratado como diretor de arte. No começo da década de 1960 se desliga do jornal para abrir seu próprio escritório, o Estúdio Gráfico. Nesse empreendimento teve dois sócios: Cláudio Sendim e Gian Calvi. Sua segunda esposa, Maria Minssen, também trabalhava lá junto com Martha Novo (depois Verschleiser) que começou como estagiária. Entre os principais clientes desse período estava a Rede Globo, então em fase de instalação. Após a entrada no ar da nova emissora de televisão, os três sócios são convidados a integrar em caráter permanente o corpo de funcionários da empresa. Cláudio e Gian aceitam mas Marius prefere continuar com sua atuação independente. *O Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*, de Roberto Pontual, informa que em 1966 Marius participa do XV Salão Nacional de Arte Moderna, talvez sua última incursão no mundo da pintura.

Em 1965 a editora Civilização Brasileira já havia se estabelecido no mercado editorial como uma das melhores. Ênio Silveira era reconhecido pela sua postura ousada, tanto como ativista de idéias políticas de esquerda como pelo seu papel de editor e empresário bem sucedido. Seus livros lideravam no mercado não só pela qualidade dos textos mas sobretudo pela inovação visual de suas capas. Quando Marius faz contato com Ênio oferecendo seus serviços de design gráfico, logo o Estúdio Gráfico passa a ser o principal prestador de serviços desse gênero até os primeiros anos da década de 1970.

Embora bastante diferentes na sua maneira de projetar, no conjunto o trabalho de Marius e Hirsch guardam semelhanças. Um dos aspectos que merece atenção é o fato de que a tipografia das capas quando não era composta tradicionalmente, era desenhada ou fotografada de catálogos. É o caso do livro *México Rebelde*, projetado por Marius. Nesta capa a tipografia usada para o título vai ser encontrada na página 96 de *Lettera 1, a Standard book of fine lettering* um livro de 1954 que se encontra em uso até hoje. Se Hirsch tende a explorar mais a ilustração pincelada a mão livre e o *lettering* gestual, Marius prefere imagens fotográficas

especialmente em alto contraste, mas compostas como se tivessem sido carimbadas também de forma nada ortodoxa.

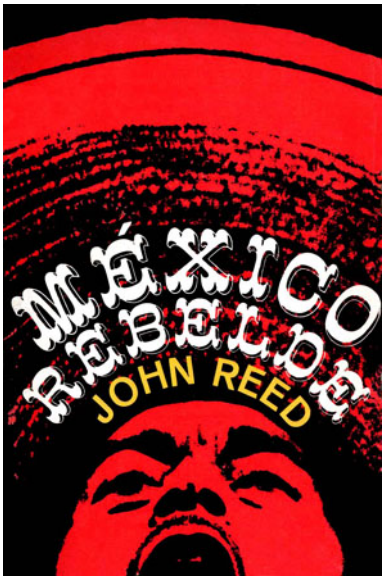

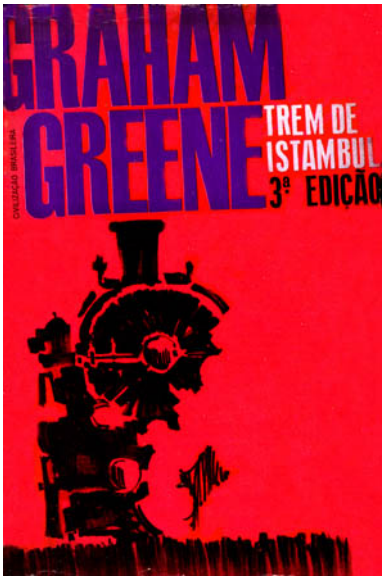

Capas de Marius Lauritzen Bern 1968 e 1966

No livro *A Equipe de Gideon*, é usada uma imagem em alto contraste, que domina toda a página. Essa imagem, uma reprodução parcial da foto do americano Wynn Bullock, foi tirada da página 3 do livro *The Family of Man*, catálogo da exposição criada por Edward Steichen para o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque em 1955. O efeito do alto contraste em preto sob o fundo branco cria uma espécie de textura, que é rasgada por uma área em branco, como uma fenda, onde se inscreve o título em dourado. Logo abaixo da fenda, na qual aparece em preto o nome do autor na mesma família do título, está um ponto vermelho irregularmente redondo, como se fosse papel rasgado. O ponto e a fenda formam um sinal de exclamação. Assim, o olhar do usuário é direcionado verticalmente para baixo, onde está a figura de uma criança nua deitada de bruços, fechando a composição.

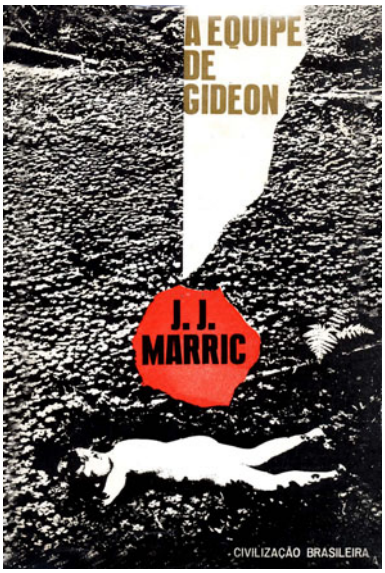

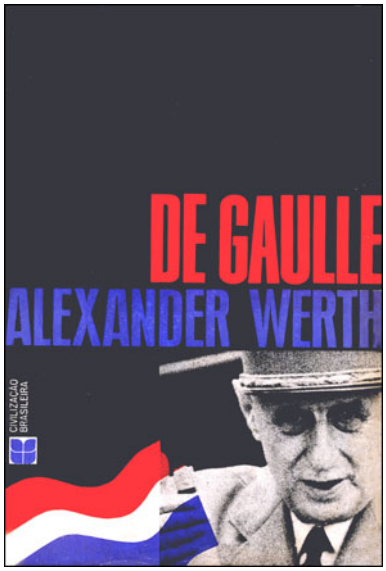

Capas de Marius Lauritzen Bern 1967.

Em outro livro, intitulado *De Gaulle*, vemos a excelente solução usada por Marius na resolução de um problema bastante comum, que é o uso de imagens de baixa resolução. Nesse caso o designer consegue compensar os cortes duros da foto do presidente francês através da diagramação. Sangrando a foto monocromática no canto inferior direito, ele adiciona pelo lado esquerdo tarjas onduladas nas cores nacionais da França – o azul, o branco e o vermelho –, que remetem ao movimento de uma bandeira que penetra na foto, atenuando o corte reto da fotografia, criando uma sensação de continuidade. Acima, a foto é cortada pelo nome do autor, que por sua vez tem por cima o título.

Durante a segunda metade dos anos 1960, quando a identidade visual da editora de Ênio já se encontra amadurecida, é Marius quem recebe a encomenda de desenvolver uma marca para a editora. O conceito desenvolvido por Marius para o símbolo, conforme ele mesmo explica, foi conjugar a forma das letras C e B com a idéia de um livro com as páginas abertas, inscritas num quadrado, o que facilita a sua aplicação no sentido horizontal ou vertical sem alterar o significado. A nova marca começa a ser usada a partir de 1967, mas sempre de uma forma bastante livre, como já foi explicado. Durante os anos subseqüentes ela tornou-se famosa junto com a luta da editora para sobreviver ao regime militar. Graças a seu desenho pregnante não apenas os livros mas qualquer material gráfico da editora passou a ter uma identificação visual mais imediata.

Capas de Marius Lauritzen Bern 1966 e 1967

Através de seu escritório, Marius produziu muito mais do que somente capas de livros para a editora. Além do famoso símbolo da própria Civilização Brasileira é de sua autoria a marca da editora Paz e Terra, também de propriedade de Ênio. Em seu Estúdio Gráfico foram projetados cartazes, anúncios para jornal e revista, e papeis em geral. Apesar dos inúmeros registros colhidos sobre esse tipo de material, a pesquisa manteve o seu foco principal nos livros produzidos. Mas vale lembrar o projeto de re-design da *Revista Civilização Brasileira* que foi usado até o final desse periódico de cultura e política.

O legado da Civilização Brasileira

Em 1968, Marius fecha seu estúdio e transfere-se para a agência de publicidade Publigraf, que segundo depoimento do próprio, pertencia à Civilização Brasileira e tinha Dias Gomes como diretor de criação. Esta é uma fase em que a produção da editora Civilização Brasileira sofre forte queda em função de sansões e confiscos de sua produção por parte do governo militar, bem como as freqüentes prisões de seu dono.

Entretanto, o legado desta casa-editora permanece. Seus livros produzidos a partir de 1959, possuem uma grande unidade visual que os distingue até hoje. As capas ajudaram a criar para a editora uma identidade visual forte, fato inédito na época. Se a editora Civilização Brasileira conseguiu atingir um alto índice de comunicação com o público, foi devido, em grande parte à importância que deu ao design de seus livros. Isso, no entanto, só foi possível graças a um intenso investimento de Ênio Silveira na execução do seu projeto editorial, apostando na cultura brasileira e rejeitando os modelos estrangeiros.

Avaliando as capas da editora como um todo, a designer Moema Cavalcanti assim se expressou:

> *Elas chamavam atenção para os livros, sem dúvida, mas também mostraram que havia alguém que cuidava do livro, havia ali uma profissão, um pensamento, uma pessoa. O livro deixa de ser anônimo do ponto de vista gráfico. (LEON, 1991: 113)*

Este "alguém que cuidava do livro" como se refere Moema Cavalcanti foi acima de todos o editor Ênio Silveira. Por um lado, ele construiu na Civilização Brasileira um discurso institucional de natureza progressista valorizando a ousadia, inovação, disseminação cultural, liberdade intelectual e a quebra de cânones tradicionais. Por outro, promoveu através da linguagem visual gráfica a intensidade estética, experimentação gráfica, diversidade formal e expressividade conceitual. A articulação entre estas duas instâncias de comunicação resultou num projeto editorial que prima pela originalidade e consistência.

Infelizmente após longos anos de pesados prejuízos financeiros, provocados pela ditadura militar, como forma de quebrar a força de iniciativa tão característica de Ênio na administração de seus negócios, ficou impossível para a editora Civilização Brasileira manter o mesmo vigor do início dos anos 1960. Assim, a partir da década de 1970, observa-se uma gradativa queda na qualidade visual de sua produção. Em 1982, após um acordo operacional com a Difel (Difusão Européia do Livro), 90% das ações da Civilização Brasileira foram vendidas para o banco Pinto de Magalhães, de capital português. Nos anos 1990 o grupo ao qual pertencia a Civilização Brasileira foi comprado pela editora Record. Ênio Silveira, entretanto, continuou a trabalhar na editora até o fim de sua vida, vindo a falecer em 1996.

Referências bibliográficas

ARAÜJO, E. (1986). *A construção do livro. Princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ARMIN, H. e STOCKER, A. (1972). *Lettera 1, a standard book of fine lettering*. Teufen: Arthur Niggli.

CASTRO, R. (2001). *O homem que revolucionou as capas de livros*. In **O Estado de S. Paulo**, 29 set., Caderno 2.

CLÁUDIO, J. (1978). *Memória do Atelier Coletivo*. Recife, 1952-1957. Recife: Artespaço.

CLUBE DOS DIRETORES DE ARTE DO BRASIL. (1967) *Anuário de Arte Visual do Brasil*. Rio de Janeiro

COLONETTI, A. (1987). *La gráfica difusa*. In **Linea Grafica**, novembro, p. 14-27.

EPSTEIN, J. (2002). *O negócio do livro*. Rio de Janeiro: Record.

ESCOREL, A.L. (1974). *Brochura brasileira: objeto sem projeto*. Rio de Janeiro: José Olympio.

FÉLIX, M. (1998). *Ênio Silveira, arquiteto de liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FERREIRA, J.P. (ed.). (1992). *Ênio Silveira. (Editando o Editor)*. São Paulo: Edusp.

HALLEWELL, L. (1985). *O livro no Brasil*. São Paulo: T.A Queiroz.

KNYCHALA, C.H. (1983). *O livro de arte brasileiro.1-Teoria, História, Descrição 1808-1980*. Rio de Janeiro: Presença.

LEON, E. (1991). *Eugênio Hirsch, o cigano das capas.* **Design&Interiores,** n.27, jul-ago, pp. 111-114.

LIMA, G. S. C. ; MARIZ, A. S. . **Uma nova abordagem para o design do livro brasileiro: a experiência da editora Civilização Brasileira**, 1950-1960.. In: I International Conference of Information Design, 2003, Recife. *Proceedings of the I International Conference of Information Design*. Recife : SBDI, 2003. v. 1. p. 1-12.

_____. **A tragetória de Marius Lauritzen Bern na Editora Civilização Brasileira**. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e a História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e a Hisória Editorial*. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa e UFF, 2004. v. 1. p. 1-9.

PAIXÃO, F. (ed.). (1996). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática.

PONTUAL, R. (1969). *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANDBURG, C. (1955) *The Family of Man*. Nova Iorque: The Museum of Modern Art.

As entrevistas com Thiago de Mello, Lea Caulliraux, José Elias Salomão, Martha Verschleiser e Marius Lauritzen Bern foram feitas por Ana Sofia Mariz, entre 2002 – 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Estado do Paraná, a Educação e a Implementação das Diretrizes da Lei 5692/71: apontamentos sobre o processo

Nadia G. Gonçalves*

Resumo:

O presente trabalho propõe-se a discutir como, nas Mensagens dos governadores do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa, nas décadas de 1960 e 1970, são abordadas as seguintes questões: papel do Estado frente à Educação; e, quanto à lei 5692/71, suas diretrizes quanto à reorganização do ensino de 1º e 2º graus e seu processo de implementação. Pode-se destacar a permanência, nas Mensagens, em relação aos aspectos de expansão do sistema escolar, desenvolvimento e modernização administrativa. Depois da promulgação da lei 5692/71, nota-se maior detalhamento e sistematização no tratamento do tema, nas Mensagens, em um esforço de evidenciar-se o planejamento estatal e sua eficiência. Porém, não são abordadas as dificuldades de implementação dessas metas de modernização, e limitações na implementação das diretrizes da lei, em grande parte justamente por deficiências no aparelho estatal.
Palavras-chave: Lei 5692/71, Estado, desenvolvimentismo, reformas educacionais, Paraná.

Abstract:

The purpose of this paper is to discuss how, in the Communiqués of the governors of Paraná State to the Legislative Assembly in the nineteen sixties and seventies, the following matters are dealt with: the role of the State in Education; and, concerning Law number 5692/71, the directives for the reorganization of primary and secondary education and its implementation process. We may highlight the ongoing theme in the Communiqués concerning aspects of expansion of the school system, development and administrative modernization. After Law 5692/71 had been passed, greater detailing and systematizing can be seen when dealing with this issue in the Communiqués as an effort to show State planning and its efficiency. However, the difficulties of implementing these goals of modernization and the limitations of the implementation of the directives of the Law are not dealt with, mostly because of limitations in the State apparatus.
Key words: Law 5692/71, State, development, educational reform, Paraná State.

Neste trabalho discute-se como, nas Mensagens dos governadores do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa, nas décadas de 1960 e 1970, são abordadas as seguintes questões: papel do Estado frente à Educação; e, quanto à lei 5692/71, suas diretrizes quanto à reorganização do ensino de 1º e 2º graus e seu processo de implementação.

A fonte principal é o discurso que cada governador faz na primeira sessão do ano, à Assembléia Legislativa estadual. Essa fala constitui-se, em geral, de uma abertura, em que é feito o balanço geral sobre as atividades desenvolvidas no ano anterior, e de relatório com

* Universidade Federal do Paraná (DTPEN/PPGE). E-mail: nadia_ggoncalves@ufpr.br

dados mais pormenorizados sobre as diferentes áreas de atuação do Estado, entre as quais, a Educação.

Para análise das Mensagens, o pressuposto essencial "é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*" (CARDOSO e VAINFAS, 1997: 377, itálicos no original). Trata-se de relacionar texto e contexto: "buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos" (p.378).

Pierre Bourdieu, com a teoria dos campos, enfatiza este enfoque relacional, visando a demonstrar o sistema de relações existentes nos espaços sociais e sua dinâmica:

> *[...] a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço) (1990: 26).*

Bourdieu ressalta ainda as limitações de entendimento e de ação sobre uma dada realidade e os determinantes histórico-sociais que pesam sobre ela – embora considere que esta limitação configura, mas não determina a ação, sendo, porém, suficiente para criar padrões de comportamento.

A Educação nas décadas de 1960 e 1970, no Paraná, nas Mensagens dos governadores

Um dos aspectos presentes nas Mensagens, é a necessidade de modernização administrativa do Estado, justificada por sua ineficiência estrutural:

> *Entendeu o Govêrno fixar-se naqueles problemas que a conjuntura apontava como os de maior importância para a administração e que representavam, como em parte ainda representam, verdadeiro desafio à máquina administrativa esclerosada e obsoleta que encontramos, incapaz de dar condições, quer ao servidor público de melhor servir, quer ao Estado de servir-se dela para complementar o esforço do setor privado, com o mínimo indispensável à liberação dos pontos de estrangulamento que estavam sufocando a expansão de novas energias criadoras da coletividade, quanto mais para criar estímulos ao labor produtivo do povo. (Ney Braga, in PARANÁ, 1965:IX)*

Um elemento identificado em todas as Mensagens é a função da Educação, neste processo: colaborar para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, em especial nos aspectos econômico e social. Para tanto, é ressaltada a necessidade de expansão do sistema de ensino, em todos os níveis.

Na década de 1960, o papel da Educação está intimamente relacionado à formação de mão-de-obra qualificada:

> *O atual Govêrno do Paraná, por sinal, encara a Educação não só como um dever do Estado, mas inclusive como um fator de desenvolvimento econômico, pelo que pode representar como qualificação do trabalho humano, abrindo novas perspectivas do emprego especializado. (Ney Braga, in PARANÁ, 1965:86)*

> *Êste é um dos pontos básicos, a que o atual Govêrno quer emprestar a sua melhor atenção, para poder dar uma contribuição positiva, eficiente e duradoura ao esforço regional pelo desenvolvimento. Ao lado da alfabetização em massa, o Govêrno quer dar ao ensino técnico maior ênfase que a qualquer outro. (Paulo C. Pimentel, in PARANÁ, 1966:XVI)*

Na década de 1970, a relação da educação com o desenvolvimento aparece também com ênfase no âmbito sócio-cultural:

> *No setor da Educação e Cultura (...), o Governo esteve perfeitamente à altura das novas situações geradas na sociedade paranaense, em rápido desenvolvimento e, por isso mesmo, mais aguçada em suas aspirações de instruir-se e de bem preparar-se para o domínio das técnicas, ciências e artes. (Emílio H.Gomes, in PARANÁ, 1975:XII)*

> *A relação altamente positiva entre nível de escolaridade e renda é indicador de que a educação se constitui um fator de alta significação a ser considerado em qualquer política governamental que vise ao desenvolvimento social e, mais especificamente, à elevação da qualidade de vida das populações menos favorecidas. (Ney Braga, in PARANÁ, 1980:47)*

A reforma do ensino de 1º e 2º graus é abordada em todas as Mensagens, a partir da de 1972. Os comentários referem-se ao processo de implementação de suas diretrizes:

> *No setor da educação e cultura, o ano de 1971 caracterizou-se pelas providências iniciais para compatibilizar o funcionamento da rede estadual de ensino à filosofia e aos mandamentos da Lei Federal nº 5.692, [...] que estabeleceu novas normas e diretrizes para a educação nacional.*
>
> *Foi instituído um Grupo de Assessoria e Planejamento – GAP, na Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de planejar e implantar a reforma do ensino no 1º e 2º graus, nos moldes previstos pela nova legislação federal. Do trabalho do GAP resultou um Planejamento Prévio, documento aprovado, com recomendações, pelo Conselho Estadual de Educação. (Pedro V.P. de Souza, in PARANÁ, 1972:61)*

O GAP elaborou o "Documento-Base para o Planejamento Prévio para Implantação do Sistema de Ensino de 1º e 2º Graus" (1971), considerando as metas estabelecidas pelo Plano Setorial de Educação e Cultura para 1972 a 1974, a saber:

> *a) expansão da rêde escolar, de modo a atender um mínimo de 80% da população de 7 a 14 anos; b) extensão da escolarização na zona rural, tendo em vista o ensino fundamental; c) extensão gradativa da escolarização na zona urbana, visando o ensino fundamental; d) implantação do ensino de 1º grau, pelo menos, nas capitais dos Estados e Distrito Federal.*

> *Além do Triênio, até o final da década: a) atendimento integral da população na faixa etária de 7 a 14 anos; b) implantação do ensino de 1º grau em todo o Território Nacional. (PARANÁ, 1971:259)*

Este Plano envolvia também um cronograma de acompanhamento aos Estados para reformulação curricular, e fases de execução do mesmo[1]. Assim, o GAP propõe um projeto de implantação das reformas educacionais, baseado em fases e grupos de municípios, organizados e selecionados por critérios demográficos, de recursos humanos e físicos, e de condições de acompanhamento, controle e avaliação. A operacionalização da proposta se daria da seguinte maneira:

> *A primeira fase seria desencadeada através da implantação das 1ªs, 5ªs e 6ªs séries do ensino de 1º grau nas áreas piloto, funcionando as 2ªs, 3ªs, e 4ªs do ensino primário e 2ªs e 4ªs do ginasial, com currículos adaptados.Na segunda fase, articular-se-iam as séries já implantadas com as subseqüentes, reduzindo-se o currículo antigo às 3ªs e 4ªs do primário e 4ªs ginasial; em seguida estariam funcionando apenas as turmas de 4ª séries primárias, que desapareceria, finalmente na quarta fase, quando estariam funcionando integralmente os novos currículos do ensino de 1º grau. E em cada abertura de etapa de expansão seria inaugurada a primeira fase de expansão.*
>
> *Do mesmo modo, as metas de escolarização serão ampliadas gradativamente. Os estudos preliminares revelaram déficits absolutos de vagas bastante grandes nos maiores centros urbanos e recursos escassos para superá-los; assim, torna-se necessário escalonar a expansão quantitativa nas quatro fases de modo a tentar alcançar uma taxa média de escolarização de 95% do grupo etário urbano de 7-14 anos.*
>
> *Assim, as prioridades para construções e equipamentos de escolas deverão ser estabelecidas segundo os esquemas de etapas de fases descritas. (p.266-267)*

Nas Mensagens dos anos seguintes, são apresentados informes sobre as etapas de implantação da reforma, ressaltando-se os quantitativos, que evidenciam a expansão do sistema de ensino, que vinha ocorrendo desde a década de 1960. Por exemplo, em 1967, entre todas as dependências administrativas, eram atendidos 825.913 alunos no Primário, passando-se a 1.223.797 em 1980 (1ª a 5ª séries).

A necessidade de uma reforma administrativa também é evidenciada, agora como decorrente da reforma do ensino:

> *Foi a Lei nº 5.692 com seu caráter de atualização do sistema de ensino de 1º e 2º graus que impôs uma nova atitude, fazendo com que a estrutura do planejamento educacional passasse a ser vista como um sistema mais amplo que deve prever e esquematizar estrategicamente as decisões sobre recursos, organização pedagógica e administrativa a serem adotadas na condução do processo educacional global. (Emílio H. Gomes, in PARANÁ, 1975:91)*

[1] A própria lei 5692/71 estabelecia, em seu artigo 72, que "a implantação do regime instituído na presente Lei far-se-á progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação que deverá seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele, e disciplinar o que deva ter execução imediata".

Neste caso, o Plano Estadual de Educação, estabelecido para o período de 1973 a 1976, traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento de todos os graus de ensino, quanto a construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares e de um Sistema de Informações Educacionais, entre outros.

Em consonância com o discurso identificado nas Mensagens, o GAP, quando da análise da situação do sistema educacional para o planejamento das reformas educacionais, já havia alertado para as limitações do aparelho de Estado neste processo:

> *Sabe-se que a organização administrativa atual já se mostrava insuficiente e até inócua diante do sistema anterior; o que é proposto daqui por diante pressupõe padrões ainda mais eficientes do que os desejáveis até há pouco. E já não basta afirmar que não se dispõem de estruturas adequadas para enfrentar os graves problemas acumulados; é necessário criá-las o mais prontamente. Ou seja, ter-se-á que aceitar o desafio de transformar o necessário em possível. (PARANÁ, 1971:262-263)*

Nas Mensagens não há indicações sobre os problemas enfrentados na implementação da reforma educacional e administrativa, que podem ser percebidos por outros registros, como pela avaliação feita por professores, nas escolas que foram alvo da etapa-piloto de implantação da lei, pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais:

> *Parecem situar-se num nível mais baixo de implantação os aspectos mais elaborados e inovadores da lei. Particularmente alarmante é a posição do objetivo "Proporcionar critérios para a efetivação do princípio de concentração e racionalização na estrutura e funcionamento do ensino de 1º Grau", a respeito do qual os informantes opinaram que a escola não adquiriu melhores condições de trabalho, após a implantação da lei, quer nos aspectos técnicos, docentes, administrativos, físicos ou materiais. (WACHOWICZ e CARVALHO, 1974:110-111).*

Outro exemplo está em uma palestra proferida pelo coordenador do GAP, Divonzir Gusso, em 1972:

> *Esse tipo de implantação evidentemente, não é fácil, todos nós sabemos. Nós temos procurado, no máximo, atender alguns critérios como sejam, os de possibilidade de controle. Uma das queixas maiores que há por parte de todos aqueles que estão empenhados na reforma, é a do suporte logístico, a do suporte técnico-administrativo. Não podemos fazer, e temos certeza que isso não é uma tarefa de curto prazo, montar isso – está naquela figura que fizemos de início, não podíamos montar, da noite para o dia, uma máquina administrativa eficientíssima que resolvesse todos os problemas decorrentes das nossas idéias sobre o que deva ser o sistema.*
>
> *Estamos tentando fazer alguma coisa, estamos tentando modificar lentamente a estrutura administrativa da Secretaria e dos seus órgãos de apoio e em virtude disso, nós esperamos que a medida que esta reforma administrativa vá adquirindo feições próprias, vá adquirindo as suas características de eficiência, nós possamos, então, contar com aqueles mecanismos de orientação e controle que são*

> *necessários para a efetivação da reforma, por isso ela é um pouco talvez lenta no início [...] (1972:8-9).*

Além de ressaltar a preocupação com as dificuldades e limitações da Secretaria da Educação, no suporte da implementação das reformas, este trecho ilustra outro aspecto relacionado não só à idéia de racionalização, mas ao controle do processo, ou seja, à importância dada a este aspecto, pelo GAP.

Neste sentido, deve-se lembrar que avaliação, acompanhamento, supervisão e controle são elementos característicos, não só da lógica de planejamento, racionalização e modernização administrativas, que já vinham sendo indicadas nas Mensagens desde a década de 1960. Todos esses elementos, mas principalmente o controle, se fortalecem como necessidade administrativa, a partir do golpe militar, aliados aos argumentos da segurança nacional, caracterizando a tendência mais centralizadora das políticas do período.

Algumas considerações sobre a Educação e a lei 5692/71, no Paraná, nas Mensagens dos governadores

Um aspecto que se destaca, na leitura das Mensagens, é a ênfase ao desenvolvimento, à modernização, à racionalização e ao planejamento do Estado, como elementos constantes, não somente se referindo à Educação, mas também a ela, e com mais força, a partir de 1971.

Este tipo de discurso permeia as mensagens do período, e parece ser um esforço legitimador das ações dos governos militares e das reformas administrativas estabelecidas no período, com maior ênfase no planejamento na década de 1970, entendido como elemento decisivo na eficácia da ação do Estado (TRINDADE e ANDREAZZA, 2001:115).

Por outro lado, Oliveira (2001) indica que, apesar desse discurso visando ao desenvolvimento do Estado permear todo o período militar, ele tem início mais efetivo, no Paraná, em 1961, a partir da administração Ney Braga. Devido aos temores de quebra de unidade territorial, fruto de uma série de eventos relativamente recentes na sua história, e de evasão de divisas, começa a ser gerado no Paraná um projeto de industrialização do Estado.

Segundo o autor, Ney Braga assumiu tal projeto, enfatizando a racionalização da máquina administrativa, a fim que esta pudesse impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado, e o discurso desenvolvimentista, então em destaque no plano nacional, encontrou ampla ressonância no Paraná, que investe pesadamente em infra-estrutura, em especial por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Codepar). No caso

específico da Educação, é criada a Fundação Educacional do Estado do Paraná – Fundepar – em 1962, para administração do Fundo Estadual de Educação.

A Educação, neste contexto, é compreendida como elemento de base para o desenvolvimento, para possibilitá-lo, daí ser agregada à preocupação, por meio, inicialmente, da ênfase em sua expansão.

Quanto aos efetivos avanços em direção à almejada racionalização e à modernização da máquina administrativa, nas Mensagens não aparecem os problemas relacionados a essa questão, o que pode ser identificado por meio de outras fontes. Há que considerar, neste caso, tanto o papel que as Mensagens cumpriam, no sentido político, o balanço de realizações anuais, quanto no histórico, de registro de gestão, sendo assim compreensível a omissão ou minimização das dificuldades, ao menos daquelas decorrentes da própria gestão, uma vez que as dificuldades conjunturais sempre são mencionadas. Mais uma vez, a questão das representações deve ser considerada.

A lei 5692/71, embora traga a necessidade de mudanças estruturais no sistema educacional, parece vir ao encontro de uma tendência que já se desenhava na política educacional paranaense, como quando estabelece como um dos objetivos do ensino de 1º e 2º graus, em seu artigo 1º, a qualificação para o trabalho, além de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, [...] e preparo para o exercício consciente da cidadania", ou ainda quando estabelece a necessidade de expansão do sistema de ensino, embora esta expansão parecesse mais confortável quando feita sem a pressão da lei, mas como realização espontânea do governo estadual.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BOURDIEU, Pierre. **Lições da aula.** São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ (Orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 375-399.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

GUSSO, Divonzir. **Palestra proferida no III Encontro de Secretários da Educação e Cultura, realizado de 9 a 14 de Julho de 1972**. Mimeo.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PARANÁ. **Mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1961 a 1980.

_____. **Documento-base para o planejamento prévio para implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus**. Curitiba: Fundepar, 1971.

_____ Secretaria de Estado do Planejamento. **Estatísticas Educacionais no Paraná (1971-1981)**. Curitiba: SEP, 1982.

TRINDADE, Etelvina M.C. e ANDREAZZA, Maria L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, Lílian A. e CARVALHO, Maria H. S. O. (coord.) Avaliação da implantação da reforma de ensino de 1º grau nos municípios-piloto do Estado do Paraná. **Currículo**, Curitiba: MEC/ Inep/ SEED-PR/CEPE, n.11, dez/1974.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociabilidades juvenis nos anos 1920.

Pedro Vilarinho Castelo Branco[1]

Resumo: A presente comunicação tem como proposta discutir as sociabilidades juvenis em Teresina nos anos 1920, período caracterizado por significativas mudanças no viver cotidiano da cidade. As transformações eram percebidas especialmente no que se refere ao incremento na oferta de escolarização, na instalação de salas de projeções cinematográficas, na criação do passeio público e nas atividades esportivas. Os novos produtos culturais traziam consigo propostas de redefinir os corpos e de reinventar as fases da vida. Na análise utilizaremos textos de literatos formados pela Escola de Direito do Recife, onde tratam das sociabilidades modernas, assim como, crônicas e artigos de jornais.
Palavras chave: juventude, sociabilidades, catolicismo.

Abstract: To present communication has like proposal discuss the youthful sociabilities in Teresina in the years 1920, period characterized by significant changes in live routine of the city. The transformations were perceived especially in what refers to the development in the offering of education, in the cinematographic projections rooms installation, in the creation of the public walk and in the sporting activities. The new cultural products brought with himself proposals of redefine the bodies and of reinvent the phases of the life. In the analysis we will utilize texts of learned formed by the School of Right of the Recife, where try the modern sociabilities, as well as, chronic and articles of newspapers.
Key Words: youth, sociabilites, Catholicism.

No presente texto, analisaremos como a sociedade foi, nas décadas iniciais do século XX, construindo novas imagens e propostas para a formação da mocidade. Ao lado de um discurso preocupado com a formação escolar, ganham corpo outras elaborações discursivas que procuravam definir as práticas mais adequadas para a vivência da mocidade. O que observamos é a criação da juventude como campo de disputas entre propostas emitidas pelas revistas de moda, pelas fitas cinematográficas, por cronistas sociais e as propostas emitidas por literatos ligados ao pensamento católico de inspiração Ultramontana.

O cinema e as revistas de moda, produzidas em áreas mais dinâmicas do capitalismo, mostravam modelos de vivência da juventude ousadas, abertas às novidades, ficando explicita a relação entre juventude e a idéia de transgressão de valores tradicionais. Ser jovem deveria ser cada vez mais se identificar com nova mentalidade, marcada pelo progressivo prestígio da prática de esportes, do uso de novas vestimentas leves e coloridas,

[1] Doutor em História, Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, Agência Financiadora – FAPEPI.

em saber dançar os novos ritmos agitados; era, enfim, assumir postura vivaz, elétrica. Tudo o mais que não se enquadrasse na definição anterior passa, então, a ser percebido de forma pejorativa, como sendo velho, decrépito, impotente (SEVCENKO, 1992: 34).

Enquanto as roupas do início do século XX acentuavam as diferenças entre homens e mulheres, marcando as distinções e os papéis na sociedade, as novas modas aproximavam os sexos, causando, para os mais conservadores, confusão entre as identidades masculinas e femininas (BESSE, 1999:13-40). As estrelas cinematográficas agora davam o tom do que seria chique e moderno e os cronistas de jornais problematizavam e prescreviam em crônicas os novos modelos de vestuário, os cortes de cabelo, as posturas em público, que seriam adequadas. As jovens, que não se enquadrassem no rigor da moda, eram percebidas como provincianas, que não se permitiam ousadias:

> *Silenciosa, caminhando vagarosamente, passa mademoselle [...]*
> *Nos seus olhos, deve estar esculpida uma mágoa profunda.*
> *Ela não freqüenta as reuniões da sociedade, o seu temperamento vive em desacordo com as modernices da época atual.*
> *Vestidos curtos, colados no corpo, cabelos a la garçonne, decotes são futilidades que vivem em completo desacordo com as suas idéias. E é na doce ilusão de que a moda antiga volte, que vive mademoselle (O PIAUÍ, 1926a: 4).*

Ser melindrosa e ser almofadinha eram padrões que deveriam ser seguidos pelos jovens que não quisessem ser rotulados de provincianos. Cada vez mais, os modelos de masculinidade e feminilidade se aproximavam dos contemporâneos presentes nas áreas centrais do capitalismo. A ruptura entre o passado e o presente era notória. A juventude, melhor escolarizada, deveria ainda estar aberta ao novo, passando a ver com menos pudor e constrangimento a chegada de máquinas, que começavam a se impor ao cotidiano, a construírem novo padrão de vida e de consumo.

Outra problemática muito presente na escrita dos cronistas, diz respeito às relações afetivas entre os jovens, o enfoque da discussão direcionava-se ao flerte, prática moderna de namoro, tão ao gosto dos espaços de convivência social urbana, como o passeio público, os bailes e as salas de espera dos cinemas. Em 1919, Max Linder, cronista do jornal *O Piauí*, definiu a nova forma de namoro entre os jovens da seguinte forma:

> *O flerte é uma conquista da civilização, é o namoro chic, é o amor distração, que não se confunde nunca com o pieguismo de outrora. Começa por um olhar, um sorriso, uma palavra (...) a uma troca de expressões delicadas e enganadoras, de frases e promessas fingidas, e tem a duração efêmera de poucas horas, a delícia rápida de um instante. É a moda dos salões, uma instituição nos clubes, nos jardins, em qualquer parte, enfim onde haja moças e rapazes (LINDER: 1919, 02).*

O discurso anterior enfrentava a oposição dos católicos, que também buscavam definir quais caminhos deveriam ser seguidos pelos jovens, principalmente pelas mulheres. A prática católica terá como proposta a negação de modelos que não levassem em consideração os valores cristãos. Dessa forma, questionavam as propostas para a formação da juventude onde a idéia de Deus era desprezada, e combatiam igualmente as propostas modernas, elegendo a moda, as danças e o cinema como os alvos preferenciais.

Eles foram escriturando prescrições que tinham como objetivo definir os comportamentos compatíveis com a vivência da fé cristã. O alvo principal eram as mulheres, definidas como seres frágeis, "com *exaltada imaginação e natural pendor para o proibido*".(MARTINS: 1920, 17). Diante disso, os modelos católicos apontavam a modéstia, o acautelamento nas ações, o aborrecimento com as vaidades, o amor aos atos de piedade como práticas que deveriam se fazer presentes no cotidiano das jovens. O espaço da casa, onde deveria se dedicar aos familiares, a auxiliar a mãe na labuta cotidiana, seria o espaço por excelência da vida de uma moça cristã.

O modelo de feminilidade juvenil dos católicos via sempre com fortes restrições a freqüência aos bailes, onde as danças modernas se faziam presentes. Esses espaços marcados pelos contatos corporais, pelo risco das tentações e insinuações de desejos carnais não eram apropriados para moças de família que seguiam princípios cristãos e que pertenciam a associações religiosas, como As Filhas de Maria.

> *Sentir-se a Filha de Maria no seu verdadeiro papel, permitindo-se danças levianas e até indecorosas? Poderá ela guardar sobre seu coração a sua medalha, quando o seu vestuário atestar o esquecimento do que seja o pudor de uma cristã? Que se poderá dizer de uma Filha de Maria que escandalize pelos seus trajes? (MANUAL: 1936, 45).*

A jovem católica não deveria se entregar às vaidades, às modas que procuravam enaltecer partes do corpo feminino, despertando, nos homens, desejos. O corpo teria que ser percebido como a morada do Espírito Santo e, como tal, deveria ser respeitado, com práticas que demonstrassem recato e pudor. É o que se observa numa paródia elaborada pelas moças internas do Colégio Sagrado Coração de Jesus, satirizando os objetivos disciplinares do Colégio católico:

> *Garotinhas internas, meninas das freiras.*
> *Somos todas do Colégio Sagrado Coração.*
> *Somos todas coradinhas como flor de algodão.*
> *Não vamos nunca ao cinema, e não pintamos os lábios.*
> *Nem as faces, não usamos jóias para não atrair (CARVALHO: 2002, 07).*

O texto citado por Miriam Carvalho mostra facetas do código disciplinar imposto às alunas do Colégio de Freiras, ilustrando o modelo de feminilidade católico. Não usavam maquiagem, não iam ao cinema, não pintavam os lábios, não usavam jóias, sempre com o objetivo de não parecerem vaidosas, de diminuir os atrativos corporais.

Na prática escriturísitica dos católicos, o acesso a determinados espaços de lazer como o cinema, também deveriam ser restritos. A sala escura dificultava a observação dos comportamentos, os enredos dos filmes enalteciam modelos femininos marcados pela vaidade, pelo mundanismo, mostravam cenas de contatos afetivos, onde a libido era exaltada por cenas de beijos, de insinuações de contatos íntimos, em síntese, onde comportamentos modernos e contrários aos princípios católicos de pudor e recato eram enaltecidos.

O que podemos deduzir das colocações feitas até aqui, é que rapazes e moças se tornavam alvo de propostas conflituosas que procuravam definir como deveria ser a vivência da juventude. Tal processo estava ligado diretamente ao crescimento do intercâmbio entre Teresina e a dinâmica comercial e cultural do restante do país. O cinema ganha espaço próprio, a Praça Rio Branco se torna um passeio público, com jardins e iluminação elétrica, onde os jovens passam a fazer o footing às quintas-feiras e aos domingos. O entorno da Praça ganha alguns bares e cafés, onde a sociabilidade familiar se desenvolve. Acrescente-se, às mudanças já elencadas, algumas novidades no setor educacional, como a criação da Escola Normal, com sua sede própria e alguns incrementos na oferta de educação secundária, e teremos o cenário urbano, onde circularão novas idéias vindas das áreas centrais do capitalismo.

Entre as novidades que chegam à cidade e que são consumidas pela população dos grupos de elite estão os produtos ligados a uma crescente indústria fonográfica. Os novos ritmos como o foxtrote, o jazz, o tango, o maxixe, aliados às vitrolas, possibilitam dar novo formato aos bailes e às danças. Os bailes, que sempre foram o espaço por excelência dos encontros e aproximações entre rapazes e moças (ARAÚJO: 1993, 354-367), ganham outros ritmos, mas não perdem sua função anterior, conforme expressa o cronista Glauco na crônica, *Leves, quase alados*. Em princípio, Glauco descreve certo estranhamento, diante de novos modelos femininos, que passam a se fazer presentes nos bailes, tais como as cores dos novos trajes das mulheres; comenta também o estilo não muito cortês de alguns rapazes à moda dos almofadinhas, ao se aproximarem das moças para dançar:

> *Foi num baile (...) eu estava meio entontecido pelas luzes, pelas cores das vestes femininas e pelo burburinho de vozes e de risos. (...) de súbito, porém, rompeu o Jazz saltitante, desvairado, numa mutação vertiginosa de sons em que guinchos, zurros, e todos os gritos bárbaros da natureza. E os rapazes se atiraram às moças (O PIAUÍ: 1926b, 04).*

Em momento seguinte, Glauco descreve os pares dançando e descobre que, mesmo com o ritmo agitado, os bailes continuam a cumprir sua função social de aproximar os casais de enamorados, momento de aproximação e até de romantismo:

> *Passavam pares enlaçados, uns aconchegados, outros afastados. Aqui era um par que vinha bailando leve, unido, elevado; ali outros que lá se iam indiferentes, atentos somente à cadência da música; além, outro que me atraía a atenção, porque ele se esforçava por se achegar, enquanto ela o repelia delicadamente.(O PIAUÍ: 1926b, 04).*

O jazz, o tango e outras danças modernas davam outro ritmo e padrão de contatos corporais entre os jovens. As quadrilhas, por exemplo, tão presentes nos bailes do começo do século em Teresina, não propiciavam contatos intensos.

A reação dos mais conservadores aparece nos jornais, em forma de cartas que expressam opinião contrária ao novo modo de dançar. Em 1920, uma senhora, identificada como mãe de uma jovem, escreve ao jornal *O Nordeste*, protestando contra as novas danças. Ela argumenta que os rapazes precisavam entender as diferenças entre os comportamentos aceitáveis nos cabarés e nos salões familiares, tendo em vista que os espaços eram diferentes, e as mulheres, nos dois espaços referidos, seguiam padrões morais muito diferentes e isso precisava ser respeitado. "*E é justamente por isso que o tango é dançado diferente nos salões de famílias e nos salões menos iluminados. E o que está se dando o que falar é querer se igualar tudo*".(O NORDESTE: 1920, 05)

A mãe argumenta ainda que os pais são também responsáveis pelo que está acontecendo nos bailes, acusa-os de negligentes com as filhas e apresenta a sua fórmula de educar a filha adolescente como um modelo possível e adequado:

> *Tenho uma filha de quinze anos, inteligente e muito viva, mas que, segundo o costume da terra, vai aos bailes e dança, aliás, muito, mas com um certo recato. Tem ordens minhas e de meu marido, muito severas, para se não deixar asfixiar pelos rapazes. Caso contrário, ela está avisada de que voltará, internamente, para o colégio por mais dois ou três anos. (O NORDESTE: 1920, 05).*

A formação moral recebida pela moça deveria ensinar-lhe a manter distância dos corpos masculinos, saber se comportar como mulher direita e evitar os excessos, no entanto, como reforço a essa formação, a mãe mantinha sob ameaça de penalizações disciplinares

qualquer excesso cometido pela filha. Dessa forma, o internato aparecia como punição às que se mostrassem fora dos padrões comportamentais esperados.

Nenhuma das propostas apresentadas aos jovens se torna hegemônica. O que vence é um reagrupar de idéias onde as mulheres adaptam as propostas das novas modas, assumindo padrões contemporâneos de vestuário, de apresentação corporal com os cortes de cabelos curtos e com outros requintes que não seriam deixados de lado pela vaidade feminina. Afinal de contas, as moças teriam que buscar o equilíbrio entre se mostrarem belas, arrumadas, e assim, à altura das concorrentes no mercado matrimonial, e ao mesmo tempo não parecerem vulgares ou excessivamente melindrosas.

Os bailes, o cinema, as novas danças, o passeio público são consumidos pela juventude, dentro dos limites que as circunstâncias, que a formação moral incorporada por eles no processo de escolarização, e que suas inclinações pessoais permitissem.

Consumidas por muitos e, por isso mesmo, assumindo parte importante na forma de subjetivação de muitas jovens, destacam-se as crenças e princípios religiosos. Cronistas da época, desolados, criticam o fato de a Praça Rio Branco ter ficado esquecida no dia da festa de Santa Inês, padroeira da Associação das Filhas de Maria, pois as moças estavam, na sua grande maioria, reunidas nas comemorações religiosas à jovem santa. O episódio é revelador da dimensão diversificada do consumo das propostas apresentadas. Em outras crônicas, a tentativa de moças em conciliar a vida festiva e mundana com as práticas religiosas é também expressa. Elas participam das festas religiosas e ao mesmo tempo do carnaval, vão ao cinema, não aceitando as proibições regulamentares das associações religiosas. É nesse contexto que podemos entender o relato do cronista do jornal *o Piauí* sobre o comportamento de uma Senhorita:

> *Mademoisele mesmo é um exemplo. Ainda outro dia, quando quis gozar a encantadora loucura pagã das festas de Momo, a quem foi que se dirigiu para poder ter, no pecado, a paz de espírito e a alegria da alma? Foi à sua consciência? Foi a seus pais?*
>
> *Não foi em São Benedito, em cuja Igreja nós a vimos entrar domingo de carnaval, à tardinha.*
>
> *Mademoisele rezou e depois foi à festa dos Fanfarrões (O PIAUÍ: 1926c, 04)*

O comportamento da referida senhorita que não abria mão de se subjetivar como uma mulher religiosa, apegada aos valores cristãos, mas que, ao mesmo tempo, assumia padrões modernos, no vestuário e na forma como participava das festividades consideradas mundanas pela Igreja, parece ser o caminho de subjetivação mais presente no meio feminino.

As estratégias mais intransigentes usadas principalmente pela Igreja Católica, que procurava homogeneizar os comportamentos femininos, afastando as mulheres de espaços considerados como impróprios para elas, como o carnaval e os cinemas, é que parecem ter sido, muitas vezes, desrespeitadas. O caso comentado pelo redator do jornal *O nordeste*, da moça associada às Filhas de Maria, que deixou a congregação, depois de ter sido punida por participar de festas carnavalescas mostra que a Igreja tinha grande influência sobre os comportamentos das mulheres, que, em grande parte, aceitarão as idéias católicas e se subjetivarão como mães e esposas devotadas à família. Elas, porém, não abriam mão, particularmente enquanto solteiras, de participar dos momentos de convivência social onde rapazes e moças podiam se encontrar e começar algum tipo de aproximação.

As mulheres parecem consumir muito mais que os homens as idéias de disciplina, de recato. As vigilâncias diminuem até porque a dinâmica social moderna exige que elas freqüentem os espaços públicos, que saiam de casa para ir às escolas, e a outros locais de sociabilidade familiar. Se, muitas vezes, a presença de familiares acompanhando as moças mostra a continuidade de práticas tradicionais, e uma certa desconfiança na eficácia das novas estratégias disciplinares, as oportunidades de burlar essa vigilância familiar se multiplicam.

No entanto, para as mulheres terem a oportunidade de freqüentar e se movimentar nos espaços públicos, foi preciso que elas se subjetivassem como mulheres disciplinadas, que a todo o momento dizem por suas posturas e comportamentos corporais que são mulheres direitas, moças de família, sérias e que devem ser respeitadas e tratadas como tal. Incorporar essas posturas seria fundamental para as mulheres se distinguirem, no meio social, daquelas que não se enquadrassem no modelo de moça de família.

Era preciso que as mulheres estivessem atentas aos comportamentos, pois, para elas, os riscos de algum prejuízo moral sempre existia, tendo em vista que, exagerar no flerte, brincar com vários rapazes em uma mesma tarde de passeio, era interpretado como comportamento inadequado para moças de família, flertar excessivamente, sem constância nos pares, era, para alguns cronistas, um sinal de hipocrisia, o que não era aconselhável a uma moça.

> *E então não é hipocrisia? E então fazer o flerte com dois, três, cinco, inúmeros rapazes, finalmente, é um procedimento impecável? Quem diria? Ninguém, talvez eu, por exemplo, julgava o seu temperamento diferente (O PIAUÌ: 1926d, 04).*

Quanto aos rapazes, os avisos, os interditos, as preocupações com os limites aceitáveis nos contatos corporais, ao que tudo indica, não faziam os mesmos efeitos.

Acostumados a não obedecer a limites rígidos, eles dão continuidade a velhos hábitos de saídas noturnas, de uma vida mais folgada, onde as brincadeiras, a freqüência a bailes de subúrbios e mesmo de cabarés, tudo isso, aliado, ou não, ao consumo de bebidas alcoólicas, parece fazer parte da subjetivação masculina.

O importante era que percebessem os limites dessas relações, que distinguissem entre as moças de família reservadas ao casamento e as outras, com as quais teriam a liberdade de se envolver sexualmente, desde que não se comprometessem emocionalmente.

Referências bibliográficas.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 354-367.

BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: EDUSP. 1999.

CARVALHO. Miriam O. Jales de. *Pequena história das alunas internas do C.S.C.J. (1937-1944)*.Teresina, 2002.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. As transformações nas sociabilidades dos jovens em Teresina nas primeiras décadas do século XX. *OPSIS – Revista do NIESC*, vol. 6, p 96-107, 2006.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LINDER Max. Movimento social – Filmes. *O Piauí*. Teresina, Ano XXX, n. 283, p. 02, 18.maio 1919.

MARTINS, Elias. *Fitas*. Teresina: Tipografia do jornal de notícias, 1920.

Manual das Filhas de Maria. Rio de Janeiro, 1936.

Senhor redator. *O Nordeste,* Teresina, ano I, p. 05, 03 jul. 1920.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

Vida social. Mademoselle X. *O Piauí*.Teresina, ano XXXIII, n. 77, p. 04, 08 abr. 1926a.

Vida Social - Leves, quase alados. *O Piauí*, Teresina, ano LX, n. 270, p. 04, 10 dez. 1926b.

Vida Social. *O Piauí*. Teresina, ano XXXVIII, n. 50, p. 04, 05 mar. 1926c.

Vida social. *O Piauí*, Teresina, ano XXXVIII, n. 60, p.04, 17 mar. 1926.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modernização, Cotidiano e Cultura Material em Campina Grande – Pb (1930-1950)

Severino Cabral Filho*

Resumo: O nosso objetivo com esta comunicação é abordarmos aspectos do cotidiano na cidade de Campina Grande, Paraiba, entre os anos 1930-1950, considerando os impactos de um processo de modernização verificado nesta cidade graças à cultura do algodão, registrado por imagens fotográficas. Apresentamos aspectos de sua cultura material marcada por permanências e mudanças, pela implementação de equipamentos os mais diversos, responsáveis por transformações sociais, econômicas, políticas e mentais.
Palavras-chave: Campina Grande; Fotografia; Cultura Material.

Abstract: Our purpose with this work is to bring up aspects of the everyday life in the city of Campina Grande, Paraíba, between the 1930's and 1950's, considering the impacts of a modernization process that happened in this city as a consequence of the cotton production, documented through photographs. We present aspects of the city's material culture characterized by permanencies and changes, by the implementation of many different types of equipments, which were responsible for social, economic, political and mental transformations.
Keywords: Campina Grande; Photograph; Material Culture.

A experiência vivida em Campina Grande entre os anos 1930 e 1950 em que, graças ao comércio do algodão, a cidade experimentou um considerável crescimento econômico, nos faz deparar com objetos e acontecimentos que nos dão a conhecer mudanças significativas no cotidiano desta sociedade, ainda que reconheçamos que determinadas práticas sociais não sofreram alterações em contato com as novidades.

Muitos desses acontecimentos e os seus objetos podem ser inventariados através das muitas imagens que nos foram legadas pelos contemporâneos deste contato da cidade com tantos símbolos modernos.

Michel de Certeau revelou as ações dos indivíduos no jogo das práticas sociais, as suas 'maneiras de fazer' diárias como ferramentas capazes de inventar o cotidiano, resultado do jogo de relações de força, de luta por espaço e poder no qual se digladiam as *estratégias* disciplinadoras, próprias para o exercício do controle, projetadas pelos produtores, e as *táticas*

* O autor é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraiba e Professor na Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande.

para sobrevivência e auto defesa que os consumidores acionam – "procedimentos populares" de feição antidisciplinar – e que correspondem a ações calculadas, praticadas nos terrenos que lhe são impostos. As *táticas* se insinuariam dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, operando golpe por golpe, aproveitando todos os espaços e ocasiões conquistadas, sempre vigilantes e à espera das falhas do poder proprietário. Portanto, seria nesta esfera de conflitos, marcada por ataques e contra ataques, que a vida cotidiana se manifestaria, definindo nos pequenos espaços disputados diariamente minúsculas, parciais e efêmeras vitórias.

Em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, Fernand Braudel demonstra que a *civilização material*, "esta zona espessa, rente ao chão", localiza-se sob o grande mercado, constituindo-se em atividade elementar dispersa por todos os lugares.

Nesse cenário, onde se encontram tanto questões relativas ao grande mercado, organizado por aqueles que "falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida; voluntária e até involuntariamente, criam anomalias, 'turbulências', e têm maneiras muito suas de tratar dos seus assuntos", encontra-se também a luta das pessoas em busca da sobrevivência; os prazeres dos mais ricos e a penúria dos mais pobres. As modificações e as permanências nos hábitos acontecendo ao sabor desses acontecimentos, pondo em paralelo os ricos e os pobres.

A vida material, marcada pelos fatos miúdos que quase não deixam marcas no tempo e no espaço, impõe-se no interior da grande "civilização econômica" (representada na economia de mercado, o domínio por excelência do capitalismo); e estes "fatos miúdos" costumam insurgir-se contra a "civilização econômica", burlando-a, perturbando-a, contradizendo-a.

Assim, *vida material* significa homens e coisas (os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade), isto é, aquilo de que se servem os homens. Acompanhar esta relação é uma maneira de se avaliar as suas existências. O seu contato direto com a materialidade reflexa nos objetos componentes do seu mundo dá margem para que pensemos sobre os seus desejos, suas necessidades e as possibilidades de satisfazê-las ou não.

A cultura do algodão comandou a economia e exerceu forte influência sobre a vida cotidiana em Campina Grande durante a maior parte do período histórico para o qual estamos nos voltando, marcando aquela sociedade e condicionando, sob vários aspectos, determinadas atitudes de moradores da cidade. [1]

---

[1] Ao nos reportarmos à vida econômica e à vida cotidiana nos valemos das formulações feitas por Fernand Braudel, apresentadas acima.

Essa importância atribuída ao algodão pode ser percebida nos artigos de jornais locais que repetiam à exaustão a relação entre o progresso da cidade com o seu comércio algodoeiro, que alimentava as indústrias têxteis da Europa no período entre - guerras; nos depoimentos dos contemporâneos desses eventos; nos relatos dos memorialistas; nas demonstrações contábeis das administrações estadual e municipal publicadas pela imprensa, reveladoras de aportes significativos de recursos aos cofres públicos advindos das empresas negociadoras do algodão. Mas, pensamos que sem o trabalho dos fotógrafos que registraram ruas centrais da cidade servindo de depósitos para os fardos de algodão, as usinas beneficiadoras, as prensas, as máquinas, os escritórios das empresas, fazendo-os aparecer como um atestado visual desse contato direto de um produto com uma cidade, talvez essa relação não tivesse permanecido com tanta força, o que nos incentiva a desdobrá-la em busca da revelação de novos significados para aquela época. Pelo menos é ao que nos conduz uma fotografia como a que apresentamos agora. Afinal, como nos lembra Pierre Bourdieu,

> *comprender adecuadamente una fotografia. no es solamente recuperar las significaciones que proclama (es decir, en cierta medida, las intenciones explícitas de su autor), es también, descifrar el excedente de significación que revela, en la medida en que participa de la simbólica de una época* (BOURDIEU, 2003:44).

Esta fotografia nos mostra um espaço urbano onde foi concentrada uma parte significativa da riqueza auferida com o comércio internacional do algodão. Estamos no ano de 1936, na Rua do Algodão.[2] Nome significativo: um produto, cuja presença tão ostensiva, serve para marcar política e simbolicamente o território de uma cidade.

Por meio de uma foto posada, o fotógrafo (cuja identidade desconhecemos) amalgamou o cenário urbano, homens e algodão como um uno indivisível. Os capitães do algodão aparecem através das fachadas simples de dois dos edifícios onde podemos ler "Exportador de Algodão João de Vasconcellos", e "Escritório João Leôncio" [3]; se fazem representar também através de um dos mais caros símbolos de poder e de modernização: o automóvel (do qual apenas podemos ver uma parte de sua face lateral esquerda), talvez propriedade de algum desses senhores, que passaram a incluir nos seus hábitos de consumo produtos cada vez mais sofisticados, ampliando os horizontes de sua vida material.

---

[2] Atualmente Rua Marquês do Herval. O local exato da concentração do algodão ficava, segundo nos informa Dr. Bezerra de Carvalho, um nosso entrevistado, na confluência das ruas João Pessoa e Marquês do Herval.

[3] Epaminondas Câmara cita João Leôncio de Castro como um destacado comerciante campinense; ele não faz referência a João de Vasconcellos mas, em nota, explica e se desculpa com os seus leitores informando que "Nessa relação não poderiam, por escassez de espaço, figurar todos os comerciantes, proprietários e fazendeiros do município num longo período de trinta anos. Citamos apenas os nomes que nos vieram à memória". (CÂMARA, 1988:115). Todavia, o fato do empresário João de Vasconcellos fazer destacar no frontispício do seu escritório "Exportador de Algodão", já denota a importância de sua posição naquele universo.

Rua do Algodão em Campina Grande (1936). Anônima.
Acervo: Dr. Severino Bezerra de Carvalho.

À direita dos primeiros fardos de algodão, vemos um homem de camisa mangas curtas, aparentemente mais limpa que as camisas dos demais, e uma gravata borboleta. O uso dessa gravata o destaca, e nos leva a pensar que o seu dono seja um trabalhador de escritório de uma daquelas empresas; afinal, não era incomum o uso desse adereço entre contadores, apontadores e gerentes, enfim, trabalhadores de escritórios nesse período. Certamente é um símbolo que o diferencia da massa dos trabalhadores, adultos e crianças, que a imagem retrata. O relógio no seu pulso esquerdo é um objeto que serve também para diferenciá-lo simbolicamente, uma vez que marca a sua posição entre as demais pessoas retratadas. Ali, representando os patrões e comandando empregados, ele deveria ser o senhor do tempo do trabalho.

Os homens postados à sua retaguarda guardam em muito se assemelham: as suas roupas de trabalho e os seus chapéus são muito parecidos. Atentemos para a forma arredondada que muitos desses chapéus têm: são próprios de carregadores (ou chapeados) dos fardos de algodão. Esses chapéus eram preparados com uma camada de algodão, tecido ou qualquer material de forma que servisse como um anteparo amaciado capaz de oferecer alguma proteção para a cabeça do seu portador contra o peso do fardo que estivesse conduzindo.

Os homens apresentados nesta fotografia estão em contato direto com o símbolo maior da riqueza de uma pequena parcela daquela população. A proximidade física com esse produto, a possibilidade de esparramar-se sobre ele; sentar-se ou ficar de pé sobre aquela riqueza pode indicar uma impossibilidade e um desejo: a impossibilidade da aceitação daquela riqueza como pertencente à cidade ou ao povo de Campina Grande como, aliás, gostavam de pregar alguns articulistas da imprensa campinense, e um desejo de, realmente, ter acesso direto a tal riqueza.

Há, ainda, dois veículos: o que está no primeiro plano, um automóvel, produto de luxo, de alto consumo, para transportar membros daquela elite, ostentando-lhes o poder; o veículo que está no último plano, um carro de mão, de madeira, apto a transportar os fardos de algodão e outros produtos, pode ser interpretado como um recurso de trabalhadores pobres, muitas vezes produtos de sua própria criação, para a batalha cotidiana pela sobrevivência. [4]

Separando os dois veículos existe um imenso abismo representado por todos os fardos do *ouro branco*, como a querer mostrar a impossibilidade da transição da propriedade de um veículo para o outro. Que ambos certamente têm algo em comum com aquele universo, mas, que não haja ilusões: os primeiros são signos dos beneficiários das vantagens proporcionadas por aquele produto; aos segundos caberão o esforço, a carga e o sofrimento para a realização da riqueza.

Se não há caminhos amplos, passagens que propiciem o acesso aos benefícios da riqueza por aqueles que não conseguem entrar neste universo, constroem-se, cotidianamente, vielas de difícil trânsito, salvo para aqueles suficientemente ousados ou destemidos. Pois, com toda essa riqueza exposta e tanta pobreza à sua volta, não surpreende que para muitos homens a opção fosse a criação de táticas capazes de contornar os obstáculos colocados pelos defensores daquela ordem. Assim agiram os "roubadores de buchas".

Algumas poucas famílias campinenses fizeram fortuna com a exploração do promissor comércio internacional do algodão. Naturalmente seria de se esperar que tal empreendimento repercutisse positivamente na economia da cidade, contribuindo para o aporte de outras atividades capazes de atender às demandas por bens, serviços e modernização dos serviços públicos – quimera sempre perseguida e pouco satisfeita.

A divulgação da prosperidade vivenciada em Campina Grande desencadeou movimentos imigratórios de populações da região polarizada por esta cidade, de demais localidades paraibanas e de Estados vizinhos.

Muitos dos que não conseguiram conquistar o seu espaço pelas vias formais impostas por este mundo de trabalho – ou que talvez não o tivessem desejado – aderiram a ele, atraídos pelo fascínio despertado pelo comércio campinense, ainda que isso lhes tenha custado caro na

[4] Manuel Pessoa Mendes, em sua autobiografia, nos apresenta uma detalhada descrição deste veículo, falando-nos de um carro que o seu irmão, que o antecedera em Campina Grande, possuía: "O engenhoso veículo compunha-se de um caixão retangular, com quatro rodas de madeira, revestidas com tiras de pneus velhos. O eixo dianteiro, fixado numa peça móvel, permitia a direção, por meio de dois arames conectados a um volante, colocado na parte de trás. O condutor rinha que empurrar com uma mão e dirigi-lo com a outra. Dois pedaços de molas de automóvel propiciavam um certo molejo às rodas traseiras. Um estribo na parte posterior do caixote permitia ao condutor ficar de pé sobre ele, aproveitando a aceleração das descidas, quando o carro não precisava ser empurrado. Aí também havia um freio, acionado pelo pé, para controlar a marcha nos declives mais acentuados". (MENDES, 1999:32). Nos dias atuais ainda é possível encontrar estes carros, em versões mais modernas, entre os carregadores nas feiras em cidades nordestinas, inclusive em Campina Grande.

medida em que os tornaram párias, ladrões, naquela sociedade retoricamente tão afeita às virtudes do trabalho.

A sociedade campinense criava, assim, os seus estranhos. Zygmunt Bauman defende a tese segundo a qual cada sociedade produz sua própria espécie de estranhos, que são os que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético daquele mundo. A sua presença, macula o que devia ser transparente, confunde o receituário de procedimentos para a ação impedindo a sua satisfação; ofende a alegria em voga com a sua angústia, e torna atraente o que é proibido; obscurece as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; gera a incerteza e causam a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável.

É nesse contexto que podemos entender a desconcertante aparição dos "roubadores de buchas", uma categoria de indesejados naquela sociedade que, no dizer do bacharel Hortensio Ribeiro, se constituía numa "espécie delituosa até outro dia desconhecida em Campina", realizada por uma "ultra-moderna casta de delinqüentes".[5] Sinais de novos tempos, próprios de cidades que lograram atingir certo grau de desenvolvimento. Tal "degenerescência" significava o "desejo malsão de lesar o seu semelhante, enriquecendo-se indebitamente". A retórica de Ribeiro expressa o desejo de anulação desses estranhos.

Os "roubadores de buchas" – muito significativamente assim denominados por diretores da Associação Comercial de Campina Grande[6] – "atacavam", às portas da cidade, os caminhões carregados com a tão preciosa malvácea. A acreditar na exposição de Hortensio Ribeiro, podemos imaginar que esta era uma atividade de risco, considerando os perigos decorrentes de se abordar caminhões em movimento para rasgar-lhes as cargas e subtrair-lhes o produto. Era igualmente uma atividade que requeria organização e estratégia: haveria a necessidade de outros para dar suporte àqueles que atacavam os caminhões; para receber e reacomodar as buchas (que eram as porções de algodão subtraídas às cargas destinadas à cidade). Daí o recrutamento de crianças miseráveis para tal serviço, fato que alarmou o bacharel Hortensio Ribeiro, que lamentou e destacou-o como tragédia: uma nova modalidade de crime sendo praticada pela infância abandonada.

Ribeiro avalia que a cidade atraíra certas perversões, anomalias, extravagâncias e vícios próprios das sociedades requintadas do Ocidente. Ribeiro aponta os responsáveis pela

---

[5] Veja-se "Os roubadores de buchas", artigo publicado no jornal Voz da Borborema, Ano II, n. 67, 14 de setembro de 1938, p. 1.

[6] Ao final do citado artigo Hortensio Ribeiro que, com o objetivo de mostrar a "veracidade e extensão do escândalo", anexou uma solicitação oficial da Associação Comercial de Campina Grande endereçada ao Dr. José de Farias, juiz de menores da comarca da cidade, de quem exigem o encarceramento dos menores delinqüentes, "para o decoro da justiça de menores e do próprio poder público, pondo termo a tal situação".

situação que tanto o incomodava: certos elementos deletérios trazidos no enxurro da superpopulação.

> A degradação, enfim, do sentimento e do caráter pela ausência da Fé que ameaçam engolfar a terra onde nascemos, por maior que seja o nosso otimismo e indulgência – constituem avisos e advertências para que as forças vivas da sociedade campinense se ponham em guarda contra o invasor inimigo, aliás conduzidos às nossas plagas por certos elementos deletérios trazidos no enxurro da superpopulação.

Hortensio Ribeiro, um dos maiores apologetas deste modelo de modernização, pedra angular das grandezas e progressos campinenses, mostrava-se agora aturdido diante de uma situação que ele próprio contribuíra para solidificar. Nervoso e amedrontado, agora conclamava os seus pares sociais para fazerem frente ao inimigo comum, esquecendo, talvez, que aqueles invasores, elementos deletérios, aquele enxurro de excedente populacional que lhe afligia, não era nada mais nada menos que o resultado direto das esperanças no modelo de progresso, desenvolvimento e civilização encarnados em Campina Grande – a cidade do algodão, rainha da Borborema –, que ele ajudara a semear.

Em sua aflição, ele nos lembra que tal modelo de desenvolvimento e progresso, tão promissor aos olhos dos seus beneficiários, não favoreceu a uma imensa parcela dos moradores desta cidade, como deixavam subentender certos escribas deste progresso, ao associarem a riqueza ali produzida à cidade, como se ela pertencesse a todos. Definitivamente não pertencia.

Referências

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraiba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Un Arte Médio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía.* Versión castellana de Tununa Mercado. Editorial Gustavo Gilli, Barcelona, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. Volume I: As Estruturas do Cotidiano.* Tradução: Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas campinenses.*Campina Grande, Caravela, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer.* Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

MENDES, Manuel Pessoa. *O Menino de Tracunhanhém.*Brasília, Thesaurus, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os "jovens turcos" no processo de desenvolvimento do Exército e da nação

Cristina Monteiro de Andrada Luna*

Resumo: A presente comunicação consiste numa breve apresentação do meu tema de doutorado, que visa analisar a ação dos "jovens turcos" no processo de desenvolvimento do Exército e, conseqüentemente, da nação, durante o período de 1906 a 1930.
Palavras-chave: "jovens turcos", Exército Brasileiro, Alemanha.

Abstract: This paper represent a summary of my doctorate's theme it aim at studing the behavior of the "young turks" in the process of Army devolopment and, as a result, of the nation, during the years 1906 through 1930.
Key-words: "Young turks", Brazilian Army, German.

Os "jovens turcos" consistiram em um grupo de jovens oficiais do Exército Brasileiro que estagiaram na Alemanha, entre os anos de 1906 e 1912, quando foram enviadas turmas de contingentes variáveis, cujos membros foram alocados em diferentes unidades do Exército Imperial Alemão, nas quais serviram por dois anos. Esse grupo foi fortemente influenciado pela cultura, pela organização social e, principalmente, pela organização militar alemã. Ao retornarem ao Brasil, engajaram-se em uma campanha em prol da profissionalização dos militares e do aparelhamento do Exército. Para tanto, lançaram a revista *A Defesa Nacional*, cujo formato inspirava-se na *Militär Wochenblatt*, de Berlim. A publicação tomou forma sob os auspícios dos tenentes Bertoldo Klinger e Estevão Leitão de Carvalho e do capitão Mário Clementino de Carvalho, que constituíram a redação da revista. Já o grupo fundador contou com oito ex-estagiários do exército alemão (Klinger, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides de Oliveira Figueiredo, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro) e com quatro adeptos entusiastas da campanha (Brasílio Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho).

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social do IFCS/UFRJ. Bolsista da Capes.

Lançada em outubro de 1913, a publicação se tornou o mais importante meio de divulgação das idéias dos oficiais reformadores, que se engajaram na defesa da ampliação do ensino militar nos estabelecimentos escolares de nível secundário e superior, na campanha pela modernização do Exército, principalmente a partir da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil, e na luta para pôr em prática a lei que determinava o serviço militar obrigatório e o recrutamento militar através de sorteio (promulgada em 1908, mas inaplicada até 1916).

Os "jovens turcos" introduziram, ainda, novos métodos de instrução e novos regulamentos, traduzidos dos originais alemães, e dirigidos ao treinamento de sargentos e soldados. Com isso, angariaram o apoio de alguns colegas que aprovaram o novo cotidiano de instruções e exercícios, mas muitos oficiais "acostumados à rotina do nada fazer, se opuseram às inovações" (CARVALHO, 1961). Assim, devido às propostas reformadoras e ao nome do seu órgão oficial, os militares em questão foram denominados, pejorativamente, de "jovens turcos", em alusão aos jovens oficiais turcos que estagiaram no exército germânico e que, ao retornarem ao seu país, lançaram uma revista intitulada *A Defesa Nacional* e promoveram profundas modificações no Exército e no Império Otomano, sob a liderança de Mustafá Kemal.

A resistência encontrada pelos jovens reformadores se devia ao comodismo de muitos oficiais frente ao atraso do Exército, que, ainda no começo do século XX, possuía características coloniais incompatíveis com os exércitos modernos caracterizados pelo avanço industrial e tecnológico. Vale notar que grande parte dos oficiais possuía formação muito mais teórica do que prática e, por isso, eram habitualmente denominados "bacharéis fardados". Além disso, a formação bacharelesca enfraquecia a vocação militar e proporcionava o envolvimento de parte da jovem oficialidade na política, como ocorreu, por exemplo, na Revolta da Vacina, em 1904.

Ademais, o Exército contava, ainda, com a presença de antigos oficiais que haviam se destacado na Guerra do Paraguai, mas, que não possuíam formação profissional consistente. Eram, portanto, identificados pelos oficiais da Escola da Praia Vermelha como "tarimbeiros", apodo que derivava do fato de muitos desses militares terem vivenciado o desconforto proporcionado pela guerra e pela prática de dormir em tarimbas. Assim, formado por "tarimbeiros" e "bacharéis fardados" e contando com a presença de recrutas analfabetos, famintos e miseráveis, oriundos das camadas mais pobres da população brasileira, o Exército apresentava-se em péssima situação.

Dessa forma, os "jovens turcos" representaram o papel de precursores da transformação pela qual o Exército passaria a partir da década de 1920. No entanto, é

importante notar que a própria existência dos "jovens turcos" só foi possível graças ao empenho de Hermes Rodrigues da Fonseca e de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que envidaram esforços em prol da modificação de nossas forças terrestres, apesar das fracassadas tentativas de modernização do Exército, engendradas desde o término da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Como comandante do 4º Distrito Militar, Hermes da Fonseca organizou as manobras que cruzaram a cidade do Rio de Janeiro em direção aos campos de Santa Cruz, nos anos de 1905 e 1906. Apesar da deficiência dos meios e dos objetivos limitados, as manobras tiveram grande repercussão em meio à imprensa fluminense, que não testemunhava tal acontecimento desde os dias imperiais, e evidenciaram a precariedade dos soldados, dos armamentos e de todo o material utilizado, como mochilas e sapatos, cuja péssima qualidade levou os soldados a marcharem descalços. Posteriormente, ao se tornar ministro da Guerra (1906-1909), o marechal Hermes da Fonseca continuou a dar ênfase ao treinamento militar e foi um dos principais incentivadores do intercâmbio militar do Brasil com a Alemanha.

No entanto, coube ao Barão do Rio Branco sugerir o envio de oficiais brasileiros para estagiarem no exército alemão, considerado um dos melhores da época, senão o melhor. O ministro das Relações Exteriores (1902-1912) via a modernização do Exército como fator primordial para a manutenção do território. Vale notar que a preocupação do ministro fundamentava-se, principalmente, na rivalidade com a Argentina, que, na última década do século XIX, contestou a posse do Brasil sobre o território das Missões, tendo Rio Branco participado do litígio, arbitrado por Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil, em 1895. Ademais, o exército argentino representava uma ameaça, pois já havia iniciado a sua modernização com o auxílio de uma missão militar de instrução trazida da Alemanha. A preocupação com o Exército também foi suscitada pelo fracasso na guerra de Canudos (1896-1897) e pelo litígio do Brasil com a Bolívia sobre a região do Acre (1900-1903). O país entrou também em litígio com a França, pelo território do Oiapoque, e com a Inglaterra, pela Ilha de Trindade.

Havia, ainda, o fator cultural, pois o Barão do Rio Branco, além de ter vivido durante vinte e oito anos na Europa, foi embaixador em Berlim por quase dois anos (1901-1902), período no qual pôde observar a excelência do exército alemão e o papel militar exercido pelo Imperador Guilherme II. Dessa forma, consideramos que a influência do ministro das Relações Exteriores foi deveras importante para o estabelecimento do intercâmbio militar entre o Brasil e a Alemanha e, portanto, para a existência dos próprios "jovens turcos".

De fato, a admiração pelo Exército germânico era acalentada por muitos, o que se devia à sua trajetória gloriosa no século XVIII, com Frederico, o Grande, e durante o século seguinte, quando reformou o seu Estado-Maior e implementou táticas de guerra moderna que lhe permitiram uma vitória fulminante na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). A veneração por tal Exército tornou-se ainda maior com o retorno dos oficiais brasileiros enviados ao país a partir de 1906, pois os "jovens turcos" se tornaram os maiores difusores da superioridade bélica alemã, no Brasil. Assim, o grupo passou a pugnar pela vinda de uma missão militar germânica ao país e viram com bons olhos os diálogos estabelecidos entre Hermes da Fonseca e a Alemanha.

Como ministro da Guerra (1906-1909), o marechal Hermes da Fonseca visitou oficialmente a Alemanha pela primeira vez, em 1908. A convite do Imperador Guilherme II, a comitiva brasileira foi composta pelo ministro, pelo general Mendes de Moraes, pelo major Tasso Fragoso, pelo capitão Constâncio Deschamps Cavalcanti e por um correspondente do *Jornal do Comércio*. Em sua visita ao país, Hermes da Fonseca assistiu às manobras de guerra do Exército germânico, realizadas em diferentes locais da Alemanha. Em Berlim, Hermes da Fonseca foi convidado a montar o cavalo pessoal do Imperador para passar em revista tropas reunidas em sua homenagem. Os brasileiros foram, ainda, agraciados com banquetes oficiais e com convites à ópera, e os jornais alemães acompanharam a visita e elogiaram a figura do nosso ministro da Guerra, apontado como o grande modernizador do Exército Brasileiro.

Durante esses eventos, a delegação brasileira travou contatos com o *Kaiser*, com o Chefe do Estado-Maior alemão, Helmuth von Moltke, e com vários outros militares, dentre eles generais e oficiais de baixa patente, como o tenente Auer, que ciceroneou a comitiva durante toda a sua estada na Alemanha, que contou, ainda, com visitas às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricitäts Gesselschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem.

A visita do ministro da Guerra aprofundou os contatos do Brasil com a Alemanha e resultou no aumento do número de oficiais brasileiros convidados a estagiar naquele país. Por isso, a turma enviada em 1910 foi a mais numerosa, pois contou com vinte e um militares, ao contrário das turmas de 1906 e 1908, formadas por no máximo seis oficiais. Vale notar que o último grupo de estagiários tornou-se o mais importante, não só pelo número como também pela influência que viria a exercer.

Em 1910, mais uma vez, a convite do Imperador**,** Hermes da Fonseca tornou a visitar a Alemanha, a fim de assistir às manobras do Exército e da Esquadra, em Danzig, e de participar da parada de 2 de setembro, em Berlim. Todavia, em agosto do mesmo ano,

também visitou a França, como convidado oficial, e cumpriu um intenso programa de visitas a escolas e instalações militares, além de ter assistido a manobras e exercícios das tropas francesas e realizado viagens organizadas pelos fabricantes de armas. Vale notar que o fato de Hermes da Fonseca ter visitado ambos os países como presidente eleito, pois só tomou posse em 15 de novembro seguinte, forneceu argumentos para uma maliciosa campanha da imprensa francesa, que capitaneada pelo periódico *Lé Brésil,* afirmou que o governo anterior, presidido por Afonso Pena - indiferente à preferência do presidente eleito por uma missão militar francesa, negociava a vinda de uma missão alemã ao país. Os boatos repercutiram em jornais da França e da Alemanha e causaram verdadeiro imbróglio, que obrigou o Embaixador do Brasil, em Berlim, a reafirmar o interesse de Hermes da Fonseca na vinda de oficiais alemães ao Brasil.

Estevão Leitão de Carvalho que chegara à Alemanha em julho, assim como os demais estagiários da turma de 1910, considerou a visita do presidente eleito ao país, em setembro, como um anúncio da consolidação do contrato de uma missão militar germânica. Contudo, a iniciativa do marechal Hermes não obteve resultados. Segundo palavras do próprio Leitão de Carvalho:

> *A iniciativa do Presidente eleito, por motivos até hoje inexplicados, caducou, ficando suspensos os preparativos a que já se entregavam alguns oficiais alemães escolhidos para comporem a missão. Os que podiam esclarecer esse episódio histórico nunca se manifestaram publicamente, de forma que, hoje, passados cinqüenta anos, é difícil reconstituir, com exatidão, os fatos (CARVALHO, 1961:102).*

Ao assumir a presidência da República, Hermes da Fonseca (1910-1914) frustrou as expectativas dos jovens oficiais brasileiros que desejavam reformar nosso Exército segundo o modelo alemão, pois, durante seu governo, ficaram suspensas as discussões sobre a contratação de uma missão militar estrangeira, exceto pela acirrada campanha movida pelos "jovens turcos" e pela revista *A Defesa Nacional* que, além de reivindicarem a vinda de oficiais alemães, defendiam a preferência pela compra de material bélico de origem germânica. Vale notar que as razões do refluxo da iniciativa do marechal Hermes em reformar o Exército, ainda, nos são desconhecidas, e constituem algumas das questões que norteiam esta pesquisa.

A campanha pela vinda da missão militar alemã foi acompanhada pela campanha pela implementação do serviço militar obrigatório no país. Nesta empreitada, "os jovens turcos" obtiveram o apoio da Liga de Defesa Nacional, formada por civis, cujo principal

expoente foi o poeta Olavo Bilac. Os "jovens turcos" consideravam o Brasil uma nação ainda não formada, constituída por uma massa de etnias heterogêneas, sem identidade nacional. Segundo Capella, que se dedicou a estudar o papel do grupo na luta pelo serviço militar compulsório, os "jovens turcos" viam o Exército como uma instituição disciplinadora. Para tanto, a autora recorre a Foucault, que define a disciplina como um meio de formação de corpos eficientes, dóceis e disciplinados, aptos para o trabalho e para a reprodução do capital em um período cada vez menor de tempo. Todavia, embora reconheçamos que os recursos disciplinadores relacionados por Foucault realmente se façam presentes na caserna, não podemos desconsiderar que o serviço militar obrigatório demanda o desenvolvimento dos valores de honra, coragem e patriotismo que divergem dos exigidos, por exemplo, de um operário, pois constitui um dos maiores tributos, se não o maior, que uma nação pode exigir de seus homens: o tributo de sangue.

É importante notar que o trabalho de Capella, apesar de recorrer ao conceito de disciplina de Foucault para explicar a ação dos "jovens turcos", constitui o único estudo acadêmico que se dedicou de forma específica à trajetória e à influência do grupo sobre os militares e a sociedade. Na historiografia militar, os "jovens turcos" aparecem de forma sintética e são vistos, normalmente, como apolíticos. José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, por exemplo, destacam que o grupo se opunha à intervenção dos militares na política como um dos requisitos para a profissionalização dos membros do Exército. Assim, a participação de um "jovem turco" em eventos políticos, como ocorreu com Bertoldo Klinger e Euclides de Oliveira Figueiredo, é vista como um desvio de conduta, pois os oficiais pertencentes ao grupo em questão se destacaram como "soldados profissionais". Assim, José Murilo alega que os "jovens turcos" defendiam a ideologia do soldado profissional ou da não intervenção na política. Contudo, para explicar a participação política de Klinger, na Revolução de 1930, e de Figueiredo, na Revolta Constitucionalista de 1932, o autor alega que Klinger foi o inaugurador de uma nova ideologia, a do "soldado-corporação" ou "da intervenção moderadora", segundo a qual o militar só poderia intervir na política através do Exército, visto como uma das únicas instituições de caráter nacional. Assim, a ideologia do soldado corporação afastava o militar da ideologia do soldado-cidadão, que via como legítima a intervenção pessoal do militar na política. A idéia da intervenção moderadora foi melhor explicada posteriormente pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, quando afirmou que não se deveria fazer política no Exército, mas sim a política do Exército, que deveria conduzir o processo de desenvolvimento brasileiro.

Dessa forma, José Murilo de Carvalho identifica a figura de Estevão Leitão de Carvalho, que se recusou a participar de vários eventos políticos, com a imagem do soldado profissional, enquanto Klinger é associado à ideologia do soldado corporação. Todavia, consideramos que desde o início, os "jovens turcos" tinham um projeto de nação que os levaram a desempenhar um importante papel político na vida nacional. Já no primeiro editorial de *A Defesa Nacional*, de outubro de 1913, o grupo de redatores da revista, formado por Leitão de Carvalho, Klinger e Joaquim de Souza Reis, afirmou:

> *Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente, vai, às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social (A Defesa Nacional, nº1, 10/10/1913).*

A posição dos "jovens turcos", portanto, era paradoxal, pois, ao se engajarem na despolitização do militar em prol do profissionalismo, acabaram, frente às particularidades do Estado e da sociedade brasileiras, por se envolverem na política, desde o início. Entendemos, contudo, que esse envolvimento na política não pressupunha a possibilidade de golpes militares, nem a participação individual de militares em partidos e cargos políticos. Todavia, acreditamos que, inspirados pelo exemplo da Alemanha, onde cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) era investido na força militar e a liderança do Imperador se confundia com as diretrizes do Estado-Maior, os jovens turcos acalentavam o desejo de que, a partir de suas campanhas e da difusão dos valores militares, principalmente através do serviço militar obrigatório e dos clubes de tiro, o governo federal passasse a investir e a incentivar a modernização do Exército.

Os "jovens turcos" tinham também uma perspectiva industrializante: defendiam o desenvolvimento de uma malha ferroviária capaz de transportar efetivos militares para todos os rincões do país, de indústrias de material bélico e de uma indústria siderúrgica. Reivindicavam o desenvolvimento de fábricas civis capazes de se converterem rapidamente em fábricas de munições e armamento e de indústrias bélicas capazes de produzir material de guerra mesmo em tempos de paz. Alegavam que com a dependência do Brasil em relação aos países desenvolvidos, o país estaria sujeito à suspensão dos fornecimentos de material bélico importados da Europa e, portanto, indefeso frente a qualquer tipo de agressão estrangeira.

Dessa forma, acreditamos ser um equívoco identificar os "jovens turcos" com o modelo do "soldado profissional", tal como formulado pelo cientista político Samuel Huntington, que desenvolveu o conceito para explicar a profissionalização dos oficiais dos exércitos das potências européias e dos Estados Unidos. O conceito de soldado profissional, portanto, pressupõe dedicação exclusiva à defesa do país e um afastamento total das lutas políticas. Assim, um militar alemão, por exemplo, pode ser considerado um soldado profissional, pois não considerava o Exército como uma instituição que devesse liderar o processo de formação da nação, frente à incapacidade das elites civis. O mesmo, porém, não se aplica aos "jovens turcos" que desejavam contribuir para a formação de uma nação armada, moderna e industrializada. Dessa forma, consideramos que os "jovens turcos" participaram do processo de formação do Estado brasileiro. Para tanto, recorremos à sociologia histórica de autores, como Norbert Elias e Charles Tilly, que destacam a importância da prática da guerra, do desenvolvimento dos exércitos e da instituição do serviço militar obrigatório para o desenvolvimento dos Estados nacionais, formados a partir de um arranjo de elementos interligados capazes de operar como um todo.

Referências bibliográficas:

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço do tecido social: A revista "A Defesa Nacional" e o serviço militar obrigatório**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CARVALHO, Estevão Leitão. **Memórias de um soldado legalista**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

_____. **Dever Militar e Política Partidária**. São Paulo: Cia. Ede. Nacional, 1959.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador, vol 2: Formação do Estado e Civilização**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

FONSECA, Mário Hermes da; ESCOBAR, Ildefonso (orgs). **Primórdios da Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Gloria Pinho e Manes LTDA, 1943.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad: Raquel Ramalhete. Petrópolis;Vozes, 1987.

GÖRLITZ, Walter. **History of the German General Staff**. New York: Prager, 1957.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: Teoria e Política das Relações entre civis e militares. Trad: José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KLINGER, Bertoldo. **Parada e Desfile duma vida de voluntário no Brasil, na primeira metade do século**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

LUVAAS, Jay. **Frederico, o grande e a arte da guerra**. Trad: Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

LUDWIG, Emil. **Guilherme II**. Trad: Álvaro Franco. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo: 1934.

NUNN, Frederick M. **Yesterday Soldiers: European Military Professionalism in South America**, 1890-1940. Nebraska (EUA): University of Nebraska Press, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Nacionais: 900-1992**. Trad : Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1996.

VIANA FILHO, Luís. **A vida do Barão do Rio Branco**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Do expert ao sujeito ingênuo: as transformações nos testemunhos dos experimentos e pesquisas psicológicas

Arthur A. Leal Ferreira[1]

Resumo: A meta deste trabalho é mapear as transformações nos experimentos psicológicos, apontando especialmente para os deslocamentos no lugar dos sujeitos participantes destes, notadamente no trânsito dos sujeitos treinados (onipresentes nos laboratórios psicológicos do século XIX) para os sujeitos ingênuos, que a partir da década de 1910, passam a se tornar o padrão, dentro de um tipo de design em que estes não tenham possibilidade de clareza do que está sendo experimentado. Esta transformação será discutida com base nos conceitos de docilidade e recalcitrância; se esta como possibilidade de resistência e colocação de novas questões por parte dos seres pesquisados já é considerada menor nas ciências humanas, a primeira, ou o assentimento perante as operações da pesquisa tenderia a se tornar maior nas operações com os sujeitos ditos ingênuos.
Palavras-Chave: Experimentos psicológicos, sujeito experimental, recalcitrância.

Abstract: This work aims to map the transformations in psychological experiments, specially the change of trained subjects (present in the XIX century laboratories) to the naïve subjects, that after the 1910's decade, became the pattern, in a kind of design, where they don't have any idea of what is going on in the experiment. This transformation will be discussed based upon some concepts of the current "Scientific Studies", from Latour, Stengers and Despret: recalcitrance and docility. If the first as the possibility of new questions arising by the researched beings is already considered very rare in human sciences, the second as the acquiescence before research operations tend to become bigger in the models with the so-called naïve subjects.
Key-word: Psychological experiments, experimental subject, recalcitrance.

Os testemunhos psicológicos no século XVIII: o fácil acesso às verdades do espírito

Para falar da história do sujeito experimental, uma boa parte dos manuais de história da psicologia sugere um ponto de partida: a constituição dos primeiros laboratórios científicos no final do século XIX. Antes disso, haveria apenas um "longo passado" de contribuições filosóficas ilustres (dos antigos até a filosofia iluminista do século XVIII) que desaguaria na "recente história científica", inaugurada por estes laboratórios. Contudo, esta concepção presente em manuais clássicos, como o de Boring (1950/1979), é contestada por Vidal (2006), que reconhece uma psicologia positiva no século XVIII, produzida à parte da dita "psicologização", própria do pensamento iluminista mais reconhecido. Esta psicologia,

[1] Professor adjunto do Instituto de Psicologia e do NESC da UFRJ e doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

proposta como disciplina positiva, se faz presente em trabalhos na escola eclética escocesa, nos ideólogos franceses e no pensamento dogmático de Christian Wolff. Trata-se de uma disciplina sem formação profissional e com suposto acesso a todos sujeitos predispostos à auto-observação, dada a suposição do pensamento moderno de conhecimento mais fácil do próprio espírito de que dos objetos externos.

Na ponta mais erudita desta psicologia, teríamos o trabalho de Wolff, se detendo sobre a definição das faculdades da alma e na determinação da sua relação com o corpo, enquanto substâncias de naturezas distintas. Esta "pura ciência da alma", lançava mão de duas abordagens coincidentes: a psicologia racional (dada na postulação a priori das faculdades da alma) e a empírica (dada na descrição a posteriori da alma pela introspecção). Na ponta mais popular, proliferavam as descrições das experiências de vida, tal como presentes na *Revista de Psicologia Experencial* ou *Conhece-te a ti mesmo* de Karl Philipp Moritz. Portanto, não era pedido às testemunhas desse saber nenhuma habilidade especial que não fosse uma boa descrição dos movimentos do seu espírito. De mais a mais, nada se impunha como limite à introspecção: a alma é marcada pela sua transparência.

Contudo, no final do século XVIII, esta forma de psicologia, notadamente as versões racional e empírica de Wolff, passa a ser problematizada por filósofos como Imannuel Kant, apontando para um novo modelo de conhecimento, no qual este saber vai se redefinir. A psicologia racional é um dos alvos da *Crítica da Razão Pura* (1871/1994): o suposto conhecimento racional de uma alma imortal está assentado, na verdade, na experiência do sentido interno fenomenal, que diz respeito ao próprio tempo da consciência (objeto da psicologia empírica). Nada teria a ver, pois, com qualquer abordagem a priori da alma imortal. Este seria impossível: a condição a priori do nosso conhecimento, o *Sujeito Transcendental*, para Kant é a condição de todo o conhecimento, mas jamais objeto de qualquer conhecimento.

Kant conclui que a psicologia racional, portanto é impossível, e tudo o que venha a se afirmar do saber psicológico é, na verdade, psicologia empírica. Mas, persiste a pergunta: caberia uma ciência aqui? A resposta de Kant nos *Princípios Metafísicos da ciência da natureza* (1786/1989: 32-33) é que a Psicologia Empírica não seria nem uma ciência *impropriamente dita*, como a química (por não operar ainda com relações matemáticas). Basicamente para se provar ciência, a Psicologia teria que:

1) Descobrir o seu elemento de modo similar à química, para com isto efetuar análises e sínteses;

2) Facultar a este elemento um estudo de tal modo objetivo, em que sujeito e objeto não se misturem;

3) Que se produza uma matematização mais avançada que geometria da linha reta, apta a dar conta das sucessões temporais do sentido interno.

A psicologia do século XIX e o encontro com o corpo sensorial

A superação destes vetos por parte da psicologia no século XIX se deve ao poio da fisiologia sensorial. O primeiro problema listado, a falta de um elemento objetivo, será suprido pela *teoria das energias nervosas específicas* de Johannes Muller. Para este fisiólogo, cada via aferente possuiria uma energia nervosa específica que se traduziria em uma sensação específica de cada nervo. Assim, por exemplo, o nervo ótico excitado pela ação da retina, ou por forças mecânicas e químicas produz sempre imagens luminosas. Assim a *sensação* vai se oferecer como elemento para uma possível psicologia: ela ligaria o mundo físico que estimula os sentidos; o fisiológico, no qual as energias nervosas específicas estão ligadas aos nervos, e o psicológico, uma vez que a sensação seria a base de nossas representações. E quem desenvolve este aspecto, junto com a solução do segundo problema kantiano é Hermann von Helmholtz .

Este autor elaborou em 1860 uma teoria sobre o surgimento das representações psicológicas, ou das apercepções, que, no seu reverso, irá fomentar um novo método para estudo objetivo das sensações. A teoria proposta é a das *inferências inconscientes* e o método, o da *introspecção experimental*, bem diferente do produzido na psicologia do século XVIII. Segundo a teoria, as nossas sensações seriam organizadas por experiências passadas, aptas a ordenar de modo inconsciente e rápido as informações trazidas pelos sentidos, produzindo as nossas representações psicológicas. O modo de análise dessas, a introspecção experimental, se processaria no inverso dessas sínteses inconscientes, visando neutralizar os efeitos dessa inferência operada pela experiência passada. Para neutralizar esta síntese inconsciente, processa-se então uma análise consciente, em que os sujeitos dos experimentos são treinados para reconhecer o aspecto mais primitivo de nossa experiência. Este treinamento, que faz com que este estudo não possa ser feito sobre crianças, primitivos, ou doentes mentais, visa o evitar o *erro do estímulo*, ou a confusão do objeto percebido com os juízos inconscientes acumulados pela experiência passada. Por isto, o estudo objetivo das sensações em um sujeito só poderia ser feito se este mesmo sujeito for também um *expert* em fisiologia, apto a distinguir o joio da experiência passada do trigo das sensações.

O problema da matematização, por sua vez, é confrontado pela psicofísica de Gustav Fechner, delineada nos *Elementos de Psicofísica* de 1860. Isto pôde ser feito através do estabelecimento da primeira lei matemática, batizada por ele de Lei Weber-Fechner, em função do aproveitamento da equação desenvolvida por Ernst Weber sobre as *diferenças apenas percebidas* entre estímulos e os valores absolutos destes. Fechner, além de complexificar a equação, transforma as *diferenças apenas percebidas* em sensações, sugerindo a primeira medição psicológica na relação com os estímulos físicos. Esta formulação matemática foi a derradeira senha que liberou a sistematização do primeiro projeto da psicologia, com reconhecimento institucional: a psicologia enquanto ciência da experiência, formulada por Wilhem Wundt e concretizada no plano do primeiro curso universitário de formação universitário. Como poderíamos caracterizar este projeto?

Em linhas gerais, este projeto irá mesclar as questões e objetos da filosofia do século XVIII (o problema da ilusão) com o manancial metodológico e conceitual dos fisiologistas. Impõe-se o problema do conhecimento, uma vez que se demarca a diferença entre uma experiência passível de representação do mundo (a mediata, ou física) em contraste com outra notadamente falseadora (a imediata ou psicológica).

A necessidade de explicar as causas deste falseamento apontaria para um conceito chave dessa psicologia: o de sensação. Este se colocava como uma espécie de unidade básica da experiência, capaz de dar conta de variações discretas de energia no interior dos nervos, e passível de formulação matemática nos meandros da comparação psicofísica com as gradações dos estímulos físicos. Com isso se tornou a garantia de cientificidade da psicologia e lastro de toda a experiência. O verdadeiro tesouro científico, o mais imediato, ao mesmo tempo que o mais distante a ser buscado nos rigores dos experimentos psicológicos e nos treinos a que eram submetidos os psicólogos. Na requisição de um corpo epistemológico, a psicologia teve que disponibilizar de um corpo fisiológico, com seus modos de produção de testemunho. Para tal, a experiência imediata, recheada de sensações, deveria ser estudada por uma forma de experiência mediata, a introspecção experimental, na qual os sujeitos – devidamente treinados – deveriam decantar da experiência os seus aspectos sensoriais.

Neste modelo de investigação, como nos lembra Despret (2004-a: 62), as funções de experimentador e de sujeito eram perfeitamente intercambiáveis. Inclusive este último tinha uma designação completamente distinta: era chamado de observador, por vezes recebendo uma designação ainda mais específica, conforme a função realizada: reator,

discriminador, etc. (op. cit.: 63)[2]. De mais a mais o papel do observador era avaliado como mais complexo que o de experimentador, supondo até mesmo um maior desgaste seu: Wundt na maior parte de seus experimentos teria feito o papel de observador. É digno de nota que os observadores inclusive assinavam como autores os trabalhos publicados (op. cit.: 64). Em poucas palavras, a formação do observador "se constituía como uma técnica de si sobre si, como uma expertise na formação de si: a vontade, a atenção, o controle do corpo, a clivagem da consciência" (op. cit.: 96).

O declínio do império dos sentidos e do sujeito expert

Este projeto de psicologia e seu modo de produção de testemunhos sofrem na seqüência uma problematização que conduz a uma redefinição dos sujeitos psicológicos- trata-se das críticas produzidas por algumas escolas como a behaviorista e a gestaltista. Tomemos a segunda como exemplo. A alteração conduzida pelo gestaltismo principia-se pela radicalização do próprio alvo da psicologia anterior: a experiência. No entanto, esta não é mais enfocada pelo viés da física (questão do engano) ou da fisiologia (modelo sensorial), e não mais dividida entre imediata e mediata. Será considerada simplesmente tal como ela é apreendida por todo e qualquer sujeito: seja um cientista, uma criança, um animal, um louco, ou um indivíduo de qualquer cultura. Trata-se do que Wolfgang Köhler chama de campo fenomênico, do que Kurt Koffka chama de meio comportamental e Kurt Lewin de espaço vital.

O conceito de experiência ampliado impõe uma nova questão para a psicologia, distinta do problema do engano; este é visto como juízo depreciador da experiência quotidiana perante a experiência científica. Para o gestaltismo, no plano psicológico só há a experiência, e o que importa é o estudo de suas condições de possibilidade, independente desta ser produzida em um laboratório ou no nosso cotidiano. A única diferença entre a experiência comum e a científica é a maior simplicidade desta. Esta quase indiferença é marcada por uma frase clássica de Wertheimer: "A verdade é um caso da ilusão".

Metodologicamente há um questionamento da introspecção experimental, mostrando-se a artificialidade deste procedimento: não há mais necessidade de treinamento dos sujeitos para se chegar às experiências puras, evitando o "erro do estímulo". Este treinamento, a busca das sensações puras e o risco do erro do estímulo são considerados pelos

[2] Segundo Despret (2004-a: 63), o uso do termo sujeito não é sem importância; ele traduziria uma assimetria quanto à especialização e aos papéis desempenhados entre experimentador e experimentado. Ele viria da tradição da psicologia experimental francesa (importado do campo da cirurgia médica), refletindo um tipo de pesquisa realizado em torno da hipnose, contando com a total passividade do experimentado.

gestaltistas como mero preconceito fisiológico, que é tomado por estes como um erro crucial: o "erro da experiência". O gestaltismo propõe em contrapartida uma metodologia mais adequada à experiência tomada em sentido amplo: o método fenomênico. Aqui o controle não é mais feito sobre o próprio sujeito, mas sobre as condições experimentais que são apresentadas aos sujeitos, como as disposições perceptivas. Do sujeito se espera a sua descrição mais pura na reação aos estímulos apresentados. Aqui a psicologia sai da exclusividade do estudo dos indivíduos adultos, normais, civilizados e treinados. Entra em cena o sujeito ingênuo; todo o controle pertence ao experimentador.

Sujeito ingênuo, docilidade e recalcitrância

A ascensão do sujeito ingênuo parece, a princípio o trunfo de uma psicologia mais autêntica e mais objetiva, sem qualquer influência prévia do pesquisador ou de um referencial teórico. Contudo, autores como Vinciane Despret, Isabelle Stengers e Bruno Latour, propõe outro referencial para se avaliar esta passagem. Para estes, a influência só se coloca como problema para uma perspectiva epistemológica que supõe o conhecimento científico através da purificação dos dados, em que ao pesquisador caberia apenas a representação dos objetos a partir de sentenças bem construídas. Para estes autores, o conhecimento, ao contrário, se daria sempre como articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos, e não no salto representacional dado na identidade entre uma sentença ou hipótese prévia e um estado de coisas. Para Despret, o conhecimento científico opera nas margens do "mal-entendido de realização" (conferir Despret 2002: 92), como "aquele no qual os acontecimentos podem se atualizar, simplesmente porque a promessa que eles encerram pode se realizar". Neste sentido, o mal-entendido não é visto como uma influência parasitária a ser purificada, mas uma promessa eficaz na relação entre pesquisadores e pesquisados.

Enquanto articulação, o conhecimento científico não se distingue mais entre má e boa representação, mas entre má e boa articulação. No primeiro caso, temos uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta pontual, conduzindo os seres pesquisados a um lugar de "docilidade". No segundo, teríamos uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e a colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Aqui teríamos uma relação de recalcitrância.

Ao contrário do que supõe certos pensadores como Herbert Marcuse, para o qual a possibilidade de negação ou resistência seria marca dos seres humanos, estes autores vão opor

a recalcitrância dos seres não-humanos à docilidade e obediência à autoridade científica dos seres humanos, se comportando em geral "como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos 'científicos' robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais" (Latour, 2004: 217).

Para Latour (1997:301), as ciências humanas só se tornariam realmente ciências não se imitassem a objetividade das ciências naturais, mas sua possibilidade de recalcitrância. Como isto se colocaria na nossa história do sujeito experimental? Para Despret (2004-a) a possibilidade da recalcitrância jamais se colocaria do lado do sujeito ingênuo, daquele que pode ser qualquer um, mas do sujeito *expert*, daquele que é capaz de recolocar questões. Aqui teríamos uma reversão com relação a maior parte dos manuais de história da psicologia: a passagem do sujeito treinado para o sujeito ingênuo não é apenas um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalcitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas limitadoras com relação aos seus testemunhos. Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações (op. cit.: 97). É neste pacto que se fundariam os atuais laboratórios psicológicos.

Contudo, este dispositivo não garantiria uma posição de derradeira ingenuidade por parte dos sujeitos psicológicos: apenas uma posição ambivalente destes, entre a confiança, dada no crédito aos cientistas, e a desconfiança de que algo se esconde (op. cit.: 99). O efeito disto seria uma espécie de clivagem na consciência, típica das situações de confiança & desconfiança conjuntas: a obediência ao cientista, mas com "uma pulga atrás da orelha", na tentativa de se entender o que se passa. De mais a mais, este "desconhecimento" imposto ao sujeito ingênuo seria visto como inútil e empobrecedor, pois não apenas não exclui a complacência, como se evitam outras possibilidades de intercâmbio entre investigadores e investigados (op. cit. : 100).

À guisa de conclusão, Despret (2004-a:102) enuncia a alternativa para os dispositivos psicológicos: estes seriam "o lugar de exploração e de criação disso que os humanos podem ser capazes quando se os trata com a confiança que se dispensa aos *experts*". Em outras palavras, tratar-se-ia de uma psicologia que não buscaria mais o testemunho monocórdio de uma lei universal nas reações dos sujeitos a condições limitadoras, mas buscaria novas e mais novas versões nas formas em que podemos nos produzir sujeitos no ato mesmo de nos conhecer. Sem qualquer princípio naturalizador que arbitre sobre os assuntos cotidianos e os fundamentos transcendentais da nossa existência. Pois essa só pode se definir

na articulação diferencial e múltipla das nossas versões. Costuradas na produção de um "pluriverso" de subjetivações.

Referências bibliográficas

BORING, E. G. (1979) *História de la Psicologia Experimental* (R. Ardilla, Trad.). México: Trillas (original publicado em 1950).

DESPRET, Vinciane (2002) *Quand le loup dourmira avec l'agneau*. Paris: Les empecheurs de penser en ronde.

_____ (2004-a) *Le cheval qui savait compter.* Paris: Les empecheurs de penser en ronde.

KANT, I. (1994) *Crítica da Razão Pura* (M. P. dos Santos & A. F. Morujão, Trads.). Lisboa: Calouste Gulbekian (original publicado em 1781).

KANT, I. (1989) *Princípios metafísicos de la ciência de la naturaleza* (C. Másmela, Trad.). Madri: Alianza, (original publicado em 1786).

LATOUR, BRUNO (1997) Des sujets recalcitrants. In: *Recherche*, Septembre 1997: 301.

_____ (2004) How to talk about the body. *Body & Society.* SAGE Publications (London, Thousand Oaks and New Dehli), Vol. 10(2–3): 205-229.

VIDAL, F. (2006). A mais útil de todas as ciências. Configurações da psicologiadesde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur A. L.; PORTUGAL, Francisco T. (orgs.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Castagneto e o Contexto Artístico Paulista do Século XIX

Helder Manuel Silva Oliveira*

Resumo: Giovanni Castagneto fez duas exposições em São Paulo em 1895, a partir destas pretendemos traçar um panorama do contexto artístico paulista do final do século XIX, destacando a importância do artista para a cidade, como podemos perceber nos artigos publicados nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro sobre suas exposições. O pintor traz à São Paulo dois novos elementos para a sensibilidade artística: (1) uma pintura lírica, fora dos padrões acadêmicos, baseada, em grande parte, na prática da pintura *'en plein air'* ; e (2) a utilização dos rios locais como motivo de inspiração para a produção de seus quadros – por exemplo, a pintura *Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'* (1895). Estes dois aspectos permitem um instigante diálogo com a produção paulista, em especial a dos artistas Almeida Júnior e Benedito Calixto.
Palavras-chaves: Giovanni Battista Castagneto – História da Arte no Brasil século XIX – Pintura de Paisagem.

Abstract: Giovanni Castagneto held two exhibitions in São Paulo in 1895, from them, it is intended to create a panorama of the artistic context in the mentioned state in the later XIX Century, showing the importance of this artist for the city. The painter brings to São Paulo two new elements for the artistic sensibility: (1) a lyric painting based mostly in the 'open-air' painting practice and (2) the use of rivers as a motive of inspiration for his paintings – for example, *Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'* (1895). Both aspects enable a instigate dialogue with the artistic production in São Paulo, especially Almeida Júnior and Benedito Calixto painters.
Keywords: Giovanni Battista Castagneto – Brazil Art History 19th century – Landscape Painting.

Castagneto chega em São Paulo para expor seus trabalhos em um contexto histórico de intensas mudanças no cenário paulistano[1]. As fortunas geradas pelo comércio dos tropeiros através do transporte de mercadorias e a riqueza produzida pelo café haviam contribuído para o crescimento urbano e econômico da cidade ao longo do século XIX. Do ponto de vista intelectual e cultural, a Faculdade de Direito é o primeiro ponto de referência para essa transformação da cidade provinciana para um ambiente moderno enriquecido pelos cafés, confeitarias, hotéis, cinemas e teatros. Especialmente, no campo das artes visuais, os resultados podem ser notados com a criação do Liceu de Artes e Ofícios[2], o ensino artístico

* Mestre em História da Arte, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP (bolsista CNPq).
[1] Este texto é parte da dissertação *Olhar o mar: um estudo sobre as obras 'Marinha com barco' e 'Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo "Ponte Grande"' (1895) de Giovanni Castagneto*, de minha autoria, defendida em 2007.
[2] O Liceu de Artes e Ofícios surge de uma instituição de ensino anterior chamada Sociedade Propagadora da Instrução Popular, esta ministrava, em aulas noturnas, das seis às nove, as disciplinas de primeiras letras, caligrafia, aritmética, sistema métrico e gramática portuguesa (BRUNO, 1954:1262).

nos ateliês de artistas – como Almeida Júnior (1850-1899) e Berthe Worms (1868-1937) – a organização de mostras/exposições e o conseqüente surgimento de uma imprensa especializada (LOURENÇO, 1986:04).

Em 1895, o artista realiza, na cidade, duas exposições individuais. A primeira ocorreu em junho, no salão do *Banco União de São Paulo*[3]. A segunda realizou-se no salão de concertos da *Confeitaria Paulicéia*[4], em outubro. Nesta última, a maioria das 35 pinturas expostas representava a cidade de São Paulo e Santos[5], que o artista pintou durante sua estada paulista. Em São Paulo o artista privilegiou a representação de trechos às margens do rio Tietê, conforme apontou o jornal **Correio Paulistano**[6]: *"Ponte Grande"* (nº 05, 07, 17, 27 e 28), *"Tietê"* (nº 10, 11 e 20), *"Cahique"* (nº 13), *"Ponte Pequena"* (nº 29 e 35). Como podemos notar, existe um grande número de obras intituladas *Ponte Grande*. Mesmo a obra número 13, *Cahique,* é um trecho do Tietê, junto à Ponte Grande[7]. Ponte Grande era uma região às margens do rio Tietê, na qual as pessoas iam passear no fim de semana, um local perto o suficiente da cidade para se ir e voltar no mesmo dia, ao mesmo tempo em que era distante o suficiente para se escapar do clima urbano. No entanto, desconhecemos a localização atual dessas obras, mesmo assim, podemos deduzir a existência de outras obras que podem fazer parte dessa mesma série.

Interessa-nos, neste texto, especialmente, a série *Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'*[8], produzidas para a segunda exposição do artista. Trata-se de um conjunto de pinturas, nas quais Castagneto representa os seus pequenos botes ao seco, motivo recorrente na produção do artista. Estes quase sempre aparecem "ancorados" nas areias das praias de Paquetá e Niterói e, geralmente demonstram, em pequenos formatos, o apego à técnica ligeira e sintética do pintor, ao mesmo tempo em que utiliza suportes ditos improvisados[9] como meio de construir uma pintura sobre o mar, lugar este que possibilita a

---

[3] Instituição financeira que funcionou entre 1890 e 1896 e que tinha entre seus integrantes, o arquiteto Ramos de Azevedo. Ele era responsável pela chefia da carteira imobiliária.

[4] A *Confeitaria Paulicéia* foi fundada em 1880 por João Pereira da Rocha, localizava-se na Rua São Bento no número 63. Foi um espaço de exposição no final do século XIX em São Paulo, assim como a *Casa Garraux* e *Casa Steidel* (locais famosos por reunirem intelectuais e artistas do período, e por venderem livros, litografias, batatas, vinhos, entre outros produtos).

[5] *Exposição Castagneto*, **Correio Paulistano**, São Paulo, 29 out. 1895.

[6] *Exposição Castagneto*, **Correio Paulistano**, São Paulo, 06 nov. 1895.

[7] *Exposição Castagneto,* **Correio Paulistano**, São Paulo, 06 nov. 1895.

[8] A série é composta pelas obras: *Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'* (1895, óleo s/ tela, 33 x 55 cm, Museu de Arte de São Paulo "Assis Chateaubriand", São Paulo), *Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'* (1895, óleo s/ tela, 27 x 46 cm, Coleção particular), *Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'* (1895, óleo s/ tela, 23 x 43 cm, Coleção particular).

[9] Cartão, fundo de caixas de charuto, pratos, palhetas e até mesmo, num caso, uma pele de bacalhau seco (Migliaccio, 2000) – esses suportes são considerados em muitos textos sobre Castagneto como algo que o pintor utilizou por não ter condições financeiras para comprar telas e não como possibilidade de experimentação do artista.

visualização de idéias e sentimentos do pintor – por exemplo, a infinitude, a imensidão e a solidão. As obras citadas (*Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo 'Ponte Grande'*) apresentam maiores dimensões e são pintadas de uma maneira mais lenta, demonstrando uma preocupação do artista com um acabamento mais 'limpo'. O lirismo permanece, pois a emoção do artista está presente na sensação de abandono proporcionada pelo barco, já que não é forçoso apontar que este parece encalhado. O caráter original das obras produzidas em São Paulo é a utilização dos rios como motivo para suas experimentações poéticas. Esses trabalhos utilizam os mesmos elementos que alimentavam suas obras no Rio de Janeiro: as embarcações simples e seu meio aquático. Desta maneira, podemos afirmar que Castagneto não abandona a sua característica como pintor de marinhas, mesmo numa cidade que não tem mar. Por sua vez, faz experimentações não mais com o mar, mas com o rio, uma importante referência histórica da cidade de São Paulo, sendo utilizado como via de transporte e de lazer, tornando a particularidade fluvial da cidade, personagem do diálogo com o barco.

A realização de uma pintura que prima pela representação de uma vida cotidiana presente nos rios da cidade, aliada à técnica de pintura *en plein air*, adquirida em seu aprendizado com Georg Grimm (1846-1887), faz com que a obra de Castagneto se torne uma produção diferenciada na pintura de marinha no Brasil. A precisão topográfica da cidade não é uma questão importante na obra do artista, como ocorreu com a produção de Thomas Ender (1793-1875), Jean-Baptiste Debret (1768-1848), Charles Landseer (1799-1874) e Eduard Hildebrandt (1818-1869), entre outros, que contribuíram para a produção de uma iconografia da cidade através de registros dos aspectos físicos, arquitetônicos e sociais (LAGO, 1998; MOURA, 1998: 347-399). E também do artista ituano Miguelzinho Dutra (Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra, dito, 1810-1875) que, em sua produção artística, representou os aspectos da vida do interior paulista, fornecendo, através de sua obra, uma importante colaboração para a iconografia regional de São Paulo. Ou ainda, as imagens fotográficas de Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) que demonstram, a partir dos anos 60, as transformações ocorridas no desenvolvimento urbano da cidade. E é dentro desse contexto que a pintura de marinha do artista tem o seu caráter de inovação: o abandono da pintura histórica – com seus grandes feitos narrativos – e da iconografia consagrada – o caráter de apresentação topográfica das cidades – pela total imersão na representação de uma paisagem que é esvaziada de narrativa. Essa paisagem torna-se, assim, o tema por excelência para a realização da expressão do artista, como bem observa Gonzaga Duque (1997:55).

A produção de obras que descrevem a vida cotidiana, tendo o rio, como personagem, senão principal, ao menos importante, aproxima Castagneto do pintor paulista

Almeida Júnior. Este último apresenta em suas telas os costumes, as cores e a luminosidade regional de São Paulo. Seus retratos da gente simples, em ambientes rústicos do interior do estado, nunca ridicularizam ou transformam essas pessoas em personagens pitorescos. E dentro dessa temática, Almeida Júnior realizou algumas pinturas voltadas ao motivo do rio. Por exemplo, a cena ribeirinha de *Paisagem do rio Piracicaba* (s/d, óleo s/ tela, 50 x 73 cm, Museu de Arte de São Paulo "Assis Chateaubriand", São Paulo), ou cenas que descrevem ações humanas típicas de quem convive com o rio, como no quadro *Pescando* (1894, óleo s/ tela, 64 x 85 cm, coleção particular). Nestas obras, o artista paulista revigorou o motivo dos rios, os personagens e os vinculou ao seu ambiente natural em quadros que como Castagneto, suprimem a monumentalidade das dimensões, eliminando qualquer referência à pintura histórica. Essas obras compõem a representação da imagem do interior de São Paulo, tema querido pelo artista.

Almeida Júnior realizou também, algumas paisagens que descrevem atividades de lazer da burguesia paulista, como a obra *Salto de Itu* (1886, óleo s/ tela, 135 x 199 cm, Museu Paulista/Universidade de São Paulo, São Paulo), onde o artista retrata um grupo que visita uma cachoeira com trajes da moda. A pintura procura dar a imensidão das quedas d'água e uma certa fascinação que motiva a presença descontraída dos visitantes que contemplam, passeiam ou conversam nas margens. As senhoras com suas sombrinhas, as crianças, o cachorro, o homem pintando ao fundo, indicam o prazer de se estar ali, apreciando a beleza da natureza. O pintor paulista faz referência ao lazer da vida burguesa também em *Piquenique no Rio das Pedras* (1899, óleo s/ tela, 120 x 80 cm, coleção particular) que retrata pessoas reunidas para um aprazível piquenique na beira de um ribeirinho na mata do sítio 'Rio das Pedras'. É uma mata fechada, com ar muito bucólico. Os presentes estão elegantemente vestidos e formam um grupo que aproveita a tranqüilidade da natureza. Percebe-se na cena uma atmosfera descontraída de conversa e diversão num lugar fresco e agradável. Um contato de lazer estabelecido com o mundo natural. É notório perceber que Almeida Júnior assimila o tema da *fête galante* para em seguida adaptá-la para uma versão paulista[10]. Desta maneira, a vida interiorana, o mundo rural como assunto, no qual o rio tem papel de destaque se apresenta na obra deste artista tanto na vida simples quanto na sofisticação do lazer burguês. Neste sentido, Castagneto condensa nas suas obras realizadas em São Paulo, a vida corriqueira dos rios presentes no cenário urbano da cidade.

[10] A pintura rococó francesa do século XVIII tem sua melhor síntese neste tipo de pintura onde jovens elegantemente trajados se reúnem alegremente ao ar livre. É exemplo deste tipo de arte os quadros de Antoine Watteau (1684-1721) como *Peregrinação a Citera* de 1717 (Louvre, Paris). (Ver mais o assunto: Levey, 1998).

Salto de Itu (1899, óleo s/ tela, 109 x 147 cm, Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora) pintada por Pedro Alexandrino (1856-1942), é uma obra que se aproxima dessas, porém, nela o artista não aborda o lazer da burguesia ou o ambiente rural, mas faz um retrato da cachoeira. Trata-se também de uma das poucas paisagens que o pintor fez, já que este se dedicava à pintura de naturezas-mortas. Notamos nesta obra o interesse de Alexandrino na queda d'água, justificado pelo enquadramento muito mais próximo que o da obra de Almeida Júnior. Este deixa de fora a representação de qualquer acontecimento às margens da cachoeira. Percebemos ainda que não há a presença da figura humana. É apenas a natureza e a fascinação que ela exerce sobre o artista. A composição é elaborada de maneira estática, como se fosse um arranjo de natureza-morta. A pintura é um pouco rígida, porém, revela a intensidade do marulhar das águas que caem e se chocam com as rochas produzindo um admirável efeito das espumas que se debatem.

A representação dos rios da cidade, também pode ser encontrada na produção do marinhista Benedito Calixto (1853-1927). Trata-se de *Inundação da Várzea do Carmo* (1892, óleo s/ tela, 125 x 400 cm, Museu Paulista/USP, São Paulo), na qual, observamos a presença fluvial em uma paisagem urbana com dimensões de pintura histórica. O artista descreve minuciosamente a época de cheia da Várzea do Carmo, indicando o cotidiano do rio na cidade de São Paulo. O formato panorâmico evidencia a amplitude da cidade, demonstrando detalhes de seu horizonte urbano e paisagístico. A obra torna-se, assim, documento iconográfico da cidade, no século XIX. Calixto faz com que o rio, um motivo cotidiano, freqüentemente representado em pequenos suportes, aqui adquira a importância de personagem histórico do diálogo com a cidade. Este mesmo pintor fez muitas cenas de porto – motivo caro à pintura histórica de marinha – e realizou, também, paisagens que retratam o litoral sul de São Paulo vinculadas aos temas cotidianos. Assim como Calixto, Castagneto pintou o litoral sul de São Paulo, como podemos averiguar pelos jornais que cobriam suas exposições na cidade. Obras como *"Tarde-Boqueirão", "Boqueirão"* e *"Praia do Boqueirão"* são denunciadas pelos seus respectivos títulos como realizadas em Santos, porém, esses quadros não possuem informações e suas localizações são atualmente desconhecidas, o que impede uma análise comparativa com as obras de Benedito Calixto que, geralmente, realiza uma pintura sem movimento, pois sendo muito detalhista e preocupado com o registro documental do local acaba por "paralisar" seus quadros. Na obra *Rampa do Porto do Bispo em Santos* (c.1900, óleo s/ tela, 39 x 84 cm, Museu de Arte de São Paulo "Assis Chateaubriand", São Paulo) notamos uma descrição dos elementos arquitetônicos e do porto que compõem o quadro. No plano ao fundo, a serra e o céu são criados a partir de contrastes em tons de azul, para encenar

uma perspectiva atmosférica, um pouco à maneira de Vitor Meireles (1832-1903), embora não tenha o mesmo impacto do artista catarinense. Em um outro exemplo, *Praia de São Vicente* (s/d, óleo s/ tela, 30 x 50 cm, coleção particular), temos uma praia pintada na qual percebemos um arranjo novamente rico em detalhes, em especial, dos barcos. Há uma certa luminosidade lilás nas nuvens e pinceladas verdes e azuis se misturam para criar o mar, proporcionando um leve lirismo ao conjunto, mas, da mesma maneira que seus outros quadros, a composição é imóvel. A representação permanece ao 'gosto' do autor, é um claro exemplo de registro documental, provavelmente influenciado pela fotografia. A produção de Benedito Calixto, especialmente nas obras aqui selecionadas, é pautada pela preocupação com o realismo, com a criação de uma imagem que seja tão fidedigna quanto possível do mundo empírico. Trata-se de uma possibilidade de reconstituição daquele local, naquele momento, como em um álbum de fotografias ou um álbum de viajantes. Neste sentido, é completamente oposta a pintura de Castagneto, como apontou Gonzaga Duque ao destacar sua sensibilidade para pintar o mar, uma sensibilidade de poeta (1995:198), encontrada na sua produção paulista e na cumplicidade do artista com o rio.

Portanto, o centro de interesse de Castagneto em São Paulo é o mesmo encontrado nas motivações artísticas que o Rio de Janeiro lhe inspirava. Assim, independente de ser rio ou mar, encontramos o artista exercitando seus pincéis com o corriqueiro. É nesse retrato da vida simples que podemos aproximar Castagneto e Almeida Júnior. Entretanto, não podemos esquecer que, nos exemplos de Almeida Júnior, essa vida simples consiste em retratar os caipiras e as atividades características de uma vida regional, o que inclui a sua paisagem ribeirinha e suas atividades relacionadas, como a pesca. E, mesmo no lazer burguês, a representação está condicionada a um ambiente agradável no interior da cidade. Em Castagneto, a figura humana não existe – exceção feita a raríssimas obras – e o foco do artista são os barcos que, indiretamente, acusam a existência humana, mais precisamente do pescador, que em algum momento pode aparecer, pegar seu barco e entrar no mar. O barco se torna, de fato, a possibilidade de expressão dos sentimentos do pintor traduzidos em São Paulo pelos rios. É justamente, neste ponto que Castagneto se diferencia de Benedito Calixto, pois este último pratica uma pintura rígida e detalhista que tenta captar todo o realismo da cena, destituída de qualquer evocação subjetiva frente ao motivo. Desta maneira, percebemos que em São Paulo, Castagneto acabou por encontrar seus motivos tão caros (os barcos que lhe evocam a saudade e a esperança) nos arredores da cidade, permitindo a ele renovar (explorando as possibilidades pictóricas em cores e luz) seu assunto predileto com os pequenos barcos ao seco no Tietê e em Santos.

Bibliografia

AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo (1895-1915).** São Paulo: Saraiva, 1957.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e Tradições da cidade de São Paulo: metrópole do café (1872-1918).** Rio de Janeiro: José Olympio/Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954 [volume III].

GONZAGA DUQUE. **A arte brasileira.** São Paulo: Mercado de Letras, 1995.

GONZAGA DUQUE. **Graves e Frívolos (por assuntos de arte)**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

LAGO, Pedro Corrêa do Lago (org.). **Iconografia paulistana do século XIX**. São Paulo: Metalivros, 1998.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. **Giovanni Baptista Castagneto (1851-1900), o pintor do mar.** Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1982.

LOURENÇO, Maria Cecília França (org.). **Dezenovevinte: uma virada no século.** São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1986 [catálogo de exposição].

MARCONDES, Marcos Antonio. **Almeida Júnior: vida e obra.** São Paulo: Art Editora, 1979.

MIGLIACCIO, Luciano (curador). *Arte do Século XIX.* In: AGUILAR, Nelson (org.). **Mostra do Redescobrimento.** São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo/Associação Brasil 500 anos, 2000 [catálogo de exposição].

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações.** São Paulo: Ateliê Editorial, Fundação Editora da Unesp, Imprensa Oficial do Estado, Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Helder. **Olhar o mar: Giovanni Castagneto: um estudo sobre as obras 'Marinha com barco', e 'Paisagem com rio e barco ao seco em São Paulo "Ponte Grande"', 1895**. Campinas: Dissertação de mestrado em História da Arte, IFCH, Unicamp, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: Geografia e História.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, Gastão Pereira da. **Almeida Júnior: sua vida, sua obra.** São Paulo, Editora Brasil, 1946.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Álbum Comparativo da cidade de São Paulo – 1862/1887: Militão Augusto de Azevedo.** São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e memória de um bairro operário: Reduto - 1910 – 1930

Rosana Padilha de Sousa*

Resumo: Na primeira década do século XX, atendendo aos interesses do comércio internacional da borracha, surgiram obras que forçaram uma reestruturação na vida urbana e social da cidade. No caso do Reduto as transformações urbanísticas resultaram num movimento de declínio da atividade comercial existente no bairro desde as suas origens, atingindo profundamente a vida das pessoas que moravam ou simplesmente circulavam por ali. Com a crise da borracha, a partir de 1920, houve uma certa canalização de investimentos para o desenvolvimento da atividade industrial na cidade e, devido as condições locacionais, o Reduto tornou-se uma área atrativa para a instalação de fábricas e, deste modo, foi se constituindo em um bairro operário com características bem particulares que o tornaram um dos mais bem individualizados bairros de Belém.

Palavras-Chave: *borracha – urbanização – fábricas*

Abstract: As a result of the ongoing international business in relation to the rubber trade during the first decade of the XX Century, refurbishment works were being carried out in the city, which in consequence had an impact on its social and urban life. The urban changes in Reduto led to a decrease in the level of commercial activities, which had always existed in the area, deeply affecting the lives of many citizens - whether or not belonging to that specific residential area. From 1920, the rubber trade crisis led to an investment on the development of industrial activities in the city and, due to its location, Reduto was established with various factories, thus becoming a labouring quarter with its own specific characteristics which in return, turned it into one of the most individualised areas within the city of Belém.

Keywords: rubber - urbanisation – factories

No final do século XIX, a cidade de Belém, assim como os grandes centros urbanos do país, viveu intensamente os conflitos e as contradições geradas pelo desenvolvimento econômico da época. Com a entrada da borracha no mercado internacional a partir de 1890 ocorreram muitas transformações urbanísticas em Belém que ao mesmo tempo em que enquadravam a cidade no projeto modernizador idealizado pelas elites locais, reordenavam a composição social belemita.

Antes do período áureo da borracha, o Reduto, bairro contíguo ao centro comercial de Belém, já apresentava um processo intenso de ocupação. No início da segunda metade do

* Professora de História da Escola de Aplicação da UFPA.
Mestranda em História Social da Amazônia – UFPA.

XIX, com a abertura de uma doca - Doca do Imperador- a ocupação da área se intensificou. Se por um lado, essa construção descaracterizou parcialmente o sítio original, o chamado Igarapé da Fábrica[1], por outro, levou-o a um período de intensa prosperidade comercial, chegando a rivalizar com o Ver-o-Peso[2], em termos de dinamismo comercial (LEMOS,1904:182-183).

Doca do Reduto – Fonte*: Álbum Belém da Saudade – A Memória da Belém do Início do Século em Cartões-Postais.* 2ª. ed. ver. aum. Belém: Secult,1998.

A Doca do Reduto era "o mercado dos pobres, da gente dos bairros modestos". (ORICO,1956, p.68). Era uma área ocupada por comerciantes, operários, costureiras, ferreiros, etc. populares que foram se instalando ao longo do desenvolvimento do comércio gerado pela economia da borracha

Entretanto, na primeira década do XX, em decorrência da dinâmica comercial gerada pela economia da borracha, foi necessário expandir a zona portuária de Belém e para tanto era necessário a execução de obras como o aterramento da doca do Reduto.

Sem dúvida, a natureza foi a que primeiro sentiu o impacto dessas transformações, porém, o desgaste social sofrido por aquelas pessoas que fizeram daquele lugar seu espaço de vivência e sobrevivência foi extremamente danoso. A atividade comercial naquela área entrou em completo declínio.

> *(...) Antes do aterro levado a efeito com as obras da "Port of Pará", havia, ali, uma doca onde os caboclos vinham entregar à pobreza, por meia pataca, paneiros de assai e de bacaba, peixe fresco e defumado,frutas gostosas e ácidas que de me lembrar me vem água à boca.(...)" (ORICO,1956:76).*

[1] - Nome do Igarapé do Reduto, chamado assim devido à existência de uma fábrica de sola na área do igarapé.

[2] Mercado- feira situado na chamada Cidade Velha às margens da Baía do Guajará.Criado em 1688 para ser um posto fiscal onde se pudesse "haver o peso" das mercadorias, isto é, pesá-las e cobrar os devidos impostos para a Coroa. Passou a ser popularmente chamado de lugar de Ver- o- Peso o que deu origem ao nome do mercado que ainda hoje abastece a cidade com mercadorias vindas do interior paraense, fornecidas principalmente por via fluvial.

Contudo, a cidade de Belém já apresentava no final do XIX um número significativo de fábricas, de onde muitas se situando no bairro do Reduto. Pela sua localização, desde sua formação, o Reduto despertou essa tendência ao caráter industrial. Foi lá que se acomodaram as primeiras unidades instaladas na cidade. As fábricas que foram se concentrando na área do Reduto eram de várias linhas de produção, marcadas por processos tecnológicos diversificados, mas pontuados por procedimentos operacionais simples. Eram grandes fábricas como a Perseverança (1895) que atuava na linha de produção de cabos, aniagens, barbantes, linhas para pesca e algodão hidrófilo e ocupava uma área de 12.000m^2 e empregando mais de 1000 operários. Havia ainda no bairro grandes lojas de ferragens, tecidos, padarias, casas aviadoras, etc. Deste modo, gradativamente o Reduto foi se constituindo em um bairro de periferia fabril, característica que mantém até a segunda metade do século XX. Perdia assim a condição de "bairro-mercado" para assumir a condição de "bairro operário".

Com base em censos e levantamentos diversos, se constatou que em 1930 havia no Pará um parque industrial que satisfazia em parte a demanda local.

> *"Constituía-se basicamente de dois tipos de indústrias: aquelas que produziam matérias-primas semimanufaturadas, destinadas, quase exclusivamente à exportação, como as que produziam a borracha lavada laminada, o couro curtido, madeira serrada, óleos e essências, ou beneficiavam a castanha, prensavam a juta e selecionavam sementes oleaginosas, e aquelas que produziam bens de consumo direcionados pelas necessidades locais, como a indústria da construção civil, alimentação, bebidas, produtos para a higiene e limpeza, calçados, chapelaria e vestuário".* (MOURÃO, 1989: 46-47).

A historiografia tradicional tem apresentado o período do pós-borracha no norte do país, como um período de crise, como se a decadência da produção gomífera tivesse destruído totalmente a economia local, como se a vida da cidade dependesse unicamente dos seringais e, ainda, que o universo social da região se resumisse aos seringalistas e grandes comerciantes. Com a queda da borracha, no entanto, houve uma certa canalização de investimentos para a atividade industrial, aumentando consideravelmente o número de estabelecimentos industriais na cidade, o que não se traduz numa crise econômica.

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa de mestrado que propõe-se além de rastrear o processo de configuração do bairro do Reduto como um espaço de intensa dinâmica

comercial e industrial, questionar até que ponto a crise da borracha afetou a economia local, visto que o parque industrial da cidade só veio a ser abalado a partir da década de 50 com a inauguração da estrada Belém-Brasília . "O uso regular dessa rodovia demoliu algumas barreiras 'protetoras' à [...] produção industrial local, na medida em que facilitou o ingresso de produtos do centro-sul que passaram a competir de modo vantajoso com os similares locais". (MOURÃO,1989: 72)

É intenção do projeto desvendar outras imagens do cenário construído pela Belle Époque. Mostrar que neste cenário que na maioria das vezes é demonstrado tendo como pano de fundo o poder, o fausto e a riqueza das elites, havia também outros personagens, e assim, "restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações(...)"(MATOS, 2002: 26).

Para rastrear o processo de configuração do Reduto a partir do cotidiano dos seus sujeitos, é preciso cautela. A questão não se limita apenas a uma identificação desses sujeitos, mas é preciso desnudar as tramas de vida desses sujeitos. Como o bairro se configura enquanto espaço de sociabilidade[3] para aquelas pessoas que moravam, trabalhavam ou simplesmente circulavam por ali?

Um outro problema que nos instigou foi a presença de pessoas de nacionalidades diferentes que passaram a compor o quadro populacional daquela área.Como se estabeleceram naquele espaço de convívio as relações interétnicas? Como se teriam pautado essas relações? Elas seguiram um padrão marcado por conflitos ou por uma convivência relativamente harmoniosa? Segundo Truzzi que estudou o convívio de várias etnias no Bairro do Bom Retiro em São Paulo, estas relações se constituem em questões interessantes quando se observa um microcosmo social.

Contudo, não basta apenas identificar as "referências sociais" desses sujeitos históricos, certo que esse se constitui um passo significativo, mas sobretudo, entender o papel que desempenharam esses personagens "ocultos" na tessitura de uma sociedade glorificada pelo fausto e, depois numa nova configuração, gerada pelo desenvolvimento industrial. Enfim, pretende-se mergulhar na individualidade desses sujeitos fazendo assim um regaste de suas experiências vividas e compartilhadas e, desse modo, ajudar a compor o mosaico da história de nossa cidade e de nossa gente.

A tarefa de revisitar e desvendar o passado em busca de um território que foi "esquecido" pelo poder público, de dar rosto a vultos despercebidos, recuperar experiências

3

perdidas nas trilhas da história, enfim, de responder a tantas perguntas que ainda não calaram ao longo desse processo de repensar a cidade de Belém e de conhecer seus sujeitos e suas tramas, requer certamente um debruçar-se prolongado sobre as fontes disponíveis.

Para tanto, conto com o apoio de um vasto acervo historiográfico e fotográfico, com os depoimentos de muitos descendentes de imigrantes que chegaram em Belém no final do século XIX e, nas primeiras décadas do século XX e de trabalhadores das fábricas, ou descendentes, e moradores antigos do bairro.

BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Theodoro. **Guia do Estado do Pará**. 1916.

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: **Conselho Estadual de Cultura,**1970.

_____**.** *As edificações de Belém*. Belém, **Conselho Estadual de Cultura**. 1971.

LACERDA, Franciane Gama. *"Infância e imigração no Estado do Pará (final do século XIX, início do século XX)*". In: **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

ORICO, Osvaldo. **Da forja à academia**.Belém: Livraria José Olympio Editora. 1956

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968. 2 v.

_____. **O sistema portuário de Belém**. Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica; Série José Veríssismo).

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

TRUZZI, Oswaldo. *Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo*. In: **Estudos Históricos***,* Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

No Sertão, a revolta: Práticas políticas e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736.

Gefferson Ramos Rodrigues*

Resumo: O texto analisa a revolta de 1736 em Minas Gerais quanto à composição social do movimento, as demandas dos envolvidos e as formas desenvolvidas pelos rebeldes no encaminhamento de suas queixas. O protesto, de origem fiscal, teve ampla e diversificada mobilização social, conheceu a montagem de um auto-governo acompanhado de rituais de violência. Tais características contrariam, à primeira vista, certa concepção de revolta que vê nas rebeliões movimentos elitistas, desmobilizados e ausentes de objetivo político consistente, ponto de vista que o presente trabalho procura se contrapor.

Palavras-chave: Poder – Imposto – Revolta

Abstract: This article analises the 1736's revolts in Minas Gerais about the social composition of the moviment. The rebel's demands and the devlopment of their complains. The protest, of fiscal origin, had a brig and different social mobilizacion, knew the estabilishment of a self-governement with violent rituals. That caractceristics annoy, at the first-view, a conception of revolt that understands in the rebelions like elit's moviments, without mobilizations and a politics project. That's wat this work intends to annoy.

Key-words: Power – Tax – Revolt

Os protestos que ocorreram na Capitania de Minas Gerais, especialmente na primeira metade do século XVIII, pode se dizer, com alguma reserva, que a cada nova forma de cobrança do quinto, teve como resultado à eclosão de protestos. Apesar de o descontentamento estar concentrado, em sua maioria, na região das minas, as maiores resistências à capitação, registradas na capitania, vieram do sertão do São Francisco.

O objetivo da presente proposta de trabalho é estudar os motins do sertão do São Francisco, ocorridos em Minas Gerais, no ano de 1736, quanto à composição social do movimento, as demandas dos envolvidos, bem como as formas por eles desenvolvidas no encaminhamento de suas queixas.

Um exame mais apurado das condições materiais dos envolvidos na rebelião, que abarca tanto membros de grupos sociais, ditos subalternos, quanto de membros da elite local, permitirá constatar que elementos uniam esses grupos. Outro objetivo é avaliar se as

*Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes – MG. Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense sob a orientação do Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.

demandas dos rebeldes com base na experiência que tiveram na conquista do território, realmente apresentavam fundamento ou se constituíam mero argumento retórico na defesa de seus interesses. Por fim, tendo em vista de que foram variadas as formas de resistência dos envolvidos, observar se com isso inauguram alguma prática política até então não verificada nas Minas.

O palco desses acontecimentos, o sertão do São Francisco, reunia as localidades de São Romão, Santo Antonio do Japoré, Jequitaí, Brejo do Salgado, Capela das Almas, Barra do Rio das Velhas, Montes Claros, dentre outras, (MATA-MACHADO, 1991: 11) – sendo que boa parte delas estava direta ou indiretamente envolvidas com os movimentos sediciosos.

Integrada ao "Caminho Geral do Sertão"[1], a região possuía ainda uma intensa relação com a Bahia, sobretudo Salvador, cidade que fornecia produtos manufaturados, vindos da Europa, e boa parte dos escravos que se encaminhavam à região mineradora. O desenvolvimento da pecuária e do comércio garantiu um período de prosperidade ao sertão nas primeiras décadas da mineração, situação que se alteraria significativamente com a introdução de uma nova forma de arrecadação dos quintos reais: o sistema de Capitação. A cobrança da capitação no sertão do São Francisco resultou na eclosão de quatro levantes, ocorridos entre os meses de março e agosto de 1736 durante o governo interino de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença – Comissário régio –, que governou a Capitania entre 15 de maio de 1736 e dezembro de 1737. O Governador-interino foi também o responsável pelo estabelecimento da capitação na Capitania, método de cobrança que previa a taxação anual de um valor fixo, a ser pago pelo proprietário sobre cada escravo e não distinguindo aqueles que se ocupavam de atividades agrícolas daqueles que se ocupavam da mineração, isto é, o novo imposto residia indistintamente sobre todos os escravos que residiam na Capitania.

Para a compreensão das rebeliões na época moderna deve-se apreender, inclusive, o significado que a rebelião assumia na época. Nesse sentido, importante contribuição é dada por Rosário Villari. O autor, ao analisar diversas obras políticas dos séculos XVI e XVII, que defendiam ou negavam sua legitimidade, considerou, particularmente no período de 1590 a 1640, que "A condenação e o descrédito da rebelião penetraram tão profundamente na cultura e na consciência colectiva (...) que obscureceram por muito tempo o valor ideal da resistência à opressão e à tirania, que em outros períodos históricos fora aceite e exaltado" (VILLARI, 1991: 91).

[1] Informações sobre as Minas do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1939, 57, p. 172.

De 1640 em diante, de acordo com o autor, forjou-se o que ficou conhecido como a teoria da legitimidade da rebelião, de acordo com a qual é facultado aos súditos o direito de se revoltarem contra o soberano quando este se tornar tirano. Assim, "a rebelião podia ser concebida como um acto libertador" (VILLARI, 1991: 91), assumindo então um caráter legítimo.

Em Portugal, esse princípio adveio das transformações ocorridas no reino com a Restauração em 1640. Os discursos elaborados para restaurar o trono usurpado pelos espanhóis destacavam a origem popular do poder régio. De acordo essa concepção o poder político pertence ao povo que o concede ao Rei na forma de um pacto, mas que pode ser retomado em situações de tirania(MONTEIRO, 2002: 89-91). Emerge, assim, uma nova concepção de poder, que influenciou de uma maneira especial os súditos na América portuguesa (FIGUEIREDO, 2003: 6-27).

Em obra dedicada ao estudo das rebeliões na Europa, Robert Foster e Jack P. Grene procuram examinar a série de condições que resultaram em transtornos sociais, a fim de constatar se existiram semelhanças suficientes entre protestos únicos e sem relação entre si, que pudessem autorizar uma idéia geral acerca da natureza desses eventos. Entre outras características, destacaram os autores a debilidade da estrutura política face as ambições do Estado, o descontentamento com o regime existente e com certas medidas do governo, a participação de grupos da elite, uma ideologia alternativa capaz de aglutinar os elementos dissidentes e certas perspectivas de triunfo. Ainda assim, advertem os autores que a mescla de todos esses fatores foi muito variada em cada caso e quaisquer que sejam suas semelhanças não se deve nunca perder de vista suas convergências nem a complexidade e peculiaridade de cada movimento (FOSTER Y GREENE, 1972: 28).

No exame da "economia moral" da multidão inglesa no século XVIII, Edward Palmer Thompson faz considerações importantes sobre as sublevações do período. Segundo Thompson, além da noção pejorativa que o termo "motim" carrega, "constitui uma ferramenta pouco afiada para tantas queixas e motivos particulares" e, portanto, "impreciso para descrever a ação popular" (THOMPSON, 1998: 176).

Ao analisar a "multidão" alguns aspectos como a disciplina de suas ações e a apresentação de um padrão de comportamento – que tem origens anteriores, mas que assume uma forma mais sofisticada no século XVIII –, devem ser notados. Desse modo, a espontaneidade que é atribuída às ações desses grupos, possui forma apenas aparente (THOMPSON, 1998: 176). Na concepção do historiador inglês, "motim" constitui um padrão

de comportamento coletivo, uma alternativa a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência (THOMPSON, 1998: 208).

De acordo com essa perspectiva, a análise das rebeliões deve ter em vista a mudança na concepção de poder e a legitimidade que poderiam assumir. Apesar da diversidade de causas que operaram na sua eclosão, a rebelião podia apresentar certas perspectivas de triunfo, além de constituir uma ação ordenada por parte dos grupos que a integraram.

As rebeliões coloniais aparecem em parte da historiografia brasileira como movimentos desmobilizados, destituídos de projetos políticos e voltados para o atendimento de interesses mais imediatos, dentre outros rótulos. Isso certamente contribuiu para o pouco interesse sobre o tema, corroborando para que prevalecesse uma visão negativa. Ponto de vista compartilhado por José Roberto do Amaral Lapa ao fazer a seguinte consideração sobre os protestos,

> *... o que na verdade se nota, em revoltas como as de Beckman (Maranhão, 1684), na guerra dos Mascates (Pernambuco 1710-1714), na de Filipe dos Santos (Minas Gerais, 1720), mesmo na conspiração dos Suassunas (Pernambuco, 1801), é ausência de idéias e programas que visem, de maneira objetiva, uma vez obtida a vitória, o progresso sob o ponto de vista econômico, através de medidas concretas, como também, em alguns casos, nem mesmo se diagnosticam as condições negativas e os entraves que o 'status quo' determinava (LAPA, 1981: 193, apud FIGUEIREDO, 1996: 191).*

Seria enganoso, no entanto, pensar que as desqualificações que recaíram sobre os protestos fossem marca apenas da historiografia brasileira. Detratações similares também recaíram sobre os protestos do Antigo Regime na Europa. Thompson referindo-se aos historiadores que estudaram os motins de fome na Inglaterra do século XVIII diz que prevaleceu entre eles uma "visão espasmódica" (THOMPSON, 1998: 152) em relação a natureza destes protestos.

Particularizando o caso da Capitania de Minas Gerais, principalmente na primeira metade do século XVIII, momento em que a região foi pródiga em manifestações de descontentamento, Carla Anastasia ressalta que, de um modo geral, nos protestos das minas, os rebeldes não se opunham ao pagamento do quinto, o reconheciam enquanto um direito real, apenas discordando das constantes alterações nas suas formas de cobrança (ANASTASIA, 1998: 33). Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, por sua vez, argumenta que a fiscalidade,

enquanto um instrumento de transferência de riquezas colonial para a metrópole, revelou sua outra face nos freqüentes protestos que marcaram a vida social no Brasil. Dessa forma, as manifestações individuais ou coletivas contra o pagamento de impostos eram alimentadas, quase sempre, por uma crise econômica (FIGUEIREDO, 1995: 62-66). Atendo-se às manifestações coletivas, no capítulo que dedicou às desordens do sertão, os "Furores sertanejos", verificou que pareciam, em princípio, atender às demandas de grandes proprietários contrários ao fisco, mas que não se devia desprezar o papel que desempenharam índios, forros, mamelucos e mulatos conquistando certa autonomia no processo das lutas (FIGUEIREDO,1996: 153-154).

O que se afigurava de novo nas sublevações do sertão foi à recusa sistemática ao pagamento de um direito real. A ocorrência dos protestos, numa área rural, distante da tradicional zona de conflitos das Minas e, por conseguinte, dos mecanismos de controle da Coroa, dotada ainda de uma dinâmica econômica diversa da região aurífera, reveste os motins do sertão de algumas peculiaridades, que permitem inseri-los dentro de uma lógica diferente daquela que se verificava nos protestos da área central das Minas.

Durante os protestos, a recusa sistemática ao pagamento da capitação foi acompanhada da participação de poderosos locais, da mobilização de grupos populares, da redação de requerimentos e pasquins encaminhados às autoridades, seguidos de atos violentos. Eventos que se passaram na invasão do arraial de São Romão, no dia 06 de julho de 1736, ocasião em que foi redigido um "Requerimento" registrado junto ao Cartório da localidade. No documento, os amotinados alegavam que

> *(...) executar as mesmas ordens contra eles sertanejos sem eles nunca pagarem quintos nem lavrarem ouro e menos assistirem em terras minerais por serem moradores no sertão que somente produzem e fantilizam [sic] pastos, para os seus gados, e vendo-se eles vexados e oprimidos com tão excessivo tributo não o podem pagar pelas suas impossibilidades (...)*[2]

O Tabelião do distrito informava que "apareceram, encorpados, em troço de gente, sertaneja, moradores segundo o publicavam nestes sertões do rio São Francisco (...)" e, após ditarem o teor do que queriam que registrasse, "logo encostaram as armas que traziam e se puseram de pés apelidando a voz de toda geralmente viva El Rei de Portugal Dom João o quinto, e todos os seus vassalos repetindo duas e três vezes e a mesma voz".

Com o registro em cartório, os rebeldes procuravam revestir a revolta de dispositivos legais. Além de apresentarem, como justificativa para o não pagamento da

[2] Requerimento dos moradores do sertão do São Francisco ao general Gomes Freire, redigido e registrado pelo tabelião do distrito de São Romão Alexandre de Castro Roiz, tendo como juiz ordinário Francisco Soares Ferreira. São Romão, 6 de julho de 1736. Lisboa, ANTT, Mss. do Brasil. Liv. 10, fl. 38-39.

capitação, o fato de não residirem em terras minerais, a revolta dos sertanejos ganhava causa ainda mais profunda em razão da experiência que a conquista do território lhes havia proporcionado.

> *(...) a razão de seu requerimento e da diligência que a este lugar o[s] trazia, era porque eles por si e seus antepassados descobriram estes sertões e os povoaram a custa de seu sangue e fazendas conquistando dele o gentio bravo com que foi o dito sertão e de presente é infestado de gentio, as quais estão as suas custas defendendo continuamente , do dito gentio com suas armas e fazendas e perca de muitas vidas a mais de quarenta anos a esta parte povoando as ditas terras com fazendas de gados (...)*[3]

A invasão do arraial, segundo espiões espalhados na região pelo Governador interino, que o informavam de todo o percurso dos rebeldes, contou com cerca de "duzentas pessoas armadas que fizeram (guiados pelo vigário Antonio Mendes Santiago)"[4]. De posse do controle do arraial, "deram saque geral a todas as casas sem perdoar a nada exceto a casa do vigário e alguns padres"[5], não poupando ninguém que se recusasse a integrar aos tumultos, "que chamavam confiscos para fardarem os tapuias que traziam com o título de seus soldados".[6]

O movimento conheceu, ainda, a formação de um governo autônomo, institucionalizado quando houve a nomeação de Juízes, Procuradores e Comandante de tropas. Pedro Cardoso, sobrinho de Domingos do Prado, um dos cabeças do levante, foi feito Procurador do Povo, já Gregório Cardim fora investido do cargo do Juiz do Povo. A nomeação para postos de mando contemplou ainda membros de grupos populares. Simão Correia, mameluco, filho de uma carijó, fora designado General das armas, e um certo Manuel Nunes, vulgo "bastardão", de igual estrato social, alçado a condição de Mestre de Campo.

O descontentamento dos sublevados com o governador, expressos nos brados de "Viva el-rei, viva o povo, e morra Martinho de Mendonça", alimentava a mítica do "rei traído", presente, também, nas revoltas do Antigo Regime na Europa, situação em que o soberano, invariavelmente, preservado, distante dos seus súditos, poderia ser enganado pelos seus representantes (FIGUEIREDO, 2002: 137). Imbuídos dessa crença, os rebeldes manifestavam seu ódio ao governador interino vociferando "(...) e para que não nos cavalgue

[3] Requerimento dos moradores do sertão do São Francisco ao general Gomes Freire, redigido e registrado pelo tabelião do distrito de São Romão Alexandre de Castro Roiz, tendo como juiz ordinário Francisco Soares Ferreira. São Romão, 6 de julho de 1736. Lisboa, ANTT, Mss. do Brasil. Liv. 10, fl. 38-39.
[4] Motins do Sertão. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, v. 1, n. 4, out/dez.,1896, p. 650.
[5] "Relação dos roubos e incêndios, e mais insultos que os amotinados praticaram nas suas sublevações". André Moreira de Carvalho, São Romão, 18 de outubro de 1736. Lisboa, ANTT, Mss. do Brasil. Livro 1, fl. 280-284.
[6] Idem.

o Sr. Martinho de Mendonça; como tem cavalgado as Minas;". Em momentos de maior radicalização, o Monarca tinha sua imagem atingida com a veiculação de pasquins que parodiavam a oração do Pai-nosso em tom de desafio "Mas não acredito eu/pois tanto nos atropelais/e por essa razão não estais/ *Santificado*" ou, ainda, "Não queirais fazer-se celeiro/do suor de tais vassalos/pois todos são empenhados/*A que seja feita*".[7]

Por apresentar essas características, os motins do sertão configuram-se como um interessante movimento para desvendar a natureza das rebeliões não apenas no panorama histórico das minas setecentistas, mas também em outras realidades coloniais.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Manuscritos do Brasil, Livros: 1, 10

Informações sobre as Minas do Brasil. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1939, 57.

Referências Bibliográficas

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C / Arte, 1998. (Coleção Horizontes Históricos)

FOSTER, Robert y GREENE, Jack P. **Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna** (Cinco estudios sobre sus precondiciones y precipitantes). Versión Española de Blanca Paredes Larruca. Madrid: Alianza, 1972.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa.** (Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761). São Paulo: USP, 1996 (tese de doutoramento). (mimeo.).

_____. *Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil Colonial*. LPH, **Revista de História** n.º 5. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1995.

_____. *Quando os motins se tornam inconfidências: práticas políticas e idéias ilustradas na América Portuguesa (1640-1817).* In: MENEZES, Lená Medeiros de; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. (orgs.) **Olhares sobre o político** – novos ângulos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

MATA-MACHADO, Bernardo da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais, 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial: 1991.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho**: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720). São Paulo: HUCITEC, 2002.

RUDÉ, George. **A Multidão na História.** Estudos dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[7] Padre noço[sic] dos moradores das minas Gerais, minas novas dos currais, minas de vários metais, minas do rio das mortes, minas do Sabará, fortes minas do serro frio, minas de prover seu brio, minas de goiases, minas dos topázios, minas do inferno, minas, minas de todo o delírio. Lisboa, ANTT, Mss. do Brasil, Livro 10, f. 210.

VILLARI, Rosário. **O homem barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Estado e Igreja: o movimento social do cristianismo de libertação sob o olhar do DEOPS/SP (1954-1974)

Admar Mendes de Souza*

Resumo: A atuação político-religiosa de setores da Igreja Católica no Brasil de meados do século XX. Uma visão dos atritos entre Igreja e Estado através da documentação do Departamento de Ordem Política e Social, DEOPS/SP.
Palavras-chave: Política – Religião - Conflito

Abstract: The political-religious action of sectors of the Catholic Church in Brazil in mid 1900´s. A vision of the conflicts between the Church and State see through the DEOPS/SP documentation.
Keywords: Political – Religion - Conflicts

A proposta inicial deste texto é apenas delinear alguns aspectos da pesquisa de doutorado que desenvolvo, e que ainda se encontra a meio caminho. É apenas um esboço, uma discussão sobre a documentação, seu uso e o que busco com tal trabalho.

Este projeto de pesquisa surgiu a partir das reflexões desenvolvidas no mestrado: "Frades Dominicanos de Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil"[1]. Nela busquei apreender e analisar o engajamento político e social de um grupo de frades dominicanos da cidade de São Paulo entre os anos de 1963 e 1970. Delineei esse engajamento social a partir de seus aspectos formuladores, que estavam ancorados em crenças religiosas e perspectivas políticas. A análise dos documentos existentes no DEOPS/SP e dos depoimentos colhidos junto aos religiosos revelou uma prática política que estabelecia uma maior participação de setores da Igreja nos problemas políticos e sociais do país. Ao mesmo tempo, era um rompimento que, apoiado num conjunto de reflexões teóricas, teológicas e

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.
[1] Defendido no departamento de História da USP em 2003, sob orientação da Prof.a. Dra. Maria Aparecida de Aquino e com o financiamento da CAPES.

políticas, e de práticas religiosas, punha na ordem do dia a ação política como via de superação das mazelas sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Esta nova pesquisa visa aprofundar a compreensão acerca desse rompimento. O contato e a análise de parte da documentação do DEOPS/SP trouxeram à tona a questão do *olhar vigilante* exercido por este órgão de Segurança do Estado sobre os movimentos sociais ligados à Igreja. Esta reflexão leva em consideração o progressivo distanciamento entre setores da Igreja e do brasileiro, antes e depois do regime militar instituído em 1964. Assim, desejo identificar e pensar este conflito a partir desses registros policiais, buscando revelar, por um lado a prática repressiva e, por outro, a atuação de setores da Igreja Católica. A documentação a ser analisada refere-se ao período 1954 a 1974. C

A documentação

O material a ser estudado é a documentação produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DEOPS/SP. Criado em 1924 e ativo até 1983, era um dos órgãos do aparato repressivo do Estado vinculado à Secretária de Segurança Pública.

Este fundo documental é formado por quarto grandes séries documentais: Prontuários, Ordem Política, Ordem Social e Dossiês (AQUINO, 2002: 17-43). A série Dossiês, a que será estudada, é uma grande massa documental produzida e armazenada, a partir de 1940, pelo chamado Serviço Secreto e, posteriormente, pela Divisão de Informações[2]. No total, são 5.207 dossiês e 9.626 pastas de documentos.

O Acervo DEOPS/SP é resultado da prática de vigilância do órgão sobre os setores considerados perigosos pela ordem vigente (PIMENTA, 1995; 149-154). Organismos como Serviço Secreto e Serviço de Informações, dentro do DEOPS/SP, produziam, sobretudo através de agentes infiltrados, relatórios de investigação.

É de suma importância ter presente o caráter político da atuação deste órgão de Estado. A polícia política, segundo Marília Xavier, teria como função "entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a 'ordem e a segurança pública" (AQUINO, 2002: 18-19). Por quase seis décadas o órgão acompanhou e registrou as práticas contrárias ao poder vigente.

[2] O conjunto de pastas/"Dossiês", como as demais séries, tem um fichário correspondente. No caso, existem 1.100.000 fichas que remetem a 9600 pastas. A maioria das fichas remissivas é nominal, referentes as pessoas que foram vigiadas pelo DEOPS/SP.

Considerando a função do DEOPS, no decorrer da pesquisa, surgiram dúvidas sobre a validade desta documentação como fonte para visualizar a Igreja, já que revelaria a leitura do órgão de repressão. Isto poderia gerar uma visão seletiva e distorcida da instituição católica.

Esta questão foi então pensada à luz do problema formulado. A função do DEOPS era perseguir e incriminar o que julgava fora e contra a ordem. Neste sentido, parece correto considerar que a visão que a documentação traz da Igreja possa ser distorcida e seletiva, pois é direcionada. Por outro lado, este direcionamento poderia guardar justamente o registro dos movimentos e de indivíduos que, ligados à Igreja Católica, eram tidos como perigosos à ordem vigente. Acredito que é possível encontrar ali a Igreja que se questionava e se movia em função dos problemas políticos e sociais. E que, também por isto, chegou a contestar a própria relação Igreja/Estado. Ou seja, a origem tornaria esta documentação propícia a apresentar uma leitura feita pelo Estado dos momentos e motivações que levaram a um embate com setores da Igreja.

É certo pensar que esta documentação retrate, sobretudo, os mecanismos da repressão, sua forma de atuar e de interpretar a atuação de setores da Igreja – o que também nos interessa. Mas, da mesma forma, seria correto pensar que ela revela as ações e as resistências desenvolvidas pelos atingidos por essa vigilância. Esta compreensão acerca das potencialidades desta documentação faz parte das reflexões da professora Maria Aparecida de Aquino.

> *Restringindo-me somente a dois aspectos que me parecem os mais evidentes, entendo que, através da consulta a esse acervo, pode-se ter acesso ao funcionamento de um importante instrumental de repressão utilizado largamente durante o regime militar e, por intermédio dele, a própria lógica desse regime aparece delineada. O outro aspecto, que é a contrapartida do primeiro, refere-se ao potencial e ao caráter da resistência ao Estado Autoritário brasileiro pós-64. Os relatórios dos "agentes infiltrados" mostram a que eles estavam atentos e quais os seus procedimentos de vigilância e controle. Exibem, também, graças ao conhecimento que, no exercício de sua função, precisavam adquirir em relação às pessoas/instituições/atividades que acompanhavam, o funcionamento e a lógica que ditava o seu procedimento. Além disso, o farto material apreendido nessa atuação repressiva fornece uma radiografia das diferentes expressões de oposição ao regime. (AQUINO, 2001:184).*

É a partir desta compreensão que a documentação será analisada. A partir destes registros, recompor os tons e as formas que denotam o conflito de setores da Igreja com o Estado vigente.

Dentro da série "Dossiês", há um conjunto de pastas formados pelo código alfanumérico composto pela letra "G". Tais pastas referem-se especificamente a temas ligados ao campo religioso da sociedade brasileira (AQUINO, 2002: 36).

Objetivos

Pensando historicamente, algumas reflexões sobre a atuação política da Igreja orientam este trabalho.

João Batista Libânio, tomando o Concílio Vaticano II como momento de ruptura para a vida religiosa, lembra que todo rompimento supõe um antes e um depois. Ele entende que já havia religiosos que viviam este depois antes mesmo da reunião conciliar (Libânio, 1981: 39). Pensando esta movimentação religiosa que vivia o espírito pré-conciliar anterior a 1964, acredito que ela não era tida como propriamente inimiga ou indesejável pelo Estado. Se considerarmos, política e socialmente, o golpe militar como de quebra institucional e de engendramento de uma nova sociedade, isto pode parecer correto, já que a Igreja desenvolvia projetos em parceria com os governos anteriores. Resta efetivamente uma verificação com relação aos católicos progressistas, já que começaram a criticar o sistema capitalista patrocinado pelo Estado antes mesmo do golpe.

Desta compreensão, podemos observar, olhando para estes setores progressistas da Igreja católica, que é possível identificar um anticapitalismo nos termos da não afinidade eletiva entre capitalismo e a ética católica, que Löwy buscou em Max Weber. No livro *A Guerra dos deuses*, Löwy recupera a idéia de que religiões éticas não coadunam com a racionalidade econômica do capitalismo, que é impessoal, individualista. Segundo o autor, isto ajuda a entender a oposição dos católicos progressistas da América Latina ao capitalismo e a sua própria luta (LÖWY, 2000: 34-56). Verificar esta compreensão na documentação referente à Igreja de São Paulo, pode ajudar na compreensão do que foi esta atuação política e religiosa que marcou o catolicismo de meados do século XX.

Outra questão diz respeito à leitura feita pelo DEOPS acerca destes movimentos. Como lembra Comblin, o tipo de ligação preconizado pelo Estado era conveniente, porque a fé era apenas apêndice, não atuação. Já a ligação entre Igreja e Estado proposta, por exemplo, pela Teologia da Libertação, é de interação, de diálogo sobre as questões sociais (LÖWY,

2000: 97-99). Autores como Löwy, Pablo Richard e Márcio Moreira Alves sugerem em seus trabalhos que, considerando a longa relação entre Igreja e Estado, os órgãos de polícia percebiam, pelo menos inicialmente, a movimentação social como dissociada da instituição. O envolvimento de alguns setores católicos com questões políticas e sociais diria respeito a poucos indivíduos, tratar-se-iam de desvios de conduta.

Tomando isto como pressuposto, indago se a leitura feita pelo Estado, através de órgãos como o DEOPS/SP, foi capaz de apreender a complexidade das transformações vividas pela própria Igreja. A tradição que ligava Igreja e Estado dificultaria um entendimento claro dos termos que levaram a um estremecimento desta relação.

Reflexões sobre o material analisado

O primeiro passo dado no trabalho de pesquisa foi selecionar as pastas "G" da série Dossiê. Numa triagem inicial, avaliou-se a extensão, a periodicidade e a tipologia documental. Um primeiro levantamento demonstrou que o material a ser examinado somava um total de 96 pastas, considerando aqui os anos de 1954 e 1974.

FAMÍLIAS	SUBFAMÍLIAS	NúMERO DE PASTAS	ANOS DE PRODUÇÃO*
30-G		7	De 1942 a 1962
40-G	41-G	7	De 1942 a 1960
50-G		82	De 1940 a 1979

O material observado até agora é composto, preponderantemente, por relatórios de agentes infiltrados nos mais diversos momentos e espaços que compõem a prática católica, dentro e fora das igrejas. Eventos religiosos, como a missa, ou encontros abertos à comunidade para debater política e economia, ou ainda a presença de um religioso em meio a um evento social qualquer.

O documento que se segue é um exemplo do material a ser estudado. Sua forma e conteúdo delineiam a análise a ser feita.

"SERVIÇO SECRETO – DOPS
INFORME SOBRE

Clero Progressista no Estado de São Paulo. 3 de setembro de 1968.

* Estão indicadas as datas limites da produção de cada Pasta/Família que serão analisadas na pesquisa.

1 – O clero, de uma maneira generalizada, no Estado de São Paulo, se mantém neutro em relação aos problemas sócio-econômicos que se apresentam ao Governo. Esta maioria é identificada como "clero conservador".
Entretanto, vimos acompanhando a proliferação das atividades do "clero progressista", que se manifesta sob a orientação de Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, as quais vão no sentido de que a Igreja não pode se manter alheia aos problemas fundamentais do Brasil, devendo colocar-se a favor das forças vivas da nação, cujas reivindicações, segundo esta facção, são justas.
Dom José Gonçalves da Costa, ex-secretário geral da CNBB, chegou inclusive a admitir a presença do clero nas passeatas e demais manifestações, porque "uma das principais funções da Igreja é a de lutar pela justiça social".
De acordo com os princípios do "clero progressista", a Igreja já não é mais uma instituição petrificada, pelo contrário, ela evolui conforme previsto no Evangelho de São João: "muitas coisa amadurecerá na Igreja, que agora não é possível explicar".
2 – Ação dos padres Progressistas
Nas observações procedidas por este serviço, puderam ser verificadas duas maneiras de ação desenvolvida pelo "clero progressista", uma direta e outra indireta.
A atividade direta consiste na participação pessoal nas concentrações operárias ou estudantis, e a indireta, que reputamos a mais seria, é a utilização do próprio Evangelho para lançar a semente da insatisfação entre a população..
Assim, por ocasião das solenidades religiosas, os padres se servem das prédicas para chamar a atenção dos fiéis no sentido das injustiças sociais, gerando sérias dúvidas nas mentes dos menos esclarecidos.
É comum observar nas Igrejas desta capital, o desvirtuamento das pregações, que, as vezes, chegam a ser compradas com as orações pronunciadas nas reuniões de elementos subversivos. Nessas ocasiões, chegam a concitar aos fiéis a se reunirem para debaterem problemas que dizem respeito à guerra do Vietnam, à invasão da República Dominicana, aos problemas do povo cubano, etc.
Não podemos concluir que os métodos usados pelos padres progressistas seja os mesmos adotados pelos esquerdistas, mas podemos afirmar, sem dúvida, que os objetivos são comuns: descrédito das autoridades constituídas.
3 - Ideologia
Ideologicamente, o clero progressista aceita como válida a teoria marxista, embora não concorde com as soluções postas em prática pelos países da cortina de ferro, pois propõe uma solução "brasileira" para o problema, sem contudo esclarecer como poderá fugir aos métodos comunistas, que o próprio clero condena, para alcançar o objetivo a que se propõe.
Entretanto, justificando sua atividade, afirma que todo o seu movimento é baseado nos seguintes princípios:
afirmação de que, nos atuais regimes democráticos, é praticada a "exploração do homem pelo homem";
não adoção das soluções materialistas dos Estado totalitários, porque os mesmas não coadunam com as tradições cristãs brasileiras;
não aceitar a intervenção governamental na luta que deverá ser encetada pelos operários brasileiros, no sentido de cessar a exploração do homem.
4 – PROFUNDIDADE DO MOVIMENTO
No afã de levar a população à tomada de uma efetiva posição, se esquecem os "padres progressistas" que poderão ser causa de grandes perturbações sociais, gerando a violência, que uma vez iniciada, jamais será reprimida, pois a massa em que lançam o germe da discórdia é perigosa.
5 - FOCOS
Em São Paulo, os principais focos de subversão dos "padres progressistas" estão instalados nas seguintes áreas:
5.1 OSASCO – região onde se encontra grande número de operários, que vem sendo doutrinados pelos chamados "padres operários".
5.2 ABC – compreendem-se os municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Mauá, Diadema e Ribeirão Pires, municípios onde o bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos, vem se destacando com sua vastíssima atividade.

> *5.3 DOMINICANOS – o convento dos dominicanos, à rua Caiubi, é um verdadeiro centro de operações dos "padres progressistas", destacando-se entre eles Frei Chico, cujas conferências pronunciadas nesta capital, foram verdadeiras reuniões subversivas.*
> *5.4 REDENTORISTAS – movimento desusado vem sendo observado entre os redentoristas, com sede à rua Sampaio Vital 1021, Jardim Paulista, os quais se reúnem no Instituto Redentorista de Estudos Superiores, localizado no quilômetro 20 da rodovia Raposo Tavares, onde tem sido verificada a presença de jovens, participando de reuniões.*
> *5.5 SANTOS – no interior do Estado, ressaltamos a atividade do Bispo de Santos, Dom David Picão, que vem orientando os "padres operários" na sua peregrinação pelos bairros pobres daquele município, abrangendo inclusive o município de Cubatão.*
> *5.6 LORENA – ainda no interior, mencionamos o bispo de Lorena, Dom Cândido Padim, que vem semeando a palavra de insatisfação em todo o Vale do Paraíba.*
> *5.7 BOTUCATU – os "padres operários" de Botucatu estão solidários com os estudantes locais, nas suas investidas para a perturbar a ordem pública. Há pouco naquela cidade, registrou-se um sério incidente, em que 24 padres se rebelaram contra a indicação de Dom Vicente Zioni, que deveria gerir a diocese. A crise só se serenou, após a indicação de elemento, cuja formação se identifica com referidos padres, a dom Remo.*

Dos entendimentos que podem ser retirados deste texto, o primeiro a ser destacado refere-se à dimensão do olhar investigativo do órgão de investigação. Revela-se através do conhecimento demonstrado acerca das transformações que ocorriam no interior da Igreja, inclusive com a noção de que havia também uma divisão interna ao clero, entre conservadores e progressistas.

O fato de identificarem em Dom Hélder a figura que orientava o clero progressista assinala que o órgão percebia a movimentação de parte da Igreja como que guiada por determinados indivíduos. Isto, por exemplo, ajuda a entender a forte oposição e repressão que se abateu sobre a pessoa e sobre aqueles que estavam juntos, no caso, a este bispo nordestino.

Se a questão da atuação política dos religiosos é motivo de preocupação ao DEOPS, é importantíssimo destacar a condição de guardião do Evangelho e da boa fé que o órgão arroga para si. Os padres progressistas, na sua postura, seriam então os usurpadores da mensagem cristã, o que poderia gerar insatisfação e dúvidas entre a população. Esta subversão é tida como preocupante, pois, junto aos "esquerdistas", aos marxistas, com quem compartilhariam convicções, visava atingir as autoridades constituídas. O relatório também traz a preocupação com possíveis perturbações sociais que tal clero poderia causar. Fato indesejável, pois geraria "a violência, que uma vez iniciada, jamais será reprimida, pois a massa em que lançam o germe da discórdia é perigosa".

Por outro lado, da Igreja que emerge do texto, o mais importante é perceber o seu novo traço definidor: uma instituição que não deveria se manter alheia aos problemas políticos e sociais existentes no país. A justiça social seria o fio condutor desta nova

compreensão. Assim, na concepção dos padres progressistas, não se envolver, não participar do mundo que os cercava é que seria negar o Evangelho.

Algumas considerações

Como apontado pelos estudiosos da documentação produzida pelo DEOPS, não há dúvida sobre sua importância para a reconstituição e compreensão de parte da história repressiva do país. O agir deste setor do Estado está ali representado. E revela, através de seus procedimentos, a imagem e a forma de sociedade que queria concretizada, eliminando tudo aquilo que lhe fosse contrário. Nesta função, registra a prática daqueles que se contrapunham a este Estado, o órgão também revela os traços que marcam a face de seus opositores.

O documento que destacado acaba por expor, como traço geral sobre o DEOPS/SP, um olhar abrangente, presente em diversos lugares e momentos, desvelando também sua constância. A metodicidade, a desconfiança permanente sobre determinados aspectos do comportamento religioso denunciam as concepções que impulsionam esse *vigiar*.

A instituição que surge da documentação é delineada através do entrechoque de interesses e concepções entre Igreja e Estado. De um lado, por exemplo, o Estado entende que os problemas sociais e políticos não são problemas da Igreja, o que ia de encontro a uma nova forma de ser Igreja, que percebe sua missão encarnada também nestas questões do homem em sociedade. Primeiro, um olhar que busca identificar e combater o indesejável. Depois, padres, bispos e ordens religiosas são identificados como os causadores deste indesejável, da desordem. Na Igreja, este embate traduziu-se na busca por justiça social, na luta por liberdade de opinião e de ação por alguns de seus membros.

Bibliografia

AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.) No Coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de et alii (orgs.) A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político. Famílias 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LIBÂNIO, J. B. As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais. Coleção Vida Religiosa: temas atuais/10; 2ª Edição. Co-edição: Petrópolis, Vozes / Rio de Janeiro, CRB, 1981.

João Paulo Garrido Pimenta/Revista de História 132, 1995.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e Ciências Sociais no Instituto Histórico de Paris

Elaine Cristina Carraro*

Resumo: Neste texto procuramos examinar a relação da emergência de um pensamento sociológico na França e a produção intelectual dos membros do Instituto Histórico de Paris (IHP), com o auxílio de documentos concernentes às atividades deste Instituto entre os anos de 1834, ano de sua criação, e 1850. O Instituto Histórico de Paris, criado por E. G. de Monglave, pretendia dar exclusividade aos estudos históricos, mas ao promover uma "históra positiva" e ao defini-la como o "estudo das sociedades humanas", estabelece uma intensa e variada relação entre essa história e um pensamento sociológico. Esse pensamento sociológico pode ser percebido nos estatutos da sociedade; nas pesquisas estatísticas; nas questões tratadas nos congressos históricos; e nas publicações que afirmam a influência das raças humanas sobre o desenvolvimento das sociedades. Assim, afirmamos que um pensamento sociológico esteve presente no discurso assumido pelo IHP, e que essas fontes podem esclarecer a história do surgimento da sociologia, precisar quais eram suas preocupações e suas relações com o conhecimento histórico.

Résumé : Dans ce texte nous cherchons à examiner le rapport de l'émergence d'une pensée sociologique en France et la production intellectuelle des membres de l'Institut Historique de Paris (IHP) à l'aide des documents concernant les activités de cet Institut entre les années 1834, année de sa création, et 1850. L'Institut Historique, crée par E. G. de Monglave, avait pour but de ne promouvoir que les études historiques, mais dès qu'il a encouragé une « histoire positive » et l'a défini comme « l'étude des sociétés humaines », il établit un intense et varié rapport entre cet histoire et une pensée sociologique. On peut observer cette pensée sociologique dans les statuts de la société ; dans les recherches statistiques ; dans les questions des congrès historiques ; et dans les publications qui affirment l'influence des races humaines sur le développement des sociétés. Ainsi, nous affirmons qu'une pensée sociologique était présente à cet Institut et il nous apparaît que ces sources peuvent nous aider à clarifier l'histoire de la naissance de la sociologie ; préciser quelles étaient ses préoccupations et ses rapports avec la connaissance historique.

Introdução

O século XIX, na França, é considerado o século da história e dos historiadores que contribuíram para formar um discurso histórico e uma comunidade científica. A Monarquia de Julho caracteriza-se como um período especial para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa histórica. Os historiadores da época dispunham de uma informação e

* Doutoranda em Sociologia pelo IFCH - Unicamp.
Apoio: FAPESP. Em 2006, apoio da CAPES – bolsa de doutorado sanduíche.

documentação nova e incomparavelmente mais acessíveis e mais completas do que existiu no passado. É neste contexto que surge o Instituto Histórico de Paris.

O período delimitado nesta pesquisa abrange as duas primeiras décadas de mais intensa atividade do IHP (1834-1850), que coincide com o contexto da Monarquia de Julho, momento de intensos debates no qual a questão social está na ordem do dia, e quando se assiste à eclosão de projetos de reorganização da sociedade. Academias e Instituições como esta desempenharam papel decisivo na produção intelectual do século XIX, sobretudo na qualidade de instância que seleciona, consagra e premia trabalhos intelectuais.

O mais antigo presidente do Instituto Histórico é Joseph Joseph-François Michaud (1769-1839), da Académie Française, mas foi o secretário perpétuo, E. G. De Monglave, que redigiu os estatutos e seu preâmbulo histórico, e, conforme Paul Deslandres, é ele o verdadeiro fundador do IHP. O mês de julho de 1846, quando cessam todos os registros manuscritos é a data na qual o secretário perpétuo, Garay de Monglave, deixa o Instituto Histórico.

O Instituto Histórico foi registrado no Ministério da Instrução Pública a 27 de novembro de 1833[1] e autorizado em 24 de dezembro do mesmo ano. Mas a primeira assembléia geral só ocorreu três meses mais tarde, em 23 de março de 1834, sob a presidência de Joseph Michaud, da Academia Francesa, e contou com a presença de 38 membros fundadores, dentre os quais destacamos: Ballanche, da Academia Francesa; Lamartine, deputado; Baltard, diretor da Escola Real de Belas Artes, arquiteto; Geoffroy Saint-Hilaire, da Academia de Ciências; Jules Michelet, professor de história na Escola Normal, chefe da seção histórica nos arquivos do reino, membro da Academia de Ciências Morais e Políticas; conde Alexandre de Laborde, da Academia de Inscrições e Belas-Letras, vice-presidente do IHP; Ampère (père), da Academia de Ciências; Berton, da Academia de Belas-Artes; Bory de Saint-Vincent, da Academia de Ciências; Bouillaud, da Academia de Medicina; Jomard, da Academia de Inscrições e Belas-Letras; Andral, da Academia de Medicina; de Jouy, da Academia Francesa; Poujoulat; Bra, estatuário; Lerminier, professor no Collège de France, da Academia Francesa; Barão d'Eckstein; o abade Guillon, bispo de Marrocos, capelão da rainha; Laurentie, inspetor geral dos estudos; Buchez; Villenave, antigo professor de história literária da França no Ateneu Real de Paris; Monvoisin, pintor de história, etc. Assim, podemos observar que o objetivo era fundar uma Sociedade tão científica quanto histórica.

Ao alargar seu interesse pelo conhecimento do processo de organização das sociedades humanas, a história define sua relação com a ciência social. E, partindo da análise

[1] O Instituto Histórico torna-se Société des Études Historiques em 1872.

dos documentos manuscritos e publicações do IHP[2], é que procuramos estabelecer essa relação da história com as ciências sociais, tema que será abordado neste texto.

Os objetivos do IHP eram, afirmam seus fundadores, "encorajar, dirigir, propagar os estudos históricos na França e no estrangeiro", para "estudar tudo o que constitui a ciência histórica", o IH abre suas portas para franceses e estrangeiros e se corresponde com sociedades científicas francesas e estrangeiras.

Esclarecida a tendência "toda pacífica, voltada para o bem individual e geral", o IHP recebeu a aprovação de dois importantes historiadores, ministros de Luís Filipe: Thiers e Guizot. A partir das correspondências de alguns ministros, enviadas ao Instituto Histórico, podemos concluir que, além de Thiers e Guizot, os ministros de Luis Filipe, Villemain e Salvandy, também mantiveram boas relações com o IHP.

O primeiro projeto do IHP propôs que os trabalhos da Sociedade se dividissem em 12 classes. A proposta, muito vasta para ser cumprida, foi alterada na segunda assembléia geral em 06 de abril de 1834, e o Instituto passou a estruturar-se em 6 classes: 1ª. classe**: História Geral;** 2ª. classe**: História das ciências sociais e filosóficas;** 3ª. classe: **História das línguas e das literaturas;** 4ª. classe: **História das ciências físicas e matemáticas;** 5ª. classe: **História das Belas-Artes;** 6ª. classe: **História da França.** A partir de 22 de fevereiro de 1836 as classes foram reduzidas a quatro, quando a 1ª. classe passa a ser composta pelas antigas 1ª. e 6ª. classes; e a 3ª. classe composta pelas antigas 2ª. e 4ª. classes.

Os trabalhos do Instituto Histórico de Paris foram divulgados de diversas formas. Em 14 de maio de 1834 os membros aprovaram a criação de uma Revista. Entre os anos de 1834-1840, a Revista recebeu o título de *Journal de l'Institut Historique* e em 28 de dezembro de 1840 tornou-se l'*Investigateur,* em 1883 ela passou a se chamar *Revue de la Société des Études Historiques* e, em 1889, a *Revue des Études Historiques.* Deslandres (1922: 319) afirma que *não há nenhuma descoberta arqueológica, nenhum Congresso científico da Europa que não tenha sido destacado nesse precioso Investigateur*.

A Idéia de um **Congresso Histórico Europeu** foi proposta em 14 de julho de 1834, pelo literato Mary Lafon, e o primeiro Congresso ocorreu em novembro de 1835, reunindo historiadores de toda a Europa. As questões debatidas nos Congressos, realizados anualmente, mostram que os membros do IHP buscavam conhecer a influência do meio

[2] Esses registros manuscritos, que contém as atas das Assembléias Gerais, das reuniões do Conselho, e de duas classes: História das Línguas e Literaturas e das ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas ; entre os anos de 1834 a 1846 ; e as publicações : "*Journal de L'Institut Historique",* que depois de 1840 torna-se "*L'Investigateur"* (1834 a 1860), foram restaurados e microfilmados e trazidos ao Brasil, e hoje estão arquivados no Arquivo Edgard Leuenroth- IFCH/Unicamp.

geográfico; o espírito geral da nação; as causas físicas; sociais e morais; e o papel da religião na organização da sociedade; e confirmam que o IHP, sob o emblema de instituição que deveria estimular estudos históricos, estimulava a pesquisa de caráter sociológico.

A divulgação dos *conhecimentos históricos* se fez, também, através de **cursos públicos** oferecidos gratuitamente pelos membros do Instituto.

História e Pensamento Sociológico

Orientamos esse trabalho de acordo com a idéia de Bottomore (1967: p. 75), segundo a qual a sociologia se originou, em grande parte, de uma ambição filosófica: "explicar o desenvolvimento da história humana, explicar as crises sociais do século XIX na Europa e proporcionar uma doutrina social que orientasse a política social".

Desde o início das atividades do Instituto Histórico fica evidente a idéia que, parece-nos, compõe seu tema principal : "é preciso trabalhar para conduzir a sociedade a seu aperfeiçoamento".

Em um artigo que introduz o primeiro volume do jornal do Instituto, M. Boissière, tratando do "método histórico em geral" considera que o historiador deve "seguir a harmonia das revoluções, a regularidade dos fatos, o elemento constante da humanidade, e marcar assim a harmonia que conduz diferentes épocas, ou seja, a lei que as domina".**(**Journal de L'Institut Historique, agosto de 1834 a janeiro de 1835: 211)

De acordo com Joseph Michaud, o primeiro presidente do IHP, era preciso "ver na história um grande ensinamento moral" (*L'Investigateur,* 1845: 443). Conforme Buchez,

> *A glória de nosso tempo, em uma palavra, será ter elevado a história à classificação de ciência positiva.(...) Vemos nela uma* ***ciência plena de ensinamentos****,* ***dotada de uma utilidade real e fecunda****, que serve de apoio a todos os conhecimentos humanos e que contém nela mesma o tesouro das mais importantes elaborações. Ela é a guardiã da religião, da moral e das leis. (...) a* ***história é a fonte onde a humanidade deve tirar sua experiência e procurar um ensinamento sobre as coisas do futuro****. (L'Investigateur, 1845: 201 e 202).*

Observamos na história do IHP uma forte compatibilidade com os temas e preocupações do pensamento sociológico da primeira metade do século XIX na França. De acordo com Bottomore (1967: 49), a abordagem da

> *sociologia histórica envolve certa ordem de prioridades nos problemas de pesquisa e teoria; concentra-se sobre problemas de origens, desenvolvimento e transformação das instituições, sociedades e civilizações, ocupa-se com todo o âmbito da história humana e com todas as principais instituições da sociedade, como no trabalho de Comte, Spencer e Hobhouse, ou com o desenvolvimento total de uma determinada instituição social.*

Levantamentos sociais

Bottomore assinala as contribuições da Filosofia da História à sociologia, que no aspecto filosófico, destacam-se as noções de desenvolvimento e progresso e afirma que sua origem também está ligada aos movimentos de reforma social e política; e para que esses últimos pudessem ocorrer, julgou-se necessário empreender levantamentos das condições sociais.

Conforme os estudos de Antoine Savoye, Françoise Arnault, Göran Therborn, Terry Nichols Clark, Tom Bottomore, notamos um elemento importante que marca a origem da sociologia moderna : as enquetes sociais. Esse tipo de pesquisa evidencia que os métodos das ciências naturais deveriam e poderiam ser utilizados nos estudos das questões humanas, e que estas poderiam ser, a partir de então, classificadas e medidas. Além disso, nota-se também a preocupação com a pobreza, com o problema social.

Há um duplo contexto, científico e político ao mesmo tempo, que favorece a multiplicação das enquetes de aspecto sociológico: primeiramente, constata-se o projeto de uma ciência da sociedade que se afirma e que encontra uma audiência marcante nos meios intelectuais. Podemos destacar, por exemplo, Saint-Simon e seus discipulos e, igualmente, os liberais – Benjamin Constant, Guizot, também animados pelo desejo de conhecer a sociedade. E em segundo lugar, uma política positiva observada nos trabalhos públicos encorajados pelos ministros de Luís Filipe; multiplicando as estatísticas oficiais, favorecendo o desenvolvimento da sociologia.

Mas, conforme esses autores, essas enquetes não seriam suficientes para concretizar o projeto de uma ciência da sociedade. É preciso a intervenção de um outro fator : a criação de instituições científicas que pudessem assegurar a continuidade da pesquisa e criar critérios de cientificidade. Savoye considera que a Academia de ciências Morais e políticas teve um papel decisivo e encorajador para a pesquisa sociológica, reorganizada em 1832, por François Guizot. Considerando o conteúdo dos registros e das publicações do IH, compreendemos que esse instituto também desempenhou um papel importante no desenvolvimento da investigação sociológica nos anos 1830 e 1840.

Com o objetivo de estimular o conhecimento objetivo que poderia ser útil ao aperfeiçoamento moral da sociedade, o Instituto Histórico, e mais particularmente, a terceira classe, que em 1836 passa a ser a classe de história das ciências físicas e matemáticas, sociais e filosóficas, fornece a maior parte dos debates mais profícuos, tendo em vista a importância das questões sociais no tempo de Luis Filipe. Sintonizada nos assuntos debatidos na Monarquia de Julho, a 3ª. classe recebia, por exemplo, o relatório da justiça criminal na

França, que lhe era enviado a cada ano. Sobre esse tema, a classe se dedicava a longos debates, dos quais destacamos alguns aspectos. Algumas passagens dos relatórios da justiça criminal, apresentados às classes, são esclarecedoras no que diz respeito à concepção que se tinha sobre a estatística, sua relação com o pensamento sociológico então emergente, e sobre a convicção de que a partir desse conhecimento uma reforma da sociedade conduzindo-a a seu aperfeiçoamento seria possível.

Lapalme, membro da 3ª. classe, tratando do relatório da administração da justiça criminal na França para o ano de 1842, afirma que graças a esses dados positivos, fornecidos pela estatística criminal, tal como é apresentado nesse relatório,

> *pode-se ver funcionar a justiça. Os vícios da penalidade, os inconvenientes de tal ou tal sistema aparecem claramente. É fácil constatar o ponto vulnerável da sociedade, as tendências gerais das* ***classes perigosas****, e por conseqüência a natureza e as necessidades da repressão. Eis em que a estatística é boa, e como ela tem verdadeiramente uma incontestável utilidade. (grifos nossos, l'Investigateur, 1842 : 94)*

Jules Barbier, sobre o relatório da justiça criminal na França para os anos de 1843 e 1844 (l'Investigateur, 1847: 50, 52).

> ***A estatística é uma ciência moderna****, (...) Mas o que é preciso reconhecer, é que ela sintetiza o estudo das leis segundo as quais os fatos se desenvolvem, que ela fornece inúmeros e preciosos documentos às ciências morais e políticas, e que* ***as observações que dela decorrem podem levar à solução dos problemas sociais*** *mais* ***importantes****. (...)* ***suas constatações são um verdadeiro prêmio aos olhos do filósofo por causa das deduções que dela tira e das idéias de progresso ou de reforma que elas despertam****.*

Definir a ciência social ?

O relatório apresentado por Marie (advogado do Curso real de Paris), sobre os trabalhos da 2ª. classe do Instituto, Históra das ciências sociais e filosóficas, na sessão de 15 de julho de 1835, fortalece nossa hipótese de que há íntima relação entre a história do IHP e sua ação precursora sobre o surgimento de um pensamento sociológico.

A missão da 2ª. classe (história das ciências sociais e filosóficas até 1836), segundo Marie, "[era] a de esclarecer a história das ciências sociais e filosóficas, e ainda, moralizar seus trabalhos colocando-os a serviço da humanidade". Em outros termos, a missão dos membros dessa classe era de

> *conhecer a parte principal e soberana do mundo, a humanidade; queremos saber se sua marcha foi progressiva, se o progresso continua e em torno de que objetivo ele avança. E como a humanidade se traduz, se manifesta no meio dessas agregações de homens que formam a sociedade, (...) queremos desvendar o mistério das sociedades, explicar a origem, o fim, a organização, o mecanismo; constituir, em uma palavra, a ciência social integralmente (...) (Journal de l'Institut Historique, agosto de 1834 a janeiro de 1835: 34).*

Os membros desta classe se questionavam quanto à possibilidade de definir um método para a ciência social, pois reconheciam que uma ciência deveria se fundar sobre critérios estabelecidos pelas ciências naturais:

> *é sobre fatos observáveis e bem observados que uma ciência funda sua exatidão, sua realidade; ora, os fatos sociais podem ser submetidos ao olhar do observador? Poderia ele analisá-los, descrevê-los, entender as diversas relações, depois reuni-las, agrupá-las e delas extrair princípios ou leis para a humanidade?(ibdem)*

Assim, esses membros se questionavam se seria possível formular um método científico que garantisse a análise, a descrição das leis e dos princípios que regem a humanidade.

Insistimos sobre o papel do Instituto Histórico na emergência de um pensamento sociológico. E destacamos também a presença de alguns membros e debates que estes sustentaram evidenciando a relação de suas idéias com a antropologia. É o caso de Victor Courtet de l'Isle e seu trabalho : « La science Politique ou l'étude des Races humaines » ; um trabalho apresentado por Rienzi, sobre a obra de V. Courtet de l'Isle, intitulado : « De l'influence des Races humaines sur le développement des sociétés » ; outro trabalho de Rienzi « Des races d'hommes de l'Océanie, leurs variétés et les caractères des différents peuples et des différentes tribus » ; e alguns relatórios sobre « les mémoires de la société ethnologique »

Enfim, como tentamos afirmar ao longo deste texto, um pensamento sociológico esteve presente no Instituto Histórico, e nós o reconhecemos através dos estatutos, debates e trabalhos de seus membros. Sendo assim, parece-nos que esses documentos, com o auxílio da bibliografia teórica relativa ao tema, constituem uma importante fonte para o esclarecimento da emergência da sociologia ; e para precisar quais eram suas preocupações e suas relações com o conhecimento histórico.

Referência bibliográfica

ARNAULT, F. *Frédéric Le Play* : de *la métallurgie à la science social*. Nancy: Presses Universitaires d'Nancy, 1993.

BOTTOMORE, T. B. *Introdução à Sociologia.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

CLARK, T. N. *Prophets and patrons : the french university and the emergence of the social sciences.* EUA : Havard University Press, 1973.

CUIN, C-H. GRESLE, F. *Histoire de la Sociologie.* Tome 1 : avant 1918. Paris : Éditions la Découverte, 1996.

DESLANDRES, P. "Les Débuts de l'Institut Historique"(1834-1846) in : *Revue des Études Historiques*, 1922. (pp. 299 a 325)

FARIA, M.A. de O. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris.* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

PATRIS, B. Combes de, "La Societé et la Revue des Études Historiques au cours d'un siècle"(1833-1933), id. 1933 (pp. 283-295) in: *Revue des Études Historiques,* 1933.

SAVOYE, A. *Les débuts de la sociologie empirique: études socio-historique (1830-1930)*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1994.

THERBORN, G. *Ciência, clase y sociedad:* sobre la formacion de la sociologia y Del materialismo historico. México: siglo veintiuno editores, c1980.

OUTRAS FONTES

Impressos dos *Journal de L'Institut Historique* e *L'Investigateur,* Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. (1834-1860)

Atas Manuscritas dos Conselhos; das Assembléias Gerais; das Assembléias da Classe de História das Línguas e Literaturas e da Classe de História das Ciências Sociais e Filosóficas, Físicas e Matemáticas do Instituto Histórico de Paris, 1834-1846. AEL/IFCH/UNICAMP.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imagens de índios em O MALHO: a imprensa como mediadora de representações

Eunícia Barros Barcelos Fernandes[1]

Resumo:A pesquisa que ora venho desenvolvendo procura mapear as imagens de índios em periódicos cariocas da Primeira República e O MALHO foi o primeiro a ser rastreado. A comunicação visa apresentar alguns resultados do trabalho, enfatizando a imprensa como um mediador cultural, tanto como receptáculo como propagador de representações. Apresentar imagens encontradas entre 1902 e 1930, limite temporal da pesquisa, assim como as reflexões derivadas, esclarecendo o 'lugar de fala' do periódico e sugerindo que ele assume a mediação na continuidade e/ou transformação de representações acerca dos indígenas por ser *lócus* de construção de um discurso sobre eles.

Palavras–chave: Índios – Imagens – *O Malho*

Abstract:The research I come developing search to map the images of indians in cariocas's periodic of the Primeira República and *O Malho* was the first one to be tracked. The communication aims at to present the results of the work, emphasizing the press as a cultural mediator, as much as stowage as spreader of representations. To present images found between 1902 and 1930, secular limit of the research, as well as the derived reflections, being clarified 'place of speaks' of the periodic one and suggesting that it assumes the mediation in the continuity and/or transformation of representations concerning the aboriginals for being *lócus* of construction of a speech on them.

Key words: Indians – Images – *O Malho*

O Malho foi uma revista publicada de 1902 a 1954 no Rio de Janeiro. Semanal, o periódico representou, junto com outras revistas e jornais, um incremento da imprensa ilustrada na então recente república brasileira. Assumiu um caráter eminentemente de crítica e sátira política, repleto de charges e caricaturas produzidas por expoentes de então como Kalixto – um de seus editores -, Pederneiras e Leônidas, sendo significativo o uso que tais artistas fizeram de *figuras indígenas* para expressarem seus posicionamentos diante da sociedade em que viviam.

---

[1], professora do Departamento de história da PUC-Rio. O presente texto não poderia ser escrito sem a pesquisa das alunas Ana Toledo, Isabella Masini e Patrícia Grigório, assim como sem o apoio da FAPERJ. Faço aqui meu agradecimento.

A pesquisa que ora venho desenvolvendo procura mapear as imagens de índios em periódicos cariocas da Primeira República e *O Malho* foi o primeiro a ser rastreado. A pesquisa articula-se a partir de três pressupostos principais:

a) A compreensão de que as referências hoje encontradas na sociedade brasileira acerca dos indígenas não são fruto exclusivamente das experiências contemporâneas ou de uma memória/ herança dos primeiros contatos no período colonial, mas de um processo histórico que criou e recriou parâmetros, atualizando ou descartando elementos anteriores, reconstruindo significações;

b) A identificação de que o período da Primeira República é rico para a investigação desse processo tanto numa dimensão eventual como numa dimensão historiográfica.

c) A compreensão de que a imprensa ilustrada passa a desempenhar um importante papel a partir de fins do século XIX na consolidação de referências públicas e compartilhadas, sendo veículo fundamental na circulação de idéias e na construção de uma percepção de mundo no momento pesquisado. É preciso destacar o valor da *imagem como artifício mediador e consolidador de representações* quando consideramos os altos índices de analfabetismo e o intenso processo de imigração de indivíduos de outras línguas e, em especial, o valor da charge com seu poder de reflexão social.

Diante do exposto, a comunicação visa apresentar resultados da pesquisa, enfatizando a imprensa como um mediador cultural, tanto como receptáculo como propagador de representações. Apresentar imagens encontradas entre 1902 e 1930, limite temporal da pesquisa, assim como as reflexões derivadas, esclarecendo o 'lugar de fala' do periódico e sugerindo que ele assume a mediação na continuidade e/ou transformação de representações acerca dos indígenas por ser *lócus* de construção de um discurso sobre eles.

Imprensa, mediações e imagens

A instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro quando da chegada da Corte portuguesa em 1808 deve ser marco na produção de periódicos no Brasil, sendo importante apontar o privilégio dos impressos políticos na formação de um perfil das tipografias que surgiram a partir de então. Para nosso tema imagético, outro elemento derivado de 1808 deve

ser considerado: o incentivo régio ao desenvolvimento artístico, sendo distintivas dessa disposição a Missão Artística Francesa e a criação da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios.

Ainda que distantes da temporalidade de *O Malho*, tais elementos não devem ser esquecidos quando da trajetória da imprensa brasileira e, mais pontualmente, do desenvolvimento ao longo do século XIX da imprensa ilustrada. A xilogravura, a litografia e mesmo a fotografia representaram a um só tempo índice de modernização técnica, mas também estratégia discursiva que será privilegiada na passagem do século XIX para o XX, casando a multiplicação de periódicos, a qualificação artística de profissionais e a dimensão política e crítica dos articulistas.

O crescimento da imprensa carioca ao longo do XIX transcorreu durante as formação e consolidação do Estado Imperial e os periódicos não escaparam dos interesses, disputas e diálogos políticos, expressando nas páginas de revistas e jornais, idéias circulantes na sociedade letrada. Nesse sentido, é vigorosa a participação da imprensa na divulgação de uma idealização acerca do indígena que se realizava: o movimento indianista. Da murça imperial às medalhas, passando por litogravuras e esculturas, o índio passou a freqüentar as representações do Brasil invadindo a imprensa e ganhando destaque em imagens, especialmente no traço caricatural como o de Angelo Agostini.

Certamente podemos afirmar que as preocupações e interesses em criar uma identidade ao recente Império frente ao concerto internacional das nações não faziam parte do conjunto da população. Do mesmo modo, o movimento romântico que alicerçou o indianismo era expressão de um círculo de letrados. Observo aqui, entretanto, que tais propostas circunscritas a certos grupos tiveram na imprensa a porta para uma sua ampliação, costurando aos poucos uma hegemonia de sentido. Desde logo, então, compreendo a imprensa periódica, por sua freqüência, baixo custo e grande circulação (devemos lembrar que jornais e revistas contavam com assinaturas em diversas Províncias, disseminando discussões e temáticas vividas na Corte), como um agente mediador de informações e idéias, articulando grupos de diferentes estratos sociais e interesses, criando uma comunidade de sentido.

Enquanto quadros como *O último Tamoio* e *Iracema* atingiam um limitado círculo exatamente por implicarem num restrito lugar de exposição e compartilhamento, os impressos

periódicos chegavam às casas das pessoas, passavam entre amigos e diferentes membros da família, chegando inclusive em mãos escravas.

Assiste-se, na verdade, a um movimento múltiplo, pois a criação do ícone imagético não se separou do suporte onde o ícone circulava. Jornais e revistas materializavam no século XIX e no início do XX uma modernidade técnica que instigava uma alteração nas percepções de mundo. Pode-se mesmo dizer que a legitimidade conquistada pelos periódicos advinha não somente das idéias que faziam circular, reconhecidas como renovadoras e modernas, mas de serem eles mesmos signos de uma nova percepção de mundo. Como tais, os periódicos poderiam ser compreendidos também como mediadores de temporalidades, como instrumentos que traziam o futuro para o presente e distanciavam as formas de vivência do passado.

Materiais modernos também porque céleres, com uma rápida possibilidade de intervenção opinativa. Celeridade conquistada sem dúvida pela periodicidade da circulação, mas também por seus recursos gráficos. A imagem, exemplo de modernidade pelas inúmeras exigências técnicas, também era veículo de aceleração, pois sua compreensão é imediata. Esse registro é fundamental quando se fala em mediação, pois a imagem incorporava na comunidade de sentido uma grande maioria tradicionalmente exclusa das discussões: os analfabetos.

Revistas ilustradas, imaginário e *O Malho*

Uma nova sensibilidade era , então, estimulada, e sua força era aproveitada através da crítica e do humor. Desde cedo as caricaturas marcaram a imprensa imperial e em fins do XIX pode-se dizer que elas possuíam um caráter fotográfico-pedagógico, pois o desenho tornava familiares rostos e atitudes de políticos e celebridades, 'ensinando' a seus consumidores sobre os personagens retratados, além é claro, de valores e padrões (LUSTOSA: 1989, 56).

No Rio de Janeiro da virada do século assiste-se ao nascimento da caricatura brasileira, pois os profissionais estrangeiros passam a dividir lugar com um substantivo número de brasileiros, tais como Kalixto, Raul Pederneiras e J. Carlos. A ampliação do quadro de profissionais alude a uma também ampliação do número de revistas publicadas, fazendo-as engrenagem cultural basilar, não apenas por seu alcance e consumo, mas por

aglutinar a maior parte dos intelectuais, escritores e desenhistas, de então. Nas suas redações ou nos cafés, um grupo ativo de letrados se arrogou intérprete e interventor na capital federal. Como 'mosqueteiros intelectuais' (SEVCENKO: 1985, 78-118), procuraram digerir as situações sociais, tanto dos políticos para com a população como da população para com os políticos, onde o surgimento do personagem 'Zé-Povo', transitando na pena de vários caricaturistas representava, segundo eles, as críticas e aspirações mais coletivas.

Seja pelo deliberado interesse e esforço de tais intelectuais como pelas peculiaridades do veículo impresso, os periódicos foram poderosa ferramenta na construção de referenciais sociais, e porque não dizer – numa enfática marca sobre as imagens – na construção de um imaginário social.

Sopesando tal dimensão é que se torna importante destacar que *O Malho* manteve um uso regular de imagens indígenas entre desenhos – notadamente as caricaturas -, fotografias e propagandas ao longo da Primeira República, fornecendo um intenso e variado repertório para agenciamento de seus leitores. Significa dizer que, junto a outras tantas referências, as imagens indígenas ali aparentes foram fermento na consolidação de um imaginário acerca dos índios.

Caricaturas de imensos índios como guardiões da cidade do Rio de Janeiro atualizavam, num novo contexto, o sentido de vigor elaborado no Império, como de outro modo a representação de políticos da Aliança Liberal em festim canibalístico, recriava desqualificações de selvageria. Através de imagens, a revista costurava conceitos e preconceitos, mediando experiências pretéritas – como a idealização acerca dos Tupis no romantismo - e atuais – como a criação do SPI -, criando um repertório de percepções cada vez mais coletivizadas

Cabe aqui uma observação. A transformação da sociedade e os dilemas da cidadania republicana abriram espaço para criação de novos personagens emblemáticos que eram instrumento da crítica social e política, tais como o Zé-Povo e a mulata empregada. Alguns deles, como o Zé-Povo eram desenhados por vários artistas diferentes, exibindo tanto uma sociabilidade entre caricaturistas, como um compartilhamento de perspectiva, onde o personagem mestiço e miserável, permanentemente excluído se tornava moeda em circulação

Essa aparição de novos personagens construiu sem dúvida um novo cenário para a interpretação do lugar do índio nas folhas impressas e não se pode fechar os olhos para o fato de que alguns questionavam-se da validade na continuação do uso do índio como um símbolo nacional. Quanto a isso houve inclusive uma discussão aberta entre dois articulistas de *O Malho*, Kalixto e Pederneiras.

Em 1908, o semanário *Fon-Fon!* publicou considerações em torno do tema "A representação caricatural do Brasil", tendo como ponto inicial, protestos dos caricaturistas Deodato Maia e Kalixto contra o uso de um indígena na função. O argumento de Kalixto é revelador: 'nosso desenvolvimento progressivo diante de outras nações' tornara a representação ultrapassada. Mas nem todos apoiaram. Raul Pederneiras, por exemplo, reivindicou o poder simbólico do indígena na representação do Brasil. Para sustentar seu posicionamento fez uma comparação. Afirmava que poderia se ter uma representação simbólica do Brasil com o indígena, assim como existia a 'Britânia' para Grã-Bretanha e se ter uma outra representação caricatural do povo como era o 'John Bull' no mesmo país, sugerindo o 'Zé Povinho' de Bordalo Pinheiro para ocupar tal posição (SILVA: 1990, 20).

Entretanto, mesmo considerando a multiplicação de personagens como um outro contexto de recepção receptivo aos leitores, percebo em *O Malho* uma insistente e contínua aparição de figuras indígenas e/ ou de seus caracteres na expressão das idéias e valores. Nesse sentido, discordo das leituras de Isabel Lustosa e Mônica Velloso na afirmação de que a 'cessão de lugar' do índio aos novos personagens (VELLOSO: 1996, 28) representará uma 'saída de cena' do vigoroso índio do Império (LUSTOSA: 1989, 61). Tanto a representação do índio se mantém, como sua pujança, ainda que não apenas ela seja a dimensão ressaltada.

Alguns exemplos

Em 3 de maio de 1902, quando a data ainda se conectava à comemoração da descoberta do Brasil, uma charge abriu a revista. Em meio a uma paisagem de praia e árvores, dois personagens conversam. De pé está Cabral e sentado sobre um tronco está o "O Brasil", identificados pelo diálogo que segue abaixo da imagem. Cabral faz um comentário crítico dizendo que, passados muitos anos, "O Brasil" continuava despido, ao que o mesmo responde: "Que queres? Fui sempre despido de preconceitos e ambições...".

Podemos lançar algumas pistas interpretativas. Observando a composição da imagem, se destaca o alto e o baixo, ou seja, o estar de pé e o estar sentado, e tais posições estão conexas, respectivamente, à crítica e ao criticado. Além disso, as roupas também criam uma oposição em imagem. Mais do que um discurso do estar vestido, estar despido, o colonizador se apresenta de modo elaborado, enquanto as referências que se atrelam usualmente aos indígenas são empobrecidas e ridicularizadas: seu cocar, por exemplo, aparece como tendo apenas três penachos que caem displicentemente. Como bem cabe à caricatura, a construção significativa da pobreza indumentária leva ao riso quando contrastada com cocares tradicionalmente apresentados como volumosos e altos quando da percepção de nobreza ou dignidade.

O diálogo que segue à imagem também pode ser investigado, fazendo-nos chegar a conclusões diversas, uma favorecendo e outra desfavorecendo uma percepção do Brasil. No primeiro caso, podemos interpretar que "O Brasil" dá a volta na posição inferiorizada, pois o personagem faz de seu malefício uma virtude. Ao deslocar o despido de roupas para o "despido de preconceito e ambições" podemos ler a humildade como valor positivo, abordando de uma outra maneira a situação de inferioridade sugerida pela imagem. A volta que sugiro pode ser complementada pela articulação entre o deslocamento 'sério'- a construção da humildade - e o riso. Os três penachos na cabeça se associam a um ar de pouco-caso do personagem, o que, junto ao texto, poderia afirmar que os valores expressos por Cabral não são lá os ideais, como poderia parecer aos incautos. Diferentemente do que professavam alguns, apresentava-se que estar despido não era um mal, levando a um questionamento do parâmetro professado, do modelo.

A pilhéria da volta realizada pelo personagem, entretanto, podia não agradar a todos. A mesma expressão de desfaçatez que, para uns, retira de Cabral sua importância e permite que o malefício vire virtude, pode ser, para outros, confirmatória de desqualificação do Brasil. A desconsideração pelos valores e/ ou parâmetros cabralinos pode levar à leitura de que o indígena/ "O Brasil" continua e continuará na posição inferiorizada. O ar de desdém unido à idéia de falta de ambição, poderia representar, em meio a desejos de modernização, um obstáculo. A representação do Brasil como índio, assim, confirmaria princípios evolucionistas e revelaria alguns dos desafios que a recente República deveria enfrentar.

Inferior? Oportunista? Driblador de situações? Que imagem de Brasil e/ ou de brasileiros se deseja levar para casa? Que imagem de indígena cada um de nós acaba por levar ao se deparar com aquela charge? A charge é metáfora: o índio ali não representa de fato as comunidades indígenas. Não se faz graça da nudez dos índios, mas da nudez de um país. Entretanto, o uso do índio inevitavelmente amalgama as referências a ambos: ao país e às comunidades indígenas. A blague de *O Malho*, por certo, não fundava o 'herói sem caráter' de Mário de Andrade ou o malandro do samba, mas ao permitir uma leitura de desfaçatez frente aos modelos europeus unida ao pouco-caso da imagem alimenta referentes que, experimentados em inícios do século XX , podiam lograr possíveis conexões.

Do mesmo modo, os arquétipos do 'bom selvagem' e do 'selvagem bravio', cunhados muitos séculos antes, permaneceram abertos e dialogando com as experiências concretas de cada época. Em tal perspectiva, a charge de *O Malho* poderia também agregar sentidos. Veiculada na comemoração do "Descobrimento", podemos supor que ela dizia mais de uma sensibilidade diante de modelos europeus do que propriamente refletia sobre o indígena: o eixo estaria na ausência de 'ambição' em ser como a Europa. Porém, ao corporificar "O Brasil", ela poderia também subsidiar uma idéia de descaso frente à civilização por parte dos indígenas. Tangencialmente viabiliza uma idéia de que os índios não desejavam a civilização. Diante das expectativas e princípios da época tal rejeição seria mais do que reprovável: criaria distâncias entre o 'nós' e o 'eles' e justificaria medidas de, digamos, "correção" dos costumes.

Quatro anos depois, na capa do mesmo *O Malho*[2], há outra charge e tem por título "O protesto do caboclo". Nela vemos uma sala decorada com uma grande janela semi-aberta por onde se pode ver uma rua de cidade com prédios, pessoas, postes de lua, um carro, uma carruagem sendo todos vistos de longe. Três personagens estão na sala: "Brazil", "Cidade do Rio de Janeiro" e "Passos". "Brazil" está no centro e é um índio de bigode ralo, cabelos negros e lisos até um pouco abaixo dos ombros. Ele está vestindo paletó, calça e sapatos pretos, colete, camisa, luvas e gravata borboleta branca. Ele ajeita a gravata e com a cabeça para a direita fita os outros personagens com um ar de arrogância. No canto esquerdo do quadro, de perfil, olhando e se aproximando do índio *Brasil*, estão a *Cidade* – de coroa, vestido escuro cuja borda tem escrito "Cidade do Rio de Janeiro" – e *Passos* – bigode, barbicha, cabelos brancos e vestindo um terno mais simples que o de *Brasil*. Num canto do

[2] Em 16 de junho de 1906

quadro, no chão, estão penas como se fossem as vestimentas do índio que acabara de tirá-las. Há entre os personagens um diálogo:

Passos: "Vês? minha querida! Tirei-te da lama da rotina, virei-te do avesso, civilizei-te... e o resultado é que o Brasil já pode aparecer encasacado aos olhos do mundo..."

Cidade do Rio de Janeiro: "Deveras, meu caboclo? Já te sentes bem nesses trajes civilizados?"

O Brasil: "Já, sim! Graças ao teu prefeito, ao Lauro, ao Frontin e mais alguns turunas dos Estados. Mas, toma nota: se continuarem as cenas vergonhosas, como essa da tua polícia com os dois ingleses na invernada dos Afonsos, e essa indisciplina de S. Paulo contra o oficial francês, eu sacudo longe esta casaca e torno a ficar nu! Volto a folha de parreira... das penas. Não devo usar as de pavão, quando por esta forma me sujam o nome de homem civilizado..."

Não entrarei no mérito das "cenas vergonhosas" referidas pelo índio "Brasil", mas vale comparar à charge de 1902. A vestimenta (ou ausência dela) volta a atualizar a tensão entre civilização e barbárie, mas diferentemente daquele anterior, o atual *Brasil* já se sente bem em trajes civilizados e não desdenha deles, ao contrário, se exibe mais garboso que os outros personagens da cena.. É certo que a discussão em pauta não diz de fato sobre os índios - fala da capital da República, do Bota Abaixo, da construção de uma vitrine para o país[3] -, não sendo de fato os grupos indígenas a colocarem casaca. Mas ao se recorrer a uma sua imagem se perpetua a articulação entre primitivismo e índios onde a ameaça de voltar à nudez é o gancho. Num diálogo com 1902 podemos dizer que "O Brasil" ganhou ambições, pois já não estava despido, entretanto, o espectro do selvagem acompanha as referências que exibem os índios.

Sabemos que a imagem diz das transformações citadinas empreendidas por Rodrigues Alves e Pereira Passos, mas se procurarmos descolar o objetivo imediato da charge e voltarmos nossa atenção sobre o que a imagem diz do índio veremos que não somente permanece o estigma do primitivismo como se respaldam ações: se desde Nóbrega se pretendia vestir a nudez nativa, essa vestimenta agora é a exigência de civilização. O Brasil é o índio, mas o índio deve deixar de sê-lo.

[3] Cf. Margarida de Souza Neves. "Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.", In: DELGADO, Lucília Neves & FERREIRA, Jorge. O Brasil republica., v. 1. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

Bibliografia

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil*. RJ: Elsevier, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1990.

DIOGO, Marcia Cezar. *O Rio em revista: a reforma Pereira Passos nas crônicas da revista da semana, d'O Malho e da Kosmos*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, mimeo.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. "Revistas e imagens: o índio representado na Primeira República", In: *Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural. Mundos da imagem: do texto ao visual*. Clicdata Multimídia, 2006.

KUSCHNIR, Karina & VELHO, Gilberto. "Mediação e metamorfose", In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*. vol. 2, no. 1, abril 1996

LUSTOSA, Isabel. "Humor e Política na Primeira República" , In: *Revista Usp*: Dossiê 100 Anos de República, n. 3, pp. 53-64, set.-nov./89.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. RJ: UFRJ, 1997.

NERY, Laura Moutinho. *Cenas da vida carioca: Raul Pederneiras e a belle époque do Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, mimeo.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. SP: Cia. das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª. Ed.SP: Brasiliense, 1985.

SILVA, Marcos A. da. *Caricata República. Zé povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SIQUEIRA, Carla. "A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890", In: *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. RJ: FGV, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A apresentação da morte de São Francisco de Assis nos Fioretti

Vandergleison Judar*

RESUMO: Os Fioretti compõe o quadro de fontes franciscanas que nos remetem ao século XIII-XIV. Esta, precisamente se situa neste último século, sendo considerada de autoria anônima. Durante muito tempo esta obra foi ignorada pelos historiadores, mas este posicionamento tem sido revisto, uma vez que tal fonte recebe importância por descrever e estar ligada ao ambiente sócio-cultural de nosso personagem. Desse modo, nosso objetivo é buscar compreender por que a morte de São Francisco nessa fonte é descrita de maneira tão singela e diferente de outras, narrando o mesmo fato.

Palavras-chaves: *Morte, fontes franciscanas, São Francisco.*

ABSTRACT: The Fioretti composes the group of franciscanas sources that in send them to century XIII-XIV. This necessarily is placed in this last century, being considered of anonymous authorship. During much time this workmanship was ignored by the historians, but this positioning has been coats, a time that such source receives importance for describing and being on to the surrounding cultural partner of our personage. In this way, our objective is search and understand why the death of San Francisco is described in this source in so different way of others telling the same fact.

Key-words: *Death, franciscanas sources, San Francisco.*

INTRODUÇÃO

A morte no período medieval possui uma perspectiva um pouco diferente daquela vivenciada pela sociedade contemporânea. O tema foi muito utilizado no período do medievo, em duas situações: a primeira, quando a Igreja, no intuito de atrair o fiel, mostrava-lhe o caminho da salvação em oposição ao medo do inferno e do demônio; um segundo aspecto, o de maior relevância para nós, é o da morte esperada e, portanto, preparada, principalmente quando se referia a grandes personagens, tais como reis, cavaleiros e também santos[1].

Portanto, para compreendermos melhor esta perspectiva sobre a morte, necessitamos entender o período em que ela surge, um momento de grandes mudanças em toda sociedade. Sendo assim, o século XII é um período registrado na historiografia pelas suas

* O autor é graduado em história pela Universidade Estadual de Londrina e cursa o mestrado pela mesma Instituição.

[1] A primeira perspectiva, ligada ao medo e ao macabro é desenvolvida por Delumeau; enquanto a segunda idéia se apoia em Ariès.

grandes transformações refletidas na própria espiritualidade. A chamada "reforma" do século XII é repleta de evidências de um progresso econômico e um crescimento demográfico demonstrados em vários lugares do Ocidente Medieval. Uma das causas é a utilização de novas técnicas na área rural. Isso gerou um aumento da produção agrícola e proporcionou o "desenvolvimento tanto da própria área rural como também da área urbana, o que permitiu a transformação desta última, num grande centro de proliferação cultural, político e econômico" (VISALLI, 2003: 13).

Identifica-se o século XII também como o momento das conquistas laicas, no qual a espiritualidade atinge novas formas de devoção, quase como as que conhecemos em nossa sociedade hodierna[2], deixando modelos antigos vigentes até a Idade Média Central. O acesso do laicado aos evangelhos, promoveu um conhecimento maior do mundo bíblico bem como a valorização da humanidade de Cristo. As organizações coletivas se tornaram as formas mais práticas da vivencia religiosa dentro da Igreja. As confrarias que representavam esta religiosidade produziram uma literatura própria frisando o trabalho caritativo, a ascese e a piedade – a aceitação da fraternidade, posterior ordem franciscana, refletiu esse momento.

Portanto, fruto dessa realidade em transformação, o movimento franciscano surge no esforço dos leigos de conquistarem seu próprio espaço no ambiente religioso, na expectativa de alcançarem sua própria salvação, pregando o "verdadeiro" evangelho, peregrinando de cidade em cidade, pobres de Cristo, vivendo de esmolas e compartilhando do pouco que recebiam.

Francisco de Assis, fundador do movimento, era filho de um mercador e pôde, antes de sua conversão, aproveitar todos os benefícios de seu status. Uma vida de folguedos e prodigalidade regrada pela cultura cortesã. Após algumas experiências, como a que ocorre a caminho de Spoleto[3], talvez a mais marcante, converte-se, "assumindo a pobreza como estilo de vida e forma de devoção" (FALBEL, 1995: 6).

Desse modo, Francisco de Assis buscou sempre caminhar sob a autoridade da Igreja, se esforçando para amenizar os iminentes conflitos entre a sua religiosidade, de cunho mais popular, e a cultura eclesiástica, mais erudita, a qual soube se aproveitar muito bem da

---

[2] Cf. André Vauchez surge nesse período o culto aos santos, a prática de uma religiosidade interiorizada, assim como a penitência privada, ascese através do trabalho caritativo, confrarias e ordens, a idéia de responsabilidade individual, assim como homens santos a frente da Igreja com a prática do celibato.

[3] Cf. Vauchez: São Francisco teve uma visão que o fez repensar seu estilo de vida, resolvendo lutar por uma causa maior. Numa segunda experiência passeando a cavalo, avista o leproso, desce lhe entrega uma moeda e beija sua mão. Esta atitude é relatada como uma representação, o beijo no leproso representa todo o movimento Caritativo do séc. XIII. p. 116.

figura do santo Francisco, tanto em vida como também após sua morte. É justamente sobre sua morte, em uma fonte que foi durante bom tempo esquecida denominada Fioretti, que iremos nos debruçar, afinal tal fonte tem recuperado seu valor historiográfico dentro dos quadros de fontes franciscanas nos últimos séculos.

1. CONHECENDO OS FIORETTI

O nome *Fioretti* se origina de um título bastante comum na literatura medieval e se refere à narração de milagres e exemplos. Dessarte, encontramos na fonte referências de milagres de São Francisco e também idealizações de seus seguidores ou de quem as compôs. Os *Fioretti,* são uma coletânea de capítulos produzidos ou, pelo menos, traduzidos no século XIV para o italiano, como podemos perceber, pelas palavras do frei Ildefonso:

> *Os Fioretti são um florilégio, coletânea maravilhosa e inimitável de episódios, "milagres e exemplos devotos", os mais belos e mais significativos da vida do Pobrezinho de Assis e de alguns de seus companheiros [...] Substancialmente, eles referem gestos e palavras de Francisco, que em geral podem ser considerados históricos ou de boa tradição oral, raramente devaneios legendários.* (Apud. SILVEIRA, 1988: 1079).

Sendo assim, percebemos que esta fonte trabalha com gestos e palavras de Francisco, que, em geral, podem ser considerados históricos, mas, no aproveitamento do nome e do espírito da obra, encontram-se também presentes alguns florilégios.

Podemos comprovar isto através do estilo literário desta, sendo definido como novelística[4]. Nesse sentido, percebemos que os Fioretti, desenvolveram uma imagem muito positiva e até mesmo deificada de São Francisco e do mundo a sua volta, sobre a qual Segre comenta:

> *Nos Fioretti a realidade não fala mais alto, não há mais drama, minimiza-se a dor. Remove-se o peso do mal. Há uma realidade cândida, rarefeita, terna atmosfera, maravilhosa, doçura, onde um senso mítico estimula a própria narrativa [...] um pouco do paraíso na terra – de uma religiosidade serena e contemplativa (SEGRE, 1996: 339).*

Fruto dessa realidade serena e contemplativa é então, construída cada parte encontrada sobre a vida e os feitos de nosso personagem, na maioria das vezes se embasando nesta realidade mítica, onde o seu exemplo é usado para tocar os corações, convertendo-os a Cristo. Sabatier menciona que a paixão do povo pelos Fioretti se deu pelo fato de que, tanto São Francisco como também seus seguidores, são apresentados por essa fonte de forma tão

[4] Cf. Cesare Segre Os Fioretti possuem uma espécie de exaltação em relação aos feitos de São Francisco, ao ponto de defini-lo como novelístico, ou em outros termos obra de ficção.

humana e, ao mesmo tempo, tão divina. Isto atraiu as pessoas, motivadas pelo colorido das narrativas que se diferenciavam das outras legendas. Este autor, ainda acrescenta que há, de fato, um caráter legendário sobre a referida fonte; todavia, esse aspecto não deve levar à desvalorização histórica da mesma[5].

2. A MORTE NA MEDIEVALIDADE

Como mencionamos, no período medieval a morte possui uma perspectiva diferente da vivenciada pela nossa sociedade. A questão de atrair o fiel, apresentando-lhe as penas infernais, o Diabo e as imagens macabras, eram estratégias bem recorrentes no período. O medo era um instrumento eficaz. Contudo, é um segundo aspecto, o de maior relevância para nós, o que cria a perspectiva da morte esperada e, portanto, preparada, principalmente quando se referia aos grandes personagens do período, como os reis, os cavaleiros e também santos, como no caso de São Francisco.

O resultado desta preparação era ornamentado de detalhes, buscando enobrecer ainda mais o personagem em questão. Se este teve coragem ou qualidades em vida, em seu momento final, estas também apareciam sublinhadas e enriquecidas, melhorando ainda mais a imagem do indivíduo, que já não era tido como comum. No caso específico de São Francisco de Assis, é isto que ocorre; sua morte é cheia de detalhes e enriquecida com vários aspectos que demonstram toda benevolência, força e fé do santo para se encontrar com a morte, sendo até apresentada, em algumas fontes, a idéia de sua morte como uma espécie de encontro com uma amiga[6]. Contudo, pelos Fioretti, a morte se apresenta, nesse momento, com uma peculiaridade própria, sobre a qual nos debruçaremos um pouco mais adiante.

Mencionamos também um tipo de morte que deveria ser levada em conta. É a morte de caráter mais alegórico. Esta estaria presente no âmago de nossas fontes e praticamente em toda espiritualidade da época. Afinal, a idéia de ascese, de alcançar a salvação pelo esforço próprio, mortificando o corpo através dos jejuns e penitências e morrendo para o "mundo" santificando-se e separando-se dos prazeres da carne, ("Se alguém quiser salvar a sua vida, perdê-la-á, e quem perder a sua vida por amor de mim acha-la-á". Mt.

[5] Paul Sabatier é um dos autores responsáveis pela recuperação do valor dos Fioretti como fonte histórica, pois durante muito tempo seu caráter científico foi desconsiderado.
[6] Esta perspectiva da morte aceita e até ansiada sem medo, recebida com tranqüilidade, dificilmente pode ter acontecido na perspectiva de Vovelle.

16.25), eram verdadeiras virtudes das práticas religiosas do período[7]. Por isso, não podemos deixar de considerar esse processo como um tipo de morte.

3. A MORTE DE SÃO FRANCISCO APRESENTADA NOS FIORETTI

No entanto, antes de abordarmos a morte nos Fioretti, queremos comparar o evento em duas Legendas que se aproximam entre si (estando relacionadas ao mesmo evento), mas que diferem grandemente em relação à aludida fonte: a morte de São Francisco. Estas são: a Vida Primeira (Vita Prima) e a Legenda Maior, a primeira de Tomás de Celano (1228), e a segunda de São Boaventura (1260) respectivamente, ambas consideradas oficiais pela Igreja[8].

Na descrição dessas fontes o interessante é que, um pouco antes de morrer, São Francisco pede para reunir seus filhos, o momento lembra um dos patriarcas do povo judeu Jacó abençoando seus herdeiros (Gênesis 49). Recorda também a Cristo em sua última Ceia com os discípulos, pois Francisco procede de modo semelhante ao de Jesus, tomando o pão, abençoando-o e repartindo entre todos, e até pedindo para ler o texto de João 13.1, correspondente bíblico a tal evento.

Na Legenda Maior encontra-se a ênfase da submissão do corpo ao espírito. É possível se construir um quadro muito rico de detalhes e significados comparando uma e outra, mas nosso objetivo é de fato analisar como os Fioretti vêem esta morte.

Os Fioretti, por sua vez, enfatizam o fantástico, o poder miraculoso de São Francisco, mencionam seus grandes feitos e seu exemplo de sofrimento em vida. Em cada um dos capítulos encontramos riqueza de detalhes, enobrecimento novelístico, parafraseando Segre. Contudo, no que se refere ao ponto tão rico nas fontes citadas, tão trabalhado por Celano e também Boaventura, a fonte não se preocupa em falar muito. O momento de sua "passagem" é descrito de maneira curta e singela, sendo possível de se transcrever:

> *Passou desta vida o glorioso confessor de Cristo monsior S. Francisco, no ano de Nosso Senhor de mil duzentos e vinte e seis, num sábado, quatro de outubro, e foi sepultado num domingo. O qual era o ano vigésimo de sua conversão quando tinha começado a fazer penitência, e era o segundo ano depois da impressão dos estigmas, e era no ano quarenta e cinco de seu nascimento.* (SILVEIRA, 1988: 1225).

---

[7] Para saber mais sobre a espiritualidade medieval ler VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental – Séc. VIII – XIII.** Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 1995, p. 88.

[8] Dentro do conjunto de fontes produzido durante os séc. XIII-XIV na historiografia franciscana, este se divide em dois grupos: oficiais e não oficiais. Sendo assim, no primeiro grupo estão: A Vida Primeira e a Vida Segunda, de Tomás de Celano, A Legenda Maior e a Legenda Menor de São Boaventura. No segundo grupo, de fontes não oficiais, encontramos: O Tratado dos Milagres, O Espelho da Perfeição, a Legenda dos Três Companheiros, o Anônimo Perusino, a Legenda Perusina e Os Fioretti.

São mais fortes no próprio trecho os detalhes de sua vida, os aspectos de santidade marcados pelo tempo de conversão e dedicação à penitência, principalmente através dos estigmas[9], mencionando-se o momento de impressão dos mesmos. Há uma preocupação de historicizar esse momento de sua passagem, de dar detalhes fundamentais na compreensão do evento, esclarecendo o dia, o ano, quando de sua conversão, quando da impressão dos estigmas, a idade com a qual morreu e também o dia da semana. A singeleza e a precisão marcam a morte nos Fioretti, ainda que tal precisão, em si, tenha deixado lacunas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, levando em conta a precisão e os detalhes oferecidos em relação à passagem do santo, acreditamos que isso ocorra para demonstrar que as narrativas encontradas nos Fioretti não possam ser consideradas meros devaneios espirituais. Contudo, uma implicação bem interessante surge. O dia em que São Francisco morreu foi, de fato, o dia 03 de outubro. O erro nos Fioretti foi inclusive mantido pela tradição da Igreja oficializando o dia quatro como o dia do santo. Evidenciando-se mais uma vez que a preocupação maior é com a vida e exemplo do santo e não com sua morte.

Prosseguindo, quando observamos a última fonte, a Legenda Maior (1260, até os Fioretti (séc. XIV), temos uma boa separação cronológica. Isso nos leva a considerar que a figura do Santo já estava consolidada, sua imagem já havia se proliferado pelo Ocidente Medieval como um exemplo de santidade, devoção e fé, sendo muito mais importante suas atitudes em vida, o que fez enquanto membro da fraternidade, do que o momento de sua morte.

Como as fraternidades e confrarias representavam a espiritualidade do período, dentro dessas também se desenvolviam as laudas[10] que motivavam as pessoas quanto a sua espiritualidade por meio do canto. Por meio dessas laudas se demonstrava "o temor diante do caráter inegociável da morte. Assim, os grandes e santos do mundo dela não podiam escapar" (VISALLI, 2004: 114). Com isso, podemos traçar uma relação entre tais fraternidades e os Fioretti, uma vez que tal fonte, está fortemente ligada à tradição oral e à espiritualidade

[9] Cf. MERLO diz os Estigmas servem para demonstrar sua devoção e santidade e o colocam como uma espécie de segundo Cristo, ou ainda como o anjo do sexto selo de Ap. 7, que marca os eleitos com o selo de Deus, p. 119-120.

[10] Para saber mais ler: VISALLI, Angelita Marques. **Cantando até que a morte nos salve: estudo sobre laudas italianas dos séculos XIII e XIV.** Tese. São Paulo, Universidade de São Paulo, maio/2004.

popular. Essa relação pode ter influenciado na perspectiva dos Fioretti quanto à morte, tão fugaz quanto o próprio texto.

Uma última consideração é que percebemos a morte, tal como ainda é hoje, como um momento altamente ritual. No caso de São Francisco não envolve apenas o moribundo, mas os discípulos que vêem nele exemplo de santidade e fé. O Francisco que se foi deixou a missão, deixou o exemplo, deixou suas marcas na história, que foram propagadas por seus discípulos. Tanto para as demais Legendas como para Os Fioretti, o que fica é o brilho da vida de alguém que amou a Cristo ao ponto de encarnar seu reflexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
BRAET, Herman e VERBEKE, Werner (eds). **A morte na Idade Média.** São Paulo: Edusp, 1996.
BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
CAMPAGNOLA, Stanislao da (OFM) . **Francesco D'Assisi nei suoi Scritti e nelle sue Biografie dei Secoli XIII-XIV.** Assisi: Edizioni Porziuncola, 1981.
____. **Francesco e francescanesimo nella società dei secoli XIII-XIV.** Assisi: Porziuncola, 1999.
DESBONNETS, :Théophile. **Da Intuição à Instituição.** Petrópolis: Cefepal, 1987.
DELUMEAU, Jean. **Mil Anos de Felicidade: uma História do Paraíso.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
____. **A História do Medo no Ocidente (1300-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
DUBY, Georges. **O Tempo das Catedrais: a arte e a sociedade (980-1420).** Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
____. **História da Vida Privada, 2: da Europa feudal à Renascença.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
FALBEL, Nachman. **Os espirituais franciscanos.** São Paulo: Perspectiva/ FAPESP/Edusp, 1995.
FRANCESCANESIMO IN VOLGARE (SECOLI XIII-XIV). – Atti del XXIV Convegno Internazionale (Assisi, ottobre 1996). Spoleto: Centro Italiano de Studi sull'Alto Medioevo, 1997.
FRANCESCANESIMO E VITA RELIGIOSA DEI LAICI. – Atti del Convegno Internazionale (Assisi, ottobre 1976). Assisi: Società Internazionale di studi Francescani, 1977.
FRANCESCANESIMO E VITA RELIGIOSA DEI LAICI NEL'200 – Atti del VIII Convegno Internazionale (Assisi, ottobre 1980). Assisi: Università degli Studi di Perugia, 1981.
GRUNDMANN, Herbert. **Movimenti Religiosi nel Medioevo.** Bolonha: Societá Editrice Il Mulino, 1980.
HARADA, HERMÓGENES, Fr. **Em Comentando I Fioretti: reflexões Franciscanas, Intempestivas.** Bragança Paulista: EDUSF; Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso Medieval.** Lisboa: Estampa, 1994.
____. **São Francisco de Assis.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
____.**O Nascimento do Purgatório.** Lisboa: Estampa, 1993.
LE GOFF, J. & Outros. **São Francisco de Assis: além do tempo e do espaço.** Concilium/ 169. Petrópolis: Vozes, 1981.
MANSELLI, Raoul. **Il Secolo XII: Religione Popolare ed Eresia.** Roma: Società Editoriale Jouvence, 1983.
MERLO, Grado Giovanni. **Em nome de São Francisco: história dos Frades Menores e do franciscanismo até inícios do século XVI.** Petrópolis: Vozes, 2005.
MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O diabo no imaginário cristão.** Bauru: EDUSC, 2000.
SABATIER, Paul. **Vida de São Francisco.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
SCHMITT, Jean Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
SILVEIRA, Ildefonso (OFM) & REIS, Orlando (seleção e organização). **São Francisco de Assis: Escritos e Biografias de São Francisco de Assis, Crônicas e outros Testemunhos do Primeiro Século Franciscano.** Petrópolis: Vozes/CEFEPAL, 1988.
VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
VISALLI, Angelita Marques. **O corpo no pensamento de Francisco de Assis.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Curitiba": Faculdade São Boaventura, 2003.
VOVELLE, Michel. A história dos homens no espelho da morte! In BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (eds). **A Morte na Idade Média.** São Paulo: Edusp, 1996.
_____. **Cantando até que a morte nos salve: estudo sobre laudas italianas dos séculos XIII e XIV.** Tese. São Paulo, Universidade de São Paulo, maio/2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma mudança de perspectiva analítica- o "surgimento" dos pobres na Argentina contemporânea

Fernanda Soares Cardozo*

RESUMO: Este trabalho pretende debater algumas das novas identidades surgidas na Argentina após o processo de privatizações, demissões em massa e crise econômica da década de 1990. Uma mudança muito importante é o "surgimento" de pobres em uma sociedade até certo tempo igualitária e a dificuldade de assimilar sua existência. A "questão social" entra muito tardiamente na pauta de discussões do país, especialmente enquanto prevalece o mito do "país rico". Dentre essas novas identidades estão os "novos pobres", categoria dos que pertenciam à classe média e passaram à pobreza, e os "piqueteros", integrantes de um movimento social colocados pelo governo ou pelos meios de comunicação em muitos momentos como indivíduos perigosos, vagabundos, desordeiros, agressivos, violentos, se insere dentro da tentativa de criminalizar o protesto social.
Palavras-chave: pobreza, movimentos sociais, piqueteros.

ABSTRACT: This paper intends to discuss some of the new identities emerged in Argentina after the privatizacion's process, mass unemployement and economic crisis in the 90's. A very important change is the "sprouting" of the poors in a society until certain time equal and the difficulty to assimilate their existence. The "social question" arrives very late at the coutry guideline discussion, especially while prevails the myth of the "rich country". At the present time, the society and the academy try to establish new rules of demarcation in a popular world that collapsed. Between this new identities are the "new poors", who those used to belong to the middle class and passed to porverty, and the "piqueteros", integrants of a social movement seen by the government or the mass media as dangerous persons, violents, rampagers, agressive, lazybones, all in a attempt to criminalize the social protest.
Key words: poverty, social movements, piqueteros.

Na Argentina da década de 1990, as privatizações de empresas públicas produziram inúmeras demissões, e a abertura ao capital estrangeiro e a facilidade de importar graças à paridade entre o dólar e peso acabaram levando à falência muitas empresas argentinas. Somaram-se, a todos os que estavam sem emprego e moravam em ocupações urbanas desde os anos 1980 uma nova categoria, os "novos pobres", ou seja, desempregados que antes possuíam um bom salário e todas as garantias trabalhistas oferecidas pelo Estado.

Produziu-se uma mudança na pirâmide das classes: a base se alargava enquanto a camada intermediária, que fora a maior durante grande parte da história argentina, migrava para a parte de baixo. Somado a tudo isso, assumindo as idéias-força que nortearam as metas

* Mestranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

do Consenso de Washington, o governo enxugava os gastos, principalmente em áreas como saúde pública e educação.

A sociedade não assistiu parada: um grande número de movimentos sociais se formou, assim como associações comunitárias, assentamentos urbanos, cooperativas e assembléias populares. E dentro desse novo ciclo de organização dos excluídos do mundo globalizado e neoliberal, um movimento vai se destacar: é o movimento piquetero.

Cidades como Cutral-Có e General Mosconi, em Salta, no norte argentino, tinham sua base econômica e social intimamente ligada à YPF: eram os salários dos trabalhadores que movimentava o comércio, os empregos secundários, o sustento de famílias assentadas numa sólida base de proteção corporativa. Os trabalhadores da YPF recebiam bons salários e como membros sindicalizados, tinham direito à todo espectro de benefícios sociais que essa agremiação assegurava, como pensões, aposentadorias, saúde, etc.

Considerado inicialmente como uma forma de permitir a sobrevivência dos desempregados, o movimento piquetero logo passou a ser visto como um grande problema. Tanto pelo governo argentino, que em muitos momentos cedeu às pressões e viu as reivindicações e a força do movimento ficarem ainda maiores, quanto para uma parte da população que passou a reclamar por sua liberdade de circulação, impedida pelos piqueteros em seus protestos. Essa tendência se intensifica principalmente após o começo de 2002. Os grandes jornais, em especial os diários de circulação nacional Clarín e La Nación reforçaram essa nova inclinação da opinião pública e refletiram essa posição de forma mais ou menos assumida.

Foi se criando aos poucos uma espécie de "consenso antipiquetero" de que os protestos estariam perturbando a população "de bem", que está indo para seu trabalho, reforçado pelo "chamado à normalidade" feito pelo presidente Néstor Kirchner em seu discurso de posse, em maio de 2003. Governo e meios de comunicação sublinhavam apenas as conseqüências negativas das ações de protesto (a obstrução do trânsito, os problemas de transporte, a perda de dias de aula, o risco de desatenção nos hospitais públicos), ou seu caráter "eminentemente político", criando assim condições favoráveis para o avanço da judicialização e criminalização dos conflitos sociais.

Partindo do objetivo de discutir o processo de criminalização que vem sofrendo o movimento piquetero na Argentina, fazemos um recorrido pelas identidade das duas principais categorias que vêm a integrar o movimento piquetero: os “novos pobres” e os “pobres”. Os novos pobres são a base da formação do movimento piquetero, os demitidos de empresas estatais com um estabelecido sistema de bem-estar social, em especial a YPF. Num

segundo momento, são os pobres estruturais que se tornam a grande maioria do número de membros, e é a eles que o processo de criminalização é dirigido mais sistematicamente.

A criminalização do protesto se relaciona com a criminalização da pobreza dentro do marco da retirada do Estado de suas funções de provedor de bem-estar social e regulador de empregos. Como coloca WACQUANT, 2001: 18, passamos de um Estado-providência ao estado-penitência. O descontentamento gerado pelo desemprego e pela miséria causado pela própria e deliberada retirada do Estado na regulação dessas variáveis é enfrentado com mais policiais e mais prisões. Os já diminuídos investimentos no setor social são transferidos para a construção de mais e melhores penitenciárias, equipamento e aumento da polícia, etc.

Para PINEDO: 2003: 333, a questão se relaciona também com a cultura política que se instalou na Argentina nos últimos 30 anos que preconiza que "os pobres não fazem política, são assistidos por políticas". A "boa política" seria exercida pela classe média, em especial a de Buenos Aires. "Quando os pobres fazem política são suspeitos, ou porque se prostituem com o político de turno, ou porque são manipulados ou infiltrados"

O discurso 'lombrosiano" que justifica a repressão, como o chamam Schuster e Scribano, etiqueta e justifica a identidade que atribui: "se protesta deve ser piquetero, se é piquetero seguramente protesta de forma incorreta", ou "não se veste bem, não sabe falar, não parece ter comido bem, está na rua na hora em que 'as pessoas' trabalham, então é um desses que protesta" . "Os jogos discursivos de fazer de todo aquele que protesta um piquetero se orientam à criminalização e possibilitam a repressão preventiva. É dizer, ante a dúvida, se protesta, seguramente algo criminoso faz" (SCHUSTER, SCRIBANO, 2004: 9).

Também é importante entender as diferenças entre os novos pobre e os pobres dentro da perspectiva do novo ciclo de protestos que emerge na década de 1990. Esse novo ciclo é considerado tão peculiar em relação aos anteriores pois temos um decréscimo de manifestações tradicionais como greves por melhores salários e o surgimento de outras formas de ação coletiva e novas demandas.

As "velhas formas" (boicote, concentração, greve de fome, marcha, greve, tomada, ocupação, motim) passam a coexistir ou ser substituídas pelo corte de estrada, acampamento, cacerolazo, escrache, as barracas e tendas em frente a prédios públicos, e o cyberprotesto. Há uma forte tendência a atividades conjuntas, multisetoriais, que reúnem diversos movimentos: trabalhadores empregados, desempregados, estudantes, comerciantes e pequenos produtores rurais e urbanos.

Emerge uma nova forma de protestar, uma acumulação de rotinas aprendidas e compartilhadas mediante as quais grupos sociais formulam coletivamente reclamações ao Estado. A denominação que começa a aparecer com mais freqüência é piquetero.

Quem são esses pobres que começam a aparecer nas pesquisas dos cientistas sociais argentinos? É importante observar alguns dos significados que se atribuem a eles. É na década de 1990 que se registra o nascimento de uma nova categoria social: os novos pobres. Uma grande parte dos mais de 20 milhões de pobres provém da classe média, que ao longo dos últimos 10 anos foi ficando sem emprego, passou a trabalhar "en negro" (na informalidade), a viver de "bicos" ou trabalhando por conta própria (taxistas, proprietários de micro empresas, vendedores ambulantes, etc). São pessoas que vivem objetivamente uma situação de pobreza, mas que têm sistemas de vida, expectativas e visões que não são próprias do universo da pobreza.

Junto aos novos pobres, estão os empobrecidos durante a ditadura e ao longo do governo Alfolsín. Uma mudança muito importante e peculiar é o surgimento de pobres em uma sociedade até certo tempo com menor índice de desigualdades e a dificuldade de assimilar sua existência na sociedade. Kessler e Armoni (2004) fazem um recorrido pelas sucessivas imagens de um país em crise social, em especial a partir da redemocratização. A discussão sobre a "questão social" é uma noção residual, especialmente enquanto prevalece o mito do país rico- situação que começa a mudar, mas ainda pouco perceptivelmente, a partir da crise de 1929.

O Estado justicialista outorga direitos para os trabalhadores sindicalizados; para os não-assalariados, cria a Fundação Eva Perón, de caráter assistencialista. A pobreza é uma categoria à parte dos trabalhadores- os pobres e desamparados são aqueles que não podem se beneficiar da máquina da sociedade salarial- e são atendidos pela "mãe" (Evita), enquanto os trabalhadores se entendem com o "pai" (o presidente, Perón).

Na ditadura se criam ações para as pessoas "carentes", embora o governo militar negasse que existissem pessoas passando fome. A pesquisa social é dificultada e os poucos números sobre o período são elaborados por observadores internacionais, como a Unicef.

No primeiro momento da redemocratização, surge a "novidade" da fome, impulsionada pela denúncia social da Igreja, enquanto os organismos de direitos humanos aumentavam a pressão para que o governo admitisse as desaparições, e as primeiras manifestações contra a carestia, o aumento dos aluguéis, etc.

A abertura democrática não implicou a instalação da questão social no centro dos debates, devido à uma defasagem entre o que realmente aconteceu na estrutura social e a

consciência da sociedade. Os discursos de Alfonsín acusam a fome de ser um legado da ditadura, e a democracia aparece como solução para todos os males. O governo tem dificuldade em aceitar a realidade da fome na Argentina e integrá-la como parte prioritária nas ações destinadas à questão social. Uma pesquisa apresentada em 1984 pelo INDEC, com dados do censo de 1980, mostra que ¼ da população argentina tem suas necessidades básicas não atendidas: o governo cria o Programa Alimentario Nacional (PAN), que distribui cestas básicas para cerca de 700 mil famílias.

Nessa época, a distribuição de alimentos gerou um forte choque cultural, como colocam Kessler e Armony (2004, p. 101), pois muitos dos beneficiados são trabalhadores, e mesmo pessoas em extrema necessidade deixam de solicitá-la pois acham que esse benefício é para os realmente pobres. O próprio governo lança o programa como uma necessidade de emergência, uma exceção, que deverá ser corrigida com a democracia e uma correta distribuição de investimentos. Esse programa também expõe que a fome não está apenas nas províncias pobres, mas também no rico conurbano bonaerense.

No final do governo Alfonsín (1989), com hiperinflação, há uma onda de saques, que volta à chocar os argentinos que acham que os pobres não existem no seu país. A culpa é da alta do dólar, que insiste em subir - atribuindo uma relação de exterioridade aos problemas do país. 1989 teria marcado o final de um período da história argentina que havia começado na sociedade peronista. Nos anos 80, o Estado deixa de vincular-se às classes populares como produtores e começa a relacionar-se com elas como pobres.

No governo Menem se dá um tratamento fiscal à questão social- que é colocada em separado do social. O discurso é de que as reformas tem um custo social, inevitável e necessário, e que com o passar do tempo, os mais prejudicados (os mais pobres que sofrem com os cortes dos programas sociais) serão beneficiados. A classe média começa a ser suprimida, e com ela, toda uma noção de sociedade, que era baseada na divisão trinária classe alta- média- baixa, com predomínio da média durante grande um importante período do século XX.

Em 1995, com 18,5% de desemprego, este aparece como problema coletivo, mas como o governo não estabelece uma política oficial, as soluções tem que ser buscadas individualmente. Não se questiona o "modelo", pois não se pode nem cogitar ações estatais que violentassem a estabilidade.

Hoje a sociedade tenta estabelecer novos critérios de demarcação no interior de uma sociedade que se modificou: os pobres são indivíduos perigosos, por serem desempregados. Esta concepção passa ao movimento piquetero, cujos membros são

considerados vagabundos, desordeiros, agressivos, violentos, dentro da tentativa de criminalizar o protesto social.

Pratesi (2003) aponta três identidades atribuídas ao pobre: o pobre honesto, o pobre ladrão ("chorro") e o pobre piquetero. O pobre honesto seria aquele que é "trabalhador", que mesmo desempregado não deixa de procurar emprego e presta serviços em troca de algum dinheiro ("dignifica o dinheiro recebido"), é limpo e participa das atividades que lhe são propostas. O "chorro" pratica pequenos furtos, trafica drogas, é beneficiários dos programas sociais mas é visto sempre com desconfiança pois pode praticar um delito a qualquer momento. Os números da Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional (relatório 2005) incluem os jovens baleados "pelas dúvidas, porque poderiam ser ladrões, colocando em evidência a existência de esquadrões da morte que fazem limpeza social com o propósito mascarado de brindar segurança aos bairros".

Já o pobre piquetero é visto com ambigüidade: possui as características do pobre honesto mas assume uma posição diferenciada quanto à pobreza, enfrentados pelo governo através do discurso da politização e da criminalização. Essa visão reproduz a idéia de que os piqueteros reclamam apenas enquanto "fantoches" de políticos opositores, e perturbando a tão sonhada "normalidade institucional" que o presidente Nestor Kirchner pediu a todos os argentinos. O movimento piquetero é considerado um problema, um perigo que ameaça a ordem social.

Frente ao pedido de criação de postos de trabalho genuíno, o governo respondeu com uma série de políticas que alternam a repressão política e seletiva com a cooptação política. A estigmatização dos piqueteros se completa pela distinção que o governo faz entre protesto legítimo e ilegítimo, aquele que teria "causas políticas". Entretanto a perseguição do governo Kirchner aos "piqueteros malos" assumiu proporções maiores: é a eles que o discurso é dirigido. As denominações variam: "duros", "malos", "piquemalos", "los del palo", "los de la capucha". As características desses grupos são continuarem a fazer piquetes, geralmente fazendo cortes totais (sem deixar caminho alternativo), manterem uma posição contrária ao governo e utilizarem um pano para cobrir o rosto durante a realização do corte.

Os piqueteros são pobres. Mas não pertencem ao mundo tradicional da marginalidade estrutural (como ocorre no Brasil, Venezuela ou Peru), senão ao mundo de uma sociedade salarial desarticulada. Por isso os movimentos piqueteros são tão persistentes e organizados. Têm vínculos históricos com os sindicatos e com as organizações sociais de bairro", como coloca Godio (2003, internet).

Referências bibliográficas

ANDRINI, Leandro. **Argentina: Los progresistas y los piqueteros**. 18 de fevereiro de 2004. Disponível em 16 de outubro de 2006 em <http://www.rebelion.org/argentina/040217andrini.htm>.

ARMONY, Victor; KESSLER, Gabriel. Imagénes de una sociedad en crisis. Cuestión social, pobreza y desempleo. In: NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente (comps.) **La historia reciente**: Argentina en democracia. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

AUYERO, Javier. **La protesta**. Retratos de la beligerancia popular en la Argentina democratica. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2002.

KLACHKO, Paula. La conflitividad social en la Argentina de los '90: el caso de las localidades pretroleras de Cutral-Có y Plaza Huincul (1996-1997). In: LEVY, Bettina (comp.). **Crisis y conflicto en el capitalismo latino-americano**. Lecturas políticas. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

LANATA, Jorge. **Argentinos.** Tomo 2. Siglo XX: desde Yrigoyen hasta la caída de De la Rúa. Buenos Aires: Ediciones B, 2003.

MINUJIN, Alberto. **Cuesta Abajo. Los nuevos pobres.** Efectos de la crisis en la sociedad Argentina. Buenos Aires: Losada, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O FMI e o colapso da Argentina**. Disponível em < http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 27 de setembro de 2005.

PEGORARO, Juan S. Las políticas de seguridad y la participación comunitaria en el marco de la violencia social. In: BRICEÑO-LEON, Roberto. (comp.) **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 29- 55

PINEDO, Jerónimo. Cinco notas sobre el conflicto, la protesta popular y la criminalización de los movimientos de trabajadores desocupados. In: RODRÍGUEZ, Esteban et al. **La criminalizacíon de la protesta social**. La Plata: La grieta, 2003. p. 329- 334.

PRATESI, Ana R**. Identidades de la pobreza**. Honestos, chorros y piqueteros en el Gran Resistencia. Universidad Nacional del Nordeste. Comunicaciones Científicas y Tecnológicas 2003. Disponível em http://www.unne.edu.ar/cyt/2003/comunicaciones/01-Sociales/S-007.pdf em 27 de outubro de 2005.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880- 2003)**. Buenos Aires: Ariel, 2006.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 1916- 1999. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina S.A., 2006.

SCHUSTER, Federico. Turbulencia XXI. **Encrucijadas**, Buenos Aires, setembro de 2001. P. 92- 98.

SCHUSTER, Federico, PÉREZ, Germán, PEREYRA, Sebastián et al. **Transformaciones de la protesta social en Argentina 1989-2003**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2006.

SCRIBANO, Adrián; SCHUSTER, Federico. **¡Cuidado, protestante a la vista!** Encrucijadas, Buenos Aires, setembro de 2004. p. 6-10.

SCRIBANO, Adrián; SCHUSTER**, Federico. Protesta social en la Argentina de 2001. Entre la normalidad y la ruptura.** Revista do OSAL. Ano 2, n¤, setembro de 2001.

SEBRELI, Juan José. **Crítica de las ideas políticas argentinas**. 5 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

SVAMPA, Maristella, PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio**: la experiencia de las organizaciones piqueteras. 2ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Brados de agonia e clamores sem nome: a morte nas narrativas de médicos na Expedição do Mato Grosso (1864-1870)

Marcelo Santos Rodrigues*

RESUMO: A Guerra contra o Paraguai começou em novembro de 1864 e terminou em março de 1870 envolvendo o Brasil, Argentina, Uruguai contra o Paraguai. As partes, em luta, enfrentaram a morte de diversas formas não somente vitimados pela bala inimiga. A morte apresentava-se através em suas variadas facetas: a diarréia, a varíola, o cólera-morbus, o frio e a fome gracejavam entre as tropas de soldados. A dor e a morte conviviam no mesmo campo de batalha. Baseado em pesquisa feita em relatos médicos e de soldados que presenciaram as cenas de carnificina nos acampamentos e hospitais, essa é uma narrativa sobre a presença da morte entre as tropas expedicionárias do Brasil.
Palavras-Chaves: Guerra do Paraguai – Expedição Mato Grosso - Morte

ABSTRACT:
The war against Paraguay started in November 1864 and finished in March 1870: during all this period, both parts faced death in many ways that were not only the enemy bullets. Death was present in several forms: diarrhoea, smallpox, cholera, cold and hunger joked among the allies and Paraguayan troops. Pain and death lived in the same battle field. Based on research in primary sources, reports of doctors and soldiers who witnessed the butchery in the camping sites and war hospitals, this is a narrative about the presence of death among Brazilian expeditionary troops. At the end of the war, several cemeteries kept the remembrance of the soldiers, and, in the memory of the doctors, pain and suffering.
War Paraguay – Expedition in Mato Grosso - Death

Na distante província do Mato Grosso, esquecida pelo governo monárquico e abandonada à própria sorte, deu-se a invasão paraguaia ao território do Brasil principiando a Guerra do Paraguai. Foi, sem dúvida, um teatro de catástrofes cuja defesa contou inicialmente com a resistência de moradores, de uma pequena força militar, suprida por uma precária assistência médica.[1]

Para auxiliar aos súditos do imperador, no Mato Grosso, uma expedição foi organizada na Corte e em outras províncias.

Cronistas da guerra, no exercício de inventariar o terror vivido na Campanha, para que futuros historiadores pudessem anotar sobre o patriotismo do povo brasileiro, dedicaram-se em enumerar fatos ocorridos durante a marcha para as fronteiras do Brasil. Esses soldados narraram cenas sangrentas, o avanço das doenças e das feridas adquiridas nas batalhas.

O percurso escolhido para essa comunicação abandonará os caminhos tradicionais

*[*]Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Tocantins e doutorando no Programa de História Econômica e Social da Universidade de São Paulo – USP.

1 A província do Mato Grosso, em 1864, contava com uma população de 75 mil habitantes, um efetivo militar de 875 homens e, para a assistência médica, com o hospital militar de Cuiabá e as enfermarias instaladas em Poconé, Vila Miranda, Vila Maria, Cidade de Mato Grosso, Nioaque, Forte Coimbra, Corumbá.

da guerra no sul do Brasil, para seguir as forças expedicionárias ao Mato Grosso. Nas anotações daqueles que participaram da marcha é possível visualizar um caminho desumano onde as febres, epidemias, a fome a metralha inimiga, levaram a morte aos soldados da expedição. Essa é uma narrativa sobre as doenças e práticas médicas empregadas na campanha através do interior do Brasil.[2]

No dia 12 de novembro de 1864 à imprensa no Rio de Janeiro noticiou o aprisionamento do navio Marques de Olinda, pelas tropas de Solano Lopez, que seguia para Cuiabá. Causou comoção na Corte o triste fim do médico José Cândido Freitas e Albuquerque que combateu a epidemia do cólera, em 1855, na Bahia.

O 2º Cirurgião Dr. José Cândido Albuquerque com seus camaradas de farda, impuseram resistência à invasão do território do Mato Grosso, na cidade de Corumbá, servindo no vapor de guerra Itajaí e, no dia 06 de janeiro de 1865, foram abatidos pelo inimigo. Em Buenos Aires e no Brasil circulou a notícia de que o médico foi degolado e teve as orelhas cortadas, assim como os demais tripulantes do navio, exibindo seus despojos, como uma espécie de troféu macabro, no alto do mastro da embarcação.[3]

Para socorrer a província do Mato Grosso, o governo imperial ordenou a formação de uma coluna expedicionária, composta por soldados do exército e de Voluntários da Pátria. O 17º batalhão que partiu da cidade de Ouro Preto, com o 21 de Infantaria e o Corpo Policial, no dia 1º de maio de 1865, formando uma expedição de 1.300 homens, reuniu-se em Uberaba a 500 praças do Paraná e São Paulo e recebeu o reforço de dois batalhões de Goiás com 800 soldados. [4]

A assistência médico-cirúrgica que serviu à expedição era composta por treze médicos, entre 1º e 2º cirurgiões, e dois farmacêuticos, todos oficiais do Corpo de Saúde.[5] Esses homens integraram as "armas do socorro e da recuperação", com o conhecimento de uma medicina rudimentar, do século XIX, empregada para salvar vidas, em meio às intempéries próprias da guerra que conduzem à morte.

É importante anotar que, a historiografia da medicina na Guerra contra o Paraguai exaltou os feitos praticados por médicos e cirurgiões na Campanha, identificando-os sempre como Voluntários da Pátria. Todavia, verifica-se na documentação examinada que médicos designados já integravam o quadro de oficiais do Corpo de Saúde do exército e da marinha,

2 CASTRO SOUZA, Luiz de. A Medicina na Guerra do Paraguai, São Paulo, 1972.
3 CASTRO SOUZA, Luiz de. O cirurgião da Armada, Dr. Freitas e Albuquerque, herói e mártir da Guerra do Paraguai. Revista do IHGB, volume, 238, janeiro-março, 1963, Rio de Janeiro, Dep. De Imprensa Nacional, 1963.
4 Rio de Janeiro. Jornal do Comercio de 17 de fevereiro de 1870.
5 Repartição do Ajudante-General do Exército. Ordem do Dia n. 439 de 18 de março de 1865.

antes de iniciada a guerra, contrariando a idéia de voluntariado dessa classe de profissionais.

Também era insuficiente o número de médicos para prover o Corpo de Saúde na expedição que se destinou ao sul do Brasil. O Império diante das dificuldades de arregimentar médicos para os seus quadros, recorreu à contratação de cirurgiões civis oferecendo vantagens, depois extensivas aos estudantes das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, mesmo que estes tivessem não tivessem os conhecimentos necessários para o exercício da profissão.

Até a sua chegada na província do Mato Grosso a coluna expedicionária percorreu 352 léguas. Era ela composta por soldados, chefes militares, civis, vaqueiros, comerciantes, médicos, cirurgiões e enfermeiros, e muita gente que seguiu juntos com seus familiares, contando na totalidade com mais de cinco mil expedicionários, dos quais três mil em armas. Do total de expedicionários só sobreviveram dois mil indivíduos ficando o restante sepultado nos pantanais e brejos da região. Essa epopéia foi marcada pelas privações e sofrimentos que custaram a vida de muitos soldados e a sua saga foi registrada em diários da Campanha.[6]

A guerra estava só começando. Em seu diário, transformado em narrativas de campanha, o engenheiro Afonso Taunay anotou os acontecimentos que pôde registrar durante a marcha até as fronteiras do Paraguai. Dizia Taunay: *A penúria de viveres era tal e a tão desesperado estado chegara, que a alimentação em geral era quase exclusiva de frutos do mato, sobretudo jatobás, cuja abundancia tomava visos de providencial*. [7]

Assim, a fome contribuiu para as debilitações físicas dos soldados que facilmente se entregavam às doenças, primeira observação inferida pelos médicos do Corpo de Saúde. Começou o aparecimento de um mal até então desconhecido, que atacava de diversos modos, e sempre de forma grave, senão mortal, ora lentamente, ora de chofre, com os sintomas mais aterradores e cruéis, trazendo paralisias generalizadas ao moribundo. Às vezes o doente acusava formigamento nas plantas dos pés e dificuldade na locomoção, sentindo-se de dia agravarem-se esses sinais, aos quais se juntavam, sem muita demora as febres, a agonia e a morte; em breves horas falecia quem, pouco antes, se mostrava forte e lúcido.[8]

Era o Beribéri, doença batizada pelos soldados de perneira e, ainda, desconhecida no Brasil. Taunay nos deu a notícia da morte do comandante da expedição Chichorro da Gama[9], colega da comissão de engenheiros, anotando as suas últimas palavras: "Vocês não

6 Sobre a Expedição ao Mato Grosso ver: Taunay, Visconde de. Dias de Guerra e de Sertão. 2ª edição. Monteiro Lobato e CIA Editores. São Paulo, 1923.

7 TAUNAY, Visconde de Taunay. Dias de Guerra e de Sertão. 2ª edição. Monteiro Lobato e CIA editores. São Paulo, 1923. p. 104

8 Idem, Ibdem, p. 104.

9 Joaquim José Pinto Chichorro da Gama, nasceu na Bahia em 08 de março de 1830. Assentou praça a 25 de

imaginam o que estou sofrendo. É a dor da agonia, nem *há outra que lhe seja comparável. A morte esta subindo! Vejam como os pés e pernas estão frios, imóveis*."[10] Terminava assim o comandante os seus dias. Longe da família, dos amigos, tendo somente seus companheiros de marcha para acalantar o sofrimento.

Concluía Taunay narrando a expressão do moribundo: "*e ficou todo ele esticado, rijo, imóvel, sobre o catre da morte, misero jirau de paus cobertos com macega, como uma estatua de mármore, daqueles que dormem nos túmulos da Idade Media*".[11]

Um cercado foi construído com o intuito de proteger o túmulo do engenheiro Chichorro e no seu centro de sua cova uma cruz de madeira foi fincada. Mas, ali, a memória do engenheiro esteve guardada também na lembrança de todos para um dia ser rememorada. Destino incerto para muitos homens comuns que fizeram à Campanha.

Precários eram, sem dúvidas, os recursos da medicina da época no combate as epidemias, pois mais que a bala inimiga, estas produziam baixas no exército brasileiro e também nos batalhões paraguaios. Embora decorridos 10 anos da terrível epidemia de cólera na Bahia, à medicina não havia ainda alcançado avanços significativos que pudessem curar a doença ou amenizar os sofrimentos dos soldados infectados e mesmo deter a marcha da epidemia nos acampamentos.

Sobre a perplexidade dos médicos, diante do cólera, informou Taunay: "*os médicos, alias, bastantes ignorantes, mostravam-se atônitos e não ousavam decidir, receitando às tontas e com incoerência e falta de lógica dignas de lástimas".*[12]

O índice de mortalidade avançava assustadoramente com o aparecimento de outras epidemias. Em tempos de chuva, quando os soldados eram obrigados a marchar, semi-nus e com água nos joelhos, por todo o dia e a noite, apareceram às febres, diarréias, o tifo, a varíola, o sarampo, que assolavam os acampamentos.

Durante a difícil marcha, muitas vezes, os cirurgiões militares foram importantes protagonistas na guerra. Os soldados esperavam encontrar nos médicos a mão capaz de aliviar os seus sofrimentos, quando estes tinham apenas a relva do campo e uma pobre e encardida barraca de campanha, como leito para tratar de seus ferimentos ou encontrar a morte vigiada.

Todavia a comissão médica, depois de 2 anos de atuação, estava reduzida tão

---

fevereiro de 1856. Reconhecido como Cadete matriculou-se na Escola Militar. Foi Alferes sendo depois promovido a 2º Tenente de engenheiros em 14 de março de 1858. Tornou-se bacharel em matemática e ciências físicas. Teve ordem de se reunir à Comissão de Engenheiros para seguir ao Mato Grosso a 1º de abril de 1865. Morreu em 26 de julho de 1866.

10 TAUNAY, Visconde de Taunay. Dias de Guerra e de Sertão. 2ª edição. Monteiro Lobato e CIA editores. São Paulo, 1923. p. 104

11 Idem, Ibidem. p. 116

12 TAUNAY, Visconde de. Memórias do Visconde de Taunay. São Paulo, Editora Melhoramentos, s.d. p. 208.

somente aos cirurgiões Cândido Manoel de Oliveira Quintana e Manoel de Aragão Gesteira. Para acalmar os sofrimentos da alma, restava o padre, capelão alferes, Antônio Augusto do Carmo que, junto aos médicos era insuficiente para aplacarem o mal, a dor e o sofrimento da carne e da alma.[13]

Faltava: pão, farinha, sal, água, carne. Morria-se de fome. E como derradeira etapa de sofrimento e miséria humana, ainda corriam os boatos entre os expedicionários sobre o aparecimento de mais uma epidemia, confirmava-se, assim, o aparecimento da primeira vítima do cólera. *"O corpo era de repente atacado de um mortal abatimento; dores fortíssimas pelo ventre se propagavam em cólicas cruciantes. Estonteados, com os olhos enublados e fundos, a voz tremula, o andar vacilante, trôpego, parecendo ébrios. Logo depois sobrevinham as náuseas, os vômitos, os calafrios, sede intensa, diarréias em horrendas contorções".*[14] Era a epidemia que se assentava nas linhas dos batalhões com toda a sua mórbida face de sofrimento.

Sobre a epidemia ocorrida na expedição ao Mato Grosso, o 1º Cirurgião, Dr. Cândido Manoel de Oliveira Quintana anotou: *"às 11 horas entraram, mais dois enfermos para a Enfermaria, os quais atraíram à atenção pelos grandes gritos que devam em conseqüência de câimbras e pela semelhança dos sintomas que eram: grande sede, supressão de urina, vômitos, evacuações alvinas em abundantissimas, resfriamentos das extremidades".*[15]

Em suas observações o médico apontou a falta de alimentos, roupas e barracas, que protegessem o soldado do frio, como as causas do aumento de vítimas. Continuava*: "os medicamentos no fim de poucos dias estavam todos acabados".*[16]

A marcha durante dias, no episódio conhecido como a Retirada da Laguna, a péssima condução dos enfermos levados em padiolas ou em carros de bois espremidos uns sobre os outros, contribuíram para o aumento do número de mortos o que fez recomendar, a comissão médica, que fossem queimados os carros usados no transportes dos coléricos.

Em pouco tempo a coluna expedicionária transformou-se em uma procissão, onde os corpos desfilavam em padiolas de couro conduzidas pelos homens sadios, sem que estes fugissem ao cruel castigo. *"Imensa procissão, tétrico cortejo a desfilar, sempre para a lúgubre catedral da morte próxima."*[17] A princípio era um, dois, três casos; depois a dezena, e crescia o número de mortos e doentes com o passar dos dias.

13 VIANNA, Lobo. A Epopéia da Laguna. Imprensa Militar. Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1920.
14 Idem, Ibidem, p. 93.
15Idem, Ibidem, p. 34
16 Idem, Ibidem, p. 34.
17 Idem, Ibidem, p. 95.

Mas se a cena alimentava a esperança na sobrevivência, a decisão do comandante Camisão, diante do quadro desesperador, de abandonar os coléricos, pareceu lançar todos ao inferno. Uma única voz se ergueu ante a decisão. O Dr. Gesteira manifestou opinião contrária a essa resolução todavia acatando a decisão sem aprovar ou reprovar a atitude de seu comandante.

O chefe do exército ordenou, no dia 27 de maio de 1866, que fosse aberta à noite uma grande clareira no bosque mais próximo, para que cada batalhão pudesse mandar seus enfermos. Ali foram abandonados mais de uma centena de homens, irmãos de armas, e no tronco de uma árvore pregado um cartaz que dizia: *"compaixão para os coléricos"*.[18]

Na proporção em que se afastavam dos coléricos, aliviados do peso dos doentes, os que continuavam a marcha escutavam: *"gritos lancinantes, lamentos, gemidos, uivos, brados de agonia, de compaixão, clamores sem nome, sem conta, sem fim, se ouviram, arrepiando as carnes, sacudindo os nervos e sangrando os corações*."[19]

Na expedição ao Mato Grosso, a atuação do Corpo de Saúde foi marcada pela impotência diante das doenças que, somente foram diagnosticadas suas causas e os tratamentos empregados na sua cura, no final do século XIX e principio do XX. As condições de trabalho eram péssimas, enfrentando obstáculos que iam desde a falta de medicamentos, ambulâncias, macas e hospitais que pudessem amenizar os sofrimentos dos feridos e doentes.

Todavia, exercendo o seu oficio nos combates, nos hospitais improvisados, nas marchas, nas tentativas de deter as epidemias, sofrendo dos mesmos males que atingiam simples soldados ou a alta oficialidade, encontravam-se médicos abnegados que, no Corpo de Saúde, medicaram o corpo e, muitas vezes, a alma dos soldados brasileiros em Campanha.

Esses homens caminharam uma eternidade. E durante essa eternidade, quantos horrores. A fome no Cochim, no rio Negro e na Retirada da Laguna, em que se comia frutos disputados com as araras, a cólera nos campos de Miranda, que devorou mais de setecentos homens, os combates e tiroteios incessantes, o incêndio dos campos, a sede, a nudez, tudo enfim.

---

18 Sobre o abandono dos soldados infectados pelo cólera existem controvérsias sobre o número de doentes assim como da atitude tomada pelo comandante Camisão. De fato, um dos soldados deixados na clareira sobreviveu e reuniu-se, no dia 29, aos demais soldados em marcha para o Mato Grosso. Este se chamava Calixto Medeiros de Andrade e, em 1920, ainda vivia com sua numerosa família na cidade de Estrela do Sul, no Triangulo Mineiro. Sobre o abandono dos coléricos concedeu uma entrevista para a revista do Brasil, n. 55, julho de 1920 – São Paulo.

19 VIANNA, Lobo. A Epopéia da Laguna. Imprensa Militar. Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1920. p. 97.

Referências bibliográficas:

BARRETO, Mario. A Campanha Lopesguaia. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, v. 3, 1929.

CARNEIRO, Davi. O Paraná na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

CASTRO SOUZA, Luiz de. A Medicina na Guerra do Paraguai. São Paulo, 1972.

FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

LAGO, Benvenuto Pereira do. A cólera-morbus asiática é ou não contagiosa? Tese. Bahia: Tip. De Camilo de Lellis Masson & CIA, 1857.

LEMOS BRITO, José Gabriel. Guerra do Paraguai: narrativas históricas dos prisioneiros do vapor "Marques de Olinda". Bahia: Lit. Tipe Encadernação Reis e CIA, 1907.

MAIA, Jorge. A invasão do Mato Grosso. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 35, 1964.

SHNNEIDER, Lovis. A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguai. Trad. Manoel Alves Nogueira. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1875.

TAUNAY, Visconde de. Memórias do Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Melhoramentos, s.d.

TAUNAY, Visconde de Taunay. Dias de Guerra e de Sertão. 2ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato e CIA editores, 1923.

VIANNA, Lobo. A Epopéia da Laguna. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Anti-Macunaíma: Mário de Andrade e a mitificação de Delmiro Gouveia

Dilton Cândido S. Maynard[1]

Resumo: Investiga-se a construção de Delmiro Gouveia, agroindustrial cearense, como contraponto a Macunaíma em textos de Mário de Andrade. As fontes utilizadas serão crônicas, corresponências e o romance Macunaíma. Neste material, observa-se como diferente da indisposição para o trabalho, traço marcante na personagem andradiana, Delmiro é representado como um brasileiro raro, voltado para o trabalho e o progresso.

Palavras-chaves: Delmiro Gouveia – Mário de Andrade – Macunaíma

Abstract: It is investigated construction of Delmiro Gouveia, trader born in Ceará, as counterpoint with Macunaíma in texts of Mário de Andrade. The used sources will be chronicles, letters and in the Macunaíma romance. It is observed as different of laziness, main characteristic of the personage of Mário, Delmiro are represented as unique Brazilian, dedicated to the work and progress of your country.

Keywords: Delmiro Gouveia – Mário de Andrade – Macunaíma

Nesta pesquisa investigo como o agroindustrial Delmiro Gouveia (1863-1917), conhecido por "coronel dos coronéis", foi visto por Mário de Andrade (1893-1945) e como, em certos textos, o escritor paulista ajudou a mitificá-lo. Através de Mário, emerge um brasileiro vocacionado ao progresso, embrenhado nos sertões e fazendo ali tudo o que caberia aos governantes. Porém, apesar da admiração, Andrade realizou basicamente menções sumárias a Gouveia num corpus documental que passa por crônicas, correspondências e por *Macunaíma* (1928), seu mais conhecido livro. Inicialmente, gostaria de apresentar o coronel.

Delmiro nasceu em Ipu (CE) e, segundo Mário, "chegou em Pernambuco ainda curumirim" (ANDRADE, 1976: 39). Viveu no Recife até 1902. Exerceu diversos ofícios – desde funcionário da Brazilian Street Railways, até gerente da Keen Sutterly Company, exportando couro. Astuto, enriqueceu neste negócio e, conforme Graciliano Ramos, "adquiriu tanta habilidade que poderia (...) esfolar uma cabra viva sem que ela percebesse que estava

1 Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFPE.

sendo esfolada" (RAMOS, 1977: 113-114). A riqueza arrastou consigo projetos ambiciosos, como o Mercado do Derby, que no fim dos oitocentos funcionava dia e noite, oferecendo baixos preços e opções de diversão. Contudo, o mesmo fausto trouxe intrigas com políticos importantes e gerou uma constante vigilância em seus negócios. Delmiro praticou diversas vezes "desonesta traficância" (MOTA, 1967:30). Foi pego em certas ocasiões.

Gouveia teve o Derby incendiado, foi preso e pouco depois decretou falência. Casado, mas apaixonado pela enteada de um inimigo, o cearense deixou Recife e instalou-se no sertão alagoano. Ali, na vila da Pedra, voltou novamente a atenção para exportação de couros e inaugurou a *Companhia Agro-Fabril Mercantil*, a *Fábrica da Pedra*, especializada em linhas de costura.

A vila se desenvolveu com Gouveia. Comboios fartos em peles chegavam de vários locais. Delmiro instalou escola, cinema, rink de patinação, água encanada, farmácia e luz elétrica no vilarejo. Nos sertões alagoanos, seus automóveis espantavam os matutos: "Minha mãe o que é aquilo/Que vem assombrando a gente?/- É o carro de Delmiro/Com um fogo aceso na frente" (DANTAS, 1974:127). Os operários eram obrigados a estudar e a mandar os filhos para a escola. O negociante exigia limpeza máxima dos empregados, aplicando multas para quem jogasse papel ou cuspisse no chão. Proibindo bebidas alcoólicas e o uso de armas, Gouveia impressionou os convidados que teve na Pedra, personalidades como Assis Chateaubriand e Oliveira Lima. O primeiro afirmou ver na vila "uma resposta a Canudos"; o segundo registrou: "nos armazéns vi pilhas de latas de chá Lipton. Parece Londres em pleno sertão" (LIMA,1971:431).

Delmiro foi assassinado a tiros em 1917, numa noite de outubro, enquanto lia jornais na varanda do seu chalé. Depois disto, algumas narrativas teceram uma aura civilizadora sobre ele. Creio que Mário de Andrade foi um importante contribuinte na mitificação do cearense. Há sinais disto em textos como *Macunaíma*:

> *Macunaíma cismou ainda indeciso, sem saber si ia morar no céu ou na Ilha de Marajó. Um momento pensou em ir morar na cidade da Pedra com o enérgico Delmiro Gouveia, porém lhe faltou ânimo. Pra viver lá, assim como tinha vivido era impossível. Até era por causa disso mesmo que não achava mais graça na terra (...) e para viver na cidade do Delmiro ou na Ilha de Marajó que são desta terra carecia de ter um sentido. E ele não tinha coragem pra uma organização. Decidiu: "-Qual o quê!...quando urubu está de caipora o de baixo caga no de cima, este mundo não tem jeito e vou pro céu. (ANDRADE, 1988:164) Grifos meus.*

Pedra, cidade do Delmiro, seria palco inadequado para o "herói sem nenhum caráter". O diagnóstico de que "este mundo não tem jeito" indicia os contrastes entre a vila e o mundo pelo qual Macunaíma perambulou,"brincou" e conheceu símbolos da civilização, como o telefone e o Smith-Wesson (ANDRADE, 1997: 101). Contudo, o que faz Delmiro num dos maiores clássicos da literatura brasileira sendo apresentado como um contraponto a Macunaíma? Não se trata de um discurso apologético ao Nordeste. Afinal, Mário teve como um dos seus objetivos "desrespeitar lendariamente" tanto a geografia quanto a fauna e flora geográficas. Assim, em *Macunaíma*, numa página o herói está junto ao Solimões, na seguinte ele percorre "Sergipe de ponta a ponta" (ANDRADE, 1997:104-106). Assim, Mário escreveu que "desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo em que conseguia o mérito de conhecer literariamente o Brasil como entidade homogênea" (ANDRADE, 1926).

Macunaíma após cogitar ir viver com Delmiro dirá: "Não vim no mundo para ser pedra". Uma passagem ocasional? Nem tanto. O trecho, segundo Cavalcanti Proença, consiste numa espécie de "provérbio indígena" coletado por Couto Magalhães, sendo algo que pode funcionar também como recusa do herói andradiano em moldar-se a determinados padrões, como aqueles tão elogiados em Gouveia. Possivelmente a referência ao termo "pedra" não se restringe à vila de Delmiro, mas também ao arquiinimigo do herói – Venceslau Pietro Pietra. E, conforme Albuquerque, "while stone is the construction material more readily associated with resistance and durability, in Macunaíma it also calls to mind (...) destruction and predation" (ALBUQUERQUE, 1987:70). Assim, as características de inércia e esterilidade convivem com a representação de outra pedra, esta vital na obra: o muiraquitã, dado ao herói por *Ci*, o seu único amor. As relações entre construção/desconstrução, comuns no texto de Andrade, aparecem inclusive nas contínuas referências não somente a pedras, mas também às formigas e à preguiça.

Tais ambiguidades que tanto agradavam a Mário sugerem uma interpretação controversa do *ethos* brasileiro. Macunaíma a todo tempo repete: "Ai...que preguiça!". A expressão, presente em vários trechos do livro, vai de encontro ao trabalho ético, à disciplina, valores que Delmiro, designado por Andrade como "grande cearense", encarnava para o intelectual paulista. Longe do perfil do herói destruidor e preguiçoso, o coronel recebeu elogios do escritor. Mas, como ele encontrou Delmiro Gouveia? A tentativa de resposta a esta pergunta – que aviso de antemão reconhecer ser insuficiente – me leva a remexer nos passos do escritor para erguer o seu clássico.

Segundo a correspondência e os diferentes prefácios de Mário para o seu livro (finalmente lançado sem nenhum), *Macunaíma* foi escrito em pouquíssimos dias, entre 16 e 23 de dezembro de 1926, na "chacra" do Tio Pio, em Araraquara, São Paulo, depois revisado e estendido em 1927. Sendo entidade conhecida, o anti-herói de Andrade chamou a atenção de vários intelectuais. Em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Câmara Cascudo definirá Macunaíma como "entidade divina para os macuxis, acavais, arecunas, taulipangues, indígenas caraíbas, a oeste do platô da serra de Roraima e Alto Rio Branco, na Guiana Brasileira". Por seu turno, Cavalcanti Proença informa que os nomes de Macunaíma e seus irmãos se referem ao herói indígena que aparece inicialmente em 1868, em texto de W.H.Brett sobre os silvícolas da Guiana: "Desconhecendo a verdadeira personalidade, os missionários usaram o nome Macunaíma para traduzir o de Deus, nos catecismos". O mesmo Cascudo explica que, com o tempo, Macunaíma se tornou um "misto de astúcia, maldade instintiva e natural, de alegria zombeteira e feliz". (CASCUDO, 2000:347; PROENÇA, 1974: 8).

Ciente desta polifonia, Mário afirmou: "Isso é o Macunaíma e esses sou eu" (ANDRADE: 1931). O autor, que começara a aprender alemão em 1918, leu a obra *Von Roraima Zum Orenoco* (De Roraima para Orenoco) de Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) e dela se apropriou antropofagicamente, à maneira dos cantadores nordestinos "que compram no primeiro sebo uma gramática, uma geografia, ou um jornal do dia, e compõem com isso um desafio de sabença, ou um romance trágico de amor, vivido no Recife". Daí, não é difícil suspeitar que o cearense tenha impressionado Andrade. Afinal de contas, aos 39 anos, Gouveia foi ele mesmo personagem de um conturbado romance. Não é improvável que o escritor, no ímpeto de "conhecer literariamente o Brasil", tenha encontrado menções a Delmiro entre cantadores e periódico nordestinos. Delmiro vez por outra era destaque nos jornais e revistas, tanto nas colunas sociais quantos nos fatos da política e da polícia (ROCHA: 1970). Mas, voltemos ao modernista.

Entre dezembro de 1928 e março de 1929, Mário de Andrade embarcou na sua segunda "viagem etnográfica". A excursão abrangeu também regiões do Nordeste. Ali, através de contatos intensos com figuras como Manuel Bandeira, Cícero Dias e Luís da Câmara Cascudo, Mário coletou registros sonoros: músicas de feitiçaria, cocos, romances etc. Entre as reminiscências, ficou uma conversa em meio ao Atlântico: "um homem do Pará sucede ter convivido muito com Delmiro e conversamos sobre o grande cearense". Mário lembrou aquele dia como feio e de mar indócil. Mas o que ele rememorou de Delmiro? Um

primeiro traço foi o *ethos* disciplinador. E Andrade se deliciou com o que ouviu: "falaram que Delmiro Gouveia era perverso, era não. Meu companheiro afirma que esse Antônio Conselheiro do trabalho não mandou matar ninguém". Acrescentou: "Delmiro costumava falar que brasileiro sem sova não ia, e por sinal que sovou e mandou sovar gente sem conta, bem feito". E escreveu ainda: "Uma feita, uma dessas cachimbava na porta da rua, muito cismando". Gouveia, conta Andrade, "seguiu no trotinho descansado uns trinta metros mais, virou o animal de sopetão, veio na galopada e com um golpe justo do chicote arrancou o cachimbo da boca da dona. Que nunca mais fumou" (ANDRADE, 1976:43-44). O sarcasmo deste trecho se encaixa no aviso de que a crônica "pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do ziguezague de uma aparente conversa fiada" (CANDIDO, 2002: 98).

Enredando suas reminiscências, Mário descreve a obra de Delmiro como única e contraditória. Mesmo sem negar a violência, mas satirizando-a, ele vê com satisfação o processo civilizatório empreendido nas Alagoas. As inúmeras mudanças instauradas pelo cearense na Pedra eram elogiadas, pois a vila atingiu uma "perfeição de mecanismo urbano como nunca houve igual em nossa terra". Para o artista, o controle rígido aos sertanejos só evidenciava o *ethos* modernizador: "Si (sic) um menino falhava na aula, Delmiro mandava chamar o pai pra saber o por quê. Chegou a despedir os pais que roubavam os dias de estudos aos filhos, por algum servicinho". Se acaso havia meninos preguiçosos, o negociante juntava uma leva deles e "mandava um negrão chegar africanamente a palmatória na bunda dos tais" (1976:42). Cabe lembrar que, sendo uma narrativa, a crônica "qualifica o mundo e, ao fazê-lo, já traz consigo processos de eleição, escolha, reconhecimento, exclusão e apreciação" (PESAVENTO, 1997: 33).

Com um perfil distinto da personagem andradiana, Delmiro foi classificado pelo escritor como "gênio da disciplina". Enquanto Macunaíma, herói desgeograficado partiu porque não suportou esta terra, Gouveia foi assassinado porque esta terra não o suportou (PROENÇA, 1974:60). Para Mário, o coronel, faroleiro de trens quando jovem, permanecia como uma espécie de "dramático movimentador de luzes (...) dentro do noturno de caráter do Brasil", traço que explicava seu destino trágico: "teve o fim que merecia: assassinaram-no. Nós não podíamos suportar esse farol de que feria os nossos olhos gestadores de ilusões, a cidade da Pedra nas Alagoas". Em outra rápida referência, Mário relembra que, após perder o muiraquitã, o artefato que lhe permitiria "se reorganizar numa vida legítima e funcional", Macunaíma "desiste de ir viver com Delmiro Gouvêia, o grande criador" e se lança na

derradeira aventura de ir à lua (ANDRADE: 1943).

Entretanto, o que significa ir para a lua? Conforme Cavalcanti Proença, podemos considerar esta opção pelo "brilho inútil" lunar como uma metáfora sobre as conclusões tiradas pelo herói da vida terrena. Partindo para a lua, Macunaíma "continuaria a brilhar, embora sem finalidade nem seriedade, nessa vocação para o brilho puro, sem calor, que Mário de Andrade censurou tantas vezes nos artistas brasileiros" (PROENÇA, 1974:15). Um exemplo disto aparece em 1928 quando Mário, numa das suas muitas cartas a Carlos Drummond, exorta o amigo a não "viver o brilho intenso das estrelas", mas "tentar São Paulo" e especula: "quem sabe se o contato com uma cidade de trabalho (...) você tem coragem pra uma organização e abandona essa solução a que Macunaíma chegou" (ANDRADE, 1982:133). Deste modo, a própria opção em ir para a lua remete a uma contraposição entre a figura de Delmiro e a personagem de Andrade.

Para Mário, Delmiro é: "grande criador", "gênio da disciplina", "dramático movimentador de luzes" e "farol". Referências tão positivas ao cearense refletem uma admiração, nascida talvez nas viagens feitas pelo Norte do Brasil. Porém, entre os epítetos atribuídos ao cearense, o de "Antônio Conselheiro do trabalho" inspira reflexão cuidadosa. O que tal expressão pode representar? Mário funde, em um só personagem, dois estereótipos sobre o sertão. De um lado, retoma a figura de Antônio Conselheiro (1830-1897), o beato líder do arraial de Canudos. Por outro, a corrige com o acréscimo do termo trabalho. Conjuntamente, as duas palavras indiciam as influências que a leitura euclidiana exerceu na construção de interpretações sobre o passado do "Norte" brasileiro. Andrade lapida a figura mítica definida por Euclides da Cunha (1886-1909) como uma síntese de "todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercidas na indisciplina da vida sertaneja" e delineia Gouveia como uma nova síntese, uma leitura positiva da vida sertaneja (CUNHA, 1997:166). Temos assim, outro tipo de beato, um messias ligado ao mundo produtivo. Há aqui um diálogo discreto com uma tradição interpretativa inaugurada por *Os Sertões* (1902), tomada como a fonte "mais idônea" sobre os confrontos surgidos no arraial sertanejo, e, já nos tempos em que Mário escrevia, uma obra singular como peça literária e como documento (GINZBURG, 2001).

Assim sendo, ao enxergar em Delmiro um "Conselheiro do trabalho", Mário de Andrade estabelece uma curiosa conexão com as interpretações euclidianas dos problemas

brasileiros. O industrial surge nos textos brevemente, mas sempre como figura exemplar. Ele é descrito como um campeão civilizador – em contraste ao paranóico "documento raro de atavismo" representado por Conselheiro. O homem que Euclides disse ter ido para a história da mesma forma "como poderia ter ido para o hospício", encontrava contraposição no "rei das peles", descrito por Mário como alguém à frente do seu tempo. Delmiro, talhado por Andrade como uma figura iluminista, destoa do "gnóstico bronco" que um dia dominou os sertões (CUNHA, 1997, p.165-166:168). Se Conselheiro era um evangelizador monstruoso que procurara sempre as profissões menos árduas, Gouveia, enérgico e hábil com o chicote, é a antítese disto. O cearense, para Andrade, era "duma energia masculina, pré-determinada e não ocasional, como entre nós inda é costume herdado do calor solar" (ANDRADE, 1976:42). Alguém que com "a religião da higiene e o ateísmo das esmolas religiosas", arrastava pessoas com ele em nome do trabalho, de uma vida organizada e funcional, sugere Mário. Algo tão claro, que até Macunaíma sabia disto.

Portanto, ao posicionar Gouveia como uma das alternativas para seu anti-herói, Mário de Andrade contrapõe o espírito aventureiro do brasileiro a uma experiência aparentemente isolada de culto à disciplina, ao trabalho. Como observa Cavalcanti Proença: "esse espírito de aventura do brasileiro, contrapondo-se ao trabalho, não é invenção de Mário de Andrade, mas observação de sociólogos eruditos falando sério, mestres como Sérgio Buarque de Hollanda". (1974:12). O próprio Mário reafirma a frustração sentida com o destino da personagem: "Quando, depois de uma existência inútil, Macunaíma desiste de ser gente, e a lembrança de ainda poder construir como um Delmiro Gouveia, prefere ir viver o brilho inútil das estrelas meus olhos umedeceram". (ANDRADE, 1993:12). Em breves e dispersas referências como esta, ganha relevo a representação do Coronel dos coronéis como um tipo de Anti-Macunaíma, antítese do herói andradiano e, de certo modo, da própria gente brasileira.

Referências Bibliográficas

A Mensagem (Quinzenário de Literatura e Arte), 2 (26). Belo Horizonte, 24 julho, 1943.

ALBUQUERQUE, Severino. *Construction and destruction in Macunaíma*. **Hispania**, 70, Lubbock, mar 1987. Pp.67-72

ANDRADE, Mário de. *Começo de crítica. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 5 mar. 1939*. In: **Vida Literária**. São Paulo: Edusp, 1993. Pp.11-16

_____**Macunaíma:** o herói sem nenhum caráter. 30 ed. Tex.Rev. T. P. A. Lopez. Belo Horizonte: Vila Rica, 1997.

_____**Macunaíma:** o herói sem nenhum caráter. T. P. A. Lopez (Coord.). Paris: Association Archives de la Littérature Latino-américaine, dés Caraïbes et africaine du XX siécle; Brasília, DF: CNPq, 1988.

_____**A lição do amigo:** cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1982.

_____ *O grande cearense*. In: **Os Filhos da Candinha**. São Paulo: Martins Editora; Brasília: INL, 1976. Pp.39-44

_____ *Prefácio escrito em dezembro de 1926*. Disponível na INTERNET via http://acd.ufrj.br/pacc/macunaima.html. [on line]. Acesso em 20/07/2005.

CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. In: **Para gostar de ler**. vol.V: crônicas. 14 ed. São Paulo: Àtica, 2002. Pp. 89-99

CASCUDO, L. Câmara. **Dicionário Brasileiro de Folclore**. Ver. Atua. 9 ed. São Paulo: Global Editora, 2000.

CUNHA, Euclides. *O Homem*. In: **Os Sertões:** campanha de Canudos. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1997. Pp.165-167

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Trad. F. Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 2000. Pp.143-180

_____ *Um lapso do Papa Wojtyla*. **Olhos de madeira:** nove reflexões sobre a distância. Trad. E. Brandão. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Pp. 219-228

LIMA, Manuel de Oliveira. *Um passeio a Paulo Afonso*. In: **Obra Seleta**. Rio de Janeiro: INL, 1971. Pp. 427-435

MOTA, Mauro. **Quem foi Delmiro Gouveia?** São Paulo: Edições Arquimedes, 1967.

PESAVENTO, Sandra J. *Crônica: a leitura sensível do tempo*. **Anos 90**, n.7, Porto Alegre, jul.1997. Pp. 29-37,

PROENÇA, M. Cavalcanti. **Roteiro de Macunaíma**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília:INL, 1974.

ROCHA, Tadeu. **Delmiro Gouveia:**o pioneiro de Paulo Afonso.3 ed.Rev.Aum.Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

NEGÓCIOS NO INTERIOR: O comércio em são João da Cachoeira na primeira metade do século XIX

Rosicler Maria Righi Fagundes*

RESUMO: Neste trabalho, buscamos entender como se organizava o comércio em São João da Cachoeira, na primeira metade do século XIX, Também tratamos do comercio em São João da Cachoeira, os produtos comercializados, quem eram os comerciantes e a questão do escravo como mão-de-obra e bem comercializável. No estudo utilizamos como fonte primária, inventários *post-mortem,* recibos de pagamento emitidos pela Câmara Municipal de Vereadores. A metodologia utilizada foi a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, nas obras bibliográficas específicas sobre o tema, que possibilitaram a coleta de dados para a realização do estudo.
Palavras-chave: Comércio - Escravidão - São João da Cachoeira

ABSTRACT: In this paper, we expect to understand how the commerce in São João da Cachoeira was organized, in the first half of 21th century. We also focus on the commerce in São João da Cachoeira, on the commercialized products, on who were the merchants and on the matter of the slave as work force and as a good. In the study, we use as primary fonts, *post-mortem* inventories, full receipts emitted by the local Chamber of Councilmen. The methodology used research in the Public Archive of Rio Grande do Sul, in the Historical Archives of Cachoeira do Sul, in the specific literature that made possible it collects data to accomplish this study.
KEY WORDS: Commerce, Slavery, São João da Cachoeira.

1.INTRODUÇÃO

No presente trabalho, o objetivo é compreendermos o comércio em São João da cachoeira na primeira metade do século XIX. Pretendemos identificar quem eram as pessoas envolvidas na atividade e quais as suas condições socioeconômicas dentro daquela sociedade. Procuramos abordar algumas das possibilidades de negócios e identificar, em parte, os produtos comercializados. O município de Cachoeira compreendia parte da região central, da campanha e também as missões, portanto, tornou-se atrativa a idéia de estudarmos a articulação do comércio nesse espaço. Acreditamos que a atividade comercial foi um dos fatores que influenciaram na formação da sociedade em estudo. Não somente pelo aspecto econômico, o comércio também, por vezes, foi determinado e determinante de outras relações. Relações essas que se estabeleceram, em alguns casos, a partir da atividade do

* Graduada em História pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA

comércio. Muitas vezes, os comerciantes possuíam algum parentesco ou vínculo de amizade entre eles.

Nosso estudo procurou, primeiramente, de um modo geral, considerar as características do comércio no Brasil, colônia portuguesa, que, no início do século XIX, ainda vivia sob a égide do pacto-colonial. O Rio de Janeiro, área central e o Rio grande do Sul, se inseriu a economia central como fornecedor, principalmente de alimentos para a escravaria. Na segunda parte do trabalho, utilizamos fontes documentais para entendermos o funcionamento do comércio e a aproximação com o setor dos comerciantes, será no sentido de buscar sua origem social, e ainda abordamos de forma participação do escravo na formação daquela sociedade.

2. SÃO JOÃO DA CACHOEIRA: ESPAÇO E CONDIÇÕESOCIOECONÔMICAS

O Rio Grande do Sul, no final do período colonial e início do império, situado no extremo sul do Brasil, era de vital importância para a coroa portuguesa, por ser uma região de fronteira e estratégica na manutenção do território recém-estabelecido, além de ser um espaço fundamental para o acesso à Bacia do Prata. Os limites com os domínios espanhóis, na América do Sul, serviam de ponto de entrada e saída de pessoas e mercadorias, era o lugar em que aconteciam as trocas comerciais. Nesse contexto, os portos, dentre eles, o da cidade de Rio Grande, tiveram um papel de destaque na formação e consolidação do comércio com outras províncias e outras partes do mundo, adquiriram características desses lugares, no entanto possuíam especificidades inerentes a seu espaço físico, político e social, no qual se desenvolveram as atividades mercantis. Também a presença hidrográfica do Rio Jacuí, ligado à Lagoa dos Patos, que desemboca suas águas no porto de Rio Grande, explicita a importância e relevância que a vila possuiu no início do século XIX.

Os interesses da coroa não se limitavam à ocupação do espaço, mas também estavam ligados à produção de alimentos e recrutamento de soldados para as tropas militares que eram um grande contingente no extremo sul. Esses elementos demonstram as especificidades inerentes à região fronteiriça do Rio Grande e influenciaram na formação do território.

O Rio de Janeiro era, naquele contexto, o grande centro comercial do Brasil. Era o lugar por onde grande parte dos produtos entravam no país e eram redistribuídos, através de redes comerciais familiares, segundo Osório (2000), ainda, dos comerciantes que atuavam na região, poucos haviam nascido na Província do Rio Grande devido à ocupação recente, mas

mesmo os rio-grandenses natos tinham algum parentesco com os homens de negócios do Rio de Janeiro ou ainda ligação direta com Portugal. Conforme Osório: "[...] os nascidos na América constituem de 26,9 a 40% do corpo mercantil. Como área de ocupação recente, não surpreende a pequena presença (entre 7,7 e 12,5%) de naturais do próprio Rio Grande" (OSÓRIO, 2000, p. 103-4). A respeito da trajetória dos comerciantes comenta a autora: "Uma parcela da explicação para a maior presença de portugueses nas atividades mercantis pode ser certamente encontrada nas redes sociais familiares em que se inseriam" (OSÓRIO, 2000, p. 105). Para ela, os comerciantes estabelecidos no extremo sul estavam vinculados aos homens de negócios do Rio de Janeiro ou aos de Portugal.

O Brasil, colônia portuguesa escravocrata, possuía um grande comércio com a África, o chamado "continente negro", intermediado pela coroa, isso tornava o escravo um grande produto comercial e determinava a presença de negociantes envolvidos no tráfico. Conforme Fragoso (1998), porém havia, uma diversificação das atividades comerciais, característica semelhante à européia no período pré-industrial e que pode ser evidenciada nas colônias americanas. Portanto, os negociantes de grosso trato[1] investiam em vários ramos de negócios. No Brasil, para o período que corresponde ao final do século XVIII e início do XIX, as produções historiográficas feitas no século XX elaboraram modelos explicativos da economia brasileira que foram, ao longo do tempo, sendo repensados e a tendência historiográfica atual é diferenciar um pouco dos estudos da década de 1940. Segundo Fragoso (1998), os modelos propostos, consistiam, em parte, na idéia de que a colônia teria se constituído para gerar alguns produtos específicos necessários à metrópole e seria uma sociedade calcada no escravismo, com grandes propriedades monocultoras.

No Rio Grande do sul a historiografia tradicional vem sendo revista e passa por novas interpretações. Uma outra perspectiva é utilizada para a compreensão da formação do que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul, seja em seu espaço geográfico, físico, político, econômico seja no social.

Os modelos explicativos sobre a formação econômica do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, limitaram-se a poucos fatores. A pecuária e suas grandes extensões de terras, estâncias e charqueadas coabitaram com imigrantes europeus, principalmente, alemães e italianos. Cardoso (1977), ao escrever sobre o escravismo do sul da colônia portuguesa, classifica a economia sulina do gado como subsidiária em relação ao sudeste devido à exportação do açúcar, minérios e também o café. O que se produzia era para a subsistência e

[1] A designação de comerciante de grosso trato se refere a homens que participavam do comércio internacional, no qual estava envolvido grande capital.

isso é que lhe daria esse caráter "menor" diante dos produtos exportados. Por certo, o Rio Grande do Sul, no período, tinha na pecuária uma das alavancas que sustentava sua economia, mas não se limitava a isso.

O comércio, no Brasil colonial, deve ser entendido, conforme Fragoso (1998), com uma lógica que ultrapasse a de produtor voltado para a metrópole. A existência de um mercado interno é, segundo ele, explicada pelo fato de a economia colonial não acompanhar as tendências mundiais em determinados momentos. Como também escreveu chaves o Rio Grande vendia produtos como *carne seca, sebo, graxa,* entre outros, para as províncias do Rio de janeiro, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina (CHAVES, 1978, p. 134). Portanto nos parece claro a existência de um mercado intra-colonial.

O tráfico de escravos constituiu nos anos de 1760 a 1830, um dos grandes produtos comercializados pelo Rio de Janeiro, chegando à cifra de dois milhões de homens para as Américas. Isso mostra o quanto foi intenso e rentável esse negócio para os comerciantes que se dedicaram ao empreendimento. (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 150). Para tanto os autores apresentam uma relação dinâmica de negócios que o extremo sul da colônia portuguesa possuía com o Rio de Janeiro. Se nesse período, os escravos entraram em grande número, acreditamos que isso tenha fortalecido, indiretamente, ao Rio Grande do Sul e fomentado a produção de charque destinado à alimentação da escravaria. Reforçam essa idéia os gráficos elaborados por Chaves, nos quais o charque, no ano de 1816, ocupava o terceiro lugar na tabela de exportações do Rio Grande, mas em 1822, já estava no topo e era o produto mais vendido (CHAVES, 1978, p. 134-140).

A historiografia produzida recentemente constatou a presença de escravos em várias atividades. Cardoso (1977) já apontava para a presença de cativos em estâncias de criação, contrapondo-se às produções historiográficas tradicionais que apenas consideraram os africanos como trabalhadores na produção do charque. Outras obras, recentes como por exemplo, Farinatti (1999), em sua pesquisa sobre os lavradores nacionais em Santa Maria, observa a presença de africanos na atividade agrícola e também na pecuária pois apareciam também como propriedade, em *inventários post-mortem,* dos próprios lavradores, embora em uma pequena parcela daquele grupo. Isso se torna ainda mais claro quando, em nossa amostra de inventários *post-mortem,* de moradores de Cachoeira, encontramos plantéis de escravos com freqüência. Portanto, os escravos estavam presentes, na maioria das atividades econômicas do início do século XIX, em maior ou menor, constância e de acordo com a condição social do grupo em estudo. Isso nos revela que o comércio não se restringiu à pecuária e seus derivados, mas foi muito variado e dinâmico. É nesse contexto de final do

período colonial brasileiro e início do Império que procuraremos entender o comércio de São João da Cachoeira.

2. OS NEGÓCIOS NO INTERIOR: O UNIVERSO DE SÃO JOÃO DA CACHOEIRA

Para abordar as atividades do comércio no início do século XIX, propomos a observação de alguns casos apontados na documentação:

Joaquim José de Barcelos, morador da Vila de São João da Cachoeira solicita à câmara de vereadores, por meio de alvará, no ano 1835, licença para abrir casa de "*negócios de machados*" [2]. No mesmo ano, Antonio Joaquim Barbosa solicita permissão para manter de *"portas abertas*" sua casa de negócios[3]. Por sua vez, João Teixeira Carvalho e Silva manifesta o desejo de manter em funcionamento seu *"armazém de molhados"* [4]. Esses comerciantes buscavam, junto às autoridades locais, o aval para continuarem com sua atividade econômica; o comércio. Diante dessa documentação perguntamo-nos quem eram esses comerciantes? Qual a sua origem social e, com isso, que atividade anterior possibilitou-lhes montar uma casa de comércio?

Reportamo-nos para tanto a um contexto mais amplo a fim de buscarmos respostas às questões colocadas. No início do século XIX, conforme já mencionamos, o Rio Grande do Sul tinha nos produtos da pecuária o grande propulsor das exportações. No entanto, sabemos que se desenvolveram outras culturas como o trigo, erva-mate etc. que aparecem nos boletins de saídas de produtos da província (CHAVES, 1978, p. 139). Também Osório (1999) nos mostra a importância que esses produtos tiveram na relação de comércio sulino com outras províncias. A autora nos coloca a importância do comércio sulino dentro do contexto colonial e revela a sua integração com as demais praças. Porém havia outros que também se inseriam na atividade mercantil. Comprovamos esse fato no inventário de Antonio Vicente da Fontoura[5] que deixou como herança, *esporas de prata, colheres de prata, copo, correntes e relógios de ouro* e ainda dois armazéns localizados na vila de Cachoeira. Certamente isso movimentava os negócios e evidencia que esses não se limitavam aos produtos da pecuária, existia sim, um outro tipo de comércio.

Para Osório (2000), os comerciantes se originavam de ligações de parentesco, compadrio ou amizade e formavam uma rede. Podemos, pelas dívidas constantes no

---

[2] AHC, Alvará da Câmara de Vereadores, Série A, Sub-série, 1835, Grupo 1 Presidência.
[3] Idem.
[4] Idem.
[5] APERS, Inventário *post- mortem* 1861, Órfãos e Ausentes, Maço 13, Estante 52, Número 233.

inventário *post-mortem* de Antonio Vicente da Fontoura, verificar que, entre as dívidas passivas, aparece Carlos Augusto Nogueira da Gama casado com Gabriela da Fontoura, filha do primeiro, sendo Nogueira, genro do falecido. Existem, nesse caso, indícios de que o parentesco determinava, muitas vezes, a entrada do sujeito na atividade comercial.

Fragoso e Florentino (2001) mostram-nos que a economia fluminense possuía uma cadeia de endividamento entre os negociantes, o que gerava uma dependência das demais províncias com o Rio de Janeiro e também com outros países. Em nosso caso encontramos além da presença familiar, também o endividamento.O comerciante Antonio Vicente da Fontoura tinha um de seus dois genros como devedor e outro como credor, como já relatamos e ele ainda aparece como devedor e credor nos testamentos de outros comerciantes, como no de Antonio Pereira Mafra[6], seu devedor e também credor da Câmara Municipal de São João da Cachoeira pela venda de farinha destinada aos presos da cadeia. Observamos, assim, a existência de uma rede de endividamentos, semelhante ao caso do Rio de Janeiro, que ligava não só os comerciantes, mas também o poder público.

As características da praça comercial do Rio de Janeiro nos mostram a lógica que movia aquela sociedade. Os homens de negócios, após constituírem um patrimônio considerável no comércio, buscavam investir em outros ramos mais estáveis. As fazendas, além de possibilitarem maior estabilidade davam-lhes o *status* de fazendeiro. Foi o que Fragoso e Florentino definiram como "forte ideal aristocratizante" e, por isso, a necessidade de "certa distância do mundo do trabalho" (FRAGOSO, FLORENTINO, 2001, p. 231-2). Ao compararmos os comerciantes de Cachoeira a esse perfil percebemos, que alguns casos da amostra pesquisada não correspondem a essas características, o que não significa dizer que elas não estejam presentes em outros inventários. Principalmente, se considerarmos o tipo de sociedade que se consolidava no Rio Grande do Sul, onde o *status* de proprietário de terras e gado tinha notável importância.

Chama a atenção o caso de Antonio Vicente da Fontoura, proprietário de dois armazéns, na data de seu falecimento, deixou duas casas com morada e dois terrenos, além de 19 escravos. A partir desses dados, observamos que, pelo número de devedores e dívidas passivas, pela quantidade de escravos, tratava-se de um grande comerciante tendo se mantido no negócio ao longo de sua vida, sem investir seus lucros em outros ramos.

Um outro comerciante, Tristão da Cunha e Souza, proprietário de uma chácara e um quinhão de campo, duas casas e um terreno, também não aplicou seus dividendos em grandes extensões de terras. Assim, delineamos um perfil do comerciante de São João da

[6] AHC, 1831, Ofícios da Câmara de vereadores, Serie C, Sub-Série 10, Grupo 2.

Cachoeira em princípios do século XIX, o qual em alguns momentos, assemelhou-se ao carioca e em outros, nós o evidenciamos com peculiaridades específicas. Podemos considerar como hipótese, em alguns casos, de acordo com a amostragem, que o acúmulo de capital para abrir uma casa de negócios teria vindo da produção agropecuária e assim de fazendeiro passava a investidor no comércio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientes, de nossas limitações devido à fragilidade das fontes e da amostra por nós pesquisada procuramos fazer algumas considerações. O comércio, em São João da Cachoeira na primeira metade do século XIX, esteve vinculado a outras praças comerciais da Província e também nas demais regiões da colônia portuguesa ou do Império Brasileiro. Queremos dizer com isso que percebemos elos entre ambas as regiões e, de certa forma, essas se constituíram redes comerciais. Fosse por parentesco, por amizade ou por relações puramente comerciais, existia uma relação de fidelidade e reciprocidade. Isso nos é evidente através da cadeia de endividamento, na qual são evidenciadas tais relações.

Os produtos negociados eram os mais variados, não se limitavam aos advindos da pecuária como o charque, couros, mas os mais diversos, como objetos e gêneros alimentícios, entre muitos outros. Essa diversidade dinamizava a economia e produziu uma elite comercial a qual evidenciamos pela documentação pesquisada. A hipótese para o tipo social provável dos negociantes poderia ser estancieiro-comerciante ou criador-comerciante. Por fim, importa destacar que o presente trabalho é apenas introdutório a algo maior que necessita ser explorado e que talvez ao aprofundarmos a análise sejam reveladas características distintas das observadas até então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

CHAVES, José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil.** Porto alegre, 1978.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem**. Lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul. (Santa Maria, 1845-1880). 1999. Porto Alegre, PUCRS,

1999. Dissertação (Mestrado em História), Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

___ OSÓRIO, Hélen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

_____. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF, 1999. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. A**lvarás da Câmara de Vereadores (1825-1835).** Série A, Sub-Série 1 Alvarás, Grupo 1 Presidência.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL. **Demonstrativo de Receitas e Despesas da Câmara de Vereadores (1830-1836).** Série B, Sub-Série 10 Recibos, Grupo 1 Presidência.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventários post-mortem**. Cartório Civil e Crime. São João da Cachoeira. N. 151, 1895.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Inventários post-mortem.** Cartório Órfãos e Ausentes. São João da Cachoeira. n. 11, 1823. n. 12,1823. n. 17, 1824. n. 52, 1830. n. 56, 1833. n. 101, 1840. n. 134, 1849. n. 233, 1861. n. 290, 1865. n. 404, 1878. n. 624, 1890.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A "Nova Objetividade Brasileira" e a historiografia da arte no Brasil

Maria de Fátima Morethy Couto[1]

RESUMO: Minha comunicação pretende analisar os objetivos e a repercussão de uma das mais importantes exposições de vanguarda ocorrida nos anos 1960 no MAM/RJ: a *Nova Objetividade Brasileira.* Realizada poucos meses antes da promulgação do AI-5, a exposição reunia mais de 40 artistas, vários deles recém ingressantes no mercado das artes. O texto do catálogo, escrito por Hélio Oiticica, marcou época e tornou-se referência obrigatória para o estudo das artes do período. Nele, Oiticica aponta o que considera os "pontos em comum" da produção vanguardista do país, conferindo-lhe forte cunho político. Em que medida Oiticica recupera questões por ele trabalhadas em seu período neoconcreto e qual o alcance da influência das idéias de Ferreira Gullar em sua análise serão questões por mim abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: Hélio Oiticica, vanguarda brasileira, Nova-objetividade brasileira

ABSTRACT: My communication intends to analyze the aims and effects of one of the most important Brazilian avant-garde exhibitions of the 1960's: *Nova Objetividade Brasileira.* Organized in the Museum of Modern Art of Rio de Janeiro few months before the promulgation of the AI-5, the exhibition congregated 40 artists, many of whom at the beginning of their careers. The text of the show's catalogue, written by Hélio Oiticica, has become a major reference for any research on the period. In it, Oiticica discusses what he considers to be the common points of the Brazilian avant-garde production of that period, conferring to it a strong political bias. In my communication, I will discuss to what extent the questions brought by Oiticica are related to his participation in the neoconcreto movement, as well as how much the ideas of Ferreira Gullar have influenced his analysis.

KEY-WORDS: Hélio Oticica, Brazilian Avant-garde, Nova-objetividade brasileira

Nos anos 1950, o Brasil nutria a esperança de impor-se mundialmente e de ocupar um lugar privilegiado no novo arranjo de nações, inclusive no domínio artístico. A idéia de uma mudança do centro mundial das artes de Paris para São Paulo seduzia os que acreditavam na possibilidade de o país participar do debate cultural da época com uma contribuição significativa e original. Novos museus, voltados para a arte moderna, são então fundados e assiste-se à difusão da arte abstrata nos grandes centros brasileiros. A criação das Bienais de São Paulo representa o ponto culminante dessa tentativa de renovação das artes plásticas no

[1] Doutora em História da Arte pela Universidade de Paris I – Panthéon/Sorbonne. Professora do Instituto de Artes da Unicamp.

país. Simultaneamente às pesquisas dos artistas de vanguarda, que, impressionados pelo trabalho da representação suíça na I Bienal, aderiram aos postulados da arte concreta, os críticos brasileiros partidários da abstração, em especial Mário Pedrosa e Ferreira Gullar, procuravam demonstrar que era possível construir uma arte nova, adequada às necessidades de um país novo a qual poderia entrar em concorrência direta com a produção européia.

Nos anos 1960, porém, a situação do Brasil no concerto internacional das nações era diferente daquela anteriormente prevista. Enquanto os Estados Unidos afirmavam seu lugar de líder mundial, o Brasil assistia ao aumento vertiginoso da inflação, à renúncia de um presidente, à deposição de seu substituto e à implantação de uma ditadura militar. No terreno das artes, a certeza de que era possível equiparar-se às nações mais desenvolvidas dava lugar ao desejo de assumir o subdesenvolvimento do país e de fundar uma linguagem condizente com essa condição. É o momento do fim do apogeu da arte abstrata nos meios de vanguarda, da retomada da figuração pelos jovens artistas e dos primeiros sintomas perceptíveis de uma integração entre arte e cultura de massa.

Se, como observa Frederico Morais, o debate estético dos anos 1950 "procurava afirmar a especificidade do fenômeno plástico-visual, a autonomia da forma em relação ao aspecto anedótico e/ou temático" (MORAIS, 1975: 80), na segunda metade dos anos 1960 havia um forte interesse pela representação de temas locais e populares, relacionados à atualidade do país e ao quotidiano do cidadão comum. A referência a Mondrian e Malevitch, tão importante para a geração concreta/neoconcreta, não mais fazia sentido para boa parte dos jovens artistas, os quais voltavam-se para o mundo real, procurando estabelecer um contato imediato com o público. Atentos aos problemas políticos da época, conjugavam seu desejo de explorar novas possibilidades técnicas e temáticas à necessidade de imprimir um sentido de denúncia social ao trabalho artístico.

O debate em torno da eficácia revolucionária da arte suscitou novas questões sobre a relação entre obra e receptor e sobre a função social do artista. Como observa Otília Arantes a respeito do período 1965-1969, "boa parte dos artistas brasileiros pretendiam, ao fazer arte, estar fazendo política (...) [reclamando] para si um papel de ponta na resistência ao processo regressivo por que passava o país" (ARANTES, 1983). Entretanto, enquanto para alguns a arte deveria atuar como meio de organização das massas e a preocupação com o conteúdo deveria prevalecer sobre a forma, para outros militância e experimentalismo formal poderiam caminhar lado a lado. Ferreira Gullar, por exemplo, renegaria seus ideais

vanguardistas e seu engajamento formalista dos anos 1950, lutando agora em favor de uma "arte popular revolucionária".

Dois livros de sua autoria, publicados na década de 1960, são consagrados à discussão de sua nova opção teórico-metodológica. São eles: *Cultura posta em questão,* de 1964, e *Vanguarda e Subdesenvolvimento,* de 1969. Neles, Gullar analisa o caráter de classe dos fenômenos culturais e a responsabilidade social do intelectual e do artista. Afirmando ser urgente escolher entre a alienação e a vida, o escritor prega a "necessidade de participação do intelectual na solução dos problemas de estrutura do país". A arte, declara, deve ser um meio de comunicação coletiva e a obra deve atuar como um veículo de conscientização do público. Segundo Gullar, o problema da arte contemporânea deveria ser posto em termos mais amplos que os meramente estéticos. "Para quem fala o artista plástico de hoje?", pergunta-se. "Se não é para o público, se não é para a crítica, se não é para seus compradores - é para ninguém." (GULLAR, 1965: 56).

Outro ponto importante abordado por Gullar nos dois livros citados diz respeito à crescente internacionalização da arte, processo que assistia com bastante receio. Alertando que "seria ingênuo perseguir um nível de 'modernidade' equivalente ao das 'vanguardas' européias ou norte-americanas, uma vez que tais fenômenos se referem a realidades culturais específicas das quais não participamos com a mesma intensidade" (GULLAR, 1965: 16), Gullar defenderá a importância de se definir o que se entende por vanguarda no contexto da realidade brasileira. "Um conceito de 'vanguarda' estética, válido na Europa ou nos Estados Unidos", questiona, "terá igual validez num país subdesenvolvido como o Brasil?" As concepções de vanguarda artística transplantadas das nações desenvolvidas correspondem efetivamente a uma necessidade das sociedades subdesenvolvidas?

Renegando com vigor os princípios vanguardistas e a validade de uma linguagem internacional para a arte, Gullar sustenta que "o específico da obra de arte é o particular e, portanto, a experiência determinada, concreta, do mundo". Ao artista cabe exprimir a realidade que ele vive, experimenta e conhece. Rejeitando o vanguardismo cosmopolita e alienante, que "admite a existência de um internacionalismo absoluto", Gullar argumenta que "a *verdadeira vanguarda artística*, num país subdesenvolvido é aquela que, buscando o novo, busca a libertação do homem, a partir de sua situação concreta, internacional e nacional" (GULLAR, 1969: 63-64).

O abismo existente entre as idéias defendidas por Gullar quando de sua participação no movimento neoconcreto e após seu engajamento em prol de uma cultura popular é evidente. Não nos cabe, porém, emitir julgamentos de valor sobre o desenvolvimento de seu trabalho enquanto crítico de arte. Acreditamos ser mais relevante apontar o quanto a conjuntura política do país, tanto nos anos que antecederam ao golpe militar (durante o governo João Goulart), quanto nos que o sucederam (antes da decretação do AI-5), incitava a produção de discursos radicais em todas as áreas do saber. Como observa Heloísa Buarque de Hollanda,

> *a produção cultural, largamente controlada pela esquerda, estará nesse período pré e pós-64 marcada pelos temas do debate político. Seja ao nível da produção em traços populistas, seja em relação às vanguardas, os temas da modernização, da democratização, o nacionalismo e a 'fé no povo' estarão no centro das discussões, informando e delineando a necessidade de uma arte participante, forjando o mito do alcance revolucionário da palavra poética.* (HOLLANDA, 1981: 17 e 37)

Questões como essa estiveram igualmente no centro da produção de diversos artistas plásticos de vanguarda do período. Cabe aqui destacar ainda o quanto as indagações de Gullar atraíam a atenção de Hélio Oiticica, artista que atuou como elo de ligação entre os neoconcretos e a nova geração então emergente. Ressalte-se, no entanto, que a prática de Oiticica jamais resvalou para um esquematismo ou adquiriu uma função didática ligada a um "ativismo político". Nas palavras de Carlos Zílio,

> *Oiticica estabelece com Gullar um diálogo no qual reinterpreta, segundo um ponto de vista inteiramente coerente com o processo de sua obra, as posições de 'arte engajada' de Ferreira Gullar. O que permitirá a Oiticica a manutenção de uma proposta pessoal nesta sua relação com a esquerda foi o seu anarquismo sempre infenso a qualquer doutrina estabelecida.* (ZÍLIO, 1983: 32)

Do grupo neoconcreto, Oiticica foi certamente um dos artistas mais preocupados em conferir à sua prática uma dimensão política que contribuísse para criação de "uma cultura tipicamente brasileira, com características e personalidade próprias". Em concordância com Gullar, ele acreditava que o fenômeno da vanguarda no Brasil dos anos 1960 "não [era] mais uma questão de um grupo provindo de uma elite isolada, mas uma questão cultural ampla, de grande alçada, tendendo às soluções coletivas". Nesse sentido, a relação do artista com o público deveria se "dar em grande escala, não numa elite reduzida a experts mas até contra essa elite, com a proposição de obras não acabadas, abertas". (OITICICA, 1986: 97)

Um ponto fundamental em seu trabalho dizia respeito à participação do

espectador. Oticica considerava essencial arrancar o espectador de sua imobilidade, levá-lo a tomar consciência de sua situação enquanto ser social. Seus primeiros trabalhos que prevêem a ação do espectador datam do início da década de 1960 e são frutos de sua participação no movimento neoconcreto e de sua intensa ligação com Lygia Clark. Se seus *Bilaterais* e *Relevos Especiais* podem ser entendidos como "pinturas no espaço real", seus *Núcleos* e *Penetráveis* inauguram, nos dizeres de Celso Favaretto, "novas ordens de manifestação". (FAVARETTO, 1992)

Mas é com os *Parangolés*, apresentados pela primeira vez ao público na célebre exposição "Opinião 65", que Oiticica liberta-se da noção de obra enquanto produto, conferindo a seu trabalho um caráter conceitual bastante acentuado. Aqui, "a ação é a pura expressão da obra" e o vivencial e o processual são mais importantes que a realização de uma idéia. Chega-se então a "uma superação do objeto como fim da expressão estética". (OITICICA, 1986: 102) O espectador se transforma agora no próprio suporte da obra, a qual só adquire existência através da ação de seu corpo.

Esta profunda revisão do conceito tradicional de arte leva Oiticica a escrever, em 1966, um texto intitulado *Posição e Programa,* no qual conceitua o que entende por antiarte*:*

> *Antiarte - compreensão e razão de ser o artista não mais como um criador para a contemplação mas como um motivador para a criação - a criação como tal se completa pela participação dinâmica do espectador, agora considerado 'participador'. (...) Não há a proposição de um 'elevar o espectador a um nível de criação', a uma 'metarrealidade', ou de impor-lhe uma 'idéia' ou um 'padrão estético' correspondentes àqueles conceitos de arte, mas de dar-lhe uma simples oportunidade de participação para que ele 'ache' aí algo que queira realizar, (...) é uma simples posição do homem nele mesmo e nas suas possibilidades criativas vitais.* (OITICICA, 1986: 77 e 79)

Outra contribuição importante de Hélio Oiticica no campo da história da arte brasileira foi o texto que escreveu como apresentação da exposição *Nova Objetividade brasileira,* concebida inicialmente por Frederico Morais e realizada em abril de 1967 no MAM/RJ, reunindo trabalhos de 40 artistas. Como observa Rodrigo Naves, esta foi uma das "primeiras intervenções teóricas desse tipo de um artista brasileiro" e tornou-se referência obrigatória para estudos sobre o período. (NAVES, 2002)

Esta exposição insere-se em um conjunto de mostras organizadas em galerias e museus do Rio e de São Paulo, entre 1964 e 1968, que buscavam promover as novas correntes

de vanguarda e integrar prática e reflexão artística. Várias delas marcaram época e se tornaram emblemáticas das propostas mais radicais da época. Citemos algumas delas:

Em agosto e setembro de 1965, Ceres Franco e Jean Boghici organizam *Opinião 65,* no MAM/RJ. Dela participaram 28 artistas, alguns dos quais estrangeiros. Poucos meses mais tarde, Waldemar Cordeiro organiza na FAAP uma mostra nos mesmos moldes, mas de caráter exclusivamente nacional: *Propostas 65,* a qual pretendia fazer um inventário das tendências realistas de vanguarda no país não apenas por meio da apresentação de obras mas também através da análise e discussão de propostas de trabalho em sessões de debates.

Em 1966, duas novas versões dessas manifestações foram organizadas: *Opinião 66*, no MAM/RJ, a qual introduziu novos nomes como Carlos Zílio e Anna Maria Maiolino e contou com a participação de Lygia Clark, e *Propostas 66,* na FAAP, que se resumia agora a um fórum de discussões sobre o novo realismo nas artes, com a intervenção de críticos e artistas. Através da análise de temas como "Conceituação da arte nas condições históricas atuais do país", "Arte de vanguarda e organização da cultura no Brasil" e "Situação da vanguarda no Brasil", buscou-se, nesse último evento, forjar a noção de uma vanguarda "tipicamente brasileira", politicamente engajada e atuante, relacionada à realidade do país.

Essa intenção de traçar o perfil da jovem vanguarda brasileira é reafirmada no texto de Oiticica para *Nova Objetividade Brasileira.* Nele, Oiticica discorre sobre as "múltiplas tendências" vanguardistas então em curso no Rio e em São Paulo. Apesar de entender que a "falta de unidade de pensamento [era] uma característica importante" do momento em que viviam, ele acreditava ser possível identificar as principais características da nova arte brasileira para diferenciá-la das grandes correntes dominantes no plano internacional. Seriam elas: 1. vontade construtiva geral; 2. tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro de cavalete; 3. participação do espectador (corporal, táctil, visual, semântica, etc...); 4. abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; 5. tendência para proposições coletivas e 6. ressurgimento e novas formulações do conceito de antiarte.

Oiticica não almejava traçar um perfil rigoroso da jovem vanguarda brasileira nem tampouco lançar um novo movimento artístico. Desejando ir além do conceito de *novo realismo,* empregado por Mário Schenberg para analisar a produção contemporânea, Oiticica cunhara, no ano anterior à mostra, o termo *Nova objetividade,* a seu ver mais apto para descrever a tendência dominante no meio artístico brasileiro de criar "novas ordens

estruturais, não [mais] 'pintura' ou 'escultura', mas ordens ambientais". Todavia, não considerava a *nova objetividade* um "movimento dogmático, esteticista, ou um novo *ismo*, tal qual os que proliferaram na arte da primeira metade do século XX", mas sim um "estado típico da arte brasileira atual".

Embora os pontos por ele escolhidos sejam constantemente citados como exemplares do que ocorria naquele momento no campo das artes, forçoso é reconhecer, a meu ver, que estes tópicos diziam mais respeito à situação da vanguarda carioca do que contemplavam de fato a arte brasileira de então. Em seu texto, Oiticica apresenta os artistas atuantes no Rio de Janeiro, dando especial destaque aos trabalhos de Antônio Dias, Rubens Gerchman, Pedro Escosteguy e Lygia Clark, citando ainda Lygia Pape, Ivan Serpa, Roberto Magalhães, Carlos Vergara, Carlos Zílio e Glauco Rodrigues. Dos paulistas, fala sobre Willys de Castro e Hércules Barsotti (antigos participantes do movimento neoconcreto) e sobre as experiências mais atuais de Waldemar Cordeiro (os *popcretos)* mas revela seu desconhecimento a respeito do grupo Rex: "Um desenvolvimento independente, mas fundamental, é o do grupo do Realismo Mágico de Wesley Duke Lee, centrado na galeria Rex. Por incrível que pareça, apesar de sabermos da sua importância (...), pouco dele conhecemos".

É evidente ainda que vários destes tópicos têm relação direta com os princípios que nortearam o movimento neoconcreto, do qual Hélio Oiticica participou ativamente. Em diversos momentos de seu texto, Oiticica refere-se às experiências inovadoras do neoconcretismo, discutindo seu caráter inaugural e apontando seus desdobramentos no campo da arte contemporânea brasileira, campo este afetado pela implantação recente da ditadura militar no país. Para Oiticica, a partir dos anos de 1964-65 ocorrera um extravasamento das fronteiras artísticas para o domínio do político, obrigando o artista a tomar consciência de seu papel social: "Há atualmente no Brasil a necessidade de tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos, necessidade essa que se acentua a cada dia e pede uma formulação urgente, sendo o ponto crucial da própria abordagem dos problemas no campo criativo: artes plásticas, literatura, etc".

Para "abolir o colonialismo cultural ainda presente" e "criar uma base sólida para uma cultura tipicamente brasileira", ele julgava necessário enfrentar algumas questões, perguntando-se, de forma semelhante a Gullar, "como, num país subdesenvolvido, explicar o aparecimento de uma vanguarda e justificá-la, não como uma alienação sintomática, mas como um fator decisivo no seu progresso coletivo? Como situar aí a atividade do artista? O

problema poderia ser enfrentado com uma outra pergunta: para quem faz o artista sua obra?"

Oiticica sabia, como poucos, conjugar reflexão e prática. Seus trabalhos ilustram e fundamentam seus questionamentos teóricos. Um exemplo desta afirmação é *Tropicália,* "ambiente" montado na exposição *Nova objetividade,* e que consistia, na descrição de Frederico Morais, "de uma cabine ("penetrável) em meio a um cenário tropical, com plantas, araras, areia, brita, poemas enterrados e, no seu interior, raízes com cheiro forte, objetos de plástico, etc. O espectador/participante percorria seu interior descalço, percurso que terminava diante de uma tv ligada". (MORAIS, 1975: 95)

Como explica o próprio artista, *Tropicália* veio "diretamente desta necessidade fundamental de caracterizar um estado brasileiro", de dar forma a uma vanguarda essencialmente nacional:

> *Tropicália é a primeiríssima tentativa consciente, objetiva, de impor uma imagem obviamente brasileira ao contexto atual de vanguarda e das manifestações em geral da arte brasileira. (...) Propositamente quis eu, desde a designação criada por mim de Tropicália (...) até os seus mínimos elementos, acentuar essa nova linguagem com elementos brasileiros, numa tentativa ambiciosíssima de criar uma linguagem nossa, característica, que fizesse frente à imagética Pop e Op, internacionais, na qual mergulhava boa parte de nossos artistas. (...) Na verdade, quis eu com a Tropicália criar o mito da miscigenação - somos negros, índios, brancos, tudo ao mesmo tempo (...) Como se vê, o mito da tropicalidade é muito mais do que araras e bananeiras: é a consciência de um não-condicionamento às estruturas estabelecidas, portanto altamente revolucionário na sua totalidade.* (OITICICA, 1986: 107-108)

A decretação do AI-5, em dezembro de 1968, provocaria uma verdadeira fratura no panorama cultural brasileiro, dificultando o debate e a troca de idéias e obrigando diversos artistas e intelectuais a escolher o exílio. Se em 1968 a segunda edição da Bienal de Artes Plásticas da Bahia foi fechada no dia seguinte à sua abertura, em 1969 a censura proibiu a realização da mostra dos artistas selecionados para a representação brasileira da IV Bienal de Paris. Tal atitude provocou um boicote internacional à X Bienal de São Paulo, realizada no mesmo ano de 1969. Hélio Oiticica deixa o país nesse período para uma temporada de alguns meses em Londres e Brighton, convidado pela Sussex University. Em 1970, ganha uma bolsa de estudos da Fundação Guggenheim e instala-se em Nova York. Retorna ao Brasil apenas em 1978, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 1980, com 43 anos de idade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Aracy, *Arte e meio artístico: entre a feijoada e o x-burguer,* São Paulo, Nobel, 1982.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori, "Depois das Vanguardas", *Arte em Revista,* São Paulo, ano 5, nº7, agosto de 1983, pp. 5-20.

COUTO, Maria de Fátima Morethy. *Por uma vanguarda nacional: a crítica brasileira em busa de uma identidade artística (1940-1960).*Campinas: Ed. Unicamp. 2004.

FAVARETTO, Celso, *A invenção de Hélio Oiticica,* São Paulo, Edusp/Fapesp, 1992.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Vanguarda e subdesenvolvimento. Ensaios sobre arte.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem - CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____ e GONÇALVES, Marcos. *Cultura e participação nos anos 1960.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORAIS, Frederico, *Artes plásticas: a crise da hora atual,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

NAVES, Rodrigo, "Um azar histórico: desencontros entre moderno e contemporâneo", *Novos Estudos – Cebrap,* São Paulo, nº 64, novembro de 2002.

OITICICA, Hélio, *Aspiro ao grande labirinto,* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

PECCININI, Daisy, *Figurações. Brasil anos 60,* São Paulo, Itaú Cultural e Edusp, 1999.

PEDROSA, Mário, *Acadêmicos e modernos,* São Paulo, Edusp, 1998.

_____, *A modernidade cá e lá,* São Paulo, Edusp, 2000.

SCHENBERG, Mário, *Pensando a arte,* São Paulo, Nova Stella, 1988.

ZILIO, Carlos et alii, O nacional e o popular na cultura brasileira. Artes plásticas e Literatura, São Paulo, Brasiliense, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O museu José Antônio Pereira no ensino da História: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande – MS

Marilda Batista Mitidiero[1]
Maria Augusta de Castilho[2]

Resumo: A presente pesquisa visa estudar e difundir a importância da preservação do patrimônio cultural tangível, principalmente da população brasileira, no sentido de possibilitar a (re) construção dessa cultura tão importante de manifestação local. Enfatiza-se que o papel da educação, principalmente o do professor de história e de geografia é o de estimular e identificar essas ações singulares que compõem os saberes do povo brasileiro. É fundamental preservar uma parcela significativa desse patrimônio cultural, salvando do desaparecimento de um legado considerável para a cultura sul-mato-grossense e contribuindo para a criação de uma consciência de preservação patrimonial no Brasil. As alternativas de desenvolvimento local podem estimular essas ações nas escolas e na comunidade em geral.

Palvras-chave – Patrimônio – identidade – desenvolvimento local

Abstrat: The present research aims at to study and to spread out the importance of the preservation of the tangible cultural patrimony, mainly of the Brazilian population, in the direction to make possible (reverse speed) the construction of this so important culture of local manifestation. It is emphasized that the paper of the education, mainly of the geography and history professor is to stimulate and to identify these singular actions that compose to know them of the Brazilian people. It is basic to preserve a significant parcel of this cultural patrimony, saving of the disappearance of a considerable legacy for the culture south-weeds-grossense and contributing for the creation of a conscience of patrimonial preservation in Brazil. The alternatives of local development can in general stimulate these actions in the schools and the community.

1 Introdução

O museu ainda hoje, é considerado um lugar distante, com valiosos objetos que não podem ser tocados, fotografados, filmados etc. Percebe-se um desinteresse aos acessos de uma ampla maioria da população com uma postura inerte de alguns deles em relação ao público. São estas formas de encarar o patrimônio, e o fato de percebê-lo como instrumento da

[1] Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – Campo Grande – MS.
[2] Professora do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB – Campo Grande – MS.

construção da identidade que não permitem que se aceite para o presente os modelos há muito superado.

A existência destas normas forma-se uma viagem negativa, principalmente entre os jovens. Essa sociedade que precisa estar representada dentro das suntuosas paredes dos museus, e que precisa se sentir representada está cada vez mais sendo pensada e inserida no museu, ou o museu deve estar a serviço da sociedade da qual é parte integrante, Assim, o Setor de Cultura da Unesco, persegue os seguintes objetivos estratégicos: promover o desenho e a implementação de instrumentos normativos na área da cultura; salvaguardar a diversidade cultural, encorajando o diálogo entre culturas e civilizações, fortalecendo as ligações entre a cultura e o desenvolvimento, por meio da capacitação e o compartilhamento do conhecimento.

É de suma importância: conhecer a história do museu através de pesquisas acerca do patrimônio cultural, juntamente com o que possa ser encontrado na formação da cultura desse local; reconhecer o museu como uma instituição da comunidade, tendo o dever de contribuir para levar essa comunidade a agir dentro de uma evolução racional e lógica, onde ela será situada no quadro histórico que permite esclarecer os problemas atuais; perceber o patrimônio como um instrumento da construção da identidade, e não como um lugar distante, com objetos valiosos, intocados; representar a ampla maioria da população com objetos que lhes digam respeito, encontrando um acolhimento largamente favorável ao museu; identificar o museu como um local de representação para desenvolver a relação entre o homem e o objeto, este como um instrutor da realidade visível sendo então definido como uma instituição cultural, tendo também um papel de articulador da periferia, já que esta divisão cultural não está somente localizada no centro.

Nesse estudo identificou-se as principais atividades desenvolvidas no local, as formas de visitas, o público alvo e a apresentação do histórico do local, bem como, desenvolver uma proposta no modelo do processo do projeto, para os meios de comunicação, orientação aos voluntários, ações educativas com trabalhos inicialmente *in loco* com as escolas, centros sociais, universidades, mercados, feiras, conjuntos habitacionais para uma freqüência de exposição aos visitantes no museu.

Metodologicamente o trabalho foi embasado em análises bibliográficas, da identidade e do desenvolvimento local do museu José Antônio Pereira; análise de textos, documentos, fatos e fotos para uma melhor compreensão, observação, do patrimônio não como uma fonte de coleção ou estudo, mas como um conjunto global, um recurso do território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano.

2. O patrimônio cultural

Segundo a UNESCO, o **patrimônio cultural** é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Nesse sentido, ela trabalha impulsionada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que é hoje o instrumento internacional da UNESCO que obteve a adesão de mais Estados-Membros, e também pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Subaquático e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

No Brasil, esse trabalho tem significado frutíferas colaborações com os governos Federal, Estaduais e Municipais e com a sociedade civil. Atualmente o país conta com dezessete bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, pelo seu excepcional e único valor para a cultura da humanidade. Em 2001, as expressões orais e gráficas dos índios Wajãpi do Amapá foram proclamadas Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, figurando ao lado de importantes manifestações culturais que constituem o patrimônio intangível do mundo. Além disso, a UNESCO participa ou apóia inúmeras iniciativas nesse âmbito.

Em 1995, os trabalhos da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, resultaram no relatório denominado Nossa Diversidade Criadora. Esse documento trouxe à tona estudos que concluíram que cultura e desenvolvimento são sinônimos e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta à própria cultura.

Três anos depois, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento permitiu transformar essas idéias em políticas e práticas de desenvolvimento humano. A Declaração da Diversidade Cultural reconheceu como universais

vários desses princípios e, em 2003, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável enfatizou os vínculos entre a diversidade cultural, a diversidade biológica e o desenvolvimento.

Para Kashimoto et al. (2002), **cultura** é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social. Nesse sentido a cultura abrangeria diferentes aspectos da vida: *savoir-faire,* conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sócio-político e econômico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações econômicas, entre outros.

Compreende-se como bem cultural: os artefatos, construções, obras de arte, objetos produzidos artesanalmente ou industrialmente pela humanidade, expressando uma época ou até contribuindo para transformações em uma sociedade.

Somente acerca de 200 anos a atividade de conservação do patrimônio cultural, enquanto guarda da memória das sociedades, testemunho para gerações futuras, passou a ser considerada uma ciência (CHOAY, 2001).

Já em meados do século XVIII existiram as primeiras tentativas de se precisar o conceito de bem cultural, a partir de leis impostas pela Igreja e do Estado, no sentido de se proteger as coisas de interesse artístico e histórico, patrimônio comum, em função das pilhagens que ocorreram após as primeiras descobertas arqueológicas e conseqüente revalorização das artes da antigüidade (CASTRO, 1991).

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentes, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

Assim ao abranger o conjunto de crenças, valores técnicas e comportamentos elaborados e apreendidos em comunidade pelos indivíduos ao longo de suas existências, a cultura constitui-se, segundo Ullmann (1991), num orientador à “humanização” do homem,

impondo limites também ao comportamento agressivo que caracteriza a face instintiva da humanidade.

Com essa "homonização da vida", no dizer de Paulo Freire (2000), tornam-se mais vívidas e intensas as relações sociais, não sendo, portanto, ingênua a pretensão de se construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, com o concurso de interculturalidade; para tanto, cada povo deverá contribuir com a sua identidade para o cadinho da cultura universal, frustrando as expectativas autoritárias, sempre redivivas, de inviabilizar as idiossincrasias nacionais. Mesmo porque, retomando a epígrafe de Tolstoi, é pelo olhar da nossa aldeia que vemos o mundo; e é desse ponto-de-vista que atuaremos sobre ele.

A cultura popular, por ser oriunda das relações profundas entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social),simboliza o homem e seu entorno, implicando um tipo de consciência e de materialidade social que evidência o grau de afeição ou apego a um lugar; esse é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, posto que permita a configuração da Identidade do Lugar e de sua população.

Para Hall (2002) a questão da identidade está sendo intensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno.

As identidades modernas estão sendo "descentralizadas", isto é, deslocadas ou fragmentadas. Seu propósito é o de explorar esta afirmação, ver o que ela implica qualificá-la e discutir quais podem ser suas prováveis conseqüências.

É impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e propósitos teóricos que estão sendo apresentadas.

Um tipo diferente de mudanças estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.

Esta perda de "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes de deslocamento ou descentração do sujeito.

Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos, constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo.

Esses processos de mudança tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.

Segundo Martins (2003), pensar e planejar o **desenvolvimento** são dotá-lo de um caráter mais humano, na situação de considerar o homem simultaneamente com sujeito e beneficiário. Trata-se, pois de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas ser beneficiário do desenvolvimento.

Como propõe Martin (1999, p.172), o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como satisfação das necessidades humanas fundamentais através do "protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa". Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidade locais que persistem algumas ausências importantes da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança. Na essência da participação pessoal estão além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade.

As ações coletivas, organizadas em um dado meio local, podem transformar-se em forças de desenvolvimento, se forem permeadas de confiança, transformando-se em capital social (COLEMAN, 1994). Para esse autor, esse tipo de ação é possível, quando existe alguma forma de interdependência entre os atores, de modo que a satisfação de seus interesses dependa da ação conjunta organizada. Desse modo, o capital social não se realiza nos indivíduos, mas nas relações entre eles.

Para Bordieu (1990), existe capital social, quando um conjunto de recursos potenciais liga-se à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas,

para um conjunto de agentes dotados de interesses comuns e que lhes permite melhor aproveitar os recursos econômicos e habilidades existentes.

Ao se discutir o desenvolvimento local, deve-se inicialmente compreender os conceitos de desenvolvimento e local; pois se tratando do desenvolvimento de um território, torna-se necessária à contextualização do referido tema. Souza (1997, p. 84), dimensiona que: "território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas" " [...]

Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação e de solidariedades concretas.

O território é, portanto, uma reordenação do espaço no qual é atribuída uma identidade territorial aos grupos sociais que se organizam e trocam relações em todos os níveis, inclusive o patrimonial, onde o agente principal pode ser ou não uma instituição pública ou privada. No caso estudado não é uma instituição, mas sim um grupo de indivíduos sob a liderança de um ator que exerce o poder sobre os demais. Santos (1988, p. 19), avalia que o desenvolvimento é: “um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo". Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofram contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico ou apenas político ou apenas social. Na verdade não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global

O desenvolvimento local não pode se desvincular do global, de forma que o primeiro necessita se reorganizar e reequipar para acompanhar a complexidade dos sistemas sociais modernos que exigem outros caminhos e outras respostas, onde a gestão local torna-se uma necessidade de sobrevivência dentro dos padrões de idéias democráticas e inovadoras. De acordo com Souza (1997, p. 06), "o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico". O desenvolvimento estritamente econômico pode ocorrer sem que automática ou forçosamente haja melhoria no quadro de concentração de renda e dos indicadores sociais.

Pode-se assim, enfatizar que o desenvolvimento local está amparado em um processo de transformações no território, que leve a construção de uma dinâmica no crescimento econômico, político e social do lugar, e que seja dinamizado por atitudes da população, respeitando a sua identidade e a busca do solidário.

Por outro lado à pesquisa visa destacar também os aspectos culturais sempre no sentido de resgatar o tangível da população local, preservando este patrimônio cultural próprio das comunidades locais, cuja harmonia e solidariedade pautam a convivência desse povo. No aporte de Bakhtin (1976, in: BURKE, 2004) a memória coletiva tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que lembram, enquanto membros do grupo moradores de uma localidade. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam umas sobre as outras não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que o morador ocupa e, que este lugar muda segundo as relações que se mantém com outros meios. Não se deve admirar que do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Entretanto, quando se pode explicar essa diversidade, verifica-se a combinação de influências que são todas, de natureza social.

Para se conservar uma parcela significativa desse patrimônio cultural, salvando do desaparecimento de um legado considerável para a cultura sul-mato-grossense e contribuindo para a criação de uma consciência de preservação no Brasil, torna-se necessário um trabalho de conscientização junto a população local.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles (Coord.). 2000. *Formação educacional em desenvolvimento local:* relato de estudo em grupo e analise de conceitos. Campo Grande: UCDB.

ARAUJO, Karen Fernandes de. *Museus e sociedade*: por uma museologia social. Disponível no sit museologia. incubadora.fapesp.br.Acesso em 12/12/2006.9h24min.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. *Do patrimônio cultural e seus significados*. **Transinformação**: Campinas. v.16.n.2.p.111-112, Mai-Ago/200048:2004.

BRANDÃO, José M. *Linhas Gerais do desenvolvimento de um projeto de trabalho no âmbito da musealização de um espaço mineiro abandonado.* Disponível no sit. www.apgeologos.pt. Acesso em 09/12/2006. 13h. 35min.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004 (Coleção Série História).

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na prevenção de bens culturais*. O tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Voeira Macgado. São Paulo: UNESP, 2001.

COLEMAN, James Samuel. *Foundations of social theory* . Harvard: University Press, 1994.

LE BOUURLEGAT, Cleonice Alexandre. 2000. Ordem local como forma interna de desenvolvimento. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. *Cultural imaterial.* Brasília: Ministério da Cultura, 2004.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local*: questões e metodológicas Interações. Campo Grande. v.3.n.5, Set/2002 – Fev/ 20032/2003.

RUSSEFF, Ivan; KASHIMOTO, Emilia Mariko; MARINHO, Marcelo. *Cultura, identidade e desenvolvimento local:* Conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. Campo Grande, v. 3. n. 4, Mar- Ago/20028:2002.

SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SOUZA, M . A . A . *O lugar de todo mundo* – a geografia da solidariedade. Texto apresentado em Seminário na Bahia, em Junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: NOBEL, 1988

UNESCO. *Patrimônio Cultural*. Disponível no sit http://portal.iphan.gov.br.Acesso em 12/11/2006. 17h. 12 min

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Escravos no hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia na segunda metade do século XIX

Tânia Salgado Pimenta*

Resumo: Entre os estudos sobre escravidão, a investigação sobre 'saúde' não tem se destacado como um objeto privilegiado, assim como nos estudos sobre história da saúde, os escravos têm sido pouco contemplados. Esta comunicação pretende contribuir para o desenvolvimento do tema 'saúde e doença dos escravos' ao analisar a presença dos cativos no hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMBA) durante a segunda metade do século XIX. Com a elaboração de dados a partir dos livros de registros clínicos e de pagamento de despesas hospitalares, procuramos entender mais sobre o cotidiano e as condições de vida de importante parcela da população, bem como sobre o dia a dia de um dos palcos fundamentais em que se desenvolveram as mudanças no exercício e na formação médica observadas ao longo dos Oitocentos.
Palavras-chave: escravidão, hospital, saúde

O projeto "Saúde do escravo no Rio de Janeiro e em Salvador no século XIX: doenças e práticas de cura" pretende constituir um banco de dados e apresentar um panorama qualitativo e quantitativo de múltiplos aspectos relacionados à saúde dos escravos nos Oitocentos. A pesquisa está sendo desenvolvida na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Instituto de Saúde Coletiva/UFBA.[1]

Apesar dos numerosos trabalhos acadêmicos sobre escravidão e sobre história da medicina e da saúde, a questão da saúde e da doença do escravo no Brasil não tem sido objeto de análises dedicadas diretamente ao tema. Nesse sentido, o trabalho de Mary Karasch (2000) apresenta uma contribuição valiosa às análises voltadas para o assunto, ao dedicar um capítulo ao estudo das doenças dos escravos identificadas a partir, principalmente, dos registros de óbitos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro referentes à primeira metade do século XIX. Segundo a autora, os escravos que eram mandados para o hospital da Santa Casa, em geral, estavam morrendo ou não encontraram outro atendimento barato (2000:194).

Nesta apresentação, focaremos a investigação de documentos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, pretendendo mostrar as possibilidades de elaboração de

* Pesquisadora do CCVISA/ISC/UFBA. Doutora em História. Este trabalho é desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Instituto de Saúde Coletiva, contando com o auxílio do CNPq.
[1] Conta com auxílio do CNPq.

análises em torno do tema da saúde do escravo com uso da variada documentação encontrada nesse acervo.

Interessa observar que nesse período identificamos mudanças significativas tanto na regulamentação do exercício das artes de curar, quanto no papel que o hospital desempenhava no ensino e na terapêutica acadêmicos. Por um lado, os terapeutas populares – como sangradores, curandeiros, parteiras – perderam, a partir do final da década de 1820, espaço para legalizar as suas atividades. Muitos eram escravos e descendentes que exerciam esses ofícios de acordo com concepções próprias de doença e cura. Por outro lado, os hospitais mais importantes do período, os das Santas Casas de Misericórdia da Bahia (SCMBA) e do Rio de Janeiro (SCMRJ), passaram por reformas administrativas que conferiram aos médicos um controle maior de seu cotidiano.[2] Estes estabelecimentos se destacaram não só por sua associação com as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, mas também por acolherem em suas enfermarias doentes sem vínculo com a irmandade.

Dessa forma, parte da população que não possuía condições de se tratar em seu ambiente doméstico, incluindo escravos e seus descendentes, poderia recorrer ao hospital da caridade como também era conhecido. Sobre a cidade de Salvador, encontramos pesquisas que trazem uma importante contribuição para o entendimento do tema como os de Russell-Wood (1981) e Isabel Sá (1997), voltados, respectivamente, para 1ª e 2ª metades do século XVIII, e Renilda Barreto, dedicado à 1ª metade dos Oitocentos. Embora o foco de Barreto (2005) não seja voltado para o tratamento médico dedicado aos escravos, sua análise comparativa entre o hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e o da Santa Casa de Lisboa, fornece dados sobre os doentes internados no hospital baiano. A sua investigação conclui que o número de cativos que recebia tratamento em suas dependências durante a primeira metade do século XIX era bem menor do que supunha a historiografia, apoiada nos estudos citados de Russell-Wood e Isabel Sá, que demonstram ter havido durante os Setecentos uma proporção maior de escravos internados no hospital.

Considerando estes três trabalhos, em nossa pesquisa priorizamos a segunda metade do XIX, com o intuito de entendermos a influência do fim do tráfico atlântico a partir de 1850 no tratamento dos escravos. Procurando identificar os escravos tratados no hospital da Santa Casa de Salvador, a partir de um levantamento documental do acervo da SCMBA,

[2] Sobre as transformações do exercício das artes de curar e do hospital da Santa Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro, ver Pimenta, 2003.

escolhemos uma documentação que permite o cruzamento de dados: Livro de assentos das pessoas (homens e mulheres) que entraram no Hospital (1850-1852 e 1852-1855), Livro de entrada de homens para se curarem no hospital (1859-1864), Livro de entrada, e saída, e de óbitos dos doentes (1861-1864), Livro de registro clínico do hospital (1862-1873 e 1888), Livro de assentamento das quantias depositadas na Santa Casa por conta de curativos prestados ao hospital (1863-1870), Livro de C/C dos responsáveis por curativos de pensionistas no hospital (1871-1886), Atas da Mesa e Junta da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1850-1888).

O hospital da Misericórdia da Bahia foi fundado em 1549, funcionando em casas próximas à sede da Santa Casa. Tais instalações, no entanto, mostraram-se inadequadas ao longo do século XIX como espaços de cura. Em 1814, os médicos argumentavam à direção da Santa Casa que o hospital tinha pouca capacidade

> *"para receber o número dos doentes, que diariamente concorrem pelo progressivo aumento da população, e ainda mais a gente marítima, nacional e estrangeira, que segundo as últimas instruções, são todos recolhidos nele, acrescendo além disso o achar-se o mesmo Hospital situado na crista da montanha tendo já sofrido alguma ruína numa das suas principais Enfermarias de onde a toda pressa foram removidos os doentes para outras Enfermarias já cheias" [...] (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 03/03/1814).*

Em abril de 1831, a situação havia se agravado, o que suscitou uma discussão sobre a necessidade de se determinar o número de doentes que poderiam ser admitidos no hospital "para evitar a fatal necessidade de um dia fechar as suas portas". Estabeleceu-se que, apesar dos problemas, continuariam a ser admitidos os doentes enquanto existirem cômodos para recebê-los (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 05/04/1831).

Em caráter transitório, o hospital foi transferido, em 1833, para o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, localizado no Terreiro de Jesus, até que o novo hospital fosse construído.[3] Cerca de trinta anos depois, observavam que o número de doentes do hospital crescia dia a dia, não havendo mais espaço suficiente para abrigar mais pessoas a procura de seu abrigo (livro 1º das atas, 21/06/1860). Ponderavam que o edifício não havia sido construído para ser hospital, sobretudo um hospital como o da Santa Casa: "tão complexo, visto como nela se recebem os doentes de toda sorte de enfermidades, alienados, sifilíticos, bexiguentos, parturientes, inválidos etc" (livro 1º das atas, 21/03/1863).

[3] Em 13 de junho de 1828, foi colocada a primeira pedra do Hospital em Nazareth, cuja inauguração ocorreu em 1893. A transferência dos doentes para o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas ocorreu em julho de 1833 (21/06/1833, livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta)

Ao longo do século XIX, o hospital era reconhecido como "o mais antigo e importante de todos" os estabelecimentos pios mantidos pela Santa Casa (livro 1º das atas, 21/03/1863), sendo "a cura e o tratamento dos miseráveis enfermos" o destino da aplicação da "maior parte de seus fundos" (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 20/02/1831). Como parte importante da sociedade baiana oitocentista, os escravos estavam integrados a seu cotidiano. Os escravos faziam parte do cotidiano do hospital. Embora houvesse discussões sobre a conveniência da Santa Casa manter escravos, os seus serviços não foram dispensados. Aqueles que trabalhavam como serventes e cozinheiros em geral eram propriedade da própria Santa Casa, enquanto os que exerciam artes de curar, mormente como sangradores, com freqüência pertenciam a prestadores de serviço.

Os registros do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia fornecem informações sobre o emprego de escravos. O seu número variava em função das doações recebidas, das vendas daqueles que apresentavam um comportamento considerado problemático e das alforrias, muitas vezes compradas para si e seus filhos, com fez a preta Francisca, que solicitava também para os seus dois filhos Xisto e Maria em 13/06/1831 e outras duas escravas e seus respectivos filhos em 03/06/1855 (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta e livro 1º das atas).

Muitos foram doados por proprietários que não podiam arcar com as despesas do tratamento de seu escravo, o que significava que não se encontrava em sua melhor forma física ou mental (por exemplo, livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 28/8/1813; 11/02/1816; 11/01/1820; 15/01/1821). Dessa forma, essas doações não eram suficientes para atender à demanda por escravos para o serviço do hospital. Em 13/01/1830, o provedor levanta a questão: alguns assinalavam que "agora era boa ocasião de se comprarem tanto pela abundância deles, e baixa no preço, como por se achar breve o tempo da abolição total do comercio da escravatura" (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta).

A direção da Santa Casa procurava aproveitar melhor os serviços dos escravos de sua propriedade ao ensiná-los ofícios de interesse: "foi deliberado que se passasse a aprender o ofício de carpinteiro o pardo Jose escravo desta Santa Casa e o de Barbeiro os dois crioulinhos Tiburcio e Frederico" (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 18/07/1830). Consideravam que "era extrema a precisão de mais seis molecões para se acumular aos 43 que ao presente haviam, sendo destes uma terça parte crianças, velhos, e incuráveis" (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 21/01/1830).

Nesse período travou-se um debate na Santa Casa sobre a venda de todos os cativos, o que propiciou o conhecimento do quadro de escravos. Em 22/08/1830, um irmão afirmava que a Santa Casa possuía

> *"35 escravos de diferentes sexos e idades, cinco dos quais estão velhos, três valetudinários, um deve ser forro já e já, um outro entregue a seu dono, depois de averiguado quem na verdade sejam: os vinte e cinco moços e sãos, segundo o menor valor atual deste gênero no mercado importam à 400 mil reis uns por outros, em 10 contos de reis: este capital deteriorável de dia em dia como o prova sem réplica o estado dos dez de que acima falo, e que deve mesmo desaparecer totalmente em um curto e determinado número de anos".*

Atentava, então, para a despesa do sustento e vestuário com os escravos, notando que "quinze forros livres (três quintos de vinte e cinco escravos) devem inquestionavelmente fazer dobrado e melhor trabalho que eles cuja inércia está na razão proporcional do nenhum lucro, e que a mais adoecem e fogem a prejuízo do serviço da Casa". Ademais, o provedor e irmãos não teriam a "tristíssima necessidade de punir vícios e crimes (tão usuais e conforme com a bruteza e aviltamento da infeliz raça escrava) mandando infligir castigos, a que repugna o coração do homem sensível e revoltam o do homem cristão". Propunha, desse modo, a venda dos escravos.

Por sua vez, o provedor, em 21/11/1830, emitia o parecer do provedor sobre a proposta de vender os escravos. Contando 33 escravos, detalhava que

> "18 estão sãos, 4 velhos , 3 idem malucos, 1 com gota coral, 1 demente, que se ignora quem seja seu senhor, 1 mulatinho com 16 anos, aplica-se a carpinteiro, 1 dito com 8 anos aprende a Barbeiro-Sangrador, 1 dito de 7 anos aprende a Barbeiro Sangrador, 1 velho bastante defeituoso dos pés, uma exposta por falecida, e restabelecida depois de longo prazo." Defendia que "os 18 são aplicados como estão a todo serviço, e alguns há muitos anos, têm por isso o direito de proteção de sua Senhora esta Casa da Misericórdia, que devendo-a relatar em favor deles, em *justa* recompensa da fidelidade, obediência e assiduidade, com que tem prestado os seus serviços não tenham por paga serem levados ao martírio de uma praça em que se vendam como delinqüentes, entregando-os talvez a desumanidade de tais Senhores, que os maltrate no que não concordo".

Assim, em 13/03/1831, a proposta de venda de todos os escravos da Santa Casa foi rejeitada.

Além de trabalharem no hospital, os cativos estavam presentes neste espaço de cura como doentes em busca de abrigo e tratamento. No arquivo da Santa Casa da Bahia, encontramos livros de assentos das pessoas, homens e mulheres, que entraram no hospital, constituindo uma fonte serial que permite a análise quantitativa de seus dados. A ficha foi elaborada a fim de quantificarmos as seguintes informações: datas de entrada e de saída dos

doentes; enfermaria; nome do doente; idade; moléstia; cor; naturalidade; condição jurídica; proprietário; nação; ofício; estado civil. Além disso, reservou-se um espaço para observações.

É interessante observar que o levantamento sobre o início da década de 1860 mostrou que existem mais de um livro sobre o mesmo período, cujas informações não se repetem. Os livros apresentam títulos diferentes: "livro de registro clínico do hospital"; "livro de entrada e saída e de óbitos dos doentes"; "livro de assentamentos dos doentes na ocasião da entrada nos hospitais" e "livro de entrada de homens para se curarem no hospital." Os dados obtidos a partir dessa documentação serão cruzados.

A pesquisa está sendo feita por amostragem e, inicialmente, priorizamos o início da segunda metade do século XIX e o período da epidemia de cólera (a partir julho de 1855), quando o hospital foi especialmente requisitado diante do flagelo. O trabalho pioneiro de Onildo David, *O inimigo invisível*, analisa as medidas do governo para conter a epidemia e o atendimento médico oferecido à população, indicando a importante participação da Santa Casa da Misericórdia nesse período de calamidade. Seu estudo lança luz sobre o sofrimento da população mais atingida pelo flagelo: pobres, escravos, negros e seus descendentes.

Os resultados preliminares apontam para um pequeno número de escravos registrados como doentes no hospital no começo da década de 1850, o que se modifica drasticamente com a chegada da cólera em 1855.

Outra série documental importante para a pesquisa refere-se aos "Livros de Assentamento das quantias depositadas na Santa Casa por conta de curativos prestados ao hospital". As informações encontradas no livro são: data de registro; data de pagamento; valor cobrado; valor restituído; nome da pessoa que pagou; nome do proprietário do escravo; nome do escravo internado; cor do escravo; nação do escravo. Nem sempre o pagador e o proprietário eram a mesma pessoa. Os registros sugerem que os responsáveis pelos escravos tratados deveriam fazer um depósito quando estes fossem internados. Além disso, alguns registros informam a ocupação do cativo.

Esses livros limitam-se ao período entre 1863 e 1886. Portanto, somente à medida que a pesquisa dos livros de registros clínicos avançar cronologicamente, poderemos cruzar os dados elaborados a partir desses dois tipos de documentação.

Fontes:

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta

Livro 1º das Atas da Junta

Livro de assentos das pessoas (homens e mulheres) que entraram no Hospital (1850-1852 e 1852-1855)

Livro de entrada de homens para se curarem no hospital (1859-1864)

Livro de entrada, e saída, e de óbitos dos doentes (1861-1864)

Livro de registro clínico do hospital (1862-1873 e 1888)

Livro de assentamento das quantias depositadas na Santa Casa por conta de curativos prestados ao hospital (1863-1870)

Livro de C/C dos responsáveis por curativos de pensionistas no hospital (1871-1886)

Bibliografia:

BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina Luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1850)*. Tese de doutoramento. Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

DAVID, Onildo Reis. O inimigo invisível – epidemia na Bahia no século XIX. Salvador, Edufba/Sarah Letras, 1996.

GANDELMAN, Luciana Mendes. "A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. VIII, n. 3, (613-630), set.-dez. 2003.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. Teses de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2003.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775. Brasília, EdUnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO:
múltiplas narrativas em torno das festividades em louvor a Nossa Senhora do Rosário

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib*
cairo@pontal.ufu.br

Resumo: O presente texto dialoga com a dinamicidade festivo-devocional em torno das comemorações à Nossa Senhora do Rosário da cidade de Catalão-Goiás, inserida no contexto múltiplo da História cultural e da cultura popular, procurando compreender os caminhos percorridos pela festa enquanto expressão de vida e pelos sujeitos que a ritualizam e atualizam, a cada ano, reelaborando manifestações culturais como as Congadas.
Palavras-chave: festividade – devoção – dinâmica cultural

Abstract: This text tells about the religious belief in the celebrations about Nossa Senhora do rosário in Catalão-Goiás; that is insert in the different aspects of cultural history and popular belief, trying to understand the different ways that this party hás and the people that take part of it and make it a new thing. Each year they inovate in the cultural manifestations like the Congadas.
Key-word: c elebrations - devotion - dynamic cultural

A festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário da cidade de Catalão, região Sudeste do Estado de Goiás, é uma comemoração que teve seu início por volta de 1880 e perdura por mais de um século sendo hoje, a mais popular e expressiva de Goiás, tendo na prática da Congada (manifestação cultural negra que envolve dança, fé, festa, e prática ancestral) a expressão maior dessa devoção no município.

Os festejos do Rosário em Catalão-GO têm nos seus espaços sagrados tidos como oficiais pela igreja católica, rituais diversos, ao mesmo tempo, complementares a festa cujas responsabilidades são bem demarcadas. As comemorações religiosas que ocorrem no Largo do Rosário (local onde a festa se concretiza) e no seu entorno – lugar de referência do sagrado-, ora são comandados pela igreja católica ora pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário demonstrando a multiplicidade e a re-siginificação dos sentidos atribuídos a fé e a festa.

À igreja cabe a realização de missas, terços e procissões. À Irmandade cabe organizar o desfile dos ternos de congos (grupos de dançadores devidamente caracterizados),

* Doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília-UNB e Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Professor da Universidade Federal de Uberlândia – Campus do Pontal/Ituiutaba-MG.

o levantamento do Mastro, a entrega da Coroa. Alguns eventos têm a participação comum como é o caso da alvorada que abre os festejos em louvor a Santa e das procissões, quando o pároco ou representante legal da Igreja participa da abertura e encerramento da festa excitando os fiéis à fé e devoção. É claro que nesses momentos não poderiam perder a oportunidade de se fazerem presentes também os políticos e as autoridades representantes da sociedade civil. Esses rituais não podem ser compreendidos apenas como complementares, antes de tudo, expressam a contradição e os conflitos inerentes à postura que a igreja católica, na maioria das vezes, assume frente à religiosidade popular. Diante disso, vejamos como os sujeitos incorporam e absorvem esses espaços dentro da dinamicidade estrutural que a comemoração apresenta unindo fé e festa como marcos da atuação do sagrado e do não sagrado nas comemorações do Rosário na cidade de Catalão-GO.

As comemorações que envolvem a festa do Rosário de Catalão-GO são marcadas por diferentes momentos. Momentos estes que unem e separam os sujeitos na dinamicidade de práticas e representações expressas no festejo. Tais representações perpassam uma multiplicidade de momentos simbólicos, rituais festivos e devocionais que, aparentemente, não são perceptíveis da mesma forma por todos os sujeitos sociais, já que teias são trançadas, relações estabelecidas, jogos de interesses criados. Todavia, na maioria das vezes, acabam despercebidos aos olhares comuns, pois cada um vislumbra a festa à sua maneira, o que acaba fragmentando os olhares de muitos como também e a forma de experimentá-la.

Numa comemoração que movimenta toda uma cidade, aglutinando fé e festa num mesmo acontecimento, são vários os elementos que compõem esse jogo elaborado de táticas e representações[2] contidas no seu cenário ritual. Dessa forma, a diversidade presente no conjunto dessas práticas e representações pode ser aqui compreendida dentro da dinâmica que alinhavam o sagrado ao profano, possibilitando-nos conceber a festa não dentro de um padrão uniforme, mas, com base na diversidade de ações e situações confrontantes num espaço coletivo. É justamente nesses espaços que se estabelecem as diferentes visões de mundo, de aceitação e compreensão dos elementos que permeiam a festa do Rosário de Catalão-GO: fé, religiosidade, devoção, diversão e interesses individuais.

Dessa perspectiva, analisando a natureza "simbólica das festas" (CASTRO,2000) podemos afirmar que as festas mantêm com o cotidiano uma relação de licença poética: sem dele se esquecerem, até porque supõem laboriosos preparativos e meticulosa organização,

[2] Segundo Certeau, essas táticas são consolidadas a partir das relações sociais efetivadas no cotidiano sem existir uma fronteira entre o fazer e o sentir momentâneo. Ela é construída paulatinamente a partir das ações dos sujeitos no espaço. Daí a sua utilização com fins próprios pelos sujeitos que usam da percepção e da ação na construção desse cálculo de forças. Cf. CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer**. 6 ed., Petrópolis:Vozes, 2001.

dele se afastam temporariamente, introduzindo-nos num tempo especial por meio de elaborada linguagem artística e simbólica. Um tempo cíclico, fortemente ligado à experiência vital, cheio de conteúdos cognitivos e afetivos. Um tempo cíclico que entrecruza o calendário histórico e traz de volta, a cada ano, as diferentes festas do calendário popular.

Dessa forma, olhar a festa de forma múltipla é olhá-la num viés dinâmico de temporalidades e espacialidades expressas num momento coletivo cujo ritmo rompe o cotidiano e, por isso, vivenciam sentidos diferenciados aos impostos pelo tempo cronológico. Assim, a produção e a organização de uma festa é uma tarefa complexa e difícil, pois são vários os personagens e os papéis atribuídos a cada um dos sujeitos que juntos formam e dão sentido à realização dos momentos festivos, já que a sociabilidade popular produz a sua própria forma organizacional.

É possível então deduzir que os rituais festivos religiosos "alinhavam o sagrado e o profano, a fé e o festar, o calor da oração coletiva e o riso, a música e o dançar, solidariedade e (re) encontros" (MACHADO,2002:53). A isso acrescentamos que na dinâmica que entrelaça espacialidades e temporalidades festivas alinhavam-se também os jogos do interesse pessoais, já que algumas relações ideológicas são construídas e que, por sua vez, levam adiante as táticas desse jogo de interesses elaborado, permeando intencionalidades e sentidos múltiplos os espaços sagrados e profanos presentes na festa, conforme nos faz refletir Michel de Certeau (2001).

Frente a essa simbiose de inter-relações, o sagrado manifesta-se quase sempre como uma realidade inteiramente diferente da realidade dita como "natural" e o profano se integra a essa realidade, possibilitando a sua afirmação nessa junção de interesses e inter-relações. Assim, "o sagrado e o profano constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história" (ELIADE,1999, p.16). Por essa lógica, o sagrado torna-se "um instrumento para o entendimento de mundos diferentes dos nossos, daí a possibilidade de entrever o mundo profanizado, já que estes mantêm uma relação de reciprocidade com os sujeitos sociais" (PADEM,2001, p.132).

Dessa maneira, podemos afirmar que sagrado e profano estabelecem desde a Antigüidade uma simbiose de relações que marcaram, ao longo dos tempos, o processo histórico das sociedades e a perpetuação de práticas e celebrações que aproximam o homem comum do universo sobrenatural. Este expresso em diferentes tipos de objetos faz com que o homem se projete ao plano espiritual no momento em que cria sentido aos objetos concretos (re) significando suas funções, dando uma nova visibilidade ao tempo e ao espaço no qual se encontra inserido.

A Festa do Rosário é realizada a sete décadas numa região central da cidade, onde se encontra edificada a Igreja em homenagem a Santa, local de representação do sagrado, onde se realiza grande parte dos acontecimentos religiosos em homenagem a Virgem do Rosário. Em épocas de festa, em seu entorno se agrega, de forma bem definida, o espaço profano – área de lazer e comércio – que, juntos, formam um conjunto que dá sentido a dinâmica do festar e do rezar.

A rotina de cidade é rompida quando o mês de agosto se inicia e nas tardes de sábado ou domingo os sons da cidade é abafado pelo batuque das caixas dos Ternos da Congada (grupos de dançadores que compõe a Congada- Moçambiques, Congos, Marujos, | Marinheiros, Catupés-cacundas, vilões, Penacho etc), cujos dançadores se reúnem nos quintais ou à porta das casas dos capitães para os tradicionais ensaios.

Foi num desses dias de ensaios que encontramos com Maria do Rosário Silva Severino, filha do mineiro Joaquim Coelho, um dos dançadores da Congada mais antigo da cidade, fundador do terno Vilão Santa Efigênia, cuja dança trouxe juntamente com Antônio Severino da Silva da cidade de Campos Belos – Minas Gerais. Segundo ela, desde criança, participa da festa. Cresceu acompanhando o terno comandado pelo pai e foi justamente com o filho do companheiro de fé e festa de seu pai que se casou e constituiu família. Dona Maria do Rosário, cujo nome revela a fé de seus pais à Virgem demonstra ser, além de devota de Nossa Senhora do Rosário, uma das grandes incentivadoras da festa, pois atualmente, com a morte de seu pai aos 94 anos de idade, resolveu junto com seu marido Eurípedes Luís da Silva Severino e filhos, criarem um novo terno de Vilão na cidade.

Entre o corre-corre de organizar a casa para receber os dançadores do novo terno, A família Silva Severino preocupa-se em receber bem e em acomodar a todos diante das imagens de Nossa Senhora Aparecida e do Rosário estampadas na parede da sala de sua casa. Estas imagens estão expostas em sua estante, ao redor da qual os mais fervorosos, juntos, fazem seus pedidos para que o terno comece seu primeiro ensaio com a proteção das duas santas e, para tanto, rezam o terço pedindo as proteções necessárias. O espaço da casa, em especial a sala, onde se encontram as imagens de devoção da família, é espaço de encontro com o sagrado e de efervescência devocional.

Esse ritual se repete por toda a cidade, principalmente na primeira tarde de domingo do mês de Agosto, data em que a maioria dos ternos inicia os preparativos para a festa a ser realizada no mês de outubro. Reunidos em torno da Virgem do Rosário oram em prol de uma boa apresentação durante os dias da festa oficial e para que consigam equipar o terno com os instrumentos e vestimentas necessárias. Esse momento de súplica e fé é

conduzido depois dos momentos de festa que cada terno realiza nos almoços e churrascos coletivos nas cozinhas e nos quintais das residências humildes dos capitães. Ali a fartura e a descontração marcam a quebra da rotina da semana que foi de muito trabalho e obrigações. Todos se divertem e compartilham deste momento mais particular de cada terno. Ali naquele momento sagrado e profano se misturam e nesses espaços ocorre o congraçamento da fé e da vida com devoção, oração e festa.

Esses momentos são vivenciados e articulados de diferentes maneiras. O reencontro entre os sujeitos em torno da fé e da festa não se resume a participação nos ritos oficiais comandados sobre a batuta da igreja católica dos devotos da Santa, posto que para grande parte desses devotos os ensaios são momentos de reencontro com o Divino muitos mais intensos do que se estivessem participando de uma missa comandada pelo Pároco ou outra atividade religiosa empreitada pela igreja católica, pois é ali que reverenciem e evocam, através de orações e intenções, todos os antepassados que um dia incentivaram a manutenção dessa prática cultural e que representam a persistência e resistência da cultura negra no tempo presente.

Assim, quando no quintal da família Arruda, durante o ensaio do terno, encontramos um altar improvisado com a imagem de Nossa Senhora do Rosário e junto desta o bastão do capitão com fitas coloridas numa de suas extremidades para ser abençoado, no outro canto se encontra outro altar. Este com fotos do fundador do terno já falecido que é reverenciado pelos presentes e que se presentifica naquele espaço através da sua fotografia que simbolicamente representa a sua presença.

No altar com a imagem da Santa de devoção é posto o bastão que tem um significado mítico importante, pois é um elemento que simboliza o poder do capitão em guiar o seu batalhão durante os ensaios e a festa. É com este bastão que ele conduz o terno durante os dias da festa oficial. É com ele que evoca os ancestrais a estarem ali naquele momento e a partilharem, juntos de todos os rituais festivos devocionais. É com os gestos feitos com o bastão que o capitão entoa as músicas, estabelece o ritmo da batida das caixas, fala com os dançadores estabelece contado com o sobrenatural e venera Nossa Senhora, abrindo caminhos e pedindo a sua proteção contra os males que por ventura vierem afligir o terno por ele comandado. É o bastão o elo entre passado e presente.

Todas as orações são feitas dentro dos moldes católicos e, inclusive as músicas cantadas naquele ritual são músicas desta liturgia, contudo não deixam de serem ainda representações ancestrais e momentos de busca de sua origem étnica. Após o término da reza, o capitão se dirige ao altar, juntamente com seus familiares, se ajoelham, fazem suas orações

pessoais para, posteriormente, lançar mão do bastão abençoado dando o sinal esperado pelos dançadores que, ao som do apito e do movimento com o bastão, começam a afinar seus instrumentos iniciando-se o ensaio do domingo.

Por outro lado, os presentes naquele espaço, são abençoados não só pela reza do terço, uma prática do catolicismo brasileiro, mas também pela força dos ancestrais que são evocados pelo canto e pela dança dos congadeiros que recebem proteções diversificadas, já que no local, sempre às escondidas, é feito a preparação do espaço com lavagem do terreno com preparado de água, guiné e arruda e na copa das árvores ou nas quinas das casas são cruzadas folhas de "Comigo ninguém pode" e "Espada de São Jorge", plantas utilizadas para impedir "mal olhado ou olho gordo".

Independente das formas de expressão de devoção e proteção, a fé dessas famílias podem se materializar em objetos não tão visíveis à população em geral. Estão nos abrigos de seus lares e se travestem em imagens, terços, velas, fitas, bastões e bandeiras, venerados em altares construídos artesanalmente por ocasião dos ensaios dos ternos, tornando aquele espaço sagrado. Em muitos casos eles são presença constante durante todo o ano, apenas rearranjados na época dos ensaios, posto que simbolizam muito mais que a devoção a santa protetora; é elo que liga o real ao sobrenatural e evoca a presença de seus ancestrais, como destacamos acima como ocorre na residência de Maria do Rosário Silva Severino.

Chegada à segunda metade do mês de setembro, a movimentação em torno das festividades aumenta nas ruas do bairro onde se encontra a igreja do Rosário. Meios-fios recebem uma nova pintura, placas de "aluga-se" se espalham pelas casas do bairro oferecendo o aluguel de garagens, quintais e outros espaços; um grande rancho rústico – feito de estrutura de madeira e coberto com folhas de babaçu ou lona - é erguido em frente à igreja do Rosário – marco da parte profana da festa. O ranchão recupera o caráter de festividade rural assumido em virtude do processo de transferência da festa do espaço rural para o urbano nos anos de 1930.

Os reflexos da festa começam a ganhar forma não apenas pelos sons emanados das caixas e das músicas entoadas pelos dançadores nos finais de semana. As pessoas começam a fazer suas economias para gastar no grande comércio da festa, uma vez que podemos observar uma queda expressiva nas vendas do comércio local evidenciadas pelo grande número de promoções para atrair os clientes. Mesmo assim muitas liquidações e promoções não surtem os efeitos esperados, porque a população espera é a chegada dos tradicionais barraqueiros – comerciantes ambulantes que saem de festa em festa vendendo

seus produtos o que, para muitos moradores da cidade reflete a chegada das "novidades" dos grandes centros urbanos, disponibilizados a todos a preços acessíveis.

Diante disso, o cotidiano dos moradores que residem próximos do local onde a festa se realiza começa a ser modificado, pois a tranqüilidade do bairro cede lugar ao barulho de serrotes e martelos que ajudam na montagem das barracas de comércio que irão oferecer a população da cidade e região uma gama variada de produtos e diversão.

A difusão do sagrado no espaço limitado da festa é atribuída à parte religiosa-devocional presentes nas procissões, missas, reza do terço, enquanto que a parte profana é mediada pelas relações comerciais, de lazer, entretenimento, marcado pela presença de barracas de comércio, danças, leilões e outras atividades desenvolvidas no Ranchão da festa, como também nas ceias ali realizadas. A elas se agregam outras formas de lazer e entretenimento como o parque de diversão, as boates improvisadas e os prostíbulos existentes no espaço da festa que, muitas vezes, utilizam como fachada o rótulo de bares, boates, pensões. Até mesmo residências se transformam em espaço de prazer, sem contar que, em muitas ocasiões, esses serviços são oferecidos por homens e mulheres, a seus clientes, nas próprias ruas onde se realiza a festa, tendo como clientes, na grande maioria das vezes, os próprios barraqueiros.

Não podemos deixar de considerar que os espaços sagrados e profanos não existem apenas na área onde a festa se realiza oficialmente, e nem é marcada unicamente pelo espaço da igreja. Para o devoto evocar Nossa Senhora do Rosário nos dias de festa ou fora dele não existe local específico. Esse encontro entre fiel e Santa pode se dar nos ensaios dos ternos de congos quando juntos rezam o terço na rua, no quintal ou no interior da casa do capitão ou quando os devotos fazem suas promessas a serem pagas acompanhando um terno de congo, dançando ou oferecendo um almoço ou lanche aos dançadores.Muitas vezes durante a passagem de um terno pela porta de sua casa, pede-se permissão ao capitão para que a bandeira do terno, com a imagem da Santa seja levada a todos os cômodos para serem abençoados.

Esses momentos tornam-se também momentos de encontros, de celebrações festivas, marcados pela comilança, pela bebida e pela alegria estampada no rosto de quem cumpre sua promessa ou por aqueles que o vivem como expressão da diversão e do congraçamento coletivo, escapando dos espaços delimitados pela festa oficial, que tem a coordenação da paróquia e da autoridade religiosa.

Quando vemos um batalhão de dançadores andando pelas ruas da cidade debaixo de sol ou chuva, com as mãos calejadas ou sangrando em virtude da força com que tocam

seus instrumentos, ou crianças pequenas carregadas nos braços pelas mães, vestidas a caráter percorrendo quilômetros e quilômetros em cortejo pelas ruas da cidade, notamos que todas aquelas atitudes expressam a fé particular de cada um; o acreditar que por meio destes atos estas possam agradecer as bênçãos recebidas ou buscar a concretização das mesmas. O fato é que há diversas maneiras de estar em contato com o sobrenatural e a fé não esbarra apenas nos lugares ditos, oficialmente sagrados. Entre essas formas, temos o cortejo como principal delas.

Estes cortejos são movidos pelo som das caixas (instrumento de percussão mais utilizado nos ternos) dos dançadores de congo e pelas vozes descompassadas dos fiéis que, com suas lanterninhas confeccionadas de papéis coloridos, iluminam o caminho para os ternos de congo conduzirem a imagem da Santa à igreja do Rosário, levada pelas mãos dos festeiros e guiada pela multidão de fiéis que entoam cânticos católicos, abafados pela musicalidade sonora dos ternos que louvam, rodopiam, cultuam seus orixás e reverenciam Nossa Senhora do Rosário, ritualizando o culto aos orixás e as divindades ancestrais. Nesse compartilhar devoções as ruas na porta da igreja, uma outra multidão espera a chegada da Santa, pois acreditam que ali, pela presença do vigário, seja o lugar de maior expressão de religiosidade e da fé católica.

Assim, a existência desses espaços congrega dimensões distintas que perpassam o âmbito do sagrado e do não sagrado, numa totalidade em que se torna impossível dissociá-los, mas sim diferenciar as suas funções, que são complementares e não excludentes, pois estes espaços se fundem durante a festa a um conjunto complexo de barracas espalhadas pelas ruas do bairro, formando verdadeiros interstícios que levam ao lazer, ao divertimento, a prostituição, ao comércio, as comilanças, à fé e a festa como um todo.

Dentro dessa perspectiva, o espaço da festa e a dinâmica do sagrado/profano podem ser estabelecidos separadamente dentro dos momentos da festa oficial, porém não se passa despercebido a inter-relação existente entre eles, mesmo que nos cartazes espalhados pelo município anunciando a festa ainda exista a divisão entre a parte religiosa e parte festiva.

Sabendo que o assunto não se esgota por aqui, estamos cientes de que oportuniza o desvelamento de novos olhares e de novas críticas, no sentido de estabelecer novos vínculos de reflexão com a festa do Rosário da cidade de Catalão. O caminho está aberto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKENBROCK, Volney J. **a festa nas religiões Afro-brasileiras- a verdade torna-se realidade.** In: PASSOS, M. (org) **A Festa na Vida –Imagens e Significados.** Petróplis:Vozes, 2002.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Cultura popular: um olhar sobre a cultura brasileira.** Brasília: MEC, 2000.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano – Artes de fazer**. 6ª ed. Petrópolis:Vozes, 2001.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa – O sistema totêmico na Austrália.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência. A essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações**. In: PATRIOTA, Rosangela e RAMOS, Alcides Freire (orgs). **História e Cultura: Espaços Plurais.** Uberlândia: Aspectus, 2002.

PADEM, W. E. **Interpretando o sagrado: modos de conceber a religião.** São Paulo: Paulinas, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

POTY LAZZAROTTO: O signo e o emblema.
A formação da identidade histórico cultural paranaense (1940 – 1990).

José Augusto Alves Netto*

Resumo:

O objeto de estudo deste trabalho reside na análise histórico-artística da produção de Poty Lazzarotto. Na sua trajetória de vida, o artista passou por diferentes expressões e fases: gravador, desenhista, ilustrador e muralista. Estudou em 1947, por meio de bolsa de estudos, na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro. Teve uma educação artística formal e valiosa, podendo conviver e estudar com os nomes mais expressivos da arte brasileira do período. Além disso, viajou e desenhou o Brasil, sua gente e seus costumes, sem perder de foco o olhar regionalista. A experiência da viagem ao exterior reforçou seu olhar memorialista. Sua obra guarda em si uma qualidade artística e cultural regional significativa, servindo em diferentes momentos de modelo para a elite política local, curitibana, divulgar o Paraná dentro e fora do Estado.
Palavras-chave: Representação – História da Arte – História do Paraná.

Abstract:
The object of study of this work lives in the historical-artistic analysis of Poty Lazzarotto's production. In his life path, the artist went by different expressions and phases: tape recorder, designer, illustrator and muralista. He studied in 1947, through scholarship, in the National School of Fine arts in Rio de Janeiro. He had a formal and valuable artistic education, could live together and to study with the most expressive names of the Brazilian art of the period. Besides, it traveled and he drew Brazil, his people and their habits, without losing of focus the glance regionalista. The experience of the trip to the exterior reinforced his glance memorialista. His work keeps in itself an artistic and cultural quality regional significant, serving in different moments of model for the local political elite, curitibana, to publish Paraná inside and out of the State.
Key-Words-: Representation - History of the Art - History of Paraná.

Um dos trabalhos do historiador, dentre vários a serem executados, consiste em vasculhar o passado em busca de evidências e vestígios que o auxiliem a elaborar um escopo teórico que possibilite uma interpretação da realidade. Passadas gerações de historiadores que se debatiam em torno de ser ou não ser os documentos algo digno de veracidade histórica, chegamos a um ponto em que se desprezou uma dada documentação em detrimento de outra. Referimo-nos à documentação imagética, que na virada do século XIX para o XX caiu, por assim dizer, em desgraça frente aos historiadores acadêmicos, quando essas mesmas pessoas elegeram o documento escrito como a fonte por natureza que poderia sedimentar as suas

* O autor é Mestre em História pela UEM – Universidade Estadual de Maringá – Pr., e atualmente leciona no curso de História da FAFIPA - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – Pr.

análises e discursos alusivos ao real. Esse debate que gira em torno da validade ou não das fontes utilizadas pelos historiadores acadêmicos está muito bem documentado[1]. Outro fator que influenciou o desuso da imagem como fonte histórica, foi o de que durante muito tempo associou-se o uso de imagens à corrente teórica positivista. Isso foi motivado pela ascensão do materialismo histórico mais vulgar à ordem das coisas.

O diferencial de concepção teórico estava posto, e a confusão sobre o que eram as fontes, criada. Nossa perspectiva de abordagem histórico-metodológica parte do pressuposto da possibilidade real e concreta de se utilizar imagens, sejam elas pictóricas, iconográficas, fotográficas, tal qual se utiliza um texto considerado histórico. Ou seja, assim como os textos escritos, as imagens trazem em si um potencial de positividade interpretativa histórica bastante pertinente e que não deve ser posto de lado por um ranço oriundo de um modismo acadêmico.

O problema de cunho metodológico apresentado nos remete a toda uma complexidade explicativa que vai desde a produção da imagem, passando pelo olhar de quem a produziu, buscando chegar até o contexto histórico em que foi produzida[2]. Reside aí, um dos desafios enquanto historiador contemporâneo que somos.

Quando nos propomos a investigar a produção de um artista plástico, tal qual Poty Lazzarotto, alguns problemas surgem, dentre eles: Quem era? De onde veio? É representativa a sua obra? Por que estudar este artista e a sua produção? As respostas a esses questionamentos tentaremos alcançar a partir de nossas investigações. Para isso nos munimos de fontes várias, além das imagens por ele produzidas, para poder alcançar nossos objetivos, tendo em vista que se não mais existem pudores quanto ao estudo e análise das imagens, existem problemas metodológicos ímpares, que em nada facilitam nossa empreitada. É aí que reside a riqueza da pesquisa histórica: se propor a resolver problemas a partir da construção de metodologias que nos permitam alcançar tal intento.

Os temas que aparecem nas obras de Poty Lazzarotto tem a ver, diretamente coma cidade de Curitiba e a região[3] que a circunda, bem como pudemos detectar alguns tipos

[1] Exemplos de historiadores envolvidos nesse debate metodológico existem em grande número, citamos apenas os que julgamos ser os mais conhecidos, tais como BLOCH, M. Os Reis Taumaturgos 1999; BURKE, P. A Escrita da História, 1992; GINZBURG, C. Mitos, emblemas e sinais, 1989; LE GOFF, J. e NORA, P. História: novas abordagens, 1988 e VOVELLE, M. Imagens e Imaginário na História, 1997.

[2] Nesse sentido, não podemos deixar de considerar os relevantes progressos interpretativos das obras de arte efetuados por historiadores da arte, seja em suas dimensões estéticas, filosóficas, psicológicas, e etc., como por exemplo PANOFSKY, E., GOMBRICH, E. H. dentre outros.

[3] Para um melhor entendimento do conceito região, sugerimos a consulta a GONÇALVES, José Henrique Rollo, "História regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte-paranaense – 1930/1980". Curitiba. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFPR em 1995, especificamente o primeiro capítulo "Proposições elementares para uma semiologia política dos espaços regionais, pp 20 a 40. O autor traça uma pertinente análise do conceito região, perpassando os entendimentos semiológicos que permeiam o conceito

humanos, dos mais variados níveis sociais, que aparecem ali retratados seja em seus afazeres diários, sejam em seus momentos de celebração festiva.

Assim, Poty Lazzarotto encontra o conteúdo de seus quadros em sua própria gente e localidade, ou seja, em sua própria vida. Para compreender essa especificidade é que temos que nos reportar a interrogar a sua história e a da cidade que o acolheu. O retrato das tarefas mais simples da vida cotidiana, da terra lavrada, do agricultor em sua árdua jornada diária, a singeleza dos pequenos riachos que cortam as propriedades rurais, o aspecto bucólico da cidade de Curitiba, retratada nas xilogravuras, tudo isso conjugado compõe o resultado de sua vasta produção.

Além do rol das obras produzidas por Poty Lazzarotto, dispomos de outras fontes que nos permitem estabelecer um percurso interpretativo que julgamos, se não suficiente, ao menos pertinente. Para situarmos o indivíduo em todo esse processo explicativo, sem perder de vista a sua produção artística, utilizaremos estudos e análises sobre o estado do Paraná em sua gênese, e a região/cidade em que o pintor viveu.

A tarefa por nós proposta é instigante: conciliar a visão do artista sobre sua cidade e região, buscar compreender a cidade de Curitiba, entender o Paraná e sua sociedade, interpretar a comunidade local e o gênio artístico fruto de seu trabalho, e daí retirar o sentido interpretativo que nos interessa, qual seja, o artista e sua obra.

Nesse momento cotejamos as fontes, dentre elas as obras monumentais, murais e painéis, (com mais de 140 exemplares, sendo 86 distribuídos no estado do Paraná e por volta de 60 em Curitiba), um sem número de gravuras e xilogravuras (encontradas em museus, galerias e coleções particulares), desenhos e ilustrações de livros. Através dessa produção pudemos constatar não só a sua formação artística mas também a sua trajetória. Dentro desse rol identificamos alguns dos signos da modernidade que o Estado do Paraná almejava. Dentre esses signos podemos citar: a ferrovia, interligadora por natureza das regiões até então isoladas dos centros urbanos, e sendo ela mesma formadora de alguns centros; as florestas de araucárias, a erva-mate, os equipamentos urbanos de Curitiba (praças, passeio público, parques).Procuraremos descrever e analisar o conteúdo das imagens que retratam Curitiba e seus habitantes, no período em que Poty Lazzarotto participava da agitação cultural.

Face a todas essas afirmações, para nós fica claro a importância das obras produzidas por Poty, no sentido de ter sido "influente", e feito escola nas artes plásticas paranaenses, foi

---

desde o seu uso na geografia, passando pela sociologia, até chegar à utilização presente nas análises dos historiadores.

alçado ao patamar de "artista paranista" assim como alguns outros o foram[4]. É nessa mescla de imbricações culturais-étnicas-políticas, que está inserida a produção artística de Poty Lazzarotto, e através da leitura e análise de suas obras identificamos a maior parte dos elementos discutidos. Afirmamos que existe o discurso político ideológico de exaltação ao Paraná correlacionado com a maneira particular que um artista pictográfico tinha de observar e representar as cenas do cotidiano tanto rural quanto urbano da cidade de Curitiba.

Nossa pretensão é a de apresentar e discutir as obras de Poty Lazzarotto que retratam o Estado do Paraná, e nelas identificar aspectos pertinentes e relativos aos usos e costumes da pessoas que aqui habitam. A partir desse ponto procurar demonstrar a utilização que os poderes públicos fizeram/fazem de sua obra no intuito de construir uma identidade regional paranaense. Nesse sentido, este trabalho servirá como contribuição tanto para o debate a respeito da História Cultural do Paraná, quanto para os debates referentes às questões teórico-metodológicas a respeito da utilização das obras de arte como fonte histórica.

Muito do que é retratado por Poty Lazzarotto reflete a sua visão de mundo, de cultura, de sociedade. Essa situação não o impediu de se utilizar dos mais variados elementos para compor sua obra, murais, desenhos, xilogravuras.

Esse fator aponta a riqueza, a beleza plástica que foge do convencional, daquilo que é facilmente palatável. Esses elementos constitutivos se apresentam quando retrata uma simples paisagem típica do interior do Paraná, com suas araucárias, sua vegetação nativa, os pequenos riachos, e a população que lá reside.

Sua arte não é panfletária, ou revolucionária, nos termos em que os partidários da luta de classes colocam. Ela é sim, transgressora, no sentido dos materiais utilizados em sua composição. Poderíamos até colocá-la em um patamar de arte burguesa, porém essa classificação é insuficiente, haja vista o debate existente sobre o caráter, ideológico ou não, contido na obra de arte.

Na obra de Poty Lazzarotto, uma das questões que nos chama a atenção, dentre as várias encontradas, é justamente a da sensibilidade estética expressa em seus quadros e gravuras, para nós enquanto historiadores esse mote é extremamente interessante, pois podemos nos utilizar dessa percepção para basear nossas análises na busca de uma compreensão da representação do passado. Assim, através da observação dessas formas de representação pictórica, nos deparamos com um corpo documental significativo para uma análise histórica pertinente.

---

[4] Como exemplo dos artistas plásticos reconhecidamente paranistas, temos Zaco Paraná, João Turim, e o próprio Romário Martins, que criou os símbolos cívicos do Estado.

As xilogravuras de Poty Lazzarotto, suas composições e murais, produzem uma mistura informativa muito rica, tornando-se veículos de identificação com sua própria história de vida, e de seu aporte ao passado revisitado. Entendemos que esse tipo de manifestação nos apresenta questões de cunho histórico bastante importantes, tendo em vista, como já afirmamos anteriormente, a preocupação do artista em retratar a cidade de Curitiba e seus habitantes.

Não é nossa pretensão efetuar uma leitura de suas obras de modo puramente estruturalista, pois entendemos que essa forma de interpretação reduziria em muito a riqueza contida na sua produção, porém em determinados momentos não podemos prescindir desse meio de análise, que também tem em seu interior uma carga de capacidade explicativa muito interessante, por isso buscamos esse aprofundamento que consideramos imprescindível, tendo em vista sempre a variada gama de interpretações passíveis de serem efetuadas.

Vislumbramos uma dada justaposição da análise explicativa, que transita desde o estruturalismo, no tocante à forma em que se apresentam as obras, como também historicista, dadas à carga histórica contida em seu interior, passando por alguns elementos da interpretação psicológica. Julgamos com esse trânsito entre esse diferentes métodos de interpretação, alcançar uma dada percepção semiótica, com relação ao discurso pictórico contido nas suas obras.

Esta justaposição evidencia-se compatível com o intuito de entender uma composição artística dessa envergadura, dadas às informações históricas contidas em seu interior, e à sua capacidade de remeter os expectadores a facetas do processo de ocupação do território paranaense, coberto por uma vegetação nativa importante, e que com o passar dos anos assistiu a uma depredação desenfreada de suas matas, justificada pela manutenção de um "status quo" de poucos, em detrimento da sobrevivência de muitos.

Atualmente, é muito importante o papel que a memória representa para a análise histórica, o historiador trabalha com uma série de possibilidades de reconstituição do passado quando constitui seu objeto de estudo. Em nossa proposta, assim como nos utilizamos dos recursos estabelecidos pela semiótica e pela análise do discurso, para poder caracterizar a riqueza imagética contida na obra de arte, julgamos também ser muito importante uma análise dos componentes mnemônicos contidos nessa mesma obra de arte.

Jacques Le Goff, em seu trabalho intitulado "História e Memória", apresenta uma série de elementos explicativos para poder demonstrar a importância que a memória tem para a sociedade humana, conforme o autor, "o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios". (Le Goff, 1996:24).

A produção artística do Sr. Poty Lazzarotto contempla esses elementos, na medida em que nos remete a um passado revisitado. Então temos a seguinte situação: o artista carrega em suas tintas as lembranças de infância e juventude, as retrata de forma composta e estilizada, compõe um panorama imagético rico em sua apresentação de recordações do passado, sua obra transmite isso. O historiador quando se depara com esse tipo de produção de representação, identifica nessa composição uma fonte histórica rica e de significados variados.

Essa fonte histórica nos remete às questões contidas na análise do discurso, e também nos meandros que a memória individual possibilita. O artista apresenta seus signos em uma ordenação imagética, não escrita mas explícita, o historiador reorganiza a leitura desses signos expressos na pintura e reconstitui uma unidade cultural diversa e rica de significações.

> *Alguns cientistas foram assim levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais.*
> *Assim, Pierre Janet "considera que o ato mnemônico fundamental é o "comportamento narrativo" que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo" [Florès, 1972, p. 12].in: (Le Goff, 1996:424).*

Entendemos então, que a memória se reveste de um componente fundamental quando acionada pelas imagens e signos contidos na obra de arte, tal qual um texto, porém ultrapassando os limites contidos nas palavras expressas. Isso quer dizer que a palavra tem a sua importância manifesta, porém existem outros componentes igualmente representativos e com significância histórica, que nos dão condições de analisar aquilo que a obra de arte apresenta.

> *Notemos, sem insistir mas sem esquecer a importância do fenômeno, que a atividade mnésica fora da escrita é uma atividade constante não só nas sociedades em escrita, como nas que a possuem. Goody lembrou-o recentemente com pertinência; Na maior parte das culturas sem escrita, e em numerosos setores da nossa, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana. (Le Goff, 1996:427).*

Parafraseando Le Goff, os componentes da memória se apresentam para o historiador sob dois aspectos importantes, o primeiro seria a "herança do passado", o monumento, e o produto da seleção efetuada pelo historiador, no caso os documentos.

Referências Bibliográficas:

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992.
GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
GONÇALVES, José Henrique Rollo, "História regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte-paranaense – 1930/1980". Curitiba. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH da UFPR em 1995.
LE GOFF, Jacques. História e memória. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.
LE GOFF, J. e NORA, P. História: novas abordagens, Rio de Janeiro: F. Alves, 1988
VOVELLE, Michel. Imagens e imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O crime (re)escreve a cidade: as fronteiras da ordem e da desordem na princesa do sertão(1930-1950)

Eronize Lima Souza[1]

RESUMO: Neste artigo, pretendo contribuir para as discussões em torno da história social do crime. Tomando como fontes de pesquisa a documentação jornalística e judiciária procuro perceber as diversas maneiras como a violência foi encarada em Feira de Santana-BA entre os anos de 1930-1950, quando se observou uma maior sensibilidade de parte da classe dominante feirense em relação à criminalidade e à prática da violência interpessoal, entendidas como um dos principais obstáculos a ser enfrentado pelo poder local na tentativa de consolidação da imagem de Feira de Santana como uma cidade "ordeira", "moderna" e "civilizada".
Palavras chaves: crime, história social, Feira de Santana

ABSTRACT: In this article, I intend to contribute to the discussions around the crime social history. Using as research sources the journalistic and judiciary documentation I try to perceive the diverse ways of how the violence was faced in Feira de Santana-BA between 1930 and 1950, when the higher class of Feira de Santana started to worry about criminality and the practice of interpersonal violence, understood as one of the biggest obstacles to be faced by local authorities in an attempt to consolidate the image of Feira de Santana as "peaceful", "modern" and "civilized" city.
Key words: crime, social history, Feira de Santana.

As pesquisas voltadas para a história social do crime constituem uma experiência relativamente recente na Historiografia. No caso especifico da historiografia brasileira, essa temática ganhou espaço efetivamente a partir da década de 1980, momento em que o crime foi deslocado dos estudos meramente patológicos, tornando-se uma fonte privilegiada aos historiadores que procuravam visualizar sujeitos históricos marginalizados pela chamada História Tradicional (BRETAS, 1991).

Segundo Vellasco (2004) os estudos históricos sobre a violência têm se dedicado sobre dois níveis de análise, que alguns autores denominam como sendo um de abordagem cultural e outro de abordagem estrutural. No primeiro caso busca-se responder como se expressa o fenômeno da violência e quais suas características constitutivas; "no segundo,

[1] * Mestranda do Curso de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia/UFBA, Bolsista CNPQ

quais os processos sociais lhe são subjacentes e capazes de concorrer para explicar suas transformações de longa duração" (idem, 233).

Neste artigo, pretendo contribuir para as discussões em torno da história social do crime, partindo do pressuposto de que o estudo do crime abre brechas para percepção, a um só tempo, das questões ligadas, tanto a elementos de uma ordem estrutural como cultural, para esta última tomo como base à possibilidade de visualização e, portanto, análise de padrões de comportamentos e representações de valores sociais intrínsecos a uma dada sociedade.

O cenário é Feira de Santana, entre os anos de 1930-1950, época em que a cidade despontou como terra da prosperidade, do espetáculo, do progresso e da modernidade, alcançou posição de prestígio no cenário regional e atraiu brasileiros de diversas procedências. Marca também o período em que ocorreram significativas mudanças de ordem social, - momento em que "a classe dos fazendeiros, com suas prerrogativas de barões feudais, teve que ceder lugar para a outras categorias, aos comerciantes, aos liberais, a novos líderes, aos intelectuais, aos artífices, aos trabalhadores, aos construtores da Rio - Bahia" (BAHIA, 1986:44) - política e judiciária quanto à forma de pensar e enfrentar o problema da violência, principalmente a violência pessoal, "sendo [a existência desta] o bastante para incompatibilizar qualquer comunidade com o ideal de civilização" (idem: 104).

Para este artigo selecionei dois eventos homicidas a partir da **documentação jornalística e jurídica**. Através dos jornais e das falas dos promotores e juízes, percebe-se o discurso da necessidade de uma "nova ordem" dita modernizada, que visava acabar com qualquer imagem negativa da Princesa do Sertão. Uma dessas imagens, que ainda parecia persistir no imaginário social é, muito bem, relatada pelo Promotor Público Fernando Alves Dias, segundo o qual os "cidadãos mais sensatos daqui e de fora, assoalham que minha Feira é terra de Lucas". Há revolta surda e toda ela atinge de preferência – a Justiça. Dizem: Não há Justiça em Feira (Processo Crime N° 1721, Caixa 90, Estante 3).

Através da documentação supracitada tem sido possível perceber três maneiras como foi encarada a violência em Feira de Santana, aparecendo como divisor de águas, ora entre: civilizados X incivilizados (bárbaros); rural X urbano e a manifestação dos que vinham de fora da cidade;

Na busca pela consolidação de um espaço público feirense socialmente harmonioso, a classe dominante defendia que os conflitos sociais deveriam ser resolvidos através de um processo de racionalização, de incorporação de procedimentos contidos e regulados pelas ações jurídicas e policiais. Entretanto, tal projeto esbarrava num código de valores que instituía certas formas de violência como moralidade, uma vez que por muito

tempo, a monopolização da violência física "legítima" esteve atrelada ao poder privado dos coronéis da terra.

A condenação moralista da violência aparece como um dos pontos-chave da tentativa dos novos agentes da classe dominante feirense, ao negar a posição de autoridade dos coronéis na cidade e assim romper com um passado, onde parte dos conflitos eram resolvidos não por meio da mediação da justiça pública, mas pelas normas de conduta socialmente partilhadas em vários pontos do município que legitimavam a prática da violência interpessoal, como mecanismo de resolução de suas querelas (BOAVENTURA, 1989: 359).

A matéria publicada no dia 26 de julho de 1930, nas páginas do Jornal Folha do Norte, intitulada "*O crime da segunda-feira nesta cidade*" ilustra a condenação, por parte de representantes da nova classe dominante de Feira de Santana, em relação à prática da justiça privada e a questão da desprivatização do discurso da violência. Assim relata:

> *A seqüência de crimes, perpetuados, à luz meridiana, no coração da cidade e em dias de intenso movimento, tais são as segundas-feiras, impressionando vivamente o espírito público, está a exigir medidas policiais repressoras da audácia de valentaços, irritadiços e birrentos que não trepidam em atentar contra a vida do próximo. São incontáveis os indivíduos desclassificados que perambulam pela cidade munidos de armas proibidas.*
> *Segunda-feira ultima, por causa de uma mulher, que se achava num caminhão, travaram-se de razões o chofer João Baptista de tal do Orobó, e José Firmino Ramos, vulgo "José das Medalhas".*
> *Este insistia em retirar a mulher do veículo e aquele em levá-la consigo.*
> *Os rivais empenham-se em luta.*
> *"José das Medalhas" de posse de um revólver aponta-lo contra o chofer.*
> *Embalde gritam-lhe que não atire.*
> *Distinta senhorinha intercede piedosa no sentido de impedir a pratica de um crime.*
> *O José, arrebatado, faz ouvidos de mercador e dispara a arma o que revolta os circunstantes.*
> *O projétil erra o alvo e vai empregar-se em seu próprio primo, já idoso e doente, Virgilio Firmino Ramos, que junto ao pára-lama buscava evitar o delito.*
> *Ferido de morte, o infeliz, afastasse do carro, relanceia o olhar por toda a parte roda sobre os calcanhadores e cai sobre o passeio das ultimas casas da Rua Barão de Cotegipe, entrando a estertorar agonizante.*
> *O assassino foge, mas inutilmente, porque minutos após a captura na Rua 24 de Maio e conduzindo.*
> *com o chofer que é indigitado como o autor de um roubo à cadeia publica, seguido de enorme multidão.*
> *O ferido faleceu pouco depois.*

O relato do crime acima descrito trazia à tona uma cena de violência freqüente nos dias de feiras livres e denota uma reação do discurso jornalístico que frisa a necessidade da

ação imediata das autoridades locais, com vistas à eliminação desse comportamento, principalmente nesses dias, momento em que a cidade era marcada pelo maior fluxo populacional verificado durante a semana. Na tentativa de impor novos padrões e uma nova ordem, a prática da violência para equacionar conflitos surge como um divisor de águas entre os indivíduos civilizados e os não-civilizados ("valentaços", "irritadiços", "birrentos").

A preocupação com o dia da feira, que deu vida e nome a essa cidade e se constituía no principal meio da arrecadação da renda do Município, se justifica porque nesses dias, principalmente, procurava-se vender não apenas as mercadorias comercializáveis, mais também a imagens de cidade símbolo do progresso e desenvolvimento que sua elite fazia questão de alardear através das páginas do jornal, evidenciados na divulgação do volume sempre crescente dos negócios e a construção e manutenção de símbolos que remetiam à superioridade das atividades urbana. Tal imagem tinha como destinatários os diversos negociantes das cidades circunvizinhas e da Capital que freqüentavam a cidade nesses dias.

O desejo de uma nova ordem implica na construção imaginária da existência da desordem, evidenciada na matéria supracitada a partir da "seqüência de crime" cometidos na cidade, e também de personagens que provocam a referida desordem, "indivíduos desclassificados que perambulam pela cidade, munidos de armas proibidas". Entre os elementos da desordem é comum encontrarmos na leitura desse periódico: vagabundos, mendigos, menores e até nortistas[2].

Frente a essa suposta desordem, uma sociedade sob controle era a exigência desse periódico. Tendo em vista que a cidade passou a receber, principalmente com a abertura das rodovias que a tornaram um tronco da passagem do interior para a capital, um fluxo migratório significativo que trouxeram consigo elementos e efeitos supostamente (in)desejáveis era necessário ações administrativas que evitassem o não comprometimento dos surtos de progressos verificados na cidade e nem a suposta "corrupção dos costumes" do povo trabalhador e ordeiro de Santana. Cabia, entre outras coisas, uma reforma dos órgãos de segurança para uma vigilância mais atenta sobre os freqüentadores das ruas dessa cidade.

Segundo o Juiz Dibon White não constituía tarefa fácil assumir o cargo de juiz da Vara do Crime em Feira de Santana além do aumento do índice de criminalidade verificado na cidade, havia ainda a crítica a sua postura contra impunidade, segundo o mesmo,

> "Dizem que venho rebuscando velharias – ou que estou aumentando com minhas próprias mãos, minha grande e assoberbante tarefa nesta trabalhosa Comarca, cujo índice de criminalidade dia- a- dia torna-se mais acentuado, mais alarmante, porque ao lado do enorme crescimento da cidade, segundo observadores a cidade que mais

[2] Denominação dada na época para os migrantes oriundos de outros Estados do Nordeste.

> cresce avultadamente, assustadoramente a percentagem de delinqüência" (Processo de N 109, Cx 05, Estante 01).

O intenso crescimento populacional verificado em Feira de Santana pelo magistrado foi reforçado, entre outros fatores, pelo êxodo rural, migrações de nortistas das diversas partes do Nordeste que aportavam na cidade assim como pela fixação de residência de negociantes e famílias de cidades vizinhas que acompanhavam suas filhas que vinham estudar na Escola Normal (SOUSA, 2001).

Entre os novos moradores que passaram a compor o cenário urbano de Feria de Santana, chamava a atenção na carta do jornalista Hugo Navarro Silva escrita em 12 de Janeiro de 1950 para o poeta Aloísio Resende o crescimento do número de nortista, segundo o referido jornalista haviam "(...) nortistas e nortistas com todos os sotaques e todas as peixeiras. Destacamento policial também cresceu muito e trabalha febrilmente em dar facadas em paraibanos e receber facada de paraibanos". (Folha do Norte, 13 de Janeiro de 1951)

Os estudos realizados sobre o período da "dita modernidade feirense" enfocam principalmente a área central, os arredores da Avenida Senhor dos Passos, Rua Direita (atual Conselheiro Franco) e Rua do Meio (atual Marechal Deodoro) espaços *chic*/luxuosos da Princesa do Sertão. Essa filtragem não é aleatória, creio que a seleção dos locais a serem vistos fazia parte de uma estratégia do grupo social que "bancou" a elaboração de uma nova cidade, através da qual faria a atualização das novas formas de dominação pública feirense.

No entanto, para além da área *chic* da Princesa do Sertão onde concentravam os cinemas (Cine Santana e Íris), as Igrejas (Matriz e dos Remédios), a Escola Normal, as pensões, os hotéis, os bares luxuosos (a exemplo do Sueto) e os cassinos (a exemplo do Irajá), símbolos do desenvolvimento e cenário apropriado para negócios e prazeres edificantes dos visitantes e feirense endinheirados, a nova cartografia de Feira de Santana apresentava também áreas tidas como perigosas e maléficas, cujo mundo poucos documentos nos permite aproximações, salvo engano os processo crimes e os inquéritos policiais.

O cenário da tragédia homicida que envolveu Caminhão do Lixo, Mondrongo e o sergipano Taboqueiro[3], vitimando este último, nos informa sobre uma dessas áreas existentes em Feira de Santana conhecida como Queimadinha. Este local constituía em um dos locais que residiam à população trabalhadora pobre nativa e migrante de várias cidades circunvizinhas e de outros estados nordestinos que fixaram moradia em Feira.

Para além de dividir com o Ponto Central, o Sobradinho, o Olhos D`Água, Baraúnas Galiléia, Kalilândia os novos atores sociais que chagavam em Feira de Santana

[3] Nomes com que vulgarmente eram conhecidos os envolvidos nesse crime.

(BAHIA: op.cit: 65), a Queimadinha era o reduto dos fazendeiros pecuaristas que com a inauguração, nesse local, dos Currais Modelo no dia 22/2/1942, tornou-o, por excelência, símbolo do poder econômico e prestígio dessa classe social.

Sobre o motivo do assassinato do sergipano conhecido por Taboqueiro, com 36 anos, morador de um dos quartos da Tranca[4] do Sr. Nain, ocorrido no dia 15 de Setembro de 1952 duas versões aparecem no processo. Uma das versões alega ter sido o motivo decorrente da ação do Taboqueiro ter batido nas amásias dos irmãos denunciados, conforme depoimentos destes e do dono da referida Tranca. A outra versão, presente nos depoimentos da viúva da vitima e das amásias dos agressores, o assassinato teria sido resultado da interferência do Taboqueiro em um barulho entre Caminhão do Lixo e sua amásia conhecida como A A, que relatou o ocorrido da seguinte forma:

> (...) disse que no dia a que se refere a denunciada, o companheiro da depoente, apelidado "Caminhão do Lixo" teve com o mesmo um bate-boca, em meio do qual deu-lhe um empurrão, fazendo que esta chorasse, que então [C. de J], apelidado Taboqueiro e que morava próximo aos dois, compareceu empunhando um facão e se dirigiu ao citado "Caminhão do Lixo" repreendendo-o pela atitude dele, com a testemunha (...) dizendo que tal atitude era uma falta de respeito, ora que [M A], conhecida, (...) como companheira de [J.F.], vulgo "Mondrongo" [...], interpelou a [Taboqueiro], perguntando-lhe se ele tinha nada que ver com a briga de marido e mulher ; que nessa voz [Taboqueiro] a deu um "tapa –olho" em [M . A], enquanto que [Caminhão do Lixo] e [Mondrongo] apanharam, respectivamente , um cabo de vassoura e um cacete; que nessa ocasião apenas discutiram, sem chegarem a se atracar, pois os mesmos [J F] e [Caminhão do Lixo] deram o fato por acabado, enquanto que [Taboqueiro] se retirava, dizendo ir levar a mulher para casa, pois a mesma chegara com a algazarra da discussão; que [Taboqueiro] entretanto, retornou com o facão e deu uma carreira nos dois mencionados [Caminhão do Lixo] e [J. F], sedo que [Caminhão do Lixo] entrou na casa de [J.H. de A], vulgo Nain e [Mondrongo] entrou em luta com [Taboqueiro] tempo em que a testemunha procurou ir para casa e fechar sua porta, exatamente para não ver o acontecido(...) que na ocasião do encontro de [C. de J] com [J.F.], entrando ambos em luta , o velho Nain estava presente como quem espiava a briga. (Processo Crime de nº 1214, CX 65, E: 03, Fls 42-42V)

A tragédia relatada acima serviu para reforçar a imagem estigmatizada que os agentes da lei tinham desse local. Conforme, o delegado de polícia Osvaldo Bastos Mello, o subúrbio da Queimadinha mais o do Tanque do Urubu eram "(...) dois subúrbios existem nesta cidade, que, a despeito da repressão, da severidade com que é policiados, são, contudo palcos de cenas turbulentas onde subsiste desde o furto ao homicídio" (idem, Fls18).

A percepção de que a Queimadinha mais precisamente o lócus onde aconteceu o crime, a "Tranca do Nain", era um lugar de desordem, onde residiam indivíduos "perigosos" transparecia não só nos depoimentos das autoridades da ordem - como pontuou o juiz Jorge

[4] A tranca constituía em Feira de Santana a denominação de habitações coletivas, cuja maior aproximação seria os cortiços.

de Faria Góis e o Promotor Fernando Alves Dias, ser este local caracterizado pela presença de "pequenos cômodos promíscuos, que mereceram a denominação de Tranca, de mistura com gente da pior classe" (idem, Fls 45), o qual na visão do promotor era" o pior de Feira" -, mas também nos depoimentos de testemunha que também residiam no mesmo subúrbio nas proximidades dessas habitações. Segundo a testemunha J. F.dos S., o Tranca era "uma habitação coletiva de mais de cinqüenta quartos e onde só mora gente ruim, (...)" [idem, Fls 32 V].

A grande mistura a que estavam sujeitos os habitantes dessa forma de moradia popular em Feira tornava-o, segundo o Promotor Público citado acima, em um "meio horrível, digno da pena de Aluisio de Azevedo ou Zola" (idem, Fls 62).

As Trancas, além de serem apresentadas como um lócus periculoso, no caso específico a que se refere o processo em análise, os próprios apelidos dos residentes acusados já evocavam a presença de seres ameaçadores da "boa sociedade" indivíduos conhecidos por terem "procedimentos triste, verdadeiros "vidas-tortas" já tendo varias entradas na polícia por barulho e mesmo por furto "(idem, Fls, 12V), como sendo "os piores elementos (...) gatunos e barulhentos (...) [idem, Fls 14], "basta-nos-há dizer que tem os mesmos noventa e tantas entradas na cadeia Pública desta cidade, decorrente de contravenções penais de toda espécie" (idem, Fls18). Eram também conhecidos pela fama de abrigarem homens do tipo "mandão", ordenadores do ambiente, que nesse processo é exemplificado na figura do Sr. Nain. A autoridade que o Sr. Nain se impunha na Queimadinha levou este a ser acusado como tendo sido cúmplice no assassinato do Taboqueiro quando este, em atitude de desforra, perseguiu os denunciados. Segundo depoimento de J. F. S o velho Nain havia instigado os acusados do crime e fornecido aos mesmos o facão homicida, assim narrou:

> (...) Nain, saiu da porta dele próprio chegou no meio da rua e gritou: DESAFORO, NA QUEIMADINHA NÃO TEM HOMEM", isso trazendo um facão à mão, que aparecendo a essa altura o individuo conhecido pelo apelido de Caminhão de Lixo, com as mãos vazias a ele Nain se dirigiu, entregando-lhe o facão e dizendo-lhe: "VÁ BATER NAQUELE NEGRO, BATA-LHE QUE EU GARANTO"; que com este gesto de Nain, o rapaz que correra e entrara no armazém que é apelidado de "Mondrongo" de lá saiu com o mesmo "PORRETE" na mão e foi ao encalce de Taboqueiro, encontro esse que se verificou exatamente à porta da testemunha presente; aí, (...) uma batia e outro rebatia o golpe (...) Mondrongo veio a acertar uma tijolada no pé do ouvido do Taboqueiro, (...), com a tijolada, Caminhão de Lixo com o facão e Mondrongo, já então com a peixeira de Taboqueiro, passaram a espancar o corpo do Taboqueiro (...) quando concluíram o espancamento, (...) em seguida, limparam as armas na barriga do morto e com ela tomaram a direção da Tanca de Nain, onde residiam, que quando os criminosos saíram, Taboqueiro não estava propriamente morto (...) [idem, 31V]

Considerando improcedente a acusação de co-autoria do Sr. Nain o Promotor Público, Fernando Alves Dias, explicou que a autoridade do Sr. Nain decorre do fato do mesmo ter sido praça e se pai de dois sargentos, e "em virtude desses fatos, sempre foi metido a mandão. "Batia, gritava e ordenava". Na Queimadinha é o maior no dizer do povo" (idem, Fls 62). Além desses fatos, o referido promotor ainda informa que "Na TRANCA de Nain é comum discussão entre moradores. Esta dos denunciados tomou maior vulto. Mulheres entram no meio e nesses lugares tais fatos não podem ficar sem desforra, sem luta, sem sangue" (idem, Fls 62). Tal fato nos leva a inferir sobre a não confiabilidade desse segmento social em relação os agentes da lei, daí o apoio a uma liderança forte nesse espaço, principalmente no que diz respeito a mediação na resolução dos conflitos cotidianos.

Ilustrativo dessa norma de sociabilidade existente dentro desses locais foi o fato de que durante a briga "não haver, um homem que desapartasse, apesar de ter muita gente nas proximidades" (idem, Fls 31V); sendo a polícia chamada somente e quando os denunciados resolveram fugir, o que nos permite pensar que a privatização dos conflitos íntimos de ordem moral, passavam pelo crivo da não interferência de estranhos, mesmo que esse estranho não fossem tão estranhos assim, uma vez que essas residências populares devido à proximidade dos cômodos e ineficiência das divisórias entre eles não permitiria a essas famílias gozarem de certa privacidade,

A interferência de Taboqueiro armado com facão para acabar com o barulho dos vizinhos do cômodo da frente levou o advogado a usar como argumento de defesa o discurso da legítima defesa, segundo este,

> (...) os acusados foram agredidos pela vitima, quando lhes travaram explicação pelo espancamento de suas companheiras.
>
> A agressão que partiu da vitima, armado de ação foi injusta. Defenderam-se os acusados e, sem propósito de matar o seu agressor tanto que não o esfaquearam quando caído ao solo, limitando-se a espancá-lo. (idem, Fls 41)

A negação da violência presente no discurso do processo acima marca o encontro da repressão social com as políticas higienistas. A idéia de que o meio em que se reside e/ou o local de origem produz degenerência constituiu em um dos discursos a partir do qual se iria instituir uma parte da exclusão urbana feirense junto aos outros "males da cidade"; naturaliza-se assim a violência, considerada como intrínseco às relações dos segmentos populares que viviam em locais como a Queimadinha.

Esse discurso de condenação da violência para além de identificar o perfil do criminoso, revela a existência na cidade de espaços de estigmatização urbana onde, para parte da classe dominante feirense, a violência aparece imbricada com as condições sócio-históricas

de um dado segmento social que se particularizava sob determinadas condições de origem regional, social e de sobrevivência local Por um lado esse discurso pode nos levar a pensar na tentativa de desterritorialização do poder político dos coronéis que tinham na Queimadinha, mas precisamente nos Currais Modelo, um espaço de (re)afirmação do seu prestigio e poder econômico. Por outro lado, esse discurso nos possibilita também inferir sobre as disputas de mão de obras e espaços sociais entre feirenses e migrantes, principalmente quando estes últimos eram oriundos dos demais estados do Nordeste e carregavam a fama da valentia de seus conterrâneos, remetida nas lembranças e histórias de violências praticadas pelos cangaceiros, um dos fatores que contribuía para estigmatizá-los.

A partir da relação entre crime e cidade este trabalho tem procurado descortinar nesse cenário de consolidação da "dita modernidade feirense", certos lugares, personagens e práticas sociais que entraram no crivo da ordem, ainda pouco estudados na história de Feira de Santana. A violência cotidiana que aparece nos jornais como parte integrante da vida social, figurada na carta de Hugo Navaro no uso freqüente de armas, mesmo estas sendo proibidas, parece confirmar o panorama de uma cidade que conviveu com transgressões e resistências, muitas vezes manifestadas como desordens, deficiências, indisciplinas, na tentativa de impor e consolidar a civilização dos costumes, refinamentos das atitudes, higienização e estética das ruas com fins ao embelezamento da Princesa do Sertão. Nessa empreitada os arquivos criminais se constituem no principal meio de acesso a essa "outra" parte da história dessa cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, J. **Setembro na Feira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BOAVENTURA, E. *A***. Fidalgos e vaqueiros.** Salvador: EDFUBA, 1989.

BRETAS, M. L. **O crime na historiografia brasileira:** uma revisão na pesquisa recente. BIB. V5 Rio de Janeiro. 1991

POPPINO, R. **Feira de Santana**. Feira de Santana. Itapuã.1968

SOUSA, I C. **Garotas Tricolores, Deusas Fardadas**: as normalistas em Feira de Santana 1925-1945. São Paulo EDUC. 2001.

VELLASCO, I de A. **As seduções da Ordem**: Violência, criminalidade e administração da Justiça Minas Gerias, século. Minas Gerais: EDUSC, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reestruturação e Centralidade: breves notas sobre a cidade de João Pessoa

Josineide da Silva Bezerra*
Luciana Medeiros de Araújo**

Resumo: A nossa reflexão sobre João Pessoa articula-se às suas tramas urbanas, recortando os seus novos padrões de centralidade. Tomamos a cidade como produto social, apreendendo-a como uma paisagem que comporta formas-conteúdos. Isso porque, ao interferir nessas formas, a sociedade lhes atribui novas funções. Todavia, além de produto, a cidade é também uma condição para a realização de diferentes ações, as quais redesenham os seus padrões de produção, circulação e consumo, cotidianamente. Analisando essas ações, buscamos a reestruturação intra-urbana de uma cidade média, a partir de dois olhares: o primeiro está voltado à sua gênese; o segundo está voltado ao período de aceleração da industrialização brasileira, nas últimas décadas, quando novas práticas socioespaciais contornam a sua dinâmica urbana.
Palavras-chave: Centralidade urbana – Espaço intra-urbano – Reestruturação urbana

Abstract: Our reflection on João Pessoa is all based on its urban trams, with emphasis on its new standards. Taking the city as social product, looking at it as a landscape with different forms-contents. This is because, upon intervening in these formations, the society attributes to them new functions. However, besides the product, the city itself is also a condition for the accomplishment of different actions, which, we might say, redesigns its production standards, circulation as well as consumption, everyday. Analyzing these actions, we seek intra-urban reorganization of an average city, from two different points of view: the first one looks back at its proper origin; while the second one is aimed at the period of acceleration of Brazilian industrialization, during the last few decades, when new socio spatial practices by-passed the urban dynamics.
Keywords: Urban centralization – Intra-urban space – Urban Reorganization

Introdução

Neste texto, desenvolvemos uma reflexão acerca da cidade de João Pessoa, voltando-nos aos novos padrões de centralidade que nela se realizam, os quais exercem influências na sua estrutura urbana, a partir de mudanças verificáveis no papel ou nas funções do seu centro tradicional. A escala intra-urbana compõe o nosso referencial, enfatizando estratégias de consumo traçadas por agentes produtores do espaço urbano aqui recortado, sejam esses agentes públicos ou privados.

* Historiadora, mestre em Geografia pela UFPB e Professora Substituta na UEPB.
** Geógrafa, mestre em Geografia pela UFPB e Professora Substituta na UEPB.
*

A nossa leitura esteve ancorada em um olhar *disciplinado* – reconhecendo e registrando a paisagem urbana, estando atento à disposição e às redefinições dos *fixos e fluxos* que ela comporta, bem como em um olhar que se emociona, que é reativo – sob o qual, poderíamos concluir: "a cidade deu às costas ao o rio que lhe serviu de nascedouro – encantou-se com o canto das ondas" (Vídeos Para'iwa, 1995).

A importância do debate quanto às novas centralidades está relacionada aos impactos que as mesmas impõem ao cotidiano das pessoas e à estrutura interna das mais diferentes cidades, daí a necessidade de estudos que busquem semelhanças e diferenças na dinâmica intra-urbana nelas verificável (SPOSITO, 2001).

Ao fitarmos as tramas citadinas de João Pessoa, orientamo-nos a partir de abordagens sistematizadas por Villaça (2001), muito embora esse autor aprecie as principais metrópoles brasileiras, por intermédio das quais analisa a dinâmica que norteia os seus padrões de centralidade. A rigor, portanto, esses estudos não deveriam ser referenciais. Entretanto, imaginamos poder contribuir com o debate acerca de novas centralidades quanto a pequenas ou médias cidades – entre as quais incluímos João Pessoa.

Motivadas por esse intuito, tomamos a cidade como uma espacialidade cartografável, a qual pode ser apreendida como uma paisagem que "se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providos de um conteúdo técnico específico" (SANTOS, 2002: 103). Em um dado espaço urbano, marcado por ritmos e ambiências peculiares, a sociedade interfere nessas formas-objetos, atribuindo-lhes novas funções e novas formas. Portanto, compreendemos a cidade como um produto social, revestido de historicidade.

Igualmente, a reconhecemos como condição para a realização de diferentes ações socioeconômicas, as quais delineiam os padrões de produção, circulação e consumo nela vivenciados, relacionados à lógica de um dado sistema produtivo, no caso, o capitalismo. Não obstante, para além dessa lógica, tais ações revelam, também, as "singularidades da vida humana", como admite Trindade Júnior (2001: 152).

Quanto a João Pessoa, a (re)produção do seu espaço intra-urbano será pensada por meio de dois tempos. O primeiro voltar-se-á à sua gênese. O segundo estará voltado à fase de aceleração da industrialização brasileira, notadamente a partir da segunda metade do século XX, quando novas práticas socioespaciais passam a contornar a sua dinâmica urbana.

João Pessoa: transformações e permanências

O núcleo inicial da cidade de João Pessoa remonta à fundação da Capitania Real da Paraíba, efetivada no final do século XVI, como mecanismo para garantir a conquista do litoral setentrional das terras coloniais. Como produto da expansão mercantil européia, apresenta uma singularidade em relação às demais capitais litorâneas: foi edificada à oeste, distante do mar, a partir da margem direita do rio Sanhauá.

Em ritmo lento e em meio a duas porções topográficas – a várzea do rio e o baixo planalto costeiro –, a cidade se expande, contornando o que veio a ser chamado de *Cidade Baixa* e de *Cidade Alta* (MAIA, 2000). A partir daí, na então batizada Filipéia de Nossa Senhora da Neves, os primeiros equipamentos comerciais, religiosos, residenciais e administrativos foram instalados, modelando o seu pequeno tecido urbano e as suas estruturas socioespaciais, assim descrita por Aires de Casal, no início do século XIX:

> *Cidade medíocre, aprazível, populosa (...), sobre a margem direita, e três léguas acima da embocadura do rio (...), ornada com casa de misericórdia e seu hospital, um convento dos Franciscanos, outro de Carmelitas, terceiro de Beneditinos (...), cinco ermidas (...), dois elegantes chafarizes de boas águas*. (CASAL, 1976: 275).

Até o final do século XIX, os seus limites urbanos praticamente se estendiam do Varadouro – às margens do Sanhauá – ao que viria a ser o Parque Sólon de Lucena (Lagoa). Tomada como uma *Cidade Tradicional*, desenvolveu-se sob um padrão comum a diferentes cidades coloniais. Assim, à chamada *Cidade Baixa* foram reservadas as atividades comerciais. Já a *Cidade Alta* foi configurada como espaço de instalação das instituições religiosas e de moradia, ocupada por um segmento mais seletivo da população.

De acordo com Villaça, é a partir dos padrões de produção, circulação e consumo no/do espaço que uma área da cidade torna-se central. Logo, a dinâmica que delineia esse padrão tem repercussão direta na realização do caráter de centralidade de um dado espaço. Portanto, o centro de uma cidade é moldado na medida em que é ocupado como local de vivência cotidiana por uma comunidade/sociedade: "será um conjunto vivo de instituições sociais e de cruzamento de fluxos de uma cidade real", assinala o autor (2001: 238).

Daí o Varadouro, na *Cidade Baixa*, a partir do seu porto, da alfândega e da estação de trem, ter abrigado o centro comercial principal ou tradicional da cidade. Nele, merece destaque a Rua das Convertidas – atual Maciel Pinheiro, onde encontramos, inclusive, o imponente prédio da Associação Comercial do Estado –, numa lógica que foi configurada no curso de vivência na cidade, no consumo daquele espaço.

Essa lógica, como um vetor, no decorrer do século XX, foi imprimindo novos movimentos, novas dinâmicas que ampliaram o centro comercial, chegando à *Cidade Alta*.

Uma ampliação que esteve relacionada a intervenções públicas, como a urbanização do Parque Sólon de Lucena e a abertura de novas vias de circulação, as quais impulsionaram a ocupação de áreas vizinhas ao núcleo inicial. Essas duas porções delimitam o que, atualmente, vem a ser definido como centro tradicional da cidade.

Neste centro, consolida-se na *Cidade Baixa* um movimento inverso: a sua configuração como área menos ocupada, em um solo urbano que agrega menos valor de uso e de troca. Isso porque os segmentos mais abastados entre os citadinos já não lhe têm como itinerário, como aquele espaço de vivência, seja para o trabalho, seja para o consumo de serviços, seja para o lazer.

Por isso mesmo, apesar de manter um perfil comercial, sendo também via de acesso à rodoviária e via de trânsito para a grande maioria das linhas de ônibus que circulam na cidade, encontramos no Varadouro várias edificações fechadas, mal conservadas, ou abandonadas, revelando uma imagem de desgaste efetivo daquele espaço. Em tempo, lembramos que a Prefeitura Municipal, inclusive, mudou de endereço e não mais está ali instalada.

Inscrito na dinâmica que reorienta a ocupação do espaço intra-urbano, esse movimento pode ser analisado a partir das práticas espaciais que lhe reestruturam, como a fragmentação e a segregação. Esta, por exemplo, pode ser definida como "um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* na metrópole", afirma Villaça (2001: 142, grifos do autor), ressaltando, ainda, que é possível tipificar a segregação de forma exemplar a partir deste par dialético: centro-periferia.

Em relação a João Pessoa, é necessário que cheguemos a um segundo tempo, quando a cidade passou e ainda passa por um processo de adensamento populacional, com repercussão direita, mas não apenas por isso, sobre a extensão do seu tecido urbano. O seu crescimento é vivenciado na esteira do processo de industrialização e modernização produtiva que marcou todo o país, a partir da segunda metade do século XX, especialmente as suas capitais.

Nesse contexto, de acordo com Maia (2000: 36), a população da cidade cresceu a uma média de 50% a cada década – um crescimento que repercutiu junto às relações cidade-campo, com evidentes implicações quanto ao lugar de moradia das pessoas. Éramos 95.953 habitantes em 1950 e passamos a 497.599, em 1991. Os dados desse ano indicam que mais de 43% desses habitantes não são naturais do município.

Portanto, entre migrantes, bondes, pontes e avenidas, a cidade vai se espraiando, sob novos padrões produtivos, acostados a políticas públicas urbanas que privilegiam a lógica do capital. Uma urbanização relacionada a interesses de grupos econômicos que se apropriam seletivamente do seu espaço, segregando-o. Assim, a cidade se expande, de forma contínua ou descontínua, para áreas periféricas ao seu centro tradicional.

Por intermédio de diferentes agentes, essa expansão é impulsionada por ações combinadas entre o Estado e as grandes corporações privadas, como as incorporadoras, construtoras e agentes imobiliários. Assegura-se, pois, a implantação de equipamentos de infraestrutura e atributos seletivos que definem os valores de uso e de troca de novos espaços – a exemplo das avenidas Epitácio Pessoa e Beira Rio, que cortam a cidade de oeste a leste; e do Anel Rodoviário, que facilita a circulação para as cidades e estados circunvizinhos.

Reconhecemos que a estruturação das vias de circulação exerce um poderoso papel na produção do espaço intra-urbano, porque elas são imprescindíveis aos deslocamentos e à acessibilidade dos indivíduos aos mais diferentes locais de moradia, trabalho e consumo. Por isso, resgatamos Villaça (2001: 21): "a estruturação do espaço intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor". O autor chama atenção, igualmente, para o fato de que é o transporte de pessoas e não o de mercadoria, que torna o espaço intra-urbano mais heterogêneo.

Lembremos, ainda, que os anos sessenta e seguintes vão ser marcados pela construção dos conjuntos habitacionais, os quais tomaram diferentes direções, principalmente para o sudeste – efetivados por intervenções públicas, financiados por meio de recursos governamentais. Essas intervenções contribuíram para estender o tecido urbano, descentralizando a sua ocupação, promovendo-se a realização do que Maia (2000) chamou de *Cidade Modernizada* – uma cidade marcada pelo estigma da complexidade, cujas diferenças socioespaciais se tornaram cada vez mais evidentes.

A *Cidade Modernizada* – imagem contemporânea – é permeada por essa dinâmica, sendo por ela modelada. Nesta cidade, o que se convencionou chamar de periferia ganha novos contornos, porque aquela descentralização – combinada a essa heterogeneidade – leva a uma periferia que compõe novas formas de concentração, num processo que envolve, ao mesmo tempo, complexidade e contrastes, contradições. Com efeito, afirma Sposito:

> *É a natureza dessa trama urbana distendida, de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias*

> *centralidades em definição e diferentes periferias em constituição.* (SPOSITO, 2001: 89).

Nesse curso, novas centralidades são compostas, impulsionadas pelo crescimento urbano, bem como por diferentes atributos seletivos, que estão voltados ao crescimento demográfico, econômico e territorial que compõem as cidades, como infra-estrutura e acessibilidade. Essas centralidades conferem às mesmas uma feição multicêntrica e/ou policêntrica.

A multicentralidade poderia ser pensada, em João Pessoa, a partir da periferia sul, modelada por meio dos grandes conjuntos residenciais, entre os quais chamaríamos atenção para Mangabeira. Com uma população aproximada de 70 mil habitantes, apresenta-se como área de expansão, com uma grande diversificação da atividade comercial e de serviços no contexto da cidade. Uma diversificação que, entre bancos, mercados, supermercados, escolas, clínicas e hospitais, por exemplo, atende as demandas mais cotidianas dos seus moradores e dos bairros circunvizinhos, constituindo-o, portanto, como um subcentro.

Por outro lado, se considerarmos a feição policêntrica, realizada sob uma forma mais segmentada, ordenada por e para determinadas parcelas da população, atendendo um padrão de consumo mais seletivo, destacaríamos o litoral norte de João Pessoa, a partir dos bairros de Tambaú e Manaíra – os quais estão intensamente interligados, sendo tomados como exemplares.

Sedimentando essa discussão, ainda buscamos as reflexões de Sposito (2001), ao assinalar dois vetores que norteiam a relação centro-periferia, mesmo que não os reconheça como únicos. Menciona os novos padrões de moradia associados às classes média e alta – relacionados a um tipo de segregação. E ressalta os novos mecanismos/estratégias de realização do consumo de mercadorias e serviços, revelando a fragmentação como categoria fundamental quanto ao debate relativo à cidade pós-industrial – aquela cidade que, também produto do capitalismo, se realiza sob a industrialização, como espaço de consumo.

Na compreensão de Villaça, os novos padrões de moradia ganham um destaque especial na análise dos espaços intra-urbanos, em meio a diferentes demandas. Como uma disputa social por localização, a qual é contornada pela apropriação dos lugares mais "nobres" da cidade, onde o habitar reveste-se de um valor de uso, mas também de um valor de troca, como investimento. Ou como uma disputa na qual o controle sobre o tempo de deslocamento das pessoas é um recurso que lhes permite uma moradia de maiores dimensões ou um habitar sob apelos mais subjetivos, como modismo e prestígio.

Destaquemos, ainda, os apelos propalados pelos agentes imobiliários, relativos à garantia da conquista de uma melhor "qualidade de vida" na cidade, imprimindo-se aos condomínios e loteamentos fechados instalados nas áreas periféricas o signo da segurança. O signo da segregação quanto à convivência com os desiguais ou da incorporação de espaços verdes ao cotidiano das pessoas. Aliás, esses locais de moradia modelam um novo desenho para as áreas em seu entorno, alterando-lhes o conteúdo no espaço da cidade.

Quanto ao segundo vetor referido – a fragmentação –, orientamo-nos por este viés: as novas estratégias de realização do consumo são produto de interesses relacionados a escolhas individuais; relacionando-se, ainda, e principalmente, aos agentes privados que produzem o espaço urbano – os proprietários fundiários, os incorporadores e construtoras, que promovem novos espaços, agregando-lhes valor.

Em tempo, lembramos que tanto Villaça quanto Sposito reconhecem que os contornos que sinalizam a segregação e a fragmentação como categorias de análise dos espaços intra-urbanos são bem abrangentes. Isso porque, a dinâmica urbana também comporta ações de resistência cultural e valores étnico-religiosos, entre outros, bem reconhecíveis nas diferentes estratégias de vivência nas metrópoles.

No entanto, acreditamos que os vetores destacados – os novos padrões de moradia e as novas estratégias de consumo – já em muito contribuem para pensarmos a produção dos bairros de Tambaú e Manaíra, os quais apresentamos como exemplos relativos à realização da policentralidade em João Pessoa. Dessa forma, entendemos a pertinência de assinalarmos alguns dados arrolados por Vasconcelos Filho (2003), em seus estudos acerca do litoral norte.

De acordo com esse autor, entre os anos de 1980 e 2000, 284 novos edifícios, 1162 casas, 105 lojas comerciais e 21 hotéis foram construídos nesses bairros. Além disso, neles encontramos serviços e equipamentos como mercados públicos, hospitais, agências bancárias, colégios, supermercados, centros empresariais e os maiores *shoppings* da cidade. Comportam, ainda, 42 unidades industriais, 505 comerciais e 577 de serviços. As cinco imobiliárias recortadas para aplicação dos seus questionários de pesquisa apontam esses bairros com uma ocupação perfilada entre a classe média e alta. Esses agentes apostam numa perspectiva de crescimento para o setor, sendo a localização o principal fator de atração para investimentos.

Tais informações contribuem para conferir a essa área da cidade um caráter de centralidade – aquele que, sob a minimização do tempo de deslocamento, se realiza por meio dos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e capitais; por intermédio dos padrões de consumo ou da oferta de trabalho.

À luz de um capitalismo globalizado, novos ritmos e padrões de produção, circulação e consumo são impressos à sociedade, sobretudo à sociedade urbana. Redesenham-se novas formas de apropriação do/no espaço, evidenciando as contradições inerentes à vida urbana: a luta de classes; os interesses públicos e privados; as diferentes concepções de valor de uso e de troca; as aspirações e necessidades coletivas e individuais.

Claro, essas novas formas não eliminam, simplesmente, as permanências inscritas sob um tempo de longa duração, aquele que, no caso de João Pessoa, remonta à colonização. Novas e tradicionais formas estão justapostas, interrelacionadas. Entretanto, fora de seus novos fluxos e escolhas, os segmentos mais abastados da cidade não mais vivenciam o centro principal, esvaziando-o. Neste centro, temos uma ausência que é não de pessoas, mas de pessoas que têm um grande poder de demarcar as prioridades para toda a cidade. Nesta ausência, a violência – que vem aniquilar a "frágil simbiose centro-classe média e média alta", marginalizando-o, afirma Villaça (2001: 154).

Isso nós reconhecemos, mas também sabemos que o centro principal de João Pessoa continua especialmente voltado ao setor terciário, sendo ainda um local de moradia, de trabalho e de lazer para muitos de nossos concidadãos, notadamente para os segmentos mais populares da cidade. Ele está "vivo", mesmo que sejamos tentados a percebê-lo a partir da sua "morte". Não nos esqueçamos que os Três Poderes lá se encontram, bem como algumas paisagens que permanecem compondo a identidade da cidade, como a Lagoa ou o Ponto de Cem Réis – uma praça que ainda se aproxima da Ágora vivenciada pelos gregos.

Entre as tradicionais e emergentes formas, como uma recomendação que lhes serve, lembramos Peter Burke, quando reconhece que, "segundo Braudel, a contribuição especial do historiador às ciências sociais é a consciência de que todas as 'estruturas' estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas" (1997: 55).

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASAL, **Aires. Corografia Brasílica**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. (Tese de Dourado em Geografia Humana)

VÍDEOS PARAÍBA. Produção PARAÍ'WA. 1995. Videocassete (25 min) VHS/NTSC, color.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais*. In: DAMIANI, Amélia et al. (Orgs). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Sujeitos políticos e territorialidades urbanas*. In: DAMIANI, Amélia et al. (Orgs). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa:** a atuação dos agentes imobiliários. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003 (Dissertação de Mestrado).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino secundário na Província de São Paulo e os Capuchinhos franceses (1854-1979)

Patrícia Carla de Melo Martins*

Resumo: A presente exposição tem como propósito discutir os aspectos do catolicismo da Província de São Paulo, que se organizaram por intermédio do Seminário Episcopal criado em 1856. Discussão esta que perpassa o sistema educativo adotado e pela aplicação de uma Filosofia Teológica produzida na França no final do século XVIII. O Seminário compactuou com a primeira fase de um desenvolvimento intelectual brasileiro em que a elite política passa a ser configurada por intermédio dos cursos profissionalizantes, entrando em contato com os conteúdos eruditos desenvolvidos na Europa e reinterpretados dentro da realidade brasileira.
Palavras-chaves: monarquia – educação - catolicismo.

Abstract: The present exposition has as intention to argue the aspects of the catolicism in the province of São Paulo, that if they had organized for intermediary of the Episcopal Seminary created in 1856.Discution this that go beyond the adopted educative system and for the application of a produced Theological Philosophy in France in the end of century XVIII. The Seminary supported the first phase of a Brazilian intellectual development where the elite politics passes to be configured by intermediary of the professionalizing courses, entering in contact with the developed in the Europe and re-interprected erudite contents inside of the Brazilian reality.
Keywords: monarchy - education - catolicism

O Seminário Episcopal de São Paulo foi fundado em 1856, durante o episcopado do bispo dom Antônio Joaquim de Melo. Dom Antônio Joaquim de Melo é considerado o precursor da reforma católica do século XIX que marcou a passagem do catolicismo iluminista, desenvolvido no período pombalino para o catolicismo ultramontano, orientado pelos pronunciamentos do Vaticano liderado por Pio IX (WERNET, 1987). O ultramontanismo foi considerado durante o século XIX um dos movimentos europeus mais marcantes da Europa contra as mudanças de ordem política que emergiam. O ultramontanismo reunia intelectuais de diferentes facções sócio-culturais que se organizaram diante da emersão do Estado Moderno Contemporâneo democrático; teólogos, filósofos e literatos se reuniram em torno do pensamento sistematizado pela hierarquia católica romana, representada por Pio IX, um dos maiores representantes deste pensamento conservador.

---

* Doutora em Ciências da Religião pela PUC-SP, com a pesquisa intitulada *Seminário Episcopal de São Paulo e o Paradigma conservador dos intelectuais paulistas*. Pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Fernando Torres Londoño e financiada pela CAPES, entre os anos de 2002 e 2006.

A criação do Seminário Episcopal de São Paulo atendeu interesses políticos da monarquia de Pedro II, que se volta para o discurso católico como forma de fortalecer sua política absolutista; interesses locais da Província de São Paulo, atrelada aos grupos de direita que não via vantagens na abertura democrática dentro do país; aos interesses do Vaticano que queria garantir a presença do discurso hierárquico romano dentro da formação das nações latino americanas que se configuraram junto ao processo de emancipação política; e também, aos interesses da Ordem dos Capuchinhos Franceses de Savóia, que vieram para administrar o estabelecimento de ensino, e conseqüentemente difundir os valores franceses.

O Seminário Episcopal de São Paulo dividia-se em duas categorias de ensino condizentes às exigências educacionais da época: Seminário Menor dedicado ao ensino fundamental e secundário e Seminário Maior, dedicado a formação sacerdotal. No momento da abertura, em 1856, o Seminário contou com vinte e três alunos matriculados, dos quais quatorze saíram padres. A maior ala das suas acomodações físicas ficou reservada ao ensino elementar e a menor a formação de padres seculares.

O prédio onde se reuniam as atividades educativas do Seminário, ministradas em regime de internato, foi estrategicamente construído do bairro da Luz, onde já se concentrava, desde o século XVIII várias casas religiosas, inclusive o Convento da Luz, fundado por Frei Galvão. A localização da estrutura física tinha posição estratégica em relação ao desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. O bairro da Luz era cortado pela antiga estrada do Guaré, por onde entravam os fazendeiros para fazer suas negociações, na primeira metade do século XIX, associada a cana-de-açucar e ao comércio de mulas para cargas, e durante a segunda metade do século, associada a expansão do economia cafeeira. A estrada que cortava o bairro e dava acesso ao centro da cidade passava na frente o Seminário. Posteriormente a mesma estrada[1] passava ao lado da estação da Luz, primeira estação ferroviária do Brasil construída para atender a demanda do desenvolvimento econômico dos cafeicultores, inaugurada na década de 1870. O Seminário e a Estação da Luz ficavam um de frente para o outro.

A ausência de escolas públicas ou particulares que atendessem à demanda da sociedade que começa a privilegiar a instrução como elemento imprescindível para a ascensão social mais as determinações legais quanto à obrigatoriedade do ensino, foram também, fatores que colaboraram com o desenvolvimento do Seminário Menor (WEREBE, 1985: 373). De acordo com Maria Luiza Marcílio o Inspetor Geral da Instrução Pública de São Paulo teria decretado em 1855 a obrigatoriedade do ensino na Província, impondo ameaça de

[1] Atual avenida Tiradentes.

multas aos pais omissos (MARCÍLIO, 2005:49). O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi a escola mais destacada no Brasil quanto à aplicação do ensino elementar e secundário (HAIDAR, 1979). Criado em 1837, nas adaptações do antigo Seminário São Joaquim, o Imperial Colégio Pedro II era insuficiente para atender à demanda de alunos que almejavam o ensino superior na região sudeste, em plena expansão social e econômica (MARCÍLIO, 2005:46-49).

Com isto, o Seminário Menor de São Paulo, veio colaborar com a difusão do ensino secundário da província. Antes da fundação do Seminário, os Cursos Anexos à Faculdade de Direito, que correspondiam ao ensino secundário, eram os mais requisitados em São Paulo (SANTOS, 2005: 67-68). Tendo o Seminário se dedicado ao ensino fundamental e secundário, a Província recebeu pela primeira vez, uma estrutura adequada à difusão da educação básica que poderia levar ao ensino superior em qualquer outra área. As disciplinas ali oferecidas compactuavam com a orientação humanística e ilustrada assumida pela corte portuguesa desde o final do século XVIII. Os conteúdos ministrados nos cursos preparatórios eram condizentes com o projeto educacional da corte para a formação da elite política imperial, idealizado ainda no período joanino, e colocado em prática pelos seus sucessores (CARVALHO, 1980).

Na grade curricular dos alunos do Colégio dedicado ao ensino secundário, constavam as disciplinas de Filosofia, Direito Civil, Direito Canônico, História Sagrada, História Profana, Retórica, Geografia, Gramática Latina e Portuguesa, Música e Canto Gregoriano, Arte Sacra e Ciências (POLIANTÉIA, 1906:7-12). Essas disciplinas indicam a relação do sistema de ensino vigente com o *Ratio Studiorum* dos Jesuítas, que havia sofrido adaptações em 1832, para ser novamente implantado junto aos estabelecimentos de ensino administrado pelas ordens e congregações religiosas católicas (FRANÇA, 1952:42-48).

O fator financeiro foi outro ponto que perpassou o ensino do Seminário Menor. Dentro do contexto da época, marcado pelo surgimento de novas profissões, a carreira sacerdotal foi colocada entre tantas outras. A magistratura, a engenharia, a medicina, o curso de farmácia, de química e outros se tornaram atrativos aos novos grupos em ascensão. O Seminário Menor organizava-se como preparatório para ingressar em qualquer curso superior ou técnico, o que lhe garantiu sempre um maior número de alunos, susceptíveis a carreira sacerdotal. Tratando-se de uma instituição de ensino particular, que em parte dependia das mensalidades cobradas para a existência material e pedagógica, o Seminário Menor fornecia garantias ao Seminário Maior, onde estava sendo aplicada a base para a execução da reforma que fora projetado pelo bispo dom Antônio. Isso se comprova pelo fato de o Seminário Menor

ter sido desmembrado do Seminário Maior somente nos primeiros anos da República, em 1908, quando já havia um contexto suficientemente satisfatório para a manutenção de um Seminário Maior autônomo.

O desenvolvimento educacional do Seminário resultou na atividade conjugada do bispo, do reitor e do corpo docente. Dentro dos princípios de hierarquia católica, os reitores e professores estariam subordinados à autoridade do bispo, que, por sua vez, estava subordinado à autoridade do papa.

O primeiro corpo docente do Seminário era eminentemente formado por padres capuchinhos. A Poliantéia comemorativa dos seus cinqüenta apresenta de maneira pormenorizada os traços da personalidade ou caráter dos professores que assumiram as disciplinas. O Reitor, frei Eugênio de Rumilly, o vice Reitor, frei Firmino de Centelhas, e o professor de Álgebra Geometria e Física, frei Germano de Annecy, todos capuchinhos, formavam os pilares educacional e pedagógico. O reitor e vice-reitor foram os primeiros que vieram da França para ao Brasil. Por intermédio da exposição da biografia dos capuchinhos, que evidencia o discurso construído em torno destes freis são evidenciam-se os traços do comportamento que deveria ser implantado sob os alunos.

Os textos são permeados pelo patriotismo francês, o que valoriza a cultura francesa transmitida na educação. Evidencia o envolvimento destes clérigos com as autoridades políticas da cidade, o que lhes incutia também o caráter de autoridade. Para expor a qualidade política do reitor, valoriza-se a descrição física e à qualidade de orador. Frei Eugênio é apresentado como um sujeito de estatura abaixo da mediana, magro, um tanto encurvado, de fronte larga e saliência temporal, ficando posteriormente completamente calvo, rosto emagrecido, coberto de longas barbas grisalhas, olhos vivos e profundos, nariz aquilino, lábios finos e rubros, com suaves pregas nos cantos a simular um leve sorriso. Como bom orador, conquistou seu renome fora da cadeira de mestre e administração da casa, utilizando o púlpito para pronunciar seus discursos; sua fala era dotada pelas qualidades da clareza de exposição, comunicabilidade e conhecimento. Com a voz branda, amenizava a dureza de certas consoantes e sílabas; tinha gesticulação sóbria e modulação da voz que acompanhava a natureza da idéia e do sentimento que anunciava. Sua figura de asceta e suas vestes de frade aumentavam-lhe o prestígio (POLIANTÉIA, 1906:7).

Dentro das instituições totais, os reitores ou aqueles que simbolizam a autoridade máxima eram sempre apresentados como seres dotados de serenidade, com discernimento, que amenizam conflitos, seres amáveis que despertam a confiança dos alunos, espécies de juízes que aparentemente estariam sempre do lado dos alunos. Com isso, garantiam-se aos

educandos a figura de um pai generoso, que aprovava e estimulava o desenvolvimento daqueles que integravam a instituição. Em geral, o reitor era uma figura que aparecia somente em situações excepcionais, como nos dias de festejos das datas comemorativas, nas avaliações gerais e em outras atividades em que o aluno, querendo garantir o carisma deste ser 'santificado', acabava se esforçando para não decepcioná-lo, sendo um fator de incentivo.

O vice-reitor, frei Firmino de Centelhas, também é apresentado dentro da mesma seqüência de informações, contudo, com as características mais voltadas para a sua função, que o colocava mais próximo dos alunos. Em comparação com o primeiro, é apresentado como uma figura mais enérgica e temida. "Durante a sua carreira foi estudante de medicina e militante do exército carlista, antes de professar na Ordem Capuchinha. Dotado de uma erudição extraordinária conhecia e falava bem latim, francês, inglês, italiano, espanhol e português." (POLIANTÉIA, 1906:7) Sua foto na Poliantéia aparece em tamanho maior, destacada das demais. Frei Firmino permaneceu no Seminário até a saída dos capuchinhos; publicou dois livros no Brasil destinado às aulas dos ordinandos do Seminário, um intitulado *Compêndio de Filosofia Católico Filosófico*, publicado em 1864 e outro intitulado *Sermões,* em 1867.

Frei Germano de Annecy, professor de Geometria, Álgebra e Física, destacou-se como conhecedor de Astronomia, Botânica e Mineralogia; construiu vários gnomos no Brasil e na França. Teria recusado para permanecer no Seminário, o convite de dom Pedro II para dirigir o observatório de astronomia do Rio de Janeiro. Frei Annecy deixou vários artigos sobre astronomia publicados no jornal *Província de São Paulo*. Acometido pelo beribéri, faleceu no porto da Bahia no retorno para Europa.

A biografia de frei Germano servia como modelo de vida para os alunos: nascido no seio de uma família simples e muito cristã da Savóia, quando jovem entrou para a ordem de São Francisco de Assis, para garantir sombra, hábito modesto, e a solidão. "Foi tudo quanto esmolou da sociedade até a morte, porque os maiores ambiciosos são os que menos conhecem as ambições vulgares. Outra era a sua ambição." (POLIANTÉIA, 1906:12). Sua virtude era o amor a Deus e à natureza. Os Alpes, local onde nasceu, era considerado sagrado, inspiração de sua religiosidade, "Frei Germano conservou até a morte intactos e ardentes esses dois amores, o amor de Deus e o amor da natureza. Seu coração pertencia a virtude, sua cabeça a ciência." (POLINATEIA, 1906:12) Iniciou o estudo de geologia na França e fundou laboratório de astronomia na França, no Uruguai e no Brasil. Sua personalidade de intelectual era evidenciada na aparência, na forma como se vestia, sempre com hábito desbotado e cabelo em completo desalinho; quase não notava a presença daqueles que estavam ao seu redor.

Salienta-se que era um homem que preferia o diálogo com as plantas ao diálogo com o seu semelhante. Frei Germano deixava claro que a religião e o burel não são inimigos da ciência, sendo a cultura francesa um exemplo de união entra religião e ciência, tal como vinha sendo proposto no papado de Pio IX. Este discurso produzido em torno da imagem de frei Annecy minimizava a crítica de que o catolicismo estava apartado dos conhecimentos científicos que se desenvolviam em torno da matemática e da biologia. De acordo com Arroyo, depois de exercer suas atividades por 25 anos no Seminário Episcopal, frei Annecy seguiu para Franca, em 1882, onde também instalou um pequeno observatório e um gnomo, e colaborou com os Irmãos Maristas na fundação de um Colégio Masculino. Depois de Franca, morou em Uberaba, atuando sempre como educador (ARROYO, 1966:230-234).

O professor de inglês, retórica e música, frei Generoso de Rumilly, era irmão do reitor. Foi soldado da cavalaria do exército francês. A música era o que mais lhe destacava, retirou-se do Seminário em 1877, para secularizar-se. O professor de Filosofia era frei Teodoro de Moïe, perseguido durante a revolução francesa é apresentado como sujeito de aparência jovem, reservado socialmente e expansivo na intimidade dos amigos; era quem melhor falava a língua portuguesa. Depois do afastamento dos capuchinhos, voltou para o Convento de Chambery. O professor de Latim, frei Justo de Moïe, era irmão do precedente, também voltou para Europa falecendo na Áustria.

O cargo de Mordomo foi entregue a frei Gonçalves de Centelhas, irmão do frei Firmino, vice-reitor do Seminário considerado o ministro da casa. A figura do mordomo seria sumária às estratégias de vigilância dos alunos internos, sendo aquele que garantia à direção as informações sobre o andamento do internato quanto a adesão dos alunos às disciplinas imposta e quanto à aplicação da administração nos setores que compunham a burocracia de funcionamento.

Os demais nomes que compunham o corpo docente eram clérigos seculares. O Diretor espiritual, padre Carlos Maria Terrier, era francês. Ao deixar o Seminário, entrou para a Cia. de Jesus; foi responsável pela cadeira de Teologia Dogmática, de Exegese e de História Eclesiástica. Foi considerado um homem elevadíssimo, pelos seus conhecimentos, e santo, pela prática do seu ministério em São Paulo.

As características pessoais de cada professor, delineadas nos traços do primeiro corpo docente que assumira a educação do Seminário, elucida a definição de um sistema pedagógico calcado no exemplo. Eram todos padres que construíam, por intermédio do testemunho, um cenário de elevação espiritual recoberto pela pesquisa e estudos. Tais professores assumiam tanto as disciplinas do Seminário Menor como do Seminário Maior. Cada professor denotava

um tipo psicológico distinto para melhor corresponder com a identidade específica a cada tipo de aluno. Mesmo depois de terem saído do Seminário, a descrição destes professores era utilizada como um elemento pedagógico que aproximava os alunos dos propósitos da instituição. Os professores são apresentados como figuras que expressavam a dedicação aos estudos, divididos em duas grandes categorias de conhecimento: racionais e ou científicos, ligados à Filosofia, e moral e ético ligados à Teologia.

O afastamento dos capuchinhos do Seminário se deu no ano de 1879, no episcopado de dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, considerado responsável pelo segundo impulso episcopal romanizador do catolicismo paulista. Afastamento este que se justificou pelo testamento deixado por dom Antônio, que previa a transferência administrativa e pedagógica no recinto para o clero que ali havia se formado; pelas novas orientações monárquicas que começava a entrar em processo de decadência não sendo inviável sustentar as bases do autoritarismo; e por último pelo fato de estar se agravando no país as tensões entre o clero e as demais instâncias políticas que estavam apoiadas na magistratura. No que tange a orientação pedagógica nada foi mudado pelo corpo docente que assumiu, sendo estes de fato alunos que passaram pelo processo educacional difundido pelos capuchinhos tendo sido assim reprodutores do perfil religioso no qual foram submetidos.

Verifica-se que o ideal aplicado correspondia a primeira fase do Romantismo brasileiro permeado pelos valores que cultuavam a solidão e os lugares bucólicos por onde Deus falaria aos homens (ROMERO, 2001:616-617). Imaginário este, manifesto entre a classe de agricultores emergentes, que guardavam relações de afeto para com a geografia das fazendas onde residia a identidade sócio-cultural familiar.

BIBLIOGRAFIA:

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.

BARROS, Roque Spencer M. De. Vida religiosa e A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II. O Brasil Monárquico: declínio e queda. São Paulo: Difel, 1985.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

FRANÇA, Pe. Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

HAIDAR, Maria de Lourdes. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Braudel Imprensa Oficial, 2005.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *A Igreja na História de São Paulo (1851-1861)* v.7 São Paulo, Instituto Paulista de Arte Religiosa, 1953.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo II. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SANTOS, Suenilde da Costa. *Academia de Direito de São Paulo (1827-1854) e constituição de uma elite nacional*: o lugar da língua portuguesa. São Paulo, 2005. Dissertação de mestrado em Educação (História, Política e Sociedade), PUC-SP, p. 67-68.

TOBAIS, José Antônio. *História da educação brasileira*. São Paulo: Ibrasa, 1936

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo*: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004). São Paulo: Paulinas, 2004,

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A figura feminina, sua indumentária na *Belle Époque* parisiense e seus reflexos nas terras brasileiras e na capital do café (1890/1930).*

Letícia Ricci Aparicio**

Resumo: Este artigo trabalha o papel da mulher na Belle Époque e como isso refletia em sua vestimenta. Primeiramente, será destacada a figura feminina da Belle Époque parisiense (comportamento, indumentária) e o intercâmbio desse "modelo de mulher" ao Brasil, sua aceitação durante a Primeira República no Rio de Janeiro e em Ribeirão Preto (cidade considerada a capital do café no interior de São Paulo)
Palavras-chave: Mulher – Moda – Vestuário - Primeira República – Rio de Janeiro – Ribeirão Preto.

Abstract: This article studies the woman's function in Belle Époque and how this reflected in her clothing. Fisrt, it will be detailed the womanly figure in Paris Belle Époque (behaviour, clothes) and the interchange of this "woman model" to Brazil, and his acceptance during the First Republic in Rio de Janeiro and in Ribeirão Preto (a city regarded the "capital of coffee" in the interior of São Paulo).
Keywords: Woman – Fashion – Clothing – First Republic – Rio de Janeiro – Ribeirão Preto.

O século XIX nos passa uma imagem de um século sombrio e triste, austero e opressivo para as mulheres. É certo que esse foi um momento que repensou a vida das mulheres como o desenrolar de uma história pessoal submetida a uma codificação coletiva precisa e socialmente elaborada, assinalando o nascimento do feminismo e designando significativas mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução), como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política.

Contudo, o século XIX é o momento histórico em que a vida das mulheres se altera: tempo da modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã. Portanto, se a modernidade é um impulso para a independência feminina, é porque as conseqüências das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais lhes são favoráveis.

---

*Este texto está baseado em parte do Trabalho de Conclusão de Curso em História, a ser apresentado ao programa de Graduação no curso de História Licenciatura Plena do Centro Universitário "Barão de Mauá", Ribeirão Preto – São Paulo, Brasil sob orientação da Profª. Ms. Humberto Perinelli Neto

** Licenciando em História pela mesma instituição.

Em primeiro lugar, o aparecimento de uma história da humanidade supõe que a mulher tem também uma história, que a sua condição de companheira do homem e de reprodutora da espécie é menos imutável do que parece, que a sua essência aparentemente eterna de mulher pode ser submetida a múltiplas variações e destinada a uma vida nova

A mulher ideal continuou a envelhecer durante a metade da década de 1800, atingindo a idade adulta por volta de 1850. "Não era mais necessário ser terna e decorativa pois ela era realmente admirável, um exemplo das virtudes da dona-de-casa e habilidosa na administração do lar. Mas, era necessário que essa mulher fosse talentosa, prática, caridosa, religiosa e, acima de tudo, extremamente maternal, capaz de instruir e orientar os vários filhos sobreviventes" (LURIE, 1997:82). Essa mudança se deu principalmente em função do deslocamento da população do campo para as cidades e com isso, cada vez menos homens trabalhavam em casa ou nas vizinhanças.

Desde a Revolução, a negação de certos privilégios impõe ao vestuário masculino certa sobriedade e é no corpo das mulheres, esposas ou amantes - através de seu porte diferenciado e do traje requintado – que se ostentam o sucesso ou a pretensão dos ambiciosos. Pode-se dizer, portanto, que a beleza feminina encontra seu prestígio a partir da crise revolucionária. Em uma sociedade patriarcal, uma mulher impotente, tola e bela era o referencial para os homens ricos que optam por sustentá-la como demonstração de seu poder econômico e social. Quanto ao status, tal mulher não deve ter nenhuma utilidade prática, tem de ser incapaz de datilografar, limpar, cuidar de crianças, administrar uma propriedade ou acompanhar seus investimentos – todas essas coisas devem ser feitas por empregados pagos. Teoricamente, as roupas que essa mulher veste a identificarão como uma peça de luxo.

Tudo o que traduz a sensibilidade e a delicadeza é valorizado: uma pele fina onde afloram as ramificações nervosas, carne aveludadas para embalar a criança ou o doente, um esqueleto pouco desenvolvido, mãos e pés pequenos. Mas também tudo o que traduz as funções naturais da reprodutora: ancas redondas, seios generosos, tecidos bem nutridos. Tudo o que a pode assemelhar-se ao homem torna-se uma anomalia inquietante.

As mulheres são inseridas no mercado de trabalho através das mudanças propostas pelo capitalismo moderno. Com isso, a família proletária é dissolvida e essa retirada da figura feminina da propriedade privada familiar, as mulheres iniciam, sem o saber, seu processo de libertação. O trabalho assalariado constitui o primeiro passo para essa emancipação.

Os vestidos, ainda apertados e tubulares sob o Primeiro Império, alargariam-se sucessivamente até a época das crinolinas (entre 1854 e 1868): uma saia poderia atingir três

metros de diâmetro e necessitar de trinta metros de tecido. Ídolo imponente, a senhora mantinha à distância todo o seu séqüito; tem alguma dificuldade em se deslocar, em se sentar; mobiliza uma criada de quarto para satisfazer as necessidades. "À esses monumentos de vestuário sucedem-se anquinhas postiças, caudas, armações diversas que sublinham as formas com graça e elegância. A altura da cinta, a forma das mangas e das golas conhecem variações segundo a estação do ano" (FRAISSE, PERROT; 1191:353).

Os reflexos da *Belle Époque* parisiense no Brasil foram bastante significativos em decorrência do momento pelo qual o país estava passando . Nos primeiros anos da República, a sociedade patriarcal começa a ser substituída por uma sociedade urbana, ligada aos progressos da era industrial. Em 1900, Santos Dumont voava em Paris, o primeiro carro de motor à explosão chegava ao Brasil e, mais tarde, a *Light* começou a mudar a vida citadina, ao implantar a energia elétrica. O cinema, que já era exibido em pequenas salas desde fins do século XIX, passa a ser a fonte de diversão da elite urbana.

O século XIX foi também o século da explosão da moda. Nele, ela atinge um maior número de pessoas, da pequena e média burguesia da França e da Inglaterra à "boa sociedade" de lugares distantes como o Rio de Janeiro, onde, à partir de então, se tem acesso quase simultâneo às novidades estrangeiras. No Rio de Janeiro, as transformações no espaço urbano, a "europeização" dos costumes, o incremento do comércio e a intensificação da vida social são elementos que servem de pano de fundo para a difusão da moda.

As mulheres brasileiras, ao abandonarem os trajes coloniais que em casa as confundiam com as escravas, começam a identificar-se na aparência com as européias. Um elemento fundamental para a difusão da moda entre os membros da "boa sociedade" foi o surgimento dos jornais femininos e dos manuais de etiqueta e civilidade – livros que ensinavam comportamentos, higiene para o corpo e da casa, bem como orientavam as escolhas das vestimentas mais adequadas à ocasião, à hora do dia, ao sexo e à idade. Era necessário, para a "nova" sociedade, civilizar seus costumes.

Indo ao encontro das necessidades desta camada, estes jornais – que começaram a circular no Rio de Janeiro em 1827 – já traziam em suas páginas seções especializadas em moda, nas quais eram publicados e minuciosamente descritos modelos de vestimentas que seguiam as tendências da moda francesa, cujos exemplares já eram vendidos nas lojas comerciais da cidade. Um outro dado importante é o caráter didático dessas colunas, que discutiam a adoção e o consumo da moda e divulgavam lojas e produtos, o que satisfazia os desejos da "boa sociedade" de incorporar os padrões europeus de vestimenta.

As mulheres de classe média dedicavam-se a atividades familiares, reuniões sociais e/ ou beneficentes e recepções. Mas nos primeiros anos do século, a Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, que era a passarela da moda e da elegância, já apresentava criações francesas da *Belle Époque,* nem sempre adequadas ao nosso clima. Elas se vestiam formalmente, como as francesas, e só se usava o francês para designar peças do vestuário.

O contato com a aristocracia portuguesa e a burguesia industrial européia obrigou, portanto, essa camada a adotar costumes e valores europeus como forma de igualar-se àqueles estratos e também para a obtenção de títulos nobiliárquicos. As tendências das estações vinham da França por meio das gravuras de moda que eram - a princípio - importadas e vendidas nas lojas comerciais e que, com o advento da imprensa feminina, eram reproduzidas aqui nas revistas e nos jornais especializados.

Os membros da "boa sociedade" eram os homens e as mulheres que civilizaram seus costumes e fizeram da moda um elemento que acentuava as diferenças entre eles próprios e entre eles e os outros estratos da população. Ao europeizar seus corpos, passaram a preocupar-se com a correção do vestuário, com o vestir racional e com a adoção de roupas adequadas à posição que ocupavam na sociedade.

A introdução das ferrovias na década de 1850, as benfeitorias no porto da cidade, a reestruturação dos sistemas de água e esgotos, a inauguração da iluminação a gás, a formação das companhias de carris – com a introdução dos bondes – e a urbanização da zona norte, além da irradiação de linhas no centro da cidade, são apenas alguns dos sinais desse processo de modernização do Rio de Janeiro. Portanto, a difusão da moda esteve intimamente associada ao desenvolvimento urbano.

No Rio de Janeiro, a vida social estimulava seu consumo, visto que era marcada principalmente, pelos acontecimentos sociais e artísticos que proliferavam na Corte e pelos cafés, teatros e bailes, que começavam a atrair seus membros para a rua.

Em conseqüência disso, podemos afirmar que no século XIX a moda era por essência um fenômeno das grandes cidades, pois elas proporcionavam a movimentação das pessoas em inúmeros círculos sociais. Nesses locais, o contato com outras pessoas que lhe eram estranhas obrigava os indivíduos a se preocuparem com a apresentação pessoal, criando uma necessidade e um interesse pela moda.

Ribeirão Preto: a capital do café torna-se a *Petit Paris*

Aproximadamente durante 50 anos (1890-1940), Ribeirão Preto viveu a glória da época do café. A pequena vila dos tempos imperiais atravessou uma série de transformações

urbanas - que alterou significamente a vida de seus habitantes - e tornou-se o centro de projetos de modernização, que reformularam sua paisagem.

> *Local de passagem para as tropas que comercializavam o sal e o ouro das Minas Gerais para o litoral e de um pequeno comércio de gênero alimentícios, revelou suas potencialidades por Martinho Prado, importante coronel do município que, por volta de 1877, redefiniu o mito da terra prometida, apontando a região – possuidora da terra roxa para a plantação de café – como a Canaã dos novos tempos. Contudo, foi nas décadas republicanas de 1890 e 1900 que as lideranças municipais passaram a importar-se com a imagem da cidade frente às demais urbes e vislumbrar a possibilidade de executar uma série de intervenções para transformar Ribeirão Preto em um centro urbano civilizador e exemplar. (PAZIANI, 2004:18)*

Como vimos no início desse artigo, algumas cidades brasileiras estavam passando por um projeto civilizador, que envolvia a vestimenta tanto masculina quanto feminina, comportamentos, arquitetura, hábitos europeus – comer, beber, música, divertimentos em geral. "Acredita-se que as modas de mulher parisiense constituíram-se numa das maiores expressões de conquista psicocultural do Brasil pela França, na já denominada, fase de reeuropeização do Brasil" (FREYRE, 1997;40). Ao café foi atribuído esse constante progresso, sendo responsável por impulsionar a imagem do Estado de São Paulo por todo o país.

> *Interesse e futuro – foram os dois signos fundamentais que inspiraram o aparecimento e a expansão das nossas estradas de ferro.[...] Elas avançaram acompanhando o avanço do café, em procura de tulhas abarrotadas [...] (CIONE, 1996:153)*

As estradas de ferro eram necessárias para atender os interesses pessoais dos ricos fazendeiros – no tocante transporte e escoamento da produção cafeeira – interligando os principais municípios paulistas ao Porto de Santos. E através do seu desenvolvimento, gerou um mercado consumidor - que provocou diversas transformações urbanas - e assim, a vinda de homens, mercadorias e novidades para esta região.

Por volta de 1890 Ribeirão Preto já se mostrava mudada, naquele momento não era muito mais que um povoado, mas tinha uma força política significativa. O dinheiro circulava rapidamente nas mãos dos grandes cafeicultores, o que era um "convite à aventura – política, social e boêmia". É nessa mesma época que chegava às *terras rossas* um cidadão francês, vindo da Argentina, Cassoulet. Segundo Rubem Cione, foi nosso grande "civilizador" e era apenas um europeu deslumbrado com o nosso sertão. Os coronéis não tendo onde gastar seu dinheiro – até então –, passam a gastá-lo em jogo, mulher e cassino, bebida e cabaré.

> Cassoulet construiu ou alugou os primeiros cassinos, dos quais o Cassino Antarctica marcou época em todo o Brasil. Ali bebia-se champagne francesa e usufruía-se de mulheres de todo o mundo, especialmente da França, Polônia e Argentina [...] Os melhores artistas do Brasil apresentavam-se no Cassino. E da Europa também. O mundo artístico das "variedades" tinha aqui o seu El Dorado que virou nome do

> Cassino [...] No *Cassino* Antarctica, o coronel não só jogava, bebia e dançava, como tinha apartamentos reservados no fundo, para usufruir as delícias do amor com as mulheres que Cassoulet importava.*(CIONE, 1996:157)*

Ao começar a freqüentar o *Cassino Antarctica,* os homens ribeirãopretanos tinham condições suficientes tanto para atender aos luxos franceses de suas esposas – que representava para ele certa importância – quanto para sustentar suas amantes e fazê-las também portar o mesmo luxo.

Esta modernização provocou a dissipação de um ativo comércio, pequenas profissões, indústrias, crescimento demográfico, o aumento no número de construções na zona sul – o "quadrilátero central" – e nos crescentes bairros, surgimento de jornais e revistas, chegada dos automóveis, o Teatro *Carlos Gomes* e os cinemas. O progresso atingia todos os setores da vida pública e se manifestava das formas mais diferentes possíveis. Nas revistas e jornais eram publicadas imagens deste "progresso" e desta civilização.

As "elites" de Ribeirão Preto, eram formadas por um grupo de homens poderosos e influentes no poder público, cujas relações entre si envolviam laços de riqueza e cordialidade. Também mantinham laços de afinidade pessoal e de grandes negócios com importantes capitalistas estrangeiros.

Percebemos até esse momento que a riqueza obtida com a cultura do café - aliada à influencia dos contatos cada vez mais freqüentes com o mundo urbano e industrial europeu – despertou a elite ribeirãopretana para a reinterpretarão dos seus espaços urbanos. O modelo para a reinvenção "do cenário colonial" foi a Paris do século XIX – demolida e reconstruída pelo então prefeito de Sena, o barão Georges Eugène Haussmann.

Depois da República teatros foram construídos, artistas e amantes foram sustentadas. "Os ribeirãopretanos tiveram uma vida noturna farta. Importavam diretamente da Itália ou Paris, sem passar por São Paulo ou Rio de Janeiro, óperas caríssimas. Só para gastar o dinheiro fácil do café" (CIONE, 1996:158). Cientes de que representavam a ruptura com a paisagem dos tempos imperiais, os coronéis estavam determinados a construírem para si um universo de imagens *civilizadas* de Ribeirão Preto.

As mulheres ribeirãopretanas que atestaram a passagem do século XIX para o XX, vivenciaram todas as modificações no campo político, econômico e até mesmo da adoção de hábitos "urbanos". Em meados do século XIX, as mulheres da pequena vila adotaram os tons de cores preto, pardo, cinzentos em geral. Cores impactantes para uma cidade situada em ambiente tropical. Esta cidade passou a ser um espaço social receptivo às modas européias. A estreita ligação com o porto de Santos facilitava o intercâmbio das novidades européias.

Acontecia, a certa altura, de importarem-se da França, enxovais inteiros de casamentos e de batizados.

As roupas femininas já confeccionadas vindas de Paris, nem sempre eram ajustáveis às formas de corpo de mulher predominantes na população brasileira. O que parece explicar que a essa preponderância de modelos passasse a corresponder a voga de modistas ou costureiras francesas no Brasil. Isso significou, em grande parte, trazer-se Paris para o Brasil. O imperialismo francês não se limitava a perfumes, loções, *rouge,* adornos, mas incluía, além de vestidos de vários tipos – dos de baile ao de dias comuns – sapatos, meias, espartilhos, roupas de baixo - regras que se aplicavam igualmente às ribeirãopretanas.

A difusão dessas modas era proposta pelos jornais e revistas que circulavam na cidade. Tais como: *Jornal A Cidade, Jornal O diário de notícias, Revista Nosso Século, O cruzeiro, L'Illustration,* dentre outros.

As mulheres de Ribeirão Preto, tinham agora uma vida noturna! Iam a bailes, cinemas, teatros (Teatro *Carlos Gomes, Pedro II)*, cafés, desfilavam seus vestidos na *Praça XV*. Os livros que liam e as peças as quais assistiam eram francesas, bem como a música que ouviam e a comida que comiam. O luxo adquiriu proporções tamanhas por aqui que as mulheres da sociedade que tinham maiores condições financeiras, era em Paris que se vestiam, se calçavam, se penteavam, se perfumavam e montavam enxovais.

Conclui-se, portanto, que quanto mais o cotidiano se aproximasse dos ideais franceses de viver, mais significativo era. As mudanças pelas quais a vestimenta feminina irá passar no século XX, também sofrerá influências da moda européia vigente, visto que a circulação das informações em decorrência do progresso tecnológico, irá acontecer cada vez mais rápido.

Referencias bibliográficas:

BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História – ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CIONE, Rubem**.** ***História de Ribeirão Preto***. Volume IV. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1996.

DEL PRIORE**,** M. **Corpo a Corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

FREYRE, G. **Modos de homem e modas de mulher.** 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997..

HOBSBAWN, E & RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997,

LANNA, A. L. D. **Uma cidade na transição**: Santos, 1870-1913. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos/Secretaria da Cultura, 1996.
LEITE, M. M. **Retratos de família:** Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
MAUSS, M, **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/EDUSP, 1974. V. I, p. 225/31.
MOUTINHO, M. R.; VALENÇA, M. T. A Moda no Século XX. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.
NEEDELL, J. **Belle Époque tropical:** sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. **Construindo a Petit Paris***:* Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). 2004. Dissertação (Doutorado – História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.
PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano, Paris/Rio de Janeiro/Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
SEVCENKO, N. (coord.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.
SOUZA, G. M. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
WALKER, T.W. **Dos coronéis à metrópole:** fios e tramas da sociedade e da Política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Formação e Reprodução de Espacialidades Rurais no Extremo Oeste da América Portuguesa (1719-1748).

Tiago Kramer de Oliveira*

Resumo: Este texto apresenta os resultados da pesquisa que desenvolvemos sobre a formação de ambientes agrários durante a colonização portuguesa no centro da América do Sul, entre 1719 e 1748. Nosso objetivo é demonstrar a diversidade de ambientes rurais, e que estes se formavam em articulação com outros elementos da sociedade colonial, como a exploração mineral, as atividades comerciais e a administração portuguesa.
Palavras-chave: América Portuguesa; ambientes rurais; Mato Grosso.

Resumé : Ce texte présente les résultats de la recherche que nous développons sur la formation d'environnements agraires pendant la colonisation portugaise dans le centre de l'Amérique du Sud, entre 1719 et 1748. Notre objectif est de montrer la diversité d'environnements agricoles, et que ceux-ci se formaient avec d'autres éléments de la société coloniale, comme l'exploitation minérale, les activités commerciales et l'administration portugaise.
Entrée: Amérique Portugaise; environnements agraires; Mato Grosso.

A conquista portuguesa de territórios no centro da América do Sul não significou apenas o avanço da colonização para o interior da América. Trata-se de um processo em que pesa um conjunto de características peculiares desta parte central, entre as quais, a singularidade de um território de mineração de ouro e fronteiriço aos domínios espanhóis.

A região ao centro da América do Sul, espaço habitado por uma multiplicidade de povos indígenas, já era conhecida pelos espanhóis desde o século XVI (BASTOS, 1972; COSTA, 1997). A partir do final do século XVII colonos portugueses penetraram nestes territórios, principalmente da capitania de São Paulo, motivados pela reprodução de atividades que compunham o que se convencionou denominar de *sertanismo*.

O *sertanismo* pode ser definido não simplesmente como execução de atividades, como o aprisionamento e venda de ameríndios como escravos, ou a procura e exploração de metais preciosos. As práticas sertanistas devem ser compreendidas articuladas a uma série de relações econômicas e sociais, sendo parte de um *sistema*, que, do ponto de vista econômico,

* Mestrando em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Bolsista Capes.

possibilitava a mobilização e reprodução de capitais e do ponto de vista social, provocou uma série de rupturas e reterritorializações.

O próprio termo *sertanismo* tende a mascarar este caráter eminentemente mercantil e moderno destas práticas, encobrindo de rusticidade relações sociais, econômicas e culturais que, embora tenham contornos específicos, podem ser pensadas, ampliando a escala, como parte de um sistema de relações típicas do processo de acumulação de capital na Época Moderna, assim como, guardando as devidas proporções, o tráfico negreiro.

Para dar suporte ao deslocamento das práticas sertanistas havia ao longo dos caminhos fluviais e terrestres unidades produtivas que garantiam o abastecimento[1]. Muitas dessas unidades, como aponta Jonh Manuel Monteiro (MONTEIRO, 1994), eram formadas com trabalho indígena, seja submetendo-os ao regime de *administração*, submetidos ao trabalho compulsório, seja aliado aos colonos, de forma relativamente independente (MONTEIRO, 1994: 91). O caráter fronteiriço destas relações entre colonos e povos indígenas extrapola o campo das indefinidas fronteiras geopolíticas entre territórios portugueses e espanhóis. Estes ameríndios reproduziam práticas sociais que os inseriam na sociedade colonial em relações de troca com os colonos, com a produção de excedentes, do mesmo modo em que em seus territórios reproduziam práticas locais de longuíssima duração.

Estas trocas ocorriam nos pontos de contato entre as sociedades indígenas e parcelas da sociedade colonial. Ao mesmo tempo em que os ameríndios forneciam aos colonos produtos do seu trabalho, recebiam em troca produtos que transformavam-se em necessidade e modificavam a lógica da produção indígena, como as ferramentas de metal, por exemplo (MONTEIRO, 1994: 172).

Mesmo considerando que práticas coloniais espacializavam-se nos interiores da América do Sul, possibilitando a captura e tráfico de *negros da terra* e a procura de metais preciosos, é somente após a descoberta de significativos veios auríferos nas regiões próximas ao rio Cuiabá, que se forma espacialidades coloniais estáveis na região.

Quando se inicia a exploração de forma ordenada nas minas do rio Coxipó-Mirim em 1719, percebe-se, através da documentação, que simultaneamente à atividade mineradora, desenvolvem-se atividades agrícolas (SÀ, 1975: 11). As unidades produtivas, que são referidas como *roças*[2], multiplicam-se na região à beira dos rios, principalmente do

[1] PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

[2] Apesar do termo *roças*, aparentemente fazer referência à agricultura, nestas unidades produtivas desenvolviam-se uma série de atividades. Além do plantio, principalmente de milho e de feijão, também havia criações de pequenos animais como galinhas, porcos e carneiros, e eventualmente, cabeças de gado; praticando ainda a caça, a pesca e atividades extrativistas de uma forma geral.

Cuiabá, abastecendo um considerável fluxo de pessoas atraídas pelos descobertos de ouro e por oportunidades em obter lucros com o comércio e com atividades produtivas (CAMELO in TAUNAY, 1961: 135-139)[3].

A intensificação das atividades mineradoras, a fundação de arraiais, povoados e unidades produtivas rurais possibilitaram que entre 1719 e 1727, se formasse na região das "minas do Cuiabá", uma rede produção e circulação de mercadorias. Gervásio Leite Rebelo (REBELO in TAUNAY, 1961) registrou a diversidade da produção rural. De sua *Notícia 6ª Prática...* é possível relacionar os seguintes itens: milho, farinha de milho, feijão, galinhas, carne de porco fresca, carne de porco salgada, abóboras, toucinho, ovos, arroz, carne de peixe, canjica, cuscuz, bolos, biscoitos, pastéis, pipoca, catimpuera, aloja, angu, farinha de cachorro, aguardente (REBELO in TAUNAY, 1961: 129)[4].

A fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em 1727 marcou a consolidação da conquista na região. A fundação da vila significou a ampliação dos dispositivos do *sistema administrativo* metropolitano, assim como a institucionalização e o reconhecimento de poderes locais (ROSA, 2003: 16).

A consolidação de um ambiente urbano tão distante dos territórios conquistados pelos portugueses até o século XVII, só foi possível com a formação de uma rede local de produção e circulação de mercadorias articulada ao comércio monçoeiro. A partir da fundação da Vila Real, os indícios documentais apontam para a expansão nas atividades mercantis e produtivas, até mesmo porque acompanharam Rodrigo César de Meneses em sua comitiva mais de 3000 pessoas, o que de primeiro momento inflacionou os preços das mercadorias, das moradias e dos escravos (CAMELO IN TAUNAY, 1961:134-139 ; REBELO. 1961: 121)[5].

As cartas de sesmarias, concedidas a partir de 1726, fornecem indícios sobre a formação de ambientes rurais no *termo* da Vila de Cuiabá. Além dos requerentes, as cartas apontam nomes de pessoas que reproduzem atividades rurais em posses não oficializadas como sesmarias (SIQUEIRA, 1994: 12-16). É possível na análise desta documentação, entrecruzando-a com outros indícios documentais, perceber a diversidade dos ambientes

[3] Ver também PARECER de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 08-01-1732. mss., microfilme Rolo 01, doc. 54, (AHU) – NDIHR/UFMT.

[4] Além destes são referenciados na documentação outros produtos como batatas, melões, bananas, melancias, mandioca, mel entre outros. (CAMELO in TAUNAY, 1961: 139; SÁ, 1975: 14).

[5] Ver também CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03-1727; mss., microfilme Rolo 01, doc. 10, (AHU) – NDIHR/UFMT.

rurais: espacialidades camponesas, territórios indígenas e unidades produtivas escravistas, como fazendas e engenhos[6].

Apesar das atividades econômicas terem se diversificado consideravelmente após uma década e meia de colonização, seria um erro afirmar que houve uma transição de práticas sertanistas ligadas à caça ao índio, descobertos auríferos para uma economia consolidada em torno de produção de mercadorias, práticas comerciais e cobrança de tributos. Todas estas práticas, apesar de cronologicamente, umas antecederam às outras, faziam parte de uma mesma rede de relações econômicas e sociais, que possibilitaram a formação de um substrato econômico necessário para avançar no processo de conquista.

É na reprodução contínua de todas estas atividades que se pode entender, do ponto de vista econômico, o avanço do processo de colonização no centro da América do Sul. Os descobertos auríferos a oeste da Vila Real, a partir de 1734, ocorreram concomitantemente ao aprisionamento dos Pareci, na região que passou a ser chamada de "Mato Grosso dos Pareci" e depois apenas Mato Grosso.

Rapidamente constituíram-se três arraiais nas "Minas do Mato Grosso", dos quais o principal era o arraial de São Francisco Xavier. Estes descobertos impulsionaram as atividades produtivas e comerciais. Os preços registrados no arraial de São Francisco Xavier em 1738 mostram que os valores das mercadorias eram em média mais que o triplo dos preços praticados na Vila Real[7]. A ligação entre os arraiais, entre 1734 e 1736 era por via fluvial, mas a partir da abertura de caminhos, a via terrestre passou a ser a mais utilizada.

Outro caminho decisivo para colonização da região e também para o futuro da economia mato-grossense é o caminho de terra de Goiás a Cuiabá, que se concretizou em 1737 (SÁ, 1975: 36-37). Somente com a abertura deste caminho foi que os colonos conseguiram livrar-se da dependência dos cavalos dos Mbayá-Guaycuru[8].

---

[6] É conhecida a proibição da *"fabricação de engenhos"* em áreas de mineração, no entanto a existência de engenhos e a importância destes são incontestes na documentação, e sua construção não era prática desconhecida pelas autoridades metropolitanas. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT. João Cabral Camelo apontou em seu relato que, quando em 1727 chegou a Cuiabá, havia somente um engenho de aguardente, e, em 1730, quando retornou, já havia cinco nas imediações da vila (CAMELO, 1961: 139). Não sabemos exatamente a dimensão de cada um destes engenhos, contudo, os documentos apontam que cada um deles contava com uma quantidade de escravos de variava entre 20 e 30. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT. Estes proprietários eram reconhecidos como *senhores de engenho*, posição que conferia a eles prestígio social e, inclusive nas correspondências com a metrópole há referências desta atividade, ao lado da mineração, fazendo parte das práticas que conferem prestígio social.

[7] CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

[8] Consta que, quando chegou a Cuiabá vindo de Goiás, o responsável pela abertura do caminho de terra (abertura que custou três mil oitavas de ouro), trouxe consigo, além de grande quantidade de ameríndios aprisionados, cerca de quatrocentos cavalos. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V], Vila Real do

Apesar de já haver gado em Cuiabá desde o princípio da colonização, foi somente após a abertura deste caminho de terra que Mato Grosso pode contar com a quantidade de gado suficiente para a formação de latifúndios dedicados à pecuária (SIQUEIRA, 1997: 37-40)[9]. Os grandes latifúndios abertos pela elite local mostram um investimento de capitais advindos da mineração na pecuária extensiva. Arruda aponta relevantes impactos desta vinda do gado para Mato-Grosso, segundo este autor "a presença do gado alarga os horizontes do comércio, não significando apenas suprimento de carne, mas também que transporte de cargas ganham mais velocidade" (ARRUDA, 1982: 79).

Mas a importância destes dois caminhos de terra extrapola a questão da entrada de gado, cavalos e muares para Mato Grosso. Até a abertura do caminho de terra de Goiás a Cuiabá a única rota comercial que ligava a região ao litoral era a o caminho monçoeiro. Depois da abertura destes caminhos os comerciantes das monções tiveram que concorrer com as tropas que percorriam os caminhos de terra, integrando os dois distritos (Cuiabá e Mato Grosso) do *termo* Vila Real de Cuiabá, não apenas à Goiás, mas também ao litoral sudeste e nordeste da Colônia.

Avançando em direção oeste, os colonos portugueses aproximavam-se cada vez mais de territórios espanhóis, o que gerou uma diversidade de reações por parte dos colonos e autoridades portuguesas[10]. O primeiro contato direto, que se tem notícia, entre portugueses e as missões jesuíticas espanholas ocorreu em 1740 (CANAVARROS, 2004: 216). Outra viagem exploratória para o território espanhol ocorreu em 1742 e partiu do arraial de São Francisco Xavier. A existência de espacialidades rurais foi fundamental para o engendramento da conquista do vale do rio Guaporé e constituiu-se em pontos de contato entre portugueses e espanhóis (BORGES, 2001: 21).

Estes mesmos sertanistas que entraram em contato as missões jesuíticas, foram os primeiros, que se tem notícia, que empreenderam viagem de Mato Grosso ao Pará, pelo rio Guaporé (BORGES, 2001: 20). Logo em 1743 houve denúncias de que açúcar, sabão, pano de

---

Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 01-09-1737. mss., microfilme Rolo 02, doc. 101, (AHU) – NDIHR/UFMT.

[9] A partir principalmente da década de 1740 formaram-se grandes latifúndios na parte norte do Pantanal, mudando inclusive o perfil dos pedidos de sesmarias para a região, antes principalmente para a criação de porcos e cultivo de roças e agora também para a formação de currais (SIQUEIRA, 1997: 37-40).

[10] Os comerciantes, produtores e algumas autoridades locais viam na proximidade com os espanhóis a oportunidade e inserir seus produtos em um mercado de grandes dimensões. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT. Outras autoridades viam com receio a aproximação dos territórios hispânicos escrevendo ao rei para proibir qualquer contato com os castelhanos. CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-08-1740. mss., microfilme Rolo 02, doc. 136, (AHU) – NDIHR/UFMT.

algodão e aguardente eram contrabandeados das missões espanholas por comerciantes[11]. Também na década de 40 os colonos portugueses chegaram ao Pará pela rota Arinos-Tapajós, ao norte da Vila Real (FONSECA, 2001: 27)[12].

A abertura do caminho de terra de Goiás a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e desta vila até os arraiais do distrito de Mato Grosso e o posterior contato com os espanhóis completaram uma linha tortuosa que unia o centro da América do Sul aos oceanos Atlântico e Pacifico. A produção mato-grossense estava ligada a circuitos mercantis locais, regionais, coloniais, em relações comerciais do estado do Brasil com o estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda com os territórios espanhóis.

Para a colonização portuguesa no centro da América do Sul foi necessário bem mais do que a extração de ouro. Não ambicionamos negar que a *origem* da formação de uma sociedade colonial no centro da América do Sul esteve condicionada aos descobrimentos auríferos; o que não aceitamos é que esta percepção da *origem* sirva como explicação para o desdobramento das relações sociais e econômicas que se desenvolveram concomitantemente aos descobrimentos[13].

Uma diversidade de relações econômicas e sociais que *articuladas* possibilitou a conquista dos territórios indígenas e em litígio com os territórios espanhóis. Estas *articulações* fazem com que o ouro extraído da terra, assim como qualquer outra mercadoria, esteja marcado por uma série de relações de intercâmbio social que extrapolam a noção simplista que muitos autores têm sobre as áreas mineiras de uma forma geral e sobre em particular as "Minas do Cuiabá e do Mato Grosso".

Os produtos no meio rural, no *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, quando se tornavam mercadorias deixavam de ser coisas materiais, localizáveis no tempo e no espaço, para se relacionarem com outras mercadorias (inclusive com o dinheiro), adquirindo uma foram *valor*. Como valores estas se inserem em relações econômicas que tornam sua produção um mistério. Como mercadorias elas propiciam a acumulação de capital em diferentes níveis (local, colonial, metropolitano, europeu), compondo um *sistema*. A palavra *sistema* é muito significativa, pois, inserida em um *sistema*, as práticas sociais e econômicas estão *articuladas* e ganham *sentido* em um quadro amplo de *relações*.

---

[11] CARTA do provedor Manoel Roiz Torres a S. M. sobre o contrabando com os espanhóis por parte de algumas pessoas das Minas do Mato Grosso. AHU/NDHIR mficha 39 doc. 326. Lisboa, 01 de abril de 1743.

[12] A rota Arinos-Tapajós não se tornou uma rota comercial regular. Cremos que os principais motivos para este fato, foram os descobrimentos de diamantes na região do Alto Paraguai e a proibição coroa em explorá-los, os interesses geopolíticos portugueses em avançar a conquista para os territórios em litígio com a coroa espanhola (CANAVARROS, 2004: 232), e os interesses dos comerciantes e também da Coroa em manter relações comerciais com os espanhóis.

[13] Sobre a crítica dos estudos que buscam na *origem* a explicação para os fatos: (FOUCAULT, 1997: 28).

Para compreender a economia colonial de forma *sistêmica* é bastante conveniente discutir a noção de *Antigo Sistema Colonial* de Fernando Novais (NOVAIS, 1986). Para nós, o grande mérito de Fernando Novais, em termos de história econômica, foi *articular* o desenvolvimento de atividades produtivas na Colônia com processos históricos amplos, como a *Acumulação Primitiva do Capital* ou a transição do feudalismo ao capitalismo, processo que caracteriza a Época Moderna. No entanto, a grandeza de sua obra não pode nos intimidar a questioná-la em alguns pontos[14]. Vejamos três questões significativas para nossa análise.

Primeiramente, assim como Caio Prado, Novais reforça que o *sentido da colonização* está na exploração de atividades voltadas para o mercado externo. Novais afirma de forma categórica que "toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que serve de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial" (NOVAIS, 1986: 97). Acreditamos que, ao contrário do que afirma Caio Prado, estudos sobre atividades econômicas e práticas sociais que não estão diretamente ligadas ao comércio atlântico, podem revelar aspectos importantes sobre o *modus operandi* da formação econômica e social da Colônia.

O segundo ponto é a influência do trabalho de Maurice Dobb (DOBB, 1987) na análise de Fernando Novais. Historiador marxista, analista da formação do mundo contemporâneo, Dobb é criticado pela sua ortodoxia, e pela forma economicista e linear com que desenvolveu sua tese. A influência de Dobb marca trechos em que Novais aborda as passagens do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial (NOVAIS, 1986: 33; 64; 68; 74; 92).

As práticas produtivas na Colônia não podem mais ser pensadas em termos de práticas *capitalistas*, *não-capitalistas* e *pré-capitalistas*. Mesmo as práticas que aparentemente não funcionam como *acumuladoras de capital*, como o trabalho camponês, por exemplo, assumem, inseridas no *sistema*, um caráter capitalista, articulam-se com práticas de exploração e de dominação, como a cobrança de tributos e o fornecimento de mercadorias para os comerciantes.

O terceiro ponto refere-se a pouca importância que Fernando Novais atribuiu aos acontecimentos[15]. A historiografia crítica ao estruturalismo redescobriu o *acontecimento* como ponto primordial da análise. Ao invés de enganar, ou levar a falsas conclusões, o estudo mais

[14] Nosso objetivo não é criticar a noção de *Sistema Colonial* para descartá-la, mas revisitar alguns pontos críticos na formulação desta noção que merecem considerações.

[15] Segundo Novais "seria desconhecer os mecanismos profundos deste processo, e ficar na superfície dos eventos, ignorar aquele projeto básico, que por muito tempo informou a política ultramarina das nações européias" (NOVAIS, 1986: 60) As marcas das reflexões de Braudel são evidentes neste trecho.

detido dos acontecimentos é a melhor forma de desviar-se de abordagens construídas com base em elucubrações teóricas. Estas mudanças na historiografia não podem ser desconsideradas. A noção de *Sistema Colonial* precisa ser redimensionada para levar em conta os *acontecimentos* e as realidades *micro*; não substituindo a estrutura pelo acontecimento, ou o macro pelo micro, mas analisando a relação *acontecimento/estrutura*, *macro/micro* de forma dialética, sem estabelecer níveis de determinação.

A formação de ambientes rurais o extremo oeste da América Portuguesa, na primeira metade do século XVIII, pode ser analisada de forma sistêmica, pois estava articulada a um circuito de relações econômicas e sociais que possibilitaram a constituição de uma sociedade colonial no centro da América do Sul.

Referências bibliográficas:

ARRUDA, Elmar Figueiredo. **Formação do mercado interno em Mato-Grosso – século XVIII**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1987.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. **Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)**. Tese de Doutoramento. São Paulo: USP, 1972.

BORGES, Franciso Caetano. **Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade**. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1990

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004.

COSTA, Maria de Fátima. **Notícias de Xarayes**: Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutoramento. São Paulo: USP, 1997.

DOBB, Maurice H. **Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987

FONSECA, José Gonçalves da. **Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá**. Cuiabá: IHGMT, 2001. Publicações Avulsas nº 22

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. V. I. São Paulo: Ed. Difel. São Paulo, 1982.

MONTEIRO. John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: 4ª Edição, 1986.

PEREIRA, João Gonçalves. **Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos**. Cuiabá: IHGMT, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. São Paulo: Editora Brasileiense, 1997.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato-Grosso no século XVIII: 1722-1808**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1996.

_____, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. **A terra da conquista**: história de Mato-Grosso Colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

SÀ, Joseph Barboza de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Groso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá abaixo**. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1 1997.

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. **Crônicas do Cuiabá**. Publicações Avulsas nº 53, Cuiabá: IHGMT, 2002.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A redemocratização nos discursos de *Isto É*

Selma Martins Duarte[•]

Resumo: A revista Isto É, em sua primeira fase (1976 a 1981), abordou com grande ênfase a conjuntura política e as tensões sociais dos últimos anos da ditadura militar brasileira. A revista dedicou um amplo espaço em sua pauta a artigos e matérias que versavam sobre o projeto distensionista dos governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo e, sobretudo, a participação dos movimentos sociais na luta e reivindicação pela anistia, respeito aos Direitos Humanos e redemocratização. O objetivo deste artigo é analisar o discurso de Isto É sobre o processo de redemocratização.
Palavras-chave: revista Isto É – Redemocratização – Ditadura Militar.

Abstract: The magazine Isto É, on its first period (1976 through 1981), addressed with great emphasis the political conjuncture and the social tensions of the final years of military dictatorship in Brazil. The magazine dedicated a wide room in the guidelines to articles and texts discussing the project of distension by the rules of Ernesto Geisel and João Baptista Figueiredo and, above all, the participation of social movements in the struggle and reclamation for amnesty, respect to the Human Rights and re-democratization. The aim of this article is to analyse the speech by Isto É on the process of re-democratization.
Keywords: Magazine Isto É – Re-democratization – military dictatorship.

Em meio ao debate político sobre a redemocratização o deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, líder do governo na Câmara, em entrevista concedida à revista *Isto É*, em junho de 1976, declara: "Sempre que estamos progredindo no caminho da distensão, surge o MDB". Na seqüência da entrevista, responsabilizou o MDB pelos retrocessos no processo de distensão, e evocou como exemplos os pronunciamentos feitos por dois deputados do MDB, numa cidade na fronteira do Rio Grande do Sul, os quais foram considerados pelo governo como subversivos, ao considerarem a região, local um possível foco de insurreição. Os deputados foram cassados por Geisel:

> *Os rapazes estavam na fronteira do Rio Grande do Sul, a área mais explosiva para deflagrar a subversão no país. Eles fizeram discursos dizendo que o governo brasileiro governava para si e para os estrangeiros. Então, ao mesmo tempo, eles estavam chamando o presidente de ladrão e traidor. Eles andaram falando em Brizolla e Jango, queriam em resumo fazer o Brasil voltar à era da baderna, da qual Brizolla era o capitão, e Jango caudatário; sim, porque Jango era uma besta quadrada. Eles falaram num pequeno município, mas daí a subversão poderia se espalhar pela zona da fronteira, depois pelo Rio Grande todo, e em pouco tempo punham aquilo em polvorosa. Daí para se irradiar pelo Brasil inteiro era fácil. [...]*

[•] Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora da Faculdade de Dourados (FAD/UNIDERP). Pesquisa desenvolvida com bolsa da CAPES.

> ***Aí você vê a importância democrática do Ato 5****. o presidente estancou o processo na hora, botou os homens para fora e, ao mesmo tempo, amedrontou todo mundo.* ***Parou o movimento subversivo e não atrapalhou a distensão****. Ele apenas removeu o entulho que impedia a marcha da distensão, que eu prefiro chamar de aprimoramento democrático. (Isto É, ano 1, nº 2, p. 42 – 48. Grifos meus).*

É possível observar nessa citação, a culpabilidade atribuída pelos membros da Arena ao MDB pelas "falhas e retrocessos" no processo de distensão. Retrocesso que remeteria, segundo a fala de Lafayette de Andrada, a política brasileira ao momento anterior ao golpe, em que o poder político do executivo estava nas mãos dos opositores ao liberalismo, personificado nas figuras de Jango e Brizolla. Lafayette de Andrada referenda o ato autoritário de Geisel, no uso dos poderes lhes conferidos pelo AI-5, para cassar os mandatos dos políticos do MDB, e ainda afirma que essa medida fora tomada para manter em curso a marcha da distensão. Eis uma das muitas contradições do governo Geisel, em que discurso e prática estão dissociados e que, dependendo da conjuntura, o discurso é reelaborado para justificar as ações do governo.

Isso se evidencia, por exemplo, na entrevista concedida por Geisel ao CPDOC, em que o ex-presidente mostra-se a favor do processo de abertura. Segundo ele, só não teria efetivado em seu governo uma definitiva distensão, por culpa da sociedade civil, que não estava e ainda hoje (refere-se a 1994, momento que concedeu a entrevista) não está preparada para tomar decisões tão importantes, como, por exemplo, a escolha do presidente da República.

Geisel também responsabilizou a oposição ao seu governo, principalmente o MDB, pelos retrocessos no processo de distensão. Para o ex-presidente, a "oposição não sabia ter calma e paciência para esperar" o trâmite correto dos eventos que conduziriam à democracia. Dessa forma, a cada *ação* praticada pela oposição, seu governo tinha uma *reação* que sempre significava um passo atrás no andamento do processo. Exemplo disso, teriam sido as cassações em seu governo. Geisel declara, em sua entrevista ao CPDOC, quem são os responsáveis pelo o que ele considerou os retrocessos em seu governo. Conforme o afirmado pelo ex-presidente, havia uma mediação feita, pelo seu governo, entre os interesses do grupo ao qual se vinculava "castelistas" ou "Sorbone" e os da "linha dura", que exerceriam sobre seu governo pressões, referindo-se aqui ao fato do descontentamento por parte da "linha dura" às ações da oposição:

> *As pressões da oposição, a atitude de certos oposicionistas no Congresso ou nos jornais retardavam a distensão.* ***Se a oposição se tivesse conduzido com mais cautela, sem exercer determinadas ações, possivelmente a abertura teria sido feita muito antes.*** *Não sei se está claro e compreensível o que estou dizendo. Mas é lógico: se o adversário começa a deblaterar contra o governo,a falar mal do governo, a reagir contra o governo, a conspirar contra o governo, necessariamente vem a reação.* ***Tanto que eu tive de fazer várias cassações.*** *As ações da oposição*

> *exacerbavam a área da linha dura, daqueles que de certa forma estavam ao lado do governo, mas eram a outra parte que eu necessitava vencer. Minha luta se travava em duas frentes. Não era uma tarefa fácil! Era necessário agir com muita reflexão. (CASTRO e D'ARAUJO, 1997: 420. Grifos meus).*

Aproveitando essa discussão sobre a responsabilização, por parte de Geisel, dos opositores no "retardamento do processo de distensão", e relacionando com a discussão anterior sobre os discursos de fragmentação das forças militares presentes, inclusive, no discurso de Geisel, considero importante argumentar contra essa segmentação. Destacar que era de comum acordo dos militares, o uso de métodos de tortura utilizados para a obtenção de informações, bem como a "eliminação" de pessoas que representassem, de alguma forma, uma ameaça ao curso da "revolução". O divisor de águas entre os militares seria, então, a duração da ditadura, uma vez que a chamada "linha dura" pretendia prorrogar o regime militar. Já os "castelistas" objetivavam, de forma "segura", devolver ao povo a administração do país, mas isso em conformidade com o projeto de Geisel de uma transição "lenta, gradual e segura", que previa a continuidade do governo militar, em pelo menos mais um mandato.

Maria Celina D'Araujo (2002), analisando os documentos do Ministério da Justiça, representado por Armando Falcão no governo Geisel, concluiu que, se olhado pelo ângulo das ações, o governo Geisel representa apenas mais um governo do regime militar. Mesmo levando em consideração que os documentos analisados pela autora "retratam mais o perfil e a atuação do ministro e do grupo militar a ele vinculado do que a ação mais global do governo no plano político" (2002:23). Nessa observação, a autora refere-se às ambigüidades da distensão e às contradições presentes nos diferentes ministérios. É importante observar, que mesmo ambíguo, o governo de Geisel foi responsável pela construção de um discurso muito forte em torno da distensão. Esse discurso foi propagado por meio dos aparelhos ideológicos do Estado e da imprensa a qual Geisel se encarregou de cooptar. No entanto, a prática mostrou-se muito adversa ao discurso, e os documentos do Ministério da Justiça exemplificam minha afirmação.

A rigidez no combate à imprensa de oposição, por exemplo, é visível no discurso do Ministro da Justiça, Armando Falcão, que sugeriu a Geisel soluções para enfrentar os problemas junto aos meios de comunicação, combatendo duramente a imprensa de oposição, e estabelecendo uma aliança com a grande imprensa com o intuito de que a mesma não ousasse difamar o governo.

Em meio a esse contexto, ainda de vigilância à imprensa brasileira, foi criada a revista *Isto É*, em 1976, que segundo Mario Sergio Conti, nasceu com um viés político, com intuito de atingir um público predominantemente masculino. A idéia da revista era de se

contrapor ao governo, já que, segundo Mino Carta, os bajuladores do governo pertenciam à imprensa constituída, como *Veja* e Organizações *Globo*. Por isso, uma nova revista para se estabelecer e conquistar o mercado precisava diferenciar-se, inovando e mostrando outras vozes da sociedade, "atingindo o calcanhar", para ter a atenção.

É possível observar, em artigos e editoriais de *Isto É,* um posicionamento em favor da democracia e contra o autoritarismo. Na edição de número 11 da revista *Isto É*, em seu editorial, Mino Carta escreve sobre a política da revista para as novas publicações, ressaltando o conceito de democracia reivindicado nas páginas de *Isto É*:

> *Dizer, genericamente, que prezamos a democracia, é pouco, de mais a mais num tempo em que as mais cruéis tiranias, à direita e a esquerda, se declaram democráticas.* ***Acreditamos, isto sim, que a democracia não seja um sonho impossível num país como o nosso que jamais a conheceu de fato – o que nos leva a desconfiar dos saudosistas, pois não há de se ter saudade do que não houve****. E queremos crer que liberdade e igualdade ainda serão um fato para uma nação que ainda não teve a chance de ser efetivamente testada. (Isto É, ano 1, nº 11, p. 5).*

Observa-se, no discurso de Mino Carta, que é em favor de uma democracia plena que a revista se posiciona, e não das formas de democracia que o Brasil de fato teve. Nesse momento, o jornalista aproveita para criticar os "saudosistas" que sentem a falta de algo que, segundo ele, não existiu. Contudo, é preciso fazer uma diferenciação entre os vários momentos de autoritarismo no Brasil e também um parêntese no que se refere à ditadura militar, que de longe fere muito mais os princípios democráticos. É importante destacar que, nesse momento de grande crise política, a bandeira levantada pelo partido oposicionista, o MDB, era a reivindicação de eleições diretas.

Diante disso, percebe-se que a crítica ao sistema era restrita à esfera política, e algumas alas do partido também reivindicavam a anistia e uma reforma partidária. Mas, o MDB e outros segmentos oposicionistas não podiam se manifestar de forma fervorosa, em favor de uma ampla democracia, pois eram acusados pela Arena de subversivos. Isso poderia provocar uma reação negativa através do endurecimento do regime, como exemplificado na entrevista de Geisel ao CPDOC. A revista *Isto É*, em várias de suas matérias, tece críticas às atitudes de contestações ao regime, como no caso dos pronunciamentos de políticos do MDB do Rio Grande do Sul, que acabaram cassados. A revista aponta a importância da cautela no processo de transição e faz menção ao projeto de Geisel, de uma abertura lenta gradual e segura.

Esse projeto vale também para a economia como se observa na matéria de *Isto É*, com o título "Economia: persistência como arte de governar". Há no texto uma frase de Geisel referente à "adaptação gradual da economia às novas realidades internacionais". Geisel

afirma: "é preciso saber esperar". Segundo o jornalista Rolf Kuntz, "O ajuste econômico, portanto, tem as mesmas características da distensão, na linguagem do presidente" (*Isto É*, ano 1, nº 11, p. 67). Nessa mesma linha de raciocínio, Maria Celina D'Araujo (2002) adverte que os inimigos do governo são os inimigos do capitalismo, como, por exemplo: a imprensa "alternativa", como, *Pasquim*, *Crítica*, *Opinião* e, o muito perseguido por Armando Falcão: *Jornal do Brasil* (2002:28).

Marcos Sá Corrêa, colaborador da revista *Isto É,* escreveu um artigo com o título "O Governo não tem nenhum projeto. E agora?", em que o autor critica o projeto político do governo Geisel e afirma que "políticos estavam desconfiados que Geisel não tem um projeto político de distensão, talvez nunca o teve". O jornalista declara que o governo pode até ter intenções políticas, mas falta a aplicação das mesmas, como mostra seu discurso na citação abaixo:

> *Esses dados confirmam uma impressão que há algum tempo começa a se delinear na cabeça mais criadora dos políticos brasileiros. Eles desconfiam que* ***o governo não tem, talvez nunca chegou a ter, um projeto político*** *– aquele programa especificado de reformas que, neste país de bacharéis, corporifica, efetivamente, o roteiro da salvação nacional.*
> ***O presidente Geisel pode ter intenções políticas. Falta-lhe, no entanto, o plano de sua aplicação****. É essa a intuição ou a descoberta que está no fundo das manobras de negociação entre os partidos, a lhe conferir uma certa audácia e alguma dose de originalidade. Um caso raro de iniciativa dos políticos (Isto É, ano 1, nº 11, p. 9 – 10. Grifo meu).*

É importante lembrar o discurso do ex-presidente Geisel, na entrevista concedida ao CPDOC, em que ele afirma que não era intenção de seu governo promover de imediato a democracia, ou mesmo eleições diretas. Geisel indicou em seu discurso não acreditar que a população tivesse maturidade para a escolha de seus representantes. Dessa forma, as constatações feitas por políticos e jornalistas, de que Geisel não teria um projeto político é, em parte negada, já que Geisel tinha um projeto que compreendia a manutenção do sistema, que só cederia a abertura paulatinamente.

O colaborador de *Isto É*, Rolf Kuntz escreveu sobre as manifestações do empresariado brasileiro, no que diz respeito ao regime político. Kuntz considerou grotescas as discussões, no que diz respeito aos dois relatórios elaborados por diferentes segmentos do empresariado. Divergentes entre si, os documentos trazem discursos que abordam o momento de crise política vivido na sociedade brasileira. O primeiro aponta para a eminência relativa ao futuro político. Para Einar Kok, não há tranqüilidade e nem estabilidade no regime, o momento é de intensa pressão, e os empresários não estão contentes com a política econômica, e para o empresário é momento de pensar em uma abertura.

> *O primeiro documento, preparado por Einar Kok, presidente do sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, repele em poucas frases a idéia de que a política deve confinar-se aos partidos. Primeiro, dirigente sindical não pode ter filiação partidária, pois a CLT o proíbe. Depois, como indivíduo, como agente econômico e como dirigente classista, um homem não pode renunciar à opinião e à participação. E a opinião de Einar Kok é que não se pode voltar as costas a algumas questões essenciais, relativas ao futuro político. O regime – este é o pressuposto de sua exposição – não há de ser eterno. Ignora-lo, deixando de lado toda idéia de mudança, é viver a "falsa tranqüilidade de uma caldeira com pressão crescente, sem a válvula de segurança em perfeito funcionamento". Sua mensagem: é tempo de ir abrindo as válvulas, para que não se crie, á margem do processo político institucionalizado, uma "geração perdida", como aquela que, formada sob a ditadura de Vargas, não soube assumir o comando e preservar a democracia (Isto É, ano 1, nº 12, p. 59).*

Já o depoimento de Jorge Oscar de Melo Flores reflete a profunda contradição dos próprios anseios do empresariado. Em seu discurso, o empresário aponta para um problema na manutenção do regime, ameaçado pelas possíveis eleições diretas de 1978, além de problemas de ordem econômica, como o descontentamento com a inflação, e o de ordem educacional, como a instrução da população jovem, mais suscetível a voltar-se contra o regime vigente. Como solução para a manutenção do regime, Melo Flores sugere medidas estritamente autoritárias, como a incorporação dos atos excepcionais à constituição "consagrando as eleições indiretas". Kuntz, ironicamente, indica que para a solução proposta por Melo Flores "ser inteiramente eficaz só falta uma campanha em favor do analfabetismo". Na seqüência, o trecho do discurso de Melo Flores presente na matéria de Rolf Kuntz:

> *O segundo manifesto, revelado na última semana, escrito por Jorge Oscar de Melo Flores, do Banco Lar Brasileiro (Chase Manhattan), oferece um diagnóstico diferente e propõe o fechamento de algumas válvulas. O futuro do regime, segundo Melo Flores, está ameaçado pela eleições de 1978, pelo descontentamento resultante da inflação e de certos erros de governo, e pela emergência de um eleitorado jovem, que cresceu depois de 1694 (sic), encontrou mais escolas e se tornou, por isso, mais sujeito à influencia de professores e à "ação deletéria de todos os tipos de imprensa". Algumas das soluções indicadas: adiar o programa de 1978, mudar a Constituição, nela incorporando os atos excepcionais, e consagrar as eleições indiretas. (Isto É, ano 1, nº 12, p. 59).*

Em um artigo escrito por Marcos Sá Corrêa, com o título "O ideal era diferente", com a linha fina "Muita coisa se fez, mas o melhor não saiu dos sonhos", o autor discute sobre os três anos do governo Geisel em que os planos de distensão não foram executados. O autor menciona que a grande preocupação do momento, tanto de Geisel, quanto da própria Arena, é pensar em um nome que represente um novo projeto político distensionista, já que o projeto de Geisel ninguém conhece. Sá Corrêa faz menção ao assunto, já tratado anteriormente, de que políticos desconfiavam que Geisel não tinha um projeto político de abertura executável, por isso, não houve transformações relevantes no período de 3 anos de

seu governo. A pergunta que deve ser feita neste momento é: tinha Geisel interesse em executar de imediato a distensão?

É possível observar, a partir desse estudo, que não era de interesse de Geisel, nem dos militares, que o Brasil se tornasse uma democracia. No Brasil, temos de longa data um legado de autoritarismo[1], e não atribuo a característica autoritária ao Estado no sentido estrito, mas ao Estado ampliado, dentro das características propostas por Antonio Gramsci (1992), que compreende a sociedade política e a sociedade civil. Nessa perspectiva, o Estado ampliado se dá através do imbricamento entre a sociedade política e a sociedade civil no exercício da hegemonia e da reprodução da ordem social (1992:141). Ordem, visível explicitamente no contexto anterior ao golpe de Estado de 1964, durante todo o regime e principalmente no momento de sua transição, e que têm por objetivo garantir a hegemonia burguesa dentro da ordem autoritária.

Referencias Bibliográficas:

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. (Orgs.). **Militares e política na Nova República.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. (Orgs.) Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dossiê Geisel.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária.** Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In.: CASTRO, Celso (Orgs.) Alzira Alves de Abreu... [et al.]. **Dossiê Geisel**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MACIEL, Davi. **A Argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Os intelectuais. O principio educativo. Jornalismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[1] Cf. CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Estolatria. In: SADER, Emir (Org.) **Gramsci***:* poder, política e partido. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Controlando riscos: construção da vigilância sanitária no Brasil (1941-1999)

Tânia Salgado Pimenta*
Ediná Alves Costa*
Tania Maria Fernandes*

Resumo: Desde o século XIX, podem ser observadas no Brasil, com a criação de estruturas governamentais direcionadas para a saúde, ações voltadas para eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde. Esse campo, atualmente denominado Vigilância Sanitária, caracterizou-se por várias modificações na organização de seus serviços. Neste trabalho, enfatizaremos as décadas de 1980 e 1990, quando se observa, por um lado, esforços no sentido de inserir a vigilância sanitária no campo mais amplo da Saúde Pública e da Saúde Coletiva e, por outro, enfrenta-se um contexto de crise sanitária com vários escândalos envolvendo medicamentos e mortes em serviços de saúde. Utilizamos como fontes para a análise histórica a legislação, documentos produzidos por órgãos responsáveis pela vigilância sanitária, textos analíticos e depoimentos orais.

Palavras-chave: saúde pública, serviços de saúde, vigilância sanitária

As ações voltadas ao controle sanitário do exercício da medicina e da farmácia, da produção, circulação e venda de produtos de interesse da saúde, assim como da circulação de pessoas apresentam, no Brasil, uma trajetória vinculada à constituição dos serviços sanitários iniciada no começo do século XIX, com a instalação da Corte portuguesa, em 1808 (PIMENTA, 2004). Desde então, foram criados um imenso edifício normativo e vários órgãos públicos destinados a esses serviços, em resposta às características de ordem econômica e política, institucional, sócio-sanitária e técnico-científica, nos diversos contextos (COSTA, 2004).

A análise empreendida neste estudo apresenta uma abordagem histórica do "espaço" de intervenção do setor saúde nas relações sociais produção-consumo, que adquiriu, no país, a denominação de vigilância sanitária. Busca-se, em especial, compreender o processo de conformação da vigilância sanitária (Visa) no país, sua inserção nas políticas de saúde e as alterações na concepção dos serviços que assume nova conotação e passa de "fiscalização" para "vigilância".

* Centro Colaborador em Vigilância Sanitária/Instituto de Saúde Coletiva/UFBA. Doutora em História. Este trabalho é financiado pelo convênio entre CCVISA/ISC/UFBA e ANVISA.
* ISC/UFBA. Doutora em Saúde Pública.
* Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Instituto de Saúde Coletiva/UFBA. Doutora em História.

Até meados da década de 1970 a área de vigilância sanitária apresentava escassa visibilidade no setor saúde, com suas atividades desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, criado em 1957, a partir da ampliação do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, que havia sido criado em 1941. No âmbito estadual estas ações ficavam sob a responsabilidade de órgãos congêneres, apesar de suas atribuições não se restringirem somente à fiscalização profissional. Na esfera federal as atividades voltavam-se, sobretudo para a regulamentação e registro de medicamentos, assim como para o controle de importação e circulação de produtos farmacêuticos e correlatos. Além disso, até a criação dos conselhos profissionais, o órgão federal se responsabilizava pelo registro dos diplomas referentes aos cursos da área da saúde. Ao longo de sua existência, também incorporou o Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos (LCCDMA) e passou a efetuar registro e controle sanitário de alimentos, exceto daqueles de origem animal, que até hoje se mantêm sob o controle da Agricultura.

O desenvolvimento econômico do período, com ampliação da produção industrial e das exportações, impôs novas demandas ao Estado, como regulamentações para adaptação da produção brasileira às exigências internacionais de controle de qualidade de produtos. Além disso, questões sociais que emergiram requeriam reestruturações nas políticas de saúde, impulsionando a reformulação do setor saúde e dos respectivos serviços, como parte de um projeto mais amplo que pretendia consolidar uma "sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva", nos marcos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Identifica-se, também, como uma questão importante na década de 1970, a incorporação do termo "vigilância" em substituição à "fiscalização", o que aponta para a construção de um novo conceito para essas ações. A adoção do termo vigilância sanitária na legislação e na denominação do espaço institucional remete às ações voltadas para precaução, cuidado e prevenção e constitui uma noção mais abrangente do que apenas a de controle e punição, antes atribuída a estes serviços, rotulados com o termo "fiscalização"(COSTA, 2004).

A mudança de terminologia, inicialmente institucionalizada com a criação da SNVS, em 1976, ocorrida no âmbito de uma reformulação do Ministério da Saúde, não proporcionou, no entanto, uma definição que orientasse as políticas de saúde naquele momento, apontando para a "falta de clareza conceitual" dos formuladores de tais políticas (COSTA, 2004: 258).

A partir desse período, num contexto marcado por resistência social e política ao regime militar, observa-se a organização de um expressivo movimento no campo da saúde

que propunha a reformulação do setor e se constituía como um dos pontos centrais da luta pela redemocratização do país. Os debates em torno das propostas do Movimento Sanitário foram ampliados durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, na qual se definiram princípios e linhas de atuação para o projeto de Reforma Sanitária. Postulava-se a superação do modelo dicotomizado do setor saúde com ações distribuídas entre dois ministérios, um encarregado da assistência médica individual e o outro responsável por ações de natureza coletiva. Grande parte das proposições da 8ª Conferência foi incorporada à Constituição de 1988 que proclamou a saúde como um direito social de todos e um dever do Estado (PAIM, 2002; LIMA et al., 2005; GERSCHMAN, 2004).

Identifica-se nesse mesmo período a constituição de organizações sociais que pressionavam o governo para que assumisse, através de ações mais concretas, o papel de proteger a população dos excessos relacionados aos interesses da produção e comércio de mercadorias e serviços. Na década de 1980, vários órgãos estatais e da sociedade civil começaram a se estruturar, como o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, os Programas de Defesa do Consumidor (PROCON) e, mais tarde, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

Anteriormente, outras iniciativas nesse sentido já haviam surgido, como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Consumidor, instalada em 1975, que teve como principal objetivo investigar as práticas comerciais abusivas por parte das indústrias farmacêuticas e suas políticas de introdução de novos produtos no mercado. Tiveram peso, também, as reclamações formuladas pelo segmento produtivo diante das limitações na capacidade técnico-administrativa do órgão federal em dar respostas às suas demandas. A repercussão dos trabalhos dessa CPI foi considerável e, provavelmente, como uma tentativa de minimizar suas conseqüências, o governo propôs uma nova legislação, apresentando ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que veio a constituir a Lei 6.360. Promulgada em setembro de 1976, a chamada Lei de Vigilância Sanitária continua em vigência, com várias reformulações incorporadas ao seu texto, em resposta a necessidades que vão surgindo ao longo do tempo (COSTA, 2004).

A Lei 6.360 representou um marco importante no processo de conformação da vigilância sanitária, fazendo parte de um conjunto de medidas de modernização da legislação de saúde implementadas sob influência da Organização Mundial de Saúde e Organização Panamericana de Saúde. Constituiu um grande instrumento regulatório das atividades que envolvem produtos sob controle sanitário, a partir de uma concepção mais abrangente de vigilância sanitária, para além do conceito de fiscalização. A vigilância sanitária foi

estabelecida nesta lei como ação permanente e rotineira dos órgãos de saúde, num conjunto integrado com as demais esferas de gestão. Esta lei diferenciou-se dos regulamentos anteriores ao incorporar a preocupação com o produto, atentando para qualidade, eficácia e segurança. Até meados da década de 1970 somaram-se a essa, outras leis e decretos, configurando-se um novo arcabouço legal da vigilância sanitária no Brasil à época.

Esses avanços, com relevantes reformulações legislativas e institucionais, não tiveram correspondência com os processos direcionados à formação e qualificação dos recursos humanos para operar a vigilância sanitária.

A reorganização administrativa do Ministério da Saúde, ocorrida ao final de 1976, abrangeu a criação de um novo espaço institucional para a vigilância sanitária que agregou vários campos e formalizou um novo *status* para a área que assumiu a categoria de secretaria ministerial. A criação da Secretaria e a determinação de suas competências significaram, por um lado, o reconhecimento da importância da vigilância sanitária no âmbito da Saúde Pública, mas, por outro, estabeleceram uma cisão entre a vigilância sanitária e a vigilância epidemiológica como se fossem "duas vigilâncias", posto que foram localizadas em espaços institucionais distintos. Reafirmou-se, ainda, a configuração de um profissional específico, o técnico de vigilância sanitária, construindo-se assim, uma identidade própria desse trabalhador de saúde que requer um conjunto de saberes de natureza multidisciplinar e também um saber específico para a realização das tarefas e responsabilidades próprias da área.

As mudanças institucionais e legislativas, contudo, não significaram transformações efetivas no cotidiano do serviço de vigilância sanitária, que se mantinha separado e isolado das demais ações de saúde, distanciado da população e ainda marcado, no plano federal, por centralização e autoritarismo perante os serviços congêneres estaduais (COSTA, 2004). Acrescente-se que, além disso, na condição de secretaria ministerial, a vigilância sanitária ficou mais suscetível às mudanças conjunturais, sobretudo de ordem política, situação percebida pela grande rotatividade no cargo de secretário nacional de vigilância sanitária, o que, sem dúvida, implicava em descontinuidade de ações (COSTA, 2004; SOUTO, 2004).

No contexto das discussões pela Reforma Sanitária, na década de 1980, emergiram preocupações, tanto com a integração entre as ações de vigilância sanitária nas esferas federal, estadual e municipal, quanto com a capacitação de seus trabalhadores. Além

dos cursos de atualização dos trabalhadores de estados e municípios, a realização de visitas técnicas do nível central aos serviços locais permitia que se traçasse um quadro das dificuldades enfrentadas na área, nas diversas regiões. Em sua maior parte, o problema de carência de pessoal especializado estava presente (Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Relatórios de viagens, 1981 e 1987).

O expressivo número de empresas que deveriam se adequar às normas sanitárias, por um lado, e a pressão da sociedade civil – por meio da imprensa – e de organizações de consumidores para conter os abusos da indústria e do comércio, por outro lado, criavam uma demanda cada vez maior por respostas da Vigilância Sanitária. Contudo, a despeito da necessidade de pessoal, o quadro de funcionários da Secretaria sofreu uma redução de 20% entre 1979 e 1983, devido à diminuição dos recursos orçamentários direcionados para a Vigilância Sanitária. Em 1985, segundo estudo realizado por Zanini e Paulo, o orçamento destinado para a SNVS foi reduzido a quase metade do que recebia em 1980, em contraposição ao aumento de 290% no montante destinado ao Ministério da Saúde no período (ZANINI e PAULO, 1985).

A aproximação da vigilância sanitária com outros setores da área da saúde e com os órgãos representantes dos consumidores, em meados da década de 1980, possibilitou que vários profissionais com formação acadêmica em Saúde Pública assumissem postos dirigentes nos órgãos de Visa no plano federal e em alguns estados. A visão mais abrangente desses técnicos quanto à questão da saúde e dos problemas sanitários sem dúvida contribuiu para o reconhecimento da importância das ações de vigilância sanitária, reforçada no contexto de consolidação do Movimento da Reforma Sanitária.

Este contexto é relatado por alguns dirigentes que relacionam o período de redemocratização do país às suas atividades no movimento sanitarista da década, no qual inserem as discussões acerca da vigilância sanitária, retratando o compromisso e esforço assumido pelo grupo com as mudanças requeridas na Saúde Pública brasileira.

A perspectiva de discussão e organização de novas propostas para a área propiciou a realização de alguns eventos que se caracterizavam como espaço de debates, articulações e decisões políticas. Em abril de 1985, realizou-se o Encontro de Vigilância Sanitária de Goiânia, promovido pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, que resultou no documento denominado “Carta de Goiânia”. Este documento expunha um conjunto de problemas específicos da área e reivindicava a definição de uma Política Nacional de

Vigilância Sanitária como parte da Política Nacional de Saúde. Apesar de aprovado pelo então secretário nacional e da oferta de apoio por parte de algumas secretarias estaduais, a realização deste evento não contou com o empenho da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (COSTA, 2004).

Este momento é marcado por uma mudança na direção da Secretaria, o que pode justificar a não participação da instituição federal no Encontro de Goiânia. A nova equipe dirigente organizou, no final do mesmo ano, o Seminário Nacional de Vigilância Sanitária que contou com a participação de representantes de todos os órgãos estaduais e alguns municipais, além de várias instituições de áreas afins. O tema central postulou a definição de uma "Política Nacional de Vigilância Sanitária homogênea, democrática e flexível, de acordo com a conjuntura e situação de cada Unidade Federada" (Seminário Nacional de Vigilância Sanitária, 1985). As discussões travadas ao longo do Seminário ressaltam algumas questões como a inserção da vigilância sanitária no campo mais amplo da Saúde Pública e da Saúde Coletiva. O Relatório do Seminário afirma a necessidade de incluir a vigilância sanitária na temática da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) – a ser realizada no período de 17 a 21 de março de 1986 – e nos mecanismos de planejamento, programação e financiamento das Ações Integradas de Saúde (AIS) (Seminário Nacional de Vigilância Sanitária, 1985).

A partir do Seminário, elaborou-se o Documento Básico sobre uma Política Democrática e Nacional de Vigilância Sanitária, no qual o objeto essencial da área foi definido como proteção da saúde da população. Enfatizou-se entre os princípios básicos dessa Política o direito de todas as pessoas à saúde, e a obrigação do Estado na garantia desse direito, indo ao encontro das idéias mais amplas do Movimento da Reforma Sanitária, debatidas na 8ª CNS – cujo tema principal era "Democracia é Saúde" – encaminhadas à formulação do Sistema Único de Saúde (SUS) (8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986).

Os debates sobre as questões de vigilância sanitária foram aprofundados na Conferência Nacional de Saúde do Consumidor, realizada ainda no mesmo ano, como um desdobramento da 8ª CNS. Variadas estratégias do segmento produtivo nocivas ao consumidor, as omissões do Estado e as propostas para mudar a situação constituíram a tônica das discussões.

Em pronunciamento na Conferência Nacional de Saúde do Consumidor, a então diretora da Divisão de Medicamentos da SNVS, Suely Rozenfeld, identifica várias

dificuldades enfrentadas pela área de vigilância, inclusive na questão de seus trabalhadores, a despeito de todas as mudanças legislativas e organizacionais. Nesse sentido, questiona:

> *Se um órgão de tal relevância, deve se manter na atual situação de indigência administrativa, sem pessoal em quantidade suficiente, sem recursos materiais, como biblioteca ou recursos para consultoria especializada, com instalações e equipamentos precários (...)(Rozenfeld, 1986).*

Esse entendimento pouco difere das análises formuladas por outros dirigentes da SNVS contidas nas entrevistas concedidas a Ana Cristina Souto em seu estudo acerca do tema (2004) e que constituem importante material para essa análise. Os discursos elaborados por estes atores sociais sugerem um debate político-institucional sobre múltiplas questões acerca do tema, entremeado pela construção de suas próprias trajetórias como gestores e dirigentes que também podem ser considerados trabalhadores de vigilância sanitária. Ao mesmo tempo em que estes dirigentes narram a complexidade das relações institucionais e defendem posturas políticas, elaboram seu próprio perfil biográfico, tecendo ainda, como ressalta Alessandro Portelli (1996), uma rede de relações interpessoais que permitirão construir uma memória coletiva deste espaço de saberes e de atuação institucional.

Ao longo da década de 1990 as questões presentes nos debates na década anterior, permaneciam em pauta, enfatizando-se que os maiores problemas referiam-se ao reduzido número de técnicos, principalmente qualificados, além da falta de um projeto nacional de vigilância sanitária. Outros pontos relevantes diziam respeito à necessidade de fortalecer os serviços de vigilância dos estados e municípios e à importância de se socializar as informações, a fim de ampliar o conhecimento e a participação da população nas questões de vigilância sanitária.

A reformulação institucional, implementada nos anos de 1970, já apontava para uma perspectiva de mudança de concepção, mais favorável ao entendimento desse conjunto de ações imprescindível à preservação e conquista da saúde. Porém, foi nos anos 90, num contexto de crise na área (quando ocorreram diversos episódios de mortes evitáveis em serviços de saúde e de falsificação e comércio ilegal de medicamentos), de percepção da difusão mundial de riscos à saúde, no processo de globalização, que se aprofundaram os debates e se evidenciou mais claramente a importância da vigilância e regulação sanitária não apenas para a saúde da população, mas também para a própria dinâmica da economia do país. Nesse contexto, o modelo de agência, como autarquia especial, foi aplicado em vários setores, inclusive na área da saúde, organizando-se inicialmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e logo depois a Agência Nacional de Saúde (ANS).

Referências Bibliográficas

COSTA, E. A. *Vigilância Sanitária: proteção e defesa da saúde*. 2ª ed. São Paulo: Sobravime, 2004.

GERSCHMAN, S. *A democracia inconclusa: um estudo da Reforma Sanitária brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

LIMA N, FONSECA C, HOCHMAN G. "A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil" em Lima N. et al. (org.). *Saúde e democracia – história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

PAIM, J. S. *Saúde, política e reforma sanitária*. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva, 2002.

PIMENTA, T. S. "Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 2004, vol.11, suppl.1, p.67-92.

PORTELLI, A. "A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1996, p.59-72.

SOUTO, A. C. *Saúde e Política: a vigilância sanitária no Brasil*. São Paulo: Sobravime, 2004.

Fontes Impressas

Arquivo do Ministério da Saúde / Caixas SVS

Brasil. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986.

Relatórios de viagens para AL, BA, SE, RS, PB, CE, PI, MA, AC, AM, RO, RJ, RN, AM, PR, PE, MG, PA. 1981 e 1987. (impresso)

Resumo do Relatório Final do Seminário Nacional de Vigilância Sanitária. Novembro de 1985. (impresso)

Rozenfeld, Suely. Pronunciamento na Conferência Nacional de Saúde do Consumidor. 1986. (impresso)

Zanini, Antonio Carlos e Paulo, Luiz Gonçalves. O controle no Brasil da dispensação de medicamentos psicoativos. 1985 (impresso)

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"A ESCOLA NÃO VIVE SÓ COM O PROFESSOR":
os funcionários administrativos de escolas municipais do Rio de Janeiro

Fátima Machado Chaves*

RESUMO: Na ampliação e renovação de análises e fontes no campo da história da educação incluímos a investigação de sujeitos educativos, invisíveis, que "vivem" a escola, os funcionários administrativos na rede de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos a Reforma de Fernando de Azevedo de 1928, no Distrito Federal; a legislação do Estado da Guanabara, em 1969 e as da cidade do Rio de Janeiro, entre 1996-2004. Acrescemos as pesquisas em escolas e os depoimentos de merendeiras e serventes, mulheres pobres e negras sobre suas atividades, consideradas femininas e "domésticas. Todavia, configuram-se como o "cenário invisível" da cultura escolar, porquanto a "escola não vive só com o professor".

PALAVRAS CHAVES: funcionários escolares, cotidiano escolar, relações de gênero e de raça

ABSTRACT: In the expansion and renovation of analysis of sources in the field of the history of the education, we include the research of those who "live" the school, the administrative staff, who seem to be the invisible educational subjects, in the school system of the city of Rio de Janeiro. We will analyze the 1928 Reform of Fernando de Azevedo in the Federal District; the legislation of the state Guanabara, in 1969; the city of Rio between 1996-2004, and the research in schools, including the testimonies of janitors and cooks, poor and black women, inquiring about their activities, considered subordinate and "domestic". Even today they are configured as the "invisible stage" of the school culture, inasmuch as the "school does not only live with the professor".

KEY WORDS: administrative staff, educational quotidian, gender and racial relationships

A história da educação brasileira vem buscando compreender as problemáticas envolvidas na construção das instituições escolares, levando em consideração não somente os seus aspectos sociais, financeiros e políticos, bem como os culturais, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais e da importância da educação na sociedade brasileira. Todavia, investigando aquilo que se passa no cotidiano das escolas, percebemos lacunas nesse campo de saber sobre os funcionários administrativos como sujeitos participantes da estrutura escolar. Quem são? Qual é sua história? Quais os papéis que desempenham nas unidades escolares? Questões que nos instigaram a desenvolver pesquisas, sobre as relações sociais de trabalho, de gênero, de raça e processos saúde-doença, vividas por merendeiras e serventes no cotidiano de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro escolar na década de 1990 (CHAVES, 1998, 2000 e 2004). Parte dos resultados compõe essa comunicação, caracterizando uma para a reflexão a respeito desses sujeitos escolares "silenciados". Em virtude da quase inexistência de fontes documentais na Secretaria Municipal de Educação, identificamos a história de funcionários[1], também através de indícios da legislação.

Numa breve incursão na Reforma de Ensino no Distrito Federal entre 1927 a 1930, liderada por Fernando de Azevedo, identificamos alguns funcionários subalternos. No Brasil, o alargamento das funções sócio-educativas da escola na década de 1920 em diante foi responsável pela ampliação e legitimação da categoria de funcionários técnico-administrativos que atuavam na infra-estrutura escolar. A perspectiva de modernização do ensino e sua organização nos moldes da Escola Nova trouxe a necessidade de incluir na Lei de Ensino funções e normas exclusivamente dirigidas aos funcionários, de modo a viabilizar a adequação da escola aos preceitos de um ensino que requeria o funcionamento de bibliotecas e grêmios literários; a conservação de laboratórios e salas ambiente; o trabalho coletivo e a participação dos alunos em atividades que demandavam diferentes tipos de uso do espaço, dentre outras. A Reforma de Azevedo, preocupada com a higiene escolar, estabelece que haverá

> *um gabinete para o inspector médico, com o material indispensável, e um gabinete odontológico [...] nenhum predio escolar será construído sem que comprehenda pateo de recreio e de exercícios pyhisicos, pavilhão coberto para gymnastica, de 12*

---

[1]* Mestre em Educação (UFF) e Doutora em Ciências (FIOCRUZ). Professora de História (SME) e de Pedagogia da Universidade Estácio de Sá.

Todos trabalhadores públicos são "funcionários", neste texto significará os "administrativos" em escolas.

> *por 24, no mínimo, uma piscina ou banheiros e officinas de pequenas industrias (BRASIL, 1929 b: 303-304).*

Propõe que cada disciplina profissional do Normal possuirá sala especial, com biblioteca e iconoteca, enquanto "as cadeiras de geographia, phisica, chimica, historia natural, anatomia e physiologia humanas, pedagogia, hygiene e puericultura terão museus, laboratórios ou gabinetes annexos" (BRASIL, 1929a: 193). Essas novas formas e espaços de ação educativa, sem dúvida, exigiam a contratação de profissionais responsáveis pela realização de outro tipo de função na escola, o trabalho não-docente, mas de fundamental importância para a nova e ampla infra-estrutura que se queria instaurar. Ademais, lembramos que cuidam dos indispensáveis registros escolares.

Dependendo do nível de ensino – Primário, Normal e Técnico Profissional -, os funcionários podiam ser secretárias, bibliotecários, médicos, dentistas, enfermeiras etc, mas também os considerados subalternos, tais como porteiros, contínuos, vigias e serventes. No Grupo Escolar e na Escola Fundamental Primária haverá "uma guardiã, para cada grupo de 200 alunos" e "os serventes necessários" (BRASIL, 1929a: 29-30). O cargo "guardiãs", sempre no feminino, implicaria ser exercido por mulheres, configurando-se como uma espécie de inspetoras de alunos, a julgar pelas suas atribuições prescritas, assim como pela inexistência dessa categoria para o primário. Pelo artigo 127, seriam as que servem de guarda ou proteção aos educandos:

> e) Acompanhar os alunos que por indisposição física ou acidente ocorrido na escola, se retirem antes da *terminação* dos trabalhos do dia;
> g) Acompanhar os alunos, auxiliando os diretores e professores adjuntos, quando exigido, por ordem *superior*, o seu comparecimento a alguma festa escolar ou cívica. *(*BRASIL, 1928 b: 184).

As guardiãs e serventes teriam idade até quarenta anos, devendo apresentar prova de idoneidade moral dada pelo Diretor de Instrução e "conhecimentos elementares de linguagem, calculo, higiene e organização administrativa municipal, feita a prova perante comissão examinadora designada para esse fim" (BRASIL, 1929b: 325), ou seja, que tivessem minimamente freqüentado a escola primária. Essa exigência estava de acordo com o projeto modernizador da escola pública de Azevedo, porém, vedava esses cargos á grande parte da população, levando em conta o grande índice de analfabetismo no período. Quem seriam esses funcionários?

Percebe-se, pelos diferentes cargos e quantitativos, a preocupação com o funcionamento das Escolas Normais, através da infra-estrutura: secretario; bibliotecário; um primeiro e um segundo oficial; três amanuenses; cinco preparadores; dois conservadores de laboratório; chefe de disciplina; 30 inspetoras; um porteiro; três

contínuos; quinze serventes (BRASIL, 1928a:36-37 e 1928d:203). As incumbências dos preparadores e conservadores de laboratório, nos artigos 228 e 229, auxiliariam fundamentalmente o trabalho docente:

> a) ter sob sua guarda, devidamente inventariado e na melhor ordem, o material dos gabinetes a seu cargo; b) preparar e dispor com a devida antecedência os aparelhos e recursos para as experiências e demonstrações, realizando-as em aula segundo as determinações dos respectivos professores [...] incumbe a conservação, arrumação e limpeza do material dos gabinetes e laboratórios e prestar aos preparadores o auxílio preciso para o preparo das aulas e realização das experiências e demonstrações (BRASIL, 1928 d: 207).

Embora os artigos da lei não especifiquem cargos de cozinheiro, copeiro, lavadeira, despenseira, costureira, roupeiro, eles e outros aparecem na Tabela de Vencimentos (BRASIL, 1929c), lotados nas escolas profissionais femininas e masculinas. Seriam o "pessoal subalterno designado pelo diretor", para auxiliar nas disciplinas ou para possibilitar o funcionamento do horário integral dessas escolas?

Continuando nas pistas legislativas, verificamos que em 1969, no Estado da Guanabara[2], as normas para as Escolas da Rede Primária Oficial eram articuladas na Portaria nº 3 (GUANABARA, 1969). As Disposições Gerais do Pessoal Subalterno e Administrativo estabeleciam: Zelador, Vigia, Impressor, Servente, Contínuo, Inspetor de Alunos, Trabalhador, Serviçal, Merendeira, Datilógrafo, Escriturário, Arquivista, Oficial de Administração e Assistente Social. Com a Lei nº 5692, de 1971, surgiu o primeiro grau com oito anos obrigatórios, prevalecendo nesse a organização das escolas primárias, com algumas modificações da Portaria nº 6, em 1983 (RIO DE JANEIRO, s.d.).

Realizando outro recorte temporal, em 1997, na rede municipal de ensino, havia quarenta e quatro cargos lotados no quadro de funcionários, agora denominados "de apoio". Porém, grande parte dos mesmos não mais atuava efetivamente em escolas, muitos em extinção[3], fato demonstrado pela relação entre o pequeno número existente e o quantitativo de unidades escolares da cidade, mais ou menos 1029: Agente Administrativo (60), Auxiliar Agente Administrativo (208), Inspetor de Alunos (257), Agente Educativo II (111), Datilógrafo (38), Copeiro (103), Agente de Portaria (26), Trabalhador (344), Zelador (23), Artífice de Alvenaria e Pintura (23) e diversos em mais dezoito cargos (47) (RIO DE JANEIRO, 1997). Concretamente, as escolas possuem duas ou três merendeiras e alguns serventes ainda púbicos, devido à

---

[2] O Estado da Guanabara foi criado quando a cidade do Rio de janeiro deixou de ser Distrito Federal, em 1961, sendo extinto, em 1974, passando essa cidade a ser capital do estado do mesmo nome.

[3] Na década de 1980, os concursos foram apenas para serventes e merendeiras e, após 1990, para merendeiras.

terceirização do serviço de limpeza com firmas particulares, sendo utilizado, hoje, trabalhadores da Companhia de Limpeza Urbana.

O governo municipal carioca apresenta os funcionários, classificando-os numa hierarquia de poder funcional social e econômico. Se "apresentar" significa tornar presente em toda sua inteireza, o funcionário escolar, de acordo com os interesses sociais e políticos em cada conjuntura histórica, ficam na lateralidade do ambiente em que trabalha e na periferia dos espaços públicos. Apesar de "apresentado", permanece numa invisibilidade sustentada pelas práticas preconceituosas e discriminatórias do cotidiano escolar, além de postar-se sempre serviçal, servido, constantemente, em último lugar. Atualmente, a nova gestão do trabalho escolar está, inclusive, excluindo-os com a contratação temporária de merendeiras e terceirização de serventes. No cotidiano das escolas municipais, os funcionários encontram-se na subalternidade:

> hoje muitas professoras e diretoras diz que é funcionariozinho. Esse "zinho" que carrega a maioria nas costas, de muitos e muitos anos. Por experiência própria [...] eu falei assim, lá na escola para a diretora, "que eu queria ser advogado". Sabe o que ela me respondeu? "Deus não dá asa à cobra". Sabe qual foi minha resposta? Foi o silêncio... Se falou que ele não deu asa à cobra era porque a cobra rastejava, porque sabia que eu ia voar alto. Você está me entendendo? Nas cobras, que não deu asa, era para rastejar e não para voar alto (Jorge).

Nosso campo de pesquisa proporcionou-nos inúmeras possibilidades de análise que expressam a complexidade dos cotidianos. As funcionárias, como sujeitos, visível ou sutilmente, deixam suas marcas, porque "praticam" as escolas, com "mil maneiras de jogar..." (CERTEAU, 1996:79), inventando-se a cada dia e, ao se inventarem, inventam a escola:

> *As condições realmente estão muito ruins mesmo [...] nem tem como fazer as coisas, mas a gente dá um jeitinho [...] está se tornando até assim um hábito [...] contornar certa situação, melhorar, ou até mesmo fazer uma coisa que a gente nem tem na mão no momento, a gente dá um jeito e acaba fazendo aquilo para servir as crianças (Ângela).*
> *eu chegava cedo, seis e meia, horário de merendeira. Então, o que que eu fazia? Já lavava as panelas, botava a água pra se fazer o desjejum [...] a gente já tinha escaldado os pratos, as canecas [...]. Aí a gente dava o desjejum antes das criança ir pra sala e já colocava água no fogo pra fazer a primeira merenda, que saía as nove hora, e fazia a segunda, que saía às doze hora, e a outra às quinze hora, e dali a gente já lavava a cozinha (Amanda).*

Identificamos as experiências e práticas cotidianas de merendeiras e serventes, admitidas como "mães de alunos", os mais pobres. "Voluntárias", sem salários por até quatro anos, ganharam "trocados" da "caixa escolar". Seria essa uma nova forma de escravidão? Após 1990, funcionárias com nível médio e superior completo, sendo inclusive, professoras primárias ou pedagogas, fizeram concursos. Majoritariamente mulheres negras e pobres, representadas ás vezes como "empregadas

domésticas" realizam trabalhos "femininos" desqualificados[4] – cozinhar, alimentar, limpar, servir, socializar, disciplinar, orientar - que exigem dedicação e cuidados.

> Quem está dentro de uma direção da escola confunde as coisas, acha que você tem que largar o seu serviço pra fazer comida diferente pra elas; ir na rua; é como se fosse uma empregada doméstica.Tem muita empregada doméstica que é muito mais bem tratada dentro da casa dos seus patrões do que dentro de uma escola, a gente sendo funcionária pública [...] eu sempre lutei por esse direito, eu sou uma funcionária pública! Está certo que tem gente superior a mim. Quem manda dentro de uma escola, tem um cargo superior mas não é por isso que vai pisar (Helena).

Sofrem as decorrências das desigualdades sociais, assentadas constantemente em preconceitos e discriminações de classe, gênero e raça, que exacerbam as dificuldades desses grupos na apropriação de direitos humanos plenos. As atividades escolares dessas funcionárias contribuem no processo pedagógico, porquanto interferem no currículo "oculto", na medida que participam na criação e socialização de hábitos, atitudes e valores de alunos, numa afetiva atividade de ensinar, cuidar e disciplinar. Primeiro, porque a função exercida pela merendeira tornou-se fundamental, relacionando-se com a política pública da merenda escolar, em conformidade à precariedade nutricional dos educandos, sendo, atualmente, importante também para os docentes. As merendeiras manifestam: "lá no colégio, era quase 230/270 merendas porque todo mundo merendava, porque são uma área que as pessoas sentem fome. A criança vai sem comer" (Gilda) ou "Existe sim um pouco de humilhação, a merendeira só é lembrada quando a professora tá com fome [...] Vem de casa meio-dia pra almoçar na escola" (Marlene). Entretanto, "na cozinha [para cortar] só a mão. E abóbora ainda é fácil de cortar, pior é carne [...] de segunda, cheia de pele, de pelanca, de sebo, de tudo. As facas são horríveis. Muitas vezes não tem nem faca para se trabalhar" (Isabel). Logo,

> *[Cozinha] não tem muitas condições não [...] Falta espaço, o fogão não funciona direito, pra cozinhar uma comida é uma tristeza. O fogão é todo entupido, tem dias que a gente fica doidinha ali naquela cozinha! Um vazamento de baixo da pia, tudo molhando, é um horror essa cozinha! Quente, é quente (Marta).*

Em segundo lugar, conservar limpas as escolas sugere implicações diferentes do mesmo serviço realizado em empresas etc. Como o aluno adquirirá hábitos de higiene se não vivenciar uma escola limpa? Devido ás práticas indisciplinar de alunos, que durante e após o recreio, fazem "guerras" de cascas de laranjas e bananas, ou usam os banheiros de forma incorreta, as serventes, "pôxa, trabalha muito [...] faz aqui tudo [...] limpar banheiro, varre o pátio, depois as salas, depois a gente volta pro pátio, banheiro. E assim o dia inteiro, banheiro, sala e pátio, banheiro, o

[4] As mulheres vivenciam desde cedo em seus lares um processo informal de qualificação, socialmente não reconhecido, mas adequado e necessário ás tarefas que o mercado de trabalho lhes reserva (CHAVES, 2004:113)

tempo todo" (Aparecida). Mas, "ah, uma vez só não dá não [...] toda hora tem que tá lá. Porque as meninas... tem umas que urina no chão, outras sobem na tampa do vaso, suja tudo. E não dá, uma vez só não dá pra limpar banheiro não. É várias vez. A toda hora tem que tá lá" (Lúcia). Embora isso, citam práticas de cuidados e carinhos: "chegava cedo pra passar um paninho molhado, tirar a poeira. Acabava de limpar e já ficava olhando lá pelo buraco do vidro pra ver se tava bonitinho. O quadro negro limpinho sem poeira assim de giz" (Maria).

Todavia, a precariedade das condições de trabalho escolar vem potencializando doenças, demonstradas pela alta taxa de readaptação funcional na Educação (DGPM, 2000: 2). Em 1998, de 24628 professores, havia 297 readaptados, significando 1,2%, enquanto de 2908 merendeiras e 3368 serventes, 518 e 398 - 17% e 11,81% -, respectivamente, eram readaptadas. As principais doenças de funcionárias, cardiologia (HÁS), reumatologia e ortopedia (CHAVES, 2004), referem-se ao tipo e às condições de trabalho escolar, mas, também às suas vidas, revelando questões sócio-econômicas, relações de gênero e de raça: "sempre têm alguma coisa. É a grande quantidade de filhos, é o marido que bebe, marido que bate, essas coisas assim [...] sem marido, tendo que criar doze filhos [...] Muito difícil essa vida delas" (DGPM, 2000). Algumas doenças advieram das "duas coisa, porque se torna pesado. A senhora trabalha fora e trabalha dentro de casa. Mas o serviço também colaborou bastante, que o serviço da gente é bem puxado" (Amanda). Denota-se uma circularidade vida-trabalho-saúde de mulheres, principalmente das pobres, em geral, negras:

> *Ser dona de casa, é filho, é marido, pra lavar, passar e cozinhar [...] Afinal de conta éramos cinco. Tinha minha mãe [...] já velhinha [...] Toda a responsabilidade minha [...] É um grande trabalho [...] Foi uma luta. Acabei arrumando [trabalho fora], mas ficando hipertensa de tanto estresse na vida da gente (Maria).*
> *a vida da mulher negra é mais sacrificada.Porque tem preconceito duas vezes: por ser mulher e por ser negra. O homem só carrega o preconceito dele ser negro.. Então, tem a vida da mulher muito mais difícil, mais sacrificada. E,[...] mora na periferia das cidades (Mila).*

A saúde humana depende das possibilidades de aquisição de bens de consumo – trabalho/ emprego, organizações representativas, habitação, saneamento, educação, lazer, acesso à assistência sanitária, transporte, etc. Reconstruindo a relação entre o processo de trabalho e a saúde das funcionárias, usamos o conceito de desgaste, ou seja, a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica, originadas na maneira específica como se articulam a base técnica e a organização do trabalho. Refere-se ao conjunto dos processos biopsíquicos, sendo "o substrato geral que

determina [...] o perfil patológico de um grupo social [...] e estabelece a "doença" como processo particular" (LAURELL e NORIEGA, 1989: 115-116). Logo, entende-se o perfil patológico, elaborado por médicos peritos: "a vida de merendeira é curta. O tempo útil [...] hoje em dia, é de cinco a oito anos, no máximo" (DGPM, 2000). Então, os processos saúde/ doença de merendeiras e serventes condicionam-se pelo lugar social que ocupam, ou seja, de suas precárias condições de trabalho e vida, mas também pelas assimetrias de classe, gênero e raça.

Os funcionários, embora tenham sido trabalhadores responsáveis e/ou auxiliares pela infra-estrutura oferecida aos docentes e discentes, configurando-se como o "cenário invisível" no cotidiano escolar, receberam pouca atenção da história da educação que praticamente os desconhece. Esperamos que o recado de um servente: "***A escola não vive só com o professor*** [...] vive sim em torno do servente, merendeira, inspetor, pessoal de apoio da secretaria, residente que tá ali o dia inteiro, dias, dias, trabalhando. Sem eles, escola nenhuma vive bem" (Sérgio), inspire o desenvolvimento de pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Distrito Federal. **Lei de ensino**. Decreto n. 3281/ 1928. Distrito Federal: Escola Alvaro Baptista, 1929a. p. 9-139.

BRASIL. Distrito Federal. **Regulamento do Ensino**. Decreto n. 2940/ 1928. Distrito Federal: Escola Alvaro Baptista, 1929b, p. 141-334.

BRASIL. Distrito Federal. **Tabella de Vencimentos**. Decreto 2.770/ 1928. Distrito Federal: Escola Alvaro Baptista, 1929c, p. 335-344.

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, F. M. **O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

CHAVES, F. M. Os "quadros negros" de escolas públicas: trabalho e saúde da funcionária negra. **Relatório de Pesquisa**. Primeiro Concurso de Dotação Negro e Educação. ANPEd, Ação Educativa e Fundação Ford. Rio de Janeiro, 2000.

CHAVES, F.M. **Vidas negras que se esvaem**: Experiências de saúde das funcionárias escolares em situação de trabalho. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

DGPM. **Entrevista.** Rio de Janeiro: Departamento Geral de Perícias Médicas. Secretaria Municipal de Saúde, 2000.

LAURELL, Asa Cristina e NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde.** Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

GUANABARA (Estado). Secretaria de Educação. Disposições Gerais do Pessoal Subalterno e Administrativo - Título III. **Portaria** nº 3, E/SED, 13/02/1969.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. *Portaria nº 6, E/DECT/* 1983. In: **Funcionário Residente.** Rio de Janeiro, SME, E/DGA, pasta 11, fls 357, s.d.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Departamento Geral de Recursos Humanos. **Totalização dos Quadros de apoio**. Rio de Janeiro:SME, 1997

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Comércio de escravos: escolhas e influências no tráfico interno de cativos no Brasil (1850-1888).

Rafael da Cunha Scheffer*

Resumo: Analisando o comércio de escravos no Brasil, a presente comunicação pretende explorar a motivação das compras e vendas dos cativos, destacando interesses, conflitos e tensões presentes neste momento. Pretende enfatizar as questões econômicas, disciplinares e políticas presentes neste momento, procurando entender as escolhas dos senhores de escravos de Desterro na segunda metade do século XIX.
Palavras-chave: Escravidão – Comércio de escravos – Desterro.

Abstract: Analyzing the slave trade in Brazil, the present communication intends to explore the motivation of the purchases and sales of the bondsmen, detaching interests, conflicts and tensions gifts at this moment. It intends to emphasize the economic, discipline and politics questions at this moment, looking for to understand the choices of the slave masters of Desterro in the second half of 19th century.
Keywords: Slavery – Slave trade – Desterro.

A relação de compra e venda de escravos foi até recentemente ignorada ou tratada superficialmente pela historiografia, que colocava esta relação como uma transição comercial normal. Nestes estudos as negociações teriam uma motivação apenas econômica, como nos coloca Kátia Mattoso ao falar das vendas privadas, ou seja, daquelas que não eram realizadas nos leilões públicos:

> Por que essas vendas privadas? Ocorre que um senhor de escravos que tem dificuldades financeiras será obrigado a realizar seu capital para pagar dívidas ou obter dinheiro vivo para suas necessidades cotidianas. Outros desejam vender escravos já idosos, produzindo menos, ou, ao contrário, cedem a uma oferta tentadora feita por um escravo bem dotado (MATTOSO, 1982, 74).

Dessa forma, necessidade e interesses econômicos é que ditariam a ocorrência das vendas, sendo o escravo um bem "livremente alienável" (GORENDER, 1988, 67). No entanto, a partir dos anos 80, diversas questões passaram a ser revistas por estudos que procuraram no cotidiano dos cativos manifestações de resistência e afirmação de suas humanidades. Estudos como os de Robert Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Góes,

* Doutorando em História, Unicamp.

Silvia Hunold Lara, João José Reis, Sidney Chalhoub, entre outros, procuraram o lado humano dos atores no cotidiano e revisaram muitas das opiniões correntes a época sobre família, solidariedade, conflitos e resistências na sociedade escravista. Neste ínterim, a própria relação de compra e venda foi revista. Esse momento passou a ser visto como uma encruzilhada, como um ponto bastante complexo. Por um lado, ainda era uma relação comercial de uma mercadoria (escravo), podendo representar, economicamente, o crescimento de determinada região, sua riqueza ou miséria. Por outro lado, numa análise das pessoas envolvidas, esse momento passou a ser muito mais rico, sendo um ponto de mudança para a vida dos cativos envolvidos, ponteado por questões políticas (CHALHOUB, 1990, 48).

Fazendo uma leitura desse momento através da ótica senhorial, a presente comunicação pretende explorar as escolhas e opções que influenciavam os proprietários de escravos nas ocasiões de compra e venda de cativos. Procura explorar os diversos significados dessa ação nos campos sociais e políticos, além do econômico. A compra de escravos parece ter explicações bastante simples, ligadas a necessidade de mão de obra. Mas quais as questões que preocupavam os senhores neste momento? E qual o significado que podemos extrair dessa ação?

E o que podemos dizer quanto a motivação da venda dos cativos? O que levava os senhores a se desfazerem de seus escravos? Por que desistir dessa relação de trabalho já estabelecida? A motivação econômica aparece muitas vezes como a única explicação para estes casos, mas creio que não elucida inteiramente este fenômeno.

A escolha do negócio parece refletir também uma série de questões ligadas ao contexto, como a possibilidade de substituir os escravos por mão de obra mais barata (ou menos dispendiosa em períodos improdutivos), e principalmente a problemas ligados à disciplina dos cativos, sua manutenção e a ordenação desse mundo do trabalho. E são essas questões e a maneira como o comércio de escravos pode refleti-las que consistem a preocupação desta comunicação, que pretende levar esses temas ao debate (ainda que de maneira muito incipiente), embasando a análise em pesquisa realizada na região de Desterro(atual Florianópolis) capital da província de Santa Catarina.

Durante séculos no Brasil, para garantir um suprimento contínuo de mão de obra bastava ao patrão recorrer ao mercado de escravos e obter trabalhadores que estariam (legalmente) subordinados ao seu mando. Como se trata de um período amplo demais, a presente análise vai se reter a um recorte menor, voltado especialmente as questões que passaram a perturbar este mercado com o fim do tráfico atlântico. Os problemas ligados a uma oferta limitada de cativos, dentro de um espaço balizado pelas mesmas regras e ligados

às mesmas determinações políticas, além de muitas tradições em comum, fazem com eu opte por este período entre 1850 e 1888, apesar das questões tratadas serem muito maiores que ele.

A escolha da ótica senhorial também se deve primordialmente a uma necessidade de limitação da análise, e também a facilidade de se observar a agência direta desses sujeitos nas decisões de compra e venda, além da opinião deles e de seus representantes em periódicos e em discursos parlamentares.

Partindo da base econômica, devemos observar que a produtividade e a confiança na relação estabelecida entre senhor e cativo foram fortes o bastante para perdurar séculos. Sem desconsiderar o significado social da posse de escravos, que envolve a demonstração da riqueza, o papel de senhor de homens e a possibilidade de viver sem desenvolver trabalhos manuais, pretendo me reter a análise do emprego produtivo dos cativos, e não a sua posse como símbolo unicamente de status. Mesmo esses desenvolvem atividades junto a casa ou a pessoa do senhor que não devem ser desconsideradas.

Uma das questões mais proeminentes quanto ao trabalho escravo envolve a produtividade do mesmo. Autores que procuravam razões para a falta de desenvolvimento econômico brasileiro apontaram para o escravidão, e uma pretensa falta de racionalidade econômica desse sistema, como uma das causas fundamentais do atraso do país. Segundo Fernando Henrique Cardoso faltaria organização e racionalidade a este tipo de emprego de mão de obra (CARDOSO, 1962). Ainda segundo ele, o próprio desinteresse dos trabalhadores em executar a contento suas tarefas faria com a produtividade deste sistema fosse menor.

Diversas pesquisas já criticaram essa visão apontando, por exemplo, para uma série de incentivos que estimulavam a produtividade escrava, ligando o esforço do cativo na produção ao recebimento de recompensas (SLENES, 1999, SCHWARTZ, 1988). Com isso, quero apontar para a existência de uma racionalidade por trás do emprego da mão de obra cativa, que passa por questões como a garantia de trabalhadores e a disciplina, mas também pela expectativa de um retorno proveitoso deste emprego.

Acho difícil acreditar que os senhores insistissem na utilização de cativos quando acreditassem estar perdendo dinheiro, ou quando soluções mais baratas e confiáveis estivessem à disposição. Utilizavam escravos porque acreditavam que eles poderiam render tanto ou até mais que empregados livres. Os anúncios de busca de trabalhadores para determinadas tarefas nos jornais de Desterro nos fornecem um campo amplo para esse raciocínio. Durante toda a segunda metade do século XIX a procura por determinados profissionais, domésticas, lavradores e alguns outros ofícios específicos mostrou que a demanda por cativos para essas funções permaneceu ativa na capital catarinense. A mão-de-

obra escravizada encontrava-se presente em uma série de profissões, especialmente na sede do município, e os anúncios de compra e venda ajudam a perceber que eles se mantiveram nestes postos ao longo da segunda metade do século (SCHEFFER, 2006).

Seguindo os anúncios de compras, observamos em todo o período uma predominância da procura por cativos que tivessem como ocupação o serviço doméstico, ou que não tivessem uma especificação de oficio. Somente em alguns anos observamos uma considerável presença de compras de escravos com outras ocupações (1851-57; 1866-70; e 1876-80), com uma presença de cativos ligados ao trabalho na lavoura (respectivamente 8, 4 e 10% dos anúncios de compras). Além desta ocupação, marinheiros, pedreiros e carpinteiros também foram citados nestes anos, mostrando a existência de mercado para escravos com estes ofícios. Esta certo que esses anúncios não englobam a maior parte das transações da Ilha de Santa Catarina, concentrando-se em seu maior núcleo populacional, mas apontam indícios da permanente confiança no emprego de trabalhadores escravizados até os últimos anos desta instituição.

Talvez a questão central para a manutenção da escravidão seja a garantia do trabalho devido a propriedade da mão de obra escravizada, logo impedida de partir, escolher trabalho ou remuneração (mesmo que na prática observemos ações que expressam uma negociação). A forma como esse poder era executado, formalmente sem uma negociação com os trabalhadores e com o reconhecimento de uma posição inferior dos mesmos, criou uma imagem de senhor e patrão, com o (teórico) controle completo dos trabalhadores, que custou a ser abandonada. Analisando contratos de prestação de serviços na década de 1880 podemos observar como muitas das condições de trabalho estipuladas entre patrões e empregados (muitos deles recém libertos) são similares ou mesmo textualmente descritas como análogas à escravidão ("como se meu escravo fosse"), mostrando uma permanência na maneira de organizar a relação trabalhista que se manteve além da escravidão (SCHEFFER, 2003).

Além do apego a uma forma de mando, a caracterização depreciativa dos trabalhadores nacionais livres, apontados frequentemente como indolentes e pouco confiáveis nas falas de parlamentares na Câmara e Senado, aponta uma preferência pelo trabalhador escravo. Através da relação de compra da mão de obra o senhor garantia os braços para desenvolver suas atividades sem que tivesse (teoricamente) o esforço de convencer os trabalhadores ou de dar-lhes boas condições. Através do direito de propriedade adquirido tinha condições de pressionar as condições de trabalho dos cativos, legalmente subordinados a ele, sem que estes tivessem condições de escolha como os homens livres.

O próprio ato da compra pode ser entendido como um voto de confiança nessa instituição, em sua estabilidade e retorno financeiro. Como as contínuas compras de escravos na década de 1880 demonstram, até seus anos finais existiram senhores dispostos a investir capitais na aquisição de um trabalhador que traria consigo a garantia de uma relação controlada pelo proprietário em seus termos, apesar destes já estarem sendo enquadrados pelo governo desde o início da década de 1870. Contudo, a série de medidas legais e a mudança da opinião em prol da abolição ao longo da década de 1880 criaram e expressaram a expectativa do fim da escravidão. A queda nos preços dos escravos foi a resposta do mercado a perspectiva de um fim próximo, e a libertação ou concessão de alforrias por tempo de serviço ou contrato de trabalho foi a forma encontrada pela maioria dos senhores de Desterro para manter estes laços por mais alguns anos (PENNA, 2005).

Partindo de todos esses argumentos que procuram entender a manutenção do trabalho escravo, e levando em conta o contexto de legitimidade da escravidão e problemas disciplinares dos cativos, largamente trabalhados pela historiografia, vamos agora nos deter na questão da venda de escravos e sua motivação.

Mesmo reconhecendo o cativeiro como um local de conflito, atravessado por interesses diversos, pressões e negociações, podemos entender que sua longevidade e manutenção deveu-se a capacidade desse sistema ordenar o trabalho e os indivíduos sob o controle de um senhor (mesmo levando em conta todas as concessões necessárias). Dessa forma, podemos imaginar que essas relações ao longo do tempo tiveram certa estabilidade, fornecendo uma base e idéias de direitos e deveres não inscritos que eram referências para as ações cotidianas (LARA, 1989; CHALHOUB, 1990). Levando em consideração que as normas que regulam o trabalho e a vida dos escravos são construídas através de um processo de pressão, exigências e concessões destes e de seus senhores, podemos entender que essas normas variem de lugar a lugar, e que são apreendidas e transmitidas através da experiência de cada cativo (MACHADO, 1987, 58-59). A noção de experiência, aqui, tem um lugar fundamental. Tomando-a como um conjunto de normas, valores e práticas, apreendidas através da vivência, legitimadas pela comunidade ou grupo (nisto inclusos senhores e feitores), de ações justificadas por uma certa tradição ou senso de "direito adquirido", é através da sua experiência que o escravo vai definir o que é justo, injusto, permitido ou proibido, partindo disto para sua ação na sociedade (THOMPSON, 2001, 260-261). Deste modo, adaptando-se ou sendo criados dentro de determinadas condições de cativeiro, os escravos teriam conhecido suas regras, compreendido seus fundamentos e seus limites.

Tendo uma força de trabalho garantida devido a propriedade e adaptada as suas condições de mando, devemos nos questionar quanto as razões que levariam os senhores a se desfazerem desses trabalhadores. A justificativa econômica, envolvendo os bons preços pagos pelos escravos que seriam enviados ao Sudeste pode ser uma boa explicação para as vendas em Desterro. Surge como uma excelente forma de converter um investimento em dinheiro, útil especialmente para senhores endividados, mas deve levar em conta que o proprietário estaria abrindo mão de um trabalhador e teria que colocar alguém em seu lugar (a menos que tivesse outras opções de investimento em vista, como imóveis, finanças ou comércio). Assim, a decisão pela venda implica também na possibilidade de substituir esse trabalhador por alguém apto e sem que fosse preciso investir tanto. Estaria ligada fundamentalmente a existência de opções, de um mercado de mão de obra que pudesse suprir essa necessidade.

De modo amplo, podemos ver a decisão da venda como uma falta de confiança da escravidão (ou no trabalho de alguns escravos em particular), ou a percepção de que esta relação perdeu sua estabilidade, acarretando o risco do senhor perder seu investimento. A venda aparece então como uma forma do proprietário recuperar seu dinheiro, vendendo escravos quando essa instituição parece estar ameaçada ou desfazendo-se de cativos problemáticos. Tem assim um caráter também disciplinar.

Levando em consideração que a estabilidade no cativeiro em determinado lugar permitia ao cativos criar laços dentro dessa comunidade (familiares, de solidariedade ou mesmo de trabalho pra futura compra da alforria) Os senhores também podiam utilizar a ameaça ou o ato da venda para castigar escravos problemáticos. A ameaça da venda era mais uma arma no arsenal do senhor, que podia usá-la para pressionar seus escravos. Um escravo desobediente podia ser vendido para uma distante lavoura, perdendo seus laços de parentesco e convívio, tendo de enfrentar novas situações de trabalho. A venda é também o melhor meio do senhor se livrar de problemas e de escravos indesejados, como parece ser o caso de Manoel, africano que se encontrava preso na cadeia de Desterro e foi colocado a venda pela firma Matos & Coimbra, que o negociava em nome do senhor.

Vendendo escravos desobedientes o senhor conseguia reaver parte do investimento e poderia reinvesti-lo em outros trabalhadores. Evitar confusão vendendo escravos problemáticos aparece ainda em alguns artigos evidenciando o espaço de negociação presente nesta relação. Denunciando problemas na hierarquia e no domínio senhorial, diversos anúncios apontam para características que a princípio, vendo pelos olhos de hoje, deveriam

estar omitidas pelos senhores interessados na venda. Esse parece ter sido o caso de Liberato Francisco da Silveira. Em 1855, este senhor vende sua escrava com o seguinte anúncio:

> Vende-se uma escrava sadia, sem vícios, bonita figura, sabendo lavar, engomar e cozinhar, e o mais serviço de uma casa, por ser muito fiel, o motivo da venda he por ella não querer servir; para tratar com o abaixo assignado e para vel-a na Cadeia d'esta Cidade.[1]

Causa certa surpresa entre nós essa "propaganda negativa" que o senhor fez da cativa (que não queria mais servir), mas é ainda mais interessante o fato de que ao incluir essa informação, Liberato provavelmente não acreditava que ela prejudicaria o negócio. Talvez porque o comprador logo tocasse nesse assunto e pudesse conferi-lo com a cativa. Mas devo explorar a possibilidade de que os senhores acreditavam que mesmo tendo negado um senhor, a cativa ainda não teria se levantado contra sua condição, e a continuação da utilização dela como trabalhadora escravizada ainda se fizesse possível. E isso é corroborado por alguns estudos de processos crime, onde escravos apontam como justificativa de seus atos a negativa da venda pelos seus senhores, o que considerariam um caminho mais consensual para a mudança de um cativeiro ruim (LARA, 1988, 265)

Explorando alguns elementos presentes nas opções pela compra e venda de cativos e tentando entender essa dinâmica pela lógica senhorial, a presente comunicação é um passo inicial em uma discussão mais ampla sobre o comércio de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX e espera ter incentivado essa reflexão.

Referências bibliográficas:

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. v. 2 – Memória. Florianópolis: UFSC, 1972.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

LARA, Silvia H. *Trabalhadores escravos*. In: **Trabalhadores**. N. 1 Campinas: Fundo de Assistência à cultura, 1989.

[1] BPESC. O Conservador, n. 350, 21 de agosto de 1855.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888).* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **"Como se meu escravo fosse"**: relações de trabalho e controle de trabalhadores em Desterro, 1880 – 1888. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis: UFSC, 2003.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888**. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis, UFSC, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SLENES, Robert Wayne Andrew . ***Na Senzala, Uma Flor***: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX) . Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Folclore, antropologia e história social*. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Professores de história na "Histórica" são João Del Rei

Maria da Luz Coelho*

Resumo: Neste trabalho refletimos, a partir de entrevistas com seis professores de História do ensino médio da cidade de são João del-Rei, como/ou se eles relacionam suas memórias à memória desta cidade tricentenária que integra o chamado circuito mineiro de "cidades históricas".
Palavras-chave: ensino de História, memória, lugar.

Abstract: In this work we reflect from interviews with six high school history teachers of the city of São João del-Rei as/or if they relate their memories to the memory of this three hundred years old city that integrates the well-known "historical cities" of Minas Gerais.
Key-words: teaching of History, memory, locality.

Um espaço urbano é percebido de imediato a partir de sua aparência: a disposição do casario, seu estilo, o traçado das ruas, suas praças, monumentos... Imediatamente após, o funcionamento da cidade passa a ocupar quem a visita. Pode-se, nesse contato, estabelecer relação com o lugar visitado a partir de sensações inicialmente efêmeras, mas que ficarão marcadas na memória através de lembranças agradáveis ou não. Os moradores desse espaço vivenciam-no de modo diverso já que, para além do patrimônio arquitetônico, é ali que está constituída a sua rede de relações sociais que envolvem lembranças individuais e coletivas que dão ao sujeito a sensação de pertencimento. Segundo Tuan (1983), nesse caso, temos a constituição de um "lugar", ou seja, a segurança decorrente do estabelecimento de estar entre aqueles com os quais compartilhamos experiências, lembranças e sentimentos. Para ele, podemos conhecer esse lugar intimamente, gostar ou não dele em função das nossas experiências, mas "a sua imagem pode não ser nítida" por sermos "de dentro". Se àquele que "vê de fora", o turista, falta o "peso da realidade" em função da fugacidade de sua visita, o habitante do lugar pode se deixar levar pela banalização dos monumentos e símbolos do espaço urbano.

Cada cidade contém uma história, seja pelo seu patrimônio material e imaterial, seja pela relação que seus moradores com ela estabelecem. O conhecimento dessa história pressupõe um exercício no qual sejamos capazes de, mesmo sendo "de dentro", olhar "de fora" o lugar de nossas experiências num movimento de distanciamento e aproximação desse "objeto" que é, enfim, o nosso "lar". A relação que se estabelece com um "lugar"

* Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Professora de ensino médio Centro Educacional Frei Seráfico

envolve não apenas afetividade, mas também a própria constituição de uma identidade cujo sujeito portador de uma memória – individual e compartilhada – compreende o mundo e a si próprio a partir de referenciais oriundos de sua experiência. Nesse sentido, o espaço urbano como um "universo de imagens" (KNAUSS, 2003) assume uma importância pedagógica, pois seus lugares reservados à preservação da memória têm a função de contar a história da cidade. Segundo Miranda (2004: 85), a cidade vista como um texto é "um lugar de memória e de esquecimento" e os seus "resíduos materiais existentes [...] que se perpetuam como fragmentos objetivos da memória de outros tempos convivem com memórias diversas essenciais à construção de uma identidade". Paradoxalmente, a concretude desses lugares pode levar ao apagamento, ao silenciamento e à negação de memórias diversas sob uma proposta que se queira hegemônica.

A partir dessas questões podemos pensar de que maneira professores de História, numa cidade que se projeta como uma "cidade histórica", lidam com os vestígios materiais de épocas diversas que compõem o cenário no qual estão imersos cotidianamente. Qual será o peso desse cenário na constituição dos saberes e na prática desses docentes, tendo em vista que eles são de lugares distintos dessa cidade que, se olhada com mais acuidade, abriga em seu espaço outras cidades de perfis muito diferentes daquela que se quer única? Será que o ser de uma "cidade histórica" agrega algum tipo de elemento que contribui para a composição do repertório de saberes e representações que os professores têm acerca da História?

De um modo geral, quando nos referimos a uma "cidade histórica", consensualmente pensamos numa cidade colonial. Numa perspectiva do antiquário e do erudito, encerrados "em uma concepção passadista da história" (BLOCH, 2001: p.25), o critério de antigüidade e quantidade do acervo é que define a maior ou menor importância de uma "cidade histórica". Nesse sentido, alguns personagens, fatos, monumentos são selecionados como memoráveis enquanto outros são relegados ao esquecimento. Podemos apreender a história de uma cidade a partir das suas evidências concretas e visíveis, mas também a partir das narrativas de seus moradores. Elas ganham sentido histórico perpassando "todas as dimensões das mais diversas manifestações da vida humana", efetuando-se num jogo em que "procedimentos inconscientes" – recalque, afastamento, reinterpretação das lembranças – deixam entrever uma história constituída de elementos de memória que se quer explicitar e perpetuar, bem como outros tantos que se deseja esquecer (RÜSEN, 2001: 169).

No caso de São João del-Rei, as falas dos professores de História, coletadas em entrevistas com roteiro semi-estruturado, denotam essa ambigüidade entre a lembrança e o esquecimento, quando, no fio da história de cada um, dependendo do local onde se mora e do lugar social que se ocupa, a cidade aparece não como uma, mas várias, independentemente da perspectiva que a classifica, genericamente, como uma "cidade histórica". Por detrás desse rótulo esconde-se uma multiplicidade de vestígios de épocas diversas cujas características estão encravadas nos logradouros públicos, nos prédios, em suas Igrejas etc.

A origem da cidade de São João del-Rei está diretamente relacionada à descoberta e exploração do ouro na colônia, em fins do século XVII, início do XVIII, ainda que a mineração não tenha sido a atividade que motivou o início do povoamento local. Ao que parece, até a descoberta do ouro de aluvião às margens do rio das Mortes, a atividade agropastoril é que caracterizou a economia na região (GRAÇA Filho, 2002: 36). Em 1705, surgiu o arraial que foi elevado à vila em 1713, com o nome de São João del-Rei, denominação que foi mantida após 1838, quando ascendeu à condição de cidade (GAIO Sobrinho, 1996).

Segundo Graça Filho (2002: 36), passado o auge da exploração aurífera, São João del-Rei "retornaria às características primárias de sua economia", cujas atividades – agrícola e pastoril – jamais deixaram de ser praticadas ao lado da mineração. A proximidade com o Rio de Janeiro, sede da Corte a partir de 1808, e o acesso à Estrada Real fizeram de São João "um dos mais importantes caminhos do escoamento da produção mineira" até, pelo menos, meados do século XIX (GRAÇA Filho, 2002: 38-39). Segundo esse autor, ainda que se tenha verificado um refluxo da atividade comercial na região, entre as décadas de 60 e 80 do século XIX, não podemos falar de uma decadência generalizada da economia da cidade que, nesse período, figurou como o segundo município em arrecadação, em Minas Gerais, (GRAÇA Filho, 2002: 40).

Se, na cidade, há uma bibliografia relativamente abundante em relação aos séculos XVIII e XIX, sobre sua história no século XX pouco se escreveu. Segundo Gaio Sobrinho (1995), "o século XVIII é o século do ouro" e ainda "permanece vivo", em São João del-Rei. Apesar dessa visão de decadência após o auge do ouro, nota-se, na cidade, uma relativa prosperidade do final do oitocentos até o início do século XX e isso fica evidente, de acordo com Lima (1995), na arquitetura em estilo variado convivendo com o casario mais antigo. Ainda segundo o autor, apesar do recuo de sua importância econômica,

a partir da primeira metade do último século, a cidade ainda mantém sua "relevância urbana" assentada numa pequena industrialização.

Se pensarmos a cidade como "um texto" (Miranda, 2004), temos escrita, no patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de São João del-Rei, a evolução de uma história bastante peculiar em relação às demais cidades mineiras setecentistas. Ao contrário das outras, o espaço urbano sãojoanense é uma mescla de monumentos que vão desde ruas com construções típicas do século XVIII, até os casarões da segunda metade do século XX, passando pelos prédios datados do oitocentos. Enquanto Tiradentes e Ouro Preto guardam traços preservados do século XVIII em seus "centros históricos", São João caracteriza-se pela mistura de construções de diversas épocas. Conhecê-la produz, às vezes, um estranhamento que pode ser superado quando se olha a cidade como ela é e não como se esperava que fosse. Para o turista, aquele que "vê de fora" (TUAN, 1983), São João del-Rei, cidade tricentenária, é um lugar em que a história se faz presente a todo momento através de seu patrimônio arquitetônico e artístico. O seu cenário pode inspirar surpresa pelo inusitado da multiplicidade de vestígios de épocas distintas postos de forma contígua.

Para além do chamado "centro histórico", São João comporta um mosaico de bairros, a maioria ocupada em épocas mais recentes, como é o caso da Colônia do Marçal. Esse bairro tem sua história ligada à chegada e ao estabelecimento de imigrantes italianos já no século XX quando, ao lado de pequenos sítios voltados para a atividade agropastoril, foram se formando chácaras pertencentes aos habitantes do "centro histórico" voltadas para o descanso e lazer que hoje se tornaram suas moradias permanentes. O bairro de Matosinhos constitui outra região bem marcada sendo quase uma cidade independente, com grande concentração demográfica, centro comercial dinâmico, escolas etc. Em sua rua principal, o trânsito caótico e a poluição – sonora e do ar – indicam a degradação daquele ambiente. Do ponto de vista arquitetônico, temos uma variedade enorme de estilos que vão desde bucólicas casinhas até as construções sem planejamento e de gosto duvidoso. O símbolo da ocupação do bairro está na destruição da Igreja de Bom Jesus do Matosinhos, em estilo barroco, no ano de 1970, e a construção, em seu lugar, de um santuário em moldes modernos. Os moradores do bairro reagem, fortemente, mediante críticas e comentários negativos acerca do Matosinhos. Para aquele que "vê de fora" é difícil entender o sentido de pertencimento dos moradores do bairro.

De um modo geral, percebe-se, entre os sãojoanenses, um consenso com relação ao "atraso" da cidade, cujo passado foi marcado pela grandeza do ouro. Para eles, há um hiato entre o brilho do século XVIII e a opacidade do presente. Quando se referem ao

passado, eles simplesmente ignoram o século XIX e grande parte do XX. Acredito ser essa visão reflexo de uma historiografia que defende a tese da decadência mineira com o esgotamento do ouro. Parece-me que a maioria dos livros didáticos contribui para essa perspectiva, ao tratar da economia oitocentista restrita à cafeicultura. Segundo Graça Filho (2002: 15), a cidade "prosperou no oitocentos e se industrializou embrionariamente no ocaso do Império. E que apesar disto, seus habitantes atuais a chamam de 'a cidade do que já teve', num desabafo que dispõe um passado faustoso diante de um presente não tão promissor".

Atualmente, em função da exploração turística, a cidade vive um momento em que políticas públicas são implementadas de modo a valorizar o seu patrimônio cultural e arquitetônico[1]. A cidade está incluída no roteiro da Estrada Real, um projeto do governo estadual de incentivo ao turismo. Há um discurso oficial de valorização do patrimônio local, mas aquilo que destaca São João del-Rei das demais cidades mineiras – vestígios dos seus quase três séculos de existência postos lado a lado – não se apresenta, ainda, como um diferencial.

E os professores de História na cidade? De que maneira esses sujeitos se posicionam nesse cenário? Nas entrevistas eles foram explicitando o que sentem pela cidade e como nela se sentem. Segundo Miranda (2004: 82), narrar pressupõe "operações de seleção e, conseqüentemente, de exclusão" que espelham esquecimento, negação ou valorização de determinados aspectos da memória que servem para justificar esse sentimento que passa pela noção de pertencimento ou não a um determinado grupo ou lugar. Vejamos, então, o que esses professores têm a dizer sobre São João del-Rei.

Marina é sãojoanense e "ama" a cidade. Para ela, "São João del-Rei, a cidade mais linda do mundo, maravilhosa. Ela se orgulha de ser de "família tradicional". Para ela, a riqueza histórica de São João está relacionada à galeria local de personagens ilustres que deram à cidade projeção na política estadual e nacional.

Raul explicou que é sãojoanense, "nascido lá no centro". Ele se declarou "apaixonado pela cidade" e, olhando a Igreja de São Francisco, pensa nunca ter visto "um quadro pintado desse jeito". O professor mora, desde que se casou, no Matosinhos e se lembra, com saudade, da infância no centro da cidade. Ele avalia que "o povo do Matosinhos não se sente de São João del-Rei". Em

[1] Ao longo de 2007, São João del-Rei torna-se Capital Brasileira de Cultura, sucedendo Olinda. Para ostentar esse título, uma cidade se compromete a investir em vários setores sociais, econômicos e ambientais, de modo a beneficiar toda a população numa perspectiva inclusiva.

sala de aula, num colégio situado nesse bairro, trabalhando a Guerra do Paraguai, Raul pediu que os alunos trouxessem nomes de logradouros públicos cujos nomes os remetessem ao conflito. Apesar das várias ruas no centro com nomes de personagens da Guerra, poucos foram os alunos que cumpriram a tarefa. Segundo o professor, isso demonstra o distanciamento deles com relação à cidade que não sentem como sua. Raul define São João como "uma cidade engraçada [...], que vive mais pela aparência do que por aquilo que é". O professor não soube dizer se gosta menos da cidade hoje, porque já pertenceu à "sociedade" e, mora no Matosinhos: "quando você sai do processo, você é excluído".

Rômulo gosta muito da cidade. Segundo ele, "uma cidade tranqüila" onde conhece todo mundo. Ele nasceu no Tijuco, morou a maior parte de sua vida no Bairro das Fábricas e, depois, mudou-se para o Matosinhos. O professor acha que a cidade já "foi melhor", que ela agora "está muito insegura, [...] os relacionamentos estão cada vez mais distantes". Ele disse ter muito pouca relação com o centro da cidade, "exatamente por morar em bairro". O centro é, simplesmente, "o local que tem que ir para fazer determinadas coisas".

Mariana é sãojoanense, da Colônia do Marçal. Ela gosta da cidade por causa de sua família, mas considera-a "uma cidade sem opção de vida". Mariana se lembra como era difícil morar na Colônia e estudar no centro. A distância era grande e quase não havia ônibus para o bairro. Ela confessa que o centro da cidade "era um caminho" para chegar à escola e, depois, ao trabalho.

Dulce chegou a São João del-Rei já adolescente, vinda de uma cidade próxima. Ela gosta de São João, acha-a "muito bonita", mas sente "tristeza quando vê que não existe uma política voltada para o aspecto cultural". Quando chegou – em meados dos anos de 1960 – foi morar no Matosinhos, depois no centro e hoje está na Colônia do Marçal. Apesar das mudanças, ela nunca se desligou do primeiro bairro onde morou porque sempre trabalhou na escola situada no Matosinhos. Ela disse que considera o centro de São João como sua cidade, que é bonita "pela sua história, pela sua estrutura física [...] o cultural".

Carolina veio de uma cidade maior e mais distante de São João del-Rei. Sua primeira impressão foi de que era "meio descaracterizada, como cidade histórica". Ela veio para São João "por necessidade" e, desde então, por ser muito

"patriota", incomoda-se com a "desvalorização [...] dos habitantes em relação à cidade." Sempre que possível, ela visita, com os alunos, a Serra do Lenheiro, local onde existem inscrições rupestres. Todo ano ela "passa pelos pontos históricos, faz um trabalho relacionado a essa parte de História do Brasil" e visita o Museu Regional, onde um historiador do IPHAN fala "de toda aquela parte de conservação".

De maneira geral, independentemente da cidade onde nasceram, os professores revelaram, em suas falas, um sentimento de não pertencimento, de modo que, nativos ou não, à exceção de Marina, os demais são "estrangeiros" numa cidade onde o binômio identidade/alteridade se faz representar pela oposição entre o "centro histórico" e os bairros do seu entorno.

Segundo Nora (1993: 10), memória é a vida "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento". Nas falas desses professores, os silêncios a respeito de aspectos arquitetônicos de São João del-Rei, o laconismo, a ausência da história local nas salas de aula demonstram uma situação na qual esses sujeitos mostram-se duplamente excluídos. Em primeiro lugar, por não fazerem parte, à exceção de Marina, do grupo de famílias tradicionais que sentem como sendo sua a história da cidade. Depois, a questão espacial define, de certa maneira, o sentido de pertencimento do indivíduo que reconhece como sendo seu "lugar" aquele no qual é possível compartilhar suas lembranças, ou seja, o bairro onde vive.

Quando falam de São João del-Rei, os professores repetem o discurso corrente que fala genericamente de uma "cidade histórica", reforçando o senso comum que nos remete ao período colonial. Ao mesmo tempo, quando rememoram suas histórias, eles se referem aos bairros onde nasceram ou viveram, ou seja, eles falam de seus "lugares". O centro histórico não lhes pertence. A sua beleza é consenso entre os entrevistados, mas, tal qual um "quadro pintado", ele está aí para ser contemplado e não como espaço que abriga sujeitos, experiências e relações de afeto. O distanciamento faz com que esses professores se relacionem com o centro histórico como se ele fosse um "lugar de memória", tal qual um museu ou arquivo que guardam um "estoque material" do que deve ser rememorado, mas que, algumas vezes, provocam, pela sua artificialidade, uma "absoluta falta de vontade de memória" (NORA, 1993).

Os professores sentem-se excluídos. Seus lugares estão, de um modo geral, na periferia daquilo que é considerado representativo de um período glorioso da história da cidade. Eles não compartilham da memória que se remete a um passado colonial faustoso,

enfatizado em detrimento dos períodos subseqüentes. Em contrapartida, a história local não se faz presente em sala de aula. O silêncio atinge até mesmo o período do auge da mineração, quando se fala da região das Minas de forma mais geral. A história de São João aparece, quando muito, de forma pontual, numa abordagem tradicional ligada à ênfase em acontecimentos e/ou personagens isolados, tal como, o local exato do nascimento de Tiradentes, por exemplo. Apenas Carolina desenvolve atividades com seus alunos, utilizando, como recurso, o patrimônio histórico local.

A consideração de um determinado bairro como seu "lugar" não leva a que esses professores façam dele um pretexto para trazer para as aulas a sua própria história e a da cidade com toda sua diversidade. As evidências materiais de que a cidade é mais que um núcleo histórico colonial não estão presentes nas narrativas, nem nas práticas desses professores. Na fala desses sujeitos que não sentem a cidade como sua repete-se o discurso que representa o senso comum. A memória homogeneizadora da cidade não os reconhece e, em contrapartida, eles sobre São João del-Rei se calam. A cidade deixa de ser um pretexto e/ou um "texto" nas aulas de História.

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou, o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CALVINO, Italo. *As cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *Vertentes*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, vol. VIII, 1995, p. 14-22.

____. *Sanjoanidades – Um passeio histórico e turístico por São João del-Rey*. São João del-Rei: A voz do Lenheiro, 1996.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888).* São Paulo: Annablume, 2002.

KNAUSS, Paulo. *Cidade Panteão – produção social da imaginária urbana*. In: KNAUSS, P. (coord.) *Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003, p.175-193.

LIMA, Sérgio J. F. de Sousa. *Arquitetura São-Joanense do Século XVII ao XX*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*, vol. VIII, 1995, p. 47-63.

MIRANDA, Sonia Regina. *Sob o signo da memória: o conhecimento histórico dos professores das séries iniciais.* Tese de Doutorado. Faculdade de Educação - UNICAMP, 2004.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: Projeto História, n. 10, Dezembro/1993, PUC/ São Paulo, p.1-28.

RÜSEN, Jörn, *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica* Brasília: Editora UNB, 2001.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A produção Disney em época de Segunda Guerra Mundial: cinema, história e propaganda

Alexandre Maccari Ferreira[1]

Resumo: Este artigo enfoca o cinema de Walt Disney durante o período da Segunda Guerra Mundial. A partir dos longas-metragens **Saludos, Amigos** (1942) e **The Three Caballeros** (1944) – que se inserem no programa de incentivo dos Estados Unidos à política de "boa-vizinhança", organizada a partir de um plano de angariar apoio da população latino-americana para a guerra contra os países do Eixo – ou de curtas-metragens como **Der Fuehrer's Face** (1942) – que enfoca o horror do cotidiano nazista –, temos as personagens Disney, como Pato Donald e Pateta, apresentando elementos tradicionais de modo didático e caricato, agindo em prol dos esforços de guerra. Amparados em uma análise cinematográfica e fílmica e em um arcabouço teórico acerca das relações entre história e cinema, procuramos estudar as questões que remetem à propaganda política e à difusão da ideologia oficial.
Palavras-chave: Cinema e História; Cinema de Propaganda; Walt Disney.

Abstract: This article focuses on the Walt Disney's cinema during the World War II. In movies such as **Saludos, amigos** (1942) and **The Three Caballeros** (1944) – which insert in the United States incentive program to the politics of "good-neighborhood", organized from a plan to obtain support from the Latin American population for the war against the countries of the Axle – or animated short films as **Der Fuehrer's Face** (1942) – which focuses on the daily nazi horror –, we have the Disney's characters, as Donald Duck and Goofy, presenting traditional elements in a didactic and caricatural way, acting in favour of the war efforts. Supported by a cinematographic and film analysis and by theories concerning the relations between history and cinema, we intend to study the questions arisen from politics propaganda and from the diffusion of the official ideology.
Keywords: Cinema and History; Propaganda Cinema; Walt Disney.

A obra cinematográfica de Disney, durante a década de 1940, ao mesmo tempo em que esteve estritamente ligada aos propósitos políticos de seu país, também se caracterizou pela afirmação e desenvolvimento de sua própria empresa.

Os filmes, seja em longa-metragem ou curta, expressam uma visão norte-americana sobre a ideologia política que o país passava a utilizar, em especial sobre a América Latina. Nos filmes que abordaremos mais detalhadamente **Saludos, Amigos** (1942) e **The Three Caballeros** (1944) (que utilizaremos neste artigo com suas respectivas traduções para o público brasileiro **Alô, Amigos** e **Você já foi à Bahia?**), a fachada dos países, seus pontos turísticos, suas virtudes, seus costumes, as suas tradições, aparecem como blocos que

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES.

identificam e, de certa maneira, ligam-se com alguma parte dos Estados Unidos. As aproximações levam em conta sempre o fator do ser próximo, ou parecido, o que caracteriza dissonâncias em prol de um ser superior ao outro.

Um aspecto que requer atenção é o tratamento dos desenhistas aos aspectos culturais da tradição dos países, abordando todas as dimensões como se fosse uma única realidade, desconsiderando a diversidade cultural de cada um dos países diferentes entre si, e diferentes em si próprios.

Essa problemática aponta para o desejo de singularização que objetiva a norte-americanização dos países latino-americanos, que poderiam ter suas culturas e tradições antigas, mas que o valor do mercado e do capital regeriam as atividades das relações externas, seja com o apoio dado na Segunda Guerra Mundial, ou posteriormente na luta contra a "ameaça comunista", durante a Guerra Fria.

Para Marc Ferro os estudos cinematográficos associados à história devem levar em conta a diversidade de possibilidades em se estudar o filme. As abordagens históricas dimensionam e em algum sentido restringem a criação do cinema, na medida em que se trata de uma forma artística. Entretanto, vale lembrar que mesmo sendo uma representação de arte, o cinema é um conjunto de fatores que se prolongam desde a pré-produção, passando pelas filmagens e terminando na pós-produção e no lançamento no mercado. Salienta-se também a evolução tecnológica da arte cinematográfica e as possibilidades narrativas que certos filmes expressam em sua criação. Trata-se, sobretudo, de uma obra de linguagens que possibilita aliar som e imagem e estabelecer elos com os espectadores. Ferro expõe que

> *o cinema pode tornar-se ainda mais ativo como agente de uma tomada de consciência social, com a condição de que a sociedade não seja somente um objeto de análise a mais, objeto que pode ser filmado brincando de bom selvagem para o benefício de um novo colonizador, o militante-cameraman. Outrora "objeto" para uma "vanguarda", a sociedade pode de agora em diante encarregar-se de si mesma (FERRO, 1992: 15).*

No que se refere a arte do desenho animado em Disney, esse constitui-se como um elemento inovador "caracterizado por uma animação total (todas as partes do corpo se mexem), o uso muito precoce da cor, um cuidado extremado com os desenhos, uma pesquisa permanente de novos rostos e de roteiros adaptados a seu público infantil" (PARAIRE, 1994: 78).

Os desenhos animados, em muitos aspectos, possibilitaram a visão de liberdade total do autor. Um dos maiores diretores de todos os tempos, Sergei Eisenstein, considerou que os desenhos "poderiam reproduzir qualquer visual que um artista pudesse imaginar. Não

eram mais curtas para histórias infantis, mas valiosas criações dignas de se equipararem aos filmes mais realistas" (EBERT, 2004: 402).

Trataremos neste artigo alguns fatores do cinema de propaganda político-ideológica das produções Disney, em especial **Alô, amigos** e **Você já foi à Bahia?**, sendo importante também fazer um breve destaque a um curta de animação: ***Der Fuehrer's Face***.

Nesse curta de animação, agraciado como Oscar® em 1942, a personagem Donald vive como um nazista trabalhando nas fábricas armamentistas. Todo o ambiente é claustrofóbico. Temos a reificicação do homem peça de uma engrenagem, ao mesmo tempo em que tudo à volta do Donald Nazista, tem elementos como a suástica a foto de Hitler e a musicalidade de canções alemãs, levadas a um caráter de auto-ridicularização.

É importante fazer referência a esse curta-metragem, porque, mesmo que nos detemos aos longas da Disney voltados para a América Latina, ele é um exemplo perfeito de propaganda contra a opressão nazista, e que segue uma linhagem de busca do 'fervor' patriótico norte-americano. Logo este exemplo, bem como os longas que trataremos a *posteriori*, possuem um caráter político-ideológico das produções cinematográficas como viés de propaganda de cooptação de massas.

Furhammar e Isaksson explicam que o uso das imagens serve de caminho para explicar e convencer os espectadores, ao mesmo tempo em que visa atingir os espectadores, aproximando-os da tela, conforme a citação abaixo:

> *A propaganda se dirige às emoções e não ao intelecto. Confiando no fato de que as pessoas em estado de excitação são receptivas a influências que de outro modo seriam esquadrinhadas, os propagandistas fazem de tudo que podem para provocar emoções, para que facilmente possam conduzi-las à sua meta política (FURHAMMAR e ISAKSSON, 1976: 148).*

Considerando os estudos de Ferro (1992), Fuhammar e Isaksson (1976), mas principalmente, acompanhando as produções cinematográficas de maior relevância desse período (da década de 1940), podemos formar uma tipologia do cinema de propaganda que percorre os seguintes itens:

a) Ênfase à amizade – a relação entre amigos, que lutam por uma causa comum, ou que se une em prol da felicidade da maioria da população é uma característica que jubila os contatos do cinema com o cotidiano das pessoas;

b) Musicalidade – um elemento de fundamental relevância nesse tipo de filme é o sentido musical e melódico, pois possibilita envolver os telespectadores em um mundo onde o poder da música ainda pode libertar, tranqüilizar e demonstrar união;

c) Dedicação do 'herói-nação' – as proximidades entre os protagonistas com os Estados que eles representam é uma notável constatação que ruma vislumbrar a hipótese de que poucos têm a condição ou nasceram para liderar. Essa imagem de aproximação entre o herói e nação rompe formações históricas. Dessa forma, a nação pode existir em momentos históricos em que não havia esse tipo de percepção pela população;

d) Luta entre bons e maus – mesmo em gêneros díspares como animação, drama, epopéia ou documentário há sempre presente a luta entre bons e maus, maniqueísmo que pertence aos mais diversos níveis de abordagem política, religiosa, social, e que é coloca em destaque quando se propõe alcançar o convencimento. Para fortalecer o sentido de nação, essa deve lutar contra um antagonista, que pode ser personificado por uma ideologia, por outra nação ou por um anti-herói;

e) Aproximação entre personagem e telespectador – a ênfase à família é o principal elemento de aproximação entre personagem e telespectador. O amor pelas crianças, a admiração pela juventude como 'futuro da nação', o cuidado e o carinho pelas mulheres, a admiração pela altivez dos homens, são elementos que glorificam e caracterizam esse tipo elemento comum em produções de caráter propagandístico.

Essas características poderemos ver nos longas-metragens **Alô, amigos** e **Você já foi à Bahia?**, assim como em inúmeras obras de caráter político-ideológico durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Quando os "bom-vizinhos" batem à porta.

Na década de 1940, Walt Disney e outros diretores e produtores de Hollywood, propuseram-se em convencer os telespectadores dos países latino-americanos de suas proximidades com os Estados Unidos, para que os primeiros apoiassem a causa 'americana' ao mesmo tempo em que a causa capitalista. Essa prática comum estava ligada à Política de "boa-vizinhança", plano criado durante o governo Roosevelt.

Ao tratar da "política de boa vizinhança" em sua teoria, Moura explicita que ela possuía as seguintes idéias:

> ***Os Estados Unidos tinham abandonado sua política de intervenção na América Latina; reconheciam a igualdade jurídica entre todas as nações do continente; aceitavam a necessidade de consultas periódicas para resolver os problemas que surgissem entre as repúblicas; e*** *concordava* ***em cooperar por todos os meios para o bem-estar dos povos da América (MOURA, 1986: 17).***

Os norte-americanos, apesar de redigirem um texto nesse formato, prevendo igualdade, avistavam um caminho mais intenso de cuidado com o continente americano como

um todo, trazendo à tona a política do século XIX, da doutrina Monroe, "América para americanos", e estabelecendo vínculos nas décadas de 1930 e 1940 que alcançavam mais a influência da cultura, em que o cinema era um importante veículo de exportação.[2]

Um sentido, nessa busca de se infiltrar na América Latina, pode ser justificado pelo afastamento da América do perigo dos "ismos" (fascismo, nazismo e comunismo), que se levantavam com força em certos países da América Latina, em específico pela abrangência de movimentos eugênicos como o Integralismo no Brasil, e pelo jogo estratégico dos governos brasileiro e argentino nas tratativas ora com as forças do Eixo, ora com os aliados.

Alô, Amigos: ou como precisamos de vocês

O filme **Alô, Amigos,** que estreou mundialmente no Brasil em 24 de agosto de 1942, é uma produção que auxiliou Walt Disney no sentido de sua empresa se re-erguer financeiramente, assim como o ajudou a chegar em maior escala internacional e conquistar, dessa forma, um mercado em nível americano, mesmo que o gênero desenho animado, em geral, esteja voltado para as crianças. Nessa obra, temos além de uma utilização da instrumentalização didática, um sentido mais maduro da busca pelo apelo popular. Os traços dos desenhos atraem o telespectador, seja criança ou adulto. Até então, Pato Donald tinha apenas nove anos de criação, mas já havia atingido um sucesso em suas aparições, tanto que essa personagem de Disney se tornou o recordista da casa em participações no cinema.

A utilização do fator documental insere-se na perspectiva das ações vistas como elemento da realidade. Essa aproximação da animação com o documentário visa estabelecer um sentido de atração, lançando sobre os olhos ingênuos a percepção das relações de amizade, igualdade e respeito pela cultura latino-americana, a partir do olhar tanto dos funcionários de Disney quanto das suas personagens.

Antônio Pedro Tota identifica um sentido de missão relacionada à necessidade de conhecimento do continente latino-americano:

> ***O imperialismo puritano de Disney teve a sutileza de colocar um certo sensualismo na parte do filme que se refere ao Brasil.*** *Alô, Amigos* ***é um filme que mescla cenas reais de documentário com animação. No*** *filme****, um avião parte dos Estados Unidos carregado de desenhistas, músicos e fotógrafos. Missão: procurar personagens para o mundo de Disney.(TOTA, 2000: 135)***

[2] Algumas produções hollywoodianas do início da década de 1930 já buscavam vínculos com a cultura latino-americana, entre os quais destaca-se o filme **Flying down to Rio** (**Voando para o Rio**, Estados Unidos, 1933), dirigido por Thornton Freeland, e que contava com Fred Astaire, Ginger Rogers e o brasileiro Raul Roulien, história que se passa no Rio de Janeiro, ou de **El dia que me quieras** (1935), dirigido por John Reinhardt, com a performance de Carlos Gardel, além de já terem filmes com a participação de Carmem Miranda.

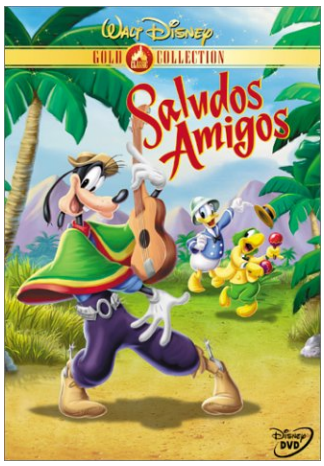

Imagem 1 - Capa do DVD de **Alô, Amigos** da edição Norte-americana.

A parte que se refere ao Brasil é um momento em que a amizade se caracteriza pela relação entre Donald e Zé Carioca ("Joe Carioca" nasce justamente nesse episódio, e simboliza o malandro carioca). Donald por si só já possui grande dificuldade de expressão com sua voz característica. Quando conhece Zé Carioca não entende nada do que o brasileiro está lhe dizendo, mas logo depois tudo é traduzido pelo próprio personagem do Brasil que fala inglês tão bem quanto o português. Esse é o sentimento da necessidade da expressão da fala que, nos dias hoje, marca muito de uma identificação da cultura. O inglês deve ser conhecido por todos os latino-americanos para que esses possam se comunicar com o "amigo" norte-americano.

Assim, em **Alô, amigos**, fica explícito a cordialidade e a sedução que proporciona uma animação musicada entremeada com documentários que carregam em si uma preocupação de não vender uma imagem negativa dos vizinhos da América Latina, mesmo que para isso torne o Pato Donald/norte-americano, um ser um tanto confuso e abobalhado (como é característico da sua personagem até os dias de hoje) que aprende facilmente as lições tidas na América Latina e que pode assim formar grandes amigos por esses "rincões".

Você já foi à Bahia?: ou como podemos agradecer

Já na animação **Você já foi à Bahia?** (filme que teve a estréia mundial no México em 3 de Fevereiro de 1945, e que possui esse título no Brasil por estar relacionado à música referente ao capítulo brasileiro sobre a Bahia, enquanto o título original marca a canção "*The three caballeros*"), segue o propósito do filme **Alô, Amigos**, sendo apresentado em episódios sem a inclusão de imagens do sentido documentário, mas preservando a

intenção didática do panorama de necessidades de compreensão e aceitação de diferentes culturas na América Latina.

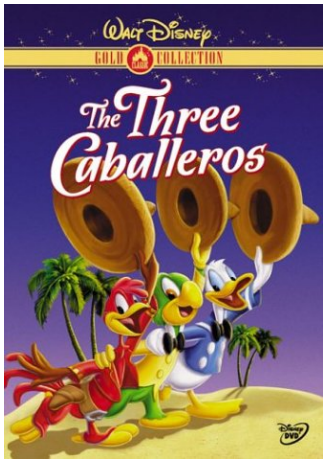

Imagem 2 - Capa do DVD de **Você já foi à Bahia?** da edição norte-americana

Essa produção Disney é uma forma de reafirmar os propósitos da obra anterior e inserir novos e relevantes "amigos" latinos: os mexicanos. A representação do episódio sobre o México enfatiza as tradições desse país, mas soa mais como uma propaganda de turismo, mostrando aspectos históricos dos Astecas, de praias como Acapulco e de danças típicas, em cidades como Vera Cruz. A participação de artistas mexicanas, como Carmen Molina e Dora Luz, também é uma forma de agregar valor humano no sentimento da busca do apoio do México em relação aos Estados Unidos.

Também a idéia de união de bloco Americano é um aspecto que se reafirma nesse filme de Disney. Segundo Tota:

> *Os meios de comunicação, pelo menos no período estudado, foram usados pedagogicamente para americanizar o Brasil. Houve um projeto de americanização, quer dizer, ações deliberadas e planejadas visando a um objetivo. A existência desse projeto não exclui o processo de americanização conduzido pelas forças do mercado. Ao contrário, há evidências da imbricação dos dois processos (TOTA, 2000:191).*

A intenção de cooptar os latino-americanos para o caminho da política interamericana, em que a força do mercado seria um benefício na luta contra o comunismo em ascensão na Europa, evidencia que o processo também fora marcado por um projeto arregimentado a partir da política de *New Deal* de Roosevelt.

Em **Você já foi à Bahia?** nada passa por acaso. A valorização da natureza exuberante da Floresta Amazônica ressaltada na expressão de aves raras da fauna brasileira. A

natureza é tratada como recurso plausível de um bem material a ser explorado. Ressaltam-se, nesse período, os investimentos destinados à extração da borracha na região amazônica, como um importante caminho de exportação, em especial, para o mercado norte-americano.[3]

O gaúcho, meio uruguaio e meio argentino, novamente é utilizado como personagem, porém ao invés do cowboy Pateta - de **Alô, amigos** -, surge um novo modelo: Gauchito, o qual, ao capturar um *burrito* voador, utiliza-o, em prol da importância extremada dada à questão financeira que ele conseguiria, ao vencer corridas de cavalo com seu animal alado.

Um detalhe relevante, e que pode passar despercebido, são as cores do rabo de Zé Carioca, azul e vermelho (cores da bandeira dos Estados Unidos), já que é uma marca da criação da personagem e de seu vínculo com o país de seus inventores.

Em **Você já foi à Bahia?**, a cidade de Salvador é a terra da felicidade, Iaiá ("baianinha tão bonita"), marca o aspecto do turismo sexual dos estrangeiros, o malandro (que tem sua aparência melhorada e carrega sempre consigo um violão) é um conquistador barato de muitas mulheres, o gaúcho um homem de interesses financeiros, e o mexicano na imagem da personagem criada para esse país, Panchito – um alegre galo – um povo que carregava consigo dois revólveres e gritava mais do pensava. Essas imagens estereotipadas traduziam o sentimento de enlace dos valores da tradição com a busca do convencimento de que a união dos três idiomas inglês (Estado Unidos), Espanhol (América Hispânica) e Português (Brasil) seria o caminho da ascensão da América como um todo, mesmo que os desenhos animados de Disney não expressassem a questão dos negros, do valor dos índios, das mulheres como humanas sensíveis, aspectos comuns e relevantes das sociedades latino-americanas.

Referências bibliográficas

EBERT, Roger. **A magia do cinema**. Tradução de Miguel Cohn. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

[3] Um documentário interessante, abordando esse momento histórico, é **Borracha! Para a vitória!** (2004), de Wolney Oliveira, que traz relatos dos chamados soldados da borracha que trabalharam na Amazônia, colaborando para os esforços de guerra e pela necessidade dos Estados Unidos, e suas empresas, em precisar da matéria-prima extraída dos seringais e lançadas para os ianques a um preço baixíssimo. O tom é de denuncia pelo esquecimento desses "militares" sem armas e que hoje vivem esquecidos, em situações de pobreza e dificuldade extremas.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e política**. Tradução de Júlio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**: a penetração cultural americana. 4 ed. São Paulo: Brasiliense,1986.

MOYA, Álvaro de. **O mundo de Disney**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

PARAIRE, Philippe. **O cinema de Hollywood**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Referências de Filmes

BORRACHA! Para a Vitória!. Direção: Wolney Oliveira. VHS, Cor, Documentário. Brasil: MINC/Secretaria do Audiovisual, Fundação Padre Anchieta, TV Cultura, 2004. 56min.

DER Fuhrer's face. Direção: Jack Kinney. DIVX, Cor, Animação. Estados Unidos: Walt Disney Pictures/RKO, 1942. 8min.

EL Dia Que Me Quieras. Direção: John Reinhardt. DVD, Preto e Branco, Drama/Musical. Argentina/Estados Unidos: IC Intenational, 1935. 85min.

FLYING Down To Rio (**Voando Para o Rio**). DVD, Direção: Thornton Freeland. Preto e Branco, Musical. Estados Unidos: IC International, 1933. 89min.

SALUDOS, Amigos. (**Alô, Amigos**). Direção: Walt Disney. DVD, Cor, Animação. Estados Unidos: Walt Disney Home Enterteinment,.1942. 42 min.

SENTA a Pua!. DVD, Direção: Erik de Castro. Preto e Branco, Documentário. Brasil: BSB Cinema Produções Ltda., 2000. 112min.

THE Three Caballeros. (**Você já foi à Bahia?**). Norman Ferguson. DVD, Cor, Animação. Estados Unidos: RKO/Walt Disney Home Enterteinment, 1944. 70 min.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Enredos da Tradição. Intelectuais, lugares de fala e modos de apropriação na construção do folclore regional. Goiás (1940-1980)

Mônica Martins da Silva*

Resumo: O interesse pelo povo e suas práticas constituiu matéria recorrente no processo de reflexão, debate e representações da nação brasileira no século XX. Nos anos de 1940, contexto de marcha para o Oeste, intensifica-se a construção do *hinterland* como o *locus* da tradição, sobretudo, pelos intelectuais memorialistas e folcloristas que, em Goiás, são autores responsáveis pela organização de enredos amparados por linguagens populares como poesias, lendas, mitos e folguedos que são ressignificadas a partir de pesquisas e coletas *in loco* que resultam em artigos, livros, boletins e revistas. Os lugares de fala da tradição são construídos a partir de diferentes modos de apropriação do passado que convergem na organização do folclore regional.
Palavras chave: intelectuais, folclore, tradição.

Résume: l'intérêt par le peuple et leurs pratiques a constitué matière récurrente dans le processus de réflexion, débat et des représentations de la nation brésilienne dans le XX siècle. Dans les années de 1940, contexte de marche pour l'Ouest, s'intensifie la construction du hinterland comme *la locus* de la tradition, surtout, par les intellectuels memorialistes et folkloristes qu' au Goiás, sont des auteurs responsables par l'organisation d'histoires soutenues par des langues populaires comme des poésies, légendes, mythes et folguedos qui sont ressignifiés à partir de recherches et collectes sur place qui résultent dans des articles, livres, bulletins et magazines. Les places de parole de la tradition sont construites à partir de différentes manières d'appropriation du passé qui convergent dans l'organisation du folklore régional.
Mots-clé- intelectuelles, folklore, tradition.

Em Goiás, nos anos de 1930 e 1940, ocorreram inúmeras transformações no campo sócio-cultural, sobretudo pelas mudanças que se operaram na construção e transferência da nova capital no contexto da política varguista de consolidação do Estado nacional brasileiro através da marcha para o Oeste. Esse momento será uma atualização oportunizadora do sentido de que seria preciso "arrancar sobre a *hinterlândia* para construir uma nova totalidade nacional já que naquele contexto *rumar* para o sertão-interior-Oeste seria nacionalizar o Brasil" *grifos meus* (SOUZA, 2002: 82).

* Doutoranda em História Cultural na UnB e professora do CEPAE/UFG.

A construção de Goiânia atualiza o imaginário geográfico existente nos discursos sobre identidade brasileira, só que, desta feita, por meio da urbanização. Os sujeitos que falam pela cidade usam e reforçam a imagem já consagrada por Euclides da Cunha de um país litoral e outro sertão e expressa o orgulho de cumprir uma destinação histórica, e o espírito dos tempos do Estado bandeirante povoa a construção simbólica de Goiânia, concomitante à construção física, sobretudo na celebração dos laços que entremeiam passado e presente nas ocasiões cerimoniais do Batismo Cultural, evento comumente associado às cerimônias do dia 5 de julho de 1942[1], mas que se referem a um conjunto de comemorações que ocorreram entre o dia 1 e 11 de julho. Essas cerimônias são descritas pelo jornalista Pimennta Netto nos anais do Batismo Cultural escrito 26 anos após os eventos, em um momento de reelaboração dos lugares de memória da fundação da cidade já que o 5 de julho teria sido desvalorizado em relação ao 24 de outubro, data do lançamento da pedra fundamental da cidade em 1933 (PIMENTTA NETTO,1993).

O eventos do Batismo Cultural, descritos em uma longa programação que sofreu inúmeras transformações dada a ausência de alguns oradores e de várias personalidades, (PIMENTTA NETTO, 1993:15-16) foram marcados por encontros e congressos[2] que chamariam a atenção do país para a nova capital do oeste além de palestras, conferências, alvoradas, recepções, bailes e inaugurações. Como parte da programação houve a iniciativa da construção de uma grande exposição dos elementos que representariam Goiás, naquele momento, a partir da representação de municípios como Goiás, Santa Rita do Paranaíba e Rio Verde que mostraram as riquezas peculiares da região como produtos agrícolas, minérios, manufaturas, livros como Mboitatá, obra inédita do escritor Nelson Cupertino, que chamava a atenção no capítulo dedicado às belezas e riquezas da Cachoeira Dourada. Havia um pavilhão de informações com setas indicativas do percurso para um completa visita a todas as dependências que incluía restaurante, bares, salão de danças. Havia ainda a Casa do Cabolclo composta de monjolo, currais, bicharadas, chiqueiro, engenho de cana, papagaio, bananeiras, bica d´água, colméia. No ambiente interno havia o tear, as tralhas de cozinha, jiraus para dormir e apetrechos de montaria se misturavam com a viola que os cantadores, à tarde, iam buscar para cantar modas e catiras (PIMENTA NETTO, 1993: 24). Nos momentos de folga, o governo do Estado, por intermédio do DEIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) promovia

[1] Um dos mais expressivos consubstanciadores desse processo simbólico/material do Estado bandeirante, é a estátua do Anhanguera erguida exatamente sobre o cruzamento da Avenida Goiás (projetada) e da antiga estrada que ligava Campinas a Leopoldo de Bulhões (atual Avenida Anhanguera).

[2] Realizaram-se a V Sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da Sociedade Brasileira de Estatística, o VIII Congresso Brasileiro de Educação, a II Exposição Nacional de Educação Cartografia e Estatística e a semana Ruralista do ministério da Agricultura.

demonstrações folclóricas constantes de congadas, cavalhadas, modas de viola, arirê-cum-cum e desafios em cateretês (PIMENTA NETTO, 1993: 29).

A cerimônia do batismo cultural recorre a representações fundantes da nacionalidade brasileira, arranjando-as em acordo com a ocasião ritual para, a partir de então, se constituir como regional. A interpretação do rito de inauguração (SOUZA, 2002) é que exige uma passagem mínima por essa narrativa mítica da brasilidade. É com esse destino entendido como nacional que se acredita realizar a nova cidade, cujo alcance é celebrado em festas em louvor a Goiás e ao Brasil (SOUZA, 2002: 81).

O evento, que reuniu mais de 8.000 pessoas do interior e de outros estados foi uma grande festa que, como parte de sua programação, teve inúmeras apresentações culturais entre elas grupos de festas locais como a Cavalhada de Pirenópolis, na época em processo de rearticulação. Organizou-se como um grande mosaico da cultura goiana, uma soma dos cadinhos culturais na tentativa de se criar um síntese representativa. Goiânia ainda era uma cidade sem memória e, no evento de 1942, se posicionou simbolicamente como a grande intérprete das culturas locais a partir das quais a referência cultural ainda emanava. Por outro lado vê-se a partir da construção de Goiânia, um amplo movimento de várias cidades que perderam muito do seu *status* antigo como Goiás e Pirenópolis na tentativa de criar símbolos distintivos de suas culturas locais que pudessem ser representativos de toda a cultura regional.

O Batismo Cultural é carregado de vários recursos semânticos que compõem o sentido da luta mudancista que acompanha todo o discurso de Pedro Ludovico a partir da qual Goiânia se justificaria atribuindo significado cerimonial a toda ação realizada sobre o lugar a ser cidade-capital. O nome e a cidade expressam o afastamento das resistências à modernização sintetizadas na velha sede, mas preserva em si mesmo o significado da memória histórica para a identidade da coletividade goiana (SOUZA, 2002:80). O Batismo cultural acontece como um ritual de incorporação à nação. Tal ritual, como face antropológica do evento, se organizou como um grande mosaico da cultura goiana, condição propiciada somente após a separação do estado anterior, representado pela porção indesejada da tradição que seria a decadente Vila Boa. A ação de transferir a capital é uma seqüência de contínuas aproximações a um local esperado, onde se pretendia fundar uma nova ordem regional (IDEM: 93). O domínio intelectual desse espaço cuja face cartesiana se justificava como ocupação do vazio pela presença do Estado, possibilitou o controle político e o prolongamento da brasilidade do litoral a imiscuir-se com a brasilidade do sertão por meio da extensão física do poder central (IDEM:95).

Portanto, a década de 1940 é o início do processo de definição do espaço físico, mas também do que caberia a Goiânia na composição cultural e identitária de Goiás como um aglutinador das diversidades regionais goianas. Tal composição cultural vai muito além do ritual estudado por Vidal e Souza, se tornando um processo que se configura como histórico, na medida em que é marcado por acontecimentos como a fundação da Sociedade Goiana do Folclore, da Academia Goiana de Letras e dos primeiros museus como o Museu Estadual de Goiás. Nesse contexto também é criada a primeira Universidade em 1948 que levou o nome de Universidade do Brasil Central, atual UCG. Anos depois em 1960 é criada a UFG sob a influência de um intelectual muito envolvido nas questões culturais e políticas desse tempo: Colemar Natal e Silva que estava vinculado à criação do IHGG (Instituto Histórico e Geográfico de Goiás) (TELES, 1988: 43). No caso de Goiás, não se separava as instituições dos criadores das mesmas. Essa é uma constatação importante, pois, Colemar Natal e Silva, irá se tornar, anos depois, o presidente do IBECC (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura [do Ministério das Relações Exteriores]), instituição amplamente vinculada com a institucionalização do folclore no Brasil. Esse exemplo é emblemático do que ocorre entre os intelectuais nesse período, que participam de todas as instituições culturais, transitando entre elas, dado a ausência de uma especialização intelectual.

A década de 1940 é um ponto nevrálgico para se pensar toda a mudança processada no âmbito do debate sobre uma identidade para Goiás. É neste período que Goiânia ganha legitimidade de cidade, se consolida como nova capital e começa a construir os seus monumentos e lugares de memória como o já citado Museu Estadual, a inauguração do monumento aos bandeirantes em 1942 - em uma praça que ganharia o nome do monumento[3] -, e, posteriormente do monumento às três raças na praça cívica[4] da capital. Entre outros acontecimentos, é criada a Sociedade Goiana do folclore em 1942, a exemplo de outras cidades brasileiras. Esta iniciativa é emblemática do momento porque passava o debate sobre a nacionalidade brasileira no qual a valorização das manifestações populares ganhava força, sobretudo a partir do Estado Novo. Nesse período assume-se uma perspectiva historicista, impondo uma valorização do passado. Nesta postulação de passado, afirma Gomes, concepções estavam sendo propostas e convivendo no discurso da época. A primeira seria a de um passado ligado à cultura popular e que, manifestando-se em um conjunto de tradições, convivia com o

[3] Praça dos Bandeirantes foi recentemente destruída em função de uma reforma no sistema de transporte coletivo. Preservou-se o monumento que fica ilhado.

[4] O referido monumento foi inaugurado em 06 de julho de 1967, como comemoração ao jubileu de prata do Batismo Cultural, atualizando assim os discursos culturais hegemônicos no Brasil, os quais falarão de uma suposta igualdade ou democracia racial.

presente, sendo a-histórico, reafirmando-se uma idéia de tempo não-datado. A segunda seria a de um passado histórico, ligado a uma idéia de tempo linear, cronológico, datado e referido à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão, à qual é vedado conviver com o presente. Assim, se o presente permanecia ancorado no passado como tradição, durante os anos do Estado Novo fazia-se um esforço consciente para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão. Um passado histórico, que não podia, como tradição, coexistir com o presente, mas que era uma fonte de explicação para o novo, uma fonte de evidenciação por contraste do novo. Para Cunha, poder-se-ia entender que a separação entre história (eventos) e folclore (tradição), efetuada neste período, acompanhou ou adequou-se a um modelo técnico de gestão ou concepção dos conflitos e problemas, que caracterizou a intervenção do Estado Novo no âmbito das relações de trabalho e de outras instâncias da vida social. (CUNHA, 1998:167). Uma técnica de gestão que se revela como ferramenta de política de identidades ou de uma nova identidade política.

Em Goiás, o movimento do folclore será um dos lugares de fala da tradição já que a preocupação com as coisas do povo e a preservação de seus costumes e crenças resultava em pesquisas, livros, artigos, cursos e seminários ao mesmo tempo em que ajudava também a construir uma noção mais clara daquilo que ainda era desconhecido. A elaboração de uma leitura desse povo revelava, também, uma busca por sentidos amparados por elementos estáveis que naquele momento poderiam construir uma posição acerca de uma identidade regional. O folclore de Goiás tem as suas primeiras abordagens ainda no início do século XX. Alguns estudos são apontados como pioneiros nessa abordagem como o de Crispiano Tavares, engenheiro mineiro que trabalhou a partir de 1882, por vários anos, em Goiás, na implementação de estradas de ferro e que aproveitou a sua larga experiência no interior goiano para registrar diversos elementos da cultura popular (TAVARES, 1975). O texto de Tavares, no entanto, insere-se num estilo bastante recorrente na época de se escrever a história de Goiás, pois, a temática do folclore compunha não uma narrativa específica, mas um conjunto de elementos que se elegiam para escrever e narrar a história da região como dados de sua geografia, mineralogia, zootecnia, entre outros.

Exemplos semelhantes compõem os textos de Zoroastro Artiaga, Henrique Silva, Moisés Santana e Americano do Brasil, ”ilustres” escritores da primeira metade do século XX. Os textos dessa época postulam a idéia de existência de uma cultura popular original que residiria, sobretudo, nos costumes sertanejos vivenciados na cotidianidade, por pessoas comuns. As narrativas privilegiavam também a identificação da contribuição das três raças fundadoras no

folclore como em Crispiano Tavares, que apresenta as várias contribuições do negro nas congadas, moçambiques, nas lendas do saci (transformação do caipora), a lenda do Romãozinho, do pé-de-garrafa, do negro-d'água (masculinização da lenda de Iara); as contribuições do indígena como a lenda do boto do Araguaia, do caipora, da catira, do caruru, do batuque bem como as contribuições do branco como as Cavalhadas, Folia de Reis, mula sem cabeça, modas, entre outros. Antes de Americano do Brasil, encontra-se poucos nomes que aproveitaram temas folclóricos de Goiás em obras de ficção, como no caso raro de Crispiniano Tavares, que colheu *in loco* o material vivo da tradição em festas do campo, publicado depois da sua morte em l906, juntamente com fábulas e contos literários pela editoria gráfica editora século XX de Uberaba (BRASIL, *op. cit* , p. XLIX).

A legitimidade dos estudos do folclore só se firmou, porém, a partir dos anos de 1970, período de consolidação de uma política cultural para Goiás e da definição das principais instituições fomentadoras desta cultura, uma vez que ainda era muito recente a criação de órgãos públicos gerenciadores da cultura iniciados tardiamente nos anos de 1960, na capital Goiânia, construída nos anos de 1930. Percebe-se neste contexto uma difusão absoluta de narrativas compostas por vários memorialistas locais que procuravam incluir nesse novo cenário regional elementos da cultura de sua localidade como Edmundo Abreu e os Costumes de Itaberaí, antiga Curralinho expressos nas histórias de cavalhadas e caras pretas durante a festa de Nossa Senhora da Abadia (Padroeira da cidade) e a do Divino Espírito Santo; como Maximiano da Mota Teixeira e as histórias do norte de Goiás; Wilson Cavalcante e suas histórias sobre carro de boi em Goiás a partir de vivências em Santa Cruz e Pires do Rio.

A publicação e difusão destes textos, porém, não acontecia gratuitamente. Percebe-se que esses memorialistas possuíam grande trânsito nos meios intelectuais da capital o que pode ser percebido pelos vários agradecimentos e menções a personalidades ilustres, seja na política como na intelectualidade. Algumas cidades foram privilegiadas na escrita e divulgação de folclore como é o caso de Goiás que tinha na folclorista Regina Lacerda a grande referência nas publicações sobre os costumes da cidade. Essa escritora vilaboense, foi também, representante legítima do movimento folclórico e quem, além de inúmeros artigos, escreveu vários livros e representava Goiás nacionalmente nas questões do folclore além de colaborar com Braz de Pina de Pirenópolis na edição do principal periódico do movimento que foi a revista folclórica.

No campo intelectual, observou-se uma explosão de iniciativas e eventos que estimulavam o estudo da cultura popular goiana como os vários concursos literários, reuniões, congressos e o incentivo a publicações. Só no ano de 1973 doze obras que tratavam de algum

aspecto da cultura popular em Goiás estavam no prelo. Na UFG diversos intelectuais estavam ligados direta ou indiretamente ao movimento folclórico, alguns deles vinculados ao museu antropológico, outros ao Instituto de Artes e à faculdade de Educação Física. Os intelectuais do IHGG também estavam diretamente ligados a este movimento, ora através da publicação de artigos na revista do instituto ora através de iniciativas como o I curso de cultura goiana realizado em 1975 com professores membros do IHGG como Basileu Toledo França que lecionou Literatura oral e Ático Vilas Boas que lecionou folclore goiano.

No contexto atual onde os estudos culturais ganharam predominância, a releitura da obra dos folcloristas e memorialistas revela um exercício frutífero de repensar as interpretações atribuídas a nosso passado, pois possibilita rever inúmeros preconceitos direcionados a esses autores considerados ora como conservadores retrógrados ora como ufanistas de um tempo perdido. Atualmente, podemos seguir as pistas das noções de representações e apreender nessas narrativas os modos como a nação e as regiões foram pensadas, narradas, elaboradas, imaginadas, sonhadas, vivenciadas e entendê-las dentro de um complexo processo de imaginação coletiva em que o povo e seus costumes representavam não o começo de uma história, mas o fim de utopias, sonhos e crenças, num tempo de transformações.

Referências bibliográficas:

ABREU, Edmundo Pinheiro de. **Currralinho, seus costumes e sua gente**. Goiânia, Oriente, 1978.

BRASIL, Americano do. **Cancioneiro de Trovas do Brasil Central**. (ed. Crítica de Basileu Toledo França) 2ª ed. Goiânia, Ed. Oriente, 1973.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Festas e Cultura Popular na Formação do Povo Brasileiro*: Mesa Redonda cidadania e projetos culturais no Brasil. In: **Projeto História** – Cultura & Trabalho nº 16 São Paulo, PUC, Fev/ 98. Pp. 146-166.

GOMES, Angela de Castro. *A "Cultura Histórica" do Estado Novo*. Mesa Redonda: Cidadania e projetos culturais: historiadores e folcloristas no Brasil (XIX simpósio nacional da ANPUH, Belo Horizonte, 1997. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 16, Fev/98, p. p.121-141.

Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

LACERDA, Regina. **Papa Ceia. Notícias do Folclore Goiano.** Goiânia, Oriente. 1968.

LACERDA, Regina. *Traços da Cultura Portuguesa em Goiás*. In: **Revista Brasileira do Folclore.** Rio de Janeiro, MEC, 1968.

_____ **Folclore Brasileiro-Goiás.** São Paulo, MEC, 1977.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcante. ***Mestre Carreiro***. In: **A Folclórica** n. 8 . Goiânia, IGF, 1980.

PIMENTA NETTO. **Anais do Batismo Cultural de Goiânia.1942.** Reedição Histórica. Prefeitura Municipal de Goiânia. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.Goiânia, 1993.

SOUZA, Candice Vidal e. *Batismo cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para o Oeste***.** *In* ***Goiânia, cidade pensada***. BOTELHO, T. R. (Org.) Goiânia, Ed. UFG, 2002.

TAVARES, Crispiano. **Contos, Fábulas e Folclore** (ed. Crítica de Basileu Toledo França) Goiânia, Ed. Oriente, 2ª ed., 1975.

TAVARES, Giovana Galvão. **A Trajetória de uma "Casa de Saber": o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970).** Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP (Instituto de Geociências) , mimeo, 2000.

TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia (coletânea de artigos e entrevistas sobre a memória cultural/patrimonial de Goiânia).** Goiânia: Edição do autor. 1988.

TEIXEIRA, Maximiano da Matta. **Outras Estórias de Goiás-Lendas, Terra, Gente**. Goiânia, Unigraf, 1983.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

NSDAP – Grupo Local de Porto Alegre: organização, atividades e difusão simbólica do nacional-socialismo

Imgart Grützmann[1]

Resumo: Esta comunicação apresenta em linhas gerais o projeto de pesquisa *NSDAP – Grupo Local de Porto Alegre: organização, atividades e difusão simbólica do nacional-socialismo*.
Palavras-chave: nacional-socialismo, partido nazista no Rio Grande do Sul, difusão simbólica

Abstract: This paper presents the principals lines of the research project NSDAP- Local Group of Porto Alegre: organization, activities and symbolic diffusion of the National Socialism.
Key-words: National Socialism, Nazi Party in Rio Grande do Sul, symbolic diffusion

Tema e objetivos

O projeto de pesquisa *NSDAP – Grupo Local de Porto Alegre: organização, atividades e difusão simbólica do nacional-socialismo* centra-se na análise da organização do *NSDAP-Ortsgruppe Porto Alegre* (doravante NSDAP-OPA), das suas atividades e da difusão simbólica do nacional-socialismo entre 1931 e 1938. Trata-se de estudar os mecanismos, as estratégias e as práticas acionadas pelo NSDAP-OPA na veiculação do nacional-socialismo e na mobilização política, visando evidenciar o funcionamento deste Grupo a partir de dentro. A escolha da temática justifica-se pela atuação do NSDAP-OPA, pela relevância do tema para a história brasileira e alemã e pela lacuna ainda existente a seu respeito na historiografia[2]. Assim, por meio deste recorte, o projeto visa contribuir para as investigações sobre a atuação do *NSDAP-Nationalsozialistische deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães) e a difusão do nacional-socialismo no Brasil e na América Latina. Para

[1] Doutora em Letras PUCRS. Pós-doutorado em História na UNISINOS.
[2] Os estudos acadêmicos voltados à atuação do NSDAP no Brasil mencionam alguns aspectos do NSDAP-OPA, mas não efetuam uma análise abrangente de sua organização, atividades e difusão simbólica, inserindo-o apenas no contexto geral do nacional-socialismo no Brasil e na América Latina como evidenciam os estudos de MÜLLER (1997), GAUDIG;VEIT (1997); MORAES (2002); GERTZ (1987;1991). Apenas SILVA (2006) detém-se com mais vagar em um aspecto específico: o conflito entre o NSDAP-OPA e a direção do *Turnerbund,* em 1937.

tanto, a investigação desenvolver-se-á em duas fases que, no entanto, são complementares entre si.

A primeira fase da investigação, de caráter mais amplo e empírico, corresponde ao estudo da organização e da atuação do NSDAP-OPA, fundado oficialmente em 20 de dezembro de 1931[3], em Porto Alegre, reconhecido e autorizado pelo NSDAP na Alemanha, que atuou até fevereiro de 1938 quando o exercício das suas atividades foi proibido no Rio Grande do Sul. Embora de caráter mais empírico, a investigação da estrutura e das atividades do NSDAP-OPA não se restringe apenas ao levantamento destes dados e à descrição de seus elementos, mas também engloba o estabelecimento das condições sociais, culturais, econômicas e políticas que favoreceram a emergência, o desenvolvimento e a atuação do NSDAP no Rio Grande do Sul em geral e na cidade de Porto Alegre em particular.

O NSDAP- OPA integrava o *NSDAP Kreis Rio Grande do Sul,* dirigido por Walter Hornig, do qual faziam parte os demais Grupos Locais no Estado, entre eles de Novo Hamburgo, Taquara e da Serra; os pontos de apoio (Stützpunkte), entre eles os de Agudo, Pelotas e Santa Cruz; e as células (Zelle), localizadas em Gramado, Ijuí, Marcelino Ramos e São Leopoldo, entre outras. O *NSDAP Kreis Rio Grande do Sul* estava ligado ao *NSDAP –Landesgruppe Brasilien,* central sediada na cidade de São Paulo, a qual, por sua vez, agregava os demais distritos, a saber: Norte, Centro, São Paulo-Paraná, Santa Catarina. (MORAES, 2002:110). O *Landesgruppe Brasilien*, organizado em maio de 1934, era dirigido por Hans H. von Cossel, repartição essa subordinada à *Auslandsorganisation der NSDAP.* (MÜLLER, 1997; GAUDIG; VEIT, 1997)

A direção do NSDAP-OPA foi exercida por Gustav Herbert Ehricht, operário especializado em esmaltados; Walter Hornig, representante comercial (GERTZ, 1991:54); Dr. Bruno Künne, médico ortopedista; Ernst Steppe; e Friedrich Kötter. A sede definitiva do NSDAP-OPA, denominada de *Deutsches Haus* (Casa Alemã)*,* foi inaugurada em 15 de julho de 1933 e localizava-se na rua Voluntários da Pátria, nr. 2107, ao lado da Usina de Recalque e em frente ao Estaleiro Só & Cia. Neste endereço ocorriam diversas atividades promovidas pelos membros do NSDAP; eram fornecidos, à noite, esclarecimentos sobre o nacional-socialismo aos interessados; encontrava-se a livraria de publicações nazistas; e era organizado o jornal *Für's Dritte Reich. Nachrichtenblatt der Nationalsozialistischen Bewegung Deutschlands für Parteigenosse und Freunde in Rio Grande do Sul (Brasilien),* órgão oficial de divulgação do

[3] Conforme salienta MORAES(2002:105) existem discrepâncias na documentação a respeito do período de formação do NSDAP-OPA.

ideário nacional-socialista e das atividades do NSDAP no Estado, que circulou de março de 1932 a março de 1938.

Pela sua localização a *Deutsches Haus* ocupava uma posição estratégica. A Voluntários da Pátria era uma extensa rua que se estendia pela margem do rio Guaíba a partir do cais central do porto, servindo de via de ligação do centro ao bairro Navegantes, situado na zona norte de Porto Alegre, e de Porto Alegre ao interior do Estado. Ao longo desta rua "instalaram-se, nas primeiras décadas do século XX, as primeiras fábricas da cidade (com destaque para as metalúrgicas, indústrias de alimentação, fiação, tecelagem e mobiliário)" (FORTES, 2004:38) A Voluntários da Pátria estava, portanto, localizada em uma região de grande expansão industrial, região essa na qual se concentrava o maior número de estabelecimentos em mãos de imigrantes alemães e de seus descendentes. Esta região, especialmente os bairros Navegantes/São João, núcleo do Quarto Distrito, atraía imigrantes de origem alemã e de outras etnias em função da grande concentração de indústrias e de estabelecimentos especializados no ramo de transportes, Distrito esse no qual atuava uma das células do NSDAP–OPA. A localização da *Deutsches Haus* na rua Voluntários e a atuação de uma das células no cerne do distrito industrial eram estratégicos em virtude dos interesses econômicos que estavam em jogo, do número considerável de cidadãos alemães que podiam se filiar ao NSDAP e da questão ideológica, na medida em que o NSDAP, como sugere seu nome, e o nacional-socialismo fizeram do trabalho e trabalhador/operário alemão um de seus pilares de sustentação. (FREI, 2002; HITLER, 2001; MICHALKA, 1994)

Assim, a investigação da estrutura e das atividades do NSDAP-OPA prevista para esta fase do projeto engloba o levantamento e a análise dos seguintes aspectos: 1) a hierarquia partidária; 2) o número de células e blocos atuantes na Capital; 3) a situação e posição de classe dos seus membros, bem como de seu capital cultural, econômico e simbólico.(BOURDIEU; 1987); 4) as redes e os espaços de sociabilidade (LECLERC, 2004; SIRINELLI, 1997), ou seja, a articulação dos seus dirigentes e membros aos seus pares e ao coletivo, especialmente as relações do NSDAP-OPA com: a) o *NSDAP – Landesgruppe Brasilien* e a *Auslandsorganisation der NSDAP;* b) os emissários alemães enviados ao Brasil e as instituições responsáveis pela sua vinda; c) as organizações de fomento da germanidade no exterior (LUTHER, 2004); d) as lideranças econômicas, culturais e políticas de Porto Alegre; e) as sociedades, ligas, escolas, igrejas e imprensa criadas e dirigidas por imigrantes e seus descendentes com sede em Porto Alegre, notadamente a *Verband Deutscher Vereine* e *Turnerbund;* f) a palavra impressa à

disposição do NSDAP-OPA, especialmente o jornal *Für's Dritte Reich,* a livraria instalada na *Deutsches Haus* e a *N.S. Buchversand* que distribuíam livros e periódicos nacional-socialistas.

Esta primeira fase da pesquisa também contempla a análise dos deparamentos do NSDAP-OPA, de seus membros e de suas atividades, a saber: *Deutsche Arbeitsgemeinschaft*, voltada aos trabalhadores; *Nationalsozialistische Frauenschaft,* centrada nas mulheres; *Deutschbrasilianischer Jugendring* e *Deutsche Mädelschaft im Deutschbrasilianischen Jugendring*, destinado ao trabalho com os jovens; *Sportabteilung*, dedicado às práticas esportivas, especialmente ao futebol.

A análise das atividades organizadas e desenvolvidas pelo NSDAP-OPA também engloba as ações organizadas pelas células em separado e/ou em conjunto, entre elas: *Pflichtabende*, restritas aos membros do NSDAP destinadas à realização de eleições, prestações de contas e discussões de assuntos internos; *Schulungsabende/Sprechabende,* abertas a convidados de membros do NSDAP, nas quais ocorriam palestras a respeito de temas relevantes do nacional-socialismo; recepções a emissários alemães; encontros com tripulações de navios alemães atracados em Porto Alegre; sessões centradas na apresentação de filmes e documentários alemães e de audições radiofônicas; excursões; jogos de futebol; noites dedicadas a canções e jograis; e a festa natalina, denominada de *Nürnberger Weihnachtsmarkt.* Também será investigada a participação do NSDAP-OPA na *Winterhilfswerke* obra de caridade destinada a arrecadar fundos para os necessitados na Alemanha durante o inverno e na organização do *Eintopf* que abria e fechava o período da campanha beneficente, consistindo em um encontro no qual era servido um único prato: o cozido. Ainda integra esta análise das atividades do NSDAP-OPA o calendário nazista (FREI, 2002) de comemorações e festividades que pontuavam o ano civil e pretendiam, por meio de formas simbólicas e rituais, reproduzir e propagar as idéias centrais e os padrões de ordem do nacional-socialismo (MOSSE, 1976) ao público em geral, atuando, por intermédio do universo simbólico, como força de socialização ideológica. Em Porto Alegre, foram comemoradas, até o ano de 1937, as seguintes datas: 30 de janeiro, dia da ascensão de Adolf Hitler ao poder; *Reminiscere*, o segundo domingo da quaresma, dedicado aos soldados mortos na Primeira Guerra Mundial; 20 de abril, aniversário de Adolf Hitler; 1º. de maio, dia do trabalho alemão; *Sonnwendfeier*, geralmente festejado no dia 24 de junho; *Erntedankfest*, ocorria na segunda semana de outubro; 9 de novembro, dia dos que pereceram pelo Nacional-Socialismo.

O cerne da pesquisa, no entanto, será desenvolvido em sua segunda fase que corresponde a um estudo mais pontual das formas simbólicas (discursos, poemas, jograis, símbolos, imagens, entre outras) acionadas pelo NSDAP-OPA na difusão do ideário nacional-socialista em Porto Alegre entre 1931 e 1938, notadamente por meio do calendário nazista de comemorações e de outras práticas de propaganda e doutrinação. Esta análise não visa apenas averiguar a propaganda direta dos elementos retomados do ideário nacional-socialista (FREI, 2002; HITLER, 2001; MOSSE, 1979; THAMER, 2002), mas também analisar seu conteúdo e movimento, ou seja, evidenciar a história das representações, rituais e comemorações acionadas em Porto Alegre e as apropriações aqui efetuadas, especialmente os sentidos a eles atribuídos, as práticas discursivas empregadas em sua difusão, os lugares em que foram acionados e as lembranças que evocaram. Nesta análise será fundamental evidenciar as associações efetuadas entre elementos do ideário nacional-socialista com elementos do germanismo, ideologia etnocêntrica propagada com maior intensidade a partir de 1890 no Rio Grande do Sul (GERTZ, 1987;1991;GRÜTZMANN, 2003; PAIVA, 1984; SEYFERTH, 1981). Desta forma, pretende-se estudar os elementos acionados capazes de estabelecer um elo comum entre os defensores do germanismo e os partidários do nacional-socialismo e de favorecer a recepção e penetração do ideário nacional-socialista em segmentos de origem alemã da população. Com base nestas considerações, as formas simbólicas, representações, os rituais e as comemorações construídas e acionadas pelo NSDAP-OPA não serão vistas como um campo autônomo e nem apenas como reproduções/cópias, mas como resultantes de um processo de apropriação, seleção e ressignificação em um contexto histórico-cultural específico. Sua criação e seleção, bem como a apropriação de determinados elementos, serão analisadas como decorrentes da problemática política, social e cultural de seu contexto de surgimento, reprodução e distribuição, bem como de sua inserção em práticas e redes sociais vigentes na década de 1930 no Brasil e na Alemanha.

Documentação e Fundamentação teórico-metodológica

A base documental da investigação consistirá principalmente de matérias, anúncios, notícias, relatos, discursos, imagens e listagens referentes às atividades do NSDAP-OPA, publicadas em jornais de língua alemã editados no Brasil e na Alemanha, visto que este tipo de documentação permite uma aproximação maior com o objeto de estudo, especialmente na

segunda fase do projeto. Por se tratar de fontes divulgadas em periódicos leva-se em consideração na sua análise que "na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado" (CAPELATO, 1988:22) e que "a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social."(Idem:21)

Um segundo tipo de fonte consiste na chamada documentação oficial que tramitou durante o período de atuação do NSDAP-OPA, composta de correspondências, relatórios, fichas, pareceres e material de propaganda, entre outros, expedida e/ou recebida pelo NSDAP-OPA, *NSDAP-Landesgruppe Brasilien,* consulado alemão de Porto Alegre, pela embaixada alemã no Brasil, *Auslandsorganisation der NSDAP* e por outros órgãos alemães, documentação essa a ser pesquisada principalmente em instituições e acervos da Alemanha.

Um outro tipo de documentação a ser analisada na investigação engloba um conjunto de diversas fontes procedentes dos órgãos policiais brasileiros que foi recebida e expedida após a proibição do NSDAP no Brasil. Esta documentação requer um cuidado especial, em virtude do olhar peculiar, oriundo da campanha de nacionalização, que permeia grande parte das avaliações da presença do nacional-socialismo no Rio Grande do Sul. Esta problemática já foi aventada por Gertz ao afirmar que "a bibliografia de origem policial e política da época mostra que se partia da pressuposição de que a quase totalidade da população do Rio Grande do Sul (...) era nazista." (GERTZ, 1987: 87)

A pesquisa baseia-se em instrumental teórico-metodológico oriundo da História Cultural que "tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler". (CHARTIER, 1990: 16-17) Na base desta formulação está a idéia de que a realidade é formada por componentes simbólicos e interpretativos e a vida social "é, até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através de palavras e símbolos como pelo uso da força física." (THOMPSON, 1999:19) Dentro desta perspectiva opera-se com o conceito de formas simbólicas que na concepção de Thompson (1999:79) configuram "um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como constructos significativos" nas quais o autor inclui expressões lingüísticas, gestos, ações, obras de arte, objetos, símbolos, entre outros. Para Thompson (idem:22-23), formas simbólicas constituem fenômenos significativos contextualizados que são produzidos e recebidos dentro de contextos sócio-históricos específicos,

possuindo uma estrutura articulada e imbuídas de uma função construtora da realidade, razão pela qual também podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de dominação. No entanto, como observa Bourdieu (1998), o poder simbólico só se exerce quando é reconhecido. Outro conceito norteador é o de representações sociais, proposto por Chartier (1990:19), para quem a apreensão e a organização do mundo social estão mediados por esquemas de classificação, divisão e delimitação que criam figuras ou representações que à revelia dos atores sociais "traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e (...)descrevem a sociedade tal como pensam que ela é , ou como gostariam que fosse."

A análise das formas simbólicas e das representações acionadas pelo NSDAP-OPA e sua inserção no contexto sócio-cultural da década de 1930 segue as orientações metodológicas da hermenêutica de profundidade (HP) desenvolvida por Thompson (1999) para o estudo das formas simbólicas em contextos estruturados que o autor compreende como um referencial amplo, dividido em três procedimentos principais: 1) a análise sócio-histórica voltada às condições de produção, circulação e recepção das formas simbólicas; 2) a análise formal, ou seja, "estudar as formas simbólicas como construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada" (idem:34), centrando-se no estudo da organização interna, das características estruturais, dos padrões e das relações das formas simbólicas, no caso, a partir de proposições da Teoria Literária e da Lingüística. Nesta pesquisa, um dos focos centrais será a linguagem "que é muito incisiva na política. E isso porque política significa, em primeiro lugar, falar". (MERGEL, 2003) Por essa razão, destacar-se-ão as estratégias argumentativas (PERLEMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002) que são particularmente úteis para o estudo do discurso político; 3) a interpretação/re-interpretação voltada para a análise dos resultados obtidos nas fases anteriores, análise essa que ultrapassa a simples contextualização das formas simbólicas, estando em busca de possíveis significados para além do representado e das interpretações já existentes no campo objetivo pré-interpretado do qual faz parte o investigador e seu objeto de investigação. Em cada um destes procedimentos, Thompson admite a inserção de métodos de pesquisa, bem como de aportes teóricos, desde de que sejam adequados para o objeto de análise e para as circunstâncias específicas da investigação.

Referências

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil.* São Paulo: Contexto, 1988.

CHARTIER, R. *A história cultural.* Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas.* Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREI, N. *Der Führerstaat.* München: Dtv, 2002.

GAUDIG, O.; VEIT, P. *Der Widerschein des Nazismus.* Berlin: Wvb, 1997.

GERTZ, R. *O fascismo no sul do Brasil.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O perigo alemão.* Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

GRÜTZMANN, I. O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. *História-Unisinos,* vol.7, n.8, p.115-169, 2003.

HITLER, A. *Minha luta.* São Paulo: Centauro, 2001.

LECLERC, G. *Sociologia dos intelectuais.* São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2004.

LUTHER, T. *Volkstumspolitik des Deutschen Reiches 1933-1938.* Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

MERGEL, T. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. *História-Unisinos,* vol.7, n.8, p.11-55, 2003.

MICHALKA, W. (Hg.) *Deutsche Geschichte 1933-1945.* Frankfurt/Main: Fischer, 1994.

MORAES, L. E. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro.* (Tese de doutorado), Fachbereich Geschichte, Technische Universität zu Berlin, 2002.

MOSSE, G. L. *Die Nationalisierung der Massen.* Frankfurt/Main; Berlin:Ullstein, 1976.

_____. *Ein Volk, ein Reich, ein Führer:* die völkische Ursprünge des Nationalsozialismus. Königstein/Ts: Athenäum, 1979.

MÜLLER, J. *Nationalsozialismus in Lateinamerika:* Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Stuttgart: Akademischer Verlag, 1997.

PAIVA, C. *Die deutschsprachige Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik.* (Tese de doutorado), Universität Hamburg, 1984.

PERLEMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação:* a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SIRINELLI, J.-F. Les élites culturelles. In: ____; RIOUX, J.-P. (Orgs.) *Pour une histoire culturelle.* Paris: Seuil, 1997. p.275-296.

SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica.* Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, H. K. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão.* São Leopoldo: Oikos, 2006.

THAMER, U. *Der Nationalsozialismus.* Stuttgart: Reclam, 2002.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Estado de Pernambuco apartir do ano 1945. Conflitos e Acomodações.

Hugo José Guedes Moura*

RESUMO: Este texto trabalha com a construção das eleições no ano de 1945, e de como os jornais de circulação do Estado de Pernambuco vão divulgar essas eleições, e dessa maneira discutindo o nacional e o local a partir de matérias desses jornais. O ano de 1945 vai adquirir relevância nesse sentido por que esse ano se caracteriza como um momento de transição, tanto na política como no econômico e social. Ao estudar esse momento de transição percebemos como a construção de uma participação popular e uma abertura para as escolhas políticas é influenciada e influenciam a sociedade no momento.
Palavras-chaves: Jornais, Transição, Eleição.

ABSTRACT: This text works with the construction of the elections in the year of 1945, and of as the periodicals of circulation of the State of Pernambuco go to divulge these elections, and in this way arguing national and the place from substances of these periodicals. The year of 1945 goes to acquire relevance in this direction because this year if characterizes as a transition moment, as much in the politics as in economic and the social one. When studying this moment of transition we perceive as the construction of a popular participation and an opening for the choices politics is influenced and influences the society at the moment.
Key-words: Periodicals, Transition, Election.

Os debates, que deram origem a esse artigo, tiveram como ponto de partida três obras de autores regionais de anos diferentes, porém que tencionavam explicar a formação de uma nação e de um povo brasileiro. Os autores e as obras foram Manoel Bomfim, A América Latina: Males da origem (BONFIM, 1993), Gilberto Freyre com a obra Nordeste (Freyre, 1937) e Luis da Câmara Cascudo, com A Historia da Alimentação no Brasil (CASCUDO, 2004), a partir desses estudos iniciamos discussões a respeito da construção de uma idéia de regionalidade.

* Mestrando em História, UFRPE.

Esses estudos tratam do Brasil da Primeira Republica um país que estava se definindo e que buscava ressaltar suas qualidades. Manoel Bomfim, estudioso de formação medica, nascido no Estado de Sergipe, publicou livros que analisavam a Historia do Brasil e de uma maneira geral os problemas que ele identificava nas colônias Latino-Americanas. A sua abordagem vai apontar uma co-responsabilidade dos colonizadores pelos males que assolavam esses paises da América Latina. A leitura do livro A América Latina: Males de Origem, um marco na obra de Manuel Bomfim, nos leva a observar uma escrita voltada para as populações do lado do atlântico que sofreram "desde o começo, um regime preposto exclusivamente à exploração parasitaria" (BONFIM, 1993). Essa frase mostra o quanto maléfica foi o inicio da construção das nações Latino Americanas na visão de Bomfim.

Gilberto Freyre foi trabalhado a partir do livro Nordeste, no qual foi discutida a região, apartir da sua economia, da sua configuração social e o meio ambiente. Partindo dessa abordagem Freyre tenta mostrar o Nordeste naquele período, sua concepção de região tem muito do seu envolvimento político com essa parte do Brasil que Freyre tanto gostava. Vários serão os seus livros, se não todos que mostram um Brasil cujo marco inicial com o senhor de engenho, o negro e o índio. Mistura esta cujo resultado vai produzir um tipo específico, que seria o brasileiro.

Outro livro trabalhado, o já citado História da Alimentação no Brasil de Câmara Cascudo, faz uma analise do Brasil apartir de sua alimentação, elaborando uma espécie de genealogia da alimentação do brasileiro. Analisando uma documentação que permite identificar quais eram as preferências dos brasileiros e de onde se originavam, procedendo a uma interpretação onde os índios, os portugueses e os negros estariam como pilar inicial da alimentação brasileira. Luiz da Câmara Cascudo apresenta um Brasil que tem na mistura alimentar um forte reflexo de sua organização social.

Ao apresentar uma discussão em torno do que seria um regionalismo, ou uma região faço referência ao estudo de Durval Muniz, intitulado A Invenção do Nordeste e outras artes (Muniz, 1999) seguindo esse pensamento para fazer um contraponto às questões que me surgiram ao encontrar na documentação referências a essa região chamada Nordeste que vão muito além da concepção geográfica como colocou Durval. Os objetivos do trabalho seriam mostrar como foi se dando à construção política da eleição em Pernambuco no ano de 1945 nos jornais do Estado, e de que forma é apresentada a questão regional quando ela ganha as paginas desses jornais.

Objetivando relacionar tais textos ao meu trabalho, que aborda a questão da transição entre o segundo governo Vargas[1] e o retorno à democracia através das eleições presidenciais de 1945, me proponho fazer uma discussão de como a questão do regionalismo, com relação ao Nordeste vai ser implementada. E para ilustrar essa discussão farei uso de algumas reportagens em jornais de circulação local no período por mim abordado, o ano de 1945[2].

O retorno democrático de 1945 vai ser apresentado de forma a passar a idéia de que o país tinha uma tradição em participação popular, possuía uma característica de respeito as diferentes opiniões. O período de 1930 a 1945 vai provocar algumas mudanças na estrutura política, social e cultural que levaram a possibilitar a construção dessas idéias e aqui pretendo explorar essas transformações.

O inicio de uma vida republicana no país foi tão conturbado para as elites como para a população em geral, exemplos disso foram os vários conflitos registrados em partes distintas da república, mostrando as contradições existentes em cada canto do Brasil. Esses fatos irão exprimir muito do quanto para as elites políticas e econômicas do país a participação de outros atores era impensável na pratica. As ações que aconteceram no país durante a tentativa de uma vida republicana caracterizadas pelo controle da participação dos analfabetos, mulheres, militares de baixa patente, entre outros. A não participação oficial desses segmentos vai fazer como a saída seja um confronto com o poder instituído da época[3].

O caso de Canudos vai ficar conhecido por que evidencia de uma maneira muito forte o desconhecimento de uma região pela outra e a dificuldade que existia dessa população do sertão nordestino ser vista enquanto brasileira. Estes homens e mulheres eram apresentados como monarquistas no lado político, pessoas fracas e de pouca capacidade moral e física. Enfim ainda estávamos atrás do nosso modelo de brasileiro e essa população não se encaixava nos sonhos de alguns teóricos[4].

Durante a primeira metade do século XX vão aparecer respostas sobre quem seriam os brasileiros. E serão quase em sua maioria respostas colocando os mesmos como um povo que precisa de uma configuração mais européia, sintetizado pela cor branca, desvalorizando o elemento mestiço. A questão de mestiçagem e de valorização da mistura

---

[1] Governo iniciado no ano de 1937 com um golpe instaurando o chamado Estado Novo.

[2] Referimos-nos aos jornais Folha da Manhã e Diário de Pernambuco, ambos consultados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, APEJE.

[3] Como exemplo citamos o conflito conhecido como Revolta da Vacina, abordada por José Murilo de Carvalho. CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que näo foi. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

[4] Nesse momento o país estava tentando encontrar o seu modelo de homem e as idéias eugênicas circularam com grande força a partir de 1910 a 1920, principalmente no Rio de Janeiro.

ocorrida no Brasil vai ser mais bem colocada quando ocorre a publicação de Casa Grande e Senzala (Freyre, 1995) já nos anos 30, livro no qual vai ser valorizada a mistura ocorrida nos trópicos. O pernambucano Gilberto Freyre é quem coloca a noção de que a colonização portuguesa é responsável por uma civilização muito resistente e adaptada a vida nessas regiões.

Com a chegada de Vargas ao poder como presidente do país, o Brasil vai viver um novo momento na sua vida republicana, muitos Estados apoiaram o golpe que levou Vargas ao poder, e nesse momento vai ser iniciada uma política mais centralizada onde os Estados tinham que ser ligados diretamente ao governo central. Os anos que se seguem à revolução de 1930 (FAUSTO, 1997), levam o país a uma centralização política cada vez maior, e alguns Estados vão procurar entrar na esfera de decisões nacionais.

O Governo Vargas (1930-1945).

A questão de centralização política, desencadeada com a revolução de 1930, vai ser vista por alguns Estados da região Nordeste como o momento de lutarem por influencia e ajuda do governo central. Antes da revolução de 1930 já ocorriam entre a intelectualidade e os políticos nordestinos a idéia de que a região tinha que se unir para conseguir investimentos do governo central.

Os acontecimentos que foram expostos acima como relativos à política nacional ocorreram também na esfera estadual, após a Revolução de 1930, quem assume a interventoria nos Estados nordestinos são geralmente tenentes ligados a Vargas, o Estado de Pernambuco não fará parte dessa lista visto que no período de 1930 a 1937 será governado por um civil, Carlos de Lima Cavalcante ligado aos usineiros.

Após o golpe de 1937 que será acompanhado com entusiasmo por alguns brasileiros que viam no elemento comunista um traidor da pátria. Ocorre em Pernambuco uma troca de poder que deixara Agamenon Magalhães como o interventor do Estado. Ao assumir a interventoria Agamenon Magalhães lança um plano de modernização e reorganização política, social e cultural para Pernambuco.

Tais mudanças são operadas num período onde a população não tinha muito como interferir formalmente já que o voto era impossível e a representatividade sindical era controlada, sem opção de debate. Assim as possibilidades de representação via estado livre eram inexistentes. Alguns grupos se manifestaram quando se sentiaram coagidos, temos como exemplo os conflitos que ocorrem durante as derrubadas dos mocambos[5]. Visto que a

[5] Os conflitos ocorridos entre a população e os agentes do Estado não chega a colocar em questão a pratica estatal da derrubada irrestrita dos mocambos e nem leva a discussões maiores na imprensa.

atuação da Liga Social Contra o Mocambo durante seu período de existência vai propagar a idéia de que o mocambo tinha que ser radicalmente eliminado, e mesmo que a população pobre tentasse ir contra a atitude autoritária do Estado eles tinham que enfrentar a propaganda contraria feita pelo Estado que divulgavam tais medidas como de melhorias urbanas.

Nenhuma mudança afetará mais a vida das pessoas quanto à volta a liberdade, e a possibilidade de pelo menos teoricamente expressar opinião, por que falo teoricamente por que mesmo em 1945 a atuação da policia política do governo vai continuar existindo como podemos perceber pela produção documental existente nos arquivos espalhados pelo país. Desse modo quando no ano de 1945 ocorre o início da abertura política vamos encontrar nas paginas dos jornais o tema da política nacional, sendo divulgado e discutido. A configuração desse momento é que o ministro da justiça e antigo interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães apresenta um código eleitoral que inibe os partidos regionalizados, os partidos teriam que possuir representatividade nacional, não poderiam mais existir partidos Estaduais, como então será construída a eleição nesse ano 1945.

O ano parecia tranqüilo nas paginas dos jornais, apesar de muitas noticias sobre a guerra o Brasil estava saindo vitorioso. Em Pernambuco as noticias da guerra ganham sempre destaque na primeira pagina e não se tinha idéia, pelo menos não que fosse suficiente para ganhar as paginas dos jornais, de que mudanças estavam para acontecer.

Dentre as manchetes do ano recebem destaque e por isso nos chamam a atenção às viagens de Agamenon Magalhães ao Rio de Janeiro, capital federal, a freqüência das suas viagens durante os meses de janeiro, fevereiro até março, podem vir a sinalizar que algo está pra acontecer ou simplesmente como declarava para os jornais o Interventor "estava tratando de assuntos relevantes para a região"(folha da manhã, 1945) e para Pernambuco. Com relação à região não acreditamos muito nessa possibilidade até por que outros interventores da região estavam no Sudeste falando por seus Estados o que diluiria a reivindicação em bloco, porém poderia ser de fato que ele discutisse os problemas de Pernambuco.

A possibilidade de essas viagens objetivarem reinvidicar ajuda para os problemas relativos a Pernambuco, também era provável já que o Estado precisava de recursos para manter os investimentos por ele planejados, como a destruição dos mocambos para a construção de casas populares, da Liga Social Contra os Mocambos. Mas as suas reuniões com diversos ministros e com chefes militares poderiam sinalizar que outros assuntos estivessem já cogitados entre os que estavam no poder daquele momento, já que internacionalmente a questão da liberdade política era debatida. Noticias como eleições na

França, na argentina entre outras eram veiculadas nos jornais da época, a proximidade com os Estados Unidos da América também sinalizavam essa possibilidade. Durante o Estado Novo as reivindicações por mais liberdade não param, apesar do Estado querer se mostrar totalitário os confrontos ocorria e agora adquiriam uma visibilidade, podiam não chegar a serem conhecidos em todo o país, mas as reivindicações ocorriam com certa intensidade.

Concentrando-se apenas nas noticias dos jornais podemos verificar que algumas declarações entre as classes armadas já sinalizavam que uma possível troca de governo teria assegurada todas as condições para acontecer. Visto que as forças armadas garantiriam a paz necessária. Observar-se então que as reuniões do interventor pernambucano no Rio de Janeiro poderiam ser para tratar das possíveis eleições, e de como fariam para manter a unidade alcançada até então.

Continuando na discussão das noticias dos jornais percebemos que ao passar dos dias aumenta de forma significativa as noticias veiculadas as eleições. E podemos dividir essas noticias para melhor entendermos a construção desse momento que ira mudar de forma radical a configuração social do Brasil.

No momento delimitado por nós como pré-noticia[6] são veiculadas informações que nos dão informam que as viagens de Agamenon Magalhães estão freqüentes e suas reuniões com o primeiro escalão do governo nacional podem estar fugindo a uma discussão dos problemas regional ou local. Como uma noticia que tem o titulo "TUDO MARCHA BEM[7]", ou "LONGA CONFERENCIA ENTRE O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS E O INTERVENTOR AGAMENON MAGALHÃES[8]", e podemos notar também nessas manchetes que quem se coloca como de Pernambuco na maioria das vezes é o próprio Agamenon, e quando ele se define como de Pernambuco se esquiva das perguntas dos jornalistas dizendo que trata dos problemas do seu Estado.

Assim o segundo momento pode ser colocado como o de falar das eleições mesmo elas não tendo entrado em vigor como lei, nem terem sido anunciadas pelo Presidente. Há uma reportagem bastante significativa de Góis Monteiro a esse respeito, nessa entrevista ele coloca que o Estado Novo foi necessário para evitar um mal maior, mas que agora a população brasileira aprendeu a lição e deve ter direito a voto geral e direto e fala também sobre a anistia. A declaração do presidente a respeito de possíveis eleições vai ser feita

[6] Para melhor compreensão de nossas fontes delimitamos as notícias nas mesmas como pré-eleição, seriam aquelas noticias de 1945 que não tocavam na questão, antecedendo o período de formulação das possibilidades de eleição naquele ano. E Eleição, as noticias que tratavam das discussões políticas entorno das possibilidades de eleição ou da eleição propriamente dita.
[7] Folha da Manhã, Recife-Pe 23/01/1945 pág. 01.
[8] Folha da Manhã, Recife-Pe 19/01/1945 pág.01. .

durante sua estadia nos Estados Unidos da América, e a reportagem e praticamente a mesma em dois jornais da cidade do Recife no Diário de Pernambuco e na Folha da Manhã, o que vai mudar é que a folha coloca possíveis eleições este ano e o diário a carteira de identidade substituirá o titulo de eleitor. Essas duas matérias servem para colocar como a questão da eleição se torna matéria de jornal e de conflitos entre eles.

Um terceiro momento seria a transformação dessas noticias vagas em matérias políticas, quando ocorrem com mais freqüências comentários a respeito das eleições. Nesse momento os jornais vão criar suas seções políticas na Folha da Manhã em alguns dias chega a ocupar mais de uma pagina com noticia a respeito das eleições. Nessa etapa e que teremos dividido as duas candidaturas mais fortes, primeiro a de Brigadeiro Eduardo Gomes primeiro a ter uma candidatura expressa, ao mandar uma carta de saudações para o interventor. Sua candidatura foi tratada pelo mesmo periódico como de oposição. A segunda é a do General Eurico Gaspar Dutra, candidato dos meios políticos que estavam no poder.

Assim, a campanha vai se desenrolando pelo ano de 1945 tendo de um lado o candidato das oposições na figura de Brigadeiro Eduardo Gomes e do outro o General Eurico Dutra, não era a nossa intenção discutir nesse artigo a polarização da campanha e sim a construção e divulgação das eleições pelos jornais dando uma idéia de como os jornais construíram esse momento e de que forma o noticiava.

A transição vai sendo construída de forma que os ganhos do período anterior não sejam esquecidos, nem tenham sido em vão. As vantagens dos anos da administração do Estado Novo serão amplamente divulgadas, estas não poderiam ser esquecidas pela população, que não deveria se deixar levar por demagogias. A Idéia seria que a região Nordeste tem uma divida muito forte com o presidente e era a todo instante reforçada nas paginas dos jornais locais, posto ter sido ele o responsável por fazer a região ganhar rodovias, melhorando a comunicação com outras partes e levando o desenvolvimento. Também a unificação nacional teria ajudado muito na luta contra a seca, as campanhas pelos interiores de combate as doenças e fraquezas que assolavam a região.

No Estado de Pernambuco a campanha vai ter seus momentos de confrontos mostrando que pelo menos para a população pernambucana parecia que os antigos chefes do período que chegava ao fim não sabiam lidar com uma pratica democrática. Os conflitos no Estado vão ser responsáveis por tornarem a campanha ainda mais polarizada e teremos nos jornais da cidade divulgação de listas que apóiam a candidatura da oposição e da situação. Teremos no Estado por parte do jornal Folha da Manhã uma serie de reportagens que ironizam com algumas personalidades da vida política no Estado como exemplo Carlos de

Lima Cavalcante, que em varias das matérias publicadas na Folha da Manhã vem mostrando como era o Estado na época de seu governo.

BIBLIOGRAFIA

ALBURQUEQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invencao do Nordeste e outras artes.** Recife Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.. 338 p.
ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo, Humanitas/História Social-USP, 2001.
BRANDÃO, Virgínia Pontual. **Uma cidade e dois prefeitos:** narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950 . Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. 267 p.
BOMFIM, Manoel. **A América latina - males de origem**. Topbooks. 2ª Edição - 2005 - 390 pág.
CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** - o longo caminho. Civilização brasileira. 1ª Edição - 2001 - 240 pág
CHARTIER, Roger, 1945-.. **A historia cultural entre praticas e representações.** Lisboa (Portugual) : Difel, 2ª Edição - 2002 - 248 pág.
DAHL, Robert Alan. **Poliarquia:** participação e oposição. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 1997. 234 p.
DELGADO, Lucilia a. Neves; FERREIRA, Jorge Luiz. **O BRASIL REPUBLICANO 3-**O Tempo da experiência democrática**.** civilização brasileira. 1ª Edição - 2003 - 434 pág.
DELGADO, Lucilia a. Neves; FERREIRA, Jorge Luiz. . **O BRASIL REPUBLICANO 2-**O tempo do nacional-estatismo**.** civilização brasileira. 1ª Edição - 2003 - 374 pág.
FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário.** Jorge Zahar. 1ª Edição - 2001 - 84 pág
FREYRE, Gilberto,. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004. 255p.
GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis** - O Estado Novo na Cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). Recife, Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 1998
MONTENEGRO, Antonio Torres.. **Historia oral e memoria:** a cultura popular revisitada . Sao Paulo: Contexto, 1992.. 153p
MARIA NETO, José. "**O importante não é falar, mas ser ouvido**": Meios e entremeios da Propaganda de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937-45).Saeculum revista de História. João Pessoa-Paraiba. Nº 10, pág.47-64. Jan./Jul.2004
ORLANDI, Eni Pulcinelli.. **Terra a vista** discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990. 260p.
PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães** consolidação e crise de uma elite política. 1984. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 223p.
PRADO, Paulo, 1869-1943. **Retrato do Brasil** ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed. -. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 319 p.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A diocese de Guarabira/BP e a luta pela terra (décadas de 1980 e 1990): memórias do clero e dos camponeses

Francisco F. de Paiva Neto*

RESUMO: Analisamos o papel do clero da Teologia da Libertação e dos camponeses na construção de experiências pela reforma agrária e por direitos sociais. Avaliamos o papel pedagógico, organizativo e gerencial da CPT em relação aos camponeses. A leitura das obras de E. P. Thompson e de Antonio Gramsci nos fez refletir sobre a quebra das relações tradicionais (a exemplo da questão da economia moral); e, da ação da Igreja, do "partido católico", na constituição de um bloco junto aos camponeses, que na experiência de luta não mais aspiraram a permanência das relações paternalistas, mas a realização da reforma agrária.
Palavras-chave: Teologia da Libertação; reforma agrária; partido católico

ABSTRACT: We analyze the paper of Libertation of Teology of clergy and contrymen in experiences constructions for agrarian reform and socials rights. We appraise the pedagogy paper, organized and managemental of CPT when to refer the contrymen. The reading of E. P. Thompson and A. Gramsci work's reflect about tradicions (like the moral economy) and the church's action, the "catholic party", in the construction of the one block joined with the contrymen, that in the experience of struggle doesn't aspired the permanence of paternal statement but the realization of agrarian retorm.
Keywords: Libertation of Teology; agrarian retorm; catholic party.

A questão agrária no Brasil tem sido marcada por tensões, que têm as suas ressonâncias no nosso cotidiano. Recentemente alguns atores sociais assumiram papéis mediadores dentre eles o Estado, a Igreja e os sindicatos de trabalhadores rurais. O mais importante deles foi a Igreja, que desde os anos 70, através de assessorias, atua na conscientização e mobilização dos trabalhadores rurais. A Igreja denunciou e defendeu os camponeses das injustiças, que se expandiram desde o golpe de 1964, sobretudo através dos religiosos vinculados a Teologia da Libertação, cuja meta é a transformação socioestrutural. Conforme FERNANDES (2001: 76): "a partir da categoria **o pobre ou o excluído** partindo de suas questões e de sua cultura, possuindo [...] um caráter intra e extra-eclesial que pretende questionar – a partir da religião – outras esferas da vida social como a política e a economia". O clero progressista tinha como base para sua prática o marxismo, que se confrontou com as bases políticas do clero vinculado ao Concílio do Vaticano I, dos latifundiários e dos seus representantes.

Os anos 70 representaram a possibilidade de expansão para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sementeiras de diversos movimentos sociais rurais e urbanos. As ações das CEBs no campo fomentaram o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada a Linha 6 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT ao

* (Ms. em Ciências Sociais/UFRN- Prof. UEPB)

lado dos trabalhadores rurais passou a reivindicar a reforma agrária para garantir direitos sociais aos camponeses. A inserção nos anos 80 de "novos sujeitos" políticos exige uma apreensão da política que perceba a expansão de ações assentadas no cotidiano, nos novos canais de participação em detrimento da estrutura de caráter vertical da política tradicional (SADER, 1987).

No campo os "novos sujeitos" que se inseriram na política na transição para a democracia entre meados da década de 1970 ("transição lenta e gradual" do governo Geisel) até 1989 com a primeira eleição direta após três décadas. Tais condições se efetivaram em relação aos camponeses com a criação da CPT em 1975 - momento de crise econômica do governo ditatorial - dificuldades externas e internas, devido a "crise do petróleo" (1973) e o "milagre econômico" davam sinais de desgaste - razão pela qual os dirigentes iniciaram a "distensão" política (1974) visando obter legitimidade, pois o substrato econômico legitimador do regime havia se esgarçado. A partir daí a CPT desempenhou o papel de retomar as mobilizações no campo em diversos estados. As transformações da Igreja, pós-Concílio do Vaticano II, associadas ao contexto nacional do Brasil nas décadas de 70 e 80 foram fundamentais ao desligamento de setores do clero em relação ao Estado e à elite rural, resultando em violências contra religiosos e leigos. Nesse quadro compreendemos a transformação de parte do clero em intelectuais orgânicos dos camponeses, pois a Igreja está situada num contexto social e historicamente determinado (MAINWIRING, 2004; MADURO, 1981). Conforme Gramsci a Igreja é "uma sociedade civil dentro da sociedade civil" nos motivando a concluir que, embora exista uma hierarquização entre os membros do clero, os debates internos entre diversos grupos são cotidianos. Em meio a essa situação, os movimentos sociais no campo ganharam uma maior projeção, devido a fundação da CPT na cidade de Goiás em 1975.

As condições do campesinato brasileiro, na década de 70, eram de crescente miséria devido a expulsão do campo e da desorganização política. Partimos do pressuposto que foram essas as condições que possibilitaram um diálogo entre os camponeses e os padres simpáticos à Teologia da Libertação. Diante desse quadro, encontramos uma possibilidade de analisar o surgimento na CPT de agentes que se apresentaram como intelectuais orgânicos dos camponeses. Logo:

> *"Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo*

> *orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" (GRAMSCI, 1989: 3-4).*

Os intelectuais orgânicos são aqueles que agem no campo das superestruturas, promovendo a unidade social e política da classe a qual se vinculam, objetivando torná-la consciente do seu papel histórico e/ou construir e manter o consenso das demais classes em torno do seu domínio. Os intelectuais orgânicos os forjadores do bloco histórico, a unidade orgânica entre base e superestrutura, baseada na aliança de classes, mas que não se limita a ela.

Gramsci caracterizou o clero católico como "a mais típica" categoria de intelectuais tradicionais, ou seja, as categorias residuais representantes de uma ordem social precedente, que não fora de todo superada pelo desenvolvimento da nova formação econômico-social, que têm como função básica manter a coesão do "bloco agrário" como os camponeses subalternos ante os grandes proprietários rurais, construindo desta forma a unidade do "bloco histórico" industrial-agrário. Não obstante, podemos, a partir da sua formulação, avaliar que o surgimento e o papel dos intelectuais só podem ser compreendidos se forem referenciados historicamente, pois no caso referente ao advento da Igreja popular (voltada para as questões da Teologia da Libertação) encontramos uma descontinuidade no que se refere a política tradicional e a defesa do latifúndio. Assim, podemos caracterizar os membros da CPT da Paraíba como intelectuais orgânicos dos camponeses nas décadas de 80 e 90.

Nesses termos, diante da ação mediadora Igreja/sociedade desempenhada pelo clero progressista nos centros urbanos e no campo, podemos afirmar a constituição de um grupo que se antagonizou a práticas sociais de conservação de privilégios sociais. Diversas eram as siglas, concepções e projetos de movimentos sociais urbanos e rurais que se relacionavam e se auxiliavam fomentado discussões, mobilizações e ações contra as práticas das classes abastadas.

Em relação às áreas rurais interessa-nos analisar a CPT como um verdadeiro partido numa acepção gramsciana. Para Gramsci a noção de partido tem um sentido amplo, podendo ser uma igreja um movimento social etc (DEBRUN, 2001: 38). Assim:

> *"na sociedade 'ninguém é desorganizado e sem partido'. Um jornal, uma revista também podem ser considerados partidos.* ***Uma elite de homens de cultura pode orientar ideologicamente as forças políticas de uma sociedade****. Mas um partido*

> *se torna elemento progressivo de massa quando favorece a formação de 'vontade coletiva', não agindo de fora, como 'portador' da consciência de classe', mas promovendo a articulação de forças dispersas e a elaboração do 'programa proletário" (SEMERARO, 1999: 85).*

Para Gramsci grande é a importância dos intelectuais e do partido, os construtores do consenso entre as diversas forças políticas sociais na construção e disputa cotidiana pela hegemonia. Chegamos a um ponto crucial, onde é preciso reconhecer que em termos de prática católica ocorreu uma verdadeira "luta hegemônica", ou seja, uma luta entre

> *"pedagogias diversas, entre diversas formas de influenciar culturalmente o curso das coisas, em que a 'necessidade implacável' da economia deixa sempre uma margem suficiente de manobra para a intervenção, racional ou irracional, de indivíduos, grupos e classes sociais, que podem afinal imprimir uma direção diversa à 'necessidade'" (BARATTA, 2004: 185).*

Em Gramsci há uma relação íntima entre hegemonia e pedagogia. Podemos compreender que sob esse prisma como algumas bases do tradicional (o da cana) e do novo (o da pecuária e da cana) "bloco agrário" foram sendo erodidas pelo clero, pelos leigos e pelos camponeses comprometidos com a reforma agrária, que buscaram construir uma desvinculação das massas em relação aos grandes proprietários e ao catolicismo conservador como forma de construir uma nova organização social.

O cristianismo foi analisado por Gramsci como um movimento histórico, como uma força política. Isso ocorreu:

> *"em parte, porque ele era baseado numa doutrina metafísica, caracterizada pela separação entre homem e mundo, sujeito e objeto, teoria e prática. Deus fez o mundo e depois nele colocou o homem, o que sancionou o poder dos teólogos, bispos, papas etc. (dirigentes), sobre a massa de fiéis como acentuou Portelli. De qualquer maneira, o catolicismo foi o intelectual orgânico coletivo do mundo feudal, e, na época burguesa, se transformou num intelectual coletivo tradicional, adepto de uma restauração ou integração das forças conservadoras num bloco burguês-reacionário" (SECCO, 2006: 196).*

O diálogo dos clérigos simpáticos a teologia da libertação com os trabalhadores do campo e da cidade foi profícuo graças ao fato de se considerar como eixo dessa perspectiva a figura do Cristo, libertador dos homens do pecado e de todas as suas conseqüências, inclusive as injustiças. Por isso, ao se narrar a libertação dos hebreus do

cativeiro no Egito e a sua marcha para a Terra Prometida, o Êxodo assume a imagem bíblica da mensagem da salvação. Assim o sagrado não é algo distinto da história da humanidade ou superposto a ela, mas intervenção de Deus. Um outro elemento importante da teologia da libertação é o método de análise marxista.

Na década de 1970, D. José Maria Pires foi o grande articulador para o surgimento da Pastoral Rural (PR) na Paraíba, contando com o apoio de D. Hélder e de D. Fragoso. A PR combateu com esmero as perseguições e violências contra camponeses e agentes pastorais. Nas fazenda Mucatu e Alagamar a Igreja mobilizou os camponeses que estavam sendo expulsos conseguindo os primeiros ensaios de reforma agrária. A partir daí, encontramos uma diversidade de perspectivas metodológicas de atuação dos grupos cristão, através de linhas de ação como a da Animação cristã no meio Rural (ACR), do Movimento de Evangelização Rural (MER) e da CPT, além das próprias CEBs, do Serviço de Educação Popular (SEDUP/Guarabira), dentre outros.

Posteriormente, com o surgimento da Diocese do Brejo na cidade de Guarabira/PB a luta pela terra ganhou mais fôlego. Esta diocese possibilitou a fundação de diversos órgãos da Igreja que agiram junto a outros movimentos sociais (TOSI, 1988; CALADO, 1996; SILVA, 2003).

Entendemos que a Igreja da "Diocese do Brejo", sob os auspícios de D. Marcelo e com a contribuição de religiosos como o Monsenhor Luís Pescarmona e a Irmã Valéria Rezende, criou uma nova perspectiva de política no campo no agreste paraibano.

A presença dos órgãos da Igreja no que se refere a reforma agrária se deu num contexto de expulsão de camponeses na área de expansão da monocultura da cana e da pecuária. O Centro de Orientação e Defesa dos Direitos Humanos em Guarabira se voltou para os camponeses que sofreram violências verbais, físicas ou prisões arbitrárias, devido a participação de milícias privadas ou contingentes policiais do IV Batalhão, especialmente no período entre as décadas de 80 e 90 do século passado.

A transferência do padre Luigi para Guarabira se deu na época em que D. José Maria Pires era o bispo de João Pessoa e D. Marcelo respondia pela Diocese de Guarabira. As conversações entre os bispos e o padre Luigi tinham um enleio com as questões sociais. Conforme nos relatou padre Luigi: "Ficaram satisfeitos com a minha disposição e as nossas conversas versaram a respeito da questão dos direitos humanos e de pastoral rural, por meio da CPT".

Um aspecto importante é a presença de religiosos estrangeiros relacionados com a Teologia da Libertação militando na Paraíba.

> *"Eu me lembro que não havia padres brasileiros, exceto dois: o padre Epitácio, de Serra da Raiz e o padre Joaquim, de Araruna [...] E nós tínhamos na Paraíba a preocupação de que cada comunidade tivesse integrada num tripé: comunidade-sindicato-partido (Padre Luigi).*

Através do diagnóstico uma série de medidas foram tomadas para auxiliar os camponeses, que tinham uma "cultura de resistência". A opção do padre Luigi de experienciar as teses de Medellín e de Puebla se apresentava forte, pois se manteve afastado do sacramentalismo para vivenciar uma prática comunitária.

A relação entre o clero/camponeses foi fruto de uma nova cultura de mediação política, que implica em uma revisão dos paradigmas tradicionais da instituição e das populações conforme as suas experiências cotidianas. A nova concepção de prática da Igreja se relacionou com as demandas dos movimentos sociais. Essa mudança foi claramente:

> *"em direção do reconhecimento do direito a terra e em direção do favorecimento da luta pelos direitos a terra e em direção do favorecimento da luta pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores do campo. Mas quem conhece de perto o assunto não pode deixar de reconhecer que os trabalhadores tiveram um papel fundamental na conversão das Igrejas particulares à sua causa (MARTINS, 1993: 80-81).*

A nova prática do clero se uniu as demandas do favorecimento da luta por direitos a terra e pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores do campo. Segundo Oliveira (2001, 189): "a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, [...] característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi [...] uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social". Nesse sentido, nos fundamentamos na noção de classe como experiência social (THOMPSON, 1987:9).

Essa reflexão nos permite perceber que um determinado sujeito pode elaborar um conhecimento relacionado com uma dada prática, estado relacionado com um coletivo e identificado com uma classe social. Tal experiência é que permite afirmar que uma *classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história e, ao final, este é sua única definição* (THOMPSON, Op. cit: 12).

Entendemos que as transformações da Igreja Católica, a partir do Concílio do Vaticano II, associadas ao contexto social, político e econômico do Brasil nas décadas de 70 e 80 foram fundamentais para um afastamento de setores do clero em relação ao Estado e à elite rural, que resultou em perseguições ou assassinatos de religiosos – e leigos. Tais condições nos permitem compreender a transformação de parte do clero católico em intelectuais orgânicos dos trabalhadores rurais. Essas condições nos permitem refletir o surgimento da CPT como um órgão clerical que assumiu um papel de questionar, dentro de certos limites históricos e institucionais, as expressões do capitalismo no campo. Logo:

> *"O Brasil não teve corporações de ofício minimamente poderosas e nunca teve, em conseqüência da escravidão, um campesinato livre significativamente capaz de defender os próprios direitos. Essa é provavelmente,a mais forte causa do tardio aparecimento de uma força social capaz de propor um implícito estatuto ético e social à expansão capitalista, como se dá com a CPT e o MST" (MARTINS, Idem: 142).*

A luta pela terra uniu religiosos e trabalhadores, onde discurso e a ação criavam uma amálgama em que a ascese do clero, referenciada pelo desprendimento diante dos riscos de morte ou agressões, teve correspondência no "fazer-se" dos trabalhadores rurais em luta por direitos, devido a crise da "economia moral", que os moveu não mais para a preservação das relações tradicionais de parceria, mas pela reforma agrária ante o avanço dos pastos e dos canaviais.

BIBLIOGRAFIA

BARATTA, Giorgio. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Trad.: Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2004.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Traços da caminhada da CPT, no Nordeste. In: _____. *Movimentos sociais, estado e educação no Nordeste: estudos de experiências no meio rural*. João Pessoa: Idéia, 1996, p. 87-135.

CÂMARA, Antônio da Silva. Movimentos sociais camponeses no Brasil e a questão da reforma agrária. In: Seminário "Nordeste, o que há de novo ? Natal: Nordeste Gráfica, 1988.

CASO LUIGI PESCARMONA: FEDERAL PEDE PERMISSÃO PARA INICIAR PROCESSO DE EXPULSÃO. *O Norte*, 19/10/1997.

DEBRUN, Michel. *Gramsci filosofia, política e bom senso*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp; Centro de Lógica e Epistemologia, 2001.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Diferentes olhares, diferentes pertenças: Teologia da Libertação e MRCC. In: *Revista de Estudos da Religião*, n. 3, 2001, p. 76-92.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

MADURO, Oto. *Religião e luta de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. Expropriação e violência – a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1991.

_____. A chegada do estranho. São Paulo, HUCITEC, 1993.

_____.A Comissão Pastoral da terra no redemoinho da história. In: *Reforma agrária: o impossível diálogo.* São Paulo: EdUSP, 2004, p.133-154.

MOREIRA, Emília. *Capítulos de geografia agrária na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

_____. *Por um pedaço de chão (Agreste e Sertão)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997 (V. II)

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: *Estudos Avançados*, N. 15, v. 43, 2001, p. 185-206.

PAIVA, Vanilda. A Igreja Moderna no Brasil. In: _____. Igreja e questão agrária. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

SILVA, Severino Bezerra da. *Assentamentos rurais: território de conflito e sociabilidade camponesa*. São Paulo: 2003 (Tese de Doutorado)

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (3 vols.).* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOSI, Giuseppe. *Terra e salário para quem trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais no Brejo Paraibano.* Campina Grande: 1988 (Dissertação de Mestrado).

Entrevistas realizadas (1º. e 2º. semestre de 2004): Padre Luigi Pescarmona, 68 anos, membro da CPT (Guarabira).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Espaço Urbano Narrativo

Wilton de Araujo Medeiros*

Resumo: O espaço narrativo caracteriza o viver citadino em espaços urbanos metropolitanos como uma "era do texto", era em que o *plus* de teorias e de autorias coincide com a "forma metrópole", uma somatória de espaços narrativos que resultam em um "hiper objeto". O "hiper-objeto" escapa à noção clássica de planejamento, pois possibilita pensar o urbano como híbrido entre texto e matéria, entre rizomas e árvores, que indagariam o espaço como ontológico e abstrato, amalgamando espacialidades, que calam e espacialidades que falam em superfícies de "espaços urbanos narrativos".
Palavras-chave: espaço urbano, metrópole, planejamento, narratividade.

Résume: L'espace narratif caractérise le vivre citadin dans des espaces urbains métropolitains comme une "ère du texte", ère où l'excès de théories et d'auteurs coïncide avec la "forme métropole" , une somme d'espaces narratifs que résultent dans un "hyper objet". L' "hyper objet" échappe à la notion classique de planification, puisque il rend possible penser l'urbain comme hybride entre le texte et la matière, entre des rhizomes et arbres, qui rechercheraient l'espace comme ontologique et abstrait en amalgamant espacialités qui font taire et espacialités qui parlent des surfaces d' "espaces urbains narratifs".
Mots-clé: espace urbain, métropole, planification, narrativité.

O planejamento como escrita da cidade que não quer ser árvore[1]

A metropolização no Brasil contemporâneo registra um grande descompasso entre planejamento e realidade urbana, na medida em que o planejamento não atualiza a fisionomia da metrópole enquanto cidade-região. Ao privilegiar intervenções projetuais de âmbito intra-urbano, se distancia das múltiplas narrativas que reinventam a cidade. Planeja-se no papel e para o papel. A não ser que os cidadãos fossem de papel, poderíamos planejar cidades como se fossem livros, com suas estruturas em árvore.

* Doutorando em História pela UFG

[1] Aqui se faz referência a Christopher Alexander, para quem as cidades organizadas em forma de árvore conectam artificialmente as suas 'unidades' entre si, através de seus miolos, considerado-as como um todo [*through the medium of that unit as a whole*].

Mas a realidade não é plana, e a cidade e seus cidadãos estão imersos em uma colcha de rizomas, conforme detectou Deleuze, uma completa "inexistência de unidade", uma multiplicidade que não tem "nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza" (DELEUZE, 1995: 16).

É por isso que o planejamento como escrita da cidade que não quer ser árvore debate-se, escrevendo, propondo planejamento participativo (ROLNIK, 2004; CAMPOS FILHO, 2003; DIAS, 2002; PAVIANI, 1998) ou mesmo um planejamento crítico (ARANTES; VAINER e MARICATO, 2000; SOUZA, 2003), às vezes descambando para uma crítica urbana (GORELIK, 2002; 2005; SARLO, 2005; SOUZA, 2003).

Nesse contexto, a forma final da cidade se configura como texto, numa "era do texto" (MEDEIROS, 2007), em que o que se diz sobre o objeto vale tanto ou mais do que o objeto em si, hibridizando-se sujeito e objeto em uma meta-morfologia urbana que desmaterializa imagem e texto para constituir o hiper-objeto (MEDEIROS, 2006). Contudo, "desde que se atribui um livro a um sujeito, negligencia-se este trabalho das matérias e a exterioridade de suas correlações" (DELEUZE, 1995: 11). E é preciso isso que fez o arquiteto holandês Rem Koolhas em seu famosíssimo e já cultuado livro "La ciudad genérica", ao aprisionar a cidade – que para ele é a-histórica – em um quadro de palavras:

> La Ciudad Genérica es la ciudad liberada de la cautividad del centro, del corsé de la identidad. La Ciudad Genérica rompe com ese ciclo destructivo de la dependencia: no es más que um reflejo de la necesidad actual y la capacidad actual. Es la ciudad sin historia (KOOLHAS, 2006:12).

Como se sabe, não apenas Lucio Costa[2] reivindica autorias, mas qualquer urbanista ou mesmo arquitetos, debatem-se em fazer prevalecer no âmbito do urbano a mesma prerrogativa renascentista para a constituição moderna da "obre de arte": a autoria, a raiz de toda cidade planejada é árvore. Mas o mundo em que se enquadra a cidade-árvore é precisamente o quadro de palavras: o livro. Entretanto, "o mundo tornou-se caos, mas o livro permanece sendo imagem do mundo, *caosmo-radícula,* em vez de cosmo-raiz. Estranha mistificação esta do livro, que é tanto mais total quanto mais fragmentada" (DELEUZE, 1995: 14).

Tais são procedimentos por dicotomia, desmaterializações-materializações livrescas que inventam e reinventam a cidade linear - cujos desenhos previsíveis vão da raiz até os seus frutos -, são, "quando comparadas com cidades antigas, que adquiriram a pátina da vida [*patina of life*], sob um ponto de vista humano, inteiramente mal sucedidas" (ALEXANDER, 2006).

[2] Autor do projeto urbanístico de Brasília.

Esses jogos de escrita que criam e recriam espaços de u-topia inscreve na pele dos objetos a replicante lógica binária (re) criando relações biunívocas de conhecimento. Eis a fusão dos espaços bidimensionais de textos ou imagens com os espaços tridimensionais dos objetos urbanos. É preciso subtrair dessa "economia escriturística" (CERTEAU, 1994: 221), é preciso, pois,

> fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele (DELEUZE, 1995: 15).

O planejamento como escrita da cidade que não quer ser árvore, um planejamento escriturístico, livresco, douto, atualizando, hibridizando urbanos, instaurando espaços narrativos, cidades de palavras. No plano da escrita, funde-se e confunde-se história, planejamento, literatura, tal é o afã de se inscrever pela escrita, o que outrora se fazia por monumentos. A escrita é a monumentalização do urbano no plano bidimensional, fundindo e confundindo tempos em espaços biunívocos. Frequentemente lemos esta particular dimensão da construção do hiper-objeto:

> Como o tema tornou-se multidisciplinar, abarcando outros campos do conhecimento além da história e das ciências sociais, sua crescente abrangência e complexidade requerem esclarecimentos quanto a sua trajetória através do tempo, além das explanações conceituais. Para abranger as definições e um pouco do percurso do desenvolvimento das pesquisas recorreu-se aos estudos de Evelyne Platagean, Gilbert Durand, Gaston Bachelar e Cornelius Castoriadis. Para "imaginário urbano", tomou-se investigações de Michel de Certeau, Lucrecia DÁlessio Ferrara, Snadra Jatahy Pesavento e Eni Orlandi (MELLO, 2004: 16-17).

A questão do planejamento restrito ao papel, ou seja, o distanciamento entre planejamento urbano e realidade, foi a princípio observado pelo chamado "planejamento urbano crítico", do qual, a crítica da concepção Corbuseana do espaço por Lefevbre é paradigmática. No entanto, tal crítica também é reificação do urbano, não na sua forma espaço, mas agora na sua forma texto, corporificando neste, uma rejeição de determinada ação sobre o espaço físico.

A reificação da escriturística urbana, cujo efeito colateral, tem-se em larga medida na auto-realização da teoria, realiza um caminho letrado como que "pela mão de Alice" (SOUSA SANTOS, 2005:18-19). Resulta daí que os "críticos" do planejamento urbano contribuem de modo incisivo para a construção do hiper-objeto, na qual a teoria é tomada como ação, e não como conceito, na qual tornam indistinta a antiga cisão entre teoria e ação. A teoria, por fim, torna-se uma ação em si mesma. Transpõe-se para a inscrição bidimensional o esforço de superação da dependência da força física e maquinal, da superação da reificação do espaço, reifica-se o texto, num rastro de escrita que pode ser medido da menor à maior

complexidade, em uma metamorfologia metropolitana que transmuta-se de minimamente complexa à máxima perplexidade (SOUSA SANTOS, 2005).

A metrópole não se deixa congelar

Ao registrar as não-permanências de sucessivas teorias pensadas, Mark Gottdiener (1993), de certa forma já adianta o que será mais bem dito por Deleuze e Guattari, Pierre Levy, Paul Virilio *et al*, que chamam a atenção para as mudanças estruturantes de um mundo em que o domínio das novas interfaces tecnológicas reitera a "impossibilidade de se impor idéias de universalidade e de hegemonia, cujo teor não consegue permanecer imutável no tempo e no espaço" (ULTRAMARI, 2005, p. 13), mobilidade que Pierre Levy chama de "Tecnologias da inteligência", tecnologias mutantes, escavando o fosso entre planejamento e projeto, cujo espaço é bidimensionalmente nulo.

Trata-se apenas de se buscar novamente o Uno, em uma metamorfologia que não significa mudança de natureza. É a constituição da multiplicidade, da identidade e da diferença como direito e reconstituição do público esbofeteado pelo privado nos fragmentos, nas peças que "se articulam como em caleidoscópio, formando um quadro sempre cambiante, que ganha sentido exatamente pelo movimento" (CARLOS, 2001: 50) - movimento de palavras.

Inapreensível, a metrópole não se deixa congelar nem em pedras nem em palavras, e enquanto os textos urbanísticos não entenderem que os rizomas metropolitanos são Deleuzeanos, não poderão entender níveis de entendimento que "uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinações crescem então com a multiplicidade)" (DELEUZE, 1995: 16).

Faz-se necessário "compreender as cidades" (MEDEIROS, 2004: 56) por meio de um saber conjunto que configure um tipo de espelho a ser colocado diante da cidade-esfinge[3], da metrópole ou da urbanização, da "neutralização da distância", da "simultaneidade sincrônica", da "não simultaneidade diacrônica", em que "surge o mundo do tempo compactado" (BECK, 1999: 47 e 48), do tempo real que submete o tempo histórico a ilhas insólitas de *lugares*, caracterizadas por pinceladas de idiossincrasias valiosas no mercado de bens simbólicos. Faz-se necessário compreender as cidades-texto, multi-perspectivadas,

[3] "Sua trama mostra-se intricada, impedindo qualquer possibilidade fácil de identificação do desenho que a define. Sua decifração exige aparato conceitual afiado" (FRÚGOLI JR., 1995: 9).

fragmetadas e insurgentes às cidades oriundas das meta-narrativas iluministas (HARVEY, 2003: 52, 53).

Buscando identificar lugares para que possamos visualizar melhor essa reflexão sobre a natureza textual do *hiper* objeto (escrito), podemos considerar três tipos meta-urbanos: 1) Vazios relacionados ou resultantes de planejamentos e projetos; 2) Lugares considerados históricos ou a ele relacionados, reapropriados como "bens simbólicos"; 3) Lugares urbanos de fronteira, ou espaços de conurbação, além dos já apontados por diversos autores[4]. É a partir da análise crítica de tais espaços e lugares, que os críticos do planejamento urbano produzem seus textos, os quais constituem-se "lugares de fala" textuais, aos quais denominamos aqui de *hiper* espaços ou espaços narrativos.

Imiscuindo texto e matéria, tais "lugares de fala", portanto, *hiper* espaços, compõem realidades híbridas ao também se imiscuírem com os tipos meta-urbanos, que dão forma ao *hiper* objeto urbano. Para Georges Balandier, há uma "coisa viva recombinada", "em uma civilização onde as fronteiras entre o natural e o artificial se tornam confusas, onde as proibições categóricas desaparecidas não asseguram mais sua defesa, onde o mundo do ser vivo abre-se todo à exploração científica e à expansão técnica que empreende sua conquista, traçando caminhos para saídas ainda pouco conhecidas" (BALANDIER, 1999: 92).

O que está em processo é uma terceira natureza (textual) que recombina cultura e cultura, e não mais natureza e cultura, numa verdadeira "animação sem frase" (ARANTES, 2001). "Assistimos hoje em dia a uma verdadeira avalanche discursiva e projetual que tomou de assalto não apenas a imaginação dos teóricos, mas o que ainda teimamos em chamar de intervenção urbana" (ARANTES, 2001: 135).

Uma descendência prolífica de Dédalo, diria Balandier (idem, pág. 82). No bojo da metropolização surgem os espaços-textos que falam dos espaços híbridos, tais são os espaços narrativos. E podemos registrar que as narrativas de atores e autores desenham semelhanças e diferenças entre campos que se defrontam, e é desse embate que podemos registrar imagens dessa espécie de metamorfologia contida na hiper-realidade da metrópole em sua forma texto.

Na era do texto, a instituição do hiper-objeto transcorre na "culturalização" da cidade, "guinada responsável pela naturalidade com que não-especialistas (entre os quais me incluo) se vêem estimulados falar de um assunto que em princípio não lhes competia" (ARANTES, 1996: 229). Continua Arantes, "a cidade a rigor se encontra no centro dos

[4] "Espaços liminares" (Zukin, 1996. págs. 205-206); "não-lugares" (AUGE, 1994); "entre-lugares" (BHABHA, 2003); "espaços genéricos"(KOOLHAS, 2006); "Super Espaços" (JAMESON, 2002); "arquitetura da persuasão" (VENTURI; BROWN e IZENOUR 2003), et all.

irresistivelmente proliferantes *estudos culturais*, ainda que ela mesma não compareça como objeto ostensivo" (idem, p. 232). Contudo, os volumes escritos também entulham a "seara do planejamento".

> Na seara do Planejamento, depois de décadas de planos diretores, a maioria dos quais não passaram de volumosos – e frequentemente corretos –diagnósticos técnicos, de autoria de 'equipes multidisciplinares', cabe perguntar: qual o real papel desses diagnósticos técnicos? (...) Esse quadro se torna mais intrigante quando se atenta para o descompasso existente entre, de um lado, a inconseqüência e mesmo a inutilidade da maioria dos planos elaborados por décadas e, por outro, o enorme desenvolvimento que o planejamento 'teórico' (ideológico na verdade) vem experimentando no Brasil. (...) Não é raro, no Brasil, denominar-se 'prática de planejamento' ou 'aperfeiçoamento do planejamento' a pura redação de relatórios, a pura redação ou reformulação livresca de planos.(VILLAÇA, 1999: 189-191).

A constatação de Villaça no que se refere à produção textual dos planejadores urbanos pode ser facilmente associada ao que diz Jamesom, sobre os centros urbanos como algo insípido presencialmente, porém, com qualidade positiva quando transformados em "texto", passando a ser "propriedade dos críticos literários" (JAMESON, 2002: 121).

Na era do texto, num mundo metropolizado pós-homogêneo, diversos atores se tornam autores, para, por meio de narrativas, realizarem o exercício da singularidade. É por isso que Robert Venturi diz: "Acolho com prazer os problemas e exploro as incertezas. Ao aceitar a contradição, assim como a complexidade, tenho em vista a vitalidade, tanto quando a validade" (VENTURI, 1995: 2). Venturi deseja criar uma narrativa da paisagem, uma meta-paisagem.

Na era do texto, o objeto urbano é "construção cultural", diversos âmbitos da ciência saem da História e acessam a Nova História[5]. A experiência estética que impulsionava diversos modernistas do início do século passado a se expressarem no âmbito do tridimensional, utilizando-se de pensamentos e ações de vanguarda, cede lugar à experiência estética da escrita. Nem a arte, nem a arquitetura, muito menos o planejamento urbano tem algum valor ou conteúdo social, se não for expresso por meio da estética do texto: "Sintetizamos e reformulamos, aqui, tais ingredientes: controle espacial de uma paisagem urbana (e também rural e selvagem) estetizada, da qual se excluiu tudo que possa conotar perigo, ameaça violência, intranqüilidade, perturbação da ordem" (MENEZES, 2002: 50, 56).

No mundo metropolizado, marcado pela construção de âmbitos *glocais,* ocorrem novas e diversas "diferenças baseadas na tensão entre a continuidade e a descontinuidade resultante dos processos situados de articulação e de enunciação. A experimentação literária e

---

[5] "O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma 'construção cultural', sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. (...) a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída" (BURKE, 1992: 11)

expressiva será, sem dúvida, um meio fundamental para a emergência e articulação dessa teoria" (NUNES, 2002: 328), a qual expressará a vida e o viver urbano como texto.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, C. *A cidade não é uma árvore*. 2006. Disponível em http://www.vivercidades.org.br/publique222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=21; acesso em 06 de maio de 2007.

ARANTES, O. *Cultura da cidade: animação sem frase.* **Revista do Patrimônio,** nº 24. Brasília: IPHAN / Ministério da Cultura, 1996.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único.* Petrópolis: Vozes. 2000.

BALANDIER, G. *O dédalo: para finalizar o século XX.* Rio de Janeiro Bertrand Brasil: 1999.

BECK, U. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização.* São Paulo: Paz e terra. 1999.

BURKE, P. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In* ***A escrita da história: Novas perspectivas.*** São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992.

CAMPOS FILHO, C. M. *Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.* São Paulo: editora 34. 2003.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.* São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Petrópolis: Vozes. 1994.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Rio de Janeiro: Ed. 34. 1995.

DIAS, M. R. *Sob o signo da vontade popular: o orçamento participativo e o dilema da câmara municipal de Porto Alegre.* Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ. 2002.

FRÚGOLI Jr., H. *Espaços públicos e interação social.* São Paulo: Marco Zero, 1995.

FUJIMURA, J. *Como conferir autoridade ao conhecimento na ciência e na antropologia. In* ***Conhecimento prudente para uma vida decente.*** SOUSA SANTOS (Org.). São: Paulo: Cortez. 2004.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano.* São Paulo: EDUSP. 1993.

GORELIK, A. *The production of "the Latin American city".* São Paulo: Tempo Social. v. 17, n. 1, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100005&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 07 Jan 2007.

_____. *Imaginarios urbanos e imaginación urbana: Para un recorrido por los lugares comunes de los estudios culturales urbanos*. *EURE (Santiago)* mayo 2002, vol.28, no.83 p.125-136. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008300008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 20 de abril de 2007.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1995.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola. 2003.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.* São Paulo: Ática. 2002.

KOOLHAS, R. *La ciudad genérica.* Barcelona: Editorial Gustavo Gilli. 2006.

LEVY, P. *As tecnologias digitais da inteligência.* Riode Janeiro: Ed. 34. 1993.

LYOTARD, J. *A condição pós-moderna.* Lisboa: Gradiva. 1989.

MEDEIROS, W. *Resumos científicos.* Anápolis: UEG. 2004.

_____. *Na Era do Texto: Uma Busca por Singularidade em Arquitetura e em Outras Visões no Mundo da globalização.* Belém: ANPUR. XII Encontro Nacional. 2007.

_____. *O planejamento urbano e a construção do Hiper-objeto.* Anais do III Seminário Cidade e Educação. Goiânia: IESA/UFG. 2006

MENESES, U. T. B. *A paisagem como fato cultural. In Turismo e paisagem.* Eduardo Yázigi (org.). São Paulo: Editora Contexto. 2002.
MELLO, M. M. de. *Goiânia: cidade de pedras e palavras.* Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: UnB. 2004.
NUNES, J. A. *Ciência, informação e cidadania. In* ***A globalização e as ciências sociais.*** SOUSA SANTOS, B. (Org.) São Paulo: Cortez Editora. 2002.
PAVIANI, A. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.* Brasília: editora da UnB. 1998.
ROLNIK, R. *Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.* Brasília: Ministério das cidades. 2004.
SARLO, B. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura.* Rio de Janeiro: José Olympio. 2005.
SOUSA, M. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.
SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez. 2005.
ULTRAMARI, C. *O fim das utopias urbanas.* São Paulo: Studio Nobel. 2005.
VENTURI, R. *Complexidade e contradição em arquitetura.* São Paulo: Martins Fontes. 1995.
VILLAÇA, F. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.* In O processo de urbanização no Brasil. (DÉAK e SCHIFFER – Orgs.). São Paulo: Edusp. 1999.
ZUKIN, S. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando culturas. In* **Revista do Patrimônio,** nº 24. Brasília, IPHAN / Ministério da Cultura. 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Infância: Signos, Imagens, Representações em Pernambuco no inicio do século XX

Vera Lúcia Braga de Moura*

Resumo: Existe um consenso de que cada sociedade constrói sua própria noção de infância. Dessa forma a idéia de criança e infância antes de ser visto a partir de um conceito biológico é antes uma construção cultural. De caráter simbólico onde há uma articulação entre um lugar social e um período histórico específico. No início do século XX em Pernambuco a criança teve um papel muito importante na imprensa. Os anúncios em jornais apresentam as crianças como signos de cura em propagandas de medicamentos tendo as crianças como protótipos dos novos pressupostos medicamentosos. Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano também constroem uma noção de que a criança passa a representar um lugar que lhes garante a saída do aparente anonimato. Portanto, a construção da noção de infância em Pernambuco será refletida nesse estudo.
Palavras - Chave: infância –Pernambuco - representações.

Abstract: There is a consensus that each society constructs its own notion of infancy. In this way before considering the concept of childhood and infancy as a biological concept it must be seen as a social construction. In a symbolic manner where there is development within a specific social and historical location. In the beginning of the twentieth century in Pernambuco children had an important role in the press. The advertisements in newspapers present children as signs of healing in ads for medications having the children as prototypes of the presupposed effects of the medications. Medical files from the Ulysses Pernambucano Psychiatric Hospital also convey a notion that the child begins to represent a place that guarantees it will rise above anonymity. Therefore the building of the notion of infancy in Pernambuco will be reflected in this study.
Key Words: infancy- Pernambuco- representations.

Existe um consenso de que cada sociedade constrói sua própria noção de infância. Dessa forma, a idéia de criança e infância antes de ser visto a partir de um conceito biológico é antes uma construção cultural. De caráter simbólico articulado a um lugar social e período histórico específico como assinala G. Levy y J.C. Schmitt, citado por Del Castillo Trancoso (2006:16a): "Em nenhum lugar nem período histórico caberia definir a juventude mediante critérios biológicos ou com regras e critérios jurídico. Em toda parte e em todo tempo só existe revestida de valores e símbolos".[1]

---

* Doutoranda em História-UFPE, professora universitária, Técnica da SEDUCE/PE. Texto apresentado para discussão na disciplina Seminário de Tese, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, semestre letivo de 2006.2, abril de 2007.

[1] "em ningún lugar ni período histórico cabría definir a juventude mediante critérios biológicos o com arreglo a critérios jurídicos. Em todas partes y em todo tiempo solo existe revestida de valores y símbolos". Citada em Alberto Del Castilho Troncoso, *Conceptos, Imagens Y Representacionais de La Ninez em la Ciudad de Mexico-1880-1920,* p.16.

Seguindo a mesma proposição de G. Levy y J.C. Scmitt (1997) segundo Del Castilho Trancoso (2006b) a criança é uma "invenção" cultural, uma construção do mundo das crianças, onde as instituições, práticas e símbolos levam a criança a se tornarem uma criança. Então, como assinala o referido autor, a criança é o que a sociedade, a escola, os parques infantis, a legislação infantil e as famílias constituem como sendo o mundo das crianças.

Compreendendo que a noção de infância e seu ser constitutivo criança são conceitos gestados historicamente, importa para este estudo analisar de que forma práticas culturais foram desenvolvendo conceitos de infância e criança no inicio do século XX em Pernambuco.

Este texto, portanto, pretende buscar veiculações de práticas desse período que se manifestaram favoráveis a construção do arcabouço teórico do conceito de infância e o significado de representação da criança. A forma que a medicina social e higiênica, a imprensa e órgãos governamentais vão elaborar um conceito para infância no inicio do século XX, será um dos percursos trilhados nesse estudo.

Dessa forma, no início do século XX em Pernambuco, a criança teve um papel de representação muito importante na imprensa. Os Anúncios em Jornais apresentam as crianças como signos de cura em propagandas de medicamentos, tendo as crianças como protótipos dos novos pressupostos medicamentosos. Prontuários médicos do Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano também constroem uma noção de que a criança passa a representar um lugar que lhes garante a saída do aparente anonimato.

Algumas obras literárias que abordavam noções de criança transitavam por várias áreas do conhecimento, assinalando que a questão nesse momento era como essa criança deveria "ocupar" este lugar, pois o mesmo estava representado por vários signos. A violência ocupa também um espaço de lugar para essa criança. Portanto, alguns aspectos da construção da noção de infância em Pernambuco serão refletidos nesse texto.

A Construção de um olhar em torno da Criança

De acordo com a clássica obra de Philippe Ariès, (1981) denominada História Social da Criança e da Família, não existia na Idade Média um conceito que definia a natureza infantil. Ele ressalta também que não se tratava de ausência de sentimento pelas crianças, mas a criança não era vista como um ser que tinha uma particularidade própria. Esse pensador sofreu críticas de outros estudiosos sobre aspectos como utilizar seus parâmetros de fontes e argumentos para representar o universo infantil de forma generalizada.

Contudo, Ariès trouxe com seu estudo uma grande contribuição para a história da infância, na medida em que estabelece motivações e novos interesses para esse campo do conhecimento. No Brasil, percorrendo os tempos iniciais do século XX, as crianças vão através de novos ideários, tendo os seus mundos construídos.

Percebe-se que, mesmo a criança no século XX, tendo ganhando o status de ter um lugar definido e leis infantis reivindicando sua proteção, o conceito de infância estava atrelado como no século XIX[2], a alguns pressupostos tais como: a disciplina e o amor ao trabalho.

A criança passa a ser representada de formas variadas, mostrando a sua visibilidade em um mundo infantil construído pelos pressupostos do mundo dos adultos. É indiscutível o espaço que a criança vai adquirindo através de sua representação. O interessante é que através dessas representações, imaginários são construídos e um conceito de criança vai sendo definindo.

A idéia do trabalho como eixo norteador da infância, enquanto categoria social menos favorecida permanece século XX adentro, um exemplo da atitude do Estado diante deste pressuposto é a criação da Escola Correcional para menores em Recife, no ano de 1917, onde eram recolhidas crianças entre nove e doze anos de idade para terem educação primária e desenvolverem trabalhos de oficina, sapataria, encadernação, sendo referidos como pequenos operários. O Estado, em âmbito federal e estadual, ao iniciar o século XX, veste-se de Protetor da Infância e passa representar o papel de Tutor como assinala o texto seguinte:

> *Fazendo afastar da ociosidade criminosa das ruas, dos lugares suspeitos e perniciosos e casa de tavolagem, pequenas criaturas sem educação e disciplina doméstica, alguns de Pais ignorados, o governo teve o intuito de amparar-lhes as condições de existência, colocando-os sob a proteção do Estado que se converteu em Tutor e educador dessa infância lançada à estrada do crime e bem digna de melhor sorte.*[3]

O Estado, no papel de protetor das crianças com a Educação Correcional, passa a exercer um controle sob os meninos. Era uma escola dirigida para o sexo masculino, através

[2] "O Jornal a Província anunciava, em 3 de janeiro de 1878, 'o aluguel de um moleque para servir de copeiro em casa de família'. Diversas formas de trabalho eram exercidas pelos menores pobres que viviam em Pernambuco. Exerciam funções de caixeiro, serviços domésticos, cuidavam de animais, confeccionava cigarro, etc." p.122. MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes:** Assistência à infância abandonada em Pernambuco no século XIX. Recife, 2003.168p. Dissertação (Mestrado em História).Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

[3] Esta informação foi extraída do Relatório da Casa de Detenção do Estado de Pernambuco. 1de janeiro a 31 de dezembro de 1918. Recife, Oficinas gráficas da Imprensa Oficial, 1919. Esta Casa de Correção obedecia ao sistema de educação militar, educação primária e profissional que se limitava ao ensino em oficinas de sapataria, encadernação entre outras. Essa escola objetivava o controle sobre as crianças que perambulavam pelas ruas de Recife sem o Estado oferecer-lhes destino, tornando-se neste momento esta instituição uma opção do Estado no papel de Protetor da Infância.

da disciplina e do trabalho. Pode-se perceber o formato da Instrução Educacional que o Estado desenvolvia com as crianças desprotegidas que eram recolhidas nessa instituição.

Esses pequenos trabalhadores viviam em situação precária, dormindo em um amontoado de redes, de forma insalubre, o aposento não tinha janelas, apenas uma porta para um possível corredor. Essa aglomeração de crianças em um só dormitório favorecia a disseminação de doenças, devido a pouca circulação de ar.

Dessa forma, um conceito para infância pobre, nesse período, é caracterizado pelo lugar que a criança passa a ocupar, com definições de que esta criança existe e está no seu lugar, esperando proteção da família e na ausência desta, do Estado protetor e tutor. O Estado, portanto, busca se fomentar com um aparato legislativo, através do desenvolvimento de uma diversidade de leis de amparo à criança e instituições, com o intuito de proteger e salvaguardar a infância do "mau caminho" que pairava pelas ruas das cidades brasileiras. Nesse percurso, instituições são criadas como forma de assistência à infância como assinala o texto seguinte.

Infância: violência, delinqüência e assistência

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância foi criado em 1 de dezembro de 1900, na Rua da Soledade, em Recife. A manutenção financeira provinha de subvenções do Governo Federal e Estadual. O comércio e particulares também contribuíam para a manutenção da instituição. (PERES, 1932:17-31). Idéias e conceitos acerca dos termos criança mostram que cada sociedade tem seu formato específico de infância.

A Escola Correcional do Estado de Pernambuco, de 1917, aponta que seu grande êxito era formar operários. Crianças entre nove e doze anos de idade eram recolhidas nessa instituição e descritas pelos olhares de adultos, com base nas políticas públicas de assistência a infância, como assinala o texto abaixo:

> *Fazendo afastar da ociosidade criminosa das ruas, dos lugares suspeitos e casas de favelagens, pequenas* ***criaturas sem educação*** *e disciplina doméstica alguns até filhos de pais ignorados o Governo teve o intuito de ampara-lhes as condições de existência colocando-os sob a* ***proteção do Estado que se*** *converteu em* ***Tutor e Educador*** *dessa infância lançada a estrada do crime e bem digna de melhor sorte. [...]* ***A educação dos menores vagabundos*** *e autores de pequenos delitos mereceu também a atenção do digno administrador da cadeia. (Relatório da Casa de Detenção do Estado de Pernambuco-1918: 6-10 grifos nosso).*

Termos como descritos no texto acima: "criaturas sem educação e disciplina doméstica, infância lançada à estrada do crime, educação dos menores vagabundos", representa os conceitos que esta categoria social pensava dessa infância, isto é, uma infância sem destino, sem pais, onde o Estado se coloca como Tutor e Protetor. Infância sem nome em meio a tantos nomes que lhes desqualifica. Esta infância, como pontua o texto, precisa dos cuidados do "digno administrador da cadeia", é, o representante do Estado, portanto, seu Protetor. Dessa forma, essa criança, necessitava de cuidados do Estado, e estar sob a sua guarda, significava obedecer rigorosamente aos seus ditames, como os postulados na Escola Correcional, o sistema de educação militar, trabalhando sob o olhar disciplinar, com base nos princípios da ordem, moral e bom costume.

Apesar dos critérios postulados de assistência e proteção a infância pelo poder público, as imagens de crianças em situação de (des) proteção permeavam a tessitura do tecido social nessa intrincada rede de relações sob como proteger, produzir e reproduzir a infância.

No final do século XIX, as crianças desvalidas de Pernambuco tinham contato sistemático com o termo "não há vagas" [4] nas instituições que lhes prestavam assistência. Assim como, o termo "destino conveniente" [5] era bastante utilizado pelos dirigentes dos órgãos públicos que não tinham como dar destino às crianças abandonadas, devido à superlotação das Instituições Assistenciais.

---

[4] "As Instituições [...] tinham um limite para absorção de menores. De forma que, através dos ofícios enviados pelos Chefes de Polícia, Juízes de órfãos, Presidente da Província, e Diretores das referidas instituições, verificamos a impossibilidade de admissão de todos menores desvalidos da Província de Pernambuco. Muitas vezes, [...] os meninos eram enviados em forma de rodízio pelas diversas instituições e geralmente não havia vagas. Ver: MOURA, Vera Lúcia Braga de **Pequenos Aprendizes**: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no Século XIX. (Dissertação de Mestrado em História- UFPE),p.104.Op.cit.

[5] "E os Chefes de polícia, Juízes de Órfãos, Diretores não tinham mais como dar *destino* conveniente [as crianças]. Muitos [meninos] foram entregues a particular para trabalhar em oficinas, mas os maus-tratos desiludiam esses menores, provocando fugas, tornando-se muitas vezes, inviável a permanência destes com os mestres de ofícios. ´´E possível sugerir que a rua continuava um atrativo para menores sem proteção." MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes**: Assistência á infância desvalida em Pernambuco no Século XIX. Idem.

Nesse sentido, a violência tem muitos formatos, também tem sua historicidade e precisa ser desnaturalizada, para uma melhor compressão. As crianças que, como assinala o texto acima, tiveram seu direito de recolhimento negado por órgãos públicos assistenciais, permanecendo muitas vezes nas ruas de cidades, como Recife, isso se constitui em uma violência. Portanto, essa prática violenta não é uma via de mão única, ela é múltipla e bastante complexa. O trabalho em idade prematura também é outra forma de violência contra a criança, isto é, exploração do trabalho infantil, que em termos objetivos, o discurso contra esta prática permanece apenas na legislação infantil. Mas, na maioria dos casos, a violência está direcionada apenas para ser vista por um ângulo.

Signos: Infância e medicina social

Os serviços de higiene e saúde pública, criados pela lei n◦ 1201 de 12 de julho de 1913, e descriminado no Regulamento Sanitário do Estado de Pernambuco. Esses serviços objetivavam a profilaxia defensiva e agressiva a população em meio às moléstias e ameaça a saúde pública, não tinham, portanto, um caráter de assistência individual, mas coletiva. O referido documento assinala a necessidade da criação de novos serviços de utilidade pública local, como o de inspeção sanitária dos alimentos e da proteção sanitária a primeira infância. (Diretoria de Higiene e Saúde Pública, 12-01-1920, fl.1-7, Arquivo Público Estadual de Pernambuco).

Até o final do século XIX, em Pernambuco, semelhante ao que acontecia em outros Estados do Brasil, os médicos clínicos gerais acumulavam as funções de pediatras, cirurgiões e obstetras. O surgimento do Hospital Infantil, em 1929, a Pediatria projetou-se em Pernambuco. Neste período foram surgindo médicos que passaram a cuidar das crianças de modo particular. Aliado aos cuidados que profissionais de saúde passaram a se preocupar com as crianças inclui em seus receituários, a dieta infantil. (CARNEIRO, 2000:212a)

As amas-de-leite também tiveram atenção especial dos médicos pediatras, pois essas mulheres passaram a ser examinada por estes profissionais, como forma de prevenção de doenças nos bebês. A amamentação se constitui em um importante elemento para a saúde da criança e passa ser vista de forma especial pelos médicos pediatras. (CARNEIRO, 2000:212-213b).

Esses documentos apontam os anos iniciais do século XX, como uma época bastante profícua para a execução de políticas públicas em prol da infância, principalmente no que se refere à saúde e higiene pública. Uma nova forma de pensar a infância vai sendo construída com bases em pressupostos científicos a medicina, em especial os cuidados com a higiene e alimentação, são eixos bastante valorizadas nas fases iniciais da infância.

As crianças e as terminologias das doenças passaram, nesta fase, a ser representada nos anúncios de jornais de maneiras variadas. Uma delas era mostrar eficácia de cura de alguns medicamentos utilizadas na época.

As representações das crianças nos Anúncios de Jornais imprimem signos mostrando outro lugar que essas crianças ocupam. A clínica médica, em defesa da criança, vincula a imagem da criança a um novo paradigma que vem se construindo desde meados do século XIX e toma impulso no inicio do século XX. Portanto, esses anúncios pretendem mostrar que há medicamentos e medicina cuidando das crianças.

Vale ressaltar o cuidado com o corpo da criança e sua mente, pois passa a receber um novo olhar neste período. Como assinala Le Goff, (2006:167) "O corpo tem uma história. O corpo é a nossa história". Assim, podemos ressaltar a importância de Ulisses Pernambucano[6], em defesa do corpo e mente das crianças em Pernambuco. O interesse de Ulisses Pernambucano pela criança excepcional inicia-se cedo. Forma-se em 1912, e em 1913, começa a clinicar em uma cidade do interior pernambucano, Vitória de Santo Antão. Em 1918, Ulisses Pernambucano concorre, em Recife, a um cargo para professor da Escola Normal, o qual defendeu a tese sob o tema: "Classificação das Crianças Anormais". Ele apontava para a necessidade da educação para crianças com deficiências mentais. Tão logo assume a direção da Escola Normal, põe em prática a criação de uma escola para crianças excepcionais. (MEDEIROS: 1992:8-9)

Nessa direção, prontuários médicos de crianças com referencias a doenças mentais no Hospital Ulisses Pernambucano, no bairro da Tamarineira, denotam um espaço para as crianças identificadas com doenças mentais.

---

[6] Ulisses Pernambucano de Mello Freyre Sobrinho nasceu em Recife em 6 de fevereiro de 1892. Seguiu carreira médica e sofreu forte influência do Dr. Juliano Moreira, o fundador da Psiquiatria Brasileira. Dessa forma Ulisses Pernambucano desenvolveu um grande trabalho na Assistência a Psicopata de Pernambuco. Sofreu fortes perseguições políticas pelo trabalho que desenvolvia com a parcela tida como "anormais da sociedade" e muitas vezes foi taxado de ter atitudes subversivas. MEDEIROS, José Adaílson de. **Ulisses Pernambucano**: Coleção Homens e mulheres do Nordeste. São Paulo: Paulinas, 1992, p.7.

Percebe-se através dos Prontuários Médicos, que a criança passava por um sistema de observação, onde cada uma tinha um prontuário que era registrado os antecedentes de sua doença e fragmentos de suas vivências cotidianas. Este procedimento objetivava diagnosticar as possíveis anomalias que estas crianças eram portadoras. Em muitos Prontuários pesquisados foi identificado o termo portador de "imbecilidade" como diagnóstico recorrente.

Nos referidos Prontuários havia um local para registro dos "Antecedentes". Significava pontuar os antecedentes familiares, principalmente de seus pais, quando estes eram identificados. Nessas observações verifica-se a situação de alcoolismo dos pais, se portadores de cefaléias (dores de cabeças), inquietações e também relacionadas aos preceitos morais. Observavam-se questões como a "falta de pudor, obscenidades", como critérios para diagnosticar as possíveis doenças nas crianças. A terminologia "estigmas degenerativos" também foi encontrada nos Prontuários Médicos, do Hospital Ulisses Pernambucano, como critérios médicos para relacionar as doenças mentais dessas crianças.

A grande maioria desses Prontuários tinha entrada pela Polícia e também muita criança tinha como observação o diagnóstico da doença, mas apresentava a situação de falecida.

Analisando o Prontuário que pertenceu a Maria das Dores, menor de oito anos de idade, procedente de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, observa-se a descrição que consta no mesmo: de cor parda, enviada pela Polícia, identificada como indigente, e teve seu diagnóstico classificado como Epilepsia e imbecilidade, também registrava o seu falecimento às 10 horas do dia dezoito de outubro de 1934. Assim, o corpo, a mente e porque não dizer a alma dessas crianças vão sendo representados através de conceitos para a infância, com gestos, tensões, imagens, signos e significados que nem sempre convergiam para um mesmo olhar.

Referenciais Bibliográficas:

CARVALHO, M. Vicentinos Campos. **Programa de Educação Alimentar para o Curso Primário**. São Paulo: Marambaia, 1968.

CARNEIRO, Glauco. **Um Compromisso Com a Esperança:** História da Sociedade Brasileira de pediatria (1910-2000). Rio de Janeiro: Expressando a Cultura, 2000**.**

CORRESPONDÊNCIA DA DIRETORIA DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA -12 de janeiro de 1920- Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

DEL CASTILHO TRONCOSO, Alberto. **Conceptos, Imagens Y representações De La Ninez Em La Ciudad De Mexico-1880-1920.** México: El Colégio de México/Centro de Estudos Históricos: Instituto de Investigaciones, 2006.

JORNAL DO RECIFE -14-16 de 09 de 1900-Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
MESQUITA, Maria Elza de. et.all. **Pernambuco**: Coleção didática do Brasil-Série Van - Der-Ley. São Paulo: Ed. Do Brasil, 1956.
MEDEIROS, Adaílson de. **Ulisses Pernambucano**: Coleção Homens e Mulheres do Nordeste-Série Os Cientistas. São Paulo: Paulinas, 1992.
MOURA Vera Lúcia Braga de. **Pequenos Aprendizes**: Assistência à Infância desvalida em Pernambuco no Século XIX. Recife, 2003.168p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.
PRONTUÁRIO MÉDICO DO HOSPITAL ULISSES PERNAMBUCANO -08-03-1929,11-03-1929, 07-06-1930, 11-08-1933– Arquivo do Hospital Ulisses Pernambucano.
RELATÓRIO DA CASA DE DETENÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO -01 de janeiro de 1918 - Arquivo do Estado de Pernambuco.
RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil**: revisitando a História (1822-2000). Brasília: UNICEF, 2002.
SANTOS, Theobaldo Miranda. **Pernambuco**: A Vida na Cidade e na Roça no Estado de Pernambuco. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

IMAGENS DA MODERNIDADE EM JACOBINA

Narrativas fotográficas em um contexto desenvolvimentista (1955-1963)

Valter Gomes Santos de Oliveira*

RESUMO: O presente trabalho consiste numa abordagem em torno da relação entre fotografia e cidade. O objeto de análise são as fotografias produzidas sobre a cidade de Jacobina, interior da Bahia, entre 1955 a 1963. Este período foi marcado pela influência na cidade das idéias desenvolvimentistas, de progresso e de modernidade, identificados nas imagens de intervenções urbanas, de edificações, ou dos aspectos da sociabilidade, produzidas através das lentes dos fotógrafos. O estudo investiga a cidade de maneira fragmentária e a partir dos seus espectadores fotográficos, procurando analisar através deles ícones da modernidade em Jacobina.
Palavras-chave: Fotografia, Cidade e Modernidade.

ABSTRACT: The present work consists on an approach around the relationship between photography and city. Photographs produced about the city of Jacobina, inland of Bahia, between 1955 and 1963 are the object of analysis. That period was marked in the city by the influence of the developmental ideas of progress and modernity, identified in the images of urban interventions, buildings or the aspects of sociability, produced through the lenses of the photographers. The study investigates the city in a fragmentary manner and from its photographic beholders, aiming to analyze icons of modernity in Jacobina through them.
Keywords: Photography, City and Modernity.

Fotografia e Cidade

Quando a fotografia foi inventada, no princípio do século XIX, os primeiros fotógrafos direcionaram suas lentes para o ambiente das cidades. O primeiro daguerreótipo, em 1839, é uma imagem de Paris. Podemos dizer com isso que a fotografia é um produto urbano. Ela é fruto das experiências químicas e físicas que se desenvolveram na atmosfera científica propalada pela era das Luzes. Não obstante, as primeiras impressões sobre o invento giravam em torno de explicações que pendiam para as esferas do misticismo. Acreditando que o "equipamento demoníaco" roubaria a alma dos indivíduos, ou que a imagem do homem, semelhante à de Deus, não poderia ser fixada por mecanismos humanos, a fotografia foi alvo de teorizações extremistas. Walter Benjamin fala deste momento como tendo sido o primeiro

* Professor de História da UNEB e mestrando em História Social pela UFBa, onde desenvolve pesquisa sobre as fotografias de Osmar Micucci e a cidade de Jacobina, sob orientação da profa. Dra. Heloisa Costa.

embate enfrentado pela fotografia na busca pela sua afirmação. Segundo ele, estes debates não chegaram a quaisquer resultados positivos, visto que eles "tentaram justificar a fotografia diante do mesmo tribunal que ela havia derrubado" (BENJAMIN, 1985: 92).

Foi nesse ambiente que a fotografia, dividindo-se entre as idéias de magia, técnica e de arte, encontrou na cidade o espaço de sua grande utilidade. Ela se desenvolveu tecnicamente paralelo ao surgimento das grandes metrópoles. A fotografia foi bastante utilizada, tanto pela novidade quanto pelo seu caráter documental. A cada desafio apresentado para os fotógrafos, novas técnicas surgiam para dar conta de registrar cenas das cidades que se modernizavam. Esses ambientes urbanos foram palcos de intensas mutações técnicas, físicas e sociais e tiveram na fotografia o depositário da sua memória.

> *Se, no século XIX, a Europa se lança na via do progresso, ela não deixa de expressar menos ainda seu interesse pelo passado e sua consciência da História. Inventada, dominada no mesmo momento em que nasciam as metrópoles européias, Londres, Paris, Berlim, a fotografia é convocada a prestar contas destas transformações estruturais, profundas e rápidas (MONDENARD, 1981: 107).*

Os fotógrafos foram convidados a dar conta de registrar os espaços das fábricas e do seu aparato tecnológico, as transformações do tecido urbano com o alargamento das ruas, destruições dos casebres e ambientes rústicos, característicos do passado pré-industrial, para dar espaço a um novo cenário amplo e higienizado, condizente com a fase civilizatória emergente. As burguesias triunfantes, espalhadas por diversos países, tiveram suas imagens materializadas através das fotografias produzidas nos estúdios, cada vez mais presentes nas grandes cidades como uma novidade de consumo.

O fotógrafo emergia na sociedade oitocentista como um espectador privilegiado das cidades. Cobrindo grandes eventos públicos, acompanhando as reformas nas velhas cidades e o crescimento das novas e retratando o cotidiano das sociedades, este novo personagem carregava como característica da sua profissão a importância de ser testemunha ocular da vida urbana.

No início do século XX, com a rápida difusão da fotografia no Brasil, muitos fotógrafos passaram a prestar serviços no interior do Estado da Bahia. Em Jacobina a novidade técnica chegou por volta dos anos 10 quando do período se encontraram algumas imagens do seu centro. No entanto, foram durante os anos desenvolvimentistas, nas administrações de Orlando Pires (1955-1959) e Florivaldo Barberino (1959-1963), marcados por grandes transformações no cenário urbano de Jacobina, que o fotógrafo Osmar Micucci

produziu uma série de fotografias, hoje bastante significativas como indícios visuais[1] daquele momento singular da história da cidade.

Um fotógrafo em Jacobina

A inserção da fotografia no cotidiano da sociedade moderna é uma evidência. Desde que foi criada, seu uso se deu em diversas áreas: documentos pessoais, criminologia, ciências, registros familiares, administrações públicas e privadas, e em mais outros diversos campos. A presença da fotografia é algo comum nos dias de hoje e sua influência na vida das pessoas é tão perceptível, que a historiadora Maria Inez Turazzi, ao se referir ao seu aspecto no Brasil fala em "cultura fotográfica" nacional por considerar a existência de uma cultura fotográfica mundial. Conforme a autora:

> *A cultura fotográfica, portanto, é também uma das formas da cultura, idéia reforçada pelo argumento de que a fotografia foi e continua sendo um recurso visual particularmente eficaz na formação do sentimento de identidade (pessoal ou coletiva), materializando em si mesma uma "visão de si, para si e para o outro", como também uma "visão do outro" e das nossas diferenças (TURAZZI, 1998: 9).*

Considerando a existência de uma cultura fotográfica no Brasil, com o desenvolvimento de técnicas e singularidade temáticas, percebemos suas marcas também na cidade de Jacobina. Acreditamos que a fotografia cumpriu (e ainda cumpre) nesta cidade um papel importante na formação do "sentimento de identidade" a que a autora se refere.

Preocupada em registrar e se ver registrada naquele contexto importante para a história de Jacobina, a sociedade local encontrou na fotografia a maneira de materializar visualmente aqueles momentos. O reduzido número de fotógrafos da cidade foi, portanto, convidado a dar conta de cobrir as cenas públicas e privadas do seu cotidiano[2]. Esses profissionais normalmente faziam parte dos setores médios da sociedade da época e eram quase todos migrantes ou filhos deles, oriundos de cidades vizinhas.

Osmar Micucci de Figueiredo nasceu em 1938 na pequena cidade de Djalma Dutra, interior da Bahia. Ainda criança sua família se mudou para Jacobina. Filho de pai

[1] Fazemos uso da expressão "indício visual" valendo-nos do que disse Peter Burke em *Testemunha Ocular* quando chama a atenção para a utilidade do uso da idéia de "indício" em substituição ao de "fonte". Queremos chamar a atenção para a presença de intermediários em todo processo de produção da imagem fotográfica, desde o fotógrafo até o observador que faz uso da fotografia.

[2] Através de dados obtidos a partir da pesquisa que desenvolvemos junto ao Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC) no *campus* da UNEB em Jacobina, intitulada *A Memória Fotográfica de Jacobina:* investigações sobre os fotógrafos e suas obras na cidade, até o momento cadastramos a existência de 8 fotógrafos atuando com estabelecimento na cidade no período desse estudo (1955-1963); sendo que, nos anos 50 com apenas 3; nos anos 60 aumentando para 6 e já nos 70 o número ampliou para 12. Possa ser que tenham existido outros, mas até agora sem nenhuma informação precisa ou até de obras dos mesmos.

comerciante e fotógrafo nas horas vagas, Micucci aprendeu desde cedo a mexer com a câmara fotográfica dele, fazendo suas primeiras imagens com treze anos de idade. Pelo gosto que tinha em fotografar e necessidade financeira da família após o falecimento do pai, ele decidiu seguir a profissão de fotógrafo, tendo que se firmar na cidade quando ali já existiam outros profissionais trabalhando no mesmo ramo.

Jacobina desde os anos 30 atraiu um imenso contingente populacional, que para ali correu em busca de melhores condições. Filhos de pais que não conseguiram garantir-lhes uma formação universitária na capital, como os profissionais dos segmentos abastados, a exemplo dos médicos, advogados, engenheiros que compunham a sociedade local; nem desprovido de qualificação profissional, como os diversos trabalhadores pobres que partiam da zona rural para a cidade em busca de trabalho; os fotógrafos, como profissionais autônomos e autodidatas, procuravam se firmar na profissão valendo-se do aprimoramento das técnicas fotográficas, da afinidade que possuíam no meio social ou até através de vinculações políticas a determinados grupos. A ascensão social e profissional tem muitas variáveis, como disse Pierre Bourdieu, ao analisar as trocas simbólicas:

> *A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa ("superior", "média" ou "inferior") numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que num corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do trajeto social (BOURDIEU, 1974: 7).*

Vê-se que o fotógrafo no universo cultural de uma pequena cidade, como Jacobina, em um contexto marcado por transformações do seu espaço urbano e tecnológico, como o caso da década de 50, foi visto como o artífice privilegiado para produzir as imagens necessárias para dar conta daquele momento especial. Na era da mídia visual nos grandes centros urbanos, caracterizada pelo nascimento da televisão e por estar em auge o cinema, em Jacobina a fotografia cumpriu quase que exclusivamente este papel midiático. Dessa forma, a posição ocupada pelo fotógrafo foi a de um profissional de destaque, ou seja, o sentido do trajeto social era de ascensão naquela sociedade. Ascensão garantida seja pelo caráter da profissão ou pelo mérito particular de cada um deles. Em seu depoimento acerca da profissão Osmar Micucci fala que:

> *(...) a minha profissão, esse foi o maior ganho que eu tive em todas as áreas porque eu com o tempo fui ganhando a confiança pela integridade e ética que eu sempre tive, essa ética na fotografia fez eu penetrar - volto a repetir - em todas as camadas*

> *sociais e daí pra mim, eu acho, o maior crescimento que tive foi esse, mais do que o financeiro (...)*[3]

Percebe-se pela fala e imagens do fotógrafo que ele foi capaz de transitar em diversos espaços da vida privada dos variados segmentos sociais, como também dos eventos públicos, e produzir as imagens que muitos queriam ver materializadas nos diferentes suportes fotográficos. Durante as administrações municipais de 1955 a 1963, em que a cidade passava por transformações, Micucci firmou seu nome como o fotógrafo mais importante de Jacobina.

Imagens da modernidade na cidade

Para ter uma idéia das transformações ocorridas no espaço urbano de Jacobina a partir da segunda metade da década de cinqüenta, em primeiro lugar, é bom levarmos em conta que em 1955 os limites do centro administrativo, comercial e religioso da cidade estavam circunscritos a uma pequena área ao lado sul do Rio Itapicurú-Mirim, formada por algumas ruas próximas as suas principais praças: a Castro Alves, onde se localiza a Igreja Matriz e os casarios mais antigos da urbe; a Rio Branco, onde funcionava a sede do executivo e legislativo e o seu principal centro comercial; e a Dois de Julho, ainda sem beneficiamento de infra-estrutura, principal via de expansão urbana na direção oeste.

No segmento norte do Rio Itapicurú-Mirim estavam localizados entre os principais vetores da expansão urbana para aquela direção, a estação de trem, onde funcionava nas suas imediações um centro comercial de armazéns de cereais e demais produtos agrícolas, e o ginásio "Deocleciano Barbosa de Castro", importante centro educacional da região. Ainda em 1955, esta área carecia de serviços básicos, como saneamento e pavimentação nas suas principais ruas. As vias de acesso entre as duas áreas da cidade eram as pontes Manoel Novais, erigida em 1937, e uma outra de madeira, que sempre quando chovia e transbordava o Rio Itapicurú-Mirim ficava intransponível. Foi somente em 1960, na administração do prefeito Florivaldo Barberino, que uma ponte de concreto armado foi construída, pondo fim a um longo problema de locomoção de pessoas e veículos.

Acompanhando a expansão urbana de Jacobina entre os anos de 1956 a 1960, Osmar Micucci, dentro de um contexto da história da fotografia local, produziu um conjunto de fotografias panorâmicas em que demonstra tanto o seu olhar atento de espectador da cidade

[3] Entrevista com o senhor Osmar Micucci realizada em 13 de maio de 2005.

quanto à atitude documentarista de garantir para a população local os registros daquele momento de transformações da sua paisagem.

Encontramos entre os negativos do acervo de Osmar Micucci algumas vistas panorâmicas que demonstram a paisagem urbana de Jacobina naquele contexto, como uma onde o autor produziu rara imagem da área sul da cidade. Este tipo de fotografia era bastante significativo na época pela capacidade de apresentar a cidade em grande dimensão, sugerindo uma idéia de grandiosidade ao objeto da cena. É o que se percebe na imagem 1. Nela se pode observar a existência de duas ruas principais, ambas ligando à estação de trem e ao ginásio estadual. Nota-se no canto direito que a Ponte Francisco Rocha Pires, que liga os dois lados cortados pelo Rio Itapicurú-Mirim, estava em fase de construção, o que indica que a imagem tenha sido feita no ano de 1960. Em outro acervo do fotógrafo, comprovamos que ele documentou as obras da referida ponte.

(1) Panorama de Jacobina. 1960. Foto: Osmar Micucci. Acervo particular do fotógrafo.

Na imagem 2, observa-se a cidade no seu segmento norte. Notamos que nela Micucci procurou dialogar com imagens de outros fotógrafos que também direcionaram suas câmaras para a mesma direção na cidade. Em 1957, Aurelino Guedes produziu uma vista panorâmica com cinco fotografias (5), seguindo o mesmo enquadramento feito pelo fotógrafo Juventino Rodrigues (4), em 1948, e por outra panorâmica anterior (3), Guedes produziu do mesmo local uma imagem onde se visualiza a cidade em grande ângulo. Sugerindo uma comparação com as imagens precedentes, tudo indica que Micucci quis demonstrar a evolução urbana depois de mais de uma década na cidade. Durante aquele período desenvolvimentista, o diálogo com o passado, feito na fotografia, servia tanto para demonstrar o quanto o espaço urbano da cidade evoluía como a própria técnica fotográfica.

2) Panorama de Jacobina. 1960. Foto: Osmar Micucci. Acervo particular do fotógrafo.

(3) Panorama de Jacobina. Década de 1940. Autor não identificado. Acervo do Centro Cultural Luis Eduardo Magalhães (fotocópia).

(4) Panorama de Jacobina. 1948. Foto Juventino Rodrigues. Acervo particular Lindenício Ribeiro (reprodução).

(5) Panorama de Jacobina. 1957. Foto Aurelino Guedes. Acervo Memória Fotográfica de Jacobina (cópia digitalizada)

Adentrando o espaço interno da cidade naquele período, Osmar Micucci foi o fotógrafo mais atento às transformações ali ocorridas, sendo aquele que também mais prestou serviços para as administrações da prefeitura. Entre centenas de fotografias, produzidas para prefeitura, terceiros ou até pela percepção espontânea, ele deixou um grande conjunto de imagens que narram essas metamorfoses ocorridas na feição urbana e nos hábitos sociais da cidade.

Dentro da administração de Orlando Pires (1955-1959) a construção da Avenida Beira-Rio foi uma das obras mais significativas no aspecto da infra-estrutura e que contribuiu de forma decisiva para a alteração da feição urbana de Jacobina. A abertura de avenidas nas grandes cidades já era do conhecimento da elite letrada de Jacobina. As intervenções vividas por Paris, Rio de Janeiro e Salvador, certamente estavam no imaginário modernista daqueles que almejavam fazer da pequena cidade um modelo de civilidade no sertão baiano. O próprio prefeito Orlando Pires já conhecia de perto as experiências da capital baiana e brasileira na época. No entanto, a abertura da nova Avenida em Jacobina não se deu com a derrubada de velhos casarões seculares, como em Salvador e Rio de Janeiro. Ali foi preciso indenizar

terrenos dos fundos das residências das ruas Rio Branco e Coronel Teixeira para a construção de novas residências voltadas para o Rio Itapicurú-Mirim. Pelas imagens de Micucci se observam que ele acompanhou o nascimento da Avenida ao longo dos anos, documentando obras públicas e privadas, como as construções das residências.

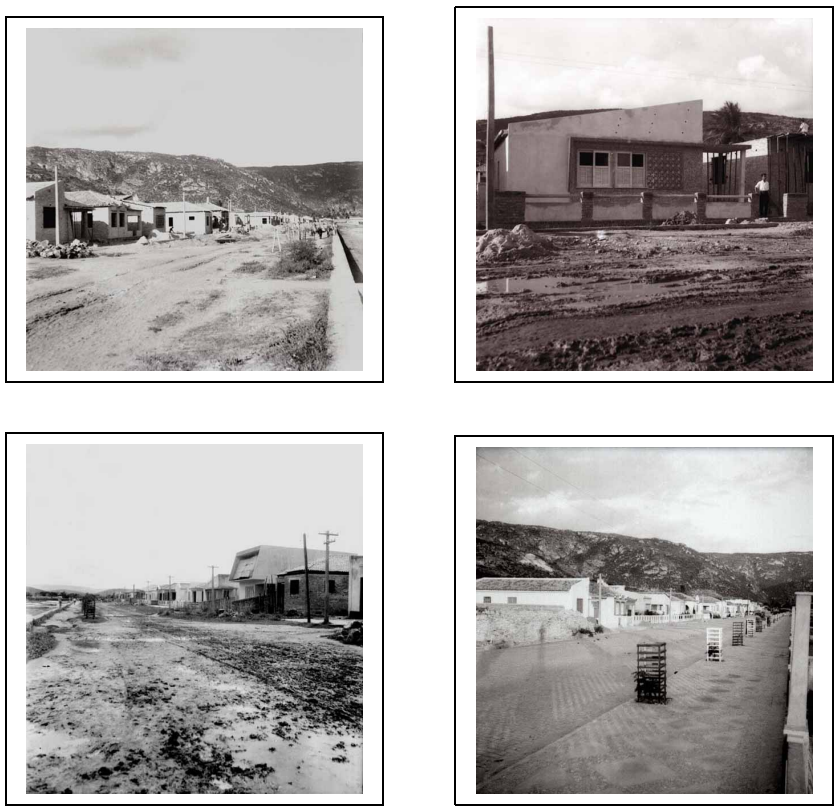

(6-9) Avenida Beira-Rio ao longo da segunda metade da década de 50. Fotos: Osmar Micucci (Acervo particular do fotógrafo)

A preocupação com a estética das ruas e praças era sempre um imperativo entre os defensores de um programa de modernização para Jacobina, o que leva a crer que a busca pela aparência era o primado para fazer dali uma cidade moderna (FABRIS, 2000). Até o final da década de cinqüenta as principais ruas de Jacobina não possuíam pavimentação ou então eram de pedra. A preocupação com o asseio público e a estética das ruas moveu o único jornal local, o *Vanguarda,* a ser porta-voz de uma discurso higienista e modernizante. Segundo o jornal, não era condizente para uma cidade que se dizia moderna e civilizada, a permanência de esgotos abertos em suas principais ruas sem pavimentação, como a 24 de Outubro e a Coronel Teixeira, a "Baixa dos Sapateiros" de Jacobina. Afinal, que péssima impressão não levaria o visitante que trafegasse por tais vias? Portanto, uma das tônicas do discurso da imprensa era a necessidade da solução dos esgotos na cidade, principalmente nas suas artérias centrais, visto serem áreas de circulação das elites e visitantes[4].

[4] Jornal *Vanguarda*, de 22 de maio de 1955. (*Jacobina e o problema dos esgotos*) p.1.

Ainda no primeiro ano de mandato, Orlando Pires em nome do asseio público e da estética moderna colocou tambores de lixo nas "principais ruas", distribuiu fardamento aos garis[5], reiniciou e inaugurou o calçamento com paralelepídedos da Rua Senador Pedro Lago e Praça Rio Branco, e ainda iniciou a pavimentação da Rua Cel. Teixeira. Como parte do discurso, o *Vanguarda* teceu elogiosas palavras ao jovem administrador, como sendo aquele "dinâmico prefeito" que esteve "preocupado com os estudos dos múltiplos problemas da nossa comuna"[6]. Na imagem 10 nota-se que Osmar Micucci destacou quase metade da cena na Praça Rio Branco para a rua calçada com paralelepídedos, o que provavelmente poderia ser uma alusão à novidade estética urbana promovida pela administração de Orlando Pires.

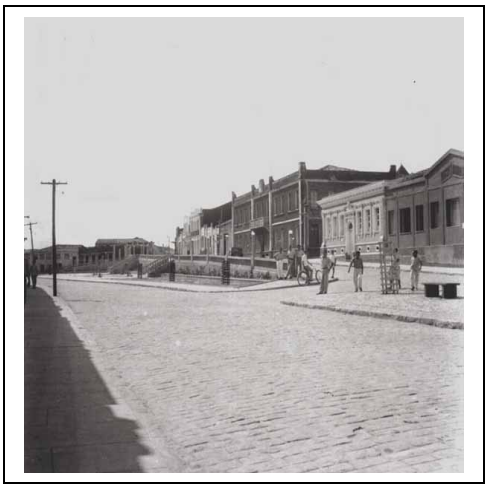

(10) Praça Rio Branco. 1956. Foto: Osmar Micucci (Acervo particular do fotógrafo)

No plano urbanístico, algumas construções e serviços surgidos ou acentuados durante as administrações de Orlando Pires (1955-1959) e Florivaldo Barberino (1959-1963), contribuíram como vetores de direcionamento da cidade, promovendo o crescimento para áreas mais afastadas do seu centro administrativo. A este respeito, merecem destaques o aeroporto, inaugurado em 1957 e o matadouro, em 1962, colaborando para a expansão em direção ao segmento oeste, ali surgindo novos bairros, como da Caeira e da Catuaba. Com o surgimento da estação de trem da Leste Brasileiro nos anos 30, o Ginásio Deocleciano Barbosa de Castro, transformado em instituição estadual em 1954, e com o Hospital Regional nos anos sessenta, bairros como Serrinha, Índios e Perú foram cada vez mais se dinamizando e promovendo a expansão de residências e ruas em direção ao sul, ou seja, ao lado direito da margem do Rio Itapicurú-Mirim, reforçando para isso a construção da Ponte Francisco Rocha Pires, em 1960. Através de obras como a Usina Termoelétrica, de 1957, e construção da Praça

[5] Jornal *Vanguarda*, de 5 de junho de 1955. (*Tem melhorado o asseio da cidade*) p.1

[6] Jornal *Vanguarda*, de 19 de junho de 1955. (*O prefeito começa a executar o seu programa administrativo*) p.1

Miguel Calmon em 1962 houve uma expansão urbana em direção ao bairro da Bananeira, segmento leste da cidade. Em 1959 com a construção no alto da serra de uma caixa reservatória de água para o abastecimento na cidade, houve a partir dali um espontâneo adensamento de residências que mais tarde levaria ao surgimento do Bairro da Caixa D´água. Aliados a isso, foram construídos e reformados algumas praças e diversas ruas pavimentadas, contribuindo para o incremento do projeto modernizador promovido pelas duas administrações.

Percebe-se então que aquela cidade que iniciava a década de 50 com o perfil de vila chegavam aos anos 60 com uma rede de obras de infra-estrutura responsáveis pela metamorfose de sua fisionomia urbana. Almejava-se atingir o padrão estético das urbes modernas. À fotografia coube a tarefa de documentar aquela fase desenvolvimentista em Jacobina. E foi o fotógrafo Osmar Micucci que, acompanhando as transformações, esteve presente como profissional e observador atento, documentando e construindo através de suas imagens os perfis da modernidade desejados para a cidade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. "Pequena História da Fotografia". In: *Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Brasiliense: São Paulo, 1985.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular:* história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica: Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FABRIS, Annateresa. *Fragmentos Urbanos:* Representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

MONDENARD, Anne de. "A Emergência de um Novo Olhar Sobre a Cidade: As Fotografias Urbanas de 1870 a 1918". In: Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em história da PUC_SP. São Paulo: Educ, 1981.

TURAZZI, Maria Inez. "Uma Cultura Fotográfica" in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Fotografia*. Nº 27. São Paulo: IPHAN, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX.

Ana Maria Leal Almeida[1]

Resumo: Este estudo pretende acompanhar a formação e o estabelecimento de algumas famílias de elite em Vassouras, procurando determinar as formas de inserção desses grupos na sociedade e como se cristalizou o seu poder pessoal seja político ou financeiro.
Esta restrito ao século XIX e se apóia principalmente em levantamentos da documentação existente no Centro de Documentação Histórica da USS, do Museu Casa da Hera e da Casa de Cultura Tancredo Neves, locais depositários de fontes em Vassouras. Confronta e analisa, também, a historiografia relativa à região de Vassouras, constante tanto de livros já publicados, quanto de teses acadêmicas de mestrado e doutorado. Tem sua relevância principal na busca de reconstruir a sociedade escravista sul fluminense a partir da observação do conceito de família de elite sustentado pelo tripé: a parentela, a riqueza e o poder político.
Palavras-Chave: Famílias de Elite – Vassouras - Século XIX.

Abstract: This study aims at outlining the background and structure of some families from the elites in Vassouras, tracking the way they started to belong in the higher ranks and how they managed to establish their social, political and economic power.
The study at stake frames the nineteenth century, being based mainly on documental research done at Centro de Documentação Histórica (Historical Documentation Center) of USS (Severino Sombra University), Casa da Hera Museum, Tancredo Neves Cultural Center and other source locations in Vassouras. It also confronts and analyzes the historiography of Vassouras and its surroundings in accordance with books, MA and Ph.D. Theses. Above all, it focuses on the enslaving society from the South of Rio de Janeiro by observing the concepts of gentry and elite, supported by the tripod: lineage, wealth and political power.
Keywords: Elites – Vassouras - Nineteenth Century

Ao Município de Vassouras vem sempre associada a cultura do café, e sem dúvida, as prósperas fazendas de Vassouras foram decorrência dos excelentes resultados econômicos da cultura do café, entretanto, não foi essa a atividade pioneira da região. Era a cana de açúcar, produto tradicional na economia brasileira, que dominava, principalmente na fazenda Pau Grande, que foi durante muitos anos o núcleo irradiador do povoamento da região.

No Vale do Paraíba, o café passou a ser plantado em grande escala na segunda metade do século XIX e,"na Província do Rio de Janeiro pode-se dizer que, em meados do século, todo território fora conquistado pelo café" . No entanto a introdução da cultura cafeeira na região se deu ainda no início da década de 1820, sendo ampliada a partir da

1 Professora Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra (USS). Professora Titular de História Regional da USS. Pesquisa financiada pela Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE).

década seguinte (FRANCO, 1994: 127).

Verificamos que do total de pés de café arrolados em inventários entre 1821 e 1850, apenas 10% se encontravam entre os anos de 1821 e 1835, estando o restante arrolado para o momento posterior entre 1836 e 1850 e comparando a proporção destes com a de números de escravos por intervalo de 5 anos, encontramos:

TABELA DE ESCRAVOS E PÉS DE CAFÉ

Intervalo de anos	***Pés de café***	***Escravos (%)***
1821-1825	2%	6%
1826-1830	3%	5%
1831-1835	5%	7%
1836-1840	18%	18%
1841-1845	36%	31%
1846-1850	36%	33%
Total	100%	100%

Fonte: CDH da FUSVE/USS. Levantamento feito através da análise de inventários.

Tanto os dados da tabela quanto a citação acima, dão conta que a cultura cafeeira já estava implantada e bastante ampliada ainda na primeira metade do século, e não a partir da segunda metade.

Mas, em decorrência, surgiu a necessidade do desmembramento das sesmarias concedidas no período colonial, e este se deu por transação de compra e venda ou pela partilha dos latifúndios entre os herdeiros dos poderosos senhores de terra.

Famílias mineiras aí se estabeleceram e investiram o capital acumulado na mineração. Assim, a lavoura cafeeira no Vale coincide com a decadência das minas de ouro em Minas Gerais. Os futuros fazendeiros, recebendo grandes doações de terra da Coroa em forma de sesmarias, construíram uma ou mais fazendas.

No entanto, não foi sem tropeços que as sesmarias doadas foram demarcadas. Índios e posseiros foram levados a lutar contra os donos das sesmarias para garantir as suas terras.

Por mais controvérsias que existam, o que não se pode negar, como bem afirmamos:

> *"...é que a abertura do Caminho Novo de Minas por Garcia Rodrigues Pais e a instalação das fazendas de café no território que hoje abriga, entre outros, o*

> *município de Vassouras, foram determinantes na ocupação humana e a ulterior urbanização das várzeas e colinas compreendidas entre as vertentes internas da Serra do Tinguá e os vales delimitados pelos Rios Paraíba do Sul e Santana"(DEISTER,2003:I) .*

Vassouras, em geral município montanhoso e com, aproximadamente, três quartas partes dentro da bacia do Paraíba, teve seus vales e vertentes das serras ocupados por propriedades rurais, com as principais lavouras de café e de cana (para fabricação do açúcar, da rapadura e, em certas regiões, da aguardente) e como subsidiárias a mandioca (para a fabricação da farinha), o feijão, o milho e, em pequena escala, o arroz. A criação do gado era voltada para a produção dos "bois de carro" e das vacas leiteiras para o suprimento da família.

O ciclo do café, diferentemente do da cana-de-açúcar, deixou suas marcas, até hoje visíveis, com o surgimento de elites de peso tanto no setor econômico, como no social.

Implantado o reinado do café, e tendo os senhores fazendeiros uma aguçada percepção das alianças que precisavam ser buscadas para aumentar a sua esfera de influência, procuraram se concentrar em um clã ou oligarquia. Assim, na Vassouras oitocentista, algumas famílias como Teixeira Leite, Correa e Castro, Ribeiro de Avelar (divididas em subgrupos como os Gomes Ribeiro) dominavam nos setores sociais, colaborando em projetos assistenciais, obras religiosas e urbanistas e com seus membros ocupando os cargos públicos locais.

Em decorrência, houve uma concentração de riqueza nas mãos dos proprietários das grandes lavouras de café. E, a maior prova da opulência desses agricultores e respeitados fazendeiros é a enorme superabundância de títulos nobiliárquicos a eles concedidos pelo Império.

Nas terras do Vale do Paraíba, as de Vassouras entre elas, por mais de um século, ainda que quase destruindo a densa floresta tropical, desenvolveu-se um intenso período agrícola e estabeleceram-se famílias que se arvoraram em detentores da vida e da morte de centenas e centenas de colonos, indígenas, curibocas, mamelucos, tropeiros, serviçais e escravos etc.

Vassouras se fazia ouvir, não só em benefício do seu progresso material, mas dos grandes interesses nacionais que despertavam as iniciativas de seus homens, como no caso da reforma judiciária apresentada, em 1854, por Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça do Gabinete Paraná.

Podemos afirmar com Lamego:

> *"...há em Vassouras uma engrenagem político-social...em que as ambições individuais se subordinam inteiramente ao interesse regional, base de toda a sua evolução cultural. Era o tempo em que o nome da família, o passado impoluto, o bom conceito na sociedade eram fatores essenciais nas eleições para vereadores que iriam por um prazo ter nas mãos o destino da cidade aristocrática.* E mais adiante, aludindo ao aparecimento tardio da imprensa em Vassouras e à restrição feita ao jornal para que não fossem permitidas, através dele, discussões pessoais, aventa a hipótese de que *nenhum outro fato melhor explicaria essa indissolúvel união dos vassourenses, com toda uma população concorde e uníssona em seus fundamentais interesses coletivos"(LAMEGO,1963: 160-162*)

Durante muito tempo o historiador limitou-se ao estudo da vida pública, ficando para os sociólogos a história da vida particular. No entanto, para uma análise das sociedades monárquicas, a diferença entre público e particular se dilui, pois " a instituição familiar tinha características de instituição pública e as relações de parentesco serviam de modelo as relações sociais e políticas"(FLANDRIN, 1995: 9).

Embora se referindo a França e a Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, Flandrin retrata o conceito de família encontrado no nosso meio rural no século XIX, período de nossa pesquisa.

O conceito já ampliado no século XVI, XVII e XVIII (um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligadas pelo sangue ou pelo casamento) se estendeu nos dicionários e "o uso confirma que criados e outros familiares faziam parte dela. E mais adiante afirma: o conceito de família, tal como é hoje habitualmente definido só existe, pois, desde uma data recente, na nossa cultura ocidental"(GRAHAM, 1997:12-13).

No nosso meio rural, no séc. XIX, como diz Graham

> *"...os brasileiros permaneciam predominantemente rurais. Com exceção do Rio de Janeiro, as cidades tendiam a ser pequenas (mais ou menos 200.000 pessoas)... e os conceitos de casa e família afetavam profundamente a natureza da política. A importância dessas instituições, como unidades básicas da ordem política... tanto mais que esses elementos culturais mostraram-se resistentes `a mudança. (Ibid:32)*

Família, para os que fazem História, não se restringe ao sentido restrito (pai, mãe e filhos) que geralmente os sociólogos levam em consideração. E, embora o conceito de família se modifique no decorrer do tempo, para nosso estudo, que se situa no século XIX, família tem um sentido mais amplo, em especial porque estamos tratando de personagens do meio rural. Essas unidades domésticas eram chefiadas por um homem (o pai) que exercia sobre elas autoridade legal.

A lei considerava os filhos, de qualquer idade, como pertencentes ao pai. A constituição proibiu que um adulto vivendo com o pai (filho-família) votasse. Cada família

dispunha de apenas um voto, reconhecendo a autoridade paterna que se estendia às mulheres casadas, aos fâmulos e aos que vivem de esmolas, surgindo em dicionário do século XIX a expressão "cabeça do casal", chefe da família.

Esse modelo de estrutura familiar, enfatizando a autoridade do marido, relegava à esposa um papel secundário que, às vezes, não correspondia à realidade pois eram essas mulheres, tidas como simples figuras decorativas ou apenas capazes de gerir funções domésticas, que assumiam o comando, não só da família, mas das próprias fazendas, quando isso se fazia necessário.

Nesse enfoque podemos afirmar:

> *"...que as famílias de barões cultos e bem educados", como no caso de Maria Werneck de Castro, que era posta a estudar em casa, com um "nível e qualidade do progresso" que impressiona: quando aprendiam o português passavam para o francês, além de "história, geografia e tabuada, que decorávamos andando pela casa" em contraposição aos "barões de tamancos" de poucas letras e até de pouca inteligência, como nos fala Gilberto Freire... e, acentua o papel fundamental desempenhado pelas mulheres naqueles momentos difíceis da transição, queda e dificuldades ...fonte de grande valia para o estudo do cotidiano feminino nas fazendas de café bem diferente da imagem generalizada de Delgado de Carvalho das " sinhazinhas pamonhas" (CASTRO, 2004:36).*

Ainda nessa obra se acha registrada a tradição das famílias dos fazendeiros de promover casamentos entre parentes para conservar as terras em poder dos "clãs" sendo corrente a expressão "nada de gente de fora". Mas pelo menos duas mulheres da família (Werneck) fugiram ao padrão casando-se com dois médicos que não pertenciam às famílias (Vovó Carola com Joaquim de Albuquerque- médico cearense e Vovó Maria Isabel filha do Barão de Pati do Alferes com Joaquim Teixeira de Castro- futuro Visconde de Arcozelo).

O modelo de estrutura familiar que serviu de base para caracterizar a família brasileira foi o denominado "patriarcal", que permaneceu estático para alguns autores como Gilberto Freire e Oliveira Viana, e que criou o mito da mulher submissa e do marido dominador.

A família patriarcal era a base de um sistema agrário, latifundiário e escravista e, por suas características, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre parentes.

A historiografia usa o conceito de família patriarcal como sinônimo de família extensa e, assim, da família, faziam parte o núcleo central (o chefe, a esposa e descendentes legítimos) e uma camada periférica, que podia abranger parentes, filhos ilegítimos ou de

criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos, o que tornava mais complexa uma unidade familiar, pois esta abrangia componentes de várias origens. Como se essa complexidade não bastasse, muitas vezes, por razões econômicas, políticas ou laços de compadrios a família patriarcal ou extensa incorporava pequenos sitiantes, lavradores e roceiros da vizinhança além de os trabalhadores livres e migrantes. Mesmo vivendo fora da Casa Grande, os grupos mantinham os mesmos laços de dependência e solidariedade, gerando uma maior participação política, social e econômica na ordem paternalista.

O interesse era mútuo: se para essa camada periférica era importante a proteção de uma família, para o patriarca não era menos, já que o seu prestígio era medido pelo número de pessoas sob sua dependência.

Esse modelo de família patriarcal ou extensa (tradicional) era, em geral, o encontrado na região e na época por nós focalizada, embora, características diferentes possam ser encontradas em outras regiões e outras épocas e, em particular, entre as diferentes camadas sociais (ricos e pobres). Daí a existência de afirmações contraditórias quando o enfoque é família.

Mas o que não resta dúvida é que dessa família extensa, membros da casa, agregados e outros dependentes, um fazendeiro formava o seu séqüito, ou clientela.

Percebemos, portanto, que:

> *" A estrutura formal do clientelismo encontrava um reflexo preciso na esfera informal (cartas de recomendações)... os missivistas (pedido) pesavam com cuidado as relações, que o ligavam com o destinatário e às que ele mantinha com o pretendente ao cargo: no total, quem fazia os pedidos acreditava que as relações de família, alianças partidárias e relações entre "amigos" eram importantes"(GRAHAM, 1997 :277)..*

A família e a unidade doméstica se alicerçavam em relações de dependência e consideração. Todo o grupo de um protetor, seus seguidores imediatos, assim como os que lhe prestavam lealdade e obediência como empregados, senhor de terra ou emprestador de dinheiro, procuravam-no em busca de proteção e apoio.

E é dentro desse sistema, em que as relações políticas, a obtenção de títulos e cargos públicos suplantam a preocupação com o lucro de suas fazendas, que vamos encontrar a atuação de nossos barões de Vassouras, que mediam sua força, seu prestígio político, pela extensão de suas terras e número de escravos possuídos.

Podemos acentuar que *a* prova maior do prestígio e da opulência desses

respeitados proprietários e agricultores pode ser encontrada na profusão de títulos nobiliárquicos a eles concedidos pelo Império

O Imperador D. Pedro I,

> "...em oito anos de reinado titulou 46 barões, 44 viscondes, 06 condes, 26 marqueses e 02 duques e, seu filho, D. Pedro II, em cinqüenta e oito anos de reinado titulou 900 barões, 187 viscondes, 40 condes, 22 marqueses e 01 duque. Dessa profusão de nobres, 48 foram os de Vassouras que representavam 5,33% dos títulos concedidos...os títulos concedidos não eram hereditários, cessando o seu uso com a morte dos agraciados."(PASIN, 2004:3),

Encontramos também a informação de que a obtenção desses títulos não estava isenta de gastos, pois pela tabela de 02/04/1860, para ser nobre o agraciado teria que pagar as "custas" que eram estabelecidas em contos de reis:

Duque- 2:450$000

Marquês- 2:020$000

Conde- 1:75$000

Visconde- 1:025$000

Barão- 750$000

Além dos gastos adicionais:

papéis par o processo- 366$000

registro do Brasão- 170$000

Outra observação que encontramos é que, a partir de 1871, o uso indevido do título e ou brasão era considerado crime de estelionato, sendo os infratores severamente punidos, ficando, inclusive, sujeito à cadeia.

Continuando o nosso estudo, para fundamentar a importância dos elementos humanos de Vassouras, fizemos o levantamento das publicações nos jornais da época (O Vassourense e o Município) e dos inventários desses personagens, cujos resultados comentaremos adiante.

Citando uma definição de Inventários Post-Mortem

> "...é uma exata demonstração econômica do "de cujos", pela evidência de seu ativo e de seu passivo, afim de serem apurados os resultados (acervo hereditário), que irão ser objeto da partilha, Fragoso, embora reconhecendo que freqüentemente tem-se

> identificado o inventário como uma fonte meramente econômica, ele contém, na verdade, informações que servem tanto para o campo da História Social, quanto para os da História Econômica, Demográfica, Política e das Mentalidades", sendo usado por historiadores locais como meio de se recuperar a vida de grandes vultos locais.(FRAGOSO, 1988:30):

Aí está a razão de incluirmos o estudo dos inventários ao nosso projeto de pesquisa sobre "Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no século XIX".

Como acentua Fragoso, através do estudo dos inventários, podemos levantar informações básicas não somente das classes dominantes como também dos escravos, que nessa sociedade, são os elementos "mais despossuídos" e, assim, nos permite retratar diversos aspectos da vida urbana ou rural.

Através do levantamento da documentação existente no Centro de Documentação Histórica da FUSVE/USS, no Museu Casa da Hera (Arquivo Público Municipal)e na Casa da Cultura Tancredo Neves sobre a vida desses barões observamos que muito dos titulares de Vassouras, para fortalecerem sua situação econômica , política e social, através de laços matrimoniais, casaram-se com primas e com sobrinhas, o que redundou num grande estreitamento entre suas famílias. O Barão de Vassouras casou-se duas vezes com primas Maria Esméria Leite Ribeiro e Ana Alexandrina Teixeira Leite Guimarães e teve inúmeros filhos do primeiro e segundo casamento que também casaram-se entre familiares.

Outros uniram-se a sobrinhas como o Visconde de Cananéia que se casou com Carlota de Avellar e Almeida filha do irmão, Barão de Massambará, Marcelino de Avellar e Almeida.

Assim os Correia e Castro, os Teixeira Leite, os Avellar e Almeida, os Avellar, os Ribeiro de Avellar compuseram redes sociais de parentela de enorme poder financeiro, político e social.

O Barão de Itambé e o Barão de Campo Belo (Famílias Correa e Castro e Teixeira Leite) uniram suas famílias pelo casamento dos filhos – Joaquim José Teixeira leite e Ana Esméria Correa e Castro.

Desde a criação da Vila em 1833 até a Proclamação da República encontramos a permanência, como Presidentes da Câmara Municipal os Correia e Castro, os Teixeira Leite, os Avellar e os Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, irmão do Barão de Aryaruoca.

Vassouras é assim um exemplo histórico do poder das oligarquias familiares que foram tão comuns na história do Brasil.

E enquanto alguns titulares dedicavam-se à produção de café como Laureano Correia e Castro com seus 352 escravos e milhares de pés de café; outros dedicavam-se ao financiamento da produção, como o Barão de Itambé. Mas todos detiveram um poder fabuloso social, político e econômico em suas mãos.

É importante ressaltar que a organização de Vassouras não foi exclusivamente calcada nos laços de família mas, mais do que isso, baseada em família. Em outras palavras, laços informais de associação oligárquica dera as bases para as relações de amizade tanto quanto parentesco. Compadrio, formação de associações de caridade, da maçonaria, de irmandades religiosas, foram cruciais para as conexões pessoais e sobrevivência da oligarquia.

Ainda com relação à atuação da aristocracia agrária, Vassouras foi, inegavelmente, o exemplo maior, nessa região, do espírito público de seus nobres. Atestando essa afirmação podemos citar os inúmeros edifícios públicos, abaixo relacionados, que não existiriam sem a prodigalidade de seus barões:

Matriz Nossa Senhora da Conceição, na Praça Barão de Campo Belo, teve sua origem numa proposta apresentada à Câmara Municipal, a 16 de janeiro de 1835 pelo titular de quem mais tarde recebeu o nome de Barão de Campo Belo. A proposta era desapropriar a área no centro da Vila para ser transformada em praça, aproveitando que em sua parte mais alta já existia uma capela, construída desde 1829, e que mais tarde viria a ser a sede da Irmandade e Matriz Nossa Senhora da Conceição (1853).

Cemitério da Irmandade – Em 1846 teve início a sua construção , numa área de 200 palmos. Custou a importância de 10 contos de reis, produto da subscrição organizada pelos habitantes da freguesia, entre eles Joaquim José Teixeira Leite, Pedro Correa e Castro (Barão do Tinguá), Laureano Correa e Castro (Barão de Campo Belo), Evangelista Teixeira Leite etc.

Casa da Câmara e Cadeia – Construção iniciada em 1849. As obras se estenderam por vários anos. Adornada com com gigantescas colunas de pedras no frontispício foram apadrinhadas pelos barões de Vassouras, Ribeirão, Massambará e pelo vereador Dr. Manoel de Souza Pinto.

Asilo Barão do Amparo – Fundado como Santa Casa da Misericórdia e

Hospital Nossa senhora da Conceição foi custeado por Pedro Correa e Castro (Barão do Tinguá), irmão do Barão de Campo Belo.

Museu Casa da Hera – Embora não se conheça o período de sua construção, podemos situa-la na primeira metade do século XIX, conforme planta da cidade datada de 1836. O requinte decorativo desta residência senhoril da época cafeeira , sua biblioteca com cerca de 1.000 volumes e 3.000 periódicos, basicamente, europeus e a indumentária familiar confeccionada por mestres da alta-costura francesa, nos apontam como um dos mais representativos documentos sobre a posição ocupada na economia cafeeira por aqueles que detinham o poder do capital.

Enfim, podemos afirmar que o casamento endogâmico foi uma estratégia usada pelas famílias com o objetivo de se manter a riqueza dentro da família e, também, a necessidade da família continuar unida, e assim, com os casamentos com primos e tios aproximavam ainda mais seus membros. Isso era a forma de cuidar do seu patrimônio social: prestígio e importância política.

É esse interesse pelo desenvolvimento social que moveu os grandes fazendeiros de Vassouras a investir capital em bens: objetos de luxo, grandes casas, formar uma rede de clientelismo, participação política nas Câmaras, fazer obras de caridades, pertencer às Irmandades e empenhar-se em conseguir títulos de nobreza.

Como afirmamos no início dessas reflexões, os "Barões de Café" deixaram a sua passagem marcada, por obras que perduram até hoje e, ainda, concorreram para a ascensão cultural da região.

Esperamos que o trabalho aqui apresentado possa servir para despertar curiosidades para estudos mais profundos sobre esse tema e, com certeza serviram à preservação da memória e do resgate das raízes históricas do Município de Vassouras.

Referências Bibliográficas

-FLANDRIN, Jean Louis. Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.

-FRANCO, Afonso Arinos de. Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil. Publ. Nº

11: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 1944.

-GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

-LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1963

-FRAGOSO, João Luis Ribeiro & Renato Rocha Pitzer. Barões, homens livres, pobres e escravos: notas sobre uma importante fonte múltipla—inventários post-mortem.Revista Arrabaldes. Ano I, nº 2, set/dez. 1988.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A Riqueza Fugaz: Trajetórias e Estratégias de Famílias de Proprietários de Terras de Vassouras, 1820-1890. Tese de Doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ,2005.

- RAPOSO, Ignácio. História de Vassouras. Lisboa: Presença, 1982.

- SAMARA, Eni Mesquita. As Mulheres, o Poder e a Família. São Paulo, Século XIX .São Paulo: Editora Marco Zero & Sec. de Est. da Cultura de São Paulo, 1989.

- SILVA, Eduardo. Barões e Escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

- STEIN, Stanley J. Vassouras: Um Município Brasileiro do Café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Fontes primárias manuscritas:

Centro de Documentação Histórica (CDH- USS)

Inventários e Testamentos

Periódicos:

O Município e

O Vassourense

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Autor e reú: um estudo do acesso à justiça no Brasil Republicano (1890-1930)

Jorge Batista Fernandes[1]

Resumo: Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a questão da cidadania no Brasil dos primeiros anos republicanos a partir da avaliação do acesso da população à justiça. O estudo envolve a análise de documentação do Poder Judiciário, principalmente de processos e ações impetradas pela população da cidade do Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1930, buscando no poder público soluções para questões referentes ao cotidiano. A cidade do Rio de Janeiro apresentava características singulares, incluindo uma população heterogênea, movimentos sociais significativos e o fato de possuir a estrutura administrativa da Capital Federal. 1890 é o ano da publicação do Código Penal e de uma sucessão de leis tratando da organização do Poder Judiciário e 1930 um marco do início das principais alterações nesta mesma organização e nas relações entre a sociedade e o Estado.
Palavras-chave: Cidadania – Justiça - República

Summary: This article presents some reflections on the subject of the citizenship in Brazil of the first republican years starting from the evaluation of the access of the population to the justice. The study involves the analysis of documentation of the Judiciary Power, mainly of processes and actions petitioned by the population of the city of Rio de Janeiro, in the period from 1890 to 1930, looking for in the power public solutions for subjects regarding the daily. The city of Rio de Janeiro presented singular characteristics, including a heterogeneous population, significant social movements and the fact of possessing the administrative structure of the Federal Capital. 1890 are the year of the publication of the Penal Code and of a succession of laws treating of the organization of the Judiciary Power and 1930 a mark of the beginning of the main alterations in this same organization and in the relationships between the society and the State.
Keywords: Citizenship - Justice - Republic

A questão da cidadania no Brasil é tema recorrente em muitos trabalhos, sejam eles acadêmicos ou não. A produção sobre o assunto tem versado em avaliar o grau de participação política e apontar o caráter excludente da sociedade brasileira. Ambos, corretamente, identificam nos limites da sua prática características da nossa história e da nossa cultura política. No que diz respeito às ações políticas relacionadas ao exercício da cidadania, como, por exemplo, organizações sociais, manifestações, movimentos de resistência, revoltas populares e reações ao Estado, muitos estudos já fora feitos e publicados. No entanto, trabalhos dessa natureza, que tem contribuindo de forma significativa com os

[1] Doutorando – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

estudos sobre o tema, ficam imersas na preocupação das manifestações que apresentam uma ordem de grandeza e importância que, provavelmente, só são possíveis quando se apresentam com algum grau de repercussão. (CARVALHO, 1996: 340) Exercícios singulares numa sociedade marcada pela exclusão. Quanto ao papel do Estado, a ausência de políticas inclusivas e a manutenção dos fatores limitadores do acesso à cidadania, seja ela política ou social, também têm proporcionado estudos importantes. (PRADO, 2005)

Há, entretanto, aspectos, comportamentos sociais e ações individuais que corresponderiam ao que chamaremos aqui de *exercício cotidiano da cidadania*, ou seja, a procura por garantir direitos individuais e soluções para problemas que se relacionam aos aspectos que envolvem a vida das pessoas. Nesse sentido, identificamos no acesso à justiça e às instâncias legais e estatais de resolução dos conflitos uma das características desse comportamento político. No caso dos direitos políticos, por exemplo, ao invés de abordar a questão da ampliação da cidadania política através do estudo dos movimentos sociais e da ampliação das franquias eleitorais e dos mecanismos de sua limitação, buscamos compreendê-la também nas ações judiciais individuais, como, por exemplo, no protesto impetrado por Daniel Barbosa Oliveira, em 7 de outubro de 1905, (BRASIL, 1905-a), assim como de muitos outros processos movidos contra os critérios adotados por Juntas Eleitorais que negaram pedidos de qualificação e impediram o exercício dos direitos políticos, ou à ação judicial impetrada por João Rosa, em 1905, que queria justificar a sua nacionalidade para poder exercer a sua cidadania política. (BRASIL, 1905-b)

Nossa discussão parte da avaliação do papel político e institucional do Poder Judiciário e da compreensão da forma como os processos de adjudicação se tornaram ferramentas possibilitadoras da criação de espaços de sociabilidade e de democratização ao longo da República Velha, principalmente no que se refere ao exercício da cidadania política realizado sobre formas diferenciadas, ampliando o seu conceito e construindo espaços para o seu *exercício cotidiano*. O acesso à justiça seria mais uma forma de contato direto entre o cidadão e o Estado, mesmo considerando as dificuldades existentes e que serão apontadas mais adiante.

O conjunto de leis no período se baseava sobre a liberdade individual e sobre os direitos civis. Numa sociedade marcadamente excludente, de maioria analfabeta, com restritas franquias eleitorais e cujos direitos políticos se restringiam aos alfabetizados, a participação política formal era privilégio de poucos. (NICOLAU, 2003)

A utilização do termo *acesso à justiça* é objeto de muita controvérsia. Muitos a identificam como um valor e o acesso às instâncias oficiais como o movimento pragmático de

buscar as soluções dos conflitos jurídicos. (JUNQUEIRA, 1996: 400) Partimos da assertiva de que ambas compõem um único movimento, sendo pouco provável a existência de uma sem a outra.

Compreender a adjudicação como uma ferramenta de exercício da cidadania, determina a busca de ampliar este conceito para além dos direitos eleitorais. É importante destacar que naquele momento o acesso à Justiça correspondia ao enfrentamento das questões cotidianas. Pelo levantamento já realizado, é perceptível de um lado a presença do aparato estatal no controle sobre a sociedade, principalmente em relação aos mais pobres, do outro a busca pela solução de conflitos que vão desde solicitações de *habeas corpus*, reivindicações de pagamentos de salários atrasados até protestos dirigidos ao Estado criticando as dificuldades de acesso aos direitos políticos, superando a concepção de que a ação política da sociedade, principalmente dos setores populares, apenas se circunscrevia aos movimentos sociais urbanos e rurais, assim como assinalando que a repressão do Estado não operava somente ao nível da violência policial.

Apontamos para uma solução aparentemente silenciosa que se estendia às instituições do Estado. O exercício da cidadania ocorria por caminhos que não se inseriam apenas nas organizações políticas e na prática do voto, mas também na busca de garantir direitos existentes no conjunto das leis que regiam aquela sociedade, tal como Pimenta Bueno, citado por José Murilo de Carvalho, se referia quando descrevia a cidadania ativa. (CARVALHO, 1996: 340)

Se nos dias atuais o acesso à Justiça é tarefa dificultada por inúmeros fatores, não podemos negar que um deles se refere à superação da demanda sobre a oferta dos serviços. As dificuldades na estrutura e os problemas sociais que se multiplicam têm contribuído muito com os limites existentes. Hoje, o processo de adjudicação e os mecanismos que o organizam têm um caráter que se insere no conjunto de preocupações do próprio poder e do Estado em ampliá-los. No entanto, precisamos lembrar que a sociedade, o espaço e o tempo aqui analisados se apresentavam bastante diferenciados. Atualmente, os tribunais assumiram a postura de protagonistas políticos entre os poderes do Estado. Estes passaram a exercer, nas sociedades democráticas, o comportamento de defensores da legalidade mediante o aumento da demanda de processos e pela reestruturação da sua acessibilidade às pessoas comuns. (SANTOS, 1996: 20) Fato que explica, parcialmente, a aproximação e a vinculação de muitos estudos e publicações sobre a temática a partir dos anos 70/80 do século XX. O contexto de democratização de muitos países e o seu reordenamento jurídico-político propuseram uma nova agenda para as reflexões envolvendo a questão da cidadania e a organização do Estado e

das suas instituições que se incorporaram ao conjunto dos estudos sobre o tema. (ADORNO, 1999; VIANNA, 1999)

A compreensão do acesso à justiça na República Velha implica no reconhecimento do contexto e nele, as transformações pelas quais passou o Brasil, e principalmente a cidade do Rio de Janeiro, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX apontam dois aspectos importantes.

O primeiro diz respeito às alterações na estrutura institucional que foi sendo implementada a partir da proclamação da República em 1889 e que se costuravam mediante os novos códigos reguladores e organizadores da sociedade e do Estado e, neste caso, ganha relevância àquelas relacionadas à organização do Poder Judiciário e da Justiça.

A organização jurídico-político republicana foi, de fato, edificada com o processo de institucionalização da República, compreendido aqui como o período entre a organização do Governo Provisório, os sucessivos decretos e, principalmente, pela aprovação da Constituição de 1891. Merece destaque a organização da Justiça e do Código Penal de 1890 que antecederam a aprovação da Carta de 1891.

No contexto dos Estados liberais da segunda metade do século XIX, o Poder Judiciário se apresentava de forma "secundária" na estrutura do Estado. Na prática se revelava subalterno aos outros poderes, assim como se resumia a resolver questões peculiares às micro-litigiosidades entre indivíduos. Neste aspecto, a conjuntura o colocava à margem do processo. (SANTOS, 1996) Permaneceu tratando de questões relacionadas ao cumprimento de contratos, punições de infrações penais, etc., exercendo, de fato, o papel inerente à justiça comutativa ou retributiva, peculiar ao Judiciário nos Estados liberais até, pelo menos, a Primeira Guerra Mundial. (LOPES, 1994) Nesse sentido, convém lembrar que, naqueles anos republicanos, o Poder Judiciário era, no direito e na prática, prolongamento dos demais poderes ou braço que defendia a manutenção da estrutura social, política e econômica existente. Exemplo disso é a organização do Estado e a subordinação deste poder, dos órgãos vinculados a ele e dos operadores da justiça aos poderes executivos federal e estaduais na República Velha. (LEAL, 1975: 201-207) Além do caráter de subordinação política, ainda é importante mencionar os impedimentos de caráter econômico, cultural e social, muito maiores naquele momento, que dificultariam o acesso à justiça por parte da sociedade e, principalmente, dos mais pobres. Como compreender, neste contexto, a adjudicação como um exercício cotidiano de cidadania? O fato é que ele esteve presente e não foi um exercício isolado.

O segundo fator importante, diz respeito ao conjunto de transformações que marcaram o cenário das cidades brasileiras, principalmente da Capital Federal, sede do Governo na Monarquia e Capital Federal da República até os anos 1960, cenário deste trabalho.

Não podemos discutir a questão da cidadania política no Rio de Janeiro sem mencionar alguns aspectos singulares da cidade, embora já exaustivamente caracterizada, assim como deixar de apontar que a organização da Justiça se diferenciava entre os Estados e que o Poder Judiciário da Capital era regido por uma legislação e por uma divisão administrativa específica. O importante é identificar a velocidade e o impacto das transformações pelas quais a Capital do país passou no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e como a organização da Justiça se estruturou neste contexto.

Em 1890, pelo recenseamento realizado pelo Governo Provisório, havia na cidade cerca de meio milhão de pessoas, divididas entre uma parte urbana e outra rural, sendo cerca de 82% desse total vivendo nas chamadas freguesias urbanas (total de 13) e o restante nas rurais, ou suburbanas, como seriam denominadas posteriormente (total de 8). Ao longo do período estudado, o processo de ocupação do espaço ocorreu invertendo esse percentual. Por exemplo, em 1906, a população da cidade havia crescido cerca de 313 mil habitantes e a diferença entre freguesias urbanas e rurais havia diminuído, ou seja, 77% da população vivendo nas urbanas e 23% nas rurais. (ABREU, 1988: 67) Pelo recenseamento de 1920 é perceptível a alteração entre os espaços da cidade. A população passa a ser oficialmente de 1.147.599 habitantes, sendo que 790.823 (69%) distribuídos nas freguesias urbanas e 356.776 (31%) nas rurais. (ABREU, 1988: 80) Além das diferenças na ocupação do espaço, ainda era forte a presença de estrangeiros. Em 1890 eram cerca de 150.058; em 1906, 210.515; e em 1920, 239.129. (BRETAS, 1997: 19)

Associado ao crescimento populacional, não pode deixar de ser mencionado o crescimento da ocupação física da cidade. Desde a segunda metade do século XIX eram visíveis o crescimento populacional e uma marcante hierarquização espacial, aprofundada e devidamente realizada ao longo dos primeiros anos do século XX com as alterações promovidas por Pereira Passos e outros administradores da Capital. Além de ser o centro administrativo, convergiam para a cidade estrangeiros e habitantes de outras regiões do país, trabalhadores rurais, comerciantes, etc., comportando ainda um grande centro de serviços e, muitos deles, vinculados à atividade portuária, ponto de referência importante nas atividades econômicas da cidade.

Uma parte da população, grande maioria, trazia a marca da pobreza e habitava espaços marginalizados, e outra se diversificava entre profissionais liberais, funcionários públicos melhor remunerados, comerciantes, proprietários, pequenos empresários, etc., que, aos poucos ocupavam os novos espaços urbanizados. Também se destacava a produção industrial que, nos primeiros anos do período estudado, era mais importante do que a das demais regiões do país. (CANO, 1977: 253) A cidade também foi palco de manifestações sociais que iam desde a revolta pelo aumento do preço do bonde até as greves operárias. (CARVALHO, 1987) Essa sociedade se encontra presente nas fontes judiciais analisadas por este trabalho e, por isso, a importância de compreender melhor a sua distribuição espacial e as suas principais características.

A organização da Justiça na Capital da República procurou acompanhar a sua organização administrativa. Pelos decretos n°. 848, de 11 de outubro de 1890 (BRASIL, 1890: 2744), e n° 1030, de 14 de novembro de 1890 (BRASIL, 1890: 2744), foram organizadas, respectivamente, a Justiça Federal, completada por outros decretos, especificamente o n. 221, de 20 de novembro de 1894 (BRASIL, 1894: 16), e a Justiça da Capital Federal. Consagravam a dualidade de jurisdições do Poder Judiciário entre o Governo Federal e os Estados. Além dos juízes federais, chamados de juízes seccionais, a Justiça do Distrito Federal distribuiu a autoridade da justiça civil e criminal entre Pretores, Juntas Correcionais, Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, Tribunal Civil e Criminal, Júri e Corte de Apelação. O distrito foi dividido em 21 pretorias, com a mesma divisão territorial das freguesias e divididas em urbanas e suburbanas. Estas foram sendo reorganizadas ao longo dos anos. Em 27 de fevereiro de 1940, pelo Decreto n. 2035, foram extintas as pretorias cíveis e criminais e substituídas por varas cíveis e criminais em igual número.(BRASIL, 1944: 117)

Compreender o exercício da cidadania através da análise do comportamento político de pessoas isoladamente não nos impede de apreender esse movimento como uma característica da sociedade. Certamente era precário o entendimento sobre o que era a Justiça e quais os caminhos que poderiam ser trilhados para ter acesso a ela, mesmo considerando o fato de se tratar de uma cidade de maiores proporções e relativamente urbanizada como era o caso da Capital Federal. Mas, quando em 15 de junho de 1895, o Sr. Pedro, piloto de embarcação, reivindica na justiça, através de ação ordinária, o pagamento dos salários atrasados ao seu patrão (BRASIL, 1895a), ou quando, em 22 de maio do mesmo ano, Herculano Teixeira de Magalhães, alferes da Brigada Policial, move ação contra o Governo da União reivindicando a restituição do posto perdido e dos pagamentos não efetuados durante o tempo em que esteve reformado por determinação do Governo Federal (BRASIL,

1895b), a relação entre a sociedade e o Estado traduz algo que não se assemelharia a uma completa apatia política por parte daqueles que compunham a excludente sociedade brasileira do período. Já mencionamos, anteriormente, ações de protesto contra os impedimentos eleitorais praticados pelas Juntas de Qualificação Eleitoral, assim como pela busca de garantir o reconhecimento da nacionalidade brasileira, também para fins eleitorais.

As profundas desigualdades sociais, a marca da exclusão e o cenário da diversidade existente nos remete para a observação de como este universo se fez representar junto às instâncias do Poder Judiciário. Quem eram as pessoas que a acessavam? Quais os tipos de ações eram as mais comuns? Seria imprudente pontuar alguns processos e afirmar que são indicativos da existência de uma cultura política cidadã de utilização e reconhecimento das instâncias estatais como ferramentas de garantias individuais. Mas não se tratando de casos isolados podemos identificar neles a possibilidade de compreender de forma mais sofisticada o exercício da cidadania naquele período e abrir um campo de análise que adicione aos estudos já existentes informações singulares sobre formas alternativas e silenciosas de exercê-la, assim como analisar os mecanismos e obstáculos existentes para a sua prática, os seus limites e, quem sabe, outras formas de exclusão.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** (2ª edição) Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988

ADORNO, Sérgio. "Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri". In. ADORNO, Sérgio (Org). **Dossiê Judiciário. Revista USP**. Nº 21, 1994.

BRASIL, MFN 4611; DOC 4932. Arquivo da Justiça da 2ª Região da Justiça Federal. Rio de Janeiro, 1905a.

_____, MFN 2694; DOC 1184. Arquivo da Justiça da 2ª Região da Justiça Federal, Rio de Janeiro, 1905b.

_____, MFN 038; DOC 963. Arquivo da Justiça da 2ª Região da Justiça Federal. Rio de Janeiro, 1895a.

_____, MFN 009; DOC 956. Arquivo da Justiça da 2ª Região da Justiça Federal. Rio de Janeiro, 1895b.

_____, DECRETO n. 2035, de 27 de fevereiro de 1940. Dispõe sobre a organização da Justiça do Distrito Federal In. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil.**

Atos do Poder Executivo. (Janeiro a Março). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p.117.

_____, DECRETO n. 221, de 20 de novembro de 1894. Completa a organização da Justiça Federal da República. In. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil.** De 1 a 30 de novembro de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. vol. II.p.16

_____, DECRETO n. 1030, de 14 de novembro de 1890. Organiza a Justiça do Distrito Federal. In. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**.. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p.2653

_____, DECRETO n.848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. In. **Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil**. De 1 a 31 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p.2744

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos" In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 9, n. 18, 1996. p.337-359

_____ **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.** (2ª edição) São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. "Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo" In. **Estudos Históricos. Justiça e Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, v.9, nº 18, 1996. p.389-402.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOPES, José Reinaldo de Lima. "Justiça e Poder Judiciário o a Virtude confronta a instituição". In. ADORNO, Sérgio (Org) **Dossiê Judiciário. Revista USP,** n.21, 1994.

NICOLAU, Jairo. "A participação eleitoral no Brasil" In. VIANNA, Luiz Werneck (Org). **A Democracia e os Três Poderes no Brasil.** Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. p.255-296

PRADO, Maria Emilia. **Memorial das Desigualdades. Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)**. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (et al). **Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o Caso Português**. Porto: Edições Afrontamento, 1996. (Coleção Saber Imaginar o Social; 8).

VIANNA, Luiz Werneck (et al) **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Controvérsias dentro do cristianismo primitivo: A pregação de Paulo aos gentios.

Maria Isabel Brito de Souza[1] *

Resumo: Este texto discute as características do envolvimento de Paulo nas alterações ocorridas dentro da comunidade cristã do I século e como o fato de levar os ensinamentos de Jesus para os gentios foi recebido pelos judeus do período. Este trabalho está inserido dentro de um projeto de mestrado em andamento, que tem por objetivo traçar a relação entre judaísmo e cristianismo em sua origem e como se deram as alterações no próprio cerne das comunidades cristãs do I século.
Palavra-chave: Judeus – Cristãos – Gentios.

Abstract: This paper discusses the characteristics of Paulo's involvement in the alterations happened inside of the Christian community of the I century and how the fact of taking Jesus' teachings for the gentiles was received by the Jews of that period. This work is inserted inside of a master's project in process, that has for objective to draw the relationship between Judaism and Christianity in its origin and discuss the alterations happened in the Christian communities of the century AD.
Keywords: Jews - Christians - Gentiles

O cristianismo, desde a sua origem, aparece como uma nova proposta de pensar o indivíduo e a sociedade como um todo. No campo religioso, pretende ser universal, além de assumir uma atitude de exclusividade, considerando-se a única religião verdadeira. O seu ambiente de origem lhe proporcionou uma grande abertura para atingir seus propósitos de atingir o maior número possível de seguidores.

O cristianismo insere-se no contexto da Palestina do I século, ou seja, em um ambiente, um espaço judaico dominado por romanos e com forte influência da cultura helênica. É em meio a essa conjuntura religiosa que surge o cristianismo, com elementos novos, particularmente no que respeito ao judaísmo sua principal base de sustentação. Um desses elementos é seu caráter universalizante, pretendendo ser uma religião agregadora, não se importando aos seus adeptos outra exigência que acreditar nos ensinamentos de Jesus e na sua salvação.

Os judeus achavam-se helenizados no tempo de Paulo, não só na Diáspora judaica mas, num grau considerável, também na Palestina, e foi precisamente para esta fração

[1] * Mestranda em História, UNESP Assis.

helenizada do povo judeu que os missionários cristãos primeiro se dirigiram. (CHEVITARESE, 2003, p.07).

Nós nos preocupamos num primeiro momento em situar o cristianismo primitivo em um contexto, que não apenas favoreceu seu surgimento como sua propagação. Com Roma dominando o cenário político e o helenismo o cenário cultural, temos um ambiente em efervescência, com diferentes posicionamentos por parte dos grupos que formavam a sociedade judaica, ou seja fariseus, saduceus essênio e zelotas.

Os fariseus, denominados pelos adversários como "separados", devido ao fato de evitarem os estrangeiros, os pecadores e os judeus que não observavam a lei, surgiram como grupo organizado por volta de 140 a.C., e eram minuciosos na observância das normas religiosas, tais como a observância do sábado, das leis da pureza ritual e do dízimo; eram severos, contudo flexíveis em determinadas questões, pois aceitavam partes das escrituras que não eram tidas como oficiais.

Os saduceus representavam um movimento sacerdotal que preservava o *status quo* vigente, pois estavam associados à aristocracia sacerdotal; a maior parte dos sacerdotes de Jerusalém faziam parte deste grupo, sendo assim considerados "o partido do sumo sacerdote" (At.5,17), tirando daí sua força.

Os essênios eram sectários e formaram uma comunidade heterogênea e solidária, pois organizaram suas regras de iniciação e exclusão baseadas na socialização de seus bens; elaboraram uma interpretação própria da lei e um calendário. Refugiaram-se no deserto da Judéia onde levaram uma existência quase monástica e acreditavam na tradição apocalíptica. (BRIGHT, 1978, p. 631)

Com a intervenção mais ativa romana nas questões internas judaicas assim como com as exigências censitárias e fiscais, surgem grupos formados por inflamados defensores de Jerusalém, chamados de zelotas e sicários.

Para compreendermos a expansão do cristianismo, precisamos notar as diferenças dentro do judaísmo, sem deixar de perceber o que os unia enquanto judeus. O judaísmo se destaca por uma série de características formadoras de sua identidade tais como o monoteísmo, a idéia de eleição como povo de Deus, e uma série de prescrições rituais que marcam seu quotidiano social e religioso e até mesmo político.

O cristianismo é considerado uma nova proposta de abrigar em seu seio não mais um determinado grupo social, mas toda a humanidade e que tem como escopo provocar uma

"nova criação". É neste sentido que a atuação de Paulo é fundamental, visto que é ele o principal divulgador dos ensinamentos de Jesus para o mundo dos gentios.(At. 13, 16-41).

Antes mesmo de Paulo, que sem dúvida foi o maior pregador entre os gentios, Pedro já defendia a pregação para os não-circuncidados, em Atos 10, 44-48:

> *"Pedro estava ainda falando estas coisas, quando o Espírito Santo desceu sobre todos que ouviam a Palavra. E os fiéis que eram da circuncisão, que vieram com Pedro, ficaram estupefatos ao ver que também sobre os gentios se derramavam o dom do Espírito Santo, pois ouvia-nos falar em línguas e engrandecer a Deus. Então disse Pedro: "Poderia alguém recusar a água de batismo para estes, que receberam o Espírito Santo assim como nós?" E determinou que fossem batizados em nome de Jesus Cristo, pediram-lhe então que permanecesse ali por alguns dias."*

Não foi sem resistência que tanto Pedro e mais fortemente Paulo de Tarso defenderam estes novos princípios que incluíam o fim da exigência da circuncisão para os gentios que se convertiam ao cristianismo. "O Paulo cristão nega veementemente o preceito da circuncisão como norma para a entrada de gentios na comunidade cristã e abandona ainda outros preceitos da Torá que, porventura, atrapalhem a vida em comunidade de judeus e gentios em Cristo". (SELVATICI, p. 12, 2006).

Segunda Selvatici, o que realmente interessa para Paulo de Tarso é garantir uma vida harmoniosa, ou seja, uma convivência pacifica entre judeus e gentios. "Fora de Jerusalém e no quadro da diáspora, observa-se, repetidas vezes nos capítulos: 13,14,17 e 18 de Atos, o relato do repúdio de judeus helenistas em suas comunidades locais à pregação da mensagem cristã de Paulo."(SELVATICI, p. 14, 2006).

Em sua ação evangelizadora entre os gentios Paulo tem a seu favor o fato de ele ser um judeu com cidadania romana e com vasto conhecimento da cultura grega.

Tendo em vista que, o cristianismo nasce dentro do seio judaico, que tem como fundamento a Lei de Moisés, qualquer coisa que abalasse essa base seria perseguida. Com Pedro houve resistências, mas foi com Paulo, que isso tomou grandes proporções. Não podemos nos esquecer de que Paulo foi também perseguidor dos cristãos, por acreditar que esses estavam denegrindo a Lei, mas depois de sua conversão, não apenas se torna um cristão, como aceita e divulga a pregação para os não-circuncidados. A circuncisão é um dos elementos essenciais para um judeu, sem ela não seria possível atingir a salvação. Em Atos

15, 1-4, como em outras passagens, encontramos um posicionamento dos judeus frente aos conteúdos da pregação de Paulo:

> *Entretanto, havia descido alguns da Judéia e começaram a ensinar aos irmãos: "Se não vos circuncidardes segundo a norma de Moisés, não poderei salvar-vos". Surgindo daí uma agitação e tornando veemente a discussão de Paulo e Barnabé com eles, decidiu-se que Paulo e Barnabé e alguns outros dos seus subiriam a Jerusalém, aos apóstolos e anciãos, para tratar da questão.*

A questão mencionada deu origem a uma controvérsia em Jerusalém, onde os apóstolos estavam reunidos:

> *Então, alguns dos que tinham sido da seita dos fariseus mas haviam abraçado a fé, intervieram: diziam que era preciso circuncidar os gentios e prescrever-lhes que observassem a Lei de Moisés. Reuniram-se, pois, os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema. (At. 15, 5-6)*

O que nos chama a atenção é que eram muitos os que defendiam a idéia de que se devesse continuar a seguir a Lei de Moisés, após terem abraçado a fé em Cristo. Defendia-se que a liberação da circuncisão quebrava uma das regras da Lei de Moisés, podendo com isso enfraquecer suas doutrinas. Para superar esta barreira Paulo vai a Jerusalém para obter o aval dos apóstolos e dos anciãos

> *Tomando-se acesa a discussão, levantou Pedro e disse:"Irmãos, vós que sabeis que, desde os primeiros dias, aprouve a Deus, entre vós, que por minha boca ouvisse os gentios a palavra da Boa Nova e abraçasse a fé. Ora, o conhecedor dos corações, que é Deus, deu testemunho em favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo assim como a nós. Não fez distinção alguma entre nós e eles, purificando seus corações pela fé. Agora, pois, porque tentais a Deus, impondo ao pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais puderam sustentar? Ao contrário, é pela graça do Senhor Jesus que nós cremos ser salvos, da mesma forma que eles". Então toda assembléia silenciou. E passaram a ouvir Barnabé e Paulo narrando quantos sinais de prodígios.Deus operara entre os gentios por meio deles. (At. 15, 7-12).*

Pedro apresenta os apóstolos fazendo essa concessão aos gentios como um instrumento a serviço de Deus e com isso silencia a todos. Paulo irá acrescentar que esta ação conta com o apoio do próprio Espírito Santo:

> *Essa identidade cristã construída em torno da fé em Jesus Cristo, com o passar do tempo teve que ser defendida com 'unhas e dentes' por Paulo em virtude de certas contingências da história que exigiam o retorno à observância severa da Lei de Moisés por parte dos cristãos de origem judaica. O autor de Atos se viu, mais tarde, inserido num contexto novamente ameaçador para a identidade cristã baseada na fé em Cristo e, por isso, organizou sua elaborada narrativa na qual a presença do Espírito Santo recebia destaque como o agente legitimador da presença de gentios como gentios no corpo da igreja cristã. (SELVATICI, 2006, p. 210).*

Defende-se assim que o que está em jogo não é a vontade de um indivíduo, seja Paulo, Pedro ou qualquer outro apóstolo, mas a própria vontade divina e contra isso ninguém poderia se levantar.

Ao analisarmos a postura de Paulo diante dos gentios em suas viagens, podemos perceber que se buscava concretizar a idéia de uma "nova" religião universal, que ganharia o mundo e teria na figura de Paulo seu maior divulgador.

A pregação do cristianismo tem a seu favor o novo quadro político e econômico criado a partir do ano 70 com a destruição do templo e o esfacelamento dos grupos judaicos. Sua propagação por todo o Império se torna não só possível, como também necessária.

Assim é uma condição básica para compreender o cristianismo primitivo e sua propagação reconstruir minimamente as condições sócio-econômicas e mentais da Palestina e da Ásia Menor do primeiro século.

Referência bibliográfica:

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Publicada sob a direção da "École Biblique de Jérusalem". Edições paulinas: São Paulo, 1985.

BRIGHT, J. **História de Israel.** Trad. Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Editora: Paulinas, 1978.

CHEVITARESE, A. L. & CORNELLI, G. **Judaímo, Cristianismo, Helenismo: ensaios sobre interações culturais no Mediterrâneo antigo.** Itu: Ottoni Editora, 2003.

GOODMAN, M. **A classe dirigente da Judéia. As origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.** Trad. Alexandre Lissovsky e Elizabeth Lissovsky. Rio de Janeiro: Imago,1994.

JOSEPHUS, F. **Jewish Antiquities, XII.** London: William Heinemann Ltda, 1961.

_____. **The Jewish War**. Trad. H.St. J. Thackeray. Cambridge: Harvard University Press, 1990, 2 v. (Loeb Classical Library).

SELVATICI, Mônica. **Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no Livro dos Atos dos Apóstolos.** São Paulo: UNICAMP, Tese de Doutorado, 2006.

STEGEMANN, E. W., STEGEMANN, WOLFGANG. História social do protocristianismo: os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Sinodal; São Paulo, SP: Paulus, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Unidades produtivas urbanas, trabalho e movimento operário em Alegrete (1898 – 1935)[1]

Anderson Romário Pereira Corrêa*

Resumo: O objetivo deste trabalho é dialogar com a comunidade de historiadores o Projeto de Pesquisa que trata da formação da classe operária em Alegrete e o papel do imigrante (República Velha). Entender a História da classe operária no Brasil, passa pelo estudo das peculiaridades locais e regionais. Metodologicamente busca-se relacionar aspectos estruturais e econômicos, com aspectos culturais e políticos. No primeiro caso, como fonte os livros de cobrança de impostos sobre indústria e profissões, no segundo evidencias do movimento operário na bibliografia da época e imprensa do referido período. A partir de nominativa levantada nestes documentos, cruzar as informações com fontes cartoriais em busca da identificação de possíveis imigrantes. O debate com a historiografia produzida sobre o tema permitirá a comparação e a busca de generalidades e especificidades.

Palavras-Chave: Alegrete – operários – imigrantes.

Abstract: The objective of this paper is to dialogue with the community of historians of the Project of Research that deals with the formation of the working class in Alegrete and the immigrant's role (Old Republic). Is order to Understand the History of the working class in Brazil, it goes through the study of the local and regional peculiarities. Methodologically we seek to relate structural and economical aspects with cultural and political aspects. In the first case, as source the books of collection of taxes on industry and professions, in the second you evidence of the labor movement in the bibliography of the time and press of the referred period. Starting from nominative achieved from these documents, to cross the information with cartoriais sourcers in the search of the possible immigrants' identification. The dialogue with the historiography produced on the theme will allow the comparison and the search of generalities and specificities.
Keywords: Alegrete - labor - imigrant.

A apresentação do presente trabalho objetiva "comunicar" a pesquisa em andamento. Busca-se assim, o diálogo com os profissionais que atuam na pesquisa histórica em geral e em especial com os historiadores do "mundo do Trabalho" e movimento operário, no sentido de contribuir criticamente – corrigir falhas e sugerir enriquecimentos.

Este projeto de pesquisa em sofreu alterações desde o momento da inscrição no XXIV Simpósio Nacional e o ingresso no Programa de Pós-graduação da instituição a qual

[1] O projeto de pesquisa apresenta-se com novo título: Classe operária em Alegrete e o papel do imigrante (1897 – 1928).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação da PUCRS/POA – 2007/01; Bolsista CAPES; Orientadora Prof.:ª Drª. Núncia Santoro de Cosntantino.;

está inserido. Não foi alterada a idéia principal: contribuir modestamente nos estudos sobre o movimento operário no Brasil a partir do estudo do fenômeno operário em uma localidade do interior do Rio Grande do Sul, próxima da fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina; e especificamente para Alegrete, destacar o papel do operário e do imigrante na sua história. A seguir apresenta-se um resumo do Projeto de Pesquisa, contendo: Título, Problema, Justificativa, Objetivos, Referencias Teóricas, Metodologia, Previsão de Fontes e Bibliografia.

Título: Classe Operária em Alegrete e o Papel do Imigrante (1897- 1928)

1. Problema:

A história local e regional, em que está inserida a cidade de Alegrete, possui uma produção historiográfica hegemonicamente relacionada às temáticas, ligada às "revoluções" e às questões que envolvem a polaridade da elite política: chimangos e maragatos. Existem outras realidades não exploradas, principalmente àquelas relacionadas às questões urbanas, e dos subalternos. Após uma breve revisão bibliográfica, é possível encontrar indícios sobre a existência de um movimento operário em Alegrete, assim como á presença imigrante no período conhecido como República Velha. Nomes citados em referencias a organizações e manifestações operárias locais, a julgar pelos sobrenomes, levam a crer se tratar de imigrantes ou seus descendentes. A partir de então, surge a indagação: Qual o papel do imigrante na formação da classe operária em Alegrete no final do século XIX e inicio do século XX?

2. Justificativa:

Alegrete localiza-se em uma micro-região com números baixos em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Localiza-se próxima à fronteira entre três paises que compõem o MERCOSUL: Brasil, Argentina e Uruguai.

Nota-se uma baixa produção sobre a história local e regional. Até agora, existem informações fragmentadas sobre a existência de organizações, manifestações operárias e imigrantes em Alegrete, no período da República Velha, sendo necessário um trabalho mais sistemático e criterioso sobre o assunto. Em relação a História operária, é importante a identificação de particularidades locais (interior do Brasil) obtendo-se dessa forma uma visão mais abrangente do fenômeno. Cabe também explorar também a presença imigrante fora das regiões de colonização.

Acrescenta-se a esta justificativa a identificação do pesquisador com o tema, experiência em militância social junto aos movimentos populares e sindicais;

3. Objetivos:

3.1 Objetivos Gerais:

a) Contribuir na construção de uma nova historiografia para Alegrete, explorando novas temáticas e abordagens;

b) Abordar uma História "Econômica e Social" incluindo parcela daqueles elementos que estiveram "fora da história": trabalhadores urbanos, imigrantes e suas lutas.

c) Identificar as características da classe operária urbana de Alegrete no período de 1897 a 1928, genericamente denominado República Velha, e mais especificamente o papel da imigração neste processo.

3.2 Objetivos Específicos:

a) Identificar as atividades econômicas, e profissões relacionadas ao meio urbano de Alegrete no período de 1901 a 1925;

b) Relacionar os imigrantes a atividades econômicas e profissões urbanas de Alegrete no período de 1901 a 1925;

c) Identificar as organizações operárias em Alegrete no período compreendido de 1897 a 1928, suas manifestações e composição de suas diretorias;

d) Relacionar o papel do imigrante na formação das organizações, a participação em manifestações e ou diretoria de entidades operárias no período de 1897 a 1928.

4. Referências Teóricas e Bibliográficas:

Faz-se necessário iniciar com a definição do entendimento de classe que abordaremos no decorrer do estudo:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais; encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais..(THOMPSON, 1987, p.10)

A concepção de Thompson deixa clara a relação entre a experiência e a consciência de classe. O que merece destaque nesta concepção, é que a questão da classe não é um resultado automático da estrutura. Para não cairmos em reducionismos, optamos por fazer uma relação entre classe enquanto a partir das estruturas econômicas e suas expressões culturais, no caso, as organizações e atividades do movimento operário. Entendemos que a formação da classe operária é um processo dialético e relacional, tanto em relação aos condicionantes estruturais, quanto pelos aspectos superestruturais. A historiadora Emília Viotti da Costa (COSTA,1990, p.3s) preocupada em discutir as tendências da história social

do trabalho, dedicou-se à análise dos caminhos da historiografia sobre os "mundos do trabalho". A conclusão de Emília era pela possibilidade e pela necessidade de uma síntese entre os novos estudos e as abordagens ditas tradicionais, na medida em que tanto os novos historiadores não poderiam prescindir das "estruturas" na sua análise da cultura e da experiência, quanto aos historiadores tradicionais não poderiam negar que, para além das grades da "necessidade" e das pressões objetivas, havia também a margem de "liberdade" em que homens e mulheres faziam à história.

4.1. Atividade econômica tem a ver com forças produtivas. Para Ciro Flamarion S. Cardoso, força produtiva é um conceito marxista que: "(...) define a articulação histórica especifica entre o objeto de trabalho (recursos naturais e matérias-primas) e meio de trabalho (instrumentos de produção, condições materiais que possibilitam a realização do processo de trabalho) (...)" (CARDOSO, 1983:131s), e acrescenta: "designa o conjunto formado pelas técnicas (instrumentos, modos de fazer, etc.) e pelos trabalhadores, em uma dada estrutura sócio-econômica." (Ibidem)

As três formas ou modalidades de transformação de matéria-prima e beneficiamento dos produtos, segundo Sandra Jatahy Pesavento, são: artesanato, manufatura e fábrica. Pelas características destas unidades produtivas, pode-se dizer que artesanato e oficina, indústria e fábrica, tem o mesmo significado, pois tem o mesmo nível tecnológico e forma de trabalho. Neste momento deixa-se claro que estas "etapas" da evolução das forças produtivas, foram em regra, evidenciadas na formação capitalista dos países europeus, com destaque para a Inglaterra. Entendemos que as várias regiões do planeta, que estavam na periferia do capitalismo central, sofreram outros processos de construção e destruição de seus modos de produção. Desta forma, a formação da classe operária também passa por análises específicas de cada caso regional.

O aperfeiçoamento tecnológico das unidades produtivas é fruto de um processo. Das pequenas oficinas domésticas, passando pelas manufaturas, desde as unidades produtivas mais rudimentares com baixo desenvolvimento tecnológico se desprende o mundo industrial e a respectiva classe operária, que como nos referimos, anteriormente, não é uma lei que pode ser utilizada em todas as formações econômico-sociais.

4..2 As experiências dos trabalhadores em relação à produção e suas formas organizativas formam as experiências vividas ou herdadas pelos mesmos. Falando sobre a organização e experiência política dos trabalhadores franceses, Eric Hobsbawn, escreve que a partir de 1815, o movimento trabalhista não foi apenas um movimento de trabalhadores fabris e industriais, ou nem mesmo limitado a trabalhadores assalariados. Seria, segundo ele, uma

frente comum das forças que representavam o trabalhador pobre, principalmente urbano. Para o historiador, esse movimento operário inicial "(...) era formado por artífices qualificados, artesãos independentes, os empregados domésticos de pouca importância." (HOBSBAWN, 1977:234) Os primeiros sindicatos eram quase invariavelmente de impressores, chapeleiros, alfaiates etc.

Em termos de formas organizativas, destaca-se o estudo de Cláudio H. M. Batalha, que analisa as sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX. Segundo ele, o estudo das entidades operárias concebe que as mesmas passaram por fases. Continuando seu raciocínio até 1888, existiam sociedades mutualistas. Depois de 1888, predominaram as sociedades de resistência, durando até 1919. O mesmo pesquisador acrescenta que não se trata de uma "evolução" linear. Diz ele:

> A idéia de que as novas sociedades de resistência substituíram definitivamente as velhas sociedades mutualistas é falsa. O processo foi lento e bastante complexo. As sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das novas sociedades de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram praticas de assistências. (BATALHA, 1999:46)

No Rio Grande do Sul, Petersen chega às mesmas conclusões ao analisar os primórdios das organizações operárias no estado gaúcho.Em suas palavras expõe:

> Mesmo que cronologicamente a iniciativa da criação de sociedades de ajuda mutua tenha sido mais antiga, logo observamos na década de 90 (1890 explicação nossa) que esta forma de organização, sem desaparecer, abre espaço para associações operárias que se caracterizam por seu caráter político de resistência: ligas, centros, uniões e partidos operários (...) (PETERSEN, 2001:33)

Observa-se assim, uma tendência geral nas formas organizativas no processo de formação da classe operária no Brasil e no Rio Grande do Sul.

4..3 É de notório conhecimento de afirmações que relacionam a imigração e a formação da classe operária brasileira. Destaca-se o papel do imigrante na constituição da força de trabalho no período da República Velha, da mesma forma que o papel do imigrante em relação à militância política e social, nas organizações do movimento operário brasileiro.

Edgar Carone em estudo sobre a composição étnica da classe operária brasileira, afirma que "bem antes da proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numericamente e ideologicamente entre o operariado (...)" (CARONE, 1970:189), acrescenta ainda o autor : "calcula-se que existem no Estado de São Paulo 50.000 operários em 1901, dos quais os brasileiros constituem menos 10%." (Ibidem)

A obra "A classe Operária no Brasil (1889 – 1930)" de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, destaca um capítulo intitulado "A imigração italiana e o movimento operário no Brasil (1906)". Escreve especificamente sobre São Paulo e a formação do proletariado, escrevem:

> (...) misturados à massa amorfa dos imigrantes, chegava um numero limitado de operários cônscios da organização, os combatentes que haviam tomado parte da Internacional, no Partido Operário ou mais tarde no Partido Socialista Italiano, revolucionários, legalitarios, anarquistas até, talvez meramente corporativistas.(HALL, 1979:36)

Em estudo que procura estabelecer o grau de participação do imigrante italiano no movimento operário de Porto Alegre no inicio do século XX, a historiadora Stella Borges, afirma que o que ocorreu em São Paulo, não pode ser generalizado para a experiência de Porto Alegre. Afirma a pesquisadora que a partir dos dados levantados, que os imigrantes italianos "(...) estão mais do lado do capital, ainda que pequeno, do que do lado do trabalho, (...)" (BORGES, 1993: 84)

As conclusões de Stella Borges:"(...) pode-se afirmar que os imigrantes italianos não participaram de modo significativo dos movimentos operários em Porto Alegre." (BORGES, 1996:155). Segundo a mesma, os imigrantes tiveram participação, porém, em número reduzido comparado ao total de operários em Porto Alegre e aos demais militantes.

A historiadora Núncia S. Constantino diz que: "A imigração urbana no Rio Grande do Sul foi praticamente esquecida pelos pesquisadores, atraídos pelas experiências de colonização (..)" (CONSTANTINO, 2000:67). Em outro trabalho, ela acrescenta indícios sobre a presença italiana em diferentes núcleos urbanos gaúchos, fora das regiões tipicamente coloniais:

> Já em 1870 fundam as primeiras sociedades para socorro mutuo: Bagé em 1871, depois Pelotas, Uruguaina, Quaraí, Alegrete, Sant'Ana do Livramento, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Cachoeira, Rio Pardo. (CONSTANTINO, 2005:20)

Nesse aspecto o presente trabalho também vem para colaborar, somando-se e relacionando-se a pesquisas sobre imigração urbana no Rio grande do Sul, fora das áreas tradicionais de estudos sobre imigrantes, ou seja, as áreas coloniais.

5. Metodologia:

Analisam-se os documentos a partir de instrumentos da crítica interna e externa. Elabora-se um estudo da documentação e das fontes levando em consideração as suas funções na época de sua produção, analisa-se o conjunto de documentos de forma a constituírem séries homogenias, o conteúdo explícito e implícito nos "textos". Ou seja, aquilo que se mostra e o quê é visível. Desde a conjuntura de produção dos registros e fontes de informação, ao

acumulo de discussão sobre as fontes sobre o Movimento Operário. Para cada caso abordado, elabora-se um analise do que já se produziu sobre fenômeno em discussão, buscando generalidades e especificidades.

Para identificar as atividades econômicas e profissões relacionadas ao meio urbano de Alegrete no período de 1901 a 1925, utiliza-se como fontes os livros de cobrança de impostos sobre Indústria e Profissões da Intendência Municipal de Alegrete. Da série de documentos (1901 – 1935), utiliza-se o período de 1901 a 1925, porque neste período existe uma uniformidade de informações e a possibilidade de distinguir-se o urbano do rural.

Após a descrição das atividades econômicas urbanas e profissões do período tratado, e a identificação dos nomes que aparecem nos empreendimentos e atividades profissionais, cruza-se os nomes obtidos com uma nominativa de imigrantes levantada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Especiais de Alegrete, identificando imigrantes.

Através da pesquisa em bibliografia, jornais da época, estatutos de entidades operárias identifica-se as organizações e manifestações dos operários de Alegrete no período de 1897 a 1928. Logo, cruzam-se também os nomes levantados em organizações e atividades culturais operárias com nominativa de imigrantes.

6. Previsão de Fontes:

Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade. Intendência Municipal de Alegrete. Livro de Lançamento de Cobrança de Impostos Sobre Indústria e Profissões (1901-1935). Localizam-se na Estante 02, Prateleira 02 A. L.01: 1901; L.02: 1903; L.03: 1904 – 1906; L.05: 1905; L.09: 1907; L.10: 1908; L.12: 1909; L.14: 1910; L.16: 1911; L.19: 1912; L.22: 1913; L.25: 1914; L.28: 1915; L.29: 1916; L.33: 1917; L.36: 1918; L.39: 1919; L.42: 1920; L.46: 1912; L.50: 1922; L.55: 1923; L.57: 1924; L.59: 1925;

Jornais:

SOCIAL, Alegrete**,** nº 17 e nº 19; ano 1899**.A FRONTEIRA** – Anno VIII: Quaraí, 1898 Anno IV, 1902. **A NOTÍCIA**; Ano I, Alegrete, 1926 **A NOTÍCIA;** Ano III: Alegrete, 1928. **MEU JORNAL**, Ano I: Alegrete, 1926. Ano II, Alegrete, 1927.

Cartório de Registros Civis de Alegrete: Livros de Registros de nascimentos, casamentos e óbitos.

Estatutos da Sociedade Operária Mutua Proteção de Alegrete (1897).

Statuto e Regolamento Della Societá di Mutuo Socorso Unione Italiana, Alegrete – rio Grande do Sul, 1916.

Livro dos Sócios da Sociedade Italiana de Alegrete.

7. Bibliografia Final:

BATALHA, Cláudio H. M. *Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: Algumas Reflexões em Torno da Formação da Classe Operária*. **Cad.AEL**, v.6, .10/11,1999.

BORGES. Stella. *Italianos e o Movimento Operário em Porto Alegre*. **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXII, n. 2, dezembro 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion S e Hector Perez Brignoli. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: **Edições Graal**. 1983 – 3ª edição.

CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*; São Paulo; **Difusão Européia do Livro**; 1970.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianidade(s):imigrantes no Brasil Meridional*; ps.67-82. in:Raízes Italianas do RS/organizadores Florence Carboni, Mario Maestri. Passo fundo: **UPF**.2000.

CONTANTINO, Núncia Santoro de. *Na cidade Gaúcha*. ps.19-34. in: **De Pioneiros a cidadãos: imagens da imigração Italiana no Rio Grande do Sul(1875 – 1960**)/Org. Nuncia Santoro de Cosntantino, Cleodes Piazza Julio Ribeiro. – Porto Alegre: Consulado Geral da Itália no Rio Grande do Sul.2005.

COSTA, E. V. da. *Estrutura versus experiência. Novas tendências da historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro, n.29, p.3-16, 1º sem. 1990.

HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930)*; São Paulo; **Editora Alfa Omega**;1979.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789 -1848*. Rio de Janeiro, **Paz e Terra**, 1977.

PESAVENTO, Sandra J. *Os Industriais da República*. Porto Alegre.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *"Que a União operária seja nossa pátria!" História das Lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto alegre, **Ed. Universidade/ UFRGS**.2001.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, 1987, **Paz e Terra**.v1.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino de história e cultura afro – brasileira nas séries iniciais: que saberes e práticas estão sendo construídas?

Stela Pojuci Ferreira de Morais[1]

Resumo: A Lei 10.639 aprovada em janeiro de 2003 tornou obrigatório o ensino de história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, constituindo--se em um desafio para os professores (as).
Reconhecendo a importância das séries iniciais na formação do ser humano buscamos investigar como professores (as) que atuam nesse nível de ensino estão construindo seus saberes e práticas de modo a desenvolver essa temática considerando que a maioria não tem formação específica em história.
Palavras-chaves: Professora – história -África

Abstract: The law 10.639 approved in January of 2003 made history and afro-brazilian culture teaching obligatory at the fundamental and intermediate schools established as a challenge for teachers.
Admiting the importance of the initial series at the human being's formation, we try to investigate how teachears who act in this school level are building theirs knowledgements and practices developing this theme knowing that the most don't have specific formation history
Keywords: Teachers- history- Afrika

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2006 iniciamos uma pesquisa tendo como sujeitos 31 professores e professoras que desenvolvem suas atividades nas séries iniciais do ensino fundamental em dois colégios particulares, localizados em um dos bairros centrais da cidade de Belém e que tem como alunos (as) filhos (as) de famílias de classe média alta e ou de famílias ricas.

O que nos instigou a desenvolvê-la foi à discussão em torno da Lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico, visto ser este conteúdo de uma grande especificidade nos próprios cursos de graduação em História.

A nossa investigação se deu na seguinte direção: como os professores que ensinam nas séries iniciais, na sua maioria graduados no Curso de Pedagogia e em cujo curso

[1] UNAMA, Graduada em História pela UFPA, Mestre em Educação pela UNIMEP.

não há na grade curricular a disciplina história e muito menos uma história voltada para a África, estão construindo seus saberes para desenvolver em sua prática docente essa temática que se oficializa através de uma lei?Além do mais, nas outras séries em que estudaram história do Brasil ela lhes foi ensinada fundamentada em uma historiografia tradicional que privilegiou abordagens preconceituosas e estereotipadas sobre o plural continente africano, suas gentes e culturas.

O QUE PERGUNTAMOS?

Primeiramente solicitamos a coordenação pedagógica dos dois colégios permissão para distribuirmos um questionário aos professores (as) cujas questões nos remetem a formação inicial e continuada, o tempo de trabalho no magistério, os locais de trabalho atualmente, o que sabiam sobre o a Lei 10.639 e se em seus planos de ensino estava contemplado o conteúdo que a referida lei especifica.

Quanto à formação a maioria tem curso superior realizado em universidades particulares, um terço tem especialização também cursadas em IES[2] particulares situadas na cidade *lócus* da pesquisa e.apenas uma das professoras tem mestrado.

O tempo de serviço no magistério da maioria é maior que 15 anos, o que significa que grande parte das entrevistadas teve sua formação inicial quando ainda se exigia para o (a) professor (a) o curso médio do magistério, assim como a maioria desenvolve suas atividades como docente apenas no próprio colégio onde foi feita a pesquisa.

Quando feita a pergunta "Você sabe o que diz a Lei 10.639?" a maioria das professoras respondeu apenas que SIM, mas quando lhes foi questionado se sabiam o que diz a mesma, bem poucas escreveram algo mais. Dentre as poucas respostas obtidas temos as seguintes expressões: "estudo aprofundado sobre o povo africano, fala sobre o negro, fala sobre o estudo das relações étnico-raciais; inclui o negro na escola; fala sobre a cultura negra e indígena; estabelece o ensino da história dos negros e dos indígenas; estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira na Escola Básica".

Desse universo de 31 professoras 5 não sabiam o que diz a Lei porque não a conheciam e as demais informaram que souberam que o presidente da república a havia sancionado através de revistas de educação, jornais e material distribuído pela Coordenação Pedagógica de um dos colégios contendo a cópia da 10.639.

Quando se perguntou se achavam que essa Lei era necessária e por quê? As respostas incidiram nos seguintes aspectos: necessidade de conscientizar mais a sociedade

[2] Instituições de Ensino Superior

brasileira; necessidade do povo brasileiro conhecer mais sua origem, valorizar a história e a cultura do povo africano.

Uma outra questão que lhes foi feita era em relação ao plano de ensino que estavam desenvolvendo, se nele havia referências sobre a história do negro no Brasil e ou na Amazônia. Um grupo pequeno respondeu que não, tendo a maioria citado quais eram essas referências: a música, as danças e as comidas; a influência cultural na língua, nos costumes, nas comidas, na religião; ocupação da Amazônia e o trabalho escravo; a escravidão; se fala do negro quando se aborda as diferenças; desenvolve-se o conteúdo a partir da realidade das crianças e das diferenças sociais.

Quando perguntado como trabalham esse conteúdo em sala de aula a grande maioria respondeu que através de leituras de livros para - didáticos, de peças teatrais, de músicas, de conversas, buscando a valorização do outro, independente da raça[3], idade e religião.

O SEGUNDO PASSO DA PESQUISA

Ao tabularmos os dados da pesquisa e iniciamos uma análise sobre os mesmos identificamos que havia necessidade de abrimos um espaço de reflexões, de escuta, de troca de vivências entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, pois os dados preliminares obtidos nos apontavam como sendo este um caminho de possibilidades na construção de saberes e práticas docentes.

Sugerimos para cada colégio uma oficina de 12 h/a[4], sem ônus para os mesmos, como também uma forma de retorno a essas professoras, para que juntas pudéssemos analisar como se construiu uma história dos negros no Brasil e ou na Amazônia, o que se conhece sobre a história da África, o que nos diz a Lei 10.639, o que hoje está se escrevendo sobre esse assunto e quais as metodologias que se poderia desenvolver, visto que não é mais uma história mais uma temática que precisa ser pensada e trabalhada dentro do princípio da transdisciplinaridade, ou seja, entre as diferentes áreas do conhecimento.

Os dois colégios aceitaram, mas propuseram uma diminuição de tempo das oficinas para 4h/a visto que as colocariam nas suas semanas pedagógicas, que ocorrem no início do ano letivo as quais contemplam também outras temáticas. Nossa resposta foi de concordância e as desenvolvemos não em forma de oficina pela exigüidade de tempo, mas em caráter de exposição dialogada.

[3] Mantivemos as palavras ditas pelas entrevistadas
[4] Hora aula

Esse encontro foi de grande riqueza nos dois espaços escolares em que foi realizado, não só pela presença significativa como pela participação das docentes. Para a grande maioria o conteúdo desenvolvido foi "novidade", visto que, o conhecimento que tinham sobre a história do africano que vem para o Brasil como escravo se iniciava no "navio negreiro". A história anterior desse povo e de seu continente era inexistente nos estudos que compuseram sua formação, assim como, estavam ansiosos (as) e preocupados em como iriam desenvolver os conteúdos que passam por uma relação interdisciplinar, pois devem estar presentes nas só nas aulas de História Brasileira[5] mas também nas de Educação Artística e de Literatura.

Várias perguntas foram feitas e exemplos foram sendo citados de como já vinham desenvolvendo a temática proposta na Lei e fomos identificando como elas estavam operacionalizando a construção dos saberes a partir de pesquisa em livros principalmente para didáticos, em artigos de revistas, pela troca de saberes que dispõe e naquele momento pelo empenho de participação no espaço de formação continuada que lhes era oferecido, por mais escasso que fosse a carga horária.

Ficou o gosto de quero mais... e um dos colégios nos convidou para continuar o trabalho em um período maior, de dois dias, objetivando e possibilitar a formação continuada de seu copo docente ao longo do ano, as quartas- feiras, com uma carga de 2h/a de18::00h às 20:00h.

Para esse encontro foram convidados pela Coordenação Pedagógica todos os professores das diferentes áreas do conhecimento e dos diferentes níveis de ensino, assim como, se fez presente também o corpo técnico.

Sugerimos que fosse convidado para dividir conosco essa atividade um colega, prof. Agenor Sarraf Pacheco, com formação também em história. No primeiro momento faríamos uma abordagem teórica e no segundo realizaríamos a oficina propriamente dita. Aceita a proposta pela direção do colégio apresentamos a seguinte programação, a qual foi aceita e desenvolvida.

Primeiro dia:

[5] Assim consta no parágrafo 2 da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

- A formação do professor para o ensino das Áfricas em que várias questões foram levantadas e discutidas no decorrer do trabalho a partir do documento Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. (Brasília: SECAD, 2006).

Segundo dia:

OFICINA: Novas linguagens para o ensino das Áfricas

CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA INOVADORA

1 – Trabalhar com projetos de pesquisa, envolvendo Histórias de vida dos alunos, de afro descendentes que habitam em Belém, como moradores, trabalhadores, músicos, poetas, cantadores, representantes das diversas religiosidades;

2 - Realizar trabalhos com desenhos, pinturas, recortes, colagens, modelagens, envolvendo a as culturas negras;

3- Criação de f*older* de artistas negros e suas obras;

4 - Construção de representações teatrais com fantoches com mitos, lendas e fábulas africanas; 5 - Confecção de murais temáticos com sujeitos e grupos sociais de diferentes culturas; trabalhar o corpo humano, as diferenças físicas, a cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz e boca;

6-Discutir diferentes propostas para trabalhar a temática *Eu e Minha família*, explorando (organização familiar, lazer, religiosidade, formas de trabalho, hábitos alimentares, alimentação, moradia, papéis sociais familiares, gênero, cuidados com a saúde, entre outros);

- Formar 5 grupos e distribuir as lendas e fábulas africanas; 1.Leitura em grupo e observar os aspectos: 2.A cosmovisão africana e os valores humanos presentes nas lendas e fábulas lidas.

Para desenvolver a oficina sugerimos uma divisão dos professores por nível de ensino visto haver competências e habilidades específicas para cada um, assim como, também os conteúdos propostos são diferenciados.

-Educação Infantil e Séries Iniciais formaram um grupo e ficaram conosco,

- Fundamental Maior e Ensino Médio com o professor Agenor.

Deteremos-nos aqui apenas no relato da oficina que reuniu os professores da Educação Infantil e Séries Iniciais: Um número significativo de professoras e alguns professores que atuam nesse nível de ensino participaram levantando dúvidas, dando

sugestões e fazendo relatos de experiências, o que nos fez propor a elas (eles) o registro de suas práticas docentes a partir desses encontros.

Qual o significado dos registros para a prática docente?

Lendo Vasconcelos (2003) ela nos faz refletir sobre as limitações que temos de guardar na memória todas as informações presentes na atualidade, envolvendo as diversas situações do nosso cotidiano e por isso precisamos registrar escrever, deixar nossas impressões, pois "Registrar a própria prática significa escrever sobre o próprio trabalho, escrever sobre o acontecido, para que possamos apreendê-lo, pensá-lo e refletir sobre ele, transformando-o. Pois assim estamos construindo conhecimento" (Vasconcelos, 2003.p.70).

Entendemos assim que o desafio dessas professoras de ensinar um conteúdo que não esteve presente na sua formação inicial e que a formação continuada lhes apresentou sob uma nova forma de escrever e ensinar esse conhecimento histórico nos fez lhes propor o registro em um caderno de anotações, ou como queiramos nomeá-lo, de sua ação docente em ralação a o ensino da História da África.

Acreditamos que esse é um caminho para construir uma autonomia em relação a construção de seus saberes e práticas, em que deixam de ser apenas executoras de conhecimentos de outros e iniciam sua trajetória como pesquisadores.

Buscar um conhecimento acadêmico e desenvolve-lo em sala de aula, num convívio com diferentes sujeitos, de diferentes níveis de ensino, e no caso particular dessa pesquisa, com alunos e alunas das séries iniciais do fundamental, dará a esses docentes, a partir desses registros onde a memória é acionada, uma autonomia de reelaborarem seus conhecimentos tanto específicos como educacionais sobre o e ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.BRASIL, MEC. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual – Temas. Brasília: A Secretaria, 2001.

BRASIL, MEC. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 21.

BRASIL, MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, outubro, 2005.

BRZEZINSKI Iria. *Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder*? Educação & Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Formação de profissionais da Educação Políticas e Tendência**s**, Campinas, n.68, p.80-108, 1999. Número especial.

DAVIES, Nicholas. (Org.) Para além dos conteúdos do ensino de História. Niterói: Eduff, 2000.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. "*Professores: entre saberes e práticas". "Dossiê Os Saberes dos Professores e sua Formação."* Educação e Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Campinas, n.74, p. 121-142, abr. de 2001.

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD

VASCONCELOS, Renata Nunes. O *sentido e o significado do registro para o professor e a professora.* Educação em foco. FAE. BH. UEMG. Ano 7, 2003, p. 70 a 73

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil (Considerações preliminares). Sem publicação, 2005.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Igreja, Família e Poder no Brasil Republicano:

Anna Marina Madureira de Pinho Bárbara Pinheiro♣

Resumo: Neste trabalho pretendemos analisar a lógica da ação política da Igreja Católica no Brasil Republicano posterior a 1930.
palavras-chaves: Igreja Católica – Família – Brasil Republicano

Abstract: *In this paper we intend to study the political action of the catholic church in Brazil between 1930 and 1979.*
kee-words*: Catholic Church- Brazil- Republic*

Dada a importância do papel desempenhado pela Igreja Católica na formação social brasileira, temos como objetivo neste trabalho, pensar as possibilidades de análise que a contemplem, bem como, identificar as múltiplas contradições que caracterizam as relações historicamente construídas entre esta instituição, o Estado e as classes dominantes no Brasil. Interessa-nos de forma particular, inserir nestas relações o modelo de família preconizado pela Igreja no Brasil, posteriormente a 1930.

Nas relações que se estabelecem entre Igreja e Estado, Jesse Jane Vieira de Souza, identifica a manutenção, pela Igreja, de prioridades e metas próprias a serem alcançadas num processo de aliança com a sociedade, constituindo um novo patamar na sua construção de hegemonia.

Nesta construção, a mencionada instituição teria forjado, através de um longo processo de elaboração doutrinária, os elementos necessários para sua permanência enquanto instituição a deter o monopólio do sagrado, segundo o afirma, "a Igreja fez-se povo, constituindo-se no Corpo Místico de Cristo, doutrina através da qual se colocou no temporal com profundo sentido de permanência". (SOUZA, Jesse Jane Vieira de.2002)

Ao adotar tal concepção de Igreja, Jessie Jane afasta-se, tanto daqueles que identificam-na como "aparelho ideológico de Estado", remetendo-se a Althusser, quanto dos

♣ Mestre e Doutora em História pela UFF. Professora do Departamento de Ciência Política do IFCS/UFRJ

que a tomam por "aparelho privado de hegemonia", remetendo-se a Gramsci. Filiando-se à Roberto Romano (ROMANO, Roberto. 1979) e Alcir Lenharo (LENHARO, Alcir. 1986) afirma a existência de um projeto político-teológico próprio à Igreja Católica, que só se explicaria pela tradição teológica desta Igreja.

Nesse sentido, para compreender a atuação política de tal instituição, tornar-se-ia necessário abdicar, por um lado, de subsumi-la ao Estado e, por outro, de restringir sua atuação ao plano temporal, já que a mesma dar-se-ia a partir de uma lógica relativa à objetivos de hegemonia no campo do transcendente. Importaria, também, atentar para o fato da referida instituição, ter construído uma linguagem própria, cuja compreensão permitiria elucidar em parte, as estratégias políticas, por ela formuladas e praticadas.

Para realizar tal objetivo, a autora define a Igreja como instituição que cultivaria tradições de caráter normatizador, isto é, voltadas para a inculcação de valores e padrões de comportamento relativos à idéia de ordem e autoridade. Nesta perspectiva, tal instituição, passa a ser vista como "instituição eclesiástica, produtora de ordem social e, por conseguinte, de disciplina, que ama os homens, mas odeia os erros", por que se percebe como um todo hierárquico que engloba e ultrapassa cada membro empírico de que se constitui. Em tal instituição, a verdade só chegaria aos homens pela autoridade, sendo, assim, possível definir a condição de católico como essencialmente ligada à obediência, à veneração pelos costumes estabelecidos enfim, à aceitação de uma verdade absoluta tal como determinada pela Igreja (SOUZA, Jessie Jane Vieira de. 2002: p.46)

Buscando compreender a forma pela qual esta Igreja, como Corpo Místico, elaborou uma idéia teológica (e uma práxis) específica acerca do trabalho entre os anos de 1930 e 1964, no Brasil, Vieira de Souza debruça-se sob o mundo da cultura católica, utilizando-se para tanto, do conceito de cultura tal como empregado por Clifford Geertz (GEERTZ, Cliffort. 1986).

Jessie Jane identifica nesta idéia uma importante chave de leitura das relações estabelecidas entre a Igreja Católica e o Estado moderno no Ocidente Cristão. Uma vez apartada do Estado pelos três ciclos da revolução burguesa (reforma luterana, revoluções inglesa e francesa), a Igreja, na perspectiva da autora, teria tentado elaborar um novo projeto de controle temporal fundado no Direito e na regulamentação da vida econômica. Tal projeto ter-se-ia viabilizado pela fragilidade inerente ao próprio Estado laico e republicano no Brasil que, vendo-se incapaz, tanto de atender ás reivindicações por igualdade real, quanto, de incluir as classes subalternas num sistema consensual, teria sido levado a delegar parte de sua

soberania à Igreja, agência da sociedade civil que realizaria o controle ideológico sobre o trabalho (SOUZA, Jesse. Jane Vieira de. 2002).

Instituindo assim, suas relações com o Estado moderno a partir do mundo do trabalho, marcado pela intensificação da exclusão social, esta Igreja teria buscado projetar-se, ora como parceira, ora como oponente do Estado, através da construção de um discurso e de uma práxis, específicos acerca da "questão social".

Para pensar a intervenção católica no mundo do trabalho no Brasil, a autora resgata a história dos Círculos Operários, percebendo-os como *modus operandi* da Igreja no país, entre 1930 e 1964. O circulismo é assim compreendido, não como movimento sindical, mas como "uma proposta de caráter educativo que se projetou na sociedade, operando com a valorização do trabalho", tal como estabelecida pelos princípios enunciados nas encíclicas papais promulgadas no período, que afirmavam a sacralidade dos corpos que trabalham.

Este resgate histórico foi realizado por Vieira de Souza a partir de quatro cenários diferenciados:

No primeiro remonta-se ao apostolado de Leão XIII, com a retomada do tomismo enquanto instrumento de adequação da Igreja à moderna sociedade liberal; no segundo busca-se identificar de que forma a mesma teria enfrentado, no Brasil, sua separação do Estado constituindo-se enquanto instituição autônoma a partir da construção do conceito de neocristandade; no terceiro localiza-se a reflexão sobre os Círculos Operários, a identificação de sua gênese, desenvolvimento e, sobretudo, de seu compromisso com a institucionalidade católica. É neste momento que a autora analisa as relações de parceria estabelecidas entre Igreja e Estado tendo em vista o disciplinamento do mundo do trabalho. Por fim, no quarto e último cenário, são discutidas as semelhanças e diferenças entre o corporativismo católico e o estatal, assim como, indicadas as formas pelas quais tais discursos tornaram-se práticas no processo de ordenamento do mundo do trabalho no Brasil no período em questão.

Tais reflexões interessam-nos de inúmeras maneiras, a começar pela discussão que trazem consigo sobre o modo pelo qual a hierarquia eclesiástica teria recorrido à milenar tradição católica no sentido de reelaborá-la para responder aos desafios impostos à catolicidade pela moderna sociedade liberal. É um movimento semelhante a este que analisaremos no presente trabalho, já que pretendemos identificar o modelo de família preconizado pela Igreja no Brasil, no período posterior a 1930 e julgamos que tal modelo sofra algumas modificações em função do advento da modernidade.

Partilhamos também da perspectiva que identifica a construção de tal modelo como parte fundamental de um projeto teológico-político de controle social e sexual

empreendido pela Igreja Católica no Brasil a partir de 1930 e adotamos a concepção de Igreja enquanto "Corpo Místico de Cristo", desenvolvida pela autora. Desta forma, nos situamos entre os demais autores que se utilizam desta mesma concepção.

Um dos primeiros autores a trabalhar de tal maneira, tendo em vista compreender as relações entre Igreja e Estado no Brasil é Roberto Romano, que dá importantes pistas para a análise do que chama de discurso católico. Segundo este autor, tal discurso, constituir-se-ia, simultaneamente, em técnica de leitura da realidade e recolhimento cultural do passado. Percebe-lo desta forma, permitiria ao "intérprete da atividade católica verificar seu movimento ideal de auto-reprodução no presente e no pretérito".

Nesta perspectiva, para responder aos problemas mais urgentes da vida capitalista brasileira, a Igreja teria sempre partido de uma reflexão sobre suas origens, o que lhe permitiu construir, por um lado, uma ação flexível e autônoma em relação ao Estado Brasileiro e, por outro, um discurso original acerca da família e deste mesmo Estado (ROMANO, Roberto. 1979: p.42).

Em sua análise acerca das relações historicamente estabelecidas entre essas duas instituições (Igreja e Estado) no Brasil, o autor busca compreender as especificidades do discurso católico, diferenciando-o das demais racionalizações do mando autoritário no país. Procura, especialmente, refletir sobre a auto-representação da Igreja no Brasil e no interior da sociedade moderna, concluindo que neste processo de auto-representação, a Igreja não teria se limitado apenas a resistir à cultura e às instituições produzidas pelas elites secularizantes, mas, teria criado suas próprias vanguardas intelectuais e forjado um discurso político com características próprias.

Tal discurso é percebido pelo autor, como fruto de conflitos permanentes, tanto internos à instituição, quanto referentes às relações entre a mesma e o Estado Brasileiro. Delimitar os momentos chaves destas contradições é o objetivo a que Romano se propõe sem, contudo, pretender esgotar todas as dimensões das relações em questão.

O antiliberalismo e antipositivismo do pensamento católico são enfatizados por ele, que também, chama a atenção para a importância do papel desempenhado pela imaginação no interior deste discurso, tanto em relação à produção de efeitos político-ideológicos de dominação, quanto no sentido de permitir diferenciar a lógica interna que o rege da racionalidade capitalista.

Outra questão contemplada pelo autor é a da identificação e análise dos pressupostos e condições de possibilidade do catolicismo no mundo moderno. A questão é discutida a partir da inserção da Igreja na moderna formação política brasileira. Deste modo,

Romano refaz o percurso inaugurado pelo Ultramontanismo, em direção à retomada do "ser eclesiástico contra o Estado e contra as principais camadas da sociedade civil" (ROMANO, Roberto. 1979: p.13)

O Ultramontanismo preconizava o retorno ao passado, à tradição, mas a uma tradição reelaborada tendo em vista uma eficácia prática e atual. Neste processo, a Igreja, teria, gradativamente, se apropriado da "teoria terrestre da cultura" que havia fundamentado os ataques contra ela mesma. Em contrapartida, o Estado teria incorporado o "peso sacral da autoridade". Com tais instrumentos, as duas instituições ter-se-iam enfrentado objetivando o controle da cultura, especialmente através da educação. Sendo assim, no que diz respeito à Igreja é possível afirmar que uma vez exposta à violência da sociedade contemporânea, a mesma sofra o choque da modernização, modernizando-se para enfrentá-lo.

Desta forma, durante a ditadura militar, por exemplo, a Igreja, segundo Romano, teria sido capaz de transformar suas próprias fraquezas - distanciamento dos centros de decisão e perda de base social – em instrumentos que lhe teriam permitido encontrar aliados, no sentido de enfraquecer a legitimidade dos governos militares e do modelo capitalista que eles representavam. Vendo-se excluída da esfera política ela, a um só tempo, levantava suspeição sob a legitimidade do governo e recomendava aos fiéis o estrito cumprimento das leis estabelecidas. Tal recomendação lhe garantiu a possibilidade permanente, ao longo de todo o regime, de reabertura do diálogo com os poderes públicos, barganhando a condição de que um conjunto específico de reformas sociais fosse realizado, sem atingir substancialmente a propriedade privada, e garantindo parcela substantiva da hegemonia política e cultural.

O discurso eclesiástico, portanto, mesmo no auge de seu radicalismo, rebela-se contra o abuso do direito de propriedade sem, contudo, questionar seu uso. De forma análoga, posiciona-se contrariamente à dominação exclusiva do Estado, sem deixar de seguir considerando seu princípio como natural. Assim, ainda segundo Romano, "se recusa (...) a liberdade burguesa, (...) a Igreja não deixa, entretanto, de legitimar a apropriação privada quando esta é assegurada pela família e pela cosmovisão cristã. É isso que ela chama a propriedade social dos meios de produção" (ROMANO, Roberto. 1979: p.252).

Desconfiada de soluções que se oponham ao direito positivo, mesmo em casos de extrema espoliação, sua insistência para que se cumpra a lei relaciona-se à realização de seu principal objetivo: "tocar o coração do povo, prendê-lo pelo sentimento" e, deixando em aberto sua situação precária, utilizá-lo como instrumento de pressão política.

Esta ameaça permanente não poderia ser suportada pela máquina que assegurava a ordem burguesa, especialmente quando se tratava de impor a ela uma outra concepção de

sociedade. A existência e expansão da Igreja Católica no Brasil seriam deste modo, marcadas por inúmeras contradições. Para sobreviver, a Igreja teria sido obrigada a apoiar-se nos vestígios de uma civilização que lhe era adversa, recorrendo aos princípios que fundaram e garantiram a manutenção das instituições essenciais ao seu antagonista. Num só e mesmo ato reforçava o poder que lhe era contrário e deslanchava uma força repressiva que poderia ser-lhe fatal (ROMANO, Roberto. 1979: p.253).

O trabalho de Roberto Romano interessa-nos de muitas formas. Além da concepção de Igreja que estrutura e constitui – posteriormente utilizada nos trabalhos de Jessie Jane Vieira de Souza e Alcir Lenharo – o autor fornece muitas pistas que auxiliam no desvendamento do discurso católico, compreendido como fala teológico-política, isto é, como um discurso dotado de uma lógica própria, que remontaria à Escolástica Medieval, e de objetivos específicos. Lógica e objetivos esses que explicariam, em parte, as dificuldades da Igreja Católica em relação à questão da mudança, sobretudo no âmbito daqueles aspectos relacionados ao modelo de família que defende.

Combinando tal reflexão teórica sobre a Igreja à análise histórica do papel por ela desempenhado na formação social brasileira, a leitura de Romano nos permite, não apenas um maior aprofundamento na discussão acerca das relações estabelecidas entre esta instituição e a "modernidade", no Brasil, como também, possibilita a identificação das múltiplas contradições que caracterizam as relações historicamente construídas entre a mesma, o Estado e as classes dominantes no país.

O esquadrinhamento destas contradições em conjunturas específicas como, por exemplo, a do regime militar, nos leva a pensar que, o projeto político-teológico elaborado pela Igreja no decorrer desta conjuntura, da mesma forma que contemplava a questão social, articulando-a à necessidade de realização de um conjunto de reformas no modelo de capitalismo consolidado pelos militares no país, entre as quais figurava uma determinada proposta de reforma agrária, assim como, uma visão específica acerca do próprio capitalismo; contemplava também, não apenas nesta conjuntura, mas desde a década de 1930, um modelo de família, articulando-o à necessidade de um tipo específico de educação (informação sexual na infância e na adolescência, preparação para o namoro, o noivado e o casamento) a ser ministrado no interior da mesma com a mediação da Igreja.

Riolando Azzi (AZZI, Riolando. 1993) fornece valiosas pistas no sentido do desvendamento de tal projeto. Voltando-se para a análise da forma pela qual a Igreja no Brasil teria atuado diante das modificações que a partir de 1930 começavam a ocorrer no país, incidindo sob a família e alterando os papéis nela destinados às mulheres e à sexualidade, o

autor, que estende sua análise até o golpe de 1964, demarca alguns momentos de inflexão dentro deste período.

A década de 1930, assinalaria o início de um processo de mudanças de cunho sócio-econômico que teria fortalecido os setores médios da população e resultado em modificações comportamentais e de mentalidade no que diz respeito à esse grupo social emergente. Atuando no sentido de enfraquecer o modelo de família patriarcal originário do mundo rural, a progressiva urbanização do país teria contribuído para diminuir a dependência das mulheres em relação aos maridos e lhes facilitado a tomada de consciência em face de seus direitos. Entre as muitas mudanças, o autor destaca, também, as pesquisas científicas no âmbito do controle da natalidade que teriam criado as possibilidades de questionamento posterior dos tabus em torno do sexo, permitindo que os mesmos pudessem começar a ser quebrados.

Afirma, ainda, ter aumentado no Brasil a importância e a esfera de influência das editoras e rádios católicas. No que se refere ao conjunto de transformações históricas iniciadas no período, a posição da Igreja, segundo Azzi, consistiria, contudo, na manutenção da posição conservadora dos períodos anteriores, combinada à percepção das mudanças como "ocasiões de pecado, indícios de desordem moral e desagregação social". A ação vitoriosa coordenada pelo episcopado brasileiro, por ocasião da elaboração das Constituições de 1934 e 1946, tendo em vista derrubar as teses divorcistas, reafirmando a doutrina da indissolubilidade dos laços matrimoniais e a concepção de casamento que lhe é correlata, ilustraria bem esta postura conservadora que o autor identifica como característica da Igreja no período.

A centralidade conferida pela mesma desde o século XIX às discussões relacionadas à família, explica-se pela conexão realizada no âmbito do pensamento teológico católico entre família e ordem social. Assim,a defesa de um modelo tradicional de família – a família nuclear burguesa de direção masculina -, como também, de casamento – o casamento, heterossexual, monogâmico, procriativo e indissolúvel - integrava o esforço global da instituição no sentido de evitar qualquer transformação significativa na ordem social vigente no Brasil.

Entretanto, sublinhando a necessidade de fugir às generalizações, o autor identifica avanços na visão católica acerca dos costumes, especialmente a partir dos anos 50, marcados pela "onda liberalizante" que teria assolado o Ocidente Cristão após a II Grande Guerra. Nesta perspectiva, o trabalho feminino fora de casa e a relativa autonomia das mulheres diante de seus maridos, seriam, gradativamente, aceitos pela Igreja que também passaria a admitir a maior participação feminina no mercado de trabalho e na própria política.

Deste modo, o autor identifica a Ação Católica como o lócus privilegiado do diálogo entre as mulheres e a hierarquia eclesiástica no período, resultando desta pequena mudança, ventos favoráveis à aprovação, em 1962, do Estatuto da Mulher Casada a conferir autonomia civil às mulheres.

Em contrapartida, a questão da sexualidade seria aquela em que a Igreja mais teria permanecido arraigada às suas velhas concepções. A educação só teria sido tolerada em termos muito restritos e conservadores e ter-se-iam estabelecido rigorosas restrições aos métodos anticoncepcionais. Quanto ao aborto, não se teria sequer cogitado em discuti-lo ao longo do período.

Delimitando no interior desta questão o aspecto da educação sexual vale salientar, entretanto, a identificação de "brechas" que, já na década de 40, começavam a ser abertas na "muralha de intransigência católica". Numa das mesmas encontrar-se-ia, por exemplo, a obra do padre Álvaro Negromonte intitulada "Educação Sexual" e publicada em 1940. Segundo Azzi, embora veiculasse concepções conservadoras acerca do sexo, a simples existência desta publicação representava significativo avanço em relação à visão tradicional da Igreja sobre o assunto, uma vez que rompia com a idéia de que a total ignorância acerca do mesmo fosse preferível à toda espécie de informação, mesmo aquelas de caráter normativo.

Contudo, Azzi afirma a necessidade de ter-se em conta que tal abertura à temática da sexualidade, mesmo realizada com cautela e moderação, continuava restrita a um grupo limitado dentro da Igreja, "prevalecendo até o final dessa época a idéia básica de que a ignorância em matéria sexual constituía a melhor forma de preparar a juventude para uma vida adulta virtuosa e sadia" (AZZI, Riolando.1993: p.129)

Como o tema é pouco abordado, revela-se toda a importância da pesquisa que realizamos em nossa tese de doutorado já que, trabalhando com a análise do pensamento teológico católico-romano relativo à sexualidade num período, em grande medida, coincidente com o recortado pelo autor (1946-1973), constatamos justamente o oposto. Abrimos assim, um debate com esta historiografia.

A recolha de material empírico realizada no âmbito da pesquisa foi suficiente para afirmarmos com segurança que, ao menos no Brasil, durante o período estudado, a Igreja Católica teria aberto mão do tratamento meramente repressivo dado à questão da sexualidade – repressão que operaria, basicamente, através do silêncio - substituindo-o por uma abordagem normatizadora que operaria, através do disciplinamento, tal como definido e estudado no âmbito da obra de Michel Foucault (FOUCAULT, Michel. 1985). Além disso,

pudemos identificar também, a existência de nuances no discurso construído pela Igreja sobre o sexo ao longo do período, compreensíveis em função de múltiplos fatores.

Referências Bibliográficas:

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1934). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil. São Paulo: Loyola, 1993.

GEERTZ, Cliffort. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPERJ, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Vida religiosa no século XX: monjas beneditinas no Paraná (1964-1999)

Wilma de Lara Bueno*

Resumo: A documentação referente ao mosteiro beneditino feminino, instalado no Paraná em meados do século XX, revelou o seu papel na história da Igreja da América Latina, bem como possibilitou conhecer as mudanças e permanências das práticas religiosas relacionadas à vida monástica, cuja origem remonta à Idade Média. No estudo do conjunto de atividades que integra o cotidiano religioso foi possível refletir acerca das concepções do sagrado que norteiam esse modelo de organização e lhe atribuem significado. Os resultados parciais da pesquisa contribuíram, sobremaneira, para situar o lugar que a religião vem ocupando no contexto das relações sociais no mundo contemporâneo e as estratégias utilizadas pelas religiosas para corresponder a uma vida virtuosa, em consonância com as exigências do tempo presente.
Palavras Chave: mulheres, igreja, vida religiosa

Abstract: Religious life in the twentieth century: Benedictine nuns in Paraná (1964-1999)
The documentation concerning the female benedictine monastery, settled in Paraná in the middle of the 20 th century, revealed its role in the history of the Church in Latin America, as well as it made possible to know about the changes and permanence of the religious practices related to monastic life, whose origin dates from the Middle Ages. Through the study in all activities that integrate the religious everyday, it was possible a reflection about the conceptions of sacredness which guide this model of organization and attribute meaning to it. The partial results of the research contributed, greatly, to stablish the place that religion is filling in the context of the social relations in the contemporary wold and the strategies used by the nuns to correspond with a virtous life, according to the present time demands.
Keyword: women, church, religious life.

As monjas beneditinas do Mosteiro do Encontro, situado em Mandirituba no Paraná, pertencem à Congregação Rainha dos Apóstolos, com sede localizada na Bélgica. Esse mosteiro e sua filial, situada no estado do Amazonas, representam as únicas unidades existentes no Brasil, ainda que outras organizações femininas, representando as diversas congregações beneditinas, se distribuam entre os vários estados brasileiros. As monjas do Mosteiro do Encontro fixaram-se no território brasileiro no início do ano de 1964, mas em uma sede anterior, situada na periferia de Curitiba, no bairro do Pinheirinho. No decorrer de aproximadamente, quarenta anos, a região se tornou densamente povoada, inviabilizando a

* Professora de História na Universidade Tuiuti do Paraná. Doutoranda em História na UFPR.

solidão e o silêncio exigidos pela vida contemplativa, o que as levou a mudar para a atual localização.

A vinda das primeiras beneditinas dessa congregação ao Brasil, inscreve-se no contexto mundial da guerra fria e da realização do Concílio Vaticano II. Considera-se que esse período foi marcado por transformações em várias dimensões da vida social, com repercussões político-econômicas, à medida que se consolidaram os modelos econômicos que direcionaram a ordem mundial até o final dos anos 80.

O historiador Eric Hobsbawm discute o significado do pós-guerra, marcado pela sofisticada tecnologia, cujo testemunho mais evidente se configurou no uso da bomba atômica e no alcance de seus efeitos devastadores. Ele enumera as múltiplas mudanças, em que as inovações técnicas alteravam o cotidiano das sociedades industrializadas. Esse tempo foi marcado pelas alterações nas relações familiares, pela intensa criação de universidades e consequentemente, pelo o acesso de um grande número de pessoas ao ensino superior; assistiu-se a invenção da pílula anticoncepcional, a adesão ao divórcio, a internacionalização de hábitos procedentes do uso da mídia que idealizava um modelo de viver com base na indústria cultural americana. A vida campesina praticamente desapareceu e cresceram as cidades em número de habitantes com a instalação de novas indústrias que atraíam pessoas de todos os lugares.

O contexto dessas sucessivas transformações, a consolidação da nova ordem mundial, simbolicamente, marcada pela construção do muro de Berlim, o processo de descolonização dos povos, a "ascensão de nacionalismos orientais em busca de base cultural (...) a laboriosa formação de uma força neutralista constituída por um Terceiro Mundo que procurava ultrapassar o confronto das grandes potências e das ideologias" exigiram também uma constante vigilância das instituições eclesiásticas (AUBERT; HAJJAR, 1976:72).

A instalação dessa nova ordem mundial era vista com muitas reservas e exigia dos clérigos um intenso empenho no sentido de combater as influências do comunismo e da crescente descristianização. O esvaziamento dos costumes com o questionamento dos valores tradicionalmente emanados da vida familiar e o crescimento da vida urbana preocupava as autoridades eclesiásticas acerca do lugar da Igreja na manutenção da ordem social.

Nesse sentido, o Concílio Vaticano II, reunido entre os anos de 1962-1965, significou a retomada do papel da Igreja no mundo, no sentido de revitalizar suas forças e

revigorar suas bases tradicionais, atualizando suas práticas para responder ao apelo das massas e aos desafios contemporâneos:

> *No momento histórico em que vivemos, a sociedade parece entrar numa nova ordem. Devemos estar prontos para reconhecer os misteriosos desígnios da Providência, que juntamente com todos os seres humanos, leva-nos a alcançar objetivos que ultrapassam nossas próprias expectativas e tudo dispõem para o bem da Igreja, inclusive as dificuldades que atravessamos (...) Basta considerar que a sociedade está de tal maneira envolvida com suas questões políticas e econômicas, que nem mais liga para as questões espirituais, de que se ocupa o Magistério da Igreja (CONCILIO VATICANO II, 1976: 72).*

As propostas do Concílio Vaticano II representaram a incorporação de um conjunto de práticas procedentes tanto das políticas de atuação das autoridades sediadas no Vaticano, bem como das paróquias e comunidades religiosas as quais se organizavam em movimentos para combater os excessos da secularização dos costumes. Já nos anos 50, assistia-se a um movimento de renovação das congregações com o intuito de que elas se mostrassem mais autênticas, retomando suas origens, bem como de se ajustarem aos sinais da modernidade, revisando seu apostolado, no sentido de abandonar práticas obsoletas que desestimulavam a adesão de novas vocações.

A renovação dos conventos, das congregações e das ordens religiosas apoiava-se também nas críticas que mostravam a necessidade de se retomar os ideais fundadores, uma vez que ao longo do tempo elas haviam se tornado como:

> *(...) 'algo entre o museu medieval e a fazenda rústica, entre o asilo e o pensionato', e [que fustigava] aqueles que deveriam ser 'cães de guarda sempre prontos a morder para trazer o rebanho novamente ao caminho' e que se transformavam em 'gordos gatos domésticos miando melancolicamente para a lembrança do passado (AUBERT; HAJJAR, 1976: 145).*

As críticas eram, na maioria das vezes, endereçadas às religiosas consideradas mais administradoras dos conventos do que porta-vozes das virtudes evangélicas: pobreza, castidade e caridade.

O papa Pio XII (1939-1958) incentivou a formação e atualização desse modelo de vida, redigindo documentos, apoiando iniciativas que promoviam a realização de congressos a fim de se repensar os vários aspectos, desde a formação dos jovens, escolas de apostolados, vida comunitária à participação missionária. Merece destaque a promulgação de medidas legislativas, dentre as quais se destaca a constituição apostólica *Sponsa Christi,* de 22 de novembro de 1950, com a finalidade de ajustar as práticas religiosas às exigências do

apostolado contemporâneo. Nesse documento, o papa, entre outras determinações, recomendava aos mosteiros que deveriam reagir contra o isolacionismo, constituindo federações que favoreceriam a cooperação entre eles; recomendava ainda dar maior importância ao trabalho como uma maneira de obter a autonomia e a subsistência, reafirmando, por fim, a vocação monástica como plena e inteiramente apostólica.

Essas medidas eram apresentadas no sentido de se redefinirem os princípios fundamentais da vida religiosa, por exemplo, a criação da federação dos mosteiros femininos, até então sob a responsabilidade dos bispos ou de um superior "sem vínculo orgânico entre os mosteiros de uma mesma ordem; a fusão de congregações pequenas ou muito semelhantes; a coordenação apostólica dos religiosos ou religiosas que exerciam apostolados análogos (hospitalar, escolar, paroquial, etc.), graças especialmente à realização de congressos internacionais, uniões nacionais de superiores e superioras" (AUBERT; HAJJAR, 1976:146), entre outras.

Para além do centro de irradiação do Vaticano, já há algum tempo, uma série de inovações também vinha se processando na vida cristã, em suas diversas formas de expressão, promovida pelos grupos e comunidades que buscavam uma renovação na liturgia, pela organização do apostolado leigo, pela adesão dos padres aos movimentos operários, pelos movimentos da juventude cristã, por novas formas de devoções, o que exigia uma retomada do lugar da Igreja e da religiosidade na vida social. Os testemunhos mostravam um movimento contra a descristianização das camadas populares bem como uma possibilidade de santificação nos diferentes papéis que os cristãos assumiam no mundo social.

Dessa forma, as aspirações do Concílio contaram com o empenho de representantes de igrejas que defendiam a necessidade de se buscar a unidade do povo cristão e de expandir o número de fiéis para outros lugares, particularmente o Continente Americano. Nessa perspectiva, a busca do sentido da vida cristã, em meio às complexidades do século XX, trazia uma retomada da evangelização, definindo também o lugar dos mosteiros como uma possibilidade de fortalecimento eclesial.

Assim, a vinda das monjas beneditinas ao Paraná ocorreu como desdobramento da realização do Concílio Vaticano II, em cumprimento ao apelo do Papa João XXIII de evangelização da América Latina e da fundação de unidades monásticas contemplativas: Conforme afirmam as fontes: "*Survient le concile Vatican II. Um vent noveau soffle sur l'Eglise. Jean XXIII lance um appel em faveur de l'Amérique Latine. La congregation de Mère- Chantal lui demande d'aller fonder un monastère ao Brésil. Accompagnée de deux autres soeurs, elle vient à Curitiba em 1964*" (TURBERG, s.d.: 130).

Qual seria então o significado da vinda das monjas beneditinas da Congregação Rainha dos Apóstolos para o Brasil e particularmente, para o Paraná? Qual a relação que o modelo de vida monástico representou para a unidade e fortalecimento da Igreja Católica naquele contexto? Como, efetivamente, se daria a evangelização na América Latina, considerando-se as particularidades da vida conventual? Em que perspectiva o Brasil representou um empreendimento possível para a fundação de uma nova unidade da Congregação Rainha dos Apóstolos?

A criação de um mosteiro no Paraná ocorreu mediante a autorização da Presidente da Congregação, em sessão especial do Capítulo, realizado no Mosteiro de Bethânia, em Loppen, na Bélgica, que decidiu sobre o estabelecimento de uma nova comunidade a ser construída no Paraná, para onde foram deslocadas as monjas fundadoras.

O modelo de vida que se formou no interior da primeira construção monástica feminina e a história das monjas beneditinas podem ser recuperados, consultando-se diferentes fontes, entre as quais se destacam os Anais do Mosteiro do Encontro. Os registros nesses Anais oferecem referências sobre a dinâmica dos primeiros tempos de fixação em terras paranaenses. Mostram as iniciativas das fundadoras, desde a compra do terreno, construção da moradia, organização da biblioteca, instalação do sino, levantamento das cercas, que infelizmente tiveram que construir, a fim de se prevenir das constantes depredações que já se manifestavam naquela ocasião. Expressam comentários acerca dos brasileiros, seus costumes e suas práticas sociais, registrando-se um profundo reconhecimento pela hospitalidade e cordialidade das pessoas. Elas afirmaram que sendo européias confundiam cultura com instrução, descrevendo que os habitantes de Curitiba, não sabiam nem ler nem escrever, mas que ofereciam a elas lições de sabedoria e vivência da verdadeira caridade. Para elas, o povo brasileiro mostrava-se portador de uma riqueza extraordinária. E afirmavam que com o êxodo rural, uma grande parte desta riqueza se perdia nos cinturões da miséria das grandes cidades, pois o mosteiro foi construído próximo a uma favela superpovoada.

A documentação revela que a vida no monastério seguiu um programa disciplinar em que os trabalhos eram cuidadosamente distribuídos entre as integrantes da casa, muitas vezes em número bastante reduzido, no início da experiência no Brasil. Aderir ao modelo beneditino significava trabalhar pela auto-suficiência da unidade, produzindo bens de acordo com os talentos e com os recursos existentes nos locais de fixação, fazendo da estabilidade uma meta a ser alcançada. A Regra de São Bento afirmava que para ser verdadeiramente monge, era preciso viver do trabalho das próprias mãos. Para isso, o fundador fixou com

precisão as horas em que os monges deveriam dedicar à leitura divina e aos trabalhos necessários: "Ninguém será dispensado do serviço da cozinha, senão por motivo de doença, ou caso esteja ocupado em outro trabalho de grande utilidade. É nesse serviço, com efeito, que se ganha uma maior recompensa e se adquire mais caridade" (REGRA DE SÃO BENTO, 1999). Os serviços correspondiam à manutenção da casa, às atividades de preparação da liturgia e evangelização, à gestão e administração dos compromissos, bem como à produção de um tipo de trabalho – agricultura, criação, culinária, artesanato, arte, pesquisa intelectual, redação de artigos e livros, traduções, entre outros.

A construção da moradia – de madeira e tijolo, no meio de um grande bosque – contou com o trabalho de arquiteto para traduzir em obras as idéias de simplicidade e pobreza evangélicas que as monjas faziam questão de considerar, levando-se em conta o lugar onde a sede se localizava: na periferia de Curitiba, circundada por vilas destinadas a migrantes que progressivamente se estabeleceram no Paraná em meados dos anos 60, quando ocorreu a industrialização do campo e a conseqüente expropriação rural das populações campesinas. Essa realidade, bem como a pobreza que de maneira geral imperava no Brasil, foram constantemente relatadas nos Anais das monjas aos seus superiores: "*Les collines em face du monastêre commecent à se peupler de gens venus de l'interieur. Les batisses parissente surgir de plus em plus et sont terminées em 3 ou 4 jours*" (ANAIS, 1965:8).

A opção pela simplicidade e pelos pobres insere-se no contexto renovador da Igreja, a partir das determinações do Concílio Vaticano II, dos compromissos firmados pelas encíclicas papais. As questões político-econômicas, no contexto da guerra-fria, da revolução socialista de Cuba e a eclosão de movimentos latino-americanos apresentaram desafios à atuação da Igreja. Um deles dizia respeito à especificidade do povo latino-americano e sua história de exclusão por conta da dominação estrangeira e a necessidade de se recuperar o seu papel como sujeito da história; outro dos movimentos organizados para a superação do capitalismo excludente, impondo as possibilidades através da revolução armada:

> *(...) o terceiro se refere ao próprio 'modelo'de Igreja, ou seja o modo de entender a função da Igreja na sociedade política e civil. O modelo de cristandade, que se apoiava no Estado para realizar as suas atividades (educação religiosa nas escolas do Estado, capelães militares, subvenções para templos, etc.) entra em crise, abrindo caminho para a igreja dos pobres. Trata-se, como pensa o CELAM (1963-1972) de irradiar o testemunho cristão diretamente ao povo, ao pobre. O 'pobre'se transforma no lugar de todas as opções, discussões e ações. A 'Teologia da libertação'(TL) – reflexão de uma geração inteira de teólogos latino-americanos que não se deve atribuir a pessoas – chega a formular esta opção histórica pelo pobre que transforma a Igreja em 'Igreja dos pobres' e que entrega ao povo, como sujeito protagônico histórico, a responsabilidade de sua própria evangelização: a 'Igreja servidora' da libertação do povo dos pobres, no espírito de João XXIII (DUSSEL, 1989:43-44).*

Nesta perspectiva, a vinda das monjas correspondeu aos desafios lançados pelo Concílio Vaticano II, particularmente o de evangelizar os povos pobres latino-americanos. Efetivamente, o lugar e o modelo de vida que elas sustentaram transpareciam essa escolha: as acomodações tais como casa, clausura, ermitério, capela, atelier e hospedaria eram de madeiras rústicas, sem luxo, continham o estritamente necessário e foram construídas lentamente, ao longo dos três primeiros anos.

No transcorrer dos anos, o trabalho na casa, atelier e hotelaria, o atendimento às visitas, a preparação da liturgia e a catequese ocuparam o maior tempo das irmãs, exigindo constante revisão na escala de organização a rotina de atividades. Os relatos nos Anais indicam a importância que as visitas particularmente, dos representantes da Igreja ocuparam no transcorrer do estabelecimento das religiosas na região: religiosas, religiosos, entre sacerdotes, bispos, priores e demais autoridades eclesiásticas estiveram com elas trazendo notícias da Igreja, em seus diferentes setores e dimensões. No colóquio com os representantes da Igreja as beneditinas entravam em contato com as temáticas variadas, em especial as que se referiam ao Brasil e América Latina, em termos de evangelização, vida comunitária, exigências da Igreja, troca de experiências o que contribuiu para fortalecer a vida monástica nos fundamentos eclesiais.

Durante os primeiros anos, freqüentemente, o arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D'Elboux visitava o mosteiro, auxiliando no andamento da vida monástica, dividindo suas preocupações com a comunidade eclesial. E assim, o desenrolar da vida monástica revelou a acentuada presença da Igreja no local, demonstrando a natureza dos procedimentos hierárquicos que caracterizam esse tipo de organização, confirmando o papel das mulheres religiosas em sua missão no Brasil: contribuir para a evangelização da América Latina, difundindo a fé católica, mantendo-se para isso, um constante colóquio com os representantes e autoridades da Igreja. Nessa perspectiva, o Mosteiro do Encontro corresponde ao seu papel de servir como ponto de diálogo, particularmente entre os integrantes da Igreja. Ou seja, a análise dos relatos revelou que o mosteiro constituiu uma unidade religiosa dinâmica, atenta às solicitações da Igreja, integrando pessoas que, por suas escolhas, gestos e exemplos manifestam ao mundo a mensagem cristã. Isto quer dizer, que elas não necessitavam se deslocar em busca da evangelização: o mosteiro representava pelo seu estilo e modelo de acolhimento e, nesse sentido, tornava-se transmissor dos preceitos cristãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS DO MOSTEIRO DO ENCONTRO. Curitiba: Mosteiro do Encontro, 1965.

AUBERT, R.; HAJJAR, J.. **Nova história da Igreja**: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno III. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 72.

CONCÍLIO VATICANO II: mensagens, discursos e documentos. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 30.

DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-americana** (1930-1985). São Paulo: Paulus, 1989, p. 43-44.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PIO XII. **Legislação para as monjas**: constituição apostólica Sponza Christi. Petrópolis: Vozes, 1958.

REGRA DE SÃO BENTO. Juiz de Fora: Mosteiro da Santa Cruz, 1999.

TURBERG, Michel; GAUTHIER, Bernard Claude. **Amérique du Sud**: helvétiques tropiques. [s.d.].

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A grife e o capital simbólico: o poder de consagrar em Gesoni Pawlick

Liliane E. F. Carvalho
Suzana Fermina Pereira*

Resumo: Grifes são reconhecidas pelo prestígio que construíram social e culturalmente ao longo do tempo. Este artigo busca constatar quais elementos são utilizados no processo de conferir prestígio à grife Gesoni Pawlick no campo de produção de moda em Santa Catarina. O foco aqui é a análise do que Bourdieu chama de "capital simbólico", ou seja, os diferenciais que levam ao sucesso financeiro e ao reconhecimento social numa indústria altamente competitiva.
Palavras-chave: Moda – Grife – Capital Simbólico.

Abstract: Fashion labels are recognized by their renown, which is built up socially and culturally over the time. This paper looks into determining which elements are being employed in the process of building up renown for the "Gesoni Pawlick" label across the fashion industry from Santa Catarina/Brazil. The focus here is analyzing what Bourdieu calls "symbolic capital", that is, the unique elements that lead to both financial success and social recognition on a highly competitive industry.
Keywords: Fashion – Fashion Lable – Simbolic Capital.

A Moda é um importante dispositivo de inclusões e exclusões sociais e culturais, discursando em diversos níveis simbólicos e possibilitando diferentes identificações. As grifes participam da forja desses universos simbólicos, criando sentidos que permite serem identificados e apropriados pelos consumidores. Através do discurso do poder criador e todo o aparato econômico e cultural que o mantém, a grife reveste-se da autoridade de consagrar emprestando sua aura de prestígio. Cabe saber como o prestígio, e o poder de consagrar a ele relacionado, é adquirido.

Segundo Bourdieu (2004), a base do poder não está apenas na riqueza material e cultural, mas na capacidade que ambas têm de transformá-lo em capital social e simbólico. O capital simbólico seria então,

> *Uma dádiva atribuída àqueles que possuem legitimidade para impor categorias do pensamento e, portanto, uma visão de mundo. Propriedade de poucos, o capital*

* Mestre, Universidade do Sul de Santa Catarina e Especialista, Universidade do Estado de Santa Catarina, respectivamente.

> *simbólico e o capital social são recursos conquistados à custa de muito investimento, tempo, dinheiro e disposição pessoal (BOURDIEU, 2004:10).*

Capital simbólico, assim, define uma riqueza que extrapola a simples posse ou materialidade de um objeto. É fácil entendê-lo quando pensamos em termos de grifes: várias marcas lançam suas coleções, sendo que, em maior ou menor grau, ou seguem uma estética pré-definida ou inovam completamente. Os tecidos, as cores, os modelos, a estética, de um modo geral, seguem tendências. O que difere as roupas em sua materialidade? Os sentidos que serão agregados a estas roupas e que estão vinculados para muito além daquela coleção específica para a qual eles foram criados. Esses sentidos estão reunidos em torno de um nome que ganha, então, uma aura de poder.

Assim, a grife, geralmente articulada em torno do nome de um costureiro, reúne em seu meio um prestígio carregado dos sentidos que foram construídos social e culturalmente ao longo de seu funcionamento. Quem é seu criador? Qual a história do criador? E da grife? Quem usa essa grife? Qual a opinião da mídia sobre essa grife? E os outros costureiros reconhecidos socialmente, o que pensam desse concorrente. Quais investimentos ela faz para mostrar seu potencial criador e econômico? Em que salões ela desfila? As respostas a essas questões permeiam o universo de sentidos que é criado em torno do nome, caracterizando o reconhecimento da autoridade de uma grife ou de um costureiro e seu poder de consagrar, balizando o que Bourdieu chama de "capital de prestígio".

A indústria da moda é um aparelho de celebração do prestígio e é em seu campo de produção que são gestados grandes nomes conhecidos socialmente. A autoridade, nessa indústria, se constrói a partir das relações entre os vários agentes envolvidos em seu universo. Assim, segundo Bourdieu, "esta autoridade não é outra coisa senão crédito junto a um conjunto de agentes que constituem relações tanto mais preciosas quanto maior for o crédito de que eles próprios se beneficiam" (BOURDIEU, 2004:24). Mesmo os clientes participam desse processo, apropriando-se materialmente da grife e, através da apropriação, identificando subjetiva ou objetivamente uma parcela de seu valor. Dessa forma, são as relações e sentidos criados em torno de um nome que contribuem para estipular a crença no valor da grife, na sua autoridade e prestígio social.

Percebe-se então, que é na raridade do produtor, ou seja, da posição que ele ocupa no campo de produção, que se auferirá a raridade do produto portador da grife. É através da "fé na magia da assinatura" que se explica as diferenças de valor entre as réplicas assinadas, ou autorizadas, pelo criador e as cópias ou falsificações. No valor da assinatura está imbuída a percepção da raridade do criador. Essa raridade só é conferida aos que possuem o prestígio, o

carisma e o reconhecimento nos campos de produção e consumo da moda, sendo seu capital simbólico continuamente trabalhado e mantido, pois é dele que depende o valor que se atribui aos objetos criados.

Assim, este trabalho busca constatar a importância dos elementos que são utilizados no processo de conferir prestígio à grife Gesoni Pawlick no campo de produção de moda em Santa Catarina, trazendo à tona a experiência profissional e de vida de um dos nomes do mercado de luxo no Brasil. Os elementos que compõe a história pessoal e profissional, permitem a análise da constituição dos diferenciais que levam ao sucesso financeiro e ao reconhecimento social numa indústria altamente competitiva. Para tanto, como fonte de pesquisa optou-se pela história oral[1], considerando que as vivências são ricas fontes para a história e trazem à vida um passado muitas vezes percebido como morto. Meihy (1998) afirma que existem diferentes formas narrativas na história oral de vida. Assim, o estilo chamado "narrativa de vida pública" foi identificado como característico do sujeito histórico aqui abordado. É característico deste estilo uma narrativa marcada por factualismos e pouca introspecção, pois há uma imagem pública que deve ser preservada ou construída, sendo que a vivência privada aparece para ilustrar aspectos da pública.

As grifes criam um universo cultural em seu torno, permitindo uma aproximação afetiva maior com seus consumidores. Nesse universo cultural, geralmente o ideal de poder e realização pessoal, nas suas mais variadas formas e discursos, transitam, permitindo que, por associação, quem usa a grife discurse esse mesmo poder e essa mesma realização pessoal. Neste sentido, milhões são gastos para demonstrar o prestígio da grife e do criador, sendo o dispêndio um dispositivo diferenciador não só das marcas, mas do consumo de luxo, ou seja, não se economiza na produção, pois ninguém irá economizar na compra.

Desta forma, segundo Lipovetsky,

> *o luxo sempre foi resignificado conforme os valores das diferentes épocas, mas esteve sempre associado ao prestígio, ao reconhecimento social do desapego aos bens materiais. A valorização de uma prática de dissipação, onde o supérfluo consumido é significado para além da sua materialidade: é o esbanjar desmedido num dizer de si para o mundo, num discurso social que privilegia a idéia de transcender a simples materialidade (LIPOVETSKY, 2005:16).*

Apesar das estéticas serem copiadas, a grife aurifica quem a usa na medida que seu nome participa de uma cultura de valorização da personalização e do poder dito criador.

[1] PAWLICK, Gesoni. Entrevistas. Realizadas em 07/06/2005 e 19/09/2005.

Então, o que se observa é que, mais do que a simples existência de um poder criador, a grife atinge o reconhecimento ou prestígio social, através de diferentes políticas não só de mercado, mas culturais. Desta forma, podemos perceber que na atualidade, o preço, a imagem, a história, a aura de sonho e criação e uma cultura de consumo que trabalha a afetividade junto ao objeto, coadunam-se para forjar uma marca de prestígio, gerindo simbolismos que ganham sentido e força junto a sociedade atual, onde os indivíduos buscam, na moda, meios de diferenciação e pertencimento, reconhecimento e prestígio. A grife, quando possui prestígio reconhecido, empresta parte de seu universo simbólico, aos seus consumidores. Assim, vestir a grife é revestir-se de sentidos que extrapolam a história individual, permitindo uma resignificação do indivíduo pela marca e todos os simbolismos culturais que ela abarca. Isto só é possível através do poder de consagrar do qual o criador e a grife se revestem, um poder diretamente relacionado ao maior ou menor capital simbólico que eles possuem.

A história de Gesoni Pawlick teve início em 26 de maio de 1946, quando nasceu na cidade de Anitápolis, em Santa Catarina. Filho mais novo entre os seis do senhor Estanislau Wadislaw Pawlick, polonês, e da senhora Olindina Pawlick, brasileira e, como Gesoni faz questão de enfatizar, mulata. Ambos trabalhavam na agricultura. "Eu trabalhava na lavoura lá, na roça de cenoura e repolho" (GESONI, 19/09/2005). Ele tinha o sonho de vir para a capital para conhecer o mar. E foi este o motivo que, segundo afirma, o fez se deslocar na carroceria de um caminhão com destino ao futuro em Florianópolis. O passado humilde é, nos discursos de Gesoni, lição de vida, construção, motivação para ser o que é. Assim, orgulha-se de trazer em seu currículo a experiência dos mais variados tipos de trabalho: empregou-se em padarias, vendeu picolé, pipoca, guloseimas em circos que chegavam na cidade e trabalhou em cobranças.

Nos anos 1970, tornou-se funcionário do Bazar São Paulo, na época uma respeitável importadora no centro de Florianópolis, que se destacava no comércio de calças jeans, coqueluche da juventude daquele momento, fornecendo, entre outras, as marcas Levi's e Lee. Foi trabalhando com a venda de jeans que Gesoni teve contato com a costura: "Eu vendia as calças e apertava as calças e fui indo, fui indo... e fui aprendendo assim... sou autodidata. Não aprendi com ninguém" (GESONI, 19/09/2005). É possível perceber, no discurso de Gesoni, a afirmação constante da importância das origens humildes, da luta pela afirmação profissional através da busca individual, pelo esforço e, mesmo, pelo amor à esposa. Foi a experiência pessoal que forjou, segundo afirma, o profissional que é hoje. Suas origens e seu passado são divulgados com a maior naturalidade, tecendo em torno do costureiro a aura de criador que se "auto-criou". Isso ganha ainda mais importância num estado como Santa Catarina, cujas

famílias mais ricas e tradicionais vieram, em sua maioria, de lares humildes de imigrantes que "deram certo". Um Estado cujos discursos históricos caracterizam um povo trabalhador que enriqueceu não só com as forças das próprias mãos, mas com a valorização do espírito empreendedor.

Ao contrário da infância pobre, hoje pode se dar ao luxo de viajar e consumir arte. Assim, adquire quadros de artistas que se destacam no cenário nacional, além de viajar para outros países em busca de peças antigas. Dessa forma, no contraponto à origem humilde, o gosto pela arte e por antiguidades - que transparece na afirmação "sou louco, louco por antiguidade, louco" (GESONI, 19/09/2005) -, que decoram sua casa e atelier, atestam o carisma, e parte da raridade, desse espírito obstinado. Essa "raridade" e esse "carisma" participam do capital simbólico da grife, possibilitando que se perceba que as aventuras e desventuras pessoais dos criadores são importantes na formação do seu capital de prestígio.

Gesoni começou fazendo vestidos para Marley, sua esposa e, depois de tomar gosto pela costura, conforme foi aumentando a qualidade da confecção desses vestidos, passou a chamar a atenção de outras pessoas de seu círculo social. Hoje, afirma que parte do sucesso de uma grife está no atendimento à cliente. O atendimento diferenciado cria um vínculo afetivo com a clientela, então todas as clientes são atendidas pelo costureiro em pessoa, com hora marcada, estabelecendo uma relação pessoal que poderá atravessar anos e passar para as outras gerações familiares, garantindo clientela "de tradição" no atelier.

Os campos de produção: o atelier, a loja, o site e a revista.

Humilde, autodidata e persistente são alguns dos termos usados pelo costureiro em suas explanações de auto definição. Esses discursos, divulgados e reforçados na mídia impressa e virtual, permitem a visualização de parte dos elementos que compõe seu capital de prestígio. Começou, há 30 anos, na sala da própria casa e, a medida que foi crescendo profissionalmente, Gesoni passou a investir no atelier, que está localizado sobre o mesmo endereço onde ficava a antiga casa em que começou sua carreira à rua Irmãos Vieira, n. 46, Campinas, município de São José. O atelier é hoje um local de luxo, com ambientação clássica e sutis toques modernos, ostenta mármores, tecidos nobres, colunas, decoração antiga e obras de arte.

Trabalhando com agenda sempre apertada, muitas vezes não conseguia atender todas os clientes que o procuravam. Em virtude disso, abriu a Loja Gesoni Pawlick Store, onde os clientes encontram vestidos de festa, vestidos de noivas e ternos de qualidade. A Gesoni

Pawlick Store foi inaugurada em 13 de setembro de 2004, com um coquetel para convidados e a imprensa, acompanhado de um desfile da coleção primavera/verão 2005. Além das elites locais, clientes novas e antigas do atelier, Gesoni contou com a presença das celebridades nacionais Sheila Mello, Maryeva Oliveira, Solange Frazão e Thyrso, este último, na época, no auge do reconhecimento público por ser um ex-Big Brother Brasil. Percebe-se aqui, parte da dinâmica de construção do capital de prestígio, onde, por associação, nomes conhecidos ou importantes do cenário social, emprestam parte de seu prestígio ao balizarem o prestígio do outro. É, na verdade, um processo de troca que culmina na manutenção ou aumento do capital simbólico de ambas as partes.

Diversificando os espaços de atuação e divulgação do seu nome, Gesoni criou uma revista, chamada "Gesoni Pawlick Noivas", lançada em outubro de 2004. Essa revista tem como objetivo ser um ícone no segmento de assuntos referentes a casamentos e festas, atendendo não só as noivas, com matérias, dicas, endereços ou modelos de vestidos criados por Gesoni, mas todos os envolvidos em cerimoniais sociais. De edição semestral, permite ao costureiro divulgar seu trabalho, além da própria grife, no Brasil.

Além da mídia impressa, Gesoni também possui um site, onde fala dos eventos em que participa e faz divulgação do seu trabalho, da Store e do atelier. Também mantém imagens de criações suas e celebridades que participaram de seus desfiles ou foram por ele vestidos. Além dessas partes mais ligadas a divulgação explícita do nome, outros elementos mais sutis permitem "conhecer" o costureiro, com breves informações da família, e seu processo criativo, ajudando na caracterização da "raridade" desse criador.

Então, não é difícil perceber que a circulação do nome "Gesoni Pawlick" se faz necessária não só para o crescimento da marca, mas para a manutenção da mesma. Essa circulação é garantida visualmente, pela grandiosidade de seu atelier e Store, ou através de eventos dos quais o costureiro em pessoa participa ou dos nomes, reconhecidos nos meios sociais, que carregam sua marca nas etiquetas que os vestem. Além disso, dominando diferentes mídias, Gesoni não só participa mais ativamente do campo de produção de sentidos da moda em Santa Catarina, como tem o poder de, como já disse Bourdieu, mobilizar os agentes desse campo em seu favor, acrescendo de prestígio seu nome nesse processo.

O primeiro desfile: a grife e os espaços de legitimação do poder criador

A passarela é o espaço de legitimação do poder de uma grife. Desfilar suas criações é um privilégio de poucos, posto o investimento necessário, de tempo e dinheiro, para 15 minutos de passarela. Mas o investimento rende, quando tem bons resultados de crítica, mais do que dinheiro imediato através das vendas das criações, o reconhecimento social e a legitimidade, aumentando o poder da marca à medida que aumenta seu capital de prestígio.

Mesmo estando no campo da moda há 30 anos, Gesoni Pawlick ainda não havia colocado, oficialmente, uma coleção sua nas passarelas. Participou de desfiles para instituições de caridade e clubes, mas nunca fez coleções específicas para estas ocasiões. Assim, em 26 de agosto de 2005, Gesoni desfilou no Floripa Fashion, evento de moda em Florianópolis, 27 modelos inspirados no Dia Internacional da Mulher. Segundo ele, "toda moda de Santa Catarina se reúne neste momento, e eu quis estar presente"[2]. Seguindo os moldes da Alta Costura, Gesoni não tinha a intenção de vender as peças desfiladas, pretendendo guardá-las. Mostra assim que, ao contrário da maior parte dos participantes do Floripa Fashion, que levam para a passarela o que irão vender, participou do evento numa demonstração de seu "poder", ou seja, sua capacidade de mobilização, criação e produção. Isso acarreta um lucro simbólico que extrapola o valor monetário da venda das peças. É assim que a grife ganha reconhecimento: através do desperdício, do não lucro, em busca da autoridade do poder criador. Nas palavras de Bourdieu, "a lei do universo pretende que um investimento será tanto mais produtivo, do ponto de vista simbólico, quanto menos for declarado" (BOURDIEU, 2004:23).

Mas, além da óbvia importância do desfile para a marca, há outros elementos não tão óbvios que chamam a atenção da mídia especializada e do público em geral para a grife: um desses elementos é o corpo de modelos. A definição de quem desfila para a marca depende, também, do prestígio que esse agente possui no campo produtor. No caso específico do primeiro desfile de Gesoni Pawlick, nomes como o de Giane Albertoni e Carina Debuschi, trouxeram seu quinhão de prestígio para reforçar o poder da grife. A top Giane Albertoni, trouxe na bagagem desfiles para Versace, Valentino, Prada, Dolce e Gabanna, Armani e La Perla, e desfilou os trajes de entrada e final do desfile. Já Carina Beduschi, trouxe o prestígio que toda Miss Brasil possui durante o mandato. Foi com a top Giane que o costureiro entrou na passarela para receber os aplausos do público, num reforço de prestígio que se dá nos dois sentidos.

É através de desfiles, bem como dos nomes que desfilam, da aparência luxuosa do atelier ou da loja, da divulgação da grife através de mídia eletrônica ou revistas impressas

[2] Idem.

próprias, dos nomes colunáveis da clientela ou dos que circulam nos eventos comemorativos do atelier, dos convites para participar deste ou daquele evento, além da história pessoal do costureiro, que se constrói um capital com uma dimensão e significado simbólico e social muito maior para uma grife que a simples posse de fortuna material.

A aura que se cria e recria através do uso do capital de prestígio, garante a sobrevivência e o reconhecimento, a legitimidade enfim, do poder da marca na sociedade em que está inserida. É essa aura que é consumida quando um cliente compra a grife. Mais do que o modelo, é a materialização de um prestígio social, corporificado na marca, que leva os clientes ao atelier onde, através das peças compradas, emprestam doses parcimoniosas desse prestígio para exibi-lo socialmente. A posse da grife trará aos clientes o mesmo reconhecimento de que a marca se reveste junto aos agentes de seu campo de produção.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença.** São Paulo: Zouk, 2004.
GODOY, Ilma. R. de. **Aspectos da Moda Catarinense: estudo de caso José Galdino Lenzy.** TCC em Moda e Estilismo. Florianópolis: UDESC, 2004.
LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.
LIPOVETSKY, Gilles; ROUX, Elyette. **O luxo eterno:** da idade do sagrado ao tempo das marcas. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
MEIHY, José. C. S. B. **Manual de História Oral.** São Paulo: Loyola, 1998.
SILVEIRA, Balbinete. **Eventos de moda no Brasil.** TCC em Moda e Estilismo. Florianópolis: UDESC, 2002.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ciência, política e paixão: trajetórias de cientistas e a profissionalização da ciência no Brasil.

Ana Luce Girão Soares de Lima*

Resumo: Esta comunicação visa apresentar meu projeto de pesquisa sobre o processo de profissionalização e de institucionalização da ciência no Brasil a partir dos anos 30 do século XX. Esta pesquisa está sendo desenvolvida como uma tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Gostaria de discutir aqui seus aspectos metodológicos, principalmente ligados ao uso das fontes.
Palavras-chave: História da Ciência – Arquivos Pessoais – Trajetórias de Cientistas

Résumé: Le but de cette présentation c'est pouvoir débattre les aspects métodologiques de mon project de recherche, liés à l'emploie des sources historiques répresentées par les archives personels des scientistes. Cette recherche sur le proccès de professionalization et d'institutionnalization de la science au Brésil aprés les années 30 du XXème siècle se développe comme une thèse de doctorat au Programme de Pos Graduation en Histoire des Sciences et de la Santé de la Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Palavras-chave: Histoire de la Science – Archives Personnels – Biographies des savants.

O tema aqui abordado privilegia sua análise através da trajetória profissional de Carlos Chagas Filho, registrada em seu arquivo pessoal[1] e da história do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBCCF/UFRJ). A biografia deste cientista é marcada pela militância por uma política científica nacional institucionalizada através de órgãos de fomento e de incentivo, e de associações nacionais e internacionais. Sua ação visava o fortalecimento de uma comunidade científica voltada para a implantação de modelos de ciência comprometidos com as questões internas, ao mesmo tempo em constante comunicação com o desenvolvimento tecnológico no exterior.

O modelo institucional em que se construiu o Instituto de Biofísica representa uma grande inovação no sentido de introduzir a ciência experimental e a formação científica na então Universidade do Brasil[2], e uma inovação em termos tecnológicos e metodológicos, além ao estabelecer um novo tipo de relação entre a instituição universitária e a sociedade.

---

* Mestre em História Social pela UFRJ, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
[1] Arquivo Carlos Chagas Filho. Acervo do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
[2] Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro

A base efetiva de toda a carreira de Carlos Chagas Filho foi construída sobre as atividades realizadas no Instituto de Biofísica. Criado por ele em 1945, a partir do Laboratório de Física Biológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, o Instituto tem um papel de destaque nas transformações pelas quais passou o campo científico-acadêmico brasileiro a partir da segunda metade do século XX. O histórico deste Instituto confunde-se muitas vezes com a própria biografia de seu criador, refletindo a crescente valorização da ciência no Brasil e suas relações com o Estado e a sociedade. Ao adotar como linha de pesquisa do Instituto de Biofísica estudos sobre o curare e o peixe-elétrico, (*Electrophorus electricus)*, nativo da Amazônia, construiu um discurso de legitimação da ciência básica feita sobre o conhecimento nacional, do qual fez uso durante toda sua carreira, e que era fundamentado na importância de uma ciência nacional baseada no uso de técnicas avançadas em modelos autóctones.

Um ponto fundamental a ser investigado é o processo de recrutamento de cientistas e técnicos para fazer parte do Laboratório de Biofísica da Faculdade de Medicina, a partir de 1937. Houve uma grande preocupação por parte de Carlos Chagas Filho em formar uma equipe de professores experientes e capazes de exercer ao mesmo tempo a atividade docente e a orientação da pesquisa em suas áreas. Acrescente-se também o regime de tempo integral e dedicação exclusiva que podia ser adotado graças não só a criação do cargo de Técnico Especializado, mas à complementação salarial através do mecenato científico de Guilherme Guinle e às bolsas de pesquisa concedidas pela Fundação Rockfeller. Ao mesmo tempo, Chagas Filho procurou criar condições para que a primeira geração de jovens cientistas completasse sua formação do exterior e também de trazer grandes nomes para o Brasil, contando para isso com o auxílio da Fundação Rockfeller[3], do Conselho Britânico e do Serviço Cultural do Ministério das Relações Exteriores da França. Muitos dentre estes estudantes eram aproveitados no Instituto, enquanto outros faziam carreira no exterior.

A facilidade do financiamento via mecenato científico bem como as demais fontes já mencionadas garantia ao Instituto de Biofísica um enorme grau de autonomia administrativa e científica em relação aos demais institutos de pesquisa, cujo exemplo mais próximo era o do próprio Instituto Oswaldo Cruz[4]. Assim, tanto os cientistas quanto os

---

[3] A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, por iniciativa do milionário John D. Rockefeller, com o objetivo de implantar em vários países medidas sanitárias baseadas no modelo americano, com a prioridade de empreender o controle internacional da Febre Amarela e da Malária. A partir de 1916 estabeleceu-se no Brasil, onde permaneceu até 1942.

[4] Desde 1908 o IOC desfrutava de uma grande autonomia administrativa e financeira, já que estava aplicando a verba advinda da venda dos produtos que fabricava, bem como da exploração da patente da vacina contra o carbúnculo hemático (mais conhecida como "peste da manqueira") que era usado para melhorar a remuneração

estudantes tinham à sua disposição laboratórios bem aparelhados, comunicação constante com os centros de pesquisa estrangeiros, liberdade de pesquisa e um campo de trabalho em constante expansão. Sobre este aspecto destaco as palavras de Carlos Chagas Filho sobre a escolha do modelo institucional:

> *"Para poder pesquisar na universidade precisava eu de certa liberdade administrativa, o que a nova situação institucional me dava tirando parte do peso burocrático que existe em qualquer atividade ligada ao Estado. Com o instituto, podia me mover muito mais facilmente dentro da universidade. Além do mais, e possivelmente de maneira primordial, teria eu independência par dirigir-me às fontes doadoras de recursos, tais como o Congresso Nacional, as fundações estrangeiras, ministérios e personalidades de visão." (CHAGAS FILHO, 2000: 99 - 100).*

O Instituto de Biofísica foi o resultado de uma visão de ciência ainda pouco conhecida e praticada no Brasil quando de sua fundação. Por isso a análise de sua evolução institucional pode ser considerada como um modelo de profissionalização da ciência no Brasil, articulada à trajetória científica de Carlos Chagas Filho, seu maior idealizador.

Em *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira* (1976), Nancy Stepan analisa o desenvolvimento científico em países na América Latina usando a idéia de sucesso na ciência, ao mesmo tempo em que aponta os fatores que possibilitaram a reprodução institucional do IOC ainda em condições sociais, econômicas e políticas desfavoráveis. Entre estes se destacam (a) criação de um sistema de pesquisa científica nacional capaz de produzir as técnicas e tecnologias a serem utilizadas na pesquisa básica, adotando uma agenda de pesquisa que atenda às necessidades nacionais de desenvolvimento; (b) a formação de uma comunidade científica que seja produtora e consumidora do conhecimento, estabelecendo um fluxo constante entre ciência básica e aplicada e tecnologias; (c) Investimento estatal importante, com incentivo para a criação e a reprodução de sólidas instituições científicas, capaz de suprir a ausência ou escassez de investimentos por parte da indústria; (d) Ciência nacional comprometida com o desenvolvimento social e econômico. (STEPAN, 1976: cap. 8)

Embora exposto aqui de forma um tanto esquemática, este sistema, se adaptado às condições de criação e desenvolvimento do Instituto de Biofísica suscita questões importantes a serem problematizadas nesta pesquisa. A primeira delas consiste em situar a gênese desta disciplina no contexto das demais ciências biomédicas voltadas para o estudo das doenças tropicais, buscando responder à pergunta sobre quais as alternativas de inovação a biofísica

---

dos pesquisadores. A partir de 1938, no entanto, a Reforma Capanema transferia o IOC para a esfera administrativa do Departamento Nacional de Saúde, vinculando todo o seu orçamento às dotações do Tesouro e proibindo a fabricação de produtos de uso veterinário. (BENCHIMOL, 1990: 66 - 67)

poderia apresentar ao seu desenvolvimento. Esta questão envolve ainda o acesso a novas tecnologias e a adoção de métodos recém desenvolvidos nos centros de pesquisa europeus e norte-americanos freqüentados por Carlos Chagas Filho em suas viagens de estudos, quando também fazia contatos com pesquisadores em busca de intercâmbio. Isso também significou um reposicionamento não só da Biofísica, mas da Biologia como um todo, de ciência auxiliar da medicina para uma fonte importante de produção de novos conhecimentos. Se no período que vai até 1945 essa realidade começa a ser vislumbrada, a fase subseqüente é a de consagração das ciências biológicas. Como afirma Gaudillière,

> *"Du fait de cette visibilité des thérapies chimiques on peut voir dans la reconfiguration des images de la santé et de la maladie qui domine l'après-guerre um processus de molécularisation des sciences de la vie et de la maladie. (...) C'est-à-dire à l'émergence des pratiques qui privilégient la réduction des paramètres de la maladie aux niveaux dits fondamentaux : ceux de la cellule, des molécules et des macromolecules. » (GAUDILLIÈRE, 2002: 13)*

Podemos afirmar que as pesquisas desenvolvidas por Hertha Mayer no Laboratório de Cultura de Tecidos, onde esta cientista procurava desvendar os mecanismos de reprodução do *Trypanossoma cruzi* e do *Plamodium gallinaceum*[5]em cultura de tecidos representavam alternativas importantes para o estudo das doenças tropicais fora do campo da protozoologia[6], como era feito até então.

Por outro lado, a análise do modelo e do lugar institucional ocupado pela Biofísica nos leva ao questionamento a respeito da forma como ele se inseria no debate nacional sobre as bases do sistema universitário tal como concebido em primeiro lugar pela Reforma Campos de 1931, e posteriormente pela Reforma Capanema de 1938, bem como da elaboração de uma política científica nacional de incentivo e financiamento à pesquisa. Aqui uma coloca-se também uma importante interface da pesquisa sobre a história institucional e a análise da trajetória de Carlos Chagas Filho: consiste na problematização sobre o tipo de

---

[5] Respectivamente os agentes etiológicos da Doença de Chagas (ou tripanossomíase americana) em seres humanos e da malária experimental em galinhas.

[6] Desde 1909 com a descoberta da Doença de Chagas, a protozoologia vinha se estabelecendo como um importante campo de pesquisas no IOC, sendo responsável não só pelo grande número de pesquisadores brasileiros envolvidos, mas também pela construção de um Hospital para estudos (O Hospital Oswaldo Cruz que com a morte de Evandro Chagas foi rebatizado com o nome deste cientista) mas também, como descreve Benchimol, pela vinda de protozoologistas estrangeiros como

"Stanilsas von Prowasek, discípulo de Schaudinn, e G. Giemsa, um químico que desenvolvera um novo processo para o exame de hematozoários por meio de colorantes. (...) Em maio de 1909 outro protozoologista alemão veio ao instituto por seis meses também: o Dr. Max Hartmann, do Instituto de Moléstias Infecciosas de Berlim." (BENCHIMOL, 1990: 45- 46

formação científica que recebeu, bem com a sua formação católica, gerando identidades e posicionamentos que se referem diretamente a este debate. A questão assume ainda vários aspectos referentes à autonomia, à liberdade de pesquisa e ao acesso a formas alternativas de financiamento, e ao mesmo tempo a reivindicação de maior atenção por parte do Estado à organização institucional da pesquisa.

As estratégias adotadas para o recrutamento e a formação dos pesquisadores neste campo indicam uma clara intenção de formar uma comunidade científica voltada para a resolução dos problemas nacionais e atualizada em relação à comunidade científica internacional. Além disso, a forma de organização do trabalho nos diversos laboratórios, centralizada na bioeletrogênese, propiciava o desenvolvimento de linhas de pesquisa multidisciplinares, no que era favorecido por uma das características definidoras da biofísica, segundo Chagas Filho:

> *"A biofísica deve ser definida como uma disciplina conjuncional que dá o baseamento às demais disciplinas biológicas e estabelece entre elas laços de compreensão e de interpenetração, situando-se assim distante do conceito primitivo que admitia ser ela, no máximo, o estudo das aplicações dos conhecimentos e da tecnologia da física, dissociada da análise do fenômeno biológico, fundamento do ser humano." (CHAGAS FILHO, 2000: 123)*

A trajetória de Carlos Chagas Filho revela assim, que sua a posição de liderança no Instituto de Biofísica, exercida muitas vezes estando geograficamente distante desta instituição, conferiu-lhe uma enorme destaque no cenário científico internacional. É marcante a observação de que a análise da trajetória do Instituto de Biofísica está profundamente associada à sua trajetória científica. O cientista foi testemunha e ator do processo de implantação da política científica por parte do Estado, desde a criação e o desenvolvimento das universidades brasileiras, durante o primeiro período Vargas, passando pela redemocratização e o período do pós-guerra, quando a ciência passou a figurar como fator importante para a superação da condição de subdesenvolvimento que o Brasil ocupava no cenário internacional. Mais do que isso, ocupou posições chave e vivenciou em sua experiência profissional a transição do modelo de profissionalização e financiamento da ciência, implantado após a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Por outro lado, o desenvolvimento institucional da Biofísica é um marco fundamental no processo de profissionalização e de institucionalização da ciência no Brasil que se iniciara na primeira década do século XX quando o Instituto Oswaldo Cruz foi capaz de implantar eficazmente uma agenda de pesquisas na área biomédica perfeitamente adaptada

à resolução não apenas das crises sanitárias momentâneas, mas das grandes questões sanitárias do país. Este processo passou a ter um forte impulso a partir da década de 30, quando se assistiu à multiplicação das instituições de ensino superior, num claro movimento de formação de recursos humanos e de construção de uma infra-estrutura que propiciasse um maior desenvolvimento científico do país. As mudanças sociais e políticas operadas após a Revolução de 30 instauraram uma nova relação entre os intelectuais e o Estado, que buscava a modernização da sociedade brasileira. Um dos primeiros atos do governo provisório de Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, ainda em 1930.

O projeto modernizador do Estado encontrou na criação do MESP sua interface mais voltada para sociedade brasileira no que diz respeito à política cultural, reforma do ensino, e nas ações de saúde pública. Foi também responsável por uma inédita aproximação entre intelectuais e poder. A elite intelectual brasileira cooptada pelo Ministério Capanema acreditava firmemente na necessidade de intervenção estatal para a superação dos entraves que mantinham o Brasil ainda amarrado ao século XIX. Vários deles já estavam, duas décadas antes, engajados em projetos regionais de reforma no campo da saúde e da educação, e essas experiências apontavam para a necessidade da expansão de uma política em nível nacional. Bonemy explica a expectativa dos intelectuais, cientistas, artistas e médicos sanitaristas em relação ao Estado da seguinte forma:

> *"Educação, ciência e cultura de uma nação à espera de um Estado que as resgatasse em benéfico de todos, que as garantisse como patrimônio social. Assim a construção da sociedade estava pendente da idéia de construção de um Estado que a incorporasse e que sustentasse seu vôo em áreas e espaços fundamentais de convivência social." (BOMENY, 2000: 19)*

Algumas das propostas gestadas durante o governo provisório só iriam se institucionalizar após a reforma ministerial implementada em janeiro de 1937. Segundo a lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937 o Ministério da Educação e Saúde Pública passou a se chamar Ministério de Educação e Saúde (MES) e instituiu, entre outros atos, a Universidade do Brasil, como uma junção da Universidade do Rio de Janeiro com a Universidade Técnica Federal.

A instituição que primeiro reuniu as características preconizadas quando da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública foi a Universidade de São Paulo, criada em 1934 pelo governo deste estado. Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal, que deveria seguir modelo semelhante ao da USP: articular pesquisa e ensino; manter seu quadro docente em regime de horário integral e de dedicação exclusiva; ser uma instituição

aberta à sociedade, com cursos de extensão, entre outras características. A nova orientação política do Estado Novo e o centralismo autoritário de Gustavo Capanema, no entanto, sufocaram a existência da UDF. Em 1939 a Universidade do Brasil encampou seus cursos, depois de ter formando uma única turma (1937).

Embora destinada apenas à educação das elites e ainda profundamente à mercê de uma orientação política mais ou menos centralizadora, é inegável que a universidade tal como projetada durante a década de 30 representa um grande avanço ao desenvolvimento do pensamento científico no Brasil. Fernando de Azevedo (1994) ao analisar o período partindo dos dois surtos industriais ocasionados pelas duas guerras mundiais, afirma que:

> *"com a criação das universidades (...) se acentua a tendência à associação do ensino e da pesquisa e se processa uma penetração crescente do espírito e dos métodos científicos em vários domínios de estudos, desenvolve-se um movimento importante e realmente fecundo, de estímulo, organização e coordenação dessas atividades, quer pelas numerosas associações constituídas de especialistas, que por agremiações, de âmbito mais largo, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, quer ainda pelas iniciativas do Conselho Nacional de Pesquisas. É uma época que se inaugura de inquietação intelectual, de penetração, difusão e organização do pensamento científico, com que se abrem à cultura no país novas direções e as mais amplas perspectivas." (AZEVEDO, 1994: 41)*

Embora esta passagem esteja marcada por uma visão extremamente otimista, o autor em seguida ressalta as dificuldades e desafios a vencer para o desenvolvimento científico.

Pode-se afirmar que Carlos Chagas Filho era um cientista e um intelectual profundamente afinado com este modelo, e que, diante da ausência de instituições formais de financiamento, do baixo desenvolvimento tecnológico do país e da escassez de pesquisadores treinados nos métodos e nos instrumentais da biofísica, possuía uma incrível habilidade para buscar soluções criativas para tais obstáculos. Gozava de ampla liberdade de tramitação nos meios políticos e sociais mais influentes de então, onde procurava obter as condições econômicas, institucionais e infra-estruturais que lhe permitissem implantar seu projeto científico que rapidamente despontaria como um centro de pesquisa de excelência no país e no exterior. Para tanto era fundamental dispor de um forte capital científico, que soube construir com maestria, e que em nada deixava a dever à tradição que herdara de seu pai.

Neste sentido, considero fundamental o estudo do caso representado pela articulação entre a sua trajetória científica e a história institucional da Biofísica para

estabelecer em que parâmetros se deu o processo de profissionalização da ciência no Brasil no século XX.

Bibliografia:

BENCHIMOL, Jayme L.1990 (org.). **Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque.** Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz.

BOMENY, Helena 2001(org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro, Ed. FGV.**

CHAGAS FILHO, Carlos (2000). **Um aprendiz da ciência**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira.

FÁVERO, Mª de Lourdes. (1980) **Universidade & Poder: análise crítica/fundamento históricos: 1930-45.** Rio de Janeiro, Achiamé.

FERREIRA, Marieta de Moraes (1998). Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (10:1998: Rio de Janeiro, RJ) **Oral history challenges for the 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference**/Eds. Ilana Strozemberg… [et. al]. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV/Casa de Oswaldo Cruz, 1998. v.1. p. 378-386

FRAIZ, Priscila (1998). A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998. p. 59-87.

GÓES FILHO, Paulo (1997). **O Brasil no Biotério: o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e um jeito brasileiro de fazer ciência.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ. Rio de Janeiro. mimeo.

MARIANI, Mª Clara. (1982) O Instituto de Biofísica da UFRJ. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.) **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro,** Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pp.196-208

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (2003*)*. **Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP. SP, mimeo.

STEPAN, Nancy. (1976). **Gênese e Evolução da Ciência Brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica**. Rio de Janeiro, Artenova.

VELHO, Gilberto. **Ciências Sociais e Biografia Individual .** Aula inaugural do curso de graduação em Ciências Sociais do CPDOC da Fundação Getulio Vargas, em 6 de março de 2006.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Famílias itinerantes. Leituras transversais da viagem

Nileide Souza Dourado[1]*

Resumo: O presente estudo privilegia os relatos orais, histórias e memórias das famílias itinerantes, lembranças, o cotidiano e as representações pelas estradas rumo a Poxoréu - Mato Grosso, na primeira metade do século XX. A montagem do mosaico dessas histórias possibilita leituras transversais de cenários vividos pelas famílias nos caminhos da viagem. Os grupos de familiares revelam o todo dia pelas estradas, o despertar, a fadiga, o peso da vida e as dificuldades de viver a trajetória. Enfim, trata-se de memória dos gestos banais, dos lugares, das comidas, dos corpos e dos prazeres pelos caminhos da viagem.
Palavras-Chave: FAMÍLIA – MEMÓRIA – TRAJETÓRIA

Abstract: The present study privileges the verbal stories, histories and memory of the itinerant families, the memories, daily and the representations of the trip for the roads route the Poxoréu - Mato Grosso, in the first half of century XX. The assembly of the mosaic of that histories allow reading transversal of scenes lively by families on the roads from trip. The relatives reveals the whole thing day by roads, the awakening, the fatigue, the weight from life and the difficulties of living the trajectory. After all , treated of memory from the banal gestures, from the places, from the foods, from the bodies and from the pleasures bristles roads from trip.
Keywords: FAMILY - MEMORY - TRAJECTORY

O ponto de partida desse tema é resultante do quadro de reflexões apresentadas na dissertação de mestrado, cujo estudo enseja pensar um novo enfoque para a história dos deslocamentos populacionais, centrados nas versões de pessoas comuns, que apontam uma outra compreensão dos caminhos, das experiências, dos trechos fragmentários, do cotidiano, e dos elementos de socialização deles decorrentes.

Nessa perspectiva, o trabalho passeia também pela memória, lembranças e o cotidiano das famílias itinerantes, seus registros e representações sobre a viagem, ocorrida na primeira metade do século XX, onde grupos, pessoas e famílias de vários cantos do Brasil buscam pôr Mato Grosso, onde o ponto de interesse é Poxoréu.

A cidade de Poxoréu fica situada na região Sudeste de Mato Grosso, a 290 km de Cuiabá, tem como atividade econômica a agricultura, a pecuária, a seringueira, o extrativismo mineral (diamantes) e o turismo ecológico. Seu nome tem raiz indígena (*Pó* = água, rio +

[1] * Mestre – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

txoréu/tsereu = preto = rio preto) e está também associado à tribo Bororo, habitantes da região.

A Arte de (re) lembrar a viagem

Das lembranças pela busca dos novos espaços, a caravana de famílias, grupos e pessoas partiram com a finalidade de encontrar a terra capaz de oferecer oportunidade para todos aqueles que guardavam expectativa de dar um passo além dos limites conhecidos. Desse modo, migraram, atravessaram fronteiras, trazendo em seu bojo sonhos, perdas, experiências, realizações e conflitos de alteridade, e mais, muitas expectativas para colonizar a terra – o lugar.

A motivação para o deslocamento dos grupos de familiares pode ser compreendida, também, através das notícias, folhetins que chegavam pelos sertões brasileiros com informações sobre as chuvas, águas e terras de Mato Grosso, aspectos esses, provocadores de mudanças, de sonhos e de reflexões entre seca e água. Tanto é significativo que relatam essa passagem da seguinte maneira:

> *[...] tínhamos notícias muito boa daqui, que chovia muito, e lá estava uma seca tremenda, inclusive toda a nossa plantação morria tudo, não colhíamos nada, e aí meu pai ficou nervoso e resolveu vir para o Mato Grosso [...].*

Das leituras transversais da viagem, foi possível conhecer a história de algumas famílias itinerantes, onde revelam a saída de diferentes lugares, as trajetórias percorridas, à solidariedade dos companheiros de viagem e ainda, os relatos sobre as dificuldades e sonhos pelos caminhos da viagem rumo a Mato Grosso.

Depreende-se que em cada parada pelas estradas, havia um hábito silencioso e repetitivo de tarefas, contam às famílias que:

> *[...] paravam perto de água, riachos onde ficavam uns três ou quatro dias para lavar as roupas e prepararem as comidas. Muitos dormiam às vezes no tempo, pois não chovia e era na seca, ou então armavam à lona, faziam as camas e todos dormiam aquecidos pelas fogueiras [...].*

Através dos espaços solitários e improvisados, a rotina doméstica era de responsabilidade dos pais desde o preparo da alimentação do grupo, *geralmente composta de carne-de-sol, farinha e, algumas vezes, de feijão e rapadura,* como*,* ainda*, o c*uidado do material de cozinha, dos utensílios como as *vasilhas: pratos, colheres, panelas e latas,* essas últimas utilizadas para guardar alimentos prontos, para o consumo no dia seguinte. Alguns desses objetos eram de uso comum.

Por outro lado, havia, ainda, uma preocupação com a harmonia da família junto aos parceiros da viagem, bem como, o tratamento entre as pessoas, o cotidiano e a demarcação do tempo, ou seja, o tempo das andanças, das comidas, das fadigas e das festas.

A rememoração do passado das famílias em caravanas pelas estradas, ajuda entender a construção social dos grupos nos diversos lugares, em diversos caminhos e, também, nos longos desvios, ou seja, as famílias se constituíam como aliança entre grupos.

Na verdade, o narrador constrói sua identidade à medida que narra sua história e, em suas narrativas são constantes as referências ao núcleo familiar. Até porque, a memória familiar está ligada ao cotidiano vivido nas estradas, junto à casa deixada, os filhos, à igreja, à vizinhança, enfim, muitos preocupavam com a constituição e continuação de suas famílias.

Uma das preocupações dos familiares pelo sertão era com o casamento das *filhas,* pois as relações com os demais grupos, refletiam a busca pela segurança, o sustento e a proteção. Isso porque, grande parte dos namoros e casamentos era regida pela família. Nessas experiências vivenciadas e lembradas pode ser observado que os papéis dos personagens eram definidos pelos costumes, marcas dos lugares a cada um dos sexos nos espaços em que estabeleciam relações.

D. Esmeraldina [Relato... 23 ago. 2001] conta que teve *uma proposta de um rico casamento numa fazenda no estado de Goiás no decorrer da viagem.* Porém, seu pai, o chefe da família, acabou não concordando e, procurou manter a família unida e dar prosseguimento à viagem em busca do lugar sonhado para a construção da morada.

As lembranças aqui arroladas fazem parte das múltiplas formas de viagem, destacando que era comum, principalmente entres os baianos, a partida em grandes grupos, em caravanas[2], que se reuniram para atravessar longos caminhos, diversos desvios; outros relatam que vieram em grupos menores, compostos de solteiros, intitulados escoteiros; outros se deslocaram apenas com a família; e existem ainda aqueles que viajaram sozinhos.

Na busca *do lugar*, as famílias mudavam-se tendo como meio de transporte o lombo de burro ou de cavalo, a boléia ou carroceria de caminhão (pau-de-arara) e a plataforma dos barcos, além daqueles que revelaram ter vindo a pé.

---

[2] *Segundo a memória dos narradores, caravana é entendida como um encontro de pessoas que estabelecem relações socializantes em espaço e tempo históricos comuns e cujos integrantes introduzem nesse lugar social um comportamento prático, cotidiano, mediante o qual se ajustam ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro. Nesse sentido, caravana aqui refere-se ao deslocamento de grupos, famílias, pessoas que estavam abertos a ouvir, ler, receber, aceitar informações, histórias, notícias, propagandas de que haveria um outro lugar, dos sonhos, onde todas as carências seriam sanadas.*

Fig.01(Itinerantes e o pau-de-arara)

Ao rememorar suas histórias, as famílias itinerantes revelam aspectos interessantes, significativos, vivenciados pelos caminhos da viagem, o que possibilitou aos migrantes narradores descobrirem uma vida sem contornos, de coisas novas, experiências às vezes excluídas do seu cotidiano. D.Nena, revela as experiências de sua família pelas estradas, a partir das descobertas e pelo uso de coisas novas:

> *[...] Na minha trajetória de Guiratinga para Poxoréu, eu fui montada numa mula. Foi a primeira vez que eu vesti roupa de homem na vida. Era uma calça, uma camisa muito bonita, um lenço e um chapéu. Essa roupa eu ganhei do meu cunhado, mas era roupa que ele nunca tinha vestido uma camisa muito bonita, chapéu e um lenço vermelho (Dourado Relato... 29 set. 2002).*

Dos argumentos de Walter Benjamim (1985) depreende-se que as histórias que essas pessoas construíram trazem as experiências do vivido, da sabedoria tecida na substância viva da existência.

Outra lembrança é a de Jurandir da Cruz Xavier, que rememora sobre outras formas e trajetórias para a chegada a Poxoréu quando conta que:

> *Havia grupos de itinerantes que subia o rio São Francisco de vapor até Santa Maria da Vitória, mais ou menos aí eles pegavam o trem. Chegando na Barra do Pirai, faziam outra baldeação e vinham até Campo Grande, de trem. Aí, pegavam o caminhão e chegavam até Porto Esperança e daí pegava a embarcação para Corumbá, depois, pegavam uma chalana e chegavam a Cuiabá (Relato... 22 ago. 2001).*

Ainda, sobre os espaços (re) lembrados encontra-se na narrativa do Sr. Pedro Gomes da Rosa, o *Baianinho*, para quem o deslocamento de sua família foi motivado pela vida difícil no Nordeste.

Fig.02(O trato dos animais pelas estradas)

Relata a trajetória da sua família, quase um ano nessa jornada, pelas dificuldades e crises:

> [...] *Minha avó vendeu a sua casinha de telha, ela era viúva e tinha 30 cabeças de cabrito. Ela deu essas 30 cabeças de cabrito em troca de uma jeguinha com cangalha [...] Ficamos sabendo sobre o Mato Grosso porque tínhamos um parente aqui em Poxoréu e recebíamos algumas cartas de amigos que tinham vindo para cá* [...] (Relato... 23 ago. 2002).

A jornada de Pedro e de sua família nas estradas, em caminhos e descaminhos, é vista como um desafio, como promessa de dias melhores em outras passagens. Sua fala é impregnada de significados quando busca pela harmonia, que pode ser compreendida, também, como uma harmonia edênica.

Vale ressaltar que na organização dessas viagens, era fundamental contar com as tropas de burro/jumento que garantiam a estrutura do trajeto, pois, além de ser um animal resistente adequava-se às condições da viagem. Por outro lado, possui função simbólica para o nordestino, de modo que, como signo de identidade, não poderia ficar fora dessa aventura.

Dessa maneira, a representação simbólica do burro/jumento para o imaginário humano remonta a tempos imemoriais. É o animal que conduz ao triunfo. Aludindo ao imaginário judaico-cristão, o jumento é coadjuvante em várias passagens bíblicas, tanto no Novo quanto no Velho Testamento.

Com relação a tal representação, o jumento apresenta-se como uma possibilidade de conceber, conhecer e comunicar-se com esse universo sagrado, que é muito forte e presente no imaginário da humanidade, uma vez que o sentido aparece sempre como uma fonte de algo novo, de vida nova, e por outro lado assegura sua continuação. Isso porque, segundo Falcon (2000, p. 42), "as representações sociais (ou imaginário coletivo) são freqüentemente expressas (ou mesmo materializadas) através de signos, sinais, emblemas e símbolos". Assim, o jumento é, para os nordestinos, um signo, uma representação.

Outro assunto relevante e rememorado pelas famílias itinerantes refere-se à representação que se faz da terra. Para os colonos itinerantes, ela não é vista apenas como fator de produção, como mercadoria, capital e enquanto valor de troca; para eles, a terra é carregada de outras significações, vista como céu, como lugar de morada, lugar para criação dos filhos, enfim *o lugar da gente.* É o que se pode conferir na fala do Sr. Geraldo Paulino, que relata:

> [...] alguém veio aqui e voltou, a imagem era que aqui não faltava chuva e tinha terra em abundância e de fato era. Ninguém fazia conta de terra, e era de graça. Chegando já ia tomando conta, o governo dava esta oportunidade, em Dom Aquino foi a mesma coisa [...](Relato... 29 dez. 2002).

Mato Grosso, o *eldorado* apresentado à nação através dos seus inesgotáveis recursos físicos, minerais e geográficos, sustentou o projeto de vida e sonho de muitos homens e mulheres, na busca pelo *novo* lugar, de riqueza, espaço que garantiria uma boa sobrevivência, visto que suas terras eram bem-aventuradas.

Fig.03(A festa pelos caminhos da viagem)

O cotidiano desses colonos, entre caminhos e paragens, compõe um cruzamento de histórias, de fragmentos de histórias migrantes e suas trajetórias. Do discurso de cada narrador abre-se a possibilidade de refletirmos sobre a trama da vida comum, suas relações com as coisas, as mediações com os objetos e com o mundo dos lugares, dos caminhos e descaminhos e dos múltiplos tempos.

Por outro lado, as rotinas dos cotidianos têm levado pessoas a romper com os ritos sufocantes desse movimento, o que tem feito homens e mulheres partir e buscar, na viagem, o prenúncio de coisas novas, de paisagens diversas, onde cheiros e gostos nunca dantes provados lhes satisfaçam os sentidos. Segundo Certeau (1996, p. 31), "o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente".

No cotidiano da viagem não ficaram de lado os tempos das festas. A presença dos tocadores era a manifestação melodiosa das tradições dessa cultura popular. Dessa maneira, o

tempo é, talvez, dentre os aspectos de uma cultura, aquele que melhor caracteriza sua natureza. Portanto, o tempo dessa gente é a sua encarnação, está ligado ao comportamento do grupo, a sua consciência e às relações com as coisas. Pelos caminhos e descaminhos, D. Esmeraldina Sodré rememora essa multiplicidade temporal:

> *Lembro que nas paragens, quando era noite os tocadores iam até tarde, parecia até um baile, havia os jovens, tinha tudo que era de diversão como as violas, violões e sanfonas. Eles faziam muito côco, era assim um fala de uma mulher, o outro responde e bate em cima, é engraçado demais, agora não me chama muito atenção não. Mas meu pai não deixava nós sairmos, era dentro da toca mesmo, nós ficávamos só escutando, meu pai era muito ciumento (Relato... 23 ago. 2001).*

A viva memória, as lembranças sobre as diversas paragens, as festas nos lugares, que Halbwachs (1990) classifica como memória social ou memória histórica, encontram-se representadas pelas atividades culturais desenvolvidas pelo grupo ao longo dos caminhos da viagem.

As cantorias de jograis/recitadores acompanhadas de violas e sanfonas são manifestações que assumem a função de divertimento nas lembranças de D. Esmeraldina. Os itinerantes utilizam-se dessa rica tradição popular para as memórias deslizarem umas sobre as outras, fazendo, assim, com que tempo venha a parar.

Numa abordagem das mentalidades e da cultura, a festa traz diversos significados para os vários segmentos da sociedade. Significados de como se apropriaram do seu espaço, do que há de comum entre os grupos e também de tudo aquilo que funciona como força de integração social. Assim, as festas das caravanas da esperança tinham a função de fortalecer a identidade e a força de integração do grupo, amenizando, assim, as agruras da estrada.

. Os discursos e práticas desses homens e mulheres ganharam grande impulso e permitiram abrir trilhas renovadoras e desimpedidas de cadeias sistêmicas, ao criar possibilidades de articulação e inter-relação por ocasião de suas práticas culturais, ao descobrir "histórias não contadas, ainda que largamente recheadas de episódios", o que propicia a articulação das experiências e aspirações dos narradores, aos quais foram negados o lugar e a voz dentro do discurso histórico tradicional.

Fontes orais

DEPOENTES

ALENCAR, Geraldo Paulino de. **Geraldo Paulino de Alencar**: depoimento [23 ago. 2001]. Entrevistadora: Nileide Souza Dourado. Poxoréu-MT, 2001.

DOURADO. Clemência Silva. **Clemência Silva Dourado**: depoimento **[**10 jan. 2002]. Entrevistadora: Nileide Souza Dourado. Poxoréu-MT, 2002.

OLIVEIRA, Esmeraldina Sodré de. **Esmeraldina Sodré de Oliveira**: depoimento [23 ago. 2001]. Entrevistadora: Nileide Souza Dourado. Poxoréu-MT, 2001.

ROSA, Pedro Gomes da. **Pedro Gomes da Rosa**: depoimento [23 ago. 2002]. Entrevistadora: Nileide Souza Dourado. Poxoréu-MT, 2002.

XAVIER, Jurandir da Cruz. **Jurandir da Cruz Xavier**: depoimento [22 ago. 2001]. Entrevistadora: Nileide Souza Dourado. Poxoréu-MT, 2002.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, p. 41-79, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O *palimpsesto* na arquitetura e no urbanismo pelotense

Marlise Sanchotene de Aguiar[1] *

Resumo: Este é um estudo sobre a reapropriação (econômica e urbana) e a resignificação do espaço das antigas charqueadas pelas indústrias, bem como a sua integração com a malha urbana da cidade de Pelotas. Pretende-se resgatar o lugar, de valor simbólico e significado, e descobrir de que maneira o imaginário se expressou nos novos espaços que surgiram.
Palavras-Chave: charqueadas – lugar de memória - indústrias

Abstract: This is a study about the reappropriation (economic and urban) and resignification of the space of the old *charqueadas* by industries, and the integration of this space within the urban network of the city of Pelotas. It aims to rescue the memory of the place - in both symbolic value and significance - and to discover how the imaginary expressed itself in the new spaces that appeared.
Keywords: charqueadas – place's memory - industries

Introdução: O presente artigo faz é oriundo de uma proposta de dissertação que analisa o processo de transformação (reapropriação e resignificação) das antigas charqueadas em novas indústrias e as relações estabelecidas com o restante da malha urbana. A localização peculiar destes prédios foi o fator instigante para a realização desta pesquisa, uma vez que os demais estabelecimentos saladeiris que se localizam, por exemplo, no arroio Pelotas, mantiveram suas atividades até fecharem-se.

História: Segundo Glenda Pereira da Cruz, as condições favoráveis para produção do charque como a matéria prima, a demanda e a facilidade de acesso aos mercados e a mão de obra escrava, facilitaram o surgimento das charqueadas cuja ocupação se dava espalhada. Mais tarde, a crise da economia e da mão de obra levou os próprios charqueadores a pensarem em outras formas de investimentos. Os ramos explorados eram variados (sabão e velas, fiação e tecidos, calçados etc) e as charqueadas que ainda produziam, alimentavam de matérias-primas vários grandes curtumes, fábricas de preparação de couros e frigoríficos. Na administração de Cypriano Correa Barcellos (1912) o município de Pelotas era um dos mais ricos e influentes do Estado pela importância do seu comércio e da sua indústria. Aos poucos,

[1] Mestranda Arquiteta e Urbanista, PUCRS/CAPES

com a falência de algumas empresas, essas terras foram tendo os mais diferentes usos desde plantações até loteamentos para diversas rendas. Hoje existem grandes estruturas vazias das quais destacam-se o Frigorífico Anglo, o Laboratório Leivas Leite, a Cooperativa Sudeste de Carnes e o Engenho Pedro Osório (Imagem 01).

Imagem 01 Mapa margem esquerda Canal São Gonçalo Fonte: BPP. Mapa realizado com base nas medições judiciais e PMP/SeUrb.

Exemplares de Patrimônio Edificado: Os exemplares de patrimônio edificado foram selecionados de acordo com sua importância dentro do contexto. Cada um representa a exploração de um sistema de produção, ou seja, o Engenho Pedro Osório (Imagem 02) trabalhou a cultura do arroz enquanto que o Frigorífico Anglo (Imagem 03) a pecuária. Localizam-se em extremos opostos, facilitando assim a compreensão da delimitação do território e de todo processo.

Imagem 02 Engenho Pedro Osório.
Fonte: Marlise S. de Aguiar, 2005.

Imagem 03 Frigorífico Anglo.
Fonte: www.diariopopular.com.br/08_05_05/ag060501.html

Engenho Cel. Pedro Osório: A firma Pedro Osório & Cia, (dos sócios Pedro Luiz da Rocha Osório e Alberto R. Rosa) era proprietária de duas importantes charqueadas: a primeira em Pelotas e a segunda em Tupanciretã (município de Júlio de Castilhos) e de uma fábrica de sabão. Além disso, o Coronel Pedro Osório se interessava pela cultura do arroz, que realizava em cinco plantações. Sendo assim, instalou um grande engenho, perfeitamente aparelhado, cujo produto proporcionou uma fortuna considerável.

Frigorífico Anglo: Com o apoio do Governo do Estado, foi criado um frigorífico que, depois de passar por diversos proprietários, finalmente chegou às mãos da companhia inglesa. Em 1924, assume o nome Anglo S.A. Sabe-se que o fato de movimentar grande número de funcionários contribuiu pra ocupar e ordenar o Bairro da Balsa, já que os trabalhadores buscavam moradia próxima ao frigorífico. Eram migrantes da zona rural com baixíssimo padrão de vida, e que ocupavam uma área em péssimas condições sanitárias. As construções que ali se formavam eram de pouca qualidade e não respeitavam as novas diretrizes, mas nada impediu que isso acontecesse. A empresa funcionou por quase meio século até fechar, em 1991, quando foi vendida para pagar suas dívidas de banco.

Estes dois exemplos são resultantes de um processo que modificou a paisagem urbana e chegam a nós como presentificação do imaginário que formulava os elementos exigidos pela cidade moderna. As intervenções que sofreram no início da segunda metade do século XIX, diferente dos prédios da cidade que, sem nenhum pudor, ornamentaram-se com elementos clássicos, as moradas senhoriais da matança, receberam elementos da arquitetura urbana. Ao reaproveitar óculos, bandeiras e gradis reviveram, no neo-colonial, a arquitetura luso-brasileira.

A organização e distribuição dos espaços, por assim dizer, respeitava relações de poder e valores vigentes, criava um modelo idealizado, elegia e classificava os lugares de acordo com uma visão, na maior parte das vezes, tendenciosa e elitista. Neste espaço, ainda hoje transparecem evidências do traçado original. Seus valores encontram-se exatamente nos contrastes existentes entre o lugar da matança e o centro urbano que transitam do padecimento ao bom gosto, do romantismo ao classicismo, da escravidão à erudição. A propósito, a importância desta área dá-se também pela simbolização da passagem da mão-de-obra escrava para a assalariada, da manufatura para a indústria.

Enquanto que no Canal São Gonçalo, a maioria dos estabelecimentos transformou-se em indústria, as demais charqueadas mantiveram a linguagem luso-brasileira ou a reforçaram apresentando o neocolonial. Em meados do século XX, sobretudo, as sedes

localizadas no Arroio Pelotas passaram a ser moradias de verão e local de lazer e hoje se encontram tal e qual, abandonadas. Esta diferença divide a área da matança em dois territórios[2], apropriados e edificados com funções diferentes, que resultaram uma forma precisa. Ou seja, dois processos econômicos e sociais muito claros delineiam-se e transformam as condições particulares de existência.

Reflexões Teóricas:

Vale, portanto, estudar um pouco de Pierre Nora que disserta sobre os lugares de memória: se habitássemos nossa memória não teríamos necessidade de consagrá-los. Os lugares não existiriam porque não haveria memória transportada pela história. Desde que haja distanciamento, não estamos mais dentro da verdadeira memória, e sim da história. Segundo seus conceitos, esta área poderia ser tida como "lugar de memória" pois presentifica uma ausência, fazendo um elo até o presente. A memória é um fenômeno sempre atual enquanto que a história é uma representação quase sempre problemática do passado. A primeira instala a lembrança no sagrado, o que neste caso, também é a lembrança no profano (quando nos referimos ao sistema escravocrata), a segunda a liberta (quando consagra o período pelos benefícios que a salga trouxe, como o poderio econômico). Assim como Halbwachs, Pierre acredita que a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. Além de serem períodos distintos, os grupos possuíam funções sociais extremamente opostas. Sendo assim, se pudéssemos hoje questionar aqueles agentes, poderíamos constatar os diferentes pareceres sobre um mesmo tempo e espaço. Além do mais, mesmo que a memória se enraíze no concreto, no espaço, na imagem, não podemos desconsiderar as memórias individuais que a tornam suspeita pela história que tem como primeira reação, destruí-la. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos. Se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não teria tampouco necessidade de construí-los.

O objeto de que trato faz apelo a um registro da percepção e do conhecimento do mundo, algo da ordem da moral, dos valores e da ideologia. A arquitetura e o traçado de ruas são, sem dúvida, o registro físico deste lugar, mas também são modos de pensar, sem linguagem. Portanto, o espaço é portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação. Ora, a força de uma imagem se mede pelo seu poder de provocar

[2] A margem do canal constitui não só um espaço, mas um território, porque é apropriada pelo social, e incorpora a idéia de subjetividade.

uma reação, uma resposta. É, pois, na capacidade mobilizadora das imagens que se ancora a dimensão simbólica da arquitetura. Um monumento em si tem uma materialidade e uma historicidade de produção, sendo passível, portanto de datação e de classificação. O que interessa é a sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores que variam de acordo com cada cidadão. Como afirma Sandra Pesavento: "Entende-se por imaginário um sistema de sensibilidades, idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo." (PESAVENTO, 2002: 51)

E qual seria este imaginário coletivo que os pelotenses construíram para si? No tempo das charqueadas, valia a acumulação de capital, não importava método ou meio. E, de fato, muita riqueza se garantiu. Já com a transformação econômica, passam a valer novos princípios como a qualidade de vida, a higiene, a educação e a ordem. São discursos que bem representam os contrastes do imaginário coletivo e funcionam como índice social da valorização da cultura e do lazer. Evocam a memória e declinam o passado à sua maneira, migrando no tempo e no espaço. Servem também como acionadores de uma memória involuntária, basta se acrescentar os elementos não mais observáveis. Ao fazerem isso, as imagens e os discursos podem ser cada vez mais dotados de novos sentidos em função de conjunturas e composições locais diversas. O que antes era o meio de sobrevivência e, portanto, legítimo, agora passa a ser condenado e criticado pela sociedade pelotense. As representações do imaginário coletivo expressam as sensibilidades e as percepções das mudanças em curso e são capazes de resgatar e intuir certos traços eminentemente específicos de vivenciar o processo, mesmo que o momento induzisse uma lenta universalização na cultura. Isto é possível de identificar na adaptação do velho ao novo, que se utilizou da mesma estrutura, fazendo-se valer basicamente a mudança de uso e adaptações estritamente necessárias. Enquanto que em todo mundo se introduzia o uso do aço nas construções industriais, ali se adotava a concepção típica colonial, com referências da casa grande das fazendas, por exemplo.

O identitário sonhado pelas elites, que são os produtores deste espaço, vem a se constituir num modelo que se multiplicou nas cidades vizinhas. É a metaforização do social, processo que implica a desterritorialização/historicização de ações e discursos que, ao se deslocarem no tempo e no espaço assumem novos significados. Mesmo que a região enfrentasse muitos problemas com a decadência do regime econômico, a nova ordem transmitia a idéia de progresso e de um novo tempo e o peso do simbólico se sobrepõe, então, sobre a realidade e o "parecer" tem o efeito de "ser". O objeto arquitetônico muda de escala. Os prédios que anteriormente possuíam um pavimento, de três metros de altura, agora são

galpões, de doze metros. As aberturas se multiplicam e os acessos ficam maiores, para receber as grandes máquinas. A idéia estava consolidada: algumas obras e um espaço redesenhado apagaram a cidade maldita. Tudo foi reorientado sob os princípios da moral, da estética, da higiene e das exigências da técnica moderna.

Surge então, o espaço como virtude, núcleo da cultura, do progresso econômico e social, símbolo da civilização e local privilegiado de realização do pensamento racional em todas as suas manifestações. A cidade é representada com uma alta carga de positividade e configura uma referência identitária muito forte, dotada do sentido e do simbólico, que oportuniza a sensação de pertencimento e, ao mesmo tempo, de alteridade.

Enfim, as transformações sócio-econômicas deixaram na cidade marcas e sinais que contam uma história não verbal pontilhada de imagens que têm como significado o conjunto de valores, usos e hábitos, desejos e crenças que misturam, através do tempo, o cotidiano desses homens. Essa história contém um relato das formas de sentir, ver e sonhar a cidade, onde, como refere Guy Petitdemange, a arquitetura joga o papel do subconsciente, expressando o "desejo coletivo inalcançável que se configura material e imediatamente". (PETITDEMANGE, 1990: 73)

Isto é, aquilo que foi idealizado um dia teve reflexo na estrutura do espaço, que mesmo com a limitação dos elementos rígidos, nos deixa transparecer. A potencialidade metafórica de transfiguração do real não apenas transmite as sensibilidades passadas do viver em sociedades como também nos revela os sonhos de uma comunidade, que projetou no espaço vivido as suas utopias. Assim, os relatos literários nos colocam diante das cenas urbanas que reconstituem uma possibilidade de existência do social, expressando as forças em luta e aquilo que se concretizou.

Considerações Finais:

O progresso e a modernidade implicam em mudanças e isso nos traz dilemas como o que preservar, o que expor e o que esconder. Este "fetiche da mercadoria", como diria Marx, é estabelecido conforme as decisões políticas de uma época. Isto nos traz uma importante reflexão: como foi selecionado o que se deveria lembrar ou esquecer? Uma vez feito o arquétipo da cidade "perfeita", foi teoricamente fácil fazer essa separação do que é favorável ou não. Sem dúvida Pelotas teve a influência das cidades européias, sobretudo Paris, que já enfrentara este tipo de questionamento. Os herdeiros dos senhores donos de charqueadas que puderam estudar no exterior gradativamente foram implantando novas idéias e equiparando às principais cidades da época, como também o Rio de Janeiro.

Contudo, um outro processo se instala paralelamente. Esse movimento ameaça a memória a medida em que produz o esquecimento e destrói alguns significados ao substituí-los por outros. O resgate desse passado implica lidar com vários tempos e espaços, com o que já não mais se vê e o que ainda se vê. O tempo da cidade que se quer e o da cidade que se tem. Na verdade, hoje, se formos considerar aquelas utopias do início da industrialização, muito também se perdeu. Aqueles prédios característicos, adaptados sobre antigas estruturas, como o engenho e o frigorífico, foram deixados para trás, seus valores também se perderam. O tempo mais difícil é o do esquecimento, que finge não ter existido, soterrando as lembranças. Tratam-se então, de dois tempos que serão sobrepostos por este de agora, e por isso, cabe mais uma vez a seleção do que pode se perder e do que deve ficar, para que o resgate do passado obtenha resultados satisfatórios, que preencha as lacunas e os vazios.

Outro fator importante que modificou este lugar foi a tendência econômica. Primeiro porque encontramos ai uma dualidade, visto que ao mesmo tempo em que a urbe respirava modernidade, e que os prédios eram bem projetados e construídos, os trabalhadores se aglomeravam em sua volta e viviam em situação de miséria. Neste lugar de contrastes, vale a posterior realização de um estudo sobre como o imaginário se manifestou entre os excluídos, operários ou escravos. Segundo porque este espaço foi obrigado a entrar em confronto com os processos de enriquecimento e empobrecimento presentes na sociedade pelotense. E este foi o fenômeno mais marcante neste ambiente, pois suas maiores transformações ocorreram juntamente com as do sistema econômico.

Espaços portadores de história são propulsores de um turismo cultural já que podem corresponder a esta vontade crescente de realizar não só percursos no espaço como viagens imaginárias no tempo. Estes lugares são produtos vendáveis, num mercado em expansão e, portanto, não seria uma dificuldade fazer com que as coisas aconteçam na cidade de Pelotas, que carrega valiosas informações do passado, apoiada na nostalgia dos velhos prédios que se oferecerem à leitura.

Como diz o próprio Pierre Nora, o historiador é aquele que impede a história de ser somente história e este é o meu grande desafio. Tenho em mãos traços representantes de uma memória que precisa ser ressuscitada e, para isso, devo não me limitar à perspectiva gnosiológica e "fria", típica da leitura patrimonial e museológica. Da mesma forma, devo olhar à distância panorâmica o grande plano, com o estranhamento definitivo e a mudança do modo de percepção, que deve me reconduzir aos objetos tradicionais dos quais eu possa ter me desviado.

Por fim,

> *...se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, é claro, e é isso que os torna apaixonantes:que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.* (MARX, 1998: 192)

Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Laura Novo de. *Patrimônio arquitetônico X qualidade visual do cenário urbano: um caso para avaliação de preferências em Pelotas/RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª ed. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2000.

BRUGALLI, Tatiana Antoniazzi. *Revitalização da zona portuária de pelotas: Centro Comercial São Gonçalo & SESC Moinho.* Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis.* São Paulo: Ed.Companhia das Letras, 1990.

CAMPELO, Glauco de Oliveira. *A serviço do Patrimônio 1994-1998*. Rio de Janeiro: Unidesign, 1999.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia.* Coimbra, Quarteto, 2001.

CHEVALLER, Ceres. *Arquitetura neoclássica, pelotas, RS: um estudo sobre Arquitetura Neoclássica de Pelotas na Obra de José Isella Merote.* Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CORSETTI, Berenice. *Estudo da Charqueada Escravista Gaúcha no século XIX.* Santa Maria: UFSM, 1983.

CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas, espaço construído no início da República. IN: WEIMER, Günter. *Urbanismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 1992.

GIEDION, Siegfried. *Espace, temps, architecture.* Paris: Denöel, 1990. p.46. IN: Pesavento, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade. Visões literárias do Urbano.* 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas [1777-1888].* Pelotas: UFPEL, 2004.

_____. *Negros, charqueadas e olarias um estudo sobre o espaço pelotense.* 2ª ed. Pelotas: UFPEL, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice: Editora dos Tribunais, 1990.

MARX, Karl. *O capital : crítica da economia política.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares.* IN: *Projeto História, 10,* São Paulo, dez/ 1993, pp. 7-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural.* 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

_____. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores.* Porto Alegre: Ed. Movimento, 1980.

PETITDEMANGE, Guy. Avant le monumental, les passages: Walter Benjamin. In: Baudrillard, Jean et al. Citoyennité et urbanité. Paris: Esprit, 1990. IN: Pesavento, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade. Visões literárias do Urbano.* 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

QUERRIAN, Anne. Images et mémoires. *Les Annales de la Recherche Urbaine. Images et mémoire.* Paris, n.42, mars/avril. 1989. p.3.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40.* Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SILVA, Neuza Regina Janque da. *Entre os valores do Patrão e os da Nação, como fica o operário?(O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970)* Porto Alegre: 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Construir a cidade, erguer a escola, fazer a naçâo: modernidade e nacionalismo no coracão do Brasil

Rubia-Mar Nunes Pinto*

RESUMO: O texto aborda a história da escola primária em Goiânia, capital de Goiás, nos anos 1930/1940 a partir do jogo de escalas, o qual pode permitir reconhecer as singularidades da escola e da cidade em uma região que foi, durante algum tempo do século XX, não reconhecida como parte do ideal nacional.
PALAVRAS-CHAVE: ESCOLA – CIDADE – REGIÃO

ABSTRACT: The text to board the primary schooll history in Goiânia, capital of Goiás, in 1930/1940, standing from of scale play, which can permit to recognize the singular of school and the city of the one region the that to go, during for a while of siécle XX, no recognize as part national ideal.
KAY-GARDIES: SCHOOLL – CITY - REGION

São diversos os modos de contar a história da educação no Brasil no século XX como também são incontáveis os vínculos que esta história, ao ser contada, estabelece com a sociedade brasileira, revelando muito dos modos de sentir, agir e pensar que, durante este momento, sustentaram a ambas, educação e sociedade. Contar, pois, a história da educação escolar neste período revela muito do processo constitutivo da nação e da nacionalidade brasileiras na medida em que neste projeto a escolarização da sociedade apareceu, ao mesmo tempo, como exigência, como estratégia e como símbolo.

Contar esta história implica em igualmente compreender como a escola foi se enraizando em diferentes experiências históricas de sociedades existentes nas também variadas espacialidades nas quais a escolarização foi se expandindo e a nação se fazendo pelos amplos espaços geográficos de um país, desde cedo, pensado como cisão. Entre centro e periferia, entre campo e cidade, entre o urbano e o rural, entre litoral somente aos poucos o território foi se fazendo nação, a população se constituindo povo. A identidade nacional não se construiu, pois, de um só golpe, em um passe de mágica como às vezes fazem parecer as leituras da historia que partem da idéia que a nação prescinde a região. Ou em outros termos,

* Professora da Faculdade de Educação Física-Universidade Federal de Goiás/Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação-Universidade Federal Fluminense/Bolsista PICDT-CAPES

leituras da historia nas quais o regional ocupa o espaço do nacional como se a região fosse a nação.

O *tempo saquarema* inaugurou, conforme Mattos (2004) um desenho de poder que redefiniu um espaço de poder no qual as demais regiões brasileiras ficaram subordinadas a um único centro político, formado pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Desde então e, particularmente nas primeiras décadas da República, os discursos que falam sobre o Brasil e sobre o ser brasileiro remetem, quase sempre, a esta parte do país. A constituição da nação deu-se à partir da hegemonia de uma região que se fez centro e que, foi pensada como Brasil, deixando sub-sumidas as particularidades, tensões e contradições desse processo nos recantos do país que não foram caracterizados como pertencentes a este centro. Inseridos na lógica dualística que subsidiou a interpretação do Brasil, tais recantos foram generalizados na simbologia do sertão e, por boa parte do século XX, não reconhecidos como nação. Lugar do nada, metáfora da ausência, território da barbárie, o sertão e o povo que o habitava aparecia tal qual uma ameaça a qual era preciso fazer desaparecer para que o país se constituísse nação.

A partir desta perspectiva, vale a pena um questionamento acerca do amalgama nação-região e seus possíveis impactos no campo educacional: afinal, como a escola foi se afirmando, nestas sociedades, enquanto instituição vinculada às ideologias e premissas emanadas do centro e, ao mesmo tempo, enquanto instituição inserida em regiões opacas e distantes dos fluxos econômicas, culturais e políticos deste mesmo centro. Consideradas as premissas emanadas do centro nas quais a escolarização da sociedade brasileira é momento decisivo na constituição da nação; pensadas as representações e imagens projetadas do sertão como antítese da civilização e do progresso bem como as relações desiguais entre as diversas sociedades regionais no Brasil, penso ser fundamental compreender o processo de afirmação da escola nestas sociedades e as formas através das quais suas instituições escolares se posicionaram frente ao desafio de contribuir para que sociedades tão afastadas do litoral se reconhecessem e fossem reconhecidas como nação.

Neste sentido, proponho compreender a historia da educação primária na cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, no período 1930/1945, momento em que o estado de Goiás vivenciou um amplo processo de transformações no qual a construção e inauguração de uma nova cidade-capital que trazia a promessa da civilização e do progresso para o sertão dos *guayases* se constituiu em momento singular. Além disso, o surgimento de Goiânia tem relação estreita com um projeto de integração nacional que foi objeto de políticas amplas propostas e coordenadas pelo governo Vargas: o desafio era o de abrasileirar o centro-oeste

brasileiro como plataforma dirigida à Amazônia, mas não menos importante, promover a ocupação produtivas das promissoras terras de Goiás e Mato Grosso. De certa forma, entre os anos 1900 e 1930, os contextos nacional e internacional impunham uma solução à Oeste.

Desta ótica, a nova cidade-capital de Goiás participou na década de 1930 de um projeto de integração territorial, econômica e cultural da nação no qual a conquista dos sertões goianos aparecia, além de incremento da produtividade agro-pastoril-mineradora do estado de Goiás, como plataforma de ocupação do Mato Grosso e da Amazônia bem como para a transformação dos valores, práticas e idéias das populações que habitavam estas regiões. Era a modernidade que se instalava no sertão. Mais, um passo decisivo para a unidade nacional, projeto caro ao Estado Novo. Para Robert M. Levine (2001), entretanto, as medidas e políticas sociais varguistas tiveram um impacto insignificante nas vidas dos brasileiros que não viviam nas grandes cidades do litoral, notadamente, Rio de Janeiro e São Paulo.

O mundo sertanejo permaneceu, na prática, quase abandonado pelo Estado Nacional. O que de fato ocorreu é que a situação de cada unidade federativa no período dependia, quase que exclusivamente, das motivações e do estilo pessoal do interventor nomeado por Getúlio Vargas. Em muitos estados, quase nada havia mudado. Mas se, conforme Levine (2001: 183), o grande legado deste período não foi, ao contrário do que se imagina, "[...] de leis e decretos, mas de indivíduos", é preciso admitir que o espírito nacionalista e modernizante destilado por Vargas produziu significativos impactos nos indivíduos que habitavam o interior brasileiro naquele tempo.

O caso de Goiás é, neste sentido, emblemático deste espírito. Estado pobre e periférico, Goiás era a própria representação do sertão como deserto. Mas, embalado pelo espírito da época, o interventor Pedro Ludovico Teixeira cercou-se de intelectuais e, juntos, projetaram e construíram, com poucos recursos e com parco e rarefeito apoio federal, uma nova cidade-capital para o estado. Conscientes de seu lugar marginal, por meio de Goiânia planejaram e trabalharam para a inserção de Goiás no espectro da nação, lugar onde esperavam que a região dos *goyases* seria reconhecida e respeitada como parte fundamental para o futuro do Brasil. Construir a Cidade e erguer a escola apareceram, também para esta geração de goianos, como faces da mesma moeda, a da construção da nação e no interior desta, de uma posição de proeminência ou mesmo de mando para Goiás no rol das unidades federativas. Neste projeto de construção da nação e de busca de unidade nacional da qual se viam como participantes privilegiados – afinal, habitavam o coração geográfico da Pátria -, os goianos relacionaram urbanização e escolarização.

Temática razoavelmente desenvolvida pela pesquisa em história da educação, as

relações entre o urbano e o escolar no Brasil parecem ter sido mediatizadas, como em Goiânia, pelos esforços em direção à construção da nação (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998). Ocorre que tais estudos tem alertado para a necessidade de considerar a relação escola-cidade a partir da noção que para cidades diferentes também as escolas se fazem diferentes (NUNES, 1995). É que, embora inseridas no mesmo processo de transformação nacional e guiados pelas mesmas idéias-mestras (nacionalismo, modernidade), portanto, compartilhando um estoque comum de tradições interpretativas e expectativas de futuro, as cidades brasileiras são também produzidas no interior da vida regional e, por isso, mantém estreitos vínculos com a história, com a cultura, com a geografia e com a economia das regiões onde surgem.

Clarice Nunes (1995: 01) afirma que ao ignorarmos a impregnação da cultura urbana no espaço escolar podemos produzir explicações nas quais o espelhamento de um modelo de cidade sobre outras cidades acaba acarretando o "[...] estreitamento de nossa compreensão sobre o movimento contraditório de gestação do moderno, a homogeneização violenta dos espaços sociais e culturais e o esmagamento de tempos e experiências histórias diferentes num país tão plural". É importante, portanto, considerar que as relações entre o urbano e o escolar no Brasil são matizadas pelo fenômeno da integração de diferentes regiões ao espectro da nação em um complexo processo no qual um projeto modernizador 'encharcado' por um nacionalismo exacerbado e por necessidades e exigências econômicas inspirou a ocupação geográfica e cultural do interior do Brasil.

Compreender esse processo de integração em sua complexidade implica em levar em conta a questão regional ou, expressando melhor, não basta inseri-lo no contexto da nação entendendo que seu principal propositor e executor foi o Estado Nacional, o qual foi sustentado pela intelectualidade brasileira. É essencial que realizemos uma mudança de enfoque. Mais precisamente, uma redução da escala de observação, como proposto pela micro-historia ou um jogo de escalas como quer Jacques Revel, que permita uma inversão de análise que nos afaste das definições globais, das sínteses globalizadoras ou de simplificações históricas que têm-se revelado incapazes de compreender a complexidade desta realidade (SPADA LIMA, 2006).

Os estudos históricos ajudam a demonstrar que a par das políticas de interiorização levadas a efeito pelos poderes federais e alimentadas por uma intelectualidade nacional, as diversas unidades federativas se empenharam sistematicamente para integrar-se à nação e contribuir para o engrandecimento da Pátria. São bastante conhecidos os esforços, em diferentes momentos históricos, de paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos na construção material e simbólica das regiões onde vivem em processos ao final dos quais, a reboque da

definição das fronteiras territoriais, definiu-se também a vocação econômica e cultural de cada região, a identidade de seu povo e, não menos, importante, seu lugar entre as unidades federativas.

Também no campo de história da educação, o processo de escolarização das partes do território nacional consideradas como pertencentes ao ideal da nação também tem sido intensamente tematizado, em especial, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Estes estudos, principalmente aqueles que se referem à história da educação no estado de São Paulo, permitem que possamos identificar, nas ações, discursos e políticas em torno da necessidade de escolarizar a população, também expectativas e projeções relacionadas a conquista da identidade e da 'vocação' regional. Não por acaso, são regiões, desde cedo, pensadas como parte – e a parte mais importante – da nação e talvez por isso, *o processo de sua constituição seja, conforme a escala de análise, compreendido como a da constituição do País*.

Permanece pelo menos parcialmente desconhecido, contudo, o impacto de certas correntes de pensamento nas regiões brasileiras vistas como incompletude e ausência e os esforços daí derivados para inserir-se na nação buscando, entre os estados federados, um lugar de destaque. Por isso, a alternância na escala de implica em uma recolocação dos questionamentos rumo à compreensão sobre como as ideologias do progresso, da civilização e da modernidade impactaram no nível do regional e desencadearam, por parte principalmente das suas elites, um projeto político e cultural capaz de inserir a região na nação e de garantir-lhe um lugar de relevância. Neste sentido, a micro-história apresenta-se como perspectiva que pode iluminar objetos periféricos como as culturas e sujeitos regionais, o urbano no rural e o rural no urbano, e no campo da história da educação contribuir para que compreendamos uma dialética da colonização no processo de escolarização, fazendo esvanecer certas imagens associadas ao colonizado como passividade, cópia, imitação, entre outras, que ainda são dominantes no imaginário social.

Ao fixarmos os olhos no regional, estabelecendo suas relações e vinculações com o nacional, espero compreender como *os locais* se posicionaram frente as políticas nacionais e as investidas do mundo capitalista ressaltando como aderiram ou resistiram ao projeto de transformação de seu mundo. Afinal, como os discursos, ações e movimentos intelectuais e políticos oriundos das áreas consideradas civilizadas (o litoral, o centro) e amalgamadas na ação do Estado foram apropriados pelos 'locais'? Como ensejaram ações e justificaram iniciativas no campo da escolarização? Tais questões se apresentam na medida em que interessa-me historiar a escola primaria em Goiania no período 1937/1945 privilegiando as

relações entre a cidade e a escola. Dessa ótica – em que se olha para a escola em sua inserção no urbano e, inversamente, se olha a cidade a partir da escola – penso em um *espaço de possíveis* adentrar no lastro cultural em que se forjou a Modernidade da nova capital de Goiás e, assim, compreender o papel da escola primária neste processo.

Goiânia é, penso, emblemática no projeto integrador do sertão oeste do Brasil e do papel que, neste projeto, tiveram os *locais*. Cidade-capital planejada e construída na década de trinta e inaugurada em plena vigência do estado Novo, Goiânia representou um marco na interiorização do País e um importante momento para a integração cultural, econômica e geográfica do Brasil. Seu aparecimento na cena nacional, entretanto, deve ser visto muito mais como resultado do esforço e do empenho dos goianos em direção ao pertencimento de Goiás à nacionalidade e à sua entrada na modernidade do que como resultado de políticas do Estado Nacional. O que torna Goiânia singular, ou melhor, o que torna singular o processo de sua constituição enquanto cidade-capital, principalmente, no período 1933-1945 e mais precisamente, o que essa singularidade acarretou ao processo de escolarização da infância goianiense neste período, notadamente nos grupos escolares, é a questão pontual.

Temos, assim, o lugar e o tempo: Goiânia, Goiás, entre 1937 e 1945. A experiência na historia: o sertão de Goiás, no coração geográfico do Brasil, se constituindo ironicamente na periferia da nação. Um objeto: a escola primaria de Goiânia, mais especificamente, seus grupos escolares. Qual o seu papel na civilização do sertão? Como participaram da construção de identidades afirmativas para o goiano? Como se inseriram na cena citadina da jovem capital de Goiás? Qual a singularidade da cultura escolar que produziram os grupos escolares de Goiânia em um contexto de luta por afirmação de identidade afirmativa para Goiás e para os goianos?

O desafio é, pois, escrever a história da educação em Goiânia no momento de seu surgimento como cidade-capital de um estado pobre e periférico e que tentava forjar para si mesmo uma identidade afirmativa que o tornasse reconhecido e respeitado entre as unidades federativas da Republica. Goiás tentava ser nação. Para tanto, a urbanização e a escolarização se apresentaram, como no resto do país, como ícones da modernidade e, para os goianos, como estratégias de sua inclusão e integração à nacionalidade. A partir do interesse explicitado anteriormente impõe-se um mergulho na história da Capital de Goiás que, contemplando a relação entre o simbólico e o político, possa problematizar a construção dos *sentidos* da Cidade. A idéia é compreender a história de Goiânia através da história dos *sentidos* da cidade até mesmo porque, antes mesmo de sua existência material, a nova Capital goiana foi construída na imaginação de muitos homens que habitaram Goiás e, portanto,

erigida como simbologia de superação e de ruptura em relação própria história goiana e, particularmente, de rejeição à negatividade que a imaginação sociológica brasileira conferiu aos sertões dos *goyases.*

Assim, considero ser potencialmente instigante compreender seu processo de significação como cidade moderna e símbolo da integração nacional para nele encontrar o lugar ocupado pelas escolas primarias como instituições que, tanto por seu enraizamento na cena urbana goianiense da época quanto pelo papel civilizador atribuído à escolarização no cenário sociocultural brasileiro nas décadas iniciais do século XX, participaram da trama de sentidos que significou Goiânia. Além disso, uma tal tarefa se impõe, principalmente, porque na condição de cidade-capital planejada, Goiânia é resultado de um trabalho de (re) construção da historia da sociedade goiana que de-sistorizou o passado desta sociedade.

Ao buscar os sentidos que circulavam, constituindo Goiânia em sua materialidade significativa, intenciono encontrar o lugar da escola primária nesta dinâmica. O pressuposto contido nesta intenção é o de que os *sentidos* da cidade foram incorporados pelas escolas que, à época, existiam em Goiânia, as quais também dialeticamente constituíram sentidos para a *urbs* goianiense. Particularmente os grupos escolares da Capital, suas professoras e diretoras, as crianças que neles estudavam bem como os prédios escolares e as praticas pedagógicas são presenças constantes em uma cenografia urbana que procurava evidenciar a face progressista da educação em Goiás, assumindo, assim, um papel de relevância na consolidação dos sentidos da cidade.

O que proponho é um adentrar na historia da Cidade questionando, entre outras coisas, como ocorreu o processo que significou Goiânia, nos anos 1930 e 1940, como cidade-símbolo da modernidade no sertão e como lugar, por excelência, da integração nacional e da construção da nacionalidade. Importa então questionar quem foram os sujeitos (individuais ou coletivos) que forjaram tal significação, lutando por sua hegemonia entre outros sentidos possíveis para a Cidade, quais foram as idéias, imagens e representações mobilizadas para construir sentidos que vinculavam Goiânia, simultaneamente, ao moderno e ao nacional, quais foram as condições de produção e circulação dos discursos que constituíram tais sentidos. A que desafios respondiam aqueles que formularam discursos sobre a modernidade nacionalista da nova capital de Goiás nas décadas de 1930 e 1940 e que futuro projetavam - para si mesmos, para a nova cidade-capital, para Goiás, para o Brasil, para o mundo – aqueles que participaram dessa construção de *sentidos*.

Referências Bibliográficas

FARIA FILHO, LUCIANO M. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo/RS: Ed. da UPF, 2000

LEVINE, ROBERT M. *Pai dos pobres?: o* Brasil e a era Vargas. São Paulo/SP: Cia. das Letras, 2001

SPADA LIMA, HENRIQUE. *A micro-história italiana:* escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2006

MATTOS, ILMAR R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo/SP: Hucitec, 2004, 5a ed.

NUNES, CLARICE. *A escola redescobre a cidade*: reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca 1910/1935. Niterói/RJ: UFF, 1993 (Tese de livre docência).

SOUZA, R.F. de. *Templos de civilização*: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo/SP: Fundação Editora da UNESP, 1998

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Jornalismo, Fotografia e Romance na obra de José do Patrocínio: fronteiras da linguagem nas representações da Grande Seca de 1877

Felipe Ronner Pinheiro Imlau Motta*

Resumo: Instado, pela Gazeta de Notícias, a cobrir os efeitos da Seca que assolava as províncias cearenses, em 1878, José do Patrocínio escreveu várias reportagens sobre a calamidade sofrida pelos retirantes. Tomou a iniciativa de fazer fotografar retirantes e enviou duas dessas imagens ao caricaturista Raphael Bordallo que as transpôs para litografia. Patrocínio também publicou, em 1879, um folhetim intitulado Os Retirantes. Assim, garantiu uma visão onímoda da calamidade, para além da imagem potente, porém fugaz, publicada no Besouro. Proponho analisar as estratégias discursivas das linguagens referidas e o processo dialógico intenso que articulou fotografia, arte gráfica, jornalismo e literatura, para forjar, através da mídia do século XIX, um potente mecanismo de confrangimento da opinião pública.
Palavras-chave: Jornalismo – Fotografia – Literatura

Abstract: Abstract: Requested by Gazeta de Notícias to cover the droughts effects that devastated the Ceara provincies in 1878, José do Patrocínio has writed many articles about the calamity suffered by the retirantes (fugitives from the droughts). He had the initiative to take pictures of the retirantes and sent two of these images to the caricaturist Raphael Bordallo that transpose it to lithography. Mr. Patrocínio also published in 1879 a serial entitled The Retirantes. Thus, he garanteed a unruly vision of calamity, beyond of powerful image, however fleeting, published on Besouro. I consider to analyse the discursive strategies of the refered languages refered and the intense dialogic process that articulated photography, graphic art, journalism and literature to forge by the media of xix century a powerful device of constaint of public opinion.

Key-words: Journalism – Photography – Literature

A imprensa é filha da Revolução. A que difundiu ao mundo os ideais da burguesia ascendente, propagando a Democracia Moderna. Essa Democracia trouxe à cena novos atores (no sentido da expressão: aqueles que agem). Esses atores, englobados na denominação genérica de Multidão, revolucionaram a própria noção de coisa pública, do fazer político. Era levá-los em consideração. Dominar seus impulsos era uma tarefa difícil e necessária. O autor de *Os Miseráveis* sintetizou bem essa questão na sentença filantrópica: devemos dar-lhes o *Fiat lux* de nossos superiores espíritos. A imprensa em todo o século XIX no Brasil era marcada ainda por esse contrato que limitava ao público o papel de paciente a ser informado acerca dos mais pacíficos caminhos a tomar. A mídia impressa garantia que todos fossem

* Doutorando do Programa de Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), bolsista do CNPq.

fruto de uma subjetividade forjada por valores criados por um trabalho de in-formação necessário para que o público se situasse no mundo.

Amigo de Victor Hugo, a quem tratava por mestre, e de quem pediu em carta algumas palavras que abonassem a abolição da escravatura no Brasil, divulgando-a ao mundo, José do Patrocínio não cria na transmissão desse fio de luz de superiores espíritos. Sua percepção leva a crer que seu modo de fazer jornalismo era marcado pela solidariedade e composição com o *público*, mais especificamente com um grupo atuante de leitores, de quem esperava uma *opinião pública* que tivesse as *potências* necessárias para *fazer agir* a *classe política* (LANDOWSKI 1992: 23).

Como assinalou José Murilo de Carvalho, Patrocínio "foi um homem complexo que viveu na fronteira de mundos distintos, se não conflitivos" (1996: 09). Pode-se dizer que foi um homem que fez da fronteira um ponto de partida para questionar a própria constituição das fronteiras sociais, políticas e raciais reinantes no Império brasileiro. Nascido em 09 de outubro de 1853, em Campos dos Goitacazes, era filho de pai branco e mãe negra, o padre João Carlos Monteiro e a escrava Maria Justina do Espírito Santo. A primeira fronteira deste mulato, cor de tijolo queimado, como ele mesmo se definia, foi a étnica. Para ficar apenas em dois exemplos, havia ainda a fronteira que o distinguia pelo estigma social. Segundo seu principal biógrafo, Patrocínio foi registrado como criança abandonada ou *exposto*, para usar uma terminologia da época. Só mais tarde veio a constar em seu registro o nome da mãe, sem nunca ter sido reconhecido pelo pai.

Por sua atuação na luta abolicionista, foi imortalizado. Sua pena tornou-se instrumento imprescindível. Fez discursos, escreveu artigos jornalísticos, agitou toda a Corte do Império. Era um orador de tribuna e aprendeu com a Multidão seus exercícios retóricos. Sondava-a, jogava-lhe sua verve política, exaltava-se com os eflúvios de descomedimento que partiam do povo à rua. Os sucessos na luta contra a escravidão lhe renderam uma espécie de lugar comum que circunscreveu toda sua vida à luta pela abolição. Pelo contrário, os procedimentos de Patrocínio ao longo de sua carreira vão além do abolicionismo e não destoam do trabalho de um literato. São esses procedimentos que analisaremos adiante.

Em 1878, Patrocínio foi incumbido pela Gazeta de Notícias de cobrir os acontecimentos referentes à seca que assolava o Ceará. Desembarcou em Fortaleza no mês de julho. Em páginas pungentes, até o seu último artigo, datado de 12 de setembro de 1878, o jornalista fez a crônica da seca, tratando do destino das verbas enviadas pela Corte; do funcionamento dos abarracamentos criados para contenção dos cerca de 100.000 retirantes na periferia da cidade, da destruição dos *mores* campesinos submetidos à calamidade, das mortes

por inanição, das práticas pedintes. Porém, considerava a maior catástrofe daqueles tempos o sacrifício das "filhas dos sertões, santificadas por uma vida simples, sem sedutores", que, premidas pela situação, rendiam-se à prostituição.

> *A libidinagem abastada pôs-se logo ao alcance de suas grinaldas e pôs-lhes o terrível dilema –: rendei-vos ou contai com a morte. (...) Depois a mulher, que, apenas conseguiu afastar por alguns dias o espectro medonho da fome, encontra-o de novo no seu caminho e às vezes um mês depois da sua profanação, tendo feito escala pelas proximidades dos quartéis, pela imundície das vielas, vê-se irremediavelmente condenada à vala do cemitério, porque a sífilis tornou-a repugnante e agora só lhe resta arrastar-se pelas ruas causando a todos o asco despertado por um cão leproso.* (*Gazeta de Notícias,* 20 de Julho de 1878)

Foi devido a essa ansiedade em denunciar a situação trágica dessas retirantes, que Patrocínio tornou-se um jornalista à frente de seu tempo, sendo o responsável pela iniciativa de utilizar pela primeira vez fotografias como documentos jornalísticos. Fez registrar, por um obscuro fotógrafo cearense, J. Correa, alguns retirantes, dentre eles, duas crianças inanidas. Essas imagens estão catalogadas no setor iconográfico da Biblioteca Nacional, com o código FICH. 1-14, respectivamente números 7 e 8. Patrocínio enviou as fotografias ao seu amigo, o caricaturista Raphael Bordallo, editor da revista ilustrada *O Besouro.*

Em ambas as imagens a intenção de fidelidade aos originais fotográficos é evidente, pois destas foram respeitadas as suas características gerais, tais como postura do corpo, semblante, tonalidade e forma dos cabelos. Todavia, além das que foram apresentadas, são perceptíveis algumas outras *intervenções* de Bordallo. A reprodução da fotografia número 7 não apresenta a linha de fundo que demarca o encontro da parede com o chão, presente no original. A base do aparelho de pose que era usado para apoio e descanso do modelo também foi retirada de ambas as fotografias. A presença deste aparelho traz consigo a manifestação indicial da própria técnica fotográfica utilizada no registro dos jovens retirantes do original,

pois os recursos limitados da época exigiam um prolongado tempo de exposição do modelo para que a imagem fosse gravada no papel fotossensível.

Bordallo fez um uso inteligente da mitologia criada em torno da idéia de que a fotografia era capaz de levar consigo o seu referente. Em contrapartida, tudo o que se relaciona com o ato fotográfico foi abolido, desde a referência ao fotógrafo que produziu as imagens até o ambiente em que estas foram efetuadas, passando pelos recursos técnicos empregados, tais como os aparelhos de pose. Denotando uma exploração das mitologias em torno do realismo da fotografia, a ação do caricaturista marca também as evidências da obliteração do processo fotográfico.

O formato *cartes-de-visite*, popularizado entre os colecionadores de fotografias da época, reclama um uso lúdico da imagem, entretanto as fotos dos retirantes contrastam com esse sentido das *cartes,* tanto no que diz respeito aos retratados quanto aos textos dramáticos que os acompanham. "O resultado do conjunto (retratos + textos) é um anticartão de visita, veemente panfleto que denuncia uma realidade que muitos membros da Corte se negavam a enxergar" (ANDRADE 1994: 79). Tal anticartão ganha maior ajustamento com seu enunciado na litografia ao ser apresentado pelo signo *mão descarnada trajando paletó*, cuja expressão simbólica consorcia-se à fantasmagoria geral da imagem e remete a um conteúdo filosófico com fins edificantes. O efeito de contraste violento entre a elegância do traje e a mão descarnada, índice da caveira, acentua a eficácia da advertência, repreensão lapidar sobre a ignorante leviandade das vaidades mundanas e efêmeras. A cupidez e a mofina do governo, dos especuladores, que condenaram milhares à miséria e à morte, marcam o consórcio final entre vítimas e algozes, dado o fato de que estes somente antecipam para os *Outros* a dissolução que é comum a todos os homens. Aos corrompidos pelo materialismo primário, pela carnalidade e hedonismo desenfreados, a *vanitas* anuncia a vacuidade de suas vidas, perda da ilusão que se acrescenta à perda imposta pela morte.

Estava dado o primeiro passo para que a imprensa transformasse em questão nacional um fenômeno até então encarado como problema climático localizado. No entanto, a imagem carregava questões complexas. Em *A Câmara Clara,* Barthes asseverou: a foto "é como um teatro primitivo, como um Quadro Vivo, a figuração da face imóvel e pintada sob a qual vemos os mortos" (1984: 34). Patrocínio parecia ter noção desse imobilismo sepulcral. Não havia como seus leitores terem uma visão completa da calamidade vendo ali somente *a gravura* de crianças inanidas. Faltava a conecção com "a segunda realidade da fotografia", ou seja:

> *O contexto particular que resultou na materialização da fotografia, a história do momento daqueles personagens que vemos representados, o pensamento embutido em cada um dos fragmentos fotográficos, enfim, a vida do modelo referente, sua realidade interior...* (KOSSOY 1998: 42-43)

Visando traduzir as cenas que presenciou no Ceará para uma outra linguagem, que não a jornalística ou fotográfica, o literato coroou sua empresa de divulgação do problema, escrevendo o que foi um dos primeiros romances sobre a temática da seca, *Os Retirantes*, publicado na *Gazeta*, ao longo do ano de 1879, em forma de folhetim. Esta linguagem foi um meio pungente de movimentar as potências da opinião pública da época, talvez até politicamente mais significativo, pois o conteúdo dramático de suas páginas tem um teor de totalidade – no sentido de representação de todos os modos de uma realidade –, que só poderia ser atingido através da ficção.

Os Retirantes é um romance aparentemente anticlerical, que tem como vilão o vigário da povoação de "B. V.". Filiado à escola realista, trata da saga dos retirantes que abandonaram o interior da província dirigindo-se à capital cearense. A personagem principal, *Eulália*, condensa todos os referentes do retirante típico. Sua função no romance, característica do texto trágico, é uma só: perecer sob os mais terríveis flagelos, tendo como fim a degradante prostituição, que antecipa a sua morte. Ansiando pela sobrevida, sucumbiu à cidade, descendo degrau a degrau ao baixo mundo de um lugar demasiado torpe. Profanada em todos os sentidos possíveis, seu destino foi servir à denúncia do autor. Eulália, aquela de bela voz, profere um canto grave, que preenche o romance com profunda melancolia.

Contendo ainda alguns elementos estilísticos do romantismo, tais como as descrições extensas da exterioridade espacial dos personagens e o uso de metáforas da natureza, o romance, entretanto, faz um uso inteligente desses resíduos da escola de Alencar.

Logo nas primeiras páginas da obra Patrocínio nos dá uma descrição da personagem principal e do vilão, o vigário Paula:

> *Havia neste grupo a dignidade da proeminência social. O vigário com seu chapéu redondo de grandes borlas pretas, a sua batina lilás, colhida na cintura pelos alamares da seda, levava pelo braço, num passo cadenciado, a filha mais velha de Queirós. Chamava-se Eulália e era uma rapariga de 20 anos, porte direito como a palma da acácia, andar firme e resoluto, ao de leve sacudido, como o ramo do ingazeiro que molha a ponta de leve na correnteza. Rebentavam-lhe os seios com o vigor pujante da puberdade, tomando o corpinho branco e justo a conformação das graviolas verdes. Deles o colo enérgico tirava a curva das estátuas, e como que a cintura, desbastava mais a circunferência de cone truncado junto ao ápice. Coroava-lhe o tronco forte cabeça sibilina, sumida artisticamente numa cabeleira negra, farta, lustrosa, enquadrando um rosto oval, moreno, corado, carnudo, recebendo um tom de nobreza principesca nos olhos à flor das pálpebras, vívidos, maliciosos, e das narinas graciosamente vincadas.* (PATROCÍNIO 1973: 26)

Ao passo que o pároco é descrito apenas no que concerne às suas vestes e são estas que definem sua "proeminência social", Eulália é descrita em suas minudências, no porte, nas formas do corpo e do rosto, na cor de seus cabelos e de sua tez. Descrição esta que traz consigo algo de sua *persona*, traçada ou anunciada pelas metáforas da natureza: "porte direito como a palma da acácia", "conformação das graviolas verdes", "cabeça sibilina". Sua dignidade reside nas características que se anunciam através de seu corpo e não, como é o caso de Paula, em seus ricos paramentos. Este trecho filia-se nitidamente ao romantismo e causa estranhamento, pois todo o restante do romance pertence à corrente literária realista. Adiante se verá o tipo de recurso expressivo que um tal contraste pode criar.

No decorrer da obra, todo o trabalho do escritor irá ressaltar as misérias a que Eulália foi exposta. Sua narrativa se volta para o trabalho de conotação da sensibilidade ferida de quem antes não conhecia a miséria. Sensibilidade esta que é o ponto de arrimo para a apresentação das sensações que concernem ao contato com a multidão de retirantes pobres, da desolação diante da paisagem desbastada, da indigna prostituição na cidade e do grau de constrangimento necessário para impelir Eulália à sua aceitação. No pólo oposto, enquanto a personagem principal entra em constantes disjunções, o vigário, uma espécie malévola e cínica de ser humano, é um personagem eufórico e conjunto, pois suas qualidades pérfidas lhe garantem sucessos tais como a sedução de Eulália, atravessar o período de estiagem sem sofrimentos e a nomeação para uma paróquia após o fim do flagelo.

Estratégia marcante no trabalho de Patrocínio, esta perda da "dignidade da proeminência social" de Eulália é um notável recurso de sensibilização dos leitores, pois os põem em contato com o que poderia vir a ser um *par* decaído. Assim, ao término do romance, completando o seu papel numa realidade ficcional mas também numa possível realidade social, a personagem principal está degradada, aviltada, doente, solitária e abandonada por suas recentes companheiras de profissão...

> *Quanto a Eulália, ainda ao amanhecer, ardia com a febre intensa que a prostrava, no mesmo lugar em que as companheiras a haviam deixado. Estava de bruços e os vestidos, arregaçados em parte pelos movimentos bruscos, deixavam-lhe ver as meias enxovalhadas e as botinas já fortemente cambadas. (...) Desde então Eulália ficou completamente abandonada; os transeuntes não se demoravam junto dela mais do que junto de um cão, que se debatesse envenenado. Toda gente que enchia o largo ficara convencida de que ali estava uma bêbada e riam do sono pesado e da imobilidade da mísera enferma. Pelas nove horas da manhã, passando uma banda de música pela rua lateral, o povo que enchia o largo correu tumultuariamente para ver o que era. Diversas pessoas tropeçaram no corpo inerte e um retirante, dando-lhe um pontapé nas coxas, exclamou enraivecido:*
>
> *– Leve-te o diabo, besta! Cais aqui para atrapalhar a gente?*
>
> (PATROCÍNIO 1973: 305)

Ao termo de seu périplo de angústias não mais as características físicas de Eulália foram ressaltas – estas podem facilmente ser presumidas –, agora são as vestes que dizem mais do seu estado que seu corpo pode dar a entrever. Aqui se esclarece o contraste entre estilos, o romântico do início do folhetim e o realista de seu desfecho. Se num primeiro momento tudo é idílio, adiante na retirada não há mais como se sustentar qualquer espécie de romantismo.

Tal qual um quadro cujas molduras determinam um dentro e um fora, selecionando o olhar do observador, a literatura também cria suas molduras, que correspondem àqueles lugares no texto, marcados pela transição de estados. Portanto, todo o texto precedente funciona como uma espécie de exórdio cuja função é marcar a passagem de um estado de conjunção com a vida costumeira para um estado de disjunção com a mesma, grifado pela "retirada" em direção à cidade. Do mesmo modo, ocorre a sensação de moldura final quando, por exemplo, aquele personagem principal, o herói do romance, conquista o fim almejado, retorna para o lar, mata o dragão, salva a princesa, ou morre ao longo de sua jornada. Após a morte de Eulália temos a sensação de desfecho, mas o romance se prolonga e termina com uma nota de jornal, noticiando a nomeação do vigário Paula para direção de uma paróquia cearense:

> *A cidade de... recebe no seu novo vigário um digno apóstolo da religião do Calvário. Prouvera Deus que sempre a nossa fé tivesse como órgãos homens iguais: a moralidade e a caridade reinariam eternamente sobre o mundo.* (PATROCÍNIO 1973: 314)

Neste sentido, o recurso retórico é significativo, pois insere um tipo diferente de linguagem, a jornalística, em um contexto de ficção literária. (LOTMAN 1978: 465) Irônico em seu desfecho, o romance faz uma crítica ao catolicismo da época, mas disfarça nesse plano expressivo uma crítica muito mais dura à imprensa e ao seu modo corriqueiro de pontuar informações sem contexto, sem história. Em síntese, Patrocínio lança mão de um recurso literário, o metatexto, para pensar a própria constituição do jornalismo de sua época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, LOGATTO, Rosângla. "Imagens da seca de 1877-78 no Ceará". *In: Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 114, 1994, p. 71-83.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

KOSSOY, Boris. "Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia". *In:* SAMAIN, Etienne. (org.). *O fotográfico.* São Paulo: Editora HUCITEC, CNPq, 1998.

LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida: ensaios de sociossemiótica.* São Paulo, EDUC/Pontes, 1992.

LÓTMN, Iuri. *A estrutura do texto artístico.* Lisboa: Edtorial Estampa, 1978.

MAGALHÃES JR., Raimundo. *A Vida Turbulenta de José do Patrocínio.* Rio de Janeiro: Editora Sabiá, s/d.

PATROCÍNIO, José. (org.) *A Campanha Abolicionista:* coletânea de artigos; introdução: CARVALHO, José Murilo. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1996.

PATROCÍNIO, José. *Os retirantes.* Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

PINTO, Manoel de Sousa, *Raphael Bordallo Pinheiro:* O Caricaturista. Lisboa: Livraria Ferreira, 1915.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Ensino de História nas escolas da rede pública de Dourados - MS, no período de 1971 a 2002, um estudo de caso da E. E. Presidente Vargas - Reflexões Preliminares.

Irene Quaresma Azevedo Viana*[1]

Resumo: O presente trabalho corresponde à parte da Dissertação de Mestrado em História, que está em andamento: O Ensino de História nas escolas da rede pública de Dourados, no período de 1971 a 2002 – "um estudo de caso da E. E. Presidente Vargas". Pretendemos fazer uma introdução fundamentada em aspectos que efetivaram o ensino público de História nas escolas brasileiras, onde teceremos algumas considerações para entender as razões da introdução do Ensino de História na Educação Básica no então Estado de Mato Grosso e particularmente nas escolas públicas de Dourados-MS. Discorreremos sobre o processo de escolarização e como a Disciplina de História foi sendo incorporada no currículo escolar, apontando os objetivos e a importância deste ensino e especificamente tratar das práticas escolares que envolveram o Ensino de História no período de 1971 a 2002 na E.E. Presidente Vargas em Dourados-MS.

Palavras – chave: ensino – história – escola

Abstract: The present work corresponds to the part of the Dissertação de Mestrado in History, that is in progress: Ensino de História in the schools of the public net of Golden, in the period of 1971 a 2002 - "study of case of And And President Vargas". We intend to make an introduction based on aspects that had accomplished the public education of History in the Brazilian schools, where we will weave some considerações to understand the reasons of the introduction of Ensino de História in the Been Basic Education in then of Mato Grosso and particularly in the public Dourados-MS schools. We will discourse on the escolarização process and as Disciplina de História was being incorporated in the pertaining to school resume, pointing the objectives and the importance of this education and specifically to deal with the practical pertaining to school that had involved Ensino de História in the period of 1971 a 2002 in the E.E. President Vargas in Dourados-MS.

Keywords: education - history - school

Ao analisar o ensino de História durante a década de setenta do século XX no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 5692/71, visando observar a aplicação da lei no Ensino de História num contexto particular é pertinente à análise de alguns pontos como a conjuntura política e social do período; a política educacional brasileira nos anos 70 e respectiva legislação; a História do Ensino no Brasil, e por fim, a História do Ensino de História no Brasil.

[1]* VIANA, Irene Quaresma Azevedo – Mestranda em História/UFGD, Professora Multiplicadora do NTE/Dourados, email:ireneviana_4@hotmail.com

Pode-se assinalar que a década de setenta do século XX, no Brasil, foi marcada por grandes mudanças no aspecto econômico, social, político e também educacional, pois, durante essa década, vivemos o "milagre econômico", os desdobramentos da promulgação do AI-5 (em fins de 1968), o recrudescimento da ditadura e as Reformas Educacionais do Ensino Primário e Secundário.

Este último ponto, aliás, é o que mais nos interessa, pois nosso recorte cronológico se dá principalmente em função da Reforma Educacional ocorrida em 1971, cujo aparato legal foi a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 5692/71, que reformulou o ensino em importantes aspectos tais como: torna-se obrigatório a escolaridade para crianças entre sete e quatorze anos; o Ensino Fundamental passa a ser realizado em oito anos (1ª a 8ª série); é extinto o exame de admissão; e o Ensino Secundário passa a ser de três ou quatro anos, de cunho totalmente voltado para o ensino técnico. Em suma, a Lei 5692/71, fixava o objetivo geral da educação da seguinte forma: "Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a função necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto–realização, qualificação para o trabalho e preparo consciente da cidadania."(LEI 5692,1971).

Podemos então perceber no artigo primeiro da Lei 5692/71, que um dos principais objetivos da Reforma Educacional, era formar "cidadãos" aos moldes do governo vigente e trabalhadores qualificados, já que o Ensino Secundário passou a ser totalmente voltado para o tecnicismo.

Outro ponto que merece ser ressaltado a respeito da LDB 5692/71, diz respeito ao Ensino de História, este sim, de acordo com Selva Fonseca:"[...] constituiu-se alvo de especial atenção dos reformadores. Constatamos, neste período estudado, sobretudo após 1968, uma série de mudanças no Ensino de História. Num primeiro momento elas se processavam em estreita consonância com as diretrizes políticas do poder do Estado[...]".(FONSECA, 1993:25).

A citação acima nos revela a preocupação do regime vigente com o Ensino de História, já que esta disciplina tem por essência a análise crítica de conteúdos, o que não era o interesse dos militares, pois a estes não era interessante a formação de pessoas com visão crítica. O Ensino de História foi substituído, então, nas séries iniciais pela disciplina Estudos Sociais, disciplina que englobava conhecimentos de História e Geografia. Já nas séries seguintes dos Ensinos Fundamental e Secundário, exceto no último ano do Secundário, o

ensino de História era ministrado por professores formados nos cursos de licenciatura curta mais estudos adicionais e/ou formados em licenciatura plena.

Ainda durante a década de 70 podemos observar as conseqüências e desdobramentos da Reforma Universitária de 1968, em perfeita consonância com a legislação seguinte, a LDB 5692//71, já que, teoricamente, de acordo com esta reforma, caberia aos professores a tarefa de passar os conteúdos pré-selecionados pelo governo e ao aluno, recebê-los.

Alguns autores mencionam a escassez de uma produção historiográfica sobre o Ensino de História envolvendo fontes não-oficiais. Esta pesquisa, buscando ocupar essa lacuna, está sendo desenvolvida, em grande parte, junto a fontes não-oficiais e relatos de professores que atuaram na Escola Estadual Presidente Vargas, localizada no município de Dourados - MS. Os documentos oficiais e não-oficiais e as experiências contadas pelos professores podem retratar com uma maior riqueza as experiências vividas dentro da escola. A partir da análise destas fontes buscaremos relacionar as práticas escolares com os relatórios e pareceres emitidos ao Governo pela Escola, para verificar até que ponto ocorria à aplicação da LDB 5692/71. Devemos considerar ainda a posição social da escola no município e seu contexto frente ao cenário nacional.

A escolha desse método de trabalho tem respaldo na seguinte afirmação de Décio Gatti Junior:

> [...] *seja na formulação de interpretações ou análises que dêem conta do presente ou do passado, as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias, e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira [...]* (GATTI, 2002: 04).

O estudo e a utilização das fontes não oficiais, podem nos enquadrar no domínio da História Cultural, que tem sido freqüentemente citada e discutida por historiadores da educação.

Para complementar o pensamento acima, Pesavento afirma em termos gerais "[...] que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprio e o mundo [...]" (PESAVENTO, 2003:42).

É oportuno destacarmos que na década de 70 do século XX, transformações de grande importância ocorreram em âmbito da geopolítica brasileira, referimo-nos em especial à criação do Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado de Mato Grosso, através da lei

complementar número 31, sancionada pelo Presidente Ernesto Geisel em 11 de Outubro de 1977. Essa divisão marca uma nova fase na história política administrativa do novo estado. Entretanto, poucas são as alterações no que se refere às questões políticas relativas aos interesses imediatos das forças sociais que davam sustentação ao regime militar, principalmente, dos grupos latifundiários do Sul de Mato Grosso - e a ampliação da base parlamentar da ditadura militar para dar sustentação à chamada abertura lenta e gradual implementada pelo governo de Ernesto Geisel.

Foi nesse momento de mudanças políticas que marcou o início de Mato Grosso do Sul, que é elaborado o 1º Plano Estadual de Educação do Estado, estabelecido para o período de 1981 a 1983, o qual traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento do ensino, quanto à construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares, entre outros. Com poucos meses de trabalho a Profª Marisa Joaquina Serrano Ferzelli, então Secretária de Educação e sua equipe, elaboram o primeiro Plano Estadual de Educação (IPEE)[2] que ela define como sendo:

> *"... um documento que, embasado no diagnóstico das realidades regionais do Estado, em articulação com o III Plano Nacional de Desenvolvimento e em consonância com as prioridades definidas pelo III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, servirá de referência para o estabelecimento e o desencadear de uma "nova" ação educativa para um "novo" Estado".* (SOUZA, 1997:187).

O 1º Plano Estadual de Educação de MS – (I PEE), apresenta-se como subsidio para uma nova metodologia a ser executada no período de 1981/1983.

Com esse Plano a educação no Estado de MS inicia uma nova e necessária etapa de fundamental importância para o seu desenvolvimento. A estrutura básica desse trabalho, atendendo às metas prioritárias estabelecidas pelo III Plano Setorial de Educação e Cultura, buscou diagnosticar em termos físicos, demográficos, econômicos e educacionais a realidade do Estado estabelecendo diretrizes, prioridades, objetivos, mecanismos de ação e avaliação para a Educação no Meio Rural e Periferias Urbanas, Valorização de Recursos Humanos e Desenvolvimento Cultural.

Nota-se um fato curioso constante na redação do plano no que diz respeito às características demográficas, o texto diz: "[...]55% da população vivem nas zonas rurais, o que foge à tendência nacional de concentração urbana. A área que apresenta maior concentração populacional é a dos municípios que compõem a "Grande Dourados" onde se

[2] I Plano Estadual de Educação (IPEE) – Campo Grande: Secretaria de Educação/MS, 1981.

encontram densidades demográficas variando de 10 a 150 hab/km², quando a média geral de habitante por km² no estado é 4hab/km²[...]" (I PEE, 1981).

Esses dados nos mostram o quanto essa região considerada Microrregião – Campos de Vacaria e Mata de Dourados, envolvendo nessa época 20 municípios, era promissora.

Quanto ás orientações pedagógicas: as "Diretrizes Curriculares do Ensino de 1º Grau, 1ª a 4ª série, foram implantadas em Campo Grande. Nas cidades de Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Dourados, apenas nas 1ªs séries. Em caráter experimental, as Diretrizes foram implantadas em algumas escolas de Fátima do Sul e Paranaíba. Nos outros municípios continua o ensino tradicional, havendo escolas que trabalham o nível de disciplinas e/ou áreas de estudos.

Um dos aspectos positivos do Plano foi à tentativa de envolver um número maior de elementos no processo de pensar a Educação e reconhecer o papel de outras instâncias da vida no trabalho educativo da escola. Como diz o documento: "Este Plano visa fornecer a todos os elementos engajados no processo educacional uma tomada de posição, envolvendo não somente a escola, mas toda a comunidade, de cuja participação na execução e na avaliação, o sistema não pode prescindir". (SOUZA, 1997:188).

Não constam no I PEE o número de professores habilitados, nem quais as habilitações que predominam. Como nosso foco de interesse específico é o Ensino de História e não está contemplado nada específico por área do conhecimento no I PEE, optamos em apenas pontuar alguns elementos de forma mais geral sobre o campo educacional do Estado recém-criado.

Quanto ao tema de pesquisa que está em andamento: O Ensino de História, nas escolas da Rede Pública de Dourados, no período de 1971 a 2002, um estudo de caso da E.E. Presidente Vargas em Dourados – MS salientamos que até esse momento a pesquisa se limitou a fontes bibliográficas e análises de documentos, estes, porém não incorporados ao texto ainda. Posteriormente utilizaremos fontes orais com depoimentos de ex-alunos, ex-professores e professores para analisar como aconteceu de fato o ensino de História na Escola Estadual Presidente Vargas, a partir de 1971 a 2002.

Para compreendermos melhor a Educação no município de Dourados recorremos a Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Dirce Nei Freitas, onde afirmam que:

> *A história da educação formal, no município de Dourados, inicia-se nas duas primeiras décadas do século XX marcada pela iniciativa privada.Primeiramente o ensino realizado pelas próprias famílias: alfabetização, leitura, primeiras noções*

> *gerais e de cálculo. A seguir, a ida à escola da fazenda para o ensino primário com o professor itinerante ou, na vila, a ida à escola particular na casa do próprio professor* (FERNANDES, 2001).

Partindo da afirmação das autoras, constatamos que nas primeiras décadas do século XX, a Educação em Dourados, não era oferecida pelos governos constituídos. Ainda de acordo com as autoras a partir dos anos 1930, além dos professores itinerantes na zona rural começaram a existir na vila escolas particulares de vários professores, como a Escola Reunida do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo, a Escola Moderna (escola ativa), a de Laucídio Paes de Barros, de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé. Em 1939 foi criada a primeira escola com turmas de 1ª a 4ª série: a escola particular Erasmo Braga da Igreja Presbiteriana do Brasil, sem contar ainda com a presença do Estado na Educação formal do agora município, Dourados, a iniciativa privada ampliou-se em 1941 quando a Igreja Católica criou a Escola Paroquial "Imaculada Conceição". As escolas particulares urbanas contavam, então, com escolas de jardim de infância e primário. (FERNANDES, 2001).

O Estado se fez presente no município de Dourados, primeiramente com oferta do ensino primário nos anos 1940.A esfera municipal criou, no início dessa década, a primeira escola municipal e ampliou sua atuação nos anos subseqüentes. Em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de "instrução primária" gratuita para os filhos de colonos, Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada para a área rural (FERNANDES, 2001).

No período de 1943 a 1950 verificou-se a atuação federal, na região, com a construção de 12 escolas pela administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Tem-se a informação de que no início da colonização foram instaladas 150 escolas no Núcleo Colonial de Dourados, as quais foram transferidas para as Prefeituras Municipais.

No início dos anos 1950, também se fez presente o ensino estadual com a criação do Grupo Escolar "Joaquim Murtinho", oferecendo o então ensino primário (1ª a 4ª séries). Também segundo Fernandes & Freitas se a década de 40 e o início da de 50 foram marcados pela organização e ampliação da ação pública no ensino em Dourados, toda a década de 50 registrou a expansão da iniciativa particular no ensino. Ainda em 1950 foi criado o Patronato de Menores. Em 1954 a escola particular Oswaldo Cruz passou a oferecer além do primário o ensino ginasial diurno e noturno. Em 1955, foi criada a escola particular "Imaculada Conceição", funcionando em dois períodos, em regime de internato e semi-internato. Em

1958, foram criados os estabelecimentos particulares "Ginásio Nossa Senhora da Conceição" e a "Escola Normal Nossa Senhora da Conceição". O Patronato de Menores transformou-se no estabelecimento denominado "Educandário Santo Antônio". Em 1955 começa a funcionar a primeira escola estadual com oferta do ginásio denominada "Ginásio Estadual Presidente Vargas", a qual é nosso foco de estudo, essa escola criada na década de 1950, oferece o "Ensino de História" desde a sua criação o que contempla o nosso objeto de pesquisa.

A Escola Estadual Presidente Vargas foi criada por meio da Lei 427, de 2 de outubro de 1955, recebendo a denominação de Ginásio Presidente Vargas. A área de 10 mil metros quadrados, localizada ao sul da Rua Oliveira Marques, foi doada pelo professor Celso Muller do Amaral, que foi o primeiro diretor da instituição. Segundo documentos oficiais da escola, Celso Muller do Amaral e o pai Vlademiro Muller do Amaral conversaram com o então governador do MT, Fernando Correia da Costa, que providenciou toda papelada.

Segundo o Profº Nei Elias Coineth que assumiu a direção da escola no início de 2005, a estrutura física da escola, conta no momento com 24 salas de aulas, uma sala para deficientes visuais, uma sala de informática, além de um corpo docente qualificado. Em 2005, em comemorações aos 50 anos da escola foi desenvolvido o Projeto: "Vargas 50 anos", com exposição de fotos e documentos que segundo os organizadores resgatam a história da mais tradicional escola de Dourados e também a maior em número de alunos, sendo também a segunda maior escola pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Participaram desse projeto todos os 2.500 alunos matriculados nos Ensinos Fundamental, Médio e Cursinho Popular[3], coletaram desde o início do ano letivo de 2005, documentos, fotografias e objetos, que constituíram a história da escola. Também foi produzido um vídeo pelos alunos, no qual ex-diretores relembram momentos marcantes deste cinqüentenário, partes destes documentos serão utilizados como fontes nesta pesquisa.

Sobre os documentos encontrados nos arquivos da E.E. Presidente Vargas, há registros de vida funcional dos professores, atas diversas e documentos oficiais, porém, especificamente registros pedagógicos, como planos de aulas, provas, tipo de materiais didáticos utilizados pelos professores que atuaram no Ensino de História, não existe nada disponibilizado, isso porque a escola não tendo um lugar adequado para guardar tais documentos, segundo informação da direção, incinera-os. Partindo dessas informações, sendo meu objeto de estudo a partir de 1971, utilizarei fontes orais, através de entrevistas com ex-

[3] Curso Popular Pré-Vestibular (CPPV) foi instituído pelo governo estadual, primeiramente em 2001 apenas em Campo Grande, e a partir de 2004 se fez presente em mais 25 municípios do Estado, incluindo Dourados, por meio da Secretaria de Estado de Educação (SED).

professores, ex-alunos, para entender como se deu o "Ensino de História" nos diferentes períodos analisados, bem como os documentos oficiais que a escola dispõe.

Referências Bibliográficas:

BITTAR, Marisa, *Mato Grosso do Sul: Do Estado sonhado ao Estado Construído (1892 – 1997).* Tese de doutorado, USP, 1997. 538p.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola & FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *Percursos e Desafios da Municipalização do Ensino Fundamental em Dourados-MS* – DED – UFMS.(disponível em: www .anped.org.br/26/trabalhos/mariadilneiaespindolafernandes.rtf -).

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: 6ª edição, Papirus, 1993,

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). História e *Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte* – MG: Autêntica, 2003

LEI DE DIRETRIZES E BASES – *LDB - de 1º e 2º graus* (Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971).

GATTI, Décio.J: *A história das instituições educacionais. Novos temas em História da Educação Brasileira*. (orgs) José Carlos Souza Araújo & Décio Gatti Junior . Campinas – SP:Autores Associados; Uberlândia – MG EDUF, 2002

I Plano Estadual de Educação (*IPEE*) – Campo Grande: Secretaria de Educação/MS, 1981.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural.* Belo Horizonte, Autêntica, 2003,
SOUZA, Cláudio Freire de, 1997

TOALDO, Ciro José. *O Novo Sindicalismo e a Mobilização dos Professores da Rede Pública Estadual Sul-Mato-Grossense:Avanços e Rupturas (1979/1992)* – Dissertação de Mestrado, UFMS – 2003.

SOUZA, Cláudio Freire de *Terra e Poder em Mato Grosso do Sul – As Alianças políticas e os Projetos de Educação*, Tese de Doutorado em Educação, UNIMEP – Piracicaba, SP, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná

Carla Cristina Nacke Conradi*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo principal compreender o devir recente dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. Com a construção da Usina a comunidade indígena foi reconhecida oficialmente pela Funai e depois de muitas negociações entre Usina, Funai e os índios, os Guarani foram assentados numa pequena área considerada imprópria para a sua organização socio-espacial. Todavia, foi nesse novo estabelecimento que eles reelaboraram suas práticas de luta e iniciaram um processo de denúncias, tanto no contexto nacional quanto internacional, sobre o descaso do Estado em relação à sua cultura e aos seus direitos. A partir desta mobilização política a recuperação de seu território tradicional (de 1500 hectares) foi possível. Conquistaram assim, o Tekoha Añetete.

Palavras-chave: Guarani, Oeste do Paraná, Hidrelétrica de Itaipu.

Abstract: This work has as main objective to understand Guarani Ñandeva recent in the west of Paraná due to the construction of Itaipu Hydroeletric. With the construction of the Itaipu Hydroeletric community was recognized officially by Funai after a lot of negociations among Itaipu Hydroeletric, Funai, and the Indians, the Guarani was stated in a small area considered for your partner-space organization. However, it was in this new establishment that them observe your fight practices and they began a process of accusations, at the contect of national and international, on the negligence, in relationship a culture and your rights. Starting from this political mobilization the recovery of your territory tradictional (1500 hectares) it was possible. They conquered like this, the Tekoha Añetete.

Keywords: Guarani, West of Paraná, Hydroeletric of Itaipu.

Este artigo faz parte da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, que tinha como objetivo principal discutir as ações desenvolvidas pela comunidade Guarani Ñandeva, na região Oeste do Paraná, quando teve seu território desapropriado pelo Estado para a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. As posturas assumidas pela Itaipu, Funai e Incra, no episódio da construção da Usina, com relação às populações indígenas, também foram levadas em conta no trabalho. A Itaipu foi construída na década de 1970, em um acordo com o Paraguai,

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, professora do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisa desenvolvida com bolsa do CNPq.

portanto, um empreendimento binacional, com o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do rio Paraná.

Minha experiência como estagiária voluntária, junto ao CEPEDAL (Centro de Estudos Pesquisas e Documentação da América Latina), sob a orientação da professora Dra. Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, representou o passo inicial para o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo era a organização de documentos escritos provenientes da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional, referentes ao envolvimento e conflitos entre os emissários da empresa, da Funai e do Incra, e os Guarani que habitavam a região Oeste do Paraná. Tal acervo documental constituiu-se como fontes basilares dissertação.

O processo de ocupação do Oeste do Paraná pela sociedade nacional se desenvolveu a partir da usurpação dos territórios indígenas, uma vez que já ficou comprovado que nesta região existiam comunidades indígenas dotadas de organização social e espacial significativas. O contato interétnico se deu mais acirradamente com o processo de colonização do período de 1940 a 1960, quando o Estado brasileiro objetivou ocupar o espaço e transformá-lo em produtivo. Posteriormente, o mapeamento e planejamento da construção da Usina de Itaipu resultou na *descoberta* de indígenas no oeste paranaense, e, conseqüentemente, o seu reconhecimento oficial pela Funai. Tal reconhecimento, no entanto, não garantiu à comunidade a manutenção de seu último espaço tradicional, denominada Jacutinga.

A partir do reconhecimento oficial desenvolveu-se toda uma política de negociações entre Itaipu, Funai e Incra de um lado, representando os interesses do Estado, e de outro, o Conselho Indigenista Missionário e Associação Nacional de Apoio ao Índio e os Guarani, que culminou na demarcação da reserva Indígena Santa Rosa do Oco'y em 1982, assentamento a comunidade em uma área de 251,15 hectares.

Os órgãos ligados às negociações da nova terra, de Santa Rosa do Oco'y, percebiam que os problemas em relação à sociedade indígena e, mais especificamente à questão territorial, estavam definidos e resolvidos, sendo que cada integrante das discussões assumiu suas responsabilidades, e, dentro deste grande conjunto, tudo estava ordeiro. Ora, se o problema era o deslocamento desta população para uma nova área, isso já havia sido concretizado.

Veremos, no entanto, que novos acontecimentos surgem no mesmo território envolvendo a mesma comunidade indígena. É importante salientar que estas contingências incomodaram a Usina de Itaipu e muitas foram decorrentes da mobilização indígena dos

Guarani que organizaram práticas para solucionar os problemas conseqüentes da política empregada pela Usina, mas, acima de tudo, para viabilizar a reivindicação dos 1.500 hectares indígenas usurpados pela sociedade nacional desde os primeiros anos de contato.

Uma vez que o processo de reconhecimento do grupo indígena pela sociedade nacional se deu de forma errônea, juntamente com a proposta de seu assentamento, resultando assim nos diversos problemas enfrentados por tal coletivo desde os primeiros anos ali vividos. Duas questões ainda não foram resolvidas: por que os Guarani aceitaram a área oferecida pela Itaipu, e, será que os índios não sabia que tal área poderia trazer no futuro problemas para sobrevivência do grupo?

Por meio de consulta minuciosa à documentação, iniciei um processo de investigação e, após algumas análises, procurei produzir a trajetória dos acontecimentos. Na carta escrita pelos Guarani em 22 de março de 1982, ou seja, dois meses antes de terem aceito a nova terra – 12 de maio de 1982 – a fala dos mesmos era enfática:

> *Essa proposta da Itaipu é de reassentar nessa comunidade em 121 ha de terra. Parece que a Itaipu não entendeu a nossa carta de dia 05 de fevereiro, onde nós já explicamos que só aceitamos sair da nossa terra para ir para uma outra que ofereça condições de vivermos no nosso sistema.*[1]

A possibilidade de aceitar a terra estava longe de ser considerada. Isso denota que, para além de uma política de preservação de sua terra, logo também de sua cultura diferenciada, o trecho acusa que a comunidade indígena tinha a consciência do processo de usurpação de sua terra.

> *Essa terra proposta pela Itaipu é muito pequena para o guarani viver. No nosso sistema os ranchos ficam longe um do outro, e essa terra é muito pequena para fazer desse jeito. Também as roças não vai dar para fazer no sistema guarani, por causa da terra ser muito pequena. Tem que fazer cemitério, e o lugar aqui é muito pequeno. Como, então, vamos enterrar nossos mortos? Além disso tudo, não podemos perder 1500 ha e receber 121 ha. A lei garante 1500 ha para nós, mas a Itaipu parece que não quer conhecer a lei.*[2]

---

[1] DOC. 23: Pasta 1982, Seção: Correspondência, Assunto: Solicitação de área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Data: 22.03.1982, Local: Aldeia Oco'y, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do Oco'y. Destinatário: Funai.

[2] DOC. 23: Pasta 1982, Seção: Correspondência, Assunto: Solicitação de área maior e recusa da área proposta pela Itaipu, Data: 22.03.1982, Local: Aldeia Oco'y, São Miguel Do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do Oco y. Destinatário: Funai.

Quanto à possibilidade de os índios não perceberem que a área traria futuramente problemas à sobrevivência e uma possível desestruturação do grupo, essa hipótese está descartada também.

Outro documento instigante é uma segunda carta da comunidade endereçada à Itaipu, uma semana antes do aceite final. Na carta eles exigem uma reunião na aldeia Jacutinga, para resolver o problema da terra definitivamente e desmentir supostos boatos que teriam saído nos jornais locais, afirmando que os índios haviam aceitado a proposta da Itaipu. Tal ação é, antes de tudo, uma forma de trazer a Itaipu para dentro de seu território e assim discutir e resolver de forma igualitária a questão. Mas o documento ainda enfatiza uma posição contínua, ou seja, "tamo firme em não aceitar os duzentos equitares oferecido pela Itaipu. Aceitamo si a Itaipu nos der ária maior igual o que tinhamo antes. Nóis estamo falando ei nome de todo os guarani que mora na Aldeia Rio Coi e Rio Jacutinga (sic)".[3]

As respostas das perguntas feitas acima confirmam a percepção (já discutida na introdução deste trabalho) de que os grupos indígenas são agentes de sua história e atuantes em todos os momentos de contato com a sociedade nacional, seja esta atuação de luta, de resistência ou de adaptação. Conseqüentemente, é estimulante saber o porquê de eles terem aceitado terra inadequada, mudando de idéia em poucos dias. Obviamente que a proposta da Itaipu há tempos era estudada pelos Guarani, e a cogitação parece ser sempre na negação da terra, mas pode-se também indagar que esta constante negação foi uma tática para a conquista de algo melhor, aliás muito melhor, pois o sonho/meta dos 1500 hectares nunca foi abandonado.

No dia seguinte à celebração do acordo entre Itaipu e os índios Guarani, Juvêncio Mazzarollo, identificando-se como documentarista, foi até a reserva Indígena objetivando averiguar denúncias de que os índios estariam passando por diversas dificuldades, desde auxílio à alimentação, vestuário, saúde e adaptação à nova área. Posteriormente, Mazzarollo elaborou uma carta descrevendo a situação em que encontrou os indígenas, discutindo todo o processo de desolação em que a comunidade estava inserida, advogando em favor do grupo em todos os momentos do documento. Para tanto anunciou que fora constituído um Comitê Pró-Índios do Ocoí, comitê encarregado "de prestar-lhe uma ajuda de emergência e de encaminhar a questão a quem de direito ou a entidades destinadas a esse tipo de atuação". [4] O

[3] DOC. 15: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Data: 06.05.1982, Local: Aldeia Guarani, Rio Ocoí, Rio Jacutinga. Emitente: Pedro Avalos; Terezino Centurião; Fernando Martins; Lucas Vilalba; Casimiro Pereira; João Centurião; Inocêncio Acosta; (ilegível) Centurião e Delassanto Pereira. Destinatário: ITAIPU e FUNAI.

[4] DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denuncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

documento escrito por ele foi a primeira ação desenvolvida pela Comissão e foi enviado a vários órgãos: Itaipu, CIMI, Funai, Comissão de Justiça e Paz, parlamentares e a imprensa.

> *Cientes que deveriam abandonar sua área a qualquer momento – mas sem nunca saber quando -, os índios pararam de plantar, de modo que há mais de um mês esgotaram-se os poucos gêneros alimentícios por eles cultivados. Em tais situações, costumavam eles trabalhar como bóias-frias em fazendas próximas à sua aldeia, recebendo pelo trabalho entre 300 e 800 cruzeiros por dia, com o que os índios compravam artigos que lhes faziam falta. Acusam porém que em muitos casos os patrões negaram-se a pagar até mesmo este soldo, sob pretextos os mais escandalosos possíveis. Ocorre que hoje a área do Reservatório que será formado em outubro próximo está completamente abandonada, não havendo lavouras que possam dar emprego para os índios, mesmo que fosse sob o regime de exploração a que se submetiam. Ademais, eles não se atrevem a buscar recursos de subsistência fora dos estreitos limites de sua área em virtude de forte medo acumulado durante anos e anos de ameaças partidas dos grileiros de terras.*[5]

Deveriam deixar suas terras em algum momento, mas isso não iria significar deixá-las sem lutar, pois, antes de iniciar as negociações com os agentes da Itaipu e Funai, por uma nova área, e após a constatação que a terra ocupada seria alagada, a sociedade indígena não acreditava que a inundação poderia acontecer. Não é fácil pensar que o rio iria afundar aquelas terras, e tudo o que estivesse nelas. Perceberam, contudo, que isso não seria o grande problema a ser enfrentado, mas sim a gigantesca ação conjunta entre os órgãos estatais de teimar em construir uma Usina – obviamente sem sentido nenhum para eles – em seu território.

A desestruturação organizacional no modo de viver dos Guarani é constatada quando estes sujeitos não têm mais tempo e significado para trabalhar a terra, seguir suas tradições e costumes em relação às suas práticas culturais. Todavia a dinamicidade da cultura é percebida também, quando estes ressignificam suas ações na luta organizando-se na defesa da terra, depois na obtenção da conquista dos 1500 hectares, que concebem como seu território.

A carta de Juvêncio apresenta os Guarani do Oco'y enquanto grupo étnico aculturado, atrasado, frágil, sem culpa de terem suas terras usurpadas, alheios ao processo de modernização da sociedade nacional, constatando que "se trata de uma tribo sem iniciativas e

[5] DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denuncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

incapaz de qualquer resistência. Os índios não têm, por exemplo, um artesanato que se apresente como original e próprio". [6]

Esta questão foi explorada por Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (2001), quando o mesmo discutiu a visão negativa que a sociedade nacional quase sempre faz dos grupos indígenas. Sociedades rotuladas como imutáveis são aos poucos melhor entendidas pela Antropologia e pela História quando se estabeleceu novos conceitos e parâmetros para se estudar os grupos existentes no Brasil. Descobre-se, então, que não estão fadados ao desaparecimento, mas sim que são parceiros do presente e do futuro. Estes estão constantemente ressignificando os signos de sua cultura. Para aludir a esta questão, Arruda estabelece o conceito de campo de intermediação, para mostrar a dinâmica das relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional.

> *Os povos indígenas reproduzem suas sociedades e culturas num campo social – o campo de intermediação – que "compatibiliza" as relações entre as sociedades indígena e a nacional. Este campo, marcado por relações de conflito e por visões de mundo contraditórias e excludentes, constitui-se na interpretação das dinâmicas da sociedade indígena e da sociedade envolvente (ARRUDA, 2001: 51).*

O que o autor está discutindo é a ressignificação dos signos da cultura, questão já trabalhada também por Marchal Salihns (1990). O contato, o campo de intermediação é um espaço de reorganização, ou seja, "nesse espaço social torna-se impossível distinguir sociologicamente as dinâmicas internas à vida tribal das externas [...] configurando uma luta de resistência de um sujeito histórico reduzido à subordinação, que se redefine na defesa de sua existência como povo singular" (ARRUDA, 2001: 51).

Não há, todavia, como estabelecer uma descaracterização cultural dos Guarani pelo episódio do embate com a sociedade nacional pela construção da Usina, pois não se concebe o contato interétnico pautado na aculturação. Talvez a sua forma organizacional foi afetada, mas a cultura não sendo estática, presa, se reelabora, redefinindo até mesmo a imagem que a sociedade indígena faz de si mesma. Aceitar a terra não foi parte desta ressignificação?

Conforme Sylvia Caiuby Novais (1993), a descaracterização cultural dos grupos indígenas foi amplamente difundida por inúmeros estudos de aculturação sobre grupos indígenas no Brasil. A cultura seria um produto acabado, um acúmulo de traços culturais e genéticos passados como herança social, mas que poderiam ser perdidos frente ao contato.

[6] DOC. 24: Pasta: 1982, Seção: Relatório, Assunto: Denuncia do estado de abandono em que se encontrava o grupo indígena Guarani, Data: 22.05.1982, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comissão Pró-Índio do Ocoí.

Um processo de mudança social percebido como substituição de elementos da cultura tradicional por outros da cultura dominante (1993: 40).

> *Esta perspectiva permite perceber a situação de contato não como a destruição de modos tradicionais de vida, mas como um processo que leva à construção de um novo estilo de vida, com novas estratégias e alternativas, onde a cultura tem uma dimensão essencialmente dinâmica e adaptativa (NOVAIS, 1993: 42).*

Maria Celestino de Almeida (2003) contribui com a discussão da dinamicidade da cultura com seu conceito de cultura de resistência adaptativa.

> *A compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível, formado pela articulação contínua entre tradições e experiências novas dos homens que a vivenciam, permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato, quando as transformações se fazem com muita intensidade e violência (ALMEIDA, 2003: 33).*

Partindo do exposto, Almeida identifica os aldeamentos como espaços de recriação da cultura a partir da prática estabelecida do contato, acrescentando que os índios contribuíram para o processo de sua metamorfose, atribuindo significados próprios a códigos adquiridos, conforme se relacionavam com o novo.

> *Nessa perspectiva, é possível pensar os aldeamentos como algo mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. É possível perceber em seu interior a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada. Além das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender ali novas práticas culturais e políticas que lhes permitiam colaborar e negociar com a sociedade colonial em busca das possíveis vantagens que sua condição lhes permitia [...] populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses (ALMEIDA, 2003: 34).*

Assim, a aceitação da nova área pelo coletivo Guarani pode ser pensada como uma tática de sobrevivência e de política de manutenção cultural de uma sociedade distinta etnicamente. Uma vez que, diferentemente de outras comunidades indígenas que esperam pela

demarcação de seus territórios, e padecem com a lentidão da burocracia estatal da Funai, os Guarani tiveram suas terras demarcadas rapidamente, cujo interesse pela demarcação era intencional por parte da Usina. Se, por alguns momentos, houve atrasos, foram pelas reivindicações dos Guarani. Um espaço de 1500 hectares, a Itaipu insistia em não encontrar, ou, se encontrava, estava localizado em outras regiões longínquas, originalmente povoadas por comunidades Guarani Ñandeva.

Receber a nova área seria uma forma de criar um novo espaço de negociação com a Itaipu e a Funai, a luta pelos ideais guarani continuaria. As práticas seriam, no entanto, construídas a partir da experiência de viver naquele novo espaço. Estar na reserva permitiria conhecer melhor o outro, a sociedade nacional, e construir formas de luta para se pensar o amanhã e reocupar o território de 1500 hectares.

Minha estratégia é analisar esta questão como uma tática indígena de sobrevivência e organização em busca de novos territórios. Conforme Almeida, estar naquele espaço constituído pelo Estado permitiria conhecer as políticas estratégicas do mesmo, principalmente conhecer como a Itaipu era construída e representada pelo Estado. Permanecer em seu território permitira também voltar a dialogar/ negociar novos espaços.

O conceito de cultura de resistência adaptativa de Almeida fornece indícios de que os Guarani se fortaleceram e aprenderam a usar das políticas do Estado para reocupar seus territórios.

Atualmente novas táticas estão sendo reelaboradas pela comunidade indígena. Uma das mais expressivas foi a *entrada* de 55 índios da reserva Santa Rosa do *Oco'y* no Porque Nacional do Iguaçu no dia 3 de setembro de 2005. Os Guarani entraram 500 metros no interior do Parque, abriram uma clareira, improvisaram suas casas e tentaram reproduzir, segundo o cacique Simão Retã Tupã Villalva, seu modo tradicional de vida, pois a reserva não oferecia condições mínimas de sobrevivência.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidades e cultura nas aldeias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARRUDA, Rinaldo S. Vieira. Imagens do índio: Signos de intolerância. In: GRUPIONI, Luís D. Benzi; VIDAL, Lux; FISCHANN, Roseli. (Orgs.). **Povos indígenas e tolerância**: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp, 2001. p. 43-61.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Ñandeva no Oeste do Paraná** (1977-1997). 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos**: imagens e representações de si através dos outros. São Paulo: Edusp, 1993.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Currículo, Gênero e práticas culturais: desafios ao ensino de história

Andreza de Oliveira Andrade[1]

Do ponto de vista de uma historiadora como eu, que ousa embrenhar-se pelas selvas discursivas de onde "brotam" as identidades de Gênero, as questões que dizem respeito à sua constituição, ao modo como os sujeitos se comportam em torno delas e, em especial, a maneira como cotidianamente, instrumentalizam práticas discursivas que constituem e reafirmam espaços e representações sociais, geram inquietações das quais Clio não pode privar-se. Somado a estas, há outros desconfortos e problemáticas ligadas à política das identidades, que nos são postas enquanto educadoras/res na prática de ensino e na produção do conhecimento histórico escolarizado.

Em especial, acredito que o lugar de educadoras e educadores que somos levadas/os a assumir nos põe diante de um contexto que constantemente ínsita reflexões, devido aos conflitos que abriga, que é o contexto de sala de aula onde experiências e identidades multiformes se vêem obrigadas a conviver sob a égide de uma cultura historicamente homogeneizadora, como a cultura escolar. Podemos ir além e afirmar que, muito mais que simples reflexo da sociedade e da cultura nas quais está inscrita, ela é também elemento de construção das mesmas, através das políticas culturais que desenvolve, (re)produzindo verdades e valores por meio do processo educativo.

O currículo e a educação escolar enquanto espaços diretamente afetados por relações de poder têm, historicamente, se constituído também como espaços políticos, os quais, agindo por meio de políticas culturais, são responsáveis por estabelecer lugares onde vão sendo configurados os modelos e as identidades "normais", bem como o seu "outro": o diferente que, por sua vez, acaba por se tornar indispensável para a definição e afirmação performativa da identidade central, indicando-lhe o que ela "não é" e quem ela não "deve e não pode ser".

Nesse sentido, problematizar os discursos educacionais que tratam da constituição e da reprodução de nossas identidades de gênero e sexual, ou principalmente, problematizar a

[1] Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba

ausência deles, no que se refere a um debate aberto que se faça presente em nossas práticas educacionais é, sobretudo, um exercício reflexivo em torno do modo como estes são configurados como investimentos culturais que tem a preocupação de promover a manutenção da centralidade de um modelo sociocultural específico para essas identidades, o qual se apresenta como favorecedor do sujeito masculino, branco, heterossexual, classe média e judaico-cristão, em torno do qual procura-se constantemente firmar os requisitos da "normalidade" e a centralidade cultural relativamente a essas identidades.

Tomando de empréstimo a noção de currículo escolar enquanto, "*um artefato de gênero*" que simultaneamente "*corporifica e produz relações de gênero*" (SILVA. 2004), procuraremos dialogar com teóricas e teóricas de Gênero e Educação que, em sua maioria, investem em uma análise sociocultural a partir das perspectivas pós-estruturalistas e dos Estudos Culturais. Nossa proposta é de discutir os mecanismos discursivos e não-discursivos e as articulações de poder arquitetadas no âmbito da educação que historicamente têm criado condições para que o currículo escolar a que somos – alunas/os e professoras/es – submetidas/os no processo de escolarização, assuma uma tendência de reforçar hierarquias socioculturais de gênero a partir daquilo que diz e de seu *não-dito* que, somados ao agenciamento de políticas culturais como, por exemplo, nossas aulas de história,[2] procuram reforçar e naturalizar a relação assimétrica entre as identidades do masculino e do feminino no campo simbólico e material de nossa cultura, permitindo-nos considerá-lo um *artefato de gênero*.

É a partir dessa perspectiva que nos propomos a discutir os modos pelos quais as identidades de gênero são instituídas, legitimadas e reproduzidas no âmbito da cultura, concebendo-as enquanto efeito dos investimentos lingüísticos, a partir de sua construção performativa e através de práticas epistemológicas institucionais, vinculadas pelo currículo escolar enquanto norteador do processo educacional institucionalizado na e pela escola, desenvolvido especialmente através de nossas aulas.

Nossos corpos e identidades de gênero e sexuais carregam em si estigmas culturais, marcas que ao longo da história e de nossas histórias de vida nos identificam e subjetivam e que, embora não sejam tão materializadas quanto tatuagens sobre nossa pele, estão de certa forma, tatuadas no mosaico de nossas subjetividades, influenciando diretamente na maneira como concebemos o real e nos situamos no mundo em relação a ele. Nós as

[2] A noção de *política cultural* aqui é usada em referência às estratégias políticas que, através das relações de poder agem sobre a produção das identidades e subjetividades por meios discursivos verbais e não-verbais. Cf. COSTA. 2002:139.

adquirimos mesmo antes de nascer quando somos, por exemplo, marcados pelo gênero como meninas ou meninos. Ao longo de nossas vidas, através da cultura e da educação, essas marcas vão sendo (re)afirmadas e ressignificadas, vão compondo nossos *nomes* no mundo, isto é, nossas identidades.

É por isso que nos propomos aqui a refletir sobre essas marcas, discutindo seus lugares de produção e os processos pelos quais elas se tornam realidades que se corporificam nas relações sociais. De um modo mais especifico, discutir as maneiras pelas quais são constituídas e cristalizadas as identidades de gênero e como a escola e o currículo escolar se inscrevem como lugares privilegiados na produção e consolidação dessas identidades. Para isso, nos propomos a discutir a relação entre cultura, educação e a produção das identidades a partir de uma visão pós-estruturalista da sociedade e dos sujeitos, articulando esses debates, de modo breve, com a teoria pós-crítica do currículo.

Há uma relação intrínseca entre a construção de nossas identidades de gênero e a educação a que somos submetidas/os e que, posteriormente, submetemos a outros, a qual procura nos referenciar ao longo de nossas vidas e nos aproximar, assim, dos modelos culturais de feminilidade e masculinidade. Partindo de uma perspectiva onde a educação é tomada como um processo amplo, que está para além do âmbito da família e da escola e de suas aulas, podemos enfatizar que o ato de "educar" diz respeito a um complexo de relações de forças e processos, a partir dos quais somos transformadas/os em – e aprendemos a nos reconhecer como – mulheres e homens, no interior das relações sociais. Esses processos educativos que podemos chamar aqui de *pedagogias culturais*, [3] incluem estratégias sutis e refinadas de naturalização que os debates feministas pós-estruturalistas têm procurado reconhecer e problematizar.

Tais debates têm procurado chamar nossa atenção para o fato de que, nossa cultura de um modo geral, é perpassada em todos os seus níveis e dimensões por divisões polarizadas de gênero, o que faz com que as distinções entre feminino e masculino se inscrevam no nosso cotidiano a partir de políticas culturais, as quais procuram fixar nossas identidades e subjetividades em territórios bem definidos e que não permitem contestações e que vão se naturalizando e construindo noções de pertencimento, que nos são incutidas por meio do agenciamento de códigos de comportamento através dessas *pedagogias.* Em outras palavras, significa dizer que o adestramento e a regulação de nossos corpos e subjetividades se dão principalmente a partir de artefatos educativos, espaços que, embora nem sempre sejam

[3] Quanto à noção de *pedagogia* cultural vide STEINBERG, Shirley (Org.). **Cultura Infantil:** A construção corporativa da Infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

institucionais, se inserem no âmbito da cultura e, revestidos de características aparentemente "inocentes" como prazer e divertimento, têm poder de nos educar e moldar nossos modos de ser e de conceber a realidade a partir das representações ancoradas nos modelos centralizadores de gênero e sexualidade.

É, pois, nesse sentido que se inscreve a centralidade conferida aos debates de gênero em alguns seguimentos dos Estudos Culturais. Não se trata, no entanto, de desenvolver um processo que modifique as representações de gênero, em função de "corrigir" uma representação distorcida da mulher (ou do homem), de modo que se possa abrir espaço para uma mais "verdadeira". [4] Para além de qualquer essencialidade, de qualquer estabilidade e acesso a uma materialidade pretensamente verdadeira, trata-se de fazer referência a uma *superfície de linguagem*, à edificação de discursos que elegem aleatoriamente o verdadeiro e o falso. Isto também não denota a negação de certos aspectos materiais como, por exemplo, a distinção fisiológica entre mulheres e homens. Entretanto, significa enfatizar a produção de sentidos através das configurações discursivas propostas por Foucault, que cogitam determinados *modos* de *ser* e de pensar culturalmente constituídos. (FOUCAULT. 2004)

As identidades de gênero se dão a existir a partir de investimentos e jogos lingüísticos, os quais constroem representações sociais e lhes dão sentido simbólico. Elas são constituídas a partir de um processo *performativo*, a partir do qual elas se desenvolvem discursivamente.

O conceito de performatividade permite o deslocamento da noção de identidade enquanto um ato meramente descritivo, como adjetivador daquilo que *é*, para lançar o foco da questão sobre a noção do *"tornar-se"*, onde as identidades assumem um sentido voltado para perspectiva de deslocamento e transformação. (BUTLER. 1999)

A análise de Judith Butler sobre o caráter performativo das identidades de gênero e sexuais – cuja distinção ela dispensa – leva em consideração uma concepção ampla de performatividade. Ou seja, o ato descritivo de alguns enunciados necessita de exercícios de repetição contínuos para que estes sejam tomados como verdadeiros, de maneira que ao trazer essa "realidade" ao domínio da linguagem ao invés de apenas descrevê-la, esses enunciados acabam por dar vida a esse "real". (BUTLER. 2003: 24)

---

[4] É importante chamar a atenção para o perigo epistemológico provocado por alguns reducionismos que tendem a pensar debates de gênero como sinônimo de História das Mulheres. Ainda que em alguns momentos essa seja uma relação intrínseca, os debates de gênero possuem horizontes e possibilidades que se situam muito para além das questões suscitadas por esta modalidade historiográfica. Os debates de gênero, entre outros, contemplam questões atreladas à construção social não só da feminilidade, mas também da masculinidade, e as variações desses lugares sociais relativamente às opções sexuais como os debates acerca da sexualidade de gays, lésbicas, transexuais, etc. A esse respeito vide SCHPUN (2004) e LOURO (2004).

Em se tratando das identidades de gênero, para Butler, elas submetem e subjetivam todos os sujeitos irrestritamente não havendo, pois, um "eu" produzido fora dessas relações. A performatividade, nesse caso, age sobre nós mesmo antes de nosso nascimento. Para exemplificar isso, ela descreve o modo como somos revestidos de uma identidade de gênero mesmo antes de nascer, a partir de uma "mera" ultra-sonografia somos transformados de uma *criança*, de um ser "neutro" em um "ele" ou "ela", o que faz com que a menina *torne-se* uma menina e o menino *torne-se* um menino, a partir de uma série de investimentos simbólicos que serão direcionados à "criança", através das políticas culturais que agem sobre a "realidade" generificada desse sujeito por meio de seu corpo, mesmo antes que este venha a ser uma presença material no mundo. Nesta perspectiva, *"[...] a matriz das relações de gênero é anterior ao 'humano'"*. (BUTLER. 2003:161) O ato de nomear ao mesmo tempo em que estabelece uma fronteira, também leva a uma inculcação da norma de modo repetitivo. Assim, entendemos a performatividade*"[...]não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência aquilo que ele ou ela nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange [...]."*(BUTLER. 1999:155)

E é justamente nessa repetitividade onde se assenta a eficácia do exercício performativo em termos de produção das identidades de gênero, à medida que seus enunciados são reiterados e subjetivados como condição intrínseca aos indivíduos, enquanto verdades de si.

Assim sendo, a diferença que se instituí entre os gêneros, a partir da qual o modelo hegemônico masculino e heterossexual legitima sua centralidade, não pode ser pensada como constituída simplesmente em relação às diferenças materiais entre mulheres e homens. As categorizações e adjetivações de gênero que circunscrevem nosso sistema cultural além de se estabelecer como norma, são também parte de uma prática prescritiva que produz os corpos que governa. Esse processo disciplinar possui poder produtivo que demarca lugares, faz circular discursos e representações que, acabam por produzir as diferenças hierarquicamente e as inscreve nos corpos que controla.

As políticas culturais que investem discursiva e simbolicamente no modo como subjetivamos nossas identidades de gênero e as constituem a partir de sistemas lingüísticos atribuindo sentidos e significados à realidade, nos fazem pensar em que medida esses mesmos jogos discursivos são responsáveis pela construção das diferenças culturais, em função das quais se instituem as identidades centrais, podendo também ser pensados como mecanismos de disciplina social que agem de maneira coercitiva sobre aqueles que, de algum modo

subvertem a centralidade do modelo, imprimindo nesses corpos os signos e significados históricos e culturais dessa coerção por meio da exclusão e do silenciamento, a partir de seu não-lugar, de sua marginalização simbólica e material.

Pensar historicamente a constituição das diferenças de gênero e sexuais nos coloca diante dos processos culturais presente nesse processo e da maneira como este é naturalizado por maio de práticas discursivas que procuram biologizar as mascas históricas inscritas simbolicamente em nossos corpos, que são também artefatos históricos. Assim, culturalmente somos adestrados para que os usos que fazemos deles possam ser estabelecidos no interior do confinamento simbólico fomentado pela cultura que, no que diz respeito às hierarquias sociais, procura acentuar e naturalizar as relações de dominação simbólica do masculino em relação ao feminino. (BOURDIEU. 2003)

Os processos culturais pelos quais a diferença é constituída e estabelecida em relação aos corpos e sujeitos femininos e masculinos devem ser entendidos em sua pluralidade e em seu caráter conflitante. Isso implica no fato de que, é necessário admitir que esses processos se expressão também pela articulação do gênero com outras "marcas" sociais como, por exemplo, o pertencimento a uma classe social, a uma etnia, religião, nacionalidade, geração ou mesmo pelo desenvolvimento de uma identidade sexual específica, pois essas articulações, de modo muito particular, produzem transformações e especificidades importantes através das quais os modos de ser dos sujeitos femininos e/ou masculinos são, ou podem ser, vividos e experimentados por grupos diversos, pelo mesmo grupo, ou ainda, pelas mesmas pessoas, em diferentes momentos e contextos de suas vidas.

Dessa maneira, a discussão em relação à produção de diferenças e desigualdades de gênero, ao levar em consideração todos esses desdobramentos do conceito de gênero, também se propõe a analisar processos sociais de dimensões diferenciadas que assinalam e separam as pessoas como diferentes, em função tanto de seu gênero, quanto em função da etnia, da classe social, da religião, da aparência física, da nacionalidade e especialmente da sexualidade.

Se concordarmos que nenhuma de nossas identidades podem ser concebidas enquanto naturais e/ou imutáveis, logo, podemos afirmar quanto às identidades de gênero que, como quaisquer outras, elas podem e devem ser compreendidas dentro da lógica da pluralidade e como efeito de um processo histórico e cultural. Um processo no interior do qual são articulados múltiplos mecanismos, dentre os quais podemos situar nossa prática educativa através de nossas aulas.

No contexto de uma cultura como a nossa marcada pela hegemonia dos modelos de masculinidade e heterossexualidade não é surpresa o fato de que nossas aulas de história e os livros didáticos a partir dos quais as construímos, em sua estrutura discursiva tenda a privilegiar representações do passado que possam continuar legitimando essa hegemonia a começar pelo universalismo de sua linguagem, onde os artigos no masculino representam homens e mulheres de forma global. Ao vincular, por exemplo, um conhecimento histórico que tende a privilegiar o sujeito masculino universalizado, juntamente com seus valores como sendo responsáveis pelo *progresso da história*, nossos currículos e nossas aulas e livros didáticos não só ratificam a preponderância dos homens e dos valores da masculinidade enquanto "reflexo" de uma cultural falocêntrica, como são responsáveis por instituir e legitimar essa cultura.

Alguém poderia contra argumentar que a hegemonia do masculino é anterior a produção do tanto dos currículos quanto dos livros didáticos de história e que sua estrutura e linguagem são reflexos de uma cultura que lhe é externa. Mas, por outro lado, ao lidarmos com a linguagem e as representações não como re-apresentações da realidade, mas como seu fator criativo, na medida em que ela se constitui discursivamente, podemos nos manter firme na hipótese de que esses discursos são, em certa medida, responsáveis pela hierarquização de uma sociedade que tende a modelar homogeneamente os sujeitos, tendo sempre os valores e padrões da masculinidade e heterossexualidade como referencial hierarquizador.

Por isso é preciso que atentemos para o fato de que não há nada de inocente no modo como lidamos com a linguagem e as representações que esta constitui em nossas aulas. É a partir dessas práticas que temos a possibilidade de contribuir, ou não, para a construção de um processo histórico que é lento e trabalhoso e cuja tarefa é de promover a inclusão das diferenças e a construção de uma cultura capaz de valorizar a alteridade enquanto aspecto positivo das relações sociais.

Para além das naturalizações que envolvem os modos como construímos nossas representações acerca das identidades de gênero e sexualidade e que em muitas situações tendem à marginalização do "outro", há um exercício de exclusão que desenvolvemos também em relação às diferenças em outros níveis. O que significa que a necessidade de pensarmos nossas identidades como construções histórico-culturais se inscreve como um elemento fundamental para a construção de noções de cidadania abertas às relações sociais democráticas de fato. E isso só será possível se aceitarmos o fato de que este é um dos importantes papéis do ensino e da educação histórica.

REFERÊNCIAS

BOUDIEU. Pierre. **A dominação Masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA. Marisa. Vorraber. "Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo". In: LOPES. Alice Casimiro e MACEDO. Elizabeth (orgs.). **Currículo:** debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT. Michel. **A arqueologia do saber.** 7ª ed. – Forense Universitária, 2004.

SILVA. Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

CIDADE, FERROVIA E MODERNIZAÇÃO: contribuições da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas-1860/1920.

Keite Maria Santos do Nascimento Lima*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as contribuições da Estrada de Ferro de Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas ocorrida nas primeiras décadas do século XX. A proposta de estudo da pesquisa visa a preencher uma lacuna sobre o papel relevante dessa ferrovia para a cidade. A década de 1920 é considerada a "época de ouro" vivida por Alagoinhas em virtude da presença da ferrovia que, ao dinamizar a economia da região e a vida sócio-cultural dos alagoinhenses, favoreceu as intervenções de caráter modernizante no núcleo urbano. É nessa época que encontraremos as principais obras públicas realizadas na cidade, como: a instalação das linhas telefônicas, a inauguração da Usina Elétrica Saturnino Ribeiro, a edificação do Coreto Municipal, obra esta que simbolizou o progresso e dinamismo de Alagoinhas no inicio do século XX.
PALAVRAS – CHAVE: Cidade – Ferrovia - Modernização

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the contributions of the Railroad of Bahia to the San Francisco for the modernization of the city of occured Alagoinhas in the first decades of century XX. The proposal of study of the research aims at to fill a gap on the excellent paper of this railroad for the city. The decade of 1920 is considered the "time of gold" lived by Alagoinhas in virtue of the presence of the railroad that, when dinamizar the economy of the e region the partner-cultural life of the alagoinhenses, favored the interventions of modernizante character in the urban nucleus. It is at this time that we will find the main public works carried through in the city, as: the installation of the telephonic lines, the inauguration of the Electric Plant Saturnine Ribeiro, the construction of the Municipal Coreto, workmanship this that symbolized the progress and dynamism of Alagoinhas in the beginning of century XX.
KEY WORDS: City - Railroad - Modernization

A cidade pode ser analisada segundo diferentes dimensões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas e por seu intermédio amplia-se a compreensão das suas relações sociais, econômicas e políticas. Diferentes sujeitos e grupos sociais se apossam do espaço, o experenciam-no e transformam. As formas urbanas por eles construídas produzem uma representação física dos modos de vida e das relações cotidianas das sociedades que ali viveram. São essas transformações imprimidas pelos indivíduos ao longo do tempo que leva o pesquisador a refletir sobre as questões urbanas numa perspectiva de múltiplas possibilidades.

* Formada em História pela UNEB Campus II e Especialista em História Regional pela UESC.

O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, nesse contexto, desempenha o papel de registrar, materializar as experiências de uma época.Essa materialidade do núcleo urbano é um suporte da memória, à medida que orienta o pesquisador na tarefa de conhecer ou reconhecer a dinâmica das sociedades pretéritas. Como nos afirma Ítalo Calvino em As Cidades Invisíveis, a cidade contém seu passado "como as linhas das mãos, escritos nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas..." (CALVINO, 2003:15). Entretanto, a cidade não se limita apenas a linguagem arquitetônica culturalmente produzida, como objeto de análise e reflexão ela é construída como desafio e, como tal, objeto de questionamento.

Para o pesquisador que elegeu as questões urbanas enquanto temática, existem, segundo Maria Stella Brescianni(1998), duas abordagens possíveis: uma essencialmente material em que a cidade aparece enquanto obra e outra em que a cidade aparece numa ótica social. Nesta última abordagem, a cidade é vista a partir das relações sociais ocorridas dentro do território urbano, evidenciando um lugar de pluralidade e de diferenças no qual se encontram espaços conflituosos que, "historicamente, podem exprimir-se em dominação, cooptação ou consenso, mas também em insubordinação e resistência"(FENELON, 1985:7). É a partir dessas perspectivas que a cidade se coloca para o historiador, enquanto objeto de pesquisa.

Fazer um percurso histórico sobre a origem, desenvolvimento das cidades, e as políticas públicas que orientaram as intervenções nos sítios urbanos desde o século XIX, permite ao pesquisador entender a relação intrínseca entre capital e urbanismo. O Brasil até o final do século XIX era um país essencialmente agrário onde considerável parte das relações sociais, econômicas e, sobretudo, políticas eram gestadas no universo rural. A estrutura da sociedade colonial brasileira começou a sofrer modificações, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), a partir da construção das estradas de ferro e da supressão do tráfico negreiro que levou à acumulação de capitais através de atividades desvinculadas do trabalho escravo favorecendo, assim, o desenvolvimento urbano que até então vivia a margem das decisões políticas, econômicas e sociais da nação.

Neste contexto, a chegada das Estradas de Ferro ao Brasil contribuiu significativamente para o desenvolvimento de várias cidades brasileiras. Contudo, de acordo com Cássia Muniz Carletto a implantação de ferrovia no território brasileiro para ser efetivada foi preciso superar vários obstáculos, ente eles a situação econômica do Brasil na conjuntura da época.

> *"... a construção de estradas de ferro é um empreendimento que exige grandes somas de capital, seria praticamente impossível ao governo imperial enfrentar investimentos de tamanho vulto sem a participação do capital estrangeiro. O Brasil sempre fora e continuava sendo um país dependente, em todos os setores. Portanto, além de capital, seríamos forçados a importar também a tecnologia de construção, os técnicos, o matéria." (CARLETTO,1979:15)*

Essa discussão trazida por Cássia Muniz nos remota ao estudo de Antônio Zorzo intitulado*: O Movimento de Tráfego da Empresa da Estrada de Ferro da Bahia e seu Impacto Comercial: Das Iniciativas Privadas Inaugurais à Encampação Estatal (1865-1902),* ao analisar o movimento de tráfego e os resultados financeiros da empresa em estudo, o autor nos leva a refletir sobre aos reais benefícios auferidos pelo Brasil por estas empresas já que segundo ZORZO: "... as companhias de estradas de ferro da Bahia contaram com enorme proliferação de concessões, a maioria delas apenas conferindo reserva de mercado a companhias de capitalistas, sem qualquer chance de chegar ao real empreendimento".

(ZORZO, 2002:65).

O grande marco para o inicio das construções de estradas de ferro no Brasil seria o Decreto nº 641 de 26 de junho de 1852, estabelecendo a garantia de juros de ate 5% sobre o capital empregado na construção de ferrovias. Essa concessão de grandes incentivos foi uma estratégia adotada pelo governo brasileiro com o objetivo de atrair os capitais interessados em investimentos públicos. Neste ínterim os políticos começam a se conscientizar da importância da estrada de ferro para impulsionar o desenvolvimento econômico tão almejado.

Para Cássia Muniz (1979) o estado durante o desenvolvimento do sistema ferroviário brasileiro, exerceu um papel relevante ao que diz respeito a incentivos, intervindo na própria construção de estradas e prolongamentos.

Na província da Bahia, como no resto do Brasil, a construção de ferrovias teve seu impulso inicial no Decreto de 26 de junho de 1852, no qual o Governo Imperial autorizava a concessão de garantia de juros e outros incentivos aos que se dedicassem à construção de estradas de ferro. É sobre este regime, que encontraremos a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco e a Estrada de Ferro Central da Bahia, ambas construídas com capital inglês, sendo que o prolongamento da primeira, a partir de 1876, realizou-se por conta do Governo Provincial.

A presença das ferrovias transformou, assim como valorizou os núcleos urbanos. Os núcleos acentuaram sua função polarizadoras e muitos destas cidades passaram a ser centro regional. Alagoinhas, que já em meados do século XIX, tinha um papel de destaque na

região por conta do cultivo de laranja e do fumo, sendo que este último produto era exportado para a Europa, teve com a chegada dos trilhos Da Estrada de Ferro a valorização de seu núcleo urbano destacando-se como importante ponto de entroncamento no interior do Estado da Bahia, conforme relata Américo Barreira, memorialista local:

> "*... Alagoinhas o ponto terminal ou inicial de quatro ferrovias, que a ligarão: para o sul com a capital, atravessando os municípios de Santa´Anna do Catú, Matta de São João etc. : para o nordeste com Entre-Rios e Conde, em direção a Sergipe; para o noroeste com Irará, serrinha,Queimadas e Villa Nova (Bomfim) e Joaseiro; para o sudeste com Santo Amaro e Feira de Santana ;e, para o norte, se realisarem o projecto da construção dos ramos para o Inhambupe e para Sipó, embora partam do Sítio do Meio ou de qualquer outra estação do ramal de Timbó"* (BARREIRA, 1902:78).

Assim, percebe-se que com a chegada do transporte ferroviário à cidade de Alagoinhas, esta se tornou uma das cidades mais importantes de Estado graças à sua posição de entroncamento ferroviário, o que mais tarde será reforçado com a construção de estradas de rodagem no nordeste.

O início da construção dessa ferrovia data de 1856, sua inauguração ocorreu em 13 de fevereiro de 1863. O trecho que ligava Salvador a Alagoinhas possuía um total de 125km o terminal era a Estação de São Francisco construída nos moldes ingleses. Segundo Francisco Antonio Zorzo, esta estrada de ferro foi a primeira a ser construída na Bahia, e assim como as outras, estimulou a atividade comercial, contribuindo para geração de novas atividades e intensificação das relações sociais e econômicas nas regiões onde foram implantadas.

Para compreendermos as mudanças ocorridas em Alagoinhas a partir da chegada da ferrovia, se faz necessário traçarmos um percurso histórico da cidade.Alagoinhas, em fins do século XVII, constituía-se apenas de uma vastidão de tabuleiros verdejantes, cortados por inúmeros rios e lagoas. No final do século XVIII, um sacerdote português chamado João Augusto Machado elegeu a região para morar, ergueu uma capela, e foi em torno desta que o povoado começou a crescer.

O povoamento se deu, de início, com os boiadeiros, negros fugidos, índios aldeados, tropeiros e viajantes que comercializavam seus produtos. No início do século XIX, ocorreu a elevação do povoado à categoria de Freguesia. Em 1852, a Freguesia de Santo Antônio de Alagoinhas passou a categoria de vila e, em julho de 1853, foi instalado oficialmente o município de Alagoinhas. Um fato importante nesse período foi o inicio da construção de uma igreja, que, em virtude da transferência da sede da vila para o novo

povoado que nascia com a chegada da Estrada de Ferro, nunca foi concluída, restando apenas as ruínas inacabadas, conforme relata Salomão de Barros:

> *"Na antiga Vila de Santo Antônio de Alagoinhas foi dado inicio a construção de uma igreja com bases e paredes redobradas, um verdadeiro monumento de arte se chegasse a ser concluída; ainda hoje se mantém erecta, embora com pronunciadas fendas em suas paredes, mostrando a todos os alagoinhenses das várias gerações e aos visitantes, o quanto desejaram os iniciadores de ALAGOINHAS promover, e que seus continuadores não lograram dar atenção a uma obra que estaria recomendando os habitantes da terra máter"* (BARROS,1979:85)

As modificações trazidas pela instalação da estrada de ferro no final do século XIX aceleraram o desenvolvimento do município, em virtude da incorporação de novas práticas comerciais, estimuladas pela chegada de novos produtos por meio dos trens, até o aumento da população, visto que a Linha Férrea trouxe também um acentuado número de imigrantes, principalmente italianos, que se estabeleceram no município comercializando tecidos, vinhos e derivados.

O surgimento de um comércio incipiente nas imediações da Estação, e a construção de casebres que, segundo Américo Barreira, pertenciam a garimpeiros e trabalhadores da linha férrea, causou o deslocamento de diversas famílias que moravam nos arredores da Igreja construída pelo Pe. Português José Rodrigues Pontes, no inicio do século XVIII, como conseqüência houve a transferência da antiga vila de Alagoinhas para o local que foi denominado "Estação".

As transformações trazidas pela estrada de ferro foram relatadas em um livro de Memórias de Joanita da Cunha Santos. A autora descreve a história de sua vida, toda ela vivida em Alagoinhas. Na Obra *Traços de Ontem* conta sua história de menina, de moça, de solteira, de casada. História que, em síntese, é em parte a própria história da sociedade alagoinhense de seu tempo. Ao descrever a implantação da ferrovia, Joanita Cunha registra:

> *"De modo particular a implantação da linha férrea concorreu para o desenvolvimento do lugar, gerando empregos, tanto para a manutenção do serviço ferroviário, como nas Oficinas da Leste sediadas por muitos anos na cidade. A Companhia ainda era proprietária de muitas casas, que cedia para moradias dos funcionários mais graduados".*
> *Além dos aspectos sócio-econômicos, a construção da ferrovia esta interligada a acontecimentos mais remotos que deram origem à formação da cidade; isto é, à sua história."*
>
> (SANTOS,1987:29)

O primeiro passo, para inserir a cidade de Alagoinhas nos padrões modernizantes da época e que atendesse às expectativas e os interesses dos administradores municipais, de

comerciantes e da população, foi iniciar uma série de intervenções no núcleo urbano que fossem modernizantes. Neste momento a cidade passava a ter outro significado em que as questões econômicas políticas e sociais da região seriam resolvidas no núcleo urbano.

Como aconteceu com outras cidades que experimentaram essa renovação urbana, as intervenções ocorridas em Alagoinhas também estão associadas à acumulação de capital. Foi a partir do final do século XIX que o urbanismo realmente ensaia seus primeiros passos na região, buscando enquadrar a cidade na lógica higienista, visto que as modificações nos núcleos urbanos, de maneira geral, tiveram as práticas sanitaristas como referências, buscando também princípios de melhoramento e embelezamento que visavam criar uma imagem de civilidade. Essa idéia de que existe um "caminho para a civilização", como nos afirma Sidney Chalhoub, em *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial faz* parte do imaginário dos políticos e governantes do final do século XIX, e foi também incorporada pelos administradores da cidade de Alagoinhas.

A construção de praças, estabelecimentos comerciais, hotéis de luxo e pensão para abrigar os visitantes e os caixeiros viajantes aceleraram os passos para a modernização da cidade, que se acentuam no final da década de 1920, sendo o auge do desenvolvimento para a região. Neste período, o comércio tornou-se uma referência para a região. Pequenas casas comercias deram lugar a diversos prédios e os comerciantes expandiram seu negócios. Nesta época a cidade é servida por duas Estações de Estrada de Ferro: uma que ligava São Francisco a Juazeiro e outra, da Bahia a Própria, no estado de Sergipe, mantendo desta forma relações com outros estados como Alagoas, Pernambuco e Piauí. O auge da modernização da cidade foi a edificação do Coreto Municipal, a implantação do sistema de telefonia, a inauguração da Praça Dr. Ruy Barbosa e a inauguração da Usina Elétrica Saturnino Ribeiro. O Cel. e Intendente Saturnino da Silva Ribeiro projetou a cidade em âmbito estadual. Com seu conhecimento e envolvimento com políticos importantes da época, garantiu ao município de Alagoinhas um tratamento especial no que diz respeito às obras realizadas para o melhoramento da cidade. Correspondências pessoais entre Octavio Mangabeira e Saturnino Ribeiro, publicados no Jornal *Correio de Alagoinhas*, atestam a troca de favores existentes entre os poderes local e estadual, o que garantia a continuidade das alianças políticas, conforme se pode perceber no texto abaixo:

> *Ministro viação despachou favoravelmente assunto sua carta de que fui portador. Inspetoria Estrada oficiou fiscalização bem como Companhia determinando cessão, faixa, terreno para abertura rua conforme planta enviada devendo oficio fiscalização chegar ai nestes dias pois segue pelo correio. Peço enviar-me para meu governo logo seja executada faixa terreno. Espero minha primeira ida aí encontrarei nova rua. Acabo telegrafar Provedor Santa Casa comunicando solução favorável papeis subvenções tendo sido transmitida Delegacia Fiscal ordem pagamento primeiro semestre deste ano. Contem sempre meus esforços tudo quanto possa interessar nossa estremecida Alagoinhas (CORREIO DE ALAGOINHAS, 07/06/1926)*

Prédios públicos foram construídos para atestarem o progresso e a modernização de Alagoinhas. Dentre muitos, destaca-se o Salão Moderno, ponto de encontro para as discussões políticas ou conversas informais entre amigos: o prédio da Prefeitura, antigo "Palácio da Municipalidade" edifício de linhas neoclássicas: a igreja de Santo Antônio, elevada a Matriz em 1871; "a Santa Casa de Misericórdia" construção antiga do tipo colonial e o prédio da Estação de São Francisco construído aos moldes ingleses.

Entretanto, a modernização não se limitava apenas a construção de prédios públicos e particulares. Neste período, mais precisamente na década de 1920, Alagoinhas viveu uma verdadeira efervescência cultural, a cidade contava com teatro, cinema, festas populares e cívicas animadas por duas filarmônicas a "Euterpe Alagoinhense" e a "União Ceciliana" que eram referencias para a região. Circulavam revistas como "A Única" editada em Salvador e Jornais locais como "O Popular", um dos periódicos que, segundo os memorialistas, estava sempre a serviço da cidade, além, claro, do Correio de Alagoinhas. Enfim uma cidade que fazia jus à condição de "Pórtico de Ouro dos Sertões Baianos", denominação dada por Rui Barbosa em visita a cidade a época da campanha Presidencial em 1912.

Nesta perspectiva, pesquisar o processo de modernização da cidade de Alagoinhas a partir das intervenções públicas e problematizar a contribuição da Estrada de Ferro para essa modernização contribui para o resgate de uma memória que está presente nas ruas, nos edifícios e nas obras literárias locais que servem de estímulo e fonte para novas produções historiográficas.

FONTES

FONTES BÁSICAS

BARREIRA, Antônio. Alagoinhas e seu município. Alagoinhas: O Popular, 1902.

BARROS, Salomão Antonio. Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas. Reconstruindo o passado e descrevendo o presente. Salvador, 1979.

SANTOS, Joanita da Cunha. *Traços de Ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores Ltda.s.d, 1987.

PERIÓDICOS

Correio de Alagoinhas 1926

O Popular 1929

Revista Única 1929

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESCIANNI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.* São Paulo: Brasiliense. Coleção tudo é história.

— *História e historiografia das cidades, um percurso.* In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) Historiografia brasileira em perspectiva. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1998. Pp.237-258.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARLETTO, Cássia Maria Muniz. A Estrada de Ferro de Nazaré no contexto da política nacional de viação férrea. (Dissertação apresentada ao mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia). Salvador-Bahia, 1979.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. São Paulo: PUC, 1985.

HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *UMA CIDADE EM TRANSIÇÃO. Santos: 1870-1913.* São Paulo: Huitec, 1996.

PECHAMAN, Robert Moses. *Pedra e discurso. Cidade, História e Literatura*. Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional. Revista Semear 3, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jathay (Org). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.* Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRG, 1997, pp 13-20.

REBOUÇAS, Etelvina Fernandes. Do mar da Bahia ao rio do Sertão. A estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco.

SANTOS, Joanita da Cunha. *Traços de Ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores Ltda.s.d

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

SOUZA, R. S. A Ferrovia Chega à Cidade: um estudo da história ferroviária de Alagoinhas. In: I Seminário de Estudos de Cidades, 2003, Caetité. Anais do I Seminário de Estudos de Cidades (No Prelo). Caetité/Salvador: UNEB/EGBA, 2002.

SOUZA, R. S. Memórias de Ferroviários em Alagoinhas. In: Áurea da Paz Pinheiro; Francisco Alcides do Nascimento. (Org.). História, Cidade e Memória/No Prelo/. Teresina: EDUFPI, 2003, v. 1, p. 417-428.

ZORZO, F. A. Ferrovia e Rede Urbana na Bahia. 1. ed. Feira de Santana: Universidade de Feira de Santana, 2001. v. 500. 264.

ZORZO, F. A. . A Engenharia e a Importação da Tecnologia Ferroviária. Sitientibus, Feira de Santana, v. 1, p. 10-20, 2003.

ZORZO, F. A. O Movimento de Tráfego da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu Impacto Comercial. Sitientibus, v. 1, p. 63-79, 2002.

ZORZO, F. A. Retornanda à História do Sistema Viário. Sitientibus, Feira de Santana, n. 22, p. 99-119, 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Permanências e resistências religiosas no sertão de Minas Gerais: interfaces entre as festas religiosas e a SUDENE - Januária 1962/2006

Iara Toscano Correia*

Resumo: O artigo relaciona as políticas desenvolvimentistas adotadas no Brasil, a partir da década de 1950, às transformações ocorridas na cultura popular no município de Januária (MG).
Palavras Chave: Cultura Popular, religiosidade popular, desenvolvimentismo

Abstract: The article relates the adopted development politics in Brazil, from the decade of 1950, to the occured transformations in the popular culture in the city of Januária (MG).
Key Words: popular culture, popular religiosidade, development.

O saber que se amalgamou, no Norte de Minas através de gerações estava diretamente ligado à natureza circundante e sobreviveu praticamente intocado, até por volta da década de 1950. O isolamento dessa área do restante do país se justifica pelo desinteresse do poder central para com essa região, que a considerava "pobre" para o tipo de exploração capitalista que até então vinha sendo empregada. Somente no final da década de 1950, o interesse por essa região como potencialidade econômica ocorreu com as políticas desenvolvimentistas aplicadas a partir deste período.

A política brasileira dos anos de 1950 trazia uma forte conotação desenvolvimentista, pretendia-se transformar esse país essencialmente agrário, deixando de lado um modo de viver rústico, para dar lugar à modernidade. Nas palavras de Schwarz: *tratava-se de minar as raízes do país caipira para enquadrá-lo no rol das nações desenvolvidas (*SCHWARZ, 1994: p. 6-9).

O nacional desenvolvimentismo adotado na política de Juscelino Kubitscheck (1956-1961) contribuiu para uma euforia industrializadora no país. Nesse momento, o Estado passaria a fomentar o desenvolvimento econômico através de investimentos maciços nos setores de infra-estrutura. O Plano de Metas, a ser implantado durante os cinco anos de seu mandato – com o

* Mestre em História Cultural pela UFU, professora do curso de História do Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco.

famoso e controverso slogan que sugeria avançar 50 anos em 5 de governo – trazia três prioridades básicas: energia, transporte e alimentação. Com a adoção dessa política, pretendia-se sanar os problemas viários, de circulação e de distribuição que, até aquele momento, representavam os maiores entraves à consolidação do capital nacional. Enfim, a palavra de ordem era *modernizar* a todo custo.

Juscelino Kubitscheck moderniza o "país" e é uma realidade a industrialização e urbanização, contudo, regiões carentes tal como o Nordeste e o Norte de Minas eram espaços de tensões para os quais a ideologia desenvolvimentista concebeu um projeto técnico que propunha a modernização da agricultura para satisfazer os interesses das oligarquias regionais. A SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – criada em 1959, foi a agência responsável pelas medidas que iriam fomentar o desenvolvimento da região Nordeste, incluindo o Norte de Minas à macro-região Nordeste do país que, acima de tudo, seria utilizada como forma de atender aos interesses das oligarquias nordestinas.

Dentro deste modelo de intervenção, criou-se uma área de planejamento denominado "Polígono da Seca", sob a jurisdição da SUDENE, que apresentava como causa para o subdesenvolvimento dessas áreas as condições climáticas adversas, característica da região. Segundo Rodrigues: *(...) a seca era apontada, por diversos segmentos, como a causa principal do subdesenvolvimento da região. Por causa dela o governo federal e estadual atendia, periodicamente, a população enviando alimentos, abrindo frentes de trabalho e construindo açudes, em épocas críticas*. (RODRIGUES, 2000: p. 118).

A maioria dos municípios do Norte de Minas foi inserida na SUDENE, por apresentarem indicadores sócio-eonômicos semelhantes aos da região Nordeste. A partir da década de 1970, estas cidades passaram a ser alvo de inúmeros projetos desenvolvimentistas fomentados por diferentes agências governamentais, principalmente aqueles ligados a SUDENE e articulados com a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – e com o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — que se ocupariam do desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Os projetos da SUDENE tinham como finalidade fomentar uma política de industrialização e modernização da agricultura, visando, acima de tudo, atender aos interesses de um mercado agro-exportador. O projeto de plantio de eucaliptos na região do Bonito de Minas (MG) é exemplar neste aspecto. Quase toda a área da bacia do rio dos Cochos, um importante afluente do Rio São Francisco, foi desmatada para o plantio de eucaliptos, sob os auspícios da SUDENE. A imensa área desmatada provocou desequilíbrios ambientais e sociais irreparáveis

para a região, inclusive com o completo assoreamento deste Rio, que era perene. Logo após o plantio das mudas de eucalipto, toda essa área foi abandonada.

Essas mudanças ocorridas em nível econômico, contribuíram para a saída do homem do campo, pelo menos no que diz respeito aos pequenos agricultores, aos vazanteiros e geraizeiros que não estavam inseridos e tampouco se beneficiaram com tais políticas agrícolas, e, principalmente, daqueles que garantiam o seu sustento a partir daquilo que a natureza generosamente lhes dava. Com a extinção das matas dos gerais para o plantio de monoculturas, com a demarcação dessas áreas em propriedades privadas, e não contando com outro meio para extrair os produtos da terra, estas pessoas se viram obrigadas a migrar para as zonas urbanas em busca da sobrevivência. Isso refletiu diretamente no cotidiano dessas pessoas que, ancestralmente, retiravam o seu sustento da natureza.

Essas transformações levaram essas comunidades a se adaptarem a uma nova forma de vida. É possível ler essas adaptações através de expressões da cultura popular. Compreendemos que a cultura popular deve ser interpretada pelo viés das lutas travadas entre as comunidades tradicionais e a sua inserção na lógica de produção capitalista. Assim, os processos migratórios operados a partir da implantação de grandes projetos voltados para o agro-negócio estão na base da dinâmica da cultura popular. Ecléa Bosi captou essa temática e, com muita sensibilidade, propôs o conceito de desenraizamento cultural para compreendermos o fenômeno da migração brasileira.

Refletindo sobre tais questões, nosso estudo optou pelo recorte espacial em Januária, área de transição entre o sertão e os gerais, local onde verificamos os impactos das políticas modernizadoras nas experiências de cultura popular. Januária já foi considerado um dos maiores municípios de Minas Gerais, a sua extensão territorial original era 55.372 km^2. No entanto, fragmentou-se dando origem a inúmeros outros municípios que compõe a micro-região polarizada por Januária, tais como: Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Jaíba, Juvenília, Matias Cardoso, Miravânia Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São João das Missões.[1] Hoje o Município de Januária mede 7.299 Km^2.

Em um primeiro levantamento identificamos inúmeras práticas populares que sobreviveram e se (re)significaram ao longo dos anos. As populações ribeirinhas, do Norte de Minas, com uma forte ligação com a Bahia e o Pernambuco, transitavam livremente em toda a extensão do rio, provocando as trocas identitárias e culturais, que ainda estão presentes em

[1] Dados retirados do levantamento realizado por: PEREIRA, Antônio Emílio. Memorial Januária Terra, Rios e Gente. Belo Horizonte: Mazza edições, 2004, 640p.

diversas expressões desse povo do Rio da Integração Nacional. Além da circulação no interior dos gerais, através de antigas trilhas e estradas.

São inúmeras as manifestações populares que ainda hoje são ritualizadas no cotidiano dessas comunidades e municípios. Coletamos um material que aponta para uma forte presença do catolicismo popular e estão relacionadas a esse universo mágico devocional da religiosidade popular.

A folia, como nos esclarece Brandão *[...] é um grupo precatório de cantores e instrumentistas, seguidos de acompanhantes e viajores rituais, entre casas de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos Três Reis Santos, entre 31 de dezembro e seis de janeiro*. (BRANDÃO, 2004: p. 347)

As folias presentes na região estudada se expressam através de diferentes dramatizações: o Reis dos Cacetes (ou rei dos Temerosos), o Reis de Bois, o Reis de Caixa, Reis da Lapinha, além dos ternos das pastorinhas, das ciganas, etc. Estas são algumas das variações encontradas na forma de louvar a visita dos Três Reis Magos ao pequeno Jesus.

A musicista Clarice Sarmento catalogou várias expressões da cultura popular em Januária e descreve assim o Reis dos Cacetes:

> *(...) a função é organizada em rodadas. Um apito anuncia o término da rodada. Há uma introdução feita pelos instrumentos e, entre cada música, pode haver uma repetição da parte instrumental acompanhada apenas das batidas dos cacetes bastões sextavados de 0,80 cm mais ou menos, pintados de branco (Januária) ou branco-azulado (São Francisco). Numa abertura da extremidade, são colocados tampinhas amassadas de garrafa que soam como pandeiros com os movimentos. Acompanham os cantos: Acordeon, Caixas, Pandeiros e, às vezes violão. (*SARMENTO, 1994: p. 16)

As festas de Reis iniciam-se ao final do mês de dezembro, quando começa a arrecadação dos produtos para o leilão, e termina no início do mês de janeiro, quando se comemora o dia dos Santos Reis, em 06 de Janeiro. Isso oficialmente porque geralmente, entra janeiro adentro. Já foi muito comum na região as andanças dos grupos de folias de reis pelas fazendas e roças durante todo esse período. Esta tradição tem se tornado cada vez mais rara, principalmente, porque o rítimo de vida adotado nas cidades, não permitem a ausência do trabalhador assalariado das suas funções por tão longo período e, também, devido à dispersão dos grupos. Os jovens já não seguem com a tradição da família. Não faz sentido para eles, que moram nas cidades, a ritualização de uma festa ligada a um calendário agrícola, que tinha como finalidade marcar o encerramento da colheita e o início de um novo período de plantio.

O outro grupo catalogado foi o de Reis de Bois. Nessa folia estão presentes vários personagens alegóricos: o Tamanduá, a Mulinha de Ouro, a Catita, o Boi e os Boiadeiros, (crianças que provocam os personagens com bastões de madeira). Nesse ritual o mais comovente

é o fato da perpetuação dessa manifestação estar nas mãos de crianças, que animadamente todos os anos se entregam à folia e ao festar. De acordo com as pesquisas de Clarice Sarmento, esta folia está relacionada a um folguedo jesuíno, presente em todo o Brasil. Mas, esta não é uma festa homogênea*: (...) os nomes, as músicas, as letras, personagens, coreografia e até a ocasião de apresentação variam de lugar a lugar. Personagens de autos de vaqueiros se misturam a personagens comuns dos povoados, a personagens de outros reinados. (*SARMENTO, 1994: p. 12.)

Ainda segundo essa pesquisadora, a personagem Mulinha de Ouro, chamada também "burrinha" foi perdendo espaço para o boi, que passou a ocupar o centro da cena desta folia. Dividindo espaço com os vaqueiros e com o Tamanduá (personagem coberto de palha, dos pés à cabeça).

> *Tal como a Mulinha, o Boi é de armação, com uma 'tripa' dentro, cujos pés aparecem sob a chita que cobre a armação. O tema versa sobre o desejo de uma mulher grávida, o furto e a matança do boi, a divisão e oferecimento das partes às pessoas presentes ou de destaque no povoado, feito às vezes com bastante malícia. O ritmo é acompanhado por pandeiros, caixas, chocalhos e palma. (*SARMENTO, 1994: p. 12)

Um outro aspecto interessante em que se apresentam as folias diz respeito aos ternos. Os ternos são grupos formados, geralmente, por crianças ou adolescentes, que recebem o nome de acordo com o traje que vestem. Em Januária, pudemos identificar o terno das Ciganas e das Pastorinhas. O terno das pastorinhas, por exemplo, é composto de uma mestre e uma contra-mestre que chefia as alas, que se dividem em duas fileiras de dançarinas. No caso das pastorinhas, os vestidos apresentam aventais, chapéus e pandeiros com fitas. No caso das ciganas, os vestidos são em vermelho e preto, lenços vermelhos com adereços e bijuterias, típica da cultura cigana. Ainda se apresentam os músicos, violeiros e percussionistas que fazem o acompanhamento das músicas entoadas pelas mulheres. Não sabemos como funciona a dinâmica habitual destes ternos em seu lócus original, o meio rural. No entanto, os relatos nos indicam que as peregrinações, características das folias, eram comuns nestes ternos. Essas meninas acompanhavam os grupos de folias, caminhando por fazendas e roças da região durante todo o período da festa.

O estudo de Carlos Rodrigues Brandão nos esclarece que a festa de santo acontece em um momento de quebra da rotina de trabalho e do isolamento, características de uma população rural, em que se recria a jornada bíblica dos Três Reis Magos, partilhando e compartilhando os bens entre os devotos e produtores agrícolas. (BRANDÃO, Carlos Rodrigues, 2004: p. 393)

Estas características presentes e fundamentais nas relações que permeiam as comunidades rurais tradicionais são diluídas e (re)configuradas no espaço urbano. Se naquele

ambiente as relações de troca eram fundamentais para garantir a coesão de um grupo disperso, na cidade esta relação remete a preservação de valores ligados a uma teia de solidariedades, necessárias à manutenção das pessoas que habitam as cidades. No dia da festa, ou da apresentação, aqueles que sobrevivem nas sombras do cotidiano das cidades, nos bairros marginalizados, invisíveis na sua condição de excluídos, ocupam o centro e ganham a visibilidade da praça. São os seus acordes e movimentos que, pelo menos nesse instante, marcam a cadência daqueles que por ali circulam.

Apontamos, por último, a presença constante da Dança de São Gonçalo no cotidiano das cidades do Norte de Minas. Esta dança não tem uma data fixa no calendário, acontece toda vez que alguém tem uma promessa junto a esse santo e solicita as rodas. A dança de São Gonçalo é uma reza dançada. Segundo Brandão:

> *São Gonçalo do Amarante é um santo português. É associado a cultos católicos populares em sua terra de origem. Alguns deles guardam até hoje evidentes características de sensualidade feminina, muito ao contrário do que acontece no Brasil, muito embora aqui como lá ele seja considerado o protetor preferencial das mulheres 'mais velhas' e que ainda não conseguiram um casamento ou, no limite, um homem. Algumas lendas o apresentam como um padroeiro das prostitutas e também de violeiros (em sua imagem aparece com um viola de tipo caipira). Diz-se que depois de morto descia dos céus nas noites de sábado e fazia dançarem as prostitutas até a exaustão, a fim de que não pecassem no 'dia do Senhor'. No Brasil e, mais ainda, entre camponeses de São Paulo, a Dança de São Gonçalo é desvestida de qualquer aparência de sensualidade. Isso porque, entre outras razões, na maior parte dos casos ela é dançada 'por alma', isto é, em nome do cumprimento da promessa de um morto. (*BRANDÃO, 1989: p.191-2).

Apenas mulheres podem participar da dança, com a presença de um marcador do sexo masculino. Elas se vestem com vestido branco, com laços e fitas da mesma cor. Fazem evoluções com arcos enfeitados de rendas e flores, também brancos. As complexidades dos passos da dança constroem e desconstroem rendas e bordados, que são desenhados à medida da evolução dos passos. As mulheres se cruzam umas com as outras, nas fileiras em que estão dispostas e a figura do mestre é quem conduz os movimentos. Vez por outra, os arcos se cruzam formando cestas ou grandes arcos.

As festas que descrevemos nesses estudos nos foram apresentadas sob a forma da dramatização espetacularizada. Com exceção da Dança de São Gonçalo, o que pudemos registrar foram "apresentações" desses rituais. Isso nos leva a refletir sobre a característica que a cultura popular vem adquirindo na sociedade contemporânea. O advento da globalização tem feito com que, cada vez mais, os regionalismos se destaquem e as identidades locais e regionais ganhem

visibilidade. No entanto, este tipo de comportamento não deve ser compreendido apenas pelo viés do puro jogo de interesses, característica de uma sociedade de classes. A apropriação dessas manifestações é o tempo todo reinventada e recriada, adaptando-se aos novos usos que dela se faz[2].

A cultura popular vem adquirindo um novo contorno. O que podemos perceber através de feiras e festas populares é uma intensa apropriação que se tem feito em torno dessas manifestações por parte dos poderes públicos e de organizações da sociedade civil. É possível perceber um novo discurso sendo construído sobre a importância do "resgate da cultura popular", muito associado a uma idéia de espetacularização do "folclore". Essas relações reinventam as festas populares, que acabam ganhando visibilidade nesta data e nestes espaços construídos a partir "de fora".

No entanto, são nesses mesmos espaços "artificializados" em que se garante a permanência da festa. Essa relação entre poder e cultura, pode ser compreendida pelo viés da resistência, de acordo com as teorias desenvolvidas por Michel de Certeau ao analisar o cotidiano.

Os movimentos populares possibilitam compreender as visões de mundo expressas nos rituais simbólicos próprios da cultura popular. E, da mesma maneira, quando esses rituais e tradições mudam de registro, é possível a partir daí identificar uma mudança ocorrida no mundo econômico, social e político, na realidade envolvente e na própria concepção de mundo desses sujeitos. Não podemos conceber a cultura como algo estático e acabado, o nosso compromisso nessas análises é o de perceber os novos espaços que lhe estão sendo dado e a forma como vêm sendo apropriados, tanto por aqueles que a produzem, quanto por aqueles que a consomem.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Dançar pelo morto – uma dança votiva por alma de mortos, entre lavradores e sitiantes de São Paulo. In: _____. **A Cultura na rua**. Campinas: Papirus. 1989, p.191-2.

[2] C.f.: CANCLINI, Nestor Garcia. Cultura Híbridas. São Paulo: Edusp, 2006; MACHADO, Maria Clara T. Folia de Reis: liturgia do povo recriando o mistério da vida. In.: MACHADO, Maria Clara T. e PATRIOTA, Rosangela. (org.). **Histórias e historiografia**: perspectivas contemporâneas de investigação. Uberlândia: EDUFU, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo:** símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: UFG, 2004, p. 347.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática. p. 17.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 89.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, DIFEL, 1998.

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

MACHADO, Maria Clara T. **Cultura Popular e Desenvolvimentismo em Minas Gerais**: caminhos cruzados de um mesmo tempo. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 1998.

MACHADO, Maria Clara T. Folia de Reis: liturgia do povo recriando o mistério da vida. In.: MACHADO, Maria Clara T. e PATRIOTA, Rosangela. (org.). **Histórias e historiografia**: perspectivas contemporâneas de investigação. Uberlândia: EDUFU, 2006.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e Desenvolvimento:** tradição e atualidade. Montes Claros: UNIMONTES, 2000, p. 19-45.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. Et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 118

SARMENTO, Clarice. **Januária Canta:** folclore do Município de Januária. Vol. I. Boletim de Registro e Divulgação do Folclore no Norte de Minas. UNIMONTES, Ano I, 1994, p. 16.

SCHWARZ, Roberto. Fim do século. Folha de S. Paulo. São Paulo, 4/12/1994. **Mais!**, p. 6-9.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Tenentismo em Sergipe: outras histórias

Andreza Santos Cruz Maynard[1]

Resumo: O objetivo desse trabalho é estudar como aconteceu o levante tenentista no batalhão sergipano, em Julho de 1924. E assim, descobrir como os "legítimos defensores da república", como se autodenominavam os militares passaram a ser, em Sergipe, os legítimos representantes do Estado.
Palavras-chave: Tenentismo – Sergipe – República.

Abstract: This paper analyses the *tenentista* revolt in Sergipe, in July 1924. And this form, found how the "legitimates protectors of the republic", how the militaries name themselves became, in Sergipe, the legitimaties representatives of the State.
Keywords: *Tenentismo* – Sergipe – Republic.

Na madrugada de 13 de julho de 1924, um grupo de oficiais do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), unidade do Exército presente em Sergipe, resolveu liderar uma revolta com o intuito de apoiar os colegas de farda que haviam se rebelado em São Paulo, oito dias antes. O objetivo desse trabalho é estudar como se deu esse levante. A investigação foi estruturada a partir de três questionamentos: Quem foram os líderes da revolta? Por que decidiram revoltar o batalhão sergipano? E como conseguiram isso?

Quem

Quatro oficiais do Exército lideraram a revolta tenentista no Batalhão sergipano em julho de 1924. A essa época todos residiam em Aracaju, sendo que o capitão Eurípedes Esteves de Lima tinha 40 anos de idade, era casado e natural de Itabaianinha; o 1º tenente Augusto Maynard Gomes tinha 38 anos, era casado e natural de Rosário; o 1º tenente João

[1] Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Soarino de Mello tinha 26 anos, era casado e natural de São Cristóvão; e o 2º tenente Manoel Messias de Mendonça tinha 26 anos de idade, era solteiro e natural de Capela.

Entretanto, essa *qualificação* não é suficiente para dizer quem foram os líderes tenentistas. No que se refere à conduta deles como militares e cidadãos sergipanos; não há como negar que antes da revolta o capitão Eurípedes Esteves de Lima, assim como os tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Mello foram alvos dos mais caudalosos e públicos elogios. Com relação ao tenente Manoel Messias de Mendonça, se não há elogios, tão pouco foram encontrados registros de reclamação.

Quando Eurípedes e Soarino foram promovidos, em 1923, a capitão e 1º tenente, respectivamente, o Sergipe Jornal fez questão de parabenizar os dois oficiais. Referindo-se a Eurípedes, o periódico publica a seguinte nota em sua primeira página:

> *Soubemos ter sido promovido ao posto de capitão o sr. 1º tenente do Exército Eurípedes Esteves Lima, oficial brioso que há muitos anos vem servindo na guarnição federal deste Estado, dando provas de caráter, amor à disciplina e compreensão dos seus deveres.*
> *Ao capitão Eurípedes enviamos nossas felicitações por esse auspicioso motivo (SERGIPE JORNAL, 1923:1).*

Ainda nesse ano, o próprio comandante do 28º BC, major Jacintho Dias Ribeiro, fez questão de destacar as qualidades do 1º tenente Augusto Maynard Gomes. Em suas palavras o major demonstra seu entusiasmo com o trabalho desenvolvido por Maynard no quartel

> *Ao Sr. 1º Te. Augusto Maynard Gomes agradeço os bons serviços prestados no comando interino da C.M.M. que vinha exercendo desde a sua organização com bastante inteligência, competência e dedicação ao serviço, especialmente à instrução, na qual tem se revelado um ótimo elemento de que dispõe o batalhão, pelo que faz jus aos meus francos elogios (28º BATALHÃO DE CAÇADORES, 1923: 582).*

Mas em termos de prestígio o 1º tenente Soarino não ficava devendo nada aos seus camaradas. Sua participação durante as comemorações do dia da Batalha de Tuiuti[2], em 24 de maio de 1923, foi alvo de muitos elogios. Escolhido pelo comandante Jacintho Dias Ribeiro, Soarino empolgou os presentes com a leitura da ordem do dia. Em meio à presença de "altas autoridades militares, estaduais, federais e povo", a praça 24 de Outubro ainda foi palco dos "movimentos de caráter militar executados de ordem do tenente Soarino, de modo rápido, inteligente e preciso"(SERGIPE JORNAL, 24 de maio de 1923:1).

---

[2] Chamado pelos jornais de *Dia do Exército* ou *Festa do Exército*, o dia 24 de maio era, no início da década de 1920, a data mais importante do calendário festivo militar. Na ocasião eram celebradas a Batalha de Tuiuti e seu maior herói, Manoel Luís Osório. Cf. CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Tendo em vista essas declarações, percebe-se que os oficiais em questão não eram indisciplinados, insubmissos ou avessos as normas estabelecidas pelo exército. Sendo assim que motivos teriam levado homens de conduta elogiável a incitar uma revolta na guarnição sergipana? Teriam ficado loucos? Para alguns, essa era a única explicação plausível.

Por quê?

Os motivos que levaram à organização de um levante no 28º BC não permaneceram em sigilo durante muito tempo. Não houve vazamento de informações, ao contrário. Os próprios líderes da revolta publicaram, dia 14 de julho, no Diário Oficial e no Correio de Aracaju uma proclamação ao povo sergipano na qual explicitaram suas inquietações e o que pretendiam fazer.

O desejo de defender os direitos dos brasileiros e a honra do Exército estavam em primeiro lugar. Ao mesmo tempo destacam a responsabilidade dos militares para com a República. O texto se encerra com a garantia de que os militares respeitarão os direitos dos sergipanos, mas não sem antes expressar a antipatia da classe por Artur Bernardes. Os militares sergipanos se lançaram contra o presidente da República, em primeiro lugar, porque eles podiam. Na década de 1920 as Forças Armadas constituíam "o único grupo nacional organizado, com uma elevada expectativa sobre seu próprio papel enquanto 'estrato protetor da República' e contando com a possibilidade do recurso à violência" (FORJAZ, 1977: 34).

De maneira geral, a revolta em Sergipe tinha a finalidade de mostrar a solidariedade dos oficiais sergipanos para com os seus *camaradas do sul*, que exigiam a deposição do presidente da República. A luta dos paulistas visava a defesa dos interesses não apenas da instituição, mas de toda a nação. Assim, os militares sergipanos explicitavam seu ideal de defender a Nação brasileira. De modo mais específico, os motivos que levaram à revolta militar em Sergipe foram: solidariedade com o levante paulista; evitar que o 28º BC embarcasse para combatê-los; conseguir fazer com que os demais batalhões do Norte imitassem sua atitude; não se verificando a hipótese anterior, atrair para Sergipe grande parte das tropas do Norte que se destinassem a São Paulo; a impossibilidade de aderir em São Paulo.

Os quatro oficiais foram unânimes em afirmar que não desejavam modificar a Constituição nem a forma de governo, crimes pelos quais foram acusados. Em depoimento os oficiais deixaram claro que nunca ambicionaram ocupar a direção administrativa do Estado. Prova disso foi que, deposto o presidente do Estado Graccho Cardoso, ofereceram o cargo ao

general reformado José Calasans, tido em alta conta pelos oficiais. Respondidas as duas questões anteriores, resta saber de que maneira ocorreu o levante.

Como

A revolta militar, iniciada a 5 de julho de 1924 em São Paulo, chegou ao conhecimento da população sergipana através de uma publicação especial do Diário Oficial dia 7. A essa altura, já sabiam do levante paulista, o presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso e o comandante do 28º Batalhão de Caçadores major Jacintho Dias Ribeiro. Ambos foram avisados por telegramas recebidos dia 5 de julho, sendo o remetente do primeiro o presidente da República Artur Bernardes e do segundo o chefe da Região, general Militar Marçal Nonato de Faria. Nessa mesma noite, alguns oficiais do Exército foram convocados ao quartel e tiveram conhecimento sobre o conteúdo do telegrama.

Um dos oficiais convocados, o 1º tenente João Soarino de Mello, julgava que esse levante era mais sério que o de 1922. Suas suspeitas foram confirmadas por um despacho telegráfico que mandava o batalhão se aprontar para seguir na ocasião oportuna com destino ao Rio de Janeiro. Em pouco tempo os comentários sobre a revolta paulista animavam as conversas dos militares em Sergipe. E toda essa empolgação chegou aos ouvidos do presidente Graccho Cardoso.

Incomodado com o teor desses comentários, o chefe administrativo pediu satisfações ao major Jacintho Dias Ribeiro. Este garantiu que o batalhão mantinha-se em ordem, mas admitiu que as conversas sobre a revolta de São Paulo eram freqüentes no quartel sergipano, sendo que o 1º tenente Augusto Maynard Gomes chegava a ridicularizar o conteúdo de telegramas enviados pelo Chefe da Região militar. Em atenção ao pedido do presidente do Estado, Maynard Gomes foi exortado a mudar seu comportamento. O oficial se comprometeu a cessar com os comentários, e, ao menos publicamente, foi isso o que ele fez.

Sem perder tempo, Maynard procurou o capitão Eurípedes para uma conversa. Antes que Maynard dissesse o que queria, Eurípedes já sabia do que se tratava. Os dois trocaram as primeiras idéias sobre a possibilidade de um levante na guarnição sergipana. Mais tarde procuraram Soarino. A partir daí os três passaram a se reunir secretamente. Diante da escassez de notícias sobre a rebelião paulista, os três oficiais sergipanos julgaram que o movimento era generalizado. Por isso mesmo Sergipe precisava se manifestar em a favor dos *companheiros do sul*. Passaram a discutir o modo de fazê-lo.

Inicialmente pensaram em desobedecer "à ordem de embarque, revoltando, caso fosse possível nesta ocasião, o Batalhão" (SERGIPE, 1925: 3613). As reuniões entre o comandante do 28º BC, o presidente do estado e o Chefe de Polícia indicavam que o embarque não tardaria. Razão pela qual decidiram antecipar o levante para a madrugada do sábado para o domingo.

Na tarde de 12 de julho ficou combinado que o levante seria nas primeiras horas do dia 13 de julho. Após essa reunião Eurípedes foi à casa do general José Calasans. Este teria desaconselhado e execução do plano por considerar o resultado de um levante no 28º BC praticamente nulo. A advertência não surtiu efeito. Decidido, Eurípedes não pestanejou e na hora marcada, 24h, saiu de sua casa em direção ao quartel. Lá já estavam os outros dois. Soarino era o oficial de dia no sábado, 12 de julho, e pernoitou no quartel seguindo as ordens do comandante. Quanto a Maynard, o mais entusiasmado de todos, mal pôde esperar até o horário marcado. Os ponteiros do seu relógio nunca foram tão vigiados quando naquela noite.

Os três oficiais foram até o alojamento dos praças e os acordaram dando ordens para que se vestissem e entrassem em forma. Sem saber o que se passava, os praças obedeceram seus comandantes. Nesse momento Eurípedes, Maynard e Soarino receberam a notícia de que o 2º tenente Manoel Messias de Mendonça, que residia no quartel, voltava do seu habitual passeio noturno. Interpelado pelos companheiros, Manoel Messias aderiu ao levante e entregou as chaves do depósito da munição. Imediatamente as armas foram distribuídas entre os praças.

Resolvido o que poderia ter sido o primeiro empecilho, o plano continuou sendo executado. Depois de reunidos, os praças que estavam no quartel foram divididos em 3 pelotões. Um permaneceu no quartel sob o comando de Eurípedes no portão da frente do quartel e Manoel Messias na retaguarda. Os outros dois pelotões deixaram o quartel pelos fundos. Soarino comandou o ataque aos policiais que guardavam o palácio do governo. Maynard partiu com o outro grupo rumo ao que poderia ser o maior obstáculo nessa noite: o Quartel do batalhão Policial. Os militares saíram do quartel às 2:30h da manhã do dia 13 de julho. Minutos depois a população aracajuana acordava com o estampido dos tiros.

No dia 13 de julho
Data pra mim sagrada
Acordei com o tiroteio
Às duas da madrugada

Ontem eu vinha da cidade
Me encontrei com dois tenentes
Um era Soarino
Mainá vinha na frente (SILVA, 1992: 132)

O tiroteio durou cerca de meia hora em diferentes pontos da cidade. Mas ao som dos primeiros tiros já se podia ouvir gritos em frente ao quartel. Tratava-se do major Jacintho Dias Ribeiro. Vendo que os praças saiam para atacar a guarda da cadeia pública, deu ordens para que voltassem. Como não foi atendido, resolveu ir ao quartel. O comandante encontrou o portão da frente fechado, mas Eurípedes deu ordem para que a sentinela abrisse. Os praças estavam prestes a assistir a um dos episódios mais tensos daquela madrugada.

Ao entrar no quartel o comandante avistou Eurípedes e a uns oito passos. Olhando fixamente nos olhos de Eurípedes, entendeu o que se passava e disse " 'Senhor Capitão Eurípedes', ao mesmo tempo que, muito trêmulo, apontava-lhe a sua pistola 'Parabellum', tendo na outra mão a sua espada". Imediatamente Eurípedes empenhou e apontou-lhe "arma igual, dizendo: 'Senhor Major'". Todos aguardavam o desfecho da cena até que Jacintho Dias Ribeiro foi baixando lentamente o braço. Depois de guardar sua arma, Eurípedes foi ao comandante e lhe abraçando, conduziu-o ao cassino dos oficiais. Ainda gritando, o major confessou "sua pistola estar descarregada, o que realmente ele indiciado verificara, retirando o carregador do respectivo deposito" (SERGIPE, 1925: 3577).

Por discordar do levante, o comandante ficou detido no quartel. Porém ele não foi o único a desfrutar da condição de rebelde à rebeldia. Foram presos também "os senhores Capitães Augusto Pereira e Misael de Mendonça, primeiros tenentes José de Figueiredo Lobo e João Baptista de Mattos, capitão médico doutor Galdino Martins, primeiro tenente-contador Antenor Cabral e primeiro tenente farmacêutco Heráclito d'Avila Garcez, a medida que iam chegando ao quartel, uma vez que não estavam de acordo com o levante" (SERGIPE, 1925: 3577).

Para tranqüilidade de Eurípedes, aos poucos chegavam ao quartel do Exército pequenos grupos de soldados da polícia desarmados e conduzidos por praças do 28º BC. Alguns oficiais da Policia foram trazidos por Soarino. Enquanto este dava notícias da vitória, Maynard entrou no quartel precedido por uns 80 ou 90 praças que guarneciam o quartel de polícia, e que iam escoltados por praças do 28º BC.

Por volta das 5 horas da manhã o tenente Soarino, sob ordem de Eurípedes, seguiu para a residência presidencial, cuja guarda foi coincidentemente enfraquecida nesse dia. Comunicado sobre os últimos acontecimentos, o chefe administrativo ficou ainda mais furioso ao receber o convite de adesão ao levante. Graccho Cardoso teria dito "ser inteiramente impossível aceitar tal proposta por motivos que foram de modo cabal justificadas no momento" (SERGIPE, 1925: 3614).

Diante disso, o tenente Soarino lhe deu ordem de prisão, e, por fim, brindou o presidente do Estado com a companhia de alguns praças do 28º BC. Detido em sua residência e vigiado 24h por dia, Graccho Cardoso tinha permissão para receber apenas familiares e seu médico particular. Como desobedeceu a essa ordem, foi conduzido ao quartel do Exército na manhã do dia 14 pelo tenente Maynard.

Graccho Cardoso não aderiu ao levante, e o general Calasans declinara do convite para assumir o lugar do primeiro. O que fazer diante do impasse? Alguém precisava ocupar a presidência do Estado. A saída encontrada pelos oficiais foi a constituição de uma Junta Governativa Militar, composta por eles mesmos. Soarino explica como os militares acabaram se tornando os representantes administrativos do Estado

> *Supunha-se depois disto a necessidade de organizarem a máquina político administrativa do Estado, sendo por eles revoltosos escolhido para empunhas as rédeas do Governo o General José Calasans que, por vários motivos ponderados, segundo veio a saber o interrogado posteriormente por intermédio do Capitão Eurípedes, não fora aceito o convite deles revoltosos. Em vista disso, constituíram-se em Junta Governativa, porém na impossibilidade de poderem simultaneamente atender ao batalhão e à administração do Estado (SERGIPE, 1925: 3614).*

Distribuídas as funções entre os membros, os oficiais resolveram estender seu "raio de ação para fora de Aracaju" (SERGIPE, 1925: 3614). A revolta tenentista em Sergipe durou do dia 13 de julho a 2 de agosto de 1924. Nesse dia, as tropas legais, lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria, marcharam sobre as ruas de Aracaju e sobre as esperanças dos líderes tenentistas.

Em nenhum momento os oficiais sergipanos demonstraram interesse particular na direção administrativa do estado e, por isso mesmo, não se preocuparam em trazer mudanças significativas à população. A constituição da Junta deveria resolver um problema, não atender uma ambição. O objetivo não era mudar a realidade sergipana, mas promover uma transformação na política nacional, através da moralização da República. Por isso a deposição de Artur Bernardes se fazia tão urgente.

O episódio do tenentismo em Sergipe não chegou a revolucionar o Brasil, mas teve sua importância. Apesar das tropas legalistas haverem acabado com a revolta, nem tudo deu errado. Dentro do que se propuseram a fazer, os oficiais sergipanos até que foram bem sucedidos. O tenente Augusto Maynard Gomes chegou a afirmar que tinha "a satisfação de declarar que vencido embora conseguira o seu principal objetivo" (SERGIPE, 1925: 3597). No entanto a falta de comunicação com os tenentes paulistas e a própria falta de organização do movimento como um todo contribuíram com o fracasso do tenentismo.

Além disso, a ocorrência aponta para o fato de que os militares não eram uma classe tão unida quanto se possa pensar. As relações de camaradagem, estimuladas pelo próprio exército não aconteciam de forma generalizada. Tais relações não dependiam apenas de fazer parte da mesma instituição, mas também de compartilhar os mesmos ideais. As aspirações dos militares que se envolveram com o tenentismo em 1924 passavam pela recuperação do modelo de República instituído em 1889. Isso contrariava os interesses do próprio Exército, que tentava afastar os militares da política.

A relevância em estudar os militares está, quase sempre, associada à idéia do envolvimento dessa classe com a política. Por isso mesmo é preciso atribuir razões políticas para o tenentismo. O que melhor explicaria o levante de 1924, o pertencimento dos tenentes a uma instituição como o Exército, ou seu pertencimento às classes médias urbanas? Nesse trabalho, especificamente, essas preocupações ocuparam o segundo plano. Sem desconsiderar o envolvimento dos militares com a política, bem assim como seu pertencimento ao Exército e às classes médias urbanas, Eurípedes, Maynard, Soarino e Manoel Messias, foram estudados enquanto homens que acreditavam e lutavam por um ideal de Exército, de Nação e de República.

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

DANTAS, José Ibarê Costa. 2 ed. **O Tenentismo em Sergipe:** Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. Gráfica J. Andrade Ltda: Aracaju, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e política:** tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos.** Aracaju: Governo de Sergipe – FUNDESC, 1992.

Fontes citadas:

SERGIPE. Juízo Federal. **Sumário de Culpa:** A Justiça Pública acusa o General José Calasans, capitão Eurípedes Esteves Lima, 1º tenente Augusto Maynard Gomes, 1º tenente João Soarino de Mello, 2º tenente Manoel Messias de Mendonça, Manoel Xavier de oliveira, Luis Francisco Freire e outros. Aracaju, 1925, volume 25. Arquivo Judiciário de Estado de Sergipe, cx. 2500.

Sergipe Jornal. **Capitão Eurípedes**. Aracaju, 2 de fevereiro de 1923, p.1, n.438, ano II.

Sergipe Jornal. **Juramento à Bandeira**. Aracaju, 24 de maio de 1923, p.1, n.438, ano II.

28º BATALHÃO DE CAÇADORES. **Boletim regimental n. 274**. Aracaju, 12 de novembro de 1923, p. 582.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As grandes navegações e os impactos internos em Portugal

Lélio Luiz de Oliveira*

Resumo: A História de Portugal, referente ao período moderno, é em grande parte tratada de dentro para fora, ou seja, a importância do reino português na história do mundo e da necessidade da política colonial pela ação "civilizadora" e doutrinária. Em contrapartida, nosso objetivo é demonstrar o impacto econômico das grandes navegações no contexto interno de Portugal - séc. XVI - irradiado especialmente por Lisboa, ressaltando as ações da população que no período fundou alicerces cada vez mais profundos voltados para dentro do reino, como reflexo dos impactos dos descobrimentos marítimos.

Palavras-chave: História de Portugal, grandes navegações, cotidiano econômico interno.

Abstract: Portugal's History, regarding the modern period, is cared largely for inside outside, in other words, the importance of the Portuguese kingdom in the history of the world and of the need to colonial politics by the civilizing" and doctrinaire action. As opposed, our objective is to demonstrate the economic impact of the big navigations in Portugal's internal context - XVI CENTURY - broadcast especially for Lisbon, stressing the actions of the population that in the period founded foundations more and more geared profound into of the kingdom, like reflex of the impacts of the marine discoveries.

Key -Works: History of Portugal, big navigations, economic internal everyday.

A História de Portugal, geralmente, é tratada de dentro para fora - *O Portugal dos Impérios* (BOXER, 1981) ou "O mundo que o português criou" (FREYRE, 1940) -, a despeito de trabalhos sobre novos temas e problemas internos.

A historiografia sobre Portugal, referente a História Moderna, é ampla no que tange ao tema *"Expansão e Descobrimentos"*, principalmente produzida no tempo do regime Salazarista, quando vigoravam as práticas colonialistas, relegando outros temas, como o cotidiano no território continental (ARRUDA & TENGARRINHA, 1999: 111-2).

O incentivo governamental, na época da ditadura, por um lado restringiu em Portugal o acompanhamento do caminho trilhado pelas Ciências Sociais, no que tange às

*Doutor em História pela USP-FFLCH. Professor de História Moderna – Departamento de História – UNESP-Universidade Estadual Paulista – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

inovações metodológicas e teóricas em curso, principalmente nas academias francesas, inglesas e norte-americanas. Por outro lado, facilitou a organização e divulgação de importantes fontes documentais, entre outras: Archivo Histórico Portuguez, Monumenta Henricina, Monumenta Missionária Africana, Monumenta Indica.

Autores perseguidos pela ditadura, tiraram proveito, em parte, da catalogação das fontes primárias e cunharam obras fundamentais sobre os *descobrimentos portugueses*. Fizeram parte desta leva Duarte Leite (1931, 1958), Jaime Cortesão (1944, 1960, 1965, 1967, 1968, 1993) e Vitorino Magalhães Godinho (1947, 1962, 1981), acompanhados pelo historiador inglês Charles Boxer (1981), cujas obras incomodaram o regime, notadamente quando tratava sobre as formas da escravidão no império.

Dentro deste contexto, ao propor uma pesquisa sobre a história portuguesa devemos ficar atentos, com críticas, a algumas obras de grande vulto (HERCULADO, 1916; ALMEIDA, 1925; AMEAL, 1942; MEDINA, s/d; PERES, s/d; SERRÃO, 1979) onde couberam inúmeras informações, sempre questionáveis como todo trabalho da nossa área de estudo, que queiramos ou não, nos servem de bons suportes. Cabe aqui ressaltar, especialmente, os estudos de José Mattoso (1993), além de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (1998) e equipes. Neste sentido, corrobora Vitorino Magalhães Godinho (s/d:291), ao afirmar:

> *não pode[mos] descurar também a inspiração que decorre da obra de alguns dos [nossos] pesquisadores, e bem condenável seria que não se insuflassem com a leitura atenta, crìticamente reflectida, de Sérgio, Jaime Cortesão, Duarte Leite, mais atrás Costa Lobo e Alberto Sampaio; e até não despre[zar] a lição erudita de um Gama Barros e de um David Lopes.*

Após a *Revolução dos Cravos*, os historiadores tiveram a liberdade de partir para novas temáticas. No entanto, o fizeram enfrentando as próprias *contradições*. Primeiro, revivendo *[o triunfo] até, de fora de portas, mas a sua dispersão a todos os ventos é uma constante fuga aos problemas internos* (grifo nosso) *que nunca enfrenta com decisão e pertinácia.* (GODINHO, s/d:7).

Em seguida, passando a trilhar novos caminhos, diante dos diagnósticos e carências expostas por Joaquim Magalhães (1970:37):

> *Os estudos de história portuguesa têm-se ocupado predominantemente com os aspectos políticos do passado desprezando, ou deixando na sombra, as condições*

> *económicas que, não poucas vezes, o explicam. Investigações novas, e rumos diversos têm porém marcado este nosso século.*

Assim sendo, os senhores da História ladrilharam "novas perspectivas para a História Moderna", inclusive de cunho monográfico, sintetizadas por Arruda e Tengarrinha (1999:123-133), algumas aqui exemplificadas: "problemas rurais e da renda agrícola, estrutura da sociedade, e instituições e poder político", por António de Oliveira, Aurélio de Oliveira, António Manuel Hespanha, Martim de Albuquerque, Luís Reis Togal e Nuno Gonçalo Monteiro. "Uma outra linha de estudos que, no âmbito da História Moderna, tomou considerável desenvolvimento desde a segunda metade da década de 80 [séc. XX] foi a 'inquisição', [além de outros] caminhos inovadores, sobretudo na perspectiva 'ideológico-cultural' ", pela lavra de António José Saraiva e J.S. da Silva Dias. Somando aos autores sobre a inquisição, acima citados, cabe mencionar a pesquisadora Anita Novinsky (ARRUDA, 1999:127).

Sem prejuízo para a academia, autores reconhecidos revisitaram os "Descobrimentos e a Expansão Ultramarina", tratando da "economia mundial, a náutica e a ciência dos Descobrimentos, a cultura e a literatura da Expansão em si mesmas e no contexto do Renascimento Europeu" Destacam-se historiadores de ofício, da estirpe de Vitorino Magalhães Godinho, António Borges Coelho, Luís de Albuquerque) e Joaquim Barradas de Carvalho, para exemplificar (ARRUDA, 1999:129)..

Nos estudos mais divulgados sobre *as grandes navegações* (TEYSSIER, 2001:42) *e a expansão do reino lusitano -,* é extremamente comum encontrarmos razões para a partida dos portugueses a caminho de novas terras: "a procura de melhores condições de vida explica a saída de indivíduos das suas terras de origem para as cidades e outros pontos do império" (RODRIGUES, s/d: 235). Outros motivos são bastante declarados sobre a mobilidade populacional (SERRÃO, s/d:364): "(...) a atração pelas riquezas previsíveis, o desejo de fama, a vontade de poder, do medo do desconhecido, a atração pelo ignoto, o espírito de aventura, o serviço da fé" (ARRUDA, 2001:15).

Em contrapartida, mais recentemente há historiadores, especialmente do *cotidiano* que, quando tratam do mesmo período, narram sobre o "imaginário popular em relação ao mar Tenebroso", tanto quanto as condições populacionais (SAUNDERS, 1982), quanto das resistências para enfrentar o mundo desconhecido.

> *(...) havia ainda outro obstáculo, representado pela escassez de homens adultos disponíveis para embarcar, e pela resistência que estes apresentavam em relação ao trabalho no mar. Eram de amplo conhecimento os maus tratos, as brutalidades e as privações impostas a bordo dos navios. No século XV, apesar da fome e da violência serem constantes no cotidiano dos desocupados da metrópole, a vida a bordo das caravelas, além de extremamente perigosa, não constituía atrativo nem oferecia qualquer tipo de compensação.* (RAMOS, 2000:36-7).

Outras pesquisas trilharam caminhos elaborando estudos relativos à questão temporal (ARAÚJO, 1980), aos costumes, ao cotidiano e a demografia, enfatizando os impactos dos descobrimentos, especialmente para o caso de Lisboa. A obra intitulada "O quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos" de Rodrigo Banha da Silva e Paulo Guinote (1998), que tem como "objetivo principal (...) a apresentação e enquadramento de um conjunto de fontes, importantes para o melhor conhecimento do quotidiano lisboeta na época das Grandes Descobertas, mas que nem sempre é suficientemente lembrado e utilizado. [São] as fontes materiais que faziam parte integrante das rotinas diárias dos homens, mulheres e crianças de então, dos objetos comuns a que todos recorriam para realização das suas tarefas quotidianas e satisfação das suas necessidades diárias de alimentação, iluminação, etc.". Os livros coordenados por Irisalva Moita (1983, 1994) , "Lisboa quinhentista" e "O livro de Lisboa", juntamente com a obra de Dejanirah Couto (s/d) – "História de Lisboa" - sintetizam novos estudos sobre a cidade, contribuindo com referências sobre as fontes de pesquisa. Dentro do mesmo espírito de inovação Renata de Araújo (1990) lançou "Lisboa – a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos", afirmando que "a cidade, mais tensa e mais densa, era palco de espetáculos de se ver e de se viver. (...) Em média faziam-se pelo menos três procissões por mês, o que nos permite ver um percurso repetido do espaço urbano, pelo elo de coesão máximo dos seus habitantes – a crença." Alfredo Saramago (2004) enveredou pela história da alimentação na cidade de Lisboa e seu termo, enquanto que Teresa Rodrigues (1990), utilizando de dados demográficos desvendou as "Crises de mortalidade em Lisboa - séculos XVI e XVII".

Depois de caminhar brevemente pela historiografia, é hora de apresentarmos nossa proposta, visando o avanço dos estudos com uma nova contribuição. Com o

desenvolvimento deste projeto pretendemos desvendar as razões da permanência da parte da população que sofre da relutância em partir, das razões do ficar e do apego a terra (RAU, 1965), dos vínculos às tradições e à cultura, em um momento histórico em que, segundo a maioria dos estudiosos do período, os impulsos são fortes para partir na busca de novos destinos.

Desta forma, é necessário ressaltar que a população portuguesa fundou alicerces profundos de uma vida também *voltada para dentro,* que carece de constantes e novos estudos. Contrapor aos estudos já alicerçados, sem, é claro, desconsiderar a importância da *"Expansão",* que tanto refletiu nos processos internos.

Assim sendo, nosso objetivo maior desta pesquisa, que está em andamento, é qualificar a população, que manteve seus vínculos profundos com a terra portuguesa, não arredando pé dos seus lugares, em um contexto favorável à emigração. Desvendar as razões para permanecer e para restabelecer cotidianamente a rotina. Como não se deixar atrair pelo mundo das mudanças. Para tanto é preciso desvendar quem eram esses portugueses (NOVAIS, 1997:17). Caracterizá-los é premente: viviam no espaço urbano ou rural, as idades e os sexos, as profissões e afazeres, suas ordens religiosas, enfim, onde se situavam na hierarquia social? O mais importante, como manifestavam o apego ao lugar de origem?

Nossa hipótese é de que, se por um lado havia incentivos para deixar o reino português, ao mesmo tempo heranças muitos fortes, solidamente construídas, advindas de um tempo distante, influenciadas, entre outros fatores, por laços de parentesco, apegos religiosos, fatores históricos como a *reconquista*, a defesa do território favorável à sobrevivência cotidiana e tradicional, fez com que a rotina e a segurança vencesse a aventura. As conseqüências da *Expansão Marítima,* logicamente, causaram também resultados internos. Não provocou somente transformações, mas, fortaleceu permanências e continuidades, no confronto dialético entre a "*transformação progressiva"* - em muitos casos destruidora das antigas estruturas - e *"a implacável tragédia da permanência histórica"* (MAYER, 1987:14) - senhora do *"hábito - [ou] melhor, [d]a rotina -(...) [dos] gestos herdados, acumulados a esmo, repetidos infinitamente, (...) [que] remontam ao mais fundo dos tempos."*(BRAUDEL, 1987:20; 1996).

Sustentaremos a posição de que a *expansão marítima* promoveu a retroalimentação dos setores destinados ao abastecimento interno e ao fornecimento das exportações, acomodando as populações em seus lugares. Com isso as velhas forças não foram destruídas, pelo contrário, foram beneficiadas. Partiremos do princípio de que o processo impactante da *expansão portuguesa* passa, aos olhos do historiador, pelo conceito de

tempo histórico diluído em durações longas, conjunturais ou factuais (BRAUDEL, 1965:261-94), e pela predominância da análise no nível da *"vida material - uma parte da vida dos homens, tão profundamente inventores [e aventureiros (frase nossa)] quanto rotineiros."* (BRAUDEL, 1987:20).

Para tanto, limitaremos nossa pesquisa no sentido espacial à região de Lisboa (Cascais, Almada, Ribatejo, Sesimbra e Setúbal), dentro do período que compreende o século XVI. As *balizas temporais* foram escolhidas por constituir um período de transição, em que houve uma reacomodação das estruturas econômicas, populacionais e culturais, na região em estudo.

Com os descobrimentos e a expansão comercial, Lisboa passou a ser um centro, ao mesmo tempo, de atração de pessoas e de fornecimento de emigrantes (MAURO, 1989). *"Desta forma no século XVI português continua a existir apenas um pólo de atração, que é Lisboa. A sua influência estende-se até Coimbra, a norte, e compreende a vastidão das planícies alentejanas."* (HESPANHA, 1986:77). Daí nosso grande interesse pelo cotidiano econômico de Lisboa e arredores, em especial da população que não se vinculou ou pouco se ateve ao movimento dos *Descobrimentos.*

> *"Suponhamos o estudo da regionalização econômico social (...), com vista ao planeamento da acção transformadora das estruturas básicas (grifo nosso). Não só há que recapitular todas as divisões que através da história se têm manifestado, como ainda é imprescindível analisar o comportamento das várias zonas através do tempo do ponto de vista de certos indicadores escolhidos como mais significativos - variações demográficas, variações do equipamentos de base, variações do rendimento, da concentração fundiária, da repartição sectorial da população ativa, etc. E isto ao longo de umas décadas. Apenas depois se conseguem determinar as regiões homogêneas segundo a dinâmica do desenvolvimento (grifo nosso).(...)." (GODINHO, s/d:22).*

Nossa base documental é composta por fundos depositados e arranjados nos Arquivos Públicos, como a Torre do Tombo (e outros arquivos distritais) e a Biblioteca Nacional de Lisboa. Também será consultado a Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, o acervo do *Real Gabinete Português de Leitura,* situado no Rio de Janeiro, e as obras da *Cátedra Jaime Cortesão,* órgão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH - da Universidade de São Paulo – USP.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fortunato. *História de Portugal.* Coimbra, Editor Fortunato de Almeida, 1925.

AMEAL, João. *História de Portugal.* 2.ed., Porto: Livraria Tavares Martins, 1942.

ARAÚJO, Carlos. *Lisboa e os descobrimentos.* 1415-1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Lisboa: Terramar, 1980.

ARAÚJO, Renata de. *Lisboa:* a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. As novas perspectivas da História Moderna. In:_____. *Historiografia luso-brasileira contemporânea.* Bauru: EDUSC, 1999.

ARRUDA, José Jobson. Prismas da História de Portugal. Prefácio. *História de Portugal.* 2.ed., rev. e ampl., Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001.

BOXER, C. R. *O império colonial português (1415-1825).* Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. *Revista de História,* São Paulo, v.30, n.62, p.261-94, abr./jun., 1965.

_____. *A dinâmica do capitalismo.* Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.* São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3v.

COUTO, Dejanirah. *História de Lisboa.* Lisboa: Gótica, [s.d.].

DIAS, João José Alves (coord.). *Nova História de Portugal.* Portugal. Do renascimento à crise dinástica. Lisboa: Editorial Presença, 1999. v.5.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou:* aspectos das relações sociaes e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (Coleção Documentos Brasileiros, v.28).

GODINHO, Vitorino Magalhães. *História econômica e social da expansão portuguesa.* Lisboa: Terra-Editora, 1947;

_____. *.A economia dos descobrimentos henriquinos.* Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962;

_____. *Descobrimentos e a economia mundial.* 2.ed. Lisboa: Presença, 1981.

_____. Os novos problemas: para a História de Portugal e Brasil. In: CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala. Prefácio. *Formas de pensamento em Portugal no século XV.*

Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias. Lisboa: Livros Horizonte, [s/d].

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal:* desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Affonso II. 7.ed. Paris; Lisboa: Aillaud & Bertrand. 1916.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político em Portugal. Século XVII.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1986.

_____. *Poder e instituições no Antigo Regime:* guia de estudo. Lisboa: Cosmos, 1992.

HESPANHA, António Manuel. O debate acerca do "Estado Moderno". In: TENGARRINHA, José. (Coord.). *A historiografia portuguesa hoje.* São Paulo: Hucitec, 1999. (Estudos Históricos, 40).

MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero. *Algarve econômico durante o século XVI - 1600-1773.* Lisboa: Cosmos, 1970.

MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MAYER, Arno J. *A força da tradição:* a permanência do Antigo Regime, 1848-1914. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670.* Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MEDINA, João (Dir.) *História de Portugal.* Dos tempos pré-históricos aos nossos dias. Ediclube, Edição e Promoção do Livro, [s/d].

MOITA, IRISALVA (org.). *Lisboa quinhentista.* A imagem e a vida da cidade. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983.

_____. *O livro de Lisboa.* Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In:_____. (coord.) *História da vida privada no Brasil.* Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1

NOVINSKY, Anita. Confessa ou morre: o conceito de confissão na Inquisição Portuguesa. *Revista transdisciplinar luso-francesa,* Paris, n.5, p.77-86, 2000.

OLIVEIRA, Aurélio. *A renda agrícola em Portugal durane te o Antigo Regime, séculos XVII e XVIII:* alguns aspectos e problemas. Lisboa, [s/n], 1980.

PERES, Damião (direcção literária). *História de Portugal.* Lisboa: Portucalense Editora, [s/d].

RAMOS, Fábio Pestana. Náufragos e obstáculos enfrentados pelas armadas da Índia portuguesa: 1497-1653. São Paulo: Humanitas, 2000.

RAU, Virgínia. A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média. *Revista de História,* São Paulo, FFCL-USP, v.30, n.61, ano 16, 1965.

RODRIGUES, Teresa. *Crises de mortalidade em Lisboa.* Séculos XVI e XVII. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

RODRIGUES, Teresa Ferreira. As estruturas populacionais. A mobilidade geográfica. A imigração. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal.* Editorial Estampa, s/d. v.3.

SARAMAGO, Alfredo. *Para uma história da alimentação de Lisboa e seu termo.* Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

SAUNDERS, A.C. de C.M. *História dos Escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555).* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982. (Temas Portugueses).

_____.*Inquisição e cristãos-novos.* Porto: Inova, 1969.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

SERRÃO, Joel (dir.). Emigração. In: *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Livraria Figueirinhas, s/d. v.2.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A.H. (Dir.) *Nova História de Portugal.* Lisboa: Presença, 1998. v.5.

SILVA, Rodrigo Banha da Silva; GUINOTE, Paulo. *O quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos:* roteiro arqueológico e documental dos espaços e objetos. Lisboa: Grupo de Trabalho para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998.

TENGARRINHA, José Manuel. A historiografia portuguesa pós-74. In: ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea.* Bauru: Edusc, 1999. (Coleção História).

TEYSSIER, Paul. Os descobrimentos e a expansão ultramarina. In: *História da Língua Portuguesa.* Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

As relações que estabelecem aluno e professor com o livro didático.

Ida Hammerschmitt [1]

Introdução

O texto relata o resultado das primeiras considerações acerca de uma pesquisa, na qual se procurou investigar e analisar a relação que professores e alunos das séries inicias do Ensino Fundamental, estabelecem com o livro didático de história. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Professora Elvira de França Buschmann, situada no bairro Ipês do município de Araucária, região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná.

A pesquisa está inserida no campo da Educação Histórica, e faz parte dos trabalhos de um grupo de professores pesquisadores do município de Araucária sob a orientação da professora Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Braga Garcia.

Busca-se investigar as idéias que alunos e professores tem acerca da relação que estabelecem no uso do livro didático de história. Essa relação é essencial para o processo ensino – aprendizagem ? Como é trabalhado na escola com o livro didático ? Como são as experiências culturais vividas por professores e alunos com o livro didático de história ? E, se de fato contribui para a construção do conhecimento histórico?

A pesquisa

Buscou-se levantar informações para analisar como o livro é usado por professores e alunos, por meio de uma entrevista com oito (8) professores que atuam com as séries iniciais e com três turmas da 3ª série do ensino fundamental, totalizando noventa (90) alunos dos períodos matutino e vespertino. Essa atividade serviu como base para que uma das turmas de 3ª série entrevistasse os alunos das outras séries, e posterior intervenção pedagógica da professora, com vistas a construir conhecimentos históricos com os alunos a partir das respostas dadas. Com a intervenção, pretendeu-se ampliar os conhecimentos dos alunos a partir da análise das respostas levantadas.

[1] Pedagoga das séries iniciais da rede municipal de Araucária. Idah64@hotmail.com
Secretaria Municipal de Educação de Araucária (PR)

Os alunos de uma das 3ªs séries, responderam às questões sem a interferência do professor e depois esta turma entrevistou os colegas de outras duas turmas, também sem a interferência do professor.

Foram elaborados dois questionários. Um utilizado para a verificação dos conhecimentos em torno da temática junto aos alunos, contendo as seguintes questões:

- Você acha importante ter livro didático de história?
- Qual sua opinião sobre o livro didático de história?
- Como você usa este livro?
- Qual sua opinião em relação às ilustrações do livro?
- Precisa de ajuda ou o entende com facilidade?
- Você acha que o livro relata uma história que também é sua?
- Faz você sentir vontade de estudar história?
- O que mais chama a sua atenção no livro de história?
- O que você mudaria no livro didático de história?
- O que você achou de responder estas perguntas?

Outro para os professores, contendo as seguintes questões:

- Qual sua opinião sobre o uso do livro didático de história?
- Relate como você utiliza o livro didático de história em sala de aula?
- Ele auxilia a entender a realidade de história e a relação ontem e hoje?
- Como deveria ser o livro didático ideal para trabalhar com esta série?
- O que você mudaria no livro didático de história?
- Ele contempla as diretrizes do município?
- Você participou da escolha deste livro? De que forma?
- O que você achou de responder estas perguntas?

A relação que alunos estabelecem com o livro didático

A partir da análise das respostas dadas pelos alunos percebe-se que a grande maioria considera importante ter o livro didático de história. Totalizando 81 respostas positivas, 2 alunos não consideram importante e 5 não responderam. Ao relatarem porque é importante escreveram: *porque tem muitas histórias e desenhos; porque aprendemos coisa que não sabíamos; porque ensina a ler e escrever; é educativo e algumas coisas são bonitas; é bom de mexer com ele; completa a atividade; por ter muitas leituras; fica melhor para*

aprender; porque é bom; facilita aprender; poupa tempo; é legal; mostra mais coisa. Já os que responderam que não é importante argumentaram: *que é chato; que não tem muita lição e que não gostam de história.*

O que os alunos relatam vem ao encontro da pesquisa realizada por Costa(1985) e Teixeira(1985), apud Freitag(1997) quando em seus relatórios de observação já demonstravam que as crianças ficavam fascinadas com a presença do livro em sala de aula.

No que se refere à opinião sobre o uso do livro didático de história, 45 alunos responderam que é interessante e estimula a curiosidade; 19 responderam que gostam da forma que o livro narra a história; 23 responderam que auxilia a entender a história; 4 responderam que consideram pouco interessante e mal elaborado; 4 disseram não gostar e que não faz falta, 5 não tem opinião formada e 10 respostas confusas.

Quanto à questão sobre como usa o livro, 54 alunos responderam que trabalham algumas páginas; 15 dizem seguir página por página; 11 só olham as figuras e ilustrações; 11 quase nunca o utilizam e 8 respostas de forma confusas.

Em relação às ilustrações que aparecem no livro, 37 alunos responderam que esclarece o que está escrito e que ajuda a entender o assunto; 31 que não refletem a realidade; 14 respondem que não tem nada a ver com o conteúdo e 8 respostas estavam confusas. Reporta-se a Freitag (1999):

A maior parte dos estudos sobre a ideologia do livro didático revelou que os conteúdos dos livros estão desvinculados a realidade das crianças. Muitas vezes eles procuram disfarçar, omitir ou distorcer os problemas e as contradições sociais e minorias às quais pertence grande parte das crianças, como o caso das crianças carentes.

Ao fazer uso do livro didático de história: 42 alunos responderam que o entendem com facilidade e sozinhos; 24 dizem precisar de ajuda para entender; 12 têm dificuldade e não o compreendem mesmo com ajuda; 1 resposta ficou confusa e 1 aluno deixou em branco.

Sobre a questão se o livro relata uma história que também é sua: 27 disseram que sim e que se parece com o que vive; 29 que não e que apresenta uma realidade que não existe para ele; 26 responderam às vezes e 8 respostas estavam confusas.

Quanto à questão sobre o livro de história ser interessante ou chato: 72 alunos responderam ser interessante; 15 o consideram chato e 3 deixaram em branco. Ao esclarecerem porque é interessante e o faz sentir vontade de estudar história escreveram: *porque são legais os textos e gosto de tudo; é muito legal; faz entender melhor ; gosto dos desenhos; tem a maior parte com desenhos; gosto de ler; é 'massa'; têm coisas que a gente não sabe; tem vantagens; é bom ; ensina coisas novas; tem fotos que nunca vi*. Os que

disseram ser chato justificaram: *porque tem perguntas, chato demais; não gosto das histórias; porque não tem histórias em quadrinhos; queria que fosse mais interessante*. Ou seja, conforme destaca Abramovich,(1993) apud Freitag(1997)as crianças estão sabendo ler criticamente, ter suas opiniões claras...percebendo o que chateia, o que aborrece.

Sobre o que chama mais a atenção no livro didático de história, 32 alunos responderam que são as fotos e as ilustrações; 23 que são as atividades; 23 que são os textos; 11 apontaram as histórias em quadrinhos e os caça-palavras; 1 resposta ficou confusa.

Ao questionamento sobre o que mudariam no livro didático de história, 68 respostas mais freqüentes podem ser agrupadas nas seguintes sugestões: a capa em primeiro lugar; as ilustrações, em especial os desenhos e que sejam mais fortes, com mais cores e com atividades para colorir; mais textos e histórias; acrescentar adesivos, brincadeiras, cruzadinhas, caça-palavras, passa tempo, mais perguntas e atividades, jogos e espaço para desenhar; que não tivesse perguntas e que tivesse menos folhas. Apenas 11 alunos pediram que desse para escrever no livro; 5 não o mudariam e 6 respostas em branco.

Quanto ao que achou de responder às perguntas, 79 alunos responderam que acharam legal, interessante, ótimo; 5 que acharam bom , 5 deixaram em branco e 1 respondeu que foi chato. As justificativas dos que gostaram ficaram entre ser importante responder, que gostaram de perguntar aos colegas, que gostam de ler, que é bom dar opinião, é bom ajudar numa pesquisa, que chamou sua atenção para o livro didático, que foi uma boa oportunidade de falar sobre o livro, que foi divertido e um respondeu que espera que se concretize o que respondeu. Muitos disseram simplesmente ter gostado, O que achou chato não justificou.

A relação que os professores estabelecem com o livro didático

Ao investigar como o professor atua com o livro didático de história obteve-se as seguintes respostas: na questão sobre que solicitava a opinião quanto ao uso do livro didático de história, 3 professores responderam que auxilia a entender a história; 2 responderam que não gostam e consideram que não faz falta e 1 acha pouco interessante e mal elaborado.

Ao solicitar um relato sobre como utiliza o livro didático de história em sala de aula, responderam:

a) que em alguns conteúdos as imagens contribuem um pouco, porém na maioria das vezes, o conteúdo da série não bate com o do livro;

b) que há histórias em quadrinhos que são aproveitáveis;

c) geralmente eu aproveito os bons textos quando vou trabalhar um conteúdo, utilizo as fotos, imagens, telas, para usar como referência da época citada.;
d) utilizo o livro didático como apoio e procuro utilizar também outros recursos como fotos, vídeos e *folders*;
e) procuro utilizar as páginas que estão de acordo com os conteúdos da série, infelizmente não consigo adaptar muitos conteúdos, pois os conteúdos da 3ª série são específicos do município;
f) utilizo raramente;
g) utilizo-o pouco, pois o livro é um apanhado geral e eu preciso de assuntos específicos sobre o município.

Sobre se o livro didático de história auxilia o professor e o aluno a entender a realidade de história e a relação entre o ontem e o hoje, 4 professores responderam que auxilia por meio das ilustrações; 3 por meio de sugestões; 2 através de bons textos; 1 respondeu que os textos são muito longos e somente algumas atividades são boas.

Quanto a sugerirem o que mudariam no livro didático e como deveria ser o livro didático ideal para trabalhar com esta série, as respostas foram as seguintes:
a) o livro didático é um material a mais para o professor e o aluno; deveria haver um livro específico sobre a história do município;
b) todo o livro deveria ser elaborado em forma de gibi, porque as crianças gostam deste tipo de texto, chama a atenção. A relação dos conteúdos abordados nos textos. Os conteúdos de história e geografia são iguais, poderiam ser diferentes;
c) deveria trazer pelo menos um pouco de história dos municípios, ser dinâmico e conter mais histórias ilustradas. Que os textos fossem menores, mais simples e objetivos;
d) deveria ter menos textos (poucos e com mais qualidade), mais fotos interessantes, atividades que visem a reflexão e análise dos fatos de forma crítica;
e) textos menores e claros, citações de pessoas da época, fotos e imagens (quanto mais tiver é melhor), a data é um fator importante em história , não deve faltar;
f) textos mais sintetizados e coerentes com os conteúdos da série e idade dos alunos, imagens regionais, atividades mais interessantes e criativas. Acho também que este livro deveria ser consumível.

Sobre a questão se o livro didático de história contempla as diretrizes curriculares de história da série em que o professor trabalha, responderam: o livro é indicado pelo Ministério da Educação, então acredito que sim (pelo menos deveria). 2 disseram que contempla; 2 que contempla muito pouco e 1 que contempla parcialmente.

À questão que visava saber se os professores participaram da escolha do livro didático: 4 professores disseram que sim ; 2 que não e 2 não responderam. Os professores que responderam ter participado da escolha do livro didático de história, o fizeram de forma a evidenciarem que este já veio com uma seleção prévia da Secretaria de Educação e que faltou um exame mais minucioso na seleção. Percebe-se aqui uma relação com as afirmações de Freitag(1997)quando destaca que o livro didático tem sido decretado,produzido,distribuído, sem que os autores dos livros dessem atenção especial aos usuários do livro: o professor e o aluno.

Ao finalizar perguntou-se também aos professores como foi responder a essas perguntas e solicitou-se que aproveitassem o espaço para fazerem um comentário que considerassem importante , ao que responderam:

a) É sempre bom que haja profissionais interessados em melhorar os recursos usados pelo professor, não importa a área;

b) Promoveu pensar que tipo de história estou construindo e defendendo, que materiais estou utilizando para isso...

c) Interessante, fiquei interessada em saber se essa pesquisa mudará de uma maneira ou de outra, a visão que certos professores têm do livro didático, em usá-lo como instrumento auxiliar, e não como uma "bíblia" ou como livro de recortes.

d) Gostei, acabei fazendo uma auto-avaliação sobre o aproveitamento do livro didático, dentro do meu planejamento.

e) Se em todos os trabalhos a serem realizados, primeiro fosse feita uma pesquisa de opinião, os resultados seriam bem diferentes.

Algumas Considerações

O objetivo dessa pesquisa era investigar as idéias que alunos e professores têm acerca do trabalho com o livro didático de história e que tipos de relações permeiam o uso deste, nas séries iniciais, especificamente na 3ª série do ensino fundamental. Esta investigação inicial nos faz perceber que este estudo vem ao encontro da necessidade de apontar a forma de utilização dos livros em sala de aula. Nesse sentido a maneira de utilização do livro pelo professor e pelo aluno, na relação ensino-aprendizagem, precisa ser melhor investigada, principalmente para compreender os conceitos e seus significados que permeiam as respostas dadas de forma a contribuir para uma formação mais crítica e consciente, pois há estreita relação com suas experiências vividas e a compreensão desta realidade.

A investigação desenvolvida permitiu apontar alguns elementos relacionados ao uso do livro didático para a construção do conhecimento histórico, mostrando-se que de fato há a formação de uma consciência histórica, (MEDEIROS, 2005) em relação à importância do livro na vida dos seus usuários: aluno e professor. Percebeu-se por meio da entrevista o uso que os alunos e professores fazem do livro didático de história nas séries iniciais do Ensino Fundamental e o efeito que o mesmo tem sobre o desenvolvimento em suas vidas e atividades desenvolvidas no processo ensino – aprendizagem.

Constata-se que alunos e professores destacam em suas respostas uma concordância com os itens destacados por RÜSEN (1997 apud MEDEIROS, 2005) no que se refere a um bom livro de história, que deve ter: um formato claro e estruturado, uma estrutura didática clara, uma relação eficaz com o aluno e uma relação prática com a aula.

Um outro ponto se refere à relação com as experiências das crianças e dos professores com o livro didático de história. Para a maioria dos alunos o livro didático de história tem um valor considerável manifestando gostarem dele, que não o mudariam, mas sim acrescentariam algo, para além do que já está contemplado, dado o valor deste livro em suas vidas. O que nos faz entender que de fato os livros didáticos parecem ser na vida dos alunos o principal material impresso em torno do qual sua escolarização está centrada (ABREU,1999).

Abreu (1999) afirma ainda, que o livro didático é compreendido mais como uma interessante fonte (ainda que problemática) para o estudo do cotidiano e dos saberes escolares do que como um objeto de estudo de pesquisa, o que se percebeu como uma prática na vida dos alunos.

Os professores mostraram opiniões divididas quanto ao livro didático de história auxiliar a entender a história e se contempla ou não as diretrizes do município. Já no que se refere a uma relação de utilização do livro, a maioria manifestou utilizá-lo como apoio e como material ilustrativo e sugerem que o livro didático de história deveria contemplar abordagens mais reflexivas e críticas a respeito da história. Se este livro auxilia a compreender a relação entre o ontem e o hoje, a maioria dos professores entende que sim e acrescenta que tal fato ocorre por meio de ilustrações, bons textos e sugestões de atividades. Considera-se que o livro didático de história é visto pelos professores como um instrumento de trabalho auxiliar em sala de aula.

Esta investigação permite apontar que a relação que alunos e professores estabelecem com o livro didático é de valia para o processo ensino aprendizagem, apesar de

nem sempre ser uma relação mediada da mesma forma. Permite também, apontar que o livro é visto e utilizado por professores e alunos de forma diferenciada, tanto na utilidade, quanto na importância que lhe conferem. Sendo então, de fundamental importância que os maiores usuários do livro didático de história de fato sejam mais ouvidos, focalizando-se também o como se dá a sua utilização.

Em termos gerais conclui-se que este estudo foi de grande valia como momento inicial de investigação e que fica para ser aprofundado de forma mais minuciosa, com o objetivo de poder conhecer melhor como de fato se dá a relação que professor e aluno estabelecem com o livro em sala de aula em torno de uma determinada temática de estudo.

Referências:

ABREU, Márcia(org.) **Leitura e História e História da Leitura**. Campinas,SP:Mercado das Letras, 1999.

FREITAG, Bárbara. MOTTA, Valéria Rodrigues. COSTA, Vanderley Ferreira da. **O Uso do Livro Didático.**3ª ed.São Paulo: Cortez, 1997.

MARGADO, José Carlos. **Manuais Escolares: Contributo para uma análise** , Porto ,Portugal, Porto Editora, 2004.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. **A Formação da Consciência Histórica**. Curitiba :UFPR, 2005, Tese de Doutorado.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, CAINELLI, Marlene. 2004. ***Ensinar História*** São Paulo: Scipione, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Nos tempos em que a mulher é quem faz: afetividades e comportamentos 'modernos' na cidade (Belém, século XX)

Vanessa Spinosa*

Resumo: O trabalho visa discutir a modernidade na cidade de Belém na década de 1930 a partir dos debates nos periódicos do período. O recorte temático escolhido será o campo das afetividades e escolhas amorosas esboçadas em jornais e revistas de época. A partir do trânsito pela cidade, das relações sócio-afetivas deflagradas no espaço urbano se percebeu questões sobre trabalho, casamento e comportamentos femininos que repercutiam em debates sobre o que era 'antigo' e 'moderno' nas estruturas cotidianas. Nesse sentido se tratará de relacionar as funções sociais desempenhadas pela mulher, nessa vida 'modernizada' dos anos 30, partindo do olhar dos articulistas de época para entender as representações das atribuições femininas no meio sócio-urbano.
Palavras-Chave: cidade, cotidiano, gênero.

Abstract: This work aims to discuss modernity in the Brazilian city of Belém in the 1930s through analyzing debates in contemporary periodicals. Our key theme regards the field of affections and amorous choices, as drawn by accounts in magazines and newspapers of that decade. We highlight issues raised from debates about what was "old" and "modern" in the quotidian structures of Belém's urban area, usually involving work, marriage and feminine behavior. In this regard we deal particularly with social functions performed by women in this "modernized" life of the thirties, taking into account the outlook of contemporary columnists in order to understand more deeply representations of female responsibility in an urban environment.
Keywords: city, quotidian life, gender.

Dorotéia estava preocupada com a possibilidade de "aparecer outra" em sua frente e não perdeu tempo. Afinal, "meu bem, agora é da gente pegar com unhas e dentes", pois

> *nesses tempos em que a mulher é quem faz as conquistas e perseguem os homens nas ruas, nos cinemas, nas festas, pelos telefones e com bilhetinhos amorosos, Dorotéia não havia de ficar parada.*[1]

Com o título "Efeitos do Modernismo", o jornal O Estado do Pará noticiava, num tom de 'comentário da vida alheia', as preocupações de um tipo de comportamento considerado novo, pois, 'nesses tempos' de *modernismos*, a mulher passava a ter uma postura no relacionamento com o pretendente mais explícita que antes.

* Professora Mestra da Universidade federal do Rio Grande do Norte (CERES-DHG).
[1] O Estado do Pará. Ano 29. 01/08/1940. Reportagem Policial. *Efeitos do Modernismo*. p.06.

Nesse sentido, vale ressaltar a necessidade, segundo a exposição do escritor, da moça Dorotéia em se colocar socialmente como uma mulher casada. Para tanto, era preciso elaborar uma série de articulações e estratégias para conseguir com que Ramiro, seu namorado, se apressasse em casar. E 'ela não havia de ficar parada' enquanto tal enlace não acontecesse. Segundo o autor, tanto o rapaz quanto a família dele estavam sufocados com as tentativas da moça. Note o comentário da mãe na história:

> *- Credo, eu nunca vi tanto. Essas pequenas de agora só falta andar de laço em punho pra pegar os rapazes. Eu nunca vi tanto desmantelo, tanta doidice, chega paresque[2] já anda tudo danada pra se casar seje com quem for.*

Esse comentário da mãe do rapaz denota uma série de afrontamentos com a sociedade em fins dos anos 30 e, ao mesmo tempo, uma necessidade em colocar no passado uma postura mais aceitável para o comportamento de uma moça que desejava se casar. Nesse sentido, a exclamativa dessa fala sugeria a mudança nas formas de namoros e noivados e, ainda, a permanência da idéia de que as mulheres solteiras deveriam se unir em casamento.

A questão da pressão social, tanto na fala da mãe quanto no relato da protagonista da história, revelava uma faceta do imaginário social sobre as núpcias: uma mulher não deveria ser solteira, precisava ser casada. Por causa desta regra, dava-se a corrida das 'Dorotéias' atrás de seus pares, pois o problema central era não ficar solteira.

Ao mesmo tempo em que essa visão ideal e pedagógica (as moças devem se casar) que o autor da coluna expunha era colocada, a crítica (e talvez mais ainda o afrontamento) que ele demonstrou, por meio tanto da história narrada quanto da personagem-mãe do jovem Ramiro, foi clara.

Se a maneira 'afoita' das moças estava sendo criticada e denominada de 'efeitos do modernismo', as formas de conquista estavam na intimidade dos pares de noivos ou namorados de uma maneira nada 'moderna', já que Dorotéia

> *se aboletava lá [na casa] farejando-lhe até o quarto onde ele dormia, metendo-se na cozinha para lhe preparar quitutes ou lhe costurando as meias.*

Ou seja, a forma encontrada pela moça de mostrar que seria uma boa esposa (BORELLI, 1997) era evidenciar suas qualidades e potencialidades como boa dona-de-casa, atenta às necessidades do futuro esposo e pronta para atender aos seus pedidos, desde uma reforma na meia, até a preparação de um bom prato (SOHIET, 1989).

---

[2] Numa linguagem coloquial do estado, "paresque" seria "parece".

Neste período, as atividades do lar, bem como a satisfação do marido, estava dentro das aspirações para a futura esposa. A família era intimista, formada por pai, mãe e filhos; a mulher era tida como a rainha do lar e o marido como chefe da família, formando, portanto, um misto de valores e práticas do 'novo' e dos 'antigos' moldes do patriarcalismo, iluminando a família conjugal.

Nesse viés, havia um reforço nas atividades domésticas como função da mulher, e subliminarmente as do homem como provedor no sustento da casa (MATOS, 2001). As estratégias da conquista eram ressaltadas, ao mesmo tempo em que as tarefas femininas ou masculinas.

A questão da família estava mais voltada para esse modelo nuclear. O autor da história ressaltava as características que a mulher deveria ter, dedicadas ao futuro marido. O reforço social, as leis e a política do país legitimavam a formatação da família nuclear. Aliás, "através da lei das políticas sociais e fiscais, e da propaganda, o Estado desempenhou um papel fundamental na legitimação e no fortalecimento da família nuclear".(BESSE, 1989). Quer dizer,

> *No plano dos valores, a família defrontava com a contradição entre o antigo e o moderno nos hábitos domésticos, assimilando novas atitudes, transformando outras e mantendo práticas antigas de convivência, garantindo a continuidade de tradições.(ARAÚJO, 1993: 293).*

Os cônjuges passavam a ser mais enfocados na relação marital e, em contrapartida, a família extensa, com agregados e parentes, não era tão valorizada. Dorotéia não mostrou interesse em conviver com a futura sogra, as aptidões que ela buscava mostrar era o sinal para indicar a auto-suficiência em administrar um lar. Nesse mesmo período,

> *leis federais e políticas com respeito à educação das mulheres, ao casamento, à organização familiar, à segurança social, à saúde, ao controle da natalidade e ao trabalho ajudaram a conter a contestação à hierarquia entre os sexos. (BESSE, 1989:195).*

Por outro lado, os advogados e higienistas sociais valorizavam a individuação dos corpos. Nesse sentido, cada um deveria ser responsável por seus próprios atos; os "homens modernos" deveriam aceitar que o indivíduo dependia de suas próprias realizações e de seu comportamento, ao invés da condição social e/ou conduta de sua família. Também se vinculava à racionalização do amor para que ele fosse um sentimento aliado à estabilidade familiar e não um sinônimo de lascívia (PRIORE, 1989), carnalidade ou descontrole.

No que se refere aos espaços freqüentados por esses personagens, as "pequenas de agora" *assediavam* os homens no espaço público, indo aos cinemas, andando mais livremente nas ruas ou nas festas, pelo telefone ou, como antigamente, através de 'bilhetinhos' mandavam seus recados e marcavam pontos de encontro.

No século XX, as associações conjugais e amorosas estavam mais fluídas, pois o casamento passava a ser mais associado ao amor, uma vez que se dava mais espaço à individualidade e à liberdade. O sentimento saiu do campo da extra-conjugalidade e entrou na legitimidade matrimonial (TRIGO, 1987); portanto, quem não amava estava fadado a um insucesso na vida conjugal.

Estratégias íntimas e comportamentos 'modernos'

Dorotéia, a sobredita moça que desejava se casar, conseguiu 'enlaçar' Ramiro, tendo como estratégia de acelerar tal objetivo comprometê-lo no momento da viagem de todos para um sítio longínquo. Nesta ocasião, Dorotéia foi bater à porta do namorado que, mesmo relutando e dizendo "eu não, depois vão falar", deixou-a entrar. Após fugir por todos os cômodos da casa, Ramiro se enfronhou em uma rede "que nem imbuia". Após gritar "ô me acudam!", a vizinhança arrombou a porta e viu os dois abraçados. Dessa maneira, Dorotéia "conseguiu o que queria: testemunhas para acusar Ramiro".

Essa tática de buscar alguma forma de 'incriminar' o outro não era algo novo. Desde o fim do século XIX, as moças se utilizavam desses métodos.

> *Enviar bilhetes por irmãos mais novos, enviar recados por amigas, mandar escrever cartas por conhecidas apenas assinando-as ao final, pois não sabiam escrever, ir a ladainhas, participar de sessões de pajelança, buscar constantemente água no poço, fugir aos compromissos familiares para ficarem sós em casa, essas foram algumas das estratégias usadas para encontrarem-se com seus namorados.(CANCELA, 1997: 69).*

Dorotéia deixava suas estratégias claras para que, enfim, pudesse comprometer o rapaz e se casar. Segundo a matéria, a moça estrategista obteve sucesso em seu plano. Na história, podia-se inferir sobre o perfil dos sujeitos que apareciam na coluna: populares. A assertiva do autor tinha um viés pedagógico na narrativa, mas a coluna era atrativa aos leitores, pois também poderia ter sido algo presenciado por alguém que lhe contou para o inspirar em sua história. Ou seja, menos que tentar comprovar o grau de veracidade do fato,

cabe compreender a mensagem que alertava sobre as "Dorotéias" que circulavam pela cidade e como os comportamentos estavam sendo pensados e vividos na Belém de 1930.

A função pedagógica permeava a todos, de modo a atingir não somente a elite (talvez até mesmo as mais desligadas). Esse papel educativo e disciplinarizador mostrava a tentativa de se pulverizar o conhecimento e as normas dos bons costumes a várias camadas sociais. Além disso, revelava que a cidade crescia com uma multiplicidade de pessoas de várias esferas sociais, que fugia do controle, nos modos e comportamentos.

Mas os comportamentos não estavam atrelados somente aos que se chamava de rústicos, ou sem instrução, já que a tentativa de disciplina e o assunto da mudança se aliavam também às elites. A sociedade belenense como um todo estava sendo partícipe dessas adaptações e resistências aos valores que estavam em voga, influências tanto européias quanto norte-americanas.

Nas páginas dos jornais, com o título "Os homens são os culpados", o articulista Silveira Bueno indicava as diversas conseqüências sobre a falta de casamentos. O autor expunha abertamente sua posição sobre a baixa nos números de casamentos, que chamou de *celibato moderno.* Mais uma das conseqüências desses tempos de modernidade era a preferência a casamentos tardios, como também o sufrágio feminino, mulheres masculinizadas, bem como a presença feminina no mercado de trabalho.

Por associar o casamento à sexualidade, as desvantagens do matrimônio eram compensadas se a solteirice fosse entendida como um ato celibatário, o que o articulista denominou de "celibato moderno". Os que preferiam não casar justificavam-se pela falta da liberdade, pelos custos, ou ainda pelo perigo do cônjuge ser diferente do que se esperava de um parceiro. De qualquer maneira, a associação ao matrimônio como martírio, suplício, enterro, morte ou renúncias prazerosas eram explicitadas.

O autor da coluna se exasperava com os homens belenenses que não tomavam atitude em relação às investidas femininas. Nesse sentido, a iniciativa dele se referia à idéia de não se casar, pois sempre havia a probabilidade de uma relação a dois dar certo. Se o matrimônio não aconteceu com as mulheres que chegavam até a ter características másculas, era porque os homens não tentaram fazê-las feliz em um lar, uma vez que,

> *todas as moças deixariam prazenteiras os ofícios que exercem, pelo meneio da primeira casa que lhes fosse oferecida com dignidade. Afinal, 'as feministas não resistem a um pedido de casamento...'.*[3]

[3] O Estado do Pará. Ano 18. 22/12/1938. *Os homens são os culpados*. p.01.

A crítica de Silveira Buena se tratava de um pedido à mudança dos comportamentos sociais, alegando que

> *muitos homens pensam que o casamento seja um mal a que deva preferir a pior das solterices. O mal do casamento está no próprio homem que não sabe conduzir financeiramente a casa e moralmente a família.*

O articulista estava reiterando os valores morais e éticos, bem como os deveres do homem como marido. As mudanças que ocorriam o faziam cobrar o que acreditava ser correto. O homem deveria ser o provedor nas finanças e participar nas decisões da casa, desempenhando o papel de chefe moral do lar. Em contrapartida, a esposa deveria ser compreensiva, bem como subserviente às suas decisões.

Em 1938, as noções de conjugalidade do século XIX ainda estavam circulando na cidade de Belém. Sendo assim, no início do século XX, as noções de família estavam atreladas ao casamento e eram tidas como princípio regulador da sociedade e laço indispensável à procriação (Cf. MALUF, MOTT, 1999). As habilidades da mulher como dona-de-casa estavam permeando os valores dentro de padrões "elegíveis" para um relacionamento marital.

> *O papel ideal da mulher (...) é o de mãe, ser dócil e submisso cujo principal índice de moralidade é sua fidelidade e dedicação ao marido. O homem se define pela sua dedicação ao trabalho, pois sua obrigação fundamental é prover a subsistência da família. Surge assim, uma imagem assimétrica da relação homem/mulher. (SOHIET, 1989: 202).*

A relação das mulheres com a cidade ganhava outras dimensões numa interação mais dinâmica e permitia múltiplas possibilidades de trânsito pela urbe, como também a fluidez com mais vigor nos relacionamentos inter-pessoais. As atividades sociais não se restringiam aos bailes, uma das formas de conhecer um pretendente, delongando-se às festas, às idas ao centro, ao bairro do comércio, na Rua João Alfredo, bem como aos cines, clubes e teatros.

Dentro dessa ampliação dos espaços que eram freqüentados especialmente pelas camadas médias e altas, havia outras preocupações. Na *Secção Feminina* do jornal O Estado do Pará, relatava-se que "na sociedade agitada de hoje", era necessário contratar uma boa governanta que cuidasse dos filhos, afinal,

> *nem todas as mães, ou melhor, a grande maioria delas não dispõem de tempo suficiente para dedicarem a esta tarefa. Absorvidas por outras obrigações, tanto domésticas como sociais, torna-se necessário repartir com alguém o desempenho de suas funções. É claro que muitas delas são intransferíveis. Mas, algumas existem que pode ser ou que parecem poderem ser delegadas a terceiros.*[4]

A intensificação das atividades femininas dentro e fora do lar, nos anos 30, fazia com que a mulher passasse a delegar algumas atividades a terceiros. No mesmo texto, demonstrava-se a relevância de tais funções e as novas necessidades da *sociedade agitada.*As mudanças nas atividades cotidianas e os compromissos sociais que se alargavam fizeram surgir a preocupação sobre o tipo de profissional que assessoraria essa nova dona-de-casa.

Essa mulher, desde a virada do século XX, encontrava-se envolvida nas próprias condições da vida urbana, com bondes e auto-ônibus que reduziam as distâncias e, ao mesmo tempo, ofereciam segurança para que as mulheres pudessem circular em seus compromissos, como ir às compras – afinal, era essencial diferenciar-se socialmente através do vestuário –, ao teatro, ao chá, ou ao cinema, pois "esse tipo de lazer era visto como 'obrigação de sociedade', uma vez que cumpridos os deveres domésticos".(ARAÚJO, 1993: 87).

Concomitantemente à ratificação das atribuições de mulher, mãe e esposa, também se admitia que a codificação desse tempo diário havia mudado. *Nos tempos em que a mulher é quem faz*, cabia a ela se ajustar às mudanças e deveres antigos dentro da família e do lar. Já que,

> *nos anos 20 e 30, a figura da "mãe cívica" passa a ser exaltada como exemplo daquela que preparava física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação. (RAGO, 2001: 592).*

Nas primeiras décadas do século XX, as funções sócio-familiares estavam delimitadas e codificadas tanto na fala, quanto no comportamento dos sujeitos históricos. A vida modernizada trazia novas necessidades, mas mantinha a memória dos antigos costumes, tornando evidente que a "sociedade se modernizava em todos os sentidos" (RAGO, 2001: 587). Sob tal viés, a família era a garantia de que, entre rupturas e permanências, seria mantida a seguridade dos valores, da moral e da educação social dos sujeitos que a compunham.

---

[4] O Estado do Pará. Ano 28. 14/12/1938. Secção Feminina. *Alguns reflexos para as mães*: as governantas. p.06.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A Vocação do Prazer.* A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1993.

ARIÈS, Philippe. "O amor no casamento". In: ARIÈS, Philippe; BÈJIN, André (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. 3º ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BORELLI, Andrea. *Matei por Amor!* Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC/SP, 1997.

CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas:* um estudo das relações amorosas das mulheres das camadas populares em Belém no final do século XIX e início do XX. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1997.

D'INCAO, Maria Ângela. (org.). *Amor e Família no Brasil.* São Paulo: Ed. Contexto, 1989.

MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. "Recônditos do mundo feminino". In: SEVCENKO, Nicolau (org). História da Vida Privada. Vol. 03. São Paulo: Cia das Letras, .

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu Lar é o Botequim:* alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Ed. Nacional, 2001.

PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da Noite:* prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo. Rio de janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *A Mulher no Espaço Público*. Vol. 09. nº 18. São Paulo: Marco Zero editora, 1989.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A formação para o trabalho na Companhia de Jesus no Brasil colonial (1549-1759)

Sônia Maria Fonseca*

RESUMO: Esta comunicação tem como tema a questão da formação para o trabalho na Companhia de Jesus, sob a ótica das relações entre educação e trabalho a partir de fontes primárias existentes no Archivio Storico della Compagnia de Gesù (Archivum Romanum Societatis Iesu – ARSI) e na Biblioteca dell' Istituto Storico, em Roma, e das obras dos cronistas da ordem inaciana, como *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, do Pe. Simão de Vasconcelos (c. 1596-1671), *Cultura e Opulência do Brasil*, de André João Antonil (1649-1716) e *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*, do Pe.Serafim Leite (século XX), além das cartas jesuíticas dos padres Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e Azpilcueta Navarro (século XVI), escritas nos chamados tempos heróicos (1549-1570).
PALAVRAS-CHAVE: Companhia de Jesus; Brasil colonial; formação para o trabalho.

ABSTRACT: The subject of this paper is the formation for work at the Company of Jesus from the viewpoint of the relationship between education and work, and was elaborated on from primary historical sources existing at the Archivio Istorico della Compagnia de Gesù (Archivum Romanum Societatis Iesu - ARSI) and the Biblioteca dell'Istituto Storico in Rome, plus the books by chroniclers of the Ignatian order such as "Chronicle of the Company of Jesus
in the State of Brazil", by Priest Simão de Vasconcelos (c. 1596-1671), "Culture and Luxury of Brazil", by André João Antonil (1649-1716), and "Arts and Crafts of Jesuits in Brazil" (1549-1760), by Priest Serafim Leite (20th century) and the letters by priests Manoel da Nóbrega, José de Anchieta and Azpicuelta Navarro (16th century), written during the age known as heroic period (1549-1570).
KEYWORDS: Company of Jesus; colonial Brazil; formation for work

"A necessidade faz mestres"
Pe. Simão de Vasconcelos, S.I

Quando do estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, os jesuítas se depararam com a escassez da mão-de-obra para erigir as residências, casas e colégios, e de oficiais mecânicos que se dedicassem às mais diversas ocupações. Os chamados tempos heróicos, que compreende os primórdios de 1549 a 1570, segundo a expressão cunhada por Luiz de Matos, é também aquele em que a formação para o trabalho se impõe na ordem

* Graduada em História (UFOP). Mestre em História da Arte e da Cultura (IFCH-UNICAMP) e doutoranda em Filosofia e História da Educação (FE-UNICAMP). Integrante do Grupo de Pesquisa HISTEDBR (História, Educação e Sociedade no Brasil).

religiosa. Ainda em 1549, o Pe. Manoel da Nóbrega escreve a seu superior em Roma, Pe. Mestre Simão, pedindo o envio de oficiais e dando notícia que

> *A mais custa é fazer a casa por causa dos officiaes que hão de vir de lá, porque a mantença dos estudantes, ainda que sejam duzentos, é muito pouco, porque com o terem cinco escravos que plantem mantimentos e outros que pesquem com barcos e redes com pouco se manterão; e para se vestir farão um algodoal, que há cá muito. [...] É, portanto, é necessário Vossa Reverendíssima mandar officiaes, e hão de vir já com a paga, porque cá diz o Governador, que, ainda que venha alvará de Sua Alteza para nos dar o necessário, que não o haverá hi para isto. Os officiaes que cá estão têm muito que fazer, e que o não tenham estão com grande saudade do Reino, porque deixam lá suas mulheres e filhos, e não aceitarão a nossa obra, depois que cumprirem com Sua Alteza, e também o Trabalho que têm com as viandas e o mais tira disso. Portanto me parece que haviam de vir de lá, e , si possível fosse, com suas mulheres e filhos, e alguns que façam taipas, e carpinteiros.. Cá está um mestre para as obras, que é sobrinho de Luiz Dias, mestre de obras d' El-Rei [...] a este haviam de dar o cuidado de nosso Collegio; é bom oficial. Serão cá muito necessárias pessoas que teçam algodão, que cá há muito e outros officiaes. (NOBREGA, 1988:84-85.)*

Em 1556 transcorridos sete anos da chegada da ordem religiosa pudemos constatar por relatos do Pe. José de Anchieta, que os padres e os irmãos trataram, eles próprios, de suprir as necessidades com o aprendizado dos mais diversos ofícios.

> *O primeiro de Novembro nos passamos e entramos com procissão em nossa igreja nova, feita com os trabalhos dos Irmãos, maiormente com o suor do Padre Afonso Braz[1] [...] (ANCHIETA, 1988:104-105)*

> *Para não deixar de dizer, pois, o que vem a propósito, quase nenhuma arte das necessárias para o comum uso da vida deixam de fazer os Irmãos; fazemos vestidos, sapatos, principalmente alpercatas de um fio como cânhamo, que nós outros tiramos de uns cardos lançados n'agua e curtidos, cujas alpercatas são mui necessárias pela aspereza das selvas e das grandes enchentes dagua: é necessário passar muitas vezes por grande espaço até a cinta, e algumas vezes até o peito, barbear, curar feridas, sangrar, fazer casas e cousas de barro, e outras semelhantes cousas não se buscam fora, de sorte que a ociosidade não tem lugar algum na casa. (IDEM:161.)*

Na sua *Informação da Província do Brasil,* Anchieta traz um minucioso levantamento das condições físicas das diversas propriedades dos jesuítas, onde podemos encontrar vagas referências às situações dos ofícios na Bahia e Rio de Janeiro, apontando neste último a ausência de oficiais - "sempre se faz algo no edifício, ainda que devagar por não haver tanta comodidade de cal e oficiais"-, referindo-se à primeira menciona que

> *Tem este Colégio tanta gente por ser seminário, e nele se criam os noviços, escolares, línguas, e estão os velhos, que há muitos anos que trabalham, e quanto aos escravos são tantos porque muitos não fazem por um, e também são oficiais de vários ofícios, como pedreiros, carpinteiros, ferreiros, carreiros, boieiros e alfaiates [...] (ANCHIETA, 1988:422-423)*

---

[1] Mestre de Alvenaria e Carpintaria foi o responsável pelas obras que transformaram a escola primitiva de Piratininga em colégio auxiliado pelos alunos de Anchieta, que nas horas vagas de estudo carregavam às costas cestos com a terra e água para a fatura da taipa.

Contemporâneo aos relatos de Anchieta, os do padre Azpilcueta Navarro e de outros nos dão conta também dos esforços que os jesuítas empregavam na edificação de igrejas e casas. Em Carta a 24 de agosto de 1550, o Padre Leonardo Nunes conta que "Agora queremos emmadeirar uma egreja que aqui temos feito". (NAVARRO et al.,1988:88) Na carta do Padre Antonio de Sá, de 8 de setembro de 1563, escrita em Pernambuco e enviada aos Padres e Irmãos da Ordem em Portugal há o seguinte relato:

> *De ajuntarmos os achegos e cousas necessárias pêra a egreja nos custa trabalho, porque como quer que somos nós, não temos quem nos governe esta casa. A's vezes somos carreiros e imos á matta a carregar os carros;outras vezes somos cavouqueiros com a gente que tira a pedra; assi em todas as mais cousas que são necessárias pêra a egreja nós as negociamos e cavamos e os custos e carretos que não abasta a esmola que temos tirado para acabarmos a egreja.(NAVARRO et al., 1988:.426-427)*
>
> *No material de casa se põe a diligencia e cuidado possíveis nos edificios que de novo se começam, porque, como ha annos que aqui moramos, e ellas todas commummente nesta terra são de palha, estão muito arruinadas, máxime a egreja abria por algumas partes; por essa causa começaram-se a fazer de novo outras casas ao lado dest'outras e nellas se trabalha todos os dias, e iremos assim pouco a pouco, porque a pobreza e nossas posses não podem supportar grandes gastos, pois os nosso Padres e Irmãos são os que andam de quando em quando com o pilão nas mãos, supprindo as vezes dos jornaleiros; [...] (IDEM:.457)*

As cartas jesuíticas são fontes privilegiadas, às quais podemos recorrer para compreender como a organização para o trabalho, dito secular, o que vale dizer também manual, ocorria nesses primórdios da Colônia. Aos irmãos Coadjutores Temporais, que não professavam o quarto e último voto da Companhia de Jesus (obediência incondicional ao Papa) e que, portanto, estavam impedidos do sacerdócio, cabiam os trabalhos administrativos, domésticos e se possuíssem talento podiam também se ocupar das belas artes e ainda ensinar na escola elementar. Observa-se que na prática se adotava o aprender-fazendo.

A obra de do Pe. Simão de Vasconcelos (c.1596-1671) traz um rico manancial de informações sobre a questão do trabalho entre os inacianos. Sobre o padre Antonio Rodrigues diz:

> *Na instrução dos filhos dos índios foi extremado: ensinava-lhes por sua mesma língua a polícia de que eram capazes, e à volta da doutrina cristã, ler, escrever, cantar e tanger instrumentos músicos para o culto divino, porque em tudo era destro; e era em tal forma, que eles só oficiavam destramente todas as festas da igreja. (1977, Livro II, p. 144)*

De Inácio de Azevedo, que foi Visitador Geral no Brasil,Vasconcelos relata:

> *Seu enxoval era segundo sua grande pobreza: trazia sempre consigo um saquinho, e nele metido os instrumentos de vários ofícios mecânicos, e em qualquer parte que estivesse, ele era o sapateiro para remendar seus sapatos, o alfaiate para remendar seus vestidos, e assim dos demais [...] Tinha graça particular para servir ofícios baixos; quando menos se imaginava, com qualquer pequena ocasião que ocorria e com a clareza com que o pudera fazer um noviço, ia ajudar à cozinha, despensa, refeitório, servia à mesa e fazia ações semelhantes; e esta era a melhor repreensão de descuidados, e uma reformação ou visita prática que obrigava mais que as regras aos maiores, aos menores, aos superiores, aos súditos, aos antigos, aos*

> *modernos, aos mestres, aos discípulos, aos provectos e principiantes. (1977,Livro II: 140-141)*
>
> *Aprendeu ofícios com tal aplicação, como se por eles houvera de ganhar sua vida: chegou a ser perfeito sapateiro, alfaiate, colchoeiro, etc., e destes se prestou de maneira que por toda a vida trouxera consigo os instrumentos deles; e era ele o melhor remendão de seus sapatos e vestidos, antepondo o dom último deste ofício ao primeiro dom da nobreza, e ajustando-se com aquele princípio do espírito, \ama nesciri, et pro nihilo repretari.(1977, Livro II:.178)*

O cronista da Companhia descreve o treinamento em Portugal dos noviços que viriam ser mortos em 15 de julho de 1570, nas mãos de piratas franceses nas Ilhas Canárias, quando viajavam ao Brasil, dentre os quais estudantes e mestres de ofícios de muitas partes do Reino no seguintes termos:

> *Estes eram os exercdícios espirituais da escola de perfeição de Inácio: o tempo que sobejava deles(porque nenhum instante cessasse) empregava em exercícios corporai. Uns liam, outros escreviam, outros estudavam, outros pintavam, outros faziam obras de carpinteiro, sapateiro, alfaiat. Saíam com peças necessárias para o Brasil, e ocupavam santamente o tempo. Partiam uns a buscar lenha no mato, outros água, outros carqueja, outros rosmaninho, e outros grama. Da Grã faziam finas tintas; da carqueja camas em que dormiam, e uma cortiça por cabeceira; porque colchões de lã não se usavam, senão para doentes, ou achacosos. Estes colchões lhes ensinou a fazer Inácio engenhoso em tudo pela caridade: e logo à vista de um que fizera, ficara muitos feitos mestres [...] Os ofícios baixos eram apetecidos com aquela indústria com que os altos são buscados no mundo.Veríeis uns trabalhar no refeitório, outros na cozinha, outros varrer os aposentos; e os que eram ofícios mais humildes, mais desejados, e pedidos à competência de joelhos, e concedidos por favor. (VASCONCELOS,1977, Livro II:157) (grifo meu)*

O padre Serafim Leite, cronista e historiador oficial da Companhia de Jesus, autor de *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* (1549-1760), concebida a partir de obra publicada anteriormente – *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1938)-, arrola em um vasto catálogo (327p.) todos os padres e irmãos envolvidos com o trabalho além das atividades de evangelização e catequização. A estrutura da obra contempla três partes: A) Processo e Método; b) Fontes manuscritas; e c)Bibliografia Impressa. Classifica as Artes e Ofícios praticados pelos jesuítas em sete grandes grupos: a) Artes e Ofícios de Construção; b) Belas-Artes; c) Manufacturas; d) Ofícios de Administração; e) Serviços de Saúde; f) Outros Ofícios (em menor número, mas bastante variado na caracterização). Ressalta que há um problema nas fontes, pois "os primeiros ofícios exercidos pelos jesuítas não constam dos catálogos do Brasil, que só os começaram a referir em 1565. Antes, tiram-se [tais informações] das cartas dos encarregados de escrever as notícias locais" (LEITE,1953: 19).

Segundo Leite recorria-se a Portugal solicitando padres para mestres e evangelizadores do Brasil e com a mesma ânsia "irmãos que fossem hábeis nas Artes e Ofícios". Contudo, em 1660, o pe. Antonio Vieira ainda "pedia e insistia com o Provincial Geral, que enviasse Irmãos coadjutores Oficiais, principalmente pintores, alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros" (LEITE, 1953: 20).

> *Pouco a pouco, mas com segurança, iam-se exercendo e crescendo em volume os ofícios e artes à proporção que a vida social evoluía e se agrupavam à roda dos colégios e das Fazendas, trabalhadores, livres e escravos, nas grandes construções de colégios e igrejas. (IDEM)*

O autor traz a informação que além de índios livres que servissem de mão-de-obra para os moradores, os jesuítas formavam e ensinavam os próprios escravos, para que pudessem contar com a continuidade dos trabalhos em igrejas, colégios e missões.

Nesse "período heróico"[2] o trabalho parece ter tido grande significação aos olhos dos jesuítas. Antes de ser uma ocupação, configurava-se em uma alternativa para a redenção dos nativos e cativos. Segundo Leite (1953: 23)

> *É sempre Nóbrega quem fala dos que se recolheram não se perderam todos, porque alguns morreram durante a inocência, outros deram-se a ofícios, outros passaram a outras partes, onde perseveraram na fé recebida. A este número dos dados a ofícios deviam já pertencer aqueles de que fala Luís da Grã em 1554: 'Deste moços pus a aprender ofícios quatro ou cinco, e isto se há-de fazer com outros'*

Reportando-nos à *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra monumental originalmente em dez tomos, onde não se incluem os jesuítas dos Sete Povos das Missões, temos no índice geral uma justificativa para "As Artes e Ofícios dos Irmãos Coadjutores" aparecerem no plano geral da obra, por ser elucidativo o destaque que a autor confere ao tema transcrevemo-na na íntegra:

> *Pareceu útil mencionar, quanto possível, os ofícios e artes dos irmãos, exceto os domésticos, importantes sem dúvida, mas comuns, de porteiro, cozinheiro, refeitoreiro e outros desta qualidade. Sob a simples referência de carpinteiro ou entalhador, ocultam-se ás vezes atividades como esta de António Nunes, um dos artífices do Noviciado da Jiquitaia: fez o teto da Igreja de Olinda (no 2º. quartel do século XVIII), o coro da mesma Igreja, o 'lindo entalhe' da Fazenda de S. Inês (Camamu), e o Hospício de Aquirás (Vitae 63, 164-171).*
> *Não cabia no plano desta História um Dicionário de Artistas e artífices Jesuítas do Brasil. O autor dispõe dos elementos documentais para isso; do que não dispõe é de certo tempo para tanto. Claro que o essencial fica nos diversos tomos desta obra. O que não fica, nem podia ficar, são as datas miúdas de todos e de cada um dos Irmãos, e os lugares das suas residências sucessivas, - passos indispensáveis para a atribuição dos objetos de arte existentes nesses lugares, que, como se viu nos respectivos tomos, ainda hoje se escalonam, e são numerosos, de Paranaguá e S. Paulo até o Maranhão e Pará. E tudo. Naturalmente, antes de 1759. (LEITE, 2004:.XVI)*

O fato é que Serafim Leite se ateve às artes, sobretudo as plásticas – pintura , escultura e arquitetura -, como expressão máxima da civilização que os jesuítas engendraram no Brasil em detrimento dos ofícios mecânicos, principalmente os domésticos,

---

[2] A expressão cunhada por Luiz Alves de Mattos refere-se aos anos de 1549 – o da chegada dos primeiros jesuítas capitaneados por Nóbrega juntamente com o primeiro governador geral Tomé de Souza, a 1570, ano da morte daquela que compôs com José de Anchieta e Azpilcueta Navarro a tríade dos jesuítas que deram o tom da ação evangelizadora daqueles tempos.

deliberadamente exclusos da obra posto que muito comuns, como faz questão de ressaltar na justificativa acima transcrita.

Os jesuítas tiveram, de fato, destaque no campo das artes. A propagação de um estilo jesuítico nas artes foi tamanha, que pode ser dedicado um capítulo inteiro aos jesuítas na História da Arte no Brasil. Tal importância pode ser constatada na Carta que comunicava a supressão da Companhia, e determinava a abolição de "cada um dos seos officios, Residências (...) Costumes e Estilos", quando das reformas pombalinas que culminaram com a sua expulsão das terras brasileiras. As construções dos primeiros templos no estilo que se convencionou chamar de "jesuítico" refletem em seu partido arquitetônico o espírito disciplinador da contra-reforma: linhas regulares, singelas e despretensiosas, guardando alguns traços renascentistas. Segundo Lúcio Costa (1978:17), o programa das construções jesuíticas era simples, compreendia três partes: para o culto, a igreja de uma só nave com o coro e a sacristia; para o trabalho, aulas e oficinas; para residência os cubículos, a enfermaria e mais dependências de serviço além da cerca, com horta e pomar. Segundo o autor "a arquitetura da Companhia no Brasil, foi quase sempre inimiga dos derramamentos plásticos, despretensiosa e muitas vezes pobre, obedecendo em linhas gerais a uns tantos padrões uniformes". (COSTA, 1978:51)

Com o aprendizado das artes e dos mais diferentes ofícios adquiriram auto-suficiência na fatura dos mais diversos objetos de uso pessoal e para a lida cotidiana, de pares de sapatos a embarcações para transportar os padres e irmãos entre as possessões no Amazonas e ao longo do litoral da Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A produção das reduções jesuíticas, por exemplo, tinha caráter notável. Na região Sete Povos das Missões, além das atividades de agricultura e pecuária, com produção de excedentes, foram construídas oficinas para fatura de instrumentos musicais, assim como para imaginária e adornos usados nos templos. Os indígenas sob a orientação de mestres jesuítas executavam a talha e a escultura em madeira e pedra, empregando em profusão elementos da flora e fauna circunvizinhas aos aldeamentos.

A obra *Cultura e Opulência do Brasil* de André João Antonil configura-se, por sua vez, em um manual de trabalho para os engenhos de açúcar, para a cultura do tabaco, para a exploração das minas de ouro e para a pecuária. Por conter roteiros diversos que indicavam o caminho para as Minas, o que representava uma ameaça aos interesses da Coroa Portuguesa ter o acesso a esses caminhos facilitado a aventureiros e rapinas, esteve a obra proibida por 210 anos.

O Inventário do Maranhão de 1760, que trata-se na verdade dos apontamentos do religioso Manoel Luiz sobre o embargo dos bens quando da supressão da ordem inaciana, elenca o enorme patrimônio acumulado naquela província em escravos, terras, gado, equipamentos, ferramentas, manufaturas etc, desde o século anterior. Ao centrarmos a investigação sobre a formação para o trabalho importava saber também sobre livros e manuais donde se podia extrair conhecimento técnico, já que o contexto do nosso estudo é justamente aquele de um ensino não-regular, de uma formação não escolar, baseados nas relações entre mestres e aprendizes. Dos 1.010 livros que constam no catálogo da Casa da Vigia (Pará) encontramos alguns poucos títulos sugestivos de serem manuais de trabalho são eles: Azevedo Engenhr.º vol.3; Arte de cozinha vol.2; Arte de fazer vernizes vol.1; Arte explicada vol.2; Botica de Sra. da Lapa vol.1; Erário Mineral vol.1; Ferreira Luz de Cirurgia vol.1; Frutus Indici vol.1; Flores Indici vol.1; Luz da Medicina vol.1; Pharmacopea Luzitana vol.1; Recapitulação de cirurgia vol.1. (ARSI: Bras. 26: 18v-22v) Pelas informações extraídas desse Inventário depreende-se que no século XVIII o trabalho manual era exercido predominantemente por mão-de-obra escrava e que havia no meio dos escravos mestres reconhecidos, empregados principalmente na lida dos engenhos de cana-de-açúcar e na manufatura em geral, deixando aos irmãos coadjutores os trabalhos administrativos, o exercício de alguns ofícios mecânicos e domésticos e sobretudo aqueles ligados às artes, tal e qual determinavam as Constituições da Companhia de Jesus.

Referências Bibliográficas

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil:** por suas drogas e minas. Salvador: Livraria Progresso, 1950.

CARTAS DO BRASIL – NÓBREGA. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 1)

CARTAS AVULSAS – AZPILCUETA NAVARRO E OUTROS. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 2)

CARTAS, INFORMAÇÕES, FRAGMENTOS HISTÓRICOS E SERMÕES – JOSÉ DE ANCHIETA. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Cartas Jesuíticas, 3)

CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS: anotadas pela Congregação Geral XXXIV e normas complementares. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

COSTA, Lúcio. Arquitetura Jesuítica no Brasil. In: **Arquitetura Religiosa**. SP: MEC/SPHAN/USP/FAU, 1978. p. 9-98.

LEITE, Serafim. **Arte e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760).** Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Brotéria/Livros de Portugal, 1953. 327p.

_____. **História da Companhia de Jesus**. São Paulo; Rio de Janeiro: CJS/ Petrobrás, 2004. 4 vols.

MATTOS, Luiz Alves. **Primórdios da Educação no Brasil:** O Período Heróico (1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

VASCONCELOS, Simão. Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil. Pertópolis: Vozes, 1977. 4 vols.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Modernidade e tradição na obra cenográfica de Lina Bo Bardi

Evelyn Furquim Werneck Lima*

Resumo: Pretende-se discutir as práticas surrealistas e antropológicas nos cenários concebidos nos anos 1960 por Lina Bo Bardi. Aplicadas em maior ou menor grau nas cenografias da *Opera dos três tostões,* de Brecht (1960) e *Calígula* de Camus (1961), estas práticas atestam a inspiração provocada pelas raízes culturais baianas, mas não impedem que Lina valorize o "distanciamento brechtiano", deixando à mostra as paredes em ruínas do Teatro Castro Alves. Na montagem de *Na Selva das Cidades,* de Brecht, (1969), encenada no Teatro Oficina e mais tarde no João Caetano, no Rio de Janeiro, Lina utilizou lixo reciclado, destruído a cada espetáculo**.** Pretendo explorar essa vertente do trabalho da artista, partindo da hipótese de Lina ter sido uma modernista que semeou idéias estéticas inusitadas, e que seu pensamento denota a uma poética fundamentada na dialética entre o antropológico e o vanguardista.
Palavras-chave: Cenografia - História do Teatro – História da Cultura

Abstract: This article intends to discuss part of the production of designer Lina Bo Bardi, in the years 1969, demonstrating that the author tries to destroy the Metaphysical borders in the act of the glamour of the public. These practices had been applied in greater or lesser degrees in the stage designs of *Opera dos três tostões*, by Brecht (1960) and *Calígula* by Camus (1961), when the inspiration came from Bahia cultural roots in a period in which the architect values the question of abandoning illusion as taught by Brecht, and she shows the construction of the scene in the Castro Alves Theater. In the work she did for *Na Selva das Cidades*, also by Brecht, (1969), staged in the Oficina Theater, Lina idealized one ring, where all the used material was made out of recycled garbage, destroyed in the scene during each spectacle. I intend to demonstrate that the dialectic of the practices of Lina denotes a poetical manner based on anthropology and the *avant-garde*.
Keywords: Stage-design - History of Theater - History of Culture

A trajetória de Lina revela sua complexidade como artista que transitava por todas as das artes, da arquitetura ao *design*, da museologia à cenografia, da cultura popular aos projetos da vanguarda. [1] Em 1958, atendendo ao convite de Diógenes Rebouças, vai para

* Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) Centro de Letras e Artes. Pesquisadora do CNPq. Pesquisadora da CAPES em estágio pós-doutoral (Paris X-Nanterre), Doutora em História Social. Autora entre outros, do livro *Arquitetura do Espetáculo* (2000). Desenvolve pesquisa sobre o Espaço Teatral. A pesquisa contou com a participação da bolsista de Iniciação Científica Tainá Barbosa.

[1] Arquiteta pela Universidade de Roma em 1939, Lina (Achilina) Bo muda-se mais tarde para Milão, onde trabalha com o arquiteto Giò Ponti, editor da revista *Domus*, na qual escreveria inúmeros artigos. Ao final da guerra, viaja por toda a Itália escrevendo sobre as questões sociais. Em 1946, casa-se com o jornalista Pietro Maria Bardi e transfere-se para o Brasil.

Salvador proferir uma série de palestras [2] e inicia o período de sua produção baiana, no qual dirigiu o Museu de Arte Moderna da Bahia e fez o projeto de recuperação do Solar do Unhão, mas, em especial, cenografou as três peças que analiso a seguir.

Na segunda metade dos anos 1950, Salvador fervilhava em atividades artísticas, anunciando o Cinema-Novo e a Tropicália que na década seguinte significariam novas formas estético-intelectuais. A Universidade Federal da Bahia e seus cursos de Teatro e Música, embalada por um projeto erudito, desaguou nas "águas da indústria cultural", de modo ambíguo em Glauber Rocha; de forma plenamente assumida em Caetano Veloso e Gilberto Gil. (RISÉRIO, 1996:139). Neste ambiente, Lina dedica-se à cenografia, entre outras expressões artísticas que oscilam entre a estética popular e a erudita. Entrevistada por Leo Gilson Ribeiro, ela reafirma sua posição sobre as possibilidades de a arte de vanguarda interagir com a arte popular, pois diz que esta divisão é apenas cômoda para os críticos de arte, mas, "se analisarmos a arte chamada moderna, principalmente os diversos momentos de criação artística de Picasso, por exemplo, logo concluiremos que ela contém elementos não só populares, mas eu diria até mesmo folclorísticos" (BARDI, 17/09/1970).

Lina ansiava por "uma modernidade que pudesse se constituir como uma emancipação da cultura popular e não como o seu massacre pela industrialização". (ANELLI, 2006: 31) Ao se transferir para a Bahia, a artista trabalhou nesta dimensão conceitual, inclusive porque conheceu o diretor teatral Martins Gonçalves, que a convidou para cenografar duas peças, uma de Bertold Brecht, *A ópera dos três tostões* e outra, *Calígula* de Albert Camus. [3]

Ambos os espetáculos foram apresentados no que restou do Teatro Castro Alves, que havia sofrido um incêndio cinco dias antes de sua inauguração em 1958. Para possibilitar a encenação no amplo espaço desta casa de espetáculos destruída, Lina projetou uma arquibancada com quatrocentos lugares para acomodar a platéia. A análise das fotografias desta montagem e os depoimentos coletados permitem perceber o estreito relacionamento que a arquiteta estabelece com Brecht, para quem a trama desmonta a ideologia da burguesia, "visto que espectador vê coisas que não deseja ver, como vê os seus desejos não apenas saciados, mas criticados". (BRECHT, 2005: 39-40)

---

[2] As conferências na Escola de Belas Artes e na Casa França Salvador denotam a admiração pela obra de Antonio Gaudi, que defendeu a participação ativa do autor com sua obra plástica.

[3] A fundação da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia por Martim contribuiu para o processo modernizador da Bahia, pois, ele divulgou sua variada experiência teatral, inclusive o método de Stanislavski para a construção do personagem.

Idealizado numa perspectiva anti-aristotélica [4], este cenário de Lina, elimina qualquer possibilidade de ilusionismo, coerente com uma forma teatral que não é uma seqüência de fatos. Locais diferentes são transpostos ao palco de forma simultânea (imagem 1), dispensando a troca de cenário durante a peça. Raimundo Leão que analisou esta montagem esclarece que, "os espaços simultâneos, a exposição dos refletores e do avesso do palco reforçam a teatralidade anti-ilusionista" e ainda revela que "os recursos visuais, a exposição de cordas, fios e faixas com letreiros enfatizam o conteúdo da ópera, mantendo o espectador ciente de estar diante de uma representação" (LEÃO, 2003). Sábato Magaldi ratifica que Lina soube comunicar com destreza o universo brechtiniano através do "emprego do cenário simultâneo, de inspiração medieval" (MAGALDI*,* 10/12/1960).

Lina interpretou bem a proposta de simplificação de Brecht quando utiliza uma cenografia sintética, com diferentes planos, telão para projeções, e uma simplificação da forma que só se torna mais agressiva quando se exibem as faixas, conclamando o público à reflexão. O uso do telão onde se projetam imagens e palavras incita o questionamento do espectador.

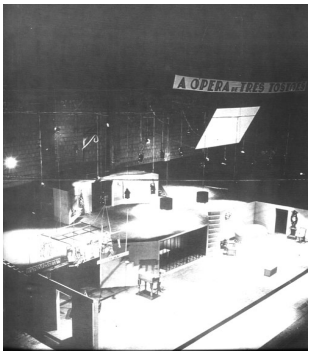

Fig. 1- *Ópera dos Três Tostões* de Brecht. Cenários de Lina Bo Bardi, no Teatro Castro Alves. Foto-Armin Guthmann, 1960. (Acervo do Instituto Lina Bo Bardi).

O conceito de cenografia e de um teatro simples foi bem explicitado quando, - ao montar a peça *A Mãe* - Brecht revela na carta ao Theater Union de N. York que eram suficientes apenas algumas alusões para ambientar o local da ação. Nesta mesma carta, Brecht declara que a dramática não aristotélica dos espetáculos que concebeu não está interessada em produzir um "todo universal" na audiência, mas, pelo contrário, deve dividir a opinião do público (BRECHT, 2005: 60-62). A construção cênica deve deixar à vista a aparelhagem elétrica e a aparelhagem musical, pois é dessa forma que Brecht sugere. Sem a quarta parede, que o próprio palco cênico começou a narrar. Para Brecht os telões com projeções, revelavam

[4] Peter Zsondi, investiga a profunda mudança que sofreu o modelo de drama do Renascimento - fundamentado na *teoria dos gêneros* de Aristóteles, desde o final do século XIX.

ao público outros acontecimentos simultâneos, ocorridos em algum lugar; justificando ou refutando, através de documentos projetados, as falas das personagens (BRECHT, 2005: 66).

Na montagem de 1960, esse código se explicita pela faixa de grandes dimensões suspensa sobre o palco com o nome da peça que está sendo representada. Outras faixas menores permanecem em cena durante todo o espetáculo exibindo frases como: *Quem dá aos pobres empresta a Deus, Dá que te será dado*; e na cena final os atores aparecem segurando cartazes com frases do tipo: *Dei meu sangue, Vítima da arbitrariedade militar, Almoço de pobre é café.* Este projeto de arquitetura cênica seria o primeiro de vários outros.

Numa nova parceria com Martins Gonçalves, no ano seguinte, Lina assinaria a cenografia para *Calígula,* com texto de Albert Camus, também no Teatro Castro Alves. Inicialmente um imperador aceito pelo povo de Roma, a partir da morte de Drusila, sua irmã e amante, Calígula conclui que o "mundo não é mais satisfatório e passa a ter obsessão de ser envenenado por desprezo e horror e a tratar dos assassinatos e da perversão sistemática de todos os valores, como fim de exercer a liberdade (...)" (CAMUS, 1961: prefácio). Com as relações de amor e ódio o autor visa a discutir a Loucura, o Absurdo e o Destino. Lina repassou plasticamente a parábola contida em *Calígula,* onde os ideais de crueldade e selvageria e os desvios de um poder desmedido refletem as atrocidades vivenciadas pelo escritor existencialista durante a Segunda Guerra Mundial.

Estabelecendo, a cada momento da peça, um diálogo entre público e atores, a cenógrafa concebeu uma ambientação inusitada para o drama, usando como matéria principal módulos de madeira de fácil mobilidade, que se transformavam em diferentes localidades de acordo com as necessidades da movimentação cênica. Vários cubos de madeira com tratamento artesanal ao redor da extensa mesa de iguarias improvisada com uma toalha de tecido artesanal em fibra nordestina, mostram artefatos executados com artesanato da Bahia (Fig. 2).

Fig. 2 – *Calígula* de Camus. Cenários e figurinos de Lina Bo Bardi. Teatro Castro Alves, 1961.
(In: Bardi, Pietro. *Profile of the new Brazilian Art*. Rio de Janeiro, Kosmos, , 1970, p.143.)

Glauber Rocha, que conhecera Lina durante os trabalhos de curadoria do Museu de Arte Moderna no *foyer* do Teatro Castro Alves, então em ruínas, define a cenografia como

"barroco-futurista", construída como palco de catacumbas "com a liberdade neo-realista" (*apud* GUIMARAENS, 1993: 67). Esta liberdade, a meu ver, indica um viés surrealista.

O trabalho de Lina para a montagem de Martins Gonçalves em a *Ópera de três tostões* chamou a atenção do cineasta Glauber Rocha que, em 1960, assistiu ao espetáculo na Bahia e impressionou-se com o afinamento entre o cenário da arquiteta e os aspectos políticos defendidos pelo dramaturgo alemão. Numa conversa com Glauber, o diretor do Grupo Oficina José Celso Martinez Correa declarou-se surpreendido com a energia que emanava do cenário da *Ópera dos três tostões* e com a exposição paralela sobre o ambiente político cultural de Brecht - com curadoria de Lina, no Museu de Arte Moderna da Bahia, instalado provisoriamente no Teatro Castro Alves. A própria cenógrafa credita o interesse de José Celso "às idéias sobre teatro pobre", no sentido da simplicidade dos meios de comunicação, que "coincidiram com o tipo de 'montagem' que ele queria para peça do jovem Brecht" (BARDI, 1996: 235). José Celso convidou a arquiteta para fazer o cenário de *Na selva das cidades,* estreada em setembro de1969. Com texto teatral de Brecht, escrito em 1923, a trama aborda o conflito entre um comerciante de madeira e um funcionário de biblioteca que, detonado por motivos pueris, termina tragicamente. Segunda peça escrita pelo autor é considerada uma das mais líricas, enigmáticas e radicais. A trama se passa na Chicago de 1912 e trata da luta entre dois homens presenciando a decadência de uma família que veio dos campos do interior para a "selva" da cidade grande. Para o dramaturgo não interessavam os motivos da luta, mas sim "julgar com imparcialidade os procedimentos dos contendores e deixar a curiosidade para o fim" [5]. (BRECHT, 2005: 35) Brecht convida o público a assistir uma luta que se constrói pela simples vontade de vencer. A divisão das cenas em *rounds*, traduz-se numa luta de boxe, esporte onde duas pessoas se enfrentam pelo prazer do esporte, metáfora para a luta de cada dia na cidade moderna.

No espetáculo do Oficina, a ação desloca-se de Chicago para a grande São Paulo, explorando as semelhanças entre a 'selva' de Brecht, em 1923 e a s*elva* vivida no Brasil em 1968 – período de autoritarismo político. Esta transposição é indicada pela faixa pendurada no alto do palco, onde se lia: *São Paulo, a cidade que se humaniza*. Novamente se percebe a sintonia entre a cenógrafa e o autor, pois Lina acata a divisão cênica em *rounds* e projeta um espaço teatral no qual as cadeiras são retiradas e o palco giratório desmontado, abrindo um

[5] Brecht pregava a necessidade de uma revisão de valores na sociedade ao colocar em cena um embate sem quaisquer motivos que se justificasse dentro da lógica ética e moral estabelecida pelos códigos sociais. Ele demonstra a insuficiência e a ineficácia desses códigos e leis para a compreensão do homem moderno.

amplo espaço cujo centro foi ocupado por um ringue de boxe. A plataforma elevada foi o palco predominante na maior parte das cenas. O depoimento de José Celso Martinez atesta a excelência da plasticidade deste trabalho da artista:

> *"Na Selva das Cidades" é uma das encenações mais lindas que eu já fiz, e é a origem deste espaço, como está hoje. (...) Lina já começou no teatro com o ringue de boxe e a demolição. A peça tem 11 rounds. Em cada round ela destrói uma instituição, até destruir o próprio ringue. No final, os atores estão tirando o chão do teatro e chegando na terra.* (José Celso em entrevista a Augusto Valente).

Como o tema da violência permeia toda a encenação de Zé Celso, Lina intensificou este aspecto cênico projetando uma estética suja (Fig. 3). Acumulou no palco uma grande quantidade de elementos aleatórios, muitos retirados do lixo, além de móveis e adereços que, ao final de cada *round*, são estraçalhados pelos atores em cima do ringue ao grito de: " quebra!! José Celso conduz cada 'round' para a destruição de tudo, e móveis e objetos se vão amontoando, nas partes laterais do ringue, numa imagem de impressionante eloqüência[6]. (MAGALDI, *Jornal da tarde*, 1969). Ítala Nandi também descreve o cenário assinado por Lina, lembrando que além da estrutura do teatro fez pichações de frases nos muros, reproduzindo frases de seus operários de obras "como *Lua Não Dá pra Índio!"* ou outros slogans da cidade. (NANDI, 1989: 134-135)

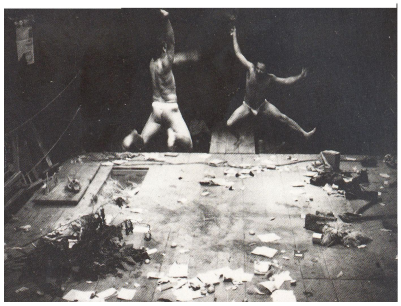

Fig. 3- *Na Selva das Cidades* - de Brecht, dirigido por José Celso. Cenários de Lina Bo Bardi, Teatro Oficina, 1969. (Acervo do Instituto Lina Bo Bardi)

Em outra crítica, Anatol Rosenfeld louva a eficácia do projeto cenográfico, alegando que o espetáculo que José Celso criou confere uma visão adequada do lado irracional graças à movimentação frenética de que participam até as mudanças cênicas, integradas na ação em virtude do projeto cenográfico de Lina. O crítico elogia o efeito gerado pela "a violência e crueldade com que é tratado o corpo humano feito objeto", além da "radicalização

6

extrema com que metáforas lingüísticas são transformadas em imagens (por exemplo, a comida de pedras)" e o aspecto ritual e solene de certas cenas de "áspera beleza" (ROSENFELD, 1969).

Martins Gonçalves - criticando desfavoravelmente a encenação de *Na selva das cidades* montada no Rio de Janeiro, comenta sobre o cenário projetado por Lina, para o teatro João Caetano, onde ela criou um "sistema de passarelas que abarca o público em todas as direções." Acrescenta ainda que a presença de "um boneco enforcado na altura do balcão do teatro" manipulado por um rapaz que move ritmicamente o boneco sobre a cabeça dos espectadores, fazia supor a participação ativa do público no espetáculo" Descreve uma cenografia labiríntica que reforçava a sensação de atores perdidos e sozinhos na cidade grande. No fim do espetáculo "os atores se dispersam pelas passarelas". (GONÇALVES, 20/10/1969)

Permito-me afirmar que a ritualização contida neste cenário de lixo reciclado que aos poucos vai sendo consumido, em muito se assemelha à estética dadaista-surrealista, que aproxima a obra da cenógrafa simultaneamente das vanguardas e da arte artesanal que ela havia conhecido no Nordeste.

Integrando a intelectualidade artística e as vanguardas modernistas na Europa, Lina abraçou alguns conceitos da estética surrealista que considera que o inconsciente não é apenas uma dimensão psíquica que a arte explora mais facilmente devido à familiaridade com a imagem, mas é a dimensão da existência estética, portanto, a própria dimensão desta mesma arte. Giulio Carlo Argan assim interpreta a definição de arte no Surrealismo,

> *L´arte, dunque, non è rapresentazione, ma comunicazione vitale, bio-psicologica del individuo col tuto. Come nella teoria e nella terapia psicanalítica, cosi nell´arte ha un´importanza enorme l´esperienza onirica, quella in cui cose che alla conscienza appaiono distinte e irrelazionabili si rivelano collegate tra loro da relazione tanto più salde quanto più illogiche, non criticabili (ARGAN, 1984:438-439).*

Como o manifesto surrealista defendia liberar o inconsciente e onírico da mente humana, ao analisar estas três cenografias de Lina, creio que a arquiteta italiana tenha sido guiada pelo ímpeto criador que desvela o potencial de cada artista no momento mesmo da criação artística. Vale ressaltar que o pai de Bo Bardi, Enrico Bo, era amigo íntimo de Giorgio de Chirico, pintor italiano que, ao explorar em sua obra matizes da angústia existencial, foi um precursor do Surrealismo, corrente desloca a arte da esfera da consciência à do inconsciente. Argan qualifica a Metafísica de De Chirico, como *"uma arte ambígua, inquietante e contraditória*" (ARGAN, 1984:451). Para este pintor a arte deve propiciar uma relação de estranhamento, pois o artista acredita que a arte não representa, nem muda, nem interpreta a

realidade. Enrico Bo e De Chirico mantiveram por muito tempo uma intensa relação amizade, da qual Lina também compartilhava.

Tal como ocorre na estética surrealista, as cenografias de Lina buscam o indivíduo que consegue manter sua autenticidade ainda que submetido à cultura de massa. Nesse sentido, explora os conteúdos inconscientes que se traduziriam na prática de utilizar artefatos do imaginário popular e da cultura autóctone no processo de criação de suas arquiteturas cênicas. A cenógrafa usa conceitos da *arte povera*[7] e emprega artefatos de fácil reconhecimento pelo público, que acaba percebendo a realidade em que vive.

Assim como o dadaísta Kurt Schwitters que já havia explorado a questão do uso de materiais descartados, Lina também estabelece esta crítica à sociedade consumista por meio da utilização de matérias desprezíveis como lixo e detritos em projetos cenográficos. E com artefatos artesanais provocou um profundo interesse antropológico-social pelas manifestações populares da região nordestina. Em sua opinião no Nordeste as raízes culturais mantinham-se mais intactas, diferente de São Paulo, onde estas teriam sido muito deturpadas pelo pensamento burguês mercantil. Em suas próprias palavras o arquiteto deve ser

> "*ligado aos problemas mais urgentes e simples da vida humana, aquilo que em linguagem filosófica se chama* Lebenswelt, *a experiência verdadeira, viva e intimamente ligada à capacidade de criar sem pressupostos teóricos, sem crítica à priori, aquela que na linguagem filosófica se chama "suspensão do juízo", isto é, abandono absoluto à realidade vivida, à vida real, da parte do arquiteto, condição essencial para a vitalidade da sua obra. (...) [Em Gaudí] aparece claramente aquilo que chamamos de "suspensão do juízo". Vocês vêem as superfícies coloridas, das coisas quase de crianças, mas sob essa aparência colorida e ingênua há um senso profundo da natureza que os convidamos a indagar" (BARDI, conferência em 17/04/1958).*

Veiculada principalmente através da revista *Habitat*, sua produção crítica pregou a defesa e o incentivo à cultura popular como manifestação autêntica, artística e valiosa e foi esta aproximação do público que fez Lina ser respeitada no cenário da história cultural brasileira, digladiando-se pela percepção da liberdade do indivíduo. Lina vivenciou uma dualidade profunda em seus trabalhos, pois extraia as idéias de sua cultura interior - bagagem européia e erudita onde imperavam as premissas teóricas racionalistas - e de todas as

[7]. A *Arte Pobre* tinha como objetivo desafiar os padrões da arte vigente. Um tipo de arte com a intenção de interagir com o público através de instalações, esculturas e montagens com fotos, pintura e outros materiais não convencionais.

expressões artísticas artesanais emanadas da própria população. Esta dualidade se reflete nos ambientes de cena tão revolucionários como conceituava Brecht, para quem o teatro não deveria ser "apenas uma reprodução do mundo suscetível de ser vivida" (BRECHT, 2005:19).

Naquele período de autoritarismo e repressão ideológica para que uma representação teatral se tornasse uma vivência, era necessário que estivesse em diapasão com a vida. E isto foi exatamente o que os cenários de Lina permitiram, pois ela buscou nas artes a valorização da vida e a identificação com o público. Ou como ela mesma afirmou: "O teatro é a vida e na ausência de dados pré-estabelecidos, uma cenografia 'aberta' e despojada pode oferecer ao espectador a possibilidade de 'inventar' e participar do 'ato existencial' que representa um espetáculo de teatro." (BARDI, 1996: 260)

Referências Bibliográficas

ANELLI, Renato Luiz Sobral. *Lina Bo Arquiteto*. Catálogo de exposição realizada no Masp pelo Instituto Lina Bo Bardi, São Paulo, 2006. p. 31

ARGAN, Giulio Carlo. *L'arte moderna 1770-1970*. Florença: Sansoni, 1976

BARDI, Lina Bo. *Contribuição Propedêutica ao Ensino da Teoria da Arquitetura*. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi site. Disponível em: <www.institutobardi.com.br>. Acesso em: 19/03/2006.

_____. "1ª conferência na EBA". Escritos de Lina Bo Bardi para o Magistério. Salvador, 17 de abril de1958.

BRECHT, Bertold. *Estudos sobre Teatro*. Trad. Fiama Paes Brandão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005. (1ª edição 1970)

CAMUS, Albert. Camus' Understanding of His Play, Translated by Justin O'Brien (from the foreword to Caligula & 3 Other Plays **,** trans. Stuart Gilbert, Vintage Books, New York, 1961.

CORREA, José Celso Martinez. Entrevista concedida a Augusto Valente

DUBATTI, Jorge. "Calígula" de Albert Camus, ejemplo y contramodelo de uma ética absurda. In *Dram@ teatro - revista digital n. 14* /cuarto año/enero/março 2005. Maracay, Venezuela. Acessado em 30 de abril no site dramateatro.fundacite.arg.gov.ve/camuscaligula.htm.

GONÇALVES, Martins. Na selva das cidades: um touro anso. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20/10/1969.

GUIMARAENS, Maria da Conceição. Dois olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro: Lina e Lygia, Dissertação de Mestrado: Escola de Comunicação/UFRJ, 1993.

INSTITUTO LINA BO E P.M. BARDI. *Lina Bo Bardi*. Coord. Editorial Marcelo Ferraz. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1996.

LEÃO, Raimundo Matos de. Da cena amadora ao projeto da Escola de Teatro. *Revista da Bahia, nº 37*. FUNCEB.

MAGALDI, Sábato: crítica de *Na Selva das Cidades.* Recorte sem referências, *Jornal da Tarde*, 1969.

----------. A ópera dos três vinténs. *Estado de São Paulo* – suplemento literário. 10/12/1960.

NANDI, Ítala. *Teatro Oficina*: onde a arte não dormia. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989. p. 134 – 135.

RISERIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.
ROSENFELD, Anatol. A selva das cidades. In*: O Estado de São Paulo* – Suplemento literário. São Paulo, 8/11/1969.
ROSETTI, Eduardo. Tensão moderno/popular em Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura. Dissertação de Mestrado, FAU-UFBA, 2002.
ZSONDI, Peter. *Teoria do drama moderno 1880-1950*. São Paulo: Cosac & Naify edições, 2001.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Watakushi no Kiroko: memória e construção da narrativa histórica nas fronteiras dos estudos literários e de gênero.

Hilda Pivaro Stadniky[1]

Resumo: A historiografia contemporânea tem reservado espaço cada vez maior à escrita autobiográfica, às memórias e ao romance biográfico e nossa proposta é uma reflexão sobre a memória, a escrita da história e as representações do passado a partir das primeiras obras literárias escritas por isseis e nisseis no Brasil. O exercício autobiográfico ocupa lugares mentais por excelência, o autor recapitula o espaço e o tempo, contribuindo para a elaboração de uma história individual e coletiva. No interior de uma *ordem simbólica,* onde a própria linguagem é um instrumento de *opressão, os gêneros masculino e feminino expressam concepções acerca da vida e da natureza, são capazes de* reconstruir o sentido da experiência do cotidiano na pluralidade da vivência familiar. A família de nipo-brasileiros, suas práticas culturais, as estratégias de manutenção da identidade grupal e os espaços vivenciados são os focos centrais de análise e que nos permitem refletir acerca das relações entre memória e construção da narrativa histórica nas fronteiras dos estudos literários e de gênero.

Palavras-chave: Memória, narrativa história, fronteiras.

A historiografia contemporânea tem reservado espaço cada vez maior à escrita autobiográfica, às memórias e ao romance biográfico e nossa proposta é uma reflexão sobre a memória, a escrita da história e as representações do passado a partir das primeiras obras literárias escritas por isseis e nisseis no Brasil. Tal produção tem se prestado a revelar aspectos de uma intimidade preservada ao longo dos séculos da história e propicia a insurgência de um vivido, marcado pelo recato, pelo segredo, pela sutileza ou, mesmo, por um cotidiano enredado em obediência, submissão, acomodação, resistência e/ou afirmação. O fenômeno literário, tomado como conjunto de elementos interdependentes, que agem em interação, desenvolve-se historicamente dentro de um outro sistema maior, revelando todas as nuanças da cultura, recriando aspectos da realidade. Inquestionável, portanto, a contribuição de tais vivências, cujos relatos são convertidos em documentos escritos e publicados, legados aos vindouros.

A biografia, a autobiografia, o diário, o romance autobiográfico, as memórias e a carta, se instituem cada vez mais como gêneros narrativos capazes de recuperar na espessura da vida cotidiana os momentos de resistência e de insurgência do vivido. A escrita do e sobre o *eu* é, antes de mais, um ato de consciência, um exercício espiritual. O exercício autobiográfico ocupa lugares mentais por excelência, e pelo recurso à lembrança e à memória o autor

[1] Docente do Programa de Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá.

recapitula o espaço e o tempo, contribuindo para a elaboração de uma história individual e coletiva. O passado encontra sempre o modo de inserir-se no presente, escolhendo para ele as consequências de episódios mais ou menos tangenciais que se produziram de forma paralela a fatos com grande carga histórica. No interior de uma ordem simbólica, onde a própria linguagem é um instrumento de opressão, os gêneros masculino e feminino expressam concepções acerca da vida e da natureza, são capazes de reconstruir o sentido da experiência do cotidiano na pluralidade da vivência familiar. Escrever, entre outras coisas, é uma busca de liberdade, um exercício de poder simbólico, uma re-invenção do mundo, uma exploração do sentido da vida.

A autoria da narrativa expressa uma posição diante do mundo, a renomada experiência. Isto autoriza a presença do *eu* que escreve e narra, e que é portador de um ponto de vista próprio, que revela um olhar, uma perspectiva. Reitera-se deste sujeito narrador uma posição consciente acerca de seu papel social e do seu direito de expressão.. A família de nipo-brasileiros, suas práticas culturais, as estratégias de manutenção da identidade grupal e os espaços vivenciados são os focos centrais de análise e que nos permitem refletir acerca das relações entre memória e construção da narrativa histórica nas fronteiras dos estudos literários e de gênero.

O exercício autobiográfico ocupa lugares mentais por excelência, o autor recapitula o espaço e o tempo, contribuindo para a elaboração de uma história individual e coletiva. No interior de uma ordem simbólica, onde a própria linguagem é um instrumento de opressão, os gêneros masculino e feminino expressam concepções acerca da vida e da natureza, são capazes de reconstruir o sentido da experiência do cotidiano na pluralidade da vivência familiar. A família de nipo-brasileiros, suas práticas culturais, as estratégias de manutenção da identidade grupal e os espaços vivenciados são os focos centrais de análise e que nos permitem refletir acerca das relações entre memória e construção da narrativa histórica nas fronteiras dos estudos literários e de gênero.

Na narrativa autobiográfica, o protagonista/personagem torna-se interlocutor de sua própria experiência e de sua inserção no mundo como cultura e como natureza. A biografia e a autobiografia assumem a possibilidade de representação, se prestam a realizar o valor biográfico como princípio organizador da narrativa, local em que inserem autor e herói, bem como o princípio organizador da consciência, da visão, do discurso que o *eu* terá de sua própria vida. A autobiografia se configura como forma de expressão do *eu* e está intimamente referenciada à historicidade do indivíduo. Segundo Bakhtin, ela se situa na fronteira entre a expressão do *eu* (o autor) e a do personagem (o herói). A narrativa da própria vida lhe dá constituição e se insinua como forma de construção da consciência do estar no mundo. Ela se

traduz numa relação da própria literatura com os aspectos íntimos da vida, um espaço edificado sob a égide da intimidade. Busca recuperar a espessura existencial da vida cotidiana, tentando surpreender, na experiência de cada dia, aqueles momentos de resistência do vivido, de insurgência da beleza e da verdade, capazes de dissolver os vínculos da rotina. Momentos, traços, rastros, indícios de experiência humana, de afirmação das possibilidades expressivas do sujeito no interior do precário cotidiano. Uma narrativa dessa natureza é sempre uma evocação e evocação é um ato poético à luz do qual a realidade histórica se funde e transfigura. A autobiografia se revela enquanto forma textualizada do tempo vivido. A narrativa da própria vida é a fonte de sabedoria sobre si, é o processo da narração, de textualização de sua vida que dará ao narrador o conhecimento que busca. Narrar, é também a possibilidade de recuperação da verdade de si mesmo perdida no tempo e no espaço.

Na autobiografia opera-se uma transposição de tempos, a escrita é feita em um tempo além, tornando-se uma visão dimensionada do presente para um passado mais aquém[1]. Como gênero narrativo escrito, a autobiografia apresenta larga dificuldade de sistematização para estudo, pois delineia fronteiras muito tênues entre história e ficção. Através do recurso da memória ela encontra lugar próximo da história. Quando se questiona sua possibilidade de expressão de verdade vivida, enquanto forma de reconstrução, ela se situa perto da ficção. Assim, no gênero autobiográfico a relação entre memória, verdade e história é inerente. A história é sempre construção de uma experiência, que reconstrói uma temporalidade e a transpõe em narrativa. Trata-se de uma relação da própria literatura com os aspectos íntimos da vida, a insurgência do vivido, e numa enredada narrativa autobiográfica o pacto da cumplicidade se estabelece através dos detalhes da crônica familiar. O romance autobiográfico compreende, também, contos pessoais onde está presente a identidade entre narrador e personagem e a narrativa se dá na primeira pessoa, além de contos impessoais, onde os personagens são indicados na terceira pessoa.

Um dos propósitos de nosso texto reside no universo textual da vida íntima de mulheres que, na reflexão sobre suas vidas, passaram a romper o silêncio que as acobertavam no interior de seus lares, através da escrita[2]. Ao fazê-lo recuperam atores sociais que ao saírem

---

[1] Mendilow, em estudo sobre a expressão do tempo na ficção, propõe uma distinção entre a ficção escrita em primeira pessoa, como o romance autobiográfico e o romance epistolar ou em forma de diário. Verifica que a impressão de tempo presente e imediato dificilmente tem sucesso nos romances em primeira pessoa, pois, l*onge de facilitar a identificação herói-leitor, tende a parecer remoto no tempo. A essência de tal romance é ser retrospectivo e haver uma confessada distância temporal entre o tempo ficcional – o dos eventos conforme aconteciam – e o tempo real do narrador – o tempo em que registra aqueles eventos. Há uma diferença vital entre escrever uma história adiante do passado, como no romance de terceira pessoa, e escrever uma anterior ao presente, como no romance em primeira pessoa. Embora sejam ambas escritas no passado, na primeira cria-se a ilusão de que a ação está acontecendo; na última, sente-se a ação como se tivesse acontecido.* MENDILOW, Adam Abraham. **O tempo e o romance**. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 121.

[2] Nosso foco inicial contemplava a discussão do manuscrito de Riukiti Yamashiro "Watakushi no Kiroku" – minhas memórias. Contudo, em função da densidade resultante da análise das memórias, em conjunto, com

de cena, levam consigo para a vida privada, fragmentos de história que permanecem ocultos no âmbito de suas existências individuais, versões sobre fatos e acontecimentos, representações de si e do seu lugar no mundo. Oferecem-nos a oportunidade de contato com leituras diversas do mundo, códigos de linguagem, que não poderiam ser apreendidos a não ser através da manifestação dos próprios atores. Tais sinais, de uma inteireza complexa, dependem de um leitor disposto a interpretá-los. E essa interpretação pode revelar muitas surpresas, ao referir os diferentes signos que regem os diversos grupos sociais no interior da sociedade, pois, através de recursos simbólicos homens e mulheres nos remetem aos tempos e acontecimentos dos múltiplos mundos que resultam da complexa heterogeneidade que atravessa o social.

Essa narrativa nos oferece um tempo múltiplo, que se superposiciona, diferenciando-se dos marcos gerais da história oficial, com novos marcos plenos de significados, capazes de constituir uma outra história para aqueles que os compartilham. Neste outro lugar, as diferenças sociais assumem uma força de expressão e geram a instauração de signos sensíveis para os que integram o grupo social ou a categoria de gênero. Há outras cronologias, edificadas em decorrência da significação de eventos e compartilhadas pelos grupos de vivência. Elas se impõem pela expressividade dos fatos que evocam e não podem ser ignoradas sem riscos de se perder a compreensão da dinâmica de determinados períodos.

Ao cruzar informações e acontecimentos, compreendemos que a narrativa realça, não apenas o autor, mas um ponto de vista forjado a partir de experiências particulares e as formas segundo as quais as condições históricas são apropriadas, re-elaboradas e vivenciadas pelas pessoas nas mais diversas inserções sociais. Tal entrecruzamento nos permite reconstituir o tecido social em toda sua complexidade. De um lado, incorporando a multiplicidade de significados e, de outro, revelando as determinações estruturais e simbólicas que imprimem sentido às práticas sociais. As referências do passado, indispensáveis para a constituição das práticas sociais do presente, justificam a exigüidade de registros sobre eventos de determinados grupos ou etnias aos quais, de certo modo, restam ter presença silenciada por práticas oficiais, que anulam sua experiência ou que comprometem as percepções de sua trajetória histórica. Está em jogo, portanto, um elemento constituinte do sentimento de identidade, valor sempre presente nas arenas de disputas sociais e intergrupais. Em um processo de publicização do privado, esta nova escrita feminina alargou os espaços do refúgio do *eu*, ousou expressar os devaneios da vontade e a falar de uma imaginação, de uma vontade que sonha e que ao sonhar imprime um futuro à sua ação. Essa escrita passou a desentranhar o universo feminino, instituiu uma literatura identitária imantada no *eu.*

"Sonhos bloqueados", optamos por lançar a discussão em um texto com outra formatação.

Vamos recorrer às narrativas de escritoras nipo-brasileiras como objetivação de tal processo e, sobretudo, como cristalizações da memória da imigração japonesa no Brasil. Embora obras de ficção, há um forte componente de realidade nesses romances, que contam histórias de exclusão, isolamento, discriminação, adaptação e vitória. São testemunhos dos conflitos, dramas pessoais, sonhos bloqueados, dificuldades e sacrifícios enfrentados em uma luta diária instigada muito mais pela necessidade de sobrevivência e adaptação a uma cultura estranha, do que a busca de identidade. A narrativa de mulheres acrescenta aos fatos do cotidiano e aos sentimentos dos personagens a dimensão de gênero que dialoga com a experiência multifacetada da imigração e das condições de vida inerentes ao processo de diáspora.

Não são muitas as publicações, na língua portuguesa, de escritoras nipo-brasileiras. Do elenco pesquisado, escolhemos *Sonhos bloqueados*, texto de ficção que não ganha adjetivos apenas por sua beleza estética, mas, principalmente por se constituir em palco de sonhos. O presente estudo dará destaque aos elementos que nortearão toda a obra da autora, na perspectiva da história cultural, tendo como corpus a narrativa de Laura Honda-Hasegawa. O romance é escrito em primeira pessoa, na forma de uma biografia histórica, e é organizado aproximadamente ao redor do ciclo de vida familiar. Explora infância, acidentes de infância, doença e morte, e relações de mãe e filhos, namoro, matrimônio, trabalho doméstico, vida de casada. Trata, igualmente, de questões relacionadas a parentesco e comunidade, e traz capítulos plenos de rituais domésticos e celebrações, sociabilidade familiar, ajuda mútua e reciprocidade. Páginas são reservadas para Kimiko - personagem principal – que semeia quimeras de sonhos e devaneios da imaginação voltada para um tempo outro, que escapa das malhas do cotidiano. Rica em conflitos íntimos, expectativas violentadas e esperanças desfeitas, esta é uma obra envolvente sobre a mulher nissei e a aventura de viver. Sua memória comparece fornecendo elementos para compor novas práticas, referenciadas a formas de vida, infelizes e dolorosas vivenciadas, no passado. Insinua-se uma escrita marcada por um tom intimista, confessional, uma estreita relação entre a literatura e a intimidade da vida. No livro, Kimiko (personagem principal) constrói o relato de uma vida, transforma a vida em texto através de revisões na história que usa para falar da própria vida e de si mesma. Faz deste exercício um momento oportuno para conhecer-se e incorpora possíveis interpretações e re-interpretações sobre o vivido. Neste sentido, as vidas são textos, sujeitos a constantes re-interpretações. Ao textualizar sua vida, Kimiko assume a condição de escritora que constata sua condição inexorável de ser histórico, cuja narrativa resulta de um processo de saber. Trata-se de um exercício de reflexão, de auto-conhecimento. Opera-se, portanto, uma reconstrução do passado e, do mesmo modo,

uma transformação interna do indivíduo, pois, o *eu* do passado não é o mesmo *eu* que se apresenta no momento da escrita.

Apesar de história prosaica, ela reflete conflitos íntimos, esperanças desfeitas, sonhos violentados e se reveste de certa aura de fascínio por tecer entremeios com resquícios de tradições, hábitos e crenças da terra do sol nascente. Parece unificar a linha do tempo, onde passado e presente se apresentam unívocos. A ancestralidade povoa o imaginário de personagens de uma narrativa que, embora tangenciada pela realidade nua e crua, revela bastidores de uma vida cujo roteiro foi riscado por sonhos. Ainda que ficcional, não enreda o tempo futuro, apenas evoca a realização dos sonhos. A personagem expressa a necessidade de situar-se no espaço, no tempo e no grupo. Há, portanto, uma necessidade de auto-localização no interior do espaço social, no mundo simbólico da cultura. Ela busca identificar-se com a família, com a comunidade e com a cultura mais ampla.

Contudo, em *Sonhos bloqueados,* a personagem se impõe com a eloqüência da narradora e, do mesmo modo, acentua e dá plasticidade aos lugares de outras mulheres, cujas vozes emergem na condição de co-adjuvantes importantes. Ela configura a referência para a família e cabe a ela o papel de mediar tensões e conflitos. Assim, ela reina no universo doméstico e encarna o sonho de realização na educação dos filhos e na família guiada por padrões culturais e conduta moral assentada no trabalho honesto e na honra da família.

Um caráter confuciano e patriarcal se faz presente na rígida disciplina, respeito e reverência, no sentido da obrigação e da obediência ao marido, reservando à mulher o papel subalterno. Desse modo, a resignação diante dos fatos e das dificuldades da vida é uma virtude. Conhecer o lugar devido é mesmo conhecer as regras, as normas e os códigos que orientam o grupo. Entre os nipo-brasileiros, que em tempos mais precoces se estabeleceram em vasta área de colonização dos estados de São Paulo e Paraná, a mulher não emerge como personagem principal. Como indivíduo, ela cede lugar à família, o cenário de todas as atenções. Neste sentido, há nexo no fato da literatura respectiva não reservar um espaço de plasticidades para as personagens femininas. A família assume papel fundamental em uma espécie de arranjo discursivo, pois fornece não apenas um modelo, mas também um conjunto de normas. O que se constata é em um verdadeiro processo de aprendizagem de reinvenção das vidas para se atender as necessidades de relacionar-se com a família. Este processo de invenção da vida que se textualiza e que se sujeita às interpretações e re-interpretações põe em evidência o papel primordial da família na estruturação das temáticas da narrativa.

Considerando o caráter patriarcal da família japonesa, ressalta-se o papel de provedor como inerente ao homem, a quem cabe a responsabilidade por si e pelo grupo,

sendo a mulher relegada a um papel secundário, como mera colaboradora do marido. Esta atitude reforça a organização tradicional dos papéis de gênero, segundo a qual as tarefas domésticas são da menor importância se comparadas às do marido a quem cabe o papel de prover a família, através de uma vida de trabalho fora de casa. Para as mulheres, a referência é sempre o universo doméstico, com a figura da mãe como cerne do bem suceder familiar. A subordinação da mulher ao homem é função de um discurso que se orienta pela salvaguarda dos princípios da hegemonia cultural masculina, sendo o corpo feminino uma construção que se vai adaptando aos imperativos de uma ordem falocêntrica dominante. Não se manifesta neste espaço nenhum embate pela concepção de destino.

A narrativa de Kimiko nos fornece a visão da mulher sobre sua vida e a de sua família no processo nada fácil de adaptação à realidade da imigração e ao mundo reservado aos nipo-brasileiros. Sua geografia é o universo doméstico, embora este se apresente contextualizado em fatos históricos e características culturais dos dois macro-horizontes nos quais os personagens transitam: Brasil e Japão. Este último, sobrevivendo apenas no imaginário dos imigrantes, já que o sonhado retorno à terra natal quase nunca é possível, pois é como estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É viver como presente e sonhar como ausente.

E a memória comparece fornecendo elementos capazes de compor novas práticas, referenciadas a formas de vida menos dolorosas vivenciadas no passado. A solução autobiográfica surge, neste ponto, como uma translúcida operação de mimesis: nem verdade, nem ficção, mas aparência próxima da realidade e simulação mínima da ficção. Notamos a presença de uma escrita destinada a preservar um tom quase confessional. Trata-se, enfim, de uma relação da própria literatura com aspectos íntimos da vida. A viagem física e interior se dá como esperiência necessária, inevitável e sempre fundamental.

Ao recorrer a uma imagem que pudesse encerrar este texto, cujo foco centrou-se na idéia de mulheres nipo-brasileiras, transmutadas genericamente na literatura em resignadas e submissas, mas que se apresentam como modernas guardiãs de tesouros de seu tempo, ocorreu-me a proposição de Bachelard de que t*odo germe de ser é germe de sonhos.* Estendendo essa reflexão à memória social, percebemos que a cristalização das imagens do passado legitima uma ordem social presente, o que leva a pressupor a existência de uma memória partilhada entre os participantes de qualquer ordem social. Esta observação se insinua bastante útil para a compreensão dos mecanismos de reprodução das diversidades no interior de uma sociedade marcada por heterogeneidades. Poderíamos concluir que não só a autobiografia, mas o próprio romance autobiográfico evidencia uma medida rígida e impraticável da escrita: a constituição

irresoluta do eu-narrador não lhe consente conclusões ultimativas de si mesmo. Talvez nossa compulsiva atuação coletiva no espaço social nos exteriorize cada vez mais em relação a nós mesmos, na criação de um mundo em oposição à possibilidade de um importante sonho, e seu espaço, que desaprendemos cada vez mais a sonhar.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Sociedade e Natureza no Pantanal Norte: cotidiano, lógicas locais e circularidade cultural (1870-1930).

Ana Carolina da Silva Borges*

Resumo: Esta pesquisa tratou das relações entre homem e natureza na parte norte do Pantanal, entre os anos de 1870 a 1920. Procuramos evidenciar as transformações na relação entre sociedade e natureza. Procura-se demonstrar que foram sendo definidos pela ciência européia e também pela parte da elite, tipos de uso dos recursos naturais que, na maioria das vezes, ignoravam ou desprezavam a variedade e complexa interação dos habitantes locais com o meio, bem como o papel dos recursos naturais em seu cotidiano. As representações sociais sobre a natureza ofereceram muitas possibilidades de leituras que permitiram identificar traços da vida social da população rural da província no período.
Palavras-chave: *ribeirinhos*, relação sociedade x natureza, Pantanal Norte.

Abstract: This research dealt with the relations between man and nature at north of the Pantanal, between 1870 and 1920. We evidence the transformations in the relation between society and nature. It is demonstrated that it had been defined for the European science and also for the part of elite, kinds of use of the natural resources that was ignored or disdained the variety and complex interaction of the local inhabitants with the environment, as well as the roles of the natural resources in its daily. The social representations about nature had offered many possibilities of readings that had allowed identifying traces agricultural population social life of the province in this period.
Keywords: riversides, society versus nature relationship, North Pantanal.

> Hoje a pesca, e como resultado da pesca da-lhe para viver dois ou três dias, dorme no quarto e torna a pescar no seguinte. Os rios Cuiabá, Paraguay e outros, que contém a Província, são abundantissímos em pescado. Parece um bem, e realmente é debaixo do certo ponto d´vista, mas converte-se n´um grande mal, porque pode-se dizer sem medo de errar, alimenta a ociosidade em que vive e a que se abandona a matar parte da população. Isto por um lado: pelo outro actua perniciosamente a descrença nos modernos motores que encontrão franca aceitação por toda a parte (...)[1]

Estamos diante de um tipo de documento bastante conhecido e utilizado na historiografia de Mato Grosso que muito contribuiu para as análises econômicas, sociais, políticas e culturais. A partir dele, assim como a sua articulação com outros tipos de documentos e bibliografias, pretendemos fazer algumas considerações que possam colaborar

* Mestranda em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Bolsista CAPES.

[1] (Relatório apresentado a Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, em 1872, pelo presidente da província, o exm. sr. tenente coronel Francisco José de Cardozo Junior, 1873:87)

para a compreensão de uma pequena parcela da população rural de Mato Grosso localizada ao longo dos rios São Lourenço e Cuiabá entre os anos de 1870 à 1930[2].

Para tanto, elementos relacionados às lógicas locais do Pantanal Norte, ao longo deste período e, significativas para a compreensão da reprodução rural, serão aqui trabalhadas. A visão construída naquele momento pelos viajantes europeus, e alguns grupos da elite de Mato Grosso sobre a utilização e manejo dos recursos naturais dos moradores fixados ao longo da beira dos rios também receberão atenção, possibilitando o entendimento de como a sociedade se relacionava com a natureza.

Este relatório de Presidente da Província datado no ano de 1872, se refere a prática da pesca no que tange a forma como esta atividade era vista por uma parcela que compunha a elite de Mato Grosso. Tida por este grupo enquanto uma atividade relacionada à ociosidade que fomentava ainda mais a inércia tão presente na Província, a pesca era, para os mesmos, uma prática que continha uma gama de imagens pejorativas porque, segundo estes, estava sendo desenvolvida inadequadamente pelos moradores locais, inviabilizando a melhoria das relações comerciais tão almejadas pela elite mato-grossense.

Há de se destacar que muitas dessas percepções contidas neste relatório de Presidente de Província, receberam influências dos viajantes europeus que aqui estiveram, cujas visões sobre o meio natural e suas práticas viabilizou a emergência de discussões sobre estas questões pelos grupos que tinham interesses em explora-lo.

Essas discussões e reflexões referentes à relação entre a sociedade e a natureza estão inseridas num *tempo* em que as máquinas, o lucro, as grandes transações comerciais receberam um respaldo ainda maior no âmbito econômico e político das nações então vigentes, estava-se diante de um mundo em que o ideal de modernidade era hegemônico. Estamos nos referindo ao *tempo* da *civilização* e do *progresso*, que implicava em uma série de valores, conceitos e modos de viver calcados, sobretudo, no etnocentrismo.

---

[2] Este recorte temporal foi escolhido porque em 1870 a Província passa por algumas transformações com o fim da Guerra do Paraguai e a reabertura da navegação fluvial, fazendo com que o comércio da Província fosse intensificada e as suas negociações com a região do Prata aumentassem significativamente. É a partir de então que o barco a vapor passa a ser utilizado, diminuindo viagens que duravam em torno de três ou quatro meses para um mês, e a região é inserida no comércio internacional. Esses fatores contribuíram para que os proprietários do Pantanal tivessem maiores lucros e pudessem investir nas fazendas e usinas ali existentes, ao mesmo tempo em que as populações fixadas a beira dos rios puderam aumentar consideravelmente as trocas e vendas de produtos caseiros, de animais domésticos e principalmente silvestres, lenha, e de outros artefatos com as embarcações que ali paravam.
Essas relações só foram interrompidas nas primeiras décadas do século seguinte, aproximadamente no ano de 1930, quando se solidifica efetivamente o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação mais eficientes, como as estradas de ferro, de rodagem que diminuíam viagens de um mês para quinze dias. Com isso as rotas fluviais deixaram de ser a melhor opção para o escoamento da produção agro-pastoril e para a comercialização de mercadorias em geral. Há de se destacar que em 1930, com a entrada de Getúlio Vargas na Presidência da República, tem início a corrida contra o coronealismo que atinge também Mato Grosso.

Porém, este fluxo de idéias e a sua conseqüente utilização por diferentes grupos sociais, deve ser compreendida a partir da circularidade cultural (GINZBURG, 1987: p.16) que as visões sobre a natureza tiveram para a composição das representações que legitimavam e justificavam a relação que os homens mantinham com o ambiente natural.

As idéias de progresso e civilização tão recorrentes ao longo do século XIX, e inicio do século XX, não só na Província mais em todo o país, ganham mais visibilidade na medida em que transformações, especialmente no cenário político, durante o processo de independência, fizeram com que os governantes do Império dessem maior atenção ao ambiente natural. Isso seria ocasionado pela necessidade do Brasil solidificar-se enquanto nação. Para tanto era imprescindível, desenvolver estudos e investigações sobre as riquezas nacionais, "tanto materiais quanto culturais, para se identificar os elementos distintivos e definições da nação brasileira." (CASTRO, 2001: 74)

Nesse contexto os viajantes adquiriram respaldo maior, pois caberia a eles o papel de percorrer as áreas do Império, inclusive os territórios mais afastados do litoral, os "sertões", descrevendo as riquezas e identificando as formas apropriadas de sua utilização com o intuito de atrair investimentos (ARRUDA, 2000: 43-65).

Identificados os recursos disponíveis pelos viajantes estrangeiros como principal potencialidade local da Província, aumentava a importância do ambiente natural para Mato Grosso. Com isso a maneira como estes recursos eram utilizados também se apresentava de forma significativa, para os grupos que intenciovam utiliza-las economicamente.

Para tanto basta perceber que ao longo dos relatos de viagens eram constantes o valor atribuído ao ambiente natural, cujas atividades direcionadas a determinadas tipos de recursos disponíveis eram imediatamente apontados:

> A navegação de suas costas é muito robusta, há uma superabundância de vida animal.- Estes rios são o paraíso das aves, a caça abunda com assombro, as delicadas pavas do monte, uma espécie de patos semelhantes aos macacos, e outras especialidades que só ali é conhecido-. Entre as aves mais pintadas, mais canoras e mais atrativas se distingue o uapú, do tamanho de um milho, sua cor é de um negro atornoselado, o bico e parte suas asas amarelas. Quando canta se cuelga de las ramas com a cabeza até abaixo e erisa toda a sua bela plumagem; tem a propriedade de imitar a todas as aves; aparte de seu harmônico canto até um curioso remedo de los demas-. O uapú tem um instinto finíssimo, e tal sua arte se conservar sua prole, que poderia chamar-se ya suspicacia.- Esconde nas arvores mais altas, estão nos ramos mais salientes, em cujo extremo cuelga su nido, espécie de bolsa de dois a três palmos formado de um primoroso tejido de paja, que o vento balança e sacode para

> que não possa derrubar jamais.- Também se encontra uma ave muito hermosa que os naturalistas chamam *Juan Pinto,* e cujo canto e cuja as cores são deliciosos[3].

Este relato de viagem referente ao Pantanal Norte, ao narrar a paisagem possibilita perceber a atenção às espécies de plantas e animais e o seu valor econômico. Nas aves o que chama bastante atenção do viajante são as plumas e suas cores, além de destacar a grande viabilidade de caça em abundância naquele local.

Nesse mundo das idéias de *civilização* e *modernidade* do século XIX, a racionalidade, o progresso, a ciência enquanto verdade absoluta foram diretrizes que compuseram um conhecimento organizado, classificatório e experimental, já bastante solidificado (PELIZZOLI, 2003: 17). Estas diretrizes direcionaram as viagens exploratórias ao Brasil e consequentemente à Mato Grosso, contendo visões de cunho, sobretudo, utilitaristas como pode ser observado logo acima. Além do mais, se por um lado o ambiente natural passa a ser valorizado no que tange a economia da Província, o mesmo não acontece com a população local.

Lylia S. Guedes Galetti (GALETTI, 2000) ao estudar as imagens que os viajantes tinham sobre Mato Grosso, ressalta a idéia de um espaço vazio e isolado vinculando esta Província a um lugar remoto cercado de terras virgens constituída por uma riqueza inquestionável. Segundo Galetti muitas visões construídas sobre o povo brasileiro em forma de críticas negativas além de serem reproduzidas em Mato Grosso, foram acima de tudo ressaltadas[4].

Percepções utilitaristas do ambiente natural são bastante corriqueiras também nos Relatórios de Presidente de Província. Se voltarmos ao relatório de Presidente de Província logo no inicio do texto veremos que a pesca não é criticada como uma atividade que perpasse pela ilegalidade, mas sim de acordo com alguns dos grupos que compunham a elite de Mato Grosso ela se desenvolvia de forma inadequada, indevida, e acima de tudo irracional.

Em muitas páginas desses relatórios percebe-se o incômodo dos governantes da Província em relação à não ampliação das diversas atividades econômicas, tanto no comércio quanto na indústria e agricultura. Em relação à agricultura o relatório de 1871 aponta que

---

[3]BOSSI, El C.Bartolome. Viage Pitoresca: por los Paraná, Paraguay, S . Lorenzo, Cuyabá : y el Arino tributário Del grande Amazonas. Paris. Libreria Parisiense- DUPRAY DE LA MAHÉRI, 14, calle d`enghien, 14. 1863.p.50

[4] "Apreciação deste teor, principalmente no que se refere a indolência e a preguiça, eram bastante comuns sobre as representações da população brasileira, elaboradas nos relatos de inúmeros viajantes europeus que visitaram o Brasil ao longo do século XIX e inicio do século XX. Entretanto, nas representações sobre os matogrossenses, estas e outras qualidades "negativas' dos brasileiros, vista como resultado das misturas de raça e dos influxos do meio tropical, são como que potencializadas" (GALETTI, 2000:31).

> É de lamentar que um território vastíssimo, sombreado por florestas virgens, cortado por tantas artemas naturaes- apropriado ao plantio e creação em larga escalla-, encerrando abundantes minas de ouro, pedras preciosas, cobre e ferro- é de lamentar, repito, que neste território a lavoura definhe- a industria não se desenvolva e o comercio não progrida. Quatro são as causas que deste já consignarei, submettendo-as a vossa esclarecedora consideração:
> 1º- A falta de braços; 2º- A dificuldade de transporte; (...) 4º- A falta de iniciativa individual- a duvida que faz concentrar os capitães da província, as vezes reservado para girarem n`outros centros. A primeira causa pode ser removida com a emigração- mas uma emigração especial uma emigração apropriada as condições do clima; uma emigração de indivíduos habituados a uma vida errante e não isenta de privações.[5]

Tal como nos relatos dos viajantes, este e outros relatórios do período também salientam a pouca habilidade local para atividades consideradas como "trabalho". Tanto para os viajantes como para grupos da elite local, a população pobre de Mato Grosso era carente de bons costumes, hábitos modernos e espírito empreendedor, tão próprios do "homem civilizado". Porém, estas percepções adquiriam maiores dimensões ao serem direcionadas para as populações rurais e suas atividades cotidianas, em que a natureza é valorizada pela disponibilidade de recursos naturais e criticada pela mão-de-obra local.

A agricultura, a criação de animais, a caça e a pesca eram alvos de inúmeras críticas, já que estavam voltadas para relações de troca e comércio locais. O Pantanal ainda se tornava mais visado porque era constituído não só pelos donos das grandes fazendas, usinas e engenhos, mas também pela grande variedade de atividades que escapavam do ideal, de práticas e relações sociais, requisitado naquele momento por alguns grupos que compunham a elite da Província.

Agregados[6], camaradas[7], índios[8], escravos e trabalhadores independentes formavam as classes subalternas deste ambiente rural no período. Os tipos de territorialidades

---

[5]Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo exm. Sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 d`agosto de 1871. Cuiabá. typ. de Souza Neves & Comp. a [n.d.]

[6] Os agregados eram aqueles que possuíam uma relação de maior proximidade com o fazendeiro, podendo ter acesso a casa deste e tal como liberdade para desenvolver algumas atividades autônomas como a agricultura e a criação de animais. Estes agregados viviam com suas famílias e garantiam a continuidade de sua reprodução social na fazenda, a partir de regras que tinham como alicerce as relações patriarcais e paternalistas, do compadrio e de princípios de reciprocidade, que compunham a "economia moral" destas relações de trabalho.

[7] Os camaradas realizavam trabalhos temporários nas fazendas (CORRÊA FILHO, 1946:122-123). e podem ser caracterizados como os trabalhadores que com a "extinção" da escravidão compunham um dos grupos sociais mais desfavorecidos nas relações de trabalho no campo, ocupando lugar muito próximo do trabalho compulsório: "Em linhas gerais, pode-se dizer que o camarada foi o elemento que, junto com os escravos, formavam a mão de obra básica nos primeiros tempos de abertura das fazendas e usinas. À medida que os segundos foram diminuindo em quantidade esses foram paulatinamente ocupando seu lugar como força de trabalho.(LUCIDIO, 1991:62).

[8] Os Bororos Orientais, que ocupavam a região, eram a maioria dos índios que sobreviveram ao contato com os conquistadores e passaram a formar outros ambientes além das colônias. Os Bororo, após terem seu território invadido e conquistado, foram aos poucos fazendo parte de grupos sociais subalternos no meio rural, compondo as paisagens e tornando-se trabalhadores nos engenhos, nas usinas e nas fazendas (CORRÊA FILHO, 1955:123-124), podendo também desenvolver atividades independentes, não mais enquanto índios, mas como parte da sociedade mato-grossense, envolvidos em relações de trabalho e de parentesco.

também eram diversificados indo de propriedades menores até as maiores, com atividades variadas em diferentes escalas: roças[9], fazendas[10], sítios, usinas, engenhos além das colônias indígenas[11].

Entre os grupos que formavam essas classes subalternas do Pantanal Norte, o interesse desta pesquisa recai sobre os trabalhadores independentes denominados de ribeirinhos que, como já vimos, eram tidos por alguns grupos hegemônicos como mão-de-obra desqualificada, atribuída de ociosidade e inércia.

Porém, quando reportados estes ribeirinhos para suas práticas diárias, espacialização e relações sociais locais e com seu meio, definimos estes como pequenos agricultores, livres e pobres que possuíam relativa autonomia das fazendas, dos engenhos e usinas, mesmo que pudessem desenvolver atividades nestas territorialidades. Dedicavam-se à agricultura de subsistência como o milho, feijão, arroz, mandioca, cana, tabaco, criavam galinhas, porcos e gado e desenvolviam a pesca e a caça. Produziam para a sua vivência e também comercializavam seus produtos de diferentes formas de acordo com os diferentes contextos, em que esta pesquisa se configura na reabertura fluvial em 1870 (BORGES, 2005:22-36)

A partir desse momento, com a inserção da navegação a vapor, muitos sinais apontam para uma reestruturação social destes ribeirinhos ligados à dinâmica da relação homem/natureza, em que a intensificação de algumas práticas ocasionou alterações nas paisagens e no cotidiano. Trocas e vendas de produtos caseiros e agrícolas passam a ser praticadas cada vez em maior escala, assim como os recursos naturais foram mais valorizados e explorados. Porém, o aumento das atividades locais não era visto com bons olhos por alguns grupos dominantes de Mato Grosso, que tinham em mente outro tipo de exploração para estes recursos naturais, feito em grande escala com instrumentos de trabalhos mais eficientes e sofisticados e mão-de-obra especializada.

---

[9] Poderiam se confundir com os sítios em muitos aspectos, inclusive ser originária de sesmarias. No entanto muitas roças, à beira dos rios foram formadas, desde os primeiros tempos de colonização, através da posse da terra de forma não institucionalizada.

[10] A origem das fazendas e das demais territorialidades rurais de Mato Grosso está intimamente ligada à doação de terras nos termos da lei de sesmarias. Mas não eram somente fazendas que eram constituídas a partir das sesmarias, também, os sítios tiveram sua origem ligada ao estatuto português de repartição de terras. O que distingue fazendas de sítios é, portanto, muito mais do que a quantidade de terras, o modo como esta terra era explorada, de forma mais ou menos intensa. O termo fazenda está ligado a criação em maior escala de gado ou engenhos (mais tarde usinas), que além de explorar mais recursos naturais utilizavam, conseqüentemente, mão-de-obra mais numerosa e diversificada. Sobre o gado não é possível precisar a média de cabeças de reses existentes em cada fazenda, podemos apontar, tendo como base os relatos, que havia uma diversidade muito grande quanto a números de reses de gado em cada propriedade, oscilando de alguns poucos milhares até ultrapassando as cem mil cabeças.

[11] Santa Tereza e Tereza Cristina.

É possível perceber uma atualização das atividades locais, por meio do que Bourdieu denomina de *habitus* (BOURDIEU, 1995: 60-61), resultante do contato entre as embarcações com os ribeirinhos do Pantanal Norte. Produtos caseiros como doces, rapaduras, requeijão, queijos, farinhas, biscoitos; e produtos agrícolas como arroz, banana, feijão que provinham desses moradores, eram bastante comercializados ou trocados com os barcos a vapores durante as viagens.

A comercialização desses produtos não significou apenas uma modificação na relação de venda, compra ou troca entre as populações locais e as embarcações; mas sim, uma alteração na própria divisão de trabalho interno no que tange à suas práticas. Queijo, requeijão, doces, biscoitos, farinha de mandioca, entre outros produtos caseiros; eram possivelmente produzidos pelas mulheres, e com a intensificação dessas práticas passaram a contar também com a mão de obra masculina.

Com o comércio da Província no âmbito internacional, as peles, penas e couros de animais começaram a ser mais valorizados, porque passam estes trabalhadores ao fornecer estas matérias-primas na fabricação de bolsas, chapéus e demais acessórios, ganhando espaço de destaque no quadro dos principais produtos exportados por Mato Grosso:

PRODUTOS	**1908**	**1909**	**1910**	**1911**
IPECACUANHA	19:763$400	8:334$400	10:663$800	9:354$800
ERVA MATE	290:000$000	291:493$920	303:026$469	320:498$800
ANIMAIS VIVOS	49:113$000	178:187$500	144:360$000	99:993$000
PELES	60:691$$585	83:590$080	95:791$011	76:708$178
OUTROS PRODUTOS ANIMAIS	27:599$747	36:602$700	36:997$208	50:263$418
TOTAIS	**447:167$732**	**598:208$600**	**590:838$488**	**556:809$196**

Tabela I: Exportações dos principais produtos de Mato Grosso (1908-1911). Extraído de Mensagem. Joaquim Augusto da Costa Marques, 1912 apud (CORRÊA, 1997, p. 64).

A tabela acima faz menção também a animais vivos, e sua exportação algumas vezes superam as exportações de peles, e os outros produtos de animais, mostrando a sua importância no período. Muitos indícios sugerem que estes animais vivos eram gado e cavalos.

Além da caça e das atividades ligadas aos produtos caseiros e agrícolas, outras práticas começaram a serem empregadas com maior intensidade, tal qual a pesca que não ficava restrita somente ao consumo interno. Com as paradas realizadas ao longo do rio, para o abastecimento das embarcações, muitas árvores eram derrubadas pelos moradores da região, para fazer lenha.

Apesar de todas essas transformações, a "economia moral" (THOMPSON, 1991, p. 21) dos ribeirinhos era caracterizada pela relação estreita de seus moradores com a natureza, que sofreram reestruturações, fazendo com que suas práticas, ao serem intensificadas e/ou atualizadas, estabelecessem uma reordenação na espacialização local. Entretanto as suas temporalidades escapavam daquelas impostas pelos grupos hegemônicos.

Os ribeirinhos se caracterizam pela sua autonomia sendo donos do seu próprio tempo diário de atividade. Esse termo *tempo* deve receber uma dimensão maior porque denota a estes trabalhadores pobres uma certa independência para desenvolver práticas cotidianas do tipo, quantidade e territorialidades que lhes provessem de acordo com os limites impostos por aquelas espacialidades.A relação de patrão e empregado, a jornada diária de trabalho de caráter disciplinar, com mão de obra especializada, salário mensal e principalmente, com o controle do tempo pelo chefe, fogem das lógicas locais dos ribeirinhos, caracterizando aqui o que Thompson chama de "resistência teimosa" (THOMPSON,1998:86-149)

Percebe-se aqui um conflito simbólico espacial entre valores, conceitos e práticas capitalistas tão recorrentes em alguns grupos hegemônicos da Província, contra as lógicas locais dos ribeirinhos e sua reprodução rural. O *tempo* da velocidade e lucratividade[12] está em conflito com um tempo mais lento, caracterizado por direitos costumeiros que como Thompson salienta são, acima de tudo, locais.

As relações de parentesco, os laços de solidariedade por meio do muxirum (mutirão), a religiosidade, a criação em pastos comuns, o patriarcalismo presente nas relações estabelecidas entre os grandes proprietários da região e demais trabalhadores rurais, e especialmente, o conhecimento local sobre o ambiente natural, marcam a vida material e o universo simbólico dos ribeirinhos.

Bibliografia

ARRUDA, G. "Representações da Natureza: história, identidade e memória" **In:** ROLIM, R. C. et all. **História, espaço e meio-ambiente**. [S.l.]: ANPUH-PR, 2000, p.43-65.

BOSSI, E. C. B. **Viage Pitoresca:** por los Paraná, Paraguay, S . Lorenzo, Cuyabá : y el Arino tributário Del grande Amazonas**.** Paris. Libreria Parisiense- DUPRAY DE LA MAHÉRI, 14, calle d`enghien, 14. 1863.

[12] Sobre isso Arruda (2000:56) faz uma importante análise em relação ao próprio valor atribuído as cidades pelos viajantes: "A cidade aparece associada às "grandes indústrias", aos "grandes ideais", à velocidade, e como centro irradiador de comportamentos e iniciativas que atingem todo o território nacional, mesmo as regiões mais "estremenhas". Os atributos da cidade são características da modernidade: civilização, velocidade, fábricas".

BORGES, A. C. S. **Sociedade e natureza no Pantanal Norte:** mudanças das práticas dos ribeirinhos no contexto da reabertura do comércio com a bacia do Prata. (1870-1920)**.** Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

BOURDIEU. P. **Sociologia.** Esboço de uma teoria da prática. p. 47-81. São Paulo: Ed. Ática, 1995

CASTRO, M. I. **Natureza e Sociedade em Mato Grosso (1850-1930).**. Brasília: Tese (Doutorado) -- UBCDS, 2001.

CORRÊA FILHO, V. **Pantanais Mato-grossenses:** devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. (Biblioteca Geográfico Brasileiro. Série A: "Livros", Publicação, vol. 3).

___. **Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.

CORREA, L. S. **A fronteira na história regional:** o sul de Mato Grosso (1870-1920). São Paulo: USP-FFLCH, 1997. (Tese de doutorado).

GALETTI, L. da S. G. **Nos Confins da Civilização:** sertão, fronteira e identidade sobre as representações sobre Mato Grosso. São Paulo, FFLCH/USP, 2000 (Tese de Doutorado).

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição., 3.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1987..

LUCIDIO, J A. B. **Nos Confins do Império:** Um Deserto de Homens Povoado por Bois (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830 a 1870), Niterói: Universidade Federal de Fluminense, Dissertação de Mestrado, 1991.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O costume de se mascarar: Brasil e África ligados pelo trabalho e pela festa

Viviane Lima de Morais*

Resumo: Uma das festividades populares mais tradicionais do Brasil é o "Bumba-meu-boi" que, apesar de não ter surgido junto com a atividade da pecuária, está ligada à mesma pelo tema que a origina. No cotidiano de povos tradicionais africanos há rituais religiosos e não religiosos que utilizam as máscaras como um elemento fundamental de diversos cultos. Mascarar-se, entre alguns povos bantos, consiste em se revestir da ancestralidade invocada no momento do ritual. Por essa razão, as máscaras não se limitam a uma cobertura do rosto ou da cabeça, mas sim de toda a extensão do corpo. Esta maneira de usá-las, bem como o seu caráter zoomorfo revelam as marcas culturais de povos do continente africano no Brasil, que emergem dos âmbitos social e simbólico, e se expressam na relação trabalho/festa e universo humano/animal.
Palavras-chaves: Boi, Máscara, Culturas

Abstract: One of the most popular traditionals festivities of Brazil is the "Bumba-meu-boi" that, despite it doesn´t appeared with the cattle activity, is linked with it by the theme that the festivity originate. On the daily of traditionals african people, there are "not religious" and "religious rituals" that use masks as a basic element of many kind of workship. Masking themselve, among some bantu people, i**t consists of invoking ancestry** at moment of the ritual. For that reason, masks it doesn´t limit to cover the face or head, but yet all extension of the body. That way to use them, as well as its zoomorphic aspect reveal the cultural marks of people of african continent in Brazil, that emerges from social and simbolic scope and express in the relation work/festivity and human/animal universe.
Key-Words: Ox, Mask, Cultures

A chegada da primeira leva de bois no Brasil está oficialmente registrada sob a data de 1534, trazidos por dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martin Afonso de

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutoranda em História Social, bolsista do CNPQ.

Souza. Neste mesmo período entravam na Capitania de Porto Seguro as primeiras tropas deste animal. Segundo José Alípio Goulart, Duarte Coelho, conhecendo as utilidades deste animal para as atividades de caráter permanente que desejava implantar em sua capitania, trouxe juntamente com a sua família e parentela, algumas sementes, escravos e bois. Cita ainda o mesmo autor o episódio da caravela Galga que teria chegado á Bahia em 1550 trazendo de Cabo Verde muitas cabeças de bois e vacas.

Kazadi wa Mukuna, ao tratar das relações entre a Coroa Portuguesa e o segundo reinado do antigo Kongo - que culmina com fim deste império africano - afirma que "*por volta de 1513 os tratados já estavam sendo assinados entre os dois reis* [Manikongo e o rei de Portugal] *para exportar escravos do Congo e envia-los para as Ilhas de Cabo Verde e São Tomé"*.

O boi trazido para o Brasil por essas grandes caravelas que também transportavam os pertences dos navegadores, dentre eles seus escravos, tornou-se um importante elemento da economia colonial brasileira, tanto como mão-de-obra auxiliar do trabalhador escravizado na agricultura comercial quanto como produtor de alimentos. Quando observamos a ocupação dos diversos espaços de trabalho por escravos e bois e o convívio constante sob condições semelhantes de exploração e representação social (um elemento do espaço de trabalho), fica clara a possibilidade de apropriação da figura do animal pelo homem, tomando-o como uma metáfora da sua condição social satirizada nos autos do bumba-meu-boi.

Essa questão provoca uma possibilidade de desviar o olhar da festa do boi e sua constituição étnica, para abordar os fenômenos que influenciaram o comportamento humano, ao ponto de catalisar a sua função criadora para extrair deste animal a simbologia necessária que exprime a condição social do africano escravizado.

Observando as relações de povos africanos bantos, não escravizados, com a natureza a partir dos sons que produzem (fala e música) e da gestualidade dos corpos (maneiras de andar, dançar e guerrear), podemos compreender como ocorre o apoderamento da função sócio-natural do animal para expor as questões sócio-econômicas de um cotidiano na condição de escravizados ou descendentes destes.

A fixação do boi ocorre, inicialmente, no litoral vinculado ás plantações de cana e mandioca. No entanto, devido a expansão dos rebanhos e da produção de açúcar e farinha a convivência entre eles se tornava cada vez mais difícil. Os avanços dos animais sobre as

plantações geravam sérios conflitos entre plantadores e criadores. Restando para o criatório a premente necessidade de adentrar pelo interior do país, dando início ao desbravamento dos sertões brasileiros.

Os territórios onde se desenvolveu a atividade pastoril eram fruto das desapropriações de povos indígenas que foram, em sua grande maioria, mortos ou escravizados, empurrados para áreas ainda mais inóspitas, deixando grandes faixas de terras vizinhas ao litoral para a expansão produtiva do gado, que gradativamente atingiu também o interior, utilizando trabalhadores africanos escravizados e mestiços pobre-livres assalariados.

O desbravamento e povoamento do sertão se fez com bois e homens. O gado não só permitiu o povoamento como auxiliou na abertura dos caminhos previamente sinalizados pelas trilhas indígenas. O escravo africano acompanhou esta abertura construindo estradas, criando os caminhos para as lavouras agrícolas comerciais com a derrubada das matas, limpeza e preparação dos solos.

O sertão se abriu com o som das boiadas, troncos caindo, solo amassado, arbustos queimados, chocalhos soando, chifres estalando, animais mugindo e homens cantando. Foi da aliança entre escravos e bois que surgiram os mestiços, os trabalhadores pobres e livres, os vaqueiros, os cantadores, os brasileiros do sertão.

Nestas regiões sertanejas o couro foi matéria-prima de fundamental importância nos agrupamentos humanos onde a economia era fruto quase que exclusivo do criatório. A cultura material das regiões pecuaristas apresenta várias possibilidades de estudo para sondar o cotidiano socioeconômico de seus sujeitos. É impossível dissociar o vaqueiro de sua produção material e simbólica, pois ela é parte integrante de seu universo.

O couro de boi era usado em equipamentos domésticos, como assentos dos tamboretes das moradias pobres, cadeiras de espaldar dos proprietários dos rebanhos, baús que traziam o revestimento trabalhado com costuras à máquina em desenhos e arabescos, catres para doentes, mesa de refeição, cordas esticadas para a secagem da roupa, argola nos cabos dos cocos para recolher água dos potes e, também com esse material se reduzia o tabaco a rapé. Esses objetos produzidos e utilizados por mãos africanas de seus descendentes, ensinado e recriando técnicas trazidas dos seus territórios além do Atlântico.

Como artigo religioso, o couro era utilizado com bastante intensidade como patuá, um pequeno saco trazendo em seu interior “orações fortes” para livrar seus crentes do mal e de qualquer perigo, levado junto ao peito pendurado no pescoço.

Este material também foi usado no feitio de equipamentos musicais como zabumbas e tambores (instrumentos em forma de barris com couro esticado em uma das extremidades) que acompanhavam as cantorias de festas e jornadas de trabalho. Os instrumentos produziam melodias restritas a sons e acordes repetidos e monocórdios de influência banta. As cantorias unidas a um terceiro elemento, também constitutivo desta cultura musical, a sonoridade do gado, configuraram o cantar dos aboios, produzindo um som que, ao longe, assemelhava-se a um mugido soturno. Esta música quase sem variações e suas danças expressam a fantástica capacidade do povo sertanejo de amalgamar não apenas a cultura espiritual, mas a material para manifestar seus sentimentos de alegria e dor.

Nesta festividade nomeada "Bumba-meu-boi" eram utilizados, inicialmente, cipós entrançados na estrutura representativa de um boi ou a própria pele do animal para desempenhar a dança e animar a festa de morte e ressurreição do mesmo.

O couro também foi utilizado como transporte marítimo. No interior da Bahia, denominado de bangüê, um cesto de couro com um tipo de suporte em suas bordas (em geral de cipó), servindo para transportar pessoas de um lado a outro de rios quando não havia canoa. O bangüê era puxado a reboque por cavalo ou por um homem a nado, levando-o preso aos dentes por uma corda. Temos ainda o ajoujo, muito usual no rio São Francisco, que consistia em canoas de madeira fortemente unidas por tiras de couro utilizadas no transporte de cargas. Quando destinadas ao transporte de passageiros estas canoas eram cobertas, na maior parte das vezes por um toldo de couro que a impermeabilizava. O bangüê também denominava um instrumento de transporte terrestre. Este consistia em couros de bois presos a varais. Foi utilizado nos engenhos para transportar cana. E no próprio criatório para transportar esterco, lenha, pedras, areias e até cadáveres de escravos.

A bruaca ou surrão era uma espécie de bolsa feita de couro, com ou sem argola para mantê-la sempre aberta, conduzida sobre o lombo de animais para o transporte de alimentos, um utensílio bastante comum entre os tropeiros; a borracha era um saco de couro seco usado para conduzir água. E, finalmente, o carro-de-boi, transporte utilizado na condução de todos os tipos de cargas pesadas e, quando no transporte de pessoas, tinha o seu chão coberto por uma pele, também de boi, e o teto coberto por um toldo de couro do mesmo animal.

A "Festa do Boi", o "Boi Surubi" ou ainda o "Boi-bumbá" acontecia geralmente no período das festas natalinas de 24 de dezembro a 6 de janeiro. Atualmente ocorre em

algumas localidades no período das festas juninas. O festejo gira em torno da ridicularização de certos costumes e sujeitos, mesclando a diversão à prática de velhos cultos africanos a animais e à crença católica no boi e no burrinho que São José conduziu trazendo o Cristo para nascer em um estábulo humilde na estrada de Belém. Outra versão bastante comum é da *Catirina* e seu desejo de comer a uma língua de boi, provocando a morte do boizinho mais querido do dono da fazenda e, consequentemente, a necessidade da ressurreição do animal. Ocorre no texto cantado durante a festa do boi a utilização de uma linguagem metafórica para exprimir a condição de maus tratos e opressão sobre os trabalhadores negros. Fica clara a interpretação imagética de um impiedoso senhor de escravos que tem prazer, assim como seus "acostados", em ver o sofrimento do trabalhador escravizado.

Segundo Artur Ramos, este auto apresenta o "princípio de repetição" das "festas cíclicas do sacrifício" presente em alguns rituais africanos. Que foram repassadas oralmente e modificadas de acordo com as localidades e influências culturais, que resultam de uma intensa interação entre os diversos povos que habitaram o Brasil nos séculos passados. Por este princípio o Bumba-meu-Boi, assim como outros festejos como Reisados, expandiu-se nos festejos populares que trouxeram o trabalho, os sofrimentos, as injustiças, mas também a redenção destes sofrimentos.

No cotidiano de alguns povos da região ocidental do continente africano, principalmente entre os de origem Banto, há rituais religiosos e não religiosos que utilização de um elemento material de suas tradições orais que é a máscara ou o costume de mascarar-se.

Mascarar-se, entre esses povos diz respeito à possibilidade de se revestir da ancestralidade invocada para aquele momento sócio-cultural. Por essa razão, as máscaras não se limitam a uma cobertura do rosto ou da cabeça, mas sim de toda a extensão do corpo do sujeito, que sairá da sua condição física e humana para dar lugar às forças da tradição que ele representa.

A máscara, portanto, é apenas um dos elementos da performance oral que se compõe também da música, da dança, da interação com os ouvintes e de todos os ensinamentos anteriores e posteriores que concretizaram esse momento. Essas máscaras mantêm uma estrutura estética tradicional, que guarda em si diversos processos ritualísticos, onde a oralidade está presente desde a sua concepção e confecção até o seu uso.

Em geral, estas máscaras se subdividem em duas partes: uma superior – que ficará sobre a cabeça – feita com um material mais duro e resistente; e uma inferior – que cobrirá o

corpo do mascarado – confeccionada em tecido ou outro material maleável. Estes elementos podem ser representados com estruturas humanas ou animais.

Seu uso exige do mascarado uma performance que se adeque gestualmente ao ser representado seja ele humano ou animal. Por tanto, a mascara não é confeccionada para se adequar ao corpo do mascarado e sim o mascarado deve adequar o seu corpo ao ser que ele irá representar, produzindo movimentos que obedeçam a tradição e permitam que os espectadores reconheçam o ancestral ou animal ali presente.

Dentro desta perspectiva podemos apontar diversas semelhanças entre a estrutura estética da máscara e a estrutura corporal do mascarado na festa de bumba-meu-boi no Brasil com a de alguns destes povos da região ocidental do continente africano.

Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o Povoamento do Brasil,* 5 ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

AMARAL, Amadeu. *Tradições Populares*. São Paulo, HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*. 6 ed., (comemorativa do cinqüentenário), Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Homo-Domesticação. Cultura material*. Vol. 16, Diretor: Ruggiero Romano. Edição Portuguesa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

GOULART, José Alípio. *O Ciclo do Couro no Nordeste*. Documentário da Vida Rural, nº 19. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1966.

LOPES, Ney *Bantos, Malês e identidades negras*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

MUKUNA, Kazadi wa. Contribuição Bantu na música popular brasileira: perspectivas etnomusicológicas. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

RAMOS, Artur. *O Folclore Negro do Brasil. Demopsicologia e Psicanálise*. 2 ed., Ilustrada e revisada, Rio de Janeiro, Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A rádio enquanto veículo e difusão da noção de homogeneidade na cultura na cultura brasileira

Márcia Ramos de Oliveira[1]

Resumo: Este texto pretende abordar a eficácia do rádio, enquanto veículo capaz de difundir a proposta de um projeto de nação, que contribuiu na constituição da identidade cultural brasileira no século XX. A partir do desenvolvimento de determinados temas poéticos e musicais percebidos nas canções que foram veiculadas pelas emissoras nas décadas de 1930, 40 e 50, foi possível perceber a caracterização de um o repertório e programação que destacava determinados aspectos regionais, redimensionando-os enquanto integrados a uma idéia de nação. Da audição e sistemática repetição destes temas, vem a afirmação quanto ao efeito que provocaram (e/ou ainda provocam) no que se refere a construção de um sentimento nacional , ou nacionalista dependendo da interpretação, influenciando fundamentalmente na formação da memória no país.
Palavras-chave: rádio; canção; identidade cultural brasileira

Abstract: This text aims at approaching the radio's effectiveness as a vehicle able to spread the proposal of a project of nation, which contributed to the constitution of Brazilian cultural identity in the twentieth century. Since the development of given poetic and musical themes concerned in songs broadcast by stations in the 1930s, 1940s and 1950s, it was possible to notice a repertoire's characterization and programming that praised determined local features, resizing them while integrated to an idea of nation. From listening and systematic repetition of these themes comes the affirmation about the effect they caused (and/or still cause) regarding the construction of a national feeling, rather nationalist depending on the interpretation, vitally influencing on memory formation in the country.
Keywords: radio; songs; brazilian cultural identity

O surgimento da radiodifusão no Brasil acompanhou uma tendência internacional quanto ao uso deste meio de comunicação, a medida em que deixava de ser uma atividade restrita a grupos sociais de maior poder aquisitivo para tornar-se rapidamente um veículo de grande penetração junto aos diversos segmentos da população. Os primeiros experimentos através das sociedades de rádio amadores, na década de 1920, deram lugar, nas décadas seguintes, a hegemonia das emissoras comerciais que, através dos recursos de patrocinadores, ampliaram sua programação e condições técnicas, atingindo um público cada vez maior, a medida em que diversificavam-se os investimentos recebidos.

A crescente influência que esta forma de comunicação aparentemente demonstrava diante da diversidade de recursos utilizada na busca da constituição de um público fiel, sinônimo dos acentuados índices de audiência que garantiriam as verbas de patrocínio, não

[1] Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina / UDESC. Doutora em História pelo PPG em História / IFCH / UFRGS.

passou desapercebido dos altos signatários do poder no país, a exemplo do que já ocorrera em outros locais do mundo. A ampla utilização deste recurso, a exemplo do que já ocorrera através da linguagem do cinema, despertou o interesse dos governantes de países como a Itália, a Alemanha, ou mesmo a Argentina, marcadamente de ascendência do totalitarismo político e culto a personalidade de suas lideranças políticas.

A radiodifusão acompanhava o debate desencadeado pelo intenso movimento cultural, político e ideológico, que instituía-se no Brasil, nestas primeiras décadas do século XX, marcado pela interrogação sobre sua definição enquanto nação, e de seu destino, ou seu projeto de futuro, por conseqüência.

As comemorações do Centenário da Independência, em 1922, foram palco das primeiras experiências, de demonstração, onde ondas pouco sonoras foram ouvidas pelo público presente, em meio ao som estridente que emanava dos alto-falantes afixados.

Restou a um pequeno grupo de curiosos esmiuçar o que a maioria não compreendera, resultando deste interesse o surgimento das chamadas "sociedades amadoras", que caracterizaram a difusão das rádios até a década de 30. O caráter não-comercial destas primeiras emissoras implicava sua subordinação a um pequeno grupo de entusiastas da rádio, junto aos recursos que coletivamente levantavam enquanto associação. Isto implicava em parcos investimentos iniciais, o que fazia com que as rádios apenas transmitissem por algumas horas do dia.

A Revolução de 30, acompanhada da reformulação político-ideológica que caracterizaria sua atuação ao nível da organização do Estado e suas instituições, trouxe mudanças também às práticas radiofônicas, através da legalização de seu caráter comercial, legislado pelo recém-criado Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP -.

O DIP, como ficou mais conhecido, pode ser considerado o "mentor" político e intelectual do movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas. Através das diretrizes ali instituídas, teve como desdobramento a formação de grupos e pensamento convergente quanto a forma de compreender o país e dirigir a nação. O nacionalismo, no projeto que se inaugurara com o processo revolucionário de 1930, aconteceria também pela ação do DIP, através dos incentivos e limitações que colocava, impondo desta forma uma tentativa de controle sobre a produção cultural e artística brasileira naquele momento. A chamada "Era Vargas" definiria seu perfil político-ideológico através das muitas sanções, impostas a diferentes áreas culturais, entre as quais, o rádio despontava como novidade. Sob tal enfoque, declara Silvana Goulart,

> *"O Estado Novo ampliou sua capacidade de intervenção nas esferas cultural e ideológica por meio das instituições (...). A partir dessa ação, o aparelho estatal legalizou, intitucionalizou e sistematizou sua presença na vida política e cultural do país. O DIP também foi fruto dessa ampliação do Estado. Para atingir seus fins, ele controlou, coibiu e centralizou os meios de comunicação de massa. Dessa forma esse meios passaram indiretamente à tutela do Estado e foram obrigados a veicular um discurso emanado no interior do próprio aparelho estatal. Através do DIP - agência governamental - o Estado veiculava seu projeto político-ideológico, procurando firmá-lo como socialmente dominante. O reconhecimento desse discurso pela sociedade deveria traduzir a legitimidade que ela outorgava ao Estado." (GOULART,1990: 19)*

Esta autora também vem a destacar, quanto à tentativa e práticas desenvolvidas como forma de cooptação política pelo Estado Novo, a sistematização de seu discurso aglutinador, que ficou pelas chamadas "práticas populistas". Neste caso, o desenvolvimento do discurso populista implicava não apenas na utilização de elementos que viessem a popularizar a articulação política, mas exatamente pelo uso dos mesmos, exigia do poder público um comprometimento com as classes a que se referenciava. Dito de outra forma, ao utilizar elementos populares para compor a articulação que, como retorno, garantiria-lhe a hegemonia política, o Estado assumia com estas mesmas classes um compromisso de reconhecimento de seus direitos e interesses. Compreende-se assim o rápido desenvolvimento das rádios, ou ainda o reconhecimento da música popular, enquanto integrantes e representantes da cultura nacional, a medida em que eram porta-vozes das classes não-atuantes ao nível do poder público, e conferiam-lhe legitimidade política. A importância da rádio fora percebida rapidamente pelo governo que se instalara na década de 30. Representava um dos elos que se aproximavam de uma grande parcela da sociedade quase analfabeta, mas que precisava apesar disso compreender, ao menos em parte, e apoiar o discurso populista.

O reconhecimento destas características na população, sinônimo de eleitorado e apoio político ao governo citado, pode ainda ser problematizada de maneira mais aprofundada, ao perceber-se neste processo a continuidade de uma situação de oralidade em detrimento da cultura e/ou palavra escrita. Diante do grande número de iletrados no país, evidencia-se como forma de mediação, ou comunicação, a chamada "oralidade mediatizada", que desponta como uma das mais ilustrativas características pelas quais o século XX pode ser descrito. Paul Zumthor ao relacionar os diversos estágios percebidos ao longo da história, no que se refere a tradição oral, destaca a importância deste fenômeno, a medida em que através dos recursos técnicos aproximam-se grupos até então isolados, seccionados pela presença ou

não da literatura escrita.[2] Mais do que uma perda aparente, a oralidade manifesta pelos meios de comunicação inaugura uma outra percepção e tradução do mundo conhecido. A rádio cumpriria, então, um importante papel no sentido de dar voz, ainda que comedida, a uma cultura popular e urbana que vinha se afirmando no país e, ao mesmo tempo, divulgar a ideologia do novo regime.

A função atribuída à rádio pelo governo Vargas é percebida inclusive antes da própria implantação do Estado Novo, em 1937, ou mesmo da criação do DIP. Os números citados são exemplares, no que se refere ao significativo desenvolvimento do setor. Este dado vem a demonstrar que, apesar do grande impulso dado pelo Estado Novo ao desenvolvimento das rádios, este fenômeno já podia ser percebido em momento anterior.

> *"Entre 1932 e 1937 foram instaladas no Brasil 42 novas estações que, somadas às existentes totalizavam 63. Em 1944, havia 106 estações em funcionamento e 111 em 1945. Durante o Estado Novo o número de aparelhos receptores registrados subiu de 357.921, em 1939, para 659.762, em 1942."* (GOULART, 1990: 19-20)

Sérgio Cabral, no livro *No tempo de Almirante: uma história do rádio e da MPB*, refere-se a um outro aspecto da mesma questão, ao mencionar a popularização das rádios. Citando ao próprio retratado do livro, Almirante, declara:

> *"Com o aparecimento dos dois postos emissores, a cidade transformou-se em floresta de antenas. Não havia residência que não ostentasse sobre o telhado, ou pelos quintais, os fios horizontais para a captação das ondas hertzianas. Sem a boa extensão dos seus 20 metros de fios, ninguém poderia reter com eficiência a rudimentar energia dos 1.500 watts da Rádio Sociedade ou dos 500 watts da Rádio Clube do Brasil. E ainda havia o enervante problema das ligações das galenas com suas agulhas para a obtenção de um bom contato. A mais ligeira trepidação do solo - na fase dos pisos balançantes, quando não existiam as lajes de apartamento - aumentava o nervosismo dos abnegados amadores do Rádio. Assim, nasceu a Radiomania."* (CABRAL, 1990:35-36)

A fala de Almirante é bastante elucidativa e emblemática quanto ao assunto tratado. É a interpretação de um dos atores principais quanto ao fenômeno da popularização da rádio no país. Almirante inaugura no Brasil um tipo de programação mais informal,

[2] Este autor desenvolveu esta tipologia em vários textos, destacando ao final a inexistência de culturas totalmente ágrafas ou letradas por excelência. De certa maneira prevaleceu a mediação entre ambas, ao longo da diversidade histórica. Os textos de referência do autor encontram-se ao final deste trabalho.

permeado de humor, utilizando inclusive outras vozes em meio à transmissão, com efeito anedótico, que ele mesmo fazia. Posteriormente, já fazendo parte dos quadros da Rádio Nacional, vem a desenvolver nesta emissora, os programas de auditório que divulgavam os novos talentos da música popular brasileira, através de concursos. Muitos nomes importantes da música brasileira foram assim "descobertos".

A afirmação feita por Almirante revela um momento da cidade do Rio de Janeiro, quando apenas existiam as rádios amadoras, mas que ainda assim já despertavam o interesse público, na medida em que as antenas se proliferavam pela cidade. E mais, salientando o fato da existência das famosas "galenas", receptores de rádio improvisados, feitos por aqueles que não podiam comprar o aparelho industrializado, e que se viam denunciados pela presença das antenas que atestavam ali sua existência. A presença das galenas indicava, entre outras evidências, que a rádio atingira as casas mais humildes, visto que era bastante simples "fabricar" este objeto.[3] Este fato evidencia que a rádio não estava limitada às classes com maior poder aquisitivo, o que explica a ampla disseminação de seu uso nas décadas seguintes.

É muito sintomática a expressão usada por Almirante, "floresta de antenas", bastante reveladora quanto a extensão que a rádio atingira como veículo de comunicação. Ao longo de toda a literatura sobre este assunto encontra-se referência a este fenômeno, mencionando a existência de muitas antenas nos morros e subúrbios cariocas.

Neste sentido, a criação do DIP em 1937, vem a consolidar e aprimorar um processo de comercialização e profissionalização da rádio que era inevitável, pois "a regulamentação da Constituição de 1937 sobre a imprensa e a propaganda foi feita pelo decreto-lei n. 1.949, de 30 de dezembro de 1939 - três dias depois do decreto-lei que havia criado o DIP" (GOULART: 1990: 50).

Ao dotar as emissoras de uma legislação que regularizava a atividade comercial, proporcionou a entrada dos patrocinadores como definidores de uma prática na radiodifusão voltada para a audiência e o interesse público.

Destoando das rádios de sociedades amadoras, as rádios comerciais surgiram tendo como objetivo os altos índices de audiência, condição básica para aquisição do patrocínio. Como veículo de comunicação de massa, a rádio atingiu o conjunto da população, afirmando dois aspectos importantes: a disseminação da cultura popular, através da música e dos programas humorísticos; e, a divulgação da ideologia populista, levada a efeito pelo Estado Novo, como forma de cooptação política.

[3] Segundo descrição bibliográfica, e depoimentos de pessoas que vivenciaram este período, era bastante simples construir um objeto como este, bastando fio de cobre, o cristal de *galena*, além de um conhecimento técnico rudimentar.

As sociedades amadoras de rádio, que antecederam as emissoras da década de 30, apresentavam um tipo de programação voltada para o desenvolvimento de uma cultura aprimorada para o país, considerada "culta", visando a formação e educação do público ouvinte. Ocupavam-se em informar os ouvintes sobre algum assunto de interesse cultural, ou especialmente destinavam-se a "formar" o público ouvinte, buscando aprimorar o que parecia carente na cultura e educação no país. Como exemplo desta prática pode-se citar o tipo de programação musical, voltada a execução de peças de compositores clássicos ou óperas, incluindo-se aí nomes também brasileiros, desde que vinculados à um tipo de formação erudita, como era o caso de Carlos Gomes.

As rádios comerciais distanciavam-se em muito desta proposta, a medida que precisam atingir a um grande público, sob muitos aspectos iletrado, que não compreendia uma educação considerada "superior". A aposta feita na via popular estendia-se, ao longo da programação, aos programas humorísticos, aos programas de auditório e, aos próprios ***jingles*** ligados aos patrocinadores.[4]

O governo Vargas faria uso da rádio também quanto a esta questão. Através de uma emissora em particular, a Rádio Nacional, que fora encampada por Getúlio Vargas em 1940, além de um programa oficial, ***A Hora do Brasil***, irradiado obrigatoriamente por todas as emissoras, o governo utilizava este veículo como porta-voz para se dirigir à nação. Neste caso, valia-se de todos os tipos de recursos possíveis, organizando uma programação que variava do culto ao popular, detendo-se bem mais no segundo enfoque. Ao mesmo tempo que podia passar uma imagem de governo austera e comprometida com o enriquecimento cultural e educacional, não perdia de vista os acréscimos que uma linguagem e temáticas mais populares podia render-lhe, enquanto vínculo político junto à sociedade civil.

As formas de controle que o DIP, no entanto, viria a assumir, englobam não apenas os aspectos comerciais/publicitários das rádios e a divulgação e informação dos periódicos nacionais. Suas funções, quanto ao controle ideológico da produção cultural e artística no Brasil, assumiram proporções desmedidas e incansáveis no sentido de observar e definir um tipo de arte e cultura que se identificasse com a ideologia do Estado Novo, proibindo a oposição ao governo ou a qualquer projeto diferenciado do que aquele que apresentava. O DIP interviu nas mais diferentes áreas da produção artística nacional, estendendo-se da música ao teatro de revista, além da programação das próprias rádios. Incentivavam-se determinados gêneros de música em detrimento de outros, privilegiando

[4] Os comerciais dos patrocinadores, que num primeiro momento eram apresentados através da leitura de um texto, que exaltava as qualidades dos produtos, passaram a ser "cantados" e/ou apresentados de forma anedótica, ainda musicados.

aqueles que sugerissem uma visão positiva acerca do Brasil e do governo que se mantinha. A perspectiva nacionalista assim criada, levada a efeito através do ufanismo, foi seguidamente premiada pelo DIP através de concursos musicais, entre outras iniciativas.

A medida em que a censura do DIP atuava, desenvolvia-se a crença e a afirmação quanto a existência de estado para todos, aliado a presença de um governante imparcial e legítimo, que porta-voz dos menos favorecidos. A idéia de pacto social que o governo de Vargas pretendia desenvolver, na sua forma populista, consolidava-se através da abertura proporcionada a cultura popular, especialmente veiculada pelas rádios, que adquiria espaço desde que muito bem delimitado pela orientação político-ideológica levada a efeito pelo DIP.

> *"O DIP exercia o monopólio dos veículos de informação, procurando garantir a uniformidade das mensagens e eliminar a contra propaganda, para que os efeitos da comunicação se ampliassem. Nas redações dos órgãos de imprensa a presença física dos censores foi uma realidade no primeiro momento do Estado Novo; depois seria substituída pela censura por telefone. Havia ainda a censura prévia, veiculada por boletins que listavam os assuntos proibidos; diante da inobservância desses critérios, o DIP multava ou suspendia o órgão infrator. O Diário Oficial da União e o dos Estados publicavam periodicamente listagens dos filmes, peças teatrais e programas de rádios censurados, indicando a aprovação, com ou sem cortes, ou o veto, sem explicações de motivos ou critérios. O rádio era censurado por equipes de rádio-escutas, que na sede do DIP e dos departamentos estaduais revezavam-se em turnos e acompanhavam a programação notificando as infrações."* (GOULART, 1990: 21-22)

Referências bibliográficas

BRIGGS, Asa; e, BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.* Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 2004.

CABRAL, Sérgio. *No tempo de Almirante: uma história do rádio e da MPB*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (Anos 20, 30 e 40): Dos pioneiros às emissoras comerciais* . Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG em Comunicação e Informação / Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação / UFRGS, Porto Alegre, 2000.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado*

Novo. São Paulo: Ed. Marco Zero/ CNPq, 1990.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Peron*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Comunicações da USP, São Paulo, 1992.

LENHARO, Alcir. *Cantores do Rádio - A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo.* Campinas,: Ed. da UNICAMP, 1995.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. *A memória na mídia: a evolução do memes de afeto*. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2001.

_____ . *O mito no raio: a voz e os signos de renovação periódica*. São Paulo: Annablume, 1993.

TINHORÃO, José Ramos. *Música popular: do gramofone ao rádio e TV.* São Paulo: Ática, 1981.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A "literatura" medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ . *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Astúcias do povo-de-santo pelas ruas de Salvador

Iris Verena Santos de Oliveira*

Resumo:
Este texto trata dos percursos percorridos pelos adeptos do candomblé na cidade de Salvador durante as primeiras décadas do século XX.
Palavras-chaves: candomblé, cidade, Salvador.

Resume:
Ce texte traite principalement de l'analyse des parcours suivis par les adeptes du Candomblé dans la ville de Salvador pendant les premières décenies du XXème siécles.
Mots-Clés: candomblé, ville, Salvador.

As imagens que representam a Bahia pelo Brasil e até mesmo para outros países são cercadas de referências a cultura afro-brasileira. Geralmente quando informo que sou baiana, pessoas de outras regiões do país fazem questionamentos em relação a capoeira, carnaval ou comentários sobre o acarajé ou o candomblé. Estes símbolos que compõem uma imagem acerca da Bahia alimentam a idéia de um paraíso racial, dando um falso panorama de harmonia que esconde os diversos embates protagonizados por afro-descendentes para a manutenção de seus costumes.

Através dos cartões postais é difícil entrever que os capoeiras eram *a priori* tidos como desordeiros e vagabundos, ou que as comidas vendidas pelas negras em suas gamelas foram condenadas por diversas posturas municipais, ou ainda que as obrigações religiosas realizadas para atender aos orixás, inquices, vonduns, eguns e caboclos eram caso de polícia. O mais surpreendente é que essas leituras preconceituosas acerca das práticas afro-brasileiras eram explicitamente declaradas há pouco tempo, na primeira metade do século XX, como é possível identificar em inúmeras matérias dos jornais da época.

No entanto, para entender melhor essa história é preciso recuar um pouco mais no tempo, para o momento em que os africanos chegaram na condição de escravos à Bahia inicialmente advindos da Guiné, Angola e Congo, regiões que por motivos diversos foram preteridas a partir do século XVII em relação a Costa da Mina, localidade de origem de um grande número de cativos, hoje denominada República Popular do Benim. (Verger, 1987) A

* Mestranda em História Social, Universidade Federal do Ceará. Agência Financiadora: CAPES.

indicação da procedência dos africanos é premente, uma vez que elucida as matrizes étnicas que compuseram as diversas práticas culturais e religiosas afro-brasileiras.

Já no século XIX esboçavam-se práticas religiosas sob o comando de africanos e mestiços, denominadas calundus, inicialmente fundamentadas em práticas de cura e adivinhação que foram se tornando mais complexas e dinâmicas e se organizaram em incipientes congregações religiosas (PARES, 2006:118). Naquele século as autoridades já divergiam quanto a forma de lidar com a religiosidade de escravos e libertos. Ao tratar da invasão do candomblé de Accú em 1829, por exemplo, João José Reis verificou que a batida policial foi ordenada pelo juiz de paz da Freguesia de Brotas, no entanto após a queixa do liberto Joaquim Batista aquela decisão foi questionada pelo então presidente da província José Gordilho de Barbuda. (REIS, 1989:35)

Mas é para o século XX que se volta o foco deste trabalho, momento fortemente marcado pelas reformas urbanas que, no Brasil se iniciaram no Rio de Janeiro e em dimensões diferentes foram realizadas em diversas capitais do país. Em Salvador, o processo de modernização da cidade foi iniciado pelo governador da Bahia Joaquim José Seabra, notadamente no seu primeiro mandato entre 1912 e 1916. Como em outros estados a urbanização não visava apenas a modificação da aparência física da cidade, os costumes da população também foram confrontados com as referências de modernidade.

A urbanização de Salvador teve como alvo principal os costumes relacionados aos africanos e seus descendentes. A capital baiana que tinha recebido um dos maiores contingentes de cativos durante a escravidão resistiu enquanto pôde as idéias abolicionistas, mas se via no início do século XX apinhada de negros reunidos nas docas do porto, mercando objetos e comidas diversas pelas ruas e ladeiras da cidade. A imprensa soteropolitana[1] relatava freqüentemente hábitos destes moradores que dava a Salvador ares de uma "aldeia africana". Uma leitura da África que lhe colocava na contra-mão das idéias de modernização, tal como era entendida naquele contexto. (REIS, 2000, p.88). Diante disso, eram perseguidos cotidianamente os capoeiras que se reuniam no Terreiro de Jesus e em outras partes da cidade, os sambistas que cantavam e dançavam no mercado modelo, assim como pais, mães e filhos-de-santo.

Em se tratando dos adeptos do candomblé a ação implementada pela polícia através da Delegacia de Jogos e Costumes era respaldada pelo Código Penal de 1890, principalmente em seu artigo 157 que condenava a prática do "espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismã e cartomancias para despertar sentimento de ódio e amor, inculcar

[1] Soteropolitano (a): Aquele (a) que nasce na cidade de Salvador.

cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública". O que poderia levar a pena de um a seis meses e multa de 100$ a 500$000.(MAGGIE, 1988: 3-4)

Em face deste dispositivo legal, nas primeiras décadas do século XX os adeptos do candomblé protagonizaram momentos difíceis diante das invasões de policiais nos terreiros, prisões de sacerdotes e outros envolvidos, apreensão de objetos sagrados e até mesmo processos judiciais.

> *A repressão policial como um componente da resistência da sociedade contra a presença de valores culturais diferenciados do ideal do padrão ocidental foi, seguramente, um dos mais difíceis obstáculos a serem superados pela comunidade religiosa negra, exigindo-lhe a utilização de diferentes estratégias que variavam do enfrentamento puro e simples, às mais diferentes formas de negociação contemporizadora*. (BRAGA, 1995: 21-2).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo discutir os processos dinâmicos em que se envolveram mães, pais e filhos-de-santo na cidade de Salvador, durante as primeiras décadas do século XX, momento em que suas práticas religiosas eram condenadas. Não me resta dúvida quanto a efetiva luta do povo-de-santo pela manutenção de suas crenças e rituais, contudo acredito que entre o enfrentamento direto e a negociação houveram complexas maneiras de lidar com aquela situação tão adversa. Atitudes que pretendo analisar a luz de conceitos como os de tática e astúcia, na acepção que lhe atribui:

> *A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Ai vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.* (CERTAU, 2003: 100-1)

É sobre a astúcia dos adeptos do candomblé que pretendo tratar. Demonstrando que além da capacidade de negociação e resistência o povo-de-santo desenvolveu a habilidade da tática. Se utilizando - por exemplo – do clima de terror e mistério que a imprensa os envolvia num ambiente de segredo que, ao invés de afastar as pessoas dos terreiros, atraía. Com isso, não descarto as estratégias, de cunho mais organizado, como as que possibilitaram que pais, mães e filhos-de-santo escapassem de condenações judiciais, a despeito das inúmeras prisões que foram realizadas no período.

Durante as primeiras décadas do século XX, apesar das perseguições policiais aos candomblés foi possível encontrar registros que apontavam para outras relações entre a polícia e os adeptos do candomblé. Numa matéria, que se refere ao pai-de-santo Bernardino encontra-se a seguinte afirmação: ele "está sem ser encommodado pela polícia, mas encommodando a visinhança"(Jornal A Tarde, 02/03/25). Outras são mais enfáticas, informando que a polícia "com um pouco de bôa vontade" (Jornal A Tarde, 30/04/25) acabaria com os candomblés. Nos periódicos encontrei ainda a seguinte declaração: "A polícia ignora ou fecha os olhos propositadamente" (Jornal A Tarde , 29/05/23). Ainda na mesma matéria encontra-se a seguinte informação: "até mesmo o candomblé conta com a mais larga e efficaz protecção da policia."

Os trechos supracitados oferecem evidências de que as relações entre a polícia e o povo-de-santo não devem ser tratadas de maneira dicotômica. Mesmo porque, um grande número dessas autoridades policiais pertencia às camadas sociais mais pobres onde se verificavam práticas religiosas afro-brasileiras com maior freqüência.(BRAGA, 1995: 23). Em 1921, quando um grupo de adeptos do candomblé foi *preso* "declararam que aquillo era uma injustiça pois não acreditavam como a polícia perseguia os se um capitão da Brigada era também 'ogan' e na sua casa fazia batuques" (Jornal A Tarde, 16/08/21).

Por isso, é a capacidade do povo-de-santo de atuar a seu favor, ainda que de maneira não organizada ou previamente pensada, que me chama atenção. Já que o foco do trabalho de pesquisa em andamento são as diversas maneiras encontradas pelos adeptos do candomblé para constituir o espaço urbano, impregnando-o tacitamente de suas formas de viver e ver o mundo. Suponho que pais, mães e filhos-de-santo praticavam a cidade de Salvador de maneira singular durante as primeiras décadas do século XX, sacralizando regiões tidas como profanas pelos soteropolitanos que não freqüentavam os terreiros. Fenômeno com tamanha força que nos dias atuais, ainda que de maneira folclorizada, os cartões postais da cidade, se relacionam, em grande medida, com as religiões afro-brasileiras e às práticas culturais desenvolvidas por descendentes de africanos.

"Paira em tudo um mystério..."

Por mais contraditória que possa parecer esta afirmação é possível dizer que a imprensa baiana foi um importante veículo de propaganda para os terreiros de candomblé nas primeiras décadas do século XX. Obviamente esta não era a intenção dos jornalistas que denunciavam freqüentemente as práticas religiosas de matriz africana, em matérias como a do

jornal "A Tarde" 27 de abril de 1921, que diz: "Sob a capa de cultos estranhos, aliciando devotos entre gente simplória fácil de arrastar e explorar, muito crime se comette por ahi, attentando a moral e muito descaminho."

Os terreiros de candomblé eram constantemente denominados antros e sempre que possível os jornalistas entravam nas casas tentando informar aos leitores o que ocorria naquelas residências. Mas, geralmente, as referências eram vagas e cercadas de mistério. Em 29 de maio de 1923, um jornalista do "A Tarde"informou que:"Nesses antros de feitiçaria, dispersos pela cidade, ocorre, scenas monstruosas, impressionantes, não raro victimando os imprudentes que se prestam a bruxarias". Quando as matérias descreviam com detalhes os cultos afro-brasileiros a atmosfera do segredo não diminuía, como indica o trecho da reportagem seguinte publicada no mesmo periódico em 22 de março de 1929:

> *Eram quasi 24 horas quando o tenente Vergne, policiador da 2ª delegacia auxiliar, seguido de agentes, chegou ao ponto referido. De dentro de uma casinha, escondida entre matos, ouvia-se o som de uma musica estranha e dissonante. Era o terreiro do "pae Quinquim". (sic)*

Os exemplos são inúmeros, uma vez que diversas matérias utilizaram a dimensão do segredo como aspecto negativo ao tratar das religiões de matriz africana. O que leva a inferir que entre os leitores havia uma grande curiosidade sobre o que ocorria dentro dos terreiros, caso contrário a imprensa não investiria tanto neste recurso.

A princípio poderia supor que tal tratamento dado às práticas religiosas de matriz africana afetava os seus adeptos e acirrava os conflitos em que esses indivíduos se viam envolvidos por conta de sua crença. Talvez. O temor pode ter servido como motivação para denúncias na Delegacia de Jogos e Costumes, funcionando como um aspecto complicador nesse contexto da repressão policial. Mas, também é possível fazer uma outra interpretação acerca dos mistérios que os jornalistas tanto reiteravam.

O aspecto misterioso que parecia rondar as práticas do povo-de-santo ajudou a criar em torno das religiões de matriz africana um aspecto de medo, mas também de respeito, sabiamente utilizado pelos adeptos. O segredo que envolvia o candomblé perpassava as práticas religiosas dentro da própria comunidade. Os filhos-de-santo, principalmente os iniciados com menos de sete anos, chamados de iaô, tinham pouco domínio sobre os saberes litúrgicos, o que ia sendo aprendido lentamente nos terreiros predominantemente através da oralidade, de maneira a-sistemática e a depender do tempo de iniciação.

Nesse sentido, os jornais, tentando combater ferozmente as religiões afro-brasileiras acabaram se tornando grandes aliados. As referências aos locais de cultos são exemplares, desse tratamento. Ao se referir a um candomblé na Mata Escura o repórter afirmou em maio de 1920: "Lá, de facto, deparou-se-lhe uma habitação de aspecto mysterioso, apesar das bandeirolas de papel de seda que a enfeitavam"(sic). Na mesma reportagem é importante atentar para a restrição de estranhos a alguns espaços da casa, o jornalista continua: "A autoridade dirigiu-se a um dos quartos. Quizeram vedar-lhe a entrada. Ali só podiam penetrar os associados ou os componentes da seita, após os salamaleques do estylo, rezas e quejandas exquisitices de feitiçaria." (sic)

Em Salvador algumas reportagens apontam o medo que as autoridades tinham do feitiço. No jornal "A Tarde" de 13 de maio de 1924 consta o relato da prisão de José Paulo, apanhado em flagrante quando ia arriar um ebó[2] na porta de outro, à Baixa dos Sapateiros. José Paulo foi conduzido à delegacia levando um embrulho que continha: "um gallo morto, com uma farofa de azeite de dendê e outras porcarias, tudo dentro de um alguidar de barro", segundo o repórter a autoridade presente, provavelmente um delegado, "meio receioso mandou o policial jogar o embrulho no mar".(sic)

O trecho da matéria reproduzida acima demonstra diferentes dimensões das relações entre autoridades policiais e o candomblé, já que colocar um embrulho com aquele conteúdo não poderia ter gerado uma prisão a menos que houvesse a suspeição de que aquilo poderia provocar algum malefício. Por outro lado, o ato de "mandar jogar o embrulho no mar" demonstra que; o delegado designa um policial que lhe era inferior na hierarquia e dificilmente poderia se recusar a cumprir tal ordem, mesmo que também estivesse receoso como o delegado. É preciso atentar também para o significado do local determinado para se desfazer do feitiço, não era no lixo da delegacia ou qualquer outro. Entregar as águas parecia ser a forma mais segura de se desfazer daqueles poderosos ingredientes. E essa não foi a única reportagem que demonstrou que os policiais acreditavam nas religiões afro-brasileiras.

"Paira em tudo um mystério: o que a feiticeira jogou na cova". Com este título estampado na capa foi veiculado o jornal "A tarde" de 16 de outubro de 1923. A matéria relatou que Rita de Castro (ou Ritta Maria da Conceição) foi presa em flagrante no cemitério da Quinta dos Lázaros, onde aguardou a chegada do caixão de João Guedes, no qual atirou um ramo de flores. Essa atitude chamou a atenção de um atento policial presente no local, que recolheu o buquê e encontrou "um pão aberto, untado de azeite de dendê, e dentro deste, uma

[2] "Ebó – Oferenda ou sacrifício animal, feito a qualquer orixá, no sentido primitivo. Algumas vezes as oferendas são colocadas ao ar livre, para os orixás que aí têm"assentamento", como Iroko." (CACCIATORE, 1977, p.109.)

moeda de 40 réis e um pedaço de papel onde se lia, com má orthographia a lápis: -Alzira". Rita foi presa e fotografada criminalmente. Diante disso, cabe questionar: Que crime cometeu? Ao que indica a reportagem sua prisão foi justificada pela polícia diante do mal que através daquele ato ela poderia ter feito ao defunto João Guedes, ou pelo que pretendia fazer a Alzira. Mas uma certeza havia: seu ato causaria ou teria causado algum mal. O que revela, mais uma vez, a crença daquelas autoridades policiais no candomblé.

Diante disso, é possível perceber a complexa teia em que estiveram imiscuídos mães, pais e filhos-de-santo, envolvidos em uma atmosfera misteriosa através da qual conquistaram respeito, clientes e adeptos mesmo que em alguns casos fosse em decorrência do medo. Tratava-se de uma situação que não foi planejada sistematicamente pelos adeptos do candomblé, mas ainda assim eles conseguiram reverter a seu favor. Questões que me muito contribuem para uma leitura da forma como o povo-de-santo praticou as ruas, becos, ladeiras e encruzilhadas de Salvador

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. **Bahia de Todos os Santos**. Guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. 16ª ed. Martins: São Paulo, 1966.

BRAGA, Julio. **Na Gamela do Feitiço***:* Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia. Salvador: CEAO / EDUFBA, 1995.

CACCIATORE, Olga Gudelle. **Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros**. Editora Forense Universitária / SEEC: Rio de Janeiro: 1977.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia**. Um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CERTAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CRUZ, Alessandra. **O Samba na Roda**. Samba e cultura popular em Salvador 1937-1954. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres**: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: 1994.

LEITE, Rinaldo Cezar N. **E a Bahia Civiliza-se**: Idéias de Civilização e Cenas de Anti-Civilidade em um Contexto de Remodelação Urbana. (1912-1916) Dissertação de Mestrado em História: UFBA, Salvador, 1996.

Lima, Vivaldo da Costa. **A Família-de-Santo nos candomblés jeje-nagôs da Bahia***:* um estudo de relações intragrupais Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia: 1977.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço**: Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ, 1988.

PARÉS, Luís Nicolau. **A Formação do Candomblé**: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia. Campinas: Unicamp, 2006.
QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.
REIS, João José. *"Nas Malhas do Poder Escravista: a invasão do Candomblé do Accú"* In: REIS, João J. e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. A Resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
REIS, João José. *De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição* In: **Afro-Ásia***,* Salvador, n. 24, 2000.
REIS, Meire Lúcia A. dos. **A Cor da Notícia**: Discurso sobre o negro na imprensa baiana*. (1888-193.)* Dissertação de Mestrado em História: UFBA, Salvador, 2000.
VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo.* Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX. Tradução: Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os diários de viagem de Antônio Pires da Silva Pontes: ciência e diplomacia no interior da América Colonial portuguesa.

Flávia Kurunczi Domingos *

Resumo : Esta comunicação tem por proposta apresentar alguns dos escritos produzidos pelo astrônomo-matemático Antônio Pires da Silva Pontes Lemos (1750-1805), buscando estabelecer uma relação entre a teoria e a prática científica durante a execução dos trabalhos de demarcação dos limites territoriais sul-americanos entre os anos de 1780 e 1790. Nascido na Comarca de Mariana, Minas Gerais, Silva Pontes doutorou-se em matemática pela Universidade de Coimbra em 1777, ano em que também foi nomeado para compor a Terceira partida de demarcação, por ocasião do Tratado Preliminar de limites assinado pelas coroas portuguesa e espanhola em 1777. Durante as viagens de reconhecimento do território a ser demarcado, Silva Pontes escreveu diversos diários. Nestes a matematização da natureza evidencia a racionalidade de uma educação iluminista e interesses de uma política de ocupação e reconhecimento territorial do governo português, mas também lança luz sobre a relação entre a forma de ver e sentir a natureza, política e ciência no final do século XVIII.
Palavras-chave: História colonial, demarcação de limites, ciência matemática.

Abstract: The proposal of this communication is to present the writings produced by the astronomer-mathematician Antonio Pires da Silva Pontes Lemos (1750-1805), seeking to establish a relation between the practice and the scientific theory during the execution of the works to border the south American's frontiers within 1780 and 1790. Born in Mariana – Minas Gerais, Mister Lemos became PhD in mathematics by Coimbra's University in 1777, year which he had also been named to border the third set of division, by time the preliminary Treaty of limits signed by the Spanish and Portuguese Crowns in 1777. During the recognition trips of the territory to be limited, Mister Silva Pontes wrote several diaries. In those the nature's mathematics makes evident the rationality of a illuminist education and the interest in an occupation policy and the Portuguese government territorial recognition, but it also lightens the relation between the ways of seeing and feeling the nature, politics and science of end of the XVIII century.
Keywords: Colonial history, Bordering limits, Mathematical science.

O matemático-demarcador Antônio Pires da Silva Pontes Lemos nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Comarca de Mariana, Minas Gerais, em 1750. Em novembro de 1772 ingressou no recém-criado curso de Matemática da Universidade de Coimbra, doutorando-se cinco anos depois, dentro do reformado sistema de ensino português, pautado em ideais iluministas e regido pelo ministro dos negócios estrangeiros e da guerra Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

* Mestranda em história pela Universidade Federal de Mato Grosso, bolsista CAPES.

Ainda em 1777, mesmo ano de sua formação, foi chamado para compor a comissão de limites que deveria reconhecer e demarcar os territórios coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul, como acordado no Tratado Preliminar, mais conhecido como Tratado de Santo Ildefonso, firmado neste mesmo ano.

A comissão da qual Silva Pontes fazia parte, foi a terceira divisão ou Partida, que deveria dirigir-se à então Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, nas regiões localizadas entre a foz do rio Jaurú quando adentra o curso do Paraguai e no Guaporé quando lança-se no Mamoré. Ali, sob as ordens do governador e capitão general de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e depois de seu irmão e sucessor, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, é que se realizaram seus trabalhos. Faziam parte desta Terceira Partida, além de Silva Pontes, os capitães-engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira e o matemático Francisco José de Lacerda e Almeida.

Os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Demarcação possibilitariam a elaboração de um rico material disposto em cartas, ofícios, diários de viagem e produção cartográfica, que serviriam de referência para as discussões sobre os limites territoriais postos por ambas as coroas ibéricas pelo Tratado celebrado em 1777.

Privilegiando aqui os escritos produzidos por Antônio Pires da Silva Pontes, particularmente os diários de viagem, podemos localizar uma série de informações que demonstram de que forma a ciência matemática era praticada durante a execução dos trabalhos demarcatórios.

Muito dos seus escritos como cartas, ofícios e diários de viagem ainda se encontram manuscritos, outros já publicados, como o *Diário da expedição que partiu do Quartel General de Barcelos para Vila Bela, chefiada por Ricardo Franco de Almeida Serra*, que pode ser lido em *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil* (Mendonça, 1985), cujo conteúdo será privilegiado neste texto.

Diários de viagem: ciência matemática e trabalhos demarcatórios

Natureza, ciência e relato são fatores que marcam as viagens da segunda metade do século XVIII, sendo possível perceber, nesse momento, como bem nos colocou Michael Foucault (2001: 133), "a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder".

Os trabalhos demarcatórios produziam saberes através dos ofícios, cartas, diários de viagem, mapas, além de memórias e relatórios dos territórios coloniais. O poder, nesse

sentido, estava atrelado ao conhecimento, e os documentos elaborados funcionavam como "legitimadores da dominação e da posse que o homem exercia sobre a natureza" (Losada, 2005: 10), afinal, como bem nos elucida Simon Schama (1996: 17-18) "até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, pode-se revelar-se como seu produto".

O produto dos demarcadores eram os territórios de fronteira, e seus escritos, como os de Silva Pontes, refletiam o desejo do domínio do homem e do Estado pela natureza através dos caminhos que a ciência moderna traçava. A relação entre teoria e prática científica estava, portanto, diretamente relacionada tanto a interesses de uma política de ocupação e reconhecimento territorial do governo português, quanto ao domínio de uma ciência racional que os estudos em Coimbra então proporcionavam.

Para a demarcação dos limites coloniais o trabalho dos matemáticos, de acordo com as instruções secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, deveria acontecer de forma conjunta ao dos engenheiros, uma vez que,

> *o Essencialissimo ponto, que mais há de contribuir ao bem do Serviço é o da união, e concórdia [...] pela dependência que tem uma da outra Proffissão. Sendo certo que o Serviço de que se trata, que nem as observações Mathemáticas se poderão bem reduzir à prática, sem que os Engenheiros a executem, nem êstes determinem com exactidão os [...] Terrenos, as Alturas, a situação, e direção das Correntes, e outros objectos semelhantes, sem ser debaixo das Regras, e princípios da Astronomia (Mello e Castro, 1780 in: Mendonça, 1985: 148).*

Embora pareçam se confundir, a Matemática e a Engenharia têm suas especificidades, e, no caso da primeira, essas estariam nos princípios astronômicos que a mesma desenvolvia junto aos seus cálculos de coordenadas a partir dos próprios fenômenos naturais como as estrelas fixas, os movimentos planetários, os eclipses e as posições de satélites. Eram justamente as regras de cálculo aplicadas a esses fenômenos naturais, que possibilitariam determinar direções e localizações, pontos essenciais para o conhecimento geográfico de determinados territórios.

Têm-se então nos escritos de Silva Pontes uma grande quantidade de medidas astronômicas que se apresentam através das coordenadas geográficas e do cálculo de escalas e orientações.

Para a averiguação de coordenadas observam-se as tomadas de latitudes e longitudes dadas pela observação de satélites - "observamos a latitude e longitude por imersão

do primeiro satélite" -, pela distância entre a lua e o sol e utilização de instrumentos necessários para as medições - "Andamos pela boca do Madeira onde tomamos a altura do polo e longitude, que determinamos a distância da lua ao sol, e a variação da agulha" (Pontes, 1981 in: Mendonça, 1985: 156 e 168).

Como percebemos em seus próprios escritos, os valores de latitude eram relativamente mais fáceis de calcular que os de longitude. Para os primeiros eram necessários "tomar o meridiano do sol" (Pontes, 1981 In: Mendonça, 1985: 168) por meio de observações, valendo-se de um astrolábio, quadrante ou sextante para calcular seus ângulos do sol com o horizonte da terra. No caso dos trabalhos de Silva Pontes observamos a utilização do quadrante – "enquanto eu tomava uns ângulos horários com o quadrante" -, também claramente posto na relação dos instrumentos que entregou ao término dos trabalhos em 1790, cuja cópia se encontra anexada a um ofício que João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres enviou a Martinho de Mello e Castro no mesmo ano: "uma caixa, em bom estado, e contem as peças relativas ao Quadrante" (Pereira e Cáceres, 1990: AHU/MT, cx 27, doc. 1549).

Muito embora existam referências sobre a interferência de fatores climáticos nessas observações, eram nos cálculos das longitudes que esses se faziam mais problemáticos e constantemente elucidados em seus escritos: "Aqui tomamos uma latitude e esperamos uma imersão dos satélites que não teve efeito, por névoas no horizonte e região do poente", ou ainda, "não obstante ser a estação das águas de um céu continuamente nublado, e a ausência dos eclipses dos satélites de Júpiter, nestes três meses, nos fazer pouco exatas as observações da longitude" (Pontes, 1981, In: Mendonça, 1975: 157 e 170).

Para o cálculo das longitudes, devido às interferências dos fatores climáticos, de acordo com Silva Pontes, eram possíveis, muitas vezes, apenas as determinações dadas pelas "distâncias da lua às estrelas e ao sol", o que não se admitia uma rápida exatidão segundo os pressupostos postos por "Monsier Bézout", sendo "as observações feitas com o limbo do sol e da lua de muito maior exatidão" (Pontes, 1781, In: Mendonça, 1985: 170).

A referência ao matemático francês Estevam Bezout (1730-1783) se dá pelos conhecimentos adquiridos durantes seus estudos na Faculdade de Matemática em Coimbra. Os compêndios de Bezout seriam adotados para os estudos de álgebra, de acordo com os Estatutos da Universidade de 1772, e seu livro *Elementos da Aritmética* traria muitas das bases dos cálculos necessárias para o estudo das quantidades e distâncias pela geometria elementar.

O conhecimento dos astros e a localização por meio de cálculos de coordenadas aplicadas aos mesmos era um dos principais trabalhos que os matemáticos deveriam desenvolver para as demarcações de limites. Tudo isso se dava ajustado ao conhecimento teórico e sua aplicabilidade prática. A observação dos satélites de Júpiter parece ser, seguindo os escritos de Silva Pontes, a forma mais usual para se calcular as longitudes, e estas se davam em conseqüências da rotação dos planetas secundários, como no caso dos eclipses dos satélites.

Em seus escritos observamos a prática de uma astronomia moderna, na qual já não se tinha dúvidas sobre a doutrina posta por Copérnico – o sol como centro dos movimentos planetários - ou do problema de Kepler – sobre a órbita elíptica dos movimentos planetários – permitindo desta forma, a partir da compreensão física dos fenômenos e do conhecimento dos astros, a localização a partir de qualquer ponto da Terra.

Para o cálculo de escalas e orientações, estes se evidenciariam tanto nas unidades de medidas utilizadas como braças, léguas e palmos, quanto pelo constante uso dos pontos cardeais, tudo isso aliado também ao processo de construção cartográfica.

Na elaboração do material cartográfico, Garcia (2002: 40) nos lembra que muito embora os engenheiros militares fossem os técnicos mais presentes na constituição desse material, sua construção se dava por diferentes etapas, nas quais se fazia necessário o envolvimento de distintas personalidades como as dos próprios matemáticos-astrônomos que eram responsáveis pela "preparação de fundos precisos [...] com a localização correta dos lugares". Dessa forma, no domínio geográfico do território a ser demarcado, a ciência matemática traria a compreensão numérica da natureza que a engenharia necessitava para dar continuidade aos seus trabalhos.

Seguindo a apresentação de algumas práticas científicas presentes nos escritos produzidos por Silva Pontes, percebemos uma especial atenção dada às riquezas minerais presentes nos territórios coloniais luso-castelhanos sobre os quais então trabalhava.

Ao escrever o *Diário da expedição que partiu do Quartel General de Barcelos para Vila Bela, chefiada por Ricardo Franco de Almeida Serra*, o primeiro material que produziu relacionado aos trabalhos demarcatórios dos limites pertencentes a então capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Silva Pontes já demonstrava interesses tanto pelas regiões de ouro, quanto no processo de extração aurífera:

> *Aqui nos seguram que as lavras de ouro eram de mui pouca concorrência [...] assentei ir [...] satisfazer a minha curiosidade, pisando aquela serra, que tão*

> *aprazível se mostrava [...] O método por que os atuais mineiros trabalham é o mais imperfeito e vago que se pode imaginar (Pontes, 1981 In: Mendonça, 1975: 174).*

O que levaria Silva Pontes a escrever sobre o imperfeito método de extração aurífera dessa região seria, além de seu interesse particular, o mesmo que levaria outros mineralogistas de seu tempo a escrever diferentes memórias sobre o assunto, ressaltando seus prós e contras, como bem já nos apresentou Silva (2004) em sua tese de doutorado sobre as ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do século XVIII para o XIX.

De acordo com a referida autora, Silva Pontes, em sua *Memória sobre a utilidade pública em se tirar o ouro das minas, e os motivos dos poucos interesses dos particulares que atualmente mineram o Brasil,* procuraria argumentos para refutar a afirmação de que a mineração teria sido danosa a Portugal. Ainda de acordo com Silva (2004) embora a defesa do setor minerador fosse uma tônica entre muitos memorialistas do período, seria na memória de Silva Pontes que se encontraria a defesa mais veemente da mineração do ouro.

Defesa esta que já se apresentava nos escritos produzidos durante os trabalhos demarcatórios, ressaltando, contudo, não apenas o desperdício vigente nos métodos utilizados pelos mineiros para a extração desse mineral, mas também a necessidade de um melhor aproveitamento de outras riquezas minerais presentes nas mesmas localidades, tal como o ferro.

A extração do ferro dentro da própria capitania de Mato Grosso e Cuiabá, de acordo com o matemático, proporcionaria além de maiores facilidades para o trabalho dos mineradores, uma outra possibilidade economicamente rentável, por se tratar de "um metal de primeira necessidade nos usos da vida", (Pontes, 1781, In Mendonça, 1985: 174).

Cabe ressaltar que a atenção dispensada à metalurgia do ferro na mineração, comum também a outros cientistas de seu período, advinha dos ideais do reformismo ilustrado português que, com seus estudos sobre fauna, flora e riquezas minerais, buscavam também uma aplicação mais utilitarista de tais recursos em benefício da metrópole.

Silva Pontes, em seus estudos em Coimbra, teria feito durante o primeiro ano de matemática, a disciplina de História Natural, prevista nos próprios estatutos da mesma universidade. Seria a partir dos estudos dessa ciência que o mesmo tomaria contato com a descrição exata de cada um dos produtos da natureza além de recolher as substâncias de todas as observações (Ferraz: 1997).

Seus escritos, dessa forma, demonstram também um bom conhecimento do sistema taxonômico de classificação das plantas e dos animais proposto pelo naturalista sueco Lineu (1707-1778) em 1735, em seu livro *O Sistema da Natureza,* muito embora não fizesse parte das instruções recebidas para os trabalhos de demarcação territorial. Silva Pontes, no entanto, chegou ainda a fazer referências a alguns desenhos:

> *"Enquanto nos demoramos, este dia, nas horas de jantar, tive ocasião de atirar a um Maracanã, cuja figura vai nas páginas dos desenhos que parece ser a última das araras, no sistema de Lineu, ordem das Pêgas-Psitacus Caniculares Sp" (Pontes, 1781 In Mendonça, 1985: 164).*

E justamente por não se tratar mais especificamente dos trabalhos para o qual havia sido nomeado, seu colega matemático, Francisco José de Lacerda e Almeida, chama não apenas a atenção para isso, mas também coloca tais observações como prejudiciais na atenção necessária para o cálculo das medidas e distâncias cabíveis ao trabalho astronômico: "Como meu companheiro e colega, o dr. Pontes, ia distraído com suas filosofias, gastando muita parte do dia em copiar macacos, ratos, etc., deixava por este motivo passar em claro muitos rumos [...]" (Lacerda e Almeida, 1786). No entanto, esta é uma discussão que não nos cabe aqui.

Além do *Diário que fez o Doutor Pontes a tirar huma configuração do Rio Guaporé*, e do *Diário da expedição que partiu do Quartel General de Barcelos para Vila Bela, chefiada por Ricardo Franco de Almeida Serra,* tratados neste texto, sobretudo este segundo, escritos por Silva Pontes, é possível de se localizar outros escritos aqui não abordados, demonstrando que, independente das relações estabelecidas entre seus companheiros demarcadores no dia-a-dia das expedições, o mesmo durante os trabalhos de demarcação da fronteira colonial, levantou, de fato, uma série de informações sobre os territórios da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, nos quais deveriam ser tratados os limites fronteiriços e mapas, importantes não apenas para o conhecimento geográfico da região, mas também para compreender as formas de ver e sentir a natureza, política e ciência no final do século XVIII.

Referências bibliográficas

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. *As Ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822)*: o texto conflituoso da química. São Paulo: EDUC, 1997.

FOUCALT, Michel. *História da sexualidade*: A vontade de saber. V. 1. Tradução. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

GARCIA, João Carlos. *A mais dilatada vista do mundo*: inventário da colecção cartográfica da casa da Ínsua. Lisboa. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2002.

LOSADA, Janaina Zito. *Entre mamutes e acácias*: viagem e natureza em Hipólito José da Costa Pereira (séc. XVIII/ XIX). In: Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 2, Julho/Agosto/Setembro de 2005.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai*: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1985.

SCHAMA , Simon. *Paisagem e Memória.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Clarete Paranhos da. *Garimpando memórias*: as ciências mineralógicas e geológicas no Brasil na transição do Século XVIII para o XIX. Campinas, SP, 2004, tese de doutorado.

Outras fontes

Estatutos da Universidade de Coimbra. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1772. Reimpressão facsimilar: Coimbra, Imprensa da Universidade, 1972, livro III.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diário escrito no ano de 1786, por ordem do capitão-general de Mato Grosso, desde Vila Bela, pelos rios Jaurú e Paraguai, até ao Cuiabá*. In: Instituto Nacional do Livro. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.

Ofício de Martinho de Mello e Castro para João Pereira Caldas (1780). In: Mendonça Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai*: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1985.

Ofício de João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres para Martinho de Mello e Castro. Arquivo Histórico Ultramarino – Mato Grosso (AHU/MT). Caixa 27, doc. 1594.

PONTES, Antônio Pires da Silva. *Diário da expedição que partiu do Quartel General de Barcelos para Vila Bela*. In: Mendonça Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai*: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1985.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Instituições Eleitorais e Cultura Política no Brasil Monárquico

Evaristo Caixeta Pimenta*
Paulo de Tarso Linhares**

Resumo: Este trabalho analisa a história das instituições eleitorais brasileiras à época do Segundo Reinado. A profunda dependência do Governo em relação ao apoio da câmara temporária orientava-o a utilizar os amplos recursos que a legislação lhe oferecia visando vencer as eleições. A permanência da eleição em dois graus tornava especialmente eficazes os mecanismos de controle eleitoral do governo. A estabilidade desta regra, deriva da existência de *veto players,* combinada com os costumes e práticas clientelistas resultaram em um padrão estável nos resultados eleitorais, a despeito da trajetória de mudanças empreendida no período. Deste modo, a análise das instituições eleitorais e das sucessivas tentativas de aperfeiçoá-las torna-se especialmente importante para o entendimento da ação política no Brasil do Segundo Reinado.

Palavras – chave: Instituições – Eleições - Política

Abstract: This paper analyses the history of the brasilian electoral institutions in the second reign period. The government huge dependence on the support of the temporary chamber induzed the use of the ample resources that the legislation offered to win elections. The permanence of the electoral proceedings in two degrees made specialy afficacious the electoral control mechanism by the government. The stability of this rule, originated from the existence of veto players, combined with clientelists habits and practices induced to a stable partern of the electoral result, despite of the path of changes undertaked in the period. The analyses of the electoral institutions and the successive attempts to improve them becomes specially important to the understanding of the political action in the brazilian second reign.

O ano de 1881 marcaria a promulgação daquela que viria a se tornar a ultima lei eleitoral do Império. Também conhecida como lei Saraiva ou lei do censo, ela seria mais precisamente a quinta norma geral responsável pela regulamentação do processo eleitoral no Segundo Reinado. A expectativa geral em torno desta reforma era, naturalmente, de que ela viesse a extinguir os vícios dos escrutínios anteriores com a introdução do voto direto. Sendo de fato uma lei avançada para a época, ela não deve ser, contudo, entendida enquanto um avanço isolado em meio a uma seqüência de leis retrogradas como talvez possa parecer. Pelo

* Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Assistente de pesquisa na Fundação João Pinheiro.
** Doutorando em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Fundação João Pinheiro.

contrário, a ultima das leis eleitorais do período monárquico se insere em uma trajetória de reformas eleitorais na qual cada lei desempenhou seu papel à sua época, adotando novos modelos e métodos para abordar o tema das eleições.

Uma análise histórica sobre as instituições eleitorais no Brasil do século XIX esbarra naturalmente no problema do distanciamento em relação ao objeto de estudo. Apesar da disponibilidade de vasta documentação oficial do período, como o conjunto da legislação, atas de debates da Assembléia Geral, relatórios ministeriais e até mesmo uma infinidade de cartas de políticos ilustres, pouco se sabe, por exemplo, sobre o eleitorado, a parcela mais importante do processo. Este é, no entanto, um problema que o presente trabalho não propõe solucionar, por conta das próprias limitações da pesquisa realizada até o momento. Parte dos caminhos interpretativos seguidos na dimensão da história política se baseia nas contribuições de René Rémond, que nos orienta a entender o processo eleitoral enquanto um fenômeno político em si, revelador de uma opinião pública e indicador do espírito público (REMOND, 1996: 42). Buscaremos neste sentido, uma perspectiva indiciária da história das normas eleitorais cujo parâmetro metodológico é subsidiado por Carlo Ginzburg. Abordaremos, portanto, as leis em questão enquanto vestígios capazes de proporcionar um ângulo particular, através do qual possamos observar a sociedade brasileira do Segundo Reinado. Cabe assim ao texto que se segue, evitar a mera exposição dos fragmentos disponíveis. Optamos, pelo contrário, por inseri-los prioritariamente em uma estrutura temporal, capturando o tempo para escrever a história das leis eleitorais, dotando-as, deste modo, de uma carga de historicidade.

A despeito da inquestionável estabilidade institucional encontrada no Império, uma profunda instabilidade política marcou toda a sua existência. Dentre as 17 legislaturas da Câmara dos Deputados compreendidas no Segundo Reinado, 11 foram dissolvidas, enquanto que a média de duração dos Gabinetes Ministeriais[1] foi de apenas de um ano e três meses. Dentre eles, aquele presidido por Zacarias de Góes e Vasconcellos em 1862, não perdurou por mais do que seis dias. Combinava-se a fragilidade da permanência dos gabinetes com seu amplo poder de ação expressivamente discricionário. Os mais diversos aspectos da vida econômica, política e social eram passíveis de interferência do governo que, no entanto, era contido apenas pela vontade de um indivíduo, o imperador. O ambiente político era, portanto, notadamente incerto.

Embora pessoalmente indicados pelo Imperador, os gabinetes careciam de legitimação política de suas ações, que provinha, por sua vez, do poder Legislativo. Em um momento em que os partidos sequer eram formalmente regulamentados, sua participação em um

[1] Existentes apenas após 1847 com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros.

parlamentarismo de padrão britânico era uma impossibilidade evidente. Nem mesmo grandes maiorias eram garantia de governabilidade para um gabinete e em não raras vezes, ocorreram cisões internas com implicações desastrosas ao governo. Ante à incerteza política proveniente de um parlamento fragmentado, os governos em contrapartida, utilizavam os recursos de que dispunham para vencer as eleições parlamentares. Esperava-se dessa forma, que os vínculos estabelecidos com os novos deputados se mantivessem ao longo das legislaturas, o que, no entanto, nem sempre ocorreu. Não há exagero em afirmar que a mesma força que proporcionava a vitória eleitoral transformava-se em fraqueza após a posse da legislatura. A incapacidade de atender a tantas e, freqüentemente, incompatíveis demandas minava a base parlamentar do governo, tornando-o passível de destituição.

A profunda dependência dos governos em relação ao apoio da Câmara dos Deputados foi, sobretudo, produto das particularidades do parlamentarismo brasileiro. O entendimento destas particularidades, corporificadas na dinâmica de manutenção e queda de gabinetes, eleição e dissolução de câmaras, traço distintivos da política imperial, é um ponto de partida especialmente importante para a inteligibilidade da discussão acerca das leis eleitorais. Dentro deste quadro, a legislação eleitoral pode ser entendida enquanto uma engrenagem fundamental para o funcionamento do parlamentarismo *sui-generis* do Brasil Monárquico.

Esclarecida a natureza do problemático relacionamento entre governo e parlamento e a conseqüente necessidade do primeiro em vencer as eleições, resta expor como isto se realizava. Richard Graham imprime um interessante esforço no sentido de sintetizar as ações do governo em períodos eleitorais. Ele constrói uma cadeia de rastreabilidade das ações e recursos empregados pelos gabinetes, o que nos permite relacionar a atuação dos vários atores participantes inseridos em uma estrutura hierárquica que se estende do Imperador ao inspetor de quarteirão[2]. Graham destaca a figura do Presidente de Província enquanto principal operador de um complexo e eficiente mecanismo destinado a vencer eleições. Sendo o chefe do poder Executivo provincial e, portanto, o principal representante do governo nas províncias, o Presidente tinha a seu dispor um grande número de recursos políticos institucionalmente estabelecidos[3] que o permitia interferir no processo eleitoral. Dentre estes destaca-se a capacidade de adiar as eleições de juiz de paz responsáveis pela qualificação dos votantes, e da câmara do vereadores das capitais provinciais, que desempenhava papel central na apuração dos votos de toda a província. Não menos importante era a sua atribuição de

[2] Para mais detalhes ver Graham,1997: cap 4.

[3] É interessante observar que os presidentes de província não agiam a margem da lei ao interferir no processo eleitoral. Eles utilizavam os meios que a legislação lhes oferecia para ganha-las. O problema estava na discricionariedade com que podiam agir.

nomear o corpo policial assim como a maioria dos comandantes da Guarda Nacional. Estes e outros recursos tornavam o Presidente de província apto a interferir a favor do governo na qualificação dos votantes, no ato da votação e na apuração dos votos. Dentre estes, o mais importante era o processo de qualificação dos votantes. Controlar a qualificação significava escolher o colégio eleitoral, isto é, o governo podia escolher quem participaria das eleições, neste caso seus próprios eleitores. O próprio Dom Pedro II observou que "os presidentes servem, principalmente, para vencer eleições" (GRAHAM, 1997: 116). Não seria justo omitir outra de suas afirmações: "os que eu souber que intervieram nas eleições, nunca mais serão presidentes, se minha opinião prevalecer". (GRAHAM, 1997: 116). Parafraseando Graham, aparentemente a opinião do monarca nunca prevaleceu.

Adentremos à legislação eleitoral, muito brevemente porém, por questões de espaço[4]. Não nos cabe esquadrinha-la em seus detalhes, mas fez-se necessária a exposição do conteúdo básico das reformas. Toda a legislação compreendida no período de 1822 a 1842 constitui-se de decretos do poder Executivo que dão instruções às maneiras de proceder às eleições de acordo com aquilo que previa a constituição, isto é, a realização de eleições indiretas em dois graus[5].

A primeira lei propriamente dita, que tramitou normalmente pela Assembléia Geral foi a de nº. 387 de 19 de Agosto de 1846. Esta, ao invés de dar apenas instruções, se configurou enquanto norma geral. Detalhou melhor o processo eleitoral, esclarecendo algumas ambigüidades que anteriormente comportavam diferentes interpretações e introduziu a junta de qualificação, uma comissão presidida por um juiz de paz cuja função era escolher os votantes. A segunda lei, assim como todas as que a seguiram, reformam a lei a de 1846. Conhecida como lei dos círculos, foi promulgada em 1855 e adotou o voto distrital, elegendo um deputado por distrito, ou círculo, assim como disposições acerca das incompatibilidades eleitorais. A terceira viria em 1860 e apenas ampliou os círculos de um para três deputados. A quarta, promulgada em 1875 e também conhecida como lei do terço, abole o voto distrital e passa a eleger apenas 2/3 dos assentos do parlamento, enquanto o terço restante estaria reservado à minoria. Trás também disposições sobre as incompatibilidades. A quinta e ultima,

[4] Para um descrição da legislação eleitoral ver as obras de Manoel Rodrigues Ferreira e Francisco Belisário de Sousa.

[5] Os eleitores de primeiro grau, ou votantes, que atendiam a um determinado valor de renda ou posse votavam para escolher os eleitores de segundo grau, homens cuja renda era maior do que os primeiros. Somente estes compunham o colégio eleitoral e procediam na escolha dos membros das assembléias provinciais e geral.

conhecida como lei Saraiva, restaurou o voto distrital e tecnicamente extingue a eleição indireta, sem, no entanto reformar a constituição[6].

O olhar retrospectivo, porém atento às nuanças da História, sinaliza para o argumento de que cada reforma constitui um sentido particular, associado, no entanto, a alguns aspectos comuns. Sobre estes aspectos, José Murilo de Carvalho nos confere importantes contribuições. Para ele, as leis eleitorais possuíam em suas propostas três preocupações fundamentais. A primeira estaria relacionada à delimitação da cidadania. Em outras palavras, a lei determinava quem podia votar e quem podia ser eleito. A segunda preocupação girava em torno da representação das minorias, ou seja, como impedir que um grupo dominasse o parlamento e se perpetuasse no poder. Já a terceira estaria ligada ao que ele chama de verdade eleitoral, isto é, a eliminação de influências espúrias no pleito. Faz-se, no entanto, necessário decompor este modelo interpretativo, pois entendemos que dentre estas preocupações, as duas ultimas merecem papel de destaque para as reformas compreendidas em um primeiro momento, entre as leis de 1842 e 1860, enquanto que a questão da cidadania se mostrará especialmente importante a partir da década de 1870.

Neste primeiro momento, a lei dos anos quarenta atendia um eleitorado que em sua grande parte se encontrava no campo. Logo, o processo de qualificação, tão bem trabalhado pela lei de 1846, trata de conferir ao governo a capacidade de ter nas grandes massas de votantes, um elemento que atendesse a seus interesses políticos. Era um período onde ainda se fazia presente o processo de afirmação da centralização política do Estado brasileiro. A dos anos cinqüenta atende à necessidade de se aperfeiçoar o processo eleitoral, já distorcido pela interferência excessiva do governo e pelo quase completo monopólio das grandes figuras provinciais, que precisavam ceder espaço para o "país real", isto é, as figuras locais, as chamadas "notoriedades de aldeia".

Já década de 1870 compreende mudanças substanciais na sociedade brasileira. Desde os anos cinqüenta o país experimentara um grande desenvolvimento econômico, resultante do excedente de capital proveniente da proibição do tráfico de africanos. Os melhoramentos então experimentados foram desacelerados pelos extraordinários esforços empregados na campanha contra o Paraguai entre o final de 1864 e 1870. Ao adentrar a nova década, o Brasil já não era aquele mesmo país encontrado pelos legisladores dos primeiros anos do Segundo Reinado. Uma expressiva parcela da população havia se fixado nos centros urbanos, as ferrovias introduziram e consolidaram as sociedades anônimas, os bancos haviam se

[6] A mudança de 1881 somente foi possível em função da engenhosidade da proposta apresentada pelo Governo Saraiva. Nela não é modificado o preceito constitucional de eleição em dois turnos. Veja Graham,1997: cap 7

multiplicado e uma atividade industrial voltada para a guerra levara operários pobres para as cidades. A aprovação da lei do Ventre Livre em 1871 colocara definitivamente o tema do elemento servil em pauta. Ficava cada vez mais claro que a abolição da escravidão se tornara questão de tempo e oportunidade. Havia, portanto, um elemento de incerteza que rondava a sociedade brasileira, naquele momento ainda bastante dependente do braço escravo. A abolição poderia ocorrer abruptamente, em um momento não previsto, como de fato ocorreu. Foi neste contexto, em que se deram as duas últimas leis eleitorais do Império.

Segundo Graham, com a o aumento da importância conferida aos centros urbanos, dado o seu crescimento, a parcela da população que os compunham demandara uma ampliação de sua participação política. Esta por sua vez, se esbarrava no grande peso dos produtores rurais. Com olhares voltados para a Europa, as elites urbanas passam neste momento a enxergar com desdém o homem do campo, relacionam-o sob o prisma positivista, comum à época, com a idéia de barbárie que resistia à civilização que emanava da cidade. O poder do produtor provinha ironicamente, da parcela pobre da população. Seus favores e proteção encontravam nos votantes uma importante fonte de votos. O alcance de sua influencia no processo eleitoral era, portanto ditada pelas leis eleitorais, mas especificamente pelo processo de qualificação. Dessa forma, a parcela urbana que se sentia renegada ao segundo plano, passa a demandar o fim das eleições indiretas. Esta demanda expõe a intenção de excluir o votante pobre, visto como o responsável pela corrupção eleitoral. Este é o sentimento encontrado nas palavras de Francisco Belisário de Souza, cuja obra clássica, publicada em 1872, condena as eleições indiretas.

Para René Rémond, um campo promissor da história das eleições é o estudo estatístico dos resultados. A partir do retrospecto da composição partidária da Câmara dos deputados ao longo de todo o Segundo Reinado, levantaremos algumas questões. Como verificado no gráfico 1, o padrão da composição partidária se manteve estável até a primeira legislatura eleita com a lei Saraiva. Até este momento, que compreende 14 de um total de 17 legislaturas, 13 demonstraram a presença de maiorias superiores a 2/3, isto é, 66% do total. O único exemplo em que um partido não atinge os 66% de representação é a legislatura de 1864-1866, época da liga progressista, que representa uma cisão liberal. Somados os assentos dos progressistas aos dos liberais históricos teríamos um total de 99% de liberais. No mesmo universo de 14 legislaturas, vemos que 10 possuem maiorias superiores a 80% do total, das quais 4 são unânimes. É bem verdade que dentre estas 4, duas ocorreram em decorrência de abstenções do partido cuja câmara havia sido anteriormente dissolvida, mas não deixam de ser casos emblemáticos da dificuldade da representação das minorias no período.

Com base nestes dados podemos nos perguntar: considerando o esforço verificado no aperfeiçoamento da legislação, por que os resultados se mantiveram estáveis até a reforma imposta pela lei Saraiva? Considerando que as reformas imprimiram a adoção de diversas inovações, entendemos que o desempenho das novas instituições eleitorais não foi satisfatório. E não o foi por estas terem insistido na manutenção do processo de eleições indiretas, o elemento comum até 1881. Esta conclusão corrobora com o argumento de Francisco Belisário, que, no entanto possuía uma postura enquadrada dentro da citada da visão da geração de 70.

Ao problematizarmos a parcial imutabilidade da legislação eleitoral, mais um indício surge vem à tona: do temor da coroa e do Senado ante qualquer possibilidade de reforma da carta magna. A demanda por eleições direitas ofereceu uma sólida ameaça a estes *veto players*, pois se fazia necessária emenda constitucional[7]. Os poderes conferidos a uma eventual assembléia constituinte poderiam fugir de seu controle. E naturalmente, a dissolução de uma assembléia resultaria em um desgaste que a monarquia não se dispunha a experimentar novamente.

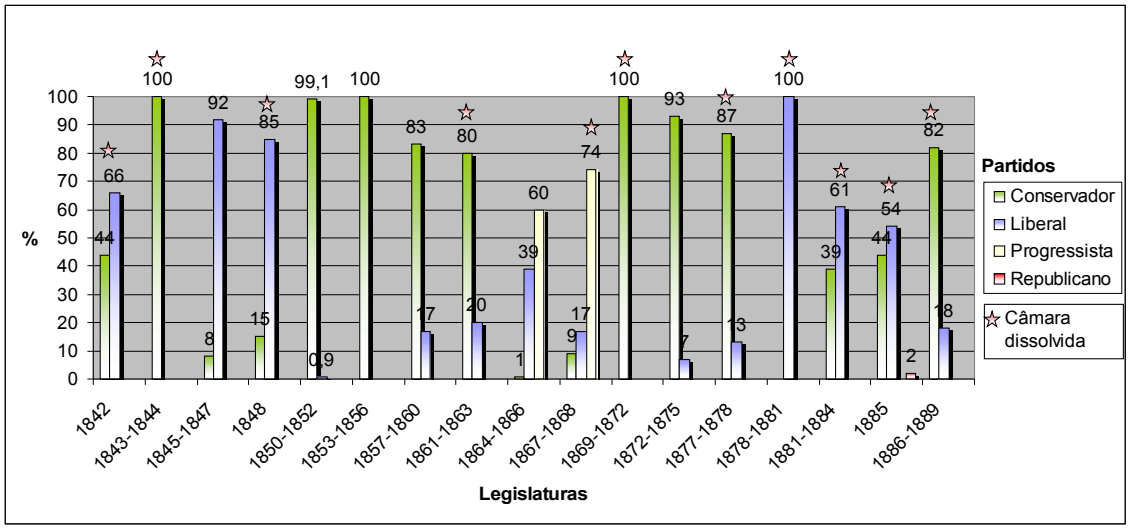

Gráfico 1 – Representação Partidária na Câmara dos Deputados (1842-1889). Fonte: CARVALHO, Jose Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. 151-153

Conclusões

[7] José Antônio Saraiva, o Presidente do Conselho de Ministros responsável pela reforma eleitoral contornou com habilidade a necessidade de alterar a constituição quanto apresentou sua proposta. Veja Graham,1997: cap 7 para mais detalhes.

As reformas eleitorais, compreendidas em um período relativamente curto, de trinta e cinco anos, marcam uma trajetória cujo caminho seguido se deu no sentido de aperfeiçoar a experiência eleitoral. Estabeleceu-se critérios de qualificação mais claros em 1846. Buscou-se em 1855 melhorar a representação das minorias e a limitação do ingresso de funcionários do governo no parlamento com as incompatibilidades. Em 1875, as mesmas preocupações da lei anterior foram atendidas, mas através de métodos mais recentes, além da busca por um pleito mais verdadeiro com a introdução no país do título de qualificação para os votantes e a abolição do voto indireto em 1881. Porém, apesar da verificada trajetória de melhoramentos institucionais, o gráfico 1, cujo conteúdo expõe a representação partidária no parlamento durante o segundo reinado, evidencia a permanência de um padrão estável ao longo de grande parte do período estudado. O rastreamento da representatividade da câmara aponta para uma continuidade até 1881, da ocorrência de resultados claramente favoráveis aos governos. São indícios que corroboram para a interpretação de que o núcleo das ações do governo no processo eleitoral se davam majoritariamente pelo controle do processo de qualificação dos votantes.

Entendida, enquanto problema, a capacidade dos atores com poder de veto de impedir reformas mais profundas que implicassem em mudanças constitucionais fica evidenciada.

Por outro lado, em outra dimensão analítica, há indícios que apontam para aquilo que podemos chamar de um comportamento eleitoral do período. A maneira de se proceder na prática eleitoral se manteve ancorada na forma que se faziam eleições desde o 1º reinado e a sua permanência no tempo pode ser entendida dentro da esclarecedora idéia de "tradição inventada" fornecida por Eric Hobsbawn. Os costumes, ou seja, os modos de proceder, na escala das gerações, deixam de possuir significados unicamente pragmáticos, tornam-se tradições, avançam em parte sobre o campo do simbólico. A manifestação destes elementos simbólicos no comportamento eleitoral expõem uma cultura política capaz de traduzir à grande maioria da população o que ela poderia esperar das eleições. Este comportamento eleitoral, que por sua vez esteve presente sob a forma de ligações clientelísticas com os governos, permaneceu durante todo o período abordado a despeito das mudanças institucionais experimentadas. Estas mudanças não foram suficientes para transformar as expectativas do brasileiro em relação às eleições, sua forma de fazer política, sua cultura política.

As leis eleitorais refletem, ao adotarmos o paradigma indiciário de Ginzburg, indicativos das transformações experimentadas pela sociedade brasileira à época do Segundo Reinado, suas novas configurações e demandas, mas também aponta para a permanência de

elementos que passam incólumes pelas gerações apesar da trajetória de mudanças que implicou na adoção de diferentes métodos de se fazer eleições.

Referências Bibliográficas:

BERSTEIN, Serge. *Os Partidos*. In: REMOND, Rene (org.) **Por uma historia política.** Rio de Janeiro: UFRJ : FGV, 1996.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

CAVALCANTI, T.B. **O voto distrital no Brasil :** estudo em torno da conveniência e da viabilidade de sua adoção. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

FERREIRA, Manoel Rodrigues: **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro.** Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: **Mitos, emblemas, sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. In: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SOUSA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império** Brasilia: Senado Federal: Univ. de Brasilia, 1979.

REMOND**,** Rene. *As Eleições*. In: **REMOND**, **Rene** (org.) **Por uma historia política.** Rio de Janeiro: UFRJ : FGV, 1996.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Ensino da História na Perspectiva da Nova História Cultural

Fabiana Bruce*
Maria Thereza Didier*
Lúcia Falcão*

Resumo O presente texto pretende discutir e abordar novas formas do fazer historiográfico como possibilidade para se estabelecer a compreensão de diferentes formas de pensar o ensino de história. Ao pensar o ensino de história é importante refletir sobre qual história se quer ensinar e faz-se necessário situar as discussões em torno do conceito de história bem como abordar algumas mudanças, tendências e tensões em torno do debate historiográfico.
Palavras-chave: História, ensino de História, cultura.

Abstract The present text intends to discuss and to approach new ways of historiograph like the possibility to establish the understanding of the many diferents ways of thinking the teach of history. Thinking of the teach of history is very important to reflect on which one of the history we want to teach and it is necessary to place the discussions about the concept of history as well as to approach some changes, tendencies and tensios about the debate histioriographic.
Keywords: History, teach of History.

Um exercício provocativo a qualquer indivíduo que se queira fazer historiador é fazer uma *genealogia* acerca do seu sentido herdado de história, pois que nos leva obrigatoriamente a desfolhar as camadas de uma **compreensão**, forjada no tempo e no espaço, que vai desde um formal **conceito** da história enquanto ciência, à **vivência** da história urdida entre a memória individual e social, o privado e o público, entre tantas vivências do tempo, e vários saberes, dentre os quais, o acadêmico — ainda que se toquem e se entrelacem. Diante dessa provocação, uma primeira constatação, é a percepção das contradições entre o prazer desmedido em ouvir histórias/estórias — na infância ao pé da cama, em rodas de amigos, nos romances históricos — e certas exigências formais de como enquadrá-las no universo da História Ciência. A segunda constatação vem em forma de uma pergunta: — "O que nos leva a contar *histórias*? O que nos leva a certas escolhas? O que nos leva a certas estruturas narrativas e não outras?" Quaisquer que sejam as

* Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em História.
* Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Crítica Literária.
* Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em História.

respostas, elas servirão menos para considerar-nos *extraviados* de outros caminhos possíveis, e não do único e verdadeiro, do que para compreendermos que a elaboração do nosso sentido histórico vai sendo inscrito ao longo de nosso contexto, de nossos trajetos, engodos, amores, sonhos, encontros e desencontros.

A memória coletiva, na modernidade, é lugar de reconstrução da *tradição* (que também é uma espécie de memória), pois a *modernidade* constrói-se a partir da negação da visão de mundo antiga, fabricando uma querela entre antigos e modernos, onde se encontra implícita a idéia de que para progredir é necessário criticar a história. A primeira herança histórica da modernidade é a *experiência histórica* como uma vivência particular do tempo. A episteme moderna coloca tudo na história e o sentimento histórico guarda um sentido de virtualidade, de vir-a-ser, que sugere a idéia de progressão. As coisas progridem e têm uma meta: realizar o melhor homem e a melhor sociedade. Isto faz com que este vir-a-ser tome a forma de uma ***promessa*** ou de um ***projeto de realização***. Distintamente da promessa religiosa, que garante uma realização na eternidade (o não-tempo divino alcançado após a morte), a promessa moderna compromete-se com uma realização no tempo dos homens: a história. Dessa forma, cremos poder dizer que o projeto de uma melhor sociedade representa um ***paraíso-em-construção***. Este paraíso é terrestre, o que não significa dizer que ele não tenha uma aura mítica ou simbólica. Apenas que estes lugares de realização do mundo moderno, tanto a *melhor sociedade* quanto a ***identidade-em-construção*** do sujeito moderno, ambos são um ***ser-no-tempo***.

Não queremos dizer com isso que a imputação de vínculos de pertencimento — que é a fabricação de uma identificação com o coletivo — seja uma ação exclusiva das modernas sociedades ocidentais. Ela é, isto sim, um ato comum às narrativas humanas. As ditas *sociedades tradicionais*, pré-modernas ou não-ocidentais, compartilham memórias e organizam-nas numa narrativa que formula seus mitos de ancestralidade comum. Mas as lealdades ou identificações costuradas nas sociedades não-modernas são geralmente relacionadas às tribos, povos, religiões ou às regiões as quais pertencem e não são problematizadas; enquanto, na modernidade, o ***indivíduo*** e a ***história*** afirmam-se. Com isso, há uma problematização da identidade que, posteriormente, inclui o conceito de ***crise*** (consciência, razão, memória, inconsciência, desrazão, instinto, esquecimento); e formula-se uma representação peculiar do ***coletivo***: ele é formado por uma relação problemática do ***eu*** com o ***outro*** — que é a base da equação incerta da República moderna.

No contexto dessa discussão, no século XX, nós podemos perceber na produção do(s) discurso(s) histórico(s): 1) uma problematização do sujeito produtor do

conhecimento (o sujeito deixa de ser visto como uma totalidade para ser pensado como resultado do processo de conhecimento; ele não é, portanto, a-histórico). 2) uma problematização do *fato histórico* (o objeto é uma construção ***histórica*** e emerge como fato ***histórico***). 3) um outro "encontro" com o passado que faz aflorar as ***experiências*** do sujeito e leva o historiador para o terreno da ***descrição densa*** (GEERTZ, 1989, p. 315), como a descrição de Walter Benjamin de sua infância berlinense, na qual o sabor, as sensações, as emoções, enfim, a experiência é o elemento que compõe a sua narrativa (BENJAMIN, 1985). Cremos poder dizer que o narrador da descrição densa é o *sábio* — no sentido fabricado por Nietzsche: "A palavra grega, que designa o '*sábio*', está etimologicamente ligada a ***sapio***, eu saboreio, ***sapiens***, aquele que saboreia, ***sisyphos***, o homem de gosto extremamente apurado; uma faculdade penetrante de saborear e de conhecer as coisas, uma aptidão notável de discernimento, constitui, então, segundo a consciência do povo, a arte genuína do filósofo" (NIETZSCHE, 1995, p. 30).

Para os estudos históricos de inspiração positivista, a história científica só seria alcançada por meio da neutralidade do historiador ante o real analisado, obtendo, assim, um reflexo fiel dos fatos do passado. É neste sentido que a famosa frase de Ranke de que era preciso contar os fatos como de fato eles aconteceram se postava como assertiva a ser seguida para uma garantia de objetividade, sinônimo, para os positivistas, de verdade histórica. Nesta linha historiográfica, predominante até o início do século XX, os fatos considerados importantes para serem narrados na construção da história eram os eventos políticos, administrativos, religiosos que estavam relacionados aos centros de poder das nações. A narrativa histórica parecia seguir um sujeito unificado, que eram os Estados Nacionais, e o trabalho do historiador era reconstituir detalhadamente o passado por meio de uma descrição que não problematizasse os fatos, mas os fizesse 'falar' por si mesmos.

Na contramão destas assertivas, a Escola dos Annales, também conhecida depois como *Nouvelle Histoire*, surgiu no final da década de 1920 propondo uma ruptura com esta história tradicional. A partir dos Annales a historiografia passou por mudanças que passariam a mexer com o conceito básico da disciplina: o tempo. Se os historiadores tradicionais pensavam o tempo histórico como linear, contínuo e progressivo, os historiadores dos Annales propunham uma compreensão de tempo que enfatizava o repetitivo, o cíclico e o que resistia a mudanças na vida das pessoas. Também o cotidiano e os mais diversos aspectos da vida humana passavam a fazer parte das preocupações destes historiadores, que lançavam diferentes parâmetros de abordagens para a disciplina e ampliavam a possibilidade de suas fontes, pois qualquer registro humano era passível de

ser analisado. Para estabelecer outros tipos de perguntas sobre o passado e selecionar novos objetos de estudo era necessário buscar novos tipos de fontes e até mesmo fazer releituras dos registros oficiais. Relatos orais, textos literários, evidências de imagens e informações estatísticas são apenas alguns exemplos de registros que passaram a ser considerados fontes de informação e expressão de uma cultura passíveis de serem analisados pelo historiador (BURKE, 1992).

A partir da perspectiva da Nova História Cultural, vertente historiográfica que seguiremos como um dos referenciais teóricos de nossa pesquisa, o *real* recebe múltiplos tratamentos e diferentes idéias do passado são construídas, provocando uma ruptura com o realismo predominante na historiografia desde o século XIX. Os gestos simbólicos, a criança, as formas de amar, o livro, as linguagens, a família tornam-se objetos de estudo para uma nova história cultural que incorpora o cotidiano em sua dimensão histórica. O que importa não é, por meio dos registros documentais, aproximar-se do real, como se fosse possível circunscrevê-lo, mas entender que este passa a ser configurado nos discursos e representações das experiências sociais. Desta maneira é possível refletir os significados simbólicos dos grupos sociais e retomar fontes outrora desprezadas para pensar a história. A aproximação do historiador com os aspectos culturais e simbólicos das sociedades fez alguns autores denominarem a atual discussão como decorrência de uma "virada cultural" nos rumos teóricos da historiografia. Esta denominação pode ter sido escolhida devido às aproximações desta historiografia cultural com a literatura, a antropologia e a hermenêutica.

A nova abordagem cultural da história promove também uma aproximação desta disciplina com a crítica literária, enfatizando a importância da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação da realidade histórica. Tudo que na modernidade era tido como *realidade histórica* nesta nova concepção passa a ser visto como um texto. Nesse sentido o acesso à existência das coisas materiais acontece por meio da linguagem e dos significados que são construídos em um sistema cultural (COSTA, 2003). A ênfase na cultura e na linguagem incorporada à pesquisa do historiador contribui para que o seu texto também seja compreendido como uma construção social (WHITE, 1992). Apesar de discordar da rigidez das categorias tropológicas de White podemos afirmar que suas idéias trouxeram novas perspectivas para o pensamento historiográfico.

Essa discussão também encaminhada por Dominick La Capra provocou um debate sobre as possíveis posturas metodológicas do historiador e ampliou o entendimento do que é a realidade histórica. Liberada das amarras da compreensão do contexto, definido

como uma realidade preexistente que a linguagem descreve com fidelidade, a nova historiografia pode (re)sensibilizar suas reflexões (LA CAPRA apud HUNT, 1992). Walter Benjamin já observara que a história que mostrava como as coisas tinham acontecido fora o mais poderoso narcótico do século XIX. Repudiando a famosa afirmação rankeana de que a tarefa do historiador era contar os fatos como realmente aconteceram, Skidelsky (apud BANN, 1994, p. 15) afirmou que a história é o estudo de textos, não de fatos. O conhecimento histórico é um conhecimento textual, mas o texto pode está inscrito nas imagens, nos sons, na arquitetura, na literatura... permeado nas significações simbólicas construídas nas práticas culturais.

Neste sentido, a literatura, o cinema, a fotografia tomam um outro rumo como possibilidade de análise para a nova historiografia. A importância dessa virada em relação às fontes pressupõe um outro entendimento do que é a *história* e o ofício do historiador. Não são apenas materiais e registros que multiplicam a possibilidade de análise do historiador. Essas mudanças estão presentes numa concepção teórica que possibilita ao historiador repensar a relação consciente/inconsciente, as formações simbólicas (sonhos, desejos, crenças coletivas...) e as experiências cotidianas (BEAUGÉ, 1998). A versão unidimensional do documento escrito de cunho oficial como garantia de uma similitude com o real idealizado como se fosse possível capturá-lo foi desarticulada, trazendo o real também como representação.

É importante novamente ressaltar as mudanças na concepção do ensino de história a partir de debates e reflexões implementados por profissionais da área, reunidos em instituições como a ANPUH e a SBPC, interferindo em reformas curriculares e sugerindo outras concepções de educação e ensino. Assim como a historiografia tem história, o ensino de história também tem história. É de se observar que os paradigmas historiográficos da Nova História, a partir dos anos 1980, passaram a fazer parte de algumas propostas curriculares de História, introduzindo temas, periodizações e metodologias diferenciadas (ZAMBONI, 2005, p. 45). Se a história era somente ensinada como se fosse quadros acabados representando cenas que os alunos tinham que contemplar, atualmente as correntes historiográficas que entendem a história como construção provocam mudanças no campo da História como conhecimento escolar.

Sabendo da relação e da especificidade dos saberes acadêmicos e saberes escolares, pensamos em atribuir novas possibilidades de experiência para articular a percepção, nos domínios escolares, de que a história não é apenas um estudo do passado. A história como estudo do passado é uma articulação discursiva elaborada há muito tempo

nas nossas salas de aula e está permeada por uma visão de história cujo modelo pode ser visto em construção no Brasil a partir do século XIX com o projeto de história nacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ernesta Zamboni observa que, desde que foi instituída como disciplina escolar até as últimas décadas do século XX, a História foi campo privilegiado da preservação de heróis e de uma memória nacional, interferindo profundamente na formação dos conceitos de nação e cidadania (ZAMBONI, 2005, p. 44).

Essas discussões atualizam e problematizam a própria concepção de história e de conhecimento, fornecendo suporte para a construção de outros olhares sobre o ensino de história, entendendo que as práticas escolares são práticas culturais, e colocando questões sobre as possibilidades de apropriação de novas linguagens no ensino desta disciplina. Novas abordagens, objetos e fontes estão sendo repensados no ensino de história. Assim, aparecem trabalhos que se põem afirmativamente na vertente da compreensão do ensino de história como possibilidade para "uma percepção o mais abrangente possível da condição humana, nas mais diferentes culturas e diante dos mais variados problemas" (RUIZ, 2004). Não é possível estabelecer generalizações, mas o ensino de história atualmente não se restringe à reprodução dos heróis e de uma memória nacional, entretanto, ainda trilha com dificuldade na abordagem da história por meio de eixos temáticos, do cotidiano de pessoas comuns e da reflexão presente na idéia de pós-modernidade. O estudo de novas linguagens, a partir do entendimento da Nova História Cultural, pode proporcionar uma concepção de ensino de história que deflagre a compreensão desta disciplina não apenas como estudo do passado em suas narrativas cronologicamente seqüenciadas e unificadas, mas como tentativa de compreender a complexidade do presente e a possibilidade de diferentes narrativas históricas, admitindo que o aluno/sujeito para o qual pensamos o ensino de história é plurifacetado e transita por diversos 'mundos' informacionais que não se restringem ao espaço escolar.

Dizer que a história é imaginação parece um contra-senso difícil de digerir. Podemos pensar, todavia, que esta prática é sugerida na própria sala de aula: o professor de história não se encontra em meio à hegemonia da cultura letrada, da escrita verbal. Esta pode representar ainda um ideal. A oralidade e a diversidade de códigos de comunicação e conhecimentos predominam entre professores e alunos. Mesmo em se tratando de sociedades urbanas modernas, acreditamos que diante deste universo diverso — às vezes adverso — e fragmentado não é possível pensar o mundo e organizar uma sociedade, criar e educar de uma mesma maneira. Hoje, com as novas tecnologias, conjecturamos se é

possível ter certeza de que os filhos de nossos filhos saberão ler e escrever como sabemos fazê-lo (SAMAIN, 1995).

Usemos, portanto, essas outras linguagens, essas novas tecnologias a nosso favor, considerando que tecnologia e imaginação não se excluem. O uso da imaginação no estudo e ensino de história implica na aproximação entre linguagens — verbais, visuais, sonoras, poéticas, gestuais —, em intertextualidade. Neste campo a sensibilidade é exercida. Com isso a história se modifica. Ela começa a se manifestar como formas distintas de pensar e organizar o mundo, de expressá-lo e de vivê-lo, porque a vida vivida é diversa. E estas formas não são excludentes, possibilitam formular algumas respostas e gerir novas e criativas perguntas sobre a história: vê-la e vivê-la no gerúndio. É dessa maneira que a pesquisa aqui esboçada se propõe estudar as possibilidades do ensino de história, contemplando a diversidade dos campos do saber, da estética e da ética. Portanto, a intenção é pensar no ensino de história como exercício de compreensão das construções culturais e das relações entre um 'nós' e um 'outro' por meio das narrativas construídas considerando a complexidade dos processos de subjetivação e fabricação de identidades no mundo contemporâneo.

Bibliografia:

BANN, Stephen. *As invenções da História*: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BEAUGÉ, Gilbert. A fotografia na Argentina do século XIX. In: SAMAIN, Etienne (org.). *O fotográfico*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

BENJAMIN, Walter. Infância Berlinense por volta de 1900. In *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989)*: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora UNESP,1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

COSTA, Marisa Vorraber. A pedagogia da cultura e as crianças e jovens das nossas escolas. *A Página da Educação*, Porto (Portugal), v. 12, n. 127, p. 34-35, out. 2003. Disponível em: <http:www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2703>. Acesso em: 25 nov. 2005.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1989.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

NIETZSCHE, F. *Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: _____. *Considerações extemporâneas*. São Paulo: Nova Cultural, 1995 [1874]. (Os Pensadores).

RUIZ, Rafael. Literatura: novas formas de abordar o ensino de história. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*: conceitos, práticas e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SAMAIN, Etienne. Questões heurísticas em torno do uso de imagens nas Ciências Sociais. In: PEDAGOGIA DA IMAGEM, IMAGEM NA PEDAGOGIA. *Anais...* Org. de Armando Martins de Barros. Niterói: UFF, 1995. p. 7-17.

_____ (org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998.

WHITE, Hayden. *Meta-História*: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.

ZAMBONI, Ernesta. Encontros nacionais de pesquisadores de história: perspectivas. In: ARIAS, José Miguel Neto (org.). *Dez anos de pesquisas em ensino de história*. Londrina: AtritoArt, 2005. p. 37-55.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A constituição de jovens leitores de literatura nos meios populares

Ana Paula Carneiro Renesto*

Resumo: Este projeto de dissertação insere-se no campo das discussões sobre leitura e objetiva elucidar questões referentes ao processo de formação de adolescentes leitores de literatura nos meios populares, da perspectiva da psicologia histórico-cultural. Por meio de entrevistas com adolescentes de 14 a 16 anos, pretende-se investigar quais experiências e interações com o texto escrito, com as práticas de leitura e com outros leitores são significativas para a constituição de sujeitos leitores de obras do cânone literário no portador livro.
Palavras-chave: Letramento literário – Psicologia histórico-cultural – Meios populares

Abstract: This study aims at clarifying questions about the process of constitution of adolescent readers of literature in the underprivileged classes, from the perspective of the historical-cultural psychology. By means for interviewing adolescents aged from 14to 16, we intend to investigate which experience and interactions with the written text, with reading practices and with other readers are meaningful for the constitution of readers of the literary tradition in the book support.
Key-words: Literary literacy – Historic-cultural psychology – Underprivileged classes

No livro *Se um viajante numa noite de inverno,* Ítalo Calvino tematiza a leitura, no que ele descreve como "um romance sobre o prazer de ler romances"[1]. Tal romance, gênero de leitura de fruição por excelência, está ele próprio dividido em dez outros romances de diferentes estilos, cada um dos quais é sistematicamente interrompido. O protagonista de *Se um viajante numa noite de inverno* é o Leitor, que sai em busca da continuação dos romances inacabados.

A despeito da frustração motivada por cada quebra do novo romance iniciado, assim como o Leitor personagem mantém-se em busca da continuação dos romances interrompidos, também o leitor real opta por não fechar o livro e prossegue lendo por horas a fio, sujeitando-se ao jogo imposto pelo autor, seduzido pelo prazer da leitura.

Acredito que essa sedução do livro, representada literariamente por Calvino, contribuiu, entre outros fatores, para que me tornasse uma leitora ávida, a despeito de ser aluna de uma escola pública em que não havia sala de leitura e moradora de um bairro sem

* Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1992; mestranda pela Faculdade de Educação da USP.
[1] Ítalo Calvino, "Il libro, i libri", Nuovi Qaderni Italiani, Buenos Aires, 1984, p. 19 apud *Se um viajante numa noite de inverno*, p. 266)

biblioteca.

Mais tarde, quando já atuava como professora da rede privada, angustiava-me perceber que aparentemente mesmo crianças e jovens de meios bastante escolarizados nem sempre desenvolviam o gosto pela leitura. Aprofundei assim meu interesse pelo estudo da formação de sujeitos leitores de literatura, ou leitura literária, aquela que Soares define – segundo a própria autora, de forma ampla e simples – como "a leitura que se faz por prazer, por opção, não por obrigação", a leitura gratuita, que se faz como lazer, e não com um objetivo pragmático de ler para instruir-se ou informar-se (2004).

Mas, afinal, o brasileiro de fato lê pouco, como acredita o senso comum? As pesquisas acadêmicas e as de mercado parecem indicar que sim (CORRÊA, 2003). Os números da produção livreira, em contraste com o tamanho da população, contribuem para essa impressão. Em pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha em data próxima à 14ª. Bienal Internacional do Livro em São Paulo, 57% dos brasileiros entrevistados afirmaram não ter lido nenhum livro por lazer ou cultura nos últimos doze meses anteriores à enquete[2].

Estaríamos então diante da chamada crise da leitura do impresso? Uma crise do impresso que não se restringiria ao Brasil? Que seria, ao contrário, universal? E que se deveria à difusão de outras mídias?

Na década de oitenta, a resposta era não, segundo autores como Roland Barthes e Antoine Compagnon, os quais não temiam que a leitura ou o número de leitores se reduzissem frente à disseminação da imagem pelos meios eletrônicos. Ao contrário. Para os autores, o status de leitor havia se aplicado sempre a uma elite. E, na medida em que aumentasse o número de alfabetizados, deveria crescer também o número de leitores. A percepção de que havia uma crise da leitura era, para Barthes e Campagnon, equivocada (1987).

Mais de uma década depois, Martyn Lyons e Ciana Leahy também defendem que a cultura da imprensa "está longe da extinção" face à disseminação dos meios

[2] Ainda segundo a mesma pesquisa do Datafolha, 33% dos entrevistados leram de 1 a 5 livros por lazer e cultura, 6% leram de 6 a 10 livros e apenas 4% leram mais de 10 livros. Quanto às leituras para a escola, os dados são mais negativos: 85% não leram nenhum livro; 10% leram de 6 a 10 livros e apenas 2% leram mais de 10 livros. Os números de leitura recomendadas pelo trabalho também não são elevados: 82% não leram nenhum livro; 13% leram de 1 a 5 livros; 3% leram de 6 a 10 livros e apenas 2% leram mais de 2 livros nos últimos doze meses. A média dos livros lidos ficou em 2,4 por lazer e cultura; 1 para a escola e 1,2 para o trabalho. Foram entrevistas 8.766 pessoas com idade superior a 16 anos, em 11 capitais do Brasil. Folha de S. Paulo, 11 de agosto de 1996, *apud* CORRÊA, T. H. "Adolescentes leitores: eles ainda existem" in Paiva, A. et al. (orgs) Literatura e Letramento: espaços, suportes e interfaces – o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica /CEALE/FaE/UFMG, 2005.

eletrônicos e que, ao contrário, "a revolução eletrônica pode auxiliar na criação de um público leitor vasto e mais crítico" (LYONS, LEAHY, 1999:19)

Além disso, ainda segundo Lyons e Leahy, o conceito de crise da leitura não pode ser aplicado a países menos letrados, já que o letramento deve ser visto em termos mundiais, e já que o número de analfabetos no mundo está de fato aumentando. Concordamos com os autores quando dizem que sociedades pouco letradas não passarão para os meios eletrônicos sem passar antes pelo estágio de letramento escrito e que "a luta pela alfabetização fundamental ainda tem muitas montanhas a escalar.*"* (1999: 21)

Seguramente há "muitas montanhas a escalar" no Brasil. Segundo a PNAD 2005[3], nosso país ainda apresenta, entre a população com 10 anos ou mais de idade, 15 milhões de analfabetos[4] e 38 milhões de analfabetos funcionais[5]. E, de acordo com a pesquisa INAF[6] 2005, apenas 26% da população brasileira adulta tem domínio pleno das habilidades de leitura e escrita[7].

Magda Soares aponta como condições para o desenvolvimento de práticas de leitura e escrita a "escolarização real e efetiva da população" e a disponibilidade de material de leitura para que os alfabetizados fiquem "imersos em um ambiente de letramento". Todavia, em suas próprias palavras, o que ocorre em países como o Brasil

> *"...é que se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhes são dadas as condições para ler e escrever: não há material impresso posto à disposição, não há livrarias, o preço dos livros e até dos jornais e revistas é inacessível, há um número muito pequeno de bibliotecas"* (SOARES,1998:58).

Regina Zilberman afirma que a literatura permanece "inatingível às camadas populares", mesmo que estas tenham tido acesso à educação e que o leitor é "alfabetizado e preparado para entender textos"...como querem os PCNs, e não para ler literatura (2003:265). Ainda segundo a autora, o livro é "o grande excluído do ensino", porque se se apresenta ao leitor, é sob a forma de livro didático, de súmula de trechos de textos, de fragmentos

---

[3] Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, realizada pelo IBGE em 2005 e publicada em 2006.
[4] 10,1% da população.
[5] Pessoas com 10 anos ou mais de idade e com menos de 4 anos de estudo.
[6] O IBGE considera analfabeta funcional a pessoa que declara ter menos de quatro anos completos de escolaridade. Já o INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional), instrumento desenvolvido pela parceria do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, permite verificar a existência de analfabetos funcionais que freqüentaram a escola por mais de 4 anos ou de alfabetizados funcionais que nunca foram à escola.
[7] Ainda de acordo com a pesquisa INAF 2005, 7% da população brasileira adulta não é alfabetizada, 30% é alfabetizada rudimentar e 38% é alfabetizada básica.

fragilmente costurados.

Ora, se "o nível de *letramento* de grupos sociais relaciona-se fundamentalmente com as suas condições sociais, culturais e econômicas" (SOARES, 1998:58), se há no Brasil uma "perversa relação entre a distribuição de renda no País e as condições de acesso à leitura", se a democratização da leitura depende de mudanças que ultrapassam o educacional e o cultural (SOARES, 2004), como se constituem alguns leitores em comunidades de nível socioeconômico desfavorecido? E se a literatura esteve, ao longo da história ocidental, e permanece hoje ainda "inatingível às camadas populares" (ZILBERMAN, 2003:265), como alguns sujeitos, para além de se tornarem leitores com objetivos pragmáticos (instruir-se ou informar-se), chegam a constituir-se leitores de literatura, que lêem não por obrigação, mas sim por prazer? E se "o livro é o grande excluído do ensino" (ZILBERMAN, 2003), como alguns sujeitos se tornam leitores do cânone literário no portador livro?

Um bom exemplo do quão intrigante é o tema do letramento literário nos meios populares é o caso do escritor Ferréz[8], morador do bairro Capão Redondo, na periferia de São Paulo, pai motorista e mãe empregada doméstica, o qual se constituiu leitor a despeito de suas dificuldades de acesso à leitura[9]. Ferréz relata que, mesmo quando ficou desempregado[10], vendeu camisa, vassoura, reformou bares e lixou paredes de apartamento, mas jamais deixou de ler as obras de seus autores preferidos, Drummond, Bandeira e Dostoievski.

Em 2000, Ferreira elaborou um catálogo de dissertações de mestrado e teses de doutorado no campo da leitura, escritas entre 1965 e 2000. Vários dos estudos elencados evidenciam que a escola ainda não consegue estimular uma boa aprendizagem de leitura, sendo a família indicada como o contexto em que as experiências mais favoráveis e significativas se dão. Casos como o de Ferréz não foram suficientemente pesquisados pelos trabalhos sobre leitura realizados até o momento: se a maior parte das famílias brasileiras possuem baixo grau de escolarização e não estão imersas em ambientes que propiciem o letramento literário, como algumas crianças, a exemplo de Ferréz, constituem-se não apenas leitores, mas também leitores de literatura?

[8] Em 1997, Ferréz publicou seu primeiro livro, Fortaleza da Desilusão. Em 2000, lançou Capão Pecado (Objetiva, 2005). É também autor de Manual Prático do Ódio (Objetiva, 2003), Amanhecer Esmeralda (Objetiva, 2005) e Ninguém é Inocente em São Paulo (Objetiva, 2006). Escreve uma coluna na revista Caros Amigos. É criador do projeto e editor-chefe da revista Literatura Marginal, a qual recebeu o Prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) de Melhor Projeto de Literatura de 2001.Fonte: Itaú Cultural. Recuperado em 15 dez. 2006: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/ poesia/index.cfm); Editora Objetiva. Recuperado em 15 dez. 2006: http://www.objetiva.com.br/objetiva /cs/?q=node/81)

[9] Cabe aqui insistir que não é nossa questão a qualidade ou não da escrita de Ferrez, e sim o fato de ele ter sido um adolescente dos meios populares que se constituiu leitor do cânone literário.

[10] Antes de se dedicar exclusivamente à escrita, Ferréz trabalhou como balconista de bar e padaria (dos 12 aos 16 anos), e auxiliar-geral e arquivista.

Nosso estudo se realizará da perspectiva da psicologia histórico-cultural, de acordo com a qual as características singulares do indivíduo estão relacionadas à apropriação *ativa* do legado de seu grupo cultural. Sua subjetividade não resulta de fatores isolados, mas das múltiplas influências que recebe, as quais não são assimiladas pelo indivíduo de modo passivo. Ele se constitui via inúmeras interações sociais, recebendo informações e influências de diferentes mediadores que compõem sua família, grupo escolar, os meios de comunicação e os instrumentos culturais.

Esse jogo fica mais claro fazendo-se referência à perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações*[11], perspectiva segundo a qual "o desenvolvimento humano se dá dentro de processos complexos", pois está imerso numa malha de *elementos de natureza semiótica* que se inter-relacionam dialeticamente. A circunscrição dos percursos possíveis depende da variabilidade dos significados que emergem, face à articulação dos elementos ligados às pessoas em interação dentro de um determinado contexto. Essa articulação é percebida como algo que se altera continuamente, compondo novos arranjos e novos percursos potenciais. Sendo assim, a concepção de desenvolvimento da *Rede de Significações* "distancia-se de visões lineares, pontuais e causais e aproxima-se daquelas concepções que reconhecem as diferentes interconexões e associações entre os elementos" (ROSSETI-FERREIRA, AMORIM E SILVA, 2004).

Outro de nossos referenciais teóricos será o sociólogo francês Bernard Charlot, que defende a necessidade de estudar as singularidades das histórias escolares e o significado que a relação com o saber tem para o aluno, caminhando na vertente oposta à das teorias da reprodução.

Também fugindo às explicações deterministas, o sociólogo francês Bernard Lahire realizou uma interessante pesquisa intitulada *O sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável.* O autor investigou como famílias aparentemente desprovidas do capital cultural valorizado pela escola engendram crianças que têm os melhores desempenhos na escola. Concluiu que só é possível compreender os resultados escolares quando se reconstrói a rede de interdependências familiares por meio das quais se possibilita que a criança atenda às exigências escolares.

Ao descrever as configurações familiares, Lahire considerou cinco temas: as formas familiares da cultura escrita; as condições e disposições econômicas; a ordem moral doméstica; as formas de autoridade familiar e as formas familiares de investimento

[11] Os principais pilares teóricos dessa perspectiva acham-se nos autores sócio-históricos ou histórico-culturais, tais como Vygotsky (1991, 1993), Wallon (1986), Valsiner (1987, 1997) e Bakhtin (1981, 1997, 1999), além de outros autores da Psicologia do Desenvolvimento e da Psicologia Social, entre os quais Bruner (1997).

pedagógico. Quanto às formas familiares da cultura escrita, o sociólogo concluiu que o essencial não era haver ou não materiais de leitura ou pessoas com maior escolarização, mas práticas efetivas de leitura e escrita, e sua natureza positiva ou negativa. O mais relevante era o fato de a criança presenciar ou não atos de leitura (por exemplo, um adulto lendo o jornal) e de tal criança associá-los com prazer (como, por exemplo, o prazer proporcionado pela leitura de histórias por um mediador mais velho para as crianças).

Na obra *Memórias da Escola: cultura escolar e constituição de singularidades*, Teresa Rego discute o impacto da escola na constituição do sujeito, investigando as mediações com o sujeito no contexto familiar e no ambiente escolar, e sua influência sobre a constituição da singularidade do sujeito.

Recorreremos ainda aos autores que estudam o *letramento literário*. De modo geral, a leitura veio sendo tratada como um fenômeno cognitivo. Mais recentemente, passou a ser vista também como um fato histórico-cultural, ou seja, procura-se agora analisar o contexto histórico em que as obras foram produzidas. Em ambas as perspectivas, a materialidade do texto e da leitura ou não são consideradas ou são relegadas a segundo plano. Assim, "a singularidade dos sujeitos e das situações... não ocupa o centro da cena, dificultando-nos uma caracterização minimamente satisfatória da leitura como experiência subjetiva". Porém, pensando a leitura na perspectiva do letramento, as idiossincrasias dos sujeitos, a particularidade das situações e a materialidade dos textos podem ocupar o centro das atenções. O conceito de *letramento literário* possibilita perceber melhor a trajetória do leitor de literatura em formação (RANGEL, 2003: 129-130).

Os autores acima nos ajudarão a compreender as razões da improvável formação de leitores nos meios populares. Que interdependência de relações nos contextos familiar, escolar e em outras agências socializadoras (como bibliotecas públicas, clube de livros, igrejas, grupos de pares etc) engendra leitores de literatura a despeito dos "obstáculos às possibilidades de leitura e impedimentos do direito de leitura" (SOARES, 2004) no Brasil, em especial nas camadas populares?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, R. e COMPAGNON, A. Leitura, in **Enciclopédia Einaudi v. 11 (Oral/Escrito)** (trad. T. Coelho) Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

CALVINO, I. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHARLOT, B. (org.) **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CORREA, H. T. Adolescentes leitores: eles ainda existem. In: PAIVA, A. et al. (Orgs) **Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro**. 1ª. ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica / CEALE / FaE / UFMg, 2005.

FERREIRA, N. S. A. **A pesquisa sobre leitura no Brasil: 1980 – 2000 – Catálogo analítico de dissertações de mestrado e teses de doutorado.** Campinas: FAEP, UNICAMP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores 2005**. Recuperado em 10 jan. 2007. http//: www.ibge.gov.br/home/estatistica/ populacao/trabalhoerendimento/pnad2005.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, AÇÃO EDUCATIVA, IBOPE. Indicador nacional de alfabetismo funcional 2005. Recuperado em 16 jan. 2007. http//: www.ipm.org.br

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997

LYONS, M. e LEAHY, C. **A palavra impressa** *(*trad. C. Leahy). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

RANGEL, E. O. Letramento literário e livro didático de língua portuguesa: "Os amores difíceis". In: PAIVA, A. et al. (Orgs) **Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro**. 1ª. ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica / CEALE / FaE / UFMg, 2005.

REGO,T.C. **Memórias de escola: Cultura escolar e a constituição de singularidades**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROSSETI-FERREIRA, M. C. e ali (Orgs.) **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano.** São Paulo: Artmed Editora, 2004.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. *Belo Horizonte: Autêntica, 1998.*.

_____ . Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, A. et al. (Orgs) **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas.** Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

ZILBERMAN, R. Letramento literário: não ao texto, sim ao livro. In: PAIVA, A. et al. (Orgs) **Literatura e letramento: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro**. 1ª. ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica / CEALE / FaE / UFMg, 2005.

Saúde e desenvolvimento: a educação sanitária como instrumento do progresso.

José Leandro R. Cardoso[1]

A conjuntura nacional e internacional no pós Segunda Guerra Mundial favoreceu o surgimento de novas formas de intervenção em saúde pública. Entre os fatores responsáveis por essa mudança podem ser citados: o intenso desenvolvimento cientifico e tecnológico, associado aos esforços de guerra; a produção de novas drogas, como a penicilina, e inseticidas, como o DDT; o surgimento de novas epidemias; a configuração de um novo cenário internacional com a polarização ideológica; a consolidação de organismos internacionais multilaterais, como a Organização Mundial da Saúde; a intensificação de acordos de cooperação, promovidos pelos Estados Unidos da América, sob a bandeira do desenvolvimento econômico, através do programa Ponto IV.

No Brasil, nos anos de 1950, as ações governamentais de promoção de saúde e de bem estar da população, sobretudo no meio rural, foram assumidas como estratégias nacionais de construção do Estado, acompanhando as diretrizes internacionais do pós Segunda Guerra Mundial. O estreitamento entre saúde e desenvolvimento se deu, de maneira emblemática, pela atuação do Serviço Especial de Saúde Pública, que iniciou suas atividades em 1942, em decorrência de acordo firmado entre o governo brasileiro e o Instituto de Assuntos Inter-Americanos (IAIA), agência criada pelo governo dos Estados Unidos da América para a promoção da assistência técnica com os países da América Latina. Funcionando como uma agência especial voltada para os esforços de guerra, na manutenção de tropas norte-americanas no Brasil, na extração da borracha, no Vale Amazônico, e de minérios, no Vale do Rio Doce, o SESP sobreviveu ao fim da Segunda Guerra Mundial, se afirmando como agência responsável por garantir o saneamento necessário ao desenvolvimento das áreas rurais, favorecendo a penetração do poder público nacional pelo interior do país[2]. No inicio dos anos de 1950, em sua nova fase de atuação – após um período de indefinições quanto ao seu papel em tempos de paz, com intensos debates políticos no congresso norte americano e assinaturas de acordos de curta duração (ver Campos, 2006) –, o SESP amplia sua área de

[1] Mestre em história social, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Historia das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, financiado pela bolsa de doutorado do CNPq e orientado pela Dra Nísia Trindade Lima.

[2] Na segunda metade dos anos de 1940, a proporção de recursos do governo brasileiro para o SESP já era maior que a do governo dos EUA, indicando o empenho do governo brasileiro na manutenção do serviço.

atuação técnica e seus limites geográficos, estabelecendo acordos de cooperação com diversos estados e municípios, através dos seus programas regionais.

O SESP atuou em diversas áreas, entre elas: engenharia sanitária, administração hospitalar, assistência medica e educação sanitária. Dessas áreas, destaca-se a educação sanitária como promotora da formação de pessoal e da divulgação de conhecimento, perpassando todas as demais áreas. A educação sanitária, mais do que formar e informar, refletia o modelo de saúde pública a ser implementado, definindo o caráter da atuação do SESP no desenvolvimento econômico das diferentes regiões onde atuou. A partir da análise dos textos publicados pelo boletim do SESP, a educação sanitária figura como elemento de integração entre as unidades de saúde e a população, ao formar a consciência sanitária na população. Esse discurso permeia boa parte das informações sobre as atividades o SESP, publicadas no boletim, indicando que a educação sanitária seria responsável por consolidar o trabalho do SESP, formando quadros para a saúde pública.

Saúde e desenvolvimento: A agenda internacional.

O debate em torno da agenda internacional da saúde tem estimulado uma serie de questões sobre o processo de construção de instituições internacionais e do desenvolvimento de economias locais e nacionais, particularmente no período pós Segunda Guerra Mundial. Algumas importantes contribuições teóricas sobre essas questões apontam para o fato de que a consolidação dos instrumentos de promoção da saúde, em diversas partes do mundo, guarda estreitas ligações com os esforços de guerra e com problemas de ordem econômica. Se tomarmos como ponto de partida um breve histórico da formação das organizações internacionais da área de saúde, podemos perceber alguns desses traços característicos. As diversas organizações governamentais, intergovernamentais e não governamentais criadas entre o fim do século XIX e meados do século XX, refletem o processo de construção das agendas de saúde internacional no período.

Parte das análises teóricas sobre o tema, se debruça sobre os fatores de inter-relação e interdependência entre a agenda internacional de saúde e as políticas e posicionamentos nacionais, bem como as realidades locais. As intervenções das organizações internacionais em diversas partes do mundo revelam as dificuldades e resistências nessas atuações e a necessidade de negociações e de adaptação dos programas aos costumes, culturas e tradições locais.

No período pós Segunda Guerra Mundial, essas questões se complexificam com os novos elementos da política internacional. Entre os elementos que compõem esse cenário,

destacam-se os debates sobre crescimento populacional, pobreza e desenvolvimento econômico; consolidação de agencias e acordos de cooperação internacionais e intergovernamentais; desenvolvimento cientifico e tecnológico como base do "otimismo sanitário"; e a configuração da polarização mundial com o início da Guerra Fria.

As novas diretrizes da política internacional do pós Segunda Guerra Mundial tiveram como produto o fortalecimento de fundações e organismos internacionais[3], como a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em particular da Organização Mundial de saúde (OMS), e a atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford, entre outras. As ações das Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGIs) e das Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIGs)[4] tiveram um papel fundamental na estabilidade do sistema internacional e na promoção de políticas de saúde e desenvolvimento em diversos paises do chamado Terceiro Mundo. (ver Escobar , 1998).

A cooperação internacional: acordos bilaterais Brasil-EUA

Após a Segunda Guerra Mundial os acordos de cooperação, que já vinham sendo firmados através da política de boa vizinhança dos EUA nas Américas, foram intensificados na nova conjuntura política internacional. Com o objetivo de discutir a influência da agenda internacional de desenvolvimento e combate às doenças nas políticas e ações de saúde publica no Brasil durante os anos de 1950, tomamos como base as atividades do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, a necessidade de produção de borracha em larga escala, devido ao domínio japonês nas áreas produtoras da Ásia, e da chamada defesa hemisférica contra os ataques alemãs, principalmente na costa brasileira, por sua posição geográfica estratégica, levou os EUA a firmarem um acordo de cooperação com o Brasil para garantir a utilização de bases militares em território brasileiro e condições sanitárias para a permanência das tropas norte-americanas, bem como fomentar a produção de borracha em território amazônico. As negociações diplomáticas entre os dois países deram origem a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), em 1942.

---

[3] Após a Segunda Guerra Mundial, com o colapso da Liga das Nações e de seu comitê de saúde, abriu-se o espaço para a criação de varias organizações de saúde efêmeras, como a UNRRA, mas foi com a criação da Organização Mundial de Saúde (OMS) que se teve um organismo reconhecidamente mundial. A OMS, estabelecida no Palácio das Nações, em Genebra, atuava de forma independente da ONU e trabalhava em cooperação com o UNICEF.

[4] Sobre a historia das organizações internacionais ver Herz, M. e Hoffman, A. Organizações internacionais: historia e praticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

O SESP funcionou como uma agência de coordenação de ações de saúde publica, inicialmente pautadas pelos esforços de guerra. Entre suas atribuições estava a formação de agentes de saúde, a construção de unidades de saúde, intervenções de engenharia sanitária (diques, aterros, tratamento de água e esgoto), atividades de educação sanitária e combate às doenças endêmicas – identificadas no entorno das bases militares do nordeste, nas áreas de produção de borracha na Amazônia e de minerais estratégicos no Vale do Rio Doce – que pudessem prejudicar a permanência de trabalhadores. Conforme relatório da Comissão Mista de Inquérito Sanitário[5], a malaria era o principal foco das ações do SESP entre 1942 e 1945 e apesar das preocupações militares na atuação do SESP, as bases do acordo refletem a multiplicidade de interesses envolvidos no desenvolvimento daquele projeto de cooperação. Dessa forma, a cooperação firmada no acordo de criação do SESP contemplava os interesses do Estado brasileiro, particularmente do governo Vargas, no desenvolvimento das áreas rurais do país, bem como os interesses norte-americanos nos esforços de guerra e, ao mesmo tempo, garantiam um bom relacionamento com os vizinhos nas Américas.

Os múltiplos interesses envolvidos na criação do SESP deram a tônica das suas atividades, integrando as técnicas de administração sanitária norte-americanas a realidade brasileira, as quais estabeleceram diálogo com a tradição médico-sanitária desenvolvida no Brasil nas primeiras décadas do século XX e com as culturas e hábitos locais. Apesar do seu caráter especial para uma situação de guerra, os interesses econômicos e políticos do Estado brasileiro a da política externa norte-americana garantiram a renovação do acordo de cooperação do SESP e sua sobrevivência após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Os acordos de cooperação, firmados no pós Segunda Guerra Mundial, foram marcados pela agenda internacional de saúde e desenvolvimento. A criação de organismos internacionais capazes de garantir a governança global e a bandeira do desenvolvimento econômico sinalizavam o caminho para a estabilidade do sistema mundial, sob a liderança dos EUA (Herz, 2004 e Campos, 1997). A experiência com o SESP serviu de modelo para a implementação da política de cooperação internacional desenvolvida pelos EUA em outros paises do terceiro mundo, tendo como foco a melhoria das condições sanitárias, o desenvolvimento econômico e o controle do crescimento populacional. Estes três fatores integravam a agenda de discussões e a atuação das OIGs e ONGIs nos paises subdesenvolvidos naquele período.

[5] A Comissão Mista de Inquérito Sanitário reunia médicos militares brasileiros e norte-americanos para a realização de um levantamento sobre as condições nosológicas do Nordeste brasileiro, como parte do Acordo de Planejamento conjunto Brasileiro-Americano, firmado em 1941.

A partir dessa afirmação podemos perceber como um serviço especial, inicialmente pensado e acordado para um cenário de guerra, tornou-se uma das principais agências de administração sanitária daquele período, como na afirmação do diretor da U.S. Operations Missions in Brazil, "larger in fact than the U.N. World Health Organization".(citado por Campos, 1997). Os diálogos estabelecidos na reorientação e construção de uma estrutura sanitária brasileira, afinada com as perspectivas e os projetos de desenvolvimento nacional, indicam que analises sobre o período não podem abrir mão de entender o significado que a idéia de desenvolvimento assumiu em cada realidade local. O ponto IV, embora tenha sido importante na orientação da agenda internacional de desenvolvimento e na construção de estruturas de administração sanitária, não funcionou como "via de mão única".

Com o redirecionamento no perfil do SESP, após o fim da Segunda Guerra Mundial, suas atividades se voltaram para a nova conjuntura que se esboçava na segunda metade dos anos de 1940. Naquele cenário, a bandeira do desenvolvimento despontava como propulsora de uma nova política internacional, tendo na cooperação seu principal foco. Afinado com as diretrizes da política externa dos EUA, definidas pelos primeiros passos da guerra fria, o SESP foi mantido e suas funções redirecionadas. A agência passou a ocupar o espaço vago das ações do estado, servindo como mecanismo de penetração do poder público no interior do país. Segundo Campos, o SESP serviu tanto aos interesses da estratégia internacional dos EUA, de combate ao comunismo, como foi apropriada aos planos de construção do estado nacional na era Vargas.

O SESP e a educação sanitária.

Este trabalho pretende concentrar esforços no entendimento dos discursos e das atividades de educação sanitária promovidas, principalmente, durante o segundo governo Vargas e o governo JK, tendo como fontes os Boletins do SESP[6] e demais publicações do

[6] Os boletins do SESP eram publicados com periodicidade mensal. Entre os temas tratados nas notas e reportagens do boletim, destacam-se: biografias; reprodução de discursos; informações sobre doenças e instituições, nacionais e internacionais; campanhas e projetos; cooperações nacionais, regionais e internacionais; atividades de educação sanitária; eventos, cursos e publicações; relatos de experiências regionais; comemorações; pesquisas sobre população e medicina; abastecimento de água; saneamento do meio ambiente e engenharia sanitária; congressos e seminários acadêmicos; informes políticos; notas de posse e de falecimento; reuniões e encontros; e visitas de técnicos estrangeiros e personalidades políticas. Trazia, anexo, um relatório periódico de atividades, dando conta das ações implementadas através de resumos. O boletim tinha em media oito paginas até 1953, quando foi implementada uma reforma editorial e passou a publicar quatro páginas, além de reproduzir mais ilustrações e fotografias. O boletim também passou a ter duas seções temáticas: *Panorama Sanitário* – com pequenas notas sobre novidades cientificas em tratamento de doenças – e *O SESP contado a si mesmo* – relatos, por vezes anedóticos, sobre experiências vividas nas unidades do SESP. As duas seções foram publicadas apenas em 1954.

período sobre o tema[7], além dos anais de eventos nos quais a educação sanitária foi foco de discussão. Estudos anteriores apontam para uma consolidação do SESP nos anos de 1950, cujo foco esteve voltado para as questões ligadas ao abastecimento de água, o saneamento do meio ambiente, a assistência medica e as atividades de educação sanitária, colocadas como responsabilidade de todos os técnicos e profissionais de saúde ligados ao serviço. O destaque à educação sanitária se deve ao fato de ter sido encarada como uma das prioridades do SESP, tanto no que se refere ao treinamento de pessoal, como na organização de comunidades – sobretudo na instrução e integração das chamadas curiosas e na orientação de cuidados de higiene e alimentação.

A divisão de educação sanitária do SESP – conforme relatórios anuais de atividades publicados junto ao boletim do SESP – desenvolvia diversas atividades, entre elas: cursos de treinamento para educadores e visitadoras sanitárias, através da seção de treinamento; cursos para gestantes, curiosas e mães; palestras, projeções de filmes educativos e entrevistas nos postos e domicílios; desenvolvimento de projetos nos clubes de saúde; projetos de educação de comunidade; preparo de material educativo, tais como: filmes, documentários educativos, exposições e folhetos sobre temas diversos.

Nos programas de saúde pública implementados pelo SESP, formar a consciência sanitária era um dos objetivos prioritários para o sucesso de sua intervenção. Sob a óptica do desenvolvimento comunitário, levar conhecimentos básicos de higiene e prevenção de doenças a cada domicílio tornava-se imprescindível, ainda mais nas localidades onde outras formas de transmissão de conhecimento, como a escola, eram escassas. Nesse universo de atuação, o papel das visitadoras sanitárias – em geral formadas em cursos oferecidos pelo próprio SESP e subordinadas a enfermeiras diplomadas – era fundamental no sentido de garantir um elo de ligação entre o centro ou unidade de saúde e a população. Ao menos assim eram identificadas suas funções teoricamente. A experiência de sua atuação prática, evidenciada nos estudos e nos relatos da época (ver Fontenelle, 1959), devem ser colocados como objeto de analise crítica.

Segundo o professor José Arthur Rios, em entrevista cedida a pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz[8], e informações publicadas nos boletins do SESP, os cursos de

[7] Foram identificadas algumas publicações da Divisão de Orientação Técnica (DOT) e da Seção de Educação Sanitária, entre elas: "Processo de grupo" (manual de 1956), "Avaliação do material de educação sanitária" (1957), "Manual de dietética" (1955), "as ciências sociais aplicadas à saúde pública" (1957). Alem de diversos outros folhetos e livros publicados pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, como *Educação dos Grupos,* do sociólogo José Arthur Rios.

[8] As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2006, por Nísia Trindade Lima, Marcos Chor Maio e José Leandro Cardoso.

treinamento eram oferecidos nas unidades sanitárias dos programas regionais com duração de quatro a nove meses. O professor Rios, junto com o professor Brito Bastos, ministrava palestras em diversas unidades onde eram oferecidos cursos de treinamento de instrutores. Esses cursos tinham duração de quatro meses e eram voltados a formação de profissionais – médicos, engenheiros, e enfermeiros – que, com uma orientação pedagógica básica, seriam responsáveis pela formação de visitadoras sanitárias, auxiliares hospitalares, e auxiliares de saneamento. Em um período chamado de preparatório, eram oferecidas noções básicas de biologia, introdução à sociologia, introdução à psicologia, princípios básicos de estatística e técnica de estudo. Em um segundo período, dito inicial, tinha como disciplinas os fundamentos científicos da educação – biologia educacional, psicologia, sociologia, estatística aplicada à educação, administração escolar em saúde publica, didática e prática de ensino –, noções de história e filosofia da educação e introdução a ciência da educação. Esses educadores, após estágios monitorados, eram distribuídos nas unidades sanitárias. Alem desses cursos, eram oferecidos também cursos de educação sanitária para professores de escolas municipais, cursos de aperfeiçoamento e administração em hospitais e laboratórios, formação de higienistas dentários, bem como bolsas de estudo em escolas de enfermagem e de saúde pública, no Brasil e nos EUA, para as quais eram enviados engenheiros, médicos, dentistas, enfermeiras e auxiliares de enfermagem. A divisão de educação sanitária mantinha, ainda, um convênio com o Departamento Nacional de Educação para a promoção do curso de educação sanitária, compondo as atividades da CNER, ministrado pelo prof. Brito Bastos.

Durante os anos de 1950, a divisão de educação sanitária do SESP passou a contar com a colaboração da divisão de pesquisas sociais, de responsabilidade do prof, José Arthur Rios, tendo Carlos Medina e Luiz Fernando Fontenelle como colaboradores. Registra-se também, no período, a constante presença de consultores em educação sanitária do IAIA, entre eles: Miss Mary Jo Kraft, Dr. Jerry Grossman, Miss Evelyn Rahn e Miss Ida Bronette. No intuito de reunir esse corpo especializado, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo promoveu um Seminário de Educação Sanitária, em 1955. No painel sobre "organização de comunidade e trabalho de equipe em saúde pública", participaram o prof. Carlos Medina (levantamento de área), o prof. Brito Bastos e Ruth Marcondes (experiências de organização de comunidades), o prof. José Arthur Rios (treinamento de pessoal) e o prof. Rodolfo Mascarenhas (administração). Um outro seminário foi realizado pelo próprio SESP em 1956. Entre abril e maio de 1957, foi realizado foi

primeiro Seminário Latino Americano de Educação Sanitária, no Peru, realizado pelo IAIA e pela OMS.

Através da educação sanitária, o SESP introduzia em suas ações os conceitos e métodos das ciências humanas – particularmente da sociologia, da antropologia, da pedagogia e da psicologia –, formava profissionais qualificados e inseridos no seu modelo de administração, bem como levava as populações rurais, através de seus agentes, noções de comunidade, cooperação, higiene e prevenção de doenças. Dessa maneira, construiu uma cultura sanitária nas localidades nas quais atuava, incluindo a população rural no projeto de desenvolvimento nacional e nas diretrizes internacionais de saúde e desenvolvimento implementados no pós Segunda Guerra Mundial.

Conclusão

As atividades de educação sanitária, durante os anos de 1950, estavam afinadas não apenas com os objetivos do SESP e do IAIA, mas, sobretudo, com a política de expansão a autoridade estatal no Brasil. Assim como exposto pelo prof. Campos, o SESP refletia as novas orientações da política externa norte-americana associadas aos planos de fortalecimento do Estado brasileiro, aliando saúde e desenvolvimento. O otimismo sanitário do pós Segunda Guerra Mundial e as perspectivas otimistas com o futuro do país, expressas nos meios de comunicação, compunham o horizonte das principais ações públicas realizadas no interior do Brasil, um pais predominantemente rural àquela época. Segundo o prof. Rios, as atividades da Campanha Nacional de Educação Rural foram orientadas pelo discurso de posse do segundo governo Vargas, que identificava na população rural o novo foco das suas políticas. A CNER foi implementada, tendo a educação sanitária como um dos seus principais objetivos.

Na historiografia, o SESP tem sido foco de estudos ainda incipientes. A primeira abordagem histórica mais consistente sobre o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), foi impressa no livro *As políticas internacionais de saúde publica na era Vargas*, revelando a imensa contribuição dessa agência para a institucionalização da saúde publica, bem como para o desenvolvimento de redes de unidades de saúde nos meios rurais. A riqueza de abordagens possíveis, expostas a partir dessa fonte, torna o SESP um tema imprescindível na construção da história da saúde publica no Brasil, particularmente no que se refere às suas áreas de atuação: engenharia sanitária, administração hospitalar, organização de comunidades e educação sanitária.

Referências bibliográficas:

- Campos, A. L. V. *International Health Policies in Brazil*: The Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960, 1997. Tese de doutorado, Austin: The University of Texas at Austin.
- Campos, André L.V. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas*: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- Donaldson, Peter J. "On the origins of the United States Government's international population policy". *Population Studies* 44, 3 (1990): 385-399.
- Escobar, Arturo. *La Invención del Tercer Mundo*. Bogotá, Norma Editorial, 1998.
- Fontenelle, L.F.R. *Aimorés*: análise antropológica de um programa de saúde. Rio de Janeiro: DASP, 1959.
- Herz, M. e Hoffman, A. *Organizações internacionais*: historia e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- Lima, Nísia Trindade. "O Brasil e a organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões". In: Finkelman, Jacobo (org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- Lima, Nísia Trindade (org.). *Uma escola para a saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- Myrdal, Gunnar. "Economics Aspects of Health". Who Cronicle 6:204, 1952.
- Rios, Jose Arthur. *A educação dos grupos*. Rio de Janeiro: SNES, 1954.
- Rios, Jose Arthur. "A CNER: uma experiência em administração pública". *Revista do Serviço Público*, mai. 1956, pp. 299-319.
- Seminário de Educação Sanitária. Rio de Janeiro: SESP, 1956.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ultrapassando as fronteiras do Colégio Estadual do Paraná: Uma análise sobre as ações educativas das Atividades Paraescolares

Suderli Oliveira Lima[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho foi o de verificar as ações educativas das Atividades Paraescolares do Colégio Estadual do Paraná (CEP), no ano de 1970. Para isso foram analisados alguns documentos da própria Instituição de Ensino, e após análise dos mesmos foi possível observar que as atividades paraescolares possuíam tanto um cunho pedagógico, principalmente no que se referia a complementar a ação educativa das disciplinas obrigatórias, como também incentivava as aptidões vocacionais e a procura por uma atividade profissional futura. Sendo assim neste trabalho foram desenvolvidos alguns pontos referentes às relações e interdependência entre educação, desenvolvimento econômico e as ações educativas das atividades paraescolares no âmbito institucional do Colégio Estadual do Paraná.
Palavras-chaves: Atividades Paraescolares; Ações Educativas; História da Educação.

Abstract: The aim of this paper was to verify the educational actions of Parascholastic Activities by Colégio Estadual do Paraná (CEP), in 1970. For this, was analyzed some documents to this Instructional Institution, and, after this analyze, was possible observe that the Parascholastic Activities had a pedagogical stamp, specially in relation to complement the educational action of compulsory subjects, as well as to motivate the vocational abilities and the search for a future professional activity. This being the case, in this article was developed some points relative to relations and interdependency between education, economic developing, and the educational actions by Parascholastic Activities in the Colégio Estadual do Paraná.
Key-words: Parascholastic Activities, educational actions, History of Education.

Colégio Estadual do Paraná e Atividades Paraescolares: Delineando um lugar e objeto de pesquisa.

O Colégio Estadual do Paraná é um lugar de pesquisa privilegiado, não só pela sua estrutura tanto organizacional quanto física, mas pelo que representava, e se me permitam, ainda representa na sociedade Paranaense. Criado em março de 1846 pela Lei nº 33, teve várias denominações nominais como Liceu de Curitiba, Liceu Paranaense, Instituto

[1] Professora, graduada em História e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná na Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação.

Paranaense, Ginásio Paranaense e Colégio Estadual do Paraná, respectivamente (SILVA, 2006), cada nominação e período de duração com suas particularidades e suas significações[2].

E minhas inquietações com as Atividades Paraescolares (AP) começaram justamente nas muitas idas e vindas ao arquivo do CEP, no período em que estava verificando as fontes com quais iria trabalhar na dissertação de Mestrado[3]. Chamou-me atenção uma pasta de relatório com aproximadamente 752 páginas do ano de 1970, devidamente organizada, protocolada e assinada por um coordenador, ou seja, era uma das muitas atividades extracurriculares que existia no CEP, contudo com uma grande diferença. Ela possuía um viés distinto de outras atividades como a Banda Rítmica, a Escola de Arte, o Coral, o Teatro entre muitas outras, que eram fornecidas aos alunos daquela instituição de ensino a partir de um eixo mais cultural.

Observamos nos relatórios das AP, quais eram sistematicamente bem ordenadas, possuía um cunho extremamente burocrático e tecnocrático, o que nos fez lembrar que o período da Ditadura e os anos após 1968 foram os momentos auge da autoridade ditatorial pelo que o país estava passando, mas também que indicava a estrutura física do CEP e sua necessidade de organização.

Ao começarmos olhar para aquelas fontes, encontramos a pessoa do coordenador. Era Amílcar W. Silva, que foi professor de física, matemática e de desenho pelo colégio Iguassu, foi ex-professor da faculdade de Claretianos e também participava de muitos trabalhos fora da CEP, ou seja, ele era palestrante e seminarista em alguns congressos e seminários de física e também era catedrático em Cálculo Integral (RELATÓRIO DAS AP, 1970, s/p). Estas composições em seu currículo estavam registradas na primeira folha dos relatórios, e nos fez pensar como e porque este professor estava coordenando as AP, visto que no início de nossa análise para escrever este trabalho, pensávamos que um coordenador deste tipo de atividades podia ser um pedagogo, contudo entendemos que todas as vantagens de seu currículo e sua interdependência nas relações que ele possuía junto a diversos órgãos, como os museus, indústrias, faculdades e planetários; assim como a relação que mantinha com os dirigentes destes lugares, colaboraram muito para o desenvolvimento no decorrer dos anos das AP.

---

[2] Para saber mais sobre a história do Colégio Estadual do Paraná ver: STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Coritiba ao Colégio Estadual do Paraná**: 1846-1993. Curitiba: Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, 1993. E também: MARTINS, C. R. K. **A Disciplina Escolar de História no ensino secundário público Paranaense**: 1931 a 1951, (Tese de Doutorado). UFPR: 2006.

[3] Estamos trabalhando na dissertação de mestrado com as Atividades Extracurricular na década de 1960 e 1970, como o Teatro, Coral, Banda, Escotismo, Bandeirantismo, Radioamadorismo, Observatório Astronômico, Escola de Arte.

Mas afinal o que eram aquelas Atividades Paraescolares, como poderíamos definir aquele termo utilizado pelo CEP no período de 1960/1970, e principalmente no ano aqui trabalhado o de 1970? Em nossas leituras prematuras, e se me permitem novamente, ainda muito precoces, verificamos que existem algumas formas que definem o termo paraescolares, de um lado que corresponde a todo um conjunto de atividades, as quais colaboram para que o aluno assimile melhor o aprendizado escolar, ou seja, são atividades destinadas a "apoiar, reforçar, complementar ou aprofundar o estudo pessoal exigidos dos alunos" (CORODIAM, 2003, p. 947)[4].

E numa outra perspectiva, paraescolares como sendo uma educação popular, fora da escola, e que no decorrer dos tempos tal educação informal ou popular, nos períodos que eram de vontade do Estado educar a sociedade para que assimilassem os planos e as posições políticas vigentes de uma determinada época (PAIVA, 1996), ou ainda atividades paralelas à escola, ou extra-escolar, mas com o objetivo de complementar a educação formal dos estabelecimentos de ensino (THOMÉ, s/d).

Dentro destas definições, nas quais percebe atividades paraescolares como sendo paralelas às escolas, pois em todos os estudos acima elas nunca estão instituídas no interior de uma escola, é impossível olharmos para os relatórios das AP do CEP, tomando como posição que tais atividades eram extra-escolas, visto que esta instituição de ensino possuía e possui um cunho formal na educação paranaense, embora quase todas as AP fossem exterior aos muros do Colégio.

Analisando as fontes para verificarmos qual seria a "função" das atividades paraescolares foi possível perceber que eram aulas externas ao CEP, embora também ficara perceptível que no decorrer do ano escolar também foram realizados muitos seminários e palestras que eram fornecidos aos alunos daquele colégio por alguns acadêmicos de algumas faculdades e universidades da cidade de Curitiba. Seminários e palestras estas que serviam para fornecerem aos alunos do CEP indícios de uma carreira futura, rumo à universidade (RELATÓRIO DAS AP, 1970, s/p).

A partir desta percepção foi possível observarmos que as AP, de um lado, tinham uma ação educativa de complementar às aulas, podendo ser vinculadas ou não às disciplinas curriculares, e por outro lado, poderiam servir para proporcionar maiores oportunidades aos alunos, como por exemplo: colaborando para com o desenvolvimento de suas personalidades, e integrando-os à sociedade, assim como, incentivando suas aptidões vocacionais.

---

[4] CORODIAM, Charles. Escreve sobre livros escolares e paraescolares. Em nenhum momento sobre atividades paraescolares, mas nos ajudou a entender o que poderiam ser as AP do CEP.

Discutindo algumas Atividades Paraescolares

Todos os documentos que encontramos nos relatórios das AP de 1970, assim como dos anos posteriores, os de 1971 e 1972, os ofícios solicitando ao diretor do CEP e aos gerentes e diretores dos lugares onde seriam dadas as aulas externas; autorizações de pais para os alunos participassem daquelas aulas; requisições de materiais; acerto de contas; roteiro das viagens e das visitas a empresas, indústrias e museus, entre muitos outros. E também, os mais diversos documentos e bilhetes escritos pelos próprios alunos quais eram grampeados no relatório pelo coordenador, no que se referiam aos seminários e palestras, todos estes e muitos outros eram armazenados e guardados, quais e o que acreditamos que seja fulcral para discutirmos sobre as AP, entretanto iremos expor somente algumas poucas.

As AP, como já dito, podiam ser aulas além dos muros do CEP, ou seja, eram aulas experimentais que faziam com que os professores de variadas disciplinas complementassem a ação educativa das disciplinas obrigatórias, como por exemplo, a física por meio das visitas aos planetários; a química, pelas visitas "a Companhia Cervejaria Brahma, e tinham como finalidade de complementar os conhecimentos dos alunos do 1º ano colegial (...), no que se refere à Química Biológica, em particular dos processos de fermentação" (RELATÓRIO DAS AP, 1970, s/p.), entre muitas outras como as visitas a museus que serviam para complementar as aulas de história natural ou de um determinado período.

Isto nos indica que as AP possuíam um cunho pedagógico, como por exemplo, o caso da História: "Solicitamos providências no sentido de que seja expedido ofício a Direção do Museu Imperial de Petrópolis, solicitando uma aula aos alunos e professores da disciplina de História deste Estabelecimento se possível dias 23 ou 30 de abril de maio pela manhã. A referida aula se prende aos Fatos do Império" (RELATÓRIO DAS AP, 1970, s/p).

Esta visita ao Museu Imperial de Petrópolis deu-se no dia 23 de maio (RELATÓRIO DAS AP, 1970, s/p) E nos fez lembrar que há algumas pesquisas recentes que falam sobre a importância do museu para a sociedade aprender mais sobre a própria História, pois "o passado conservado no Museu em forma de patrimônio serve ao presente" (FUNARI, 1999, Apud TAMANINI, 2000). Mas se a visita ao museu servia para complementar a ação educativa da aula de História, é também importante lembrarmos que esta disciplina na década de 1960/1970, era tida como uma "verdade absoluta", visto que as interpretações de uma

história fragmentada; constituídas de muitas verdades; construídas através de diferentes argumentações e de visões de mundo, começaram a surgir no Brasil muito recentemente.

Ainda naquele tempo a História contada através dos museus podia ser uma grande propagadora da verdade, que além de colaborar com ensino de História de um determinado período e "forjar" o que se pretendia com o conteúdo, também "transmite uma mensagem, educa através do objeto a qualquer pessoa que nele entrar, seja qual for a sua classe social, sexo, idade, raça ou escolaridade" (TAMANINI, 2000, p. 13).

Quanto à disciplina de Química, qual estava passando durante todo o século XX em freqüência mudança, pelas grandes inovações nos processos tecnológicas nos mais diferentes ambientes industriais. As aulas externas levariam os alunos às experiências práticas, ou às chamadas aulas experimentais, no entanto não era novidade no período aqui pesquisado, pois desde a reforma de Francisco Campos, já se propunha que os ensinamentos de Química fossem fornecidas pelos experimentos. A proposta de uma aula experimental, ou método experimental, foi reforçado pela Reforma de Capanema que propunha a necessidade constante dos alunos se envolverem com o processo experimental, colaborando para com a apropriação do conhecimento sobre a Química. (SERAFIN JUNIOR, 2005, p. 11-12).

No decorrer do ano de 1970, houve várias aulas externas que serviriam para complementar as ações educativas de algumas disciplinas, além das já citadas acima, também as visitas à Orla Marítima do Paraná, feitas em razão das aulas de Biologia; Planetário de São Paulo que estava em consonância com a disciplina de Geografia. Visitas estas que nos leva a observar que a ação educativa da aula externa serviria talvez naquele período pela "motivação como um estado de necessidade ou desejo que leve a pessoa (ou aos alunos), a fazer algo que satisfaça esse (ou um) desejo ou necessidade" (HUNTER, 1975, apud. SERAFIN JUNIOR, 2005, p.14). E também pode nos representar que era uma experiência diferente para o aluno, por este estar em contato não só com a prática, mas também com o interior de uma grande indústria, logo com um ambiente que possibilita responder seus anseios quanto a sua futura profissionalização ou profissão.

Outro dado interessante que observamos nas Atividades Paraescolares foram os encontros "universitário-secundário" (RELATÓRIO DAS AP, 1970, s/d) que eram realizados por acadêmicos de alguns cursos universitários, entre eles Arquitetura e Engenharia, para tirarem as dúvidas dos alunos do ensino secundário dos vestibulares, das propostas e programas de ensino dos cursos universitários, e principalmente mercado de trabalho.

Nestes encontros podemos verificar que havia uma enorme preocupação que os alunos tinham em relação ao seu futuro profissional, afinal que caminho percorrer? Qual

profissão ou faculdade que melhor se enquadre no mercado de trabalho daquele período? Durante os encontros dos universitários com os secundaristas, no decorrer das palestras muitos alunos realizavam perguntas, e tais encontros geralmente eram separados por sexo, ou seja, os encontros das meninas com os graduandos eram diferentes do dias dos meninos. Em um dos encontros universitário-secundaristas, foram destinadas só as meninas, e tiveram como palestrantes os alunos de engenharia.

Nos documentos analisados, as alunas possuíam algumas preocupações como: "há possibilidade de mulher cursar o curso de engenharia civil"... "a mulher tem a mesma igualdade do que os homens"... "na engenharia mecânica a mulher tem campo de trabalho"... "depois de uma moça já formada, propriamente dita, e se ela quiser abrir um negócio próprio, precisará de muito capital?... "Que tipo de engenharia é mais recomendável para moças" (RELATÓRIO DAS AP, 1970).

Isto sugere para nós que estava se configurando naquele contexto certa preocupação de como as meninas podiam se inserir num mercado de trabalho que era marcado por uma tradição quase que exclusivamente masculina, havia nas entrelinhas que as mulheres de forma geral estavam querendo participar de outras funções, de outras profissões e não aquelas que eram geralmente destinadas a elas, como o magistério, por exemplo.

Havia outros questionamentos também, tanto por parte dos alunos, como das alunas, embora os encontros fossem separados por sexo, havia alguns apontamentos gerais como: "há como enriquecer na engenharia"?... "Os engenheiros formados no Paraná tem facilidade de encontrar emprêgo no resto do Brasil"?... "Gostaria de saber o preço da mensalidade do curso de engenharia?"... "Qual a diferença entre o curso do engenharia e de arquitetura?" (RELATÓRIOS DAS AP, 1970).

Estas perguntas que os alunos realizavam no decorrer dos encontros universitário-secundarista e as visitas que eram realizadas as indústrias e empresas no ano de 1970 e outros, indicam que o Colégio Estadual do Paraná, por meio de seus dirigentes e principalmente a partir do coordenador das Atividades Paraescolares, não estava só preocupado com o cunho pedagógico daquela instituição de ensino, mas também como um colaborador do próprio mercado de trabalho.

Considerações Finais

Entendemos que para verificar a importância das ações educativas das AP do CEP, é necessário olharmos para a educação do período, não só pelas facetas dos conflitos,

das tensões e repressões de um período ditatorial[5], mas também pelas nuances do desenvolvimento econômico[6]. Principalmente porque há alguns autores que trabalham com a relação entre educação e desenvolvimento, ou seja, tendo a educação como um dos principais eixos para um progresso desenvolvimentista estável e a constituição de recursos humanos para o mercado de trabalho. (PINHO,1970).

Provavelmente a relação educação/desenvolvimento/recursos humanos fora influenciados pela Teoria do Capital Humano (TCH)[7], e isso talvez possa nos permitir a dizer que tanto a relação da THC com a educação, ou no que se refere às Atividades Paraescolares, Atividades Extracurriculares, Extracurriculares ainda foram e são muito pouco exploradas por pesquisadores que se debruçam sobre a educação no Brasil.

Fontes

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ. **Relatório das Atividades Paraescolares. Curitiba**, PR, 1968.

_____. **Relatório das Atividades Paraescolares. Curitiba**, PR, 1970.

_____. **Relatório das Atividades Paraescolares. Curitiba**, PR, 1971.

Referencias Bibliográgicas

BENEVIDES, M.V. M. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CHARTIER, R. O mundo como representação**. Estudos Avançados.** V. 5, nº 11, p. 173-191, jan/abr. De 1991.

---

[5] Ref. a Ditadura Militar ver: COIMBRA, C.M.B. **Tortura ontem e hoje**: resgatando uma certa história. In: Psicologia: estudos. Maringá: v. 6, nº. 2, 2001; FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. V. 24, nº 47, 2004. GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. OLIVEIRA, M. A. T. **Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. REIS, A. D.; RIDENTI, M. (orgs) **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois**. (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

[6] Ver: BENEVIDES, M.V. M. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. DREIFUSS, R. A. **1964 A conquista do Estado**: Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. FURTADO. C. **A Hegemonia dos estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

[7] A Teoria do Capital Humano foi originada nos Estados Unidos na década de 1950 e chegou a muitas universidades brasileira na década de 1960, com as obras de Harbbison e Meyes (1965), Vaisey (1968. No Brasil podemos encontrar alguns autores que trabalharam com a teoria vinculando-a de certa forma com a educação, como por exemplo: Largoni (1973) e Fishlow (1975).

CORODIAN, C. Os usuários dos produtos paraescolares: Pais ou Filhos? In: **Educ. Soc. Campinas**, v. 24, nº 84, p. 945-953, setembro 2003. Disponível em: **www.cedes.unicamp.br**.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Vol. 1: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

MARTINS, C. R. K. **A Disciplina Escolar de História no ensino secundário público Paranaense**: 1931 a 1951. Tese de Doutorado. UFPR: 2006.

PAIVA, V**. Perspectivas e dilemas na educação popular.** 1996

PINHO, C.M. Economia da Educação e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

SCHULTZ, T. W. O Capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SERAFIN JUNIOR, I.M. **O envolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem durante as realizações de atividades experimentais**. São Carlos, 2005. Dissertação (Mestrado em Química) UFSCAR.

SILVA, A.M.L.L. Condutas, Operações e Escolhas: O Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual do Paraná (1968-1975). Monografia de Especialização. UFPR, 2007.

STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Coritiba ao Colégio Estadual do Paraná**: 1846-1993. Curitiba: Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, 1993.

TAMANINI, E. **Vidas transplantadas: Museu, Educação e Cultura Material na (re)construção do passado**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas.

THOMÉ, N. **Escotismo em Caçados nos primeiros tempos** (1931-1964).

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Retratos de amas negras com crianças brancas: muitas interpretações e diferentes abordagens historiográficas.

Rafaela de Andrade Deiab*

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo discutir as interpretações dos retratos fotográficos de amas negras com crianças brancas, produzidos em todo Brasil desde meados do século XIX. Estes documentos iconográficos tiveram uma vasta gama de interpretações que se revelam muito diversas, senão contraditórias. Tenho como hipótese que essa variedade interpretativa é devida, primeiramente, a qualidade imagética do documento; em seguida a diferentes ênfases dadas a parcelas da relação paradoxal existente entre escrava e criança branca; ou ainda, cada interpretação acionaria diferentes arcabouços teóricos ou ramos da historiografia da escravidão. Tais questões são brevemente investigadas nesse trabalho.
Palavras-chave: Retratos – Escravidão – Historiografia.

Abstract: The main purpose of this work is to discuss the interpretations of photographic portaits of black wet nurses with white children, produced all over Brazil since middle 19th century. These iconographic's documents had a great number of different interpretations which are very diverse, or even confliting. I have as hypothesis that this variety come from the imagetic quality of the document, from interpretations that give importance to different parts of the paradoxical relation that existed between child and wet nurse, and, finally, from different historical theorys of slavery in Brazil. This hypothesis will be briefly investigated in this paper.
Key-words: Portraits – Slavery – Historiography.

* Mestre em Antropologia Social pela USP, pesquisa financiada pela FAPESP.

Militão Augusto de Azevedo
Sem Título, Fotografia, 1870
Fonte: Museu Paulista-USP

Esse trabalho tem como objetivo discutir as interpretações dos retratos fotográficos de amas negras com crianças brancas, tal como esse de Militão Augusto de Azevedo, que foram largamente produzidos em todo Brasil desde meados do século XIX. Esses riquíssimos e reincidentes documentos iconográficos tiveram uma vasta gama de interpretações. Por vezes foram interpretados como símbolos de uma relação íntima e harmoniosa, entre senhores e escravos. Em outros momentos, foram entendidos como a própria auto-imagem da classe proprietária que, por meio de escravos bem trajados, ostentava sua própria riqueza. Seriam ainda, reveladores de uma forma sinistra de exploração do corpo feminino e da negação de uma maternidade escrava. Todas essas explicações são, em parte, corretas, e nem tão contraditórias como podem parecer numa primeira impressão. O que elas fazem é dar relevo a certas dimensões específicas dessa relação ambígua e multifacetada entre ama escrava e os herdeiros da família patriarcal.

A interpretação desses retratos, como evidência de uma "escravidão mais benigna" existente no Brasil, ou no Nordeste, é reputada a Gilberto Freyre. Mas diferente do que se imagina muitas vezes, ela não está presente em *Casa-Grande & Senzala* (FREYRE, 1933/2001), mas em obras bem posteriores, mais especificamente na segunda edição de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (FREYRE, 1961/1979), que fora acrescida de anexos, dentre os quais consta "Iconografia: Comentário". É neste segmento, que o autor pernambucano vê nos negros e negras vestidos à européia uma comprovação iconográfica de uma "escravidão mais suave", fazendo ainda, uso dos relatos de inúmeros viajantes para corroborar sua análise.

> ***Os fotografados seriam uma elite*** *a destacar-se, por aparências correspondentes à sua efetiva situação social, da massa: uma aparência e uma situação de indivíduos que tivessem alcançado, pela alforria, o status de livres; ou fossem, como ainda* ***escravos, mucamas, bás ou 'tios' sociológicos****, dentro de hierárquicas casas-grandes brasileiramente patriarcais, e, como tal, indivíduos ou pessoas recipientes de privilégios quase de livres. Escravos paradoxalmente superiores, sob vários aspectos – no trajo, nos adornos, no trato aparente ou ostensivo de suas pessoas -, a não poucos brancos livres da época. (FREYRE, 1961/1979: 91*

Esses negros e negras, que surgem muito bem vestidos nos retratos, eram, segundo o autor, integrantes de uma pequena elite, mesmo se comparados aos brancos livres. Os protagonistas das imagens ainda que não fossem alforriados, em função de seus trabalhos

prestados no interior da casa-grande, eram "assimilados" a essas "famílias brasileiramente patriarcais". Dentre essas funções promotoras de um "parentesco sociológico" entre senhor e escravo, temos as amas, mencionadas no trecho como "bás". Elas e outros escravos domésticos, em função desse *status*, teriam privilégios de "quase livres". Privilégios esses que estariam estampados nos retratos por meio das roupas, adornos e "trato", presentes na imagem desses negros.

Nesse tipo de raciocínio, a escravidão surge quase como um detalhe. Porque se os negros não são livres, têm acesso a privilégios de "quase livres", e por isso essa não seria uma escravidão muito violenta e opressiva.

Outra interpretação existente para esses retratos é aquela que toma os retratos das amas negras com as crianças brancas como uma publicização do alto *status* social da família patriarcal. Isso significa fazer uso das intenções dos senhores – os clientes que encomendaram a foto – para solucionar o sentido da imagem. O viajante, professor e jornalista francês Charles Expilly, em 1853, já revelava esse mesmo raciocínio para justificar o fausto com que se vestiam as amas-de-leite brasileiras: "Entre os comerciantes da cidade é uma questão de amor próprio ter uma ama-de-leite que ostente um luxo insolente. Não é impossível, também, que seja uma especulação. O luxo da ama exprime a prosperidade da casa, a menos que sirva para tornar pública a verdadeira situação econômica (...)" (Expilly *apud* LEITE, 2000: 68). Por outro lado, Manuela Carneiro da Cunha, analisando outros retratos, para além de notar os desígnios senhoriais nos enfeites da escrava, identifica-os na imagem como um todo:

> *(...) pois para tornar escravo um homem, cumpre anular todos os seus laços sociais prévios, na tentativa de fazer do senhor o único elo do escravo com o mundo. Daí a imagem padrão que o senhor quer ter do escravo:* ***o da ama de leite negra com a criança branca no colo****. A esta imagem opõe-se outra (...) que é uma obra-prima. É também a única, nesta série de hetero-retratos, que parece ser um auto-retrato, na medida em que transmite uma imagem de si mesmo(CUNHA, 1988:XXX).* [1]

Segundo a antropóloga, a imagem da ama negra com a criança branca revelaria a imagem do escravo e da manutenção de sua escravidão. Isso porque a escravização, para a autora, implicaria na existência de pessoas cujos laços sociais prévios foram cortados e cujos novos têm invariavelmente a família patriarcal como mediadora. A escravidão aparece assim, com grande peso e crueza, evidenciando-se a ruptura brusca das relações dos africanos em suas comunidades, além da dependência social de seus próprios "algozes".

---

[1] Grifos meus. A outra imagem referida no trecho que comenta os retratos em estúdio de Christiano Jr., traz uma escrava africana junto de uma criança negra, provavelmente sua filha. Segundo a autora, ao posar ao lado da filha – um laço social próprio – a imagem se tornaria uma espécie de auto-retrato.

Nesta acepção, a mãe-preta representa, de modo contundente, a própria estampa modelar da escravidão; uma vez que suas ligações sociais e afetivas são, nas fontes até aqui mencionadas, tecidas exclusivamente com os herdeiros da família senhorial. Ainda seguindo essa lógica, tais retratos seriam, portanto, hetero-retratos, uma vez que expressam tão somente o arbítrio senhorial e não uma imagem onde as escravas também pudessem se reconhecer.

Contudo, essa interpretação, que confere maior relevo à escravidão como instituição, não consegue dar conta da troca afetiva também implicada nesse retrato. Esse mesmo peso na condição escrava está presente na análise dos retratos das amas escravas com as crianças brancas, feita pela historiadora Miriam Moreira Leite:

> ***Os retratos de amas-de-leite que conhecemos apresentam tão-somente a imagem positiva do relacionamento afetivo da ama vestida à européia, com o bebê branco ao colo****. Mas é fácil verificar que (...) a prática da amamentação por escravas alugadas a particulares ou asilos de crianças abandonadas foi responsável por uma das* ***formas mais sinistras de inter-relacionamento*** *nos grupos de convívio. Além de privar os filhos de seu leite, as amas-de-leite eram exploradas fisicamente ao máximo, tanto quando eram alugadas a instituições para amamentar diversas crianças, como pelo período prolongado que se exigia que aleitassem (LEITE, 2000: 69-70).*

Discutindo com aquela primeira interpretação das imagens, presente em Gilberto Freyre, a autora contra-argumenta trazendo à tona a violência e a exploração inscritas na relação entre a ama escrava e a criança branca. A ama escrava é caracterizada a partir do abuso constante, uma vez que nega seu leite ao próprio filho, assim como amamenta diversas crianças por longos períodos de tempo. A imagem da mãe-preta implicaria, portanto, em um filho preto – uma relação social própria, nos termos de Cunha – preterido em função do arbítrio senhorial. Leite não deixa, desse modo, nenhum espaço para uma versão "positiva" da relação entre ama negra e criança branca, centrando-se, ao contrário, no seu caráter "sinistro", marcado pela exploração do corpo, da saúde e da maternidade da escrava. Mas, ao fazê-lo, também não trata da troca afetiva existente entre esses personagens. Não se tratando de uma relação exclusivamente hierárquica, a densidade da experiência está na sua ambivalência.

As análises de retratos aqui revisadas são muito diversas e até mesmo contraditórias. Tal fato acaba por levantar alguns questionamentos: seria a qualidade "imagética" do documento que levaria a interpretações tão díspares? Essas análises são contraditórias por que evidenciam diferentes parcelas da relação paradoxal existente entre escrava e criança branca? Ou ainda, cada interpretação acionaria diferentes arcabouços teóricos, que implicariam em distintos modos de estudar a escravidão no Brasil?

De algum modo, a iconografia impõe muitas dificuldades ao pesquisador. Descobrir significados e retóricas da imagem, quase nunca é um exercício fácil e compreendido com transparência. A comunicação de significados por meio de imagens revela-se mais aberta e, paradoxalmente, duvidosa para os pesquisadores em geral, treinados e habituados a trabalhar com documentos escritos, cujos sentidos não são menos duvidosos, ainda que de outra natureza.

A ambigüidade da relação existente entre a ama escrava e a criança branca – onde afeto e violência são interdependentes – faz com que diversas interpretações sejam possíveis. Isso acontece ao se enfatizar parcelas distintas desse vínculo paradoxal, podendo-se atribuir diferentes significados para os retratos que estampam a mãe-preta e o seu filho branco. Quando o argumento valoriza a troca afetiva, surge a interpretação de uma escravidão mais doce, junto aos senhores paternais. Porém, se a ênfase está no "peso" da escravidão, os retratos mostrariam o escravo a partir da perspectiva senhorial: um ser "assimilado" à família branca – o que levaria a uma negação das relações sociais exteriores a esse núcleo. Mas quando o foco está na negação da maternidade natural da negra escrava, as imagens revelariam uma exploração do corpo da ama.

Contudo, dar relevo a determinadas parcelas da relação entre a mãe-preta e o filho branco não é um movimento interpretativo feito de maneira incauta pelos pesquisadores. Cada um deles faz uso de diferentes arcabouços teóricos, que implicam em modos peculiares de estudar a escravidão no Brasil. Portanto, é possível dizer que a relação entre a ama escrava e a criança branca foi analisada como metáfora da escravidão – fosse ela caracterizada como "suave" ou "cruel" – dependendo da maneira como cada um desses intelectuais a concebia em seus trabalhos.

A mãe-preta e a historiografia da escravidão

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933/2001) dá um papel de relevância para as amas negras, ressaltando a relação afetiva e de troca cultural promovida pela escravidão. Ele revela também um padrão de relacionamento racial particular, que não se resolvia pelas teorias racistas ou higienistas. Ao tomar esse partido teórico, o autor assumia certa posição de vanguarda no pensamento social brasileiro que, nos idos de 1933, ainda era muito marcado por interpretações racialistas. O ensaísta, ao eleger a mãe-preta como um dos espaços privilegiados de influência da cultura negra sobre a portuguesa, permite identificar, em alguns momentos do seu texto, uma certa imagem de senhores mais paternais e de escravos bem-cuidados, fiéis, e "quase da família".

No entanto, a análise que Freyre realiza em 1933, não foi tão homogênea e previsível. Em outros momentos do livro, ele denuncia e analisa a violência existente nesse sistema de relações entre casa-grande e senzala; fala do sadismo dos senhores, dos castigos e das doenças que acometiam os escravos. Essa ambigüidade latente em sua interpretação do Brasil Colonial revela, portanto, a constrição essencial da forja dessa cultura brasileira mestiça tão rica: essas trocas culturais entre brancos e negros se davam mediante uma relação hierárquica, a escravidão; jamais entre iguais.

Freyre fez, portanto, nesse seu primeiro ensaio, uma análise que não se limita (embora trabalhe com) a determinismos raciais e relações de poder, chegando a uma sociabilidade e convivência possíveis entre *status* sociais distintos. Dessa forma, sua obra se sustenta em uma acomodação de conflitos. E a ama negra, por meio de seu afeto pelo filho do senhor, é uma das agentes promotoras desse precário equilíbrio.

A historiografia nacional esteve muito influenciada pelas obras de Freyre até meados de 1950. Mas, progressivamente, desde meados da década de 1940, sua obra começa a ser criticada. Essas críticas eram em grande parte motivadas por posicionamentos políticos que combatiam, sobretudo, a "tese da suave escravidão brasileira", que ficava cada vez mais explícita, e menos matizada pela violência, na produção do autor. Além disso, essa "escravidão mais amena" era reputada ao colonizador português, e generalizada para todos os seus empreendimentos coloniais, o que demonstra uma clara aproximação de Freyre com o regime salazarista em Portugal.

Ao longo da década de 1960, o quadro da historiografia da escravidão brasileira já era outro, dominado por duas abordagens – aquela da chamada "Escola de Sociologia Paulista" e a que insistia na concepção de uma "resistência escrava" – ambas rechaçavam a interpretação freyreana, enfatizando exclusivamente a violência e a opressão do sistema escravista. Para a Escola Paulista, a decorrência desse sistema seria uma certa "patologia" na personalidade do escravo, fruto da carência de laços sociais que conformassem tanto uma vida familiar, como até mesmo cultural. Ecos desse posicionamento estão presentes na análise que Manuela Carneiro da Cunha fez dos retratos das amas com crianças brancas.

Para os historiadores que defendiam a noção de resistência escrava[2], no contexto da escravidão, um mundo marcado por tantos arbítrios, houve escravos que superaram as adversidades com bravura e heroísmo. Ainda que esse movimento interpretativo apenas invertesse os termos qualificativos do escravo – outrora submisso e passivo, agora herói e bravo – surgia pela primeira vez no Brasil uma incipiente idéia do escravo enquanto "agente

[2] Entre eles estão Luiz Luna e José Alípio Goulart.

histórico" (SCHWARCZ e GARCIA, 2006: 11-12). E são escravos agentes de sua história, redefinidos não mais em moldes românticos, que surgem na historiografia paulatinamente a partir de meados de 1970, mas, sobretudo, 1980.

Esse novo paradigma se estabelecera a partir de um novo consenso historiográfico, marcado por uma revolucionária interpretação do paternalismo, empreendida por Eugene Genovese (1974) e pela afirmação da existência e importância das famílias cativas na obra de Herbert Gutman (1976). Para ambos historiadores, "a cultura transmitida e reformulada entre as gerações, fornecia aos escravos recursos importantes para enfrentar e subverter as condições de seu cativeiro" (SLENES, 1999: 39). Escravos deixavam de ser, sob essa nova perspectiva, meros sobreviventes desse sistema autoritário; para se tornarem agentes cotidianos de sua história, imersos em laços familiares e culturais, aproveitavam-se das frinchas do sistema, sempre violento, para negociar sua condição escrava ou mesmo lutar contra ela.

Esse partido teórico não implicava na crença da existência de relações harmoniosas entre escravo e senhor, mas sim, na consciência de que "ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas como de conflitos. Essa abordagem que vê a escravidão, sobretudo, da perspectiva do escravo, um escravo real [sic], não reificado e nem mitificado, só muito recentemente vem ganhando corpo na historiografia brasileira" (REIS e SILVA 1999: 7).

O novo posicionamento teórico, manifesto (no Brasil) na análise de João José Reis e Eduardo Silva, permitiria tratar o escravo para além das categorias bipolares de "coisa"/"vítima" *versus* "herói". Essa perspectiva, ao se utilizar desses conceitos ("vítima" e "herói"), como sendo os extremos de um gradiente dentro do qual os escravos se moviam, dá margem para que se possa pensar em uma gama ampla de possibilidades para o cativo, além da mera sobrevivência.

Na análise inaugurada por esses historiadores, a "Mãe-Preta" não é uma mera cativa submissa, mas agente de sua própria história que negocia sua situação, ainda que submetida à escravidão. A "Mãe-Preta", sobretudo, fazia uso de sua "ascendência afetiva" e de sua intimidade cotidiana com os membros da família senhorial, para negociar sob esse regime hierárquico (REIS e SILVA 1999: 76). Aqui, pela primeira vez dentre as análises citadas, a relação entre mãe-preta e filho branco é abordada integralmente, com toda sua ambigüidade. Afeto e violência são interdependentes tanto para as escravas – que têm acesso a favores senhoriais em função do amor que tecem pelo seu filho branco e que ele (criança) igualmente tece por ela –, como para o senhor que estimula o amor mais desinteressado da

ama por seu filho, mediante o domínio da liberdade da escrava. Caso ele viesse a alforriá-la, seria um favor, em reconhecimento à fidelidade e ao amor que a escrava tinha pela família patriarcal.

Seguindo essa perspectiva que faz da mãe-preta agente histórico, sua relação com o filho branco torna-se mais inteligível, sem entrar nas discussões qualificativas da escravidão, tal abordagem permite ver o paternalismo como o léxico de negociação entre senhores e escravos; léxico esse que envolvia sempre força e favor, perigos e prêmios (SLENES, 2002).

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Vida privada e ordem privada no Império" e in: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida provada no Brasil – volume 2*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997/ 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Olhar Escravo, Ser Olhado". In: Paulo Cesar de Azevedo & Mauricio Lissovsky (orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo, Ex-Libris, 1988.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. "Um capítulo à parte: as amas de leite escravas" in: Luzilá Gonçalves Ferreira *et alli*. *Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no nordeste*. Recife, Editora Universitária/UFPE, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala.* Rio de Janeiro, Record, 1933/2001.

____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1961/1979. 2ª edição aumentada.

GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York, Panteon Books, 1974.

GUTMAN, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York, Random House, 1976.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo, Edusp, 2000.

REIS, João José & SILVA, Eduardo (orgs.). *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & GARCIA, Lúcia (orgs.). *Registros escravos: repertório das fontes oitocentistas pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

SLENES, Robert. “Senhores e Subalternos no oeste paulista” in: Luiz Felipe de Alencastro (org.). *História da vida privada no Brasil vol. 2*. São Paulo, Companhia das Letras. 1997/2002.

____. *Na Senzala, uma flor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Leopoldo Zea e o pensamento latino- americano nos séculos XX e XXI

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Leopoldo Zea, em 30 de junho de 2002, completou noventa anos, em plena atividade intelectual. Zea nasceu na cidade do México, em 1912. Sua vida foi e continua sendo marcada pelo combate às desigualdades sociais, pela luta das idéias democráticas, soberania das nações, contra os imperialismos e a truculência das nações dominantes. Dignidade, sensibilidade, compreensão, dedicação e humildade constituem os traços da forte personalidade que singulariza a vida do grande intelectual que é professor Leopoldo Zea.

O interesse pelos problemas latinoamericanos começou precocemente. Desde muito jovem empenhou-se em apoiar movimentos para superar as desigualdades sociais e construir uma identidade latinoamericana. Em 1929 destacou-se na participação do processo político da candidatura de Jose Vasconcelos e na década de 1930 ingressou na Faculdade de Direito, dedicando-se também ao estudo da Filosofia.

Durante a Guerra Civil Espanhola (1938 a 1939) manteve contato com intelectuais espanhóis exilados que chegaram ao México, recebidos pelo presidente Lázaro Cárdenas. Entre aqueles pensadores encontravam-se Ortega y Gasset, Luis Recaséns Siches e Jose Gaos, que posteriormente atuaram na Universidade Nacional Autônoma do Mexico(UNAM). Nessa ocasião, Leopoldo Zea travou conhecimento com eles e iniciou uma amizade duradoura que norteou sua vida acadêmica, com troca de conhecimento e engajamentos ideológicos.

A influência daqueles intelectuais logo se fez sentir, refletindo-se em suas obras. Na década de 1940, Leopoldo Zea tornou-se um dos líderes da intelectualidade latinoamericana. Porém, suas atividades acadêmicas e seu pensamento não se restringiram apenas ao seu país. Conseguiu implementar projetos internacionais, recebendo adesão de acadêmicos da Argentina e Peru, destacando-se entre eles os argentinos Francisco Romero, Alejandro Korn e Coriolano Alberini.

Foi um período marcante e desafiador do pensamento latinoamericano, que se concretizou na década de 1960, com a filosofia da libertação e a reunião episcopal de Medellim, em 1968, marco da teologia da libertação. A luta contra as desigualdades e a

exclusão social difundiu-se no continente, fazendo surgir novas formas de pensar e aceitar a alteridade.

A participação de Leopoldo Zea como humanista internacional, no combate às desigualdades sociais e à difusão de uma identidade latinoamericana foi e continua intensa nos dias atuais. Durante a Guerra Fria, participou intensamente das discussões filosóficas e políticas, especialmente sobre questões que envolveram a Revolução Cubana e o papel de Fidel Castro que se desenhava no Caribe.

As reflexões de Leopoldo Zea sobre o homem e suas circunstâncias fundamentaram suas obras que contribuíram para o desenvolvimento da filosofia da libertação, lançando para o pensamento latinoamericano. Ao apontar as peculiaridades históricas da humanidade, a consciência que o homem deve possuir de seu passado e o seu papel social , Zea rompeu com as barreiras do obscurantismo que dominava grande parte da intelectualidade latinoamericana, abrindo caminhos para novas formas de pensar a realidade latinoamericana. Para ele "a história não é composta pelos acontecimentos puros, e sim a consciência que se tem deles". É necessário aos povos colonizados recuperar sua "história" para se atingir à maturidade . E isso só será conseguido através do conhecimento de suas próprias experiências e da assimilação .

O percurso de Leopoldo Zea foi marcado pela dedicação à América Latina, como revelam suas obras. A partir de 1940, influenciado por Ortega y Gasset publica a História como sistema.Os Cuadernos Americanos estabelecem as linhas centrais de seu pensamento. Com El Positivismo en Mexico, tese apresentada em 1943, recebeu o título de Professor de Filosofia da UNAM. No ano seguinte assumiu a Cátedra de Filosofia, substituindo Antonio Caso, professor catedrático de Filosofia da História. Naquela ocasião defendeu a tese de Doutorado intitulada Apogeo y decadencia del Positivismo en México. Aquele estudo foi considerado uma das principais obras sobre o pensamento do século XIX, cujas permanências dominavam os eruditos das primeiras décadas do século XX.

Seu trabalho acadêmico foi recompensado com prêmios e bolsas de estudos. A Fundação Rockefeller lhe ofereceu uma Bolsa de Estudos, que lhe permitiu, entre 1945 e 1946, estreitar contato com pensadores da América Latina, como Francisco Romero, na Argentina, Gabriela Mistral e Jose Gaos , entre outros intelectuais.

Engajado no processo do conhecimento nunca deixou de produzir e divulgar suas investigações, frutos de seus estudos e reflexões. Além das produções também editou livros e revistas. Na década de 1970 foi nomeado Diretor Geral de Difusão Cultural da UNAM , ampliando sua área de atuação acadêmica.

Deve-se observar que as experiências obtidas pelas viagens à África, após os movimentos de libertação , na década de 1960 e as missões oficiais à Ásia proporcionaram-lhe uma visão global da latinidade. E por outras óticas compreender como os demais povos viam a América Latina , ao mesmo tempo em que difundiu a cultura latinoamericana.

Recebeu os títulos de Doutor Honoris Causa da Universidade Nacional de Cuyo, Argentina e da Academia de Ciências da Rússia, em Moscou. Em 2000, o governo mexicano lhe outorgou a Medalha Belisario Dominguez. Sempre preocupado com os grandes problemas que assolam o país, Zea tornou-se um grande defensor da questão indígena.

Construção do pensamento latinoamericano

A filosofia de Leopoldo Zea, segundo Magallón Anaia (2003) é uma forma de pensar que parte de sua própria intuição original e exprime, além da realidade que ele apreende sobre a América Latina , o desejo de também transformar. É um pensador que exerce um pensamento de ação, uma práxis teórica , a qual realiza com consciência e liberdade.

O pensamento de Zea apresenta duas vertentes : a teórica especulativa, com insistente apelação ao método histórico dominante em toda a sua obra e um humanismo latinoamericanista e universalista por sua forma de reiteração de articulações chaves, atingindo toda a América Latina, assim como outros continentes, construindo dessa maneira outras formas de se pensar a latinidade, a liberdade e o progresso.

A filosofia de Zea, segundo Magallón Anaia, pode se inscrever "dentro da tradição ocidental que postula a filosofia como verdade histórica, onde ressoam as filosofias historicistas e existencialistas de diversos cunhos "(p.100).

Para Zea, o ser humano é um ente histórico. Assim, ele se aproxima de Dilthey, Ortega y Gasset, por conseguinte com Jose Gaos,do qual é discípulo.Todos convergem para a idéia de que a essência do humano é a história. Por essa perspectiva histórica, a verdade para Zea adquire um valor de espaço e tempo, destacando-se em suas reflexões o vínculo entre as idéias abstratas e a concretude histórica com os demais saberes da cultura.

Desde suas primeiras obras é importante para Zea contextualizar o discurso filosófico.Ele se preocupa em especificar e fazer convergiro concreto com o universal.Esta mesma preocupação amplia o campo da cultura.Por essa razão analisa o problema da relação dialética entre convergência e especificidade, porém só a partir do específico, do peculiar, das diversas expressões culturas dos homens e povos que habitam este universo.

Há, no entanto, o fato de que os seres humanos são autores de idéias de diverso caráter, e não apenas filosóficas, preocupou a análise de Zea, acentuando sua reflexão sobre os problemas sociais. Essa preocupação se acentuou ainda mais com as alterações no contexto histórico latinoamericano, na década de sessenta e início de setenta, quando surgiram novas formas de lutas como a Filosofia da Libertação e o e a Teologia da Libertação[1].

Assim, para Zea, na América Latina quando se identificou as formas de dominação na região na Argentina, se articulou de imediato com a filosofia da libertação as estratégias teóricas e os objetivos de um discurso libertador. De fato, a universalização da filosofia não se consegue apenas com o discurso da libertação, através da imposição,mesmo do próprio eurocentrismo e da mal chamada filosofia universal.

Assim, Zea procurou ir além da circunstância histórica e do método de filosofar europeu. Trata-se de uma dialética que vai da práxis à teoria e vice-versa, porém uma dialética aberta. As circunstâncias que ele propõe é uma forma original de aproximar-se do humano.

Bibliografia

Lizcano Fernandez, Francisco – Leopoldo Zea - Uma Filosofia de la Historia. México, UAEM, 2004

MEDIN, Tzvi. **Leopoldo Zea**: Ideología, historia y filosofía de América Latina. México City: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986. **...**

Superbus Philosophus, El Colegio de México, México, 1942.

El positivismo en México. Nacimiento, apogeo y decadencia, El Colegio de México, México, 1943. (Y en Fondo de Cultura Económica, 1968).

Apogeo y decadencia del positivismo en México, El Colegio de México, México, 1944.

En torno a una filosofía americana, El Colegio de México, México, 1945.

Esquema para una historia del pensamiento en México, Facultad de Letras, Lima, 1946.

Ensayos sobre filosofía de la historia, Stylo, México, 1948.

Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica, El Colegio de México, México, 1949.

El núcleo de una filosofía

[1] -Zea, Leopoldo – La esencia de lo americano. Buenos Aires, Pleamar, 1971, p. 52

Conciencia y posibilidad del mexicano, Porrúa, México, 1952.

La filosofía como compromiso y otros ensayos, Fondo de Cultura Económica, México, 1952.

América como conciencia, Cuadernos Americanos, México, 1953 .

La conciencia del hombre en la filosofía. Introducción a la filosofía, Imprenta Universitaria, México, 1953.

El Occidente y la conciencia de México, Porrúa, México, 1953.

América en la conciencia de Europa, Los Presentes, México, 1955.

La filosofía en México, Libromex, México, 1955.

Del liberalismo a la revolución en la educación mexicana, Instituto de Estudios de la Revolución Mexicana, México, 1956. (Y en Cuadernos Americanos, Universidad de Carabobo, 1960).

Esquema para una historia de las ideas en Iberoamérica, Imprenta Universitaria, México, 1956.

América en la historia, Fondo de Cultura Económica, México, 1957.

Las ideas en Iberoamérica en el siglo XIX, Universidad de La Plata, La Plata, 1957.

Su paso por la política

La cultura y el hombre de nuestros días, Imprenta Universitaria, México, 1959.

Democracia y dictaduras en Latinoamérica, Universidad de Los Andes, Mérida, 1960.

Dos ensayos, Universidad de Carabobo, Valencia, 1960.

Latinoamérica y el mundo, Universidad Central, Caracas, 1960 .

Europa al margen de Occidente, Imprenta Universitaria, México, 1961.

Antología del pensamiento social y político de América Latina, Unión Panamericana, Washington, 1964.

La madurez de una obra

Latinoamérica en la formación de nuestro tiempo, Cuadernos Americanos, México, 1965.

El pensamiento latinoamericano, Pormaca, México, 1965. (Y en Editorial Ariel, Barcelona, 1976).

Antología de la filosofía americana contemporánea, Costa Amic, México, 1965.

La filosofía americana como filosofía sin más, Siglo XXI, México, 1969.

Colonización y descolonización de la cultura latinoamericana, Ministerio de Educación, Caracas, 1970.

La esencia de lo americano, Pleamar, Buenos Aires, 1971.

Latinoamérica. Emancipación y neocolonialismo, Tiempo Nuevo, Caracas, 1971.

Los precursores del pensamiento latinoamericano contemporáneo, Sep-Sentas, México, 1971.

Dependencia y liberación en la cultura latinoamericana, Joaquín Mortiz, México, 1974.

Dialéctica de la conciencia americana, Alianza Mexicana, México, 1976.

La filosofía actual en América Latina (coautor), Grijalbo, México, 1976.

Filosofía latinoamericana, Edicol, México, 1976.

Filosofía y cultura latinoamericanas, Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Caracas, 1976.

Latinoamérica, Tercer Mundo, Extemporáneos, México, 1977.

Filosofía de la historia americana, Fondo de Cultura Económica, México, 1978.

Pensamiento positivista latinoamericano (selección y prólogo), Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1980.

Simón Bolívar, integración en libertad, Edicol, México, 1980.

Desarrollo de la creación cultural latinoamericana, Universidad de las Naciones Unidas, Tokio, 1981.

Latinoamérica en la encrucijada de la historia, UNAM, México, 1981.

Sentido de la difusión cultural de América Latina, UNAM, México, 1981.

Latinoamérica, un nuevo humanismo, Editorial Bolivariana, Tunja, 1982.

La transformación de la filosofía latinoamericana, Universidad de las Naciones Unidas, Tokio, 1983.

Filosofía de lo americano, Nueva Imagen, México, 1984.

América como autodescubrimiento, Universidad Central, Bogotá, 1986.

El problema cultural de América, UNAM, México, 1987.

Discurso desde la marginación y la barbarie, Anthropos, Barcelona, 1988.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A educação religiosa dos dois gêneros: o Colégio da Piedade e o Colégio São José em Ilhéus, 1916-1930.

Ivaneide Almeida da Silva*

RESUMO - Este trabalho aborda os aspectos da educação feminina e da educação masculina de colégios católicos em Ilhéus, pois semelhantes foram os objetivos para a fundação dos mesmos, porém, diferente foi a formação educacional pretendida e executada para o homem e para a mulher.

Palavras-Chave: Educação religiosa; Gênero; Ilhéus.

ABSTRACT
This work approaches the aspects of the feminine education and the masculine education of colleges catholics in Ilhéus, therefore similar they had been the objectives for the foundation of the same ones, however, different it was the intended and executed educational formation for the man and the woman.

Key Words: Religious education; Gender; Ilhéus

A criação do Colégio Nossa Senhora da Piedade, de educação feminina, do Colégio Diocesano São José, de educação masculina, e de suas respectivas propostas de ensino foram favorecidas pelo contexto social e político de Ilhéus. As oligarquias locais apoiaram a criação dessas instituições escolares, a partir do grande incentivo da Igreja Católica que, durante as primeiras décadas da República, pretendeu alterar as bases laicas do novo regime, investindo na família e na educação. A articulação entre a Igreja e a parcela social abastada de Ilhéus envolveu a educação feminina ministrada no Piedade e a educação masculina do Diocesano São José, atravessadas por interesses diversos que ultrapassavam o espaço dessas mesmas instituições.

As primeiras décadas do século XX em Ilhéus constituíram um período de efervecência política, marcada pela disputa do poder por dois grupos políticos rivais: os *adamistas*, como seu representante Domingos Adami de Sá e os *pessoístas*, representados pelo Antônio Pessoa da Costa e Silva. Esse último figurou o grupo *Nouveaux Riche* (MAHONY, 1996), um grupo social em processo de formação que estabeleceu novas

* Mestre em História Social pela UFBA.

dinâmicas na sociedade ilheense e aumentou seu poder aquisitivo. Era de origem diversa, de segmentos sócio-econômicos e culturais díspares, mas constituiu oposição política à oligarquia adamista que dominava a região, formada por descendentes de uma elite colonial.

Havia em Ilhéus o desejo da construção de uma "civilização do cacau" (FREITAS E PARAISO, 2001), no entanto, os interesses e idéias para o progresso e civilização não eram comuns entre a parcela social abastada, mas sim, sob o controle do grupo que se encontrava no poder, evidenciando a força *pessoísta* à frente desse processo. Esse grupo contou com o apoio financeiro de seus correligionários e de outros partidários para muitas realizações, mas determinados interesses ainda não uniam as facções divergentes, somente alguns em particular, como a educação das filhas e dos filhos e sua formação social, moral e religiosa, constituindo um campo fértil para as ações da Igreja Católica (NAGLE, 2001).

D. Manoel de Paiva, o primeiro bispo de Ilhéus, foi o principal responsável pela criação dos dois colégios católicos. A iniciativa desse bispo e o apoio de fazendeiros e comerciantes de Ilhéus na criação dos colégios em estudo é evidência nos jornais desse período e nos documentos dessas mesmas instituições. Esse fato relaciona em Ilhéus, assim como em outras localidades, a Igreja e a educação na Primeira República (NAGLE, 2001), essa que constituiu o grupo social mais envolvido com a educação escolar, especialmente, a educação das elites.

O bispo D. Manoel reuniu em 1915, no salão da intendência do Paço Municipal, políticos, fazendeiros e comerciantes de Ilhéus, que subscreveram uma lista com grande quantia em dinheiro para o começo da instalação dos colégios. Muitos foram os esforços para levantamento de fundos em prol da construção desses colégios; através de uma circular do *Jornal de Ilhéus* de setembro de 1915, o bispo fez apelos à sociedade, mencionando e explicitando as justificativas para a instalação das instituições escolares. A preocupação abrangia, além do maior movimento social, uma intensificação na vida comercial da cidade, visto que o capital investido na educação dos filhos circularia na região. A Igreja Católica em Ilhéus nesse período contou com apoio fundamental do poder político e da parcela abastada da sociedade local, que sustentou e apoiou a instalação das instituições escolares, a quem devem seu êxito inicial.

A fundação do Colégio Diocesano São José e do Colégio Nossa Senhora do Piedade ocorreu sob as mesmas circunstâncias, para cumprir funções que, naquele período, tinham por trás a "mão grande" da Igreja Católica e o "bolso forte" dos coronéis do cacau. E o mais importante foi a preocupação de educar os filhos e filhas das elites de Ilhéus, sem a necessidade de abastecerem-se, neste sentido, na capital do Estado. Essas escolas

constituiriam veículos de construção do comportamento social, sendo capazes de reproduzir as estruturas dessa parcela social e suas relações de gênero. A noção de gênero é entendida aqui como relações estabelecidas a partir da percepção social das diferenças biológicas entre os sexos (SCOTT, 1991). Nesse caso, semelhantes foram os objetivos para a fundação dos colégios em análise, porém, diferentes, ou apontados para lados opostos a formação educacional pretendida e executada para o homem e para a mulher.

Para as meninas, o ensino ministrado nos conventos, implicava a existência de limites, numa vida semelhante à das freiras. Mas a Ordem Ursulina, a partir do século XVIII, modificou a proposta educativa, com um ensino que reconhecia as moças não mais como futuras religiosas, mas como pessoas destinadas a viverem no mundo (PASSOS, 1995). Assim, o programa de ensino voltou-se para questões da vida prática, para o convívio em sociedade, no entanto, a dimensão foi específica para o cotidiano de uma dona de casa, consequentemente para o cuidado com a família.

No Piedade, a preocupação era educar mulheres aptas à reprodução do ambiente doméstico, atividade reservada ao feminino. A educação da mulher preocupava-se em disciplinar as meninas para torná-las boas esposas, boas cristãs e boas mães, pois constituía uma função social para a mulher, refletida através do currículo. Mas,

> *"(...) será que os meninos não necessitavam ser 'tão bons pais ou cristãos', ou será que tendo em vista sua posição futura na sociedade não deveriam desenvolver aspectos de sua subjetividade(...). Impelidos a realizar suas 'tarefas sociais' com virilidade no espaço público, não lhes estariam, de certo modo, interessadas as práticas que demonstrassem fragilidade, dúvida, desconforto, auto-afirmação/transformação?"* (FREITAS, 2001: 30).

Para os alunos do Colégio São José, a educação secundária tinha a intenção de prepará-los para sua posição profissional na sociedade no âmbito público, porque, de acordo com as disciplinas, nenhuma delas fazia alusão ao mundo privado do lar.

Os currículos do Piedade da Escola Normal, analisados entre os anos de 1918 e 1930, podiam expressar o teor da educação dessa instituição. Entre as disciplinas estavam *Economia Doméstica e Prendas Domésticas,* que chamam a atenção, por fazer parte do universo feminino do período, enquanto *Economia Política* e *Escrituração Mercantil* destacam-se pelo contrário. *Economia Política* constituía-se de noções básicas sobre o sistema político e econômico, e em *Escrituração Mercantil* aprendia-se sobre débito, crédito, caixa. Estas não eram ministradas em todas as séries, e a carga horária era reduzida, pois segundo o depoimento de uma ex-aluna, a matéria dessas disciplinas era "coisa pouca".

As primeiras, *Economia Doméstica e Prendas Domésticas*, ambas ministradas por freiras, proporcionavam o aprendizado de bordados, pintura e costura. Nessas aulas também se aprendia a cozinhar, a arrumar, preparar a mesa para todas as refeições do dia e, principalmente, comportar-se à mesa. Nesse grupo de disciplinas, o Colégio tornava-se uma extensão do lar, onde as alunas aprendiam a cuidar perfeitamente de uma casa. O currículo do Colégio da Piedade compreendia também o ensino de *Música* e *Pintura,* o resultado ou produto dessas disciplinas era estendido ao conhecimento da sociedade, quando eram comuns as exposições dos trabalhos das alunas, com obras de pintura, pirogravura, roupas confeccionadas, almofadas, toalhas e outros bordados.

O curso primário no São José era formado pelas 1ª, 2ª e 3ª séries, também chamado de curso preparatório. As disciplinas ministradas nesse curso eram *Caligrafia, Leitura, Gramática, Ditado, Aritmética, Desenho, História do Brasil, Geografia, Religião, Comportamento*. E o curso Secundário, com as disciplinas Português, Francês, Aritmética, Geografia, Historia do Brasil, Noções de Ciências, Desenho. E para todos os alunos, havia o ensino de Música, opcional, mediante contrato com os pais.

Com base nas disciplinas ministradas no Piedade e no São José, percebe-se o direcionamento de cada formação para posições divergentes. Os currículos escolares eram diferentes entre o alunado feminino e o masculino, no tocante à organização e à prioridade dos conteúdos. O ensino acabava se definindo especificamente pelo "gênero", através da composição dos currículos e atividades destinadas a cada "sexo" (SCOTT, 1991).

Um dos elementos comuns no ensino desses colégios eram os princípios católicos. O Colégio da Piedade tinha seus princípios morais e pedagógicos pertencentes à Ordem Ursulina (PASSOS, 1995), já o São José possuía regras e critérios norteadores do ensino sob orientação direta do primeiro bispo. Considerando esses dados, pode-se refletir sobre a ênfase dada à formação religiosa de seus alunos e alunas, além, é claro, dos aspectos que envolvem sua criação, direção dessas instituições. Tais aspectos estavam diretamente relacionados com a Igreja Católica, que, mesmo na Primeira República, manteve uma moral reconhecida pela sociedade brasileira (ALMEIDA e NOGUEIRA, 2002:155).

O ensino religioso nesses colégios ultrapassava as simples aulas da disciplina *Religião*, abrangia questões mais amplas de valores da Igreja Católica, o que também é aqui apontado como "estratégia de evangelização" (MARGOTO, 1997:69), pois os alunos e alunas participavam dos rituais católicos como a missa, a catequese, a comunhão, constituindo um ensino doutrinário.

A educação orientada pela Igreja direcionava o comportamento dos discentes. No São José, o comportamento dos alunos era controlado pelos próprios padres. O controle era exercido cotidianamente, através das atividades escolares e da própria família, a partir do contato entre as duas instâncias, através do boletim que, elaborado mensalmente, estabelecia uma comunicação direta entre a diretoria do colégio e os pais dos alunos, "*tornando-se mais exeqüível a combinação de esforços no sentido de melhor formar o caráter do estudante e desenvolver-lhe as faculdades intelectuais*" (JORNAL DE ILHÉUS, ed.: 23/04/1915:3).

O controle do comportamento e desempenho do aluno do São José leva a considerar que a vigilância não era "privilégio" apenas das mulheres, o que ocorria de forma latente no Colégio da Piedade, visto que as meninas eram constantemente vigiadas. À necessidade de controlar a formação do indivíduo, através, neste caso, da escola e da família, acrescenta-se a preocupação de moldar o aluno ou a aluna nos padrões de comportamento comuns ao extrato social a qual pertence, o que consistiria nos modos de formação do "sentimento de diferença com relação aos outros" (BORDIEU, 2001 e ALMEIDA e NOGUEIRA, 2002).

A vigilância estava em toda parte e sempre alerta, como um "poder disciplinar absolutamente indiscreto" (FOUCAULT, 1987:148). O bispo, enquanto direção e coordenação do Colégio São José, exigia dos pais o controle sobre seus filhos fora do ambiente escolar, no entanto, as evidências apontam para uma fragilidade nos padrões de comportamento dessa instituição, pois não foi encontrado nenhum registro de punição para os desvios de comportamento. O aproveitamento e desenvolvimento de cada aluno desse colégio, segundo os padres e professores, estavam diretamente veiculados a sua condição de interno ou externo (JORNAL DE ILHÉUS, 13/02/1916:3). Isso explica a realização da vigilância na escola, no lar, como também em outros espaços, visto que os alunos (homens) circulavam em outros ambientes, além da escola e da casa.

No Colégio da Piedade, em seus primeiros anos de funcionamento, a maioria das suas alunas era interna e a vigilância era incessante e legítima. Era grande a importância que este colégio concedia à vigilância sobre o comportamento e à integridade das alunas, constituindo-se num aspecto inseparável desse tipo de educação. Daí a valorização da relação de complementaridade entre a família e a escola, pois ambas exerceriam total controle na educação das jovens. A formação domiciliar e escolar da mulher procurou sempre corrigir as inclinações e o comportamento, muito mais que o raciocínio. A ênfase maior era nas boas maneiras, na vigilância sexual, na aparência e na formação moral, procurando disciplinar a

conduta e reprimir a curiosidade, por isso a existência de castigos, em razão de desvios do padrão de comportamento exigidos por essa instituição para suas alunas.

O ingresso das meninas no Piedade é um dos elementos que demonstrava parte da vigilância moral exigida para as mulheres daquele período. Entre as condições de admissão do Colégio da Piedade, exigia-se um *"... atestado médico que prove que a candidata não sofre de moléstia contagiosa ou repugnante, de histerismo e não tem defeito físico incompatível com o exercício do magistério;..."* e mais: *"... atestado de três pais de família bem reputados ou de autoridades que prove a idoneidade moral da candidata."* (ESTATUTO de 1927:3).

Essa mesma preocupação não foi identificada no Colégio São José, pois não foram encontrados documentos, como editais de matrícula exigindo critérios que, habilitassem ou não, o menino para ali ingressar. A ausência de critérios moralmente determinados, exigidos para o ingresso do aluno, pode ser traduzido como uma carência nesse sentido, por parte dessa instituição, ou que determinados padrões morais, estivessem relacionados mais com formação destinada ao gênero feminino.

A educação era diferenciada pelo sexo, pois viabilizava a formação diferenciada dos gêneros. Os meninos faziam o curso Secundário, constando de uma educação preparatória ou preliminar às escolas superiores. Esses eram os privilégios dos filhos de famílias abastadas, pois raros eram os filhos das famílias menos privilegiadas que ingressavam no secundário (LEITE, 1999). No colégio masculino eram oferecidos o curso Primário e o Secundário e no colégio feminino o curso Normal (SOUZA, 2001: 35).

A Escola Normal também não era de fácil acesso às camadas populares, sendo praticamente exclusivo às elites e emergentes camadas médias da sociedade (ALMEIDA e NOGUEIRA, 2002), além de ser freqüentado em sua maioria por mulheres. Nesse período, o Ensino Normal era regido pela legislação de 1860, que modificou o currículo da Escola Normal, facultando à mulher o direito de cursar todas as disciplinas (SOUZA, 2001).

A Escola, e é aqui a instituição que mais interessa, porque continuou, junto com a Igreja (mesmo já liberta da sua tutela, no caso das escolas laicas), a transmitir os princípios da representação patriarcal, ajudou a definir os destinos sociais, sexualmente conotados e diferenciados (MARGOTO, 1997). Por isso, é uma das instituições mais determinantes do estabelecimento das relações entre os sexos. No entanto, deve-se considerar as suas contradições, como o aumento do acesso das mulheres à instrução e correlativamente à independência econômica e à transformação das estruturas familiares.

As escolas laicas ou confessionais, públicas ou privadas, escolhidas pelas famílias de grupos economicamente privilegiados, garantiam grande parte da educação das crianças que lhes eram confiadas. Transmitiam os saberes essenciais e asseguravam uma educação do espírito e do corpo, substituindo a educação propriamente familiar. Era também de sua responsabilidade a "inculcação" e a "interiorização" de boas maneiras, da autodisciplina, tanto do espírito como do corpo.

Assim, a escola foi ou é a instituição responsável por consolidar os elementos de socialização transmitidos pela família e por completar a transmissão do capital cultural, social e simbólico, cuja herança não é tão automática quanto a riqueza material (BORDIEU, 2001). No caso de Ilhéus, considerando a formação e origem social de muitos daqueles novos fazendeiros de cacau, a educação dos filhos seria um veículo de prestígio social, pois para muitos, esta era a alternativa de formação do capital cultural para toda a família.

Historicamente, cristalizou-se a idéia de que o homem dominou o espaço público e a área de poder, e à mulher destinou-se o privado/doméstico e outros "lugares", como os serviços sociais e educativos. Esse esquema foi incorporado pelas mulheres e pelos homens, através de uma ordem social "sexualmente" organizada, além dos ensinamentos de seus pais, professores e outras experiências, nas quais essa "lógica" tornou-se normal. No caso das mulheres, em especial, acabaram aceitando naturalmente o que lhes foi destinado e até foram capazes de recusar o que já lhes era excluído.

O processo de produção e reprodução contínua do trabalho de diferenciação entre homens e mulheres, submetidos e levados a distinguirem-se, masculinizando-se ou feminizando-se, foi garantido por instituições como a Família, a Igreja, o Estado e a Escola. Esse processo de reconstrução social a partir de princípios de divisão geradores dos gêneros garantia e perpetuava uma ordem (BORDIEU, 2002).

E, para além do contexto social, havia a preocupação na construção das diferenças de gênero, uma educação baseada na moral católica, que se constituía desigual na formação do homem e da mulher. A criação das duas escolas, uma para as meninas e outra para os meninos, formou de maneira diferente suas características sócio-psicológicas. A educação aí foi fator importante desse processo, atraindo para diferentes atividades e realizações cada gênero.

Fontes

Atestados Médicos das alunas para ingresso no Piedade, 1919-1930.

Currículo, estatuto e edital de matrícula do Colégio Nossa Senhora da Piedade, 1916/1930.
Entrevista com **Diva da Rocha Pitta**, em 09/06/2001, 11/10/2002 e 25/11/2003.
Jornal de Ilhéus, Ilhéus, de 1915 a 1918.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria F. e NOGUEIRA, Maria Alice (orgs). *A Escolarização das Elites.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas.* 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
_____. *A Dominação Masculina.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
CHARTIER, Roger. *A História Cultural.* R.J.: Difel, 1988.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Vozes, 1987, p. 148.
FREITAS, A. F. Guerreiro e PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo.* Ilhéus: Editus, 2001.
FREITAS, Ana Maria. In: HORIZONTES, p. 29-41. Jan./dez, 2001.
LEITE, Márcia M. da Silva Barreiros. *A Caminho da Escola: Olhares sobre a educação feminina na Bahia da Primeira República.* In: Contraponto, Salvador: UCSal. V. 2, n.2, Nov, 1999.
MAHONY, Mary Ann. *The World Cacao Made: Society, politics, and History in Southern Bahia, Brazil, 1822-1913.* Yale University, USA: 1996. (Dissertation for the Degree do Doctor of Philosophy).
MARGOTTO, Lilian Rose. *Igreja Católica e educação feminina nos anos 60.* Vitória: EDUFES, 1997.
NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira República.* 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
PASSOS, Elizete Silva. *A Educação das Virgens.* Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.
SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* Recife: SOS Corpo, 1991.
SOUZA, Ione Celeste de. *Garotas Tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana.* São Paulo: EDUC, 2001.
THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias.* In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP - Brasil, 1981.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os estágios na formação do professor de história: significados e reflexões[1]

Cláudia Sapag Ricci[2]

Júlio César Virgínio da Costa[3]

Resumo: Neste trabalho temos como eixo temático a formação do professor de História. Centramos nossas atenções de pesquisa nos significados dados pelos próprios participantes das experiências vividas no Estágio Supervisionado nos anos iniciais do século XXI e na cidade de Belo Horizonte. O referencial teórico está ancorado na concepção de "reflexão–na-ação" (Donald Schon, 2000; Selma G. Pimenta, 2004) e na concepção de Práxis (Vásques,1977; Freire,1996). A intenção é ouvir os participantes do estágio supervisionado oportunizando que suas experiências, angústias, reflexões e dúvidas possam vir a auxiliar os cursos de formação docente. O destaque se encontra – até o presente momento – na importância para alguns dos estagiários dessa vivência para a própria definição de sua inserção na profissão docente ou não.
Palavras-chave: Formação docente. Estágio. Ensino de História

Abstract: In this work, we have as a thematic axis the studies for a History teacher. We centered our attention to the research on the meanings received from the undergraduates about their experiences during the supervised training before their graduation. The theoretical reference is anchored in the "reflection-in-action" conception (Donald Schon, 2000; Selma G. Pimenta, 2004) and in the "Práxis" (Vásques,1977; Freire,1996). This work searches for giving voice to the students during the supervised training in order to aid the teaching graduating courses through their experiences, anguish, reflections and questions the emphasis – until now – is the importance to some participants about their own definition of their insertion in the teaching profession or not.
Key words: Teaching graduation – Training - History

Introdução

As experiências vividas no Estágio Supervisionado realizado por alunos do curso de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do segundo semestre de 2005 e do primeiro semestre de 2006 constituem o objeto central de nossa pesquisa. Tal pesquisa

[1] Essa comunicação apresenta algumas reflexões que vêm sendo realizadas na pesquisa de mestrado de Júlio César Virgínio da Costa, com orientação da profa.dra. Cláudia Sapag Ricci no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação / UFMG.

[2] Doutora em História Social – USP. Professora do Centro Pedagógico/ UFMG e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação / UFMG.

[3] Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação / UFMG. Professor de História do Colégio Loyola – Belo Horizonte / MG.

teve como instrumentos de coleta de dados um questionário semi-estruturado, entrevistas semi-estruturadas e análise de relatórios finais do estágio. Foram enviados/aplicados 56 questionários. Dos quais, foram devolvidos/respondidos 17, cerca de 30% do total. Deste universo foram selecionados seis (6) estagiários/as para uma entrevista semi-estruturada. Também foi solicitado a esses participantes o empréstimo de seus relatórios finais de estágio. Todos atenderam a este pedido.

O objetivo tem sido desvelar, compreender e analisar o que se passou nas experiências vividas pelos futuros professores de História quando realizaram o Estágio Supervisionado. Como os/as estagiários/as de História referem-se às suas experiências formativas durante o período de realização do Estágio Supervisionado? Que relações estabelecem entre teoria (saber histórico, pedagógico) e a prática (experiência pedagógica) durante os Estágios vivenciados por eles? Qual o significado desta experiência em sua formação inicial? São essas algumas das questões que norteiam nossa pesquisa.

O problema de pesquisa veio sendo construído em face das questões da prática enfrentadas no dia-a-dia na sala de aula, como por exemplo, as contradições entre a orientação da instituição formadora na perspectiva (uni) disciplinar e o campo de estágios com sua diversidade de exigências e desafios colocados pela prática de salas de aulas. Alguns estudos e leituras[4] reforçaram a intenção em compreender a relação entre a formação acadêmica e a prática de sala de aula na Educação Básica.

O papel do estágio nos cursos de formação de História na UFMG especialmente a partir da "nova" Lei de Diretrizes e Bases (L.D. B nº 9.394/96.), do debate sobre as Diretrizes Curriculares dos cursos e da atual exigência de ampliação da carga horária da Prática de Ensino/Estágio nos cursos de formação de professores, revelou-se como importante objeto a ser investigado.

Esperamos que através da fala, reconstrução, reflexão do(a) futuro(a) professor(a) de história sobre o estágio, possamos entender o significado dessa experiência em sua formação. Essa proposição, qual seja, entender o Estágio pela voz/visão dos estagiários baseia-se numa compreensão de Estágio como espaço privilegiado de questionamentos e investigações. Ou seja, concordamos que:

[4] Exemplos dessas leituras são: a dissertação de mestrado *Formação de professores de História: experiência, olhares e possibilidades (Minas Gerais, anos 80 e 90)* de Ilka Míglio de Mesquita; *Estágio e docência*, de Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lima e *Prática de ensino e estágio supervisionado*, organizado por Stela C.B. Piconez.

> *"o estágio supervisionado para os alunos que ainda não exercem o magistério pode ser um espaço de convergência das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso e, principalmente, ser uma contingência de aprendizagem da profissão docente, mediada pelas relações sociais historicamente situadas."* (Pimenta e Lima, 2004:102).

São dois os eixos analíticos do objeto de pesquisa:

- a relação teoria e prática no contexto da formação docente;
- o papel dos estágios na formação docente.

Relação teoria e prática no contexto da formação docente

O tema formação de professores tem, desde os anos 80, sido objeto de um intenso debate. Nóvoa (1992), afirma que os anos 80 foram anos difíceis para os professores, e que neste período houve um aumento do chamado "mal-estar" profissional.[5] Nesse período ocorreu uma ampliação do acesso à escola, especialmente, à escola pública, criando um número grande de matriculados e por conseqüência, a necessidade de se formar um respectivo contingente de professores. Mas é preciso indagar qual é a concepção ou perspectiva dessa formação docente.

García (1992) alerta para o fato de que, ao falarmos de formação docente, estamos na verdade nos posicionando, assumindo uma posição – ou posições - relativa ao ensino e à própria formação docente. Compactuamos com essa idéia ao conceber a formação do professor reflexivo em um *continuum, considerando as suas* fases diferenciadas[6] e o estágio como um dos componentes da formação acadêmica. Ainda segundo Garcia, o princípio da "indagação–reflexão" como proposta/estratégia para a formação de professores (em formação ou em exercício), subsidia a análise por parte do educando ou do professor sobre a sua própria prática.

De forma similar, Freire (1996) sugere que "ensinar exige reflexão sobre a prática", ou seja, a prática docente caracterizada por uma ação critica necessariamente pressupõe o "pensar certo" e envolve o movimento dialético e dinâmico entre o fazer e o pensar sobre o fazer.

Esse movimento dialético da ação sobre a prática ou a "reflexão-na-ação" é essencial para um docente. E no caso de um futuro professor o momento da realização do

[5] Apesar de esse autor referir-se especialmente a Portugal, acreditamos que situação similar foi vivida no Brasil.
[6] Ver *O ciclo de vida profissional dos professores* de Michael Huberman IN: NÓVOA (1992).

Estágio é propício para tal reflexão. Reflexão essa que, acreditamos, deva permear tanto a formação inicial como continuada.

Estudos no Brasil[7] indicam as dificuldades e fragilidades no processo de formação de professores, especialmente relacionadas à distância entre a formação teórica e o exercício da docência. Para Diniz Pereira "a relação teoria e prática foi um dos problemas que mais fortemente emergiu na discussão da formação de professor. Essa é uma questão recorrente nesse debate, e ainda hoje, não saiu de pauta." (DINIZ-PEREIRA, 2000: 33).

Esta discussão também se apresenta em Candau e Lelis (1983). As autoras problematizam a relação "teoria-prática" na formação do docente/educador questionando a percepção dicotômica e indicando uma visão de unidade nessa relação, adotada por nós nesta pesquisa. A teoria não comanda a prática e vice e versa. Trata-se de uma relação dialética. E essa visão de unidade entre teoria e prática não significa ou deve significar identidade entre estes dois pólos, pois "há uma distinção entre teoria e prática no seio de uma unidade indissolúvel. Esta unidade é assegurada pela relação simultânea e recíproca, de autonomia e dependência de uma em relação com a outra". (CANDAU E LELIS,1983:14)

O papel dos estágios na formação docente

No interior desse complexo campo da formação do professor se insere nosso objeto específico: os significados do Estágio Supervisionado para os estagiários em seu processo de formação como professor de História.

O Estágio seria, a princípio, um *lócus* privilegiado e um momento propício para reflexões críticas sobre o exercício da docência, ou seja, uma possibilidade de realizar a "reflexão-na-ação". Essa forma de conceber o estágio lhe atribui um outro significado no processo de formação docente: contexto para análise, avaliação, redimensionamento e ação. Ou, ainda:

> *"O estágio não se resume à aplicação imediata, mecânica, instrumental de técnicas, princípios e normas aprendidos na teoria. A prática não restringe ao fazer, ela se constitui numa atividade de reflexão que enriquece a teoria que lhe deu suporte. O estágio é um processo criador, de investigação, explicação, interpretação e intervenção na realidade. Não é reprodução automática do já sabido".* (Ludke, Apud DINIZ-PEREIRA, 2000, p. 63)

Pensando assim, em nossa pesquisa estamos considerando o Estágio como parte integrante do corpo de conhecimentos no curso de formação - licenciatura - de professores de História e não mero complemento. Diante disso, algumas questões foram sendo delineadas: os

[7] Ver, entre outros, CANDAU (1983), PIMENTA (1997 e 2004), GARCIA (1998), ANDRÉ (1999), DINIZ-PEREIRA (2000), MESQUITA (2001), NUNES (2001), SANTOS (2002), RICCI (2003).

estagiários do curso de História, ao freqüentarem a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e na Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais possuem espaço, lugar e oportunidade para construir/relatar e discutir sua prática? Como eles compreendem o estágio e que lhe significado lhes atribuem?

Antes de apresentar algumas considerações feitas pelos estagiários que nos permitem – na etapa atual de nossa pesquisa – tecer comentários acerca dessas questões, indicamos a seguir alguns dados que ajudam a delinear o perfil do universo pesquisado.

Tentativa em delinear um perfil dos estagiários pesquisados

A maioria dos estagiários é do sexo masculino (65%); tem entre 23 a 27 anos de idade; exerce alguma atividade com bolsa de Iniciação Científica ou estágio em museus ou, ainda, como docentes em cursos de Educação de Jovens e Adultos ou cursinhos preparatórios para o vestibular. Todos(as) são solteiros(as); moram com os pais e informaram que a renda familiar situa-se na faixa de 5 a 10 salários mínimos. Apenas uma minoria (18% e 24%) assina um jornal diário e/ou revistas semanais[8] respectivamente. Apesar de não serem assinantes, a maioria afirmou ler jornais e revistas (71%) frequentemente. A maioria (60%) diz ir ao cinema freqüentemente. Há uma inversão quanto se trata de teatro: apenas 5% diz ir frequentemente. Quanto à preferência na leitura, em primeiro lugar aparecem os romances seguidos pelos livros científicos. A grande maioria (85%) afirmou não ter participado ou participar de movimentos, associações ou atividades estudantis ao longo de sua presença na universidade ou mesmo quando secundaristas. Todos os estagiários responderam que militar ou ser filiados a partidos políticos.

As respostas em relação à trajetória escolar dos sujeitos pesquisados revelam que apenas uma minoria freqüentou todo o Ensino Fundamental em escolas públicas; dado que se inverte em relação ao Ensino Médio: 53% estudaram exclusivamente em escola pública.

A maioria 70% disse ter freqüentado seu curso universitário no noturno e poucos informaram já ter feito ou estar fazendo outro curso como Administração Pública na Fundação João Pinheiro, Jornalismo ou Relações Internacionais na PUC-MG. Nenhum desses outros cursos está diretamente relacionado com a área da Educação ou com os cursos de Licenciatura, nos possibilitando refletir sobre os motivos ou razões para que tais alunos

[8] As revistas citadas foram: Isto é, Isto é Dinheiro, Veja, Aventuras na História, *Nacional Geografic*, Nossa História, História Viva, Revista em História e Carta Capital.

optassem por cursar História também. Segundo as respostas, a escolha pelo curso de História teve relativa influência de professores da Educação Básica ou familiares. A maioria (88%) respondeu afirmativamente quando perguntados sobre sua pretensão em usufruir profissionalmente de sua formação em História. No entanto, também a maioria (58%) revelou que o curso de licenciatura em História não atendeu as suas expectativas. Outras informações que exigem reflexão são as relativas à adequação do curso para o exercício do magistério: exatamente o mesmo índice (47%) tanto para a resposta "adequado" como para "inadequado". Se para 58% o curso não atendeu as expectativas, como 47% indica avaliá-lo como adequado para a formação docente ou para o exercício do magistério? O que mudou? As expectativas estariam direcionadas para outras questões além do magistério? A avaliação do curso – de forma geral – estaria relacionada à sua organização, estrutura, relações entre professores e alunos, atividades desenvolvidas? A representação ou modelo de ensino/educação oriundos na trajetória escolar encontrou identidade com a prática acadêmica?[9]

As respostas em que aspectos do curso são avaliados também são reveladoras: sobre a distribuição entre as disciplinas da área dita pedagógica e da área dita específica da historiografia 45% avaliou como adequada e 55% como inadequada; 65% não perceberam articulação entre as questões abordadas nas disciplinas do campo historiográfico e as disciplinas pedagógicas; o mesmo índice (65%), no entanto, afirma ter percebido articulação entre as questões abordadas nas disciplinas pedagógicas e as situações de sala de aula do ensino fundamental e/ou médio; 90% dos alunos disseram que a bibliografia utilizada foi adequada. Se reconhecem a adequação da bibliografia, onde estarão as inadequações ou fragilidades? Nas aulas, debates, recursos didáticos, propostas de trabalho, instrumentos de avaliação?

Por fim, mais dados que instigam uma reflexão, especialmente quando a formação docente é o foco da investigação: 58% consideraram que o seu curso de História lhes dava subsídios para a profissão de professor; índice idêntico de alunos que afirmaram que o curso não atendeu as suas expectativas. Qual seria a expectativa ou representação sobre um curso de História? E o que é necessário para se formar um professor? Será que, mais do que perceber diferenças, persiste dicotomias na representação do que deva ser a formação para a pesquisa e da docência?

Os estágios para os estagiários do curso de História

[9] É preciso ressaltar que a maioria (70%) nunca teve experiência como docente ou professor(a).

A diversidade de percepções foi a tônica nas entrevistas realizadas, assim como a atribuição de significados ao estágio realizado[10] parece ter sido alterada do momento da aplicação do questionário e da realização da entrevista, quando alguns já estavam atuando como docentes, reafirmando nosso referencial teórico da necessária reflexão na ação e/ou sobre-a-ação.

Mesmo os que avaliaram o estágio como "pouco proveitoso" para a sua formação indicaram sugestões de outros formatos, espaços além da escola e da sala de aula, maneiras de interação e de participação do(a) estagiário(a) revelando uma postura propositiva.

Para uma das entrevistadas o estágio serviu para que tivesse "a certeza de que não pretendo ser professora", assim como outra revelou: "eu não me dediquei por não pretender exercer a profissão".

Dentre os poucos que já possuíam experiência como docente na Educação de Jovens e Adultos, o estágio foi "importante apenas para conhecer o perfil do público estudantil".

"Importante, mas, foi restrito a um período muito curto" - a questão do pouco tempo dedicado ao estágio foi questionada por muitos. O Estágio Supervisionado no curso de História na Faculdade de Educação/UFMG, em 2005 e primeiro semestre de 2006, período da realização da pesquisa, era proposto apenas no oitavo e último período do curso. Mudanças nessa estruturação estão sendo realizadas devido, especialmente, à ampliação do tempo da disciplina Prática de Ensino.

A maioria dos entrevistados (82%) afirmou que a prática de ensino – ou a reflexão sobre a mesma – foram proporcionadas em outros momentos do curso além do estágio, tais como as disciplina Prática de Ensino I, II ou III oferecidas na FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG) e em debates nas disciplinas como Didática ofertadas na Faculdade de Educação. Tais respostas revelam a ampliação de espaço, senão para a vivência, pelo menos para a reflexão sobre o ensino, para além das salas de aula da FAE.

A leitura e análise dos dados pesquisados até o momento nos permitem afirmar que o Estágio Supervisionado provoca reflexões e traz questões aos participantes em relação ao ensino de História de maneira geral, aos usos dos livros didáticos, da relação professor-aluno, aluno-aluno, das condições para o trabalho docente na rede pública. Os estágios, como estamos preferindo denominar dada a pluralidade de experiências que proporcionam,

[10] A maioria dos alunos fez seu estágio em escolas públicas, tanto federais, estaduais, e municipais

provocam a reflexão sobre a docência, na perspectiva mesmo da inserção ou não na profissão docente.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, Marli. et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. Educação e sociedade, ano XX, n. 68, p. 301-309, 1999.

CANDAU, Vera Maria Ferrão, LELIS, Isabel Alice.A relação teoria-prática na formação do educador. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro (55): 12-18, nov./dez. 1983.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Formação de Professores: Pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GARCÍA, Carlos Marcelo. Pesquisa sobre a formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. Revista Brasileira de Educação, n. 9, p. 51-75, 1998.

_____ . A Formação de professores: centro de atenção e Pedra-de-toque.In: NÓVOA, Antônio (Org.). Os professores e sua formação.Lisboa: Dom Quixote. P.54-76. 1992

GOODSON, Ivor. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e seu desenvolvimento profissional.IN: NÓVOA, A (Org.). Vidas de professores. Porto editora,1995.

NÓVOA, (ORG.), Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PICONES, Stela B. (Coord.). A Prática de Ensino e o estágio supervisionado.Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática? 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência.São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro P. ,Formação do(a) professor(a) e pedagogia crítica. IN:

_____. Problemas e alternativas no campo da formação de professores. Revista Brasileira de estudos Pedagógicos. Brasília: INEP, 72 (172): 318-34. set./dez. 1991.

SCHON, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote. p.77-91

VÁSQUEZ, Adolfo Sánches. Filosofia da práxis; trad.Luiz Fernando Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZEICHNER, Kenneth M. Formação de Professores: contato direto com a realidade da escola. Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte, 6(34): 5-15, jul./ago. 2000.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Alberto Torres e a organização nacional: críticas ao modelo republicano brasileiro (1914)

Priscila Maddalozzo Pivatto*

Resumo: Passados alguns anos da proclamação da República e diante da experiência como personagem da dinâmica interna das instituições públicas do Brasil, Alberto Torres, Ministro de Estado, Deputado Federal, Governador do Estado do Rio de Janeiro e Ministro do Supremo Tribunal Federal, dedicou-se a elaboração de um livro intitulado "A organização nacional". Nessa obra de 1914, Torres apresenta suas críticas ao modelo liberal republicano implementado no país. Segundo seu entendimento, a absoluta impraticabilidade da Constituição de 1891 e a desorganização política explicavam as dificuldades do progresso social e do indivíduo. A análise do seu discurso materializado em livro possibilita reflexões acerca das dificuldades da consolidação da República brasileira, bem como sobre a circulação de idéias por meios impressos no país.

Palavras-Chave: Alberto Torres – Constituição de 1891 – Primeira República.

Abstract: *A few years after the proclamation of the Republic and experiencing the internal dynamics of the public institutions in Brazil, Alberto Torres, Minister of State, Federal Deputy, Rio de Janeiro State Governor and member of the Supreme Court, wrote a book called "A organização nacional"(the national organization). In this 1914 work, Torres criticizes the the liberal republican model implemented in the country. In his opinion, the absolute impraticality of the 1891 Constitution and the political disarrangement explained the difficulties for the social and individual progresses. The analysis of his discourse leads to reflections on the difficulties of the consolidation of the Brazilian republic, as well as on the circulation of ideas through the pressed media in the country.*

Keywords: *Alberto Torres – Constitution of 1891 – First Republic.*

Pensar as relações entre idéias, intelectuais e instituições nos primeiros anos da República brasileira implica analisar livros publicados durante esse período que se debruçam justamente sobre o problema da instauração do novo regime político e jurídico do país. Esse é um dos temas centrais para os pensadores do início do século XX, já que são as inquietações com os destinos do país que estimulavam as interpretações teóricas e práticas da conjuntura

* Doutoranda em Direito pela Universidade de São Paulo – USP.

brasileira. Nesse contexto é importante apontar duas características da produção intelectual. Por um lado destaca-se a independência de grande parte dos escritores, que produziam de forma isolada, sem estarem inseridos em âmbitos acadêmicos bem definidos. Embora de forma retrospectiva seja possível identificar linhagens de pensamentos e tradições teóricas, em geral os intelectuais formulavam suas narrativas de modo individual (BRANDÃO, 2005). Por outro lado, percebe-se que em sua maioria os intelectuais desse momento exerciam funções dentro do aparato estatal republicano. Isso significa dizer que seus estudos e conclusões são frutos também da vivência e da experiência relacionada à dinâmica interna dos arranjos dos poderes estatais. Esses autores não são, portanto, somente observadores das questões nacionais, mas também atores institucionais. Nesse sentido é que os pontos de contato entre história e direito se multiplicam. Num país onde a cultura dos bacharéis vivia um momento de explendor, é nas obras dos publicistas e doutrinadores do direito, geralmente membros do poder público, que podem ser encontradas representações da realidade brasileira da primeira República.

Para os fins desse estudo, optou-se pela análise de um dos livros escritos por Alberto Torres, intitulado "A organização nacional", cuja publicação original foi realizada em 1914. As duas características dos intelectuais anteriormente mencionadas podem ser percebidas em Torres, tendo em vista que era um escritor autônomo cujas criações teóricas eram essencialmente baseadas no exercício de atividades nas esferas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, já que ocupou cargos de Ministro de Estado, Deputado Federal, Governador do Estado do Rio de Janeiro e Ministro do Supremo Tribunal Federal. O próprio autor explicitou que sua crítica ao modelo liberal republicano foi em grande parte resultado de sua frustração com a prática estatal, veja-se:

> *"Ao passar, em 31 de dezembro de 1900, o governo da terra fluminense a meu sucessor, o General Quintino Bocayuva, já não podia ser tão firme – desiludida, como fora, pelos fatos – a minha confiança no regime que havíamos adotado; e quando no decurso de alguns anos de magistratura vim a fazer trato mais íntimo com a Constituição da República, fixou-se em meu espírito a convicção de sua absoluta impraticabilidade. [...] a lei máxima da República não é senão uma roupagem de empréstimo, vestido instituições prematuras." (TORRES, 1933: 9-10).*

Em linhas gerais, "A organização nacional" sustenta a tese de que as dificuldades do progresso do Brasil são devidas a desarticulação e fragmentação do país. A tradição liberal, importada de países estrangeiros e descolada das condições reais do Brasil, acabou minimizando o papel do Estado, deixando o país à mercê dos poderes locais oligárquicos. O

problema do modelo de Estado liberal e republicano aqui implementado seria, na perspectiva de Alberto Torres, de não corresponder a um produto da sociedade civil. Tratava-se, pois, de um modelo transportado para um país carente de uma sociedade liberal. Assim, a desorganização da sociedade exigiria um Estado forte e centralizado para articular o país. Mais do que uma opção propriamente ideológica, a centralização do poder era, no seu entender, um imperativo dos fatos. Um país carente de organicidade só poderia ser reorganizado a partir de uma instituição artificial, o Estado. Deste modo, a nação seria criada a partir do Estado, no qual noções de interesses coletivos viriam suplantar interesses individualistas. Alguns desses traços podem ser percebidos, por exemplo, no seguinte trecho:

> *"O espírito liberal enganou-se, reduzindo a ação dos governos: a autoridade, isto é, o império, a majestade, o arbítrio, devem ser combatidos; mas o governo, forte em seu papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade, num regime de inteira e ilimitada publicidade e de ampla e inequívoca discussão, deve ser revigorado com outras atribuições. A política precisa reconquistar sua força e seu prestígio, fazendo reconhecer-se como órgão central de todas as funções sociais, destinado a coordená-las e harmonizá-las – a regê-las – estendendo a sua ação sobre todas as esferas da atividade, como instrumento de proteção, de apoio, de equilíbrio e de cultura." (TORRES, 1933: 251-252).*

A representação do Brasil feita por Alberto Torres revela um país cuja apreciação de seus estadistas pelas tradições européias e norte-americana acabou sufocando a construção de um regime político coadunado com as peculiaridades locais. A proclamação da República foi, com base na sua interpretação, mais um dos fenômenos transplantados prematuramente para o Brasil. Nesse sentido, sua proposta é abandonar a supervalorização de teorias estrangeiras e realizar uma análise empírica, real, primária e naturalista das condições fáticas do país. A partir de dados concretos, fossem eles históricos, geográficos, sociológicos, seria possível construir instituições públicas mais sólidas, porque harmonizadas às necessidades e anseios da sociedade civil brasileira. Sugere Torres um movimento da prática para a teoria e não na direção contrária, como estava ocorrendo.

> "*À aplicação direta das lições dos filósofos e doutrinadores devem-se os maiores desastres da política contemporânea. Os homens de governo ganharam em preparo teórico, mas os fatos cresceram em variedade e complexidade; e o conflito entre fatos e teorias assumiu proporções gigantescas, porque as doutrinas não têm relação com a natureza dos fatos. Em nosso país esse desencontro manifesta-se em documentos flagrantes.[...] A independência, a abolição e a República foram frutos desta natureza; todas as nossas reformas trazem, assim, o cunho de concepções*

> *doutrinárias, sem o fluido vital de uma inspiração prática, filha do lugar e da ocasião, e sem desenvolvimento ou trabalho de aplicação. O tempo corre; as instituições não se realizam; a sociedade desfaz-se; e vai assim desaparecendo, à falta de sistema vascular e de matéria agregantes – que só a organização social pode suprir e não se gera, em países novos, senão por ação política." (TORRES, 1933: 30 e 35).*

Portanto, Alberto Torres é um intelectual que faz parte de uma tradição de pensadores brasileiros críticos do liberalismo, cujos argumentos são especialmente naturalistas. De modo específico, cabe ressaltar a análise desenvolvida por Torres acerca da Constituição Federal de 1891. Tal como a abolição da escravatura e a proclamação da República, a Constituição seria também uma cópia mal sucedida de arquétipos estrangeiros. "A nossa lei fundamental não é uma 'constituição'; é um estatuto doutrinário, composto de transplantações alheias" (TORRES, 1933: 88). É nessa separação entre prática e teoria que se realiza o dualismo entre o chamado país real e o país legal.

Os ideais constitucionais inseridos no país dentro do arcabouço liberal republicano importado principalmente dos Estados Unidos foram, segundo Torres, um dos elementos responsáveis pela frustração do desenvolvimento e progresso do país. A Constituição figurava como mera lei teórica, deslocada da realidade que não era capaz de regular. Contudo, a crítica não se encerra num vazio legislativo que tal documento normativo implicaria. A Constituição seria em grande parte responsável pelas distorções institucionais do país. A forma como seus enunciados foram elaborados permitiram, de acordo com Torres, retrocessos no regime representativo, desvirtuamento no sistema federativo, permitindo um poder demasiadamente grande aos estados em detrimento da União e o atraso geral do desenvolvimento da sociedade civil brasileira. Nesse sentido, afirmou o autor:

> "*Como obra de estética e de ideal político, [a Constituição] é talvez o mais notável documento da cultura jurídica contemporânea; não sei que haja outra onde as definições e classificações, o rigor e cuidado no distribuir e no desenvolver regras e funções, tenham atingido a tanta perfeição; nenhuma levou tão longe o empenho de proclamar as mais avançadas conquistas da liberdade humana e da democracia. Desde que se sai, entretanto, do terreno puramente abstrato e da contemplação da forma, começam a surgir as lacunas, as imperfeições e incoerências do sistema. Não tendo por fim regular fatos da vida pública do povo e do país, atender às suas necessidades positivas, faltou ao legislador o critério prático, próprio de um trabalho legislativo assentado sobre o terreno da observação e da experiência, único que pode das às leis uma feição inteligível, porque reflete as formas da vida real. [...] mas será preciso dizer que a nossa Constituição é uma coletânea de*

> *normas espúrias, onde se encontram idéias antagônicas, com relação aos pontos vitais mais importantes; que não tem existência real, na vida do país; que, em matéria de regime representativo, retrocedemos para muito aquém da aparência da representação, dos tempos da monarquia; e que o nosso federalismo é justamente o oposto da federação, não tendo fundado a autonomia dos representantes dos poderes estaduais e municipais senão para nos opor à autonomia dos povos, nos municípios e nos Estado, e à vida nacional, na política, do país?" (TORRES, 1933: 88-89 e 232).*

Diante de todas as constatações relacionadas às vicissitudes institucionais do Brasil, realizadas nas seções I – A terra e a gente do Brasil e II – O governo e a política, da obra "A organização nacional", Alberto Torres apresenta na terceira e última parte do livro uma proposta de revisão constitucional para o país. Apesar de fazer a ressalva de que o país precisava de mais do que uma reorganização com rótulo jurídico, o autor entende que alterações significativas no texto constitucional permitiriam que as instituições republicanas do país se rearranjassem em torno de um projeto verdadeiramente nacional.

> *"A revisão da Constituição da República é a pedra angular dessa política. A Constituição vigente não é uma lei nossa e para nós; carta de princípios exóticos, só tem servido para alhear os espíritos da idéia de que a lei não é uma forma, nem um aparelho de compressão, imposto ao país, para moldar-lhe os movimentos, mas o espelho, a tradução, a própria intervenção de seu organismo: lei funcional e bússola de sua atividade, para lhe servir de guia e coordenar-lhe os interesses."(TORRES: 1933, 316).*

Usando um estilo argumentativo bastante direto, com poucas referências a outros autores, Torres desenvolveu uma narrativa interpretativa consistente sobre o Brasil, consignando em texto suas impressões sobre as estruturas institucionais do país cuja influência tanto no nível prático quanto teórico pôde ser mais tarde verificada. As idéias impressas em um livro não são estanques, não se encerram na escrita de seu autor. Ao contrário, essas idéias circulam por diferentes meios, nos quais são apropriadas e reinterpretadas pelos leitores. Não por acaso novas edições desse livro foram lançadas na década de 30, período no qual a recuperação de autores críticos do liberalismo e favoráveis a um modelo de governo forte e centralizado era essencial para o sucesso das novas configurações institucionais que a revolução de 30 fez surgir.

Referências bibliográficas:

BARRETO, Dalmo. **Alberto Torres, sociólogo e jornalista**. Niterói, 1970.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**. v. 48, n. 2, 2005.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **Crise e reorganização nacional**: o pensamento de Alberto Torres. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GENTIL, Alcides. **Idéias de Alberto Torres** . São Paulo: Nacional, 1938.

LIMA, A. Saboia. **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo: Companhia editoria nacional, 1935.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Presença de Alberto Torres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

MENNUCCI, Sud. **O pensamento de Alberto Torres**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1940.

MOTTA FILHO, Candido. **Alberto Torres e o tema de nossa geração**. Rio de Janeiro: Shimidt, 1931.

REZENDE, Maria José de. Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres. **Estudos de Sociologia**, n. 8, 2000.

SIMÕES, Teotonio. **Repensando Alberto Torres**. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/repensando.html>. Acesso em 10 fev. 2007.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. Sociologias, n.13, Porto Alegre, 2005.

TAVARES, José Lino. **Autoritarismo e dependência Oliveira Viana e Alberto Torres**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

VASCONCELLOS, Francisco de. O isolamento político de Alberto Torres. Disponível em <http://www.ihp.org.br/docs/fjrv19980819.htm>. Acesso em 12 fev. 2007.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O paradigma desenvolvimentista: apontamentos para superação de um padrão social

Edmundo Alves de Oliveira [1]

Resumo: O trabalho analisa a reestruturação do Estado Brasileiro nas décadas de 80 e 90 do século XX considerando-a como forma de superar antigas estruturas do Estado e também, como tentativa de constituir novas formas sócio-organizacionais. Metodologicamente, entendemos que mais do que um modelo de definição dos aspectos econômicos o desenvolvimentismo à brasileira acaba por promover novos fundamentos de estruturação das organizações sociais e políticas, bem como, é a pedra angular de uma nova ideologia que mais tarde será expressa pelos militares na pretensão de construir o "Brasil potência". Dessa forma, o desenvolvimentismo no Brasil, constituiu-se em um sistema de organização social que padroniza a ação pública e privada, assentando-as em bases ideológicas e teleológicas autoritárias que definem o desenvolvimento a partir de critérios econômicos, industrializantes e urbanos. O "Estado desenvolvimentista" compreendido, por nós, como elemento primordial de implementação e aprofundamento do "sistema desenvolvimentista" entra em crise primordialmente pelo esgotamento do próprio modelo sistêmico. Assim, consideramos que os limites da reestruturação de um novo Estado estão definidos pelos padrões estruturais da sociedade brasileira gerados pelo "desenvolvimentismo" e ainda não superados.

Palavras-chaves: sistema, desenvolvimentismo, reforma do Estado.

Abstract: We analyzed the reorganization of the Brazilian State in the decades of 1980 and 1990 of the century XX and we considered that the alterations of the State are attempts to overcome the structures of the "desenvolvimentismo". In other words, we understood that the Brazilian "desenvolvimentismo" generated forms of social organizations that have limited a new State formation.
Word-keys: system, "desenvolvimentismo", reforms of the State.

Introdução

A crise econômica mundial do início da década de oitenta, unida às dificuldades enfrentadas pelo Estado nacional em crescente ineficácia, e a contestação de sua configuração e de suas ações desde o final do "milagre econômico" produziram uma realidade que determinou e/ou explicitou o fim do suporte para a elaboração de determinados modelos de

[1] Autor é Doutor em Sociologia pela Unesp/Araraquara-SP. Docente da Universidade Federal de São Carlos e do Centro Universitário de Araraquara/UNIARA.

desenvolvimento, de uma forma organizacional da sociedade e de sua identidade coletiva, constituídos a partir da primeira metade desse século, que aglutinavam, sob o "guarda-chuva" protetor de um Estado centralizado e interventor, interesses heterogêneos internos à sociedade (DINIZ & BOSCHI, 1991; FIORI, 1995A; GOUVÊA, 1994; SCHNEIDER, 1994).

A presença de um Estado centralizado e o fracionamento heterogêneo dos diferentes grupos regionais, setoriais e funcionais da sociedade (diversidade de racionalidade e de interesses não hegemônicos da sociedade civil), dentro de uma tradição patrimonialista e clientelista de atrelamento entre grupos e seus interesses a essa instituição (corporativismo), permitiram a execução do projeto desenvolvimentista pelo Estado, garantindo, assim, sua primazia através de sua estrutura burocrática diante desses outros setores no estabelecimento dos consensos sociais. Essa realidade configura-se com a formulação de alianças extremamente instáveis de interesses heterogêneos, via Estado. Uma ordenação política e social que, durante essas últimas décadas, entra em colapso e, ao mesmo tempo, vem impossibilitando a formulação de um novo consenso e modelo alternativo a essa realidade. Pois, devido ao fim das alianças que o sistema promovia entre os interesses privados no Estado, torna-se conflituosa a convivência dos diferentes grupos sociais (com interesses e racionalidades próprias). A falência do desenvolvimentismo também desfez a funcionalidade em níveis adequados das alianças entre interesses privados através dos grupos burocráticos do Estado (que também desenvolveram interesses próprios) e acabou por torná-los todos concorrentes na disputa pelo poder e pelas cada vez menores - devido a dificuldades econômicas -, benesses do Estado (OLIVEIRA, 1997)

O Sistema Desenvolvimentista

O conceito de sistema nos parece muito promissor na definição de uma proposta de análise do desenvolvimentismo ao longo de meio século e pertinente para caracterizá-lo como uma forma estruturada de organização social, um modelo de desenvolvimento e uma perspectiva de futuro. Assim alinhavar acontecimentos que nos permitirão compreender em conjunto de mais de quatro décadas com diferentes governos e regimes, bem como, na indefinição de uma reestruturação do Estado e em conseguinte um novo modelo de desenvolvimento.

Não obstante, cabe-nos aqui observar que o desenvolvimentismo aparece mais claramente como um sistema acabado a partir da era JK e principalmente em sua última fase -

com o golpe de estado de 1964 -, mas as bases de sua estrutura e o seu padrão funcional podem ser percebidos desde o primeiro governo Vargas.. Assim, consideramos como não poderia deixar de ser, o desenvolvimentismo como um produto de conflitos e opções sociais que se moldaram ao longo de décadas[2].

O sistema desenvolvimentista proporcionou o surgimento de um princípio organizativo e burocrático que atua de forma a se ampliar obrigando a organização tanto do Estado como da sociedade a assumirem a sua lógica e limites de atuação (técnico-burocratizada).

As vantagens técnicas da racionalização burocrática como centro articulado de um Estado centralizado e interventor e que subjuga os partidos políticos e atrela as organizações sociais fizeram com que surgisse um espaço fértil para a propagação dessa estrutura e de seus ideais diante dos outros setores.

O corporativismo dá funcionalidade para a exacerbação do desenvolvimento como sistema de organização das redes de solidariedade social e da constituição de processos que garantiram a participação dos interesses privados organizados - dentro dos parâmetros corporativos - na arena decisória do Estado. Dessa forma, também, especificando a constituição da identidade coletiva. É através do corporativismo e da nova base de solidariedade e identidade coletivas que o clientelismo e o patrimonialismo são reelaborados e redefinidos como formas e gramáticas de ação e intercâmbios entre os diversos interesses que se encontram na arena decisória do Estado nacional.

O populismo é a expressão política do desenvolvimentismo e se constitui em um de seus principais elementos. Pelo seu aporte específico, que possibilitou a agregação da grande massa social e interesses marginal ao modelo definido de organização social, o populismo, representou também uma grande força mobilizadora da sociedade principalmente à classe operária.

O sistema desenvolvimentista opera com a centralização do poder no Estado e ao mesmo tempo com a incorporação dos mais diversos interesses sociais ao longo do tempo com a finalidade de manutenção da ordem social e constituição de um ambiente o mais propício possível ao desenvolvimento econômico posto em prática. Sendo assim, a organização partidária e o modelo político, erigidos no Estado Novo, estão atrelados ao sistema que veio se organizando, dele depende e a ele se operacionaliza via o clientelismo que

[2] Os trabalhos de Sola (1998) e de Bielschowiski (1996) são análises que privilegiam esses acontecimentos, demonstrando como ocorreram os conflitos entre grupos diferenciados na conquista do controle político e ideológico do que agora definimos como desenvolvimentismo.

lhe é fundamento.

A arquitetura da arena político-partidária constituída já dentro do padrão desenvolvimentista buscava sobre tudo a legitimação do sistema e a domesticação dos mais diversos grupos - de toda a sociedade. Sendo uma organização política de massa, o populismo buscava dar forma organizativa e espaço participativo na arena decisória, mesmo que de forma muito restrita, aos mais diversos grupos da sociedade e, dessa forma, atrelar o máximo de apoio possível ao sistema. Essa legitimidade era conquistada através de formas clientelistas sob a égide dos processos alicerçados no corporativismo que lastreavam as formas meritocráticas de ação do Estado.

O processo de constante incorporação das massas a esfera política do populismo e o apoio a constituição de grupos de interesse (corporativos) acarretaram uma forte pressão sobre o sistema que ultrapassaram os limites possíveis ao clientelismo e a institucionalização de interesses no Estado. O processo de politização das massas controlada entra em crise. Pressões e distúrbios ao "sistema desenvolvimentista" exigem transformações no modelo de organização política.

As crises do populismo não geraram uma crise sistêmica, pois a burocracia do Estado absorvia aos poucos as funções de legitimação e de distribuição das benesses do Estado (clientelismo) através dos anéis burocráticos.

Assim, racionalização e burocratização do Estado ganharam especificidades. A burocratização, enquanto parte de um dos principais pilares do sistema criou processos garantidores do crescimento através de reestruturação do intervencionismo estatal via a concentração de poder no Executivo federal e depois a descentralização pelas agências burocráticas a ele ligadas. O que vai imprimir também forma e direção única à qualquer sinal de disfuncionalidade do sistema, qual seja: produzir uma centralização ainda maior nas mãos do Executivo, conseqüentemente um reforço à liberdade e capacidade de atuação das agências burocráticas a ele ligadas, definindo, assim, a forma operacional do desenvolvimentismo e sua maneira de evitar as crises como uma concentração-descentralização do poder (MARTINS, 1985) e uma permanente "fuga para frente" (FIORI, 1995a).

Ao mesmo tempo em que o "sistema desenvolvimentista" apóia-se no princípio da racionalização e burocratização do Estado e em seu reforço, também, elabora o corporativismo como um de seus fundamentos na organização das redes de solidariedade social e seus processos que garantem a participação do interesses privados organizados (de forma corporativa) na arena decisória através da reelaboração do patrimonialismo e do

clientelismo (anéis burocráticos) e da primazia do Estado diante da sociedade, dessa maneira, especificando a identidade coletiva.

Esses subsistemas e processos garantidores permitiram ao desenvolvimentismo constituir um arcabouço ideológico que formula a própria nacionalidade brasileira através dos processos de elaboração da solidariedade social e da identidade coletiva. Sendo assim, o "sistema desenvolvimentista" permanece operacional e suportando várias crises, tornando-se disfuncional apenas quando não mais consegue manter o crescimento econômico e incorporar novos agentes sociais criados pelo seu próprio funcionamento e pela conseqüente crescente complexificação da sociedade. Dessa forma torna-se inoperante a racionalidade de seu Estado (interesse público) o que mina a sua legitimidade gerando uma crise sistêmica fundamentada na sua deslegitimação política por parte dos agentes privados - beneficiados ou não pelo sistema - e na incapacidade operacional (déficit de racionalidade daí decorrente) em manter funcionais seus princípios teleológicos. Crise político-sistêmica que expressa a inoperância dos processos definidos pela racionalização e burocratização, pela forma de organização social e de sua identidade e pela incapacidade da participação da grande diversidade de interesses na arena decisória, constitui-se, assim, na falência do desenvolvimentismo e das bases reais que definem a nacionalidade.

As reestruturações do Estado produzidas depois do retorno à democracia e em suas várias formas são a expressão dessa crise e de como ela vem sendo deglutida pela sociedade, além, de uma demonstração dos caminhos formulados para a sua superação e para a elaboração de um novo consenso social, ou seja, a constituição das bases de definição de um novo interesse público que origine quiçá um novo projeto de desenvolvimento e de nacionalidade ao País como um todo (um novo projeto nacional).

Conclusão

A realidade da década de 80 com o protecionismo, as altas taxas de juros, o aumento da dívida externa e interna, da inflação e da recessão, entre tantos outros indicadores demonstram a existência de contradições e inoperâncias no modelo de organização da sociedade como um todo e não apenas sintomas de uma crise conjuntural da economia. A incapacidade dos governantes de perceberem estes fatos como oriundos de um mesmo problema que é a falência do modelo a que tudo isso estava atrelado pode explicar em termos a ineficácia do programa de desburocratização (Beltrão, 1981) do governo Figueiredo e as proposta de pacto social, de democratização e de estabilidade econômica da pactuada Nova

República (MANTEGA, 1984), bem como certos resultados da assembléia constituinte e o próprio Governo Collor e de Cardoso.

A constatação da realidade dos fatos da década de 80 começa a se dar através da iniqüidade do combate seus efeitos econômicos. Segundo Jaguaribe (1989) o combate à inflação aparece como contraponto à definição da profunda crise pela qual passa o Brasil no período. Uma situação que afeta todos os setores e, de acordo com Bresser Pereira (1985), acaba levando o País da união nacional à incerteza[3] ou como define Velloso (1991) a um Brasil sem projeto e com grandes impasses na definição do espaço público, onde devem interagir, **sob determinadas regras** (consensuais), os interesses privados.

A crise de governabilidade (MARTINS, 1995 a e b) e/ou de governança (MARE/ENAP, 1995)[4] decorrente desse contexto de crise político-sistêmica institui uma fase destrutiva e negativa, no início da década de noventa, para o Estado, agravando as condições de sua estrutura e, assim, produzindo a falência de sua capacidade de avaliação e atuação que chega ao limite com a estagnação econômica e os casos de corrupção no Governo. A concepção negativa do Estado criou uma realidade que minimizou o uso da capacidade técnica que havia sido conquistada dentro da estrutura do Estado, chegando a ponto de destruí-la. Fatos advindos da disfuncionalidade do "sistema desenvolvimentista" geram uma situação conflitiva entre os diversos interesses particulares, sejam eles privados ou da esfera estatal, dessa forma, colocando em competição acirrada os antigos aliados dos anéis burocráticos e não apenas constituídos por uma crise econômica ou falta de patriotismo e de interesse dos agentes sociais.

Desta nova conjuntura, emana do debate político uma variada gama de documentos e ações para a reconstrução do Estado com contornos mais definidos, mas não totalmente convergentes nos seus fundamentos institucionais, capacidade de ação e gerenciamento diante das outras esferas da sociedade e, assim, aparentemente sem potencialidade de elaborar um consenso social que possibilite lastrear um novo modelo organizacional para a sociedade.

---

[3] A natureza pactuada que origina a Nova República mostra a incapacidade e de se constituir num novo consenso (CAMARGO, 1990) - pacto social (MANTEGA, 1984) -, dentro do desenvolvimentismo (FIORI, 1993 e 1995 a), devido às indecisões governamentais (Cruz, 1982) e desmandos políticos (Couto, 1993) e a própria necessidade de redefinição do que é público, do que é privado e, também, a nova forma, como estes devem se interagir. Começa a ficar claro a necessidade de elaboração de um novo projeto nacional, que possibilite definir em outras bases a forma de interação entre os vários interesses, bem como, os seus fundamentos.

[4] MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado, ENAP - Escola Nacional de Administração Pública.

Bibliografia

ABRANCHES, H. H. A reforma do Estado: premissas, princípios e propostas, in: VELLOSO, J. P. R (coord), *O leviatã ferido*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1991

ABRUCIO, F.L. O impacto do modelo gerencial na administração pública; um breve estudo sobre a experiência internacional recente. in *Cadernos ENAP*, n. 10, 1997.

ALBUQUERQUE, R. C. Revisão do Estado brasileiro in: VELLOSO, J. P. R. (coord.), *O leviatã ferido*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991

AMARAL FILHO, M. J. T. *Privatizações no Estado Contemporâneo*, São Paulo: Ícone, 1996.

ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas ?, in: *RBCS*, número 31, ano 11, 1996.

BOSCHI, R. (org.), *Corporativismo e desigualdade*, Rio de Janeiro: Rio Fundo ed, 1991.

BRESSER PEREIRA, L.C. *Reforma do Estado para a cidadania*. A Reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Ed. 34, Brasília: ENAP, 1998.

CAMARGO, A. As duas faces de Janus: os paradoxos da modernidade incompleta, in: VELLOSO, J. P. R, *A Crise brasileira e a modernização da sociedade,* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

CARDOSO, F. H. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil, São Paulo: Difusão Européia, 1972.

COIMBRA, M. E. P. Alguns comentários acerca do déficit público e privatizações, in: *Reforma do Estado*, ENAP/Caderno, vol. 2, número 4, 1994.

DINIZ, E. Em busca de um novo paradigma: A reforma do Estado no Brasil dos anos 90, Caxambu, mimeo, 1996. (ANPOCS).

DINIZ, E. & BOSCHI, R. O corporativismo na construção do espaço público, in: BOSCHI, R. (org.), *Corporativismo e desigualdade*, Rio de Janeiro: Rio Fundo ed, 1991

DRAIBE, S. *Rumos e Metamorfose*, São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FIORI, J. L. O federalismo diante do desafio da globalização, in: AFFONSO, R. B. A. & SILVA, P. L. B. (orgs.) *A federação em perspectiva : ensaios selecionados.* São Paulo. FUNDAP, 1995a.

FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*, Rio de Janeiro: Insight, 1995b.

GOMES, A. C. *A invenção de Trabalhismo*, Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOUVÊA, G. P. *Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil*, São Paulo: Paulicéia, 1994.

HABERMAS, J. *Mudanças estruturais na esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

HOLANDA, N. As empresas estatais e a reforma do Estado brasileiro, in: VELLOSO, J. P.R, *Crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1992.

IIANNI, O. Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930 1970), Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1971

JAGUARIBE, H. *Alternativas do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

LAMOUNIER, B. (org.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, São Paulo: Idesp, 1990.

LEITE, A. D. Nova Constituição e desenvolvimento, in: VELLOSO, J. P. R, *A Crise brasileira e modernização da Sociedade*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

MANTEGA, G. *A econômica política brasileira*, 2 ed, São Paulo: Pólis, 1984.

MARCELINO, G. *Evolução do Estado e reforma administrativa*, Brasília: DF, Funcep/ENAP, 1987.

MARE/ENAP. Plano Diretor da reforma do Estado, 1995.

MARTINS, L. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: Uma visão geral, in: *Cadernos ENAP*, n 8, Brasília: ENAP, 1995a.

MARTINS, L. Crise de poder, Governabilidade e Governança, in: VELLOSO, J. P. R. & Albuquerque, R. C. (coord.), *Governabilidade e reformas*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995b.

MONTEIRO, P. Globalização , identidade e diferenças, in: *Novos Estudos Cebrap*, n 49, nov. 1997.

NARDINI, C. República e coronelismo, in: *REV. ESTUDOS*, vol. 16,n 4, 1989.

NUNES, E. O. Tipos de capitalismo, instituições e ação social: notas para uma sociologia política no Brasil Contemporâneo, in: *DADOS*, vol. 28, 1985, Iuperj.

O'DONNELL, G. Reflexões comparativas sobre políticas públicas e consolidação democrática, in: MOURA, A. S. *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*, São Paulo: Vértice, 1989.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, E. A. Reestruturação do Estado no pós milagre: O conflito de grupos de interesse sob a égide do corporativismo. dissertação de mestrado - UNESP - Araraquara, São Paulo, 1997, (mimeo).

RODRIGUES, L. M. *Quem é quem na Constituinte*, São Paulo: Oesp Maltese, 1987.

ROSSETTO, M & MALDONADO, C. O PT e a reforma administrativa do aparelho do Estado brasileiro, mimeo, 1995.

RUA, M. G. Democratização, sindicalismo e neutralidade da burocracia: o caso do Banco do Brasil, paper apresentado na 18(Reunião da ANPOCS, mimeo, 1994.

SAES, D. A. M. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina, in: DAGNINO, E.(org.), *Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1994.

SADER, E., A nova retórica da Nova República, in: SANDRONI, P. (org.), *Constituinte, Econômica e Política da Nova República*, São Paulo: Cortez ed, 1986.

SCHNEIDER, B. R. Burocracia pública e política industrial no Brasil, São Paulo: Sumaré, 1994.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*, Rio de Janeiro: Campus, 1982.

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TRINDADE, H. Bases da democracia no Brasil: lógica liberal e práxis autoritária (1822 1945), in:

URICOCHEA, F. O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no séc. XIX, Rio de Janeiro: 1978.

VELLOSO, J. P. R. & ALBUQUERQUE, R. C. (coord.), *Governabilidade e reformas*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995A.

VELLOSO, J. P. R. (coord), *Crise do Estado e a retomada do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: 1992.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória e produção de saberes em museus de história

Helena Maria Marques Araújo[1]

Os espaços educativos não-formais

Nos últimos anos cresceram as pesquisas que analisam os processos de ensino em espaços não-formais na perspectiva dos estudos sobre transposição didática e/ou recontextualização. Os museus de História, assim como outros espaços educativos não-formais, são produtores de saberes próprios. Este trabalho tem o intuito de valorizar esses saberes, produtos da experiência social e cultural, da memória, gerados em espaços educativos diferenciados do espaço da escola. Neste estudo procuramos entender o processo de produção do discurso expositivo nos espaços educativos não-formais e analisar o discurso pedagógico e suas formas de transmissão e aquisição da memória social.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999), *toda cultura é pedagógica e toda pedagogia é cultural.* Por exemplo, ao analisarmos diversos programas de televisão vemos que eles educam, mesmo que não tenham o objetivo explícito de ensinar. Por outro lado, toda a pedagogia está inserida num contexto histórico e cultural. Todo conhecimento se constrói, portanto, num sistema de significados. Sendo assim, a escola não é o único "lugar de conhecimento" e, portanto, de transformação de subjetividades e construção de identidades. Existem outros espaços educativos, como os espaços de memória que também educam - espaços não-formais de educação.

Os museus, arquivos, locais de exposições e outros lugares de memória possuem cultura própria, ritos e códigos específicos. No caso do nosso estudo, nosso foco está centrado nos museus, que apresentam universos particulares com lógica própria. Faz-se necessário então, a busca de caminhos para a construção de uma pedagogia de museus como nos afirma Marandino (2000).

---

[1]Mestre em Educação pela PUC-Rio. Professora Assistente de História do Instituto de Aplicação – CAP/UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), professora substituta de Didática Especial de História e Prática de Ensino de História da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e professora de História do Colégio Rio de Janeiro.
Este texto foi originalmente apresentado no Congresso da Anpuh Regional– RJ em julho de 2006 e encontra-se no prelo para a Revista do CEOM.

Vários motivos levam os professores a buscar os espaços educativos não-formais como lugares alternativos de aprendizagem. Dentre tais objetivos estariam a apresentação interdisciplinar dos temas, a interação com o cotidiano dos estudantes e, por fim, a possibilidade de ampliação cultural proporcionada pela visita. Assim, as visitas teriam o objetivo de fazer uma alfabetização científica do cidadão. Para isso trabalha-se com elementos de relevância social que informam os indivíduos e os conscientizam de problemas político-sociais.

A escola e o museu têm diferentes propostas e são diferentes espaços educacionais. A escola é o espaço privilegiado de aquisição do saber hegemônico. É o lugar central como espaço de educação.

Já no museu se produz um saber próprio, o saber museal. Logo, a relação dos sujeitos com a produção e aquisição do saber no museu também é diferente. Daí, a necessidade de se criar modelos pedagógicos próprios.

Segundo Marandino (2000), alguns autores tem procurado diferenciar escolas e museus frisando as particularidades de cada um desses espaços educativos. Essa autora apresenta um quadro-síntese (2000, p. 202) pautando-se em algumas diferenças propostas por Allard et alii (1996). Baseando-nos naquele, fizemos uma nova diagramação para apresentar tal quadro abaixo. Portanto, estabelecemos as seguintes relações:

- quanto ao objeto: na escola deve instruir e educar, já nos museus deve recolher, conservar, expor e estudar;
- quanto ao cliente:na escola ele é cativo e estável, por outro lado no museu é livre e passageiro;
- quanto à atividade: fundada no livro e na palavra na escola, já no museu fundada no objeto;
- quanto ao programa: na escola é imposto, pode fazer diferentes interpretações da lei, mas deve ser fiel a ela; no museu as exposições são próprias ou itinerantes e suas atividades pedagógicas dependem de sua coleção;
- quanto ao tempo: na escola, de um ano; no museu de 1 a 2 horas.

Atualmente o público é o elemento central para a elaboração das exposições e programas culturais e educacionais oferecidos nos museus.

Nos últimos anos alguns pesquisadores estão se dedicando ao estudo das possibilidades e caminhos educacionais nos museus de ciência. Tais estudos estão se

estendendo aos museus de história, antropologia e ciências afins. Em todos eles percebemos a necessidade de se construir e/ou aprimorar uma pedagogia museográfica pautada e adaptada em conceitos de transposição didática ou de recontextualização.

Breve histórico sobre os museus

"Os museus podem ser considerados reflexos de concepções de ciência vigentes em determinados momentos históricos." (Marandino, 2000, p. 190.)

Os estudiosos dos museus afirmam que estes possuem um caráter educacional vinculado à sua própria origem, logo desde o início se configuravam como espaços de pesquisa e ensino.

Nos séculos XV e XVI os Gabinetes de Curiosidades, por exemplo, não tinham preocupação científica ao expor os fragmentos da natureza. Apresentavam um conhecimento enciclopédico. Somente ao final do século XVIII o enciclopedismo acaba gerando uma preocupação educativa do museu.

A partir do século XIX os Gabinetes foram substituídos pelos museus científicos. Estes refletiam a necessidade de ordenação do mundo natural e de organização das coleções.

O processo de mudança da relação do público com o museu foi bem devagar. Até 1914 os museus não foram espaços democráticos ou em processo de democratização.

Somente no século XX se proliferaram museus que queriam divulgar as coleções com base em propósitos mais populares, aumentando assim, a popularização do saber dos museus, especialmente na França. Cabe lembrar que isto não atinge de forma uniforme a todos os tipos de museu, sem dúvida os museus de ciência e tecnologia tiveram um papel preponderante no estreitamento das relações museu- escola.

Nas últimas décadas um dos alicerces da nova museologia é a questão educacional. Os Anos 80 foram marcantes na história dos museus de ciência do Brasil devido à preocupação e busca por uma função educativa. Por exemplo, poderíamos citar nesta linha o Museu do Instituto Butantã, em São Paulo, dentre outros.

Também nos Anos 80 proliferaram os chamados "museu vivo ou interativo". Atualmente eles sofrem críticas no Brasil e no mundo inteiro.

Nos últimos anos surgiram diversos programas educacionais proporcionados pelos museus de ciência em parceria com as escolas. Segundo Marandino (2000), poderíamos agrupá-los em:

- Programas de atendimentos a visitas escolares, por exemplo: no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq (Rio de Janeiro), no Museu da Vida da FIOCRUZ (Rio de Janeiro) e na Estação Ciência da USP (São Paulo);
- Programas de Formação de Professores: no Espaço Ciência de Olinda (Pernambuco), no Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dentre outros;
- Programas de Produção de Material para Empréstimo: nos Museus de Zoologia, de Anatomia Veterinária e de Oceanografia da USP etc.

Com certeza os museus e Centros de Ciência ainda tem muito a ensinar aos museus de História. Porém, sabemos que ao longo dos séculos e de forma lenta, os museus de uma forma geral foram alcançando um maior público e se democratizando no acesso.

Por uma nova pedagogia dos museus

Nas últimas décadas, a questão educacional passa a ser um dos alicerces dessa nova museologia como afirmamos acima. Sendo assim, as exposições nos museus nos trazem a necessidade de tornar acessível as informações científicas para o público em geral. Quando o museu passa a ser visto como um local de divulgação e educação, urge o estudo sobre a necessidade da transposição didática do conhecimento científico segundo o conceito de Chevallard, ou de recontextualização, segundo o conceito de Bernstein. Esses dois conceitos dizem respeito às transformações que o saber científico sofre ao passar para o contexto do ensino.

Para Chevallard a transformação do saber científico no âmbito do ensino é fundamental. Segundo o autor, é na *noosfera* que ocorrem as transformações do conhecimento com as finalidades do ensino. O saber sábio, ou saber científico, ao se transformar em saber ensinado é descontextualizado, naturalizado, despersonalizado e

descontemporaneizado. O saber sábio ao ser transposto produz um novo saber, que é a produção de conhecimento no espaço escolar. Estas transformações são feitas tanto por órgãos oficiais de educação, universidades, quanto pelos pesquisadores, professores, divulgadores etc.

Por outro lado, Bernstein nos remete ao conceito de recontextualização. Esse conceito enfatiza a transferência dos textos entre diferentes contextos de produção e reprodução. "Desse modo, uma das principais diferenças entre esses conceitos, ao nosso ver, está no papel do processo social na transformação do conhecimento científico." (MARANDINO, 2005, p.5)

Segundo Marandino (id.), Chevallard considera que os processos de transformação do saber sábio se dão na *noosfera*, não problematizando as relações de poder presentes nesta. Já para Bernstein, o conceito de recontextualização deve ser analisado à luz das teorias de reprodução, com destaque essencial à forma, regras e princípios de produção e reprodução do discurso pedagógico. Sendo assim, para Bernstein todo discurso pedagógico de prática de ensino é recontextualizador, pois possui um princípio recontextualizador que age seletivamente sobre outros discursos, se apropriando segundo uma ordem social própria.

Por fim, faz-se necessário que compreendamos que os museus possuem cultura própria, daí estarem repletos de particularidades e por isso, demandarem uma prática pedagógica específica. No discurso expositivo nos museus /exposições apresenta-se uma nova produção devido aos processos recontextualizadores, como nos afirma Marandino no trecho abaixo.

> *"Por entendermos que as exposições de museus são unidades pedagógicas, acreditamos que os processos de constituição do discurso expositivo podem ser compreendidos a partir de analogias com a noção de discurso pedagógico em Bernstein. Do mesmo modo, pode ser um referencial teórico útil para o estudo dos mecanismos de recontextualização e produção de conhecimento, presentes em exposições e demais atividades educativas desenvolvidas nos museus de ciências."(id., p.6)*

Rememorar em direção ao futuro

Segundo Marandino (2000), não se trata de opor o museu à escola, mas de definir as especificidades relacionadas ao lugar, ao tempo e aos objetos no espaço do museu, o que é essencial deve ser incluído na formação de educadores numa didática de museu. Nesse

sentido, penso que poderíamos, com as suas devidas proporções e particularidades, ampliar esse entendimento não só para os museus, como para outros espaços educativos não-formais em geral, como o de exposições, arquivos públicos, centros culturais etc.

Quando os professores procuram os museus querem e desejam encontrar um lugar alternativo à aprendizagem, além de se depararem com temas apresentados de forma interdisciplinar. Isto é fundamental para que possamos pensar que precisamos ampliar a parceria dos museus com as universidades, secretarias municipais e estaduais para a realização de cursos de formação de professores em todos os níveis. Além disso, é muito importante a implantação de pesquisas nos museus e investigações sobre a relação museus/espaços culturais e escola. Esses estudos darão subsídios maiores aos programas educativos e culturais desenvolvidos nessas instituições para que se estabeleça uma parceria museu/escola. Para que isso aconteça há que se admitir e estudar previamente a existência de uma cultura escolar e de uma cultura museal.

Com certeza, os museus de ciência e Centros de Ciência, que estão com esse tipo de trabalho educacional bem mais encaminhado, terão muito a ensinar aos museus de História no plano da dimensão educacional.

A participatividade e a interatividade dos museus de ciências e técnica estenderam seus tentáculos a museus como os de história, arqueologia, etnografia e ciências naturais através sobretudo do advento de novas tecnologias. A base filosófica dessas mudanças reside na democratização do acesso ao saber que estão "depositados" nos museus.

"Hoje, a função da memória é o conhecimento do passado que se organiza. Ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era vidência e êxtase." (Bosi, 1979, p.89)

Como nos afirma no trecho acima Ecléa Bosi, a função da memória hoje é o conhecimento do passado. Mas, para os gregos antigos memória significava vidência e êxtase. É com tal alegria e êxtase que esperamos que nossos alunos e alunas consigam perceber e apreender nossa memória através também de vivências extra-muros escolares. A preservação daquela torna-se fundamental para o experimento de vivências pedagógicas diferenciadas para nossos estudantes, assegurando, com certeza, uma ampliação de sua cidadania.

Esperamos assim que nossos alunos percebam a memória como esta aparece no conceito de rememoração em Walter Benjamin, segundo a leitura de Galzerani (2004):

> *"Neste sentido, rememorar não significa para Benjamin um devaneio ou uma evasão em direção a um passado, do qual o sujeito não quer mais emergir. Rememorar é partir de indagações presentes, para trazer o passado vivido como opção de buscas atenciosas, em relação aos rumos a serem construídos no presente e no futuro. Não se trata apenas de não esquecer o passado, mas de agir sobre o presente."(id., p.295)*

Referências Bibliográficas

ALLARD, M. et alii. La Visite au Musé. In: Réseau. Canadá, Décembre 1995/jan. 1996.

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiróz, 1979.

CANDAU, Vera Maria. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____ (org.). Reinventar a escola. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____(org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHEVALLARD, Y. La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e (re)invenção educacional: uma tessitura coletiva na escola pública. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). Educação, memória, história: possibilidades, leituras. Campinas,SP: Mercado de Letras, 2004.

LE GOFF, Jacques. Calendário. In: Enciclopédia Einaundi. Memória- História, v.1, 1990.

MARANDINO, Martha. Museu e escola: parceiros na Educação científica do cidadão. In:

CANDAU, Vera Maria (org.). Reinventar a escola. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

_____. A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciência. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos.vol. 12 suppl.0 Rio de Janeiro: 2005. Print ISSN 0104-5970.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Solidão tanto quanto possível: anotações de um diário de viagem ao Brasil de Maria Graham

Marina Haizenreder Ertzogue[1]

Resumo: Este texto trata da solidão na narrativa de Maria Graham, autora do *Diário de uma viagem ao Brasil durante os anos de 1821, 1822 e 1823.* A primeira visita da escritora inglesa ao Brasil foi em 1821, a bordo da fragata *Doris,* comandada pelo seu marido Thomas Graham, capitão da Marinha Real Inglesa. Após a morte do esposo, Maria Graham regressou, novamente, ao Brasil. Conviveu com a nobreza imperial, freqüentou festas e jantares na Corte e também foi convidada para ser preceptora da princesa Maria da Glória, filha do Imperador D. Pedro e da Imperatriz D. Leopoldina. Na condição de viúva e estrangeira, ela não conseguiu superar a solidão. Este texto propõe uma releitura do *diário* de Maria Graham na perspectiva da sensibilidade da narradora.

Palavras-chave: Maria Graham, diário de viagem, sensibilidade

Abstract: This article is about the solitude in the writings of Mary Graham, author of *Diário de uma viagem ao Brasil durante os anos de 1821, 1822 e 1823. (Journal of a voyage to Brazil: and residence there during part of years: 1821, 1822, 1823.)* Her first visit to Brazil was in 1821, aboard the ship *Doris*, lead by her husband Thomas Graham, who was a captain in the British Royal Army. After her husband's death, Mary Graham returned to Brazil. She lived among the imperial aristocracy, attended parties and dinners in the Court. Also, she was invited to be the preceptor of the princess Maria da Glória, daughter of the Emperor D. Pedro and the Empress D. Leopoldina. Being a widow and a foreigner, she never managed to prevail over her loneliness. This text proposes a reading of Mary Graham's journal, in the perspective of the author's sensibility.

Key-words: Maria Graham, Journal of a voyage, sensibility.

A história das sensibilidades consiste na escrita de uma história a partir do ponto de vista de uma emoção em particular. Este texto trata da solidão na narrativa de Maria Graham, autora do *Diário de uma viagem ao Brasil durante os anos de 1821, 1822 e 1823 e* do *Esboço biográfico de D. Pedro I, com uma noticia do Brasil e do Rio de Janeiro no seu tempo.*

A solidão levanta diversas questões, como: do que as pessoas sentem falta? Quais são as suas expectativas? O que as faz considerarem-se incompletas em si mesmas? Sobre a solidão, poderíamos, ainda, discorrer a cerca do sentimento de quem não está na pátria.

[1] Doutora em História Social pela USP
Professora do Departamento de História da UFT

Antonio Paulo Rezende escreveu sobre esse sentimento: *se as solidões que vamos construindo na história têm representações que fogem até mesmo ao especifico da linguagem é impossível se pensar a história sem o social, sem a existência do outro.* [2] A escrita da sensibilidade está expressa na literatura de viagens, até então, analisada apenas como expressão de fontes históricas.

O tema da solidão apareceu na escritura dos diários íntimos, gênero literário muito apreciado na era vitoriana, como demonstra Alice James, irmã invalida de William e Henry James, escreveu no seu diário, em maio de 1889: *Penso que, se puder adquirir o hábito de escrever um pouco sobre o que acontece – na verdade, o que não acontece -, perderei um pouco desse sentimento de solidão e desamparo que me acompanha.* [3]

Um diário é essencialmente uma narrativa na primeira pessoa, onde o autor busca uma cumplicidade com o leitor, na condição de protagonista da história. Em relação ao tempo, o diário se diferencia de outros gêneros literários pelo fato de não manter uma forma narrativa sob retrospectiva, como acontece com a memória, a biografia e a autobiografia. Ele se atém ao momento presente, registrando no dia-a-dia fatos e eventos.

Diferente do diário intimo, que em sua maioria, tinha aspirações limitadas em relação à leitura. *É bom que esse diário se destine exclusivamente aos meus olhos,* [4] escreveu em 1849 G. L. Reed, um fazendeiro da Pensilvânia, o diário de viagem continha em si um repositório de ambições mais abrangentes. Maria Graham escreveu na abertura de seu diário:

Ainda que a idéia de uma eventual publicação não tenha sido estranha à redação desse diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada de muitos meses naquele país, muitas circunstâncias imprevistas forçaram ainda a autora a revê-lo antes de ser entregue ao prelo.[5]

Temos um número relativamente pequeno de mulheres que deixaram uma escrita sobre si como redatoras de diários de viagens. Alguns exemplos mostram que muitas delas viajaram na companhia do esposo, como é o caso de Adèle Toussaint-Samson, autora de *Uma Parisiense no Brasil, Elizabeth Cary Agassiz, co-autora do livro Viagem ao Brasil. 1865-1866,* além da baronesa Langsdorff, autora de *Diário de sua viagem ao Brasil, 1842-1843*, *e* a própria Maria Graham que escreveu entre outras obras: *Diário de uma Viagem ao Brasil.*

---

[2] REZENDE, Antonio Paulo. *As seduções do efêmero e a construção da história: as múltiplas estações da solidão e os círculos do tempo*. ERTZOGUE, Marina & PARENTE, Temis Gomes. (orgs) Historia e sensibilidade. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 48-49.

[3] The Diary of Alice James, ed Leon Edel, 1964, p. 25, apud. GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 364.

[4] GAY, Peter. P. 360.

[5] GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1990, p. 19. (Coleção reconquista do Brasil, 2 serie, v. 157).

No inicio do diário, Maria Graham demonstra uma preocupação com a narrativa histórica, tanto que ela escreveu um esboço sobre a história do Brasil: *para melhor compreensão dos acontecimentos políticos de que fui testemunha ocular.*[6] A autora esclarece que, embora, o esboço histórico tivesse sido pesquisado na obra de Southey, [7] ela, já havia lido quase todas as fontes impressas citadas por Southey, além de outras que ele não mencionou.

Maria Dundas nasceu em Papcastle, nas proximidades de Cockermouth, Inglaterra, em 19 de junho de 1785. Ela foi a mais velha de quatro filhos. Seu pai, George Dundas foi Vice-almirante e Comissário do almirantado britânico. Sua mãe era americana da Virginia, perdeu o pai no início da guerra de independência dos Estados Unidos, indo refugiar-se na Inglaterra.

Quando ainda criança, a pequena Maria Dundas sofreu sério acidente, em que queimou parte de seu coro cabeludo. Inadvertidamente, caíra de costas, com a cabeça no fogo. O hábito que veio a adquirir de cobrir a cabeça com um turbante ou chapéu esteve indubitavelmente ligado a esse acidente. Esta foi uma das características do seu estilo de vestir, como revelam todos os seus retratos. [8]

A jovem Maria recebeu educação moderna, filha de família de classe média, dedicou-se aos estudos da literatura européia, arte, desenho, filosofia e história natural. Aprendeu com o pai a interessar-se pelas rotas marítimas.

Embora fosse o pai uma figura distante, a memória desse homem do mar constituiu-se numa referência afetiva marcante na trajetória da viajante. Margareth Gonçalves de Almeida ao abordar a subjetividade na literatura de Maria Graham: identificou nesse universo da viagem que: *impregna a sua lembrança da figura paterna, a ausência-presença que a joga no movimento do deslocamento pelo espaço e tempo. Esse pai que adia o seu sempre distante retorno é lembrado no exemplo do eterno viajante da Antigüidade*. [9] Transpondo, assim, a imagem do pai na figura mitológica de Ulisses. A figura paterna, homem do mar, estava distante. Maria permaneceu sem ver o pai por dez anos, entre os 8 e 18 anos.

---

[6] Durante todo o século XIX, cronistas e viajantes europeus chegavam em grande número ao Brasil, favorecidos pelos progressos da Revolução Industrial. Na América Latina, os movimentos de Independência e a abertura dos portos ao comércio internacional despertaram ainda mais o interesse dos visitantes estrangeiros. Cf. GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 23.(Coleção reconquista do Brasil, 2ª serie, v. 157).

[7] Cf. Robert Southey. *History of Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, and Orne, 1810-19, 3 vols.

[8] GOLÇALVES, Margareth de Almeida. *Subjetividade e viagem em Maria Graham*. ANAIS DO XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 16 a 22 de julho de 2005. Londrina: ANPUH / UEL, 2005, p. 05.

[9] GOLÇALVES, Margareth de Almeida.Op., cit., p. 05.

Em 1808, com a idade de vinte e dois anos, ela realizou a sua primeira viagem para Índia na companhia de George Dundas. Em 1809, Maria Dundas casou-se com Thomas Graham, Capitão da Marinha de inglesa. Na companhia do marido, ela regressou ao continente indiano retornando para Inglaterra em 1811. Em 1819, residiram por um curto período de tempo na Itália.

A sua primeira viagem ao Brasil foi realizada em 1821, a bordo do navio-escola da Marinha de guerra inglesa, a fragata *Doris*, comandada pelo capitão Thomas Graham. O navio fez escalas em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro,

Em Recife, permaneceu de 21 de setembro a 14 de outubro, testemunhou as primeiras lutas constitucionais. A cidade estava sitiada pelas tropas nacionalistas contra o governador português Luiz do Rego. Maria Graham foi hospede do governador, que era casado com uma filha do Visconde do Rio-Seco, figura de destaque na Corte. Por intermédio da viscondessa, Maria Graham, teria oportunidade, no futuro, de aproximar-se da Imperatriz Leopoldina. [10] A fragata *Doris* seguiu para a Bahia e depois para a capital do Império onde desembarcou, em 15 de dezembro de 1821. Presenciou em 1822, nas ruas da Corte, as manifestações contra as intenções da Coroa portuguesa que exigia a volta de D. Pedro a Portugal, manifestações estas que culminaram no *Dia do Fico.* Maria Graham ficou fascinada com a paisagem do Rio de Janeiro.

No dia 16 de janeiro de 1822, a fragata *Doris* partiu para a Bahia e retornou ao Rio de Janeiro, no dia 24 de janeiro do mesmo ano. Em 10 de março, encerra a sua primeira viagem ao Brasil. A fragata, comandada pelo marido de Maria Graham seguia em direção ao Chile. Em meados de abril, na altura do Cabo de Horn, Thomas Graham faleceu. No relato dessa viagem ela descreve o sofrimento da população doente, as tempestades a bordo e o seu desespero pela morte súbita do marido. *De minha parte, esperanças e temores alternados através de dias e noites de escuridão e tempestades, que agravam as desgraças dessas horas desgraçadas.*[11]

O sentimento de solidão de Maria Graham surgiu em seus primeiros escritos após a morte do marido, esta perda pode ser compreendida como um divisor de águas sobre o que teria sido a sua travessia para a América do Sul, ao lado do Capitão Thomas Graham e o futuro incerto de uma mulher só, em terras estrangeiras.

Na noite de 9 de abril, pude despir-me, e ir para a cama pela primeira vez desde que deixei o Rio de Janeiro. Estava tudo acabado; dormi longamente e descansei; quando

[10] GARCIA, Rodolfo. *Maria Graham no Brasil. Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do Ministério da Educação, v. 60, p.09, 1938.
[11] GRAHAM, Maria., op. Cit., p. 251.

acordei foi para tomar consciência de que estava só e viúva, com um hemisfério entre mim e meus parentes. [12]

Maria Graham recolheu-se em Valparaiso e escreveu um diário sobre a sua viagem ao Chile. Durante a sua estadia naquele país foi acolhida pelo seu patrício, Lorde Cochrane, que estava a serviço naquele país.

Ela retornou pela segunda vez ao Brasil. Desembarcou no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1823, na companhia do Lorde Cochrane. *Das Notícias Marítimas do Diário do Governo, no dia 15 de março de 1823, consta às entradas do dia 13 do corrente: Valparaiso, 60 dias, B. Ingl. Colonel, M. Bartholomew, equipagem 8, carga carne salgada de May e Lukin: passageiros: Lorde Cochrane com 6 criados, onze oficiais ingleses e espanhóis, e uma mulher. Essa mulher era Maria Graham.* [13]

Maria Graham voltou à capital do Império, na companhia do primo Glennie, oficial da Marinha inglesa, que estava gravemente enfermo. Na cidade do Rio de Janeiro ela permaneceu por algum tempo na residência de compatriotas ingleses. Hospedou-se na casa de Sir. Thomas Hardy. Depois mudou-se para uma residência no morro da Glória.

Maria Graham registrou em seu diário a convivência com a elite fluminense. Ela freqüentava as festas, os saraus e os eventos sociais das mais requintadas casas na Corte, porém, ela não comentava sobre a sua solidão e a sua viuvez, dizia apenas que, se encontrava debilitada e indisposta. Em uma ocasião, ela mencionou o uso do ópio para aliviar as dores e atender aos compromissos sociais. [14]

No dia 15 de março, Maria Graham desembarca na baía do Rio de Janeiro, foi com certo ressentimento que notou a indiferença da tripulação quando se despediu durante o desembarque, acompanhada apenas do primo Glennie, cujo estado de saúde ainda inspirava cuidados. *Estou de novo sem ninguém a quem me arrimar, e sozinha no mundo, com minha carga de melancolia; eles têm diante de si negócios e o prazer.*[15]

A viajante passou a residir em uma casa de campo na Glória, próximo da residência do compatriota, Sr, May, e não muito distante da casa que o governo cedeu ao Lorde Cochrane, que estava a serviço da coroa imperial para combater os revoltosos na Bahia.

Com o restabelecimento de Gennie, Maria Graham estava novamente sozinha, o primo resolve embarcar no navio imperial *Beaver* e seguir para Bahia.

---

[12] GRAHAM, Maria., op. Cit., p. 252.
[13] GARCIA, Rodolfo. Maria Graham no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do Ministério da Educação, v. 60, p.09, 1938.
[14] GRAHAM, Maria., op. Cit., p. 300.
[15] GRAHAM, Maria., op. Cit., p. 265.

Sobre a convivência com a aristocracia fluminense nos eventos promovidos pela alta sociedade da Corte, ela relata o hábito inglês da cerimônia do chá na casa de campo da baronesa de Campos, em Botafogo.

> *Logo após se haverem reunido todos, as senhoras sentadas juntas em círculo cerimonioso e os homens de pé, geralmente em outras peças, começou a cerimônia de tomar chá, e foi dirigida mais lindamente do que na Inglaterra; os criados serviam em torno chá, café e bolos em grandes salvas de prata.* [16]

O chá era servido em uma grande urna de prata, ou em bules, também de prata, acompanhado pelas jarras de leite, era usual também as baixelas de porcelana chinesa. Para as senhoras que estavam sentadas em circulo, em torno de uma grande mesa, havia uma infinidade de pães, bolos, torradas com manteiga e roscas, além de doces e confeitos.

Foi através da alta sociedade fluminense e dos conhecimentos travados na Corte que Maria Graham estabeleceu laços de aproximação com a família real. A primeira correspondência da viajante inglesa, endereçada à princesa Leopoldina, data de 12 de abril de 1823, foi uma carta onde ela redigiu uma pequena apresentação pessoal, na qual declara-se viúva do capitão de carreira da armada britânica, e dos antepassados, uma família tradicional da escócia, descendentes dos duques de Monthoses e dos condes de Mansfield e Hopetaown.

E na escrita de si, finaliza esclarecendo o propósito daquela correspondência: colocar-se sobre a proteção pessoal da Augusta Imperatriz.

> *Quanto a mim, embarquei com meu marido em busca do Pacifico na fragata Doris, que ele tinha a honra de comandar. Tive a infelicidade de ficar viúva e sou hoje uma estrangeira no Brasil, onde espero passar alguns meses antes de voltar a Europa. É, pois como estrangeira e como viúva que quereria colocar-me especialmente sobre a proteção de sua Augusta e Amável Imperatriz. Tenho a honra de ser sua humilde e obediente criada.* [17]

Nesta carta, Maria Graham expressa o sentimento daqueles que não estão na pátria, além da condição de viúva, em terra estrangeira, sentia-se só, recorreu, por isso, à proteção da sua alteza imperial. Nos dias subseqüentes, ela queixou-se de indisposição e mal estar. Até mesmo o atraso da correspondência era motivo para alterar seu estado emocional.

---

[16] GRAHAM, Maria,. Op. Cit., p. 270.

[17] Carta de Maria Graham dirigida provavelmente a um emissário da Corte justificando a Imperatriz Dona Leopoldina os motivos de ainda não haver sido apresentada formalmente á soberana, endereçada provavelmente para um intermediário na Corte. Carta publicada no Diário de uma Viagem ao Brasil, p. 294.

A ausência do primo, único parente próximo; a morte do marido e ainda, o sentimento de não estar na sua pátria, e, por fim, o desabafo no diário*: Logo que cheguei aqui, em março, ou antes, logo que meu parente Glennie me deixou, senti que, na qualidade de estrangeira, e na posição em que me encontro, estava extremamente desamparada.* [18]

Diante dessa situação, Maria Graham buscou apoio em José Bonifácio, ministro no Império, para que ele intercedesse junto á Imperatriz Leopoldina com a finalidade de colocar-se sob a proteção da soberana, enquanto ela permanecesse no Brasil.

Aconselhada por amigos, para mudar de ares, ela transferiu-se para uma casa na praia do Botafogo. Maria Graham segue na Corte sem maiores perspectivas, conforme ela relata em seu diário, na data de 1º de julho.

> *Não há novidades políticas, estou doente demais par ame preocupar com quaisquer outra noticia. Estrangeira, só, e muito doente; tenho bastante lazer para ver o valor do mundo para os ricos, ou que o pareçam, a exibição e a parada; e sentir que se eu dispusesse de todos os recursos não poderia relevar a cabeça nem o coração dos que estão doentes ou tristes.* [19]

Com o tempo livre, Maria Graham dividia-se entre passeios a cavalo, pagamento de visitas e as leituras na Biblioteca Pública. Ali ela tinha a sua disposição um gabinete de estudos, além de pena e papel para suas anotações.

Por recomendação da viscondessa de Rio Seco e da Lady Cochrane, Maria Graham foi indicada para ocupar o cargo de preceptora da princesa Maria da Gloria, filha da Imperatriz Leopoldina, que na época contava com cinco anos de idade.

Diante desse fato, Maria Graham encontrou uma nova motivação para estar no Brasil. Assumiria o cargo de governanta da alteza, mas, com uma condição: regressar à Europa a fim de preparar-se para cuidar da educação da princesa. No dia 19 de outubro de 1823, Maria Graham inicia sua viagem de volta para Inglaterra.

Encerrou seu diário de viagem com essas palavras: *Porei fim aqui minha à narração. Se ela está bem, e como convêm à História, isto também, é o que eu desejo; mas se, pelo contrário, é menos digna do assunto, deve-se-me perdoar.* [20]

---

[18] GRAHAM, Maria,. Op. Cit., p. 300.
[19] GRAHAM, Maria,. Op. Cit., p. 309.
[20] GRAHAM, Maria,. Op. Cit., p. 386.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Urbanita brasiliense": "habitante do patrimônio" ou simplesmente morador?

Maria Thereza Negrão de Mello*

Resumo
O cenário é a cidade Brasília e o objetivo é o de enfocá-la a partir das representações de duas gerações distintas (idosos e jovens). Conclui-se que, entre os primeiros, memória e pertença se articulam e habitar Brasília inclui o reconhecimento da cidade-patrimônio. Já entre os jovens, os traços de uma identidade em construção privilegiam o presente e viver em Brasília aflora como experiência cotidiana que os descola da condição de habitantes da cidade monumental, pois os elos de identificação são outros.
Palavras-chave: Brasília, representações, identidades.

Abstract
The scenery is the city of Brasília. The objective is to focus it by the representations of two distinct generations (elder and juvenile). One concludes that, between the foremost, memory and belonging are articulated. To inhabit Brasília includes the recognition of the patrimonial city. Otherwise, among the younger, the traces of an identity under construction favor the present. To live in Brasília outcrops as a day-to-day experience setting them apart from the condition of inhabitants of the monumental city. The younger's ways of identification are others.
Key words: Brasília, representations, identitys

A presente Comunicação resulta, na verdade, do entrecruzamento dos resultados de duas pesquisas realizadas sob minha orientação no ano de 2006, cujas tematizações dialogam e se complementam, seja por terem o mesmo plano de observação – a cidade de Brasília – seja por buscarem o referencial teórico na estante proposta pela linha de pesquisa à qual me filio: Identidades, Tradições, Processos[1].

No *corpus* documental, entretanto, as investigações, como se verá, ganham contornos específicos, muito embora sintonizadas com a perspectiva geracional que pautou a construção dos objetos, ambos norteados por uma instigante questão da qual afloram

* Docente e pesquisadora do quadro efetivo do Departamento de História da UnB e do PPGHIS/UnB na área de concentração História Cultural – Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos.
[1] As duas pesquisas mencionadas foram realizadas respectivamente como trabalho final do curso de graduação em História e monografia final do curso de especialização: História Cultural: Identidades, Tradições, Fronteiras, oferecido pelo PPGHIS (Programa de Pós-Graduação em História) da UnB. As referências completas sobre os autores aparecem ao final do presente texto.

ressonâncias benjaminianas, tão bem refletidas por Rouanet e Brissac (1992): "É a cidade que habita os homens, ou são eles que moram nela?".

A partir desta questão mais ampla, título, aliás, do artigo acima citado, interessou à pesquisa auscultar gerações, tendo como narradores "urbanitas brasilienses" de diferentes faixas etárias. Assim, (Rosendo, 2006: 33-42) selecionou para pesquisa um grupo de jovens estudantes da Universidade de Brasília, identificados como Grupo I e como contraponto, dois outros grupos, tais sejam, o Grupo II constituído de habitantes da cidade na faixa dos 40 a 50 anos e, finalmente, o Grupo III que agregou antigos moradores, os chamados pioneiros.

A pesquisa de (Vasconcelos, 2006: 22-27) teve como base empírica principal os depoimentos de jovens estudantes do Ensino Médio de duas escolas de Samambaia, cidade satélite de Brasília. Em outra vertente, a pesquisa, assim como o fez Rosendo, deu lugar à fala dos velhos narradores.

Nos dois trabalhos, apenas em relação aos jovens foi utilizada a técnica de aplicação de questionários que integram questões abertas e fechadas. Nos demais grupos, as duas pesquisas se instrumentaram nas condutas preconizadas pela História Oral, objetivando "visitar memórias de experiências", para ficarmos com (Montenegro, 1992/93: 64).

Entendendo que as imagens são suportes e *locus* privilegiados do representacional, as duas investigações aqui divulgadas, incluíram também um *corpus* iconográfico que, apartando-se da mera ilustração, logrou estabelecer o diálogo com o texto escrito, ainda que a inclusão em cada uma das pesquisas tenha atendido a critérios distintos de seleção e objetivos segundo a estruturação dos trabalhos.

Assim, na monografia de Rosendo, as imagens dos monumentos brasilienses, disponibilizadas em sítios eletrônicos, povoam o capítulo de abertura no qual a autora, após breve incursão histórica, aborda a noção de patrimônio de modo a conduzir o leitor à verticalizações que alcançam a descrição minuciosa do processo e dossiê final que embasaram a decisão do comitê da UNESCO, que no ano de 1990, referenda o tombamento federal de Brasília em escalas urbanísticas: "monumental, residencial, bucólica e gregária"[2].

[2] Na verdade, tratou-se de um longo processo que envolveu grupos de trabalho que contaram com a participação inicial da Universidade de Brasília, do Governo do Distrito Federal e da Fundação Nacional Pró-Memória. Já no ano de 1986, os trabalhos resultantes fundamentaram a candidatura de Brasília na lista da UNESCO e, no ano seguinte, um parecer daquele organismo internacional aprovou a inscrição de Brasília como patrimônio mundial. O tombamento local ocorreu em 1987, e o tombamento federal ocorreu no ano de 1990. Conf. (Ribeiro, 2005: 100-104).

O *corpus* iconográfico organizado por Vasconcelos, inclui uma coleção de cartões postais de monumentos arquitetônicos de Brasília, imagens obtidas nos arquivos da NOVACAP e também em sítios eletrônicos. Nesta pesquisa, por ocasião da aplicação dos questionários, os estudantes foram convidados não apenas a identificar as imagens exibidas mas, além disso, comentá-las, ainda que brevemente, como item fundamental das questionários[3].

Tomando como interlocutores estudiosos como Choay (2001) e Rodrigues (1998), os estudos em tela aludem às complexas noções de patrimônio, patrimônio histórico, monumento e seus nexos com as não menos complexas configurações indentitárias e nestas, os trabalhos da memória.

Conforme lembra Rodrigues (1998:89) em seu diálogo com Chastel: "O monumento histórico é um artefato cultural escolhido para representar o passado e, desta forma, difere do monumento artefato construído com a intenção de celebrar e perpetuar o presente.".

No caso de Brasília, a cidade monumental e sua arquitetura ensejou e, por certo, ensejará ainda, não poucos estudos nos quais a cidade se inscreve como variável interveniente. Na esteira deste raciocínio, a tese de Mello (1988) sinaliza desde o título peculiaridades da capital da república e a maneira pela qual a cidade monumento delineia o cotidiano do seu urbanita: "O espetáculo dos moradores do símbolo: a mobilização por diretas-já da perspectiva de Brasília". A autora lembra documento veiculado pela Seplan/GDF, no qual os consultores afirmam: "Brasília seria um marco nacional permanente, algo assemelhável nestes termos, ao Hino ou à Bandeira (...) esta seria sua principal função: representaria o país para si mesmo, em troca, seria sustentada por ele." (Mello, 1988: 44). Ora, ainda que pela via da ironia como equipamento retórico, se a cidade é "um símbolo", seus moradores seriam "habitantes do símbolo".

"Habitantes do símbolo", "habitantes do patrimônio", "habitantes do monumento" ou, simplesmente moradores? Como se percebe, as duas pesquisas aqui delineadas transitam por estas questões, desta feita, no viés do geracional. As conclusões a que chegam são

[3] O espaço reservado para esta comunicação resultaria onerado com a inclusão das imagens trabalhadas nas pesquisas. Em ambas, elas aparecem no corpo dos trabalhos, sendo que na pesquisa de Vasconcelos há também um Anexo reservado às cópias dos questionários aplicados, com as respostas originais manuscritas encimadas com as imagens propostas.

convergentes, no sentido de que evidenciam, a partir da contrastação entre representações de jovens e idosos, percepções distintas destes "urbanitas do cerrado"[4], sem que isto leve a sugerir, no caso dos jovens, uma leitura apressada sobre a ausência de vínculos em relação ao lugar que habitam.

Sem que haja espaço para maiores desdobramentos e análises, é preciso, ao menos, enfatizar que as pesquisas indiciaram referências identitárias distintas entre os grupos estudados. Ao eleger a condição de cidade-monumento/cidade-patrimônio da humanidade ou cidade-símbolo como um dos eixos da investigação, a intenção foi a de sondar um certo presentismo da juventude, espécie de "carpe diem" que atravessa as representações privilegiadoras de um "jeito brasiliense de viver". Afinal, ainda que não possa ser negligenciada a profunda diferença entre o que significa viver no Plano Piloto e viver em Samambaia, esse "jeito brasiliense de viver", seja aspirado ou efetivado, parece ter importante papel como vetor identitário entre os jovens. Observou-se, entre os que conhecem os monumentos "só por fora", ou os que não os identificam prontamente ou, no limite, sequer os reconhecem ou ainda, os que estão a par do título que a cidade ostenta – patrimônio da humanidade – e nem por isso parecem interpelados, que este aspecto não cumpre o papel de "fazer o elo" (Maffesoli, 2004).

Já entre os outros grupos estudados, acentuadamente entre os idosos pioneiros, as narrativas atravessadas de emoção, parecem celebrar a cidade monumental. Em suma, se percebem como guardiões do patrimônio, levando a convir que neste grupo "os monumentos falam ou cantam – o homem habita como um poeta" (Maffesoli, 2004: 65). Neste caso, a experiência vivida entrecruzou temporalidades, re-teceu memórias, fortaleceu laços com o lugar e desvelou-se como um vetor constitutivo da identidade.

Enfim, "habitante do patrimônio", caso dos idosos, ou "simplesmente morador", caso dos jovens, o "urbanita brasiliense" parece experimentar, cada qual a seu modo, a sempre movente saga identitária, da qual afloram representações que entre o vaivém do "vivido e concebido" (Lefebvre, 1968) elaboram e re-elaboram uma identidade que se constrói na "cidade nova". Neste aspecto, é plausível pensar que por vias diversas "habitam a cidade e são habitados por ela" no entrecruzamento entre o real, o simbólico e o imaginário, registros que conformam as representações.

[4] Ao privilegiar a cidade de Brasília como plano de observação, o recorte das entrevistas com jovens de uma cidade satélite foi intencional. Partiu-se do pressuposto que as relações vicinais com a capital da república os inscreve como brasilienses, que é como se identificam.

Ao finalizar esta comunicação, cabe lembrar seu propósito fundamental, ou seja, dar visibilidade a duas iniciativas que integram o meu fazer voltado para a História Cultural como espaço de trabalho, no qual tenho registrado como projeto individual a vertente *Cotidiano, Representações, Cidade*. No conjunto das tantas orientações concluídas ou em andamento, ao longo de mais de uma década, intencionalmente optei por dar espaço às pesquisas aqui relatadas, menos por serem as mais recentes, mas, sobretudo, pelo fato de tratar-se de trabalhos desenvolvidos no âmbito da Graduação e da Especialização. Com esta escolha, a intenção foi a de sublinhar uma tônica, também adotada por outros colegas da mesma Área de Concentração e Linha de Pesquisa no sentido de ampliar o escopo da nossa lida com a História Cultural como campo historiográfico.[5] Na mesma perspectiva, desenvolvo atualmente a coordenação de um livro comemorativo dos 50 anos da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), em convênio com a UnB. As pesquisas aqui relatadas articulam-se, de algum modo, a esta tarefa. Por esta via foi possível mediar escolhas e acesso à documentação e, sobretudo, contar com os "antigos narradores"[6], no próprio espaço da NOVACAP.

Evidentemente, tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório cuja pretensão foi a de sondar tendências e representações, cabendo ao *corpus* documental a sustentação de um trabalho preocupado com o qualitativo. Assim, os resultados abrem-se para outras tantas questões, levando-nos a concordar com Machado (apud. Mello, 1988: 83): "O discurso sobre Brasília faz estranhas perguntas".

Referência Bibliográfica:

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Unesp Editora, 2001.

[5] Com o mesmo intuito, coordenei os trabalhos de uma equipe constituída de pesquisadores e estudantes da Universidade de Brasília e Universidade Católica de Brasília, com o patrocínio da PETROBRAS. Naquela oportunidade, lançamos um olhar sobre o patrimônio imaterial da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), no recorte de cinco cidades. Conf. (Mello, 2006).

[6] Em ambas as pesquisas, os narradores são também narradores do livro em andamento, com exceção da Profª Maria dos Anjos, entrevistada por Vasconcelos.

LEFEBVRE, Henri. **La vie quotidiene dans le monde moderne.** Paris: Gallimard, 1968.

MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo.** Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MELLO, Maria Thereza Negrão de. **O espetáculo dos moradores do símbolo: a mobilização por diretas-já da perspectiva de Brasília**. São Paulo, Tese de Doutorado, ECA/USP, 1988.

_____. (Coord.) **Entorno que transborda: patrimônio imaterial da RIDE.** Brasília: Petrobras, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História – Memória, História e Historiografia.** São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 13, Nº 25/26, setembro 92/agosto 93.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** São Paulo: Anna Blume Editora, 2005.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática. In: **A construção da cidade.** Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998.

ROSENDO, Vanessa Melo. **Habitar o símbolo, habitar o patrimônio ou simplesmente morar: Brasília e representações da vida urbana – tempo presente.** Brasília, Departamento de História/UnB, Monografia de Graduação, 2006.

ROUANET, Paulo Sérgio e Brissac, Nelson. É a cidade que habita os homens ou são os homens que moram nela? **Revista USP**, **Dossiê Walter Benjamin**, São Paulo: EDUSP, nº 15. Set/out/nov/92.

VASCONCELOS, André Luiz Furtado. **Brasília: patrimônio da humanidade e símbolo da identidade nacional: entre as representações de jovens narradores e as vozes da experiência (tempo presente).** Brasília, Monografia final do Curso de Especialização: História Cultural: Identidades, Tradições, Fronteiras, PPGHIS/UnB, 2006.

Narrativa como método: estrutura, ação e evento na análise da mudança social

Karl Monsma[1]

RESUMO

Com a re-emergência da sociologia histórica nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo nos EUA, houve certa preocupação em legitimar esta subárea frente às abordagens positivistas predominantes, mostrando que a comparação de trajetórias históricas permite a análise causal controlada, parecida, na sua lógica, com a análise estatística multivariada. Entretanto, com a institucionalização da sociologia histórica, aumentou-se o diálogo com a História, onde havia muita discussão em torno da "volta da narrativa". Hoje a sociologia histórica focaliza sobretudo processos, seqüências e temporalidades. Parte importante das discussões metodológicas diz respeito ao uso da narrativa para o estudo de processos históricos. Este paper, baseada principalmente no trabalho de William H. Sewell Jr., discute o papel da ação humana nas estruturas e nos eventos, e como esses conceitos podem ser usados para a análise narrativa de processos de mudança social. Também discute como a consciência da "instabilidade" das narrativas, ou a possibilidade de contar histórias distintas a partir do mesmo conjunto de fontes, pode estimular a produção de novas histórias.
Palavras chaves: narrativa, métodos, teoria social, sociologia histórica

ABSTRACT

With the reemergence of historical sociology in the 1970's and 1980's, especially in the USA, there was a certain concern with legitimating this subarea with regard to the predominant positivist approaches, showing that comparing historical trajectories permits controlled causal analysis similar in logic to multivariate statistical analysis. With the institutionalization of historical sociology, however, dialogue with history increased, at a time when there was much discussion among historians regarding the "return of narrative." Today historical sociology focuses principally on processes, sequences and temporalities. An important methodological discussion concerns the use of narrative for the study of historical processes. This paper, based primarily on the work of William H. Sewell Jr., discusses the role of human action in structures and events, and how these concepts can be used in the narrative analysis of processes of social change. It also discusses how consciousness of the "instability" of narratives, or the possibility of using the same set of sources to tell different stories, can stimulate the production of new histories.
Key words: narrative, methods, social theory, historical sociology

A nova sociologia histórica que emergiu nos EUA nos anos 1960 e 1970, associado com nomes como Barrington Moore Jr., Charles Tilly, Theda Skocpol e Immanuel Wallerstein, evidenciou uma forte preocupação em se legitimar frente às abordagens positivistas, sobretudo o "paradigma do survey", que predominavam na sociologia norte-americana. Autores como Theda Skocpol (1985) enfatizavam que a "sociologia comparativa e histórica" era uma maneira de fazer a análise causal parecida com a análise estatística multivariada. Com comparações cuidadosas de trajetórias históricas, o pesquisador podia

1 PPG-História, UNISINOS

eliminar hipóteses alternativas e identificar as causas "necessárias e suficientes" do fenômeno investigado. Na mesma época, Norbert Elias inspirou uma nova sociologia histórica na Grã-Bretanha que era menos preocupada com questões metodológicas, porque enfrentou menos resistência dos positivistas.

Com a conquista de um lugar relativamente seguro no mundo acadêmico, a preocupação em se justificar enquanto "ciência" diminuiu. O diálogo com a História aumentou nos anos 80 e 90, justamente quando a história cultural estava substituindo a história social e havia debates na História sobre a "volta da narrativa". Nessa época havia uma tendência para a palavra "comparativa" sumir da denominação dessa tendência intelectual, deixando somente "sociologia histórica". Essa "nova nova" sociologia histórica enfatiza o tempo, as temporalidades e os processos de mudança social de maneira central. Como na História, o diálogo com a Antropologia se intensificou, levando a um amplo leque de novos objetos de pesquisa. O que unifica os diversos sociólogos que se auto-denominam históricos hoje é certa postura metodológica que valoriza a pesquisa histórica, enfatiza a temporalidade e salienta a complexidade, com uma tendência de ver as estruturas sociais como resultados de combinações contingentes de processos e eventos.

Nos debates metodológicos, as comparações com a análise multivariada foram substituídas por discussões de fenômenos como o *path dependency* (dependência de trajetórias), que já foi identificado nos escritos de Weber e é central no trabalho de Barrington Moore. Este autor (1983) identificou como variações na comercialização da agricultura influenciavam trajetórias nacionais subseqüentes, aduzindo, por exemplo os argumentos que a eliminação de boa parte do campesinato inglês pelos *enclosures* (cercamentos) eliminou a possibilidade de uma revolução camponesa naquele país, e que a modernização da Alemanha sem a eliminação do poder dos latifundiários (os *Junkers*) impossibilitou a democracia naquele país no final do século XIX e início do XX. Outro tópico de discussão eram as conseqüências de diferenças nas seqüências, ou a ordem em que as coisas acontecem. Guillermo O'Donnell e outros, por exemplo, chamaram a atenção para o fato de que a ordem clássica da emergência dos direitos de cidadania descrita por Marshall (1967) para o caso da Inglaterra – primeiro direitos civis, depois direitos políticos, e finalmente direitos sociais – foi invertida em várias partes da América Latina, onde os direitos civis ainda não estão garantidos, assim definindo um novo objeto de estudo. Em nível micro, Andrew Abbott (1989) estuda as seqüências nas carreiras profissionais do passado.

NARRATIVA COMO MÉTODO

Mas a principal novidade do período era a ênfase no papel da narrativa na análise e no escrito da sociologia histórica. Havia a crítica das "grandes narrativas" - de progresso, do triunfo do Oeste, de racionalização - embutidos na sociologia clássica (e muita sociologia mais recente), que atribuem sentido e direção à história. Boa parte do problema aqui se deve ao olhar retrospectivo muitas vezes adotado pelos pesquisadores que tentam explicar as origens históricas das instituições que existem hoje. A reconstituição retrospectiva produz uma tendência de tratar os eventos passados como antecedentes que levam, de maneira teleológica, à estrutura ou instituição de hoje; outras possibilidades, que realmente eram possíveis em algum momento do passado, são desconsideradas. Isso leva a uma visão determinista da mudança social e dos processos históricos em geral, com uma tendência de subestimar o papel da contingência na história. Se adotarmos um olhar prospectivo, tentando nos situar no passado e identificar as possibilidades abertas na época, estaremos mais atentos para os momentos cruciais em que a história podia ter sido outra, com importantes conseqüências subseqüentes.

Também havia o reconhecimento de que todo escrito nas ciências humanas, e provavelmente todo escrito nas ciências em geral, emprega a narrativa – a seleção e ordenamento de "personagens", fatos e eventos, com um encadeamento lógico que leva a algum desfecho. Na análise multivariada, por exemplo, o pesquisador pode demonstrar a existência de uma associação entre certas variáveis (com grau de certeza especificada por cálculos estatísticos), mas a interpretação desses resultados necessariamente envolve a elaboração de histórias sobre como uma coisa leva a outra. Nessas narrativas quantitativas, muitas vezes as variáveis são tratadas como atores, ou personagens.

Outros pesquisadores enfatizam a organização narrativa das identidades. Eric Hobsbawm (1998), por exemplo, critica duramente o uso da narrativa histórica como fundamento do nacionalismo e justificativa para praticas como a "limpeza étnica". Em nível individual, a busca pela identidade reforça o que Bourdieu (2002) chama de "a ilusão biográfica", a tendência de tratas as vidas humanas como trajetórias unitárias e coerentes. As pessoas modelam uma identidade mais ou menos coerente das descontinuidades da vida com a narrativa autobiográfica, selecionando eventos retrospectivamente como importantes e ligando-os em seqüências lógicas.

Encontra-se a narrativa por todas partes porque é uma das maneiras fundamentais que os seres humanos, inclusive cientistas sociais e historiadores, empregam para fazer sentido do mundo e explicar eventos. A narrativa também é um método de análise histórica. Para aqueles

que acreditam que a narrativa é só descrição, a idéia de narrativa como análise não faz sentido, mas a narrativa pode ser usada para avaliar teorias e identificar causas e conseqüências de eventos. As teorias orientam a seleção dos elementos que entram em uma narrativa e a lógica das relações entre eles. Para avaliar teorias distintas, podemos comparar as narrativas que resultam delas. A melhor teoria é a que permite explicar melhor os processos; ou seja, permite a elaboração de uma narrativa mais coerente com os detalhes dos eventos.

Se a análise quantitativa permite a generalização a um grande número de casos sobre as relações entre um número limitado de variáveis, a análise narrativa permite a investigação das relações entre muito mais variáveis em um número limitado de casos. Como podemos identificar a causalidade com a narrativa, já que métodos correlacionais são impossíveis? Estudar os processos, ou micro-mediações entre variáveis, que geralmente envolve a introdução de mais variáveis. Se os processos são coerentes com a teoria, nossa confiança na teoria aumenta.

William Sewell Jr. (1996) nota que é isso que muitos sociólogos históricos já fazem, mesmo quando acham que seu método é outro. Comentando o bem conhecido livro de Theda Skocpol (1985) sobre revoluções sociais, em que ela afirma que comparações de semelhança e diferença entre casos históricos permitem identificar as combinações de variáveis que produzem revoluções, Sewell diz que, se o método de semelhança e diferença (derivado de John Stuart Mill) fosse suficiente, ela não teria de escrever um livro tão grande. Bastaria algumas tabelas para elucidar sua análise. Mas o que faz o livro convincente é justamente a narrativa em que ela consegue usar suas idéias para elucidar os detalhes dos processos históricos.

Com sua ênfase nos detalhes, a narrativa histórica é particularmente eficaz para o estudo da concatenação de processos causais distintos. Muitos dos eventos mais importantes resultam da combinação de distintos processos causais. Por exemplo, para identificar as origens das revoluções que estuda, Skocpol analisa as relações entre processos políticos em três níveis: o sistema internacional de Estados, a política nacional de conflito entre monarquias e aristocracias e a micropolítica das aldeias. Cada nível tem sua própria lógica, mas somente a conjunção de condições específicas em cada nível resultou nas revoluções sociais.

EVENTOS, ESTRUTURAS E AÇÃO HUMANA

Para produzir narrativas históricas melhores, precisamos de um arcabouço teórico geral para pensar eventos e estruturas e suas relações com a ação humana. Precisamos

combater a tendência para a reificação das estruturas que é tão comum na sociologia desde pelo menos Durkheim, que tratava as estruturas como "coisas" que emergem das relações sociais e tomam uma vida independente. As estruturas são produzidas e reproduzidas pela atividade humana; não são externas, mesmo quando assim aparecem aos atores. A proposta a seguir se baseia principalmente no novo livro de Sewell, *Logics of history* (2005), com o acréscimo de algumas idéias de Bourdieu e Giddens.

Bourdieu (1980, 2000) demonstra que a ação humana se produz mediante a transposição dos esquemas de percepção e ação do *habitus* entre situações análogas – ou homólogas, na terminologia dele. Giddens (1989), partindo da fenomenologia e do interacionismo, mostra que as estruturas sociais são reproduzidas no dia-a-dia mediante a execução das rotinas. Mas – e aqui me baseio mais em Sewell (2005) - as estruturas do mundo social não são totalmente coerentes. Existem múltiplas estruturas com lógicas e temporalidades distintas, mesmo nas sociedades ditas "primitivas". Isso difere da visão mono-estrutural comum na antropologia. Por exemplo, os trabalhos da fase mais estruturalista de Bourdieu não me convencem que, na Kabília, tudo reforça tudo, e tampouco convenceram o próprio Bourdieu, depois de algum tempo, quando ele começou a perceber as ambigüidades da prática e as incoerências entre as esferas distintas da vida, o que significavam que a cultura Kabyle não podia ser resumida na beleza geométrica de uma estrutura unitária (cf. 1980, p. 21-41). Além das incoerências entre estruturas distintas, os atores com pontos de vista diferentes percebem e usam as mesmas estruturas de maneira distinta. Por exemplo, as estruturas - da casa, do calendário agrícola, das atividades cotidianas - podem aparecer bem diferentes dos pontos de vista feminino e masculino.

Com sua idéia de *doxa*, ou a naturalização das arbitrariedades do mundo social em situações de perfeita correspondência entre o habitus e as estruturas, porque o habitus é produto dessas mesmas estruturas, parece que Bourdieu limita as possibilidades para a mudança social às sociedades complexas e às situações extraordinárias de contato intercultural – como a chegada de Capitão Cook a Havaí, estudado por Sahlins (1990), ou as migrações da Kabília para a França, estudadas por Abdelmalek Sayad (1998), um dos maiores alunos e colaboradores de Bourdieu. Mas ocorrem pequenas transposições do habitus o tempo todo porque as situações da ação nunca são exatamente iguais, o que implica que o encaixe entre estrutura internalizado (o habitus) e o mundo não pode ser perfeito. Por isso, as transposições do habitus necessariamente implicam a criatividade e a possibilidade de mudanças, por pequenas que sejam (Sewell 1992). As transposições do habitus podem resultar em mudanças nas estruturas sociais ou simbólicas ou mudanças no próprio habitus. A

tendência para mudança é mais forte quando os atores transpõem os esquemas de uma esfera institucional para outra.

No esquema de análise introduzido por Sewell (2005), as ações e pensamentos que saem da rotina são denominados "rupturas". As rupturas muitas vezes aparecem nas interseções de estruturas com lógicas distintas, por exemplo estruturas ideológicas e estruturas políticas. Também podem resultar de erros, de causas externas (como a chegada de Capitão Cook a Havaí), ou simplesmente da capacidade criativa do ser humano. As rupturas põem as estruturas em risco, mas a grande maioria delas não resulta em mudanças estruturais porque a ação é ignorada e localizada, a ameaça é contida, o rebelde é reprimido ou o desviante é controlado e estigmatizado.

Um evento, que é uma ocorrência que resulta em mudanças estruturais, é muito mais provável quando uma ruptura repercute em uma série de rupturas em outros contextos estruturais. Por exemplo, a crise no regime escravista no Brasil que levou à abolição final envolveu o reforço mútuo entre pelo menos quatro rupturas (cf. Machado 1994; Mattos 1998). Primeiro, houve uma série de mudanças nas leis, promovidas pela monarquia, que contrariavam a lógica da dominação escravocrata. O fim do tráfico em 1850 limitou, depois de algum tempo, a capacidade dos senhores manipularem as divisões entre africanos e crioulos para controlar os escravos. A Lei Rio Branco de 1871, além de sinalizar o futuro fim definitivo da escravidão com a liberdade do ventre, institucionalizou o direito de comprar a alforria, o que restringiu as possibilidades dos senhores usarem promessas de alforria para incentivar a obediência e a subserviência. A proibição do açoite em 1886 arrancou o instrumento "pedagógico" e "corretivo" mais básico das mãos dos senhores e seus agentes.

Segundo, a concentração crescente da escravaria nas grandes fazendas do Sudeste - decorrente em parte do fim do tráfico - quebrava a solidariedade entre grandes fazendeiros, de um lado, e pequenos agricultores e a classe média, de outro, porque estes possuíam cada vez menos escravos. Terceiro, havia a agitação cada vez mais aberta e radical de abolicionistas, que angariou bastante apoio no âmbito urbano porque a escravidão urbana era cada vez mais restrita. Quarto, e finalmente, todas as rupturas arroladas acima encorajavam a resistência dos escravos, que fugiram e se sublevaram cada vez mais na década de 1880, sobretudo na Província de São Paulo, assustando os escravocratas e os políticos com o espectro da revolução e finalmente inviabilizando a disciplina em muitas fazendas. O ponto mais importante aqui é que foi a seqüência de rupturas, e as relações catalisadoras entre elas, que causou uma crise cada vez maior no cerne da escravidão e forçou a abolição final.

A duração de um evento engloba a série de rupturas que contribuem de maneira

essencial para a mudança focalizada. Olhando em retrospecto, podemos dizer que evento "abolição" durou do fim do tráfico até pelo menos 1888.

Os eventos efetuam várias formas de mudança nas estruturas. Uma das mais fundamentais é mudança na lógica da causalidade. Isso acontece porque os eventos mudam os significados das categorias. Por exemplo, Sewell aponta que o significado e as conseqüências de pertencer à categoria "aristocracia" mudaram radicalmente em decorrência da Revolução Francesa. O que antes era um atributo positivo, fonte de privilégios, virou um defeito. Podemos dizer o mesmo a respeito dos significados da categoria "burguês" antes e depois da Revolução Cubana. Os eventos também mudam a disponibilidade de recursos para grupos distintos.

A direção das mudanças é, em grande medida, imprevisível, devido principalmente à complexidade da interação, ao longo do tempo, entre lógicas estruturais distintas. Os deputados que votaram no Lei Rio Branco, por exemplo, certamente queriam promover uma transição para o trabalho livre ordenada e gradual, mas contribuíram para o posterior surgimento da rebeldia escrava porque não previam as conseqüências posteriores da lei para as relações de poder nas fazendas.

No esquema de Sewell, os eventos se ligam entre si ao longo do tempo via suas conseqüências estruturais. Rearranjos nas estruturas sociais e simbólicas, e mudanças no habitus dos atores, criam as condições para eventos posteriores.

A provocação de Hayden White

Não podemos ficar totalmente sossegados com esta defesa da narrativa como método de análise. Ainda existe o que podemos chamar de o "desafio Hayden White" à escrita da história. Será que os historiadores, e os cientistas sociais que escrevem sobre temas históricos, são somente romancistas ingênuos, com pouca consciência dos artifícios narrativos que manipulam?

Em um nível, White (1992) já foi bem respondido por Roger Chartier (2002), que enfatiza que a prática da história, ao contrário da literatura, envolve procedimentos de pesquisa e de verificação que limitam as narrativas aceitáveis de maneira muito mais rigorosa do que na literatura. A avaliação crítica da narrativa histórica não diz somente respeito à sua coerência interna, mas também à sua coerência com os vestígios da vida passada disponíveis – as fontes de todos os tipos. Os historiadores têm procedimentos, controlados pela comunidade científica, para o uso das fontes na construção de narrativas; é inaceitável um historiador inventar fontes ou deliberadamente desconsiderar fontes que contradizem a linha

interpretativa que prefere.

Entretanto, a crítica de White ainda incomoda. A História, e as Ciências Humanas de maneira geral, não podem provar suas narrativas rigorosamente. Como Michel de Certeau (1982) observa, precisamos nos satisfazer com a verossimilhança. Sempre é possível produzir mais de uma interpretação narrativa do mesmo conjunto de fontes. Como podemos escolher entre as narrativas possíveis?

Para White essa escolha depende de nossos preconceitos e preferências culturais, e seria melhor os historiadores fazerem tais escolhas conscientemente e não ingenuamente, como acontece na grande maioria dos casos. Acreditando ou não que as maneiras de apreender o mundo podem ser reduzidas a quatro tropos básicos – e continuo cético a respeito deste aspecto do seu trabalho – precisamos nos indagar seriamente sobre os critérios que nos levam a perceber uma narrativa como satisfatória e outra como deficiente. Acredito que os pressuposições e preconceitos intelectuais influenciam bastante no tipo de narrativa histórica considerado convincente por historiadores e sociólogos de escolas de pensamento distintas. Para muitos durante a predominância marxista dos anos sessenta e setenta, uma narrativa satisfatória relacionava o objeto de estudo com os interesses de uma fração ou outra da classe dominante ou com lutas de classe. Com a atual preeminência da história cultural, há uma tendência de se satisfazer com narrativas que traçam as ligações entre o fenômeno abordado e os discursos ou esquemas de categorização de determinado grupo. Podemos multiplicar os exemplos: feministas podem desconsiderar vários aspectos da realidade, mas geralmente não se sentirão satisfeitas (ou satisfeitos) até saber o papel das mulheres e das relações de gênero na história contada. Muitos historiadores econômicos e demográficos acreditam que taxas de inflação ou de mortalidade são mais reais que estruturas simbólicas e mentais, e desprezam narrativas que atribuem força causal a fenômenos culturais.

Para aqueles que concebem a vida intelectual como uma série de duelos entre abordagens distintas, ou uma maneira de promover os interesses políticos de um grupo ou outro, pouco importa que os critérios para a plausibilidade das narrativas histórica mudam com as mudanças na cultura intelectual; o que importa é a polêmica, não a pesquisa. Mas para aqueles que acreditam que a pesquisa serve para aprender algo novo a respeito do mundo social, no presente ou no passado, e para reexaminar nossas próprias pressuposições, a multiplicidade de narrativas possíveis a partir das mesmas fontes deve incomodar.

Acredito que a única maneira de controlar nossos preconceitos é uma boa dose de autocrítica, o exame das maneiras em que nossas preferências ideológicas e intelectuais – e a cultura intelectual predominante no momento – influenciam que tipos de narrativas

percebemos como convincentes e satisfatórios. Para o White, a escolha entre estilos narrativos é essencialmente arbitrária, e a única maneira de distinguir entre escritos bons e ruins é pela coerência interna e a destreza com que o escritor maneja o estilo. Mas o historiador ou cientista social pode, e deve, recorrer ao mundo para avaliar as narrativas históricas. Identificando os preconceitos de nossa cultura intelectual, podemos refletir sobre os pontos cegos nas abordagens predominantes, os aspectos da história sistematicamente desconsiderados nas narrativas que geralmente achamos satisfatórias hoje. Voltando às fontes, ou encontrando novas fontes, podemos buscar sistematicamente os eventos e atores excluídos das nossas narrativas. Em parte este projeto é idêntico ao de incluir novos (para o historiador) atores e novas vozes, mas é mais do que isso. Também implica incluir novos aspectos da realidade social, e pode envolver a recuperação de certas ênfases de abordagens mais antigas, hoje consideradas "ultrapassadas" em um campo intelectual muitas vezes movido por modismos.

Por exemplo, na sociologia histórica das migrações estamos condicionados, hoje, a procurar redes sociais. Segundo a abordagem predominante, a decisão de migrar, a escolha do destino e a integração no novo local são todas organizadas e condicionadas pelas redes de familiares e conhecidos. Mas essa busca pelas redes muitas vezes nos impede a perceber que existem alguns indivíduos e famílias que migram justamente para escapar das suas redes existentes e querem recomeçar a vida em algum lugar onde não são conhecidos, ou são conhecidos por poucos. Os motivos podem ser a fuga do serviço militar, problemas com a polícia, brigas entre irmãos, a vontade de abandonar a família, a perseguição política ou a fuga de diversos tipos de vergonha, deshonra ou humilhação no local de origem.

Acredito que o progresso nas ciências humanas históricas decorre em grande parte do exame de processos, eventos e atores desconsiderados nas narrativas predominantes no nosso meio intelectual e a conseqüente elaboração de novas narrativas. Não podemos nos aproximar cada vez mais à verdade absoluta - porque existem várias verdades, mas pelo menos podemos chegar a interpretações mais complexas e multifacetadas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABBOTT, Andrew. "A primer on sequence methods." *Organization Science*, v. 1, n. 4, p. 1-18, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.), *Usos & abusos da história oral*, 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, trad. M. L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. *In* CHARTIER, R., *.À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude*, trad. P. C. Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*, trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*, trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro e São Paulo: UFRJ/ EDUSP, 1994.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *In* T. H. Marshall, *Cidadania, classe, e status*, trad. M. P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOORE, Barrington Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, trad. M. L. F. Couto. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*, trad. Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração, ou os paradoxos da alteridade*, trad. C. Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEWELL, William H. Jr. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

_____. Three temporalities: toward an eventful sociology. *In* T. J. McDonald (org), *The historic turn in the human sciences*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

_____. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais: Análise comparativa da França, Rússia e China*, trad. F. Murta. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, trad. J. L. Melo. São Paulo: EdUSP, 1992.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os discursos do eu e a objetividade histórica na obra de Goethe

Luiz Barros Montez*

Resumo: Os escritos autobiográficos de Goethe compõem um amplo painel que possui uma grande importância historiográfica. Embora os textos que o integrem estejam normalmente distribuídos nas edições das obras de Goethe de forma não-contínua ou por vezes aleatória, eles fazem parte de um projeto sistemático do poeta, ao qual se somam as correspondências, os diários, conversas e depoimentos de Goethe. Investigar as motivações deste projeto, de seus procedimentos intrínsecos, enfatizando os seus resultados práticos, é o que propõe o presente artigo.
Palavras-chave: Goethe – Autobiografia – Literatura e História

Abstract: Goethe's autobiographic writings create a panel of great relevance to the historiography. Although its integrating texts frequently appear distributed in Goethe's editions in a non-continuous or sometimes aleatory manner, they take part in a systematic project of the poet, to which we can embody his correspondences, diaries, conversations and testimonies. This article investigates the motivations of this project and its inherent processes, emphasizing its practical outcomes.
Keywords: Goethe – Autobiography – Literature and History

Em um ensaio intitulado "Goethe e o mundo histórico", Ernst Cassirer nos mostra o profundo contraste existente entre a atitude otimista de Goethe com relação ao conhecimento da natureza e à sua investigação, do ponto de vista das possibilidades do conhecimento humano, e o total ceticismo do poeta com relação à ciência da história. Cassirer reafirma a crença, a confiança, o otimismo, a solidez de atitude de Goethe quando se trata do saber nas ciências naturais. Em seus trabalhos preparatórios sobre a fisiologia das plantas, Goethe chega a afirmar que, para qualquer pergunta que façamos à natureza, no fundo possuímos a sensação de que a resposta encontra-se já em algum ponto possível de ser pensado. Ou seja, existe desde o primeiro momento uma espécie de garantia de que a resposta já se encerraria na própria pergunta. Para Goethe, o que nós chamamos de invenção ou descoberta é já o instante em que exercemos ou colocamos em ação uma sensação originária de verdade que, após permanecer adormecida durante longo tempo desde a sua concepção, irrompe súbita e rapidamente como um conhecimento produtivo (CASSIRER: 5).

Contudo, continua Cassirer no mesmo ensaio, esta sensação de confiança tranqüila e de devoção cheia de fé parece desaparecer sob os seus pés tão logo o escritor adentra-se pelo terreno da história. Aqui, Goethe nos daria a impressão de insegurança, assumiria uma atitude

* Professor Adjunto do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de suspeita e de crítica. De fato, em algumas de suas conversas e cartas, quando se trata do domínio da ciência da história, o poeta e cientista condena abertamente toda ilusão de verdade do relato histórico, bem como de sua utilidade no presente; chega não raro a expressões sarcásticas ou cáusticas quanto às possibilidades de que a historiografia seja capaz de resgatar a "verdade" dos fatos do passado.

Numa conversa de 19 de agosto de 1806 com Heinrich Luden, recém chegado para lecionar História na Universidade de Jena, Goethe afirma, em meio a longo debate sobre a história:

> A história de um povo, a vida do povo? Que ousado! Quão pouco possui a história, mesmo a mais detalhada, comparada com a vida de um povo? E deste pouco, quão pouco é verdadeiro? E do verdadeiro, alguma coisa fica além de toda dúvida? Não fica antes algo incerto, o maior como o menor? Assim, não parecem firmes como antes as palavras de Fausto: "As épocas do passado / Nos são um livro com sete lacres"? (ibidem: 75-76)

Goethe opõe-se a qualquer reivindicação de cientificidade à historiografia. Esta é sumariamente rejeitada como uma imagem enganadora. Como poderia ser diferente, diria Goethe, quando se pensa que a mesma história se apóia no testemunho humano? Goethe põe em dúvida a essência do relato historiográfico, chegando mesmo a achar cômico o desejo de deixar-se convencer por fatos acontecidos num passado longínquo, pelo simples fato de que mesmo o narrador mais idôneo não poderia prestar testemunho sobre tal tempo. Até porque as pessoas projetariam os seus conceitos e opiniões prévias ao objeto ou à época observada. Para Goethe cada partido, religião ou povo tem a sua própria idéia de história.

Do ponto de vista da investigação da hipótese de uma contribuição concreta de Goethe à história *apesar do ceticismo historiográfico do poeta*, hipótese que defendo, a primeiríssima coisa a ser feita é recusar, até certo ponto, a opinião do próprio autor. Temos razões e indícios de sobra que nos autorizam a fazê-lo. Pois é notável em Goethe a aparente dissonância entre este seu ceticismo e o extraordinário teor historiográfico de algumas de suas obras mais célebres.

Para tentarmos decifrar a concepção de historiografia em Goethe com base na sua produção concreta, e não apenas no julgamento que o autor fazia de si mesmo, é preciso investigar a sua concepção de *sujeito* na história, e aqui torna-se necessária a abordagem do conceito de "demoníaco" (*dämonisch*). Este conceito introduz a idéia de que a vida social não se faz inteiramente apreensível para quem quer que queira concebê-la – e portanto narrá-la – na condição de indivíduo isolado ou mônada social. Inspirado em Kant, o demoníaco em

Goethe expressa a impossibilidade de uma história determinada pela pura teleologia. Do ponto de vista da historiografia, o conceito busca permanentemente a antítese de um fenômeno, de uma idéia ou conceito no exato momento em que este é pronunciado, é afirmado ou tenta se impor. Neste caso específico, o "demoníaco" pode ser visto como um conceito que procura interceder, enquanto elemento "negativo" e na condição de agente desestabilizador, exatamente no momento em que uma narrativa qualquer proveniente da esfera de uma lógica mono-subjetiva ou mono-interpretativa tende a estabelecer o primado da (sua) verdade. O imprevisível, aquilo que arrasta as circunstâncias subitamente para cima ou para baixo, somente pode ocorrer no texto como aparente absurdo narrativo. O demoníaco é, assim, a conseqüência narrativa do fato dialético de que o "eu" somente pode narrar como sujeito na medida em que deixa de ser apenas um "eu" e passa a encarnar todo um conjunto de outros "eus". O "eu" passa a ser também e simultaneamente os "outros".

Uma análise que faça justiça à atitude fundamental de Goethe com relação à historiografia deveria, inicialmente, reconhecer o fato de que o poeta assimilou à sua obra muito do pensamento lingüístico de sua época, o que, nas condições historicamente limitadas em que se encontrava (cf. a segunda parte de BAKHTIN, 1999), o aproximou do pensamento historiográfico mais avançado de então.

Se lançarmos uma breve mirada na obra de Goethe, percebemos claramente o paradoxo entre o ceticismo do autor e o grau de realismo de sua práxis literária. Sua obra é, quase sem exceção, atravessada por um espírito não raras vezes autenticamente historiográfico. Por uma simples questão de espaço não podemos sequer citar ligeiramente algumas destas obras. Fique apenas registrado o caráter profundamente histórico de sua primeira grande obra, o drama *Götz von Berlichingen* (1773) e nela a influência exercida por Herder na maneira como o autor retrata o declínio da ordem cavalheiresca, a ascensão dos príncipes e a introdução do direito romano na Alemanha.

Erich Trunz observa no posfácio a *Poesia e Verdade* como décadas mais tarde o velho Goethe passou a sentir-se um ser "histórico", sentimento que iria se aprofundar até a sua morte (TRUNZ, 1988, 9: 612). Em uma carta poucos meses antes de sua morte, em 01 de dezembro de 1831, escreve a Wilhelm von Humboldt: "Admito com prazer que, em minha alta idade tudo se me torna mais e mais histórico; se algo acontece no passado, em reinos distantes, ou neste momento bem perto de mim, dá no mesmo, eu pareço a mim mesmo cada vez mais histórico" (GOETHE, 1988: 534).

Esta é uma maneira historicista de se ver o mundo e a si mesmo, e nos explica as suas motivações de levar adiante, a partir de 1809, o seu "projeto autobiográfico". Este projeto

partiu evidentemente de determinações de diversas ordens; eu gostaria apenas de destacar algumas que fizeram com que o conjunto destes escritos autobiográficos se tornassem uma extraordinária história cultural de sua época.

Uma das motivações elementares de Goethe foi a preocupação em não confiar aos biógrafos uma tarefa tão relevante. Pois, para o poeta, uma verdadeira biografia era algo muito mais que o simples alinhamento de informações biográficas mais ou menos relevantes. Em conversa com Eckermann de 21 de dezembro de 1831, Goethe perguntava-se sobre a utilidade dos fatos biográficos: "Se não se tivesse nada da vida além do que nosso biógrafos e redatores de enciclopédia dizem de nós, então isso seria um mau métier e em toda a parte não valeria o esforço" (ib.: 171).

O que seria isso que vai além dos fatos, que os redatores poderiam perfeitamente relacionar como tantas vezes o fizeram no período? Além da perda de amigos e colaboradores essenciais como Herder (1803) e Schiller (1805), e de uma grave doença que o acometera em 1801 (meningite?) quase o levando ao óbito, sua iniciativa foi sem dúvida determinada pelas rápidas e intensas transformações sociais e literárias de seu tempo. Em uma recensão de 1805, Goethe escreve a propósito de uma coletânea de autobiografias surgida em Iena naquele ano:

> [...] o nosso tempo é tão rico em fatos, tão decidido em aspirações particulares que a juventude e a idade intermediária, para os quais se escreve, quase não tem idéia do que propriamente aconteceu há trinta ou quarenta anos. Tudo o que numa vida humana se escreve de lá pra cá ou se evoca tem que ser feito de novo (apud TRUNZ, 9: 605).

Isto foi escrito antes da invasão napoleônica em Iena em 1806, mas já em pleno andamento da revolução industrial inglesa, das revoluções americana e francesa, depois da *Crítica da Razão Pura de Kant* (1781), da *Doutrina das Ciências* de Fichte (1794) do romantismo.

A autobiografia de Goethe distribui-se por diversos livros e diários, se nela não incluirmos a vasta correspondência e as conversas, das quais a mais famosa foi redigida por Eckermann. Assim, temos: *Poesia e Verdade*, cobrindo o tempo entre 1749-1775; *Viagem à Itália*, entre 1786 e 1788; *Campanha na França* e *Ocupação de Mainz*, entre 1775 -1793; e os *Anais*, cobrindo o tempo entre 1794 e 1822.

O texto que nos serve aqui de referência principal é a obra *Poesia e Verdade*. Diferentemente da *Viagem à Itália* e da *Campanha na França* (cuja seqüência é *Ocupação de Mainz*), que representam a elaboração literária de anotações de juventude, *Poesia e Verdade* é

um texto da velhice, com olhar retrospectivo. Como já dissemos, não se trata de uma literatura de memória, horizontalizada, característica do século XVIII, mas uma obra onde os fatos biográficos se concatenam de maneira extremamente sólida com o todo.

Não me parece satisfatória a visão dos críticos que reconhecem, em *Poesia e Verdade*, os dados biográficos como "verdade", enquanto concebem a sua concatenação no todo como um encargo da "poesia", tal como encontramos expressa, por exemplo, na bem-cuidada edição hamburguesa de Erich Trunz (citada na presente bibliografia). Creio que estaríamos de certa maneira reduzindo o poético à forma, seccionando-o da matéria, o que a meu ver contraria frontalmente a concepção do autor, várias vezes exposta na obra, para quem o signo destituído de sua referência é nada.

As autobiografias tais com as conhecemos hoje são um produto de uma época pós-goetheana. Goethe foi um pioneiro, ao qual se seguiram diversas outras com características mais ou menos parecidas, mas sem o alcance conseguido pelo nosso autor. O que a distinguia fundamentalmente de todas as autobiografias de seu tempo?

Herder havia desenvolvido uma doutrina lingüística profundamente marcada pelo diacronismo, segundo a qual toda obra somente poderia surgir no seu lugar e no seu tempo, e somente poderia ser entendida neste contexto (cf. HERDER, 1987). Isto era inteiramente novo em sua época, se levarmos em conta que a crítica julgava os escritores e as obras literárias perfilando-as pura e simplesmente, sem que se levassem em consideração as diferenças de lugar e de tempo em que estas personalidades surgiram e em que estas obras foram escritas. Homero, Virgílio, Ariosto ou Klopstock eram considerados nesta perspectiva apenas como poetas épicos, sem consideração pelas suas culturas historicamente específicas.

Seguindo esta concepção básica de Herder, Goethe discorre sobre inúmeras personalidades tanto do mundo da história quando da cultura de seu tempo, a partir de seus *topoi* específicos na sociedade, mas unindo-os todos numa unidade viva e orgânica. Para o autor, o fluxo histórico reúne e atualiza permanentemente elementos do passado e do presente. Como uma questão existencial, Goethe não compreende a si próprio senão alguém formado pelo passado que desfila ao longo da narrativa, que por seu turno só podem compor a narrativa precisamente porque são reconhecidamente atualizados como parte integrante indispensável desta formação individual. Em sua velhice, Goethe sente como tudo aquilo que lhe foi propiciado em juventude faz parte de seu presente histórico.

Assim, Goethe procede a uma espécie de perenização do passado. Mais do que isso, propõe uma reflexão distanciada de si mesmo, de seus erros e acertos, para os quais concorrem circunstancias necessárias e contingentes, estabelecendo uma dialética pessoal do

sujeito permanentemente confrontado com a liberdade e a necessidade, que eleva a si próprio com uma espécie de arquétipo humano, uma individualidade supra-individual, genericamente humana. O esforço para tal é permanente. O jovem enfrenta um mundo eternamente bem-disposto, e mesmo em circunstâncias extremamente dolorosas extrai daí um ensinamento, que irá compor a sua formação futura. Isto evidencia-se quando lemos uma carta de Goethe a Zelter de 05 de outubro de 1830, quando define a si mesmo naquela época como "um estudantezinho infeliz" (GOETHE, 1998, p. 558), coisa que jamais faria na autobiografia.

Dizíamos que *Poesia e Verdade* – como de resto todos os seus relatos autobiográficos – representam uma extraordinária história cultural de seu tempo. É verdade. Nesta obra são evocadas circunstâncias históricas absolutamente fundamentais em seu tempo: a Guerra dos Sete Anos, a coroação de José II, a situação do Poder Judiciário alemão descrito pormenorizadamente (e claramente acoplado à problemática da época do cavaleiro Götz von Berlichingen, decisiva para o destino político do Sagrado Império Romano-Germânico). Na obra desfilam personagens históricos não apenas como pano de fundo, mas determinantes à biografia do jovem, como Frederico II, Voltaire, José II, Hamann; uma constelações de astros de primeira grandeza no mundo cultural alemão, com a qual o autor teve contato direto, e emite no livro opiniões as mais objetivas possíveis, freqüentemente cedendo a fala a estas pessoas, deixando-as "manifestarem-se livremente": Gottsched, Gellert, Klopstock, Herder, Lenz, Klinger, Stolberg, Lavater, Merck, Schlosser e outros. O protagonista, se é que há um, passeia por distintas confissões religiosas, ele próprio vê-se ora atraído, ora enjeitado pelo cristianismo, promove reflexões filosóficas permanentes, confrontando-as com os ditames das religiões positivas e com os seus ministros. Por outro lado, transita por variados cenários artísticos e científicos na Alemanha, compondo um painel absolutamente representativo da vida alemã nestas duas esferas.

Goethe retrata o seu vasto painel humano através de pinturas essencialmente humanas. Para ele, o centro não está no fato histórico, mas no indivíduo histórico. A chave para a compreensão de tal procedimento encontra-se nos seus ensaios sobre a história das ciências, onde Goethe parece esquecer-se completamente de seu ceticismo historiográfico, fato a que fizemos alusão mais atrás. Em seus "Materiais para a história da doutrina das cores" (GOETHE, 1988, 14: 7-272) Goethe vê-se impelido a colocar o homem da ciência no ponto central da questão. Assim como o artista representa o núcleo das questões estéticas, também o cientista coloca-se ali como o ponto em torno do qual se dão os embates e os desenvolvimentos científicos.

Tal é a metodologia peculiar de Goethe, a chave para a compreensão de seu projeto autobiográfico, particularmente de *Poesia e Verdade*. O fio condutor é o jovem protagonista, que encontra cada vez mais pessoas e vai tecendo paulatinamente uma ampla rede de aprendizados e de transformações recíprocas. Transitando por esferas tão representativas do mundo social, religioso, cultural, científico e político em diversas cidades do Império, este jovem dá ensejo à composição de um tecido complexo que configura a vida social alemã em sua totalidade simbólica. Desde o princípio é exatamente esta a sua intenção: compor um painel de ampla envergadura, dotado de uma unidade orgânica e dinâmica. Neste painel, o jovem quase que somente recebe as influências, os ensinamentos, as lições aprendidas, apresentando-se como um ativo espectador que, por meio de sua energia vital e seu esforço por aprender, põe-se em condições extremamente favoráveis à tal percepção do mundo.

O que importa aqui é menos o grau de artificialidade, ou de improbabilidade de tal vivência, mas a atitude dialógica a que se propõe o jovem, expressa cuidadosamente na polifonia em que consiste a autobiografia. Nela, a voz do sujeito não se impõe ao mundo, mas, ao contrário, coloca-se física e ideologicamente, ou como diria o próprio Goethe, abre um órgão interior para cada novidade, para cada fenômeno.

Tal como Herder, que olhava menos para os estados, as guerras e dominadores do que para esta humanidade como um todo, também Goethe não se sentia atraído pelos elementos singulares da história política e das injunções da luta pelo poder, tomados como um fim em si mesmo. Goethe propunha-se, em termos narrativos, não somente a conservar esta polifonia, observada em suas infinitas determinações históricas concretas, descrevendo tanto quanto possível esta multiplicidade empírica da história, mas tinha como objetivo fundamental elevá-la a um patamar superior. Era necessário imprimir nessa empiria uma "vida superior". Para tanto, não poderia ater-se somente à afirmação deste mundo, ao seu enunciado, mas elevá-lo simbolicamente como forma. Tal só poderia ser missão da arte, da poesia.

Assim, o título de sua incomparável biografia explica-se em sua inteireza. Não há poesia sem verdade, não há verdade sem poesia. Graças a este método, Goethe atinge – em um grau talvez mais profundo do que o faria um historiador – regiões morais ou psicológicas inacessíveis ao relato que não conhece os expedientes estéticos de que Goethe lança mão. Com base nesta constatação, pode-se entender a obra autobiográfica de Goethe como uma rica fonte historiográfica de seu tempo, para já não somente falarmos de sua deslumbrante beleza formal e de sua inigualável posição entre as melhores narrativas do gênero.

Bibliografia citada

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999

BOERNER, P. **Goethe**. In Selbstzeugnissen und Bilddokumenten. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1964

BORCHMEYER, Dieter. **Goethe**. Der Zeitbürger. München: Carl Hanser Verlag, 1999

CASSIRER, Ernst. **Goethe und die Geschichtliche Welt**. Leipzig: 1932

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Briefe – Tagebücher – Gespräche**. Cd-Rom. Berlin: Directmedia Publishing GmbH, 1998, p. 29-95

_____. **Werke:** Hamburger Ausgabe. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1988, 14 vol.

HERDER, Johann Gottfried. **Ensaio sobre a origem da linguagem**. Lisboa: Antígona, 1987

TRUNZ, Erich, Nachwort. In: GOETHE, J. W, von. **Werke**. Hamburger Ausgabe. München: DTV, 1988, v. 9, p. 631-639

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007

A visibilidade tardia: a circulação da obra "Tiradentes esquartejado" e sua **apropriação pelos artistas na década de 70[*].**

Maraliz de Castro Vieira Christo[**]

Tiradentes esquartejado passou quase um século praticamente desconhecido. Rechaçada pela crítica, quando de sua exposição no Rio de Janeiro, em 1893, acusada de denegrir a imagem do herói, a tela não circulou como imagem, não foi reproduzida em gravuras ou ilustrou textos sobre a Conjuração Mineira. Hoje, sua imagem parece-nos familiar por sua reprodução em enciclopédias a partir dos anos 70 e, posteriormente, em livros didáticos, mas este *locus* tende a obscurecer a percepção de seu poder corrosivo ao vinculá-lo, na maioria das vezes, a um discurso oficial.

---

[*] A presente comunicação baseia-se no primeiro capitulo de nossa tese *Pintura, história e heróis: Pedro Américo e "Tiradentes esquartejado"*, UNICAMP, 2005. A tese recebeu o Grande Prêmio Capes de Tese Florestan Fernandes em 2006 (concedido pelo Ministério da Educação à melhor tese defendida em 2005 no conjunto das grandes áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Lingüística, Letras e Artes).

[**] Prof.ª de História da Arte do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A apropriação de *Tiradentes esquartejado* pelos artistas Arlindo Daibert, Sandro Donatello Teixeira e Wesley Duke Lee durante a ditadura militar nos revela um olhar diferente sobre a tela de Pedro Americo. Seu potencial contestatório foi percebido pelos artistas que, destacando a fragmentação, a perna dilacerada ou a materialidade do cadafalso, falaram de seu próprio tempo, contrapondo-se à cristianização do herói como interpretação unívoca do quadro.

Arlindo Daibert, *Açougue Brasil* (1978)

Ao expor a série de desenhos *Açougue Brasil*, em 1978, Arlindo Daibert **(1952-1993)**, com 26 anos, já era reconhecido por seu *desenho de idéias*, de *investigação conceitual*, como mais tarde definiria Roberto Pontual[1]. O artista, desde 1972, participara de importantes exposições: IV e V Salão de Verão (1972-1973), MAM–Rio de Janeiro; Salão Nacional de Arte Moderna (1972, 1973), realizado pelo MEC, no Rio de Janeiro; I Salão Global de Inverno, em Belo Horizonte (1973); 50 anos de Desenho Brasileiro, organizada pelo colecionador Gilberto Chateaubriand (1973); Resumo do Desenho Brasileiro, MAM-São Paulo; II Salão Global de Inverno (1974), quando obteve o Prêmio *Ambassade de France*, permitindo-lhe um ano de estudos em Paris, onde participou de algumas coletivas. Em 1977, realizou, entre outras, uma exposição individual no MAM-Rio de Janeiro, na qual mostra 61 trabalhos compondo quatro séries de desenhos: *Alice no País das Maravilhas*, *Persephone*, *Gran Circo Alegria de Viver* e *Ofício das Trevas*.

[1] PONTUAL, Roberto. *Entre dois séculos*. Arte brasileira do século XX na coleção Gilberto Chateaubriand, Rio de Janeiro: JB, 1987, p. 450.

Em sua primeira mostra individual em São Paulo, na Galeria Entreartes, 1978, Arlindo apresenta a exposição denominada "Arlindo Daibert – Desenhos". São 35 trabalhos divididos em 4 séries: *Fantástica*, *Investigações*, *Crítico-erótica* e *Açougue Brasil*.

Da série *Açougue Brasil*, o trabalho principal[2] sobrepõe a uma antiga fotografia da família, no açougue do avô, um desenho em acetato de parte do *Tiradentes esquartejado*, de Pedro Americo, fundindo pela transparência as duas imagens.

Artista ímpar, acostumado a refletir sobre seu próprio processo criativo, Arlindo, em duas entrevistas, esclarece a relação estabelecida entre o açougue do avô e a obra de Pedro Americo:

> "*Falar sobre a minha exposição não vai ser coisa fácil, ou melhor, falar em termos racionais. Quando aconteceu o convite para a mostra de São Paulo, me pediram para dar um apanhado geral de 77-78, uma vez que minhas aparições para o público paulista se restringiam a umas poucas coletivas. Por ocasião do Panorama de Desenho e Gravura no MAM-SP de 1977, apresentei três trabalhos que eram análises de fragmentos. Eram animais mutilados, desenhados com máximo de precisão (o que me valeu a acusação de estar resvalando para o hiper-realismo!). Na verdade, o "realismo" era um recurso, um meio, talvez até método. O desenho central vinha sempre acompanhado da ampliação do detalhe, emocionalmente mais vigoroso. Na época, a série quase se chamou Exposição de Chagas, mas na verdade sentia tudo aquilo como um trabalho em andamento, não terminado, e por isso foi batizado de Investigações.*
> *Havia uma certa crueldade na minha dissecação metódica da dor. Eram cães degolados que farejavam a comida, cobras que engoliam lagartos. Eu oscilava entre o animal solitário e ferido e entre as duplas que se entredevoravam, num eterno jogo de carrasco e vítima.*
> *Pensava desenvolver a idéia e preparar a exposição de São Paulo a partir dos animais. De repente, apareceu uma foto de família, foto do açougue do meu avô. Talvez neste momento seja difícil para mim racionalizar o processo todo. Um amigo, o artista mineiro Manfredo de Souzanetto, que está vivendo em Paris, mantém comigo uma correspondência na qual criticamos nossos trabalhos. Numa de suas cartas, Manfredo me perguntava se meus mutilados não seriam, de certa forma, colocações mais gerais, símbolos de todas as nossas impossibilidades atuais. Esse comentário ficou rodando na minha cabeça até o aparecimento da foto.*
> *Foi então que percebi que realmente tudo era o Açougue Brasil, comecei a estabelecer paralelos, fiz um levantamento do ano de 1935. Passei a me dividir entre uma análise objetiva de uma situação, de uma época, e a análise subjetiva das emoções que tudo isso me despertava.*
> *FB* [Francisco Bittencourt]*– A partir de então, ele começou a desenhar bois esquartejados, isolando os personagens da foto e emoldurando seus vultos com todo aquele cenário de carne.*
> *Mas é preciso que eu descreva para você os personagens em cena na foto. Junto da caixa registradora estão minha mãe (morta em 1973 de uma leucemia que se arrastou por alguns anos, nos obrigando a um lento aprendizado da morte), meu tio (que passou grande parte de sua infância fazendo entregas do açougue, hoje próspero advogado no Rio), meu avô (o patriarca de origem alemã, amando os filhos de uma maneira violenta, não muito chegado a extravasamentos afetivos), e como coadjuvante um negro, empregado do estabelecimento.*

[2] *Açougue Brasil*, 1978, lápis s/ papel, coleção particular de Neysa Campos. Outros desenhos da série encontram-se reproduzidos no catálogo e no livro *Arlindo Daibert: Depoimentos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000, p. 82.

> *FB – Talvez isso possa parecer sem importância, mas foram essas tênues associações afetivas, o convívio com os fantasmas familiares (a morte da mãe, a autoridade do avô), um açougue no interior de Minas, que desencadearam em Daibert o processo criador. Ele começou a trabalhar a partir da foto.*
> *Comecei a trabalhar a partir da foto. Um dia, visitando o Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora, dei de cara com o Esquartejamento de Tiradentes, de Pedro Américo. Era o que me faltava para realizar a síntese de subjetivo com o objetivo. Comecei a isolar as partes esquartejadas do herói, assim como isolava as carnes penduradas no açougue.* [3]
> *(...)*
> *Era uma foto de família, feita em 1935 no açougue do meu avô. As sugestões do próprio eram o fio. Comecei a fazer aproximações e associações várias. Percebi que a violência, as mutilações, os animais que se devoravam, o Tiradentes (de Pedro Américo), meu avô, o açougue, tudo isso era parte de uma violência maior chamada Açougue Brasil. Nesse ponto o desenho vai ficando mais analítico, a " habilidade" é um meio de reproduzir e analisar o real. A figuração é um instrumento, não um fim.*[4]

Percebe-se claramente o itinerário percorrido pelo artista: a atração pela violência dos animais feridos ou se devorando - da série *Investigações* -, a memória da dor familiar desencadeada pela foto e o embate com *Tiradentes esquartejado*, no Museu Mariano Procópio. A pergunta cifrada de Manfredo de Souzanetto, citada por Daibert na entrevista, - *se meus mutilados não seriam, de certa forma, colocações mais gerais, símbolos de todas as nossas impossibilidades atuais* – desencadeia a compreensão de tudo ser o *Açougue Brasil*, em todos os sentidos.

O que Arlindo Daibert viu no quadro de Pedro Americo? No desenho que originou a série, o artista copia em minúcias, sobre o acetato, unicamente a perna esquerda traspassada pela haste de madeira, esboçando com fino traço de grafite parte das linhas do cadafalso e dos tecidos que lhe servem de fundo. Arlindo isolou o que o quadro apresenta de mais cruel e menos celebrativo, rechaçando todo o discurso religioso da representação do mártir. O artista contemporâneo viu a carne dilacerada.

Arlindo apropriou-se da perna dilacerada de *Tiradentes esquartejado* como se fora um pernil. Porém, descomunal, que se recusa a permanecer enfileirado, ocupando o mesmo espaço dos outros. A perna se projeta, situando-se entre os escritos da fotografia: "*AÇOUGUE BRASIL, PHONE 1453, Arlindo Daibert* – nome do avô- *Especialista em LINGUIÇAS de pura CARNE DE PORCO"*. Contaminada pela foto, a perna de Tiradentes vira apenas carne, porém, humana, metamorfoseando o significado do Açougue Brasil, associando memória de infância à memória social, pluralizando os sentidos.

---

[3] Entrevista realizada por Francisco Bittencourt. "Os fantasmas de Daibert". *Correio do Povo*. São Paulo, 18 jun. 1978. Reproduzida em: *Arlindo Daibert: Depoimentos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000, p. 22-25.
[4] Entrevista realizada por José Henrique Fabre Rolim. Daibert: expressividade interpretativa (final). *A Tribuna*, Santos, 26 jan. 1979. Reproduzida em: *Arlindo Daibert: Depoimentos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2000., p. 25-30.

Arlindo privilegia o detalhe[5], o detalhe-*dettaglio* como observa o historiador francês Daniel Arasse. Em *Le détail, pour une histoire rapprochée de la peinture* [6], o autor – servindo -se da diferença na língua italiana entre *dettaglio* e *particolare* - distingue entre uma simples parte de um objeto ou figura, detalhe-*particolare*, e o detalhe que perturba, que prende o olhar, detalhe-*dettaglio*. Em suas palavras:

> (...) *On peut considérer ces détails* [dettaglio] *comme des moments du tableau, moments de sa création, moments de sa perception.*
> *En tant que particolare, c'est un moment auquel le peintre ne doit pas trop s'"amuser" aux dépens de l'économie équilibrée du "tout ensemble". Mais, en tant que dettaglio, le détail est un moment que fait événement dans le tableau, qui tend irrésistiblement à arrêter le regard, à troubler l' économie de son parcours.*[7]

Tanto Arlindo soube reconhecer o *dettaglio* no quadro de Pedro Americo, o elemento perturbador que prende o olhar, a perna dilacerada, quanto soube se apropriar dela como o *dettaglio* em seu trabalho.

No segundo desenho da série *Açougue Brasil*, Arlindo privilegia a cabeça. Desenha-a no centro do papel, com a mancha de sangue que lhe serve de base. Nega-lhe a leitura cristã, aproximando-a da cabeça de guilhotinados. No alto da folha, apresenta duas fileiras, cada qual com seis imagens de cabeças, em preto e branco, que se destacam na multidão com expressões fortes, muitas vezes falando. Sobre os rostos o artista, em gesto rápido e solto, desenhou um triângulo vermelho.

Arlindo associou a cabeça do cadáver de Tiradentes ao anonimato, entretanto, contrapondo o silêncio do morto àqueles que ainda se comunicam, trouxe à lembrança o revolucionário, num jogo perverso: os rostos atuais são a reminiscência do que foi a cabeça silenciada e esta antecipa, no contexto da ditadura, o destino daqueles que ainda falam.

---

[5] Sobre o detalhe na obra plástica de Daibert ver: GUIMARÃES, Júlio Castanõn, "Alguns trajetos: texto e imagem em Arlindo Daibert" DAIBERT, Arlindo, *Imagens do grande sertão* . Belo Horizonte:UFMG / Juiz de Fora: UFJF, 1998, p. 22-23.

[6] ARASSE, Daniel. *Le détail, pour une histoire rapprochée de la peinture*. Paris: Flamarion, 1996, p. 11-12.

[7] ARASSE, Daniel. *Le détail, pour une histoire rapprochée de la peinture*. Paris: Flamarion, 1996, p. 12. **Tradução**: (...) *Podemos considerar esses detalhes* ***[dettaglio]*** *como momentos do quadro, momentos da sua criação, momentos da sua percepção.*
Como particolare, é um momento no qual o pintor não deve "divertir-se" excessivamente à custa da economia equilibrada do "conjunto todo". Mas, como dettaglio, o detalhe é um momento que constitui um acontecimento no quadro, que tende irresistivelmente a deter o olhar, a perturbar a economia do seu percurso.

Sandro Donatello Teixeira, *O massacre de Tiradentes* (1976 e 1992)

Necessário observar que, na década de 70, outro artista igualmente se apropriou, conscientemente ou não, da perna dilacerada pintada por Pedro Americo. Trata-se de Sandro Donatello Teixeira (1945).

O artista iniciara seu aprendizado no ateliê do pai, Oswaldo Teixeira; nos anos 60 viajara para a Europa, fixando-se, na década seguinte, no Rio de Janeiro[8]. Com uma pintura densa, nos anos 70, o artista busca a denúncia social. Em 1974, por exemplo, participa, com os trabalhos *Teatro da Rua I*, *Teatro da Rua II*, *Senhor Dono da Morte* e *Senhor Dono dos Lucros*, da Bienal Nacional de São Paulo.

No Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, encontra-se a sua obra *O massacre de Tiradentes*. Nela percebe-se, no plano inferior, parte da perna dilacerada do quadro de Pedro Americo. O artista privilegia a visão da coxa presa à haste. Circundando-a, sobre um fundo vermelho, duas cabeças e grafismos que lembram as palavras *Tiradentes* e *libertas*. No plano superior, dentro de uma moldura, vê-se um corpo num pau-de-arara. Um forte traço em espiral une a coxa de Tiradentes ao sexo do homem torturado. As imagens tanto do corpo no pau-de-arara, na parte superior, quanto da perna de Tiradentes, na parte inferior, são bruscamente cortadas, sugerindo sua continuidade no espaço do espectador. A atualização do drama de Tiradentes incorporando torturados políticos é evidente, como esclarece o próprio artista: *Meu Tiradentes (esquartejado assim como o de Pedro Américo) tem um pouco de cada brasileiro que foi torturado na época da ditadura. É uma homenagem a todos aqueles que lutaram e foram sacrificados na luta pelo Brasil livre.*

A idéia do quadro surgiu de um convite do *Jornal do Brasil* para que alguns artistas expusessem a sua visão de Tiradentes, quando o decreto-lei de 1966 foi revogado, em 1976. Lembremo-nos de que o decreto-lei de 1966 impunha como modelo oficial, para figurar nas repartições públicas, a estátua do herói, realizada por Francisco de Andrada, em 1926, e situada diante do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. O *Jornal do Brasil* publicou, na época, o desenho de Sandro que, em 1991, transformou-se numa grande tela, a pedido do jornalista José Costa, autor de *Os pintores e o suplício de Tiradentes, como os mais destacados artistas viram a morte do Protomártir da Independência*, segundo relatou-nos Sandro Donatello:

[8] AYALA, Walmir. *Dicionário de pintores brasileiros.* 2ª ed rev. e amp. Curitiba: UFPR,1997, p.353.

> *Fui convidado pelo falecido José Costa quando ele estava preparando o livro para fazer um trabalho sobre Tiradentes. Essa tela, de grandes proporções é de acrílico s/ madeira. Ela foi baseada em outro trabalho feito por mim para o JB alguns anos antes. Acontece que havia um Decreto-Lei que proibia qualquer representação de Tiradentes que não fosse a tradicional (cabelo, barba, etc...). Quando esse decreto caiu, houve uma reportagem no JB com alguns artistas para darem sua visão do Tiradentes. Alguns anos depois o José Costa me fez o convite e então tive a oportunidade de realizar a obra (na minha visão Tiradentes está num pau de arara). Esse quadro foi comprado pelo Dr. José Carlos Brito, um advogado conhecido meu e doado para a Assembléia. Nessa época me deram a medalha de Tiradentes que ofereci ao comprador do quadro. O trabalho então passou a fazer parte da casa. Alguns membros acharam pornográfico e o colocaram no porão. Anos mais tarde, quando a Deputada Heloneida Stuart foi realizar uma homenagem a Tiradentes (peça de teatro na Assembléia), foi realizada uma pesquisa para saber se havia algum trabalho que representasse Tiradentes na casa. Foi então que encontraram meu quadro guardado (no porão da ditadura). Aliás era o único que havia dentro do Palácio Tiradentes. Autorizei a publicar a fotografia do quadro no convite, e qual não foi minha surpresa quando vi que estava o trabalho de Scliar na capa e o meu na última folha (mais uma censura). A Deputada censurou meu trabalho e parece que ela não queria que fosse exposto. Depois da notícia sair no jornal, a Assembléia decidiu que a obra tem que ficar permanentemente exposta no Palácio Tiradentes. Ela está localizada na entrada do plenário*[9].

Concebido na década de 70 e realizado em tela no início dos anos 90, *O massacre de Tiradentes* passou a integrar o acervo da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, permanecendo no depósito, por ser considerado, segundo denunciou o jornalista Ricardo Boechat, "pornográfico". Será exposto, pela primeira vez, apenas em 2000[10]. A trajetória do quadro de Sandro Donatello revela-nos o quanto ainda é problemática a "dessecularização" do drama de Tiradentes e a ênfase na violência imposta ao corpo.

Wesley Duke Lee, *Mantenha a liberdade quae sera tamen* (1979)

[9] Depoimento dado por e-mail em 03/07/2005.
[10] BOECHAT, Ricardo. "Estréia anunciada". *Jornal do Comércio*, Recife, 09/05/2000.

Dono de uma carreira já consolidada e reconhecida no Brasil, com vários anos de experiência no exterior, Wesley Duke Lee (1931) fora o iniciador de vários movimentos, a exemplo do *Realismo mágico*, e organizador de diversos grupos, como a Rex Gallery. Sua obra nos anos 70 destaca-se pelo caráter irônico e crítico, assim como pelo uso inovador de materiais e técnicas[11].

A releitura de Wesley Duke Lee sobre o quadro de Pedro Americo originou-se de um pedido de Pietro Maria Bardi. O diretor do MASP convidara quatro artistas para participarem da *Exposição Arte no Brasil – uma história de 5 séculos* (1998), reinterpretando temas da História do Brasil. Maria Helena Chartuni apresentou a *Primeira Missa* (tríptico), Carlos Alberto Aráujo, *Independência*, Agostinho Baptista de Freitas, *Doze histórias após a Independência* (uma história em quadrinhos abrangendo diversos temas, tais como: libertação dos escravos, Canudos, Monte Castelo, 1964...) e Wesley Duke Lee, a Conjuração Mineira[12]. Pietro Maria Bardi solicitou-lhe pessoalmente uma releitura do *Tiradentes esquartejado* de Pedro Americo, obra que o artista conhecia apenas por reprodução[13]. Lembremo-nos que fora Bardi um dos primeiros a divulgar o quadro de Pedro Americo, reproduzindo-o em seu livro

[11] Sobre a carreira de Wesley Duke Lee ver, por exemplo, os estudos de Cacilda Teixeira COSTA: *Um salmão na corrente taciturna – o percurso interior, a vida e a obra de Wesley Duke Lee.* São Paulo, 1977 (Tese de doutoramento); *Wesley Duke Lee*, Rio de Janeiro: Funarte, 1980. *Antologia crítica sobre Wesley Duke Lee*. São Paulo : Galeria Paulo Figueiredo, 1981.

[12] NASCIMENTO, Regina. "Cinco séculos de arte no Brasil", *Ultima Hora*, 11/01/1979. "Arte no Brasil", *Diário de São Paulo*, 19/01/1979. KLINTOWITZ, Jacob. "Um gigantesco quebra-cabeças, para contar a História do Brasil", *Jornal da Tarde*, 13/01/1979.

[13] Declaração do artista feita à autora em dezembro de 2004.

História da arte brasileira, pintura, escultura, arquitetura e outras artes, editado pela Melhoramentos, em 1975.

Mantenha a liberdade quae sera tamen (de O Tiradentes, de Pedro Américo) é um grande painel, onde o artista reproduz o cadafalso presente na tela de Pedro Americo, pregando tábuas de madeira. Sobre a madeira, o artista colocou uma tela presa somente pela parte superior, onde desenhou, com traços rápidos, o corpo do Tiradentes, como se apresenta na tela de Pedro Americo. No cimo do painel, saindo de sua estrutura retangular, construiu a forca com uma corda real, cujo laço pende sobre a tela, ao lado do desenho da cabeça. O painel se apóia sobre uma base estreita com rodas de madeira.

Enquanto Arlindo Daibert viu a carne dilacerada e a cabeça muda na tela de Pedro Americo, Wesley Duke Lee fixou-se no cadafalso. Reafirmou sua tridimensionalidade, buscou a matéria concreta: madeira, tela e corda. O corpo se desfez no desenho ligeiro e nas rugas do tecido. Mesmo para se perceber o olhar de Tiradentes, que não contempla o céu, mas a nós, é necessário alguma atenção. O cadafalso fez-se mais forte que o corpo do herói, sua concretude o coloca à disposição de próximos carrascos e vítimas, atualizando seu conteúdo na conjuntura dos anos 70. Duke Lee, como Arlindo e Sandro Donatello, repele qualquer referência à cristianização do mártir, enfatizando a forca, não o crucifixo – que não é representado.

Sobre a perda do corpo na obra de Duke Lee, a escritora e psicanalista formada por Jacques Lacan, Betty Milan, se refere, num pequeno texto datilografado, encontrado nos arquivos do MASP[14]:

> *A sentença condenou Tiradentes à forca, a ter cabeça cortada exibida sobre uma estaca no centro de Vila Rica, e ainda, ter o corpo esquartejado e suas partes expostas nas vias de acesso à capitania e nos lugares que mais ele freqüentava. Enforcado, decapitado e esquartejado, é o corpo de Tiradentes que se torna impossível.*
> *É isso que Wesley Duke Lee pinta, teatralizando o espaço do quadro, redimensionando a tela no espaço, desenhando um corpo que não o é.*
> *Disposta sobre um patíbulo de madeira onde vemos uma escada e uma forca vazia, a tela cai moldando-se aos planos da subida à forca. Invés da tela plana, esta que é conforme à história do martírio e cuja forma é a do mapa do Brasil.*(...) *O desenho evoca o corpo e no corpo desenhado é o corpo impossível de Tiradentes que se vê.*

Um detalhe interessante do trabalho de Wesley Duque Lee é a presença das rodas de madeira. Embora provavelmente colocadas pela simples necessidade de se deslocar o painel, reforçam o significado da obra. Assemelham-na a um elemento cenográfico, a

[14] Agradecemos a Eugênia Giorini Esmeraldo o acesso às informações do arquivo do MASP.

plataforma móvel do teatro clássico, *ekkykléma*. Como o cenário das peças gregas referia-se ao ambiente exterior de uma habitação ou paisagem, as plataformas rolantes eram utilizadas para fazer a ligação com o interior do lugar representado. Principalmente para trazer aos olhos do público os cadáveres dos personagens; nas tragédias, o assassinato nunca era encenado perante o espectador[15]. A ambigüidade da *ekkykléma*, de Duke Lee, revela-se no *corpo impossível* que porta.

As releituras de Arlindo Daibert, Sandro Donatello Teixeira e Wesley Duke Lee recusaram-se a enfatizar o herói. A sacralização, elemento tão valorizado pela historiografia no quadro de Pedro Americo, fora simplesmente abandonada pelos artistas, que nele viram apenas a violência. Arlindo Daibert e Sandro Donatello isolaram a perna dilacerada como metáfora para a tortura dos anos 70, tudo é *Açougue Brasil*. Duke Lee abandonou *o corpo impossível* e deu visibilidade material ao cadafalso, também alinhando-se ao discurso contestatório dos anos 70.

[15] Ekkykléma: "plateforme roulante qui amenait les cadavres hors des portes du palais". BARTHES, Roland, "Le théatre grec", em *L´obvie et l'obtus*, Paris, Seuil, 1982, p.82.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os impactos da era Vargas no mundo rural: direitos, memória e identidades

Marcus Dezemone[1]

Resumo: A historiografia brasileira consagrou a tese do afastamento do campesinato do alcance da legislação social que teria beneficiado, quase que exclusivamente, os trabalhadores urbanos durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). O objetivo desse artigo é relativizar essa interpretação e as demais concepções dela decorrentes. Busca-se, através de relatos da memória social de duas regiões rurais - o sudeste cafeeiro e o nordeste canavieiro, fontes primárias como processos judiciais e as cartas remetidas ao presidente, apontar os impactos simbólicos e materiais da legislação social para a formulação de noções de direitos no mundo rural brasileiro. Defende-se que a apropriação sofrida pela legislação social no mundo rural contribuiu para a erosão da autoridade tradicional dos grandes proprietários rurais, tornando-se ainda um importante aspecto da constituição de uma cultura política camponesa, fundamental para a compreensão das mobilizações políticas posteriores.
Palavras-Chave: Era Vargas, camponeses, direitos sociais.

1. Historiografia, direitos sociais e camponeses

De forma quase consensual, a historiografia brasileira tem considerado que o campesinato esteve afastado dos benefícios materiais e imateriais trazidos pelos direitos sociais integrantes da legislação produzida no primeiro governo Vargas (1930-1945). Da exclusão formal dos camponeses dos aspectos chave da legislação trabalhista e sindical, identificada pela historiografia (LENHARO, 1986), derivam outros desdobramentos analíticos que merecem maior atenção. O primeiro deles diz respeito à afirmação da "intocabilidade sagrada das relações sociais no campo" no pós-1930 e em especial durante o Estado Novo (FAUSTO, 1998). Um segundo desdobramento analítico vinculado à relação entre legislação trabalhista e campesinato é o uso do referencial do populismo como modelo explicativo para se pensar o período inaugurado com a Revolução de 1930 e que se estende até o golpe-civil militar de 1964. (MOTA, 1986; FAUSTO e DEVOTO, 2004). Um último desdobramento recorrente na historiografia que se fundamenta no alijamento dos camponeses dos ganhos do "arranjo populista", é a análise da intensa mobilização observada em meados do século XX, nas décadas de 1950 e 1960.

A historiografia que toma um fosso separador dos direitos dos trabalhadores urbanos daqueles alcançados pelos rurais como um dado da realidade, pronto e acabado, sobre o qual não se aplica nenhum tipo de relativização, utiliza-o como um elemento ratificador de esquemas explicativos tradicionais – como a noção de populismo – sobre o Estado Novo e o

[1] Mestre em História (PPGH-UFF) e Doutorando em História (PPGH-UFF)

período da Experiência Democrática (1945-1964). Em comum entre os dois períodos históricos estaria a manutenção da dominação tradicional no campo, que se apresenta como uma condição necessária à industrialização e ao projeto de modernização conduzida pelo Estado, como evidenciado pela legislação social no meio urbano. Essa historiografia assume tal afastamento como uma base segura através da qual se explicam as ações políticas dos camponeses, tanto de mobilização e lutas, quanto da sua ausência em momentos que seriam de passividade. Daí por que as lutas camponesas teriam significado, prioritariamente, uma tomada de posição coletiva para minorar esse distanciamento e alcançar os direitos trabalhistas urbanos.

Sem pretender negar de forma definitiva as contribuições historiográficas tradicionais, este trabalho, ancorado na produção acadêmica recente, procura relativizar os limites de tais enviezamentos, ao confrontá-los a três conjuntos de evidências: os depoimentos orais de camponeses que viveram esse período; os processos judiciais embasados na Consolidação das Leis do Trabalho que, em tese, alcançaria apenas os trabalhadores urbanos; e as cartas e processos administrativos gerados pela correspondência de trabalhadores rurais remetida à Presidência da República durante o Estado Novo.

2. Uma presença marcante na memória

O pós 1930 na região do sudeste cafeeiro é geralmente percebido como uma época difícil em função da dupla crise econômica e política decorrente dos efeitos da crise de 1929 e da Revolução de 1930 (GARCIA e PALMEIRA, 2001). De forma paradoxal, este período que poderia estar associado a perdas e dificuldades para os trabalhadores do campo é marcado na memória coletiva de camponeses com um lugar privilegiado para Getúlio Vargas, noções de direitos e a legislação trabalhista:

> *"Eu conheci vários governos. Conheci o Washington Luís, (...) Era o governo que mandava tirar das telhas da casa e botar o povo na estrada, era o governo que mandava tirar a mudança de dentro de casa jogar lá na estrada. Depois o Getúlio Vargas veio, pegou e criou essa lei trabalhista. Nós agradecemos muito e devemos ao Getúlio Vargas. (...) Getúlio Vargas foi o rei, foi o homem que abriu o caminho de todos..." (DEZEMONE, 2004, p. 125)*

Esse mesmo padrão narrativo, com referências a perdas materiais que contrastam com uma valoração positiva da figura de Vargas foi constatado em outros trabalhos sobre o sudeste cafeeiro. Em descendentes de ex-escravos, o presidente aparece associado à "verdadeira abolição" (RIOS e MATTOS, 2005). Foi ainda encontrado em depoimentos no nordeste açucareiro, na Zona da Mata de Pernambuco (DABAT, 2003), contrariando a visão

consagrada pela literatura especializada, que associa o referencial de direitos naquela região apenas ao governo João Goulart (1961-1964) e ao Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

3. A legislação trabalhista no campo

Em que pese a quantidade de decretos voltados para o campo com repercussões relevantes no mundo rural na década de 1930 (Ver RIBEIRO, 2001; LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1998), a literatura especializada reduziu a importância da CLT para o mundo rural, ancorada em grande medida no próprio texto legal, em seu artigo 7º do Título I. No entanto, o exame mais atento dos demais artigos da CLT permite identificar uma tensão entre essa exclusão e a inclusão dos trabalhadores rurais em alguns direitos. O artigo 13 do Título II torna a carteira de trabalho obrigatória para o exercício de qualquer atividade profissional, inclusive rural e de caráter temporário, fazendo referência direta ao proprietário rural e aos que trabalham em regime de economia familiar.

Ao contrário da maior parte da produção acadêmica que insiste na ampliação do fosso separando os trabalhadores do campo e a legislação trabalhista, o impacto da CLT no mundo rural foi importante na solução jurídica de conflitos. As ações de trabalhadores do campo contra seus patrões foram mais freqüentes do que se imaginava, como demonstram os trabalhos de Welch (1990) e de Priori (1995). Contudo, é necessária uma maior divulgação das pesquisas existentes, bem como a realização de outras para melhor compreender os alcances e limites das leis trabalhistas no campo. Por hora, o que é possível afirmar sobre ações judiciais de lavradores baseadas na CLT, ou ainda no Código Civil de 1916, é que o acolhimento dessas demandas pela Justiça, tanto pelas Varas Cíveis (Comum), quanto pela Justiça do Trabalho (Especial), se deveu à inexistência de vácuo jurídico no ordenamento brasileiro, isto é, na ausência da norma jurídica específica, o juiz tem autonomia para julgar baseando-se na analogia ou nos princípios gerais de direito. Em outras palavras, não era a inexistência de uma lei que versasse sobre a matéria que impedia o acesso ao Poder Judiciário.

Pode se perceber como tais processos judiciais repercutiram entre os camponeses através do depoimento de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, advogado em Pernambuco nas décadas de 1940 e 1950, que tomava o Código Civil de 1916:

> *A circunstância de o camponês ir para o tribunal, no dia da audiência, se sentar frente ao proprietário, para ele camponês já era um passo tremendo. Muitos diziam: "Olhe, doutor, eu posso perder a causa, mas já estou satisfeito, porque vi o coronel fulano de tal na presença do juiz, na minha presença, na sua presença, mentindo." Ele que é tão rico, nem sabe mentir. Eu, que sou pobre, fui lá e disse a verdade. Então, com essa coisa de ele mentir na minha presença, de ele se sentar ali e ser obrigado a mentir, eu já estou satisfeito, já ganhei a minha causa. Não importa que eu abandone a terra. (JULIÃO, 1977, p. 22)*

O depoimento de Francisco Julião aponta para um elemento chave: não se trata de considerar exclusivamente o sucesso ou fracasso de uma ação que teria corrido na justiça, tal como enfatizado por certas análises, mas principalmente, a possibilidade aberta pelo despojamento de fazendeiros de suas prerrogativas tradicionais como réus em processos judiciais. Isto contribuiu tanto para a erosão da autoridade pessoal dos fazendeiros, quanto na elucidação do por que do lugar destacado de Vargas na memória local.

4. As estratégias dos "brasileiros mais humildes"

Em carta datada de 5 de agosto de 1942, João Bernardo, apresentando-se como "brasileiro, natural do Espírito Santo" residente no "Município e Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, casado, com uma prole de doze (12) filhos, todos menores, contando o mais velho apenas 18 anos, lavrador", dirigia-se "ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelas (sic) Vargas, presidente da república".

Apesar de declarar sentir os "benéficos efeitos da administração", não parece que a vida de João Bernardo estivesse tão boa assim. O lavrador fala do "crescente aumento do custo da vida e desvalorização do café aqui no interior", especificando que o mesmo "é colono", destaca que o "aumento especialmente que verifica nos utensílios de trabalho, está por isso em sérias dificuldades para viver, pois, vê com tristeza as suas últimas enxadas se acabarem, sem que possa adquirir outras para tocar sua lavoura." Como efeito da crise do café - que ao contrário do que afirmavam as organizações dos grandes cafeicultores da época, não a considerava responsabilidade do presidente -, João Bernardo argutamente lamenta as dificuldades para poder comprar seus instrumentos de trabalho sem procurar culpados.

Só após apresentar a si e a sua família, exaltar as melhorias produzidas pelo governo e falar do quadro de dificuldade sem responsabilizar essa mesma administração, é que o lavrador faz seu pedido para "solicitar a boa vontade de V. Excia., no sentido de proporcionar-lhe os meios de aquisição dos utensílios de trabalho que necessita para si e seus filhos, visto que, valendo cada enxada 30$000 aqui, é-lhe impossível adquiri-las por este preço".

De forma alguma João Bernardo considera que "vem importunar-vos com um pedido humilhante", pelo contrário, ele reforça a necessidade do instrumento para que possa, com seu próprio labor, sustentar sua extensa prole. Mais importante ainda é quando o colono do Espírito Santo afirma que com seu trabalho não terá apenas ganhos familiares ou individuais, "pois como bom brasileiro deseja trabalhar, colaborar com seus irmãos para o progresso de sua Pátria." Seus argumentos para alcançar o objetivo desejado são exatamente os mesmo divulgados pela propaganda oficial do Estado Novo para legitimar-se perante a sociedade, como atestam os inúmeros trabalhos que se dedicaram ao estudo da emissão do discurso oficial (GOMES, 2005).

O lavrador finaliza sua missiva esperando que as qualidades do presidente "homem probo e que tantas demonstrações de bom brasileiro tem dado, homem que encarna a nossa única esperança no momento" atenda seu pedido, e para tal, dá um passo adiante, aumentando o tom, quase como que exigindo que "V. Excia. saiba fazer Justiça, atendendo a este apelo."

Longe de constituir um caso isolado, essa missiva se insere num processo de maior escala: o envio de cartas ao presidente da República por pessoas de todo Brasil como funcionários públicos, civis e militares, políticos, empresários, fazendeiros, mas também, em sua maioria, trabalhadores urbanos. Esse material encontra-se disponível no Arquivo Nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Dois historiadores, Jorge Ferreira (1997) e José Roberto Franco Reis (2002) ao refletirem sobre cartas de trabalhadores urbanos, revelaram em seus estudos que por trás do aparente paternalismo, os trabalhadores brasileiros recepcionaram o discurso oficial do Estado Novo e o adaptaram para atingir seus interesses e demandas, de forma ativa, dentro dos limites impostos pelo regime autoritário com seu aparelho repressivo. Apesar de terem sido individualmente redigidas, as cartas permitem perceber o compartilhamento de experiências cotidianas, vivenciadas por esses grupos que compunham a sociedade brasileira, dando conta das estratégias adotadas pelos homens comuns para sobreviverem, na maioria das vezes, num quadro de adversidades. Esses autores também ressaltam que além daqueles que escreviam com dificuldades gramaticais e ortográficas, como parece ser o caso das cartas de vários colonos, até mesmo os analfabetos solicitavam às pessoas que dominavam a escrita para redigirem as cartas em seus nomes.

Esses dois trabalhos pouco refletiram sobre as cartas provenientes do campo. A partir da análise de cerca de cem dessas missivas, a pesquisa em curso constatou freqüentes referências na memória dos camponeses que associam o período Vargas a direitos, justiça e

leis, enquanto as épocas anteriores são percebidas como de arbítrio, impunidade e injustiça. Imagens sobre os camponeses que reverberam no imaginário da sociedade e o discurso oficial foram acionados mesmo quando objetivamente não se vinculavam em bases mais concretas ao pedido. As referências à legislação trabalhista foram tão freqüentes quanto às denúncias pelo que seria seu descumprimento, apesar de não terem sido estendidas formalmente ao campo. Por exemplo, os lavradores de Itaguaí queixavam-se contra os fazendeiros, pois estes "não aceitam empregados que tenham documentos do Ministério do Trabalho." José Viana Gonçalves Sobrinho, de Leopoldina, em 1940, fez uma "reclamação sobre a falta de execução da lei do 'Salário Mínimo'", realçando que "como é publico e notório que V.Exc[a] tem a melhor boa vontade para com o trabalhador braçal e não iria decretar uma lei para ficar guardada no Ministério do Trabalho". Os reflexos do atendimento de uma demanda poderiam levar a novas solicitações, como foi percebido em várias cartas que afirmavam casos específicos de pedidos atendidos.

Seguramente, na maior parte das vezes, os pedidos – muitos deles absurdos – não eram atendidos. No entanto, cada carta gerava um processo administrativo. Embora não haja nenhuma garantia e que fosse pouquíssimo provável que o próprio Vargas as lesse, elas recebiam tratamento da burocracia que tomava medidas investigativas e as respondia em nome do presidente. Nesse sentido veja-se o caso das enxadas solicitadas por João Bernardo. A documentação permitiu aferir através de ofício redigido em 15 de setembro de 1942, pouco mais de um mês após o envio da correspondência do lavrador, onde Itamar Prudente Corrêa, Chefe da Seção de Fomento Agrícola, dirigindo-se ao lavrador, assim se expressou:

> *"Tenho o prazer de passar às vossas mãos, em duas vias, a Guia de Remessa n. 113/42, referente à cessão do material, por vós solicitado ao Exmo. Sr. Presidente da República que, baseado nos elevados princípios que norteiam o Estado Nacional, examinou vosso pedido, com o carinho que lhe é peculiar, determinando que a atendesse, na medida do possível. A 2[a] via da aludida Guia deverá ser devolvida a esta Seção, devidamente datada e assinada, pois servirá para atestar o recebimento do material que ora vos está sendo remetido".*

5- Considerações Finais

A tese do afastamento do campesinato dos benefícios materiais e simbólicos da legislação trabalhista embasou como principais desdobramentos a defesa da "intocabilidade" das relações tradicionais no campo durante a Era Vargas; o populismo como esquema explicativo das relações entre Estado e classe trabalhadora entre 1930-1964; e o entendimento

das mobilizações camponesas nas décadas de 1950 e 1960 como resultado da ausência de direitos, mais do que a valorização de toda uma experiência coletiva na construção de noções de justiça e injustiça.

A possibilidade aqui defendida, em sentido contrário, é a do desenvolvimento de uma "cultura de direitos", durante o período de adversidades atravessado no mundo rural brasileiro, que coincide com os efeitos da crise de 1929 na grande plantação e do afastamento de grupos políticos tradicionais do protagonismo político nacional e estadual no primeiro governo Vargas.

Uma cultura política camponesa poderia ser aferida através dos indícios fornecidos pela forte presença da imagem de Vargas na memória dos camponeses sobre o período, retratando-o como o "homem que abriu o caminho de todos" ou o "verdadeiro responsável pela abolição". As ações judiciais baseadas na CLT e no Código Civil de 1916, que, independente de ganho, colocavam os proprietários no banco dos réus, erodindo suas bases tradicionais de dominação. As cartas remetidas ao presidente nos permitiram constatar como que por baixo do véu do paternalismo, as imagens caras ao regime foram apropriadas como as armas dos mais fracos para pleitear e até mesmo realizar aquilo que consideraram como justo. A "Era Vargas" aparece desse modo associada a leis e direitos, superiores à dominação pessoal tradicional dos proprietários.

Referências Bibliográficas:

DABAT, Christine P. Y. R. *Moradores de Engenho. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.* Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

DEZEMONE, Marcus. *Memória Camponesa: conflitos e identidades em terras de café. Fazenda Santo Inácio – Trajano de Morais – RJ (1888-1987).* Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2004.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930.* Historiografia e *História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GARCIA, Afrânio e PALMEIRA, Moacir. "Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro". In: SACHS, I. et alli. (orgs.). Brasil: Um século de Transformações. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

JULIÃO, Francisco. Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963).* Assis: Pós-História, v.3, 1995.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGHIS/ UFRJ, 2001.

REIS, José Roberto Franco. *"Não existem mais intermediários entre o governo e o povo. Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão.* Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.

RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WELCH, Clifford. *Rural Labor and the Brasilian Revolution in São Paulo, 1930-1964*. Ph.D. Dissertation, Departament of History, Duke University, 1990.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Ídolos da música popular e construção de identidades coletivas: Carmen Miranda e Carlos Gardel como representantes das identidades nacionais do Brasil e da Argentina

Alessander Kerber*

Em minha tese de doutorado (KERBER: 2007) analiso as representações das identidades nacionais argentina e brasileira presentes nas canções interpretadas por Carmen Miranda e Carlos Gardel (1917-1940), relacionando-as às presentes em sua imagem e performance. No presente trabalho, propõe-se uma análise da mediação realizada por Carmen Miranda e Carlos Gardel, como ídolos da música popular, na construção das identidades nacionais nos dois países. Para tanto, inicia-se apresentando o referencial teórico que utilizamos para tal análise e, a seguir, relaciona-se este ao contexto de emergência dos meios de comunicação, especificamente a indústria fonográfica, o rádio e o cinema, no Brasil e na Argentina, fundamentais no fato de transformar estes dois artistas em ídolos nacionais.

Nos casos brasileiro e argentino, a inserção dos meios de comunicação de massas como mediadores de importância fundamental nas negociações e construção das identidades nacionais ocorreu especialmente a partir da emergência da indústria fonográfica, do cinema e do rádio, nos anos 10 e 20, na Argentina, e nos anos 20 e 30, no Brasil. Neste contexto, surgem os primeiros artistas que se tornam ídolos nacionais, tendo suas músicas difundidas nos vários espaços geográficos dos dois países, entre diversos grupos étnicos, entre diversos grupos com caráter distinto de classe, especialmente através do novo meio de comunicação que se massificava nesta época: o rádio. Alguns destes artistas, justamente por circular entre vários meios culturais distintos, participam como mediadores do processo da construção de uma nova síntese identitária nacional.

Entre estes artistas, os que tiveram maior sucesso, foram, no Brasil, Carmen Miranda e, na Argentina, Carlos Gardel. Além deste sucesso, ambos participaram desta renegociação das identidades nacionais. Como grandes ídolos populares, divulgavam idéias, símbolos, estereótipos, que eram consumidos por grande parte da população e atuavam na própria construção identitária desta.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, durante o século XX, possibilitou novas formas através das quais foram inventadas identidades. Se, antes, as

* Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor do Centro Universitário FEEVALE.

identidades eram construídas essencialmente através da família e da comunidade local, especialmente com o rádio e, posteriormente, com a televisão, há uma complexificação e diversificação das influências sobre a construção desta. Assim como, anteriormente, tinham-se referências na construção das identidades, tais como as figuras do pai e da mãe, tão analisadas por Freud, a partir da emergência dos meios de comunicação de massas, no século XX, se têm ídolos, como Carmen Miranda e Carlos Gardel, cujas músicas, imagem e performance eram difundidos através dos meios de comunicação e que se tornam novas referências para a construção das identidades. Evidentemente, estas referências não são uma via de mão única, mas também negociadas: os artistas que aparecem nos meios de comunicação tornam-se ídolos na medida em que apresentam representações que atendem aos desejos e necessidades do público, e, a partir do momento em que se tornam ídolos, criam, com este público, uma relação através da qual podem influenciar na identidade deste.

O grande sucesso de Carmen e Gardel mostra a dimensão da importância destes casos na construção da identidade de seu público. Apenas para citar alguns exemplos deste sucesso, a música "Tahi", lançada em 1930, vendeu 35 mil cópias em discos, constituindo-se na maior vendagem discográfica da história do Brasil até aquele momento. E, durante toda a década de 1930, Carmen foi a maior vendedora de discos do Brasil, superando de longe os outros cantores considerados de sucesso na época.

Focalizando a carreira de Carmen a partir da revista "O Cruzeiro", Garcia (1999) constata que a cantora já era identificada, durante os anos 30, como associada à identidade nacional, sendo chamada de "cantora do it verde-amarelo". Neste sentido, várias reportagens a vinculavam ao caráter nacional. Em agosto de 1933, por exemplo, a revista se referiu à Carmen e à sua irmã, Aurora, que foi levada por Carmen ao mundo da música, da seguinte forma:

> *[...] As duas irmãs têm poderes [...] para cantar os nossos sambas. E nossas marchinhas. Músicas que são bem a photographia da nossa alma. De povo novo. A quem está traçado um destino grandioso. Na história da humanidade. [...] as irmãs Miranda impuseram-se a admiração do nosso paiz [...] sabem cantar o que é nosso* (apud GARCIA, 1999: 72).

No caso de Gardel, Peluso e Visconti, em seu livro sobre a repercussão do cantor na imprensa mundial, indicam, também, esta associação com a identidade nacional. Por exemplo, o "Anuario Teatral Argentino" de 1924 anunciava: "Es el dúo de cantos nacionales más popular de la República Argentina. Ellos cultivan con fidelidad e inimitable gusto, todo el cancionero típico porteño y folklorista argentino" (apud PELUSO; VISCONTI, 1998: 39).

Fenômeno mais intenso de idolatria parece ter ocorrido no caso de Gardel. Tal qual o estrondoso sucesso de Carmen com a música "Taí", Gardel teve uma "explosão" com a canção "Mi noche triste", tango de Samuel Castriota e Pascual Contursi, gravado em 1917. Esta canção, além do grande sucesso, teve tanta importância que é considerada como um marco de uma nova fase na história do tango[1].

Conforme Collier, Gardel apresentava fortes vínculos culturais com a Argentina, em especial, com Buenos Aires, onde:

> *La población era mixta, pues allí vivian tanto inmigrantes judíos como italianos. Carlos se habituo así al sonido de diversos idiomas y dialectos: el idisch, varias formas del italiano, el poco duradero híbrido (de español e italiano) llamado cocoliche, y por cierto el lungardo, el recién nacido argot urbano de Buenos Aires. Con muchos vocablos tomados (o adaptados) del italiano, el lunfardo era ya uma prolífica fuente del habla cotidiana de Buenos Aires, uma forma lingüística a la que Carlos permaneció apegado toda la vida. En esto, como em tantos otros aspectos, se revelaba como um genuino hijo de la ciudad, porteño hasta la medula. Su permanente afición por el mate (el té paraguayo tan popular entre los argentinos) y por lãs carreras hípicas también eran rastros indelebles de sus Orígenes portemos. Desde luego nacido em outra parte, pero en todo caso lo hacía aun más típico de la ciudad* (1988: 35).

Horacio Ferrer, pesquisador, fundador e presidente da Academia Nacional de Tango da Argentina, aponta para o destaque de Gardel como cantor de tangos, elemento significativo para além de seu grande sucesso. Considera, ele, que um dos acontecimentos mais importantes da história do tango foi a aparição de Gardel (1999: 75-76).

Merece menção o fato de que Carmen Miranda era, essencialmente, uma intérprete, enquanto que Gardel era compositor e intérprete. Porém, cabe, ao intérprete, uma parcela importante da produção da música propriamente dita. Uma mesma composição, por exemplo, poderia resultar em algo totalmente diferente sendo interpretado por duas pessoas diferentes. Isto justifica a afirmação anterior de Teófilo de Barros. Mais do que os diversos compositores, era o estilo, a imagem e a interpretação de Carmen Miranda que vendia. Eram Carmen e Gardel detentores do poder simbólico, entendido como:

> *[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito de mobilização [...]* (BOURDIEU, 1989: 14).

Outro elemento que justifica a escolha das canções interpretadas (e não compostas) por Carmen, para esta pesquisa, é o fato de ela escolher as canções que gravaria entre a infinidade enviada a ela por todos os principais compositores da época, exatamente

[1] A carreira de Gardel já se desenvolvera desde muito antes. Desde 1911, Gardel se apresentava em dupla com o cantor José Razzano. Contudo, o ano de 1917 foi um marco fundamental em sua carreira. A parceria com Razzano aos poucos se desfez e Gardel passou a triunfar absoluto no cenário musical argentino desde então.

pelo fato de ela ser a intérprete mais famosa e que mais vendia discos no Brasil. Pela escolha e interpretação, há uma unidade na obra de Carmen, a qual também buscava sua própria identidade musical entre a diversidade de canções que lhe eram apresentadas.

Na construção das identidades nacionais brasileira e argentina, buscamos uma síntese entre identidades distintas, em especial a regional, a de classe e a étnica, tentando incluí-las na nação. A identidade nacional propõe-se a homogeneizar a sociedade sobrepondo-se sobre as outras identidades, criando um "companheirismo profundo e horizontal" (ANDERSON, 1989: 16). Contudo, esta homogeneização não se dá apenas de forma impositiva, através dos Estado, mas busca-se uma legitimidade nas próprias identidades já existentes. Por exemplo, transformar representações de identidades populares, como o samba e o tango, em representações nacionais, é uma forma de incluir estas primeiras à nação, fortalecendo-a.

Para a compreensão do real, há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo. Até o desconhecido é pensado a partir de símbolos já conhecidos. Uma realidade, assim, nunca é apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente, pelos grupos que dela se aproximam. E, é nesta atribuição de sentido, que percebemos que as representações não são "ingênuas". Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que as produzem (CHARTIER: 1990: 17):

Uma identidade, outro conceito destacado neste trabalho, se expressa, justamente, através de representações que definem a idéia e o sentimento de pertença a um grupo. Assim, ela é, ao mesmo tempo, sentimento e idéia, é sentida e pensada enquanto formulação de uma imagem de si mesmo, ou seja, como auto-representação.

O Estado é uma construção política que, para conquistar legitimidade, necessita se afirmar como nação, ou seja, de construir representações que insiram as diversas identidades, dos diversos grupos que habitam o território administrado por ele, dentro de um novo conceito. No caso do tema deste trabalho, é necessário fazer com que diversas etnias, classes sociais e regionalidades se pensem e sintam como pertencentes às nações brasileira e argentina. Neste sentido, a nação pode ser entendida como uma representação presente no imaginário social.

O surgimento do imaginário que constitui a nação está associado a uma questão política: a formação dos Estados Nacionais Modernos. Contudo, a nação não é construída apenas a partir da propaganda e dos elementos coercitivos estatais. Existe um processo de

negociação em que vários agentes influenciam num jogo de poder que define as representações desta identidade nacional.

Uma identidade nacional se forma através de um sentimento e idéia de pertencimento a uma nação, outro conceito importante para este trabalho. Utilizamos o conceito de Anderson, que define que a nação não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade, ela é:

> *[...] uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão [...] é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se as outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. [...] É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído. [...] é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só se matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas* (1989: 14-16).

Esta comunidade imaginada se identifica a partir de uma série de símbolos. Segundo Thiesse (2001/2002, p. 8-9), existe uma "check list", um código de símbolos internacionais que define o que todas as nações devem ter: uma história estabelecendo a continuidade da nação; uma série de heróis modelos dos valores nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares memoráveis e uma paisagem típica; uma mentalidade particular; identificações pitorescas – costumes, especialidades culinárias ou animal emblemático. Estes símbolos não são apenas uma superficial lista de adornos, mas são essenciais para a auto-representação das pessoas que se identificam com a nação.

Os meios de comunicação de massas foram fundamentais na construção destes elementos simbólicos das nações. Eles têm uma grande importância no sentido de tornar as representações sobre a nação não mais restritas a um público letrado, mas difundidas pela totalidade da população. Assim, as lutas simbólicas em torno da construção da identidade nacional dos dois países tiveram os meios de comunicação de massas, emergentes no Brasil e na Argentina exatamente neste período, como espaço privilegiado. Hobsbawm, ao analisar o nacionalismo pós-1918, aponta para a importância que os novos meios de se expressar nas sociedades modernas e urbanizadas tiveram neste contexto. Dois deles, salienta, merecem destaque:

> *O primeiro, que requer poucos comentários, foi o surgimento da moderna comunicação de massa: imprensa, cinema e rádio. Por esses meios as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados. [...] Mas a propaganda deliberada quase certamente era menos significativa do que a habilidade de a comunicação de massa transformar o que, de fato, eram símbolos nacionais em parte da vida de qualquer indivíduo e, a partir daí, romper as divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional* (1990: 170).

Ao abordarmos as canções interpretadas por Carmen e Gardel, acabamos seguindo suas gravações musicais, estabelecendo relações com a reprodução ou novas interpretações destas gravações no rádio e no cinema quando adequado. Ao analisar o desenvolvimento da indústria fonográfica, Dias aponta para o fato de que ela se mantém, no cenário para a produção industrial de música, por mais de um século até os dias atuais. O desenvolvimento do mercado fonográfico deu-se a partir do disco de Berliner (78 rotações), que permitia a reprodução em larga escala de uma mesma matriz gravada (2000:35)

É, exatamente, através da indústria fonográfica, já na época do disco e do gramofone, que Carlos Gardel e Carmen Miranda experenciam sua grande emergência e vendagem, consagrando-os junto ao grande público. O rádio foi outro meio fundamental na emergência de Carmen e Gardel. Enquanto a década de 20 já assistia, na Argentina, à rádio comercial, no Brasil, a regulamentação para propaganda veio apenas com a época de Vargas, em 1932. Foram justamente os anos 30 que assistiram, no Brasil, à emergência deste novo meio de comunicação de massas. Em 1937, havia 63 estações de rádio e 357.921 aparelhos no Brasil, sendo que nos primeiros anos do Estado Novo este número duplicou (CAPELATO, 1998: 77). Isso significa que existia, neste período, mais de um rádio para cada cem brasileiros (e leve-se em consideração que se tornava costume, na época, várias pessoas se reunirem ao redor do rádio para ouvi-lo, o que torna estes números muito mais significativos). Como afirma Backzo:

> *[...] os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida. Por outro lado, os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginário sociais que eles veiculam. Tal facto não se deve apenas à natureza audiovisual das novas técnicas, mas também, e sobretudo, à formação daquilo a que se dá o nome, à falta de melhor, de "cultura de massa". Tecem-se ao nível desta última relações extremamente complexas entre informação e imaginação* (1985: 313).

O fenômeno do rádio teve uma influência fundamental sobre o imaginário da sociedade argentina a partir dos anos 20 e da sociedade brasileira a partir dos anos 30[2],

[2] Em 1923, tinha sido inaugurada a primeira estação de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Até o início dos anos 30, com 21 emissoras instaladas no país, sua programação consistia, especialmente, de

inaugurando um período de novos ídolos nacionais, os cantores do rádio. Juntamente ao rádio, o gramofone auxilia na difusão e massificação da música. Carmen e Gardel também estiveram entre os primeiros maiores vendedores de discos do Brasil e da Argentina. Da mesma forma que os aparelhos de rádio, os gramofones também chegaram inicialmente às casas das elites e, no decorrer da década de 30 passaram por um processo de massificação, apesar de nunca terem chegado aos níveis de vendas dos aparelhos de rádio.

Com a rádio comercial na Argentina dos anos 20 e no Brasil dos anos 30, a popularidade afirmava-se cada vez mais fundamental para as emissoras de rádio. Para obtê-la, as emissoras disputavam pelos melhores programas e pela presença dos artistas mais famosos. Assim, a Record, de São Paulo, que concorria com a Educadora e a Tupy, fazia questão de promover anualmente temporadas com Carmen Miranda. No Rio de Janeiro a principal concorrência se dava entre as emissoras Mayrink Veiga e a Rádio Nacional, que foi criada em 1936 mas, já no final da década de 30, tinha audiência similar à sua concorrente.

Esta popularidade do rádio já é percebida, no caso argentino, na década anterior. Conforme Haussen:

> *Na Argentina, os aparelhos de rádio a válvula ampliavam consideravelmente a audiência (e as vendas), e o novo invento mudava os hábitos cotidianos. À noite, era comum os vizinhos chegarem às casas que tinham receptor para escutar os cantores famosos de então. "Mi noche triste", que havia sido conhecida em 1917, começava a se tornar uma melodia popular. E, em 1925, apresentava-se pela primeira vez no rádio aquele que viria a se tornar um mito: Carlos Gardel* (2001: 27).

Gardel, que nascera na mesma época em que nascia o tango (em 1890), desenvolveu sua carreira na mesma época em que nascia o rádio na Argentina. Tanto ele quanto Carmen são pioneiros ídolos do rádio, sendo a primeira geração de artistas que servem como referência nacional, atravessando uma diversidade enorme de grupos sociais, na construção de uma identidade coletiva. No caso dele, Collier afirma:

> *Hay que agregar que la carrera de Gardel en si misma es altamente ilustrativa de los contornos de la cultura popular de las "sociedades de masas" que entraban en vias de formación a principios de este siglo. En esta época senota, a grandes rasgos, en lo que al arte popular se refiere, una división cada vez más nítida entre los "creadores", los "empresarios" u "organizadores", y los "consumidores pasivos" (es decir, el público) [considerando-se a relatividade da passividade destes, conforme fizemos anteriormente, na medida em que o consumo também é um mecanismo de poder e de negociação na definição da cultura que será produzida]. Hay un proceso rápido de comercialización y (a largo plazo) de internacionalización. Es un proceso, sin duda, que empezó antes de la vida de Gardel, pero que se afianzaba y se endurecia notablemente con la aparición del disco fonográfico (décadas de 1900 y 1910), de la radiodifusión (década de 1920), y del cine sonoro (década de 1930)* (1988: 10-11).

---

música erudita e palestras culturais (no sentido de "alta cultura"). Apesar do crescente número de emissoras, os primeiros programas de grande audiência só surgiram depois da Revolução de 30. É justamente a partir do final dos anos 20 que os músicos das camadas populares do Rio de Janeiro começam a apresentar seus sambas e seus batuques dentro da programação.

Da mesma forma que Gardel, Carmen, representa, no Brasil o momento de emergência dos meios de comunicação que permitem a produção de artistas que se tornam grandes ídolos nacionais.

Referências bibliográficas:

ANDERSON. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BACKZO, B. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). **Enciclopédia Eunaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v. 5, p. 296-331.

BARSKY, Julian; BARSKY, Osvaldo. **Gardel**. La biografia. Buenos Aires: Aguilar, Altea, aurus, Alfaguara, 2004CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1989.

CARDOSO JUNIOR, Abel. **Carmen Miranda**: a cantora do Brasil. Edição particular do autor, 1978.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

COLLIER, Simon. **Carlos Gardel** – su vida, su música, su época. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1988.

DIAS, Marcia Tosta. **Os donos da voz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

KERBER, Alessander. **Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda** (1917-1940). (tese de doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2007

GARCIA, Tânia Costa. **O "it verde e amarelo" de Carmen Miranda** (1930-1946). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

GARCIA, Tânia Costa. A canção popular e as representações do nacional no Brasil dos anos 30: a trajetória artística de Carmen Miranda. **Questões e Debates**, Curitiba: Ed. UFPR, ano 16, n. 31, p. 67-94, 1999.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARTINEZ, Roberto L.; ETCHEGARAY, Natalio P.; MOLINARI, Alejandro. **De la Vigüela al Fueye**: las expresiones culturales argentinas que conducen al tango. Buenos Aires: Corregidor, 2000.

MENDONÇA, Ana Rita. **Carmen Miranda foi a Washington**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MORIN, Edgar. **As estrelas**: mito e sedução no cinema. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PELUSO, Hamlet; VISCONTI, Eudardo. **Carlos Gardel y la prensa mundial**. Buenos Aires: Corrigidor, 1998.

SARLO, Beatriz. **La imaginación técnica**: sueños modernos de la cultura argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Cidade dos tísicos: Uma história da tuberculose e dos tuberculosos em Fortaleza entre os anos de 1890 e 1950.

Francisco Carlos Jacinto Barbosa*

Resumo: Esse artigo objetiva refletir sobre a ocorrência da tuberculose em Fortaleza entre os anos de 1890 e 1950, momento caracterizado pela problematização da doença, da cidade e da estrutura sanitária e hospitalar. Por meio do cruzamento de informações produzidas pelos jornais, pelo pela administração pública e pelos médicos, objetivamos compreender como as autoridades, os profissionais médicos e os moradores vivenciaram e representaram diversamente a moléstia.

Palavras-chave: tuberculose – saúde – doença

Résumé: Cet article objectif refléter sur la présence de la tuberculose à Fortaleza entre les années 1890 et 1950, moments caractérisés par la problematização de la maladie, de la ville et de la structure sanitaire et hospitalière. Au moyen du croisement d'informations produites par les journaux, par ce par l'administration publique et par les médecins, nous objectivons comprendre comme les autorités, les professionnels médicaux et les habitants ont vécu intensément et ont représenté diversement la maladie.

Mots clé: tuberculose - santé - maladie

A compreensão da doença passa pelo entendimento da teia na qual figuram as teorias médicas, os procedimentos terapêuticos, as políticas de saúde, os saberes e práticas populares, as formas diversas a partir das quais as pessoas experienciam os padecimentos e os óbitos e, enfim, as diferentes leituras produzidas e disseminadas por setores sociais em determinados tempo e lugar. Dito de outra forma, a moléstia passa a interessar ao historiador a partir do momento em que ao atingir os grupos humanos, transforma-se em objeto de apropriação social e passa a envolver níveis diversos da existência.

> *Desse modo, como objeto de estudo, a doença possibilita o conhecimento sobre as estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e de deslocamento populacional, reações societárias, constituição do estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas (NASCIMENTO & CARVALHO, 2004:14).*

* Doutor em História Social. Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Alvo de preocupação em diferentes temporalidades, as enfermidades geraram medo e estigma. Contra elas, foram erguidas as mais diversas trincheiras, assim como foram buscadas variadas e muitas vezes diferenciadas formas de combatê-las. Muitos dos confrontos foram vencidos. Outros, porém, continuam ocorrendo. Novas doenças surgem e são rapidamente disseminadas. Moléstias antigas, muitas das quais controladas no mundo contemporâneo, retornam fortalecidas.

Portanto, os estudos voltados para a compreensão da ocorrência das doenças em um dado momento histórico, constituem uma maneira de desvendar a experiência histórica em seus diversos aspectos.

Com base nessas reflexões, temos estudado a incidência da tuberculose em Fortaleza, entre os últimos anos do século XIX, momento em que a documentação faz alusão ao aparecimento dos primeiros casos e, a primeira metade do século XX, quando fica evidenciada a busca de implantação de uma estrutura considerada à época, adequada para o tratamento e a profilaxia. Pretendemos assim, acompanhar e refletir sobre dois aspectos que consideramos intimamente relacionados, quais sejam, o processo de transformação da doença numa questão de saúde pública e as mudanças provocadas no cotidiano de médicos, enfermos e população da Cidade.

As primeiras referências oficiais à tuberculose no Ceará e, particularmente em sua capital, vão figurar no Relatório de 1896, elaborado pelo Dr. João Marinho de Andrade, que ocupava o cargo de "Inspector de Saúde". Ao comentar o estado sanitário de Fortaleza, o médico aponta alarmado, para o estágio de disseminação da doença:

> *Nas moléstias do apparelho respiratório mencionamos a tuberculose pulmonar que tem se desenvolvido de um modo assustador entre nós, mas é preciso notar que a maior parte dos óbitos são (sic) de indivíduos que vem de outros Estados do norte, atacados do mal em estado adiantado, procurar o clima quente e secco do Ceará como recurso therapio-hygienico, e aqui succumbem (ANDRADE, 1896:56).*[1]

As doenças do aparelho respiratório são comuns no quadro nosológico da Cidade durante a segunda metade do século XIX. Os relatórios e as crônicas médicas as indicam em suas estatísticas. A tuberculose, no entanto, só despertará maiores cuidados a partir do aparecimento e acentuado crescimento dos números de casos e óbitos, mesmo que estes sejam atribuídos, pelo menos em parte, às pessoas oriundas de outras regiões do País. Os números

[1].

apontados pelo Doutor, são bastante significativos: dentre os 1541 falecimentos, 310 referem-se às moléstias do aparelho respiratório e entre estes, 210 causados por tuberculose.

A partir desse Relatório, a alusão à enfermidade vai ficar mais freqüente, refletindo, então, a inquietação dos poderes públicos em relação à salubridade urbana e à necessidade de implantação de um equipamento que permitisse o "isolamento" e o tratamento dos "acometidos" da doença. Em 1899, o então "Inspector de Saúde", Dr. José Lino da Justa, aconselha as autoridades a criarem uma enfermaria separada da Santa Casa de Misericórdia destinada ao acolhimento dos tuberculosos. [2] Desse modo, enfatiza o médico, poderiam ser observadas as orientações preconizadas pelo "congresso da Tuberculose", reunido em Paris, que segundo o Inspetor de Saúde, estão ancoradas no princípio de que a difusão da doença ocorre mediante o contágio.

Ao referir-se a idéia de contágio e ao sugerir o espaço isolado destinado ao tratamento, o Dr. Jose Lino demonstra estar relativamente informado a respeito do debate que envolve partidários da tese de que a moléstia tem uma origem hereditária e, aqueles que acreditam que a "tísica" era causada por um micróbio, o bacilo descoberto em 1882 pelo alemão Robert Koch.

No entanto, conforme os Relatórios observados, as condições estruturais disponíveis no Estado, não eram consideradas satisfatórias para o desempenho das atividades inerentes aos serviços de saúde pública. Tomando como referência o novo Regulamento de Higiene instituído em 1893, o "Inspector de Saúde" busca dar maior sistematicidade e funcionalidade aos serviços: propõe a instalação de um desinfectório, de um laboratório de análises clínicas e de um instituto vacinogênico. Tais equipamentos contribuiriam para aquela que seria a função primordial da "Inspectoria", isto é,

> *Cuidar do solo, estudar o estado atmospherico, sanear as ruas, as casas, os esgotos da cidade, tratar da remoção das matérias fecaes, do lixo da cidade, do abastecimento de água, estudar e providenciar sobre as moléstias reinantes, fiscalizar todos os hospitaes, preparar os hospitaes de isolamento, providenciar sobre trasporte de contagiados, ter em grande consideração a mortalidade e exercer ativa policia sanitária (ANDRADE, 1896:73)* [3]

---

[2] CEARÁ. *Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Ceará empelo Presidente do Estado Antonio Pinto Nogueira Accioly.*Fortaleza: Typ da República, 1899 . À solicitação feita pelo médico responderá o Presidente, no mesmo Relatório à página 17: "Sendo certo que, presentemente, a Santa Casa não poderia comportar o augumento de despeza com a creação e mantença d'essa dependenciafora de seu hospital, é, também, fora de dúvida, que mesmo nelle, e sem novos sacrifícios, poderá estabelecer semelhante enfermaria, destinda exclusivamente aos doentes da referida enfermidade, que assim serão retirados da comprometedora promiscuidade em que se acham com os de outras moléstias."

[3] ANDRADE, João Marinho de. Relatório. In: CEARÁ, *Mensagem do presidente do Estado, Cel. José Freyre Bezerril Fontenelle apresentou à Assembléa Legislativa do Ceará em sua 3ª. sessão ordinária da 2ª. Legislatura.* Fortaleza: Typ. daRepública, 1894. p. 73.

O discurso das autoridades voltado para a exaltação dos preceitos de higiene vai se intensificando ao longo do século XX, não obstante a precariedade dos serviços e da estrutura hospitalar. Ao mesmo tempo em que o número de habitantes cresce em Fortaleza, vai se tornando ainda mais complexo o quadro nosológico. Além dos surtos epidêmicos de varíola e febre amarela, os moradores da cidade são atingidos pelas epidemias de gripe e impaludismo em 1919. A sífilis era considerada uma moléstia em condição endêmica e a tuberculose manteve nesse período um número cada vez mais crescente de óbitos.

Sobre os fatores que contribuíam para a incidência crescente de óbitos causados pela tísica em Fortaleza, o Dr. Guilherme Studart, em memória apresentada no 4º. Congresso Médico Latino-Americano, realizado na cidade do Rio de Janeiro, elenca os três principais: a chegada de indivíduos acometidos oriundos de outros lugares, o aumento da densidade populacional, as doenças crônicas e o enfraquecimento causado pela freqüência das secas, a sífilis e o gosto pelo álcool e por fim, a crença na não "contagiosidade" (STUDART, 1997).

O argumento segundo o qual a intensificação do número de casos é devida, em grande medida, a chegada de pessoas acometidas, provenientes de outras partes do Brasil, será constante nos discursos dos médicos e da administração pública, até as primeiras décadas do século XX. Consolida-se progressivamente a idéia de que o Ceará possui um "clima sanatório", que atrai sempre mais, enfermos das regiões Norte e Nordeste. No entanto, segundo médicos como o Dr. Octavio Lobo, esse fenômeno concorre também para o que passam a denominar "circulação bacilífera", o qual somado a precariedade das condições materiais e a freqüente ocorrência das secas, possibilita a ampliação dos casos.

> *Afamado pelo seu clima, que realmente possui muitas condições de clima sanatório, o Ceará recebe de continuo dezenas de tuberculosos dos outros estados da Federação, que aqui se fixam, aumentando assim ente nós a circulação bacilifera e desta maneira o contagio iminente. Estado pobre de população densa, flagelado de quando em quando pelas secas, tem grande percentagem de miserabilidade, nas classes mais baixas, onde a vida é realmente o sacrifício do fardo de Bias – lares sem conforto, sem hygiene e sem pão – condições básicas do terreno á tuberculose (LOBO, 1932: 09).*

O higienismo, portanto, vai se instituindo como um conjunto de saberes e, práticas correlatas das transformações operadas na estrutura da cidade a partir do século XIX. Às reformas urbanas deveriam, conforme as autoridades públicas, corresponder uma população

civilizada e saudável. Para tal, os médicos, a medicina e as instituições de saúde, tiveram um papel importante.

A observação ou a recusa dos cuidados recomendados pelos médicos vai contribuindo para emergência de uma "cultura da tuberculose" por meio da qual a convivência tanto privada como pública, sofrerá significativas alterações. A proximidade entre as pessoas passa a ser tomada como perigosa. Recomenda-se que os objetos de uso pessoal dos acometidos devam ser devidamente higienizados e separados. Algumas medidas de controle vão sendo pensadas e postas em prática.

Referindo-se a contagiosidade e reclamando da ausência de um serviço de profilaxia eficiente, o dr. Guilherme Studart, registra as práticas diversas de desinfecção, que com o tempo parecem ter sido negligenciadas pelas autoridades:

> *Sobre este ultimo factor poderia me extender, não o faço, porem, visando a curteza destas Notas, em todo caso sempre direi que ainda ha bem pouco arrancavam-se no Ceará até as fechaduras e as dobradiças das portas da casa em que um tysico morria e se destelhava a casa para submettel-a acção viva e directa do sol e hoje raras são as simples desinfecções dos domicílios infectados, podendo-se affirmar que em Fortaleza há verdadeiras casas de tuberculose pela falta absoluta de prophylaxia (STUDART, 1997:65).*

Ao longo do período em foco, as moradias, especialmente aquelas mais humildes, são tomadas cada vez mais como objeto de observação e análise dos médicos. A precariedade, a configuração dos espaços, a falta de higiene e a promiscuidade das habitações, são concebidas como elementos extremamente nocivos a salubridade, na medida em que contribuem para a proliferação dos agentes causadores de doenças diversas.

No artigo publicado em 1930, com o sugestivo título "Casas assassinas", o dr. Demosthenes Carvalho faz uma caracterização de boa parte das casas da Cidade, com o objetivo de indicar que são acentuadamente insalubres, uma vez que não permitem a livre circulação do ar, a boa luminosidade e o "perfeito asseio". Referindo-se particularmente a alcova, compartimento, em geral, mais reservado, afirma o autor:

> *Quartos dormitórios, dois, três ou mais, uns atraz dos outros, criminosas "camarinhas", sem areação nem illuminação, onde se sufoca de calor nas noites frias e faz treva com o sol a pino, compartimentos de difficil ou impossível asseio perfeito e que por isso se tornam viveiros idéaes para o bacillo de Koch, do bacillo de Hansen e outras invisíveis monstruosidades (CARVALHO, 1930:02).*

Além dos fatores relacionados à condição das habitações, eram comuns as queixas direcionadas à falta de controle dos espaços ocupados e reocupados por pessoas acometidas, sem que fosse realizada a devida desinfecção. Em 1915, o então Inspetor de Saúde, Dr. Carlos da Costa Ribeiro registra em seu relatório:

> *Continua contristado o aumento do obituário por tuberculose e também nesse particular nada se há feito entre nós. A desinfecção que faço sistematicamente em todas as casas em que se dá o óbito por tuberculose, nada representa, pois são por milhares aquelas de onde tem saído tuberculosos vivos e são realugadas sem desinfecção alguma (INSPETORIA DE HIGIENE apud BARBOSA, 1994:69).*

Entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, a organização dos serviços de saúde e a estrutura hospitalar, padecem de maior investimento, sistematização e ampliação, o que vai ocorrer ao longo das décadas de 1910 a 1930, especialmente nos momentos em que a União toma a iniciativa. A implantação, em 1920, do Serviço de Profilaxia Rural, criado dois anos antes, contribui significativamente para a instalação dos primeiros postos de saúde na Capital e em outros dois municípios, situados, respectivamente, ao norte e ao sul do Estado. A partir dos anos 30, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e do Departamento Nacional de Saúde, verifica-se um processo de ordenamento efetivo e planejamento centralizado das políticas de saúde (BARBOSA, 1994).

Em 1931 é criado o Serviço Sanitário do Estado e, no ano seguinte, tem início, sob a coordenação do médico e sanitarista Amilcar Barca Pelon, diretor da recém estruturada Diretoria de Saúde Pública, a reforma que resulta no estabelecimento de um sistema de divisão distrital, a partir do qual ocorria a centralização do planejamento e descentralização dos serviços. Vem daí a instituição dos Centros de Saúde, que passam a incorporar os Dispensários até então existentes - dentre os quais o dos tuberculosos -, um Posto de Saúde, o Vacinogênio Rodolfo Teófilo e a Inspeção Médico-Escolar (BARBOSA, 1994).

Nesse mesmo período, mais precisamente em 1933, é fundado o Sanatório de Mecejana, destinado ao tratamento das afecções pulmonares. Sua construção é devida ao surgimento e atuação dos IAPs no Ceará e, aos convênios firmados com entidades privadas.

Ao que é possível perceber, as mudanças aqui aludidas, contribuíram sensivelmente para a melhoria dos serviços de saúde, especialmente aqueles relativos ao combate à tuberculose. Entretanto, com o passar do tempo, foram se mostrando defasadas em relação à demanda cada vez mais crescente, o que fica evidente no debate travado entre os médicos, no

final da década de 1940. Numa mesa redonda realizada pelo Centro Médico Cearense[4], o Dr. Belo da Mota, ao responder a indagação do Dr. Newton Gonçalves a respeito da confirmação de que a tuberculose representa a maior preocupação sanitária de Fortaleza, afirma:

> *Os exames coletivos pela rentofografia (sic) tem revelado uma incidência notável, extraordinária de tuberculosos entre pessoas aparentemente sadias. Dia a dia estamos verificando maior número de casos de tuberculose em pessoas que lidam com gêneros alimentícios, operários, empregados públicos, enfim, toda a sorte de indivíduos que passam pela abreugrafia. Não há duvida que o número de tuberculosos aumenta dia a dia; por esse motivo a tuberculose deve estar no primeiro plano entre os grandes problemas sanitários do Estado (CEARÁ MÉDICO, 1947:26).*

A discussão avança no sentido de tratar do condicionamento social da doença. A despeito da constatação de que existe uma relação entre o alto índice de miserabilidade da população e a possibilidade de contágio, os médicos não conseguem progredir no sentido da proposição de medidas cujos impactos fossem mais eficazes no sentido da diminuição drástica dos casos.

A documentação a que vimos fazendo referência, indica aspectos relacionados às formas de pensar as doenças, de conceber os procedimentos terapêuticos e sugerir políticas de saúde a serem implementadas para a concretização da profilaxia. No entanto, faz-se necessária a continuidade da investigação junto às fontes que apontem para as formas a partir das quais os moradores de Fortaleza se comportavam diante da ocorrência da tuberculose e das conseqüentes medidas de combate e prevenção, postas em prática no já referido período.

Neste sentido, os jornais se nos apresentam como uma documentação importante. A crônica da "peste branca" vai sendo ali, tecida cotidianamente, refletindo intencionalidades, medos e angústias, mas, sobretudo, tensão entre as formas diversas de conceber e lidar com a doença.

Por fim, a maneira como cada sociedade busca de diferentes formas, explicar e dar respostas concretas às enfermidades é essencialmente histórica, ou seja, cada época tem suas doenças construídas socialmente. Nesse sentido, a noção de cultura – aqui entendida como um conjunto de valores, idéias e sistemas simbólicos, constituídos, reforçados ou resignificados mediante a experiência histórica -, apresenta-se como indispensável para a apreensão dos significados atribuídos às doenças em momentos diversos. Dito de outra forma, interessa ao historiador saber como no passado, as doenças surgiram e se desenvolveram, mas, também e,

[4] Entidade fundada em 1913, responsável pela publicação da Revista Norte Médico, depois denominada Ceará Médico.

especialmente, como as pessoas conceberam-na, representaram-na e se comportaram diante delas, seja individualmente, seja coletivamente.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, João Marinho de. Relatório. In: CEARÁ, *Mensagem do presidente do Estado, Cel. José Freyre Bezerril Fontenelle apresentou à Assembléa Legislativa do Ceará em sua 3ª. sessão ordinária da 2ª. Legislatura.* Fortaleza: Typ. daRepública, 1896.

BARBOSA, José Policarpo. *História da saúde pública no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso (1900-1950).* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CARVALHO, Demosthenes de. Casas assassinas. *Ceará Médico,* Fortaleza: Centro Médico Cearense, Nos. 6, 7, 8, junho, julho, agosto de 1929.

CEARÁ MÉDICO, Fortaleza: Nos. 09-12, set-dez, 1947.

GONÇALVES, Helen. A tuberculose ao longo dos tempos. In: *História, Ciência, Saúde Manguinhos.*Rio de Janeiro: FIOCRUZ,V. 1, No. 1, Jul- out., 1994

LOBO, Octacio. O índice de tuberculose em Fortaleza está muito além do que pensa o mundo leigo. *Ceará Médico*, Fortaleza: Centro M´dico Cearense, No. 17, julho de 1932.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul (orgs.). *Uma história brasileira das doenças.* Brasília: Paralelo 15, 2004

PORTO, Ângela de Araújo. Tuberculose: a peregrinação em busca da cura e de uma nova sensibilidade. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul (orgs.). *Uma história brasileira das doenças.* Brasília: Paralelo 15, 2004

STUDART, Guilherme. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará.* Edição fac-similar da edição de 1909. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Col. Biblioteca Básica Cearense).

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O deslocamento retórico da noção de Raça nos textos historiográficos do III Congresso sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1940)

Sarah Calvi Amaral Silva*

Resumo: No momento em que cientistas sociais pensavam a construção de uma identidade nacional, as doutrinas raciais européias do século XIX exerceram profunda influência na produção historiográfica das universidades brasileiras no que diz respeito à discussão de políticas públicas de incentivo à imigração européia. Segundo Lourdes Martínez-Echazábal, porém, a partir da década de 1920, devido à influência da antropologia boasiana, a obra de Gilberto Freyre profere uma aparente dissociação entre as noções cultural e biológica de raça. Considerando as conclusões da autora, aponto, neste trabalho, as limitações da utilização do deslocamento retórico da noção de raça como perspectiva teórica na compreensão da sociedade brasileira nos trabalhos do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia.
Palavras-chave: raça – identidade – historiografia

Résumé : Au moment où les scientifiques des chercheurs sociales pensaient la construction d'une identité nationale, les doctrines raciales européennes du XIXe siècle ont exercé une profonde influence dans la production historiographique des universités brésiliennes en ce qui concernait les discussions sur les politiques publiques d'incitation à l'immigration européenne. Toutefois, selon Lourdes Martínez-Echazábal, à partir de la décennie 1920, en raison de l'influence de l'anthropologie de Franz Boas, l'œuvre de Gilberto Freyre profère une apparente dissociation entre les notions culturelles et biologiques de race. En prenant en considération les conclusions de l'auteur, je mets ici en lumière les limitations de l'utilisation du changement rhétorique de la notion de race comme perspective théorique de la compréhension de la société brésilienne dans les travaux du IIIe Congrès d'Histoire et de Géographie de l'État de Rio Grande do Sul.
Mots-clefs : race – identité - historiographie

As nações européias procuraram construir uma idéia de unidade nacional baseada no pressuposto da origem racial comum de seus povos a partir da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, segundo Giralda Seyferth, as noções de "nação" e "nacionalismo" passaram a se confundir, originando o que Hobsbawm denominou "nacionalismo étnico", fenômeno "impulsionado (...) através dos movimentos imigratórios e da ciência, que ajudou a transformar a raça em conceito central das ciências sociais" (*apud* SEYFERTH, 1996:42). Para Hannah Arendt (1976), o racismo "designa as doutrinas que afirmam a desigualdade das raças humanas partindo do pressuposto que a cultura é biologicamente determinada" (*apud* SEYFERTH, 1996:42). As teorias raciais influenciaram o discurso dos cientistas sociais brasileiros no momento em que era pensada a construção de uma identidade nacional, através das discussões da substituição da mão-de-obra escrava no período pós-abolição e,

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

posteriormente, ao debate sobre o futuro do país em termos de progresso sócio-econômico, sendo estes os aspectos centrais na elaboração de políticas públicas para incentivar a imigração européia para o Brasil.

Segundo Lourdes Martínez-Echazábal, no entanto, devido à influência das categorias de análise da antropologia boasiana[1], a partir da década de 1920 a obra de Gilberto Freyre[2] profere uma aparente dissociação entre as noções biológica e cultural de raça, sempre pensando a miscigenação como um elemento positivo na conformação da sociedade brasileira. Nas palavras da autora:

> *Considero que a suposta ruptura epistemológica que se cristaliza na década de 30 representa um deslocamento dentro do discurso da mestiçagem na América Latina, e não uma mudança de discurso. Este deslocamento, se bem que retórico, teve um impacto conceitual significativo na fenomenologia das relações raciais e étnicas nos diversos países do continente e em suas ilhas (...) tal deslocamento retórico tem marcado e contribuído para mudar conceitualmente o discurso da identidade (...) na América Latina até os dias atuais.* (1996:121). [grifo da autora].

Se tal deslocamento pode ser percebido em Gilberto Freyre, o mesmo não ocorre nos trabalhos de Lindo Faya, Geraldo Brandão e Daisy Brescia[3], participantes do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia, cujas teses buscam compreender a formação social brasileira e suas perspectivas de futuro a partir do debate sobre as relações raciais entre índios, negros e brancos.

Em "A questão da superioridade racial e sua aplicação aos primeiros colonizadores do Brasil", Lindo Faya propõe-se a responder três questões: 1) O que se deve entender por raça e se existem raças antropologicamente determinadas; 2) Em que se funda em julgamento de desigualdade de raças; 3) Em que consiste a pretensa superioridade racial. Baseado nos postulados de pensadores que privilegiaram a noção antropológica - Kant (raças são fixadas pela ação do meio e misturam seus caracteres por cruzamento), Topinard (não existem raças puras no sentido de continuidade histórica entre as raças originais e seus descendentes), e Le Fur (as diferentes raças são o efeito de ambientes diferentes) -, o autor expõe a sua tese, cujo principal elemento é a idéia de que a raça é o efeito da determinação do meio geográfico

[1] Relativismo cultural, particularismo das culturas e etnocentrismo.
[2] Referência ao "Manifesto Regionalista" (1926), "Casa-Grande e Senzala" (1933) e "Sobrados e Mucambos" (1936) (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996:114).
[3] Alunos da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(1940: 1676). Paradoxalmente, utilizando a classificação antropológica proposta pelo geógrafo Dr. Alfredo Ellis Junior[4], admite a existência de diferenças físicas e psicológicas intrínsecas a negros e brancos, apesar de as qualidades destes povos não serem compreendidas desta forma, pois "nesse particular, quando falamos que o negro por exemplo tem qualidades diferentes das dos brancos, temos em conta que essas diferenças nasceram de diferenças de ambiente geográfico e social" (1940:1678).

Considerando a determinação geográfica e social das qualidades de negros e brancos, Lindo Faya busca elementos para responder às duas primeiras questões colocadas no trabalho. Para tanto, refuta as hipóteses do "poligenismo" e do "monogenismo" [5], insuficientes como método científico comparativo entre raças distintas, pois não utilizariam uma medida comum para comprovar a superioridade da raça ariana. Como exemplo dessa insuficiência, é discutida a tese de Gobineau[6], a qual busca a causa da superioridade da civilização greco-romana em relação às demais. Expondo o que entende por superioridade racial, afirma que "Gobineau não tem razão, porque é impossível seguir na história a evolução da raça" (1940:1681). Para o autor:

> *(...) as raças consideradas como efeito, isto é, como caracteres determinados por diferenças de meio geográphico e social, existem, e estão ahi em nossa frente, podendo e merecendo de serem estudadas, pois podem ter significação na interpretação da vida de um povo (...) No primeiro caso* [o das raças entendidas como efeito] *pode-se fallar em superioridade racial, tendo-se em vista a medida comum, que serve para estabelecer a diferença.* (1940:1681)

A partir da afirmação acima, é possível perceber que a discussão ocorre dentro dos paradigmas das teorias racistas, visto que o ponto de discordância em ralação a Gobineau é a impossibilidade de seguir "na história a evolução das raças", e não a própria classificação dos seres humanos em tipos raciais distintos, o que contraria um dos postulados de Franz Boas que segundo Denys Cuche, considera que "a característica dos grupos humanos no plano físico é a sua plasticidade, sua instabilidade, sua mestiçagem" (*apud* CUCHE 2005:41).

---

[4] "Noções Elementares de Geografia Superior e de Estatística". A classificação dos tipos europeus e americanos divide-se respectivamente em braquicéfalos e dolicocéfalos, porém, tais raças já estariam amplamente misturadas sendo impossível identificá-las antropologicamente. (1940:1677).

[5] No primeiro, as raças teriam múltiplas origens (as superiores e as inferiores), já no monogenismo, todos os seres humanos possuiriam um ancestral em comum.

[6] Seus postulados, nos quais a miscigenação era sinônimo de degenerescência, relacionavam o progresso das sociedades à possibilidade de as populações descenderem de sua raça pura fundadora (PETRUCCELLI, 1996: 136).

Porém, é possível identificar um deslocamento parcial da noção de raça, como por exemplo, a idéia de que esta não determina características mentais (qualidades).

Mais adiante, Faya parte para a questão da existência ou não da superioridade racial entre os primeiros colonizadores do Brasil. Para entender a formação social inicial brasileira, analisa primeiramente a procedência do elemento português, baseando-se na tese de Calógeras[7], apontando uma visão otimista do futuro sócio-econômico do país, já que os europeus que aqui desembarcaram seriam "bem postados" em seu país de origem e, portanto, trariam boas heranças sociais e culturais. Quanto ao elemento indígena, o autor aponta uma suposta superioridade dos nativos em relação aos portugueses: o conhecimento do espaço geográfico. A partir desses elementos, conclui: "Enquanto os portugueses traziam consigo uma civilização e uma cultura, que o indio estava longe de possuir, o índio por sua vez estava mais capacitado para enfrentar o ambiente, pois já era um elemento mais adaptado" (1940:1684).

Privilegiando a origem racial social e geograficamente determinada dos sujeitos centrais na constituição social brasileira, Lindo Faya traz em sua argumentação elementos de etnocentrismo. Ao afirmar a "superioridade" do índio em relação ao europeu, descarta inteiramente qualquer possibilidade de interação entre as culturas na construção social, cabendo ao português a tarefa de civilizar os nativos. Além disso, o autor parte da Europa para entender o Brasil quando privilegia o estudo das origens sócio-econômicas dos colonizadores ao invés de buscar compreender as relações sociais das tribos indígenas.

Em "O problema de uma raça", Geraldo Brandão estabelece um diálogo com os "egualitaristas" [8] corroborando a teoria da desigualdade racial, baseando-se em autores que, teoricamente, já deveriam estar superados devido ao deslocamento retórico da noção de raça. Defendendo a superioridade da raça germânica e anglo-saxônica, Brandão considera o "egualitarismo" [9] uma:

> *Reação que não podendo combater a ideia da raça germânica, superior, colocando-a em estado de inferioridade a outras raças, lançou a tese da egualdade de todas as raças. (...) os reacionarios nada mais fizeram que impedir o avanço da ciência – porque é indiscutível que o estudo dos grupos humanos, da biologia diferencial, da psicologia diferencial das raças é objeto da ciência.* (1940:1885).

[7] Os primeiros colonizadores seriam provenientes da pequena burguesia portuguesa. (*apud* FAYA, 1940:1684).
[8] Referência a Lindo Faya e Daisy Brescia.
[9] Nesse contexto, interpretação que busca a igualdade racial entre índios, brancos e negros.

O autor afirma compreender que a raça humana (no sentido antropológico) é uma abstração, admite a miscigenação devido à mudança dos espaços geográficos, refuta as hipóteses do poligenismo e do monogenismo e entende a raça como efeito. Contudo, mesmo colocando estes elementos, defende a idéia da desigualdade racial biologicamente determinada, utilizando o conceito definido por Ellis Junior[10]: "o conjunto mais ou menos numeroso de indivíduos de idêntica constituição biologica, a qual transmite por hereditariedade aos descendentes" (*apud* BRANDÃO, 1940:1886). Afirmando a objetividade de Gobineau e Chamberlain na tentativa de resolver o "problema racial", bem como delegando à biologia e à psicologia o estudo da constituição das raças, Brandão condena a tese da "egualdade" por considerá-la um atraso na ciência. Para ele, raça é igual a povo e cada povo tem as suas características somáticas, físicas, psicológicas e morais bem definidas, transmitidas hereditariamente. Nesse sentido, ignora o "subjetivismo" [11] e descarta qualquer possibilidade de relativizar a superioridade das raças civilizadoras dos povos bárbaros.

Na segunda parte do trabalho, passando especificamente ao estudo da "raça negra", afirma que o progresso desigual das sociedades africanas - que possuiriam diferentes estágios de cultura, civilização e produção proporcionais ao "grau de pureza do sangue" dos negros -, teria sido proporcionado pelo o caldeamento com efeitos eugenizantes dos negros puros com os povos avançados (árabes e berberes): "Nas tribos de negros puros, são estes mestiços que dominam como elemento de aristocracia, como sacerdotes e como proprietários de rebanhos" (1940:1891). Nesse sentido, o meio geográfico não seria suficiente para explicar a improdutividade da raça negra, pois ninguém havia provado que o meio natural "das raças caspianas ou alpinas era mais favoravel que a dos proto-negroides", e ainda, "si o meio social de diversas raças é diferente, esta diferença não caiu do céu, mas sim é devida ao fato que certas raças foram capazes de criar um meio social complexo emquanto outras não o foram" (1940:1891).

È importante perceber a perspectiva do autor quando é mencionada a influência do meio social: as raças constituiriam suas sociedades mais ou menos complexas a partir de suas características determinadas biologicamente, ou seja, o meio social dependeria da raça ao invés de a raça ser construída pelo meio social. A menção aos testes que comprovariam o "baixo coeficiente mental" dos africanos, somada à análise das teses de Nina Rodrigues[12],

[10] Note-se que este é o mesmo autor da classificação dos tipos raciais utilizada por Lindo Faya.
[11] O subjetivismo é uma espécie de relativismo cultural, no qual a superioridade ou inferioridade de uma raça é considerada, segundo Brandão, uma "apreciação puramente subjetiva". (1940:1888).
[12] A causa da inferioridade incontestável da raça negra seria a anomalia evolutiva, ou seja, a incapacidade de os negros absorverem a evolução adiantadíssima da civilização européia.

Havelock Ellis[13], Mandarini[14] , e Prof. Morselli[15] (*apud* BRANDÃO, 1940:1891-93), sustentam o argumento do autor.

Ao longo de sua tese, Geraldo Brandão reivindica as teorias racistas do século XIX para justificar a superioridade das raças germânica e a anglo-saxônica em relação às demais. Negando qualquer possibilidade de explicação da constituição das raças a partir dos meios geográfico e social, o autor parte para a noção biológica quando se propõe a compreender a sociedade, bem como a apontar alguns caminhos para o futuro do Brasil a partir do estudo das relações raciais.Tendo em vista as perspectivas teóricas do autor, a única conclusão a que posso chegar é a de que a explicação da formação social brasileira, bem como a construção de uma identidade nacional, deve subjugar os negros e seus descendentes. Portanto, longe de existir um deslocamento retórico da noção de raça o que observamos em Brandão é o retorno do racismo nas ciências sociais.

Em "Houve superioridade racial dos primeiros povoadores?", Daisy Brescia, propondo-se a responder às mesmas questões colocadas por Lindo Faya e Geraldo Brandão, ao contrário de seus colegas, menciona os trabalhos de Gilberto Freyre e Franz Boas, ambos citados por Martínez-Echazábal como os marcos do deslocamento retórico da noção de raça do âmbito biológico para o cultural. Após resumir as teses "aristocráticas" de Gobineau e Chamberlain, a autora coloca algumas das categorias de análise de Boas:

> *Mas as teorias racistas que tão grande relevo tiveram no século XIX não resistiram à etnice e à análise dos diferentes e reais elementos que concorrem para a formação das raças. (...) As recentes investigações do prof. Boas, tentam mostrar que os caracteres somaticos de uma raça alteram-se muito de uma geração para a outra, apenas com a mudança de um novo ambiente.*(1940:1856).

Considerando a discussão sobre a raça um dos itens "primordiais do problema nacional", bem como apresentando as teses de Roquette Pinto (os males do Brasil provêm da escravidão e das condições sociais dos negros e mestiços) e Alberto Torres (o índio puro, o negro puro e o mulato são capazes de atingir o mais alto nível cultural) (*apud* BRESCIA, 1940:1858), critica a tese da superioridade racial dos dolicocéfalos. Ao mesmo tempo, a perspectiva biológica não é questionada no momento em que a autora apresenta provas de que

[13] A civilização européia, de tão superior que era, deveria ser imposta lentamente aos bárbaros, para que estes tivessem condições de absorvê-la.
[14] Afirma a infantilidade do negro em relação ao europeu quando fala em civilização.
[15] A massa encefálica inferior à do branco, o aparelho mastigatório que possui caracteres animalescos e as faculdades de abstração pobres condicionariam os negros a estarem para sempre atrasados em relação aos brancos na construção de sua civilização.

sociedades que não possuíam qualquer ligação com os europeus superiores constituíram civilizações avançadas, ou seja, ainda existe uma classificação de raças primordiais.

Na segunda parte do artigo, Brescia discorre sobre a origem dos primeiros colonizadores do Brasil partindo da formação social e cultural portuguesa combinada à idéia de que a raça branca européia já estava misturada. Para abordar a mestiçagem, é exposta a tese de Gilberto Freyre, considerada "um ponto de vista novo" pelo fato de privilegiar as dimensões econômica, social, cultural e familiar em detrimento de elementos biológicos na compreensão da constituição da sociedade brasileira a partir da miscigenação das raças (*apud* BRESCIA, 1940: 1860). Mesmo expondo aspectos centrais da obra de Freyre, a autora defende a tese de Ellis Junior ao explicar o que entende por superioridade racial:

> *Ora, a opinião do doutor Ellis, pela simples classificação dos primeiros povoadores pelos caracteres morfológicos, vê-se, baseia-se numa teoria de superioridade racial. Mas considera contrariamente a Oliveira Vianna a superioridade dos primeiros povoadores, não porque saem duma classe aristocrática (...), mas porque é proveniente duma plebe eugênica. Contudo, se o ponto de vista desse autor ainda necessitaria de certas restrições; compreendemos superioridade não racial, mas expressa numa certa adaptação ao clima tropical do Brasil (...)* (1940:1870).

A "plebe eugênica", da qual eram provenientes os primeiros colonizadores portugueses, foi capaz de adaptar-se às condições climáticas e geográficas de seu país de origem. Adaptação que foi transferida para o solo brasileiro, o que proporcionou um bom caldeamento com os nativos. Mesmo que a superioridade racial seja entendida como o resultado da adequação do português ao clima tropical, este mesmo português é classificado como um tipo racial primordial, não sendo o resultado do meio social ou geográfico, permanecendo dessa forma elementos biológicos na explicação da constituição das raças.

Na conclusão de seu trabalho, Brescia, enfatizando a questão econômica e tecnológica a partir da imigração italiana para São Paulo, bem como refutando as teses pessimistas de incompatibilidade da natureza de povos de cor com a civilização, afirma:

> *É indiscutivel o desenvolvimento do Brasil e sua tendencia sempre crescente ao progresso. (...) Mas, não creiamos absurdo concluir por uma superioridade do primeiro povoamento brasileiro, não no sentido duma raça ariana, ou de traços morfologicos, mas medindo a capacidade de adaptação e eugenia dos primeiros colonizadores. (...) E não há dúvida, que esse elemento, debaixo da mestiçagem e seleções diversas, com o correr dos seculos tem conseguido apoderar-se do solo brasileiro.* (1940:1871-73).

Apresentando elementos do etnocentrismo cultural, admitindo a capacidade de os europeus se adaptarem em solo nacional e, conseqüentemente, constituir uma civilização que ruma para o progresso, bem como utilizando termos como "eugenia" e "adaptação", a autora afirma a superioridade dos primeiros colonizadores europeus em relação ao elemento nativo e, posteriormente, ao negro quando da formação social brasileira. Apesar de mencionar Franz Boas e Gilberto Freyre, não avança no deslocamento retórico da noção de raça.

Contrariando a hipótese de Lourdes Martínez-Echazábal, o deslocamento retórico da noção de raça do biológico para o cultural não foi incorporado ao menos nos trabalhos dos alunos da USP. Considerando que os autores dos artigos eram universitários e que certamente conheciam as discussões teórico-metodológicas a respeito das ciências sociais, a questão é por que não ultrapassaram a matriz biológica.

Referências bibliográficas:

BRESCIA, D. (1940). Houve superioridade racial dos primeiros povoadores? **Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** 3: 1855-1873.

BRANDÃO, G. (1940). O problema de uma raça. **Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** 3: 1885-1894.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** São Carlos: EDUSC, 2005.

FAYA, L. (1940). A questão da superioridade racial e sua aplicação aos primeiros colonizadores do Brasil. **Anais do Terceiro Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.** 3: 1675-1684.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor (org). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 107-124.

PETRUCCELLI, José Luis. As doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930) Arthur de Gobineau e Louis Couty no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura.** v.7, dez. 1996, pp. 1-16.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, marcos Chor (org). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRZ/CCBB, 1996, pp. 41-58.

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Uma amizade, um discurso: a atuação intelectual de Henrique Castriciano e Luís da Câmara Cascudo na construção dos lugares generizados da Natal da Modernidade

João Carlos Vieira da Costa Cavalcanti da Rocha[1]

RESUMO:
Este trabalho objetiva compreender a atuação de dois intelectuais potiguares – Henrique Castriciano e Câmara Cascudo – na construção dos lugares generizados durante a modernização de Natal nas primeiras décadas do século XX. Marcados pelo patriarcalismo e ruralismo existente em suas formações, Castriciano e Cascudo, amigos por longos anos, procuraram defender os antigos pressupostos da sociedade tradicional nortista, objetivando, na capital potiguar, a formação de uma "modernização conservadora". Considerados representantes do saber, terminaram atribuindo-se às funções de agentes da consciência e do discurso, auxiliando o poder e seus dispositivos coercitivos e de controle da população, uma vez que lutaram pela construção de espaços utópicos, onde haveria uma "sociedade aperfeiçoada", fato que pode ser exemplificado na luta pela edificação da Escola Doméstica.
Palavras-Chave: Intelectuais – Literatura – Gênero

ABSTRACT
This article aim to understand the role of Henrique Castriciano and Câmara Cascudo, two important intellectuals from Brazil's north in the construction of gender places during Natal's modernization at the first decades of the 20th century. Castriciano and Cascudo - raised around many rural and patriarchal aspects – were close friends and defended the traditional principles from north's society with the objective to create a conservative modernity at Natal. As scholars, they attributed themselves the function of agents of conscience and discourse, helping the political power and his coercive devices with the fighting to construct utopian spaces: places where the society should be perfect, a fact that can be showed with the building of Natal's Domestic School.
Keywords: Intellectuals – Literature - Gender

Nas últimas décadas a historiografia brasileira sofreu um grande processo de renovação, principalmente quando as pós-graduações brasileiras desenvolveram-se e passaram a ter relações mais intensas com os pressupostos teórico-metodológicos cujas idéias criticavam determinados conceitos até então seguidos pelos historiadores brasileiros, pautados sobretudo pela influência marxista ou do positivismo rankeano.

Desde o final da década de 1970 as transformações nas práticas historiográficas do

[1] Mestrando em História & Espaços pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Brasil mostravam-se latentes. A publicação das obras de Michel de Certeau e de Michel Foucault, dentre outros, suscitaram grandes questionamentos entre os produtores do conhecimento histórico no país, permitindo-os atravessar as fronteiras que os barravam nos caracteres sociais ou econômicos de determinado período do passado. Assim, muitos historiadores brasileiros, impactados pelas idéias foucaultianas, passaram a enxergar os poderes por meio de suas práticas e representações e a compreender a História como um discurso disciplinado, construído a partir dos questionamentos do presente. Como conseqüências disso, principalmente nos anos 1980 e 1990, várias análises que seguiram tais pressupostos foram publicadas, a exemplo de *Os prazeres da noite*, de Margareth Rago e de *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, dentre outros (RAGO, 1995).

No entanto, a despeito de todas essas modificações na historiografia brasileira, as pesquisas acerca de gênero, principalmente utilizando os questionamentos formulados por Michel Foucault, parecem estar em desenvolvimento. Em uma pesquisa desenvolvida durante a monografia de graduação em História, percebi que as investigações sobre as questões referentes a gêneros restringem-se, notadamente, ao Centro-sul do Brasil. Existem poucas análises sobre este assunto quando nos referimos ao Nordeste e, menos ainda, se nos restringirmos à Natal, recorte espacial escolhido para minha pesquisa, uma vez que examinarei dois importantes intelectuais dessa cidade. Posso afirmar que o livro mais expressivo sobre os discursos de masculinidade e feminilidade na região é *Nordestino: uma invenção do falo*, de autoria de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o qual interroga as razões do surgimento do estereótipo do macho nordestino, explicando ser este uma construção histórica que nos remete às primeiras décadas do século XX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003).

Na seara dessas interpretações, minha dissertação de mestrado propõe-se a questionar a atuação de dois intelectuais potiguares – Henrique Castriciano e Luís da Câmara Cascudo – na modernização da cidade do Natal durante a primeira metade do século XX. Mais especificamente, o interesse é compreender de que maneira tais pensadores conservadores construíram lugares generizados em Natal, ou, utilizando a expressão cunhada por Michelle Perrot, *lugares sexuados*, isto é, locais de predominância e atuação de um determinado gênero (PERROT, 1998: 38).

A escolha deste tema partiu de uma série de inquietações que me afligiram durante algum tempo. Enquanto bolsista de iniciação científica, tive a oportunidade de pesquisar nos jornais das primeiras décadas do século passado e, portanto, li dezenas de artigos sobre a

modernização de Natal. No entanto, um fato chamou-me a atenção: a luta pela formação de uma escola que prepararia as mulheres para enfrentar os ditames de uma nova sociedade, mas se preocupava em educá-las também na arte de serem donas-de-casa e esposas responsáveis para com seus maridos. O principal idealizador do projeto foi Henrique Castriciano – poeta, advogado e político de certa influência no estado, uma vez que tinha sido Secretário-Geral do governo Alberto Maranhão, deputado estadual e vice-governador por dez anos. Entusiasta do progresso, Castriciano imaginou – e procurou construir – *lugares utópicos* (FOUCAULT, 2001: 411-422) nos quais haveria uma determinada ordem a se seguir e o respeito às tradições da sociedade patriarcal do norte do país. Por isso, me interessei em compreender as atuações desse intelectual na formação dos espaços da Natal Moderna.

Além disso, escrevendo a monografia *Entre rosas e espinhos: os discursos de feminilidade e masculinidade na obra de Luís da Câmara Cascudo (1920-1930)*, percebi que tal autor, ao descrever mulheres ou homens, relatava lugares públicos e privados nos quais eles deveriam se encontrar, numa fórmula heterogênea, pois aos homens pertenciam os lugares públicos e o espaço privado estava reservado às mulheres, que tinham atuações ao público em apenas alguns locais ou em determinadas ocasiões, tais como nas missas ou em rodas de caridade. Sendo Cascudo um dos pensadores mais influentes na sociedade potiguar, uma vez que atuou em várias esferas, inclusive relacionando-se com as redes de poder político, a qual permitiu que várias de suas idéias se concretizassem. Portanto, sabe-se que ele foi um grande encorajador e mentor de várias transformações que assolaram Natal na primeira metade do século XX.

Portanto, resolvi construir este trabalho analisando o pensamento desses dois nomes uma vez que eles foram amigos íntimos, tendo sido Castriciano um dos conselheiros intelectuais de Cascudo, que termina por se arvorar sucessor daquele. Suas idéias, bastante semelhantes, foram extremamente influentes na formação da cidade, além de terem feitos diversos relatos de lugares que se perpetuaram ou foram re-significados, os quais nos permitirão compreender seus discursos acerca das relações de gênero.

UMA AMIZADE, UM DISCURSO

Henrique Castriciano e Luís da Câmara Cascudo foram intelectuais importantes na cidade do Natal. Escritores e estudiosos da história dessa capital eles preocuparam-se em garantir seus lugares de memória neste município. Cascudo, por exemplo, obteve grande

sucesso nessa empreitada, uma vez que construiu uma memória acerca de si que o tornou sinônimo da cidade em que morou.

Este estudo procura interrogar de que maneira Henrique Castriciano e Luís da Câmara Cascudo construíram lugares generizados em Natal, questionando como e por que eles foram fabricados. Além disso, objetivamos compreender como seus discursos foram re-significados pela população natalense, que até hoje repete várias de suas idéias. Nosso problema histórico, portanto, é o discurso acerca dos lugares generizados nas produções de Henrique Castriciano e Câmara Cascudo durante a primeira metade do século XX.

Escolhi tal recorte temporal por ser este um momento de intensas transformações no mundo, inclusive no Brasil, em todos os sentidos. Aliás, aconteceram desde o início do período republicano, quando o Brasil havia adentrado à Modernidade. Naquele momento, as modificações foram bastante comuns, como a inserção dos negros – recém-libertos pela lei de 1888 – à sociedade, o desenvolvimento dos centros urbanos e, em conseqüência disto, a formação e fortalecimento de novas classes sociais, tais como a burguesia e o operariado, que fizeram frente à sociedade ruralista e patriarcal que existia à época. Além disso, o próprio processo de modernização trouxe para as cidades novas tecnologias que modificavam as tradições, a exemplo do cinema, o qual poderia exibir imagens e costumes de outros países, gerando uma "perigosa" circularidade cultural. Esse processo de modificações na sociedade foi descrito como a "feminização da sociedade", uma vez que houve o aumento dos ideais burgueses em detrimento à moribunda sociedade patriarcal (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003: 31-148).

A década de 1920, por exemplo, representou um grande avanço, pois se vivia o pós-guerra. Durante o conflito, as mulheres, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, haviam saído de casa para trabalhar no esforço de guerra e sustentar suas famílias, órfãs do patriarca, que estava lutando na guerra. Com o término do conflito, elas começaram a lutar pelos postos conquistados ao longo do conflito, não aceitando, com freqüência, voltar para o lar e ser submissa ao "seu homem". Estes fatos levaram à formação de mulheres que comandavam famílias e participavam da sociedade, algo raro no século anterior.

Durante esse momento, o Brasil também sofreu alterações no modo de vida da população. O modernismo aqui chegou e, com ele, várias transformações ocorreram no campo cultural, com a participação efetiva das mulheres neste movimento – tais como Tarsila do Amaral e Anita Malfatti. Além disso, o movimento operário cresceu e, em vários momentos, as mulheres foram decisivas na formação de manifestações e críticas contra os industriais, à procura de melhores condições de vida e trabalho. As mulheres, portanto, passaram a ter uma

vida social mais ativa, trabalhando, estudando e deixando de ser objetos que necessitavam dos cuidados de seus homens, sejam pais ou maridos. Foi neste período que uma primeira forma de feminismo surgiu no Brasil, tendo por base a luta das mulheres em conseguir melhores condições de trabalho e de educação, contestando uma sociedade extremamente masculinizada a qual impossibilitava que tais aspectos fossem visados pelo sexo feminino.

Essas transformações também chegaram à Natal, cidade onde Castriciano e Cascudo viveram e conviveram com tais alterações. A Modernidade, ao chegar à capital potiguar, ocasionou agitações e conflitos, uma vez que esta era uma cidade que, apesar de estar se modernizando, ainda convivia com os aspectos patriarcais e ruralistas de uma sociedade tradicional do norte do país àquela época.

Castriciano e Cascudo sofreram com estas alterações, pois eram homens de sólida formação católica, criados à sombra de uma estrutura paternalista e rural, mas que, ao mesmo tempo, conviveram intensamente com o desenvolvimento burguês da cidade, principalmente Cascudo, filho do comerciante mais rico da localidade. Acredito que suas idéias ainda estavam ligadas aos pressupostos de uma sociedade moribunda, que estava na transição do rural e patriarcal para o urbano e burguês.

Aliás, esse momento de transformação em Natal foi muito forte a partir das décadas de 1910 e 1920, quando os governadores do Estado – notadamente Alberto Maranhão e José Augusto – e os prefeitos da capital planejaram construir uma capital moderna, com bondes, energia elétrica, redes de águas e esgotos, e sistema de educação mais bem elaborado.

Portanto, em um período de fortes mudanças na estrutura urbana, os intelectuais nela agiram e a alteraram, criticando e sugerindo planos urbanísticos, projetando como seriam os lugares da modernidade, relatando e criando lugares utópicos que, parafraseando Certeau (CERTEAU, 1994: 187-217), seriam dispositivos criados pelos poderes com o intuito de produzir o controle e a coerção da população.

Como lembra Foucault e Deleuze (FOUCAULT, 2004: 69-79), os intelectuais sempre tiveram relações com o sistema de poder, freqüentemente atribuindo-se funções de agentes da consciência e do discurso. Mônica Veloso expõe que

> *"no Brasil, a nossa estrutura patriarcal e autoritária e a própria condição de país periférico [...] acabaram por reforçar ao extremo esse tipo de prática. Assim, o ideal da representação, o falar em nome dos destituídos de capacidade de discernimento e expressão, foi facilmente absorvido pelo intelectual brasileiro"* (VELOSO, 2003: 147).

Cascudo e Castriciano também se revelaram intelectuais que supunham falar em nome dos "destituídos de capacidade", principalmente num Estado pobre e com elevado número de analfabetos como o Rio Grande do Norte. Intimamente relacionados com o poder, eles fizeram de seus discursos estratégias para impedir alterações substanciais na sociedade. Formaram uma idéia de Modernidade para Natal, porém uma Modernidade conservadora.

Assim, para compreender como se deram as atuações desses dois proeminentes intelectuais, analisarei dois aspectos interessantes presentes na obra *Alma Patrícia* (1921), a primeira de Luís da Câmara Cascudo: a discussão em torno da formação da Escola Doméstica em Natal e a descrição da vida da poetisa Palmyra Wanderley.

Por ser uma obra que busca formar uma crítica dos valores literários potiguares, Cascudo analisa vários poetas e poetisas no estado, preocupando-se em construir uma breve biografia de cada, ressaltando suas principais realizações em vida e suas melhores poesias. O capítulo mais longo é dedicado a Henrique Castriciano, seu amigo e mentor intelectual, no qual se tece uma série de elogios, principalmente à sua atuação como fundador do escotismo no Rio Grande do Norte e de uma *Liga de Ensino* (1911), a qual tinha por objetivo lutar por uma educação feminina nos moldes suíços (ARAÚJO, 1998: 99).

Poucos anos depois da criação da *liga*, foi fundada a Escola Doméstica, uma instituição que não se caracterizou em ensinar às moças natalenses exatamente os mesmos conteúdos ministrados em escolas masculinas. De acordo com Cascudo, esta se destinava a ensinar às meninas os predicados necessários à vida, principalmente às questões do lar (CASCUDO, 1998: 28). Além disso, Cascudo descreve a instituição como uma

> *casa, de onde novos elementos regeneradores dotariam as moças da única e verdadeira educação racional; a luta pelo trabalho são, para a felicidade, conforto honesto e econômico dos lares, onde fatalmente irão dominar com sua graça e perfumar com o seu carinho* (CASCUDO, 1998: 28).

As moças de Natal, portanto, deveriam ser ensinadas por uma pedagogia que não as colocassem em confronto com os homens, mas que as levassem à procura de trabalho são. Assim, considerando que a palavra *são* tem, via de regra, dois significados – santo e sadio – e é um vocábulo presente nas linguagens católica e médica, compreendemos que o discurso de Câmara Cascudo acerca da educação feminina lembra que a função da mulher na sociedade é ser obediente ao marido, a dona da casa, a *Rainha do Lar*, como estabelecido pelo

pensamento católico da época. Além disso, imaginamos que, no sentido médico, havia a idéia de que a mulher não deveria tentar burlar as hierarquias entre o gênero masculino e feminino, uma vez que muitas das que tentaram ser "iguais aos homens" foram consideradas loucas pelo discurso médico da época, pois estavam fora da norma.

Assim, as mulheres continuavam sendo controladas pelo discurso das elites conservadoras, que enxergavam na sua emancipação um perigo para as hierarquias de gênero que prevaleciam na sociedade. Portanto, não é de se surpreender que, exatamente no momento em que a mulher tornava-se mais independente frente ao sexo masculino – e, conseqüentemente, mais próximo dele, ao realizar tarefas antes por ele monopolizadas – se forjou uma representação simbólica da mulher como "a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada" (RAGO, 1997: 62). Procurava-se conter a sexualidade feminina, reforçando um sistema tradicional de codificações morais, marcado pela submissão à dominação masculina.

Tais idéias podem ser percebidas na descrição que Cascudo faz de Palmyra Walderley, no mesmo *Alma Patrícia.* A poetisa é vista, por Cascudo, como o exemplo de mulher católica a ser seguido pelas moças do Estado. Ao descrever sua atuação, ele se esmera em elogios à escritora, lembrando-se de sua atuação pública:

> *Palmira conquistou imediatamente todas as simpatias pelo seu esforço tenaz para minorar os sofrimentos alheios. Em todas as festas, em todos os bailes, em todos os cantos, onde e como podia, lembrava aos que se divertiam, a fome e a miséria dos patrícios, pelas estradas desertas do sertão em brasa* (CASCUDO, 1998: 37).

No entanto, a atuação pública de Palmira Wanderley não está ligada à idéia do trabalho fora de casa para ajudar a sustentar a família, interpondo-se ao poderio masculino. Esta atuação estava relacionada à caridade, ação que deveria ser praticada pelas moças de boa família, que, por ter um instinto fraternal e cristão, se preocupariam com os mais pobres, com as crianças, com os flagelados da seca que, em determinados períodos do ano, assolava o sertão norte-rio-grandense. Cascudo continuava a imaginar a mulher cerrada dentro da sua casa, como a rainha do lar, e não no meio público que era um lugar sexuado dos homens, uma região dominada por este gênero. A elas estava reservado outro lugar, a casa, o âmbito privado.

Assim, percebe-se que Cascudo e Castriciano produziam discursos de lugares, os quais visavam construir espaços estáveis, ou seja, espaços racionalmente organizados, prontos

ou empáticos à "sujeitos universais" e à multiplicidade de grupos, associações e indivíduos, o que acaba por dar forma a própria cidade do Natal (CERTEAU, 1994: 172-173). Seus escritos tencionaram a formação de lugares ideais, homogêneos, e eles se empenharam, enquanto escritores, para transformá-los em espaços utópicos, ou seja, numa "sociedade aperfeiçoada [...] espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais" (FOUCAULT, 2001: 415).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo. Maceió: Catavento, 2003.

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: político e educador militante. Natal: EDUFRN, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Alma patrícia**: crítica literária. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998.

CERTEAU, Michel de. Práticas de espaço. In: _____. **A invenção do cotidiano**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1. p. 167-217.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. In: FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 69-78.

_____. Outros lugares. In: _____. **Estética:** literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422. (Ditos e Escritos, III)

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

RAGO, **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar (1890-1930). 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**. Revista Sociológica. USP, São Paulo, 1995.

VELOSO, M. P. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 147. (O Brasil Republicano, 2).

Realização

anpHh associação nacional de história

anpuhrs

UNISINOS

20 anos PPG História

UNISINOS

Patrocínio

CAPES

UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

UPF UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

São Leopoldo Administração Popular Fazendo a Nova Cidade

FINEP FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Apoio

PUCRS

UCS UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

IFCH UFRGS

Prefeitura de PORTO ALEGRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFRGS